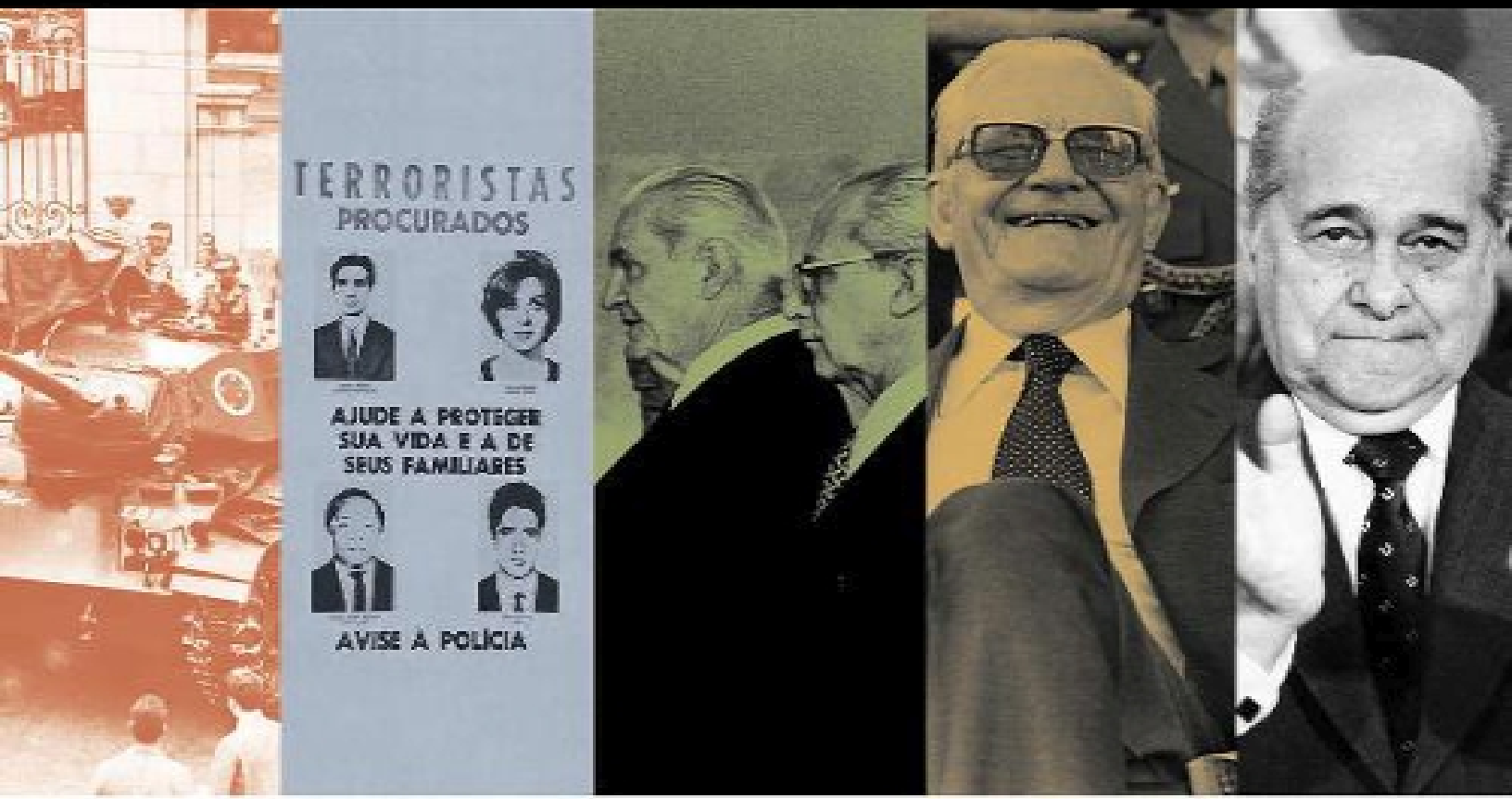
Elio Gaspari



Coleção Ditadura

intrínseca

Elio Gaspari

Coleção Ditadura

1. **A Ditadura Envergonhada**
2. **A Ditadura Escancarada**
3. **A Ditadura Derrotada**
4. **A Ditadura Encurralada**
5. **A Ditadura Acabada**

CAPA
Márcia Quintella

IMAGENS DE CAPA (DA ESQUERDA PARA A DIREITA)
Arquivo/Agência O Globo; Iconographia; Arquivo/Estadão Conteúdo; Ricardo Chaves/Abril; Carlos Namba/Abril.

E-ISBN
978-85-8057-949-9

Edição digital: 2016

Elio Gaspari

As ilusões armadas

1. A Ditadura Envergonhada

intrínseca

Elio Gaspari

As ilusões armadas

1. A Ditadura Envergonhada

2ª edição revista e ampliada

© 2002, 2014 by Elio Gaspari

PREPARAÇÃO
Kathia Ferreira

COORDENADORA DE CONTEÚDO DIGITAL
Adriana Barsotti

REVISÃO
Eduardo Carneiro
Vania Santiago

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Porviroscópio Projetos e Conteúdos
Coordenador: Vladimir Sacchetta
Digitalizadora: Solange Costa Rodrigues
Assistente de pesquisa: Paula Sacchetta

CAPA
Victor Burton

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS EM INGLÊS
Sheila Louzada

TRADUÇÃO DA ENTREVISTA DE JACQUELINE KENNEDY
Edmundo Barreiros

TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Camila Dias
Fátima Penha

REVISÃO DA TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Roberto Jannarelli
Rodrigo Rosa

REVISÃO DE EPUB
Juliana Pitanga

GERAÇÃO DE EPUB
Intrínseca

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.
Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar
22451-041 – Gávea
Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br

Veja como funciona seu e-book

• Para ler as notas, toque uma vez nos números. Para voltar ao ponto da leitura de onde partiu, toque novamente no número.

• Toque na instrução [*Veja o documento*] para abri-lo.

• Os documentos foram transcritos. Quando são em outros idiomas, há também uma tradução. O conteúdo está disponível por meio dos links [Transcrição] e [Tradução], presentes em todas as páginas de cada sequência de documentos. Para retornar ao ponto do livro de onde partiu, basta seguir o link [Voltar], que se encontra no início e no final de cada transcrição.

• Os documentos foram agrupados numa área separada daquela onde está o texto. Assim, depois de ler um documento, embora sempre haja a indicação do final da leitura, pode acontecer que o leitor o folheie inadvertidamente. Nesse caso, irá para a primeira página do documento seguinte, que está relacionado com outro ponto do texto. Nesse caso, basta uma nova folheada, para trás, retornando ao documento anterior. Dele, retornará ao ponto do texto do livro em que estava.

• Para facilitar a leitura de documentos longos, todos aqueles com mais de três páginas contêm links [Veja no site] que direcionam para o mesmo documento no site http://www.arquivosdaditadura.com.br, arquivados com o mesmo título.

Para Clara

Sumário

Capa
Créditos
Abreviaturas e siglas
Apresentação da segunda edição revista e ampliada
Explicação
Introdução

Parte I A queda
O Exército dormiu janguista
O Exército acordou revolucionário

Parte II A violência
O mito do fragor da hora
Nasce o SNI
Pelas barbas de Fidel
A roda de Aquarius

Parte III A construção
A esquerda se arma
A direita se arma
Costa e Silva: chega o barítono
Y el cielo se encuentra nublado
A provocação da anarquia
A missa negra

O fogo do foco urbano
O Exército aprende a torturar

Apêndice

Breve nomenclatura militar
Cronologia
Fontes e bibliografia citadas
Documentos
Transcrição dos documentos
Tradução dos documentos
Créditos das imagens
Agradecimentos da edição de 2002
Agradecimentos da edição de 2014

Sobre o autor
Mídias sociais

Abreviaturas e siglas

Abreviaturas utilizadas

AA Arquivo do Autor
APGCS/HF Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
APHACB Arquivo Privado de Humberto de Alencar Castello Branco
BJFK Biblioteca John F. Kennedy
BLBJ Biblioteca Lyndon B. Johnson
DEEUA Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

Siglas gerais

ABI Associação Brasileira de Imprensa
ALN Ação Libertadora Nacional
AP Ação Popular
Arena Aliança Renovadora Nacional
CCC Comando de Caça aos Comunistas
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI Confederação Nacional da Indústria
Colina Comando de Libertação Nacional
CPC Centro Popular de Cultura
CPDoc Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas
FAL fuzil automático leve
Fiesp Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI Fundo Monetário Internacional
GMT Greenwich Mean Time
IPÊS Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MAM Museu de Arte Moderna
MASP Museu de Arte de São Paulo

MCR Movimento Comunista Revolucionário
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MNR Movimento Nacionalista Revolucionário
Molipo Movimento de Libertação Popular
MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRM Movimento Revolucionário Marxista
MRT Movimento Revolucionário Tiradentes
OCML-PO Organização de Combate Marxista-Leninista — Política Operária
OLAS Organização Latino-Americana de Solidariedade
PC do B Partido Comunista do Brasil
PCB Partido Comunista Brasileiro
PCBR Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCUS Partido Comunista da União Soviética
PIB Produto Interno Bruto
PNB Produto Nacional Bruto
POC Partido Operário Comunista
Polop Organização Revolucionária Marxista — Política Operária
PORT Partido Operário Revolucionário Trotskista
PRT Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSD Partido Social Democrático
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PUC Pontifícia Universidade Católica
REDE Resistência Nacional Democrática Popular
UDN União Democrática Nacional
UNE União Nacional dos Estudantes
VAR Vanguarda Armada Revolucionária
VPR Vanguarda Popular Revolucionária

Siglas governamentais

AI Ato Institucional
CGI Comissão Geral de Investigações
CIA Central Intelligence Agency (EUA)
CSN Conselho de Segurança Nacional
DEIC Departamento Estadual de Investigações Criminais
DOPS Delegacia de Ordem Política e Social

FBI Federal Bureau of Investigation (EUA)
FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNFi Faculdade Nacional de Filosofia
INPS Instituto Nacional de Previdência Social
SFICI Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SisNI Sistema Nacional de Informações
SNI Serviço Nacional de Informações
STM Superior Tribunal Militar
Sudene Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP Universidade de São Paulo

Siglas militares

AMAN Academia Militar das Agulhas Negras
BC Batalhão de Caçadores
BCC Batalhão de Carros de Combate
Cenimar Centro de Informações da Marinha
CIE Centro de Informações do Exército
CISA Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CODI Centro de Operações de Defesa Interna
DI Divisão de Infantaria
DOI Destacamento de Operações de Informações
EME Estado-Maior do Exército
EMFA Estado-Maior das Forças Armadas
EsAO Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsCEME Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EsNI Escola Nacional de Informações
FAB Força Aérea Brasileira
FEB Força Expedicionária Brasileira
ID Infantaria Divisionária
IPM Inquérito Policial-Militar
Para-Sar Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento da Força Aérea Brasileira
PE Polícia do Exército
PM Polícia Militar
QG quartel-general

RecMec (Regimento de) Reconhecimento Mecanizado
RI Regimento de Infantaria

Apresentação da segunda edição revista e ampliada

Esta é uma versão revista e ampliada da primeira edição deste livro, publicada em 2002. Mais de dez anos depois, foram incorporados novos documentos e feitas algumas correções. Em dois casos os acréscimos eram mais que necessários.

A mitologia de conto de cavalaria de “Camelot”, criada por Jacqueline Kennedy, protegeu a imagem liberal de seu marido. Ela mesma, num depoimento ao historiador Arthur Schlesinger Jr., dissociou-o do pronto reconhecimento do governo instalado depois da deposição de João Goulart, já na presidência de Lyndon Johnson[1]. [*Leia o trecho da entrevista*] A gravação de uma conversa de John Kennedy com Lincoln Gordon, o embaixador americano no Brasil, informara que a carta do golpe militar fora colocada no baralho em 1962. Agora, o áudio de uma reunião ocorrida na Casa Branca no dia 7 de outubro de 1963, 46 dias antes do seu assassinato em Dallas, mostra que Kennedy era um campeão desse projeto[2]. Durante essa longa reunião ele discute a eventualidade de uma invervenção militar americana direta e ostensiva, caso surgisse no Brasil um governo ”fidelista”. Gordon levou para o túmulo o segredo de que a hipótese, ainda que remota, de um desembarque de tropas fora discutido no comando americano do Panamá, em Washington e no Rio de Janeiro. Johnson apoiou o golpe e orgulhava-se disso, mas apenas seguiu a planilha de Kennedy.

O segundo acréscimo foi determinado pela divulgação das atas de duas reuniões do Conselho de Segurança Nacional, de julho de 1968. Nelas o

presidente Costa e Silva discutiu a possibilidade de decretar o estado de sítio e decidiu não fazer nada. Cinco meses depois, no dia 13 de dezembro, quebrou a ordem constitucional e baixou o Ato Institucional nº 5, escancarando uma ditadura que duraria dez anos, sem a aparência envergonhada do regime que recebera de seu antecessor.

A deposição de João Goulart e os 21 anos de ditadura e anarquia militar que se seguiram ainda são um tema que divide a política nacional. Este é um subsídio para a compreensão do que aconteceu naqueles anos.

1 Caroline Kennedy e Michael Beschloss, *Jacqueline Kennedy*, sétima entrevista.

2 Para o diálogo de Kennedy e Gordon. *Meeting on Brazil, Meeting on Vietnam, October 1963*: 7-8. Meetings: Tape 114/A50. BJFK. <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-MTG-114-A50c. aspx>. O trecho mencionado está na versão e-book deste livro e uma cópia mais extensa foi colocada no sítio <http://arquivosdaditadura.com.br>. A íntegra será encaminhada pelo autor a um arquivo público. O áudio é de difícil audição, e a Biblioteca Kennedy prefere não produzir uma transcrição oficial. As palavras precisas de Kennedy ficaram confusas. O desdobramento da conversa, em torno da ação militar numa eventualidade “bizarra” e do tamanho da operação, está claro.

Explicação

Em agosto de 1984 terminara o prazo de uma bolsa que recebi do Wilson International Center for Scholars. Durante três meses tive uma sala naquele castelinho vermelho da esplanada de Washington, com a Biblioteca do Congresso à disposição e os quadros da National Gallery à distância de uma caminhada. Minha ideia tinha sido usar paz e tempo para concluir um ensaio, coisa de cem páginas, intitulado “Geisel e Golbery, o Sacerdote e o Feiticeiro”. O propósito era simples: tratava-se de explicar por que os generais Ernesto Geisel (o Sacerdote) e Golbery do Couto e Silva (o Feiticeiro), tendo ajudado a construir a ditadura entre 1964 e 1967, desmontaram-na entre 1974 e 1979. Já havia escrito umas trinta páginas quando percebi que sua única utilidade era a de me mostrar que, ou eu trabalhava muito mais, ou seria melhor esquecer o assunto. Pelo ritual do Wilson Center, sempre que um bolsista deixava o castelinho, ia ao seu diretor para despedir-se. Encabulado, entrei na sala do professor James Billington, autor de *Icon and axe* (O ícone e o machado), um clássico sobre a cultura russa, e de *Fire in the minds of men* (Fogo na cabeça dos homens), um inédito esforço de compreensão dos revolucionários que fizeram história entre os séculos XVIII e XX. Disse-lhe que não terminara ensaio algum e chegara à conclusão de que talvez devesse escrever um livro. Ao enunciado do fracasso, os olhos de Billington brilharam: “Você não sabe como fico feliz. É para isso que existe o Wilson Center. Para fazer com que uma pessoa saia de suas ocupações rotineiras e descubra que deve escrever um livro”.

Nos dezoito anos seguintes essa observação de Billington serviu para conter as ansiedades, minhas e alheias, diante de um livro que, para gosto do autor, não terminava. (Em 1984 eu achava que escreveria umas trezentas páginas.)

De volta ao Brasil, comecei a recolher material e a aprofundar algumas entrevistas. Falava com Geisel, Golbery e Heitor Ferreira, secretário de ambos. Em diversas ocasiões perguntei a Golbery se ele tinha um arquivo, e ele sempre negou.

Um dia, em 1985, a sorte levou mofo à garagem do sítio de Golbery, nos arredores de Brasília. Lá havia algo como 25 caixas de arquivo morto, cheias de papéis. Ele e Heitor resolveram confiar-me sua custódia temporária. Era verdade que Golbery não tinha arquivo, mas também era verdade que passara a Heitor milhares de documentos, bilhetes e até rabiscos. Heitor, por sua vez, sempre tinha uma daquelas caixas debaixo de sua mesa, no palácio do Planalto, e nela ia atirando papéis. Assim, numa pilha onde está uma lista de diplomatas que deveriam ser cassados em 1964, está também uma folha de bloco com os tópicos do que deve ter sido uma conversa telefônica entre João Goulart e o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, às 10h05 do dia 5 de setembro de 1961, no fragor da crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros. [*Veja o documento*] Intocadas, essas caixas me foram entregues. Formam um acervo de 5 mil documentos cuja denominação correta deve ser Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva e Heitor Ferreira (APGCS/HF), visto que nele se misturaram documentos de um e de outro. Durante o governo de Geisel, Heitor organizou o arquivo do presidente. Em 1981, remeteu-lhe todos os papéis. Em 1998, atendendo a um desejo do pai, Amália Lucy Geisel doou-os ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc), da Fundação Getulio Vargas, onde somam atualmente 4 mil documentos textuais.

Este livro não existiria sem a decisão de Golbery de entregar-me seu arquivo e sem a paciente colaboração de Ernesto Geisel. Convivi com

ambos. Com Golbery, de 1969 até sua morte, em São Paulo, em setembro de 1987. Sua ajuda prolongou-se até as horas anteriores à cirurgia de câncer de pulmão depois da qual não retornaria à sua casa de Brasília. No quarto do hospital Sírio Libanês contou-me mais uma vez a queda do ministro do Exército, Sylvio Frota, em outubro de 1977. Quando lhe perguntei se era verdade que alguns coronéis apareceram no quartel-general em roupa de campanha, respondeu: "É, parece que houve um pessoal que se fantasiou". Lastimava não ler o livro para o qual contribuíra. Nunca pediu para ver os capítulos já escritos. Pelo contrário: "Não mostre". (Àquela altura, passados três anos, eu achava que estava escrevendo dois livros, cada um com trezentas páginas.)

Com Geisel, tive dezenas de demoradas e profícuas conversas a partir de 1979, quase sempre numa mesa de canto do falecido restaurante Rio's, no Aterro do Flamengo. Em 1994, depois de quinze anos de insistência, ele concordou em gravar um depoimento de sua vida. Realizamos perto de vinte sessões, sempre às terças-feiras, na sala de seu apartamento de Ipanema, todas com duração de noventa minutos. Interrompeu-as quando adoeceu, no início de 1996. Pelo trato, as fitas ficavam em seu poder, para que lhes desse o destino que bem entendesse. Depois da morte do pai, Amália Lucy Geisel gentilmente enviou-me doze fitas que encontrou num armário de sua casa.

Tão relevante quanto a ajuda de Geisel e Golbery foi a de Heitor Aquino Ferreira. Mais que isso: devo-lhe o reconhecimento de uma coautoria naquilo que um livro pode ser consequência do acesso a documentos e à memória de um período. Uma amizade de quase trinta anos acompanhou a sua atenção e prestimosidade. Heitor foi secretário de Golbery de 1964 a 1967 e de Geisel de 1971 a 1979. Catapultado como capitão, aos 27 anos, para o centro do poder, manteve por mais de duas décadas um diário manuscrito que em 1985 somava dezessete cadernos escolares com cerca de meio milhão de palavras, suficiente para formar

uma obra de 1.500 páginas. Deu-me cópias do período que vai de 1964 a 1976. Daí em diante, forneceu-me excertos e deu-me vista em outros casos. Naqueles cadernos, parcialmente lidos por Geisel, está o mais minucioso e surpreendente retrato do poder já feito em toda a história do Brasil.

A esse material somam-se cerca de trezentas horas de gravações de conversas soltas e audiências formais, feitas com a colaboração e concordância expressa (escrita e gravada) de Geisel, e com o conhecimento de Golbery. Elas cobrem os últimos meses de 1973, quando se formava o governo, até março de 1974, quando ele foi empossado. Os principais colaboradores de Geisel nesse período, bem como seus familiares, sabiam da existência desse registro.

Até 1992 Heitor Ferreira acompanhou a produção do manuscrito. Em todas as suas leituras teve um só interesse a defender: o idioma e a sua sintaxe. As poucas sugestões que fez ao conteúdo mantiveram-se sempre na estrita preocupação pela fidelidade aos fatos. Quis preservar a memória do período que tão intensamente acompanhou. Tendo-a preservado, nunca se interessou por revê-la. Nem sequer em discutir a maneira como está apresentada, diante da qual mantém reservas e discordâncias que a mim cabe apenas presumir, pois nunca as explicitou. Deve-se a ele não só a pertinácia, mas sobretudo a ousadia de quem agiu e viveu convencido de que fazia o certo e guardava o necessário. Inúmeras vezes tive de responder à mesma pergunta, que certamente ocorrerá ao leitor: “Por que eles guardaram esse material?”. Só há uma resposta: porque desejavam preservar o registro histórico de suas atividades públicas.

Somam cerca de duzentas as pessoas com as quais busquei informações ao longo de dezoito anos. Algumas em demoradas conversas, outras em telefonemas breves. Nas notas de pé de página as referências a essas fontes mencionam seus nomes e a época em que a informação foi recebida. Os informantes vão listados no fim do volume.

A generosidade de Amália Lucy Geisel, qualidade que aprendi a reconhecer ainda durante o governo de seu pai, e a solicitude do velho amigo Humberto Barreto foram valioso socorro para esclarecimentos relacionados com a vida e os hábitos de Geisel.

O professor Candido Mendes de Almeida ajudou-me a conhecer as nuances da ação política da Igreja católica. D. Eugênio Sales teve paciência para esclarecer algumas dúvidas. Ralph della Cava orientou-me, com seu conhecimento, suas lembranças e seu arquivo, na reconstrução da atividade das Igrejas cristãs.

Ao embaixador Lincoln Gordon devo especial ajuda no trabalho de reconstituição da política americana em relação ao Brasil em 1964. Ao amigo Marcelo Medeiros, a preservação do arquivo de Carlos Medeiros Silva, parte do qual me confiou. Ao professor Romualdo Pessoa Campos Filho, o acesso a dezenas de entrevistas relacionadas com a guerrilha do Araguaia. Ronald Levinsohn conseguiu-me cópias de papéis que pareciam ter desaparecido.

Aos generais Leonidas Pires Gonçalves, Antonio Carlos Muricy, Gustavo Moraes Rego, José Maria de Toledo Camargo, Newton Cruz e Octavio Costa devo a narrativa de fatos históricos e boa parte do entendimento da estrutura militar. Por exemplo, a diferença entre um batalhão e uma brigada. Ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra devo longos esclarecimentos sobre a estrutura dos Destacamentos de Operações de Informações, os DOIs, e do Centro de Informações do Exército, o CIE.

O professor Delfim Netto, com sua prodigiosa memória, ajudou-me na reconstrução de episódios centrais para a história da gestão econômica do período. Dívida semelhante tenho com Mario Henrique Simonsen e João Manuel Cardoso de Mello. Antonio Carlos Magalhães, Franco Montoro, José Sarney, Paulo Brossard e Thales Ramalho deram-me seu tempo para reconstituir acontecimentos que corriam o risco de desaparecer debaixo do manto da discrição.

Meus velhos amigos Armênio Guedes, Givaldo Pereira de Siqueira, Luiz Mário Gazzaneo, João Guilherme Vargas Neto e Salomão Malina permitiram-me conhecer melhor a ação do PCB, no qual ingressei em 1962. Francisco Carlos de Andrade, Ariston Lucena e José Carlos Giannini ensinaram-me muito da história da ALN e da VPR.

Marcos Sá Corrêa, Getúlio Bittencourt e José Casado cederam-me os arquivos que acumularam em suas pesquisas na documentação do governo americano. Ayrton Baffa deu-me acesso aos papéis que guardou a respeito do SNI. Josias de Souza passou-me os relatórios da *Operação Sucuri*, o trabalho de infiltração do Exército na região do Araguaia em 1973. Muitas outras são as gratidões. Quando possível, elas foram registradas nas notas que acompanham o texto. Dois informantes, ambos militares, permanecem anônimos.

Ao historiador Marco Antonio Villa devo oportunas sugestões, a leitura atenta do original e a conferência das notas de pé de página dos documentos e livros citados.

Devo aos profissionais dos serviços de documentação e pesquisa da Editora Abril, da *Folha de S.Paulo*, d'*O Globo*, do *Jornal do Brasil* e d'*O Estado de S. Paulo* a paciência no resgate da parte da história que obstinadamente preservam. A Fernando Gasparian devo o acesso à coleção do semanário *Opinião*. Cecília Coimbra e Marco Aurélio Garcia ajudaram-me a conseguir uma coleção completa do *Projeto Brasil: nunca mais*. Flora Abreu e Alcir Henrique da Costa foram solícitos dirimidores de dúvidas a respeito dos porões militares.

Diversos amigos leram versões parciais do texto. Pela leitura do texto completo devo a Wanderley Guilherme dos Santos a imposição de rigorosas observações ao conteúdo. A ele devo também longas conversas que muito influenciaram a compreensão e os limites da documentação sobre a qual trabalhei. Manolo Florentino, além de discutir o texto, reestruturou a bibliografia de acordo com seu elevado padrão profissional. Márcio

Thomaz Bastos, Luís Francisco Carvalho Filho e Fernando Lottenberg salvaram-me de erros jurídicos. Lilia Moritz Schwarcz, Claudio Haddad e João Moreira Salles fizeram correções e sugeriram caminhos que, espero, venham ajudar o leitor. Jonathan Kandell, correspondente do *New York Times* durante o governo Geisel, foi um leitor atento de uma das primeiras versões, levando-me a alterar o plano inicial. A ele se deve a existência dos dois capítulos que contam a deposição de João Goulart. Quando o livro tinha trezentas páginas, eu achava que isso era desnecessário.

Este livro não existiria sem a ajuda dos seis modelos de computadores surgidos durante o tempo que levou para ser escrito. Sinto-me no dever de registrar que, por conta da insana política de reserva de mercado, os dois primeiros chegaram à minha mesa pelos desvãos da alfândega. Aos contrabandistas da época, minha homenagem. Luís Fernando Gonçalves desenvolveu uma versão pessoal de um banco de dados que permitiu a acumulação de 28 mil fichas e sua pesquisa. A sofisticação de seu trabalho, concluído em 1986, não foi alcançada pelos fabricantes do original americano.

Maria da Gloria Faria guiou-me na desconhecida condição de autor. Maria da Glória Prado e José Mauro B. Prado copiaram o arquivo do general Golbery e de Heitor Ferreira, reconstruindo pacientemente cerca de 150 pastas.

Até o início de 2001, minha ideia era só publicar o trabalho quando ele estivesse concluído, com o título de *Geisel e Golbery, o Sacerdote e o Feiticeiro*. Por mais de dez anos acreditei que, tendo escrito dois livros, estava na metade do terceiro. Acabei descobrindo que, a menos que decidisse publicar um catálogo telefônico, já eram quatro.

* * *

Aquilo que foi um ensaio virou um livro e acabou em quatro segue um plano. É este:

Nos dois primeiros vai contado o período de 31 de março de 1964 ao final do governo do general Emílio Médici, no início de 1974. Um vai da deposição de João Goulart, em 1964, ao período imediatamente posterior à edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. O outro vai daí à aniquilação da guerrilha do Araguaia, ocorrida entre dezembro de 1973 e o primeiro semestre de 1974. De certa forma, constituem um preâmbulo à história do Sacerdote e do Feiticeiro.

Nos outros dois são contadas a vida de Geisel e a de Golbery, a trama que os levou de volta ao Planalto e os quatro primeiros anos do governo de Geisel. Terminarão na noite de 11 de outubro de 1977, quando o ministro do Exército, general Sylvio Frota, foi dormir, depois de ter visto um filme de James Bond, sem saber que Geisel o acordaria chamando-o ao palácio para demiti-lo. Até esse ponto, depois de dezoito anos, os textos estão escritos.

Falta escrever a história que vai da manhã de 12 de outubro de 1977 até o dia 15 de março de 1979, quando Ernesto Geisel, tendo acabado com a ditadura do AI-5, tirou a faixa presidencial e foi-se embora para Teresópolis. Como não tenho interesse pelo governo do general Figueiredo, sua administração ficará no esquecimento que pediu. Dois posfácios levarão até a explosão da bomba no Riocentro, em 1981, e ao final das existências do Sacerdote e do Feiticeiro, quando continuavam ligados pela amizade, porém separados na política.[1]

Em nenhum momento passou pela minha cabeça escrever uma história da ditadura. Falta ao trabalho a abrangência que o assunto exige, e há nele uma preponderância de dois personagens (Geisel e Golbery) que não corresponde ao peso histórico que tiveram nos 21 anos de regime militar. O que eu queria contar era a história do estratagema que marcou suas vidas. Fizeram a ditadura e acabaram com ela.

Durante o período estudado, o Brasil teve duas moedas (cruzeiro e cruzeiro novo), bem como uma inflação capaz de destruir o significado de qualquer referência monetária. Por isso, sempre que julguei conveniente, a moeda nacional foi convertida em dólares no mercado paralelo da época, com base na tabela de Clarice Pechman, em seu trabalho *O dólar paralelo no Brasil*. Feito isso, convém esclarecer que um dólar daquela época equivale, aproximadamente, a sete dólares em 2013.

Por último, pelo relevo, devo a Dorrit Harazim a paciência para aturar um marido que, no meio de um jantar, passava a contar-lhe uma nova versão para um fato ocorrido no século passado. Ademais, teve de ler um mesmo livro quatro vezes. A ela devo as sugestões de reconstrução de capítulos estruturados desastrosamente e uma voz permanente de sábio rigor. Sua perseverante indignação foi uma baliza que o tempo não abateu.

1 Mais de dez anos depois da primeira edição, resolvi abordar o governo Figueiredo a partir de suas três explosões: a da economia, a do Riocentro e a da campanha popular das Diretas Já.

Introdução

Em Brasília o dia 12 de outubro de 1977 era feriado em louvor a Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil e da cidade. Exceto a consagração dos quatro sinos do campanário da catedral, distante um quilômetro do palácio do Planalto, nada se esperava que sucedesse naquela quarta-feira. Era Dia da Criança. O Eixão, a grande avenida que corta a capital, estava fechado ao trânsito para que a garotada pudesse brincar. Às 8h30, logo depois de chegar ao palácio, o presidente da República, Ernesto Geisel, mandou comunicar ao ministro do Exército, Sylvio Frota, que desejava vê-lo ainda naquela manhã.

Nas últimas semanas abrira-se um fosso entre o presidente e o ministro. Frota chegara ao cargo três anos antes, pela morte do titular. Calçara-se sobretudo na sua falta de expressão política, mas acabara se tornando candidato a presidente. Havia um ano comportava-se como um ostensivo adversário da política de liberalização do regime conduzida por Geisel. Desde 1945, sempre que o presidente e o ministro do Exército tomaram caminhos separados, o presidente viu seu cargo ameaçado ou até mesmo perdido. Além disso, pela tradição do regime militar iniciado em 1964, sempre que as tentativas de democratização se chocaram publicamente com a ditadura, prevaleceu a ditadura.

Os dois sentaram-se à mesa de reuniões do salão de despachos do presidente. As relações entre eles jamais haviam sido afetuosas, mas ultimamente eram gélidas. Oito dias antes, Frota pedira aos serviços

burocráticos do palácio que cancelassem uma audiência rotineira com o presidente, pois não tinha assuntos pendentes a tratar.[1]

Geisel, com 67 anos, filho caçula de um humilde imigrante alemão, chegara à Presidência pelo mesmo caminho que seus três antecessores desde 1964, quando as Forças Armadas derrubaram o presidente João Goulart: o Exército. Pelo porte marcial, com 1,77 metro de altura, pelo hábito de levantar subitamente a voz, por um estrabismo que dava ao seu olhar um aspecto inquietante e sobretudo por uma personalidade explosiva, era um presidente temido. Baixo, com pouco mais de 1,65 metro, gordo, de voz fina e gestos tão discretos quanto sua carreira, Frota era o oposto. Tinha aquela humildade dissimulada de alguns católicos ultramontanos. Fazia parte da grande leva de coronéis que chegara rapidamente ao generalato em 1964 graças ao expurgo praticado pelo regime vencedor contra centenas de oficiais fiéis ao governo deposto. O presidente vinha da tumultuada geração de militares que começara a se meter em política nos anos 1920. O ministro vinha de um período em que a carreira de um oficial era construída com menores riscos políticos.

À cabeceira da grande mesa de reuniões de seu gabinete, com um retrato de d. Pedro I às costas, Geisel abriu a conversa:

> — Frota, nós não estamos mais nos entendendo. A sua administração no ministério não está seguindo o que combinamos. Além disso você é candidato a presidente e está em campanha. Eu não acho isso certo. Por isso preciso que você peça demissão.
> — Eu não peço demissão — respondeu Frota.
> — Bem, então vou demiti-lo. O cargo de ministro é meu, e não deposito mais em você a confiança necessária para mantê-lo. Se você não vai pedir demissão, vou exonerá-lo.[2]

Em menos de cinco minutos a audiência estava encerrada. Frota levantou-se, ficou em posição de sentido por um instante e foi-se embora. Aqueles dois homens haviam jogado nos últimos meses uma partida em que procuraram se destruir pelas regras sutis da ditadura, sem que o resto do país percebesse o tamanho das manobras de cada um. Começava naquele momento o jogo bruto, público.

Frota ainda estava na antessala do gabinete presidencial quando Geisel mandou chamar seu chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva. E veio o *Bruxo*, *Satã*, *Satânico Dr. Go*, *Corcunda*, *Dr. Gol*, *Corca*, *Genedow* — Golbery, aos 66 anos, era a eminência parda do governo. Não falava em público, não dava entrevistas, deixava correr a lenda segundo a qual não conversava com jornalistas. Estava por trás de tudo, inclusive das coisas com as quais nada tinha a ver. Por trás da queda de Frota, estava. Fazia dois anos que não pensava em outra coisa. Sem nenhuma originalidade na aparência, descuidado no vestir e socialmente retraído, carregava um nome espalhafatoso. Originalmente, nem nome era, mas sobrenome de um obscuro burocrata francês dos Oitocentos.* Golbery ganhara notoriedade nacional em 1964. Fora um dos principais articuladores da conspiração contra João Goulart, transformando-se numa espécie de ideólogo da nova ordem. Fundara o Serviço Nacional de Informações e, por meio dele, acompanhava a vida dos outros sem que se pudesse acompanhar a sua. Desde 1974 era o principal colaborador de Geisel no processo de abertura política. Odiavam-no à direita porque sabiam que tramava o fim do regime. Odiavam-no à esquerda porque, declaradamente, pretendia manter, ainda que mudada, uma ordem de coisas que havia dez anos ela combatia. Deixara o Exército em 1961 e desde o início do governo de Geisel era atacado por oficiais que faziam circular panfletos contra ele pelos quartéis. No Centro de Informações do Exército, uma das usinas produtoras desses folhetos, apelidavam-no de *Hiena*

Caolha, numa referência ao fato de ele enxergar só com o olho direito desde 1975, quando sofrera dois descolamentos de retina.[3]

Chamá-lo de general vinha a ser uma impropriedade. Tinha o título por força de uma lei que dava promoções cumulativas aos militares que se aposentavam, e que acabara levando o Exército brasileiro a ter, em 1975, 73 marechais e 3.500 generais na reserva.[4] Na ativa, Golbery não passara de coronel. Combatia a interferência militar na política e desdenhava os oficiais que nela se envolviam. No início de 1975, na pérgola envidraçada da granja do Ipê, sua residência oficial, ele dizia:

> O presidente disse que eu devo melhorar as minhas relações com os militares, que devo convidar alguns generais para jantar aqui em casa. Olhe, devo muito ao Exército, mas quando fui para a reserva, a pedido, em 1961, fiz isso por asco. Asco do medo, da pusilanimidade, que foram os fatores essenciais para permitir a posse do João Goulart na Presidência, depois da renúncia do Jânio. Eu saí porque estava enojado. E não haveria de ser agora que ia me meter de novo nisso. Se algum general quiser vir aqui na minha casa para comer, que passe na geladeira. Lá tem comida. Eu não vou conversar nem perder meu tempo com gente aborrecida. Prefiro ler meus livros. Os oficiais que fazem o seu trabalho não têm razão para vir aqui, nem eu, que estou fora dos serviços da tropa, para convidá-los.[5]

Chamado por Geisel após a curta conversa com o ministro do Exército, Golbery tomou o pequeno elevador privativo das autoridades e foi do seu gabinete, no quarto andar, para o do presidente, no terceiro. Quando a porta se abriu, para constrangimento mútuo, Frota e ele ficaram frente a frente. Limitaram-se a trocar cumprimentos.[6] Um entrava, outro saía. Nas horas seguintes ficaria claro se era essa a melhor descrição do que acabava de

suceder. A partida seria definida diante de um país que, depois de nove anos de censura à imprensa, perdera o hábito de acompanhar crises políticas. Desde a manhã de 11 de novembro de 1955, quando o ministro da Guerra,* Henrique Lott, iniciara o defenestramento de dois presidentes da linha de sucessão constitucional, nenhuma crise se desenrolara de forma tão reclusa, ao largo da opinião pública e com o Congresso, escaldado, mantendo-se longe da hélice.

Frota batalhou. Até o início da noite, quando passou o cargo ao general Fernando Belfort Bethlem, escolhido para substituí-lo, tentou acionar os dispositivos de um golpe de Estado. Seguiu à risca o manual dos *pronunciamientos* latino-americanos. Divulgou um manifesto — *Aos Meus Comandados!* — no qual revelava que "via ruir, fragorosamente, o edifício revolucionário". Denunciou "a complacência criminosa com a infiltração comunista e a propaganda esquerdista".[7] Convocou uma reunião do Alto-Comando que traria a Brasília os comandantes dos quatro Exércitos, com bases em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Como é hábito na política latino-americana, todos os grandes combates do dia se deram por telefone.

O presidente Ernesto Geisel dá posse ao general Fernando Bethlem no Ministério do Exército; ao fundo, Golbery.

O manual falhou. “O Frota passou o dia movendo-se pela cidade no Ford Landau de ministro do Exército. Se ele tivesse se movido de tanque, o resultado seria outro”, lembrou o coronel Kurt Pessek, assistente-secretário do general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar da Presidência.[8] Desde o início da manhã, quando foi chamado ao palácio, Frota estava preso numa armadilha. Para ele, esse seria o segundo golpe de sua carreira. Geisel, que fizera o primeiro lance, jogava com as brancas depois de ter participado de quatro golpes vitoriosos, em 1930, 1937, 1945 e 1964. Sabia como se ganha. Por ter perdido em outras três ocasiões (1955, 1961 e 1965), sabia

onde e como se fracassa. Dizia com frequência: “Esse negócio de golpe é muito difícil. Vi sete, posso falar”.[9]

“O Frota queria me emparedar, mas eu emparedei ele”, explicava Geisel.[10] Ele vira, doze anos antes, como o ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, emparedara o marechal Humberto Castello Branco e o obrigara a aceitá-lo como seu sucessor. Como chefe do Gabinete Militar de Castello, nunca se conformou com o fato de o presidente não ter seguido seus conselhos e arriscado um confronto com Costa e Silva. O dia 12 de outubro de 1977, para o general de exército Ernesto Geisel, era uma revanche da batalha que perdera em 1965, como general de divisão.

Enquanto Frota procurava dar um golpe de manual, com generais chamados ao QG, manifesto e a indefectível lembrança do perigo vermelho, Geisel conduzia do Planalto duas operações simultâneas. Uma, resultante da natureza pública da demissão, o país podia perceber. A outra deveria escapar à publicidade. A primeira era tirar Frota. A segunda, colocar no seu cargo um novo ministro sem que houvesse dúvida de que era o presidente quem mandava no Exército. Precisava da primeira para continuar no poder. A segunda era necessária para restabelecer a ordem nos quartéis e prosseguir seu projeto de “lenta, gradativa e segura distensão”, anunciado cinco meses depois de tomar posse, em 1974.[11]

Os detalhes de natureza prática da execução de Frota são curiosos a começar pela data, escolhida por Geisel. No dia 12 de outubro o feriado era uma exclusividade dos moradores de Brasília. Enquanto todas as guarnições militares do país trabalhavam normalmente, a da capital, onde o ministro do Exército tinha os seus oficiais de estrita confiança, estava quase sem pessoal. O general, apanhado de surpresa, teria dificuldade para movimentar suas peças. Imaginada havia meses, decidida duas semanas antes e planejada por quase dez dias, a demissão do ministro coincidia propositalmente com o feriado.

Os generais de Frota acordaram tarde e os de Geisel, de véspera. Quando o ministro, a bordo de seu Landau, passou a caminho do Planalto pelo QG da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, a mais poderosa força militar de Brasília, viu que no mastro do quartel tremulava o estandarte do comandante.[12] O general Roberto França Domingues, casado com uma sobrinha de Geisel, estava em seu posto de comando, apesar do feriado. O presidente montara um dispositivo pelo qual os oficiais fiéis ao seu esquema souberam antecipadamente da demissão. Desde o sábado anterior o chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Hugo Abreu, tomara o que ele mais tarde chamaria de "medidas de segurança preliminares".[13] Consistiam num dispositivo pelo qual, no exato momento em que Frota fosse demitido, os comandantes dos quatro Exércitos estariam sendo avisados em nome do Planalto.

Por cautela, Geisel tomara suas próprias medidas de segurança complementares e avisara dois desses quatro generais. Um de seus mais antigos colaboradores, o general Gustavo Moraes Rego, da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, em Campinas, levara a notícia ao comandante do II Exército, em São Paulo. Dois dias antes, Geisel revelara o segredo ao comandante do I Exército, José Pinto de Araujo Rabello, sob cujas ordens estavam as tropas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. "Já devia ter tirado", respondeu-lhe o general.[14]

Para a operação do dia 12, o chefe da segurança de Geisel, tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo, reforçara a sua própria guarda, tanto com homens como com armas. O secretário particular do presidente, Heitor Aquino Ferreira, homem de confiança de Golbery, conta que "naquele dia os corredores estavam povoados com gente que eu nunca tinha visto, um pessoal que não se separava de umas maletinhas". Em algumas dessas maletinhas havia submetralhadoras. A própria gaveta de Heitor guardava uma pistola. Sobre a grande laje do teto do Planalto, Pedrozo dispusera observadores capazes de controlar as cercanias do palácio.[15] O chefe da

segurança, considerado um obsessivo até por seus amigos, propôs a Geisel que um de seus homens ficasse no gabinete durante a audiência, para evitar qualquer possível contratempo. A ideia foi rejeitada pelo presidente.[16] A segurança do palácio, ingrediente essencial em toda crise militar, tinha motivos para ser reforçada. Poucos meses antes, Frota colocara no comando do Batalhão da Guarda Presidencial um coronel de sua confiança. Pela rotina, em outubro o Planalto estava entregue a uma tropa do Regimento de Cavalaria de Guarda, comandado por um oficial leal ao presidente e íntimo do chefe do seu Serviço Nacional de Informações, o general João Baptista Figueiredo.[17] [*Veja o documento*]

Garantidos os principais comandantes de tropa nos estados, assegurada a proteção do palácio, preservado o sigilo e encerrada a audiência com o ministro, Geisel concluíra o que se poderia chamar de primeira parte da engenharia da demissão. Marchara para o confronto sem nenhum receio quanto ao seu desfecho. Diante de uma pergunta relacionada com sua segurança pessoal, responderia: "Se eu tivesse qualquer receio, não teria deixado minha mulher e minha filha no Alvorada".[18]

A partir de então jogavam as pretas, as pedras de Frota.

De volta ao seu quartel-general, o ministro fez acréscimos ao texto de um discurso que havia preparado semanas antes, adaptando-o às novas circunstâncias, e convocou os dez generais que compunham o Alto-Comando do Exército. O feriado voltava a atrapalhá-lo. Três dos quatro generais comandantes de exércitos encontravam-se em suas sedes, longe de Brasília, enquanto quatro dos que deveriam estar na capital tinham viajado. O chefe do Estado-Maior, por exemplo, estava no Piauí. O diretor do Material Bélico, em São Paulo. Até o seu chefe de gabinete estava no Rio.[19] No quartel-general, onde habitualmente trabalhavam 2.500 pessoas, havia cerca de duzentas.[20] Quando a notícia da demissão se espalhou, começaram a chegar ao QG oficiais dispostos a resistir. Um coronel de seu serviço de imprensa, localizado num clube, veio de bermudas.[21] Alguns traziam

granadas na cintura. Em uniforme de campanha, vieram os comandantes do Batalhão da Guarda e da Polícia do Exército, unidades de elite. Somadas, tinham poder de fogo equivalente ao das demais unidades da capital, compostas em sua maioria de recrutas.[22]

Às quinze horas Frota ouviu de um jornalista:

> — General, qual é a evolução lógica dos acontecimentos?
> — Não sei. Estamos esperando que as coisas aconteçam.

Quatro horas depois o mesmo jornalista voltou a telefonar, com a mesma pergunta. Frota não esperava por mais nada: "Você acha que pode ter alguma coisa? (...) A situação agora é com o presidente".[23]

Estava terminada a batalha. Entre quinze e dezenove horas Sylvio Frota viu que os generais comandantes de exércitos, chamados ao seu gabinete para uma reunião em que Geisel seria deposto ou emparedado, passaram primeiro no Planalto.[24] Um a um haviam sido recebidos pelo presidente, que os convencera a apoiá-lo. O golpe de manual ruíra.

O general Lauro Rocca Dieguez, que comandava as mesas da Diretoria do Patrimônio, tinha uma pistola no coldre e um número (267-5420) na cabeça. Supôs ser possível conseguir o apoio verbal do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, de quem fora subordinado e continuava amigo. Militarmente prestigiado, Médici encarnara o êxito da ditadura e, desde sua saída do governo, em 1974, vivia calado em seu apartamento de Copacabana. Dieguez telefonou-lhe sob as vistas de Frota. Uma testemunha do lado brasiliense do diálogo narraria:

> Ouvi a conversa, mas ele só dizia: "Sim, senhor. Sim, senhor". Não dizia uma palavra, não comentava coisa alguma. Estava mesmo muito perturbado.

> Lá pelas tantas desligou o telefone, e o Frota, que estava olhando, perguntou: “O que ele disse?”.
>
> O general Dieguez disse que o Médici tinha dito apenas o seguinte: “Põe água na cabeça. Põe água para esfriar a cabeça”.
>
> E o Frota: “Tudo bem. É isso mesmo. Acabou”.[25]

Não era um golpe de todo tolo. Dos quatro comandantes de exércitos, Frota podia esperar pelo apoio de dois — Fernando Bethlem, do III, com as tropas do Sul, e Argus Lima, do IV, no Nordeste. Além disso, supunha ter ao seu lado os generais das guarnições da Bahia, de Minas Gerais e, sobretudo, a maior parte da tropa de Brasília. Tanto era assim que, por determinação do general Hugo Abreu, um tenente-coronel fora enviado ao Rio de Janeiro e pusera de prontidão a Brigada Paraquedista. Em caso de necessidade, ela cairia sobre a capital.[26] Sem o respaldo do Alto-Comando e sem guarnições relevantes à sua disposição, restava ao ministro exonerado a possibilidade de um aventuroso ataque ao palácio, proposto por oficiais sem tropa. Descartou-o.[27]

No dia 12 de outubro o general Sylvio Frota teve muitas surpresas. Entre elas, nenhuma foi tão grande quanto o nome de seu sucessor. De manhã, quando ia de casa para o Planalto, o ministro estava certo de que Geisel o chamara para discutir o texto de um documento confidencial intitulado *Relatório Especial de Informações*, assinado um mês antes pelo general Fernando Bethlem. Nele fazia-se um duro ataque à política de abertura do governo.

Dizia o comandante do III Exército:

> A “Volta aos Quartéis”, “Volta ao Estado de Direito”, e a “Redemocratização”. Estes são os atuais temas que insinuam a ingerência da classe militar na vida política, econômica e até mesmo social do país. (...) A “Volta aos Quartéis” significa o afastamento

> ou o alheamento dos órgãos de segurança que se estruturam à base de informações, como o SNI, DOI-CODI, CGI; ainda pretende que as Forças Armadas, por seus chefes militares, não mais tutelem a vigilância dos princípios revolucionários que nortearam o movimento de 1964.[28] [*Veja o documento*]

Nesse relatório, Bethlem repetia o raciocínio segundo o qual o governo era "delegado da Revolução Democrática", que, por sua vez, tinha nas Forças Armadas, por seus chefes, sua tutora. Ou seja, em caso de necessidade os militares poderiam, em nome da Revolução, mudar o governo, ou pelo menos emparedá-lo. Assim se fizera em 1965, quando o general Costa e Silva emparedara o marechal Castello Branco. Assim fora em 1968, quando a guarnição do Rio de Janeiro resolveu emparedar Costa e Silva. Assim acontecera em 1969, quando se impediu a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, depois que Costa e Silva sofreu uma isquemia cerebral, e com isso lançou-se o país num período de anarquia militar, durante o qual foi governado ao longo de dois meses por uma junta patética. Assim seria feito tantas vezes quantas fossem necessárias, acreditavam não só os radicais como também a maioria dos oficiais, habituados a ver o cumprimento dessa norma.

O relatório de Bethlem, nas mãos de Geisel, era visto como uma provocação. Tudo indicava que o presidente, num impulso, o demitiria.[29] Se resolvesse fazê-lo, o ministro do Exército receberia apenas uma notificação, nunca uma consulta. Como já lhe dissera muitas vezes, "você cuida da classificação dos coronéis, eu cuido da dos generais".[30] Mesmo assim, Frota estava disposto a um confronto em torno de Bethlem. Na tarde do dia 11 telefonara ao general, que se achava em férias no Rio:

> — Bethlem, é o Frota. Quero avisar-lhe que segundo informações insistentes o presidente leu e não gostou do seu relatório.

— Que relatório, Frota?

— Ora, Bethlem... O único relatório que você fez...

Frota tapou o telefone e comentou: “O homem assinou sem ler...”[31]

Para não falar de coisa séria ao telefone o ministro avisou que estava lhe mandando uma carta. Pediu que lhe ditasse o endereço e anotou: “Rua Andrade Neves, 105, apartamento 1.201, Tijuca”.[32]

Sentou-se à mesa e escreveu:

> Soube hoje, através de informes, que o *Relatório Especial de Informações nº* 01/77 foi do conhecimento de elementos do Planalto que estão envenenando junto ao presidente da República o assunto do mesmo. Nada vi de anormal, senão um exame sincero e franco da situação. É provável que alguém lhe procure para falar “oficiosamente” sobre a matéria. É apenas uma oferta, mas acho que você não deverá tratar com ninguém sobre isto. Diga que neste terreno, especificamente, só se entenderá com o ministro, que nada lhe falou a respeito, devendo, por isto, estar de acordo. E estou com tudo o que você fizer!

Frota sublinhou a última frase.[33]

A carta deveria ser levada a Bethlem por Armando Daudt d’Oliveira, dono do Biotônico Fontoura. O empresário carioca, bem-relacionado, elegante e discreto, tinha a confiança do ministro Frota. Estava na sua residência oficial quando ele conversou com Bethlem, e ouviu um lado da conversa. Daudt saiu de Brasília às 21 horas, chegou tarde ao Rio e foi para a sua mansão, em Laranjeiras. Tinha dois casais convidados para jantar.[34] Deixou para entregar a carta no dia seguinte.[35]

Frota foi para o palácio com um golpe na cabeça. Estava certo de que Geisel tentaria degolar Bethlem (que teria recebido sua carta à noite).[36] Protestaria contra a demissão e, a partir daí, iria buscar a solidariedade dos outros membros do Alto-Comando. Em xeque, o presidente poderia jogar tudo numa mão de cartas, ou deixar o assunto para depois. Nesse caso, depois de ter determinado a demissão de um general e se ver desobedecido, estaria magnificamente emparedado.

O ministro julgava ter no comandante do III Exército um aliado. Na verdade, tinha um substituto. Se Geisel demitiu Frota por razões entre as quais estava a sua hostilidade à política de abertura, por que botou Bethlem em seu lugar? Como conciliar a política do governo com o relatório do general sobretudo se, com a demissão de Frota, a abertura deveria ganhar velocidade?

"Eu precisava de um ministro fraco", explicaria Geisel anos mais tarde, acrescentando: "Ali foi necessário algum maquiavelismo".[37] De fato, não poderia haver ministro mais fraco que Bethlem depois de mudar tão radicalmente de posição. Passados alguns dias, para tornar difícil a vida do novo ministro, oficiais ligados a Frota fizeram vazar para a imprensa o texto do seu relatório.

No início da noite do dia 12 o presidente empossou o novo ministro no palácio do Planalto, diante das principais autoridades do país. Nessa cerimônia deu-se um rápido episódio. Durou apenas alguns segundos, e, afora as pessoas nele envolvidas, ninguém o percebeu. Logo que Bethlem assinou o termo de posse, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maciel, moveu-se na direção do general. Geisel, que estava ao seu lado, supôs que o jovem deputado fosse cumprimentar o ministro. Congelou a cena chamando Bethlem: "Ministro, quero apresentá-lo ao presidente da Câmara". Passaram-se anos sem que Maciel desse importância ou buscasse explicação para a cena. Para Geisel, tudo fora muito simples: "Não é o presidente da Câmara quem se apresenta ao ministro do Exército, mas o

ministro do Exército, um colaborador do presidente, que deve ser apresentado ao presidente da Câmara".[38]

No momento em que o presidente dava atenção a detalhes desse tipo, o governo estava preocupado com a realização da cerimônia de transferência do cargo, pois Bethlem, acompanhado por todos os generais de quatro estrelas, deveria encontrar Frota no quartel-general, batizado de *Forte Apache* pelos moradores de Brasília. Temia-se que o ministro demitido, com a ajuda de alguns oficiais e sargentos, tentasse um golpe de mão, prendendo o Alto-Comando."Cuidado com ciladas", disse o presidente a Bethlem.[39] Exigiu que o cargo fosse transmitido naquele mesmo dia porque sabia que a noite é má companheira de presidentes que demitem ministros do Exército. Na tarde de 10 de novembro de 1955, o presidente Carlos Luz demitira o general Henrique Lott e fora dormir. Acordara deposto.[40]

Quando o dia acabou, Frota estava fora do ministério, da política e da farda. Na noite seguinte, de terno azul-escuro, acompanhado pela mulher, embarcou num avião de carreira de volta ao Rio de Janeiro, onde sempre vivera. Tornou-se o pacato morador de um pequeno apartamento no bairro do Grajaú, na Zona Norte. Nos dias imediatamente seguintes à sua exoneração, recebeu algumas visitas. A pelo menos uma mostrou fichas de "comunistas que o Golbery protege".[41] Depois, raramente falou de política, e numa das vezes em que falou, contra o processo de abertura e a anistia de 1979, ninguém lhe deu importância. Morreu em 1996, aos 86 anos, deixando na gaveta suas memórias, escritas entre 1978 e 1980 e publicadas dez anos depois por seu filho, com o título que ele escolhera: *Ideais traídos*.

Demitido, o ex-ministro do Exército Sylvio Frota viaja para o Rio num avião de carreira.

No dia 12 de outubro de 1977, com a demissão de Frota, dissolveu-se a mais perversa das anomalias introduzidas pela ditadura na vida política brasileira, restabelecendo-se a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas. Encerrou-se o ciclo aberto em 1964, no qual a figura do chefe do governo se confundia com a de representante da vontade militar, tornando-se ora seu delegado, ora seu prisioneiro. A maioria dos instrumentos jurídicos do regime ditatorial sobreviveria ainda por alguns anos, mas a recuperação do poder republicano do presidente significou a disponibilidade do caminho da redemocratização. Paradoxalmente, essa restauração partiu não só de um presidente militar, mas do mais marcial dos generais que ocuparam a Presidência. Geisel restabeleceu o primado da Presidência por meio de uma crise militar da qual manteve afastados os políticos, a imprensa e a opinião pública. Podem-se contar nos dedos de uma só mão os civis que tiveram algum tipo de relevo na jornada de 12 de outubro de 1977. Nesse paradoxo, contudo, não está mais uma das charadas da vida política do país, e sim a solução do enigma que acompanha tanto os mecanismos pelos quais os militares tomam o poder como aqueles pelos quais o deixam.

É óbvio que, na rápida cena ocorrida na cerimônia do Planalto, nem Geisel, nem Bethlem, muito menos Marco Maciel acreditavam que no mundo real do poder o presidente da Câmara fosse hierarquicamente superior ao ministro do Exército. Geisel, porém, mostrava sua capacidade de retirar do aparato ditatorial a força necessária para fazer com que Bethlem e Maciel se comportassem como se a supremacia hierárquica do deputado existisse.

Desde 1968, quando, através da vigência do Ato Institucional nº 5, o Brasil entrara no mais longo período ditatorial de sua história, dois presidentes prometeram restaurar as franquias democráticas. Geisel, o único a não fazer essa promessa, acabou com a ditadura. Entre 1974, ao assumir o governo, e 1979, ao deixá-lo, transformou uma Presidência inerte, entregue a um colegiado de superministros, num governo imperial. Converteu uma ditadura amorfa, sujeita a períodos de anarquia militar, num regime de poder pessoal, e quando consolidou esse poder — ao longo de um processo que culminaria no dia 12 de outubro de 1977 — desmantelou o regime. Quando assumiu, havia uma ditadura sem ditador. No fim de seu governo, havia um ditador sem ditadura. No dia 31 de dezembro de 1978, 74 dias antes da conclusão de seu mandato, acabou-se o Ato Institucional nº 5, o instrumento parajurídico que vigorara por dez anos, por meio do qual o presidente podia fechar o Congresso, cassar mandatos parlamentares e governar por decretos uma sociedade que não tinha direito a *habeas corpus* em casos de crimes contra a segurança nacional. Antes, acabara com a censura à imprensa e com a tortura de presos políticos, pilares do regime desde 1968.

O objetivo desta obra é contar por que e como Geisel e Golbery, dois militares que estiveram na origem da conspiração de 1964 e no centro do primeiro governo constituído após sua vitória, retornaram ao poder dez anos depois, com o propósito de desmontar a ditadura. Geisel era um moralista, defensor convicto de um Executivo forte, adversário do sufrágio universal

como forma de escolha de governantes e crítico acerbo do Parlamento como instituição eficaz. Golbery, que em 1956 — em pleno governo constitucional — pedia a criação de um Serviço Nacional de Informações, fundou-o em 1964 e dirigiu-o até 1967. Conviveu com ele a partir de 1974, ajudou a transformar o seu chefe, general João Baptista Figueiredo, em presidente da República e, em 1981, chamou sua criatura de "monstro". Deixou o governo amaldiçoando o que se denominava Comunidade de Informações: "Vocês pensam que vão controlar o país cometendo crimes e encobrindo seus autores, mas estão muito enganados. Vão ser postos daqui para fora, com um pé na bunda", disse Golbery ao general Octavio Aguiar de Medeiros, chefe do SNI, no dia em que saiu do palácio do Planalto, em agosto de 1981.[42]

Foram pessoas tão diversas que só a característica comum da curiosidade pode tê-los aproximado. Geisel, o Sacerdote, foi um crente na evolução dos seres, das sociedades e da vida em geral, uma pessoa reservada e de trato aparentemente difícil. Defensor quase religioso da instituição militar, trazia da caserna o sentido de ordem e uma visão prática da atividade pública capaz de levá-lo, com frequência, ao anti-intelectualismo. Golbery, o Feiticeiro, foi um curioso. Cético e irônico, parecia gostar de problemas muito mais para lidar com charadas do que para ostentar soluções. Geisel acreditava em muitas coisas, inclusive em si próprio. Golbery não acreditava em quase nada, muito menos em si mesmo. Sua frase predileta, tomada a Ivan Karamazov, revelava esse ceticismo que ele chamava de "rebeldia": "Deus morreu, tudo é permitido".

O Sacerdote e o Feiticeiro acreditavam no Brasil e nele mandaram como poucas pessoas o fizeram. Suas trajetórias ensinam como é fácil chegar a uma ditadura e como é difícil sair dela.

Até o início dos anos 1990, quando os pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDoc, começaram a publicar os depoimentos da memória militar do período, a

bibliografia da ditadura esteve espremida entre dois absolutos. Num estivera a retórica militar de um regime que caducara. No outro, um revisionismo que, por falta de fontes ou vontade de buscá-las, menosprezou a voz calada. Pode-se estimar que entre 1979 e 2000, para cada dez livros de memórias e biografias de oposicionistas, publicou-se apenas um relacionado com as lembranças ou a vida dos hierarcas da velha ordem. A voz dos militares foi recuperada pela trilogia coordenada pelos professores Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina d'Araujo e Celso Castro. Os dois últimos enriqueceram essa bibliografia com o depoimento de Ernesto Geisel.[43]

Dessa série de entrevistas, publicada depois de sua morte, Geisel emerge como o único general a defender a tortura: "Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões". Logo ele, que acabou com ela. Fez essa defesa por duas razões. Primeiro, porque realmente considerava a tortura necessária. Segundo, porque tinha tamanha vergonha de ser apanhado mentindo que por mais de cinquenta anos deve ter sido uma das poucas pessoas que jogavam pôquer sem jamais recorrer ao blefe: "Eu nunca blefei. É um jogo que você joga com as cartas, com as fichas e com o temperamento dos parceiros. Aí é que entra o blefe. Para mim seria uma decepção tão grande ser apanhado blefando que nunca blefei".[44]

É vasta a literatura sobre a entrada dos militares no processo político dos países subdesenvolvidos. É bem menor, infelizmente, a bibliografia da saída. No poder, os generais raramente contam as maquinações políticas de que participam. Fora dele, raramente são procurados para falar do passado. Essa circunstância diminui o conhecimento dos motivos e dos mecanismos pelos quais se processam as retiradas, exceto quando elas são consequência de desastres militares, como sucedeu na Argentina depois da Guerra das Malvinas, em 1982, e na Grécia dos coronéis depois da aventura cipriota, em 1974.

O mais caudaloso dos generais que tomaram o poder no século XX, Charles de Gaulle, escreveu cinco volumes de memórias e neles foi de suprema avareza na narrativa do metabolismo da política militar. Ao longo de todos os seus livros, fala com frequência da grandeza da França, de seu Exército e da encarnação dos dois: De Gaulle. Quando se trata de procurar os mecanismos políticos a que recorreu para desmontar a associação dos militares com a extrema direita, a repressão política e o colonialismo na Argélia, tudo somado não junta dez páginas.[45]

É possível arriscar uma explicação para esse fenômeno. Os militares procuram preservar a própria mística segundo a qual, em quase todos os idiomas, as Forças Armadas, por suas virtudes, colocam-se acima dos partidos e da política dos civis. "É uma questão de pudor", diria Geisel.[46] Por isso, mesmo quando relembrava os dias de seu governo, raramente se referia às razões que o levaram a pôr o general Fernando Bethlem no lugar de Sylvio Frota.

Se há uma grande diferença entre a política dos civis e a dos militares, ela está no fato de que esta envolve uma corporação burocrática fechada que precisa acima de tudo preservar alguma forma de coesão. Quando as Forças Armadas estão metidas na política, a remoção de um coronel de lealdade duvidosa é decidida geralmente de maneira semelhante à transferência de um diretor de hospital municipal que, depois de ter se ligado à oposição, perdeu a confiança do prefeito. Contudo, se a sanção ao médico é muitas vezes apresentada orgulhosamente como vingança, a remoção do coronel é sempre apresentada como puro produto da rotina. Prefeitos e médicos podem brigar abertamente. Ambos podem mudar de partido, de hospital e, até mesmo, deixar a política ou a medicina. Os militares não podem fazer isso com a mesma facilidade, pois um capitão de fragata não pode trocar de Marinha nem um major de cavalaria, de Exército. Permanecendo na corporação, convivem com a mesma geração de colegas, respeitando praticamente a mesma hierarquia ao longo de toda a

vida. No mundo civil, o primeiro colocado numa turma de engenharia perde-se na lembrança dos tempos. Já nos quartéis, o primeiro colocado na Academia Militar é, pela eternidade, uma espécie de campeão olímpico. Vivem como passageiros de um imenso transatlântico no qual se fazem amizades e antipatias sob o compromisso de manter o barco à tona, a fé no destino e, se possível, o conforto a bordo. Septuagenários e poderosos, jamais esquecem um capitão cuja mulher saía em aventuras vespertinas ou um tenente-coronel que colava na Escola de Estado-Maior. Jamais se esquecem, por exemplo, dos apelidos da juventude, ganhos no tempo das escolas militares. Para um aspirante dos anos 1930, o Brasil foi presidido de 1964 a 1985 por *Tamanco*, *Português*, *Milito*, *Alemão* e *Figa*.

O silêncio dos generais foi compensado pela utilização maciça de conceitos teóricos. Com isso, frequentemente misturaram-se ideias brilhantes e preconceitos, dando-se força de dogma a algumas racionalizações que, no máximo, seriam bons instrumentos de especulação. Para explicar a brutalização da política, recorreu-se demais ao que se chama de Doutrina de Segurança Nacional ou, na sua denominação crítica, Ideologia da Segurança Nacional. Trata-se do sistema através do qual se teria processado, calculadamente, a articulação da ditadura. Nesse arcabouço doutrinário, formulado e desenvolvido na Escola Superior de Guerra, seria possível encontrar, arrumadas, as ideias do regime militar. Nessa racionalização juntaram-se tanto defensores como adversários do regime.

A deficiência central da Doutrina de Segurança Nacional, tanto para quem combateu a ditadura como para quem a adorou, está no fato de que ela nada teve de doutrina, muito menos de ideologia. A expressão “segurança nacional” embutiu um preconceito, talvez uma ideia. Como uma personagem do escritor V. S. Naipaul, “ela tem muitas opiniões, mas não chegam a formar um ponto de vista”. Nos seus 21 anos de vida, o regime militar operou nas questões de segurança do Estado por meio de

elementares práticas policiais. Quando essas práticas foram colocadas em português mais complicado, isso foi feito para construir racionalizações e justificativas. Primeiro se deu à tortura a condição de política de Estado. Depois é que se criou um “Sistema de Segurança Interna”, que nem sistema chegou a ser.

Exagerar a importância do que seria uma astuciosa ideologia específica da “Revolução Redentora de 31 de Março de 1964” faz com que se veja racionalidade onde não houve. Tome-se o caso da interferência de militares ligados ao Serviço Nacional de Informações no projeto de desmatamento da floresta que deveria ser coberta em 1980 pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Se a operação tivesse dado certo, caberia como uma luva a explicação segundo a qual negócio tão lucrativo foi entregue a militares da reserva porque isso fazia parte do projeto de fortalecimento do poder do Estado na Amazônia. Deu errado e, em 1985, custara ao país cerca de 30 milhões de dólares. Tudo se resumia a uma negociata envolvendo meia dúzia de espertalhões ligados ao SNI. Tucuruí seria uma exceção? Tome-se então o caso da indústria de material bélico. Seria um ingrediente de fortalecimento do poder nacional. Suas atividades clandestinas, operações negras e a desenvoltura com que se traficaram influências prenunciavam o colapso de uma fraude. Finalmente, gastaram-se milhões de dólares no projeto secreto de construção de um artefato nuclear. Havia uma iniciativa para o enriquecimento de urânio na Marinha e outra na Aeronáutica. Havia também o projeto de abertura de um buraco de trezentos metros de profundidade por um metro e meio de diâmetro, na serra do Cachimbo, na Amazônia. Seria a área de teste do artefato. A equipe do buraco foi a única que chegou ao final.[47]

A Doutrina de Segurança Nacional serviu também de conduto para racionalizar tudo o que aconteceu de ruim na ditadura. Quando essa mesma ditadura começou a se retrair, jogou-se fora a demonologia militar e entronizou-se a beatificação das massas. Cada recuo do regime foi

entendido como consequência de uma pressão das forças libertárias da sociedade. A fé em que “o povo unido jamais será vencido” é insuficiente para explicar mudanças ocorridas antes que aparecessem, como tais, as pressões. É este, por exemplo, o caso da suspensão da censura à imprensa, processo cautelosamente iniciado em 1974 e concluído dois anos depois.

Atribuir o fim da censura a qualquer tipo de pressão direta sobre o governo seria um exagero, pois se a censura tem uma utilidade esta é a de colaborar decisivamente para a desmobilização política da sociedade. Atribuí-lo a um movimento dos proprietários de jornais, revistas e emissoras, um despropósito. Devê-lo a uma resistência maciça dos jornalistas, cortesia impossível. O fim da censura só se explica através do complexo mecanismo de uma decisão imperial do presidente Ernesto Geisel: “Recebi no palácio todos os donos de órgãos de comunicação. Nenhum me pediu o fim da censura”.[48] Quem pedisse perderia seu tempo.

Para quem quiser cortar caminho na busca do motivo por que Geisel e Golbery desmontaram a ditadura, a resposta é simples: porque o regime militar, outorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça.

Como ela tomou conta do país e como a desmancharam é uma história mais comprida. Começa na noite de 30 de março de 1964, quando a democracia brasileira tomou o caminho da breca.

1 Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, p. 80.

2 Ernesto Geisel, 1982 e julho de 1992. Há duas versões semelhantes para esse diálogo. Uma, de Geisel, em seu depoimento a Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), em *Ernesto Geisel*, p. 406. A versão de Frota está em sua “nota para a imprensa”, de 12 de outubro de 1977, e também se encontra, resumida, em Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, pp. 86-7. Com seus argumentos e numa narrativa mais extensa, Frota a incluiu em seu livro de memórias *Ideais traídos*, publicado em 2006, pp. 545-50.

* Phillipe Marie Aimé de Golbery (1786-1854) nasceu na cidade de Colmar. Foi juiz e arqueólogo. *Jornal do Brasil*, 25 de junho de 1975.

3 Para o apelido, coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985.

4 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de junho de 1975 e 28 de maio de 1975. APGCS/HF. Sobre a nomenclatura militar, veja o apêndice no fim do volume.

5 Golbery do Couto e Silva, 1975.

6 Idem, 1984.

* Em 25 de fevereiro de 1967, o Ministério da Guerra passou a se denominar Ministério do Exército.

7 "Nota para a imprensa" de Sylvio Frota, 12 de outubro de 1977. APGCS/HF.

8 Coronel Kurt Pessek, novembro de 1984.

9 Geisel repetia ao longo de suas entrevistas essa observação, tanto para se referir ao episódio da demissão de Frota quanto para comentar as dificuldades de um hipotético golpe contra a eleição e a posse de Tancredo Neves na Presidência da República, em 1985.

10 Ernesto Geisel, 1981.

11 Discurso de Geisel aos dirigentes da Arena, 28 de agosto de 1974, em Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: 1974, p. 122.

12 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 512.

13 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 131.

14 Ernesto Geisel, 1982.

15 Heitor Ferreira, dezembro de 1977.

16 Ernesto Geisel, 1984.

17 Para a amizade do coronel Francisco Rabelo Leite com Figueiredo, anotação manuscrita de Figueiredo ("é meu amigo") em duas folhas em que um informante lhe dava conta da situação política, em 5 de outubro de 1977. APGCS/HF.

18 Ernesto Geisel, 1995.

19 *O Estado de S. Paulo*, 6 de novembro de 1977. Para o chefe de gabinete, general Bento Bandeira de Mello, Armando Daudt d'Oliveira, que o encontrou no aeroporto do Rio, maio de 1988.

20 Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, p. 90.

21 Telex de Marinilda Carvalho, da sucursal de *Veja* em Brasília, consultado em 1987, na pasta "Sílvio Frota", do Departamento de Documentação (Dedoc) da Editora Abril.

22 Depoimento do general Enio Pinheiro, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 239.

23 Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, p. 83.

24 O general Venitius Nazareth Notare, chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações, foi ao QG. Quando verificou que era o único quatro-estrelas no prédio, voltou para casa e, de lá, foi para o Planalto. Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 514-7.

25 Depoimento do general Enio Pinheiro, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 239.

26 Armando Falcão, *Geisel*, p. 245.

27 Depoimento de Sylvio Frota, em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 393.

28 *Relatório Especial de Informações nº 01/77-E2, Apreciação da Política Nacional*, marcado "confidencial", de 5 de setembro de 1977, assinado pelo general Bethlem. APGCS/HF.

29 Ernesto Geisel, outubro de 1986. Geisel admitiu que, numa outra circunstância, “talvez” demitisse Bethlem.

30 Ernesto Geisel, 1982.

31 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 505.

32 Idem, p. 506.

33 *Veja*, 14 de março de 1979, com a íntegra da carta.

34 Armando Daudt d’Oliveira, abril de 1988. Para os dois casais convidados para jantar, depoimento do coronel Tulio Teixeira no artigo “Foi assim”, publicado na *Tribuna de Petrópolis* de 3 de dezembro de 2000.

35 Armando Daudt d’Oliveira, maio de 1988.

36 Para a certeza de Frota, Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 136.

37 Ernesto Geisel, 1984 e outubro de 1986.

38 A partir de 1984, Geisel repetiu essa explicação diversas vezes em suas entrevistas e conversas.

39 Ernesto Geisel, 1984.

40 Idem, setembro de 1985 e dezembro de 1993. Para a exigência, comunicada pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, *O Estado de S. Paulo*, 6 de novembro de 1977.

41 M. F. do Nascimento Brito, 1984 e 1988. Ele visitou Frota em seu apartamento poucos dias depois da demissão.

42 Golbery do Couto e Silva, 1984.

43 Compõem a trilogia: *Visões do golpe*, *Os anos de chumbo* e *A volta aos quartéis*. O título do depoimento é *Ernesto Geisel*.

44 Ernesto Geisel, junho de 1994.

45 Charles de Gaulle, *Mémoires d’espoir*, tomo I: *Le Renouveau* 1958-1962.

46 Ernesto Geisel, 1985.

47 Depoimento do brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro a Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), em *Militares e política na Nova República*, p. 166. O buraco foi tapado em 1990.

48 Ernesto Geisel, 1984. Geisel equivocou-se ao dizer que recebeu todos os donos de órgãos de comunicação. Nunca se encontrou com Octavio Frias de Oliveira, proprietário da *Folha de S.Paulo*, e quando recebeu Julio de Mesquita Neto, diretor responsável d’*O Estado de S. Paulo*, em dezembro de 1976, a Censura já saíra do jornal havia quase dois anos.

PARTE I
A QUEDA

a Manhã
Fora!
PROCLAMAÇÃO

NAS FOTOS ANTERIORES

Jango e Maria Thereza no comício da Central
John Kennedy com o embaixador Lincoln Gordon
Cabo Anselmo durante a rebelião dos marinheiros
1º de abril de 1964: Jango deixa o Rio
General Mourão Filho, o rebelde vitorioso

O Exército dormiu janguista

O presidente João Goulart estava na antessala de seus aposentos, no primeiro andar do palácio Laranjeiras, sua residência oficial no Rio de Janeiro. Naquela noite de segunda-feira, 30 de março de 1964, deveria discursar para um auditório de suboficiais e sargentos das Forças Armadas reunidos no salão do Automóvel Clube, na Cinelândia, a menos de meia hora de distância. Com Jango — apelido pelo qual o presidente era carinhosamente chamado desde a infância — estavam o deputado Tancredo Neves, líder do governo na Câmara, e o ministro da Justiça, Abelardo Jurema. Ambos tentavam convencê-lo a não ir à reunião.[1] Argumentavam que a presença do presidente jogaria lenha na crise militar que o país atravessava.

Tancredo tinha a amarga experiência adquirida como ministro da Justiça na crise de agosto de 1954, quando Getulio Vargas se matara com um tiro no peito diante de uma rebelião militar. Achava que o presidente só poderia ir ao encontro com os sargentos se isso fizesse parte de um plano pelo qual estivesse disposto a patrocinar um fulminante processo de radicalização política. Mesmo nesse caso, só deveria ir se já estivesse numa campanha militar. Jango se aborreceu com o receio de Tancredo.[2]

O chefe do Gabinete Militar, general Argemiro de Assis Brasil, pegara a conversa pelo meio. Ele era o pai de um chamado “dispositivo militar” que, pelas suas contas, assegurava a Jango uma inédita lealdade dos quartéis. Horas antes estimara que houvesse 20 mil pessoas na Cinelândia. Entre elas estaria a esmagadora maioria dos suboficiais e sargentos do Exército, da

Marinha e da Aeronáutica baseados no Rio. De cara fechada, o general disse a Jango: “Presidente, tudo pronto, o esquema já entrou em execução”.[3] Jango foi.

João Goulart era um homem sem inimigos. Os ódios que despertou vieram todos da política.

A comitiva serpenteou pela estrada que desce a colina sobre a qual está o Laranjeiras, e Tancredo teve um de seus momentos de fatalismo pessimista: “Deus faça com que eu esteja enganado, mas creio ser este o passo do presidente que irá provocar o inevitável, a motivação final para a luta armada”.[4]

Pela primeira vez em sua vida política João Goulart tomava a ofensiva no meio de uma crise militar. Tinha 45 anos e fora abatido duas vezes por pronunciamentos militares. Em fevereiro de 1954 um manifesto de coronéis tirara-o do Ministério do Trabalho. Em 1961, quando Jânio Quadros renunciou, era o vice-presidente e viu-se vetado pelos ministros militares. Só assumira porque aceitara, depois de uma crise em que o país esteve perto da guerra civil, uma fórmula pela qual se fabricou um humilhante regime parlamentarista cuja essência residia em permitir que ocupasse a Presidência desde que não lhe fosse entregue o poder.

Sua força derivava da máquina da previdência social e das alianças com a esquerda no controle dos sindicatos. Sua biografia raquítica fazia dele um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional.[5] Seus prazeres estavam na trama política e em pernas, de cavalos ou de coristas.[6] Tinha 15 mil hectares de terra em São Borja e um rebanho de 65 mil animais.[7] Movia-se no poder por meio daqueles sistemas de recompensas e proveitos que fazem a fama dos estancieiros astuciosos. Introvertido e tolerante, era um homem sem inimigos. Os ódios que despertou vieram todos da política, nunca da pessoa. Sua presença no palácio do Planalto era um absurdo eleitoral a serviço de um imperativo constitucional. Em 1960, 5,6 milhões de brasileiros haviam votado em Jânio Quadros, um demagogo que fizera a campanha eleitoral usando a vassoura como símbolo. Jânio prometera varrer a ordem política de que Jango era produto. Pela Constituição de 1946, a escolha do presidente e a de seu vice não estavam vinculadas. Assim, elegeram-se ao mesmo tempo Jânio, com sua vassoura,

e Jango, que, a juízo dos seguidores do novo presidente, encarnava o lixo a ser varrido.[8]

Goulart recuperara os poderes presidenciais em janeiro de 1963, depois de um plebiscito, com 9,5 milhões de votos contra 2 milhões dados ao parlamentarismo. Tentara um golpe em outubro, solicitando ao Congresso a decretação do estado de sítio, e vira-se abandonado pela esquerda, que repeliu a manobra. No mínimo, deporia os governadores de São Paulo e da Guanabara. No máximo, deporia também o governador esquerdista Miguel Arraes, de Pernambuco.[9] Seu "dispositivo" fora tão longe que planejara o sequestro, por uma tropa paraquedista, do governador carioca Carlos Lacerda. Por ordem do ministro da Guerra, Lacerda seria capturado por uma patrulha, durante uma visita matutina ao hospital Miguel Couto.[10] [*Veja o documento*] Deu tudo errado. O coronel escalado para a ação pediu ordens escritas. O general encarregado da operação procurou dois outros oficiais, mas ambos ficaram na mesma linha. Quando conseguiu um coronel disposto a fazer o serviço, Lacerda já tinha partido.[11] Desamparado, Jango submeteu-se à humilhação de retirar o projeto que remetera à Câmara. No mesmo dia em que Goulart tentara colocar o Brasil sob estado de sítio, reunido com o presidente John Kennedy e a cúpula do governo americano na Casa Branca, o embaixador americano Lincoln Gordon estimou em 50% as chances de Goulart concluir seu mandato. Por cerca de uma hora, discutiram como operar nas outras 50%.[12]

Lincoln Gordon

Depois de tentar um golpe sem a esquerda, Jango infletiu o governo na sua direção. Acelerara nos primeiros meses de 1964, até que no dia 13 de março, num grande comício na praça em frente à Central do Brasil (ao lado do Ministério da Guerra), anunciou sua disposição de lançar o governo na campanha pelas reformas de base. [*Veja o documento*] Assinou dois decretos. Um desapropriava as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais. Outro encampava as refinarias particulares de petróleo. No palanque, o líder do governo no Senado disse que "se o Congresso Nacional não aprovar as reformas, perderá sua identidade com o povo".[13] Era um governo em crise, com a bandeira das reformas hasteada no mastro da intimidação. À tensão política somava-se um declínio econômico. O presidente dizia que "o vertiginoso processo inflacionário a que estamos submetidos irá fatalmente arrastar o país à bancarrota, com todo o sinistro cortejo de um desastre social de proporções catastróficas".[14] Os investimentos estrangeiros haviam caído à metade.[15] A inflação fora de 50% em 1962 para 75% no ano seguinte. Os primeiros meses de 1964 projetavam uma taxa anual de 140%, a maior do século.[16] Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra a economia registrara uma contração na renda *per capita* dos brasileiros.[17] As greves duplicaram, de 154 em 1962, para 302 em 1963.[18] O governo gastava demais e arrecadava de menos, acumulando um déficit de 504 bilhões de cruzeiros, o equivalente a mais de um terço do total das despesas.[19] Num país onde a tradição dava aos ministros da Fazenda uma média de vinte meses de permanência no cargo, Goulart dera pouco mais de seis meses a seus cinco ministros.[20]

13 de março de 1964. Jango no palanque do comício da Central, com sua mulher, Maria Thereza. Ela, numa de suas raras aparições públicas.

A guinada dividira o país. O conservadorismo paulista respondera ao comício do dia 13 com uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em que se reuniram perto de 200 mil pessoas com faixas ameaçadoras (“Tá chegando a hora de Jango ir embora”) e divertidas (“Vermelho bom, só batom”).[21] O Congresso, com maioria conservadora, mostrava-se disposto a bloquear os projetos de reforma e a cozinhar o surto esquerdista até o ano seguinte. Em outubro de 1965 o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, disputariam o palácio do Planalto. Uma pesquisa realizada em oito capitais indicava que JK tinha 37% das preferências, contra 25% de seu principal adversário.[22]

Rio de Janeiro, 2 de abril. A Marcha da Vitória, abençoada pelo cardeal Jaime Câmara, que atribuiu a derrubada do governo ao "auxílio divino obtido por nossa Mãe Celestial, pelo Venerável Anchieta, pelos quarenta mártires do Brasil e outros santos protetores de nossa pátria".

Ao cultivar o choque com o Congresso, Goulart dava a impressão de que pretendia atropelar a sucessão, como fizera Getulio Vargas em 1937. Seus adeptos mais apaixonados chegavam a falar em "Constituinte com Jango" e a defender uma reforma política que lhe permitisse disputar a reeleição, vedada pela Carta de 1946. Em janeiro, numa entrevista à TV Tupi, Luiz Carlos Prestes, o mitológico secretário-geral do Partido Comunista, anunciou seu apoio implícito à manobra: "O próprio presidente João Goulart pode pretender ser candidato. Talvez mesmo, o candidato do presidente Goulart à Presidência da República seja ele mesmo. Não sei como pretende chegar lá. Será através de uma reforma constitucional? Pode ser, não? Reformar a Constituição para permitir a reeleição". Prestes e os postes sabiam que o Congresso não votaria esse tipo de emenda. Minutos depois, responderia: "Poderíamos concordar com a dissolução do

Congresso se houvesse um governo que desse as necessárias garantias democráticas a todas as forças patrióticas e democráticas e assegurasse eleições livres para uma Assembleia Constituinte. (...) Uma Assembleia muito mais avançada que esse Congresso, que não reflete a opinião pública do nosso país".[23]

Jango foi ao encontro dos sargentos no meio da maior crise militar de seu governo. Ela explodira inesperadamente uma semana antes. Enquanto o presidente aproveitava os feriados da Semana Santa na sua fazenda, em São Borja, o ministro da Marinha mandara prender doze graduados que haviam transformado uma irrelevante Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais numa entidade parassindical, infiltrada pelo Partido Comunista.[24]

Sargentos, cabos e marujos amotinaram-se no palácio do Aço, sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, controlado pelo PCB.[25] Por quatro dias recusaram-se a abandoná-lo, exigindo que as punições fossem revogadas. Uma tropa de fuzileiros enviada para desalojá-los foi desmoralizada por 23 de seus soldados, que jogaram as armas ao chão e aderiram à revolta. Só se contornou a crise quando oficiais do Gabinete Militar da Presidência foram ao sindicato e sentaram à mesa de negociações com o líder da rebelião, o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos, nacionalmente conhecido como *Cabo Anselmo*. O arranjo saído dessas conversas resultara numa dupla humilhação para a oficialidade da Marinha. Primeiro, porque os marinheiros, presos, foram levados para quartéis do Exército. Segundo, porque logo depois, soltos, saíram pelas ruas do Rio em passeata, carregando dois almirantes de esquerda nos ombros.[26] O ministro da Marinha se demitira, e Jango, sem conseguir um oficial da ativa para substituí-lo, nomeara o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, quadro da reserva da Força, próximo do Partido Comunista.[27] O almirante, de 68 anos, estava fora da tropa desde 1959 e mal completara três dias na cadeira.

27 de março de 1964. Marinheiros rebelados carregam o almirante Cândido Aragão, o *Almirante do Povo* ou *Almirante Vermelho*.

A ida do presidente ao Automóvel Clube indicava que o governo esporeava a crise, aceitando o seu agravamento como parte de uma ofensiva ampla e radical. O calendário de manifestações desse ataque era público. Na sexta-feira, 3 de abril, Jango deveria ir a Santos. Uma semana depois estaria em Santo André, no ABC paulista. No dia 11 voaria para Salvador, onde provavelmente decretaria o monopólio da distribuição dos derivados de petróleo. Em seguida participaria de grandes manifestações populares em Belo Horizonte e Brasília. No dia 1º de maio o presidente deveria estar num comício em São Paulo.[28]

Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no "dispositivo militar" e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial.[29] Na segunda semana de março, depois de uma rodada de reuniões no Rio de Janeiro, o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, tomou o avião para o Recife avisando a um amigo que o levara ao aeroporto: "Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei".[30]

O ex-governador gaúcho Leonel Brizola achava que viria de cá, do presidente, seu cunhado.[31] Veterano militante do varguismo, saíra de uma infância pobre e, formado engenheiro, casara-se em 1950 com a irmã de Jango. Tivera Getulio como padrinho. Devia muito de sua carreira ao presidente, mas o cunhado devia à sua tenacidade o levante das forças civis que lhe permitiram assumir a Presidência durante a crise de 1961. Fazia tempo que Brizola repetia: "Se não dermos o golpe, eles o darão contra nós".[32]

No dia 29 de março, num artigo intitulado "Em colapso o sistema militar anti-Goulart", Carlos Castello Branco, o mais respeitado colunista político do país, escrevera: "A impressão das correntes oposicionistas (...) é a de que, se não ocorrer um milagre, nos próximos dias, se não nas próximas horas, o Sr. João Goulart, ainda que não o queira, cobrirá os objetivos que lhe são atribuídos de implantar no país um novo tipo de República (...)".[33]

Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro se destinava a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda.

O "dispositivo" do general Assis Brasil era impressionante. A Marinha, tradicional reduto do conservadorismo militar, estava desmoralizada. Na Aeronáutica entendia-se que o apoio maciço dos sargentos — peças vitais na engenharia do funcionamento da Força — neutralizaria os arroubos dos oficiais descontentes. No Exército, onde os golpes se decidem, a situação parecia esquematicamente clara. O ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, apoiava Jango e fora cumprimentá-lo à saída do palanque do comício do dia 13.[34] Não havia comando importante em mãos duvidosas. O I Exército, que controlava a tropa do Rio de Janeiro, estava com o general Armando de Moraes Âncora, amigo do ministro, soldado disciplinado. Se Âncora piscasse, tinha abaixo o general Oromar Osorio, tão simpático ao governo que figurava entre os chamados "generais do povo". Oromar

comandava a mais poderosa guarnição do país, a 1ª Divisão de Infantaria, aquartelada na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Salvo em 1961, o grosso da tropa carioca decidira ou consumara todos os levantes militares da história nacional.* Em São Paulo, o II Exército era comandado pelo general Amaury Kruel, amigo e compadre de Jango, a quem servira como chefe do Gabinete Militar e como ministro da Guerra.[35]

No III Exército, que reunia as tropas do Sul, estava o general Benjamin Rodrigues Galhardo, tão leal ao "dispositivo" quanto Âncora. Assis Brasil ainda contava com a infiltração feita em alguns postos relevantes, nos quais classificara coronéis da confiança do governo e, em poucos casos, membros do Partido Comunista.

A base militar do PCB, conhecida apenas pela sua cúpula, denominava-se Setor Mil. Só Prestes e dois membros da comissão executiva sabiam os nomes de seus oficiais, divididos em compartimentos estanques. Numa estimativa prudente, os oficiais da ativa que militavam no partido e, em tese, poderiam ser mobilizados por sua direção, estariam em torno de cem. Os oficiais superiores eram mais de vinte mas não passavam de trinta. Alguns deles tinham identidade ideológica com o partido, seguiam a sua linha política, mas não se reuniam formalmente como militantes comunistas. A principal influência (desarmada) do PCB estava no Conselho de Segurança Nacional, onde o coronel Paulo Eugenio Pinto Guedes chefiava o gabinete de sua secretaria-geral. Estava no Partido também o piloto de Jango, o tenente-coronel Hélio de Anísio. Gravitavam em torno do PCB, no Rio, o coronel Joaquim Ignacio Cardoso e o ajudante de ordens do general Assis Brasil, capitão Eduardo Chuahy.[36] Na FAB podem ter sido vinte, entre os quais dois brigadeiros e três coronéis. Com quatro estrelas, o brigadeiro Francisco Teixeira comandava a poderosa III Zona Aérea, sediada no Rio. Uma das bases da FAB, a "Olavo Bilac", era composta por cinco oficiais que usavam como codinomes a identidade completa do poeta: Olavo, Brás, Martins, Guimarães e Bilac.[37]

O cuidado com que fora montado o “dispositivo” podia ser mais bem percebido quando se olhava para os generais que certamente estariam conspirando. Podia-se temer a capacidade de articulação do general Oswaldo Cordeiro de Farias. Conspirador e insurreto desde 1924, era uma espécie de patriarca das revoltas militares nacionais. Comandara a artilharia da Força Expedicionária Brasileira, no front italiano da Segunda Guerra Mundial. Sem função, comandava o motorista do seu automóvel. O general Orlando Geisel, outrora poderoso chefe de gabinete do ministro da Guerra, chefiava baterias de telefones na subdiretoria de material de engenharia. Seu irmão Ernesto, que até bem pouco comandara a guarnição do Paraná, caíra para a 2ª Subchefia do Departamento de Provisão Geral, onde movia papéis. O coronel Golbery do Couto e Silva, que desde 1952 redigira todos os manifestos sediciosos contra Vargas e Jango, passara voluntariamente para a reserva em 1961. Mesmo generais que em outras épocas ficaram fora do golpismo mas não inspiravam confiança, tinham sido mantidos longe da tropa, naquele limbo burocrático da administração militar que se denomina “canil”. Ao quatro-estrelas Arthur da Costa e Silva, ex-comandante do IV e do II Exército, haviam dado o Departamento de Produção e Obras, onde se queixava de comandar um contingente de apenas vinte e poucos homens. Pressionado pelo soldo modesto e pela falta de sorte nas cartas, andara mal de finanças e chegara a pedir ao poderoso Oromar Osorio que lhe conseguisse uma embaixada.[38] Mesmo depois do comício de Jango na Central do Brasil o general Costa e Silva sentia o peso do “dispositivo”. Num encontro em que Cordeiro de Farias o convidou para botar a tropa na rua, reagiu: “Você está maluco? Nós não podemos fazer nada”.[39]

Entre os mais respeitados quatro-estrelas estava o general Humberto de Alencar Castello Branco, um cearense de 63 anos, fisicamente inesquecível por desconexo. Tinha as pernas compridas demais para o tronco atarracado, em que estava enfiada uma das mais típicas cabeças chatas produzidas pelo Nordeste. Sua postura rígida, projetando-lhe o peito e os ombros, parecia

reflexo de um temperamento hierático quando, na realidade, era uma construção do colete ortopédico de alumínio e lona em que o general vivia amarrado.[40] De uma ponta a outra media 1,64 metro. Estava havia menos de um ano na chefia do Estado-Maior do Exército, função biograficamente honorífica e operacionalmente inócua. Comandava o sexto andar do prédio do Ministério da Guerra, no Centro do Rio. Fora isso, mandava apenas em sua casa da rua Nascimento Silva, em Ipanema. Fora um respeitado chefe da seção de operações da Força Expedicionária Brasileira. Nas primeiras horas da crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961, defendera reservadamente a posse de João Goulart.[41] Mais tarde, condenara as jogadas militares do "dispositivo" janguista. Num documento enviado ao ministro Jair Dantas Ribeiro, advertira: "Tutelando policialmente o país, mais sofreremos vexames, perante a Nação, dos qualificativos rudes de 'gorilas', 'reacionários', 'golpistas' e 'patetas'".[42]

Na noite do comício da Central, Castello estarrecera-se com a ida de Jair ao palanque. Uma semana depois, distribuiu aos seus comandados no Estado-Maior uma *Circular Reservada*, na qual atacava o "grupamento pseudossindical", acusando-o de "antipátria, antinação e antipovo", e pedia aos subordinados para "perseverar, sempre dentro dos limites da lei".[43]

Castello fora trazido para a conspiração por dois velhos amigos, o marechal Ademar de Queiroz, na reserva desde dezembro de 1963, e o general Cordeiro de Farias. Em fevereiro estava documentadamente nela. Em carta a um coronel amigo que servia no Recife, informava: "O IV Exército, na reação legalista, é básico. Basta durar na ação umas 48 horas. Não ficará só".[44] [*Veja o documento*]

Sua circular era um exercício em torno da "reação legalista". Apesar do prestígio da assinatura, o documento não sacudiu aquele grande pedaço da oficialidade que vive numa rotina em que a ordem e a disciplina se misturam à carreira, formando o perfil do militar a quem os governantes chamam de profissional e os conspiradores de indeciso. O próprio 1º

subchefe do Estado-Maior, general Aurelio de Lyra Tavares, recebeu o documento com sobressalto, a ponto de julgar-se obrigado a uma resposta. Deu-a por escrito, numa carta a Castello, deixando claro que só vira o papel na véspera de sua expedição (portanto, não ajudara a escrevê-lo). Em seguida, protestou: "Continuo a julgar que o referido documento devia, e deve, ser discutido com o ministro, antes de sua expedição definitiva".[45] [*Veja o documento*] Uma cópia da circular chegara aos generais do "dispositivo", e a cabeça de Castello ficou a prêmio. Jango decidiu que o demitiria.[46]

Uma semana depois da distribuição da circular, a revolta dos marinheiros deu à advertência do chefe do Estado-Maior quase que um tom de profecia. O que sucedera na Marinha fora a quebra da hierarquia. O ministro da Justiça de Jango, Abelardo Jurema, percebera a extensão desse estrago logo que a confusão começou. Paraibano loquaz e boêmio, era um agradável frequentador da noite carioca. Encontrara-se num restaurante com um amigo, o coronel da Aeronáutica Lino Teixeira, que o alertara: em defesa da hierarquia militar, seria capaz de se juntar aos piores adversários do governo. Lino, além de amigo de Jurema, era irmão do brigadeiro Francisco Teixeira.[47] Nem sequer no Setor Mil do partido havia simpatia para com a baderna. Carlos Marighella, secretário de agitação e propaganda da comissão executiva do PCB, telefonou para a casa do tenente-coronel Kardec Lemme, veterano militante comunista, e lhe disse: "O senhor não deveria estar aí. No Sindicato dos Metalúrgicos está se decidindo o futuro do nosso país". O coronel respondeu: "Se você não fosse o que é, eu iria dizer por que não estou lá. Como você é o que é, vou descer e tomar uma Coca-Cola".[48]

À direita, não havia data nem base definidas, mas havia uma senha.[49] Ela seria qualquer ato de força do governo, quer contra o Congresso, quer contra os governadores que lhe eram hostis. A base mais sólida estava em Minas Gerais, pois se desejava que o movimento eclodisse numa área onde houvesse harmonia entre as tropas rebeladas e o poder civil que as deveria

amparar. Em nenhum outro estado-chave os generais e o governador tinham se aproximado tanto no planejamento da insurreição. Militarmente inexpressiva, Minas era governada por José de Magalhães Pinto, dono do Banco Nacional de Minas Gerais, que sonhava com a Presidência. Ligara-se a Castello e acabara de formar um secretariado suprapartidário. Nele dera ao ex-chanceler Afonso Arinos a bizarra função de secretário de Relações Exteriores. Divulgara um manifesto pedindo a "restauração da ordem constitucional". Mobilizara sua polícia militar, estocara gasolina e confessara-se ao arcebispo de Belo Horizonte, d. João Resende Costa. Dele recebera uma bênção pessoal para "a causa de Minas contra o comunismo".[50]

Os dois generais de Minas tinham pressa. O comandante da Infantaria Divisionária/4, Carlos Luiz Guedes, e o general Olympio Mourão Filho, da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria, não podiam esperar pela senha. Mourão estava a um passo da compulsória, com poucos meses de vida no serviço ativo, depois dos quais seria metido num pijama. Guedes estava a um passo da substituição. Já sabia o nome do oficial que viria rendê-lo, relegando-o a um fim de carreira no "canil". O "dispositivo" não confiava neles e os deixara nos postos porque, juntos, não somavam um regimento adestrado. Detestavam-se. Mourão chamava Guedes de "falastrão insuportável", e Guedes o via como um indeciso.[51] A ideia de Mourão era derrubar Jango através de um golpe fulminante que denominava *Operação Popeye*. Desceria de seu quartel, em Juiz de Fora, a 150 quilômetros do Rio, com uma tropa pequena e bem-treinada. Acreditava que poderia tomar de assalto o prédio do Ministério da Guerra em menos de 24 horas. O resto cairia de podre. Guedes e Magalhães Pinto, em Belo Horizonte, trabalhavam noutra linha, que consistia em rebelar Minas Gerais, separando-a do governo Goulart. O resto cairia de podre.

Três vencedores: os generais Antonio Carlos Muricy e Mourão Filho (de cachimbo), com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Os conspiradores do Rio de Janeiro planejavam um levante com base em São Paulo. À meia-noite do dia 30 de março, esse plano assentava-se em condicionais. Dependia do comportamento de Goulart.[52] Não esperavam muita coisa dos generais mineiros. Um emissário de Guedes visitara almirantes para comunicar-lhes que a ID-4 se rebelaria no dia 30 de março. Mas seria difícil para esses oficiais acreditar na eficácia do movimento depois que lhes fosse explicada a razão pela qual Guedes se fixara naquela data: "Porque 30 é o último dia de lua cheia, e eu não tomo nenhuma iniciativa na minguante; se não sairmos sob a cheia, irei esperar a lua nova, e então será muito tarde".[53]

As conversas mineiras podiam parecer coisa de lunáticos, mas quando a Mercedes de Jango com seus batedores ia a caminho do Automóvel Clube, já haviam chegado a Washington. O consulado em São Paulo avisara que "duas fontes ativas do movimento anti-Goulart dizem que o golpe contra o governo do Brasil deverá acontecer em 48 horas". Uma delas contava que o movimento viria de Minas Gerais.[54] Dois outros informes da Central Intelligence Agency, a CIA, tratando dos "planos dos conspiradores

revolucionários em Minas Gerais” , diziam que o golpe viria em “poucos dias”. O comandante de uma unidade militar informava que os conspiradores receavam ficar sem combustível e advertia: “Petróleo é um problema. Os comunistas controlam os portos e as ferrovias, mas não as rodovias. As reservas de petróleo em estados-chave foram mantidas no mínimo, em geral na base de um dia de uso”.[55] O cônsul em Belo Horizonte, Herbert Okun, estivera com Magalhães no palácio da Liberdade a pretexto de convidá-lo para um concerto sinfônico. O governador falara em “reação” caso Jango não punisse os marinheiros rebelados, mas o que mais impressionou o jovem diplomata foi ver a sede do governo mineiro superprotegida, com PMs armados de submetralhadoras nos corredores do casarão.[56] O adido militar, baseado no Rio, anunciava a iminência de outra rebelião, marcada para a semana seguinte.[57]

* * *

Em Washington, trabalhava-se havia dez dias na armação de uma força-tarefa naval que, em caso de necessidade, zarparia para a costa brasileira. Sua formação fora proposta pelo embaixador americano, Lincoln Gordon. Professor de economia da Universidade Harvard, fora mandado ao Brasil pelo falecido presidente John Kennedy dentro do mesmo espírito de reformismo iluminado que remetera John Kenneth Galbraith para a embaixada em Nova Delhi. Homem de memória prodigiosa, Gordon entrara em Harvard aos dezessete anos, formara-se aos vinte e recebera seu PhD por Oxford aos 23. Amadurecera como economista nas mais seletas equipes do liberalismo americano. Antes que os procedimentos burocráticos da sua nomeação para o Rio começassem a tramitar, Kennedy ofereceu-lhe o cargo de secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, hierarquicamente mais valioso. Ele preferiu a embaixada no Brasil. Apresentara suas credenciais no final de 1961. Pela primeira vez desde

1945, quando Franklin Roosevelt mandou para o Brasil seu amigo Adolf Berle Jr., desembarcou no Rio um embaixador dos Estados Unidos que sabia ler português.

A costura militar do embaixador era antiga e profunda. Era anterior ao plebiscito que devolvera os poderes presidenciais a Jango e se baseava no receio de que se estivesse caminhando para uma "ditadura pessoal e populista". Gordon reunira-se com Kennedy na Casa Branca na manhã de 30 de julho de 1962, quando o presidente estava inaugurando o sistema de gravação clandestina de suas conversas no Salão Oval.[58] Desse encontro sobreviveram as lembranças de Gordon e 28 minutos de fita. O embaixador dissera a Kennedy que a hipótese de um golpe militar estava no baralho. Opunha-se à ideia de se pensar na deposição de Jango como estratégia, mas desejava ter a carta à mão. Tiveram o seguinte diálogo:

> [GORDON] — Creio que uma de nossas tarefas mais importantes consiste em fortalecer a espinha militar. É preciso deixar claro, porém com discrição, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, contanto que fique claro o motivo.
> — Contra a esquerda — cortou Kennedy.
> — Ele está entregando o país aos...
> — Comunistas — completou o presidente.
> — Exatamente. Há vários indícios de que Goulart, contra a sua vontade ou não [inaudível]...[59]

Kennedy decidiu reforçar a base militar da embaixada. A reunião com Gordon levou-o a temer uma derrocada, nada menos que a instalação de um regime comunista ao longo de 1963: "Do jeito que o Brasil vai, daqui a três meses o Exército pode vir a ser a única coisa que nos resta".[60] Abandonara a política de hostilidade a golpes militares e estava pronto para reconhecer a junta que duas semanas antes derrubara o presidente do Peru. Referindo-se

aos militares brasileiros, o subsecretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, Richard Goodwin, arriscara: “Nós podemos muito bem querer que eles assumam até o fim do ano, se puderem”.[61] Combinaram a transferência do coronel Vernon Walters, adido do Exército em Roma, para o Rio. Aos 46 anos, enorme e desengonçado, Walters já era uma lenda na diplomacia militar. Fluente em sete línguas, servira como oficial de ligação entre o IV Corpo de Exército e a FEB na frente italiana, e traduzira todas as entrevistas de presidentes brasileiros e americanos desde o encontro do marechal Dutra com Harry Truman, em 1947. Vivera no Rio de Janeiro de 1945 a 1948 como adido assistente.[62] O coronel detestou a ideia de deixar um posto de primeira grandeza com uma equipe de trinta pessoas para chefiar um escritório onde havia apenas um major e uma secretária: “Se eles querem que eu faça o que eu penso que eles querem, eu não terei status suficiente”. Chegou a pensar em pedir transferência para a reserva.[63] Em outubro desceu no Rio, com treze generais esperando-o no aeroporto.[64]

O coronel Vernon Walters, adido do Exército da embaixada americana, e seu velho amigo Castello Branco.

No dia 20 de março de 1964, uma semana depois do comício da Central, o presidente Lyndon Johnson autorizara a formação de uma força naval para intervir na crise brasileira, caso isso viesse a parecer necessário. A decisão foi tomada durante reunião na Casa Branca a que compareceram Gordon, o secretário de Estado Dean Rusk, o chefe da Central Intelligence Agency, John McCone, e representantes do Departamento de Defesa. Eram ao todo oito ou dez pessoas. Quando o embaixador expôs seu plano, McCone revelou que um empresário paulista (Alberto Byington) procurara a CIA em Washington e pedira que se estudasse um sistema de distribuição de combustível para abastecer as áreas insurretas.[65] Nesses mesmos dias o general Cordeiro de Farias fizera solicitação semelhante a Walters.[66] Gordon pedira a Washington uma demonstração de força naval, para "mostrar a bandeira", indicando em que direção ela tremulava. Diante da informação levada por McCone, decidiu-se incorporar alguns navios-tanque à frota.

Desde janeiro a Casa Branca orientava-se de acordo com o que viria a ser chamado de *Plano de Contingência 2-61*.[67] Nas suas sete páginas, refletia o clima de uma reunião presidida por Kennedy em outubro do ano anterior, seis semanas antes de seu assassinato. Nela haviam estado Gordon, o secretário da Defesa, Robert McNamara, o vice-diretor da CIA e seu diretor de operações clandestinas. O embaixador fizera uma longa exposição, na qual se mostrara temeroso de que a crise se agravasse, sobretudo se isso resultasse de uma guinada de Jango à esquerda. As chances de um golpe de militares direitistas seriam poucas e ele acreditava que, se a tropa saísse dos quartéis, isso ocorreria num cenário defensivo, reagindo a uma ação do governo contra o Congresso ou contra governadores oposicionistas. Kennedy perguntara quais ações concretas poderiam ser tomadas e o embaixador explicara que via dois cenários.

No primeiro, Goulart iria embora “em paz”. Antes que o embaixador entrasse no segundo cenário, Kennedy interrompeu-o, mencionando a possibilidade de uma “situação bizarra” que demandasse invervenção militar direta. Para Gordon, essa era a “contingência perigosa”. O embaixador não temia que Jango arriscasse a instalação de um “regime fidelista”: “Se ele tentar, cai”. Também não via um cenário de guerra civil e descartava a possibilidade de uma ampla intervenção militar. Apesar disso, lembrou que a possibilidade de um cenário catastrófico, com o Brasil dividido e um governo esquerdista hostil aos Estados Unidos, fora avaliada em Washington, no Rio e no Comando Militar do Sul, baseado no Panamá. Seu comandante, o general Andrew O’Meara, levantara a questão e um estudo preliminar mostrara que seria necessária uma “ação militar maciça”, envolvendo “seis divisões, (...) navios e apoio aéreo”.[68]

Uma operação dessa envergadura mobilizaria 60 mil homens. Ao final de 1963 os Estados Unidos tinham apenas 16.300 homens no Vietnã. No campo das conjecturas, a “ação militar” estudada para o Brasil seria a maior intervenção militar americana desde a Guerra da Coreia. Equivalia ao plano elaborado pelo Departamento de Defesa em 1940, quando os Estados Unidos armavam cenários para a sua eventual entrada na Segunda Guerra. Denominado *Pot of Gold*, trabalhara com a hipótese de uma expansão do conflito à América do Sul e previa o desembarque de 100 mil soldados em diversos pontos da costa brasileira.[69]

Gordon achava mais provável que, havendo uma divisão territorial, um dos lados pedisse combustível e munições: “Nesse caso, não excluo a possibilidade de uma ajuda discreta”.

O Departamento de Defesa encarregou-se do trabalho logístico e produziu o *Plano de Contingência 2-61*.[70] Nele estabeleceu-se que, na hipótese de uma “revolta democrática”, o governo americano poderia entrar com “apoio clandestino, ou mesmo ostensivo, particularmente com ajuda logística (combustíveis, alimentos, armas e munições), intervindo com

tropas apenas se houver provas claras de intervenção do bloco soviético ou de Cuba".[71]

* * *

A Mercedes de Jango parou em frente ao Automóvel Clube, um prédio onde funcionara no Império o Cassino Fluminense e, na República, um museu de cera. No grande salão transformado em auditório fazia um calor insuportável. O personagem mais aplaudido da noite fora o *Cabo Anselmo*, com 23 anos e sorriso de menino. Zanzava atrás da mesa das autoridades depois que militares preocupados com o tamanho da crise o tinham impedido de discursar. Ganhara um grande e espalhafatoso abraço do ex-comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Cândido Aragão, o *Almirante do Povo*, para a plateia janguista. Havia a bordo sete ministros, inclusive os três militares.[72] Já se estava pelo vigésimo discurso quando o presidente entrou. Não entrou propriamente o presidente, mas uma bola humana, no meio da qual, arrastando ligeiramente a perna direita, com seu habitual meio sorriso e a cabeça um pouco abaixada, ia João Goulart. Não era um demagogo de multidões. Aos gritos de "Manda brasa, presidente", respondia com gestos quase modestos. Os oradores apressaram-se, e em alguns minutos ele estava diante do microfone. Passava um pouco das 22 horas. A essa hora já chegara à Casa Branca um telegrama do consulado americano em São Paulo. Ele informava: "Duas fontes ativas do movimento contra Goulart dizem que o golpe contra o governo do Brasil deverá vir nas próximas 48 horas".[73] [*Veja o documento*]

À tarde, Jango tivera três textos para ler no Automóvel Clube. Divertiu-se quando um amigo selecionou o mais moderado. Viera de Luiz Carlos Prestes.[74]

O presidente disse a parte decisiva de improviso, nervoso, agressivo: "*A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados*

que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos”.[75]

Em Juiz de Fora, o general Mourão decidira sair com sua tropa naquela madrugada. À tarde, se aborrecera com Magalhães Pinto porque o governador, apesar do que tinham combinado, relutara em pedir publicamente a deposição de Jango. Sentira dores no peito e colocara uma pastilha de trinitrina debaixo da língua. Estava diante da televisão, quis sair da sala para não ver, mas sua mulher, Maria, convenceu-o a ficar.[76]

“*Quem fala em disciplina, senhores sargentos, quem a alardeia, quem procura intrigar o presidente da República com as Forças Armadas em nome da disciplina são os mesmos que, em 1961, em nome da disciplina e da pretensa ordem e legalidade que eles diziam defender, prenderam dezenas de sargentos.*”

Em Ipanema, Castello Branco via a cena na sala de sua casa. Estavam com ele os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Todos achavam que a reação ainda demoraria alguns dias. Geisel gostou do discurso. Se o tivesse escrito, não faria melhor.[77]

“*A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo, entre os que comandam e os que são comandados.*”

O telefone tocou na mansão tropical do embaixador americano, na rua São Clemente, em Botafogo. Gordon tinha a televisão ligada e dois convidados na sala. Não entendiam uma palavra do que Jango dizia. Acrobaticamente, o embaixador tentava ser gentil traduzindo pedaços, ao mesmo tempo em que procurava não se distrair. Do outro lado da linha, entrou o secretário de Estado, Dean Rusk. Queria saber o que Jango dizia. Gordon avisou que o processo de radicalização avançava. Rusk leu-lhe trechos do rascunho de um telegrama de instruções que seguiria pouco depois. Mostrava-se preocupado com a viabilidade de um golpe militar e com a legitimidade do governo que dele resultasse. Ponderava que

“embarcações com armas e munições não poderiam chegar ao Sul antes de dez dias”, temia meter-se num fiasco, mas advertia: “Não podemos ficar paralisados por filigranas teóricas”. Para Rusk a questão central era “determinar até onde está se apresentando uma oportunidade que poderá não vir a se repetir”.[78] Às 22h58 o Departamento de Estado determinara a todos os consulados no Brasil que informassem diretamente a Washington “qualquer desenvolvimento significativo envolvendo resistência militar ou política a Goulart”. Mais: “Todos os postos devem manter um alerta de 24 horas para esses acontecimentos”.[79]

“*Se os sargentos me perguntassem — estas são as minhas últimas palavras — donde surgiram tantos recursos para campanha tão poderosa, para mobilização tão violenta contra o governo, eu diria, simplesmente, sargentos brasileiros, que tudo isto vem do dinheiro dos profissionais da remessa ilícita de lucros que recentemente regulamentei através de uma lei. É do dinheiro maculado pelo interesse enorme do petróleo internacional.*”

Na redação do *Correio da Manhã*, matutino liberal que se batera pela posse de Jango em 1961, o jornalista Edmundo Moniz, veterano trotskista, havia baixado à oficina o texto de um editorial para o alto da primeira página da edição seguinte. Seu título: “Basta!”. [*Veja o documento*] Seu último parágrafo: “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!”.[80]

“*Senhores sargentos, que constituem um dos alicerces da nossa estrutura militar, a minha palavra, e meu apelo é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados. (...) Os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes é traçado é o caminho que me foi traçado também.*”

Para a plateia, que temia um discurso conciliador, Jango parecia em grande forma, numa nova forma. O auditório respondia: “Manda brasa,

presidente!”

Defendeu ao mesmo tempo a unidade das Forças Armadas e a conduta do governo diante da rebelião dos marujos. Adiante, fez uma demorada defesa da reforma da Constituição: “Triste do país que tivesse uma Constituição intocada”.

Goulart entrava no final de sua fala. O senador Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Getulio Vargas, ex-oficial da Marinha e um dos mais respeitados caciques do Congresso, ouvia o discurso na varanda de seu apartamento e um amigo, que lera o texto escolhido horas antes, disse-lhe que Goulart improvisara em alguns momentos. Com sua experiência em golpes, ora como beneficiário, ora como vítima, deu sua sentença: “O Jango não é mais presidente da República”.[81]

“Se os sargentos me perguntarem sobre o dinheiro mais miúdo, mas também muito poderoso, eu diria que é o dinheiro dos proprietários profissionais de apartamentos em todo o Brasil, de apartamentos que estavam sendo negados aos brasileiros, de apartamentos que não se alugavam mais em cruzeiros.” [*Veja o documento*]

Terminara.

Às 23h35, quando Jango já retornara ao Laranjeiras, o presidente Lyndon Johnson recebeu em seu rancho, no Texas, um telefonema de Rusk. Ele informava: “A coisa pode estourar a qualquer momento. (...) Pedi ao Bob McNamara[82] que apronte alguns navios-tanque para suprimentos. (...) Esta é uma oportunidade que pode não vir a se repetir. Acho que é possível que esse assunto brasileiro exploda de hoje para amanhã, e vou estar em contato com o senhor sobre isso, para que o senhor possa se planejar”.[83]

Johnson ouviu-o por nove minutos e disse-lhe que, se fosse o caso, voaria para Washington.[84] Tocou para seu assessor de imprensa e combinou as minúcias da possível viagem inesperada. A essa hora o general Andrew O’Meara, chefe do Comando Sul das forças militares americanas, que

estava em Nova York, recebera ordens para apresentar-se na capital.[85] Àquela altura, O'Meara era o único militar mobilizado pela crise brasileira.

* * *

Nas primeiras horas do dia 31, o *Jornal do Brasil* começara a circular. Trazia um artigo de Carlos Castello Branco intitulado "Minas desencadeia luta contra Jango". Registrava dois prognósticos da liderança oposicionista para um "desfecho da situação nacional". Num, ele ocorreria em 24 horas. Noutro, em 72. Dava conta de que a oposição poderia tentar transferir a sede do Congresso para São Paulo ou Belo Horizonte. Admitia a possibilidade de uma renúncia teatral de Jango.[86]

Em Juiz de Fora, o general Mourão Filho iniciava um solilóquio com seu diário.

Às 2h30 da manhã ele registrou: "Acendi o cachimbo e pensei: 'não estou sentindo nada e, no entanto, dentro de poucas horas deflagrarei um movimento que poderá ser vencido, porque sai pela madrugada e terá de parar no meio do caminho'".

Uma hora depois, despedia-se da vida: "Nunca abaixei minha crista para ninguém, nunca curvei minha espinha para fazer pedidos na carreira e nunca desviei ou deixei desviar um ceitil da Fazenda Nacional. Morro pobre, mas até a última hora posso andar de cabeça erguida. Viva o Brasil!".[87]

Mourão tinha muito boa opinião a respeito de si. Em 1937, como aluno da Escola de Estado-Maior e chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, fora o redator de um hipotético esquema de subversão comunista. O exercício de ficção fora batizado de Plano Cohen e, dado por autêntico, servira de justificativa para o golpe do Estado Novo. O general Mourão sempre se defendeu dizendo que entre o seu trabalho e o embuste pelo qual era apresentado como documento verdadeiro, produzido pela

Internacional Comunista, houvera uma falcatrua. Infelizmente, na época, o capitão Mourão, se não participara conscientemente da fraude, baixara a crista quando viu o destino dado à sua obra. Naquela madrugada, combatia mais uma vez com o fantasma do Plano Cohen: “Só numa nação de boçais como a nossa uma besteira deste jaez pode progredir”.[88] Não há registro de que Mourão tenha curvado a espinha, mas pedidos fazia. Em novembro de 1960, quando presidia a Comissão Técnica de Rádio, um cargo de natureza civil, escrevera ao ministro da Guerra, pedindo que não fosse retirado do quadro de oficiais, porque nesse caso “perderia, além de outras vantagens, automóvel, gasolina, ajudante de ordens, e a quantia de 8.750 cruzeiros [o equivalente a 45 dólares]”.[89] Sua opinião sobre Jango já fora melhor: em setembro de 1961 lhe telegrafara, cumprimentando-o por sua posse na cadeira de onde queria agora apeá-lo.[90]

Às cinco horas, Mourão anotou: “Eu estava de pijama e roupão de seda vermelho. Posso dizer com orgulho de originalidade: creio ter sido o único homem no mundo (pelo menos no Brasil) que desencadeou uma revolução de pijama”.[91] Em seguida, disparou sua metralhadora. Tinha números por munição e o telefone por artefato.

O primeiro tiro foi para 25-8432 e acordou o deputado Armando Falcão. Dono de um cartório de registro de imóveis, conspirava em tempo integral.

“O senhor está articulado com alguém?”, perguntou Falcão, que alimentou o tiroteio atingindo o aparelho 47-1428 na mesa de cabeceira do general Castello Branco.[92]

Surpreendido pela notícia, o chefe do Estado-Maior agiu em duas direções. Numa, empurrou a insurreição para a frente, noutra, procurou paralisá-la.

No ataque, acordou o irmão do comandante do II Exército e informou-o de que Mourão estava pondo a tropa na rua. Pediu-lhe que avisasse o general Amaury Kruel, pois, a seu ver, sem ele tudo não passaria de uma “aventura”.[93] Castello e Kruel haviam sido amigos na juventude, mas um

desentendimento, ocorrido durante os combates da FEB, na Itália, envenenara a camaradagem para o resto de suas vidas.[94] Dias antes tinham conversado e acertado que agiriam juntos.[95] O recado chegou ao quartel-general do II Exército, em São Paulo, mas àquela hora Kruel era amigo de Jango, que acabara de nomear seu filho agente do Lloyde Brasileiro em Nova Orleans e que lhe conseguira financiamentos públicos para a compra de uma fazenda de café no Espírito Santo.[96] Menos de duas horas depois, ao receber novamente a notícia do levante, Kruel deu um passa-fora no emissário: “Isso não passa de uma quartelada do Sr. Mourão, não entrarei nela”.[97]

O movimento seguinte de Castello foi na direção oposta. Acabara de saber que Mourão chamara a Juiz de Fora o general Antonio Carlos Muricy, um conspirador tonitruante e ardoroso que o “dispositivo” empilhara na subdiretoria da reserva.[98]

Castello tocou para o general Guedes:

> — O que está havendo por aí em Minas? O Muricy me comunicou que foi chamado pelo Mourão, e eu lhe disse que fosse para prevenir qualquer bobagem que aquele pretendesse fazer.
> — Não vai haver. Houve. Desde as seis horas da manhã as nossas tropas se deslocam em várias direções. Deflagramos a revolução.
> — Mas isso é uma precipitação; vocês estão sendo precipitados; vão prejudicar tudo.
> — Falei no tempo passado, “partimos”, mas, se houver alguma coisa em cogitação aí no Rio, ainda haverá tempo de sobra para uma tomada de posição. Hoje, nos deteremos na divisa com o estado do Rio, no corte Paraíba-Paraibuna, na expectativa do comportamento da tropa do I Exército.
> — Cuidado! Cuidado! Veja o que diz.

— Silêncio era até o desencadeamento da operação. Agora nada mais temos a temer.

— Bem, vou sair e avisar o pessoal — encerrou Castello.[99]

Nova ligação do chefe do Estado-Maior, dessa vez para o número 27-4759, ao lado do qual dormia o banqueiro José Luís de Magalhães Lins, sobrinho do governador de Minas Gerais e principal executivo do Banco Nacional.[100] Banqueiro de cineastas brilhantes sem crédito e de jornalistas de crédito com pouco saldo, *Zé Luís* era um homem sem sombra que nas últimas semanas vagara pelas guaritas da conspiração. Castello pediu-lhe que falasse com o tio para verificar se ainda era possível retardar Mourão. Menos de uma hora depois ele estava na casa do general, dizendo-lhe que Magalhães já não via como recuar.[101] Por volta das dez horas Castello deixou Ipanema e foi para o trabalho, no sexto andar do Ministério da Guerra. De lá, ainda tentaria segurar o levante duas outras vezes. Numa, disse ao general Guedes que "não foi possível fazer nenhuma articulação; a solução é vocês voltarem, porque, se não, vão ser massacrados". Noutra, falou direto com Magalhães Pinto: "Se não voltarem agora, voltarão derrotados".[102]

A notícia do levante espalhava-se aos cacos. Havia algo em Minas, mas não se sabia precisamente o quê. A insurreição estava envolta numa nuvem que se parecia ora com uma quartelada sem futuro, ora com uma tempestade de boatos. O general Assis Brasil sabia que Mourão e Guedes maquinavam contra o governo, mas desdenhava-os: "São dois velhinhos gagás! Não são de nada".[103] Acreditava no seu "dispositivo" e acionou-o.

O aeroporto de Brasília foi fechado pouco depois das nove horas. O deputado oposicionista Luiz Viana Filho acabara de desembarcar do último voo que saíra do Rio. Ouviu a notícia do fechamento das pistas e assustou-se: "Caímos numa ratoeira, estamos perdidos!".[104] Ao meio-dia a reação do "dispositivo" era visível e severa. Na avenida Brasil, principal saída do Rio

e caminho para Juiz de Fora, marchavam duas colunas de caminhões. Numa, iam 25 carros cheios de soldados, rebocando canhões de 120 milímetros, pertencentes ao Grupo de Obuses. Noutra, em 22 carros, ia o Regimento Sampaio, o melhor contingente de infantaria da Vila. De Petrópolis, a meio caminho entre o Rio e Mourão, partira o 1º Batalhão de Caçadores.[105] Era tropa para dar e vender. No palácio Laranjeiras havia tamanha calma que o ministro Abelardo Jurema, inquieto com o que se dizia de Minas, surpreendeu-se.[106]

No início da tarde nenhum soldado de Mourão tinha saído do lugar, mas ele já trocara o roupão de seda pelo uniforme de campanha, um pouco folgado na sua pequena e magra figura. Tanto ele como Guedes, alcançados por telefonemas de jornalistas e oficiais ligados ao governo, desmentiam que estivessem rebelados.[107] Mourão estava inspecionando o 10º Regimento de Infantaria — peça-chave em seu esquema — quando teve a primeira contrariedade. O comandante, coronel Clovis Calvão, acabara de saber que, ao contrário do que lhe haviam dito de manhã, o ministro da Guerra não apoiava o levante. Ele, portanto, estava fora. Tamanha divergência, com um general querendo derrubar o governo e um coronel comandante de regimento mostrando-se leal ao ministro, poderia parecer um sério impasse militar, mas os dois resolveram o problema com a ajuda da legislação trabalhista. Calvão pediu férias, e Mourão as deu, cumprindo até mesmo a praxe burocrática de mandar lavrá-las no boletim oficial do governo que pretendia depor.

Sem mais a fazer, Calvão foi para casa.[108] Dois outros coronéis recusaram-se a ficar no levante e combinaram com o general que permaneceriam em suas casas, “não intervindo nem atrapalhando”. Fracassara também a tentativa de levantar a Escola de Sargentos, em Três Corações.[109] Às treze horas o general teve fome e foi para casa almoçar. Depois, mantendo seus hábitos, dormiu.[110] Julgava-se à frente de uma revolução, mas continuava a 150 quilômetros do Rio de Janeiro. Tinham se

passado oito horas desde o momento em que se considerara insurreto. Salvo os disparos telefônicos e a movimentação de um pequeno esquadrão de reconhecimento que avançara algumas dezenas de quilômetros, sua tropa continuava onde sempre estivera: em Juiz de Fora.

Alguma fama Mourão já conseguira. Em Washington, o Departamento de Estado fazia chegar à Casa Branca um perfil do "General Olimpia Mourão Filho". O texto, nada galante, classificava-o como "uma espécie de oportunista" e "opiniático, interessado em economia a ponto de se fantasiar de economista". O documento concluía, cruel e pessimista: "Ele não é bem-visto no Exército e provavelmente não liderará uma conspiração contra o governo, em parte porque não tem muitos seguidores. É visto como uma pessoa que fala mais do que pode fazer".[111] Às treze horas, surpreendido pela rebelião, Gordon respondeu à questão colocada por Dean Rusk na noite anterior: "Meu julgamento é de que esta pode não ser a última oportunidade, mas pode ser a última boa oportunidade para apoiar uma ação contra o grupo de Goulart".[112]

A essa hora o general Guedes já concluíra a gestão mais sigilosa de seu dia. Segundo relatou nas suas memórias, entrara na garagem de um prédio da rua Goitacazes e subira pelo elevador de serviço até um apartamento do terceiro andar. Era a casa de um sobrinho. Lá encontrou o vice-cônsul americano, Lawrence Laser. Conheciam-se, e Guedes via nele um funcionário "em busca de informações". Contou-lhe que a rebelião precisava de apoio. Para já, "blindados, armamentos leves e pesados, munições, combustível [e] aparelhagem de comunicações". Para mais tarde, equipamento necessário para mobilizar 50 mil homens.[113]

Mourão surpreendera os dois lados. Com isso, beneficiara o "dispositivo", que parecia engolir a quartelada. Kruel estava calado. O I Exército, insensível, obediente. Pior, Castello Branco estaria preso ou, pelo menos, em vias de sê-lo.[114]

Durante toda a manhã, o principal foco de conspiradores da antiga capital fora a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Situada na praia Vermelha, a EsCEME era tão prestigiosa quanto militarmente inútil. Tinha algo como quatrocentos alunos e instrutores, quase todos majores e tenentes-coronéis indignados com o governo e dispostos a lutar contra ele, mas todo o esforço armamentista a que se haviam dedicado nos últimos dias juntara um arsenal de apenas 28 pistolas calibre 45, trinta fuzis e três submetralhadoras.[115] A notícia do levante mineiro agitou a escola, provocou a suspensão das aulas e estimulou os oficiais a procurar seus postos de combate.

Não havia combates à vista, até que chegou à escola um tenente-coronel pedindo que se formasse uma guarda para proteger Castello no Estado-Maior.[116] Foram destacados sessenta oficiais. Essa viria a ser a maior movimentação de tropas revolucionárias no Rio de Janeiro durante o dia 31. Eles foram para o quartel-general a fim de impedir a prisão de Castello e, se possível, dominar o prédio.[117]

Durante algumas horas da jornada de 31 de março de 1964, o grande edifício do Ministério da Guerra abrigou um cenário de faroeste. Os expedicionários instalaram-se no sexto andar, em torno de Castello. Desligaram os elevadores principais e bloquearam as passagens de quatro pavimentos. A revolta controlava os corredores do quinto ao oitavo andar, enquanto o governo funcionava do térreo ao quarto e do nono (onde estava o gabinete do ministro) ao décimo. Uma situação desse tipo não poderia durar. Por volta das 15h30 o grande pátio interno do QG foi ocupado por carros de choque da Polícia do Exército. Entraram com as sirenes ligadas e despejaram a tropa, que ocupou os andares de baixo. Conta o coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, que viera da EsCEME:

> Perguntamos: “E se a PE tentar subir?”.
>
> Resposta: “Atirem”.

> Engatilhei minha pistola, olhando os homens lá embaixo. (...) Havia um verdadeiro paliteiro de carros de combate apontados para o Ministério da Guerra. Fiz pequena oração, entregando minha alma a Deus, estava pronto para o que desse e viesse. Que afastasse de mim qualquer sentimento de covardia, de medo. (...) Diziam que iam nos desentocar com bazucas, à noite.
>
> De repente, veio o coronel Tulio Chagas Nogueira e nos disse que poderíamos nos retirar. Que o general Castello Branco, livre, acabava de deixar o QG e se dirigia à praia Vermelha, para onde devíamos ir.
>
> Muitos ficaram frustrados e um deles comentou comigo: "Seu Helvecio, que vergonha essas revoluçõezinhas que não dão em nada...".
>
> Outro disse: "Revoluçãozinha de expediente".[118]

Castello deixara o prédio do ministério às dezesseis horas, em companhia de Geisel.[119] Caíram na clandestinidade e trancaram-se num aparelho, na avenida Atlântica.[120] O chefe do Estado-Maior telefonou ao comandante da EsCEME, seu amigo Jurandyr de Bizarria Mamede, ordenando-lhe que reiniciasse as aulas interrompidas pela manhã, quando ambos tiveram a impressão de que seria possível amparar Mourão. O general Mamede, veterano conspirador, prendera oito oficiais-alunos e alguns sargentos que se haviam recusado a apoiar a revolta. Diante da nova situação, mandou libertá-los.[121] Quando os expedicionários voltaram à praia Vermelha e contaram o que acontecera, o tenente-coronel Newton Araujo de Oliveira e Cruz não acreditou no que ouviu. "Zero a zero e bola ao centro. Quando eu vi isso, cheguei a chorar, porque revolução que começa e acaba com todo mundo voltando para casa não dá em nada. Não ia haver revolução nenhuma."[122]

Só o “dispositivo” avançava. No Rio o general Luís Tavares da Cunha Mello, designado chefe da operação militar que iria buscar Mourão Filho nas montanhas, comunicou ao seu estado-maior: “Bem, meus senhores, as ordens estão dadas, a situação perfeitamente esclarecida, vamos tocar para a frente. Preparem rapidamente suas unidades porque amanhã iremos almoçar em Juiz de Fora. Temos conversado”.[123]

No fim da tarde a vanguarda da tropa mineira descera 25 quilômetros em direção ao Rio, deslocando-se pela estrada União e Indústria, e parara na localidade de Estação Paraibuna. Chefiava-a o general Antonio Carlos Muricy. Apanhado de surpresa, perdera a manhã ao volante de sua camionete Willys, serra acima. Depois de inspecionar as tropas de Juiz de Fora, Muricy percebeu que mais de metade de seus homens eram recrutas mal-instruídos. Pior, tinha munição para poucas horas.[124] Mourão aborrecera-se com o imobilismo de Guedes à sua retaguarda, em Belo Horizonte: “Resolvi me abstrair desse idiota”. Atirara um manifesto contra Jango: “Não merece ser havido como guardião da Lei Magna e, portanto, há de ser afastado do poder de que abusa”.[125]

As forças legalistas também atiravam. Um avião T-6 da Força Aérea bombardeara Juiz de Fora com panfletos. Eles traziam duas notas oficiais. Uma, da Presidência da República, confiava no “espírito legalista das Forças Armadas”. A outra vinha do ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, que estava fazia uma semana internado no hospital dos Servidores do Estado, onde fora operado de um câncer na próstata. Jair garantia a lealdade do “dispositivo”. Exonerava os dois generais rebeldes e avisava: “Não hesitarei em sacrificar minha própria saúde para cumprir este dever que tenho para com minha pátria e para com o regime democrático que defendo. Haveremos de cumprir nossa missão haja o que houver, custe o que custar”.[126]

As coisas pareciam cada vez mais difíceis. Os conspiradores recuavam. O general Costa e Silva, por exemplo, decidira abandonar seu gabinete no

quartel-general argumentando que “estamos nos arriscando demais e podemos ser presos”.[127] Kruel continuava parado. O único general a entrar no gabinete de Jango com algum tipo de proposta foi o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Pery Constant Bevilaqua, que meses antes chamara as bases sindicais do governo de “serpentários de peçonhentos inimigos da democracia”.[128] Pery entregou ao presidente um documento em que denunciava o risco da “ignomínia de uma ditadura comuno-sindical”. Dizia que ainda era possível “restabelecer a necessária confiança” das Forças Armadas no presidente, desde que ele, com seu “agudo senso político”, tomasse algumas atitudes afirmativas. De concreto, pedia uma política de combate às greves. Queria também uma derrubada ministerial e acreditava que, com isso, seria possível recompor a situação.[129]

Enquanto as lascas do levante choviam em forma de boatos sobre Brasília, alguns parlamentares que namoravam o golpe do “dispositivo” viam nas notícias um pretexto para lances mais audaciosos. Francisco Julião, chefe das Ligas Camponesas, que organizavam trabalhadores rurais no interior do Nordeste, anunciava que “a vontade do povo prevalecerá, com Congresso ou sem Congresso”, porque “a esta altura dos acontecimentos é inútil querer resistir”. Julião supunha iminente “a rebelião das massas inconformadas do Brasil”.[130] O deputado Guerreiro Ramos, sociólogo por diploma e linguagem, discursara no início da sessão da Câmara, fazendo um paralelo explícito entre Jango de 1964 e Getulio Vargas de 1937, às vésperas do golpe que jogou o país nos oito anos de ditadura do Estado Novo: “Talvez a História leve o Sr. Presidente João Goulart, neste ponto, a repetir Vargas, tomando os burgueses e os capitalistas deste país, em sua maioria cegos, pela gola do paletó, e obrigando-os a fazer a Revolução burguesa nacional, que eles não têm capacidade de fazer”.[131]

No Senado, o líder do governo, Arthur Virgílio, ia no mesmo tom: “Nós vamos pagar para ver. (...) Esses homens que há muitos anos pensam no

golpe, preparam o golpe, tramam o golpe, desta vez vão demonstrar se têm coragem de fato para a luta, porque nós vamos pagar para ver! Vamos convocar aqui todos os impatriotas que estão tramando contra esta nação!”.[132]

No Rio de Janeiro, Luiz Carlos Prestes convocara uma reunião dos dirigentes do comitê central do Partido Comunista que estavam no Rio e relatara-lhes os contatos que fizera durante a manhã. Parecia tranquilo. Em fevereiro mostrara a força de Jango e o prestígio do PCB ao primeiro-ministro soviético Nikita Kruchev, com quem almoçara no Kremlin. Kruchev admirou-se quando ouviu que o partido tinha dois generais no Alto-Comando do Exército. Pouco depois, numa reunião no Departamento de Relações Internacionais do PCUS, Prestes informara: “Se a reação levantar a cabeça, nós a cortaremos”.[133] Na última semana, já no Brasil, usara duas vezes a mesma expressão.[134] Repetiu a profecia ao comitê central. Aos 66 anos, o veterano chefe do PCB estava feliz. Metido em levantes desde 1924, sempre acabara fugido, exilado ou preso. Era a primeira vez que jogava com a camisa do governo. Encontrara-se secretamente com Jango no início de janeiro e defendia sua reeleição, manobra impossível sem que se golpeasse a Constituição.[135] Dois generais no Alto-Comando, nunca tivera. Um dos participantes da reunião, Orestes Timbaúva, arriscou uma pergunta: “Camarada Prestes, e se os generais com quem você conversou estiverem enganados?”. Prestes não deu importância a Timbaúva e foi adiante com os itens de sua agenda.[136]

Em dezenas de unidades militares, oficiais e sargentos leais ao governo dominavam a situação. Os conspiradores não conseguiram furar a couraça do I Exército. Os comandantes dos Dragões da Independência, do Regimento de Reconhecimento Mecanizado e do 2º Batalhão de Infantaria Blindada refugaram convites para aderir ao levante.[137] O coronel Euler Bentes Monteiro, comandante da Escola de Comunicações, estabelecimento vizinho à EsCEME, recusou-se até mesmo a ceder equipamentos de interferência radiofônica aos insurretos.[138] Na baía de Guanabara uma tentativa de levar alguns barcos para fora da barra fracassou. Na ilha do Mocanguê, onde estavam atracados dois submarinos, o almirante Sylvio Heck, ex-ministro da Marinha, depois de desembarcar de uma lancha disfarçado de pescador, descobriu que perdera a viagem, pois a um deles faltavam peças e ao outro, tripulantes.[139] No palácio Guanabara, o governador Carlos Lacerda, barricado em caminhões de lixo, soube que dispunha de apenas seis minutos de tiro. Tinha razão o general Castello Branco, que o chamara ao telefone no meio da tarde sugerindo que abandonasse o palácio, pois "o Guanabara é indefensável".[140] Como registraria o general Guedes: "O Rio era impermeável".[141] Em São Paulo, no palácio dos Campos Elíseos, o governador Adhemar de Barros desligara o telefone quando Lacerda lhe perguntou se apoiava o levante. Na 2ª Divisão de Infantaria, a principal unidade militar do estado, o general Aluizio de Miranda Mendes dizia-se disposto a prender Kruel caso ele tentasse aderir.[142] No Rio Grande do Sul o comandante da 6ª Divisão de Infantaria, Adalberto Pereira dos Santos, fugira de Porto Alegre para resistir ao "dispositivo" a trezentos quilômetros de distância, em Cruz Alta.[143]

Carlos Lacerda

Em Juiz de Fora, Mourão dera-se conta de que o 12º Regimento de Infantaria, prometido por Guedes havia dias, não aparecia. Às 22 horas, quando chegou, estava sem armas automáticas, sem comida e sem dinheiro.[144] A embaixada americana advertia Washington da tão falada movimentação de Mourão: "É importante observar que embora tenhamos ouvido essa informação de diversas fontes, não estamos absolutamente seguros de que o movimento já tenha começado". Mesmo quando Kruel divulgou uma nota dizendo que a situação das tropas no estado era de "expectativa", a embaixada acautelava: "O significado que isso possa ter no alinhamento político de Kruel é obscuro".[145] Certo mesmo, o telex do Departamento de Estado registrava:

> -2. ?)9:(-63 9! -4.36 !94:3 04953:58,& 04838$3,5 90-)-:3 8 ,92:9. 7938 9! 4.6 09)8:3 -,$.-48,3 285#!8;3 .-41.

(A salada significava: "A proteção do palácio do presidente está sendo feita por um bloqueio da Polícia do Exército e de fuzileiros com cinco tanques M-41 e um *scout car*".)[146]

Às 19h05 o coronel Walters alarmara-se: "A rebelião parece estar perdendo *momentum* por falta de apoio, particularmente de São Paulo e outros estados. As forças democráticas estão em sério perigo".[147] O chefe

da representação americana em Brasília acreditava que o movimento fracassara.[148] No palácio Guanabara, um assessor de Lacerda dizia ao presidente da UDN paulista, Roberto de Abreu Sodré: “É, não adianta. O Kruel não vem mesmo. Acho que nós entramos pelo cano”. Irritado, Sodré retirou-se da sala: “Não aguento esse pessimismo de vocês. Assim não é possível”.[149]

Nas sessões noturnas da Câmara e do Senado, a oposição a Jango começava a exercitar a retórica do sacrifício. O “dispositivo” ocupara militarmente as saídas da cidade e controlava as comunicações. A fita com a gravação de um pronunciamento do presidente do Senado, Auro Moura Andrade, fora confiscada e não conseguira ir ao ar. Da tribuna, o senador Aloysio de Carvalho denunciava: “Ninguém tem dúvida, pelos atos praticados em Brasília, de que o presidente da República não pretende outra coisa senão se fazer ditador no país, utilizando as forças armadas no seu objetivo disfarçado, a pretexto de garantir a ordem e o regime. Depois do fato consumado, da luta, se transformará em ditador”.[150]

O plenário da Câmara se transformara num pandemônio. A muito custo os parlamentares mais experientes conseguiam impedir que a sessão degenerasse em pancadaria, deixando à seção de taquigrafia o expurgo dos palavrões que pontilhavam os apartes. O deputado Amaral Netto, dentro do sentimento catastrofista dos conspiradores, proclamava: “Fiquemos neste mausoléu, morramos aqui dentro, mas que todos morram com dignidade, que ninguém se curve a este homem que não mais preside o país legalmente”.[151]

A oposição alternava períodos de desânimo e espasmos de euforia com a chegada ao plenário de notícias segundo as quais Kruel, o grande mudo do dia, aderira à rebelião. Passava pouco da meia-noite, e, diante de um reaparecimento do boato, o líder do PTB, deputado Doutel de Andrade, ironizava: “Essa notícia não tem amparo na verdade dos fatos. Na realidade, ela já foi difundida esta noite cerca de seis vezes. Por seis vezes testada e

por seis vezes foi desmentida e quero acreditar que antes que a primeira estrela surja, será desmentida mais vinte e mais cem vezes".[152]

Doutel iria mais longe. Por seu intermédio, o braço civil do "dispositivo" exercitava a retórica do triunfo: "Vossas excelências tentaram passar o primeiro de abril com uma antecipação de 24 horas. (...) Mercê de Deus, está salva a democracia neste país, está restaurado o império da lei. Mercê de Deus este festival de insurreição está findo, está agonizante, está moribundo, está desesperado. Dele nada mais restará, como disse, senão a frustração, senão o sentimento de não ver os intentos golpistas consumados".[153]

O general Cordeiro de Farias, que desde a manhã voara do Rio para São Paulo e de lá para Minas Gerais, fechava seu dia de conspirador com uma ponta de amargura. Vinte e seis anos depois ele recordaria: "A verdade — é triste dizer — é que o Exército dormiu janguista no dia 31...".[154]

1 Abelardo Jurema, *Sexta-feira 13*, pp. 169-71.

2 Idem.

3 Abelardo Jurema, *Sexta-feira, 13*, p. 170. Para a frase de Assis Brasil, Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, p. 363.

4 Abelardo Jurema, *Sexta-feira, 13*, p. 171.

5 Seu ministro do Planejamento, Celso Furtado, disse dele: "Era um primitivo, um pobre de caráter". Em *Playboy*, entrevista a Roberto Pompeu de Toledo, abril de 1999.

6 Entrevista de Maria Thereza Goulart, viúva de Jango, a Palmério Dória e Paulo Silber: "Não houve vedete do Carlos Machado que ele não tivesse comido". Revista *Interview*, ed. 141, agosto de 1991, p. 28.

7 Discurso de Antonio Carlos Magalhães na Câmara dos Deputados, 1º de abril de 1964, e Antonio Carlos Magalhães, fevereiro de 1988.

8 Goulart teve 4,5 milhões de votos. Seus dois adversários, Milton Campos e Fernando Ferrari, ambos montados num discurso moralizador, somaram 6,3 milhões. Em Maria Victoria de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo*, p. 110.

9 Depoimento de Darcy Ribeiro, em Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de* 64, p. 139.

10 Para a ordem do ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, depoimento do general Alfredo Pinheiro Soares Filho, comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, citado no Ofício 14/GAB/CIRC/64, de 8 de junho de 1964, no qual o tenente-coronel João Baptista Figueiredo, chefe

do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, encaminha o "Extrato de Prontuário de Jair Dantas Ribeiro" ao general Ernesto Geisel. A documentação destinava-se a instruir o processo de cassação do ex-ministro. APGCS/HF.

11 Para uma descrição do episódio, Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, pp. 106-10.

12 *Meeting on Brazil*, *Meeting on Vietnam*, *October* 1963: 7-8. Meetings: Tape 114/A50. BJFK. <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-MTG-114-A50c.aspx>.

13 Luiz Adolfo Pinheiro, *A República dos golpes*, p. 77.

14 Entrevista de João Goulart à revista *Manchete* de 30 de novembro de 1963, p. 20.

15 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*, p. 12.

16 Alfred Stepan, *The military in politics*, p. 140.

17 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*, p. 12.

18 Leigh A. Payne, *Brazilian industrialists and democratic change*, p. 34.

19 Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de* 64, p. 122.

20 Wanderley Guilherme dos Santos, *Sessenta e quatro*, p. 124.

21 Para as faixas, Heloísa Maria Murgel Starling, *Os senhores das Gerais*, pp. 33-4.

22 Antônio Lavareda, *A democracia nas urnas*, p. 174.

23 Suplemento especial de *Novos Rumos* de 24 a 30 de janeiro de 1964.

24 Para o monitoramento da associação pelo PCB, Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, pp. 77 e segs.

25 O PCB detinha cinco dos sete cargos da diretoria executiva do sindicato. José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (orgs.), *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro*, p. 27.

26 Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 170. Eram os almirantes Cândido Aragão e Pedro Paulo Suzano.

27 Para a proximidade do almirante Paulo Mário com o PCB, Hélio de Anísio, coronel da reserva da FAB, junho de 1997.

28 Wilson Figueiredo, "A margem esquerda", em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, p. 225.

29 Sobre uma visão do golpe de Jango, ver carta de 22 de fevereiro de 1964 do coronel Humberto Freire de Andrada, secretário de Segurança de Pernambuco, ao governador Miguel Arraes, narrando-lhe uma conversa com o jornalista Samuel Wainer, para quem o presidente estava "absolutamente empolgado" com a ideia. Em Glauco Carneiro, *História das revoluções brasileiras*, p. 513. Segundo o embaixador Lincoln Gordon, Wainer falou-lhe de um encontro com Jango em que ele se via diante de três caminhos: tornar-se um presidente simbólico, renunciar ou "mandar ver". Entrevista de Gordon a Paulo Sotero, *O Estado de S. Paulo*, 6 de maio de 2001, Caderno 2.

30 Araújo Netto, "A paisagem", em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, p. 31.

31 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 67. Gorender cita a narrativa de Paulo Schilling de uma reunião do comando nacional do Grupo dos Onze, realizada no dia 24 de março de 1964.

32 Entrevista de João Goulart a Luiz Alberto Moniz Bandeira, em Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 130.

33 *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1964, p. 4.

34 José Gomes Talarico, *José Talarico*, p. 205.

* Em 1831 e em 1889 a tropa carioca destronara dois imperadores. Em 1930, consumara o levante gaúcho. Em 1937 assegurara a implantação do Estado Novo. Em 1945 e em 1954 derrubara Getulio Vargas. Na noite de 11 de novembro de 1955, depusera o presidente Carlos Luz.

35 Para amigo e compadre, depoimento de Fernando Gasparian, em Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), *Histórias do poder*, vol. 3: *Visões do Executivo*, p. 166.

36 Para essa estimativa e para os nomes, vali-me das informações dadas pelos coronéis Hélio de Anísio e Sérgio Cavallari em junho de 1997. Em outras oportunidades fui socorrido pelas lembranças de Marco Antônio Coelho, Givaldo Siqueira e Eduardo Chuahy. O tenente-coronel Kardec Lemme, militante do Partido, estimou que seriam só cem oficiais "de carteirinha". Ver Mário Magalhães, *Marighella*, p. 284.

37 Sérgio Cavallari, junho de 1997.

38 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 288.

39 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 561. A adesão de Costa e Silva à conspiração depois do dia 13 de março está documentada também em Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, pp. 50-1.

40 Castello tinha diversas anomalias na coluna e raramente tirava o colete, salvo para dormir. Coronel-médico Americo Mourão, outubro de 1992 e fevereiro de 1998.

41 Ernesto Geisel, outubro de 1994.

42 Carta de Castello ao ministro Jair Dantas Ribeiro, de 4 de outubro de 1963, em *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*, pp. 365-7.

43 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, pp. 166-8.

44 Carta de Castello Branco ao coronel Helio Ibiapina, de 2 de fevereiro de 1964. APHACB.

45 Carta de Lyra Tavares a Castello Branco, de 21 de março de 1964. APHACB.

46 Hélio Silva, 1964 — *Golpe ou contragolpe?*, p. 354.

47 Abelardo Jurema, *Sexta-feira, 13*, p. 163.

48 Coronel Kardec Lemme, julho de 2001. Mário Magalhães, *Marighella*, p. 297.

49 Para o fato de não haver data, Ernesto Geisel, novembro de 1994.

50 Pedro Gomes, "Minas — Do diálogo ao 'front'", em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, p. 98. Para a estocagem de gasolina, ver também Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 16.

51 Mourão sobre Guedes, em Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 351. Guedes sobre Mourão, em Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, p. 180.

52 Telegrama do coronel Vernon Walters ao Estado-Maior Conjunto, em Washington, de 30 de março de 1964. BLBJ.

53 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, p. 193.

54 Telegrama do cônsul americano em São Paulo, Niles Bond, para o Departamento de Estado, de 30 de março de 1964. BLBJ.

55 Dois telegramas da CIA, de Belo Horizonte para Washington, de 30 de março de 1964. BLBJ.

56 Telegrama do cônsul americano em Belo Horizonte, Herbert Okun, ao Departamento de Estado, de 30 de março de 1964. BLBJ. Embaixador Okun, outubro de 1997. O embaixador Okun informou que não foi a fonte dos dois telegramas da CIA. A agência tinha um funcionário americano em Belo Horizonte. Ele se dispensou de revelar seu nome.

57 Telegrama do coronel Vernon Walters ao Estado-Maior Conjunto, de 30 de março de 1964. BLBJ.

58 Entre 1940 e 1973 todos os presidentes americanos gravaram conversas que tiveram na Casa Branca. Alguns, como Franklin Roosevelt e Harry Truman, fizeram poucos registros. Kennedy foi o primeiro a gravá-las extensivamente. Entre julho de 1962 e sua morte, em novembro de 1963, deixou pelo menos 248 horas de reuniões e doze de conversas telefônicas. *The presidential recordings — John F. Kennedy*, vol. 1: *July* 30-*August* 1962, editado por Timothy Naftali, p. xx.

59 Timothy Naftali (ed.), *The presidential recordings — John F. Kennedy*, vol. 1: *July* 30-*August* 1962, pp. 5-25. Transcrito na reportagem de Carlos Haag, "Todos os *tapes* do presidente", Valor, 19 de outubro de 2001.

60 Kennedy fez dois comentários posteriores sobre a situação brasileira. O primeiro, horas depois do encontro com Gordon. Timothy Naftali (ed.), *The presidential recordings — John F. Kennedy*, vol. 1: *July* 30-*August* 1962, p. 37. O segundo, no dia 6 de agosto, no qual falou da possibilidade de instalação de um regime comunista. Atribuiu essa previsão a Gordon. Idem, p. 237.

61 Timothy Naftali (ed.), *The presidential recordings — John F. Kennedy*, vol. 1: *July* 30-*August* 1962, p. 19.

62 Walters falava inglês, português, espanhol, italiano, francês, alemão e russo. Vernon A. Walters, *Silent missions*, pp. 5 e 355 para os idiomas. Sabendo que era considerado burro, brincava: "Falo todas essas línguas, mas não penso em nenhuma". Paulo Castello Branco, 1972.

63 Carta de 31 de agosto de 1962, de Vernon Walters a Hildegarde (Hildy) Shishkin, secretária de Averell Harriman, subsecretário de Estado para Assuntos Políticos. Essa carta se encontra no arquivo de Averell Harriman. Agradeço a Kai Bird, biógrafo de John McCloy, a cessão de uma cópia.

64 Para os treze generais, Vernon A. Walters, *Silent missions*, p. 374.

65 Para a observação de McCone, Lincoln Gordon, julho de 1989. O diretor da CIA não identificou o autor da gestão. Há uma referência às gestões de Alberto Byington para conseguir petróleo na entrada de 2 de abril do diário de Adolf Berle, ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Ver Beatrice Bishop Berle e Travis Beal Jacobs (eds.), *Navigating the rapids* — 1918-1971, pp. 788-9.

66 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 571, para o pedido de Cordeiro.

67 Para a denominação do plano, telegrama do Joint Chiefs of Staff, de 31 de março de 1964. BLBJ.

68 Para o diálogo de Kennedy e Gordon. *Meeting on Brazil, Meeting on Vietnam, October 1963*: 7-8. Meetings: Tape 114/A50. BJFK. <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKPOF-MTG-114-A50c.aspx>.

69 *United States Army in World War — The Western Hemisphere*, de Stetson Conn e Byron Fairchild, Center of Military History United States Army — Washington, D.C., 1989. BJFK. <http://www.history.army.mil/books/wwii/Framework/ch11.htm>.

70 Carta do embaixador Lincoln Gordon ao autor, de 5 de junho de 1989, e Lincoln Gordon, julho de 1989. BLBJ.

71 Carlos Fico, *O Grande Irmão*, Anexo I.

72 Mário Victor, *Os cinco anos que abalaram o Brasil*, pp. 505-6. Nessa cena, o ministro da Guerra era o general Genaro Bontempo, que ocupava a pasta interinamente, pois o titular, Jair Dantas Ribeiro, estava hospitalizado.

73 Telegrama do consulado-geral dos Estados Unidos em São Paulo ao Departamento de Estado, de 30 de março de 1964, transmitido às dezesseis horas e mandado à Casa Branca às 20h17, hora de Washington. BLBJ.

74 Aspásia Camargo e outros, *Artes da política*, p. 467.

75 O discurso de Goulart está em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, pp. 396-400.

76 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 309.

77 Ernesto Geisel, agosto de 1988 e novembro de 1994.

78 Telegrama de Dean Rusk a Lincoln Gordon, das 21h52 (hora de Washington) de 30 de março de 1964, em Lincoln Gordon, *Brazil's second chance*, pp. 68-70. BLBJ.

79 Telefonema de Dean Rusk a Lyndon Johnson, de 30 de março de 1964, fita WH6403.19, BLBJ, "Recordings of conversations and meetings", traduzida por Lincoln Gordon e publicada na *Folha de S.Paulo* de 10 de setembro de 1999. Para o alerta, telegrama de Dean Rusk à embaixada no Rio e a todos os consulados no Brasil, de 30 de março de 1964.

80 *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964. Os quatro principais redatores de editoriais do *Correio* nesses dias eram Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux. A redação do "Basta!" é frequentemente atribuída a Moniz, que coordenava o trabalho de seus colegas, a quem cabia a decisão final sobre os textos. Moniz e Peralva negaram, em conversas separadas, em agosto de 1988, que o tivessem redigido, embora admitissem que o tivessem discutido. Carpeaux morreu em 1978. Nem Moniz nem Peralva insinuaram que ele fosse o redator. Em julho de 1999, o jornalista Carlos Heitor Cony contou-me que a base do editorial, na sua primeira versão, fora manuscrita por Carpeaux. Submetida a Moniz, começou um processo de redação conjunta, da qual participaram ele (Cony), Carpeaux e Moniz. Cony informa que o tom do texto pode ser atribuído a ele e a Carpeaux. "Na boa técnica da produção dos editoriais, esse foi resultado de um trabalho coletivo. Entraram ideias de diversas pessoas. Um bom editorial, em termos de autoria, é coletivo como uma catedral gótica." Ver também "Um basta no 'basta'" de Carlos Heitor Cony, *Folha de S.Paulo*, 30 de novembro de 2002.

81 Aspásia Camargo e outros, *Artes da política*, p. 468.

82 Robert McNamara, secretário de Defesa.

83 Fita WH6403.19, BLBJ, “Recordings of conversations and meetings”, traduzida por Lincoln Gordon e publicada na *Folha de S.Paulo* de 10 de setembro de 1999.

84 Fita WH6403.19, BLBJ, “Recordings of conversations and meetings”.

85 Idem.

86 *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964, p. 4.

87 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, pp. 369 e 371.

88 Idem, p. 371.

89 Carta do general Olympio Mourão Filho ao ministro Odylio Denys, de 9 de novembro de 1960. APGCS/HF. A conversão para o dólar baseia-se na tabela publicada por Clarice Pechman, em *O dólar paralelo no Brasil*, pp. 128-39. Todas as conversões feitas neste livro se basearão na tabela de cotação do dólar no mercado paralelo.

90 *Diário de Heitor Ferreira*, 8 de abril de 1965: “(…) encontrei um telegrama do general Mourão cumprimentando Jango pela posse… em 1961!”. Heitor Ferreira remeteu o documento ao arquivo do SNI. APGCS/HF.

91 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 372.

92 Idem, p. 373, e Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 245.

93 Hélio Silva, 1964 — *Golpe ou contragolpe?*, p. 348.

94 Em dezembro de 1944, durante o terceiro ataque da FEB a Monte Castelo, o então tenente Ernani Ferreira Lopes, da 7ª Companhia do 3º Batalhão do 11º RI, viu o coronel Amaury Kruel tentando agredir Castello na barraca do posto de comando. Kruel foi afastado pelo capitão Olegário Memória. Horas antes, Castello ordenara que a companhia fosse lançada na direção do local onde uma tropa brasileira estava imobilizada pela artilharia alemã. No entendimento de Kruel, essa ordem significava uma inútil superposição de forças. General Ernani Ferreira Lopes, agosto de 2001.

95 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

96 Para a nomeação do filho de Kruel, conversa de Goulart com Marco Antônio Coelho, março de 1964. Marco Antônio Coelho, agosto de 1988. Para os financiamentos, Ernesto Geisel, agosto de 1988, e general Rubens Resstel, setembro de 1988.

97 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 128.

98 Para esse chamado, feito pelo promotor Antonio Neder, que disse falar em nome de Mourão, depoimento do general Muricy ao CPDoc, vol. 3, fita 38, p. 12. Mourão Filho, em suas *Memórias*, p. 412, desmente que tenha mandado chamar Muricy.

99 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, p. 215.

100 José Luís de Magalhães Lins, agosto de 1988.

101 Pedro Gomes, “Minas — Do diálogo ao ‘front’”, em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, p. 106, e José Luís de Magalhães Lins, agosto de 1988.

102 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, p. 215.

103 João Pinheiro Neto, *Jango*, p. 78.

104 Antonio Carlos Magalhães, fevereiro de 1988.

105 Pedro Gomes, “Minas — Do diálogo ao ‘front’”, em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, p. 120.
106 Abelardo Jurema, *Sexta-feira, 13*, p. 182.
107 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, pp. 310-1. Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, p. 217. *Correio da Manhã*, 1º de abril de 1964, em Jeferson de Andrade e Joel Silveira, *Um jornal assassinado*, p. 5.
108 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 375.
109 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 121.
110 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 375. Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, p. 217. Mourão Filho não foi o primeiro general a tirar a sesta no dia de seu golpe. O general Goes Monteiro dormiu depois do almoço no dia 29 de outubro de 1945, quando derrubou Getulio Vargas. Em “Depoimento de Gois Monteiro”, publicado em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da história do Brasil*, vol. 5, p. 487.
111 Documento do Departamento de Estado ao secretário Dean Rusk, de 31 de março de 1964. BLBJ. O nome do general, como se vê, foi grafado erradamente.
112 Telegrama de Lincoln Gordon a Dean Rusk, das treze horas (hora de Washington) de 31 de março de 1964, em Lincoln Gordon, *Brazil’s second chance*, pp. 70-1.
113 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, pp. 223-4. Guedes data esse encontro na manhã do dia 31. O telegrama da CIA em que está narrado o pedido de combustível feito por um “comandante” integrado aos “conspiradores de Minas Gerais” é de 30 de março.
114 Em seu diário, o general Ladário Pereira Telles, comandante da 1ª Região Militar na manhã do dia 31, e nomeado para o comando da 6ª Divisão de Infantaria às quinze horas, registrou que Goulart lhe pediu que comunicasse ao comandante do I Exército seu desejo de ver o general Castello preso e levado para o forte da Lage. Em Hélio Silva, *O poder militar*, p. 398.
115 Hernani d’Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 144.
116 Idem.
117 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985.
118 Idem.
119 Ernesto Geisel, novembro de 1994.
120 Carta de 28 de abril de 1964, de Castello Branco a Carlos Bicalho Goulart, proprietário do apartamento 101 da avenida Atlântica, 3.916. APGCS/HF.
121 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 132.
122 General Newton Cruz, setembro de 1987.
123 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, pp. 206 e segs.
124 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.
125 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, pp. 377 e 311.
126 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, pp. 218-9.
127 Nelson Dimas Filho, *Costa e Silva*, p. 67.

128 *Nota de Instrução nº 7*, de 15 de setembro de 1963, do general Pery Constant Bevilaqua, comandante do II Exército. Citado em *Posição do EMFA face aos Recentes Acontecimentos Ocorridos no País*, de Pery Bevilaqua, transcrito em Bilac Pinto, *Guerra revolucionária*, p. 211.

129 Depoimento do marechal Pery Bevilaqua a Hélio Silva, publicado em *História*, revista mensal, nº 27, s. d., pp. 58-72.

130 Francisco Julião, discurso de 31 de março de 1964, em *Grandes momentos do Parlamento brasileiro*, vol. 2, pp. 289-90.

131 *Diário do Congresso Nacional*, 1º de abril de 1964, pp. 1934-6.

132 Idem, p. 666.

133 Maria Prestes, *Meu companheiro*, pp. 22-3.

134 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 70. Prestes repetiu a frase no dia 27 de março na ABI e no dia 29 no estádio do Pacaembu.

135 Maria Prestes, *Meu companheiro*, p. 24. *Novos Rumos*, suplemento especial, 24 a 30 de janeiro de 1964.

136 Salomão Malina, agosto de 1988.

137 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 131-2.

138 Carta de Heitor Herrera a Heitor Ferreira, de 15 de agosto de 1978.

139 Araken Távora, *Brasil, 1º de abril*, pp. 127-8.

140 Carlos Lacerda, *Depoimento*, pp. 284-5.

141 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, p. 241.

142 Para o telefonema de Lacerda, John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: *1960-1977*, p. 225. Para Miranda Mendes, depoimento do general Euryale de Jesus Zerbini, em Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, p. 390.

143 Para Adalberto Pereira dos Santos, sua narrativa, de quatro folhas, intitulada *Acontecimentos Político-Militares de Março e Abril de* 1964, fl. 3. APGCS/HF.

144 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 315.

145 Telegrama da embaixada dos Estados Unidos a Washington, de 31 de março de 1964. BLBJ.

146 Idem.

147 Telegrama dos adidos militares a Washington, de 31 de março de 1964. BLBJ.

148 Herbert Okun, outubro de 1997.

149 Claudio Mello e Souza, "O vizinho do presidente", em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, pp. 179-80.

150 *Diário do Congresso Nacional*, 1º de abril de 1964, Seção B, p. 5.

151 Idem, Suplemento, p. 7.

152 *Diário do Congresso Nacional*, Suplemento, p. 9. Para a hora, discurso de Doutel de Andrade de 31 de março de 1964, em *Grandes momentos do Parlamento brasileiro*, vol. 2, pp. 304-7.

153 *Diário do Congresso Nacional*, 2 de abril de 1964, p. 1974.

154 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 566.

O Exército acordou revolucionário

"...E acordou revolucionário no dia 1º", prosseguiria o general Cordeiro.[1]

Jango pareceu estar a um passo da vitória. Só quando chegou perto dela é que se pôde perceber a força da teia que o levante tirara da semiclandestinidade.

Para que o presidente vencesse nos termos em que seu "dispositivo" colocara a questão, era indispensável que se atirasse num último lance de radicalismo, límpido, coordenado e violento. Contra o levante mineiro, a bandeira da legalidade era curta. Para prevalecer no quadro que radicalizara, Jango precisaria golpear o Congresso, intervir nos governos de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara, expurgar uma parte da oficialidade das Forças Armadas, censurar a imprensa, amparar-se no "dispositivo", na sargentada e na máquina sindical filocomunista. Tratava-se de buscar tamanha mudança no poder que, em última análise, durante o dia 31 de março tanto o governo (pela esquerda) como os insurretos (pela direita) precisavam atropelar as instituições republicanas. Discursando na Câmara, o vice-líder Almino Affonso vocalizava a radicalização pela esquerda: "Os trabalhadores hão de parar porto por porto, navio por navio, fábrica por fábrica, e as greves vão também parar o campo. (...) Querem a guerra civil, pois teremos a revolução social. Querem sangue, pois nós aceitaremos o sangue. (...) Uma guerra civil não se faz com marechais, almirantes e generais. Faz-se com a tropa, e essa tropa é povo e é o povo que compõe todos os quartéis. São os sargentos, os cabos, os marinheiros".[2]

Esse passo, de natureza revolucionária, Jango não deu. Nessa vacilação, misturaram-se dois ingredientes. Um, de natureza histórica, reunia o presidente, seu "dispositivo" e todas as forças políticas que haviam "mandado brasa" nas últimas semanas. Vigorosos na retórica, murcharam como um balão furado. O segundo ingrediente estava na própria personalidade de Jango. Aprende-se que condicionantes de classe interferem na conduta dos homens públicos, podendo levá-los da temeridade à vacilação e dela ao imobilismo, mas no caso de João Goulart, independentemente da classe em que estivesse, ele seria sempre um pacato vacilante. Os conflitos que tivera com a plutocracia e a cúpula militar alimentaram-lhe muito mais o conformismo do que a combatividade. Não era um covarde, mas se habituara a contornar os caminhos da coragem. Avisado ainda na manhã do dia 31 do levante de Mourão, permaneceu fechado no palácio Laranjeiras, confiante na precariedade da tropa sublevada, na capacidade do "dispositivo" de desbaratá-la e na sua própria de achar um entendimento. O homem que havia menos de 24 horas discursara no Automóvel Clube manteve-se em silêncio.

Com o tempo, cristalizou-se em torno das 48 horas de 1964 um acordo historiográfico entre vencedores e vencidos. A apologia dos vencedores, procurando abrir a porteira das adesões, estabeleceu que Jango foi derrubado pela vontade geral do povo e das Forças Armadas. A necrologia dos vencidos, procurando fechar o diafragma das responsabilidades, atribuiu à inércia de Jango a causa do desmoronamento do "dispositivo" militar e político sobre o qual se abrigava o radicalismo. Sem dúvida a inércia de Goulart foi um detergente para as forças que o apoiavam. No entanto, ninguém apoiava Jango supondo-o um resoluto. Além disso, nenhuma força à esquerda do presidente tomou iniciativa militar relevante durante o dia 31.

Prestes manteve os 40 mil militantes do Partido Comunista em estado de sobreaviso. As temidas Ligas Camponesas, que pareciam brigadas pré-

revolucionárias, dispunham, no máximo, de 2 mil homens e não produziram nenhuma mobilização organizada.[3] Leonel Brizola, feroz crítico da política de conciliação do cunhado, consumiu o dia 31 articulando um esquema militar defensivo em Porto Alegre. Seus Grupos dos Onze, que reuniriam dezenas de milhares de militantes, não se moveram. Na manhã do dia 1º, em Brasília, alguns deles participaram de uma inédita operação de montagem de uma milícia popular por meio de um sistema de cadastramento. Convocaram o povo ao Teatro Nacional e receberam cerca de mil pessoas. A cada um pediu-se que preenchesse uma ficha em que devia informar nome, endereço e profissão. Receberiam instruções e armas no dia seguinte, num núcleo de colonização rural nas cercanias da cidade. O cadastro foi levado para o Sindicato dos Servidores Civis.[4]

O Comando Geral dos Trabalhadores, central sindical controlada pelo governo em condomínio com os comunistas, recomendou ao povo que se mantivesse "unido em sua vigorosa repulsa à insurreição". A UNE pediu aos estudantes que se mobilizassem em passeatas e atos públicos, permanecendo "em estado de alerta" para a hipótese da resistência.[5] Sua sede achava-se desarmada. O radicalismo dos marinheiros estava ao desamparo de qualquer apoio logístico. O *Cabo Anselmo* perdera o rumo, escondendo-se nas cercanias de Magé.[6] Salvo os ferroviários da Leopoldina que ocuparam a estação central, bloqueando-lhe os trilhos, e o chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, que desde o primeiro momento defendia o bombardeio das tropas de Mourão, nenhum personagem ou grupo significativo da esquerda tomou posição de ataque ou lembrou-se de "mandar brasa".[7]

À noite, Luiz Carlos Prestes telefonou ao brigadeiro Francisco Teixeira indagando-lhe das condições de bombardear o palácio Guanabara. Teixeira respondeu-lhe que "meus tenentes já estão todos do outro lado".[8] Em pelo menos outra ocasião, esse bombardeio foi sugerido a Teixeira, que refugou a iniciativa, dizendo que só agiria por ordem do presidente da República.

Mesmo que a recebesse, não tinha condições para reunir oficiais da Base de Santa Cruz dispostos a voar para bombardear a cidade.[9] Uma expedição aérea contra os jardins do palácio (visto que o bombardeio do prédio poria em risco os moradores dos edifícios vizinhos) seria muito mais um ato terrorista do que uma ação militar.

Nas altas horas da noite de 31 de março o golpe tinha uma bandeira: tirar Jango do poder, para combinar o resto depois. Já a defesa do governo caíra numa posição canhestra. Tratava-se de manter Jango no palácio, sem se saber direito para quê, nem em benefício de quem. As poucas forças conservadoras que, por razões de conveniência, ainda estavam associadas ao presidente, dispunham de meios para ajudá-lo, mas não tinham um propósito para mantê-lo no poder. As forças da esquerda, que tinham o propósito, não tinham os meios. A árvore do regime constitucional começava a dar sinais de que cairia para a direita.

A esquerda temia que Jango a traísse. No meio da tarde do dia 31, o deputado Max da Costa Santos, petebista radical, estava certo de que Mourão seria esmagado em poucas horas e mostrava-se preocupado "com a força que o Jango terá nas mãos".[10] Às 23 horas, depois de receber instruções da direção do Partido Comunista, o secretário do comitê universitário do Rio de Janeiro, José Salles, reuniu à porta da Faculdade Nacional de Filosofia o comando dos estudantes que a haviam ocupado e disse-lhes que evitassem radicalizar, pois Jango controlara a situação e poderia usar seu fortalecimento para golpear a esquerda.[11]

A direita tinha o mesmo receio. O ex-presidente Juscelino Kubitschek terminara a manhã do dia 31 achando que Jango estava acabado.[12] Divulgara um manifesto sibilino em que defendia uma legalidade que repousava simultaneamente na "disciplina" (ofendida pela rebelião mineira) e na "hierarquia" (ofendida pela insubordinação dos marinheiros).[13] No meio da tarde, JK foi ao Laranjeiras e sugeriu a Jango que fizesse um pronunciamento afastando-se das lideranças sindicais e da retórica dos

sargentos.[14] À noite, recebeu Lincoln Gordon em seu apartamento. Enquanto o embaixador falava da necessidade de se conduzir a substituição de Jango através do Congresso e de um processo que guardasse algum sinal de legitimidade, o ex-presidente ouvia ao mesmo tempo o embaixador e dois aparelhos de rádio, trocando nervosamente de estação, em busca de notícias de Kruel.[15]

Amaury Kruel

Por volta das dez horas da noite do dia 31, o general Kruel, num dramático telefonema, pediu ao presidente que rompesse com a esquerda. Queria a demissão de Abelardo Jurema do Ministério da Justiça e de Darcy Ribeiro da chefia do Gabinete Civil. Eram os colaboradores do presidente mais identificados com o radicalismo. Pedia também que o Comando Geral dos Trabalhadores fosse posto fora da lei. Jango ponderou que esse tipo de acordo o levaria a uma capitulação humilhante, transformando-o num "presidente decorativo". Kruel aos poucos mudou de tom, mostrando-se formal e cerimonioso. O presidente encerrou a conversa com rispidez: "General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente".[16]

Kruel não o estava traindo. Telefonava na presença de outros oficiais. Durante todo o dia os generais do "dispositivo" que comandavam as principais unidades do II Exército oscilaram entre a inquietação e a cautela.

Desde a manhã, quando recebeu o aviso de Castello, Kruel ficara literalmente sem saber para onde ir. No início da tarde abandonara seu quartel-general, no Centro da cidade, com receio de que ele fosse atacado pelos conspiradores. Foi para o comando da 2ª Divisão de Infantaria, nos jardins do Ibirapuera, mas à noitinha resolveu voltar para o Centro. Quando chegou ao seu QG, viu-se numa armadilha, pois se tentasse ficar com o governo, correria perigo, já que um grupo de oficiais planejara sequestrá-lo e enfiá-lo numa casa de subúrbio.[17] A ambiguidade de Kruel corroera-lhe o comando. A essa altura a guarnição paulista dava sinais de erosão. O general sabia que o coronel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, do 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna, uma das peças-chave da estrutura militar em São Paulo, alinhava-se à rebelião. O comandante do II Exército entrara na sublevação precisamente como previra dias antes o general Castello Branco: "É preciso que o Kruel marche, nem que seja com uma baioneta nas costas".[18]

Na Câmara dos Deputados, Almino Affonso estava na tribuna quando um colega lhe passou um bilhete: "Kruel aderiu".[19] No palácio Guanabara, Roberto de Abreu Sodré voltou à sala onde os lacerdistas faziam sua vigília cívica: "Vão todos pra puta que os pariu que o Kruel já está vindo".[20] Em Copacabana, onde alguns quarteirões estavam sem luz, o marechal Floriano de Lima Brayner abriu a porta de serviço de seu apartamento para um visitante inesperado que se anunciara "um coronel". Na soleira uma vela iluminava o rosto do coronel Vernon Walters, seu camarada dos tempos da FEB. Procurava notícias, e Brayner disse-lhe: "Kruel acaba de lançar um manifesto". "Graças a Deus!", respondeu Walters, um devoto católico.[21] Eram quase 23 horas.

O "dispositivo" de Jango começava a desabar. Durante as doze horas que se seguiram aos disparos telefônicos de Mourão ele funcionara por inércia, sustentado pela modorra que invade as instituições burocráticas postas diante de situações imprevistas. Fora de Minas Gerais, nenhum

general em comando de tropa aderira publicamente ao movimento. A cúpula militar manteve um olho para cima, esperando pela ação do governo, e outro para baixo, esperando a reação dos oficiais. A inércia do governo exacerbou-lhe as vulnerabilidades, tanto no sentido vertical — da linha de comandos — como no horizontal — na base da oficialidade.

Goulart não podia contar com a ação de dois dos seus três ministros militares. O general Jair Dantas Ribeiro, da Guerra, achava-se recluso no hospital, abatido por complicações pós-operatórias. O almirante Paulo Mário mal conhecia seu gabinete. O comando das operações legalistas estava entregue a Assis Brasil, um oficial medíocre que acabara de ganhar as estrelas de general de brigada.[22] Diante da hostilidade de Castello Branco, o "dispositivo" decidira substituí-lo na chefia do Estado-Maior pelo general Benjamin Rodrigues Galhardo, que estava no comando do III Exército. Parecia uma manobra brilhante, pois no mesmo lance designou-se o general Ladário Pereira Telles (em férias em Nova Friburgo) para o comando da 6ª Divisão de Infantaria, em Porto Alegre, abandonada por seu titular, Adalberto Pereira dos Santos. Por ser o general de divisão mais antigo na área, Ladário se tornaria comandante interino do III Exército, o mais poderoso do país. Com uma cajadada matavam-se dois coelhos, Castello e Adalberto. Na realidade, quebraram-se dois cajados, e não se matou coelho algum. Galhardo não chegou a pôr o pé no Estado-Maior, e Ladário caiu num comando desarticulado.

O poderoso esquema do Sul ainda tinha mais surpresas. O "dispositivo" contava com os generais Floriano Machado (3ª Região Militar) e Newton Barra (Artilharia Divisionária/3). Subindo-se em direção ao norte, no Paraná tinha os generais Crisanto de Figueiredo (Infantaria Divisionária/5) e Silvino Castor da Nóbrega (5ª Região Militar). Os quatro se encontravam em férias no dia 31 de março. Crisanto e Silvino, que estavam no Rio de Janeiro, tomaram um avião para Curitiba e, por falta de visibilidade para pousos, acabaram descendo em Porto Alegre.[23]

No II Exército, a principal peça do “dispositivo” era o general Euryale de Jesus Zerbini, comandante da Infantaria Divisionária/2, em Caçapava. Assumira a guarnição na véspera e mal conhecia os coronéis que comandavam os regimentos com que o governo contava para controlar o vale do Paraíba, principal via de comunicação entre São Paulo e o Rio. Por conta disso, à uma da manhã do dia 1º, quando telefonou para o comandante do 5º Regimento de Infantaria, teve a surpresa de verificar que o quartel estava vazio. Zerbini mandou uma patrulha motorizada procurar o 5º RI. Anos depois, comentaria: “Nunca eu tive notícias dela”.[24]

Ao amanhecer do dia 1º de abril Kruel persistia na posição de emparedar Jango sem depô-lo. Em seu manifesto dissera que era necessário “salvar a pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho”, mas não mencionara o presidente. Declarara-se “fiel à Constituição” e à “manutenção dos poderes constituídos”, e informava que o objetivo do II Exército visava “exclusivamente a neutralizar a ação comunista que se infiltrou em alguns órgãos governamentais”.[25] Depois do telefonema das 22 horas, falara com Jango duas outras vezes, sempre lhe pedindo, em vão, que jogasse a esquerda ao mar.[26]

No IV Exército, com sede no Recife, o general Justino Alves Bastos, que dera a Jango a garantia do controle de sua área e a Castello a certeza da adesão, aproximava-se cautelosamente do levante.[27] Às dez horas do dia 1º, recebeu em seu gabinete o economista Celso Furtado, superintendente da Sudene e ex-ministro do Planejamento de Jango. Disse-lhe que esperava um expurgo dos ministros de esquerda, uma guinada do presidente. Nada mais que isso. Estava disposto a prender quem atentasse contra a ordem pública.[28]

A mudança de posição de Kruel e, em certo sentido, a de Justino resultaram da decomposição da base militar do governo. Ambos tiveram doze horas para ver em que direção o vento sopraria, e ele soprou com tamanha clareza que chegou a ser um exagero esperar tanto.

* * *

A revolta dos marinheiros, na semana anterior, e o discurso de Jango no Automóvel Clube, na véspera, desestabilizaram as Forças Armadas. A organização militar, baseada em princípios simples, claros e antigos, estava em processo de dissolução. Haviam sido abaladas a disciplina e a hierarquia. Além disso, o discurso do presidente mostrara que a mazorca tinha o seu amparo. Desde 1961, quando os sargentos foram peças importantes para neutralizar a ação de oficiais que pretendiam impedir a posse de Jango, algumas unidades viviam sob uma espécie de duplo comando. Centenas de oficiais suportaram situações vexatórias. Numa unidade da Vila Militar havia sargentos que não cumpriam escalas de guarda e mantinham paióis particulares.[29] Um deles ameaçara os "senhores reacionários": "O instrumento de trabalho dos militares é o fuzil".[30] Outro, eleito deputado, falava em "enforcamento dos responsáveis pela tirania dos poderes econômicos". Em 1963 o general esquerdista Osvino Ferreira Alves, o mais destacado dos "generais do povo", comemorara seu aniversário com uma festa a que compareceram oitocentos subtenentes e sargentos.[31] Os marinheiros usavam a rede de transmissão dos navios para comunicar suas palavras de ordem e, pelo menos uma vez, abriram o cofre do Conselho do Almirantado para copiar a ata de uma reunião secreta.[32] Sua associação recebera do Gabinete Civil da Presidência um cheque de 8 milhões de cruzeiros, cinco dos quais deveriam ser repassados a um grupo de sargentos paulistas.[33] Essa anarquia era protegida por alguns poucos oficiais simpáticos ao governo e tolerada por muitos outros, temerosos de enfrentar o "dispositivo" e, com isso, arriscar a liquidação de suas carreiras. A revolta dos marujos ofendeu a grande massa politicamente amorfa. O levante de Mourão sugeriu-lhe a possibilidade do desafio. A inércia do governo incentivou-a a mover-se ou, pelo menos, a não fazer nada.

Fosse qual fosse o governo, fosse qual fosse o presidente, depois de acontecimentos como a insubordinação da marujada e o discurso do Automóvel Clube, em algum lugar do Brasil haveria um levante. Por definição, esse levante não poderia ser reprimido utilizando-se tropas submetidas aos regulamentos convencionais. Um governo que tolerava a indisciplina não deveria acreditar que seria defendido de armas na mão por militares disciplinados, obedecendo a ordens da hierarquia. Repetiu-se nos quartéis o dilema que paralisou Goulart durante o dia 31: o situacionismo esperou ser defendido pela estrutura convencional que desafiara, quando só lhe restava o caminho de atacá-la, antes que ela o liquidasse.

A fraqueza inata da base do "dispositivo" achava-se espalhada no próprio coração da tropa que o governo mandou serra acima para conter Mourão. Na coluna que marchava pela avenida Brasil na manhã do dia 31 encontravam-se o Grupo de Obuses e a 1ª Bateria do 8º Grupo de Canhões Automáticos de 90 milímetros. Os obuses estavam sem os percussores.[34] A bateria era comandada pelo capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido por ter se atritado com sargentos militantes e se recusado a servir como ajudante de ordens de um "general do povo". Acreditar que um capitão como Ustra dispararia seus canhões por Jango era excesso de otimismo. Sua tropa entrou na estrada submetida a um complicado mecanismo de comando. Ustra tinha o armamento, os cabos e os soldados da 1ª Bateria. Ainda assim, empurraram-lhe os sargentos da 2ª, mal-equipada, porém servida por janguistas. Além disso, mandaram-no levar no seu jipe outro capitão, mais antigo* que ele e devoto do governo. Elementar: no alto da serra, ao menor sinal de vacilação, seria deposto do comando pelos sargentos e substituído pelo carona. Durante o tempo gasto na estrada, Ustra armou um contragolpe através do ordenança, conspirando com um cabo e meia dúzia de soldados que o ajudaram até mesmo a provocar um engarrafamento na avenida Brasil para retardar a marcha da coluna. Assim, o "dispositivo" se protegia com os canhões de um capitão

que não lhe era leal, supondo que ele poderia ser neutralizado pelos sargentos, os quais, por sua vez, tinham de enfrentar o complô do capitão com os cabos.[35] Uma verdadeira anarquia.

Essa embrulhada repetia-se no principal corpo de tropa que o governo mobilizara. O comandante do 1º Regimento de Infantaria, coronel Raymundo Ferreira de Souza, era homem da confiança do general Oromar Osorio, mas fora também assistente-secretário do general Odylio Denys, veterano conspirador, reservista e rebelde. Durante toda a tarde, até chegar a Três Rios, cidade situada a meio caminho entre o Rio e Juiz de Fora, o coronel Raymundo marchou como um soldado de Oromar. Às 22 horas sua tropa aproximava-se do que poderiam ser as linhas de combate, mas tropeçou numa linha telefônica. No posto de gasolina Triângulo, o coronel atendeu a uma chamada de Denys, que estava na casa-grande de uma fazenda, convidando-o a aderir. Ele não vacilou: “Eu e toda minha tropa nos solidarizamos com o movimento revolucionário”.[36]

Muricy, que vinha descendo no comando da vanguarda rebelde, estava num grande dia. Começara com uma tropa mal-instruída, preocupado apenas em localizar desfiladeiros que lhe permitissem tirar partido das montanhas mineiras para conter o avanço dos legalistas enquanto esperava que outras unidades se rebelassem. “Tínhamos munição para poucas horas, mas eu vivi as revoluções de 1930 e 1932 e sabia como são os indecisos. Nessa hora de indecisão, você pode fazer o diabo e, quanto mais diabo fizer, melhor”, explicou mais tarde. Antes de saber por Denys que o Regimento Sampaio não lhe daria combate, o general recebera uma proposta de adesão de dois tenentes que comandavam pelotões na primeira linha do 1º Batalhão de Caçadores, de Petrópolis. Pela sua localização geográfica, no alto da serra, o BC era a vanguarda da tropa legalista. Pela hora em que se aproximou das linhas mineiras, Muricy concluiu que o haviam reunido às pressas. Quando soube da adesão dos tenentes, percebeu que o batalhão estava desarticulado. Afinal de contas, na linha de fogo poderia haver, no

máximo, cinco pelotões. Se dois trocavam de lado, com cerca de cinquenta homens, o inimigo estava se desmanchando.[37]

Com o tempo, tanto a adesão do coronel Raymundo como a dos oficiais do 1º BC passaram a ser assinaladas como estandartes de uma marcha triunfal e a ser antecipadas para a noite do dia 31 pela historiografia do êxito. Apesar das conversas da noite anterior, Muricy só recebeu os pelotões do 1º BC por volta de meia-noite, e a adesão do comandante do 1º RI só se consumou às sete horas da manhã seguinte. "Estávamos flutuando, sem apoio algum e na expectativa de um ataque das tropas que subiam a serra", escreveu Mourão à uma hora da madrugada.

O Exército, que no dia 31 dormira janguista, acordaria revolucionário, mas sairia da cama aos poucos. No meio da madrugada, no Recife, um filho do governador Miguel Arraes interrompeu a vigília montada no palácio das Princesas e entrou no salão gritando: "Os soldados estão cercando a casa!". Houve um sobressalto, mas o menino sorriu e confessou a brincadeira: "Primeiro de abril...".[38] Começara, de fato, um gigantesco Dia da Mentira, não só pelo que nele se mentiu, mas sobretudo pelo que dele se falseou.

No forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, preservou-se uma narrativa intitulada *A Revolta do Forte, Vitória da Legalidade*.[39] São três folhas rubricadas por oficiais rebelados e se propõem a contar "os acontecimentos, exatamente como se passaram", desde a noite em que o comandante do forte informou aos revoltosos da EsCEME que ia se rebelar, até as sete horas da manhã seguinte, quando a unidade se sublevou, reforçada por 27 oficiais da Escola de Estado-Maior. Os fatos estão corretamente apresentados, mas a relíquia contém uma falsidade: a data. Segundo a narrativa, o forte rebelou-se na manhã de 31 de março, poucas horas depois de Mourão e vinte horas antes da proclamação de Kruel. Na realidade, os acontecimentos se passaram exatamente um dia depois, 27 horas depois de Mourão e sete depois de Kruel.

Na madrugada de 1º de abril, o general Castello Branco mudou três vezes de esconderijo. Costa e Silva, codinome *Tio Velho*, duas.[40] Ambos procuravam coordenar a insurreição no I Exército, mas por toda a manhã do dia 1º atiraram a esmo, usando artilharia telefônica e oficiais sem comissão. Um general da reserva que trabalhava na companhia telefônica socorreu os revoltosos abrindo-lhes linhas interurbanas. Costa e Silva fixou-se num apartamento em Botafogo onde, valendo-se dos dois telefones da casa, disparou em poucas horas cerca de cem ligações. Mandou três generais levantarem as principais unidades do Rio. Um rebelaria a 1ª Divisão de Infantaria, outro tomaria o 1º Batalhão de Carros de Combate, e o terceiro ficaria com a Brigada Paraquedista. Nenhum deles conseguiu levantar sequer uma sentinela nas primeiras doze horas do dia 1º.[41]

Quando o dia raiou, no Rio de Janeiro só havia fogo na trincheira do *Correio da Manhã*. Um editorial intitulado "Fora!", estampado no alto de sua primeira página, atirava: "Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia". [*Veja o documento*] A essa coragem civil não correspondia um equivalente desassombro militar. No fim da manhã do dia 1º estavam rebeladas apenas duas unidades de combate em todo o Rio: o forte de Copacabana e a fortaleza de São João.[42] Juntas, não somavam tropa para enfrentar uma companhia de fuzileiros. O grosso da guarnição movia-se para a rebeldia, mas ainda não decidira tomar riscos.

Às oito da manhã a Rádio Nacional transmitiu o *Repórter Esso*, "testemunha ocular da história". Era o principal noticiário radiofônico do país e oferecia a súmula do oficialismo: Jair Dantas Ribeiro assumira o comando das operações contra a rebelião, Goulart recebera uma delegação de industriais e comerciantes no Laranjeiras e divulgara uma nota oficial contando com "a fidelidade das Forças Armadas". Tudo fantasia. Até a previsão do tempo: "instável, com chuvas, melhorando no decorrer do período". O chuvisco da tarde acabou em temporal à noite.[43]

No Laranjeiras, Jango ouvia de tudo. Apelos para que se livrasse da esquerda, sugestões para buscar entendimento com Magalhães Pinto e um plano para ocupar o Rio de Janeiro em duas horas.[44] Uma conversa, porém, haveria de marcá-lo. O deputado mineiro Francisco Clementino de San Tiago Dantas, erudito professor de direito que transitava com igual desenvoltura da elite à esquerda, chegou ao Laranjeiras no final da manhã do dia 1º e expôs-lhe uma ameaça:

> Não devemos nos deixar perturbar pelas emoções. É hora de nos mantermos com a cabeça fria. Não podemos nos dar ao luxo de sermos mais imprudentes. Como o senhor deve saber, presidente, o Departamento de Estado norte-americano hoje não sofre mais a influência da política de Kennedy, sofre outras influências, bem diversas. Não é impossível que esse movimento de Minas venha a ser apoiado pelo Departamento de Estado. Não é impossível que ele tenha se deflagrado com o conhecimento e a concordância do Departamento de Estado. Não é impossível que o Departamento de Estado venha a reconhecer a existência de um outro governo em território livre do Brasil.

O presidente perguntou se San Tiago estava especulando.

"Não", respondeu o professor.[45]

San Tiago soubera da disposição americana de apoiar um governo de insurretos pelo ex-chanceler Afonso Arinos, a quem Magalhães Pinto dera dias antes a Secretaria de Relações Exteriores do governo mineiro.[46] Até que ponto San Tiago se baseou apenas na conversa de Arinos, não se sabe. Jango tomou a advertência como um recado do embaixador Gordon.[47] Sua intuição ia na direção certa. Gordon mandara recados a governadores e militares, estimulando-os a produzir um desfecho que pudesse ser considerado legítimo.

San Tiago Dantas

O deputado fantasiava num ponto. O dispositivo militar dos americanos começara a ser montado em julho de 1962, no Salão Oval da Casa Branca, pelo presidente Kennedy. Um ano depois, Gordon advertira o Departamento de Estado: “Parece-me cada vez mais claro que o objetivo de Goulart é perpetuar-se no poder através de um golpe como o de Vargas em 1937”. Baseava-se em opiniões de todo tipo: desde aquelas de inimigos de Jango, como Juracy Magalhães, às de pessoas de sua intimidade, como o jornalista Samuel Wainer, incluindo as de diplomatas conservadores como o núncio apostólico e as de comunistas como o embaixador iugoslavo: “Se Deus é realmente brasileiro, Goulart terá uma recaída do problema cardíaco que sofreu em 1962”.[48] [*Veja o documento*]

O telegrama de Gordon desencadeara uma reação burocrática em Washington. No dia 30 de setembro o Departamento de Estado esboçara uma proposta de política de curto prazo para o Brasil na qual se incluíra um programa clandestino de penetração no meio militar e desde logo se recomendara “o apoio e imediato reconhecimento de qualquer regime que os brasileiros estabeleçam para substituir Goulart”.[49] O serviço de estimativas da CIA, que em julho confiara no fôlego de Jango, mudara de rumo em outubro: “Achamos que não é mais apropriado estimar que, a despeito dos profundos problemas políticos e econômicos do Brasil, ‘as chances ainda favorecem’ a permanência do presidente Goulart até o fim do

seu mandato".[50] Também propunha o reconhecimento do regime que viesse a emergir de um golpe, "desde que ele pareça razoavelmente instalado".[51]

Tudo isso no governo de Kennedy, que, em outubro, discutira a hipótese de uma intervenção militar direta.

San Tiago estivera convencido de que Brizola planejava um golpe e chamara um jovem diplomata em quem depositava grande confiança para uma conversa no Jardim Botânico. Falou-lhe de seus temores e contou-lhe que apoiava um projeto de resistência articulado em Minas Gerais. Precisava que o amigo estivesse a postos para a eventualidade de ir aos Estados Unidos negociar o suprimento de armas.[52]

Às 11h30 da manhã de 31 de março de 1964, quando Mourão mal tinha tirado seu roupão de seda vermelho e o general Muricy ainda subia a serra ao volante de sua camionete, estavam reunidos em Washington o secretário de Estado, Dean Rusk, o secretário de Defesa, Robert McNamara, o chefe da junta de chefes de Estado-Maior, general Maxwell Taylor, e o diretor da CIA, McCone. A agenda tinha seis itens. O quarto era um relatório sobre "a capacidade de apoio aéreo e naval americano" aos revoltosos.[53] A Casa Branca acordara cedo. Uma hora e vinte minutos depois dessa reunião, enquanto Mourão dormia a sesta, o contra-almirante John Chew, vice-diretor de operações navais, ordenava ao comandante em chefe da Esquadra do Atlântico o deslocamento de um porta-aviões à frente de uma força-tarefa para a "área oceânica nas vizinhanças de Santos, Brasil".[54] Era o plano que o presidente Lyndon Johnson aprovara no dia 20.

A esquadra foi composta pelo porta-aviões *Forrestal*, seis contratorpedeiros com 110 toneladas de munição, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado e quatro petroleiros que traziam 553 mil barris de combustível.[55] Era a *Operação Brother Sam*. Os barcos de guerra estavam instruídos para entrar na zona de operações com os tanques tão cheios quanto possível, mas o *Forrestal* não poderia chegar a Santos antes do dia 10 de abril. Os cargueiros poderiam aportar entre os dias 8 e

13.[56] Vinham com o combustível equivalente a um dia do consumo nacional, o bastante para impedir que a revolta ficasse com o tanque vazio. Os prazos pareceram muito longos e levantou-se a possibilidade de a primeira remessa de gasolina ser feita por avião. No meio da tarde do dia 31, quando o coronel Helvecio rezava, com sua pistola engatilhada, no sexto andar do Ministério da Guerra, o Departamento de Estado informou ao embaixador que a hipótese do transporte aéreo requereria "um aeroporto seguro para receber jatos" e provavelmente "cobertura de combate durante o trânsito pelo Brasil".[57]

Por volta das 16h30, o professor Gordon recebeu de Washington um questionário para uma teleconferência da qual participaria o subsecretário de Estado, George Ball. Lista curta e grossa:

> O dilema que temos pela frente é:
> a) nossa preocupação de não deixar a oportunidade passar, pois ela pode não voltar;
> b) nossa preocupação de não pôr o governo americano à frente de uma causa perdida. Sugerimos, portanto, que não sejam mandadas novas mensagens a governadores ou militares brasileiros até que tenhamos tido a oportunidade de chegar a uma decisão com base nesta teleconferência e em outros acontecimentos durante o dia.
> (...) Você já mandou recados aos governadores enfatizando a necessidade de criação de um governo que possa dizer-se legítimo. Na nossa maneira de ver, as condições para a ajuda do governo americano são:
> a) a formação de um governo que diga ser o governo do Brasil;
> b) o estabelecimento de algum tipo de legitimidade;
> c) a tomada e manutenção de uma parte significativa do território brasileiro por esse governo; e

> d) um pedido de reconhecimento e de ajuda deste governo e de outros Estados americanos, para manter o governo constitucional.
> (...) Os elementos mínimos de legitimidade que requeremos são uma espécie de combinação dos seguintes:
> a) o entendimento de que Goulart praticou atos inconstitucionais;
> b) reivindicação da Presidência por alguém que esteja na linha da sucessão;
> c) ação do Congresso ou de alguns elementos do Congresso que reivindiquem a autoridade do Legislativo;
> d) reconhecimento ou ratificação por alguns ou todos os governos estaduais.
> (...) Quem são os possíveis civis que podem reivindicar a Presidência num novo governo? Isso não exclui a possibilidade de uma junta militar como último recurso, o que, porém, tornaria muito mais difícil a ajuda americana.[58]

O governo americano estava pronto para se meter abertamente na crise brasileira caso estalasse uma guerra civil.

Às 17h38 tocara novamente o telefone do presidente Lyndon Johnson, que continuava em seu rancho do Texas. Era o subsecretário de Estado, George Ball. Na extensão estava o secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, Thomas Mann. Ball contou-lhe o que dissera a Gordon. Johnson aprovou: “Acho que devemos tomar todas as medidas que pudermos e estar preparados para fazer tudo que for preciso, exatamente como faríamos no Panamá — desde que seja viável. (...) Eu seria a favor de que a gente se arrisque um pouco”.[59]

Parece improvável que o *Forrestal* continuasse a descer o Atlântico se o levante tivesse sido imediatamente sufocado, mas é certo que, na hipótese de os revoltosos controlarem um porto e pistas de pouso capazes de receber aviões-tanque, os Estados Unidos estavam dispostos a garantir o suprimento

de combustível e até mesmo armas. Não há registro documentado que previsse um imediato desembarque de tropa, e o *Forrestal* jamais chegou a entrar em águas brasileiras. A frota americana só foi avistada doze anos depois, quando o jornalista Marcos Sá Corrêa desenterrou os documentos da *Operação Brother Sam* na Biblioteca Lyndon Johnson, no Texas.

Apesar do poderio militar mobilizado pelo governo americano e do significado que ele traria caso viesse a ser conhecido, nenhum brasileiro, civil ou militar, participou da deposição de João Goulart porque os Estados Unidos a desejavam. Nessa associação de interesses comuns, ou mesmo complementares, deu-se o inverso. Ela também não era a única associação de interesses internacionais envolvidos no episódio. Noutra, oposta, juntavam-se à esquerda os governos soviético e cubano. Na manhã de 1º de abril, quando San Tiago Dantas advertiu Goulart, registrou-se o óbvio: o governo americano apoiava a insurreição, e a embaixada nela se envolvera.[60]

* * *

Abatido pela decisão de Kruel, pela adesão do 1º RI e pelo agouro de San Tiago, Jango resolveu voar. Determinou ao seu piloto que preparasse o Avro presidencial, enquanto tentava conseguir um jato da Varig. “Vamos, vou sair daqui. Vou para Brasília. Isto aqui está se transformando numa ratoeira”, disse a Raul Ryff. O presidente decolou às 12h45. Pouco antes, estivera com o general Moraes Âncora, comandante do I Exército, que o aconselhara a deixar o Rio. O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, telefonara-lhe com o mesmo ultimato que Kruel formulara doze horas antes: exigia que rompesse com a esquerda. Jango recusou novamente a oferta, e Jair respondeu: “A partir desse momento, presidente, não sou mais seu ministro da Guerra”.[61]

O general pulava do barco antes do naufrágio. Seria o único membro do ministério a tentar o transbordo. Àquela altura, já não se servia café no Laranjeiras. Do segundo andar do palácio, a deputada Yara Vargas gritava: “O Jango foi embora! E pelo tamanho do avião pedido, acho que ele vai para o Uruguai”.[62]

1º de abril. João Goulart, acompanhado de um guarda-costas e de seu secretário particular, Eugênio Caillard (à direita), abandona a “ratoeira” do Rio de Janeiro.

Goulart voou de uma ratoeira para uma arapuca. A partida do presidente para Brasília precipitou a dissolução do “dispositivo” no I Exército. No Nordeste, o IV Exército estava rebelado e o governador Miguel Arraes, cercado. As tropas de Kruel moviam-se no vale do Paraíba. Muricy, na pequena cidade de Areal, preparava-se para encontrar a coluna do general Cunha Mello. No Rio Grande do Sul, onde Jango supunha dispor de uma base mais sólida, os principais entroncamentos ferroviários estavam obstruídos por rebeldes. Num deles, um coronel bloqueara toda uma

composição mandada a Santa Cruz do Sul para levar a Porto Alegre o 8º Regimento de Infantaria.[63]

Ao meio-dia uns poucos automóveis pararam em frente ao quartel-general da Artilharia de Costa, vizinho lindeiro do forte de Copacabana. De um dos carros desceu um senhor que, ao ser interceptado pela sentinela, deu-lhe um empurrão e, de arma na mão, entrou no quartel. Era o coronel Cesar Montagna de Souza. Atrás dele, armados e gritando, entrariam dezenove oficiais, todos em roupas civis. O comandante da Artilharia de Costa, general Antonio Henrique Almeida de Moraes, tolerara a rebelião do forte. Limitara-se a pedir ao coronel rebelado que mudasse de ideia. Como ele não mudou, ficaram de um lado os revoltosos com o forte e do outro o general com o QG, doze sargentos e vinte soldados. Durante toda a manhã a revolta e a legalidade se confundiram pastosamente. Os dois quartéis não tinham sequer uma cerca a separá-los. Os rebeldes entravam pelos fundos do terreno do QG sem serem incomodados e sem incomodar o general. Quando a Artilharia de Costa foi invadida, o tenente-coronel Newton Cruz, um dos rebeldes do forte, estava no QG do general Almeida de Moraes. Ele conta: “Estávamos lá dentro, com a situação controlada, quando o Montagna entrou. Eles entraram gritando. Eu perguntei o que era tudo aquilo e eles gritavam mais, como se estivessem num combate. Pensei comigo mesmo: ‘mal, não vai fazer’. Não havia razão para aquele espalhafato. O QG estava tomado. Foi um golpe contra meia dúzia de burocratas que estavam lá dentro. Uma palhaçada”.[64]

Uma palhaçada para quem olhava de dentro para fora. Para quem olhava de fora para dentro, a revolta militar que em mais de 24 horas não produzira uma única troca de tiros acabara de ter o seu grande momento. A guarita do QG ficava debaixo das janelas da maior emissora de televisão do país — a TV Rio — e parte do episódio fora filmado. Pouco depois, estava no ar, com grande sucesso.[65]

O “dispositivo” esfacelava-se, mas ainda assim os rebeldes não conseguiam levantar unidades importantes do Rio, como a Divisão Aeroterrestre. O tenente-coronel Hugo Abreu tentara rebelar o Regimento Escola de Cavalaria e fora polidamente rechaçado: “Despedi-me e saí. O coronel não quis nos apoiar, mas também não me denunciou aos seus superiores”.[66] Ninguém sabia o que poderia acontecer quando Cunha Mello e Muricy se encontrassem. A situação militar de Muricy era precária. Àquela altura, porém, nem ele nem seus colegas jogavam uma partida militar. Jogavam cartadas políticas.

A primeira, fulminante, era trazer os indecisos para o lado da revolta, ao menor preço possível, permitindo que o governo fosse deposto sem fraturas sangrentas nas Forças Armadas. Isso vinha sendo conseguido de forma brilhante. O governo estava por um fio, e em todo o território nacional não morrera um só soldado. Revoltosos e legalistas conviviam burocrática e cavalheirescamente, dentro da doutrina de “quem não ajuda também não atrapalha”.

Na segunda cartada, tratava-se de decidir o que fazer depois que o governo estivesse no chão, de forma a permitir que a desordem da rebelião fosse imediatamente cauterizada, mantendo-se intactas a cadeia de comando e a hierarquia militar. Os generais de 1964 queriam evitar a bagunça que haviam produzido como tenentes em 1930, quando o Exército, lacerado por levantes, levou quase uma década para se rearrumar, dividido entre “tenentes” e “carcomidos”, “rabanetes” e “picolés”.[67] Como disse Cordeiro de Farias, antes de começar, “revolução é uma conta de dividir. Depois de vitoriosa, é uma conta de multiplicar. Multiplica bastante”.[68]

Buscava-se preservar o máximo possível de unidade militar, esquecendo-se as lealdades e malquerenças da véspera. A peça típica desse cuidado fora o *Manifesto dos Generais da Guanabara*. Redigida por Golbery na manhã de 1º de abril e assinada por Castello e Costa e Silva, a proclamação acusava Jango de ser dominado por um “ostensivo conluio

com notórios elementos comunistas” e de ter caído em “flagrante ilegalidade”. Fazia um apelo para que, “coesos e unidos, restauremos a legalidade”, e concluía repetindo o refrão: “Camaradas do Exército, unamo-nos em defesa do Brasil”.[69]

No final da manhã, Castello, Geisel e Golbery estavam escondidos num apartamento em Copacabana, artilhados com os telefones do anfitrião e de um vizinho.[70] Na sala estava também o marechal Ademar de Queiroz. Sentia-se no ar o cheiro da vitória quando o marechal filosofou: “Agora vem o pior, a fase das ambições”. Por falar em ambições, eles começaram a estruturar o novo “dispositivo”. Com papel à mão, listaram os nomes dos oficiais e de comandos. “Quem onde?”, resumia Ademar.[71]

Do seu aparelho, Costa e Silva sugeriu ao general Âncora que se rendesse, argumentando que o movimento rebelde tinha força e raízes fundas, pois não nascera “como tiririca”. Âncora, surpreendentemente, invocou uma promessa feita a Jango e pediu para conferenciar com Kruel na Academia Militar das Agulhas Negras, a AMAN, a meio caminho entre o Rio e São Paulo. O I Exército estava grogue, mas ainda não caíra. Às 14h30, enquanto num telefonema Costa e Silva dizia a Âncora que ele estava perdido, noutro, dois generais que designara para levantar unidades na Vila trocavam queixas. Viam que tinham desperdiçado seu tempo vagando pelas portas de quartéis da Zona Norte e retornaram ao remanso da Escola de Estado-Maior.[72]

Âncora chegou à AMAN no meio da tarde, disposto a render-se, mas Kruel só apareceu às dezoito horas.[73] Em Areal, sem a tropa do 1º RI, Cunha Mello percebeu que defendia uma legalidade sem retaguarda. Muricy mandara-lhe um recado informando que “como cavalheiro” não daria o primeiro tiro sem avisá-lo. Antes do pôr do sol o general enviou um emissário ao comandante rebelde. Sabia do encontro da AMAN e julgava-se sem comandante. Queria retrair sua tropa, mas pedia aos revoltosos que

só avançassem duas horas depois de sua retirada, para que ela não parecesse fuga. Muricy deu-lhe uma hora de vantagem e começou a descer a serra.[74]

O que Jango pretendeu ao mandar Âncora falar com Kruel não se sabe. Do seu campo partiam mensagens desencontradas. De um lado, informava-se que havia pedido a Juscelino Kubitschek que tentasse uma mediação com o governador Magalhães Pinto.[75] De outro, o chefe de seu Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, planejara a ocupação do Congresso e convocara ao palácio do Planalto dois dirigentes do Partido Comunista Brasileiro.[76] Um deles era o deputado federal Marco Antônio Coelho, velho conhecido de Darcy, que o recrutara para o PCB em 1942.[77] Para esse encontro há duas versões e uma elipse. Uma, que circulou na época, foi confirmada ao autor em julho de 1969 por Darcy e em 1988 por Marco Antônio.[78] O professor teria oferecido aos comunistas submetralhadoras e uma lista de políticos que deveriam ser executados. Nela estariam os nomes do presidente do Supremo Tribunal Federal (Álvaro Ribeiro da Costa), do presidente do Senado (Auro Moura Andrade) e de alguns parlamentares, entre os quais Milton Campos e Bilac Pinto. A oferta foi rejeitada.[79] Darcy não registrou esse fato em suas memórias. Na elipse, lembrou-se que, nessa tarde, deu "ordens incumpríveis".[80] Em 1999 Marco Antônio concluiu suas memórias e, duvidando de sua lembrança, registrou uma situação diferente. As armas, com certeza, limitavam-se a um fuzil-metralhadora. O propósito teria sido prender, e não matar, as pessoas que constavam da lista. Os comunistas responderam que não se lançariam a atos de "terrorismo".[81]

No edifício de mármore branco e vidros verdes da embaixada americana, no Centro do Rio, o embaixador Gordon, preocupado com a aglomeração popular na Cinelândia, a trezentos metros de seu gabinete, mandara levar os documentos secretos para o último andar do prédio e determinara que se desligasse o sistema de ar-refrigerado do edifício, para evitar um incêndio caso a embaixada fosse atacada.[82]

O que Kruel pretendeu indo se encontrar com Âncora em Resende já parece mais claro. Jango estava no chão, vivia-se "a fase das ambições", e o comandante do II Exército, que começara a decidir a parada ao abandonar o presidente, tinha um fantasma à sua frente: o seu velho inimigo Castello Branco e todo aquele grupo de oficiais que passara a girar em torno do chefe do Estado-Maior. Um passo em falso e Castello poderia ultrapassá-lo. Âncora chegou à AMAN em estado deplorável, abatido por uma crise de asma. Os dois generais entenderam-se. O I Exército se renderia, e o general Costa e Silva, conforme proposta de Kruel, assumiria o Ministério da Guerra.[83] Pelo manual, na ausência de titular, o cargo cabia ao chefe do Estado-Maior do Exército.

Castello sabia disso. Às 17h45 saiu da clandestinidade, tomou um carro e foi visitar o forte de Copacabana, onde resolveram homenageá-lo, como se fosse o novo ministro, com uma salva de 24 tiros dos velhos canhões Schneider.[84] Ao quinto disparo espalhou-se o pânico na Zona Sul, e a salva foi interrompida, sendo assim cinco os cartuchos de artilharia consumidos em todo o país. O general demorou-se um pouco e saiu para o quartel-general.

Chegou às vinte horas. Logo depois, apareceu Costa e Silva. Foi ao gabinete de Castello, onde estava Geisel, tratar do futuro.

O tenente-coronel Leonidas Pires Gonçalves, saindo do banheiro, cuja porta ficava no corredor do gabinete de Castello, presenciou o seguinte

diálogo de Geisel com Costa e Silva:

> — Por que o senhor não vai assumir o I Exército?
> — Porque eu vou assumir essa coisa toda — respondeu Costa e Silva, elevando a voz.[85]

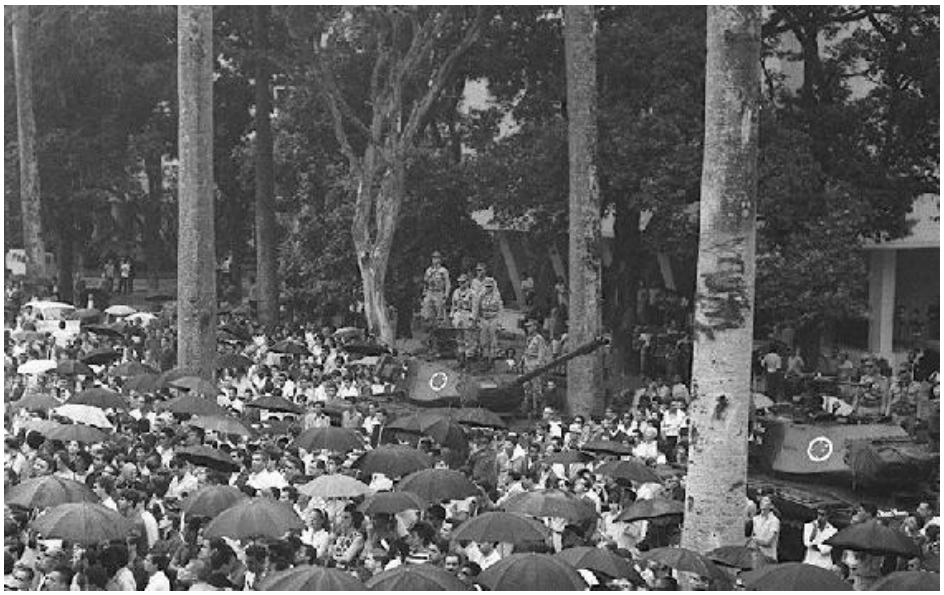
Costa e Silva assumiu na marra. Seu cacife estava no apoio de Kruel, que via no tropeiro de passado inexpressivo uma barreira eficaz para cortar o caminho de Castello.

General Costa e Silva

Essas manobras pareciam não ter importância para a classe média do Rio de Janeiro, que enfeitava com papel picado a forte chuva que caía sobre a cidade. Não tinham importância também para o governador Carlos Lacerda, que, aos prantos, falava pelo telefone com a TV Rio: “Obrigado, meu Deus, muito obrigado”. Nem eram relevantes para o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que atribuía a vitória da rebelião a mais um milagre de Nossa Senhora Aparecida, de quem se dizia devoto. Também não mereciam a atenção da embaixada americana, onde Gordon anunciava a Washington que “a revolta democrática está 95% vitoriosa”. Tratando do futuro, informava que “começamos um trabalho de equipe sobre possíveis necessidades de ajuda em segurança interna, estabilização financeira etc.”.[86] [*Veja o documento*] Tudo isso com o ar-refrigerado religado. A essa altura a embaixada soviética queimava papéis, com medo de ser atacada.[87] “Sensação geral de alívio”, escreveu em seu diário o poeta Carlos Drummond de Andrade.[88]

O governo de João Goulart se desmanchara. Às quatro da tarde de 1º de abril de 1964, os cinco tanques M-41 do 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado, sob o comando do tenente Freddie Perdigão Pereira, fizeram o percurso emblemático das derrotas, indecisões e vitórias da jornada. A coluna de Perdigão guardava a entrada do parque Guinle, sobre o qual está encarapitado o palácio Laranjeiras. Tivera a soberba missão de proteger o presidente. Jango voara para Brasília, e o tenente vigiava um portão no caminho de um casarão vazio. Convidado a aderir ao levante por um major da EsCEME, Perdigão justificou-se: não o fizera ainda porque sua unidade continuava leal ao governo e também porque temia a reação dos quatro sargentos de seu pelotão. Mais tarde, chegou-se a um acordo. Os sargentos ficaram com um dos tanques e regressaram ao quartel, enquanto Perdigão saiu com os outros quatro, tripulados por cabos.[89]

Manhã de 1º de abril de 1964. Sob o comando do tenente Freddie Perdigão Pereira, tanques do 1º RecMec guardam o portão do palácio Laranjeiras, onde está João Goulart. Simbolizam o apoio do Exército ao presidente.



Tarde de 1º de abril de 1964. Os mesmos tanques, comandados pelo mesmo tenente, deixam o Laranjeiras e vão guardar o palácio Guanabara, onde está o governador Carlos Lacerda. Simbolizam a vitória da rebelião.

O tenente percorreu a curta distância que separa o palácio Laranjeiras do Guanabara. Minutos depois, os ferros que protegiam o governo de Jango passaram a guarnecer Lacerda e a revolta. Os tanques do tenente Perdigão chegaram antecedidos por um Volkswagen em cujo estribo subiu o major Etchegoyen, que estava pela redondeza, procurando uma trincheira. Em questão de minutos criou-se a lenda heroica segundo a qual aqueles tanques, sob o comando do major, salvaram o Guanabara, Lacerda e o Brasil. Lacerda abraçou o carona e chorou. Fizeram-se fotografias e discursos. O tenente Perdigão perdeu-se na multidão. Sua operosidade só voltou a ser necessária no dia seguinte, quando se tratou de devolver os tanques à garagem do RecMec. No caminho, ele cruzou com os primeiros agrupamentos da primeira celebração pública da nova ordem, a Marcha da Vitória.[90]

2 de abril de 1964. Um grupo a caminho da Marcha da Vitória, organizada pela Camde, a Campanha da Mulher pela Democracia.

Jango passou em Brasília apenas o tempo necessário para notar que trocara de ratoeira. Na capital o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, preparava a associação do Congresso à rebelião. Militarmente, era um pobre. Dispunha de seis submetralhadoras e doze fuzis.[91] Politicamente,

encarnava com sua voz de baixo um Congresso que já percebera o fim do governo. Às 22h30 o presidente abandonou a granja do Torto e voou para Porto Alegre num Avro da FAB. Nem sequer passou pelo palácio do Planalto para limpar a mesa ou o cofre. Deixou à mulher, Maria Thereza, uma linda gaúcha de 27 anos, a tarefa de tirar os filhos da cama, juntar algumas malas e segui-lo para o Sul. Ela viajou com um tailleur, duas mudas de roupa e uma bolsa de maquiagem.[92] O avião em que embarcaria pousou no Torto com a ajuda de automóveis com faróis acesos a balizar a pista.

Enquanto o presidente voava para o Rio Grande do Sul, Auro Moura Andrade, baseado "nos fatos e no regimento", declarou vaga a Presidência da República e organizou uma cerimônia bizarra.[93] No meio da madrugada, acompanhado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, rumou para o palácio do Planalto. Levava consigo o deputado Ranieri Mazzilli, que, como presidente da Câmara, seria o sucessor de Jango, caso a República estivesse acéfala. Formaram a menor comitiva de posse de um presidente da história republicana. Atravessaram a praça dos Três Poderes nuns poucos automóveis e encontraram o Planalto às escuras. O deputado Luiz Viana Filho subiu as escadas com a ajuda de fósforos acesos e a certa altura viu-se ao lado de Robert Bentley, o jovem secretário de embaixada encarregado das relações parlamentares da representação americana em Brasília.[94] O comandante da Região Militar, general Nicolau Fico, passara as últimas horas aceitando ordens de Costa e Silva e de Darcy. Quando Mazzilli começou a ser empossado, a legalidade, representada por Darcy e Fico, estava no piso de cima. Encontraram-se na escuridão. Deu-se uma discussão em torno da lealdade do general. Darcy chamou-o de "macaco traidor" ("estou vendo os pelos crescendo no seu corpo") e foi-se embora.[95] Um empurrão, dado no Rio por um coronel numa sentinela, e um insulto humilhante, imposto em Brasília por um professor a um general,

simbolizaram a violência dos combates na cúpula do regime e na vanguarda da rebelião.

Na rua, a revolta militar saiu mais cara. No Recife dois estudantes foram mortos quando uma passeata marchou para o palácio do Campo das Princesas e se encontrou com as tropas que o cercavam. Alguns manifestantes davam vivas ao "Exército brasileiro" quando se ouviram alguns disparos. Chegou-se a pensar que eram balas de festim do "dispositivo". No Rio de Janeiro militares atiraram contra manifestantes que se haviam reunido em frente ao Clube Militar, na Cinelândia. Ainda assim, na contabilidade das quarteladas latino-americanas, a deposição do presidente João Goulart foi praticamente incruenta. Custou sete vidas, todas civis, nenhuma em combate.[96]

A posse do deputado Ranieri Mazzilli na Presidência era inconstitucional, visto que João Goulart ainda se encontrava no Brasil. Preenchia, contudo, a necessidade de um desfecho aparentemente legítimo. O Departamento de Estado americano estava pronto para recebê-lo desde setembro de 1963. Em poucas horas a Casa Branca e a embaixada no Rio começaram a discutir o texto e a oportunidade de uma nota do presidente Lyndon Johnson reconhecendo o novo governo brasileiro. A Constituição determinava que, em caso de vacância da Presidência na segunda metade do mandato do seu titular, a vaga deveria ser preenchida pelo Congresso. Mazzilli não tinha biografia que lhe permitisse durar. Como informava a CIA à Casa Branca no dia 2 de abril, "Ranieri Mazzilli acumulou considerável fortuna, mas sua riqueza não veio de herança. Ela foi amealhada ao longo de uma dura ascensão burocrática".[97]

Enquanto Mazzilli tomava posse no Planalto, o Avro AC2501 pousava em Porto Alegre com o presidente. Durante o resto da madrugada de 2 de abril Jango explorou a fantasia da resistência. Foi para a casa do comandante do III Exército escoltado pela Companhia de Guarda, reuniu-se com Brizola, colecionou notícias desastrosas e teve uma crise de choro. No

início da manhã, como sucedera no Rio e em Brasília, viu-se novamente na ratoeira. O general Floriano Machado entrou no quarto onde estava o presidente e avisou: “Tropas de Curitiba estão marchando sobre Porto Alegre. O senhor tem duas horas para deixar o país se não quiser ser preso”.[98]

Às 11h45 Jango voou com o general Assis Brasil para a Fazenda Rancho Grande, em São Borja, onde já estavam Maria Thereza e seus filhos. A permanência na mais conhecida de suas fazendas era uma temeridade. Assis Brasil organizara uma segurança precária valendo-se dos peões. Garantindo-se, mantiveram abastecidos os três aviões da propriedade. Tomaram um C-47 e se mandaram para um rancho às margens do rio Uruguai. Esconderam o avião no mato. O presidente cozinhou um ensopadinho de charque com mandioca enquanto fazia seus planos. Queria ir para o Xingu, no meio da mata amazônica.[99] Fazer o quê, não se sabe.

Nas barrancas do rio Uruguai, João Goulart viveu os últimos momentos de seu aniquilamento político num estado de deprimente solidão. É conhecida a orfandade dos fracassos, mas alguns aspectos do comportamento dos generais de Jango acabaram por engrandecer sua pequena figura. Desde o momento em que Moraes Âncora lhe sugeriu que deixasse o Laranjeiras até a hora em que Floriano Machado lhe disse que fugisse do Brasil, os oficiais do “dispositivo” praticamente enxotaram o presidente, do Rio para Brasília, de Brasília para Porto Alegre e de Porto Alegre para o diabo que o carregasse, desde que fosse para longe de suas biografias. Faziam isso em derradeira tentativa de buscar a qualquer preço um acordo que lhes salvasse as dragonas.

As exceções se deram no meio civil. Numa sessão da Câmara em que se tomara o cuidado de evitar a conflagração da madrugada anterior e se pusera em votação um projeto que isentava de impostos os equipamentos para o beneficiamento do sisal, o deputado petebista Zaire Nunes afundava atirando: “O meu estado, o Rio Grande do Sul, que vinha pelas suas forças

vivas resistindo ao golpe — fui informado há poucos minutos — cessou. O povo gaúcho foi também esmagado por essas forças que se uniram contra as aspirações de libertação nacional”.[100]

“O governo que se instala o faz na base da tirania e da ditadura”, denunciava o deputado Fernando Santana, eleito com os votos comunistas da Bahia.[101]

Quando Jango contou a Assis Brasil que estava pensando em ir para uma fazenda no Xingu, o general rebateu: “O senhor vai sozinho? Eu tenho que me apresentar ao Exército, porque, caso contrário, serei considerado desertor”. Passou algum tempo e o assunto voltou. O general foi mais fundo: “O senhor vai acabar sendo jogado numa ilha qualquer como Fernando de Noronha. Tem duas crianças e uma mulher. Pode aguentar, mas será que essas crianças resistirão, com o pai na prisão?”. Começaram a traçar o caminho da fuga.[102] Numa folha de caderno escolar, o presidente escreveu uma nota ao governo uruguaio pedindo asilo. Esse texto nervoso, onde grafou “Rep.” em vez de “República”, foi entregue ao piloto que levara Maria Thereza e os dois filhos para Montevidéu.[103] [*Veja o documento*]

À solidão do pampa contrapunha-se a ansiedade de Brasília e Washington. João Goulart estava mais que deposto, mas o artigo 85 da Constituição só permitia que a Presidência fosse declarada vaga se ele deixasse o país sem autorização do Congresso. Jango continuava em Rancho Grande quando o embaixador Lincoln Gordon avisou a Washington: “Estou confuso diante da situação jurídica discutível que envolve a posse de Mazzilli, nesta manhã. A declaração do presidente do Congresso, senador Moura Andrade, de que a Presidência ficou vaga, não tem o amparo do voto dos parlamentares. O presidente do Supremo Tribunal Federal dirigiu a cerimônia de posse de Mazzilli, mas não tinha o amparo de um voto da Corte”.[104] Três horas depois a questão parecia resolvida. Gordon revelava que, segundo um “informe confiável”, o

presidente estava voando para Montevidéu, aonde chegaria “a qualquer momento”.

Enquanto isso, os americanos conversavam. Em Brasília, Auro reuniu-se com o chefe da representação americana na capital. No Rio, o general Castello Branco encontrou-se com o coronel Vernon Walters, seu amigo desde a guerra na Itália. Na embaixada, Gordon redigiu o rascunho do que haveria de ser a cerimoniosa indicação do lado para o qual a bandeira americana tremulava: um telegrama de felicitações do presidente Lyndon Johnson a Mazzilli.[105]

Jango continuava nas barrancas do rio Uruguai. De lá decolaria duas vezes, sempre em direção às suas fazendas. Durante as 72 horas em que vagou pelo pampa, descendo em quatro de suas propriedades, comportou-se mais como um estancieiro administrando uma longa ausência do que como um governante que procura se manter no poder. Ele só chegou a Montevidéu no dia 4, mas isso já não tinha a menor importância. Johnson telegrafara a Mazzilli na noite do dia 2 apresentando-lhe “calorosos votos de felicidade” e proclamando que “as relações de amizade e cooperação entre nossos dois governos e povos representam um grande legado histórico e arma preciosa para os interesses da paz, da prosperidade e da liberdade neste hemisfério e no mundo”. Por via das dúvidas, cortou-se um trecho da minuta, evitando-se dizer que a posse se dera “de acordo com as disposições constitucionais”.[106]

A *Operação Brother Sam* foi desativada, e o comandante da frota instruído para camuflar a movimentação através de uma simulação de manobras de combate. Era quase meia-noite de 2 de abril em Washington quando o Departamento de Estado saiu do ar e o subsecretário George Ball mandou uma mensagem pessoal ao embaixador Lincoln Gordon: “Felicitações a você e à sua equipe pelos nervos firmes e bons conselhos durante o período crítico, e pelos excelentes relatórios sob condições de grande confusão. Boa noite e parabéns”.[107]

* * *

A grande confusão mal começara. Mazzilli era um presidente sem futuro e Costa e Silva, chefe revolucionário sem passado. Tomara o Ministério da Guerra com o propósito de empalmar o poder sem aprofundar rachaduras no meio militar. Enquanto as rádios e televisões anunciavam que houvera uma revolução, ele se comportava como se ela realmente tivesse ocorrido. A partir da manhã de 1º de abril a conduta audaciosa de Costa e Silva encontra poucos paralelos nas quarteladas nacionais. Misturou habilidade e intolerância, tendo sempre como objetivo a construção de uma base de poder nos quartéis. Se em alguns momentos sua conduta pareceu ridícula, não foi dele a culpa. Pelo contrário, o general teve a clarividência de tomar atitudes extravagantes, numa situação que, por si, extravagâncias exigia.

Costa e Silva despachou a todas as unidades militares um radiograma, informando que se sagrara dono da "coisa toda":

> O Exmo. Sr. General Armando de Moraes Âncora, nomeado hoje ministro da Guerra interino, deixou este cargo em cerimônia que contou com a presença de todos os generais. Dada a situação de fato criada com os últimos acontecimentos, comunico que, em virtude de ser o membro do Alto-Comando mais antigo, assumi na mesma cerimônia o comando do Exército Nacional.
>
> General de Exército Arthur da Costa e Silva
> Comandante do Exército Nacional.[108]

O Brasil tomava conhecimento da existência do general Arthur da Costa e Silva através de um documento prodigioso. Afora a data — 1º de abril — o radiograma não continha uma única afirmação verdadeira. A saber:

1. A nomeação do general Âncora para ministro da Guerra era uma fantasia. Só uma pessoa podia nomeá-lo, precisamente aquela que estava

sendo deposta: João Goulart. (A mentira destinava-se a sugerir aos quartéis que a mudança tinha sido feita de acordo com o protocolo, a disciplina e a norma administrativa.)

2. Âncora não deixou o cargo durante uma "cerimônia", nem a ela compareceram "todos os generais". Não compareceram sequer os dois comandantes da revolta. Mourão Filho e Muricy ouviram a notícia na serra, pelo rádio de seus carros. Mourão suspeitava que desejassem fritá-lo e descia "preocupadíssimo em chegar na Guanabara antes do Kruel". Quando ouviu que Costa e Silva assumira, teve uma crise de angina e brigou com a mulher.[109] (A mentira destinava-se a fornecer às guarnições distantes a ideia de que no quartel-general reinavam a paz e a unidade, sem vencedores nem vencidos.)

3. A expressão "membro do Alto-Comando mais antigo" carece de sentido. Como o Alto-Comando é formado pelos generais de quatro estrelas em função no Exército, integrá-lo significava, por definição, merecer alguma confiança do presidente da República. Costa e Silva era um general de quatro estrelas com assento no Alto-Comando por decisão do presidente João Goulart. Já o general Cordeiro de Farias, mais antigo que Costa e Silva e Jair, era um quatro-estrelas sem comissão e, portanto, sem assento no Alto-Comando, igualmente por decisão do presidente, que, por todos os motivos, não confiava nele. (A mentira destinava-se a dar a ideia de que Costa e Silva ocupava o ministério pelo imperativo de uma qualificação hierárquica.)

4. Costa e Silva referiu-se a uma "situação de fato criada com os últimos acontecimentos". Não definiu nem qualificou a situação nem os acontecimentos. (A ambiguidade destinava-se a manter aberto o portão aos indecisos. Um oficial outrora ligado ao "dispositivo" poderia se constranger em aderir a um golpe que buscava a deposição do presidente, mas ficaria mais a gosto se aceitasse uma genérica "situação de fato" criada por indefinidos "últimos acontecimentos".)

5. O telex começa dizendo que um “ministro interino” — Âncora — deixara seu cargo e termina informando que Costa e Silva assumira o comando do Exército nacional. Ou seja, dentro do regulamento e de acordo com o cerimonial, recebera um cargo, mas assumira outro. Se isso fosse pouco, o cargo de comandante do Exército simplesmente não existia. (Ao atribuir-se um cargo inexistente, Costa e Silva fabricava a percepção de que dele não podia ser demitido.)

Na divisão do butim militar, Costa e Silva assenhoreou-se do I Exército, nomeando para comandá-lo o general de divisão Octacílio Terra Ururahy, o *Gordão*. Para Mourão Filho, a notícia não fazia sentido. Ele começara o levante e agora seria subordinado de um três-estrelas que, além de estar sem comissão, nada tivera a ver com a revolta. Chegou ao quartel-general às 2h30 do dia 2 de abril, e disseram-lhe que o ministro estava dormindo. Mandou acordá-lo e reclamou, dizendo que, pelo regulamento, o lugar de Ururahy lhe pertencia. De fato, em caso de vacância do comando, ele deveria ocupá-lo, por ser o general mais antigo em serviço no I Exército.[110] Costa e Silva explicou-se: “Foi tudo resolvido na base da hierarquia. Assumi o comando por ser o mais antigo aqui no Rio e o Ururahy é o general de divisão mais antigo. Eu quis colocar o *Gordão* como mola, para-choque entre mim e a tropa do I Exército. Ele não veio comandar nada. Não se preocupe, velho, isto vai dar certo. (...)”.[111]

No dia seguinte o ministro teve uma ideia. Sugeriu-lhe que assumisse a presidência da Petrobras em nome do comando revolucionário.[112] Mourão gostou.

Na Escola de Comando e Estado-Maior, o tenente-coronel Newton Cruz surpreendeu-se ao ver um oficial controlando a entrada do prédio. Tinha nas mãos duas tabelas e marcava um pauzinho para quem entrava, outro para quem saía. Perguntou-lhe o que era aquilo e soube que eram ordens do coronel João Baptista Figueiredo, encarregado de distribuir missões aos voluntários da nova ordem. Foi saber de Figueiredo por que razão mandara

o oficial riscar pauzinhos. “Ele veio aqui pedir uma missão. Eu não tinha nada para mandar ele fazer e disse-lhe que fizesse precisamente isso. Para que ele faça alguma coisa.”[113] O levante transbordava em apoios.

Na distribuição dos grandes comandos, Ademar de Queiroz obtivera para o general Orlando Geisel a 1ª Divisão de Infantaria. Era a Vila Militar, unidade mais poderosa do I Exército. Uma semana antes o ministro Jair Dantas Ribeiro conseguira que Jango assinasse a promoção de Orlando a general de divisão. O irmão, Ernesto, ficara com o comando da Artilharia de Costa, uma posição turística. Rejeitou-o. Manteve-se no círculo próximo a Castello, em cujo gabinete a movimentação era tamanha que alguns conciliábulos ocorriam em seu espaçoso banheiro, onde se puseram cadeiras.[114]

O chefe do Estado-Maior emergia como o mais forte candidato a presidente. Estava suficientemente ligado aos conspiradores civis para ter a confiança de Lacerda, em quem ele e a mulher votaram para vereador, deputado e governador.[115] Somava ao seu prestígio militar um verniz legalista que acalmava o juscelinismo. Atendia a todos os que desejavam um general esquentando a cadeira até a eleição do novo presidente, em outubro do ano seguinte. Oposição real ao seu nome só houve mesmo a de Costa e Silva. O “comandante do Exército” argumentara que era impossível haver uma só candidatura militar e que a disputa levaria à divisão das Forças Armadas.[116] Depois, sustentara que a presença de um general no palácio reeditaria a rivalidade havida entre os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto no amanhecer da República.[117] Escalava-se para o papel de Floriano.

Até as primeiras horas da manhã do dia 2 o poder militar de Costa e Silva era uma intenção bem-encaminhada porém ainda não comprovada. Ele se intitulava comandante do Exército nacional, mas nunca o Exército tivera tantos comandantes. Castello indicava generais, Kruel candidatava-se à condição de vice-rei do Sul, e a Escola de Estado-Maior preparava leis. A

surpreendente vitória do levante, bem como a cautela para não dividir os quartéis entre vencedores e vencidos, potencializava a balbúrdia típica dos golpes. Nessa hora o 1º Grupo de Obuses 105, na Vila Militar, ficou com dois comandantes. Orlando Geisel mantivera o titular e devolvera ao quartel-general o tenente-coronel enviado pelo gabinete do ministro. Não era o primeiro que rebarbava. Assim, antes de chegar à antinomia Deodoro × Floriano, Costa e Silva teve de resolver outro conflito, também antigo: o do ministro com o comandante da Vila. O regime de 1964 ainda não completara um dia. Não havia sequer governo, mas Costa e Silva impôs-se com uma canetada. Demitiu Orlando Geisel.[118]

A unidade militar proclamada sobre os escombros do governo Goulart era tão falsa quanto aquela que Golbery oferecera no texto de seu manifesto na manhã de 1º de abril. Contudo, se os generais podiam divergir a respeito de muitas coisas, numa estavam de acordo: dispunham-se a utilizar a força contra o que restava do governo civil. Queriam isso não só porque achavam necessário o expurgo — "limpeza da casa", como diziam —, mas também porque ele se transformaria imediatamente em fonte de poder e legitimidade burocrática.

Nenhum general janguista dormiu preso nas horas seguintes à vitória do levante. Pelo contrário, na noite de 1º de abril Orlando Geisel libertou seu colega Almeida de Moraes, detido na Escola Superior de Guerra.[119] Quando o coronel João Paulo Burnier desembarcou no 11º andar do Ministério da Aeronáutica vestindo botas, macacão de voo, capacete de aço e trazendo granadas na cintura e submetralhadora na mão, os brigadeiros e coronéis que estavam no gabinete do ministro riram.[120] Costa e Silva chegou a visitar o ex-ministro Jair Dantas Ribeiro no dia 4, caso único de cortesia para com um ministro deposto. As tropas de Mourão Filho desceram a serra sem um só tiro, sequer um protesto.

João Goulart caiu no dia 1º de abril. O regime de 1946, nos dias seguintes. Por conta da radicalização que levara o conflito para fora do

círculo estrito das cúpulas política e militar, a vitória não podia extinguir-se com a deposição do presidente. Fosse qual fosse o lado vitorioso, ao seu triunfo corresponderia um expurgo político, militar e administrativo. O levante se apresentara como um movimento em defesa da ordem constitucional, mas a essência dos acontecimentos negava-lhe esse caminho. Seria impossível imaginar João Goulart no Uruguai e seu cunhado Leonel Brizola na Câmara. Da mesma forma que teria sido inconcebível, na hipótese da derrota de Mourão, a permanência do governador Magalhães Pinto no palácio da Liberdade. A questão da pureza constitucional nem sequer se colocava. Alguns comandantes militares, agindo por própria conta, já haviam aprisionado os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Seixas Dória, de Sergipe.

Na sua edição de 2 de abril a *Tribuna da Imprensa* pedia a "cassação dos direitos políticos" do comando civil janguista.[121] Foram inúmeras as propostas de demolição das franquias constitucionais. Uma das primeiras foi mandada a Costa e Silva pelo empresário Antonio Gallotti, presidente da Light, empresa de capital canadense concessionária da produção e distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo.[122] Golbery guardou consigo uma outra, intitulada Decreto Institucional. Previa a suspensão das garantias constitucionais por seis meses, a cassação dos direitos políticos e o banimento de Jango, de três governadores e de uma quantidade indefinida de deputados e senadores.[123] Uma terceira proposta vinha do jornalista Julio de Mesquita Filho, proprietário d'*O Estado de S. Paulo*. Redigida com a colaboração do advogado Vicente Ráo, catedrático de direito civil da Universidade de São Paulo e ministro da Justiça no Estado Novo, foi a primeira a chamar-se Ato Institucional. Sugeria a dissolução do Senado, Câmara e assembleias legislativas, anulava o mandato dos governadores e prefeitos, suspendia o *habeas corpus* e pressupunha que seria o primeiro de uma série.[124] Um quarto projeto, chamado Ato Operacional Revolucionário, cujo texto é desconhecido, foi

farejado pela CIA no dia 5 de abril. Previa o expurgo do Congresso como recurso extremo, capaz de evitar o seu fechamento.[125] Conhece-se também um manuscrito, produzido no Ministério da Aeronáutica, em que, além dos expurgos civis, propunha-se o banimento de militares comunistas.[126]

Oito notáveis do Congresso reuniram-se em Brasília para mais um projeto. Entre eles estava a fina flor do liberalismo do regime de 1946. Chegaram a uma fórmula pela qual os expoentes da ordem deposta perderiam os direitos políticos por quinze anos. A ideia de mutilar o corpo político do país era defendida até mesmo pelo cardeal do Rio de Janeiro, d. Jaime de Barros Câmara, para quem "punir os que erram é uma obra de misericórdia".[127] Cada um dos participantes da reunião de Brasília sangrou um pouco de sua biografia libertária. O gaúcho Daniel Krieger, girondino exaltado e valente; o mineiro Adauto Lúcio Cardoso, audaz e elegante, signatário do *Manifesto dos Mineiros* contra a ditadura de Vargas; Ulysses Guimarães, ex-ministro de Jango. Tentavam fugir avançando, pois como o Congresso não se dispunha a cassar os mandatos da bancada esquerdista, firmara-se um acordo tácito segundo o qual a violência viria de fora. A manobra falhou grosseiramente, pois na noite do dia 8, quando um emissário levou o texto a Costa e Silva, ele recusou a ajuda.[128] Já tinha munição.

Daniel Krieger, Adauto Lúcio Cardoso e Ulysses Guimarães

Desde o início da tarde de terça-feira, 7 de abril, o jurista Francisco Campos estava no gabinete do general. Autor da Carta de 1937, último instrumento ditatorial da República brasileira, *Chico Ciência* era um

mineiro miúdo, autoritário, brilhante e extrovertido. Chegou ao Ministério da Guerra acompanhado pelo ex-colaborador e amigo Carlos Medeiros Silva, que, em 1937, datilografara e revira em segredo toda a Constituição. Medeiros aprontara no domingo, dia 5, um Ato Constitucional Provisório que previa uma fornada de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos pelo "prazo máximo" de cinco anos. Castello e Costa e Silva receberam cópias do Ato Provisório entre a madrugada e a manhã de segunda-feira, dia 6.[129] Reunido com Costa e Silva e um grupo de generais, Francisco Campos captou neles uma vontade de praticar a violência política, inibida pelo escrúpulo de atropelar a Constituição. Agitado, andando de um general para outro, atirou: "Os senhores estão perplexos diante do nada!". E deu uma aula sobre a legalidade do poder revolucionário. Era o que eles precisavam ouvir. Ali mesmo, numa folha de papel almaço, redigiu o preâmbulo do Ato Institucional.[130] Mostraram-lhe a proposta mandada por Gallotti, e ele a julgou "obra de amanuense".[131]

O Ato Constitucional Provisório de Carlos Medeiros, ligeiramente modificado, transformou-se num Ato Institucional com onze artigos que expandia os poderes do Executivo, limitava os do Congresso e do Judiciário, e dava ao presidente sessenta dias de poder para cassar mandatos e cancelar direitos políticos por dez anos, bem como seis meses para demitir funcionários públicos civis e militares.[132] [*Veja um documento*] Campos deu-lhe a introdução, verdadeiro cérebro, articulando o argumento da subversão jacobina que o quartel-general buscava fazia vários dias: "A Revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Este se manifesta pela eleição popular ou pela Revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte".[133]

Como escreveu dias depois o cronista Rubem Braga, todas as vezes que se acendiam as luzes do professor *Chico Ciência*, dava-se um curto-circuito nas instituições republicanas.

Fardado, o general Olympio Mourão Filho chegou com uma escolta à praça Pio X, sede da Petrobras. Era o símbolo do novo regime e ia assumir a presidência da empresa. Foi recebido pelo secretário-geral, Amaro Aloysio Bello, o Dr. Bello.

O veterano petroleiro explicou ao general que por mais que o ministro Costa e Silva desejasse vê-lo no comando da Petrobras, só um ato do presidente da República poderia investi-lo na função. Feito isso, precisaria trazer uma carteira de identidade (provando que era brasileiro nato) e um recibo de caução de ações da empresa, visto que só um acionista poderia exercer a sua presidência. Mourão explicou que estava ali em nome da Revolução. O Dr. Bello concordou, insistindo em que os documentos eram indispensáveis, por determinação do estatuto da Petrobras. Ademais, eram documentos fáceis de ser providenciados. Coisa de um dia, no máximo. O general aceitou a ponderação do veterano burocrata, deu uma entrevista anunciando seu programa de ação na empresa e voltou para Juiz de Fora.[134] Quando se deu conta, o marechal Ademar de Queiroz, com os papéis em ordem, assumira a presidência da Petrobras.

No dia 11 de abril, depois de um conciliábulo de governadores e generais destinado a evitar a coroação de Costa e Silva, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a Constituição. Prometeu “entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa”. Em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas.

O marechal Castello Branco e seu ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva.

1 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 566.

2 *Diário do Congresso Nacional*, 1º de abril de 1964, Suplemento, p. 9.

3 Wanderley Guilherme dos Santos, dezembro de 2000.

4 Fernando César Mesquita, janeiro de 2001.

5 Notas do CGT e da UNE, de 31 de março de 1964, em Hemílcio Fróes, *Véspera do primeiro de abril*, pp. 177-80. Diretor da Rádio Nacional, Fróes preservou 54 das mensagens transmitidas pela Rede da Legalidade entre a noite de 31 de março e a tarde de 1º de abril. Nenhuma delas fala em resistência armada. Diversas, como a do Sindicato dos Bancários do Rio, pedem aos trabalhadores que se reúnam nos sindicatos, suave sugestão de que não fossem para as ruas.

6 *José Anselmo dos Santos — Declarações Prestadas nesta Especializada de Ordem Social*, do Setor de Análise, Operações e Informações do DOPS de São Paulo, s. d., fl. 3.

7 Depoimento de Darcy Ribeiro, em Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de* 64, p. 297, e Darcy Ribeiro, *Confissões*, p. 353.

8 Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de* 64, p. 195.

9 Aloisio Teixeira ouviu de seu pai o relato de uma conversa, na manhã do dia 1º, com o almirante Cândido Aragão. Nela Aragão levantou a hipótese de um bombardeio do palácio. Aloisio Teixeira, junho de 1997. O coronel Sérgio Cavallari informou ao autor, em junho de 1997, que Teixeira recebeu ordem de Jango para não atirar. É dele também a informação a respeito da Base de Santa Cruz. Para a posição de Teixeira, ver sua entrevista a *Manchete*, em Carlos Chagas, *O Brasil sem retoque* — 1808-1964, vol. 2, p. 1122.

10 Marco Antônio Coelho, agosto de 1988.

11 Cena testemunhada pelo autor.

12 Telegrama de Lincoln Gordon ao Departamento de Estado, narrando uma conversa de Jimmy Minotto com Kubitschek, e Lincoln Gordon, julho de 1989. BLBJ.

13 Suplemento do *Diário do Congresso Nacional*, 1º de abril de 1964, p. 6.

14 Depoimento do general Pery Bevilaqua, em Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, pp. 402-3. Para a ida de JK a Jango no meio da tarde, Humberto Braga, "Juscelino e a Revolução de 1964", em *Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*, nº 144, abril-junho de 1999, p. 50.

15 Lincoln Gordon, março e julho de 1989.

16 Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 180, baseado em entrevistas com Goulart e Kruel.

17 General Rubens Resstel, setembro de 1988, e Roberto de Abreu Sodré, março de 1991.

18 General Rubens Resstel, setembro de 1988.

19 Almino Affonso, abril de 1988.

20 Claudio Mello e Souza, "O vizinho do presidente", em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, p. 180.

21 John W. F. Dulles, *Castello Branco*, p. 347.

22 Darcy Ribeiro retrata Assis Brasil em suas *Confissões*, chamando-o de "ingênuo e tolo", p. 312.

23 M. Poppe de Figueiredo, *A Revolução de 1964*, p. 59, e Hernani d'Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 129.

24 Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, p. 392.

25 Glauco Carneiro, *História das revoluções brasileiras*, p. 523, e *O Estado de S. Paulo*, segundo clichê, 1º de abril de 1964.

26 Eurilo Duarte, “32 mais 32, igual a 64”, em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, p. 144.

27 Para a adesão a Castello, carta de Justino Alves Bastos a ele, de 23 de março de 1964. Para o apoio a Jango, João Ribeiro Dantas (Dantinhas), dezembro de 1985, e entrevista de Assis Brasil a *Manchete*, em 1979, transcrita em José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, pp. 125-7.

28 Celso Furtado, *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, tomo II: *A fantasia desfeita*, p. 293.

29 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, março de 1988.

30 Adolpho João de Paula Couto, *Revolução de 1964*, p. 68, citando um trecho de discurso do subtenente Jelsy (Rodrigues Corrêa), no dia 11 de agosto de 1963, na comemoração do aniversário do general Osvino Ferreira Alves.

31 Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, pp. 105 e 103.

32 Avelino Bioen Capitani, *A rebelião dos marinheiros*, pp. 35 e 46.

33 Depoimento de José Anselmo dos Santos à Polícia Federal, 10 de junho de 1964, fl. 5.

34 Depoimento do coronel Alberto Fortunato, em José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 187.

* Na hierarquia militar um oficial é mais “antigo” e o outro mais “moderno” quando, tendo a mesma patente, um chegou a ela antes do outro. Assim, um capitão promovido em março de um ano é mais “antigo” que outro, promovido em dezembro do mesmo ano. O oficial mais “antigo” tem precedência sobre o mais “moderno”.

35 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, março de 1988.

36 Odylio Denys, *Ciclo revolucionário brasileiro*, p. 120. Hugo Abreu, em *Tempo de crise*, p. 253, conta que anos depois, já promovido a general, Raymundo Ferreira de Souza narrou-lhe os episódios dessa noite negando importância ao telefonema do marechal Denys. Segundo ele, desde a hora da partida do Rio estava disposto a juntar-se às tropas rebeldes.

37 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

38 Violeta Arraes, maio de 1991.

39 *A Revolta do Forte, Vitória da Legalidade*, cópia do texto em poder do general Newton Cruz.

40 Para o codinome, Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 646.

41 Para as ligações telefônicas, John W. F. Dulles, *Castello Branco*, p. 343. O general Raphael de Souza Aguiar levantaria a 1ª DI, José Horacio da Cunha Garcia, o 1º BCC, e Augusto Cezar Moniz de Aragão, a Brigada. Idem, pp. 345-6. Hernani d’Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 149, menciona duas tentativas infrutíferas de sublevação do BCC, feitas pelo general Cunha Garcia durante a manhã. É certo que à tarde ele estava sublevado.

42 Hernani d’Aguiar, *A Revolução por dentro*, pp. 131 e 148.

43 Noticiário do *Repórter Esso*, 1º de abril de 1964, em Hemílcio Fróes, *Véspera do primeiro de abril*, pp. 173-6.

44 O entendimento com Magalhães foi sugerido e tentado por San Tiago Dantas. O plano para ocupar o Rio foi lembrado pelo general da reserva Osvino Ferreira Alves. Abelardo Jurema, *Sexta-feira, 13*, p. 191.

45 Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, p. 404.

46 Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 181.

47 João Pinheiro Neto, *Jango*, p. 52. Pinheiro Neto estava no palácio Laranjeiras quando San Tiago se entrevistou com Jango e ouviu dele um relato da conversa.

48 Telegrama 373, de 21 de agosto de 1963, do embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado. Jango sofreu uma isquemia durante uma visita oficial ao México. BJFK.

49 *Proposed Short Term Policy: Brazil*, doze páginas do Departamento de Estado, de 30 de setembro de 1963. BJFK.

50 Cinco páginas do *Office of National Estimates*, Central Intelligence Agency, de 18 de outubro de 1963. BLBJ.

51 *Comissão de Política Latino-Americana — Política de Curto Prazo Aprovada para o Brasil*, da Central Intelligence Agency, de 11 de outubro de 1963, em Rosental Calmon Alves, "O testamento de Kennedy para Jango", *Jornal do Brasil*, 27 de novembro de 1988, Caderno B Especial, pp. 4-6.

52 A conversa foi com o secretário Marcílio Marques Moreira. Ver seu *Diplomacia, política e finanças*, organizado por Dora Rocha e Alexandra de Mello e Silva, pp. 91-4. Em dezembro de 1963, depois da morte de Kennedy, San Tiago tivera um encontro com o embaixador Lincoln Gordon no qual o aconselhou a comunicar-se com "alguns círculos do Exército, especialmente com o ministro da Guerra, Jair (Dantas Ribeiro), entendendo que o Brasil possa vir a precisar de matérias-primas, peças de reposição e petróleo". Telegrama de Gordon ao Departamento de Estado, de 13 de dezembro de 1963. BLBJ.

53 Agenda da reunião das 11h30, em Washington. BLBJ.

54 Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, p. 32.

55 O telegrama 5.595 dos chefes de Estado-Maior informa o movimento de quatro petroleiros: *Santa Inez*, *Chepachet*, *Hampton Roads* e *Nash Bulk*. BLBJ.

56 Para a data de chegada dos navios, telefonema de George Ball a Lyndon Johnson, de 31 de março de 1964, fita WH6403.19, BLBJ, traduzido por Lincoln Gordon e publicado pela *Folha de S.Paulo* de 10 de setembro de 1999.

57 Comunicação do Departamento de Estado para a embaixada no Rio de Janeiro. BLBJ.

58 Comunicação do Departamento de Estado para a embaixada no Rio de Janeiro. BLBJ.

59 Telefonema de George Ball a Lyndon Johnson, de 31 de março de 1964, fita WH6403.19, BLBJ, traduzida por Lincoln Gordon e publicada pela *Folha de S.Paulo* de 10 de setembro de 1999.

60 Durante 34 anos, de 1971 a 2005, discuti com o embaixador Lincoln Gordon, em conversas que somaram mais de vinte horas, o real alcance da sua decisão de requisitar a força naval. Em 1964 ele proclamava que "nem um só dólar" esteve envolvido com a insurreição (Clarence W. Hall, "O país que salvou a si próprio", *Seleções*, novembro de 1964, p. 97). Posteriormente, Gordon insistiu em que nunca se planejou nenhuma intervenção militar. Tratava-se de "mostrar a bandeira e de intimidar os partidários de Jango". Essa posição do embaixador está amparada na documentação.

Em julho de 1989 perguntei-lhe: "Admitamos que houvesse uma guerra civil, que os navios aportassem em Santos, que os combates continuassem e que os revoltosos pedissem tropas. O senhor

aconselharia que se embrulhasse a bandeira e retirasse a frota?”.

Gordon respondeu numa carta de 13 de abril de 1990: “Eu não sei se teria recomendado uma intervenção direta. Felizmente nós nunca tivemos que encarar essa questão e só o teríamos feito quando a sua hipótese se materializasse. Então, teríamos que fazer uma nova avaliação do quadro brasileiro e uma reavaliação de suas repercussões no Brasil, nos Estados Unidos, no hemisfério e no mundo. Qualquer decisão desse tipo seria tomada em Washington, e não no Rio. Repito que, em todo caso, a *Operação Brother Sam* não estava equipada para uma intervenção militar direta e não havia plano para intervir”.

Em julho de 1990, o embaixador acrescentou: “É possível que planejadores militares no Pentágono ou no Panamá tenham discutido essa possibilidade, como muitas vezes o fazem em planos de contingência. Nunca houve, porém, discussões desse tipo comigo ou na minha presença”. O áudio da reunião de outubro de 1963 com o presidente Kennedy mostra que o assunto foi discutido com ele.

Sem guardar relação direta com a profundidade projetada para a intervenção, mas refletindo o entendimento que tivera da participação de seu governo na queda de João Goulart, o presidente americano Lyndon Johnson costumava dizer que “sou um presidente caipira, que não foi a Harvard, mas o Brasil ainda não virou um país comunista”. (Declaração feita ao jornalista Hugh Sidey, publicada na revista *Life International* de 17 de outubro de 1966, referida em telegrama do Departamento de Estado à embaixada no Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1966. BLBJ.)

61 Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, p. 400.

62 João Pinheiro Neto, *Jango*, p. 125.

63 M. Poppe de Figueiredo, *A Revolução de 1964*, p. 65.

64 General Newton Cruz, 1987, e Mário Victor, *Os cinco anos que abalaram o Brasil*, p. 531.

65 Para a cena da tomada do QG, Paulo Cesar Ferreira, *Pilares via satélite*, pp. 128-9.

66 Hugo Abreu, *Tempo de crise*, pp. 252-3.

67 Chamavam-se “carcomidos” os oficiais ligados ao governo deposto; “rabanetes”, os militares exaltados que seriam vermelhos por fora e brancos por dentro. “Picolés” eram os oficiais que, expulsos do Exército em rebeliões anteriores, haviam sido promovidos rapidamente às patentes a que teriam direito se tivessem permanecido na tropa.

68 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 582.

69 Glauco Carneiro, *História das revoluções brasileiras*, pp. 523-4, e Luiz Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 27.

70 John W. F. Dulles, *Castello Branco*, pp. 349-50.

71 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de agosto de 1972. APGCS/HF.

72 Hernani d’Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 148. Para a hora do telefonema, Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 178.

73 Uma explicação para o atraso de Kruel está em Eurilo Duarte, “32 mais 32, igual a 64”, em Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, p. 151. Viajando num comboio de três viaturas, seu carro enguiçou, e os outros dois distanciaram-se, deixando-o, em uniforme de

campanha, no meio da estrada. Foi socorrido por uma patrulha da Polícia Rodoviária, que o levou a Resende.

74 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

75 Senador Edmundo Levy, em *Diário do Congresso Nacional*, 2 de abril de 1964, p. 685.

76 Para a ocupação do Congresso por cerca de mil trabalhadores acantonados no Teatro Nacional, ver Darcy Ribeiro, *Confissões*, p. 355.

77 Entrevista de Marco Antônio Coelho, em Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), *Histórias do poder*, vol. 1: *Militares, Igreja e sociedade civil*, p. 68.

78 A confirmação de Darcy ocorreu em julho de 1969, durante uma convivência de duas semanas no Batalhão de Comando do Corpo de Fuzileiros Navais, na ilha das Cobras.

79 Marco Antônio Coelho, agosto de 1988, no que se refere à reunião com os representantes do PCB. O outro dirigente comunista era Walter de Souza Ribeiro, desaparecido em 1974. Marco Antônio Tavares Coelho, *Herança de um sonho*, p. 268.

80 Darcy Ribeiro, *Confissões*, p. 355.

81 Marco Antônio Coelho, agosto de 1999.

82 Lincoln Gordon, agosto de 1988.

83 José Stacchini, *Março* 64, pp. 99 e 102-3.

84 John W. F. Dulles, *Castello Branco*, p. 353.

85 General Leonidas Pires Gonçalves, agosto de 1998.

86 Mensagem da embaixada no Rio de Janeiro ao Departamento de Estado, de 1º de abril de 1964. BLBJ.

87 Entrevista de Nikolai V. Mostovietz, chefe do Departamento de Américas do PCUS em 1964, a Jaime Spitzcovsky, *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1994, B-2, Caderno Especial 30 *anos depois*.

88 José Maria Cançado, *Os sapatos de Orfeu*, p. 290.

89 Depoimento de Freddie Perdigão Pereira, em José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 246-7, e Hernani d'Aguiar, *A Revolução por dentro*, pp. 162-3.

90 Depoimento de Perdigão, em José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 247. Ver também Hernani d'Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 162. E, ainda, "Boletim nº 1 (Colaboração de jornalistas que estão cobrindo a crise no palácio Guanabara, 1º de abril de 1964)", em Mauro Magalhães, *Carlos Lacerda, o sonhador pragmático*, pp. 181-6.

91 Auro Moura Andrade, *Um Congresso contra o arbítrio*, pp. 235-6.

92 Para as roupas, entrevista de Maria Thereza Goulart a Luiz Antonio Ryff, *Folha de S.Paulo*, 23 de novembro de 1997, Brasil 1-6.

93 *Grandes momentos do Parlamento brasileiro*, 1999. CD-4, trilha 4.

94 Luiz Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 46.

95 Waldir Pires, junho de 2002. Darcy Ribeiro, *Confissões* (p. 355), e depoimento de Waldir Pires em *Caros Amigos*, nº 12, ano 1, março de 1998, pp. 34-6.

96 No dia 1º de abril morreram sete pessoas. No Rio de Janeiro, em frente à Faculdade Nacional de Direito, foi baleado Ari de Oliveira Mendes Cunha; na Cinelândia, Labib Elias Abduch; na

Faculdade Nacional de Filosofia, o estudante Antônio Carlos Silveira Alves, baleado acidentalmente por um colega. No Recife, a tropa do Exército que cercava o palácio das Princesas matou os estudantes Ivan Rocha Aguiar e Jonas José Albuquerque. Em Governador Valadares, Minas Gerais, pistoleiros arregimentados pelo delegado da cidade mataram Augusto Soares da Cunha e seu filho, Otávio Soares da Cunha. (Otávio, baleado no rosto, morreu no dia 4 de abril.) Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 545-7 e 558. Ver também *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, pp. 41-6.

97 Perfil do presidente Ranieri Mazzilli, Central Intelligence Agency, 2 de abril de 1964. BLBJ.

98 Para a chegada de Jango, M. Poppe de Figueiredo, *A Revolução de 1964*, p. 67. Para os acontecimentos na casa do comandante do III Exército, José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, pp. 103-8.

99 Entrevista do general Argemiro de Assis Brasil à revista *Manchete*, em 1979. Em José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, pp. 125-7.

100 *Diário do Congresso Nacional*, sessão de 2 de abril de 1964, p. 1990.

101 Idem, p. 1993.

102 Entrevista do general Argemiro de Assis Brasil à revista *Manchete*, em 1979. Em José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, pp. 125-7.

103 O destinatário da carta era seu amigo João Alonso Mintegui, adido comercial da embaixada do Brasil em Montevidéu. Jango datou-a de 4 de abril, mas, segundo Juan Carlos Mintegui, filho do adido, ela foi escrita no dia 3. Entrevista de Mintegui a José Mitchell, *Jornal do Brasil*, 29 de novembro de 1992, p. 16, com a reprodução do manuscrito.

104 Teleconferência das quinze horas GMT do dia 2 de abril, entre a embaixada americana no Rio de Janeiro e a Casa Branca. Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, p. 136.

105 Idem, p. 137.

106 Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, pp. 138-9.

107 Idem, pp. 51 e 139.

108 Nelson Dimas Filho, *Costa e Silva*, p. 71. Há outra versão dessa nota, num manuscrito mais extenso redigido por Geisel e copiado sob o título de “Nota para a imprensa e rádio”. Não se referia a Âncora, mencionava a presença dos generais que estavam na Guanabara. Nela Costa e Silva assumia as funções de “Comandante em Chefe do Exército Nacional”.

109 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, pp. 320 e 382.

110 Se a antiguidade desse a Ururahy precedência sobre Mourão, Cordeiro a teria sobre o próprio Costa e Silva.

111 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 383. Para a hora da chegada de Mourão, Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 152.

112 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 324.

113 General Newton Cruz, fevereiro de 1988.

114 Ernesto Geisel, novembro de 1994.

115 John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: 1960-1977, p. 250.

116 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 259.

117 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 187.

118 Idem, p. 156.

119 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de abril de 1964. APGCS/HF.

120 Depoimento do brigadeiro João Paulo Burnier, em José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 195.

121 *Tribuna da Imprensa*, 2 de abril de 1964, em *O Rio de Janeiro através dos jornais — 1888-1969*, de João Marcos Weguelin: <https://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj47.html>.

122 Antonio Gallotti, dezembro de 1985.

123 Duas folhas manuscritas, sem data nem assinatura. APGCS/HF.

124 José Stacchini, *Março* 64, p. 18, para a autoria e proposta, e pp. 22-4, para a íntegra.

125 Telegrama da Agência Rio de Janeiro da Central Intelligence Agency para Washington, de 6 de abril de 1964. BLBJ.

126 Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), *Histórias do poder*, vol. 1: *Militares, Igreja e sociedade civil*, pp. 360-1.

127 John W. F. Dulles, *Castello Branco*, p. 384.

128 Daniel Krieger, *Desde as Missões*, pp. 171-2. Para o depoimento de Ulysses Guimarães a respeito desse episódio, ver Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, pp. 180 e segs. Também formavam o grupo os deputados Martins Rodrigues, Bilac Pinto, Paulo Sarasate, Pedro Aleixo e João Agripino.

129 Maço de seis folhas manuscritas, de Carlos Medeiros Silva, duas das quais com um rascunho do Ato Constitucional Provisório. AA. Para a data, *Ato Institucional de* 9 *de Abril de* 1964, de Carlos Medeiros Silva. AA.

130 O historiador Luiz Viana Filho narra com exatidão esse episódio do Ato Institucional em seu livro *O governo Castello Branco*, vol. 1, p.57-8. Carlos Medeiros redigiu o texto do documento e Francisco Campos, seu preâmbulo. Campos usou uma folha de papel almaço para escrever a parte preliminar do Ato. Essa minuta encontrava-se nos arquivos do general Fiúza de Castro. Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 75.

131 Carlos Medeiros Silva, 1968. Em 1972 Carlos Medeiros escreveu um depoimento intitulado *Ato Institucional de* 9 *de Abril de* 1964. Nele há uma narrativa formal desses episódios, sem o monólogo de Campos. AA.

132 Todas as versões do Ato Constitucional Provisório estabelecem prazo de cinco anos para as cassações. O primeiro documento com referência a dez anos é uma folha manuscrita, de caligrafia desconhecida, em papel timbrado do Ministério da Guerra. AA.

133 Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *Textos políticos da história do Brasil*, vol. 7, p. 485.

134 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 324. Para a identificação do funcionário que recebeu o general, e para as outras exigências mencionadas na conversa, Ernesto Geisel e Humberto Barreto, outubro de 1994. Para a entrevista, Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, pp. 239-40.

PARTE II
A VIOLÊNCIA

deus e o diabo
na terra do sol
um filme de glauber rocha
produção luiz augusto mendes

NAS FOTOS ANTERIORES

Marechal Castello Branco

Depois de apanhar na rua, o comunista Gregório Bezerra é exibido num quartel do Recife

General Golbery, em 1964

Capitão Heitor Aquino Ferreira, ainda no RecMec da Vila Militar

Cartaz de *Deus e o diabo na terra do sol*, com o Corisco de Glauber Rocha

Fidel Castro, o patrono das revoluções

Os Beatles, patronos de uma nova cultura

O mito do fragor da hora

Existiu uma identidade, uma relação e um conflito entre o regime instalado em 1964 e a manifestação mais crua da essência repressiva que o Estado assumiu na sua obsessão desmobilizadora da sociedade: a tortura.[1]

Durante os 21 anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, “aberturas” e “endurecimentos”. De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado. Como no primeiro dia da Criação, quando se tratava de separar a luz das trevas, podia-se aferir a profundidade da ditadura pela sistemática com que se torturavam seus dissidentes.

O general Ernesto Geisel recusou um comando turístico (a Artilharia de Costa do Rio) e tornou-se chefe do Gabinete Militar do marechal Castello Branco.

No início e no fim dessa partida entre a tortura e a sociedade estão os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Ambos participaram dos primeiros lances da construção, em 1964, de um aparelho repressivo incapaz de conviver com um regime constitucional. Geisel, colocado por

Castello na chefia do Gabinete Militar da Presidência, estava no olho do furacão da usina de punições políticas instalada no amanhecer do regime. Golbery, concebendo, organizando e dirigindo o Serviço Nacional de Informações, criou o núcleo da rede de espionagem e repressão que, a partir de 1968, tomaria conta do Estado.

O general Golbery do Couto e Silva concebeu, montou e chefiou o Serviço Nacional de Informações: “Nós éramos meia dúzia de gatos-pingados”. Intitulava-se “ministro do silêncio”.

Segundo a embaixada americana, nas semanas seguintes à deposição de João Goulart prenderam-se pouco mais de 5 mil pessoas.[2] Pela primeira vez desde a ditadura de Getulio Vargas, levas de brasileiros deixaram o país como exilados. Já no dia 7 de abril, o general Adalberto Pereira dos Santos, comandante da 6ª Divisão de Infantaria, no Rio Grande do Sul, propunha ao Alto-Comando da Revolução que se reintroduzisse o banimento na vida política nacional: “Será medida de autodefesa, e da mais elementar profilaxia, a deportação dos principais líderes do governo deposto, civis e militares”.[3] Isso foi feito através de um processo tácito. Entre 1964 e 1966 passaram pelas embaixadas latino-americanas do Rio de Janeiro e pela embaixada da Iugoslávia, a única que funcionava em Brasília, cerca de

quinhentos asilados políticos. Montevidéu e Buenos Aires receberam alguns milhares de brasileiros fugidos pela fronteira, entre os quais o presidente João Goulart e Leonel Brizola.

Por meio da suspensão das garantias constitucionais o Executivo valeu-se da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos de cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares. Criou-se a figura do "cassado", termo depreciativo pelo qual se designaram, por mais de uma década, as vítimas do regime. Entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos.

Nas Forças Armadas 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, transformando-se em mortos-vivos, com pagamento de pensão aos familiares.[4] Pode-se estimar que outros duzentos foram tirados da ativa através de acertos, pelos quais escaparam do expurgo pedindo uma passagem silenciosa para a reserva. Somados todos os expedientes, expurgaram-se 24 dos 91 generais.[5]

Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de 5 mil associados tiveram suas diretorias depostas.[6] Estimando-se que cada organização de trabalhadores atingida tivesse vinte dirigentes, expurgaram-se 10 mil pessoas.[7] Retomara-se o padrão repressivo praticado pela ditadura de Getulio Vargas.

Nos primeiros nove meses do regime morreram mais treze brasileiros, número indiscutivelmente baixo nas estatísticas do golpismo latino-americano, porém médio para as quarteladas nacionais.[8] Nove teriam se suicidado, quatro pulando de janelas. Um deles, o ferroviário José de Souza, depois de três dias de cativeiro no edifício da Polícia Central do Rio de Janeiro, estava no terceiro andar e caiu no pátio interno, no dia 17 de abril de 1964. Esse pátio atraía suicidas desde 1936, quando a polícia informou

que o advogado comunista Victor Allen Barron e o assassino de um dos policiais que prenderam Luiz Carlos Prestes percorreram a mesma trajetória.[9]

No dia 2 de abril, no Recife, o dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminu à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade. No fim da viagem, foi espancado por um oficial do Exército, com uma barra de ferro, em praça pública. Machucado e sentado no chão do pátio do quartel da Companhia de Motomecanização, no bairro da Casa Forte, Gregório Bezerra foi visto na noite de 2 de abril pelos espectadores da TV Jornal do Commercio, que o filmara.[10] Episódios semelhantes repetiram-se em algumas cidades do país. Eram parte do jogo bruto provocado pela radicalização dos últimos anos. O medo entrara na transação política. De sua coluna diária no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, Carlos Heitor Cony, primeira voz destemida a denunciar as violências, escrevia, no dia 7 de maio: “Para atender a essa gente, a todos os Joões de Tal que não voltaram ou não voltarão um dia, espero merecer a atenção e o respeito de todos. É preciso que alguém faça alguma coisa. E já que não se pode mais pedir justiça, peço caridade”.[11] [*Veja o documento*]

Abril de 1964. Depois de ter sido amarrado à traseira de um jipe e conduzido pelas ruas do Recife, o comunista Gregório Bezerra, de 64 anos, foi mostrado à imprensa no pátio do quartel onde havia sido espancado.

A violência ia além dos Joões de Tal ou dos dirigentes comunistas. No dia 2 de junho, Cony publicou em sua coluna uma carta de Dilma Aragão, filha do almirante Cândido Aragão, o comandante dos fuzileiros navais de João Goulart. Ela conseguira visitar o pai, capturado no dia 2 de abril e

preso havia dois meses na fortaleza da Lage, na entrada da baía de Guanabara. Dizia: “Encontrei-o relegado a uma condição tão deprimente que só um verme cheio de peçonha mereceria ter. (...) O espectro de homem que vi chora e ri desordenadamente, e não consegue articular uma frase sequer, no mesmo assunto. O desespero me faz pedir, por esmola, que cobrem o crime (político) de um ser humano, mas na condição de seres humanos”.[12]

O tratamento dado pela Marinha ao almirante Aragão rompia, pela primeira vez em mais de meio século, o código pelo qual, a despeito das divergências políticas, os oficiais das Forças Armadas podiam esperar de seus colegas um comportamento de cavalheiros.

Vinte anos depois, rememorando esses dias, Golbery observava:

> Nos meses seguintes à Revolução houve excessos. Eu achava que tudo não passava de acontecimentos produzidos pelo calor da hora, como, por exemplo, o que fizeram com o Gregório Bezerra. Você não faz uma omelete sem quebrar ovos. Casos como esse, as levas de exilados e os problemas individuais provocados pela reação emocional, me pareciam toleráveis porque haveriam de ser controlados no futuro. Além disso, eu achava que muitas das denúncias eram fruto do exagero. Outras, por certo, eram produto de condutas ignorantes. Quem não se lembra daquele caso da patrulha que apreendeu os exemplares do romance *O vermelho e o negro*, de Stendhal? Mas, numa hora dessas, que se há de fazer?[13]

Nos primeiros dias, houve de fato o predomínio da paixão e até do medo dos vitoriosos. Nem mesmo o mais otimista dos conspiradores acreditara que o governo do presidente João Goulart, com seu apoio sindical e seu louvado “dispositivo militar”, caísse tão rápida e facilmente. De um lado e do outro esperou-se, por alguns dias, a temida reação dos

camponeses, dos operários, dos esquerdistas em geral, mas era fantasia mútua.

A repressão política, porém, emanava do coração do regime e tinha uma nova qualidade. Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a "corrupção e a subversão", o governo atribuía-se a megalomaníaca tarefa de acabar com ambas. O instrumento desse combate eram os inquéritos policial-militares (IPMs), abertos em todos os estados e submetidos, inicialmente, ao controle de uma Comissão Geral de Investigações, CGI, chefiada por um general. Pode-se estimar que os IPMs abertos entre 1964 e 1966 tenham sido mais de cem e menos de duzentos, resultando em processos judiciais para cerca de 2 mil pessoas.[14] Apuravam desde a subversão nas universidades até a corrupção no governo federal. Cada inquérito era presidido por um oficial, a quem se dava a autonomia de autoridade policial.

Pode-se dizer que, em cada dez IPMs, nove eram conduzidos com o estrito respeito às garantias dos acusados. Era comum que se convocassem por carta ou até por editais publicados na imprensa os depoentes sabidamente incriminados. Numa pequena percentagem, a tortura era prática acessória às investigações. Isso na repressão política. Na defesa da moralidade pública, muito mais um ingrediente de propaganda do que um compromisso efetivo, a batalha durou pouco. Nos primeiros meses do que se denominava "Operação Limpeza", o presidente da CGI, general Estevão Taurino de Rezende, reconheceu que "o problema do comunismo perde expressão diante da corrupção administrativa nos últimos anos" e se confessava "abatido pela extensão das irregularidades já verificadas", pois mesmo sendo "triste para um soldado ter de dizer isto (...) a impressão é de que, se fosse tudo apurado, o Brasil se esvaziaria".[15] Ao encerrar suas atividades, em novembro de 1964, a CGI examinara 1.110 processos

envolvendo 2.176 pessoas e recomendara punições para 635.[16] Enquanto isso, só um IPM, o da rebelião dos marinheiros, indiciara 839 cidadãos, levara 284 a julgamento e terminara com 249 condenações, todas a penas superiores a cinco anos de prisão.[17] Nenhum larápio foi condenado a metade disso.

Perseguir subversivos era tarefa bem mais fácil do que encarcerar corruptos, pois se os primeiros defendiam uma ordem política, os outros aceitavam quaisquer tipos de ordem. Fariam parte do regime, fosse qual fosse. Poderosas eram suas conexões. O IPM da UNE engordou, mas o da Previdência Social foi ao arquivo. Tendo incriminado diversos funcionários, tomou um contravapor quando o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Jaime Câmara, colocou um deles sob a proteção de sua púrpura, visitando-o em seu gabinete.[18] Como dizia o ministro Roberto Campos, do Planejamento, ao presidente Castello: "Se continuarem a varrer todo o tempo o pó da cozinha, não terei condições para começar a cozinhar".[19]

Aos poucos, a ordem revolucionária teve de conviver tanto com os corruptos como com os torquemadas que, infiltrando-se nas cabeceiras do regime, desejavam fazer do combate à ladroeira uma alavanca para o poder pessoal. Nasceu nessa época a expressão "linha dura". Designava os ultrarrevolucionários, mas também um grupo de oficiais que, além de radicais, atravessavam com facilidade a fronteira da indisciplina. Geisel haveria de defini-los como "os zurrapas".[20] [*Veja o documento*] Sua face mais exibida eram oficiais que usavam os IPMs como forma de afirmação de um poder paralelo ao do presidente da República.

Sua base espalhava-se pelos quartéis e sua articulação agrupava os descontentamentos à direita do regime. Golbery via nela "uma emotividade primária porém sincera", "bem-intencionada, positiva, moralista, ditatorial e antirreformista".[21] A linha dura opunha-se ao desejo do presidente Castello Branco de limitar os poderes excepcionais de que dispunha, para normalizar a vida política nacional. Pelo Ato Institucional fora-lhe dada a prerrogativa

de cassar mandatos parlamentares e de suspender direitos políticos de cidadãos. O Ato baixado em abril não tinha número, pois seria o único. Desde os primeiros dias do seu governo, Castello esteve espremido entre a indisciplina e sua preocupação em conter a violência política. Ele dizia que o clima provocado pelas cassações era "pior do que a Inquisição" e argumentava: "Cada episódio fora da lei é um passo atrás na opinião pública (...) e uma restrição no estrangeiro".[22] [*Veja o documento*] "Não sou somente presidente de expurgos e prisões", desabafou.[23]

É significativo que essa frase, transformada em epígrafe e comprovação biográfica do liberalismo de Castello, tenha sido encontrada numa carta dirigida ao tenente-coronel Helio Ibiapina, seu amigo, que servia no IV Exército. Quando Castello escreveu essa carta, já ocorrera um notável encontro entre Ibiapina e d. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, em que o coronel dissera:

> Muitas vezes o senhor tem vindo ao IV Exército reclamar de torturas contra presos políticos. Traz os nomes e as torturas a que estes homens foram submetidos e não sei como consegue estas informações. Invoco o seu testemunho para dizer que nunca neguei que as torturas existissem. Elas existem e são o preço que nós, os velhos do Exército, pagamos aos jovens. Caso tivessem os oficiais jovens empolgado o poder os senhores estariam hoje reclamando, não de torturas, mas de fuzilamentos. Nós torturamos para não fuzilar.[24]

Castello queria um ato institucional que durasse só três meses. Assinou três. Queria que as cassações se limitassem a uma ou duas dezenas de dirigentes do regime deposto. Cassou cerca de quinhentas pessoas e demitiu 2 mil. Seu governo durou 32 meses, 23 dos quais sob a vigência de outros 37 atos complementares, seis deles associados aos poderes de baraço e

cutelo do Executivo.[25] Debaixo da Constituição que conclamou os seus subordinados a defender em março de 1964, manteve-se apenas nove meses. Era um oficial de formação liberal, sem dúvida, mas faltou-lhe, em diversas ocasiões, a vocação para o risco.

O palanque da nova ordem. O general Mourão Filho conversa com o vice-presidente José Maria de Alkmin, e o presidente Castello Branco com o ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva. No centro, de óculos, o governador Carlos Lacerda.

"O Castello demorava demais sobre os problemas. Você ia a ele e propunha uma linha de ação. Ele esperava e, dias depois, perguntava se não era o caso de se fazer o que você sugerira. Ora, àquela altura a sugestão tinha perdido o valor. A ação proposta já era inócua. A situação mudara", recordou Geisel.[26]

"O presidente recua, recua, até a hora em que ele sente a água do rio molhando-lhe o traseiro. Aí é que ele resolve atacar", repetia no palácio Laranjeiras o tenente-coronel Gustavo Moraes Rego.[27]

Na origem dessa vacilação estava um ingrediente de natureza política: o medo de perder a base militar, dividindo-a e tornando-se vulnerável a uma revanche das forças depostas e, sobretudo, aos ataques de seus adversários políticos que rondavam quartéis, tipos que menosprezava: "Vivandeiras

alvoroçadas, vêm aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias do Poder Militar".[28]

Poucas foram as épocas em que os granadeiros praticaram tantas extravagâncias. Uma crise em torno dos helicópteros e aviões do velho navio-aeródromo *Minas Gerais* envenenou por dois anos as relações entre a Marinha e a Aeronáutica, custou a cadeira de dois ministros de cada lado e acabou produzindo até mesmo um tiroteio no aeródromo de Tramandaí, no Rio Grande do Sul. Narrado pelo próprio Castello, o incidente resultara da conjugação das indisciplinas de um almirante provocador que mandara um helicóptero pousar numa base da FAB e de um brigadeiro bufão que ordenara aos seus oficiais a sua captura. A eles se juntaram um capitão de fragata que pousara sem licença da torre e um major que se julgara capaz de prendê-lo e mandara dois capitães passarem fogo no helicóptero. Por pouco a base não foi invadida por um destacamento de fuzileiros navais.[29]

"O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma ideia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução", explicaria o general Ernesto Geisel em 1981.[30]

Castello vacilara, mas no fim de seu mandato construíra-se uma tentativa de constitucionalização do regime. Apesar da anarquia e da indisciplina que o atazanaram, seu governo foi o que mais contribuiu para a profissionalização das Forças Armadas brasileiras em toda a história do país. Acabou com a patente de marechal. Com mais de cem, o Brasil tinha mais militares com essa patente do que os exércitos da França e da Inglaterra, ao longo de todas as guerras do século.[31] Conteve também o sistema de promoções cumulativas que levara um coronel como Golbery a

passar para a reserva como general de divisão, promovido à segunda estrela pelo simples fato de ter saído da ativa e à terceira por ter participado da FEB. Finalmente, mudou a estrutura da cúpula militar brasileira, alterando-lhe o sistema de cálculo para a aposentadoria compulsória. Essa foi sua maior obra. Modificou para sempre a essência e a amplitude da participação dos militares na política.

Pelo sistema antigo, os generais de brigada iam para a reserva aos 62 anos, os generais de divisão aos 64 e os generais de exército aos 66. Criavam-se assim aqueles que Castello denominava de "os generais chineses", cujo protótipo era Cordeiro de Farias. Feito general de brigada em 1942, permaneceria na ativa até 1967, completando 25 anos de generalato, treze como quatro-estrelas. A reforma manteve as mesmas idades-limite, mas introduziu três novos critérios. Nenhum oficial podia ser general por mais de doze anos. Ademais, cada um dos três níveis do generalato obrigava-se a uma renovação de 25% ao ano. Se ela ocorresse naturalmente, muito bem, caso contrário iriam para casa os mais velhos. Esse mecanismo, além de garantir a renovação dos quadros, mandava os generais para a reserva antes que se transformassem em vacas sagradas. Noutra medida profissionalizante, Castello estabeleceu um prazo máximo de dois anos para a presença dos oficiais em cargos civis sem se desligarem do quadro de sua Força. Cordeiro seria novamente o protótipo da distorção: chefiara a polícia de São Paulo por três anos, também por três anos fora interventor no Rio Grande do Sul e governara Pernambuco por quatro.

Castello sofria procurando preservar alguma forma de legalidade, mas Costa e Silva, seu sucessor, numa só vacilação, precipitou o país na ditadura dezoito meses depois de entrar no palácio. A partir de 1969 o terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, eleito através de um simulacro de votação de oficiais, ainda assim maquiado pelo Alto-Comando do Exército, ocupou a cadeira de presidente, deixando os assuntos da ditadura entregues a um consulado militar-administrativo.

As contorções institucionais do regime de 1964 pouco deveram às características pessoais dos generais-presidentes. Castello era um homem de hábitos simples, porém refinados, lia Anatole France e ouvia Mendelssohn. Costa e Silva se orgulhava de só ler palavras cruzadas. Médici frequentava estádios de futebol com um radinho de pilha no ouvido e um cigarro na boca. A partir da tarde de 31 de março de 1964, quando o general Olympio Mourão Filho marchou de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, onde se definiu como "uma vaca fardada", o Brasil entrou num regime militar em que conviveram esquizofrenicamente obsessão pela ordem pública e a desordem nos quartéis.[32]

No dia 8 de junho, quando a Revolução não completara ainda noventa dias de existência, Mourão reuniu-se com capitães e majores numa casa em São Paulo. Segundo a narrativa de um espião do governo, o general "reafirmou a disposição de levar adiante o ideal revolucionário até atingir os seus objetivos e para isso, 'continuarei como o líder de vocês' (...) 'se a coisa não endireitar, teremos de partir para outra, ainda que tenha de partir sozinho'".[33] Conversa fiada.

A anarquia atacava a ordem militar, corroendo-a e desmoralizando-a. Em seu livro *Os militares na política*, o professor americano Alfred Stepan apontava, em 1971, a lógica inexorável dessa degenerescência: "Argumentos sobre a 'unidade' e o 'monopólio da força' baseiam-se na hipótese de que um governo militar oferece 'estabilidade'. Na prática há o fato óbvio, mas muito desprezado, de que os governos militares são frequentemente derrubados pela própria instituição militar".[34]

Durante o regime civil da Constituição de 1946 os quartéis rebelaram-se em 1954 para depor Getulio Vargas e, um ano depois, para derrubar os presidentes Café Filho e Carlos Luz. Conte-se a revolta fracassada contra a posse de João Goulart, e em dezoito anos os levantes foram três. Somando-se a eles duas quarteladas amazônicas, uma revolta de sargentos em Brasília e a baderna dos marinheiros, chega-se a sete tumultos. Um a cada 36 meses.

Na ordem dos generais, alguns comandantes de guarnições da Vila ameaçaram rebelar-se em 1965 contra Castello, em 1968 contra Costa e Silva, e em 1969, durante os dias da escolha de seu sucessor, a oficialidade entrou em estado de anarquia. Em menos de seis anos, foram três as desordens, uma a cada 22 meses. Todas com profundos reflexos na ordem constitucional.

A violência política percorreu um ciclo no regime brasileiro. Introduziu palavras no léxico cotidiano, tais como *cassar*; eufemismos no vocabulário político, como a expressão "maus-tratos", para designar pura e simplesmente a tortura; siglas no direito constitucional, como AI, abreviatura dos dezessete atos institucionais baixados na desordem legiferante nascida com a noção segundo a qual "a Revolução legitima a si própria", declarada no preâmbulo do AI-1. Coroando essa confusão semântica, o próprio regime, autoproclamado "Revolução" ao nascer ("revoluçãozinha sul-americana como dezenas de outras", como disse Gilberto Amado sobre 1930),[35] foi ao jazigo aceitando a classificação de "autoritário", quando, para conhecê-lo, não se dispõe, há mais de dois mil anos, de palavra melhor que *ditadura*.

Nos primeiros meses do governo Castello Branco, por suas ambiguidades, por sua noção de ditadura temporária e pela entrada dos militares como agentes do poder coercitivo, instalaram-se os elementos de desordem que envenenariam a vida política brasileira nos vinte anos seguintes. Se tudo desse certo, o Ato Institucional de abril de 1964 seria o único. Não foi. Se tudo desse certo, o marechal Costa e Silva governaria com a Constituição de 1967. Não governou. Se pelo menos algumas coisas dessem certo, o AI-5 duraria menos de um ano. Durou dez. Se as coisas não dessem tão errado, as Forças Armadas, depois de se envolverem com tarefas de repressão política, regressariam às suas tarefas profissionais. Não regressaram.

* * *

A direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade intervindo em sindicatos, aposentando professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando, não a teve para disciplinar os quartéis que garantiam a desmobilização. Essa contradição matou primeiro a teoria castelista da ditadura temporária, em seguida liquidou as promessas inconsistentes de abertura política feitas por um governo desastroso como o de Costa e Silva ou simplesmente falsas, como a de Garrastazu Médici. Restabeleceu-se a ordem com Geisel porque, de todos os presidentes militares, ele foi o único a perceber que, antes de qualquer projeto político, era preciso restabelecer a ordem militar. "No Exército não há chefia. São uns 'generais de borra', como dizia o Castello", vituperava Geisel em 1976, no auge de uma das mais graves crises militares de seu governo.[36] [*Veja o documento*]

Os acontecimentos posteriores a 1968, quando o regime assumiu sua natureza ditatorial por meio do AI-5, fizeram que se desse pouca importância à natureza da violência aparecida em 1964 e à forma como ela foi enfrentada pelo governo Castello Branco. Ali esteve a gênese do fenômeno e, sobretudo, o surgimento de uma política de compromisso que arruinaria as instituições políticas e militares do país. "As torturas foram o molho dos inquéritos levados a efeito nos desvãos dos DOPS[37] ou dos quartéis e toda a sociedade ficou dominada pelo medo, angústia e sofrimento. Esta onda terrível começou no governo Castello Branco, que, demasiadamente fraco, não conseguiu conter os militares", denunciava nos anos 1970 o general Mourão Filho.[38]

O governo do marechal Castello Branco foi colocado diante da questão da tortura bem depois do fragor da hora, ou, numa expressão de Geisel, do "calor da luta".[39] [*Veja o documento*] Em julho de 1964, quando a administração

já havia retomado um curso relativamente normal, os cárceres começaram a gritar. Uma das primeiras denúncias acusava a presença de torturadores no quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Desmentindo-a, a Divisão de Relações Públicas do gabinete do ministro da Guerra proclamou que o quartel não tinha "masmorras", "pois seu presídio, relativamente novo, é limpo e seco e dispõe de luz diária".[40] Uma semana depois, refletindo o impacto que as denúncias de torturas produziam na opinião pública, Carlos Heitor Cony lançou uma coletânea de seus artigos no livro *O ato e o fato* e, além de ter batido o recorde de frequência para uma noite de autógrafos, assinando 1.600 exemplares, viu a primeira edição esgotar-se em poucas semanas.[41]

Por dois meses publicaram-se denúncias esparsas na imprensa, até que no dia 1º de setembro o *Correio da Manhã* abriu em suas páginas uma das memoráveis campanhas da história da imprensa brasileira. Num editorial intitulado "Tortura e insensibilidade", denunciava:

> Todos os dias, desde 1º de abril, o público e as autoridades tomam conhecimento com detalhes cada vez mais precisos e em volume cada vez maior de atentados contra o corpo e a mente de prisioneiros culpados e inocentes. No entanto, desde o dia 1º de abril, o silêncio pesa por sobre esses crimes. Não há uma explicação, uma nota, um protesto oficial sobre as denúncias. Esse silêncio, e a própria frequência com que se toma conhecimento das torturas, provoca uma reação ainda mais sinistra: verifica-se a tendência para cair numa gradual insensibilidade, esgotando-se a capacidade de sentir horror e revolta.[42] [*Veja o documento*]

Não se tratava, como se vê, de um libelo contra os torturadores, mas de uma pressão sobre o governo para que rompesse a silenciosa cumplicidade que oferecia ao crime. A partir desse artigo, o *Correio* passou a estampar

diariamente denúncias de torturas. Com um grau cada vez maior de precisão, publicava-as sempre na última página do primeiro caderno, um dos pontos mais nobres do jornal.

Amparada por sucessivos pronunciamentos no Congresso, a campanha do *Correio* feriu o governo, e sua reação foi o primeiro capítulo de uma tragédia em que o poder do Estado se confundiu com a violência da tortura. No coração do regime, o general Golbery apontou ambígua e timidamente o fenômeno da tortura. Ele inaugurara a prática de enviar semanal ou quinzenalmente a Castello Branco um documento do SNI intitulado *Impressão Geral*, em que produzia uma mistura de resenha política e conselhos. Eram maços de até sete folhas datilografadas em espaço apertado, todas com a marca de "secreto". Na *Impressão Geral nº* 4, redigida nos primeiros dias de setembro, referia-se às denúncias:

> Manifestações incontroladas e emocionais da "linha dura" no setor das investigações e inquéritos (...) continuaram a intranquilizar o país, prejudicando a imagem da autoridade constituída do governo federal, e dando alguma substância a denúncias, em grande parte exageradas embora, de perseguições e torturas que estariam ocorrendo, sobretudo no Nordeste. Tudo isso em desfavor, no campo internacional, do crédito que já vem a duras penas granjeando a Revolução e o atual governo em seus sinceros propósitos de normalização da vida do país.[43]

O que Golbery queria dizer com denúncias de "alguma substância" embora "em grande parte exageradas"? Não se tratava, por certo, de casos típicos de violências cometidas no fragor da hora. No dia 13 de agosto, por exemplo, o *Correio da Manhã* informara que o médico e ex-deputado paranaense Walter Pécoits, que organizava camponeses no sudoeste do estado, ficara cego de um olho seis dias depois de ter sido preso pelo

Exército.[44] O chefe do SNI negaceava. Nessa *Impressão Geral*, bem como nas outras dezoito existentes, a tortura não é apresentada corretamente nem no seu alcance nem no seu efeito. Não chegam a dez as linhas que lhe são dedicadas, e são apenas quatro as vezes em que ela é mencionada. Pouco mais que o espaço destinado a uma crise ocorrida na ilha de Chipre. Em todos os casos a tortura é vista como uma consequência da linha dura, quando, na realidade, a maneira como o governo a enfrentava fornecia aos radicais o alicerce de indisciplina e ilegalidade sobre o qual se edificaria a ditadura. [*Veja o documento*]

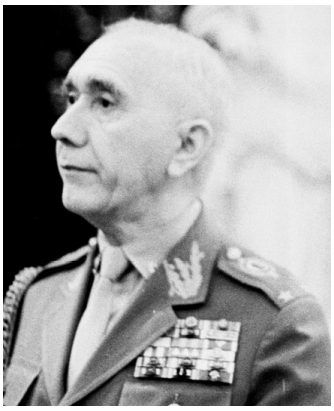
Golbery desenvolveu um combate funcional à linha dura e à violência política. Em setembro, no primeiro grande relatório "ultrassecreto" preparado pelo SNI sobre a situação do país, recomendava que as "ações punitivas" fossem "cuidadosamente" discriminadas, "de modo a poupar os elementos recuperáveis das esquerdas ideológicas e progressistas, sem prejuízo de coibir quaisquer violências capazes de sensibilizar espíritos generosos". Pretendia reduzir a extensão das atividades policiais e propunha que elas fossem reordenadas. Para isso, dizia ser necessário "reforçar o dispositivo de repressão militar, constituindo, em cada área sensível, tropas de choque cuidadosamente selecionadas e convenientemente equipadas para ações de tipo especial". Arrematando, sugeria a "transferência do pessoal já muito comprometido nessa linha de atuação, em certas áreas, reajustamento de comandos". E produzia um slogan espirituoso: "Linha dura também contra violências e excessos".[45]

Nessa mesma época, líderes civis do novo regime iam numa linha diversa, a da pura e simples negativa da autoria. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, um político de tintas modernas, tradutor de Shakespeare e criador de faisões, desembarcara em Paris em maio, e quando os jornalistas, no aeroporto, lhe perguntaram a respeito das denúncias de torturas, respondeu: "Não, por enquanto ninguém raspou o cabelo de mulher nenhuma como foi feito na França no dia da Libertação".

Em 1977, mesmo depois de já ter sido cassado e preso pelo regime que ajudara a inventar, Lacerda continuava na trincheira da negativa em relação à violência de 1964: “Houve muita prisão, logo relaxada, mas tortura, que se saiba, não tinha havido nenhuma”.[46]

A campanha aberta em setembro pelo *Correio da Manhã* produziu um resultado visível. O presidente Castello Branco enviou Geisel numa viagem pelo Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo para avaliar pessoalmente a procedência das denúncias. O chefe do Gabinete Militar levava consigo um quadro preparado pelo SNI, com uma tosca coleção de denúncias. Reunia uma dezena de casos e em cinco deles documentava-se com o noticiário do *Correio*.[47] Era um grande passo e demonstrava a vontade do governo de enfrentar de alguma forma o problema. Parecia ser a “linha dura também contra violências e excessos”.

A chamada Missão Geisel pôs os torturadores na defensiva. “O ministro Costa e Silva não ficou satisfeito com a providência, mostrando ao Presidente que precisava ter confiança nos seus generais e não dar guarida a notícias tendenciosas”, contou em suas memórias o general Jayme Portella de Mello, chefe de gabinete do ministro da Guerra em Brasília.[48] O envio do chefe do Gabinete Militar era um sinal de que Castello queria jogar sério. A missão chegou ao Recife no dia 15 de setembro. Acompanhado por dois oficiais, Geisel percorreu quartéis e prisões. Tomou depoimentos, recebeu laudos (entre os quais, dada pelo coronel-médico que dirigia o Hospital Geral do Exército do Recife, uma coleção de radiografias de um preso que tivera três vértebras fraturadas) e voou até a ilha de Fernando de Noronha, onde estavam presos, entre outros, os governadores depostos de Pernambuco e Sergipe, Miguel Arraes e Seixas Dória.



Gal. Jayme Portella

Três anos depois, tratando do assunto mais detalhadamente, rememorou os objetivos e as conclusões de sua missão aos cárceres:

> Um reduzido número de casos em que havia indícios de torturas, na área de Pernambuco, foi comunicado ao general comandante da 7ª Região Militar, tendo essa autoridade informado, detalhadamente, que já estavam sendo objeto das necessárias averiguações em IPM e em sindicâncias oficiais. Observei, aliás, que a prática dessas torturas, segundo as queixas formuladas, teria ocorrido na fase inicial da Revolução (dia 2 de abril de 1964, relativamente a Gregório Bezerra) e não se teria estendido além do dia 10 de maio do mesmo ano. Do que acabo de expor, verifica-se que a matéria comportava, na sua apreciação, duas fases: — uma, a partir da eclosão da Revolução, até 10 de maio, aproximadamente, em que possivelmente (...) ocorreram alguns casos de maus-tratos, sevícias e torturas — em número reduzido, repito — e que na época estavam sendo objeto de apuração pelas autoridades responsáveis; — outra, posterior, e que encontrei na ocasião de minha presença no local, quando já tinham cessado aquelas anormalidades de caráter arbitrário e desumano.[49] [*Veja o documento*]

Tecnicamente, Geisel condenava a tortura, negava que ela tivesse ocorrido depois de 10 de maio e informava que os casos denunciados estavam sob investigação do Exército. No que se referia às providências tomadas no âmbito da 7ª Região Militar em relação a casos antigos, seu comandante, o general Antonio Carlos Muricy, determinara a abertura de um IPM apenas para obter um "efeito suasório" e recomendara pessoalmente ao encarregado do inquérito que "não fizesse muita força" para descobrir a identidade dos torturadores. No seu comando Muricy fechou cárceres miseráveis, assistiu famílias desesperadas, mas daí a botar na cadeia um oficial torturador a distância era muito grande. Preferiu usar o IPM como ameaça e, deixando sua posição clara, reuniu a oficialidade para informar que responderia a novas violências levando os responsáveis a conselho de guerra.[50]

Tudo estaria muito bem se realmente os derrotados tivessem parado de apanhar no dia 10 de maio. Os fatos desmentiam esse marco da racionalização cronológica de Geisel. O jornalista Marcio Moreira Alves, em sucessivas reportagens no *Correio da Manhã*, listara 39 nomes de torturados, a maioria deles no Nordeste, na jurisdição da 7ª Região Militar, todos depois de 10 de maio.[51] Quando Geisel ainda estava no Nordeste, o *Correio* publicou em sua primeira página uma prova de que não era preciso viajar 2 mil quilômetros para procurar torturadores. Estampou sete depoimentos manuscritos e assinados por presos que diziam ter sido torturados no Centro de Informações da Marinha, o Cenimar, a menos de meia hora do palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro.[52]

1967. O jornalista Marcio Moreira Alves, do *Correio da Manhã*, chega à Polícia Federal para depor. Consegue liberar seu livro *Torturas e torturados*.

No dia seguinte à denúncia dos sete torturados a Marinha desmentiu a autenticidade dos documentos. A prova da fraude seria a existência de uma caligrafia comum às sete denúncias, apesar de serem perfeitamente visíveis — e diferentes — as sete assinaturas. Menos de uma semana depois veio a resposta oficial do ministro da Marinha, almirante Ernesto Melo Batista. Ele solicitou ao ministro da Justiça providências legais contra o *Correio da Manhã*.

Em sua *Impressão Geral nº* 6, o general Golbery relatava a situação a Castello, sem mudar sua óptica, apesar de ter ficado claro que nada se faria de duro contra as "violências e excessos": "Prossegue a campanha *dirigida* acerca de torturas e maus-tratos nos inquéritos e investigações, atenuada em parte pela atuação do governo federal (viagem do general Geisel, inquéritos

mandados abrir, contraofensiva do Ministro da Marinha em relação ao *Correio da Manhã*). Espera-se que nova etapa vise a despertar a piedade em face do desamparo em que se dirá encontrarem-se as famílias dos presos, passando fome e necessidades outras".[53] [*Veja o documento*]

Golbery insistia em tratar do problema no mundo dos conflitos de opinião. Assim, informava que "as medidas tomadas pelo governo (...) encontraram boa receptividade, devendo possivelmente esvaziar mais esse balão propagandístico".[54] Semanas depois, vitorioso, escrevia que "a campanha sobre supostas torturas a presos passa a segundo plano, desgastada".[55]

A construção de uma relação estável entre o regime, as Forças Armadas, a repressão política e os direitos humanos exigia que, tendo havido a tortura, a investigação terminasse com a punição dos culpados. Estava-se, porém, a caminho de uma construção instável, segundo a qual a tortura não era um fato em si, mas uma questão de opinião, uma "campanha dirigida". O que o *Correio da Manhã* e os políticos oposicionistas conduziam era precisamente uma campanha, mas não era nela, e sim na tortura, que estava o fenômeno político. Mobilizando suas energias políticas contra a "campanha", e não contra a tortura, o regime de 1964 comprometeu-se com uma mistificação e, por vinte anos, comportou-se como se o combate à tortura não fizesse parte da luta em defesa dos direitos do homem. Negar a tortura significava defender o regime. Denunciá-la ou confirmá-la era atacá-lo. A prática da tortura nas guarnições militares deixava de ser um fato em si, tornando-se matéria de opinião contaminada por alguma forma de incompreensão a respeito da obra dos governos que a estimulavam e protegiam. Deu-se por conveniência, medo e arrogância a metamorfose descrita pela filósofa alemã Hannah Arendt em seu magistral estudo "Verdade e política": "O apagamento da linha divisória entre verdade fatual e opinião é uma das inúmeras formas que o mentir pode assumir".[56]

Geisel também estabeleceu a relação entre tortura e defesa do regime, vendo a essência do problema nas denúncias da imprensa e não no que se denunciava: “Essa imprensa nunca teve interesse em dizer a verdade. Quando muito, apresentava de forma para ela conveniente, a meia verdade. Havia o deliberado interesse de torcer, deturpar ou exagerar os fatos conforme a conveniência”.[57]

Num balanço da Missão Geisel, Marcio Moreira Alves reconheceu em seu livro *Torturas e torturados*, publicado em 1966, que “a viagem de inspeção, que não resultou na punição de nenhum dos torturadores, teve ao menos o mérito de paralisar as torturas”. Geisel deu atenção a essa conclusão. Num exemplar do livro que guardou por anos, esse trecho, na página 46, está assinalado e ressaltado com uma flecha azul.[58] [*Veja o documento*] De fato, a missão resultara no compromisso que Castello e Geisel perseguiam: esquecia-se o passado, e começava-se vida nova, sem torturas. Semanas depois, uma comissão de civis, integrada por representantes da Arquidiocese de Olinda e Recife, da Assembleia Legislativa, da Procuradoria do Estado de Pernambuco, da Ordem dos Advogados do Brasil e da imprensa, explicitava esse raciocínio perverso e inócuo: “Nessa conjuntura, parte dos acontecimentos foge ao controle das lideranças e dos comandos, resultando, por vezes, em atos e fatos discrepantes das linhas e normas desejáveis. A cessação imediata ou retardada desses excessos, após a instauração de uma nova ordem, é que serve para definir os propósitos reais do movimento”.[59]

Trinta anos depois, colocado diante da questão de setembro de 1964, Geisel ainda duvidava da possibilidade de se responder às denúncias com a punição exemplar de um torturador: “O Castello não tinha comando sobre a área militar como deveria ter”.[60] “Foi uma solução pragmática”, explicaria Golbery.[61] Do ponto de vista estatístico, esse pragmatismo foi comprovadamente eficiente. Durante todo o ano de 1964 foram 203 denúncias de torturas feitas em juízos militares. Em 1965 elas baixaram

para 84, e no ano seguinte caíram para 66.[62] Dentro do aparelho burocrático, porém, passara-se a senha da impunidade. E não só da impunidade. Como o tempo haveria de mostrar, a repressão tornava-se um dos instrumentos burocráticos de ascensão e ampliação do poder.

A Missão Geisel quis ser um compromisso liberal do governo, mas resultou num acerto que em vez de desarticular a tortura, perdoou-a. A conciliação de setembro de 1964 danificou a consciência da cúpula militar pela sensação que ofereceu de ter salvado simultaneamente a pele de muitos presos e a farda dos torturadores. Alimentou a lenda cultivada pelas Forças Armadas segundo a qual, mesmo dirigindo regimes repressivos, mantinham-se distantes dos crimes neles praticados.

Diante do radicalismo policial do regime que presidia, Castello chegara a desabafar que "não é elegante para um coronel (...) judiar com um civil, isso se fazia na 4ª Delegacia, no Estado Novo".[63] Sua política, momentaneamente bem-sucedida, começara a levar as Forças Armadas para dentro daquilo que durante o Estado Novo ele, como coronel, acreditara ser o mundo repugnante da arbitrariedade da "4ª Delegacia".[64]

1 Para a característica desmobilizadora do regime, ver Peter McDonough, *Power and ideology in Brazil*, p. 13.

2 Um memorando enviado pelo Departamento de Estado à Casa Branca no dia 6 de maio de 1964 calculava que naquela data os presos eram pouco mais de 5 mil. Gordon Chase a McGeorge Bundy, *Arrests and Suspensions in Brazil*. BLBJ. No dia 8 de abril a embaixada inglesa calculava as prisões em 3.500. Geraldo Cantarino, *1964 — A revolução para inglês ver*, p. 109. Não há um número oficial de prisões. Elas podem ter passado de 5 mil. Admitindo-se que tenham sido 7 mil, esse é o piso dos cálculos do total de presos no período de repressão à revolta comunista de 1935. R. S. Rose, *Uma das coisas esquecidas*, p. 91.

3 Três folhas datilografadas, anexas a uma carta de 7 de abril de 1964 do general Adalberto Pereira dos Santos ao ministro Costa e Silva. APGCS/HF.

4 Lúcia Klein e Marcus F. Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*, pp. 155 e 171.

5 *Almanaque do pessoal militar do Exército*, de 1964 e de 1965. Exemplo de cassação persuasória deu-se com o general Aluizio de Miranda Mendes, comandante da 2ª Divisão de Infantaria, em São

Paulo. Sustentáculo do “dispositivo” até as últimas horas da noite de 31 de março de 1964, pediu passagem para a reserva meses depois.

6 Kenneth Paul Erickson, *Sindicalismo no processo político no Brasil*, p. 209.

7 Almir Pazzianotto Pinto, “Sindicatos, corporativismo e política”, em Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d’Araujo (orgs.), *21 anos de regime militar*, p. 108.

8 Afora os sete mortos do dia 1º de abril, morreram mais treze pessoas ao longo de 1964. Além de José de Souza, no dia 4 de abril Ivan Pereira Cardoso suicidou-se na Vila Militar. No dia 8 de abril, em consequência de uma “queda”, morreu Astrogildo Pascoal Vianna, tesoureiro da Federação Nacional dos Estivadores. No dia 13, segundo o I Exército, o sargento Edu Barreto Leite pulou do oitavo andar do prédio onde morava, quando se viu na iminência de ser preso. Denúncias publicadas no *Correio da Manhã* de 27 de setembro de 1964 dão conta de que ele teria sido jogado da janela de um prédio da Polícia do Exército. Dois teriam se matado enquanto resistiam à prisão. Segundo o Exército, o sargento Bernardino Saraiva matou-se com um tiro na cabeça depois de ferir um soldado da escolta que fora prendê-lo, em São Leopoldo (RS), no dia 14 de abril. Em maio, segundo a polícia, o comerciante Carlos Schirmer deu-se um tiro no queixo, em Divinópolis (MG). Dois outros suicidas teriam se envenenado: Albertino de Oliveira, presidente da Liga Camponesa de Vitória do Santo Antão, em abril, e Pedro Domiense de Oliveira, em maio, na Bahia. O nono suicida, Péricles Gusmão Régis, teria cortado os pulsos, em maio, no quartel onde estava preso, na Bahia. No dia 9 de maio, por conta daquilo que o Exército chamou de “consequências naturais”, morreu no Rio de Janeiro o sargento Manuel Alves de Oliveira, preso desde abril. Em agosto matou-se Dilermano Melo do Nascimento, tenente da reserva do Exército e veterano da Força Expedicionária Brasileira, que ocupara o cargo de diretor da Divisão de Material do Ministério da Justiça no governo Goulart. Depois de um interrogatório na sede do próprio ministério, jogou-se do quarto andar, tendo deixado um bilhete em que dizia: “Basta de tortura mental. Basta de desmoralização”. Em setembro, desapareceram na Paraíba os lavradores João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo, vice-presidente da Liga Camponesa de Sapê. Pedro Inácio fora preso no dia 8 de maio e levado para o 15º Regimento de Infantaria. Sua mulher foi visitá-lo no dia 10 de setembro, e o 15º RI informou que ele fora posto em liberdade no dia 7. Dos vinte mortos de 1964 só um, de acordo com a versão oficial, morreu em confronto armado. No dia 4 de abril, o coronel Alfeu de Alcântara Monteiro foi morto na Base Aérea de Canoas. Dados em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 561.

9 Stanley Hilton, *Brazil and the Soviet challenge — 1917-1947*, pp. 82-3.

10 Paulo Cavalcanti, *O caso eu conto, como o caso foi*, p. 361.

11 Carlos Heitor Cony, *O ato e o fato*, p. 76.

12 Idem, p. 117.

13 Golbery do Couto e Silva, 1983.

14 O *Projeto Brasil: nunca mais* catalogou 2.127 nomes de pessoas processadas, ressalvando que havia cidadãos indiciados em mais de um IPM. *Brasil: nunca mais*, p. 85.

15 *Correio da Manhã*, 28 de maio de 1964.

16 Idem, 1º de novembro de 1964.

17 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo III: *Perfil dos atingidos*, p. 124.
18 Ivo Calliari, *D. Jaime Câmara*, p. 595.
19 Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 725.
20 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de abril de 1975. APGCS/HF.
21 *Apreciação Geral nº* 10, do SNI, de 2 de novembro de 1964. APGCS/HF.
22 Carta de Castello Branco ao coronel Helio Ibiapina, de 10 de setembro de 1964. APHACB.
23 John W. F. Dulles, *Castello Branco, o presidente reformador*, p. 62.
24 Marcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*, p. 25.
25 Com os Atos Complementares, o presidente da República legislava dentro do espírito do Ato Institucional, livre da deliberação do Congresso e da apreciação do Judiciário. Essa figura surgiu em outubro de 1965.
26 Ernesto Geisel, 1981.
27 General Gustavo Moraes Rego, 1984.
28 Discurso de Castello Branco no Estado-Maior do Exército, 25 de agosto de 1964. APGCS/HF.
29 Exposição do presidente Castello Branco aos ministros da Marinha e da Aeronáutica, de 6 de janeiro de 1966. APGCS/HF.
30 Ernesto Geisel, 1981.
31 Estimativa feita com base no fato de que em 1975 o Brasil ainda tinha 73 marechais. *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de maio de 1975. APGCS/HF.
32 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 382. A autodefinição foi publicada na edição do *Correio da Manhã* de 6 de maio de 1964: “Em matéria de política, não entendo nada. Sou uma vaca fardada”.
33 Três folhas datilografadas, sem assinatura, datadas de 14 de junho de 1964, intituladas *Informação sobre as Atividades do General Mourão Filho em São Paulo*. APGCS/HF.
34 Alfred Stepan, *The military in politics*, p. 253.
35 Gilberto Amado, *Presença na política*, p. 1.
36 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de janeiro de 1976. APGCS/HF.
37 Os DOPS eram as delegacias de Ordem Política e Social. Órgãos do poder estadual, faziam parte da estrutura das secretarias de Segurança.
38 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 434.
39 Duas folhas datilografadas intituladas *Algumas Ideias para o Esclarecimento*, redigidas por Geisel para a sessão do STM de 30 de outubro de 1967, quando discutiu as denúncias de torturas ocorridas no governo Castello. APGCS/HF.
40 *Correio da Manhã*, 8 de julho de 1964.
41 Idem, 16 de julho de 1964.
42 Idem, 1º de setembro de 1964.
43 *Impressão Geral nº* 4, do SNI, de 6 de setembro de 1964. APGCS/HF.
44 *Correio da Manhã*, 13 de agosto de 1964.
45 *Impressão Geral nº* 4, do SNI, de 6 de setembro de 1964. APGCS/HF.
46 Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 311.

47 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de setembro de 1964. APGCS/HF.

48 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 230.

49 Dezenove páginas manuscritas de Geisel, de 30 de outubro de 1967. APGCS/HF.

50 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

51 Marcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*, p. 64.

52 *Correio da Manhã*, 18 de setembro de 1964.

53 *Impressão Geral nº* 6, do SNI, de 21 de setembro de 1964. APGCS/HF.

54 *Impressão Geral nº* 5, do SNI, de 14 de setembro de 1964. APGCS/HF.

55 *Impressão Geral nº* 7, do SNI, de 28 de setembro de 1964. APGCS/HF.

56 Hannah Arendt, *Entre o passado e o futuro*, p. 309.

57 Duas folhas datilografadas, de Geisel, intituladas *Algumas Ideias para o Esclarecimento*. APGCS/HF.

58 Marcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*, p. 46. Exemplar anotado por Geisel. APGCS/HF.

59 Aurelio de Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, vol. 2, p. 121.

60 Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

61 Golbery do Couto e Silva, junho de 1987.

62 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, quadro 114, p. 64. O *Projeto Brasil: nunca mais* relacionou apenas as denúncias de torturas feitas em auditorias militares. Pode-se estimar que sobretudo em relação ao ano de 1964 essa amostra esteja distorcida, pois ocorreram centenas de casos de pessoas presas, espancadas e libertadas sem a abertura de nenhum processo. Mesmo assim, a amostra é aceitável para os dois anos seguintes do governo Castello.

63 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de maio de 1965. APGCS/HF.

64 Ao referir-se à "4ª Delegacia", centro de repressão surgido no governo de Artur Bernardes, Castello deu trânsito ao mito de que no Estado Novo a tortura ficou a cargo da polícia, ou da "meganha". A repressão de Vargas foi praticada por oficiais das Forças Armadas, e a hierarquia policial do período o demonstra:

A polícia do Rio de Janeiro, cujo titular tinha praticamente nível de ministro, era chefiada pelo capitão Filinto Müller (presidente da Arena no governo Médici). A Delegacia de Segurança Pública e Social era dirigida pelo capitão Affonso Miranda Corrêa (encarregado da administração da Escola Superior de Guerra no fim dos anos 1940), condecorado pelo governo alemão em 1938. O inspetor-chefe do DOPS era o tenente Riograndino Kruel (chefe da Polícia Federal no governo Castello). O tenente Eusébio de Queirós Filho comandava a tropa de choque da Polícia Especial, responsável por sequestros e espancamentos, formada por lumpens de academias de boxe, clubes de regatas e caftens parrudos. A Casa de Correção era dirigida pelo tenente Victorio Caneppa, um ex-sargento.

Chefiaram a polícia pernambucana os capitães Malvino Reis e Frederico Mindello.

Filinto foi substituído pelo coronel Alcides Etchegoyen, que teve como assistente o major Odylio Denys.

Em janeiro de 1937 havia 33 oficiais do Exército em funções policiais em catorze estados. No Distrito Federal oito oficiais do Exército estavam lotados na polícia.

O general Newton de Andrade Cavalcânti, comandante da Vila Militar, defendia em 1937 a criação de campos de concentração para combater “a praga tartárica” do “judeu moscovita”. Filinto Müller, em memorando a Vargas, também defendeu os “campos de trabalho”.

Para o número de oficiais na polícia em 1937, Mauro Renault Leite e Luiz Gonzaga Novelli Jr. (orgs.), *Marechal Eurico Gaspar Dutra*, p. 133. Para a citação do general Newton Cavalcânti, Ferdinando de Carvalho, *Lembrai-vos de 35*!, pp. 169-70. Para o memorando de Filinto Müller, Stanley Hilton, *Brazil and the Soviet challenge — 1917-1947*, p. 75. Para a condecoração de Miranda Corrêa, idem, p. 119. Para Caneppa, idem, p. 152.

Nasce o SNI

A “4ª Delegacia” viera para ficar. Sua cabeça, na ditadura, viria a ser o Serviço Nacional de Informações ou, para os íntimos, o Serviço. Fundou-o o general Golbery do Couto e Silva. Dez anos antes ele defendera na Escola Superior de Guerra a criação de um “Serviço de Informações, centralizado, bem-dotado de meios e recursos, valendo-se de agentes e órgãos de busca de toda espécie”.[1] Dezessete anos depois de tê-lo criado viria a chamá-lo de “monstro”.

Golbery começou a montar o SNI nos primeiros dias de abril de 1964 sem ter ainda função no governo de que era peça-chave. Continuava trabalhando no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPÊS, onde se enfurnara em janeiro de 1962, costurando a aliança entre militares e plutocratas que resultou na coligação de interesses levada ao poder com a deposição de Goulart. O instituto funcionava no 27º andar do edifício Avenida Central, então o mais moderno do Rio de Janeiro, com estrutura de aço, elevadores falantes e sprinklers contra incêndio. Nesse edifício coabitavam o IPÊS e a agência de notícias cubana Prensa Latina, bem como duas bases de operações clandestinas, uma do núcleo dirigente do PCB e outra de terroristas de direita.

De lá, o general administrava a vitória e assessorava o presidente Castello Branco sem abandonar os hábitos de coronel. Morava com a mulher, Esmeralda, em Jacarepaguá, numa casa de dois andares, com as paredes cobertas de livros e o jardim habitado por sapos. Nessa época o termo *suburbano*, na gíria carioca, designava um estilo de vida anônimo e

modesto. No fim de cada dia Golbery caminhava até a praça Mauá e entrava na fila do ônibus até o bairro de Cascadura, ao lado de bancários e burocratas. Terminada essa viagem, tomava um lotação, nome dado a audaciosos micro-ônibus que transportavam vinte pessoas sentadas. Uma hora depois estava na porta de casa. O penoso percurso do general até Jacarepaguá trazia a marca natural de austeridade do governo Castello Branco, segundo a qual ele e seus mais diretos assessores militares viviam frugalmente. No Brasil em que Golbery montava o SNI no lotação, só tinha mordomia quem pagava pelo seu mordomo. Os banheiros privativos eram prerrogativa dos banqueiros. Os ministros voavam em aviões de carreira.

O anônimo passageiro levava na cabeça um serviço que deveria ser "uma CIA voltada para dentro", ou, como diria no Congresso o deputado Laerte Vieira (UDN-SC), "funcionará como o FBI, ou o Intelligence Service no interesse da segurança nacional".[2] Golbery trabalhou no seu projeto de abril a 13 de junho, quando a Lei nº 4.341 criou o Serviço Nacional de Informações. Com o referendo do Senado, foi nomeado para dirigi-lo. Tomou posse na manhã do dia 25 com terno novo, colete e um curto discurso. Nele, chamou o Serviço de "ministério do silêncio" e inicialmente o comparara a "uma porta aberta, de par em par, aos influxos mais sutis da opinião pública nacional". Depois riscou "porta" (lugar por onde qualquer um passa) e escreveu "janela" (lugar de onde se vê o que acontece do lado de fora).[3] [*Veja o documento*]

O SNI teve uma dotação orçamentária de 200 milhões de cruzeiros, equivalentes, ao câmbio da época, a cerca de 150 mil dólares.[4] Na fase de preparação do decreto de criação do Serviço, Golbery esperava ter à mão mais 150 milhões de cruzeiros em verbas secretas, o que elevaria seu caixa a 260 mil dólares de 1964.[5] Enquanto as verbas não chegaram, recebeu do presidente do Banco Lar Brasileiro um automóvel e alguns gravadores usados.[6] Fisicamente, o SNI ocupou parte do 13º andar do majestoso edifício de estilo neofascista do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro,

reservando-se para Golbery uma sala no 12º. Mobiliaram as salas catando velharias nos depósitos de autarquias federais. Em Brasília, o Serviço começou na sala 17 do quarto andar do palácio do Planalto. Tinha trinta metros quadrados, e o chefe do SNI esperou seis meses para que lhe instalassem um aparelho de ar-refrigerado. Em períodos de crise política, chegou a dormir nela. Só nos primeiros meses de 1965 o Serviço passou a operar suas comunicações através da rede de rádio do Planalto.[7] Ainda não completara um ano de vida quando avançou sobre a sala 16. Iniciava-se a expansão do SNI pela malha modernosa de Brasília, transformando-o numa instituição sociologicamente identificada com a capital, onde se tornou um dos primeiros ramos da burocracia nacional a arraigar-se.

Operacionalmente o SNI herdou a estrutura do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, o SFICI, uma repartição inexpressiva vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, e o arquivo do IPÊS. Do chefe ao faxineiro, juntava cerca de cem pessoas.[8] Tinha um arquivo pequeno e primitivo. Suas fichas destinavam-se sobretudo a relacionar funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores da imprensa esquerdista e signatários de manifestos políticos. Numa base mimeografada, as fichas do IPÊS listavam dados para a identificação da vítima, tais como filiação, telefone e endereço, deixando apenas nove linhas para informações adicionais. Esse arquivo não chegou a 5 mil nomes.[9] Transferido em caixas de papelão, inclusive de sapatos, tornou-se o núcleo da memória do SNI.

Quanto à autonomia administrativa e à jurisdição, o Serviço nasceu invulnerável. Diferentemente do que ocorria com os chefes dos serviços de informações nos Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra, o chefe do SNI ganhou status de superministro. Enquanto em todo o mundo os serviços de informações prestavam contas a algum tipo de instituição, quer a uma comissão do Congresso (no caso da CIA) quer à cúpula colegiada do comitê central (no caso da KGB), Golbery criou um organismo que só respondia ao presidente da República.[10] Numa exposição

secreta feita ao ministério no dia 30 de dezembro de 1964, procurou definir a natureza ideal do seu Serviço:

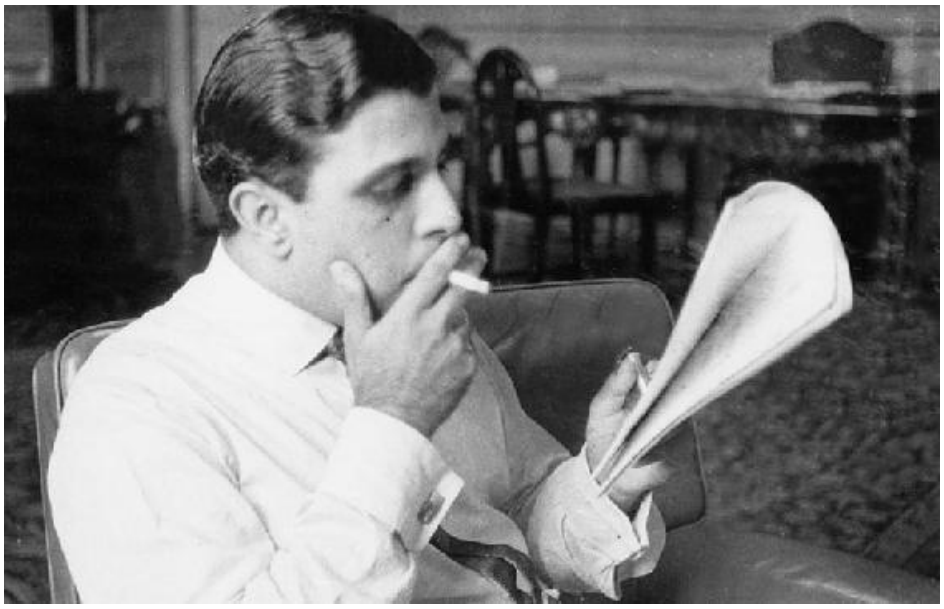
> O SNI é um órgão nitidamente introvertido, por definição sempre voltado para dentro, e ao qual não está afeta qualquer atividade de divulgação pública, de propaganda ou contrapropaganda, limitando-se a promover a difusão de informações e, quando for o caso, avaliações e estimativas, apenas no âmbito governamental e com a adequada salvaguarda do sigilo. Com isso, restringe-se o risco de que o Serviço, órgão sobretudo de auscultação, se deixe impressionar pelo eco de suas próprias elaborações, acrescendo as dificuldades, já de si tão grandes, de toda observação participante. Ou, o que é pior ainda, passe a enxergar apenas o que confirme os pontos de vista externados ao grande público, num desejo, até mesmo inconsciente, de se não deixar desmentir pelos fatos, salvando sempre a face. Daí porque um Serviço como esse nunca deve, por outro lado, assumir responsabilidades operacionais, sob pena de tornar-se um observador diretamente "engajado" no êxito da operação que tomou a si. Fora assim, como mandam a tradição e o bom-senso, e o Serviço norte-americano, a celebrada CIA, não teria arcado com o lamentável fracasso da *Baía de los Cochinos*.[11]

Do outro lado da cerca, o *Correio da Manhã* definia o novo órgão: "É um ministério de polícia política, instituição típica do Estado policial e incompatível com o regime democrático".[12] No Congresso, o projeto tramitou em relativa paz, fizeram-se pequenas emendas, mas nem a bancada governista teria coragem de derrotar semelhante iniciativa presidencial, nem o monstro tinha os dentes à mostra.

"Nós éramos meia dúzia de gatos-pingados", lembrava Golbery vinte anos depois.[13] A máquina que esses "gatos" poriam em movimento,

contudo, era ambiciosa. Leitor ávido e caçador compulsivo de livros, Golbery queria um serviço com analistas qualificados. Para socorrer essa necessidade, Castello criou em fevereiro de 1965 o curso de informações da Escola Superior de Guerra, numa tentativa de adaptá-la às eventuais necessidades da nova instituição. O chefe do SNI sonhava recrutar os quadros para a subseção do exterior entre os melhores alunos das universidades, capturando-os no penúltimo ano dos cursos.[14] Planejava até mesmo uma pequena editora, capaz de publicar 25 títulos durante o ano de 1965. Para isso, esperava contar com o apoio das diversas gráficas da administração civil e militar.[15]

Esse SNI nada deveria ter de parecido com a "4ª Delegacia". Seus quadros futuros, se possível, deveriam ser como o capitão Heitor Aquino Ferreira, assistente-secretário de Golbery aos 27 anos e seu discípulo por toda a vida. Desde tenente, em 1959, Heitor correspondia-se afetuosamente com o legendário coronel Golbery, discutindo um novo Exército, um novo governo e um novo país. Jogado no mais secreto dos centros de poder político, o capitão Heitor passava suas noites no fim de 1964 lendo *O declínio da Idade Média*, obra clássica do historiador holandês Johan Huizinga sobre o alvorecer do Renascimento na Borgonha dos séculos XIV e XV. No palácio do Planalto, nas horas livres, descia ao porão em busca da história, retirando de sacos de aniagem empoeirados os maços de correspondência das administrações anteriores.[16]



Aos 27 anos, o capitão Heitor Ferreira foi para o palácio das Laranjeiras, como assistente de Golbery. Os generais Geisel e Golbery dividiam com ele a mesma sala. Lá, em junho de 1964, Heitor começou seu diário.

Os “gatos-pingados” de 1964 se tornariam, com o tempo, um efetivo estimado, em 1982, em mais de 6 mil pessoas, formando aquilo que se denominou de Comunidade de Informações. Nela se reuniram, além do SNI, os serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, uma parte da Polícia Federal, as divisões de informações montadas em todos os ministérios, as delegacias estaduais de Ordem Política e Social e, finalmente, os serviços de informações das polícias militares.[17] A expressão “comunidade de informações” aparece pela primeira vez na linguagem política brasileira em 1967, no livro *A produção de informações estratégicas*, do general americano Washington Platt.[18] Era um trabalho clássico para os serviços de informações americanos. Golbery guardava seu exemplar nas estantes de Jacarepaguá. Longas negociações com a Biblioteca do Exército, editora natural para esse tipo de obra, esbarraram no preço que ela cobrava pela edição.[19] Regateando, o general foi ao seu caderno de telefones de conspirador. Conseguiu que o livro fosse lançado pela Agir, de propriedade do aristocrático Cândido Guinle de Paula

Machado, da linhagem dos concessionários do porto de Santos e dos senhores do Jockey Club e do Banco Boavista.

Golbery concebeu um órgão de elite. De um elitismo parecido com o da CIA nos primeiros anos do após-guerra. Em 1942, quando o advogado William (*Wild Bill*) Donovan fundou o OSS (Office of Strategic Services), do qual sairia uma geração inteira de chefes da Comunidade de Informações do governo dos Estados Unidos, os seus "gatos-pingados" pareciam ter vindo de um campo de golfe. A mobilização da guerra fez com que nele se misturassem sobrenomes de agentes com nomes de bancos (Mellon ou Morgan), famílias de presidentes (Roosevelt ou Coolidge) e locomotivas da alta sociedade (Astor ou Auchincloss). O chefe de seu escritório em Londres, David Bruce, era casado com uma filha do banqueiro Paul Mellon e veio a ser biografado sob o título de "o último aristocrata americano".[20] Tamanho foi o charme do OSS, que o serviço se viu apelidado em Washington de *Oh, So Social*.[21]

Os "gatos" de Golbery vinham de outro armazém. Na conspiração para derrubar Goulart o general se relacionara com plutocratas como Paula Machado, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o magnata do manganês, Israel Klabin, refinado diretor do império dos azulejos e do papel de imprensa. Nenhum deu sobrenomes ao Serviço. O general buscou seus quadros nas Forças Armadas e, quando possível, na máquina do Banco do Brasil ou da administração fazendária. Os militares predominaram sobre os civis desde o primeiro instante de funcionamento do Serviço. Entre os oficiais, os novos quadros saíam essencialmente do Exército. Nos primeiros anos essas duas características deram disciplina e fidelidade ao SNI, porém marcaram o seu código genético determinando, para o futuro, vícios incorrigíveis e limitações intransponíveis.

Em setembro de 1964 havia no SNI vinte oficiais do Exército.[22] Juntaram-se numa época em que quase todos moravam no subúrbio e usavam meias curtas. Deles, o mais graduado era o coronel João Baptista de

Oliveira Figueiredo, *Figa*, um cavalariano estourado, velho conhecido de Golbery, militante do IPÊS. Desde abril, Figueiredo dirigia o SFICI. Tornou-se chefe da Agência Central, que funcionava no Rio de Janeiro. Era o segundo lugar na hierarquia do SNI. Em 1974, no governo Geisel, ocupou a chefia do Serviço até que, em 1979, foi feito presidente.

Figueiredo levou alguns amigos para o SNI. O mais próximo era o tenente-coronel Octavio Aguiar de Medeiros, seu parente afastado. Medeiros teve uma passagem pedestre pela seção de sovietologia, a SC-4, e só adquiriu uma fugaz notoriedade nacional em 1969, quando desbaratou em questão de semanas toda uma organização esquerdista que assaltava bancos e explodia bombas em Minas Gerais. Tornou-se chefe do SNI em 1978 e, depois de encobrir a autoria de atentados, chocou-se com Golbery em 1981.[23] Foi contra ele que o general, aos setenta anos, demitindo-se da chefia do Gabinete Civil, atirou a maldição com que, aos gritos, atingiu toda a Comunidade: “Vocês serão postos daqui para fora com um pé na bunda”.[24]

Nesse grupo de amigos de Figueiredo e fundadores do Serviço que influenciaram toda a existência da Comunidade de Informações, estava também o tenente-coronel Newton Araujo de Oliveira e Cruz. Ele caiu no Serviço sem muito gosto pelo trabalho que lhe coube: o fichário. Por razões políticas e técnicas, Golbery menosprezava os IPMs. Seu negócio era fichar. Por isso, quando o SNI tomou emprestado ao encarregado do inquérito o material apreendido no prédio da União Nacional dos Estudantes, incendiado na noite de 1º de abril, não o devolveu, fichou-o.[25] O coronel Newton Cruz estava mais para combatente do que para arquivista, mas a partir de junho de 1965 deram-se dois fatos simultâneos. Ele começou a gostar do que fazia, e Golbery teve a sua atenção despertada para trabalhos de análise que Newton Cruz apresentava. Sabia fazer coisas que o general apreciava: ter ideias e expressá-las bem em português escrito. No governo Figueiredo ele dirigiu a Agência Central do Serviço. Numa época em que

seu nome se transformara em sinônimo de arbitrariedade, vendo-o a cavalo, com um capacete, Figueiredo chegou a chamá-lo de “o nosso Mussolini”.

No final da ditadura quase todos os oficiais que Golbery levara para o Serviço já haviam brigado com ele (ou Golbery com eles). Num só caso o rompimento deu-se logo, estrondoso, dentro do Serviço. Em fevereiro de 1965, o general defenestrou do Serviço o tenente-coronel Rubens Resstel, chefe da sua seção econômica. Tinham convivido na conspiração contra Goulart, na qual ele fora um ativo articulador em São Paulo. Metera-se em maquinações da linha dura nas quais alternava contatos bem-educados com a plutocracia paulista e operações espetaculares como a captura de bois gordos nos pastos para sugerir à população que os militares seriam capazes de levar carne barata aos açougues.[26] Nos vinte anos seguintes, Golbery demonstraria em relação a esse oficial uma das características mais reprimidas de seu temperamento, um tipo de rancor raro e seletivo, porém implacável.[27]

Em agosto de 1965 o SNI mal completara um ano e já tinha o seu primeiro grande escândalo, precisamente em negócios de café, uma área da economia nacional onde poder e dinheiro, ao se juntarem, em geral acabavam em ladroagem. No dia 12, o tenente-coronel Luchsinger Bulcão, da agência do Serviço em São Paulo, mostrou a Golbery que, nas suas barbas, uma venda ilegal feita pelos desvãos do Instituto Brasileiro do Café a produtores do Paraná como se fosse uma investigação nada mais era que contrabando mesmo.[28] Era a segunda vez, informara o IBC. A primeira muamba tivera 150 mil sacas. O SNI caía em sua própria armadilha. Fazia qualquer coisa porque era capaz de tudo, e como era capaz de tudo, terminava metido em qualquer tipo de coisa. Contrabando de café era apenas o início. Golbery abriu a tradicional “rigorosa sindicância”, “para inteiro resguardo do bom nome de que deve gozar o SNI”. Carimbou-a de “confidencial” e entregou-a ao coronel Figueiredo.[29] No desfecho do escândalo sente-se uma das características que a máquina adquiriria: a

inimputabilidade, franquia que o direito brasileiro só concedia aos menores, aos índios e aos idiotas. Da sindicância conduzida por Figueiredo nada veio a público. Sabe-se que estava "cheio de dedos" quando relatou os resultados a Golbery.[30] Uma coisa é certa: ninguém foi processado ou cassado pelo que ele descobriu.

Golbery conseguiu tocar a vida do Serviço sem envolvê-lo exclusivamente no furacão punitivo, procurando firmá-lo no centro da vida do país. Para isso, não perdia de vista os anos do IPÊS. Seu assistente organizou uma lista de 64 pessoas com quem devia manter contato no mundo civil, obedecendo a uma tabela de frequência. Nela juntavam-se o empreiteiro Haroldo Cecil Poland, escalado para receber um telefonema diário; o dono do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito, com três ligações semanais; e o presidente do Sindicato dos Bancos do Rio, Jorge Oscar de Mello Flôres, com duas. Com uma ligação semanal ficaram, entre outros, o professor liberal católico Candido Mendes de Almeida, o secretário do cardeal Câmara e o pelego Ari Campista, que controlava a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.[31] [*Veja o documento*]

Nessa época, a caderneta de telefones de Heitor Ferreira, caudatária das ligações de seu chefe, indicava a construção de um Serviço que de um lado se ligava a uma parte da velha ordem e, de outro, listava os personagens de uma nobiliarquia emergente. Junto a estrelas da política, como Carlos Lacerda, estavam empresários como Bento Ribeiro Dantas, principal acionista da companhia aérea Cruzeiro do Sul, donos de jornais como Roberto Marinho, d'*O Globo*, políticos ainda desconhecidos nacionalmente como Paulo Brossard, ou escritores como Adonias Filho e José Honório Rodrigues. Nessa mesma lista encontravam-se militares até então desconhecidos: o general Garrastazu Médici, gaúcho bonachão e estimado que comandava a Academia Militar das Agulhas Negras, o coronel Hugo Abreu, chefe do estado-maior da 1ª Divisão de Infantaria, o tenente-coronel

Mário Andreazza, um simples oficial de gabinete do ministro da Guerra.[32] [*Veja o documento*]

O chefe do SNI, que se definiu como "o ministro do silêncio", circulava pelo poder tão anônimo quanto nos lotações. Dirigia um serviço temido, mas conduzia-se com boas maneiras e paciência. Ouviu de tudo, até sobre seu próprio futuro, quando o pitoresco deputado Eurico de Oliveira, do PTB, leu-lhe a mão.[33] Cultivava discretamente a imprensa criando a lenda segundo a qual não conversava com jornalistas quando, na realidade, o fazia com frequência e gosto. Chegara a examinar os originais de uma reportagem especial louvando a deposição de Goulart que a revista americana *Seleções do Reader's Digest* publicaria meses depois em todo o mundo, com o título "O país que salvou a si próprio". Recomendara que cortassem a palavra *golpe* "em face das suas conotações pejorativas".[34] Foi atendido.

Além dos contatos regulares com proprietários de meios de comunicação, trabalhava as redações. Reuniu-se com os editorialistas do *Jornal do Brasil* para explicar a natureza do Serviço. Encontrou-se com o jornalista Hermano Alves, que, no *Correio da Manhã*, era um ardente oposicionista do regime, e com o panfletário situacionista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*.[35] Frequentemente avistava-se com o correspondente da revista *Time*, Roger Stone. Sua condição para falar era que dele não falassem. À revista *Seleções*, chegou a pedir que cortassem a referência que lhe fizeram na primeira versão do texto.[36]

Através do seu chefe de gabinete, coronel Newton Leitão, que se tornou a face visível do Serviço na noite carioca e nos mais elegantes restaurantes do Centro, ligou a tomada do SNI ao banqueiro José Luís de Magalhães Lins, o bem-informado e misantrópico diretor-executivo do Banco Nacional de Minas Gerais. Leitão circulava com ternos bem-cortados e uma pistola Walther PPK na cintura. Funcionava como o ouvido ambulante de Golbery. Essa imagem era literal, pois o coronel gravava o que se dizia em sua sala

ou em seu telefone. Em maio de 1965, Heitor Ferreira anotou em seu diário: “Geisel leu os telefonemas de Leitão com José Luís”.[37]

O gravador na sala de Leitão mostrara-se tão eficaz que em julho de 1965 Golbery inaugurou o seu.[38] Já se haviam perdido os primeiros dias de abril de 1964, quando o general Costa e Silva, para desmascarar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, recorrera ao seu filho Alcio, major de comunicações, que colocou um gravador dentro de uma peça de porcelana sobre a mesa diante da qual eles sentariam.[39]

“Se havia censura de telefones?”, indagava Golbery em 1984, enfatizando a resposta:

> Havia, e inicialmente era feita com o equipamento que encontramos, deixado pela administração anterior. Nós enganchávamos os telefones a partir de uma base montada no prédio do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro. Eram poucos. Não mais que vinte. Esse trabalho é muito difícil. Primeiro você tem que gravar, o que é simples, pois as máquinas só rodam quando o telefone é retirado do gancho. Depois é preciso tirar o que está na fita e colocá-lo no papel. É o que se chama “degravar”. Isso dá um trabalho danado. Depois, você tem que analisar, o que dá ainda mais trabalho. Nós trabalhávamos em regime de mutirão. Como o Serviço estava no início, o pessoal do Exército fazia o trabalho de gravação e, em troca, nós passávamos a eles as análises.[40]

Nos trabalhos com gravações o SNI incorporou um termo da gíria da seção de informações do Estado-Maior do Exército, denominando “dragão” o que fora dele se chamava “grampo”. O termo derivava de “distribuidor geral”, ou DG, equipamento da companhia telefônica em que se procedia à interceptação. Chamava-se “dragão” também ao texto da “degravação” no qual, de uma maneira geral, a vítima era identificada apenas pelo nome de

Alvo, seguido de um número. Assim o vice-presidente da República podia ser o Alvo 12, e o líder da oposição na Câmara, o Alvo 34. Nos documentos formais, para contornar o ridículo de mencionar um "dragão", usava-se a críptica abreviatura DG. Segundo os cálculos de Newton Cruz, nessa época os "dragões" podem ter passado de cinquenta escutas simultâneas, mas não passaram de cem.[41]

Curtos foram os tempos em que os telefones grampeados podiam ser cem e o SNI dividia irmãmente com o Exército suas fitinhas. Era um tempo de diletantes. O próprio presidente Castello Branco descumpria a norma mais elementar do mundo da escuta: dava a entender que era capaz de ouvir os telefones alheios. Em 1964, o SNI gravava as ligações do telefone do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Quando Juscelino recebeu do deputado Antonio Carlos Magalhães a informação de que o decreto com sua cassação já fora assinado por Castello, chamou o marechal de "filho da puta". Antonio Carlos, amigo dos dois, repreendeu Kubitschek pelo insulto. No dia seguinte, ao encontrar-se com o presidente, ouviu uma frase enigmática: "Muito obrigado, deputado. Sei que o senhor me defendeu numa situação difícil".[42]

Ampliando seus ouvidos para fora do Brasil, o SNI ligou-se à rede dos serviços ocidentais de informações. Ainda em 1964 o SNI e a CIA começaram negociações que resultaram num documento de "sugestões para um acordo oral" intitulado *Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano*. [*Veja o documento*] A CIA propunha mandar para o Brasil um funcionário categorizado "para colaborar na montagem e no desenvolvimento do Serviço brasileiro" e comprometia-se a "fornecer pistas operacionais específicas que se tornarem disponíveis a respeito de atividades subversivas no Brasil". Em troca, o SNI dispunha-se a não passar adiante o material que recebesse e alimentaria a CIA com suas próprias informações a respeito da subversão esquerdista.[43] O funcionário da "companhia" que manteve

contatos mais frequentes com o SNI foi Stephen Creane. Ele tratava com Golbery desde assuntos relacionados à subversão comunista na América Latina até o projeto da Lei de Segurança Nacional brasileira, passando pelo funcionamento da escuta telefônica, cuja suspensão chegou a preocupá-lo.[44] No dia 4 de março de 1967, um sábado, Creane conseguiu uma das suas maiores proezas: Golbery compareceu a um coquetel de despedida que ele organizara para a cúpula do Serviço, que seria rendida em poucos dias.[45]

A CIA já vinha colaborando com o governo brasileiro desde os primeiros dias de abril de 1964, quando, a pedido da sua base do Rio, seus agentes em Montevidéu vigiavam os principais exilados.[46] Dois anos depois, em fevereiro de 1966, Golbery reuniu-se no Rio com o legendário Ray Cline, subdiretor para Assuntos de Informações da CIA.[47] (Em outubro de 1962 Cline fora o autor do memorando que assegurara ao presidente John Kennedy a existência, em Cuba, de pelo menos oito mísseis soviéticos de médio alcance capazes de atingir o território americano.)

Antes do final de 1964 Golbery já tinha estabelecido contato com o MI5, o serviço da Grã-Bretanha para onde, no segundo semestre, seguiram oficiais brasileiros, iniciando o que seria um intenso, bem-sucedido e bem-dissimulado intercâmbio entre Brasília e Londres.[48] Do embaixador em Lisboa, recebeu ofertas do ministro do Exército de Portugal para visitar a Escola de Comando de Luanda, onde eram treinadas tropas para ações antiguerrilheiras que combatiam os movimentos pela libertação de Angola e Moçambique.[49] Em agosto de 1965, depois de entendimentos com militares argentinos, dois oficiais do SNI foram estagiar em Buenos Aires por algumas semanas. Na volta, trouxeram o texto de uma proposta de acordo para ser assinado entre os dois serviços. Golbery refugou: “Eu não faço acordos escritos”.[50] É dessa época ainda o estabelecimento de relações amistosas com os serviços da França e da Itália. Nos dois casos as negociações disfarçaram-se dentro do cerimonial das visitas oficiais dos presidentes Charles de Gaulle e Giuseppe Saragat ao Brasil. Em 1966

estava feita a ligação entre o Serviço e o organismo da espionagem israelense, Mossad, e o segundo homem do SNI, o coronel Figueiredo, foi convidado para ir a Tel Aviv.[51] Nos anos seguintes o Serviço enviou estagiários também à Alemanha.[52]

Aos poucos o SNI que Golbery imaginara no IPÊS parecia tomar forma. À primeira vista, uma roubalheira aqui, outra ali, eram apenas ossos do ofício. Mas as forças internas do regime atraíam, a ele e a sua obra, para a negação do que se propunham. O primeiro e o mais grave dos fatores de desordem intrínsecos ao SNI estava no caráter superministerial que a personalidade de Golbery lhe garantia e que, mesmo depois de sua saída, foi mantido pela inércia resultante da mistura da ilegalidade com a inimputabilidade. Além disso, o SNI nunca foi um organismo politicamente neutro destinado a informar o presidente. Desde o início funcionou como uma assessoria política, partidária quanto à defesa do regime, pessoal quanto à defesa das manobras do mandatário, pretoriana quanto ao código de conduta militar que seguia.

Golbery prometera que seu Serviço seria "um órgão nitidamente introvertido", desligado das tarefas operacionais. Enquanto esteve no lugar, e enquanto o teve sob sua influência, Golbery fez do Serviço um ativo operador político. Durante o governo Castello Branco, sempre que houve uma crise política, lá estavam — operando — Golbery e seu SNI. Ele tinha pouco mais de um mês na cadeira quando se lançou em articulações partidárias, como encontrar-se secretamente com o governador mineiro José de Magalhães Pinto numa casa de praia, em Cabo Frio.[53]

* * *

O SNI nasceu fazendo em segredo tudo aquilo que a Presidência precisava que fosse bem-feito. Assim, se uma votação no Congresso parecia difícil, cabia ao Serviço — e não à liderança parlamentar ou ao Gabinete Civil —

facilitar as negociações com a bancada. Quando se votou o Estatuto da Terra, o presidente Castello Branco recebia notícias e recados através do general Geisel, operando com uma lista de nomes em código fornecida pelo SNI. Nela, o deputado Pedro Aleixo, líder na Câmara, era *Araci*. O senador Daniel Krieger, líder no Senado, *Gilda*. Bilac Pinto, presidente da Câmara, era *Poncio*.[54] No dia 5 de junho de 1966, quando Castello cassou o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o chefe do SNI atendeu ao telefone o seu sucessor, Laudo Natel. Ele queria saber como entrar em contato com seu futuro secretário da Fazenda e com o próximo comandante da Força Pública, ambos fornecidos pelo governo federal. “Não se afobe”, aconselhou-o Golbery, “na hora certa o SNI vai colocá-lo em contato com os dois.”[55] O secretário da Fazenda era um jovem professor da Universidade de São Paulo, de 36 anos e tênues ligações com o mundo empresarial mediante eventuais assessorias prestadas à Confederação Nacional da Indústria e ao IPÊS. Chamava-se Antonio Delfim Netto. Para o comando da Força Pública seguiu o coronel João Baptista Figueiredo.

Dez anos depois de sua fundação, o SNI dispunha em Brasília de mais de 200 mil metros de gramado. Lá funcionava desde 1971 a Escola Nacional de Informações, a EsNI, equipada com um dos melhores laboratórios de línguas do Brasil, academia de tiro subterrânea e uma completa emissora de televisão.[56] Na Agência Central do Serviço montou-se um avançado sistema de computadores em torno de um modelo IBM-360/115 trazido ao país ilegalmente.[57] Nele guardaram-se as fichas — Levantamento de Dados Biográficos, ou LDBs, na linguagem burocrática. Sob o guarda-chuva do Serviço funcionou também uma fábrica de componentes eletrônicos, a Prologo. Em 1981 ela contava com 350 funcionários. Destinava-se a produzir equipamentos de criptografia e a desenvolver aparelhos de escuta. As máquinas fabricadas pela Prologo poderiam permitir que uma parte dos arquivos do SNI fosse programada de

forma a manter-se intacta, e indecifrável, mesmo que o governo mudasse de mãos.[58]

Pela estrutura logística, o SNI ficou entre os dez mais bem-equipados serviços de informações do mundo. Seu poder de alavancagem política foi superior ao da CIA, do Intelligence Service, ou mesmo da KGB. O serviço soviético, em 72 anos de existência, conseguiu fazer um só secretário-geral do Partido Comunista, Yuri Andropov, em 1982. Só um ex-chefe da CIA (George Bush) chegou à Presidência dos Estados Unidos. Em vinte anos, durante os quais o SNI foi chefiado por cinco generais, dois deles, Emílio Garrastazu Médici e João Baptista Figueiredo, chegaram à Presidência da República.

O SNI foi desastroso para o país que o cevou. Transformou-se em tribunal de instância superior para questões políticas e, em 1970, foi de sua estrutura que saiu a avaliação pela qual o general Médici escolheria os governadores dos 21 estados brasileiros. O Serviço encantou-se com a defesa que o deputado Haroldo Leon Peres fazia da ditadura e apontou-o para governar o Paraná. Um ano depois, apanhou-o extorquindo 1 milhão de dólares a um empreiteiro e obrigou-o a renunciar.[59] "A única coisa que se sabia dele é que era revolucionário e defendia o AI-5. Se fossem catar, iam descobrir que era ladrão em Maringá. Ladrão mesmo", contaria mais tarde o então chefe do Gabinete Militar, general João Baptista Figueiredo.[60] Quando Golbery deu-lhe a missão, justificou-se: "Aliás, você tem cara de polícia mesmo".[61]

O Serviço meteu-se nas mais disparatadas atividades. Envolveu-se na pacificação de conflitos de terras no Nordeste e de tribos indígenas na Bahia. Dirigiu e estruturou o garimpo nas jazidas auríferas da Amazônia depois da descoberta de Serra Pelada. Com ouro na mão, tentou, em 1983, captar divisas internacionais por meio de operações no mundo do contrabando e do mercado negro de dólares. Coletou fundos através de exportações marotas de café e fracassadas de pasta de urânio. Foi

condômino de arsenais secretos que chegou a pensar em utilizar numa megalomaníaca tentativa de invasão de Portugal, em 1975.[62] Distribuiu canais de televisão e de rádio. Financiou jornais e revistas falidas. Seus quadros participaram de panfletagens contra o governo em 1975 e de atos terroristas a partir de 1977. Sua cúpula acobertou os autores de mais de uma centena de atentados políticos, os quais iam desde a explosão de bombas até o incêndio de bancas de jornal que vendiam publicações de esquerda. Em 1981, o jornalista Alexandre von Baumgarten, colaborador e protegido do Serviço, viu-se ameaçado de morte no meio de uma tentativa de chantagem contra seus patrocinadores e redigiu um dossiê acusando o general Newton Cruz de tramar seu assassínio. Um ano depois seu cadáver deu a uma praia do litoral do Rio de Janeiro com duas balas na cabeça. Restou a *Nini* carregar nas costas a acusação do morto, desmentindo-a. Levado a júri, foi absolvido.

Essa Comunidade poderia dar a impressão de organicidade, de estar debaixo de uma doutrina, de compor um Sistema Nacional de Informações, o SisNI. Poderia parecer algo tenebrosamente eficaz. Não foi uma coisa nem outra. O senador Roberto Saturnino, membro do Partido Socialista até 1965, foi fichado como assessor do Partido Comunista. O deputado Thales Ramalho, um dos mais moderados dirigentes da oposição parlamentar, era considerado, numa análise do SNI de 1975, “um dos parlamentares mais ligados ao PC”.[63] Gastou muito dinheiro, mas não adquiriu nenhuma sofisticação além do primitivo poder de polícia, da arbitrariedade e da corrupção. “Comunidade mesmo só existia no papel, não na eficiência”, confessaria seu sócio-atleta e fundador João Baptista Figueiredo.[64] Feitas as contas, resultou naquilo que Graciliano Ramos já vira no “palavrório chocho” e na “demagogia tenentista” dos anos 1930: “Ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações”.[65]

Ainda no poder, Golbery começou a suspeitar que sua receita desandara. Em dezembro de 1965, queixava-se da máquina que tinha nas mãos: “Não se institucionalizou. Ainda está organizado na base pessoal. Se a minha faixa de escolha não se ampliar, não sei como vai ser”.[66] Nem o SNI se institucionalizara como ele desejava, nem a nova ordem, trazida pelos oficiais que rodeavam Costa e Silva, pretendia institucionalizá-lo.

Por via das dúvidas, logo que a candidatura do ministro da Guerra se impôs a Castello, Golbery cuidou de manter os arquivos do Serviço relativamente “limpos”. Mais tarde, às vésperas da posse do novo presidente, determinou a suspensão de todos os “dragões” e a destruição dos papéis que indicassem vestígios de sua prática. Chamava a manobra de “os processos do índio para não deixar rastros: andar de costas e caminhar limpando os passos”.[67] Não confiava nos seus sucessores, nem eles confiavam nele. Costa e Silva já mandara um recado a Castello: “Estou sabendo de tudo o que o SNI do Golbery está inventando contra minha família e contra os meus amigos. Mas eu também tenho o meu SNI. E quando chegar à Presidência, ajustaremos nossas contas, que são bem antigas”.[68]

Golbery chegava a brincar com a ideia de que, no novo governo, o Serviço vigiaria seus passos — “desde que eu não tenha que pagar a comida, é até bom, guarda a casa”. Em janeiro de 1967, quando restavam pouco mais de dois meses de mandato a Castello, o major Alvaro Galvão Pereira, depois de visitar os estados-maiores, numa tentativa de organizar uma transição decente na Comunidade, lamentava-se: “Fui hoje à Marinha. Recebido e tratado como um diplomata soviético. Quiseram tudo por escrito e nem me deixaram entrar na Seção de Informações”.[69]

Típica malvadeza contra o “ministro do silêncio”: o general Emílio Garrastazu Médici, designado por Costa e Silva para chefiar o SNI, anunciou menos de um mês antes de tomar posse que ia administrar o Serviço com “o gabinete aberto aos jornalistas”, pois “não entendo como se

pode exercer uma função pública sem prestar contas".[70] General prestigiado pelo "dispositivo" de Jango, que lhe dera o comando da Academia Militar das Agulhas Negras, Médici foi caso clássico de revolucionário de 1º de abril. Já em julho de 1964, em correspondência privada, e portanto sem valor propagandístico, ele pedira a Costa e Silva a "limpeza" do "pessoal do contra" que servia na Missão Militar em Washington.[71] Nos anos seguintes o general Garrastazu Médici se transformaria no presidente Emílio Médici, livrando-se do Garrastazu de rima perversa. Muitos foram os jornalistas que entraram pelas portas abertas dos gabinetes da Comunidade durante seu governo. Raros os que deles saíram com boas lembranças.

Anos mais tarde, olhando para o SNI que fundara em 1964, Golbery observou: "Esse tipo de trabalho deforma as pessoas. Muitos oficiais que começaram a trabalhar no Serviço comigo estão irreconhecíveis. Você olha para o sujeito e não acredita que ele é o capitão ou major que um dia entrou na sua sala para se apresentar".[72]

Em 1982, quando o SNI estava desmoralizado pelos escândalos políticos, criminais e financeiros em que se metera, Golbery ironizava as trapalhadas de seus discípulos. Eles haviam se metido até mesmo num plano destinado a fraudar a eleição para governador do Rio de Janeiro através dos computadores da empresa Proconsult, contratada para totalizar os votos. Cáustico como um professor que repreende alunos ineptos, Golbery dizia:

> Há determinadas cousas que não se devem fazer, mas não quero me fazer de santo. Se num determinado momento elas são úteis, é razoável que se pense em fazê-las. Eu não critico toda essa bobageira que essa gente fez porque eram cousas condenáveis em si. O que eu critico é o fato de eles terem se metido a fazer cousas condenáveis sem saber fazê-las. Então você acha que roubar uma eleição através do sistema de computação é coisa fácil? Eles

simplesmente não sabem fazer isso. Nós não devemos tentar fazer o que não sabemos.[73]

De fora, Golbery foi um crítico sibilino e impiedoso do SNI. Vinte anos depois de tê-lo criado e três depois de tê-lo chamado de "monstro", reconhecia: "Tentamos criar um serviço de informações, mas entramos pelo cano".[74] Dele se pode dizer o que Aldous Huxley disse do padre José, o personagem de seu *Eminência parda*: "Padre José foi capaz de retirar, das profundezas de sua própria experiência, o critério final e objetivo, em relação ao qual sua política pôde ser julgada. Foi um dos forjadores de um dos mais importantes elos da cadeia do nosso desastroso destino: e ao mesmo tempo foi um daqueles a quem foi dado conhecer como o forjar de tais cadeias pode ser evitado".[75]

1 Golbery do Couto e Silva, *Planejamento estratégico*, p. 195.

2 *Diário de Heitor Ferreira*, 8 de dezembro de 1965, APGCS/HF, e *Correio da Manhã*, 19 de maio de 1964.

3 Duas folhas com o manuscrito do rascunho do discurso de posse de Golbery no SNI. APGCS/HF.

4 Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, artigo 9º. O dólar valia 1.355 cruzeiros no mercado paralelo. Em dinheiro de 2013, corrigido pelo IGP-DI, da Fundação Getulio Vargas, seriam 4,58 milhões de reais. Segundo *Veja* de 15 de outubro de 1969, as verbas orçamentárias do SNI para o ano de 1965 foram de 800 mil cruzeiros novos. Admitindo-se que as verbas secretas tenham guardado a mesma relação de 1964, o caixa do Serviço ficou com 1,4 milhão de cruzeiros novos, equivalentes a pouco mais de 752 mil dólares, ou 13,16 milhões de reais de 2013.

5 Anotação de Golbery ao texto do projeto de criação do SNI: "Verba — caráter secreto mínimo Cr$ 150 milhões". Admitindo-se que Golbery tenha conseguido o piso de 150 milhões de cruzeiros, o SNI nasceu com um caixa de pelo menos 8,1 milhões de reais ou 1,81 milhão de dólares, em dinheiro de junho de 2013. APGCS/HF.

6 Jorge Oscar de Mello Flôres, *Na periferia da história*, p. 195.

7 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de novembro de 1964, 23 de janeiro, 25 de novembro e 22 de abril de 1965. APGCS/HF.

8 Estimativa feita com base na *Relação dos Militares* (*Exército*) *Colocados à Disposição do Serviço Nacional de Informações a partir de* 1º *de Setembro de* 1964. São listados vinte oficiais, de major a coronel. APGCS/HF.

9 Golbery do Couto e Silva, 1987.
10 Alfred Stepan, *Os militares*, p. 33.
11 Golbery referia-se à fracassada tentativa de invasão de Cuba por exilados, patrocinada pela CIA, em abril de 1961. *Exposição ao Ministério*, 30 de dezembro de 1964.
12 *Correio da Manhã*, 13 de junho de 1964. APGCS/HF.
13 Golbery do Couto e Silva, 1983.
14 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de junho de 1965, e anotações de Golbery preparando-se para um encontro com o coronel João Baptista Figueiredo, chefe da Agência Central do SNI. APGCS/HF.
15 Projeto de memorando de Golbery, de dezembro de 1966. APGCS/HF.
16 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de setembro de 1964 e 9 de fevereiro de 1965. APGCS/HF.
17 Nessa estimativa, o SNI teve 3 mil funcionários. Para esse cálculo, depoimentos dos generais Adyr Fiúza de Castro (chefe do CIE de 1967 a 1969) e Carlos Alberto da Fontoura (chefe do SNI de 1969 a 1974), em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, pp. 42 e 91. O almirante Mario Cesar Flores, chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (organismo que sucedeu ao SNI em 1990), informou em 1994 que, ao ser extinto, o Serviço tinha 3.500 funcionários. *Veja*, 5 de abril de 1994. No depoimento do general Ivan de Souza Mendes (chefe do SNI de 1985 a 1990) a Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), em *A volta aos quartéis*, p. 160, em 1985 o SNI tinha 2.500 funcionários. Em entrevista a Maria Celina d'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares, do CPDoc, o general Octavio Medeiros, chefe do SNI de 1978 a 1985, calculou seu efetivo em 3 mil pessoas.
18 Washington Platt, *A produção de informações estratégicas*, p. 20.
19 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de outubro de 1965. APGCS/HF.
20 Para David Bruce, Nelson D. Lankford, *The last American aristocrat*, pp. 126 e segs.
21 Anthony Cave Brown, *The last hero*, p. 299.
22 *Relação dos Militares* (*Exército*) *Colocados à Disposição do SNI a partir de* 1º *de Setembro de* 1964. Dessa lista de vinte sócios fundadores do SNI saíram um presidente da República (Figueiredo), dois chefes do Serviço (Figueiredo e Octavio Aguiar de Medeiros) e dois chefes da Polícia Federal (Newton Leitão e Moacyr Coelho). Outros cinco (Newton Cruz, José Luiz Coelho Netto, Edmundo Adolpho Murgel, Mario Orlando Ribeiro Sampaio e Geraldo Araujo Ferreira Braga) chegaram ao generalato e tornaram-se destacados chefes nos serviços de informação do regime. APGCS/HF.
23 Em 1993 o general Medeiros admitiu numa entrevista a dois pesquisadores que o atentado do Riocentro, de 1981, em cuja cena estavam um capitão e um sargento, foi coisa dos "dois bobalhões". A versão oficial da época, que prevalece até hoje, é de que eles foram vítimas. Reportagem de Paulo Moreira Leite, *Veja*, 7 de julho de 1997.
24 Golbery do Couto e Silva, 1982.
25 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de junho de 1965. APGCS/HF.
26 Golbery do Couto e Silva, junho de 1987.
27 Idem.

28 *Diário de Heitor Ferreira*, 12 de agosto de 1965. APGCS/HF. General Rubens Resstel, setembro de 1988.

29 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de agosto de 1965. APGCS/HF. Para a ordem de abertura da sindicância e para a ocorrência do contrabando anterior, nota manuscrita de Golbery, apensa ao *Diário de Heitor Ferreira*, na entrada de 15 de agosto de 1965.

30 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de agosto de 1965. APGCS/HF.

31 *Lista que Serviu de Base à Primeira Escala de Telefonemas*, uma folha manuscrita, anotada por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

32 Caderneta de telefones de Heitor Ferreira. APGCS/HF.

33 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de setembro de 1964. APGCS/HF.

34 Três folhas de bloco manuscritas de Golbery, com o título *Observações sobre o Manuscrito*, ao qual Heitor Ferreira acrescentou: *das Seleções*. Todas as sugestões de Golbery foram aceitas, e o artigo, intitulado "The country that saved itself " (Clarence W. Hall, "O país que salvou a si próprio", *Seleções*, novembro de 1964, p. 97). APGCS/HF. *Seleções* tinha estreitas relações com a Central Intelligence Agency. A esse respeito, ver Peter Canning, *American dreamers*, p. 244. Para um estudo da edição brasileira da revista *Seleções*, ver Mary Anne Junqueira, *Ao sul do Rio Grande*, com referência ao artigo de Hall, pp. 222-30.

35 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de agosto de 1964 e 30 de julho de 1965. APGCS/HF.

36 Três folhas de bloco manuscritas de Golbery, com o título *Observações sobre o Manuscrito*, ao qual Heitor Ferreira acrescentou: *das Seleções*. APGCS/HF.

37 *Diário de Heitor Ferreira*, 8 de maio de 1965. APGCS/HF.

38 Idem, 8 de julho de 1965. APGCS/HF.

39 Ernesto Geisel, abril de 1995. O detalhe da peça de porcelana foi informado pelo comandante Paulo Castello Branco.

40 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

41 General Newton Cruz, fevereiro de 1988.

42 Antonio Carlos Magalhães, 1983.

43 *Suggestions for Oral Agreement. Liaison Relationship between the Brazilian National Intelligence Service and the American Intelligence Service*. Duas folhas datilografadas, carimbadas "secret", sem data nem assinatura. APGCS/HF.

44 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de janeiro (para a Lei de Segurança) e 12 de fevereiro de 1967 (para a escuta telefônica). APGCS/HF.

45 Idem, 4 de março de 1967. APGCS/HF. Em 1974 Creane voltou ao Brasil, como chefe da estação da CIA no Rio de Janeiro. Ver Philip Agee e Louis Wolf, *Dirty work*, p. 49.

46 Philip Agee, *Inside the Company*, p. 365.

47 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de fevereiro de 1966. APGCS/HF.

48 Idem, 19 de setembro de 1964, e 19 de março, 7 de junho e 13 de agosto de 1965. APGCS/HF.

49 Carta do embaixador Boulitreau Fragoso a Geisel, de 16 de setembro de 1964. APGCS/HF.

50 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de agosto e 29 de outubro de 1965. APGCS/HF.

51 Idem, 18 de abril e 16 de maio de 1966. APGCS/HF.
52 Depoimentos do chefe do SNI (1969-1974), general Carlos Alberto da Fontoura, do general Enio Pinheiro, primeiro diretor da EsNI, e Leonidas Pires Gonçalves, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, pp. 95, 135 e 244.
53 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de setembro de 1964. APGCS/HF.
54 Bilhete de Heitor Ferreira ao general Ernesto Geisel, comunicando os codinomes. APGCS/HF.
55 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de junho de 1966. APGCS/HF.
56 Para o equipamento de telecomunicações da EsNI, ver o depoimento do general Octavio Costa, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 118.
57 J. C. Melo, *A incrível política nacional de informática*, pp. 50-1.
58 Idem, pp. 71-2. Para o funcionamento do serviço de criptografia da Prologo, depoimento do general Octavio Costa em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 117.
59 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós*-1930, vol. 4, p. 4569.
60 Conversa de Geisel, Figueiredo e Heitor Ferreira, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
61 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de junho de 1966. APGCD/HF.
62 *Informação* 20/30/*AC*/75, de 13 de agosto de 1975, e 1272/60/*AC*/75, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações. APGCS/HF.
63 Informe mostrado ao autor pelo comandante Francisco Sérgio Bezerra Marinho, em 1976.
64 Entrevista do ex-presidente João Figueiredo a Aziz Filho, *O Globo*, 28 de abril de 1991.
65 Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*, vol. 1, p. 51.
66 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de dezembro de 1965. APGCS/HF.
67 Idem, 15 de dezembro de 1965, 12 de maio de 1966 e 4 de janeiro de 1967. Nota de Heitor Ferreira, de março de 1967. APGCS/HF.
68 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 305.
69 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de junho de 1966 e 20 de janeiro de 1967. APGCS/HF.
70 Idem, 19 de fevereiro de 1967. APGCS/HF.
71 Carta de Médici a Geisel, de 24 de julho de 1964. APGCS/HF.
72 Golbery do Couto e Silva, 1983.
73 Idem, 1982.
74 Idem, novembro de 1984.
75 Aldous Huxley, *Eminência parda*, p. 25.

Pelas barbas de Fidel

Durante os três anos de consulado do marechal Castello Branco o país viveu períodos de suspensão das garantias constitucionais nos quais se preservava o mais absoluto clima de liberdade para a direita. O governador Carlos Lacerda conspirava com militares radicais e chamava o presidente de “anjo da Conde de Lage”, numa referência aos santos de bordéis da rua onde, por coincidência, seu ministro do Planejamento deixara a virgindade nos anos 1940.[1] Quando o governo encaminhou ao Congresso o Estatuto da Terra, o presidente da UDN, deputado Ernani Sátiro, falando por latifundiários do Nordeste, proclamou que estava disposto a participar de uma nova revolução contra as mudanças propostas. Quando a oposição vinha da esquerda, o interlocutor era a ditadura. Coxo, o consulado tropeçava no lado esquerdo do problema nacional.

Em setembro de 1964, numa longa *Estimativa*, Golbery assinalava a Castello que o governo tinha na oposição à esquerda uma “frente anti ou contrarrevolucionária” em que identificava dois blocos: “O grupo janguista-brizolista que foi alijado do poder e, pouco realista, deseja simplesmente a restauração em proveito do seu oportunismo político” e “o grupo comunista da linha violenta (maoista-fidelista), que teme a consolidação total, em curto prazo, do atual governo e, pois, acalenta ainda a esperança de, através de atos de violência, criar um clima de intranquilidade pública propiciando a ainda almejada tomada do poder”. Admitia a hipótese de que os brizolistas e os ultraesquerdistas se juntassem e deles esperava “atos isolados de sabotagem podendo ir, no máximo, a atentados pessoais, golpes

de mão em centros vitais (comunicações), energia elétrica, quartéis etc., fracos surtos de insurreição localizada, inclusive guerrilhas e, até mesmo, incursões e correrias em faixas fronteiriças (...) com recursos financeiros e armamento contrabandeado".[2]

Apesar da propaganda oficial, que ameaçava com o perigo da volta "da corrupção e da subversão", Golbery dava pouca importância em suas *Estimativas* aos movimentos da esquerda. Mesmo quando se desbaratavam planos de insurreições, anotava ironicamente que coisas desse gênero faziam a "delícia da linha dura".[3]

* * *

Do outro lado, havia os projetos dos derrotados. A esquerda viveu a partir de 1964 o mais profundo período de transformação de sua história. O Partido Comunista Brasileiro, força hegemônica desde 1922, foi cortado em pedaços e comido por radicalismos de variadas confissões. Para isso contribuíram o oportunismo e a inépcia de sua direção, encarnada por Luiz Carlos Prestes, herói de batalhas perdidas desde os anos 1920, quando, ainda como capitão, lutava contra a República Velha. Duas semanas depois da deposição de Jango, numa exata repetição do que sucedera em 1936, a polícia, à procura do *Cavaleiro da Esperança*, achou seu esconderijo e nele um tesouro historiográfico: dezenove cadernetas manuscritas pelo secretário-geral do PCB com minuciosas descrições das reuniões de que participara nos últimos três anos.

Numa das cadernetas Prestes anotara a súmula de uma reunião que tivera em Moscou com o secretário-geral do PC soviético, Nikita Kruchev, em novembro de 1961. Trataram de um tema central para toda a esquerda latino-americana: a luta armada. Concluíram, segundo Prestes, que "quando falamos em luta armada, falamos de luta de grandes massas e não de ações

sectárias de alguns comunistas. Porque isto seria uma aventura. Realizar o trabalho de massas é a melhor forma de preparar a insurreição”.[4]

Precisamente o oposto daquilo que boa parte da esquerda gostava de ouvir. Fidel Castro subvertera noções tradicionais de luta política dos partidos comunistas. Em dezembro de 1956 ele desembarcara na ilha com 81 homens e em janeiro de 1959 entrara triunfalmente em Havana. O mito cubano projetara-se romanticamente sobre o mundo, com as figuras comoventes, desprendidas e heroicas de Fidel e de Ernesto “Che” Guevara, o jovem aventuroso médico argentino que se juntara aos revoltosos ainda na fase dos preparativos do desembarque. A esquerda latino-americana conseguira seus primeiros heróis vitoriosos. Pouca importância se dava ao fato de que jamais a região tivera tantos governantes eleitos. Em 1959 as ditaduras estavam confinadas a cinco pequenas nações (Nicarágua, Haiti, República Dominicana, El Salvador e Paraguai).*

O castrismo descera da Sierra Maestra, derrubara o governo, dissolvera o Exército e fuzilara o chefe de polícia.[5] Se tudo isso fosse pouco, mandara a burguesia para Miami e sobrevivia ao desafio que lançara contra os Estados Unidos. Ainda na alvorada da vitória, Guevara anunciava que “o exemplo de nossa Revolução, bem como as lições que ela implica, destruiu todas as teorias de botequim”.[6] De Paris, o filósofo Jean-Paul Sartre vocalizava o vigor do fenômeno: “É preciso que os cubanos triunfem, ou perderemos tudo, até mesmo a esperança”.[7] Prestes e o PCB, então com 30 mil militantes, estavam dispostos a fazer tudo pelo triunfo do socialismo e da Revolução Cubana, menos pegar em armas.[8] Quando a guerrilha cubana se encontrava nas montanhas, o *Cavaleiro da Esperança* não lhe dava crédito nem apoio, chegando a condenar a queima de canaviais, que, a seu ver, prejudicava o povo.[9]

Fidel sonhava com uma revolução continental que transformasse os Andes numa Sierra Maestra. Pensava assim porque esse era seu desejo, mas também sua conveniência. Hostilizado pelo governo americano, temia ser

derrubado por uma invasão da ilha e acreditava que “os Estados Unidos não poderão nos atacar se o resto da América Latina estiver em chamas”.[10]

Esse aspecto utilitário levava-o a ter pressa. A guerrilha brasileira entrara nos seus planos antes mesmo da derrubada de Goulart. Em 1961, manobrando pelo flanco esquerdo do PCB, Fidel hospedara em Havana o deputado Francisco Julião. Antes desse encontro, com olhar e cabeleira de profeta desarmado, Julião propunha uma reforma agrária convencional. Na volta de Cuba, defendia uma alternativa socialista, carregava o slogan “Reforma agrária na lei ou na marra” e acreditava que a guerrilha era o caminho para se chegar a ela. Julião e Prestes estiveram simultaneamente em Havana em 1963. Foram recebidos em separado por Castro. Um já remetera doze militantes para um breve curso de capacitação militar e estava pronto para fazer a revolução.[11] Durante uma viagem a Moscou, teria pedido mil submetralhadoras aos russos.[12] O outro acabava de voltar da União Soviética. Segundo um telegrama da embaixada do Brasil em Havana, afirmara “aos líderes cubanos que seria ‘criminoso’, repito, ‘criminoso’, tentar esse caminho”.[13] [*Veja o documento*] O governo cubano enviou ao Rio de Janeiro como ministro-conselheiro da sua embaixada um veterano combatente da rede de guerrilha urbana, o jornalista Miguel Brugueras.

No início de 1962, uma nova organização esquerdista recebera a bênção cubana. O Movimento Revolucionário Tiradentes planejava a montagem de um “dispositivo” militar espalhado por oito áreas de treinamento compradas em sete estados.[14] Tratava-se de uma guerrilha mambembe (juntava menos de cinquenta homens), na qual o chefe da operação militar era acusado de ter gasto uma pequena fortuna para desembaraçar a bagagem da sogra tcheca no aeroporto do Rio de Janeiro, enquanto guerrilheiros passavam fome em Goiás, alimentando-se de farinha e toucinho.

O projeto insurrecional caiu nas mãos dos serviços de segurança americanos em novembro de 1962, quando o avião da Varig em que viajava

um correio oficial cubano se espatifou nas cercanias de Lima. Na mala diplomática que ele conduzia estavam três documentos remetidos por *Gerardo* (possivelmente Brugueras) a *Petrônio* em Havana. Eram uma carta comovente de um guerrilheiro abandonado à própria sorte, uma análise militar da inutilidade estratégica das fazendas compradas no mato e, finalmente, uma exposição feita por dois militantes que denunciaram à embaixada a desordem militar do MRT. A denúncia sustentava que a operação "não só está pondo em perigo a Revolução no Brasil, como também, além de estar gastando dinheiro cubano a mãos-cheias, está-se colocando Cuba, diante dos revolucionários do Brasil, de maneira irresponsável e mentirosa".[15] Quando esse diagnóstico foi tornado público, uma base de treinamento goiana já havia sido varejada por tropas de paraquedistas e fuzileiros navais. O próprio chefe do esquema guerrilheiro das Ligas Camponesas fora preso no Rio de Janeiro.[16]

Enquanto Fidel trabalhava pela borda, o radicalismo chinês do *Grande Timoneiro* Mao Zedong ganhara, em 1962, um naco do "Partidão", apelido recebido pelo PCB precisamente na época em que começou a mirrar. Um pedaço de sua direção, levando consigo antigas brigas internas e cerca de novecentos militantes, fundara o Partido Comunista do Brasil, o PC do B.[17] Nessa dissidência, o PCB perdeu três dirigentes que por mais de dez anos haviam integrado sua comissão executiva. Um deles, Diógenes Arruda, fora o virtual chefe da organização de 1948 a 1958. Mandou durante o período em que o partido ficou fora da lei e Prestes se protegeu na clandestinidade. Sua liderança durou até o reaparecimento do *Cavaleiro da Esperança*, quando o PCB recebeu um estatuto de semilegalidade. No dia 29 de março de 1964, dez militantes do PC do B embarcaram com destino a Pequim para um curso de capacitação político-militar.[18] Decolaram pensando em derrubar Jango e quando chegaram à China tinham pela frente um osso bem mais duro de roer, uma ditadura militar.

Fidel, Julião, Mao e os dirigentes do PC do B poderiam consumir muitos anos planejando insurreições no Brasil. Elas ficariam no papel ou provavelmente terminariam como sete outras guerrilhas incentivadas até então pelo castrismo na América Latina.[19] Havia uma diferença. Desde abril de 1964, a luta armada transformara-se numa alternativa de sobrevivência para centenas de profissionais. O governo Castello Branco expurgara 738 suboficiais, sargentos e cabos das Forças Armadas. Deles, 347 foram condenados à prisão pelas auditorias militares. Na Marinha licenciaram-se 963 marujos e fuzileiros. Num só processo, sentenciaram-se 284 alistados a penas superiores a cinco anos de reclusão.[20] A reorganização da vida desses punidos era perversamente dificultada. Todos perderam o emprego, muitos perderam também a profissão e qualquer direito trabalhista. As punições eram um estigma na busca de serviço, e as condenações tornavam-se um estímulo à vida clandestina. Aquilo que décadas de organização sistemática não haviam sido capazes de dar à cerebral esquerda brasileira, os militares ofereceram de mão beijada: um braço armado.

Dias depois da derrubada de Goulart, Che Guevara, em Genebra, ameaçava: “A linha geral na América Latina é o caminho armado: os imperialistas e suas marionetes o impõem. Quanto ao sucedido no Brasil, é um golpe de Estado de direita. Pode-se defini-lo com um provérbio espanhol: quem semeia ventos, colhe tempestades”.[21]

Francisco Julião, a aposta cubana, estava preso num quartel do Exército em Brasília. Suas Ligas Camponesas haviam-se desvanecido e Fidel se queixava de que seu dinheiro fora malbaratado.[22] Aos poucos, saía do baralho uma nova carta: Leonel Brizola. Antes mesmo da derrubada de Goulart, o embaixador cubano no Rio de Janeiro, Raúl Roa Kourí, acreditava que era ele quem tinha as maiores chances para iniciar uma revolução à la Castro no Brasil.[23]

O ex-governador gaúcho chegara a Montevidéu barbado, com um apocalipse na cabeça e uma insurreição na mochila. Denunciou a existência no Brasil de 30 mil a 40 mil presos políticos e brandiu a força de um exército popular montado com células do tamanho de um time de futebol: "Posso assegurar que há mais de sessenta mil 'grupos dos 11' no território brasileiro que constituem uma organização embrionária, mas representam o esforço de organização das forças patrióticas".[24] Instalou seu quartel-general no modesto hotel Lancaster e, em seguida, alugou (por seis meses) um apartamento no Centro da cidade.[25] Desde a primeira hora, a estação local da CIA passou a vigiá-lo, a pedido da embaixada americana no Rio de Janeiro.[26] Nem Castello Branco tinha 30 mil presos, nem Brizola 660 mil patriotas. À mão mesmo, dispunha de uma parte dos exilados brasileiros que viviam em Montevidéu.

A associação prática de Brizola com os cubanos deu-se provavelmente depois de julho de 1964 e, com certeza, antes do fim do ano. O sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, dirigente da Ação Popular, a AP, organização da esquerda católica, foi mandado a Havana como representante do comando revolucionário baseado em Montevidéu. Levou uma carta de Brizola a Fidel Castro, entendeu-se com o comandante Manuel Piñeiro Losada, o *Barba Roja*, chefe do serviço de informações cubano e chanceler da subversão da América Latina. Acertaram as bases para o treinamento militar de brasileiros na ilha.[27]

De início, o plano do ex-governador era diverso da concepção fidelista de luta guerrilheira. Formado no poder e educado numa região aguerrida, de história marcada por levantes, ele explicava aos comandados: "Não se trata de guerrilha. Trata-se de uma insurreição da qual participarão civis e militares. Não será guerrilha por motivos de natureza estratégica e tática. Além disso, Cuba é uma ilha, e o Brasil é um continente".[28] Em 1987 o ex-tenente do Exército José Wilson da Silva, conselheiro militar de Brizola no Uruguai, contou em seu livro *O tenente vermelho* que ele recebeu de

Havana algo em torno de 650 mil dólares e, por falta de estrutura logística capaz de intermediar uma operação de venda de 4 mil toneladas de açúcar cubano, perdeu uma oportunidade que lhe renderia cerca de 4 milhões de dólares.[29]

O comandante da insurreição ia de reunião em reunião com uma pasta preta em que carregava uma submetralhadora INA e a bandeira do Brasil, como se a qualquer momento tivesse de atravessar a fronteira disparando uma e empunhando a outra.[30] Sua ideia era a de uma típica marcha triunfal. Atravessaria a fronteira, tomaria uma rádio em Porto Alegre, levantaria a Brigada Militar e racharia o III Exército.[31] Algo como a Revolução de 1930, em que uma sucessão de levantes urbanos, estimulados pela marcha do condestável em direção ao Rio de Janeiro, levaria o governo ao colapso. A primeira insurreição chegou a ter dia marcado: 15 de setembro de 1964.[32] Seu núcleo seria uma brigada de 470 homens, e seu principal objetivo era a tomada de Porto Alegre através da ação simultânea de seis comandos. Começaria com a ocupação do palácio Piratini, sede do governo estadual.[33]

Brizola estava vigiado. Um pedaço da rede gaúcha ruiu espetacularmente com a descoberta de um plano denominado *Operação Pintassilgo*, capturado em poder de um universitário. Prenderam-se vinte ex-sargentos. Ao mesmo tempo a CIA descobriu um encontro de Brizola com um general e dois coronéis. Um mês depois, a estação de espionagem americana em Montevidéu conseguia nova e boa caça, prevendo para “fins de outubro ou início de novembro” uma insurreição cuja senha seria: “Os sinos vão dobrar no dia de Finados”. Desde agosto, quando fora preso no Rio um garoto de catorze anos, filho do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osorio, a CIA estava de olho nessa conexão.[34] Em novembro, num documento intitulado *Guerrilhas e Atividades Terroristas na América Latina*, os serviços de informações americanos tranquilizavam o secretário de Estado Dean Rusk informando-o de que Brizola planejava levantes, mas

“os militares e a polícia parecem bem-informados a respeito de seu complô e de seus seguidores”.[35]

Ora porque se esperavam novos e frutíferos contatos com a oposição que agia dentro do Brasil, ora porque se percebeu que as bases históricas do trabalhismo no Rio Grande do Sul, mesmo opondo-se ao regime, não se mostravam articuladas para um levante, a insurreição de novembro também foi adiada. Por essa época o ex-governador teria estado clandestinamente no Brasil. Com a caixa feita pela ajuda cubana e inflado por prestigiosas conexões internacionais, Brizola tinha uma nova data: início de 1965.[36] Em fevereiro já teria recebido 500 mil dólares de Cuba.[37] Essa insurreição diferia da anterior, praticamente baseada no levante de Porto Alegre, e sustentava-se numa coluna de combatentes, trinta dos quais, ex-sargentos, viviam aquartelados à sua custa numa granja. Sua zona de operações iria do Chuí, na fronteira uruguaia, ao limite do sul de Mato Grosso.[38] Chegara-se até a tratar da redação do manifesto que faria o efeito protofônico da revolta.[39]

Os dois primeiros projetos de bases guerrilheiras derreteram-se na infância. Um, no Rio Grande do Sul, acabou-se quando a mulher do ex-sargento encarregado de montar a estrutura de apoio lhe deu um tiro na barriga durante uma crise de ciúmes.[40] Outro, em Nova Veneza, no sul de Santa Catarina, extinguiu-se quando uma quadrilha de assaltantes de banco se escondeu na região e a polícia foi alertada por camponeses sobre a existência de estranhos na mata.[41]

* * *

Durante o ano de 1964 o governo jogou com a insurreição brizolista uma cerebral partida de informações. Os êxitos que obteve resultaram de investigações e manobras diplomáticas. O embaixador do Brasil em Montevidéu, Pio Corrêa, vestiu punhos de renda e soco-inglês. Diplomata

elitista e conservador, considerava John Kennedy um “bestalhão”[42] e na velhice se queixaria da decadência de Copacabana, “invadida pela horda pululante e chinfrim de suburbanos transmigrados”.[43] Vetou planos policialescos, como o sequestro, encaixotamento e traslado para o Brasil do ex-chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro.[44] Intimidou João Goulart pondo-lhe a polícia aduaneira a vigiar os rebanhos da grande fazenda Carpinteria, que se estendia pelos dois países, e imobilizando-lhe os quatro pequenos aviões que facilitavam a vida dos pombos-correios. Afagou-o ajudando o desembaraço de um automóvel alemão que mofava numa garagem suíça e visitando-o no hospital quando sua filha Denise foi atropelada. Com a chancelaria uruguaia, negociou ao mesmo tempo a compra de 500 milhões de dólares de trigo e a retirada de Brizola de Montevidéu.[45] Comprado um, vendeu-se o outro, e o insurreto viu-se confinado no balneário de Atlântida, a meio caminho para Punta del Este.

São poucos os casos de tortura denunciados durante o desbaratamento dessa trama. A indisciplina militar não chegara ao poderoso III Exército, sob cuja jurisdição ficava o Sul do país. É significativo, por exemplo, que um ex-sargento preso em Porto Alegre em agosto de 1964 com coquetéis-molotov, pólvora e mapas de quartel em casa tenha sido apenas ameaçado com as torturas do DOPS gaúcho, enquanto, na Marinha, no Rio, torturavam-se militantes da esquerda católica mais envolvidos na montagem de redes de proteção a foragidos que em planos de derrubada do governo.[46] Com mais da metade dos oficiais superiores da Armada, Exército e Aeronáutica vivendo perto de suas praias e trabalhando junto aos corredores dos palácios, o Rio tornava-se uma fábrica de fantasias, pois era mais confortável interrogar um preso no Arsenal de Marinha, a meia hora de Ipanema, do que perseguir pombos-correios no pampa gaúcho, a centenas de quilômetros de um bom hotel.

Ao lado da real conspiração de Brizola, o regime enfrentava ameaças derivadas, em muitos casos, mais da sua própria criatividade que da efetiva

articulação da esquerda. Com frequência, o monstro predileto era a notícia de um iminente atentado ao presidente. No dia 2 de setembro chegou ao palácio um alerta do SNI avisando que se planejava o assassinato de Castello no Jockey Club, na tarde do Grande Prêmio Brasil.[47] Desde julho a seção de informações do I Exército campanava os responsáveis por uma tentativa de suborno de um soldado, em Niterói, para conseguir armas automáticas. Descobriu que pretendiam matar o marechal durante a parada militar de Sete de Setembro, com atiradores disfarçados de sorveteiros. No episódio, catorze pessoas foram presas, inclusive sorveteiros.[48] Nessa época, diante de atos de sabotagem ocorridos em ramais ferroviários, o governador Carlos Lacerda escreveu a Geisel: "A tática para o Brasil é a dos atentados terroristas quer em caráter pessoal, quer em relação a bens e serviços. (...) Tenho informes de que alguns elementos expulsos do Exército estarão sendo transportados para Cuba, onde receberão treinamento. (...) Ouso sugerir que ao primeiro ato desencadeado suceda uma severa repressão para deixar inequívocas as intenções das autoridades".[49]

Lacerda tinha razão quanto à conexão dos militares cassados com a central de treinamento cubana, mas o que lhe interessava era obter uma "severa repressão". Como Castello não a patrocinava, apesar dos dados de que dispunha a respeito das atividades de Brizola, ela era desencadeada pela linha tortuosa da indisciplina militar. Contra a opinião do Exército, dois B-25 da FAB invadiram o espaço aéreo uruguaio para caçar uma bateria antiaérea cubana que estaria montada numa fazenda de Jango. Do episódio resultou um aborrecimento para Castello, um protesto diplomático e um adjetivo tardio de Pio Corrêa para o autor da ideia: "cretino".[50]

Por meses sucederam-se casos esparsos de violência e insubordinação que refluíam diante da ação federal. No final de 1964, porém, conseguiu-se criar um grande caso. Ele emergiu em Goiás, contra o governador Mauro Borges, que fora uma das principais peças na luta pela posse de João Goulart em 1961. Filho de um velho oligarca, flertara com a esquerda, mas

conseguira, acrobaticamente, ficar na cadeira depois do terremoto das cassações.

O grande fabricante dessa crise, o tenente-coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, chefiava os IPMs goianos e comandava o 10º Batalhão de Caçadores. Ele foi o primeiro oficial a associar a tortura à indisciplina. Difere dele o clássico tenente-coronel Ibiapina porque este, quando chegou o momento de atravessar a linha que o levaria a um confronto com o governo, disciplinou-se, ainda que por deferência a Castello, com quem tomava intimidade indevida, mas a quem respeitava e estimava. Velho conhecido no meio da oficialidade radical, o coronel Danilo deixara o gabinete do ministro Costa e Silva para assumir o comando de Goiânia. Em julho começou a montar a rede do IPM no qual pretendia pescar Mauro Borges e prendeu o subchefe de seu Gabinete Civil, o advogado João Batista Zacariotti.

A partir dessa prisão, Cunha e Mello exibiu um misterioso e complexo plano de subversão montado em Goiás. Ele dispunha de fartas provas da articulação de núcleos guerrilheiros subvencionados pelos cubanos. Desde a queda do avião da Varig em Lima eram do conhecimento público não só as bases de treinamento no município de Dianópolis, como também os nomes dos membros da comissão militar do MRT, um dos quais estava na penitenciária agrícola de Goiânia.[51] O coronel, porém, queria chegar ao palácio das Esmeraldas, de onde pretendia desalojar Mauro Borges. Como a linha que ia dar em Havana parecia insuficiente, arranjou outra, que ia até Varsóvia, envolvendo espiões ligados a assessores do governador.

Nessa operação foram presas mais de uma dezena de pessoas, e a principal testemunha era Paulo Gutko, um “agente lituano” que teria feito contato com os poloneses, recebendo dinheiro e armas para uma sublevação. O perigoso Gutko não era lituano, mas polonês, nem agente, mas desequilibrado mental. Numa declaração registrada em cartório, Hugo Broockes, um dos presos e ex-assessor do governador, denunciou que “viu

Paulo Gutko beber água no vaso sanitário e passar fezes na cabeça (...) [dizendo] não se chamar Paulo Gutko, e sim Jean Fouché, espião polonês".[52] Examinado meses depois no Batalhão da Guarda Presidencial por dois psiquiatras, explicou-lhes que havia descoberto a cura da cegueira, miopia e astigmatismo por meio de leituras e contatos mediúnicos com diversos oftalmologistas, entre os quais uma condessa de romance. Os médicos classificaram-no como caso de esquizofrenia paranoide e recomendaram que fosse remetido a um manicômio.[53]

Pelo menos quatro presos que passaram pelo coronel Danilo foram torturados até assinarem confissões. Um deles, o professor Simão Kozobudsk, da faculdade de medicina, descreveu em carta a Castello as violências por que passara.[54] Essa denúncia, bem como a publicação dos relatos de torturas na imprensa, provocou o afastamento do coronel Danilo da direção dos IPMs goianos. Ele foi substituído pelo chefe da Polícia Federal, general Riograndino Kruel (irmão do comandante do II Exército). Nem o palácio do Planalto sugeriu, nem Riograndino investigou uma só das denúncias de crimes praticados num quartel do Exército. Mais uma vez punha-se em andamento o raciocínio da "pedra limpa", pelo qual o que estava feito não voltaria a ser feito, mas feito estava.

O coronel, afastado dos inquéritos, continuou no comando do Batalhão de Caçadores com o propósito político de depor o governador. Divulgou um manifesto afrontando o Supremo Tribunal Federal, onde Mauro Borges buscou proteção. O comandante da 11ª Região Militar, seu superior hierárquico direto, reuniu a oficialidade do Batalhão e defendeu a necessidade do acatamento à decisão da Corte. O coronel insubordinou-se, e o general, com a anarquia molhando-lhe o culote, deu-lhe voz de prisão, mas dele não recebeu oitiva de preso. Desmoralizado diante da oficialidade, o general tentou uma solução conciliatória e sugeriu que com a prisão formalmente relaxada — apesar de nunca ter ocorrido — Cunha e Mello o

acompanhasse a Brasília. A proposta foi refugada pelo coronel rebelde, apoiado pela tropa do 10º BC.[55]

Horas depois o Supremo Tribunal Federal concedeu por unanimidade o *habeas corpus* a Mauro Borges. Em resposta, Castello decretou a intervenção federal em Goiás. Mauro Borges foi deposto, mas o derrotado foi o marechal. "A linha dura prevaleceu", reconheceria Geisel mais tarde.[56] Golbery, ao analisar esses desastrados acontecimentos, mostrava-se otimista, julgando "superados incidentes menores".[57]

A indisciplina e a tortura, longe de serem "incidentes menores", namoravam firme. A insubordinação chegara ao SNI, e seu chefe tivera de afastar do Serviço um oficial que, tendo sido mandado a Goiânia para jogar água na fogueira, jogara gasolina.[58] O regime, incapaz de apurar os crimes contra presos, mostrara-se ainda tímido e indeciso na punição a um coronel que se rebelara. Se algum ato subversivo foi praticado em todo o estado de Goiás durante o ano de 1964, nenhum terá sido maior, nas consequências e na profundidade, que a rebelião do 10º Batalhão de Caçadores. O coronel Cunha e Mello desapareceu por uns tempos até que ressurgiu em 1970 na qualidade de secretário de Segurança do Estado de São Paulo no mais cruel período de repressão política da história do país.

No dia 30 de dezembro de 1964, Golbery concluía uma longa exposição secreta feita diante do ministério, reunido para ouvi-lo sobre o SNI e a situação política. Disse que "os perigos não passaram de todo e que o governo federal precisa ainda continuar preparado e alerta para enfrentar, a qualquer momento, ações subversivas de porte médio, partidas, notadamente, de grupos brizolistas e elementos comunistas da chamada linha chinesa-fidelista". No seu manuscrito havia acrescentado uma última frase: "Felizmente — permitam os senhores ministros militares que o diga — as Forças Armadas estão prontas para tal eventualidade. Podemos trabalhar confiantes e tranquilos". No texto que leu, suprimiu-a. Assim,

uma rara barretada de Golbery aos comandantes militares foi para o túmulo de seu arquivo sem passar pelo cerimonial da gentileza.[59]

Golbery tinha razões para acreditar que o perigo não passara. [*Veja o documento*] Nos primeiros meses de 1965 o governo desbaratou tramas de paraguaios ligados à esquerda católica em São Paulo, assustou-se com notícias de atentados contra generais — um deles, o próprio chefe do SNI, que obteve a informação de um "dragão".[60] Uma bomba explodiu no escritório comercial do Brasil em Montevidéu, colocada por radicais da esquerda uruguaia. Eram estreantes e intitulavam-se Tupamaros, mas pouca gente sabia o que era aquilo. A rede brizolista começava a estender as ramificações além das fronteiras dos exilados brasileiros. Pedira, sem sucesso, algumas armas aos uruguaios.[61] Enviara 26 combatentes, a maioria deles ex-sargentos, para treinamento militar em Cuba.[62] Formara uma sigla, o Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR, em que militavam pelo menos quinze ex-marujos, seis dos quais ex-diretores da Associação de Marinheiros, dissolvida em 1964.[63] Internado em Atlântida, tivera a vida dificultada. Não pela distância do balneário, mas pelas facilidades que o lugarejo dava para que agentes uruguaios, brasileiros e americanos o vigiassem.

* * *

No dia 15 de março de 1965, um avião pousou em Havana levando de volta a Cuba o Che Guevara, que nos últimos dois meses vagara de Nova York a Pequim, entrevistando-se com uma dezena de governantes do Terceiro Mundo e toda uma geração de revolucionários africanos. Seu plano era meter-se na guerra civil do Congo, em pleno coração da África. No Cairo, o presidente Gamal Abdel Nasser, ao ouvi-lo, observou: "Você quer virar um novo Tarzan, um branco no meio dos negros, dirigindo-os e protegendo-os... Isso é impossível".[64] Uma vez em Havana, o Che desapareceu.

Começava o mistério do grande guerrilheiro romântico da segunda metade do século XX. Nesses dias ele escreveu a seus pais, que viviam na Argentina: “Sinto de novo as costelas de Rocinante debaixo dos meus calcanhares. Volto ao meu caminho com a adaga em punho. (...) Creio na luta armada como a única solução para os povos que lutam pela liberdade. (...) Vão me chamar de aventureiro, e o sou: só que de um tipo diferente, dos que lutam para mostrar suas verdades. (...) Pode ser que esta seja a definitiva. Não a busco, mas sei que está dentro do cálculo lógico das probabilidades. Se é assim, aqui vai o último abraço”.[65]

Um dia antes de Guevara sumir de Havana, o ex-sargento da Brigada Militar Alberi Vieira dos Santos, um dos exilados mais radicais e faladores de Montevidéu, foi a Atlântida ver se conseguia algum dinheiro com Brizola e saiu sem tostão, a pé.[66] Encontrou-se depois com o ex-coronel Jefferson Cardim, parente remoto de Castello Branco, que fora ligado ao PCB e que a deposição de Goulart colhera em Montevidéu, onde ocupava o rendoso lugar de representante do Lloyde Brasileiro. Veterano militante da esquerda militar, despertara ódios profundos no Exército, não só por suas ideias, mas por ter transgredido o código moralista dos oficiais ao tomar por companheira a mulher de um colega uruguaio e casar-se com a enteada após a sua morte.[67]

Cardim decidira que, a despeito das grandes insurreições planejadas no Uruguai, se ninguém fizesse nada antes do dia 31 de março de 1965, quando o regime militar completaria um ano, ele iria em frente, com o que tivesse. Como observou o tenente Wilson da Silva, no encontro de Cardim com Alberi juntaram-se “a fome e a vontade de comer”.[68] A partir daí Alberi disse ao coronel que tinha centenas de homens prontos para a luta no planalto norte do Rio Grande e, com inacreditável rapidez, os dois começaram a mover as engrenagens daquela que seria a única insurreição saída do Uruguai. Em dois dias juntaram mil dólares, três fuzis tchecos semiautomáticos e alguns revólveres. Sem nenhum apoio de Brizola, o

grupo saiu no dia 18 de março. Conseguiram um caminhão e nele subiram 23 combatentes. Numa época em que centenas de revoluções foram planejadas durante anos sem jamais terem dado em coisa alguma, a guerrilha do coronel Cardim foi recordista em gestação. Entre o momento em que ele encontrou o sargento Alberi, no dia 13 de março, e a hora em que o caminhão entrou no Brasil, no dia 19, passaram-se menos de 144 horas.[69]

Os guerrilheiros subiram para o norte e no dia 25 acercaram-se da cidade gaúcha de Três Passos. Cardim acampou sua tropa num galpão da fazenda de um aliado, partiu para um reconhecimento num jipe, vestido de camponês, e atacou, com sua farda de coronel, por volta das 22 horas. Começou pelo destacamento da Brigada Militar, onde esperava encontrar treze homens. Acharam oito, dois dos quais dormindo. Aprisionaram os brigadianos, limparam a guarnição de armas e uniformes e, sempre em busca de munição, partiram para o segundo objetivo, o presídio. Lá, Cardim e Alberi passaram a se apresentar como uma simples coluna de um movimento maior, liderado por Brizola, que já teria tomado Porto Alegre. Com mais armas e prisioneiros, a guerrilha foi para o terceiro alvo: a agência do Banco do Brasil. Quando o gerente disse ao coronel que não tinha a chave do cofre, ele rejeitou a sugestão de arrombá-lo e foi adiante, para a estação de rádio, onde leu um manifesto acusando o governo de ter transformado o Brasil em quartel e conclamando a população à luta. Haviam calculado fazer tudo isso em uma hora. Gastaram duas, mas não tiveram dificuldade. À meia-noite, deixaram a cidade, abandonando, de cuecas, os 35 prisioneiros feitos muito mais à custa da farda de coronel de Cardim que das armas que carregavam.

Sempre em direção ao norte, chegaram ao lugarejo de Tenente Portela, capturaram as armas do pelotão da brigada e foram para a divisa entre o Rio Grande e Santa Catarina, onde limparam mais um destacamento policial, o que elevou o arsenal do caminhão a sessenta fuzis, trinta revólveres e uma

metralhadora de tripé. Em termos operacionais, correra tudo bem, mas a manhã do dia 26 indicou que, apesar de a notícia da guerrilha e o conteúdo do manifesto lido na rádio terem sido enfaticamente retransmitidos por emissoras que falavam numa coluna de até quatrocentos homens, não acontecera nada no Rio Grande do Sul. A essa altura, os guerrilheiros tinham o Exército no encalço.[70]

Nessa mesma manhã, numa viagem rotineira, o presidente Castello Branco chegara a Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai e a Argentina, ficando a cem quilômetros da rota percorrida por Cardim. Geisel, que estava na comitiva de Castello, acompanhou a perseguição aos guerrilheiros por meio de telefonemas e de uns poucos radiogramas. Num deles, o chefe do Gabinete Militar do governo do Rio Grande do Sul informava que o grupo tinha quarenta homens e registrava que, no ataque ao presídio de Três Passos, "roubaram as armas, não soltaram os presos".[71] Noutro, falava-se do receio de os guerrilheiros "atentarem contra a vida do presidente da República".[72] À tarde Geisel, Golbery e Heitor Ferreira foram passear na região das cataratas. O chefe do Gabinete Militar dormiu cedo, enquanto os outros dois ficaram jogando sinuca.[73]

Cardim subia em direção a Mato Grosso e já estava em território do Paraná quando as tropas do Exército, depois de terem localizado o caminhão durante um reconhecimento aéreo, cercaram-no nas vizinhanças da cidade de Cascavel, quinhentos quilômetros a oeste de Curitiba. Antes do meio-dia a coluna guerrilheira, acuada, tiroteou com a tropa e, em seguida, dispersou-se. Nesse choque morreu um sargento legalista. Horas depois o coronel Cardim foi preso.

No dia seguinte, Heitor Ferreira registrou em seu diário: "Jefferson já foi preso. Volta para Curitiba. Lendo Steinbeck, *Once there was a war*".[74] Estava terminada a guerrilha. Demorara cerca de 144 horas para ser planejada e 36 para ser destruída. Como sempre acontece com os fracassos, Cardim foi dado por louco e o assunto, esquecido. Para a esquerda, sua

aventura demonstrou algo cruel: por maior que fosse o descontentamento com o regime, ninguém sairia à rua para tentar derrubá-lo apenas porque uma coluna de guerrilheiros cruzara a fronteira. A ideia de um Brasil pronto para erguer-se à voz de alguns valentes exilados estava dissolvida. Como registraria anos depois Herbert Daniel: "Difícil não é explicar os que tentaram uma ação desesperada. É explicar a ineficácia dessa ação. O *x* da questão não é encontrar na vida de alguns as causas de serem diferentes, mas na vida de todos a permanência assombrosa da indiferença".[75]

Cardim pagou sua conta na moeda dos vencedores. Antes de qualquer interrogatório, um capitão jogou-o ao chão e, depois de chutá-lo, ordenou que a tropa "cuspisse na cara desse filho da puta, comunista, assassino". Foi espancado e crucificado nas grades de sua cela. Torturaram-no em três quartéis diferentes. Num deles teve crises de demência e foi submetido a tratamento médico. O sargento Alberi, vestido de mulher, furara o cerco, tentando chegar à Argentina, mas fora capturado dois dias depois de Cardim. Passou pelo mesmo tratamento, inclusive pela "operação escarro", diante de uma comitiva de cuspidores à qual se juntaram civis.[76] A aventura de Cardim, "correria em faixa fronteiriça", já prevista por Golbery, acabou virando fato irrelevante na história dos vencedores. Para os demais foi um marco doloroso e precoce da tragédia nacional que se construía. Ele começa no instante em que a aventura terminou, quando o ex-coronel foi preso e se iniciaram as sessões de tortura. A ferocidade da repressão do regime cravou em Cardim uma estaca histórica. Como observou o historiador Jacob Gorender: "Deixava de existir a imunidade dos oficiais à tortura, respeitada nas sublevações anteriores".[77] "Sublevações anteriores" como aquelas de que tinham participado os tenentes Costa e Silva e Geisel. No governo que negava a Cardim o benefício que a lei impunha e o cavalheirismo militar concedia, havia dois outros ministros que se tornaram famosos por sediciosos. O do Interior, Oswaldo Cordeiro de Farias, estivera na Coluna Prestes, que entre 1924 e 1926 percorrera em monumental correria quase

todo o interior do Brasil. O da Aeronáutica, Eduardo Gomes, estivera, em 1922, entre os Dezoito do Forte, nome dado ao grupo de oficiais rebeldes da guarnição de Copacabana que marcharam pela faixa litorânea da avenida Atlântica, desafiando as tropas do presidente Epitácio Pessoa. Nessa época os oficiais revoltados eram tratados de “senhor”, e ninguém pensava em lhes encostar a mão.

O presidente Castello Branco leu os depoimentos de Cardim e Alberi no dia 13 de abril. A rapidez com que as confissões foram tomadas, bem como a quantidade de detalhes que os dois presos forneceram, sugeria, sobejamente, o método pelo qual as informações tinham sido obtidas.[78] Não houve da parte de Castello nenhuma providência no sentido de investigar a conduta dos interrogadores, nem mesmo quando familiares dos presos denunciaram o que eles sofreram. Nem da parte de Geisel, que odiava Cardim desde os anos 1950, quando o tivera por subordinado e acabara punindo-o por indisciplina. Com o depoimento de Jefferson Cardim, a tortura entrou no palácio do Planalto como um acessório da eficácia nas investigações, arma de defesa do Estado. Mostrou-se funcional.

Nos casos de tortura ocorridos no Nordeste e em Goiás houvera ao lado da brutalidade um ingrediente de anarquia militar. Os objetivos dos coronéis que espancavam seus presos não eram os mesmos de Castello. Dizia-se que, neutralizando-se oficiais como Ibiapina ou Danilo da Cunha e Mello, cessaria a anarquia, e assim cessaria a tortura. No quartel do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, sobre o corpo indefeso de um ex-oficial superior do Exército, a tortura foi praticada como recurso de investigação policial, sem objetivos políticos colaterais, dentro da disciplina e das atividades estritamente militares, fazendo parte delas, como instrumento de poder.

* * *

Apesar de terem jogado sobre as costas de Brizola o preço da aventura e do fracasso de Cardim, ele pouco ou nada teve a ver com a correria. O ex-governador fora sincero quando explicara que não via na guerrilha cubana uma tática adequada para a insurreição brasileira. Mudaria de opinião na primeira metade de 1965. Pelas décadas seguintes guardou consigo o segredo dos detalhes de sua real ligação com Havana. Sempre que se referiu ao assunto, dissimulou-o. Em 1980, de volta ao Brasil, confrontado com perguntas a respeito da conexão cubana, argumentava que ela fora produto de uma época de desespero político, na qual aceitaria aliança fugaz até com o tinhoso, "com pernas de carneiro".[79] Pouco depois, quando começaram a abundar — pelos depoimentos de seus seguidores — provas da sua conexão com o castrismo, explicou-a atribuindo-lhe um caráter de "ajuda humanitária". Numa lembrança contraditória chegou a reconhecer o treinamento de "companheiros nossos" em Cuba e deu a entender que encerrou a ligação em 1966. Em pelo menos uma ocasião, admitiu que recebera dinheiro cubano para montar uma guerrilha.[80]

Fidel Castro não foi nem Asmodeu nem Cruz Vermelha para Leonel Brizola. Ele funcionou, com sucesso, como uma espécie de Rei Artur que o sagrou Cavaleiro da Távola da Revolução. De 1965 ao início do segundo semestre de 1966, enquanto teve esse privilégio, Brizola foi o mais destacado chefe do radicalismo de esquerda, assegurando-se uma liderança que a maioria dos exilados ia perdendo por conta do efeito banalizador do desterro. O destaque do ex-governador gaúcho era reconhecido por Golbery. Assustado com o reaparecimento do ex-presidente argentino Juan Domingo Perón, via-o, com Brizola, como parte de uma conspiração continental e escrevia a Castello: "É evidente que o brizolismo, o comunismo internacional e o peronismo estão de mãos dadas".[81]

Para Fidel, a aliança com o brizolismo significava a base no Brasil que lhe fora negada pelo Partido Comunista e que vira malbaratada por Francisco Julião. O grande plano da revolução continental dava-lhe uma

plataforma de política externa que garantia a Cuba uma projeção internacional jamais conseguida por outro país latino-americano. Assegurava a Fidel um relevo que o colocava na primeira fila dos governantes do Terceiro Mundo e o afastava do perigo de uma monótona existência de prefeitão grisalho de uma ditadura caribenha, fantasiado de rebelde.

Em janeiro de 1966 Fidel instalou no hotel Habana Libre a Conferência Tricontinental de Solidariedade dos Povos. Nela, uma guerrilheira vietcongue presenteou-o com um anel feito da fuselagem de um avião americano derrubado no Vietnã. Por todos os aspectos cênicos, a reunião parecia uma tentativa de organização do funeral do imperialismo. Na essência, porém, era a primeira grande quermesse antissoviética do esquerdismo latino-americano. De 22 partidos comunistas ligados a Moscou no continente, só três chefiavam delegações na festa.[82] Em seu discurso, Fidel proclamou: "Se os revolucionários gastarem menos tempo e energia com teorizações e devotarem mais tempo ao trabalho prático (...) e se nós finalmente compreendermos que, mais cedo ou mais tarde, todos os povos, ou quase todos, serão obrigados a pegar em armas para se libertarem, então a hora da liberdade deste continente estará ao alcance de nossa mão".[83]

O Che Guevara, arquétipo desse voluntarismo, continuava sumido. Fidel suspeitava que os americanos soubessem de seu paradeiro e fingissem desconhecê-lo. Divertia-se lendo artigos da ultraesquerda que o acusavam de ter encarcerado ou até mesmo assassinado o amigo. Fidel sabia onde estava o Che (guardado na embaixada cubana em Dar-Es-Salaam, a caminho de um esconderijo na Tchecoslováquia), mas escondia o fracasso de Tarzan. O Che voltaria a Havana em julho, humilhado pela sua primeira grande derrota.

Durante sete meses, com o nome de *Tatu*, comandara uma força expedicionária de 150 negros cubanos nas matas do Congo.[84] Lia Marx e Homero enquanto seus homens ensinavam espanhol e aprendiam suaíli.[85] A

selva engolira o romantismo e a mitologia pedagógica dos guerrilheiros. Os caciques da revolução congolesa não saíam da Tanzânia, e quando um deles chegou à zona de operações (para uma permanência de cinco dias), trouxe na comitiva um plantel de mulatas da Guiné. Os novos quadros dirigentes, educados em Moscou, não queriam saber de mato.[86] Pior, quando descobriram que *Tatu* era o Che Guevara, assombraram-se, temendo um escândalo internacional.

Os cubanos entraram em combate no dia 29 de junho de 1965, e 48 horas depois foi quebrado o segredo de sua presença no Congo. Morreram quatro expedicionários; um levava o diário na mochila, outro usava cuecas com etiqueta de Havana.[87] Os congoleses atiravam de olhos fechados e não soltavam o gatilho das armas automáticas. Recusavam-se a carregar qualquer coisa além de seus próprios objetos: “Mimi hapana motocar” (“Eu não sou caminhão”).[88] Iam para a luta certos de que tinham o corpo fechado pelo *dawa*, uma solução de sucos e ervas que o bruxo, ou *muganga*, aspergia sobre o corpo dos guerreiros. Depois da primeira debandada (no primeiro combate) a tropa atribuiu o fracasso aos ralos poderes do feitiço. Guevara tentou abolir a superstição, mas sua consciência materialista tolerou que um dos seus colaboradores congoleses se tornasse um *muganga*. Chegou a contratar um bruxo malandro que, temendo ir para a frente de combate, benzia a tropa na retaguarda e garantia que seu *dawa* tinha duas semanas de autonomia.[89] O acampamento do Che foi atacado, e ele fugiu desnecessariamente, abandonando armas, munição e mantimentos.

A expedição congolesa de Guevara foi pulverizada por uma conjunção político-militar. De um lado, tinha no comando das linhas inimigas o legendário coronel inglês Mike Hoare, veterano das guerras da Birmânia e do Catanga. Numa operação clandestina financiada e orientada pelo governo americano, comandava mercenários recrutados na Bélgica, na África do Sul e na Rodésia.[90] Um rearranjo da política local levou os chefes de Estado africanos a desestimular a internacionalização da guerra civil do

Congo, e o presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, cortou-lhe o apoio e a liberdade de movimento no lago Tanganica.[91] Três meses depois do primeiro tiro, o Che reclamava daquelas “terras malditas de Deus” e escrevia a Fidel que haviam comprado “um bonde”: “Não podemos libertar sozinhos um país que não quer lutar”.[92] Ao entardecer da aventura, com os cubanos dispersos em diversas zonas de operações, Guevara se viu isolado, com apenas catorze compatriotas e o vira-lata Simba.

Às margens do lago Tanganica, na madrugada de 21 de novembro de 1965, Che Guevara subiu numa lancha para desembarcar de um fracasso. Seu estado de espírito ficou numa frase de seu diário: “Nunca como hoje me encontrei tão só com meu caminho”. Protegidos pela noite, os cubanos, seminus, descalços e cobertos de piolhos, saíram em três barcos. Havia centenas de congoleses à beira do lago, mas as lanchas lotaram. Nelas só couberam sete africanos, além de Simba. O Che retratou a cena: “Nossa retirada não passava de uma fuga e, pior, éramos cúmplices do engano graças ao qual as pessoas eram deixadas em terra. Por outro lado, quem era eu agora?”.[93]

A profundidade da crise pessoal de Guevara ficou nos arquivos cubanos por quase trinta anos. Sua passagem pelo Congo foi superficialmente revelada anos depois, mas só em 1995, com o beneplácito de Fidel Castro, publicaram-se as anotações de campanha, bem como as narrativas dos sobreviventes. Em 1966 o mundo continuava consumindo o mito da invulnerabilidade do *Guerrilheiro Heroico* e o mistério de seu desaparecimento. Sem barba, com o cabelo curto e pintado de ruivo, Guevara passou cinco meses trancado no segundo andar da embaixada cubana em Dar-Es-Salaam e outros quatro recolhido numa chácara nos subúrbios de Praga.

A partir da segunda metade de 1965, Brizola aproximara-se do sonho cubano da guerrilha invencível. Tornara-se *Pedrinho*, *Januário* ou *Setembrino*, fazia exercícios de tiro e gostava de ser chamado de

Comandante. Nas prosas revolucionárias da sala de sua casa, em Atlântida, chegara a discutir nomes para a lista dos fuzilamentos.[94] Tinha ao seu lado nomes ilustres da intelectualidade carioca. O romancista Antônio Callado visitara-o em Montevidéu, e o escritor Otto Maria Carpeaux cumpria tarefas de apoio, valendo-se de sua prodigiosa memória para decorar endereços e mensagens secretas.[95]

Em fevereiro de 1966, Brizola tinha três guerrilhas no mapa. A principal estava em Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia. Fora concebida com a ajuda do Partido Comunista Boliviano e deveria ser uma espécie de foco dos focos. O historiador Piero Gleijeses, apoiando-se em seu conhecimento dos arquivos cubanos e americanos e em centenas de depoimentos recolhidos em todos os cantos do mundo, sustenta que a base boliviana era vista pelos cubanos como uma sementeira de guerrilhas. Suas prioridades estavam no Peru e na Argentina. Para Guevara, tratava-se de buscar a revanche no país em que nascera, onde seus companheiros haviam sido aniquilados em 1964: “Eu não posso morrer sem antes pôr pelo menos um pé na Argentina”.[96]

Em agosto, durante o Congresso do Partido Comunista Uruguaio, um dirigente boliviano conversara com porta-vozes de Brizola interessados em abrir frentes guerrilheiras e em mandar dois ex-oficiais brasileiros como emissários a Cuba.[97] Se Fidel estivesse de acordo, se “proporcionariam as despesas de viagem e contatos em Praga”. O secretário-geral do PC boliviano contou essa gestão a um oficial do Exército cubano, dizendo-lhe que se comprometera com Fidel Castro a “coordenar com Brizola o assunto do Brasil”.[98] O cubano era o capitão Harry Villegas, o *Pombo*. Veterano de Sierra Maestra e do Congo, tinha 26 anos, onze dos quais ao lado do Che, com cuja secretária se casara. Vindo de Zurique, passara em julho por São Paulo, a caminho da mata boliviana.[99]

Os cubanos dispunham de um esforçado levantamento geográfico, econômico e militar da região. Tinham até uma listagem das pontes da

estrada que seguia para o Acre, com estimativa da extensão e das medidas de seus suportes. A área estudada era dez vezes maior que a superfície de Cuba.[100] Doze quadros da guerrilha brizolista instalaram-se em Paranatinga, no interior de Mato Grosso.[101] O segundo projeto de guerrilha brizolista estava no sul do Maranhão, para onde já haviam ido quinze homens, alguns deles militantes da esquerda católica que viviam nas cercanias de Pindaré-Mirim.[102] Chegaram a movimentar uma coluna que acabou alimentando-se de macacos.[103] Perto dali, no norte de Goiás, o camponês *Zezé*, veterano das lutas pela terra na região, cumpria a tarefa de abrir, em seis meses, uma pista de pouso de seiscentos metros. Deveria receber um avião carregado de armas, vindo da Guiana.[104]A terceira ficava nas matas do parque nacional da serra de Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e o Espírito Santo, onde há montanhas de até 2 mil metros de altura, cobertas de nevoeiro. Comandava-a um veterano, o ex-sargento Amadeu Felipe da Luz.

No Brasil, a guerrilha de Brizola tinha o reforço do treinamento cubano. Os quadros da insurreição chegavam à ilha por meio de um complexo roteiro. O cartógrafo Hermes Machado Neto, de 25 anos, foi do Rio para Montevidéu de ônibus, esperou vinte dias e seguiu para Buenos Aires, de onde voou para Paris. Lá, tomou um trem para Praga e recebeu de um funcionário da embaixada cubana um bilhete com destino a Havana, com escalas na Irlanda e no Canadá.[105] Uma vez em Cuba, os guerrilheiros passavam por dois cursos. O primeiro, mais teórico, dava-se numa base militar na província de Pinar del Rio. Incluía aulas de tática, tiro, comunicações, explosivos e topografia, durante cerca de sessenta dias. O segundo durava oito meses e era uma espécie de mestrado, com marchas na serra do Escambray, rações de carne de porco chinesa e leite condensado soviético.[106] Dos combatentes mandados para a serra de Caparaó, quatro estiveram nas bases cubanas, mas o grosso da sua capacitação militar vinha da massa expurgada das Forças Armadas. No alto da serra contaram-se 22

guerrilheiros. Treze haviam sido militares — um ex-capitão, sete ex-suboficiais e sargentos, além de cinco ex-marinheiros. Deles, dois tinham passado por Havana. Os civis eram apenas cinco.[107]

O aparelho policial do governo, que fora eficiente na desarticulação dos planos insurrecionais de Brizola, tateara a guerrilha, mas não conseguira apanhá-la. No caminho, praticou o mais escandaloso assassinato do governo Castello Branco. Em março a polícia gaúcha prendeu o ex-sargento Manoel Raimundo Soares, um ativo brizolista, subcomandante de um futuro foco guerrilheiro no Rio Grande.[108] Os registros indicavam que ele estivera na Delegacia de Ordem Política e Social. Fora transferido para o presídio do rio Guaíba e repassado a agentes do DOPS no dia 13 de agosto de 1966. Na manhã do dia 24 seu corpo, com as mãos amarradas, foi achado boiando no rio Jacuí. Um mês antes de ser assassinado, escrevera uma carta denunciando as torturas por que passara na 6ª Companhia de Polícia do Exército e no DOPS: "Ouvi dizer no DOPS que eu fui o detido mais 'tratado' até hoje, dos que por lá passaram. Que mais posso temer? Temor servil, pois, não tenho. Ainda não foi necessário demonstrar que não temo nem a morte. Talvez, em breve, isto venha a acontecer. O tempo dirá".[109]

O *Caso das Mãos Amarradas*, como se tornou conhecido o assassínio do ex-sargento, diferia de todos os anteriores. Não cabia nas versões habituais de suicídio ou reação violenta à prisão. Abriram-se simultaneamente uma investigação policial e uma comissão parlamentar de inquérito na Assembleia Estadual. Foram arrolados 21 nomes, que incluíam desde carcereiros até um tenente-coronel. Nos vinte anos seguintes conseguiu-se reconstituir parcialmente o que lhe sucedera. Retirando-o à noite do DOPS durante uma sessão de tortura, dois policiais levaram-no para o rio, onde lhe deram caldos, até que o perderam na água. Amarrado, Manoel Raimundo afogou-se. Acontecera um dos primeiros casos daquilo que mais tarde se denominaria "acidente de trabalho", ou seja, a morte do torturado por descuido do torturador. Nervosos, os dois policiais chegaram

a procurar por ele no Instituto Médico-Legal quatro dias antes de as águas devolverem o corpo.[110] Apesar de todas as provas de que o ex-sargento estava preso e de todas as indicações a respeito do modo como fora assassinado, impôs-se a tese segundo a qual ele fora libertado e, provavelmente, morto por correligionários. A versão oficial prevaleceu em todas as instâncias, até o Superior Tribunal Militar. O aparelho de repressão dera mais uma volta no parafuso que, a cada giro, amparava uma nova forma de crime sob a regra da impunidade.

Caparaó marchava. No dia 26 de novembro de 1966, catorze guerrilheiros subiram a serra, numa parte da mata onde a folhagem de imensas árvores impedia a entrada da luz do sol.[111]

A peça-chave do dispositivo cubano moveu-se no final de outubro. Vindo de Madri, passara por São Paulo um cidadão que se identificava como o uruguaio Adolfo Mena Gonzales.[112] Calvo na parte superior da cabeça, aparentando perto de cinquenta anos, tinha uma credencial da Organização dos Estados Americanos informando que viajava "para efetuar estudos e reunir informações sobre as relações econômicas e sociais que regem o campo boliviano".[113] Não era de todo mentira que o Che Guevara estivesse preocupado com o campo boliviano. Livre da identidade de Mena, subira a cordilheira boliviana e passara parte do dia 1º de janeiro de 1967 escrevendo um relatório a Fidel Castro.[114] Os guerrilheiros de Caparaó reuniram-se num ponto da mata de Minas Gerais para festejar o novo ano, ouvir piadas políticas, rir de um teatrinho, meditar sobre um documento. No final, de pé, cantaram a *Internacional*.[115]

* * *

A charada cubana começava a juntar peças em outras cabeças. Na de Golbery, por exemplo. Em fevereiro de 1967 ele entregou a Castello um relatório em que detectava articulações guerrilheiras de grupos esquerdistas,

apontava a conexão desses grupos com “elementos asilados no Uruguai” e advertia que “as ligações (...) com centros de subversão no exterior (China e Cuba em particular) são sabidas e vêm sendo positivadas, inclusive pela viagem de elementos vários para adestramento em cursos de formação de ativistas, sabotadores e guerrilheiros”. O chefe do SNI, que desprezara em 1965 as “correrias em faixas fronteiriças”, também dava pouca importância aos riscos da guerrilha. Duvidava da capacidade material de organização da esquerda para grandes lances, “com exceção talvez de tentativas isoladas, *a priori* destinadas a fracasso e visando antes a um efeito meramente psicológico e promocional que a objetivos concretos de qualquer significação apreciável”.[116] Em novembro, quando os guerrilheiros tinham começado a subir a serra, a seção de informações do I Exército já os farejara na região, valendo-se de indícios recolhidos no Rio de Janeiro.

No dia 23 de março duas guerrilhas começaram a acabar. Na Bolívia, Guevara emboscou uma tropa do Exército. Ganhou farta munição, matou sete soldados e fez catorze prisioneiros.[117] Exibiu-se prematuramente, perdeu a mobilidade estratégica e encurralou-se contra a cordilheira oriental, numa ratoeira topográfica de que não sairia. Em Minas Gerais, no lugarejo de Espera Feliz, no sopé da montanha, o Exército capturou, numa barbearia, dois ex-sargentos que desciam de Caparaó com destino ao Rio de Janeiro. Tinham perdido o trem e estavam matando tempo enquanto não chegava o ônibus para o Rio.[118]

Caparaó esboroou-se em uma semana, sem um só tiro, sem ter feito nenhum contato com os habitantes da região.[119] Uma coluna comandada por um cabo da PM prendeu oito guerrilheiros no alto da serra. Um deles, segundo os carcereiros, tinha os primeiros sintomas de peste bubônica.[120] Apesar da relativa facilidade da operação militar, a vida no parque nacional de Caparaó foi agitada até meados de abril. Não restava nenhuma base em operação, mas helicópteros, apelidados pelos lavradores de “cró-có-có com um papa-vento na corcunda”, varriam a mata. Tropas do Exército

acampavam no meio da montanha com os pés esfolados pela impropriedade do uso de coturnos de parada. Antes que lhes fossem dados tênis, mais de sessenta soldados baixaram à enfermaria.

Uma guerrilha que começara a desabar numa barbearia terminaria também de forma típica. No dia 16 de abril,[121] soldados do 11º Batalhão de Infantaria capturaram numa Kombi mais cinco combatentes, entre os quais o comandante Amadeu.[122] Iam para as montanhas, caso único de guerrilha que acaba enquanto se move da cidade para o campo.

A maneira como foi montada e a facilidade com que foi desmontada a guerrilha de Caparaó indicam que ela tenha sido, para Brizola, mais uma esperança de propaganda — como Golbery supunha — do que efetivamente um foco insurrecional. Numa região habitada por caboclos, os guerrilheiros mandavam às compras um ex-sargento louro de olhos azuis. Recusavam fumo de rolo (fumavam cigarros Continental) e não passavam sem arroz e feijão, cardápio que com a umidade da serra levava de seis a oito horas para ser cozinhado.[123] No final, a aventura serviu muito mais à propaganda do governo, usada para assustar a opinião pública com uma guerrilha de verdade. Nela, ao contrário do que sucedera com Cardim e seu caminhão, havia acampamentos e florestas. Propaganda à parte, para seus reais perseguidores, a guerrilha de Brizola era um gato de papel.

A espionagem americana acreditava na perseverança de Brizola e estimava que ele "se concentrará na preparação de atividades guerrilheiras em Mato Grosso e Goiás" depois de ter perdido Caparaó e de ter fracassado em "seis tentativas de estabelecer uma base guerrilheira no Rio Grande do Sul".[124]

Em meados de 1967, Brizola ordenou a desmobilização de seu aparato guerrilheiro.[125] A base mato-grossense dissolveu-se. Os guerrilheiros compraram uma extensão de terras, e alguns deles transformaram-se em fazendeiros e comerciantes.[126] Segundo os americanos, Fidel mandava aos brasileiros mais recursos do que eles precisavam. "Não são exigidos recibos

ou prestação de contas, mas Brizola anota todas as despesas cuidadosamente e mantém uma escrita contábil, caso esta venha a ser necessária."[127] Segundo seus militantes, nessa época já não havia recursos para sustentar as operações militares.[128] Brizola insistira na carta cubana para conservar a sua condição de comandante da ala esquerda da oposição ao regime brasileiro. Pode-se supor que a sua fé na guerrilha guevarista tenha sido nula. Sua ligação com Cuba, além da ajuda logística, permitira-lhe manter fechado o caminho a outras lideranças na esquerda.

O ano da Tricontinental fora o das catástrofes militares do castrismo. Tivera uma guerrilha capturada no Brasil, além de baixas severas no Peru, na Colômbia, Guatemala e Venezuela. Mas o Che era o Che e continuava na Bolívia. Conseguira-se começar uma guerrilha sandinista na Nicarágua. Na primeira metade de agosto, em Havana, debaixo de um grande painel do *Guerrilheiro Heroico*, Fidel lera uma mensagem do Che em que anunciava que "são necessários um, dois, muitos Vietnãs".

O estratagema explodiu no dia 8 de outubro de 1967. Do meio da vegetação rala e baixa da cordilheira boliviana, numa encosta do desfiladeiro de El Churo, o capitão Gary Prado Salmón, do destacamento de Rangers-2, informou ao general Zenteno Anaya, comandante das tropas que lutavam contra a guerrilha: "Tenemos a Papá".[129]

Ernesto "Che" Guevara fora capturado vivo, baleado no calcanhar. Viveria mais uma noite, até que às 13h10 do dia seguinte um sargento o executou com seis tiros no peito.[130] Colocado sobre o tanque de um pequeno hospital do povoado de La Higuera, tinha o torso nu, e nele se viam os furos das balas que o mataram. A cabeça estava ligeiramente levantada, os olhos abertos. Parecia sorrir. Parecia-se com o Cristo Morto do pintor renascentista Andrea Mantegna.[131] Seus restos mortais, localizados em 1997, foram mandados para Cuba e estão hoje num mausoléu. O legado do guerrilheiro deveria ter sido a revolução continental. Acabou sendo pobre e diverso. Sua arma, um fuzil atingido no cano durante

o último combate, ficou para o general Zenteno Anaya. Outro coronel levou-lhe a carteira.[132] O capitão Gary Prado pegou seus dois relógios Rolex de aço. Um deles, marcado com um X, era lembrança de um guerrilheiro agonizante.[133] Tomaram-lhe a caneta com que escrevera o diário da campanha e a faca que trazia na cintura. Ao sargento que o metralhou, coube o cachimbo.[134] O fumo foi para Felix Rodriguez, o coordenador da execução, um cubano exilado com dezessete anos de serviço na CIA e no braço paramilitar da diplomacia americana.

A execução de Guevara e a derrota fulminante de Caparaó abalaram o sonho da chama votiva da guerrilha invencível com a qual um destacamento de bravos embrenhado na selva poderia iniciar uma avalanche que, levando consigo a esquerda e os camponeses, soterraria os liberais e as cidades. A marota liderança de Brizola, montada sobre insurreições impossíveis e guerrilhas ambíguas, esfumou-se. Com ela terminou também a liderança esquerdista do último notável do regime deposto em 1964.

No arco dos proscritos, Juscelino Kubitschek e Jango perderam-se em manobras típicas de exilados, costurando alianças paternalistas. Miguel Arraes, com um discurso mais aguerrido, estava nas areias do exílio argelino. Francisco Julião vagava desacreditado pelos plenários do esquerdismo messiânico. Os santos menores do janguismo enfumaçavam-se em reminiscências nos bares de Montevidéu ou de Paris. O Partido Comunista continuava tentando recuar em ordem. Uma época se acabara. Começavam novos tempos. Mudaria a esquerda, mudaria a direita.

1 Para o insulto, John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: 1960-1977, p. 363. Para a virgindade do ministro do Planejamento, Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 43.

2 *Estimativa nº* 1, do SNI, de 15 de dezembro de 1964. APGCS/HF.

3 *Impressão Geral nº* 6, do SNI, para a semana de 15 a 21 de setembro de 1964. APGCS/HF.

4 José Tinoco Barreto, *Sentença prolatada no Processo das Cadernetas de Luís Carlos Prestes*, p. 11.

* Nos três anos anteriores à vitória de Castro, quatro generais que haviam chegado ao poder com golpes de Estado tinham sido depostos ou haviam devolvido o poder aos civis no Peru (1956), na Colômbia (1957), na Argentina (1958) e na Venezuela (1958).

5 Em quatro meses fuzilaram-se cerca de 550 pessoas. Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, p. 419.

6 Richard Gott, *Rural guerrillas in Latin America*, p. 30.

7 Jean-Paul Sartre, *Furacão sobre Cuba*, p. 185.

8 Para o número de militantes do PCB, *Survey of Latin America*, da Central Intelligence Agency, de 1º de abril de 1964. BLBJ. Em Geraldo Cantarino, *1964 — A revolução para inglês ver*, p. 101, a embaixada inglesa no Brasil estima os militantes do PCB entre 30 mil e 40 mil.

9 Relato do jornalista Carlos Alberto Tenório, depois de um encontro com Prestes na casa do advogado Sinval Palmeira, em Carlos Alberto Tenório, *O senhor de todas as armas*, p. 204.

10 Aleksandr Fursenko e Timothy Naftali, "*One hell of a gamble*", pp. 141 e 171-2. Os autores documentam que essa frase foi registrada em análises dos serviços de inteligência americano e soviético.

11 Para a ida de doze militantes das Ligas, Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 24. Ver também Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, pp. 14-5.

12 Narrativa de Oleg Ignatiev, em Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil*, p. 226. Julião, em entrevista a Moraes Neto, negou que tivesse feito o pedido.

13 Telegrama 2.629, do encarregado de negócios do Brasil em Havana, José Maria Ruiz de Gamboa, ao Itamaraty, de 6 de março de 1963. APGCS/HF.

14 Depoimento de Clodomir de Morais a Dênis de Moraes, em *A esquerda e o golpe de* 64, p. 84.

15 *O Jornal*, 23, 24 e 25 de janeiro de 1963.

16 Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de* 64, p. 88.

17 Para o número de militantes do PC do B, *Survey of Latin America*, da Central Intelligence Agency, de 1º de abril de 1964. BLBJ. A embaixada inglesa estimava os militantes do PC do B em quatrocentos, no máximo. Geraldo Cantarino, *1964 — A revolução para inglês ver*, p. 103.

18 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 117.

19 Em 1959 o governo cubano colaborou com quatro desembarques de guerrilheiros em países da América Central. No Panamá, na República Dominicana e no Haiti. Em 1963, passou a patrocinar guerrilhas na Venezuela, no Peru, na Guatemala e na Argentina. Carla Anne Robbins, *The Cuban threat*, pp. 9-12, 23-6 e 51-2. Ver também o relatório especial da CIA de 16 de fevereiro de 1968, *Cuban Subversive Activities in Latin America* , no endereço eletrônico da CIA: <http://www.foia.ucia.gov>. O documento tem a seguinte classificação: EO-1995-00640.

20 Avelino Bioen Capitani, *A rebelião dos marinheiros*, p. 71, e *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo III: *Perfil dos atingidos*, p. 124. Nesse processo vindicativo a Marinha condenou 315, a Aeronáutica, dezoito, e o Exército, catorze.

21 Pierre Kalfon, *Che*, p. 379. Semanas depois da queda de Goulart, Guevara ficou abatido pela destruição de seu sonho de uma guerrilha argentina. O Exército Guerrilheiro dos Pobres, que entrara nas matas de Salta, na vizinhança da Bolívia, dissolvera-se. Seu comandante, Jorge Masetti, desapareceu na floresta. Ver Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, pp. 139-40.

22 Telegrama da CIA do Rio de Janeiro para Washington, de 28 de agosto de 1967, em Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, p. 67.

23 *Survey of Latin America*, da Central Intelligence Agency, de 1º de abril de 1964. BLBJ. Ver também Pierre Kalfon, *Che*, pp. 377-8.

24 *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1964.

25 Para o prazo do aluguel, "Os segredos de Brizola", de Dione Kuhn, em *Zero Hora*, 6 de setembro de 1999.

26 Philip Agee, *Inside the Company*, p. 371.

27 Entrevista de Herbert José de Souza a Geneton Moraes Neto, *O Globo*, 28 de janeiro de 1996. Ver também Herbert José de Souza (Betinho), em seu *No fio da navalha*, pp. 62 e segs.

28 Índio Vargas, *Guerra é guerra, dizia o torturador*, p. 12.

29 Para os 650 mil dólares, José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, pp. 202-3. Bayard Boiteux, em entrevista a Esther Kuperman, reconheceu que "Cuba nos auxiliou muito. Tanto no aspecto financeiro como no aspecto de treinamento de guerrilheiros lá". Em Kuperman, "A guerrilha de Caparaó (1966-1967)", p. 150. Herbert José de Souza (Betinho), em seu *No fio da navalha*, p. 63, assegura a internação de 200 mil dólares.

30 Índio Vargas, *Guerra é guerra, dizia o torturador*, p. 36.

31 Entrevista de Betinho (Herbert José de Souza), em seu *No fio da navalha*, p. 61.

32 "Os segredos de Brizola", de Dione Kuhn, em *Zero Hora*, 6 de setembro de 1999.

33 José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, p. 159.

34 Telegrama da CIA, de 7 de outubro de 1964, em Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, pp. 65 e 64, e *Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1964.

35 Memorando de Thomas Hughes a Dean Rusk, de 18 de novembro de 1964, intitulado *A Guerrilla and Terrorist Activity in Latin America — A Brief Review*. BLBJ.

36 Índio Vargas, *Guerra é guerra, dizia o torturador*, pp. 11 e 24.

37 *Coojornal*, dezembro de 1978, pp. 18-27, "Guerrilha no Sul: 23 homens tentam levantar o país", entrevistas de Jefferson Cardim e Alberi Vieira dos Santos.

38 Idem.

39 Índio Vargas, *Guerra é guerra, dizia o torturador*, p. 18.

40 Esther Kuperman, "A guerrilha de Caparaó (1966-1967)", pp. 145-6 e 214, com o depoimento de Jelsy Rodrigues Corrêa.

41 Idem, p. 215.

42 Pio Corrêa, *O mundo em que vivi*, p. 815.

43 Idem, p. 56.

44 Pio Corrêa, fevereiro de 1996.

45 Pio Corrêa, *O mundo em que vivi*, pp. 858, 863 e 888.

46 José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, p. 217, e Marcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*, p. 149.

47 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de setembro de 1964. APGCS/HF.

48 Ernani Ayrosa da Silva, *Memórias de um soldado*, p. 108.

49 Carta de Carlos Lacerda a Geisel, sem data. Provavelmente dos últimos meses de 1964. APGCS/HF.

50 Pio Corrêa, *O mundo em que vivi*, p. 859.

51 Depoimento de Tarzan de Castro ao *Correio da Manhã* de 24 de outubro de 1964, citado em Mauro Borges, *O golpe em Goiás*, pp. 283-4.

52 Marcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*, pp. 132-6.

53 Mauro Borges, *O golpe em Goiás*, p. 292.

54 Marcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*, p. 135.

55 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 246.

56 Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

57 *Impressão Geral nº* 13, do SNI, para as semanas de 24 de novembro a 14 de dezembro de 1964. APGCS/HF.

58 Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

59 Golbery do Couto e Silva, *Apreciação Sumária da Situação Nacional*, secreto, reunião ministerial de 30 de dezembro de 1964. APGCS/HF.

60 *Impressão Geral nº* 15, do SNI, para as semanas de 30 de dezembro de 1964 a 12 de janeiro de 1965. Para os atentados, *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de janeiro, 5 de março de 1965 e *Apreciação Geral nº 17*, de 16 de março de 1965. APGCS/HF.

61 Eleuterio Fernández Huidobro, *Historia de los Tupamaros*, tomo I: *Los orígenes*, p. 137.

62 O número de combatentes enviados por Brizola a Havana está em *Ação Subversiva no Brasil*, documento classificado como confidencial, do Ministério da Marinha, Centro de Informações da Marinha, maio de 1972, p. 105. AA.

63 Avelino Capitani, março de 1998. Eram os seguintes: José Anselmo dos Santos, Marco Antônio da Silva Lima, Avelino Capitani, Antonio Duarte, José Duarte dos Santos e José Geraldo da Costa.

64 Essa observação de Nasser foi divulgada pelo jornalista Mohamed H. Heikal, um de seus confidentes. Ver Heikal, *Les documents du Caire*, p. 224. Piero Gleijeses, com seu conhecimento dos arquivos cubanos e da história do período, levanta dúvida a respeito de sua veracidade. Ver Gleijeses, *Conflicting missions*, p. 92.

65 Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, pp. 633-4.

66 José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, p. 189.

67 Ernesto Geisel, 1987 e junho de 1994. Para a conexão com o PCB, coronel Hélio de Anísio, junho de 1997. Em seu depoimento ao CPDoc, Geisel levanta a suspeita de ele ter assassinado a mulher. Ernesto Geisel, em Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 124.

68 José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, p. 189.

69 *Coojornal*, dezembro de 1978.

70 Idem.

71 Telegrama do chefe da Casa Militar do governo do Rio Grande do Sul a Geisel, que estava em Foz do Iguaçu, de 28 de março de 1965. APGCS/HF.

72 Telegrama enviado à comitiva presidencial, em Foz do Iguaçu, de 25 de março de 1965. APGCS/HF.
73 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1965. APGCS/HF.
74 Idem, 28 de março de 1965. APGCS/HF.
75 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, p. 46.
76 *Coojornal*, dezembro de 1978.
77 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 135.
78 Para o dia da leitura, *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de abril de 1965. APGCS/HF.
79 Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil*, p. 219.
80 Entrevista de Leonel Brizola a Gilson Rebello, *O Estado de S. Paulo*, 9 de fevereiro de 1980, p. 10. Para o reconhecimento por parte de Brizola de "alguma ajuda econômica, modesta, pequena", entrevista de Leonel Brizola à TV Guaíba citada pelo *Jornal do Brasil* de 28 de setembro de 1979, em Geneton Moraes Neto e Joel Silveira, *Nitroglicerina pura*, p. 123. Ver também Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, p. 178.
81 *Impressão Geral nº* 13, do SNI, para as semanas de 24 de novembro a 14 de dezembro de 1964. APGCS/HF.
82 Carla Anne Robbins, *The Cuban threat*, p. 35.
83 Discurso de Fidel Castro no encerramento da Conferência Tricontinental de Havana, 16 de janeiro de 1966.
84 A região onde Guevara se instalou hoje faz parte da República Democrática do Congo, ex-Zaire.
85 Para a expedição congolesa de Guevara, ver Piero Gleijeses, *Conflicting missions*, pp. 78-159. Ver também Paco Ignacio Taibo II, Froilán Escobar e Félix Guerra, *O ano que vivemos em lugar nenhum*, pp. 85 e 192.
86 Paco Ignacio Taibo II, Froilán Escobar e Félix Guerra, *O ano que vivemos em lugar nenhum*, pp. 133, 176 e 246. O cacique que chegou acompanhado de mulheres era Laurent Kabila, que em 1996 liderou a revolta da etnia tutsi no Zaire e tomaria o poder em 1997. Foi assassinado em 2000.
87 Idem, p. 124.
88 Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, p. 648.
89 Paco Ignacio Taibo II, Froilán Escobar e Félix Guerra, *O ano que vivemos em lugar nenhum*, pp. 48, 127 e 207.
90 Piero Gleijeses, *Conflicting missions*, pp. 124-36.
91 Idem, pp. 139-40.
92 Carta de Guevara a Fidel Castro, Paco Ignacio Taibo II, Froilán Escobar e Félix Guerra, *O ano que vivemos em lugar nenhum*, p. 205.
93 Paco Ignacio Taibo II, Froilán Escobar e Félix Guerra, *O ano que vivemos em lugar nenhum*, pp. 258-67.
94 Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, pp. 177 e 182.
95 Depoimento de Antônio Callado a Marcelo Ridenti, em *Em busca do povo brasileiro*, pp. 147-8.
96 Piero Gleijeses, *Conflicting missions*, p. 215.

97 “Diario de Pombo” (Harry Villegas Tamayo), em Rolando, Pombo e Braulio, *Diarios de Bolivia*, entrada de 10 de setembro de 1966, p. 67.

98 Idem, entrada de 28 de setembro de 1966, p. 74.

99 Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, p. 74.

100 *José Anselmo dos Santos — Declarações Prestadas nesta Especializada de Ordem Social*, do Setor de Análise, Operações e Informações do DOPS de São Paulo, s. d., fl. 6. AA.

101 Mário Magalhães, *Marighella*, p. 353.

102 Manuel da Conceição, *Essa terra é nossa*, pp. 135-7, e Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, p. 191.

103 Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, p. 196.

104 Idem, p. 190.

105 Gilson Rebello, *A guerrilha de Caparaó*, p. 43.

106 *Ação Subversiva no Brasil*, Centro de Informações da Marinha, maio de 1972, p. 109. Em 1971 o curso de guerrilha rural duraria sete meses e o de guerrilha urbana, dois. Carta de Carlos Eduardo Pires Fleury a Takao Amano, de 25 de março de 1971, em Luís Mir, *A revolução impossível*, p. 621. Ver também o depoimento de José Anselmo dos Santos a Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, p. 109. Para um estudo detalhado das atividades dos brasileiros em Cuba, ver Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*.

107 *Boletim de Relações Públicas do Exército*, nº 25, de agosto de 1967. Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército, Imprensa do Exército.

108 Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, p. 195, e entrevista de Índio Vargas ao *Jornal do Brasil* de 21 de abril de 1980, p. 2.

109 Marcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*, p. 214.

110 Reportagem de José Mitchell, *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1987, p. 7.

111 Gilson Rebello, *A guerrilha de Caparaó*, pp. 59 e 77.

112 Gary Prado Salmón, *The defeat of Che Guevara*, p. 46, e Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, p. 701. O passaporte de Adolfo Mena Gonzales indica que Guevara passou por São Paulo entre 1º e 3 de novembro de 1966. Ver Mário Magalhães, *Marighella*, p. 341.

113 Hugo Gambini, *El Che Guevara*, pp. 463-6.

114 Ernesto “Che” Guevara, *Oeuvres*, vol. 4: *Journal de Bolivie*, p. 43.

115 Gilson Rebello, *A guerrilha de Caparaó*, p. 80.

116 *Impressão Geral* de 8 de fevereiro de 1967, do SNI. APGCS/HF.

117 Hugo Gambini, *El Che Guevara*, p. 474.

118 Gilson Rebello, *A guerrilha de Caparaó*, pp. 33-4.

119 Esther Kuperman, “A guerrilha de Caparaó (1966-1967)”, p. 167.

120 Avelino Bioen Capitani, *A rebelião dos marinheiros*, p. 118.

121 Gilson Rebello, *A guerrilha de Caparaó*, p. 19.

122 Idem, p. 85.

123 Depoimento de Jelsy Rodrigues Corrêa, em Esther Kuperman, “A guerrilha de Caparaó (1966-1967)”, pp. 219-20.

124 Telegrama da CIA, de 28 de agosto de 1967, sobre “acordo recente entre Brizola e Castro a respeito de planos para atividades de guerrilha no Brasil”, em Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, p. 68.

125 Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, p. 202.

126 Depoimento de Jelsy Rodrigues Corrêa, em Esther Kuperman, “A guerrilha de Caparaó (1966-1967)”, p. 234.

127 Telegrama da CIA, de 28 de agosto de 1967, sobre “acordo recente entre Brizola e Castro a respeito de planos para atividades de guerrilha no Brasil”, em Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, p. 68.

128 Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, p. 203.

129 Gary Prado Salmón, *The defeat of Che Guevara*, p. 248.

130 Autópsia de Ernesto Guevara, em Gary Prado Salmón, *The defeat of Che Guevara*, p. 196.

131 Susan Sontag, *On photography*, p. 107, citando o crítico de arte John Berger, que também viu na fotografia um eco da *Lição de anatomia*, de Rembrandt.

132 Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, p. 742.

133 Para os dois relógios, Gary Prado Salmón, *The defeat of Che Guevara*, p. 250. O guerrilheiro tinha consigo dois Rolex, mas na sua *memorabilia* há três. Felix Rodriguez diz que tinha um relógio idêntico ao do guerrilheiro — GMT Master — e que os trocou antes que Gary Prado recolhesse a sua parte do butim. Felix I. Rodriguez e John Weisman, *Shadow warrior*, p. 169.

134 Felix I. Rodriguez e John Weisman, *Shadow warrior*, p. 169. O sargento chamava-se Mario Terán.

A roda de Aquarius

Por uma fatalidade histórica, começou em 1964 no Brasil um período de supressão das liberdades públicas precisamente quando o mundo vivia um dos períodos mais ricos e divertidos da história da humanidade. Nesse choque, duas rodas giraram em sentido contrário, moendo uma geração e vinte anos da vida nacional.[1]

Uma das rodas foi a do dirigismo conservador e anticomunista dos anos 1950. Produto da Guerra Fria, esse pensamento político projetou-se sobre a direita brasileira como uma utopia planejadora, centralista, acompanhada por uma visão catastrofista da desordem administrativa e do caráter errático do voto popular. Essas características davam-lhe uma essência ao mesmo tempo racional e autoritária. Ela entendia que o povo não sabia escolher os governantes e estes, uma vez no poder, não sabiam governar. Gastavam mais do que podiam, sobretudo naquilo que não deviam.

Na base dessa utopia, funcionando como mola propulsora para efeitos de propaganda e como cimento para unir interesses divergentes, esteve sempre o perigo comunista e, com ele, o apocalipse utilitário da sua ameaça iminente. Em 1960, o coronel Ernesto Geisel, chefe da seção de informações do gabinete do ministro da Guerra, denunciava o apoio dos comunistas (“os vermelhos”) ao PTB do candidato a vice-presidente João Goulart (“demagogos oportunistas”), advertindo, num documento confidencial intitulado *Expansão do Comunismo no Âmbito Nacional*, que “não estará muito remota a oportunidade almejada pelos comunistas para o desencadeamento da segunda etapa de sua estratégia: a da subversão social

e conquista do poder no Brasil, pela força, se necessário".[2] Golbery ia mais longe. Vira na política externa de Goulart, que se recusara a romper relações com Cuba, a intenção de "jogar o Brasil, semissatelitizado, nos tentáculos do imperialismo soviético".[3]

O anticomunismo da roda do pensamento conservador era uma mistura de medo real com uma espécie de industrialização do pavor, a fim de permitir que bandeiras simplesmente libertárias ou reformistas fossem confundidas com o "perigo vermelho". No centro da questão, no Brasil, estavam as incertezas do regime de 1946 e sua crise, provocada pela difícil convivência entre o sufrágio universal e a questão social projetada sobre o funcionamento do Estado.

Golbery, ainda como talentoso coronel no serviço ativo do Exército, defendera a necessidade de se "formular, em termos precisos e seguros, um planejamento democrático que (...) abra uma nova era para a história da humanidade", contrapondo-se a um "Estado mero guarda-civil, abúlico ante o espetáculo das convulsões sociais do nosso tempo".[4] Num país onde o presidente Juscelino Kubitschek levara a capital para o cerrado goiano por conta de um processo decisório próximo daquele em que se escolhe um sabor de sorvete, a palavra *planejamento* soava mágica.[5] O que fosse planejado, por não ser improvisado, seria necessariamente melhor.

A fé no planejamento estatal fazia parte da religiosidade política da direita militar, mas também da esquerda. O que fazia toda a diferença, naquela época, era a construção, pelo regime, de uma roda em que o planejamento do progresso se associava à necessidade de desmobilização da sociedade. É comum que utopias conservadoras circulem com vigor na história dos povos, mas, de vez em quando, precisamente naqueles momentos em que essa mesma história se torna mais bela, vivem-se épocas nas quais o passado fica mais longe e o futuro parece mais próximo. A década de 1960, com as memoráveis mobilizações e desordens de 1968, foi

um desses períodos dourados. Ela foi a outra roda com que se moeu um pedaço da história do Brasil: a Era de Aquarius.

Vinte e sete anos depois do aparecimento da penicilina injetável e oito anos depois da comercialização da pílula anticoncepcional, o orgasmo dissociara-se do medo e do compromisso. Vivia-se o período de maior liberdade sexual da história humana, interrompido nos anos 1980 com o início da epidemia de aids. Centenas de milhões de jovens nascidos após a guerra começaram a deixar crescer simultaneamente cabelos e ideias. Neles afloraram sentimentos libertários que tinham brotado havia décadas nos bairros intelectuais e nos redutos da marginalidade boêmia de todo o mundo. Um novo barulho — o rock — e um novo jeito de estar só, o de James Dean com seu olhar de altaneira distância, antecipavam o controle da juventude sobre a cultura mundial pelo resto do século. Dean, morto aos 24 anos, simbolizaria a figura do herói cuja vida dura apenas uma mocidade.[6]

Beat. Essa palavra designava uma nova voz da alma. Nos anos 1940 era usada para definir um trato de drogas trapaceado. Herbert Huncke, um prostituto, ladrão do norte de Chicago, passou-a a um vagabundo que falava em escrever um livro. Chamava-se Jack Kerouac. *Beat*, para Huncke, significava "derrotado", "com o mundo contra mim".[7] Em 1957 um jornalista do *San Francisco Chronicle* inventou o termo que definiria as pessoas que se sentiam como Huncke: *beatnik*. Capturava o sufixo do Sputnik, o primeiro satélite artificial colocado em órbita ao redor da Terra pelos russos. Um *beatnik*, como o satélite, gravitava muito longe daquilo que se considerava o mundo real.[8]

A marginália de São Francisco produzira Allen Ginsberg com seu poema "Howl", que falava "nas melhores cabeças de minha geração morrendo numa nudez histérica", e Jack Kerouac, com o Dionísio suburbano de *On the road*, avisava que "a estrada é a vida".[9] A juventude, criada na prosperidade, desenvolveu um "complexo da ilegitimidade", flagelando-se por privilegiada e redimindo-se em propostas de combate às

injustiças sociais.[10] Da Universidade de Stanford, o escritor inglês Aldous Huxley cantava, n'*As portas da percepção*, "o milagre do desabrochar da existência" que vira num vaso de rosas depois de engolir um pedaço de mescalina.[11] Começando a influenciar toda uma geração, o filósofo Herbert Marcuse, alemão radicado nos Estados Unidos, publicava *Eros e civilização* e expunha a angústia do homem moderno, produto de uma repressão sociologicamente imposta, exigida por uma civilização mecanicamente competitiva. Na Universidade Columbia, em Nova York, o sociólogo Wright Mills, que circulava pelas fronteiras do Harlem a bordo de uma motocicleta BMW, carregando sua papelada acadêmica numa mochila de soldado, acabara de escrever *A elite do poder*. Mills apontava o embuste de uma democracia americana assentada cada vez mais na hierarquia das corporações e do complexo militar-industrial.[12] Num hospital de Argel, o psiquiatra negro martiniquense Frantz Fanon iniciava a autópsia do racionalismo colonialista francês, que perdia sua última guerra, a da suposição do Mediterrâneo como lago de domínio europeu.

Era esse o mundo da segunda metade dos anos 1950. Em dezembro de 1955, Rosa Parks, uma negra de 42 anos, tomou o ônibus de volta para casa depois de um dia de trabalho numa loja de Montgomery, no Alabama. Viajava sentada, até que o motorista mandou que desse o lugar a um branco: "Se você não sair, vou mandar prendê-la". "Vá em frente, mande me prender", respondeu a negra. Rosa Parks tem hoje uma estátua na Rotunda do Capitólio, em Washington, e o ônibus em que viajava está num museu do estado de Michigan. As consequências de sua prisão tornaram-se um marco na história da liberdade. Dias depois, a comunidade negra de Montgomery decidiu boicotar o serviço de transportes da cidade. Os negros organizaram uma frota autônoma de veículos, andaram a pé, de bicicleta ou de carona. Em dois meses o comércio perdeu 1 milhão de dólares. No 381º dia de boicote, a Corte Suprema dos Estados Unidos considerou ilegal a segregação praticada pelas empresas de transportes de Montgomery, e o

líder do movimento, um pastor negro chamado Martin Luther King Jr., de 25 anos, fez sinal para um ônibus, entrou, sentou-se num dos bancos da frente, e nunca mais um negro americano foi mandado para o banco de trás.[13]

* * *

Quando o marechal Castello Branco entrou no palácio do Planalto, levou para o governo um mundo em que Kerouac seria um homossexual bêbado, Ginsberg um judeu doido, Huxley um inglês excêntrico, Wright Mills um exibicionista, Marcuse um alemão perigoso, King um ingênuo sonhador e Fanon, um negro desconhecido. Estavam todos muito longe da lógica do poder, do minucioso cálculo das forças econômicas e militares. Eram marginais num mundo arrumado cujos problemas, se os tinha aqui e ali, deveriam ser resolvidos através daquele vagaroso processo de evolução em que manda quem pode e obedece quem tem juízo. Tratava-se de um mundo onde a igualdade racial era uma aspiração filosófica, o homossexualismo uma anomalia e a condição feminina, um estuário procriador, amoroso e doméstico. Nele, o colosso americano parecia mover-se, invencível, na direção de um grande destino traçado desde 1945. No dia 2 de agosto de 1964, depois de um incidente com um destróier no golfo de Tonquim, no Sudeste asiático, o Senado dos Estados Unidos deu ao presidente Lyndon Johnson poderes para ampliar as ações militares no Vietnã. Em sua *Estimativa* a Castello, fiel à sua visão do poder, Golbery especulava: "Vietnam — Recrudescimento da Guerra Fria no sudeste asiático, por parte dos comunistas chineses, sem maiores consequências para os EUA e o mundo ocidental".[14]

Mas a roda de Aquarius girava. No dia 28 de agosto, enquanto Golbery almoçava com o proprietário do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito, quatro jovens ingleses que haviam conquistado os

Estados Unidos recebiam numa suíte do hotel Delmonico, em Nova York, a visita de um cabeludo americano. Ele lhes ofereceu cigarros de maconha. Nunca a tinham provado. Fecharam as frestas das portas com toalhas e fumaram. “Foi como se eu estivesse lá em cima”, disse Paul McCartney no dia seguinte, apontando para o teto.[15] Os Beatles nunca mais seriam os mesmos. Como cantava Bob Dylan, o poeta dessa era:

> *Alguma coisa está acontecendo,*
> *mas você não sabe o que é.*
> *Ou será que sabe, Mr. Jones?*[16]

Os “Mr. Jones” nacionais não sabiam. Havia no Brasil uma geração de jovens formados fora da treva do Estado Novo. Entre 1950 e 1964 o número de universitários praticamente triplicara, de 53 mil para 142 mil.[17] A cultura brasileira, orgulhosa de si, pusera-se de pé com êxitos e audácias adormecidas fazia quase meio século. Era o que Roberto Schwarz viria a chamar de “floração tardia”.[18] A seleção de futebol ganhara a Copa do Mundo na Suécia e a tenista Maria Esther Bueno vencera o torneio de Wimbledon. Anselmo Duarte recebera a Palma de Ouro do Festival de Cannes com o filme *O pagador de promessas*. O romance de Jorge Amado impusera o palavrão à literatura e Gabriela ao patrimônio erótico nacional. Uma nova batida do samba, chamada bossa nova, mudara a noção que os brasileiros tinham de sua música e a capacidade de se expressar através dela. Como observou Ruy Castro, o repertório macambúzio onde se repetia que “não posso lembrar que te amei” (“Caminhemos”, de Herivelto Martins), foi substituído por outro, a um só tempo enamorado e confiante:

> *Eu sei que vou te amar*
> *Por toda a minha vida*

Eu vou te amar.[19]

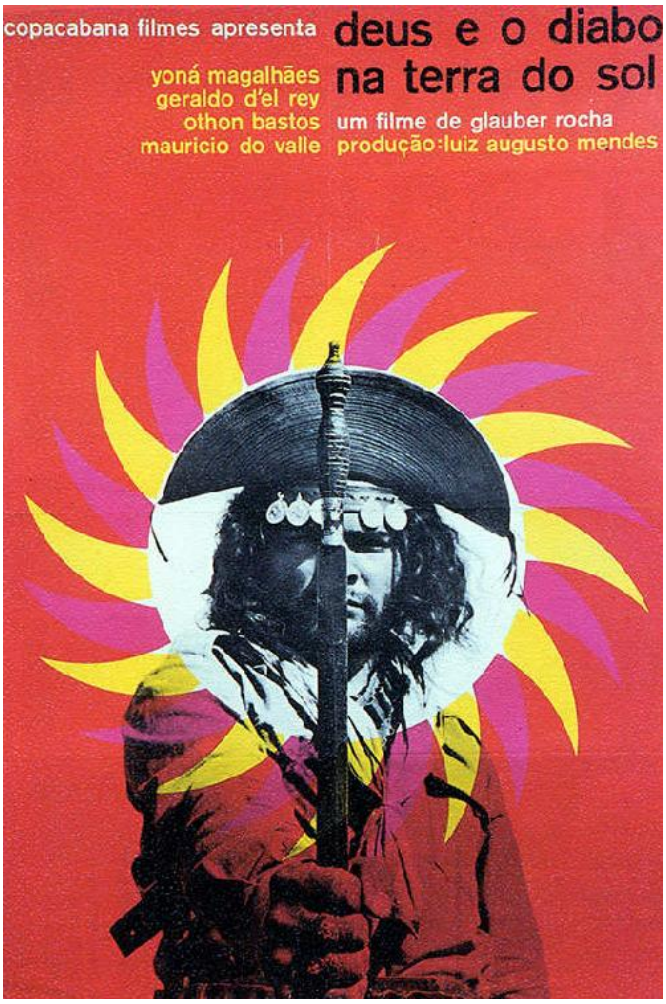
Essa tumultuada transformação cultural teve seu magnífico símbolo nas intermináveis pernas de Norma Bengell e na beleza de Heloísa Eneida Menezes Paes Pinto. La Bengell pulara do teatro de revista da praça Tiradentes para os shows milionários da Zona Sul e das chanchadas da Atlântida, como *O homem do Sputnik* (com Oscarito), para as cenas ardentes d'*Os cafajestes* (com Jece Valadão). Convidada para cantar num show de bossa nova dos estudantes da PUC, vira-se vetada pelo padre-reitor e só foi ao palco (de tailleur preto e saia comprida) porque se transferiu o espetáculo para a Universidade do Brasil. Dois meses depois, de saia curta, ela cantava na Escola Naval. Em 1962, Heloísa tinha quinze anos, 1,69 metro, olhos verdes e cabelos pretos, compridos.[20] Moça do corpo dourado, o seu balançado era mais que um poema. Helô levou algum tempo para acreditar que quando passava pelo botequim da esquina da Montenegro com a avenida Prudente de Morais, o mundo inteirinho se enchia de graça.[21] A bossa nova unira três tipos inesquecíveis: Antonio Carlos Jobim, Vinicius de Moraes e a Garota de Ipanema.

O auditório da Faculdade Nacional de Filosofia lotava com um ciclo de palestras sobre a música popular brasileira, no qual reaparecia, com seus velhos violões, a malandragem dos morros cariocas. No Carnaval, começava-se a perceber que havia mais beleza no desfile das mulatas da escola de samba do Salgueiro ou nas veneráveis baianas da Mangueira do que nos grandes bailes onde a burguesia se fechara desde que os favelados desceram com seus blocos e marafonas gostosas substituíram, no alto dos carros alegóricos dos desfiles de préstitos, as gentis senhoritas da sociedade. Contra essa heresia *O Estado de S. Paulo* reclamava, em editorial:

> Aquilo que se devia à espontaneidade do sentimento popular desapareceu para em seu lugar surgir essa coisa que se chama

> “escolas de samba”, onde o mais sofisticado mau gosto se alia ao marginalismo de uma população que não soubemos até agora integrar no organismo nacional. (...) Não é a participação do que o Continente Negro tenha fornecido para a nossa grandeza e cultura que está presente neste triste espetáculo; o que dele se infere é que permanece ainda no seio da Nação aquilo que as ondas de africanos para aqui trazidos tinham de menos recomendável. É, numa palavra, a recrudescência da mentalidade primitiva do tribalismo negro (...)[22]

Da União Nacional dos Estudantes, a UNE, controlada pela esquerda católica e pelo Partido Comunista, saíam, demagógicos, criativos e tenazes, os Centros Populares de Cultura. Tendo proliferado em oito estados, percorreram todo o país levando peças como *Miséria ao alcance de todos* e vendendo cópias do disco *O povo canta* ou dos livrinhos da coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Numa época em que a tiragem de um livro raramente ultrapassava os 5 mil exemplares, dos Cadernos rodavam 20 mil cópias.[23] “Era a barbárie invadindo os salões delicados da cultura nacional”, escreveu o poeta Ferreira Gullar.[24] Em 1962, as universidades haviam parado numa fracassada tentativa de impor participação dos estudantes nas congregações que lhes dirigiam os destinos. Com o apoio de João Goulart e sob a direção de um condomínio esquerdista, o Ministério da Educação criara o Movimento de Educação de Base, destinado a executar um vasto programa de alfabetização de adultos valendo-se de um método do pedagogo Paulo Freire em que, em vez de ensinar que “Ivo viu a uva”, dizia-se que “o povo tem o voto”. Nos últimos dias da República de 1946, o brasileiro que melhor encarnaria as perplexidades e a audácia de sua geração, o baiano Glauber Rocha, de 24 anos, mostrou no Rio de Janeiro seu filme *Deus e o diabo na terra do sol*, magistral épico da perseguição e morte do cangaceiro Corisco. “Mais fortes são os poderes do povo!”, gritava, com balas no corpo e os olhos na plateia.



Cartaz de *Deus e o diabo na terra do Sol*

Na noite chuvosa de 1º de abril de 1964, a outra roda começou a girar. Aos 26 anos, o capitão Heitor Aquino Ferreira, fiel escudeiro de Golbery, viveu a vitória quando corria num automóvel pela rua das Laranjeiras e se viu num foguetório, debaixo de um céu de papéis picados. Era o povo que saudava a derrubada de Jango. “Creio que foi a mais nítida sensação de felicidade da minha vida”, registrou no seu diário.[25] Nessa mesma hora, na praia do Flamengo, o antigo prédio do clube Germania, onde funcionava a UNE desde que os estudantes o tomaram em 1942, durante a campanha pela entrada do Brasil na guerra, foi atacado e incendiado por um comando paramilitar. Seus últimos ocupantes fugiram pulando o muro dos fundos do

terreno. Quinze dias depois, funcionários do serviço de censura do Rio de Janeiro foram ao laboratório Líder, onde se faziam as cópias de *Deus e o diabo*, para apreendê-las em nome do Conselho de Segurança Nacional.[26] O filme acabou liberado, mas o regime iniciava sua estranha relação com Glauber, a quem, por não conseguir admirar, entender nem controlar, trataria esquizofrenicamente, indo da perseguição ao flerte, sem nenhum sucesso.

A ditadura foi progressivamente alvejada no campo das ideias, acusada de praticar o que o escritor Alceu Amoroso Lima denominou de "terrorismo cultural". Ele sustentava que o Brasil passava por uma crise em que "a maior inflação nacional é de estupidez".[27] Alegando ter recebido ordens do SNI, a Censura proibiu o filme *Sete dias em maio*, que contava a história de uma tentativa de golpe militar nos Estados Unidos.[28] A pintora Djanira foi chamada a explicar por que uma paisagem de Parati tinha um suposto chinês atrás de uma palmeira.[29] Com os direitos políticos suspensos, intelectuais reconhecidos internacionalmente, como o professor Celso Furtado, ministro do Planejamento de Jango, preferiam deixar o país. Para os vencedores de abril, Furtado era conivente com a subversão, a roubalheira e a anarquia do governo Goulart. Como a tradição da tolerância política fora rompida no Brasil, mas não no mundo, o *Times* de Londres, para desconforto do conservadorismo, classificava de "ridícula" a sua punição e, em editorial, registrava que "a caça às bruxas declinou mas não terminou".[30] Nem terminaria.

O governo Castello Branco tentou mover a roda da autoridade esperando que a de Aquarius parasse, e pode-se acreditar que se ela não tivesse o inesperado vigor do fenômeno histórico profundo, o marechal teria sido mais bem-sucedido. Estava preso numa armadilha, percebida pelo general Geisel já em agosto de 1965, quando, numa conversa de palácio, disse a Heitor Ferreira: "Seu Heitor, estou vendo a cada dia nos aproximarmos mais da ditadura... os estudantes não se conformam e estão

fazendo a sua guerrinha, os comunistas botaram as mangas de fora (...) a questão dos salários permanece, a inflação não foi debelada... Eu acho que vamos ter que colocar essa nossa democracia numa geladeira, durante alguns anos. E isso é terrível. A necessidade de corromper. Os levantes aqui e ali...".[31]

Castello lutava para desembaraçar-se do risco da ditadura por meio dos mais diversos recursos. Para espanar a pátina de irracionalismo que lhe cobria o governo, mostrava-se homem de cultura. Almoçava no palácio Laranjeiras com o poeta Manuel Bandeira, ia às peças de teatro de Tônia Carrero, frequentava as chatas sessões de posse na Academia Brasileira de Letras. Era capaz de lances de refinada elegância, como o de aparecer num concerto da Orquestra Sinfônica de Londres, regida por sir John Barbirolli, um ex-combatente da Segunda Guerra, levando consigo seu comandante na Força Expedicionária Brasileira, marechal Mascarenhas de Moraes, e instalando-se numa modesta frisa em vez de ocupar o camarote presidencial.

Numa das muitas crises estudantis de Brasília, aceitou reunir-se com uma comissão de universitários. Desprezou os dossiês com que queriam empanturrá-lo, provando-lhe que estava diante de perigosos subversivos. Paternal e atencioso, ouviu os jovens e mostrou-se preocupado, acima de tudo, com a hipótese de eles estarem perdendo aulas para virem vê-lo no Planalto.[32] Segundo a CIA, Castello era capaz de "falar com igual facilidade sobre porcelanas chinesas da dinastia Ming ou sobre a Guerra do Peloponeso".[33] (A erudição de Castello na arte chinesa nunca passou de um momento de entusiasmo do analista que lhe traçou o perfil.)

A figura moderada e ambígua de Castello tornou-o uma excentricidade na trajetória do regime que ajudou a fundar. Em seu governo um professor pernambucano instituiu uma agenda para delatores, informando que aceitaria denúncias às segundas, quartas e sextas, das oito ao meio-dia.[34] Numa feira de livros de Niterói apreenderam-se exemplares da encíclica

Mater et magistra, do papa João XXIII. Palhaçadas como essas eram a delícia da oposição e, sobretudo, do cronista Stanislaw Ponte Preta, da *Última Hora*, que sistematicamente expunha as chagas daquilo que chamava de "Festival de besteira que assola o país", ou "Febeapá". Nele havia de tudo. O chefe da Polícia Federal, general Riograndino Kruel, recusava-se a entregar a Censura a um serviço especializado com o argumento de que era preciso "evitar a propaganda subversiva através das artes". Para tamanha tarefa o general entregara a Censura a um cupincha gaúcho, Romero Lago, que chegou ao ponto de telegrafar a todas as secretarias de Segurança determinando que impedissem filmagens de produtores estrangeiros no Brasil, "a fim de evitar que distorcessem a realidade nacional".[35] Dois anos depois, para supremo vexame da moralidade do regime, descobriu-se que o Dr. Lago era um estelionatário foragido da Justiça e se chamava Hermenildo Ramires de Godoy.[36] Em Minas Gerais o secretário de Segurança proibia a presença de mulheres com as pernas de fora em bailes de Carnaval "para impedir que apareçam fantasias que ofendam as Forças Armadas". "Como se perna de mulher alguma vez na vida tivesse ofendido as armas de alguém", observava Stanislaw.[37]

A maioria das tolices arroladas no *Febeapá* faz parte de um festival de besteira que assola o país independentemente do regime nele instalado, mas havia no espírito de 1964 um tipo de besteira específica da ditadura: a ideia segundo a qual a violência política podia ser usada como um detergente, limpando um mundo sujo para, a partir daí, erguer algo novo. Havia um nexo unindo os mosaicos do *Febeapá*.

O governo acreditava em bruxas, elas efetivamente existiam, e ele se dispunha a caçá-las, mas o problema não estava nas bruxas, e sim na maneira como as caçava. Para purgar o ensino infiltrado por esquerdistas, policializou-se a universidade. Quatro reitores de universidades foram depostos. Na direção da Universidade de Minas Gerais colocou-se um

interventor militar. Na de Brasília, um civil. Nela, puseram-se nove professores na rua como se fossem vendedores de loteria, pois nem sequer o ritual das investigações sumárias lhes foi concedido.[38] Na Universidade de São Paulo, uma comissão secreta formada por iniciativa do reitor Luís Antonio da Gama e Silva produziu um documento em que propunha a punição de 44 professores e concluía "serem realmente impressionantes as infiltrações de ideias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos". O sociólogo Florestan Fernandes, arrolado no IPM da USP, escreveu uma carta de protesto ao tenente-coronel que o chefiava na qual bradava: "Não somos um bando de malfeitores". Como resposta, foi preso.[39] Um de seus assistentes, Fernando Henrique Cardoso, era considerado "comunista destacado", fugira para o Guarujá e de lá para Buenos Aires e Santiago.[40] [*Veja o documento*] Outros dois professores, da faculdade de medicina, denunciados por colegas, foram encarcerados no navio-presídio *Raul Soares*, fundeado ao largo de Santos. Um deles teve a filha de seis meses proibida de entrar na creche do hospital das Clínicas.[41] Expulsaram-se alunos no Instituto Tecnológico da Aeronáutica e nas faculdades nacionais de Direito e Filosofia.

Em São Paulo, quando o governo começou a se mostrar incomodado pela epidemia de indicações do professor Celso Furtado para paraninfo de turmas, a venerável congregação de catedráticos da Escola Politécnica — uma das melhores faculdades de engenharia do país, repleta de quatrocentões — vetou as homenagens ao economista exilado. Na Paraíba, diante do mesmo problema, um capitão do Exército, investido de poderes de reitor, mandou destruir os 7 mil convites da formatura, pagos pelos alunos.[42]

Esses mecanismos repressivos poderiam dar resultados se, na sua vulgaridade, fossem rápidos como as batidas policiais. Como a roda do regime se movia em sentido contrário ao dos tempos, seu movimento levou-

a a esbarrar na sensibilidade internacional. Os bacharéis da nova ordem na Universidade de São Paulo esforçavam-se para expulsar o professor Mario Schenberg, físico que participou da descoberta do fenômeno Urca, através do qual se começaram a explicar as supernovas e a mais conhecida delas, a Estrela de Belém.[43] Militante do Partido Comunista, Schenberg atazanava havia mais de uma década seus adversários políticos na USP. Por comunista, nada mais fácil que prendê-lo. Por físico, houve que enfrentar o descontentamento da comunidade acadêmica internacional. O Prêmio Nobel alemão Werner Heisenberg, diretor do renomado Instituto Max Planck, liderou uma onda de protestos que envolveu mais de vinte centros universitários europeus e americanos contra a prisão de Schenberg.[44]

As cassações e os inquéritos produziam sobre o corpo docente da universidade brasileira, aos poucos, um efeito depurador de sentido oposto ao que o regime pretendera. Os liberais, que discretamente apoiaram a derrubada de Goulart, refluíam para a oposição ou, pelo menos, para um silêncio envergonhado diante da anarquia de IPMs, delações e arbitrariedades militares. A esse refluxo dos liberais correspondia, quase sempre, um avanço dos aproveitadores associados à extrema direita, o que haveria de funcionar como um ciclo perverso. Mais avançava o oportunismo, mais retraíam-se os liberais, mais radicalizavam-se os estudantes, e policializava-se a universidade, fazendo avançar o obscurantismo, e assim por diante.

Bom exemplo da opção do regime pelo oportunismo e pela delação pode ser encontrado no que sucedeu na Faculdade Nacional de Filosofia. A FNFi, no Rio de Janeiro, fora um dos mais agitados ninhos de subversão universitária. Em 1963 a sua “base” do Partido Comunista chegara a ter perto de 120 militantes. Radicalizada, a escola estivera dividida com os comunistas de um lado e, de outro, o seu diretor, Eremildo Luiz Vianna, que a tivera por quase uma década como *ménage* administrativo. Entre Eremildo e o PCB, porém, havia o universo. Desde conservadores de

passado fascista e currículo erudito, como o historiador Hélio Viana, cunhado de Castello, até pensadores liberais que combateram Goulart, como o advogado Sobral Pinto. A nova ordem achou em Eremildo o seu querubim. Demitiram-se dois catedráticos, quatro professores, expulsaram-se dezenove estudantes, e colocou-se a FNFi debaixo de dois IPMs.[45] Essas medidas cirúrgicas tinham punhos fortes e pernas curtas. Quando o general Acyr da Rocha Nóbrega, chefe da comissão de investigações na Universidade do Brasil, concluiu sua inquisição, veio uma surpresa. Determinou a abertura de processo criminal para punir Eremildo por fraudes contábeis descobertas nas suas sucessivas gestões. Considerou-o "moralmente incompatível para o exercício da função pública".[46] Para um regime que pretendia combater a subversão e a corrupção, nada mais lógico. Para o professor Flávio Suplicy de Lacerda, ministro da Educação de Castello, nada mais absurdo. "Não podemos fazer isso com um dos mais destacados homens da Revolução", anunciou ao saber da decisão do general.[47] Por ordem sua o inquérito foi arquivado.[48]

Suplicy, o mais catastrófico dos ministros da Educação na história da pedagogia nacional, fora até o início de 1964 um modesto reitor da Universidade Federal do Paraná. Vira-se catapultado ao gabinete pelo general Ernesto Geisel, que o conhecera anos antes, quando servia em Curitiba. Chamava de "escorpiões" e "agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes" os estudantes que faziam passeatas contra o governo.[49] A UNE e mesmo a esquerda estavam longe de representar os universitários, mas um ministro da Educação capaz de dizer semelhantes vulgaridades levava água para a oposição ao regime. Um estudante poderia ser um anticomunista, poderia ainda discordar da orientação que professores esquerdistas imprimiam aos currículos e até apoiar as linhas mestras da política do governo, mas dificilmente seria um quadro de um regime que se associava à intolerância. No Colégio de Aplicação do Rio de

Janeiro, instituição modelar criada em 1948, o radicalismo oficial conseguiu transformar lacerdistas em militantes do radicalismo esquerdista.

* * *

Em junho de 1964, Castello enviara ao Congresso uma mensagem propondo a extinção da UNE e das demais organizações estudantis. Com essa providência o regime, dirigido por uma geração de oficiais que na década de 1920 frequentara as academias militares em estado de semirrebeldia, pretendia a tarefa impossível de despolitizar as universidades. Seu efeito imediato foi uma inibição temporária da esquerda acadêmica. O efeito profundo foi bem outro. Colocou-se gradativamente o movimento estudantil na clandestinidade, juntando-o aos partidos comunistas, ao radicalismo brizolista e, sobretudo, às centenas de sargentos e suboficiais que haviam sido expulsos das Forças Armadas.[50] Dezesseis alunos do Colégio de Aplicação acabariam integrando-se aos núcleos de duas organizações armadas. Oito deles foram presos, dois dos quais banidos. Outros dois deixariam o país.[51] Em Belo Horizonte, de um grupo de vinte estudantes que militava na organização Política Operária, a Polop, pelo menos dezesseis migrariam para organizações armadas. Um seria assassinado, outro se mataria ao perceber que seria preso, seis foram banidos e três exilaram-se. Nesse plantel estava a estudante de economia Dilma Vana Rousseff, filha de um próspero comerciante búlgaro, vinda do Colégio Sion e do prestigioso Colégio Estadual. Em 1967, de sapatos prateados, casara-se com um colega de militância.[52] Três anos depois estaria presa.

A criminalização da política nas escolas foi um mau passo dado num país onde o movimento estudantil, por sua tradição, tinha um pé na esquerda e outro na elite, permitindo um tráfego histórico de ideias e sobrenomes. O penúltimo presidente da UNE, Vinicius Caldeira Brant,

descendia do marquês de Barbacena, negociador da dívida colonial brasileira e do segundo casamento de d. Pedro I. Desde o século XVIII, quando o estudante José Joaquim da Maia procurou Thomas Jefferson, embaixador americano em Paris, para pedir-lhe que ajudasse uma conspiração de intelectuais no alto das montanhas auríferas de Minas Gerais, a agitação universitária confundiu-se com a causa da liberdade nacional. Assim foi na abolição, assim fora durante a maré fascista da primeira metade do século. Assim fora, sobretudo, na grande baderna que tomou as praças do país em 1961 e obrigou os ministros militares que vetavam a posse de João Goulart na Presidência da República a engolirem seu golpe. O movimento estudantil não cabia na clandestinidade simplesmente porque era uma espécie de espoleta histórica do intrincado processo de metamorfoses ideológicas da plutocracia nacional.

Além disso, a roda de Aquarius, veloz, girava na direção oposta. Em junho de 1962, reunidos numa pequena cidade do estado de Michigan, sessenta universitários americanos redigiram o *Manifesto de Port Huron*, no qual anunciavam que "nós fazemos parte de uma geração criada pelo menos em condições de modesto conforto, vivendo hoje nas universidades, olhando desconfortavelmente para o mundo que herdamos".[53] Em 1964, numa casinha setecentista no centro de Amsterdã, reuniam-se jovens cabeludos que conclamavam o mundo a "participar da resistência contra todas as formas de autoritarismo", sugerindo que o palácio real fosse transformado em hotel, que todo o trabalho da cidade fosse feito por máquinas, para que os habitantes pudessem pensar, e que a polícia, em vez de carregar cassetetes, circulasse com fósforos, esparadrapo e preservativos, para oferecê-los a quem deles precisasse.[54] O vento libertário da marginalidade e do bom humor começara a entrar nas universidades de todo o mundo. Seriam necessários menos de três anos para que se vissem os desastrosos resultados da ideia de converter o Brasil num país onde os estudantes aceitassem um regulamento disciplinar pelo qual nada deveriam

fazer nas escolas senão estudar, pois quem quisesse fazer política deveria se dirigir aos partidos legalmente constituídos.

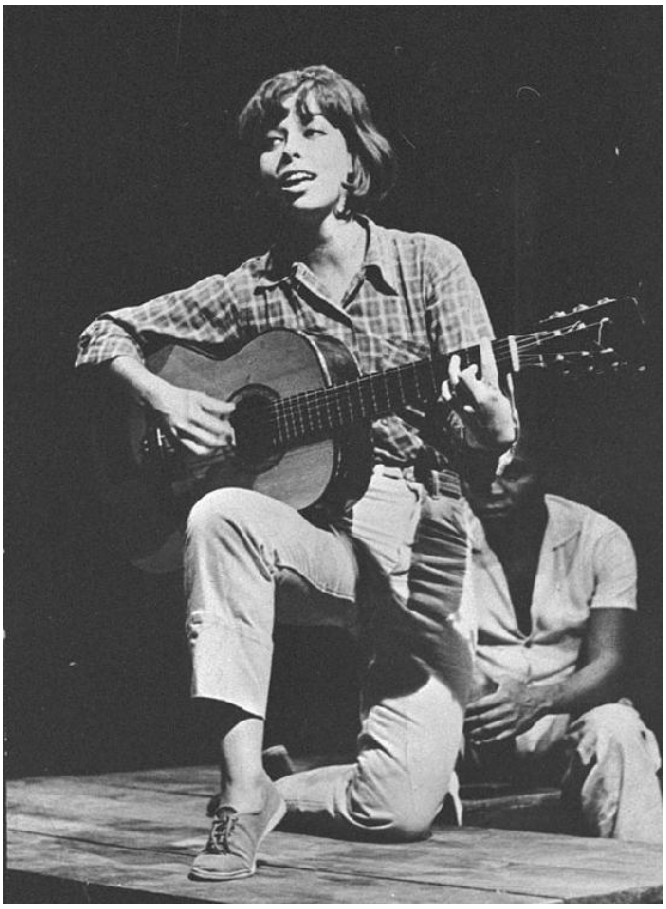
Os jovens brasileiros sentiam-se livres e cúmplices numa sociedade pobre e injusta. Essa ansiedade produziu um surpreendente movimento. Saída da militância laica da Igreja, nasceu em 1962 a Ação Popular (AP), vertente esquerdista da Juventude Universitária Católica, que até o final dos anos 1950 servira ao conservadorismo dentro do movimento estudantil. Em seu primeiro documento ela proclamava que "a Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade".[55] Dividido entre o prestígio da AP e a ação burocrática do Partido Comunista, o movimento estudantil brasileiro foi apanhado pela deposição de Goulart num momento radical porém sinceramente transformador. Na retórica de sua cúpula, era socialista. Na base, os jovens podiam até ser anticomunistas, mesmo porque isso não tinha muita importância. Eles acreditavam, acima de tudo, na capacidade de a mobilização popular — ou, pelo menos, estudantil — mudar para melhor as estruturas de poder da sociedade brasileira através do exercício das franquias democráticas. Não cabiam no papel que o regime lhes oferecia.

Em plena ofensiva de 1964, enquanto o jornal *O Estado de S. Paulo* se queixava de que "inegavelmente o setor estudantil é um daqueles em que a Revolução não logrou ainda introduzir o seu processo de saneamento", Golbery surpreendia-se com a capacidade de ressurgimento exibida pela esquerda universitária.[56] Em setembro anotava que "as minorias alijadas da liderança estudantil já se reorganizaram e passaram a atuar decididamente para a reconquista das posições perdidas", reclamando da imprensa pela "defesa da manutenção, em postos-chave do ensino, de elementos subversivos ou corruptos" e dos estudantes pela "escolha generalizada, para oradores e paraninfos, de elementos proscritos da vida política nacional por seu passado subversivo". Concluía o chefe do SNI: "Tudo isso leva à

previsão de novos fracassos da frente democrática nas futuras eleições para diretórios acadêmicos, dado o alcance da infiltração esquerdista existente e a pouca profundidade do trabalho de saneamento, recuperação e doutrinação que se impõe no meio estudantil, escasso, ademais, de líderes democráticos bem-treinados e dinâmicos".[57]

Por mais que Castello e Golbery tentassem administrar uma política de compromisso, a dissociação entre o governo, os jovens e a intelectualidade, para infortúnio de todos, era irremediável. Castello procurava assegurar a liberdade de expressão, respeitando a imprensa estabelecida e as manifestações culturais. Protegido por essa garantia que derivava sobretudo da personalidade do marechal, o protesto sempre achava um canto para se instalar. Graças a uma superposição mágica típica dos anos 1960, esse protesto vocalizava simultaneamente a oposição à ditadura e o jeito de uma nova época. Em dezembro de 1964, num shopping center inacabado de Copacabana, estreou o show *Opinião*. Misturava sambão, jazz, baladas nordestinas, comentários políticos e melodias da bossa nova. No meio dessa salada estava a doce figura de Nara Leão, uma capixaba tímida. Transformada em musa da bossa nova, vestida com calça jeans e uma blusa vermelha, cantava "Carcará", história de um pássaro malvado que "pega, mata e come", ruim como o regime. O show rodou o Brasil, foi visto por 100 mil pessoas e por alguns anos foi paradigma da militância cultural oposicionista. "A música 'Carcará' (...) quando cantada, em qualquer hora e lugar, tornava-se uma senha de reconhecimento da tribo ideológica", escreveu o crítico Edelcio Mostaço, antecipando o que chamaria de "estética da agitação".[58] O grupo fechava o espetáculo cantando:

Podem me bater,
Podem me prender,
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião.



Rio, dezembro de 1964. Nara Leão durante o show *Opinião*; surge a “estética da agitação”.

O governo sofria o peso do fardo do terrorismo cultural. Durante o ano de 1964 Golbery tratou dele quatro vezes em suas *Estimativas*. Em duas ocasiões classificou-o de “slogan”, numa de “fantasia” e, finalmente, chamou-o de “imaginário”.[59] Ainda que não se possa definir com precisão o que seja “terrorismo cultural”, e se verifique a existência de um clima — e de um esforço — de preservação da liberdade artística no governo Castello, “imaginário” ele não era. Como na questão da tortura, o chefe do SNI confundia nos seus documentos oficiais a causa (a arbitrariedade do regime) com o efeito (a utilização que dela faziam os oposicionistas), enfrentando publicamente o efeito na esperança de que a causa se exaurisse. O resultado, porém, acabava sendo o oposto: caçavam-se não só as bruxas, mas também aqueles que denunciavam a caçada. O sociólogo Gilberto

Freyre, inebriado por meia dúzia de homenagens do regime e por um convite para que ocupasse o Ministério da Educação, denunciava a "propaganda comunista antibrasileira baseada no mito de aqui dominar um 'militarismo da pior espécie' através de 'hediondo terrorismo cultural'". Tudo, segundo o Mestre de Apipucos, culpa de Alceu Amoroso Lima, a quem chamava de "ultraliberal de última hora", dado a "ficções demagógicas".[60]

Para Castello, porém, as coisas eram mais complicadas do que para Freyre. Em maio de 1965, durante um dos períodos de anarquia fabricados pelos coronéis que dirigiam IPMs, o editor esquerdista Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira, viu-se encarcerado por ter oferecido uma feijoada ao ex-governador pernambucano Miguel Arraes. No que viria a se tornar conhecido como o *IPM da Feijoada*, um coronel deteve, além do anfitrião, suas duas empregadas e o porteiro do edifício.[61] Ênio era uma *bête noire* da direita desde antes de 1964 por lançar, através de uma política editorial agressiva, os Cadernos do Povo Brasileiro. Sua prisão provocou um manifesto assinado por cerca de mil pessoas ligadas à produção cultural, entre as quais se juntaram desde figurinhas fáceis da militância esquerdista e adesões surpreendentes, como a do compositor Pixinguinha, até intelectuais conservadores, como o historiador Américo Jacobina Lacombe.[62]

Ênio Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira, publicava um livro por dia. Em 1965, foi preso. Era acusado de, entre outras faltas, ter oferecido uma feijoada a Miguel Arraes.

Castello, com sua letra elegante, mandou ao general Ernesto Geisel quatro folhas de bloco manuscritas tratando do assunto. Com lápis vermelho, escreveu a palavra *reservado* no alto de cada uma delas. Dizia o presidente ao seu chefe do Gabinete Militar: “Por que a prisão do Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. (...) Há como que uma preocupação de mostrar ‘que se pode prender’. Isso nos rebaixa. (...) Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural”.[63] [*Veja o documento*]

Tinha razão. Era terror cultural mesmo. Para coibir “os processos de contaminação da opinião pública”, a Polícia Federal apreendera em torno de 17 mil volumes de 35 obras acusadas de “difundir doutrina veementemente repelida pelo povo brasileiro”.[64]

Diante do avanço da linha dura, Golbery tentara uma discreta aproximação com a esquerda. Desde setembro de 1964 defendia a necessidade de se “permitir às esquerdas não marxistas expressão cada vez mais livre no quadro da atuação oposicionista legal”.[65] Falava em “grupos recuperáveis da chamada esquerda positiva” e sonhava com a possibilidade de absorvê-los.[66] Semanas antes da prisão de Ênio Silveira, o chefe do SNI denunciara os oficiais da linha dura num documento secreto entregue à reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, associando-os a “oportunistas satisfeitos”, “oportunistas insatisfeitos” e “reacionários”, todos responsáveis pelo “fracionamento da frente revolucionária”, adversários da política “reformista” do governo.[67]

O editor esquerdista mal tinha saído da cadeia quando recebeu um convite para uma conversa com o chefe do SNI. Encontraram-se na sala do edifício Avenida Central, onde Golbery conspirara até 1964 e que, uma vez

no poder, não desativara. Viram-se mais duas vezes.[68] Pouco depois do terceiro encontro Ênio foi novamente preso e levado para o quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, onde ficou 29 dias incomunicável. Nunca mais conversaram. (Anos mais tarde Golbery foi arrolado como testemunha de defesa num dos quatro processos a que submeteram Ênio por editar livros considerados subversivos.)

Quando o consulado de Castello Branco começava a apagar suas luzes, a panela do movimento estudantil explodiu, e o governo teve de sair às ruas de cassetete na mão. Em Belo Horizonte mobilizaram-se quase 5 mil homens do Exército, Aeronáutica e Polícia Militar para impedir a realização de um congresso clandestino da UNE que acabou reunindo-se num convento franciscano. Em São Paulo a PM invadiu o encontro em que se elegia a nova diretoria da União Estadual de Estudantes, prendeu 178 jovens e disparou uma epidemia de manifestações que ganharam o apelido de “Setembrada”. Durante todo o mês estudantes e policiais disputaram as ruas das grandes cidades brasileiras.

Na noite de 23 de setembro de 1966, seiscentos estudantes encurralados no campus da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, viram-se atacados por tropas da Polícia Militar e do Exército. Foram espancados e levados, como prisioneiros de guerra, para um campo de futebol próximo, onde tiveram de se deitar no gramado até serem submetidos a uma triagem. Esse episódio mostrou à classe média carioca os dentes de um novo regime.[69] Nessa mesma noite, a poucos quilômetros de distância, o marechal Costa e Silva, ungido sucessor de Castello, cumpria o ritual da sagração e jantava na casa do embaixador americano John Tuthill, explicando-lhe que a plataforma de seu governo haveria de se basear na saúde, agricultura e... educação. O embaixador, visivelmente entediado pela narrativa que ouviu, registrou que o marechal “evidentemente decorou bem sua fala (...) pois repetiu-a duas vezes durante a noite”.[70]

A classe média, assustada pelas pancadarias, não compreendia mais o governo que ajudara a entronizar. O regime, que prometia fazer da educação uma de suas joias, não percebia que alguma coisa estava mudando. Havia nessas duas incompreensões a problemática habitual do choque entre uma classe média que acha graça em filhos rebeldes e um governo que prefere bater em estudantes atrevidos. A agravá-la, e a transformá-la numa problemática inteiramente diversa da habitual, estavam as duas rodas, a dos chavões de uma ditadura que não conseguia emocionar o embaixador americano e a de Aquarius, que emocionava o mundo.

* * *

A ditadura brasileira, com suas violências e mesquinharias, caíra com sua pretensão desmobilizadora no meio daquela delirante agitação sem entendê-la, mas pensando em reprimi-la. Nos Estados Unidos, os movimentos pacíficos dos negros americanos começavam a se transformar em monumentais quebra-quebras estimulados pelo grito de guerra criado por Magnificent Montague, um inexpressivo disc-jóquei de Chicago: "*Burn, baby, burn*". Em 1966 quebraram-se 43 cidades e só nos primeiros nove meses de 1967, mais 164. O mais violento desses quebra-quebras, em Detroit, deixou um saldo de 43 mortos, 7 mil presos, 1.300 prédios destruídos e 277 lojas saqueadas.[71]

Em São Francisco, na primeira grande manifestação de jovens em que se misturavam protestos políticos, amores fortuitos, música e drogas, o poeta Gary Snider anunciava: "Nós somos os primatas de uma cultura desconhecida".[72] Denominavam-na "contracultura" e denominavam-se "hippies". Os Beatles tinham acabado de gravar "Strawberry fields forever", sob o efeito de comprimidos de LSD. O *rolling stone* Mick Jagger foi preso em Londres por carregar alguns cigarros de maconha, e o *The*

Times, voz do conservadorismo britânico, tomou sua defesa, num editorial intitulado “Quem arrebenta uma borboleta numa roda de tortura?”.[73]

Parecera a Golbery que o recrudescimento da Guerra do Vietnã era algo “sem maiores consequências para os EUA e o mundo ocidental”. Nada mais errado. Desde o início de 1967 pipocaram nos Estados Unidos manifestações pacifistas que chegaram a juntar meio milhão de pessoas no Central Park, em Nova York. Em outubro, em Washington, 50 mil pessoas marcharam sobre o Departamento de Defesa. Vestidos como vagabundos, risonhos como palhaços, carregavam flores, sugeriam que se fizesse o amor e não a guerra. Nessa manifestação, que o professor americano Allen Matusow chama de “um dos mais significativos acontecimentos da história dos Estados Unidos”, um grupo de hippies tentou fazer levitar o prédio do Pentágono. A imensa construção, que abriga os maiores corredores do mundo, não levitou, mas hoje se sabe que por conta daqueles hippies ela sem dúvida saiu do lugar.[74]

A inexorabilidade da existência burguesa, a onisciência do poder e a invencibilidade do mais forte, certezas da década de 1950, tornaram-se dúvidas no fim dos anos 1960. Surpreendentemente, essas dúvidas não saíam de alfarrábios e de racionalizações produzidas pelo modo de pensar vigente, mas de um novo modo, em que até mesmo o fato de pensar de uma determinada maneira era motivo suficiente para duvidar. A ordem tinha diante de si o mais perigoso dos seus inimigos, a anarquia.

No Brasil, as tentativas pacificadoras do regime mancavam das duas pernas. De um lado ele pretendia impor um governo ditatorial como legítimo produto de uma revolução democrática. De outro, via na tempestade de ideias e de costumes uma simples desordem, fruto de um provável declínio do mundo ocidental e de suas formas de liberalismo democrático. Nascia um salvacionismo de quitanda através do qual se via na explosão anárquica o fim do mundo ocidental e se acreditava que o regime brasileiro tinha a clarividência de se antecipar ao Juízo Final,

perfilando-se à mão direita de Deus Padre como emissário de um novo tempo.

Havia tanta certeza de que a força do regime tinha a capacidade de impor aos seus adversários qualquer humilhação, que o governador Carlos Lacerda, depois de mandar proibir a peça *O berço do herói*, de Dias Gomes, desafiara na porta do seu edifício na praia do Flamengo uma comissão de artistas que pedia a liberação do espetáculo: “Se querem fazer revolução, peguem em armas!”.[75]

1 Muitos aspectos do tema deste capítulo estão discutidos em “A canção do homem enquanto Seu Lobo não vem”, em Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira*. Visão diversa, é leitura recomendada.

2 Ernesto Geisel, *Expansão do Comunismo no Âmbito Nacional*, minuta de documento da chefia do Estado-Maior do Exército, sem data, p. 7. APGCS/HF.

3 *Conceituação da Segurança Nacional*, manuscrito de Golbery, em dezenove folhas de bloco, sem data. APGCS/HF.

4 Golbery do Couto e Silva, *Planejamento estratégico*, pp. 19 e 21.

5 JK aceitou a sugestão de mudar a capital durante um comício em Jataí (GO). Juscelino Kubitschek, *Por que construí Brasília*, pp. 7-8.

6 Eric Hobsbawm, *Era dos extremos*, p. 318. Hobsbawm lista os ícones da cultura do fim do século que tiveram trajetória semelhante à de James Dean (morto num desastre de automóvel em 1955): Janis Joplin, Jimi Hendrix, Brian Jones, Buddy Holly e Bob Marley.

7 Steven Watson, *The birth of the beat generation*, p. 3.

8 O termo foi criado em outubro de 1957, num artigo de Herb Caen. Steven Watson, *The birth of the beat generation*, p. 4.

9 Jack Kerouac, *On the road*, p. 221. A primeira edição americana é de 1957.

10 Paul Berman, *A tale of two utopias*, pp. 32-3.

11 Aldous Huxley, *As portas da percepção e Céu e Inferno*, p. 6.

12 Allen J. Matusow, *The unraveling of America*, pp. 283, 285, 288 e 322. James Miller, *Democracy in the streets*, p. 81. Judith Clavir Albert e Stewart Edward Albert, *The Sixties papers*, p. 5.

13 Rosa Parks e Jim Haskins, *Rosa Parks: my story*, pp. 108-58. Harvard Sitkoff, *The struggle for black equality — 1954-1980*, p. 41. Ver também *Rosa Parks*, de Douglas Brinkley.

14 *Impressão Geral nº* 1, do SNI, para a semana de 10 a 16 de agosto de 1964. APGCS/HF.

15 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de agosto de 1964, para o encontro de Golbery com Nascimento Brito. APGCS/HF. Para o encontro no Delmonico, Derek Taylor, *It was twenty years ago today*, p. 83.

16 Chris Salewicz, *McCartney*, p. 170, e Allen J. Matusow, *The unraveling of America*, p. 277.
17 Luiz Alberto Gómez de Souza, *A JUC*, p. 75. Esse dado deve ser visto no contexto da época. Entre 1949 e 1969, o número de estudantes universitários triplicou em doze países europeus: Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia e Alemanha. Duplicou na Áustria e Grã-Bretanha. Roberto Schwarz, "Cultura e política, 1964-1969", em *O pai de família e outros estudos*, p. 89.
18 Roberto Schwarz, "Cultura e política, 1964-1969", em *O pai de família e outros estudos*, p. 89.
19 Ruy Castro, *Chega de saudade*, p. 240.
20 Idem, pp. 230 e 317.
21 José Castello, *Vinicius de Moraes, o poeta da paixão*, p. 246. A rua Montenegro chama-se, hoje, Vinicius de Moraes.
22 *O Estado de S. Paulo* de 5 de janeiro de 1965, citado na *Revista Civilização Brasileira*, nº 1, março de 1965, p. 55. Menos de dez anos depois Júlio César Mesquita, neto de Julio de Mesquita Filho, diretor responsável d'*O Estado* na época do editorial, desfilaria regularmente na Estação Primeira de Mangueira.
23 Jalusa Barcellos, *CPC da UNE*, p. 12.
24 Artur José Poerner, *O poder jovem*, p. 200.
25 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de abril de 1964. APGCS/HF.
26 *Correio da Manhã*, 25 de julho de 1964, citado na *Revista Civilização Brasileira*, nº 1, março de 1965, p. 282.
27 Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), *Febeapá*, p. 12.
28 *Correio da Manhã*, 2 de setembro de 1964, citado na *Revista Civilização Brasileira*, nº 1, março de 1965, p. 276. *Sete dias em maio* foi exibido pouco depois, ainda no governo do marechal Castello Branco.
29 *O Cruzeiro*, 6 de julho de 1965, citado na *Revista Civilização Brasileira*, n-º 1, março de 1965, p. 286.
30 *The Times*, citado no *Correio da Manhã*, 2 de junho de 1964.
31 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de agosto de 1965. APGCS/HF.
32 Idem, 31 de agosto de 1965, APGCS/HF, e Luiz Felipe de Alencastro, abril de 1988.
33 Perfil do marechal Castello Branco pela CIA, de 5 de agosto de 1964. *National Security Files, Latin America*. BLBJ.
34 *Revista Civilização Brasileira*, nº 1, março de 1965, p. 243.
35 Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), *Febeapá*, pp. 9, 23 e 29.
36 José Carlos Oliveira, *Diário da patetocracia*, p. 62. Para a história de Romero Lago, ver também Inimá Simões, *Roteiro da intolerância*, p. 95. Simões informa que Godoy se foragira por ser acusado de ter mandado matar dois homens.
37 Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), *Febeapá*, p. 8.
38 Roberto A. Salmeron, *A universidade interrompida*, p. 171.
39 *O livro negro da USP*, pp. 16 e 25.

40 *Veja*, 6 de outubro de 1994, pp. 42-5, e anotação de 27 de abril de 1964 feita no prontuário de Cardoso no DOPS paulista, do qual foram publicados trechos em *O Estado de S. Paulo* de 5 de abril de 1998.

41 O caso da menina expulsa da creche está no artigo de seu pai, Thomas Maack, "Casa de Arnaldo, circa 1964", *Revista USP*, nº 10, junho-agosto de 1991, pp. 121-34.

42 *Última Hora* de 11 de dezembro de 1964, citado na *Revista Civilização Brasileira*, nº 1, março de 1965, pp. 272-3.

43 *Revista Civilização Brasileira*, nº 1, março de 1965, pp. 239-97.

44 Idem, p. 254. Para a natureza fisiológica das delações, ver o artigo do professor Thomas Maack, preso e expulso da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, "Casa de Arnaldo, circa 1964", *Revista USP*, nº 10, junho-agosto de 1991.

45 Durante a ditadura, incluindo-se as demissões do AI-5, a partir de 1968, foram punidos 22 professores da FNFi. Maria de Lourdes de A. Fávero (coord.), *Faculdade Nacional de Filosofia*, vol. 2: *O corpo docente*, p. 65. Para uma narrativa do caso da FNFi, ver o depoimento da historiadora Maria Yedda Leite Linhares, em Maria de Lourdes de A. Fávero, idem, vol. 5: *Depoimentos*, pp. 393-427.

46 Alzira Alves de Abreu, *Intelectuais e guerreiros*, p. 150. Para a entrega da lista, comunicação de Eremildo Vianna à Congregação da FNFi, reuniões de 23 e 26 de novembro de 1964, em Maria de Lourdes de A. Fávero (coord.), *Faculdade Nacional de Filosofia*, vol. 5: *Depoimentos*, p. 61.

47 *Correio da Manhã*, 22 de novembro de 1964. Essa mesma avaliação, em outras palavras, está em Maria de Lourdes de A. Fávero (coord.), *Faculdade Nacional de Filosofia*, vol. 5: *Depoimentos*, p. 64. Suplicy teria chamado Eremildo de "herói da Revolução", conforme contou o general Acyr ao físico Jayme Tiomno.

48 Maria de Lourdes de A. Fávero (coord.), *Faculdade Nacional de Filosofia*, vol. 5: *Depoimentos*, p. 64.

49 Artur José Poerner, *O poder jovem*, p. 265.

50 A UNE foi extinta em 1964, pela Lei nº 4.464. Em 1967, pelo Decreto-lei nº 288, baixado ainda no governo Castello, foram extintas também as entidades estudantis estaduais. Pelo Decreto nº 477, de 28 de fevereiro de 1969, estipularam-se sanções disciplinares contra a militância política de alunos e professores. Maria de Lourdes de A. Fávero, *UNE em tempos de autoritarismo*, pp. 66-7.

51 Alzira Alves de Abreu, *Intelectuais e guerreiros*, pp. 112 e 143. Em seu livro *Os carbonários*, pp. 400 e segs., Alfredo Sirkis, ex-aluno do Colégio de Aplicação, lista oito colegas presos e quatro exilados entre 1969 e 1971.

52 Ricardo Amaral, *A vida quer é coragem*, p. 43.

53 James Miller, *Democracy in the streets*, p. 329.

54 Judith Clavir Albert e Stewart Edward Albert, *The Sixties papers*, p. 176.

55 Luiz Alberto Gómez de Souza, *A JUC*, p. 199. Ver também o depoimento de Herbert José de Souza, o Betinho, em seu *No fio da navalha*, pp. 31 e segs.

56 Editorial d'*O Estado de S. Paulo* de 21 de outubro de 1964, p. 3.

57 *Impressão Geral nº* 5, do SNI, para a semana de 7 a 14 de setembro de 1964. APGCS/HF.

58 Edelcio Mostaço, *Teatro e política*, pp. 79 e 81.

59 *Impressão Geral nºs* 6 *e* 11, para os períodos de 15 a 21 de setembro e 3 a 9 de novembro de 1964, para "slogan". *Impressão Geral nº* 9, para o período de 6 a 19 de outubro de 1964, para "fantasia". *Apreciação Sumária da Situação Nacional*, exposição ao ministério, 30 de dezembro de 1964, para "imaginário". APGCS/HF.

60 Gilberto Freyre, "Forças Armadas e outras forças", em *A Revolução de 31 de março*, p. 175.

61 Heleno Cláudio Fragoso, *Advocacia da liberdade*, p. 17.

62 *Revista Civilização Brasileira*, nº 3, julho de 1965, pp. 356-63.

63 Quatro folhas manuscritas de Castello a Geisel, de maio de 1965. APGCS/HF.

64 Heleno Cláudio Fragoso, *Advocacia da liberdade*, p. 26.

65 *Estimativa n-º* 1, do SNI, de 15 de setembro de 1964. APGCS/HF.

66 *Impressão Geral nº* 6, do SNI, para o período de 15 a 21 de setembro de 1964. APGCS/HF.

67 *Apreciação das Tendências Contra-Revolucionárias*, documento apresentado à reunião do Alto-Comando das Forças Armadas de 27 de abril de 1965. APGCS/HF.

68 Ênio Silveira, 1990.

69 José Dirceu e Vladimir Palmeira, *Abaixo a ditadura*, pp. 117-8.

70 Telegrama do embaixador John Tuthill ao Departamento de Estado, de 23 de setembro de 1966. BLBJ.

71 Allen J. Matusow, *The unraveling of America*, pp. 279, 360 e 362-3.

72 Idem, p. 275.

73 Derek Taylor, *It was twenty years ago today*, p. 249.

74 Allen J. Matusow, *The unraveling of America*, p. 329.

75 *Revista Civilização Brasileira*, nº 4, setembro de 1965, p. 263.

PARTE III
A CONSTRUÇÃO

MAI 68
DEBUT
D'UNE LUTTE
PROLONGE
veja
PROCURA-SE
Marighela
COMUNISTA
CRÍTICO DE FUTEBOL EM CO
ASSALTANTE C
GRANDE APRECIADOR DE BATIDA

NAS FOTOS ANTERIORES

Ernesto Geisel com o general Costa e Silva
A PM matou o estudante Edson Luis
A VPR explodiu uma bomba no QG do II Exército e matou o soldado Mário Kozel Filho
Cartaz da revolta francesa
Jango com Lacerda em Montevidéu
O inimigo número um: Carlos Marighella
O ministro Lyra Tavares com seu charuto

A esquerda se arma

Na sua prepotência, o desafio de Lacerda aos artistas era extravagância do forte contra o fraco. Postura que não metia medo àqueles que efetivamente queriam fazer uma revolução e, para isso, estavam dispostos a pegar em armas.

Castello obtivera do Congresso a prorrogação de seu mandato por um ano, estendendo-o até março de 1967. Com isso, o regime espanou de seu caminho a eleição presidencial, por voto direto, marcada para 3 de outubro de 1965. Mesmo assim, submeteu-se ao seu primeiro teste eleitoral. Realizaram-se eleições parlamentares e, em doze dos 21 estados, para governador. Os candidatos identificados com a nova ordem foram derrotados nos dois principais pleitos, o da Guanabara e o de Minas Gerais. Os vencedores vinham da pura cepa do conservadorismo nacional. Negrão de Lima, eleito governador da Guanabara, e Israel Pinheiro, de Minas, não podiam ser chamados de oposicionistas, porque oposição jamais tinham feito. Salvo no curto governo de Jânio Quadros, estiveram no poder tanto durante a ditadura de Vargas quanto na democracia posterior a 1946. Eram raposas que mais se assemelhavam aos conservadores do Império do que ao elenco de radicalizações da segunda metade do século XX. Ambos mineiros, um fora prefeito do Rio, o outro, coordenador da construção de Brasília. Suas vitórias significavam uma só coisa: em eleição direta, o regime não elegeria seu candidato à Presidência da República. E havia uma eleição marcada para o ano seguinte. O resultado de outubro prenunciava a derrota de Carlos Lacerda. Como não existia fórmula capaz de assegurar-

lhe o êxito, nem de retirar-lhe a candidatura, a preservação do regime aconselhava a mudança de regras do jogo. Isso prenunciava a vitória do general Arthur da Costa e Silva.

O ministro da Guerra cavalgara o inconformismo dos civis derrotados e a inquietação dos militares ressentidos, reciclara uma desordem ocorrida na Vila Militar e emparedara o governo. Três semanas depois da eleição, Castello baixou o Ato Institucional nº 2, transferindo ao Congresso o poder de eleger o presidente e reabrindo o ciclo punitivo extinto em 1964. O AI-2 mostrou a essência antidemocrática da moderação castelista. Derrotada nas urnas em 1946, 1950 e 1954, a direita militar vira-se diante de um dilema: a democracia com derrota ou a vitória sem ela. Durante os dias da crise militar que antecederam a recaída ditatorial, Castello nada fez para defender a ordem constitucional que presidia. Numa só canetada, abandonou a legalidade formal e cassou aos brasileiros o direito de eleger o presidente da República. Sabia que fazendo isso rolava o tapete para que seu ministro da Guerra viesse a ser seu sucessor.

Costa e Silva impusera-se como candidato contra a vontade de Geisel e de Golbery. Absorvera o radicalismo da anarquia e, ajudado pela força do cargo que exercia, encarnara a continuidade do poder dos generais. Apesar disso, tendo deixado o Ministério da Guerra, percorria alguns estados do país num arremedo de campanha, prometendo “humanizar” o regime.

* * *

Na manhã de 25 de julho de 1966 algumas dezenas de pessoas esperavam-no no aeroporto dos Guararapes, no Recife.

Havia gente querendo a revolução, disposta a matar para fazê-la. Um cidadão entrou na banca de jornal do saguão com uma maleta e saiu sem ela. Pouco depois o serviço de alto-falantes anunciou que o avião em que viajava o candidato, que estava em João Pessoa, sofrera uma pane e ele

chegaria de automóvel a outro ponto da cidade. O jornaleiro notou a maleta deixada no chão e pediu a um guarda-civil que a levasse para a sala de achados e perdidos. O guarda apanhou-a e tinha dado uns poucos passos quando ela explodiu. Costa e Silva deveria ter chegado às 8h30. A maleta detonou às 8h50. Guardava uma bomba feita com um pedaço de cano e que fora acionada pelo mecanismo de um relógio. Morreram no aeroporto um almirante da reserva e um jornalista. O guarda teve a perna amputada, e o secretário de Segurança de Pernambuco perdeu quatro dedos da mão esquerda. Treze pessoas ficaram feridas, inclusive uma criança de seis anos.[1]

No mesmo dia explodiram duas outras bombas, uma no serviço de divulgação do consulado dos Estados Unidos e outra na União Estadual de Estudantes, ferindo um funcionário. As três explosões de julho não foram as primeiras a acontecer no Recife. Em março haviam sido detonadas duas outras bombas, uma das quais diante da casa do comandante do IV Exército. Como de hábito, logo depois do atentado de Guararapes se prendeu um suspeito — um peruano desconexo — e se achou um mandante: Fidel Castro.[2] O ministro da Guerra, marechal Ademar de Queiroz,[3] disse que a ordem para ativar a bomba viera de Havana. O embaixador em Washington, Vasco Leitão da Cunha, informou ao secretário de Estado Dean Rusk que “há indícios definidos de que Cuba está por trás dos atentados”. Costa e Silva, por sua vez, disse que o ato nada mais era do que “a execução das decisões da Conferência Tricontinental de Havana”.[4]

Surgira o terrorismo de esquerda.[5] Não vinha das dissidências radicais do Partido Comunista, onde funcionavam as velhas máquinas revolucionárias, nem do brizolismo, com seus pelotões de sargentos cassados. A bomba saiu da Ação Popular, a AP. Entre 1950 e 1967, num processo surpreendente, a militância católica das universidades movera-se da direita para o centro, do centro para a esquerda, da esquerda para o marxismo e dele para a luta armada. Desde 1960 a esquerda católica,

coligada com o PCB, fornecia o presidente da União Nacional dos Estudantes. Com uma mensagem cristã e socialista, era a organização com maior número de militantes no movimento estudantil e, portanto, a que mais sofria com a repressão que o clandestinizara. No seu processo de radicalização tinha circuitos ligados com o brizolismo, com Havana e com Pequim.

Enquanto a bomba era deixada no chão do aeroporto dos Guararapes, o grosso da cúpula da AP estava concentrado na realização do XXVIII Congresso da UNE, celebrado clandestinamente por trezentos jovens no convento dos padres franciscanos de Belo Horizonte. Funcionavam duas APs, uma assemelhada a um partido de esquerda, que combatia a ditadura com palavras de ordem radicais, porém toleráveis para a hierarquia católica; outra, carbonária, trabalhava em segredo. Jair Ferreira de Sá, um de seus líderes, estivera na China em 1965, onde fora recebido por Mao Zedong.[6] Desde 1965 a organização formara uma comissão militar, treinando pelo menos dois de seus militantes em Havana.[7]

A bomba do aeroporto dos Guararapes foi colocada na banca de jornal por Raimundo Gonçalves Figueiredo, o *Raimundinho*, um mineiro franzino e calado de 27 anos que militara no setor estudantil da AP do Rio de Janeiro. Foram dele também duas das outras bombas explodidas no Recife naquelas semanas.[8] É certo que *Raimundinho* não agiu só. Estima-se que tivesse cinco cúmplices, todos estudantes.[9] Assustada, a direção da AP condenou o ato, dissolveu seus comandos paralelos e reviu seu relacionamento com os cubanos, pois Havana mostrava-se apressada em abrir focos guerrilheiros no Brasil.[10]

O peruano esquizofrênico preso no Recife era inocente, mas o governo tinha razão quando dizia, sem nenhuma prova, que havia o dedo cubano na maleta do Recife. Não se pode dizer que tenha partido de Havana uma ordem para detonar Costa e Silva, mas é indiscutível que existia uma conexão entre o braço armado da AP e o castrismo. O ex-padre português

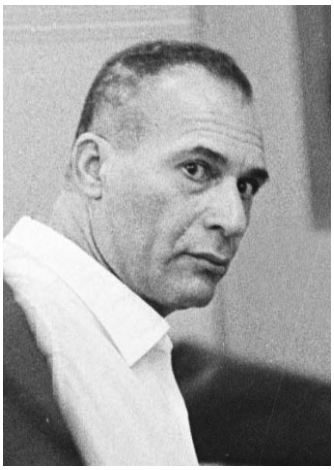
Alípio de Freitas, veterano agitador do radicalismo esquerdista, pós-graduado em Cuba, militava clandestinamente na AP e montara um núcleo de treinamento em explosivos na Bahia.[11] Ele teria coordenado a ação dos jovens do Recife. Passados quase trinta anos, nove dos quais ele viveu na cadeia, discutiu o assunto numa entrevista. Recusou-se a confirmar ou desmentir sua participação no episódio. Quanto à essência do atentado, foi claro: "Morreu gente, nós lamentamos. Mas era uma guerra, tinha que haver vítimas".[12]

A conexão da central de treinamento cubana, por onde Alípio passara, e o núcleo que montara na Bahia indicavam que Fidel Castro tinha mais cartas na mão que o valete de paus de Leonel Brizola. Enquanto ele fora o delegado da revolução continental no Brasil, a luta armada que Cuba propugnava resultara numa sucessão de guerrilhas arquivadas ou destruídas sem grande esforço. A ligação com a AP indicava que, para furar a couraça do Partido Comunista, Havana associara-se também ao radicalismo católico e estudantil.

Brizola tinha o apoio de sargentos e marinheiros, a AP o de suas bases no movimento estudantil, mas só o Partidão tinha a máquina de quadros capazes de manter e fazer funcionar uma organização clandestina. No cotidiano da ilegalidade, militantes com trinta anos de experiência valiam mais que a disposição dos militares expurgados ou o entusiasmo de jovens. Até 1964 o chofer do embaixador cubano no Rio, por exemplo, havia sido fornecido pelo PCB. Só a máquina do Partidão agia com segurança através da malha onde se misturavam, em graus variáveis de confiabilidade, simpatizantes, quadros retraídos e aliados de fé. Esse tecido cheio de matizes dava ao partido uma teia que ia muito além do seu efetivo, exigindo pouco ou quase nada da massa de apoios conservada na periferia.

A couraça seria furada por Carlos Marighella, uma das cabeças coroadas do PCB. Em 1966 tinha 54 anos de vida e 37 de partido, com quatro passagens pela cadeia, a primeira das quais como estudante. Filho de

um imigrante italiano com uma negra haussá, fora criado na Baixa do Sapateiro, em Salvador.[13] Durante a ditadura de Getulio Vargas passara seis anos no presídio de Fernando de Noronha. Saíra da cadeia do Estado Novo com o prestígio daqueles dirigentes comunistas que passaram em silêncio pela brutalidade das torturas. Marighella fora preso em maio de 1936, no Rio, onde militara sob o codinome de Nerval. Era "secretário técnico da organização do Partido". Cuidava das impressões clandestinas e da produção de documentos frios. Em sua casa encontraram material tipográfico e granadas.[14] Seu perfil mitológico foi produzido quase vinte anos depois pelo romancista Jorge Amado na trilogia stalinista *Os subterrâneos da liberdade*. Nela *Nerval* transmutara-se em *Carlos*, um mulato destemido que desafiou trotskistas e torturadores.[15]



Carlos Marighella

Corpulento, com a cabeça quase raspada, não fazia o gênero do capa-preta da direção do PCB. Metia-se com futebol, arriscava maus poemas, até mesmo em provas de química na faculdade de engenharia:

> *De leveza no peso são capazes*
> *Diversos elementos, vários gases.*[16]

Eleito deputado à Assembleia Constituinte de 1945, deixara nos anais 195 discursos, alguns deles temerários. Dirigira os comitês estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que lhe dera privilegiado conhecimento da malha dos militantes nesses estados. Em março de 1964 era o responsável pelo trabalho de coordenação nacional da agitação e propaganda do PCB. Num partido onde só havia espaço para a personalidade abarcadora de Luiz Carlos Prestes, esse mulato baiano conseguira pelo menos tipificar-se pela valentia.[17]

Em maio de 1964, Marighella estava numa galeria da Tijuca. Esperava pela zeladora do edifício onde morava, no Catete. Seu apartamento fora ocupado pela polícia dias antes, e a mulher lhe trazia um pacote com roupas limpas. Ele percebeu que a seguiam. Recolheu o pacote e entrou no cinema Eskye, onde se exibia *Rififi no safári*. Quando sentou, as luzes se acenderam. Estava cinematograficamente cercado por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social. Saiu no tapa com os policiais, numa sessão de pancadaria que só terminou na rua, quando o jogaram num camburão como a um animal. Tomara um tiro no peito, mas fizera uma peroração contra o regime.[18] Foi solto três meses depois, com dezesseis quilos a menos. No ano seguinte publicou o livreto *Por que resisti à prisão*. No conteúdo, como no título, encarnava uma disposição de combate incômoda para um PCB que descartava a luta armada. “Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º de abril, ou se conformam com ela”, dizia Marighella. Escrito com um olho na direção do partido, dosando a retórica em nome da disciplina, e o outro na juventude, o livro concluía quase cripticamente: “Liderança é dinamismo, é ação. E nesse sentido é que se torna necessário perseverar”.[19]

No final de 1965 o Partido Comunista estava longe de recuperar a liderança perdida. No dia 23 de dezembro o coronel Newton Leitão, chefe de gabinete de Golbery no SNI, telefonou a Heitor Ferreira e pediu-lhe que fosse encontrá-lo no escritório do Serviço, no Centro. Heitor registrou em

seu diário: “Assunto: parece que Prestes foi localizado. Linhas de ação: prender ou realizar operação”.[20] Ficou-se com a segunda alternativa, aprofundando as infiltrações de que já dispunham o governo e os serviços de informações americanos. A CIA fora capaz de remeter à Casa Branca, em setembro de 1965, a minuta de uma reunião ocorrida no Rio de Janeiro no mês anterior, entre um funcionário da embaixada soviética e representantes do PCB.[21] Seis meses depois, *Vinícius*, o veterano militante que montara o esconderijo de Prestes numa pequena casa de Jacarepaguá, foi parado na rua Barata Ribeiro por um desconhecido que sabia seu nome (Severino Teodoro de Mello). Sabia também de seus passos. Disse-lhe que servia ao SNI e gostaria de trocar algumas informações. Caminharam educadamente por alguns quarteirões e despediram-se sem trato. *Vinícius* era o único dirigente do PCB que via Prestes pelo menos duas vezes por semana.[22] Essa seria apenas a primeira de uma série de misteriosas abordagens de calçada vividas por dirigentes do PCB que estavam em regime de clandestinidade.

Marighella era um dos sete membros da comissão executiva do PCB, o colegiado que dirigia a organização. A estrutura do Partidão começava a estalar em todos os grandes centros. A cúpula estava rachada, mas Prestes controlava a situação. Aos poucos, as divergências mostraram que as bases se encontravam perigosamente divididas. Em março de 1965 a direção do partido no Rio Grande do Sul aprovou uma resolução política em que dissimulava, sob o linguajar papalino do PCB, um namoro com a luta armada. Um ano depois, o comitê estadual de São Paulo escolheu Marighella para comandar o partido no estado. A direção conseguiu removê-lo da comissão executiva nacional, mas uma tentativa de apeá-lo da direção paulista resultou em humilhante fracasso. Para dar-lhe combate, Prestes foi a uma reunião em Campinas, mas viu suas teses derrotadas por 33 votos em 37.[23]

Durante o governo Castello Branco todas as brigas internas da esquerda acabavam transformando-se num prolongamento exacerbado da discussão da inexorabilidade da luta armada contra as virtudes do caminho pacífico, pelo qual o partido faria sua política metendo-se pelas brechas sindicais, políticas e eleitorais que o regime deixasse abertas. Sempre que necessário, os dois blocos fingiam estar de acordo, seja quando os conciliadores proclamavam que a luta armada substitui o caminho pacífico no momento em que surgem as condições insurrecionais (*apud* Rússia-1917), seja quando os radicais reconheciam que a mitológica revolução saída da vontade de um punhado de bravos era uma ingenuidade (*apud* Venezuela-1963 e Argentina-1964). Na realidade, a direção do PCB não queria a luta armada, e os dissidentes queriam pegar em armas.

Essa divergência foi cozinhada por dois anos, de 1964 a 1966, por dois fatores. O primeiro foi o clima de legalidade constrangida existente no governo de Castello. Era uma época em que a repressão política prendia dois integrantes da comissão executiva, para soltá-los, por decisão judicial, menos de um ano depois, na fase de instrução processual.[24] O segundo derivava da própria burocracia das organizações revolucionárias. O Partidão tinha o patrocínio soviético, o PC do B ficara com a China (para onde já remetera três turmas de militantes que fariam cursos político-militares), e Brizola estava com a carta cubana. Um dirigente experimentado como Marighella sabia que, à falta de um clima insurrecional no país, era necessário dispor de alguma base externa. A dotação orçamentária soviética ao PCB, conhecida como “O Ouro de Moscou”, girou, até a segunda metade dos anos 1980, entre 200 mil e 300 mil dólares anuais.[25] Mesmo que esses recursos fossem poucos, a eles se juntavam facilidades logísticas, como centros de educação ideológica e oficinas de documentos falsos. A base externa funcionava também como santuário, para onde militantes considerados promissores ou dirigentes desprotegidos poderiam ser mandados a fim de viver em segurança. O PCB tinha uma sede alternativa

em Moscou e duas verdadeiras embaixadas no exterior, uma em Buenos Aires e outra em Paris. Brizola operava sua chancelaria em Montevidéu. Marighella só rompeu publicamente com o PCB quando assegurou a base de Havana. Secretamente, já havia recebido 25 mil dólares dos cubanos, destinados a custear a ida de oito militantes para treinamento na ilha.[26]

Em julho de 1967, três meses depois do colapso de Caparaó, quando o Che Guevara completava 39 anos no alto das montanhas bolivianas, Carlos Marighella foi a Cuba. Fechou-se um acordo pelo qual nos meses seguintes remeteria outros oito quadros à base do Punto Cero, nas cercanias de Havana.

Em agosto realizou-se no hotel Habana Libre a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade, que deveria se transformar num centro irradiador de guerrilhas. Nesse conclave Marighella credenciou-se junto à internacional de insurretos concebida por Fidel. A sua retórica vinha esquentando desde 1966, quando defendeu a guerrilha como "uma forma de luta complementar". Nessa época a concepção marighelista era clara: "A luta de guerrilhas não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas".[27] Em Havana, ele escreveu uma carta a Fidel Castro condenando a direção do PCB, "imbecilizada pelo medo da revolução": "A alternativa é outra, a luta armada".[28] Um mês depois, era expulso do Partidão. Tardia, a sanção tornara-se irrelevante, quase conveniente.

Para golpear o marighelismo, a direção do PCB foi obrigada a sacrificar mais de uma dezena de dirigentes históricos e a intervir nos comitês estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Entre militantes, simpatizantes e apoios, Marighella pode ter ficado com a militância e o apoio de cerca de mil comunistas que até então tinham gravitado em torno do PCB. Dispunha de núcleos ativos em sete estados. Segundo Jacob Gorender, que não se fixa em nenhum número, Marighella teve ao seu lado sete em cada dez militantes da área estudantil do Partidão em São Paulo.[29]

Primeiro o marighelismo tomou o nome de Agrupamento Comunista de São Paulo. Posteriormente, denominou-se Ação Libertadora Nacional, ALN. Passaram da teoria para a prática em pouco tempo. Marighella ainda estava em Cuba quando um veterano militante comunista baseado na zona rural de Presidente Epitácio, no oeste de São Paulo, comandou o assassinato do fazendeiro José da Conceição Gonçalves, conhecido como *Zé Dico*. Para quem se propunha lançar a guerrilha no campo com o intuito de preparar a insurreição nas cidades, tratava-se de uma execução de manual, com militantes revolucionários matando um grileiro. Foi a primeira e última ação rural da ALN.

Para um comandante revolucionário que pretendia levantar o campo e com ele cair sobre as cidades, Marighella ia a uma armadilha. Deixou o pacifismo do Partidão para ir buscar a vitória através da luta armada, mas raramente conseguiu sair do circuito urbano de assaltos e ações terroristas. Demonstrando sua própria combatividade, comandou duas dessas ações. Na primeira, em julho de 1968, assaltou o Banco Leme Ferreira, em São Paulo. Pelo vernáculo dos combatentes, "expropriou-o".[30]

O aparelho de segurança do governo não percebeu a motivação ideológica dos assaltos. Isso se devia a uma astúcia dos militantes, que agiam sem palavras de ordem, procurando assemelhar-se aos marginais.

A esquerda brasileira estava irremediavelmente dividida e, pela primeira vez em sua história, mudada. Desde 1922, quando foi fundado o Partido Comunista, ela vivera debaixo de uma lógica pela qual seus extremos podiam perfeitamente conviver em grandes blocos revolucionários, divergindo em relação ao que quer que fosse, mas mantendo-se debaixo de um grande acordo tácito. Sua *galanterie* europeia permitia que as nuances do radicalismo ideológico fossem apreciadas quase como nuances de temperamento. Se um esquerdista queria a revolução para já e outro via o processo com mais moderação, nenhum dos dois via no outro um obstáculo à construção da causa comunista. Insultavam-se, mas iam basicamente às

mesmas manifestações. Agora, insultavam-se e não iam aos mesmos assaltos. Como dizia um documento do marighelismo de outubro de 1967, amparando-se num verso de Jamelão e Tião Motorista:

> *Quem samba fica,*
> *quem não samba*
> *vai embora.*[31]

1 *O Estado de S. Paulo*, 26, 28 e 30 de julho de 1966. Para o secretário de Segurança, Silvio Ferreira da Silva, depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 3, fita 44, p. 4. Para os dedos do secretário e a idade da criança, "45 anos do atentado a Guararapes, o início da luta armada", colocado no sítio *A verdade sufocada*: <http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=5544&Itemid=100>. Ver também Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, pp. 182-3.

2 *Correio da Manhã*, 29 de julho de 1966.

3 O marechal Ademar de Queiroz foi ministro da Guerra de julho de 1966 a fevereiro de 1967, quando uma reforma administrativa trocou o nome do ministério e seus titulares tornaram-se ministros do Exército.

4 *O Estado de S. Paulo*, 28 de julho de 1966.

5 Os termos *terrorismo*, *terrorista* e *terror* são utilizados aqui para designar atividades praticadas por organizações clandestinas que, sob quaisquer justificativas políticas, tenham cometido crimes contra pessoas ou patrimônios estranhos ao conflito. Como hoje, na época essas palavras tinham uma carga pejorativa, frequentemente manipulada com finalidades satanizadoras e propagandísticas. Essa circunstância não altera a essência dos atos. Em dois casos os militantes de organizações armadas chamaram o terrorismo pelo nome. Em abril de 1968, o Comando de Libertação Nacional, Colina, afirmava num documento intitulado *Concepção da Luta Revolucionária* que "o terrorismo, como execução (nas cidades e nos campos) de esbirros da reação, deverá obedecer a um rígido critério político" (ver Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá [orgs.], *Imagens da revolução*, p. 158). Carlos Marighella tratou do tema em três ocasiões. No *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos* [p. 54]: "Hoje, ser terrorista é uma condição que enobrece qualquer homem de honra porque isto significa exatamente a atitude digna do revolucionário que luta, com as armas na mão, contra a vergonhosa ditadura militar e suas monstruosidades". No documento *O Papel da Ação Revolucionária na Organização*: "Sendo o nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser antepostas com eficiência à violência inominável da ditadura) os que afluem à nossa organização, não virão enganados, e sim, atraídos pela violência que nos caracteriza" (Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá [orgs.], *Imagens da revolução*, p.

212). Na terceira ocasião criou a figura do "terrorista revolucionário": "Quando nós recorremos aos atos terroristas, sabemos que eles não nos levam diretamente ao poder. (...) Todo ato terrorista revolucionário é uma operação tática tendo por objetivo a desmoralização das autoridades, o cerco das forças repressivas, a interrupção de suas comunicações, o dano às propriedades do Estado, dos grandes capitalistas e latifundiários. (...) Ao terrorismo que a ditadura emprega contra o povo, nós contrapomos o terrorismo revolucionário" ("La lutte armée au Brésil", artigo de Carlos Marighella na revista *Les Temps Modernes*, nº 280, novembro de 1969, Paris, citado em Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 106). Ressalve-se que o terrorismo brasileiro, tanto de esquerda (salvo no caso da bomba colocada no aeroporto dos Guararapes, em 1966) como de direita, jamais praticou atos que visassem atingir indiscriminadamente a população. Essa circunstância impede qualquer comparação com as formas mais virulentas de terror praticadas em outros países. Walter Laqueur, veterano estudioso da violência política, sem nenhuma simpatia por ela, assinalou que "os brasileiros (…) estavam diante de uma ditadura militar, e seu terrorismo, de certa maneira, era 'defensivo'" (Laqueur, *The age of terrorism*, p. 181).

6 Marco Aurélio Garcia, agosto de 1988.

7 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 122.

8 Raimundo Gonçalves Figueiredo foi assassinado pela polícia em abril de 1971, no Recife. Nessa ocasião foi acusado de ser o responsável pelo atentado de Guararapes. Ver Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 444, citando o *Jornal do Brasil* de 1º de julho de 1971.

9 "Atentado a bomba no Guararapes tem nova versão 29 anos depois", *Jornal do Commercio* do Recife, 23 de julho de 1995, primeira página.

10 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 123.

11 "Atentado a bomba no Guararapes tem nova versão 29 anos depois", *Jornal do Commercio* do Recife, 23 de julho de 1995, primeira página. Em 1970 Paulo Wright contou a participação do ex-padre Alípio de Freitas a José Serra, em Santiago. José Serra, 1988.

12 "Bomba dos Guararapes foi ato de guerra", entrevista de Alípio de Freitas a Duda Guenes, *Jornal do Commercio*, 26 de julho de 1995.

13 Para a vida de Marighella, Emiliano José, *Carlos Marighella* e Mário Magalhães, *Marighella*.

14 *Processo do Partido Comunista*, *Polícia Civil do Distrito Federal*, *Termo de Declarações que Presta Carlos Marighella* ao delegado Linneu Chagas d'Almeida Cotta, de 12 de maio de 1936, fls. 299-300. Auto de Reconhecimento, de 12 de maio de 1936, fl. 303. Auto de Qualificação de Carlos Marighella, p. 175.

15 Jorge Amado, *Os subterrâneos da liberdade*, vol. 3: *A luz no túnel*, pp. 8-18.

16 Carlos Marighella, *Poemas*, p. 8.

17 Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 22 e segs. Outros dados, em Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós*-1930, vol. 3, pp. 3571-5.

18 Emiliano José, *Carlos Marighella*, pp. 203-6. Mário Magalhães, *Marighella*, pp. 20-1.

19 Carlos Marighella, *Escritos de Carlos Marighella*, pp. 9 e 46.

20 *Diário de Heitor Ferreira*, 23 de dezembro de 1965. APGCS/HF.

21 Telegrama da estação da CIA em São Paulo, de 14 de setembro de 1965, e memorando de William G. Bowdler a McGeorge Bundy, assessor do presidente Lyndon Johnson para Assuntos de Segurança Nacional. Nessa reunião o diplomata advertia os brasileiros da possibilidade de "grandes mudanças na política soviética". BLBJ.

22 Severino Teodoro de Mello, dezembro de 2000.

23 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 96 e 98-9. Para as divergências dentro do PCB e para essa reunião, ver *Informação nº* 0732, do Centro de Informações da Marinha, de 31 de outubro de 1967. AA.

24 Marighella ficou preso de maio a agosto de 1964. Mário Alves, preso em julho de 1964 e torturado, foi solto menos de um ano depois.

25 Segundo os registros de Vadim Zagladim, funcionário do Departamento Internacional do PCUS, entre 1973 e 1987 o PCB recebia do PCUS 300 mil dólares por ano. *Veja* de 8 de janeiro de 1992. Hércules Corrêa, dirigente do PCB, estimou que a ajuda soviética cobria 80% das despesas do PCB. *Folha de S.Paulo* de 26 de maio de 1991, pp. 1-14, reportagem de Neri Vitor Eich.

26 Mário Magalhães, *Marighella*, p. 346.

27 Carlos Marighella, "A crise brasileira", em *Escritos de Carlos Marighella*, p. 85.

28 Mário Magalhães, *Marighella*, p. 350.

29 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 107.

30 Segundo Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 108-9, o primeiro assalto da ALN, contra um carro-forte, deu-se sob o comando de Marighella em dezembro de 1967. Mário Magalhães, em *Marighella*, p. 371, e Emiliano José, em *Carlos Marighella*, p. 227, mencionam a participação de Marighella no assalto ao Banco Leme Ferreira.

31 Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (orgs.), *Imagens da revolução*, p. 206.

A direita se arma

O terrorismo político entrou na política brasileira na década de 1960 pelas mãos da direita. Antes mesmo da deposição de João Goulart, e sem nenhuma relação direta com as conspirações para derrubá-lo, militantes da extrema direita e oficiais do Exército atacaram a tiros o Congresso da UNE que se realizava em julho de 1962 no hotel Quitandinha, em Petrópolis. Dois automóveis dispararam contra estudantes que estavam nos jardins, ferindo dois deles. A operação foi creditada ao Movimento Anti-Comunista, o MAC, e dela participou um major do Exército. Desde 1963 existia em São Paulo um Comando de Caça aos Comunistas, o CCC, formado por jovens ligados a políticos conservadores e a militares que a essa altura tangenciavam conspirações. Davam-se muito mais a tumultos, estorvando ou impedindo conferências de políticos governistas, do que a atentados. O MAC, apesar da notoriedade adquirida pelo ataque de Quitandinha, era mais conhecido por suas pichações garrafais nos muros de edifícios da Zona Sul do Rio de Janeiro do que por reais enfrentamentos.

Na radicalização anterior a abril de 1964 as coisas mudaram. Como dissera o industrial Jorge Bhering de Mattos, diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro: “Armai-vos uns aos outros porque nós já estamos armados”.[1] Só no Rio de Janeiro acharam-se cinco depósitos de armas.[2] O adido do Exército da embaixada americana, coronel Vernon Walters, passou um susto enquanto visitava a casa de um oficial amigo ao saber que estava na sede de um arsenal clandestino, na iminência de ser varejado pela polícia.[3] Um lote de dez submetralhadoras Thompson

amealhado por oficiais antijanguistas foi descoberto em 1963 numa fazendola de Jacarepaguá a pouca distância do sítio do Capim Melado, propriedade rural de João Goulart no Rio de Janeiro.[4] Um dos responsáveis pelo contrabando de um desses lotes de armas, o capitão de mar e guerra Heitor Lopes de Souza, foi tranquilizado por um recado do general encarregado do IPM aberto para apurar a origem e o propósito do arsenal avisando-o que a investigação não ia dar em nada.[5] Se desse, descobriria que as armas se destinavam a equipar um plano de sequestro do presidente.[6]

Até março de 1964 conceberam-se pelo menos três atentados contra João Goulart. O primeiro veio à cabeça do tenente-coronel Roberto Hipólito da Costa, comandante da base aérea de Fortaleza, em 1963. Tratava-se de abater o Viscount presidencial quando ele fosse ao Nordeste.[7] Outro foi descoberto e desativado pelo general Antonio Carlos Muricy no dia 11 de março. Um major havia reunido gasolina e oficiais para incendiar o palanque do comício da Central, no dia 13, com o presidente da República e a cúpula do governo em cima. Muricy, o conspirador que duas semanas depois comandaria as tropas mineiras rebeladas, dissuadiu o major.[8] O terceiro ocorreria durante o comício de Jango em Belo Horizonte, marcado para o dia 16 de abril.[9] Nesse dia o alvo já estava em Montevidéu.

A vitória de 1º de abril canalizou para outra direção os planos e fantasias do radicalismo da direita militar. Alguns oficiais foram para comandos prestigiosos, outros meteram-se no labirinto dos IPMs, e quase todos passaram a sentir-se parte daquele ente vago que se denominava "linha dura". Quem queria caçar esquerdistas podia agora fazê-lo dentro da máquina do Estado.

Essa trégua durou pouco mais de um ano. No dia 24 de abril de 1965, quando o show *Opinião* saiu de cartaz, foi substituído pela peça *Liberdade, liberdade*, uma colagem de textos antiditatoriais. Pelo talento de Paulo Autran, seu ator principal, e pela metáfora que era o espetáculo em si, funcionava como uma lavagem de alma para a classe média. Habilmente,

misturavam-se cantos e textos das vítimas de todas as opressões, com mão forte para os dissidentes soviéticos. Logo nos primeiros dias de encenação apareceram provocadores na plateia, gritando piadas que Autran toureava com classe. Depois vieram ameaças telefônicas: o teatro seria explodido. Elas chegaram ao conhecimento de Castello, que escreveu a Costa e Silva: "As ameaças de que oficiais vão acabar com o espetáculo são de aterrorizar a liberdade de opinião".[10]

Havia inúmeros IPMs investigando banalidades, mas nenhum foi aberto para identificar os oficiais que intimidavam teatros e assustavam o presidente da República. Começava a funcionar em relação à violência de direita o mesmo princípio que vigorara para a tortura: o que está feito, feito está, desde que não se faça mais. Com a impunidade resultante dessa abdicação, cristalizou-se no Rio de Janeiro um núcleo paramilitar. Composto por militares radicais, operava à sombra da seção de informações do estado-maior do I Exército. Em suas atividades, guardava algumas características de cautela. Suas ações evitavam ostensivamente danos físicos. Destinavam-se a injetar tensão no meio político. Atacando teatros, circunscreveram-se ao combate à esquerda intelectual. Teriam pouca importância pelo que fizeram, mas adquiriram significado pelo que contra eles não se fez. Pode-se estimar que esses oficiais dificilmente tenham ultrapassado duas dezenas. Inibiam-nos a política de Castello e a vigilância de Golbery sobre os quadros do SNI.

* * *

A dinâmica do regime, com suas crises militares, chocava-se com a conduta do presidente. Nesses choques, todas as vitórias de Castello foram parciais, enquanto as derrotas foram totais. A maior de suas vitórias foi a realização de eleições diretas para os governos de doze estados, em 3 de outubro de

1965. A maior derrota de seu projeto de restauração da ordem foi a edição do Ato Institucional nº 2, três semanas depois.

Foi um fracasso qualificado. Castello e Golbery gostariam de ter governado sem esse surto ditatorial. Geisel se incomodava com a ideia de "colocar essa nossa democracia numa geladeira", mas simpatizava com a radicalização institucional. Num paradoxo que acompanharia a ditadura, a radicalização vinha das bases indisciplinadas e, formalmente, expandia os poderes do presidente. Na realidade, dava-lhe instrumentos de força, que o tornavam poderoso como delegado de uma desordem militar. Nesse paradoxo estava implícito o enfraquecimento da sua condição de mandatário republicano.

Com o Ato — e outros dois que vieram em sua esteira — iniciou-se um processo de corrosão da cidadania que impediu os brasileiros de eleger governadores por dezessete anos e o presidente por quase um quarto de século.

Um dispositivo do AI-2, relacionado com o cotidiano da coerção política, investia contra o próprio exercício individual da vontade política. Extintos os 180 dias de vida do Ato Institucional de abril de 1964, preservara-se o foro da Justiça comum para os crimes de subversão. Por cerca de um ano aí estivera um permanente ponto de atrito entre a anarquia militar e os poderes estabelecidos. Os choques deram-se quase sempre em torno de casos em que os encarregados dos IPMs mantinham cidadãos presos, sem culpa formada, por prazos largamente superiores aos que a lei estabelecia. A cada *habeas corpus* concedido, sucedia-se uma grita na qual os oficiais indisciplinados diziam que os tribunais estavam julgando — e condenando — a própria Revolução. Tratava-se simplesmente de exercitar a capacidade humana de ler (as leis) e de contar (os prazos nelas fixados). Os oficiais que desafiavam Castello sabiam ler e contar. Se falsificavam argumentos para sustentar suas arbitrariedades, faziam-no porque se sentiam amparados na tibieza do governo, sempre pronto para denunciar à

sociedade a ação de meia dúzia de estudantes, mas incapaz de enfrentar abertamente meia dúzia de coronéis.

Com o AI-2, Castello transferiu os processos políticos para a Justiça Militar. Deu assim o primeiro grande passo no processo de militarização da ordem política nacional. Como observou o jurista Heleno Fragoso, que já nessa época se tornara um sereno e constante defensor de presos políticos: "Sempre foi muito mais fácil aos tiranos perseguir os inimigos políticos, não mudando a lei, mas sim os juízes que deveriam julgá-los".[11] O produto dessa mudança era previsível. Havia mais de cinquenta anos o primeiro-ministro francês Georges Clemenceau ensinara que "a Justiça Militar está para a Justiça assim como a música militar está para a música".

Pela Carta de 1946 a Justiça Militar tinha competência para julgar civis acusados de terem cometido "crimes contra a segurança externa do país". Golbery redigiu a emenda constitucional que expandiu o conceito. Fez uma incisão no texto e dele retirou a palavra *externa*. Na justificativa que acompanhou a mudança, argumentou:

> A expressão "segurança externa" constante do texto atual é por demais restritiva, além de não corresponder ao conceito moderno e integrado de segurança nacional de que as agressões de origem externa não mais deixaram de estimular, coordenadamente, ações subversivas no interior do território agredido — o emprego generalizado da quinta coluna — e, sobretudo, na fase atual da luta ideológica entre o Ocidente democrata e o Oriente comunista quando a forma normal de agressão é, sabidamente, a subversiva ou insurrecional, apoiada intelectual e quase sempre até materialmente, desde o exterior, não tem mais sentido distinguir atentado à segurança interna e atentado à segurança externa de um país. A segurança é, necessariamente, integral.[12]

Na redação dessa justificativa, foi além: “[Os] atentados se inserem num todo único e coerente, buscando sempre os segundos, de origem externa, revestir formas sub-reptícias que os façam confundir com os primeiros, surgidos no interior do próprio país”. Esse raciocínio internacionalizava a segurança integral, atribuindo às fontes externas quase tudo o que fosse produzido pelos adversários internos. Golbery descartou-o, e ele sobreviveu apenas como um pentimento, riscado em seu manuscrito.

Está-se aí diante de um caso típico de racionalização *ex post facto* da violência política. Desde os anos 1950 Golbery era defensor de um conceito amplo de segurança nacional. No entanto, jamais defendera a transferência do foro dos crimes políticos para a Justiça Militar. A mudança fazia parte da plataforma da linha dura. Em julho de 1964 o tenente-coronel Ibiapina criara um caso nacional desacatando um *habeas corpus* em benefício do economista Sergio Rezende, filho do inquisidor-geral Estevão Taurino de Rezende. Semanas depois, o ex-governador de Sergipe Seixas Dória foi submetido ao mesmo constrangimento. Em São Paulo, a Marinha prendeu treze cidadãos que acabavam de ser libertados de um navio-presídio por ordem judicial.[13]

Em agosto de 1964, analisando esses choques na *Impressão Geral nº* 3 do SNI, Golbery atribuíra a ideia de “ampliação da competência da Justiça Militar” aos “propósitos repressivos da linha dura”. E coçara o coldre:

> As perspectivas de sucessivas fricções com o poder Judiciário estão a exigir o estabelecimento no mais curto prazo de normas severas e medidas de contenção disciplinar, para que o ambiente não se agrave além dos limites toleráveis. Somente o reenquadramento das forças armadas em suas atividades profissionais, com o recolhimento às fileiras dos numerosos elementos destacados em tarefas de natureza policial, permitirá trazer motivações de outra natureza às energias que hoje se estiolam em atitudes negativistas.[14]

Nas *Estimativas* ou *Apreciações* posteriores não há indícios de simpatia de Golbery pela militarização dos processos políticos. Em dezembro ele endossara a ideia de se aumentar o número de juízes nos tribunais superiores, diluindo-se assim os votos liberais, mas nunca foi além disso.[15]

A entrega do julgamento dos crimes políticos às cortes militares foi primeiro um produto da pressão exercida pela anarquia militar sobre o governo do marechal Castello Branco. Só depois é que essa pressão, submetida a um processo de racionalização em que se misturaram a cumplicidade e o disfarce, adquiriu pretensões ideológicas.

Coexistiam duas insubordinações. Uma crônica, institucional, baseada na ideia segundo a qual havia uma revolução em andamento e as Forças Armadas eram seu instrumento de representação e poder. Outra crítica, episódica, sempre dependente de um oficial disposto a desafiar o governo. A questão da transferência do foro dos processos políticos surgira em abril de 1965, quando o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, concedeu um *habeas corpus* ao ex-governador Miguel Arraes, preso na ilha de Fernando de Noronha desde sua deposição. Diante da sentença acumpliciaram-se o comandante do I Exército e o coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM que apurava as atividades do PCB. Em vez de libertar Arraes, Ferdinando levou-o para a fortaleza de Santa Cruz. O chefe do estado-maior do I Exército, general Edson de Figueiredo, considerou o *habeas corpus* "um abuso" e recusou-se a entregar o preso. Em resposta, o presidente do Supremo, Álvaro Ribeiro da Costa, ameaçou prender o general. A crise durou três dias e só foi resolvida após uma sofrida intervenção de Castello. Arraes foi solto e asilou-se na embaixada da Argélia. Meses depois, o general foi mandado para um posto no exterior. No meio dessa bagunça, Castello queixava-se ao governador Paulo Guerra, de Pernambuco: "Criar uma ditadura é fácil, mas é difícil acabar com ela".[16] Tentando conter a anarquia, chegou a proclamar, com algum otimismo: "A supressão de garantias não será o nosso caminho".[17] Esfriada

a crise, promoveu um encontro de Costa e Silva com o presidente do Supremo durante uma sessão de cinema no pequeno auditório do palácio da Alvorada.[18]

O Alto-Comando das Forças Armadas reuniu-se pouco depois do desfecho do choque com o Supremo Tribunal, e, segundo as anotações feitas pelo general Geisel durante a sessão, apesar de o assunto ter sido discutido, nenhum ministro militar defendeu a militarização do foro dos crimes políticos.[19] A mais clara proposta de mudança processualística dos crimes políticos partiu do então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que em carta a Castello defendeu "a reforma da Justiça e criação de um tribunal especial para julgamento dos crimes de subversão e corrupção", bem como a "definição dos crimes de 'guerra revolucionária'". [20]

A ideia de recauchutar alguns dispositivos do Ato Institucional de 1964 e enfiá-los na Constituição só começou a transitar no Laranjeiras na segunda metade de setembro. A disposição da linha dura exacerbou-se no dia 4 de outubro, quando as urnas mal tinham começado a falar e os quartéis da Zona Norte do Rio entraram em assembleia permanente. Nesse dia, o coronel e deputado José Costa Cavalcanti, expoente do radicalismo e da indisciplina, subiu ao palácio Laranjeiras preocupado com a hipótese de "um bando de malucos tomarem o palácio".[21] Os malucos não foram ao Laranjeiras. Costa e Silva foi à Vila e, com a promessa de um ato institucional, acalmou aquilo que teria sido uma rebelião. No palácio, ao receber um telefonema informando-o de que o problema fora adiado pois a tropa fora dormir, Castello respondeu: "Adiado o problema, não; adiada a solução deles". [22]

Deles quem? Nunca houve rebelião da Vila. Deu-se apenas uma insubordinação de uma parte da oficialidade, verbalizada pelos comandantes de algumas unidades e aplacada por Costa e Silva. A crise e "a solução deles" resumiam-se à imposição de uma recaída ditatorial, resultante da corrosão da autoridade do presidente. De acordo com as

normas da anarquia, pouparam-se os insubordinados e puniram-se as instituições democráticas. Como Castello não pagou para ver a extensão e a valentia do descontentamento, não se soube se os oficiais descontentes podiam depô-lo. Além disso, se Costa e Silva assumiu a condição de pacificador da rebeldia, dizê-la irrelevante seria ofendê-lo. Geisel, por exemplo, viveu convencido de que a chamada rebelião foi um "blefe". Ao mesmo tempo que desprezou o risco embutido na indisciplina, aplaudiu o desfecho, pois desejava a recaída ditatorial. Ao contrário de Castello, ele queria acabar com as eleições diretas. Achava-as um estorvo num país povoado por "analfabetos".[23]

Quando Castello aceitou a recaída ditatorial do AI-2, nada do que nele se colocou respondia a arcanas concepções de governo ou a racionalizações políticas. Produziu-se uma mixórdia ditatorial destinada exclusivamente a mutilar o alcance do voto popular e a saciar o radicalismo insubordinado de oficiais que prendiam sem provas e não queriam libertar cidadãos amparados pela Justiça.

Isso foi feito com grandiloquência, mas, mesmo nela, quase nada aparecia como produto de uma concepção articulada do Estado. Numa das noites de sua gestação, Golbery e o jurista Nehemias Gueiros, encarregado de colocar as ideias em linguagem legal, estavam trancados com o general Geisel em sua sala do palácio do Planalto, quando por fim concluíram a redação do preâmbulo e o entregaram ao coronel Moraes Rego para que fosse corretamente datilografado. Com as folhas de papel na mão, o tenente-coronel passou por uma sala onde estavam alguns oficiais e se pôs a ler-lhes a obra:

> — A Revolução foi um movimento... — começou Moraes Rego.
> — A Revolução é um movimento — corrigiu o capitão Heitor Ferreira, sublinhando o "é".

Moraes Rego parou, olhou para o capitão e foi à sala de Geisel. Pouco depois, voltou. Rindo, disse a Heitor: “Garoto, tu não pareces de cavalaria”.[24]

O preâmbulo do Ato Institucional nº 2, que a partir de então passaria a ser citado pela jurisprudência do regime como encarnação da natureza permanente da predominância da Revolução sobre a ordem constitucional, ficou com a seguinte redação: “A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas”.[25]

A militarização do processo judicial conduziria à inevitável militarização da repressão política ou, mais precisamente, à policialização da instituição militar.

* * *

No dia 15 de março de 1967 Castello entregou a Presidência da República a Costa e Silva e foi morar num apartamento de três quartos, numa rua interna de Ipanema. Ele próprio dirigia seu Aero Willys. Em sua sala o poder reverberava pelas lembranças nas fotografias de chefes de Estado e num magnífico tapete de seda bege, presente do xá Reza Pahlavi. Afastou-se da cena indo passear na Europa. Ao embarcar, recusou uma verba de 4 mil dólares do Itamaraty para o custeio da viagem.[26] Pouco depois de seu regresso, estava em casa com Geisel e Golbery quando chegou uma nova visita, Daniel Krieger. O senador descascara boa parte dos abacaxis parlamentares durante o governo do marechal. A conversa foi rápida, mas no dia seguinte Castello chamou-o para um encontro a sós. Na sala do apartamento de Ipanema, tomando água enquanto servia uísque a Krieger, foi direto ao assunto: “Senador, o governo prepara-se para romper a legalidade. Eu não estou de acordo com esse desnecessário retrocesso. O

senhor vai percorrer todo o país mobilizando a Arena. Eu me encarregarei do setor militar. Vamos, em conjunto, frustrar esses desígnios”.[27]

Era domingo, 2 de julho de 1967. Livre da impopularidade do cotidiano do poder e respeitado pela decência pessoal com que se conduziu no governo e fora dele, Castello Branco, o general que fora colocado na Presidência por um golpe militar, poderia vir a se tornar o principal obstáculo a qualquer surto ditatorial. Dezesseis dias depois da conversa com Krieger, Castello voava pelo interior do Ceará, após uma viagem de reminiscências. O bimotor em que viajava entrou irregularmente no caminho de uma esquadrilha de jatos da FAB em voo de treinamento. “Eu senti que a asa bateu em alguma coisa. Achei que fosse algum pássaro”, lembrou o aspirante Alfredo Malan.[28] Filho de um amigo de Castello, o general Alfredo Souto Malan, ele só soube o que sucedeu quando pousou, no fim do exercício. O Piper Aztec em que viajava o ex-presidente perdera o estabilizador vertical e o leme, caíra voando em círculos e terminara numa capoeira. Com o pulmão dilacerado e duas pernas fraturadas, o marechal estava morto. Se o governo se preparava para romper a legalidade, acabara-se num acidente estúpido o único homem capaz de, sozinho, encarregar-se do setor militar.

Geisel, feito general de quatro estrelas e ameaçado por uma humilhante permanência no “canil”, fora mandado por Castello para o Superior Tribunal Militar, instituição para a qual nunca se havia remetido (nem se haveria de voltar a remeter) um general de exército recém-promovido. Tornara-se síndico do edifício Parente, prédio soturno numa esquina do Leblon, em que vivia desde os anos 1950. Dava longas caminhadas matinais pela praia. Evitava procurar colegas de farda, e por conveniência os colegas também procuravam evitá-lo. Suspeitava que seu telefone estivesse grampeado e advertia os interlocutores: “Cuidado que tem uns filhos da puta aí que andam empoleirados nos cargos públicos, que querem ouvir minha conversa. De maneira que vão à merda”.[29]

Golbery passara ao conforto do Tribunal de Contas da União. Livrara-se do lotação, substituído por um carro oficial com motorista, e continuava em Jacarepaguá, com três macacos, um papagaio e uma arara no quintal. Chegou a dar uma entrevista a *O Jornal* dizendo que "a Doutrina de Segurança Nacional não é absolutamente um instrumento de militares para afundar o Brasil na ditadura", mas pouca atenção mereceu.[30] Ambos tornaram-se fósforos riscados.

* * *

No dia 2 de maio de 1967 o presidente Costa e Silva assinou um decreto com três artigos e 56 palavras criando o Centro de Informações do Exército, o CIE.[31] O último adversário da medida fora o chefe do Estado-Maior, Orlando Geisel, irmão mais velho de Ernesto, mas suas observações ficaram nos arquivos militares. O CIE nasceu diretamente subordinado ao ministro do Exército, ligado ao seu gabinete. Pouco depois, a 2ª Seção do Estado-Maior, que funcionava no quinto andar do prédio do ministério, com as janelas voltadas para o sol das tardes cariocas e por isso denominada de *Buraco Quente*, tornou-se uma geladeira. Restou-lhe a tarefa de ruminar análises de jornais velhos e narrativas de conversas de parada dos adidos militares espalhados pelo mundo. Ocupando toda uma ala do oitavo andar do ministério, cabia ao CIE "orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de Segurança Interna e Contra-Informações".[32]

Terminara da pior maneira possível a briga pelo controle das informações dentro do Exército. Ela durava mais de dez anos, desde o final da década de 1950, quando se anexara ao gabinete do ministro uma divisão de informações rica em verbas secretas porém burocraticamente desestruturada, contrapondo-se à 2ª Seção do Estado-Maior, burocraticamente estruturada e pobre de verbas. Estivera em jogo uma questão de fundo para a organização do Exército: o conflito entre o gabinete

do ministro, projeção de seu poder pessoal, e o do Estado-Maior, no qual se projeta a instituição.

Cada unidade militar dispunha de um estado-maior dividido em quatro seções: pessoal, informações, operações e logística. Da mesma forma, no alto da pirâmide, o Exército era dirigido por um ministro em quem o presidente da República depositava sua confiança política. Logo abaixo dele vinha o Estado-Maior, também dividido em seções. O ministro ocupava um cargo de natureza civil. Pela lei, não precisava pertencer ao serviço ativo ou sequer vestir farda. Já a chefia do EME era uma função militar, exercida necessariamente por um quatro-estrelas da ativa. Nesse organograma, cada seção de informações, ou 2ª Seção, processaria no âmbito do Estado-Maior os dados necessários para a ação da tropa, e numa proporção maior esse esquema se repetiria na cúpula, através do EME. Em tese, o organograma funcionaria deixando ao ministro as grandes decisões e ao chefe do EME as tarefas de administração da máquina militar.

Não passaria pela cabeça de um ministro deixar para o chefe do Estado-Maior o provisionamento de oficiais para comandos importantes, quando a essência do poder militar está em nomear, transferir e promover. As consequências dessa obviedade sempre foram a raquitização da instituição coordenadora e a hipertrofia do gabinete do ministro. Num Exército afastado da política, das quatro seções de um Estado-Maior, a 2ª, ou E-2, encarregada das informações, seria a menos significativa. Num Exército metido na política, não só o controle das informações se tornava relevante, como também o fato de o EME ficar com o controle de um aparelho capaz de agir tanto dentro como fora dos quartéis se tornava um incômodo.

O ministro, através do seu gabinete, podia facilmente mandar para a Amazônia um oficial que o chefe do Estado-Maior preferia provisionar no Rio, mas não era capaz de controlar o fluxo de informações que o E-2 recebia. Tinha a força das verbas do gabinete, mas não se livrava das reclamações. Castello se queixara em 1963 da falta de recursos da 2ª Seção,

da ausência de um serviço organizado e, sobretudo, do fato de o "controle de cúpula" das informações estar fugindo das mãos do EME. Seu sucessor foi mais claro: "O Estado-Maior do Exército, até certo ponto, vive à margem do serviço".[33] Essa disputa adquiria maior importância à medida que, arrogando-se o controle da segurança interna, as Forças Armadas tornavam-se ostensivo instrumento de repressão política.

Durante o governo Castello não se conseguiu corrigir a deficiência que ele mesmo condenara, mas, pelo menos, conseguiu-se evitar que prevalecesse o poder pessoal do ministro. Costa e Silva propusera a criação de um centro de informações anexo ao gabinete, mas Castello engavetara a ideia.[34] Tinha dois aliados. Golbery, que servira em 1951 como adjunto da seção de informações do EME, e Geisel, que chefiara tanto a seção do Estado-Maior como a do gabinete do ministro.

Empossado, Costa e Silva foi à forra em 47 dias. O primeiro chefe do CIE foi o coronel Adyr Fiúza de Castro. Tinha 46 anos e era filho de um general que, em 1955, tornara-se o ministro da Guerra de mais curta administração da história do Exército, com menos de 24 horas de permanência no cargo.* O coronel fizera uma carreira modesta. Como major, servira na 2ª Seção do EME no tempo de Geisel, chefiando a área de segurança interna. Frequentava com alguma desenvoltura pequenos círculos intelectuais. Acima dele, como chefe de gabinete do ministro, estava o general Sylvio Frota. Acima dos dois, só o general Aurelio de Lyra Tavares, ministro do Exército.

Advogado, engenheiro e poeta sob o pseudônimo de *Adelita*, Lyra veio a ser um ministro desastroso e desprestigiado. Tíbio e vaidoso, entrou para a Academia Brasileira de Letras sem jamais ter feito a paz com a gramática. Na carta que escreveu a Castello no dia 21 de março de 1964, procurando tirar o quepe de qualquer conspiração, usou vocábulos como *acessoramento*, *naturesa* e *encorage*.[35] [*Veja o documento*] Proclamava-se autor de 42 "obras literárias", entre as quais incluía de *Orações cívicas e militares*

a uma coletânea de *Canções militares oficiais* compostas pelos outros.[36] Como ministro, publicou uma seleta de discursos e artigos que continha uma entrevista concedida à televisão francesa, transcrita em francês.[37]

Seu comportamento nas horas ambíguas de março de 1964 estivera perfeitamente retratado na carta esquiva a Castello. “Uma vela a Deus e outra ao Diabo, como é do agrado de certo tipo de homens”, diria seu antecessor no ministério.[38] Era motivo de chacota porque em momentos de crise perdia a voz. Comandava o IV Exército, com jurisdição sobre o Nordeste, quando se deu uma crise no Ceará e Castello resolveu consultá-lo. Dotado de humor cruel, o presidente alertou Geisel, a quem pedira que o localizasse por telefone: “Fale com o Lyra porque ele deve estar afônico”. Feita a chamada, o ajudante de ordens informou que “o general estava sem voz”.[39] Golbery, com seu amor pelos paradoxos, acusava-o: “Gosta de ficar bem com a minoria”. Geisel chamava-o de “embromador”.[40]

Fiúza e Frota vinham de comandos na Vila Militar e nela recrutaram boa parte dos oficiais que formaram o primeiro núcleo do CIE. “Dinheiro não nos faltava”, lembrou Fiúza mais tarde. Eram oitenta pessoas, pouco mais de trinta oficiais. Entre eles estavam diversos capitães e majores envolvidos em arbitrariedades e até mesmo em insubordinações nos últimos anos. Não havia, contudo, predominância de militares diretamente metidos nas manifestações da linha dura. Pelo contrário, a máquina original do CIE e sobretudo seus cinquenta canais de censura telefônica foram utilizados desde o primeiro momento para rastrear as atividades daqueles oficiais que tinham atazanado Castello.[41] Costa e Silva, que se aproveitara dos ímpetos da linha dura, passara a podá-la através de uma astuciosa política de transferências.

As agitações estudantis de 1967 inquietaram o coronel Fiúza de Castro e levaram-no a abrir uma nova área de atividade: “Nós vamos organizar um martelo-pilão para matar uma mosca, mas o diabo é que os espanadores do DOPS não vão mais adiantar”.[42]

Quando o ano terminou, a esquerda e a direita tinham-se posto de acordo numa coisa: a necessidade da criação de uma estrutura militarizada para o encaminhamento da divergência política. Marighella formava o seu Agrupamento Comunista. Os sargentos do MNR, afastados de Leonel Brizola, começavam a gravitar em torno de bases radicais paulistas e gaúchas. Entre maio de 1966 e dezembro de 1967, quatro organizações esquerdistas publicaram longas análises e projetos estratégicos para o que duas delas chamavam de "guerra popular", uma de "guerra revolucionária" e a última de "guerra insurrecional".[43] O coronel Fiúza organizava o CIE, e com ele se desenvolvia a ideia da militarização das ações policiais.

De um lado e de outro havia uma certeza: dentro de muito pouco tempo começariam a guerra.

1 Hélio Silva, *A vez e a voz dos vencidos*, p. 113. Essa construção foi usada também pelo padre Vidigal, deputado pela UDN mineira, durante os debates parlamentares de 1963. Ver Paulo de Tarso Santos, *64 e outros anos*, p. 44.

2 Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, pp. 127-8 e 134.

3 Vernon A. Walters, *Silent missions*, p. 383.

4 *Diário de Notícias*, 11 e 12 de outubro de 1963, citado por Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 133. Raul Ryff, *O fazendeiro Jango no governo*, p. 30.

5 Almirante Heitor Lopes de Souza, julho de 1969.

6 O sequestro seria comandado por Charles Borer, irmão do delegado Cecil Borer, chefe do DOPS de Lacerda. John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: 1960-1977, p. 182.

7 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 250.

8 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

9 Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 172.

10 Carta de Castello Branco a Costa e Silva, de 2 de junho de 1965.

11 Heleno Cláudio Fragoso, *Advocacia da liberdade*, p. 12.

12 Uma folha manuscrita de Golbery, com o texto de emenda constitucional e sua justificativa. APGCS/HF.

13 *Correio da Manhã*, 26 e 30 de julho, 11, 24 e 27 de agosto de 1964.

14 *Impressão Geral nº* 3, de 31 de agosto de 1964. APGCS/HF.

15 *Impressão Geral nº* 13, de 14 de dezembro de 1964. APGCS/HF.

16 John W. F. Dulles, *Castello Branco, o presidente reformador*, p. 103.

17 Heleno Cláudio Fragoso, *Advocacia da liberdade*, p. 16.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de maio de 1965. APGCS/HF.

19 Notas manuscritas de Geisel, datadas de 27 de abril de 1965. APGCS/HF.

20 Carta de Magalhães Pinto a Castello, de 24 de agosto de 1965. APGCS/HF.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de outubro de 1965. APGCS/HF.

22 Anotação de Heitor Ferreira feita à margem de um trecho do livro *O governo Castello Branco*, de Luiz Viana Filho, publicado pelo Caderno Especial do *Jornal do Brasil* de 30 de março de 1975. Heitor corrigiu a versão do ex-chefe do Gabinete Civil de Castello, que registrara o último comentário do marechal como "a solução dele", ficando a impressão de que estava adiada a "solução do problema", quando o que estava adiado, para Castello, era "a solução deles". APGCS/HF.

23 Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de fevereiro de 1967. APGCS/HF.

25 Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole, *Todas as Constituições do Brasil*, p. 321.

26 Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

27 Daniel Krieger, *Desde as Missões*, p. 275.

28 Alfredo Malan, 1973, e John W. F. Dulles, *Castello Branco, o presidente reformador*, p. 370. Para uma descrição detalhada do acidente, Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, pp. 81-3.

29 Ernesto Geisel, 1994.

30 *O Jornal*, 6 de agosto de 1967. Entrevista de Golbery a Maurício Caminha de Lacerda.

31 Decreto nº 60.664 de 2 de maio de 1967. *Diário Oficial* de 3 de maio de 1967.

32 Para a descrição do nascimento e das operações do CIE, ver o depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, pp. 35 e segs.

33 *Relatório Anual do EME*, 1963 *e* 1964, em *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*, pp. 382 e 401.

34 Depoimento do general Gustavo Moraes Rego, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 153.

* O general Álvaro Fiúza de Castro foi escolhido ministro da Guerra pelo presidente Carlos Luz na noite de 10 de novembro de 1955. Na madrugada seguinte o general Henrique Lott, que deveria passar-lhe o cargo, derrubou o governo.

35 Carta do general Aurelio de Lyra Tavares a Castello Branco, de 21 de março de 1964. APGCS/HF.

36 Aurelio de Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, vol. 1, p. XII.

37 "Questionnaire pour monsieur le ministre, géneral Lyra Tavares", em Aurelio de Lyra Tavares, *Textos escritos por dever do ofício*, p. 177.

38 Bilhete do marechal Ademar de Queiroz a Golbery, de 16 de julho de 1974, remetendo-lhe cópia da carta de 21 de março de 1964 de Lyra a Castello. APGCS/HF.

39 Ernesto Geisel, setembro de 1985. Luiz Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 179, e Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 243.

40 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 e 23 de fevereiro de 1967. APGCS/HF.

41 Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro a Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, pp. 42-3.

42 Idem, p. 75, e Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 187.

43 Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (orgs.), *Imagens da revolução*. Em maio de 1966 o Partido Comunista Revolucionário, PCR, falava em "guerra popular" (p. 50). Em junho o Partido Comunista do Brasil, PC do B, falava em "guerra popular" (p. 73). Em setembro de 1967 a Polop referia-se a uma "guerra revolucionária" (p. 115). Em dezembro a Ala Vermelha do PC do B falava em "guerra insurrecional" (p. 126).

Costa e Silva: chega o barítono

O presidente Arthur da Costa e Silva completara havia pouco o seu primeiro ano de governo quando recebeu no palácio do Planalto os integrantes das mesas diretoras da Câmara e do Senado. Era uma visita protocolar, consequência da reabertura dos trabalhos legislativos. O marechal voltara das férias no palácio de veraneio de Petrópolis, nas montanhas fluminenses, e respondeu aos cumprimentos com um curto improviso:

> Isto se chama regime democrático e, quer queiram ou não aqueles que não olham com os olhos de ver e não ouvem com os ouvidos de ouvir, existe neste país uma democracia. (...) O ano de 1967, quando passamos de uma época de regime de exceção para um regime normal, democrático, foi um ano bom. E espero que em 1968, concretizadas as realizações nos campos administrativo, político, social e militar, possamos continuar a cumprir o nosso dever com dedicação, com amor e com coragem.[1]

No memorável ano de 1968 o mundo foi varrido pela última tempestade da Era de Aquarius. Não houve governante que por ela não fosse afetado, como não houve país onde não fosse sentida. Quando o presidente fez o seu prognóstico, o vietcongue já havia desencadeado a ofensiva do Tet e destruído a credibilidade da guerra dentro dos Estados Unidos. Na

Tchecoslováquia o dirigente comunista Antonín Novotny perdera o poder para Alexander Dubcek, iniciando-se uma época de liberalização denominada Primavera de Praga. Na França, Japão, Polônia, Inglaterra e Itália, jovens estavam nas ruas pedindo paz, amor e liberdade. Um conselho circulava pelo mundo: “Não confie em ninguém com mais de trinta anos”. E nessa hora o Brasil estava na mão do marechal Arthur da Costa e Silva, o *Português*, o *Seu Arthur*.

Filho de um comerciante da pequena cidade de Taquari, no Rio Grande do Sul, Costa e Silva tinha aos 66 anos uma aparência envelhecida e flácida que, somada a um par de óculos escuros dos quais não se desfazia, tornava-o um típico general latino-americano de caricaturas. Chegara à Presidência perseguido por uma coleção de piadas onde entrava no papel de paspalho. Numa das mais cruéis, mobilizara o Exército para descobrir quem lhe roubara a biblioteca, pois ainda não tinha acabado de colorir o segundo livro. Incomodava-se com essa imagem, mas havia pouco a fazer. Um dos principais assessores do presidente americano Lyndon Johnson, depois de conversar longamente com o marechal durante sua visita a Washington, escreveu numa nota preparatória à audiência que teria na Casa Branca: “Ele está ansioso para que se entenda que é um homem de qualificações intelectuais. (...) Em resumo, sugiro que o senhor o trate menos como um soldado e mais como um homem de Estado civil, seu colega. À primeira vista isso não será fácil, sobretudo se estiver usando óculos escuros”.[2] [*Veja o documento*]

Washington, 1967. Costa e Silva com o presidente americano Lyndon Johnson: “Aquele cara do Brasil. Quando ele te olha no olho e diz que está contigo, você sente que ele está falando sério”.

Não era o bobo que seu folclore sugeria. Meses depois, quando alguns assessores perguntaram a Johnson qual presidente latino-americano gostaria de ter ao seu lado numa crise em que precisasse de apoio, ele respondeu: “Costa e Silva, aquele cara do Brasil. Quando ele te olha no olho e diz que está contigo, você sente que ele está falando sério”.[3]

Na juventude, mostrara valor e coragem. Fora o primeiro aluno de sua turma na Escola Militar e na de Aperfeiçoamento de Oficiais. Audacioso, metera-se na sublevação de 1922 e passara seis meses a bordo de um navio-presídio. Desforra suprema, marchara com a bandeira à frente da tropa do

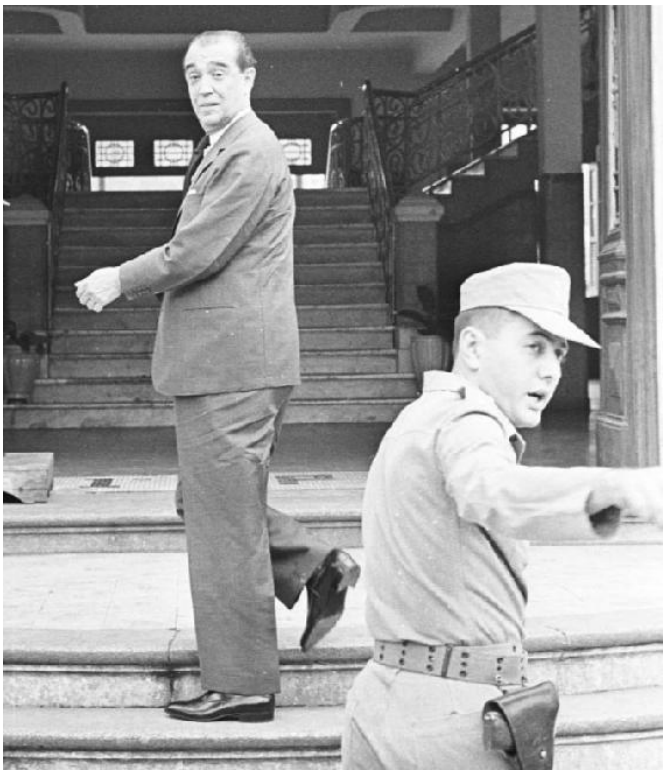
3º Regimento de Infantaria que, no dia 24 de outubro de 1930, cercara o palácio Guanabara, depondo o presidente Washington Luís e a chamada República Velha.[4] Castello, que fora seu colega de turma no Colégio Militar de Porto Alegre e na Escola de Realengo, era estudioso, mas ficara atrás; simpatizara com as revoltas de 1922, mas acatara a legalidade em 1930. Resultara dessa predominância juvenil uma postura respeitosa do cearense introvertido para com o "aluno-comandante" do Colégio Militar de Porto Alegre, a qual, se os anos diluíram, jamais apagaram.[5]

O capitão brilhante e audacioso mergulhou na banalidade da burocracia militar. Deu-se às cartas e a depressões chamadas mais tarde por Geisel de "problemas psíquicos ou familiares".[6] Como major, comandava na pequena cidade mineira de São João del Rei quando foi depenado por um colega numa roda de pôquer e resolveu apostar a geladeira de sua casa. Perdeu, pagou, mas vingou-se do oficial mandando abrir contra ele um inquérito por conta do sumiço de um peixe no frigorífico do quartel. A cidade alvoroçou-se com o *Inquérito do Peixe*. Só a interferência do jovem advogado Tancredo Neves levou Costa e Silva a recuar, deixando em paz o major Carlos Luiz Guedes, que o tosara.[7] Como aluno da Escola de Estado-Maior atravessou uma crise doméstica. Abatido, quis desligar-se do Exército. Dissuadiu-o Juarez Távora, seu colega de pensão nos anos 1920.[8] Já general, abatido pela falta de sorte nas cartas e nos cavalos, voltou a pensar em largar a farda. Dessa vez, acalmou-o o coronel Emílio Garrastazu Médici, seu chefe de estado-maior na 6ª Região Militar, em Porto Alegre.[9]

No dia 1º de abril de 1964, na farda sempre amarrotada do velho general, acordou o jovem capitão Costa e Silva. Negaceara com a insurreição, mas, uma vez na cadeira de ministro da Guerra, fechou o tempo. Intitulou-se comandante do Exército, desacatou governadores, humilhou o presidente Ranieri Mazzilli dizendo que não lhe devia subordinação.[10] Foi o primeiro chefe a buscar uma legitimidade histórica para o golpe engatando-o na composição ideológica dos movimentos

militares dos anos 1920. Percebeu desde o primeiro momento as características do processo de anarquia militar e, como ninguém, utilizou-se da energia que ele continha. Enquanto Castello procurava manter uma ordem constitucional e se chocava com o radicalismo, Costa e Silva valia-se dele. Castello se considerava um presidente eleito pelo Congresso, Costa e Silva se dizia comandante revolucionário. Castello recuava, Costa e Silva avançava. Chegava a ser descortês com o colega. Chamava-o pelas costas de "o pequenino".[11] Em maio de 1964, durante uma recepção oferecida pelo presidente alemão Heinrich Lübke no Copacabana Palace, aproximou-se do visitante e, apontando para a casaca de Castello, disse: "Quem devia estar com essa casaca era eu, mas não quis". O presidente ouviu calado.[12]

Costa e Silva roera com astúcia e audácia a autoridade de Castello. Se os radicais abriam uma crise exigindo a cassação do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o ministro da Guerra tornara-se porta-voz da exigência. Quando surgia um movimento contra a realização das eleições, o ministro amparava-o. Se Castello procurava pacificar as relações dos intelectuais com o governo, seu ministro solidarizava-se com a caça às bruxas na Universidade de São Paulo.[13] Quando o governo acertava, Costa e Silva era seu ministro da Guerra. Quando o presidente desagradava os quartéis, Costa e Silva transformava-se em comandante revolucionário, capaz de negociar a indisciplina. Jogara nessas duas posições com maestria. Colocara-se como estuário das frustrações de todos aqueles que achavam necessário aprofundar o processo arbitrário e punitivo. Não que fosse um radical: era apenas um manipulador da anarquia.



Cassado, o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi humilhado com sucessivas convocações para depor em quartéis.

Em outubro de 1965, quando as vivandeiras derrotadas nas eleições alvoroçavam os granadeiros pedindo a edição do AI-2, Costa e Silva cavalgou destemidamente a crise. Associou-se à desordem e tornou-se fiador da paz. Tática velha nos jogos de poder dos militares, essa manha é respeitada enquanto preserva a aparência pública da disciplina. O ministro da Guerra nem sequer esse limite respeitou. Na tarde de 22 de outubro, durante um churrasco realizado em Itapeva, no interior de São Paulo, Castello e Costa e Silva confraternizavam com a oficialidade que acabara de concluir manobras militares na região. O ministro, violando a programação, resolveu discursar para a tropa. Respondeu a um pronunciamento do presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, que condenara as insubordinações da linha dura dizendo que "já é tempo de que os militares se compenetrem de que num regime democrático não lhes cabe papel de mentores da Nação".[14] Costa e Silva

desafiou-o diante de uma plateia que, como a do Automóvel Clube em março de 1964, gritava “Manda brasa”.[15] Mandou-a. “O Exército tem chefe. Não precisa de lições do Supremo. (...) Dizem que o Presidente é politicamente fraco, mas isso não interessa, pois ele é militarmente forte”, atacou Costa e Silva, pedindo desculpas ao presidente pela ênfase.[16]

Castello, constrangido e preso na armadilha do ministro, respondeu que “não fui desrespeitado (...) porque (...) guardo a dignidade do meu posto e o respeito aos outros dois poderes”.[17]

No voo de volta ao Rio, Geisel entrou na cabine do presidente e disse a Castello que deveria demitir Costa e Silva imediatamente. O presidente não respondeu.[18] Já no Laranjeiras, o chefe do Gabinete Militar deu seu veredicto: “O outro arrastou as fichas”.[19]

Estava decidida a sucessão presidencial.

“Aquilo que aconteceu em Itapeva foi horrível. Foi uma coisa horrível”, relembraria Geisel, anos mais tarde, marcado pelo episódio.[20]

O capitão audacioso carregava o general em triunfo. A sorte voltara. Em suas rodas de pôquer estavam agora políticos e grandes empresários. Carteando numa mesa que se reunia mensalmente a convite do empreiteiro Jadir Gomes de Souza, sócio da construtora carioca Sisal, o empresário Antonio Gallotti terminara uma noite com um cheque do general. Em ocasiões anteriores ocorrera o contrário: Gallotti fizera seu cheque, e o ministro da Guerra o descontara. Daquela vez o presidente da Light saiu com um problema no bolso. Guardou-o por algum tempo e acabou procurando Jadir. Perguntou-lhe se não era melhor devolver o cheque, mas o empreiteiro ponderou que Costa e Silva poderia ficar ofendido. “Jadir então disse que eu o esquecesse, mas contrapropus que mo comprasse e, então, o esquecesse. Foi o que ele fez”, contou Gallotti, encerrando a narrativa com a sonora gargalhada italiana com que cativou seis repúblicas.[21]

Amparado pelo dispositivo militar, favorecido pela impopularidade de Castello e apoiado pela elite política ligada ao governo, Costa e Silva era chamado pelo *Jornal do Brasil* de "encruzilhada de todas as aspirações".[22] Eleito indiretamente pelo Congresso em outubro de 1966, juntara aspirações demais na sua encruzilhada. Aos políticos, oferecia abertura. Aos militares, a continuação do regime. Sua mulher comparecia a missas de estudantes que, tendo conseguido notas acima de cinco nas provas de vestibular, ficaram sem vagas nas universidades. Denominavam-se "excedentes". Ele próprio se negara a endossar um plano de compromissos com o Fundo Monetário Internacional e acenava com uma política econômica mais suave que a de Castello. Lacerda considerava-o "assustadoramente despreparado para ocupar a vaga" e temia pelo futuro: "Que será do Brasil se o sr. Costa e Silva só puder organizar um governo medíocre? Depois da queda, coice?".[23]

Dois meses antes da posse do novo governo, o encarregado de negócios dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Philip Raine, enviara a Washington um prognóstico sombrio: "Se na sua tentativa de humanizar o programa de governo ele se mostrar tolerante com civis recalcitrantes e surdo aos reclamos da linha dura militar e de outros 'revolucionários' ativos, poderá muito bem ser deposto pelos militares dentro de um ou dois anos ou encontrar-se diante de um conjunto de circunstâncias inteiramente novo, no qual perderá a liberdade de ação, embora continue no cargo".[24]

No palácio, seus velhos camaradas pressentiam um desastre. Antes da eleição, o general Cordeiro de Farias fora a Castello e lhe pedira para ir embora do Ministério do Interior: "Você sabe que ele vai afundar o país, pois é incapaz, e eu não quero ter parte nisto".[25] Castello acreditava que com a fúria legiferante dos últimos meses de seu governo, quando se votaram uma Constituição e dezenas de novas leis, seu sucessor assumiria enquadrado, mas Geisel desafiara seu otimismo: "Ora, presidente, tenha

paciência. Na primeira dificuldade que o Costa e Silva tiver ele bota tudo isso fora. Se apoia no Exército ou nos amigos dele e vira ditador".[26]

Golbery estava certo de que o marechal desmoronaria: "Eu prefiro o *showdown*, e que o Costa e Silva dê o golpe e assuma o poder agora a que haja uma eleição que cooneste tudo e difira por um ou dois anos o golpe e a ditadura".[27]

Sabiam que ele não abria um livro havia mais de vinte anos. Chegava a orgulhar-se disso e uma vez, ao ver que Cordeiro de Farias carregava um volume sobre a Guerra do Vietnã, ensinou-lhe: "Você é um idiota, perdendo tempo com essas coisas. Eu hoje só faço palavras cruzadas".[28] Intelectualmente elitista, o grupo de Castello podia considerar ineptos todos os oficiais que, como Costa e Silva, não passaram por suas rodas de estudos. Ademais, não gostavam dele, e a recíproca era verdadeira. No entanto, além de todos os fatores subjetivos, julgavam-no incapaz porque conheciam coisas que o país ignorava.

No final de 1966, como presidente eleito, Costa e Silva convidara o pediatra Rinaldo De Lamare, seu amigo pessoal, para acompanhá-lo numa viagem à Bahia. Movido por uma curiosidade profissional, De Lamare telefonou ao médico do marechal, Edidio Guertzenstein, procurando saber como andava sua saúde. "O presidente não está bem. Já teve um enfarte e acho que não viverá mais que dois anos", respondeu Guertzenstein.[29] Obteve um eletrocardiograma do marechal e mostrou-o a um notável cardiologista carioca. "O homem terá no máximo dois anos de vida", diagnosticou o professor.[30] "Ele estava mais entupido que pardieiro", lembrou o coronel-médico Americo Mourão, que como chefe do serviço de saúde da Presidência no tempo de Castello examinara uma bateria de exames de Costa e Silva.[31] Os resultados teriam sido levados ao general Jayme Portella de Mello, articulador das grandes manobras políticas de Costa e Silva, bem como ao coronel Mário Andreazza, seu assistente. "Não,

agora não é possível mais, ele tem de ir de qualquer maneira", teria respondido Andreazza.[32]

Em 1960 os bacharéis da UDN, vestais da moralidade republicana, haviam conduzido um desequilibrado (Jânio Quadros) à Presidência. Sete anos mais tarde, a cúpula militar que interditara o eleitorado brasileiro retirando-lhe a prerrogativa de eleger o presidente, colocaria um incapaz no Planalto. Castello divertia-se nos últimos meses de governo ao ler as críticas que se lhe faziam, respondendo com uma piada de ópera em que um tenor apupado ri da plateia, despede-se da cena e avisa: "Esperem o barítono".[33]

1 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 521.

2 Memorando de Walt W. Rostow ao presidente Lyndon Johnson, de 25 de janeiro de 1967. BLBJ.

3 Sol M. Linowitz, *The making of a public man*, p. 27.

4 Nelson Dimas Filho, *Costa e Silva*, pp. 21-33.

5 Ernesto Geisel, outubro de 1994. Esse aspecto da relação de Castello com Costa e Silva também é mencionado por Cordeiro de Farias em Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 584.

6 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 170.

7 Drault Ernanny, *Meninos, eu vi*, pp. 41-2.

8 Ernesto Geisel, julho de 1985.

9 Heitor Ferreira, julho de 1984. Para os hábitos de Costa e Silva como apostador em corridas de cavalos em Porto Alegre, Breno Caldas, *Meio século de Correio do Povo*, depoimento a José Antonio Pinheiro Machado, p. 79.

10 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 258. Para uma narrativa das reuniões de Costa e Silva nesses dias, ver John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: 1960-1977, pp. 236-45.

11 Drault Ernanny, *Meninos, eu vi*, p. 11.

12 General Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1984.

13 *Correio da Manhã*, 8 de outubro de 1964.

14 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 429.

15 Depoimento do general Moraes Rego, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Visões do golpe*, pp. 66-7.

16 Para a primeira sentença, Carlos Chagas, *A guerra das estrelas (1964/1984)*, p. 88. Para a segunda, John W. F. Dulles, *Castello Branco, o presidente reformador*, p. 140.

17 John W. F. Dulles, *Castello Branco, o presidente reformador*, p. 140.

18 Ernesto Geisel, julho de 1985 e dezembro de 1994, e general Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1984.

19 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de outubro de 1965. APGCS/HF.

20 Ernesto Geisel, julho de 1985.

21 Para a roda de pôquer do empreiteiro, Antonio Gallotti, 1º de janeiro de 1986.

22 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós*-1930, vol.1, p. 1224.

23 Carta de Carlos Lacerda ao *Jornal do Brasil*, publicada em 28 de agosto de 1966, p. 4.

24 Telegrama de Philip Raine ao Departamento de Estado, de 24 de janeiro de 1967. BLBJ.

25 Luiz Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 395.

26 Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

27 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de fevereiro de 1966. APGCS/HF.

28 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 584.

29 Entrevista do médico Rinaldo De Lamare a Flávio Pinheiro, *Veja*, 5 de dezembro de 1979, p. 72. Em Luiz Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 390, pode-se encontrar uma referência de Castello à saúde de seu ministro.

30 Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 879.

31 Coronel-médico Americo Mourão, 1981.

32 General Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1993. Ernesto Geisel, abril e dezembro de 1994. Ver também Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 198.

33 Testemunharam essa brincadeira e narraram-na ao autor os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, além do filho do presidente, comandante Paulo Viana Castello Branco.

Y el cielo se encuentra nublado

Ao anoitecer do dia 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, uma tropa da Polícia Militar atacou um grupo de estudantes que pediam melhores instalações para o restaurante do Calabouço. Nele, havia mais de dez anos jovens de todo o Brasil comiam por dois cruzeiros a bandeja. Símbolo da política assistencialista do regime de 1946, o Calaba, como era conhecido, reunia basicamente secundaristas e estudantes que se preparavam para o vestibular.[1] Funcionava perto do aeroporto do Centro da cidade e fora desalojado de suas instalações originais pelas obras do trevo que ordenou o trânsito do Aterro do Flamengo para a avenida Perimetral. Sua comida era nutritiva, porém insípida, ruim mesmo. Sopa, arroz, feijão, carne guisada ou salsichas, legumes, umas folhas de alface, algumas rodelas de tomate, goiabada e um copo de leite ralo. Acusavam-no de ser um covil de agitadores e estudantes profissionais quando, na realidade, era apenas um refúgio de pessoas que não tinham onde comer. Eram muitos os sacrifícios que um jovem seria capaz de fazer pela derrubada do governo, mas pedir-lhe que comesse duas vezes por dia no Calabouço tendo outra mesa à disposição seria suplício excessivo.[2]

Os estudantes jogavam pedras contra os PMs, e um aspirante atirou.[3] Acertou o peito de Edson Luis de Lima Souto, de dezessete anos, protótipo do “calaboçal”. Migrante nortista, pobre e secundarista, não tinha militância política. Defendia o restaurante onde comia e fazia biscates. Os colegas levaram-no para a Santa Casa de Misericórdia, a poucos quarteirões de distância, mas ele já chegou morto. Pela primeira vez desde 1964 surgia um

cadáver na luta entre o regime e os estudantes. Os jovens — alguns deles ligados a organizações clandestinas — impuseram à polícia uma derrota inicial e decisiva. Conquistaram o cadáver. A PM tentou levá-lo para o Instituto Médico-Legal, mas os estudantes foram para a Assembleia Legislativa, usando-o como aríete. Sem camisa, Edson Luis foi colocado sobre uma mesa. No dia seguinte o Rio de Janeiro acordou com aquele garoto morto nas primeiras páginas dos jornais. “Assassinato”, gritava o *Correio da Manhã*.[4] Ele haveria de se tornar a encruzilhada de todas as raivas. [*Veja o documento*]

* * *

Havia quatro anos a política brasileira estava torta, deformada pela ditadura e pelas consequentes pressões que eram exercidas à direita e à esquerda pelas dissidências do regime e da oposição. A partir da morte de Edson Luis, a contrariedade foi para a rua. Isso ocorreria de qualquer maneira, naquele ou noutro dia, com cadáver ou sem ele. O país sangrava em virtude das punições de 1964 e das mutilações eleitorais de 1965. As cassações desmoralizaram a representação política, e a supressão das eleições diretas cortara o caminho para o exercício da cidadania.

A Constituição de 1967 gerara uma ordem autoritária demais para quem ficou de fora e de menos para quem estava dentro. Os generais que pretendiam conter a oficialidade radical eram enfraquecidos por acusações de conivência com os vestígios do velho regime. Como sempre havia uma roubalheira impune ou um comunista solto, o radicalismo de direita se fortificava. Os políticos que propunham a conciliação eram desprezados como adesistas. Como sempre havia um coronel larápio ou um torturador à solta, o radicalismo de esquerda tinha mais respostas que a conciliação. As mãos com que Costa e Silva manipulara a anarquia durante o governo de Castello atrapalharam-se quando chegou a sua vez de segurar o baralho.

Para subir, ajudara a degradar a figura constitucional da Presidência. Quando a assumiu, recebeu-a degradada.

Numa sucessão de encontros entre Lisboa e Montevidéu costurara-se no segundo semestre de 1967 a mais improvável das alianças políticas brasileiras. Os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek tinham-se unido a Carlos Lacerda. O algoz de seus recentes aliados tornara-se oposicionista desde que Castello e Golbery moeram seu sonho presidencial. Se aquilo que Costa e Silva chefiava fosse de fato um "regime democrático", a união dos velhos inimigos em torno de um movimento chamado Frente Ampla seria tolerável. Como persistia a noção segundo a qual os militares eram os árbitros finais da questão política, a guinada de Lacerda foi vista como mais uma prova da inconstância dos políticos civis. À esquerda, por meio de um raciocínio idêntico, com sinal contrário, a guinada de Jango e JK foi vista como prova da inconstância dos políticos burgueses. Ampla a Frente era. Por rasa, seria irrelevante.

Enquanto Edson Luis era sepultado, tramitava na Presidência a *Exposição de Motivos 15-2R/68*, pela qual, por sugestão do general Portella, chefe do Gabinete Militar, colocava-se na ilegalidade a Frente de Lacerda, JK e Jango. Caso raro de proscrição de uma coligação de pessoas.[5] Portella, um paraibano miúdo e discreto, posto para fora do Conselho de Segurança por Geisel em 1964, fora o cérebro da estratégia que levara Costa e Silva à conspiração e dela à Presidência. Era um ativista renitente desde os anos 1950. Participara da trama para impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Quando ela naufragou, pagou dez dias de cadeia e viu-se remetido ao comando da circunscrição de recrutamento de Nioaque, em Mato Grosso. Em 1963 estava no Departamento-Geral do Pessoal, o "canil" de Costa e Silva. O "dispositivo" tentara removê-lo para a Bahia, mas concordara em dar-lhe seis meses de férias, que ele transformaria em licença remunerada para conspirar.[6] Estava na primeira lista de telefonemas de Mourão Filho. O general esperou-o no dia 31 de março em Juiz de Fora, mas encontrou-o no

dia 2 de abril, no gabinete do ministro.[7] Fixara-se na equipe de Costa e Silva como uma caixa de correspondência para qualquer mensagem de oposição ao grupo de oficiais que gravitava em torno de Castello. Carlos Lacerda dizia: “O general Portella é quem governa o Brasil, o general Costa e Silva é uma figura de proa, só”.[8] Mandava cada dia mais e, com a ajuda do CIE, espionava civis e militares.

Uma semana antes da morte de Edson Luis, o terrorismo de esquerda chegara a São Paulo. Uma bomba jogada contra a biblioteca do consulado americano por militantes do marighelismo feriu três pessoas, uma das quais teve a perna amputada.[9] De dezembro de 1967 ao final de março de 1968, quando começou a movimentação dos estudantes cariocas, três organizações armadas já haviam assaltado pelo menos dois carros-fortes e um banco.[10] Sinal dos tempos: de uma dessas operações participara o ex-sargento da PM paulista Pedro Lobo de Oliveira. Enviado a Cuba pelo brizolismo, transferira-se do palavrório em que caíra o MNR para o voluntarismo de outra dissidência radical. Por sua parte, Marighella planejava a montagem de uma base guerrilheira no sul do Pará e se reunira com o provincial dos dominicanos no Brasil para discutir a transformação do convento de Conceição do Araguaia em santuário para seus quadros. Nove frades do convento das Perdizes, em São Paulo, militavam no seu grupo.[11] Sem nenhuma conexão com esses planos, o Partido Comunista do Brasil começara a montar uma base na mesma região. Tinha oito quadros vivendo na margem esquerda do rio Araguaia, ao sul da sua confluência com o Tocantins. Dois eram veteranos comunistas, constituintes de 1946. Aos 56 anos, João Amazonas, secretário-geral do partido, tornara-se o *Velho Cid*. Viajava com regularidade para a mata. Maurício Grabois virara *Mário*. Vivia no mato. Os outros misturaram-se na paisagem. Dois tinham curso de capacitação militar na China e um formara-se engenheiro na Tchecoslováquia.[12] A velha AP, também influenciada pelo maoismo e por dirigentes reciclados em Pequim, estocava militantes trabalhando em

fábricas de São Paulo, morando em casas sem água encanada, eletrodomésticos ou símbolos de "degeneração burguesa".[13] Herbert José de Souza, que ajudara a fundá-la e por alguns anos a dirigira, foi transformado em *Francisco*, empacotador e carregador de caixas de louça numa fábrica de Mauá.[14]

* * *

Primeiro foi para a rua a esquerda. Logo que a notícia do tiro do Calabouço percorreu a cidade, os teatros suspenderam os espetáculos, os bares da moda agitaram-se e fez-se uma romaria ao velório. Ao lado das figuras fáceis estavam agora a atriz Tônia Carrero, sempre contida em suas manifestações políticas, e o pintor Di Cavalcanti, tocado na sua proverbial preguiça. O caixão de Edson Luis foi carregado da Cinelândia ao cemitério São João Batista, acompanhado por um cortejo estimado em 50 mil pessoas.[15] Uma faixa dizia: "Os velhos no poder, os jovens no caixão", e outra perguntava: "Bala mata fome?".[16] O crime chocara o país. Era como se ele fosse esperado havia anos, como uma senha de que chegara a hora de fazer alguma coisa.

29 de março de 1968. O Rio de Janeiro acordou com um cadáver sendo velado na Assembleia Legislativa. A PM havia matado o "calaboçal" Edson Luis Lima Souto, de dezessete anos. Estava aceso o pavio de uma revolta estudantil que antecedeu a de Paris.

Edson Luis morrera na quinta-feira e fora sepultado na sexta, 29 de março.[17] Passariam o sábado e o domingo, mas os estudantes e a tropa tinham um encontro marcado em todo o país para a segunda-feira, 1º de abril, aniversário da "Revolução Redentora de 31 de Março". Ao anoitecer, o Centro do Rio viu uma pancadaria sem paralelo desde agosto de 1961, quando polícia e defensores da legalidade constitucional se enfrentaram por quase uma semana. Morreram mais dois trabalhadores.[18] O balanço de dois hospitais mostrava que uma liderança então desconhecida organizava pelotões de jovens dispostos a brigar: dos 56 feridos listados, trinta eram policiais. "Poucas vezes a polícia apanhou tanto", registrou Zuenir Ventura, elegante e minucioso cronista de 1968 — *O ano que não terminou*.[19] O governo só retomou o controle da situação quando 1.200 soldados do 2º Batalhão de Infantaria Blindada desceram pela avenida Presidente Vargas e ocuparam a Cinelândia.

As manifestações do Rio de Janeiro tomaram um curso ambíguo. Na oposição, sob a influência do Partido Comunista e de uma liderança de intelectuais esquerdistas procurava-se manter a legalidade da mobilização. Buscava-se ampliar a coligação que apoiava os estudantes e chegou-se a conseguir a adesão de Carlos Lacerda, em cujo governo a PM batia até em arquibancada de desfile de escola de samba.[20] No coração da esquerda, velhas dissidências e novas lideranças mostravam-se dispostas a brigar com a polícia. No governo, proibiam-se passeatas, mas tolerava-se a realização de missas de sétimo dia. Só na jurisdição do I Exército anunciaram-se 119.[21] Assim como havia uma tática geral para a esquerda e outra específica para as dissidências radicais, havia uma diretriz no governo e outra no Centro de Informações do Exército, em alguns comandos da Vila Militar e no Ministério da Aeronáutica.

Na quinta-feira oficiou-se na Candelária a maior de todas as missas por Edson. Celebraram-na o bispo auxiliar da cidade e quinze padres. A igreja, famosa por seus casamentos de grã-finos ou missas de defuntos milionários, foi completamente tomada. A liturgia transcorreu em paz. Estava-se no final, passada a comunhão, quando se ouviu a movimentação da tropa. Um esquadrão de cavalaria da PM bloqueou os portões da igreja. Confundindo a multidão que saía com uma passeata que começava, espremeu-a num pequeno átrio, mal dando espaço para que ela passasse enfileirada, protegida por uma corrente de padres paramentados, de mãos dadas. Mesmo dispersando-se em paz, a multidão foi perseguida. Grupos de estudantes foram espancados e alguns, presos. Aqueles que se haviam ofendido com o assassinato e se fizeram respeitar no enterro foram humilhados na saída da missa.

Entre março e o final de junho de 1968, o Centro do Rio tornou-se cenário rotineiro de choques da polícia com estudantes. Num só dia, chegaram aos hospitais 56 feridos. Trinta eram policiais. Um pedaço da esquerda estava disposto a brigar.

À noite, faltavam duas pessoas nas rodas boêmias de Ipanema: os irmãos Ronaldo e Rogério Duarte. Ronaldo era cineasta e Rogério, um dos mais talentosos intelectuais daquilo que o situacionismo chamava de

“esquerda festiva”. Baiano, apelidado *Caos*, era capaz de transformar um desfile da escola de samba da Portela numa oportunidade para uma digressão sobre a rara riqueza cromática do azul. Dependendo do que punha na cabeça, intitulava-se “piloto de provas da Walita”, por girá-la com a velocidade de um liquidificador. Estavam a um quarteirão da Candelária quando foram agarrados por desconhecidos e enfiados num automóvel. Vendados com toalhas, cruzaram a cidade. Quando chegaram ao destino, começaram a ser surrados, até que “de repente foi trazido um aparelho com uma manivela que dava choques elétricos”. Eles contariam: “Recebemos choques nas costas, a princípio. Depois se estenderam às axilas, pescoço, através das orelhas e no rosto. O aparelho era um magneto. No momento em que eles se irritavam mais, a pessoa que acionava o magneto girava com mais intensidade, provocando um choque mais violento, e deixava o fio encostado no corpo mais tempo”.[22]

Ficaram catorze dias presos, mas Ronaldo viu que estava num quartel, com jardins e praça de esportes. Foram libertados na Barra da Tijuca. Quando a oposição denunciou na Câmara a marca militar do sequestro, o deputado Último de Carvalho, defendendo o governo, informou: “Para mim, o principal deste governo e da Revolução é o combate ao comunismo. Isto é o principal. O resto é acessório”.[23] O comandante do I Exército negou que os dois irmãos tivessem sido encarcerados num de seus quartéis, e o delegado Marcos Botelho, da 3ª Delegacia, onde tramitava o inquérito policial do sequestro, comunicou, com a malandragem da “meganha” carioca: “A polícia está fora do negócio (...) só vai apurar até um certo ponto e depois deixar o resto para quem tiver peito para seguir em frente”.[24]

Os irmãos Duarte haviam sido sequestrados por militares e muito provavelmente ficaram no quartel do 1º Batalhão de Comunicações, comandado pelo coronel José Goulart Camara. Ele chefiara o IPM dos Correios em 1964 e fazia parte da roda de oficiais da 2ª Seção do I Exército, de onde saíram os sócios fundadores do CIE.[25] O comando da

guarnição do Rio abriu uma sindicância que ouviu as vítimas e fechou-a sem nenhuma conclusão. Mais tarde o coronel foi burocraticamente retirado do comando, mas prevaleceu a versão oficial, segundo a qual o sequestro foi um acontecimento misterioso, crime insolúvel.

* * *

O caso dos irmãos Duarte indicava uma mudança de qualidade no rumo da anarquia militar. Até então ela se manifestara em atos de violência política ou física, mas os delitos eram praticados burocraticamente dentro da máquina de repressão política. Havia ainda a preocupação de preservar a disciplina administrativa do processo policial. As torturas de 1964 foram praticadas em quartéis sabidos, por determinação de oficiais conhecidos. Os comandantes negavam que os presos tivessem sido torturados, mas admitiam que eles estavam presos e que tinham sido interrogados. O sequestro dos dois irmãos rompera essa barreira. A anarquia deslizara para a clandestinidade.

O sucesso do sequestro produziu dois tipos de resultado. O primeiro foi o envio de um sinal à sociedade. Dois cidadãos foram sequestrados e torturados num quartel, e não acontecera absolutamente nada. Portanto, outros poderiam passar pelo mesmo constrangimento, e nada haveria de suceder. Esse sinal torna-se mais claro quando se leva em conta que os irmãos Duarte, ainda que populares no seu círculo de amizades, não tinham notoriedade política. O sequestro sacava impunidade contra o futuro, pondo no ar uma nova forma de conduta. Essa, sem dúvida, foi a principal vitória dos sequestradores.

A segunda consequência, que seria melhor chamar de sequela, projetou-se dentro da máquina do Estado e, mais precisamente, nas Forças Armadas. O sequestro fora uma ação praticada fora da linha de comando, com um oficial usando a tropa e as instalações a ele confiadas para fazer o que lhe

desse na telha. Colocados diante desse novo tipo de anarquia, e tendo dois paisanos como vítimas de um delito, os comandantes militares preferiram acobertá-lo debaixo de uma sindicância farsesca. Ela parecera destinar-se a garantir a impunidade dos sequestradores, mas iniciava um processo de desmoralização da hierarquia. Emitira-se também um sinal para dentro da burocracia militar. Como dizia o marighelismo na sua polêmica com o Partido Comunista: "A ação faz a vanguarda".[26]

Uma vanguarda de empresários cariocas assustados com as manifestações entendeu-se com oficiais do CIE e da Agência Rio do SNI. Deles receberam conselhos e armas para organizar "forças de autodefesa". Davam-se cursos de tiro e testavam-se explosivos nas matas de Niterói. Montaram-se aparelhos em condomínio com o CIE em catorze ou quinze pontos da avenida Rio Branco, por onde desfilavam passeatas e pancadarias.[27] Chegou-se a planejar uma ação paramilitar de tal envergadura que, segundo o marechal Cordeiro de Farias, "o Rio só não pegou fogo porque uma parte do grupo recuou à última hora".[28]

Na tarde da missa da Candelária, por ordem do brigadeiro João Paulo Burnier, três oficiais e oito graduados da 1ª Esquadrilha de Salvamento e Resgate da FAB, o Para-Sar, foram colocados sob o comando de um general, municiados com armas cuja numeração havia sido raspada, equipados com documentos falsos e enviados em trajes civis para patrulhas de rua. A esquadrilha, composta por militares duramente adestrados para missões de salvamento, subordinava-se à Diretoria de Rotas Aéreas, e não ao gabinete do ministro. Ela foi posta sob as ordens de um oficial que se encontrou com a equipe do Para-Sar à sorrelfa, numa escola do Campo de Santana, intitulando-se *General Ramalho*. Na realidade, era o general Ramiro Tavares Gonçalves, comandante da Divisão Blindada.[29] Depois de conversar com *Ramalho*, o comandante da esquadrilha, major Gil Lessa de Carvalho, informou aos subordinados: "Tomem conta principalmente das janelas para ver quem atira coisas contra a polícia. Caso descubram alguma

coisa, invadam o local e liquidem com quem estiver lá. A fuga de vocês estará coberta".[30]

Brig. João Paulo Burnier

A operação terminou numa patacoada, pois nem havia franco-apedrejadores nos edifícios, nem o Para-Sar viu nada de anormal, salvo um saco de plástico atirado de um edifício da Cinelândia. Os militares agiram rápido e, com a ajuda da polícia, interditaram o 18º andar do prédio. Uma verdadeira falta de sorte. Acabavam de sitiar os escritórios do Conselho Nacional do Petróleo, onde trabalhavam diversos coronéis e um general. Expulsos, os patrulheiros desceram dois andares, acharam um negro e levaram-no para um quartel-general clandestino montado no escritório do Estado-Maior das Forças Armadas, a trezentos metros de distância.[31]

O brigadeiro Burnier, que vinha de patrocinar a criação de um Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, o CISA, nos moldes do CIE, era um veterano encrenqueiro. Em 1959 liderara uma revolta contra o governo Kubitschek na qual seus partidários capturaram três aviões militares, furtaram um Beechcraft, sequestraram um Constellation da Panair e tomaram um senador como refém. Desceram na base aérea de Aragarças, na Amazônia. Planejavam bombardear palácios e derrubar o governo, mas fugiram no meio de uma madrugada, cinco horas depois de ter caído sobre a região o boato de que o governo estava enviando paraquedistas para acabar

com o levante.[32] Pioneiro nesse tipo de ação terrorista, Burnier fugira para a Bolívia no Beechcraft e voltara à FAB em 1961, nas asas de uma anistia. Três anos depois, na noite de 31 de março de 1964, era um dos comandantes da defesa do palácio Guanabara.

Depois da missa de Edson Luis, no dia 4 de abril, pensou-se que o Rio de Janeiro entraria numa trégua. Quando a classe média parecia acalmar-se, explodiu uma greve de metalúrgicos no município mineiro de Contagem, nas cercanias de Belo Horizonte. Primeiro pararam 1.200 trabalhadores da siderúrgica Belgo-Mineira. Em três dias o movimento alastrou-se para quatro outras indústrias, e o número de operários parados subiu a 16 mil. Depois de duas semanas de negociações, os trabalhadores levaram um abono de 10% e o gosto de terem ferido a política salarial do governo.[33] Por trás do movimento estavam a AP e uma nova sigla, o Colina (Comando de Libertação Nacional). Formado essencialmente por estudantes esquerdistas de Minas Gerais, foi a primeira organização a defender o recurso ao terrorismo chamando-o pelo nome.[34]

* * *

Uma data mágica — 1º de maio — uniu dois oportunismos e separou fisicamente a esquerda brasileira. A direção paulista do PCB teve a ideia de realizar um comício na praça da Sé. Por cautela, mandou emissários ao governador Roberto de Abreu Sodré, pedindo-lhe autorização. Sodré, aspirante a candidato à Presidência da República nas eleições indiretas previstas para 1970, não só autorizou a manifestação, como informou que a ela compareceria. Trinta anos antes, nas comemorações do Primeiro de Maio da ditadura de Vargas, ele panfletara o estádio do Pacaembu, ao preço de quinze dias no porão do DOPS.[35] A manifestação foi publicamente boicotada pelas siglas clandestinas e até pelo partido de oposição legal, o MDB.[36]

Mesmo assim, havia alguns milhares de pessoas na praça. O Partidão levara seus militantes, os pelegos compareceram com alguma plateia e o evento parecia um verdadeiro sucesso. Até bases sindicais ligadas à esquerda radical do ABC tinham aparecido em ônibus fretados. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim, estava no palanque. Na multidão havia velhos quadros do PCB afastados da organização por discordarem de seu pacifismo. Era o caso do veterano Antônio Raymundo Lucena, que levara seu filho Ariston, de dezessete anos. Havia também novos nomes da liderança operária, como José Campos Barreto, o *Zequinha*, um jovem ex-seminarista, filho de lavradores de Buriti Cristalino, no sertão baiano, metalúrgico de Osasco. Algumas das moças da USP usavam a chamada "fardinha Che Guevara": saia curta, de lonita bege ou esverdeada, blusão cáqui, sapatos baixos.

Quando o primeiro orador tentou falar, foi abafado pelas vaias. Veio outro, e nada. Sodré, com a autoridade de governador do estado, pegou o microfone e começou: "Trabalhadores de São Paulo: nós os trabalhadores...".[37] Primeiro sumiu o som. Depois choveram paus, ovos e pedras. Uma batata cravejada acertou a cabeça do governador, deixando-a com um talho. O palanque foi invadido e incendiado.[38] Comunistas e autoridades, corridos. Um deputado foi atacado a pauladas. De megafone na mão, os invasores hastearam um retrato do Che, discursaram e incendiaram o palanque. O comício transformou-se numa passeata em direção ao Centro da cidade, e a baderna terminou com a destruição das vidraças de uma agência do Citibank.

1º de maio de 1968, praça da Sé, São Paulo. Militantes de organizações de esquerda dissolveram a pau e pedra o comício que o governador Abreu Sodré e o Partido Comunista haviam organizado. A esquerda só voltaria a se encontrar, unida, nessa mesma praça, dezesseis anos depois.

Sodré e os comunistas haviam sido atraídos para uma ilusão de óptica. Uma parte daquela multidão que parecia estar na praça para ouvi-los fora enxotá-los. Num dos ônibus fretados viera uma tropa de choque organizada no ABC por ex-sargentos e militantes das dissidências esquerdistas. O próprio Marighella participara do estratagema.[39] Diante do palanque estava Marco Antonio Brás de Carvalho, o *Marquito* da ALN. Antônio Raymundo Lucena e seu filho nada mais tinham a ver com o PCB. *Zequinha e Marquito*, muito menos. Eram quadros da esquerda armada, assim como a maioria das pessoas na primeira fila do comício. Foram à praça da Sé para enxotar Sodré.[40]

Desde o início da crise, São Paulo movia-se num compasso diferente daquele que marcava o ritmo e os objetivos da agitação do Rio de Janeiro. Lá, faltavam à esquerda as multidões cariocas, capazes de uni-la. Disso resultava um distanciamento abrasivo entre as várias organizações. Composições como a Frente Ampla e as comissões unitárias de organização de passeatas, com todas as suas negociações e compromissos internos, não passavam pelo cotidiano da esquerda paulista. À diferença do Rio, não

havia em São Paulo uma nobiliarquia de intelectuais e políticos esquerdistas com um pé nas assembleias e outro nos salões ou no poder local, mediando o conflito entre a rua e a elite. Enquanto na antiga capital prevalecia o modelo das alianças tradicionais, em São Paulo brotavam organizações armadas. Na praça da Sé, naquele Primeiro de Maio, um pedaço da esquerda foi para um lado, enquanto o Partido Comunista, surrado, foi para o outro. Só voltariam a encontrar-se dezesseis anos depois, na mesma praça, quando nela foi lançada a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República.

Em maio a roda de Aquarius começava sua última grande volta. Feérica e incontrolável, ela se fazia ouvir desde o início do ano. Da Itália à Etiópia, de Nova York ao Japão, estudantes haviam tomado universidades e avenidas, mas agora a revolta explodira em Paris. A Sorbonne fora ocupada, o Quartier Latin tornara-se um campo de batalha onde a polícia apanhava e velhos políticos eram postos para correr por uma juventude que tinha uma pedra na mão e ideias esquisitas na cabeça: “É proibido proibir”; “Seja realista, exija o impossível”; “Meus desejos são reais porque eu acredito na realidade dos meus desejos”.

Charles de Gaulle, o monarca da Quinta República, viu-se a um passo da deposição pela choldra que defenestrara Luís XVI e Carlos X. Dois meses antes o presidente Lyndon Johnson anunciara que, diante da “divisão dos lares americanos”, não disputaria a reeleição em novembro.

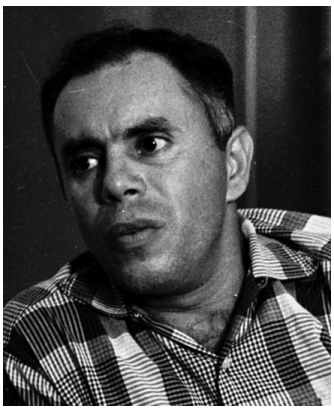
No Brasil havia a sensação de que o Maio Francês começara em março. O governo e o movimento estudantil vinham se cozinhando em fogo brando. Costa e Silva ameaçava com o estado de sítio, e as lideranças estudantis chegavam a desejá-lo. Faziam greves no Paraná e na Bahia, passeatas em Botucatu e Osasco. Pela mais efetiva das regras do metabolismo das agitações juvenis, elas se multiplicam quando o governo lhes dá o fator da repressão. Isso estimula uma astuciosa atitude provocadora das lideranças estudantis. Ela passa a procurar confrontos para

alavancar novas manifestações. No dia 19 de junho, 1.500 jovens invadiram o velho hospício onde funcionava a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tangeram o Colendo Colégio de professores, bem como seu Magnífico Reitor, para uma assembleia ao ar livre onde os vaiaram e insultaram.[41] A liderança estudantil jogava na carta da radicalização, mas essa não era a única provocação em curso, muito menos a maior.

Cinco dias antes, o brigadeiro Burnier chamara ao seu gabinete os integrantes da esquadrilha do Para-Sar. Estava aborrecido com as restrições que um dos seus oficiais, o capitão Sérgio Miranda de Carvalho, lhe apresentara por conta da utilização da tropa na tarde da missa da Candelária. Diante de três oficiais e onze graduados, Burnier atacou: "Vocês sabem que para saber salvar é preciso saber matar. (...) Matar não é fácil, matar é uma coisa difícil. Para saber matar bem é preciso que a mão não trema, a mão não pode tremer. Para cumprir missões de morte na guerra é preciso saber matar na paz. Deve-se sentir o gosto de sangue na boca". Enquanto discursava, dirigia-se a cada um dos ouvintes: "Entendeu, japonês?", "Concorda, major?". Burnier especificara até mesmo uma vítima: "Figuras políticas como Carlos Lacerda — esse canalha que muita gente pensa ser meu amigo — deveriam já estar mortas".[42] O capitão Sérgio disse-lhe que não concordava com os assassinatos. Burnier interrompeu-o: "Pois será afastado do Para-Sar. E vai sentir todo o peso dos meus galões!".

Sérgio Macaco, como o capitão era conhecido na FAB, ou *Naminguá Caraíba* (*Homem Branco Amigo*), como contava que era conhecido pelos índios da Amazônia,[43] aos 37 anos, com 6 mil horas de voo, novecentos saltos e quatro medalhas de sangue, era um dos oficiais mais qualificados da Força Aérea. A tropa do Para-Sar, com seu rigoroso adestramento, era formada por militares profissionais que se comparavam às melhores companhias da Brigada Paraquedista do Exército e do Corpo de Fuzileiros da Marinha. Utilizar uma tropa desse tipo em ações de contrainsurreição poderia ser uma tentativa de formar no Brasil algo semelhante ao legendário

esquadrão do Special Air Service britânico, que azucrinara as linhas alemãs no deserto da Cirenaica e fizera fama mundial destruindo a guerrilha malaia.



Cap. Sérgio (*Macaco*)
Miranda de Carvalho

O negócio de Burnier, no entanto, não era manter a ordem, mas manipular a desordem. Não só pela referência que fez à necessidade de extermínio de "figuras políticas", como pelo detalhamento que teria dado a essa ideia dois dias antes, numa conversa a sós com *Sérgio Macaco*. Muito mais grave na essência, esse encontro não teve testemunhas. Era a palavra de um contra a do outro.

A palavra do capitão: "O plano do Burnier era explodir a Sears, a embaixada americana e o Citibank. No mesmo dia das outras explosões nós deveríamos dinamitar o gasômetro da avenida Brasil. Isso permitiria uma matança de comunistas. Na lista das pessoas a serem exterminadas estavam o Lacerda, Jânio, o general Mourão Filho".[44] Na palavra de Burnier essa proposta nunca foi feita. Além disso, a conversa teria ocorrido em junho, e o capitão só a denunciou em outubro.[45]

Sérgio Macaco denunciou Burnier ao brigadeiro Délio Jardim de Mattos. Ao contrário do que acontecera no Exército com o sequestro dos irmãos Duarte, um pedaço da Aeronáutica foi à luta contra a dissidência

radical. Como Burnier, Délio era um oficial de fama. À diferença dele, mantivera-se dentro dos regulamentos disciplinares. Em 1954 prendera pessoalmente no meio do mato o pistoleiro Climério Euribes de Almeida, guarda-costas de Getulio Vargas que participara do assassínio de um major da FAB num atentado fracassado contra Carlos Lacerda.[46] Em 1964 Geisel colocara-o na subchefia da Aeronáutica do Gabinete Militar da Presidência. Como sucedera a todos os oficiais que trabalharam diretamente com Geisel, naqueles dias Délio comandava uma mesa. Cuidava de papéis na Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica. Não poderia enfrentar os galões de Burnier, mas seu prestígio na FAB vinha da estreita ligação pessoal que mantinha com o brigadeiro Eduardo Gomes, uma espécie de santo padroeiro da Aeronáutica, que o considerava um filho.

Revoltoso de 1922, adversário da ditadura de Vargas e de seu filonazismo dos primeiros anos da guerra, o *Brigadeiro*, como era chamado, tornara-se símbolo do liberalismo militar brasileiro. Duas vezes candidato a presidente, duas vezes batido, vivia com uma irmã, comungava quase todos os dias, falava pouco e ouvia muito, sobretudo a Délio. Nas eternas brigas da FAB tivera muitos adversários, mas jamais um desafiante. Com a denúncia de *Sérgio Macaco*, a essa altura ainda coberta pelo sigilo, abria-se a mais séria das crises do governo Costa e Silva: a sua erosão militar. Essa era a crise invisível.

Na crise visível — a da rua — a ocupação da reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro reabriu o ciclo de provocações que parecia amainado desde que se celebrara a missa da Candelária. No início da noite de quinta-feira, dia 20 de junho, quando os estudantes, amparados na palavra do reitor, se retiraram da assembleia, a Polícia Militar os atacou. Uns apanharam dos PMs enfileirados pelas calçadas. Muitos fugiram, mas algumas centenas de jovens foram encurralados no campo de futebol do estádio do Botafogo, a menos de duzentos metros de distância. Capturados na armadilha, viram-se rendidos, espancados e humilhados. Deitaram-nos

no gramado, obrigaram-nos a andar de quatro. Alguns PMs urinaram sobre presos.[47]

Assim como ocorrera em março com a morte de Edson Luis, o Rio de Janeiro acordaria em sobressalto, com as primeiras páginas dos jornais exibindo lúgubres fotografias de garotos deitados no escuro, debaixo das botas da polícia. Com uma diferença: dessa vez os jovens não eram secundaristas anônimos ou biscateiros "calaboçais". Eram os dourados filhos da elite. Sucedeu-se a "Sexta-Feira Sangrenta". O Centro do Rio foi tomado por um sururu que se iniciou por volta das nove da manhã e acabou no final da tarde com uma carga de cavalaria da Polícia Militar. No fim da jornada havia mais mortos: um PM com a cabeça esmagada por um tijolo jogado do alto de um edifício e três estudantes, entre os quais uma jovem, Maria Ângela Ribeiro, alvejada na fronte por um policial.[48] Ia começar tudo de novo.

A nobiliarquia intelectual carioca reuniu-se naquela mesma noite. Sua tática vinha do receituário do regime de 1946. A resposta à provocação seria uma nova manifestação, pacífica, unitária. Não só a tática estava vencida à esquerda e à direita, como o próprio cenário da principal reunião da noite simbolizava o crepúsculo de uma época. Os intelectuais, sem liderança sobre os estudantes, encontraram-se no apartamento do ex-deputado comunista Sinval Palmeira (que estava fora da cidade) — um latifúndio de seiscentos metros quadrados na avenida Atlântica. No mesmo prédio moravam o deputado Tancredo Neves (apartamento 801) e o ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto (401).[49] Chamado Golden State, esse edifício também era maledicentemente conhecido por São Dimas, numa referência ao padroeiro dos ladrões, pois fora construído com dinheiro da Caixa Econômica Federal no governo Kubitschek e vendido aos seus primeiros compradores, como era praxe na época, sem nenhuma correção monetária. Começaram ali as articulações para uma grande passeata na semana seguinte.

Faltavam dois dias para a manifestação do Rio de Janeiro, quando uma camionete Chevrolet C-14 chegou no meio da noite ao hospital militar do Cambuci, em São Paulo. Dela baixou um comando, chefiado pelo ex-sargento Pedro Lobo de Oliveira. Quatro homens disfarçados com fardas do Exército amordaçaram duas sentinelas e limparam o corpo da guarda, onde dormiam mais alguns soldados. Levaram nove fuzis FAL, novos em folha.[50] Ao acordar, o comandante do II Exército, general Manoel Carvalho Lisboa, revidou com uma bravata: "Atacaram um hospital, que venham atacar meu quartel!".[51] Seu quartel ficava no parque do Ibirapuera, numa caixa de concreto ajardinada.

Menos de 48 horas depois, na madrugada de 26 de junho, uma coluna de carros marchava em direção ao quartel do general Lisboa levando a resposta. À frente ia uma camionete C-14. Atrás, três Volkswagens. Eram oito pessoas, algumas delas, como a camionete, veteranas da operação do Cambuci. Perto do quartel-general os fuscas pararam, e um dos passageiros da camionete saltou. Logo em seguida saltou o motorista. Uma sentinela atirou seis vezes. A C-14 prosseguiu sozinha, com o acelerador preso por um dispositivo mecânico. Deveria chocar-se contra o portão do quartel e haveria de derrubá-lo. Desgovernou-se, bateu num poste e parou junto a um muro. O soldado Mário Kozel Filho, o *Kuka*, dezoito anos, saiu de sua guarita para inspecionar o carro quando uma carga de cinquenta quilos de dinamite o explodiu. Seis outros militares saíram feridos.[52] Somado ao PM morto no Rio, Kozel era o segundo cadáver fardado do ano.

Os dois atentados de São Paulo significaram o início da fase de combates ostensivos entre as organizações dispostas a praticar atos terroristas e o regime. Desde o ano anterior vinham sendo organizadas células, assaltados bancos e planejados novos ataques nas cidades ou bases de guerrilha rural. Essas iniciativas ainda amparavam-se essencialmente no esquerdismo militar expurgado em 1964 e fermentado em Cuba. Dos doze participantes do planejamento e dos ataques ao hospital do Cambuci e ao

QG do Ibirapuera, sete eram ex-militares, seis dos quais tinham passado pelos campos de treinamento de Havana. Só quatro, entre eles duas mulheres, não tinham sido adestrados pelas Forças Armadas brasileiras ou cubanas.

26 de junho de 1968, São Paulo. Oito terroristas de esquerda lançam uma camionete com cinquenta quilos de dinamite contra o portão do quartel-general do II Exército. Morre o soldado Mário Kozel Filho, de dezoito anos.

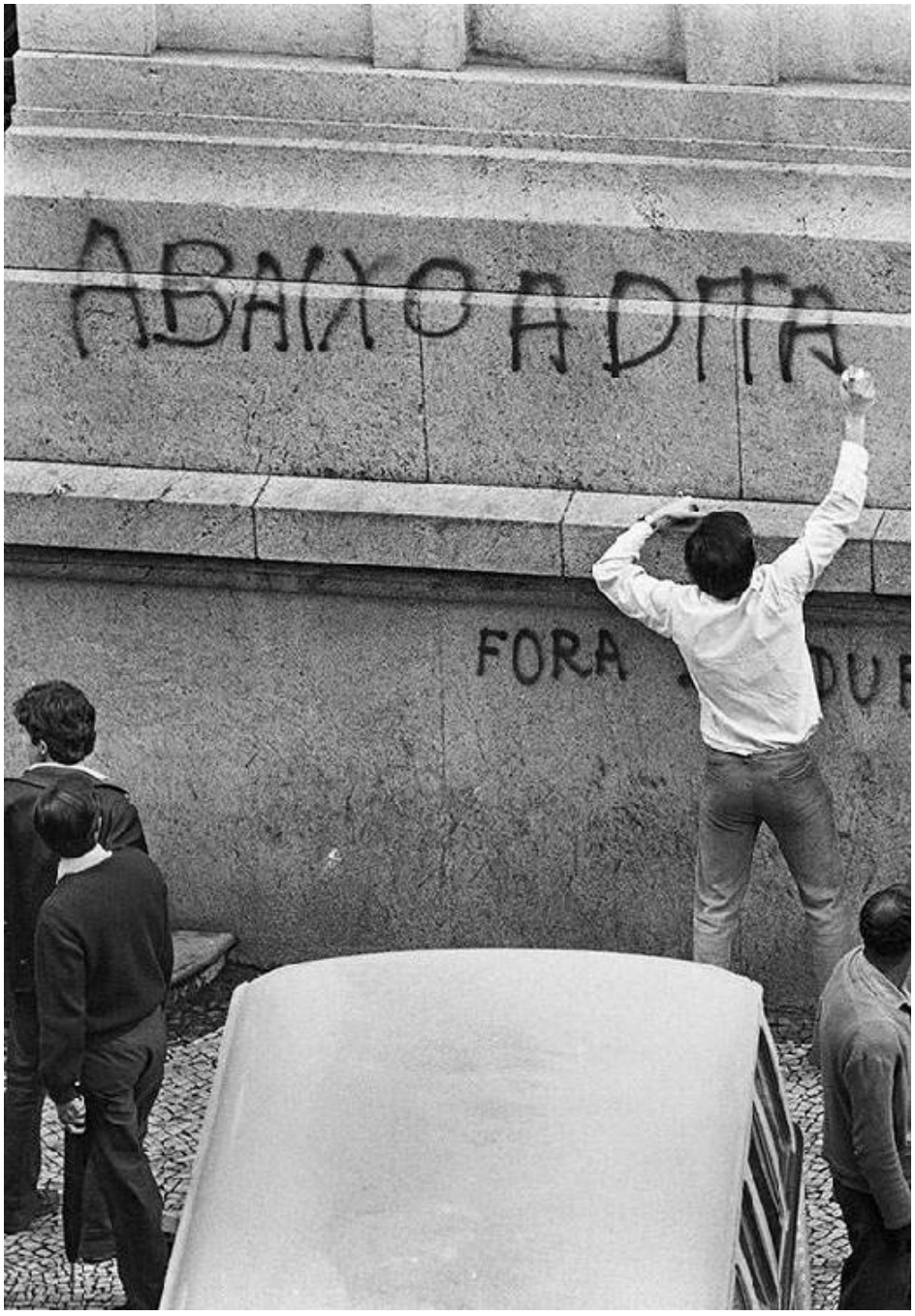
O efetivo da esquerda radical deixara de ser um prolongamento da geração que fora ao comício da Central em 1964. Abastecia-se agora também na população que fizera as marchas religiosas contra João Goulart. No Rio de Janeiro, um dos comandantes da ocupação da UFRJ fora o estudante de química Jean Marc van der Weid, que no dia 31 de março estava no palácio Guanabara, disposto a “morrer pela liberdade” na defesa da democracia e de Carlos Lacerda.[53] Depois de passar uma tarde correndo da polícia pelas ruas do Centro, Alfredo Sirkis, de dezoito anos, teve um momento de felicidade ao ver que seus companheiros tinham quebrado os vidros da embaixada americana.[54] Meses antes, trocara por uma fotografia de Che Guevara o retrato de John Kennedy que tinha em seu quarto.[55] Em

1964, fora defender a democracia nos jardins do palácio Guanabara.[56] A explosão do Ibirapuera foi abafada pela passeata do Rio de Janeiro, iniciada horas depois. Ela entrou para a história da luta pelas liberdades públicas com o nome de Passeata dos Cem Mil. Como o professor Deoclecio Redig de Campos, diretor dos Museus Vaticanos, dizia quando mostrava o *Juízo Final* de Michelangelo, no paredão da Capela Sistina, "foi o magistral pano de boca que caiu sobre uma época, encerrando-a".

26 de junho de 1968, Rio de Janeiro. A mais festejada das alas da Passeata dos Cem Mil. No cordão, da esquerda para a direita, Edu Lobo (1º), Chico Buarque (3º), Renato Borghi (5º), José Celso Martinez Corrêa (6º), Caetano Veloso (8º), Nana Caymmi, Gilberto Gil e Paulo Autran.

Olhada, a passeata era uma festa. Manifestação de gente alegre, mulheres bonitas com pernas de fora, juventude e poesia. Caminhava em cordões. Havia nela a ala dos artistas, o bloco dos padres (150), a linha dos deputados. Ia abençoada pelo cardeal do Rio de Janeiro, o arquiconservador d. Jaime Câmara, que em abril de 1964 benzera a Marcha da Vitória. Muitas pessoas andavam de mãos dadas. Todo o Rio de Janeiro parecia estar na avenida. A serena figura da escritora Clarice Lispector, Norma Bengell, Nara Leão, Vinicius de Moraes e Chico Buarque de Hollanda, que com a

poesia de “Carolina”, e seus olhos verdes, encantava toda uma geração. Personagens saídos da crônica social misturavam-se com estudantes saídos do DOPS. Do alto das janelas a cidade jogava papel picado. Catedral frentista, a Passeata dos Cem Mil saiu da Cinelândia, jovem, bela e poderosa. Parecia o funeral do consulado militar.



Rio de Janeiro, escadaria do Teatro Municipal, junho de 1968.

Ouvida, era maravilhoso veículo de um anacronismo político. O slogan mais repetido da manifestação anunciava o fim do regime. Um pedaço gritava: “O povo organizado derruba a ditadura”. Outro pedaço corrigia: “O povo armado derruba a ditadura”. Não se contrapunham, complementavam-se. Quem os ouvisse de longe poderia escolher o adjetivo de sua preferência e acreditar que todos estivessem dizendo a mesma coisa. Bicéfala, a passeata estava na rua porque desde março a liderança radical forçava choques com o governo, mas fora a frente política costurada pela caciquia moderada que abrira a avenida para o povo.

Essa grande manifestação teve ponto de partida, a Cinelândia, mas tendo deixado a avenida num momento de sonho, tudo se acabou nas transversais. Depois de parar gloriosamente na Presidente Vargas, vagou emagrecida até os pés da estátua de Tiradentes, em frente ao antigo prédio da Câmara dos Deputados. Lá Vladimir Palmeira, o mais popular dos dirigentes estudantis, ameaçou: “A partir de hoje, para cada estudante preso, as entidades estudantis promoverão o encarceramento de um policial”.[57]

Vladimir Palmeira

A passeata fora a maior vitória conseguida pela oposição desde as eleições de 1965, mas seu capital político era inconversível. Nela não havia uma só alma que admitisse a hipótese da continuação do regime. A extrema

esquerda queria que o povo armado derrubasse a ditadura e começasse a revolução socialista. O Partidão queria que o povo organizado derrubasse a ditadura, revogasse as leis do castelismo e formasse um governo de coalizão. Os liberais da oposição admitiam que Costa e Silva permanecesse no poder, desde que ainda no seu mandato reformasse a Constituição, promulgasse uma anistia e abrisse o caminho para a convocação de eleições diretas para a sua sucessão.

Desde abril o governo oscilava entre a ameaça do estado de sítio e uma tolerância marota, mas em nenhum momento circulou nele a ideia de atender sequer à mais secundária das reivindicações oposicionistas. Enquanto isso, 1968 mudava de cara. Os dias esplendorosos dos primeiros meses ofuscaram a complexidade daquele ano memorável. Ele começara com a ofensiva do Tet e a desistência de Lyndon Johnson, com as barricadas de Paris e o pânico de De Gaulle, com as agitações em Varsóvia e a Primavera de Praga. Estampido e não estopim, 1968 entrou no segundo semestre com Martin Luther King Jr. assassinado numa varanda de Memphis e Robert Kennedy, candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos, morto num corredor de hotel na Califórnia. Em novembro, o republicano Richard Nixon ganhou a eleição americana. De Gaulle, batido em maio, convocou uma eleição e, em junho, consolidou sua maioria parlamentar, tomando à esquerda cem cadeiras na Assembleia Nacional. A Tchecoslováquia foi ocupada pelas tropas russas em agosto. Aquilo que parecera o início de um novo tempo era o seu desfecho.

Terminada a passeata, Costa e Silva concordou em receber uma comissão de representantes da manifestação para um encontro no Planalto e com ela se reuniu num episódio patético. Começou com uma disputa sobre a indumentária de dois estudantes sem paletó. Acabou num bate-boca.[58] Tratava-se de uma conversa de mudos com surdos. A comissão, que representava uma passeata, não tinha mandato nem influência sobre a esquerda radical, faltando-lhe ainda coragem e vontade para denunciá-la.

Costa e Silva, por sua vez, não tinha comando sobre a anarquia militar, faltando-lhe autoridade e vontade para enquadrá-la.

* * *

O terrorismo militar, iniciado com o sequestro dos irmãos Duarte, mudou de tática. Conta um dos oficiais que patrocinaram essa ofensiva: "Nós fizemos uma reunião no CIE e resolvemos agir contra a esquerda. Definimos qual era o campo mais fraco e decidimos que era o setor de teatro. Em seguida, começamos a aporrinhar a vida dos comunistas nos teatros. A gente invadia, queimava, batia, mas nunca matava ninguém".[59] "Atribuíam as operações a altos escalões, mas eram operações clandestinas de escalões inferiores. (...) Os grupos dessas ações eram formados por majores, capitães, tenentes, sargentos e civis, uma frente de resistência anticomunista, contando com o apoio de civis, seja para 'aparelhos', seja para a execução de certas operações."[60]

Em julho e agosto, no Rio, puseram-se bombas em dois teatros.[61] Depois varejou-se em São Paulo o Teatro Ruth Escobar. Encenava *Roda-Viva*, espetáculo de Chico Buarque de Hollanda, dirigido por José Celso Martinez Corrêa. Um ano antes ele dirigira uma primorosa versão d'*O rei da vela*, de Oswald de Andrade. Apaixonado delirante, Zé Celso concebera uma provocação cultural: "É preciso provocar o espectador, chamá-lo de burro, recalcado, reacionário". O texto contava a história da construção mistificadora de um ídolo musical. A montagem pretendia lançar o "teatro da porrada" e incluía cenas de bolina entre um anjo e a Virgem, já envolvida numa cena erótica com seu Filho. Terminava com a morte do herói, cujo fígado era estraçalhado em cena. Zé Celso resolveu despedaçar um fígado de verdade (de boi), sujando parte da plateia.[62]

Janeiro de 1968: estreia a peça *Roda-Viva*. Seu diretor, José Celso Martinez Corrêa, dizia: "É preciso provocar o espectador, chamá-lo de burro, recalcado, reacionário".

Roda-Viva foi atacada pelo braço ostensivo do terrorismo paramilitar em São Paulo, o Comando de Caça aos Comunistas, o CCC. Tinha o ministro da Justiça, Gama e Silva, como orientador.[63] Segundo um de seus fundadores, delegado do DOPS, nove entre dez militantes de sua tropa de choque eram oficiais do Exército.[64] Seus quadros civis treinavam num sítio em Cotia, e seus instrutores eram militares.[65] Na noite de 17 de julho, quando o espetáculo acabou, os camarins foram invadidos. Dezenas de galalaus entraram batendo, com pedaços de pau e socos-ingleses. Organizaram um corredor polonês e obrigaram os atores a ir para a rua como estivessem. A atriz Marília Pêra e seu colega Rodrigo Santiago foram nus. Continuaram apanhando em frente ao prédio do teatro, diante de uma plateia atônita e de duas guarnições da radiopatrulha, imóveis. Pêra foi socorrida por uma camareira que a cobriu com um blusão.[66]

No Rio, os dispositivos montados no Teatro Opinião para prevenir atentados inibiram as tentativas de deixar uma carga de retardo debaixo das arquibancadas de madeira da arena. “Optou-se então pela destruição total. Numa madrugada de chuva, com algumas cargas ocas e coquetéis-molotovs, acabamos com o teatro”, conta um dos oficiais do CIE que planejou a operação.[67] Acabara-se o Opinião, um teatro sujo, perdido no esqueleto de um shopping center inacabado. Lá a cultura brasileira escreveu uma das suas belas páginas. Três anos antes, Nara Leão cantara:

> *Y el cielo se encuentra nublado*
> *No se ve relucir una estrella*
> *Los motivos del trueno y del rayo*
> *Vaticinan segura tormenta.*[68]

Com a impunidade e a rotina, os atentados tornaram-se mais violentos e seus autores, menos cuidadosos. Em outubro, quando a Censura proibiu *Roda-Viva*, foram sequestrados em Porto Alegre a atriz Elizabeth Gasper e o guitarrista Zelão. Levaram-nos para uma clareira e ordenaram-lhes que repetissem a cena de erotismo da Virgem com seu Filho, mas desistiram e libertaram-nos.[69] Poucos dias depois do sequestro de Porto Alegre o coronel Fiúza de Castro, chefe do CIE, mandou que fosse sequestrada em São Paulo a atriz Norma Bengell. Capturaram-na na porta de um hotel e levaram-na para a central de interrogatórios do Centro, que funcionava no Pelotão de Investigação Criminal (PIC) da Polícia do Exército da Vila Militar. Interrogaram-na, desculparam-se e libertaram-na.[70]

Durante o ano de 1968, no Rio de Janeiro, o terrorismo de direita praticou vinte atentados com explosivos e dois duplos sequestros.[71] Autodenominado “terrorismo branco”, evitava situações em que pudesse fazer vítimas e, de fato, não matou ninguém. Nenhum dos ataques foi investigado. Num caso, como o CIE não soubesse a quem atribuir um

atentado ao depósito do *Jornal do Brasil*, em cuja vizinhança se deixara uma pichação informando que a "UNE cumpre", bastou um telefonema a um notório militante do grupo para esclarecer que a esquerda nada tivera com aquela bomba.[72] Se no caso dos irmãos Duarte houve uma sindicância de fancaria, nos seguintes, nem isso.

Dois oficiais — o tenente-coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite (da ativa, no CIE) e o coronel Alberto Fortunato (da reserva, na Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior) — participaram da cena de dez atentados a bomba.[73] Sob as vistas de um agente do CIE, Fortunato lançou dez bananas de dinamite gelatinosa contra a representação comercial da URSS na rua Alice.[74] Dois tenentes-coronéis bombardearam a embaixada da Polônia.[75] Desse grupo, anexo ao CIE, partiram dezoito das vinte bombas que explodiram na cidade. Os conhecimentos químicos vinham de um ex-militar francês, veterano das guerras da Indochina e da Argélia. A munição e alguns explosivos eram tirados do Depósito Central de Munição do Exército, em Paracambi. Dois dos coronéis encrenqueiros dos IPMs do governo Castello conheciam boa parte dos oficiais detonadores.[76] Tinha razão o *Correio da Manhã* quando dizia: "Mais do que indiferença, há, no comportamento do governo, estímulo à violência. Há conivência".[77]

O dispositivo terrorista impusera ao governo sua autonomia. Não a conseguiu porque fosse forte, mas porque faltava ao marechal Costa e Silva a vontade de reprimi-lo. O objetivo proclamado das bombas dos coronéis era intimidar a esquerda, mas seu propósito era favorecer a radicalização. Sua consequência foi a consolidação dentro das Forças Armadas de um bolsão indisciplinado, delinquente e inimputável. Em várias ocasiões esse terrorismo saído da anarquia militar foi comparado ao da esquerda, resultando mais suave e até mesmo preocupado em não ameaçar vidas humanas. O paralelo não é razoável. Os terroristas da direita e da esquerda não se envolveram numa competição. Foram apenas contemporâneos, cada

um deles girando ao redor de causas e objetivos diversos, produzindo resultados diferentes. O país e as Forças Armadas levariam treze anos para perceber o verdadeiro tamanho da conta que se pôs em marcha, terminando por consolidá-la numa política de terrorismo de Estado. Naqueles meses, a linha demarcatória do poder do dispositivo paramilitar sobre a disciplina e a hierarquia seria decidida em torno do caso Para-Sar.

De junho a setembro, através dos canais reservados da burocracia militar, *Sérgio Macaco* enfrentou Burnier. O brigadeiro valeu-se do peso de seus galões. O capitão fora transferido para o Recife e seu maior defensor na esquadrilha, o médico Rubens Marques dos Santos, o *Doc*, para Campo Grande. Ainda assim, tinha como principal aliado o brigadeiro Itamar Rocha, diretor de Rotas Aéreas, a quem o Para-Sar estava subordinado. Já na criação do CISA, Itamar procurara mostrar ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza e Mello, os riscos da existência de um serviço de informações anexo ao seu gabinete, afogando a 2ª Seção do Estado-Maior.

Por meio de um ofício secreto, o brigadeiro Itamar encaminhara a denúncia do capitão e solicitara que fossem anuladas as duas transferências.[78] Baseado numa sindicância, Souza e Mello saiu em defesa de Burnier. Ex-integralista, o ministro era um duro.[79] Assumiu a responsabilidade pela utilização do Para-Sar em missões de "guerra interna, guerra revolucionária", negou que Burnier tivesse discutido assassinatos durante sua reunião com a esquadrilha, defendeu-lhe o "caráter reto", chamou-o de "brilhante oficial" e manteve as transferências. Foi adiante, informando a Itamar que mandara punir *Sérgio Macaco* com 25 dias de prisão, e assegurou: "Esteja V. Excia. descansado; em nenhum momento, nenhum de nós da FAB, V. Excia., eu, o brigadeiro Burnier, ou qualquer outra pessoa — nenhum de nós pensou, nem de leve — em 'eliminar vidas de quaisquer pessoas' por motivos políticos".[80]

A sindicância em que se baseara o ministro amparava-se em depoimentos fraudulentos dos participantes da reunião de 14 de junho. O coronel que a dirigiu rasgou os testemunhos dos sargentos que confirmaram a versão de *Sérgio Macaco* e pressionou alguns deles em seu gabinete, obtendo novas versões.[81] Diante da resposta de Souza e Mello, o brigadeiro Itamar Rocha agiu de acordo com o manual. Respondeu à hipótese de ter sido enganado pelo capitão, abrindo uma nova sindicância.

Itamar e seus aliados tinham nas mãos um caso exemplar, pois não cabia nele a justificativa de que a violência seria usada defensivamente ou sequer contra cidadãos politicamente proscritos. Também não se tratava de uma divergência doutrinária, mas de um choque de versões sobre uma situação factual: ou Burnier sugerira atentados e agora mentia, ou as testemunhas ouvidas eram mentirosas. A solução lógica seria a abertura de um inquérito, mas o ministro evitava-a. Era uma posição delicada tanto pela natureza do tema como pelo fato de o brigadeiro Eduardo Gomes, de quem Itamar fora chefe de gabinete, ter-se envolvido no problema. Tornava-se ainda mais embaraçosa porque o diretor de Rotas Aéreas e *Sérgio Macaco* recusaram os emplastros conciliatórios que desde 1964 haviam servido para contornar episódios em que se documentara a delinquência de oficiais metidos em atividades de polícia política.

Em nenhum momento Burnier e o ministro aceitaram o combate, juntando a defesa de suas honras ao peso de suas dragonas. Quando o capitão sustentou sua versão do encontro de 14 de junho, colocando Burnier na posição de mentiroso, o ministro reagiu tortuosamente, transferindo-o para o Recife. Pelas normas da disciplina e da hierarquia militares, deveria tê-lo enquadrado disciplinarmente. Na resposta ao ofício secreto do brigadeiro Itamar, Souza e Mello cortejou-o dizendo que, “sem favor, reconheço em sua pessoa marcantes virtudes, que só poderiam orientar o seu pronunciamento no sentido de colimar elevado objetivo”.[82] Na ordem de prisão de *Sérgio Macaco* o ministro acusou-o de “ter deturpado”

palavras de Burnier e “haver feito, por escrito, insinuação desrespeitosa” a seu respeito.[83] Na realidade, nada havia sido deturpado nem insinuado. O capitão e a maioria dos integrantes do Para-Sar diziam com todas as letras que Burnier os chamara a participar de assassinatos políticos. Se o capitão mentira, a sindicância fora instrumento inadequado de investigação e os 25 dias de cadeia, pena inepta e leniente. O ministro procurava encerrar a crise a preço de liquidação, enquanto ela ainda estava protegida pelo segredo.

Desde o fim de junho haviam-se acabado as passeatas frentistas. Por um breve período sucederam-se pancadarias no Rio e em São Paulo, mas depois, nem isso. Enquanto o CIE fazia a sua ofensiva contra os teatros, o terrorismo de esquerda avançava na sua articulação. Os militantes de um grupo formado por sargentos cassados e estudantes já tinham roubado a dinamite estocada numa pedreira paulista. Marighella, montando a sonhada guerrilha amazônica, encomendara aos frades dominicanos um levantamento da estrada Belém-Brasília, tarefa em que se ocupariam cinco religiosos e um seminarista.[84]

Na noite de 1º de julho, numa rua quieta da Gávea, no Rio de Janeiro, três terroristas do Comando de Libertação Nacional, o Colina, cortaram o caminho de um militar estrangeiro que cursava a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Mataram-no com dez tiros e fugiram levando-lhe a pasta. Dois deles eram ex-sargentos. Estavam certos de terem liquidado o capitão boliviano Gary Prado, que efetivamente cursava a EsCEME. Seria a vingança do Che Guevara, pois Prado comandara os *rangers* que aprisionaram o *Guerrilheiro Heroico* nas matas de Vallegrande. Quando abriram a pasta, o passaporte da vítima informava que haviam matado o major do Exército alemão Edward von Westernhagen. Teria sido a ação terrorista mais espetacular do ano, mas como Westernhagen nada tinha a ver com Guevara, a Bolívia ou o Brasil, seus assassinos calaram-se.[85] Era o terceiro cadáver fardado.

A essa altura havia pelo menos dez organizações clandestinas de esquerda defendendo a luta armada contra o regime como etapa indispensável para a vitória de uma revolução popular e/ou socialista.[86] Três delas — o grupo de ex-sargentos e jovens de São Paulo, que viria a se denominar Vanguarda Popular Revolucionária, a dissidência marighelista e o Colina — já tinham passado pelo batismo de fogo. Numa estimativa grosseira pode-se acreditar que no início do segundo semestre de 1968, apesar de se contarem aos milhares as pessoas capazes de sustentar que só o povo armado derrubaria a ditadura, não chegaram a cem aquelas que, de fato, tiveram uma arma na mão. A clandestinidade não se tornara uma exigência para a esquerda estudantil, e os ex-sargentos e marinheiros ainda eram suficientes para suprir os núcleos de fogo.

Não há estatística confiável que permita quantificar o número de ações armadas praticadas pelas organizações de esquerda entre 1966 e o final de 1968. Pode-se estimar que, entre atentados pessoais, explosões de bombas, assaltos a bancos, casas de armas e depósitos de explosivos, elas tenham sido pelo menos cinquenta.[87] O governo farejava o problema, mas não o alcançava. Os órgãos de segurança tinham diante de si todos os sinais de um estalo de violência política, mas ainda não associavam à esquerda clandestina os assaltos a bancos e os roubos de explosivos. A dissidência marighelista teve cerca de dez militantes capturados a partir de junho, mas a polícia não foi além deles.[88] Alertado desde o início de 1967 para a possibilidade de eclosão de um surto terrorista, o regime que tanto venerava a segurança nacional exibia “primorosa ineficiência” ao combatê-lo.[89]

Polícia Central, Rio de Janeiro. Somando-se todos os presos em passeatas, reuniões clandestinas e quebra-quebras, é possível que em 1968 tenham sido detidos 3 mil estudantes. Durante as manifestações, morreram doze pessoas.

Segundo revelou o general Fiúza de Castro a Zuenir Ventura em 1988, o CIE estava infiltrado no aparelho paralelo de segurança dos universitários.[90] Os vinte anos que separaram a revelação dos acontecimentos impediram que se avaliasse devidamente essa infiltração. De qualquer forma, nos meses seguintes, quando ela poderia ter sido útil para desbaratar as células nascentes do terrorismo, nenhuma organização metida com a luta armada fora abalada por infiltrações. Pelo manual de combate a qualquer insurreição, é precisamente na fase embrionária das organizações sediciosas que o trabalho de prevenção do governo pode dar melhores resultados, desde que ele disponha de informações adequadas. Boa parte dos oficiais do CIE e do CISA, no entanto, estavam mais concentrados no seu próprio

terrorismo. Os dois centros de informações não se articularam sequer com as delegacias policiais que investigavam isoladamente os assaltos e roubos de explosivos. Nos dias seguintes à explosão da bomba no portão do QG do Ibirapuera, os policiais que faziam plantão na delegacia que começava a centralizar a repressão política, atemorizados, passaram a dormir fora do prédio, até dentro de seus automóveis.[91]

Como observa Brian Crozier, especialista inglês no combate à subversão e discreto visitante do SNI em 1964: “Os bons governos previnem o conflito, os maus o estimulam; os governos fortes o desencorajam, e os governos fracos o tornam inevitável”.[92] O governo do marechal Costa e Silva era mau e fraco.

1 Existiram dois Calabouços. Um, inaugurado nos anos 1950, era um galpão com aparência de hangar, situado onde hoje está uma das folhas do trevo que liga o Aterro à avenida Perimetral. Destruído em 1967 para permitir a passagem da pista, ele foi transferido para uma construção precária a trezentos metros do terreno original.

2 De 1960 a 1962, comi no Calabouço. Só nele.

3 Washington Novaes, agosto de 1988. Novaes, redator da revista *Visão*, cuja sede ficava a duzentos metros do Calabouço, estava numa das janelas e viu a cena. Zuenir Ventura, em 1968 — *O ano que não terminou*, p. 104, identifica o assassino: Aloisio Raposo.

4 *Correio da Manhã*, 29 de março de 1968.

5 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 538.

6 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós*-1930, vol. 4, p. 4744.

7 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 372.

8 Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 362.

9 Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 252. Desde 1966, esse foi o quarto atentado de vulto contra locais associados ao governo americano. No dia 13 de junho de 1966, em Belo Horizonte, foi provocado um incêndio no prédio do Instituto Brasil-Estados Unidos; em 25 de julho, no Recife, explodiu uma bomba no serviço de informações do governo dos Estados Unidos. No dia 1º de agosto de 1967, outra bomba, no escritório dos Voluntários da Paz, deixou três feridos, um dos quais teve a mão amputada. Menos de dois meses depois, explodiu mais um artefato, no jardim da casa do adido militar americano, no Leblon. “Cinco anos de terror”, reportagem de Luiz Carlos Sarmento, *Correio da Manhã* de 6 de abril de 1969.

10 Em dezembro de 1967, em São Paulo, a ALN assaltou um carro-forte (Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 108). Em janeiro de 1968, o grupo que viria a se denominar Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, assaltou uma agência do Bradesco em São Paulo (depoimento de Pedro Lobo de Oliveira, em Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil — 1967/71*, p. 118). Em fevereiro, o Grupo Especial Nacionalista Revolucionário da Ala Vermelha assaltou um carro-forte do Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Mauá (Agnaldo Del Nero, Licio Maciel, José Conegundes do Nascimento [orgs.], *Orvil*, p. 296).

11 Denúncia do *Processo nº* 207/69, da 2ª Auditoria do Exército, da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Em Mario Simas, *Gritos de justiça*, pp. 87 e segs.

12 Eram Amazonas, Grabois, Elza Monnerat, Ângelo Arroyo, Paulo Mendes Rodrigues, João Carlos Haas Sobrinho, Libero Giancarlo Castiglia e Osvaldo Orlando da Costa. Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia*, pp. 81-2.

13 Depoimento de Altino Dantas Jr., em "Contribuição à história da esquerda brasileira", de Marco Aurélio Garcia, *Em Tempo*, nº 83, 27 de setembro a 3 de outubro de 1979, São Paulo, p. 13.

14 Entrevista de Herbert José de Souza (Betinho), em seu *No fio da navalha*, p. 85.

15 Todos os cálculos do tamanho das multidões que foram para as ruas em 1968 parecem ter sido influenciados pela imprensa simpática às manifestações. É possível que não houvesse 50 mil pessoas no cortejo, mas aquela era a maior manifestação já ocorrida na cidade desde abril de 1964, quando a classe média saudou a deposição de Jango.

16 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 102.

17 Cinco anos depois, por falta de interessados em transferir os restos mortais de Edson Luis para uma gaveta, eles foram levados para o ossário.

18 Morreram no Rio Jorge Aprígio de Paula e o marítimo David de Souza Meira. Na repressão a uma passeata em Goiânia, um sargento da Polícia Militar matou o lavador de carros Ornalino Cândido da Silva, de dezenove anos. Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 552-5.

19 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, pp. 110 e segs.

20 Episódio presenciado pelo autor durante o Carnaval de 1963.

21 Ralph della Cava (org.), *A Igreja em flagrante*, p. 63, citando a edição de 4 de abril de 1968 do *Correio da Manhã*.

22 Narrativa de Ronaldo e Rogério Duarte, lida pelo deputado Doin Vieira na sessão da Câmara dos Deputados de 15 de abril de 1968.

23 Aparte do deputado Último de Carvalho ao discurso do deputado Doin Vieira na sessão de 15 de abril de 1968. Notas taquigráficas consultadas em 1987 no Departamento de Documentação da Editora Abril.

24 *Diário de Notícias*, 26 de abril de 1968.

25 A *Folha de S.Paulo* de 25 de abril de 1968, p. 3, e *O Jornal* de 26 de abril de 1968 publicaram a denúncia contra o coronel. Ele a desmentiu na edição da *Folha de S.Paulo* de 26 de abril de 1968, p. 5.

26 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 109.

27 Entrevista do coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite ao jornalista Ayrton Baffa, *O Estado de S. Paulo*, 24 de fevereiro de 1988. AA.

28 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 268.

29 Para a identificação do general Ramiro/Ramalho, depoimento do brigadeiro João Paulo Burnier, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 215.

30 *Jornal do Brasil*, 27 de outubro de 1968: "Caso do Para-Sar chega à Justiça", p. 18.

31 Idem.

32 Para uma narrativa da participação de Burnier em Aragarças, ver José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 98 e segs. Nas páginas 116 a 121 está a reportagem do fotógrafo Campanella Neto, testemunha acidental do episódio, publicada pela revista *Mundo Ilustrado*.

33 Celso Frederico (org.), *A esquerda e o movimento operário — 1964-1984*, vol. 1: *A resistência à ditadura*, p. 168.

34 Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (orgs.), *Imagens da revolução*, p. 158.

35 Roberto de Abreu Sodré, *No espelho do tempo*, p. 34.

36 Fernando Perrone, *68 — Relato de guerras*, p. 82.

37 Depoimento de José Ibrahim, em Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil — 1967/71*, p. 64.

38 Para a batata e o incêndio, Roberto de Abreu Sodré, *No espelho do tempo*, p. 158.

39 José Ibrahim, em Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil — 1967/71*, p. 65.

40 Ariston Lucena, agosto de 1988.

41 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, pp. 139-42.

42 Os catorze participantes da reunião responderam posteriormente a um questionário em que lhes era indagado se tinham ouvido Burnier falar em "saber matar", "sentir o gosto de sangue na boca", e na execução de "figuras políticas como Carlos Lacerda". O major Gil Lessa de Carvalho e o capitão Loris Areas Cordovil desmentiram que Burnier houvesse dito essas frases. Um capitão, Roberto Camara Lima Ypiranga dos Guaranys, confirmou-as genericamente. Além do capitão Sérgio, dez graduados confirmaram-nas. Destes, três sargentos acrescentaram que o brigadeiro também falou em atirar as vítimas de aviões em voo. Ver as *Interpelações* encaminhadas pelo brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral de Rotas Aéreas, respondidas pelos participantes da reunião, documento cedido ao autor pelo capitão Sérgio. AA.

43 Para o apelido dado pelos índios, Sérgio Miranda de Carvalho, fevereiro de 1987.

44 Sérgio Miranda de Carvalho, fevereiro de 1987.

45 Depoimento do brigadeiro João Paulo Burnier, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 221.

46 Délio Jardim de Mattos, 1973.

47 Para os PMs urinando, depoimento de Vladimir Palmeira, de novembro de 1995, em *Diário da patetocracia*, coletânea de crônicas de José Carlos Oliveira, p. 271.

48 Morreram também o PM Nelson de Barros, Manoel Rodrigues Ferreira e Fernando da Silva Lembo.

49 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 144. Palmeira comprou o seu apartamento sem financiamento, por 750 mil dólares.

50 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 49. Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil — 1967/71*, p. 125.

51 Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil — 1967/71*, p. 134.

52 Depoimento de José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, em Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil — 1967/71*, pp. 135 e segs. Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, pp. 51 e segs. Ver também Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 226, e "Memórias reveladas — Memórias censuradas", no sítio *A verdade sufocada*: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/memrias-reveladas-especial-87/2066-2906-memrias-reveladas-memrias-censuradas>.

53 Daniel Aarão Reis Filho e Pedro de Moraes, *1968 — A paixão de uma utopia*, p. 118.

54 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 109.

55 Idem, p. 56.

56 Idem, p. 58.

57 Para uma descrição minuciosa da passeata, ver Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, pp. 155 e segs., e José Dirceu e Vladimir Palmeira, *Abaixo a ditadura*, pp. 139-43.

58 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, pp. 167 e segs.

59 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985.

60 Entrevista do coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite ao jornalista Ayrton Baffa, *O Estado de S. Paulo*, 24 de fevereiro de 1988. AA.

61 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 278.

62 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, pp. 88-93.

63 Entrevista de João Marcos Monteiro Flaquer a Luis Antônio Giron em "Comando de Caça aos Comunistas diz que atacou o 'Roda-Viva' em 1968", *Folha de S.Paulo*, 17 de julho de 1993, Ilustrada, pp. 4-1 e 4-4.

64 Depoimento do delegado Raul Nogueira de Lima (*Raul Careca*), em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 379-80.

65 Entrevista de João Marcos Monteiro Flaquer a Luis Antônio Giron em "Comando de Caça aos Comunistas diz que atacou o 'Roda-Viva' em 1968", *Folha de S.Paulo*, 17 de julho de 1993, Ilustrada, pp. 4-1 e 4-4.

66 Entrevistas de João Carlos Monteiro Flaquer (na verdade, João Marcos Monteiro Flaquer, mencionado também como João Marcos Flaquer em outras reportagens) e do ator Rodrigo Santiago a *O Estado de S. Paulo* de 29 de abril de 1988, em caderno dedicado ao ano de 1968. Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 236. Para Marília Pêra, seu depoimento em *O Estado de S. Paulo* de 11 de dezembro de 1988, p. 7.

67 Entrevista do coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite ao jornalista Ayrton Baffa, *O Estado de S. Paulo*, 24 de fevereiro de 1988. AA.

68 Uma canção da Guerra Civil Espanhola, em *Liberdade, liberdade*, de Flávio Rangel e Millôr Fernandes, p. 81.

69 *Veja* de 16 de outubro de 1968, p. 22, e Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, pp. 229 e segs.

70 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985, e Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 237.

71 Além dos irmãos Duarte, foram presos na rua e levados para o Arsenal de Marinha o diretor de teatro Flávio Rangel e o arquiteto Bernardo Figueiredo, Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 150. Para as explosões, José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 278-9. Há ainda uma lista organizada por Flavio Deckes em *Radiografia do terrorismo no Brasil — 66/80*. Chega-se aos vinte atentados juntando-se, aos dezoito de Argolo e outros, dois que estão listados por Deckes: na ABI e no Teatro de Arena.

72 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 252.

73 Os alvos dos atentados a bomba: Teatro Glaucio Gil, Legação Comercial Soviética, Embaixada da Polônia, Editora Tempo Brasileiro, Teatro João Caetano, Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, Escola Nacional de Belas-Artes, Editora Civilização Brasileira, Livraria Forense, depósito de papel do *Jornal do Brasil*, Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming e uma agência do *Correio da Manhã*.

74 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 237.

75 Esse atentado foi praticado por Luiz Helvecio da Silveira Leite e Murilo Alexander. José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 238.

76 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 236 e segs. Um deles era o coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM do PCB. O outro, mencionado sem a mesma ênfase, era o coronel Osnelli Martinelli, do IPM dos Grupos dos Onze.

77 *Correio da Manhã*, 8 de dezembro de 1968, editorial publicado na primeira página.

78 O *Ofício Secreto* de 23 de julho de 1968 está referido no *Aviso S*-002*/CH GAB* de 11 de setembro de 1968, endereçado pelo ministro Márcio de Souza e Mello ao brigadeiro Itamar Rocha. AA.

79 Para a ligação de Márcio de Souza e Mello com o integralismo, ver o depoimento do brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Visões do golpe*, p. 235. Ver também Hélgio Trindade, "O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista", em Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d'Araujo (orgs.), *21 anos de regime militar*, p. 134. O general Olympio Mourão Filho reconheceu-o como subordinado do tempo da Milícia Integralista.

80 *Aviso S*-002*/CH GAB* de 11 de setembro de 1968, do ministro Márcio de Souza e Mello ao brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral de Rotas Aéreas. Cópia cedida ao autor pelo capitão Sérgio Miranda de Carvalho. AA.

81 Entrevista do sargento Pedro Klein a Isabel Cristina Mauad, 1984. AA.

82 *Aviso S*-002*/CH GAB* de 11 de setembro de 1968. AA.

83 *Boletim Reservado nº* 38 da DPAer, de 17 de setembro de 1968. AA.

84 Mario Simas, *Gritos de justiça*, p. 90.

85 "O morto e o vivo", reportagem de Douglas Duarte, revista *Piauí*, setembro de 2007. Os ex-sargentos são João Lucas Alves, da FAB, e Severino Viana Colon, da PM do Rio.

86 A saber: Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ala Vermelha do PC do B, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Agrupamento Comunista (futura ALN), Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (Polop), Comando de Libertação Nacional (Colina), Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB, futuro MR-8), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Partido Operário Comunista (POC) e Ação Popular (AP). Ver Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (orgs.), *Imagens da revolução*.

87 Em 1968 deram-se dezessete assaltos em São Paulo (Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 108, mencionando noticiário d'*O Estado de S. Paulo* de 15 de maio e de *Veja* de 13 de agosto de 1969). A eles se somam nove assaltos em outros estados, cinco ações de roubo de armas e catorze explosões de bombas. Nesse ano sete pessoas foram assassinadas em ações resultantes da iniciativa de grupos de esquerda. A elas se somam o fazendeiro *Zé Dico* e os dois mortos do atentado de Guararapes. Algumas explosões e uns poucos assaltos podem não ter partido da esquerda (levantamento do autor).

88 Maço de catorze folhas encontrado pelos agentes do DOI de São Paulo num aparelho. Trata-se de uma tentativa de reconstituição da sucessão de prisões de militantes das organizações armadas. Esse documento foi concluído no segundo semestre de 1973, pelos presos que estavam no presídio Tiradentes. Sua autenticidade foi reconhecida por diversos militantes da ALN e da VPR. Isso não significa que seu conteúdo esteja livre de equívocos. Tornou-se conhecido como *Quedograma*, nome pelo qual será referido. AA.

89 *Sistema de Segurança Interna, Sissegin*. Apostila classificada como secreta, elaborada no CIE, c. 1973, p. 5. AA. Nela consta um trecho de documento da Ação Libertadora Nacional, ALN, atribuído a Iuri Xavier Pereira: "[Os Órgãos de Segurança] acostumados a uma repressão dirigida aos movimentos de massa pacíficos, ou às organizações de esquerda tradicionais de pouca periculosidade, ao ver-se enfrentando formas de atuação novas no cenário revolucionário brasileiro, mostraram-se de uma primorosa ineficiência". Prossegue o documento: "Realmente, Iuri tinha toda a razão, pois era exatamente o que então ocorria".

90 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 184.

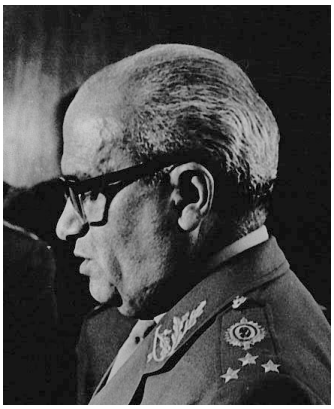
91 Depoimento do delegado David dos Santos Araújo, o *Capitão José Lisboa* do DOI, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 64.

92 Brian Crozier, *A theory of conflict*, p. 137. Para o seu contato com o SNI, *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de setembro de 1964. APGCS/HF.

A provocação da anarquia

Para quem olhava a crise de dentro do governo, a questão estudantil e mesmo o terrorismo eram apenas uma parte do problema. As manifestações de rua indicavam que o regime perdera o apoio da classe média e até de uma parcela da elite. Para uma Revolução que se considerara abençoada pelas Marchas de 1964, a Passeata dos Cem Mil fora uma excomunhão. A base parlamentar de Costa e Silva, sustentada pelos sucessivos expurgos da bancada oposicionista, caminhava para a segunda metade do mandato com a antevisão de uma inevitável derrota nos grandes centros urbanos.

No coração do regime, o ministro do Interior, general Affonso Augusto de Albuquerque Lima, baronete da linha dura e candidato à Presidência, investia simultaneamente contra a agitação de esquerda e a conduta de colegas de governo. Chamava Costa e Silva de "molengão".[1] Numa conversa com o prefeito de Salvador queixara-se de seus colegas da Fazenda e dos Transportes: "O Delfim e o Andreazza devem ser enforcados e pendurados de cabeça para baixo, como ladrões".[2] Delfim sabia que Albuquerque Lima o odiava, mas embrulhava o general com a cumplicidade do presidente, a quem narrava suas manobras.[3]



Gal. Albuquerque Lima

No meio militar, Costa e Silva sofria o reflexo da debilidade do ministro do Exército. Lyra Tavares era um general fraco jogado num Alto-Comando de prima-donas que, ao contrário dele, haviam arriscado o fim de suas carreiras em 1964. Chocara-se com o chefe do Estado-Maior do Exército, Orlando Geisel, e depois de penosas negociações conseguiu empalhá-lo no EMFA.[4] Sofria as costumeiras pressões do radicalismo dos coronéis da linha dura, dos tenentes-coronéis da EsCEME e dos capitães da EsAO, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Na Academia Militar das Agulhas Negras, um inquérito investigava ligações de cadetes com a Ação Popular.[5] A essas inquietações somava-se o descontentamento com os soldos. Eram todas pseudônimos da anarquia. Diante dela, perdia a voz.

* * *

Duas semanas depois da passeata e do atentado ao QG do II Exército, Costa e Silva reuniu o Conselho de Segurança Nacional em duas longas sessões. As ruas haviam se acalmado e o clima parecia ser de trégua. Do palácio para fora falava-se em negociação (qual, não se sabia) e mudanças no ministério (quais, não se imaginava). O marechal reuniu os ministros e os chefes dos estados-maiores para uma sessão consultiva e vaga. As atas desses encontros, conhecidas em 2009, revelam um governo que se sentia

encurralado. Via contra si os ventos do mundo, as vozes das passeatas, a imprensa, o Congresso, a Igreja, o Judiciário, os intelectuais e grupos econômicos. Todos, enfim. “O início da contrarrevolução”, nas palavras do general chefe do Gabinete Militar, Jayme Portella, que abriu a reunião.[6]

Para uma situação de tamanha gravidade, seria razoável supor que o presidente cogitasse discutir a possibilidade de recorrer ao remédio constitucional do estado de sítio, mas nem ele nem Portella, que tinha na pasta o texto do decreto, propuseram a iniciativa. Quando foi longe, o general disse que “a continuidade da evolução da situação, nas condições atuais, conduzirá em curto prazo a um agravamento intolerável”. Mesmo nas fábricas, onde o general via uma “coincidência de atitudes, embora por motivos diferentes, do Ministério do Trabalho e do Partido Comunista, é grande a probabilidade de que a massa sindical venha a participar do processo revolucionário em marcha”. Propôs “a adoção imediata de uma série de medidas políticas, econômicas, sociais e de segurança, todas elas enérgicas, profundas e de grande alcance”. Quais, não disse.

O general Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI, acompanhou-o. Apontou a cumplicidade dos “grupos econômicos estrangeiros” e foi além: “O que se vê nas ruas não é mais a condução de legítimas reivindicações estudantis, mas um movimento que tem um objetivo nítido, qual seja o de derrubar o governo revolucionário instalado em 1964, para posterior implantação da Revolução Socialista Brasileira”. Garrastazu Médici achava que o governo devia, “sem tardança, tomar medidas concretas de segurança, agindo energicamente”. Como, também não disse.

Havia algo teatral na cena. Todos sabiam que o sujeito da frase era o estado de sítio, talvez mais, mas ainda não se falava claro. O ministro da Marinha opinou que “dentro da lei, nós ainda poderemos combater tudo, antes de qualquer medida excepcional”. Lyra Tavares foi na mesma linha, mencionando a “firme disposição de preservar a ordem, dentro da lei”. O brigadeiro Márcio de Souza Mello pronunciou as palavras mágicas:

“Admito desde o estado de sítio até uma declaração formal para ser cumprida, com toda energia”. O que isso queria dizer, não explicou. Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, disse que “devemos passar à ofensiva em todos os setores”. Como, não esclareceu.

Costa e Silva suspendeu a reunião por dez minutos para um cafezinho e foi a vez do ministro da Justiça, Luís Antonio da Gama e Silva. Ex-diretor da Faculdade de Direito do largo de São Francisco, ele conhecera Costa e Silva quando o general comandara a Região Militar de São Paulo. *Gaminha* descreveu o quadro: “A contrarrevolução se encontra nas ruas. A contrarrevolução se encontra na imprensa. A contrarrevolução se encontra no meio estudantil. A contrarrevolução se encontra nos meios políticos”. Defendeu o estado de sítio e disse: “Se este não for suficiente, confesso, melancolicamente, mas como soldado de Vossa Excelência, que não vejo outro remédio senão retornarmos à origens da Revolução e, através de um Ato Adicional à atual Constituição, darmos ao Poder Executivo os meios necessários para salvar a Revolução Brasileira”.

Agora se falava sério. O ministro ia além do sítio. Nas palavras de Costa e Silva, porém, tratava-se de sair da crise respeitando o que “o presidente Dutra chamaria o ‘livrinho’. O ‘livrinho’ é a Constituição Brasileira. (...) Eu ainda creio muito na força da lei”. No “ainda”, estava aquilo que parecia ao marechal ser sua força. O ministro da Justiça propunha a ultrapassagem do “livrinho”.

Depois de Gama e Silva falou o ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, o governador de Minas Gerais que, em 1964, rebelara seu estado e, habilidosamente, costurava sua candidatura à Presidência. Aos 59 anos, tinha uma aparência envelhecida, calvo e curvado, falava sempre baixo, quando falava. Parecia um ser extraterrestre, e naquela reunião realmente o foi. Rebateu os apocalipses apresentados por seus antecessores:

> É preciso, no meu entender, examinarmos bem detalhadamente nossa situação, particularmente daqueles incumbidos de certos problemas, para vermos se realmente estamos levando satisfação ao povo. (...) Na verdade, depois de 31 de março, nós verificamos que temos vivido certa confusão. Inicialmente, restauramos a Constituição, depois fizemos outra Constituição e falamos ora em legalidade, ora em revolução.
>
> Estamos perdendo a imprensa, os empresários, segundo algumas informações, estariam também sustentando o movimento, estamos perdendo a Igreja, devo dizer, nas classes armadas há grandes descontentamentos, embora elas sejam fiéis às instituições. A classe política também está inquieta. Na classe média e mesmo nas elites também encontramos descontentamento.

Magalhães propôs que se fizesse outra reunião, pois “não quero apoiar, emocionalmente, qualquer medida para depois nos arrependermos”. Sua proposta essencial era outra: “Vossa Excelência não deve fazer (...) cerimônia para modificar ou reorganizar completamente o seu ministério para enfrentar a conjuntura nacional”.

Costa e Silva interrompeu-o: “O ministro do Exterior abordou um ponto que eu chamo de o óbvio ululante. Pôr as pastas à disposição do governo é medida desnecessária, pois a Constituição dá ao presidente da República a prerrogativa de nomear e de demitir seus ministros. Aliás, os ministros, ao assumirem, sabem disso”.

Os dois começaram a falar ao mesmo tempo, com Magalhães na defensiva, ressalvando que “não quis desconsiderar”, firmando sua posição: “Verdadeiramente, desejo dizer que, com isso, facilitaria qualquer composição”. O presidente voltou a interrompê-lo e passou a palavra ao ministro da Fazenda, Delfim Netto.

O professor, que estava mais próximo de Portella e Médici, começou rebatendo Magalhães: “Estou convencido de que se trata de um processo puramente ideológico e pragmático, no qual o povo brasileiro tem muito pouca coisa a ver com ele”. Mudando-se para sua área, mostrou que o país estava em franca recuperação econômica. O déficit público, dentro da meta; a inflação, entre 22% e 24%; as exportações começavam a crescer, o consumo de energia aumentara; o emprego superara os níveis de 1966; e o Produto Interno Bruto deveria chegar a 6%, ultrapassando os magros índices dos últimos cinco anos.[7] A média da produção de veículos, que fora de 18.600 carros em 1966, estava em 20.500. “Ora, quem está comprando isso é o povo. (...) Em nenhum regime político, ainda que estivéssemos num regime do tipo soviético, se obteriam taxas de crescimento muito maiores das que obteremos este ano.” Ele estimou que as agitações ocorridas no Rio em junho custaram uma queda de 19% na arrecadação, uma perda equivalente à construção de 40 quilômetros de estradas. Encerrou, como os demais, culpando a imprensa: “Isso dá uma ideia física da destruição que se pode permitir àqueles que dispõem do monopólio da informação falsificada”.

Às boas notícias de Delfim, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, acrescentaria a relativa paz no meio operário. O ministro defendeu uma solução “dentro do livrinho” e apoiou a ideia de uma recomposição ministerial. Ele preferia evitar o estado de sítio, apresentando um argumento poderoso: “O governo não sairá dele nesses quatro anos”. Acreditava numa ofensiva política, mas, como os generais, alertava para a “evidente e indiscutível marcha da contrarrevolução que está nas ruas, está no Congresso, está na imprensa. O ministro do Exterior falou que os jornais são propriedades de capitalistas e o são de fato, até de condessas.[8] Mas acontece que as redações, as oficinas, sobretudo as redações, estão preparadas, bloqueadas e ocupadas por pessoas que estão interessadas em destruir o processo da Revolução de 31 de março”. Passarinho achava que

“não se deve desperdiçar um tiro de canhão num alvo que merece apenas um tiro de fuzil”: “Vemos a palavra ditadura escrita todos os dias, com todas as letras, como se vivêssemos realmente uma ditadura, dando até vontade de fazê-la. Há esse ônus que todos nós sofremos”.

Os ministros marcaram outra reunião para a terça-feira seguinte. Nela, Costa e Silva procurou dar um foco ao debate: “Nós estamos aqui justamente para decidir se o momento impõe medida de exceção ou não. Eu quero que cada ministro dê seu parecer rápido, opinando pelo sim ou pelo não”.[9] Não conseguiu.

Dois ministros firmaram posição na defesa das leis ordinárias.[10] Os demais admitiam o estado de sítio e outros quatro deixaram a porta aberta para a edição de um Ato Institucional.[11] Ficou claro que do jeito que as coisas estavam não haveriam de continuar.

O tom vago que marcou os encontros foi quebrado pelo vice-presidente Pedro Aleixo, o último a falar. Respeitado jurista liberal da UDN mineira, condenou a proposta de Gama e Silva, pois “qualquer providência nesse sentido significaria, no meu entender, verdadeiro retrocesso”. Sua intervenção foi a única com sentido prático. Admitindo a possibilidade da decretação do estado de sítio em nome da defesa da ordem, propunha medidas necessárias para ordená-la. Pela Constituição, ele poderia durar 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Admitindo-se que fosse decretado no dia 1º de agosto, poderia ir, no máximo, até o dia 29 de novembro. A decretação do estado de sítio demandava providências práticas, pois um simples decreto não mudaria a situação. Aleixo lembrou que o Uruguai acabara de fazer isso, com maus resultados. “Parece-me de necessidade premente, se cogitasse, desde logo (...) [de] uma preparação prévia da execução do sítio”: “A ocupação de todos os jornais por um corpo de censores, as providências contra o rádio, a televisão e assim por diante, dando uma demonstração de força do governo, que, por serem feitas com a devida eficiência, pudessem

durar pouco (...). Teríamos, talvez, que invocar um pouco os exemplos do Estado Novo, como foi que ele se preparou etc.”.[12]

Na sua crueza, a proposta de Pedro Aleixo embutia um cenário violento, porém ordenado. Não poderia haver estado de sítio sem censura, nem censura sem censores. O regime democrático de 1946 estivera sob o estado de sítio de novembro de 1955 ao final de janeiro de 1956. Nesse período o coronel Orlando Geisel auxiliara na censura aos jornais do Rio de Janeiro.[13] Em outubro de 1966 o marechal Castello Branco fechara o Congresso por três meses. Num caso, saiu-se do sítio para o governo liberal de Juscelino Kubitschek. No outro, retornou-se à ditadura envergonhada de Castello. Mesmo nesse episódio, preservaram-se os dispositivos constitucionais de garantia dos direitos dos cidadãos. O estado de sítio defendido por Pedro Aleixo manteria o país na ordem constitucional. O Ato Institucional proposto por Gama e Silva e insinuado por outros membros do Conselho de Segurança, não.

Costa e Silva encerrou os trabalhos refletindo a ambiguidade de sua posição: “A ditadura jamais será uma solução para o Brasil. (...) Eu entendo, como revolucionário, que qualquer ato fora da Constituição, no momento, será uma precipitação”.

O marechal decidira boiar.

Pouco antes do início da reunião do Conselho de Segurança, estourara uma greve em Osasco, no cinturão industrial de São Paulo. Ela contrariava o otimismo do governo em relação ao meio sindical, não só porque mostrava um novo foco de agitação, mas também porque indicava que, como no Primeiro de Maio da praça da Sé, naufragava o acordo tácito do regime com o Partido Comunista. A paralisação vinha da radicalização de uma base operária que nascera na militância católica, dividira-se e fora influenciada por quadros da Vanguarda Popular Revolucionária, que já assaltara dois bancos e explodira as bombas do consulado americano e do QG do II Exército, em São Paulo. Um dos líderes da greve era o baiano

José Campos Barreto, o *Zequinha*, veterano do Primeiro de Maio da praça da Sé. Na Cobrasma (Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários), tornara-se uma espécie de capeta.

O movimento começou às 8h30 da manhã, quando tocou o apito da fábrica de vagões. Era o sinal combinado. No fim da tarde havia quatro indústrias paradas, duas delas ocupadas. Um dia depois, pararam mais quatro, e os grevistas chegaram a 10 mil. A polícia atacou no terceiro dia, quatrocentos operários foram presos, cinquenta ficaram detidos, desocuparam-se as oficinas e ocupou-se a cidade. A greve capitulou em 72 horas, antes mesmo que comandos esquerdistas conseguissem interromper o fornecimento de energia às fábricas.[14] A ideia segundo a qual se podia radicalizar nas fábricas para colher benefícios semelhantes aos recebidos no início do ano pelos operários de Contagem mostrara-se errada. Errada estava sobretudo a ideia segundo a qual a repressão policial mostrava "a fraqueza do governo".[15]

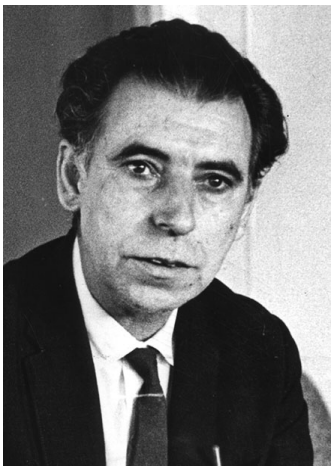
Zequinha arengou aos soldados da Força Pública que se preparavam para derrubar as barricadas da fábrica, comandou a fuga dos últimos grevistas e reteve a polícia com uma tocha na mão, ameaçando explodir o depósito de gasolina. Quando a fábrica foi retomada, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, anunciou: "A Cobrasma está sob controle. José Campos Barreto foi preso".[16] *Zequinha* foi levado para a sede da Polícia Federal; deram-lhe choques elétricos, passaram-lhe sabão em pó nos olhos e espancaram-no para que se confessasse ligado a Marighella.[17]

A tortura de presos políticos estava de volta. A *Folha da Tarde* denunciara dez modalidades de suplício.[18] O economista Luciano Coutinho, preso semanas depois pelo DOPS, levou choques para que confessasse a autoria de um documento. José Genoino, presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Ceará, capturado na rodoviária de São Paulo, resumiu sua experiência: "Me espancaram como a um animal".[19] Vladimir Palmeira, detido na PE do I Exército, viu presos

ensanguentados sendo levados para suas celas.[20] Praticada pela “meganha” nas delegacias de polícia, eterno foco de violações de direitos humanos de cidadãos humildes, ela reaparecia a serviço do regime, mas distanciada dos quartéis. Vinha na sua forma habitual, primitiva, produto de um sistema policial inepto que até hoje se vale do espancamento dos presos como modo de imposição da autoridade e dos tormentos como instrumento essencial de investigação.

No final de agosto São Paulo já fora sobressaltada por 29 bombas.[21] Marighella organizara o ataque a um carro-forte nos subúrbios da cidade e um audacioso assalto ao trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, do qual tirou o equivalente a US$ 21.600.[22]

Depois do ataque ao QG do II Exército, o atentado mais espetacular fora a explosão de um estacionamento situado em frente ao DOPS. O líder do grupo terrorista foi capturado em pouco tempo. Chamava-se Aladino Félix, fazia-se passar por *Sábato Dinotos*, mistura de mago e marginal. Ameaçava com o Apocalipse e apresentava-se como o Salvador dos Afortunados, amparado por discos voadores de uma civilização superior existente em Júpiter.[23] Levado para o Departamento Estadual de Investigações Criminais, o DEIC, confessou catorze explosões e um assalto a banco. Revelou os nomes de seus cúmplices, e a polícia prendeu toda a rede, formada por soldados e cabos da Força Pública. Sem sigla, programa revolucionário ou filiação marxista, Aladino Félix não fazia sentido. Mais tarde, denunciou que foi torturado por vinte horas.[24] Um de seus colegas, o soldado Juraci Gonçalves Tinoco, viu-o no chão de uma sala, desacordado, com a boca ensanguentada.[25]



Aladino Félix

Na fase de instrução criminal, Aladino disse que agira por ordem do general Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar da Presidência. O soldado Juraci informou que um delegado o mandou confessar que era o presidente Costa e Silva quem "orientava e financiava a ação terrorista".[26] Documentadamente, o doido tinha no seu círculo de relações um general da reserva. Com sua ajuda, denunciara ao governo uma conspiração contrarrevolucionária e estivera por duas vezes com o diretor da Polícia Federal. Encontrara-se com o chefe da seção de informações do II Exército, a quem revelara ter à mão uma força de blindados capaz de tomar a cidade de São Paulo. O delegado do DOPS que cuidou do inquérito de Aladino concluiu que seu grupo era formado por "idealistas que tiveram de lançar mão de marginais para executar seus planos". Em suma: "Não eram terroristas dentro do esquema de subversão ligado ao Partido Comunista".[27]

No dia 16 de dezembro, anunciou-se que Dinotos escapara da prisão, mas policiais do DOPS informaram reservadamente que haviam recebido ordens para libertá-lo. Capturaram-no em setembro de 1969 numa favela, onde se dizia empenhado em traduzir a Bíblia do hebreu para o português. Nunca se identificou a mão que iluminava suas bombas. É implausível que ele tenha tratado diretamente com Portella, mas é provável que fosse a mão

da direita quem lhe dava o fogo. Essa, pelo menos, era a suspeita do cônsul americano em São Paulo.[28]

* * *

Apesar dos sinais de agravamento da crise que incrustavam bolsões de ilegalidade na máquina do governo, Costa e Silva persistia numa postura malandra. Deixava-se boiar na corrente, cavalgando um discurso desconexo. Levado numa direção, dizia que estava indo noutra, como se as palavras e os movimentos tivessem perdido a articulação. Repetia com frequência que "o poder é como um salame, toda vez que você o usa bem, corta só uma fatia, quando o usa mal, corta duas, mas se não o usa, cortam-se três e, em qualquer caso, ele fica sempre menor".[29] As fatias iam sendo cortadas de três em três. Reiterava seu compromisso democrático, mas a cada profissão de fé legalista correspondia uma réplica de fé militarista.

Era capaz de anunciar que "creio na liberdade em si mesma, como o maior de todos os bens concedidos ao homem na Terra" com a mesma naturalidade com que informava que o Exército "não pode, em absoluto, (...) sair do quartel para acabar com a anarquia e entregar, depois, o país à anarquia".[30] Exercitava um fatalismo egocêntrico em que se via como baluarte e se confundia com a República: "Enquanto aqui estiver, essa Constituição (...) há de ser cumprida a rigor"; "Enquanto eu estiver aqui, não permitirei que o Rio se transforme em uma nova Paris"; "O poder legislativo só desaparecerá quando me eliminarem".[31]

Capturado pelo processo de anarquia militar desde o alvorecer de sua candidatura, Costa e Silva, como Castello, governava sob a pressão dos generais que o garantiam. À diferença de seu antecessor, não fez nenhum esforço real para fortalecer as instituições republicanas. De março a setembro de 1968 aplicou à crise o remédio da procrastinação. Nem reprimiu as manifestações de rua quando elas pareciam uma tempestade

mundial, nem enquadrou o radicalismo do regime quando ele se criminalizou. Pode-se entender que, por razões ideológicas, e até mesmo por convicção, Costa e Silva não tivesse soluções a oferecer à esquerda, mas sua desastrosa contribuição decorreu do fato de ele não ter oferecido soluções nem sequer à direita.

No dia 2 de setembro, durante aquele horário sonolento da manhã que na Câmara se denomina "pinga-fogo", no qual os parlamentares ocupam a tribuna para tratar de assuntos irrelevantes, o deputado Marcio Moreira Alves tomou a palavra para condenar uma invasão policial que acontecera dias antes na Universidade de Brasília. A certa altura perguntou: "Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?". Fazia essa acusação amparado nas violências recentes e na autoridade que conquistara denunciando e provando dezenas de casos de tortura ocorridos no governo Castello Branco, todos acobertados pelos comandantes militares. Salvo uma pequena nota publicada na *Folha de S.Paulo*, ninguém ouviu falar no discurso. Impressionado com a greve de mulheres proposta pela ateniense Lisístrata na peça de Aristófanes, que assistira havia pouco em São Paulo, Moreira Alves voltou à tribuna e sugeriu que, durante as comemorações da Semana da Pátria, houvesse um boicote às paradas. "Esse boicote", acrescentou, "pode passar também (...) às moças, às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais."[32]

Dois dias depois o ministro Lyra Tavares criou o caso. Criou-o à sua maneira. Num ofício de quatro itens endereçado a Costa e Silva, narrou o conteúdo dos discursos, reconheceu que o deputado estava "no uso da liberdade que lhe é assegurada pelo regime" e admitiu a "dignidade intangível" da Câmara. Pediu apenas "a proibição de tais violências e agressões verbais injustificáveis", sempre se declarando "obediente ao Poder Civil e confiante nas providências que Vossa Excelência julga devam ser adotadas".[33] O ofício 01/68 de Lyra a Costa e Silva parece-se na ambiguidade com a sua carta a Castello de 23 de março de 1964. Há nele

toda a indignação de uma tropa ofendida e toda a compostura de um ministro disciplinado. Com o tempo, convencionou-se dizer que Lyra Tavares enviou a Costa e Silva uma representação pedindo que o deputado fosse processado. Trata-se de uma falsidade. Não há no ofício essa solicitação.

Mesmo assim, era o que bastava ao general Jayme Portella. Desde o primeiro despacho de Lyra com o presidente, o chefe do Gabinete Militar articulou a grande provocação. Dedicou-se à construção da crise com tamanho desembaraço que, capturado pela própria fantasia, chegou a dizer em suas memórias, onze anos depois, que o discurso de Moreira Alves "havia sido publicado em toda a imprensa, servindo de manchetes, o que mais irritou as Forças Armadas, pelo destaque dado".[34] Além do registro da *Folha de S.Paulo*, nenhum jornal publicou uma só palavra. As manchetes, os destaques e a irritação, ele os providenciaria.

Os ministros da Marinha e da Aeronáutica solidarizaram-se com Lyra. Costa e Silva determinou ao ministro da Justiça que estudasse uma fórmula jurídica para punir o deputado. A sugestão veio rápida e drástica: o governo deveria solicitar à Câmara dos Deputados uma licença para processar Marcio Moreira Alves. Essa proposição era uma monstruosidade jurídica, visto que a essência da imunidade parlamentar está na inviolabilidade das palavras, opiniões e votos dos deputados e senadores. O presidente do partido governista, senador Daniel Krieger, encarregou-se de esclarecer isso em carta ao presidente, acrescentando uma óbvia reflexão daquilo que viria a ser o desfecho da embrulhada: "O processo depende de licença da Câmara. A tradição, o espírito de classe e a natureza secreta do voto nos levam à convicção da negação da licença. Criada essa situação, dela decorreria uma crise institucional, pondo em antagonismo a Câmara e as Forças Armadas do país".[35]

O que se buscava era o antagonismo. O governador Abreu Sodré ensaiou a denúncia da manobra, dizendo que "o radicalismo brasileiro está

infiltrado até em mínimas áreas da periferia do governo, nos subúrbios do poder".[36] Estava no palácio do Planalto. Portella, o mais destacado, era de longe o colaborador mais influente de Costa e Silva. O general tinha como corneta o ministro da Justiça, Gama e Silva. Portella não falava, *Gaminha* não conseguia ficar calado. Um vivia na sombra, o outro era antes de tudo um exibicionista.

Durante todo o mês de setembro o caso do discurso foi cozinhado no palácio. Assim como procedera em relação às passeatas, Costa e Silva manteve-se numa estratégia de imobilismo e ameaça. Começara ameaçando com o estado de sítio contra agitações estudantis. Agora, como Krieger lhe mostrava, levava a crise para outra avenida, colocando em curso de colisão os tanques e a Câmara. Eram muitas as razões que conduziam o governo para esse caminho. A mais forte era a incapacidade de Costa e Silva de enfrentar uma a uma as tensões típicas do governo.

De todas, a maior era o caso Para-Sar. Encruado, arrastara-se seis meses em silêncio, mas entrara no último ato. De um lado da manobra, o brigadeiro Itamar, com os documentos de sua sindicância, contestava a versão de Burnier. Do outro lado, o brigadeiro Eduardo Gomes procurara o senador Krieger e pedira-lhe que expusesse o caso a Costa e Silva, informando-o de que "interferira no sentido de que a ocorrência não fosse divulgada (...) pois julgava a sua difusão prejudicial à disciplina e às tradições da Força Aérea".[37] Eduardo Gomes agia de acordo com o manual da nobiliarquia. Se ganhasse, comprovaria mais uma vez que roupa suja se lava em casa. Se perdesse, passaria pelo dissabor de perceber que a sujeira não estava na roupa, mas na casa. Perdeu.

No dia 26 de setembro o brigadeiro Itamar mandou entregar pessoalmente ao ministro da Aeronáutica o resultado da sindicância. Ouvira 36 oficiais e sargentos, e concluíra que a maioria esmagadora confirmara a narrativa do capitão Sérgio, "sendo que nenhum elemento categoricamente a houvesse negado".[38] Diria mais: "Concluo (...) ser nítida e insofismável a

intenção do brigadeiro Burnier de usar o Para-Sar como executor de atentados a figuras políticas. (...) Volto a insistir quanto à necessidade de intervenção de V. Excia., numa avaliação mais profunda dos fatos, porquanto os mesmos têm sido apurados de maneira superficial, em desacordo com a sua extrema gravidade".[39]

No dia seguinte foi demitido da Diretoria de Rotas Aéreas e preso por dois dias. Esse desfecho foi estimulado pelo general Portella e referendado por Costa e Silva. O ministro da Aeronáutica levara ao presidente o decreto de demissão do brigadeiro Itamar antes mesmo que ele remetesse a sindicância, mas o marechal confiava na possibilidade de um acordo. Entregue o cartapácio com os depoimentos que provaram o delito e desmentiram Burnier, a demissão foi assinada em 24 horas. Já não se estava em abril, quando um capitão podia se recusar a aceitar ordens ilegais de um brigadeiro. Nem se estava em junho, quando outro brigadeiro podia fazer saber ao ministro que duvidava da palavra de Burnier.

A vitória de Burnier informava que, num choque entre a ilegalidade e "a disciplina e as tradições" da FAB, vencera a anarquia. Era um aviso a toda a corporação militar. Eduardo Gomes, o venerado *Brigadeiro* das revoltas da República Velha e das campanhas contra a ditadura de Vargas, foi incapaz de ir buscar na opinião pública o desagravo à honra da FAB. Mesmo em outubro, quando o caso Para-Sar finalmente foi denunciado da tribuna da Câmara, manteve-se em olímpico silêncio. É certo que havia em 1968, dentro da hierarquia militar, um grupo de oficiais que poderiam ser chamados de liberais, respeitadores de algumas noções de direito, como a condenação do homicídio. O caso Para-Sar e o silêncio do *Brigadeiro* indicaram que essa brigada liberal preferia o silêncio a tomar riscos diante da criminalização das atividades policiais das Forças Armadas.

Itamar reagiu semanas depois de sua degola, remetendo aos demais brigadeiros um documento em que dizia: "Por trás de nossas patentes, observando nossas atitudes e reações, existe toda uma força armada. Com o

brio com que reagirmos, com a altitude de nossos gestos de repúdio e com o exemplo do nosso procedimento, estaremos crescendo aos olhos dos subordinados que acreditam em seus chefes".[40] O texto tinha seis páginas e a marca de "confidencial". O caso Para-Sar acabara. Burnier vencera em público, e os brigadeiros que o combateram reclamavam em segredo.

O único protesto fardado partiu do general Mourão Filho, provisionado no Superior Tribunal Militar, cujo nome apareceu numa das versões da lista de políticos que sumiriam por conta da ofensiva de Burnier. Com seu gosto pelo teatro, foi para a televisão e ameaçou: "Vocês devem estar me ouvindo, fiquem sabendo que não tenho medo de morrer, nem entro em automóvel para ser sequestrado. Uso um Colt 45 e atiro muito bem".[41] Ficou nisso.

A justificativa mais frequente para essas capitulações sempre foi associada a um hipotético desejo de preservação da unidade militar. Mesmo reconhecendo-se que o tradicional espírito de corpo da oficialidade pode ser um ingrediente na fabricação de uma cumplicidade de última instância, ele não é o único. Velho conhecedor da máquina militar, o marechal Cordeiro de Farias ensinaria que "há o interesse pessoal, pois o pensamento dominante é preservar posições, garantir a permanência em posições de vantagem".[42] O comportamento do brigadeiro Eduardo Gomes em anos posteriores, defendendo publicamente *Sérgio Macaco* com uma bravura proporcional ao declínio do regime, indica que sua capitulação conteve uma opção preferencial pela ditadura. Ao calar-se, não procurou preservar a FAB, mas o regime em que era hierarca. Se para ele o silêncio era uma conveniência, para oficiais biograficamente menos afortunados seria uma necessidade, quando não fosse convicção.

O caso Para-Sar, tornado público no dia 1º de outubro, surpreendia pela simplicidade de sua trama e pelo absurdo do seu desfecho. O ministro Souza e Mello pudera demitir o brigadeiro Itamar, mas não conseguia apresentar uma versão que se sustentasse. Acusado de proteger o que o *Correio da Manhã* denunciava como a "Operação Mata-Estudante", o

ministro, através de seu gabinete, respondeu com a trapaça pela qual se confundia uma acusação feita contra um oficial com um ataque à corporação. Vislumbrava uma "manobra divisionária em ofensiva dirigida contra as próprias instituições militares, fazendo parte dos processos de tentativa de isolamento das Forças Armadas na comunidade brasileira".[43]

* * *

Apesar do refluxo das agitações estudantis, algo de raro estava acontecendo com os sentimentos da sociedade brasileira em relação aos militares. Confundidos com a natureza ditatorial do regime e com o desgaste do governo, os oficiais sentiam-se inibidos de vestir a farda fora dos quartéis.[44] Caíra o número de estudantes do Colégio Militar que decidiam fazer o concurso de ingresso na Academia das Agulhas Negras.[45] No final de setembro encerrou-se no Maracanãzinho mais um glorioso Festival da Canção da época. Num país onde as manifestações culturais de massa se limitavam a novelas de televisão e partidas de futebol, esses festivais reuniam a mais talentosa geração de compositores que o Brasil já tivera. Tornaram-se a um só tempo festa e instante de refinamento intelectual. Duas canções disputavam a final. Uma era "Sabiá", de Antonio Carlos Jobim e Chico Buarque de Hollanda. Soava bonita, mas estava fora do lugar. A outra era "Caminhando", de Geraldo Vandré.[46] Musicalmente banal, quase uma guarânia, impressionava pela letra emocional, verdadeiro hino político, poético na sua raiva. Falava de "soldados armados, amados ou não", prontos "a morrer pela pátria ou viver sem razão". Sua força estava no refrão:

> *Vem, vamos embora, que esperar não é saber.*
> *Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*

Geraldo Vandré

As 20 mil pessoas que estavam no Maracanãzinho transformaram-se em coral dessa variante melódica do conceito marighelista de que “a vanguarda faz a ação”. “Sabiá” derrotou “Caminhando”, mas Tom Jobim mal conseguiu tocá-la. A arquibancada vaiou-o por 23 minutos.[47] Talvez tenha sido a mais longa das vaias ouvidas nos auditórios do país. Não era a Tom que se apupava, muito menos ao júri, que deixara “Caminhando” em segundo lugar. A vaia era contra a ditadura, e aquela seria a última manifestação vocalista das multidões brasileiras. Passariam uma década em silêncio, gritando pouco mais que “gol”. Poucas semanas depois, o governo proibiu a execução de “Caminhando” nas rádios e em locais públicos. Temia que se tornasse “o ponto de partida para a aceleração e ampliação de um processo de dominação das massas”.[48]

A vanguarda que se supunha capaz de fazer a hora vinha fazendo acontecer. Praticava uma ação relevante a cada duas semanas. Uma pequena dissidência estudantil de Niterói intitulou-se Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8, em memória do dia da captura do Che Guevara. Assaltava bancos e comprava terras no Paraná, onde pretendia montar bases de treinamento para um foco guerrilheiro na região de Foz do Iguaçu.

Cada grupo fazia sua hora. Algumas das melhores faculdades e escolas secundárias do Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se focos de

recrutamento para a guerrilha. O calendário do movimento estudantil anunciava um grande acontecimento. No final do ano devia se realizar o XXX Congresso da UNE. Os três últimos haviam sido abrigados clandestinamente em conventos. Dessa vez planejava-se algo maior, com perto de mil participantes. O governador Abreu Sodré fez saber aos estudantes paulistas que estava disposto a tolerar a reunião caso ela tivesse lugar no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, o Crusp. Era legalidade demais para tantos anseios revolucionários. Na liderança estudantil chegara-se a discutir uma proposta para que o congresso fosse realizado depois de uma fulminante ocupação de um edifício na avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro.[49] Desde julho militantes do marighelismo vinham estudando a conveniência de utilizar o sítio de um veterano comunista na localidade de Ibiúna, a setenta quilômetros de São Paulo. A propriedade foi inspecionada pelo general cassado Euryale de Jesus Zerbini e pelo coronel Plínio Rolim de Moura, um oficial da reserva que se considerava depositário de poderes paranormais, através dos quais recebera vibrações premonitórias do assassinato do presidente John Kennedy e da deposição de João Goulart. Ambos consideraram a topografia do local adequada para a reunião.[50]

A ideia segundo a qual mil estudantes poderiam ser convocados para um congresso clandestino, chegar a Ibiúna, eleger uma nova diretoria para a UNE e voltar às suas casas sem que o governo percebesse, era uma fantasia. Até que ponto ela resultou da inocência, não se sabe. Nenhum dos organizadores da reunião admitiu que houvesse, subjacente ao projeto, o desejo secreto de um confronto armado entre a segurança do congresso e a polícia, ou de uma prisão em massa. Oito anos depois, o CIE estava convencido de que o Congresso da UNE foi levado para Ibiúna propositalmente, numa “grande traição” destinada a facilitar o recrutamento de jovens para as organizações terroristas.[51] Rinaldo Claudino de Barros, militante do Partido Comunista Revolucionário, PCR, e presidente do

diretório acadêmico da Faculdade de Sociologia da Fundação José Augusto, de Natal, revelou mais tarde que o Congresso de Ibiúna "foi feito para todos serem presos". "Pensava-se que, de repente, quando o cara fosse preso uma vez, ele saía de casa, abandonava a família e a faculdade, e entrava num partido de uma vez por todas."[52] Zuenir Ventura, que entrevistou os principais líderes estudantis da época, concluiu que "Ibiúna funcionou um pouco como laboratório para a guerrilha, como provavelmente desejava Carlos Marighella".[53]

Quando os estudantes começaram a afluir para o Congresso da UNE, o terrorismo de direita já lhes ensinara que o último trimestre de 1968 era diferente do primeiro. Na pequena rua Maria Antonia, no bairro paulista de Higienópolis, conviviam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a Universidade Mackenzie. Uma, conhecida popularmente pelo nome da rua, era faculdade de produção brilhante, joia da esquerda, fornecedora de quadros para o radicalismo da esquerda paulistana. Na outra, militava o CCC. Durante todo o ano os dois lados da calçada hostilizaram-se, até que no dia 2 de outubro alunos da escola de filosofia fecharam a Maria Antonia, cobrando pedágio em benefício da organização do Congresso da UNE. Um estudante do Mackenzie jogou um ovo no grupo que bloqueava a rua, e deu-se uma breve pancadaria, esfriada com o aparecimento da polícia. À noite o laboratório do Mackenzie foi aberto para a fabricação de bombas.[54]

Na manhã seguinte o CCC desceu os tanques. Sua tropa atacou com tiros e centenas de coquetéis-molotovs. Mataram um secundarista de vinte anos, José Guimarães, invadiram a Maria Antonia e incendiaram-na. Do ataque participaram, além de estudantes do Mackenzie, pelo menos dois policiais, o delegado *Raul Careca* e o comissário Octávio Gonçalves Moreira Junior. Ambos eram sócios fundadores do CCC. O segundo militava também na organização católica ultramontana Tradição, Família e Propriedade. O terrorismo de direita, que acabara com o Teatro Opinião no

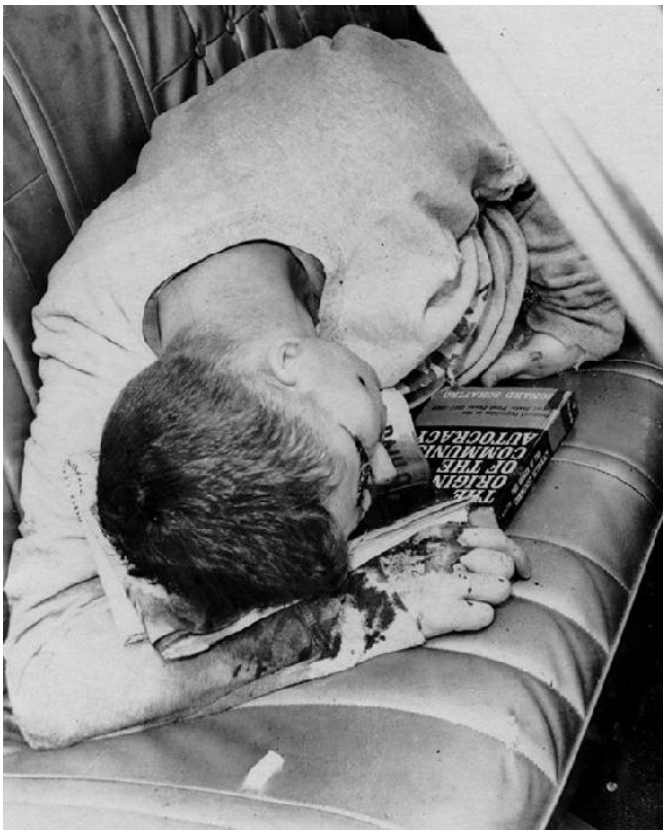
Rio de Janeiro, incendiara a Maria Antonia. Esta fora refúgio de professores europeus fugitivos do nazismo, era o berço da moderna sociologia brasileira. Nas suas ruínas, estudantes cantaram “Saudosa maloca”.[55]

Ibiúna terminou como era de se supor. A polícia sabia local, dia e hora da reunião. Cercou-a com tropas da Polícia Militar na madrugada fria de 12 de outubro. Prenderam toda a UNE, sua liderança passada, presente e futura. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 pessoas, levadas para São Paulo em cinco caminhões do Exército e dez ônibus.[56] O movimento estudantil se acabara. Dele restou um grande inquérito policial, que se transformou em mola para jogar na clandestinidade dezenas de quadros das organizações esquerdistas. Nos seis anos seguintes, militando em agrupamentos armados ou na guerrilha rural, morreram pelo menos dezenove jovens que haviam estado em Ibiúna.[57]

11 de outubro de 1968. No maior arrastão da história brasileira, capturaram-se 920 estudantes num sítio em Ibiúna (SP). Era o congresso clandestino da UNE. O movimento estudantil se acabara.

Nos seis anos seguintes, militando em grupos armados ou na guerrilha rural, morreriam 156 jovens com menos de trinta anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna.

Na mesma hora em que os estudantes eram colocados nos ônibus que os levariam à prisão em São Paulo, a dissidência esquerdista comandada pelo ex-sargento Onofre Pinto, egresso do MNR brizolista, assassinou com seis tiros e uma rajada de submetralhadora o capitão americano Charles Rodney Chandler. Emboscaram-no quando saía de sua casa, no bairro paulistano do Sumaré. Veterano do Vietnã, tinha trinta anos e estudava sociologia na Fundação Armando Alvares Penteado. Dera entrevistas e fizera pelo menos uma palestra sobre a guerra para uma audiência de militares.[58] Deveria voltar para Washington dali a poucas semanas.[59] Chamara a atenção dos terroristas e, sem que soubesse, fora sentenciado por um grupo de pessoas que arrogava a condição de tribunal revolucionário.



12 de outubro de 1968, São Paulo. O mesmo grupo terrorista que em junho atacou o QG do II Exército, metralhou o capitão Charles Rodney Chandler na porta de sua casa. Tinha trinta anos e deveria voltar para Washington dali a poucas semanas.

No caso da execução do major alemão Von Westernhagen supusera-se o assassinato do oficial que capturara o Che Guevara. Pela lógica de uma organização terrorista, a sentença faria nexo. O erro dos assassinos de Von Westernhagen não se situou na definição do objetivo, mas na sua identificação equivocada. Com Chandler a delinquência esteve precisamente na escolha do objetivo. Por mais de trinta anos, mesmo depois da anistia, seu assassinato foi defendido com base em duas acusações: era um agente da Central Intelligence Agency e torturara vietcongues. Nenhuma das duas jamais foi provada. Consideravam-no agente da CIA apoiando-se num raciocínio segundo o qual qualquer americano era, em princípio, um perigoso espião.[60] Fora para a Guerra do Vietnã como oficial do exército, assim como 24 anos antes outros capitães americanos

desembarcaram na Normandia lutando contra o nazismo, mas isso não vinha ao caso.

O tribunal não decidiu matá-lo porque tivesse feito algo de errado, mas porque era americano e era militar. Além disso, estavam a fim de matar alguém que desse publicidade ao terrorismo. Iam longe os dias de outubro de 1967, quando o ex-sargento Pedro Lobo de Oliveira, dirigindo o táxi com que ganhava a vida, vagara pela noite paulista com um pedaço de cano cheio de clorato de potássio, alumínio em pó e açúcar. Queria jogá-lo na mansão de um empresário americano, mas acabou atirando-o em frente à casa da filha do governador Abreu Sodré. No dia seguinte, para seu desencanto, nenhum jornal falara do atentado.[61] Dessa vez Pedro Lobo dirigiu o automóvel que transportou o pelotão de fuzilamento e, quando voltou ao volante de seu táxi, tinha garantidas as primeiras páginas das edições dos jornais do dia seguinte. Meses depois, Marighella relacionava a "execução do espião da CIA" como uma das provas de que "estamos em plena guerra revolucionária".[62]

Somado a dois PMs assassinados semanas antes em São Paulo, Chandler fora o quinto cadáver fardado de 1968. O terrorismo de esquerda tomara a ofensiva tanto na quantidade como na qualidade. As ações de significado político, que rendiam publicidade, prevaleceram sobre aquelas com objetivo logístico, que buscavam dinheiro e armas. Ofensiva virulenta, incluiu dois assassinatos vindicativos (do major alemão e do capitão americano) e dois ataques a instalações militares (o hospital do Cambuci e o QG do II Exército). Desbaratou o comício de Abreu Sodré, ferindo-o. Explodiu pelo menos dez bombas. Foi eficaz também na busca de meios. A polícia atribuía aos seus assaltos uma arrecadação de 1,2 milhão de cruzeiros, equivalentes a 330 mil dólares ao câmbio da época. Além disso, roubou-se perto de 1,5 tonelada de explosivos.[63] É possível que essa lista, como todas as produções policiais do gênero, esteja inflacionada. Muito

provavelmente as ações praticadas em 1968 passaram de cinquenta. Nelas, em confrontos deliberados, foram assassinadas sete pessoas.[64]

Do outro lado, os grupos paramilitares praticaram dezessete atentados, que devem ser somados às catorze explosões e a um assalto a banco confessados por Aladino Félix. Disso resulta que foram 32 os atos terroristas saídos da direita, sem vítimas fatais. Dias depois do arrastão da UNE, um comando terrorista integrado por oficiais e sargentos do Exército explodira a Livraria Civilização Brasileira, no Centro do Rio de Janeiro. Era a mais corajosa editora de esquerda do país. Só a tenacidade de seu dono, Ênio Silveira, impediria que ela perecesse, como o Teatro Opinião e a Maria Antonia.[65] Para os padrões da política brasileira, onde a cordialidade da crônica perdoa a violência do Estado, o ano de 1968 teve também uma violência específica. Enquanto os distúrbios ocorridos na França custaram cinco vidas e os dos Estados Unidos, uma, as passeatas brasileiras que se seguiram à morte de Edson Luis de Lima Souto custaram mais dez. Nenhum desses homicídios foi investigado.

12 de outubro de 1968. No meio da madrugada, explode uma bomba na porta da Editora Civilização Brasileira. O atentado terrorista foi obra de pelo menos um oficial e sargentos ligados ao Centro de Informações do Exército.

Seja qual for o nome que se dê ao surto terrorista de 1968, o que houve de essencial nele foi a instrumentalização daquilo que se denominou "guerra revolucionária". Para Marighella e as outras organizações de esquerda que usavam a mesma expressão, ela pretendia significar um salto de qualidade no combate ao regime. Havendo a "guerra revolucionária", a luta armada deixava de ser uma tese, tornando-se uma inevitabilidade. Para os comandantes militares, havendo "guerra revolucionária", o regime constitucional deixava de ser um constrangimento, tornando-se um estorvo.

Nos dois casos o uso da expressão era uma conveniência retórica a serviço de uma ideia maior de tutela da sociedade. O radicalismo esquerdista beneficiava-se da ideia de "guerra" dispensando a parafernália teórica que punha no caminho dos revolucionários a mobilização da sociedade, ou pelo menos de uma parte considerável da classe operária. Para apressar o socialismo, dispensavam temporariamente as massas. Do outro lado, o regime embebia-se na literatura militar francesa, em que o conceito de guerra revolucionária racionalizara a derrota sofrida na Indochina e justificara a conduta do Exército na repressão ao movimento de libertação da Argélia.

Os dois lados queriam provar que estourara uma revolução no Brasil, mas como ela não existia, contentavam-se em proclamar a existência do processo a que chamavam de "guerra revolucionária". À esquerda o slogan carregava o embuste de sugerir que a revolução estava na rua porque algumas centenas de pessoas tinham resolvido começar uma guerra. À direita, queria-se colocar o país em estado de guerra porque algumas centenas de pessoas queriam fazer uma revolução. Por conta disso, falavam a mesma língua:

Dizia Marighella: “A questão no Brasil não está no mito de quem der o primeiro tiro. Aliás, o primeiro tiro já foi dado, pois encontramo-nos em pleno curso da guerra revolucionária”.[66]

Dizia o general Humberto de Souza Mello, ao assumir a Diretoria de Ensino e Formação do Exército: “A guerra revolucionária, cujas características definem a guerra dos nossos tempos, assumindo importância imprevisível e envolvendo problemas humanos fundamentais, exige que cada cidadão-combatente tenha criado em si um mundo interior conscientizado nas forças morais, espirituais e de cultura, que permita maior eficiência na utilização das armas com as quais está adestrado”.[67]

Menos de um mês depois da execução de Chandler a polícia começara a puxar dois fios da rede terrorista de esquerda. Capturara em novembro dois militares cassados que operavam no Colina. No Rio de Janeiro, Marighella assaltara um carro pagador do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara que lhe rendeu o equivalente a 31 mil dólares e o fim do seu próprio mistério. Com a prisão de um dos envolvidos na “expropriação” a polícia conseguiu finalmente associar o nome do velho dirigente comunista a um assalto. A capa da revista *Veja* avisava: “Procura-se Marighella, chefe comunista, crítico de futebol em Copacabana, fã de cantadores de feira, assaltante de bancos, guerrilheiro, grande apreciador de batidas de limão”.[68]

[*Veja o documento*]

* * *

A verdadeira guerra que os generais tinham nos quartéis estava na insatisfação da oficialidade. Os dois principais centros de instrução do Exército, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado-Maior, haviam se tornado focos de panfletagens. Na EsAO chegara-se a redigir um manifesto em que os capitães, arrochados em salários de menos de trezentos dólares mensais, reclamavam: “A carreira

militar encontra-se em visível fase de desfibramento devido à falta de motivações profissionais e insuficiência de vantagens materiais".[69] Denunciavam o "tráfico de influência" na rotina da carreira, "a onda de descrédito do governo [que] se avoluma pela corrupção" e "o alastramento da horda subversiva". Concluíam: "É hora de mudar!". Nesse documento os capitães balearam até mesmo a gramática, com "excessões" e "dissenções".[70] Nada mais subversivo.

Diante da desordem, Lyra Tavares reagiu ao seu estilo. Respondeu aos panfletos dizendo que "julgo, por princípio e por temperamento, sempre útil qualquer sugestão". Depois atacou: "É estranho (...) que fontes já identificadas tivessem dado curso à notícia de que o ministro estivesse cogitando punir os capitães".[71] Prender a UNE em Ibiúna era fácil, prender os oficiais da EsAO, outra conversa. Em vez de enquadrar os capitães insubordinados, o ministro ameaçava quem espalhara a ideia segundo a qual faria cumprir o regulamento disciplinar da Força que comandava.

Para os analistas da Central Intelligence Agency, em Washington, a situação diferia pouco — para pior — da previsão feita dois anos antes pelo diplomata Philip Raine:

> Os protestos e os problemas internos dos militares, como os baixos salários, espalharam a insatisfação nas Forças Armadas, que, por sua proximidade do governo, tiveram de suportar o grosso dos ataques da oposição. Os chefes militares, preocupados com a insatisfação, sobretudo entre os oficiais mais jovens, estão pressionando o presidente para melhorar o funcionamento de seu governo e para liquidar as forças de oposição mais radicais. Embora Costa e Silva tenha sido capaz de evitar ações drásticas que posteriormente virão a debilitar as fracas instituições civis, como o Congresso, uma piora substancial da situação política pode muito bem forçá-lo a aceitar o

aumento do controle militar sobre a política do governo, ou então a enfrentar o perigo de ser deposto.[72]

Às três horas da tarde de 12 de dezembro o presidente Costa e Silva ia do aeroporto do Galeão para o palácio Laranjeiras. Pelo rádio da limusine ouviu o resultado da votação do pedido de licença para processar Marcio Moreira Alves. Como previra o senador Krieger, o pedido foi rejeitado. Foram 216 votos contra 136 a favor. Também como previra Krieger, estava feita a "crise institucional, pondo em antagonismo a Câmara e as Forças Armadas do país". Costa e Silva trancou-se no palácio e deixou-se boiar.

No Gabinete Militar, em Brasília, o general Portella trabalhava desde a manhã. Antes mesmo de ser anunciado o resultado da votação, ele se reunira com o diretor da Polícia Federal, esquematizando uma operação militar destinada a censurar a imprensa. As rotativas d'*O Estado de S. Paulo* foram desligadas pela Polícia Federal ainda na madrugada do dia 13, para impedir a circulação de um editorial em que se lembrava a Costa e Silva que governar uma nação era coisa mais complicada que comandar uma tropa.[73]

Durante trinta horas o marechal presidiu em silêncio uma revolta militar. Ainda na tarde do dia 12, diante do resultado da votação, os generais mais graduados do quartel-general, no Rio, foram ao ministro Lyra Tavares. Ele saíra do seu gabinete do nono andar e subira para uma sala que ocupava no piso superior sempre que desejava descansar. Os generais queriam o golpe. "Os mais extremados, inclusive pelas notícias que recebíamos dos quartéis, achavam que precisava começar tudo de novo", lembraria o general Muricy, chefe do Estado-Maior do Exército.[74] O general Moniz de Aragão dizia que "se o presidente estava vacilando, que fosse ultrapassado".[75] Lyra disse que ficava com o que decidisse Costa e Silva, ao que Muricy respondeu que ficava com o que ele, Lyra, decidisse,

deixando implícito que se o ministro decidisse contra o presidente, teria o seu apoio.

Decidiu-se que o ministro e o chefe do EMFA, Orlando Geisel, iriam ao Laranjeiras para expor a situação ao presidente. O comandante do I Exército, Syseno Sarmento, resolveu fazer a mesma coisa. Costa e Silva não os recebeu. Subiu para o primeiro andar do casarão e trancou-se nos aposentos, onde ficou ouvindo música. Só desceu ao salão de jantar para ver um filme de faroeste.[76] Numa folha de bloco deixada pelo presidente na mesa de seu gabinete lia-se: "Recesso do Congresso".[77] A essa altura o comandante da Vila Militar, general João Dutra de Castilho, estava rebelado, sem contudo ter colocado um só de seus praças em posição de combate.[78] Por via das dúvidas, alguns oficiais do Gabinete Militar preferiram dormir no palácio.[79] Gama e Silva, velha vivandeira, circulava pelos bivaques dos granadeiros com uma proposta de extravagância do poder militar. Denominava-a Ato Institucional nº 5.

1 Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 887.

2 Antonio Carlos Magalhães, junho de 1987.

3 Antonio Delfim Netto, maio de 1988.

4 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 550-3, e *Diário de Heitor Ferreira*, 23 de fevereiro de 1967. APGCS/HF.

5 Quatro cadetes foram expulsos da Academia na segunda semana de julho. *O Estado de S. Paulo* de 17 de julho de 1968, p.4.

6 Ata da 41ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional, de 11 de julho de 1968: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/conselho_seg_nac_7_1968.pdf>. Arquivo Nacional. Esse documento transcreve uma fita cujo teor não se conhece. A transcrição, precária, foi descuidadamente revista. Só isso explica que ela se refira à "Revolução de Acapulco, na Turquia", quando o ministro Gama e Silva certamente referiu-se a Kemal Ataturk. Ou ainda que o general Médici tenha mencionado a ocorrência de "convulsões intestinais" no quadro político do país.

7 A inflação de 1968 fechou em 25,5%, acima dos 25% do ano anterior, mas num patamar inferior ao de 1963 (79,9%) e 1964 (92,1%). O PIB cresceria 9,8%, com uma expansão de 15% na indústria e nas exportações.

8 Referência à condessa Pereira Carneiro, dona do *Jornal do Brasil*.

9 Ata da continuação da 41ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional, 16 de julho de 1968: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/conselho_seg_nac_7_1968.pdf>. Arquivo Nacional.

10 Hélio Beltrão, do Planejamento, e Carlos Simas, das Comunicações.

11 Tarso Dutra, da Educação; José Costa Cavalcanti, de Minas e Energia; Albuquerque Lima, do Interior; e Edmundo Macedo Soares, da Indústria e Comércio.

12 Pedro Aleixo era o presidente da Câmara dos Deputados no dia 10 de novembro de 1937, quando Getulio Vargas a fechou.

13 Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 122.

14 Celso Frederico (org.), *A esquerda e o movimento operário — 1964-1984*, vol. 1: *A resistência à ditadura*, p. 178. Para a ação dos comandos, depoimento de Antonio Roberto Espinosa, em Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira*, p. 48.

15 Panfleto distribuído durante a greve. Ari Marcelo Macedo Couto, *A greve na Cobrasma*, p. 107.

16 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, pp. 132 e segs.

17 *A Gazeta*, de 9 de agosto de 1968, citada em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 486. Ver também Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 239.

18 *Folha da Tarde*, de 19 de setembro de 1968, citada por Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 264.

19 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, pp. 230 e 239, citando a *Folha da Tarde* de 19 de setembro de 1968 para as torturas e de 5 de agosto de 1968 para o caso de José Genoino.

20 José Dirceu e Vladimir Palmeira, *Abaixo a ditadura*, p. 161.

21 Telegrama do consulado americano em São Paulo ao Departamento de Estado, de 20 de setembro de 1968.

22 Para o papel de Marighella como organizador dos dois assaltos, entrevista de Aloysio Nunes Ferreira a Luiz Maklouf Carvalho, *Jornal do Brasil*, 4 de julho de 1999, Caderno Brasil, p. 4. Para o butim, feita a redução para cruzeiros novos, Emiliano José, *Carlos Marighella*, p. 228.

23 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 458.

24 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 189.

25 Idem, p. 190.

26 Idem.

27 Relatório do delegado Benedito Sidney de Alcântara, do DOPS paulista, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 461-2.

28 Telegramas do consulado americano em São Paulo ao Departamento de Estado, de 3 de janeiro de 1969 (*Possibilidade de que Muitas Explosões de Bombas em São Paulo Tenham Sido Trabalho de Grupos de Direita*) e de 29 de setembro de 1969. DEEUA.

29 Antonio Delfim Netto, outubro de 1990.

30 A primeira citação refere-se ao discurso feito na Associação Brasileira de Imprensa em 7 de abril de 1968. Arthur da Costa e Silva, *Pronunciamentos do presidente*, p. 382. A segunda, ao pronunciamento feito em 15 de março de 1968. Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 533.

31 A primeira citação vem da entrevista que concedeu em março. Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 533. A segunda vem de declaração feita no dia 12 de maio. Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 133. A terceira, de uma conversa de Costa e Silva com o presidente da Câmara, deputado José Bonifácio, em outubro. *Veja* de 9 de outubro de 1969.

32 Aurelio de Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, vol. 2, pp. 182-3. A confusão sobre o texto desse discurso é tão grande que, passados 32 anos, o ex-ministro Jarbas Passarinho acusava Moreira Alves de ter chamado o Exército de "valhacouto de gângsteres". Depoimento de Passarinho, em *Histórias do poder*, de Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), vol. 1: *Militares, Igreja e sociedade civil*, p. 337.

33 Aurelio de Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, vol. 2, p. 183.

34 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 586.

35 Daniel Krieger, *Desde as Missões*, p. 331.

36 *Jornal da Tarde* de 14 de setembro de 1968, p. 3. No dia 19, numa entrevista à televisão, Sodré falou em "rearticulação das extremas para, num cochilo nosso, tomar o poder". *Folha de S.Paulo* de 20 de setembro de 1968, p. 5.

37 Daniel Krieger, *Desde as Missões*, p. 325.

38 *Comunicação de Ocorrência* do brigadeiro Itamar Rocha, de 2 de outubro de 1968, marcada "confidencial". Cópia cedida ao autor pelo capitão Sérgio Miranda de Carvalho. AA.

39 Cópia de expediente remetido pelo brigadeiro Itamar Rocha ao ministro Souza e Mello, sem assinatura nem data. AA.

40 *Comunicação de Ocorrência* do brigadeiro Itamar Rocha, de 2 de outubro de 1968, marcada "confidencial". AA.

41 Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 443.

42 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 610.

43 Pery Cotta, "A Operação Mata-Estudante", *Correio da Manhã* de 4 de outubro de 1968.

44 A esse respeito, ver o manifesto dos alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: "O Exército (...) se torna alvo de uma insidiosa agressão, que vai desde a prisão de companheiros em universidades, até a inibição de usar a farda", em *O Estado de S. Paulo*, 1º de novembro de 1968. Também Lyra Tavares, em *O Exército e o Ato Institucional nº* 5, livreto marcado "reservado", Ministério do Exército, 1969. APGCS/HF. Na reunião do Conselho de Segurança Nacional de 16 de julho de 1968, disse o general: "Sucedem-se os casos de provocação contra militares fardados, sobretudo no III Exército, como expõe, em relatório, o respectivo comandante".

45 Alfred Stepan, *The military in politics*, p. 258. De 117 em 1963, esse número baixara para 47 em 1966.

46 O título oficial da canção é "Pra não dizer que não falei de flores".

47 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 206.

48 *Ofício nº* 427/68-*SCDP*, de 23 de outubro de 1968. Do chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas ao diretor da Divisão de Operações da Polícia Federal. AA.

49 João Guilherme Vargas Neto, outubro de 1988, e Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, pp. 239 e segs.

50 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 246. Os poderes do coronel estão em carta de 2 de fevereiro de 1975 de Plínio Rolim de Moura ao general Sylvio Frota. APGCS/HF.

51 *A Subversão Comunista em São Paulo*, *Relatório I/*76 do DOI-CODI do II Exército, marcado "reservado", de abril de 1976, fl. 3. AA.

52 Entrevista de Rinaldo Claudino de Barros a Luiz Gonzaga Cortez, publicada no jornal *Dois Pontos*, do Rio Grande do Norte, maio-agosto de 1988, e reproduzida em *Cadernos de Jornalismo*, 1, dezembro de 1990, Brasília, Fenaj, p. 199.

53 Zuenir Ventura, 1968 — *O ano que não terminou*, p. 255.

54 Maria Cecília Loschiavo dos Santos (org.), *Maria Antonia: uma rua na contramão*, p. 226. Para um estudo do episódio, ver Irene Cardoso, "Maria Antonia — O edifício de nº 294", em João Roberto Martins Filho (org.), 1968 *faz* 30 *anos*, pp. 27-48.

55 Consuelo de Castro, em Maria Cecília Loschiavo dos Santos (org.), *Maria Antonia: uma rua na contramão*, p. 94.

56 *Veja* de 16 de outubro de 1968, p. 12. Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985. Para os ônibus e caminhões, Samarone Lima, *Zé*, p. 68. Segundo um delegado do DOPS, em Samarone Lima, *Zé*, p. 68, o local da reunião era conhecido desde o dia 7.

57 Levantamento com base em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, lista quinze nomes de jovens mortos que estiveram em Ibiúna: Antônio de Pádua Costa, Antônio dos Três Reis Oliveira, Aylton Adalberto Mortati, Eduardo Collier, Helenira Rezende de Souza Nazareth, Ivan Mota Dias, Jaime Petit da Silva, José Carlos Novais da Mata Machado, José Maurílio Patrício, Lauriberto José Reyes, Márcio Beck Machado, Maria Augusta Thomaz, Ranúsia Alves Rodrigues, Ruy Carlos Vieira Berbert e Tito de Alencar Lima, frei Tito, (os dois últimos, acusados de terem participado da organização do congresso). Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 162, menciona Antônio Guilherme Ribas. Somam-se a eles Chael Charles Schreier e Fernando Borges de Paula Ferreira, presos quando atuavam no esquema de segurança do encontro (Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p.251), e José Roberto Arantes de Almeida (mencionado em <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=136&m=3>). Também esteve em Ibiúna, como jornalista, Luiz Merlino, militante do POC, morto em 1971.

58 Entrevista de Charles Chandler, *Folha de S.Paulo*, 3 de março de 1968, 1º Caderno, p. 10.

59 Depoimento do diretor da CIA, Richard Helms, à Subcomissão de Assuntos Hemisféricos do Senado americano, 5 de maio de 1971, parcialmente liberado em 1987. DEEUA.

60 Exemplo da distorção propagandística com que se confundiam funcionários do governo americano com agentes da CIA pode ser encontrado na nota da VPR de abril de 1970, referente ao sequestro do cônsul americano em Porto Alegre, Curtis Cutter: "Este indivíduo, ao ser interrogado, confessou suas ligações com a CIA (Agência Central de Inteligência, órgão da espionagem internacional dos Estados Unidos) e revelou vários dados sobre a atuação da CIA no território nacional e sobre as relações desta agência com os órgãos de repressão da ditadura militar. Ficamos sabendo, entre outras coisas,

que a CIA trabalha em estreita ligação com o Cenimar, fornecendo inclusive ‘orientação’ a este último órgão sobre os métodos de tortura mais eficazes a serem aplicados nos prisioneiros”. O sequestro de Cutter falhou, e ele jamais foi interrogado pela VPR. A nota fora redigida durante o planejamento da operação e deixara-se em branco o espaço onde deveria entrar a data. O documento está em *IstoÉ* de 19 de agosto de 1987, p. 21, na reportagem intitulada “Os segredos do terror”.

61 Depoimento de Pedro Lobo de Oliveira, em Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil — 1967-71*, p. 113.

62 Carlos Marighella, *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, p. 60.

63 *Veja* de 18 de dezembro de 1968, p. 23, para os assaltos, e 23 de outubro de 1968, para a dinamite. Essa cifra derivaria de 26 assaltos que, não tendo sido desvendados, eram atribuídos à esquerda armada.

64 Além de Mário Kozel Filho, Von Westernhagen e Chandler, foram assassinados os PMs paulistas Antonio Carlos Jeffery e Eduardo Custódio de Souza. (O PM Nelson de Barros, morto no Rio de Janeiro quando foi atingido por um objeto atirado de um edifício, não entrou nessa conta.) Morreram também dois civis, Wenceslau Ramalho Leite e Estanislau Inácio Correa, ambos durante o roubo de seus automóveis.

65 Heleno Cláudio Fragoso, em seu *Advocacia da liberdade*, pp. 24-5, conta que um ex-colaborador do CIE informou a Ênio Silveira no dia 16 de outubro de 1968 que os autores do atentado haviam sido o major Bismark, o capitão Ramalho e os sargentos Mazza, Fialho e Dárcilo, todos do CIE. O major Bismark Baracuhy Amancio Ramalho mais tarde foi para o SNI.

66 Carlos Marighella, *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, p. 37.

67 Boletim da Agência Nacional de 30 de agosto de 1968.

68 *Veja* de 20 de novembro de 1968.

69 O salário de um capitão, segundo *Veja* de 13 de novembro de 1968, era de 850 cruzeiros novos mensais, o equivalente a 265 dólares.

70 Manifesto da EsAO, em *O Estado de S. Paulo*, 1º de novembro de 1968.

71 *Correio da Manhã*, 8 de novembro de 1968.

72 *The Military in Brazil*, *Special Report* da *Weekly Review* da Central Intelligence Agency, de 29 de novembro de 1968. DEEUA.

73 “Instituições em frangalhos”, editorial d’*O Estado de S. Paulo*, edição de 13 de dezembro de 1968, da qual circularam apenas 106 mil exemplares.

74 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

75 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 724.

76 Idem, p. 641, e Hernani d’Aguiar, *Estórias de um presidente*, p. 133.

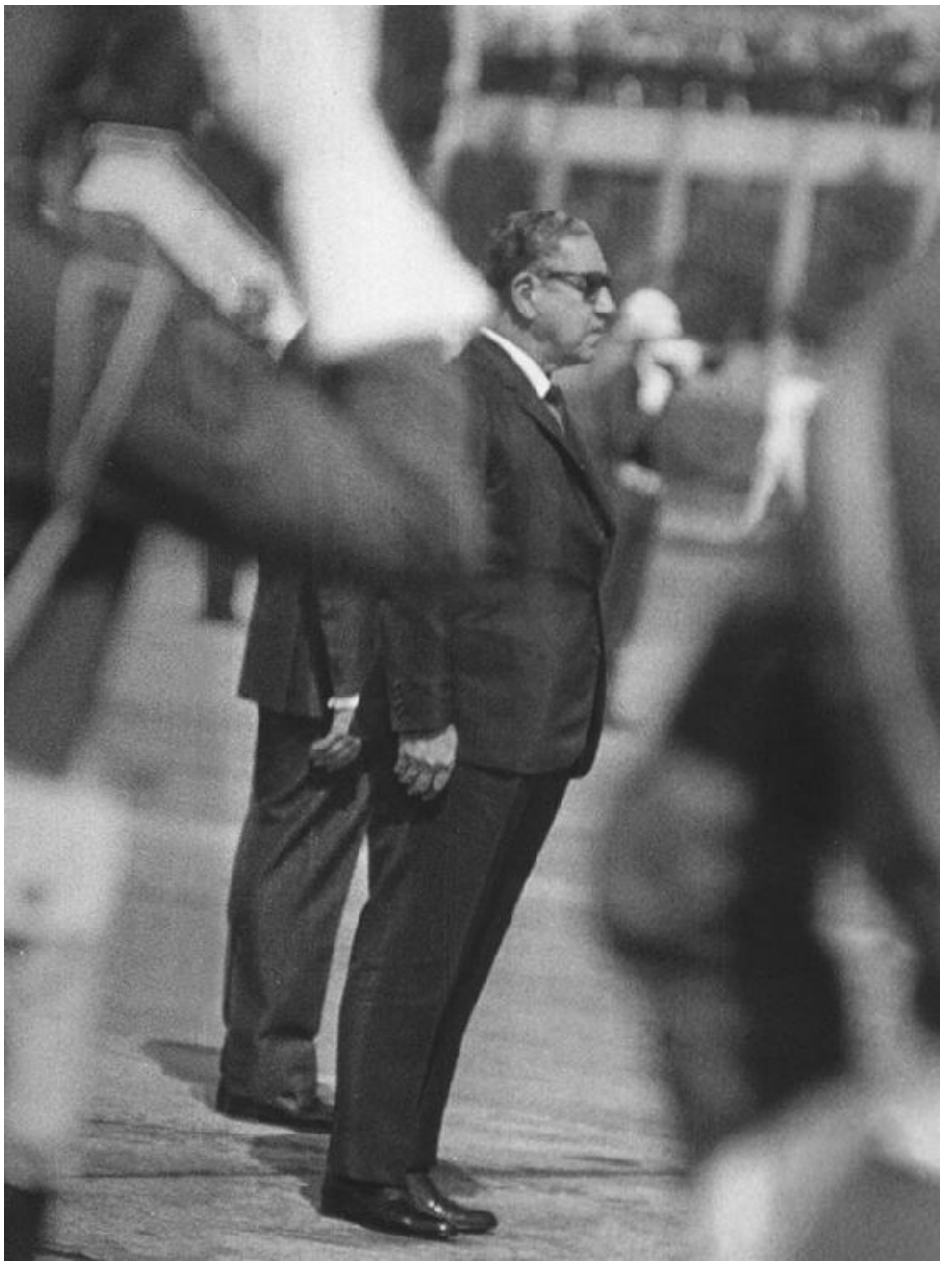
77 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 642.

78 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

79 Hernani d’Aguiar, *Ato 5*, p. 284.

A missa negra

Às dezessete horas da sexta-feira, 13 de dezembro do ano bissexto de 1968, o marechal Arthur da Costa e Silva, com a pressão a 22 por 13, parou de brincar com palavras cruzadas e saiu de seus aposentos no palácio Laranjeiras para presidir o Conselho de Segurança Nacional, reunido em torno de uma mesa da biblioteca.[1] Começava uma missa negra. Composto por ministros demissíveis *ad nutum*, o Conselho sempre fora uma ficção. Suas decisões, sem a chancela do presidente, nada valiam. Sua competência legal para tratar da matéria levada à suposta consulta era nula.



Às dezessete horas da sexta-feira 13 de dezembro do ano bissexto de 1968, o marechal Costa e Silva, com a pressão a 22 por 13, parou de brincar com palavras cruzadas e desceu a escadaria de mármore do Laranjeiras para presidir o Conselho de Segurança Nacional, reunido à mesa de jantar do palácio.

O marechal deteve-se na porta do salão, conversando baixo com o vice-presidente Pedro Aleixo, que acabara de chegar de Belo Horizonte. Demoraram-se por quase meia hora. Quando Costa e Silva ocupou a cabeceira, cada ministro tinha uma cópia do Ato Institucional nº 5 em frente

a seu lugar. Dois microfones, colocados ostensivamente sobre a mesa, gravariam a sessão. A sala estava tomada pelo barulho de sirenes de veículos que circulavam no pátio da mansão.

O presidente abriu a reunião com um discurso em que se denominou "legítimo representante da Revolução de 31 de março de 1964" e lembrou que com "grande esforço (...) boa vontade e tolerância" conseguira chegar a "quase dois anos de governo presumidamente constitucional". Ofereceu ao plenário "uma decisão optativa: ou a Revolução continua, ou a Revolução se desagrega". Batendo na mesa, anunciou que "a decisão está tomada" e pediu que "cada membro diga o que pensa e o que sente".[2] [*Veja o documento*] Era o primeiro discurso desconexo daquela sessão presidida pela determinação de proclamar uma ditadura. O marechal suspendeu a reunião por vinte minutos, para que cada ministro lesse o texto, e desculpou-se pela pressa. Com um preâmbulo de seis parágrafos, o Ato tinha doze artigos e cabia em quatro folhas de papel. Sua leitura atenta exigia pouco mais que cinco minutos. Costa e Silva retirou-se debaixo de aplausos.

Na volta, deu a palavra ao vice-presidente Pedro Aleixo. Sereno e com elegante pronúncia, Pedro Aleixo falou como se estivesse numa sala de aula da faculdade de direito. Defendia simultaneamente o regime constitucional e sua biografia. Mais esta que aquele. Começou ensinando que a Câmara só poderia ter dado a licença para processar Marcio Moreira Alves se agisse com base num critério político, pois não poderia fazê-lo "segundo as normas do direito aplicáveis ao caso". Ou seja, o "insólito agressor da dignidade dos elementos componentes das Forças Armadas" não podia ser processado pelo conteúdo de um discurso proferido da tribuna. O vice-presidente declarou-se favorável a um remédio constitucional — o estado de sítio, cuja preparação defendera em julho — e denunciou o conteúdo do Ato que acabara de ler: "Da Constituição, que é antes de tudo um instrumento de garantia dos direitos da pessoa humana, e da garantia dos

direitos políticos, não sobra (...) absolutamente nada". "Estaremos (...) instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura."

Pedro Aleixo

Falara o respeitado bacharel, mas cabia ao vice-presidente concluir. Com a ditadura na mão, prosseguiu: "Todo ato institucional (...) que implique na modificação da Constituição existente, é realmente um ato revolucionário. Que se torne necessário fazer essa revolução, é uma matéria que poderá ser debatida e acredito até que se pode demonstrar que essa necessidade existe". Admitiu que se o estado de sítio viesse a se mostrar insuficiente, "a própria nação (...) compreenderia a necessidade de um outro procedimento". Entre o sítio e o Ato havia inúmeras diferenças de alcance, mas a essencial estava na essência do regime que adviria. Num, seria mantida a Constituição de 1967. No outro, ela seria atropelada. Ademais, enquanto o primeiro poderia durar até 120 dias, o Ato não tinha prazo de validade. Aleixo concluiu reafirmando obliquamente sua discordância e, dirigindo-se a Costa e Silva, anunciou sua "certeza de que estou cumprindo um dever para comigo mesmo, um dever para com Vossa Excelência, a quem devo a maior solidariedade". Em nenhum momento Pedro Aleixo disse diretamente que condenava a promulgação do Ato. O bacharel denunciou a ditadura, mas nela se manteve vice-presidente.

“Acabamos de ouvir a palavra abalizada do vice-presidente (...) da qual discordo absolutamente”, emendou o almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha. Militante integralista nos anos 1930, membro do comando revolucionário de abril de 1964, tomara dois dias de cadeia durante o mandato de Castello por ter criticado o governo.[3] Ganhara o cargo depois de ter passado dois anos numa escrivaninha de adido ao gabinete do ministro. “O que se tem que fazer é realmente uma repressão”, acrescentou. O marujo foi às águas do direito constitucional e argumentou que “o recesso, a meu ver, não requer estado de sítio, por enquanto”. Naufrágio, pois pela Constituição ainda vigente o estado de sítio nada tinha a ver com o recesso parlamentar, que nem sequer poderia ser decretado durante sua duração.

Entrou o ministro do Exército, Lyra Tavares: “Nós estamos agora perdendo condições (...) de manter a ordem neste país”.[4] E ameaçou: “É preciso assinalar que foi com grande sacrifício que as Forças Armadas, particularmente o Exército, guardaram até aqui, como fato inédito na história política do Brasil, o seu silêncio, à espera de uma solução, e convencidos — todos os quadros — de que não pode deixar de haver essa solução”.

Costa e Silva deu a palavra “por ordem de antiguidade” ao chanceler Magalhães Pinto. Pelo cerimonial da República, o ministro da Justiça tem precedência sobre os demais. O presidente pulara Gama e Silva. Magalhães percebeu a astúcia e lamentou que o ministro não tivesse falado antes, explicando sua obra. O chanceler vivia um desconforto biográfico. Em 1943 assinara o *Manifesto dos Mineiros*, primeira manifestação da elite liberal contra a ditadura de Getulio Vargas. Estava pronto para assinar o Ato de *Gaminha*, mas tentava ganhar tempo. “Eu também confesso, como o vice-presidente da República, que (...) nós estamos instituindo uma ditadura. E acho que se ela é necessária, devemos tomar a responsabilidade de fazê-la. Eu não conheço bem, dentro do mecanismo constitucional (...) se

o que resta caracteriza mesmo essa ditadura. Acho que ainda é tempo de alguma coisa ser feita para evitar".[5] Magalhães concluiu que "devemos fazer um ato institucional", "procurando colocar nele o essencial", e sugeriu que seria útil "um debate privado entre aqueles que fizeram o Ato e aqueles que podem dar uma contribuição jurídica (...) porque devemos ter um Ato o mais jurídico possível, e resguardar os direitos do cidadão também o mais possível".

Gama e Silva

O ministro da Fazenda pisou no acelerador. Antonio Delfim Netto, um menino do Cambuci, ex-contínuo da Gessy, formado na Universidade de São Paulo, lapidado na assessoria da Confederação Nacional da Indústria, ainda era um ministro sem muito destaque, mas viu longe. Queria que a concentração de poderes pedida por Costa e Silva desse ao governo mão livre para legislar sobre matéria econômica e tributária: "Estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez".

Delfim Netto

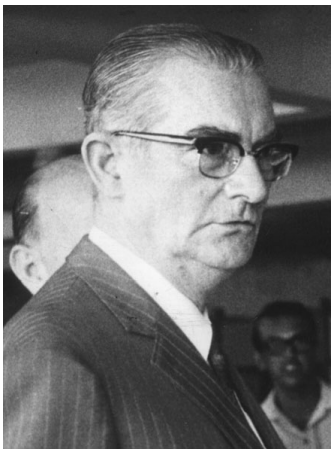
Seguiu-se o ministro da Agricultura, Ivo Arzua, ex-prefeito de Curitiba. Foi o voto mais longo da reunião. A sua audição sugere que ele foi à reunião acreditando que alguém esperava pelas suas sugestões. É provável que tenha levado um texto, do qual não conseguiu se desvencilhar. Louvou a "magnanimidade" das Forças Armadas por não terem resolvido o caso de Marcio Moreira Alves através de um "desforço pessoal", como ele faria. Agradeceu "a atenção paternal, os sábios conselhos" de Costa e Silva, citou Churchill como "grande monumento da última guerra" e deu sua ideia, para embaraço de vários colegas. Denunciou a Constituição por estar "contra a vontade nacional", atacou os partidos por "falta de substância filosófica" e sugeriu a criação de uma "Nova República", com a dissolução do Congresso e a realização de eleições para uma Constituinte. Foi a nota cômica e constrangedora da tarde.[6]

O ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, coronel da reserva projetado na política do Pará em 1964, quando saiu do quartel para assumir o governo do estado, chamou a reunião de "histórica". Pouco antes, estivera com o general Portella, que lhe pedira um apoio "forte e breve".[7] Assim foi: "Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me

parece que claramente é esta que está diante de nós. (...) Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência”.[8]

Jarbas Passarinho

O general Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, foi na mesma linha: “Se não tomarmos neste momento esta medida que está sendo aventada, amanhã vamos apanhar na cara, senhor presidente”.[9]



Orlando Geisel

O chefe do SNI, general Médici, anunciou que aprovava o texto “com bastante satisfação”.

A mais audaciosa proposta veio do chefe do Gabinete Civil, Rondon Pacheco, um mineiro tímido que fizera sua carreira no Congresso à sombra dos veneráveis liberais da UDN. Começou batendo na ferradura. Atacou a sugestão do estado de sítio. Mostrou que a Constituição só permitia a suspensão das imunidades parlamentares, "pelo voto secreto, pelo voto secreto", repetiu, de dois terços da Casa a que pertencesse o congressista. Ou seja, o estado de sítio não permitiria a cassação de Marcio Moreira Alves. Rondon declarou-se favorável ao Ato, e Costa e Silva ia passando a palavra ao general Jayme Portella, quando o chefe do Gabinete Civil, surpreendido pela interrupção, pediu para continuar. Bateria também no cravo. Contou que já examinara várias propostas de atos e em todas as ocasiões sugerira "a conveniência política de se estabelecer prazo para o recesso, bem como um prazo também para o Ato Institucional, prazo que poderia ser de um ano". A proposta de Rondon foi a única tentativa real de abrandamento da ditadura.

Quando a palavra foi passada ao ministro Gama e Silva, o presidente chamou-o de "responsável direto pela redação do Ato". Fora deixado por último para descer ao campo de batalha e matar os feridos. Enquanto falava, as sirenes do pátio pareciam enlouquecidas. Ficou "de inteiro acordo" com a proposta de Delfim, a qual concedia poderes constituintes ao presidente, ampliando a profundidade do golpe e dando-lhe um caráter dinâmico que o transformaria em instrumento de permanente revitalização da ditadura.[10] Rebateu a ideia de Rondon, que limitava a vigência do Ato: "A experiência demonstra como foi errado ter fixado prazos no Ato Institucional nº 1. Penso que isto é motivo mais do que suficiente para justificar que este Ato, outorgado como foi, possa até mesmo ser revogado a curto ou a longo prazo (...) mas limitá-lo (...) seria incidirmos no mesmo erro do Ato Institucional nº 1, quando a Revolução se autolimitou".

Costa e Silva fechou a reunião com uma cruel malandragem. Elogiou Aleixo, pediu a Deus "que não me venha convencer amanhã de que ele é

que estava certo", mas anunciou ao auditório que o vira confabulando com o vice no início da reunião: "Quero revelar ao Conselho que Sua Excelência, há poucos minutos, em confidência (...) apresentou a sua indiscutível solidariedade às decisões do presidente da República, incorporando-se à sua própria situação. Isso me trouxe um grande conforto. (...) Sua Excelência acabou de me dizer que a sorte dele é a minha sorte".

Acabara o serviço. Por trás do palavrório, a decisão fora produto da vontade de Costa e Silva. O ministério não se dividiu entre a posição de Pedro Aleixo e o projeto de ato, mas entre a audácia de um pelotão de fuzilamento e a cautela dos liberais. O pelotão, articulado por Portella, tinha os ministros militares como porta-vozes, o chefe do SNI como chefe de disciplina e os ministros Gama e Silva, Delfim Netto e Jarbas Passarinho como atiradores de elite. Pedro Aleixo, Magalhães Pinto e Rondon Pacheco tentaram abrandar o golpe, cada um à sua maneira. Nem coordenaram suas ressalvas, nem sugeriram a hipótese de jogar seus cargos no pano verde. Se houve correlação entre as ideias que expressaram e a conduta que assumiram, eles passaram de um regime constitucional a uma ditadura distraídos como quem vai à igreja para um batizado, erra de capela e entra numa missa de corpo presente. Diferiam do pelotão de fuzilamento porque aceitavam a ditadura, enquanto ele a queria.

Quase vinte anos depois, Antonio Delfim Netto levantou o véu que encobriu toda a crise de 1968, bem como a reunião do Laranjeiras:

> Naquela época do AI-5 havia muita tensão, mas no fundo era tudo teatro. Havia as passeatas, havia descontentamento militar, mas havia sobretudo teatro. Era um teatro para levar ao Ato. Aquela reunião foi pura encenação. O Costa e Silva de bobo não tinha nada. Ele sabia a posição do Pedro Aleixo e sabia que ela era inócua. Ele era muito esperto. Toda vez que ia fazer uma coisa dura chamava o Pedro Aleixo para se aconselhar e, depois, fazia o que queria. O

> discurso do Marcito não teve importância nenhuma. O que se preparava era uma ditadura mesmo. Tudo era feito para levar àquilo.[11]

Durante a reunião falou-se dezenove vezes nas virtudes da democracia, e treze vezes pronunciou-se pejorativamente a palavra *ditadura*. Quando as portas da sala se abriram, era noite. Duraria dez anos e dezoito dias.

* * *

Horas mais tarde, Gama e Silva anunciou diante das câmeras de TV o texto do Ato Institucional nº 5. Pela primeira vez desde 1937 e pela quinta vez na história do Brasil, o Congresso era fechado por tempo indeterminado.[12] O Ato era uma reedição dos conceitos trazidos para o léxico político em 1964. Restabeleciam-se as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Além disso, suspendiam-se as franquias constitucionais da liberdade de expressão e de reunião. Um artigo permitia que se proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão.[13] Outro patrocinava o confisco de bens. Pedro Aleixo queixara-se de que "pouco restava" da Constituição, pois o AI-5 de Gama e Silva ultrapassava de muito a essência ditatorial do AI-1: o que restasse, caso incomodasse, podia ser mudado pelo presidente da República, como ele bem entendesse. Quando o locutor da Agência Nacional terminou de ler o artigo 12 do Ato e se desfez a rede nacional de rádio e televisão, os ministros abraçaram-se.[14]
[*Veja o documento*]

A pior das marcas ditatoriais do Ato, aquela que haveria de ferir toda uma geração de brasileiros, encontrava-se no seu artigo 10: "Fica suspensa a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional". Estava atendida a reivindicação da máquina repressiva. O *habeas corpus* é um inocente princípio do direito, pelo qual

desde o alvorecer do segundo milênio se reconhecia ao indivíduo a capacidade de livrar-se da coação ilegal do Estado. Toda vez que a Justiça concedia o *habeas corpus* a um suspeito, isso significava apenas que ele era vítima de perseguição inepta, mas desde os primeiros dias de 1964 esse instituto foi visto como um túnel por onde escapavam os inimigos do regime. Três meses depois da edição do AI-5, estabeleceu-se que os encarregados de inquéritos políticos podiam prender quaisquer cidadãos por sessenta dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade. Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores. Os dez dias de incomunicabilidade vinham a ser o dobro do tempo que a Coroa portuguesa permitia pelo alvará de 1705.[15] Estava montado o cenário para os crimes da ditadura.

Dias depois da edição do AI-5, Rondon Pacheco telefonou ao ex-ministro Carlos Medeiros Silva, autor do texto do AI-1, perguntando-lhe o que tinha achado: “Ora, Rondon, vocês fazem um ato sem prazo e ainda vêm me perguntar o que eu acho?”.[16]

As emissoras de televisão, as rádios e as redações de jornais foram ocupadas por censores recrutados na polícia e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Carlos Lacerda, que quatro anos antes agradecera a Deus a chegada dos tanques, foi levado preso para um quartel, por ordem do general Jayme Portella, para desagrado do comandante do I Exército, Syseno Sarmento, que acabara de encarcerar o ex-presidente Juscelino Kubitschek, capturado quando descia as escadas do Teatro Municipal. JK foi levado para uma unidade da Baixada Fluminense, onde o deixaram num alojamento sujo, com privada sem tampo, sofá rasgado e goteira.[17] Seu amigo Hugo Gouthier, ex-embaixador em Roma, honrava um jantar de grã-finos quando foi chamado ao telefone e avisado pela empregada de que a polícia o esperava em casa. Em 1964 escrevera à TV italiana que a derrubada de Jango se destinara a “neutralizar a ação comunista que ameaçava derrubar as instituições brasileiras e atentar contra

os valores mais sagrados de nossa tradição cristã e democrática".[18] Voltou à mesa, terminou a refeição e despediu-se dos amigos. Acabou no quartel da PM da praça da Harmonia, que guardava o padre vice-reitor da PUC.[19] Em Goiânia, onde seria paraninfo de uma turma de estudantes de direito, o advogado Sobral Pinto, que em 1963 denunciara a bolchevização do país e um ano depois estava no DOPS soltando comunistas, foi preso de pijama e chinelos, aos 75 anos.[20] Levaram-no para uma cela de quartel.

O governo que começara sinalizando um interesse na volta dos intelectuais e cientistas exilados expulsaria das universidades 66 professores, entre eles Caio Prado Júnior (que não tinha cargo, mas só o título de livre-docente da USP), Fernando Henrique Cardoso (que conquistara a cátedra de Ciência Política poucos meses antes), o sociólogo Florestan Fernandes, a historiadora Maria Yedda Linhares, o físico Jayme Tiomno e o médico Luiz Hildebrando Pereira da Silva, que deixara uma posição no Instituto Pasteur, em Paris, para organizar o Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto.

Avançou-se também sobre as novas dissidências. A atriz Marília Pêra, da peça *Roda-Viva*, foi trancada num mictório de quartel.[21] Caetano Veloso e Gilberto Gil, capturados por uma patrulha do Exército em São Paulo, vagaram por unidades militares do Rio. Os dois jovens atrevidos que cantavam "É proibido proibir", vestiam roupas adoidadas e usavam cabelos compridos, tiveram a cabeça raspada, foram confinados em Salvador e exilados para Londres. Na carceragem da Brigada Paraquedista, Caetano compôs:

> *Eu quero ir, minha gente*
> *Eu não sou daqui*
> *Eu não tenho nada*
> *Quero ver Irene rir.*[22]

Em que iria dar isso tudo? Essa era a curiosidade do embaixador americano John Tuthill. Entre as pessoas com quem tentou obter a resposta estava o general Golbery. Fósforo riscado, vivia entre sua cadeira no Tribunal de Contas e a casa de Jacarepaguá. Repetiu o que previra três anos antes. Disse que o regime não estivera ameaçado e que os generais "estão vendo fantasmas". O Ato resultara da inépcia de um governo desorientado, presidido por um homem emotivo que "prefere distrair-se com filmes e conversas despreocupadas com amigos". Chamou Gama e Silva de "maluco" e Lyra Tavares de "oportunista". Duvidou das previsões otimistas que antecipavam a reabertura do Congresso em três meses. Pelo contrário, viriam mais cassações e, provavelmente, atingiriam o Supremo Tribunal Federal. Não acreditava num surto de moderação: "Muita gente tem contas pessoais a ajustar".[23]

Precisamente um mês depois da edição do AI-5, o coronel João Baptista Figueiredo, ex-chefe da Agência Central do SNI, então no comando do Regimento de Cavalaria de Guarda, em Brasília, sintetizava a situação: "A impressão que tenho é que cada um procura tirar o maior proveito possível do momento porque começam a perceber a quase-impossibilidade de uma saída honrosa para os destinos do país. (...) Os erros da Revolução foram se acumulando e agora só restou ao governo 'partir para a ignorância'".[24] [*Veja o documento*]

1 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 653. Para a pressão, Hernani d'Aguiar, *Ato* 5, p. 287.

2 Todas as citações de votos dessa reunião baseiam-se na fita da gravação. Existe ainda uma *Ata da Quadragésima Terceira Reunião do Conselho de Segurança Nacional*, da secretaria-geral do CSN. Esses dois documentos guardam diferenças. Em alguns casos trata-se de consequência da simples revisão dos votos, proferidos de improviso. Em outros — diversos — as divergências são produto de fraude política. Na fita ouve-se Costa e Silva falar em "governo presumidamente constitucional". Na *Ata* lê-se "governo decididamente constitucional". APGCS/HF.

3 Para a militância integralista, Hélgio Trindade, "O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista", em Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d'Araujo (orgs.), *21 anos de regime militar*,

p. 134.

4 O voto do general Lyra Tavares foi severamente alterado na redação da *Ata*. Em alguns casos isso deveu-se às suas relações hostis com a sintaxe. Em outros houve maquiagem política. Ele começou dizendo que "também devo declarar, de acordo com as palavras do ministro da Marinha, que ouvi com grande e merecido respeito os conceitos de jurista com a responsabilidade de vice-presidente, do dr. Pedro Aleixo". Revisto, esse preâmbulo obsequioso transformou-se no seguinte: "Eu também desejo me declarar de acordo com as palavras do ministro da Marinha". APGCS/HF.

5 Na *Ata*, numa das mais fraudulentas alterações, trocou-se a frase "acho que ainda é tempo de alguma coisa ser feita para evitar" por "acho que é tempo de se fazer alguma coisa para acabar com as crises. (...)". APGCS/HF.

6 Para o constrangimento, Antonio Delfim Netto, 1988.

7 Depoimento de Jarbas Passarinho, em *Histórias do poder*, de Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), vol. 1: *Militares, Igreja e sociedade civil*, p. 338.

8 Na *Ata* lê-se: "Mas, senhor Presidente, ignoro todos os escrúpulos de consciência". APGCS/HF.

9 Na *Ata* lê-se: "(...) vamos apanhar na carne". APGCS/HF.

10 A sugestão de Delfim teve o apoio expresso de dois ministros: Affonso de Albuquerque Lima, do Interior, e Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

11 Antonio Delfim Netto, agosto de 1986, e maio e novembro de 1988.

12 O Congresso foi fechado por tempo indeterminado em 1823, 1889, 1930 e 1937. Em outubro de 1966, para assegurar a perda do mandato de seis deputados, Castello fechou-o por um mês.

13 Com base nesse dispositivo, os jornalistas Antônio Callado e Leo Guanabara foram depois proibidos de exercer a profissão. Depois de publicada a punição, Costa e Silva revogou-a.

14 Depoimento do locutor Alberto Curi, encarregado da leitura do Ato. *O Globo*, 11 de dezembro de 1988.

15 *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 2, nota na p. 138.

16 Carlos Medeiros Silva, dezembro de 1968. Medeiros foi o redator do texto do Ato Institucional propriamente dito. É do jurista Francisco Campos a autoria do preâmbulo.

17 Para o quartel, Josué Montello, *Diário do entardecer*, p. 165.

18 *Correio da Manhã*, 18 de abril de 1964.

19 Hugo Gouthier, *Presença*, p. 207.

20 Para a denúncia da bolchevização, John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: 1960-1977, p. 219.

21 Depoimento de Marília Pêra a *O Estado de S. Paulo* de 11 de dezembro de 1988.

22 Caetano Veloso, *Verdade tropical*, pp. 347-409.

23 Telegrama do embaixador John Tuthill ao Departamento de Estado, de 3 de janeiro de 1969. Em *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1998. DEEUA.

24 Carta de 13 de janeiro de 1969 do coronel Figueiredo a Heitor Ferreira. APGCS/HF.

O fogo do foco urbano

Baixado o AI-5, “partiu-se para a ignorância”. Com o Congresso fechado, a imprensa controlada e a classe média de joelhos pelas travessuras de 1968, o regime bifurcou a sua ação política. Um pedaço, predominante e visível, foi trabalhar a construção da ordem ditatorial. Outro, subterrâneo, que Delfim Netto chamava de “a tigrada”, foi destruir a esquerda.[1] Faziam parte do mesmo processo, e o primeiro acreditava que o segundo seria seu disciplinado caudatário. Desde 1964, a máquina de repressão exigia liberdade de ação. Com o AI-5, ela a teve e foi à caça.

Nas organizações de extrema esquerda o Ato foi avaliado dentro da melhor tradição do quanto-pior-melhor associada à ideia do quanto-mais-forte-mais-fraco. Da conjugação dos dois resultava a transcendental invencibilidade da revolução socialista. A ALN de Marighella concluiu que “a crueldade dos fascistas que detêm o poder favoreceu o clima de guerra revolucionária, arrastando contra os militares brasileiros e a atual ditadura um número cada vez maior de inimigos”. O PC do B foi igualmente claro: “O AI-5 não é expressão de força. Revela, bem ao contrário, debilidade da ditadura”. “Ele aprofunda as contradições internas e amplia consideravelmente a área de oposição à ditadura”, acrescentava o PCBR.[2] O Ato parecia a comprovação de que só o povo armado derruba a ditadura. Como escreveu Jacob Gorender, o mais criterioso e melhor documentado historiador desse período: “O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser

partidos políticos com ‘braços armados’, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada”.[3]

Na última noite de 1968, Carlos e Loreta Valadares, *Guilherme* e *Cristina* da AP, entraram numa pequena hospedaria da mata do norte mineiro com três sacos onde carregavam roupas de camponês, o *Livro vermelho* do camarada Mao, um rádio, dois revólveres e rapadura. Estavam a um dia das matas da Jaíba, onde a organização armava seu foco guerrilheiro. Ela, advogada, tinha 25 anos. Ele estudava medicina. Deitaram-se sobre duas peles de porco pulguentas, e *Cristina* apertou a mão de *Guilherme*: “Veja, Carlos. É Ano-Novo e estamos indo pra guerra”.[4]

Desde 1927, quando Mao Zedong compensara a derrota da insurreição de Xangai com a teoria de guerra camponesa, a esquerda ganhara um projeto estratégico capaz de alimentar-lhe a fé onde fosse impossível a revolução urbana. A vitória de Fidel Castro fora a um só tempo atualização da velha ideia e sinal de sua atualidade. As cidades são “cemitérios de revolucionários”, proclamara o Comandante. A transposição do modelo bem-sucedido de Sierra Maestra para a cordilheira dos Andes era venerada sob o nome de “teoria do foco”, uma redundância francesa a serviço de uma conveniência cubana. Ela surgiu com o ensaio “Revolução na revolução”, do jornalista Régis Debray. Coisa simples: havendo um regime capitalista retrógrado, e dispondo-se de algo em torno de duzentos revolucionários (Fidel desembarcou com 81), faz-se um foco guerrilheiro no mato, ele se amplia, chega à cidade, derruba o governo, e acabou-se. Quando Castro leu o trabalho ainda inédito do jornalista, comentou: “Interessante… Diz o que nós não podemos dizer. Por que não me trazem esse francês aqui?”. Providenciou a edição do livro.[5] A morte do Che e sete fracassos sucessivos nas matas latino-americanas indicavam as dificuldades do grande projeto da revolução continental, mas ele se nutria de uma espécie de lógica de aposta: as chances podiam ser poucas, mas a vitória era total.*

Cristina e *Guilherme*, por exemplo, ficaram pouco mais de quarenta dias no projeto de foco rural da Jaíba e foram recolocados na rede urbana da AP.[6] Retomara-se o combate nas cidades, tática que preservava a mobilidade de seus quadros e lhes permitia agir num meio culturalmente familiar.

Essa concepção também ganharia o apoio de Havana. Para Fidel, tinha a utilidade adicional de responder à sequência internacional de atentados praticada desde o início de 1968 pela organização anticastrista El Poder Cubano. Esse grupo, baseado em Miami, foi responsável por 24 dos 37 ataques terroristas de caráter internacional ocorridos durante o ano em todo o mundo. Sem ter matado ninguém, explodira bombas em quinze embaixadas, consulados e escritórios de turismo de países que tinham relações com Cuba. Atacara um navio inglês, um banco japonês e companhias de aviação mexicanas e francesas. Só no mês de julho estourara doze bombas nos Estados Unidos, sete das quais em Nova York.[7] El Poder Cubano resultava de uma dissidência do terrorismo anticastrista, abandonada pela Central Intelligence Agency em 1966. Nesse ano o governo americano suspendera o patrocínio de operações militares contra Cuba, depois de ter coordenado uma invasão, instalado bases de treinamento em diversos países centro-americanos e um foco de guerrilheiros na serra do Escambray.[8]

As atividades terroristas do governo americano contra Fidel Castro — coordenadas pela CIA sob o nome de *Operação Mongoose* — incluíram inúmeros projetos de assassinato. Chegou-se a oferecer 150 mil dólares pela cabeça do Comandante.[9] Planejou-se contaminar sua roupa de pesca submarina com fungos capazes de produzir uma doença de pele, o aparelho de respiração com bacilos de tuberculose, e até mesmo o envenenamento de seus charutos.[10] Nunca um grupo terrorista agira em território americano com a desenvoltura de El Poder Cubano. Ele saiu do ar nos últimos meses de 1968, pouco depois do assassinato do capitão Chandler, em São Paulo.

A tática do foco urbano mostrava-se também financeiramente sustentável. Através do lançamento de algumas dezenas de militantes treinados na Ilha, suas organizações podiam chegar à autossuficiência financeira com assaltos e sequestros. Havana poderia ter de desembolsar alguns dólares aqui, outros ali, mas ficaria apenas com os custos — em pesos — do treinamento, hospedagem e abrigo de seus protegidos. Ademais, se uma guerrilha rural não ofereceria contrapartida publicitária durante o tempo em que permanecesse incubada, o foco urbano seria verdadeira ribalta. O próprio Fidel indicara saber disso em 1958, quando providenciou o sequestro de 47 cidadãos americanos, além do campeão mundial de fórmula 1, Juan Manuel Fangio, provando que o governo de Fulgencio Batista não controlava a cidade de Havana.[11]

Finalmente, uma forma de foco não excluía a outra. No Brasil quase todas as organizações envolvidas em assaltos separavam um pedaço dos butins para comprar fazendas que seriam usadas como bases para a guerrilha rural. Fazia-se de conta que roubar bancos era parte da tradição revolucionária. Afinal, o próprio Che assaltara um em 1958. Desprezou-se a diferença entre uma guerrilha que produz assaltos e assaltos para produzir guerrilha. Ela fora percebida por Guevara, quando aconselhou um combatente argentino a descartar esse caminho enquanto não controlasse áreas rurais: “Se você começa roubando bancos, acaba virando assaltante de bancos”.[12]

Funcionavam em Cuba quatro focos multinacionais de treinamento. Segundo uma estimativa da Defense Intelligence Agency, entre 1961 e 1969, eles receberam 1.500 militantes do radicalismo esquerdista latino-americano.[13] Num grupo houvera sete brasileiros, dois portugueses, quatro peruanos, dois dominicanos e quatro equatorianos.[14] Fidel encontrara-se em Havana com um dirigente dos Tupamaros uruguaios e garantira-lhe ajuda.[15] Logo no início de 1968, na Guatemala, a guerrilha indicara que a luta armada estava mudando de qualidade. Em janeiro ela matara o chefe da

missão militar americana e em março assassinara o próprio embaixador dos Estados Unidos, John Gordon Mein, quando ele reagiu a uma tentativa de sequestro.

Na morte de Mein, que servira como ministro-conselheiro no Brasil em 1964, levantou-se uma bizarra conexão. Um dos carros usados pelos terroristas estava alugado em nome de uma certa Isabelle Chaumet. Descoberta, matou-se com um tiro na boca. Chamava-se Michèle Firk. Francesa e cineasta, rodara um filme em Cuba. Era conhecida nos círculos radicais parisienses desde que participara de um providencial contrabando de duas toneladas de armas para ajudar a guerrilha argelina.[16] Em agosto de 1968, os Tupamaros uruguaios fizeram o primeiro sequestro do ciclo terrorista, prendendo por alguns dias o poderoso presidente da companhia estatal de eletricidade, melhor amigo do presidente da República. Meses depois limparam espetacularmente a caixa de um cassino de Punta del Este, levando o equivalente a 230 mil dólares.[17]

* * *

A transposição do foco do campo para a cidade era mais que uma realocação geográfica. Relacionava-se com uma nova visão do processo revolucionário. Pelo catecismo do marxismo-leninismo, o partido, vanguarda da classe operária, organiza-a e lidera-a. Disso resultava que o avanço da revolução socialista dependia de alguma maneira do grau de organização dos trabalhadores e da influência que sobre eles exercia o partido. A noção marighelista segundo a qual “a ação faz a vanguarda” não revia de imediato esse dogma, pois destinava-se muito mais a substituir o PCB no papel histórico de facho luminoso. Trocava apenas a liderança militante do cotidiano político pela ação espetacular da vanguarda. Tinha a virtude de produzir resultados imediatos.

Faltava enunciar as relações com a freguesia. Quando isso começou a ser feito, a revolução socialista distanciou-se da clientela. “A guerrilha não é o braço armado de um partido ou de uma organização, seja ela qual for. A guerrilha é o próprio comando, político e militar, da Revolução”, proclamava a ALN. Já a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, ia mais longe. Formada por intelectuais, estudantes, sargentos e marinheiros cassados, ela informava: “A guerra do povo não significa que as organizações armadas se colocam ao lado dos movimentos de massa e os apoiam, e sim que o povo se organiza para o sustento e desenvolvimento dos grupos armados”.[18] Nessa linha de raciocínio a VPR dispensou a maior parte de seus jovens militantes secundaristas em benefício de algo mais maduro, “uma organização de grande poder de fogo, ultraclandestina”.[19] Assaltara o primeiro banco em março de 1968, três meses antes da Passeata dos Cem Mil, nove meses antes do AI-5.[20]

Numa fase inicial, até o início de 1969, os militantes do marighelismo agiram de acordo com uma recomendação de seu chefe segundo a qual “não se deve pedir licença a ninguém para praticar uma ação revolucionária”. Essa ligeireza tática logo mostrara-se perigosa, pois sucederam-se assaltos num mesmo bairro, no mesmo dia, quase à mesma hora, permitindo que a polícia chamada a um acudisse ao outro. Além disso, enquanto militantes se reuniam num bairro, um assalto que não lhes fora comunicado acabava atraindo policiais para a região. A confusão foi evitada criando-se uma coordenação precária, por meio da qual os diversos níveis de comando gerenciavam as ações armadas.

Os quadros dessas organizações eram aceitos com preleções solenes e entravam na nova vida com uma ponta do orgulho dos cavaleiros andantes. “De agora em diante, como no poema de Lorca, meu nome não era mais meu nome, nem minha casa era mais minha casa”, escreveria o jornalista Fernando Gabeira, relembrando a bonita tarde do Leblon em que se tornou *Honório*. Depois, foi *Mateus*, *Bento*, *João* e *Inácio*.[21] Feita a opção

revolucionária, o militante era sugado para o interior da organização. Quando mantinha a sua real identidade em regime de meio expediente, procurava dissimular sua vinculação revolucionária. Quando era um combatente de tempo integral, "profissionalizado", vivia em aparelhos ou quartos alugados numa rotina em que se alternavam reuniões, encontros e ações. Viver "fechado" significava morar em casas de janelas cerradas, desligado de relações fora do círculo da militância.

Para a maioria dos militantes, recrutados nas universidades e em alguns dos melhores colégios do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, esse mundo igualitário e recluso, mas cheio de paixões e amizades fraternais, formava a base para a produção de um "homem novo", livre dos laços familiares e das ansiedades da rotina da classe média. A militância e a existência confundiam-se numa aventura heroica, até mesmo romântica. Quem não vira os *maquisards* do filme *Cinzas e diamantes*, do diretor polonês Andrezj Wajda? Ou a transformação do padre Nando, do romance *Quarup*, de Antônio Callado? Quem não ouvira o grito do Corisco de Glauber Rocha? Quem não cantava com Caetano Veloso?

> *É preciso estar atento e forte.*
> *Não temos tempo de temer a morte.*

No início de 1969 pode-se estimar que houvesse oitocentos militantes envolvidos com ações armadas no arco que ia da ALN ao PCBR.[22] Richard Helms, o diretor da CIA, informou ao Senado americano em maio de 1971 que "o número de pessoas metidas com terrorismo, em qualquer época, nunca passou de mil".[23] Na conta do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI de São Paulo, seriam 1.650.[24] Todas as organizações mantinham uma estrutura celular, agrupando-se em setores estanques, que obedeciam a uma direção nacional. Em tese, cada militante conhecia apenas os seus colegas de célula e um coordenador enviado pela

direção, mesmo assim, por codinome. A maioria funcionava como rede de apoio, colaborando nas comunicações e no transporte, garantindo pouso e levantamentos de alvos para futuras ações. O coração do grupo estava sempre nos comandos armados, protegidos por severas normas de clandestinidade. Eram a própria finalidade da organização e tinham em média vinte homens cada um. Em torno desses núcleos estendia-se a rede que, em algumas organizações, reunia centenas de militantes.

Desde o primeiro momento os grupos envolvidos na luta armada foram acusados de praticar um militarismo que, em análises posteriores, serviria como explicação para o colapso de suas estruturas. *Militarismo* é o termo debaixo do qual se abrigam diversas questões substantivas. A mutilação da vida social, a coabitação em aparelhos aonde os inquilinos chegavam e de onde partiam imprevistamente, produziam uma vida coletiva forçada, enervante. “Entulhávamo-nos em esferas fechadas”, recordaria Herbert Daniel, um dos comandantes da VPR.[25] As células compartimentalizadas e os núcleos de combatentes enfrentavam problemas que a esquerda brasileira jamais imaginara. De um lado, a estrutura celular é protetora, pois um militante conhece pouco mais que meia dúzia de seus companheiros. De outro, provoca curtos-circuitos sempre que um elo da corrente é rompido, e têm de ser restabelecidas as comunicações cortadas. Os combatentes precisam de egos fortes o suficiente para suportar a tensão de suas opções e maleáveis o bastante para prestar obediência a uma liderança desconhecida, planejando operações que só podem ser desencadeadas com a permissão de uma autoridade superior.[26]

A ideia das cidades como cemitério da guerrilha era mais que uma imagem retórica. Dispensando a montagem de bases rurais, as organizações armadas aprisionaram-se, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dispensando o campo, perderam um refúgio eficaz e barato para os militantes identificados pelo governo. Um estudo da vida de 76 organizações terroristas de todo o mundo informa que os grupos amparados

por bases rurais se mostraram mais longevos que os focos simplesmente urbanos. Quase todos os grupos sem um pé no campo, agindo e vivendo no mesmo país, duraram de um a cinco anos.[27]

O próprio *quid pro quo* das organizações estava malformulado. Supunham-se num combate em que a vitória seria a derrubada do governo e a derrota, sua permanência no poder. O dilema de um grupo revolucionário não está no que acontece ao seu adversário, mas no que acontece a ele mesmo, na sua capacidade de sobreviver. Uma organização vence enquanto existe e perde quando se desintegra. Seu objetivo pode ser a derrubada do governo, mas sua luta cotidiana é pela existência. O Exército Republicano Irlandês foi uma empresa terrorista bem-sucedida, apesar de não ter libertado a Irlanda. Já os Tupamaros uruguaios, os Montoneros argentinos e as siglas brasileiras são exemplo de fracasso, apesar de as ditaduras que combateram terem mordido o pó menos de vinte anos depois. Para as organizações terroristas o inimigo era o governo de Costa e Silva, mas no seu caminho estava a "tigrada".

No início de 1969 a guerra revolucionária estava começando e aparentemente começava bem. Seis organizações achavam-se em plena atividade.[28] A ditadura parecia isolada. Os militantes abundavam. O sucesso do ataque ao quartel-general do II Exército e da execução do capitão Chandler indicava que o fator surpresa oferecia o êxito fácil. A precariedade com que se protegiam bancos e carros-fortes prometia um razoável período de fartura de fundos. Era planejar, executar e triunfar. Limpavam-se cofres de bancos, paióis de pedreiras e casas de armas. Em 1968 deram-se dezessete assaltos a agências bancárias e carros-fortes em São Paulo, um a cada três semanas. Nos últimos cinco meses do ano seguinte esse número saltou para 59, um a cada seis dias.[29]

Esses sucessos eram muito mais um produto dos erros alheios que dos acertos das organizações esquerdistas. Durante todo o ano de 1968 a máquina de informações e repressão do governo patrocinou o seu próprio

terrorismo e edificou o golpe do AI-5, mas não cuidou da segurança nacional. Nem sequer a captura de toda a liderança estudantil do país em Ibiúna estimulou um trabalho metódico de coleta de informações. Em São Paulo a polícia teve nas mãos três militantes da VPR; um era Ladislas Dowbor, o *Jamil*, seu principal teórico das ações armadas. Deixou-os escapulir, libertados por um advogado de ocasião que os disse marginais e enriqueceu sua argumentação com uma propina.[30] Havia quartéis do Exército onde o serviço de guarda era feito com armas descarregadas. Pela mecânica dos IPMs, majores e coronéis presidiam inquéritos sobre passeatas, pichações e panfletagens. Em Brasília funcionou uma investigação para descobrir e punir os responsáveis pelo aparecimento de balões de gás com tarjas pretas no céu da cidade durante um desfile militar de Sete de Setembro.[31]

O trabalho de repressão continuou na jurisdição da Polícia Civil, com alguma colaboração da Polícia Federal. Em São Paulo criou-se uma delegacia especial para tratar de assaltos a bancos, mas não houve esforço estrutural para que a máquina policial se organizasse diante da nova situação. Faltavam ao governo informações, analistas, equipes e uma doutrina de segurança pública. A circunscrição do problema à esfera policial refletia mais a ausência de rumo do que uma esperança de que os DOPS fossem remédio adequado.

Durante todo o ano de 1968 a “tigrada” acautelara-se, pois o destino da espécie dependia do desfecho do caso Para-Sar. Enquanto ele não foi conhecido, deixou-se à polícia a tarefa de reunir informações e capturar suspeitos. A “meganha” também se acautelara. As denúncias de espancamento de presos políticos viriam a ser 85, um número alto se comparado com as cinquenta do ano anterior, mas ainda abaixo do teto de 203, em 1964.[32] Até janeiro de 1969, não só as organizações se mantiveram quase intactas, como nenhum atentado de vulto foi desvendado.

1 Delfim Netto repetiu essa expressão em inúmeras conversas com o autor.

2 Daniel Aarão Reis Filho, “As organizações comunistas e a luta de classes — 1961-68”, vol. 1, pp. 367, 362 e 365, para as três citações, respectivamente. Esse trabalho, tese de doutoramento do autor, foi posteriormente publicado, numa versão resumida, em forma de livro com o título *A revolução faltou ao encontro*.

3 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 167.

4 Luiz Manfredini, *As moças de Minas*, pp. 17 e 32.

5 Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 182.

* As guerrilhas castristas fracassaram nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Haiti, Panamá, República Dominicana e Venezuela. Em dois países (Guatemala e Peru) as insurreições persistiriam, sem a mesma influência cubana. Num (Nicarágua) a guerrilha tomaria o poder em 1979.

6 Luiz Manfredini, *As moças de Minas*, p. 47.

7 Brian Jenkins e Janera Johnson, *International Terrorism: a Chronology*, 1968-1974, Rand Corporation, março de 1975, Santa Monica, pp. 12-5.

8 Num artigo intitulado “President Kennedy’s plan for peace with Cuba”, o embaixador Richard Goodwin, secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos durante o governo Kennedy, classificou a política americana desse período de “um tipo de terrorismo patrocinado pelo Estado (*state-sponsored terrorism*)”, em *The New York Times*, 5 de julho de 2000.

9 Thomas Powers, *The man who kept the secrets*, p. 398.

10 Para a *Operação Mongoose*, Thomas C. Wright, *Latin America in the era of the Cuban Revolution*, p. 63. Para os venenos, Thomas Powers, *The man who kept the secrets*, p. 401.

11 Paul Wilkinson, *Terrorism and the Liberal State*, p. 264.

12 Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, p. 600.

13 Carla Anne Robbins, *The Cuban threat*, p. 53.

14 Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, pp. 110 e 109.

15 *La subversión. Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental*, tomo I: *República Oriental del Uruguay*, p. 114. O dirigente Tupamaro era Mauricio Rosencof, renomado teatrólogo, fundador do movimento.

16 Gilles Perrault, *Un homme à part*, vol. 2, pp. 180-1.

17 Arturo C. Porzecanski, *Uruguay’s Tupamaros*, p. 40. Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, p. 110.

18 Daniel Aarão Reis Filho, “As organizações comunistas e a luta de classes — 1961-68”, vol. 1, pp. 344 e 333, para as duas citações, respectivamente.

19 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 177.

20 João Roberto Laque, *Pedro e os Lobos*, p. 155.

21 Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, p. 71.

22 As principais organizações envolvidas com a luta armada em 1969 eram ALN, VPR, MR-8, Colina e PCBR. Calculei em oitocentos o número de militantes que participaram de ações armadas, atribuindo trezentos quadros à ALN, duzentos à VPR e outros trezentos ao MR-8, Colina, Dissidência Comunista e PCBR somados. São muitos os casos de pessoas que militaram em diversos

grupos. Com base nos números do *Projeto Brasil: nunca mais*, debulhando os nomes repetidos, Marcelo Ridenti chega a um total de 2.613 processados em pouco mais de trinta organizações, durante os anos 1960 e 1970. Subtraindo-se os processados do PCB (687), do PC do B (259), da AP (470) e do Grupo dos Onze (95), chega-se a 1.416 pessoas. Nesse número estão incluídas aquelas cuja militância era periférica, sem relação com ações armadas. Ver Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira*, pp. 68-9.

23 Depoimento do diretor da Central Intelligence Agency, Richard Helms, à Subcomissão de Assuntos Hemisféricos da Comissão de Relações Exteriores do Senado, 5 de maio de 1971, parcialmente liberado em fevereiro de 1987.

24 Carta do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra ao autor, de 20 de fevereiro de 1991. Ustra estimou a seguinte distribuição: ALN, 250; PC do B, duzentos; VPR, duzentos; VAR, duzentos; Ala Vermelha, cem; Molipo, cem; PCBR, cem; MR-8, cem; MRT, trinta; MRM, cinquenta; POC, trinta; MCR, trinta; REDE, trinta; PRT, vinte; PORT, dez; OCML-PO, cinquenta; Frente Bolchevique Trotskista, dez; Grupo Independência ou Morte, cinquenta; Frente de Libertação do Nordeste, dez.

25 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, p. 121.

26 John B. Wolf, "Organization and management practices of urban terrorist groups", *Terrorism: An International Journal* 1, nº 2, 1978, Nova York, Crane Russak.

27 Martha Crenshaw, "How terrorism ends", pp. 39 e segs. Citado em Leonard B. Weinberg e Paul B. Davis, *Introduction to political terrorism*, p. 110.

28 ALN, Colina, VPR, MR-8, PCBR e a Ala Vermelha, uma dissidência do PC do B.

29 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 108, mencionando noticiário d'*O Estado de S. Paulo* de 15 de maio e de *Veja* de 13 de agosto de 1969. Para os assaltos a agências e transportadores de dinheiro de bancos nos últimos cinco meses de 1969, *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1970, pp. 44-6.

30 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 249, e Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 45.

31 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo III: *Perfil dos atingidos*, p. 184.

32 Idem, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 114. As estatísticas colhidas pelo *Projeto Brasil: nunca mais* referem-se a denúncias de torturas feitas durante o processo judicial nas auditorias militares.

O Exército aprende a torturar

A máquina policial do governo atacou a esquerda armada em Minas Gerais. Num só lance, acabou com o Colina e com um pedaço da AP. O Colina tinha pouco mais de seis meses e um desempenho comparável ao das organizações que praticavam atos terroristas em São Paulo e no Rio. Fuzilara Von Westernhagen, matara o dono de um automóvel durante o furto do veículo, pusera uma bomba na casa do delegado regional do Trabalho e outra na do presidente do Sindicato dos Bancários, levara o dinheiro de pelo menos quatro bancos e as armas de duas sentinelas. Sobrevivera à prisão de dois ex-sargentos que estavam entre seus fundadores. Seu comando operava em Belo Horizonte. Era composto por poucas dezenas de jovens, quase todos saídos das faculdades de Medicina e Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Entre eles estava Dilma Rousseff que, em 1967, aos 19 anos, se casara com Claudio Galeno Linhares. Ela era *Wanda*. Ele, *Lobato*.

Na primeira semana de janeiro dois de seus militantes foram capturados depois de terem assaltado duas agências bancárias na velha cidade de Sabará. Em menos de um mês havia trinta presos, e a rede desabava.[1] Durante a caça aos aparelhos do Colina a polícia invadiu uma casa no bairro de São Geraldo, em Belo Horizonte, e foi recebida a rajadas de submetralhadora. Morreram dois policiais. Foi o primeiro caso de baixas em combate. O delegado Luiz Soares da Rocha, que comandava a operação, impediu, no braço, que um policial matasse os cinco prisioneiros capturados.[2] Nesses jovens começou-se a escrever um novo capítulo da

repressão. Foram torturados em quatro delegacias diferentes, mas também em dois quartéis do Exército. (*Wanda* e *Lobato* deixaram Belo Horizonte e esconderam-se no Rio.)

Em Belo Horizonte, os presos apanharam no 12º Regimento de Infantaria e lá foram interrogados pelo comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), que acumulava a essa função a de encarregado do IPM da subversão universitária em Minas Gerais.[3] Era o coronel Octavio Aguiar de Medeiros, ex-chefe da seção de sovietologia, a SC-4 do SNI de Golbery, coordenador da coleção de publicações do Serviço. Pensara até em estender o recrutamento do SNI às universidades, valendo-se de estudantes para trabalhos de pesquisa.[4] Neto de marechal e filho de almirante, estivera entre os revoltosos da Escola de Comando e Estado-Maior no dia 31 de março de 1964. Vinha da elite do regime. Costa e Silva, acertando suas contas com o SNI, atirara-o, aos 46 anos, ao "canil" de um CPOR, comando de coronel desgraçado.

Medeiros foi um exibicionista com a carcaça do Colina. Nunca dera entrevistas, e não voltaria a dá-las, nem mesmo quando chefiou o SNI, de 1978 a 1985, a poucos passos da Presidência da República. Em Belo Horizonte tirou o máximo de proveito da fama que a subversão lhe oferecia. Vangloriara-se de trabalhar das sete da manhã à uma da madrugada. Como chegara ao êxito, não contava: "Falaram em maltratar estudantes, mas qualquer pessoa que conversar com esses cinco rapazes presos pode ver qual é a verdade".[5] Quando lhe mostraram uma presa da AP que durante as sessões de tortura exigia respeito aos seus direitos legais, gracejou: "Vida boa, hein?".[6] Surgiu como o primeiro agente do governo a desmontar uma organização terrorista.

* * *

A ofensiva contra o Colina foi um sucesso. Pareceu um perfeito trabalho de investigação, capturas e análises. O êxito da operação durou até 1987, quando Jacob Gorender publicou seu *Combate nas trevas*. Então revelou-se o fiasco: passara por baixo do pau de arara de Medeiros a descoberta da identidade dos assassinos de Von Westernhagen. Os dois sargentos que atiraram no alemão estavam presos, por outras ações. Um deles, João Lucas Alves, havia sido capturado com o mesmo Volkswagen cor gelo visto na cena da execução do major. O assunto não foi mencionado nos interrogatórios.[7]

João Lucas, um pernambucano de 34 anos, passara pelo curso de Havana. Assassinaram-no na Delegacia de Roubos e Furtos de Belo Horizonte. A polícia informou que ele se matara, asfixiando-se com a calça. Era o 13º suicida do regime, o quinto a enforcar-se na cela.[8] A autópsia informava que seu cadáver tinha doze lesões e lhe faltava a unha de um artelho do pé esquerdo.[9] Pouco depois, num quartel do Rio, morreu o outro sargento, Severino Viana Colon. Novamente, suicídio (o 14º), novamente enforcamento (o sexto).[10] A destruição do Colina e de outras siglas que agiam em Minas Gerais indicava novos tempos. Um dos torturadores do 12º RI, o jovem tenente Marcelo Paixão de Araújo, de 21 anos, estava começando sua carreira. Aprendia "vendo". Socos, palmatória, pau de arara e, finalmente, o choque elétrico.[11]

Os "cinco rapazes presos" a que se referira Medeiros foram mandados de Belo Horizonte para a 1ª Companhia do Batalhão de Polícia do Exército da Vila Militar, no bairro de Deodoro. Ela funcionava como sede do setor de operações do CIE, que não dispunha de base logística além das salas no prédio do quartel-general. A PE da Vila apoiava o CIE com carros, equipes de captura, salas de interrogatório e celas. Lá, oficiais e sargentos cultivavam aquela área cinzenta da polícia carioca onde o crime e a lei se confundem em personagens que vivem da delinquência num mundo de folclore cafajeste. Dessa proximidade resultou a criação, dentro do quartel,

de uma sociedade denominada Escuderie Jason, que imitava a Escuderie Le Cocq, com a qual a “meganha” homenageava um detetive assassinado nas cercanias de um ponto de bicho. A Le Cocq, com a caveira dos piratas como símbolo, tornara-se sinônimo do Esquadrão da Morte.

A Escuderie Jason homenageava um sargento morto em serviço e tinha seu cadastro guardado no quartel da PE.[12] Dela faziam parte policiais, contraventores, sargentos e oficiais. Entre os dignitários que distribuíam a honraria estava um policial-contrabandista, alcaguete do CIE. Presenteava comparsas com adesivos e cartões de identidade onde brilhava o escudo da Polícia do Exército.[13]

Na 1ª Companhia da PE, na tarde de 8 de outubro de 1969, oficiais do Exército brasileiro escreveram uma triste página da história da corporação.

Os presos eram dez. Entre eles, seis rapazes do Colina. Foram tirados das celas, postos em fila e escoltados até um salão.[14] No caminho ouviram uma piada de um cabo: “São esses aí os astros do show?”. A plateia, sentada em torno de mesas, chegava perto de cem pessoas. Eram oficiais e sargentos, tanto do Exército como da Marinha e Aeronáutica. Numa das extremidades do salão havia uma espécie de palco, e nele o “tenente Ailton” presidia a sessão com um microfone e um retroprojetor: “Agora vamos dar a vocês uma demonstração do que se faz clandestinamente no país”.[15]

O chefe da seção de informações da 1ª Companhia era o tenente Ailton Joaquim. Completara 27 anos fazia apenas quatro dias. Com 1,63 metro de altura, era quase um anão nas formaturas dos galalaus da PE.[16] Filho de um pequeno comerciante, criado no subúrbio carioca, fora um aluno comum na Academia Militar das Agulhas Negras. Em todo o curso conseguiu uma só nota 8 (em topografia) e passou raspando com um 4 pela cadeira de Direito. Com uma média final de 6,7, foi o 29º numa turma de 57 cadetes.[17] Servira com sucesso no Batalhão Ipiranga, em São Paulo, onde o comandante de sua companhia o retratou com a poesia da caserna: “Sua firmeza o sustenta; sua luz o guia. A cera facilmente se liquefaz; o cristal nunca perde a sua

aresta”.[18] Chegara à PE em julho de 1967 e vivia com a mulher numa das modestas casas de oficiais da Vila. Desde que o CIE montara sua base de operações em Deodoro, Ailton Joaquim deixara a tediosa rotina de *sherlock* encarregado de descobrir quem danificara um ventilador da companhia, para entrar na vida agitada da repressão política.[19]

Os presos foram enfileirados perto do palco, e o “tenente Ailton” identificou-os para os convidados. Tinha três sargentos por acólitos. Com a ajuda de slides, mostrou desenhos de diversas modalidades de tortura. Em seguida os presos tiveram de ficar só de cuecas.

Maurício Vieira de Paiva, 24 anos, quintanista de engenharia, foi ligado a um magneto pelos dedos mínimos das mãos. Era a máquina de choques elétricos. Depois de algumas descargas, o tenente-mestre ensinou que se devem dosar as voltagens de acordo com a duração dos choques. Chegou a recitar algumas relações numéricas, lembrando que o objetivo do interrogador é obter informações e não matar o preso.[20]

Murilo Pinto da Silva, 22 anos, funcionário público, ficou de pés descalços sobre as bordas de duas latas abertas. Pedro Paulo Bretas, 24 anos, terceiranista de medicina, foi submetido ao esmagamento dos dedos com barras de metal. Outro preso, um ex-soldado da Polícia Militar, apanhou de palmatória nas mãos e na planta dos pés. “A palmatória é um instrumento com o qual se pode bater num homem horas a fio, com toda a força”, explicou o tenente.

No pau de arara penduraram Zezinho, que estava na PE por conta de crimes militares. Ailton explicou — enquanto os soldados demonstravam — que essa modalidade de tortura ganhava eficácia quando associada a golpes de palmatória ou aplicações de choques elétricos, cuja intensidade aumenta se a pessoa está molhada.

“Começa a fazer efeito quando o preso já não consegue manter o pescoço firme e imóvel. Quando o pescoço dobra, é que o preso está sofrendo”, ensinou o tenente-professor.

O Exército brasileiro tinha aprendido a torturar.[21]

1 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, p. 19, e *Jornal da Tarde*, 30 de maio de 1969.

2 Maurício Paiva, *O sonho exilado*, pp. 25-6. Para a identificação do policial, Maurício Paiva, julho de 2001.

3 Auto de Qualificação e carta manuscrita de Murilo Pinto da Silva, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, pp. 259 e 261: "No 12º RI meus espancadores e interrogadores foram o coronel Medeiros, sargento Mendes, sargento Kleber, capitão Almeida e outros". Auto de Qualificação de Julio Antonio Bittencourt de Almeida, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 696: "No RI nossos espancadores e interrogadores foram: coronel Medeiros, sargento Marcolino (...)".

4 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de março de 1967. APGCS/HF.

5 *Jornal da Tarde*, 30 de maio de 1969.

6 Luiz Manfredini, *As moças de Minas*, p. 83.

7 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 142.

8 Segundo as versões oficiais, enforcaram-se na prisão Elvaristo Alves da Silva, Severino Elias de Melo, Milton Soares de Castro e Higino João Pio. Ver Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 462, 573, 467 e 574.

9 Auto de Corpo de Delito de João Lucas Alves, em *Brasil: nunca mais*, p. 249.

10 Nilmário Miranda, *Os filhos deste solo*, p. 298.

11 Entrevista de Marcelo Paixão de Araújo a Alexandre Oltramari, *Veja* de 9 de dezembro de 1998, pp. 44-9.

12 Auto de Inquirição do Tenente Jorge Itamar de Oliveira, *Processo nº* 42 479-8, de 1979, STM, vol. 4, p. 1697, e do Sargento José Renato da Silva, vol. 1, p. 483.

13 *Processo nº* 4896, Termo de Perguntas ao Indiciado Manoel de Oliveira Alves, vol. 1, p. 425. Para a concessão dos títulos, 2ª Testemunha de Defesa do Capitão Ailton Guimarães Jorge, Tenente-Coronel Enio de Albuquerque Lacerda, *Processo nº* 42 476-8, STM, vol. 4, p. 1740. Para a Escuderie, ver também o testemunho de Luís Antonio Raposo Carneiro, vol. 4, p. 1816.

14 Carta de doze presos políticos de Belo Horizonte, de 19 de dezembro de 1969. Eram Maurício Paiva, Ângelo Pezzuti, Murilo Pinto da Silva, Pedro Paulo Bretas, Afonso Celso Lara e Nilo Sérgio Menezes Macedo.

15 A. J. Langguth, *A face oculta do terror*, pp. 192-3.

16 Ailton Joaquim, Folha de Identidade, Academia Militar das Agulhas Negras. *Processo nº* 42 479-8, de 1979, STM, p. 982.

17 Alterações do Cadete Ailton Joaquim, Academia Militar das Agulhas Negras. *Processo nº* 42 479-8, de 1979, STM, p. 984.

18 Elogio do capitão Luiz Marques de Barros, Alterações do Tenente Ailton Joaquim no Batalhão Ipiranga, *Processo nº* 42 479-8, de 1979, STM, p. 994.

19 Alterações do Tenente Ailton Joaquim, Batalhão Ipiranga e 1ª Companhia da PE, *Processo nº* 42 479-8, de 1979, STM, pp. 994, 1000, 1007 e 1005.

20 As descrições dessa aula de tortura estão em A. J. Langguth, *A face oculta do terror*, pp. 192-7, com base numa entrevista com Murilo Pinto da Silva. Há ainda carta assinada por doze presos de Belo Horizonte em 19 de dezembro de 1969, em *Terror in Brazil, a dossier*, opúsculo publicado em Nova York, em abril de 1970, pelo The American Committee for Information on Brazil. Ver também o depoimento de Maurício Paiva, em *O sonho exilado*, pp. 49-53.

21 Em janeiro de 1969 realizou-se no quartel da PE de São Paulo uma aula idêntica. Depoimento de Izaías Almada, em Alipio Freire, Izaías Almada e J. A. de Granville Ponce (orgs.), *Tiradentes, um presídio da ditadura*, p. 18.

APÊNDICE

Breve nomenclatura militar

1 Patentes

São as seguintes as patentes dos oficiais das Forças Armadas:

MARECHAL (CINCO ESTRELAS)
Patente honorífica, extinta no governo Castello.

Ao passarem para a reserva, os generais de exército eram promovidos ao marechalato. Em 1975 eles eram 73.*

GENERAL DE EXÉRCITO (QUATRO ESTRELAS)
É a patente mais alta dos oficiais da ativa.

Em 1964 o Exército tinha catorze quatro-estrelas. Quatro em comandos de exércitos, um na chefia do Estado-Maior e outros quatro na chefia dos departamentos administrativos. Juntos, formavam o Alto-Comando.

Um oficial pode ter quatro estrelas e ficar sem função, assim como pode ter função (o comando da Escola Superior de Guerra, por exemplo) e não pertencer ao Alto-Comando.

(Essa patente corresponde à de almirante de esquadra na Marinha e tenente-brigadeiro na Força Aérea.)

GENERAL DE DIVISÃO (TRÊS ESTRELAS)
Em 1964 eram 31.** Em 1975, 42.

Os três-estrelas comandam as divisões de tropas (a 1ª Divisão de Infantaria, da Vila Militar, por exemplo). Ocupam as vice-chefias do Estado-Maior e dos departamentos. Também chefiam as Regiões Militares.

(Corresponde ao vice-almirante e ao major-brigadeiro.)

GENERAL DE BRIGADA (DUAS ESTRELAS)
Em 1964 eram 73. Em 1975, 93.

Um general de duas estrelas pode comandar uma unidade importante, como a Brigada Paraquedista, ou uma diretoria burocrática.

Em 1964 a idade média dos generais de brigada ficava em pouco menos de 54 anos.

(Corresponde ao contra-almirante e ao brigadeiro.)

Pela reforma de 1967, devida ao presidente Castello Branco, nenhum oficial pode permanecer mais de doze anos na ativa como general. Além disso, cada uma das patentes deve ter 25% de seu quadro renovado a cada ano. Essas normas vigoram até hoje.

CORONEL
Em 1964 o Exército tinha 340 coronéis em funções consideradas militares. Em 1975, 408. Na tropa, o coronel comanda um regimento.

(Corresponde ao capitão de mar e guerra da Marinha.)

Pela reforma de Castello nenhum coronel pode permanecer menos de sete e mais de nove anos na patente.

TENENTE-CORONEL
Comanda um batalhão.

Patente em que se ficava em torno de cinco anos.

A etiqueta militar dá aos tenentes-coronéis o tratamento de “coronel”.

(Corresponde ao capitão de fragata da Marinha.)

MAJOR
Comanda um batalhão.

(Corresponde ao capitão de corveta da Marinha.)

CAPITÃO
Comanda uma companhia.

Em 1975 o Exército tinha cerca de 2 mil capitães.

TENENTE
Comanda um pelotão.

Na média, de cada cem tenentes, seis chegam a general.

2 Estrutura

No Exército convivem duas estruturas. Uma, diretamente relacionada com as tropas de combate, é bastante simples. Outra, na qual está a burocracia, é mais complexa.

É a seguinte a estrutura de uma tropa de combate, vista de baixo para cima:

PELOTÃO

Tem um efetivo que pode variar entre trinta e cinquenta homens. É comandado por um tenente.

COMPANHIA

Três pelotões formam uma companhia. Tem de cem a 150 homens. É comandada por um capitão.

BATALHÃO

Três companhias formam um batalhão. Seu efetivo oscila de trezentos a 450 homens, comandados por um major ou tenente-coronel.

REGIMENTO

Três batalhões formam um regimento. Tem entre mil e 1.500 homens e é comandado por um coronel.

BRIGADA

É uma unidade de composição mista, sempre comandada por um general de duas estrelas. Seu efetivo pode variar entre 5 mil e 10 mil homens.

DIVISÃO

Um número variável de brigadas e regimentos agrupam-se numa divisão.

Essa é a principal unidade combatente. Reúne tropas das diferentes Armas. Nelas, as tropas de infantaria e de artilharia ficavam sob o comando de generais numa Infantaria Divisionária (ID) e numa Artilharia Divisionária (AD).

EXÉRCITO

Conhecido como “grande comando”, agrupa todas as tropas de uma determinada região geográfica.

As tropas terrestres estavam assim divididas:

I Exército, com jurisdição sobre as tropas do Rio de Janeiro (onde ficava o seu comando), Minas Gerais e Espírito Santo;

II Exército, incluindo São Paulo (sede do comando) e Mato Grosso;

III Exército, incluindo o Rio Grande do Sul (sede do comando, em Porto Alegre), Santa Catarina e Paraná; e

IV Exército, com sede no Recife, englobando todos os estados do Nordeste.

Além desses grandes comandos ocupados por quatro-estrelas, havia dois outros, sob as ordens de generais de divisão:

Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus; e

Comando Militar do Planalto, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e Goiás.

Existiam também onze Regiões Militares, comandadas por generais de divisão.

A região cuida essencialmente do apoio logístico ao Exército em cujas áreas se situa.

Eram as seguintes as Regiões Militares:

1ª RM, com sede no Rio de Janeiro;
2ª RM, com sede em São Paulo;
3ª RM, com sede em Porto Alegre;
4ª RM, com sede em Juiz de Fora;
5ª RM, com sede em Curitiba;
6ª RM, com sede em Salvador;
7ª RM, com sede em Recife;
8ª RM, com sede em Belém;
9ª RM, com sede em Campo Grande;
10ª RM, com sede em Fortaleza; e
11ª RM, com sede em Brasília.

* Até 1968, quando morreu, o marechal Mascarenhas de Moraes foi mantido no serviço ativo, por decisão do Congresso. Era uma homenagem ao comandante da Força Expedicionária Brasileira.

** Computaram-se os engenheiros militares (dois), médicos (um), veterinários (um) e intendentes (um).

Cronologia

1950

POLÍTICA

MAIO A chapa encabeçada pelo general Estillac Leal vence a eleição do Clube Militar com o apoio da esquerda. Nela, o tenente-coronel Nelson Werneck Sodré dirige o Departamento Cultural. Derrota a chapa de Cordeiro de Farias e do general Humberto Castello Branco.

JUNHO O PTB lança o ex-ditador Getulio Vargas, deposto em 1945, como candidato a presidente.

AGOSTO O PCB divulga o *Manifesto de Agosto*, que defende a derrubada do governo.

OUTUBRO Vargas derrota o brigadeiro Eduardo Gomes e é eleito presidente da República com 3,8 milhões (48,7%) de votos. Seus eleitores cantavam:

Bota o retrato do velho outra vez,
Bota no mesmo lugar.
O sorriso do velhinho
Faz a gente trabalhar.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil tem 52 milhões de habitantes. Durante a década de 1940 a expectativa de vida do brasileiro foi de 45,9 anos. Nos anos 1950 passará para 52,4.

O PIB nacional é de US$ 15 bilhões da época.

O salário mínimo é de Cr$ 380,00, equivalentes a US$ 12 no câmbio paralelo.

Quase dois terços (64%) da população vivem no campo. Um em cada dois adultos é analfabeto.

Com 2,3 milhões de habitantes, o Rio de Janeiro tem 105 favelas, com 170 mil moradores.

O economista argentino Raúl Prebisch, autor de “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas”, assume a secretaria executiva da Comissão Econômica para a América Latina, a Cepal.

JULHO Inaugurada a via Dutra.

SETEMBRO Inaugurada a primeira refinaria estatal, em Mataripe, na Bahia.

CULTURA

João Cabral de Melo Neto publica o poema “O cão sem plumas”:

Liso como o ventre de uma cadela fecunda,
o rio cresce
sem nunca explodir.

Ismael Silva grava “Antonico”.

Nat King Cole canta “Mona Lisa”.

Surgem o *cool jazz* e Miles Davis.

Henri Matisse pinta a capela de Vence.

Confinado num hospital para doentes mentais, Ezra Pound publica 70 *cantos*.

JUNHO Inaugurado o estádio do Maracanã, e nele joga-se a Copa do Mundo.

JULHO O Uruguai vence o Brasil por 2 × 1.

SETEMBRO Vai ao ar em São Paulo a TV Tupi, primeira emissora de televisão da América Latina.

MUNDO

O mundo tem 2,5 bilhões de habitantes, com 480 milhões de crianças desnutridas.

JANEIRO A China e em seguida a URSS reconhecem a República Democrática do Vietnã, área controlada pela guerrilha de Ho Chi Minh contra o domínio francês.

FEVEREIRO O senador Joseph McCarthy lança sua campanha de denúncias de infiltração comunista no governo americano. Lista 250 nomes. Surge o termo “macartismo”.

O embaixador George Kennan, numa reunião de diplomatas americanos na América Latina, sustenta que na região não há base para regimes democráticos.

JUNHO Começa a Guerra da Coreia.

SETEMBRO Primeira travessia do Atlântico por um avião a jato, em dez horas e um minuto.

NOVEMBRO O papa Pio XII proclama o dogma da Assunção Imaculada de Maria.

1951

POLÍTICA

JANEIRO Posse de Getulio Vargas. O *New York Times* diz que ele está "prejudicado pelas grandes expectativas". Carlos Lacerda defende o seu impedimento. A *Imprensa Popular*, do PCB, chama-o de "velho tirano".

O general Estillac Leal é nomeado ministro da Guerra. Os militares continuam divididos.

ABRIL Os EUA pedem ao Brasil o envio de uma divisão de infantaria para a Guerra da Coreia. Vargas, depois de negociar, acaba negando o pedido.

JUNHO Surge no Rio o jornal *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer, jornalista da simpatia de Vargas. O empreendimento é financiado pelo Banco do Brasil.

DEZEMBRO Decretado o aumento do salário mínimo. No seu nível máximo chega a Cr$ 1.200,00 (US$ 40 da época, no paralelo).

ECONOMIA E SOCIEDADE

A seca aflige o Nordeste.

JANEIRO Vargas cria a Assessoria Econômica, ligada ao seu gabinete e chefiada pelo economista Rômulo de Almeida.

ABRIL Criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). É o início do Mercado Comum.

SETEMBRO O ministro da Fazenda, Horácio Lafer, vai aos EUA buscar financiamentos. Não os consegue.

DEZEMBRO Getulio Vargas acusa as companhias estrangeiras de maquiar as remessas de lucros: "Não conheço exemplo de espoliação maior". A média anual dessas remessas está em US$ 90 milhões.

Vai ao Congresso o projeto do governo para a criação da Petrobras. O texto não prevê o monopólio estatal.

CULTURA

O disc-jóquei Alan Freed põe no ar a expressão "rock-and-roll".

Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira compõem "Assum preto":

Furaram os olhos do Assum Preto
Pra ele assim cantar melhor.

A Rádio Nacional transmite a novela *O direito de nascer*.

É aberta a I Bienal de São Paulo. Os comunistas a chamam de "apoteose do modernismo decadente".

Jorge Amado recebe em Moscou o Prêmio Stalin.

Vittorio de Sica termina o filme *Milagre em Milão.*

A filósofa Hannah Arendt publica *Origens do totalitarismo*.

J. D. Salinger publica *O apanhador no campo de centeio*.

Surge a TV em cores nos EUA.

MUNDO

O general Juan Perón é reeleito presidente da Argentina.

JANEIRO No dia 4 as tropas comunistas tomam Seul, capital da Coreia do Sul, e são expulsas em março.

FEVEREIRO A empresa britânica Ferranti produz o primeiro computador de uso comercial, o Ferranti Mark I. Vende nove em sete anos. Um mês depois a Univac produz o primeiro computador americano. Tem 5 mil válvulas.

MAIO A AT&T torna-se a primeira empresa do mundo com 1 milhão de acionistas.

SETEMBRO Expurgo no Partido Comunista Checo. Seu secretário-geral, Rudolf Slansky, é preso. Será fuzilado.

DEZEMBRO Primeira geração de eletricidade num reator nuclear, nos EUA.

1952

POLÍTICA

A oposição parlamentar passa a defender não só a criação da Petrobras, mas também o monopólio estatal do petróleo.

Migração de nordestinos para São Paulo. Aos sete anos, embarcado num pau de arara, o pernambucano Luiz Inácio da Silva deixa a seca do Nordeste e chega a Santos com a mãe. Viajam treze dias e o menino não troca de roupa.

FEVEREIRO A revista americana *Time* diz que Vargas quer se tornar ditador.

O general Canrobert Pereira da Costa acusa: “A mão comunista está em todos os cantos e é preciso cortá-la”.

Assinado o Acordo Militar Brasil-EUA.

MAIO A chapa governista de Estillac Leal e de Horta Barbosa perde as eleições do Clube Militar. O resultado expõe a fraqueza militar do governo com a vitória da corrente que faz oposição a Vargas.

NOVEMBRO O general Estillac Leal deixa o Ministério da Guerra.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Como resultado da política industrialista de Vargas, no período 1951-1952 a economia cresce 6,1% ao ano e a indústria, 5,7%.

A IBM lança o seu primeiro computador comercial de porte, o 701.

JANEIRO As remessas de lucros das companhias estrangeiras são limitadas a 10% do capital investido.

JUNHO Criado o BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), que tem Roberto Campos na diretoria.

OUTUBRO O episcopado cria a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Terá caráter permanente e expressará a opinião do colégio episcopal. D. Helder Câmara é seu secretário-geral.

DEZEMBRO A balança comercial fecha o ano com um déficit de US$ 286 milhões. O maior já ocorrido. Em 1950 registrara-se um superávit de US$ 425 milhões.

Inflação de 11,3% no ano.

CULTURA

Adhemar Ferreira da Silva ganha a medalha de ouro no salto triplo nas Olimpíadas de Helsinque.

Sucesso de Antônio Maria e Fernando Lobo, “Ninguém me ama”:

Ninguém me ama, ninguém me quer,
Ninguém me chama de meu amor.
A vida passa, e eu sem ninguém,
E quem me abraça não me quer bem.

Sai a revista literária *Noigrandes* nº 1, com obras dos poetas Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pignatari.

Agatha Christie publica *A ratoeira*.

Ernest Hemingway publica *O velho e o mar*.

NOVEMBRO O escritor John Clellon Holmes, que ouvira de Jack Kerouac a expressão “geração *beat*”, escreve um artigo intitulado “Esta é a geração beat”.

MUNDO

A Europa retoma o desenvolvimento econômico. Termina o avanço da esquerda. Os conservadores governam na Alemanha, na França, na Itália e na Inglaterra.

A África do Sul passa a registrar seus habitantes de acordo com a cor. É o *apartheid*.

FEVEREIRO Morre Jorge VI, e Elisabeth II torna-se rainha da Inglaterra.

MARÇO Um golpe depõe Carlos Prío Socarrás, e Fulgencio Batista toma o poder em Cuba. É apoiado pelos EUA.

ABRIL O presidente Harry Truman usa tropas federais para evitar uma greve de metalúrgicos. Seiscentos mil trabalhadores param.

JULHO Os militares egípcios derrubam o rei Faruk.

Eva Perón morre em Buenos Aires.

NOVEMBRO Os EUA explodem a primeira bomba de hidrogênio.

1953

POLÍTICA

JANEIRO Nova Lei de Segurança Nacional. A militância comunista custa de quinze a trinta anos de prisão aos cabeças.

MARÇO Aos 36 anos, Jânio Quadros elege-se prefeito de São Paulo.

Inicia-se a maior greve já ocorrida no Brasil, a Greve dos Trezentos Mil, em São Paulo.

Numa conferência na Escola Superior de Guerra, o general Canrobert Pereira da Costa fala em "guerra subversiva".

JUNHO Vargas muda o ministério e, aos 35 anos, seu protegido, João Goulart, torna-se ministro do Trabalho.

Milton Eisenhower, irmão do presidente americano, chega ao Rio em missão oficial e diz que, se o Brasil quiser ser ajudado, terá de se ajudar.

DEZEMBRO A CIA estima que o PCB tenha 60 mil militantes.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Geada na lavoura de café. Agrava-se a situação criada pela seca no Nordeste.

ABRIL-MAIO Anunciada a descoberta da estrutura molecular do DNA.

JUNHO Cai o ministro da Fazenda, Horácio Lafer. Em seu lugar é nomeado Oswaldo Aranha. Empossado, apresenta um plano contra a inflação. Uma nova política cambial comprime as importações e estimula a produção interna.

JULHO A Comissão Mista Brasil-EUA, destinada a articular reformas e negociar financiamentos, encerra suas atividades. Fora criada em 1951. Deu em nada.

OUTUBRO Vargas sanciona a lei que criou a Petrobras.

DEZEMBRO Criada a Cacex, Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

CULTURA

Graciliano Ramos publica *Memórias do cárcere*.

Fundado o Teatro de Arena, em São Paulo.

Nos cinemas: *O cangaceiro*, de Lima Barreto, filme que ganhará a Palma de Ouro no Festival de Cannes, e *Shane*, ou *Os brutos também amam*, com Alan Ladd.

Primeira edição da revista *Playboy*. Com Marilyn Monroe nua nas páginas centrais, vendeu 54 mil exemplares.

Sai o *Relatório Kinsey*, revelando o comportamento sexual da mulher americana.

Uma garota de dezenove anos arrasa no Festival de Cannes: Brigitte Bardot.

Fellini mostra *I vitelloni*.

Cole Porter compõe "I love Paris".

Estreia *Esperando Godot*, de Samuel Beckett.

Marc Chagall pinta *Torre Eiffel*.

MUNDO

JANEIRO O general Dwight Eisenhower assume a Presidência dos EUA.

O secretário de Estado John Foster Dulles adverte: antes da guerra 200 milhões de pessoas viviam sob o comunismo, agora são 800 milhões.

MARÇO Josef Stalin morre. O PCB põe seu retrato na entrada da estação de Triagem, no Rio, com a inscrição: "Glória Eterna ao nosso Pai, Mestre e Guia".

JUNHO O Exército Vermelho ajuda a reprimir protestos de operários em Berlim Oriental. Sete mortos.

JULHO Termina a Guerra da Coreia.

Fidel Castro ataca o quartel Moncada. Fracassa e é preso. Anistiado, exila-se no México em 1954.

AGOSTO A URSS surpreende e explode sua bomba de hidrogênio.

1954

POLÍTICA

FEVEREIRO Sai o *Manifesto dos Coronéis* contra o governo. Assinado, entre outros, pelos coronéis Golbery do Couto e Silva e Sylvio Frota.

Vargas demite João Goulart.

MARÇO Carlos Lacerda denuncia um pacto secreto de Vargas com Perón, contra os EUA.

A oposição defende o recurso ao golpe para derrubar Vargas.

MAIO Vargas aumenta o salário mínimo em 100%: de Cr$ 1.200,00 chega a Cr$ 2.400,00.

AGOSTO

5 Num atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, morre o major Rubens Vaz, da FAB.

23 Trinta generais pedem a renúncia de Vargas. Entre os signatários, Castello Branco.

24 Vargas mata-se com um tiro no coração. Assume o vice, João Café Filho.

OUTUBRO Jânio Quadros elege-se governador de São Paulo.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Produzido nos EUA o primeiro rádio com transístor.

A IBM lança seu computador 704, o primeiro a usar memória magnética.

ABRIL A Petrobras inaugura a refinaria de Cubatão. Meses depois é inaugurada a de Manguinhos, da iniciativa privada.

JUNHO Diante da política de elevação do preço mínimo do café brasileiro, o governo americano boicota sua importação.

AGOSTO Café Filho nomeia Eugênio Gudin para o Ministério da Fazenda. Ele se lança num drástico programa de corte de despesas públicas. Institui o desconto na fonte para o imposto de renda dos assalariados.

SETEMBRO Diante de uma crise cambial, Gudin consegue nos EUA US$ 200 milhões de empréstimo de dezenove bancos privados.

OUTUBRO Gudin restringe o crédito. Crise na indústria: bancos e empresas abrem falência.

CULTURA

Marta Rocha é a segunda colocada no concurso de Miss Universo.

Inaugurado o parque do Ibirapuera, em São Paulo.

Carlos Drummond de Andrade publica *Fazendeiro do ar & Poesia até agora*.

Jorge Amado publica sua trilogia stalinista *Os subterrâneos da liberdade*.

Elvis Presley grava seu primeiro disco: *That's all right, mama*.

Ernest Hemingway ganha o Prêmio Nobel de Literatura.

Isaac Deutscher publica *Trotsky: o profeta armado*, 1879-1921, primeiro volume de sua trilogia sobre o revolucionário russo Leon Trotsky.

Jasper Johns pinta *Bandeira*.

O laboratório americano Eli Lilly quebra o segredo da fórmula do LSD, sintetizado em 1938, e começa a produzir o ácido.

Akira Kurosawa dirige *Os sete samurais*.

MUNDO

Treze das vinte nações latino-americanas têm governos controlados por militares.

MARÇO As repúblicas americanas assinam a *Declaração de Caracas*, na qual se iguala a subversão interna à expansão do comunismo.

ABRIL Eisenhower usa o termo "dominó" para denominar o risco do avanço comunista no mundo.

MAIO Termina a Batalha de Dien Bien Phu, com a vitória dos comunistas. A França perde o Vietnã, que é dividido em dois.
O general Gamal Abdel Nasser toma o poder no Egito.
A Corte Suprema dos EUA declara ilegal a segregação racial nas escolas.
O general Alfredo Stroessner toma o poder no Paraguai.

JUNHO O presidente Jacobo Arbenz, da Guatemala, é derrubado por um golpe militar organizado pela CIA.

NOVEMBRO Começa a Guerra da Argélia.

1955

POLÍTICA

FEVEREIRO Juscelino Kubitschek é lançado candidato a presidente pelo PSD.

ABRIL Num comício em Jataí (GO), JK anuncia que vai construir Brasília.

AGOSTO O presidente do Clube Militar, general Canrobert Pereira da Costa, diz que o país vive uma "pseudolegalidade".

OUTUBRO

3 JK é eleito presidente com 3 milhões de votos.

5 Carlos Lacerda pede publicamente que os militares deem um golpe.

NOVEMBRO

8 Enfartado no dia 3, Café Filho licencia-se e Carlos Luz assume a Presidência.

10 O general Henrique Lott demite-se do Ministério da Guerra.

11 Lott depõe Carlos Luz. Assume o presidente do Senado, Nereu Ramos.

13 Carlos Lacerda asila-se na embaixada de Cuba.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil entra num ciclo de crescimento inédito em sua história. Até 1960 o PIB crescerá uma média de 8,1% e a renda *per capita*, 4,8%.

Estimulados pela Petrobras, os industriais do setor de maquinaria pesada fundam a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

Aberto nos EUA o primeiro McDonald's.

JANEIRO Inaugurada a hidrelétrica de Paulo Afonso, no rio São Francisco. É a primeira grande usina construída no Nordeste.

ABRIL Eugênio Gudin deixa o Ministério da Fazenda. É substituído pelo paulista José Maria Whitaker, que afrouxa o crédito.

JUNHO Criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. Viria a se tornar um centro de reflexão do que se denominou "ideologia do desenvolvimento".

CULTURA

Primeira transmissão de um jogo de futebol (Santos x Palmeiras) pela televisão brasileira. O Brasil tem 141 mil aparelhos de TV.

Nos cinemas: *Rio*, 40 *graus*, de Nelson Pereira dos Santos; *Rififi*, de Jules Dassin; e *Nem Sansão nem Dalila*, de Carlos Manga, com Oscarito.

Caio Prado Júnior lança a revista *Brasiliense*.

Inaugurada a Disneylândia, na Califórnia.

Morre James Dean, aos 24 anos.

A banda Bill Halley e seus Cometas emplaca o primeiro sucesso mundial de um novo estilo musical: "Rock around the clock".

Vladimir Nabokov publica, em Paris, *Lolita*.

Surge a expressão “pop art”.

Herbert Marcuse publica *Eros e civilização*.

Allen Ginsberg lê pela primeira vez seu poema “Howl”. Fala das “melhores cabeças de minha geração morrendo numa nudez histérica”.

MUNDO

ABRIL Winston Churchill renuncia ao cargo de primeiro-ministro. É o último dos Três Grandes (com Roosevelt e Stalin) a deixar definitivamente o poder.

JULHO Conhecem-se, no México, Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara. O médico argentino resolve se juntar ao grupo que pretende desembarcar em Cuba.

SETEMBRO Um golpe militar derruba o general Perón na Argentina.

DEZEMBRO A costureira Rosa Parks é presa ao se recusar a sair do assento para brancos num ônibus de Montgomery, no Alabama. Martin Luther King Jr. lidera um boicote aos transportes públicos. O movimento dura 381 dias, até que a Corte Suprema declara ilegal a discriminação racial nos transportes públicos americanos.

O Conselho da Europa cria a bandeira da Comunidade. Tem fundo azul e doze estrelas.

1956

POLÍTICA

JANEIRO JK assume.

FEVEREIRO JK lança o seu Programa de Metas. Baseia-se na captação de recursos externos, na intervenção estatal, na definição de setores prioritários para o desenvolvimento e na tolerância inflacionária.

Oficiais da FAB rebelam-se contra o governo e vão para Jacareacanga, no Pará. Rendem-se em duas semanas.

MARÇO JK propõe a anistia plena e irrestrita aos rebeldes e aos que conspiraram contra sua posse.

O coronel Olympio Mourão Filho é promovido a general.

ABRIL Revolta de estudantes no Rio contra o aumento das passagens de bonde.

NOVEMBRO Políticos e sindicalistas homenageiam o general Lott com a Espada de Ouro. Nova crise militar. Castello Branco rompe com Lott.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil produz 160 mil geladeiras, com um índice de nacionalização de 47%.

O BNDE passa a admitir seus técnicos por concurso.

D. Helder Câmara organiza a Cruzada São Sebastião, para “urbanizar, humanizar e cristianizar” as favelas do Rio.

Milton Friedman publica “The quantity theory of money: a restatement”, base do novo pensamento monetarista.

MAIO Começam os estudos para a construção de uma refinaria em Caxias (RJ).

JUNHO JK instala o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA).

SETEMBRO Inaugurada a fábrica de caminhões da Mercedes-Benz, em São Paulo.
Começa a obra da barragem de Três Marias.

DEZEMBRO O ano termina com a inflação em 24,4%. Contra 12,4% em 1955.

CULTURA

Adhemar Ferreira da Silva torna-se bicampeão olímpico em salto triplo.

Guimarães Rosa publica *Grande sertão: veredas*.

Mirabeau e Milton de Oliveira gravam “Fala Mangueira”.

João Cabral de Melo Neto publica *Morte e vida severina*:

Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida.

Baby doll, de Elia Kazan, com Carroll Baker. O filme vai influenciar a moda feminina.

Orfeu da Conceição, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes, estreia no Teatro Municipal.

I Exposição Nacional de Arte Concreta, no MAM de São Paulo e no do Rio.

Jean Genet escreve a peça *O balcão*.

Giuseppe di Lampedusa publica *O leopardo.*

Wright Mills publica *A elite do poder*.

Aos 44 anos, o pintor americano Jackson Pollock morre num acidente de carro.

MUNDO

FEVEREIRO Nikita Kruchev, secretário-geral do Partido Comunista Soviético, denuncia os crimes de Stalin no XX Congresso.

JUNHO Breve revolta anticomunista na Polônia, reprimida pelo Exército.

JULHO No Egito, o presidente Nasser nacionaliza o canal de Suez e proíbe a passagem de navios israelenses.

O general Odría é deposto no Peru.

SETEMBRO Dois atentados de terroristas argelinos iniciam a Batalha de Argel.

OUTUBRO Israel invade o Egito. Tropas anglo-francesas retomam Suez. Os EUA condenam o ato e os invasores se retiram.

Rebelião na Hungria contra o regime comunista. Imre Nagy, o novo primeiro-ministro, promete eleições livres.

NOVEMBRO A URSS invade a Hungria.

DEZEMBRO Fidel Castro desembarca em Cuba.

1957

POLÍTICA

O ministro da Guerra, general Lott, veta o reatamento de relações com a URSS.

Fernando Henrique Cardoso e sete outros professores e alunos da USP começam a se reunir para discutir a obra de Marx. Denominam-se Grupo do Capital.

MAIO Carlos Lacerda salva-se de um processo que poria em risco seu mandato de deputado federal.

JULHO Greve de metalúrgicos no Rio.

OUTUBRO Greve geral em São Paulo: 400 mil trabalhadores param durante dez dias.

Descontente com nomeações do governo federal, Jânio Quadros ameaça renunciar ao governo de São Paulo.

NOVEMBRO Carlos Lacerda diz que Juscelino faz um “governo na fraude, pela fraude e para a fraude”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O projeto de Lucio Costa vence o concurso do Plano Piloto de Brasília.

FEVEREIRO JK inaugura a rodovia Rio de Janeiro-Belo Horizonte.

Decide-se a construção da hidrelétrica de Furnas, a terceira do mundo.

MARÇO Alemanha Ocidental, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo assinam os Tratados de Roma, criando a Comunidade Europeia. A Inglaterra continua de fora.

JULHO A Ford decide instalar uma fábrica de caminhões no Brasil.

SETEMBRO A Volkswagen do Brasil produz o seu primeiro veículo com 50% de peças nacionais. É uma Kombi.

O ano termina com um déficit de US$ 286 milhões no balanço de pagamentos.

CULTURA

Escalado um novo atacante na seleção brasileira: Pelé estreia com dezesseis anos.

Jânio Quadros proíbe o rock-and-roll em bailes públicos em São Paulo.

A Sony lança com sucesso comercial um modelo de rádio de pilha.

Surge o som estereofônico.

Nos cinemas: *A ponte do rio Kwai*, de David Lean, com Alec Guinness e William Holden, e *E Deus criou a mulher*, com Brigitte Bardot.

O costureiro Balenciaga cria a moda "saco". Despreza a linha da cintura e sobe a saia.

Jack Kerouac publica *On the road*.

Surge o termo "*beatnik*".

Albert Camus ganha o Nobel de Literatura.

MUNDO

O mundo tem 71 cidades com mais de 1 milhão de habitantes (duas no Brasil). Em 1914 eram dezesseis (nenhuma no Brasil).

O *baby boom* chega ao apogeu. Nascem 4,3 milhões de crianças nos EUA.

MARÇO A Costa do Ouro torna-se a República de Gana. É o início da descolonização da África Negra.

MAIO O general Rojas Pinilla é deposto na Colômbia.
Em desgraça, morre o senador Joseph McCarthy.

SETEMBRO Eisenhower manda tropas a Little Rock para assegurar a matrícula de estudantes negros em escolas públicas.
Acaba a Batalha de Argel: o dispositivo terrorista argelino é desmantelado.

OUTUBRO A URSS põe em órbita o primeiro satélite espacial, o Sputnik 1. Pesa 83 quilos.

1958

POLÍTICA

Surgem no Nordeste as Ligas Camponesas.

MARÇO Revogado o mandado de prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes. Ele vivia na clandestinidade desde 1948.

O PCB muda sua política e passa a defender uma aliança com a burguesia.

ABRIL Arthur da Costa e Silva é promovido a general de divisão.

MAIO O general Justino Alves Bastos derrota Castello Branco na eleição para a presidência do Clube Militar.

JUNHO JK inaugura o palácio da Alvorada.

JULHO JK impede que cafeicultores descontentes façam uma marcha a Brasília.

Começa a inflexão da Juventude Universitária Católica para a esquerda, com a defesa de um "cristianismo revolucionário".

AGOSTO O secretário de Estado americano John Foster Dulles visita o Brasil e nega um financiamento à Petrobras. A UNE o hostiliza.

ECONOMIA E SOCIEDADE

NOVEMBRO JK impede que Carlos Lacerda vá à televisão.

Seca no Nordeste. JK vai ao Ceará.

Um banco americano em Londres aceita depósitos em dólar. Surge o eurodólar.

John Kenneth Galbraith publica *A sociedade afluente*.

ABRIL Vai para a rua o primeiro carro de passeio brasileiro, o DKW-Vemag.

MAIO JK entrega ao engenheiro Bernardo Sayão a obra da estrada Belém-Brasília.

JUNHO Lucas Lopes assume o Ministério da Fazenda com o propósito de cortar gastos e derrubar a inflação.

O ano termina com a inflação em 24,1% e com a indústria de bens de produção superando, pela primeira vez, a de bens de consumo. A economia cresceu 10,8%.

CULTURA

Brasil 5, Suécia 2. A seleção ganha sua primeira Copa do Mundo.

Maria Esther Bueno e a americana Althea Gibson vencem o torneio de duplas de Wimbledon.

Estreia a peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri.

É publicado *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado.

Boris Pasternak, autor d'*O doutor Jivago*, ganha o Nobel e é proibido pelo governo russo de recebê-lo.

Surge a expressão "*nouvelle vague*", que designa o novo cinema francês.

Elizeth Cardoso grava o LP *Canção do amor demais*. Numa das faixas, canta "Chega de saudade", de Tom Jobim e Vinicius de Moraes. João Gilberto a acompanha ao violão. Pela primeira vez ouve-se na música brasileira a nova batida que meses depois seria chamada bossa nova.

MUNDO

JANEIRO O general Pérez Jiménez é deposto na Venezuela. Meses depois, Rómulo Betancourt elege-se presidente.

FEVEREIRO Arturo Frondizi é eleito presidente da Argentina.
Rebeldes cubanos sequestram em Havana o piloto de fórmula 1 Juan Manuel Fangio.

MAIO A guarnição francesa na Argélia se rebela contra o governo civil de Paris. O general Charles de Gaulle é chamado a organizar um novo gabinete.
Manifestações contra a visita do vice-presidente Richard Nixon na Argentina, na Bolívia, no Peru e na Venezuela. Em Caracas seu carro é apedrejado. Nele está o coronel Vernon Walters.

OUTUBRO Morre o papa Pio XII. O cardeal Angelo Roncalli é eleito papa e adota o nome de João XXIII. Tem 77 anos, e acredita-se que fará um pontificado de transição.

Só há ditaduras em cinco pequenas nações da América Latina.

1959

POLÍTICA

JK sofre um enfarte e o episódio é mantido em segredo.

MAIO Fidel Castro visita o Brasil e se encontra com JK.
O PTB lança a chapa Lott-Jango para presidente e vice.

JUNHO JK vai ao Clube Militar e anuncia o rompimento das conversações com o FMI. Inicia-se uma campanha nacionalista destinada a fortalecer o governo.

OUTUBRO O rinoceronte Cacareco consegue 90 mil votos na eleição municipal de São Paulo.

NOVEMBRO Jânio Quadros, candidato de um pequeno partido à Presidência da República, renuncia. Semanas depois renuncia à renúncia.

Nova rebelião na FAB. O coronel João Paulo Burnier sequestra um avião de passageiros e toma o campo de pouso de Aragarças, na Amazônia. Acaba em três dias.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil termina a década com 70 milhões de habitantes, cuja expectativa de vida passou de 45,9 anos para 52,4.

O PIB cresceu 9,8% no ano.

O salário mínimo vale Cr$ 6.000,00.

Celso Furtado publica *Formação econômica do Brasil*.

Vendida nos EUA a primeira copiadora de papel plano, a Xerox 914.

JANEIRO Circula o primeiro fusca.

ABRIL Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, nacionaliza a concessionária americana de energia elétrica do estado.

JULHO Inaugurada a ponte aérea Rio-São Paulo.

AGOSTO Lucas Lopes deixa a Fazenda.

NOVEMBRO JK inaugura a linha de montagem da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP).

DEZEMBRO Criada a Sudene.

A inflação fecha o ano em 39,4%.

CULTURA

João Gilberto grava “Chega de saudade”.

O filme *O homem do Sputnik*, com Oscarito e Norma Bengell, fecha o ciclo da chanchada no cinema brasileiro.

Antonio Candido publica *Formação da literatura brasileira*.

Sérgio Buarque de Holanda publica *Visão do paraíso*.

Depois de protestos contra a censura, os cinemas brasileiros mostram *Les amants*, com Jeanne Moreau numa cena inédita de sexo implícito.

Jean-Luc Godard mostra *Acossado*, com Jean-Paul Belmondo e Jean Seberg.

Marilyn Monroe se mostra como atriz em *Quanto mais quente melhor*.

Nasce o personagem Asterix.

O Brasil ganha o mundial de basquete, e Maria Esther Bueno leva o torneio de simples de Wimbledon.

MUNDO

Um ano depois do lançamento da campanha do “Grande salto para a frente”, começa a fome na China. Calcula-se que, até 1962, morreram 30 milhões de pessoas.

JANEIRO Fidel Castro e seus barbudos entram em Havana.
Fracassa um desembarque de guerrilheiros cubanos no Panamá.
João XXIII convoca o Concílio Ecumênico.

JUNHO Fracassa um desembarque de guerrilheiros castristas na República Dominicana.

AGOSTO Fracassa um novo desembarque de guerrilheiros, no Haiti.

SETEMBRO Nikita Kruchev visita os EUA. É a primeira visita de um governante da URSS.

OUTUBRO Margaret Thatcher é eleita para o Parlamento inglês.

1960

POLÍTICA

FEVEREIRO Eisenhower visita o Brasil e combina com JK o reinício das negociações com o FMI.
Jânio Quadros vai a Cuba e diz que fará uma reforma agrária.

ABRIL JK inaugura Brasília e chora na missa. A obra custou o equivalente a 2,3% do PNB.

OUTUBRO Jânio Quadros elege-se com 5,6 milhões de votos (48%) e João Goulart fica na vice. Os janistas cantam:

Varre, varre, vassourinha.
Varre, varre a bandalheira.

Carlos Lacerda elege-se governador do estado da Guanabara.

NOVEMBRO Os marítimos e ferroviários fazem a Greve da Paridade. Querem equiparação salarial com os militares.

DEZEMBRO O tenente Carlos Lamarca vai servir em Quitaúna, São Paulo.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil tem 598 mil aparelhos de televisão. Os EUA têm 85 milhões.

O Rio tem 147 favelas, com 337 mil moradores.

O economista Ignácio Rangel publica *Elementos de economia do projetamento*.

Realiza-se no BNDE o I Simpósio sobre Computadores Eletrônicos.

Criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP. Reúne apenas cinco países: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela. É considerada uma entidade inútil. O barril custa US$ 1,50.

Começa a comercialização da pílula anticoncepcional nos EUA.

CULTURA

O sucesso do ano é *Quarto de despejo*, diário da favelada Carolina de Jesus.

Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir vêm ao Brasil.

Clarice Lispector publica *Laços de família*.

O boxeador Eder Jofre é o campeão mundial dos pesos-galos.

Nos cinemas: *Rocco e seus irmãos*, de Luchino Visconti; *La dolce vita*, de Federico Fellini; e *Psicose*, de Alfred Hitchcock.

O fotógrafo cubano Alberto Korda faz o famoso retrato de Che Guevara, que seria publicado somente em 1967.

O boxeador Cassius Clay, depois Muhammad Ali, ganha a medalha de ouro dos meios-pesados nas Olimpíadas de Roma.

O alemão Armin Hary corre os cem metros em dez segundos.

Dança-se o twist.

MUNDO

A China começa a se afastar da URSS.

Che Guevara escreve *A guerra de guerrilhas*.

JANEIRO Começam as manifestações de estudantes americanos negros contra a segregação racial em lugares públicos.

MARÇO Massacre de Sharpeville, na África do Sul. A polícia atira contra uma manifestação de negros. Em poucos segundos mata 69 pessoas e fere mais de 180.

ABRIL O Senegal torna-se independente.

MAIO Israel captura o nazista Adolf Eichmann, que vivia como operário em Buenos Aires. Vai julgá-lo e enforcá-lo em Tel Aviv.

JUNHO A Bélgica dá a independência ao Congo. Patrice Lumumba, de 35 anos, assume o governo e é deposto em setembro.

JULHO Fidel confisca as refinarias americanas de petróleo em Cuba.

OUTUBRO Independência da Nigéria.

NOVEMBRO John Kennedy é eleito presidente dos EUA.

1961

POLÍTICA

JANEIRO Jânio Quadros assume a Presidência.

FEVEREIRO Golbery é nomeado para o Conselho de Segurança Nacional, no Rio.

MARÇO Geisel é promovido a general e logo depois vai comandar a tropa de Brasília.

MAIO Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, vai a Cuba. Pede ajuda a Fidel.

AGOSTO Jânio Quadros renuncia.
Os ministros militares vetam a posse de João Goulart, que está na China.
Divide-se o Exército. A guarnição do Sul quer a posse de Jango.
Jango aceita o regime parlamentarista.

SETEMBRO João Goulart assume. Tancredo Neves é o primeiro-ministro.

NOVEMBRO Francisco Julião diz que a reforma agrária será feita “na lei ou na marra”.
Empresários e militares da reserva fundam o IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais).

ECONOMIA E SOCIEDADE

O índice de nacionalização das Kombis e dos fuscas chega a 95%.

O Brasil produz 350 mil geladeiras, com quase 100% de nacionalização. Em 1956 produzia 160 mil, com 47% de nacionalização.

A Fairchild Corporation produz o primeiro circuito integrado de computador.

Sai o livro *Latin American issues*, de Albert Hirschman. Nele, num artigo, Roberto Campos cunha os termos “estruturalismo” e “monetarismo” para a análise da inflação.

JANEIRO O banqueiro baiano Clemente Mariani assume a Fazenda.

MARÇO Jânio desvaloriza a moeda. O dólar, que custava Cr$ 90,00, passa a valer Cr$ 200,00.

OUTUBRO Jango cassa as concessões ilegais de jazidas à empresa americana Hanna.

DEZEMBRO A esquerda assume a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

CULTURA

O Brasil bate a marca do 1 milhão de aparelhos de TV.

Nelson Rodrigues estreia *O beijo no asfalto*.

O Centro Popular de Cultura da UNE produz *Cinco vezes favela*, com o episódio "Couro de gato", dirigido por Joaquim Pedro de Andrade.

Henry Miller publica nos EUA *Trópico de câncer*.

O filósofo e psiquiatra martiniquense Frantz Fanon publica *Os condenados da terra*.

Michel Foucault publica *História da loucura*.

Audrey Hepburn aparece em *Breakfast at Tiffany's* (*Bonequinha de luxo*).

Em Liverpool, um rapaz pergunta a Brian Epstein se em sua loja há uma gravação de um conjunto chamado The Beatles. Epstein se torna empresário do grupo e vai à luta. A EMI e a Decca recusam-se a gravar músicas dos garotos.

MUNDO

JANEIRO Os EUA rompem relações diplomáticas com Cuba.
Posse de John Kennedy.
É assassinado no Congo o ex-primeiro-ministro Patrice Lumumba.

FEVEREIRO Rebelião negra em Angola.

MARÇO Kennedy lança a Aliança para o Progresso. Pretende impulsionar reformas sociais e conter a influência cubana.

ABRIL O soviético Yuri Gagarin torna-se o primeiro homem a entrar em órbita e informa: "A Terra é azul".
Uma força de exilados treinada pela CIA invade Cuba, mas rende-se em 48 horas.

AGOSTO A Alemanha comunista ergue o Muro de Berlim, símbolo da Guerra Fria.

OUTUBRO Nikita Kruchev tira o corpo de Stalin do mausoléu onde estava ao lado de Lenin, na praça Vermelha.

1962

POLÍTICA

JUNHO A esquerda católica funda a Ação Popular, a AP.
Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro.
Saques na Baixada Fluminense: 42 mortos.

JULHO Criado o Comando Geral dos Trabalhadores, CGT.
Kennedy decide colocar no baralho a carta de golpe militar no Brasil.
Atentado contra o Congresso da UNE, em Petrópolis, com a participação de militares.

SETEMBRO Greve contra o parlamentarismo.
Brizola: “Se não for eleito um parlamento popular, a revolução será inevitável”.

OUTUBRO Eleições parlamentares. O PTB de Goulart torna-se o maior partido da Câmara.
Cai um avião da Varig em Lima, e nele é encontrada uma mala diplomática cubana com relatórios da guerrilha de Julião no Brasil.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Milton Friedman publica *Capitalismo e liberdade*.

A IBM lança discos para o armazenamento de dados.

JUNHO João Goulart instala a Eletrobras.

JULHO Criado o 13º salário.

SETEMBRO O banqueiro Walter Moreira Salles, principal interlocutor do governo com o mundo financeiro, deixa o Ministério da Fazenda.
Criado o Ministério do Planejamento. Será ocupado por Celso Furtado.

DEZEMBRO Anunciado o Plano Trienal. Pretende derrubar a inflação para o patamar de 10% em 1965.
O governo concede um aumento de pouco mais de 50% no salário mínimo. Os sindicatos pediam 80%.

O ano termina com 52% de inflação e um crescimento do PIB de 8,6%.

CULTURA

O Brasil é bicampeão mundial de futebol.

Tom Jobim e Vinicius de Moraes compõem “Garota de Ipanema”.

O filme *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, ganha a Palma de Ouro no Festival de Cannes.

Érico Veríssimo publica *O arquipélago*, concluindo a trilogia *O tempo e o vento*.

Show da bossa nova no Carnegie Hall, em Nova York.

Estreiam *Os cafajestes*, de Ruy Guerra, e *Garrincha, alegria do povo*, de Joaquim Pedro de Andrade.

Rachel Carson publica *Silent Spring*, clássico da formação da consciência ambientalista.

David Lean mostra *Lawrence da Arábia*, com Peter O'Toole.

Morre Marilyn Monroe.

Os Beatles lançam seu primeiro compacto, *Love me do*.

Surgem no Brasil as sandálias Havaianas.

MUNDO

FEVEREIRO Kennedy autoriza as tropas americanas no Vietnã a revidar em caso de ataque. No fim do ano os EUA têm 11 mil "assessores" no país.

Militares argentinos derrubam o presidente Arturo Frondizi.

JULHO A Argélia torna-se independente.

Kennedy muda sua política e decide reconhecer o governo de militares peruanos que derrubaram o presidente Manuel Prado.

AGOSTO O primeiro-ministro soviético Nikita Kruchev coloca, em segredo, mísseis nucleares em Cuba.

OUTUBRO Os americanos descobrem os mísseis russos e bloqueiam Cuba. Os russos retiram os foguetes em troca da promessa de que Cuba não será invadida. Nesses dias a guerra nuclear esteve por um fio de cabelo.

Começa o Concílio Vaticano II.

1963

POLÍTICA

O jornalista Carlos Leonam cunha a expressão "esquerda festiva".

Surge o Comando de Caça aos Comunistas, o CCC.

JANEIRO Um plebiscito restabelece o regime presidencialista.

FEVEREIRO Prestes vai a Cuba e condena as guerrilhas. Francisco Julião está em Havana, cuidando de seu projeto de luta armada.

ABRIL A CNBB teme “subversões imprevisíveis dos valores democráticos”.

JULHO Numa pesquisa do Ibope em dez grandes cidades, Jango tem 35% de avaliação ótima ou boa, 41% de regular e 19% de má ou péssima.

SETEMBRO Carlos Lacerda defende um golpe militar contra Jango.

Castello Branco assume a chefia do EME.

OUTUBRO Jango tenta colocar o país em estado de sítio, vê-se isolado e recua.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO San Tiago Dantas assume a Fazenda no primeiro ministério presidencialista.

JUNHO Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo, substitui San Tiago no Ministério da Fazenda.

DEZEMBRO Ney Galvão substitui Carvalho Pinto na Fazenda. Em 27 meses, é o quinto ocupante do cargo.

Jango tabela os lubrificantes e entrega à Petrobras o monopólio da compra de petróleo.

O ano fecha com os seguintes indicadores econômicos:

Inflação de 79,9%. É a maior da história.

Crescimento do PIB de 0,6%. É a menor taxa desde 1947, quando começou o cálculo sistemático do produto interno.

Déficit do Tesouro: Cr$ 500 bilhões.

CULTURA

O CPC da UNE grava a “Canção do subdesenvolvido”:

Começaram a nos vender e a nos comprar.
Comprar borracha, vender pneu.
Comprar minério, vender navio.
Pra nossa vela, vender pavio.
Só mandaram o que sobrou de lá:
Matéria plástica, que entusiástica,
Que coisa elástica, que coisa drástica.

Nara Leão grava “Marcha da Quarta-Feira de Cinzas”.

Nelson Pereira dos Santos mostra *Vidas secas* e Cacá Diegues, *Ganga Zumba*.

Ieda Maria Vargas é eleita Miss Universo.

Mary McCarthy publica *O grupo*.

Uma exposição no Museu Guggenheim reúne Andy Warhol, Robert Rauschenberg e Jasper Johns.

Surgem os Rolling Stones.

MUNDO

Jorge Masetti, amigo de Guevara, lança um foco guerrilheiro na Argentina.

JANEIRO De Gaulle impede a entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu.

ABRIL Na Guatemala o general Ydígoras Fuentes é deposto por um golpe militar.

MAIO Uma expedição de 35 peruanos treinados em Cuba interna-se na selva.

JUNHO Morre o papa João XXIII. O cardeal Montini torna-se Paulo VI.

JULHO O presidente Arosemena é deposto pelos militares no Equador.

AGOSTO O pastor Martin Luther King Jr. diz em Washington: “Eu tenho um sonho”.

SETEMBRO Um golpe militar derruba o presidente Juan Bosch, da República Dominicana.

NOVEMBRO John Kennedy é assassinado. Assume o vice, Lyndon Johnson.

1964

POLÍTICA

JANEIRO Em Moscou, Prestes assegura a Nikita Kruchev: “Se a reação levantar a cabeça, nós a cortaremos de imediato”.

MARÇO

13 Comício da Central.

19 Marcha da Família, em São Paulo.

20 O general Castello Branco distribui sua *Circular Reservada*.
A convenção do PSD lança a candidatura de JK nas eleições previstas para 1965.

24 Começa a rebelião dos marinheiros.

30 Jango discursa no Automóvel Clube.

31 O general Mourão Filho decide rebelar-se.

ABRIL

1º Jango vai para Brasília e de lá para o Rio Grande do Sul.
Costa e Silva proclama-se “comandante do Exército nacional”.
No fim do dia haviam morrido sete civis.

2 O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, torna-se presidente da República.

9 Baixado o Ato Institucional. Numa primeira fornada, cassa quarenta mandatos.
Jango asila-se no Uruguai.

11 Castello Branco é eleito presidente.

JUNHO Criado o SNI. Golbery vai chefiá-lo.
Aos 27 anos, o capitão Heitor Ferreira, assistente de Golbery, começa seu diário.
Castello cassa JK.

JULHO O Congresso prorroga o mandato de Castello por um ano, até março de 1967.

AGOSTO Castello faz o discurso das “vivandeiras alvoroçadas”.

SETEMBRO O *Correio da Manhã* começa a sua campanha contra a tortura.
Castello manda Geisel ao Nordeste para investigar denúncias de torturas.

OUTUBRO Caduca o artigo punitivo do Ato Institucional. Foram atingidas 4.454 pessoas. Delas, 2.757 eram militares.

DEZEMBRO O ano termina com vinte mortos (nove suicídios) e 203 casos de denúncias de torturas.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO Jango sanciona a nova lei de remessa de lucros aprovada pelo Congresso.
A Fiesp recusa-se a participar de um ato de solidariedade a Jango, organizado pela CNI.
Jango fecha a carteira de redescontos do Banco do Brasil em São Paulo e no Rio Grande do Sul.
Uma pesquisa feita em oito capitais mostra que 72% dos brasileiros acham necessária a reforma agrária.

ABRIL O secretário de Estado Dean Rusk cria uma comissão para estudar um plano de ajuda imediata ao governo brasileiro.
Castello Branco coloca Octávio Gouvêa de Bulhões no Ministério da Fazenda.

MAIO Roberto Campos assume o Ministério do Planejamento.
A Superintendência da Moeda e do Crédito acaba com o regime de subsídios.

JULHO Concluída a renegociação da dívida externa, de US$ 3,8 bilhões.
Castello baixa a nova fórmula para o cálculo dos reajustes salariais. Surge a expressão “arrocho salarial”.

AGOSTO Chega ao Congresso o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Seu principal objetivo é derrubar a inflação.
Institui-se a correção monetária.

Criado o Banco Nacional da Habitação.

Castello sanciona uma nova lei de remessa de lucros.

Golbery relata a Castello: “Os esforços do governo no combate à inflação não têm sido bem compreendidos pela opinião pública”.

SETEMBRO Apesar da crise econômica, a Volkswagen revela que bateu seu recorde de produção.

NOVEMBRO Lacerda ataca a política econômica do governo.

DEZEMBRO Criado o Banco Central.

O ano termina com a inflação em 92,1%.

CULTURA

A Editora Civilização Brasileira lança *O Estado militarista*, de Fred J. Cook. Entre 1961 e 1964 a Civilização publicou um livro novo a cada dia útil.

Herbert Marcuse publica *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*.

Depois de um período de ostracismo, reaparece o compositor Ismael Silva.

Nos cinemas: *Zorba, o Grego*, com Anthony Quinn e música de Mikis Theodorakis, e 007 *contra Goldfinger*, com Sean Connery.

FEVEREIRO Cassius Clay torna-se campeão mundial de pesos-pesados.

MARÇO Primeira exibição (privada) de *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha. Uma parte da plateia vai do cinema para o comício da Central.

ABRIL A Censura apreende as cópias de *Deus e o diabo na terra do sol*. Depois libera-as.

JULHO Anuncia-se o início da colocação da grama no Aterro do Flamengo.

São demitidos 26 artistas da Rádio Nacional. Entre eles, Mário Lago e Dias Gomes.

AGOSTO A Censura proíbe *Sete dias em maio*, que contava um golpe militar em Washington. Depois o filme é liberado.

Os Beatles chegam aos EUA, numa viagem triunfal.

SETEMBRO Fechada a boate Black Horse, a mais famosa do Rio.

DEZEMBRO Em Nova York, Che Guevara é convidado para uma festa na casa da milionária Bobo Rockefeller. É o “radical-chic”.

Bob Zagury, namorado de Brigitte Bardot, a traz para o Brasil. Vão para Cabo Frio e ficam numa praia desconhecida chamada Búzios.

Estreia o show *Opinião*, com Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale:

Podem me bater,
Podem me prender,
Podem até deixar-me sem comer

Que eu não mudo de opinião.

MUNDO

ABRIL Desmancha-se a guerrilha argentina estimulada por Guevara. O chefe do grupo, Masetti, desaparece na mata.

Julius Nyerere, presidente da Tanganica desde 1962, une o seu país a Zanzibar e cria a Tanzânia, que governará até 1985.

JUNHO Organiza-se na Colômbia a guerrilha do Exército de Libertação Nacional.

AGOSTO Depois de um incidente com um destróier no golfo de Tonquim, o Congresso dá poderes ao presidente Johnson para ampliar a intervenção americana no Vietnã.

Falha mais um atentado da Organização do Exército Secreto contra o presidente Charles de Gaulle.

OUTUBRO A China comunista explode sua bomba atômica.

Kruchev é deposto na União Soviética. Assume um triunvirato em que prevalece Leonid Brejnev.

Os trabalhistas ganham a eleição inglesa. Harold Wilson torna-se primeiro-ministro, iniciando um predomínio que durará seis anos.

Zâmbia torna-se independente e Kenneth Kaunda assume a Presidência, na qual ficará até 1999.

NOVEMBRO Golpe na Bolívia. Assume o general René Barrientos.

DEZEMBRO Juan Perón deixa a Espanha, onde vivia exilado, e voa para a Argentina. Ao fazer escala no aeroporto do Galeão, é barrado e obrigado a voltar.

Martin Luther King Jr. ganha o Prêmio Nobel da Paz.

1965

POLÍTICA

Cuba treina quadros enviados por Brizola.

A Ação Popular (AP) pende para a luta armada e cria sua comissão militar.

MARÇO O ex-coronel Jefferson Cardim invade o Rio Grande do Sul com 22 combatentes. É cercado e preso.

É preso o editor Ênio Silveira.

OUTUBRO Negrão de Lima é eleito na Guanabara e Israel Pinheiro, em Minas Gerais.

Castello baixa o AI-2. Dissolve os partidos e torna indireta a eleição de seu sucessor. Os crimes políticos vão para a Justiça Militar.

NOVEMBRO Fundado o MDB.

DEZEMBRO Lançada a candidatura do general Costa e Silva à Presidência.

Oitenta e quatro denúncias de torturas e três mortos. Um deles, desaparecido. Segundo o governo, os outros dois enforcaram-se em suas celas.

Pela esquerda, a guerrilha de Cardim mata um sargento.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Gordon Moore faz a previsão que ficará conhecida como Lei de Moore: a cada ano dobrará a quantidade de transístores que serão colocados num circuito integrado, sem que o preço relativo da memória aumente.

JANEIRO O FMI abre um crédito de US$ 125 milhões para o governo brasileiro.
Quebra em São Paulo o grupo Jafet, um dos maiores do país.

FEVEREIRO Os governos do Brasil e dos EUA assinam um acordo de garantia para os investimentos americanos.
De Gaulle separa o franco do dólar.
O governo fecha a Panair do Brasil.

MAIO Lacerda pede a demissão de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões e o fim do PAEG.
Lançado nos EUA o primeiro satélite comercial de comunicações. É o Early Bird.

O ano termina com uma inflação de 34,2% e um crescimento do PIB de 2,4%.

CULTURA

Vai ao ar a TV Globo. O Brasil tem 2,3 milhões de aparelhos de televisão. Todos preto e branco.

O editor Ênio Silveira lança a *Revista Civilização Brasileira*.

Roberto Carlos canta:

Só quero que você me aqueça nesse inverno
E que tudo o mais vá pro inferno.

Estreia a peça *Liberdade, liberdade*, com Paulo Autran.

Paulo César Saraceni mostra *O desafio*.

I Festival de Música Popular Brasileira. Elis Regina canta “Arrastão”.

Hélio Oiticica, Rubens Gerchman e Carlos Vergara expõem no MAM-RJ, na *Opinião* 65.

Dalton Trevisan publica *O vampiro de Curitiba*.

Nos cinemas, Julie Andrews no musical *A noviça rebelde*.

MUNDO

FEVEREIRO A polícia política portuguesa mata o general oposicionista Humberto Delgado.
Metade da assistência militar dos EUA à América Latina destina-se à contrainsurreição.

MARÇO Chega ao Vietnã a primeira tropa de combate terrestre americana.

ABRIL Guevara, acompanhado por soldados cubanos, chega ao Congo.
Os EUA invadem a República Dominicana. Castello apoia, mandando tropas.

JUNHO O coronel Boumediene derruba e prende o presidente argelino Ben Bella.

AGOSTO Quebra-quebra em Watts, Los Angeles: 35 mortos, 4 mil prisões.

OUTUBRO O padre Camilo Torres adere à guerrilha colombiana.

NOVEMBRO Guevara foge do Congo.

DEZEMBRO Douglas Bravo inicia sua guerrilha na Venezuela.

1966

POLÍTICA

Osvaldo Orlando da Costa, o *Osvaldão*, chega ao Araguaia, mandado pelo PC do B.

FEVEREIRO Castello torna indiretas as eleições para governadores.

MARÇO Protestos no Rio, São Paulo e Belo Horizonte.
Explodem duas bombas no Recife.

JULHO Atentado a bomba contra Costa e Silva no aeroporto dos Guararapes.

OUTUBRO O Congresso elege Costa e Silva.
Castello cassa seis deputados e fecha o Congresso por dez dias.

NOVEMBRO JK e Lacerda encontram-se em Lisboa. Unem-se na Frente Ampla.
Guerrilheiros brizolistas sobem a serra de Caparaó, em Minas Gerais.

Sessenta e seis denúncias de torturas e dois mortos. Um deles estava preso. O terrorismo matou duas pessoas em Guararapes.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JUNHO O Citibank lança em Londres o primeiro certificado de depósitos em dólares.
Antonio Delfim Netto é nomeado secretário da Fazenda de São Paulo.

AGOSTO Diante das falências e concordatas provocadas pela falta de crédito, o ministro da Indústria e Comércio, Paulo Egydio Martins, diz que “o perecimento de certas empresas” é consequência de um processo de “seletividade e purificação”.

SETEMBRO Criado o FGTS.

NOVEMBRO Unificada a previdência social, surge o INPS.

Como presidente eleito, Costa e Silva recusa-se a endossar a carta de intenções que o ministro da Fazenda de Castello negociara com o FMI.

O ano termina com 39,1% de inflação e 6,7% de crescimento do PIB.

CULTURA

Chico Buarque de Hollanda ganha o Festival da Record com “A banda”.

Jorge Amado lança *Dona Flor e seus dois maridos*.

Caio Prado Júnior publica *A revolução brasileira*.

A Editora Abril lança a revista *Realidade*.

A Censura proíbe o romance *O casamento*, de Nelson Rodrigues.

Nos cinemas, *A grande cidade*, de Cacá Diegues, com Anecy Rocha.

Rubens Gerchman pinta *A bela Lindoneia*.

Truman Capote publica *A sangue-frio*.

Chagall termina os painéis do Lincoln Center, em Nova York.

Nos EUA, os Beatles aparecem pela última vez juntos num show.

Surge a minissaia.

MUNDO

JANEIRO Realiza-se em Havana a Conferência Tricontinental.

FEVEREIRO Morre na selva colombiana o padre-guerrilheiro Camilo Torres.

MAIO Começa em Xangai a “revolução cultural” chinesa.

Manifestação em Washington contra a Guerra do Vietnã.

JUNHO Golpe militar na Argentina. Assume o general Onganía. É o quarto governo militar na América do Sul.

JULHO Fracassam duas tentativas cubanas de implantar uma guerrilha na Venezuela.

SETEMBRO Começa a circular na China o *Livro vermelho*, do camarada Mao.

NOVEMBRO De volta à América Latina, Guevara está nas montanhas bolivianas.
O ex-ator Ronald Reagan é eleito governador da Califórnia.

1967

POLÍTICA

JANEIRO Promulgada uma nova Constituição.

MARÇO Costa e Silva toma posse.

ABRIL O Exército desbarata a guerrilha brizolista de Caparaó.

MAIO Criado o Centro de Informações do Exército, o CIE.
Marighella manda militantes para Cuba.

JUNHO Sargentos cassados fundam o que viria a ser a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR.

JULHO Castello Branco morre.

OUTUBRO Costa e Silva: “A plenitude democrática está alcançada, resta consolidá-la”.

NOVEMBRO A ALN assalta um carro pagador e mata um fazendeiro em São Paulo.

DEZEMBRO Marighella rompe formalmente com o PCB.

No ano, as denúncias de torturas são cinquenta. Um desaparecido, dois mortos em quartéis. Um deles, dado por suicida, enforcado na cela.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Primeira operação de ponte de safena, pelo cirurgião argentino René Favaloro, nos EUA.

O médico sul-africano Christiaan Barnard faz o primeiro transplante de coração.

A Texas Instruments produz a primeira calculadora de mão.

John Kenneth Galbraith publica *O novo Estado industrial*.

FEVEREIRO Muda a moeda: um cruzeiro novo (NCr$) vale mil cruzeiros.
O dólar sai de NCr$ 2,20 para NCr$ 2,70.

MARÇO Castello passa a Costa e Silva um Plano Decenal.
Delfim Netto assume a Fazenda.

MAIO Os juros caem de 36% para 22% ao ano.

SETEMBRO O FMI faz a sua reunião anual no Rio de Janeiro.

NOVEMBRO Concedida isenção de impostos para manufaturados destinados à exportação.

O ano termina com a inflação em 25% e o crescimento do PIB em 4,2%.

CULTURA

Lançado o Movimento Tropicalista.

Inaugurado no Leblon o restaurante Antonio's.

Surge a palavra "hippie".

Gabriel García Márquez publica *Cem anos de solidão*.

Ralph Lauren lança a marca Polo.

A mulher da moda é a magra Twiggy.

Frank Sinatra e Antonio Carlos Jobim gravam juntos.

Hélio Oiticica mostra suas instalações. Uma delas homenageia o bandido Cara de Cavalo e diz: "Seja marginal, seja herói".

Nos cinemas: *A primeira noite de um homem*, com Dustin Hoffman e as pernas de Anne Bancroft, e *A bela da tarde*, de Luis Buñuel, com Catherine Deneuve.

Réveillon na casa de Heloisa Buarque de Hollanda.

MUNDO

Sai em Havana "Revolução na revolução", de Régis Debray.

ABRIL Deposto o rei Constantino da Grécia. Assume uma junta de coronéis.
Meio milhão de americanos manifestam-se contra a Guerra do Vietnã no Central Park.

JUNHO Guerra dos Seis Dias. Israel entra em Jerusalém e toma à Síria as colinas de Golan.
Começa na Nicarágua a guerrilha sandinista.

JULHO Quebra-quebra em Detroit, com 43 mortos e 1.300 prédios destruídos. É o 134º quebra-quebra do ano nos EUA.
Começa em Havana a I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

OUTUBRO Manifestação contra a Guerra do Vietnã em Washington. Hippies vão ao Pentágono para fazê-lo levitar.
Guevara é assassinado na Bolívia.

DEZEMBRO Os EUA têm perto de 500 mil homens no Vietnã.

1968

POLÍTICA

JANEIRO O PC do B tem pelo menos sete militantes no Araguaia.

MARÇO A ALN explode uma bomba no consulado dos EUA em São Paulo, com um ferido grave.
Um PM mata o estudante Edson Luis de Lima Souto, no Rio. Sucedem-se protestos.

ABRIL Greve de Contagem (MG).

MAIO Greve em São Bernardo do Campo (SP).
O governador paulista Abreu Sodré é apedrejado num comício articulado com o PCB.
Greve de Osasco (SP).

JUNHO Passeata dos Cem Mil.
A VPR explode uma bomba no QG do II Exército. Mata um soldado.

JULHO Começam os atentados a teatros.
O Colina mata no Rio o major alemão Edward von Westernhagen.
Costa e Silva reúne o Conselho de Segurança. O ministro da Justiça, Gama e Silva, defende a edição de um Ato Institucional.
Nova greve em Osasco, na Cobrasma.
Depredado o teatro paulista onde se encenava *Roda-Viva*. Os atores são espancados.

AGOSTO A ALN assalta o vagão pagador da Santos-Jundiaí.

SETEMBRO Diante das notícias de torturas, o deputado Marcio Moreira Alves discursa na Câmara e pergunta: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”.

OUTUBRO Presos 920 estudantes em Ibiúna (SP), onde se realizava o Congresso da UNE.
Um comando da VPR mata em São Paulo o capitão americano Charles Chandler.
Oficiais ligados ao CIE explodem uma bomba na Editora Civilização Brasileira.

DEZEMBRO Destruído o Teatro Opinião.

12 A Câmara nega a licença para que o governo processe Marcio Moreira Alves.

13 Baixado o AI-5. A imprensa é censurada. Centenas de pessoas são presas, inclusive JK, Lacerda, Caetano Veloso e Gilberto Gil.

O ano termina com 85 denúncias de torturas. Morreram 12 manifestantes nas ruas, e o terrorismo matou seis militares e dois civis.

Deram-se pelo menos 21 assaltos a bancos.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil tem 278 mil estudantes universitários. Em 1950 eram 53 mil. Em 1964, 142 mil.

Forma-se na Marinha brasileira um núcleo de estudo de computadores.

MARÇO Diante das dificuldades do comércio exterior americano, um dos membros do Federal Reserve Board, Sherman Maisel, defende a desvalorização do dólar.

MAIO O governo brasileiro anuncia que não abrirá mão do seu direito de fabricar artefatos nucleares.

JUNHO Aumento de 10% no imposto de renda dos americanos.

JULHO O papa Paulo VI divulga a encíclica *Humanae vitae*, em que condena o uso de anticoncepcionais.

NOVEMBRO A taxa básica dos juros americanos é colocada em 6%. A maior marca dos últimos vinte anos.

DEZEMBRO Mostrado na Universidade de Stanford o primeiro computador com teclado e mouse.

O governo decreta a contenção das despesas públicas e baixa o Ato Complementar nº 40, aumentando a sua receita em prejuízo dos estados e municípios.

O ano termina com um crescimento de 9,8% do PIB e uma expansão de 15% na indústria e nas exportações. Recorde de produção de automóveis e cimento. O maior nível de emprego já registrado. A inflação fecha em 25,5%. É o início do Milagre Brasileiro.

CULTURA

Uma grande geração de jovens:
Chico Buarque, 24 anos;
Roberto Carlos, 25 anos;
Caetano Veloso, 26 anos;
Fernando Gabeira, 27 anos;
Pelé, 28 anos; e
Glauber Rocha, 29 anos.

O historiador Theodore Roszak cria o termo “contracultura”.

John Lennon é preso por porte de maconha.

A butique Justine, de Ipanema, lança as blusas transparentes.

Nos cinemas, 2001*: uma odisseia no espaço*, de Stanley Kubrick.

Encenada a peça *Roda-Viva*, de Chico Buarque de Hollanda, com direção de José Celso Martinez Corrêa.

Estreia na Broadway a peça *Hair*.

Surge a revista *Veja*.

Caetano Veloso canta “Soy loco por ti, América”. É vaiado no Festival da Canção ao apresentar “É proibido proibir”. Sua resposta: “Vocês estão querendo policiar a música brasileira”.

Inaugurado em São Paulo o novo prédio do MASP, projetado por Lina Bo Bardi.

Geraldo Vandré levanta o Maracanãzinho com “Caminhando”:

Somos todos iguais, braços dados ou não,
Os amores na mente, as flores no chão,
A certeza na frente, a história na mão,
Caminhando e cantando e seguindo a canção,
Aprendendo e ensinando uma nova canção.
Vem, vamos embora, que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

MUNDO

JANEIRO O vietcongue lança a ofensiva do Tet. Ataca a embaixada americana em Saigon e a base de Da Nang, e toma a cidade de Hue. É repelido, mas muda a posição da opinião pública americana.

Alexander Dubcek torna-se secretário do PC da Checoslováquia. É a Primavera de Praga.

MARÇO Manifestações de estudantes em Roma, Milão, Londres, Madri, Varsóvia e Nanterre.

Diante das manifestações contra sua política no Vietnã, o presidente Johnson anuncia que não concorrerá à reeleição.

ABRIL Assassinado Martin Luther King Jr.

Quebra-quebra em Chicago. O prefeito Richard Daley ordena à polícia:“Disparem para matar os atiradores e para aleijar os saqueadores”.

Ocupada a reitoria da Universidade de Columbia, em Nova York.

MAIO Ocupada a Sorbonne. Choques de rua em Paris, com 365 feridos. De Gaulle deixa Paris, vai para Baden-Baden e assegura a lealdade das tropas estacionadas na Alemanha. Um milhão de gaullistas desfilam em Paris.

JUNHO Assassinado Robert Kennedy.

De Gaulle ganha a eleição francesa, e sua base parlamentar passa de 38% para 46%.

JULHO Primeiro sequestro de avião, num voo da El Al de Roma para Tel Aviv.

AGOSTO A União Soviética invade a Checoslováquia, derruba o governo, prende Dubcek.

A guerrilha guatemalteca mata o embaixador americano John Gordon Mein.

SETEMBRO O ditador português António de Oliveira Salazar sofre um derrame e fica incapacitado. Mandava desde 1926.

OUTUBRO O exército e a polícia mexicana atiram contra manifestantes na praça de Tlatelolco. Oficialmente, mataram 32 pessoas.

Golpe militar no Peru. Assume o general Velasco Alvarado.

Jacqueline Kennedy casa-se com o armador grego Aristóteles Onassis.

NOVEMBRO Richard Nixon é eleito presidente dos EUA.

Fontes e bibliografia citadas

1 Obras de referência

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vols. 1 a 5. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDoc, 2001.

Almanaque do pessoal militar do Exército — Oficiais. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, Departamento Geral de Pessoal, Diretoria de Cadastro e Avaliação, 1964; 1965.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. 9 vols.

Grandes momentos do Parlamento brasileiro. Brasília: Presidência do Senado Federal/Secretaria de Comunicação Federal, 1999. Vol. 2 e CD-4.

2 Fontes primárias

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS

Arquivo do Autor
Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
Arquivo Privado de Humberto de Alencar Castello Branco
Biblioteca John F. Kennedy
Biblioteca Lyndon B. Johnson
Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

INFORMANTES

Alfredo Malan
Almino Affonso
Aloisio Teixeira
Americo Mourão
Antonio Carlos Magalhães
Antonio Carlos Muricy
Antonio Delfim Netto

Antonio Gallotti
Ariston Lucena
Armando Daudt d’Oliveira
Armênio Guedes
Avelino Capitani
Carlos Alberto Brilhante Ustra
Carlos Heitor Cony
Carlos Medeiros Silva
Cid de Queiroz Benjamin
Darcy Ribeiro
Délio Jardim de Mattos
Edmundo Moniz
Eduardo Chuahy
Ênio Silveira
Ernani Ferreira Lopes
Ernesto Geisel
Fernando César Mesquita
Givaldo Siqueira
Golbery do Couto e Silva
Gustavo Moraes Rego
Heitor Ferreira
Heitor Lopes de Souza
Hélio de Anísio
Herbert Okun
Idyno Sardenberg Filho
João Guilherme Vargas Neto
João Ribeiro Dantas
José Luís de Magalhães Lins
José Serra
Julio de Mesquita Neto
Kai Bird
Kardec Lemme
Kurt Pessek
Leonidas Pires Gonçalves
Liana Aureliano
Lincoln Gordon
Luiz Felipe de Alencastro
Luiz Helvecio da Silveira Leite
Luiz Mário Gazzaneo
Marco Antônio Coelho
Marco Aurélio Garcia

Maurício Paiva
M. F. do Nascimento Brito
Newton Cruz
Newton Rodrigues
Osvaldo Peralva
Paulo Castello Branco
Pio Corrêa
Roberto de Abreu Sodré
Rubens Resstel
Salomão Malina
Sérgio Cavallari
Sérgio Miranda de Carvalho
Severino Teodoro de Mello
Violeta Arraes
Wanderley Guilherme dos Santos
Washington Novaes

PERIÓDICOS

DIÁRIOS

Correio da Manhã
Diário de Notícias
Diário do Congresso Nacional
Folha de S.Paulo
Jornal da Tarde
Jornal do Brasil
Jornal do Commercio
O Estado de S. Paulo
O Globo
O Jornal
The New York Times

SEMANAIS

IstoÉ
Manchete
Novos Rumos
O Pasquim
Veja

OUTROS

Caros Amigos
Coojornal

Em Tempo
Revista Civilização Brasileira

SÉRIES DOCUMENTAIS, DOSSIÊS

ALBERT, Judith Clavir; ALBERT, Stewart Edward. *The Sixties papers — Documents of a rebellious decade*. Nova York: Praeger, 1984.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero; MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes do (orgs.). *Orvil: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

A Revolução de 31 de março — 2º aniversário — Colaboração do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.

BARRETO, José Tinoco. *Sentença prolatada no Processo das Cadernetas de Luís Carlos Prestes*. São Paulo: s. ed., 1967.

Brasil: nunca mais — Um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

COSTA E SILVA, Arthur da. *Pronunciamentos do presidente*. Presidência da República/Secretaria de Imprensa e Divulgação, s. d. 2 vols.

Documentos históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília: EME, 1996.

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE). Recife: Grupo Tortura Nunca Mais/Companhia Editora de Pernambuco/Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

La subversión. Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental. Tomo I: *República Oriental del Uruguay*. 5ª ed. Montevidéu: Junta de Comandantes en Jefe, ago. 1977.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999.

NAFTALI, Timothy (ed.). *The presidential recordings — John F. Kennedy — The Great Crises*. Vol. 1: *July* 30-*August* 1962. Coord. Philip Zelikow e Ernest May. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 2001. 3 vols.

O livro negro da USP — O controle ideológico na universidade. 2ª ed. São Paulo: Adusp, 1979.

Projeto Brasil: nunca mais. Tomo I: *O regime militar*. Tomo II, vol. 1: *A pesquisa BNM*; vol. 2: *Os atingidos*; vol. 3: *Os funcionários*. Tomo III: *Perfil dos atingidos*. Tomo IV: *As leis repressivas*. Tomo V, vol. 1: *A tortura*; vol. 2: *As torturas*; vol. 3: *As torturas*; vol. 4: *Os mortos*. Tomo VI, vol. 1: *Índice dos anexos*; vol. 2: *Inventário dos anexos*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 6 tomos.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução — Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos* 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

DEPOIMENTOS, ENTREVISTAS, DIÁRIOS, MEMÓRIAS

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

____. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

AGEE, Philip. *Inside the Company — CIA diary*. Londres: Penguin Books, 1975.

AMADO, Gilberto. *Presença na política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio — Diários e memórias* 1961-1967. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BETINHO (Herbert José de Souza). *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás — História de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo — Glória e agonia de um grande jornal*. Depoimento a José Antonio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CAMARGO, Aspásia, et alii. *Artes da política — Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC/FGV-UFF, 1986.

____; GÓES, Walder de. *Meio século de combate — Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa — Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CASO, Antonio. *A esquerda armada no Brasil* — 1967/71. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi — Da Coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho — As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONCEIÇÃO, Manuel da. *Essa terra é nossa — Depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no estado do Maranhão*. Entrevista ed. Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho — Um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo — A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe — A memória militar sobre* 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *A volta aos quartéis — A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

____; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

____; CASTRO, Celso (orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DE GAULLE, Charles. *Mémoires d'espoir*. Tomo I: *Le Renouveau* 1958-1962. Paris: Plon, 1970. 3 tomos.

DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro — Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma (orgs.). *Histórias do poder* — 100 *anos de política no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000. 3 vols.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura — O movimento de* 68 *contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.

ERNANNY, Drault. *Meninos, eu vi... e agora posso contar*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERREIRA, Paulo Cesar. *Pilares via satélite — Da Rádio Nacional à Rede Globo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

FIGUEIREDO, M. Poppe de. *A Revolução de 1964 — Um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

FLÔRES, Jorge Oscar de Mello. *Na periferia da história — Jorge Oscar de Mello Flôres — Depoimento prestado ao CPDoc*. Org. Maria Celina d'Araujo, Ignez Cordeiro de Farias e Lucia Hippolito. Rio de Janeiro: Editora FGV/Sul America Seguros, 1998.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade — A defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FREI BETTO. *Batismo de sangue — A luta clandestina contra a ditadura militar — Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. 11ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.

FREIRE, Alipio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura — Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo II: *Aventuras de um economista brasileiro/A fantasia desfeita*. Ed. Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 tomos.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro? — Depoimento*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GOUTHIER, Hugo. *Presença — Memórias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.

GUEDES, Carlos Luiz. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GUEVARA, Ernesto “Che”. *Oeuvres*. Vol. 4: *Journal de Bolivie*. Paris: François Maspero, 1968. 4 vols.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13 — Os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões... Saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Org. Cláudio Lacerda Paiva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Org. Adérito Lopes. 2ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, s. d.

____. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.

____. *Poemas — Rondó da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979.

MONTELLO, Josué. *Diário do entardecer — 1967-1977*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64 — Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Marcílio Marques. *Diplomacia, política e finanças — De JK a Collor. 40 anos de história por um de seus protagonistas*. Org. Dora Rocha e Alexandra de Mello e Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias — A verdade de um revolucionário*. 5ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1986.

PERRONE, Fernando. *68 — Relato de guerras: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988.

PINHEIRO NETO, João. *Jango — Um depoimento pessoal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro — 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Rolando, Pombo e Braulio — Compañeros del Che. *Diarios de Bolivia*. Caracas: Ediciones Bárbara, 1970.

RYFF, Raul. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SANTOS, Paulo de Tarso. *64 e outros anos — Depoimentos a Oswaldo Coimbra*. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Ernani Ayrosa da. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

SILVA, José Wilson da. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

SIMAS, Mario. *Gritos de justiça — Brasil 1963-1979*. São Paulo: FTD, 1986.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários — Memórias da guerrilha perdida*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SODRÉ, Roberto de Abreu. *No espelho do tempo — Meio século de política*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1995.

SOUZA, Percival de. *Eu, Cabo Anselmo — Depoimento a Percival de Souza*. São Paulo: Globo, 1999.

TALARICO, José Gomes. *José Talarico — Depoimento ao CPDoc*. Coord. Américo Freire. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro/Fundação Getulio Vargas/Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, 1998.

TAVARES, Aurelio de Lyra. *Textos escritos por dever do ofício*. Rio de Janeiro: S. Ge. Ex./Imprensa do Exército, 1969.

____. *O Brasil de minha geração — Mais dois decênios de lutas — 1956/1976*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976; 1977. 2 vols.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio — OBAN-DOI/CODI/*29 *SET.* 70-23 *JAN.* 74. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 4ª ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WALTERS, Vernon A. *Silent missions*. Nova York: Doubleday & Company, Inc., 1978.

3 Fontes secundárias

BRASIL

ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e guerreiros — O colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. São Paulo: Martins, s. d. 3 vols.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem — A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

ANDRADE, Jeferson de; SILVEIRA, Joel. *Um jornal assassinado — A última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ARAÚJO NETTO. "A paisagem". In DINES, Alberto, et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor, 1964.

ARGOLO, José Amaral, et alii. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

Autos de devassa da Inconfidência Mineira. Brasília/Belo Horizonte: Câmara dos Deputados/Governo do Estado de Minas Gerais, 1978.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart — As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 7ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Editora UnB, 2001.

BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE — Uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: IBAC/MinC/Nova Fronteira, 1994.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo — Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CALLIARI, Ivo. *D. Jaime Câmara — Diário do IV cardeal arcebispo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1996.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. 3ª ed. *Todas as Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1978.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia — A esquerda em armas*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1997.

CANÇADO, José Maria. *Os sapatos de Orfeu — Biografia de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Scritta, 1993.

CANTARINO, Geraldo. *1964 — A revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARDOSO, Irene. "Maria Antonia — O edifício de nº 294". In MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas/São Paulo/São Carlos: Mercado de Letras/Fapesp/Editora da UFSCAR, 1998.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras — Com uma análise do Brasil de 1964-1968*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

CARVALHO, Ferdinando de. *Lembrai-vos de 35*! Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CASTELLO, José. *Vinicius de Moraes, o poeta da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Ruy. *Chega de saudade — A história e as histórias da bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVA, Ralph della (org.). *A Igreja em flagrante — Catolicismo e sociedade na imprensa brasileira, 1964-1980. Cadernos do Instituto de Estudos da Religião*, ISER, 17. Ed. espec. Rio de Janeiro: ISER/Marco Zero, 1985.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984) — Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

____. *O Brasil sem retoque — 1808-1964: a história contada por jornais e revistas*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 2 vols.

COES, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*. Washington: The World Bank, 1995.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato — Crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CORRÊA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964 — A versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

COUTO, Ari Marcelo Macedo. *A greve na Cobrasma — Uma história de luta e resistência*. Annablume: São Paulo, 2003.

D'AGUIAR, Hernani. *A Revolução por dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

____. *Estórias de um presidente*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.

____. *Ato 5 — A verdade tem duas faces*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.

DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil* — 66/80. São Paulo: Ícone, 1985.

DIMAS FILHO, Nelson. *Costa e Silva — O homem e o líder*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

DINES, Alberto, et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor, 1964.

DUARTE, Eurilo. "32 mais 32, igual a 64". In DINES, Alberto, et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor, 1964.

DULLES, John W. F. *Castello Branco — O caminho para a Presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

____. *Castello Branco, o presidente reformador*. Brasília: Editora UnB, 1983.

____. *Carlos Lacerda — A vida de um lutador*. Vol. 2: *1960-1977*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 2 vols.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FALCÃO, Armando. *Geisel — Do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

____. (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia*. Vol. 2: *O corpo docente — Matizes de uma proposta autoritária*. Vol. 5: *Depoimentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992. 5 vols.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão — Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Anexo I. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.

FIGUEIREDO, Wilson. "A margem esquerda". In DINES, Alberto, et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor, 1964.

FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário — 1964-1984*. Vol. 1: *A resistência à ditadura*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

FREYRE, Gilberto. "Forças Armadas e outras forças". In *A Revolução de 31 de março — 2º aniversário — Colaboração do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.

FRÓES, Hemílcio. *Véspera do primeiro de abril ou Nacionalistas × entreguistas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Vol. 1: *1974*. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975.

GÓES, Walder de. *O Brasil do general Geisel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GOMES, Pedro. "Minas — Do diálogo ao 'front'". In DINES, Alberto, et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor, 1964.

GORDON, Lincoln. *Brazil's second chance — En route toward the First World*. Nova York: A Century Foundation Book, 2001.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GUTEMBERG, Luiz. *Moisés, codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HILTON, Stanley E. *Brazil and the Soviet challenge — 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

____; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

KENNEDY, Caroline; BESCHLOSS, Michael. *Jacqueline Kennedy: historic conversations on life with John F. Kennedy*. Estados Unidos: Hyperion, 2011.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KUPERMAN, Esther. “A guerrilha de Caparaó (1966-1967) — Um ensaio de resistência”. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992 (mimeo.).

LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos — Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas — O processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Iuperj/Ucam/Revan, 1999.

LEITE, Mauro Renault; NOVELLI JR., Luiz Gonzaga (orgs.). *Marechal Eurico Gaspar Dutra — O dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LIMA, Samarone. *Zé — José Carlos Novais da Mata Machado, uma reportagem*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

MAGALHÃES, Mauro. *Carlos Lacerda, o sonhador pragmático*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella — O guerrilheiro que incendiou o mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas — Uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas/São Paulo/São Carlos: Mercado de Letras/Fapesp/ Editora da UFSCAR, 1998.

MCDONOUGH, Peter. *Power and ideology in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1981.

MELO, J. C. *A incrível política nacional de informática*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1982.

MIR, Luís. *A revolução impossível — A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1994.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil — As histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

____; SILVEIRA, Joel. *Nitroglicerina pura*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

MOSTAÇO, Edelcio. *Teatro e política — Arena, Oficina e Opinião*. São Paulo: Proposta Editorial/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1982.

OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da patetocracia — Crônicas brasileiras, 1968*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara — Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PAYNE, Leigh A. *Brazilian industrialists and democratic change*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 1994.

PECHMAN, Clarice. *O dólar paralelo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A República dos golpes — De Jânio a Sarney*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1993.

PINTO, Almir Pazzianotto. "Sindicatos, corporativismo e política". In SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *Hilton — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

POERNER, Artur José. *O poder jovem — História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. rev., ilustrada e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PONTE PRETA, Stanislaw (Sérgio Porto). *Febeapá — O festival de besteira que assola o país*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro — A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/DP&A/Faperj, 2001.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. 2 vols.

RANGEL, Flávio; FERNANDES, Millôr. *Liberdade, liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "As organizações comunistas e a luta de classes — 1961-68". Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1987. 4 vols. Manuscrito.

____. *A revolução faltou ao encontro — Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira/MCT/CNPq, 1990.

____; MORAES, Pedro de. *1968 — A paixão de uma utopia*. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp/Fapesp, 1994.

____. *Em busca do povo brasileiro — Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil — O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas — Getulio Vargas e controle social no Brasil 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida — Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora UnB, 1999.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro — Anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. *Planejamento estratégico*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1981.

SILVA, Hélio. *1964 — Golpe ou contragolpe?*. Colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

____. *O poder militar*. Colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Porto Alegre: L&PM, 1984.

____. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SIMÕES, Inimá. *Roteiro da intolerância — A censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Senac/Terceiro Nome, 1999.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

SOUZA, Claudio Mello e. "O vizinho do presidente". In Dines, Alberto, et alii. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Alvaro, Editor, 1964.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC — Os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo — Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STACCHINI, José. *Março 64 — Mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais — Os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. *The military in politics — Changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

____. *Os militares — Da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TÁVORA, Araken. *Brasil, 1º de abril*. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica, 1964.

TENÓRIO, Carlos Alberto. *O senhor de todas as armas — Relato de uma aventura vivida na intimidade da Revolução Cubana*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

TRINDADE, Hélgio. "O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista". In SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). 21 *anos de regime militar — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*. Brasília: Editora Ser, 2006.

VENTURA, Zuenir. 1968 — *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA FILHO, Luiz. *O governo Castello Branco*. Vol. 1. Rio de Janeiro: BibliEx/José Olympio, 1975.

VICTOR, Mário. *Os cinco anos que abalaram o Brasil — De Jânio Quadros a Castello Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

GERAL

AGEE, Philip; WOLF, Louis. *Dirty work — The CIA in Western Europe*. Nova York: Dorset Press, 1987.

ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara — A revolutionary life*. Nova York: Grove Press, 1997.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BERLE, Beatrice Bishop; JACOBS, Travis Beal (eds.). *Navigating the rapids — 1918-1971 — From the papers of Adolf A. Berle*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973.

BERMAN, Paul. *A tale of two utopias — The political journey of the generation of 1968*. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 1996.

BRINKLEY, Douglas. *Rosa Parks*. Nova York: Penguin Books, 2000.

BROWN, Anthony Cave. *The last hero — Wild Bill Donovan*. Nova York: Times Books, 1982.

CANNING, Peter. *American dreamers — The Wallaces and Reader's Digest: an insider's story*. Nova York: Simon & Schuster, 1996.

CRENSHAW, Martha. "How terrorism ends". Documento apresentado no encontro anual da Associação Americana de Ciência Política. Chicago, set. 1987.

CROZIER, Brian. *A theory of conflict*. Nova York: Scribner, 1975.

FURIATI, Claudia. *Fidel Castro — Uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 2 vols.

FURSENKO, Aleksandr; NAFTALI, Timothy. "*One hell of a gamble*" *— Khrushchev, Castro, and Kennedy; 1958-1964 — The secret history of the Cuban missile crisis*. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 1997.

GAMBINI, Hugo. *El Che Guevara*. 6ª ed. Buenos Aires: Planeta, 1996.

GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions — Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.

GOTT, Richard. *Rural guerrillas in Latin America*. Londres: Penguin Books, 1973.

HEIKAL, Mohamed Hassanein. *Les documents du Caire*. Paris: Flammarion, 1972.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos — O breve século XX*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUIDOBRO, Eleuterio Fernández. *Historia de los Tupamaros*. Tomo I: *Los orígenes*. Tomo III: *El MLN*. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, s. d. 3 tomos.

HUXLEY, Aldous. *Eminência parda*. São Paulo: Hemus, 1978.

____. *As portas da percepção e Céu e Inferno*. 15ª ed. São Paulo: Globo, 2000.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande — Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

KALFON, Pierre. *Che Ernesto Guevara, une légende du siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

KEROUAC, Jack. *On the road — Pé na estrada*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANKFORD, Nelson D. *The last American aristocrat — The biography of David K. E. Bruce, 1898-1977*. Boston/Toronto: Little, Brown and Company, 1996.

LAQUEUR, Walter. *The age of terrorism*. Boston/Toronto: Little, Brown and Company, 1987.

LINOWITZ, Sol M. *The making of a public man — A memoir*. Boston/Toronto: Little, Brown and Company, 1985.

MATUSOW, Allen J. *The unraveling of America — A history of liberalism in the 1960s*. Nova York: Harper & Row, 1984.

MILLER, James. *Democracy in the streets — From Port Huron to the siege of Chicago*. Nova York: Simon & Schuster, 1987.

PARKS, Rosa; HASKINS, Jim. *Rosa Parks: my story*. Nova York: Dial Books, 1992.

PERRAULT, Gilles. *Un homme à part*. Paris: B. Barrault, 1984. 2 vols.

PLATT, Washington. *A produção de informações estratégicas*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

PORZECANSKI, Arturo C. *Uruguay's Tupamaros — The urban guerrilla*. Nova York: Praeger, 1973.

POWERS, Thomas. *The man who kept the secrets — Richard Helms and the CIA*. Nova York: Pocket Books, s. d.

ROBBINS, Carla Anne. *The Cuban threat*. Nova York: McGraw-Hill, 1983.

RODRIGUEZ, Felix I.; WEISMAN, John. *Shadow warrior — The CIA hero of a hundred unknown battles*. Nova York: Simon & Schuster, 1989.

SALEWICZ, Chris. *McCartney*. Nova York: St. Martin's Press, 1987.

SALMÓN, Gary Prado. *The defeat of Che Guevara — Military response to guerrilla challenge in Bolivia*. Nova York/Londres: Praeger, 1990.

SARTRE, Jean-Paul. *Furacão sobre Cuba*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986.

SITKOFF, Harvard. *The struggle for black equality — 1954-1980*. Nova York: Hill and Wang, 1981.

SONTAG, Susan. *On photography*. Nova York: Anchor Books, Doubleday, 1990.

TAIBO II, Paco Ignacio; ESCOBAR, Froilán; GUERRA, Félix. *O ano que vivemos em lugar nenhum — A missão secreta de Che Guevara*. São Paulo: Scritta, 1995.

TAYLOR, Derek. *It was twenty years ago today — An anniversary celebration of* 1967. Nova York: Simon & Schuster, 1987.

WATSON, Steven. *The birth of the beat generation — Visionaires, Rebels, and Hipsters, 1944-1960*. Nova York: Pantheon Books, 1995.

WEINBERG, Leonard B.; DAVIS, Paul B. *Introduction to political terrorism*. Nova York: McGraw-Hill, 1989.

WEINSTEIN, Martin. "The decline and fall of democracy in Uruguay: lesson for the future". In *Repression, exile, and democracy — Uruguayan culture*. Ed. Saúl Sosnowsky e Louise B. Popkin. Durham/Londres: Duke University Press, 1993.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WILKINSON, Paul. *Terrorism and the Liberal State*. 2ª ed. rev., ampliada e atualizada. Nova York: New York University Press, 1986.

WRIGHT, Thomas C. *Latin America in the era of the Cuban Revolution*. Nova York/Londres: Praeger, 1991.

INTERNET*

Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos — <http://www.cebela.org.br>

O Rio de Janeiro através dos jornais — 1888-1969, de João Marcos Weguelin — <http://www1.uol.com.br/rionosjornais/index.htm>

CIA — <http://www.foia.ucia.gov>

A verdade sufocada, *A greve na Cobrasma* — <http://www.averdadesufocada.com/index.php/comisso-da-verdade-especial-107/6032-2410-contribuindo-com-a-comisso-da-verdade-viii>

Centro de Documentação Eremias Delizoicov — <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>

* Até maio de 2013 verificou-se o acesso aos sítios mencionados.

Trecho de entrevista de Jacqueline Kennedy

Arthur M. Schlesinger (falando sobre o Peru): What we did was we suspendendand said, we will resume if you agree to do certain things like give parties political freedom, restore freedom of the press, agree to hold elections. They finally agreed to do these things, and then we resumed relations, and it made a great difference.

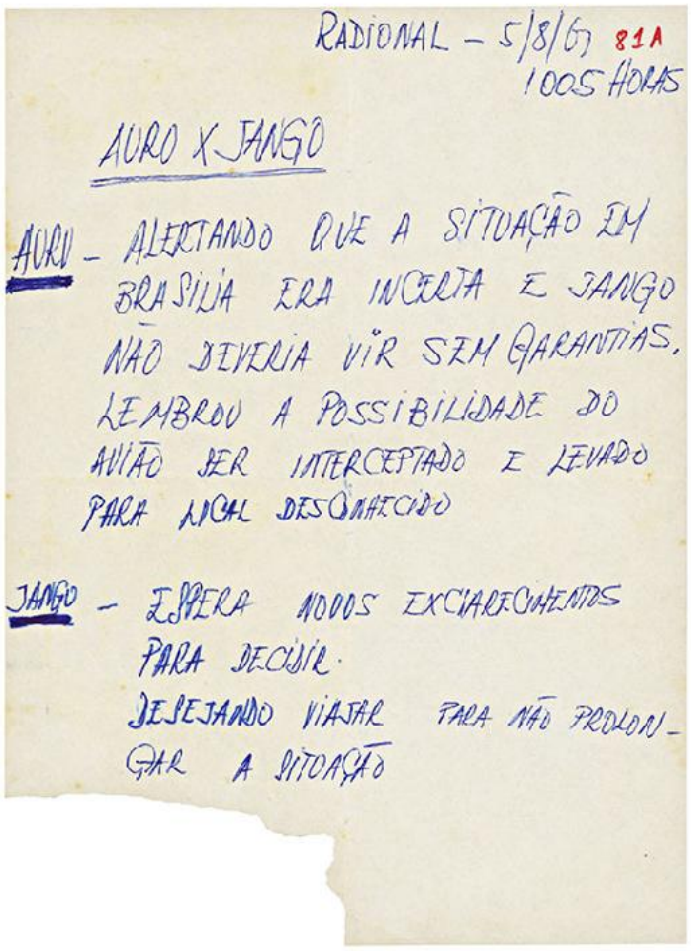
Jacqueline Kennedy: And in Brazil, the minute the junta took over this time, everyone just had cheers. And that was the most disillusioning thing. Betancourt* was there talking to me about it, two months ago. He said all – half of Congress, or Parliament, whatever it is, all the great writers, everyone has their civil liberties taken away from them. And that was one of the most despairing things in Latin America – the difference between Kennedy and Johnson. It affected all the countries. Jack** would never have done it that way.

* Rómulo Betancourt, que há pouco tinha deixado a presidência da Venezuela.

** John Kennedy

[Voltar] [Tradução]

Tópicos do que deve ter sido um telefonema entre João Goulart e Auro Moura Andrade



RADIONAL – 5/8/63 81A
1005 HORAS

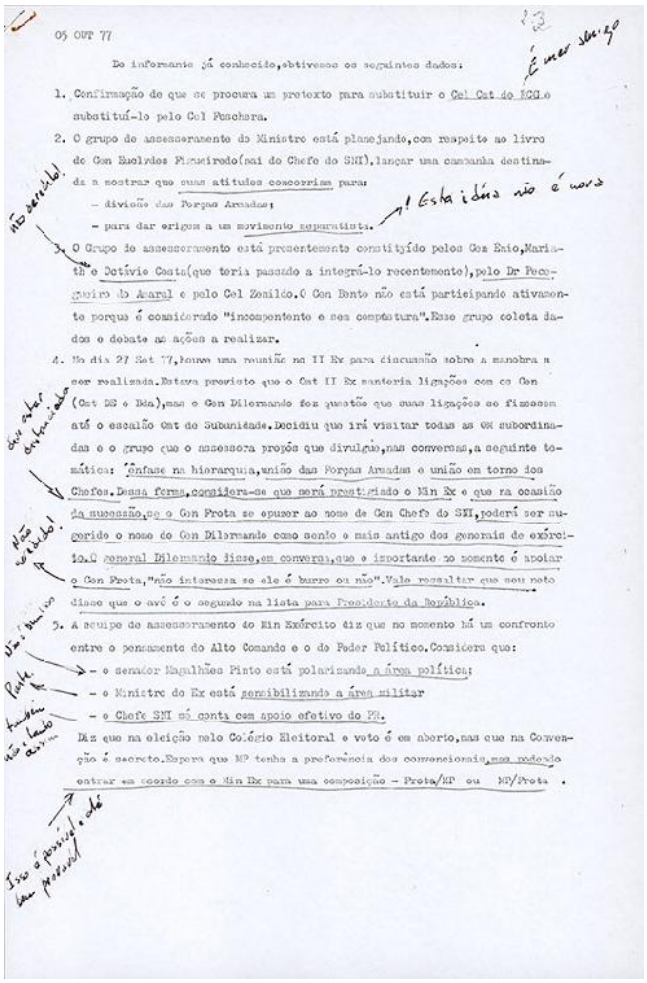
AURO X JANGO

AURO – ALERTANDO QUE A SITUAÇÃO EM BRASÍLIA ERA INCERTA E JANGO NÃO DEVERIA VIR SEM GARANTIAS. LEMBROU A POSSIBILIDADE DO AVIÃO SER INTERCEPTADO E LEVADO PARA LOCAL DESCONHECIDO

JANGO – ESPERA MAIORES ESCLARECIMENTOS PARA DECIDIR.
DESEJANDO VIAJAR PARA NÃO PROLONGAR A SITUAÇÃO

[Voltar] | [Transcrição]

O SNI vigia os frotistas e Figueiredo anota



05 OUT 77

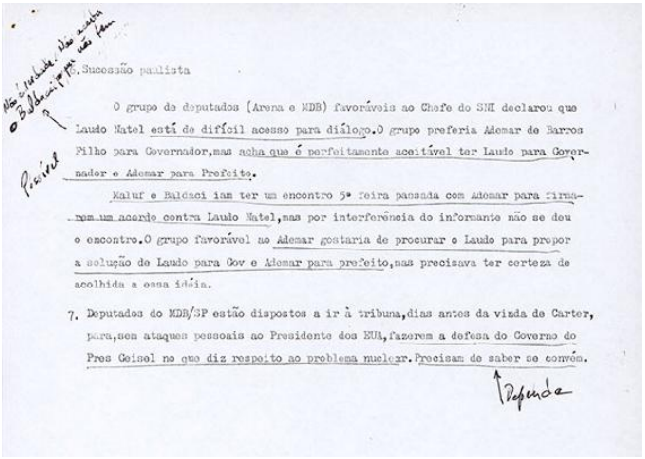
Do informante já conhecido,obtivemos os seguintes dados:

1. Confirmação de que se procura um pretexto para substituir o Cel Cat do EGG e substituí-lo pelo Cel Fonchera.
2. O grupo de assessoramento do Ministro está planejando,com respeito ao livro do Gen Euclydes Figueiredo(pai do Chefe do SNI),lançar uma campanha destinada a mostrar que suas atitudes concorrem para:
   - divisão das Forças Armadas;
   - para dar origem a um movimento separatista.
3. O Grupo de assessoramento está presentemente constituído pelos Gen Enio,Mariath e Octávio Costa(que teria passado a integrá-lo recentemente),pelo Dr Peregrino do Amaral e pelo Cel Zenildo.O Gen Bento não está participando ativamente porque é considerado "incompetente e sem compatura".Esse grupo coleta dados e debate as ações a realizar.
4. No dia 27 Set 77,houve uma reunião na II Ex para discussão sobre a manobra a ser realizada.Estava previsto que o Cmt II Ex manteria ligações com os Gen (Cmt DS e Bda),mas o Gen Dilermando fez questão que suas ligações se fizessem até o escalão Cmt de Subunidade.Decidiu que irá visitar todas as OM subordinadas e o grupo que o assessora projeta divulgar,nas conversas,a seguinte temática: ênfase na hierarquia,união das Forças Armadas e união em torno dos Chefes.Dessa forma,considera-se que será prestigiado o Min Ex e que na ocasião da sucessão,se o Gen Frota se opuser ao nome do Gen Chefe do SNI,poderá ser nomeado o nome do Gen Dilermando como sendo o mais antigo dos generais do exército.O general Dilermando disse,em conversa,que o importante no momento é apoiar o Gen Frota,"não interessa se ele é burro ou não".Vale ressaltar que seu nome disse que o avô é o segundo na lista para Presidente da República.
5. A equipe de assessoramento do Min Exército diz que no momento há um confronto entre o pensamento do Alto Comando e o do Poder Político.Considera que:
   - o senador Magalhães Pinto está polarizando a área política;
   - o Ministro do Ex está sensibilizando a área militar
   - o Chefe SNI só conta com apoio efetivo do PR.

   Diz que na eleição pelo Colégio Eleitoral o voto é em aberto,mas que na Convenção é secreto.Espera que MP tenha a preferência dos convencionais,mas poderão entrar em acordo com o Min Ex para uma composição - Frota/MP ou MP/Frota.

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]



6. Sucessão paulista

O grupo de deputados (Arena e MDB) favoráveis ao Chefe do SNI declarou que Laudo Natel está de difícil acesso para diálogo. O grupo preferia Ademar de Barros Filho para Governador, mas acha que é perfeitamente aceitável ter Laudo para Governador e Ademar para Prefeito.

Kaluf e Baldaci iam ter um encontro 5ª feira passada com Ademar para firmarem um acordo contra Laudo Natel, mas por interferência do informante não se deu o encontro. O grupo favorável ao Ademar gostaria de procurar o Laudo para propor a solução de Laudo para Gov e Ademar para prefeito, mas precisava ter certeza de acolhida a essa idéia.

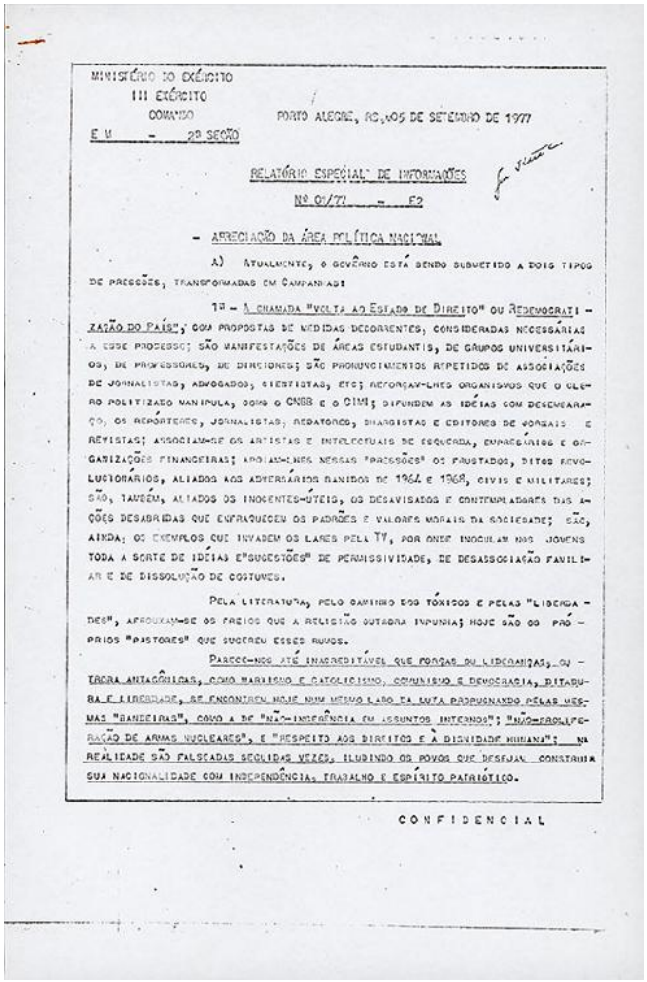
7. Deputados do MDB/SP estão dispostos a ir à tribuna, dias antes da vinda de Carter, para, sem ataques pessoais ao Presidente dos EUA, fazerem a defesa do Governo do Pres Geisel no que diz respeito ao problema nuclear. Precisam de saber se convém.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Documento confidencial intitulado *Relatório Especial de Informações* assinado pelo general Fernando Bethlem

[Os trechos mencionados estão na página 3]



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
COMANDO
E M - 2ª SEÇÃO

PORTO ALEGRE, RS, 05 DE SETEMBRO DE 1977

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES
Nº 05/77 - E2

- APRECIAÇÃO DA ÁREA POLÍTICA NACIONAL

A) ATUALMENTE, O GOVÊRNO ESTÁ SENDO SUBMETIDO A DOIS TIPOS DE PRESSÕES, TRANSFORMADAS EM CAMPANHAS:

1ª - A CHAMADA "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" OU REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS"; COM PROPOSTAS DE MEDIDAS DECORRENTES, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A ESSE PROCESSO; SÃO MANIFESTAÇÕES DE ÁREAS ESTUDANTIS, DE GRUPOS UNIVERSITÁRIOS, DE PROFESSORES, DE PENSIONERS; SÃO PRONUNCIAMENTOS REPETIDOS DE ASSOCIAÇÕES DE JORNALISTAS, ADVOGADOS, CIENTISTAS, ETC; RECONHECEM-LHES ORGANISMOS QUE O CLERO POLITIZADO MANIPULA, COMO O CNBB E O CIMI; DIFUNDEM AS IDÉIAS COM DESEMBARAÇO, OS REPÓRTERES, JORNALISTAS, REDATORES, DIARISTAS E EDITORES DE JORNAIS E REVISTAS; ASSOCIAM-SE OS ARTISTAS E INTELECTUAIS DE ESQUERDA, EMPRESÁRIOS E ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS; APOIAM-NAS NESSAS "PRESSÕES" OS FRUSTADOS, DITOS REVOLUCIONÁRIOS, ALIADOS AOS ADVERSÁRIOS BANIDOS DE 1964 E 1968, CIVIS E MILITARES; SÃO, TAMBÉM, ALIADOS OS INOCENTES-ÚTEIS, OS DESAVISADOS E CONTEMPLADORES DAS AÇÕES DESABRIDAS QUE ENFRAQUECEM OS PADRÕES E VALORES MORAIS DA SOCIEDADE; SÃO, AINDA, OS EXEMPLOS QUE INVADEM OS LARES PELA TV, POR ONDE INOCULAM NOS JOVENS TODA A SORTE DE IDÉIAS E "SUGESTÕES" DE PERMISSIVIDADE, DE DESASSOCIAÇÃO FAMILIAR E DE DISSOLUÇÃO DE COSTUMES.

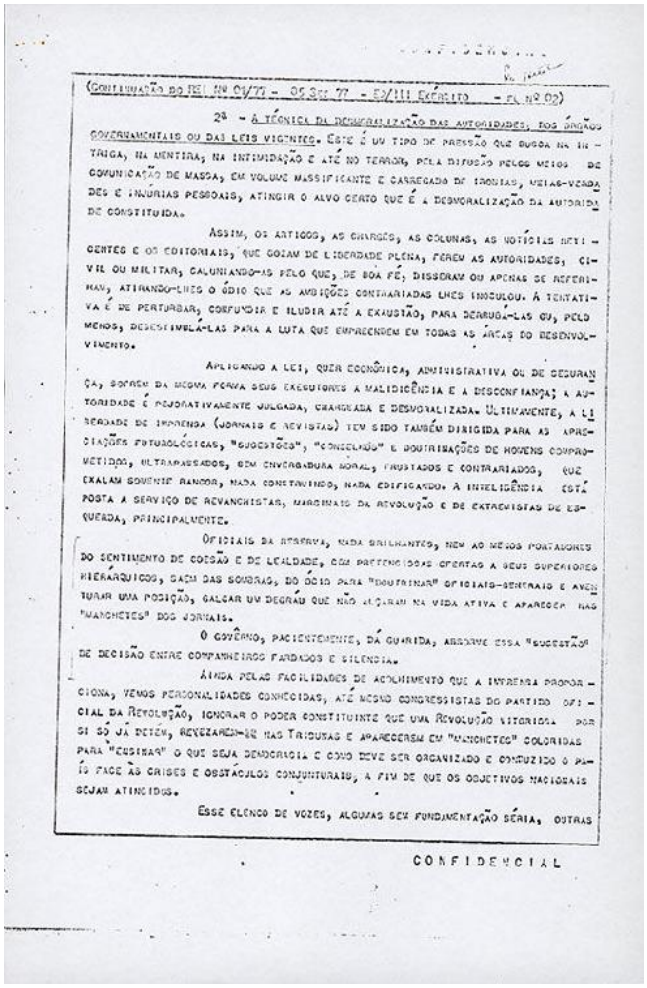
PELA LITERATURA, PELO CAMINHO DOS TÓXICOS E PELAS "LIBERDADES", APROVEITAM-SE OS FREIOS QUE A RELIGIÃO OUTORA IMPUNHA; HOJE SÃO OS PRÓPRIOS "PASTORES" QUE SUGEREM ESSES RUMOS.

PARECE-NOS ATÉ INADMISSÍVEL QUE FORÇAS OU LIDERANÇAS, OU TEORIAS ANTAGÔNICAS, COMO MARXISMO E CATOLICISMO, COMUNISMO E DEMOCRACIA, DITADURA E LIBERDADE, SE ENCONTREM HOJE NUM MESMO LADO DA LUTA PROPUGNADO PELAS MESMAS "BANDEIRAS", COMO A DE "NÃO-INGERÊNCIA EM ASSUNTOS INTERNOS"; "NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES", E "RESPEITO AOS DIREITOS E À DIGNIDADE HUMANA"; NA REALIDADE SÃO FALSEADAS SEGUIDAS VEZES, ILUDINDO OS POVOS QUE DESEJAM CONSTRUIR SUA NACIONALIDADE COM INDEPENDÊNCIA, TRABALHO E ESPÍRITO PATRIÓTICO.

CONFIDENCIAL

Página 1 de 4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(CONTINUAÇÃO DO REL Nº 04/77 - DE 5 DE 77 - EX/III EXÉRCITO - FL Nº 02)

2ª - A TÉCNICA DA DESMORALIZAÇÃO DAS AUTORIDADES, DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS OU DAS LEIS VIGENTES. Este é um tipo de pressão que busca na intriga, na mentira, na intimidação e até no terror, pela difusão pelos meios de comunicação de massa, em volume massificante e carregada de ironias, meias-verdades e injúrias pessoais, atingir o alvo certo que é a desmoralização da autoridade constituída.

Assim, os artigos, as charges, as colunas, as notícias referentes e os editoriais, que gozam de liberdade plena, ferem as autoridades, civil ou militar, caluniando-as pelo que, de boa fé, disseram ou apenas se referiram, atirando-lhes o ódio que as ambições contrariadas lhes inoculou. A tentativa é de perturbar, confundir e iludir até a exaustão, para derrubá-las ou, pelo menos, desestimulá-las para a luta que empreendem em todas as áreas do desenvolvimento.

Aplicando a lei, quer econômica, administrativa ou de segurança, sofrem da mesma forma seus executores a maledicência e a desconfiança; a autoridade é pejorativamente julgada, chamuscada e desmoralizada. Ultimamente, a liberdade de imprensa (jornais e revistas) tem sido também dirigida para as apreciações futurológicas, "sugestões", "conselhos" e doutrinações de homens comprometidos, ultrapassados, em envergadura moral, frustados e contrariados, que exalam somente rancor, nada construindo, nada edificando. A inteligência está posta a serviço de revanchistas, marginais da revolução e de extremistas de esquerda, principalmente.

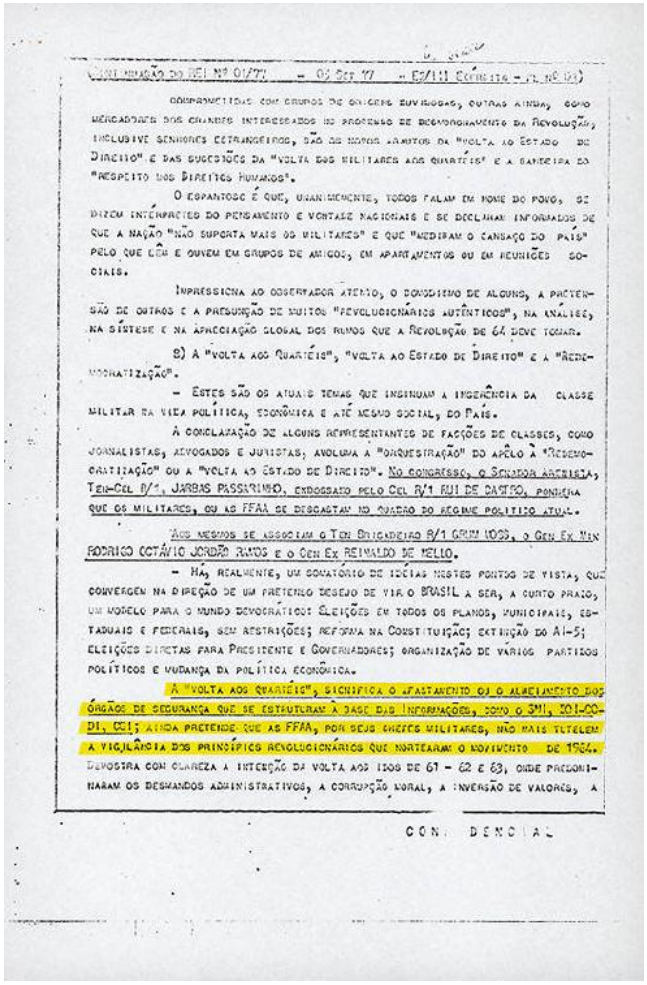
Oficiais da reserva, nada graduantes, nem ao menos portadores do sentimento de coesão e de lealdade, com pretensiosas ofertas a seus superiores hierárquicos, saem das sombras, do ócio para "doutrinar" oficiais-generais e aventurar uma posição, galgar um degrau que não alcançam na vida ativa e aparecem nas "manchetes" dos jornais.

O governo, pacientemente, dá guarida, absorve essa "sugestão" de decisão entre companheiros fardados e silenciosa.

Ainda pelas facilidades de acolhimento que a imprensa proporciona, vemos personalidades conhecidas, até mesmo congressistas do partido oficial da Revolução, ignorar o poder constituinte que uma Revolução vitoriosa por si só já detém, revezarem-se nas tribunas e aparecerem em "manchetes" coloridas para "ensinar" o que seja democracia e como deve ser organizado e conduzido o país face às crises e obstáculos conjunturais, a fim de que os objetivos nacionais sejam atingidos.

Esse elenco de vozes, algumas sem fundamentação séria, outras

CONFIDENCIAL



(CONTINUAÇÃO DO INFO Nº 01/77 – 05 SET 77 – ESTRITO SIGILOSO – FL Nº 03)

COMPROMETIDAS COM GRUPOS DE ORIGENS DUVIDOSAS, OUTRAS AINDA, COMO MERCADORES DOS GRANDES INTERESSADOS NO PROGRESSO DE DESMORONAMENTO DA REVOLUÇÃO, INCLUSIVE SENHORES ESTRANGEIROS, SÃO DE NOVOS ADEPTOS DA "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" E DAS SUGESTÕES DA "VOLTA DOS MILITARES AOS QUARTÉIS" E A BANDEIRA DO "RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS".

O ESPANTOSO É QUE, UNANIMEMENTE, TODOS FALAM EM NOME DO POVO, SE DIZEM INTÉRPRETES DO PENSAMENTO E VONTADE NACIONAIS E SE DECLARAM INFORMADOS DE QUE A NAÇÃO "NÃO SUPORTA MAIS OS MILITARES" E QUE "MEDIRAM O CANSAÇO DO PAÍS" PELO QUE OUVEM E OUVEM EM GRUPOS DE AMIGOS, EM APARTAMENTOS OU EM REUNIÕES SOCIAIS.

IMPRESSIONA AO OBSERVADOR ATENTO, O DOGMATISMO DE ALGUNS, A PRETENSÃO DE OUTROS E A PRESUNÇÃO DE MUITOS "REVOLUCIONÁRIOS AUTÊNTICOS", NA ANÁLISE, NA SÍNTESE E NA APRECIAÇÃO GLOBAL DOS RUMOS QUE A REVOLUÇÃO DE 64 DEVE TOMAR.

8) A "VOLTA AOS QUARTÉIS", "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" E A "REDEMOCRATIZAÇÃO".

– ESTES SÃO OS ATUAIS TEMAS QUE INSINUAM A INGERÊNCIA DA CLASSE MILITAR NA VIDA POLÍTICA, ECONÔMICA E ATÉ MESMO SOCIAL, DO PAÍS.

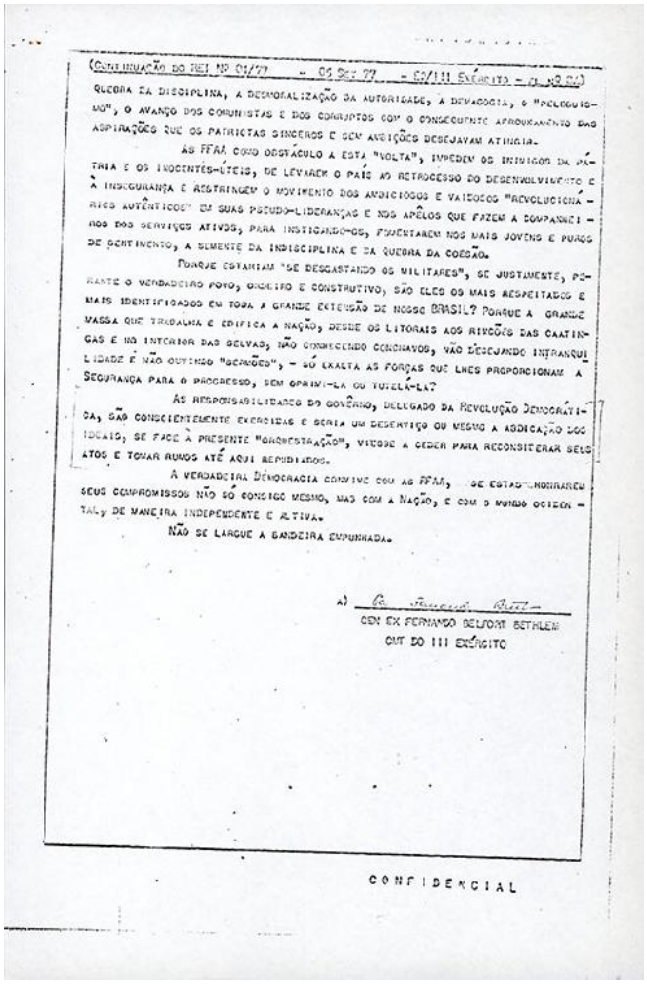
A CONCLAMAÇÃO DE ALGUNS REPRESENTANTES DE FACÇÕES DE CLASSES, COMO JORNALISTAS, ADVOGADOS E JURISTAS, ANOLUMA A "ORQUESTRAÇÃO" DO APÊLO À "REDEMOCRATIZAÇÃO" OU A "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO". NO CONGRESSO, O SENADOR ARENISTA, TEN-CEL R/1, JARBAS PASSARINHO, ENDOSSADO PELO CEL R/1 RUI DE CASTRO, PONDERA QUE OS MILITARES, OU AS FFAA SE DESGASTAM NO QUADRO DO REGIME POLÍTICO ATUAL.

AOS MESMOS SE ASSOCIAM O TEN BRIGADEIRO R/1 GRUM MOSS, O GEN EX NAN FADRICO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS E O GEN EX REINALDO DE MELLO.

– HÁ, REALMENTE, UM CONJUNTO DE IDÉIAS NESTES PONTOS DE VISTA, QUE CONVERGEM NA DIREÇÃO DE UM PRETENSO DESEJO DE VER O BRASIL A SER, A CURTO PRAZO, UM MODELO PARA O MUNDO DEMOCRÁTICO: ELEIÇÕES EM TODOS OS PLANOS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, SEM RESTRIÇÕES; REFORMA NA CONSTITUIÇÃO; EXTINÇÃO DO AI-5; ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE E GOVERNADORES; ORGANIZAÇÃO DE VÁRIOS PARTIDOS POLÍTICOS E MUDANÇA DA POLÍTICA ECONÔMICA.

A "VOLTA AOS QUARTÉIS", SIGNIFICA O AFASTAMENTO OU O ALHEIAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA QUE SE ESTRUTURAM À BASE DAS INFORMAÇÕES, COMO O SNI, CIE-CODI, CSI; AINDA PRETENDE QUE AS FFAA, POR SEUS CHEFES MILITARES, NÃO MAIS TUTELEM A VIGILÂNCIA DOS PRINCÍPIOS REVOLUCIONÁRIOS QUE NORTEARAM O MOVIMENTO DE 1964. DEMONSTRA COM CLAREZA A INTENÇÃO DA VOLTA AOS IDOS DE 61 – 62 E 63, ONDE PREDOMINARAM OS DESMANDOS ADMINISTRATIVOS, A CORRUPÇÃO MORAL, A INVERSÃO DE VALORES, A

CONFIDENCIAL



(CONTINUAÇÃO DO INFO Nº 01/77 - 05 SET 77 - C/III EXÉRCITO - (R. Nº 04)

QUEBRA DA DISCIPLINA, A DESMORALIZAÇÃO DA AUTORIDADE, A DEMAGOGIA, O "PELEGUISMO", O AVANÇO DOS COMUNISTAS E DOS CORRUPTOS COM O CONSEQUENTE AFRONTAMENTO DAS ASPIRAÇÕES QUE OS PATRIOTAS SINCEROS E COM ANSEIOS DESEJAVAM ATINGIR.

AS FFAA COMO OBSTÁCULO A ESTA "VOLTA", IMPEDEM OS INIMIGOS DA PÁTRIA E OS INOCENTES-ÚTEIS, DE LEVAREM O PAÍS AO RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO E À INSEGURANÇA E RESTRINGEM O MOVIMENTO DOS AMBICIOSOS E VAIDOSOS "REVOLUCIONÁRIOS AUTÊNTICOS" EM SUAS PSEUDO-LIDERANÇAS E NOS APÊLOS QUE FAZEM A COMPANHEIROS DOS SERVIÇOS ATIVOS, PARA INSTIGANDO-OS, FOMENTAREM NOS MAIS JOVENS E PUROS DE SENTIMENTO, A SEMENTE DA INDISCIPLINA E DA QUEBRA DA COESÃO.

PORQUE ESTARIAM "SE DESGASTANDO OS MILITARES", SE JUSTAMENTE, PERANTE O VENDAVAL POVO, ORDEIRO E CONSTRUTIVO, SÃO ELES OS MAIS RESPEITADOS E MAIS IDENTIFICADOS EM TODA A GRANDE EXTENSÃO DE NOSSO BRASIL? PORQUE A GRANDE MASSA QUE TRABALHA E EDIFICA A NAÇÃO, DESDE OS LITORAIS AOS RINCÕES DAS CAATINGAS E NO INTERIOR DAS SELVAS, NÃO CONHECENDO CORIFEUS, VÃO DESEJANDO INTRANQUILIDADE E NÃO OUVINDO "SERENOS", - SÓ EXALTA AS FORÇAS QUE LHES PROPORCIONAM A SEGURANÇA PARA O PROGRESSO, SEM OPRIMI-LA OU TUTELÁ-LA?

AS RESPONSABILIDADES DO GOVÊRNO, DELEGADO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, SÃO CONSCIENTEMENTE EXERCIDAS E SERIA UM DESERTIÇO OU MESMO A ABDICAÇÃO DOS IDEAIS, SE FACE À PRESENTE "ORQUESTRAÇÃO", VIESSE A CEDER PARA RECONSIDERAR SEUS ATOS E TOMAR RUMOS ATÉ AQUI REPUDIADOS.

A VERDADEIRA DEMOCRACIA CONVIVE COM AS FFAA, DE ESTAS EMANARAM SEUS COMPROMISSOS NÃO SÓ CONSIGO MESMO, MAS COM A NAÇÃO, E COM O MUNDO OCIDENTAL, DE MANEIRA INDEPENDENTE E ATIVA.

NÃO SE LARGUE A BANDEIRA EMPUNHADA.

AO Gen Fernando Belfort -
GEN EX FERNANDO BELFORT BETHLEM
CMT DO III EXÉRCITO

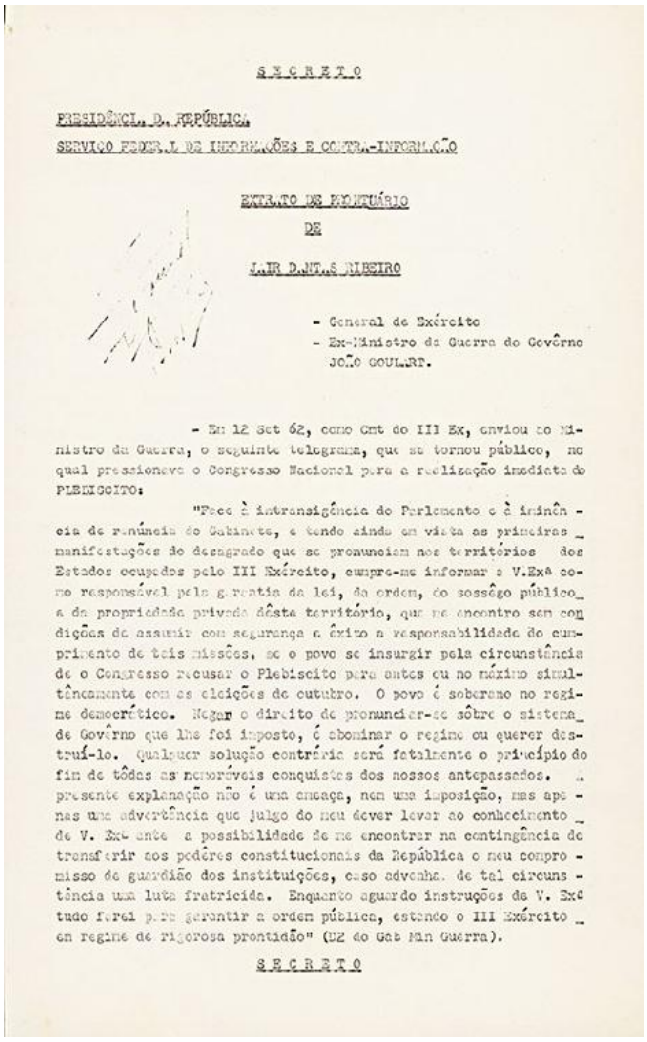
CONFIDENCIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Documento do tenente-coronel Figueiredo que menciona plano de sequestro de Lacerda

[A menção ao plano está na página 3]



S E C R E T O

PRESIDÊNCIA D. REPÚBLICA

SERVIÇO FEDER.L DE INFORM.ÕES E CONTR.-INFORM.ÇÃO

EXTRATO DE ANTECEDÊNCIA

DE

LUIZ D.NT.S RIBEIRO

- General de Exército
- Ex-Ministro da Guerra do Govêrno JOÃO GOULART.

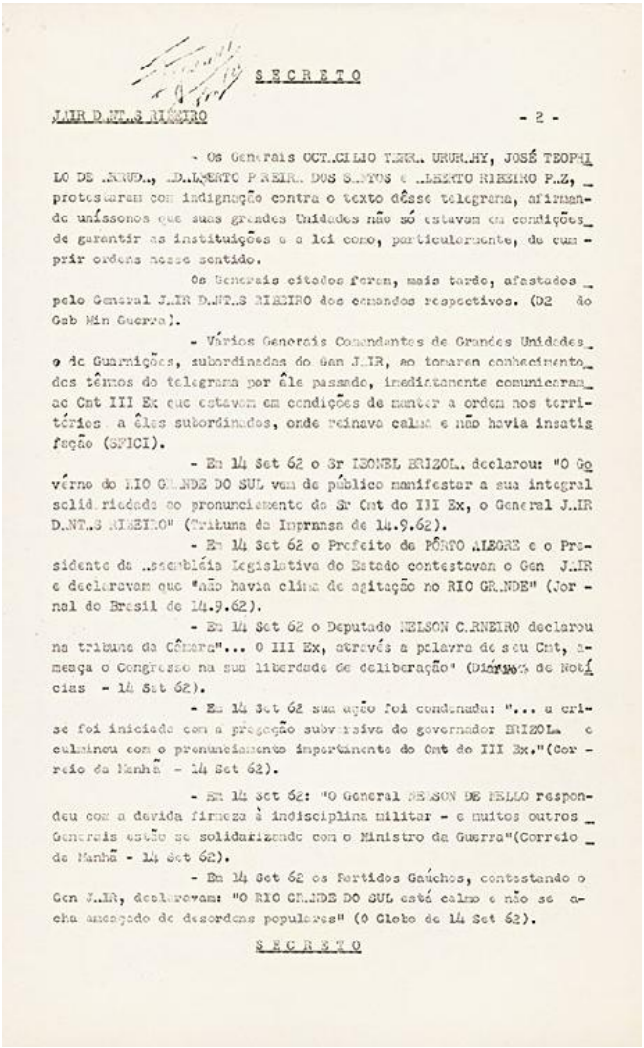
- Em 12 Set 62, como Cmt do III Ex, enviou ao Ministro da Guerra, o seguinte telegrama, que se tornou público, no qual pressionava o Congresso Nacional para a realização imediata do PLEBISCITO:

"Face à intransigência do Parlamento e à iminência de renúncia do Gabinete, e tendo ainda em vista as primeiras manifestações do descontentamento que se pronunciam nos territórios dos Estados ocupados pelo III Exército, cumpre-me informar a V.Exª como responsável pela garantia da lei, da ordem, do sossêgo público e da propriedade privada dêste território, que me encontro sem condições de assumir com segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento de tais missões, se o povo se insurgir pela circunstância de o Congresso recusar o Plebiscito para antes ou no máximo simultâneamente com as eleições de outubro. O povo é soberano no regime democrático. Negar o direito de pronunciar-se sôbre o sistema de Govêrno que lhe foi imposto, é abominar o regime ou querer destruí-lo. Qualquer solução contrária será fatalmente o princípio do fim de tôdas as memoráveis conquistas dos nossos antepassados. A presente explanação não é uma ameaça, nem uma imposição, mas apenas uma advertência que julgo do meu dever levar ao conhecimento de V. Exª ante a possibilidade de me encontrar na contingência de transferir aos podêres constitucionais da República o meu compromisso de guardião das instituições, caso advenha de tal circunstância uma luta fratricida. Enquanto aguardo instruções de V. Exª tudo farei para garantir a ordem pública, estando o III Exército em regime de rigorosa prontidão" (DZ do Cmt Mil Guerra).

S E C R E T O

Página 1 de 5

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETO

JAIR D.NT.S RIBEIRO - 2 -

- Os Generais OCT.CILIO TAVARES URUBATAN, JOSÉ TEOFILO DE ANDRADE, EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS e ALBERTO RIBEIRO PAZ, protestaram com indignação contra o texto dêsse telegrama, afirmando unissonos que suas grandes Unidades não só estavam em condições de garantir as instituições e a lei como, particularmente, de cumprir ordens nesse sentido.

Os Generais citados foram, mais tarde, afastados pelo General JAIR D.NT.S RIBEIRO dos comandos respectivos. (D2 do Gab Min Guerra).

- Vários Generais Comandantes de Grandes Unidades e de Guarnições, subordinados do Gen JAIR, ao tomarem conhecimento dos têrmos do telegrama por êle pasando, imediatamente comunicaram ao Cmt III Ex que estavam em condições de manter a ordem nos territórios a êles subordinados, onde reinava calma e não havia insatisfação (SFICI).

- Em 14 Set 62 o Sr ISONEL BRIZOLA declarou: "O Govêrno do RIO GRANDE DO SUL vem de público manifestar a sua integral solidariedade ao pronunciamento do Sr Cmt do III Ex, o General JAIR D.NT.S RIBEIRO" (Tribuna da Imprensa de 14.9.62).

- Em 14 Set 62 o Prefeito de PÔRTO ALEGRE e o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado contestavam o Gen JAIR e declaravam que "não havia clima de agitação no RIO GRANDE" (Jornal do Brasil de 14.9.62).

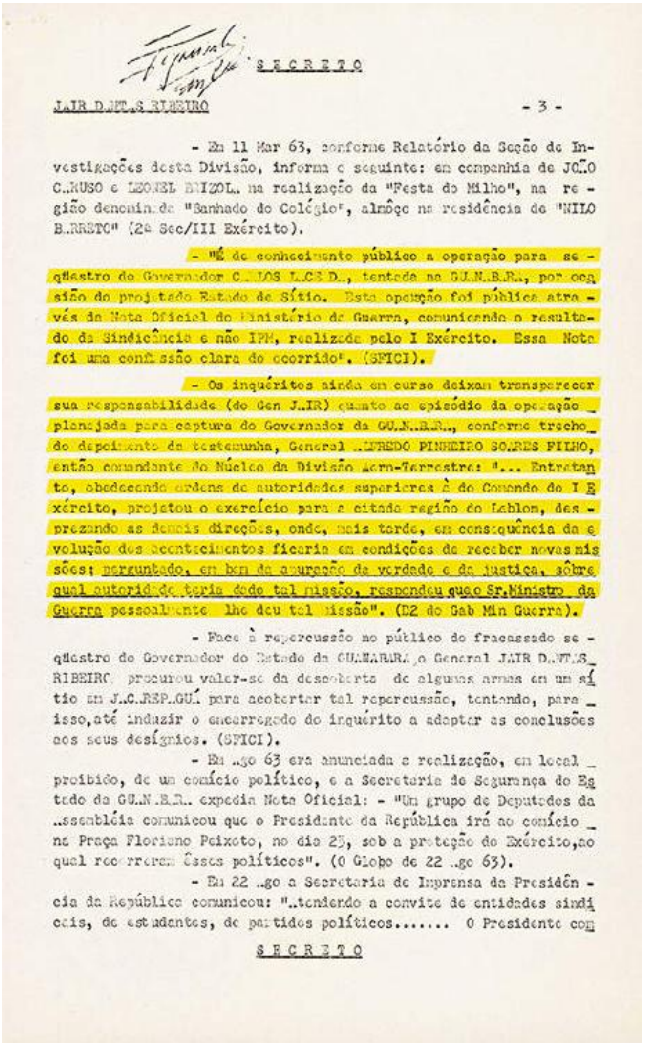
- Em 14 Set 62 o Deputado NELSON CARNEIRO declarou na tribuna da Câmara"... O III Ex, através a palavra do seu Cmt, ameaça o Congresso na sua liberdade de deliberação" (Diários de Notícias - 14 Set 62).

- Em 14 Set 62 sua ação foi condenada: "... a crise foi iniciada com a pregação subversiva do governador BRIZOLA e culminou com o pronunciamento importunente do Cmt do III Ex."(Correio da Manhã - 14 Set 62).

- Em 14 Set 62: "O General NELSON DE MELLO respondeu com a devida firmeza à indisciplina militar - e muitos outros Generais estão se solidarizando com o Ministro da Guerra"(Correio da Manhã - 14 Set 62).

- Em 14 Set 62 os Partidos Gaúchos, contestando o Gen JAIR, declaravam: "O RIO GRANDE DO SUL está calmo e não se acha ameaçado de desordens populares" (O Globo de 14 Set 62).

SECRETO



SECRETO

JAIR D..TT..S RIBEIRO - 3 -

- Em 11 Mar 63, conforme Relatório da Seção de Investigações desta Divisão, informa o seguinte: em companhia de JOÃO C..RUSO e LEONEL BRIZOL.. na realização da "Festa do Milho", na região denominada "Banhado do Colégio", almôço na residência de "NILO B..RRETO" (2a Sec/III Exército).

- "É de conhecimento público a operação para seqüestro do Governador C..LOS L.CÉ D., tentada na G.I.N.B.R., por ocasião do projetado Estado de Sítio. Esta operação foi públicas através da Nota Oficial do Ministério da Guerra, comunicando o resultado da sindicância e não IPM, realizado pelo I Exército. Essa Nota foi uma confissão clara do ocorrido". (SFICI).

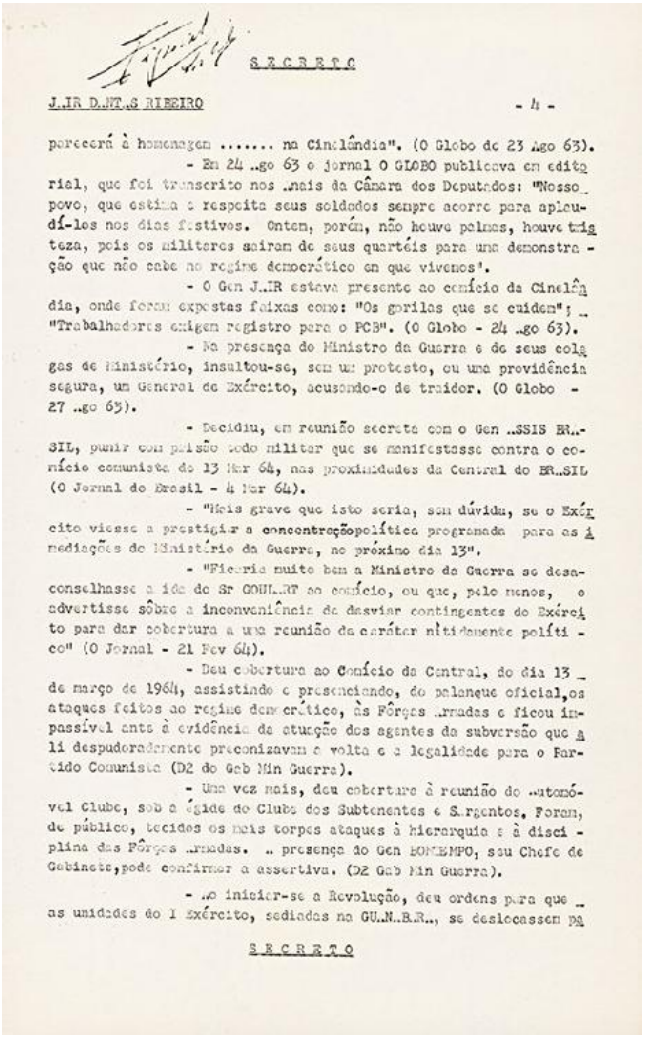
- Os inquéritos ainda em curso deixam transparecer sua responsabilidade (do Gen J..IR) quanto ao episódio da operação planejada para captura do Governador da GU..N..R.., conforme trecho do depoimento da testemunha, General ..LFREDO PINHEIRO SOARES FILHO, então comandante do Núcleo da Divisão Aero-Terrestre: "... Entretanto, obedecendo ordens de autoridades superiores à do Comando do I Exército, projetou o exercício para a citada região do Lahlon, desprezando as demais direções, onde, mais tarde, em consequência da evolução dos acontecimentos ficaria em condições de receber novas missões; perguntado, em bem da segurança da verdade e da justiça, sôbre qual autoridade teria dado tal missão, respondeu que o Sr.Ministro da Guerra pessoalmente lhe deu tal missão". (D2 do Gab Min Guerra).

- Face à repercussão no público do fracassado seqüestro do Governador do Estado da GU..NABARA, o General JAIR D..NTAS RIBEIRO procurou valer-se da descoberta de algumas armas em um sítio em J.C.RSP.GU. para acobertar tal repercussão, tentando, para isso, até induzir o encarregado do inquérito a adaptar as conclusões aos seus desígnios. (SFICI).

- Em ..go 63 era anunciada a realização, em local proibido, de um comício político, e a Secretaria de Segurança do Estado da GU..N..R.. expedia Nota Oficial: - "Um grupo de Deputados da ..ssembléia comunicou que o Presidente da República irá ao comício na Praça Floriano Peixoto, no dia 25, sob a proteção do Exército, ao qual recorreram êsses políticos". (O Globo de 22 ..go 63).

- Em 22 ..go a Secretaria de Imprensa da Presidência da República comunicou: "..tendendo a convite de entidades sindicais, de estudantes, de partidos políticos..... O Presidente com

SECRETO



SECRETO

J..IR D..NT..S RIBEIRO - 4 -

perecerá à homenagem ..... na Cinelândia". (O Globo de 23 Ago 63).

- Em 24 ..go 63 o jornal O GLOBO publicava em editorial, que foi transcrito nos ..nais da Câmara dos Deputados: "Nosso povo, que estima e respeita seus soldados sempre acorre para aplaudí-los nos dias festivos. Ontem, porém, não houve palmas, houve tristeza, pois os militares saíram de seus quartéis para uma demonstração que não cabe no regime democrático em que vivemos".

- O Gen J..IR estava presente ao comício da Cinelândia, onde foram expostas faixas como: "Os gorilas que se cuidem"; "Trabalhadores exigem registro para o PCB". (O Globo - 24 ..go 63).

- Na presença do Ministro da Guerra e de seus colegas de Ministério, insultou-se, sem um protesto, ou uma providência segura, um General do Exército, acusando-o de traidor. (O Globo - 27 ..go 63).

- Decidiu, em reunião secreta com o Gen ..SIS BR..SIL, punir com prisão todo militar que se manifestasse contra o comício comunista de 13 Mar 64, nas proximidades da Central do BR..SIL (O Jornal do Brasil - 4 Mar 64).

- "Mais grave que isto seria, sem dúvida, se o Exército viesse a prestigiar a concentração política programada para as imediações do Ministério da Guerra, no próximo dia 13".

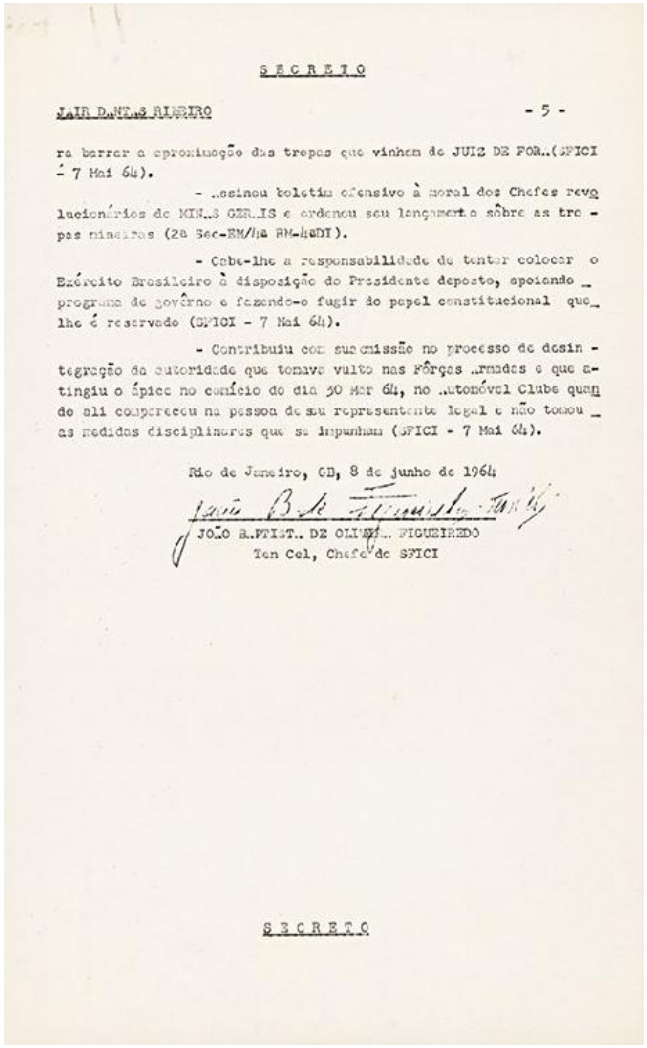
- "Ficaria muito bem a Ministro da Guerra se desaconselhasse a ida do Sr GOUL..RT ao comício, ou que, pelo menos, o advertisse sôbre a inconveniência de desviar contingentes do Exército para dar cobertura a uma reunião de caráter nitidamente político" (O Jornal - 21 Fev 64).

- Deu cobertura ao Comício da Central, do dia 13 de março de 1964, assistindo e presenciando, do palanque oficial, os ataques feitos ao regime democrático, às Fôrças ..rmadas e ficou impassível ante à evidência da atuação dos agentes da subversão que ali despudoradamente preconizavam a volta e a legalidade para o Partido Comunista (D2 do Gab Min Guerra).

- Uma vez mais, deu cobertura à reunião do ..tomóvel Clube, sob a égide do Clube dos Subtenentes e Sargentos, Foram, de público, tecidos os mais torpes ataques à hierarquia e à disciplina das Fôrças ..rmadas. .. presença do Gen ROMEMPO, seu Chefe de Gabinete, pode confirmar a assertiva. (D2 Gab Min Guerra).

- ..o iniciar-se a Revolução, deu ordens para que as unidades do I Exército, sediadas na GU..N..B.R.., se deslocassem pa

SECRETO



SECRETO

LAIR DANIEL RIBEIRO - 5 -

ra barrar a aproximação das tropas que vinham de JUIZ DE FOR..(SFICI - 7 Mai 64).

- ..eleinou boletim ofensivo à moral dos Chefes revolucionários de MIN..S GER..IS e ordenou seu lançamento sôbre as tropas mineiras (2ª Sec-RM/1ª RM-4ªDI).

- Cabe-lhe a responsabilidade de tentar colocar o Exército Brasileiro à disposição do Presidente deposto, apoiando o programa de govêrno e fazendo-o fugir do papel constitucional que lhe é reservado (SFICI - 7 Mai 64).

- Contribuiu com sua omissão no processo de desintegração da autoridade que tomou vulto nas Fôrças ..rmadas e que atingiu o ápice no comício do dia 30 Mar 64, no ..utomóvel Clube quando ali compareceu na pessoa de seu representante legal e não tomou as medidas disciplinares que se impunham (SFICI - 7 Mai 64).

Rio de Janeiro, GB, 8 de junho de 1964

JOÃO B..PTIST.. DE OLIV.. FIGUEIREDO
Ten Cel, Chefe de SFICI

SECRETO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Jornal do Brasil, 14 de março de 1964

JORNAL DO BRASIL

A PRESSA EM MUDAR

Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova Constituição

A PRAÇA MARAVILHOSA

A PRESSÃO DAS REFORMAS

Protesto com velas

Constituinte

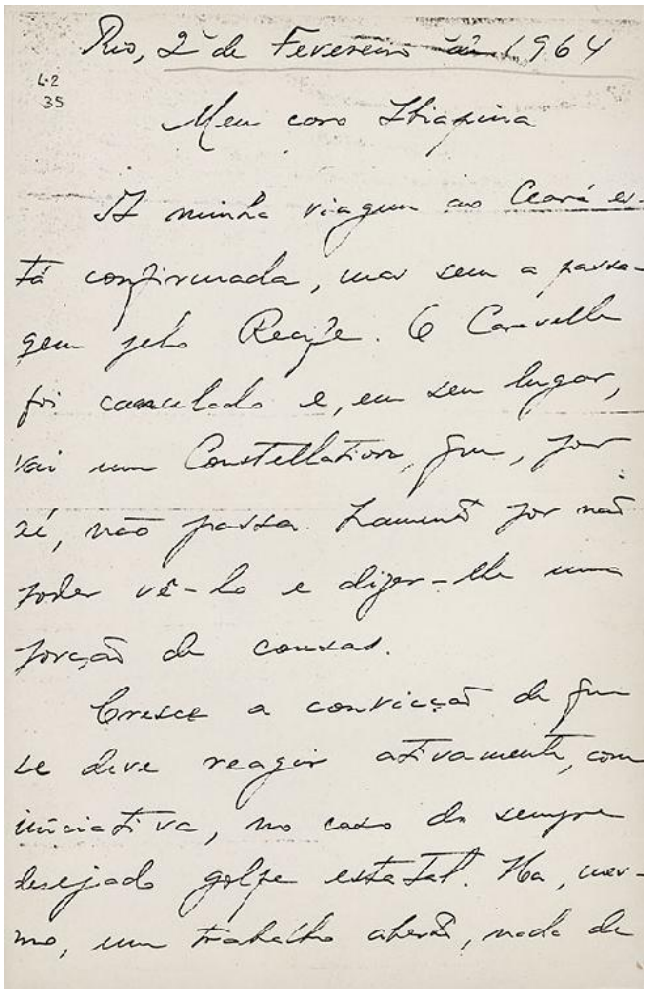
Mensagem das Reformas

Reza em São Paulo

[Voltar] | [Transcrição]

Carta de Castello Branco ao coronel Helio Ibiapina

[O trecho mencionado está na página 2]



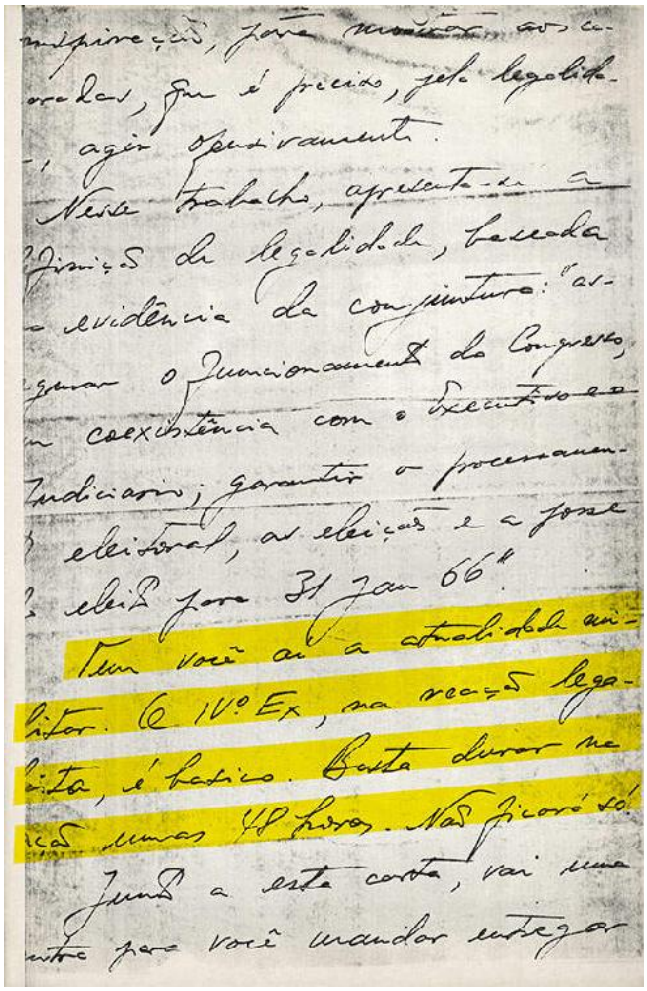
Rio, 2 de Fevereiro de 1964

L-2
35

Meu caro Ibiapina

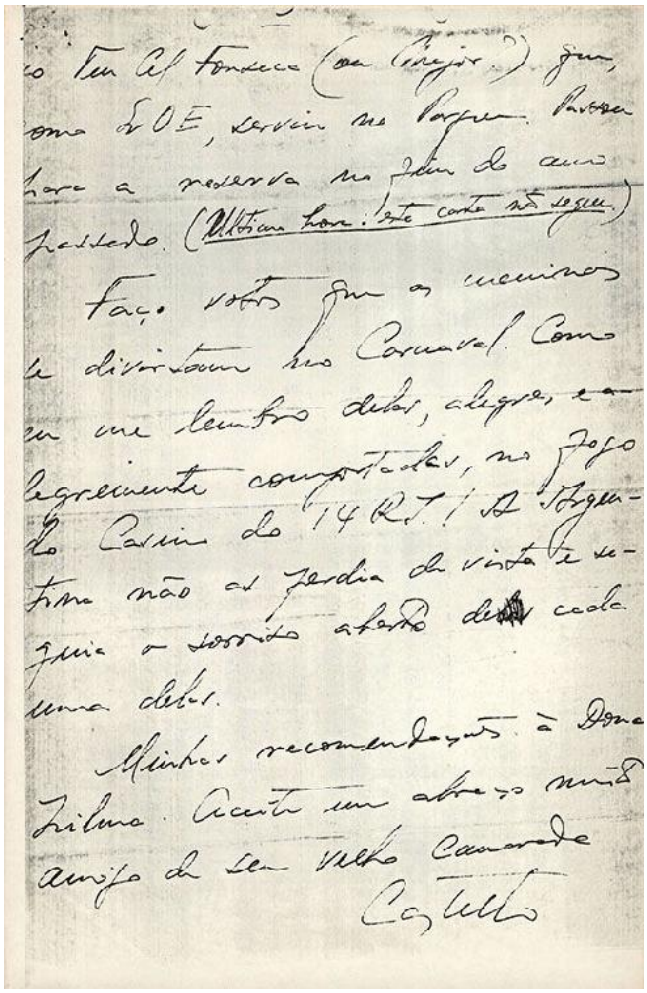
A minha viagem ao Ceará es-
tá confirmada, mas sem a passa-
gem pelo Recife. O Carvalho
foi cassado e, em seu lugar,
vai um Costellatinho, fun, fun
zé, não prestou. Lamento por não
poder vê-lo e dizer-lhe uma
força da convicção de que
se deve reagir ativamente, com
iniciativa, no caso da sempre
desejado golpe estar feito. Há, entre-
mo, um trabalho aberto, mode de

[Voltar] | [Transcrição]



Página 2 de 3

[Voltar] | [Transcrição]

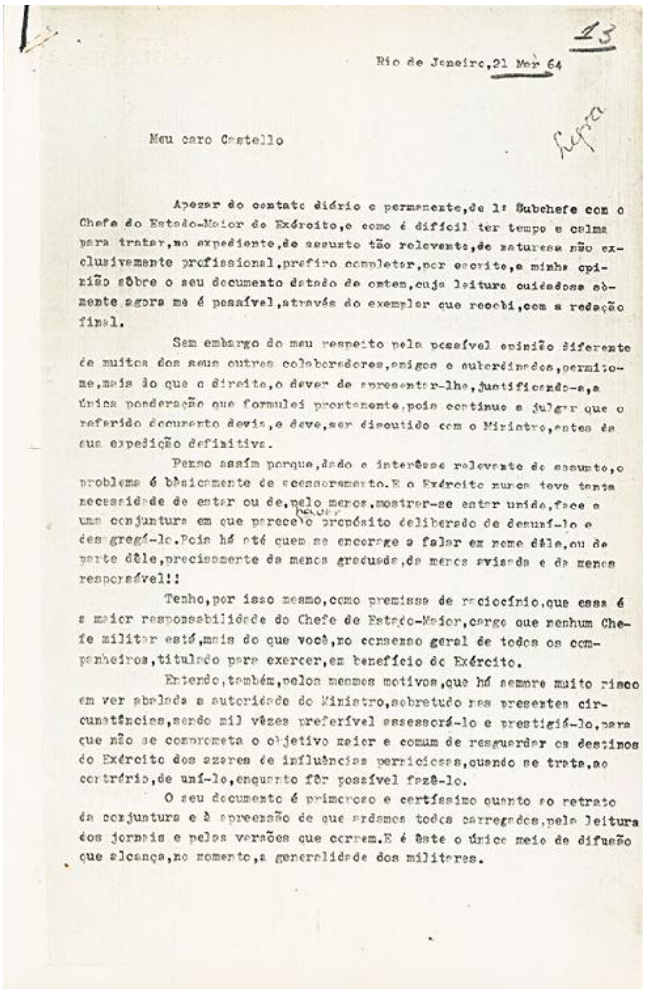


[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Carta de Lyra Tavares a Castello Branco

[O trecho mencionado está na página 1]



13

Rio de Janeiro, 21 Mar 64

Lyra

Meu caro Castello

Apezar do contato diário e permanente, de 1º Subchefe com o Chefe do Estado-Maior do Exército, e como é difícil ter tempo e calma para tratar, no expediente, de assunto tão relevante, de natureza não exclusivamente profissional, prefiro completar, por escrito, a minha opinião sôbre o seu documento datado de ontem, cuja leitura cuidadosa sòmente agora me é possível, através do exemplar que recebi, com a redação final.

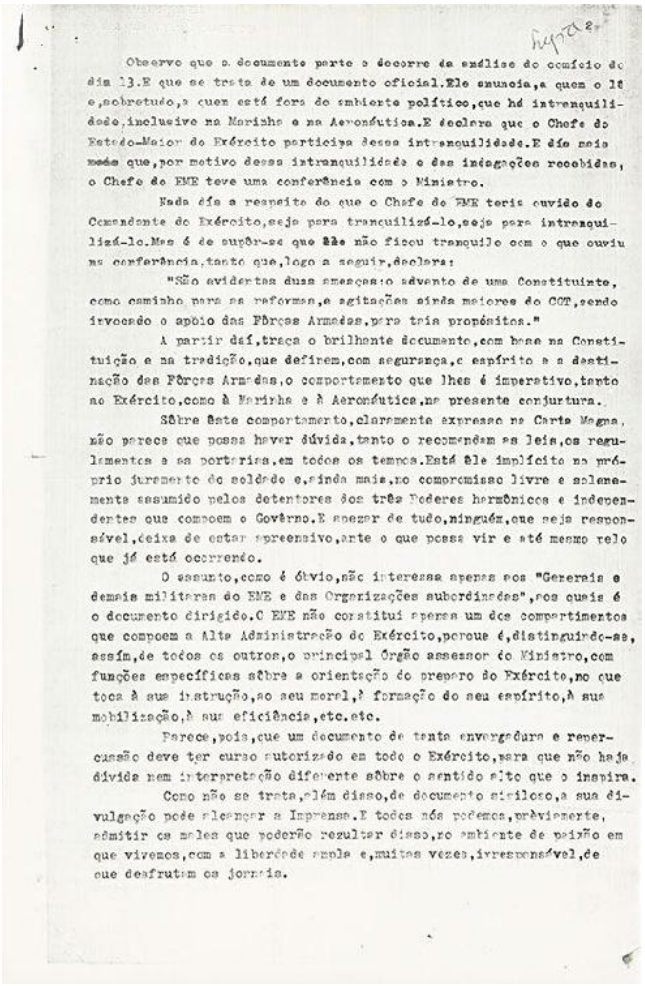
Sem embargo do meu respeito pela possível opinião diferente de muitos dos seus outros colaboradores, amigos e subordinados, permito-me, mais do que o direito, o dever de apresentar-lhe, justificando-a, a única ponderação que formulei prontamente, pois continuo a julgar que o referido documento devia, e deve, ser discutido com o Ministro, antes de sua expedição definitiva.

Penso assim porque, dado o interêsse relevante do assunto, o problema é basicamente de assessoramento. E o Exército nunca teve tanta necessidade de estar ou de, pelo menos, mostrar-se estar unido, face a uma conjuntura em que parece o propósito deliberado de desuni-lo e desagregá-lo. Pois há até quem se encarrege a falar em nome dêle, ou de parte dêle, precisamente da menos graduada, da menos avisada e da menos responsável!!

Tenho, por isso mesmo, como premissa de raciocínio, que essa é a maior responsabilidade do Chefe de Estado-Maior, cargo que nenhum Chefe militar está, mais do que você, no consenso geral de todos os companheiros, titulado para exercer, em benefício do Exército.

Entendo, também, pelos mesmos motivos, que há sempre muito risco em ver abalada a autoridade do Ministro, sobretudo nas presentes circunstâncias, sendo mil vêzes preferível assessorá-lo e prestigiá-lo, para que não se comprometa o objetivo maior e comum de resguardar os destinos do Exército dos azares de influências perniciosas, quando se trata, ao contrário, de uni-lo, enquanto fôr possível fazê-lo.

O seu documento é primoroso e certíssimo quanto ao retrato da conjuntura e à apreensão de que estamos todos carregados, pela leitura dos jornais e pelas versões que ocorrem. E é êste o único meio de difusão que alcança, no momento, a generalidade dos militares.



Observo que o documento parte e decorre da análise do comício de dia 13.E que se trata de um documento oficial.Ele anuncia,a quem o lê e,sobretudo,a quem está fora do ambiente político,que há intranquilidade,inclusive na Marinha e na Aeronáutica.E declara que o Chefe do Estado-Maior do Exército participa dessa intranquilidade.E diz mais mesmo que,por motivo dessa intranquilidade e das indagações recebidas, o Chefe do EME teve uma conferência com o Ministro.

Nada diz a respeito do que o Chefe do EME teria ouvido do Comandante do Exército,seja para tranquilizá-lo,seja para intranquilizá-lo.Mas é de supôr-se que êle não ficou tranquilo com o que ouviu na conferência,tanto que,logo a seguir,declara:

"Não evidentes duas ameaças:o advento de uma Constituinte, como caminho para as reformas,e agitações ainda maiores do CGT,sendo invocado o apoio das Fôrças Armadas,para tais propósitos."

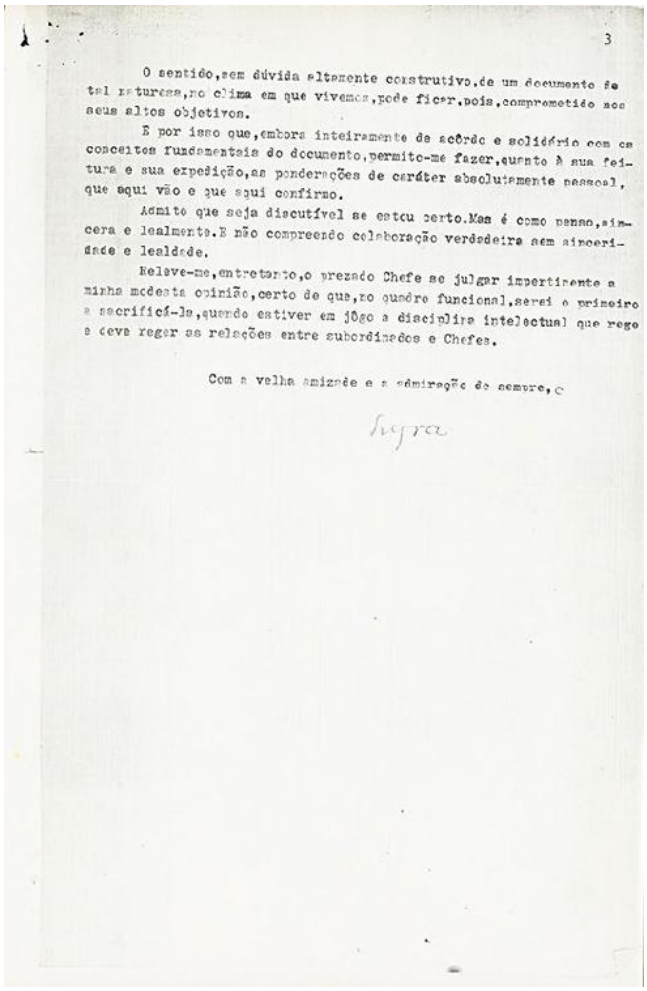
A partir daí,traça o brilhante documento,com base na Constituição e na tradição,que definem,com segurança,o espírito e a destinação das Fôrças Armadas,o comportamento que lhes é imperativo,tanto ao Exército,como à Marinha e à Aeronáutica,na presente conjuntura.

Sôbre êste comportamento,claramente expresso na Carta Magna, não parece que possa haver dúvida,tanto o recomendam as leis,os regulamentos e as portarias,em todos os tempos.Está êle implícito no próprio juramento de soldado e,ainda mais,no compromisso livre e solenemente assumido pelos detentores dos três Poderes harmônicos e independentes que compoem o Govêrno.E apesar de tudo,ninguém,que seja responsável,deixa de estar apreensivo,ante o que possa vir e até mesmo pelo que já está ocorrendo.

O assunto,como é óbvio,não interessa apenas aos "Generais e demais militares do EME e das Organizações subordinadas",aos quais é o documento dirigido.O EME não constitui apenas um dos compartimentos que compoem a Alta Administração do Exército,porque é,distinguindo-se, assim,de todos os outros,o principal Órgão assessor do Ministro,com funções específicas sôbre a orientação do preparo do Exército,no que toca à sua instrução,ao seu moral,à formação do seu espírito,à sua mobilização,à sua eficiência,etc.etc.

Parece,pois,que um documento de tanta envergadura e repercussão deve ter curso autorizado em todo o Exército,para que não haja dúvida nem interpretação diferente sôbre o sentido alto que o inspira.

Como não se trata,além disso,de documento sigiloso,a sua divulgação pode alcançar a Imprensa.E todos nós podemos,prèviamente, admitir os males que poderão resultar disso,no ambiente de paixão em que vivemos,com a liberdade ampla e,muitas vezes,irresponsável,de que desfrutam os jornais.



O sentido,sem dúvida altamente construtivo,de um documento de tal natureza,no clima em que vivemos,pode ficar,pois,comprometido nos seus altos objetivos.

E por isso que,embora inteiramente de acôrdo e solidário com os conceitos fundamentais do documento,permito-me fazer,quanto à sua feitura e sua expedição,as ponderações de caráter absolutamente pessoal, que aqui vão e que aqui confirmo.

Admito que seja discutível se estou certo.Mas é como penso,sinceramente e lealmente.E não compreendo colaboração verdadeira sem sinceridade e lealdade.

Releve-me,entretanto,o prezado Chefe se julgar impertinente a minha modesta opinião,certo de que,no quadro funcional,serei o primeiro a sacrificá-la,quando estiver em jôgo a disciplina intelectual que rege e deve reger as relações entre subordinados e Chefes.

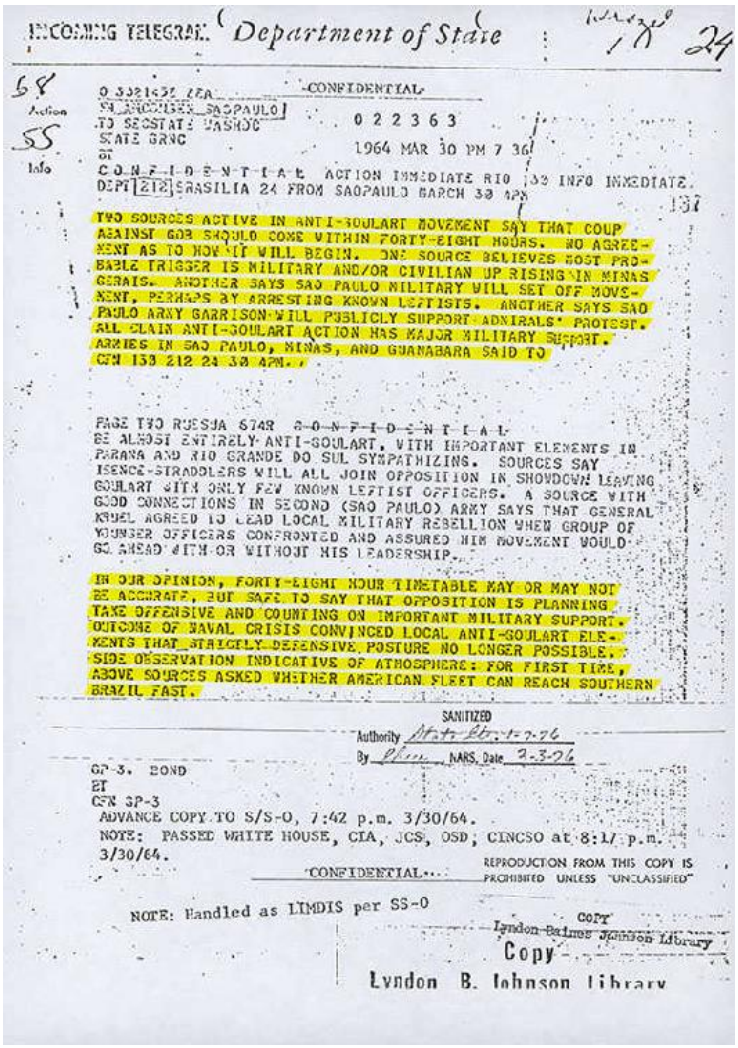
Com a velha amizade e a admiração de sempre, c

Supra

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Telegrama do Consulado Americano em São Paulo informando que o golpe viria em 48 horas



INCOMING TELEGRAM Department of State

CONFIDENTIAL

TO SECSTATE WASHDC
STATE GRNC

0 022363

1964 MAR 30 PM 7 36

CONFIDENTIAL ACTION IMMEDIATE RIO 132 INFO IMMEDIATE
DEPT 212 BRASILIA 24 FROM SAOPAULO MARCH 30 4PM

TWO SOURCES ACTIVE IN ANTI-GOULART MOVEMENT SAY THAT COUP AGAINST GOB SAOPULO COME WITHIN FORTY-EIGHT HOURS. NO AGREEMENT AS TO HOW IT WILL BEGIN. ONE SOURCE BELIEVES MOST PROBABLE TRIGGER IS MILITARY AND/OR CIVILIAN UP RISING IN MINAS GERAIS. ANOTHER SAYS SAO PAULO MILITARY WILL SET OFF MOVEMENT, PERHAPS BY ARRESTING KNOWN LEFTISTS. ANOTHER SAYS SAO PAULO ARMY GARRISON WILL PUBLICLY SUPPORT ADMIRALS' PROTEST. ALL CLAIM ANTI-GOULART ACTION HAS MAJOR MILITARY SUPPORT. ARMIES IN SAO PAULO, MINAS, AND GUANABARA SAID TO CTN 153 212 24 30 4PM.

PAGE TWO RUESJA 574R CONFIDENTIAL
BE ALMOST ENTIRELY ANTI-GOULART, WITH IMPORTANT ELEMENTS IN PARANA AND RIO GRANDE DO SUL SYMPATHIZING. SOURCES SAY ISENCE-STRADDLERS WILL ALL JOIN OPPOSITION IN SHOWDOWN LEAVING GOULART WITH ONLY FEW KNOWN LEFTIST OFFICERS. A SOURCE WITH GOOD CONNECTIONS IN SECOND (SAO PAULO) ARMY SAYS THAT GENERAL KRUEL AGREED TO LEAD LOCAL MILITARY REBELLION WHEN GROUP OF YOUNGER OFFICERS CONFRONTED AND ASSURED HIM MOVEMENT WOULD GO AHEAD WITH OR WITHOUT HIS LEADERSHIP.

IN OUR OPINION, FORTY-EIGHT HOUR TIMETABLE MAY OR MAY NOT BE ACCURATE, BUT SAFE TO SAY THAT OPPOSITION IS PLANNING TAKE OFFENSIVE AND COUNTING ON IMPORTANT MILITARY SUPPORT. OUTCOME OF NAVAL CRISIS CONVINCED LOCAL ANTI-GOULART ELEMENTS THAT STRICTLY DEFENSIVE POSTURE NO LONGER POSSIBLE. SIDE OBSERVATION INDICATIVE OF ATMOSPHERE: FOR FIRST TIME, ABOVE SOURCES ASKED WHETHER AMERICAN FLEET CAN REACH SOUTHERN BRAZIL FAST.

SANITIZED
Authority State Rev. 1-7-76
By [illegible] NARS, Date 2-3-76

GP-3. BOND
ET
CFN 3P-3
ADVANCE COPY TO S/S-O, 7:42 p.m. 3/30/64.
NOTE: PASSED WHITE HOUSE, CIA, JCS, OSD, CINCSO at 8:17 p.m. 3/30/64.

CONFIDENTIAL

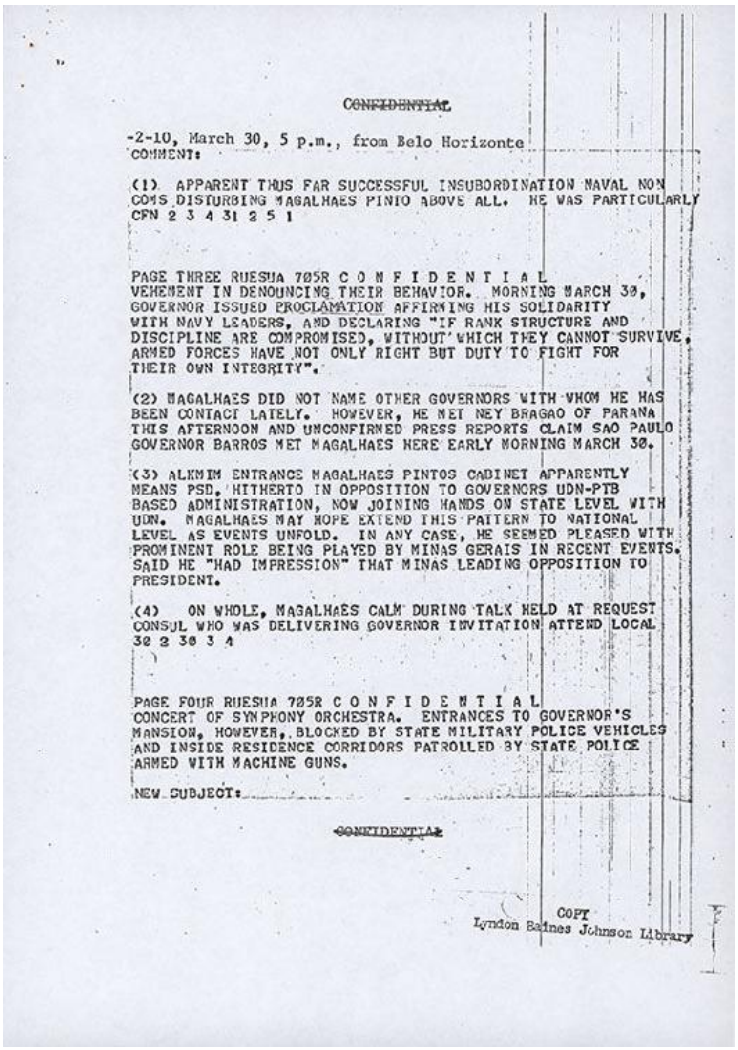
REPRODUCTION FROM THIS COPY IS PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"

NOTE: Handled as LIMDIS per SS-O

Copy
Lyndon Baines Johnson Library
Copy
Lyndon B. Johnson Library

Página 1 de 3

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



~~CONFIDENTIAL~~

-2-10, March 30, 5 p.m., from Belo Horizonte
COMMENT:

(1) APPARENT THUS FAR SUCCESSFUL INSUBORDINATION NAVAL NON COMS DISTURBING MAGALHAES PINTO ABOVE ALL. HE WAS PARTICULARLY
CFN 2 3 4 31 2 5 1

PAGE THREE RUESUA 705R C O N F I D E N T I A L
VEHEMENT IN DENOUNCING THEIR BEHAVIOR. MORNING MARCH 30, GOVERNOR ISSUED PROCLAMATION AFFIRMING HIS SOLIDARITY WITH NAVY LEADERS, AND DECLARING "IF RANK STRUCTURE AND DISCIPLINE ARE COMPROMISED, WITHOUT WHICH THEY CANNOT SURVIVE, ARMED FORCES HAVE NOT ONLY RIGHT BUT DUTY TO FIGHT FOR THEIR OWN INTEGRITY".

(2) MAGALHAES DID NOT NAME OTHER GOVERNORS WITH WHOM HE HAS BEEN CONTACT LATELY. HOWEVER, HE MET NEY BRAGAO OF PARANA THIS AFTERNOON AND UNCONFIRMED PRESS REPORTS CLAIM SAO PAULO GOVERNOR BARROS MET MAGALHAES HERE EARLY MORNING MARCH 30.

(3) ALKMIM ENTRANCE MAGALHAES PINTOS CABINET APPARENTLY MEANS PSD, HITHERTO IN OPPOSITION TO GOVERNORS UDN-PTB BASED ADMINISTRATION, NOW JOINING HANDS ON STATE LEVEL WITH UDN. MAGALHAES MAY HOPE EXTEND THIS PATTERN TO NATIONAL LEVEL AS EVENTS UNFOLD. IN ANY CASE, HE SEEMED PLEASED WITH PROMINENT ROLE BEING PLAYED BY MINAS GERAIS IN RECENT EVENTS. SAID HE "HAD IMPRESSION" THAT MINAS LEADING OPPOSITION TO PRESIDENT.

(4) ON WHOLE, MAGALHAES CALM DURING TALK HELD AT REQUEST CONSUL WHO WAS DELIVERING GOVERNOR INVITATION ATTEND LOCAL
30 2 30 3 4

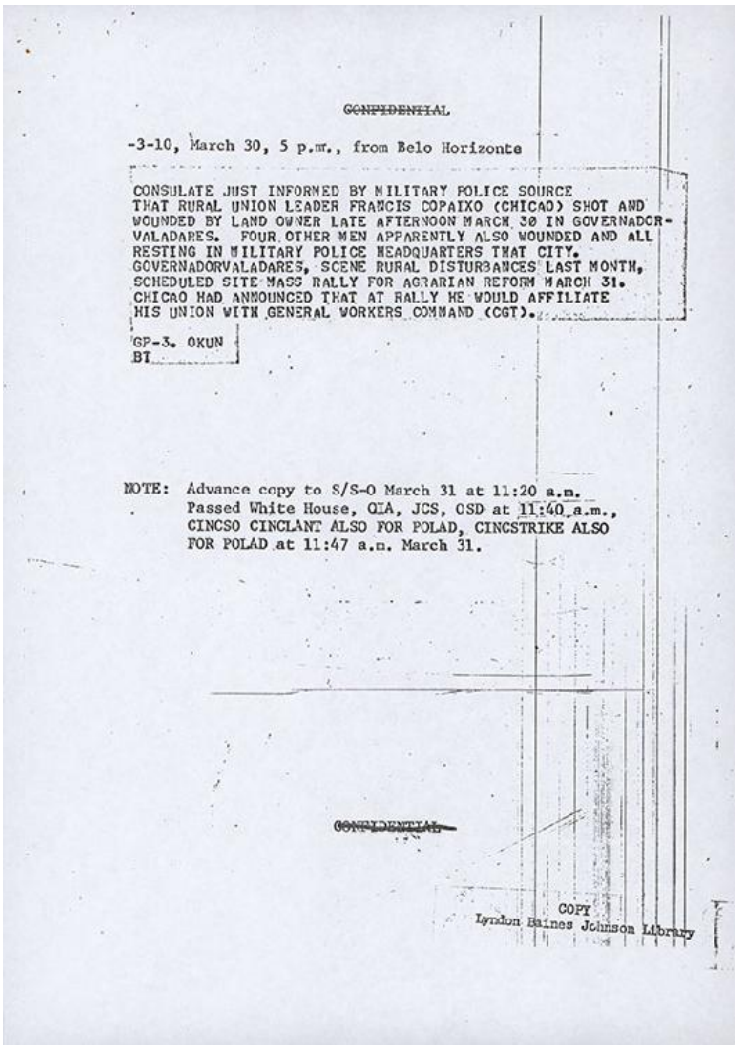
PAGE FOUR RUESUA 705R C O N F I D E N T I A L
CONCERT OF SYMPHONY ORCHESTRA. ENTRANCES TO GOVERNOR'S MANSION, HOWEVER, BLOCKED BY STATE MILITARY POLICE VEHICLES AND INSIDE RESIDENCE CORRIDORS PATROLLED BY STATE POLICE ARMED WITH MACHINE GUNS.

NEW SUBJECT:

~~CONFIDENTIAL~~

Copy
Lyndon Baines Johnson Library

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



~~CONFIDENTIAL~~

-3-10, March 30, 5 p.m., from Belo Horizonte

CONSULATE JUST INFORMED BY MILITARY POLICE SOURCE THAT RURAL UNION LEADER FRANCIS COPAIXO (CHICAO) SHOT AND WOUNDED BY LAND OWNER LATE AFTERNOON MARCH 30 IN GOVERNADOR-VALADARES. FOUR OTHER MEN APPARENTLY ALSO WOUNDED AND ALL RESTING IN MILITARY POLICE HEADQUARTERS THAT CITY. GOVERNADORVALADARES, SCENE RURAL DISTURBANCES LAST MONTH, SCHEDULED SITE MASS RALLY FOR AGRARIAN REFORM MARCH 31. CHICAO HAD ANNOUNCED THAT AT RALLY HE WOULD AFFILIATE HIS UNION WITH GENERAL WORKERS COMMAND (CGT).

GP-3. OKUN
BT

NOTE: Advance copy to S/S-O March 31 at 11:20 a.m. Passed White House, CIA, JCS, OSD at 11:40 a.m., CINCSO CINCLANT ALSO FOR POLAD, CINCSTRIKE ALSO FOR POLAD at 11:47 a.m. March 31.

~~CONFIDENTIAL~~

COPY
Lyndon Baines Johnson Library

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Correio da Manhã, 31 de março de 1964

Correio da Manhã

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1964

CLUBE MILITAR ADERE AO CLUBE NAVAL

Goulart e os sargentos

Basta!

EUA ACUSAM JG DE NÃO SER ANTI-FIDEL

PREJUÍZO NO ALASCA FOI A 350 MILHÕES

Guerra teria nôvo titular mas interino

Crise leva Michaelsen a demitir-se

Promoção: faz 8 novos generais

Governadores analisam crise no País

[Voltar] | [Transcrição]

DISCURSO DE JOÃO GOULART DURANTE REUNIÃO DE SARGENTOS NO AUTOMÓVEL CLUBE EM 30 DE MARÇO DE 1964

A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da Nação, libertando-os da penúria e da ignorância.

O momento que estamos vivendo exige de cada brasileiro o máximo de calma e de determinação, para fazer face ao clima de intrigas e envenenamentos, que grupos poderosos estão procurando criar contra o governo, contra os mais altos interesses da Pátria e contra a unidade de nossas Forças Armadas.

Para compreender o esquema de atuação desses grupos que tentam impedir o progresso do país e barrar a ampliação das conquistas populares, basta observar que são comandados pelos eternos inimigos da democracia, pelos defensores dos golpes de estado e dos regimes de emergência ou de exceção.

Na crise de 1961, os mesmos fariseus que hoje exibem um falso zelo pela Constituição, queriam rasgá-la e enterrá-la sob a campa fria da ditadura fascista. Tudo isto é história recente, que não pode ser repetida, porque está indelevelmente gravada na memória do povo brasileiro.

Vimos, de repente, os políticos que mais pregaram o ódio neste país estenderem a mão para os políticos mais corruptos da história brasileira e juntos terem o cinismo de falar em nome dos sentimentos católicos do povo. Passaram a acusar de anticatólicos, não apenas ao Presidente da República, mas ao próprio Cardeal de São Paulo. Na hora em que ainda ressonam as Encíclicas Sociais de João XXIII, é demasiada audácia a desses aventureiros se atreverem a falar em nome da Igreja. Não me cabe, porém, combater essa usurpação, pois a Ação Católica de Minas e de São Paulo já tomou essa iniciativa. E a maior resposta a esses fariseus foi dada por aquele prelado brasileiro que, a 2 de fevereiro de 1963, afirmava que os ricos da América Latina falam muito em reformas de base, mas chamam de comunistas aqueles que se decidem a levá-las à prática. Ele explicava: “é fácil de entender: os ricos da América Latina continuam a deter o Parlamento e tem o grande idealismo da fé no futuro”. Dizia por fim: “O egoísmo de muitos ricos, sua cegueira, é um problema muito mais grave do que o próprio comunismo”.

Esse sacerdote, Dom Hélder Câmara, acaba de ser designado pelo papa para ser Arcebispo de Recife, uma das cidades que mais refletem a crise social do nosso país.

Reconheço que há muitos iludidos de boa-fé. Venho adverti-los de que estão sendo manipulados em seus sentimentos por grupos de facções políticas, agências de publicidade e órgãos de cúpula das classes empresariais.

Aconselho, portanto, a todo brasileiro que hoje esteja envolvido, por motivos religiosos, em comícios políticos, que medite um pouco se está realmente defendendo a doutrina daquele que pela salvação da humanidade morreu na cruz, ou apenas os interesses de alguns grupos financeiros ou eleitorais. Recorde- se da palavra de Pio XI que, tomando consciência de que a Igreja se estava

transformando em escudo de privilégios injustificáveis, reconheceu que “o grande escândalo do nosso tempo foi a Igreja ter perdido contato com a classe operária”.

Continuemos, ao lado das nossas mães, mulheres e filhos, a acompanhar as suas orações e a prestigiar e respeitar a sua fé e os seus sentimentos, que são também os nossos. Mas não nos iludamos diante da torpe exploração que procura envolver os sentimentos mais puros, como se a religião e a fé fossem servir de escudo a interesses contrários ao nosso país - e muito menos podemos admitir que o dinheiro do Ibad venha a macular a pureza das nossas instituições cristãs e do sentimento religioso dos nossos filhos. Não podemos permitir que esse dinheiro espúrio venha macular os sentimentos puros das nossas famílias, os sentimentos puros do povo brasileiro.

Mas, senhores sargentos, que constituem um dos alicerces da nossa estrutura militar, a minha palavra, e meu apelo, é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados. Que respeitem a hierarquia legal, que se mantenham cada vez mais coesos dentro das suas unidades e fiéis aos princípios básicos da disciplina. Que continuem prestigiando as nossas instituições, porque em nome dessas instituições, em nome dessa disciplina, os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes está traçado é o caminho que me foi traçado também.

As reformas que nós pedimos, senhores suboficiais, senhores sargentos, as pedimos rigorosamente dentro da Constituição. As atitudes que vêm caracterizando a ação do governo, as suas providências, as leis e os decretos que vem assinando o governo em benefício do povo são também efetuados rigorosamente dentro da lei e dentro da Constituição.

O Ibad, os interesses econômicos, os grandes grupos nacionais e internacionais não tem competência para julgar os atos do Presidente da República. Existem poderes constituídos como a Suprema Corte de Justiça do nosso país, como outros poderes constitucionais que podem aquilatar e julgar os atos do Presidente da República. Os Constituintes em 1946 estabeleceram no Artigo 217 da nossa Constituição o princípio de que ela poderia ser modificada. Compreenderam os legisladores que as Constituições não devem servir apenas para resguardar as instituições do presente, mas as constituições devem, acima de tudo, resguardar as instituições do futuro. Triste do país que tivesse uma Constituição intocável. As constituições têm que evoluir à medida que evoluem os povos e as nações. Mas outra crítica que constantemente se levantava contra o Presidente da República, diariamente transcrita e bem paga na imprensa brasileira, era a de que o Presidente não revelava quais as reformas que desejava o povo brasileiro. Este argumento agora não prevalece mais, porque o Presidente da República, acaba de enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo claramente, em com todas as letras, como o povo brasileiro deseja as reformas. Reformas que não podem mais ser adiadas, reformas que não podem mais ser transferidas, porque essas reformas constituem, acima de tudo, reivindicações legítimas e sentidas do povo brasileiro e são indispensáveis ao desenvolvimento do nosso país.

Com fé em Deus e confiança no povo, quero afirmar, claramente, nesta noite, na hora que, em nome da disciplina, se estão praticando as maiores indisciplinas, que não admitirei que a desordem seja promovida em nome da ordem; não admitirei que o conflito entre irmãos seja pregado e que, em nome de um anti- reformismo impatriótico, se chegue a conclamar as forças da reação para se

armarem contra o povo e contra os trabalhadores; não permitirei que a religião de meus pais, a minha religião e a de meus filhos, seja usada como instrumento político de ocasião, por aqueles que ignoram o seu sentido verdadeiro e pisoteiam o segundo mandamento de Deus.

O meu mandato, conferido pelo povo e reafirmado pelo povo numa segunda vez, será exercido em toda a sua plenitude, em nome do povo e na defesa dos interesses populares. Enganam-se redondamente aqueles que imaginam que as forças da reação serão capazes de destruir o mandato que é do povo brasileiro. Ainda agora, procura-se, em nome da disciplina militar, criar uma crise para dividir as gloriosas Forças Armadas do país. Quem fala em disciplina? Quem está alardeando disciplina nesta hora? Quem está procurando intrigar o Presidente da República em nome da disciplina? São aqueles mesmos que, em 1961, em nome de uma falsa disciplina, em nome de pretensa ordem e de pretensa legalidade que defendiam, prenderam dezenas de oficiais e sargentos brasileiros. Em nome dessa disciplina, prendeu-se um dos mais ilustres e eminentes comandantes do Exército Brasileiro; prendeu-se numa fortaleza, aqui no Rio de Janeiro, um Marechal, pelo crime de defender a Constituição que ele tinha jurado. Esse grande militar, de uma tradição ilibada nas fileiras de nossa Exército, símbolo de disciplina e de bravura das nossa Forças Armadas, o grande Marechal Henrique Teixeira Lott, foi punido, com recolhimento a uma fortaleza.

Fiel à minha formação cristã, não guardo qualquer mágoa daqueles acontecimentos. Jamais remanesceu no meu espírito qualquer ressentimento com relação àqueles que, num determinado instante, não souberam defender a Constituição da República, não souberam interpretar as leis do país.

E o mesmo espírito que me guiou em 1961 foi o espírito que me guiou agora na crise da Marinha, que está servindo de tantos pretextos para intrigas nas Forças Armadas.

Estava no Sul, quando soube da crise que irrompia na Marinha de Guerra. Desloquei-me imediatamente para o Rio de Janeiro. E aqui a minha primeira recomendação – recomendação compreendida e sentida pelo Exército e pela Aeronáutica – foi a de que eu não permitiria jamais que se praticasse qualquer violência contra aqueles brasileiros que se encontravam desarmados na sede de um sindicato. Eu estaria faltando a vocês, sargentos, às suas esposas e às suas mães, se naquele instante, rigorosamente dentro da lei e das minhas atribuições, confiei o problema, na sua plenitude, ao atual ministro da Marinha, que se encontra aqui conosco. Não tive mais nenhuma interferência, a não ser dar autoridade ao novo ministro que assumia naquela hora o comando da nossa Marinha de Guerra.

Ninguém mais do que eu, neste país, deseja o fortalecimento e a coesão das nossas Forças Armadas. Ninguém mais do que eu deseja a glória da nossa Marinha de Guerra. Ninguém mais do que eu deseja que ela vive permanentemente num clima de compreensão, de entendimento, de respeito e de disciplina. Mas a disciplina não se constrói sobre o ódio e a exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que são comandados.

Mas também faltaria com o meu dever se não alertasse o alicerce básico das nossas Forças Armadas – os sargentos – contra a terrível campanha que neste país [ILEGÍVEL] contra o Presidente da República e mais especificamente contra o pensamento representado pelo Presidente. Se os sargentos me perguntassem – estas são as minhas últimas palavras – donde surgem tantos recursos para campanha tão poderosa, para mobilização tão violenta contra o governo, eu diria simplesmente,

sargentos brasileiros, que tudo isto vem do dinheiro dos profissionais da remessa ilícita de lucros que recentemente regulamentei através de uma lei. é do dinheiro maculado pelo interesse enorme do petróleo internacional e de companhias nacionais contra a lei que também assinei do monopólio da importação de petróleo pela Petrobrás. é do dinheiro que se levantou contra outro ato que também praticou o Presidente da República, que foi a encampação de todas as companhias particulares de refino, mas atos que pratiquei rigorosamente dentro da lei e no espírito da Lei 2004, criada pelo grande e imortal Presidente Vargas.

Esse é o dinheiro graúdo. Se os sargentos me perguntarem sobre o dinheiro mais miúdo, mas também muito poderoso, eu diria que é o dinheiro dos proprietários profissionais de apartamentos em todo o Brasil, de apartamentos que estavam sendo negados aos brasileiros, de apartamentos que não se alugavam mais em cruzeiros, de apartamentos cujo aluguel já se exigia pagamento em dólar, como se Copacabana fosse um país estrangeiro, como se os brasileiros vivessem subordinados a outros interesses. é o dinheiro, por outro lado, senhores sargentos, de comerciantes desonestos que estavam explorando e roubando o povo brasileiro e que o governo, no direito legítimo que lhe confere a lei, defendeu e deu ordem ao Ministro Jurema para que não mais permitisse a exploração e que defendesse o povo em toda a sua integridade. Enfim, trabalhadores, enfim, militares, enfim, brasileiros, é o dinheiro dos grandes laboratórios estrangeiros de medicamentos. De laboratórios que terão que cumprir a lei ou terão que ser subordinados à lei porque o Presidente da República não vacilará um instante sequer na execução de todas as leis e de todos os decretos.

Fonte: *Jornal do Brasil*, 31 mar. 1964.

[Fim do documento]

[Voltar]

Correio da Manhã, 1º de abril de 1964

Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

2.º CLICHÊ

5 ESTADOS JÁ EM ELIÃO CONTRA JG

ADEMAR ANUNCIA EM SP MARCHA DE KRUEL

O líder civil

Fora!

MAGALHÃES PINTO: JG TRAI LEGALIDADE

JK chamado às pressas por Goulart

PROCLAMAÇÃO DE KRUEL CONTRA JG

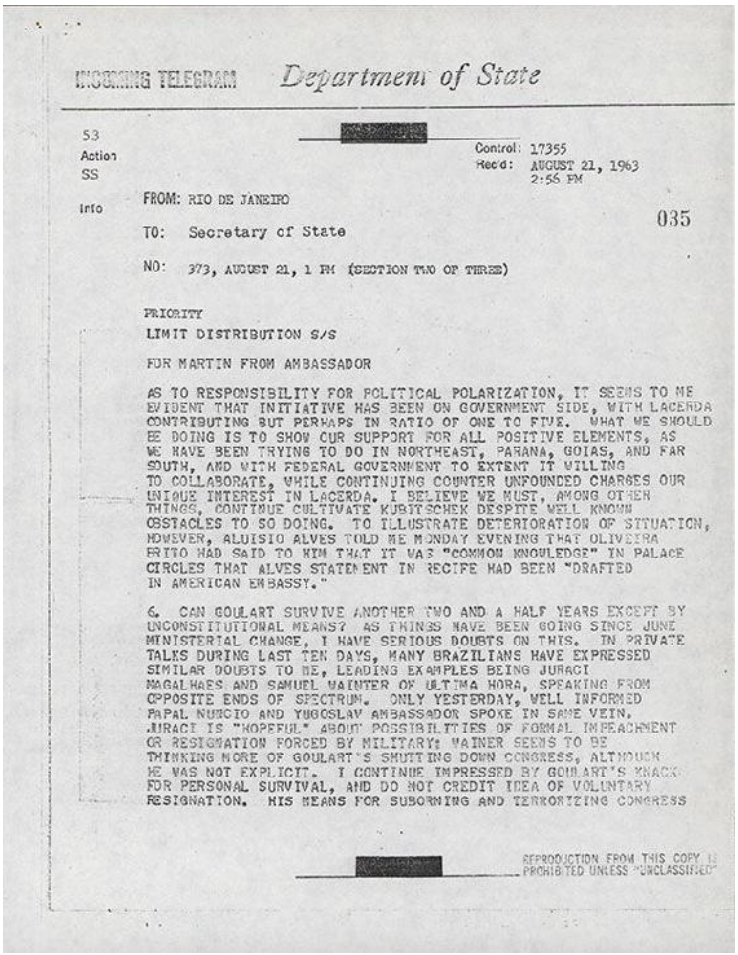
General Jair teve hemorragia

CGT decreta greve em todo o país

[Voltar] | [Transcrição]

Telegrama do embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado

[O trecho mencionado está na página 2]



INCOMING TELEGRAM Department of State

53
Action
SS

[redacted]

Control: 17355
Recd: AUGUST 21, 1963
2:56 PM

Info

FROM: RIO DE JANEIRO

035

TO: Secretary of State

NO: 373, AUGUST 21, 1 PM (SECTION TWO OF THREE)

PRIORITY
LIMIT DISTRIBUTION S/S

FOR MARTIN FROM AMBASSADOR

AS TO RESPONSIBILITY FOR POLITICAL POLARIZATION, IT SEEMS TO ME EVIDENT THAT INITIATIVE HAS BEEN ON GOVERNMENT SIDE, WITH LACERDA CONTRIBUTING BUT PERHAPS IN RATIO OF ONE TO FIVE. WHAT WE SHOULD BE DOING IS TO SHOW OUR SUPPORT FOR ALL POSITIVE ELEMENTS, AS WE HAVE BEEN TRYING TO DO IN NORTHEAST, PARANA, GOIAS, AND FAR SOUTH, AND WITH FEDERAL GOVERNMENT TO EXTENT IT WILLING TO COLLABORATE, WHILE CONTINUING COUNTER UNFOUNDED CHARGES OUR UNIQUE INTEREST IN LACERDA. I BELIEVE WE MUST, AMONG OTHER THINGS, CONTINUE CULTIVATE KUBITSCHEK DESPITE WELL KNOWN OBSTACLES TO SO DOING. TO ILLUSTRATE DETERIORATION OF SITUATION, HOWEVER, ALUISIO ALVES TOLD ME MONDAY EVENING THAT OLIVEIRA BRITO HAD SAID TO HIM THAT IT WAS "COMMON KNOWLEDGE" IN PALACE CIRCLES THAT ALVES STATEMENT IN RECIFE HAD BEEN "DRAFTED IN AMERICAN EMBASSY."

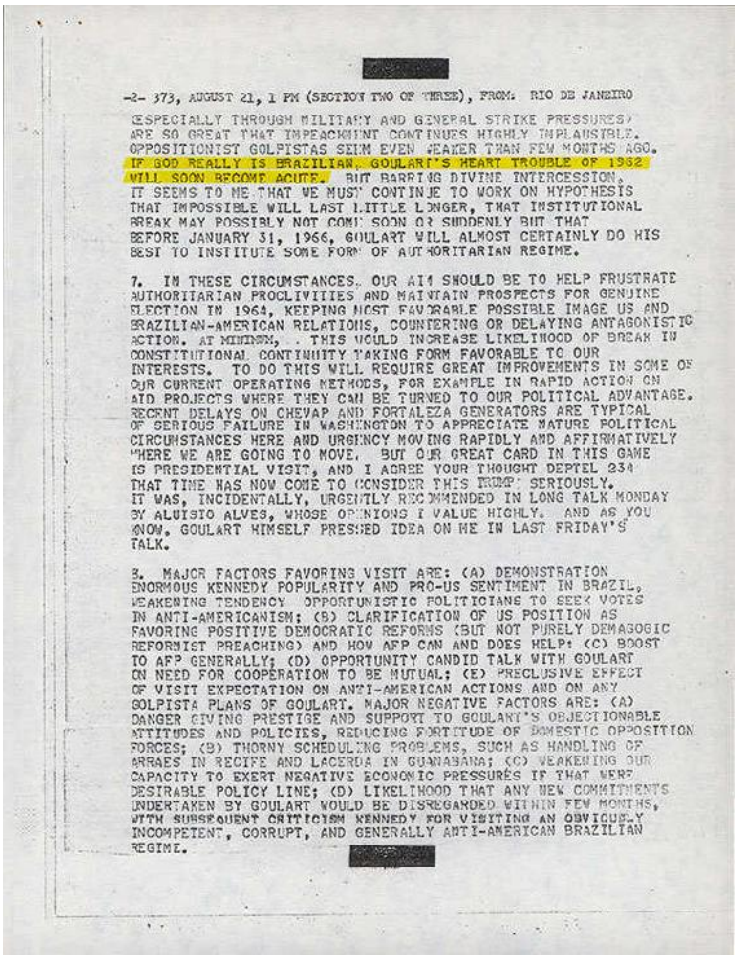
6. CAN GOULART SURVIVE ANOTHER TWO AND A HALF YEARS EXCEPT BY UNCONSTITUTIONAL MEANS? AS THINGS HAVE BEEN GOING SINCE JUNE MINISTERIAL CHANGE, I HAVE SERIOUS DOUBTS ON THIS. IN PRIVATE TALKS DURING LAST TEN DAYS, MANY BRAZILIANS HAVE EXPRESSED SIMILAR DOUBTS TO BE, LEADING EXAMPLES BEING JURACI MAGALHAES AND SAMUEL WAINER OF ULTIMA HORA, SPEAKING FROM OPPOSITE ENDS OF SPECTRUM. ONLY YESTERDAY, WELL INFORMED PAPAL NUNCIO AND YUGOSLAV AMBASSADOR SPOKE IN SAME VEIN. JURACI IS "HOPEFUL" ABOUT POSSIBILITIES OF FORMAL IMPEACHMENT OR RESIGNATION FORCED BY MILITARY; WAINER SEEMS TO BE THINKING MORE OF GOULART'S SHUTTING DOWN CONGRESS, ALTHOUGH HE WAS NOT EXPLICIT. I CONTINUE IMPRESSED BY GOULART'S KNACK FOR PERSONAL SURVIVAL, AND DO NOT CREDIT IDEA OF VOLUNTARY RESIGNATION. HIS MEANS FOR SUBORNING AND TERRORIZING CONGRESS

[redacted]

REPRODUCTION FROM THIS COPY IS PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



[redacted]

-2- 373, AUGUST 21, 1 PM (SECTION TWO OF THREE), FROM: RIO DE JANEIRO

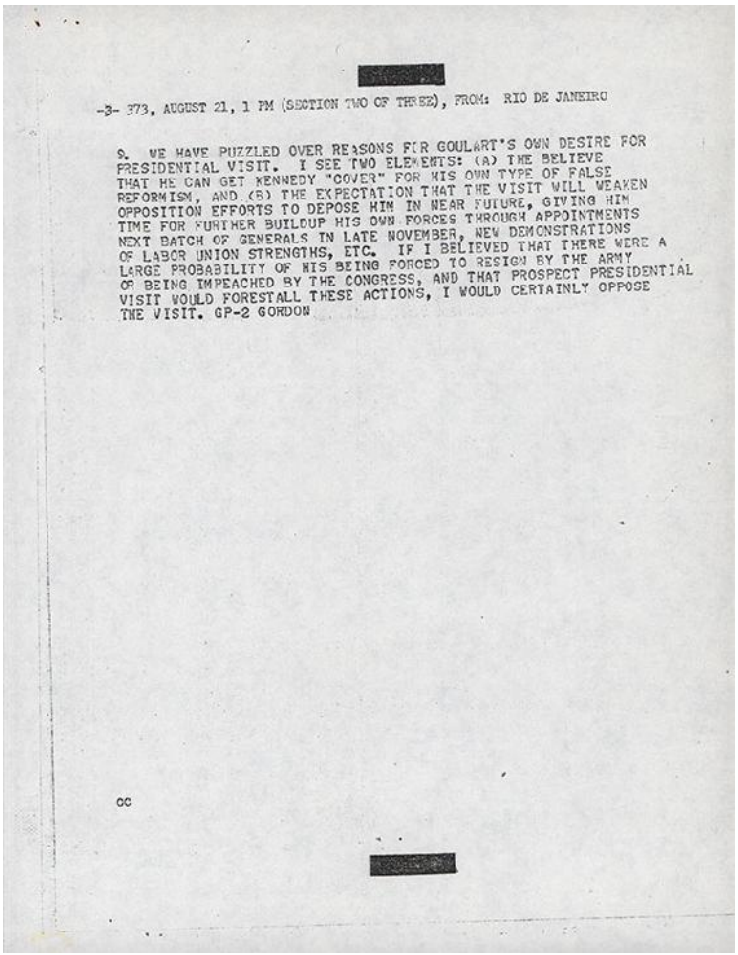
ESPECIALLY THROUGH MILITARY AND GENERAL STRIKE PRESSURES/ ARE SO GREAT THAT IMPEACHMENT CONTINUES HIGHLY IMPLAUSIBLE. OPPOSITIONIST GOLPISTAS SEEM EVEN WEAKER THAN FEW MONTHS AGO. IF GOD REALLY IS BRAZILIAN, GOULART'S HEART TROUBLE OF 1962 WILL SOON BECOME ACUTE. BUT BARRING DIVINE INTERCESSION, IT SEEMS TO ME THAT WE MUST CONTINUE TO WORK ON HYPOTHESIS THAT IMPOSSIBLE WILL LAST LITTLE LONGER, THAT INSTITUTIONAL BREAK MAY POSSIBLY NOT COME SOON OR SUDDENLY BUT THAT BEFORE JANUARY 31, 1966, GOULART WILL ALMOST CERTAINLY DO HIS BEST TO INSTITUTE SOME FORM OF AUTHORITARIAN REGIME.

7. IN THESE CIRCUMSTANCES, OUR AIM SHOULD BE TO HELP FRUSTRATE AUTHORITARIAN PROCLIVITIES AND MAINTAIN PROSPECTS FOR GENUINE ELECTION IN 1965, KEEPING MOST FAVORABLE POSSIBLE IMAGE US AND BRAZILIAN-AMERICAN RELATIONS, COUNTERING OR DELAYING ANTAGONISTIC ACTION, AT MINIMUM, . THIS WOULD INCREASE LIKELIHOOD OF BREAK IN CONSTITUTIONAL CONTINUITY TAKING FORM FAVORABLE TO OUR INTERESTS. TO DO THIS WILL REQUIRE GREAT IMPROVEMENTS IN SOME OF OUR CURRENT OPERATING METHODS, FOR EXAMPLE IN RAPID ACTION ON AID PROJECTS WHERE THEY CAN BE TURNED TO OUR POLITICAL ADVANTAGE. RECENT DELAYS ON CHEVAP AND FORTALEZA GENERATORS ARE TYPICAL OF SERIOUS FAILURE IN WASHINGTON TO APPRECIATE MATURE POLITICAL CIRCUMSTANCES HERE AND URGENCY MOVING RAPIDLY AND AFFIRMATIVELY WHERE WE ARE GOING TO MOVE. BUT OUR GREAT CARD IN THIS GAME IS PRESIDENTIAL VISIT, AND I AGREE YOUR THOUGHT DEPTEL 234 THAT TIME HAS NOW COME TO CONSIDER THIS TRUMP SERIOUSLY. IT WAS, INCIDENTALLY, URGENTLY RECOMMENDED IN LONG TALK MONDAY BY ALUISIO ALVES, WHOSE OPINIONS I VALUE HIGHLY. AND AS YOU KNOW, GOULART HIMSELF PRESSED IDEA ON ME IN LAST FRIDAY'S TALK.

8. MAJOR FACTORS FAVORING VISIT ARE: (A) DEMONSTRATION ENORMOUS KENNEDY POPULARITY AND PRO-US SENTIMENT IN BRAZIL, WEAKENING TENDENCY OPPORTUNISTIC POLITICIANS TO SEEK VOTES IN ANTI-AMERICANISM; (B) CLARIFICATION OF US POSITION AS FAVORING POSITIVE DEMOCRATIC REFORMS (BUT NOT PURELY DEMAGOGIC REFORMIST PREACHING) AND HOW AFP CAN AND DOES HELP; (C) BOOST TO AFP GENERALLY; (D) OPPORTUNITY CANDID TALK WITH GOULART ON NEED FOR COOPERATION TO BE MUTUAL; (E) PRECLUSIVE EFFECT OF VISIT EXPECTATION ON ANTI-AMERICAN ACTIONS AND ON ANY GOLPISTA PLANS OF GOULART. MAJOR NEGATIVE FACTORS ARE: (A) DANGER GIVING PRESTIGE AND SUPPORT TO GOULART'S OBJECTIONABLE ATTITUDES AND POLICIES, REDUCING FORTITUDE OF DOMESTIC OPPOSITION FORCES; (B) THORNY SCHEDULING PROBLEMS, SUCH AS HANDLING OF ARRAES IN RECIFE AND LACERDA IN GUANABARA; (C) WEAKENING OUR CAPACITY TO EXERT NEGATIVE ECONOMIC PRESSURES IF THAT WERE DESIRABLE POLICY LINE; (D) LIKELIHOOD THAT ANY NEW COMMITMENTS UNDERTAKEN BY GOULART WOULD BE DISREGARDED WITHIN FEW MONTHS, WITH SUBSEQUENT CRITICISM KENNEDY FOR VISITING AN OBVIOUSLY INCOMPETENT, CORRUPT, AND GENERALLY ANTI-AMERICAN BRAZILIAN REGIME.

[redacted]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



[redacted]

-3- 373, AUGUST 21, 1 PM (SECTION TWO OF THREE), FROM: RIO DE JANEIRO

9. WE HAVE PUZZLED OVER REASONS FOR GOULART'S OWN DESIRE FOR PRESIDENTIAL VISIT. I SEE TWO ELEMENTS: (A) THE BELIEVE THAT HE CAN GET KENNEDY "COVER" FOR HIS OWN TYPE OF FALSE REFORMISM, AND (B) THE EXPECTATION THAT THE VISIT WILL WEAKEN OPPOSITION EFFORTS TO DEPOSE HIM IN NEAR FUTURE, GIVING HIM TIME FOR FURTHER BUILDUP HIS OWN FORCES THROUGH APPOINTMENTS NEXT BATCH OF GENERALS IN LATE NOVEMBER, NEW DEMONSTRATIONS OF LABOR UNION STRENGTHS, ETC. IF I BELIEVED THAT THERE WERE A LARGE PROBABILITY OF HIS BEING FORCED TO RESIGN BY THE ARMY OR BEING IMPEACHED BY THE CONGRESS, AND THAT PROSPECT PRESIDENTIAL VISIT WOULD FORESTALL THESE ACTIONS, I WOULD CERTAINLY OPPOSE THE VISIT. GP-2 GORDON

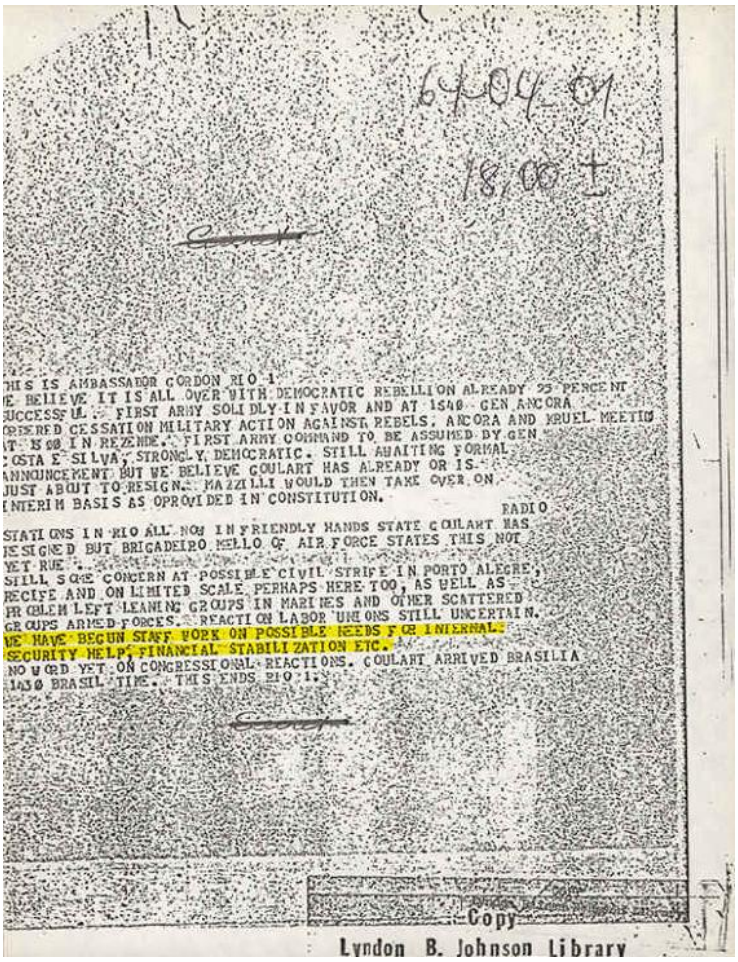
OC

[redacted]

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Mensagem de Lincoln Gordon ao Departamento de Estado em 1º de abril de 1964



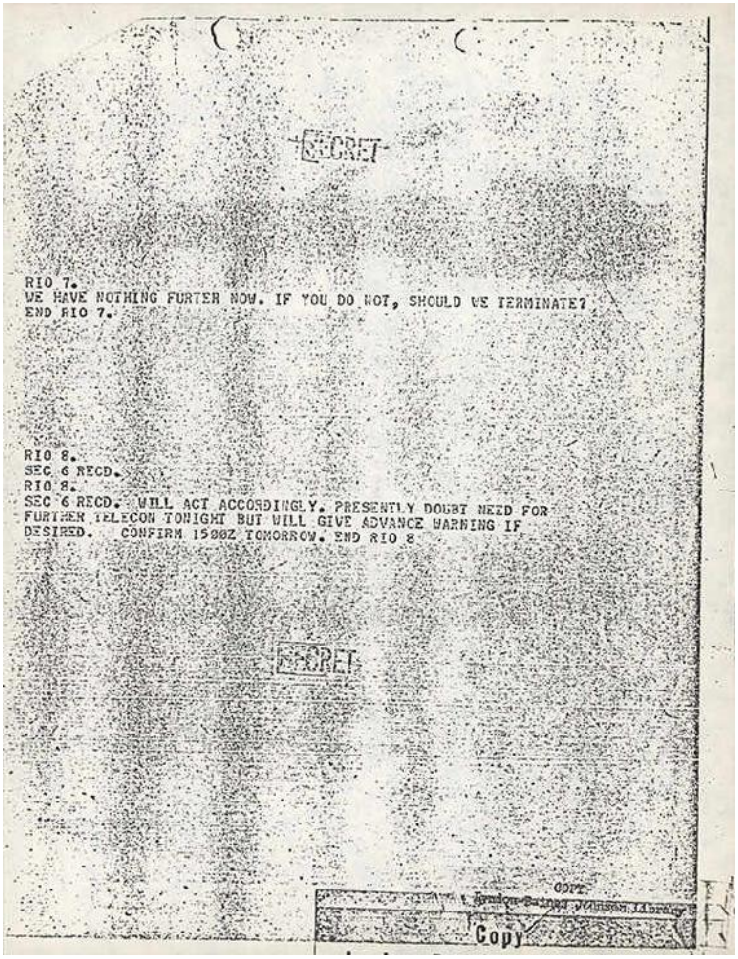
64 04 01
18:00 Z

THIS IS AMBASSADOR GORDON RIO 1
WE BELIEVE IT IS ALL OVER WITH DEMOCRATIC REBELLION ALREADY 23 PERCENT
SUCCESSFUL. FIRST ARMY SOLIDLY IN FAVOR AND AT 1540 GEN ANCORA
ORDERED CESSATION MILITARY ACTION AGAINST REBELS. ANCORA AND BRUEL MEETING
AT 1500 IN REZENDE. FIRST ARMY COMMAND TO BE ASSUMED BY GEN
COSTA E SILVA, STRONGLY DEMOCRATIC. STILL AWAITING FORMAL
ANNOUNCEMENT BUT WE BELIEVE GOULART HAS ALREADY OR IS
JUST ABOUT TO RESIGN. MAZZILLI WOULD THEN TAKE OVER ON
INTERIM BASIS AS OPROVIDED IN CONSTITUTION.
RADIO
STATIONS IN RIO ALL NOW IN FRIENDLY HANDS STATE GOULART HAS
RESIGNED BUT BRIGADEIRO MELLO OF AIR FORCE STATES THIS NOT
YET TRUE.
STILL SOME CONCERN AT POSSIBLE CIVIL STRIFE IN PORTO ALEGRE,
RECIFE AND ON LIMITED SCALE PERHAPS HERE TOO, AS WELL AS
PROBLEM LEFT LEANING GROUPS IN MARINES AND OTHER SCATTERED
GROUPS ARMED FORCES. REACTION LABOR UNIONS STILL UNCERTAIN.
WE HAVE BEGUN STAFF WORK ON POSSIBLE NEEDS FOR INTERNAL
SECURITY HELP, FINANCIAL STABILIZATION ETC.
NO WORD YET ON CONGRESSIONAL REACTIONS. GOULART ARRIVED BRASILIA
1430 BRASIL TIME. THIS ENDS RIO 1.

Copy
Lyndon B. Johnson Library

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]


SECRET

RIO 7.
WE HAVE NOTHING FURTER NOW. IF YOU DO NOT, SHOULD WE TERMINATE?
END RIO 7.

RIO 8.
SEC 6 RECD.
RIO 8.
SEC 6 RECD. WILL ACT ACCORDINGLY. PRESENTLY DOUBT NEED FOR
FURTHER TELECON TONIGHT BUT WILL GIVE ADVANCE WARNING IF
DESIRED. CONFIRM 1500Z TOMORROW. END RIO 8

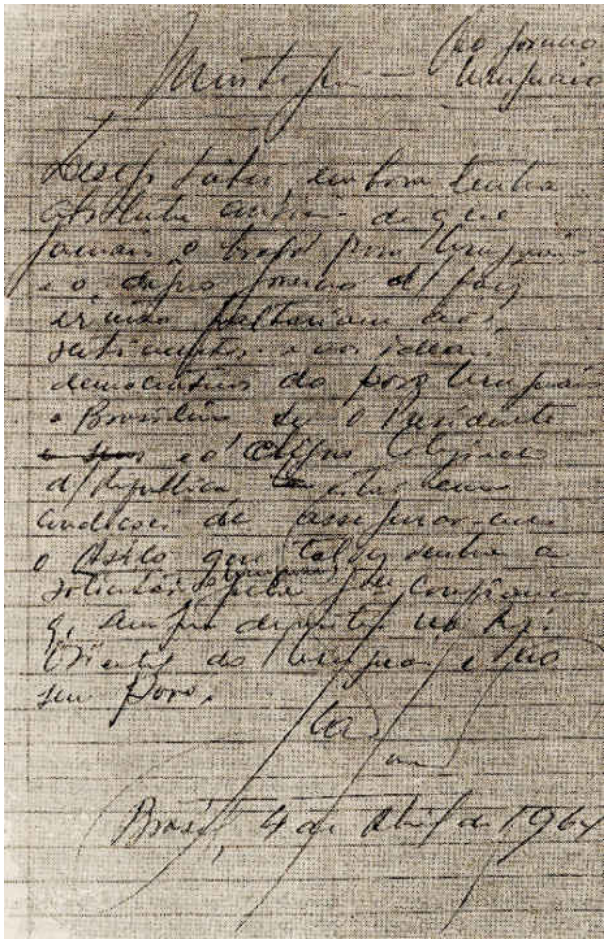
SECRET

Copy

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

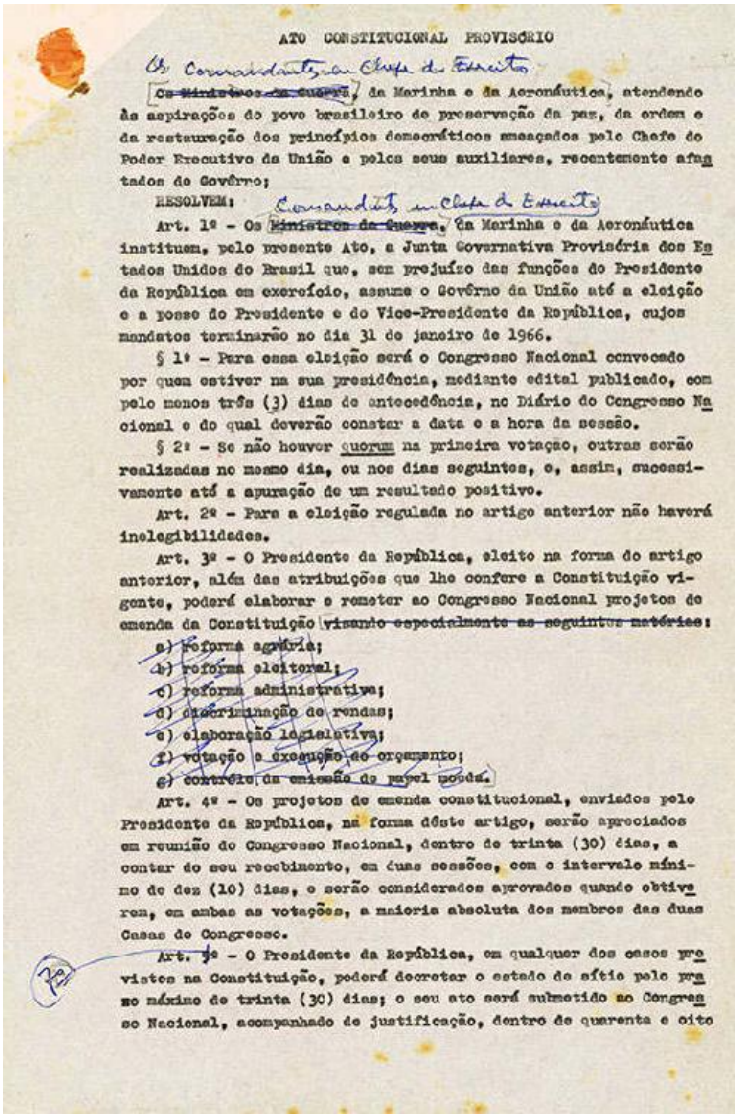
Pedido de asilo político de João Goulart ao governo uruguaio



"O presidente e o digno colegiado d/ República estão em condições de assegurar-me o asilo, que talvez venha a solicitar ao Uruguai pela confiança q. sempre depositei na Rep. Oriental do Uruguai e no seu povo."

[Voltar]

Rascunho do Ato Institucional Provisório de Carlos Medeiros Silva



ATO CONSTITUCIONAL PROVISÓRIO

Os Comandantes-em-Chefe do Exército

~~Os Ministros da Guerra~~, da Marinha e da Aeronáutica, atendendo às aspirações do povo brasileiro de preservação da paz, da ordem e da restauração dos princípios democráticos ameaçados pelo Chefe do Poder Executivo da União e pelos seus auxiliares, recentemente afastados do Govêrno;

RESOLVEM: Comandante em Chefe do Exército

Art. 1º - Os ~~Ministros da Guerra~~, da Marinha e da Aeronáutica instituem, pelo presente Ato, a Junta Governativa Provisória dos Estados Unidos do Brasil que, sem prejuízo das funções do Presidente da República em exercício, assume o Govêrno da União até a eleição e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão no dia 31 de janeiro de 1966.

§ 1º - Para essa eleição será o Congresso Nacional convocado por quem estiver na sua presidência, mediante edital publicado, com pelo menos três (3) dias de antecedência, no Diário do Congresso Nacional e do qual deverão constar a data e a hora da sessão.

§ 2º - Se não houver quorum na primeira votação, outras serão realizadas no mesmo dia, ou nos dias seguintes, e, assim, sucessivamente até a apuração de um resultado positivo.

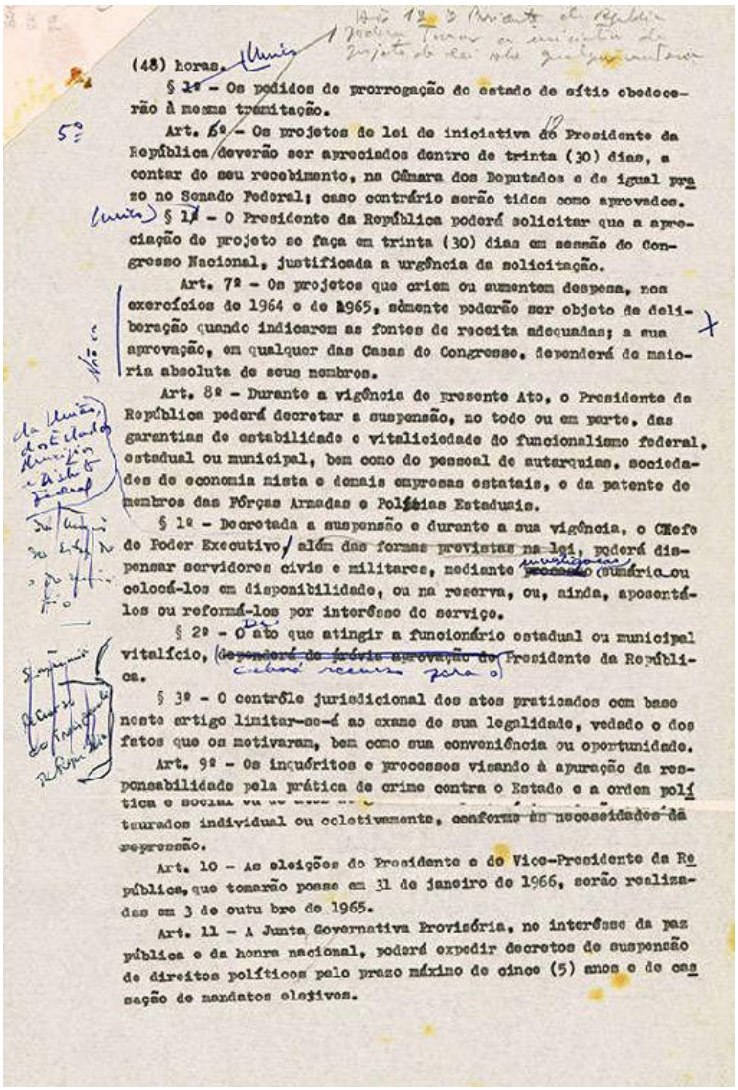
Art. 2º - Para a eleição regulada no artigo anterior não haverá inelegibilidades.

Art. 3º - O Presidente da República, eleito na forma do artigo anterior, além das atribuições que lhe confere a Constituição vigente, poderá elaborar e remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição ~~visando especialmente as seguintes matérias~~:

~~a) reforma agrária;~~
~~b) reforma eleitoral;~~
~~c) reforma administrativa;~~
~~d) discriminação de rendas;~~
~~e) elaboração legislativa;~~
~~f) votação e execução do orçamento;~~
~~g) controle da emissão do papel moeda.~~

Art. 4º - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, na forma dêste artigo, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo mínimo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 5º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito



(48) horas.

§ 2º - Os pedidos de prorrogação do estado de sítio obedecerão à mesma tramitação.

Art. 6º - Os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, na Câmara dos Deputados e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário serão tidos como aprovados.

§ 1º - O Presidente da República poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em trinta (30) dias em sessão do Congresso Nacional, justificada a urgência da solicitação.

Art. 7º - Os projetos que criem ou aumentem despesa, nos exercícios de 1964 e de 1965, sòmente poderão ser objeto de deliberação quando indicarem as fontes de receita adequadas; a sua aprovação, em qualquer das Casas do Congresso, dependerá de maioria absoluta de seus membros.

Art. 8º - Durante a vigência do presente Ato, o Presidente da República poderá decretar a suspensão, no todo ou em parte, das garantias de estabilidade e vitaliciedade do funcionalismo federal, estadual ou municipal, bem como do pessoal de autarquias, sociedades de economia mista e demais emprêsas estatais, e da patente de membros das Fôrças Armadas e Polícias Estaduais.

§ 1º - Decretada a suspensão e durante a sua vigência, o Chefe do Poder Executivo, além das formas previstas na lei, poderá dispensar servidores civis e militares, mediante ~~processo~~ sumário ou colocá-los em disponibilidade, ou na reserva, ou, ainda, aposentá-los ou reformá-los por interêsse do serviço.

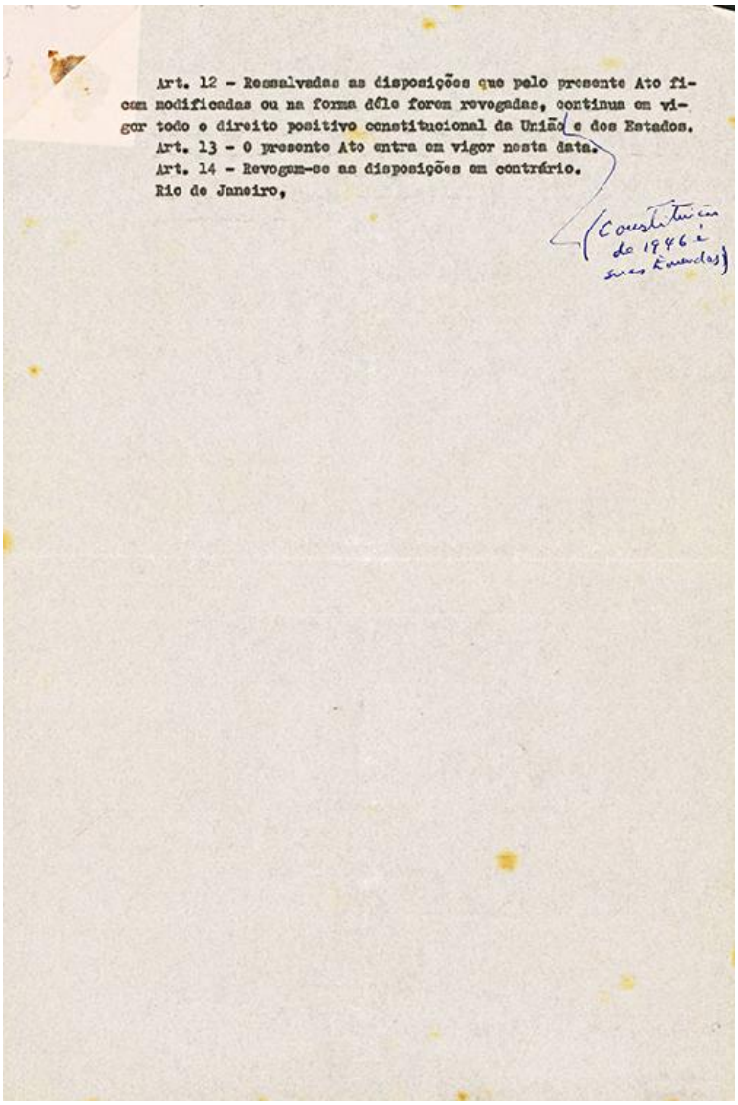
§ 2º - O ato que atingir a funcionário estadual ou municipal vitalício, ~~dependerá de prévia aprovação do~~ Presidente da República.

§ 3º - O contrôle jurisdicional dos atos praticados com base neste artigo limitar-se-á ao exame de sua legalidade, vedado o dos fatos que os motivaram, bem como sua conveniência ou oportunidade.

Art. 9º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado e a ordem política e social ~~ou de~~ [illegible] assinados individual ou coletivamente, conforme as necessidades da repressão.

Art. 10 - As eleições do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, serão realizadas em 3 de outubro de 1965.

Art. 11 - A Junta Governativa Provisória, no interêsse da paz pública e da honra nacional, poderá expedir decretos de suspensão de direitos políticos pelo prazo máximo de cinco (5) anos e de cassação de mandatos eletivos.



Art. 12 - Ressalvadas as disposições que pelo presente Ato ficam modificadas ou na forma dêle forem revogadas, continua em vigor todo o direito positivo constitucional da União e dos Estados.
Art. 13 - O presente Ato entra em vigor nesta data.
Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.
Rio de Janeiro,

(Constituição de 1946 e suas Emendas)

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Coluna de Carlos Heitor Cony, *Correio da Manhã*, 7 de maio de 1964

Correio da Manhã

DA ARTE DE FALAR MAL

A herança

Carlos Heitor Cony

Curiosidades

O que é um jornal?

1000 - 2 = 988

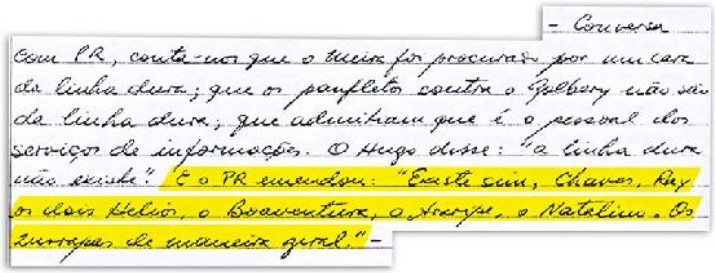
escolhidas a DEDO para seu melhor investimento

OBRIGAÇÕES "DOMINIUM"

DIVISA

[Voltar] | [Transcrição]

Diário de Heitor Ferreira

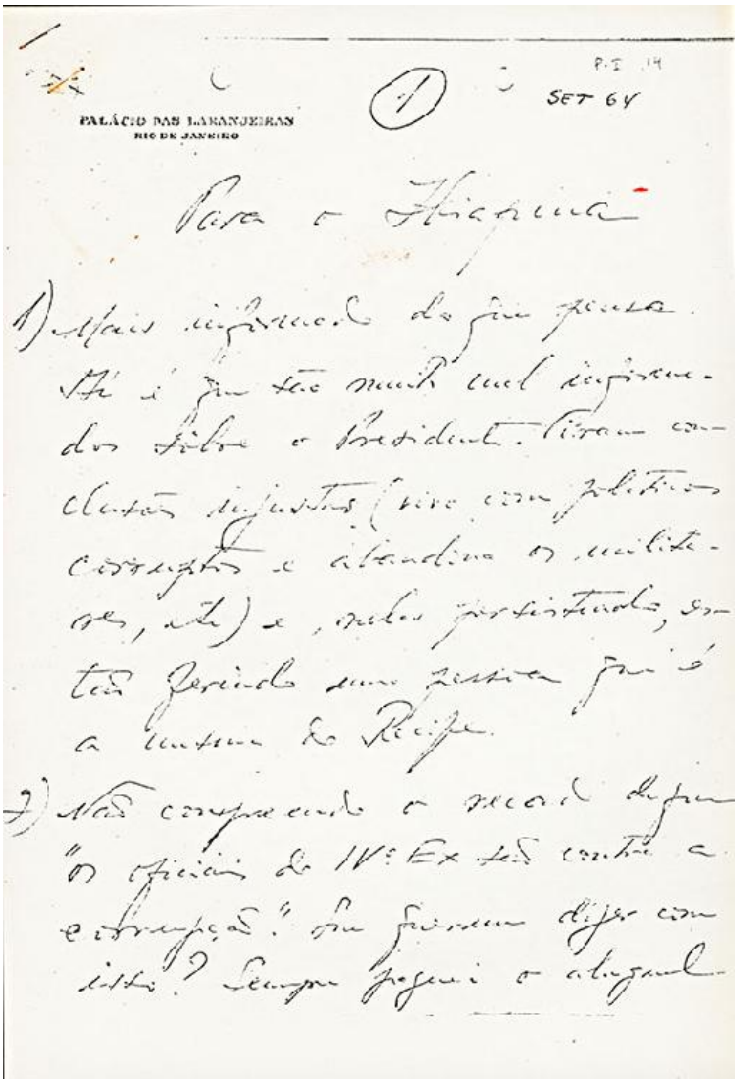


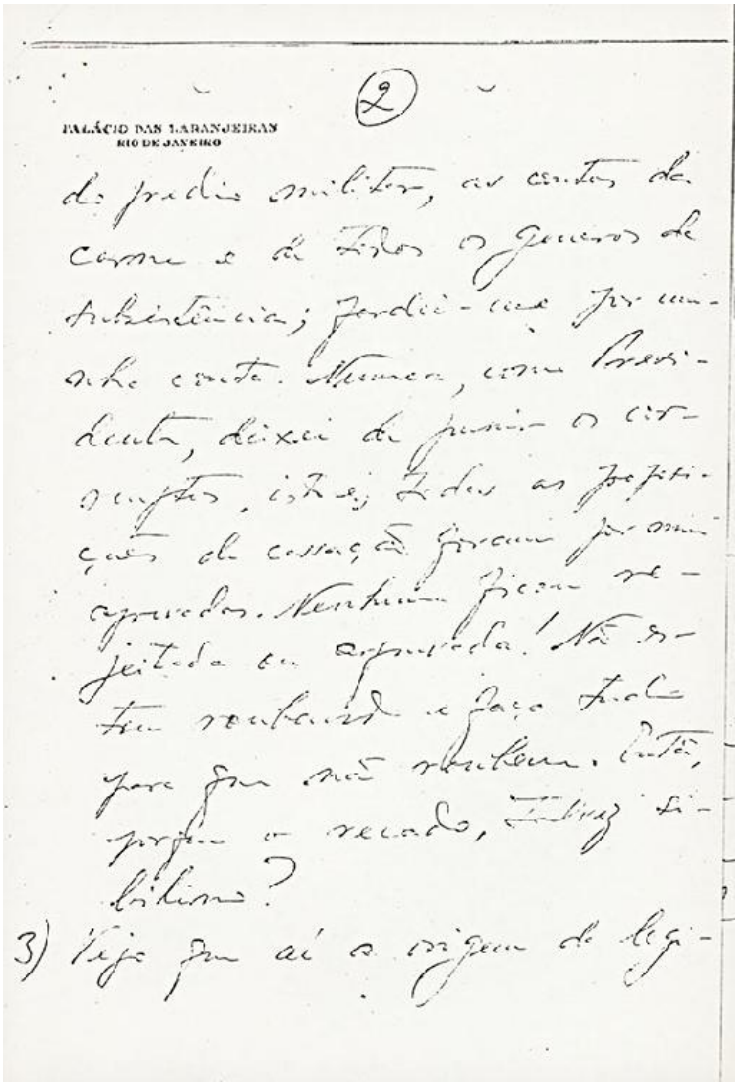
- Conversa com PR, contou-me que o Mussa foi procurado por um cara da linha dura; que os panfletos contra o Gilberto não são da linha dura; que acharam que é o pessoal dos serviços de informações. O Hugo disse: "a linha dura não existe". E o PR emendou: "Existe sim, Chaves, Rey os dois Hélios, o Boaventura, o Jorge, o Natalino. Os europeus de maneira geral." –

[Voltar] | [Transcrição]

Carta de Castello Branco ao coronel Helio Ibiapina

[O trecho mencionado está na página 5]

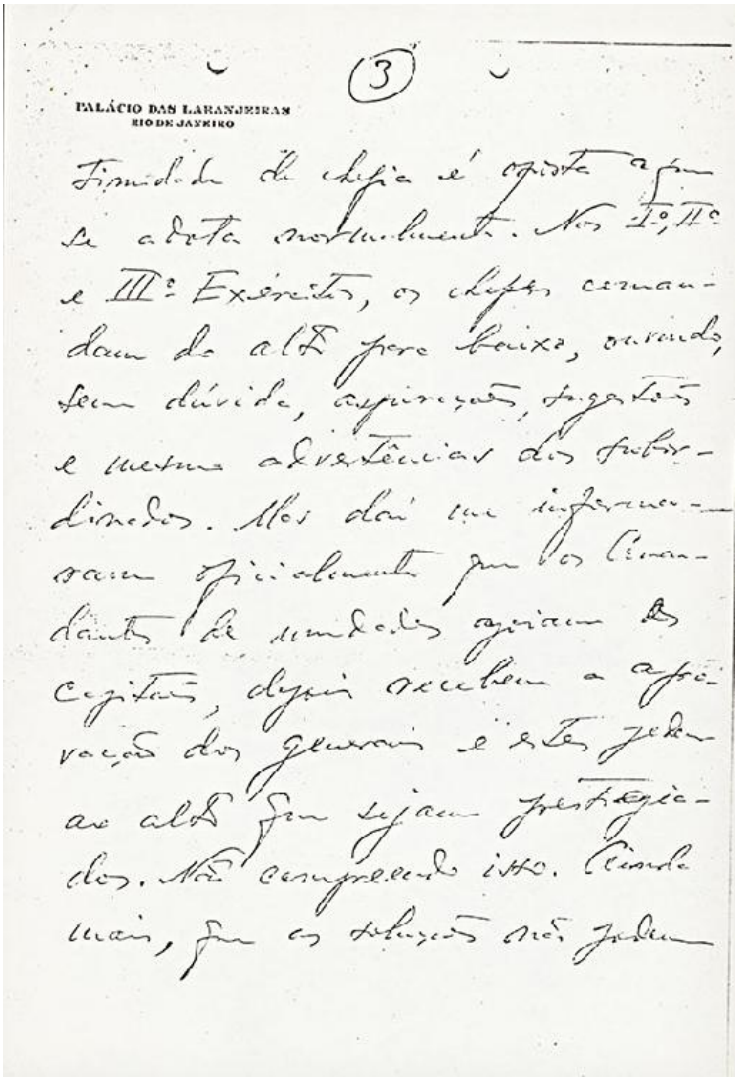


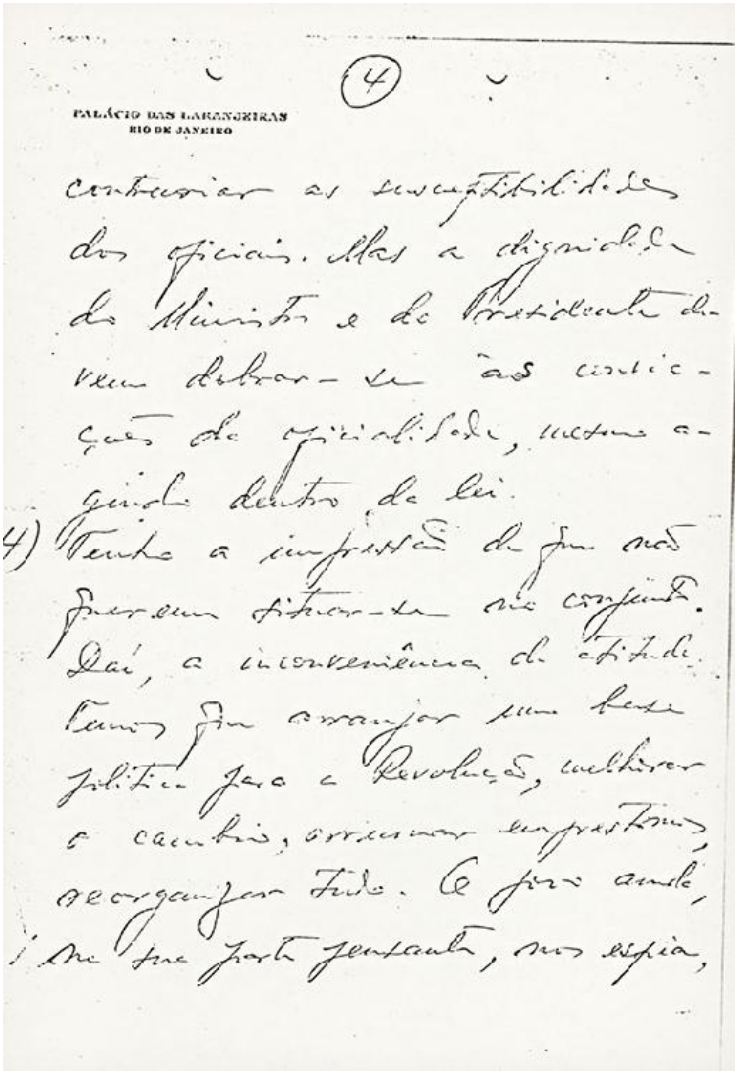

PALÁCIO DAS LARANJEIRAS
RIO DE JANEIRO

(2)

de prédios militares, ao centro de Caxias e de todos os generais de subsistência; perdi-me por um dedo conta. Mesmo, com brevidade, deixei de pensar o circunflexo, isto é; todas as pessoas de consideração ficaram por mim agradecidas. Nenhuma ficou rejeitada ou agravada. Não sentiu nenhuma o fato de que para ser não recebeu. Entre, porque o recado, Ilmo. Sr. Dr. Lima?

3) Veja por aí o mijeu de lig-


3
PALÁCIO DAS LARANJEIRAS
RIO DE JANEIRO

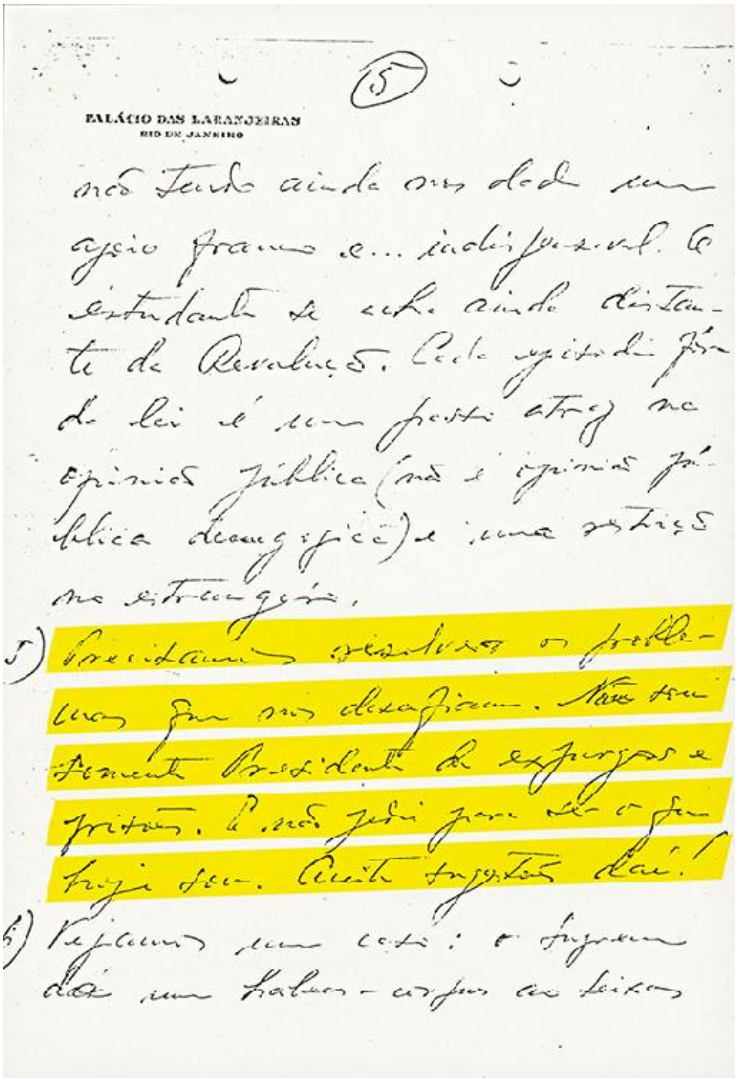


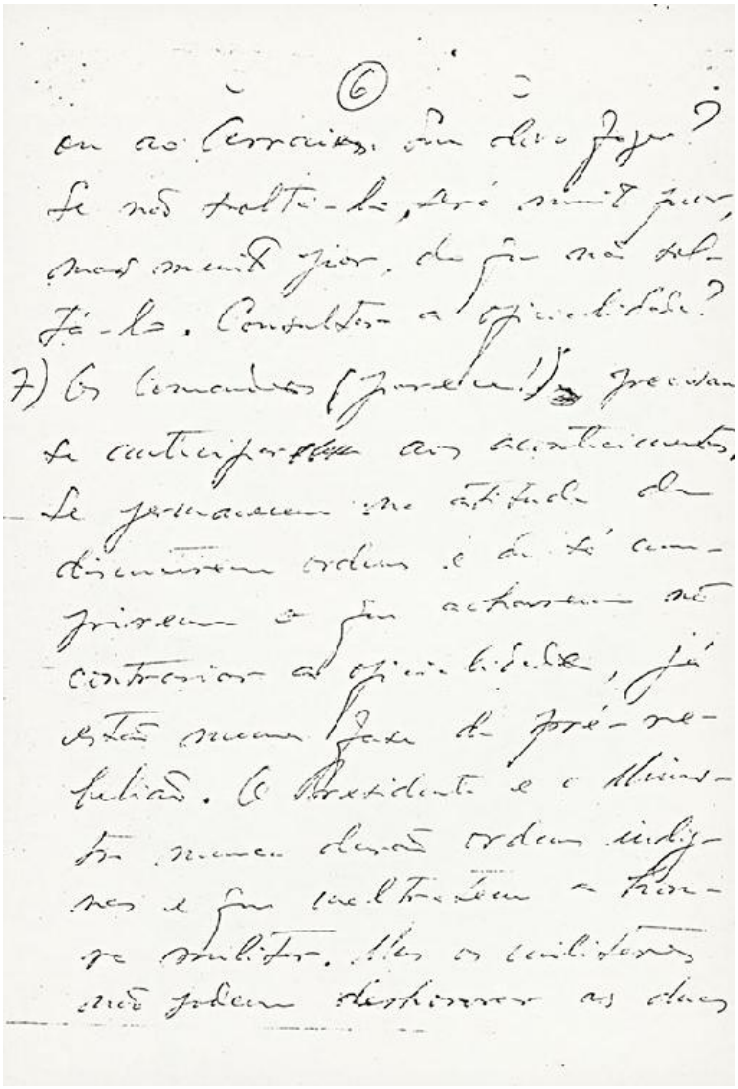
(4)

PALÁCIO DAS LARANJEIRAS
RIO DE JANEIRO

contrariar as susceptibilidades
dos oficiais. Mas a dignidade
do Ministro e da Presidência de-
vem dobrar-se às exigên-
cias de oficialidade, mesmo a-
quelas dentro da lei.

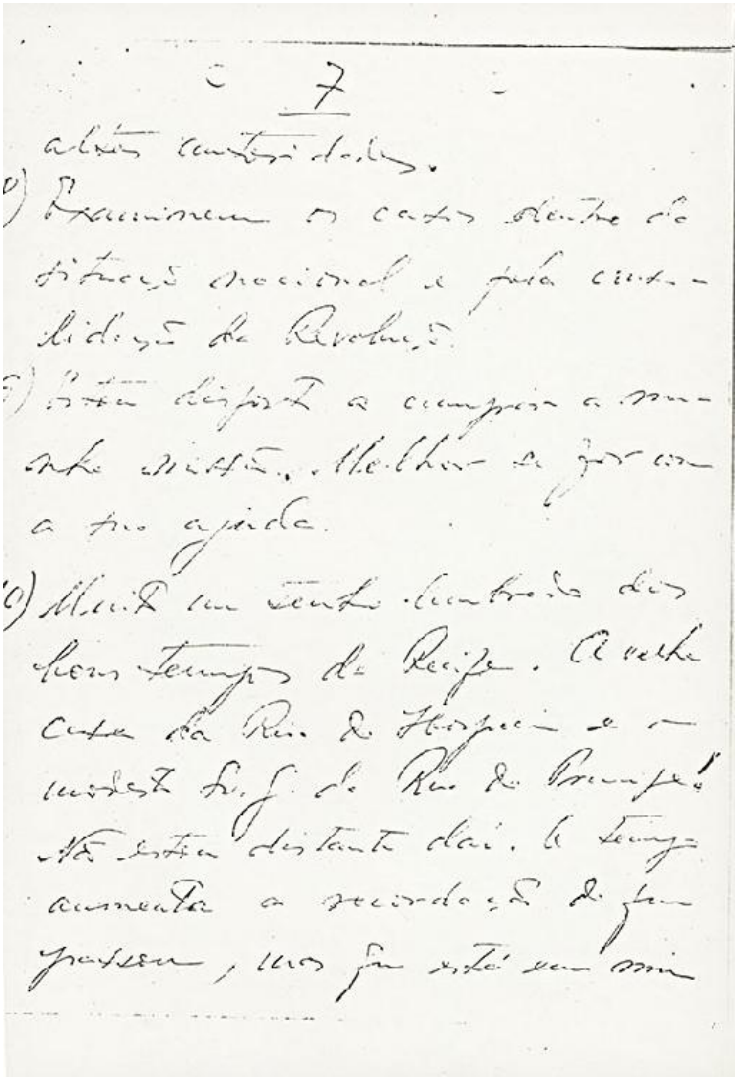
4) Tenho a impressão de que não
querem afastar-se de conjunto.
Daí, a inconveniência de atitude.
Temos de arranjar um meio
político para a Revolução, melhorar
o câmbio, arranjar empréstimos,
reorganizar Fazenda. E para onde,
se não for para frente, nos espera,


5
PALÁCIO DAS LARANJEIRAS
RIO DE JANEIRO



Página 6 de 8

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



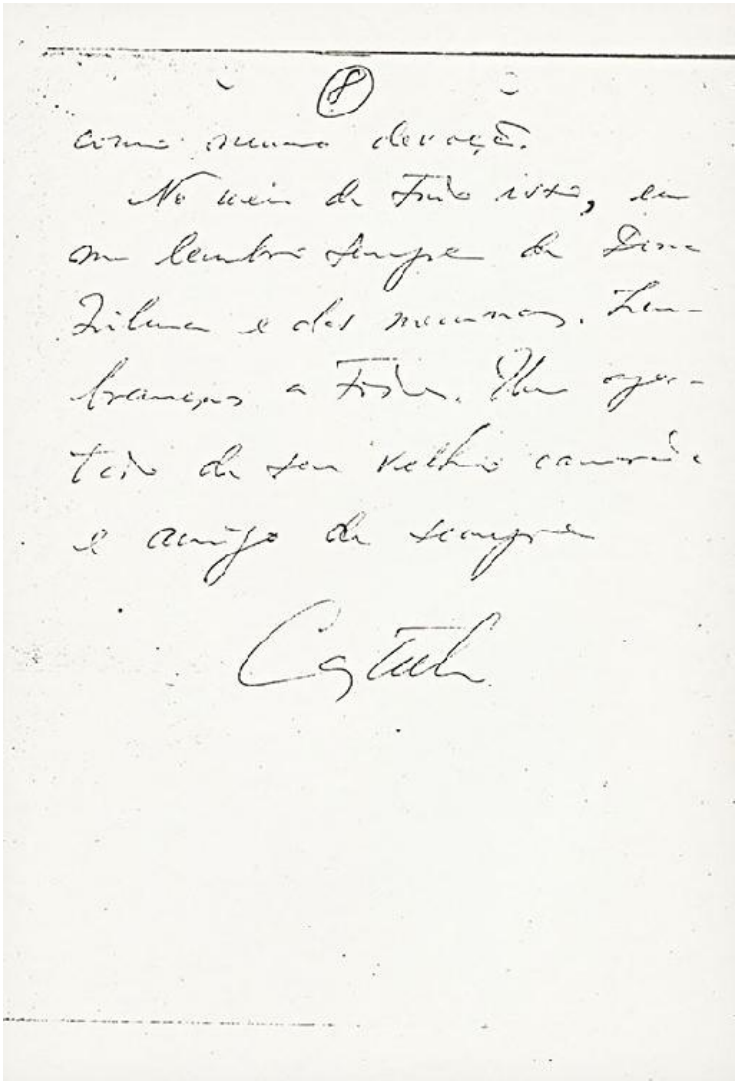
7

alta cultura dela.

b) Examinem os casos dentro de distancia racional e pela autoridade da Revolução.

c) Esta disposta a cumprir a mesma missão. Melhor se for com a sua ajuda.

d) Mora na rua Conde da Boa Vista nos bons tempos do Recife. A velha casa da Rua do Hospício e a verdadeira Rua do Príncipe! Não está distante daí. O tempo aumenta a verdade de tudo passou, mas fica até em mim


8

como sempre dedicada.

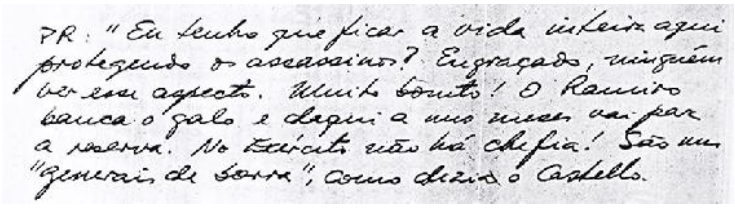
No meio de tudo isto, da
um beijo de Angela de Dona
Zilma e dos meninos. Lembranças a Tia. Um afe-
to de seu velho amigo
e amigo de sempre

Cyro Costa

[Fim do documento]

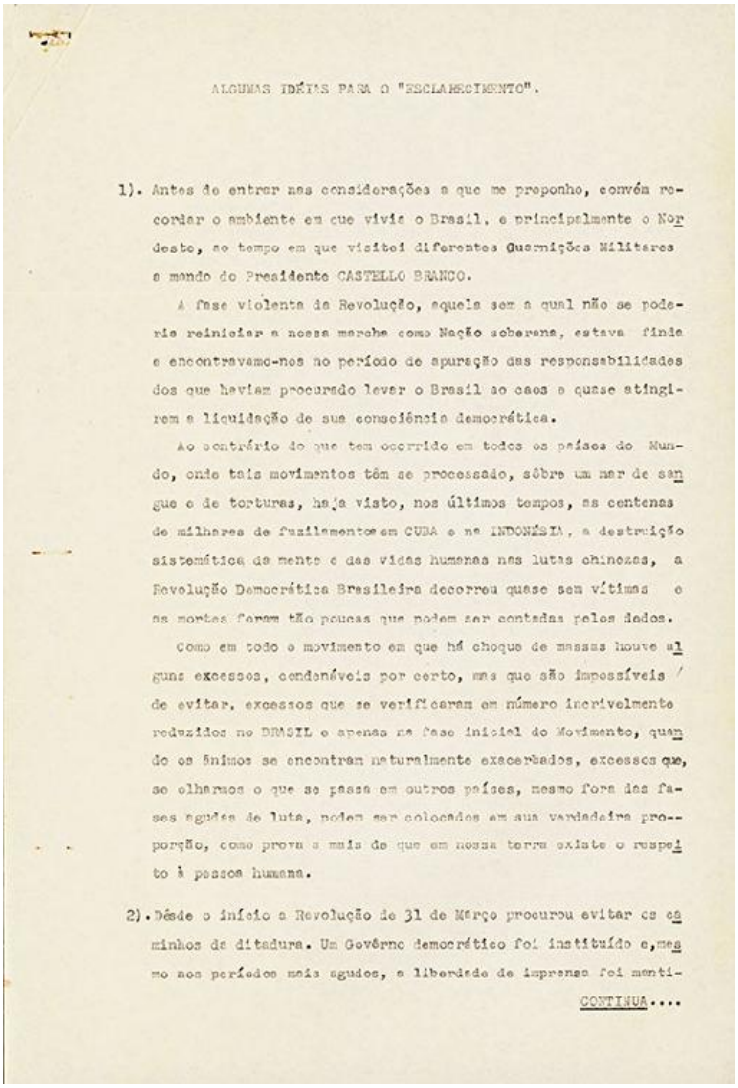
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Diário de Heitor Ferreira


PR: "Eu tenho que ficar a vida inteira aqui protegendo os assassinos? Engraçado, ninguém vê esse aspecto. Muito bonito! O Ramiro banca o galo e depois a nós nunca vai par a reserva. No Exército não há chefia! São uns "generais de bosta", como dizia o Castello.

[Voltar] | [Transcrição]

Algumas ideias para o esclarecimento, de autoria de Ernesto Geisel: relato de Geisel três anos depois sobre a missão para averiguar torturas em sessão do STM



ALGUMAS IDÉIAS PARA O "ESCLARECIMENTO".

1). Antes de entrar nas considerações a que me proponho, convém recordar o ambiente em que vivia o Brasil, e principalmente o Nordeste, ao tempo em que visitei diferentes Guarnições Militares a mando do Presidente CASTELLO BRANCO.

A fase violenta da Revolução, aquela sem a qual não se poderia reiniciar a nossa marcha como Nação soberana, estava finda e encontravamo-nos no período de apuração das responsabilidades dos que haviam procurado levar o Brasil ao caos e quase atingirem a liquidação de sua consciência democrática.

Ao contrário do que tem ocorrido em todos os países do Mundo, onde tais movimentos têm se processado, sôbre um mar de sangue e de torturas, haja visto, nos últimos tempos, as centenas de milhares de fuzilamentos em CUBA e na INDONÉSIA, a destruição sistemática de mente e das vidas humanas nas lutas chinezas, a Revolução Democrática Brasileira decorreu quase sem vítimas e as mortes foram tão poucas que podem ser contadas pelos dedos.

Como em todo o movimento em que há choque de massas houve alguns excessos, condenáveis por certo, mas que são impossíveis de evitar, excessos que se verificaram em número incrivelmente reduzidos no BRASIL e apenas na fase inicial do Movimento, quando os ânimos se encontram naturalmente exacerbados, excessos que, se olharmos o que se passa em outros países, mesmo fora das fases agudas de luta, podem ser colocados em sua verdadeira proporção, como prova a mais de que em nossa terra existe o respeito à pessoa humana.

2). Desde o início a Revolução de 31 de Março procurou evitar os caminhos da ditadura. Um Govêrno democrático foi instituído e, mesmo nos períodos mais agudos, a liberdade de imprensa foi manti-

CONTINUA....

de. Jornalistas adversários da Revolução puderam sempre externar suas divergências e, mais do que isso, atacá-la e aos seus homens, sem que sofressem o menor constrangimento.

3). Dentro da técnica da Guerra Revolucionária, o sentido que as Fôrças Armadas constituem barreira intransponível para subversão enquanto coesas, disciplinadas e bem compreendidas pela opinião pública, há que enfraquecê-las, dissociá-las e, principalmente solapar o apôio que podem receber do povo se se deseja derrubar o regime que elas apoiam.

Essa técnica tem sido constantemente utilizada pelos adversários da Revolução e, em meados de 1964, seguindo tal caminho, foi desencadeada, em certa imprensa, campanha de finalidade desmoralizadora do Movimento com base nos poucos casos de excessos cometidos no calor da luta ou do clima de choques que se seguiu. Essa imprensa nunca teve interêsse em dizer a verdade. Quando muito apresentava, de forma para ela conveniente, a meia verdade.

Havia o deliberado interêsse de torcer, deturpar ou exagerar os fatos conforme a conveniência.

Tanto assim que, certo jornalista, desafiado pelo então Comandante da 7a. Região Militar a contar a verdade, tanto a má como a boa, apesar de ter assegurado perante testemunhas que assim procederia e que aceitava o desafio, continuou a apresentar os fatos apenas nos seus aspectos negativos.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Correio da Manhã, 1º de setembro de 1964

TORTURA E INSENSIBILIDADE

DIÁLOGO

Reforma política

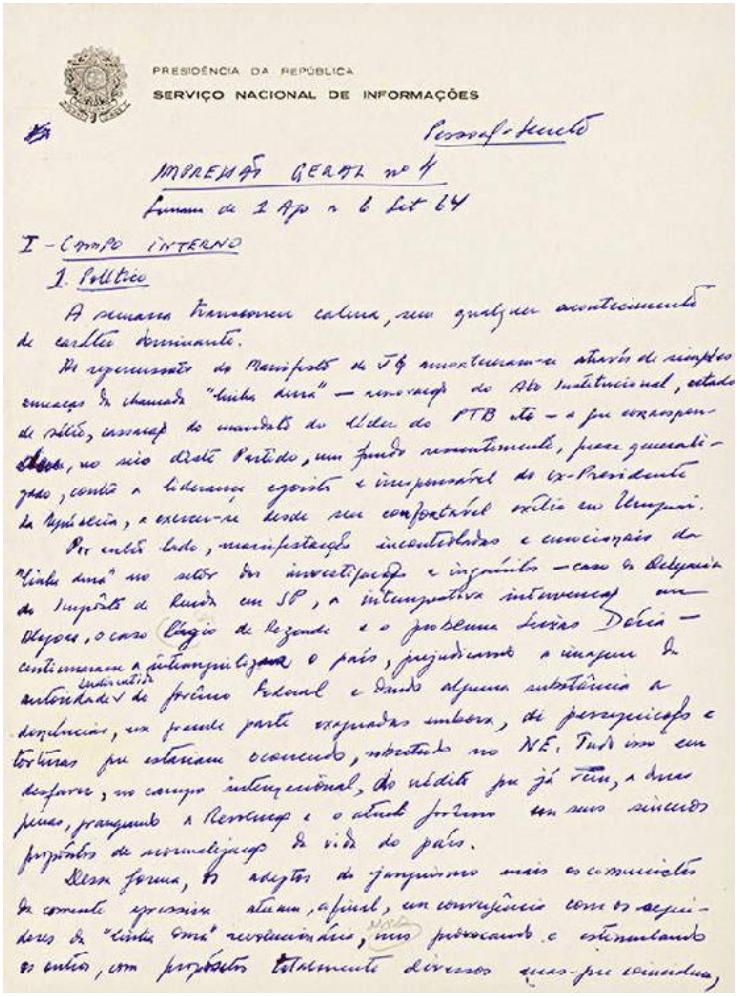
A linha dura

À viagem de De Gaulle ao Brasil

[Voltar] | [Transcrição]

Impressão Geral nº 4

[O trecho mencionado está na página 1]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Reservado-Secreto

IMPRENSA GERAL nº 4
Período de 1 Ago a 6 Set 64

I - CAMPO INTERNO

1. Política

A semana transcorreu calma, sem qualquer acontecimento de caráter dominante.

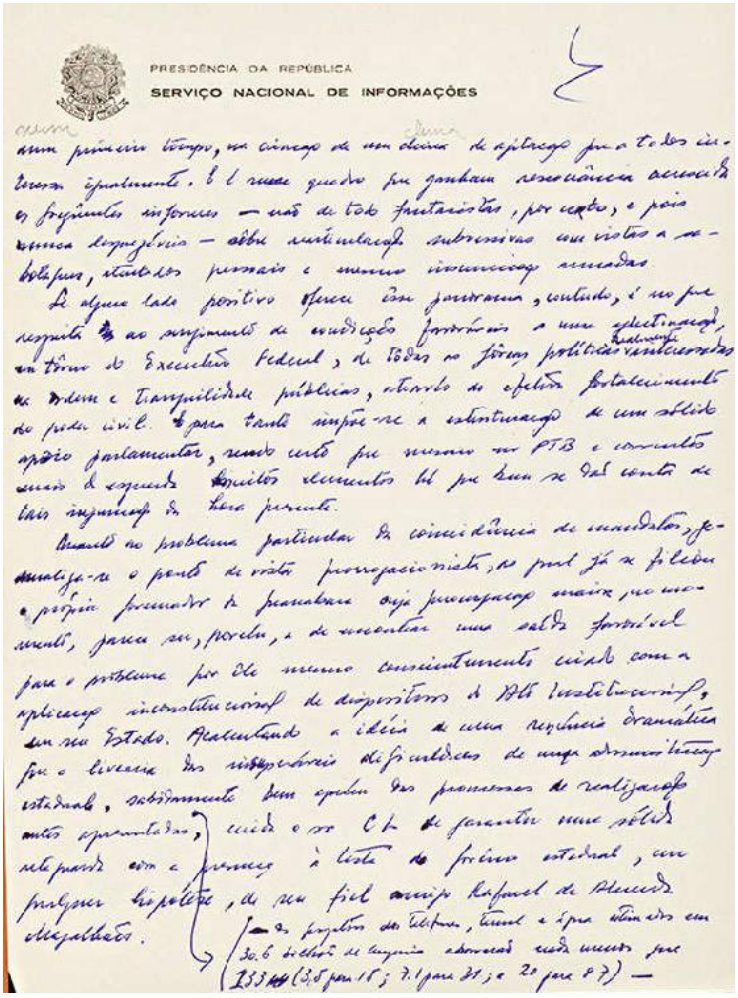
Os repercussores do Manifesto de 30 somaram-se ataques de ministros cassados da chamada "linha dura" — remanescente do Ato Institucional, estado de sítio, insurreição do mandato do Líder do PTB etc — e pronunciamentos, no seio deste Partido, num fundo remontamento, pesa generalizado, contra a liderança egoísta e irresponsável do ex-Presidente da República, e exercer-se desde seu comprometido exílio em Montevidéu.

Por outro lado, manifestações inconformadas e conveniadas da "linha dura" no setor das investigações e inquérito — caso da Delegacia do Imposto de Renda em SP, a intempestiva intervenção em Goiás, o caso Chagas de Rezende e o problema Leonel Brizola — continuaram a perturbar o país, prejudicando a imagem da autoridade federal e dando alguma substância à denúncia, em grande parte exagerada embora, de perseguições e torturas que estariam ocorrendo, notadamente no NE. Tudo isso em desfavor, no campo internacional, do crédito que já tem, e deve pesar, pragmaticamente, na Revolução e o atual governo em seus esforços propósitos de normalização da vida do país.

Nessa forma, os adeptos do janguismo mais os comunistas de carteira procuram atuar, afinal, em consequência com os seguidores da "linha dura" revolucionários, não provocando e estimulando os entre, com propósitos totalmente diversos quais pois coincidentes,

Página 1 de 3

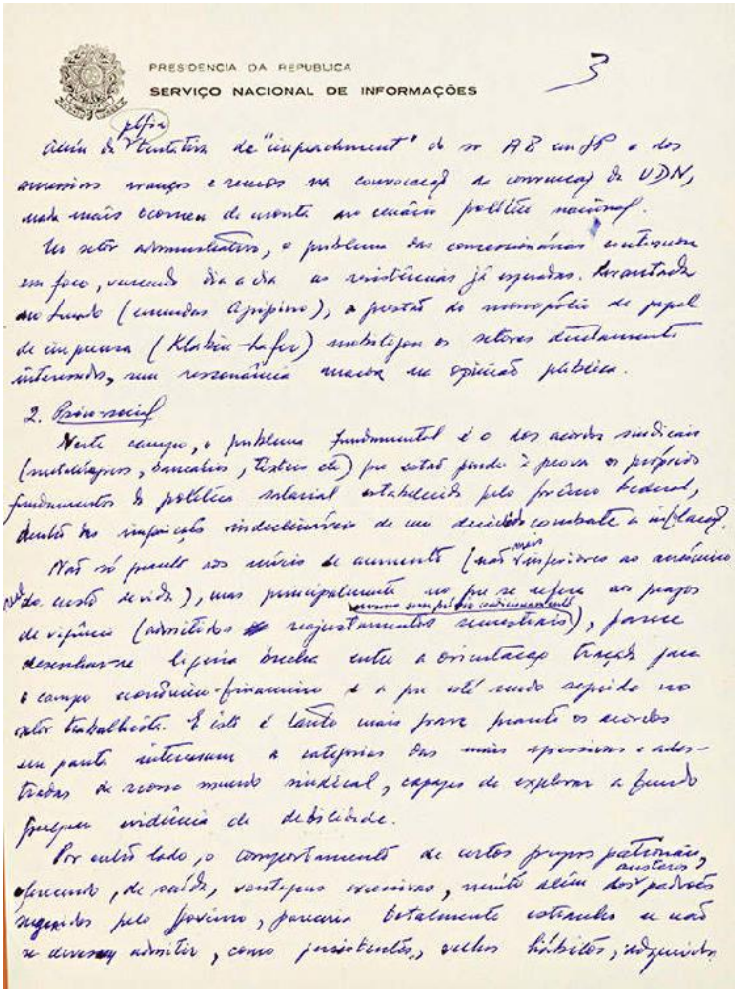
[Voltar] | [Transcrição]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Página 2 de 3

[Voltar] | [Transcrição]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

5

ditam de "impeachment" de [illegible] AB em SP e dos
acontecimentos vindos a ocorrer na convocação da convenção da UDN,
onde mais ecoam as vozes políticas nacionais.

No setor administrativo, o problema das concessionárias continua
em foco, vencendo dia a dia as resistências já esgotadas. Encontrada
uma fonte (encontro Agripino), a greve do monopólio de papel
de imprensa (Klabin-Irafer) mobiliza os setores diretamente
interessados, com repercussão crescente na opinião pública.

2. Sócio-social

Neste campo, o problema fundamental é o dos acordos sindicais
(metalúrgicos, bancários, têxteis etc) que estão pondo à prova os propósitos
fundamentais da política salarial estabelecida pelo governo federal,
dentro da imperiosa necessidade de um decidido combate à inflação.

Não só quanto aos índices de aumento (mais simpáticos ao aceitável
nível de vida), mas principalmente no que se refere aos prazos
de vigência (admitidos os reajustamentos semestrais), parece
desenhar-se hipótese branda entre a orientação traçada para
o campo econômico-financeiro e a que vem sendo seguida no
setor trabalhista. A isto é tanto mais grave quanto os acordos
em parte interessam a categorias das mais operosas e sobre-
tudo de grande mundo sindical, capazes de explorar a fundo
qualquer vulnerabilidade de debilidade.

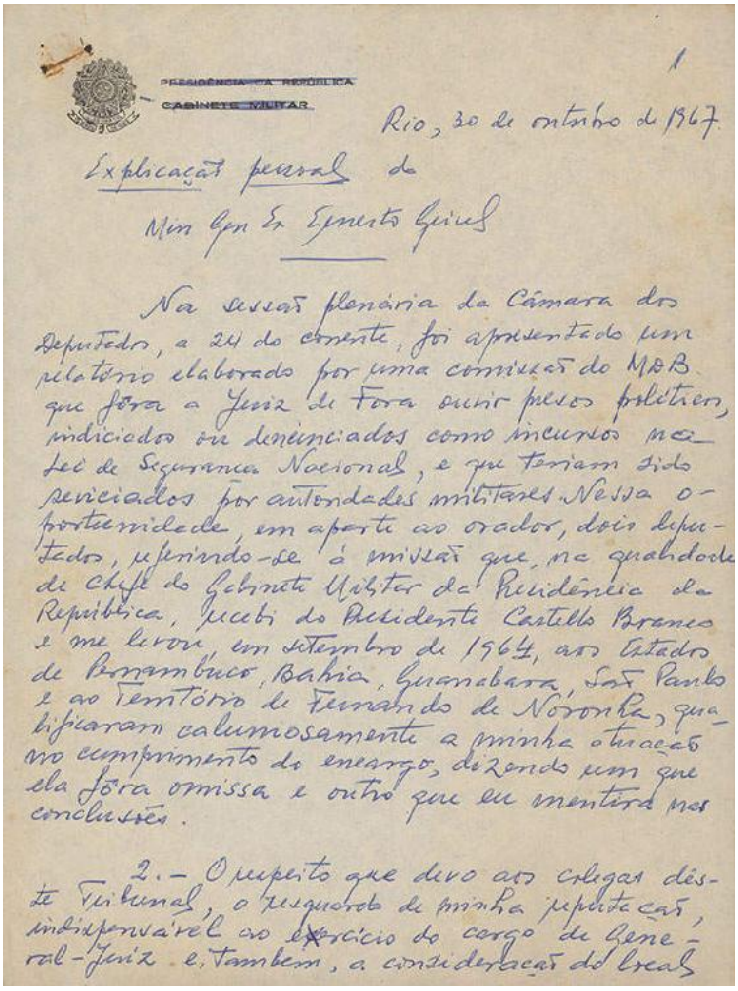
Por outro lado, o comportamento de certos grupos patronais,
ofuscando, de saída, vantagens salariais, muito além dos padrões
austeros
sugeridos pelo governo, parecem bastante estranhos e não
se deveriam admitir, como persistentes, velhos hábitos, adquiridos

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Explicação pessoal do general Ernesto Geisel sobre a missão para averiguação de denúncias de tortura

[O trecho mencionado está nas páginas 5 e 6]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA MILITAR

1

Rio, 30 de outubro de 1967.

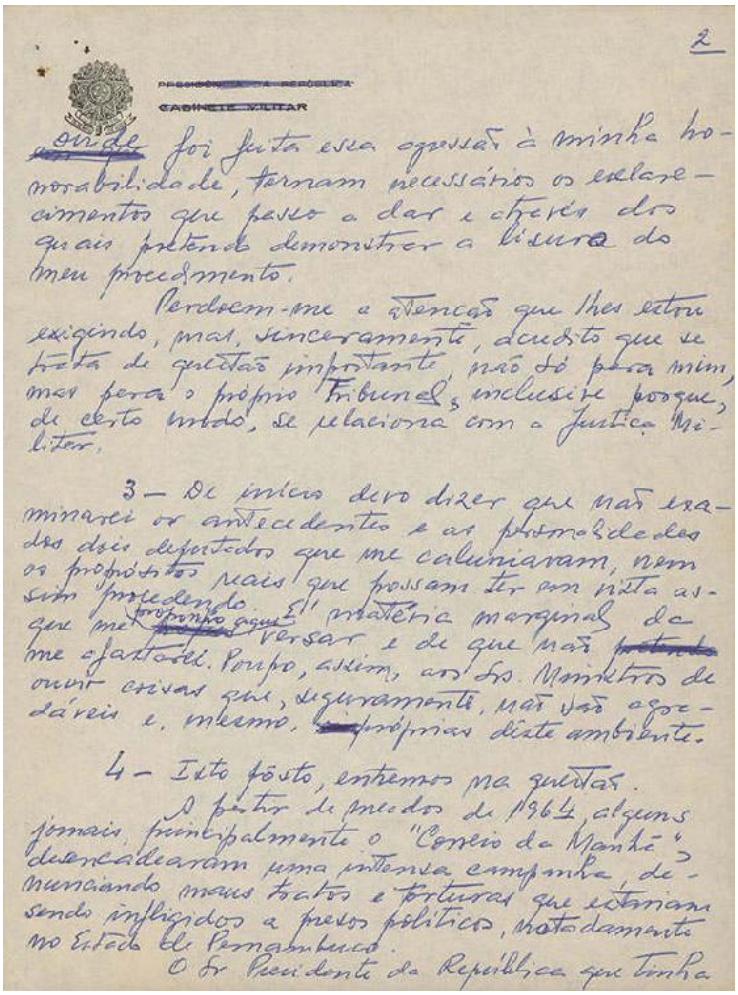
Explicação pessoal de

Min Gen Ex Ernesto Geisel

Na sessão plenária da Câmara dos Deputados, a 24 do corrente, foi apresentado um relatório elaborado por uma comissão do MDB que fôra a Juiz de Fora ouvir presos políticos, indiciados ou denunciados como incursos na Lei de Segurança Nacional, e que teriam sido seviciados por autoridades militares. Nessa oportunidade, em aparte ao orador, dois deputados, referindo-se à missão que, na qualidade de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, recebi do Presidente Castello Branco e me levou, em setembro de 1964, aos Estados de Pernambuco, Bahia, Guanabara, São Paulo e ao Território de Fernando de Noronha, qualificaram calunniosamente a minha atuação no cumprimento do encargo, dizendo um que ela fôra omissa e outro que eu mentira nas conclusões.

2.- O respeito que devo aos colegas dêste Tribunal, o resguardo de minha reputação, indispensável ao exercício do cargo de General-Juiz e, também, a consideração dos leal

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

ou de foi feita essa agressão à minha honorabilidade, tornam necessários os esclarecimentos que passo a dar e cheres dos quais pretendo demonstrar a lisura do meu procedimento.

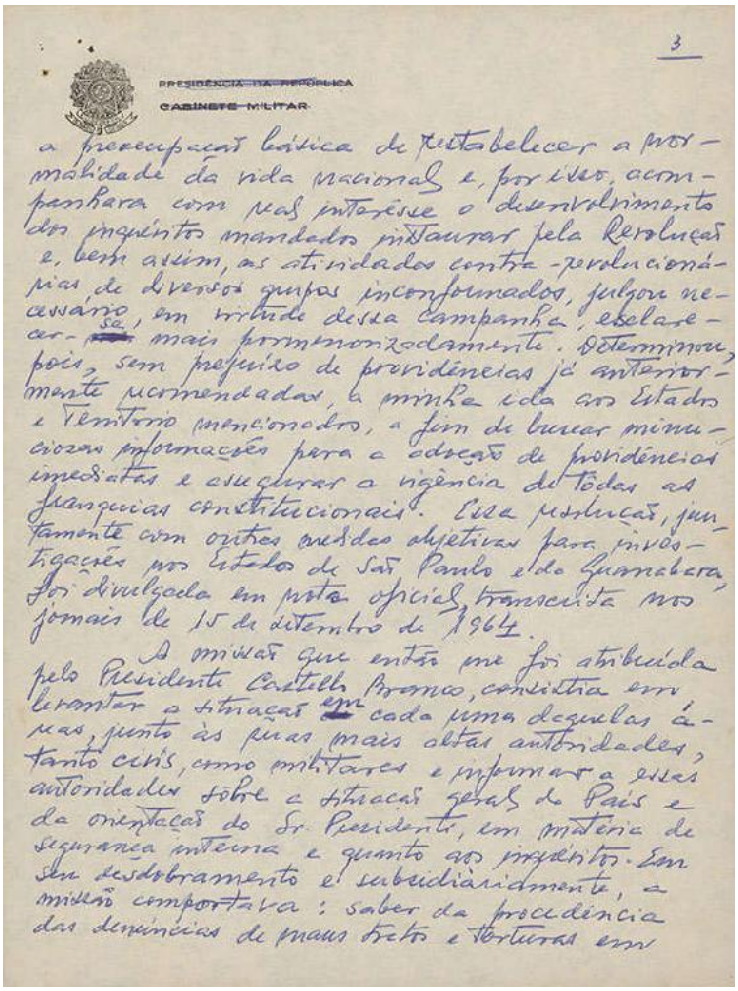
Perdoem-me a atenção que lhes estou exigindo, mas, sinceramente, acredito que se trata de questão importante, não só para mim, mas para o próprio Tribunal, inclusive porque, de certo modo, se relaciona com a Justiça Militar.

3 – De início devo dizer que não examinarei os antecedentes e as personalidades dos dois deputados que me caluniaram, nem os propósitos reais que possam ter em vista ao fazê-lo. É matéria marginal da que me proponho aqui versar e de que não pretendo me afastar. Penso, assim, assistirão os Srs. Ministros de ouvir coisas que, seguramente, não vão agradáveis e, mesmo, próprias deste ambiente.

4 – Isto posto, entremos na questão.

A partir de meados de 1964 alguns jornais, principalmente o "Correio da Manhã", desencadearam uma intensa campanha denunciando maus tratos e torturas que estariam sendo infligidos a presos políticos, notadamente no Estado de Pernambuco.

O Sr. Presidente da República que tinha

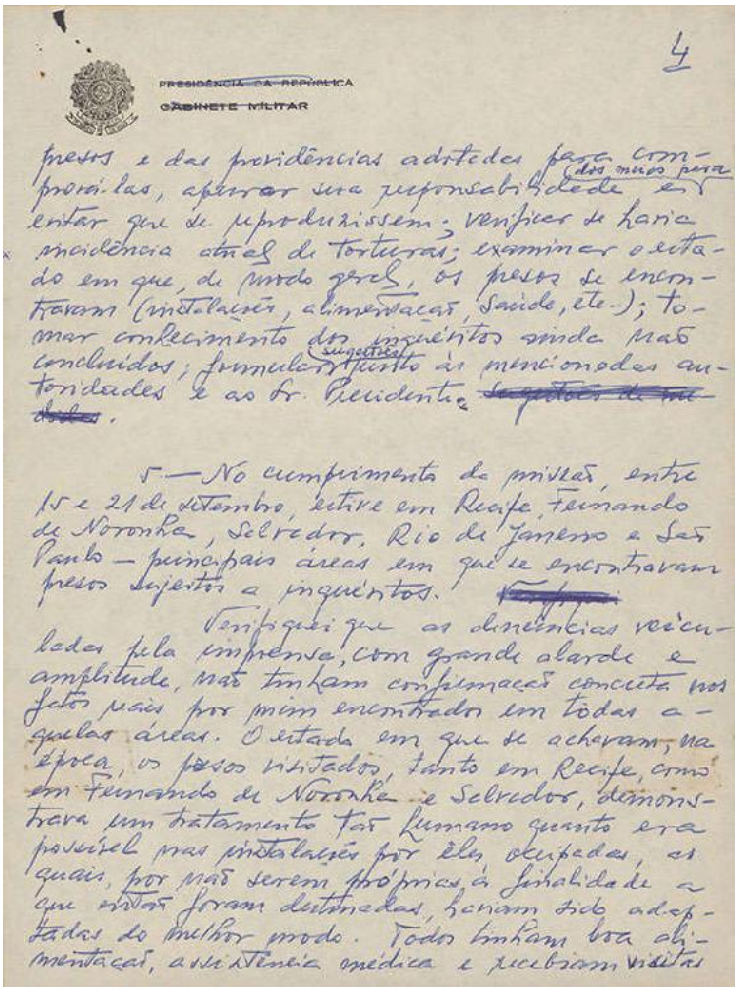


3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

a preocupação básica de restabelecer a normalidade da vida nacional e, por isso, acompanhara com mais interesse o desenvolvimento dos inquéritos mandados instaurar pela Revolução e, bem assim, as atividades contra-revolucionárias de diversos grupos inconformados, julgou necessário, em virtude dessa campanha, esclarecer-se mais pormenorizadamente. Determinou, pois, sem prejuízo de providências já anteriormente recomendadas, a minha ida aos Estados e Território mencionados, a fim de buscar minuciosas informações para a adoção de providências imediatas e assegurar a vigência de todas as franquias constitucionais. Essa resolução, juntamente com outras medidas objetivas para investigações no Estado de São Paulo e da Guanabara, foi divulgada em nota oficial, transcrita nos jornais de 15 de dezembro de 1964.

A missão que então me foi atribuída pelo Presidente Castello Branco, consistia em levantar a situação em cada uma daquelas áreas, junto às suas mais altas autoridades, tanto civis, como militares e informar a essas autoridades sobre a situação geral do País e da orientação do Sr. Presidente, em matéria de segurança interna e quanto aos inquéritos. Em seu desdobramento e subsidiariamente, a missão comportava: saber da procedência das denúncias de maus tratos e torturas em



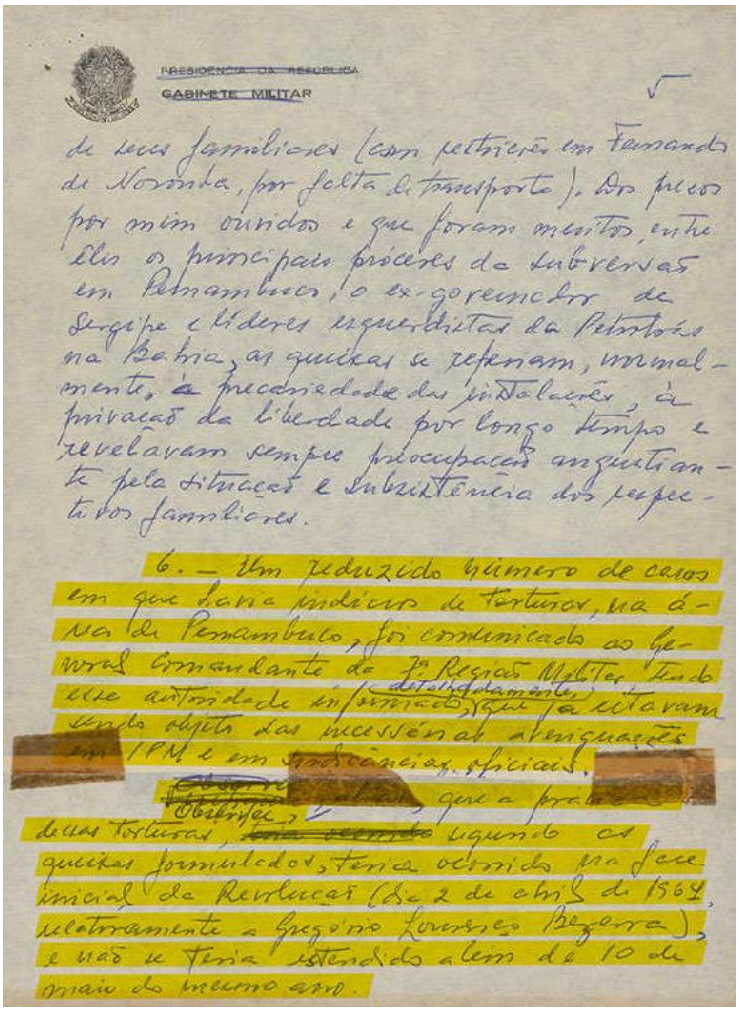
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

4

presos e das providências adotadas para com-
prová-las, afim de sua responsabilidade em
evitar que se reproduzissem. Verificar de fato a
incidência atual de torturas; examinar o esta-
do em que, de modo geral, os presos se encon-
travam (instalações, alimentação, saúde, etc.); to-
mar conhecimento dos inquéritos ainda não
concluídos; fornecer (sugestão) ponto às mencionadas au-
toridades e ao Sr. Presidente ~~da [illegible]~~.

5 — No cumprimento de minhas, entre
15 e 21 de setembro, estive em Recife, Fernando
de Noronha, Salvador, Rio de Janeiro e São
Paulo — principais áreas em que se encontravam
presos sujeitos a inquéritos.

Verifiquei que as diferenças veicu-
ladas pela imprensa, com grande alarde e
amplitude, não tinham confirmação concreta nos
fatos pois por mim encontrados em todas a-
quelas áreas. O estado em que se achavam, na
época, os presos visitados, tanto em Recife, como
em Fernando de Noronha e Salvador, demons-
trava um tratamento tão humano quanto era
possível nas instalações por ela ocupadas, as
quais, por não serem próprias à finalidade a
que estavam sendo destinadas, haviam sido adap-
tadas do melhor modo. Todos tinham boa ali-
mentação, assistência médica e recebiam visitas

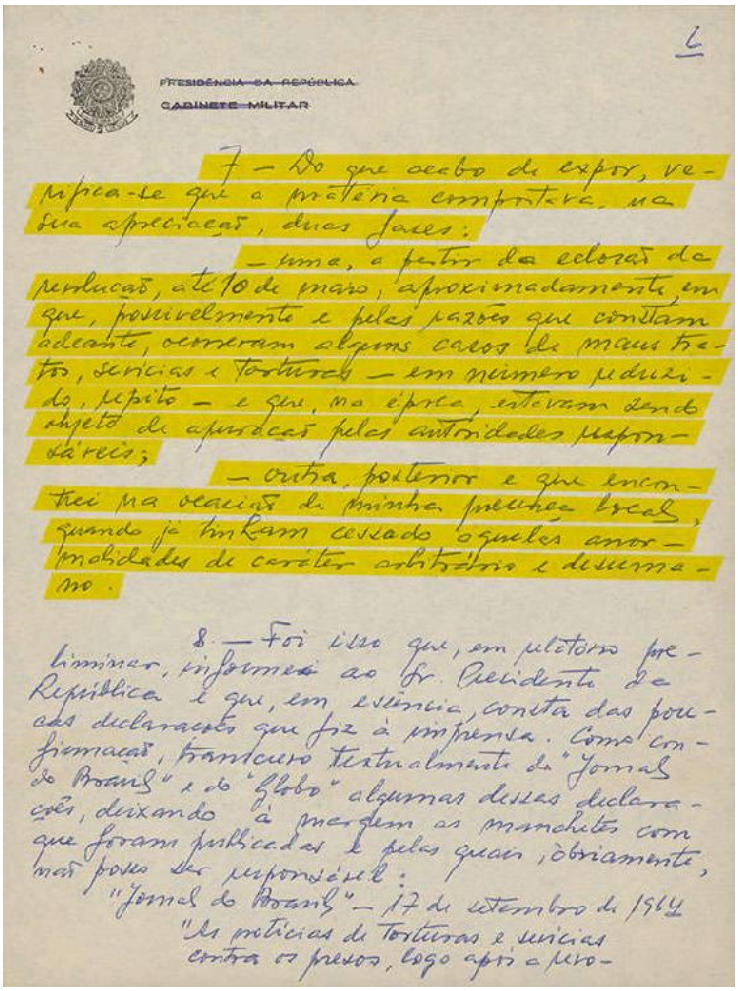


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

de seus familiares (com petrecho em Fernando de Noronha, por falta de transporte). Dos presos por mim ouvidos e que foram muitos, entre êles o principais líderes da subversão em Pernambuco, o ex-governador de Sergipe e líderes sindicais da Petrobrás na Bahia, as queixas se referiam, normalmente, à precariedade das instalações, à privação da liberdade por longo tempo e revelavam sempre preocupação angustiante pela situação e subsistência dos respectivos familiares.

6. — Um reduzido número de casos em que havia indícios de torturas, na área de Pernambuco, foi comunicado ao General Comandante da 7ª Região Militar. Todo êsse autoridade [illegible] detalhadamente, que determinaram sendo objeto das necessárias averiguações em IPM e em sindicâncias oficiais.

Obtive, [illegible] que a prática de tais torturas, [illegible] segundo as queixas formuladas, teria ocorrido na fase inicial da Revolução (de 2 de abril de 1964, aproximadamente a Gregório Fortunato Bezerra), e não se teria estendido além de 10 de maio do mesmo ano.



6

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA MILITAR

7 — Do que acabo de expor, verifica-se que a matéria comportava, na sua apreciação, duas fases:

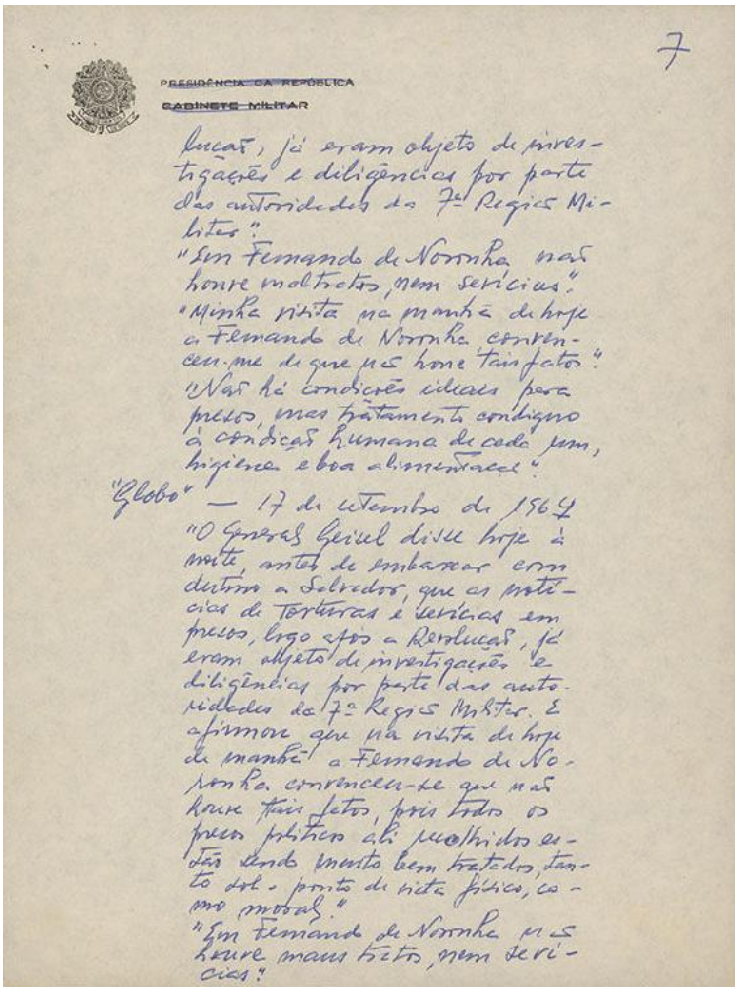
— uma, a partir da eclosão da revolução, até 10 de março, aproximadamente, em que, possivelmente e pelas razões que constam adiante, ocorreram alguns casos de maus tratos, sevícias e torturas — em número reduzido, repito — e que, na época, estavam sendo objeto de apuração pelas autoridades competentes;

— outra, posterior e que encontrei na ocasião da minha prisão local, quando já haviam cessado aquelas anormalidades de caráter arbitrário e desumano.

8 — Foi isso que, em preliminar, informei ao Sr. Presidente da República e que, em essência, consta das poucas declarações que fiz à imprensa. Como confirmação, transcrevo textualmente do "Jornal do Brasil" e do "Globo" algumas dessas declarações, deixando à margem as manchetes com que foram publicadas e pelas quais, obviamente, não posso ser responsável:

"Jornal do Brasil" — 17 de setembro de 1964

"As notícias de torturas e sevícias contra os presos, logo após a revo-

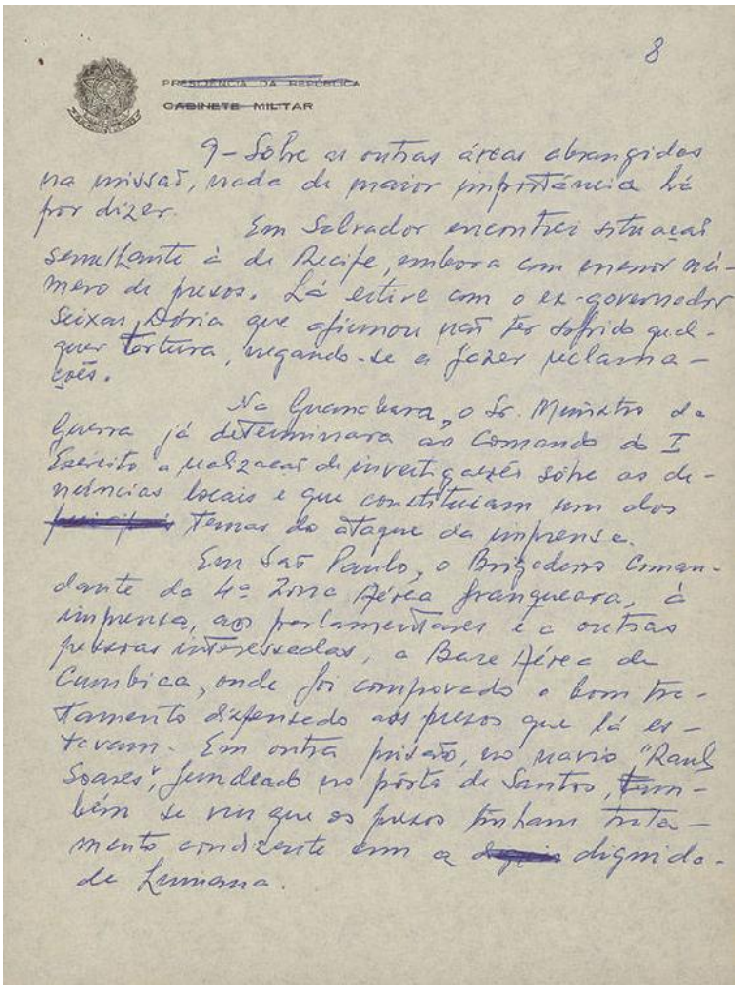


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CABINETE MILITAR

7

lucas, já eram objeto de investigações e diligências por parte das autoridades do 7º Regiões Militares".
"Em Fernando de Noronha não houve maltratos, nem sevícias".
"Minha visita na manhã de hoje a Fernando de Noronha convenceu-me de que não houve tais fatos".
"Não há condições ideais para presos, mas tratamento condigno à condição humana de cada um, higiene e boa alimentação".

"Globo" — 17 de setembro de 1964
"O General Geisel disse hoje à noite, antes de embarcar em direção a Salvador, que as notícias de torturas e sevícias em presos, logo após a Revolução, já eram objeto de investigações e diligências por parte das autoridades do 7º Regiões Militar. E afirmou que na visita de hoje de manhã a Fernando de Noronha convenceu-se que não houve tais fatos, pois todos os presos políticos ali recolhidos estão sendo muito bem tratados, tanto do ponto de vista físico, como moral".
"Em Fernando de Noronha não houve maus tratos, nem sevícias".



8

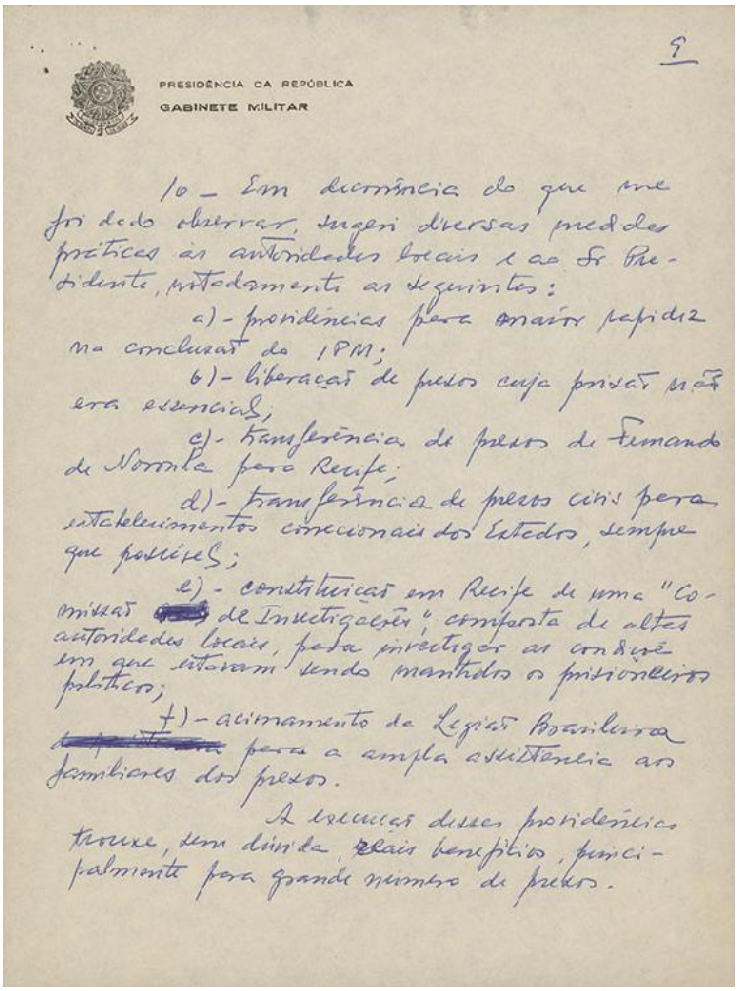
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

9- Sobre as outras áreas abrangidas na missão, nada de maior importância há por dizer.

Em Salvador encontrei situação semelhante à do Recife, embora com menor número de presos. Lá estive com o ex-governador Seixas Dória que afirmou não ter sofrido qualquer tortura, negando-se a fazer declarações.

No Guanabara, o Sr. Ministro do Exército já determinara ao Comando do I Exército a realização de investigações sobre as denúncias locais e que constituíram um dos temas do ataque da imprensa.

Em São Paulo, o Brigadeiro Comandante da 4ª Zona Aérea franqueara, à imprensa, aos parlamentares e a outras pessoas interessadas, a Base Aérea de Cumbica, onde foi comprovado o bom tratamento dispensado aos presos que lá estavam. Em outra visita, ao navio "Raul Soares", fundeado no porto de Santos, também se viu que os presos estavam tratamento condizente com a dignidade humana.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

9

1o - Em decorrência do que me foi dado observar, sugeri diversas medidas práticas às autoridades locais e ao Sr. Presidente, principalmente as seguintes:

a) - providências para maior rapidez na conclusão do IPM;

b) - liberação de presos cuja prisão não era essencial;

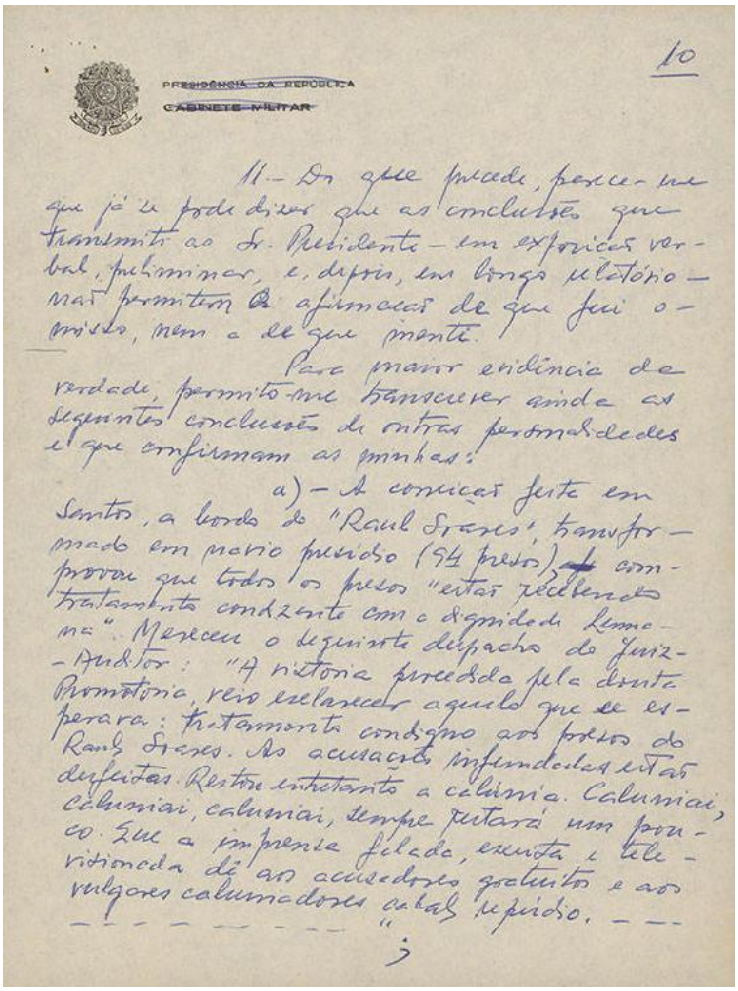
c) - transferência de presos de Fernando de Noronha para Recife;

d) - transferência de presos civis para estabelecimentos correcionais dos Estados, sempre que possível;

e) - constituição em Recife de uma "Comissão [redacted] de Investigação", composta de altas autoridades locais, para investigar as condições em que estavam sendo mantidos os prisioneiros políticos;

f) - acionamento da Legião Brasileira [redacted] para a ampla assistência aos familiares dos presos.

A execução dessas providências trouxe, sem dúvida, [redacted] benefícios, principalmente para grande número de presos.



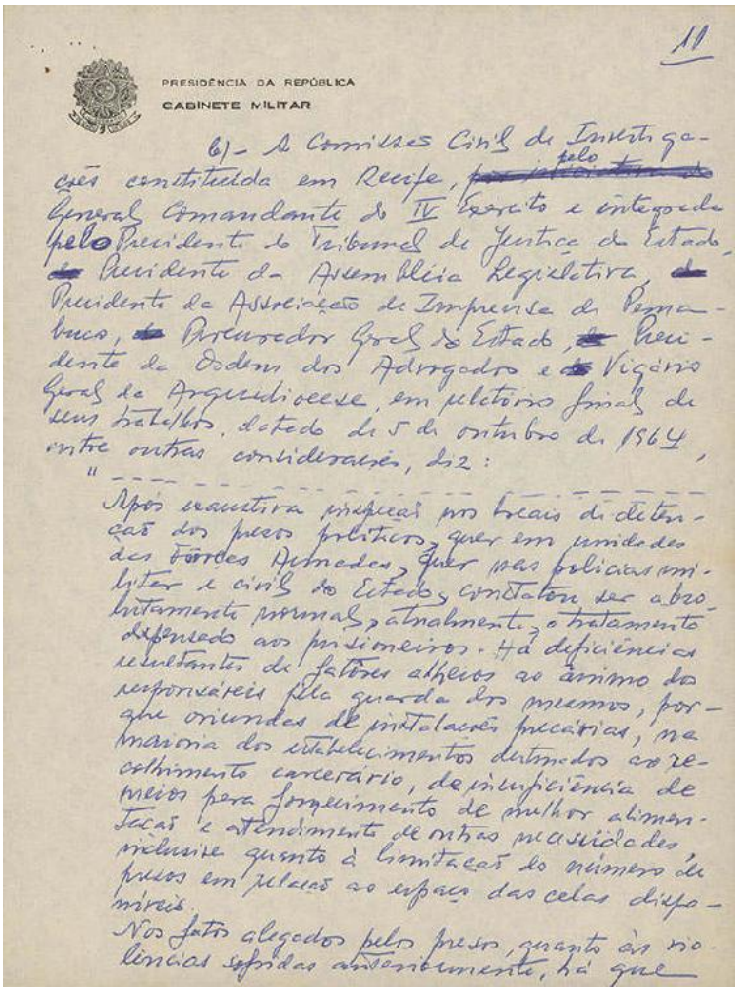
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA MILITAR

10

11 - Do que precede, parece-me que já se pode dizer que as conclusões que transmiti ao Sr. Presidente - em exposição verbal, preliminar, e, depois, em longo relatório - não permitem a afirmação de que fui ouvido, nem a de que mantê.

Para maior evidência da verdade, permito-me transcrever ainda as seguintes conclusões de outras personalidades que confirmam as minhas:

a) - A conclusão feita em Santos, a bordo do "Raul Soares", transformado em navio presídio (94 presos), comprovou que todos os presos "estão recebendo tratamento condizente com a dignidade humana". Mereceu o seguinte despacho do Juiz-Auditor: "A vistoria procedida pela douta Promotoria, veio esclarecer aquilo que se esperava: tratamento condigno aos presos do Raul Soares. As acusações infundadas estão desfeitas. Restou entretanto a calúnia. Caluniai, caluniai, caluniai, sempre restará um pouco. Que a imprensa falada, escrita e televisionada dê aos acusadores gratuitos e aos vulgares caluniadores o devido repúdio. - - - - - - - - - - - - - "



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASINETE MILITAR

11

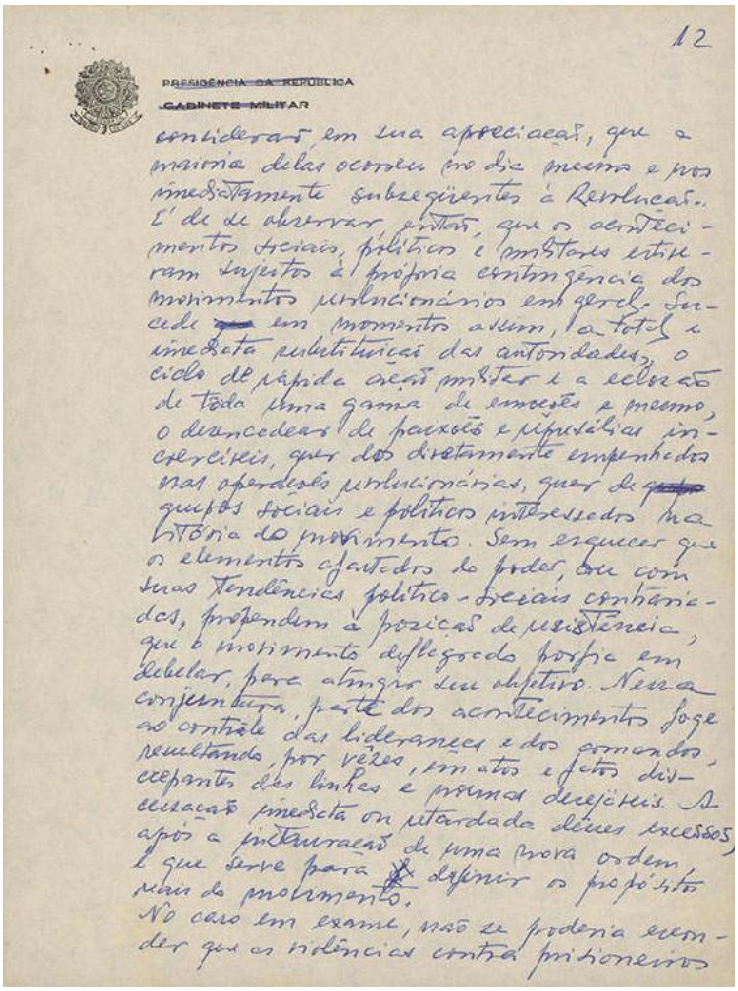
6)- A Comissão Civil de Investigações constituída em Recife, pelo [illegible] General Comandante do IV Exército e integrada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Presidente da Assembléia Legislativa, Presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco, Procurador Geral do Estado, Presidente da Ordem dos Advogados e Vigário Geral da Arquidiocese, em pleitório final de seus trabalhos, datado de 5 de outubro de 1964, entre outras considerações, diz:

"---

Após examinar pessoalmente nos locais de detenção dos presos políticos, quer em unidades das Forças Armadas, quer nas policias militar e civil do Estado, constatou ser absolutamente normal, atualmente, o tratamento dispensado aos prisioneiros. Há deficiências resultantes de fatores alheios ao ânimo dos responsáveis pela guarda dos mesmos, porque oriundas de instalações precárias, na maioria dos estabelecimentos destinados ao recolhimento carcerário, de insuficiência de meios para fornecimento de melhor alimentação e atendimento de outras necessidades, inclusive quanto à limitação do número de presos em relação ao espaço das celas disponíveis.

Nos fatos alegados pelos presos, quanto às violências sofridas anteriormente, há que

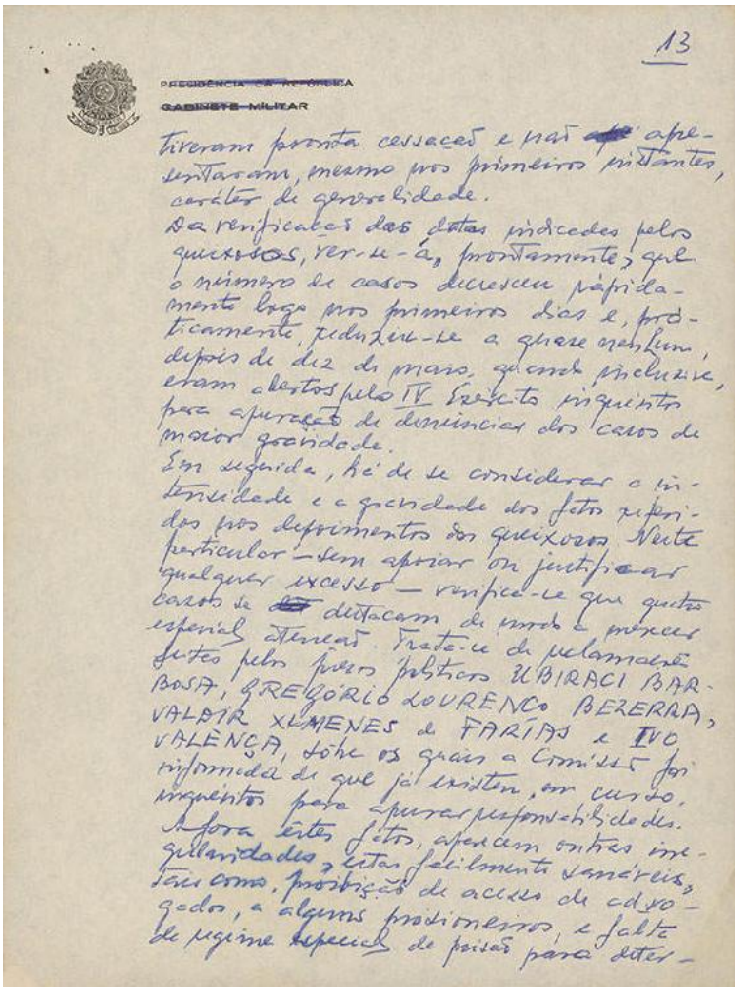
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



12

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CADINETE MILITAR

considerar, em sua apreciação, que a maioria delas ocorreu no dia mesmo e nos imediatamente subseqüentes à Revolução.
É de se observar, ainda, que os acontecimentos sociais, políticos e militares estiveram sujeitos à própria contingência dos movimentos revolucionários em geral. Sucede em momentos assim, a total e imediata substituição das autoridades, o ciclo de rápida ação militar e a eclosão de toda uma gama de emoções e mesmo, o desencadear de paixões e pequenezas inconfessáveis, quer dos diretamente empenhados nas operações revolucionárias, quer de grupos sociais e políticos interessados na história do movimento. Sem esquecer que os elementos afastados do poder, com suas tendências político-sociais contrariadas, propendem à posição de resistência, que o movimento deflagrado procura em debelar, para atingir seu objetivo. Nessa conjuntura, parte dos acontecimentos foge ao controle das lideranças e dos comandos, resultando, por vêzes, em atos e fatos divorciados das linhas e normas decretadas. A execução imediata ou retardada destes excessos após a instauração de uma nova ordem é que serve para [illegible] o propósito real do movimento.
No caso em exame, não se poderia esquecer que as violências contra prisioneiros



13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

tiveram pronta cessação e não apresentaram, mesmo nos primeiros instantes, caráter de gravidade.

Da verificação das datas indicadas pelos queixosos, ver-se-á, prontamente, que o número de casos decresceu rápidamente logo nos primeiros dias e, praticamente, reduziu-se a quase nenhum, depois de dez de março, quando inclusive, eram abertos pelo IV Exército inquéritos para apuração de denúncias dos casos de maior gravidade.

Em seguida, há de se considerar a intensidade e a gravidade dos fatos referidos nos depoimentos dos queixosos. Neste particular — sem apoiar ou justificar qualquer excesso — verifica-se que estes casos se ~~dif~~ distanciam de modo e maneira especial ditados. Trata-se de pedidos feitos pelos ex-políticos UBIRACI BARBOSA, GREGÓRIO LOURENÇO BEZERRA, VALDIR CLEMENES de FARIAS e IVO VALENÇA, sobre os quais a Comissão foi informada de que já existem, em curso, inquéritos para apurar responsabilidades.

Afora estes fatos, apuram-se outras irregularidades, estas felizmente raríssimas, tais como, proibição de acesso de advogados, a alguns prisioneiros, e falta de regime especial de prisão para deter-

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

14

minadas pessoas que a êle tem direito, por fôrça de lei.

Com essas considerações, conclui a Comissão o relatório das verificações feitas, testemunhando o humano tratamento ora dispensado a todos os presos políticos na área do Recife, e se permitindo indicar à competência das autoridades aquêles outros fatos pretéritos referidos pelos prisioneiros, cujas declarações, tomadas por têrmos, vão a êste anexadas.

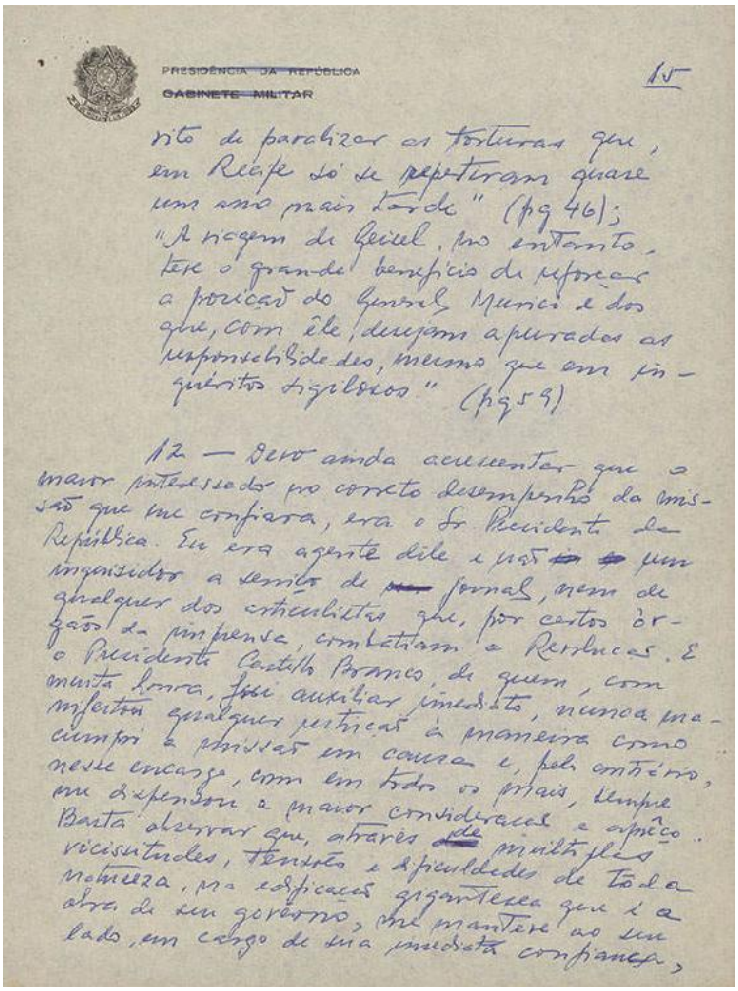
— — — — — — — — — — — — — ";

c) - O próprio sr. Marcio Moreira Alves, autor de "Torturas e Torturados", diz:

"A primeira vez que os jornalistas puseram os pés nos quartéis de Pernambuco para êste fim foi em setembro, quando acompanharam a comissão civil de investigações criada em virtude das denúncias que fizéramos. A esta altura a maioria dos presos políticos havia sido transferida para as prisões civis e as torturas, por parte dos militares, haviam cessado há dois meses" (pg 31);

"A viagem de inspeção que não resultou na punição de nenhum dos torturadores, teve ao menos o mé-

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

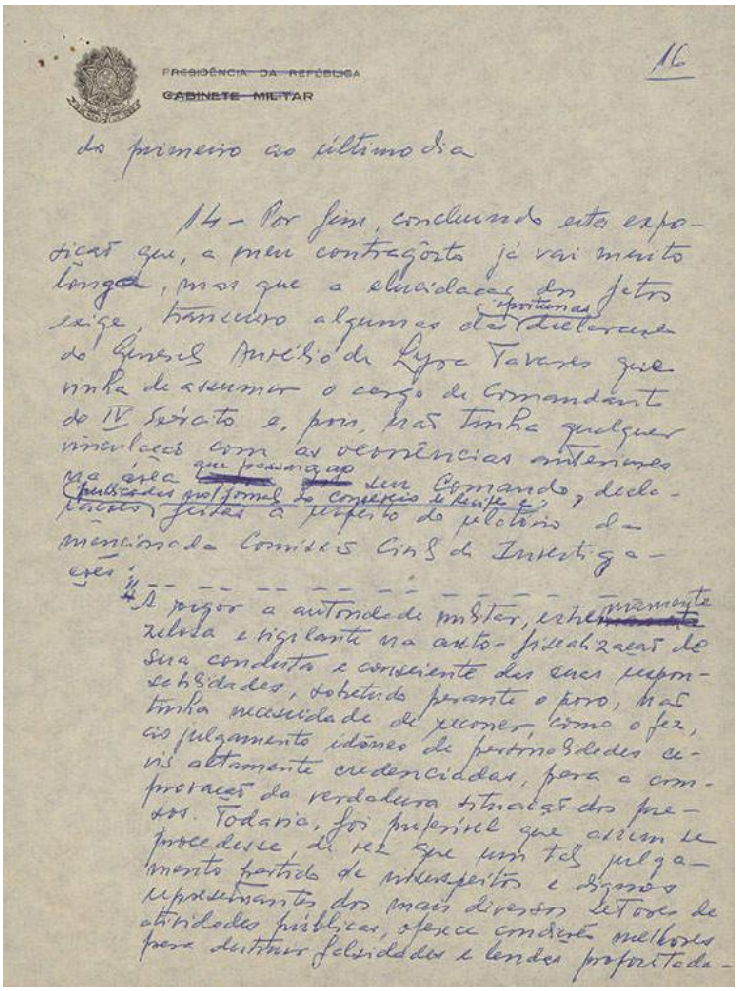


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

15

sito de paralizar as torturas que, em Recife só se repetiram quase um ano mais tarde" (pg 46);
"A viagem do Geisel, no entanto, teve o grande benefício de reforçar a posição do General Muricy e dos que, com êle, desejam apuradas as responsabilidades, mesmo que em inquéritos sigilosos" (pg 59)

12 — Devo ainda acrescentar que o maior interessado no correto desempenho da missão que me confiara, era o Sr Presidente da República. Eu era agente dêle e não ~~de~~ um investidor a serviço de ~~um~~ partido, nem de qualquer dos criticistas que, por certos órgãos da imprensa, combatiam a Revolução. E o Presidente Castello Branco, de quem, com imensa honra, fui auxiliar imediato, nunca me ~~in~~ferira qualquer restrição à maneira como cumpri a missão em causa e, pelo contrário, neste encargo, com em todos os ~~pr~~ais, sempre me dispensou a maior consideração e apreço. Basta observar que, através ~~de~~ muitas vicissitudes, tensões e dificuldades de tôda natureza, na edificação gigantesca que é a obra de seu governo, me manteve ao seu lado, em cargo de sua imediata confiança,



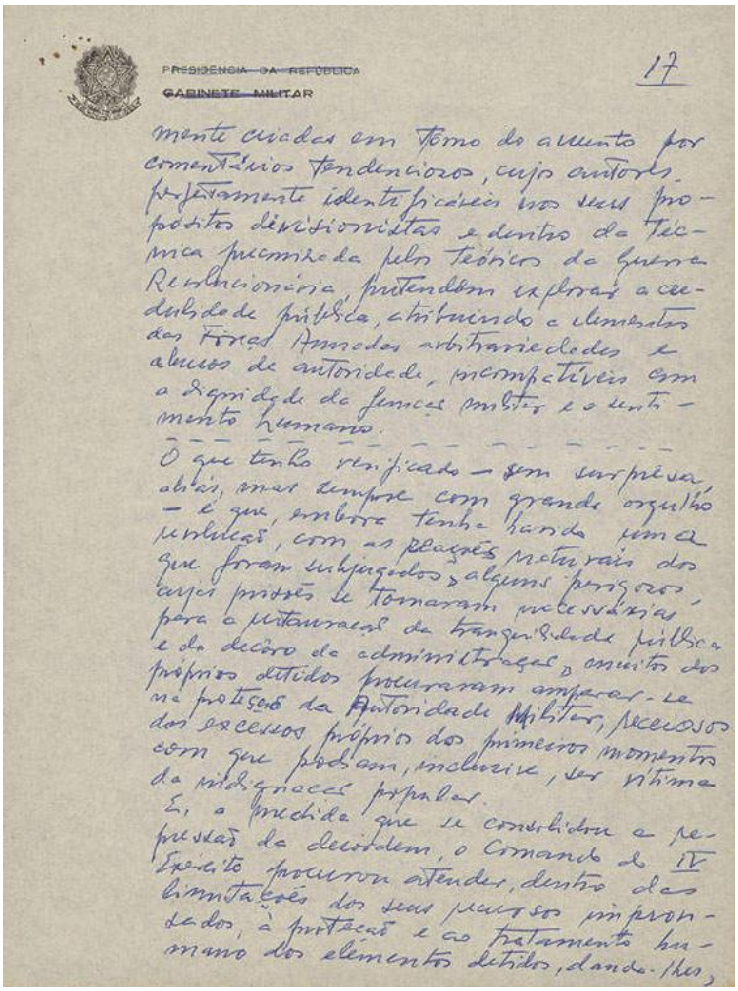
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

16

do primeiro ao último dia.

14 - Por fim, concluindo este esposição que, a meu contragosto já vai muito longa, mas que a elucidação dos fatos exige, transcrevo algumas das declarações do General Aurélio de Lyra Tavares que tinha de assumir o cargo de Comandante do IV Exército e, pois, não tinha qualquer vinculação com as ocorrências anteriores na área que passaram a ser Comando, declarações prestadas por ocasião de inquérito policial formado no Conselho de Justiça a propósito do pelotão de mencionada Comissão Geral de Investigações:

"A prior a autoridade militar, extremamente zelosa e vigilante na apuração de sua conduta e consciente das suas responsabilidades, obtendo perante o povo, não tinha necessidade de proceder, como o fez, ao julgamento dessas pessoas de personalidades civis altamente credenciadas, para a comprovação da verdadeira situação dos fatos. Todavia, foi preferível que assim se procedesse do que um tal julgamento partido de irresponsáveis e ignorantes representantes dos mais diversos setores de atividades públicas, ofereça condições melhores para distinguir felicidades e tendências propriamente de-



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

17

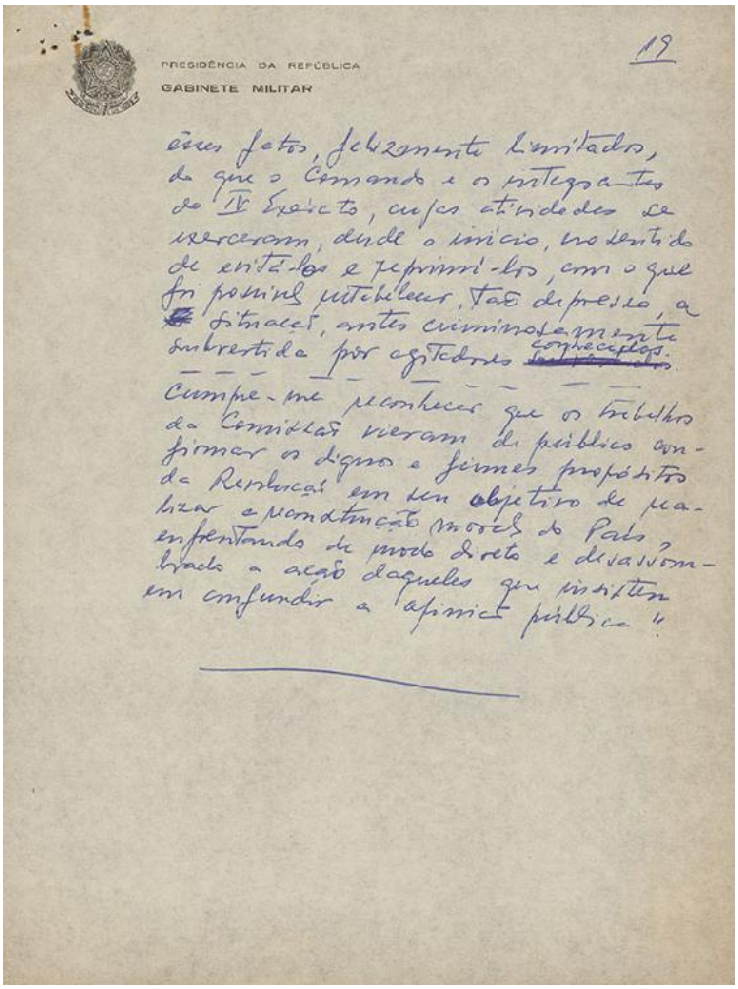
mente citadas em torno do assunto por comentários tendenciosos, cujos autores, perfeitamente identificáveis nos seus propósitos divisionistas e dentro da técnica preconizada pelos teóricos da Guerra Revolucionária, pretendem explorar a credibilidade pública, atribuindo a elementos das Forças Armadas arbitrariedades e abusos de autoridade, incompatíveis com a dignidade de funções públicas e o sentimento humano.

O que tenho verificado – sem surpresa aliás, mas sempre com grande orgulho – é que, embora tenha havido uma ou outra exceção, com as prisões preventivas dos que foram subjugados, alguns perigosos, cujas prisões se tornaram necessárias, para a preservação da tranquilidade pública e do decoro da administração, ou mesmo dos próprios detidos procuraram amparar-se na proteção da Autoridade Militar, receiosos dos excessos próprios dos primeiros momentos com que podem, inclusive, ser vítima da vingança popular.

E, a medida que se consolidava a pressão da decisão, o Comando do IV Exército procurou atender, dentro das limitações dos seus recursos improvisados, à proteção e ao tratamento humano dos elementos detidos, dando-lhes,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

desde o início, a segurança necessária contra os excessos eventuais decorrentes da exaltação do ânimo do povo.
Nesse sentido tenho depoimentos expressivos, suficientes para desmascarar a maledicência dos que veiculam com reportagens sensacionais ou tendenciosas, comentários e insinuações fàcilmente identificáveis com a técnica da ação comunista no campo psicológico.
O que fica bem claro, na síntese do Relatório, é que a Comissão com a sua autoridade, a sua independência e a sua isenção, confirma o que já é do conhecimento do Comando do IV Exército: depois de libertados, na sua maioria, os presos inicialmente detidos, seja por inculpabilidade comprovada, seja pela desnecessidade de mantê-los sob custódia, ficaram os detidos reduzidos à percentagem relativamente pequena dos atingidos pelas sanções da revolução e mais seriamente implicados na subversão e na corrupção que ela tem por fim combater e continuará combatendo. ------
Se houve alguns casos raros de violência, é porque foram inevitáveis como assinala a Comissão. ----
---- Ninguém lamenta mais



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

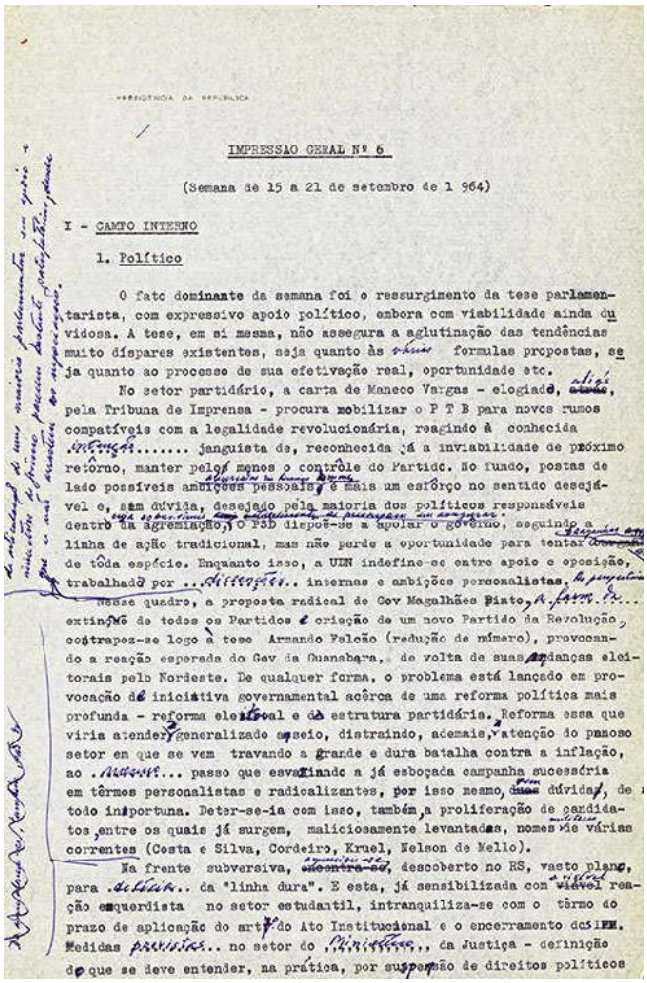
19

esses fatos, felizmente limitados,
de que o Comando e os integrantes
do IV Exército, cujas atividades se
exerceram, desde o início, no sentido
de evitá-los e reprimi-los, com o que
foi possível restabelecer, tão depressa, a
tranquilidade, antes criminosamente
subvertida por agitadores comunistas.

Cumpre-me reconhecer que os trabalhos
da Comissão vieram de público con-
firmar os dignos e firmes propósitos
da Revolução em seu objetivo de sa-
near a moralização moral do País,
enfrentando de modo direto e dissuasivo
tendo a ação daqueles que insistem
em confundir a opinião pública.

Impressão Geral nº 6 do SNI

[O trecho mencionado está na página 3]



IMPRESSAO GERAL Nº 6

(Semana de 15 a 21 de setembro de 1 964)

I - CAMPO INTERNO

1. Político

O fato dominante da semana foi o ressurgimento da tese parlamentarista, com expressivo apoio político, embora com viabilidade ainda duvidosa. A tese, em si mesma, não assegura a aglutinação das tendências muito díspares existentes, seja quanto às várias formulas propostas, seja quanto ao processo de sua efetivação real, oportunidade etc.

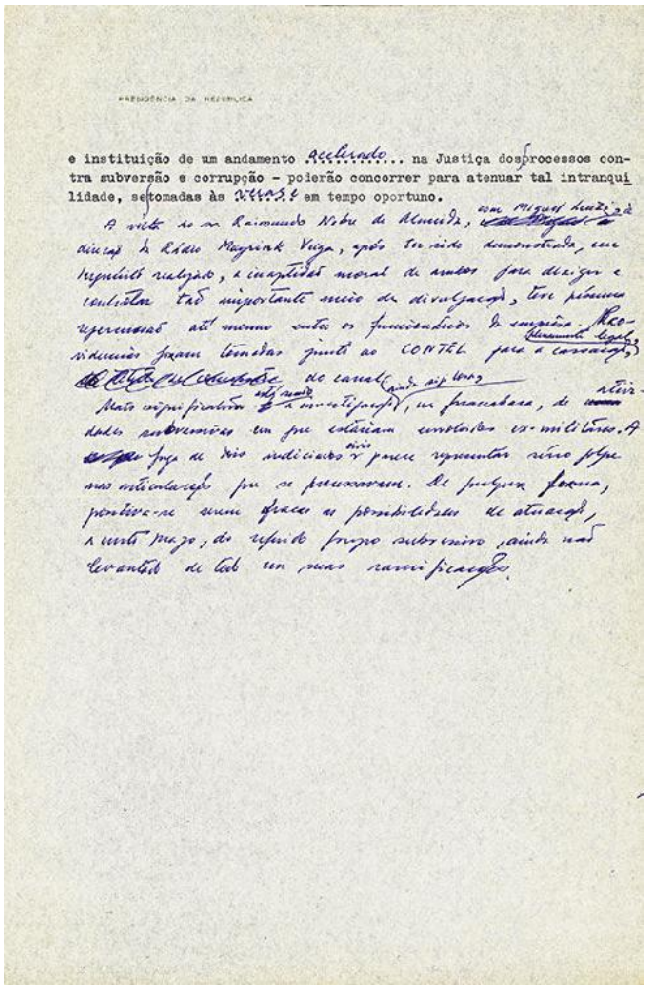
No setor partidário, a carta de Maneco Vargas - elogiada, aliás, pela Tribuna de Imprensa - procura mobilizar o P T B para novos rumos compatíveis com a legalidade revolucionária, reagindo à conhecida ..... janguista de, reconhecida já a inviabilidade de próximo retorno, manter pelo menos o contrôle do Partido. No fundo, postas de lado possíveis ambições pessoais, é mais um esfôrço no sentido desejável e, sem dúvida, desejado pela maioria dos políticos responsáveis dentro da agremiação, o PSD dispõe-se a apoiar o govêrno, seguindo a linha de ação tradicional, mas não perde a oportunidade para tentar de tôda espécie. Enquanto isso, a UDN indefine-se entre apoio e oposição, trabalhada por ... internas e ambições personalistas.

Nesse quadro, a proposta radical do Gov Magalhães Pinto, extinção de todos os Partidos e criação de um novo Partido da Revolução, contrapoz-se logo a tese Armando Falcão (redução de número), provocando a reação esperada do Gov da Guanabara, de volta de suas andanças eleitorais pelo Nordeste. De qualquer forma, o problema está lançado em provocação de iniciativa governamental acêrca de uma reforma política mais profunda - reforma eleitoral e de estrutura partidária. Reforma essa que viria atender generalizado anseio, distraindo, ademais, atenção do famoso setor em que se vem travando a grande e dura batalha contra a inflação, ao ... passo que esvaziando a já esboçada campanha sucessória em têrmos personalistas e radicalizantes, por isso mesmo, de todo inoportuna. Deter-se-ia com isso, também, a proliferação de candidatos, entre os quais já surgem, maliciosamente levantados, nomes de várias correntes (Costa e Silva, Cordeiro, Kruel, Nelson de Mello).

Na frente subversiva, descoberto no RS, vasto plano, para .. da "linha dura". E esta, já sensibilizada com viável reação esquerdista no setor estudantil, intranquiliza-se com o têrmo do prazo de aplicação do art. do Ato Institucional e o encerramento do IPM. Medidas previstas .. no setor do ... da Justiça - definição do que se deve entender, na prática, por suspensão de direitos políticos

Página 1 de 5

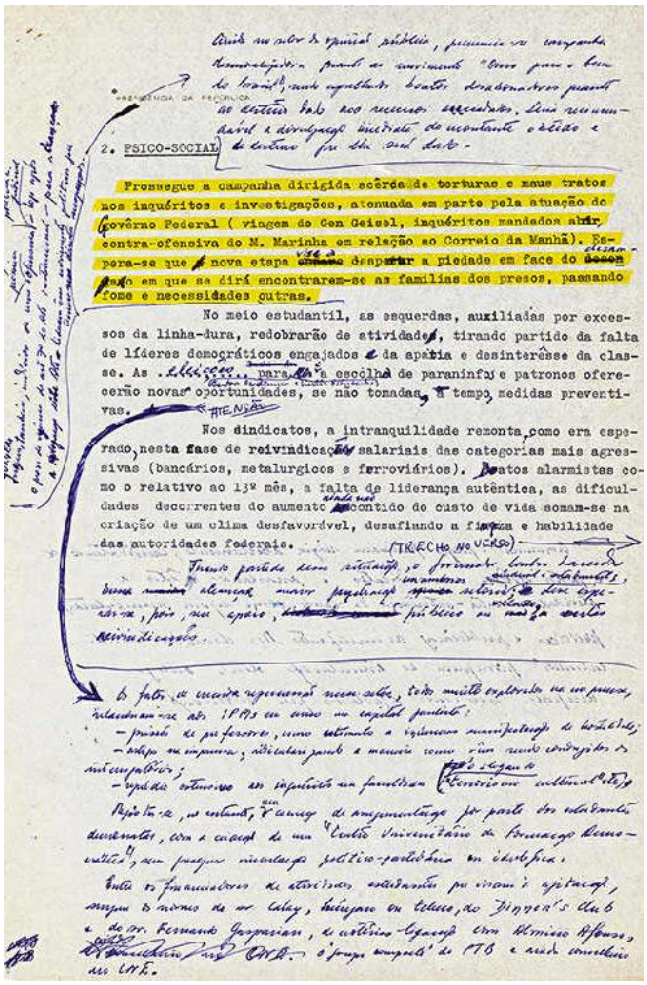
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



e instituição de um andamento acelerado na Justiça dos processos contra subversão e corrupção - poderão concorrer para atenuar tal intranquilidade, setomadas às vezes em tempo oportuno.

A visita ao Raimundo Nobre de Almeida, com Miguel Arraes e diretores da Rádio Mayrink Veiga, após ter sido denunciada, em inquérito realizado, a inexistência moral de meios para dirigir e controlar tão importante meio de divulgação, teve plenas repercussão até mesmo entre os funcionários. O ministro Nascimento Silva, Presidente, pensou tomar providências junto ao CONTEL para a cassação, de carater de advertência.

Nesta exposição de motivos, ou franqueza, de [illegible] dados subversivos em que estariam envolvidos os militares. A [illegible] fez os dois indiciados virem pessoalmente ao Rio para [illegible] suas declarações por escrito. Se julgou [illegible], pretende-se serem feitas as possibilidades de atenuação, a curto prazo, do [illegible] subversivo, ainda não [illegible] de todo em suas ramificações.



2. PSICO-SOCIAL

Prossegue a campanha dirigida acêrca de torturas e maus tratos nos inquéritos e investigações, atenuada em parte pela atuação do Govêrno Federal (viagem do Gen Geisel, inquéritos mandados abrir contra-ofensiva do M. Marinha em relação ao Correio da Manhã). Espera-se que a nova etapa desperte a piedade em face do desconforto em que se dirá encontrarem-se as famílias dos presos, passando fome e necessidades outras.

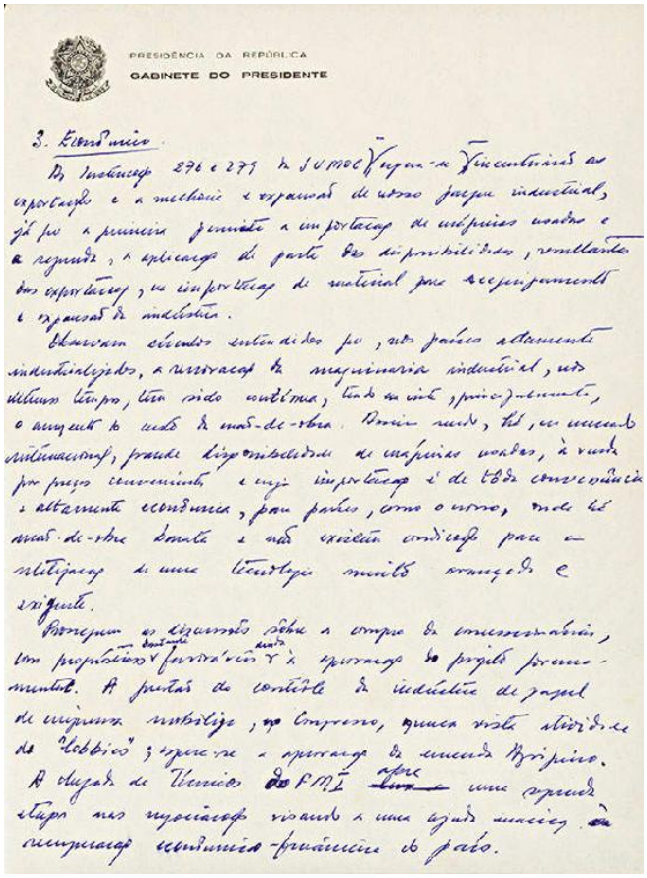
No meio estudantil, as esquerdas, auxiliadas por excessos da linha-dura, redobrarão de atividades, tirando partido da falta de líderes democráticos engajados e da apatia e desinterêsse da classe. As .....para a escôlha de paraninfos e patronos oferecerão novas oportunidades, se não tomadas, a tempo, medidas preventivas.

Nos sindicatos, a intranquilidade reponta, como era esperado, nesta fase de reivindicações salariais das categorias mais agressivas (bancários, metalurgicos e ferroviários). Boatos alarmistas como o relativo ao 13º mês, a falta de liderança autêntica, as dificuldades decorrentes do aumento do custo de vida somam-se na criação de um clima desfavorável, desafiando a firmeza e habilidade das autoridades federais.

(TRECHO NO VERSO)

Trecho parcialmente ilegível.

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

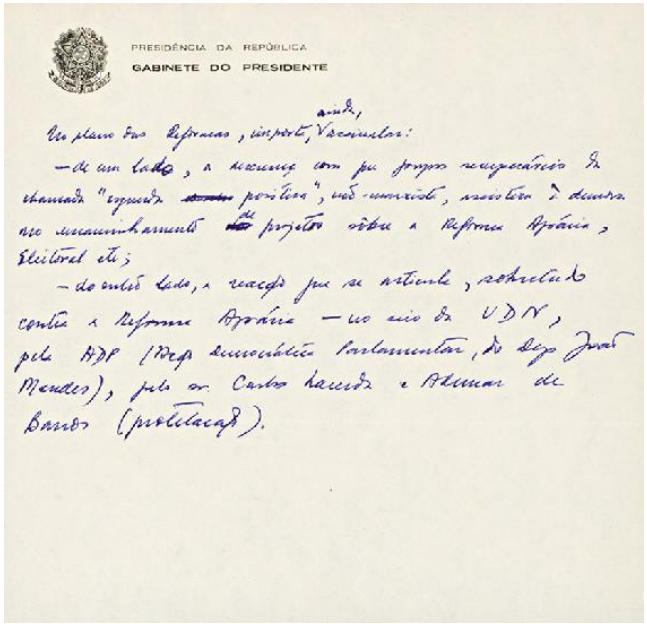
3. Extraordinário.

As Instruções 270 e 271 da SUMOC vigoram-se [illegible] as exportações e a mecânica e expansão de nosso parque industrial, já pela primeira permite a importação de máquinas usadas e a segunda, a aplicação de parte das disponibilidades, resultantes das exportações, na importação de material para reequipamento e expansão da indústria.

Observam círculos entendidos que, não havendo atualmente indústrias sem maquinaria industrial, nos últimos tempos, tem sido sublima, tanto na Ásia, principalmente, o aumento do custo da mão-de-obra. Dessa sorte, há, em muitas circunstâncias, grande disponibilidade de máquinas usadas, à venda por preços convenientes e cuja importação é de toda conveniência e altamente econômica, para países, como o nosso, onde há mão-de-obra barata e não existem condições para a obtenção de uma tecnologia muito avançada e exigente.

Começam os esquemas sobre a compra de [illegible] com propósitos [illegible] à aprovação do projeto pronunciamento. A justificativa do contrato de redução de papel de máquina também obriga, no Congresso, grande visita atividade dos "lobbies"; especula-se a aprovação de emenda Brizola.

A chegada de técnicos do BNDE [illegible] uma espécie etapa nas negociações visando a uma ajuda financeira à reequipagem econômica-financeira do país.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

No plano das Reformas, importa, ainda, ~~V~~ assinalar:

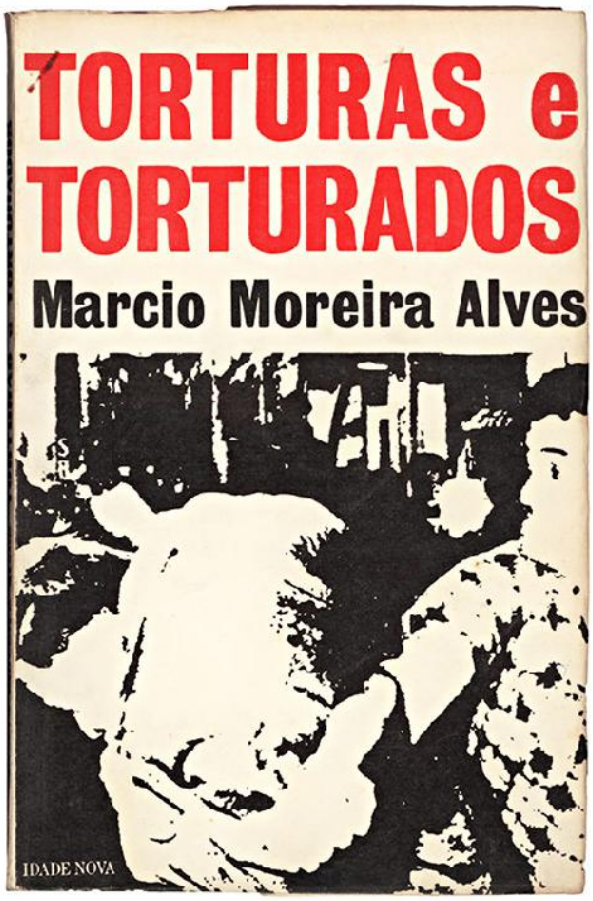
— de um lado, a reunião com os grupos empresariais da chamada "esquerda ~~xxxx~~ positiva", sob auspícios, assistência e demora no encaminhamento ~~do~~ de projetos sôbre a Reforma Agrária, Eleitoral etc;

— de outro lado, a reação que se articula, sobretudo contra a Reforma Agrária — no seio da UDN, pela ADP (Dep. Bilac Pinto, Dep. José Maria Alkmin), pelo sr. Carlos Lacerda e Ademar de Barros (publicação).

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Marcio Moreira Alves, *Torturas e torturados*. Exemplar com anotações de Geisel.



pósitos de poder. Acreditaram que o poder, que lhes caíra nas mãos por acidente, delas não mais escaparia. Subestimaram os adversários. Não souberam analisar as lições de um passado recente nem formular suas reivindicações em têrmos concretos, programáticos e segundo uma ordem de prioridade que seria obedecida evolucionisticamente. O sr. Leonel Brizola e seu grupo de mandabrasas partiram para o suicídio coletivo. E ainda se espantaram quando, da noite para o dia, se viram alijados do govêrno, presos e exilados.

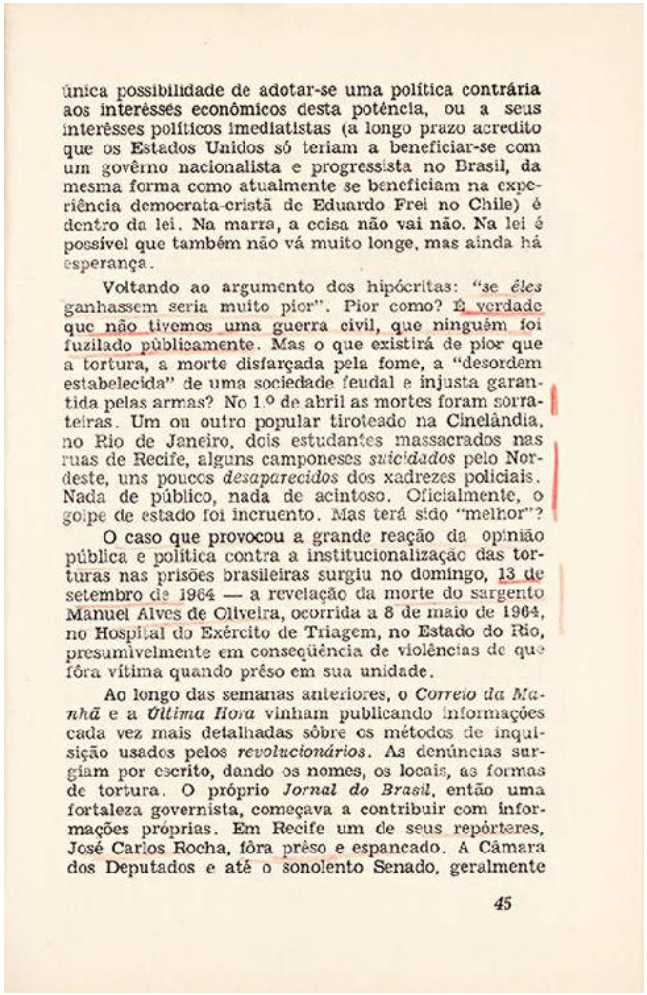
O brizolismo atrasou a evolução política do Brasil em pelo menos trinta anos — fortaleceu o golpe da direita e fêz com que voltássemos ao bê-a-bá da democracia e do nacionalismo. Tôdas as conquistas de liberdades individuais, políticas e trabalhistas, que pareciam já fazer parte de nossa estrutura social, foram novamente postas em dúvida, precisam novamente serem reconquistadas. Tôdas as posições de defesa da riqueza nacional, os contrôles das decisões sôbre a vida dos brasileiros por parte de brasileiros foram destruídas. Chegamos ao ponto em que dois industriais, Joaquim da Silveira e Fernando Gasparian, trocam o seguinte diálogo:

— No tempo de Jango a cada vez que eu entrava em minha fábrica tinha médo de encontrar um comunista sentado em minha mesa.

— Pois é. Mas agora, a cada vez que entro na minha tenho mêdo de encontrar um americano sentado na minha mesa.

Mas estas considerações sôbre o passado pouco têm a ver com o assunto dêste livro. Basta que fiquem resumidas — o golpe de 1.º de abril de 1964 foi grandemente facilitado pela leviandade das esquerdas brasileiras, sua falta de organização e seriedade, a precariedade ideológica de seus líderes e sua impaciente revolta contra a ordem legal e a normalidade jurídica, exatamente os fatôres que mais os protegiam. Em um país onde as Fôrças Armadas são permanentemente doutrinadas por uma potência estrangeira e filiada a uma concepção de bipolarização do mundo na qual a liderança do país doutrinador nem sequer é discutida, a

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



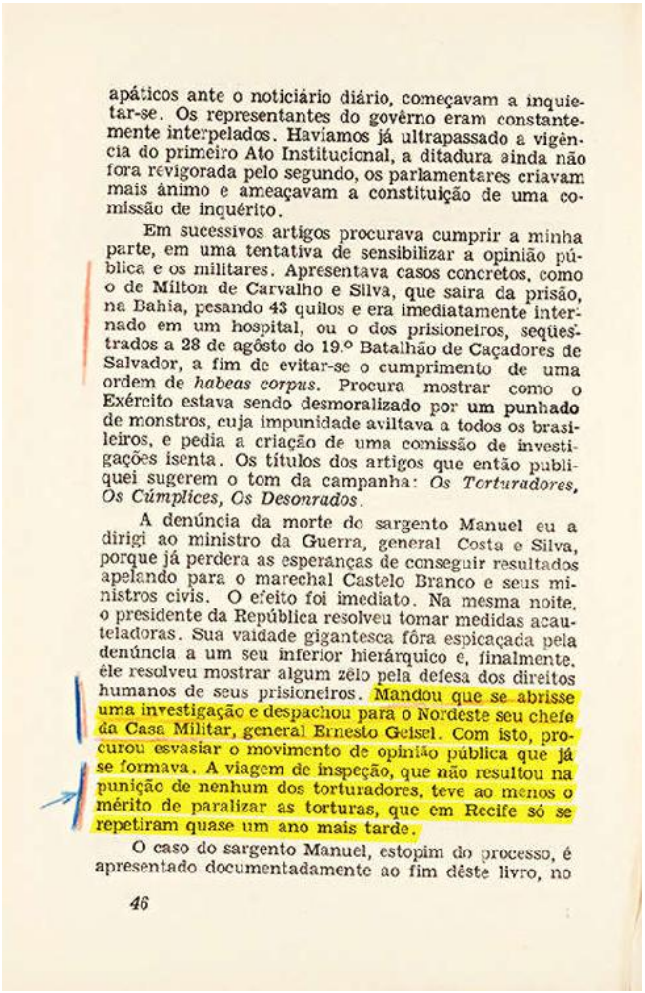
única possibilidade de adotar-se uma política contrária aos interêsses econômicos desta potência, ou a seus interêsses políticos imediatistas (a longo prazo acredito que os Estados Unidos só teriam a beneficiar-se com um govêrno nacionalista e progressista no Brasil, da mesma forma como atualmente se beneficiam na experiência democrata-cristã de Eduardo Frei no Chile) é dentro da lei. Na marra, a coisa não vai não. Na lei é possível que também não vá muito longe, mas ainda há esperança.

Voltando ao argumento dos hipócritas: "se *êles* ganhassem seria muito pior". Pior como? É verdade que não tivemos uma guerra civil, que ninguém foi fuzilado publicamente. Mas o que existirá de pior que a tortura, a morte disfarçada pela fome, a "desordem estabelecida" de uma sociedade feudal e injusta garantida pelas armas? No 1.º de abril as mortes foram sorrateiras. Um ou outro popular tiroteado na Cinelândia, no Rio de Janeiro, dois estudantes massacrados nas ruas de Recife, alguns camponeses *suicidados* pelo Nordeste, uns poucos *desaparecidos* dos xadrezes policiais. Nada de público, nada de acintoso. Oficialmente, o golpe de estado foi incruento. Mas terá sido "melhor"?

O caso que provocou a grande reação da opinião pública e política contra a institucionalização das torturas nas prisões brasileiras surgiu no domingo, 13 de setembro de 1964 — a revelação da morte do sargento Manuel Alves de Oliveira, ocorrida a 8 de maio de 1964, no Hospital do Exército de Triagem, no Estado do Rio, presumìvelmente em conseqüência de violências de que fôra vítima quando prêso em sua unidade.

Ao longo das semanas anteriores, o *Correio da Manhã* e a *Última Hora* vinham publicando informações cada vez mais detalhadas sôbre os métodos de inquisição usados pelos *revolucionários*. As denúncias surgiam por escrito, dando os nomes, os locais, as formas de tortura. O próprio *Jornal do Brasil*, então uma fortaleza governista, começava a contribuir com informações próprias. Em Recife um de seus repórteres, José Carlos Rocha, fôra prêso e espancado. A Câmara dos Deputados e até o sonolento Senado, geralmente

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



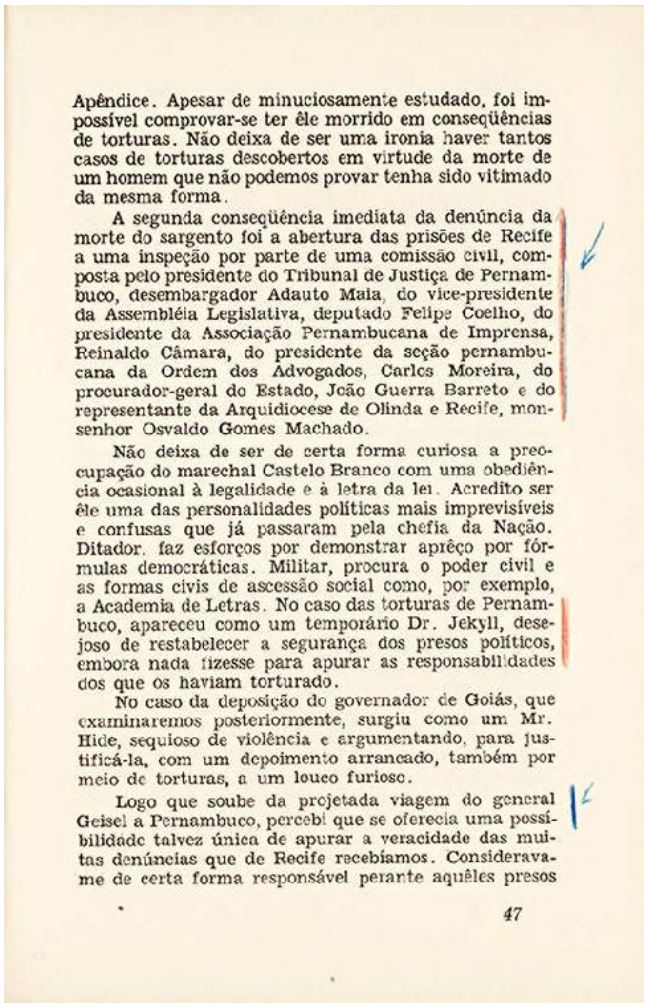
apáticos ante o noticiário diário, começavam a inquietar-se. Os representantes do govêrno eram constantemente interpelados. Havíamos já ultrapassado a vigência do primeiro Ato Institucional, a ditadura ainda não fora revigorada pelo segundo, os parlamentares criavam mais ânimo e ameaçavam a constituição de uma comissão de inquérito.

Em sucessivos artigos procurava cumprir a minha parte, em uma tentativa de sensibilizar a opinião pública e os militares. Apresentava casos concretos, como o de Milton de Carvalho e Silva, que saira da prisão, na Bahia, pesando 43 quilos e era imediatamente internado em um hospital, ou o dos prisioneiros, seqüestrados a 28 de agôsto do 19.º Batalhão de Caçadores de Salvador, a fim de evitar-se o cumprimento de uma ordem de *habeas corpus*. Procura mostrar como o Exército estava sendo desmoralizado por um punhado de monstros, cuja impunidade aviltava a todos os brasileiros, e pedia a criação de uma comissão de investigações isenta. Os títulos dos artigos que então publiquei sugerem o tom da campanha: *Os Torturadores, Os Cúmplices, Os Desonrados*.

A denúncia da morte do sargento Manuel eu a dirigi ao ministro da Guerra, general Costa e Silva, porque já perdera as esperanças de conseguir resultados apelando para o marechal Castelo Branco e seus ministros civis. O efeito foi imediato. Na mesma noite, o presidente da República resolveu tomar medidas acauteladoras. Sua vaidade gigantesca fôra espicaçada pela denúncia a um seu inferior hierárquico e, finalmente, êle resolveu mostrar algum zêlo pela defesa dos direitos humanos de seus prisioneiros. Mandou que se abrisse uma investigação e despachou para o Nordeste seu chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. Com isto, procurou esvasiar o movimento de opinião pública que já se formava. A viagem de inspeção, que não resultou na punição de nenhum dos torturadores, teve ao menos o mérito de paralizar as torturas, que em Recife só se repetiram quase um ano mais tarde.

O caso do sargento Manuel, estopim do processo, é apresentado documentadamente ao fim dêste livro, no

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



Apêndice. Apesar de minuciosamente estudado, foi impossível comprovar-se ter êle morrido em conseqüências de torturas. Não deixa de ser uma ironia haver tantos casos de torturas descobertos em virtude da morte de um homem que não podemos provar tenha sido vitimado da mesma forma.

A segunda conseqüência imediata da denúncia da morte do sargento foi a abertura das prisões de Recife a uma inspeção por parte de uma comissão civil, composta pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Adauto Maia, do vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Felipe Coelho, do presidente da Associação Pernambucana de Imprensa, Reinaldo Câmara, do presidente da seção pernambucana da Ordem dos Advogados, Carlos Moreira, do procurador-geral do Estado, João Guerra Barreto e do representante da Arquidiocese de Olinda e Recife, monsenhor Osvaldo Gomes Machado.

Não deixa de ser de certa forma curiosa a preocupação do marechal Castelo Branco com uma obediência ocasional à legalidade e à letra da lei. Acredito ser êle uma das personalidades políticas mais imprevisíveis e confusas que já passaram pela chefia da Nação. Ditador, faz esforços por demonstrar apêço por fórmulas democráticas. Militar, procura o poder civil e as formas civis de ascessão social como, por exemplo, a Academia de Letras. No caso das torturas de Pernambuco, apareceu como um temporário Dr. Jekyll, desejoso de restabelecer a segurança dos presos políticos, embora nada fizesse para apurar as responsabilidades dos que os haviam torturado.

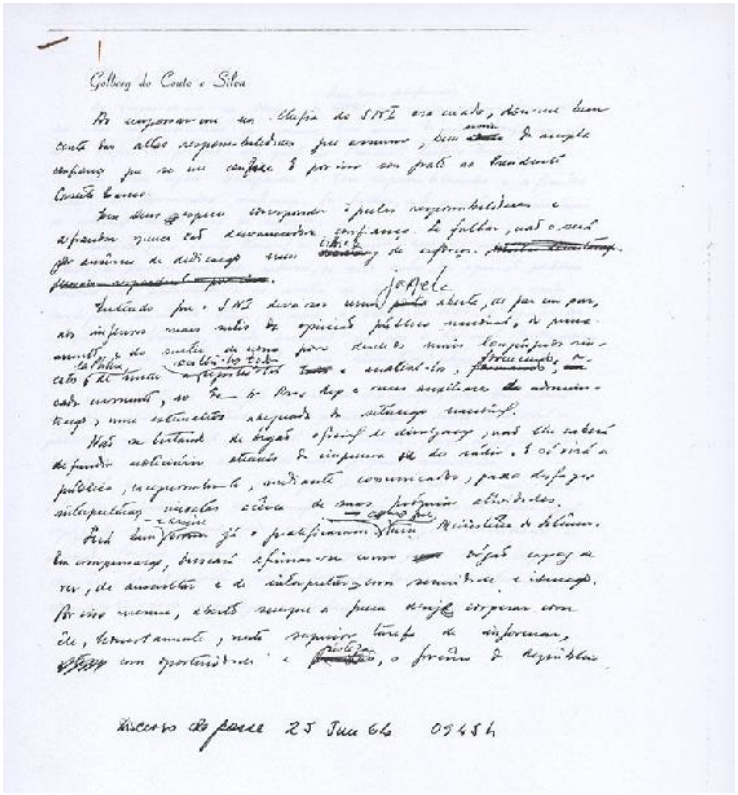
No caso da deposição do governador de Goiás, que examinaremos posteriormente, surgiu como um Mr. Hide, sequioso de violência e argumentando, para justificá-la, com um depoimento arrancado, também por meio de torturas, a um louco furioso.

Logo que soube da projetada viagem do general Geisel a Pernambuco, percebi que se oferecia uma possibilidade talvez única de apurar a veracidade das muitas denúncias que de Recife recebíamos. Considerava-me de certa forma responsável perante aquêles presos

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

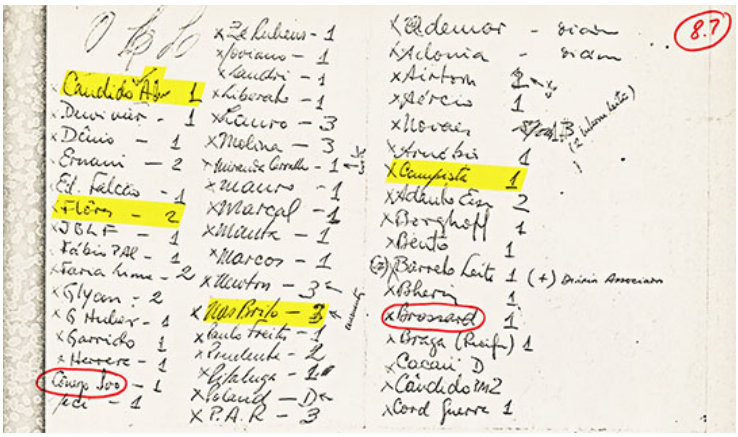
Manuscrito do rascunho do discurso de posse de Golbery no SNI



Golbery do Couto e Silva

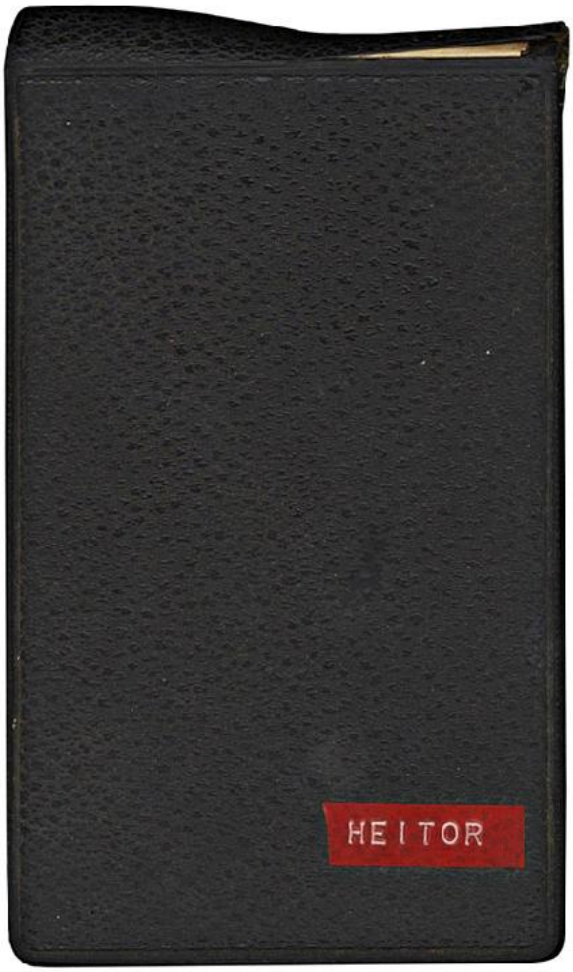
[Voltar] | [Transcrição]

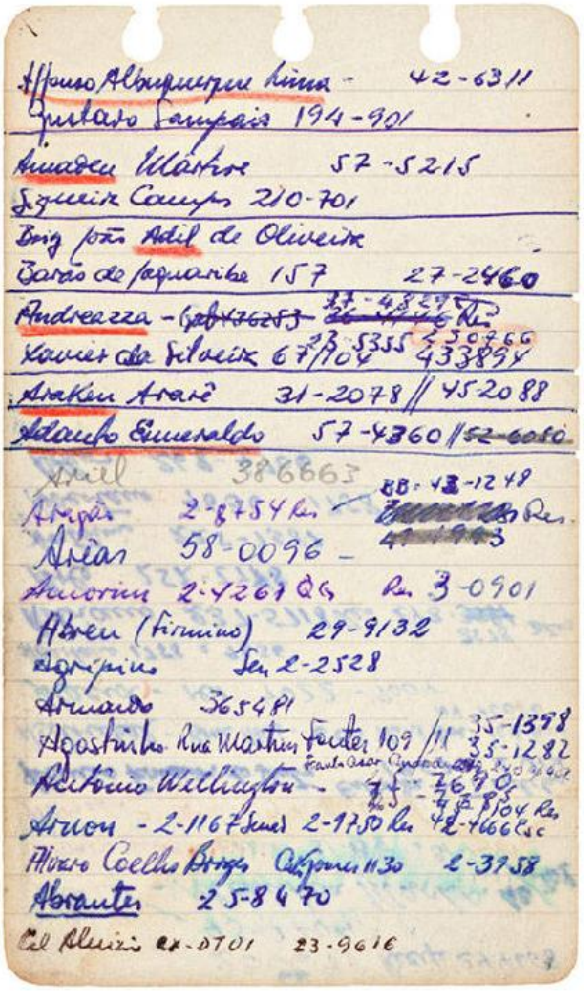
Lista dos telefonemas disparados semanalmente por Golbery



[Voltar] | [Transcrição]

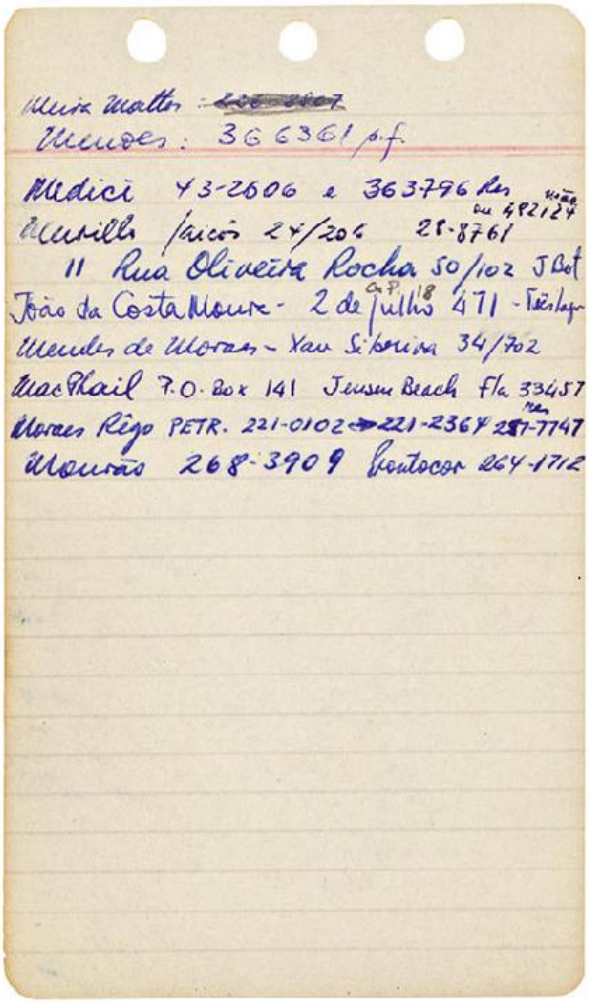
Caderneta de telefones de Heitor Ferreira





Página 2 de 3

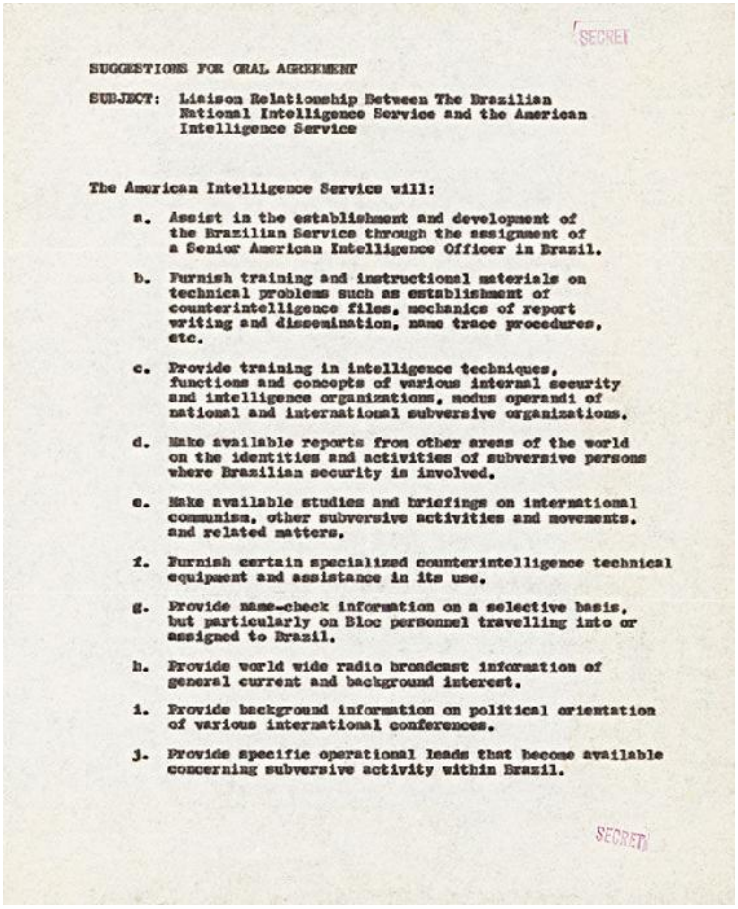
[Voltar] | [Transcrição]


Maria Martha : [redacted]
Menores : 366361 p.f.
Medici 43-2606 e 363796 Res 492124
Camilla Jacob 24/206 25-8761
11 Rua Oliveira Rocha 50/102 JBof
João da Costa Moura - 2 de julho 18 471 - Tijuca
Membros de Moraes - Xavier Siqueira 34/302
MacNail P.O. Box 141 Jensen Beach Fla 33457
Moraes Rego PETR. 221-0102 → 221-2367 287-7747
Mouras 268-3909 Frontoon 264-1712

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Relação de ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano



SECRET

SUGGESTIONS FOR ORAL AGREEMENT

SUBJECT: Liaison Relationship Between The Brazilian National Intelligence Service and the American Intelligence Service

The American Intelligence Service will:

a. Assist in the establishment and development of the Brazilian Service through the assignment of a Senior American Intelligence Officer in Brazil.

b. Furnish training and instructional materials on technical problems such as establishment of counterintelligence files, mechanics of report writing and dissemination, name trace procedures, etc.

c. Provide training in intelligence techniques, functions and concepts of various internal security and intelligence organizations, modus operandi of national and international subversive organizations.

d. Make available reports from other areas of the world on the identities and activities of subversive persons where Brazilian security is involved.

e. Make available studies and briefings on international communism, other subversive activities and movements, and related matters.

f. Furnish certain specialized counterintelligence technical equipment and assistance in its use.

g. Provide name-check information on a selective basis, but particularly on Bloc personnel travelling into or assigned to Brazil.

h. Provide world wide radio broadcast information of general current and background interest.

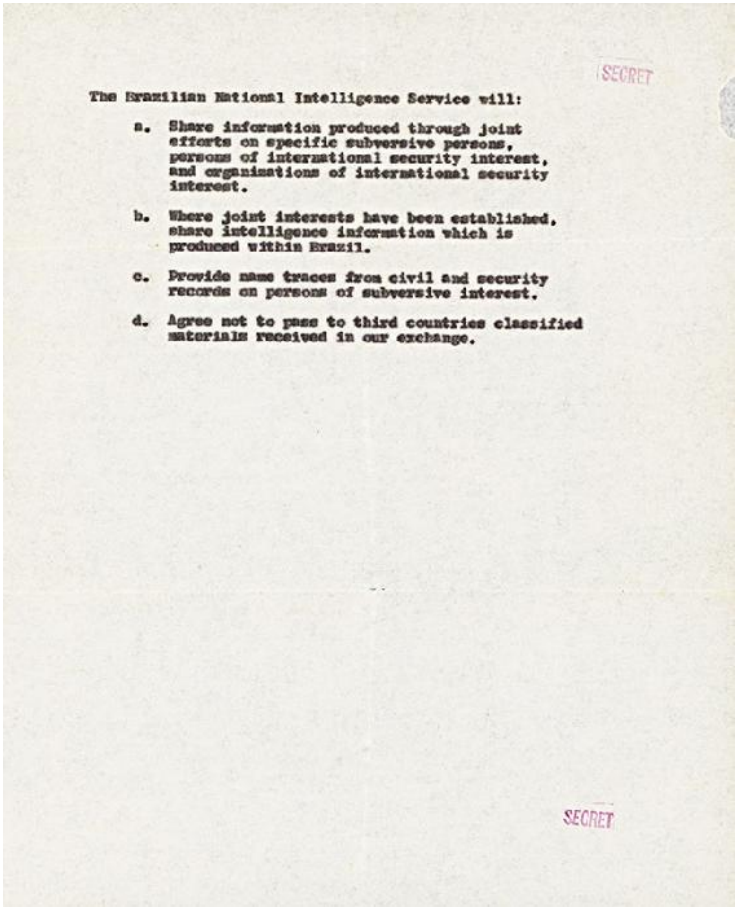
i. Provide background information on political orientation of various international conferences.

j. Provide specific operational leads that become available concerning subversive activity within Brazil.

SECRET

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



SECRET

The Brazilian National Intelligence Service will:

a. Share information produced through joint efforts on specific subversive persons, persons of international security interest, and organizations of international security interest.

b. Where joint interests have been established, share intelligence information which is produced within Brazil.

c. Provide name traces from civil and security records on persons of subversive interest.

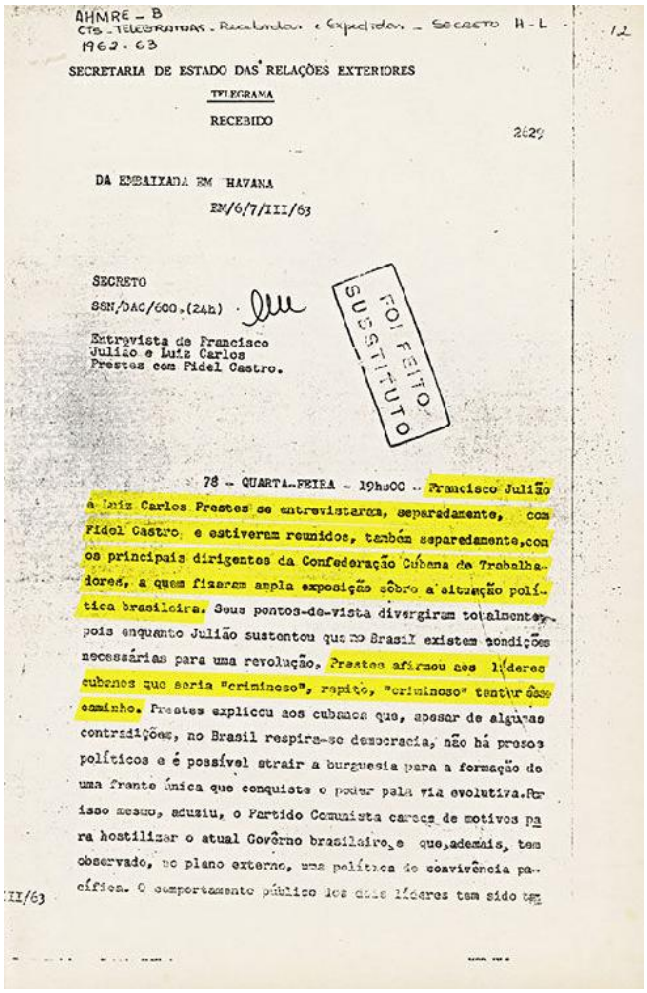
d. Agree not to pass to third countries classified materials received in our exchange.

SECRET

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Telegrama da embaixada do Brasil em Havana



AHMRE – B
CTS – TELEGRAMAS – Recebidos e Expedidos – Secreto M-L
1962-63

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TELEGRAMA

RECEBIDO

2629

DA EMBAIXADA EM HAVANA

EM/6/7/III/63

SECRETO

SSN/DAC/600.(24h)

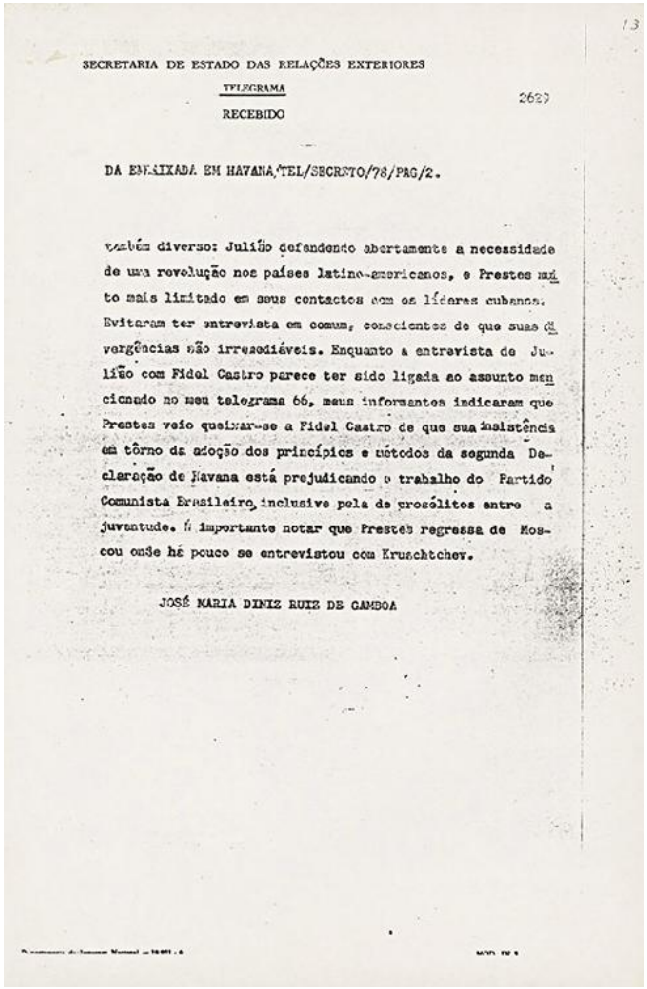
Entrevista de Francisco Julião e Luiz Carlos Prestes com Fidel Castro.

FOI FEITO SUBSTITUTO

78 – QUARTA-FEIRA – 19h00 – Francisco Julião e Luiz Carlos Prestes se entrevistaram, separadamente, com Fidel Castro e estiveram reunidos, também separadamente, com os principais dirigentes da Confederação Cubana de Trabalhadores, a quem fizeram ampla exposição sôbre a situação política brasileira. Seus pontos-de-vista divergiram totalmente, pois enquanto Julião sustentou que no Brasil existem condições necessárias para uma revolução, Prestes afirmou aos líderes cubanos que seria "criminoso", repito, "criminoso" tentar êsse caminho. Prestes explicou aos cubanos que, apesar de algumas contradições, no Brasil respira-se democracia, não há presos políticos e é possível atrair a burguesia para a formação de uma frente única que conquiste o poder pela via evolutiva. Por isso mesmo, aduziu, o Partido Comunista carece de motivos para hostilizar o atual Govêrno brasileiro e que, ademais, tem observado, no plano externo, uma política de coexistência pacífica. O comportamento público dos dois líderes tem sido tal

II/63

[Voltar] | [Transcrição]



SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TELEGRAMA

RECEBIDO

2622

DA EMBAIXADA EM HAVANA, TEL/SECRETO/78/PAG/2.

também diverso: Julião defendendo abertamente a necessidade de uma revolução nos países latino-americanos, e Prestes muito mais limitado em seus contactos com os líderes cubanos. Evitaram ter entrevista em comum, conscientes de que suas divergências não irresolúveis. Enquanto a entrevista de Julião com Fidel Castro parece ter sido ligada ao assunto mencionado no meu telegrama 66, meus informantes indicaram que Prestes veio queixar-se a Fidel Castro de que sua insistência em tôrno da adoção dos princípios e métodos da segunda Declaração de Havana está prejudicando o trabalho do Partido Comunista Brasileiro, inclusive pela de prosélitos entre a juventude. É importante notar que Prestes regressa de Moscou onde há pouco se entrevistou com Kruschtchev.

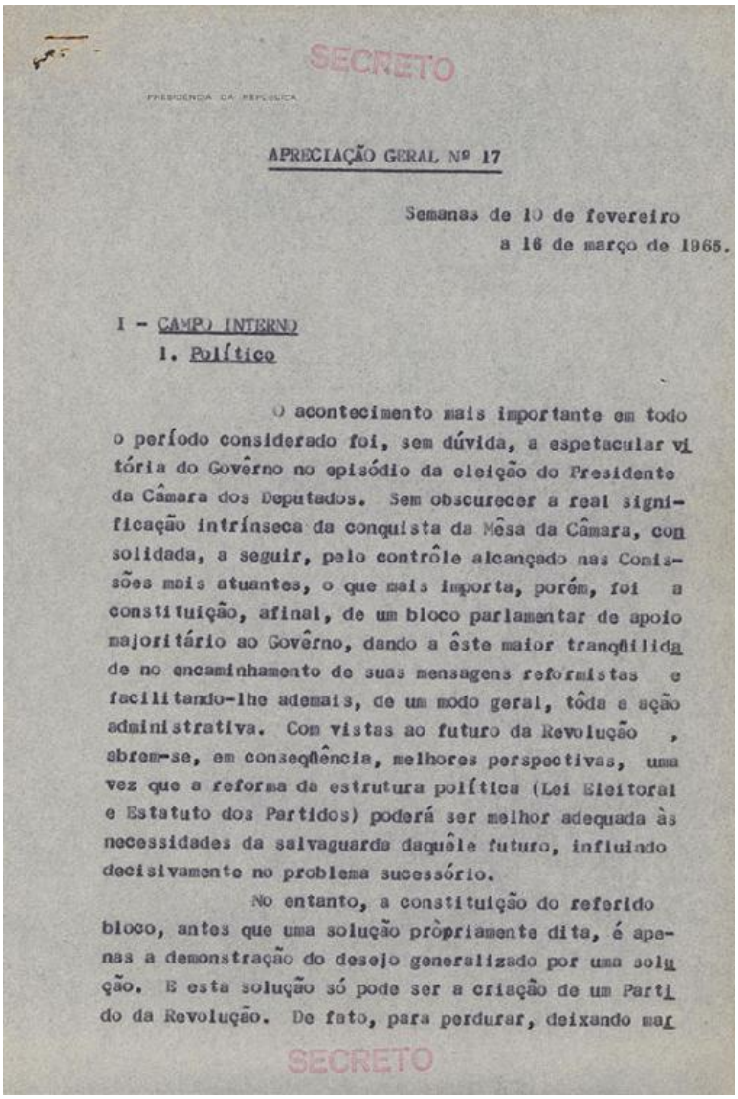
JOSÉ MARIA DINIZ RUIZ DE GAMBOA

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Apreciação Geral nº 17

[O trecho mencionado está na página 4]



SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

APRECIAÇÃO GERAL Nº 17

Semanas de 10 de fevereiro
a 16 de março de 1965.

I - CAMPO INTERNO

1. Político

O acontecimento mais importante em todo o período considerado foi, sem dúvida, a espetacular vitória do Govêrno no episódio da eleição do Presidente da Câmara dos Deputados. Sem obscurecer a real significação intrínseca da conquista da Mêsa da Câmara, consolidada, a seguir, pelo contrôle alcançado nas Comissões mais atuantes, o que mais importa, porém, foi a constituição, afinal, de um bloco parlamentar de apoio majoritário ao Govêrno, dando a êste maior tranqüilidade no encaminhamento de suas mensagens reformistas e facilitando-lhe ademais, de um modo geral, tôda a ação administrativa. Com vistas ao futuro da Revolução, abrem-se, em conseqüência, melhores perspectivas, uma vez que a reforma da estrutura política (Lei Eleitoral e Estatuto dos Partidos) poderá ser melhor adequada às necessidades da salvaguarda daquêle futuro, influindo decisivamente no problema sucessório.

No entanto, a constituição do referido bloco, antes que uma solução pròpriamente dita, é apenas a demonstração do desejo generalizado por uma solução. E esta solução só pode ser a criação de um Partido da Revolução. De fato, para perdurar, deixando mar

SECRETO

Página 1 de 8

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

marca indelével na vida do país, a Revolução precisa institucionalizar-se, criando o seu próprio instrumento de ação política, impermeável a lealdades, já quase superadas, a outros partidos ou chefias personalistas. E a constituição de tal Partido auxiliará decisivamente a indispensável elaboração de uma doutrina política, base ideológica da ação revolucionária a projetar-se através do tempo. Por falta desta como lastro, vem pecando a Revolução na sua capacidade de proselitismo e na mobilização efetiva da opinião pública, pondo em risco todo o seu futuro.

Um bloco superpartidário, sobretudo quando nucleado em um partido com a maioria alucinante, nunca poderá apresentar, porém, a coesão necessária para enfrentar o embate político num período de renovação profunda, agitado, além disso, por uma decisiva e próxima campanha eleitoral. Sua própria ampliação ver-se-á dificultada pela marca de adesismo que imporá às dissidências de outros Partidos, tirando-lhes substância política junto às próprias bases. E a situação torna-se mais grave ainda por se achar o Partido nucleador potencialmente fraturado pelo entrechoque de lideranças em franca ou velada disputa.

O esfôrço pela criação de um novo Partido impõe-se, pois, e com urgência, uma vez que haverá todo um longo trabalho de estruturação de novas bases nos Estados e Municípios, exigindo a atenuação de antigos antagonismos partidários e a cristalização de lealdades novas. Os projetos de reforma política deverão responder à facilitação de tal esfôrço, criando condições nìtidamente favoráveis a êle.

SECRETO

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tudo leva a crer que as reações mais fortes a êsse propósito surjam no próprio seio do Partido nucleador do Bloco — a UDN, uma vez que esta terá de abrir mão da posição dominante recém-atingida, além de esvaziar candidatura já alcançada.

De qualquer forma, a manobra do lançamento de um Partido novo — a desencadear-se após uma primeira fase de consolidação do atual bloco — deverá encarar seja a prévia extinção de tôdas as atuais organizações partidárias, seja a aglutinação de dissidências de todos êles em mais de um partido que poderia, aliás, na etapa inicial e com vistas à superação de dificuldades legais e regimentais, tomar de empréstimo uma das várias legendas sem expressão ora disponíveis.

A primeira linha de ação — sugestão Magalhães Pinto — se bem que mais racional, enfrentará por certo maiores obstáculos, sendo talvez inviável na atual conjuntura. Pelo que restaria a adoção do segundo esquema.

A simples consolidação de um Bloco interpartidário — quanto mais a criação de um novo Partido — requer urgente reajuste das situações estaduais em correspondência com a articulação alcançada no plano federal e possìvelmente imporá, mais dia, menos dia, uma remodelação, embora apenas em parte, do quadro ministerial, vinculando os vários setores que apóiam o Govêrno, à responsabilidade pelo exercício da administração pública.

Por enquanto, as reações à constituição do bloco não se cristalizaram ainda nos Partidos mais duramente atingidos, a não ser que tal se considere a idéia da estruturação do Grupo Independente dos Deputa

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Deputados Celso Passos, Mário Covas e outros. Mais uma razão para explorar-se o êxito, tirando proveito da perplexidade ainda reinante para queimar etapas na implementação da solução adotada.

Outros problemas políticos desafiam, urgentemente a iniciativa governamental: o das eleições estaduais para coincidência de mandatos cujo atraso está possibilitando contramanobras (Minas Gerais, por exemplo) e deixando que se processem engajamentos prematuros; e o da presidência da UDN cujo alcance é indiscutível para todo o desenvolvimento do processo político que o Govêrno pretende e deve conduzir em nome da própria Revolução.

No plano estadual, importa assinalar as derrotas sofridas pelos Governadores Lacerda e Adhemar nas eleições das respectivas Assembléias Legislativas, o que implica em graves restrições às suas liberdades de ação, inferiorizando-os em relação ao Govêrno Federal. Em São Paulo, o resultado das eleições próximas já não poderá ser tão favorável a Adhemar como era da expectativa geral, mesmo com a vitória do candidato Laudo Natel; se o vitorioso fôr o Brigadeiro Faria Lima, a posição política do Governador de São Paulo resultará bastante abalada.

O enfraquecimento de Governadores-candidatos assegura, dêsde logo, maior grau de autonomia à estratégia política do Govêrno Federal.

No setor das atividades subversivas, assinalam-se, indícios vários, bastantes concludentes, de intenção de recorrer à linha da ação terrorista através de atentados contra pessoas de projeção. Informação recebida de Praga via Paris também o confirma. Aguardam-se ainda informes sôbre o marcado 6º Congresso do PCB, a reunir-se clandestinamente em Pernambuco (Recife), pa

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

para definitiva comprovação.

Nesse quadro geral, surgem algumas preocupações quanto a facilidades que estariam sendo proporcionadas a articulações comunistas pela própria Secretaria de Segurança de São Paulo.

A prisão de estudantes do grupo GRAAL poderia ser até simples cortina de fumaça. O problema acha-se sob vigilância atenta.

Também sob vigilância o cêrco do Mar. Lott por parte de elementos esquerdistas, parecendo que os objetivos se limitam, no entanto, ao plano político.

O esperado Manifesto de intelectuais veio afinal a furo, nada trazendo de nôvo a não ser a revelação de vinculações que não constituem surprêsas. Não é provável que alcance repercussão maior.

Do extremo oposto já havia surgido literatura semelhante, sem ressonância — o tão anunciado manifesto da Líder, como a cerimônia de emplacamento na casa do Alm. Heck, passaram ràpidamente ao olvido. O fracasso, reconhecido, estimula dissenções internas.

2. Psico-Social

Como previsto, a fixação do nôvo salário-mínimo, embora desapontasse várias áreas restritas, não motivou reações sérias. Apenas serviu de sinal para esperadas reivindicações salariais nos setores do funcionalismo público, dos metalúrgicos de São Paulo e bancários da Guanabara.

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O meio sindical continua ainda sob contrôle, para o que deve ter contribuido a decidida intervenção levada a cabo, recentemente, no pôrto do Rio de Janeiro.

Em contraposição, as propostas governamentais de redução dos altos vencimentos e de paridade entre funcionários dos três Poderes não sensibilizaram apreciàvelmente o grande público, como seria de esperar.

O grande e inexplicável retardo no pagamento do funcionalismo público (desde janeiro, em muitos casos) vem motivando fortes reações muito negativas para o conceito da atual Administração.

No setor estudantil, a resistência perdura ativa, valendo-se agora, principalmente, da questão das anuidades escolares. O episódio da Ilha do Fundão caracteriza a falta de receptividade a ações de provocação montadas sempre por escassa minoria.

No campo da opinião pública, o "estouro" da Cooperativa nº 1 do BNH produziu repercussões muito graves, apenas atenuadas pela boa cobertura publicitária.

No episódio da COMAL, o Governador Lacerda grangeou o ambicionado prêmio, passando a controlar a TV-Excelsior em seu noticiário e assegurando pleno aparecimento seu no vídeo.

3. Econômico

A instalação do Consplan, bem montada, com um solene pronunciamento do Presidente da República, veio a ser prejudicada em seus efeitos psicológicos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

pela falta de sincronização com o anúncio de novos aumentos pela SUNAB. O que foi lamentável.

Haveria por outro lado, tôda conveniência em promover amplo debate público sôbre os novos planos do Govêrno e em tôrno da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. A oportunidade do aniversário da Revolução oferece-se a tal promoção.

4. Militar

Alguns pronunciamentos de Ministros militares do STM (Generais Mourão e Pery) vêm propiciando explorações, com repercussões negativas na opinião pública, inclusive no seio das Fôrças Armadas.

Continua a expectativa geral em tôrno da anunciada nova Lei de Inatividade.

O problema da Aviação Embarcada entrou em recesso no cartaz.

II - CAMPO INTERNACIONAL

Continua o impasse na ONU fazendo prever prossiga ainda a paralização de suas atividades.

No sudeste asiático, a situação agrava-se dia a dia com o engajamento cada vez maior dos EUA numa luta sem quaisquer perspectivas favoráveis. A posição da URSS, por outro lado, não deixa de ser pouco confortável, como o demonstra a recente viagem de Kosigyn.

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

No Chile, assinala-se grande vitória de Frei, a par de preocupações novas quanto à linha política que pretenda adotar.

Na Argentina, os resultados da eleição parlamentar tornam a indicar o fenômeno do divórcio entre o govêrno — apoiado pelo grupo militar do Gen. Ongania e infenso à busca da ampliação de sua base pela conquista de novas áreas políticas — e a tendência peronista da massa do eleitorado, reforçada pela ação dos comunistas em oposição ao govêrno:

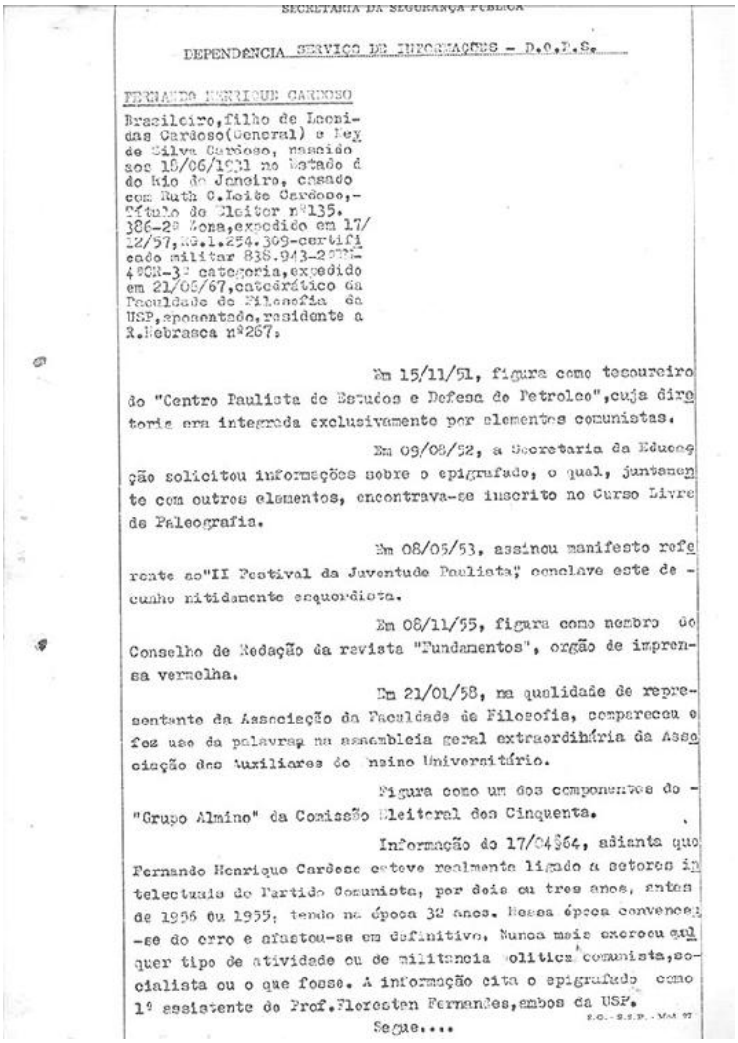
União Cívica Radical do Povo (Illia) .... 40 cadeiras
União Popular (Perono-comunista) ..... 38 cadeiras
Movimento Integração e Desenvolvimento
(Frondizi) ..... 8 cadeiras
Outros grupos (opostos ao govêrno) ..... 13 cadeiras

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Prontuário de Fernando Henrique Cardoso

[O trecho mencionado está na página 2]



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Brasileiro, filho de Leonidas Cardoso (General) e Ivy de Silva Cardoso, nascido aos 18/06/1931 no Estado do Rio de Janeiro, casado com Ruth C. Leite Cardoso, - Título de Eleitor nº135.386-2ª Zona, expedido em 17/12/57, M.G. 1.254.369-certificado militar 838.943-2ª RM-4ª CR-3ª categoria, expedido em 21/05/67, catedrático da Faculdade de Filosofia da USP, aposentado, residente a R. Nebraska nº267.

Em 15/11/51, figura como tesoureiro do "Centro Paulista de Estudos e Defesa do Petroleo", cuja diretoria era integrada exclusivamente por elementos comunistas.

Em 09/08/52, a Secretaria da Educação solicitou informações sobre o epigrafado, o qual, juntamente com outros elementos, encontrava-se inscrito no Curso Livre de Paleografia.

Em 08/05/53, assinou manifesto referente ao "II Festival da Juventude Paulista", concluave este de - cunho nitidamente esquerdista.

Em 08/11/55, figura como membro do Conselho de Redação da revista "Fundamentos", orgão de imprensa vermelha.

Em 21/01/58, na qualidade de representante da Associação da Faculdade de Filosofia, compareceu e fez uso da palavra na assembleia geral extraordinária da Associação dos Auxiliares do Ensino Universitário.

Figura como um dos componentes do - "Grupo Almino" da Comissão Eleitoral dos Cinquenta.

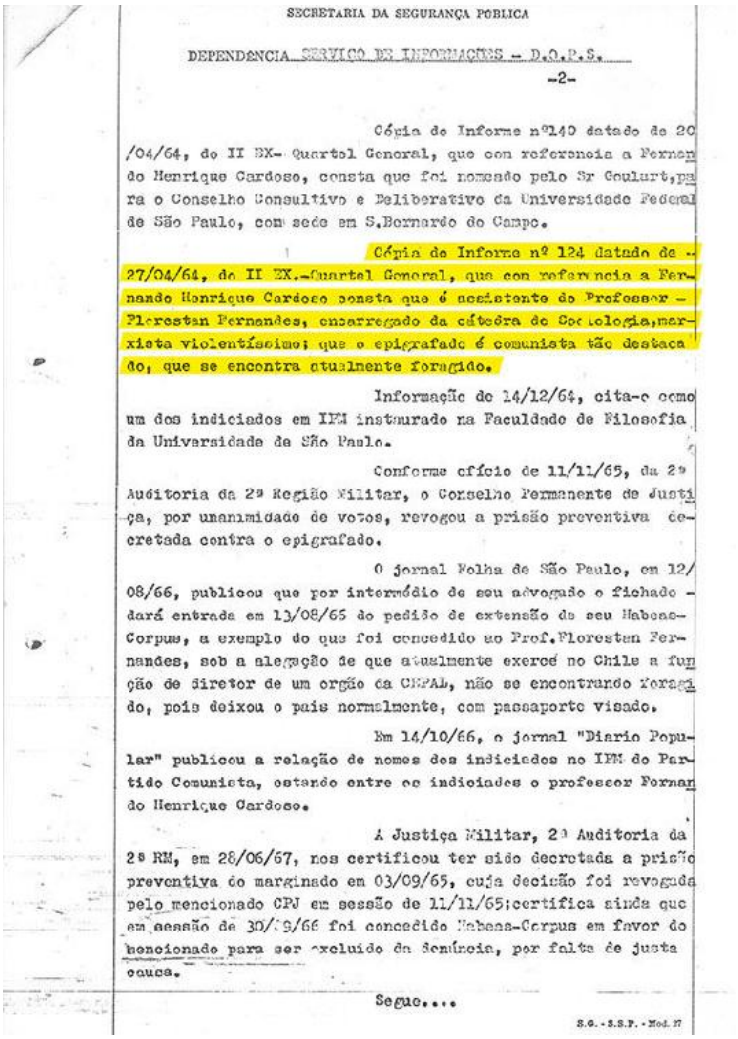
Informação de 17/04$64, adianta que Fernando Henrique Cardoso esteve realmente ligado a setores intelectuais do Partido Comunista, por dois ou tres anos, antes de 1956 ou 1955; tendo na época 32 anos. Nessa época convenceu-se do erro e afastou-se em definitivo. Nunca mais exerceu qualquer tipo de atividade ou de militancia politica comunista, socialista ou o que fosse. A informação cita o epigrafado como 1º assistente do Prof. Florestan Fernandes, ambos da USP.

Segue....

D.O.-D.S.P. - Mod. 27

Página 1 de 7

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

-2-

Cópia do Informe nº140 datado de 20/04/64, do II EX- Quartel General, que com referencia a Fernando Henrique Cardoso, consta que foi nomeado pelo Sr Goulart, para o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo, com sede em S.Bernardo do Campo.

Cópia do Informe nº 124 datado de 27/04/64, do II EX.-Quartel General, que com referencia a Fernando Henrique Cardoso consta que é assistente do Professor - Florestan Fernandes, encarregado da cátedra de Sociologia, marxista violentíssimo; que o epigrafado é comunista tão destacado, que se encontra atualmente foragido.

Informação de 14/12/64, cita-o como um dos indiciados em IPM instaurado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Conforme ofício de 11/11/65, da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, o Conselho Permanente de Justiça, por unanimidade de votos, revogou a prisão preventiva decretada contra o epigrafado.

O jornal Folha de São Paulo, em 12/08/66, publicou que por intermédio de seu advogado o fichado - dará entrada em 13/08/65 do pedido de extensão de seu Habeas-Corpus, a exemplo do que foi concedido ao Prof.Florestan Fernandes, sob a alegação de que atualmente exercé no Chile a função de diretor de um orgão da CEPAL, não se encontrando foragido, pois deixou o país normalmente, com passaporte visado.

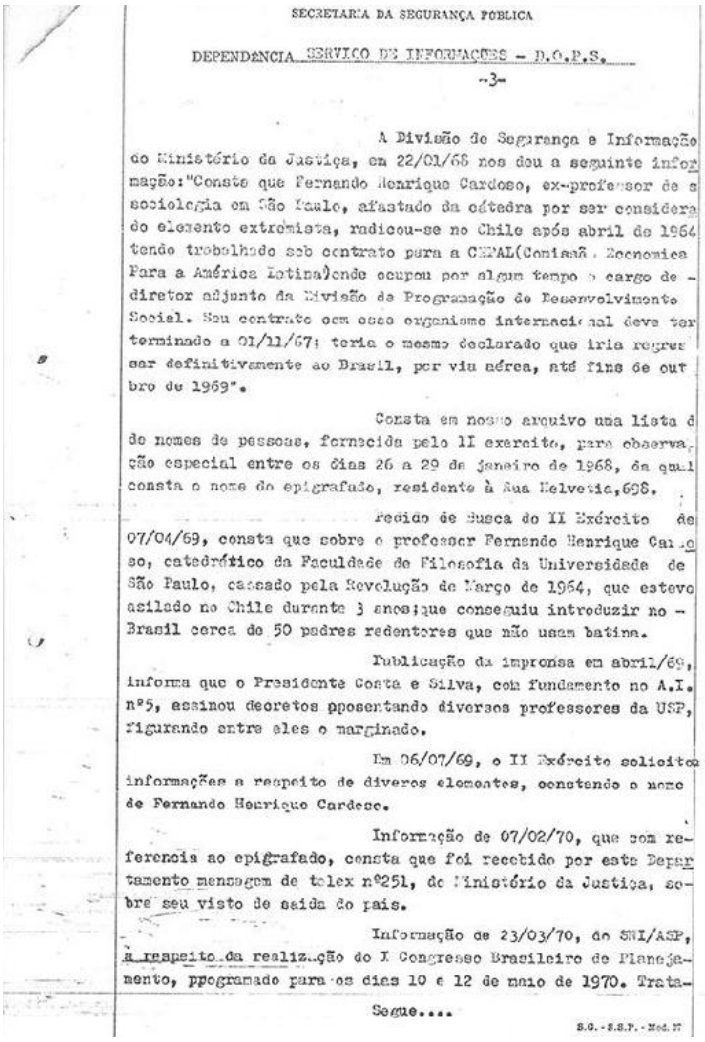
Em 14/10/66, o jornal "Diario Popular" publicou a relação de nomes dos indiciados no IPM do Partido Comunista, estando entre os indiciados o professor Fernando Henrique Cardoso.

A Justiça Militar, 2ª Auditoria da 2ª RM, em 28/06/67, nos certificou ter sido decretada a prisão preventiva do marginado em 03/09/65, cuja decisão foi revogada pelo mencionado CPJ em sessão de 11/11/65; certifica ainda que em sessão de 30/09/66 foi concedido Habeas-Corpus em favor do mencionado para ser excluído da denúncia, por falta de justa causa.

Segue....

S.S. - S.S.P. - Mod. 17

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

-3-

A Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, em 22/01/68 nos deu a seguinte informação: "Consta que Fernando Henrique Cardoso, ex-professor de sociologia em São Paulo, afastado da cátedra por ser considerado elemento extremista, radicou-se no Chile após abril de 1964 tendo trabalhado sob contrato para a CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina) onde ocupou por algum tempo o cargo de diretor adjunto da Divisão de Programação de Desenvolvimento Social. Seu contrato com esse organismo internacional deve ter terminado a 01/11/67; teria o mesmo declarado que iria regressar definitivamente ao Brasil, por via aérea, até fins de outubro de 1969".

Consta em nosso arquivo uma lista de nomes de pessoas, fornecida pelo II exército, para observação especial entre os dias 26 a 29 de janeiro de 1968, da qual consta o nome do epigrafado, residente à Rua Helvetia, 698.

Pedido de Busca do II Exército de 07/04/69, consta que sobre o professor Fernando Henrique Cardoso, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, cassado pela Revolução de Março de 1964, que esteve asilado no Chile durante 3 anos; que conseguiu introduzir no Brasil cerca de 50 padres redentores que não usam batina.

Publicação da imprensa em abril/69, informa que o Presidente Costa e Silva, com fundamento no A.I. nº5, assinou decretos aposentando diversos professores da USP, figurando entre eles o marginado.

Em 06/07/69, o II Exército solicita informações a respeito de diversos elementos, constando o nome de Fernando Henrique Cardoso.

Informação de 07/02/70, que com referencia ao epigrafado, consta que foi recebido por este Departamento mensagem de telex nº251, do Ministério da Justiça, sobre seu visto de saida do país.

Informação de 23/03/70, do SNI/ASP, a respeito da realização do X Congresso Brasileiro de Planejamento, ppogramado para os dias 10 e 12 de maio de 1970. Trata-

Segue....

S.G. - S.S.P. - Mod. 17

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.E.P.S.

-4-

Trata-se de iniciativa da Sociedade Brasileira de Planejamento sociedade civil de carater técnico com sede no Rio de J neiro. Com referencia ao epigrafado, consta que faz parte da referida sociedade.

Relatório datado de 24/09/70, do 1 Exército- Quartel General, a respeito de INM na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: Com referencia a Fernando Henrique Cardoso, professor da Universidade de São Paulo, consta que tinha fácil acesso a sala do Secretario da Educação, Dr. Antonio Barros de Ulhoa Cintra; que foi aposentado no mesmo decreto que aposentou Isaias Raw e outros professores daquela Universidade; que o epigrafado e Isaias Raw, agentes cripto-comunistas eram eficasmente auxiliados por Rossura Escobar, em seus contatos com o professor Ulhoa Cintra, que devido a seu afastamento nos problemas politicos e ideológicos, constituiu - presa facil e importante para ambos.

Em setembro de 1970 o SNI/Agencia Central, nos encaminhou sumário de informações referentes ao - Comunismo Internacional. Com referencia a Fernando Henrique - Cardoso consta que em 1967 participou de campanha contra o Brasil, na França, usando para tanto a revista "Les Temps Modernes", de outubro/67.

O SNI, em 23/03/70 nos cientificou que o marginado é membro da Sociedade Brasileira de Planejamento, entidade civil de carater tecnico, com sede no Rio de Janeiro.

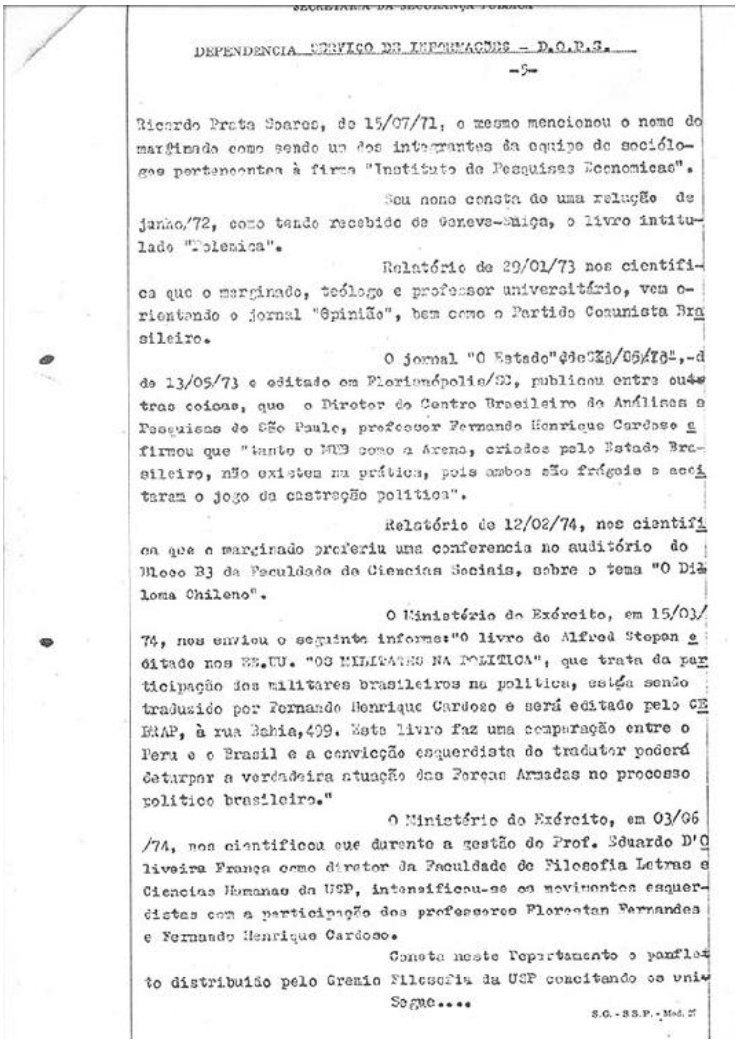
Relatório de 02/12/71 nos informa que é sabido que o fichado desenvolve grande atividade a fim d de visitar os Estados Unidos. Contudo não lhe será concedido o visto de entrada.

Relatório de 30/05/71, nos cientifica que nos dias 28,29 e 30/05/71, realizaram-se tres conferencias pronunciadas por Florestan Fernandes, Manoel Berlink e Fernando Henrique Cardoso respectivamente, promovidas pelo "Centro Academico de Sociologia e Politica da USP", à rua Caio Prado, 232, s/39, sob o tema "Problema de Método na Sociologia Geral".

Nas declarações de Ricardo Prata - Segue....

S.G. - S.S.P. - Mod. 17

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDENCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

-5-

Ricardo Prata Soares, de 15/07/71, o mesmo mencionou o nome do marginado como sendo um dos integrantes da equipe de sociólogos pertencentes à firma "Instituto de Pesquisas Economicas".

Seu nome consta de uma relação de janão/72, como tendo recebido de Geneve-Suiça, o livro intitulado "Polemica".

Relatório de 29/01/73 nos cientifica que o marginado, teólogo e professor universitário, vem orientando o jornal "Opinião", bem como o Partido Comunista Brasileiro.

O jornal "O Estado" de [illegible]/05/73,-de 13/05/73 e editado em Florianópolis/SC, publicou entre outras coisas, que o Diretor do Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas de São Paulo, professor Fernando Henrique Cardoso e firmou que "tanto o MDB como a Arena, criados pelo Estado Brasileiro, não existem na prática, pois ambos são frágeis e aceitaram o jogo da castração politica".

Relatório de 12/02/74, nos cientifica que o marginado preferiu uma conferencia no auditório do Bloco Bj da Faculdade de Ciencias Sociais, sobre o tema "O Dilema Chileno".

O Ministério do Exército, em 15/01/74, nos enviou o seguinte informe:"O livro de Alfred Stepan e editado nos EE.UU. "OS MILITARES NA POLITICA", que trata da participação dos militares brasileiros na politica, está sendo traduzido por Fernando Henrique Cardoso e será editado pelo CEBRAP, à rua Bahia,499. Este livro faz uma comparação entre o Peru e o Brasil e a convicção esquerdista do tradutor poderá deturpar a verdadeira atuação das Forças Armadas no processo politico brasileiro."

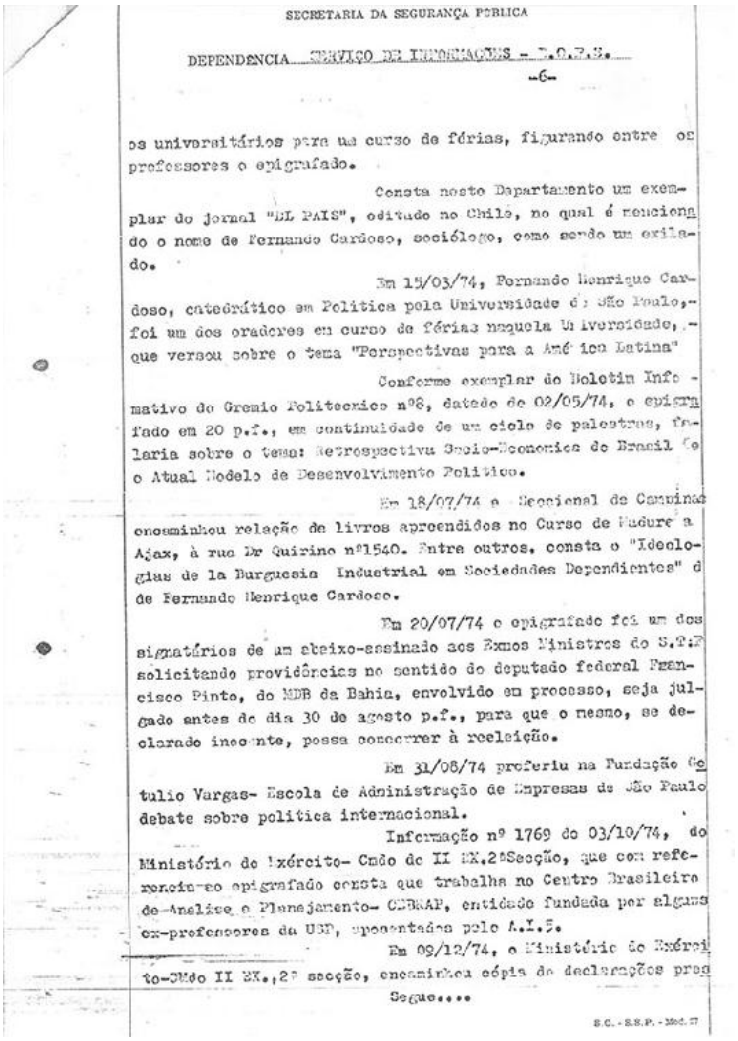
O Ministério do Exército, em 03/06/74, nos cientificou que durante a gestão do Prof. Eduardo D'Oliveira França como diretor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciencias Humanas da USP, intensificou-se os movimentos esquerdistas com a participação dos professores Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Consta neste Departamento o panfleto distribuido pelo Gremio Filosofia da USP concitando os uni-

Segue....

S.C.-S.S.P.-Mod.27

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - S.O.P.S.

-6-

os universitários para um curso de férias, figurando entre os professores o epigrafado.

Consta neste Departamento um exemplar do jornal "EL PAIS", editado no Chile, no qual é mencionado o nome de Fernando Cardoso, sociólogo, como sendo um exilado.

Em 15/03/74, Fernando Henrique Cardoso, catedrático em Política pela Universidade de São Paulo, foi um dos oradores em curso de férias naquela Universidade, que versou sobre o tema "Perspectivas para a América Latina"

Conforme exemplar do Boletim Informativo do Grêmio Politécnico nº8, datado de 02/05/74, o epigrafado em 20 p.f., em continuidade de um ciclo de palestras, falaria sobre o tema: Retrospectiva Sócio-Econômica do Brasil e o Atual Modelo de Desenvolvimento Político.

Em 18/07/74 a Regional de Campinas encaminhou relação de livros apreendidos no Curso de Madureira Ajax, à rua Dr Quirino nº1540. Entre outros, consta o "Ideologias de la Burguesia Industrial em Sociedades Dependientes" de Fernando Henrique Cardoso.

Em 20/07/74 o epigrafado foi um dos signatários de um abaixo-assinado aos Exmos Ministros do S.T.F solicitando providências no sentido do deputado federal Francisco Pinto, do MDB da Bahia, envolvido em processo, seja julgado antes do dia 30 de agosto p.f., para que o mesmo, se declarado inocente, possa concorrer à reeleição.

Em 31/08/74 proferiu na Fundação Getulio Vargas- Escola de Administração de Empresas de São Paulo debate sobre política internacional.

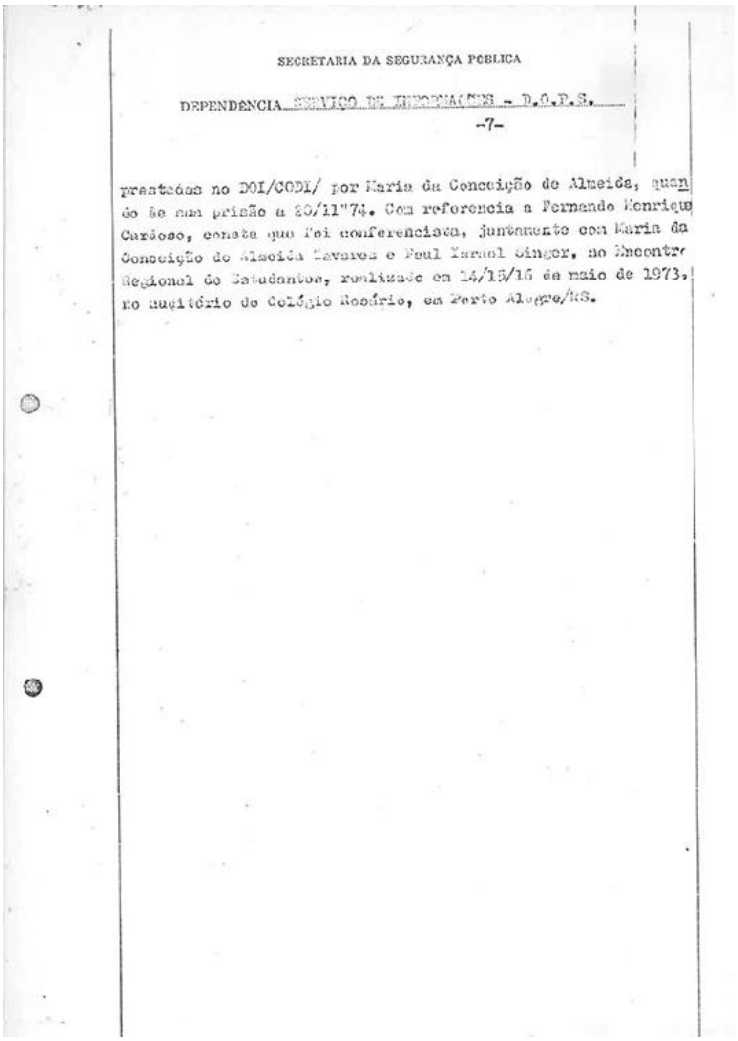
Informação nº 1769 do 03/10/74, do Ministério do Exército- Cmdo do II EX,2ªSeção, que com referência ao epigrafado consta que trabalha no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento- CEBRAP, entidade fundada por alguns ex-professores da USP, apoiantados pelo A.I.5.

Em 09/12/74, o Ministério do Exército-Cmdo II EX.,2ª seção, encaminhou cópia de declarações prestadas....

Segue....

S.C. - S.S.P. - Mod. 7

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

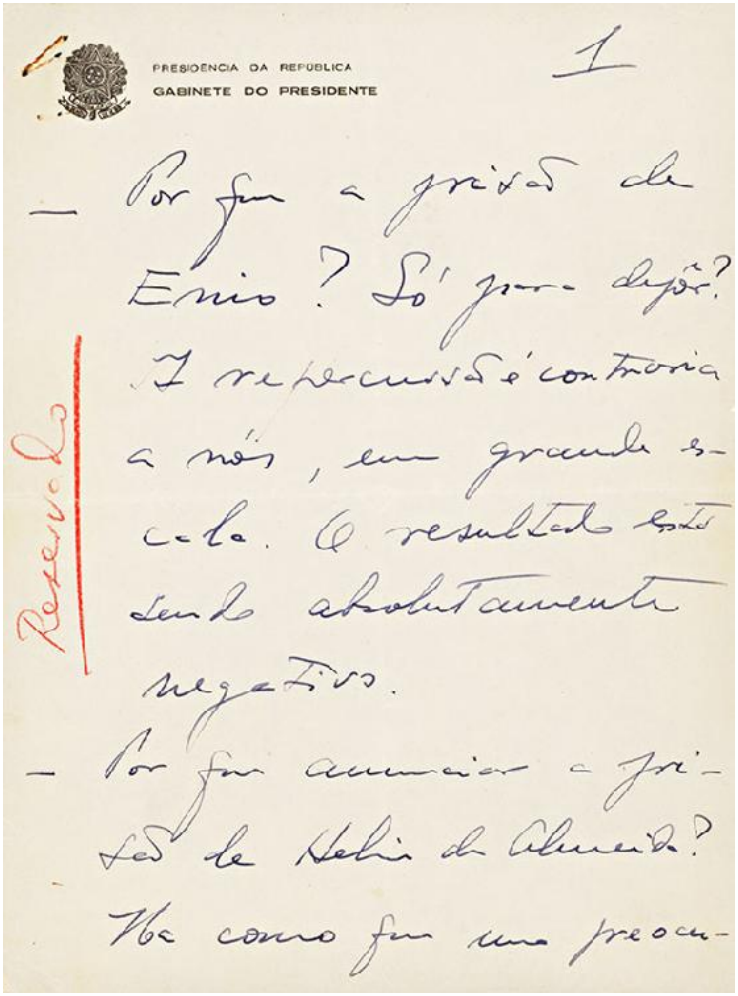
-7-

prestadas no DOI/CODI/ por Maria da Conceição de Almeida, quando se em prisão a 20/11"74. Com referencia a Fernando Henrique Cardoso, consta que foi conferenciado, juntamente com Maria da Conceição de Almeida Tavares e Paul Israel Singer, no Encontro Regional de Estudantes, realizado em 14/15/16 de maio de 1973, no auditório do Colégio Rosário, em Porto Alegre/RS.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Bilhete de Castello Branco reclamando da prisão de Ênio Silveira



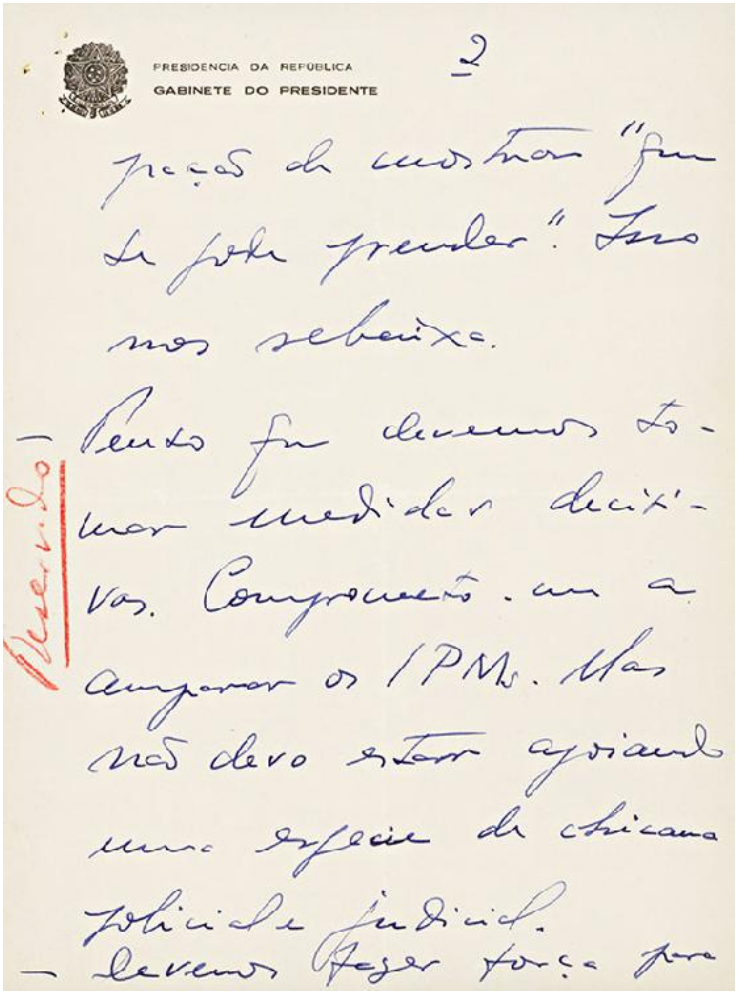
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

1

— Por fim a prisão de Ênio? Só para depôr? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo.

— Por fim anunciar a prisão de Hélio de Almeida? Não como fim uma preocu-

Reservado

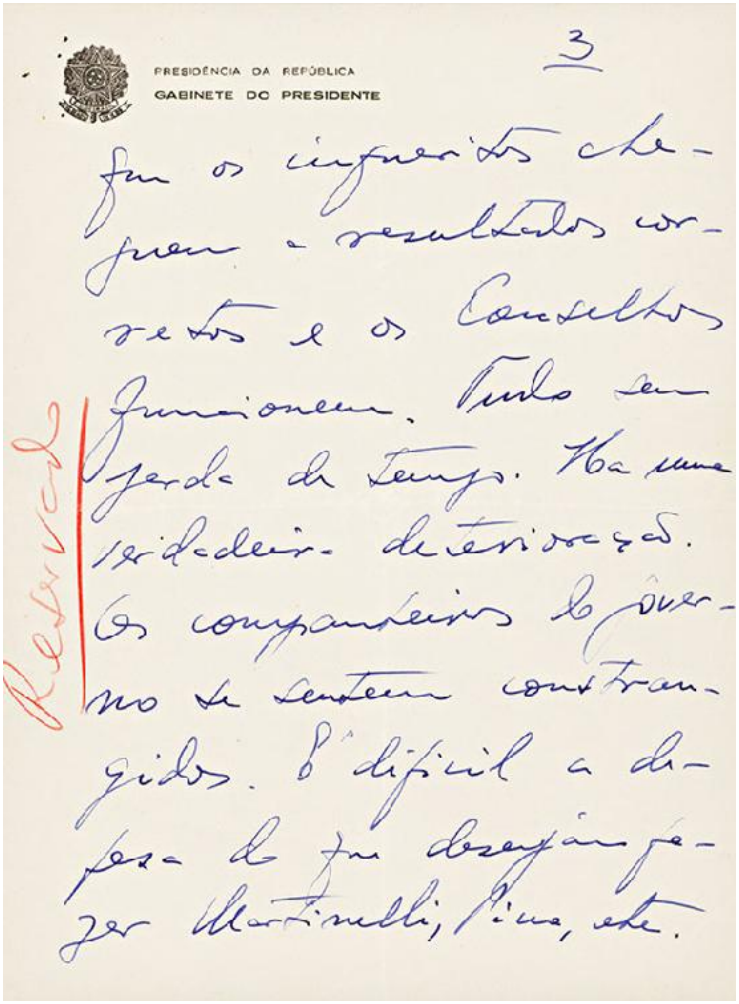

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

2

praça de mostrar "fun
da fita prender". Fiz
nos sebeixo.

— Penso fu devemos to-
mar medidas decisi-
vas. Compreendo. em a
apurar os IPMs. Mas
não devo estar agindo
uma espécie de chicana
policial judicial.

— devemos fazer força para

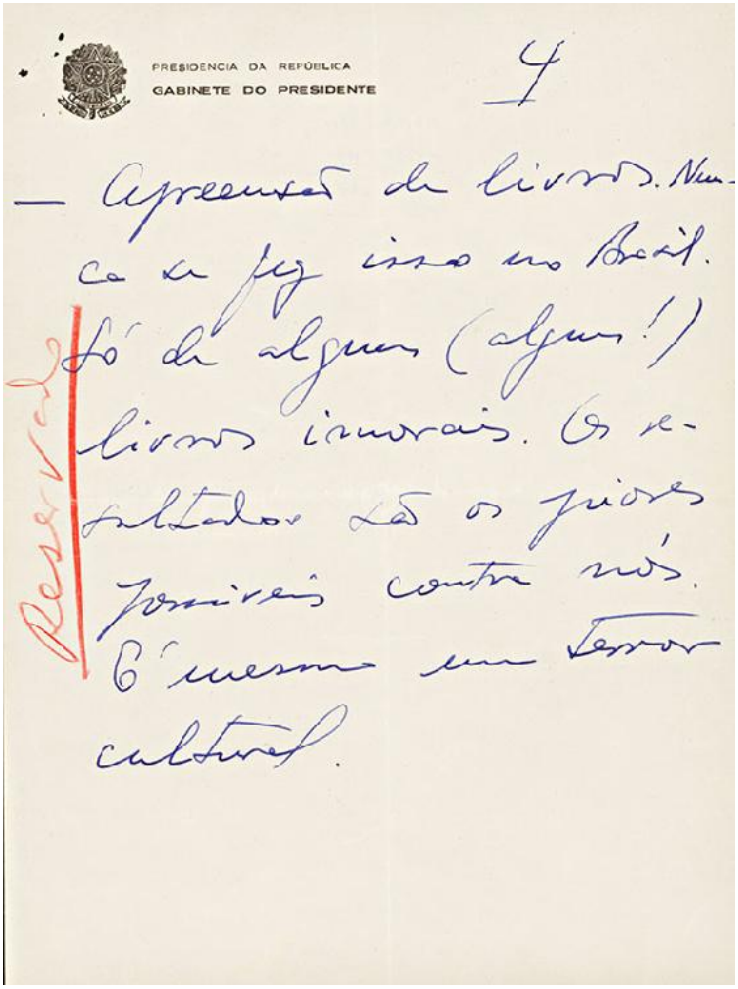

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

3

Reservado

Página 3 de 4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]


PRESIDENCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

4

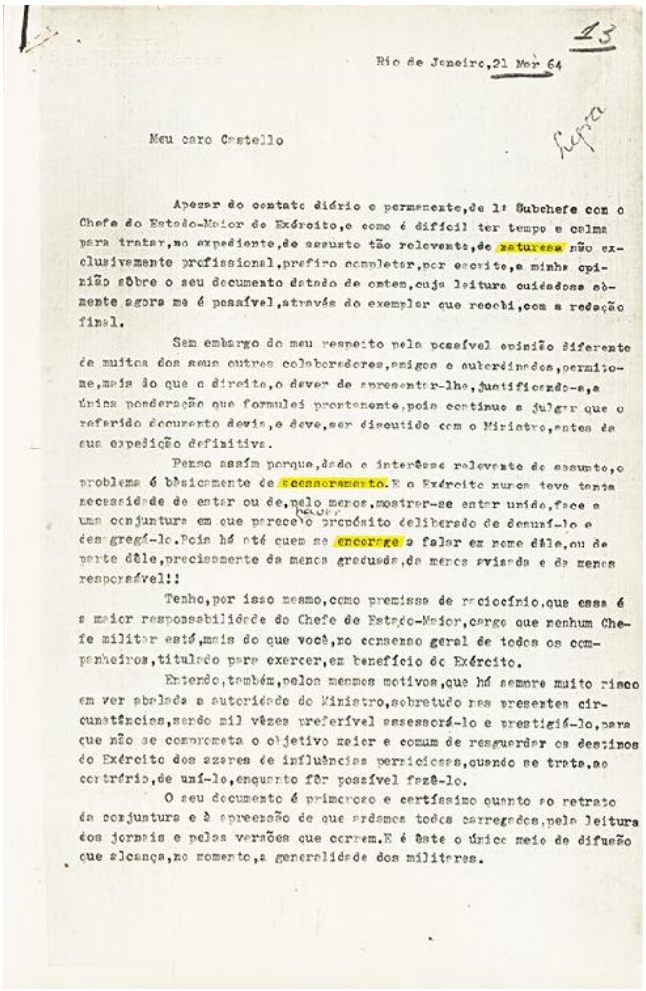
— Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os assaltadores são os juízes fossiveis contra nós. É mesmo um terror cultural.

Reservado

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Carta de Lyra Tavares a Castello Branco



13

Rio de Janeiro, 21 Mar 64

Lyra

Meu caro Castello

Apezar do contato diário e permanente, de 1º Subchefe com o Chefe do Estado-Maior do Exército, e como é difícil ter tempo e calma para tratar, no expediente, de assunto tão relevante, de natureza não exclusivamente profissional, prefiro completar, por escrito, a minha opinião sôbre o seu documento datado de ontem, cuja leitura cuidadosa sòmente agora me é possível, através do exemplar que recebi, com a redação final.

Sem embargo do meu respeito pela possível opinião diferente de muitos dos seus outros colaboradores, amigos e subordinados, permito-me, mais do que o direito, o dever de apresentar-lhe, justificando-a, a única ponderação que formulei prontamente, pois continuo a julgar que o referido documento devia, e deve, ser discutido com o Ministro, antes de sua expedição definitiva.

Penso assim porque, dado o interêsse relevante do assunto, o problema é bàsicamente de acompanhamento. E o Exército nunca teve tanta necessidade de estar ou de, pelo menos, mostrar-se estar unido, face a uma conjuntura em que parece o propósito deliberado de desuní-lo e desagregá-lo. Pois há até quem se encarrege a falar em nome dêle, ou de parte dêle, precisamente da menos graduada, da menos avisada e da menos responsável!!

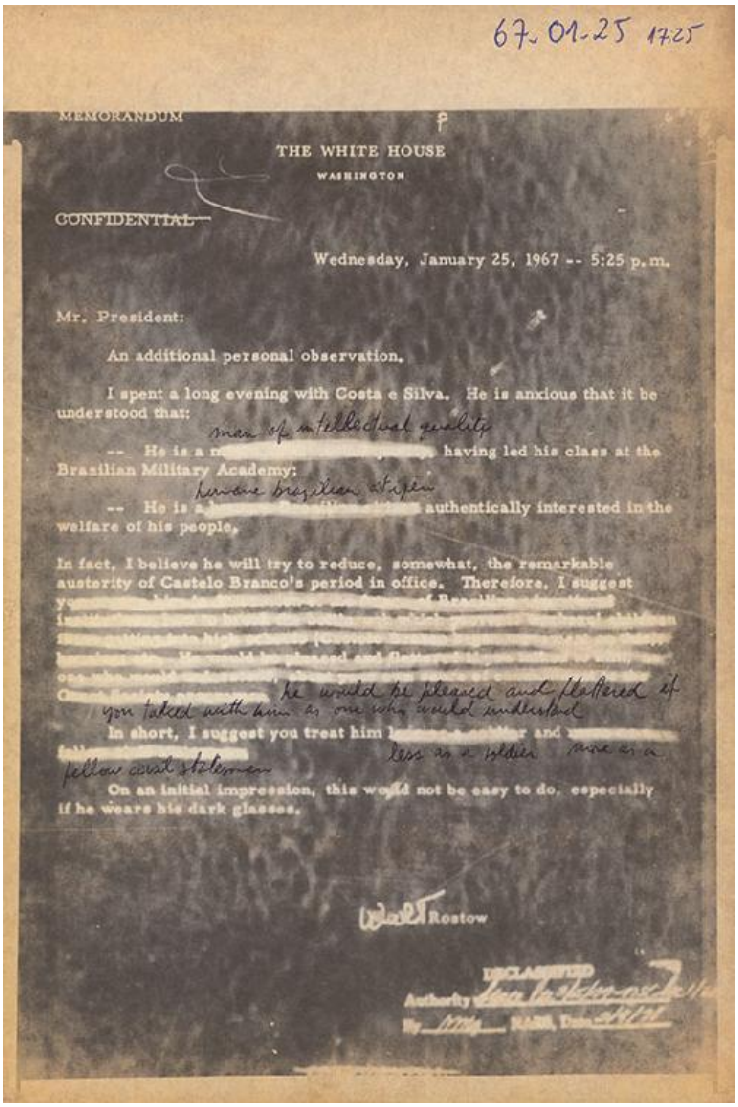
Tenho, por isso mesmo, como premissa de raciocínio, que essa é a maior responsabilidade do Chefe do Estado-Maior, cargo que nenhum Chefe militar está, mais do que você, no consenso geral de todos os companheiros, titulado para exercer, em benefício do Exército.

Entendo, também, pelos mesmos motivos, que há sempre muito risco em ver abalada a autoridade do Ministro, sobretudo nas presentes circunstâncias, sendo mil vêzes preferível assessorá-lo e prestigiá-lo, para que não se comprometa o objetivo maior e comum de resguardar os destinos do Exército dos azares de influências perniciosas, quando se trate, ao contrário, de uní-lo, enquanto fôr possível fazê-lo.

O seu documento é primoroso e certíssimo quanto ao retrato da conjuntura e à apreensão de que ardemos todos carregados, pela leitura dos jornais e pelas versões que correm. E é êste o único meio de difusão que alcança, no momento, a generalidade dos militares.

[Voltar] | [Transcrição]

Memorando de Walt W. Rostow ao presidente Lyndon Johnson, de 25 de janeiro de 1967



67.01.25 1725

MEMORANDUM

THE WHITE HOUSE
WASHINGTON

CONFIDENTIAL

Wednesday, January 25, 1967 -- 5:25 p.m.

Mr. President:

An additional personal observation.

I spent a long evening with Costa e Silva. He is anxious that it be understood that:

man of intellectual quality

-- He is a r[redacted] having led his class at the Brazilian Military Academy;

[redacted] authentically interested in the welfare of his people.

In fact, I believe he will try to reduce, somewhat, the remarkable austerity of Castelo Branco's period in office. Therefore, I suggest y[redacted]

[redacted] he would be pleased and flattered if you talked with him as one who would understand.

In short, I suggest you treat him [redacted] less as a soldier more as a fellow civil statesman

On an initial impression, this would not be easy to do, especially if he wears his dark glasses.

Walt Rostow

DECLASSIFIED
Authority [redacted]
By [redacted] NARS, Date [redacted]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Correio da Manhã, 29 de março de 1968

Correio da Manhã

POLÍCIA MILITAR MATA ESTUDANTE

NEGRÃO AFASTA GEN. NIEMEYER

GAGARIN VAI INCINERADO AO TÚMULO

VENDIDA A 5.ª PARTE DO BRASIL

FÁBRICA DE AVIÕES IRÁ PARA MINAS

CM EDITA SUPLEMENTO DO PARANÁ

HOJE

A DURA PROVA

ESTILO DA VIOLÊNCIA

SEM DESCONTO

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]

ASSASSINATO

ESCÂNDALO

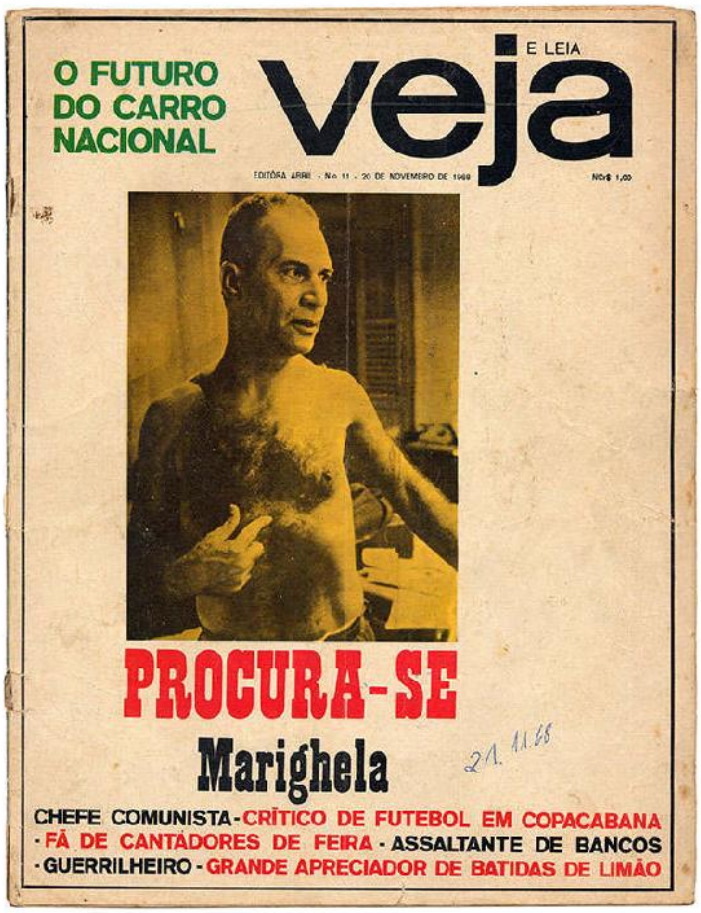
Marechals em discussão

Opiniões

[Fim do documento]

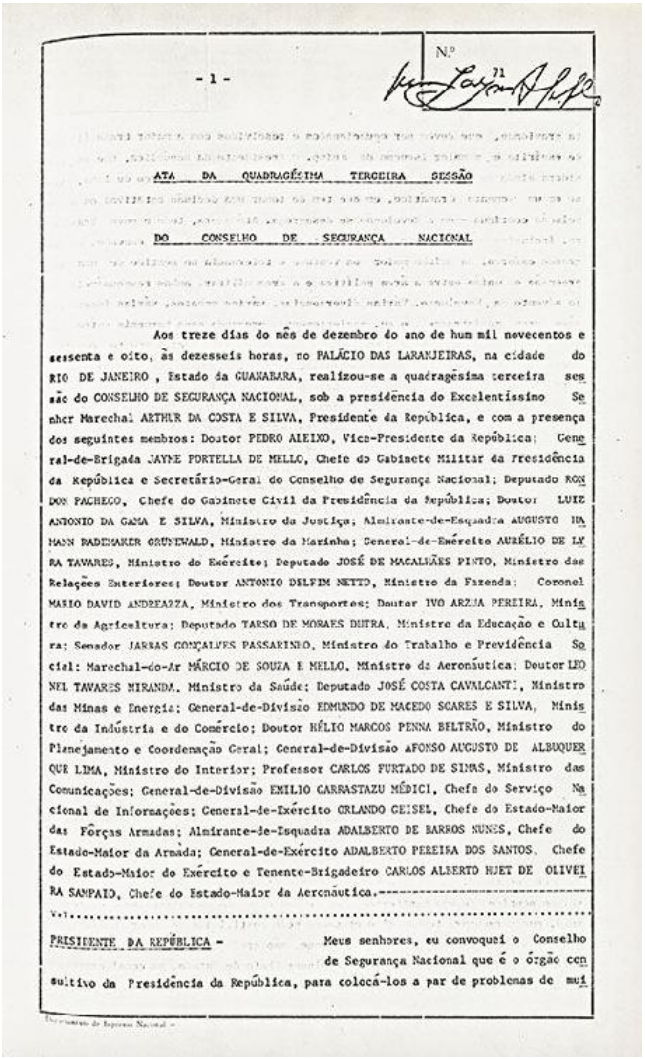
[Voltar] | [Transcrição]

Veja, 20 de novembro de 1968



[Voltar]

Ata da quadragésima terceira sessão do Conselho de Segurança Nacional



- 1 -

N.º 71

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO

DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, no PALÁCIO DAS LARANJEIRAS, na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado da GUANABARA, realizou-se a quadragésima terceira sessão do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, Presidente da República, e com a presença dos seguintes membros: Doutor PEDRO ALEIXO, Vice-Presidente da República; General-de-Brigada JAYME PORTELLA DE MELLO, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Deputado ROSIDON PACHECO, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República; Doutor LUIZ ANTONIO DA GAMA E SILVA, Ministro da Justiça; Almirante-de-Esquadra AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD, Ministro da Marinha; General-de-Exército AURÉLIO DE LYRA TAVARES, Ministro do Exército; Deputado JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, Ministro das Relações Exteriores; Doutor ANTONIO DELFIM NETTO, Ministro da Fazenda; Coronel MARIO DAVID ANDREAZZA, Ministro dos Transportes; Doutor IVO ARZUA PEREIRA, Ministro da Agricultura; Deputado TARSO DE MORAES DUTRA, Ministro da Educação e Cultura; Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro do Trabalho e Previdência Social; Marechal-do-Ar MÁRCIO DE SOUZA E MELLO, Ministro da Aeronáutica; Doutor LEONEL TAVARES MIRANDA, Ministro da Saúde; Deputado JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Ministro das Minas e Energia; General-de-Divisão EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA, Ministro da Indústria e do Comércio; Doutor HÉLIO MARCOS PENNA BELTRÃO, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral; General-de-Divisão AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA, Ministro do Interior; Professor CARLOS FURTADO DE SIMAS, Ministro das Comunicações; General-de-Divisão EMILIO GARRASTAZU MÉDICI, Chefe do Serviço Nacional de Informações; General-de-Exército ORLANDO GEISEL, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Almirante-de-Esquadra ADALBERTO DE BARROS NUNES, Chefe do Estado-Maior da Armada; General-de-Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Chefe do Estado-Maior do Exército e Tenente-Brigadeiro CARLOS ALBERTO NUET DE OLIVEIRA SAMPAIO, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.----------

Vai.....

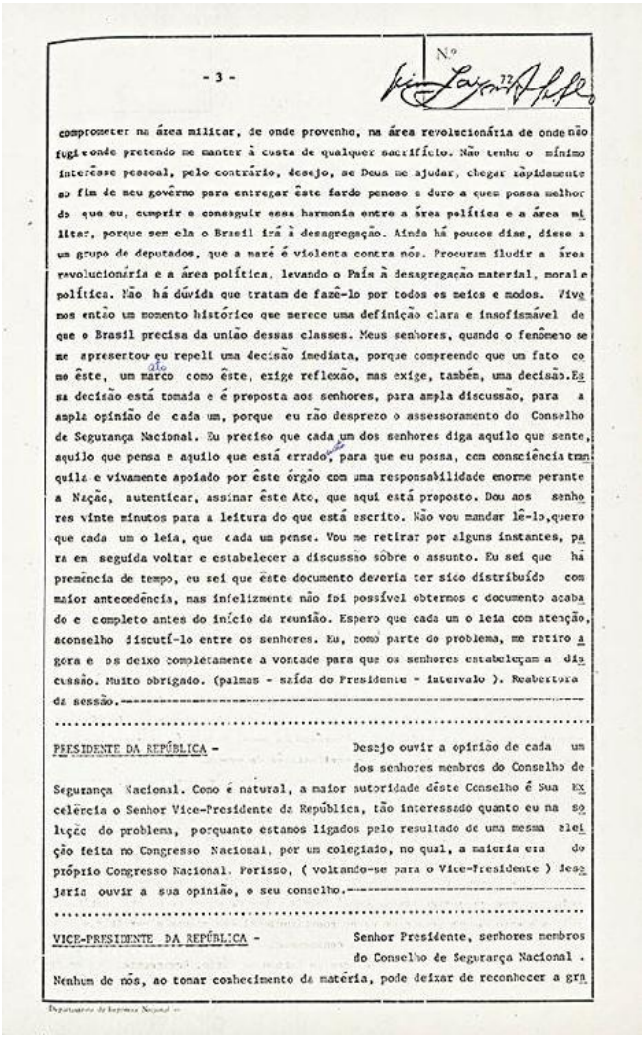
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Meus senhores, eu convoquei o Conselho de Segurança Nacional que é o órgão consultivo da Presidência da República, para colocá-los a par de problemas de mui

Departamento de Imprensa Nacional

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

ta gravidade, que devem ser equacionados e resolvidos com a maior tranquilidade de espírito e a maior isenção de ânimo. O Presidente da República, que se considera ainda um legítimo representante da Revolução de 31 de março de 1964, vê-se em um momento dramático, em que tem de tomar uma decisão optativa: ou a Revolução continua - ou a Revolução se desagrega. Até agora, todo o povo brasileiro, inclusive os senhores, todos são testemunhas do meu grande empenho, do meu grande esfôrço, da minha maior boa vontade e tolerância no sentido de uma compreensão e união entre a área política e a área militar, ambas responsáveis pelo advento da Revolução. Várias divergências, vários embates, várias incompreensões foram registradas, e eu, pacientemente, procurando essa harmonia entre as duas áreas, consegui chegar a quase dois anos de govêrno decididamente constitucional da Revolução. Eu não preciso apelar para o testemunho dos meus ministros, para o testemunho dos Membros do Conselho de Segurança Nacional, para afirmarem ou confirmarem êsse meu esfôrço, porquanto, todos são testemunhas e há poucos momentos, Sua Excelência, o Senhor Vice-Presidente da República declarou, na minha presença, que é testemunha viva dêsse meu interêsse. Mas chegou o momento em que, acima da vontade de um homem está o interêsse nacional, está a harmonia, está a tranquilidade e está a paz para o povo brasileiro. Compreendo, perfeitamente, que por um fato, aparentemente insignificante, que revelou, talvez não devesse empregar o têrmo, por ser muito forte, a falta de apoio político ao govêrno. Falta de apoio político justamente quando o govêrno contava com a compreensão dos homens públicos do País, compreensão daqueles que têm tanta responsabilidade quanto nós, na manutenção da paz, da ordem e da tranquilidade pública. Contava que compreendessem que não poderiam colaborar em uma agressão à outra área, também responsável pela Revolução e que se tem mostrado digamente acatadora de tôdas as ordens e de todos os princípios estabelecidos pela Constituição e pela ordem jurídica e civil. Apresenta-se, portanto, um fato nôvo com características típicas de provocação visando a interromper o processo evolutivo da Revolução, na consecução da ordem democrática e do regime democrático completo. Disse perante homens do Congresso, e repito, que era mais fácil, para mim, adotar medidas de prepotência e de fôrça, do que manter a continuidade do regime dentro da Constituição, mais fácil porque eu não estava tendo a compreensão necessária e nem o denôdo daqueles que deveriam me ajudar na defesa desta ordem democrática. Meus senhores, naquela hora, eu não sabia o que se estava preparando e o que estava por acontecer. O que aconteceu foi muito pior do que esperado. Como o vamos chamar? Em que sentido vamos tomar a manifestação do Congresso? Da Câmara dos Deputados? No sentido normente de solidariedade a um membro do Congresso? No sentido de uma manifestação ou de uma expansão ou extrapolação de recalques, que porventura tenham sido causados pela hostilidade do Poder Público em relação a área política? Não creio, porque, não creio que a área política tenha merecido, de qualquer govêrno, de qualquer Chefe de Estado, as considerações que eu lhe tenho dispensado. Considerações de tal ordem que chegaram a ponto de me

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



- 3 -

Nº

comprometer na área militar, de onde provenho, na área revolucionária de onde não fugi onde pretendo me manter à custa de qualquer sacrifício. Não tenho o mínimo interêsse pessoal, pelo contrário, desejo, se Deus me ajudar, chegar rapidamente ao fim de meu govêrno para entregar êste fardo penoso e duro a quem possa melhor do que eu, cumprir e conseguir essa harmonia entre a área política e a área militar, porque sem ela o Brasil irá à desagregação. Ainda há poucos dias, disse a um grupo de deputados, que a maré é violenta contra nós. Procuram iludir a área revolucionária e a área política, levando o País à desagregação material, moral e política. Não há dúvida que tratam de fazê-lo por todos os meios e modos. Vivemos então um momento histórico que merece uma definição clara e insofismável de que o Brasil precisa da união dessas classes. Meus senhores, quando o fenômeno se me apresentou eu repeli uma decisão imediata, porque compreendo que um fato como êste, um marco como êste, exige reflexão, mas exige, também, uma decisão. Essa decisão está tomada e é proposta aos senhores, para ampla discussão, para a ampla opinião de cada um, porque eu não desprezo o assessoramento do Conselho de Segurança Nacional. Eu preciso que cada um dos senhores diga aquilo que sente, aquilo que pensa e aquilo que está errado, para que eu possa, com consciência tranquila e vivamente apoiado por êste órgão com uma responsabilidade enorme perante a Nação, autenticar, assinar êste Ato, que aqui está proposto. Dou aos senhores vinte minutos para a leitura do que está escrito. Não vou mandar lê-lo, quero que cada um o leia, que cada um pense. Vou me retirar por alguns instantes, para em seguida voltar e estabelecer a discussão sôbre o assunto. Eu sei que há premência de tempo, eu sei que êste documento deveria ter sido distribuído com maior antecedência, mas infelizmente não foi possível obtermos o documento acabado e completo antes do início da reunião. Espero que cada um o leia com atenção, aconselho discutí-lo entre os senhores. Eu, como parte do problema, me retiro agora e os deixo completamente à vontade para que os senhores estabeleçam a discussão. Muito obrigado. (palmas - saída do Presidente - intervalo). Reabertura da sessão.----------

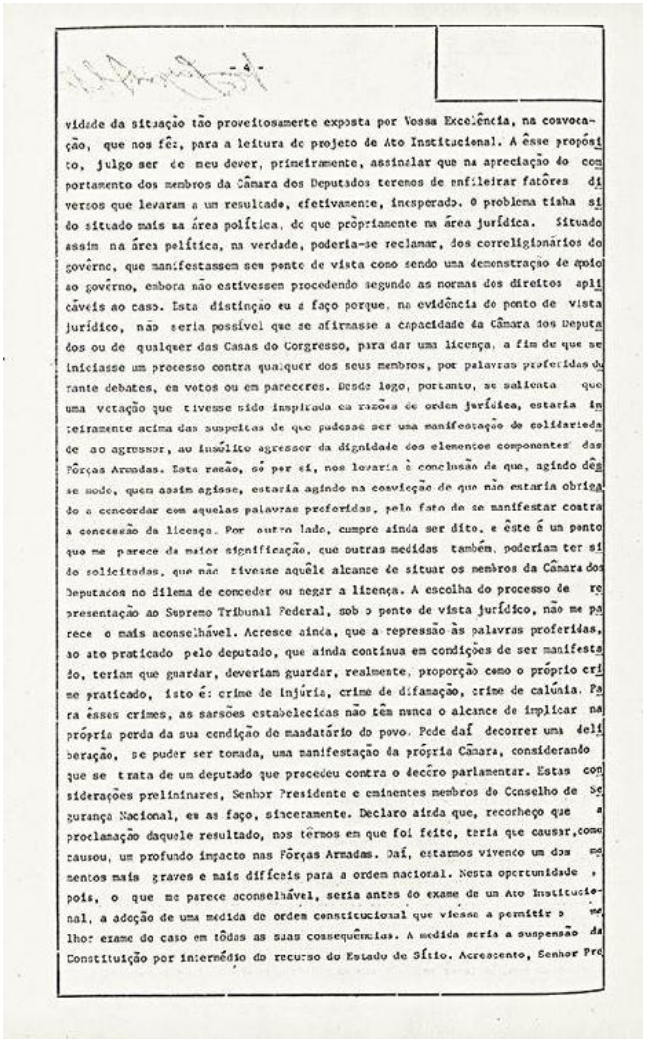
.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Desejo ouvir a opinião de cada um dos senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Como é natural, a maior autoridade dêste Conselho é Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, tão interessado quanto eu na solução do problema, porquanto estamos ligados pelo resultado de uma mesma eleição feita no Congresso Nacional, por um colegiado, no qual, a maioria era do próprio Congresso Nacional. Perisso, (voltando-se para o Vice-Presidente) desejaria ouvir a sua opinião, e seu conselho.----------

.....

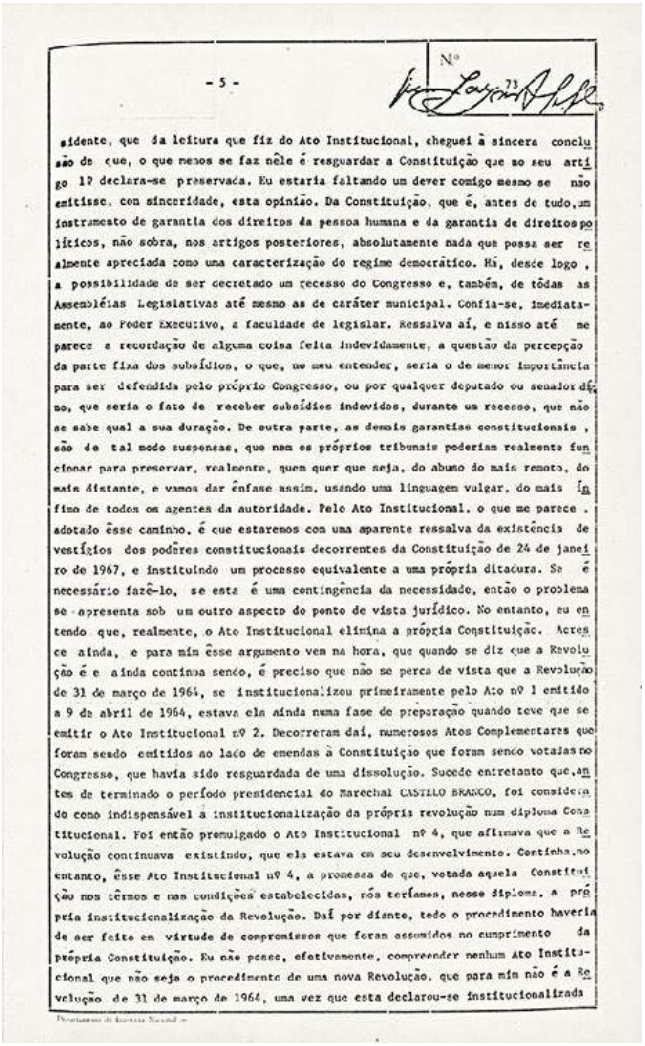
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional . Nenhum de nós, ao tomar conhecimento da matéria, pode deixar de reconhecer a gra

Departamento de Imprensa Nacional



- 4 -

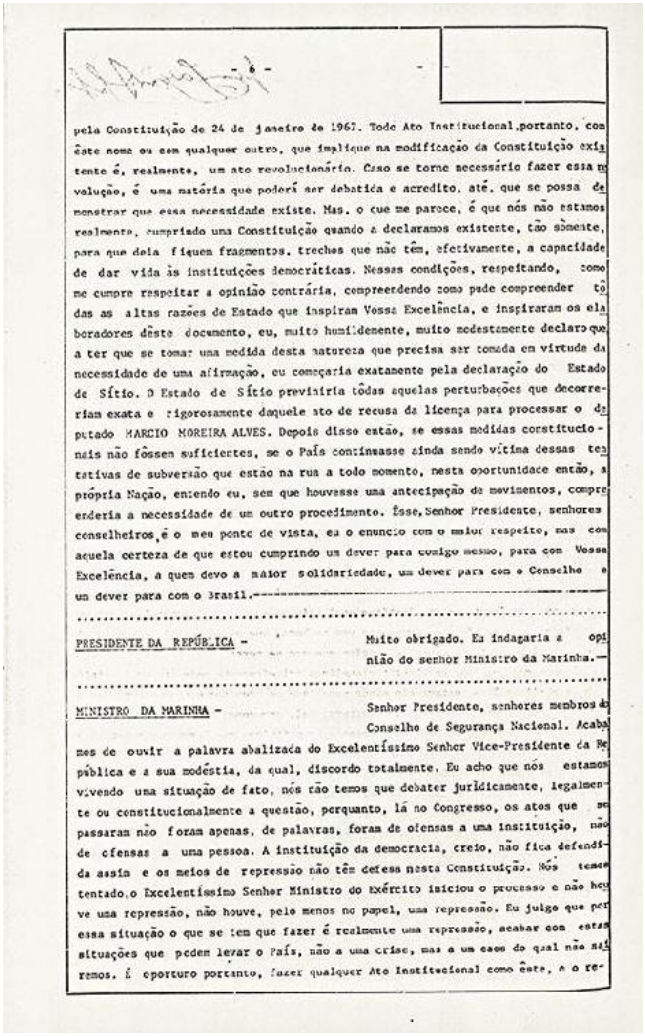
vidade da situação tão proveitosamente exposta por Vossa Excelência, na convocação, que nos fêz, para a leitura do projeto de Ato Institucional. A êsse propósito, julgo ser de meu dever, primeiramente, assinalar que na apreciação do comportamento dos membros da Câmara dos Deputados terenos de enfileirar fatôres diversos que levaram a um resultado, efetivamente, inesperado. O problema tinha sido situado mais na área política, do que propriamente na área jurídica. Situado assim na área política, na verdade, poderia-se reclamar, dos correligionários do govêrno, que manifestassem seu ponto de vista como sendo uma demonstração de apoio ao govêrno, embora não estivessem procedendo segundo as normas dos direitos aplicáveis ao caso. Esta distinção eu a faço porque, na evidência do ponto de vista jurídico, não seria possível que se afirmasse a capacidade da Câmara dos Deputados ou de qualquer das Casas do Congresso, para dar uma licença, a fim de que se iniciasse um processo contra qualquer dos seus membros, por palavras proferidas durante debates, em votos ou em pareceres. Desde logo, portanto, se salienta que uma votação que tivesse sido inspirada em razões de ordem jurídica, estaria inteiramente acima das suspeitas de que pudesse ser uma manifestação de solidariedade ao agressor, ao insólito agressor da dignidade dos elementos componentes das Fôrças Armadas. Esta razão, só por si, nos levaria à conclusão de que, agindo dêsse modo, quem assim agisse, estaria agindo na convicção de que não estaria obrigado a concordar com aquelas palavras proferidas, pelo fato de se manifestar contra a concessão da licença. Por outro lado, cumpre ainda ser dito, e êste é um ponto que me parece da maior significação, que outras medidas também, poderiam ter sido solicitadas, que não tivesse aquêle alcance de situar os membros da Câmara dos Deputados no dilema de conceder ou negar a licença. A escolha do processo de representação ao Supremo Tribunal Federal, sob o ponto de vista jurídico, não me parece o mais aconselhável. Acresce ainda, que a repressão às palavras proferidas, ao ato praticado pelo deputado, que ainda continua em condições de ser manifestado, teriam que guardar, deveriam guardar, realmente, proporção como o próprio crime praticado, isto é: crime de injúria, crime de difamação, crime de calúnia. Para êsses crimes, as sanções estabelecidas não têm nunca o alcance de implicar na própria perda da sua condição de mandatário do povo. Pode daí decorrer uma deliberação, se puder ser tomada, uma manifestação da própria Câmara, considerando que se trata de um deputado que procedeu contra o decôro parlamentar. Estas considerações preliminares, Senhor Presidente e eminentes membros do Conselho de Segurança Nacional, eu as faço, sinceramente. Declaro ainda que, reconheço que a proclamação daquele resultado, nos têrmos em que foi feito, teria que causar, como causou, um profundo impacto nas Fôrças Armadas. Daí, estarmos vivendo um dos momentos mais graves e mais difíceis para a ordem nacional. Nesta oportunidade, pois, o que me parece aconselhável, seria antes do exame de um Ato Institucional, a adoção de uma medida de ordem constitucional que viesse a permitir o melhor exame do caso em tôdas as suas conseqüências. A medida seria a suspensão da Constituição por intermédio do recurso do Estado de Sítio. Acrescento, Senhor Pre



- 5 -

Nº

sidente, que da leitura que fiz do Ato Institucional, cheguei à sincera conclusão de que, o que menos se faz nêle é resguardar a Constituição que no seu artigo 1º declara-se preservada. Eu estaria faltando um dever comigo mesmo se não emitisse, com sinceridade, esta opinião. Da Constituição, que é, antes de tudo, um instrumento de garantia dos direitos da pessoa humana e da garantia de direitos políticos, não sobra, nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa ser realmente apreciada como uma caracterização do regime democrático. Há, desde logo, a possibilidade de ser decretado um recesso do Congresso e, também, de tôdas as Assembléias Legislativas até mesmo as de caráter municipal. Confia-se, imediatamente, ao Poder Executivo, a faculdade de legislar. Ressalva aí, e nisso até me parece a recordação de alguma coisa feita indevidamente, a questão da percepção da parte fixa dos subsídios, o que, no meu entender, seria o de menor importância para ser defendida pelo próprio Congresso, ou por qualquer deputado ou senador digno, que seria o fato de receber subsídios indevidos, durante um recesso, que não se sabe qual a sua duração. De outra parte, as demais garantias constitucionais, são de tal modo suspensas, que nem os próprios tribunais poderiam realmente funcionar para preservar, realmente, quem quer que seja, do abuso do mais remoto, do mais distante, e vamos dar ênfase assim, usando uma linguagem vulgar, do mais ínfimo de todos os agentes da autoridade. Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado êsse caminho, é que estaremos com uma aparente ressalva da existência de vestígios dos poderes constitucionais decorrentes da Constituição de 24 de janeiro de 1967, e instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura. Se é necessário fazê-lo, se esta é uma contingência da necessidade, então o problema se apresenta sob um outro aspecto do ponto de vista jurídico. No entanto, eu entendo que, realmente, o Ato Institucional elimina a própria Constituição. Acresce ainda, e para mim êsse argumento vem na hora, que quando se diz que a Revolução é e ainda continua sendo, é preciso que não se perca de vista que a Revolução de 31 de março de 1964, se institucionalizou primeiramente pelo Ato nº 1 emitido a 9 de abril de 1964, estava ela ainda numa fase de preparação quando teve que se emitir o Ato Institucional nº 2. Decorreram daí, numerosos Atos Complementares que foram sendo emitidos ao laço de emendas à Constituição que foram sendo votadas no Congresso, que havia sido resguardada de uma dissolução. Sucede entretanto que, antes de terminado o período presidencial do Marechal CASTELO BRANCO, foi considerado como indispensável à institucionalização da própria revolução num diploma Constitucional. Foi então promulgado o Ato Institucional nº 4, que afirmava que a Revolução continuava existindo, que ela estava em seu desenvolvimento. Continha, no entanto, êsse Ato Institucional nº 4, a promessa de que, votada aquela Constituição nos têrmos e nas condições estabelecidas, nós teríamos, nesse diploma, a própria institucionalização da Revolução. Daí por diante, todo o procedimento haveria de ser feito em virtude de compromissos que foram assumidos no cumprimento da própria Constituição. Eu não penso, efetivamente, compreender nenhum Ato Institucional que não seja o procedimento de uma nova Revolução, que para mim não é a Revolução de 31 de março de 1964, uma vez que esta declarou-se institucionalizada



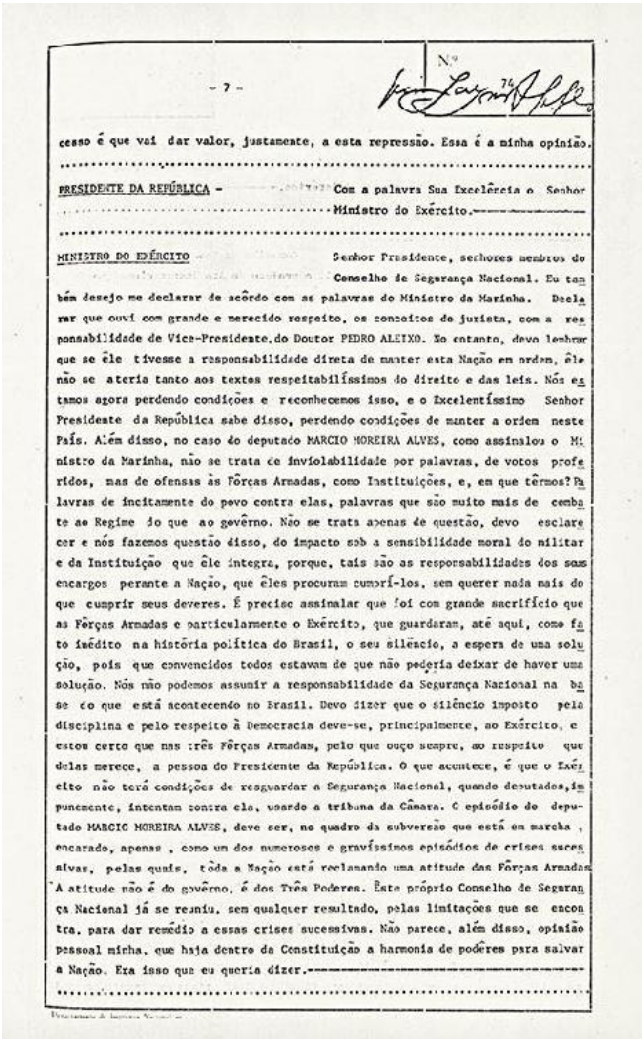
pela Constituição de 24 de janeiro de 1967. Todo Ato Institucional,portanto, com êste nome ou sem qualquer outro, que implique na modificação da Constituição existente é, realmente, um ato revolucionário. Caso se torne necessário fazer essa revolução, é uma matéria que poderá ser debatida e acredito, até, que se possa demonstrar que essa necessidade existe. Mas, o que me parece, é que nós não estamos realmente, cumprindo uma Constituição quando a declaramos existente, tão sòmente, para que dela fiquem fragmentos, trechos que não têm, efetivamente, a capacidade de dar vida às instituições democráticas. Nessas condições, respeitando, como me cumpre respeitar a opinião contrária, compreendendo como pude compreender tôdas as altas razões de Estado que inspiram Vossa Excelência, e inspiraram os elaboradores dêste documento, eu, muito humildemente, muito modestamente declaro que a ter que se tomar uma medida desta natureza que precisa ser tomada em virtude da necessidade de uma afirmação, eu começaria exatamente pela declaração do Estado de Sítio. O Estado de Sítio previniria tôdas aquelas perturbações que decorreriam exata e rigorosamente daquele ato de recusa de licença para processar o deputado MARCIO MOREIRA ALVES. Depois disso então, se essas medidas constitucionais não fôssem suficientes, se o País continuasse ainda sendo vítima dessas tentativas de subversão que estão na rua a todo momento, nesta oportunidade então, a própria Nação, entendo eu, sem que houvesse uma antecipação de movimentos, compreenderia a necessidade de um outro procedimento. Êsse, Senhor Presidente, senhores conselheiros, é o meu ponto de vista, eu o enuncio com o maior respeito, mas com aquela certeza de que estou cumprindo um dever para comigo mesmo, para com Vossa Excelência, a quem devo a maior solidariedade, um dever para com o Conselho e um dever para com o Brasil.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Eu indagaria a opinião do senhor Ministro da Marinha.—

.....

MINISTRO DA MARINHA - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Acabamos de ouvir a palavra abalizada do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República e a sua modéstia, da qual, discordo totalmente. Eu acho que nós estamos vivendo uma situação de fato, nós não temos que debater juridicamente, legalmente ou constitucionalmente a questão, porquanto, lá no Congresso, os atos que se passaram não foram apenas, de palavras, foram de ofensas a uma instituição, não de ofensas a uma pessoa. A instituição da democracia, creio, não fica defendida assim e os meios de repressão não têm defesa nesta Constituição. Nós temos tentado,o Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército iniciou o processo e não houve uma repressão, não houve, pelo menos no papel, uma repressão. Eu julgo que por essa situação o que se tem que fazer é realmente uma repressão, acabar com estas situações que podem levar o País, não a uma crise, mas a um caos do qual não sairemos. É oportuno portanto, fazer qualquer Ato Institucional como êste, e o re-

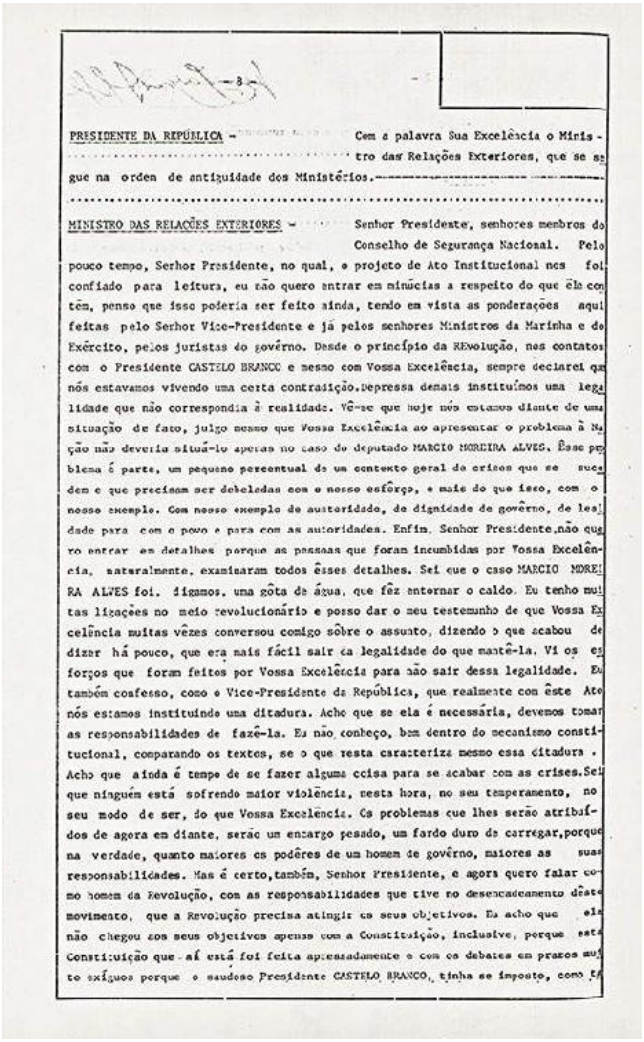


Nº 74

cesso é que vai dar valor, justamente, a esta repressão. Essa é a minha opinião.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor Ministro do Exército.

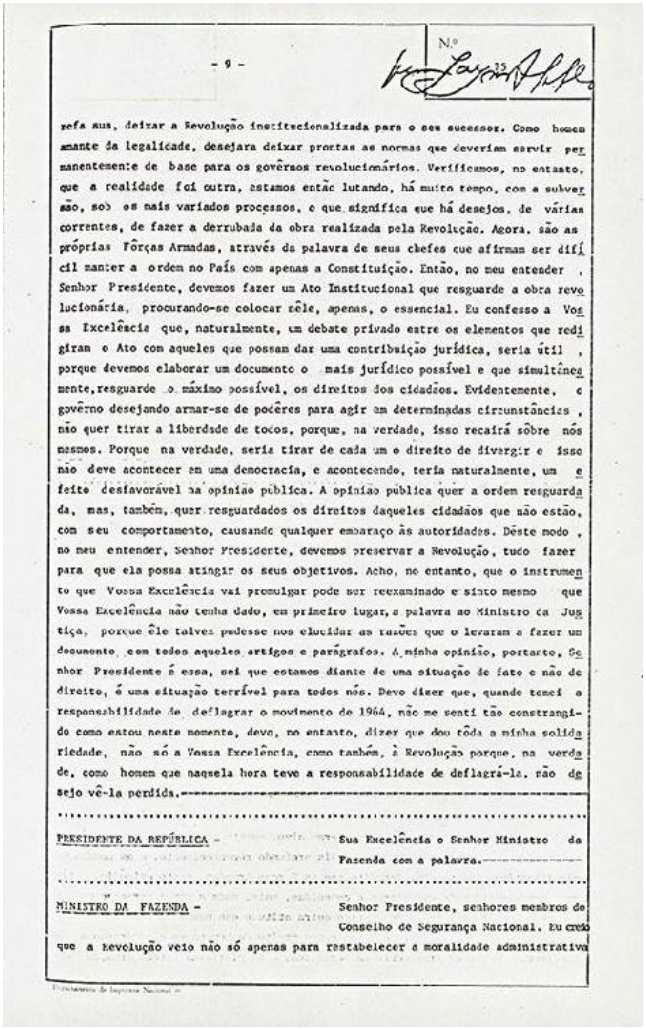
MINISTRO DO EXÉRCITO - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Eu também desejo me declarar de acôrdo com as palavras do Ministro da Marinha. Declarar que ouvi com grande e merecido respeito, os conceitos do jurista, com a responsabilidade de Vice-Presidente do Doutor PEDRO ALEIXO. No entanto, devo lembrar que se êle tivesse a responsabilidade direta de manter esta Nação em ordem, êle não se ateria tanto aos textos respeitabilíssimos do direito e das leis. Nós estamos agora perdendo condições e reconhecemos isso, e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sabe disso, perdendo condições de manter a ordem neste País. Além disso, no caso do deputado MARCIO MOREIRA ALVES, como assinalou o Ministro da Marinha, não se trata de inviolabilidade por palavras, de votos proferidos, mas de ofensas às Fôrças Armadas, como Instituições, e, em que têrmos? Palavras de incitamente do povo contra elas, palavras que são muito mais de combate ao Regime do que ao govêrno. Não se trata apenas de questão, devo esclarecer e nós fazemos questão disso, do impacto sôbre a sensibilidade moral do militar e da Instituição que êle integra, porque, tais são as responsabilidades dos seus encargos perante a Nação, que êles procuram cumprí-los, sem querer nada mais do que cumprir seus deveres. É preciso assinalar que foi com grande sacrifício que as Fôrças Armadas e particularmente o Exército, que guardaram, até aqui, como fato inédito na história política do Brasil, o seu silêncio, a espera de uma solução, pois que convencidos todos estavam de que não poderia deixar de haver uma solução. Nós não podemos assumir a responsabilidade da Segurança Nacional na base do que está acontecendo no Brasil. Devo dizer que o silêncio imposto pela disciplina e pelo respeito à Democracia deve-se, principalmente, ao Exército, e estou certo que nas três Fôrças Armadas, pelo que ouço sempre, ao respeito que delas merece, a pessoa do Presidente da República. O que acontece, é que o Exército não terá condições de resguardar a Segurança Nacional, quando deputados, impunemente, intentam contra ela, usando a tribuna da Câmara. O episódio do deputado MARCIO MOREIRA ALVES, deve ser, no quadro da subversão que está em marcha, encarado, apenas, como um dos numerosos e gravíssimos episódios de crises sucessivas, pelas quais, tôda a Nação está reclamando uma atitude das Fôrças Armadas. A atitude não é do govêrno, é dos Três Poderes. Êste próprio Conselho de Segurança Nacional já se reuniu, sem qualquer resultado, pelas limitações que se encontra, para dar remédio a essas crises sucessivas. Não parece, além disso, opinião pessoal minha, que haja dentro da Constituição a harmonia de poderes para salvar a Nação. Era isso que eu queria dizer.



-8-

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro das Relações Exteriores, que se segue na ordem de antiguidade dos Ministérios.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Pelo pouco tempo, Senhor Presidente, no qual, o projeto de Ato Institucional nos foi confiado para leitura, eu não quero entrar em minúcias a respeito do que êle contém, penso que isso poderia ser feito ainda, tendo em vista as ponderações aqui feitas pelo Senhor Vice-Presidente e já pelos senhores Ministros da Marinha e do Exército, pelos juristas do govêrno. Desde o princípio da REvolução, nos contatos com o Presidente CASTELO BRANCO e nesse com Vossa Excelência, sempre declarei que nós estavamos vivendo uma certa contrasição.Depressa demais instituímos uma legalidade que não correspondia à realidade. Vê-se que hoje nós estamos diante de uma situação de fato, julgo nesse que Vossa Excelência ao apresentar o problema à Nação não deveria situá-lo apenas no caso do deputado MARCIO MOREIRA ALVES. Êsse problema é parte, um pequeno percentual de um contexto geral de crises que se sucedem e que precisam ser debeladas com o nosso esfôrço, e mais do que isso, com o nosso exemplo. Com nosso exemplo de autoridade, de dignidade de govêrno, de lealdade para com o povo e para com as autoridades. Enfim, Senhor Presidente,não quero entrar em detalhes porque as pessoas que foram incumbidas por Vossa Excelência, naturalmente, examinaram todos êsses detalhes. Sei que o caso MARCIO MOREIRA ALVES foi, digamos, uma gôta de água, que fêz entornar o caldo. Eu tenho muitas ligações no meio revolucionário e posso dar o meu testemunho de que Vossa Excelência muitas vêzes conversou comigo sôbre o assunto, dizendo o que acabou de dizer há pouco, que era mais fácil sair da legalidade do que mantê-la. Vi os esforços que foram feitos por Vossa Excelência para não sair dessa legalidade. Eu também confesso, como o Vice-Presidente da República, que realmente com êste Ato nós estamos instituindo uma ditadura. Acho que se ela é necessária, devemos tomar as responsabilidades de fazê-la. Eu não conheço, bem dentro do mecanismo constitucional, comparando os textos, se o que resta caracteriza mesmo essa ditadura. Acho que ainda é tempo de se fazer alguma ccisa para se acabar com as crises.Sei que ninguém está sofrendo maior violência, nesta hora, no seu temperamento, no seu modo de ser, do que Vossa Excelência. Os problemas que lhes serão atribuídos de agora em diante, serão um encargo pesado, um fardo duro de carregar,porque na verdade, quanto maiores os podêres de um homem de govêrno, maiores as suas responsabilidades. Mas é certo,também, Senhor Presidente, e agora quero falar como homem da Revolução, com as responsabilidades que tive no desencadeamento dêste movimento, que a Revolução precisa atingir os seus objetivos. Eu acho que ela não chegou aos seus objetivos apenas com a Constituição, inclusive, porque esta Constituição que aí está foi feita apressadamente e com os debates em prazos muito exíguos porque o saudoso Presidente CASTELO BRANCO, tinha se imposto, como fa



N.º

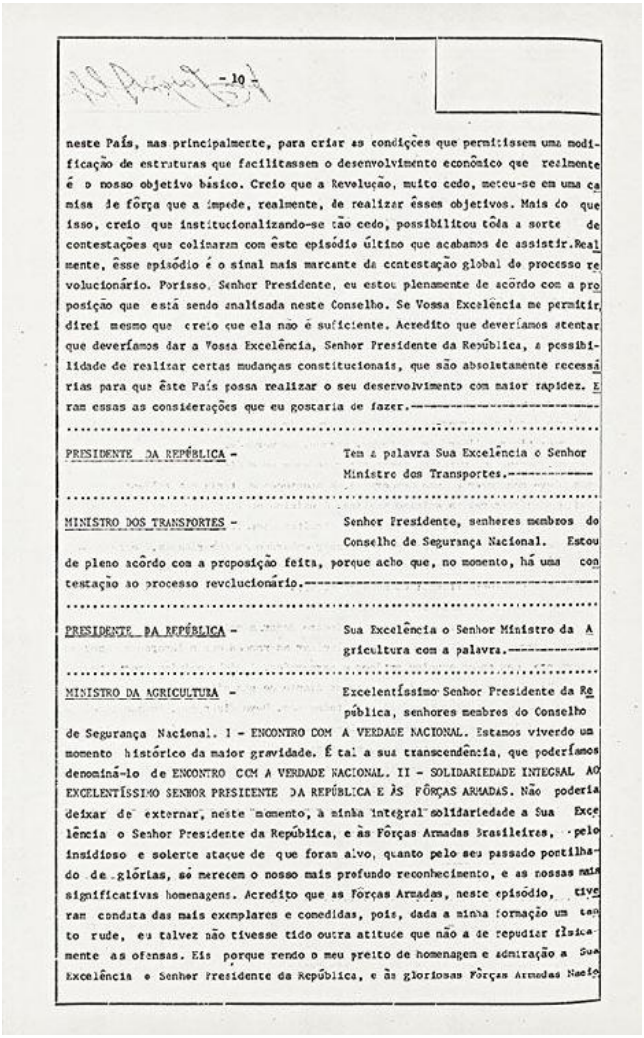
refa sua, deixar a Revolução institucionalizada para o seu sucessor. Como homem amante da legalidade, desejara deixar postas as normas que deveriam servir permanentemente de base para os governos revolucionários. Verificamos, no entanto, que a realidade foi outra, estamos então lutando, há muito tempo, com a subversão, sob os mais variados processos, e que significa que há desejos, de várias correntes, de fazer a derrubada da obra realizada pela Revolução. Agora, são as próprias Fôrças Armadas, através da palavra de seus chefes que afirmam ser difícil manter a ordem no País com apenas a Constituição. Então, no meu entender, Senhor Presidente, devemos fazer um Ato Institucional que resguarde a obra revolucionária, procurando-se colocar nêle, apenas, o essencial. Eu confesso a Vossa Excelência que, naturalmente, um debate privado entre os elementos que redigiram o Ato com aqueles que possam dar uma contribuição jurídica, seria útil, porque devemos elaborar um documento o mais jurídico possível e que simultâneamente, resguarde o máximo possível, os direitos dos cidadãos. Evidentemente, o govêrno desejando armar-se de poderes para agir em determinadas circunstâncias, não quer tirar a liberdade de todos, porque, na verdade, isso recairá sôbre nós mesmos. Porque na verdade, seria tirar de cada um o direito de divergir e isso não deve acontecer em uma democracia, e acontecendo, teria naturalmente, um efeito desfavorável na opinião pública. A opinião pública quer a ordem resguardada, mas, também, quer resguardados os direitos daqueles cidadãos que não estão, com seu comportamento, causando qualquer embaraço às autoridades. Dêste modo, no meu entender, Senhor Presidente, devemos preservar a Revolução, tudo fazer para que ela possa atingir os seus objetivos. Acho, no entanto, que o instrumento que Vossa Excelência vai promulgar pode ser reexaminado e sinto mesmo que Vossa Excelência não tenha dado, em primeiro lugar, a palavra ao Ministro da Justiça, porque êle talvez pudesse nos elucidar as razões que o levaram a fazer um documento com todos aqueles artigos e parágrafos. A minha opinião, portanto, Senhor Presidente é essa, sei que estamos diante de uma situação de fato e não de direito, é uma situação terrível para todos nós. Devo dizer que, quando tomei a responsabilidade de deflagrar o movimento de 1964, não me senti tão constrangido como estou neste momento, devo, no entanto, dizer que dou tôda a minha solidariedade, não só a Vossa Excelência, como também, à Revolução porque, na verdade, como homem que naquela hora teve a responsabilidade de deflagrá-la, não desejo vê-la perdida.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Sua Excelência o Senhor Ministro da Fazenda com a palavra.----------

.....

MINISTRO DA FAZENDA - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Eu creio que a Revolução veio não só apenas para restabelecer a moralidade administrativa



neste País, mas principalmente, para criar as condições que permitissem uma modificação de estruturas que facilitassem o desenvolvimento econômico que realmente é o nosso objetivo básico. Creio que a Revolução, muito cedo, meteu-se em uma camisa de fôrça que a impede, realmente, de realizar êsses objetivos. Mais do que isso, creio que institucionalizando-se tão cedo, possibilitou tôda a sorte de contestações que colimaram com êste episódio último que acabamos de assistir. Realmente, êsse episódio é o sinal mais marcante da contestação global do processo revolucionário. Porisso, Senhor Presidente, eu estou plenamente de acôrdo com a proposição que está sendo analisada neste Conselho. Se Vossa Excelência me permitir, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Acredito que deveríamos atentar que deveríamos dar a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais, que são absolutamente necessárias para que êste País possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez. Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Tem a palavra Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes.----------

.....

MINISTRO DOS TRANSPORTES - Senhor Presidente, senheres membros do Conselho de Segurança Nacional. Estou de pleno acôrdo com a preposição feita, porque acho que, no momento, há uma contestação ao processo revolucionário.----------

.....

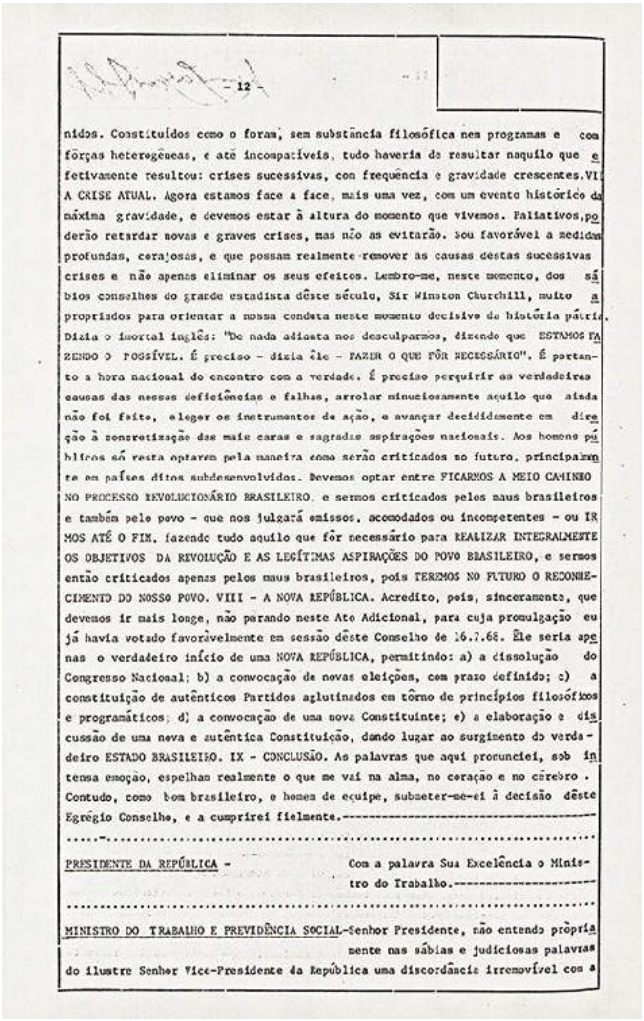
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura com a palavra.----------

.....

MINISTRO DA AGRICULTURA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. I - ENCONTRO COM A VERDADE NACIONAL. Estamos viverdo um momento histórico da maior gravidade. É tal a sua transcendência, que poderíamos denominá-lo de ENCONTRO COM A VERDADE NACIONAL. II - SOLIDARIEDADE INTEGRAL AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA E ÀS FÔRÇAS ARMADAS. Não poderia deixar de externar, neste momento, à minha integral solidariedade a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e às Fôrças Armadas Brasileiras, pelo insidioso e solerte ataque de que foram alvo, quanto pelo seu passado pontilhado de glórias, só merecem o nosso mais profundo reconhecimento, e as nossas mais significativas homenagens. Acredito que as Fôrças Armadas, neste episódio, tiveram conduta das mais exemplares e comedidas, pois, dada a minha formação um tanto rude, eu talvez não tivesse tido outra atitude que não a de repudiar fisicamente as ofensas. Eis porque rendo o meu preito de homenagem e admiração a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e às gloriosas Fôrças Armadas Nacio-

mais que, mais uma vez, demonstraram o seu amadurecimento político e o seu acendrado patriotismo. III - AUTENTICIDADE. Seu, também por formação, frontalmente contrário a tudo que é artificial ou inautêntico, pois, tudo aquilo que tiver origem viciada, não tem condições de subsistir ao longo do tempo. Eis porque, há muito venho me preocupando com a Organização de um autêntico Estado Brasileiro. A Lei de Organização de um Estado é a sua Constituição. Acreditamos que a expressão abreviada CONSTITUIÇÃO, significa o ATO DE CONSTITUIR UM ESTADO POLÍTICO. IV - AS NOSSAS CONSTITUIÇÕES. Infelizmente, as nossas Constituições, jamais tiveram origem autêntica, e jamais espelharam a verdadeira índole do nosso povo, e muito menos as suas legítimas aspirações. Tôdas elas foram encomendadas pelo Govêrno a ilustres e dignos juristas e constitucionalistas, que merecem o nosso maior respeito, como o genial Ruí, que, não obstante os seus inquestionáveis méritos, baseou a nossa na Constituição Norte Americana. De lá para cá as nossas Constituições foram sofrendo emendas e adições, copiadas de outras Constituições que as transformaram em verdadeiras colchas de retalhos, e assim, poderiam representar tudo, menos, como eu já disse, a índole do Povo Brasileiro e suas autênticas aspirações. Quem constitui um Estado somos nós, o povo, para dizer os poderes ou direitos que transferimos ao Estado, e para reter aqueles que julgamos devam permanecer inalienàvelmente com o cidadão ou a coletividade. Por isso, como Prefeito de Curitiba, e como autêntico revolucionário, ao ensejo da elaboração e discussão da Constituição atual, respeitosamente sugeri a Sua Excelência o Marechal CASTELO BRANCO, que submetesse o seu texto básico à ampla discussão pública, através de procedimentos que estabelecesse, pois quem faz uma concessão democrática, tem também o direito de assegurar o seu êxito através de regras convenientes. Teríamos assim conferido legitimidade à institucionalização da Revolução de 31 de março, através de uma autêntica Constituição que, efetivamente, expressasse o livre consentimento popular. Tal não ocorreu, e a nova Constituição nasceu com os mesmos vícios das anteriores, adicionando algumas mais. É evidente que, tôda fôrma defeituosa gera sempre atos e decisões deformados, que não estão conforme à realidade. As crises se sucedem, agravam-se, e culminam com situações de emergência, e extrema gravidade, como esta que hoje estamos enfrentando. V - PREGAÇÃO DEMOCRÁTICA E CONSTITUCIONALISTA DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Contudo através do honroso convívio com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e haurindo suas tantas pregações constitucionalistas, aprendi a respeitar e fazer cumprir integralmente a atual Constituição da República. Sou testemunha, portanto, de que, ninguém mais do que Sua Excelência, acatou, respeitou e empenhou-se em cumprir e fazer cumprir a atual Constituição da República. VI - OS PARTIDOS. Apesar de revolucionário da primeira hora, discordei também da forma como foram constituídos os dois grandes partidos nacionais: sem filosofia, sem programa, e tentando somar o impossível - quantidades heterogêneas. Na época, esposei a idéia da reforma e aperfeiçoamento dos quatro maiores partidos nacionais, os quais poderiam reconstituir-se e renovar-se em tôrno de princípios filosóficos e doutrinários bem defi-

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



nidos. Constituídos como o foram, sem substância filosófica nem programas e com forças heterogêneas, e até incompatíveis, tudo haveria de resultar naquilo que efetivamente resultou: crises sucessivas, com frequência e gravidade crescentes. VII - A CRISE ATUAL. Agora estamos face a face, mais uma vez, com um evento histórico da máxima gravidade, e devemos estar à altura do momento que vivemos. Paliativos, poderão retardar novas e graves crises, mas não as evitarão. Sou favorável a medidas profundas, corajosas, e que possam realmente remover as causas destas sucessivas crises e não apenas eliminar os seus efeitos. Lembro-me, neste momento, dos sábios conselhos do grande estadista dêste século, Sir Winston Churchill, muito apropriados para orientar a nossa conduta neste momento decisivo da história pátria. Dizia o imortal inglês: "De nada adianta nos desculparmos, dizendo que ESTAMOS FAZENDO O POSSÍVEL. É preciso - dizia êle - FAZER O QUE FÔR NECESSÁRIO". É portanto a hora nacional do encontro com a verdade. É preciso perquirir as verdadeiras causas das nossas deficiências e falhas, arrolar minuciosamente aquilo que ainda não foi feito, eleger os instrumentos de ação, e avançar decididamente em direção à concretização das mais caras e sagradas aspirações nacionais. Aos homens públicos só resta optarem pela maneira como serão criticados no futuro, principalmente em países ditos subdesenvolvidos. Devemos optar entre FICARMOS A MEIO CAMINHO NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, e sermos criticados pelos maus brasileiros e também pelo povo - que nos julgará omissos, acomodados ou incompetentes - ou IRMOS ATÉ O FIM, fazendo tudo aquilo que fôr necessário para REALIZAR INTEGRALMENTE OS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO E AS LEGÍTIMAS ASPIRAÇÕES DO POVO BRASILEIRO, e sermos então criticados apenas pelos maus brasileiros, pois TEREMOS NO FUTURO O RECONHECIMENTO DO NOSSO POVO. VIII - A NOVA REPÚBLICA. Acredito, pois, sinceramente, que devemos ir mais longe, não parando neste Ato Adicional, para cuja promulgação eu já havia votado favoràvelmente em sessão dêste Conselho de 16.7.68. Êle seria apenas o verdadeiro início de uma NOVA REPÚBLICA, permitindo: a) a dissolução do Congresso Nacional; b) a convocação de novas eleições, com prazo definido; c) a constituição de autênticos Partidos aglutinados em tôrno de princípios filosóficos e programáticos; d) a convocação de uma nova Constituinte; e) a elaboração e discussão de uma nova e autêntica Constituição, dando lugar ao surgimento do verdadeiro ESTADO BRASILEIRO. IX - CONCLUSÃO. As palavras que aqui pronunciei, sob intensa emoção, espelham realmente o que me vai na alma, no coração e no cérebro. Contudo, como bom brasileiro, e homem de equipe, submeter-me-ei à decisão dêste Egrégio Conselho, e a cumprirei fielmente.----------

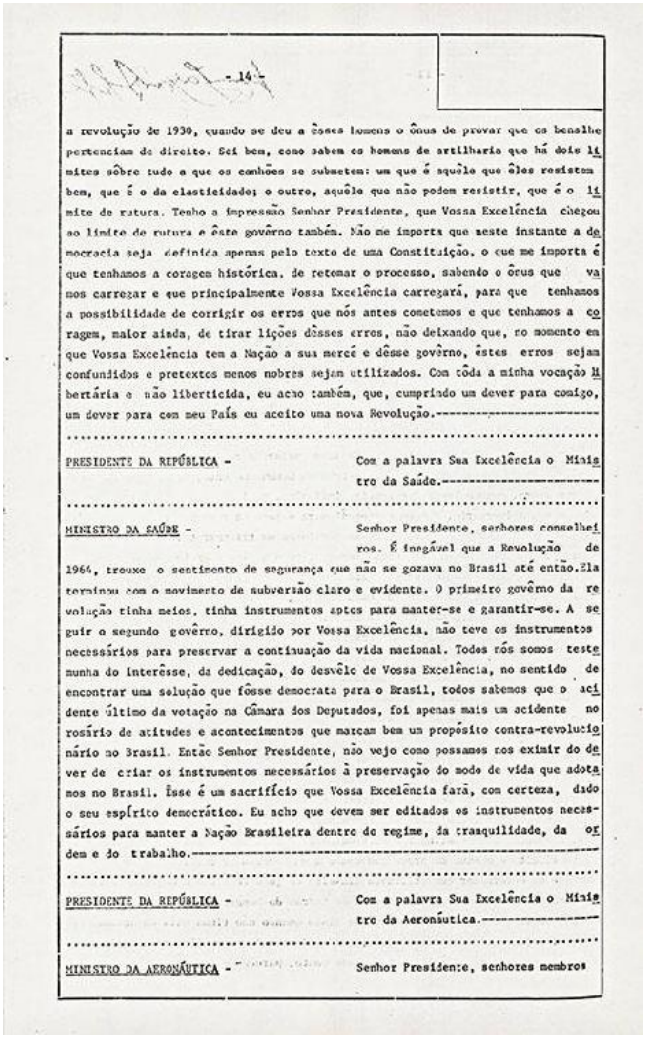
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro do Trabalho.----------

MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - Senhor Presidente, não entendo propriamente nas sábias e judiciosas palavras do ilustre Senhor Vice-Presidente da República uma discordância irremovível com a

- 13 -

decisão de uma retomada da Revolução. Parece-me até que Sua Excelência se referiu que os instrumentos de institucionalização da Revolução de março de 1964, não poderiam agora abrigar um ato que na verdade representassem um retrocesso e os desfigurassem. Mas Sua Excelência falou claramente, também, na sua bela oração, na possibilidade da retomada da Revolução. Desgraçadamente, fazendo um paralelo com Regis Debray, que usou o título "A Revolução dentro da Revolução", parece que Sua Excelência sente igualmente, porque o enfatizou, que estamos diante de uma contingência, de uma contingência imperativa, que implica, portanto, na necessidade da retomada da Revolução, como contingência do momento histórico nacional. Porisso, suponho de minha parte, Senhor Presidente, muito interessante que o Conselho considere a possibilidade de compatibilizar as restrições, que me parecem como sendo mais da forma que de substância, que oferece o Senhor Vice-Presidente em seu pensamento, com o nosso quando se admite uma nova Revolução, para ir direto às origens da primeira. Não se trata, talvez, de vestir uma roupa usada e sim de fazer um novo figurino. De minha parte, Senhor Presidente, quero, já que estamos em uma sessão histórica, me referir às vezes que ouvi de Vossa Excelência, não só coletivamente, como individualmente, em despacho, palavras remarcadas de absoluta sinceridade, pois Vossa Excelência não estava em nenhum momento, sendo menos sincero do que agora, quando Vossa Excelência, inclusive, aqui mesmo, neste Palácio, no dia de seu aniversário, chamou a atenção para o peso da responsabilidade da ditadura sôbre os ombros dos homens, mesmo que fôsse um triunvirato, que fôsse um colegiado. Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim, e creio que a todos os membros dêste Conselho, enveredar para o caminho da ditadura pura e simples, mas parece claramente, que é ela que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso do que o próprio Ministro das Relações Exteriores, quando diz que não sabe se o que resta caracteriza a nossa ordem jurídica como sendo ditatorial, eu admitiria que ela é ditatorial. Mas, Senhor Presidente, ignoro todos os escrúpulos de consciência. Quando nós encontramos a necessidade de tomar uma decisão fundamental, tudo aquilo que é fundamental em situações normais, passa a ser secundário em situações anormais. Eu creio que nós estamos aqui fazendo uma penitência, que foi o da autolimitação, que foi o açodamento que a Revolução de março de 1964 se impôs. O meu caso, no Pará, como Governador de Estado, Governador que surgiu com a Revolução (não me parece que aqui haja caso similar, pois que eu saí do Quartel direto para o cumprimento dessas obrigações) é ilustrativo, sendo que não vou me demorar na sua análise. Claro, em um determinado aspecto, do que aqui se contém neste Ato, a questão que me atingiria mais de perto seria, por exemplo, o do enriquecimento ilícito e o ônus de prova que coube a um Governador revolucionário de provar que um Governador que utilizava dinheiro do jôgo do bicho e negócios escusos de marcações mentirosas, de movimento de terras do Departamento de Estradas de Rodagem, repito, coube a mim fazer prova disso quando não tinha mais capacidade de provar. Vejo, com uma certa alegria, que aqui se fala em confiscar os bens daqueles que enriqueceram ilìcitamente. Nesse ponto, parece-me que se deveria repetir

Departamento de Imprensa Nacional



- 14 -

a revolução de 1930, quando se deu a êsses homens o ônus de provar que os benefícios pertenciam de direito. Sei bem, como sabem os homens de artilharia que há dois limites sôbre tudo a que os canhões se submetem: um que é aquêle que êles resistem bem, que é o da elasticidade; o outro, aquêle que não podem resistir, que é o limite de ruptura. Tenho a impressão Senhor Presidente, que Vossa Excelência chegou ao limite de ruptura e êste govêrno também. Não me importa que neste instante a democracia seja definida apenas pelo texto de uma Constituição, o que me importa é que tenhamos a coragem histórica, de retomar o processo, sabendo o ônus que vamos carregar e que principalmente Vossa Excelência carregará, para que tenhamos a possibilidade de corrigir os erros que nós antes cometemos e que tenhamos a coragem, maior ainda, de tirar lições dêsses erros, não deixando que, no momento em que Vossa Excelência tem a Nação a sua mercê e dêsse govêrno, êstes erros sejam confundidos e pretextos menos nobres sejam utilizados. Com tôda a minha vocação libertária e não liberticida, eu acho também, que, cumprido um dever para comigo, um dever para com meu País eu aceito uma nova Revolução.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro da Saúde.----------

.....

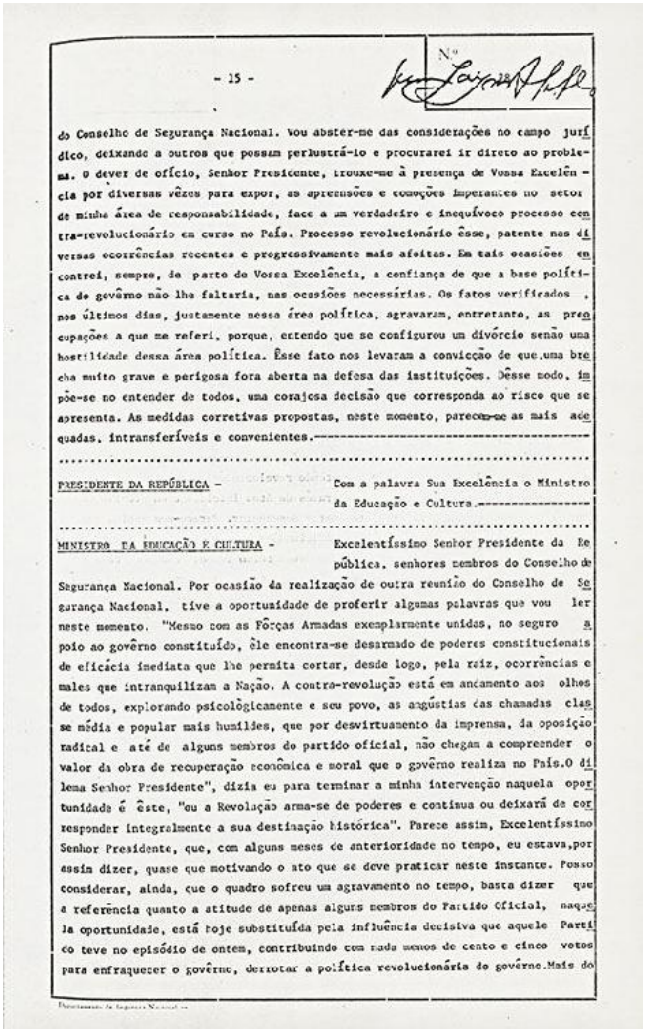
MINISTRO DA SAÚDE - Senhor Presidente, senhores conselheiros. É inegável que a Revolução de 1964, trouxe o sentimento de segurança que não se gozava no Brasil até então. Ela terminou com o movimento de subversão claro e evidente. O primeiro govêrno da revolução tinha meios, tinha instrumentos aptos para manter-se e garantir-se. A seguir o segundo govêrno, dirigido por Vossa Excelência, não teve os instrumentos necessários para preservar a continuação da vida nacional. Todos nós somos testemunha do interêsse, da dedicação, do desvêlo de Vossa Excelência, no sentido de encontrar uma solução que fôsse democrata para o Brasil, todos sabemos que o acidente último da votação na Câmara dos Deputados, foi apenas mais um acidente no rosário de atitudes e acontecimentos que marcam bem um propósito contra-revolucionário no Brasil. Então Senhor Presidente, não vejo como possamos nos eximir do dever de criar os instrumentos necessários à preservação do modo de vida que adotamos no Brasil. Êsse é um sacrifício que Vossa Excelência fará, com certeza, dado o seu espírito democrático. Eu acho que devem ser editados os instrumentos necessários para manter a Nação Brasileira dentro do regime, da tranquilidade, da ordem e do trabalho.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro da Aeronáutica.----------

.....

MINISTRO DA AERONÁUTICA - Senhor Presidente, senhores membros



do Conselho de Segurança Nacional. Vou abster-me das considerações no campo jurídico, deixando a outros que possam perlustrá-lo e procurarei ir direto ao problema. O dever de ofício, Senhor Presidente, trouxe-me à presença de Vossa Excelência por diversas vêzes para expor, as apreensões e convicções imperantes no setor de minha área de responsabilidade, face a um verdadeiro e inequívoco processo contra-revolucionário em curso no País. Processo revolucionário êsse, patente nas diversas ocorrências recentes e progressivamente mais afeitas. Em tais ocasiões encontrei, sempre, da parte de Vossa Excelência, a confiança de que a base política de govêrno não lhe faltaria, nas ocasiões necessárias. Os fatos verificados, nos últimos dias, justamente nessa área política, agravaram, entretanto, as preocupações a que me referi, porque, entendo que se configurou um divórcio senão uma hostilidade dessa área política. Êsse fato nos levaram a convicção de que uma brecha muito grave e perigosa fora aberta na defesa das instituições. Dêsse modo, impõe-se no entender de todos, uma corajosa decisão que corresponda ao risco que se apresenta. As medidas corretivas propostas, neste momento, parecem-se as mais adequadas, intransferíveis e convenientes.----------

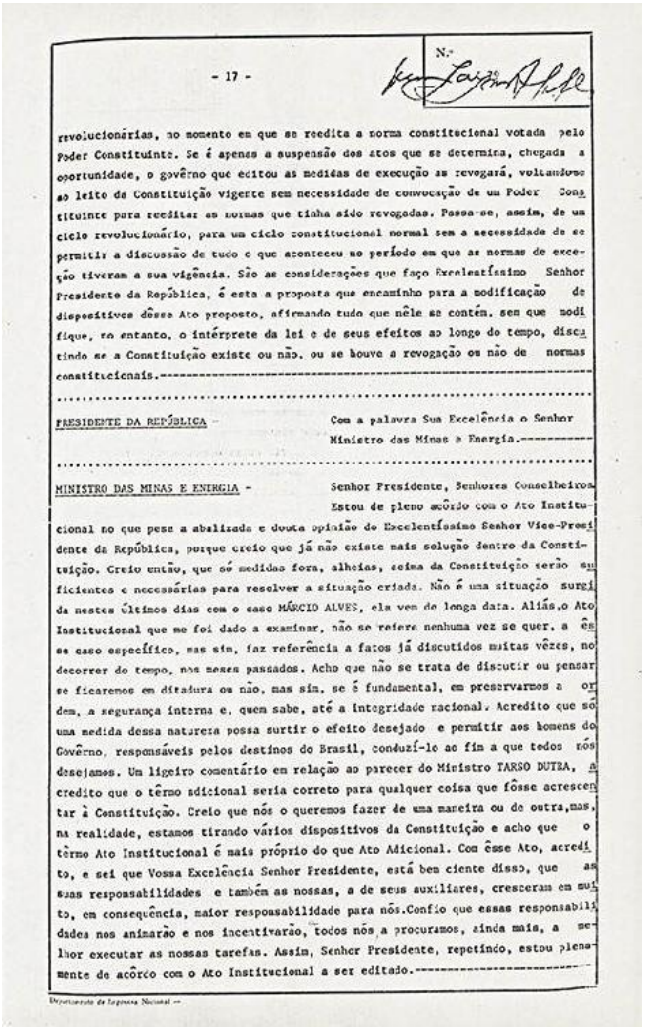
.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura.----------

.....

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Por ocasião da realização de outra reunião do Conselho de Segurança Nacional, tive a oportunidade de proferir algumas palavras que vou ler neste momento. "Mesmo com as Fôrças Armadas exemplarmente unidas, no seguro apoio ao govêrno constituído, êle encontra-se desarmado de poderes constitucionais de eficácia imediata que lhe permita cortar, desde logo, pela raiz, ocorrências e males que intranquilizam a Nação. A contra-revolução está em andamento aos olhos de todos, explorando psicològicamente e seu povo, as angústias das chamadas classe média e popular mais humildes, que por desvirtuamento da imprensa, da oposição radical e até de alguns membros do partido oficial, não chegam a compreender o valor da obra de recuperação econômica e moral que o govêrno realiza no País. O dilema Senhor Presidente", dizia eu para terminar a minha intervenção naquela oportunidade é êste, "ou a Revolução arma-se de poderes e continua ou deixará de corresponder integralmente a sua destinação histórica". Parece assim, Excelentíssimo Senhor Presidente, que, com alguns meses de anterioridade no tempo, eu estava, por assim dizer, quase que motivando o ato que se deve praticar neste instante. Posso considerar, ainda, que o quadro sofreu um agravamento no tempo, basta dizer que a referência quanto a atitude de apenas alguns membros do Partido Oficial, naquela oportunidade, está hoje substituída pela influência decisiva que aquele Partido teve no episódio de ontem, contribuindo com nada menos de cento e cinco votos para enfraquecer o govêrno, derrotar a política revolucionária do govêrno. Mais do

que nunca impôs-se, portanto, a edição de um nôvo Ato que tenha o sentido que :i ver ou institua nova Revolução ou prossiga na revolução que está em andamento.Que ro, neste particular, depois de declarar que estou inteiramente solidário com Vos sa Excelência, não só como Chefe do Govêrno, mas como intérprete e executor do pro cesso revolucionário brasileiro. Declaro ainda, que não assisto totalmente com as ponderações formuladas pelo ilustre Vice-Presidente da República. Antes eu procu ro, no estudo da apresentação formal dêste Ato, encontrar um desajuste entre a motivação com que êle se apresenta e a designação técnica que se lhe dá. Vejo,por exemplo, neste documento, que êle timbra em afirmar a sobrevivência do processo revolucionário. Não se diz que a Revolução foi, mas que ela é e continuará a ser. É uma das considerações invocadas para o édito revolucionário que Vossa Excelência expedirá. Em outro ponto é declarado, que o processo revolucionário está em de senvolvimento e não pode ser detido e que é necessário enfrentar aqueles que es tão servindo de meio para enfrentar, combater e destruir a Revolução. Trata-se portanto, no meu entender, e é êste um aspecto talvez formal na apreciação da ma téria, que não há propriedade para a designação de Ato Institucional. Êsse Ato não vai instituir nenhuma Revolução, êle vai apenas, nesse sentido, aditando nor mas com maior afirmação, acentuar o conteúdo revolucionário no sistema que a pri meira etapa da Revolução instituiu, através de Atos iniciais e da própria Consti tuição de 1967, na qual, aqueles atos foram desembocar. Parece-nos assim, que a conceituação que se deve dar é de Ato Adicional e não Ato Institucional, inclusi ve, pela transitoriedade que essas normas devem ter no tempo, pois que, todo o pro cesso revolucionário é por natureza, limitado no tempo.Na oportunidade em que êle já tenha cumprido tôda a sua finalidade, a ordem de exceção então estabelecida,de ve ser substituída pelo regresso às normas constitucionais formalmente vetadas pe lo Poder a quem cabe editá-las. É exatamente como conclusão dessas declarações que eu me permitiria dar ao nôvo Ato a ser distribuído pelo govêrno, o conteúdo de um Ato Transitório, que apenas suspende dispositivos da Constituição vigente. Nesse particular, nós não precisaríamos examinar com mais profundidade as razões invocadas pelo ilustre Senhor Vice-Presidente da República, que no último artigo do Ato, em vez de se dizer que as disposições constitucionais ficam revogadas, po der-se-ia dizer que elas ficam suspensas. Suspender as disposições constitucionais ou legais em contrário não havendo, portanto, necessidade de afirmar a existência da Constituição ou a sua revogação. O próprio artigo 1º poderia ser suprimido.Não se diria que a Constituição é mantida, apenas altera-se a sistemática constitu - cional existente, suspendendo aquelas normas que não são convenientes ao desenvol vimento do processo revolucionário autêntico. O Ato produziria todos os efeitos que dêle se deseja sem termos a discussão em tôrno da existência ou não da Cons tituição e sem o conteúdo revogatório das medidas que são propostas. Há um outro sentido. há uma outra conveniência também, da maior profundidade que é a de se e vitar no tempo, quando se encerrar a vigência do nôvo Ato de exceção, o histórico ajuste de contas que sempre fazem todos aqueles que são atingidos pelas medidas



N.º

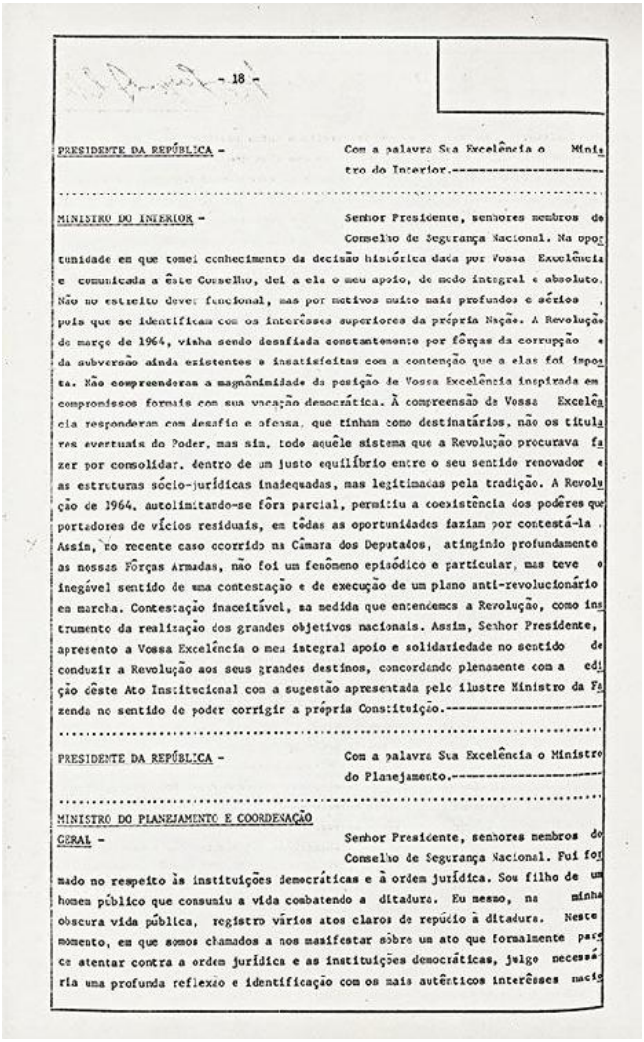
revolucionárias, no momento em que se reedita a norma constitucional votada pelo Poder Constituinte. Se é apenas a suspensão dos atos que se determina, chegada a oportunidade, o govêrno que editou as medidas de execução as revogará, voltando-se ao leito da Constituição vigente sem necessidade de convocação de um Poder Constituinte para reeditar as normas que tinha sido revogadas. Passa-se, assim, de um ciclo revolucionário, para um ciclo constitucional normal sem a necessidade de se permitir a discussão de tudo o que aconteceu no período em que as normas de exceção tiveram a sua vigência. São as considerações que faço Excelentíssimo Senhor Presidente da República, é esta a proposta que encaminho para a modificação de dispositivos dêsse Ato proposto, afirmando tudo que nêle se contém, sem que modifique, no entanto, o intérprete da lei e de seus efeitos ao longe do tempo, discutindo se a Constituição existe ou não, ou se houve a revogação ou não de normas constitucionais.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor Ministro das Minas e Energia.----------

.....

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Estou de pleno acôrdo com o Ato Institucional no que pese a abalizada e douta opinião do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, porque creio que já não existe mais solução dentro da Constituição. Creio então, que só medidas fora, alheias, acima da Constituição serão suficientes e necessárias para resolver a situação criada. Não é uma situação surgida nestes últimos dias com o caso MÁRCIO ALVES, ela vem de longa data. Aliás,o Ato Institucional que me foi dado a examinar, não se refere nenhuma vez se quer, a êste caso específico, mas sim, faz referência a fatos já discutidos muitas vêzes, no decorrer do tempo, nos meses passados. Acho que não se trata de discutir ou pensar se ficaremos em ditadura ou não, mas sim, se é fundamental, em preservarmos a ordem, a segurança interna e, quem sabe, até a integridade nacional. Acredito que só uma medida dessa natureza possa surtir o efeito desejado e permitir aos homens do Govêrno, responsáveis pelos destinos do Brasil, conduzí-lo ao fim a que todos nós desejamos. Um ligeiro comentário em relação ao parecer do Ministro TARSO DUTRA, acredito que o têrmo adicional seria correto para qualquer coisa que fôsse acrescentar à Constituição. Creio que nós o queremos fazer de uma maneira ou de outra,mas, na realidade, estamos tirando vários dispositivos da Constituição e acho que o têrmo Ato Institucional é mais próprio do que Ato Adicional. Com êsse Ato, acredito, e sei que Vossa Excelência Senhor Presidente, está bem ciente disso, que as suas responsabilidades e também as nossas, a de seus auxiliares, cresceram em muito, em consequência, maior responsabilidade para nós.Confio que essas responsabilidades nos animarão e nos incentivarão, todos nós a procuramos, ainda mais, a melhor executar as nossas tarefas. Assim, Senhor Presidente, repetindo, estou plenamente de acôrdo com o Ato Institucional a ser editado.----------



PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro do Interior.----------

.....

MINISTRO DO INTERIOR - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Na oportunidade em que tomei conhecimento da decisão histórica dada por Vossa Excelência e comunicada a êste Conselho, dei a ela o meu apoio, de modo integral e absoluto. Não no estrito dever funcional, mas por motivos muito mais profundos e sérios, pois que se identificam com os interêsses superiores da própria Nação. A Revolução de março de 1964, vinha sendo desafiada constantemente por fôrças da corrupção e da subversão ainda existentes e insatisfeitas com a contenção que a elas foi imposta. Não compreenderam a magnânimidade da posição de Vossa Excelência inspirada em compromissos formais com sua vocação democrática. À compreensão de Vossa Excelência responderam com desafio e afronta, que tinham como destinatários, não os titulares eventuais do Poder, mas sim, todo aquêle sistema que a Revolução procurava fazer por consolidar, dentro de um justo equilíbrio entre o seu sentido renovador e as estruturas sócio-jurídicas inadequadas, mas legitimadas pela tradição. A Revolução de 1964, autolimitando-se fôra parcial, permitiu a coexistência dos podêres que portadores de vícios residuais, em tôdas as oportunidades faziam por contestá-la. Assim, no recente caso ocorrido na Câmara dos Deputados, atingindo profundamente as nossas Fôrças Armadas, não foi um fenômeno episódico e particular, mas teve o inegável sentido de uma contestação e de execução de um plano anti-revolucionário em marcha. Contestação inaceitável, na medida que entendemos a Revolução, como instrumento da realização dos grandes objetivos nacionais. Assim, Senhor Presidente, apresento a Vossa Excelência o meu integral apoio e solidariedade no sentido de conduzir a Revolução aos seus grandes destinos, concordando plenamente com a edição dêste Ato Institucional com a sugestão apresentada pelo ilustre Ministro da Fazenda no sentido de poder corrigir a própria Constituição.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro do Planejamento.----------

.....

MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Fui formado no respeito às instituições democráticas e à ordem jurídica. Sou filho de um homem público que consumiu a vida combatendo a ditadura. Eu mesmo, na minha obscura vida pública, registro vários atos claros de repúdio à ditadura. Neste momento, em que somos chamados a nos manifestar sôbre um ato que formalmente parece atentar contra a ordem jurídica e as instituições democráticas, julgo necessária uma profunda reflexão e identificação com os mais autênticos interêsses naci-

N.º

mais. Feita essa reflexão, a conclusão a que cheguei, Senhor Presidente, é a seguinte: não pode haver nenhum argumento formal, nenhuma consideração de ordem abstrata, que justifique a implantação da desordem neste País ou a interrupção de um processo de desenvolvimento que foi pensosamente retomado a partir de 1964, justamente depois de um período em que a ordem jurídica e o respeito às instituições estavam "formalmente" assegurados, mas, na verdade, a ordem e a tranqüilidade públicas estavam substancialmente afetadas e comprometidas; período que registrou um perigoso colapso em nosso processo de desenvolvimento, fazendo com que a taxa de crescimento anual caísse, em dois anos, de 7,3% para 1,6%. Neste momento, nenhuma consideração de ordem puramente formal nos deve afastar, e, sobretudo, a Vossa Excelência, da responsabilidade de assegurar neste País, a ordem e a tranqüilidade para o trabalho e para o desenvolvimento. Ora, nós ouvimos hoje, nesta mesa, os responsáveis pela Segurança Nacional; e êles nos vieram dizer que "estão perdendo as condições para assegurar a ordem neste País". Creio, Senhor Presidente, que qualquer motivação de ordem pessoal, qualquer que seja a nossa formação pessoal, qualquer respeito que tenhamos pela ordem democrática e pelas instituições (e Vossa Excelência tem demonstrado, em todos os momentos, o seu respeito e a sua preocupação por elas) nada disso nos deve eximir, neste momento, de apoiar a decisão que Vossa Excelência venha a tomar, na oportunidade em que é convocado para restabelecer a ordem e preservar uma revolução que deve continuar. Não se trata, realmente, de assumir a responsabilidade de uma ditadura, porque só existirá ditadura na medida em que os podêres excepcionais que estão sendo concedidos ao govêrno forem usados arbitrariamente. Penso que a medida que fôr tomada esta noite vai exigir de todos nós muita ponderação, muito equilíbrio, muita moderação, muita austeridade, muito cuidado na execução. É na execução dela que se revelará ou não o conteúdo antidemocrático, ditatorial ou arbitrário. Êsses podêres Senhor Presidente, só deverão ser usados por nós, na medida em que se justifiquem para a preservação da Revolução; nem um milímetro a mais. Nunca deverão ser usados para retirar a liberdade de um inocente, daquele que nada tem a ver com a subversão e a contra-revolução. Êstes cuidados devemos ter. Por outro lado, é preciso que Vossa Excelência se sinta inteiramente livre para exigir de todos nós mais eficiência, mais austeridade, mais criação, mais rigor; e que possa avaliar, inclusive, a competência de cada um de nós, para fazer as modificações que bem entender, no seu govêrno, no momento em que a opinião pública vai exigir muito mais, não tenhamos a menor dúvida. É o que eu queria dizer.----------

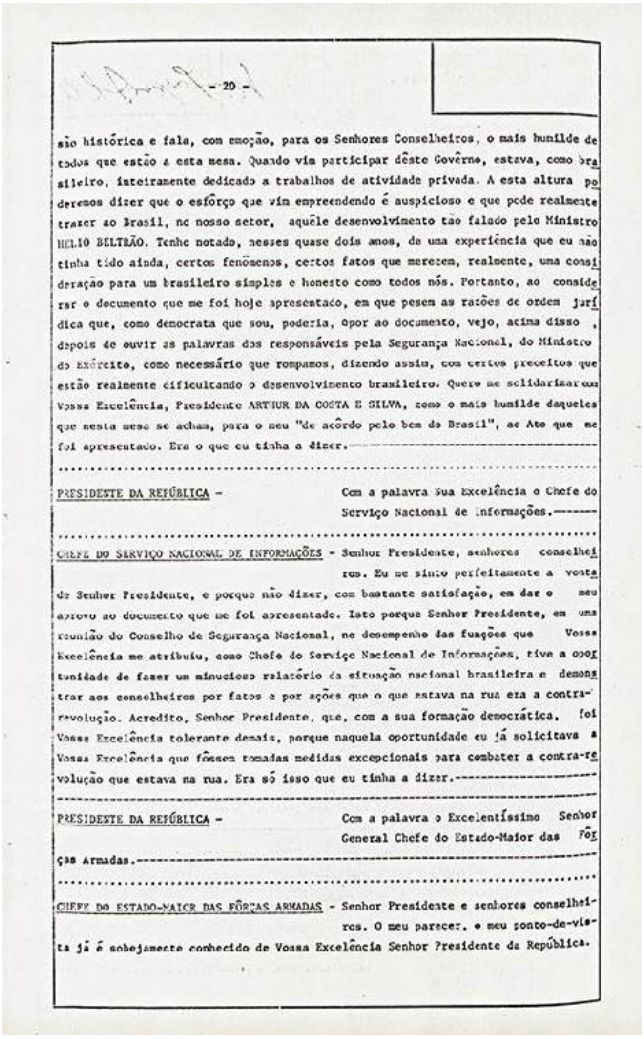
.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro das Comunicações.----------

.....

MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES - Excelentíssimo Senhor Presidente, senhores conselheiros. Aqui estamos reunidos para uma deci

Departamento de Imprensa Nacional



são histórica e fala, com emoção, para os Senhores Conselheiros, o mais humilde de todos que estão à esta mesa. Quando vim participar dêste Govêrno, estava, como brasileiro, inteiramente dedicado a trabalhos de atividade privada. A esta altura podemos dizer que o esfôrço que vim empreendendo é auspicioso e que pode realmente trazer ao Brasil, no nosso setor, aquêle desenvolvimento tão falado pelo Ministro HELIO BELTRÃO. Tenho notado, nesses quase dois anos, de uma experiência que eu não tinha tido ainda, certos fenômenos, certos fatos que merecem, realmente, uma consideração para um brasileiro simples e honesto como todos nós. Portanto, ao considerar o documento que me foi hoje apresentado, em que pesem as ratões de ordem jurídica que, como democrata que sou, poderia, opor ao documento, vejo, acima disso, depois de ouvir as palavras das responsáveis pela Segurança Nacional, do Ministro do Exército, como necessário que rompamos, dizendo assim, com certos preceitos que estão realmente dificultando o desenvolvimento brasileiro. Quero me solidarizar com Vossa Excelência, Presidente ARTHUR DA COSTA E SILVA, como o mais humilde daqueles que nesta mesa se acham, para o meu "de acôrdo pelo bem do Brasil", ao Ato que me foi apresentado. Era o que eu tinha a dizer.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Chefe do Serviço Nacional de Informações.-------

.....

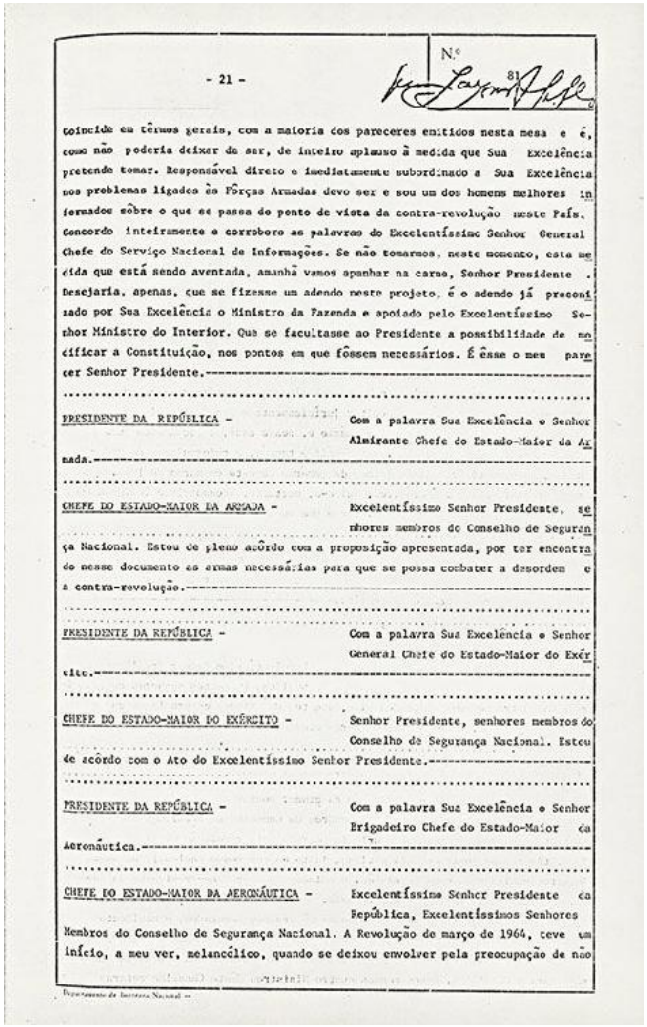
CHEFE DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - Senhor Presidente, senhores conselheiros. Eu me sinto perfeitamente a vontade Senhor Presidente, e porque não dizer, com bastante satisfação, em dar o meu aprovo ao documento que me foi apresentado. Isto porque Senhor Presidente, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho das funções que Vossa Excelência me atribuiu, como Chefe do Serviço Nacional de Informações, tive a oportunidade de fazer um minucioso relatório da situação nacional brasileira e demonstrar aos conselheiros por fatos e por ações que o que estava na rua era a contra-revolução. Acredito, Senhor Presidente, que, com a sua formação democrática, foi Vossa Excelência tolerante demais, porque naquela oportunidade eu já solicitava a Vossa Excelência que fôssem tomadas medidas excepcionais para combater a contra-revolução que estava na rua. Era só isso que eu tinha a dizer.----------

---

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra o Excelentíssimo Senhor General Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas.----------

.....

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS - Senhor Presidente e senhores conselheiros. O meu parecer, e meu ponto-de-vista já é sobejamente conhecido de Vossa Excelência Senhor Presidente da República.



Nº 81

coincide em têrmos gerais, com a maioria dos pareceres emitidos nesta mesa e é, como não poderia deixar de ser, de inteiro aplauso à medida que Sua Excelência pretende tomar. Responsável direto e imediatamente subordinado a Sua Excelência nos problemas ligados às Fôrças Armadas devo ser e sou um dos homens melhores informados sôbre o que se passa do ponto de vista da contra-revolução neste País, concordo inteiramente e corroboro as palavras do Excelentíssimo Senhor General Chefe do Serviço Nacional de Informações. Se não tomarmos, neste momento, esta medida que está sendo aventada, amanhã vamos apanhar na carne, Senhor Presidente. Desejaria, apenas, que se fizesse um adendo neste projeto, é o adendo já preconizado por Sua Excelência o Ministro da Fazenda e apoiado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior. Que se facultasse ao Presidente a possibilidade de modificar a Constituição, nos pontos em que fôssem necessários. É êsse o meu parecer Senhor Presidente.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.----------

.....

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA - Excelentíssimo Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Estou de pleno acôrdo com a proposição apresentada, por ter encontrado nesse documento as armas necessárias para que se possa combater a desordem e a contra-revolução.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército.----------

.....

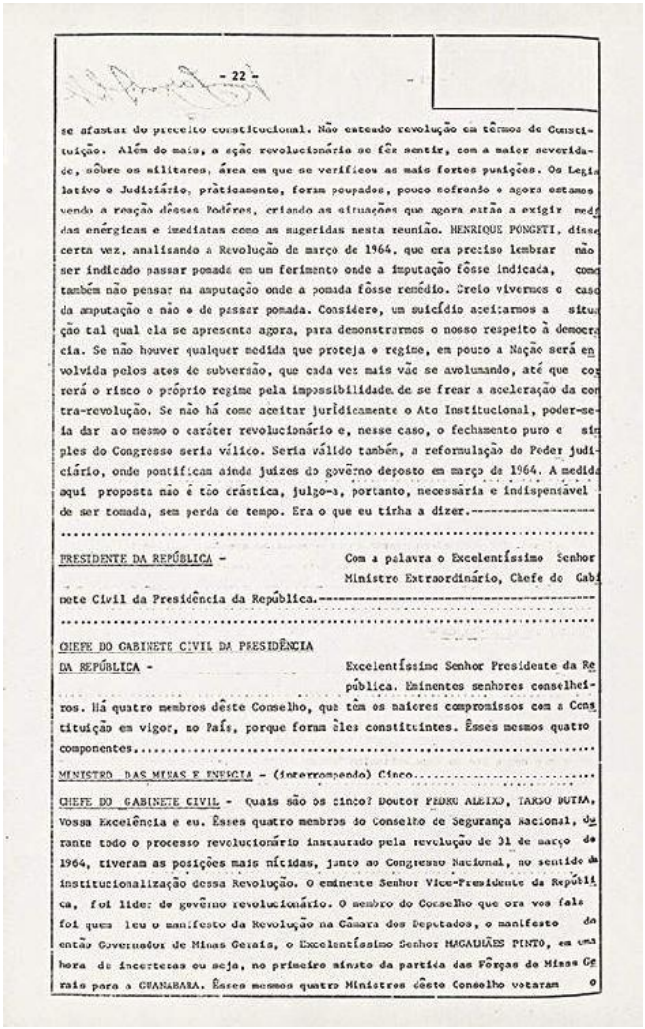
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Estou de acôrdo com o Ato do Excelentíssimo Senhor Presidente.----------

.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor Brigadeiro Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.----------

.....

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional. A Revolução de março de 1964, teve um início, a meu ver, melancólico, quando se deixou envolver pela preocupação de não



se afastar do preceito constitucional. Não estando revolução em têrmos de Constituição. Além do mais, a ação revolucionária se fêz sentir, com a maior severidade, sôbre os militares, área em que se verificou as mais fortes punições. Os Legislativo e Judiciário, praticamente, foram poupados, pouco sofrendo e agora estamos vendo a reação dêsses Podêres, criando as situações que agora estão a exigir medidas enérgicas e imediatas como as sugeridas nesta reunião. HENRIQUE PONGETI, disse certa vez, analisando a Revolução de março de 1964, que era preciso lembrar não ser indicado passar pomada em um ferimento onde a imputação fôsse indicada, como também não pensar na amputação onde a pomada fôsse remédio. Creio vivemos o caso da amputação e não o de passar pomada. Considero, um suicídio aceitarmos a situação tal qual ela se apresenta agora, para demonstrarmos o nosso respeito à democracia. Se não houver qualquer medida que proteja o regime, em pouco a Nação será envolvida pelos atos de subversão, que cada vez mais vão se avolumando, até que correrá o risco o próprio regime pela impossibilidade de se frear a aceleração da contra-revolução. Se não há como aceitar juridicamente o Ato Institucional, poder-se-ia dar ao mesmo o caráter revolucionário e, nesse caso, o fechamento puro e simples do Congresso seria válido. Seria válido também, a reformulação do Poder judiciário, onde pontificam ainda juízes do govêrno deposto em março de 1964. A medida aqui proposta não é tão crástica, julgo-a, portanto, necessária e indispensável de ser tomada, sem perda de tempo. Era o que eu tinha a dizer.----------

.....

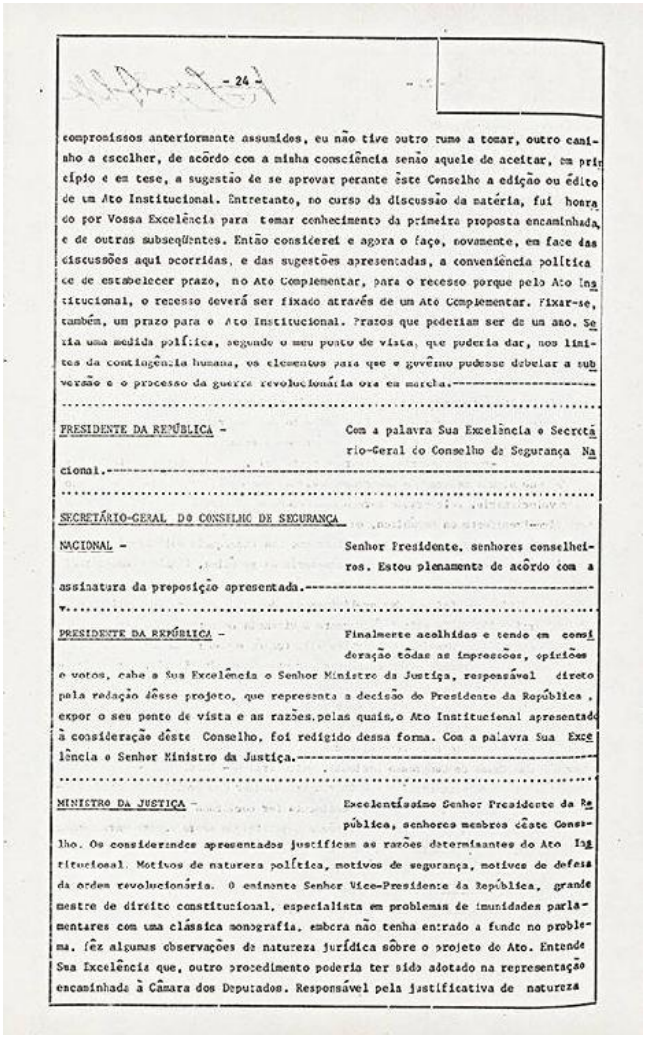
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Ministro Extraordinário, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.----------

.....

CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Eminentes senhores conselheiros. Há quatro membros dêste Conselho, que têm os maiores compromissos com a Constituição em vigor, no País, porque foram êles constituintes. Êsses mesmos quatro componentes.....

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - (interrompendo) Cinco.....

CHEFE DO GABINETE CIVIL - Quais são os cinco? Doutor PEDRO ALEIXO, TARSO DUTRA, Vossa Excelência e eu. Êsses quatro membros do Conselho de Segurança Nacional, durante todo o processo revolucionário instaurado pela revolução de 31 de março de 1964, tiveram as posições mais nítidas, junto ao Congresso Nacional, no sentido da institucionalização dessa Revolução. O eminente Senhor Vice-Presidente da República, foi líder de govêrno revolucionário. O membro do Conselho que ora vos fala foi quem leu o manifesto da Revolução na Câmara dos Deputados, o manifesto do então Governador de Minas Gerais, o Excelentíssimo Senhor MAGALHÃES PINTO, em uma hora de incertezas ou seja, no primeiro minuto da partida das Fôrças de Minas Gerais para a GUANABARA. Êsses mesmos quatro Ministros dêste Conselho votaram o



compromissos anteriormente assumidos, eu não tive outro rumo a tomar, outro caminho a escolher, de acôrdo com a minha consciência senão aquele de aceitar, em princípio e em tese, a sugestão de se aprovar perante êste Conselho a edição ou édito de um Ato Institucional. Entretanto, no curso da discussão da matéria, fui honrado por Vossa Excelência para tomar conhecimento da primeira proposta encaminhada e de outras subseqüentes. Então considerei e agora o faço, novamente, em face das discussões aqui ocorridas, e das sugestões apresentadas, a conveniência política de estabelecer prazo, no Ato Complementar, para o recesso porque pelo Ato Institucional, o recesso deverá ser fixado através de um Ato Complementar. Fixar-se, também, um prazo para o Ato Institucional. Prazos que poderiam ser de um ano. Seria uma medida política, segundo o meu ponto de vista, que poderia dar, nos limites da contingência humana, os elementos para que o govêrno pudesse debelar a subversão e o processo da guerra revolucionária ora em marcha.----------

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.----------

SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - Senhor Presidente, senhores conselheiros. Estou plenamente de acôrdo com a assinatura da proposição apresentada.----------

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Finalmente acolhidas e tendo em consideração tôdas as impressões, opiniões e votos, cabe a Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça, responsável direto pela redação dêsse projeto, que representa a decisão do Presidente da República, expor o seu ponto de vista e as razões pelas quais o Ato Institucional apresentado à consideração dêste Conselho, foi redigido dessa forma. Com a palavra Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça.----------

MINISTRO DA JUSTIÇA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República, senhores membros dêste Conselho. Os considerandos apresentados justificam as razões determinantes do Ato Institucional. Motivos de natureza política, motivos de segurança, motivos de defesa da ordem revolucionária. O eminente Senhor Vice-Presidente da República, grande mestre de direito constitucional, especialista em problemas de imunidades parlamentares com uma clássica monografia, embora não tenha entrado a fundo no problema, fêz algumas observações de natureza jurídica sôbre o projeto do Ato. Entende Sua Excelência que, outro procedimento poderia ter sido adotado na representação encaminhada à Câmara dos Deputados. Responsável pela justificativa de natureza

- 23 -

Nº

jurídica da decisão adotada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, cujas ordens estava cumprindo, foi eu quem encaminhou a representação ao Senhor Procurador Geral da República e nesta oportunidade reafirmo meu ponto de vista, e eminente Vice-Presidente PEDRO ALEIXO, que, pelo texto constitucional, a representação do Poder Executivo tem todo o seu fundamento. Vossa Excelência observa, reiteradamente, de que a minuta do Ato Institucional apresentada à apreciação deste Conselho, praticamente nada deixa da Constituição, mais uma vez lamento divergir de Vossa Excelência porque lendo-se o Ato, até mesmo na matéria do estado de sítio, os preceitos constitucionais são respeitados. Há um sem número de normas, da própria Constituição que são mantidas. Fala Vossa Excelência que se estabelece uma ditadura, também, não acredite que se estabeleça uma ditadura, porque não se dá a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, um poder discricionário que é a nota qualitativa dos regimes ditatoriais, investe-se sim, Sua Excelência, de poderes necessários, que por assim dizer, se tornaram tradicionais apesar de tão certo os prazos de existência, pois que nasceram na Revolução de março de 1964. A atual Constituição não correspondeu às necessidades revolucionárias. A subversão que surgiu nos mais variados setores e atingiu, também, o Congresso Nacional, o que não posso entender senão como ato de autêntica subversão contra o regime, o comportamento da Câmara dos Deputados, em particular, do Partido que deveria apoiar o govêrno e que se quiz até chamar de "Partido da Revolução", na apreciação do pedido de licença para processar um dos seus pares. A subversão está nas ruas, os senhores Ministros responsáveis pelas Pastas Militares, os eminentes Chefes dos Estados-Maiores aqui presentes, o Senhor Chefe do Serviço Nacional de Informações declararam, inequivocamente, o grande risco que corre a Nação. A Revolução foi feita exatamente, tendo como um dos seus pontos fundamentais, impedir a subversão e assegurar a ordem democrática. Se essa ordem democrática corre risco, outra razão não existe se não nos socorrermos dos instrumentos revolucionários adequados para que possamos restaurar a verdadeira democracia, autêntica democracia que é o desejo de todos nós. Porque outra coisa não desejamos senão isso. Em despachos com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, por várias vêzes, tivemos oportunidade de tratar dêsse assunto e quero, mais uma vez, declarar o empenho do ilustre Chefe da Nação em manter, a qualquer preço, a ordem constitucional implantada pela Constituição de 24 de janeiro de 1967. Ocorre, porém, que essa Constituição não correspondeu fazendo-se necessário instrumentos mais rígidos. Sua Excelência, o Vice-Presidente da República, entendeu que o Estado de Sítio poderia ser a primeira fase. O eminente Ministro RONDON PACHECO, apresentou argumentos que provam amplamente o contrário, embora Sua Excelência tivesse admitido que se o Estado de Sítio falhasse, então deveríamos prosseguir com a adoção dos instrumentos adequados e êsses instrumentos eu não vejo senão esta série de normas de caráter revolucionário, que nós consideramos como sendo a continuidade do processo revolucionário. O Ato Institucional número quatro, ao delegar ao Congresso Nacional a elaboração da nova Constituição estabeleceu pressupostos para a elaboração do próprio texto constitucional, os quais, consta nos considerandos que absor-

Departamento de Imprensa Nacional —

- 26 -

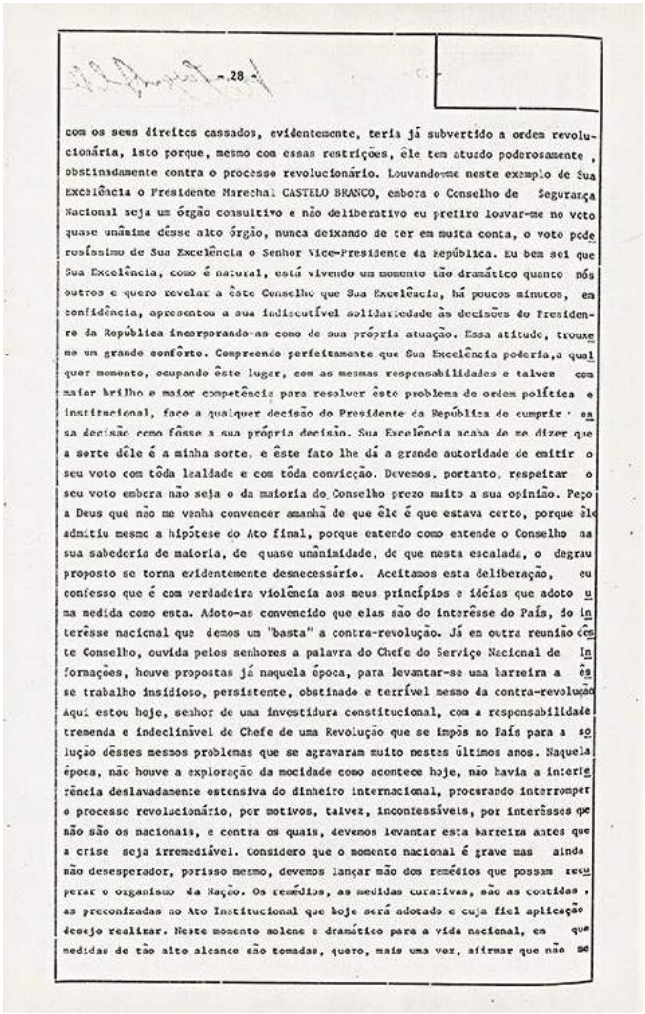
a série de dispositivos dêsse Ato. Não encontramos outro instrumento, dentro dos quadros legais do Brasil, que possa conter a subversão e que possa assegurar a ordem, a paz, a tranquilidade, o progresso e o desenvolvimento cultural e social do País, por essa razão é que nós entendemos plenamente justificado o Ato Institucional proposto como verdadeira medida de salvação nacional. É sem dúvida uma medida revolucionária e verdadeira, mas sem caráter ditatorial, porque a pessoa a quem êsses podêres são confiados, pelo seu passado, pelas suas atitudes, pela sua ponderação, pelo seu equilíbrio e pelo seu patriotismo, saberá dosar e aplicar, nos casos que se tornarem necessários, as medidas que lhe são conferidas. O Senhor Ministro DELFIM NETTO, apoiado pelo Senhor Ministro ALBUQUERQUE e pelo Senhor Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, sugeriram uma emenda ao Ato, dando a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República a possibilidade de emendar a Constituição. Efetivamente foi êsse o nosso pensamento, tanto que redigimos um texto, segundo o qual, sem as limitações constitucionais, poderia o Presidente da República fazer emendas à Constituição, menos aquelas que pudessem, virtualmente, atentar contra a Federação e a República, repetindo assim um ciclo tradicional que vem desde a Constituição de 1891. Estamos de inteiro acôrdo com essa sugestão. O ilustre Ministro JARBAS PASSARINHO, fêz observação quanto ao artigo 8º do Ato. No caso, Senhor Ministro, o parágrafo único dêsse artigo, ao transferir o ônus de prova no caso de enriquecimento ilícito ao acusado, responde precisamente a idéia de Vossa Excelência. O Senhor Ministro TARSO DUTRA, apresentou três observações: a primeira quanto à denominação do Ato. Devo dizer a Vossa Excelência que exatamente era nossa idéia denominar o instrumento de Ato Adicional, todavia, designado o eminente Ministro ROXDOS PACHECO para dar a redação final a ser apresentada a êsse Conselho, Sua Excelência ponderou que, tendo em vista, os princípios e os fundamentos dêste Ato, que eram, na verdade, a continuidade do processo revolucionário, preferível seria que se adotasse a denominação de Ato Institucional. Talvez a denominação de Ato Adicional, Senhor Presidente da República, como chamei Ato Adicional à Constituição, apesar das observações em contrário, fôsse a mais adequada. Não vejo, no entanto, que possa surgir qualquer problema de natureza jurídica pela qualificação que se dê a êsse instrumento revolucionário. Vossa Excelência sugere também, a supressão do artigo 1º, na verdade êsse dispositivo foi colocado, como um preceito inicial do texto, por sugestão do eminente Ministro RONDON PACHECO, dentro da tradição dos Atos Institucionais da Revolução de 1964. Finalmente, refere-se Vossa Excelência ao último artigo, onde efetivamente houve um equívoco, é a expressão "constitucionais" não devia ter constando. O Senhor Ministro RONDON PACHECO, apresentou duas sugestões: primeira, que o prazo de recesso, ao ser decretado, para o Congresso Nacional, Assembléias Legislativas ou Câmaras Municipais, devesse ser fixado prèviamente. Nós entendemos que não, nós entendemos que o prazo do recesso deve ficar, isto sim, ao árbitro do Presidente da República que, no momento que julgar oportuno, convocará o Congresso Nacional para retornar às suas funções constitucionais. Não receiamos de que, porventura, uma atitude como esta, possa ser tida, lá fora, como objeto de entendimentos, ou, para usar

Nº

de expressão um pouco chula, de "cambalacho político", nem de parte do Poder Executivo, nem de parte do Poder Legislativo, se poderia fazer semelhante juízo. Não vejo razões porque se fixar os prazos, quando fica entregue à prudência de Vossa Excelência a sua determinação. Quanto ao se fixar o prazo de duração do próprio Ato Institucional, a experiência demonstrou bem como foi errado ter fixado os prazos no Ato Institucional número hum. Penso e isto é motivo mais do que suficiente para justificar, que êste Ato, outorgado como foi, possa também ser revogado a curto ou a longo prazo. Outros fatos podem suceder-se, mas limitar, no tempo, aquilo que agora se dispõe a fazer para assegurar a continuidade da Revolução de 1964, seria, para nós, com a devida venia, incidir no mesmo êrro praticado no Ato Institucional número hum, quando a Revolução autolimitou-se e a consequência é a autodestruição que estão querendo provocar dentre dela própria. São essas Senhor Presidente da República, as observações que apresento à decisão de Vossa Excelência quanto às sugestões que foram apresentadas.----------

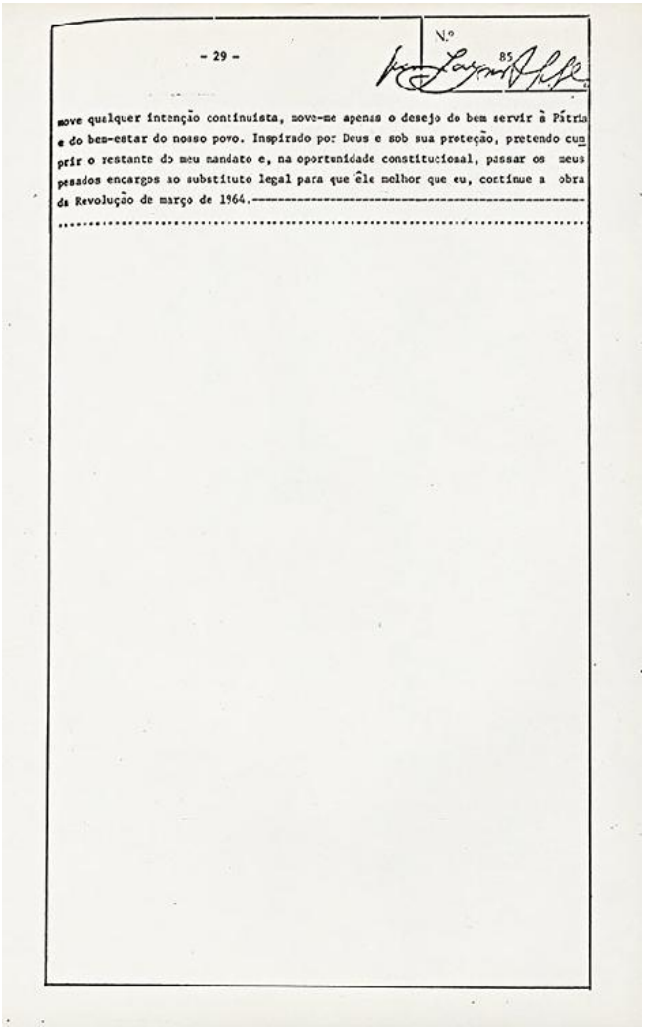
.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com o levantamento dos pareceres, que a cabo de fazer, dos senhores membros dêste Conselho, tenho a impressão de que o Ato Institucional, ora proposto, conta com a aprovação quase unânime dêste Conselho. Evidentemente, houve observações, as quais, considero, apenas, de caráter formal de redação, enfim de pouca influência, no conteúdo, no contexto geral. Sugiro, portanto, que a redação final dêsse Ato, já do conhecimento de todos os membros do Conselho, seja revista por uma Comissão que eu tono a liberdade de agora nomear e que inclui: Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça, Sua Excelência o Ministro Extraordinário Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura, para, fazendo um levantamento das sugestões apresentadas, feita a devida triagem, que se aproveite aquilo que não venha a modificá-lo na essência. São, sem dúvida, ponderáveis as observações de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, que, como jurista e grande parlamentar, vê que damos um passo definitivo, quando talvez pudessemos, na sua opinião, passar por uma fase intermediária; eu, em todo o caso, considero que, dentro do Conselho de Segurança Nacional, devamos, pesando a opinião de cada membro, adotar o voto da maioria. Em determinada ocasião, quando era Ministro da Guerra do então govêrno do Marechal CASTELO BRANCO, apresentei uma representação, sugerindo, pedindo, a cassação do mandato de um homem público do Brasil. Calcado em razões que foram expostas francamente ao Conselho de Segurança Nacional, Sua Excelência, o então Presidente da República submeteu a representação proposta à apreciação de cada membro. Eu me lembro que, ouvindo os pareceres, Sua Excelência escreveu: "sim", "não" " ? " e no final computados os votos chegou à conclusão, eram na ocasião doze os membros do Conselho de Segurança Nacional e êle disse - por dezesseis votos a dois, a representação, de Sua Excelência o Senhor Ministro da Guerra, é aceita pelo Conselho de Segurança Nacional, e decidiu pela cassação dos direitos políticos de um homem que se não estivesse



- 28 -

com os seus direitos cassados, evidentemente, teria já subvertido a ordem revolucionária, isto porque, mesmo com essas restrições, êle tem atuado poderosamente, obstinadamente contra o processo revolucionário. Louvando-me neste exemplo de Sua Excelência o Presidente Marechal CASTELO BRANCO, embora o Conselho de Segurança Nacional seja um órgão consultivo e não deliberativo eu prefiro louvar-me no voto quase unânime dêsse alto órgão, nunca deixando de ter em muita conta, o voto poderosíssimo de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República. Eu bem sei que Sua Excelência, como é natural, está vivendo um momento tão dramático quanto nós outros e quero revelar a êste Conselho que Sua Excelência, há poucos minutos, em confidência, apresentou a sua indiscutível solidariedade às decisões do Presidente da República incorporando-as como de sua própria atuação. Essa atitude, trouxe-me um grande conforto. Compreendo perfeitamente que Sua Excelência poderia, a qualquer momento, ocupando êste lugar, com as mesmas responsabilidades e talvez com maior brilho e maior competência para resolver êste problema de ordem política e institucional, face a qualquer decisão do Presidente da República de cumprir e assinar decisão como fôsse a sua própria decisão. Sua Excelência acaba de me dizer que a sorte dêle é a minha sorte, e êste fato lhe dá a grande autoridade de emitir o seu voto com tôda lealdade e com tôda convicção. Devemos, portanto, respeitar o seu voto embora não seja o da maioria do Conselho prezo muito a sua opinião. Peço a Deus que não me venha convencer amanhã de que êle é que estava certo, porque êle admitiu mesmo a hipótese do Ato final, porque entendo como entende o Conselho na sua sabedoria de maioria, de quase unanimidade, de que nesta escalada, o degrau proposto se torna evidentemente desnecessário. Aceitamos esta deliberação, eu confesso que é com verdadeira violência aos meus princípios e idéias que adoto uma medida como esta. Adoto-as convencido que elas são do interêsse do País, do interêsse nacional que demos um "basta" a contra-revolução. Já em outra reunião dêste Conselho, ouvida pelos senhores a palavra do Chefe do Serviço Nacional de Informações, houve propostas já naquela época, para levantar-se uma barreira a êsse trabalho insidioso, persistente, obstinado e terrível mesmo da contra-revolução. Aqui estou hoje, senhor de uma investidura constitucional, com a responsabilidade tremenda e indeclinável de Chefe de uma Revolução que se impôs ao País para a solução dêsses mesmos problemas que se agravaram muito nestes últimos anos. Naquela época, não houve a exploração da mocidade como acontece hoje, não havia a interferência deslavadamente ostensiva do dinheiro internacional, procurando interromper o processo revolucionário, por motivos, talvez, inconfessáveis, por interêsses que não são os nacionais, e contra os quais, devemos levantar esta barreira antes que a crise seja irremediável. Considero que o momento nacional é grave mas ainda não desesperador, porisso mesmo, devemos lançar mão dos remédios que possam recuperar o organismo da Nação. Os remédios, as medidas curativas, são as contidas, as preconizadas no Ato Institucional que hoje será adotado e cuja fiel aplicação desejo realizar. Neste momento solene e dramático para a vida nacional, em que medidas de tão alto alcance são tomadas, quero, mais uma vez, afirmar que não se



- 29 -

Nº 85

move qualquer intenção continuista, move-me apenas o desejo de bem servir à Pátria e do bem-estar do nosso povo. Inspirado por Deus e sob sua proteção, pretendo cumprir o restante do meu mandato e, na oportunidade constitucional, passar os meus pesados encargos ao substituto legal para que êle melhor que eu, continue a obra da Revolução de março de 1964.----------

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Jornal do Brasil, 14 de dezembro de 1968

JORNAL DO BRASIL

Ontem foi o Dia dos Cegos

Govêrno baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

O Ato Institucional n.º 5

TRADIÇÃO QUE SE RENOVA

O Ato Complementar n.º 38

Bonifácio declara que Ato resulta de várias crises

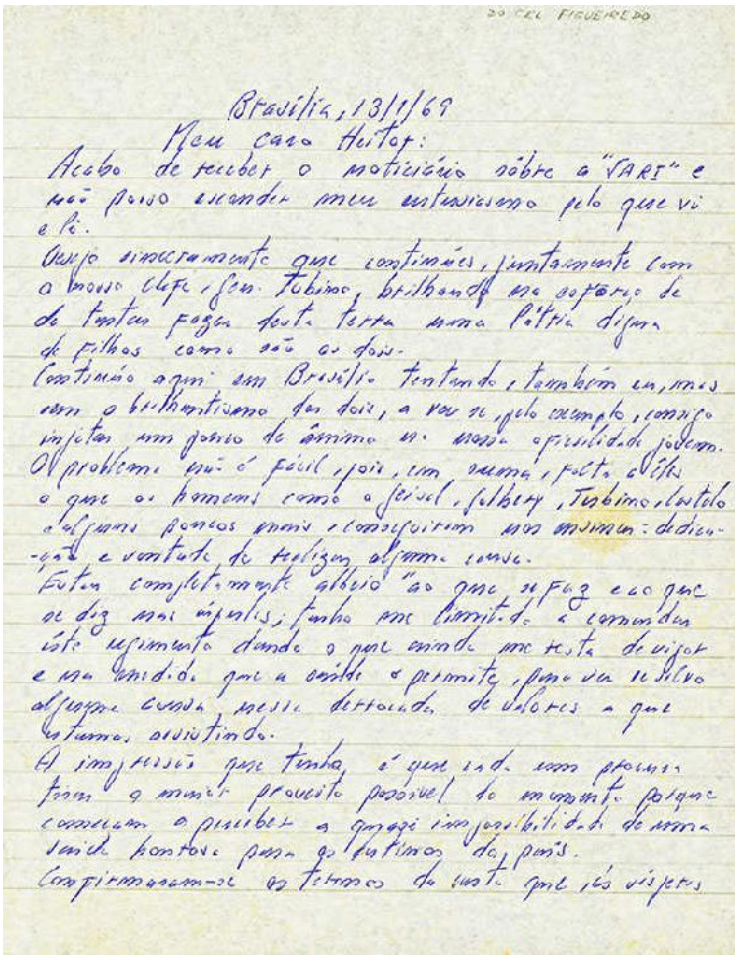
HOJE: DRAMÁTICA

A primeira página do JB no dia 14 de dezembro de 1968, um sábado em que deu praia, início de uma noite de onze anos.

[Voltar] | [Transcrição]

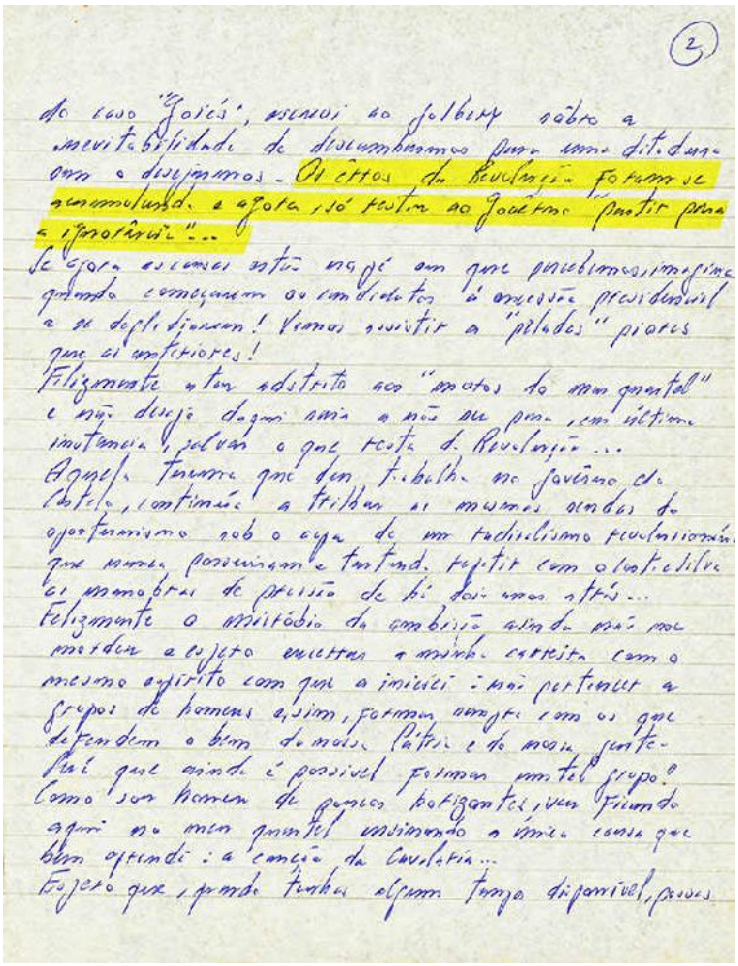
Carta de 13 de janeiro de 1969 do coronel Figueiredo a Heitor Ferreira

[O trecho mencionado está na página 2]



Página 1 de 3

[Voltar] | [Transcrição]



(2)

do caso "Goiás", escrevi ao Jolbert sobre a inevitabilidade de desembocarmos para uma ditadura com o desgaste nos. Os efeitos da Revolução foram se acumulando e agora, só resta ao Governo partir para a "profilaxia"...

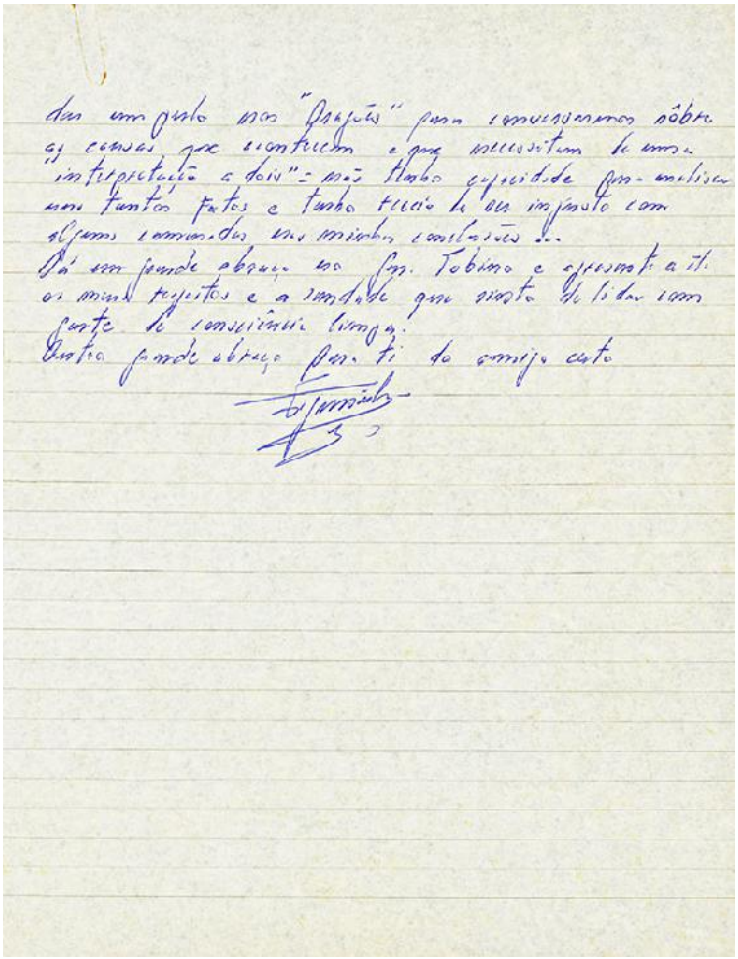
Se agora escrevo estas notas é porque percebemos imediatamente começaram os candidatos à sucessão presidencial a se degladiarem! Vamos assistir a "pelados" piores que os anteriores!

Felizmente estou adstrito aos "meandros do meu mental" e não desejo dagui sair a não ser para, em última instância, salvar o que resta da Revolução...

Aqueles fantasmas que dão trabalho no governo do Geisel, continuam a tribular os mesmos ideais do ostracismo sob o cajado de um radicalismo revolucionário que nunca passou e tentam repetir com o inevitável os mesmos erros de precisão de há dois anos atrás...

Felizmente o antídoto da ambição ainda não me matou e o jeito encontrar a minha carreira com o mesmo espírito com que a iniciei: não pertencer a grupos de homens e, assim, formar amigos com os que defendem o bem de todos, pátria e de mais gente. Será que ainda é possível formar um tal grupo? Como são homens de pouca estatura, um triunfo agir no meio ambiente modificando a única coisa que bem aprendi: a canção da covardia...

Espero que, quando tenha algum tempo disponível, possa



[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

[Voltar]

RADIONAL – 5/8/61*
1005 HORAS

AURO X JANGO

AURO – ALERTANDO QUE A SITUAÇÃO EM BRASÍLIA ERA INCERTA E JANGO NÃO DEVERIA VIR SEM GARANTIAS, LEMBROU A POSSIBILIDADE DO AVIÃO SER INTERCEPTADO E LEVADO PARA LOCAL DESCONHECIDO

JANGO – ESPERA NOVOS ESCLARECIMENTOS PARA DECIDIR.

DESEJANDO VIAJAR PARA NÃO PROLONGAR A SITUAÇÃO

* A data está errada, a correta é 5/9/61.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

05 OUT 77

Do informante já conhecido, obtivemos os seguintes dados:

1. Confirmação de que se procura um pretexto para substituir o Cel Cmt **[Figueiredo: "É meu amigo"]** do RCG e substituí-lo pelo Cel Foschera.

2. O grupo de assessoramento do Ministro está planejando, com respeito ao livro do Gen Euclydes Figueiredo (pai do Chefe do SNI), lançar uma campanha destinada a mostrar que suas atitudes concorriam para:

- divisão das Forças Armadas;

- para dar origem a um movimento separatista. **[Figueiredo: "! Esta ideia não é nova!"]**

3. O Grupo de assessoramento está presentemente constituído pelos Gen Ênio, Mariath e Octávio Costa **[Figueiredo: "Não acredito!"]** (que teria passado a integrá-lo recentemente), pelo Dr Pecegueiro do Amaral e pelo Cel Zenildo. O Gen Bento não está participando ativamente porque é considerado "incompetente e sem compostura". Esse grupo coleta dados e debate as ações a realizar.

4. No dia 27 Set 77, houve uma reunião no II Ex para discussão sobre a manobra a ser realizada. Estava previsto que o Cmt II Ex manteria ligações com os Gen (Cmt DE e Bda), mas o Gen Dilermando fez questão que suas ligações se fizessem até o escalão Cmt de Subunidade. Decidiu que irá visitar todas as OM subordinadas e o grupo que o assessora propôs que divulgue, nas conversas, a seguinte temática: 'ênfase na hierarquia, união das Forças Armadas e união em torno dos Chefes **[Figueiredo: "deve estar distanciada"]**. Dessa forma, considera-se que será prestigiado o Min Ex e que na ocasião da sucessão, se o Gen Frota se opuser ao nome de Gen Chefe do SNI, poderá ser sugerido o nome do Gen Dilermando como sendo o mais antigo dos generais de exército. O general Dilermando disse, em conversa, que o importante no momento é apoiar o Gen Frota **[Figueiredo: "Não acredito!"]**, "não interessa se ele é burro ou não". Vale ressaltar que seu neto disse que o avô é o segundo na lista para Presidente da República.

5. A equipe de assessoramento do Min Exército diz que no momento há um confronto entre o pensamento do Alto Comando e o do Poder Político. Considera que:

[Figueiredo: "Não é bem isso"] - o senador Magalhães Pinto está polarizando a área política;

[Figueiredo: "Parte"] - o Ministro do Ex está sensibilizando a área militar

[Figueiredo: "Também não é tanto assim"] - o Chefe SNI só conta com apoio efetivo do PR.

Diz que na eleição pelo Colégio Eleitoral o voto é em aberto, mas que na Convenção é secreto. Espera que MP tenha a preferência dos convencionais, **[Figueiredo: "Isso é possível e até bem provável"]** mas podendo entrar em acordo com o Min Ex para uma composição – Frota/MP ou MP/Frota.

6. Sucessão paulista

O grupo de deputados (Arena e MDB) favoráveis ao Chefe do SNI declarou que **[Figueiredo: Não é verdade. Não acerta o Baldacci porque não tem]** Laudo Natel está de difícil acesso para

diálogo. O grupo preferia Ademar de Barros Filho para Governador, mas acha que é perfeitamente aceitável ter Laudo para Governador **[Figueiredo: Possível]** e Ademar para Prefeito.

Maluf e Baldaci iam ter um encontro 5ª feira passada com Ademar para firmarem um acordo contra Laudo Natel, mas por interferência do informante não se deu o encontro. O grupo favorável ao Ademar gostaria de procurar o Laudo para propor a solução de Laudo para Gov e Ademar para prefeito, mas precisava ter certeza de acolhida a essa ideia.

7. Deputados do MDB-SP estão dispostos a ir à tribuna, dias antes da vinda de Carter, para, sem ataques pessoais ao Presidente dos EUA, fazerem a defesa do Governo do Pres Geisel no que diz respeito ao problema nuclear. Precisam de saber se convém. **[Figueiredo: Depende]**

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
COMANDO
E M - 2ª SEÇÃO

PORTO ALEGRE, RS, 05 DE SETEMBRO DE 1977

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES
Nº 01/77 - E2

- APRECIAÇÃO DA ÁREA POLÍTICA NACIONAL

A) ATUALMENTE, O GOVERNO ESTÁ SENDO SUBMETIDO A DOIS TIPOS DE PRESSÕES, TRANSFORMADAS EM CAMPANHAS:

1ª - A CHAMADA "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" OU "REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS", COM PROPOSTAS DE MEDIDAS DECORRENTES, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A ESSE PROCESSO; SÃO MANIFESTAÇÕES DE ÁREAS ESTUDANTIS, DE GRUPOS UNIVERSITÁRIOS, DE PROFESSORES, DE DIRETORES; SÃO PRONUNCIAMENTOS REPETIDOS DE ASSOCIAÇÕES DE JORNALISTAS, ADVOGADOS, CIENTISTAS, ETC; REFORÇAM-LHES ORGANISMOS QUE O CLERO POLITIZADO MANIPULA, COMO O CNBB E O CIMI; DIFUNDEM AS IDEIAS COM DESEMBARAÇO, OS REPÓRTERES, JORNALISTAS, REDATORES, CHARGISTAS E EDITORES DE JORNAIS E REVISTAS; ASSOCIAM-SE OS ARTISTAS E INTELECTUAIS DE ESQUERDA, EMPRESÁRIOS E ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS; APOIAM-LHES NESSAS "PRESSÕES" OS FRUSTADOS, DITOS REVOLUCIONÁRIOS, ALIADOS AOS ADVERSÁRIOS BANIDOS DE 1964 E 1968, CIVIS E MILITARES; SÃO, TAMBÉM, ALIADOS OS INOCENTES-ÚTEIS, OS DESAVISADOS E CONTEMPLADORES DAS AÇÕES DESABRIDAS QUE ENFRAQUECEM OS PADRÕES E VALORES MORAIS DA SOCIEDADE; SÃO, AINDA, OS EXEMPLOS QUE INVADEM OS LARES PELA TV, POR ONDE INOCULAM NOS JOVENS TODA A SORTE DE IDÉIAS E "SUGESTÕES" DE PERMISSIVIDADE, DE DESASSOCIAÇÃO FAMILIAR E DE DISSOLUÇÃO DE COSTUMES.

PELA LITERATURA, PELO CAMINHO DOS TÓXICOS E PELAS "LIBERDADES", AFROUXAM-SE OS FREIOS QUE A RELIGIÃO OUTRORA IMPUNHA; HOJE SÃO OS PRÓPRIOS "PASTORES" QUE SUGEREM ESSES RUMOS.

PARECE-NOS ATÉ INACREDITÁVEL QUE FORÇAS OU LIDERANÇAS, OUTRORA ANTAGÔNICAS, COMO MARXISMO E CATOLICISMO, COMUNISMO E DEMOCRACIA,

DITADURA E LIBERDADE, SE ENCONTREM HOJE NUM MESMO LADO DA LUTA PROPUGNANDO PELAS MESMAS "BANDEIRAS", COMO A DE "NÃO-INGERÊNCIA EM ASSUNTOS INTERNOS"; "NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES", E "RESPEITO AOS DIREITOS E À DIGNIDADE HUMANA"; NA REALIDADE SÃO FALSEADAS SEGUIDAS VEZES, ILUDINDO OS POVOS QUE DESEJAM CONSTRUIR SUA NACIONALIDADE COM INDEPENDÊNCIA, TRABALHO E ESPÍRITO PATRIÓTICO.

2ª - A TÉCNICA DA DESMORALIZAÇÃO DAS AUTORIDADES, DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS OU DAS LEIS VIGENTES. ESTE É UM TIPO DE PRESSÃO QUE BUSCA NA INTRIGA, NA MENTIRA, NA INTIMIDAÇÃO E ATÉ NO TERROR, PELA DIFUSÃO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, EM VOLUME MASSIFICANTE E CARREGADO DE IRONIAS, MEIAS-VERDADES E INJÚRIAS PESSOAIS, ATINGIR O ALVO CERTO QUE É A DESMORALIZAÇÃO DA AUTORIDADE CONSTITUÍDA.

ASSIM, OS ARTIGOS, AS CHARGES, AS COLUNAS, AS NOTÍCIAS RETICENTES E OS EDITORIAIS, QUE GOZAM DE LIBERDADE PLENA, FEREM AS AUTORIDADES, CIVIL OU MILITAR, CALUNIANDO-AS PELO QUE, DE BOA FÉ, DISSERAM OU APENAS SE REFERIRAM, ATIRANDO-LHES O ÓDIO QUE AS AMBIÇÕES CONTRARIADAS LHES INOCULOU. A TENTATIVA É DE PERTURBAR, CONFUNDIR E ILUDIR ATÉ A EXAUSTÃO, PARA DERRUBÁ-LAS OU, PELO MENOS, DESESTIMULÁ-LAS PARA A LUTA QUE EMPREENDEM EM TODAS AS ÁREAS DO DESENVOLVIMENTO.

APLICANDO A LEI, QUER ECONÔMICA, ADMINISTRATIVA OU DE SEGURANÇA, SOFREM DA MESMA FORMA SEUS EXECUTORES A MALEDICÊNCIA E A DESCONFIANÇA; A AUTORIDADE É PEJORATIVAMENTE JULGADA, CHARGEADA E DESMORALIZADA. ULTIMAMENTE, A LIBERDADE DE IMPRENSA (JORNAIS E REVISTAS) TEM SIDO TAMBÉM DIRIGIDA PARA AS APRECIAÇÕES FUTUROLÓGICAS, "SUGESTÕES", "CONSELHOS" E DOUTRINAÇÕES DE HOMENS COMPROMETIDOS, ULTRAPASSADOS, SEM ENVERGADURA MORAL, FRUSTADOS E CONTRARIADOS, QUE EXALAM SOMENTE RANCOR, NADA CONSTRUINDO, NADA EDIFICANDO. A INTELIGÊNCIA ESTÁ POSTA A SERVIÇO DE REVANCHISTAS, MARGINAIS DA REVOLUÇÃO E DE EXTREMISTAS DE ESQUERDA, PRINCIPALMENTE.

OFICIAIS DA RESERVA, NADA BRILHANTES, NEM AO MENOS PORTADORES DO SENTIMENTO DE COESÃO E DE LEALDADE, COM PRETENCIOSAS OFERTAS A SEUS SUPERIORES HIERÁRQUICOS, SAEM DAS SOMBRAS, DO ÓCIO PARA "DOUTRINAR" OFICIAIS-GENERAIS E AVENTURAR UMA POSIÇÃO, GALGAR UM DEGRAU QUE NÃO ALÇARAM NA VIDA ATIVA E APARECER NAS "MANCHETES" DOS JORNAIS.

O GOVERNO, PACIENTEMENTE, DÁ GUARIDA, ABSORVE ESSA "SUGESTÃO" DE DECISÃO ENTRE COMPANHEIROS FARDADOS E SILENCIA.

AINDA PELAS FACILIDADES DE ACOLHIMENTO QUE A IMPRENSA PROPORCIONA, VEMOS PERSONALIDADES CONHECIDAS, ATÉ MESMO CONGRESSISTAS DO PARTIDO OFICIAL DA REVOLUÇÃO, IGNORAR O PODER CONSTITUINTE QUE UMA REVOLUÇÃO VITORIOSA POR SI SÓ JÁ DETÉM, REVEZAREM-SE NAS TRIBUNAS E APARECEREM EM "MANCHETES" COLORIDAS PARA "ENSINAR" O QUE SEJA DEMOCRACIA E COMO

DEVE SER ORGANIZADO E CONDUZIDO O PAÍS FACE ÀS CRISES E OBSTÁCULOS CONJUNTURAIS, A FIM DE QUE OS OBJETIVOS NACIONAIS SEJAM ATINGIDOS.

ESSE ELENCO DE VOZES, ALGUMAS SEM FUNDAMENTAÇÃO SÉRIA, OUTRAS COMPROMETIDAS COM GRUPOS DE ORIGENS DUVIDOSAS, OUTRAS AINDA, COMO MERCADORES DOS GRANDES INTERESSADOS NO PROCESSO DE DESMORONAMENTO DA REVOLUÇÃO, INCLUSIVE SENHORES ESTRANGEIROS, SÃO OS NOVOS ARAUTOS DA "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" E DAS SUGESTÕES DA "VOLTA DOS MILITARES AOS QUARTÉIS" E A BANDEIRA DO "RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS".

O ESPANTOSO É QUE, UNANIMEMENTE, TODOS FALAM EM NOME DO POVO, SE DIZEM INTÉRPRETES DO PENSAMENTO E VONTADE NACIONAIS E SE DECLARAM INFORMADOS DE QUE A NAÇÃO "NÃO SUPORTA MAIS OS MILITARES" E QUE "MEDIRAM O CANSAÇO DO PAÍS" PELO QUE LÊM E OUVEM EM GRUPOS DE AMIGOS, EM APARTAMENTOS OU EM REUNIÕES SOCIAIS.

IMPRESSIONA AO OBSERVADOR ATENTO, O COMODISMO DE ALGUNS, A PRETENSÃO DE OUTROS E A PRESUNÇÃO DE MUITOS "REVOLUCIONÁRIOS AUTÊNTICOS", NA ANÁLISE, NA SÍNTESE E NA APRECIAÇÃO GLOBAL DOS RUMOS QUE A REVOLUÇÃO DE 64 DEVE TOMAR.

B) A "VOLTA AOS QUARTÉIS", "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" E A "REDEMOCRATIZAÇÃO".

- ESTES SÃO OS ATUAIS TEMAS QUE INSINUAM A INGERÊNCIA DA CLASSE MILITAR NA VIDA POLÍTICA, ECONÔMICA E ATÉ MESMO SOCIAL, DO PAÍS.

A CONCLAMAÇÃO DE ALGUNS REPRESENTANTES DE FACÇÕES DE CLASSES, COMO JORNALISTAS, ADVOGADOS E JURISTAS, AVOLUMA A "ORQUESTRAÇÃO" DO APELO À "REDEMOCRATIZAÇÃO" OU A "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO". NO CONGRESSO, O SENADOR ARENISTA, TEN-CEL R/1, JARBAS PASSARINHO, ENDOSSADO PELO CEL R/1 RUI DE CASTRO, PONDERA QUE OS MILITARES, OU AS FFAA SE DESGASTAM NO QUADRO DO REGIME POLÍTICO ATUAL.

AOS MESMOS SE ASSOCIAM O TEN BRIGADEIRO R/1 GRUM MOSS, O GEN EX MIN RODRIGO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS E O GEN EX REINALDO DE MELLO.

- HÁ, REALMENTE, UM SOMATÓRIO DE IDEIAS NESTES PONTOS DE VISTA, QUE CONVERGEM NA DIREÇÃO DE UM PRETENSO DESEJO DE VIR O BRASIL A SER, A CURTO PRAZO, UM MODELO PARA O MUNDO DEMOCRÁTICO: ELEIÇÕES EM TODOS OS PLANOS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, SEM RESTRIÇÕES; REFORMA NA CONSTITUIÇÃO; EXTINÇÃO DO AI-5; ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE E GOVERNADORES; ORGANIZAÇÃO DE VÁRIOS PARTIDOS POLÍTICOS E MUDANÇA DA POLÍTICA ECONÔMICA.

A "VOLTA AOS QUARTÉIS", SIGNIFICA O AFASTAMENTO OU O ALHEIAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA QUE SE ESTRUTURAM À BASE DAS INFORMAÇÕES, COMO O SNI, DOI-CODI, CGI; AINDA PRETENDE QUE AS FFAA, POR SEUS CHEFES MILITARES, NÃO MAIS TUTELEM A VIGILÂNCIA DOS PRINCÍPIOS REVOLUCIONÁRIOS QUE NORTEARAM O MOVIMENTO DE 1964. DEMONSTRA COM

CLAREZA A INTENÇÃO DA VOLTA AOS IDOS DE 61-62 E 63, ONDE PREDOMINARAM OS DESMANDOS ADMINISTRATIVOS, A CORRUPÇÃO MORAL, A INVERSÃO DE VALORES, A QUEBRA DA DISCIPLINA, A DESMORALIZAÇÃO DA AUTORIDADE, A DEMAGOGIA, O "PELEGUISMO", O AVANÇO DOS COMUNISTAS E DOS CORRUPTOS COM O CONSEQUENTE AFROUXAMENTO DAS ASPIRAÇÕES QUE OS PATRIOTAS SINCEROS E SEM AMBIÇÕES DESEJAVAM ATINGIR.

AS FFAA COMO OBSTÁCULO A ESTA "VOLTA", IMPEDEM OS INIMIGOS DA PÁTRIA E OS INOCENTES-ÚTEIS, DE LEVAREM O PAÍS AO RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO E À INSEGURANÇA E RESTRINGEM O MOVIMENTO DOS AMBICIOSOS E VAIDOSOS "REVOLUCIONÁRIOS AUTÊNTICOS" EM SUAS PSEUDO-LIDERANÇAS E NOS APELOS QUE FAZEM A COMPANHEIROS DOS SERVIÇOS ATIVOS, PARA INSTIGANDO-OS, FOMENTAREM NOS MAIS JOVENS E PUROS DE SENTIMENTO, A SEMENTE DA INDISCIPLINA E DA QUEBRA DE COESÃO.

PORQUE ESTARIAM "SE DESGASTANDO OS MILITARES", SE JUSTAMENTE, PERANTE O VERDADEIRO POVO, ORDEIRO E CONSTRUTIVO, SÃO ELES OS MAIS RESPEITADOS E MAIS IDENTIFICADOS EM TODA A GRANDE EXTENSÃO DE NOSSO BRASIL? POR QUE A GRANDE MASSA QUE TRABALHA E EDIFICA A NAÇÃO, DESDE OS LITORAIS AOS RINCÕES DAS CAATINGAS E NO INTERIOR DAS SELVAS, NÃO CONHECENDO CONCHAVOS, NÃO DESEJANDO INTRANQUILIDADE E NÃO OUVINDO "SERMÕES", - SÓ EXALTA AS FORÇAS QUE LHES PROPORCIONAM A SEGURANÇA PARA O PROGRESSO, SEM OPRIMI-LA OU TUTELÁ-LA?

AS RESPONSABILIDADES DO GOVERNO, DELEGADO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, SÃO CONSCIENTEMENTE EXERCIDAS E SERIA UM DESERVIÇO OU MESMO A ABDICAÇÃO DOS IDEAIS, SE FACE À PRESENTE "ORQUESTRAÇÃO", VIESSE A CEDER PARA RECONSIDERAR SEUS ATOS E TOMAR RUMOS ATÉ AQUI REPUDIADOS.

A VERDADEIRA DEMOCRACIA CONVIVE COM AS FFAA, SE ESTAS HONRAREM SEUS COMPROMISSOS NÃO SÓ CONSIGO MESMO, MAS COM A NAÇÃO, E COM O MUNDO OCIDENTAL, DE MANEIRA INDEPENDENTE E ALTIVA.

NÃO SE LARGUE A BANDEIRA EMPUNHADA.

GEN EX FERNANDO BELFORT BETHLEM

CTM DO III EXÉRCITO

CONFIDENCIAL

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO FEDERAL DE INFORMAÕES E CONTRA-INFORMAÇÃO

EXTRATO DE PRONTUÁRIO
DE
JAIR DANTAS RIBEIRO

- General de Exército
- Ex-Ministro da Guerra do Governo JOÃO GOULART.

- Em 12 Set 62, como Cmt do III Ex, enviou ao Ministro da Guerra, o seguinte telegrama, que se tornou público, no qual pressionava o Congresso Nacional para a realização imediata do PLEBISCITO:

"Face à intransigência do Parlamento e à iminência de renúncia do Gabinete, e tendo ainda em vista as primeiras manifestações do desagrado que se pronunciam nos territórios dos Estados ocupados pelo III Exército, cumpre-me informar a V. Exª como responsável pela garantia da lei, da ordem, do sossego público e da propriedade privada deste território, que me encontro sem condições de assumir com segurança e êxito a responsabilidade do cumprimento de tais missões, se o povo se insurgir pela circunstância de o Congresso recusar o Plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com as eleições de outubro. O povo é soberano no regime democrático. Negar o direito de pronunciar-se sobre o sistema de Governo que lhe foi imposto, é abominar o regime ou querer destruí-lo. Qualquer solução contrária será fatalmente o princípio do fim de todas as memoráveis conquistas dos nossos antepassados. A presente explanação não é uma ameaça, nem uma imposição, mas apenas uma advertência que julgo do meu dever levar ao conhecimento de V. EXª ante a possibilidade de me encontrar na contingência de transferir aos poderes constitucionais da República o meu compromisso de guardião das instituições, caso advenha de tal circunstância uma luta fratricida. Enquanto aguardo instruções de V. Exª tudo farei para garantir a ordem pública, estando o III Exército em regime de rigorosa prontidão" (D2 do Gab Min Guerra).

- Os Generais OCTACILIO TERRA URURAHY, JOSÉ TEOPHILO DE ARRUDA, ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS e ALBERTO RIBEIRO PAZ, protestaram com indignação contra o texto desse telegrama, afirmando uníssonos que suas grandes Unidades não só estavam em condições de garantir as instituições e a lei como, particularmente, de cumprir ordens nesse sentido.

Os Generais citados foram, mais tarde, afastados pelo General JAIR DANTAS RIBEIRO dos comandos respectivos. (D2 do Gab Min Guerra).

- Vários Generais Comandantes de Grandes Unidades e de Guarnições, subordinadas do Gen JAIR, ao tomarem conhecimento dos termos do telegrama por ele passado, imediatamente comunicaram ao Cmt III Ex que estavam em condições de manter a ordem nos territórios a eles subordinados, onde reinava calma e não havia insatisfação (SFICI).

- Em 14 Set 62 o Sr LEONEL BRIZOLA declarou: "O Governo do RIO GRANDE DO SUL vem de público manifestar a sua integral solidariedade ao pronunciamento do Sr Cmt do III Ex, o General JAIR DANTAS RIBEIRO" (Tribuna da Imprensa de 14.9.62).

- Em 14 Set 62 o Prefeito de PORTO ALEGRE e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado contestavam o Gen JAIR e declaravam que "não havia clima de agitação no RIO GRANDE" (Jornal do Brasil de 14.9.62).

- Em 14 Set 62 o Deputado NELSON CARNEIRO declarou na tribuna da Câmara "... O III Ex, através da palavra de seu Cmt, ameaça o Congresso na sua liberdade de deliberação" (Diário de Notícias - 14 Set 62).

- Em 14 Set 62 sua ação foi condenada: "...a crise foi iniciada com a pregação subversiva do governador BRIZOLA e culminou com o pronunciamento impertinente do Cmt do III Ex." (Correio da Manhã - 14 Set 62).

- Em 14 Set 62: "O General NELSON DE MELLO respondeu com a devida firmeza à indisciplina militar - e muitos outros Generais estão se solidarizando com o Ministro da Guerra" (Correio da Manhã - 14 Set 62).

- Em 14 Set 62 os Partidos Gaúchos, contestando o Gen JAIR, declaravam: "O RIO GRANDE DO SUL está calmo e não se acha ameaçado de desordens populares" (O Globo de 14 St 62).

- Em 11 Mar 63, conforme Relatório da Seção de Investigações desta Divisão, informa o seguinte: em companhia de JOÃO CARUSO e LEONEL BRIZOLA na realização da "Festa do Milho", na região denominada "Banhado do Colégio", almoço na residência de "NILO BARRETO" (2ª Sec/ III Exército).

- **"É de conhecimento público a operação para sequestro do Governador CARLOS LACERDA, tentada na GUANABARA, por ocasião do projetado Estado de Sítio. Esta operação foi pública através da Nota Oficial do Ministério da Guerra, comunicando o resultado da Sindicância e não IPM, realizada pelo I Exército. Essa Nota foi uma confissão clara do ocorrido". (SFICI).**

- **Os inquéritos ainda em curso deixam transparecer sua responsabilidade (do Gen JAIR) quanto ao episódio da operação planejada para captura do Governador da GUANABARA, conforme trecho do depoimento da testemunha, General ALFREDO PINHEIRO SOARES FILHO, então comandante do Núcleo da Divisão Aero-Terrestre: "...Entretanto, obedecendo ordens de autoridades superiores à do Comando do I Exército, projetou o exercício para a citada região do Leblon, desprezando as demais direções, onde, mais tarde, em consequência da evolução dos acontecimentos ficaria em condições de receber novas missões; perguntado, em bem da apuração da verdade e da justiça, sobre qual autoridade teria dado tal missão, respondeu que o Sr. Ministro da Guerra pessoalmente lhe deu tal missão". (D2 do Gab Min Guerra).**

- Face à repercussão no público do fracassado sequestro do Governador do Estado da GUANABARA o General JAIR DANTAS RIBEIRO procurou valer-se da descoberta de algumas armas em um sítio em JACAREPAGUÁ para acobertar tal repercussão, tentando, para isso, até induzir o encarregado do inquérito a adaptar as conclusões aos seus desígnios. (SFICI).

- Em Ago 63 era anunciada a realização, em local proibido, de um comício político, e a Secretaria de Segurança do Estado da GUANABARA expedia Nota Oficial: - "Um grupo de Deputados da Assembleia comunicou que o Presidente da República irá ao comício na Praça Floriano Peixoto, no dia 23, sob a proteção do Exército, ao qual recorreram esses políticos". (O Globo de 22 Ago 63).

- Em 22 Ago a Secretaria de Imprensa da Presidência da República comunicou: "Atendendo a convite de entidades sindicais, de estudantes, de partidos políticos..... O Presidente comparecerá à homenagem..... na Cinelândia". (O Globo de 23 Ago 63).

- Em 24 Ago 63 o jornal O GLOBO publicava em editorial, que foi transcrito nos Anais da Câmara dos Deputados: "Nosso povo, que estima e respeita seus soldados sempre acorre para aplaudi-los nos dias festivos. Ontem, porém, não houve palmas, houve tristeza, pois os militares saíram de seus quartéis para uma demonstração que não cabe no regime democrático em que vivemos".

- O Gen JAIR estava presente ao comício da Cinelândia, onde foram expostas faixas como: "Os gorilas que se cuidem"; "Trabalhadores exigem registro para o PCB". (O Globo - 24 Ago 63).

- Na presença do Ministro da Guerra e de seus colegas de Ministério, insultou-se, sem um protesto, ou uma providência segura, um General de Exército, acusando-o de traidor. (O Globo - 27 Ago 63).

- Decidiu, em reunião secreta com o Gen ASSIS BRASIL, punir com prisão todo militar que se manifestasse contra o comício comunista de 13 Mar 64, nas proximidades da Central do BRASIL (O Jornal do Brasil - 4 Mar 64).

- "Mais grave que isto seria, sem dúvida, se o Exército viesse a prestigiar a concentração política programada para as imediações do Ministério da Guerra, no próximo dia 13".

- "Ficaria muito bem a Ministro da Guerra se desaconselhasse a ida do Sr GOULART ao comício, ou que, pelo menos, o advertisse sobre a inconveniência de desviar contingentes do Exército para dar cobertura a uma reunião de caráter nitidamente político" (O Jornal - 21 Fev 64).

- Deu cobertura ao Comício da Central, do dia 13 de março de 1964, assistindo e presenciando, do palanque oficial, os ataques feitos ao regime democrático, às Forças Armadas e ficou impassível ante à evidência da atuação dos agentes da subversão que ali despudoradamente preconizavam a volta e a legalidade para o Partido Comunista (D2 do Gab Min Guerra).

- Uma vez mais, deu cobertura à reunião do Automóvel Clube, sob a égide do Clube dos Subtenentes e Sargentos. Foram, de público, tecidos os mais torpes ataques à hierarquia e à disciplina das Forças Armadas. A presença do Gen BOMTEMPO, seu Chefe de Gabinete, pode confirmar a assertiva. (D2 Gab Min Guerra).

- Ao iniciar-se a Revolução, deu ordens para que as unidades do I Exército, sediadas na GUANABARA, se deslocassem para barrar a aproximação das tropas que vinham de JUIZ DE FORA (SFICI - 7 Mai 64).

- Assinou boletim ofensivo à moral dos Chefes revolucionários de MINAS GERAIS e ordenou seu lançamento sobre as tropas mineiras (2ª Sec - EM / 4ª RM- 4ª DI).

- Cabe-lhe a responsabilidade de tentar colocar o Exército Brasileiro à disposição do Presidente deposto, apoiando programa de governo e fazendo-o fugir do papel constitucional que lhe é reservado (SFICI - 7 Mai 64).

- Contribuiu com sua omissão no processo de desintegração da autoridade que tomava vulto nas Forças Armadas e que atingiu o ápice no comício do dia 30 Mar 64, no Automóvel Clube quando ali compareceu na pessoa de seu representante legal e não tomou as medidas disciplinares que se impunham (SFICI - 7 Mai 64).

Rio de Janeiro, GB, 8 de junho de 1964
JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Ten Cel, Chefe do SFICI

SECRETO

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova Constituição

O Presidente João Goulart, depois de assinar, no Palácio das Laranjeiras, o decreto da Supra – passo inicial para a reforma agrária – e o da encampação de refinarias particulares de petróleo, anunciou ontem no comício da Central do Brasil o tabelamento, dentro de horas, dos aluguéis, e prometeu lutar pela reforma da Constituição, a fim de promover o "desenvolvimento do País com justiça social".

– Nenhuma força será capaz de impedir que o Governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E para isto podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armada – disse o Sr. João Goulart em seu discurso na Praça Cristiano Otôni, à noite, perante multidão calculada em 130 mil pessoas, e ao lado de sua esposa, Sra. Maria Teresa.

[Voltar]

[Voltar]

Rio, 2 de fevereiro de 1964

Meu caro Ibiapina

A minha viagem ao Ceará está confirmada, mas sem a passagem pelo Recife. O Caravelle foi cancelado e, em seu lugar, vai um Constellation, que, por aí, não passa. Lamento por não poder vê-lo e dizer-lhe uma porção de cousas.

Cresce a convicção de que se deve reagir ativamente, com iniciativa, no caso do sempre desejado golpe estatal. Há, mesmo, um trabalho aberto, nada de conspiração, para mostrar aos camaradas, que é preciso, pela legalidade, agir ofensivamente.

Nesse trabalho, apresenta-se a definição de legalidade, baseada na evidência da conjuntura: "assegurar o funcionamento do Congresso, a coexistência com o Executivo e o Judiciário; garantir o processamento eleitoral, as eleições e a posse do eleito para 31 jan 66".

Tem você aí a atualidade militar. O IVº Ex, na reação legalista, é básico. Basta durar na ação umas 48 horas. Não ficará só.

Junto a esta carta, vai uma outra para você mandar entregar ao Ten Cel Fonseca (ou major?) que, como **[ILEGÍVEL]** OE, serviu no Parque. Passou para a reserva no fim do ano passado. (Última hora: esta carta não segue.)

Faço votos que as meninas se divirtam no Carnaval. Como eu me lembro delas, alegres, e alegremente comportadas, no jogo do Cassino do 14 RI! A Argentina não as perdia de vista e seguia o sorriso aberto de cada uma delas.

Minhas recomendações à Dona Zilma. Aceite um abraço muito amigo do seu velho camarada.

Castello

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Rio de Janeiro, 21 Mar 64

Meu caro Castello

Apezar do contato diário e permanente, de 1º Subchefe com o Chefe do Estado-Maior do Exército, e como é difícil ter tempo e calma para tratar, no expediente, de assunto tão relevante, de naturesa não exclusivamente profissional, prefiro completar, por escrito, a minha opinião sobre o seu documento datado de ontem, cuja leitura cuidadosa somente agora me é possível, através do exemplar que recebi, com a redação final.

Sem embargo do meu respeito pela possível opinião diferente de muitos dos seus outros colaboradores, amigos e subordinados, permito-me, mais do que o direito, o dever de apresentar-lhe, justificando-a, a única ponderação que formulei prontamente, pois continuo a julgar que o referido documento devia, e deve, ser discutido com o Ministro, antes da sua expedição definitiva.

Penso assim porque, dado o interesse relevante do assunto, o problema é basicamente de acessoramento. E o Exército nunca teve tanta necessidade de estar ou de, pelo menos, mostrar-se estar unido, face a uma conjuntura em que parece haver o propósito deliberado de desuni-lo e desagregá-lo. Pois há até quem se encorage a falar em nome dele, ou de parte dele, precisamente da menos graduada, da menos avisada e da menos responsável!!

Tenho, por isso mesmo, como premissa de raciocínio, que essa é a maior responsabilidade do Chefe de Estado-Maior, cargo que nenhum Chefe militar está, mais do que você, no consenso geral de todos os companheiros, titulado para exercer, em benefício do Exército.

Entendo, também, pelos mesmos motivos, que há sempre muito risco em ver abalada a autoridade do Ministro, sobretudo nas presentes circunstâncias, sendo mil vezes preferível assessorá-lo e prestigiá-lo, para que não se comprometa o objetivo maior e comum de resguardar os destinos do Exército dos azares de influências perniciosas, quando se trata, ao contrário, de uni-lo, enquanto for possível fazê-lo.

O seu documento é primoroso e certíssimo quanto ao retrato da conjuntura e à apreensão de que andamos todos carregados, pela leitura dos jornais e pelas versões que correm. E é este o único meio de difusão que alcança, no momento, a generalidade dos militares.

Observo que o documento parte e decorre da análise do comício do dia 13. E que se trata de um documento oficial. Ele anuncia, a quem o lê e, sobretudo, a quem está fora do ambiente político, que há intranquilidade, inclusive na Marinha e na Aeronáutica. E declara que o Chefe do Estado-Maior do Exército participa dessa intranquilidade. E diz mais que, por motivo dessa intranquilidade e das indagações recebidas, o Chefe do EME teve uma conferência com o Ministro.

Nada diz a respeito do que o Chefe do EME teria ouvido do Comandante do Exército, seja para tranquilizá-lo, seja para intranquilizá-lo. Mas é de supor-se que ele não ficou tranquilo com o que ouviu na conferência, tanto que, logo a seguir, declara:

“São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte, como caminho para as reformas, e agitações ainda maiores do CGT, sendo invocado o apoio das Forças Armadas, para tais propósitos.”

A partir daí, traça o brilhante documento, com base na Constituição e na tradição, que definem, com segurança, o espírito e a destinação das Forças Armadas, o comportamento que lhes é imperativo, tanto ao Exército, como à Marinha e à Aeronáutica, na presente conjuntura.

Sobre este comportamento, claramente expresso na Carta Magna, não parece que possa haver dúvida, tanto o recomendam as leis, os regulamentos e as portarias, em todos os tempos. Está ele implícito no próprio juramento do soldado e, ainda mais, no compromisso livre e solenemente assumido pelos detentores dos três Poderes harmônicos e independentes que compõem o Governo. E apesar de tudo, ninguém, que seja responsável, deixa de estar apreensivo, ante o que possa vir e até mesmo pelo que já está ocorrendo.

O assunto, como é óbvio, não interessa apenas aos “Generais e demais militares do EME e das Organizações subordinadas”, aos quais é o documento dirigido. O EME não constitui apenas um dos compartimentos que compõem a Alta Administração do Exército, porque é, distinguindo-se, assim, de todos os outros, o principal Órgão assessor do Ministro, com funções específicas sobre a orientação do preparo do Exército, no que toca à sua instrução, ao seu moral, à formação do seu espírito, à sua mobilização, à sua eficiência, etc. etc.

Parece, pois, que um documento de tanta envergadura e repercussão deve ter curso autorizado em todo o Exército, para que não haja dúvida nem interpretação diferente sobre o sentido alto que o inspira.

Como não se trata, além disso, de documento sigiloso, a sua divulgação pode alcançar a Imprensa. E todos nós podemos, previamente, admitir os males que poderão rezultar disso, no ambiente de paixão em que vivemos, com a liberdade ampla e, muitas vezes, irresponsável, de que desfrutam os jornais.

O sentido, sem dúvida altamente construtivo, de um documento de tal naturesa, no clima em que vivemos, pode ficar, pois, comprometido nos seus altos objetivos.

É por isso que, embora inteiramente de acordo e solidário com os conceitos fundamentais do documento, permito-me fazer, quanto à sua feitura e sua expedição, as ponderações de caráter absolutamente pessoal, que aqui vão e que aqui confirmo.

Admito que seja discutível se estou certo. Mas é como penso, sincera e lealmente. E não compreendo colaboração verdadeira sem sinceridade e lealdade.

Releve-me, entretanto, o prezado Chefe se julgar impertinente a minha modesta opinião, certo de que, no quadro funcional, serei o primeiro a sacrificá-la, quando estiver em jogo a disciplina intelectual que rege e deve reger as relações entre subordinados e Chefes.

Com a velha amizade e a admiração de sempre,

Lyra

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

INCOMING TELEGRAM Department of State Brazil 24
[À MÃO: 58]
03321452 **[ILEGÍVEL]** CONFIDENTIAL-
AMCONGEN SAO PAULO 022363
TO SECSTATE WASHDC
[À MÃO: 55]
STATE GRNC 1964 MAR 30 PM 7 36
BT
CONFIDENTIAL ACTION IMMEDIATE RIO **[ILEGÍVEL]** INFO IMMEDIATE DEPT 212 BRASILIA 24 FROM SAO PAULO MARCH 30 4PM

TWO SOURCES ACTIVE IN ANTI-GOULART MOVEMENT SAY THAT COUP AGAINST GOB SHOULD COME WITHIN FORTY-EIGHT HOURS. NO AGREEMENT AS TO HOW IT WILL BEGIN. ONE SOURCE BELIEVES MOST PROBABLE TRIGGER IS MILITARY AND/ OR CIVILIAN UP RISING IN MINAS GERAIS. ANOTHER SAYS SAO PAULO MILITARY WILL SET OFF MOVEMENT, PERHAPS BY ARRESTING KNOWN LEFTISTS. ANOTHER SAYS SAO PAULO ARMY GARRISON WILL PUBLICLY SUPPORT ADMIRALS PROTEST. ALL CLAIM ANTI-GOULART ACTION HAS MAJOR MILITARY SUPPORT. ARMIES IN SAO PAULO, MINAS, AND GUANABARA SAID TO
CFN 130 212 24 30 4PM.

PAGE TWO RUESUA 674R ~~CONFIDENTIAL~~
BE ALMOST ENTIRELY ANTI-GOULART, WITH IMPORTANT ELEMENTS IN PARANA AND RIO GRANDE DO SUL SYMPATHIZING. SOURCES SAY ISENCE-STRADDLERS WILL ALL JOIN OPPOSITION IN SHOWDOWN LEAVING GOULART WITH ONLY FEW KNOWN LEFTIST OFFICERS. A SOURCE WITH GOOD CONNECTIONS IN SECOND (SAO PAULO) ARMY SAYS THAT GENERAL KRUEL AGREED TO LEAD LOCAL MILITARY REBELLION WHEN GROUP OF YOUNGER OFFICERS CONFRONTED AND ASSURED HIM MOVEMENT WOULD GO AHEAD WITH OR WITHOUT HIS LEADERSHIP.
IN OUR OPINION, FORTY-EIGHT HOUR TIMETABLE MAY OR MAY NOT BE ACCURATE, BUT SAFE TO SAY THAT OPPOSITION IS PLANNING TAKE OFFENSIVE AND COUNTING ON IMPORTANT MILITARY SUPPORT. OUTCOME OF NAVAL CRISIS CONVINCED LOCAL ANTI-GOULART ELEMENTS THAT STRICTLY DEFENSIVE POSTURE NO LONGER POSSIBLE. SIDE OBSERVATION INDICATIVE OF ATMOSPHERE: FOR FIRST TIME, ABOVE SOURCES ASKED WHETHER AMERICAN FLEET CAN REACH SOUTHERN BRAZIL FAST.
COMMENT:

(1) APPARENT THUS FAR SUCCESSFUL INSUBORDINATION NAVAL NON COMS DISTURBING MAGALHAES PINTO ABOVE ALL. HE WAS PARTICULARLY

CFN 2 3 4 31 2 5 1

PAGE THREE RUESUA 705R CONFIDENTIAL

VEHEMENT IN DENOUNCING THEIR BEHAVIOR. MORNING MARCH 30, GOVERNOR ISSUED PROCLAMATION AFFIRMING HIS SOLIDARITY WITH NAVY LEADERS, AND DECLARING “IF RANK STRUCTURE AND DISCIPLINE ARE COMPROMISED, WITHOUT WHICH THEY CANNOT SURVIVE, ARMED FORCES HAVE NOT ONLY RIGHT BUT DUTY TO FIGHT FOR THEIR OWN INTEGRITY”.

(2) MAGALHAES DID NOT NAME OTHER GOVERNORS WITH WHOM HE HAS BEEN CONTACT LATELY. HOWEVER, HE MET NEY BRAGAO OF PARANA THIS AFTERNOON AND UNCONFIRMED PRESS REPORTS CLAIM SAO PAULO GOVERNOR BARROS MET MAGALHAES HERE EARLY MORNING MARCH 30.

(3) ALKMIM ENTRANCE MAGALHAES PINTOS CABINET APPARENTLY MEANS PSD, HITHERTO IN OPPOSITION TO GOVERNORS UDN-PTB BASED ADMINISTRATION, NOW JOINING HANDS ON STATE LEVEL WITH UDN. MAGALHAES MAY HOPE EXTEND THIS PATTERN TO NATIONAL LEVEL AS EVENTS UNFOLD. IN ANY CASE, HE SEEMED PLEASED WITH PROMINENT ROLE BEING PLAYED BY MINAS GERAIS IN RECENT EVENTS. SAID HE “HAD IMPRESSION” THAT MINAS LEADING OPPOSITION TO PRESIDENT.

(4) ON WHOLE, MAGALHAES CALM DURING TALK HELD AT REQUEST CONSUL WHO WAS DELIVERING GOVERNOR INVITATION ATTEND LOCAL 30 2 30 3 4

PAGE FOUR RUESUA 705R CONFIDENTIAL

CONCERT OF SYMPHONY ORCHESTRA. ENTRANCES TO GOVERNOR´S MANSION, HOWEVER, BLOCKED BY STATE MILITARY POLICE VEHICLES AND INSIDE RESIDENCE CORRIDORS PATROLLED BY STATE POLICE ARMED WITH MACHINE GUNS.

NEW SUBJECT:

CONSULATE JUST INFORMED BY MILITARY POLICE SOURCE THAT RURAL UNION LEADER FRANCIS COPAIXO (CHICAO) SHOT AND WOUNDED BY LAND OWNER LATE AFTERNOON MARCH 30 IN GOVERNADOR VALADARES. FOUR OTHER MEN APPARENTLY ALSO WOUNDED AND ALL RESTING IN MILITARY POLICE HEADQUARTERS THAT CITY. GOVERNADOR VALADARES, SCENE RURAL DISTURBANCES LAST MONTH, SCHEDULED SITE MASS RALLY FOR AGRARIAN REFORM MARCH 31.

CHICAO HAD ANNOUNCED THAT AT RALLY HE WOULD AFFILIATE HIS UNION WITH GENERAL WORKERS COMMAND (CGT).

GP-3. OKUN

BT

NOTE: Advance copy to S/S-O March 31 at 11:20 a.m. Passed White House, CIA, JCS, OSD at 11:40 a.m. , CINCSO CINCLANT ALSO FOR POLAD, CINCSTRIKE ALSO FOR POLAD at 11:47 a.m. March 31.

NOTE: Handle as LIMDIS par SS-O

SANITIZED

Authority **[ILEGÍVEL]**

By **[ILEGÍVEL]** NARS, Date **[ILEGÍVEL]**

CONFIDENTIAL

REPRODUCTION FROM THIS COPY IS

PROHIBITED UNLESS “UNCLASSIFIED”

COPY **[CARIMBO]**

Lyndon Baines Johnson Library

COPY

Lyndon B. Johnson Library

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Basta!

Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina, que se torna cada vez mais incontrolável?

Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro.

Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base.

Quase todas as medidas tomadas pelo sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexequíveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará.

Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo Governo que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país.

Não contente de intranquilizar o campo, com o decreto da SUPRA, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às forças armadas, destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional.

A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal.

Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições de 1965. Se o sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o Governo ao seu legítimo sucessor.

É admissível que o sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas para isto, o sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil.

A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o

rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura.

Os Poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime.

O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!

[Voltar]

[Voltar]

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia.

Durante dois anos o Brasil aguentou um Governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.

Quando o sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e de insegurança que teve seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas.

Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender.

O sr. João Goulart iniciou a sedição no país. Não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que esboça no território nacional.

Por ambição pessoal, pois sabemos que o sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no Governo a qualquer preço.

Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.

O sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos.

Foi o sr. João Goulart quem iniciou de caso pensado uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a inflação desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas.

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.

O Brasil não é mais uma nação de escravos. Contra a desordem, contra a masorca, contra a perspectiva de ditadura, criada pelo próprio Governo atual, opomos a bandeira da legalidade.

Queremos que o sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que ele não soube honrar.

Nós do CORREIO DA MANHÃ defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país.

A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.

[Voltar]

[Voltar]

INCOMING TELEGRAM *Department of State*
53
Action Control:17355
SS Rec´d: AUGUST 21,1963
FROM: RIO DE JANEIRO 2:56 PM
TO: Secretary of State
NO: 373, AUGUST 21, 1 PM (SECTION TWO OF THREE)
PRIORITY
LIMIT DISTRIBUTION S/S
FOR MARTIN FROM AMBASSADOR

AS TO RESPONSIBILITY FOR POLITICAL POLARIZATION, IT SEEMS TO ME EVIDENT THAT INITIATIVE HAS BEEN ON GOVERNMENT SIDE, WITH LACERDA CONTRIBUTING BUT PERHAPS IN RATIO OF ONE TO FIVE. WHAT WE SHOULD BE DOING IS TO SHOW OUR SUPPORT FOR ALL POSITIVE ELEMENTS, AS WE HAVE BEEN TRYING TO DO IN NORTHEAST, PARANA, GOIAS, AND FAR SOUTH, AND WITH FEDERAL GOVERNMENT TO EXTENT IT WILLING TO COLLABORATE, WHILE CONTINUING COUNTER UNFOUNDED CHARGES OUR UNIQUE INTEREST IN LACERDA. I BELIEVE WE MUST, AMONG OTHER THINGS, CONTINUE CULTIVATE KUBITSCHEK DESPITE WELL KNOWN OBSTACLES TO SO DOING. TO ILLUSTRATE DETERIORATION OF SITUATION, HOWEVER, ALUISIO ALVES TOLD ME MONDAY EVENING THAT OLIVEIRA BRITO HAD SAID TO HIM THAT IT WAS “COMMON KNOWLWDGE” IN PALACE CIRCLES THAT ALVES STATEMENT IN RECIFE HAD BEEN “DRAFTED IN AMERICAN EMBASSY.”

6. CAN GOULART SURVIVE ANOTHER TWO AND A HALF YEARS EXCEPT BY UNCONSTITUTIONAL MEANS? AS THINGS HAVE BEEN GOING SINCE JUNE MINISTERIAL CHANGE, I HAVE SERIOUS DOUBTS ON THIS. IN PRIVATE TALKS DURING LAST TEN DAYS, MANY BRAZILIANS HAVE EXPRESSED SIMILAR DOUBTS TO ME, LEADING EXAMPLES BEING JURACI MAGALHAES AND SAMUEL WAINTER OF ULTIMA HORA, SPEAKING FROM OPPOSITE ENDS OF SPECTRUM. ONLY YESTERDAY, WELL INFORMED PAPAL NUNCIO AND YUGOSLAV AMBASSADOR SPOKE IN SAME VEIN. JURACI IS “HOPEFUL” ABOUT POSSIBILITIES OF FORMAL IMPEACHMENT OR RESIGNATION FORCED BY MILITARY; WAINER SEEMS TO BE THINKING MORE OF GOULART´S SHUTTING DOWN CONGRESS, ALTHOUGH HE WAS NOT EXPLICIT. I CONTINUE IMPRESSED BY GOULART´S KNACK FOR PERSONAL SURVIVAL, AND DO NOT CREDIT IDEA OF VOLUNTARY RESIGNATION. HIS MEANS FOR SUBORNING AND TERRORIZING CONGRESS (ESPECIALLY THROUGH MILITARY AND GENERAL STRIKE PRESSURE) ARE SO GREAT THAT IMPEACHMENT CONTINUES HIGHLY IMPLAUSIBLE. OPPOSITIONIST GOLPISTAS SEEM EVEN WEAKER THAN FEW MONTHS AGO. **IF GOD**

REALLY IS BRAZILIAN, GOULART'S HEART TROUBLE OF 1962 WILL SOON BECOME ACUTE. BUT BARRING DIVINE INTERCESSION, IT SEEMS TO ME THAT WE MUST CONTINUE TO WORK ON HYPOTHESIS THAT IMPOSIBLE WILL LAST LITTLE LONGER, THAT INSTITUTIONAL BREAK MAY POSSIBLY NOT COME SOON OR SUDDENLY BUT THAT BEFORE JANUARY 31, 1966, GOULART WILL ALMOST CERTAINLY DO HIS BEST TO INSTITUTE SOME FORM OF AUTHORITARIAN REGIME.

7. IN THESE CIRCUMSTANCES, OUR AIM SHOULD BE TO HELP FRUSTRATE AUTHORITARIAN PROCLIVITIES AND MAINTAIN PROSPECTS FOR GENUINE ELECTION IN 1964, KEEPING MOST FAVORABLE POSSIBLE IMAGE US AND BRAZILIAN-AMERICAN RELATIONS, COUNTERING OR DELAYING ANTAGONIST TO ACTION. AT MINIMUN, THIS WOULD INCREASE LIKELIHOOD OF BREAK IN CONSTITUCIONAL CONTINUITY TAKING FORM FAVORABLE TO OUR INTERESTS. TO DO THIS WILL REQUIRE GREAT IMPROVEMENTS IN SOME OF OUR CURRENT OPERATING METHODS, FOR EXAMPLE IN RAPID ACTION ON AID PROJECTS WHERE THEY CAN BE TURNED TO OUR POLITICAL ADVANTAGE. RECENT DELAYS ON CHEVAP AND FORTALEZA GENERATORS ARE TYPICAL OF SERIOUS FAILURE IN WASHINGTON TO APPRECIATE NATURE POLITICAL CIRCUMSTANCES HERE AND URGENCY MOVING RAPIDLY AND AFFIRMATIVELY WHERE WE ARE GOING TO MOVE, BUT OUR GREAT CARD IN THIS GAME IS PRESIDENTIAL VISIT, AND I AGREE YOUR THOUGHT DEPTEL 234 THAT TIME HAS NOW COME TO CONSIDER THIS TRUMP SERIOUSLY. IT WAS, INCIDENTALLY, URGENTLY RECOMMENDED IN LONG TALK MONDAY BY ALUISIO ALVES, WHOSE OPINIONS I VALUE HIGHLY. AND AS YOU KNOW, GOULART HIMSELF PRESSED IDEA ON ME IN LAST FRIDAY´S TALK.

8. MAJOR FACTORS FAVORING VISIT ARE: (A) DEMONSTRATION ENORMOUS KENNEDY POPULARITY AND PRO-US SENTIMENT IN BRAZIL, WEAKENING TENDENCY OPPORTUNISTIC POLITICANS TO SEEK VOTES IN ANTI-AMERICANISM; (B) CLARIFICATION OF US POSITION AS FAVORING POSITIVE DEMOCRATIC REFORMS (BUT NOT PURELY DEMAGOGIC REFORMIST PREACHING) AND HOW AFP CAN AND DOES HELP: (C) BOOST TO AFP GENERALLY; (D) OPPORTUNITY CANDID TALK WITH GOULART ON NEED FOR COOPERATION TO BE MUTUAL; (E) PRECLUSIVE EFFECT OF VISIT EXPECTATION ON ANTI-AMERICAN ACTIONS AND ON ANY GOLPISTA PLANS OF GOULART. MAJOR NEGATIVE FACTORS ARE: (A) DANGER GIVING PRESTIGE AND SUPPORT TO GOULART´S OBJECTIONABLE ATTITUDES AND POLICIES, REDUCING FORTITUDE OF DOMESTIC OPPOSITION FORCES; (B) THORNY SCHEDULING PROBLEMS, SUCH AS HANDLING OF ARRAES IN RECIFE AND LACERDA IN GUANABARA; (C) WEAKENING OUR CAPACITY TO EXERT NEGATIVE ECONOMIC PRESSURES IF THAT WERE DESIRABLE POLICY LINE; (D) LIKELIHOOD THAT ANY NEW COMMITMENTS UNDERTAKEN BY GOULART WOULD BE DISREGARDED WITHIN FEW MONTHS, WITH SUBSEQUENT CRITICISM KENNEDY FOR VISITING AN OBVIOUSLY INCOMPETENT, CORRUPT, AND GENERALLY ANTI-AMERICAN BRAZILIAN REGIME.

9. WE HAVE PUZZLED OVER REASONS FOR GOULART´S OWN DESIRE FOR PRESIDENTIAL VISIT. I SEE TWO ELEMENTS: (A) THE BELIEVE THAT HE CAN GET KENNEDY “COVER” FOR HIS OWN TYPE OF FALSE REFORMISM, AND (B) THE EXPECTATION THAT THE VISIT WILL WEAKEN OPPOSITION EFFORTS TO DEPOSE HIM IN NEAR FUTURE, GIVING HIM TIME FOR FURTHER BUILDUP HIS OWN FORCES THROUGH APPOINTMENTS NEXT BATCH OF GENERALS IN LATE NOVEMBER, NEW DEMONSTRATIONS OF LABOR UNION STRENGTHS, ETC. IF I BELIEVED THAT THERE WERE A LARGE PROBABILITY OF HIS BEING FORCED TO RESIGN BY THE ARMY OR BEING IMPEACHED BY THE CONGRESS, AND THAT PROSPECT PRESIDENTIAL VISIT WOULD FORESTALL THESE ACTIONS, I WOULD CERTAINLY OPPOSE THE VISIT. GP-2 GORDON.

REPRODUTION FROM THIS COPY OS PROHIBITED UNLESS “UNCLASSIFIED”

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: 64-04-01
18:00 +-]

~~Secret~~

THIS IS AMBASSADOR GORDON RIO 1

WE BELIEVE IT IS ALL OVER WITH DEMOCRATIC REBELLION ALREADY 95 PERCENT SUCCEFUL. FIRST ARMY SOLIDLY IN FAVOR AND AT 1540 GEN ANCORA ORDERED CESSATION MILITARY ACTION AGAINST REBELS. ANCORA AND KRUEL MEETING AT 15 00 IN REZENDE. FIRST ARMY COMMAND TO BE ASSUMED BY GEN COSTA E SILVA, STRONGLY DEMOCRATIC. STILL AWAITING FORMAL ANNOUCEMENT BUT WE BELIEVE GOULART HAS ALREADY OR IS JUST ABOUT TO RESIGN. MAZZILLI WOULD THEN TAKE OVER ON INTERIM BASIS AS OPROVIDED IN CONSTITUTION.

RADIO STATIONS IN RIO ALL NOW IN FRIENDLY HANDS STATE GOULART. HAS RESIGNED BUT BRIGADEIRO MELLO OF AIR FORCE STATES THIS NOT YET RUE.

STILL SOME CONCERN AT POSSIBLE CIVIL STRIFE IN PORTO ALEGRE, RECIFE AND ON LIMITED SCALE PERHAPS HERE TOO, AS WELL AS PROBLEM LEFT LEANING GROUPS IN MARINES AND OTHER SCATTERED GROUPS ARMED FORCES. REACTION LABOR UNIONS STILL UNCERTAIN. WE HAVE BEGUN STAFF WORK ON POSSIBLE NEEDS FOR INTERNAL SECURITY HELP, FINANCIAL STABILIZATION ETC. NO WORD YET ON CONGRESSIONAL REACTIONS. GOULART ARRIVED BRASILIA 1430 BRASIL TIME. THIS ENDS RIO 1.

~~Secret~~

Copy **[CARIMBO]**
Lyndon B. Jonhson Library

~~SECRET~~

RIO 7.

WE HAVE NOTHING FURTHER NOW. IF YOU DO NOT, SHOULD WE TERMINATE?

END RIO 7.

RIO 8.

SEC 6 RECD.

RIO 8.

SEC 6 RECD. WILL ACT ACCORDINGLY. PRESENTLY DOUBT NEED FOR FURTHER TELECON TONIGHT BUT WILL GIVE ADVANCE WARNING IF DESIRED. CONFIRM 1500Z

TOMORROW. END RIO 8.

~~SECRET~~

Copy **[CARIMBO]**
Lyndon Baines Johnson Library
Copy

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

ATO CONSTITUCIONAL PROVISÓRIO

~~Os Ministros da Guerra~~ Os Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, atendendo às aspirações do povo brasileiro de preservação da paz, da ordem e da restauração dos princípios democráticos ameaçados pelo Chefe do Poder Executivo da União e pelos seus auxiliares, recentemente afastados do Governo;

RESOLVEM:

Art. 1º - Os ~~Ministros da Guerra~~ Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica instituem, pelo presente Ato, a Junta Governativa Provisória dos Estados Unidos do Brasil que, sem prejuízo das funções do Presidente da República em exercício, assume o Governo da União até a eleição e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão no dia 31 de janeiro de 1966.

§ 1º - Para essa eleição será o Congresso Nacional convocado por quem estiver na sua presidência, mediante edital publicado, com pelo menos três (3) dias de antecedência, no Diário do Congresso Nacional e do qual deverão constar a data e a hora da sessão.

§ 2º - Se não houver quórum na primeira votação, outras serão realizadas no mesmo dia, ou nos dias seguintes, e, assim, sucessivamente até a apuração de um resultado positivo.

Art. 2º - Para a eleição regulada no artigo anterior não haverá inelegibilidades.

Art.3º - O Presidente da República, eleito na forma do artigo anterior, além das atribuições que lhe confere a Constituição vigente, poderá elaborar e remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição ~~visando especialmente as seguintes matérias:~~

a. ~~reforma agrária;~~
b. ~~reforma eleitoral;~~
c. ~~reforma administrativa;~~
d. ~~discriminação de rendas;~~
e. ~~elaboração legislativa;~~
f. ~~votação e execução de orçamento;~~
g. ~~controle da emissão de papel moeda.~~

Art.4º - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, na forma deste artigo, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo mínimo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art.~~5º~~ 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) horas.

§ ~~1º~~ Único - Os pedidos de prorrogação do estado de sítio obedecerão à mesma tramitação.

Art. ~~6º~~ 5º - Os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República **[À MÃO, indicado por uma seta no topo da página: Art 1º O Presidente da República poderá tirar a iniciativa de projeto de lei sob qualquer critério]** deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, na Câmara dos Deputados e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário serão tidos como aprovados.

§ ~~1º~~ Único - O Presidente da República poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em trinta (30) dias em sessão do Congresso Nacional, justificada a urgência da solicitação.

Art. 7º - Os projetos que criem ou aumentem despesa, nos exercícios de 1964 e de 1965, somente poderão ser objeto de deliberação quando indicarem as fontes de receita adequadas; a sua aprovação, em qualquer das Casas do Congresso, dependerá de maioria absoluta de seus membros. **[À MÃO, à margem do documento: Não [ILEGÍVEL]]**

Art. 8º - Durante a vigência do presente Ato, o Presidente da República poderá decretar a suspensão, no todo ou em parte, das garantias de estabilidade e vitaliciedade do funcionalismo federal, estadual ou municipal, bem como do pessoal de autarquias, sociedades de economia mista e demais empresas estatais, e da patente de membros das Forças Armadas e Polícias Estaduais.

§ 1º - Decretada a suspensão e durante a sua vigência, o Chefe do Poder Executivo **[À MÃO: da União dos Estados, Municípios e Distrito Federal]**, além das formas previstas na lei, poderá dispensar servidores civis e militares, mediante ~~processo~~ investigação sumária ou colocá-los em disponibilidade, ou na reserva, ou, ainda, aposentá-los ou reformá-los por interesse do serviço.

§ 2º - O ato **[À MÃO, acima de "ato": ILEGÍVEL]** que atingir a funcionário estadual ou municipal vitalício, ~~dependerá de prévia aprovação do~~ caberá recurso para o Presidente da República.

§ 3º - O controle jurisdicional dos atos praticados com base neste artigo limitar-se-á ao exame de sua legalidade, vedado o dos fatos que os motivaram, bem como sua conveniência ou oportunidade.

Art. 9º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado e a ordem política e social **[trecho ilegível pela dobra do documento]** taurados individual ou coletivamente, ~~conforme às necessidades da supressão~~.

Art. 10 - As eleições do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, serão realizadas em 3 de outubro de 1965.

Art. 11 - A Junta Governativa Provisória, no interesse da paz pública e da honra nacional, poderá expedir decretos de suspensão de direitos políticos pelo prazo máximo de cinco (5) anos e de cassação de mandatos eletivos.

Art. 12 - Ressalvadas as disposições que pelo presente Ato ficam modificadas ou na forma dele forem revogadas, continua em vigor todo o direito positivo constitucional da União **[À MÃO: (Constituição de 1946 e suas Emendas)]** e dos Estados.

Art. 13 - O presente Ato entra em vigor nesta data.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro,

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

A herança

Carlos Heitor Cony

Do dia 1º de abril até ontem, foram presas milhares de pessoas. Não sabemos os nomes, as profissões e os pensamentos dessas pessoas. Sabemos apenas que estão presas em algum lugar – ou em qualquer lugar. Pelas cartas que nos chegam, pelas informações que subitamente colhemos numa entrelinha de noticiário, sabemos que a maioria desses presos nem sequer foi interrogada ainda. Estão presos há mais de 30 dias e nem sequer sabem por que estão presos.

O drama dessa gente – infelizmente – é um assunto à parte. Tão perplexos quanto os presos, estão alguns cidadãos que tiveram seus direitos e mandatos cassados: não lhes foi pedido um esclarecimento, uma declaração. Muitos deles – tal como presos – perderam tudo e não sabem por que perderam tudo. Para citar alguns nomes: o prof. Anísio Teixeira, o economista Celso Furtado, o jornalista Edmar Morel. Exagero quando digo que perderam tudo. Muitos deles já receberam propostas do estrangeiro para cargos altamente honrosos.

Mas voltemos aos presos. João de Tal, pardo, 35 anos, metalúrgico, na manhã do dia 10 de abril, chegou a seu local de trabalho e foi preso. Levado no tintureiro que ele via lá no morro: no dia em que prenderam “Tião Medonho” e o retiraram ferido do barraco-fortaleza. Pois no mesmo tintureiro destinado aos criminosos, João de Tal é carregado pelas ruas da cidade e, de repente, jogado num pátio onde duzentos ou trezentos Joões de Tal estão vivendo a mesma tragédia.

João de Tal é homem. Suporta estoicamente o cimento frio do pátio, o fedor das secreções em volta, a comida incerta e deteriorada. Suporta até mesmo o espancamento esporádico que os policiais ou os militares promovem para “baixar a moral da rapaziada”. João de Tal não sofre por isso nem com isso.

Sofre mais, porém. Deixou em algum lugar a família. Mulher, sei lá quantos filhos, talvez um agregado, que tanto pode ser um amigo tuberculoso, um papagaio, um cachorro ou um parente afastado de sua mulher. Na tarde do dia 10, toda essa gente esperou inutilmente pelo chefe da casa – daquilo que com algum esforço se pode chamar de casa. A noite caiu e caíram também a incerteza e a impotência: desastre do trem, acidente no trabalho, ou simplesmente a emboscada estúpida em qualquer biboca por aí.

Talvez alguém tenha mencionado a Polícia ou o Exército. João de Tal gostava do PTB: vira um candidato a vereador, há tempos, distribuir flâmulas do Partido. Havia duas cores fatais: vermelho e negro. João de tal entregou a alma e o corpo àquela flâmula rubro-negra. Pendurou-a em sua sala, ao lado da outra flâmula – flâmula não, pavilhão rubro-negro. Era a decoração e o orgulho da casa.

João de Tal não poderia ser preso por isso. Muita gente no morro também era PTB, era até comunista, e continuava solta, saía para o trabalho todos os dias e todos os dias inexoravelmente voltava.

Não foi preciso sindicar muito. Um vizinho trabalhava no Ministério da Educação. Não era doutor, era simplesmente ascensorista. Pois o ascensorista recebeu um papel para declarar o nome dos conhecidos que eram subversivos. O ascensorista perguntou a uma funcionária da biblioteca o que era subversivo, a funcionária respondeu firme: “É ser do PTB!”

A delação foi feita e o ascensorista não sabe que ao lado de sua casa, por culpa na qual ele não chega a ter culpa, uma família inteira, mais o agregado – talvez apenas um papagaio – esperam inutilmente que João de Tal volte com seus braços fortes para o sustento de todos. Com seus dentes brancos para o sorriso de todos.

Para atender a essa gente, a todos os Joões de Tal que não voltaram ou não voltarão um dia, espero merecer a atenção e o respeito de todos. É preciso que alguém faça alguma coisa por essa gente. E já que não se pode mais pedir justiça, peço caridade.

[Voltar]

[Voltar]

Conversa com PR, conta-nos que o Meira foi procurado por um cara da linha dura; que os panfletos contra Golbery não são da linha dura; que admitiam que é o pessoal dos serviços de informações. O Hugo disse: “a linha dura não existe.” **E o PR emendou: “Existe sim, Chaves, Ruy os dois Helios, o Boaventura, o Araripe, o Natalino. Os zurrapas de maneira geral.”**

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Para o Ibiapina:

1) Mais informado do que pensa. Aí é que são muito mal informados sobre o Presidente. Tiram conclusões injustas (vive com políticos corruptos e abandona os militares, etc.) e, nelas persistindo, estão ferindo uma pessoa que é a pessoa do Recife.

2) Não compreendo o recado de que "os oficiais do IVº Exército são contra a corrupção". Que querem dizer com isso? Sempre paguei o aluguel de prédio militar, as contas da carne e de todos os gêneros de subsistência; fardei-me por minha conta. Nunca, como Presidente, deixei de punir os corruptos, isto é, todas as proposições de cassação foram por mim aprovadas. Nenhuma ficou rejeitada ou arquivada! Não estou roubando e faço tudo para que não roubem. Então, porque o recado, talvez sibilino?

3) Veja que aí a origem da legitimidade da chefia é oposta a que se adota normalmente. Nos Iº, IIº e IIIº Exércitos, os chefes comandam do alto para baixo, ouvindo, sem dúvida, aspirações, sugestões e mesmo advertências dos subordinados. Mas daí me informaram oficialmente que os Comandantes de unidades apoiam os capitães, depois recebem a aprovação dos generais e estes pedem ao alto que sejam prestigiados. Não compreendo isso. Ainda mais, que as soluções não podem contrariar as suscetibilidades dos oficiais. Mas a dignidade do Ministro e do Presidente devem dobrar-se às convicções da oficialidade, mesmo agindo dentro da lei.

4) Tenho a impressão de que não querem situar-se no conjunto. Daí, a inconveniência da atitude. Temos que arranjar uma base política para a Revolução, melhorar o cambio, arrecadar empréstimos, reorganizar tudo. O povo ainda, na sua parte pensante, nos espia, não tendo ainda nos dados um apoio franco e... indispensável. O estudante se acha ainda distante da Revolução. Cada episódio fora da lei é um passo atrás na opinião pública (não é opinião pública demagógica) e uma restrição no estrangeiro.

5) **Precisamos resolver os problemas que nos desafiam. Não sou somente Presidente de expurgos e prisões. E não pedi para ser o que hoje sou. Aceito sugestões daí!**

6) Vejamos um caso: o Supremo dá um habeas corpus ao Seixas ou ao Arraes. Que devo fazer? Se não soltá-lo será muito pior, mas muito pior do que não soltá-lo. Consultar a oficialidade?

7) Os comandos (parece!) precisam se antecipar aos acontecimentos. Se permanecem na atitude de discutirem ordens e de só cumprirem o que acharem não contrariar a oficialidade, já estão numa fase de pré-rebelião. O Presidente e o Ministro nunca darão ordens indignas e que maltratem a honra militar. Mas os militares não podem desonrar as duas altas autoridades.

8) Examinem os casos dentro da situação nacional e pela consolidação da Revolução.

9) Estou disposto a cumprir a minha missão. Melhor se for com a sua ajuda.

10) Muito me tenho lembrado dos bons tempos do Recife. A velha casa da Rua do Hospício e o modesto quartel general da Rua do Príncipe! Não estou distante daí. O tempo aumenta a recordação do que passou, mas que está em mim como numa devoção.

No meio de tudo isso, eu me lembro sempre da Dona Zilma e das meninas. Lembranças a todos. Um apertado de seu velho camarada e amigo de sempre.

Castello

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

PR: “Eu tenho que ficar a vida inteira aqui protegendo os assassinos? Engraçado, ninguém vê esse aspecto. Muito bonito! O Ramiro banca o galo e daqui a uns meses vai para a reserva. No Exército não há chefia! São uns “Generais de borra”, como dizia o Castello.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

ALGUMAS IDEIAS PARA O “ESCLARECIMENTO”.

1). Antes de entrar nas considerações a que me proponho, convém recordar o ambiente em que vivia o Brasil, e principalmente o Nordeste, ao tempo em que visitei diferentes Guarnições Militares a mando do Presidente CASTELLO BRANCO.

A fase violenta da Revolução, aquela sem a qual não se poderia reiniciar a nossa marcha como Nação soberana, estava finda e encontrávamo-nos no período de apuração das responsabilidades dos que haviam procurado levar o Brasil ao caos e quase atingirem a liquidação de sua consciência democrática.

Ao contrário do que tem ocorrido em todos os países do Mundo, onde tais movimentos têm se processado, sobre um mar de sangue e de torturas, haja visto, nos últimos tempos, as centenas de milhares de fuzilamentos em CUBA e na INDONÉSIA, a destruição sistemática da mente e das vidas humanas nas lutas chinesas, a Revolução Democrática Brasileira decorreu quase sem vítimas e as mortes foram tão poucas que podem ser contadas pelos dedos.

Como em todo movimento em que há choque de massas houve alguns excessos, condenáveis por certo, mas que são impossíveis de evitar, excessos que se verificaram em número incrivelmente reduzidos no BRASIL e apenas na fase inicial do Movimento, quando os ânimos se encontram naturalmente exacerbados, excessos que, se olharmos o que se passa em outros países, mesmo fora das fases agudas de luta, podem ser colocados em sua verdadeira proporção, como prova a mais de que em nossa terra existe o respeito à pessoa humana.

2). Desde o início a Revolução de 31 de Março procurou evitar os caminhos da ditadura. Um Governo democrático foi instituído e, mesmo nos períodos mais agudos, a liberdade de imprensa foi mantida. Jornalistas adversários da Revolução puderam sempre externar suas divergências e, mais do que isso, atacá-la e aos seus homens, sem que sofressem o menor constrangimento.

3). Dentro da técnica da Guerra Revolucionária, e sentindo que as Forças Armadas constituem barreira intransponível para subversão enquanto coesas, disciplinadas e bem compreendidas pela opinião pública, há que enfraquecê-las, dissociá-las e, principalmente solapar o apoio que podem receber do povo se se deseja derrubar o regime que elas apoiam.

Essa técnica tem sido constantemente utilizada pelos adversários da Revolução e, em meados de 1964, seguindo tal caminho, foi desencadeada, em certa imprensa, campanha de finalidade desmoralizadora do Movimento com base nos poucos casos de excessos cometidos no calor da luta ou do clima de choques que se seguiu. Essa imprensa nunca teve interesse em dizer a verdade. Quando muito apresentava, de forma para ela conveniente, a meia verdade.

Havia o deliberado interesse de torcer, deturpar ou exagerar os fatos conforme a conveniência.

Tanto assim que, certo jornalista, desafiado pelo então Comandante da 7ª Região Militar a contar a verdade, tanto a má como a boa, apesar de ter assegurado perante testemunhas que assim procederia e que aceitava o desafio, continuou a apresentar os fatos apenas nos seus aspectos negativos.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

TORTURA E INSENSIBILIDADE

"Se "eles" ganhassem, haveria o Paredon", dizem muitos "revolucionários" e deste argumento se valem para apelar para a violência, praticarem a tortura e aviltarem a condição humana, não só dos torturados e torturadores, como a de todos os que vivem neste País. Todos os dias, desde 1º de abril, os jornais publicam notícias de espancamentos. Todos os dias, desde 1º de abril, o público e as autoridades tomam conhecimento, com detalhes cada vez mais precisos e em volume cada vez maior, de atentados contra o corpo e a mente de prisioneiros, culpados e inocentes. No entanto, todos os dias, desde 1º de abril, o silêncio passa por sobre esses crimes. Não há uma explicação, uma nota, um protesto oficial sobre as denúncias. Este silêncio e a própria frequência com que se toma conhecimento das torturas, provocam uma reação ainda mais sinistra: verifica-se a tendência para cair numa gradual insensibilidade, esgotando-se a capacidade de sentir horror e revolta. Pouco a pouco, cada um procura fazer um pacto de convivência com a própria consciência traumatizada e constrói, em torno de si, uma redoma. Já há quem se contente em andar livremente, sem sofrer vexames. Entramos em um torpor moral e nos obrigamos a esquecer o sofrimento alheio.

***

O esforço de autoinsensibilização que se pratica, entre nós, é normal e humano. É mesmo uma reação inconsciente de sobrevivência e adaptação. Mas não podemos torná-la coletiva, sob pena de argelizarmos o Brasil, deixando o campo livre aos equivalentes nacionais dos paraquedistas do general Massu. Como multidão, temos o dever de reagir e pedir contas ao governo, que, mal ou bem, representa a multidão – até quando imperará, insofreada, a brutalidade nas cadeias e nos quartéis brasileiros? Até quando permitiremos que a tortura nos degrade, pois que degradados estamos enquanto houver, em qualquer canto desta terra, uma só vítima brutalizada.

***

Funcionários da Petrobrás foram torturados na Refinaria Duque de Caxias e na região de produção da Bahia. Em Santos, cidade aterrorizada pelo capitão-de-fragata Julio Bierrenbach, os que saem do navio-presídio "Raul Soares" contam os horrores físicos e morais que passaram. No Rio Grande do Sul, uma revista fotografou um campo de concentração e as notícias de espancamentos entram já na rotina. Em Pernambuco, promove-se o fuzilamento fictício de presos.

Publicamos hoje detalhada descrição dos métodos usados no Centro de Investigações da Marinha. Na Universidade Rural, dois estudantes foram interrogados tendo como instrumento de persuasão um arame que passava pelos polos de um telefone e lhes dava choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo. No Rio de Janeiro, os carrascos da DPPS inventam novos requintes de violência. A única manifestação oficial sobre o assunto foi a ordem, dada pelo sr. Carlos Lacerda, de readmissão, no serviço público, dos espancadores da Invernada de Olaria. Também no Rio de Janeiro já ocorreram dois suicídios de homens que preferiram pular para a morte a continuar sofrendo interrogatórios.

***

Revivemos, no Brasil, o tronco dos escravos, o pau-de-arara, o telefone. Usamos a prisão em cubículos mínimos que Luís XI empregara na Idade Média. E também usamos técnicas modernas de desagregação de personalidade, com as luzes permanentes, a imobilidade forçada, a encenação de falsos assassinatos.

Será para isto que o sentimento religioso do povo foi despertado e mobilizado nas “marchas pela família”? Será que os chefes militares não veem que os torturadores de suas fileiras conspurcam o movimento que chefiaram? Até quando terão o presidente Castello Branco e seus ministros ouvidos surdos aos gritos que por toda parte ecoam? Estará a tortura institucionalizada pela “Revolução Redentora”?

[Voltar]

[Voltar]

Pessoal e Secreto

IMPRESSÃO GERAL nº 4

Semana de 1 Ago a 6 Set 64

I – CAMPO INTERNO

1. Político

A semana transcorreu calma, sem qualquer acontecimento de caráter dominante.

As repercussões do Manifesto de JG amorteceram-se através de simples cansaço da chamada "linha dura" – renovação do Ato Institucional, estado de sítio, cassação do mandato de líder do PTB etc – a que correspondeu, no seio deste Partido, um fundo ressentimento, quase generalizado, contra a liderança egoísta e irresponsável do ex-Presidente da República, a exercer-se desde seu confortável exílio no Uruguai.

Por outro lado, manifestações incontroladas e emocionais da "linha dura" no setor das investigações e inquéritos – caso da Delegacia de Imposto de Renda em SP, a intempestiva intervenção em Alagoas, o caso Sérgio de Rezende e o problema Seixas Dória – continuassem a intranquilizar o país, prejudicando a imagem da autoridade indiscutida do governo federal e dando alguma substância a denúncias, em grande parte exageradas embora, de perseguição e torturas que estariam ocorrendo, sobretudo no NE. Tudo isso em desfavor, no campo internacional, do crédito que já vem, a duras penas, **[ILEGÍVEL]** a Revolução e o atual governo em seus sinceros propósitos de normalização de vida do país.

Dessa forma, os adeptos do janguismo mais os comunistas da corrente agressiva atuam, afinal, em convergência com os seguidores da "linha dura" revolucionária, uns provocando e estimulando os outros, com propósitos totalmente diversos mas que coincidem, num primeiro tempo, na criação de um clima de agitação que a todos interessa igualmente. E é num quadro que ganham ressonância acrescido os frequentes informes – não de todo fantasistas, por certo, e pois nunca desprezíveis – sobre rearticulações subversivas com vistas a sabotagens, atentados pessoais e mesmo **[ILEGÍVEL]** armadas.

Se algum lado positivo oferece esse panorama, contudo, é no que respeita ao surgimento de condições favoráveis a uma aglutinação, em torno do Executivo Federal, de todas nas forças políticas atualmente interessadas na ordem e tranquilidade públicas, através do efetivo fortalecimento do poder civil. E para tanto impõe-se a estruturação de um sólido apoio parlamentar, sendo certo que mesmo no PTB e correntes mais da esquerda muitos elementos há que bem se tal conto de tais significações da hora presente.

Quanto ao problema particular da coincidência de mandatos, finaliza-se o ponto de vista prorrogacionista, ao qual já se filiou o próprio governador da Guanabara cuja preocupação maior, no momento, parece ser, porém, a de encontrar uma saída favorável para o problema por ele mesmo conscientemente criado com a aplicação inconstitucional de dispositivos de Ato Institucional, de seu Estado. Acalentando a ideia de uma renúncia dramática que o livraria das inseparáveis dificuldades de uma administração estadual, sabidamente bem aquém dos processos de realização antes apresentadas – os projetos dos telefones, túnel e água estendidas em 30.6 bilhões de cruzeiros **[ILEGÍVEL]** nada menos que 133 (3,5 para 15; 7.1 para 31; e 20 para 87) –, cuida o CL de garantir um sólido **[ILEGÍVEL]** com a presença à testa do processo estadual, em qualquer hipótese, de seu fiel amigo Rafael de Alencar Magalhães.

Além da pífia tentativa de "impeachment" do sr. AB em SP e dos inúmeros avanços e recuos na convocação da convenção da UDN, nada mais ocorreu de **[ILEGÍVEL]** no cenário político nacional.

No setor administrativo, o problema das concessionárias continuou em foco, buscando dia a dia as resistências já esperadas. Lamentável **[ILEGÍVEL]** (emendas Agripino), a pressão do monopólio de papel de imprensa (Klabin-Lafer) mobilizam os setores discretamente interessados, numa ressonância maior na opinião pública.

2. Psicosocial

Neste campo, o problema fundamental é o dos acordos sindicais (metalúrgicos, bancários, têxteis etc) que estão pondo à prova os próprios fundamentos da política salarial estabelecido pelo processo federal, dentro das imposições indeclináveis de um decidido combate a inflação.

Não só quanto aos níveis de aumento (não mais inferiores ao acréscimo real do custo de vida), mas principalmente no que se refere aos prazos de vigência (admitidos reajustamentos semestrais mesmo sem prévio condicionamento), parece desenhar-se ligeira brecha entre a orientação traçada para o campo econômico-financeiro a que está sendo seguida no setor trabalhista. E isto é tanto mais provas quanto os acordos em pauta interessam a categorias das mais expressivas e adestradas de nosso mundo sindical, capazes de explorar a fundo qualquer evidência de debilidade.

Por outro lado, o comportamento de certos prazos patronais, oferecendo, de saída, vantagens excessivas, muito além dos austeros, padrões seguidos pelo governo, pareceria totalmente estranho se não devesse admitir, como persistentes, velhos hábitos, adquiridos

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

~~Presidência da República~~
~~Gabinete Militar~~
Rio, 30 de outubro de 1967

Explicação pessoal do
Min Gen Ex Ernesto Geisel

Na sessão plenária da Câmara dos Deputados, a 24 do corrente, foi apresentado um relatório elaborado por uma comissão do MDB que fora a Juiz de Fora ouvir presos políticos indiciados ou denunciados como incursos na Lei de Segurança Nacional, e que teriam sido seviciados por autoridades militares. Nessa oportunidade, em aparte ao orador, dois deputados, referindo-se à missão que, na qualidade de Chefe do Gabinete Militar da Previdência da República, recebi do Presidente Castello Branco e me levou, em setembro de 1964, aos estados de Pernambuco, Bahia, Guanabara, São Paulo e ao Território de Fernando de Noronha, qualificaram caluniosamente a minha atuação no cumprimento do encargo, dizendo um que ela fora omissa e outro que eu mentira nas conclusões.

2 – O respeito que devo aos colegas deste Tribunal, o resguardo de minha reputação, indispensável ao exercício do cargo de General-Juiz e, também, a consideração do local ~~em que~~ onde foi feita essa agressão à minha honorabilidade, tornam necessários os esclarecimentos que passo a dar e através dos quais pretendo demonstrar a lisura do meu procedimento.

Perdoem-me a atenção que lhes estou exigindo, mas, sinceramente, acredito que se trata de questão importante, não só para mim, mas para o próprio Tribunal, inclusive porque, de certo modo, se relaciona com a Justiça Militar.

3 – De início devo dizer que não examinarei os antecedentes e as personalidades dos dois deputados que me caluniavam, nem os propósitos reais que possam ter em vista assim procedendo. É matéria marginal da que **[RASURA]** me proponho aqui versar e de que não me afastarei. Poupo, assim, aos Srs. Ministros de ouvir coisas que, seguramente, não são agradáveis e, mesmo, **[RASURA]** próprias deste ambiente.

4 – Isso posto, entremos na questão.

A partir de meados de 1964, alguns jornais, principalmente o *"Correio da Manhã"*, desencadearam uma intensa campanha, denunciando maus-tratos e torturas que estariam sendo infligidos a presos políticos, notadamente no Estado de Pernambuco.

O Sr. Presidente da República que tinha a preocupação básica de restabelecer a normalidade da vida nacional e, por isso, acompanhava com real interesse o desenvolvimento dos inquéritos mandados instaurar pela Resolução e, bem assim, as atividades contrarrevolucionárias de diversos grupos inconformados, julgou necessário, em virtude dessa campanha, esclarecer-se mais pormenorizadamente. Determinou, pois, sem prejuízo de providências já anteriormente recomendadas, a minha ida aos Estados e Território mencionados, a fim de buscar minuciosas informações para a adoção de providências imediatas e assegurar a vigência de todas as franquias constitucionais. Essa resolução, justamente com outras medidas objetivas para investigações nos Estados de São Paulo e da Guanabara, foi divulgada em nota oficial, transcrita nos jornais de 15 de setembro de 1964.

A missão que então me foi atribuída pelo Presidente Castello Branco, consistia em levantar a situação em cada uma daquelas áreas, junto às suas mais altas autoridades, tanto civis, como militares e informar a essas autoridades sobre a situação geral do País e da orientação do Sr. Presidente, em matéria de segurança interna e quanto aos inquéritos. Em seu desdobramento e subsidiariamente, a missão comportava: saber da procedência das denúncias de maus-tratos e torturas em presos e das providências adotadas para comprová-las, apurar sua responsabilidade e dos meios para evitar que se reproduzissem; verificar se havia incidência atual de torturas; examinar o estado em que, de modo geral, os presos se encontravam (instalações, alimentação, saúde, etc.); tomar conhecimento dos inquéritos ainda não concluídos; formular sugestões junto às mencionadas autoridades e ao Sr. Presidente. **[RASURA]**

5 – No cumprimento da missão, entre 15 e 21 de setembro, estive em Recife, Fernando de Noronha, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo – principais áreas em que se encontravam presos sujeitos a inquéritos.

Verifiquei que as denúncias veiculadas pela imprensa, com grande alarde e amplitude, não tinham confirmação concreta nos fatos reais por mim encontrados em todas aquelas áreas. O estado em que se achavam, na época, os presos visitados, tanto em Recife, como em Fernando de Noronha e Salvador, demonstrava um tratamento tão humano quanto era possível nas instalações por eles ocupadas, as quais, por não serem próprias à finalidade a que então foram destinadas, haviam sido adaptadas do melhor modo. Todos tinham boa alimentação, assistência médica e recebiam visitas de seus familiares (com restrições em Fernando de Noronha, por falta de transporte). Dos presos por mim ouvidos e que foram muitos, entre eles os principais próceres da subversão em Pernambuco, o ex-governador de Sergipe e líderes esquerdistas da Petrobrás na Bahia, as queixas se referiam, normalmente, à precariedade das instalações, à privação da liberdade por longo tempo e revelavam sempre preocupação angustiante pela situação e subsistência dos respectivos familiares.

6. – Um reduzido número de casos em que havia indícios de torturas, na área de Pernambuco, foi comunicado ao General Comandante da 7ª Região Militar, tendo essa autoridade informado, detalhadamente, que já estavam sendo objeto das necessárias averiguações em IPM e em sindicâncias oficiais.

[RASURAS] Observei, aliás, que a prática dessas torturas, segundo as queixas formuladas, teria ocorrido na fase inicial da Revolução (dia 2 de abril de 1967, relativamente a Gregório Lourenço Bezerra), e não se teria estendido além de 10 de maio do mesmo ano.

7 – Do que acabo de expor, verifica-se que a matéria comportava, na sua apreciação, duas fases:

– uma, a partir da eclosão da revolução, até 10 de maio, aproximadamente, em que, possivelmente e pelas razões que constam adiante, ocorreram alguns casos de maus-tratos, sevícias e torturas – em número reduzido, repito – e que, na época, estavam sendo objeto de apuração pelas autoridades responsáveis;

– outra, posterior e que encontrei na ocasião de minha presença local, quando já tinham cessado aquelas anormalidades de caráter arbitrário e desumano.

8 – Foi isso que, em relatório preliminar, informei ao Sr. Presidente da República e que, em essência, consta das poucas declarações que fiz à imprensa. Como confirmação, transcrevo textualmente do *Jornal do Brasil* e do *Globo* algumas dessas declarações, deixando à margem as manchetes com que foram publicadas e pelas quais, obviamente, não posso ser responsável:

Jornal do Brasil – 17 de setembro de 1964

"As notícias de torturas e sevícias contra os presos, logo após a revolução, já eram objeto de investigações e diligências por parte das autoridades da 7ª Região Militar."

"Em Fernando de Noronha não houve maus-tratos, nem sevícias."

"Minha visita na manhã de hoje a Fernando de Noronha convenceu-me de que não houve tais fatos."

"Não há condições ideais para presos, mas tratamento condigno à condição humana de cada um, higiene e boa alimentação."

"Globo" – 17 de setembro de 1964

"O General Geisel disse hoje à noite, antes de embarcar com destino a Salvador, que as notícias de torturas e sevícias em presos, logo após a Revolução, já eram objeto de investigações e diligências por parte das autoridades da 7ª Região Militar. E afirmou que na visita de hoje de manhã a Fernando de Noronha convenceu-se que não houve tais fatos, pois todos os presos políticos ali recolhidos estão sendo muito bem tratados, tanto sob o ponto de vista físico, como moral."

"Em Fernando de Noronha não houve maus-tratos, nem sevícias."

9 – Sobre as outras áreas abrangidas na missão, nada de maior importância há por dizer.

Em Salvador encontrei situação semelhante à de Recife, embora com menor número de presos. Lá estive com o ex-governador Seixas Dória que afirmou não ter sofrido qualquer tortura, negando-se a fazer reclamações.

Na Guanabara, o Sr. Ministro da Guerra já determinara ao Comando do I Exército a realização de investigações sobre as denúncias locais e que constituíam um dos ~~principais~~ temas do ataque da imprensa.

Em São Paulo, o Brigadeiro Comandante da 4.ª Zona Aérea franqueara, à imprensa, aos parlamentares e a outras pessoas interessadas, a Base Aérea de Cumbica, onde foi comprovado o

bom tratamento dispensado aos presos que lá estavam. Em outra prisão, no navio *"Raul Soares"*, fundeado no porto de Santos, também se viu que os presos tinham tratamento condizente com a **[RASURA]** dignidade humana.

10 – Em decorrência do que me foi dado observar, sugeri diversas medidas práticas às autoridades locais e ao Sr. Presidente, notadamente as seguintes:

a) – providências para maior rapidez na conclusão do IPM;

b) – liberação de presos cuja prisão não era essencial;

c) – transferência de presos de Fernando de Noronha para Recife;

d) – transferência de presos civis para estabelecimentos correcionais dos Estados, sempre que possível;

e) – constituição, em Recife, de uma "Comissão **[RASURA]** de Investigações", composta de altas autoridades locais, para investigar as condições em que estavam sendo mantidos os prisioneiros políticos;

f) – acionamento da Legião Brasileira **[RASURA]** para a ampla assistência aos familiares dos presos.

A execução dessas providências trouxe, sem dúvida, reais benefícios, principalmente para grande número de presos.

11 – Do que precede, parece-me que já se pode dizer que as conclusões que transmiti ao Sr. Presidente – em exposição verbal, preliminar, e, depois, em longo relatório – não permitem a afirmação de que fui omisso, nem a de que menti.

Para maior evidência da verdade, permito-me transcrever ainda as seguintes conclusões de outras personalidades e que confirmam as minhas:

a) – A condição feita em Santos, a bordo do "Raul Soares", transformado em navio presídio (94 presos), comprovou que todos os presos "estão recebendo tratamento condizente com a dignidade humana". Mereceu o seguinte despacho do Juiz-Auditor: "A vistoria procedida pela douta Promotoria, veio esclarecer aquilo que se esperava: tratamento condigno aos presos do "Raul Soares". As acusações infundadas estão desfeitas. Restou entretanto a calúnia. Caluniar, caluniar, caluniar, sempre restará um pouco. Que a imprensa falada, escrita e televisionada dê aos acusadores gratuitos e aos vulgares caluniadores cabal repúdio."

b) – A Comissão Civil de Investigações constituída em Recife, ~~por iniciativa do~~ pelo General Comandante do IV Exército e integrada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco, Procurador-Geral do Estado, Presidente da Ordem dos Advogados e Vigário Geral da Arquidiocese, em relatório final de seus trabalhos, datado de 5 de outubro de 1964, entre outras considerações, diz:

"Após exaustiva inspeção nos locais de detenção dos presos políticos, quer em unidades das Forças Armadas, quer nas polícias militar e civil do Estado, constatou ser absolutamente normal, atualmente, o tratamento dispensado aos prisioneiros. Há deficiências resultantes de fatores alheios ao ânimo dos responsáveis pela guarda dos mesmos, porque oriundas de instalações precárias, na maioria dos estabelecimentos destinados ao recolhimento carcerário, de insuficiência de meios para fornecimento de melhor alimentação e atendimento de outras necessidades, inclusive quanto à limitação do número de presos em relação ao espaço das celas disponíveis.

Nos fatos alegados pelos presos, quanto às violências sofridas anteriormente, há que consideração, em sua apreciação, que a maioria delas ocorreu no dia mesmo e nos imediatamente subsequentes à Revolução. É de se observar, então, que os acontecimentos sociais, políticos e militares estiveram sujeitos à própria contingência dos movimentos revolucionários em geral. Sucede em momentos assim, a total e imediata substituição das autoridades, o ciclo de rápida ação militar e a eclosão de toda uma gama de emoções e mesmo o desencadear de paixões e represálias incoercíveis, quer dos diretamente empenhados nas operações revolucionárias, quer de grupos sociais e políticos interessados na história do movimento. Sem esquecer que os elementos afastados do poder, ou com suas tendências político-sociais contrariadas, propendem à posição de resistência, que o movimento deflagrado porfia em debelar, para atingir seu objetivo. Nessa conjuntura, parte dos acontecimentos foge ao controle das lideranças e dos comandos, resultando, por vezes, em atos e fatos discrepantes das linhas e normas desejáveis. A cessação imediata ou retardada desses excessos, após a instauração de uma nova ordem, é que serve para definir os propósitos reais do movimento.

No caso em exame, não se poderia esconder que as violências contra prisioneiros tiveram pronta cessação e não apresentaram, mesmo nos primeiros instantes, caráter de generalidade.

Da verificação das datas indicadas pelos queixosos, ver-se-á, prontamente, que o número de casos decresceu rapidamente logo nos primeiros dias e, praticamente, reduziu-se a quase nenhum, depois de dez de maio, quando, inclusive, eram abertos pelo IV Exército inquéritos para apuração de denúncias dos casos de maior gravidade.

Em seguida, há de se considerar a intensidade e a gravidade dos fatos referidos nos depoimentos dos queixosos. Neste particular – sem apoiar ou justificar qualquer excesso –, verifica-se que quatro casos se destacam de modo a merecer especial atenção. Trata-se de reclamações feitas pelos presos políticos UBIRACI BARBOSA, GREGÓRIO LOURENÇO BEZERRA, VALDIR XIMENES DE FARIAS e IVO VALENÇA, sobre os quais a Comissão foi informada de que já existem, em curso, inquéritos para apurar responsabilidades. Afora estes fatos, aparecem outras irregularidades, estas facilmente sanáveis, tais como proibição de acesso de advogados, a alguns prisioneiros, e falta de regime especial de prisão para determinadas pessoas que a ele têm direito, por força de lei.

Com essas considerações, conclui a Comissão o relatório das verificações feitas.

Testemunhando o humano tratamento ora dispensado a todos os presos políticos na área de Recife, e se permitindo indicar à competência das autoridades aqueles outros fatos pretéritos referidos pelos prisioneiros, cujas declarações, tomadas por termos, vão a este anexados";

c) – O próprio Sr. Marcio Moreira Alves, autor de "Torturas e torturados", diz:

"A primeira vez que os jornalistas puseram os pés nos quartéis de Pernambuco para este fim foi em setembro, quando acompanhavam a comissão civil de investigações criada em virtude das denúncias que fizéramos. A esta altura a maioria dos presos políticos havia sido transferida para as prisões civis e as torturas, por parte dos militares, haviam cessado há dois meses" (pág. 31);

"A viagem de inspeção que não resultou na punição de nenhum dos torturadores, teve ao menos o mérito de paralisar as torturas que, em Recife, só se repetiram quase um ano mais tarde" (pág. 46);

"A viagem de Geisel, no entanto, teve o grande benefício de reforçar a posição do General Murici e dos que, com ele, desejam apuradas as responsabilidades, mesmo que em inquéritos sigilosos."

(pág. 59)

12 – Devo ainda acrescentar que o maior interessado no correto desempenho da missão que me confiara, era o Sr. Presidente da República. Eu era agente dele e não um inquisidor a serviço de jornal, nem de qualquer dos articulistas que, por certos órgãos da imprensa, combatiam a Revolução. E o Presidente Castello Branco, de quem, com muita honra, fui auxiliar imediato, nunca manifestou qualquer restrição à maneira como cumpri a missão em causa e, pelo contrário, nesse encargo, como em todos os mais, sempre me dispensou a maior consideração e apreço. Basta observar que, através de múltiplas vicissitudes, tensões e dificuldades de toda natureza, na edificação gigantesca que é a obra de seu governo, me manteve ao seu lado, em cargo de sua imediata confiança, do primeiro ao último dia.

14 – Por fim, concluindo esta exposição que, a meu contragosto já vai muito longa, mas que a elucidação dos fatos exige, transcrevo algumas das oportunas declarações do General Aurélio de Lyra Tavares que vinha de assumir o cargo de Comandante do IV Exército e, pois, não tinha qualquer vinculação com as ocorrências anteriores na área que passava ao seu Comando, declarações publicadas no “Jornal do Commércio” de Recife e feitas a respeito do relatório da mencionada Comissão Civil de Investigações:

“A rigor a autoridade militar, extremamente zelosa e vigilante na autofiscalização de sua conduta e consciente das suas responsabilidades, sobretudo perante o povo, não tinha necessidade de recorrer, como o fez, ao julgamento idôneo de personalidades civis altamente credenciadas, para a comprovação da verdadeira situação dos presos. Todavia, foi preferível que assim se procedesse, de ver que um tal julgamento partido de insuspeitos e dignos representantes dos mais diversos setores de atividades públicas, oferece condições melhores para destruir falsidades e lendas propositadamente criadas em torno do assunto por comentários tendenciosos, cujos autores, perfeitamente identificáveis nos seus propósitos divisionistas e dentro da técnica preconizada pelos teóricos da Guerra Revolucionária, pretendem explorar a credulidade pública, atribuindo a elementos das Forças Armadas arbitrariedades e abusos de autoridade, incompatíveis com a dignidade da função militar e o sentimento humano.

O que tenho verificado – sem surpresa, aliás, mas sempre com grande orgulho – é que, embora tenha havido uma revolução, com as reações naturais dos que foram subjugados, alguns perigosos, cujas prisões se tornaram necessárias para a restauração da tranquilidade pública e do decoro da administração, muitos dos próprios detidos procuraram amparar-se na proteção da Autoridade Militar, receosos dos excessos próprios dos primeiros momentos com que podiam, inclusive, ser vítima da indignação popular.

E, à medida que se consolidou a repressão da desordem, o Comando do IV Exército procurou atender, dentro das limitações dos seus recursos improvisados, à proteção e ao tratamento humano dos elementos detidos, dando-lhes, desde o início, a segurança necessária contra os excessos eventuais decorrentes da exaltação do ânimo do povo.

Nesse sentido tenho depoimentos expressivos, suficientes para desmascarar a maledicência dos que veiculam com reportagens sensacionais ou tendenciosas, comentários e insinuações facilmente

identificáveis com a técnica da ação comunista no campo psicológico.

O que fica bem claro, na síntese do Relatório, é que a Comissão com a sua autoridade, a sua independência e a sua isenção, confirma o que já é do conhecimento do Comando do IV Exército: depois de libertados, na sua maioria, os presos inicialmente detidos, seja por inculpabilidade comprovada, seja pela desnecessidade de mantê-los sob custódia, ficaram os detidos reduzidos à percentagem relativamente pequena dos atingidos pelas sanções da revolução e mais seriamente implicados na subversão e na corrupção que ela tem por fim combater e continuará combatendo.

Se houve alguns casos raros de violência, é porque foram inevitáveis como assinalou a Comissão.

Ninguém lamenta mais esses fatos, felizmente limitados, do que o Comando e os integrantes do IV Exército, cujas atividades se exerceram, desde o início, no sentido de evitá-los e reprimi-los, com o que foi possível restabelecer, tão depressa, a situação, antes criminosamente subvertida por agitadores conhecidos.

Cumpre-me reconhecer que os trabalhos da Comissão vieram de público confirmar os dignos e firmes propósitos da Revolução em um objetivo de realizar a reconstrução moral do País, enfrentando de modo direto e desassombrado a ação daqueles que insistem em confundir a opinião pública.”

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

IMPRESSÃO GERAL Nº 6

(Semana de 15 a 21 de setembro de 1964)

I - CAMPO INTERNO

1. Político

O fato dominante da semana foi o ressurgimento da tese parlamentarista, com expressivo apoio político, embora com viabilidade ainda duvidosa. A tese, em si mesma, não assegura a aglutinação das tendências muito díspares existentes, seja quanto às várias fórmulas propostas, seja quanto ao processo de sua efetivação real, oportunidade etc.

No setor partidário, a carta de Maneco Vargas – elogiada, aliás, pela Tribuna da Imprensa – procura mobilizar o PTB para novos rumos compatíveis com a legalidade revolucionária, reagindo à conhecida intenção janguista de, reconhecida já a inviabilidade de próximo retorno, manter pelo menos o controle do Partido. No fundo, postas de lado possíveis ambições pessoais alicerçadas na herança do nome, é mais um esforço no sentido desejável e, sem dúvida, desejado pela maioria dos políticos responsáveis dentro da agremiação, cuja sobrevivência naturalmente se preocupam em assegurar. O PSD dispõe-se a apoiar o governo, seguindo a linha de ação tradicional, mas não perde a oportunidade para tentar barganhas de toda espécie. Enquanto isso, a UDN indefine-se entre apoio e oposição, trabalhada por dissenções internas e ambições personalistas. **[À MÃO: As perspectivas de articulação de uma maioria parlamentar em apoio a iniciativas do governo parecem bastante satisfatórias, desde que as não arrastem as negociações.]**

Nesse quadro, a proposta radical do Gov Magalhães Pinto, a favor da extinção de todos os Partidos e criação de um novo Partido da Revolução, contrapôs-se logo à tese Armando Falcão (redução de número), provocando a reação esperada do Gov da Guanabara, de volta de suas andanças eleitorais pelo Nordeste. De qualquer forma, o problema está lançado em provocação de iniciativa governamental acerca de uma reforma política mais profunda – reforma eleitoral e de estrutura partidária. Reforma essa que viria atender a generalizado anseio, distraindo, ademais, a atenção do penoso setor em que se vem travando a grande e dura batalha contra a inflação, ao mesmo passo que esvaziando a já esboçada campanha sucessória em termos personalistas e radicalizantes, por isso mesmo, sem dúvida, de todo inoportuna. Deter-se-ia com isso, também, a proliferação de candidatos,

entre os quais já surgem, maliciosamente levantados, nomes militares de várias correntes (Costa e Silva, Cordeiro, Kruel, Nelson de Mello).

Na frente subversiva, anunciou-se, descoberto no RS, vasto plano, para delícia da "linha dura". E esta, já sensibilizada com a visível reação esquerdista no setor estudantil, intranquiliza-se com o termo do prazo de aplicação do artigo do Ato Institucional e o encerramento dos IPM. Medidas previstas no setor do Ministério da Justiça – definição do que se deve entender, na prática, por suspensão de direitos políticos e instituição de um andamento acelerado na Justiça dos processos contra subversão e corrupção – poderão concorrer para atenuar tal intranquilidade, se tomadas às veras e em tempo oportuno.

[À MÃO, abaixo: A volta do sr. Raimundo Nobre de Almeida, com Miguel Leuzzi, à direção da Rádio Mayrink Veiga, após ter sido demonstrada, em inquérito realizado, a inaptidão moral de ambos para dirigir e controlar tão importante meio de divulgação, teve péssima repercussão até mesmo entre os funcionários da empresa. Providências foram tomadas junto ao CONTEL para a cassação, plenamente legal, do canal.

Mais significativa está sendo a investigação, ainda sigilosa, na Guanabara, de atividades subversivas em que estariam envolvidos ex-militares. A fuga de dois indiciados civis parece representar sério golpe nas articulações que se processavam. De qualquer forma, positiva-se serem fracas as possibilidades de atuação, a curto prazo, do referido grupo subversivo, ainda não levantado de todo em suas ramificações.]

2. PSICO-SOCIAL

Prossegue a campanha dirigida acerca de torturas e maus-tratos nos inquéritos e investigações, atenuada em parte pela atuação do Governo Federal (viagem do Gen Geisel, inquéritos mandados abrir, contraofensiva do M. Marinha em relação ao Correio da Manhã). Espera-se que nova etapa vise a despertar a piedade em face do desamparo em que se dirá encontrarem-se as famílias dos presos, passando fome e necessidades outras.

[À MÃO, entre os parágrafos: Surgem, também, indícios de uma próxima ofensiva policial e judicial – logo após o prazo de vigência do art 7º do Ato Institucional – para alcançar a revogação deste Ato - lideram esse movimento políticos que tiveram seus direitos suspensos. Ainda no setor da opinião pública, presumia-se campanha desmoralizadora quanto ao movimento "Ouro para o bem do Brasil", sendo espalhados boatos desabonadores quanto ao destino dado aos recursos arrecadados. Seria recomendável a divulgação imediata do montante obtido e do destino que lhe será dado.]

Surgem, também, indícios de uma próxima ofensiva policial e judicial – logo após o prazo de vigência do art 7º do Ato Institucional – para alcançar a revogação deste Ato - lideram esse movimento políticos que tiveram seus direitos suspensos. Ainda no setor da opinião pública, presumia-se campanha desmoralizadora quanto ao movimento "Ouro para o bem do Brasil", sendo espalhados boatos desabonadores quanto ao destino dado aos recursos arrecadados. Seria recomendável a divulgação imediata do montante obtido e do destino que lhe será dado.

No meio estudantil, as esquerdas auxiliadas por excessos da linha-dura, redobrarão de atividade, tirando partido da falta de líderes democráticos engajados e da apatia e desinteresse da classe. As eleições para Centros Acadêmicos e Uniões Estudantis e a escolha de paraninfos e patronos oferecerão novas oportunidades, se não tomadas, a tempo, medidas preventivas.

[À MÃO: ATENÇÃO

Os fatos de mais repercussão nesse setor, todos muito explorados na imprensa, relacionam-se aos IPMs em curso na capital paulista:

- prisão de professores, como estímulo a inúmeras manifestações de hostilidade;

- artigo na imprensa, ridicularizando a maneira como vêm sendo conduzidos os interrogatórios;

- repúdio ostensivo aos inquéritos em faculdades (o slogan do "terrorismo cultural" etc.)

Registra-se, no entanto, um começo de arregimentação por parte dos estudantes democratas, como a criação de um "Centro Universitário de Formação Democrática", sem pregar vinculação político-partidário ou ideológica.

Entre os financiadores de atividades estudantis que visam à agitação, surgem os nomes do sr. Calay, húngaro ou tcheco, do Dinner´s Club e do sr. Fernando Gasparian, de notórias ligações com Almino Afonso, o "grupo compacto" do PTB e ainda conselheiro no CNE.]

Nos sindicatos, a intranquilidade remonta, como era esperado, nesta fase de reivindicações salariais das categorias mais agressivas (bancários, metalúrgicos e ferroviários). Boatos alarmistas como o relativo ao 13º mês, a falta de liderança autêntica, as dificuldades decorrentes do aumento ainda não contido do custo de vida somam-se na criação de um clima desfavorável, desafiando a firmeza e habilidade das autoridades federais.

[À MÃO, com seta apontando para a margem: (TRECHO NO VERSO)]

[À MÃO: Tirando partido dessa situação, o Governador Carlos Lacerda busca alcançar maior penetração em ambos os setores sindical e estudantil; deve esperar-se, pois, seu apoio, público ou velado, a certas reivindicações.]

[À MÃO:

3. <u>Econômico</u>

As instruções 276 e 279 da JUMAC – espera-se – incentivarão as exportações e a melhoria e expansão de nosso parque industrial, já que a primeira permite a importação de máquinas usadas e a segunda, a aplicação de parte das disponibilidades, resultantes das exportações, na importação de material para reequipamento e expansão da indústria.

Observam círculos entendidos que, nos países altamente industrializados, a renovação da maquinaria industrial, nos últimos tempos, tem sido contínua, tendo em vista, principalmente, o aumento do custo de mão de obra. Assim sendo, há, no mercado internacional, grande disponibilidade de máquinas usadas, à venda por preços convenientes e cuja importação é de toda conveniência e altamente econômica, para países, como o nosso, onde há mão de obra barata e não existe condição para a utilização de uma tecnologia muito avançada e exigente.

Prosseguem as discussões sobre a compra das concessionárias, com propostas bastante favoráveis ainda à aprovação do projeto permanente. A questão do controle da indústria de

papel de imprensa mobiliza, no Congresso, nunca vista atividades de “lobbies”; espera-se a apuração da emenda Agripino.

A chegada de técnicos do FMI abre uma segunda etapa nas negociações visando a uma ajuda maciça à recuperação econômico-financeira do país.

No plano das Reformas, importante, ainda, assinalar:

- de um lado, a descrença com que grupos recuperáveis da chamada “esquerda positiva”, não marxista, resistem à demora no encaminhamento de projeto sobre a Reforma Agrária, Eleitoral etc;

- do outro lado, a reação que se articula, sobretudo contra a Reforma Agrária – no seio da UDN, pela ADP (Ação Democrática Parlamentar, do dep João Mendes), pelo sr. Carlos Lacerda e Ademar de Barros (protelação).]

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

pósitos de poder. Acreditaram que o poder, que lhes caíra nas mãos por acidente, delas não mais escaparia. Subestimaram os adversários. Não souberam analisar as lições de um passado recente nem formular suas reivindicações em termos concretos, programáticos e segundo uma ordem de prioridade que seria obedecida evolucionisticamente. O sr. Leonel Brizola e seu grupo de mandabrasas partiram para o suicídio coletivo. E ainda se espantaram quando, da noite para o dia, se viram alijados do governo, presos e exilados.

O brizolismo atrasou a evolução política do Brasil em pelo menos trinta anos – fortaleceu o golpe da direita e fez com que voltássemos ao bê-a-bá da democracia e do nacionalismo. Todas as conquistas de liberdades individuais, políticas e trabalhistas, que pareciam já fazer parte de nossa estrutura social, foram novamente postas em dúvidas, precisam novamente serem reconquistadas. Todas as posições de defesa da riqueza nacional, os controles das decisões sobre a vida dos brasileiros por parte de brasileiros foram destruídas. Chegamos ao ponto em que dois industriais, Joaquim da Silveira e Fernando Gasparian, trocam o seguinte diálogo:

— No tempo de Jango a cada vez que eu entrava em minha fábrica tinha medo de encontrar um comunista sentado em minha mesa.

— Pois é. Mas agora, a cada vez que entro na minha tenho medo de encontrar um americano sentado na minha mesa.

Mas estas considerações sobre o passado pouco têm a ver com assunto deste livro. Basta que fiquem resumidas – o golpe de 1º de abril de 1964 foi grandemente facilitado pela leviandade das esquerdas brasileiras, sua falta de organização e seriedade, a precariedade ideológica de seus líderes e sua impaciente revolta contra a ordem legal e a normalidade jurídica, exatamente os fatores que mais os protegiam. Em um país onde as Forças Armadas são permanentemente doutrinadas por uma potência estrangeira e filiada a uma concepção de bipolarização do mundo na qual a liderança do país doutrinador nem sequer é discutida, a única possibilidade de adotar-se uma política contrária aos interesses econômicos desta potência, ou a seus interesses políticos imediatistas (a longo prazo acredito que os Estados Unidos só teriam a beneficiar-se com um governo nacionalista e progressista no Brasil, da mesma forma como atualmente se beneficiam na experiência democrata-cristã de Eduardo Frei no Chile) é dentro da lei. Na marra, a coisa não vai não. Na lei é possível que também não vá muito longe, mas ainda há esperança.

Voltando ao argumento dos hipócritas: "se *eles* ganhassem seria muito pior". Pior como? É verdade que não tivemos uma guerra civil, que ninguém foi fuzilado publicamente. Mas o que existirá de pior que a tortura, a morte disfarçada pela fome, a "desordem estabelecida" de uma sociedade feudal e injusta garantida pelas armas? No 1º de abril as mortes foram sorrateiras. Um ou outro popular tiroteado na Cinelândia, no Rio de Janeiro, dois estudantes massacrados nas ruas de Recife, alguns camponeses *suicidados* pelos Nordeste, uns poucos *desaparecidos* nos xadrezes

policiais. Nada de público, nada de acintoso. Oficialmente o golpe de estado foi incruento. Mas terá sido "melhor"?

O caso que provocou a grande reação da opinião pública e política contra a institucionalização das torturas nas prisões brasileiras surgiu no domingo, 13 de setembro de 1964 – a revelação da morte do sargento Manuel Alves de Oliveira, ocorrida a 8 de maio de 1964, no Hospital do Exército de Triagem, no Estado do Rio, presumivelmente em consequência de violências de que fora vítima quando preso em sua unidade.

Ao longo das semanas anteriores, o *Correio da Manhã* e a *Última Hora* vinham publicando informações cada vez mais detalhadas sobre os métodos de inquisição usados pelos *revolucionários*. As denúncias surgiam por escrito, dando os nomes, os locais, as formas de tortura. O próprio *Jornal do Brasil*, então uma fortaleza governista, começava a contribuir com informações próprias. Em Recife um de seus repórteres, José Carlos Rocha, fora preso e espancado. A Câmara dos Deputados e até o sonolento Senado, geralmente apáticos ante o noticiário diário, começavam a inquietar-se. Os representantes do governo eram constantemente interpelados. Havíamos já ultrapassado a vigência do primeiro Ato Institucional, a ditadura ainda não fora revigorada pelo segundo, os parlamentares criavam mais ânimo e ameaçavam a constituição de uma comissão de inquérito.

Em sucessivos artigos procurava cumprir a minha parte, em uma tentativa de sensibilizar a opinião pública e os militares. Apresentava casos concretos, como o de Milton de Carvalho e Silva, que saíra da prisão, na Bahia, pesando 43 quilos e era imediatamente internado em um hospital, ou o dos prisioneiros, sequestrados a 28 de agosto do 19º Batalhão de Caçadores de Salvador, a fim de evitar-se o cumprimento de uma ordem de *habeas corpus*. Procura mostrar como o Exército estava sendo desmoralizado por um punhado de monstros, cuja impunidade aviltava a todos os brasileiros, e pedia a criação de uma comissão de investigações isenta. Os títulos dos artigos que então publiquei sugerem o tom da campanha: *Os Torturadores*, *Os Cúmplices*, *Os Desonrados*.

A denúncia da morte do sargento Manuel eu a dirigi ao ministro da Guerra, general Costa e Silva, porque já perdera as esperanças de conseguir resultados apelando para o marechal Castello Branco e seus ministros civis. O efeito foi imediato. Na mesma noite, o presidente da República resolveu tomar medidas acauteladoras. Sua vaidade gigantesca fora espicaçada pela denúncia a um seu inferior hierárquico e, finalmente, ele resolveu mostrar algum zelo pela defesa dos direitos humanos de seus prisioneiros. **Mandou que se abrisse uma investigação e despachou para o Nordeste seu chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. Com isto, procurou esvaziar o movimento de opinião pública que já se formava. A viagem de inspeção, que não resultou na punição de nenhum dos torturadores, teve ao menos o mérito de paralisar as torturas, que em Recife só se repetiram quase um ano mais tarde.**

O caso do sargento Manuel, estopim do processo, é apresentado documentadamente ao fim deste livro, no Apêndice. Apesar de minuciosamente estudado, foi impossível comprovar-se ter ele morrido em consequências de torturas. Não deixa de ser uma ironia haver tantos casos de torturas descobertos em virtude da morte de um homem que não podemos provar tenha sido vitimado da mesma forma.

A segunda consequência imediata da denúncia da morte do sargento foi a abertura das prisões de Recife a uma inspeção por parte de uma comissão civil, composta pelo presidente do Tribunal de

Justiça de Pernambuco, desembargador Adauto Maia, do vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Felipe Coelho, do presidente da Associação Pernambucana de Imprensa, Reinaldo Câmara, do presidente da seção pernambucana da Ordem dos Advogados, Carlos Moreira, do procurador-geral do Estado, João Guerra Barreto e do representante da Arquidiocese de Olinda e Recife, monsenhor Osvaldo Gomes Machado.

Não deixa de ser de certa forma curiosa a preocupação do marechal Castello Branco com uma obediência ocasional à legalidade e à letra da lei. Acredito ser ele uma das personalidades políticas mais imprevisíveis e confusas que já passaram pela chefia da Nação. Ditador, faz esforços para demonstrar apreço por fórmulas democráticas. Militar, procura o poder civil e as formas civis de ascensão social como, por exemplo, a Academia de Letras. No caso das torturas de Pernambuco, apareceu como um temporário Dr. Jekyll, desejoso de restabelecer a segurança dos presos políticos, embora nada fizesse para apurar as responsabilidades dos que os haviam torturado.

No caso da deposição do governador de Goiás, que examinaremos posteriormente, surgiu como um Mr. Hide, sequioso de violência e argumentando, para justifica-la, com um depoimento arrancado, também por meio de torturas, a um louco furioso.

Logo que soube da projetada viagem do general Geisel a Pernambuco, percebi que se oferecia uma possibilidade talvez única de apurar a veracidade das muitas denúncias que de Recife recebíamos. Considerava-me de certa forma responsável perante aqueles presos

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Ao empossar-me na chefia do SNI, ora criado, dou-me bem conta das altas responsabilidades que assumo, bem assim da ampla confiança que se me confere. E por isso sou grato ao Presidente Castelo Branco.

Em Deus espero corresponder àquelas responsabilidades e nunca defraudar tão desvanecedora confiança. Se falhar, não o será por força de alguma ausência de dedicação ou mesmo de esforços. Minhas limitações pessoais responderão por isso.

Entendo que o SNI deva ser uma porta ~~janela~~ aberta de par em par, aos influxos mais sutis da opinião publica nacional, do pensamento e do sentir de como o povo, desde os mais longínquos rincões da Pátria, de modo a recolhê-los todos, registrá-los e analisá-los, fornecendo a cada momento ao Excelentíssimo Senhor PR e seus auxiliares de administração, uma estimativa adequada da situação nacional.

Não se tratando de órgão oficial de divulgação, não lhe caberá difundir noticiário através da imprensa e do radio. E só virá a publico, excepcionalmente, mediante comunicados, para desfazer interpretações inexatas de suas próprias atividades.

Será bem -e assim já o qualificaram- como que um Ministério do Silêncio. Em compensação, buscará afirmar-se como um órgão capaz de ver, de auscultar e de interpretar, com serenidade e isenção. Por isso mesmo, aberto sempre a quem deseje cooperar com ele, honestamente, nesta superior tarefa de informar, em oportunidade e presteza, o Governo da República.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

O LL 8.1

COLUNA 1
Candido Mendes Almeida - 1
Duvivier – 1
Dênio – 1
Ernani – 2
Ed. Falcão – 1
Flôres – 2
JBLF – 1
Fábio PAL – 1
Faria Lima – 2
Glycon – 2
G Huber – 1
Garrido – 1
Herrera – 1
Cônego Ivo – 1
Jeci – 1

COLUNA 2
Zé Ribeiro– 1
Joviano – 1
Landri – 1
Liberato – 1
Lauro – 3
Molina – 3
Miranda Carvalho – 1 **[Este contato tem uma seta com indicação para cortar]**
Mauro – 1
Marçal – 1
Manta – 1
Marcos – 1
Newton – 3
[Entre dois contatos tem uma seta indicando para “aumentar”]
Nas. Brito – 3
Paulo Freitas – 1
Prudente – 2
Pitaluga – 1

Poland – D
P.A.R – 3

COLUNA 3
Ademar – diário
Adonias – diário
Airton 1 **[“1” e “2” grafados um por cima do outro]**
Aércio 1
Novaes 1 (2 interno Leitão)
Arnóbio 1
Campista 1
Adauto Esmeraldo 2
Borghoff 1
Bento 1
Barreto Leite 1 (+) Diários Associados
Bhering 1
Brossard 1
Braga (Recife) 1
Cacau: D
Cândido PM2
Cord Guerra 1

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Affonso Albuquerque Lima 42-6311
Gustavo Sampaio 194-901
Amadeu Martire 57-5715
Siqueira Campos 210-701
Brig João Adil de Oliveira
Barão de Jaguaribe 157 27-2460
Andreazza 37-4829 Res
23-5355 230766
Xavier da Silveira 67/104 43-3894
Araken Ararê 31-2078// 45-2088
Adauto Esmeraldo 57-4360 // ~~52-6050~~
Ariel 38-6663
Aragão 2-8754 Res BB: 43-1248
Arêas 58-0096 - ~~411993~~
Amorim 2-4267 QG Res 3-0901
Abreu (Firmino) 29-9132
Agripino Sen 2- 2528
Armando 365481
Agostinho Rua Martins Fontes 109/ 11 35-1398 35-1282
[Muito pequeno, quase ilegível, entre as duas linhas: Paulo César Andrade 240 ap 402]
Paulo César Andrade 240 ap 402
Antônio Wellington 45- 7690 25- 7385
Arnon – 2-1167 Senado 2-1750 Res 42-4666 Esc 45 1104 Res
Alvaro Coelho Borges Cel Gomes 1130 2-3958
Abrantes 25-8470
Cel Aluizio ex- DTOI 23-9616
Meira Mattos: ~~226 8807~~
Mendes: 366361 p.f
Medici 43-2606 e 363796 Res
Murilllo Jaicós 24/ 204 28-8761 ou 482124 Mãe
Rua Oliveira Rocha 50/ 102 J Bot
João da Costa Moura – 2 de julho **[Cx P. 18]** 471 - **[ILEGÍVEL]**
Mendes de Moraes – Xav Silveira 34/702
MacPhail P.O. Box 141 Jensen Beach Flo 33457
Moraes Rêgo PETR. 221-0102 – 221-2364 287-7747 Res
Mourão 268-3909 Prontocor 264-1712

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

SECRET

SUGGESTIONS FOR ORAL AGREEMENT

SUBJECT: Liaison Relationship Between The Brazilian National Intelligence Service and the American Intelligence Service

The American Intelligence Service will:

a. Assist in the establishment and development of the Brazilian Service through the assignment of a Senior American Intelligence Officer in Brazil.
b. Furnish training and instructional materials on technical problems such as establishment of counterintelligence files, mechanics of report writing and dissemination, name trace procedures, etc.
c. Provide training in intelligence techniques, functions and concepts of various internal security and intelligence organizations, modus operandi of national and international subversive organizations.
d. Make available reports from other areas of the world on the identities and activities of subversive persons where Brazilian security in involved.
e. Make available studies and briefings on international communism, other subversive activities and movements, and related matters.
f. Furnish certain specialized counterintelligence technical equipment and assistance in its use.
g. Provide name-check information on a selective basis, but particularly on Bloc personnel travelling into or assigned to Brazil.
h. Provide world wide radio broadcast information of general current and background interest.
i. Provide background information on political orientation of various international conferences.
j. Provide specific operational leads that become available concerning subversive activity within Brazil.

The Brazilian National Intelligence Service will:

a. Share information produced through joint efforts on specific subversive persons, persons of international security interest, and organizations of international security interest.
b. Where joint interests have been established, share intelligence information which is produced within Brazil.
c. Provide name traces from civil and security records on persons of subversive interest.
d. Agree not to pass to third countries classified materials received in our exchange.

SECRET

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

AHMRE – B
CTS – Telegramas – Recebidas e expedidas – SECRETO H-L – 1962-63
SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
TELEGRAMA
RECEBIDO
DA EMBAIXADA EM HAVANA EM 6/7/III/63
SECRETO
SSN/DAC/600, (24 h)
Entrevista de Francisco Julião e Luiz Carlos Prestes com Fidel Castro.
FOI FEITO
SUBSTITUTO

78 - QUARTA-FEIRA - 19hs00 - **Francisco Julião e Luiz Carlos Prestes se entrevistaram, separadamente, com Fidel Castro e estiveram reunidos, também separadamente, com os principais dirigentes da Confederação Cubana de Trabalhadores, a quem fizeram ampla exposição sobre a situação política brasileira.** Seus pontos de vista divergiram totalmente pois enquanto Julião sustentou que no Brasil existem condições necessárias para uma revolução, **Prestes afirmou aos líderes cubanos que seria "criminoso", repito, "criminoso" tentar esse caminho.** Prestes explicou aos cubanos que, apesar de algumas contradições, no Brasil respira-se democracia, não há presos políticos e é possível atrair a burguesia para a formação de uma frente única que conquiste o poder pela via evolutiva. Por isso mesmo, aduziu, o Partido Comunista carece de motivos para hostilizar o atual Governo brasileiro, e que, ademais, tem observado, no plano externo, uma política de convivência pacífica. O comportamento público dos dois líderes tem sido também diverso: Julião defendendo abertamente a necessidade de uma revolução nos países latino-americanos, e Prestes muito mais limitado em seus contatos com os líderes cubanos. Evitaram ter entrevista em comum, conscientes de que suas divergências são irremediáveis. Enquanto a entrevista de Julião com Fidel Castro parece ter sido ligada ao assunto mencionado no meu telegrama 66, meus informantes indicaram que Prestes veio queixar-se a Fidel Castro de que sua insistência em torno da adoção dos princípios e métodos da segunda Declaração de Havana está prejudicando o trabalho do Partido Comunista Brasileiro, inclusive pela de prosélitos entre a juventude. É importante notar que Prestes regressa de Moscou onde há pouco se entrevistou com Kruschtchev.

JOSÉ MARIA DINIZ RUIZ DE GAMBOA

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

APRECIAÇÃO GERAL Nº 17

Semanas de 10 de fevereiro a 16 de março de 1965.

I – CAMPO INTERNO

1. Político

O acontecimento mais importante em todo o período considerado foi, sem dúvida, a espetacular vitória do Governo no episódio da eleição do Presidente da Câmara dos Deputados. Sem obscurecer a real significação intrínseca da conquista da Mesa da Câmara, consolidada, a seguir, pelo controle alcançado nas Comissões mais atuantes, o que mais importa, porém, foi a constituição, afinal, de um bloco parlamentar de apoio majoritário ao Governo, dando a este maior tranquilidade no encaminhamento de suas mensagens reformistas e facilitando-lhe ademais, de um modo geral, toda a ação administrativa. Com vistas ao futuro da Revolução, abrem-se, em consequência, melhores perspectivas, uma vez que a reforma da estrutura política (Lei Eleitoral e Estatuto dos Partidos) poderá ser melhor adequada às necessidades da salvaguarda daquele futuro, influindo decisivamente no problema sucessório.

No entanto, a constituição do referido bloco, antes que uma solução propriamente dita, é apenas a demonstração do desejo generalizado por uma solução. E esta solução só pode ser a criação de um Partido da Revolução. De fato, para perdurar, deixando marca indelével na vida do país, a Revolução precisa institucionalizar-se, criando o seu próprio instrumento de ação política, impermeável a lealdades, já quase superadas, a outros partidos ou chefias personalistas. E a constituição de tal Partido auxiliará decisivamente a indispensável elaboração de uma doutrina política, base ideológica da ação revolucionária a projetar-se através do tempo. Por falta desta como lastro, vem pecando a Revolução na sua capacidade de proselitismo e na mobilização efetiva da opinião pública, pondo em risco todo o seu futuro.

Um bloco superpartidário, sobretudo quando nucleado em um partido com a maioria alucinante **[À MÃO, acima de "alucinante": dominante]**, nunca poderá apresentar, porém, a coesão necessária para enfrentar o embate político num período de renovação profunda, agitado, além disso, por uma decisiva e próxima campanha eleitoral. Sua própria ampliação ver-se-á dificultada pela marca de adesismo que imporá às dissidências de outros Partidos, tirando-lhes substância política junto às próprias bases. E a situação torna-se mais grave ainda por se achar o Partido nucleador potencialmente fraturado pelo entrechoque de lideranças em franca ou velada disputa.

O esforço pela criação de um novo Partido impõe-se, pois, e com urgência, uma vez que haverá todo um longo trabalho de estruturação de novas bases nos Estados e Municípios, exigindo a

atenuação de antigos antagonismos partidários e a cristalização de lealdades novas. Os projetos de reforma política deverão responder à facilitação de tal esforço, criando condições nitidamente favoráveis a ele.

Tudo leva a crer que as reações mais fortes a esse propósito surjam no próprio seio do Partido nucleador do Bloco – a UDN, uma vez que esta terá de abrir mão da posição dominante recém-atingida, além de esvaziar candidatura já alcançada.

De qualquer forma, a manobra do lançamento de um Partido novo – a desencadear-se após uma primeira fase de consolidação do atual bloco – deverá encarar seja a prévia extinção de todas as atuais organizações partidárias, seja a aglutinação de dissidências de todos eles em mais de um partido que poderia, aliás, na etapa inicial e com vistas à superação de dificuldades legais e regimentais, tomar de empréstimo uma das várias legendas sem expressão ora disponíveis.

A primeira linha de ação – sugestão Magalhães Pinto – se bem que mais racional, enfrentará por certo maiores obstáculos, sendo talvez inviável na atual conjuntura. Pelo que restaria a adoção do segundo esquema.

A simples consolidação de um Bloco interpartidário – quanto mais a criação de um novo Partido – requer urgente reajuste das situações estaduais em correspondência com a articulação alcançada no plano federal e possivelmente imporá, mais dia, menos dia, uma remodelação, embora apenas em parte, do quadro ministerial, vinculando os vários setores que apoiam o Governo, à responsabilidade pelo exercício da administração pública.

Por enquanto, as reações à constituição do bloco não se cristalizaram ainda nos Partidos mais duramente atingidos, a não ser que tal se considere a ideia da estruturação do Grupo Independente dos Deputados Celso Passos, Mário Covas e outros. Mais uma razão para explorar-se o êxito, tirando proveito da perplexidade ainda reinante para queimar etapas na implementação da solução adotada.

Outros problemas políticos desafiam, urgentemente a iniciativa governamental: o das eleições estaduais para coincidência de mandatos cujo atraso está possibilitando contramanobras (Minas Gerais, por exemplo) e deixando que se processem engajamentos prematuros; e o da presidência da UDN cujo alcance é indiscutível para todo o desenvolvimento do processo político que o Governo pretende e deve conduzir em nome da própria Revolução.

No plano estadual, importa assinalar as derrotas sofridas pelos Governadores Lacerda e Adhemar nas eleições das respectivas Assembleias Legislativas, o que implica em graves restrições às suas liberdades de ação, inferiorizando-os em relação ao Governo Federal. Em São Paulo, o resultado das eleições próximas já não poderá ser tão favorável a Adhemar como era da expectativa geral, mesmo com a vitória do candidato Laudo Natel; se o vitorioso for o Brigadeiro Faria Lima, a posição política do Governador de São Paulo resultará bastante abalada.

O enfraquecimento de Governadores-candidatos assegura, desde logo, maior grau de autonomia à estratégia política do Governo Federal.

No setor das atividades subversivas, assinalam-se, indícios vários, bastantes concludentes, da intenção de recorrer à linha da ação terrorista através de atentados contra pessoas de projeção. Informação recebida de Praga via Paris também o confirma. Aguardam-se ainda informes sobre o marcado 6.º Congresso do PCB, a reunir-se clandestinamente em Pernambuco (Recife), para definitiva comprovação.

Nesse quadro geral, surgem algumas preocupações quanto a facilidades que estariam sendo proporcionadas a articulações comunistas pela própria Secretaria de Segurança de São Paulo.

A prisão de estudantes do grupo GRAAL poderia ser até simples cortina de fumaça. O problema acha-se sob vigilância atenta.

Também sob vigilância o cerco do Mar. Lott por parte de elementos esquerdistas, parecendo que os objetivos se limitam, no entanto, ao plano político.

O esperado Manifesto de intelectuais veio afinal a furo, nada trazendo de novo a não ser a revelação de vinculações que não constituem surpresas. Não é provável que alcance repercussão maior.

Do extremo oposto já havia surgido literatura semelhante, sem ressonância – o tão anunciado manifesto da Líder, como a cerimônia de emplacamento na casa do Alm. Heck, passaram rapidamente ao olvido. O fracasso, reconhecido, estimula dissensões internas.

2. Psicossocial

Como previsto, a fixação do novo salário-mínimo, embora desapontasse várias áreas restritas, não motivou reações sérias. Apenas serviu de sinal para esperadas reivindicações salariais nos setores do funcionalismo público, dos metalúrgicos de São Paulo e bancários da Guanabara.

O meio sindical continua ainda sob controle, para o que deve ter contribuído a decidida intervenção levada a cabo, recentemente, no porto do Rio de Janeiro.

Em contraposição, as propostas governamentais de redução dos altos vencimentos e de paridade entre funcionários dos três Poderes não sensibilizaram apreciavelmente o grande público, como seria de esperar.

O grande e inexplicável retardo no pagamento do funcionalismo público (desde janeiro, em muitos casos) vem motivando fortes reações muito negativas para o conceito da atual Administração.

No setor estudantil, a resistência perdura ativa, valendo-se agora, principalmente, da questão das anuidades escolares. O episódio da Ilha do Fundão caracteriza a falta de receptividade e ações de provocação montadas sempre por escassa minoria.

No campo da opinião pública, o “estouro” da Cooperativa nº 1 do BNH produziu repercussões muito graves, apenas atenuadas pela boa cobertura publicitária.

No episódio da COMAL, o Governador Lacerda granjeou o ambicionado prêmio, passando a controlar a TV-Excelsior em seu noticiário e assegurando pleno aparecimento seu no vídeo.

3. Econômico

A instalação do Consplan, bem-montada, com um solene pronunciamento do Presidente da República, veio a ser prejudicada em seus efeitos psicológicos pela falta de sincronização com o anúncio de novos aumentos pela SUNAB. O que foi lamentável.

Haveria por outro lado, toda conveniência em promover amplo debate público sobre os novos planos do Governo e em torno da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. A oportunidade do aniversário da Revolução oferece-se a tal promoção.

4. Militar

Alguns pronunciamentos de Ministros militares do STM (Generais Mourão e Pery) vêm propiciando explorações, com repercussões negativas na opinião pública, inclusive no seio das Forças Armadas.

Continua a expectativa geral em torno da anunciada nova Lei de Inatividade.

O problema da Aviação Embarcada entrou em recesso no cartaz.

II – CAMPO INTERNACIONAL

Continua o impasse na ONU fazendo prever prossiga ainda a paralisação de suas atividades.

No sudeste asiático, a situação agrava-se dia a dia com o engajamento cada vez maior dos EUA numa luta sem quaisquer perspectivas favoráveis. A posição da URSS, por outro lado, não deixa de ser pouco confortável, como o demonstra a recente viagem de Kosigyn.

No Chile, assinala-se grande vitória de Frei, a par de preocupações novas quanto à linha política que pretenda adotar.

Na Argentina, os resultados da eleição parlamentar tornam a indicar o fenômeno do divórcio entre o governo – apoiado pelo grupo militar do Gen. Onganía e infenso à busca da ampliação de sua base pela conquista de novas áreas políticas – e a tendência peronista da massa do eleitorado, reforçada pela ação dos comunistas em oposição ao governo:

União Cívica Radical do Povo (Illia) ..... 40 cadeiras
União Popular (Perono-comunista) ..... 38 cadeiras
Movimento Integração e Desenvolvimento
(Frondizi) ..... 8 cadeiras
Outros grupos (opostos ao governo) ..... 13 cadeiras

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES – D.O.P.S.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Brasileiro, filho de Leonidas Cardoso (General) e Neyde Silva Cardoso, nascido aos 18/06/1931 no Estado do Rio de Janeiro, casado com Ruth C. Leite Cardoso, - Título de Eleitor nº135. 386- 2ª Zona, expedido em 17/12/57, RG.1.254.309 - certificado militar 838.943-2ª RM - 4ª CR – 3ª categoria, expedido em 21/06/67, catedrático da Faculdade de Filosofia da USP, aposentado, residente a R. Nebrasca nº 267.

Em 15/11/51, figura como tesoureiro do “Centro Paulista de Estudos e Defesa do Petróleo”, cuja diretoria era integrada exclusivamente por elementos comunistas.

Em 09/08/52, a Secretaria da Educação solicitou informações sobre o epigrafado, o qual, juntamente com outros elementos, encontrava-se inscrito no Curso Livre de Paleografia.

Em 08/05/53, assinou manifesto referente ao “II Festival da Juventude Paulista”, conclave este de cunho nitidamente esquerdista.

Em 08/11/55, figura como membro do Conselho de Redação da revista “Fundamentos”, órgão de imprensa vermelha.

Em 21/01/58, na qualidade de representante da Associação da Faculdade de Filosofia, compareceu e fez uso da palavra na assembleia geral extraordinária da Associação dos Auxiliares do Ensino Universitário.

Figura como um dos componentes do “Grupo Almino” da Comissão Eleitoral dos Cinquenta.

Informação de 17/04/64, adianta que Fernando Henrique Cardoso esteve realmente ligado a setores intelectuais do Partido Comunista, por dois ou três anos, antes de 1956 ou 1955, tendo na época 32 anos. Nessa época convenceu-se do erro e afastou-se em definitivo. Nunca mais exerceu qualquer tipo de atividade ou de militância política comunista, socialista ou o que fosse. A informação cita o epigrafado como 1º assistente do Prof. Florestan Fernandes, ambos da USP.

Cópia do Informe nº140 datado de 20/04/64, do II EX- Quartel General, que com referência a Fernando Henrique Cardoso, consta que foi nomeado pelo Sr. Goulart, para o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo, com sede em S. Bernardo do Campo.

Cópia do Informe nº 124 datado de 27/04/64, do II EX.- Quartel General, que com referência a Fernando Henrique Cardoso consta que é assistente do Professor Florestan Fernandes, encarregado da cátedra de Sociologia, marxista violentíssimo; que o epigrafado é comunista tão destacado, que se encontra atualmente foragido.

Informação de 14/12/64, cita-o como um dos indiciados em IPM instaurado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Conforme ofício de 11/11/65, da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, o Conselho Permanente de Justiça, por unanimidade de votos, revogou a prisão preventiva decretada contra o epigrafado.

O jornal Folha de São Paulo, em 12/08/66, publicou que por intermédio de seu advogado o fichado dará entrada em 13/08/66 do pedido de extensão de seu Habeas Corpus, a exemplo do que foi concedido ao Prof. Florestan Fernandes, sob a alegação de que atualmente exerce no Chile a função de diretor de um órgão da CEPAL, não se encontrando foragido, pois deixou o país normalmente, com passaporte visado.

Em 14/10/66, o jornal "Diário Popular" publicou a relação de nomes dos indiciados no IPM do Partido Comunista, estando entre os indiciados o professor Fernando Henrique Cardoso.

A Justiça Militar, 2ª Auditoria da 2ª RM, em 28/06/67, nos certificou ter sido decretada a prisão preventiva do marginado em 03/09/65, cuja decisão foi revogada pelo mencionado CPJ em sessão de 11/11/65; certifica ainda que em sessão de 30/09/66 foi concedido Habeas Corpus em favor do mencionado para ser excluído da denúncia, por falta de justa causa.

A Divisão de Segurança e Informação no Ministério da Justiça, em 22/01/68 nos deu a seguinte informação: "Consta que Fernando Henrique Cardoso, ex-professor de sociologia em São Paulo, afastado da cátedra por ser considerado elemento extremista, radicou-se no Chile após abril de 1964 tendo trabalhado sob contrato para a CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina) onde ocupou por algum tempo o cargo de diretor adjunto da Divisão de Programação de Desenvolvimento Social. Seu contrato com esse organismo internacional deve ter terminado a 01/11/67; teria o mesmo declarado que iria regressar definitivamente ao Brasil, por via aérea, até fins de outubro de 1969".

Consta em nosso arquivo uma lista de nomes de pessoas, fornecida pelo II exército, para observação especial entre os dias 26 a 29 de janeiro de 1968, da qual consta o nome do epigrafado, residente à Rua Helvetia, 698.

Pedido de Busca do II Exército de 07/04/69, consta que sobre o professor Fernando Henrique Cardoso, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, cassado pela Revolução de Março de 1964, que esteve asilado no Chile durante 3 anos; que conseguiu introduzir no Brasil cerca de 50 padres redentores que não usam batina.

Publicação da imprensa em abril/69, informa que o Presidente Costa e Silva, com fundamento no A.I. nº 5, assinou decretos aposentando diversos professores da USP, figurando entre eles o marginado.

Em 06/07/69, o II Exército solicitou informações a respeito de diversos elementos, constando o nome de Fernando Henrique Cardoso.

Informação de 07/02/70, que com referência ao epigrafado, consta que foi recebido por este Departamento mensagem de telex nº 251, do Ministério da Justiça, sobre seu visto de saída do país.

Informação de 23/03/70, do SNI/ASP, a respeito da realização do I Congresso Brasileiro de Planejamento, programado para os dias 10 e 12 de maio de 1970. Trata-se de iniciativa da Sociedade Brasileira de Planejamento, sociedade civil de caráter técnico com sede no Rio de Janeiro. Com referência ao epigrafado, consta que faz parte da referida sociedade.

Relatório datado de 24/09/70, do **[ILEGÍVEL]** Exército - Quartel General, a respeito de IPM na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: Com referência a Fernando Henrique Cardoso, professor da Universidade de São Paulo, consta que tinha fácil acesso a sala do Secretário da

Educação, Dr. Antonio Barros de Ulhoa Cintra; que foi aposentado no mesmo decreto que aposentou Isaias Raw e outros professores daquela Universidade; que o epigrafado e Isaias Raw, agentes cripto-comunistas eram eficazmente auxiliados por Rosaura Escobar, em seus contatos com o professor Ulhoa Cintra, que devido a seu alheamento aos problemas políticos e ideológicos, constituiu presa fácil e importante para ambos.

Em setembro de 1970 o SNI/Agência Central, nos encaminhou sumário de informações referentes ao Comunismo Internacional. Com referência a Fernando Henrique Cardoso consta que em 1967 participou de campanha contra o Brasil, na França, usando para tanto a revista "Les Temps Modernes", de outubro/67.

O SNI, em 23/03/70 nos cientificou que o marginado é membro da Sociedade Brasileira de Planejamento, entidade civil de caráter técnico, com sede no Rio de Janeiro.

Relatório de 02/12/71 nos informa que é sabido que o fichado desenvolve grande atividade a fim de visitar os Estados Unidos. Contudo não lhe será concedido o visto de entrada.

Relatório de 30/06/71, nos cientifica que nos dias 28, 29 e 30/06/71, realizaram-se três conferências pronunciadas por Florestan Fernandes, Manoel Berlink e Fernando Henrique Cardoso respectivamente, promovidas pelo "Centro Acadêmico de Sociologia e Política da USP", à rua Caio Prado, 232, s/39, sob o tema "Problema de Método na Sociologia Geral".

Nas declarações de Ricardo Prata Soares, de 15/07/71, o mesmo mencionou o nome do marginado como sendo um dos integrantes da equipe de sociólogos pertencentes à firma "Instituto de Pesquisas Econômicas".

Seu nome consta de uma relação de junho/72, como tendo recebido de Geneve-Suíça, o livro intitulado "Polêmica".

Relatório de 29/01/73 nos cientifica que o marginado, teólogo e professor universitário, vem orientando o jornal "Opinião", bem como o Partido Comunista Brasileiro.

O jornal "O Estado" **[ILEGÍVEL]**, de 13/05/73 e editado em Florianópolis/SC, publicou entre outras coisas, que o Diretor do Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas de São Paulo, professor Fernando Henrique Cardoso afirmou que "tanto o MDB como a Arena, criados pelo Estado Brasileiro, não existem na prática, pois ambos são frágeis e aceitaram o jogo da castração política".

Relatório de 12/02/74 nos cientifica que o marginado proferiu uma conferência no auditório do Bloco B3 da Faculdade de Ciências Sociais, sobre o tema "O Dilema Chileno".

O Ministério do Exército, em 15/03/74, nos enviou o seguinte informe: "O livro de Alfred Stepan editado nos EE.UU. "OS MILITARES NA POLÍTICA", que trata da participação dos militares brasileiros na política, está sendo traduzido por Fernando Henrique Cardoso e será editado pelo CEBRAP, à rua Bahia, 499. Este livro faz uma comparação entre o Peru e o Brasil e a convicção esquerdista do tradutor poderá deturpar a verdadeira atuação das Forças Armadas no processo político brasileiro."

O Ministério do Exército, em 03/06/74, nos cientificou que durante a gestão do Prof. Eduardo D'Oliviera França como diretor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, intensificou-se os movimentos esquerdistas com a participação dos professores Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Consta neste Departamento o panfleto distribuído pelo Grêmio Filosofia da USP concitando os universitários para um curso de férias, figurando entre os professores o epigrafado.

Consta neste Departamento um exemplar do jornal “EL PAIS”, editado no Chile, no qual é mencionado o nome de Fernando Cardoso, sociólogo, como sendo um exilado.

Em 15/03/74, Fernando Henrique Cardoso, catedrático em Política pela Universidade de São Paulo, foi um dos oradores em curso de férias naquela Universidade, que versou sobre o tema “Perspectivas para a América Latina”.

Conforme exemplar do Boletim Informativo do Grêmio Politécnico nº 8, datado de 02/05/74, o epigrafado em 20 p.f., em continuidade de um ciclo de palestras, falaria sobre o tema: Retrospectiva Socioeconômica do Brasil e o Atual Modelo de Desenvolvimento Político.

Em 18/07/74 a Seccional de Campinas encaminhou relação de livros apreendidos no Curso de **[ILEGÍVEL]**, à rua Dr. Quirino nº 1540. Entre outros, consta o “Ideologias de la Buerguesia Industrial em Sociedade Dependientes” de Fernando Henrique Cardoso.

Em 20/07/74 o epigrafado foi um dos signatários de um abaixo-assinado aos Exmos. Ministros do S.T.F. solicitando providências no sentido do deputado federal Francisco Pinto, do MDB da Bahia, envolvido em processo, seja julgado antes do dia 30 de agosto p.f., para que o mesmo, se declarado inocente, possa concorrer à reeleição.

Em 31/08/74 proferiu na fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo debate sobre política internacional.

Informação nº 1769 de 03/10/74, do Ministério do Exército - Cmdo do II EX.2ªSecção, que com referência ao epigrafado consta que trabalha no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, entidade fundada por alguns ex-professores da USP, aposentados pelo A.I.5.

Em 09/12/74, o Ministério do Exército - CMdo II Ex.,2ª secção, encaminhou cópia de declarações prestadas no DOI/CODI/ por Maria da Conceição de Almeida, quando de sua prisão a 20/11/74. Com referência a Fernando Henrique Cardoso, consta que foi conferencista, juntamente com Maria da Conceição de Almeida Tavares e Paul Israel Singer, no Encontro Regional de Estudantes, realizado em 14/15/16 de maio de 1973, no auditório do Colégio Rosário, em Porto Alegre/RS.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Presidência da República
Gabinete do Presidente
Reservado

- Por que a prisão de Enio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo.

- Por que anunciar a prisão de Helio de Almeida? Há como fim uma preocupação de mostrar "que se pode prender". Isso nos rebaixa.

- Penso que devemos tomar medidas decisivas. Comprometo-me a amparar os IPMs. Mas não devo estar apoiando uma espécie de chicana policial e judicial.

- Devemos fazer força para que os inquéritos cheguem a resultados corretos e os Conselhos funcionem. Tudo sem perda de tempo. Há uma verdadeira deterioração. Os companheiros do governo se sentem constrangidos. É difícil a defesa do que desejam fazer Martinelli, Pina, etc.

- Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Rio de Janeiro, 21 Mar 64

Meu caro Castello

Apesar do contato diário e permanente, de 1º Subchefe com o Chefe do Estado-Maior do Exército, e como é difícil ter tempo e calma para tratar, no expediente, de assunto tão relevante, de **naturesa** não exclusivamente profissional, prefiro completar, por escrito, a minha opinião sobre o seu documento datado de ontem, cuja leitura cuidadosa somente agora me é possível, através do exemplar que recebi, com a redação final.

Sem embargo do meu respeito pela possível opinião diferente de muitos dos seus outros colaboradores, amigos e subordinados, permito-me, mais do que o direito, o dever de apresentar-lhe, justificando-a, a única ponderação que formulei prontamente, pois continuo a julgar que o referido documento devia, e deve, ser discutido com o Ministro, antes da sua expedição definitiva.

Penso assim porque, dado o interesse relevante do assunto, o problema é basicamente de **acessoramento**. E o Exército nunca teve tanta necessidade de estar ou de, pelo menos, mostrar-se estar unido, face a uma conjuntura em que parece haver o propósito deliberado de desuni-lo e desagregá-lo. Pois há até quem se **encorage** a falar em nome dele, ou de parte dele, precisamente da menos graduada, da menos avisada e da menos responsável!

Tenho, por isso mesmo, como premissa de raciocínio, que essa é a maior responsabilidade do Chefe de Estado-Maior, cargo que nenhum Chefe militar está, mais do que você, no consenso geral de todos os companheiros, titulado para exercer, em benefício do Exército.

Entendo, também, pelos mesmos motivos, que há sempre muito risco em ver abalada a autoridade do Ministro, sobretudo nas presentes circunstâncias, sendo mil vezes preferível assessorá-lo e prestigiá-lo, para que não se comprometa o objetivo maior e comum de resguardar os destinos do Exército dos azares de influências perniciosas, quando se trata, ao contrário, de uni-lo, enquanto for possível fazê-lo.

O seu documento é primoroso e certíssimo quanto ao retrato da conjuntura e à apreensão de que andamos todos carregados, pela leitura dos jornais e pelas versões que correm. E é este o único meio de difusão que alcança, no momento, a generalidade dos militares.

Observo que o documento parte e decorre da análise do comício do dia 13. E que se trata de um documento oficial. Ele anuncia, a quem o lê e, sobretudo, a quem está fora do ambiente político, que há intranquilidade, inclusive na Marinha e na Aeronáutica. E declara que o Chefe do Estado-Maior do Exército participa dessa intranquilidade. E diz mais que, por motivo dessa intranquilidade e das indagações recebidas, o Chefe do EME teve uma conferência com o Ministro.

Nada diz a respeito do que o Chefe do EME teria ouvido do Comandante do Exército, seja para tranquilizá-lo, seja para intranquilizá-lo. Mas é de supor-se que ele não ficou tranquilo com o que ouviu na conferência, tanto que, logo a seguir, declara:

“São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte, como caminho para as reformas, e agitações ainda maiores do CGT, sendo invocado o apoio das Forças Armadas, para tais propósitos.”

A partir daí, traça o brilhante documento, com base na Constituição e na tradição, que definem, com segurança, o espírito e a destinação das Forças Armadas, o comportamento que lhes é imperativo, tanto ao Exército, como à Marinha e à Aeronáutica, na presente conjuntura.

Sobre este comportamento, claramente expresso na Carta Magna, não parece que possa haver dúvida, tanto o recomendam as leis, os regulamentos e as portarias, em todos os tempos. Está ele implícito no próprio juramento do soldado e, ainda mais, no compromisso livre e solenemente assumido pelos detentores dos três Poderes harmônicos e independentes que compõem o Governo. E apesar de tudo, ninguém, que seja responsável, deixa de estar apreensivo, ante o que possa vir e até mesmo pelo que está ocorrendo.

O assunto, como é óbvio, não interessa apenas aos "Generais e demais militares do EME e das Organizações subordinadas", aos quais é o documento dirigido. O EME não constitui apenas um dos compartimentos que compõem a Alta Administração do Exército, porque é, distinguindo-se, assim, de todos os outros, o principal Órgão assessor do Ministro, com funções específicas sobre a orientação do preparo do Exército, no que toca à sua instrução, ao seu moral, à formação do seu espírito, à sua mobilização, à sua eficiência, etc. etc.

Parece, pois, que um documento de tanta envergadura e repercussão deve ter curso autorizado em todo o Exército, para que não haja dúvida nem interpretação diferente sobre o sentido alto que o inspira.

Como não se trata, além disso, de documento sigiloso, a sua divulgação pode alcançar a Imprensa. E todos nós podemos, previamente, admitir os males que poderão rezultar disso, no ambiente de paixão em que vivemos, com a liberdade ampla e, muitas vezes, irresponsável, de que desfrutam os jornais.

O sentido, sem dúvida altamente construtivo, de um documento de tal naturesa, no clima em que vivemos, pode ficar, pois, comprometido nos seus altos objetivos.

É por isso que, embora inteiramente de acordo e solidário com os conceitos fundamentais do documento, permito-me fazer, quanto à sua feitura e sua expedição, as ponderações de caráter absolutamente pessoal, que aqui vão e que aqui confirmo.

Admito que seja discutível se estou certo. Mas é como penso, sincera e lealmente. E não compreendo colaboração verdadeira sem sinceridade e lealdade.

Releve-me, entretanto, o prezado Chefe se julgar impertinente a minha modesta opinião, certo de que, no quadro funcional, serei o primeiro a sacrificá-la, quando estiver em jogo a disciplina intelectual que rege e deve reger as relações entre subordinados e Chefes.

Com velha amizade e a admiração de sempre,

Lyra

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

67-01-25 17:25

MEMORANDUM

THE WHITE HOUSE
WASHINGTON

~~CONFIDENTIAL~~

Wednesday, January 25, 1967 – 5:25 p.m.

Mr. President:

An additional personal observation.

I spent a long evening with Costa e Silva. He is anxious that it be understood that:

- He is a **[TRECHO RASURADO. À MÃO: man of intellectual quality]** having led his class at the Brazilian Military Academy;
- He is a **[TRECHO RASURADO. À MÃO: humane Brazilian citizen]** authentically interested in the welfare of his people.

In fact, I believe he will try to reduce, somewhat, the remarkable austerity of Castelo Branco´s period in office. Therefore, I suggest **[TRECHO RASURADO. À MÃO: he would be pleased and flattered if you talked with him as one who would understand]**

In short, I suggest you treat him **[TRECHO RASURADO. À MÃO: less as a soldier]** and **[TRECHO RASURADO. À MÃO: more as a fellow civil statesman]**

On an initial impression, this would not be easy to do, especially if he wears his dark glasses.

Walt Rostow

[INSCRIÇÕES DE CARIMBO ILEGÍVEIS]

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

POLÍCIA MILITAR MATA ESTUDANTE

A Polícia Militar da Guanabara transformou, ontem, à noite, as imediações do novo restaurante do Calabouço em verdadeira praça de guerra, matando um estudante, ferindo outro e mais um servidor do INPS, após vários choques da corporação invadirem o local, onde grupos de estudantes discutiam a realização, hoje, de uma passeata, de protesto contra as condições de higiene do restaurante.

Depois de espancar moças e rapazes, os policiais os puseram em fuga, fazendo vários disparos, um dos quais atingiu mortalmente Edson Luís Lima Souto, de 18 anos, cujo corpo foi levado por seus colegas para a Assembleia Legislativa, de onde sairá, hoje, às 17h30min, o seu enterro.

O tenente Alcindo Costa, do Batalhão Motorizado da PM, foi o autor do disparo que atingiu Edson. Os feridos são Frazão Dutra, estudante, e um servidor do INPS, atingido com uma bala na boca, quando assistia à luta da janela de sua repartição.

A ação policial no Calabouço foi desencadeada de surpresa e ocorreu quando numerosos alunos faziam refeições. As paredes do restaurante ficaram crivadas de balas de grosso calibre.

Depois de levado, em passeata, o cadáver de Edson para a Assembleia Legislativa, a polícia cercou o Palácio Pedro Ernesto, enquanto discursavam, nas imediações, vários colegas do jovem. Pouco depois, duas bombas foram lançadas por soldados da PM, próximos à Escola Nacional de Belas-Artes, onde ainda permaneciam alguns alunos. Saíram feridos os estudantes Waldir Gilberto Bittencourt e Antônio Inácio, além do fotógrafo do **Diário de Notícias**, José Vidal. Simultaneamente, uma das vidraças do prédio da Embaixada americana era estilhaçada por pedradas.

Numerosos teatros, ao início das sessões de ontem, comunicaram aos espectadores detalhes dos acontecimentos, convidando-os para o sepultamento de Edson, hoje à tarde. Outras casas de espetáculo suspenderam suas atividades, decretando luto oficial.

Às últimas horas de ontem surgia um impasse na Assembleia, diante da insistência dos líderes estudantis para que o corpo de Edson permanecesse no local e ali fosse autopsiado, ideia repelida por médicos do Instituto Médico Legal.

O ministro Gama e Silva chegará hoje a Guanabara trazendo instruções do presidente Costa e Silva, sobre o conflito da Polícia Militar com os estudantes. O sr. Gama e Silva irá avistar-se com o governador Negrão de Lima sobre o inquérito instaurado para serem apuradas as responsabilidades. O ministro Gama e Silva ouviu do presidente Costa e Silva “que ele pediu o máximo de rigor para com os culpados”.

Às primeiras horas de hoje as unidades militares sediadas na Guanabara foram colocadas de sobreaviso para qualquer eventualidade.

CORREIO DA MANHÃ, Sexta-feira, 29 de março de 1968.

ASSASSINATO

Estudantes reuniram-se, ontem, no Calabouço, para protestar contra as precárias condições de higiene do seu restaurante. Protesto justo e correto. O CORREIO DA MANHÃ, nesta mesma página, já condenou a inércia em que o Estado vem-se mantendo diante das reiteradas reclamações estudantis. Apesar da legitimidade do protesto estudantil, a Polícia Militar decidiu intervir. E o fez à bala. Há um estudante (18 anos) morto, um outro (20 anos) em estado gravíssimo. Um porteiro do INPS, que passava perto do Calabouço, também tombou morto. Um cidadão que, na Rua General Justo, assistia da janela de seu escritório, ao selvagem atentado, recebeu um tiro na boca. Este o saldo da noite de ontem. Não agiu a Polícia Militar como força pública. Agiu como bando de assassinos. Diante desta evidência cessa toda discussão sobre se os estudantes tinham ou não razão – e tinham. E cessam os debates porque fomos colocados ante uma cena de selvageria que só pela sua própria brutalidade se explica.

***

Atirando contra jovens desarmados, atirando a esmo, ensandecida pelo desejo de oferecer à cidade apenas mais um festival de sangue e morte, a Polícia Militar conseguiu coroar, com esse assassinato coletivo, a sua ação, inspirada na violência e só na violência. Barbárie e covardia foram a tônica bestial de sua ação, ontem. O ato de depredação do restaurante pelos policiais, após a fuzilaria e a chacina, é o atestado que a Polícia Militar passou a si própria, de que sua intervenção não obedeceu a outro propósito senão o de implantar o terror na Guanabara. Diante de tudo isto, depois de tudo isso, é possível ainda discutir alguma coisa? Não, e não.

***

A imagem do sr. Negrão de Lima sempre foi a de um governador avesso à violência, à prepotência, à brutalidade. Mas a Polícia do general Dario Coelho sempre primou por lhe deformar a imagem. Agora, pela via do sacrifício de jovens indefesos, a colocou em xeque definitivo. Não pode mais o governador contemporizar com o seu secretário de Segurança, que tão deslealmente comprometeu os seus sentimentos de cidadão e de governante.

O secretário de Segurança, sob cujas ordens está a Polícia Militar, é o responsável moral pelo massacre de ontem. Se aos primeiros arreganhos de violência e arbitrariedade de seus subordinados hierárquicos, houvesse assumido a atitude digna de um verdadeiro chefe militar, que não admite a perversidade, a neurose que se apossou da Polícia Militar não teria desembocado nas cenas de assassinato coletivo do Calabouço. O sr. Negrão de Lima paga, agora, o tributo do desgaste de sua imagem à insanidade policial. Ontem, porém, a tolerância atingiu o limite que não pode ser ultrapassado. A cidade estará com o seu governador, se o sr. Negrão de Lima repudiar a traição de que foi vítima, e que custou o preço de vidas humanas. Esse repúdio só tem uma forma de manifestação: a entrega imediata à Justiça dos monstruosos assassinos de ontem.

Há um clamor de Justiça, que não pode ser escamoteado com longos inquéritos, nem promessas formais. Se a impunidade triunfar, a Guanabara deixará de ser uma cidade. Transformar-se-á num valhacouto.

Não somos uma aldeia de índios que possa ser massacrada impunemente pelos policiais de um general complacente, os criminosos têm que sofrer punição drástica. Chegou a hora de a violência ser

banida da Guanabara. E não invoque o general Dario Coelho razões ou desculpas para fugir à sua responsabilidade.

Ao sr. Negrão de Lima, mantido o crédito de confiança que a Guanabara ainda lhe oferece, alertamos que qualquer atitude menos firme representará ato de cumplicidade e estímulo aos assassinos de ontem. Repelimos quaisquer evasivas.

A Guanabara, cidade civilizada e centro cultural do Brasil, não perdoará os assassinos.

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, no PALÁCIO DAS LARANJEIRAS, na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado da GUANABARA, realizou-se a quadragésima terceira sessão do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, Presidente da República, e com a presença dos seguintes membros: Doutor PEDRO ALEIXO, Vice-Presidente da República; General-de-Brigada JAYME PORTELLA DE MELLO, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Deputado RONDON PACHECO, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República; Doutor LUIZ ANTONIO DA GAMA E SILVA, Ministro da Justiça; Almirante-de-Esquadra AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD, Ministro da Marinha; General-de-Exército AURÉLIO DE LYRA TAVARES, Ministro do Exército; Deputado JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, Ministro das Relações Exteriores; Doutor ANTONIO DELFIM NETTO, Ministro da Fazenda; Coronel MARIO DAVID ANDREAZZA, Ministro dos Transportes; Doutor IVO ARZUA PEREIRA, Ministro da Agricultura; Deputado TARSO DE MORAES DUTRA, Ministro da Educação e Cultura; Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro do Trabalho e Previdência Social; Marechal-do-Ar MÁRCIO DE SOUZA E MELLO, Ministro da Aeronáutica; Doutor LEONEL TAVARES MIRANDA, Ministro da Saúde; Deputado JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Ministro das Minas e Energia; General-de-Divisão EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA, Ministro da Indústria e do Comércio; Doutor HÉLIO MARCOS PENNA BELTRÃO, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral; General-de-Divisão AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA, Ministro do Interior; Professor CARLOS FURTADO DE SIMAS, Ministro das Comunicações; General-de-Divisão EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, Chefe do Serviço Nacional de Informações; General-de-Exército ORLANDO GEISEL, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Almirante-de-Esquadra ADALBERTO DE BARROS NUNES, Chefe do Estado-Maior da Armada; General-de-Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Chefe do Estado-Maior do Exército e Tenente-Brigadeiro CARLOS ALBERTO HUET DE OLIVEIRA SAMPAIO, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Meus senhores, eu convoquei o Conselho de Segurança Nacional que é o órgão consultivo da Presidência da República, para colocá-los a par dos problemas de muita gravidade, que devem ser equacionados e resolvidos com a maior tranquilidade de espírito e

a maior isenção de ânimo. O Presidente da República, que se considera ainda um legítimo representante da Revolução de 31 de março de 1964, vê-se em um momento dramático, em que tem de tomar uma decisão optativa: ou a Revolução continua – ou a Revolução se desagrega. Até agora, todo o povo brasileiro, inclusive os senhores, todos são testemunhas do meu grande empenho, do meu grande esforço, da minha maior boa vontade e tolerância no sentido de uma compreensão e união entre a área política e a área militar, ambas responsáveis pelo advento da Revolução. Várias divergências, vários embates, várias incompreensões foram registradas, e eu, pacientemente, pregando essa harmonia entre as duas áreas, consegui chegar a quase dois anos de governo decididamente constitucional da Revolução. Eu não preciso apelar para o testemunho dos meus ministros, para o testemunho dos Membros do Conselho de Segurança Nacional, para afirmarem ou confirmarem esse meu esforço, porquanto, todos são testemunhas e há poucos momentos, Sua Excelência, o Senhor Vice-Presidente da República declarou, na minha presença, que é testemunha viva desse meu interesse. Mas chegou o momento em que, acima da vontade de um homem está o interesse nacional, está a harmonia, está a tranquilidade e está a paz para o povo brasileiro. Compreendo, perfeitamente, que por um fato, aparentemente insignificante, que revelou, talvez não devesse empregar o termo, por ser muito forte, a falta de apoio político ao governo. Falta de apoio político justamente quando o governo contava com a compreensão dos homens públicos do País, compreensão daqueles que têm tanta responsabilidade quanto nós, na manutenção da paz, da ordem e da tranquilidade pública. Contava que compreendessem que não poderiam colaborar em uma agressão à outra área, também responsável pela Revolução e que se tem mostrado dignamente acatadora de todas as ordens e de todos os princípios estabelecidos pela Constituição e pela ordem jurídica e civil. Apresenta-se, portanto, um fato novo com características típicas de provocação visando a interromper o processo evolutivo da Revolução, na consecução da ordem democrática e do regime democrático completo. Disse perante homens do Congresso, e repito, que era mais fácil, para mim, adotar medidas de prepotência e de força, do que manter a continuidade do regime dentro da Constituição, mais fácil porque eu não estava tendo a compreensão necessária e nem o denodo daqueles que deveriam me ajudar na defesa desta ordem democrática. Meus senhores, naquela hora, eu não sabia o que se estava preparando e o que estava por acontecer. O que aconteceu foi muito pior do que esperado. Como o vamos chamar? Em que sentido vamos tomar a manifestação do Congresso? Da Câmara dos Deputados? No sentido meramente de solidariedade a um membro do Congresso? No sentido de uma manifestação ou de uma expansão ou extrapolação de recalques, que porventura tenham sido causados pela hostilidade do Poder Público em relação à área política? Não creio, porque, não creio que a área política tenha merecido, de qualquer governo, de qualquer Chefe de Estado, as considerações que eu lhe tenho dispensado. Considerações de tal ordem que chegaram a ponto de me comprometer na área militar, de onde provenho, na área revolucionária de onde não fugi e onde pretendo me manter à custa de qualquer sacrifício. Não tenho o mínimo interesse pessoal, pelo contrário, desejo, se Deus me ajudar, chegar rapidamente ao fim de meu governo para entregar este fardo penoso e duro a quem possa melhor do que eu, cumprir e conseguir essa harmonia entre a área política e a área militar, porque sem ela o Brasil irá à desagregação. Ainda há poucos dias, disse a um grupo de deputados, que a maré é violenta contra nós. Procuram iludir a área revolucionária e a área política, levando o País à desagregação material, moral e política. Não há dúvida que tratam de

fazê-lo por todos os meios e modos. Vivemos então um momento histórico que merece uma definição clara e insofismável de que o Brasil precisa da união dessas classes. Meus senhores, quando o fenômeno se me apresentou eu repeli uma decisão imediata, porque compreendo que um fato como este, um marco **[À MÃO: ato]** como este, exige reflexão, mas exige, também, uma decisão. Essa decisão está tomada e é proposta aos senhores, para ampla discussão, para a ampla opinião de cada um, porque eu não desprezo o assessoramento do Conselho de Segurança Nacional. Eu preciso que cada um dos senhores diga aquilo que sente, aquilo que pensa e aquilo que está errado **[À MÃO: nisto]**, para que eu possa, com consciência tranquila e vivamente apoiado por este órgão com uma responsabilidade enorme perante a Nação, autenticar, assinar este Ato, que aqui está proposto. Dou aos senhores vinte minutos para a leitura do que está escrito. Não vou mandar lê-lo, quero que cada um o leia, que cada um pense. Vou me retirar por alguns instantes, para em seguida voltar e estabelecer a discussão sobre o assunto. Eu sei que há premência de tempo, eu sei que este documento deveria ter sido distribuído com maior antecedência, mas infelizmente não foi possível obtermos o documento acabado e completo antes do início da reunião. Espero que cada um o leia com atenção, aconselho discuti-lo entre os senhores. Eu, como parte do problema, me retiro agora e os deixo completamente à vontade para que os senhores estabeleçam a discussão. Muito obrigado. (palmas – saída do Presidente – intervalo). Reabertura da sessão.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Desejo ouvir a opinião de cada um dos senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Como é natural, a maior autoridade deste Conselho é Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, tão interessado quanto eu na solução do problema, porquanto estamos ligados pelo resultado de uma mesma eleição feita no Congresso Nacional, por um colegiado, no qual, a maioria era do próprio Congresso Nacional. Por isso, (voltando-se para o Vice-Presidente) desejaria ouvir a sua opinião, o seu conselho.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Nenhum de nós, ao tomar conhecimento da matéria, pode deixar de reconhecer a gravidade da situação tão proveitosamente exposta por Vossa Excelência, na convocação, que nos fez, para a leitura do projeto de Ato Institucional. A esse propósito, julgo ser de meu dever, primeiramente, assinalar que na apreciação do comportamento dos membros da Câmara dos Deputados teremos de enfileirar fatores diversos que levaram a um resultado, efetivamente, inesperado. O problema tinha sido situado mais na área política, do que propriamente na área jurídica. Situado assim na área política, na verdade, poderia-se reclamar, dos correligionários do governo, que manifestassem seu ponto de vista como sendo uma demonstração de apoio ao governo, embora não estivessem procedendo segundo as normas dos direitos aplicáveis ao caso. Esta distinção eu a faço porque, na evidência do ponto de vista jurídico, não seria possível que se afirmasse a capacidade da Câmara dos Deputados ou de qualquer das Casas do Congresso, para dar uma licença, a fim de que se iniciasse um processo contra qualquer dos seus membros, por palavras proferidas durante debates, em votos ou em pareceres. Desde logo, portanto, se salienta que uma votação que tivesse sido inspirada em razões de ordem jurídica, estaria inteiramente acima das suspeitas de que pudesse ser uma manifestação de solidariedade ao agressor, ao insólito agressor da dignidade dos elementos componentes das Forças Armadas. Esta razão, só por si, nos levaria à conclusão de que, agindo desse modo, quem assim agisse, estaria agindo na convicção de que não estaria obrigado a

concordar com aquelas palavras proferidas, pelo fato de se manifestar contra a concessão da licença. Por outro lado, cumpre ainda ser dito, e este é um ponto que me parece da maior significação, que outras medidas também, poderiam ter sido solicitadas, que não tivesse aquele alcance de situar os membros da Câmara dos Deputados no dilema de conceder ou negar a licença. A escolha do processo de representação ao Supremo Tribunal Federal, sob o ponto de vista jurídico, não me parece o mais aconselhável. Acresce ainda, que a repressão às palavras proferidas, ao ato praticado pelo deputado, que ainda continua em condições de ser manifestado, teriam que guardar, deveriam guardar, realmente, proporção como o próprio crime praticado, isto é: crime de injúria, crime de difamação, crime de calúnia. Para esses crimes, as sanções estabelecidas não têm nunca o alcance de implicar na própria perda da sua condição de mandatário do povo. Pode daí decorrer uma deliberação, se puder ser tomada, uma manifestação da própria Câmara, considerando que se trata de um deputado que procedeu contra o decoro parlamentar. Estas considerações preliminares, Senhor Presidente e eminentes membros do Conselho de Segurança Nacional, eu as faço, sinceramente. Declaro ainda que, reconheço que a proclamação daquele resultado, nos termos em que foi feito, teria que causar, como causou, um profundo impacto nas Forças Armadas. Daí, estarmos vivendo um dos momentos mais graves e mais difíceis para a ordem nacional. Nesta oportunidade, pois, o que me parece aconselhável, seria antes do exame de um Ato Institucional, a adoção de uma medida de ordem constitucional que viesse a permitir o melhor exame do caso em todas as suas consequências. A medida seria a suspensão da Constituição por intermédio do recurso do Estado de Sítio. Acrescento, Senhor Presidente, que da leitura que fiz do Ato Institucional, cheguei à sincera conclusão de que, o que menos se faz nele é resguardar a Constituição que no seu artigo 1º declara-se preservada. Eu estaria faltando um dever comigo mesmo se não emitisse, com sinceridade, esta opinião. Da Constituição, que é, antes de tudo, um instrumento de garantia dos direitos da pessoa humana e da garantia de direitos políticos, não sobra, nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa ser realmente apreciada como uma caracterização do regime democrático. Há, desde logo, a possibilidade de ser decretado um recesso do Congresso e, também, de todas as Assembleias Legislativas até mesmo as de caráter municipal. Confia-se, imediatamente, ao Poder Executivo, a faculdade de legislar. Ressalva aí, e nisso até me parece a recordação de alguma coisa feita indevidamente, a questão da percepção da parte fixa dos subsídios, o que, no meu entender, seria o de menor importância para ser defendida pelo próprio Congresso, ou por qualquer deputado ou senador digno, que seria o fato de receber subsídios indevidos, durante um recesso, que não se sabe qual a sua duração. De outra parte, as demais garantias constitucionais, são de tal modo suspensas, que nem os próprios tribunais poderiam realmente funcionar para preservar, realmente, quem quer que seja, do abuso do mais remoto, do mais distante, e vamos dar ênfase assim, usando uma linguagem vulgar, do mais ínfimo de todos os agentes da autoridade. Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado esse caminho, é que estaremos com uma aparente ressalva da existência de vestígios dos poderes constitucionais decorrentes da Constituição de 24 de janeiro de 1967, e instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura. Se é necessário fazê-lo, se esta é uma contingência da necessidade, então o problema se apresenta sob um outro aspecto do ponto de vista jurídico. No entanto, eu entendo que, realmente, o Ato Institucional elimina a própria Constituição. Acresce ainda, e para mim esse argumento vem na hora, que quando se diz que a Revolução é e ainda continua

sendo, é preciso que não se perca de vista que a Revolução de 31 de março de 1964, se institucionalizou primeiramente pelo Ato nº 1 emitido a 9 de abril de 1964, estava ela ainda numa fase de preparação quando teve que se emitir o Ato Institucional nº 2. Decorreram daí, numerosos Atos Complementares que foram sendo emitidos ao lado de emendas à Constituição que foram sendo votadas no Congresso, que havia sido resguardada de uma dissolução. Sucede entretanto que, antes de terminado o período presidencial do Marechal CASTELLO BRANCO, foi considerado como indispensável a institucionalização da própria revolução num diploma Constitucional. Foi então promulgado o Ato Institucional nº 4, que afirmava que a Revolução continuava existindo, que ela estava em seu desenvolvimento. Continha, no entanto, esse Ato Institucional nº 4, a promessa de que, votada aquela Constituição nos termos e nas condições estabelecidas, nós teríamos, nesse diploma, a própria institucionalização da Revolução. Daí por diante, todo o procedimento haveria de ser feito em virtude de compromissos que foram assumidos no cumprimento da própria Constituição. Eu não posso, efetivamente, compreender nenhum Ato Institucional que não seja o procedimento de uma nova Revolução, que para mim não é a Revolução de 31 de março de 1964, uma vez que esta declarou-se institucionalizada pela Constituição de 24 de janeiro de 1967. Todo Ato Institucional, portanto, com este nome ou com qualquer outro, que implique na modificação da Constituição existente é, realmente, um ato revolucionário. Caso se torne necessário fazer essa revolução, é uma matéria que poderá ser debatida e acredito, até, que se possa demonstrar que essa necessidade existe. Mas, o que me parece, é que nós não estamos realmente, cumprindo uma Constituição quando a declaramos existente, tão somente, para que dela fiquem fragmentos, trechos que não têm, efetivamente, a capacidade de dar vida às instituições democráticas. Nessas condições, respeitando, como me cumpre respeitar a opinião contrária, compreendendo como pude compreender todas as altas razões de Estado que inspiram Vossa Excelência, e inspiraram os elaboradores deste documento, eu, muito humildemente, muito modestamente declaro que a ter que se tomar uma medida desta natureza que precisa ser tomada em virtude da necessidade de uma afirmação, eu começaria exatamente pela declaração do Estado de Sítio. O Estado de Sítio previniria todas aquelas perturbações que decorreriam exata e rigorosamente daquele ato de recusa da licença para processar o deputado MARCIO MOREIRA ALVES. Depois disso então, se essas medidas constitucionais não fossem suficientes, se o País continuasse ainda sendo vítima dessas tentativas de subversão que estão na rua a todo momento, nesta oportunidade então, a própria Nação, entendo eu, sem que houvesse uma antecipação de movimentos, compreenderia a necessidade de um outro procedimento. Esse, Senhor Presidente, senhores conselheiros, é o meu ponto de vista, eu o enuncio com o maior respeito, mas com aquela certeza de que estou cumprindo um dever para comigo mesmo, para com Vossa Excelência, a quem devo a maior solidariedade, um dever para com o Conselho e um dever para com o Brasil.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Eu indagaria a opinião do senhor Ministro da Marinha.

MINISTRO DA MARINHA - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Acabamos de ouvir a palavra abalizada do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República e a sua modéstia, da qual, discordo totalmente. Eu acho que nós estamos vivendo uma situação de fato, nós não temos que debater juridicamente, legalmente ou constitucionalmente a

questão, porquanto, lá no Congresso, os atos que se passaram não foram apenas, de palavras, foram de ofensas a uma instituição, não de ofensas a uma pessoa. A instituição da democracia, creio, não fica defendida assim e os meios de repressão não têm defesa nesta Constituição. Nós temos tentado, o Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército iniciou o processo e não houve uma repressão, não houve, pelo menos no papel, uma repressão. Eu julgo que por essa situação o que se tem que fazer é realmente uma repressão, acabar com estas situações que podem levar o País, não a uma crise, mas a um caos do qual não sairemos. É oportuno portanto, fazer qualquer Ato Institucional como este, e o recesso é que vai dar valor, justamente, a esta repressão. Essa é a minha opinião.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor Ministro do Exército.

MINISTRO DO EXÉRCITO - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Eu também desejo me declarar de acordo com as palavras do Ministro da Marinha. Declarar que ouvi com grande e merecido respeito, os conceitos de jurista, com a responsabilidade de Vice-Presidente, do Doutor PEDRO ALEIXO. No entanto, devo lembrar que se ele tivesse a responsabilidade direta de manter esta Nação em ordem, ele não se ateria tanto aos textos respeitabilíssimos do direito e das leis. Nós estamos agora perdendo condições e reconhecemos isso, e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sabe disso, perdendo condições de manter a ordem neste País. Além disso, no caso do deputado MARCIO MOREIRA ALVES, como assinalou o Ministro da Marinha, não se trata de inviolabilidade por palavras, de votos proferidos, mas de ofensas às Forças Armadas, como Instituições, e, em que termos? Palavras de incitamento do povo contra elas, palavras que são muito mais de combate ao Regime do que ao governo. Não se trata apenas de questão, devo esclarecer e nós fazemos questão disso, do impacto sob a sensibilidade moral do militar e da Instituição que ele integra, porque, tais são as responsabilidades dos seus encargos perante a Nação, que eles procuram cumpri-los, sem querer nada mais do que cumprir seus deveres. É preciso assinalar que foi com grande sacrifício que as Forças Armadas e particularmente o Exército, que guardaram, até aqui, como fato inédito na história política do Brasil, o seu silêncio, a espera de uma solução, pois que convencidos todos estavam de que não poderia deixar de haver uma solução. Nós não podemos assumir a responsabilidade da Segurança Nacional na base do que está acontecendo no Brasil. Devo dizer que o silêncio imposto pela disciplina e pelo respeito à Democracia deve-se, principalmente, ao Exército, e estou certo que nas três Forças Armadas, pelo que ouço sempre, ao respeito que delas merece, a pessoa do Presidente da República. O que acontece, é que o Exército não terá condições de resguardar a Segurança Nacional, quando deputados, impunemente, intentam contra ela, usando a tribuna da Câmara. O episódio do deputado MARCIO MOREIRA ALVES, deve ser, no quadro da subversão que está em marcha, encarado, apenas, como um dos numerosos e gravíssimos episódios de crises sucessivas, pelas quais, toda a Nação está reclamando uma atitude das Forças Armadas. A atitude não é do governo, é dos Três Poderes. Este próprio Conselho de Segurança Nacional já se reuniu, sem qualquer resultado, pelas limitações que se encontra, para dar remédio a essas crises sucessivas. Não parece, além disso, opinião pessoal minha, que haja dentro da Constituição a harmonia de poderes para salvar a Nação. Era isso que eu queria dizer.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro das Relações Exteriores, que se segue na ordem de antiguidade dos Ministérios.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Pelo pouco tempo, Senhor Presidente, no qual, o projeto de Ato Institucional nos foi confiado para leitura, eu não quero entrar em minúcias a respeito do que ele contém, penso que isso poderia ser feito ainda, tendo em vista as ponderações aqui feitas pelo Senhor Vice-Presidente e já pelos senhores Ministros da Marinha e do Exército, pelos juristas do governo. Desde o princípio da Revolução, nos contatos com o Presidente CASTELO BRANCO e mesmo com Vossa Excelência, sempre declarei que nós estávamos vivendo uma certa contradição. Depressa demais instituímos uma legalidade que não correspondia à realidade. Vê-se que hoje nós estamos diante de uma situação de fato, julgo mesmo que Vossa Excelência ao apresentar o problema à Nação não deveria situá-lo apenas no caso do deputado MARCIO MOREIRA ALVES. Esse problema é parte, um pequeno percentual de um contexto geral de crises que se sucedem e que precisam ser debeladas com o nosso esforço, e mais do que isso, com o nosso exemplo. Com nosso exemplo de austeridade, de dignidade de governo, de lealdade para com o povo e para com as autoridades. Enfim, Senhor Presidente, não quero entrar em detalhes porque as pessoas que foram incumbidas por Vossa Excelência, naturalmente, examinaram todos esses detalhes. Sei que o caso MARCIO MOREIRA ALVES foi, digamos, uma gota de água, que fez entornar o caldo. Eu tenho muitas ligações no meio revolucionário e posso dar o meu testemunho de que Vossa Excelência muitas vezes conversou comigo sobre o assunto, dizendo o que acabou de dizer há pouco, que era mais fácil sair da legalidade do que mantê-la. Vi os esforços que foram feitos por Vossa Excelência para não sair dessa legalidade. Eu também confesso, como o Vice-Presidente da República, que realmente com este Ato nós estamos instituindo uma ditadura. Acho que se ela é necessária, devemos tomar as responsabilidades de fazê-la. Eu não conheço, bem dentro do mecanismo constitucional, comparando os textos, se o que resta caracteriza mesmo essa ditadura. Acho que ainda é tempo de se fazer alguma coisa para se acabar com as crises. Sei que ninguém está sofrendo maior violência, nesta hora, no seu temperamento, no seu modo de ser, do que Vossa Excelência. Os problemas que lhes serão atribuídos de agora em diante, serão um encargo pesado, um fardo duro de carregar, porque na verdade, quanto maiores os poderes de um homem de governo, maiores as suas responsabilidades. Mas é certo, também, Senhor Presidente, e agora quero falar como homem da Revolução, com as responsabilidades que tive no desencadeamento deste movimento, que a Revolução precisa atingir os seus objetivos. Eu acho que ela não chegou aos seus objetivos apenas com a Constituição, inclusive, porque esta Constituição que aí está foi feita apressadamente e com os debates em prazos muito exíguos porque o saudoso Presidente CASTELO BRANCO, tinha se imposto, como tarefa sua, deixar a Revolução institucionalizada para o seu sucessor. Como homem amante da legalidade, desejara deixar prontas as normas que deveriam servir permanentemente de base para os governos revolucionários. Verificamos, no entanto, que a realidade foi outra, estamos então lutando, há muito tempo, com a subversão, sob os mais variados processos, o que significa que há desejos, de várias correntes, de fazer a derrubada da obra realizada pela Revolução. Agora, são as próprias Forças Armadas, através da palavra de seus chefes que afirmam ser difícil manter a ordem no País com apenas a Constituição. Então, no meu entender, Senhor Presidente, devemos fazer um Ato

Institucional que resguarde a obra revolucionária, procurando-se colocar nele, apenas, o essencial. Eu confesso a Vossa Excelência que, naturalmente, um debate privado entre os elementos que redigiram o Ato com aqueles que possam dar uma contribuição jurídica, seria útil, porque devemos elaborar um documento o mais jurídico possível e que simultaneamente, resguarde o máximo possível, os direitos dos cidadãos. Evidentemente, o governo desejando armar-se de poderes para agir em determinadas circunstâncias, não quer tirar a liberdade de todos, porque, na verdade, isso recairá sobre nós mesmos. Porque na verdade, seria tirar de cada um o direito de divergir e isso não deve acontecer em uma democracia, e acontecendo, teria naturalmente um efeito desfavorável na opinião pública. A opinião pública quer a ordem resguardada, mas, também, quer resguardados os direitos daqueles cidadãos que não estão, com o seu comportamento, causando qualquer embaraço às autoridades. Deste modo, no meu entender, Senhor Presidente, devemos preservar a Revolução, tudo fazer para que ela possa atingir os seus objetivos. Acho, no entanto, que o instrumento que Vossa Excelência vai promulgar pode ser reexaminado e sinto mesmo que Vossa Excelência não tenha dado, em primeiro lugar, a palavra ao Ministro da Justiça, porque ele talvez pudesse nos elucidar as razões que o levaram a fazer um documento com todos aqueles artigos e parágrafos. A minha opinião, portanto, Senhor Presidente é essa, sei que estamos diante de uma situação de fato e não de direito, é uma situação terrível para todos nós. Devo dizer que, quando tomei a responsabilidade de deflagrar o movimento de 1964, não me senti tão constrangido como estou neste momento, devo, no entanto, dizer que dou toda a minha solidariedade, não só a Vossa Excelência, como também, à Revolução porque, na verdade, como homem que naquela hora teve a responsabilidade de deflagrá-la, não desejo vê-la perdida.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Sua Excelência o Senhor Ministro da Fazenda com a palavra.

MINISTRO DA FAZENDA - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Eu creio que a Revolução veio não só apenas para restabelecer a moralidade administrativa neste País, mas principalmente, para criar as condições que permitissem uma modificação de estruturas que facilitassem o desenvolvimento econômico que realmente é o nosso objetivo básico. Creio que a Revolução, muito cedo, meteu-se em uma camisa de força que a impede, realmente, de realizar esses objetivos. Mais do que isso, creio que institucionalizando-se tão cedo, possibilitou toda a sorte de contestações que colimaram com este episódio último que acabamos de assistir. Realmente, esse episódio é o sinal mais marcante da contestação global do processo revolucionário. Por isso, Senhor Presidente, eu estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada neste Conselho. Se Vossa Excelência me permitir, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Acredito que deveríamos atentar que deveríamos dar a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais, que são absolutamente necessárias para que este País possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez. Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Tem a palavra Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes.

MINISTRO DOS TRANSPORTES - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Estou de pleno acordo com a proposição feita, porque acho que, no momento, há uma contestação ao processo revolucionário.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura com a palavra.

MINISTRO DA AGRICULTURA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. I -ENCONTRO COM A VERDADE NACIONAL. Estamos vivendo um momento histórico da maior gravidade. É tal a sua transcendência, que poderíamos denominá-lo de ENCONTRO COM A VERDADE NACIONAL. II -SOLIDARIEDADE INTEGRAL AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA E ÀS FORÇAS ARMADAS. Não poderia deixar de externar, neste momento, a minha integral solidariedade a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e às Forças Armadas Brasileiras, pelo insidioso e solerte ataque de que foram alvo, quanto pelo seu passado pontilhado de glórias, só merecem o nosso mais profundo reconhecimento, e as nossas mais significativas homenagens. Acredito que as Forças Armadas, neste episódio, tiveram conduta das mais exemplares e comedidas, pois, dada a minha formação um tanto rude, eu talvez não tivesse tido outra atitude que não a de repudiar fisicamente as ofensas. Eis porque rendo o meu preito de homenagem e admiração a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e às gloriosas Forças Armadas Nacionais que, mais uma vez, demonstraram o seu amadurecimento político e o seu acendrado patriotismo. III - AUTENTICIDADE. Sou, também por formação, frontalmente contrário a tudo que é artificial ou inautêntico, pois, tudo aquilo que tiver origem viciada, não tem condições de subsistir ao longo do tempo. Eis porque, há muito venho me preocupando com a Organização de um autêntico Estado Brasileiro. A Lei de Organização de um Estado é a sua Constituição. Acreditamos que a expressão abreviada CONSTITUIÇÃO, significa o ATO DE CONSTITUIR UM ESTADO POLÍTICO. IV - AS NOSSAS CONSTITUIÇÕES. Infelizmente, as nossas Constituições, jamais tiveram origem autêntica, e jamais espelharam a verdadeira índole do nosso povo, e muito menos as suas legítimas aspirações. Todas elas foram encomendadas pelo Governo a ilustres e dignos juristas e constitucionalistas, que merecem o nosso maior respeito, como o genial Rui, que, não obstante os seus inquestionáveis méritos, baseou a nossa na Constituição Norte-Americana. De lá para cá as nossas Constituições foram sofrendo emendas e adições, copiadas de outras Constituições que as transformaram em verdadeiras colchas de retalhos, e assim, poderiam representar tudo, menos, como eu já disse, a índole do Povo Brasileiro e suas autênticas aspirações. Quem constitui um Estado somos nós, o povo, para dizer os poderes ou direitos que transferimos ao Estado, e para reter aqueles que julgamos devam permanecer inaleavelmente com o cidadão ou a coletividade. Por isso, como Prefeito de Curitiba, e como autêntico revolucionário, ao ensejo da elaboração e discussão da Constituição atual, respeitosamente sugeri a Sua Excelência o Marechal CASTELO BRANCO, que submetesse o seu texto básico à ampla discussão pública, através de procedimentos que estabelecesse, pois quem faz uma concessão democrática, tem também o direito de assegurar o seu êxito através de regras convenientes. Teríamos assim conferido legitimidade à institucionalização da Revolução de 31 de março, através de uma autêntica Constituição que, efetivamente, expressasse o livre consentimento popular. Tal não ocorreu, e a nova Constituição nasceu com os mesmos vícios das anteriores, adicionando alguns mais. É evidente que, toda fôrma defeituosa gera sempre atos e decisões deformados, que não estão conforme à realidade. As crises se sucedem, agravam-se, e culminam com situações de emergência, e extrema gravidade, como esta que hoje estamos enfrentando. V - PREGAÇÃO DEMOCRÁTICA E

CONSTITUCIONALISTA DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Contudo através do honroso convívio com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e haurindo suas tantas pregações constitucionalistas, aprendi a respeitar e fazer cumprir integralmente a atual Constituição da República. Sou testemunha, portanto, de que, ninguém mais do que Sua Excelência, acatou, respeitou e empenhou-se em cumprir e fazer cumprir a atual Constituição da República. VI - OS PARTIDOS. Apesar de revolucionário da primeira hora, discordei também da forma como foram constituídos os dois grandes partidos nacionais: sem filosofia, sem programa, e tentando somar o impossível - quantidades heterogêneas. Na época, esposei a ideia da reforma e aperfeiçoamento dos quatro maiores partidos nacionais, os quais poderiam reconstituir-se e renovar-se em torno de princípios filosóficos e doutrinários bem definidos. Constituídos como o foram, sem substância filosófica nem programas e com forças heterogêneas, e até incompatíveis, tudo haveria de resultar naquilo que efetivamente resultou: crises sucessivas, com frequência e gravidade crescentes. VII - A CRISE ATUAL. Agora estamos face a face, mais uma vez, com um evento histórico da máxima gravidade, e devemos estar à altura do momento que vivemos. Paliativos, poderão retardar novas e graves crises, mas não as evitarão. Sou favorável a medidas profundas, corajosas, e que possam realmente remover as causas destas sucessivas crises e não apenas eliminar os seus efeitos. Lembro-me, neste momento, dos sábios conselhos do grande estadista deste século, Sir Winston Churchill, muito apropriados para orientar a nossa conduta neste momento decisivo da história pátria. Dizia o imortal inglês: “De nada adianta nos desculparmos, dizendo que ESTAMOS FAZENDO O POSSÍVEL. É preciso – dizia ele – FAZER O QUE FOR NECESSÁRIO”. É portanto a hora nacional do encontro com a verdade. É preciso perquirir as verdadeiras causas das nossas deficiências e falhas, arrolar minuciosamente aquilo que ainda não foi feito, eleger os instrumentos de ação, e avançar decididamente em direção à concretização das mais caras e sagradas aspirações nacionais. Aos homens públicos só resta optarem pela maneira como serão criticados no futuro, principalmente em países ditos subdesenvolvidos. Devemos optar entre FICARMOS A MEIO CAMINHO NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO, e sermos criticados pelos maus brasileiros e também pelo povo – que nos julgará omissos, acomodados ou incompetentes – ou IRMOS ATÉ O FIM, fazendo tudo aquilo que for necessário para REALIZAR INTEGRALMENTE OS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO E AS LEGÍTIMAS ASPIRAÇÕES DO POVO BRASILEIRO, e sermos então criticados apenas pelos maus brasileiros, pois TEREMOS NO FUTURO O RECONHECIMENTO DO NOSSO POVO. VIII - A NOVA REPÚBLICA. Acredito, pois, sinceramente, que devemos ir mais longe, não parando neste Ato Adicional, para cuja promulgação eu já havia votado favoravelmente em sessão deste Conselho de 16.7.68. Ele seria apenas o verdadeiro início de uma NOVA REPÚBLICA, permitindo: a) a dissolução do Congresso Nacional; b) a convocação de novas eleições, com prazo definido; c) a constituição de autênticos Partidos aglutinados em torno de princípios filosóficos e programáticos; d) a convocação de uma nova Constituinte; e) a elaboração e discussão de uma nova e autêntica Constituição, dando lugar ao surgimento do verdadeiro ESTADO BRASILEIRO. IX - CONCLUSÃO. As palavras que aqui pronunciei, sob intensa emoção, espelham realmente o que me vai na alma, no coração e no cérebro. Contudo, como bom brasileiro, e homem de equipe, submeter-me-ei à decisão deste Egrégio Conselho, e a cumprirei fielmente.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro do Trabalho

MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – Senhor Presidente, não entendo propriamente nas sábias e judiciosas palavras do ilustre Senhor Vice-Presidente da República uma discordância irremovível com a decisão de uma retomada da Revolução. Parece-me até que Sua Excelência se referiu que os instrumentos de institucionalização da Revolução de março de 1964, não poderiam agora abrigar um ato que na verdade representassem um retrocesso e os desfigurassem. Mas Sua Excelência falou claramente, também, na sua bela oração, na possibilidade da retomada da Revolução. Desgraçadamente, fazendo um paralelo com Regis Debray, que usou o título "A Revolução dentro da Revolução", parece que Sua Excelência sente igualmente, porque o enfatizou, que estamos diante de uma contingência, de uma contingência imperativa, que implica, portanto, na necessidade da retomada da Revolução, como contingência do momento histórico nacional. Porisso, suponho de minha parte, Senhor Presidente, muito interessante que o Conselho considere a possibilidade de compatibilizar as restrições, que me parecem como sendo mais da forma que de substância, que oferece o Senhor Vice-Presidente em seu pensamento, com o nosso quando se admite uma nova Revolução, para ir direto às origens da primeira. Não se trata, talvez, de vestir uma roupa usada e sim de fazer um novo figurino. De minha parte, Senhor Presidente, quero, já que estamos em uma sessão histórica, me referir às vezes que ouvi de Vossa Excelência, não só coletivamente, como individualmente, em despacho, palavras remarcadas de absoluta sinceridade, pois Vossa Excelência não estava em nenhum momento, sendo menos sincero do que agora, quando Vossa Excelência, inclusive, aqui mesmo, neste Palácio, no dia do seu aniversário, chamou a atenção para o peso da responsabilidade da ditadura sobre os ombros dos homens, mesmo que fosse um triunvirato, que fosse um colegiado. Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim, e creio que a todos os membros deste Conselho, enveredar para o caminho da ditadura pura e simples, mas parece claramente, que é ela que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso do que o próprio Ministro das Relações Exteriores, quando diz que não sabe se o que restou caracteriza a nossa ordem jurídica como sendo ditatorial, eu admitiria que ela é ditatorial. Mas, Senhor Presidente, ignoro todos os escrúpulos de consciência. Quando nós encontramos a necessidade de tomar uma decisão fundamental, tudo aquilo que é fundamental em situações normais, passa a ser secundário em situações anormais. Eu creio que nós estamos aqui fazendo uma penitência, que foi o da autolimitação, que foi o açodamento que a Revolução de março de 1964 se impôs. O meu caso, no Pará, como Governador de Estado, Governador que surgiu com a Revolução (não me parece que aqui haja caso similar, pois que eu saí do Quartel direto para o cumprimento dessas obrigações) é ilustrativo, sendo que não vou me demorar na sua análise. Claro, em um determinado aspecto, do que aqui se contém neste Ato, a questão que me atingiria mais de perto seria, por exemplo, o do enriquecimento ilícito e o ônus de prova que coube a um Governador revolucionário de provar que um Governador que utilizava dinheiro do jogo do bicho e negócios escusos de marcações mentirosas, de movimento de terras do Departamento de Estradas e Rodagem, repito, coube a mim fazer prova disso quando não tinha mais capacidade de provar. Vejo, com uma certa alegria, que aqui se fala em confiscar os bens daqueles que enriqueceram ilicitamente. Nesse ponto, parece-me que se deveria repetir a revolução de 1930, quando se deu a esses homens o ônus de provar que os bens lhe pertenciam de direito. Sei bem, como sabem os homens de artilharia que há dois limites sobre tudo a

que os canhões se submetem: um que é aquele que eles resistem bem, que é o da elasticidade; o outro, aquele que não podem resistir, que é o limite de rutura. Tenho a impressão Senhor Presidente, que Vossa Excelência chegou ao limite de rutura e este governo também. Não me importa que neste instante a democracia seja definida apenas pelo texto de uma Constituição, o que me importa é que tenhamos a coragem histórica, de retomar o processo, sabendo o ônus que vamos carregar e que principalmente Vossa Excelência carregará, para que tenhamos a possibilidade de corrigir os erros que nós antes cometemos e que tenhamos a coragem, maior ainda, de tirar lições desses erros, não deixando que, no momento em que Vossa Excelência tem a Nação a sua mercê e desse governo, estes erros sejam confundidos e pretextos menos nobres sejam utilizados. Com toda a minha vocação libertária e não liberticida, eu acho também, que, cumprindo um dever para comigo, um dever para com meu País eu aceito uma nova Revolução.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro da Saúde.

MINISTRO DA SAÚDE - Senhor Presidente, senhores conselheiros. É inegável que a Revolução de 1964, trouxe o sentimento de segurança que não se gozava no Brasil até então. Ela terminou com o movimento de subversão claro e evidente. O primeiro governo da revolução tinha meios, tinha instrumentos aptos para manter-se e garantir-se. A seguir o segundo governo, dirigido por Vossa Excelência, não teve os instrumentos necessários para preservar a continuação da vida nacional. Todos nós somos testemunha do interesse, da dedicação, do desvelo de Vossa Excelência, no sentido de encontrar uma solução que fosse democrata para o Brasil, todos sabemos que o acidente último da votação na Câmara dos Deputados, foi apenas mais um acidente no rosário de atitudes e acontecimentos que marcam bem um propósito contrarrevolucionário no Brasil. Então Senhor Presidente, não vejo como possamos nos eximir do dever de criar os instrumentos necessários à preservação do modo de vida que adotamos no Brasil. Esse é um sacrifício que Vossa Excelência fará, com certeza, dado o seu espírito democrático. Eu acho que devem ser editados os instrumentos necessários para manter a Nação Brasileira dentro do regime, da tranquilidade, da ordem e do trabalho.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro da Aeronáutica.

MINISTRO DA AERONÁUTICA - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Vou abster-me das considerações no campo jurídico, deixando a outros que possam perlustrá-lo e procurarei ir direto ao problema. O dever de ofício, Senhor Presidente, trouxe-me à presença de Vossa Excelência por diversas vezes para expor, as apreensões e comoções imperantes no setor de minha área de responsabilidade, face a um verdadeiro e inequívoco processo contrarrevolucionário em curso no País. Processo revolucionário esse, patente nas diversas ocorrências recentes e progressivamente mais afoitas. Em tais ocasiões encontrei, sempre, de parte de Vossa Excelência, a confiança de que a base política do governo não lhe faltaria, nas ocasiões necessárias. Os fatos verificados nos últimos dias, justamente nessa área política, agravaram, entretanto, as preocupações a que me referi, porque, entendo que se configurou um divórcio senão uma hostilidade dessa área política. Esse fato nos levaram à convicção de que, uma brecha muito grave e perigosa fora aberta na defesa das instituições. Desse modo, impõe-se no entender de todos, uma corajosa decisão que corresponda ao risco que se apresenta. As medidas corretivas propostas, neste momento, parecem-me as mais adequadas, intransferíveis e convenientes.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Por ocasião da realização de outra reunião do Conselho de Segurança Nacional, tive a oportunidade de proferir algumas palavras que vou ler neste momento. “Mesmo com as Forças Armadas exemplarmente unidas, no seguro apoio ao governo constituído, ele encontra-se desarmado de poderes constitucionais de eficácia imediata que lhe permita cortar, desde logo, pela raiz, ocorrências e males que intranquilizam a Nação. A contrarrevolução está em andamento aos olhos de todos, explorando psicologicamente e seu povo, as angústias das chamadas classe média e popular mais humildes, que por desvirtuamento da imprensa, da oposição radical e até de alguns membros do partido oficial, não chegam a compreender o valor da obra de recuperação econômica e moral que o governo realiza no País. “O dilema, Senhor Presidente”, dizia para eu terminar a minha intervenção naquela oportunidade é este, “ou a Revolução arma-se de poderes e continua ou deixará de corresponder integralmente a sua destinação histórica”. Parece assim, Excelentíssimo Senhor Presidente, que, com alguns meses de anterioridade no tempo, eu estava, por assim dizer, quase que motivando o ato que se deve praticar neste instante. Posso considerar, ainda, que o quadro sofreu um agravamento no tempo, basta dizer que a referência quanto a atitude de apenas alguns membros do Partido Oficial, naquela oportunidade, está hoje substituída pela influência decisiva que aquele Partido teve no episódio de ontem, contribuindo com nada menos de cento e cinco votos para enfraquecer o governo, derrotar a política revolucionária do governo. Mais do que nunca impõe-se, portanto, a edição de um novo Ato que tendo o sentido que tiver ou institua nova Revolução ou prossiga na revolução que está em andamento. Quero, neste particular, depois de declarar que estou inteiramente solidário com Vossa Excelência, não só como Chefe do Governo, mas como intérprete e executor do processo revolucionário brasileiro. Declaro ainda, que não assinto totalmente com as ponderações formuladas pelo ilustre Vice-Presidente da República. Antes eu procuro, no estudo da apresentação formal deste Ato, encontrar um desajuste entre a motivação com que ele se apresenta e a designação técnica que se lhe dá. Vejo, por exemplo, neste documento, que ele timbra em afirmar a sobrevivência do processo revolucionário. Não se diz que a Revolução foi, mas que ela é e continuará a ser. É uma das considerações invocadas para o édito revolucionário que Vossa Excelência expedirá. Em outro ponto é declarado, que o processo revolucionário está em desenvolvimento e não pode ser detido e que é necessário enfrentar aqueles que estão servindo de meio para enfrentar, combater e destruir a Revolução. Trata-se portanto, no meu entender, e é este um aspecto talvez formal na apreciação da matéria, que não há propriedade para a designação de Ato Institucional. Esse Ato não vai instituir nenhuma Revolução, ele vai apenas, nesse sentido, aditando normas com maior afirmação, acentuar o conteúdo revolucionário no sistema que a primeira etapa da Revolução instituiu, através de Atos iniciais e da própria Constituição de 1967, na qual, aqueles atos foram desembocar. Parece-nos assim, que a conceituação que se deve dar é de Ato Adicional e não Ato Institucional, inclusive, pela transitoriedade que essas normas devem ter no tempo, pois que, todo o processo revolucionário é por natureza, limitado no tempo. Na oportunidade em que ele já tenha cumprido toda a sua finalidade, a ordem de exceção então estabelecida, deve ser substituída pelo regresso às normas constitucionais formalmente votadas pelo

Poder a quem cabe editá-las. É exatamente como conclusão dessas declarações que eu me permitiria dar ao novo Ato a ser distribuído pelo governo, o conteúdo de um Ato Transitório, que apenas suspende dispositivos da Constituição vigente. Nesse particular, nós não precisaríamos examinar com mais profundidade as razões invocadas pelo ilustre Senhor Vice-Presidente da República, que no último artigo do Ato, em vez de se dizer que as disposições constitucionais ficam revogadas, poder-se-ia dizer que elas ficam suspensas. Suspender as disposições constituições ou legais em contrário não havendo, portanto, necessidade de afirmar a existência da Constituição ou a sua revogação. O próprio artigo 1º poderia ser suprimido. Não se diria que a Constituição é mantida, apenas altera-se a sistemática constitucional existente, suspendendo aquelas normas que não são convenientes ao desenvolvimento do processo revolucionário autêntico. O Ato produziria todos os efeitos que dele se deseja sem termos a discussão em torno da existência ou não da Constituição e sem o conteúdo revogatório das medidas que são propostas. Há um outro sentido, há uma outra conveniência também, da maior profundidade que é a de se evitar no tempo, quando se encerrar a vigência do novo Ato de exceção, o histórico ajuste de contas que sempre fazem todos aqueles que são atingidos pelas medidas revolucionárias, no momento em que se reedita a norma constitucional votada pelo Poder Constituinte. Se é apenas a suspensão dos atos que se determina, chegada a oportunidade, o governo que editou as medidas de execução as revogará, voltando-se ao leito da Constituição vigente sem necessidade de convocação de um Poder Constituinte para reeditar as normas que tinha sido revogadas. Passa-se, assim, de um ciclo revolucionário, para um ciclo constitucional normal sem a necessidade de se permitir a discussão de tudo o que aconteceu no período em que as normas de exceção tiveram a sua vigência. São as considerações que faço Excelentíssimo Senhor Presidente da República, é esta a proposta que encaminho para a modificação de dispositivos desse Ato proposto, afirmando tudo que nele se contém, sem que modifique, no entanto, o intérprete da lei e de seus efeitos ao longo do tempo, discutindo se a Constituição existe ou não, ou se houve a revogação ou não de normas constitucionais.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA Com a palavra Sua Excelência o Senhor Ministro das Minas e Energia.

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Estou de pleno acordo com o Ato Institucional no que pese a abalizada e douta opinião do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, porque creio que já não existe mais solução dentro da Constituição. Creio então, que só medidas fora, alheias, acima da Constituição serão suficientes e necessárias para resolver a situação criada. Não é uma situação surgida nesses últimos dias com o caso MÁRCIO ALVES, ela vem de longa data. Aliás, o Ato Institucional que me foi dado a examinar não se refere nenhuma vez se quer a esse caso específico, mas sim, faz referência a fatos já discutidos muitas vezes, no decorrer do tempo, nos meses passados. Acho que não se trata de discutir ou pensar se ficaremos em ditadura ou não, mas sim, se é fundamental, em preservarmos a ordem, a segurança interna e, quem sabe, até a integridade nacional. Acredito que só uma medida dessa natureza possa surtir o efeito desejado e permitir aos homens do Governo, responsáveis pelos destinos do Brasil, conduzi-lo ao fim a que todos nós desejamos. Um ligeiro comentário em relação ao parecer do ministro TARSO DUTRA, acredito que o termo adicional seria correto para qualquer coisa que fosse acrescentar à Constituição. Creio que nós o queremos fazer de uma maneira ou de outra, mas, na

realidade, estamos tirando vários dispositivos da Constituição e acho que o termo Ato Institucional é mais próprio do que Ato Adicional. Com esse Ato, acredito, e sei que Vossa Excelência Senhor Presidente, está bem ciente disso, que as suas responsabilidades e também as nossas, a de seus auxiliares, cresceram em muito, em consequência, maior responsabilidade para nós. Confio que essas responsabilidades nos animarão e nos incentivarão, **[À MÃO: a]** todos nós, a procurarmos, ainda mais, a melhor executar as nossas tarefas. Assim, Senhor Presidente, repetindo, estou plenamente de acordo com o Ato Institucional a ser editado.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro do Interior.

MINISTRO DO INTERIOR - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Na oportunidade em que tomei conhecimento da decisão histórica dada por Vossa Excelência e comunicada a este Conselho, dei a ela o meu apoio, de modo integral e absoluto. Não no estreito dever funcional, mas por motivos muito mais profundos e sérios, pois que se identificam com os interesses superiores da própria Nação. A Revolução de março de 1964, vinha sendo desafiada constantemente por forças da corrupção e da subversão ainda existentes e insatisfeitas com a contenção que a elas foi imposta. Não compreenderam a magnanimidade da posição de Vossa Excelência inspirada em compromissos formais com sua vocação democrática. À compreensão de Vossa Excelência responderam com desafio e ofensa, que tinham como destinatários, não os titulares eventuais do Poder, mas sim, todo aquele sistema que a Revolução procurava fazer por consolidar, dentro de um justo equilíbrio entre o seu sentido renovador e as estruturas sociojurídicas inadequadas, mas legitimadas pela tradição. A Revolução de 1964, autolimitando-se fora parcial, permitiu a coexistência dos poderes que portadores de vícios residuais, em todas as oportunidades faziam por contestá-la. Assim, no recente caso ocorrido na Câmara dos Deputados, atingindo profundamente as nossas Forças Armadas, não foi um fenômeno episódico e particular, mas teve o inegável sentido de uma contestação e de execução de um plano antirrevolucionário em marcha. Contestação inaceitável, na medida em que entendemos a Revolução, como instrumento da realização dos grandes objetivos nacionais. Assim, Senhor Presidente, apresento a Vossa Excelência o meu integral apoio e solidariedade no sentido de conduzir a Revolução aos seus grandes destinos, concordando plenamente com a edição deste Ato Institucional com a sugestão apresentada pelo ilustre Ministro da Fazenda no sentido de poder corrigir a própria Constituição.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro do Planejamento.

MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Fui formado no respeito às instituições democráticas e à ordem jurídica. Sou filho de um homem público que consumiu a vida combatendo a ditadura. Eu mesmo, na minha obscura vida pública, registro vários atos claros de repúdio à ditadura. Neste momento, em que somos chamados a nos manifestar sobre um ato que formalmente parece atentar contra a ordem jurídica e as instituições democráticas, julgo necessária uma profunda reflexão e identificação com os mais autênticos interesses nacionais. Feita essa reflexão, a conclusão a que cheguei, Senhor Presidente, é a seguinte: não pode haver nenhum argumento formal, nenhuma consideração de ordem abstrata, que justifique a implantação da desordem neste País ou a interrupção de um processo de desenvolvimento que foi penosamente retomado a partir de 1964, justamente depois de um período em que a ordem jurídica e o respeito às instituições estavam “formalmente”

assegurados, mas, na verdade, a ordem e a tranquilidade pública estavam substancialmente afetadas e comprometidas; período que registrou um perigoso colapso em nosso processo de desenvolvimento, fazendo com que a taxa de crescimento anual caísse, em dois anos, de 7,3% para 1,6%. Neste momento, nenhuma consideração de ordem puramente formal nos deve afastar, e, sobretudo, a Vossa Excelência, da responsabilidade de assegurar neste País, a ordem e a tranquilidade para o trabalho e para o desenvolvimento. Ora, nós ouvimos hoje, nesta mesa, os responsáveis pela Segurança Nacional; e eles nos vieram dizer que "estão perdendo as condições para assegurar a ordem neste País". Creio, Senhor Presidente, que qualquer motivação de ordem pessoal, qualquer que seja a nossa formação pessoal, qualquer respeito que tenhamos pela ordem democrática e pelas instituições (e Vossa Excelência tem demonstrado, em todos os momentos, o seu respeito e a sua preocupação por elas) nada disso nos deve eximir, neste momento, de apoiar a decisão que Vossa Excelência venha a tomar, na oportunidade em que é convocado para restabelecer a ordem e preservar uma revolução que deve continuar. Não se trata, realmente, de assumir a responsabilidade de uma ditadura, porque só existirá ditadura na medida em que os poderes excepcionais que estão sendo concedidos ao governo forem usados arbitrariamente. Penso que a medida que for tomada esta noite vai exigir de todos nós muita ponderação, muito equilíbrio, muita moderação, muita austeridade, muito cuidado na execução. É na execução dela que se revelará ou não o conteúdo antidemocrático, ditatorial ou arbitrário. Esses poderes Senhor Presidente, só deverão ser usados por nós, na medida em que se justifiquem para a preservação da Revolução; nem um milímetro a mais. Nunca deverão ser usados para retirar a liberdade de um inocente, daquele que nada tem a ver com a subversão e a contrarrevolução. Estes cuidados devemos ter. Por outro lado, é preciso que Vossa Excelência se sinta inteiramente livre para exigir de todos nós mais eficiência, mais austeridade, mais exação, mais rigor; e que possa avaliar, inclusive, a competência de cada um de nós, para fazer as modificações que bem entender, no seu governo, no momento em que a opinião pública vai exigir muito mais, não tenhamos a menor dúvida. É o que eu queria dizer.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Ministro das Comunicações.

MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES - Excelentíssimo Senhor Presidente, senhores conselheiros. Aqui estamos reunidos para uma decisão histórica e fala, com emoção, para os Senhores Conselheiros, o mais humilde de todos que estão a esta mesa. Quando vim participar deste Governo, estava, como brasileiro, inteiramente dedicado a trabalhos de atividade privada. A esta altura poderemos dizer que o esforço que vim empreendendo é auspicioso e que pode realmente trazer ao Brasil, no nosso setor, aquele desenvolvimento tão falado pelo Ministro HELIO BELTRÃO. Tenho notado, nesses quase dois anos, de uma experiência que eu não tinha tido ainda, certos fenômenos, certos fatos que merecem, realmente, uma consideração para um brasileiro simples e honesto como todos nós. Portanto, ao considerar o documento que me foi hoje apresentado, em que pesem as razões de ordem jurídica que, como democrata que sou, poderia, opor ao documento, vejo, acima disso, depois de ouvir as palavras dos responsáveis pela Segurança Nacional, do Ministro do Exército, como necessário que rompamos, dizendo assim, com certos preceitos que estão realmente dificultando o desenvolvimento brasileiro. Quero me solidarizar com Vossa Excelência, Presidente ARTHUR DA COSTA E SILVA, como o mais humilde daqueles que nesta mesa se acham, para o meu "de acordo pelo bem do Brasil", ao Ato que me foi apresentado. Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Chefe do Serviço Nacional de Informações.

CHEFE DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – Senhor Presidente, senhores conselheiros. Eu me sinto perfeitamente à vontade Senhor Presidente, e porque não dizer, com bastante satisfação, em dar o meu aprovo ao documento que me foi apresentado. Isto porque Senhor Presidente, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho das funções que Vossa Excelência me atribuiu, como Chefe do Serviço Nacional de Informações, tive a oportunidade de fazer um minucioso relatório da situação nacional brasileira e demonstrar aos conselheiros por fatos e por ações que o que estava na rua era a contrarrevolução. Acredito, Senhor Presidente, que, com a sua formação democrática, foi Vossa Excelência tolerante demais, porque naquela oportunidade eu já solicitava a Vossa Excelência que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contrarrevolução que estava na rua. Era só isso que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra o Excelentíssimo Senhor General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS - Senhor Presidente e senhores conselheiros. O meu parecer, o meu ponto de vista já é sobejamente conhecido de Vossa Excelência Senhor Presidente da República. Coincide em termos gerais, com a maioria dos pareceres emitidos nesta mesa e é, como não poderia deixar de ser, de inteiro aplauso à medida que Sua Excelência pretende tomar. Responsável direto e imediatamente subordinado a Sua Excelência nos problemas ligados às Forças Armadas devo ser e sou um dos homens melhores informados sobre o que se passa do ponto de vista da contrarrevolução neste País. Concordo inteiramente e corroboro as palavras do Excelentíssimo Senhor General Chefe do Serviço Nacional de Informações. Se não tomarmos, neste momento, esta medida que está sendo aventada, amanhã vamos apanhar na carne, Senhor Presidente. Desejaria, apenas, que se fizesse um adendo neste projeto, é o adendo já preconizado por Sua Excelência o Ministro da Fazenda e apoiado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior. Que se facultasse ao Presidente a possibilidade de modificar a Constituição, nos pontos em que fossem necessários. É esse o meu parecer Senhor Presidente.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA - Excelentíssimo Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Estou de pleno acordo com a proposição apresentada, por ter encontrado neste documento as armas necessárias para que se possa combater a desordem e a contrarrevolução.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército.

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO - Senhor Presidente, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Estou de acordo com o Ato do Excelentíssimo Senhor Presidente.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Senhor Brigadeiro Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional. A Revolução

de março de 1964 teve um início, a meu ver, melancólico, quando se deixou envolver pela preocupação de não se afastar do preceito constitucional. Não entendo revolução em termos de Constituição. Além do mais, a ação revolucionária se fez sentir, com a maior severidade, sobre os militares, área em que se verificou as mais fortes punições. Os Legislativo e Judiciário, praticamente, foram poupados, pouco sofrendo e agora estamos vendo a reação desses Poderes, criando as situações que agora estão a exigir medidas enérgicas e imediatas como as sugeridas nesta reunião. HENRIQUE PONGETI, disse certa vez, analisando a Revolução de março de 1964, que era preciso lembrar não ser indicado passar pomada em um ferimento onde a imputação fosse indicada, como também não pensar na amputação onde a pomada fosse o remédio. Creio vivermos o caso da amputação e não o de passar pomada. Considero, um suicídio aceitarmos a situação tal qual ela se apresenta agora, para demonstrarmos o nosso respeito à democracia. Se não houver qualquer medida que proteja o regime, em pouco a Nação será envolvida pelos atos de subversão, que cada vez mais vão se avolumando, até que correrá o risco o próprio regime pela impossibilidade de se frear a aceleração da contrarrevolução. Se não há como aceitar juridicamente o Ato Institucional, poder-se-ia dar ao mesmo o caráter revolucionário e, nesse caso, o fechamento puro e simples do Congresso seria válido. Seria válido também, a reformulação do Poder judiciário, onde pontificam ainda juízes do governo deposto em março de 1964. A medida aqui proposta não é tão drástica, julgo-a, portanto, necessária e indispensável de ser tomada, sem perda de tempo. Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Ministro Extraordinário, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Eminentes senhores conselheiros. Há quatro membros deste Conselho, que têm os maiores compromissos com a Constituição em vigor, no País, porque foram eles constituintes. Esses mesmos quatro componentes.

MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA – (interrompendo) Cinco.

CHEFE DO GABINETE CIVIL – Quais são os cinco? Doutor PEDRO ALEIXO, TARSO DUTRA, Vossa Excelência e eu. Esses quatro membros do Conselho de Segurança Nacional, durante todo o processo revolucionário instaurado pela revolução de 31 de março de 1964, tiveram as posições mais nítidas, junto ao Congresso Nacional, no sentido da institucionalização dessa Revolução. O eminente Senhor Vice-Presidente da República, foi líder do governo revolucionário. O membro do Conselho que ora vos fala foi quem leu o manifesto da Revolução na Câmara dos Deputados, o manifesto do então Governador de Minas Gerais, o Excelentíssimo Senhor MAGALHÃES PINTO, em uma hora de incertezas ou seja, no primeiro minuto da partida das Forças de Minas Gerais para a GUANABARA. Esses mesmos quatro Ministros deste Conselho votaram o compromissos anteriormente assumidos, eu não tive outro rumo a tomar, outro caminho a escolher, de acordo com a minha consciência senão aquele de aceitar, em princípio e em tese, a sugestão de se aprovar perante este Conselho a edição ou édito de um Ato Institucional. Entretanto, no curso da discussão da matéria, fui honrado por Vossa Excelência para tomar conhecimento da primeira proposta encaminhada, e de outras subsequentes. Então considerei e agora o faço, novamente, em face das discussões aqui ocorridas, e das sugestões apresentadas, a conveniência política de estabelecer prazo, no Ato Complementar, para o recesso porque pelo Ato Institucional, o recesso

deverá ser fixado através de um Ato Complementar. Fixar-se, também, um prazo para o Ato Institucional. Prazos que poderiam ser de um ano. Seria uma medida política, segundo o meu ponto de vista, que poderia dar, nos limites da contingência humana, os elementos para que o governo pudesse debelar a subversão e o processo da guerra revolucionária ora em marcha.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra Sua Excelência o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - Senhor Presidente, senhores conselheiros. Estou plenamente de acordo com a assinatura da proposição apresentada.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Finalmente acolhidas e tendo consideração todas as impressões, opiniões e votos, cabe a Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça, responsável direto pela redação desse projeto, que representa a decisão do Presidente da República, expor o seu ponto de vista e as razões, pelas quais, o Ato Institucional apresentado à consideração deste Conselho, foi redigido dessa forma. Com a palavra Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça.

MINISTRO DA JUSTIÇA - Excelentíssimo Senhor Presidente da República, senhores membros deste Conselho. Os considerandos apresentados justificam as razões determinantes do Ato Institucional. Motivos de natureza política, motivos de segurança, motivos de defesa da ordem revolucionária. O eminente Senhor Vice-Presidente da República, grande mestre de direito constitucional, especialista em problemas de imunidades parlamentares com uma clássica monografia, embora não tenha entrado a fundo no problema, fez algumas observações de natureza jurídica sobre o projeto do Ato. Entende Sua Excelência que, outro procedimento poderia ter sido adotado na representação encaminhada à Câmara dos Deputados. Responsável pela justificativa de natureza jurídica da decisão adotada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, cujas ordens estava cumprindo, foi eu quem encaminhou a representação ao Senhor Procurador Geral da República e nesta oportunidade reafirmo meu ponto de vista, eminente Vice-Presidente PEDRO ALEIXO, que, pelo texto constitucional, a representação do Poder Executivo tem todo o seu fundamento. Vossa Excelência observa, reiteradamente, de que a minuta do Ato Institucional apresentada à apreciação deste Conselho, praticamente nada deixa da Constituição, mais uma vez lamento divergir de Vossa Excelência porque lendo-se o Ato, até mesmo na matéria do estado de sítio, os preceitos constitucionais são respeitados. Há um sem número de normas, da própria Constituição que são mantidas. Fala Vossa Excelência que se estabelece uma ditadura, também, não acredito que se estabeleça uma ditadura, porque não se dá a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, um poder discricionário que é a nota qualitativa dos regimes ditatoriais, investe-se sim, Sua Excelência, de poderes necessários, que por assim dizer, se tornaram tradicionais apezar de tão curto os prazos de existência, pois que nasceram na Revolução de março de 1964. A atual Constituição não correspondeu às necessidades revolucionárias. A subversão que surgiu nos mais variados setores e atingiu, também, o Congresso Nacional, o que não posso entender senão como ato de autêntica subversão contra o regime, o comportamento da Câmara dos Deputados, em particular, do Partido que deveria apoiar o governo e que se quiz até chamar de “Partido da Revolução”, na apreciação do pedido de licença para processar um dos seus pares. A subversão está nas ruas, os senhores Ministros responsáveis pelas Pastas Militares, os eminentes Chefes dos Estados-Maiores aqui presentes, o Senhor Chefe do Serviço Nacional de Informações declararam, inequivocamente, o

grande risco que corre a Nação. A Revolução foi feita exatamente, tendo como um dos seus pontos fundamentais impedir a subversão e assegurar a ordem democrática. Se essa ordem democrática corre risco, outra razão não existe se não nos socorrermos dos instrumentos revolucionários adequados para que possamos restaurar a verdadeira democracia, autêntica democracia que é o desejo de todos nós. Porque outra coisa não desejamos senão isso. Em despachos com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, por várias vezes, tivemos oportunidade de tratar desse assunto e quero, mais uma vez, declarar o empenho do ilustre Chefe da Nação em manter, a qualquer preço, a ordem constitucional implantada pela Constituição de 24 de janeiro de 1967. Ocorre, porém, que essa Constituição não correspondeu fazendo-se necessário instrumentos mais rígidos. Sua Excelência, o Vice-Presidente da República, entendeu que o Estado de Sítio poderia ser a primeira fase. O eminente Ministro RONDON PACHECO, apresentou argumentos que provam amplamente o contrário, embora Sua Excelência tivesse admitido que se o Estado de Sítio falhasse, então deveríamos prosseguir com a adoção dos instrumentos adequados e esses instrumentos eu não vejo senão esta série de normas de caráter revolucionário, que nós consideramos como sendo a continuidade do processo revolucionário. O Ato Institucional número quatro, ao delegar ao Congresso Nacional a elaboração da nova Constituição estabeleceu pressupostos para a elaboração do próprio texto constitucional, os quais, consta nos considerandos que abrem a série de dispositivos desse Ato. Não encontramos outro instrumento, dentro dos quadros legais do Brasil, que possa conter a subversão e que possa assegurar a ordem, a paz, a tranquilidade, o progresso e o desenvolvimento cultural e social do País, por essa razão é que nós entendemos plenamente justificado o Ato Institucional proposto como verdadeira medida de salvação nacional. É sem dúvida uma medida revolucionária e verdadeira, mas sem caráter ditatorial, porque a pessoa a quem esses poderes são confiados, pelo seu passado, pelas suas atitudes, pela sua ponderação, pelo seu equilíbrio e pelo seu patriotismo, saberá dosar e aplicar, nos casos que se tornarem necessários, as medidas que lhe são conferidas. O Senhor Ministro DELFIM NETTO, apoiado pelo Senhor Ministro ALBUQUERQUE e pelo Senhor Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sugeriram uma emenda ao Ato, dando a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República a possibilidade de emendar a Constituição. Efetivamente foi esse o nosso pensamento, tanto que redigimos um texto, segundo o qual, sem as limitações constitucionais, poderia o Presidente da República fazer emendas à Constituição, menos aquelas que pudessem, virtualmente, atentar contra a Federação e a República, repetindo assim um ciclo tradicional que vem desde a Constituição de 1891. Estamos de inteiro acordo com essa sugestão. O ilustre Ministro JARBAS PASSARINHO, fez observação quanto ao artigo 8º do Ato. No caso, Senhor Ministro, o parágrafo único desse artigo, ao transferir o ônus de prova no caso de enriquecimento ilícito ao acusado, responde precisamente a ideia de Vossa Excelência. O Senhor Ministro TARSO DUTRA apresentou três observações: a primeira quanto à denominação do Ato. Devo dizer a Vossa Excelência que exatamente era nossa ideia denominar o instrumento de Ato Adicional, todavia, designado o eminente Ministro RONDON PACHECO para dar a redação final a ser apresentada a esse Conselho, Sua Excelência ponderou que, tendo em vista, os princípios e os fundamentos deste Ato, que eram, na verdade, a continuidade do processo revolucionário, preferível seria que se adotasse a denominação de Ato Institucional. Talvez a denominação de Ato Adicional, Senhor Presidente da República, como chamei Ato Adicional à Constituição, apesar das observações em

contrário, fosse a mais adequada. Não vejo, no entanto, que possa surgir qualquer problema de natureza jurídica pela qualificação que se dê a esse instrumento revolucionário. Vossa Excelência sugere também, a supressão do artigo 1º, na verdade esse dispositivo foi colocado, como um preceito inicial ao texto, por sugestão do eminente Ministro RONDON PACHECO, dentro da tradição dos Atos Institucionais da Revolução de 1964. Finalmente, refere-se Vossa Excelência ao último artigo, onde efetivamente houve um equívoco, é a expressão "constitucionais" não devia ter constado. O Senhor Ministro RONDON PACHECO, apresentou duas sugestões: primeira, que o prazo de recesso, acaso decretado, para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais, devesse ser fixado previamente. Nós entendemos que não, nós entendemos que o prazo do recesso deve ficar, isto sim, ao árbitro do Presidente da República que, no momento que julgar oportuno, convocará o Congresso Nacional para retornar às suas funções constitucionais. Não receiamos de que, porventura, uma atitude como esta possa ser tida, lá fora, como objeto de entendimentos, ou, para usar da expressão um pouco chula, de "cambalacho político", nem de parte do Poder Executivo, nem de parte do Poder Legislativo, se poderia faser semelhante juízo. Não vejo razões porque se fixar os prazos, quando fica entregue à prudência de Vossa Excelência a sua determinação. Quanto ao se fixar o prazo de duração do próprio Ato Institucional, a experiência demonstrou bem como foi errado ter fixado os prazos no Ato Institucional número hum. Penso e isto é motivo mais do que suficiente para justificar, que este Ato, outorgado como foi, possa também ser revogado a curto ou a longo prazo. Outros fatos podem suceder-se, mas limitar, no tempo, aquilo que agora se dispõe a fazer para assegurar a continuidade da Revolução de 1964, seria, para nós, com a devida vênia, incidir no mesmo erro praticado no Ato Institucional número hum, quando a Revolução autolimitou-se e a consequência é a autodestruição que estão querendo provocar dentro dela própria. São essas Senhor Presidente da República, as observações que apresento à decisão de Vossa Excelência quanto às sugestões que foram apresentadas.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com o levantamento dos pareceres, que acabo de fazer, dos senhores membros deste Conselho, tenho a impressão de que o Ato Institucional, ora proposto, conta com a aprovação quase unânime deste Conselho. Evidentemente, houve observações, as quais, considero, apenas, de caráter formal de redação, enfim de pouca influência, no conteúdo, no contexto geral. Sugiro, portanto, que a redação final desse Ato, já do conhecimento de todos os membros do Conselho, seja revista por uma Comissão que eu tomo a liberdade de agora nomear e que inclui: Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça, Sua Excelência o Ministro Extraordinário Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura, para, fazendo um levantamento das sugestões apresentadas, feita a devida triagem, que se aproveite aquilo que não venha a modificá-lo na essência. São, sem dúvida, ponderáveis as observações de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, que, como jurista e grande parlamentar, vê que damos um passo definitivo, quando talvez pudéssemos, na sua opinião, passar por uma fase intermediária; eu, em todo o caso, considero que, dentro do Conselho de Segurança Nacional, devamos, pesando a opinião de cada membro, adotar o voto da maioria. Em determinada ocasião, quando era Ministro da Guerra do então governo do Marechal CASTELO BRANCO, apresentei uma representação, sugerindo, pedindo, a cassação do mandato de um homem público do Brasil. Calcado em razões que foram expostas francamente ao Conselho de Segurança Nacional, Sua Excelência, o

então Presidente da República submeteu a representação proposta à apreciação de cada membro. Eu me lembro que, ouvindo os pareceres, Sua Excelência escrevia: “sim”, “não” “?” e no final computados os votos chegou à conclusão, eram na ocasião dezoito membros do Conselho de Segurança Nacional e ele disse – por dezesseis votos a dois, a representação, de Sua Excelência o Senhor Ministro da Guerra, é aceita pelo Conselho de Segurança Nacional, e decidiu pela cassação dos direitos políticos de um homem que se não estivesse com seus direitos cassados, evidentemente, teria já subvertido a ordem revolucionária, isto porque, mesmo com essas restrições, ele tem atuado poderosamente, obstinadamente contra o processo revolucionário. Louvando-me neste exemplo de Sua Excelência o Presidente Marechal CASTELO BRANCO, embora o Conselho de Segurança Nacional seja um órgão consultivo e não deliberativo eu prefiro louvar-me no voto quase unânime desse alto órgão, nunca deixando de ter muita conta, o voto poderosíssimo de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República. Eu bem sei que Sua Excelência, como é natural, está vivendo um momento tão dramático quanto nós outros e quero revelar a este Conselho que Sua Excelência, há poucos minutos, em confidência, apresentou a sua indiscutível solidariedade às decisões do Presidente da República incorporando-as como de sua própria atuação. Essa atitude, trouxe-me um grande conforto. Compreendo perfeitamente que Sua Excelência poderia, a qualquer momento, ocupando este lugar, com as mesmas responsabilidades e talvez com maior brilho e maior competência para resolver este problema de ordem política e institucional, face a qualquer decisão do Presidente da República de cumprir essa decisão como fosse a sua própria decisão. Sua Excelência acaba de me dizer que a sorte dele é a minha sorte, e este fato lhe dá a grande autoridade de emitir o seu voto com toda lealdade e com toda convicção. Devemos, portanto, respeitar o seu voto embora não seja o da maioria do Conselho prezo muito a sua opinião. Peço a Deus que não me venha convencer amanhã de que ele é que estava certo, porque ele admitiu mesmo a hipótese do Ato final, porque entendo como entende o Conselho na sua sabedoria de maioria, de quase unanimidade, de que nesta escalada, o degrau proposto se torna evidentemente desnecessário. Aceitamos esta deliberação, eu confesso que é com verdadeira violência aos meus princípios e ideias que adoto uma medida como esta. Adoto-as convencido que elas são do interesse do País, do interesse nacional que demos um “basta” a contrarrevolução. Já em outra reunião deste Conselho, ouvida pelos senhores a palavra do Chefe do Serviço Nacional de Informações, houve propostas já naquela época, para levantar-se uma barreira a esse trabalho insidioso, persistente, obstinado e terrível mesmo da contrarrevolução. Aqui estou hoje, senhor de uma investidura constitucional, com a responsabilidade tremenda e indeclinável de Chefe de uma Revolução que se impôs no País para a solução desses mesmos problemas que se agravaram muito nestes últimos anos. Naquela época, não houve a exploração da mocidade como acontece hoje, não havia a interferência deslavadamente ostensiva do dinheiro internacional, procurando interromper o processo revolucionário, por motivos, talvez, inconfessáveis, por interesses que não são os nacionais, e contra os quais, devemos levantar esta barreira antes que a crise seja irremediável. Considero que o momento nacional é grave mas ainda não desesperador, porisso mesmo, devemos lançar mão dos remédios que possam recuperar o organismo da Nação. Os remédios, as medidas curativas, são as contidas, as preconizadas no Ato Institucional que hoje será adotado e cuja fiel aplicação desejo realizar. Neste momento solene e dramático para a vida nacional, em que medidas de tão alto alcance são tomadas, quero, mais uma vez, afirmar que não me move

qualquer intenção continuísta, move-me apenas o desejo do bem servir à Pátria e do bem-estar do nosso povo. Inspirado por Deus e sob sua proteção, pretendo cumprir o restante do meu mandato e, na oportunidade constitucional, passar os meus pesados encargos ao substituto legal para que ele melhor que eu, continue a obra da Revolução de março de 1964.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

O Governo, depois de uma expectativa de várias horas, baixou, ontem à noite, o Ato Institucional nº 5, e, com base nele, o Ato Complementar nº 38, que decreta o recesso do Congresso Nacional, sem prazo determinado. Durante o dia e a noite de ontem o povo manteve-se calmo e não houve corrida aos bancos, apesar das apreensões de alguns cidadãos que, decidiram permanecer em seus escritórios ou nas ruas, à espera da palavra oficial do Governo através de *A Voz do Brasil* – e deixaram de chegar ontem às suas casas.

Houve grande movimentação ontem, nos quartéis do Rio, onde continua rigoroso o regime de prontidão. Na Vila Militar, os caminhões estão em posição de deslocamento. A Polícia Federal tem 400 homens, na Guanabara, "prontos para agir", e também estão totalmente mobilizadas a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil.

Várias reuniões sucederam-se na área militar. O Ministério do Exército apresentou movimento incomum, devido à presença dos comandantes das principais unidades aquarteladas no Rio. Ora eles entravam no gabinete no Ministério do Exército, ora no do comandante do I Exército. Mas foi a reunião do Presidente da República com o Conselho de Segurança Nacional que determinou a promulgação do Ato Institucional nº 5.

[No topo, à direita: **Ontem foi o Dia dos Cegos**]

[Voltar]

[Voltar]

Do Cel Figueiredo

Brasília, 13/1/69

Meu caro Heitor:

Acabo de receber o noticiário sobre a “VARI” e não posso esconder meu entusiasmo pelo que vi e li.

Desejo sinceramente que continues, juntamente com o nosso chefe, Gen. Tubino, brilhando no esforço de tentar fazer desta terra uma Pátria digna de filhos como são os dois.

Continuo aqui em Brasília tentando, também eu, mas sem o brilhantismo dos dois, a ver se, pelo exemplo, consigo injetar um pouco de ânimo em nossa oficialidade jovem. O problema não é fácil, pois, em suma, falta a eles o que os homens como Geisel, Golbery, Tubino, Castello e alguns poucos mais, conseguiram nos ensinar: dedicação e vontade de realizar alguma coisa.

Estou completamente alheio “ao que se fez e ao que se diz nas cúpulas; tenho me limitado a comandar este regimento dando o que ainda me resta de vigor e na medida que a saúde o permite, posso ver se salvo alguma coisa nessa derrocada de valores a que estamos assistindo.

A impressão que tenho é que cada um procura tirar o maior proveito possível do momento porque começam a perceber a quase impossibilidade de uma saída honrosa para os destinos do país.

Confirmaram-se os termos da carta que, às vésperas do caso “Goiás”, escrevi ao Golbery sobre a inevitabilidade de descambarmos para uma ditadura sem o desejamos. **Os erros da Revolução foram se acumulando e agora, só restou ao Governo “partir para a ignorância”...**

Se agora as coisas estão no pé em que percebemos, imagina quando começarem os candidatos à ascensão presidencial a se digladiarem! Vamos assistir a “peladas” piores que as anteriores!

Felizmente estou adstrito aos “motos do meu quartel” e não desejo daqui sair a não ser para, em última instância, salvar o que resta da Revolução...

Aquela turma que deu trabalho no governo do Castello, continua a trilhar as mesmas sendas do oportunismo sob a capa de um radicalismo revolucionário que nunca possuíram e tentando repetir com o Costa e Silva as manobras de pressão de há dois anos atrás...

Felizmente o micróbio da ambição ainda não me mordeu e espero encerrar a minha carreira com o mesmo espírito com que a iniciei: não pertencer a grupos de homens e, sim, formar sempre com os que defendem o bem da nossa Pátria e da nossa gente. Será que ainda é possível formar um tal grupo? Como sou homem de poucos horizontes, vou ficando aqui no meu quartel ensinando a única coisa que bem aprendi: a canção da Cavalaria...

Espero que, quando tenhas algum tempo disponível, possas dar um pulo nos “Dragões” para conversarmos sobre as coisas que acontecem e que necessitam de uma “interpretação a dois”: não tenho capacidade para analisar esses tantos fatos e tenho receio de ser injusto com alguns camaradas nas minhas conclusões...

Dá um grande abraço no Gen. Tubino e apresente a ele os meus respeitos e a saudade que sinto de lidar com gente de consciência limpa.

Outro grande abraço para ti do amigo certo,
Figueiredo

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

Trecho de entrevista de Jacqueline Kennedy

Arthur M. Schlesinger (falando sobre o Peru): O que fizemos foi suspender [as relações diplomáticas] e dizer que retomaríamos se concordassem com algumas coisas como dar liberdade política aos partidos, restaurar a liberdade de imprensa, concordar com a realização de eleições. Finalmente aceitaram e restauramos as relações, e isso fez uma grande diferença.

Jacqueline Kennedy: E no Brasil, no minuto em que a junta assumiu o poder, todo mundo aplaudiu. E foi a coisa mais decepcionante. Betancourt* esteve lá, conversando comigo sobre o assunto, há dois meses. Contou tudo – metade do Congresso, do Parlamento, ou seja lá o que for, todos os grandes escritores, todo mundo foi privado de seus direitos civis. E uma das coisas mais aflitivas para a América Latina era isso – a diferença entre Kennedy e Johnson. Afetou a todos os países. Jack** nunca teria feito isso.

* Rómulo Betancourt, que há pouco tinha deixado a presidência da Venezuela.

** John Kennedy

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

TELEGRAMA RECEBIDO Departamento de Estado Brasil 24
[À MÃO: 58]
03321452 **[ILEGÍVEL]** CONFIDENCIAL-
AMCONGEN SÃO PAULO 022363
AO SEC DE ESTADO WASHDC
[À MÃO: 55]
STATE GRNC 30 MAR 1964 19:36
BT
AÇÃO CONFIDENCIAL IMEDIATA RIO 022363 INFO IMEDIATA DEPTO 212 BRASÍLIA 24 DE SÃO PAULO 30 MARÇO 16H

DUAS FONTES ATIVAS NO MOVIMENTO ANTI-GOULART DIZEM QUE O GOLPE CONTRA O GOB [GOVERNO DO BRASIL] DEVE ACONTECER EM QUARENTA E OITO HORAS. NÃO HÁ CONSENSO SOBRE COMO SE DARÁ. UMA FONTE ACREDITA QUE O ESTOPIM MAIS PROVÁVEL É UMA INSURGÊNCIA MILITAR E/ OU CIVIL EM MINAS GERAIS. UMA OUTRA DIZ QUE OS MILITARES DE SÃO PAULO COMEÇARÃO O MOVIMENTO, TALVEZ COM A PRISÃO DE ESQUERDISTAS CONHECIDOS. UMA TERCEIRA AFIRMA QUE AS TROPAS DO EXÉRCITO DE SÃO PAULO APOIARÃO PUBLICAMENTE O PROTESTO DOS ALMIRANTES. TODOS SUSTENTAM QUE A AÇÃO ANTI-GOULART CONTA COM O APOIO DA MAIORIA DOS MILITARES EM SÃO PAULO, MINAS E GUANABARA…
CFN 130 212 24 30 16H.

PÁG DOIS RUESUA 674R ~~CONFIDENCIAL~~
... SÃO QUASE INTEIRAMENTE ANTI-GOULART, COM IMPORTANTES ELEMENTOS NO PARANÁ E NO RIO GRANDE DO SUL SIMPATIZANTES À CAUSA. FONTES DIZEM QUE INDECISOS VÃO SE UNIR À OPOSIÇÃO QUANDO CHEGAR A HORA DECISIVA, DEIXANDO GOULART COM APENAS ALGUNS CONHECIDOS OFICIAIS ESQUERDISTAS. UMA FONTE COM BONS CONTATOS NO SEGUNDO (SÃO PAULO) EXÉRCITO AFIRMA QUE O GENERAL KRUEL ACEITOU LIDERAR A REBELIÃO MILITAR LOCAL DEPOIS DE CONFRONTADO POR UM GRUPO DE OFICIAIS MAIS JOVENS QUE LHE GARANTIU QUE O MOVIMENTO IRIA EM FRENTE CONTASSE OU NÃO COM SUA LIDERANÇA.
NOSSA OPINIÃO É DE QUE A PREVISÃO DE QUARENTA E OITO HORAS PODE SER OU NÃO PRECISA, MAS É SEGURO DIZER QUE A OPOSIÇÃO PLANEJA TOMAR A OFENSIVA E CONTA COM IMPORTANTES PONTOS DE APOIO ENTRE OS MILITARES. A CRISE NAVAL CONVENCEU ELEMENTOS LOCAIS ANTI-GOULART DE QUE UMA POSTURA ESTRITAMENTE DEFENSIVA NÃO É MAIS POSSÍVEL.

OBSERVAÇÃO INDICATIVA DA ATMOSFERA: PELA PRIMEIRA VEZ, AS FONTES ACIMA MENCIONADAS PERGUNTARAM SE A FROTA AMERICANA SERIA CAPAZ DE CHEGAR RÁPIDO AO SUL DO BRASIL.

OBSERVAÇÃO:

1. INSUBORDINAÇÃO DE SUBOFICIAIS DA MARINHA APARENTEMENTE BEM-SUCEDIDA ATÉ O MOMENTO DESESTABILIZANDO PRINCIPALMENTE MAGALHÃES PINTO. ELE

CFN 2 3 4 31 2 5 1

PÁG. TRÊS RUESUA 705R CONFIDENCIAL

CONDENOU COM VEEMÊNCIA SEU COMPORTAMENTO. NA MANHÃ DE 30 DE MARÇO, O GOVERNADOR DIVULGOU UM COMUNICADO DECLARANDO SUA SOLIDARIEDADE AOS LÍDERES DA MARINHA E DECLARANDO QUE "SE A HIERARQUIA E A DISCIPLINA, SEM AS QUAIS ELES NÃO PODEM SOBREVIVER, ESTÃO COMPROMETIDAS, AS FORÇAS ARMADAS TÊM NÃO SÓ O DIREITO MAS O DEVER DE LUTAR POR SUA INTEGRIDADE".

1. MAGALHÃES NÃO APONTOU NOMES DE OUTROS GOVERNADORES COM QUEM ESTEVE EM CONTATO ULTIMAMENTE. NO ENTANTO, ELE SE ENCONTROU COM NEY BRAGÃO, DO PARANÁ, ESTA TARDE, E NOTÍCIAS NÃO CONFIRMADAS NA IMPRENSA ALEGAM QUE O GOVERNADOR BARROS DE SÃO PAULO ENCONTROU-SE AQUI COM MAGALHÃES NO INÍCIO DA MANHÃ DE 30 DE MARÇO.
2. A ADMISSÃO DE ALKMIM COMO MEMBRO DO SECRETARIADO DE MAGALHÃES PINTO LEVA A CRER QUE O PSD, ATÉ O MOMENTO EM OPOSIÇÃO À ADMINISTRAÇÃO MAJORITARIAMENTE UDN-PTB DO GOVERNADOR, AGORA FAZ ALIANÇA EM NÍVEL ESTADUAL COM A UDN. MAGALHÃES TALVEZ TENHA ESPERANÇAS DE REPRODUZIR ESSE PADRÃO PARA NÍVEL NACIONAL COM O DESENROLAR DOS EVENTOS. DE QUALQUER FORMA, ELE PARECIA SATISFEITO COM O PAPEL PROEMINENTE DESEMPENHADO POR MINAS GERAIS NOS EVENTOS RECENTES. DISSE QUE "TINHA A IMPRESSÃO" DE QUE MINAS LIDERAVA A OPOSIÇÃO AO PRESIDENTE.
3. EM GERAL, MAGALHÃES ESTAVA SERENO DURANTE A CONVERSA SOLICITADA PELO CÔNSUL QUE ESTAVA ENTREGANDO AO GOVERNADOR UM CONVITE PARA IR AO 30 2 30 3 4

PÁG. QUATRO RUESUA 705R CONFIDENCIAL

CONCERTO DA ORQUESTRA SINFÔNICA LOCAL. ENTRADAS DA MANSÃO DO GOVERNADOR BARRADAS POR VEÍCULOS DA POLÍCIA MILITAR ESTADUAL E NO

INTERIOR DA RESIDÊNCIA CORREDORES PATRULHADOS PELA POLÍCIA ESTADUAL ARMADA COM METRALHADORAS.

NOVO ASSUNTO:

CONSULADO ACABA DE SER INFORMADO POR FONTE DA POLÍCIA MILITAR QUE O LÍDER DO SINDICATO RURAL FRANCIS COPAIXO (CHICÃO) FOI BALEADO POR UM PROPRIETÁRIO DE TERRAS AO FINAL DA TARDE DE 30 DE MARÇO EM GOVERNADOR VALADARES. PARECE QUE QUATRO OUTROS HOMENS TAMBÉM FORAM FERIDOS E ESTÃO TODOS INTERNADOS NO QUARTEL-GENERAL DA POLÍCIA MILITAR NA CIDADE. GOVERNADOR VALADARES, CENÁRIO DE PERTURBAÇÕES RURAIS NO MÊS PASSADO, FOI ESCOLHIDA COMO LOCAL PARA REALIZAÇÃO DE GRANDE COMÍCIO EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA EM 31 DE MARÇO. CHICÃO HAVIA ANUNCIADO QUE NO COMÍCIO ELE ASSOCIARIA SEU SINDICATO AO COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES (CGT).

GP-3. OKUN

BT

OBSERVAÇÃO: Repassar cópia para S/S-O 31 de março às 11h20. Repassado para Casa branca, QIA, JCS, OSD às 11h40, CINCSO CINCLANT TAMBÉM PARA POLAD, CINCSTRIKE TAMBÉM PARA POLAD às 11h47 de 31 de março.

OBSERVAÇÃO: Tratado como RESTRITO CONFORME SS-O

COM EXPURGO
Autoridade **[ILEGÍVEL]**
Por **[ILEGÍVEL]**, NARS, Data **[ILEGÍVEL]**

CONFIDENCIAL
PROIBIDA A REPRODUÇÃO DESTE DOCUMENTO SALVO SE MARCADO COMO "LIBERADO"

CÓPIA **[CARIMBO]**
Biblioteca Lyndon Baines Johnson

Cópia
Biblioteca Lyndon B. Johnson

Tradução: Sheila Louzada

[Voltar]

[Voltar]

TELEGRAMA RECEBIDO *Departamento de Estado*
53 _____
Ação Controle: 17355
SS Recebido: 21 AGOSTO 1963
DE: RIO DE JANEIRO 14:56
Info 035
PARA: Secretário de Estado
NO: 373, 21 AGOSTO, 13:00 (PARTE DOIS DE TRÊS)

PIORIDADE
ACESSO LIMITADO S-S
PARA MARTIN DO EMBAIXADOR

QUANTO AOS RESPONSÁVEIS PELA POLARIZAÇÃO POLÍTICA, A MIM PARECE EVIDENTE QUE A INICIATIVA PARTIU DO GOVERNO, COM COLABORAÇÃO DE LACERDA MAS TALVEZ NA PROPORÇÃO DE UM PARA CINCO. O QUE DEVERÍAMOS FAZER É MOSTRAR NOSSO APOIO A TODOS OS ASPECTOS POSITIVOS, COMO TEMOS TENTADO FAZER NO NORDESTE, PARANÁ, GOIÁS E NO EXTREMO SUL, E COM O GOVERNO FEDERAL ATÉ QUE ESTE SE DISPONHA A COLABORAR, E AO MESMO TEMPO CONTINUAR A REBATER AS ACUSAÇÕES INFUNDADAS NOSSO INTERESSE PARTICULAR EM LACERDA. ACREDITO QUE DEVEMOS, ENTRE OUTRAS COISAS, CONTINUAR A INVESTIR NOSSA ATENÇÃO EM KUBITSCHEK APESAR DOS JÁ CONHECIDOS OBSTÁCULOS. PARA ILUSTRAR O NÍVEL DE DETERIORAÇÃO DA SITUAÇÃO, PORÉM, ALUISIO ALVES ME CONTOU NA SEGUNDA À NOITE QUE OLIVEIRA BRITO LHE DISSERA QUE ERA “SABIDO POR TODOS” NOS BASTIDORES DO PALÁCIO QUE A DECLARAÇÃO DE ALVES EM RECIFE TINHA SIDO “REDIGIDA NA EMBAIXADA AMERICANA.”

6. SERÁ GOULART CAPAZ DE SOBREVIVER MAIS DOIS ANOS E MEIO SEM RECORRER A MEDIDAS INCONSTITUCIONAIS? CONSIDERANDO COMO TÊM ANDADO AS COISAS DESDE A MUDANÇA MINISTERIAL DE JUNHO, TENHO SÉRIAS DÚVIDAS. EM CONVERSAS PARTICULARES NOS ÚLTIMOS DEZ DIAS, MUITOS BRASILEIROS EXPRESSARAM DÚVIDAS SEMELHANTES, OS MAIORES EXEMPLOS SENDO JURACI MAGALHÃES E SAMUEL VAINTER [SIC] DO ÚLTIMA HORA, CADA UM COM POSIÇÕES DIAMETRALMENTE OPOSTAS. ONTEM MESMO O BEM INFORMADO NÚNCIO APOSTÓLICO E O EMBAIXADOR IUOGOSLAVO EXPRESSARAM OPINIÕES SEMELHANTES. JURACI ESTÁ “ESPERANÇOSO” QUANTO ÀS POSSIBILIDADES DE UM IMPEACHMENT FORMAL OU DE UMA RENÚNCIA FORÇADA PELOS MILITARES;

WAINER PARECE ESTAR APOSTANDO MAIS EM QUE GOULART FECHARÁ O CONGRESSO, EMBORA NÃO TENHA SIDO EXPLÍCITO. CONTINUO IMPRESSIONADO COM A CAPACIDADE DE SOBREVIVÊNCIA PESSOAL DE GOULART. E NÃO DÊ CRÉDITO À IDEIA DE RENÚNCIA VOLUNTÁRIA. ELE CONTA COM MEIOS PARA SUBORNAR E ATERRORIZAR O CONGRESSO (GRAÇAS ESPECIALMENTE À PRESSÃO DOS MILITARES E DE GREVE GERAL) TÃO INTENSA QUE UM IMPEACHMENT CONTINUA SENDO ALTAMENTE IMPROVÁVEL. GOLPISTAS DA OPOSIÇÃO PARECEM ATÉ MAIS FRACOS QUE ALGUNS MESES ATRÁS. SE DEUS É MESMO BRASILEIRO, O PROBLEMA DE CORAÇÃO QUE GOULART TEVE EM 1962 LOGO VAI PIORAR. MAS PARA NÃO CONTAR COM UMA INTERVENÇÃO DIVINA, TENHO A IMPRESSÃO DE QUE DEVEMOS CONTINUAR A NOS BASEAR NA HIPÓTESE DE QUE O IMPOSSÍVEL VAI DURAR UM POUCO MAIS, DE QUE UMA RUPTURA INSTITUCIONAL PODE NÃO ACONTECER EM BREVE NEM REPENTINAMENTE MAS QUE ANTES DE 31 DE JANEIRO DE 1966 GOULART QUASE CERTAMENTE TERÁ FEITO O POSSÍVEL PARA INSTITUIR ALGUMA FORMA DE REGIME AUTORITÁRIO.

7. NESTAS CIRCUNSTÂNCIAS NOSSO AI1 DEVE SER AJUDAR A FRUSTRAR SUAS ATUAIS INCLINAÇÕES AUTORITÁRIAS E PRESERVAR A PERSPECTIVA DE UMA ELEIÇÃO GENUÍNA EM 1964, MANTENDO A IMAGEM MAIS FAVORÁVEL POSSÍVEL DAS RELAÇÕES BRASIL-EUA, DETENDO OU AO MENOS RETARDANDO AÇÕES ANTAGÔNICAS. ISSO NO MÍNIMO AUMENTARIA A PROBABILIDADE DE UMA RUPTURA NA CONTINUIDADE CONSTITUCIONAL ASSUMIR UMA FORMA FAVORÁVEL AOS NOSSOS INTERESSES. ISSO EXIGIRÁ GRANDES MELHORIAS EM ALGUNS DE NOSSOS MÉTODOS OPERACIONAIS VIGENTES, POR EXEMPLO COM UMA AÇÃO RÁPIDA EM PROJETOS DE AUXÍLIO QUE POSSAM SER REVERTIDOS EM VANTAGEM POLÍTICA PARA NÓS. OS RECENTES ATRASOS NOS GERADORES CHEVAP E DE FORTALEZA SÃO UM EXEMPLO TÍPICO DA SÉRIA DIFICULDADE DE WASHINGTON EM COMPREENDER A NATUREZA POLÍTICA DAS CIRCUNSTÂNCIAS AQUI, E A URGÊNCIA DE AGIRMOS DE FORMA RÁPIDA E AFIRMATIVA NA DIREÇÃO DESEJADA, MAS NOSSA MELHOR CARTA NESTE JOGO É A VISITA PRESIDENCIAL, E CONCORDO COM SEU ARGUMENTO DEPTEL 234 DE QUE CHEGOU A HORA DE CONSIDERAR SERIAMENTE ESTE TRUNFO. FOI ISSO, ALIÁS, O QUE ME FOI RECOMENDADO COM URGÊNCIA POR ALUISIO ALVES NA LONGA CONVERSA QUE TIVEMOS NA SEGUNDA-FEIRA, E VALORIZO IMENSAMENTE AS OPINIÕES DELE. E COMO VOCÊ SABE, O PRÓPRIO GOULART INSISTIU NESSA IDEIA COMIGO QUANDO CONVERSAMOS NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA.

8. OS PRINCIPAIS FATORES A FAVOR DA VISITA SÃO: (A) DEMONSTRAÇÃO DE ENORME POPULARIDADE DE KENNEDY E DE SENTIMENTOS PRÓ-ESTADOS UNIDOS NO BRASIL, ENFRAQUECER A TENDÊNCIA DE POLÍTICOS OPORTUNISTAS BUSCAREM VOTOS NO ANTIAMERICANISMO; (B) ESCLARECIMENTO DA NOSSA POSIÇÃO A

FAVOR DAS REFORMAS DEMOCRÁTICAS POSITIVAS (MAS NÃO À PREGAÇÃO REFORMISTA PURAMENTE DEMAGÓGICA) E QUE A AFP PODE E VAI AJUDAR; (C) IMPULSO À AFP DE FORMA GERAL; (D) OPORTUNIDADE DE FRANCA CONVERSA COM GOULART A RESPEITO DA NECESSIDADE DE A COOPERAÇÃO SER MÚTUA; (E) EXPECTATIVA DA VISITA GERAR EFEITO PREVENTIVO SOBRE AS AÇÕES ANTIAMERICANAS E SOBRE QUAISQUER INTENÇÕES/PLANOS GOLPISTAS DE GOULART. OS PRINCIPAIS FATORES NEGATIVOS SÃO: (A) RISCO DE DAR PRESTÍGIO E APOIO ÀS QUESTIONÁVEIS ATITUDES E POLÍTICAS DE GOULART, REDUZINDO ASSIM A FORÇA DOS GRUPOS OPOSICIONISTAS NO PAÍS; (B) DIFICULDADES ESPINHOSAS EM DEFINIR AGENDA DA VISITA COMO POR EXEMPLO CONCILIAR ENCONTRAR ARRAES EM RECIFE E LACERDA NA GUANABARA; (C) ENFRAQUECIMENTO EM NOSSA CAPACIDADE DE EXERCER PRESSÕES ECONÔMICAS CASO SEJA ESSA A LINHA QUE SE DESEJE SEGUIR; (D) ALTAS CHANCES DE QUE QUALQUER NOVO COMPROMISSO ASSUMIDO POR GOULART SERIA DESRESPEITADO EM POUCOS MESES, COM SUBSEQUENTES CRÍTICAS A KENNEDY POR TER VISITADO UM REGIME BRASILEIRO QUE É OBVIAMENTE INCOMPETENTE, CORRUPTO E BASICAMENTE ANTIAMERICANO.

9. FICAMOS INTRIGADOS COM OS MOTIVOS QUE TERÃO LEVADO GOULART A DESEJAR ELE PRÓPRIO A VISITA PRESIDENCIAL. VEJO AQUI DOIS ELEMENTOS: (A) A CRENÇA DE QUE PODERÁ FAZER COM QUE KENNEDY DÊ “COBERTURA” A SEU TIPO DE FALSO REFORMISMO, E (B) A EXPECTATIVA DE QUE A VISITA ENFRAQUECERÁ OS ESFORÇOS DA OPOSIÇÃO PARA DEPÔ-LO NO FUTURO PRÓXIMO, DANDO-LHE TEMPO PARA SE FORTALECER POR MEIO DA NOMEAÇÃO DA PRÓXIMA LEVA DE GENERAIS AO FINAL DE NOVEMBRO, DE NOVAS DEMONSTRAÇÕES DE FORÇA DOS SINDICATOS ETC. SE EU ACREDITASSE EM UMA GRANDE PROBABILIDADE DE ELE SER OBRIGADO PELO EXÉRCITO A RENUNCIAR OU DE SOFRER IMPEACHMENT PELO CONGRESSO, E QUE A PERSPECTIVA DA VISITA PRESIDENCIAL DETIVESSE ESSAS AÇÕES, CERTAMENTE ME OPORIA À VISITA. GP-2 GORDON.

_____ PROIBIDA A REPRODUÇÃO DESTE DOCUMENTO EXCETO SE MARCADO COMO “LIBERADO”

Tradução: Sheila Louzada

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: 01-04-1964
18:00 +-]

~~Confidencial~~

AQUI É O EMBAIXADOR GORDON RIO 1

ACREDITAMOS QUE A REBELIÃO DEMOCRÁTICA TENHA ACABADO JÁ 95 POR CENTO BEM-SUCEDIDA. PRIMEIRO EXÉRCITO SOLIDAMENTE A FAVOR E ÀS 15:40 GEN ÂNCORA ORDENOU QUE CESSASSEM AS AÇÕES MILITARES CONTRA OS REBELDES. REUNIÃO DE ÂNCORA E KRUEL ÀS 15H EM RESENDE. QUEM DEVERÁ ASSUMIR O COMANDO DO PRIMEIRO EXÉRCITO É O GEN. COSTA E SILVA, FORTEMENTE DEMOCRÁTICO. AINDA ESPERANDO ANÚNCIO FORMAL MAS ACREDITAMOS QUE GOULART JÁ TENHA RENUNCIADO OU ESTEJA PRESTES A FAZÊ-LO. MAZZILLI ENTÃO ASSUMIRIA PROVISORIAMENTE COMO ESTABELECIDO PELA CONSTITUIÇÃO.

ESTAÇÕES DE RÁDIO DO RIO TODAS AGORA EM MÃOS DE OPOSITORES ANUNCIAM QUE GOULART RENUNCIOU MAS BRIGADEIRO MELLO DA FORÇA AÉREA AFIRMA QUE ISSO AINDA NÃO É VERDADEIRO.

HÁ AINDA CERTA PREOCUPAÇÃO QUANTO A POSSÍVEIS CONFLITOS CIVIS EM PORTO ALEGRE, RECIFE E TALVEZ TAMBÉM AQUI, EM ESCALA LIMITADA, BEM COMO COM GRUPOS RESISTENTES DA MARINHA E OUTROS DISPERSOS PELAS FORÇAS ARMADAS. REAÇÃO DOS SINDICATOS AINDA INCERTA. COMEÇAMOS TREINAMENTO DE PESSOAL PARA POSSÍVEIS NECESSIDADES DE REFORÇO NA SEGURANÇA INTERNA, ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA, ETC. AINDA NENHUMA PALAVRA A RESPEITO DE REAÇÕES NO CONGRESSO. GOULART CHEGOU A BRASÍLIA ÀS 1430 HORÁRIO DO BRASIL. AQUI ENCERRA RIO 1.

~~Confidencial~~

Cópia
Biblioteca Lyndon B. Jonhson

~~CONFIDENCIAL~~

RIO 7.

NÃO TEMOS NADA DE NOVO NO MOMENTO. SE VOCÊS TAMBÉM NÃO TIVEREM NADA, DEVEMOS ENCERRAR?

FINAL RIO 7.

RIO 8.

SEC 6 RECD.

RIO 8.

SEC 6 RECD. AGIRÁ DE ACORDO. NO MOMENTO DUVIDO DA NECESSIDADE DE MAIS COMUNICAÇÕES ESTA NOITE MAS ALERTAREI CASO SEJA DESEJADO. CONFIRMO 1500Z AMANHÃ. AQUI ENCERRA RIO 8.

~~CONFIDENCIAL~~

Cópia **[CARIMBO]**

Biblioteca Lyndon Baines Johnson

Cópia

Tradução: Sheila Louzada

[Voltar]

[Voltar]

SECRETO

PROPOSTA DE ACORDO VERBAL

ASSUNTO: Colaboração Entre o Serviço Nacional de Inteligência Brasileiro e o Serviço de Inteligência Americano

O Serviço de Inteligência Americano se dispõe a:

a. Oferecer assistência para o estabelecimento e desenvolvimento do Serviço Brasileiro, designando, para tanto, um Oficial Sênior da Inteligência Americana para atuar no Brasil.
b. Fornecer treinamento e material de instrução que auxiliem na solução de problemas técnicos tais como a criação de arquivos de contrainteligência, a elaboração e difusão de relatórios, os procedimentos para rastreamento de nomes etc.
c. Fornecer treinamento em técnicas de inteligência, funções e conceitos de diversas organizações de segurança interna e inteligência, e no modus operandi de organizações subversivas nacionais e internacionais.
d. Disponibilizar relatórios produzidos em outras áreas do mundo que tratem da identidade e atividade de indivíduos subversivos em locais que digam respeito à segurança brasileira.
e. Disponibilizar estudos e informações relativos ao comunismo internacional, a outros movimentos e ações subversivos e a assuntos relacionados.
f. Fornecer equipamento técnico especializado apropriado para a contrainteligência, assim como assistência em como usá-lo.
g. Fornecer, seletivamente, informação de verificação de nomes, em especial sobre agentes do Bloco com destino ao Brasil ou designados para alguma tarefa no país.
h. Fornecer, por transmissão mundial via rádio, informações a respeito de assuntos gerais que necessitem de observação, tanto atuais quanto passados.
i. Fornecer informação quanto ao histórico de diversas conferências internacionais em termos de orientação política.
j. Fornecer estratégias operacionais que surgirem a respeito de atividades subversivas ocorrendo dentro do Brasil.

O Serviço Nacional de Inteligência Brasileiro se dispõe a:

1. Compartilhar informação gerada por meio de esforço conjunto a respeito de indivíduos subversivos específicos, pessoas suspeitas de oferecer risco à segurança internacional e organizações suspeitas de oferecer risco à segurança internacional.
2. Compartilhar informação de inteligência que for produzida no Brasil a respeito de pontos de interesse em comum.

3. Fornecer dados disponíveis nos registros civis e de segurança sobre indivíduos suspeitos de subversão.
4. Consentir em não repassar a outros países material confidencial obtido por meio deste acordo.

SECRETO

Tradução: Sheila Louzada

[Voltar]

[Voltar]

25-01-1967 17:25

MEMORANDO

CASA BRANCA
WASHINGTON

~~CONFIDENCIAL~~

Quarta-feira, 25 de janeiro de 1967 – 17:25.

Senhor presidente:

Uma observação pessoal complementar.

Passei uma longa noite com Costa e Silva. É de sumo interesse dele que seja compreendido que:

- Ele é um homem de alto nível intelectual, tendo se formado como o primeiro da turma na Academia Militar Brasileira;
- Ele é um cidadão brasileiro bondoso* e genuinamente interessado no bem de seu povo.

De fato, acredito que ele tentará reduzir, de certa forma, a notável austeridade do período de Castelo Branco no governo. Sugiro, portanto, que ele ficaria satisfeito e lisonjeado se o senhor se dirigisse a ele como se a uma pessoa esclarecida*.

Em resumo, sugiro que o trate menos como um militar e mais como um estadista civil tal qual o senhor.*

Minha impressão inicial foi de que não seria fácil fazer isso, ainda mais quando ele está de óculos escuros.

Walt Rostow

[INSCRIÇÕES DE CARIMBO ILEGÍVEIS]

*Trecho manuscrito

Tradução: Sheila Louzada

[Voltar]

Créditos das imagens

Todas as imagens contidas nesta obra são parte do acervo de Elio Gaspari, exceto:

Capa (da esquerda para a direita): Iconographia; Evandro Teixeira/CPDocJB; CPDocJB/Kaoru.

Aberturas

Parte I: Agência O Globo; JFK Library; Latinstock/Bettmann/CORBIS/Corbis (DC); Iconographia; reprodução da capa do *Correio da Manhã*, 1º/4/1964; Agência O Globo; Iconographia.

Parte II: Ronald Theobald/CPDocJB; Iconographia; APGCS/HF; APGCS/HF; reprodução do carimbo do SNI; Iconographia; UH/APESP; Latinstock/Bettmann/CORBIS/Corbis (DC).

Parte III: APGCS/HF; Agência O Globo; Folhapress; Iconographia; Iconographia; reprodução da capa da Veja, 20/11/1968; UH/APESP; Iconographia.

Imagens

Agência Estado: 1, 2, 3 (esquerda), 4, 5 e 6;

Iconographia: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11;

Agência O Globo: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9;

CPDocJB: 1, 2, 3;

CPDocJB/Gonzales: 1;

CPDocJB/Ronald Theobald: 1, 2;

CPDocJB/Kaoru: 1;

CPDocJB/Braz Bezerra: 1;

CPDocJB/Alberto França: 1;

CPDocJB/Campanela: 1;

CPDocJB/Hamilton: 1;

CPDocJB/Mauro Mattos: 1;

Arquivo do Estado de São Paulo: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9;

APGCS/HF: 1, 2, 3, 4;

Arquivo Nacional: 1, 2, 3;

Conteúdo Expresso: 1;

Conteúdo Expresso/C. Namba: 1.

Imagens exclusivas do e-book

Agência O Globo: 1, 2;

Agência Estado: 1 e 2;

Folhapress: 1 (centro), 2 (direita), 3;

Iconographia: 1.

Documentos

CPDocJB: 1 e 2;

Correio da Manhã/Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil: 1, 2, 3, 4 e 5;

Fundo DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo: 1;

Conteúdo Expresso: 1.

Agradecimentos da edição de 2002

Em 2002 cedi à persistência de Luiz Schwarcz, entregando à Companhia das Letras a edição do que escrevera. Poucas vezes em minha vida profissional tive contato com uma equipe tão qualificada. Maria Emília Bender coordenou com paciência e zelo o emaranhado de questões que acompanharam o processo editorial. Entre elas, a mais complexa foi a checagem de centenas de referências a jornais e revistas. Coube a Raul Loureiro o projeto gráfico e a capa. A caçada e a seleção das fotografias nos cadernos de ilustrações são produto da competência, dos conhecimentos históricos e da memória visual de Vladimir Sacchetta. Durante seis meses Rosangela de Souza Mainente dedicou-se a checagens adicionais e à conversão de todas as notas de pé de página que mencionavam edições esgotadas de livros republicados recentemente (o *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, por exemplo). Os leitores jamais haverão de perceber quanto devo a Márcia Copola, responsável pela edição do texto. Defendeu as normas ortográficas, a concordância e a clareza com uma persistência e elegância que só a qualificação permite. Miguel Said Vieira buscou a correta grafia dos nomes de centenas de pessoas citadas. Como o trabalho de edição de texto desaparece em benefício dos autores, muita gente pensa que eles escrevem sem erros e acredita que, por isso, fazem parte de uma casta de iluminados. Neste caso, isso seria uma lorota.

Agradecimentos da edição de 2014

Doze anos depois da primeira edição, estes livros reaparecem, pela editora Intrínseca. Em tão pouco tempo, mudaram as regras do idioma. Ele foi defendido por Kathia Ferreira, vigiando também os trechos que foram acrescentados. Cada nova nota de pé de página foi conferida por Paula Sacchetta. Todos, coordenados por Bruno Porto e Livia de Almeida.

O projeto gráfico desta reedição é de Victor Burton. Foram escolhidas algumas novas imagens, como sempre, com a ajuda do olho atento de Vladimir Sacchetta.

Devo a Rodrigo Canuto e ao seu ouvido apurado a advertência de que as oitivas da reunião do presidente John Kennedy de outubro de 1963 permitiam interpretações diferentes. Maria da Glória Prado conseguiu uma versão melhorada da gravação fornecida pela Kennedy Library. Infelizmente, as dúvidas persistiram, recomendando a cautela sugerida por Rodrigo. Também agradeço a ajuda do professor Romualdo Pessoa Campos Filho.

Elio Gaspari

As ilusões armadas

2. A Ditadura Escancarada

intrínseca

Elio Gaspari

As ilusões armadas

2. A Ditadura Escancarada

2ª edição revista e ampliada

© 2002, 2014 by Elio Gaspari

PREPARAÇÃO
Kathia Ferreira

COORDENADORA DE CONTEÚDO DIGITAL
Adriana Barsotti

REVISÃO
Eduardo Carneiro
Vania Santiago

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Porviroscópio Projetos e Conteúdos
Coordenador: Vladimir Sacchetta
Digitalizadora: Solange Costa Rodrigues
Assistente de pesquisa: Paula Sacchetta

CAPA
Victor Burton

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS EM ESPANHOL
Carolina Leal

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS EM INGLÊS
Edmundo Barreiros

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS EM ITALIANO
Milena Vargas

TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Camila Dias
Fátima Penha
Roberto Jannarelli

REVISÃO DA TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Roberto Jannarelli
Clara Diament
Rodrigo Rosa

REVISÃO DE EPUB
Vanessa Goldmacher

GERAÇÃO DE EPUB
Intrínseca

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.
Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar
22451-041 – Gávea
Rio de Janeiro – RJ
Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br

Veja como funciona seu e-book

• Para ler as notas, toque uma vez nos números. Para voltar ao ponto da leitura de onde partiu, toque novamente no número.

• Toque na instrução [*Veja o documento*] para abri-lo.

• Os documentos foram transcritos. Quando são em outros idiomas, há também uma tradução. O conteúdo está disponível por meio dos links [Transcrição] e [Tradução], presentes em todas as páginas de cada sequência de documentos. Para retornar ao ponto do livro de onde partiu, basta seguir o link [Voltar], que se encontra no início e no final de cada transcrição.

• Os documentos foram agrupados numa área separada daquela onde está o texto. Assim, depois de ler um documento, embora sempre haja a indicação do final da leitura, pode acontecer que o leitor o folheie inadvertidamente. Nesse caso, irá para a primeira página do documento seguinte, que está relacionado com outro ponto do texto. Nesse caso, basta uma nova folheada, para trás, retornando ao documento anterior. Dele, retornará ao ponto do texto do livro em que estava.

• Para facilitar a leitura de documentos longos, todos aqueles com mais de três páginas contêm links [Veja no site] que direcionam para o mesmo documento no site http://www.arquivosdaditadura.com.br, arquivados com o mesmo título.

Para Dorrit

Sumário

Capa
Créditos
Abreviaturas e siglas
Explicação

Parte I **O choque**
A praga
A dor
A “tigrada” dá o bote
A *Operação Bandeirante*, Oban
O barítono se cala
O grande golpe
Caos de estrelas
Milito, Médice, Médici

Parte II **A derrota**
Marighella, início e fim
A história dos mortos
DOI
A ratoeira
O Milagre e a mordaça

Parte III **A vitória**
Uma elite aniquilada

A soberba de Lúcifer
O Brasil difamado
Pra trás, Brasil
Nada a fazer
A marcha de *Cirilo*

Parte IV **A gangrena**
A gangrena
A matança
A floresta dos homens sem alma

Apêndice
Breve nomenclatura militar
Cronologia
Fontes e bibliografia citadas
Documentos
Transcrição dos documentos
Traduções
Créditos das imagens

Sobre o autor
Mídias sociais

Abreviaturas e siglas

Abreviaturas utilizadas

AA Arquivo do Autor
AACM/CPDoc Arquivo do General Antonio Carlos Muricy
APGCS/HF Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
APRPCF Arquivo Privado de Romualdo Pessoa Campos Filho
BLBJ Biblioteca Lyndon B. Johnson
DEEUA Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

Siglas gerais

ALN Ação Libertadora Nacional
AP Ação Popular
APML Ação Popular Marxista-Leninista
Arena Aliança Renovadora Nacional
Bovespa Bolsa de Valores de São Paulo
CCC Comando de Caça aos Comunistas
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Colina Comando de Libertação Nacional
Comintern Comitê Internacional Comunista (URSS)
CPDoc Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Embrafilme Empresa Brasileira de Filmes S.A.
Embratel Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
FAL fuzil automático leve
FALN Forças Armadas de Libertação Nacional
Fiesp Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FLN Frente de Libertação Nacional (Argélia)
GMT Greenwich Mean Time
GTA Grupo Tático Armado
Ibrades Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
IBV Índice da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
IPÊS Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JB Jornal do Brasil
JEC Juventude Estudantil Católica
JUC Juventude Universitária Católica
LEC Liga Eleitoral Católica
MAR Movimento de Ação Revolucionária
MASP Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MNR Movimento Nacionalista Revolucionário
Molipo Movimento de Libertação Popular
MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT Movimento Revolucionário Tiradentes
OES Organização do Exército Secreto (Argélia)
PC do B Partido Comunista do Brasil
PCB Partido Comunista Brasileiro
PCBR Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCR Partido Comunista Revolucionário
PNB Produto Nacional Bruto
Polop Organização Revolucionária Marxista — Política Operária
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PUC Pontifícia Universidade Católica
REDE Resistência Nacional Democrática Popular
UDN União Democrática Nacional
UNE União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR Vanguarda Popular Revolucionária

Siglas governamentais

AC Ato Complementar
AI Ato Institucional

CDDPH Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CIA Central Intelligence Agency (EUA)
Detran Departamento de Trânsito
DOPS Delegacia de Ordem Política e Social
FBI Federal Bureau of Investigation (EUA)
Geipot Grupos de Estudos para a Integração da Política de Transportes
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML Instituto Médico-Legal
Incra Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Prorural Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PIS Plano de Integração Social
SNI Serviço Nacional de Informações
STF Supremo Tribunal Federal
Sudene Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
Usaid United States Agency for International Development (EUA)
USP Universidade de São Paulo

Siglas militares

AMAN Academia Militar das Agulhas Negras
BIB Batalhão de Infantaria Blindada
BIS Batalhão de Infantaria da Selva
Cenimar Centro de Informações da Marinha
CEP Centro de Estudos de Pessoal
CIE Centro de Informações do Exército
CISA Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CODI Centro de Operações de Defesa Interna
CPOR Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DOI Destacamento de Operações de Informações
DPG Departamento de Provisão Geral
EME Estado-Maior do Exército
EMFA Estado-Maior das Forças Armadas
EsAO Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsCEME Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
FAB Força Aérea Brasileira

FEB Força Expedicionária Brasileira
HCE Hospital Central do Exército
IPM Inquérito Policial-Militar
Oban Operação Bandeirante
Para-Sar Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento da Força Aérea Brasileira
PE Polícia do Exército
PM Polícia Militar
QG quartel-general
RI Regimento de Infantaria
STM Superior Tribunal Militar
ZDI Zona de Defesa Interna

Explicação

Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional nº 5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo.

Este livro trata do período que vai de 1969, logo depois da edição do AI-5, ao extermínio da guerrilha do Partido Comunista do Brasil, nas matas do Araguaia, em 1974. Foi o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais. Ao mesmo tempo, foi a época das alegrias da Copa do Mundo de 1970, do aparecimento da TV em cores, das inéditas taxas de crescimento econômico e de um regime de pleno emprego. Foi o Milagre Brasileiro.

O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de quarenta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.

Nas páginas que vão adiante, estão os dois. Se nelas há mais do chumbo que do milagre, isso se deve à convicção do autor de que a tortura e a coerção política dominaram o período. A tortura envenenou a conduta dos encarregados da segurança pública, desvirtuou a atividade dos militares da época e impôs constrangimentos, limites e fantasias aos próprios governos ditatoriais.

PARTE I
O CHOQUE

TERRORISTAS
PROCURADOS
AJUDE A PROTEGER
SUA VIDA E A DE
SEUS FAMILIARES
AVISE À POLÍCIA

NAS FOTOS ANTERIORES:

Agosto de 1968, a ALN assalta um trem pagador
O general Massu, patrono da tortura na Argélia
O DOI-CODI foi instalado no bairro do Paraíso, em São Paulo
O embaixador Elbrick escreveu quatro cartas à mulher
Nos cartazes, as fotos dos “terroristas procurados”
A única foto de Costa e Silva entrevado, no palácio
Emílio Garrastazu Médici, futuro presidente Médici

A praga

Os oficiais-generais que ordenaram, estimularam e defenderam a tortura levaram as Forças Armadas brasileiras ao maior desastre de sua história. A tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política da ditadura por conta de uma antiga associação de dois conceitos. O primeiro, genérico, relaciona-se com a concepção absolutista de segurança da sociedade. Vindo da Roma antiga ("A segurança pública é a lei suprema"), ele desemboca nos porões: "Contra a Pátria não há direitos", informava uma placa pendurada no saguão dos elevadores da polícia paulista.[1] Sua lógica é elementar: o país está acima de tudo, portanto, tudo vale contra aqueles que o ameaçam. O segundo conceito associa-se à funcionalidade do suplício. A retórica dos vencedores sugere uma equação simples: havendo terroristas, os militares entram em cena, o pau canta, os presos falam e o terrorismo acaba. Como se vangloriou o general Emílio Garrastazu Médici, mais de dez anos depois de ter deixado o poder: "Era uma guerra, depois da qual foi possível devolver a paz ao Brasil. Eu acabei com o terrorismo neste país. Se não aceitássemos a guerra, se não agíssemos drasticamente, até hoje teríamos o terrorismo".[2]

A ação policial da ditadura foi rotineiramente defendida como resposta adequada e necessária à ameaça terrorista. O general Ernesto Geisel, num depoimento aos historiadores Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, desenvolveu esse raciocínio justificativo: "Era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão, se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou".[3] Esse raciocínio ampara-

se na exacerbação da ameaça. Tratando-a como algo excepcional, justifica-se a excepcionalidade da reação.

No caso brasileiro, faltou ao surto terrorista a dimensão que lhe foi atribuída. Só no segundo semestre de 1970 explodiram 140 bombas nos Estados Unidos, número superior, de longe, a todas as explosões ocorridas no Brasil.[4] Em 1971, na Irlanda, detonaram-se mais de mil bombas, e as forças de segurança perderam 59 homens em combate.[5] Em nenhum dos dois países a tortura foi transformada em política de Estado. Ademais, essa argumentação confunde método com resultado. Apresenta o desfecho (o fim do terrorismo) como justificativa do meio que o regime não explicitava (a tortura). Arma um silogismo: é preciso acabar com o terrorismo, a tortura acabou com o terrorismo, logo, fez-se o que era preciso.

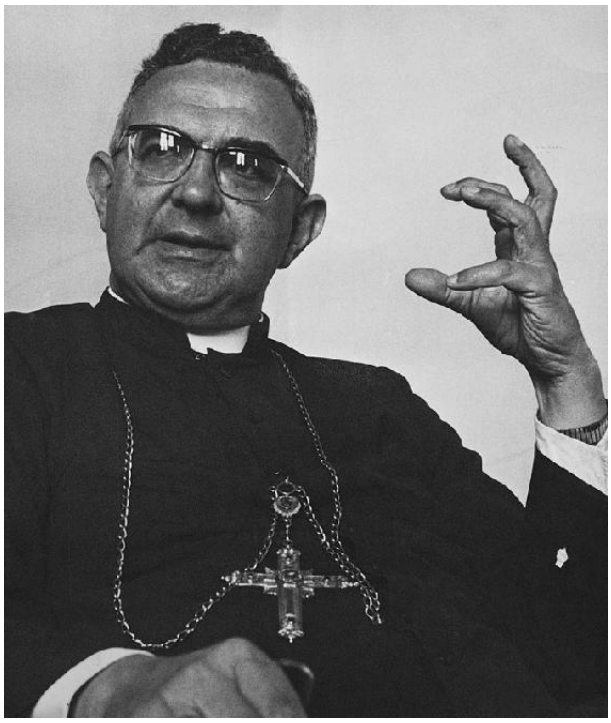
É comum condenar a tortura com juízos éticos e morais. De todas as linhas de resistência a essa praga, a corrente moral é provavelmente a que exerce maior atração, mas também a de influência menos mensurável.[6] Ela enobrece a militância da denúncia, mas se tem a capacidade de mobilizar sentimentos, é ineficaz quando se trata de conter o presidente, ministro ou general que já atravessou a linha divisória da moralidade. Dado esse passo, a questão ética torna-se irrelevante. Para a maioria das pessoas a tortura é condenável por imoral, mas é a minoria que despreza esse aspecto que a põe em funcionamento.

No centro da questão, está a medida dos direitos dos presos. Em 1969, o comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, general Carlos de Meira Mattos, informava: “Em nenhum lugar do mundo o terrorista é considerado um combatente. (...) A ação do combatente ainda se entende. Para ele pode-se admitir um tratamento diferente. Mas para o que incendeia e sequestra, não”.[7]

Há na argumentação de Meira Mattos um eco da experiência da Batalha de Argel, onde os paraquedistas do Exército francês, comandados pelo general Jacques Massu, instalaram a tortura como política de Estado na

repressão ao terrorismo da Frente de Libertação Nacional. Desde 1957 um documento do estado-maior de Massu negava aos combatentes argelinos a proteção das leis de guerra e recomendava que “todo indivíduo pertencente a uma organização terrorista que venha a cair nas mãos das forças da ordem será interrogado imediatamente, sem contemplação, pela mesma tropa que o tiver capturado”.[8] O general informou anos depois que o método de tortura mais comum nas suas unidades “era a eletricidade, através do uso de geradores de equipamentos de comunicações”. “Eu a experimentei, no início de 1957, em meu gabinete de Hydra, e a maioria dos meus oficiais fez a mesma coisa”, escreveu Massu, retrato do paraquedista valente, sentimental e mal-encarado, veterano da Segunda Guerra e da reconquista da Indochina, em 1945.[9]

A tortura é filha do poder, não da malvadeza. Como argumentou Jean-Paul Sartre: “A tortura não é desumana; é simplesmente um crime ignóbil, crapuloso, cometido por homens (...). O desumano não existe, salvo nos pesadelos que o medo engendra”.[10] A natureza imoral dos suplícios desaparece aos olhos daqueles que os fazem funcionar, confundindo-se primeiro com razões de Estado e depois com a qualidade do desempenho que dá às investigações. O fenômeno ocorre em dois planos. Num está a narrativa da vítima, com seus sofrimentos. No outro, a do poder, com sua rotina e a convicção da infalibilidade do método. Para presidentes, ministros, generais e torcionários, o crime não está na tortura, mas na conduta do prisioneiro. É o silêncio, acreditam, que lhe causa os sofrimentos inúteis que podem ser instantaneamente suspensos através da confissão. Como argumentava o bispo de Diamantina, d. Geraldo de Proença Sigaud, “confissões não se conseguem com bombons”.[11]



D. Geraldo Sigaud: “Confissões não se conseguem com bombons”.

No exame dessa praga deve-se ter sempre presente que nela estão envolvidos tipos distintos de agentes. Há o torturador, que não montou a máquina. Sartre insiste: “É a tortura que faz o torturador”.[12] O “tenente Ailton” jamais daria sua aula de tortura num salão do quartel da PE da Vila Militar se temesse a reação dos seus comandantes. Acima dele está o agente, decisivo e beneficiário direto da questão do poder. Ele sanciona a máquina, mas não toca nos presos. Quando um oficial lecionava técnicas de tortura na Vila para uma plateia de cem oficiais e sargentos das três Armas, o ministro do Exército, general Lyra Tavares, já estava em campanha para tomar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, ascendendo, assim, à “glória da imortalidade”.[13] Na mesma época em que o tenente demonstrava, num quartel, durante o expediente, “o que se faz clandestinamente no país”, o general assinava um manifesto admitindo que eram praticados abusos, “por mais que os condenem e reprimam as autoridades responsáveis pela ordem pública”.[14]

A convivência desses dois personagens dá-se através de um processo desgastante para a hierarquia. Salvo na Alemanha hitlerista e na União Soviética dos expurgos de Stalin, todas as ditaduras que sancionaram a generalização da tortura negaram sua existência. Disso resulta uma ambiguidade que vai dos palanques das autoridades às cafuas.

O Centro de Informações do Exército produziu uma apostila intitulada *Interrogatório*. Suas 49 páginas permitem o exame dessa ambiguidade no seu nível mais baixo, o operacional. Ela informava que "a liberdade de atuação dos interrogadores deverá estar subordinada ao prescrito em leis e regulamentos, e delimitada por diretrizes emanadas das autoridades responsáveis pela Segurança Interna".[15] Se os interrogadores deviam respeitar as leis, pouca importância teriam as diretrizes. O trabalho do CIE é um diálogo da ambiguidade:

No cravo: "Uma agência de contrainformação não é um Tribunal de Justiça.[16] (...) Deve ser decidido pelo governo qual a prioridade a ser dada à utilização dos elementos capturados ou presos, isto é, se dirigida ao processamento judicial, ou se voltada para os interesses das informações".[17]

Na ferradura: "Os princípios básicos para o tratamento de pessoas sob prisão ou detenção, durante as operações de segurança interna, estão contidos no artigo 3 da Convenção de Genebra. Estes princípios devem ser observados". "(...) O uso da tortura é uma técnica de interrogatório ineficiente."[18]

E no cravo: "Será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. [*Veja o documento*] (...) Se o prisioneiro tiver de ser apresentado a um tribunal para julgamento, tem de ser tratado de forma a não apresentar evidências de ter sofrido coação em suas confissões".[19]

A ambiguidade obriga o governo a manter ao mesmo tempo uma situação mentirosa e um mundo clandestino. É comum que presidentes ou ministros neguem a existência de delitos usualmente praticados em suas

administrações. Assim sucede com as propinas, o contrabando e o tráfico de influência. Em todos esses casos, porém, o agente da ilegalidade tira proveito pessoal imediato da própria delinquência e aceita correr o risco de transformar-se em bode expiatório num surto moralizador da administração. No caso da tortura, como a remuneração direta não existe, o governo é obrigado a recompensar o funcionário dentro dos critérios de mérito da burocracia. Enquanto um policial metido em contrabando jamais é promovido em função do volume de suas muambas, o torturador é publicamente recompensado por conta de suas investigações bem-sucedidas.

Uma das moedas postas em circulação pelo CIE foi a concessão aos torturadores da Medalha do Pacificador, condecoração meritória, cobiçada por oficiais, políticos e empresários, pois registrava o reconhecimento de atos de bravura ou de serviços relevantes prestados ao Exército.[20] O tenente Ailton Joaquim, chefe da seção de informações da 1ª Companhia do Batalhão de Polícia do Exército da Vila Militar, recebeu a sua em 1970. Só em São Paulo a "tigrada" ganhou noventa medalhas em três anos.[21] Não se tratava de crachá fácil: em 1975 apenas 42 dos 769 capitães da infantaria podiam colocá-la na túnica. Deles, catorze a tinham no seu grau mais honroso, "com palma", como Ailton Joaquim. Destes, seis haviam enfrentado a esquerda armada, e dois deles haviam sido feridos em combate.[22]

O major Carlos Alberto Brilhante Ustra assumiu a chefia do DOI paulista em setembro de 1970. Em dezembro foi elogiado pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, por seus "serviços destacados" e suas "elevadas qualidades humanas". Um ano depois o coronel Mário de Souza Pinto louvou-lhe "o espírito justo e humano que empolga aqueles que com ele se relacionam". Em março de 1972, o ministro Orlando Geisel concedeu-lhe a Medalha do Pacificador, sempre com palma, "por ter se distinguido no cumprimento do dever por atos

pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida". Durante os três anos em que chefiou o DOI, Ustra só recebeu elogios de seus chefes.[23]

* * *

A negação da tortura pela retórica do regime catapulta a "tigrada" da condição de infratora à de intocável. Quando ela mostra que pode fazer algo que o governo nega e condena, não se pode mais saber por onde passa a linha que separa o que lhe é permitido daquilo que lhe é proibido. O porão ganha o privilégio de uma legitimidade excepcional. A mentira oficial é o reverso da covardia da tortura. Através dela os hierarcas sinalizam um medo de assumir a responsabilidade por atos que apoiam e recompensam. Caso clássico dessa fuga está na resposta do presidente uruguaio Juan María Bordaberry, em 1973, a três professores que lhe enviaram denúncias de torturas nos quartéis: "Caso existam, não estão autorizadas, pelo que as autoridades, incluindo-se o Presidente, não podem dispor sobre o fim do que não se ordenou".[24]

Ainda assim, há uma estranha fragilidade no embuste. De um lado, é certo que se trata de uma mentira, pois o governo condena a tortura, nega sua existência, mas não aceita investigar as denúncias que saem dos porões. De outro — o lado pelo qual ela entra no mundo do torturador —, é possível que a própria mentira seja mentirosa. Ou seja, a qualquer momento a condenação dos torturadores pode se tornar verdade. Para o torturador, o hierarca de discurso humanitário é um mentiroso que poderá fritá-lo numa eventual mudança do clima político. Isso faz com que a conduta da "tigrada" se torne potencialmente adversária do governo. Ela suspeita de que a veem como um bando de bobos descartáveis, metidos num serviço sujo.

Um exemplo da dissimulação dos hierarcas pode ser encontrado numa explicação do ex-presidente João Baptista Figueiredo, em 1996: "Se houve

a tortura no regime militar, ela foi feita pelo pessoal de baixo, porque não acredito que um general fosse capaz de uma coisa tão suja, não aceito isso".[25] Ou ainda nas memórias do ministro Jarbas Passarinho: "Praticaram-na clandestinamente".[26]

A zanga da "tigrada" pode ser ouvida no depoimento do ex-tenente do Exército Marcelo Paixão de Araújo, que torturou presos de 1968 a 1971 nos porões do 12º RI, em Belo Horizonte: "As altas autoridades do país foram as primeiras a tirar o seu da reta. (...) Todos os agentes do governo que escreveram sobre a época do regime militar foram muito comedidos. Farisaicos, até. Não sabiam de nada, eram santos, achavam a tortura um absurdo. Quem assinou o AI-5? Não fui eu. Ao suspender garantias constitucionais, permitiu-se tudo o que aconteceu nos porões".[27] Ou mesmo no depoimento de Ustra à Comissão da Verdade, em maio de 2013: "Quem deveria estar sentado aqui é o Exército Brasileiro, não eu".[28]

Na medida em que a responsabilidade desliza da sala de jantar para o porão, dá-se a construção do estereótipo do torturador indisciplinado, emocionalmente desequilibrado. A realidade é bem outra, pois a máquina, com suas recompensas, cria torturadores competentes, capazes de demonstrar as virtudes de seus métodos através da qualidade do desempenho de suas investigações. Quando a tortura é levada para dentro de instituições hierarquizadas e fortemente disciplinadas, produz-se uma burocracia da violência. Uma de suas características foi percebida pela filósofa Hannah Arendt na personalidade de Adolf Eichmann: "O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais".[29]

O torturador maluco, vítima de uma perversão, é em geral um produto de fantasia política. Para a ditadura, funciona como um álibi. Permite-lhe ter à mão a tese da insanidade do agente para salvar a honra do regime se algum dia a oposição conseguir provar os suplícios e identificar os

torcionários. Essa construção acrobática esteve nas palavras do general Adyr Fiúza de Castro, fundador do CIE: “Eu não admito a tortura por sadismo ou vingança. Para obter informações, acho válida. Os hipócritas dizem que não, mas todo mundo usa. (...) Isso é uma contingência natural da humanidade. Nunca permiti (...)”.[30]

Adyr Fiúza de Castro

Para aqueles que combatem a tortura sancionada pelo governo é conveniente criar caso com um tenente ou delegado, preservando-se de um choque com um general ou com um ministro. Em ambas as construções escala-se o torturador para um papel expiatório que ele percebe desde o primeiro instante. Em resposta, articula-se nos porões uma rede de lealdades e comprometimentos que se infiltra na estrutura da máquina repressiva. Numa cartilha preparada pelo DOPS paulista em 1973, o verbete “Torturadores” tinha a seguinte definição: “Expressão utilizada pela subversão para designar todos aqueles que se empenham ou colaboram na prisão de subversivos terroristas”.[31] Documento de circulação interna, a cartilha preocupava-se em insinuar que os torturadores não seriam só aqueles que espancavam presos, mas “todos” os que colaboravam no combate à subversão.

É falsa a suposição segundo a qual a tortura é praticada em defesa da sociedade. Ela é instrumento do Estado, não da lei. Pertence ao episódio fugaz do poder dos governantes, da noção que eles têm do mundo, e

sobretudo de seus povos. Oficiais-generais, ministros e presidentes recorrem à tortura como medida de defesa do Estado enquanto podem se confundir com ele. Valem-se dela, em determinados momentos, contra determinadas ameaças, para atingir objetivos específicos.

Tanto os hierarcas como os torturadores pensam que estão de acordo num ponto: cessada a ameaça, cessará a violência. Os presidentes, ministros e generais acreditam ser prerrogativa sua decidir quando a ameaça acabou. Os torturadores também. Para desgraça de ambos e dos países onde eles se juntam, raramente esses dois grupos se põem de acordo sobre a hora de desligar a máquina. Não porque haja entre eles uma insolúvel divergência doutrinária, ou até visões diversas do perigo, mas porque enquanto o fim da tortura pode ser uma renovada fonte de poder para a hierarquia, para os torturadores ele significa, no mínimo, a perda desse mesmo poder.

Ao materializar-se nos cárceres, a tortura obedece a uma lógica que novamente nada tem a ver com a defesa da sociedade. A condição necessária para a eficácia da burocracia da violência é a recompensa funcional, tanto através das promoções convencionais como das gratificações que esse mundo policial engendra. No aparelho de repressão política montado pela ditadura brasileira, um oficial classificado no CIE, por exemplo, ficava burocraticamente lotado no gabinete do ministro do Exército. Outro, no SNI, tornava-se parte do quadro de pessoal da Presidência da República. Isso lhes assegurava uma pequena gratificação salarial e uma boa quantidade de pontos no sistema de avaliação funcional que orienta promoções e remanejamentos. Um oficial que entrasse como capitão no circuito SNI-CIE-DOI tinha duas vezes mais chances de vir a servir como adido no exterior do que outro mantido na rotina dos quartéis. Os delegados e investigadores eram geralmente promovidos tão logo preenchessem as exigências formais da burocracia.[32] O delegado paulista Sérgio Fleury levara quatro anos para subir o primeiro degrau da hierarquia. Subiria três outros em apenas dois anos.[33] Enquanto essa recompensa

existe, o torturador age a favor do governo ou até mesmo contra ele. Quando ele percebe que ela cessou, para de torturar, ainda que persistam os elementos de tensão política.

Há casos em que o combate ao terrorismo provoca a suspensão de algumas garantias constitucionais em regimes democráticos. Assim sucedeu na Itália. Na Irlanda, além dessas restrições, chegou-se à virtual legalização do emprego da brutalidade em interrogatórios, bem como ao uso de técnicas destinadas a desestruturar a personalidade dos presos.[34] Mesmo nesse caso a sociedade foi informada do que se fazia nas prisões, e os governos responsabilizaram-se publicamente pela dureza dos interrogatórios. Num e noutro caso a repressão coexistiu com a ordem constitucional e destinou-se a mantê-la. As forças especiais inglesas e os carabineiros italianos não se relacionavam com um projeto ditatorial. A tortura sancionada nos Estados Unidos pelo governo de George W. Bush era praticada dentro de uma moldura supostamente legal (cancelada por Barack Obama) na qual a responsabilidade do presidente era plenamente assumida.

No Brasil, os órgãos de segurança provinham da desordem e do terrorismo, eram parte de um complexo projeto subversivo, derivado da anarquia militar. A tortura sancionada pelos oficiais-generais a partir de 1968 tornou-se inseparável da ditadura. Não há como entender os mecanismos de uma esquecendo-se a outra. De um lado a tortura dá eficácia à ordem ditatorial, mas de outro a condiciona, impondo-lhe adversários e estreitando o seu campo de ação política. Quando a hierarquia se dá conta de que o custo dos porões é maior que seus benefícios, ela vai ao manual e decide desativar a engrenagem. Recebe de volta a conta do seu erro.

Entrando no cenário político ao lado da supressão das liberdades públicas, a tortura embaralha-se com a ditadura e torna-se o elo final de uma corrente repressiva radicalizada em todos os níveis, violentando a própria base da sociedade.[35] Essa circunstância transforma a tortura, no seu conjunto, muito mais num elemento do jogo político do que num

instrumento de processo investigativo. Quando tortura e ditadura se juntam, todos os cidadãos perdem uma parte de suas prerrogativas, e, no porão, uma parte dos cidadãos perde todas as garantias. Nesse processo a tortura assume a função de derradeiro sinal de perigo, alterando a própria percepção da cidadania. Desenvolve-se um estratagema ameaçador através do qual a violência protege o regime alimentando um mecanismo de compensações. Se um cidadão é preso sem motivo e logo a seguir é solto, vê-se no caso uma certa moderação das autoridades por terem-no libertado. Se a imprensa é posta sob censura, vê-se parcimônia na providência, pois as publicações não foram apreendidas nem fechadas. Finalmente, se um militante de organização clandestina é encarcerado, posto incomunicável, dá-se à sua família uma grande notícia: ele não está apanhando. No fundo do poço, aos parentes daquele que está sendo supliciado, também se oferece uma esperança: é possível que nos próximos dias seja conseguida sua transferência para outra prisão, onde não se bate. Impõe-se às vítimas uma lógica degradada.

Mascarada pelo horror, a tortura esconde-se atrás de seus efeitos e tende a girar em torno do sofrimento das vítimas. Por trás da máscara, porém, ela mostra métodos, objetivos e consequências bastante diferentes do mundo de aparências construído nos calabouços. Mesmo clandestina, a tortura não pode viver enclausurada. Ainda que os torturadores respeitem a hierarquia, sem roubar nem extorquir, o fenômeno transborda naturalmente para outras áreas da atividade pública.

Ela vaza primeiro para o aparelho judiciário, cuja cumplicidade passa a ser essencial para prevenir denúncias e até mesmo a anulação de confissões. Essa cumplicidade, muitas vezes tensa, pode ser total em determinados períodos, mas nunca consegue tornar-se permanente. Durante o suplício, em troca de alguns instantes de sossego, o preso não se importa em admitir crimes que lhe custarão anos de cadeia. Livre dele, na fase de instrução judicial, não tem mais compromisso com a confissão. Em muitos casos a

renega. Os promotores e juízes do regime vivem fora dos porões, num mundo onde estão os seus pares e, sobretudo, os advogados de defesa das vítimas. Por mais que estejam dispostos a amparar a ditadura, e por mais que ela lhes agradeça os serviços prestados, juízes e promotores acabam presos numa armadilha. Os torturadores raramente são mencionados nos inquéritos, e em certos casos nem sequer suas identidades são conhecidas. Seus crimes, porém, entram nos autos pela narrativa das vítimas ou mesmo pelas análises periciais. Às vezes, a ponta da verdade emerge da mentira encoberta por histórias inverossímeis. Casos como o do preso que morreu num tiroteio numa determinada esquina enquanto os moradores do lugar testemunham que nela jamais se disparou um tiro. Ou ainda o do cidadão de mais de 1,80 metro de altura, pesando quase cem quilos, que teria conseguido fugir do banco traseiro de um Volkswagen enquanto era escoltado por três militares da PE. Os interrogadores do II Exército, em São Paulo, chegaram a esquecer dentro de um inquérito uma nota avulsa em cuja margem havia uma anotação manuscrita recomendando "forçar a barra, porém sem deixar marcas".[36] Por mais que haja cumplicidade na máquina judiciária, é comum que surjam constrangimentos entre promotores e juízes quando eles são obrigados a associar seus nomes a processos absurdos, sabendo que os verdadeiros responsáveis estão fora dos autos.

Para funcionar, o porão expande-se além das fronteiras da sua clandestinidade. Ele precisa de diretores de hospitais, médicos e legistas dispostos a receber presos fisicamente destruídos, fraudar autos de corpo de delito e autópsias. Outro vínculo natural surge nas fímbrias da plutocracia, junto à qual a máquina de repressão vai buscar dotações extraorçamentárias. Por mais que esse serviço seja conduzido com discrição, sua mecânica acaba fazendo com que apareçam tanto o empresário prestigiado na sua comunidade em função das conexões que montou no porão quanto o torturador que pretende se transformar em homem de negócios.

Quanto mais duro o regime, mais prestígio tem o promotor, médico ou empresário que colabora com o porão. Ao menor sinal de liberalização toda a teia é duplamente ameaçada. Primeiro pela perda do poder. Depois — e aí reside o risco temível — pela exposição dos crimes. A rede, assim como o torturador, vale-se da ditadura para amealhar suas recompensas, mas precisa que ela persista, quer para encobrir delitos, quer para disfarçar o rastro de ligações perigosas.

De todas as manifestações da gangrena,[37] a mais severa é a que ocorre no meio militar. A experiência brasileira vinha do Estado Novo, quando a repressão política foi montada através da remessa de oficiais a delegacias. Conseguiu-se assim que, depois do desabamento do regime, o entulho de seus crimes fosse posto na conta de delegados, investigadores e meganhas, ou, quando muito, na biografia do chefe de polícia, o capitão Filinto Müller. A partir de 1969, a ditadura militar tomou um caminho diverso, e a "meganha" foi para os quartéis. A aula do "tenente Ailton" deu-se num batalhão da PE, não numa delegacia.

A atividade policial torna-se também um embaraço à estrutura militar. Ela cria uma situação em que coexistem dois tipos de oficiais. Um vive dentro das normas do profissionalismo, cumprindo a jornada dos pacíficos expedientes da corporação. Outro, combatente, campanando aparelhos, estourando "pontos" e torturando presos. "Foi a ação de uma pequena parte da oficialidade, trabalhando nos órgãos de segurança, que permitiu à maioria ficar em paz, tomando suas aulas de tática", registrava o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.[38]

A tensão entre o combatente e o burocrata é velha como a guerra, mas o que a tortura leva para dentro da caserna é bem outra coisa. Durante um conflito armado toda a organização está engajada nele, conhecendo-lhe as normas. A montagem de porões nos quartéis faz com que os comportamentos dos dois personagens sejam diferenciados à luz de regras básicas da máquina militar. O combatente do aparelho repressivo vive num

mundo funcionalmente diverso, regido por normas peculiares de sigilo, disciplina e hierarquia. Exatamente o contrário do que aprendeu desde que entrou para a Academia Militar.[39] Está classificado numa guarnição, mas seu trabalho não é coordenado pela estrutura de comando da unidade. Cultiva afinidades produzidas pela partilha do risco que aproximam o tenente do sargento que lhe dá cobertura num tiroteio, ao mesmo tempo em que o distanciam do general que finge ignorar o que acontece nos calabouços de sua unidade. Torna-se excêntrico para a tropa, mas igualitário para seus pares. Isso ocorre até em detalhes da vida social, pois não trabalha fardado nem usa o corte de cabelo militar. Veste-se como os comandados. Manda muito, faz sua lei, dispõe da vida dos presos e da infelicidade dos familiares que batem às portas dos cárceres mendigando uma visita ou a entrega de um pacote de roupas. De um lado, sente-se superior aos colegas. De outro, sente-se discriminado e incompreendido. Como explicou o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI no governo Médici, "houve muita coisa, muita prevenção, muito aborrecimento, mas era um caso delicado, porque não se pode cortar de público o estímulo do combatente, senão ele não volta a combater".[40] O CIE pedia compreensão "para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do direito".[41] Em São Paulo, foi necessário que o comandante do II Exército distribuísse uma circular condenando episódios de "má vontade" contra esses agentes e recomendando "que se crie um ambiente de reconhecimento e admiração por aqueles que, diuturnamente, arriscam suas vidas na manutenção da segurança interna e salvaguarda de nosso estilo de vida".[42]

* * *

Nada havia de novo debaixo do firmamento quando a hierarquia militar brasileira associou as Forças Armadas à tortura. Ela dispunha dos exemplos

de dois casos clássicos de ação anti-insurrecional. Um deles, o Vietnã, estava diariamente no noticiário. Não convinha. As forças americanas, mesmo envolvendo-se em crimes e recorrendo à tortura contra a guerrilha vietcongue, achavam-se indiscutivelmente debaixo do primado do poder constitucional. O presidente Richard Nixon buscava um fim honroso para a guerra perdida, e a "tigrada" americana estava contida. O tenente William Calley, cujo pelotão executou 175 civis no vilarejo de My Lai, não era candidato a nenhuma medalha. Estava no banco dos réus, de onde sairia desonrado e condenado.[43] O segundo exemplo, a ação francesa na Argélia, encontrava-se nas estantes das bibliotecas militares.

Lá o general Massu vencera a Batalha de Argel. Seus paraquedistas sobrepuseram-se ao poder civil, o pau cantou e o terrorismo sumiu. Entre janeiro e março de 1957, foram capturados 55 chefes de células e 73 quadros da Frente de Libertação Nacional responsáveis por centenas de atentados ocorridos na cidade, que iam do assassinato de personalidades a bombas em restaurantes e estádios, matando pelo menos vinte pessoas e ferindo mais de cem. Na sua conta, prendeu 1.800 argelinos, duzentos dos quais desapareceram. Na conta de seus críticos, os desaparecidos teriam sido 4 mil. As baixas da tropa ficaram em dois mortos e quatro feridos.[44] Nos três meses de duração, a Batalha de Argel foi o maior triunfo de uma unidade anti-insurrecional nos tempos modernos. Examinada no conjunto da vida política francesa, foi erro militar, provocou um desastre político e terminou como começou: em terrorismo.

A discussão da entrada da tortura nos quartéis do Exército francês na Argélia começou pouco depois do início da ofensiva de Massu. Enquanto o pau cantava em Argel, o general Jacques Paris de Bollardière, tenente da Legião Estrangeira, *maquisard* das Ardenas, paraquedista da Indochina e comandante na região dos montes Atlas do deserto argelino, resolveu comprar a briga. Numa diretriz às suas tropas advertiu: "A tentação em que caíram os países totalitários, de considerar certos procedimentos um método

normal para obter informações, deve ser inequivocamente rejeitada. Esses métodos devem ser formalmente condenados".[45] Duas semanas mais tarde Bollardière e Massu encontraram-se em Argel. Bollardière acusou-o de perseguir uma vitória que levaria "à mais desesperadora das derrotas, aquela do homem que renuncia à sua humanidade". Deixou o gabinete de Massu dizendo-lhe: "Eu desprezo tuas ações".[46] Renunciou ao comando, retornou a Paris e voltou a atacar. Numa carta à revista *L'Express*, advertiu do "perigo terrível de se perder de vista, sob o pretexto falacioso de uma eficácia imediata, os valores morais que fizeram a grandeza da nossa civilização e do nosso Exército".[47] A hierarquia, que já sinalizara a sua solidariedade a Massu aceitando o pedido de demissão de Bollardière, respondeu com dureza e deu-lhe dois meses de cadeia numa fortaleza. A tortura vencera na casbá e no Ministério da Guerra. Sua batalha continuaria.

Em maio de 1958 as tropas francesas na Argélia deram um golpe militar e depuseram a administração civil da colônia. Duas semanas depois, Charles de Gaulle retornou à chefia do governo francês. Era o fim da Quarta República. Levado de volta ao poder na ponta das baionetas, em pouco tempo surpreendeu seus aliados pronunciando a palavra maldita da questão argelina: *autodeterminação*. O velho general chegara ao poder convencido de que era preciso "restabelecer, sem demora, a obediência do Exército".[48] Quanto à Argélia, a batalha havia sido ganha, mas a guerra, que fazia sangrar a unidade interna e o prestígio internacional da França, poderia estar perdida.

Para a rede que resultara da gangrena, começava uma nova campanha, contra a política de De Gaulle, que oferecia aos argelinos "a paz dos bravos".[49] Nesse combate o general Massu deu uma entrevista desafiadora: "O Exército tem a força, e ela ainda não foi mostrada porque a ocasião ainda não apareceu. (...) Nós não entendemos mais a política do presidente De Gaulle. O Exército não poderia prever que ele faria uma política dessas.

(...) Nossa maior decepção foi verificar que o general De Gaulle se tornou um homem de esquerda".[50] Chamado a Paris, perdeu o comando.

A indisciplina militar não se rendeu. No dia 22 de abril de 1961 uma parte da hierarquia que quatro anos antes se solidarizara com Massu contra Bollardière lançou-se num golpe militar contra De Gaulle. Derrotada, refluiu para a clandestinidade, incorporando-se à Organização do Exército Secreto, milícia terrorista que deixou um rastro de explosões, assaltos e extorsões, com mais de 5 mil vítimas.[51] Num só dia, na *Operação Rock'n'Roll*, ela explodiu 120 bombas em Argel e noutro, durante a Noite Azul, detonou dezoito em Paris.[52] Explodiram o apartamento do ministro da Cultura francês André Malraux, incendiaram a biblioteca da Universidade de Argel.[53] Mataram um general, um coronel e dois chefes da repressão ao terrorismo. Como se tudo isso fosse pouco, planejaram mais de vinte atentados contra De Gaulle. Num, explodiram um trecho de estrada quando o general, num Citroën blindado, voltava de sua casa de campo. O motorista Francis Marroux acelerou e atravessou uma cortina de fogo.[54]

Noutro, que mais tarde resultaria — fantasiado — no filme *O dia do chacal*, o pistoleiro embolsou 20 milhões de francos e, em vez de matar o presidente, chamou a polícia. Finalmente, em agosto de 1963, quando o carro do general passava pelo Petit Clamart, em Paris, ele e sua mulher escaparam de um pelotão composto por quatro veículos e doze pistoleiros. Dos 187 tiros disparados, catorze atingiram o carro, e um passou a poucos centímetros do general. De Gaulle e a Quinta República foram novamente salvos pelo motorista Marroux, que, ao primeiro tiro, enfiou o pé no acelerador.[55]

No comando do atentado de Petit Clamart estava um coronel do Exército francês, Jean-Marie Bastien-Thiry. Era a sua 18ª tentativa, a segunda em que falhava por pouco.[56] Dois anos antes pusera trinta quilos de dinamite e napalm debaixo de uma ponte por onde passou o general.[57] Ele considerava De Gaulle "a vergonha da França". Já um de seus colegas

de fuzilaria, Alain de la Tocnaye, dizia que o gaullismo “nos levará primeiro a uma amálgama de capitalismo e marxismo, para depois atirar-nos ao bolchevismo”.[58] Na Organização do Exército Secreto estava uma parte da mesma hierarquia militar que mandara Massu baixar o pau e trancafiara Bollardière. Fechara-se um círculo. Uma parte do Exército francês foi do combate ao terrorismo à tortura, dela à rebelião e, finalmente, ao seu próprio terror.

De 560 terroristas presos, 252 eram militares. Entre eles havia três generais e 46 oficiais.[59] *Soleil*, chefe supremo da Organização, era Raoul Salan, comandante das tropas francesas na Argélia entre 1957 e 1958, um dos oficiais mais condecorados do Exército francês. Seu substituto foi *Soleil Bis*, o general Edmond Jouhaud. *Albatroz* vinha a ser o coronel Antoine Argoud, que abria a tiro de tanque lojas fechadas em dia de greve.[60] *Françoise*, o organizador de toda a estrutura da OES, era o coronel Yves Godard, chefe do estado-maior de Massu, que o considerava um “precioso braço direito”.[61] *Danielle*, comandante dos quinhentos homens que formavam os sanguinários comandos Delta, verdadeiro chefe das operações terroristas na Argélia, era o tenente Roger Degueldre.[62] Só em fevereiro de 1962 ele coordenara 302 atentados, nos quais morreram 553 pessoas.

De Gaulle, na parcimônia de suas memórias em relação ao desastre militar argelino, apontou a raiz do problema do envolvimento do Exército em funções policiais: “Trata-se de uma espécie de cruzada, em que, num meio isolado, cultivam-se e afirmam-se valores próprios ao risco e à ação. Por mais sensível e simpático que eu seja a essa concentração de qualidades militares, devo perceber quão tentadora ela pode se tornar para a ambição tortuosa de um chefe que a queira usar como instrumento de aventuras”.[63]

A partir de 1968 a “tigrada” brasileira construiu seu ninho dentro da máquina militar. Em pouco mais de dois anos o CIE triplicou seu quadro de oficiais.[64] Com dez anos de atraso, seguiam a trilha dos combatentes de Massu. Cada passo foi dado em nome do combate ao terrorismo, mas a cada

passo correspondeu também a expansão do sistema de recompensas e da autonomia dos torturadores. O Exército prevaleceu sobre as outras forças. Nele, o CIE prevaleceu sobre as linhas de comando convencionais.

1 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 183.

2 Entrevista do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici ao jornalista Antonio Carlos Scartezini, em Scartezini, *Segredos de Medici*, p. 36.

3 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp. 223-4.

4 Para as bombas americanas, John B. Judis, *The paradox of American democracy*, p. 95.

5 Tony Geraghty, *The Irish War*, p. 41.

6 Edward Peters, *Torture*, p. 81.

7 Entrevista do general Carlos de Meira Mattos a Raimundo Rodrigues Pereira, *Veja*, 1º de outubro de 1969.

8 Nota do estado-maior da 10ª Divisão de Paraquedistas Coloniais, em Jacques Massu, *La vraie Bataille d'Alger*, p. 49.

9 Jacques Massu, *La vraie Bataille d'Alger*, p. 82. O general Paul Aussaresses, em suas memórias, menosprezou a descarga que Massu recebeu e disse que ela lhe foi aplicada por "cortesãos". "Se fosse eu a torturá-lo, teria aplicado exatamente o mesmo tratamento que dava aos suspeitos", *Services spéciaux*, p. 156. Como major, Paul Aussaresses foi um pioneiro da tortura francesa na Argélia. Intitulou-se "maestro da orquestra do contraterror". Veio a ser adido militar da França no Brasil entre 1973 e 1975, com a patente de general. Para o título, Aussaresses, *Services spéciaux*, p. 124. Para o cargo, *Folha de S.Paulo*, 15 de junho de 2001.

10 Jean-Paul Sartre, "Uma vitória", prefácio à edição brasileira de *A tortura*, de Henri Alleg. Citado em Alfredo Naffah Neto, *Poder, vida e morte na situação de tortura*, pp. 9-10.

11 Entrevista de d. Geraldo de Proença Sigaud ao *La Croix*, em Ralph della Cava (org.), *A Igreja em flagrante*, p. 149. D. Sigaud disse essa mesma frase em Roma, no dia 13 de julho de 1970. Telegrama da Agence France-Presse, de 14 de julho de 1970.

12 Jean-Paul Sartre, prefácio à edição americana de *The question*, de Henri Alleg, p. 22.

13 Aurelio de Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, vol. 2, p. 254.

14 Comunicado dos ministros militares de 6 de setembro de 1969, em *O Brasil de minha geração*, vol. 2, p. 219.

15 *Interrogatório*, apostila, marcada "confidencial", do Centro de Informações do Exército, de 1971, p. 7. AA. Cedida ao autor pelo jornalista Luís Nassif, que a divulgou na *Folha de S.Paulo* de 23 de abril de 1995, pp. 1-8.

16 Idem, p. 8.

17 Idem, p. 8.

18 Idem, pp. 9 e 22 para as duas citações, respectivamente.

19 Idem, p. 8.

20 Para se ter uma ideia da mágica do crachá, quando um ajudante de ordens de Médici perguntou a Orlando Geisel por que a medalha ainda não havia sido dada aos dois filhos do presidente, que trabalhavam no Planalto, ele respondeu: “E o que é que eles fizeram pelo Exército para merecer?”. Em Roberto Nogueira Médici, *Médici*, p. 55. Para a relação entre a ação policial e a concessão da medalha, depoimento do general Rubens Bayma Denys, em Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Militares e política na Nova República*, p. 83.

21 *Sistema de Segurança Interna — Sissegin*, p. 41. Marcado “secreto”. AA.

22 A concessão da palma destina-se, geralmente, a reconhecer atos de bravura, e na maioria dos casos ela foi concedida por motivos inteiramente estranhos às atividades do “porão”. Segundo a edição de 1975 do *Almanaque do pessoal militar do Exército*, os seguintes capitães, entre outros, tinham a medalha com palma: Álvaro de Souza Pinheiro, Sebastião Rodrigues de Moura (feridos em combate), Aluisio Madruga (do CIE), Ailton Joaquim, André Leite Pereira Filho (do CIE), Celso Seixas Marques e Eduardo de Oliveira Fonseca. Salvo Ailton Joaquim, todos estiveram no combate à guerrilha do Araguaia.

23 Folhas de Alterações do major Carlos Alberto Brilhante Ustra de 1970, 1971 e 1972. AA.

24 José Luiz Baumgartner e outros, *Os desaparecidos*, p. 72.

25 Entrevista de João Baptista Figueiredo a Claudio Renato, *O Estado de S. Paulo*, 23 de dezembro de 1996.

26 Jarbas Passarinho, *Um híbrido fértil*, p. 393.

27 Entrevista de Marcelo Paixão de Araújo a Alexandre Oltramari, *Veja*, 9 de dezembro de 1998.

28 “Ustra cita Dilma e diz que lutou contra o terrorismo e cumpria ordens”, *O Globo*, 10 de maio de 2013.

29 Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, p. 299.

30 Entrevista do general Adyr Fiúza de Castro a Hélio Contreiras e Chico Otávio, *O Estado de S. Paulo*, 31 de maio de 1993.

31 Para a cartilha, de autoria do delegado Edsel Magnotti, Fabricio Marques, em *Jornal do Brasil*, 16 de janeiro de 1995, Caderno Brasil, p. 4.

32 Para as gratificações e promoções de militares e civis do DOI, Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 135. Ver também o depoimento do general Octavio Costa, em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, pp. 261-2.

33 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 296.

34 Em 1972 uma comissão de inquérito presidida por lord Parker, ex-presidente da Corte de Justiça da Grã-Bretanha, para apurar a brutalidade em interrogatórios de terroristas presos na Irlanda, concluiu que “não há razão para proibir essas técnicas com base na moral”, pois “é possível operar com elas de acordo com os altos padrões da nossa sociedade”. Entendia-se por brutalidade nas investigações conduzidas pela comissão a privação do sono, alimentação a pão e água, detenção em lugares onde o preso ouvia barulhos ensurdecedores e, finalmente, a obrigação do suspeito de ficar encapuzado e horas de pé, com os braços levantados, apoiados numa parede. Essa questão foi

discutida publicamente, e o governo inglês proibiu o barulho nas celas, os capuzes, a privação do sono e os longos períodos de pé, além de ter mudado a dieta dos presos. Em Brian Crozier, *A theory of conflict*, p. 157. Para uma narrativa do caso irlandês, ver também Tony Geraghty, *The Irish War*, pp. 47-51.

35 Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, p. 245.

36 *Brasil: nunca mais*, p. 223.

37 O termo *gangrena* foi usado pela primeira vez em 1959 no título de um dossiê, publicado pela Éditions de Minuit, reunindo denúncias de torturas sofridas por estudantes argelinos. Em Pierre Vidal-Naquet, *Face à la raison d' État*, p. 134.

38 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, março de 1988.

39 General Gustavo Moraes Rego, novembro de 1984.

40 Depoimento do general Carlos Alberto da Fontoura, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 97.

41 *Interrogatório*, apostila, marcada "confidencial", do Centro de Informações do Exército, de 1971, p. 18. AA.

42 *Circular 35 -E 2*, reservado, do general Humberto de Souza Mello, comandante do II Exército, sem data, em Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 136.

43 Calley foi condenado à prisão perpétua com trabalhos forçados, teve a sentença reduzida para dez anos de reclusão e foi solto em 1972, depois de cumprir três. Começou uma nova vida dirigindo a joalheria do sogro na cidade de Columbus, na Geórgia. "1968, A pictorial history", revista *Time*, primavera de 1989, p. 21.

44 Para a estimativa de 4 mil desaparecidos, Yves Courrière, *La Guerre d'Algérie*, tomo I, p. 841. Para a conta oficial, Jacques Massu, *La vraie Bataille d'Alger*, p. 173. Nas suas memórias, Massu fala em duzentos argelinos mortos "no cumprimento de suas missões, em combates, perseguições, fugas e acidentes diversos". Na época, quando apresentou sua contabilidade e lhe foi mostrado que, comparando-se o número de pessoas detidas com o de presos, faltavam 220, ele respondeu: "Sumiram". Em Courrière, *La Guerre d'Algérie*, tomo I, p. 824.

45 *Diretriz nº 391*, do general Jacques Paris de Bollardière, em Jacques Massu, *La vraie Bataille d'Alger*, p. 222.

46 Jacques Massu, *La vraie Bataille d'Alger*, p. 225, e Jacques Paris de Bollardière, *Bataille d'Alger, bataille de l'homme*, p. 93.

47 Jacques Paris de Bollardière, *Bataille d'Alger, bataille de l'homme*, p. 97.

48 Charles de Gaulle, *Mémoires d'espoir*, tomo I: *Le Renouveau* — 1958 -1962, p. 30.

49 Alistair Horne, *Histoire de la Guerre d'Algérie*, p. 319.

50 Jacques Massu, *Le torrent et la digue*, p. 299.

51 Pierre Montagnon, *La Guerre d'Algérie*, p. 405, e Yves Courrière, *La Guerre d'Algérie*, tomo II, p. 949.

52 " *OAS parle*", pp. 337 e segs.

53 Alistair Horne, *Histoire de la Guerre d'Algérie*, pp. 520 e 549.

54 Jean Lacouture, *De Gaulle*, pp. 299-300 e 326.

55 Idem, pp. 326 e segs. Sete anos depois Francis Marroux estava na casa de campo de De Gaulle quando ele morreu, vítima de um rompimento da aorta abdominal. Idem, p. 591.

56 Idem, p. 326.

57 Alistair Horne, *Histoire de la Guerre d'Algérie*, p. 517.

58 Edgar S. Furniss Jr., *De Gaulle and the French Army*, pp. 62-3.

59 " *OAS parle*", p. 310.

60 Alistair Horne, *Histoire de la Guerre d'Algérie*, p. 99.

61 Idem, p. 499, e Jacques Massu, *La vraie Bataille d'Alger*, p. 108.

62 Salan foi capturado e, para desgosto de De Gaulle, que desejava fuzilá-lo, condenado à prisão perpétua. Argoud, sequestrado na Alemanha e deixado grogue num carro em frente à chefatura de polícia de Paris, foi condenado à morte e teve a sua pena comutada em prisão perpétua. Godard, condenado à morte, refugiou-se na Bélgica. Degueldre, com sua farda de paraquedista e cantando a *Marselhesa*, foi executado no forte de Ivry. O coronel Bastien-Thiry também foi fuzilado. De Gaulle recusou-se a comutar sua pena porque no atentado de Petit Clamart sua mulher, Yvonne, estava no carro. O fato de Bastien-Thiry não ter empunhado armas durante o atentado, ficando numa posição em que não corria riscos, também influenciou a decisão de De Gaulle de fuzilá-lo. O sucessor de Salan no comando da OES foi o professor Georges Bidault, chefe da Resistência em solo francês de 1943 a 1945. Ele fugiu para a Alemanha e, em 1963, asilou-se no Brasil, vivendo em Campinas até 1968. Massu manteve-se fiel a De Gaulle. Em maio de 1968, quando o general enfrentou a rebelião de Paris, Massu comandava as tropas francesas estacionadas na Alemanha. De Gaulle voou a Baden-Baden para conseguir dele a certeza de que em caso de necessidade elas marchariam sobre a capital. Acredita-se que nessa reunião Massu conseguiu do presidente o compromisso de anistiar todos os presos em razão da guerra da Argélia. A complexa relação entre esses dois militares pode ser ilustrada por um diálogo que teriam mantido em 1958, quando De Gaulle voltou ao poder:

— Como vais, Massu, sempre idiota?

— Sempre idiota, meu general. E sempre gaullista. (Alistair Horne, *Histoire de la Guerre d'Algérie*, p. 196.)

63 Charles de Gaulle, *Mémoires d'espoir*, tomo I: *Le Renouveau* — 1958 -1962, p. 79.

64 Depoimento do general José Luiz Coelho Netto, subcomandante do CIE de 1969 a 1974, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 235. Sua estimativa para o número de oficiais foi de "cem, cento e poucos".

A dor

O que torna a tortura atraente é o fato de que ela funciona. O preso não quer falar, apanha e fala. É sobre essa simples constatação que se edifica a complexa justificativa da tortura pela funcionalidade. O que há de terrível nela é sua verdade. O que há de perverso nessa verdade é o sistema lógico que nela se apoia valendo-se da compressão, num juízo aparentemente neutro, do conflito entre dois mundos: o do torturador e o de sua vítima. Tudo se reduz à problemática da confissão. Quem melhor explicitou esse reducionismo, na visão da hierarquia, foi Ernesto Geisel: “Acho que a tortura, em certos casos, torna-se necessária, para obter confissões”.[1] Na visão do torturador, a eficácia chega a surpreender. Um jovem tenente, mal iniciado nas práticas do regime, haveria de reconhecer: “A coisa complicou quando descobri que o método era rápido. Bastava levar para o porão, e pronto”.[2]

Como explicou o coronel Roger Trinquier, comandante do 3º Regimento de Paraquedistas francês na Argélia, que terminou sua carreira comandando mercenários no Congo: “Ao ser preso, o terrorista sabe que será interrogado, que não terá escapatória. Para ele, chegou a hora da verdade”.[3] O secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, coronel Jayme Mariath, descreveu a tensão dessa hora: “O interrogatório em si, em qualquer nação do mundo, não é um ato cordial. Atentados físicos contra eles [os presos], se houve (...) é porque houve reação, uma resistência obstinada à confissão”.[4] Ou, na argumentação de Jarbas Passarinho: “Os militantes são treinados para resistir aos interrogatórios, para dar tempo a

que seus companheiros se ponham em segurança. A delação, para eles, é o supremo opróbrio, como o é para todos os que têm caráter".[5]

Assim, a tortura pressiona a confissão e triunfa em toda a sua funcionalidade quando submete a vítima. Essa é a hipérbole virtuosa do torturador. Assemelha-se ao ato cirúrgico, extraindo da vítima algo maligno que ela não expeliria sem agressão. O militante do exemplo de Passarinho é torturado porque tem caráter, pois se não o tivesse, aceitaria o "supremo opróbrio" antes de apanhar, e ficaria tudo mais barato. Por conta de toda uma mitologia heroica, essa visão do interrogatório é frequentemente compartilhada por vítimas e algozes. Jacob Gorender, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e vítima dos torturadores do Exército em São Paulo, sustenta que "são mais aptos a resistir à tortura os militantes que interiorizaram a ideologia socialista e fizeram dela sua norma moral".[6] O PCB vangloriara-se da resistência de Harry Berger, representante do Comintern que caiu nas mãos dos torturadores de Getulio Vargas e foi à demência sem passar pela submissão. Carlos Marighella, que passou pelas torturas do Estado Novo e nos anos 1950 redigiu um folheto romântico intitulado *Se fores preso, camarada*..., fechou um soneto — "Liberdade" — com versos típicos dessa visão propagandística do prisioneiro:

> *E que eu por ti, se torturado for,*
> *possa feliz, indiferente à dor,*
> *morrer sorrindo a murmurar teu nome.*[7]

O PCB expulsou diversos dirigentes que, uma vez capturados, contaram aos seus torturadores segredos da organização. Nessa sua atitude houve sempre certa teatralidade, em que se varriam para debaixo do tapete casos de submissão que não convinham à mitologia partidária. Em todos os grupos esquerdistas vigorou um eufemismo para estigmatizar a conduta dos presos que produziram confissões: "Portou-se mal", "entregou". Em 1995

uma ex-dirigente da ALN chamou de “covardes” os simpatizantes dessa organização envolvidos na cilada em que o chefe terrorista foi assassinado.[8] Esse julgamento subverte o problema moral da tortura, transferindo-se à vítima a responsabilidade pela conduta do algoz. Elaine Scarry, em magistral estudo sobre a tortura, argumenta que existe um “dissimulado desdém pela confissão”. “Esse desdém é uma das muitas manifestações de quão inacessível é a realidade da dor física para quem não a está sofrendo.”[9]

* * *

A teoria da funcionalidade da tortura baseia-se numa confusão entre interrogatório e suplício. Num interrogatório há perguntas e respostas. No suplício, o que se busca é a submissão. O “supremo opróbrio” é cometido pelo torturador, não pelo preso. Quando a vítima fala, suas respostas são produto de sua dolorosa submissão à vontade do torturador, e não das perguntas que ele lhe fez. Prova disso está no fato de que nos cárceres soviéticos milhares de presos confessaram coisas que jamais lhes haviam passado pela cabeça, permitindo ao stalinismo construir suas catedrais conspiratórias. Um ex-cabo do Exército brasileiro, preso e torturado por oficiais da Marinha em 1969, confessou que vendera uma submetralhadora a um grupo terrorista ligado ao ex-presidente Juscelino Kubitschek e levou uma patrulha à floresta da Tijuca, onde estaria escondido um arsenal. No meio do mato sua história desabou. Trocara a submetralhadora por maconha, nada mais. A conspiração fora montada na sessão de tortura, na qual fabricava respostas que contentassem seus algozes.[10]

Usada como instrumento de investigação, a tortura transforma-se para a vítima num tormento maior que a própria pena.[11] Ela extrai a confissão através da aplicação do sofrimento ao preso, mas não é a dor pura e simples que o leva a falar. É possível que um prisioneiro confesse ao receber descargas elétricas bem inferiores às que o general Massu se submeteu. No

Brasil, um oficial do Exército experimentou o suplício: “É ruim, mas não é um horror. Dá para aguentar. Não é de se tirar de letra, mas não é o horror”.[12]

A tortura manobra a dor de forma diversa. O sofrimento começa ou para, aumenta ou diminui, pela exclusiva vontade do torturador. Ele tanto pode suspender uma sessão para dar a impressão de que teve pena do preso quanto pode avisar que vai iniciar outra, sem motivo algum, para mostrar-lhe a extensão do seu poder. “A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar”, contou Dilma Rousseff, a *Estela* da VAR-Palmares, a Luiz Maklouf Carvalho.[13] “Meu maior medo não era do pau, mas da possibilidade de tomar um pau”, lembra Ariston Lucena, militante da VPR, preso no DOI paulista.[14] “O meu pavor atingiu tal limite que só de ouvir um abrir de portas já começava a tremer, eu não pensava em mais nada”, depôs Manoel Henrique Ferreira, militante da VPR e prisioneiro da Força Aérea Brasileira.[15]

O poder absoluto que o torturador tem de infligir sofrimento à sua vítima transforma-se em elemento de controle sobre seu corpo. No meio da selva amazônica, espancando um caboclo analfabeto que pedia ajuda divina para sustar os padecimentos, um torturador resumiria sua onipotência embutida: “Que Deus que nada, porque Deus aqui é nós mesmo”.[16] A mente insubmissa torna-se vítima de sua carcaça, que é, a um só tempo, repasto do sofrimento e presa do inimigo. “O preso só lastima uma coisa: o ‘diabo’ do corpo continua aguentando”, lembraria o dirigente comunista Marco Antônio Coelho.[17] Ainda que a certa altura a mente prefira a morte à confissão, aquele corpo dolorido se mantém vivo, permitindo o suplício. A dor destrói o mundo do torturado ao mesmo tempo em que lhe mostra outro, o do torturador, no qual não há sofrimento, mas o poder de criá-lo. Quando a vítima se submete, conclui-se um processo em que a confissão é um aspecto irrelevante. O preso, na sala de suplícios, troca seu mundo pelo do torturador.[18] “A vítima faz mais do que dar uma informação ao carrasco,

ela passa a reconhecer nele o senhor da sua voz, ou seja, de sua humanidade", ensina o professor Pierre Vidal-Naquet.[19]

Dentro da máquina do poder, a linguagem dos torturadores é bastante distinta da de seus exegetas. O Centro de Informações do Exército, numa referência elíptica aos suplícios, qualificou-os como "ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crime".[20] [*Veja o documento*] Oficiais do DOI do Rio de Janeiro atendiam ao telefone em nome da "Funerária Boa Morte", e nele um torturador disse a uma jovem, durante uma Sexta-Feira Santa, que ela sofreria como Jesus Cristo.[21] Em São Paulo, o agente *Campão* (cáften da boca do lixo) informava: "Meu nome é Lúcifer".[22] Um torturador disse no Ceará: "Aqui não é o Exército, nem Marinha, nem Aeronáutica. Aqui é o inferno".[23] Na PE da Vila Militar, um sargento mostrava a cancela do quartel e dizia: "Dali pra dentro Deus não entra. Se entrar, a gente dependura no pau de arara".[24]

A metamorfose provocada pela dor dá aos torturadores de todo o mundo muito mais que uma confissão. Pode-se estimar que bem mais da metade dos prisioneiros brutalizados nos porões, além de terem contado aquilo que seus algozes quiseram saber, prestaram-lhes algum tipo de colaboração durante o período em que estiveram nos centros de tortura. Foram raros os que nada disseram. Muitos resistiram às 48 ou 72 horas críticas, dando tempo para que se desconectassem as ligações que conheciam. Outros preservaram segredos que sobreviveram ao porão. Poucos, contudo, conseguiram resistir àquela rotina em que a perspectiva da continuação dos suplícios pode se prolongar por semanas, até meses. Houve casos em que presos torturaram companheiros, ou ainda de detentos que percorriam as ruas de São Paulo dentro de automóveis dos órgãos de informações, farejando "pontos" e apontando suspeitos.[25] Foram inúmeros os prisioneiros que, depois de terem concluído seus depoimentos, ajudaram a estruturar interrogatórios alheios. Na maioria esmagadora dos casos esses presos, uma vez condenados e colocados sob a guarda da Justiça, fora do

alcance dos torturadores, denunciaram as violências por que passaram. Poucos foram os que efetivamente se transformaram em quadros da máquina de repressão política.

A justificativa funcional da tortura como recurso conveniente na busca da confissão é mistificadora tanto no que se refere ao método como às suas consequências. O encontro do torturador com sua vítima não tem a banalidade implícita no raciocínio do eu-pergunto-ele-não-fala-eu-bato-ele-confessa. O que sucede nesse encontro, quando a proximidade dos dois sinaliza também a maior distância que pode separar dois seres humanos, nada tem a ver com a importância que um presidente, um senador, um coronel ou um torturador dão a uma confissão.[26] Relaciona-se com a opinião que têm do gênero humano.

* * *

A tortura raramente é reconhecida e nunca é abertamente defendida. Toda a arquitetura de sua defesa se dá através de raciocínios contorcidos. Ora se diz que o preso não pode ser amparado pelas leis que protegem os direitos humanos, ora se relaciona o suplício à circunstancialidade da confissão. De todas as defesas, uma das mais convincentes tem sido a parábola do avião cheio de crianças. Com pequenas variações ela já foi repetida em diversos idiomas. Em português, assim foi enunciada por Geisel: “Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é compelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior”.[27] Essa projeção destina-se a demonstrar não só que o torturador está certo, mas também que, numa situação excepcional, todo ser humano pode ser um torturador.

A proposição é curta: imagine-se um avião cheio de crianças no qual se sabe que há uma bomba. Ela explodirá dentro de duas horas, e acaba de ser

preso o terrorista que com quase toda a certeza sabe onde ela foi escondida. Ele se recusa a falar.[28]

Baixa o pau?

Se não se sabe onde está a bomba, é possível que não exista bomba alguma. Além disso, nada garante que o preso saiba onde ela está. Aceitando-se que a bomba existe e que o preso sabe onde está, parece preferível torturá-lo.

Pela maneira como está enunciada, a proposição se destina a levar a mais pia das almas a sancionar a tortura do preso para não assumir a responsabilidade pela morte das crianças. Contudo, há nela um truque de lógica: finge demonstrar a necessidade da tortura quando, na realidade, o que busca é a sua inimputabilidade. Não se trata de autorizar a tortura para salvar as crianças, mas um entendimento de que, uma vez autorizada, ela deve ficar impune. Além disso, através da particularidade do exemplo do avião das crianças, ela busca uma generalização por meio da qual se dá ao torturador o direito de decidir quando as circunstâncias requerem o suplício.

Se os torturadores de todo o mundo aceitassem o risco de ir às barras dos tribunais sempre que brutalizassem um inocente ou matassem um suspeito, a humanidade jamais teria conhecido essa praga que o jurista Ulpiano, na Roma antiga, chamava de “coisa frágil e perigosa”. Quase todos os pais das crianças a bordo do avião, se não todos, seriam capazes de infligir ao preso os mais cruéis suplícios, aceitando com naturalidade qualquer pena que a sociedade quisesse lhes impor. Admitindo-se que houvesse a bomba, que o preso soubesse onde ela estava e que da tortura tivesse resultado a salvação das crianças, poucos seriam os tribunais do mundo capazes de condenar o torturador.

É grande a frequência com que a charada do avião de crianças é repetida na literatura anti-insurrecional e a parcimônia com que se menciona um caso semelhante, ocorrido na vida real. Em novembro de 1956 a polícia de Argel prendeu em flagrante um terrorista que acabara de colocar uma

bomba no gasômetro da cidade. Sabia-se que ele montara outro artefato e que, se este explodisse, poderia matar milhares de pessoas. O terrorista recusava-se a falar, e o chefe de polícia levou o problema ao secretário-geral da prefeitura, Paul Teitgen. Católico fervoroso, combatente da Resistência, Teitgen sabia o que estava em questão, pois fora prisioneiro e vítima de torturas da polícia alemã no campo de Dachau. Ele conta: "Eu me recusei a deixar que o torturassem. Tremi a tarde toda. Finalmente, a bomba foi achada e desarmada. Graças a Deus eu tive razão. Porque se você se mete nesse negócio de tortura, acaba perdido".[29]

Passado quase meio século de sua vitória na Batalha de Argel, aos 92 anos, o general Massu ratificou a opinião de Teitgen: "A tortura não é indispensável num tempo de guerra. Nós poderíamos ter passado sem ela. Quando penso na Argélia, fico desolado. Nós poderíamos ter feito as coisas de maneira diferente".[30]

1 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 225.

2 Entrevista de Marcelo Paixão de Araújo a Alexandre Oltramari, *Veja*, 9 de dezembro de 1998, pp. 44-9.

3 Roger Trinquier, *La guerre*, p. 176.

4 *O Estado de S. Paulo*, 28 de julho de 1970, p. 6.

5 Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*, p. 8.

6 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 261. Para uma detalhada sustentação da posição assumida pelo PCB até o final dos anos 1970, ver Renato Guimarães, *Travessia*.

7 Carlos Marighella, *Poemas*, p. 21. A informação de que Marighella é o autor do folheto *Se fores preso, camarada...* está em Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 245.

8 Entrevista de Zilda Xavier Pereira a José Mitchell, *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1995, Caderno Brasil, p. 5.

9 Elaine Scarry, *The body in pain*, p. 29.

10 Testemunho ouvido pelo autor.

11 Michel Foucault, *Vigiar e punir*, pp. 33 e segs.

12 Informação dada ao autor por um oficial cujo nome fica preservado.

13 "Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha", *Folha de S.Paulo*, 21 de junho de 2005.

14 Ariston Lucena, agosto de 1988.

15 Depoimento de Manoel Henrique Ferreira, em Luzimar Nogueira Dias (seleção), *Esquerda armada*, pp. 32 e segs., citado em *Brasil: nunca mais*, pp. 221-2.

16 Entrevista de *Pedro Marivetti*, morador de São Domingos do Araguaia, a Romualdo Pessoa Campos Filho, 21 de janeiro de 1994. APRPCF.

17 Marco Antônio Tavares Coelho, *Herança de um sonho*, p. 374.

18 Elaine Scarry, *The body in pain*, p. 37.

19 Pierre Vidal-Naquet, *La torture dans la République*, p. 9.

20 *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 1964*. Informe 209/S-102-A3-CIE, de 16 de junho de 1975. AA.

21 Para o caso da moça, depoimento de Vera Sílvia Magalhães à jornalista Helena Salem, em Vários Autores, *Versões e ficções*, p. 68.

22 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 12 e 444.

23 Depoimento de José Elpídio Cavalcante, em *Brasil: nunca mais*, p. 240.

24 Mauricio Paiva, *O sonho exilado*, p. 45.

25 Aton Fon Filho, da ALN, preso em 1970, foi torturado por seu ex-companheiro de militância Hans Rudolf Manz no carro em que era transportado do Rio para São Paulo (Ariston Lucena, agosto de 1988).

26 Elaine Scarry, *The body in pain*, p. 36.

27 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 225.

28 Algumas versões da parábola. Em francês: Roger Trinquier, *La guerre*, p. 174. Do padre Delarue, capelão militar da 10ª Divisão de Paraquedistas em Argel: "Entre dois males, o de fazer um bandido sofrer momentaneamente, e o de deixar que inocentes sejam massacrados, deve-se escolher, sem hesitação, o menor: um interrogatório sem sadismo, porém eficaz" (em Pierre Montagnon, *La Guerre d'Algérie*, p. 207). Em espanhol: "O que se tem de perguntar, em termos maquiavélicos, é até que ponto os fins justificam os meios. Um preso sabe onde está colocada uma bomba que vai matar centenas de pessoas. O senhor poderia ter de carregar a responsabilidade da explosão de uma bomba num colégio de crianças, matando centenas de meninos, por não ter torturado". Vicente Massot, secretário de Assuntos Militares do presidente argentino Carlos Menem, citado em Horacio Verbitsky, *El vuelo*, p. 19.

29 Alistair Horne, *Histoire de la Guerre d'Algérie*, p. 211. O prisioneiro era o comunista francês Fernand Yveton. Foi preso no dia 14 de novembro de 1958, na usina Hamma Gaz. Em Pierre Montagnon, *La Guerre d'Algérie*, p. 204.

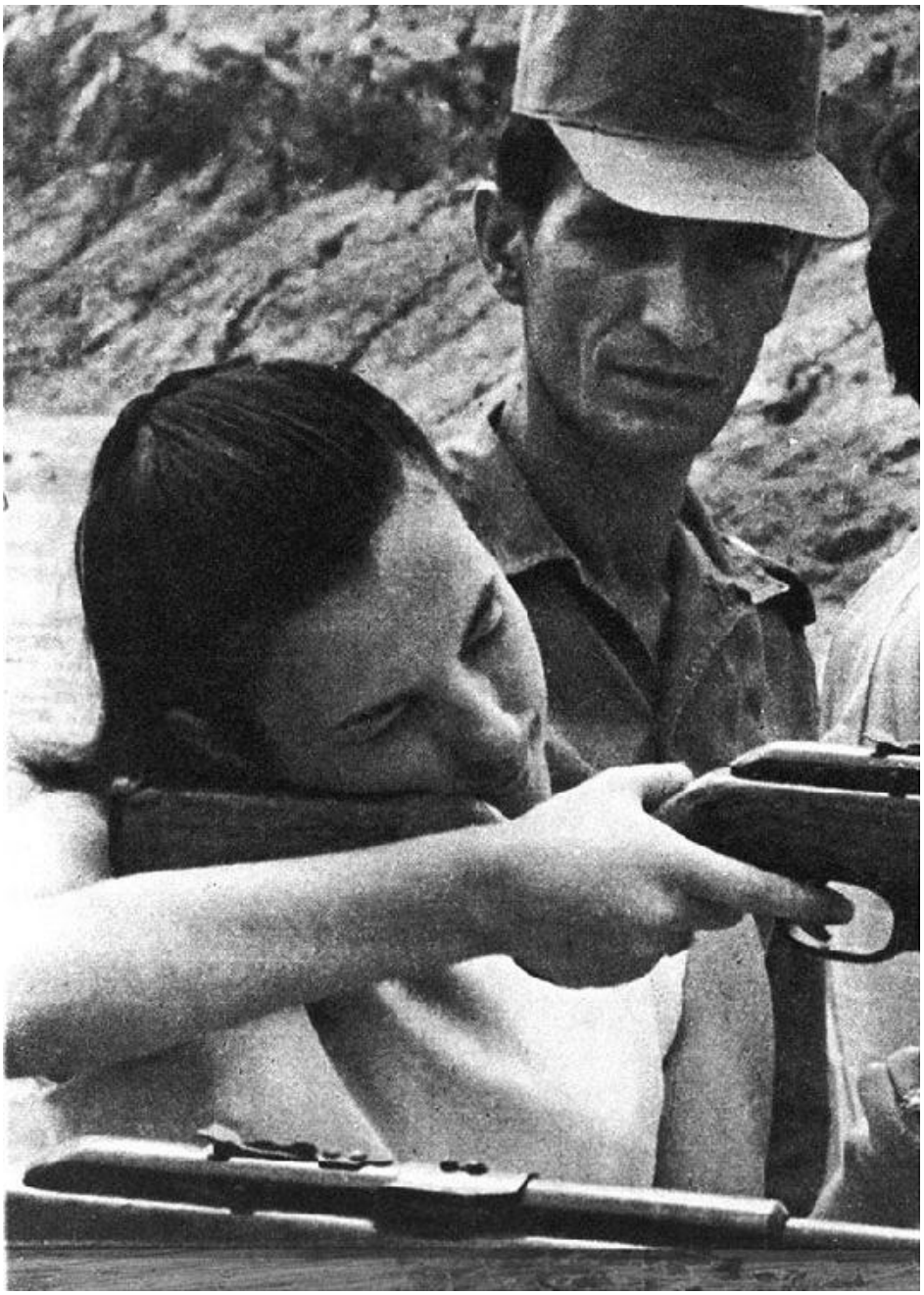
30 Entrevista do general Jacques Massu a Florence Beaugé, em "Torture en Algérie: le remords du général Jacques Massu", *Le Monde*, 21 de junho de 2000.

A “tigrada” dá o bote

A *ugusto* (Onofre Pinto, ex-sargento, veterano das articulações de Caparaó, pós-graduado em Cuba) era o senhor da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Em janeiro de 1969 via boas razões para que ela tentasse um lance de audácia. Praticamente intocada, a organização completava um ano com duzentos quadros, cinquenta dos quais militantes de tempo integral.[1] Atacara o QG do II Exército em junho de 1968, matara o capitão americano Charles Chandler em outubro, assaltara pelo menos seis bancos, depenara um paiol de pedreira e limpara uma loja de armas a poucos metros do DOPS paulista. Na casa de um de seus militantes, dinheiro mofara num saco e um estoque de bananas de dinamite suava no forro. Infiltrara-se com algum sucesso entre os metalúrgicos de Osasco e no quartel-general do Ibirapuera e dispunha de uma razoável base de apoio nos meios universitário e artístico de São Paulo. Um de seus assaltos fora planejado no teatro Maria Della Costa.[2] Em dezembro a maioria dos dirigentes da organização havia se inclinado a um refluxo das ações armadas, mas Onofre recorreu às bases de militantes, depôs a direção e estabeleceu a supremacia dos “do gatilho” sobre “os da pena”.[3]

Para quem gostava de gatilhos, a VPR virara o ano com a maior de suas vitórias. Recrutara um capitão do Exército, bom de tiro, comandante de uma companhia do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, nas cercanias de São Paulo. Chamava-se Carlos Lamarca. Tinha 32 anos, nascera nas fraldas do morro de São Carlos, no Estácio, berço de alguns dos maiores sambas do Carnaval carioca. Seu pai era sapateiro na praça Saens Peña, na

Tijuca, e entre seus fregueses estava a nora de Costa e Silva, cujo marido comandara o segundo-tenente Lamarca no Batalhão das Nações Unidas enviado ao canal de Suez em 1962. Magro, alto e taciturno, fora o 46º numa turma de 57 aspirantes da AMAN. Servira de instrutor de tiro num curso de defesa contra assaltantes oferecido pelo Bradesco aos funcionários de suas agências. Em dezembro de 1964, como tenente, servia no Rio Grande do Sul e dera fuga a um capitão brizolista que estava sob sua guarda na 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre.[4]



1968. O capitão Carlos Lamarca, do 4º Regimento de Infantaria, em Quintaúna (SP), dá aulas de tiro a funcionárias do Bradesco.

Disposto a desertar para se juntar à guerrilha, costurava o pulo havia meses. Com um sargento, um cabo e um soldado, formara uma célula dentro do 4º RI. Surrupiavam armas leves e granadas. Certa vez transformou o tambor da máquina de lavar roupa de sua casa em paiol.[5] Em

setembro de 1968 Lamarca encontrou-se com Carlos Marighella e, com sua ajuda, pôs a mulher e dois filhos a salvo, embarcando-os para Cuba. Desde dezembro, quando formalizou sua ligação com o que viria a ser a VPR, ele e Onofre Pinto discutiam a abertura de um foco rural. O ex-sargento falava numa área do Pará com 2 mil camponeses, devidamente preparada, esperando a faísca.[6] Era sonho, mas Onofre tinha fantasia melhor.

Estava tudo imaginado. No dia 26 de janeiro, Lamarca e seus camaradas roubariam o que pudessem do arsenal do quartel e levariam em torno de 560 fuzis, além de dois morteiros de 60 milímetros. As armas sairiam do 4º RI num caminhão pintado com o verde-escuro dos veículos militares. A VPR bombardearia o palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, o QG do II Exército e a Academia de Polícia. Um comando tomaria a torre de controle do Campo de Marte e embaralharia as comunicações aéreas da cidade.[7] O país ficaria com a sensação de viver uma guerra civil.

Faltavam três dias. Na chácara Ibiti, em Itapecerica da Serra, a trinta quilômetros de São Paulo, concluía-se a pintura do caminhão. Um menino da vizinhança saiu do mato e acercou-se. Foi maltratado e posto a correr pelos pintores. Queixou-se aos pais, eles chamaram a polícia, e ela levou quatro dos cinco misteriosos ocupantes da chácara. Durante três dias sustentaram na Polícia do Exército que eram contrabandistas.[8] Desde a prisão dos guerrilheiros de Caparaó não se aprisionava grupo tão qualificado. Capturaram o ex-sargento Pedro Lobo de Oliveira, veterano da base de treinamento cubana do Punto Cero, que participara de um ataque ao hospital militar do Cambuci e da execução de Chandler. Junto veio o ex-soldado paraquedista Hermes Camargo Batista, um dos responsáveis pelo setor de logística da organização. Conheciam boa parte da estrutura da VPR e sobretudo o grande segredo do capitão do 4º RI.

Pela maneira como os combatentes foram descobertos, dificilmente a VPR conseguiria realizar sua jornada de pirotecnia. Nem antes nem depois, nem ela nem nenhum outro grupo terrorista brasileiro lograriam ativar

plano tão ambicioso. Exigia um refinamento operacional muito superior ao nível de organização dos assaltos a bancos ou explosões como a do QG do II Exército, mas a história do terrorismo registra casos de improvisações medíocres que acabaram em sucessos surpreendentes. O sequestro de onze ministros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, em Viena, em 1975, foi feito sem nenhum ensaio e quase não aconteceu, porque as armas chegaram atrasadas. Mesmo visto como um simples plano, o bombardeio de São Paulo foi não só o mais audacioso, como também o último projeto de ação complexa e exclusivamente ofensiva de todo o surto terrorista.

As prisões de Itapecerica obrigaram a VPR a jogar na defesa. Lamarca desertou no dia seguinte e foi para a clandestinidade como *César*. Levou consigo a roupa do corpo, os militantes de sua célula e uma Kombi com 63 fuzis FAL e três submetralhadoras INA. O bombardeio foi cancelado, e a organização, assustada, pediu socorro à ALN para colocar o comandante e seu arsenal em lugares seguros. A "tigrada" achara uma ponta do fio, e como sucede com frequência na primeira fase da repressão a organizações clandestinas intocadas, os resultados foram encorajadores. Com as informações obtidas nos interrogatórios, compreendeu-se a estrutura da VPR e identificou-se uma parte de seus militantes. Desvendaram-se também alguns mistérios, como o assassinato de Chandler, o atentado ao QG do II Exército e diversas "expropriações" de bancos.

* * *

O fator surpresa, grande arma do terrorismo, passara momentaneamente para as mãos do governo. Apesar de a VPR ter sido avisada das prisões de Itapecerica por um sargento que servia na PE, sua rede compartimentalizada foi surpreendida. A polícia trabalhou à vontade por toda uma semana.[9] [*Veja o documento*] Teve à sua disposição os conhecimentos de Hermes Camargo

Batista, o *Xavier*, cuja submissão resultara em efetiva e duradoura colaboração com seus interrogadores.[10]

A VPR desarticulara-se. Desabrigado, Lamarca estivera enlatado por quase doze horas num minúsculo Gordini, enquanto seus colegas buscavam um refúgio.[11] Onofre Pinto acabara capturado, metade das armas roubadas ao 4º RI foram recuperadas, e o núcleo dirigente da organização pulverizara-se.

A partir de uma prisão feita na VPR, furou-se em poucos dias a capa da ALN e chegou-se ao aparelho de um membro do seu Grupo Tático Armado. O GTA tinha em torno de quarenta integrantes e era a artilharia da organização. Chefiava-o Marco Antônio Brás de Carvalho, *Pedrinho*, experimentado manipulador de armas e explosivos, veterano de quase todas as ações armadas da organização. Tinha mais de trinta anos, diferenciando-se da militância juvenil do grupo. Dizia que não era marxista, mas "invocado", e que estava "numa guerra, não num círculo de debates". No dia 28 de janeiro, depois de ir a um "ponto" onde deveria encontrar um colega, resolveu procurá-lo em casa. Virou a chave na fechadura e a polícia caiu-lhe em cima. Foi morto a tiros.[12]

Prisões feitas em Brasília derrubaram mais uma fatia da ALN. Em Belo Horizonte, o coronel Octavio Medeiros destroçara o Colina. O pique do final de 1968 estava contido. Os combatentes refluíram para lamber as feridas.

Um ex-militante do PCB que se tornara colaborador da polícia revelou a estrutura de uma nova organização, baseada no Rio de Janeiro, saída da dissidência estudantil do Partidão em Niterói.[13] Era o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8, assim batizado por conta do dia da captura do Che Guevara. O "8", como era chamado, tinha menos de trinta militantes e, num só golpe, foi liquidado pela Marinha. Entre janeiro e julho descobriram-se todos os seus quadros, a fazenda no Paraná onde se pretendia abrir um foco rural e a surpreendente figura de Jorge Medeiros

Valle, o corpulento *Bom Burguês*. Funcionário da agência do Banco do Brasil no Leblon, manipulava um engenhoso sistema de desfalques através do qual juntara mais de 2 milhões de dólares. Dera 100 mil à organização e dela ganhara o apelido. Ao PCBR, passara 150 mil dólares.[14]

A Marinha montara um presídio no antigo centro de triagem de imigrantes da ilha das Flores, no fundo da baía de Guanabara. Nele reinava o comandante Clemente José Monteiro Filho, um fuzileiro naval que nos anos 1940 frequentara o Partido Comunista e sobrevivera a três inquéritos e uma crise nervosa.[15] Do ponto de vista administrativo, estava subordinado ao comando-geral do Corpo de Fuzileiros, mas, na hierarquia do porão, respondia ao Cenimar e à seção de operações do 1º Distrito Naval, chefiada pelo capitão de fragata Francisco Sérgio Bezerra Marinho. A inversão de comando era tão profunda que durante o inverno de 1969, quando o comandante dos fuzileiros, almirante Heitor Lopes de Souza, mencionou a Marinho a existência de uma queixa contra a escassez de cobertores nas celas, ouviu de volta: "O senhor fica aqui cuidando do frio desses comunistas, mas quem vai para a rua arriscar a vida para capturá-los nos 'pontos' sou eu".[16]

A funcionalidade da tortura dava seus dividendos. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro o Colina e o MR-8 caíram como um castelo de cartas. Do primeiro, sobraram alguns quadros que deslizaram para a VPR. Do "8", nem isso. Numa das celas da ilha das Flores, um operário, veterano militante do PCB, submetido a um inútil aliciamento por um dos guerrilheiros, observava: "Eu prefiro ficar na minha. Pelo menos tem alguém lá fora. A deles está toda aqui".[17]

A sede da ofensiva estava em São Paulo, no quartel da Polícia do Exército da rua Abílio Soares, a poucos minutos do QG. Lá se puxavam com sucesso os fios das duas principais organizações, a VPR e a ALN. O comandante das operações era o major Waldyr Coelho, chefe da seção de informações do estado-maior da 2ª Divisão de Exército. Tinha 41 anos e

uma aparência comum, salvo pela calva precoce. Vinha da arma da engenharia. Centralizador, autoritário e vaidoso, trabalhava dezesseis horas por dia. Era de rara severidade com os comandados. Devolvera como incompetentes dois oficiais saídos da Escola de Estado-Maior que não se adaptaram a seus métodos. Às vezes participava de interrogatórios no papel de magnânimo. “Meu filho, o que estão fazendo com você? Já dei ordens aos meus subordinados para que não façam isso”, disse a um preso que estava numa sessão de tortura para, logo depois, às suas costas, fazer um sinal para que voltassem a espancá-lo.[18] Mantinha-se fora da política e estivera ao largo das traquinagens da linha dura.

Os reveses provocaram uma alteração no metabolismo da ALN e da VPR. Obrigadas a manter na clandestinidade os quadros identificados pela polícia, incharam o seu efetivo de quadros profissionais. Com o aumento dos custos, foram caçar recursos. Aos poucos, a sobrevivência tornava-se o eixo das atividades do militante enredado em normas de segurança cada vez mais rígidas. A própria organização via-se levada a equilibrar o orçamento com ações destituídas de significado político.

Deixando-se de lado os custos de manutenção dos quadros dirigentes e as despesas essenciais da organização, cada clandestino vivendo em condições modestas custava pelo menos o equivalente a duzentos dólares mensais. Pode-se estimar que cada roubo a banco rendia em média 6,5 mil dólares.[19] A subsistência dos quadros custava um assalto mensal para cada 32 clandestinos. Cada assalto a banco mobilizava em torno de dez pessoas e demandava o furto de cinco automóveis. Cada um desses furtos exigia a participação de pelo menos quatro militantes. Em abril de 1969, quando a VPR se fundiu aos fugitivos do Colina, adotando o nome de Vanguarda Armada Revolucionária — VAR-Palmares, o capital da nova sigla somava entre 6 mil e 14 mil dólares.[20] Um lance de audácia haveria de inundar as finanças da VAR e irrigar uma parte da economia da luta armada.

* * *

A velha VPR e a ALN souberam da existência de um tesouro. Parecia lenda de pirata. O primeiro a ser avisado foi Marighella. Um militante falou-lhe de um cofre escondido no apartamento paulista de Ana Benchimol Capriglioni, mitológica amante e depositária de propinas guardadas pelo ex-governador Adhemar de Barros. Conhecido pelo slogan “Rouba mas faz”, governara o estado de São Paulo por três vezes e roubara como poucos. O cofre, que se supunha pesar duzentos quilos, estava no 14º andar de um edifício da avenida São Luís. Em poucas semanas a ALN estocou quatro submetralhadoras, três fuzis FAL, revólveres, pistolas e granadas, e o plano marchava quando Adhemar morreu em Paris e Marighella suspendeu a operação.[21]

Não se sabe precisamente quantos cofres teve Adhemar, mas um deles estava na casa do irmão de Ana Capriglioni, no morro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Sorte da VAR-Palmares. Um militante da organização, sobrinho da poderosa senhora, tinha o mapa: a “caixinha do Adhemar” estava no fundo de um armário embutido do segundo andar. Começou assim “A Grande Ação”. Vendedores de enciclopédias e pesquisadores de audiência de televisão visitaram o palacete, enquanto o sobrinho caiu na clandestinidade.[22]

Adhemar de Barros

Na tarde de 18 de julho um comando da VAR subiu as ladeiras de Santa Teresa. Eram onze homens e duas moças. Chegaram dizendo-se agentes da Polícia Federal em busca de material subversivo, “a mando do general”. Entraram na casa nove “federais” e duas camionetes. Na rua ficaram um Aero Willys e os encarregados da cobertura, um deles montado numa

metralhadora Schmeisser ponto 30. Um grupo subiu ao segundo andar para procurar o esconderijo da “caixinha” enquanto outro furava os pneus dos carros guardados na garagem, desligava os telefones e amarrava os criados e moradores. Os contratempos foram poucos. A cozinheira não se intimidou e se recusou a sair de perto do fogão, porque “se eu deixo essa carne estragar, a patroa me mata”. A copeira se negou a apressar o banho. De acordo com o plano o cofre deveria descer num carrinho, mas rolou pela escadaria de mármore.[23] Colocado numa das camionetes, foi levado para um aparelho em Jacarepaguá. A operação durou 28 minutos.[24]

Um mecânico trazido de Porto Alegre acendeu o maçarico de uma solda de acetileno e começou a cortar a “caixinha”. Feito o primeiro buraco, inundou-se o cofre para que o dinheiro não se queimasse.

“Você acha que tem 1 milhão aí dentro?”, perguntou Juares Guimarães Brito, sociólogo que vinha do Colina e dividia seu tempo entre a VAR e serviços de pesquisa para a Pontifícia Universidade Católica. Era o *Juvenal* e fora o organizador da “Grande Ação”.

“Se tiver cem mil já está bom demais”, respondeu *Alberto* (José de Araújo Nóbrega, um ex-sargento que num lance de sorte escapara da polícia em Itapecerica da Serra).[25] Havia sete pessoas em torno do cofre quando se rasgou uma fatia de sua blindagem. Juares riu. Era uma botija de dólares. Notas pequenas, grandes, soltas ou em pacotinhos de um banco suíço. Estenderam-se varais pela casa, ligaram-se ventiladores e pôs-se o tesouro a secar. Contaram 2,6 milhões de dólares.[26] Tinham acabado de dar o maior golpe da história do terrorismo mundial. Os principais grupos de combatentes surgidos desde o final do século XIX haviam arrecadado, em conjunto, algo como 17 milhões de dólares. A VAR, de uma só tacada, faturou o equivalente a 15% do centenário esforço internacional.[27] Como dizia a modinha ademarista dos anos 1950:

Quem não conhece?

Quem nunca ouviu falar?
Na famosa "caixinha" do Adhemar
Que deu livros, deu remédios, deu estradas
Caixinha abençoada![28]

Assim como não se sabe quem colocou tamanha fortuna no bolso de Adhemar de Barros, também é difícil saber onde ela foi parar. Há duas versões para o destino desse butim. Uma resulta das diversas narrativas dos militantes da VAR e das facções em que ela se subdividiria. Outra, das contas do CIE. Partem de totais diferentes, mas são semelhantes. Um pedaço, que pode ter variado entre 800 mil e 1 milhão de dólares, foi entregue a um diplomata argelino. Outro, estimado entre 250 mil e meio milhão, foi depositado na Suíça. Assim, algo entre 1 milhão e 1,6 milhão de dólares ficou no Brasil. É certo que um espertalhão francês embolsou parte da poupança externa do grupo. Segundo o CIE, em 1974 restavam na Europa 120 mil dólares.[29] Em 1998, Maria do Carmo Brito, a *Lia*, dirigente da VPR e viúva de Juares, o comandante da ação, informou que só ela sabia o nome da pessoa a quem repassou o controle do dinheiro entregue aos argelinos, mas não o revelou.[30]

A surpreendente conexão argelina ia além da VAR. Enquanto os cubanos carregavam toda a fama, o embaixador Hafid Keramane, veterano militante da FLN e autor de um livro sobre as torturas francesas em Argel, operava uma representação diplomática acreditada tanto no governo como entre os terroristas. A embaixada americana suspeitava da existência de contatos dos argelinos com o Colina e supunha que tivessem ligações com o MR-8.[31] Semanas antes de ser preso, em julho de 1969, o *Bom Burguês* estivera em Paris buscando veteranos da rede da Guerra da Argélia, pois pretendia multiplicar sua verba revolucionária através de operações de comércio internacional que poderiam render, a seu juízo, 300 mil dólares anuais. Depositara uma pequena fortuna no Handels Bank, na Suíça, e

instalara sua família num apartamento do elegante XVI^{ème} parisiense.[32] Tentara sem sucesso um encontro com Marighella. Sua ideia era impulsionar uma vertente da luta armada livre das influências cubana e chinesa.[33]

A VAR-Palmares embolsou o butim, mas Ana Capriglioni e os herdeiros do governador não reclamaram à polícia um só centavo. Sustentaram que o cofre estava vazio.[34] O governo, supostamente empenhado no combate à corrupção (que enchera o cofre) e à subversão (que o esvaziara), não se interessou em descobrir como os 2,6 milhões de dólares chegaram à cafua de Santa Teresa. Era dinheiro roubado, tomado a empreiteiros e bancas de bicho, mas o ministro da Justiça, Gama e Silva, já fornecera um atestado de bons antecedentes a Adhemar, fazendo circular a informação de que nada havia contra ele na Comissão Geral de Investigações. Jamais um larápio pilhado dispôs de tanta proteção.

A rapina do cofre foi um sucesso financeiro e político. Pelo raciocínio segundo o qual era preciso reunir uma base material para permitir que a luta armada desse um salto qualitativo, os 2,6 milhões de dólares deveriam queimar a etapa de acumulação capitalista, ampliando o recrutamento de quadros e antecipando o começo da sonhada guerrilha rural. Afinal, num só golpe, coletou-se o equivalente a cinco vezes a renda de todos os 41 assaltos feitos no país desde o início das “expropriações”, em dezembro de 1967.[35] Parte da cúpula da organização deixou de vagar por pequenas casas de subúrbio e se instalou numa chácara em Jacarepaguá, equipada com carro estrangeiro e falso motorista.[36] Se o problema era dinheiro, o caminho para o socialismo encurtara. Como observou Marco Aurélio Garcia, em trabalho pioneiro que há décadas ilumina a história do período, “o ‘dinheiro não trouxe a felicidade’ às organizações de esquerda revolucionária”.[37] A VAR-Palmares se estilhaçou depois de alguns meses e, salvo a montagem de duas bases de treinamento de guerrilhas, uma das quais sob o comando de Lamarca, as ações subsequentes mantiveram-se naquilo que Herbert

Eustáquio de Carvalho, o *Daniel*, dirigente da VPR, chamou de "dinâmica da sobrevivência".[38]

Ao longo de 1969 as organizações esquerdistas brasileiras que se lançaram em atos terroristas foram submetidas ao primeiro grande teste que a existência lhes reservava. Na infância de sua formação, qualquer grupo revolucionário beneficia-se da falta de informações da polícia, da capacidade de surpreender seus alvos e do apoio de uma rede de militantes cuja fidelidade é proporcional à segurança que lhe faculta a mística de segredo da organização. É uma fase de esplendor, na qual o romantismo dos primeiros tiros se confunde com a sensação de onipotência oferecida pela perplexidade do inimigo. Parece ser a prova factual da clarividência da opção política. Na fase seguinte, quando o governo consegue prender combatentes, prevenir ações e intimidar o grande círculo da militância desarmada, dá-se um teste de madureza para o grupo. Alguns não vivem além dele, como o Colina e o MR-8.[39] Quase todos os outros, mesmo sobrevivendo, já não se organizam como a revolução precisa, mas como a repressão condiciona, produzindo uma rotina de gato e rato.

1 Para o número de militantes, Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 144.

2 Depoimento de Hermes Camargo Batista, publicado em *O Estado de S. Paulo* de 9 de abril de 1980 sob o título "Confissões de um ex-guerrilheiro". Para a infiltração no quartel, Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, pp. 54-5.

3 Marco Aurélio Garcia, "A VPR e a crítica das armas", *Em Tempo*, nº 100, 21 de fevereiro a 5 de março de 1980.

4 Para uma biografia de Lamarca, Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós- 1930*, Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), vol. 3, pp. 3010-2. Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 145. Judith Lieblich Patarra, *Iara*, pp. 305-6, informa que Lamarca militara no PCB.

5 Informação dada por Maria Pavan Lamarca, viúva de Lamarca, ao cineasta Sérgio Rezende, em Havana. Em Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 263.

6 Depoimento do ex-sargento Darcy Rodrigues, em Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 262.

7 Depoimento do ex-sargento Darcy Rodrigues, em Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil*, pp. 103 e segs. Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 145. Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca,*

o capitão da guerrilha, pp. 36 e segs.

8 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 145.

9 Maço de catorze folhas encontrado pelos agentes do DOI de São Paulo num aparelho. Trata-se de uma tentativa de reconstituição da sucessão de prisões de militantes das organizações armadas. Esse documento foi concluído no segundo semestre de 1973, pelos presos que estavam no presídio Tiradentes. Sua autenticidade foi reconhecida por diversos militantes da ALN e da VPR. Isso não significa que seu conteúdo esteja livre de equívocos. Tornou-se conhecido como *Quedograma*, nome pelo qual será referido. AA.

10 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 146.

11 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, pp. 279-80.

12 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 108-9. Para esse caso, ver também o depoimento de Dulce de Souza Maia, em Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 59.

13 *Quedograma*, item 4.

14 Entrevista de Jorge Medeiros Valle a *O Globo* de 28 de julho de 1969.

15 *Correio da Manhã*, 2 de dezembro de 1964. A ilha das Flores fora usada como presídio político em 1935, quando guardou os revoltosos capturados no levante do 3º Regimento de Infantaria.

16 Silvio Ferraz, testemunha do diálogo, ocorrido no gabinete do almirante Heitor Lopes de Souza. Setembro de 1969.

17 Djalma, operário da Forja Tijolos, agosto de 1969.

18 Ariston Lucena, agosto de 1988.

19 Segundo um levantamento produzido pelos órgãos de segurança e divulgado no *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro de 1970, entre 1º de agosto de 1969 e 31 de julho de 1970 (pp. 44-6) foram assaltados 343 bancos, dos quais se retiraram 9,6 milhões de cruzeiros em dinheiro. Disso resulta um valor médio de 28 mil cruzeiros para cada assalto, ou cerca de 6,5 mil dólares. Essas cifras devem ser tomadas com cautela, pois foram vários os casos em que os assaltantes se viram com muito menos dinheiro nas sacolas do que diziam tanto a polícia quanto os bancos. O próprio levantamento carece dos detalhes necessários para se afirmar que todos os assaltos foram praticados por terroristas. Para a relação custo-benefício das "expropriações", ver Herbert Daniel (Herbert Eustáquio de Carvalho), *Passagem para o próximo sonho*, p. 20.

20 *IPM — VAR-Palmares na Área do I Exército. Conclusões*, p. 2. Segundo Agnaldo Del Nero, Licio Maciel, José Conegundes do Nascimento (orgs.), *Orvil*, pp. 415-7, a VPR trouxe um dote de 55 milhões de cruzeiros, equivalentes a cerca de 14 mil dólares.

21 "O sumiço do cofre do Adhemar", *O Estado de S. Paulo*, 16 de julho de 1989, p. 4, e Marco Aurélio Garcia, "A preparação — 'Sobrinho subversivo' abre a boca", *Em Tempo*, nº 99, 7 a 21 de fevereiro de 1980.

22 Marco Aurélio Garcia, "A preparação — 'Sobrinho subversivo' abre a boca", *Em Tempo*, nº 99, 7 a 21 de fevereiro de 1980. *O Estado de S. Paulo*, 23 de julho de 1989.

23 José Roberto de Alencar, "A Grande Ação ou o roubo do cofre do Adhemar", *O Estado de S. Paulo*, 23 de julho de 1989, p. 9. Para o peso do cofre, ver Agnaldo Del Nero, Licio Maciel, José

Conegundes do Nascimento (orgs.), *Orvil*, p. 420.

24 Para os 28 minutos, depoimento de Wellington Moreira Diniz a *IstoÉ* de 21 de julho de 1999.

25 José Roberto de Alencar, "A Grande Ação ou o roubo do cofre do Adhemar", *O Estado de S. Paulo*, 23 de julho de 1989, p. 9.

26 Para a cifra, Luiza Villaméa, "A verdadeira história do cofre do dr. Rui", *IstoÉ*, 21 de julho de 1999. Segundo Agnaldo Del Nero, Licio Maciel, José Conegundes do Nascimento (orgs.), *Orvil*, p. 420, havia no cofre 2,8 milhões de dólares.

27 Walter Laqueur, *The age of terrorism*, p. 102. Laqueur estima que entre 1880 e 1947 as organizações terroristas arrecadaram de 10 a 17 milhões de dólares em dinheiro de 1976. Laqueur não computou o saque do Banco da Argélia, ocorrido em 1960 e praticado pela Organização do Exército Secreto, que rendeu cerca de 5 milhões de dólares. A colaboração dos funcionários foi tamanha que é arriscado dizer que houve um assalto. Yves Courrière, *La Guerre d'Algérie*, tomo II, pp. 949 e 1054. O recorde da VPR durou pouco. No dia 12 de novembro os Tupamaros uruguaios saquearam o Banco da República e levaram o equivalente a 6 milhões de dólares, quase tudo em joias. Walter Laqueur, *The age of terrorism*, p. 97. Em 1974 todos os recordes foram pulverizados na Argentina pelos Montoneros. Eles arrecadaram 60 milhões de dólares no sequestro dos irmãos Jorge e Juan Born.

28 Luiza Villaméa, "A verdadeira história do cofre do dr. Rui", *IstoÉ*, 21 de julho de 1999.

29 Para as duas versões da divisão do butim, Agnaldo Del Nero, Licio Maciel, José Conegundes do Nascimento (orgs.), *Orvil*, p. 420; José Roberto de Alencar, "A Grande Ação ou o roubo do cofre do Adhemar", *O Estado de S. Paulo*, 23 de julho de 1989; e Luiza Villaméa, "A verdadeira história do cofre do dr. Rui", *IstoÉ*, 21 de julho de 1999.

30 Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 130. Juares Guimarães Brito morreu nove meses depois do assalto. Encurralado por agentes do DOI, deu-se um tiro na cabeça.

31 Telegramas da embaixada americana no Rio para o Departamento de Estado, de 31 de janeiro de 1969, para o Colina, e de 29 de julho de 1969, para o MR-8. DEEUA. Hafid Keramane escreveu *La pacification*, publicado em Lausanne em 1960.

32 Reportagem de Reali Junior, *O Estado de S. Paulo*, 11 de março de 1979, p. 45.

33 Entrevista de Jorge Medeiros Valle, o *Bom Burguês*, a *O Globo* de 28 de julho de 1969. Medeiros Valle fez um acordo com o Cenimar, foi levado à Suíça, devolveu pelo menos 1 milhão de dólares e ficou com o que sobrou. Capitão de mar e guerra João Batista Torrens Gomes Pereira, fevereiro de 2001.

34 Defesa de Gustavo Buarque Schiller, feita pelo advogado Evaristo de Moraes Filho junto ao STM, p. 3. Evaristo sustentou que Gustavo Schiller não podia ser acusado de ter infringido a Lei de Segurança Nacional porque ela não capitula de crime o roubo de cofres vazios. O irmão de Ana Capriglioni, comandante José Burlamaqui Benchimol, testemunhou ser a única pessoa a conhecer o segredo do cofre supostamente vazio.

35 Telegrama da agência Reuters de Buenos Aires para Londres, de 15 de maio de 1969. Os 41 assaltos de 1968 a maio de 1969 teriam rendido o equivalente a 450 mil dólares, segundo a polícia.

36 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 334.

37 Marco Aurélio Garcia, “Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1979”, *Em Tempo*, nº 102, 20 de março a 2 de abril de 1980, p. 17.

38 Herbert Daniel (Herbert Eustáquio de Carvalho), *Passagem para o próximo sonho*, p. 21.

39 Meses depois da captura do MR-8, a Dissidência Universitária da Guanabara adotou a sua sigla.

A *Operação Bandeirante*, Oban

Apesar dos sucessos obtidos pela repressão, o governo se assustou com a fuga de Lamarca, sobretudo pelo toque romanesco do capitão do Exército que deixa a fortaleza e se junta aos guerrilheiros. O general Jayme Portella, na qualidade de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, escreveu a Costa e Silva que "a persistir tal situação é de prever-se: a eclosão de guerrilhas urbanas e rurais; a atuação mais violenta em atos de terrorismo; a criação de 'bases' e 'zonas liberadas'". Havia nesse cenário um condimento catastrofista, resultante da instrumentalização da ameaça, pois quanto maior esta fosse, mais estariam justificados o AI-5 e todas as suas sequelas. Ainda assim, Portella tinha razão quando sustentava: "Os organismos policiais nas áreas estaduais mostram-se despreparados e insuficientes. A falta de coordenação e de ação maciça de repressão à onda de violência parece constituir o principal fator de êxito do plano subversivo". Propunha a criação de uma "Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar", vinculada à Presidência da República.[1] É possível que o general pretendesse colocar sob sua jurisdição uma central de repressão política, mas, de qualquer forma, a ideia não prosperou.

A novidade viria de São Paulo, onde o general José Canavarro Pereira assumira em maio de 1968 o comando do II Exército. Ele levara para a chefia do estado-maior o general Ernani Ayrosa da Silva, condecorado duas vezes por bravura na Força Expedicionária Brasileira. Solteirão, fora mutilado quando o jipe em que viajava explodiu depois de um choque com uma patrulha alemã. Devia a vida à Convenção de Genebra, instrumento de

proteção internacional dos prisioneiros de guerra. Capturado no mesmo dia em que os comunistas italianos metralhavam Benito Mussolini, Ayrosa fora superficialmente assistido por um médico alemão e deixado em paz num depósito de cereais. Lá ficou por quase duas semanas, até que a guerra acabou e os Aliados o levaram para um hospital.[2] Era um homem de fina educação, general que tocava piano.

Ernani Ayrosa da Silva

O estímulo de Ayrosa ao major Waldyr Coelho e a seus "tigres" paulistas cristalizou-se na *Operação Bandeirante*, a Oban. Ela foi lapidada por meio de uma *Diretriz para a Política de Segurança Interna*, expedida pela Presidência da República em julho de 1969, que resultou no surgimento de estruturas semelhantes em outros estados.[3] Estabelecia as normas que centralizavam o sistema de segurança, colocando-o sob as ordens de um oficial do Exército classificado na seção de informações do comando militar. Ele requisitaria efetivos à PM, delegados e escreventes à polícia. Manteria algo parecido com um cartório para a tomada de depoimentos e teria sua própria carceragem. Buscava-se a centralização das atividades repressivas nas grandes cidades. As delegacias policiais, inclusive o DOPS, estavam obrigadas a mandar à Oban todos os suspeitos de atividades terroristas. A providência fazia sentido, tanto pelas energias e tempo perdidos nas rivalidades entre o aparelho militar e o civil como pelas quizílias que separavam ora os comandantes das diversas unidades, ora os

delegados dos diversos serviços especializados da polícia. Criava-se, assim, um corpo de polícia política dentro do Exército, funcionando na zona militar do parque do Ibirapuera.

Subordinada à 2ª Seção do estado-maior das grandes unidades, essa célula repressiva era uma anomalia na estrutura militar convencional. Na originalidade e na autonomia, assemelhava-se ao dispositivo montado pelo general Massu em Argel.[4] Num desvio doutrinário, essa unidade de centralização das atividades repressivas operava sob a coordenação do Centro de Informações do Exército, órgão do gabinete do ministro. Em julho de 1969, quando o governador Roberto de Abreu Sodré compareceu à cerimônia de lançamento da *Operação Bandeirante*, essa questão parecia ser uma dúvida arcana, irrelevante para quem precisava — e rápido — de comando, ação e eficiência.[5]

Em termos práticos, o major Coelho fazia tempo pensava em transferir o seu porão para outra sede, onde tivesse mais segurança e, sobretudo, discrição. Uma das inconveniências do quartel estava na inevitável convivência dos recrutas com a tortura. Além disso, o general Canavarro achava necessário quintuplicar o efetivo da sua tropa de Polícia do Exército. Tinha uma companhia com duzentos homens e queria um batalhão, com 960. A burocracia de Brasília dissera-lhe que nada havia contra a ideia, desde que ele conseguisse equipar o quartel sem pedir dinheiro à caixa do ministro.[6] Para satisfação da plutocracia paulista, o comandante do II Exército aceitou o desafio.

O prefeito da cidade, Paulo Maluf, asfaltou a área do quartel, trocou-lhe a rede elétrica e iluminou-o com lâmpadas de mercúrio. O governador Roberto de Abreu Sodré cedeu-lhe espaço numa delegacia na esquina das ruas Tomás Carvalhal e Tutoia, a cinco minutos do QG do Ibirapuera, para que nela fosse instalada a Oban. O prédio ficava numa vizinhança de apartamentos de classe média. Outras necessidades foram supridas graças à coordenação de Luiz Macedo Quentel, sóbria figura das rodas da grã-

finagem paulistana. Ayrosa via nele um “homem tradicional por família, religioso por formação, afetivo por sentimento, carinhoso por bondade, compreensivo e tolerante pela inteligência”.[7] Magro, elegante, casado numa das antigas famílias do estado, fora assessor de Jânio Quadros. Trabalhava causas da Light e de empreiteiras. “Ele mandou e desmandou nesta cidade, falava em nome da espada de Caxias”, relembrou Delfim Netto.[8]

Rua Tomás Carvalhal, esquina com Tutoia, em São Paulo: a sede da Oban e, depois, do DOI.

* * *

A reestruturação da PE paulista e a *Operação Bandeirante* foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca achegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de dona Veridiana Prado. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a

contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais.[9] “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”, argumentaria Vidigal, anos mais tarde.[10]

Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. Entre 1971 e 1978 um representante da Fiesp fez mais de duzentas visitas à direção do DOPS paulista. Chamava-se Geraldo Rezende de Mattos e era diretor de empresa no complexo industrial de Nadir Figueiredo, um dos barões do sindicalismo patronal.[11] A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragaz emprestava caminhões e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutoia com refeições congeladas.[12] Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”.[13]

Os donativos eram levados ao general Ayrosa.[14] As empresas nacionais pagaram de acordo com a vontade de seus diretores. Já as multinacionais americanas procuraram conselhos no consulado dos Estados Unidos. Se a consulta era telefônica, o funcionário encarregado do assunto respondia que ficava a critério de cada um, mas pelo menos um homem de negócios recebeu uma visita complementar de um funcionário do consulado que, satisfeito, enumerou as empresas que já haviam decidido ajudar no combate à subversão.[15]

A associação entre os interesses empresariais e os da segurança estava semeada desde 1964, mas floresceu em julho de 1969, depois de quatro incêndios que em menos de 72 horas torraram as instalações de quatro emissoras de televisão paulistas.[16] O dono da TV Record e um diretor da TV Globo disseram-se certos de que “o fogo foi ateado por terroristas”.[17] O

jornal *Folha de S.Paulo* reagiu com um editorial intitulado “União contra a violência”.

A violência estava envenenando a vida nacional. Em Belo Horizonte, 38 padres haviam assinado dias antes uma carta endereçada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil denunciando a prática e as sedes da tortura “de que temos certeza”. Enquanto o editorial da *Folha* estava nas bancas, começava no Recife o suplício do advogado Luís Antonio Medeiros de Oliveira, que lhe fraturou duas vértebras e do qual ele saiu paralítico. A violência de que falava o editorial era outra: “esse terrorismo que nada tem a ver com nossas tradições de luta política e se confunde pura e simplesmente com o banditismo (...) contra o qual é preciso lutar, custe o que custar”.[18]

A Fiesp atirou com um manifesto em que denunciou o “vandalismo” das “falanges da subversão e do genocídio”.[19] O presidente da Federação do Comércio, José Papa Jr., garantiu sua solidariedade às Forças Armadas, “que se cobriram de glórias nas trincheiras e nos céus da Europa”. “Chegou o momento de dizer basta!”,[20] acrescentou o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Jessé Pinto Freire.[21] O governador Abreu Sodré advertiu: “Não há lugar para fracos ou covardes na presente situação: ou se está a favor da ordem que constrói ou pela desordem que destrói”.[22]

Os responsáveis pelos incêndios das emissoras de televisão nunca foram identificados. Desvendaram-se todos os assaltos e atentados de vulto cometidos em 1969 pelas organizações de esquerda, mas os incêndios das quatro emissoras ficaram na pasta dos crimes insolúveis. Um telegrama do cônsul americano em São Paulo lançou a suspeita de que se destinavam a tomar o dinheiro do seguro.[23] Houve sem dúvida uma relação fraudulenta entre a denúncia das “falanges”, a materialidade dos incêndios, as emissoras e as companhias de seguro. Nenhuma televisão se considerou formalmente vítima de um atentado. Como seus contratos não cobriam sinistros provocados por sabotadores, elas preferiram ficar com a versão bem mais

lógica dos acidentes. A TV Record já pegara fogo em 1966, e aquele fora o segundo incêndio do ano.[24] A Globo, onde o incêndio teria começado pela explosão de um frasco de gasolina gelatinosa (explosivo jamais usado pelos grupos de esquerda, quer antes, quer depois de 1969), fez um grande negócio: “Para nós, isso foi simplesmente o melhor que podia acontecer. Com o incêndio, nos livramos de uma só vez de toda a velharia técnica que atrapalhava a nossa produção. Com o dinheiro do seguro — uma bolada de quase 7 milhões de dólares — pudemos comprar tudo o que precisávamos, do jeito que queríamos, novo em folha”, relembrou anos mais tarde Walter Clark, o diretor-geral da emissora.[25] A maior das mobilizações antiterroristas da plutocracia girara em torno de uma contrafação.

* * *

Como sucedera no Rio de Janeiro, o porão paulista se associara à escumalha da Polícia Civil. O DOPS abasteceu-se recrutando quadros na Delegacia de Roubos, símbolo da violência e da corrupção.[26] Um dos ases dessa migração tornara-se peça importante na máquina do major Waldyr Coelho. Sérgio Fernando Paranhos Fleury tinha 35 anos. Passara a vida na polícia. Era menino quando seu pai, médico-legista, morreu contaminado por um cadáver. O governo pagara seus estudos, e desde os dezessete anos ele trabalhava em delegacias, engordando o orçamento com bicos. Em 1967 fazia parte do grupo de policiais que cuidava da segurança do cantor Roberto Carlos, o Rei do Iê-Iê-Iê.[27] À sua volta gravitava uma turma de investigadores audaciosa e violenta. Produto da polícia paulista, com sua tradição de torturas e assassinatos, encarnaria o combate ao terrorismo. Vulgar e corrupto, projetava a imagem do machão valente, quando na realidade sua fama derivava da bestialidade do meio em que vivera e sua ascensão ao posto de chefe dos janízaros da ditadura, do declínio dos

padrões éticos dos comandantes militares da ocasião. Nunca na história brasileira um delinquente adquiriu sua proeminência.

O delegado Sérgio Fleury, da polícia paulista, tornou-se o símbolo da repressão política da ditadura.

Tinha o pé direito na repressão aos movimentos de esquerda e o esquerdo na briga entre quadrilhas de tráfico de drogas. Dividia sua jornada defendendo o regime no porão e os interesses do traficante *Juca* na zona. Nos últimos meses de 1968, *Juca* (José Iglesias) brigara com seu sócio *Miroca* (Waldemiro Maia), e Fleury, no comando dos policiais que lhe vendiam proteção, foi à luta com um objetivo imediato: capturar uma caderneta onde estava a contabilidade das propinas pagas a detetives, comissários e delegados guardada pelo traficante *Luciano* (Domiciano Antunes Filho), que ficara no bando de *Miroca*.[28]

Na madrugada de 3 de dezembro, Fleury, acompanhado por quatro policiais e um alcaguete, achou *Luciano* em companhia de outro marginal. Levaram-nos para o quilômetro 32 da rodovia Castello Branco e os metralharam. Em seguida, abriram a mala do carro e desfizeram-se de outro cadáver. Seriam mais três “presuntos” sem história, se não tivessem soltado o alcaguete *Carioca* (Odilon Marcheroni de Queiróz). Tentando se proteger,

contou em juízo e à televisão não só o que vira, mas também o que sabia da relação da polícia com a guerra das quadrilhas de tóxicos.[29]

Duas semanas depois, quando o país estava debaixo do choque da edição do AI-5, *Carioca* foi preso. Entregaram-no a Fleury e o levaram para a casa do investigador *Fininho* (Adhemar Augusto de Oliveira). No dia seguinte os jornais paulistas publicavam uma entrevista do alcaguete renegando tudo o que denunciara.[30] Nunca mais se ouviu falar dele até que *Fininho* contou a um jornalista que o estrangulou passando-lhe no pescoço uma corda de náilon. Carregava sua língua no chaveiro, como amuleto.[31]

Os comandantes militares que incorporaram Fleury à "tigrada" sabiam que tinham colocado um delinquente na engrenagem policial do regime. Nos anos seguintes o delegado tornou-se um paradigma da eficácia da criminalidade na repressão política. Um raciocínio que começara com a ideia de que a tortura pode ser o melhor remédio para obter uma confissão transbordava para o reconhecimento de que um fora da lei pode ser o melhor agente para a defesa do Estado. Recompensando-o e protegendo-o, em 1971, por sugestão do CIE, o governo passou-lhe no pescoço a fita verde-amarela com a Medalha do Pacificador.

A associação de oficiais das Forças Armadas com a bandidagem da polícia na construção de um sistema de repressão baseado na tortura foi produto da incompetência. Não era inevitável. A bibliografia do combate ao terrorismo mostra que muitas vezes as forças policiais são insuficientes para conduzi-lo, mas o que se montou no Brasil foi uma trapalhada onde se juntaram os vícios da "meganha" aos males da militarização das operações.

Na época em que subiam as estrelas de Waldyr Coelho e Fleury, o Centro de Informações do Exército enviou à Grã-Bretanha uma turma de oficiais para um estágio nos serviços anti-insurrecionais ingleses.[32] Lá, num quartel do Herefordshire, funcionava o Special Air Service, unidade que serviu de modelo para toda uma geração de similares, da Delta Force americana ao Police Tactical Unit de Cingapura.[33] Tratava-se de uma tropa

adestrada, rápida e bem-equipada. Em seis semanas de treinamento de tiro seus soldados disparavam de 1.200 a 1.500 cartuchos, e a unidade vivia num regime de alerta pelo qual era capaz de formar em três minutos. Essa tropa nada tinha a ver com interrogatórios. Destinava-se a vencer os terroristas sempre que dessem oportunidade para um choque armado. Os inquisidores, bem como os analistas de informações, ficavam longe dela. Nenhum desses setores se metia com a carceragem. No Brasil, mesmo utilizando-se unidades de elite de paraquedistas e fuzileiros em operações anti-insurrecionais, não se administrou o treinamento específico indispensável. As unidades operacionais misturaram-se aos núcleos de informações e todos se meteram na carceragem. Exemplo disso era a própria atividade do prédio da rua Tutoia. Nela conviviam equipes de busca, torturadores, analistas e carcereiros, como em qualquer delegacia de subúrbio.

O que se apresentava como uma militarização das operações policiais tornou-se uma policialização das operações militares. O delegado Sérgio Fleury não ficou parecido com um oficial do Exército. Eram oficiais do Exército que ficavam parecidos com ele.

1 *Veja*, 19 de fevereiro de 1969, p. 16.

2 Ernani Ayrosa da Silva, *Memórias de um soldado*, pp. 79-80. O episódio está narrado por outro passageiro do jipe, Ápio de Freitas, em Ricardo Bonalume Neto, *A nossa Segunda Guerra*, p. 213.

3 *Sistema de Segurança Interna — Sissegin*, p. 6. AA.

4 Paul Aussaresses, *Services spéciaux*, pp. 99-102.

5 Ana Lagôa, *SNI*, p. 69, e Antonio Carlos Fon, *Tortura*, p. 15.

6 Ernani Ayrosa da Silva, *Memórias de um soldado*, p. 118.

7 Idem.

8 Antonio Delfim Netto, janeiro de 1986 e janeiro de 1990.

9 Gastão Vidigal, novembro de 1995. Vidigal mencionou a cifra (“500 milhões”), mas não se mostrou seguro a respeito. Lembrava-se, contudo, que “era muito dinheiro”.

10 Declaração feita por Gastão Vidigal ao jornalista Silvio Ferraz em 1981.

11 *O Estado de S. Paulo*, 17 de fevereiro de 2013; e Chico Otávio e José Casado, “O elo da Fiesp com o porão da ditadura”, *O Globo*, 9 de março de 2013.

12 Para os carros da Ford e da Volkswagen, entrevista do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto ao *Jornal do Brasil* de 17 de novembro de 1992. Para os caminhões da Ultragaz, *Venceremos*, órgão da ALN, nº 1, abril de 1970. Para as refeições da Supergel, Francisco Carlos de Andrade, 14 de agosto de 1988.

13 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

14 Paulo Sawaya, janeiro de 1990.

15 A. J. Langguth, *A face oculta do terror*, p. 108.

16 Houve incêndios nas seguintes emissoras: Globo, Record, Bandeirantes e Excelsior (duas vezes). Entre 1966 e 1970 ocorreram oito incêndios em emissoras paulistas. Em 1968 o comandante do Corpo de Bombeiros responsabilizara as empresas, por ineptas, e previra que eles poderiam vir a se repetir. *O Estado de S. Paulo*, 18 de julho de 1970, p.12.

17 *Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1969.

18 *Folha de S.Paulo*, 16 de julho de 1969, edição extra, p. 1. Para a tortura de Luís Antonio Medeiros de Oliveira, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 841.

19 *Folha de S.Paulo*, 20 de julho de 1969, 1º Caderno, p. 5.

20 Idem, 23 de julho de 1969, 1º Caderno, p. 3.

21 Idem, 26 de julho de 1969, 1º Caderno, p. 3.

22 Telegrama de Robert Corrigan, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, a Washington, de 25 de julho de 1969. DEEUA.

23 Telegrama de Robert Corrigan ao Departamento de Estado, de 24 de julho de 1969. Corrigan fala em “três incêndios”. DEEUA.

24 A TV Record pegou fogo em 29 de julho de 1966, 28 de março e 13 de julho de 1969. Em janeiro de 1969 houve também um pequeno incêndio no prédio onde estava sua antena, com prejuízos irrelevantes. *O Estado de S. Paulo*, 18 de julho de 1970, p.12.

25 Walter Clark, com Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, pp. 203-10.

26 Para uma descrição do ambiente na Delegacia de Roubos, ver Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 29-32.

27 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 17.

28 Ofício do procurador Hélio Bicudo, de 12 de fevereiro de 1971, em Hélio Bicudo, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, pp. 177-80.

29 Hélio Bicudo, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, pp. 177-80.

30 Idem, p. 179.

31 Hélio Bicudo, *Do Esquadrão da Morte aos justiceiros*, p. 66.

32 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

33 Leroy Thompson, *The rescuers*, p. 142.

O barítono se cala

Castello Branco, que se julgara capaz de articular uma eventual resistência ao deslizamento do governo Costa e Silva na direção de uma ditadura, estava no cemitério. Seu grupo dividira-se entre o “canil” e a adesão. As vinganças do presidente, por intermédio do general Portella, tinham sido cruéis. O coronel Moraes Rego, assistente de Castello, fora parar no comando de Tabatinga (AM), na fronteira com o Peru, e o capitão Heitor Ferreira, secretário de Golbery, caiu num regimento de cavalaria em Ponta Porã (MS). Protegidos pelo presidente nas últimas semanas de seu mandato, Geisel e Golbery haviam sido colocados em cargos semivitalícios quanto à pompa e inócuos quanto ao poder. Um no Superior Tribunal Militar, outro no Tribunal de Contas da União.

As duas grandes viúvas de Castello nas Forças Armadas mantiveram-se fora do jogo miúdo da anarquia. Ao contrário do que ensina a regra dos sinais matemáticos, segundo a qual o inimigo do meu inimigo é meu amigo, não se aproximaram dos cacos da linha dura transformados em dissidências do governo. Geisel isolara-se por temperamento e, desde maio de 1969, por imperativo médico. Penara uma pancreatite que quase o matou e uma hepatite renitente que o deixara na cama. Golbery retraíra-se por prático, pois o detestavam na exata proporção em que ele detestava tanto os militares protegidos pelo governo quanto a linha dura perseguida.

Como acontece com os fósforos riscados, eles só podiam voltar a brilhar se houvesse fogo por perto. O incêndio começou em maio de 1969, com a reabertura da crise militar encoberta pelo AI-5. O coronel Fiúza de Castro,

chefe do CIE, vencera finalmente uma grande batalha. Costa e Silva mandara para a reserva o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Jr. Era uma suprema demonstração de força.

Pela linhagem, Boaventura era irmão do ministro do Interior, José Costa Cavalcanti. Pela biografia, fora primeiro aluno de sua turma. Em 1963, valendo-se apenas de sua decência profissional, abortara o sequestro de Carlos Lacerda, concebido no gabinete do ministro da Guerra.[1] Pelo prontuário era um dos xamãs da linha dura. Em 1965 pegara uma cadeia por ter divulgado um manifesto desafiando Castello.[2] Durante a crise do AI-5 reunira-se em Brasília com dois deputados do MDB e, no Rio de Janeiro, em pequenas assembleias de oficiais. Acusaram-no de ter concebido um plano pelo qual depois da negativa da licença do processo contra Marcio Moreira Alves o Congresso, amparado num dispositivo militar, emparedaria Costa e Silva.

Documentado pelo CIE, o caso de Boaventura foi levado à Comissão de Investigações do Exército, formada por três generais. As provas de sua indisciplina eram abundantes. Seu próprio irmão, depois de ler o processo, lavou as mãos e tentou — sem sucesso — convencê-lo a sair à francesa, pedindo passagem para a reserva.[3]

Haviam sido cassados coronéis comunistas e oficiais ladrões, mas nenhum deles fora submetido à execração pública. Boaventura, punido em ato isolado, foi acusado formalmente de ter “assumido uma posição incompatível com a sua condição de oficial superior do Exército e com os padrões básicos da organização das Forças Armadas”.[4] Com esse lance Portella e Lyra Tavares destrancaram a porta da crise dentro do Exército. Em defesa do coronel saltou o general Augusto Cezar de Castro Moniz de Aragão, paraquedista, temperamental, brigão e dado às letras. Chegara a general de exército em março porque Costa e Silva não quis arriscar uma manobra que impedisse o Alto-Comando de colocá-lo como primeiro na lista de promoções. O presidente tinha outro interesse na fornada. Queria

dar a quarta estrela ao seu amigo Emílio Garrastazu Médici, pois se este não a ganhasse logo, seria atingido pelos mecanismos de aposentadoria compulsória destinados a assegurar a renovação do quadro de generais. Pensaram que Aragão poderia ser neutralizado numa função burocrática e atiraram-no ao Departamento de Provisão Geral.[5]

Três dias depois da punição de Boaventura, o general mandou uma astuciosa carta a Lyra, na qual aceitava em tese o desfecho do caso do coronel mas se agarrava à humilhação adicional: "O ânimo do Exército excitou-se soprado de generoso repúdio à publicidade que acompanhou a sanção imposta". Lyra fez que não ouviu e engavetou a carta, considerando-a um assunto pessoal, apesar de estar dirigida "ao Senhor Ministro".[6] Um mês depois tomaria outra. Pespegou-lhe um carimbo de "secreto" e arquivou-a.[7] Não há registro de que tenha falado do assunto com Costa e Silva ou com o chefe do Gabinete Militar, general Jayme Portella.

Aragão, que estava a fim de criar um caso, deu um passo à frente. No dia 17 de junho reuniu-se com os generais sob seu comando e acusou o presidente de favorecer parentes e amigos na administração pública.

Duas das denúncias eram claras: a nomeação de um irmão de Costa e Silva para o Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Sul e a revisão da reforma do general Severo Barbosa, seu sogro. Na mosca. Emanuel da Costa e Silva, um ignoto funcionário público aposentado, não tinha qualificação formal para o cargo. Faltava-lhe saber jurídico ou financeiro, e mal esquentaria a cadeira, pois estava próximo de completar setenta anos.[8] O pai da mulher do presidente, por sua vez, embolsara 80 mil cruzeiros (perto de 20 mil dólares) por conta de uma revisão do seu processo de transferência para a reserva. A pretensão fora indeferida, mas depois que o genro dispôs dos poderes do AI-5, seu direito foi percebido.[9]

Esse favorecimento refletia o poder de Yolanda Costa e Silva sobre o marido e até mesmo sobre o governo. Em 1967, numa cena inédita na história nacional, ela se fizera fotografar num dos salões do Laranjeiras,

sem o marechal, ladeada pelo seu ministério.[10] A embaixada americana já a definira como "charmosa *brunette*", com "grande influência" sobre o marechal nove anos mais velho e um particular interesse por roupas. (Numa visita a Washington, pedira tempo livre e companhia para as compras.)[11]

O ministério de Costa e Silva posa para a história, em torno de dona Yolanda, mulher do presidente. (Ele não está na foto).

Aragão fez outras duas denúncias. Acusava um cunhado de Costa e Silva de traficar influência — sem dizer que interesses defendia — e insinuava que o filho do presidente se beneficiava de negócios na iniciativa privada.[12]

Um dos generais da plateia de Aragão denunciou-o ao chefe de gabinete de Lyra Tavares, e em menos de 48 horas o CIE reconstruiu a peroração. Estava criado o caso. A primeira resposta do governo veio por baixo da

mesa. O SNI fez circular a informação de que o general empregara uma filha no Grupo Executivo da Política de Transportes, o Geipot, e um genro na estrada de ferro Leopoldina. Mais: teria dado um “carteiraço” no secretário de Segurança do Rio de Janeiro, libertando dois cidadãos detidos numa delegacia da cidade, por “fraude contra terceiros”. Um deles seria namorado de sua filha.[13]

No jogo aberto, faltou iniciativa ao governo. Na manhã do dia 19 de junho — uma sexta-feira — Lyra entregou ao general Jayme Portella um relatório sobre a reunião. À tarde teve seu despacho rotineiro com o presidente. Costa e Silva, aborrecido, pediu-lhe que tomasse providências. Quais, não disse. O ministro garantiu-lhe que resolveria o assunto indo ao Departamento de Provisão Geral responder às críticas diante de Aragão e seus generais. O presidente achou que a manobra não ia dar certo, mas decidiu esperar. Sabia que seu ministro do Exército era ruim de gatilho. Chegara a convidá-lo para uma cadeira no STM, sinal indiscutível de que o queria fora do ministério, mas ele refugara.[14]

O que houve na reunião do DPG não se sabe, pois, apesar de Lyra e Aragão terem descrito o encontro de mais de duas horas, suas narrativas são opostas.

Fala Jayme Portella, a quem Lyra narrou o encontro: “O ministro informou que destruíra todos os argumentos que o general Aragão havia tratado na reunião com os seus generais, não havendo ele contestado ou confirmado qualquer aspecto”. Segundo o ministro, “o general Aragão não esboçou qualquer reação, apenas ouvindo”.[15]

Fala Aragão: “Repeti um a um, todos os fatos, argumentos e conclusões por mim apresentados aos generais”.[16]

Tranquilizado pela versão de Lyra Tavares, o chefe do Gabinete Militar comunicou o resultado da conversa ao presidente, e todos se deram por satisfeitos. Eram três homens que gostavam de se mostrar rigorosos em questões de disciplina e reputação. Basta dizer que havia pouco tempo Lyra

mandara encarcerar o jornalista Zózimo Barroso do Amaral, do *Jornal do Brasil*, porque ele escrevera que o ministro do Exército fora empurrado por seguranças paraguaios durante um encontro de Costa e Silva com o general Alfredo Stroessner. Para ensinar a Zózimo que ninguém empurra um ministro do Exército, ou, se empurra, ninguém deve noticiar o fato, meteu-o numa cela da PE por quase uma semana. Prender jornalista era coisa fácil. Enquadrar um quatro-estrelas, outra conversa. No caso de Aragão, acharam que o incidente tinha chegado a bom termo.

Dera-se a humilhação do ministro do Exército, mas faziam de conta que não viam. Lyra foi ao DPG em vez de chamar Aragão e seus generais à sua sala. Aceitara a lorota de que a reunião em que haviam sido discutidas as acusações fora informal, como se a questão central fosse a coreografia do encontro e não o texto da peça, com um general chamando o presidente de pajé, seu irmão de apaniguado, o sogro de aproveitador e o filho de desenvolto. Passara adiante a balela de ter destruído as acusações quando todos três sabiam que o general-sogro tinha o dinheiro no bolso e o irmão-aposentado estava na folha do Tribunal de Contas.

Pior. Falharia também a própria manobra de fingir que ia tudo bem. Aragão, sempre a fim de criar caso, reapareceu dias depois no gabinete de Lyra e enfiou-lhe a terceira carta. Era uma reprise de todas as acusações, arrematada pela advertência emblemática da anarquia de que Costa e Silva e Lyra se haviam servido: “Os oficiais das Forças Armadas, porque se julgam responsáveis pelo regime revolucionário, entendem que têm o direito e o dever não só de fiscalizar e apreciar os atos do governo, que imaginam sua criatura, como até de afastá-lo, se dele discordarem”.[17] Dessa vez o ministro teve de passá-la adiante. Remeteu-a a Portella, que passou a noite sem dormir. Costa e Silva estava sorridente quando começou a lê-la, mas ficou pálido quando terminou, a ponto de o chefe do Gabinete Militar ter pedido ao médico do palácio que viesse ao gabinete do presidente.[18] Era uma crise de hipertensão. Em dezembro de 1968 a CIA vira-o com a saúde

“relativamente débil”.[19] Durante o verão trabalhara meia jornada, sentira dores nas costas antes da Semana Santa e descansara nos feriados. A resposta a Aragão veio em 48 horas. De acordo com uma sugestão de Portella, ele foi demitido do DPG e mandado para o corredor dos generais sem função.

Duas semanas depois, nova carta. Dessa vez Aragão jogou na defesa em relação a Costa e Silva, mantendo-se no ataque a Lyra. Escondeu-se em raciocínios tão ambíguos quanto primários. Apesar de ter listado locupletações de familiares de Costa e Silva, assegurou que “não fiz crítica pessoal ou funcional ao presidente da República”. Quanto às denúncias em si, justificou-as dizendo que “os fatos arguidos eram públicos — notícia — cabendo por isso ao governo o ônus do esclarecimento”.[20] Era um raciocínio torpe, pois se de fato a aura do presidente ajudara o sogro e o irmão com vantagens publicamente conhecidas, as acusações de Aragão ao filho do marechal estavam desacompanhadas de provas. Como dissera o ministro Jarbas Passarinho durante a celebração da missa negra do AI-5, era melhor atribuir ao acusado o ônus da prova de honestidade. Naquela noite de 13 de dezembro de 1968, esse raciocínio, como a pimenta em olho alheio, parecera refresco. Agora, menos de um ano depois, ardia no marechal.

* * *

Costa e Silva planejava outorgar uma nova Constituição, baseada num trabalho coordenado por Pedro Aleixo. Em julho reunira-se em Brasília uma das menores e mais apressadas Constituintes da história nacional. Foi composta pelo presidente, pelo vice, três ministros e três sábios do regime.[21] Trabalhou durante quatro dias, em sete sessões que duraram cerca de 21 horas. Produziu uma versão radicalizada da Carta de 1967. Expandiu os poderes do Executivo, reduziu os do Legislativo e incorporou as

extravagâncias que o poder militar impusera ao direito brasileiro nos dez meses anteriores. Tornou indiretas as eleições dos governadores marcadas para 1970.[22] O texto chegou a ser enviado à Imprensa Nacional, e lá foram impressas algumas cópias.

No essencial, a nova Carta mantinha o AI-5, mas seu artigo 182 permitia ao presidente suspender, por decreto, quaisquer de seus dispositivos.[23] Segundo três de seus colaboradores, Costa e Silva pretendia valer-se desse poder para decretar o fim do recesso do Parlamento, reabrindo-o no início de setembro. Essa providência, ainda que superficial em relação ao conjunto do AI-5, era condição necessária para qualquer iniciativa de restabelecimento da ordem institucional.[24]

No dia 26 de agosto o presidente reuniu-se no Laranjeiras com os ministros militares e ouviu que eles se opunham à providência.[25] "O Lyra também falou que é contra. Eu queria vê-lo afirmando isso na Associação Brasileira de Imprensa, na frente daqueles jornalistas todos", comentara Costa e Silva.[26] O general Garrastazu Médici, feito comandante do III Exército depois da promoção de março, também achava que o Congresso devia continuar fechado.[27]

Costa e Silva tivera um abalo nervoso enquanto visitava sua cidade natal, no Rio Grande do Sul. Emocionado, não conseguira responder a um discurso de reminiscências infantis feito por um orador local. Padecera uma sucessão de resfriados, continuava hipertenso, e ouviam-no caminhar pelo quarto durante a madrugada.[28] No dia 15 de agosto, despachando com o ministro Costa Cavalcanti, do Interior, o presidente mostrara-se baqueado.

> — Tens muitos papéis para examinarmos? — perguntou.
> — Não, nenhum. Vim apenas conversar com o senhor — respondeu o ministro.
> — Ótimo. Não estou bem. Daqui a pouco vou-me embora para o Alvorada, descansar.[29]

Uma semana depois, Costa Cavalcanti voltou ao despacho. Costa e Silva disse-lhe que estava bom: “Creio que era gripe”. Não parecia. Na tarde de 25 de agosto, depois de despachar no palácio da Alvorada, o ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, estava no carro com seu chefe de gabinete, o diplomata Italo Zappa, e disse-lhe: “O presidente se queixa de uma gripe, mas eu acho que não é gripe. É algo pior”.[30]

Às dezessete horas da quarta-feira, 27 de agosto de 1969, um dia depois da reunião com os ministros militares, a anarquia que por cinco anos tivera seus altos e baixos entrou no período mais caótico de sua trajetória. Costa e Silva estava em seu gabinete com o governador Otávio Lage, de Goiás. É do jornalista Carlos Chagas, secretário de Imprensa do Planalto, a narrativa do que sucedeu:

> O presidente ouvia o governador, mas já sem falar. Olhar atento, indicou com a mão o andar de cima, onde se localizava o gabinete do ministro Rondon Pacheco [chefe do Gabinete Civil], com quem ele deveria discutir o problema de natureza política. Otávio Lage fez mais uma pergunta: “Qual o rumo a ser seguido pelos governos estaduais no caso das revisões das aposentadorias em que se constatasse contagem do tempo em dobro relativo ao exercício de mandatos eletivos?”.
>
> Ao final da indagação, segundo suas próprias palavras, notou que o presidente sofria algo estranho. Não conseguia atinar para o sentido do assunto que lhe era apresentado. (...) Menos de um minuto se passou assim.
>
> O marechal, consciente do que acontecia, mostrou grande constrangimento. Conseguindo articular algumas palavras, pediu que o governador tratasse da matéria com o ministro da Justiça.[31]

Levou-o à porta e, pouco depois, disse ao seu ajudante de ordens: “O Dr. Otávio Lage vai pensar que eu fiquei maluco. Durante algum tempo não consegui dizer coisa com coisa e houve até um certo momento em que nem sequer consegui falar”.[32]

Lage, na realidade, já estava no quarto andar, avisando a Rondon Pacheco que o presidente não estava bem. O marechal autodiagnosticou-se (“falta de açúcar”), pediu uma bala de mel e despachou doze processos. Desceu à garagem e foi para o Alvorada. Decidiu descansar e foi ver um faroeste italiano, mas sentiu-se tonto e saiu no meio.[33]

O presidente da República, homem de 67 anos, perdera momentaneamente a fala. Um governador percebera seu descontrole e avisara ao chefe do Gabinete Civil. Ele próprio dissera ao ajudante de ordens e ao consultor-geral da República que não estivera falando coisa com coisa. Tudo isso resultou no seguinte esforço médico: o capitão Helcio Simões, do serviço de saúde da Presidência, foi mandado ao Alvorada e lá submeteu o marechal a um eletrocardiograma, tirou-lhe a pressão (14 por 9) e concluiu que se tratava de um processo de estafa.[34] A perda da fala, comunicada pelo presidente a Simões, é indicativa — em qualquer idade — de alguma complicação neurológica. Depois do jantar o marechal voltou a sentir-se mal. Faltou-lhe novamente o controle da voz. Fizeram-lhe outro eletro, tomaram-lhe de novo a pressão, e, pela segunda vez, diagnosticou-se estafa.

Na manhã seguinte Costa e Silva disse ao general Portella que estava fatigado, com a cabeça pesada. Combinaram que ficaria em repouso no Alvorada. Fez-se o terceiro eletrocardiograma, e pela terceira vez a pressão do marechal foi considerada satisfatória. Exames neurológicos preliminares fortaleceram no capitão a ideia da estafa, mas o presidente estava inquieto: “Mesmo assim, não estou satisfeito. Imagine, eu que sempre chamo os outros de pessimistas, hoje sou a própria encarnação do pessimismo”.[35] A imprensa foi informada de que o presidente estava gripado.

* * *

Magalhães Pinto acertara. Era coisa mais grave. O organismo de Costa e Silva acusava uma isquemia cerebral. Ao contrário do derrame, no qual a irrigação do cérebro é prejudicada pelo rompimento de um vaso, o que pode ocorrer em qualquer idade, na isquemia a circulação é interrompida por uma obstrução resultante do processo de arteriosclerose. Esse tipo de acidente neurológico é consequência de um processo degenerativo. A conduta médica decidida no palácio era apenas temerária. Iniciada a complicação neurológica, com os recursos da época ela haveria de cumprir seu ciclo mesmo que o marechal tivesse sido levado a um hospital. Resolveram mantê-lo no Alvorada, onde estava vulnerável a pressões emocionais.

O próprio repouso tornou-se falso. Portella foi ao palácio, tratou de assuntos administrativos com o presidente, e, mais uma vez, ele se queixou do general Aragão. Passaram-se 24 horas, nenhum neurologista o examinou, nenhuma providência médica foi sugerida. Costa e Silva contara ao capitão Simões tudo o que sentira. O médico fizera seu relato ao general Portella, e o chefe do Gabinete Militar, em copas, disse-lhe que ficasse de plantão.

Se a saúde do presidente exigia que o capitão ficasse ao seu lado, por que não foi tomada nenhuma providência adicional? Nas suas memórias o general Portella diz dez vezes em cinco páginas que entre a noite de quarta-feira e o fim da tarde de quinta o médico Helcio Simões lhe assegurou que o caso de Costa e Silva não era grave.[36] Só à noite ocorreu a Portella a ideia de discutir o caso com o ministro da Saúde, o neuropsiquiatra Leonel Miranda, dono de um próspero hospital carioca. Essa conversa, segundo revelou mais tarde, levou-o a mexer na rotina da vida do palácio, antecipando a viagem do presidente ao Rio de Janeiro, programada para o dia seguinte. O que assustou o general foi a observação do ministro de que,

dada a idade do doente, “poderia tratar-se de algo mais grave”. A idade do marechal não era nova nem seu conhecimento era exclusivo do ministro.

Depois do jantar — passadas pelo menos 27 horas do primeiro aviso — Costa e Silva estava diante da televisão do Alvorada quando se voltou para o capitão-médico e, espantado, apontou para a própria garganta. Era a segunda vez que perdia a fala. Deram-lhe remédios, aplicaram-lhe uma injeção, e minutos depois estava restabelecido.

> — Não será derrame o que estou sentindo? — perguntou o presidente.
> — Não, senhor. Derrame não é. Mas vamos apurar tudo direitinho — respondeu o médico.[37]

Costa e Silva foi dormir, e Helcio Simões ficou na antecâmara. Às 3h45 da sexta-feira, 29, o capitão teve um sobressalto. A luz do quarto acendera-se. O presidente estava mudo, de vez. “Não houve regressão alguma”, rabiscou num bilhete. Voltou para a cama e adormeceu. Haviam-se passado 35 horas desde o primeiro acidente neurológico quando se acionou o dispositivo de emergência do Planalto, a fim de que Costa e Silva pudesse decolar para o Rio de Janeiro o mais depressa possível, ainda pela manhã.

A partir desse momento o general Jayme Portella de Mello assumiu a direção da maior farsa registrada até então na história do Brasil. Ela se deu em dois sentidos. Primeiro pelo ludíbrio, escondendo-se ao país o que sucedia no palácio. A sociedade podia não merecer atenção, mas esconderam-se os fatos também ao governo, que deveria merecer confiança. Ainda que não se confiasse no governo, escondeu-se a verdade até mesmo à família, que merecia piedade. Quando o filho do presidente foi informado de que algo ia mal com seu pai, já se tinham passado mais de 37 horas do primeiro aviso neurológico.[38]

Mudo e pálido, o marechal chorou quando o carro se afastou do Alvorada. Perdera boa parte da mobilidade do braço direito. Haviam lhe enrolado um cachecol que cobria até a ponta do nariz, ocultando a deformação provocada pela paralisia de sua face direita e sugerindo a afonia gripal. Nesse simulacro, fizeram papel de bobos o vice-presidente, Pedro Aleixo, o ministro Jarbas Passarinho, o general Orlando Geisel e os comandantes militares que foram despedir-se dele no aeroporto. Costa e Silva viajou deitado na sua cabine do BAC One-Eleven, tomando oxigênio. No outro lado do avião, Portella informava ao seu colega Rondon Pacheco, do Gabinete Civil, que a gripe tinha piorado. No aeroporto, Rondon dissera a Pedro Aleixo que o presidente ligara um ventilador perto das costas, tomara um golpe de ar e sofrera um espasmo. Ambos mentiam, mas, à diferença de Rondon, Portella tinha um propósito.

Seu segundo movimento deu-se no sentido da usurpação. Completaram-se 48 horas do primeiro insulto, já estava claro que o presidente sofria as consequências da isquemia, e uma junta médica o esperava no Rio de Janeiro. Não num hospital, mas no palácio Laranjeiras. Abraham Ackerman, o mais renomado neurologista do país, examinou Costa e Silva e comunicou a Portella que o caso era grave. Dentro de algumas horas o acidente neurológico haveria de chegar ao clímax, paralisando todo o seu lado direito. Recomendou que o removessem para uma casa de saúde. Leonel Miranda estimou que a recuperação do presidente levaria, na melhor das hipóteses, de um a dois meses. Portella decidiu que o marechal deveria permanecer no palácio.

Ele próprio explica: “Havia uma razão maior para não se tirar o Presidente do Palácio, porque ali, além de ser seu posto, a Nação saberia que ele estava vivo. Quem fosse substituí-lo seria apenas um governante transitório, e aquele Palácio estaria sendo a sede do Governo Federal. E mesmo que o prazo de recuperação demandasse mais tempo, ninguém teria a audácia de afastá-lo do Palácio”.[39]

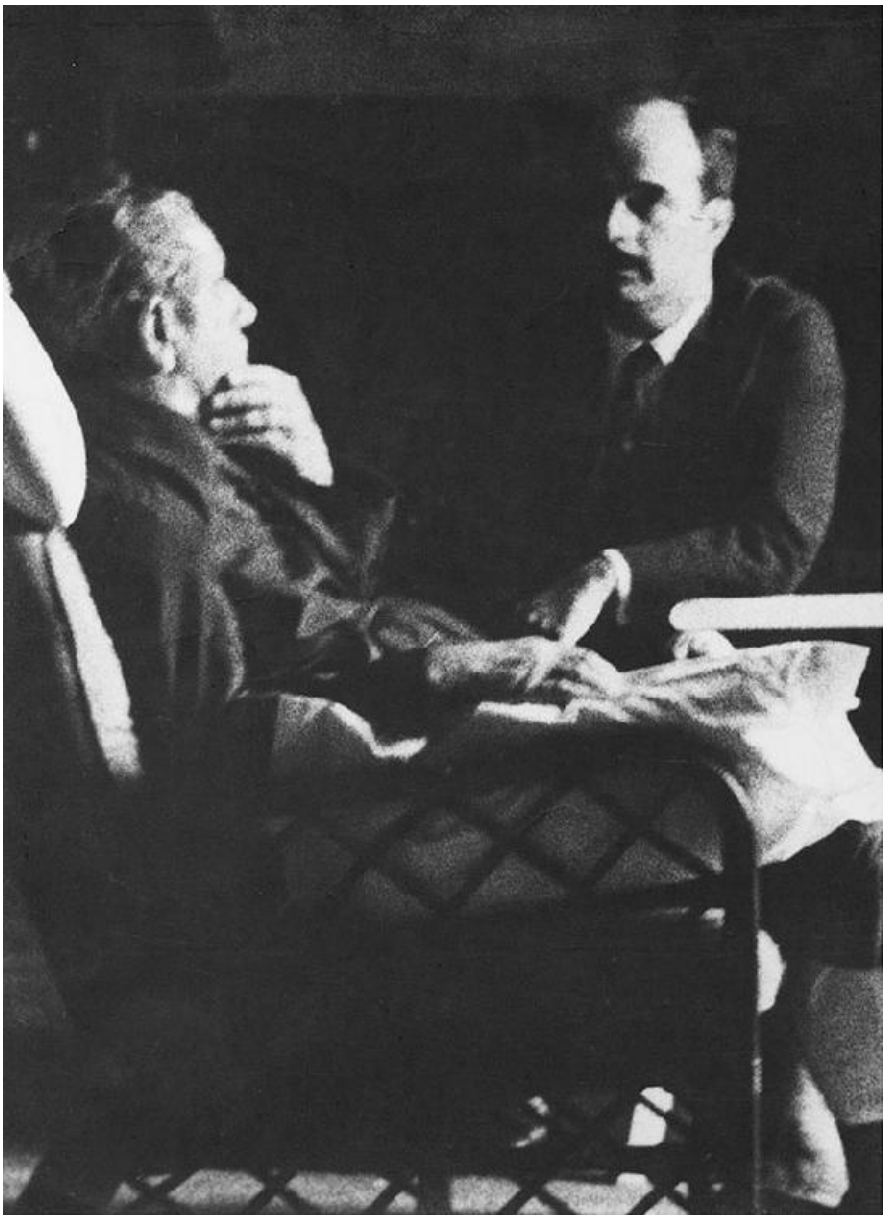
* * *

Quando amarrou a trombose política que paralisaria o país à permanência de Costa e Silva no palácio, Portella tinha perfeita compreensão da incapacidade do marechal. Perseguia dois objetivos. Primeiro, queria impedir que o vice-presidente Pedro Aleixo assumisse o cargo. Depois, pretendia que a substituição do presidente fosse declaradamente transitória. Manobra complicada, pois a melhor maneira de manter a provisoriedade da substituição era cumprir a lei e empossar Pedro Aleixo. Portella teve a ideia de proclamar uma Junta, composta pelos três ministros militares.

Diante do ministério e sob o olhar do general Jayme Portella (fardado), os ministros militares assumem o exercício da presidência. Costa e Silva, entrevado, está no andar de cima do palácio. Afora a família, só Portella o vê. O general acompanhará todos os despachos da Junta.

Para discutir tão arrojada manobra, chamou ao Laranjeiras precisamente os três cidadãos que sorteara. Eles acharam a ideia boa. Portella lembrou-lhes o precedente histórico da Regência Trina Provisória de 1831, instalada depois da abdicação de d. Pedro I.[40] Não se sabe se os três aceitaram o paralelo histórico, mas é certo que eles não estavam ali para mostrar que tinham aprendido suas lições do curso primário. Afinal, a Regência Trina se denominava provisória porque seria substituída por outra, permanente. Destinara-se ao oposto do que os quatro oficiais-generais maquinavam. Enquanto no Império se tratava de dirigir o país à espera de que o príncipe Pedro de Alcântara, uma criança de cinco anos, atingisse a maioridade, na ditadura de 1969 tratava-se de proclamar a minoridade do vice-presidente Pedro Aleixo, de 68 anos.

A encenação da normalidade prosseguia. A mulher de Costa e Silva, Yolanda, foi a um jantar na casa do pediatra Rinaldo De Lamare, e Portella foi comer na casa do empresário *Carlô* Marcondes Ferraz. Uma cama de hospital entrou despercebida pela porta dos fundos do Laranjeiras. Às quatro da manhã de sábado, 57 horas depois do primeiro aviso, a isquemia cerebral devastou o presidente. Ele não conseguia mais se levantar. Tinha todo o lado direito paralisado e perdera a capacidade de comunicação, não só pela voz, como também por expedientes como o uso do teclado de uma máquina de escrever ou a escolha de letras numa folha de papel.[41]



Setembro de 1969. A única cena fotografada de Costa e Silva depois da isquemia cerebral. Ele está em seu quarto do Palácio Laranjeiras, com o médico da Presidência. Apesar de a fotografia sugerir alguma normalidade, o marechal está mudo e com o lado direito do corpo paralisado.

Portella reuniu-se novamente com os três ministros militares. Já haviam combinado duas trapalhadas — impedir a posse do vice-presidente e substituir Costa e Silva por uma trinca — quando se decidiram por uma terceira: ir buscar numa reunião do Alto-Comando das Forças Armadas a legitimidade do mandato. Composto pelos ministros fardados, pelo chefe do

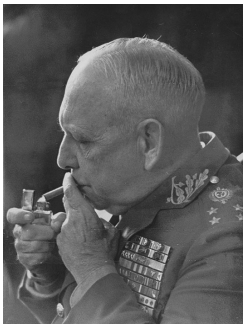
EMFA e pelos chefes de estado-maior de cada Força, esse Alto-Comando só se reunira uma vez. Como a Constituição, existia só no papel. Os sete oficiais-generais encontraram-se à noite no palacete Laguna, que no Império hospedava o mordomo de d. Pedro II, a meio caminho entre o Maracanã e a praça da Bandeira. Era uma assembleia bizarra, pois cada ministro, além de beneficiário da deliberação, era superior hierárquico do seu chefe de estado-maior. O único sem chefe nem cargo à vista era Orlando Geisel, do EMFA. Feita a proposta, combateu-a. Não queria a posse de Pedro Aleixo, mas não concordava com a trindade, pois a História lhe ensinara que os triunviratos se esvaem em crises e acabam com o poder empalmado por uma só pessoa. Portanto, sugeria que houvesse um só substituto, fosse quem fosse. Rademaker contestou, o chefe do EMFA insistiu, e foi-se à votação: 6 × 1. Estavam eleitos os três regentes: Augusto Rademaker, Aurelio de Lyra Tavares e Márcio de Souza e Mello.[42]

Na manhã de domingo tocou o telefone guardado numa casinhola do fundo do corredor do apartamento de Ernesto Geisel. Era seu irmão Orlando avisando que “Costa e Silva tivera um troço”. Horas depois estava providenciado um fio de extensão, e o 247-8912 foi transferido do nicho em que estivera por quase vinte anos para a mesa de cabeceira do general. Assim, ele poderia falar sem sair da cama, onde penava sua hepatite.[43]

Logo depois do café da manhã o general Jayme Portella chegou à casa do ex-ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva, a poucos quarteirões de distância de Geisel. A essa altura o boato da morte de Costa e Silva já passara pelo palácio do Planalto, pela embaixada americana e até pela quadra de tênis da Associação Atlética do Banco do Brasil. Medeiros, redator do AI-1, não sabia de nada. Na noite anterior um oficial do Gabinete Militar havia lhe telefonado, perguntando se estaria em casa no dia seguinte, nada mais. A conversa foi rápida. Portella pediu a Medeiros que redigisse uma justificativa e um ato institucional, o 12º, para empossar a Junta. Deixou uma folha de papel com várias recomendações. Uma delas

dizia: “Não tocar no restabelecimento constitucional”.[44] [*Veja o documento*] Em menos de meia hora, Medeiros redigiu a lápis, com sua letra miúda, arrazoado e ato.[45]

Levado ao quartel-general, o ex-ministro tirou a encomenda de sua pasta preta e entregou-a a Lyra Tavares. Deu-se uma rápida conversa e Medeiros ponderou: “Esta é a parte fácil. Depois é que virá a difícil, pois poderá ser necessário escolher um substituto definitivo”. O ministro do Exército, de charuto em punho, rebateu: “Está tudo muito bem equacionado”. Desde 1937, quando datilografara em segredo o texto da Constituição do golpe de 10 de novembro, Medeiros tinha experiência com quarteladas. Achou preocupante a calma de Lyra e ridículo o charuto.[46]



Aurelio de Lyra Tavares

Horas antes o general Affonso de Albuquerque Lima dera ao seu ajudante de ordens um texto para ser datilografado, com muitas cópias. Era o primeiro panfleto da crise. Nele o ex-ministro do Interior, líder da linha dura, encarnação da crítica militar à decadência do governo de Costa e Silva, e candidato à sua sucessão, argumentava que “os três ministros militares, se forem integrar o Comando Revolucionário ou a Junta Militar, deverão ser substituídos em suas pastas”. Albuquerque Lima era o general com maior liderança sobre a parte politicamente ativa da oficialidade. Isso não fazia dele o general com maior prestígio na tropa, mas lhe dava a primazia na capacidade de criar problemas nos quartéis. Em poucas horas a

ideia segundo a qual deveriam ser escolhidos novos ministros militares já tinha o apoio de dois membros do Alto-Comando do Exército: Syseno Sarmento (comandando a guarnição do Rio) e Moniz de Aragão (comandando sua máquina de escrever). Aragão foi ao chefe do Estado-Maior do Exército e recitou seu discurso contra a Junta, mas o extrovertido general Muricy cortou-o: "Aragão, devemos estar preparados para engolir sapos, Aragão, e em posição de sentido!".[47]

A crise começava a corroer a manobra de Portella precisamente no seu ponto mais débil: a legitimidade militar dos ministros. O impedimento de Pedro Aleixo era fava contada. Portella já grampeara seu telefone, vigiara sua casa e remetera a Brasília o avião presidencial com a tarefa de trazê-lo ao Rio, onde poderia escolher entre a resignação em seu apartamento ou o protesto na cadeia.[48] Pedro Aleixo foi levado para o Arsenal de Marinha. Lá, os três ministros militares disseram-lhe que assumiriam o governo no seu lugar. "Lamento", respondeu o vice-presidente, "não pelo que me causará de mal, mas pelo mal que causará ao país."[49] Pediu para voltar a Brasília, os ministros responderam que iam pensar e depois mentiram afirmando que o avião estava em pane. Ele chegou a dizer que poderia tomar um voo comercial, mas acabou ficando no seu apartamento de Copacabana, cuja portaria estava ocupada por agentes do CIE. Portella, temendo que Pedro Aleixo quisesse ir para a capital, onde suspeitava que poderia ser montada uma cerimônia de posse, mandou vigiar os aeroportos e as estradas, pondo de sobreaviso o comandante militar de Brasília.[50]

Aquele domingo de sol já tinha programação farta. À tarde a companhia do San Carlo de Nápoles cantava a ópera *Nabucco* no Teatro Municipal enquanto no Jockey Club corria o Grande Prêmio Brasil. No Maracanã, um gol de Pelé (o 979º) derrotou a seleção do Paraguai e garantiu a ida do Brasil à Copa do México, no ano seguinte. No quartel-general, o comandante do I Exército, Syseno Sarmento, presidia uma assembleia de oficiais. Ao saber disso, o general Muricy tomou o elevador e foi à toca da

onça. Expôs a situação, respondeu a perguntas e ouviu um veredicto de Syseno: “Aceitamos a decisão porque não desejamos criar problemas maiores. (...) no entanto, fica uma palavra: outros fatos consumados não serão aceitos de forma alguma”.[51]

À noite o ucasse dos ministros militares foi lido para uma cadeia de rádio e televisão. Nove meses e sete atos depois do AI-5, o barítono saía de cena, deixando o Brasil sob o governo da mais folclórica das figuras do golpismo latino-americano: uma junta militar.

1 Para o sequestro de Lacerda, John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: 1960 -1977, p. 176.

2 John W. F. Dulles, *Castello Branco, o presidente reformador*, p. 157.

3 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 721.

4 Transmissão da Agência Nacional, de 20 de maio de 1969. Texto recolhido em inglês.

5 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 723.

6 Carta do general Moniz de Aragão ao ministro Lyra Tavares, de 22 de maio de 1969, em Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 241-2.

7 Idem, de 30 de junho de 1969, em Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 247-50.

8 *O Estado de S. Paulo*, 23 de maio de 1969.

9 *Resistência*, 25 de junho de 1969. AA. Ver também o depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 4, fita 51, p. 5.

10 A fotografia está em Hernani d’Aguiar, *Ato 5*, p. 55.

11 Duas folhas marcadas com “confidencial”, que circularam na Casa Branca por ocasião da visita de Costa e Silva a Washington, em janeiro de 1967. DEEUA.

12 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 765-6.

13 Idem, p. 778. Para as três informações divulgadas pelo SNI, Hernani d’Aguiar, *Ato 5*, p. 269.

14 Costa e Silva convidou Lyra para o STM no dia 30 de dezembro de 1968. Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 689.

15 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 768.

16 Carta do general Moniz de Aragão ao ministro Lyra Tavares, de 10 de julho de 1969, APGCS/HF. Ver também Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 252.

17 Carta do general Moniz de Aragão ao ministro Lyra Tavares, de 17 de junho de 1969, em Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 243-6.

18 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 770-1.

19 *Brazil, The Road to Dictatorship*, “Intelligence Memorandum” da CIA, com onze folhas, de 23 de dezembro de 1968. BLBJ.

20 Carta do general Moniz de Aragão ao ministro Lyra Tavares, de 10 de julho de 1969. APGCS/HF. Ver também Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 251-4.

21 Eram o ministro da Justiça, Gama e Silva, o chefe do Gabinete Civil, Rondon Pacheco, o ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, e os juristas Carlos Medeiros Silva, Themístocles Cavalcanti e Miguel Reale. *A Constituição que não foi*, pp. 8-13.

22 Artigo 187. "Emenda nº 1, de … de … de 1969", em *A Constituição que não foi*, p. 296. A data foi deixada em branco, à espera da assinatura de Costa e Silva.

23 O artigo 182 do projeto diz: "O Presidente da República, quando considerar de interesse nacional, fará cessar, mediante decreto, a vigência de qualquer ou de todos os dispositivos constantes do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e dos demais atos posteriormente baixados". *A Constituição que não foi*, p. 295. Para a discussão do tema na Comissão, idem, pp. 188-9.

24 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 60; Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 781; e Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, p. 300.

25 Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, p. 299.

26 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 25-6.

27 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 783.

28 Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, p. 304.

29 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 32-3.

30 Italo Zappa, fevereiro de 1988.

31 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 37-8. Registre-se aqui o valor histórico do trabalho desse jornalista que, na época, servia como secretário de Imprensa da Presidência da República. Publicado pouco depois dos acontecimentos, passou anos proibido pela Censura. A narrativa de Chagas, depois de superar as dificuldades criadas pelos mistérios da época, sobreviveu também ao tempo.

32 Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, p. 306.

33 Para a bala e para a tonteira no meio do filme, Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, pp. 306-7. Para o filme, Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 40.

34 Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, p. 307.

35 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 42.

36 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 803-7.

37 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 44.

38 Pela narrativa de Carlos Chagas, Álcio Costa e Silva foi chamado ao Laranjeiras, a pedido de sua mãe, em torno das nove horas da manhã de sexta-feira. Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 55-6. Yolanda, que estava no Rio, pode ter sido informada algumas horas antes. Até as onze horas da noite anterior, nada lhe haviam dito. Idem, p. 56.

39 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 813.

40 Idem, p. 815.

41 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 67.

42 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 824.

43 Amália Lucy Geisel, julho de 1991. A filha de Geisel não tem certeza a respeito da data do telefonema. Poderia ter sido um dia antes, no sábado. Por falta de outra indicação de que Orlando Geisel tenha sabido da isquemia antes da reunião do palácio Laguna, achei mais provável que o telefonema tenha sido dado no domingo.

44 Uma folha de papel manuscrita pelo general Jayme Portella em papel timbrado do Gabinete Militar. AA.

45 Cinco folhas manuscritas de Carlos Medeiros Silva. AA.

46 Carlos Medeiros Silva, 31 de agosto de 1969.

47 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 83 e 94.

48 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 825-6. Para o grampo, Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 91.

49 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 92.

50 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 832.

51 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 94.

O grande golpe

“Vamos agarrar esse cara!”, disse *Valdir*.[1]

Foi a mais original e bem-sucedida de todas as ideias da esquerda brasileira nos anos 1960.

Valdir e *Vitor* caminhavam numa manhã do início de agosto pela pequena e tranquila rua Marques, em Botafogo. Eram da Dissidência Universitária da Guanabara.[2] *Valdir* vinha a ser Franklin Martins, filho do senador Mário Martins, um respeitado udenista que se mantivera ao largo da ditadura. *Vitor* era Cid de Queiroz Benjamin, filho de um coronel reformado. Ambos estavam nos seus vinte anos e tinham saído da militância radical de uma das melhores escolas do Rio de Janeiro, o Colégio de Aplicação, na lagoa Rodrigo de Freitas.

Os dois jovens tinham uma ideia fixa: soltar Vladimir Palmeira, capturado em Ibiúna e condenado a trinta meses de prisão. Haviam pensado num golpe de mão, mesmo num atentado, mas até o início daquela caminhada colecionavam apenas sonhos. Foi quando *Vitor* comentou que todos os dias o “cara” saía de sua mansão tropical a poucos quarteirões, passava pela rua Marques e ia para o Centro da cidade.

O “cara” era o embaixador americano Charles Burke Elbrick, um diplomata de 61 anos a caminho da aposentadoria depois de uma carreira modesta. Com seus cabelos gomalinados parecia um médico de filme argentino. Servira em Lisboa no início da década e estimulara um golpe militar fracassado contra a ditadura do professor Antônio de Oliveira Salazar.[3] Falava bem o português e chegara ao Brasil havia dois meses.

Procurava costurar uma reaproximação com Costa e Silva, que maltratara o seu antecessor desde o dia em que ele ousara almoçar com Carlos Lacerda. Tinha uma mulher que assombrava festas com seus turbantes coloridos e uma filha que as encantava com blusas diáfanas.

Charles Burke Elbrick e sua mulher, Elvira (Elfie).

A ideia do sequestro foi levada a Vladimir Palmeira, na prisão, por Vera Sílvia Magalhães, a *Marta*, estudante de economia, 21 anos, morena de traços tão belos quanto serenos. Ele se assustou: “Seria um genocídio. Vão morrer todos”.[4] Ela própria, porém, verificaria que a operação parecia mais fácil do que se supunha. Foi ao portão da casa dizendo-se empregada doméstica à procura de emprego e teve a sorte de achar um Don Juan na chefia da vigilância. De olho na jovem, por três vezes mostrou-lhe os jardins, os carros e os hábitos de Elbrick.[5] O carro do embaixador não tinha escolta nem blindagem. Com as portas destravadas, fazia sempre o mesmo percurso, à mesma hora.

A Dissidência ofereceu parceria à ALN, e uma ficou com o trabalho logístico ao passo que à outra coube o comando da ação em si. No dia 2 de

setembro, enquanto a Junta Militar divulgava um boletim médico informando que o estado de saúde de Costa e Silva conservava as "perspectivas favoráveis ontem anunciadas" (no dia anterior não havia sido anunciada perspectiva favorável alguma), três quadros da ALN seguiram de São Paulo para o Rio. No dia seguinte chegou o líder do grupo, Joaquim Câmara Ferreira, o *Velho*, segundo homem do marighelismo, histórico militante do PCB. O sequestro seria comandado por *Jonas* (Virgílio Gomes da Silva), 36 anos, um operário com o nariz amarrotado de ex-boxeador, veterano da primeira leva enviada a Cuba, chefe do Grupo Tático Armado, o GTA, e instrutor das turmas que a ALN treinava num sítio em Ribeirão Preto.

Na manhã de 4 de setembro, uma quinta-feira, os dez integrantes do comando estavam nos seus postos quando um olheiro percebeu a aproximação de uma limusine preta com placa do corpo diplomático. Fez o gesto combinado e pouco depois, desesperado, sinalizou a sua anulação. No carro ia o embaixador português, quindim da grã-finagem carioca e vizinho do americano. Elbrick saíra mais cedo. Esperaram que reaparecesse na volta do almoço, em torno das 14h30. Uma senhora da vizinhança desconfiou daqueles rapazes rondando a rua e telefonou para a polícia, temendo que fossem ladrões de automóvel. Não foi levada a sério.[6]

Quando o Cadillac de Elbrick entrou na ratoeira, *Vitor* manobrou seu Volkswagen, como se o estivesse tirando da vaga. O motorista do embaixador parou. Dois integrantes do GTA da ALN saltaram sobre o carro. Espremeram o chofer no banco da frente e Elbrick no de trás. Foram até uma pequena rua próxima, onde trocaram o carrão por uma Kombi. O embaixador tentou fugir durante a baldeação, mas *Jonas* deu-lhe uma coronhada na testa, e enfiaram-no debaixo de uma lona. No Cadillac ficaram o motorista e um manifesto, redigido por *Valdir*. Ele informava: "A vida e a morte do Sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender

a duas exigências o Sr. Burke Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária".[7]

Pediam a libertação de quinze presos e a divulgação do panfleto pelas principais emissoras e jornais. Davam 48 horas de prazo ao governo para abrir as negociações e permitiam-se uma ironia: "Os quinze companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados. Esta é uma 'situação excepcional'. E nas 'situações excepcionais' os juristas da ditadura sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu agora na subida da junta militar".

Italo Zappa dividia um bife com o chanceler Magalhães Pinto no Itamaraty quando foi chamado ao telefone. Era o ministro-conselheiro da embaixada americana, William Belton, dizendo que Elbrick fora "roubado". Zappa chegou a pensar que ele estivesse brincando.[8] A essa altura o embaixador continuava debaixo da lona e a Kombi já fora guardada na garagem de uma casa da rua Barão de Petrópolis, do outro lado dos quatro quilômetros do túnel Rebouças. Menos de um mês depois da ideia de *Valdir*, sem maiores preparativos e numa temerária operação que consumiu vinte minutos entre a hora em que o Cadillac foi invadido e o momento em que a Kombi chegou ao aparelho, o "cara" estava agarrado.

"Meu Deus, sequestramos o embaixador dos Estados Unidos", disse *Honório*, o suposto inquilino da casa.[9] Era o jornalista Fernando Gabeira, 26 anos, redator do *Jornal do Brasil*, que havia alguns meses desaparecera do serviço, dos bares e dos cinemas da moda.

* * *

A Junta, o governo e o país estavam perplexos. A Polícia do Exército viu-se diante do que parecia um lance de sorte. Pelo menos um dia antes do sequestro, havia sido preso, nas proximidades da casa do embaixador, um suspeito de 28 anos com impressionante prontuário. Era Roberto Cieto,

ladrão, viciado em drogas, fugido da penitenciária Lemos de Brito com seis marinheiros, numa operação apoiada por ex-sargentos.[10] Deveria separar-se do grupo, mas preferira acompanhar a aventura dos colegas de fuga. Vivera algum tempo como *Pancho*, num projeto de base guerrilheira nas matas próximas a Angra dos Reis. A sorte o ajudara a sair do mato antes da chegada dos fuzileiros navais que desbarataram o dispositivo do MAR, mas subitamente lhe faltou. Estava na carceragem da PE quando começou a mobilização policial para descobrir a cafua do embaixador e a identidade de seus sequestradores.

Interrogaram-no durante três horas, no máximo. Às 18h40 ele morreu de pancada. O cadáver tinha o olho direito roxo, com um corte na pálpebra, e ferimentos na testa, no tórax, num braço e numa perna. Foi sepultado como suicida. De acordo com as versões oficiais, era o 17º do regime, o sétimo a se enforcar numa cela, o sexto a fazê-lo num quartel. Segundo o laudo da perícia, asfixiou-se sentado.[11]

Cieto nada tinha a ver com o sequestro. E se tivesse? E se dissesse onde estava o embaixador?

No dia seguinte ao sequestro o governo já sabia que Elbrick estava guardado no casarão de número 1026 da rua Barão de Petrópolis, no Rio Comprido. Os serviços de informações da Marinha e do Exército receberam a pista de uma vizinha que estranhara o movimento na casa. Quando o CIE chegou, o Cenimar já estava nos arredores. Não podia haver sorte maior: tinham-se passado pouco mais de 24 horas, e o esconderijo dos sequestradores fora localizado. [*Veja o documento*]

Na noite do dia 5, dois agentes bateram à porta da casa. Lá dentro ouviu-se um assobio. Elbrick, trancafiado num quarto, de cuecas e camiseta, viu um revólver apontado para o seu peito. Três sequestradores alinharam-se com as armas voltadas para a porta e outro atendeu os visitantes, ambos corpulentos, cabelos curtos.

— Boa noite — disse um deles —, o senhor mora aqui?
— Boa noite. Moro sim.
— É que nos convidaram para jantar e nos deram este endereço. O senhor mora sozinho?
— Deve ser engano (...)
— O senhor tem telefone?
— Não.
— Então está bem. Até a próxima. Desculpe o incômodo...[12]

Descontadas as simulações, esse diálogo entre *Honório* e os visitantes poderia ser refraseado assim:

— Boa noite, nós somos do CIE. Tenente-coronel Iris e major Boscardini. O embaixador dos Estados Unidos está aí?
— Está. Sou o Fernando Gabeira, podem me chamar de *Honório*.
— Podemos telefonar?
(As chances de um casarão como aquele não ter telefone eram as mesmas de não ter água.)
— Não. Aparelho não tem telefone.
— Então está bem. Vamos esperar aqui por perto.

O tenente-coronel Iris Lustosa telefonara para o chefe do CIE, coronel Adyr Fiúza de Castro, avisando: “A casa é quente”. Fiúza foi ao general Lyra Tavares e informou: “Posso vigiar, posso invadir, posso estourar, posso fazer o que o senhor quiser. Agora, o embaixador vai morrer nessa. Vou prender os caras, mas o embaixador vai morrer. Mas o Cenimar já está lá. O senhor não quer se entender com o ministro da Marinha?”. Lyra foi típico: “Não, deixe com o Cenimar”. Fiúza tirou o CIE da raia.[13]

Que os sequestradores tenham levado o embaixador para uma casa recém-alugada sem habituar os vizinhos a uma rotina de movimento, vai por conta da temeridade do grupo. Que a Kombi em que Elbrick foi levado para a Barão de Petrópolis tivesse sido vista pelo chofer do embaixador durante o seu transbordo, vai por conta de um planejamento descuidado. Essas foram as imprevidências dos sequestradores, mas foram bem maiores os erros de seus perseguidores, que agora estavam diante de um caso profissionalmente complexo no qual bater em preso não bastava.

O cerco ao esconderijo mobilizou agentes do Cenimar e uma tropa da Companhia de Polícia do Batalhão de Comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Planejou-se um estouro do aparelho com duzentos homens, bazucas, bombas de gás e dois helicópteros, mas essa operação nunca saiu do papel. A passagem do CIE pelo aparelho servira apenas para alertar os sequestradores de que estavam localizados.

A Junta dispunha de 48 horas para abrir as negociações, mas na noite da quinta-feira, quando mal se esgotara a quinta parte do prazo, autorizou a leitura do manifesto nas rádios e televisões. Antes que o prazo chegasse à metade, o governo anunciou que cedia na troca dos presos. À Junta convinha livrar-se do problema tão rápido quanto lhe fosse possível, pois além do embaixador sequestrado tinha outra panela queimando no fogão: Costa e Silva, paralítico e mudo, continuava no palácio, diversas guarnições exigiam que o poder fosse passado a um novo mandatário, e os generais estavam metidos num conclave papalino para sua escolha. Além disso, no início da noite, o ministro-conselheiro William Belton foi ao chanceler Magalhães Pinto com um telegrama do Departamento de Estado em que o governo americano instruía-o a “reiterar vigorosamente nosso desejo de que o governo brasileiro atenda às exigências dos sequestradores” para libertar Elbrick.[14]

O que a Marinha podia fazer? Segundo Cid de Queiroz Benjamin, o *Vitor*, se a casa fosse invadida, assassinar Elbrick “teria sido um grande

constrangimento". Ainda assim ele se convenceu de que *Jonas*, o comandante do sequestro, mataria o embaixador.[15] Essa suposição tem amparo estatístico: de 1970 a 1982, de cada cem pessoas sequestradas, nove morreram, a maioria delas durante as operações de resgate.[16] Nos anos seguintes, as forças especiais de diversos países desenvolveram uma técnica de negociação que encerrou inúmeros sequestros com a libertação dos reféns e a prisão dos criminosos sem um só tiro ou tapa.[17]

O comandante do I Exército, general Syseno Sarmento, que 48 horas antes reunia oficiais para discutir a legitimidade da Junta, reapareceu no papel de porta-voz da anarquia, indo ao Laranjeiras para informar aos ministros militares que seus oficiais não admitiam a troca dos prisioneiros.[18] O comandante da Vila, João Dutra de Castilho, dizia que "o governo não deve ceder às exigências dos raptores. (...) O endurecimento deve ser desde já executado, mesmo com o sacrifício do representante dos Estados Unidos".[19] Na Brigada Paraquedista, praticamente rebelada desde o nascimento da Junta, houve quem defendesse a execução dos quinze presos, na Cinelândia, um a cada hora. O adido do Exército americano, coronel Arthur Moura, procurou o comandante do Grupo de Artilharia da brigada. Era o coronel Dickson Grael, um voluntarioso veterano da linha dura, e se manteve na posição, argumentando que Elbrick já vivera 61 anos.[20] [*Veja o documento*]

A rebelião dos paraquedistas foi uma amostra do metabolismo da anarquia militar. A inconformidade de generais como Syseno e Dutra de Castilho era produto da indisciplina instalada nas bases de seus comandos. Para não serem ultrapassados, levavam as pressões à Junta, como se delas fossem porta-vozes, quando na realidade eram corretores. É provável que os oficiais descontentes não soubessem que o aparelho de Elbrick fora localizado, mas é difícil que um hierarca como Syseno Sarmento também estivesse no escuro, quer pelo acesso que tinha à Junta, quer pelas conexões existentes entre o seu estado-maior e o Centro de Informações do Exército.

Descontados os oficiais e sargentos da Marinha que rondavam a casa fotografando seus ocupantes, ninguém se aventurou no vespeiro da Barão de Petrópolis.

Os oficiais indisciplinados orientavam astuciosamente sua valentia. Na Aeronáutica, o brigadeiro Burnier chamou ao seu gabinete o major Murillo Santos, comandante do 1º Esquadrão do 1º Grupo de Transporte, da base aérea do Galeão. Disse-lhe que temia um acidente com os presos durante o voo que deveria levá-los ao México. O major fez que não ouviu. Ex-ajudante de ordens do presidente Castello Branco, Murillo selecionou uma tripulação de sua confiança e improvisou um código baseado em nomes de equipamentos de voo. Se o rádio do Hercules C-130 recebesse ordens de qualquer fonte que não fosse a central de comunicações da base do Galeão, seu comandante abriria o envelope com as novas instruções: deveria comunicar a interferência ao comando do esquadrão e navegar pelo código do major. Se alguém o mandasse mudar a rota, deveria seguir em frente.[21]

O fim do sequestro do embaixador americano: treze dos quinze presos que iriam para o México, na base aérea do Galeão. Agachado, no centro, está Vladimir Palmeira. Com os punhos levantados, mostrando as algemas, José Dirceu.

Os paraquedistas que ameaçaram tomar a base aérea do Galeão acabaram tomando um objetivo militarmente mais modesto: a estação transmissora da Rádio Nacional, em Parada de Lucas, onde a guarda não somava dois faxineiros. Interferiram na transmissão e leram um "comunicado à nação brasileira" em nome da "tropa paraquedista e outras tropas rebeladas" chamando a libertação dos quinze presos de "medida impatriótica" e dizendo-se "dispostos a fazer o maior dos sacrifícios, em nome de Deus e do Brasil, acima de tudo".[22] Puro teatro. Nem insurretos estiveram, visto que no dia seguinte todos foram ao quartel.

O mau humor dos paraquedistas resultou numa reunião em cujo término, por unanimidade, os oficiais da infantaria aeroterrestre resolveram que no dia seguinte não desfilariam na parada de Sete de Setembro. Dickson, com o apoio dos oficiais da artilharia, solidarizou-se com a indisciplina e manteve seus soldados no quartel. Foi de lá que assistiu ao desfile onde viu a tropa da infantaria paraquedista, unânime e garbosa, marchando pela avenida Presidente Vargas em continência à Junta.[23] A invasão de um próprio federal, a transmissão pirata, o descumprimento de ordens e o desacato às autoridades custaram ao coronel quinze dias de prisão e uma transferência para o Rio Grande do Sul. Saiu barato, sobretudo sabendo-se que um mês antes o Superior Tribunal Militar condenara a um ano de prisão um frei capuchinho acusado de ter insultado as Forças Armadas durante um sermão na sua pequena igreja do interior nordestino.[24]

Haviam se passado dois dias da captura de Elbrick, e faltavam quinze minutos para o final do Fluminense × América. Os sequestradores tinham visto as fotografias dos quinze presos depois de seu desembarque na Cidade do México. Haviam vencido. Faltava apenas o último lance da aventura, que, pelas circunstâncias, tornara-se o mais arriscado. Tratava-se de cumprir o compromisso, libertando o embaixador, mas sabiam que estavam cercados. O prisioneiro barbeou-se, *Honório* deu-lhe uma gravata nova porque a sua se manchara com o sangue da coronhada, e vendaram-no.

Desceu a escadaria da casa e sentou-se no banco de trás de um Volkswagen. Nele iam dois sequestradores. Atrás, no Volks de escolta, mais três, uma submetralhadora e uma granada. O terceiro carro, que deveria se desligar do cortejo logo que lhe fosse possível, levava uma tripulação que se espalharia pela cidade.

A Barão de Petrópolis estava esquisita, com diversas camionetes Rural Willys estacionadas. O comboio saiu, e as camionetes também. O trânsito ia lento, e ainda não havia sido percorrido o primeiro quilômetro quando uma Rural fez a manobra perfeita e se interpôs entre o carro onde ia Elbrick e aquele que lhe dava cobertura, seccionando o cortejo. Os sequestradores que iam atrás estavam isolados, com a Marinha de Guerra à frente e às costas. Tentando recuperar a posição perdida, os ocupantes do segundo Volks prepararam suas armas.

Há duas versões para a cena em que se resolveu esse pastelão. Segundo *Valdir*, que estava na escolta, o líder do grupo ordenou que abrissem caminho a bala: "Aí eu pensei que ia morrer. A granada ia destruir o carro deles, o nosso e metade do quarteirão. Não houve, porém, o confronto armado. Era dia de grande jogo e o trânsito na Tijuca estava tumultuado. Na confusão a Rural perdeu o carro do embaixador e [a escolta] se perdeu do carro dos agentes. (...) Estávamos todos salvos".[25] A segunda versão, fornecida por dois oficiais da Marinha, é de que a Rural sofreu uma avaria mecânica ou teve um pneu furado.[26] As duas versões convergem numa só realidade. O carro do embaixador seguiu em paz até o local onde viriam a desová-lo. Os demais, que se separaram do cortejo, seguiram seus cursos sem serem molestados.

É razoável supor que a Marinha tenha campanado o aparelho de Elbrick durante cerca de 24 horas sem varejá-lo por acato à decisão do governo. Isso explicaria por que a casa não foi invadida e até mesmo por que o comboio não foi atacado antes que a Rural cortasse o caminho da escolta. A partir desse momento qualquer patrulha da PM seria capaz de perseguir os

outros dois veículos, ou pelo menos um (aquele que logo se separou do grupo), sem ameaçar o carro que libertaria o embaixador numa rua escura da Tijuca. Mas na noite de sábado, 6 de setembro de 1969, durante aqueles quinze minutos em que os sequestradores e o Cenimar dividiram a pista da Barão de Petrópolis, a “tigrada” miou.

* * *

O sequestro de Elbrick foi a mais espetacular das ações praticadas pela luta armada brasileira. Seu efeito político foi desmoralizante para o regime, tanto pela publicidade que a audácia do lance atraiu como pela humilhação imposta aos chefes militares, que, tendo atropelado a Constituição, viram-se encurralados por alguns jovens de trabuco na mão. Para a Junta, porém, o episódio foi um bálsamo. Pusera em plano secundário a discussão da sua origem mambembe. Olhada de fora, ela parecia tão forte que só uma ação audaciosa e atrevida como o sequestro a abalaria. Olhada por dentro, ela estava tão fraca que o sequestro lhe deu forças e até mesmo o mandato para presidir a troca. Mais: ofereceu-lhe o papel maternal de mediadora entre a ameaça terrorista e a intransigência teatral dos paraquedistas. Transformou-a na única fonte legítima de poder num país perplexo, sem presidente nem Congresso.

A vitória dos sequestradores é um divisor na história do surto terrorista brasileiro. De um lado, marca o seu ápice. De outro, revela na sua própria finalidade os ingredientes do desgaste que o corroía. Manobra deliberadamente ofensiva, foi também um instrumento de defesa, destinado a libertar militantes presos. A audácia dos sequestradores indicava o desassombro do grupo, mas a razão que os moveu estava ligada à luta pela sobrevivência.

Tanto Marighella como Lamarca acenavam aos seus militantes com a próxima abertura dos focos rurais, mas seus grupos estavam a cada dia mais

presos nos estratagemas da luta urbana. Suas ações dividiam-se em duas grandes categorias. Numa, ofensiva, geradora de publicidade, estavam os atentados pessoais (dois), sequestros de aviões (dois), atentados a bomba, depredações e atos de sabotagem. Outra, logística, destinava-se a prover as organizações com dinheiro e armas.

Do atentado do aeroporto dos Guararapes, em 1966, ao sequestro de Elbrick, em 1969, quatro em cada dez ações da esquerda armada tiveram uma natureza ofensiva.[27] Algumas foram espetaculares, como o atentado a Costa e Silva, o desmanche do comício de Abreu Sodré, o ataque ao QG do II Exército e a própria captura do embaixador. Outras foram banais, como a colocação de bombas em repartições do governo americano. Num caso, o do cofre de Adhemar de Barros, uma operação destinada a coletar fundos revelou-se prodigiosamente eficaz tanto no aspecto ofensivo (pela publicidade) como no logístico (pelo faturamento). Quando Elbrick foi apanhado, as ações ofensivas e os assaltos tinham passado a marca da centena, levando para a esquerda armada algo em torno de 3,8 milhões de dólares (dos quais 2,6 milhões estavam no cofre de Adhemar).[28]

A ALN beneficiara-se com o retorno da primeira turma que enviara a Havana. Reconstruíra o seu GTA, subdividindo-o em dois grupos. Logo depois, organizou um segundo grupo de fogo.[29] Assaltara bancos, casas de armas e farmácias, estocando dinheiro, armas e remédios. O grupo de Lamarca adquirira desenvoltura com seu quinhão do cofre. Tivera cinco baixas, mas praticara perto de vinte "expropriações" e contava com trezentos militantes.[30] O ex-capitão alvejara a cabeça de um guarda-civil durante um assalto simultâneo a dois bancos na rua Piratininga, em São Paulo. A operação rendeu muita publicidade, sobretudo para a mitologia do renegado, mas acabou em prejuízo. Um dos bancos tinha o cofre trancado e o outro, o caixa vazio. Fechada a conta, arrecadaram-se menos de duzentos dólares.[31] Lamarca fizera uma plástica da qual saíra com o nariz menor. Entrevistado pela revista chilena *Punto Final*, anunciava: "Estamos dando

os primeiros passos numa guerra que será longa e dolorosa". Concluía repetindo o mote da organização: "Ousar lutar, ousar vencer".[32]

A Dissidência Universitária limpara bancos, um carro-forte e um bar em Ipanema. Em pequena escala, reproduzira o ataque ao cofre de Adhemar, mandando à casa do ex-deputado Edgar de Almeida um crítico de arte e uma equipe de supostos fotógrafos da revista *Realidade*. Fariam uma reportagem com a sua coleção de quadros. Havia perto de vinte pessoas em casa, e foram todas alinhadas para uma foto quando das caixas de equipamento saíram revólveres. O ex-deputado passou mal, e um dos visitantes, acadêmico de medicina, teve a gentileza de chamar o Prontocor antes de ir-se embora. O novo cofre, mais magro, valeu 78 mil dólares.[33]

O governo também tivera seus sucessos. Recapturara 350 quilos de dinamite, duzentos de munição e 46 armas. Em agosto já identificara 370 pessoas ligadas de uma maneira ou de outra a organizações armadas, 112 estavam sendo processadas (só cinco tinham mais de trinta anos), e perto de duzentas haviam sido presas.[34] As notícias trazidas dos cárceres determinaram uma nova conduta para a esquerda armada. A guerrilha, a tomada do poder e a construção do socialismo passaram para segundo plano, ofuscadas pela tortura. O manifesto dos sequestradores de Elbrick refletia essa ansiedade: "Queremos advertir a todos aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros que não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Quem prosseguir torturando, espancando e matando, ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente".[35]

A tortura amedrontava quem estava de fora, inibindo o recrutamento e os simpatizantes. Ao mesmo tempo, impunha um sentimento de covardia aos quadros que, mesmo tendo decidido sambar, começavam a pensar em ir embora. Afinal de contas, uma coisa seria saltar de uma organização em colapso, outra mudar de vida enquanto o companheiro de aparelho estava pendurado num pau de arara. "Vingar esses crimes, eliminar os

torturadores. A sua maldade não pode ficar impune", pensava Alfredo Sirkis, o *Felipe* da VPR.[36]

* * *

Acabara-se o tempo em que assaltar um banco era quase tão fácil quanto descontar um cheque. Terminara também a época em que se capturava esquerdista com voz de prisão. O resultado dessas duas inversões refletiu-se no número de mortos produzido pela violência política. Em 1968, o governo matara onze pessoas desarmadas na repressão às passeatas, enquanto a esquerda fizera oito cadáveres, seis fardados, dois dos quais em atentados pessoais.[37] O ano de 1969 haveria de ser o único de todo o período ditatorial em que o número de mortos da esquerda empataria com o de policiais e guardas privados. Morreram dezenove de cada lado.[38] Isso nunca havia acontecido, nem voltaria a acontecer.

As circunstâncias das mortes de 1969 tinham a marca da ferocidade dos choques. Dos dezessete mortos no ano anterior, catorze foram assassinados sem perceber que corriam risco de vida. Em 1968, nem a estudante Maria Ângela Ribeiro poderia supor que seria morta quando entrou numa passeata, no Centro do Rio, nem o capitão Chandler julgava-se em perigo ao sair de sua casa, em São Paulo. Em 1969, esse quadro mudara: 29 das 38 vítimas viram-se em situações violentas antes de serem assassinadas. Tanto Marco Antônio Brás de Carvalho, o comandante do GTA da ALN, deveria saber que corria riscos ao procurar em casa seu colega que faltara a um "ponto", como os guardas bancários sabiam que corriam riscos quando tentavam impedir os assaltos.

O manifesto dos sequestradores de Elbrick pretendera amedrontar a "tigrada", mas o efeito da vitória dos terroristas foi um previsível fortalecimento do aparelho de segurança do regime. Os descuidos passaram a custar mais caro. Em menos de uma semana caíram três raios.

O primeiro bateu na trave. Já na manhã de 7 de setembro apareceu um encanador no aparelho de um dos sequestradores, uma quitinete na Glória. Lá estava hospedado *Jonas*, o comandante da captura de Elbrick. Desconfiado, passou o dia na rua. Na mosca. Ninguém foi preso. Varejou-se o apartamento e apreenderam-se os documentos tirados da pasta do embaixador, as gravações de suas conversas com os sequestradores e os dólares roubados ao ex-deputado Edgar de Almeida.[39]

Os dois outros raios foram certeiros. Antonio Freitas Silva, o *Baiano*, falso jardineiro da Barão de Petrópolis, recortara um anúncio de quarto de aluguel da edição do *Jornal do Brasil*. A Marinha vasculhou o aparelho, achou o jornal velho, viu o buraco, descobriu o anúncio cortado, foi à pensão onde ele se abrigara e apanhou-o. Claudio Torres da Silva, o *Pedro*, que participara do sequestro e dirigira o carro na operação de desova do embaixador, deixara um paletó no aparelho. Era roupa feita, com etiqueta. O alfaiate tinha registro de sua clientela, e no dia 9 *Pedro* estava preso. Em menos de uma semana outros sete (seis dos quais da Dissidência) haviam sido identificados.[40] O *Jonas* da ALN ainda era um mistério.

Ele estava em São Paulo, envolvido no planejamento de um novo golpe. Reuniria os dois subgrupos do GTA da ALN numa só operação, em que depenaria simultaneamente quatro bancos da avenida Alfonso Bovero. Tarefa para trinta atiradores, quarenta militantes na rede de apoio e dez automóveis. Feito isso, terminaria a fase urbana daquele grupo de combatentes. Embarcariam para o sul do Pará, onde começariam a trabalhar o foco rural. Receberiam o reforço de 28 quadros treinados em Cuba e, logo que possível, tomariam a cidade maranhense de Imperatriz.[41] Marighella preparava a remessa de uma terceira turma de estagiários a Havana.

Ia tudo muito bem até que dois militantes da ALN, cada um por sua conta, roubaram uma placa e um carro. Um tirou uma placa de um Volkswagen branco. Outro roubou um Volkswagen branco e jogou a sua placa fora, colocando no lugar a nova. A troca, destinada a impedir a

identificação do veículo, transformara um Volks branco em outro Volks branco.[42] No dia 24 de setembro o carro estava estacionado na alameda Campinas quando alguém desconfiou e a sorte faltou à ALN. A alguns passos, à mesma hora, achou-se outro veículo roubado. Dezenas de policiais, entre eles o delegado Fleury, espalharam-se pela vizinhança, e quatro militantes da ALN caíram na arapuca. Manoel Cirilo de Oliveira Neto, o *Sérgio* da equipe do sequestro de Elbrick, abriu caminho a bala. Luiz Fogaça Balboni, 24 anos, estudante da PUC, morreu com um tiro no pulmão. Terminado o tiroteio, a polícia limpou a cena e horas depois capturou mais dois combatentes.

Pela primeira vez a ALN levava um golpe do tamanho daquele sofrido pela VPR em janeiro, quando foram capturados os pintores do caminhão do sítio de Itapecerica da Serra. Os resultados seriam semelhantes. A ofensiva da Oban rendeu 26 prisões, treze aparelhos e o esclarecimento de trinta ações ocorridas em São Paulo.[43] Em pouco mais de uma semana o GTA estava desestruturado.

A Oban chegou a *Jonas* em três dias e três lances.[44] Ele entrou na rua Tutoia no dia 27 de setembro e lá desapareceu. Virgílio Gomes da Silva foi o primeiro preso a sumir após a edição do AI-5. A partir dele alterou-se no léxico do idioma o significado da palavra *desaparecido*. Deixou de designar algo que se perde de vista para qualificar os cidadãos assassinados em guarnições e valhacoutos militares cujos cadáveres sumiam. Do que lhe aconteceu na Tutoia restam os depoimentos de dois presos.

Seu irmão, Francisco Gomes da Silva, capturado dois dias antes, contou em juízo que viu Virgílio “com as mãos algemadas para trás, enfrentando cerca de quinze pessoas, dando-lhes pontapés e cuspindo neles ao mesmo tempo em que era cuspido e agredido por todas aquelas pessoas, até que uma delas lhe deu um pontapé na cabeça, produzindo um ferimento bastante grave”. Outro preso revelou que estava numa sala da Oban quando Virgílio foi trazido, arrastado, sangrando. Descreveu a cena: “Viu baterem

com a cabeça de *Jonas* no chão diversas vezes, presumindo que quando *Jonas* saiu daquela sala estivesse morto".[45]

Horas depois o major Benoni de Arruda Albernaz, chefe da equipe A de interrogadores da Oban, disse na carceragem que Virgílio fugira. Albernaz tinha 36 anos, saíra aspirante no último terço de sua turma e fizera toda a carreira em São Paulo. Na tarde de 31 de março de 1964 servia no CPOR e declarou-se fiel à legalidade.[46] No dia seguinte, e por muito tempo, mudou de ideia. Divertia-se dizendo aos presos que, por ser muito burro, precisava ouvir deles respostas muito claras. Tinha na sala um telefone de magneto que era usado para "falar com Fidel Castro", metáfora para a aplicação de choques elétricos.[47] "Quando venho para a Oban, deixo o coração em casa", explicava às vítimas.[48]

Na manhã de 29 de setembro, quando os assassinos de *Jonas* sumiram com o seu cadáver, o Alto-Comando do Exército reuniu-se no Rio de Janeiro. Depois de um mês de anarquia, os generais de quatro estrelas acabaram com a Presidência de Costa e Silva. Seu Arthur, paralítico e mudo, continuava recluso nos seus aposentos do Laranjeiras. De seu poder nada sobrara. Os colegas mandaram que o Tesouro lhe garantisse um salário de ministro do Superior Tribunal Militar e pagasse as contas médicas. Teria o palácio por *ménage* e honras de chefe de Estado. Terminara o segundo governo da Revolução.

1 Entrevista de Franklin Martins e Vera Sílvia Magalhães ao *Jornal do Brasil* de 3 de setembro de 1989, pp. 8-9, reportagem de Roni Lima.

2 Segundo Vera Sílvia Magalhães, em entrevista à jornalista Helena Salem, a Dissidência tinha quarenta militantes e trinta simpatizantes. Em Vários Autores, *Versões e ficções*, p. 62.

3 Para a relação de Elbrick com o golpe fracassado de 1961, Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 51.

4 Entrevista de Vera Sílvia Magalhães ao *Jornal do Brasil* de 3 de setembro de 1989, p. 8.

5 Entrevista de Vera Sílvia Magalhães a Helena Salem, em Vários Autores, *Versões e ficções*, p. 66.

6 Trata-se de Elba Nizia Cardoso Souto-Maior, mulher de um oficial de Marinha. *O Estado de S. Paulo*, 6 de fevereiro de 1992.

7 Aurelio de Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, vol. 2, p. 282.

8 Italo Zappa, março de 1990.

9 Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, p. 108.

10 *Dossiê dos mortos e desaparecidos*, p. 31, e Branca Eloysa (org.), *Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*, p. 171. Ver também Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 470-3.

11 *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1994. O laudo informa que Cieto foi encontrado no banheiro de uma cela da PE, em "suspensão parcial", "sentado no piso". Segundo as versões oficiais, desde 1964 enforcaram-se em celas de quartéis os seguintes presos: Elvaristo Alves da Silva, Severino Elias de Melo, Milton Soares de Castro, Higino João Pio e Severino Viana Colon. Numa cela do DOPS mineiro teria se enforcado João Lucas Alves. Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 462, 572, 467, 573, 297 e 296.

12 Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, p. 120.

13 Para a identificação dos dois oficiais e para o telefonema do tenente-coronel, depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 53.

14 Telegrama do Departamento de Estado à embaixada no Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1969. National Archives. Em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d122>.

15 Entrevista de Cid de Queiroz Benjamin ao *Jornal do Brasil* de 3 de setembro de 1989, pp. 8-9, reportagem de Roni Lima. Em agosto de 1994 Franklin Martins revelou ao autor sua convicção de que numa situação-limite o embaixador seria executado. Fernando Gabeira, em março de 1994, disse ao autor que *Jonas* procurara evitar quaisquer contatos pessoais com Elbrick. Com base nessa observação, acreditava que ele mataria o embaixador.

16 Arthur J. Alexander, "An economic analysis of security, recovery, and compensation in terrorist kidnapping", em Brian M. Jenkins (ed.), *Terrorism and personal protection*, p. 298.

17 Paul Wilkinson, *Terrorism and the Liberal State*, p. 135.

18 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 844.

19 *Informação 769 / 69*, do comandante da 1ª Divisão de Infantaria, general João Dutra de Castilho. *Jornal do Brasil*, 17 de setembro de 1989.

20 *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1989. Quando essa informação foi publicada, Grael estava morto. Moura, vivo, não a desmentiu. O *New York Times* de 10 de setembro de 1969 publicou uma narrativa de uma discussão havida com um dos defensores da execução (por enforcamento) dos presos. O oficial brasileiro, não identificado, teria dito que se o governo brasileiro devia ceder para salvar a vida de um americano, os Estados Unidos deviam sair do Vietnã para salvar a vida de duzentos a cada dia. A execução de prisioneiros foi defendida publicamente no ano seguinte pelo ex-chanceler Vasco Leitão da Cunha. *Veja*, 15 de abril de 1970.

21 Brigadeiro Murillo Santos, maio de 1991.

22 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 131. Para o texto do comunicado, transmissão da Rádio Nacional, de 7 de setembro de 1969. Texto recolhido em inglês.

23 *Jornal do Brasil*, 17 de setembro de 1989.

24 Telegrama da Agence France-Presse, de 5 de agosto de 1969. Para o caso, Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 125.

25 Depoimento de Franklin Martins ao *Jornal do Brasil* de 3 de setembro de 1989.

26 Comandante Francisco Sérgio Bezerra Marinho, chefe da seção de operações do 1º Distrito Naval, 1975. Capitão de mar e guerra João Batista Torrens Gomes Pereira, 1970 e março de 2001.

27 Levantamento do autor.

28 Segundo *Veja* de 13 de agosto de 1969, nos primeiros sete meses do ano já teriam ocorrido 53 assaltos. Em outubro de 1969 a Secretaria de Imprensa da Presidência da República divulgou uma nota oficial informando que de 1968 a setembro de 1969 os assaltos a bancos e casas comerciais tinham rendido 4,9 milhões de cruzeiros, o equivalente a 1,2 milhão de dólares. Omitiu o assalto ao cofre do ex-governador.

29 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 167.

30 Panfleto com balanço das atividades da VAR-VPR, cópia existente em 1987 no Departamento de Documentação (Dedoc) da Editora Abril. Nesse documento Lamarca diz que a organização praticou 21 "expropriações" em 1969. Para o número de militantes, Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 148.

31 *Veja*, 14 de maio de 1969, e Ariston Lucena, agosto de 1988.

32 *Punto Final* de 30 de setembro de 1969, citada em despacho da agência Prensa Latina de 3 de outubro de 1969. "Quem ousa, vence" era o mote do Special Air Services, esquadrão antiterrorista da Força Aérea inglesa.

33 Entrevista de Cid de Queiroz Benjamin ao *Jornal do Brasil* de 3 de setembro de 1989.

34 *Veja*, 13 de agosto de 1969, pp. 17-8.

35 Aurelio de Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, vol. 2, p. 283.

36 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 169.

37 Foram vítimas de atentados pessoais o capitão Charles Chandler e o major Von Westernhagen. O soldado Mário Kozel morreu no atentado ao QG do II Exército. Dois soldados da PM paulista (Antonio Carlos Jeffery e Eduardo Custódio de Souza) morreram em furtos de armas, e um sargento da PM carioca (Nelson de Barros) foi atingido por um objeto atirado do alto de um edifício durante uma passeata. Agostinho Ferreira Lima morreu no Amazonas, num roubo de lancha. Estanislau Inácio Correa, quando lhe roubavam o carro.

38 Para esse cálculo vali-me do *Dossiê dos mortos e desaparecidos*; do livro de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, para as vítimas do governo; e de *Rompendo o silêncio*, de Carlos Alberto Brilhante Ustra, para as vítimas do terrorismo. Aos dezenove policiais e guardas somaram-se outros dez mortos. Eram pessoas que não trabalhavam na segurança do Estado ou de empresas. Aí incluem-se três comerciantes, três bancários e um cobrador de ônibus. Da lista de Ustra excluí uma policial, Estela Borges Morato, e um protético, que morreram num tiroteio durante o qual só a polícia atirou, bem como uma parente de terrorista que inadvertidamente detonou uma bomba.

39 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 184-5. *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1989.

40 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 185. *Jornal do Brasil*, 14 de setembro de 1969.

41 Do depoimento de Washington Mastrocinque Martins, em Luís Mir, *A revolução impossível*, p. 408.

42 Francisco Carlos de Andrade, agosto de 1988.

43 *O Globo*, 24 de março de 1970.

44 *Quedograma*, item 11.

45 Declarações em juízo de Francisco Gomes da Silva e Celso Antunes Horta. *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 351.

46 General Rubens Resstel, setembro de 1988.

47 Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, pp. 156-7.

48 Depoimento de frei Tito de Alencar Lima, em Frei Betto, *Batismo de sangue*, p. 261.

Caos de estrelas

Na segunda-feira, 1º de setembro de 1969, houve duas estreias no Brasil. À tarde, no palácio Laranjeiras, começou o espetáculo da rotina de despachos dos "ministros militares no exercício temporário da Presidência da República". (A imprensa estava proibida de usar a expressão "junta militar".) À noite, foi ao ar a primeira edição do *Jornal Nacional*, da Rede Globo.

Eram 19h56 quando o locutor Hilton Gomes anunciou: "O *Jornal Nacional* da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil Novo, inaugura-se, neste momento: imagem e som de todo o país".

O "Brasil Novo" tinha a informar que Costa e Silva apresentara "o primeiro sinal da crise circulatória [na] quinta-feira" da semana anterior. (Foi na quarta.) "Sentiu dor de cabeça e tonteira." (Perdeu a voz.) "Na sexta, chegou ao Rio passando mal." (Chegou com um quadro clássico de isquemia cerebral.) "Passou bem a noite e está em recuperação." (Estava prostrado na cama, tão paralítico e mudo quanto no sábado. Escondia o braço debaixo do travesseiro quando via que iam lhe aplicar mais injeções. Alimentava-se de líquidos e papas.)[1]

O general Jayme Portella, instalado no palácio Laranjeiras, manipulava a "rigorosa censura" imposta aos meios de comunicação para construir duas fantasias.[2] Numa, Costa e Silva melhorava. Tentara obter dos neurologistas Paulo Niemeyer e Abraham Ackerman um boletim anunciando que o marechal ficaria bom em uma semana, mas fora mandado passear.[3] Noutra, a Junta deveria ser aceita como solução perfeita e acabada. O chefe do

Gabinete Militar impressionara-se com os boatos em circulação, acima de tudo com um deles: o presidente tinha morrido, havia sido embalsamado e se queria fazer crer ao público que ele ainda vivia.[4] Entre o boato da rua e o noticiário da imprensa, sedada pelo governo, a mumificação de Costa e Silva estava mais próxima da verdade do que sua recuperação.

O embuste fazia nexo para Portella, com sua teoria da regência trina, e para a Junta, que dela se beneficiava. A presença dos ministros militares no palácio só se justificava enquanto Costa e Silva estivesse em "recuperação". Se ele ficasse bom, tinham de ir embora. Caso seu quadro fosse irreversível, teriam de dar o lugar a um substituto. O general Portella, de cujo audacioso comportamento resultara a própria usurpação, era o virtual governante do país. Os três ministros comportavam-se como figuras eventuais e transitórias, e ele, amigo do presidente entrevado, único estranho à família que ia diariamente ao pé de sua cama, era a ponte que os ligava à continuidade administrativa. Acompanhava pessoalmente os despachos de todos os outros ministros.

Fizera a mágica de tirar uma Junta do quepe, mas sua capacidade de iniciativa se reduzira. Já no dia 2 começaram a chegar más notícias ao Laranjeiras. O chefe do Estado-Maior do Exército, general Antonio Carlos Muricy, defendia a escolha de um novo vice-presidente e propunha a reabertura do Congresso para sacramentá-lo.[5] É verdade que comandava uma mesa, mas o *Capitão* Muricy, além de popular entre os colegas, tinha abertas as portas dos "canis" onde Costa e Silva atirara os generais mais ligados a Castello Branco. Era dos poucos que tratavam Ernesto Geisel por *Alemão*. Tropa quem tinha era Syseno Sarmento, comandante do I Exército. Brigara com Portella nas horas seguintes à edição do AI-5 e chegara a proibir que unidades sob seu comando recebessem presos mandados pelo Gabinete Militar.[6] Articulava a redação de um manifesto de parlamentares pedindo a eleição imediata de um vice-presidente. O texto estava pronto quando o sequestro de Elbrick deu fôlego à Junta.

No dia 5 de setembro, enquanto o chanceler Magalhães Pinto anunciava no Itamaraty que o governo aceitara as condições dos sequestradores, o Alto-Comando do Exército estava reunido do outro lado da rua, no antigo Ministério da Guerra, no Rio. Lyra dominou a pauta. A doença de Costa e Silva, bem como sua eventual substituição, foi tratada de forma inconclusiva. Não se decidiu se o novo presidente receberia um mandato integral, de quatro anos, ou se cumpriria apenas os dezessete meses que restavam ao marechal. Ficou entendido que a escolha seria feita pelo Alto-Comando das Forças Armadas, mas nessa reunião só o general Canavarro Pereira defendeu a reabertura do Congresso para "normalizar a situação institucional".[7] Os boletins médicos e os comunicados do palácio eram róseos. Na véspera o Laranjeiras informara que "a recuperação do presidente está ultrapassando as expectativas".[8] Discutiram-se o terrorismo em São Paulo e o sequestro. Um item, porém, mostrava a verdadeira crise: "Documento que trata da articulação da candidatura do general Affonso de Albuquerque Lima à Presidência da República (trepidação e clima de agitação existentes no meio militar)".[9] [*Veja o documento*]

* * *

Ex-ministro do Interior de Costa e Silva, o general de divisão Affonso Augusto de Albuquerque Lima tinha biografia exemplar. Revoltoso em 1930, reprimira o levante comunista de 1935 no Recife e fizera a Segunda Guerra no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, primeira unidade brasileira a trocar tiros com as tropas alemãs. Aos 21 anos, como tenente, comandara a abertura da estrada Macapá-Clevelândia, na Amazônia. Aos trinta, como capitão, abrira a Joinville-Curitiba.[10] Metera-se em todas as conspirações dos últimos vinte anos, mas guardava uma característica frequente entre os oficiais da arma de engenharia: era a um só tempo radical nas questões políticas e nacionalista nos assuntos econômicos. Participara

da criação da Sudene, dirigira o Departamento Nacional de Obras contra as Secas e chefiara a Divisão de Assuntos Econômicos da Escola Superior de Guerra. Colocado como interventor na Rede Ferroviária Federal por Castello Branco, abandonara o cargo denunciando a corrupção impune e retornara à tropa. Por conta de seus hábitos frugais e de uma enorme paciência para receber oficiais dispostos a discutir política em clima de assembleia permanente, erigira-se em ícone da linha dura. Exercia considerável influência sobre majores e capitães. Fora o mais destacado corretor do apoio dos radicais a Costa e Silva, de quem recebeu o Ministério do Interior como plataforma de lançamento para a sucessão presidencial. Um de seus principais colaboradores civis participara do metralhamento do Congresso da UNE no hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ), em 1962.

Gal. Albuquerque Lima

Expressão do voluntarismo militarista, quase sempre falava em nome de um ente vago denominado “nosso grupo”. Era exacerbado e, muitas vezes, desconexo. Propagava aquele palavrório pomposo que, na anarquia militar, confunde-se com enunciado de propósitos. Em 1967, numa conferência na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, anunciou que “a Revolução é responsável pela criação de um modelo brasileiro de democracia, que deve ser calcada no Nacionalismo, que reprime o comunismo internacional e as ideologias fascistas, colocando o interesse nacional acima de tudo”.[11] Dias antes da edição do AI-5, atacara “padres e

bispos da esquerda festiva que incutem determinados problemas sexuais nos jovens para acabar com a família" e os estudantes "que fazem o jogo dos grandes grupos econômicos".[12] Enaltecia o AI-5 como instrumento "para promover a reforma das estruturas superadas que resistiam aos esforços de atualização pelos caminhos normais". Sugeria o aprofundamento da ditadura, sustentando que as duas sucessões presidenciais seguintes — em 1970 e 1974 — deveriam ser travadas "fora do setor político tradicional ou convencional".[13] Esse enunciado grandiloquente era um jogo de palavras a serviço de sua própria candidatura. Em 1970, no fim do mandato de Costa e Silva, Albuquerque Lima já teria ganho a quarta estrela, habilitando-se a disputar a Presidência, de acordo com a tradição militar de remeter ao Planalto oficiais do último grau da hierarquia. A isquemia do marechal, antecipando a sucessão, apanhara-o no contrapé, com uma estrela a menos no ombro.

Deixara o governo brigando com o ministro da Fazenda, Delfim Netto, e despedira-se denunciando a existência de um clima político que "propicia e coonesta uma verdadeira escalada dos grupos econômicos poderosos, em detrimento mesmo das empresas nacionais sobre as áreas de influência e decisão na formação da política econômico-financeira do país".[14] Remeteram-no à diretoria-geral do Material Bélico, posição influente, mas sem tropa. Sua retórica nacionalista chegara a empolgar alguns pedaços da velha esquerda, encantados com a fantasia de aproveitar a forma da ditadura para trocar-lhe o conteúdo. O jornal clandestino *Resistência* chegou a proclamar: "O general Albuquerque Lima é um patriota e um homem honrado".[15]

Costa e Silva via-o à sua maneira. Sabedor das divergências que o separavam de Delfim, aproveitou um despacho com o ministro da Fazenda e aconselhou-o: "Olha, ele não é tão difícil assim. Você pode empurrar. Empurra que ele vai". Delfim aceitou a receita: "Daí em diante dei uns cotovelaços no Albuquerque Lima, e ele sempre se retraiu. Sempre".[16] Para

o Alto-Comando, a questão era saber se o general podia ou não ser empurrado.

* * *

Na noite de 6 de setembro, enquanto Elbrick era libertado por seus sequestradores e os paraquedistas faziam sua transmissão pirata através da Rádio Nacional, a trepidação era tamanha que o Laranjeiras foi mais uma vez aterrorizado pela ideia de um golpe de mão. O coronel encarregado da segurança do palácio distribuiu submetralhadoras e espalhou sua guarda no meio dos arbustos dos jardins com ordem para abrir fogo ao primeiro movimento suspeito. À meia-noite o céu da Zona Sul do Rio de Janeiro foi tomado por um foguetório. Aviões faziam manobras rasantes sobre Botafogo, Flamengo e Laranjeiras. Era o júbilo pirotécnico pelos primeiros minutos do Sete de Setembro, e o palácio só teve paz quando um telefonema ao Ministério da Aeronáutica determinou a aterrissagem dos aviões, pertencentes à Esquadrilha da Fumaça. Mesmo assim, o general Portella dormiu com um revólver debaixo do travesseiro.[17]

No Alto-Comando falara-se em “trepidação”, e o palácio se defendia como se fora uma fortaleza de bicho, mas a Junta dirigia-se à nação informando que dispunha “do apoio patriótico das Forças Armadas, unidas e coesas”. Cumpria-se assim a escrita da desordem militar. Em todos os idiomas, países e tempos, sempre que os quartéis proclamam sua unidade e coesão, isso significa que carecem de ambas. Pode parecer que esse ardil seja produto da falta de imaginação de generais assombrados, mas há nele uma recôndita sutileza. Quando a hierarquia reitera uma unidade militar que não existe, está enviando um sinal de paz àqueles que a desafiam, oferecendo-lhes a impunidade em troca de uma trégua.

O Grupo de Artilharia dos Paraquedistas mantinha-se em “ordem de marcha”, e o Estado-Maior do Exército distribuía envelopes lacrados para

que os comandantes de unidades indiscutivelmente fiéis se pusessem em movimento na hipótese de uma tentativa de golpe. O próprio Lyra Tavares procurara costurar um acordo com Albuquerque Lima. Mandou-lhe uma carta amável, pedindo-lhe que a amizade dos dois fosse preservada das intrigas da crise. No dia seguinte veio a resposta, respeitosa no tom, devastadora no conteúdo. Albuquerque Lima lastimava que o general Moniz de Aragão (que insultara o ministro) continuasse sem comissão e defendia a "reabilitação" do coronel Francisco Boaventura (a quem o ministro insultara). Até aí o diálogo de Lyra com um três-estrelas refletia as grandes linhas do caos militar presidido pela Junta. Nos demais tópicos a carta indicava o clima de lavanderia a que se havia chegado. Albuquerque Lima denunciava que diversos generais vinham sendo xeretados pela escuta telefônica e vigiados por policiais. Protestava contra a censura à imprensa em geral e em particular contra a supressão do seu nome no noticiário. Sem a reformulação desses pontos, dizia, dificilmente se conseguirá a unidade do Exército.[18]

Todos os grupos metidos na disputa eram a favor de alguma forma de censura à imprensa. Tanto para que fossem publicadas as mentiras que lhes convinham, como para que fossem suprimidas as verdades que os incomodavam. O problema estava no fato de que as mentiras eram conflitantes. A maior de todas, nutrida pela Junta e pelo general Portella, continuava a ser o estado de saúde de Costa e Silva. No dia 10, os ministros militares divulgaram uma nota informando ao país que "o restabelecimento da saúde do Excelentíssimo Senhor Presidente (...) será definido em curto prazo".[19] O ministro da Agricultura, Ivo Arzua, anunciava que Costa e Silva estaria apto para reassumir o governo em sessenta dias.[20]

A teoria da regência trina, pela qual a Junta poderia ficar no poder por vários meses, precisava de duas condições. Numa, Costa e Silva deveria dar sinais progressivos de melhora. Noutra, era necessário que não progredisse no Exército uma forte candidatura à sucessão do marechal. Não aconteceu

nem uma coisa nem outra. O estado de Costa e Silva manteve-se estacionário. Albuquerque Lima avançava. Diante disso, a sobrevivência da Junta passou a ter um custo adicional: paralisava os generais ligados ao palácio e deixava espaço para as articulações do ex-ministro do Interior. Aos poucos o Alto-Comando percebeu que para manter o poder, e cortar o caminho de Albuquerque Lima, era necessário jogar na água os três ministros militares.

O secretário de Imprensa do governo, jornalista Carlos Chagas, ouviu um pedaço de conversa entre os ministros Mário Andreazza e Delfim Netto nos corredores do Laranjeiras. Dizia Andreazza:

> — Não tenho dúvidas de que ele não poderá reassumir. Mas devemos lutar para que dentro de algum tempo possa participar das decisões sucessórias. Ele não merece ver instalado à sua revelia um governo que comece contestando o seu.
> — As repercussões econômico-financeiras de um governo desses seriam as piores possíveis. O país iria à garra, para não falarmos nas repercussões internacionais — respondeu Delfim.[21]

À garra talvez não fosse, mas sem dúvida Andreazza seria mandado à rede de vôlei de praia dos coronéis da reserva e Delfim, devolvido à sua cátedra na Universidade de São Paulo. Circulavam até mesmo alguns nomes do novo governo: Syseno Sarmento, o comandante do I Exército, ficaria com o Ministério do Exército que Costa e Silva lhe negara; Carlos Lacerda seria anistiado e receberia o Planejamento; o coronel Boaventura, reabilitado, ganharia o do Interior.[22] A campanha de Albuquerque Lima ameaçava desbordar a ditadura. O general Rodrigo Octavio Jordão Ramos (cotado para ministro dos Transportes) escreveu a Lyra Tavares pedindo “a reconstitucionalização integral do país” e o “restabelecimento das franquias democráticas”. *R. O.*, como era conhecido, queria que fosse rapidamente

indicado um vice-presidente. Propunha que os generais de quatro estrelas e o comandante militar da Amazônia (ele próprio) encaminhassem uma lista tríplice à Junta. Ela, com a participação do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, selecionaria um dos três e submeteria o seu nome aos Altos-Comandos.[23]

A essa altura o general Portella já havia abandonado os regentes e articulava a substituição da Junta por um vice-presidente com mandato até 15 de março de 1971, dia do fim do governo de Costa e Silva. "O pessoal do Laranjeiras queria ficar. Para isso defendiam o mandato-tampão, porque nesse caso eles continuariam mandando indiretamente e usufruindo as mordomias. Ele garantiria a sobrevivência do pessoal do palácio", explicaria o general Muricy.[24] O candidato era o general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI, comandante do III Exército.[25] De todos os quatro-estrelas, Médici era o que se ligava a Costa e Silva pelos mais afetuosos laços de amizade.

A manobra do palácio para produzir o vice de dezessete meses naufragou na manhã de 15 de setembro, durante nova reunião do Alto-Comando do Exército. Tinham-se passado dez dias desde o último conclave. O debate duraria cinco horas. Lyra Tavares, que havia pedido aos generais opiniões escritas, entrou atirando. Opôs-se ao impedimento de Costa e Silva sustentando que "ele mesmo, que é o chefe da nação, decidirá se terá condições de exercer plenamente os árduos e complexos encargos". Como isso poderia ser feito por um ancião mudo, neurologicamente destituído da capacidade de expressão, o ministro não explicou. "Não cabe ao Exército nem às Forças Armadas, por si sós, tomarem, imediatamente, decisões sobre um assunto naturalmente sujeito a especulações e objeto da ansiedade geral. Nem é para esse fim que estamos reunidos", arrematou Lyra.[26] [*Veja o documento*]

* * *

Deu-se mal. Todos os generais mostraram-se favoráveis ao impedimento. Os mais cautelosos, como Médici, queriam que essa decisão fosse tomada com base num parecer da junta médica. Outros foram mais explícitos. Syseno Sarmento atirou a seco: “O presidente Costa e Silva não poderá reassumir suas funções”. Dava um mês de prazo para que a substituição do marechal estivesse concluída. Canavarro Pereira, do II Exército, foi mais didático: “Será menos prejudicial e muito mais honesto considerar-se o marechal Costa e Silva incapacitado para exercer suas funções do que tentar aguardar o seu restabelecimento, arriscando o futuro da nação”. Muricy pediu pressa: “Há necessidade de se considerar vago, no mais curto prazo, tanto o cargo de presidente como o de vice-presidente”.[27] Também foi a pique a ideia do mandato-tampão amparado na escolha de um vice-presidente. Todos os generais mostraram-se favoráveis a um mandato novo, de quatro anos. [*Veja o documento*]

Faltava o principal: quem e como. Dos oito generais só três — Muricy, Syseno e Isaac Nahon — apresentaram propostas específicas para o processo de escolha. Nahon, obscuro chefe do Departamento-Geral do Pessoal, trouxe a que mais convinha a Albuquerque Lima: cada um dos 239 oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica votaria em três nomes, e aquele que tivesse recebido mais indicações levaria a Presidência. Syseno e Muricy propuseram que o eleitorado ficasse restrito aos onze quatro-estrelas e, com algumas diferenças, fixaram-se num ritual papalino de votações sucessivas até que um nome conseguisse 51% das preferências.[28]

Quatro anos antes, os generais haviam retirado aos brasileiros o direito de escolher o presidente da República. Ora se dizia que isso era conveniente para evitar processos eleitorais em que a escolha acaba limitada a dois demagogos, ora se sustentava que o brasileiro não tinha o discernimento político necessário para decidir coisa tão importante. No fundo, a questão era bem mais simples: os brasileiros não votavam nos candidatos dos generais. Transformado em colégio eleitoral para a escolha de um

presidente da República, o Alto-Comando do Exército fizera uma surpreendente descoberta. Pelos seus critérios, os generais também não sabiam votar, e se uma proposta como a de Nahon fosse aceita, corria-se o risco de que Albuquerque Lima levasse a Presidência da República.

Eram poucos os oficiais das Forças Armadas capazes de aceitar a ideia de que o voto de um mendigo vale tanto quanto o de um general. Da mesma forma, eram poucos os generais em comando de tropa dispostos a admitir que o seu voto valesse tanto quanto o de um colega sem comissão que dividia o ócio entre manhãs na praia e dedos de prosa nas antessalas do quartel-general. Esse conflito era agravado pela hipertrofia da máquina militar baseada no Rio de Janeiro. Lá viviam 79 dos 118 generais, cinquenta dos sessenta almirantes e 49 dos 61 brigadeiros.[29] Muitos deles comandavam mesas. Como havia mais comandantes de mesas que de tropas, o Alto-Comando percebia que seria temerário entregar a escolha do presidente da República a um cenáculo de generais. A sessão terminou com uma decisão: "[A] escolha será feita pelos Oficiais-Generais das Forças Armadas". Como? Isso não resolveram. Limitaram-se a nomear uma comissão para tratar do assunto. Integravam-na os generais Muricy, Médici e Mamede. Tornou-se conhecida como 3M.

Quando chegou ao Laranjeiras a informação de que o Alto-Comando do Exército se decidira pelo impedimento de Costa e Silva, bem como pela sua substituição por um presidente com mandato de quatro anos, o general Portella enfureceu-se. Para sua surpresa, o general Médici, a quem vinha oferecendo a Vice-Presidência, votara pelo mandato integral. Percebera que a Junta era insustentável, que Lyra Tavares perdera o controle do Alto-Comando e que a ideia do vice se carbonizara, mas combatia com o que tinha à mão. No meio da tarde os jornalistas credenciados no Laranjeiras foram surpreendidos pelo aparecimento da mulher do presidente, Yolanda. Ela informava que nos últimos três dias o marido melhorara muito. Diria a mesma coisa ao jornalista Heron Domingues, principal locutor do noticiário

noturno da TV Tupi.[30] Em seguida o ministro Mário Andreazza divulgou uma nota à imprensa dizendo que “qualquer solução precipitada, sem se ouvir o presidente, será simples traição”. Acrescentava: “O Brasil não poderá passar à História como um país que depôs o seu presidente porque ficou doente. É preciso aguardar a possibilidade do seu restabelecimento. A ele caberá a oportunidade de definir. Ele dirá sobre poder ou não continuar”.[31]

O general Syseno atirou de volta. Através do comando da 1ª Região Militar, expediu uma rajada de ordens à imprensa. “Nada sobre Costa e Silva, sua recuperação e as possibilidades de seu retorno ao governo.” “Nenhuma declaração de D. Yolanda sobre o marido.” “Andreazza só pode falar sobre pontes, estradas e portos. Nada sobre política.” Heron Domingues queria ir ao ar com sua entrevista e telefonou ao I Exército:

> — Mas não tem nada de mais no que vou ler! E eu estou coberto pelo general Jayme Portella, que me autoriza a dar estas notícias na televisão!
> — O general Portella não manda nada, nem aqui nem na... — respondeu o oficial encarregado da censura.[32]

Heron insistiu. Telefonou ao Laranjeiras e contou o caso a Yolanda. Ela falou com Syseno Sarmento, ficou com a impressão de que sua entrevista estava liberada, e o jornalista foi ao ar. Mal o programa terminou, o sinal da TV Tupi extinguiu-se. O I Exército desligara sua chave geral. O general João Dutra de Castilho, comandante da poderosa Vila Militar, associara-se à candidatura de Albuquerque Lima.[33] Acabara o vice-reinado do general Portella.

No dia seguinte, preparando-se para uma nova deliberação do Alto-Comando, reuniram-se na residência oficial de Lyra Tavares as juntas militar e médica. (O Laranjeiras não servia porque não se desejava ter

Portella por perto.) Os ministros levavam três perguntas e tiveram três respostas:

> — Há relação de causa e efeito entre os encargos do presidente da República e o mal que o acometeu?
> — A tensão nervosa, o trabalho exaustivo e as fortes emoções que antecederam ao acidente vascular foram, sem dúvida, uma das causas desencadeantes do acidente agudo — responderam os médicos.
> — Qual o prognóstico para uma recuperação completa? Em que prazo?
> — Ela poderá ocorrer, mas não é possível, no momento, com base científica, prevê-la nem avaliar o tempo em que a mesma se processará.
> — O presidente poderá reassumir plenamente as responsabilidades do governo até 15 de março de 1971 sem comprometer a consolidação da sua saúde?
> — Se eventualmente, lúcido como está, ele vier a atingir a recuperação completa, poderá reassumir suas funções, ficando, porém, novamente exposto a situações de estresse que contribuíram para sua enfermidade atual.[34]

No dia 17 de setembro, pela segunda vez em 72 horas, reuniu-se de novo o Alto-Comando. Apesar de ser um órgão colegiado de composição legalmente definida, Lyra Tavares teve de acrescentar três cadeiras à mesa, para generais que nele não tinham assento. Um, Arthur Candal Fonseca, ainda não assumira o comando do IV Exército. Outro, Rodrigo Octavio, nem sequer tinha a quarta estrela. O terceiro, Moniz de Aragão, fora enxotado da sala havia menos de três meses. Com base nas respostas dos

médicos, o impedimento de Costa e Silva tornou-se matéria pacífica. As questões centrais, porém, persistiam: quem? Como?

Setembro de 1969. O Alto-Comando do Exército tornou-se um sacro colégio de generais. Reuniu-se quatro vezes para discutir a crise e escolher o sucessor de Costa e Silva.

Quem, já se sabia. Duas semanas de conciliábulos permitiram que a poeira assentasse. O candidato do Alto-Comando seria um dos onze generais de quatro estrelas. Não podia ser tão ligado a Costa e Silva a ponto de perder o apoio dos generais descontentes com o governo, nem tão ligado aos descontentes a ponto de parecer um candidato de oposição ao marechal. Até porque candidato de oposição já havia, e forte. Era Albuquerque Lima.

Descontando-se Lyra Tavares por desgastado, Candal Fonseca por calouro e Alfredo Souto Malan por estar com um pé na compulsória e outro na candidatura oposicionista, restavam oito.

Moniz de Aragão e Syseno Sarmento brigaram com o governo. Sobravam seis.

Isaac Nahon e Canavarro Pereira eram inexpressivos. Ficavam quatro.

Jurandyr de Bizarria Mamede, Muricy e Orlando Geisel, com suas raízes castelistas, estavam longe do palácio.

Como o general Portella percebera havia mais de uma semana, restava só um: Garrastazu Médici, comandante do III Exército.

Desde o início do ano, quando o presidente facilitara sua promoção e o transferira da chefia do SNI, havia sinais de que ele era a escolha militar do marechal. Cerca de três meses antes o colunista Ibrahim Sued, amigo de Costa e Silva, indicara numa entrevista que Médici seria o próximo presidente da República.[35]

Como? A questão continuava do mesmo tamanho. A comissão dos 3M concebeu um expediente eleitoral. Cada membro do Alto-Comando deveria recolher três nomes entre seus subordinados através de um processo de "auscultação". Não se definiram quais oficiais seriam auscultados, muito menos a metodologia pela qual se faria isso. Nem sequer se esclareceu o que se faria com a lista tríplice. Segundo a exposição feita na reunião do dia 17 pelo general Muricy, relator da comissão, uma vez conseguidos os três nomes, "[o] alto-comando do Exército decidiria quanto à indicação ao alto-comando das forças armadas, ficando claro que não se trataria de uma eleição".[36]

Os registros dessa eleição presidencial resumem-se a pouco mais de uma dezena de folhas, a maioria manuscrita com os garranchos do general Muricy, todas guardadas por ele e posteriormente doadas ao Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da História do Brasil, o CPDoc da Fundação Getulio Vargas. Há ainda um mapa eleitoral feito pelo general Sylvio Frota, comandante da 1ª Região Militar, listando as preferências da guarnição do Rio.[37] Permitem apenas uma visão incompleta do processo. No Exército funcionou um bizarro mecanismo de escolha. Os 118 generais foram divididos em onze distritos eleitorais capazes de assombrar os políticos ingleses do século XIX. O Comando Militar da Amazônia (onde o general Rodrigo Octavio apoiava Albuquerque Lima) ficou na cota de votos do gabinete do ministro. Os dezesseis generais do I Exército e das 1ª e 4ª Regiões Militares foram agrupados num só distrito. Já os catorze do Estado-

Maior das Forças Armadas produziram duas urnas, pois a Escola Superior de Guerra, que fazia parte de sua estrutura, tornou-se autônoma.[38] Houve generais que votaram em três nomes e outros que votaram num só. O Departamento de Provisão Geral, com dezessete generais auscultados, teve mais eleitores que qualquer dos quatro Exércitos. Somando-se os seus votantes aos do Departamento de Produção e Obras, esses dois arsenais de móveis tiveram mais peso (32 auscultados) que todas as tropas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul combinadas (27).[39] No III Exército Médici deixou que seus generais votassem. No Rio, Syseno Sarmento tomou o voto dos generais e ainda permitiu que os comandantes reunissem seus oficiais em caráter consultivo. Muricy espantou-se com o voto dos coronéis: "Nesse caso vamos acabar no cabo. Vamos ouvir o cabo".[40] Uma tabela deixada pelo general Muricy, na qual faltam os dados referentes a dois distritos eleitorais (o gabinete do ministro e o IV Exército), informa que Médici obteve 77 referências na oitiva de 102 generais. Albuquerque Lima ficou com 38 eleitores renitentes.[41] Não eram 38 generais quaisquer, entre eles estavam cinco dos oito comandantes de tropa da 1ª Divisão de Exército, a poderosa Vila Militar.[42] [*Veja o documento*]

O sacro colégio do Exército encontrou-se no dia 29. A reunião ia pela metade. Muricy narrou alguns episódios da trepidação militar da última semana e advertiu sobre a possibilidade de insubordinações entre os capitães e majores partidários de Albuquerque Lima. Os quatro-estrelas tomaram mais uma decisão eleitoral: os nomes seriam recebidos a seco, "sem indicação de prioridade ou preferência entre eles".[43]

Depois de duas horas e meia o Exército produziu seu candidato: Emílio Garrastazu Médici. Havia várias semanas o comandante do III Exército avisava que não aceitaria o cargo. Voltou a insistir. Segundo a ata, "o Sr. General Médici solicitou que se transmitisse ao Alto-Comando das Forças Armadas que, por sua vontade, não desejaria aceitar essa indicação". [*Veja o*

documento] Pela narrativa de Muricy, a cena não teve tanta solenidade: “O Médici disse que só aceitaria ‘como o embaixador americano, cloroformizado e amarrado’. Então, a certa altura, interrompi os debates e disse-lhe: ‘*Milito*: é você o presidente, nem que para isso eu tenha que amarrá-lo e cloroformizá-lo’”.[44]

A Castello Branco a ditadura parecera um mal. Para Costa e Silva, fora uma conveniência. Para Emílio Garrastazu Médici, um fator neutro, instrumento de ação burocrática, fonte de poder. Havia na sua natureza reservada uma surpreendente vocação para a força. Teve uma relação natural com a ditadura, como se ela fizesse parte de um manual de instrução. “Eu posso. Eu tenho o AI–5 nas mãos e, com ele, posso tudo.”

Na Marinha e na Aeronáutica estabeleceu-se o critério de dar voto a todos os oficiais-generais. O ministro Rademaker assegurava aos seus colegas de Junta que levaria o almirantado para o candidato do Alto-Comando do Exército. Garantia precipitada. Ofendida desde o início da República pelo advento da superioridade política do Exército, a velha Marinha Imperial estava aborrecida com a ideia do ministro. Uma parte de sua cúpula preferia Albuquerque Lima. Um almirante de quatro estrelas convocara à sua sala o comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Heitor Lopes de Souza, que tinha apenas três, e comunicara-lhe que a Armada apoiaria o ex-ministro.

— Só se você quiser apoiar. Os fuzileiros ficam com Médici — respondeu Heitor.

— Isso não é uma consulta. É uma ordem — insistiu o almirante.

— Ordem coisa nenhuma. Você comanda uma mesa, e eu comando 15 mil homens.

— Nesse caso, mando prendê-lo.

Estava na sala o almirante Azambuja, chefe do estado-maior de Heitor. Era gago, mas foi breve:

— E eu dou-...lhe u...ma...ma ra...rajada de de me...metra… lhadora.[45]

Reunido o almirantado, Rademaker viu a extensão do seu erro. Albuquerque Lima teve o voto de 37 dos 65 presentes. O impasse foi rompido quando o comandante dos fuzileiros repetiu seu argumento diante de todos os colegas.[46] Fez-se entender, pois numa nova votação, por dois votos de diferença, Rademaker recebeu carta branca para tratar do caso. Na Aeronáutica, Médici ganhou por pequena vantagem.

Costa e Silva tinha razão. Albuquerque Lima podia ser empurrado. Ao longo de três semanas vagara de reunião em reunião tentando o impossível: sair candidato da anarquia, dentro da disciplina. Só reagiu depois que a escolha tornou-se matéria vencida. Escreveu a Lyra Tavares dizendo que "observei um sentimento de repúdio profundo e generalizado de contestação aos métodos adotados e (...) às irregularidades que se caracterizaram". Ameaçava: "Caso os responsáveis pela decisão final não se disponham a ouvir e atender, com realismo e patriotismo, os anseios da maioria das Forças Armadas, não saberemos avaliar os riscos em que a Nação estará incorrendo, quando outros líderes, talvez mais audaciosos e menos precavidos contra as tentações do poder, ousarem ultrapassar os chefes militares".[47]

A malícia de Albuquerque Lima resumiu-se aos truques das vivandeiras do radicalismo militar, por meio dos quais o coronel, general ou ministro vai à tropa, insufla a anarquia, toma o carro e sobe ao palácio pedindo que se faça isso ou aquilo para pacificar os granadeiros. O corretor da indisciplina raramente pede ao governo tudo o que ensinou a tropa a exigir. Busca uma parte, volta aos bivaques, pede compreensão, esfria os ânimos e fatura a crise sem ter corrido nenhum risco, pois, afinal, subiu ao palácio como amigo, para preservar a unidade do Exército.

Esse metabolismo bondoso existiu para consumo interno daquele pedaço da corporação cujas transgressões se davam dentro das disputas da ditadura, mas não vigorou para quem atacava seus crimes. No dia 30 de setembro, a caminho da porta de saída, a Junta liquidou a conta do caso Para-Sar e expulsou da Aeronáutica o capitão Sérgio Miranda de Carvalho. *Sérgio Macaco* não aceitara as sugestões para aquietar-se em nome da unidade da FAB.

Uma semana depois de ameaçar o Alto-Comando com uma rebelião, Albuquerque Lima anunciou seu apoio a Médici, pois se dizia convencido de que seu programa coincidia com trechos dos documentos propostos por ele e outros oficiais nacionalistas.[48] Estava fechado o círculo, faltavam só os arremates.

Muricy recebeu um apelo da família de Costa e Silva e passou a noite de 5 de outubro em claro. No início da manhã do dia 6 ele chegou ao palácio Laranjeiras. Conforme combinara, ia contar ao marechal que seu governo acabara. Ele relata:

> O Alcio, filho do presidente, estava me esperando na entrada. Subimos aos aposentos. Na antessala estava a mulher, Yolanda, e o irmão, Riograndino. A certa altura a Yolanda disse que era preciso fazer um mandato-tampão. Eu respondi: “Yolanda, você esquece que se vier o tampão, virá o Affonso, e você vai ver. (...) A tua vida

> ficará infernal". No quarto ao lado estavam o médico com dois enfermeiros e injeções, prontos para acudirem caso o Costa e Silva passasse mal. O meu medo era que ele tivesse uma coisa enquanto conversava comigo e morresse. Iam dizer que eu o tinha matado. Ele estava sentado na poltrona. O seu olhar mostrava que compreendia o que lhe era dito. Eu entrei dizendo: "Ô, cabo de guerra. Nós queremos ver você recuperado, e para se recuperar, não pode ter preocupações. Continuando presidente, você não se recupera. Estamos pensando muito em poupar você com alguém que seja seu amigo, que seja a sua continuação. Um amigo seu: *Milito*". Ele começou a chorar. As lágrimas corriam do seu rosto. Pegou minha mão e me fez sair do quarto. Voltei para a antessala até que o médico reapareceu e disse para eu entrar de novo. Entrei, falei-lhe umas coisas da Revolução de 32 e disse que precisava sair para ir à missa. Quando saí do quarto, disse ao Alcio: "Está feito, vocês agora me dispensem porque eu não aguento mais isso".[49]

O general Golbery escrevia ao seu amigo Heitor Ferreira: "O homem é o Médici mesmo. (...) Com João a bordo, o que é uma garantia enorme". João era o general de brigada João Baptista de Oliveira Figueiredo, o *Figa*, ex-chefe da Agência Central do SNI, velho colaborador de Golbery. Chefiava o estado-maior de Médici no III Exército e viria com ele para a chefia do Gabinete Militar, arrastando consigo parte do núcleo de oficiais com que trabalhara no Serviço. "Convenhamos que isso dá um gosto tamanho...", orgulhava-se o *Satânico Dr. Gol*. Arrematava com a grande notícia da temporada: " *Alemão* de pé no estribo". O general Ernesto Geisel tinha sido tirado do STM e nomeado presidente da Petrobras, a maior empresa do país.

Os dois fósforos riscados estavam novamente acesos, e Golbery prevenia Heitor: "É bom não espalhar que há muita gente da antiga turma

por lá (Brasília) e por cá. Já não aguento de pedidos a encaminhar".[50]

O Alto-Comando das Forças Armadas indicou o general Emílio Garrastazu Médici para ocupar a Presidência da República. Terminara a mais longa crise de anarquia militar da história do país. Na hora do jantar do dia 7 de outubro os brasileiros, que mal conheciam aquele rosto, ouviram-no por vinte minutos nas rádios e televisões: "Quem semear a violência colherá fatalmente a violência".[51]

Na tarde do dia seguinte, na 1ª Companhia do Batalhão da PE, na Vila Militar, os "rapazes" do Colina foram tirados das celas, postos em fila e escoltados até um auditório. No caminho ouviram uma piada de um cabo: "São esses aí os astros do show?". Era a aula do "tenente Ailton".

1 Script da primeira edição do *Jornal Nacional*, transcrito na revista *Imprensa*, em reportagem de Gabriel Priolli, agosto de 1989, p. 53. Para a situação de Costa e Silva, Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 839 e 841. Para a alimentação e para a reação às injeções, Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 111-2.

2 Para "rigorosa censura", telegrama do ministro Lyra Tavares aos comandos do Exército, de 31 de agosto de 1969. AACM/CPDoc.

3 Informação prestada ao autor por um dos médicos que atendiam Costa e Silva.

4 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 841.

5 Idem, p. 842.

6 Idem, p. 661, e Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 366.

7 Ata da 43ª reunião do Alto-Comando do Exército. AACM/CPDoc.

8 *A Voz do Brasil*, 4 de setembro de 1969.

9 *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. Súmula da 43ª reunião. APGCS/HF.

10 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós- 1930*, vol. 3, pp. 3125 e segs.

11 Recorte de jornal, sem data, encontrado em APGCS/HF.

12 *Veja*, 4 de dezembro de 1968.

13 Idem, 25 de dezembro de 1968, pp. 14 e 18-21, e *O Globo*, 6 de janeiro de 1969. Para declarações semelhantes, ver Hernani d'Aguiar, *Ato 5*, pp. 235-6.

14 Alzira Alves de Abreu e outros (orgs.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós- 1930*, vol. 3, p. 3127.

15 *Resistência*, 9 de fevereiro de 1969. AA.

16 Antonio Delfim Netto, maio de 1988.
17 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 132 e 173.
18 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 134-5.
19 Aurelio de Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, vol. 2, p. 222.
20 Transmissão da agência EFE, de 13 de setembro.
21 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 140.
22 Idem, p. 156.
23 Carta do general Rodrigo Octavio Jordão Ramos ao ministro Lyra Tavares, de 12 de setembro de 1969, transcrita em *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. Anexo 2, referente à ata da 44ª reunião, de 15 de setembro de 1969. APGCS/HF.
24 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.
25 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 868.
26 *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. Anexo à ata da 44ª reunião, de 15 de setembro de 1969. APGCS/HF.
27 *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. Votos dos generais Syseno Sarmento, Canavarro Pereira e Antonio Carlos Muricy. APGCS/HF.
28 Idem. Votos dos generais Isaac Nahon, Syseno Sarmento e Antonio Carlos Muricy. APGCS/HF.
29 *Veja*, 8 de outubro de 1969, pp. 25-6, na reportagem “Um clima de outubro”.
30 Para Heron Domingues, Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 154.
31 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 884.
32 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 154.
33 Idem, p. 195.
34 Carta de Lyra Tavares anexa à ata da reunião do Alto-Comando do Exército de 17 de setembro de 1969. Em *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. APGCS/HF.
35 Entrevista de Ibrahim Sued a *O Pasquim*, nº 1, 26 de junho de 1969.
36 Exposição do general Antonio Carlos Muricy na reunião do Alto-Comando do Exército de 17 de setembro de 1969. Em *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. APGCS/HF.
37 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp. 85, 86, 90 e 91.
38 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 182, e *A guerra das estrelas* (1964 /1984), p. 170.
39 Uma folha manuscrita, com a tabela de resultados da auscultação dos generais. AACM/CPDoc.
40 Depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 4, fita 53, p. 5.
41 Uma folha manuscrita, com a tabela de resultados da auscultação dos generais. AACM/CPDoc.
42 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp. 90-1.
43 Ata da 46ª reunião do Alto-Comando do Exército, de 29 de setembro de 1969. Em *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. APGCS/HF.
44 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.
45 Episódio contado ao autor pelo almirante Heitor Lopes de Souza em novembro de 1969, na presença do almirante Azambuja.

46 Para o resultado numérico, Carlos Chagas, *A guerra das estrelas (1964/1984)*, p. 180. Para a interferência do almirante Heitor, Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 903.

47 Carta de Albuquerque Lima a Lyra Tavares, de 2 de outubro de 1969, em Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, pp. 189-91.

48 *Veja*, 15 de outubro de 1969, pp. 18-25.

49 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

50 Cartas de Golbery a Heitor Ferreira, de 7 de outubro, 10 e 25 de novembro de 1969. APGCS/HF.

51 Emílio Garrastazu Médici, *O jogo da verdade*, p. 17.

Milito, Médice, Médici

Todos os presidentes da ditadura militar repetiram que chegaram ao palácio sem terem desejado o cargo. Em todos os casos, em graus variáveis, isso foi uma falsidade. Deles, o que menos se mexeu para vestir a faixa foi Emílio Garrastazu Médici. Quando seu amigo Costa e Silva perdeu a fala, ele estava no comando do III Exército. Apesar de ser visto desde alguns meses como uma nítida alternativa militar para a sucessão de 1971, era improvável que se impusesse num quadro normal. Na anarquia de setembro de 1969, pareceu talhado para o cargo.

Retraído por temperamento, era um completo desconhecido. Assinava-se Médici, mas o *Almanaque do Exército* listava-o como Médice havia mais de trinta anos. Até chegar à Presidência, era o general Garrastazu, Emílio para os amigos e *Milito* para um punhado de íntimos. Alto e um pouco curvado, nele combinavam-se um rosto sem expressão, olhar atento e voz grave, segura. Tinha 65 anos e a biografia típica de militar do chamado "exército do Rio Grande", turma formada por oficiais que raramente deixam aquele estado e com frequência servem na cidade em que nasceram e se casaram. A vida desse grupo nada tem a ver com a agitação da Vila e as futricas de Brasília. Desde o Império, ao qual deu generais como o marquês do Herval e o visconde de Pelotas, o "exército do Rio Grande" é aquele pedaço da corporação onde o oficial melhor se integra na sociedade civil. Não fica na cobertura, como em alguns estados do Nordeste, nem no térreo, como em São Paulo.

Emílio Garrastazu Médici

Médici nascera em Bagé em dezembro de 1905, filho de um comerciante de origem italiana e de uma rica herdeira de família basca.[1] Era um gaúcho abastado de hábitos simples, caso raro de militar rico. Passara metade de sua carreira no Rio Grande e servira duas vezes em Bagé.[2] Enquanto seus colegas tinham a biografia marcada pelas crises dos anos 1950 e pela grande fratura de 1961, Garrastazu era o silêncio da orquestra. Sua única atribulação havia sido burocrática. Como capitão, respondera a

um processo por falta de zelo no cumprimento do dever e saíra limpo por conta de um *habeas corpus*.[3]

Ainda que taciturno, era estimado por calmo e solícito. Bom de bola, falava muito de futebol, nada de política. Tinha a seu favor o contraponto com um primo detestado, o general Rafael Danton Garrastazu. Levava uma vida modesta e, com sua mulher, Scylla (ela também filha de prósperos estancieiros), mantinha uma família exemplar. Chegara a general de brigada em 1961. Na tumultuada divisão de 1964 prenunciava-se o fim de sua carreira. Dificilmente receberia a quarta estrela. Cumprira uma escrita regular e desembocaria em breve na paz do varandão da querência. Não há um só relato de conspirador dos anos 1960 que mencione envolvimento de Médici na fermentação antijanguista. De um lado, estava na "Lista de Distribuição Especial de Material de Esclarecimento" que Golbery mantinha no IPÊS.[4] De outro, ganhara do "dispositivo" o prestigioso comando da Academia Militar das Agulhas Negras. Lá estava na manhã de 31 de março de 1964, quando Mourão Filho resolveu descer a tropa.

Não se aproximara dos conspiradores, nem os conspiradores, dele.[5] Desde 1922, quando o comandante da Escola de Cadetes permitiu que os alunos se rebelassem e provocou uma expulsão em massa que resultou em grossa confusão burocrática depois da anistia de 1930, o planejamento das sublevações passou a excluir a garotada. O coronel que comandava o corpo de cadetes tinha um plano para levantar a Academia, mas até altas horas da noite do dia 31 Médici manteve as Agulhas Negras longe do tumulto. Geograficamente a meio caminho entre o Rio e São Paulo, politicamente lá permaneceu. Perto da meia-noite, quando as rádios transmitiam o manifesto de Kruel, Médici conversara com ele por telefone. Um queria saber a posição da AMAN. O outro perguntava pela autenticidade do que se lia nas rádios. Kruel confirmou o texto do manifesto: "Dê as ordens, chefe", respondeu Médici.[6] Por volta dessa hora veio um chamado de Costa e Silva. Médici lhe disse que não estava entendendo nada, pois se falava de uma

sublevação, mas nada sabia de real. (O manifesto de Mourão Filho pedindo a deposição de Jango já fora ao ar havia mais de seis horas.) Seu amigo e comandante anunciou-lhe que participava de um movimento para depor o presidente. “Dê as suas ordens, chefe”, respondeu Médici.[7]

Além de telefonemas, o comandante da AMAN disparou no dia 1º de abril um manifesto de veia poética — “que a bandeira do Brasil nos cubra a todos” — e essência cautelosa. Se Kruel atacava “o cerco do comunismo”, Médici nem isso. Defendeu “a validade eterna dos princípios da disciplina e da hierarquia”, advertiu do risco de um enfrentamento no vale do Paraíba e anunciou que “nossa atitude significa, também, a tentativa de evitar o desperdício de energias”.[8] Era um manifesto capaz de sobreviver a um acordo. No fim da tarde a posição de Médici não deixava dúvidas. Tinha cadetes com roupas de combate entrincheirados na direção do Rio e em uniforme de gala para receber Kruel, que vinha de São Paulo. O comandante da Academia cedeu a sua sala para que o comandante do I Exército conferenciasse com Kruel e nos dias seguintes retomou a rotina da escola. Enquanto a imprensa transbordava de depoimentos de generais que se atribuíam o triunfo do levante, Médici, no alto da serra fluminense, voltou a ser o silêncio da orquestra.

A nova ordem remeteu-o a Washington como adido militar junto à embaixada. Lastimava-se do salário, sofria da coluna e, por monoglota, mantinha-se retraído.[9] Voltou ao Brasil antes de completar dois anos no posto. Costa e Silva levou-o de uma subchefia do Estado-Maior do Exército para a direção do Serviço Nacional de Informações. Sempre de terno escuro, carregando uma pasta preta e com um cigarro Minister pendurado na boca, Médici foi um chefe do SNI mais reservado que Golbery, pois enquanto este dizia que era o “ministro do silêncio” e conversava à esquerda e à direita, seu sucessor limitava-se a ouvir. Só um tema o estimulava e descontraía: futebol, Flamengo e Grêmio. Raramente saía de casa, onde consumia o ócio jogando biriba. Sua única atividade social

regular era a ida aos estádios, sempre com um rádio colado ao ouvido. Era tão reservado que a simples posse do seu cartão de visita — indicativo de uma audiência concedida ou até mesmo de um encontro social — era um troféu para os políticos. O ex-ministro Armando Falcão, que conseguira um, carregava-o na carteira dentro de uma capa de plástico.[10]

No ministério, Médici foi um duro. Na noite de 13 de dezembro, quando Costa e Silva reuniu o Conselho de Segurança Nacional para assinar o Ato Institucional nº 5, seu voto foi claro:

> Senhor presidente, senhores conselheiros. Eu me sinto perfeitamente à vontade (...) e, por que não dizer?, com bastante satisfação, em dar o meu aprovo ao documento que me foi apresentado. Isto porque, senhor presidente, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho das funções que vossa excelência me atribuiu, como chefe do SNI, tive oportunidade de fazer minucioso relato da situação nacional brasileira e demonstrar aos conselheiros que por fatos e por ações o que estava na rua era a contrarrevolução. Acredito, senhor presidente, que, com a sua formação democrática, foi vossa excelência tolerante demais, porque naquela oportunidade eu já solicitava (...) que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contrarrevolução que estava na rua. Era só o que eu tinha a dizer.[11]

Havia na sua natureza reservada uma surpreendente vocação para a força. Quando o general Moniz de Aragão atacou as ligeirezas da família do presidente e o ministro Lyra Tavares levou o caso ao Alto-Comando, defendeu o amigo. Semanas depois, ao ver que a punição do general ficara apenas na perda da comissão, foi a Costa e Silva reclamar. Queria mais.[12] Quando o Alto-Comando do Exército se transformou em consistório, foi o último quatro-estrelas a admitir a reabertura do Congresso para a sagração

do novo presidente. Sua proposta era mais simples: “Proceder à escolha de um presidente da República, ouvido o Alto-Comando das Forças Armadas e das Forças Singulares, nomeando-o e empossando-o pela edição de um Ato Institucional”. Admitiu que o recesso parlamentar fosse suspenso, “se for o caso e no momento oportuno”, para ratificar a votação dos generais, mas advertiu: “Caso o Congresso não referende as decisões que lhe foram submetidas, dissolvê-lo”.[13] [*Veja o documento*]

A Castello Branco a ditadura parecera um mal. Para Costa e Silva, fora uma conveniência. Para Médici, um fator neutro, instrumento de ação burocrática, fonte de poder e depósito de força. Não só se orgulhou de ter namorado o AI-5 desde antes de sua edição, como sempre viu nele um verdadeiro elixir: “Eu posso. Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo”, disse certa vez a um de seus ministros. “Eu tinha o AI-5, podia tudo”, rememorou na única entrevista que concedeu.[14] Teve uma relação natural com a ditadura, como se ela fizesse parte de um manual de instrução. Nos dias inquietos do conclave militar, apresentou-se ao país com um discurso suave, anunciando que “chegou a hora de fazermos o jogo da verdade” e prometendo que, “ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso país”.[15] Menos de dois meses depois, numa reunião secreta do ministério, explicou-se: “Para fazermos o jogo da verdade dispomos de órgãos especializados: o presidente da República, de seu SNI, e os senhores ministros, de suas divisões de segurança e informações”.[16]

Tinha tudo para virar general de piada. O Conselho de Segurança Nacional americano estimava que “os atributos de Médici e sua imagem relativamente boa não lhe garantem o sucesso”. “Suas limitações conhecidas e a debilidade da situação que herdou podem muito bem impedi-lo de cumprir suas promessas iniciais e, talvez, de terminar o seu mandato.”[17]

Faltavam-lhe a liderança de Albuquerque Lima, a audácia de Muricy e a militância política de Mamede. Sua biografia não oferecia atrativo. Ninguém o conhecia por preparado ou audacioso, nem sequer por trabalhador. Em compensação não tinha inimigos a chamá-lo de politiqueiro, pavio curto ou pernóstico. Era um perfeito mínimo múltiplo comum, numa corporação onde a linha média demarca a virtude. Firmou-se como favorito do Alto-Comando quando sua candidatura se tornou barreira eficaz contra Albuquerque Lima, estuário das esperanças dos hierarcas de Costa e Silva, que desejavam continuar no poder, e dos castelistas, que a ele pretendiam voltar.

Médici sabia o tamanho da anarquia que o gerara. Conhecia a desordem vinda de baixo e sempre se referiu à ausência dos paraquedistas no desfile de Sete de Setembro de 1969 como "greve de militares".[18] Conhecia também a que vinha de cima. Ele mesmo contou:

> Quando me convidaram, eu apontei o dedo para cada um deles e fui perguntando: "Muricy, você aceita qualquer missão que eu lhe der? Lyra, você aceita qualquer missão que eu lhe der?". Fiz a pergunta com o dedo apontado, a cada um. Todos concordaram. Então aceitei. Então o Lyra — o Lyra é meio falante — perguntou: "Médici, você já pensou no vice?".
> — Já — respondi. — (...) É o Rademaker. (...)
> — Ah, não pode... — disse o Lyra.
> — O problema é de vocês — respondi. (...)
> — Não pode porque nós fizemos um acordo para ninguém aceitar nada — disse o Lyra.
> Peguei o meu quepe, me despedi e saí:
> — O problema é de vocês. Eu vou embora para mostrar a vocês como escolheram o homem errado. (...) Na primeira missão que eu dei, vocês recusaram.[19]

Dias depois Rademaker ficou com a Vice-Presidência. Em seguida o brigadeiro Márcio de Souza e Mello aceitou continuar como ministro da Aeronáutica, e, finalmente, o general Lyra Tavares recebeu a embaixada do Brasil em Paris. Médici teve exata compreensão daquela cena onde se contrapôs no papel de temperamental a uma cúpula militar que recitava o papel de desprendida: “Se eu não fizesse aquilo, não nomearia nem o meu ajudante de ordens”.[20]

A Junta despediu-se outorgando uma nova Constituição, que se tornou conhecida pelo nome de Emenda nº 1. Produto de um poder usurpado, viveu até 1988, sob a maldição da origem militar. É verdade que ela resultou de um momento de radicalização institucional da ditadura na qual os militares se atribuíram a prerrogativa de desenhar (sem consegui-lo) o Colégio Eleitoral que escolheria o presidente da República. Apesar disso, a comparação entre o texto da Carta que Costa e Silva pretendeu assinar em setembro e aquele que os três ministros baixaram quarenta dias depois informa que foram seis as mudanças relevantes feitas ao projeto original da comissão coordenada por Pedro Aleixo, composta apenas por civis.[21] Todas as mudanças foram para pior, avançando sobre as liberdades públicas. Mesmo assim, comparados os conjuntos, a Emenda nº 1, assinada pela Junta, tornou-se um caso de atribuição exagerada de autoria.

O dispositivo que permitia a revogação total ou parcial do AI-5 por decreto foi mudado.[22] Com a nova redação do artigo 182 a providência demandaria a audiência do Conselho de Segurança Nacional, composto por ministros e oficiais-generais demissíveis *ad nutum* pelo presidente da República. O Congresso acabou reaberto no final de outubro de 1969, para sacramentar a escolha de Médici, sem que ninguém se lembrasse de reunir formalmente o Conselho de Segurança.

À natureza ditatorial do regime, Médici acrescentou a blindagem da máquina de comando da Presidência. Já na primeira reunião do ministério informou aos seus colaboradores que o SNI funcionaria como supervisor

ostensivo da administração. Todas as nomeações tinham de passar primeiro pelo seu crivo, e todas as denúncias encaminhadas ao Planalto seriam antes remetidas ao Serviço. Só depois, já analisadas, chegariam ao conhecimento dos ministros. Nenhum ato administrativo podia ser levado diretamente ao presidente. Tinha de passar primeiro pelo Gabinete Civil, a quem o general atribuiu também funções de arbitragem e coordenação de quaisquer assuntos que envolvessem mais de uma pasta. Nos despachos com Médici os ministros deviam tratar apenas de questões de suas áreas e estavam dispensados de apresentar-lhe atos de rotina.[23] Dava pouco tempo aos papéis e economizava as próprias ideias. Desprezava os parlamentares e os manteve longe do palácio. Guardava consigo poucos papéis históricos, mas entre eles estavam dois telegramas recebidos por Costa e Silva. Um contra o AI-5, assinado por dezesseis senadores. Outro, a favor, assinado por 33. Seis senadores assinaram os dois.[24]

Presidiu o país em silêncio, lendo discursos escritos pelos outros, sem confraternizações sociais, implacável com mexericos. Passou pela vida pública com escrupulosa honorabilidade pessoal. Da Presidência tirou o salário de 3.439,98 cruzeiros líquidos por mês (o equivalente a 724 dólares) e nada mais.[25] [*Veja o documento*] Adiou um aumento da carne para vender na baixa os bois de sua estância e desviou o traçado de uma estrada para que ela não lhe valorizasse as terras.[26] Sua mulher decorou a granja oficial do Riacho Fundo com móveis usados recolhidos nos depósitos do funcionalismo de Brasília.[27]

Antes e depois de Médici os presidentes brasileiros chegaram ao governo com planos perfeitos e acabados para nortear suas administrações. Em todos os casos, moldaram-se às circunstâncias e mudaram métodos e rotinas. Só ele, com suas normas tão simples quanto o cotidiano de um esquadrão de cavalaria, governou até o último dia exatamente como anunciou que faria na primeira semana.

* * *

No dia 21 de outubro de 1969, já eleito, Médici sentou-se à mesa do almoço com Jayme Portella. Ofereceu-lhe continuar ao lado de Costa e Silva, como seu secretário. O general, que vivia o ocaso do seu vice-reinado, recusou a sugestão humilhante e, entendendo o recado nela embutido, demitiu-se da chefia do Gabinete Militar. Horas antes, Médici estivera reunido com o general Orlando Geisel. O comandante da 1ª Divisão de Infantaria exonerado no dia 2 de abril de 1964, quando Costa e Silva se impôs como chefe militar da nova ordem, acabava de ser convidado para o Ministério do Exército. Orlando merecera 44 referências na auscultação que elegera Médici, ficando em segundo lugar. Refletindo a diferença de estilos de cada um, tivera 39 indicações nos distritos sem tropa e apenas cinco nos três Exércitos cuja voz foi preservada por Muricy. Já Médici tivera 34 indicações nessa mesma tropa.[28]

Médici (de óculos escuros) e Orlando Geisel, seu ministro do Exército, tiveram a uni-los a paixão pela força, a naturalidade no arbítrio e a confiança na ditadura como forma de governo.

Pela primeira vez um presidente militar escolhia para ministro um oficial da ativa de quem fora subordinado. Três meses mais moço, Médici batera continência para Orlando durante 34 anos, até março de 1967, quando saiu da subchefia do Estado-Maior e foi para o SNI. Orlando Geisel tinha 64 anos e as feições de uma coruja depauperada. Embora tivesse 1,86

metro, era fisicamente irrelevante. Os ombros pequenos, atirados para trás, ressaltavam-lhe a barriga no corpo magro. Vaidoso, consumia o tempo nos palanques de desfiles alisando a túnica, corrigindo a posição do punho da camisa e ajeitando o nó da gravata. Alzira, sua mulher, fora Miss Cachoeira do Sul nos anos 1930.[29] A passagem de Orlando Geisel pela EsAO e pela EsCEME dera-lhe o conceito de grande instrutor de oficiais. Tinha fama de inteligente e preguiçoso. “É uma inteligência privilegiada”, dizia dele o presidente Castello Branco.[30] “Orlando é malandro, não estuda”, acrescentava o marechal Cordeiro de Farias.[31] Ainda na juventude, seu irmão Ernesto apelidara-o *Barão*.

Estivera ao lado do golpe na grande divisão militar de novembro de 1955, quando o ministro da Guerra, general Henrique Lott, depôs dois presidentes, defenestrando Carlos Luz e impedindo o retorno de Café Filho ao palácio do Catete. Nessa crise, combateu como auxiliar do comandante da censura à imprensa.[32] Na de 1961, como chefe de gabinete do ministro Odylio Denys, adquirira notoriedade nacional mandando ao comandante do III Exército uma ordem para bombardear o palácio Piratini, onde o governador Leonel Brizola dirigia as transmissões radiofônicas da Rede da Legalidade, que defendia a posse de João Goulart na Presidência da República.[33] O bombardeio nunca foi além do disparo telegráfico, e Jango promoveu-o a general de divisão no dia 25 de março de 1964, depois de obrigá-lo a amargar onze caronas. Três meses antes, quando Muricy, seu colega de turma, contou-lhe que Mourão o convidara para comandar a vanguarda das tropas com que pretendia descer de Juiz de Fora para depor Jango, Orlando advertiu-o: “Você é louco, Muricy. Amanhã o Jango sabe que você está conspirando”.[34] Chegou ao levante no início da madrugada de 1º de abril.[35] Como chefe do Estado-Maior do Exército, opusera-se à criação do CIE, brigara com Lyra Tavares e vira-se remetido para a pomposa desimportância política do EMFA.[36]

No dia 2 de abril de 1964, quando se recusou a trocar o comandante do 1º Grupo de Obuses 105, Orlando Geisel pareceu acreditar que o levante seria digerido como uma quartelada convencional. Pagou caro, mas aprendeu a lição. Em fevereiro de 1969 o Conselho de Segurança Nacional estava reunido num salão do palácio Rio Negro, em Petrópolis, celebrando uma sessão de sacrifícios. Um coronel do Gabinete Militar lia em voz alta os nomes dos cidadãos que teriam seus direitos políticos suspensos ou seus mandatos cassados. Depois que esse meirinho fazia um sumário das culpas da vítima, os ministros votavam, rápido e em aberto. Cada cassação tomava apenas alguns minutos, mas dada a teatralidade da situação, visto que ninguém conseguia escapar ileso, a leitura do prontuário acabava tornando-se enfadonha. Chegou a vez de Simão da Cunha, um deputado federal da direita moderada que começara a fazer política na resistência estudantil ao Estado Novo. O coronel ainda não tinha dito do que ele era acusado, ia terminando a leitura dos seus dados pessoais:

— Mineiro, bacharel...
— Basta — cortou Orlando Geisel.

O Conselho de Segurança caiu numa grande gargalhada.[37]

Detestava jornalistas, falava pouco, mas expressava-se com uma clareza chocante. Em 1966, ao assumir o comando do III Exército, voltou-se para os repórteres que acompanhavam a cerimônia e informou: “Tenho apenas duas declarações a fazer: primeiro — fiz boa viagem; segundo — não me procurem nunca mais para fazer declarações, pois não as faço. Se quiserem viver bem comigo, terá que ser assim”.[38]

Ao presidir sua primeira reunião do Alto-Comando, tendo à frente o céu de estrelas que nos últimos meses havia defenestrado Pedro Aleixo, dispensado Costa e Silva e celebrado uma eleição presidencial, Orlando demarcou as linhas de atuação dos granadeiros:

> Queiramos ou não, estamos metidos na política. O general muitas vezes é obrigado a aparentar que não está metido em coisa alguma, que cuida apenas da parte profissional, mas o general, evidentemente, tem que se meter na parte política; mete-se pelos bastidores. Em princípio, desejo que seja nos bastidores. O presidente já disse, eu já disse, o general Muricy já disse: a nossa gente precisa se dedicar à profissão. Capitão, major, coronel e o próprio general de brigada devem deixar de fazer política; política é só nos altos escalões. Comandante de Exército faz política; faz menos que eu, ministro, faço; e eu, menos que o presidente, mas faz política. É preciso dar a impressão de que nós não estamos cogitando da política.[39]

Com o patrimônio de uma antiga amizade e diante da ruína da unidade militar, Médici e Orlando se juntaram para restabelecer a ordem nas Forças Armadas. Conseguiram enquadrar os quartéis. A astúcia desrespeitosa de Costa e Silva e a abulia marota de Lyra Tavares foram substituídas por uma inédita relação de lealdade e confiança entre o presidente e seu ministro do Exército. Tratavam-se pelo primeiro nome, mas respeitavam-se como estranhos.[40] Nem sequer mexericos de divergências entre os dois se conseguiu fabricar. Passaram cinco anos sem um só dia de prontidão militar, uma só página de manifesto ou carta pública de general. Diversos na origem, na formação e no desempenho profissional, Médici e Orlando Geisel tiveram a uni-los a paixão pela força, a naturalidade no arbítrio e a confiança na ditadura como forma de governo. Ordenaram o regime de 1964 em torno da anomalia institucional do AI-5.

1 Segundo o embaixador Pio Corrêa, Médici nasceu do lado uruguaio da fronteira. Pio Corrêa, *O mundo em que vivi*, p. 984.

2 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós- 1930*, vol. 3, pp. 3678-80.

3 *Voz Operária*, março de 1970.

4 Lista manuscrita, de Heitor Ferreira, datada de outubro de 1963. APGCS/HF.

5 Hernani d'Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 102. Em seu depoimento a Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 211, o brigadeiro João Paulo Burnier classifica o general Médici de "revolucionário de última hora".

6 Depoimento de Amaury Kruel a John W. F. Dulles, em Dulles, *Castello Branco*, p. 347, e discurso do deputado Amaury Kruel na Câmara dos Deputados, 12 de dezembro de 1968.

7 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 128.

8 Hernani d'Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 141.

9 Para a queixa sobre o salário, carta de Médici a Geisel, de 24 de julho de 1964. APGCS/HF. Para as dores da coluna e para a dificuldade com o inglês, Roberto Nogueira Médici, *M é dici*, p. 18.

10 Armando Falcão mostrou seu cartão ao autor em 1973.

11 Registro da sessão do Conselho de Segurança Nacional de 13 de dezembro de 1968. APGCS/HF.

12 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 782. Para a posição de Médici no Alto-Comando, resumo da ata da 42ª reunião do Alto-Comando, em *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. APGCS/HF.

13 Voto do general Médici, anexo à ata da 44ª reunião do Alto-Comando do Exército, em *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército* de 26 de julho de 1979. APGCS/HF.

14 Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*, p. 61.

15 Emílio Garrastazu Médici, *O jogo da verdade*, p. 11.

16 Discurso de Médici na reunião ministerial de 6 de janeiro de 1970. APGCS/HF.

17 *Precis of Brazil Program Analysis*, marcado " *secret*", do National Security Council, anexo ao memorando encaminhado em 18 de março de 1970 por Laurence E. Lynn Jr. a Henry Kissinger, p. 7. DEEUA.

18 Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*, p. 25.

19 Idem, p. 60.

20 Idem.

21 Caetano Ernesto Pereira de Araújo e Eliane Cruxên Barros de Almeida Maciel, "A Comissão de Alto Nível: história da Emenda Constitucional nº 1, de 1969", em *A Constituição que não foi*, pp. 41-7. A comparação dos dois textos revela as seguintes diferenças relevantes:

1) O projeto dos juristas vedava "publicações" contrárias à moral e aos bons costumes. A Junta ampliou o conceito: "publicações e exteriorizações" e restringiu genericamente o direito de associação.

2) Permitiu a prorrogação por tempo indeterminado do estado de sítio, que estava limitado a sessenta dias (artigo 156).

3) Transformou em prerrogativa exclusiva do presidente da República a iniciativa de leis que concedessem anistia relativa a crimes políticos (artigo 57, inciso V).

4) Restringiu fortemente as imunidades parlamentares (artigos 32 e 119, inciso I).

5) Tornou mais rigoroso o mecanismo da fidelidade partidária. No projeto perderia o mandato o parlamentar que "reiteradamente" se opusesse às decisões dos partidos. A emenda suprimiu o advérbio (artigo 152, parágrafo único).

6) Estabeleceu a pena de morte e a prisão perpétua para casos de guerra "psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva" (artigo 153, parágrafo 11).

22 Ficou com a seguinte redação: "Continuam em vigor o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro, e os demais Atos posteriormente baixados. Parágrafo único: O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá decretar a cessação da vigência de qualquer desses Atos ou de seus dispositivos que forem considerados desnecessários".

23 Discurso de Médici na reunião do ministério de 6 de janeiro de 1970. APGCS/HF.

24 Para as duas listas de signatários, Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 664 e 682.

25 Contracheque de Médici relativo ao mês de março de 1970. APGCS/HF.

26 Antonio Delfim Netto, outubro de 1990. Ver também Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*, p. 39.

27 Informação dada a Heitor Ferreira por Clóvis Magalhães Teixeira, ajudante de ordens de Médici, em 15 de dezembro de 1973.

28 Uma folha manuscrita, com a tabela de resultados da auscultação dos generais. AACM/CPDoc.

29 Para Alzira Geisel, Amália Lucy Geisel, julho de 1991.

30 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de janeiro de 1971, citando o coronel Gustavo Moraes Rego. APGCS/HF.

31 Idem, 25 de janeiro de 1972. APGCS/HF.

32 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 122.

33 Amir Labaki, 1961 — *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*, p. 91.

34 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

35 Hernani d'Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 149.

36 Para a oposição de Orlando Geisel à criação do CIE, *História do Estado-Maior do Exército*, p. 171.

37 Antonio Delfim Netto, maio de 1988. Nessa reunião, segundo Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 707, foram cassados três senadores e dezoito deputados federais. O único bacharel mineiro era o deputado Simão da Cunha.

38 *Jornal da Tarde*, 15 de outubro de 1969.

39 Fala do ministro Orlando Geisel na 48ª reunião do Alto-Comando do Exército, em *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979. APGCS/HF.

40 Para um caso em que Orlando Geisel chama Médici de Emílio na presença de terceiros, ver Mario Gibson Barboza, *Na diplomacia, o traço todo da vida*, p. 164.

PARTE II
A DERROTA

O FUTURO DO CARRO NACIONAL
veja
PROCURA-SE
Marighela

NAS FOTOS ANTERIORES

Carlos Alberto ergue a Jules Rimet no México
Carlos Marighella morto, emboscado em São Paulo
O Pasquim sacudiu a imprensa censurada
A grande festa do Sesquicentenário
Médici e Richard Nixon na Casa Branca
Orlando Geisel, o mandarim do poder nos quartéis

Marighella, início e fim

Enquanto o Brasil ainda chamava o presidente Médici de general Garrastazu, o regime parecia inerte diante de sua nêmesis: ela era Carlos Marighella, o *Menezes*, ou *Ernesto*. Tinha-se a impressão de que ele estava em todos os lugares, na capa da revista *Veja*, nos cartazes amarelos espalhados pelo governo com os retratos dos terroristas mais procurados, nas páginas do *Les Temps Modernes*, a mais prestigiosa publicação da esquerda francesa. Fora ouvido nas ondas curtas da Rádio Havana e nas médias da Rádio Nacional de São Paulo, tomada por um comando de doze homens da ALN que o pôs no ar com protofonia do *Hino nacional* e da *Internacional comunista*.[1] Era procurado em todo o país. Em agosto uma rádio de Florianópolis dera-o por morto, vítima de um ataque cardíaco, enquanto o coronel Erasmo Dias, comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, em Santos, desafiava-o para um duelo "numa luta de homem para homem, em campo aberto".[2] Atribuíam-lhe quase todos os assaltos por dinheiro, armas ou munições e até mesmo o comando do sequestro de Elbrick, do qual nem sequer soubera o dia.[3] Desde junho circulavam cópias mimeografadas do seu *Manual do guerrilheiro urbano*, em que avisava: "A acusação de terrorista já não tem o sentido pejorativo que se lhe dava antes".[4] O veterano agitador conseguira seu primeiro objetivo: firmara-se a ideia de que havia uma guerra revolucionária no Brasil e que Carlos Marighella era o seu comandante.

Por mais que a ALN estivesse ativa, com algumas dezenas de assaltos e explosões de bombas, nem ela nem Marighella eram do tamanho da fama

que se lhes dava.[5] A organização tinha perto de trezentos militantes. Salvo o assalto ao trem pagador da ferrovia Santos-Jundiaí, cuja autoria fora atribuída a delinquentes comuns, nenhuma ação espetacular do surto terrorista saíra de sua iniciativa. No assassinato do capitão Chandler, fora caudatária dos sargentos e estudantes que mais tarde criariam a VPR. No sequestro de Elbrick, mesmo tendo fornecido o comando da operação, entrara a reboque da ideia audaciosa e da logística precária da Dissidência Universitária. Tivera a chance de atacar o cofre de Adhemar de Barros, mas retraíra-se.

O *Manual*, um opúsculo de cinquenta páginas dividido em catorze capítulos, era um trabalho voltado mais para a propaganda de um novo mito heroico do que para a didática sugerida no título. Seu sucesso foi espetacular. Tornou-se o texto político brasileiro mais citado na literatura internacional da época e deu a Marighella, nas décadas seguintes, a qualificação de "ideólogo", "teórico", "patrono da guerrilha urbana" e "estrategista do terror".[6] O *Manual* cumpriu uma singular trajetória no mundo da propaganda política. Circulou na esquerda pretendendo ser uma obra didática, que não era, e na direita como se tivesse sido aquilo que não foi: um tratado de terrorismo.

Era um documento triunfalista, desordenado. Sua grandiloquência escondia uma concepção primária de organização. Propunha a formação de grupos de cinco pessoas, capazes de atuar como unidades autônomas, recebendo da direção só as grandes linhas políticas ou a coordenação para lances de maior envergadura. Na feliz definição de Jacob Gorender, era o "anarcomilitarismo".[7] O guerrilheiro urbano de Marighella é algo mais que um super-homem. Ei-lo, em sua estatuária moral: "Revolucionário político e ardente patriota, ele luta para a libertação do seu país, é um amigo do Povo, e da Liberdade. (...) Deve ser um grande tático e um bom atirador. Deve possuir iniciativa, mobilidade e desembaraço".[8]

Mais, nas características de seu vigor de combatente:

> Ser capaz de longas marchas, suportar a fadiga, a fome, a chuva, o calor. Saber esconder-se e saber ser vigilante. Conhecer a fundo a arte de se disfarçar. Não ter nunca medo do perigo. Agir tão bem de noite como de dia. (...) Também deve aprender a praticar as diferentes espécies de luta de ataque e de defesa pessoal. Outras formas de preparação física útil são as excursões a pé, o campismo e os exercícios de perseguição na floresta, escalar montanhas, o remo, a natação, mergulhar, o treino de homem-rã, a pesca, a caça submarina, a caça às aves e aos animais grandes e pequenos. É muito importante aprender a conduzir um automóvel, pilotar um avião, dirigir um barco a motor ou a vela, compreender a mecânica, o rádio, o telefone, a eletricidade e possuir conhecimento de técnicas eletrônicas. É igualmente muito importante ter conhecimento de topografia, saber orientar-se por intermédio de meios práticos e de instrumentos, saber calcular segundo uma escala, cronometrar, trabalhar com um aparelho de medida de ângulos e arcos, com uma bússola etc. Conhecimentos de química e de combinação de cores, fabricação de carimbos, o perfeito conhecimento de caligrafia e de imitação das escritas e outras técnicas fazem parte da preparação técnica do guerrilheiro urbano, que é obrigado a falsificar documentos para viver numa sociedade que ele pretende destruir.[9]

A construção desse personagem radical, mistura de escoteiro e agente secreto, era um adereço propagandístico, mas ainda assim Marighella cometeu, no *Manual*, erros e omissões incompreensíveis para um comandante de operações paramilitares. Ensinou que os helicópteros são inúteis para perseguir a guerrilha, pois têm dificuldades em pousar na malha urbana, como se a sua missão fosse de captura e não de observação. Sugeriu que as perseguições policiais poderiam ser paralisadas com engarrafamentos, minas, sinais de trânsito trocados e metralhamento de

pneus, quando cada uma dessas operações exigiria uma mobilização logística própria, às vezes mais complexa que a atividade padrão de seu grupo: o assalto. Não há em todo o *Manual* uma só lição sobre esconderijos. Quando a apostila começou a circular, a ALN já perdera dois comandantes de seu Grupo Tático Armado — a maior patente na hierarquia militar da organização — por conta da temeridade e de aparelhos inseguros.[10] Ele próprio codificava por escrito seus "pontos" e uma dessas anotações dizia: "d2 2000 RCVxAvRe". A polícia paulista não conseguiu decifrá-la, mas, para quem queria se lembrar de um encontro no dia 2, às 20 horas, na esquina da rua Capote Valente com a avenida Rebouças, *Menezes* foi pouco criativo.[11]

Na concepção de Marighella, o terrorismo urbano destinava-se antes de tudo a produzir tensão política, "levando a insegurança e a incerteza às classes dominantes, desgastando e desmoralizando as forças militares dos gorilas".[12] Na segunda metade de 1969, os militares estavam desgastados e, sob certos aspectos, desmoralizados, da mesma forma que os políticos, banqueiros e empresários brasileiros viviam um de seus piores períodos de incerteza. Disso, porém, não resultaram benefícios para a guerrilha urbana. Pelo contrário, fechadas em si próprias, numa blindagem em que se autoalimentavam exigências de segurança e radicalizações ideológicas, as organizações armadas isolavam-se.

O Partido Comunista, irredutível na sua reação à guerrilha, contribuía para conter até mesmo os gestos de simpatia que velhas camaradagens poderiam estimular. A ALN fizera um aceno de cortesia ao Partidão, incluindo no resgate de Elbrick o nome de Gregório Bezerra, o mais famoso e sofrido dos seus presos políticos. Levou de volta uma nova condenação. Ao partir para o exílio, o próprio Gregório informou: "Discordo das ações isoladas que nada adiantarão ao desenvolvimento do processo revolucionário e somente servirão para agravar, ainda mais, a vida do povo brasileiro e de motivação para maiores crimes contra todos os patriotas".

“Só acredito na violência da massa”, concluiu o septuagenário militante comunista, cuja primeira cadeia remontava a uma manifestação de apoio à Revolução Bolchevique, em 1917.[13]

Ao lado da guerrilha urbana, Marighella tentava montar bases rurais para sua organização. Na pior das hipóteses, serviriam também de refúgio para quadros “queimados”, mantendo-os em atividade e economizando os custos das fugas para o exterior. Depois dos momentos fáceis de 1968 e das perdas dos primeiros meses de 1969, a ALN ia para o teste da adolescência dos grupos armados. Mesmo sem começar uma guerrilha, caso conseguisse botar o pé no campo, teria pelo menos ampliado sua base de manobra. Do contrário, continuaria no cotidiano de gato e rato.

Envolto na mística de combatente audacioso e invisível, Carlos Marighella transformara-se no próprio foco revolucionário. Atraía a esquerda europeia, sempre disponível para construir mais um mito revolucionário latino-americano. O cineasta Jean-Luc Godard chegou a destinar à ALN uma parte do dinheiro que ganhou com o filme *Vento do leste*.[14] O pintor catalão Joan Miró vendeu alguns desenhos para custear a movimentação de um guerrilheiro que passava por Roma.[15] Em meados de 1969, numa entrevista à publicação francesa *Action*, Marighella anunciou que a luta armada provocaria uma intervenção americana no país e ofereceu uma conclusão retumbante: “O Brasil será um novo Vietnã”.[16] Via pela frente o futuro que lhe convinha, quando tinha consigo um agrupamento de passado precário e presente arriscado.

* * *

Desde o assassinato do capitão Chandler, em outubro de 1968, era elementar que, além do aparelho policial brasileiro, os terroristas tinham no seu encalço a máquina de informações americana. Por conta da morte do capitão, três meses depois desembarcou em São Paulo o subchefe do

programa de segurança pública da Agency for International Development para o Brasil. Chamava-se Peter Ellena, e sua missão era acompanhar as investigações policiais do caso de Chandler.[17]

Na segunda metade de 1968, o consulado americano em São Paulo teve pelo menos um contato que lhe permitiu estabelecer uma conexão entre Marighella e os dominicanos. Ele foi mencionado em dois telegramas. Seus textos integrais são ainda desconhecidos. Sabe-se apenas que o primeiro é de 14 de agosto e se refere a uma conversa "com...". Na cópia liberada pelo Departamento de Estado, a identidade desse interlocutor está protegida por um trecho censurado que equivale a vinte batidas de telex. O segundo, de 30 de dezembro, refere-se à informação de outubro, qualificando o interlocutor como um "frei". Seguem-se dezoito ou dezenove batidas censuradas. Esse telegrama, o *Memcom* 68 -12 -30, foi redigido por John Blacken, responsável pela seção política do consulado.[18] Passados 21 anos, ele recordou: [*Veja o documento*]

> Em 1968, creio que depois do AI-5, o consulado recebeu a indicação de que Marighella passara três ou quatro dias escondido pelos dominicanos no convento de Perdizes. Afora essa informação, que foi considerada boa na ocasião, não lembro de termos recebido informações de boa qualidade a respeito das ligações de Marighella com os dominicanos. Em geral, porém, falava-se de uma ligação entre eles. Tínhamos alguns contatos com gente da AP. Na época em que se caçava Marighella, um deles nos disse que ele estivera escondido debaixo do nariz da polícia, no convento.[19]

Debaixo do nariz da polícia" estava o convento dos dominicanos da rua Caiubi, no bairro de Perdizes. Fazendo-se chamar *Professor Menezes*, Marighella estivera em contato com alguns de seus frades desde meados de 1967.[20] Um ano depois dera a cinco deles a tarefa de organizar um

levantamento na região da estrada Belém-Brasília.[21] Outro frade cuidava de conseguir casas onde o "professor" pudesse se hospedar e, em pelo menos um caso, chegou ao convento com uma mala de dinheiro tomado num assalto.[22]

Os cem religiosos e seminaristas da Ordem dos Dominicanos espalhados pelo Brasil tinham uma conhecida relação com os movimentos clandestinos. A CIA identificara neles uma base de apoio da AP, "tanto com dinheiro como com locais para reuniões clandestinas".[23] Por duas vezes a polícia invadira o convento de Belo Horizonte. Em São Paulo, o prior fora preso em agosto de 1967, no rastro de capturas por conta da realização de um congresso da UNE num mosteiro de Vinhedo. Soltaram-no em quatro horas, depois que todos os seus frades, vestindo os hábitos brancos, desfilaram em frente ao DOPS e ao quartel da PM onde o haviam encarcerado. O jornal *O Estado de S. Paulo*, porta-voz do integrismo católico, pediu em editorial que a Ordem dos Dominicanos fosse expulsa do país.[24] Na Sexta-Feira Santa de 1968 os frades de Perdizes encenaram um ato litúrgico intitulado "A Paixão segundo Cristino", em que Edson Luis de Lima Souto, o estudante assassinado no Calabouço, no Rio de Janeiro, era comparado a Jesus Cristo. O escritor Gustavo Corção, um convertido ultramontano para quem o mundo estava tomado por uma "onda de violência que parece promovida e comandada pelo Inimigo do gênero humano", denunciara a "imbecilidade paralitúrgica" e reclamara da falta de reação "contra esse crime mais grave e mais odioso do que o tiro que, na confusão produzida pelos provocadores, atingiu um estudante".[25] Apesar de a ideia de convento sugerir uma aura de insuspeição e silêncio, Perdizes não era propriamente um lugar discreto.

Por baixo da militância retumbante, os dominicanos amparavam clandestinos de todas as denominações, tanto da ALN como da VPR e do MR-8. Nos primeiros dias de fevereiro de 1969, a prisão de um quadro da VPR permitiu à polícia descobrir que um de seus militantes, ferido pelas

torturas do DOPS, fora escondido e medicado no convento.[26] Por volta dessa época dois misteriosos vendedores de produtos farmacêuticos bateram num prédio da Boca do Luxo, zona decadente do Centro de São Paulo onde se misturavam pequenos apartamentos e grandes bordéis. Procuravam Carlos Alberto Libânio Christo, chefe de reportagem na *Folha da Tarde*, o noviço Betto no convento de Perdizes e o *Vitor* na ALN. Era a polícia, e ele passou para a clandestinidade, onde se tornou também *Ronaldo Mattos* e *Olavo Borges*.[27] A meada dominicana já tivera pelo menos três fios puxados: o consulado americano sabia que Marighella frequentava o convento, a polícia sabia que um de seus seguidores havia sido abrigado pelos frades e um noviço desaparecera.

Os dominicanos de Marighella. Da esquerda para a direita, os freis Fernando, Betto e Ivo.

Entre janeiro e março de 1969 a ALN levara sobras da ofensiva contra a VPR. Em abril, depois de um assalto a um carro pagador, a organização sofreu um novo golpe e dezoito pessoas foram presas. Por pouco não capturaram o próprio Marighella, em maio, quando um dirigente do grupo foi apanhado enquanto o esperava num "ponto".[28] Salvou-o um pequeno atraso. Circulava por São Paulo com uma peruca mal-aparada que lhe dava uma curiosa aparência de índio. Era um disfarce que chamava a atenção. Numa noite do inverno de 1969, Salomão Malina, o dirigente do PCB

responsável pelos serviços mais secretos da organização, caminhava pelo jardim do Trianon para cobrir um "ponto", quando reconheceu Diógenes Arruda, o segundo homem do PC do B. Ao lado de Arruda ia um estranho personagem que, ao cruzar com o velho amigo, piscou o olho. Malina reconheceu Marighella mais pela piscadela do que pela estampa.[29] Desde esse encontro, por muitos anos, recusou-se a marcar "pontos" na área do Jardim Paulista, pois por lá encontrara comunistas de mais e escuridão de menos.

Quando a Dissidência Universitária da Guanabara mandou à ALN a proposta de parceria no sequestro de Elbrick, Marighella dedicava-se à montagem de cinco colunas guerrilheiras e esperava unir-se a uma delas antes do fim do ano.[30] Pelo seu projeto, partiriam do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Bahia, destruindo cartórios, saqueando latifúndios e distribuindo comida aos pobres, até juntarem-se no sul do Pará, onde procurariam assentar-se num pedaço da mata amazônica.[31] Mesmo que não conseguisse as cinco, bastaria pôr de pé uma ou duas para que a ALN chegasse à adolescência. Faltavam apenas alguns assaltos.

No início de outubro, menos de um mês depois do sequestro de Elbrick, estava quebrada a estrutura com que a ALN sobrevivera desde 1968. Num novo arrastão, as prisões foram perto de trinta e devastaram sobretudo a cúpula e o braço armado da organização. *Jonas*, o chefe da operação de sequestro do embaixador, estava morto. Os dois subcomandantes do seu GTA, presos, junto com os demais marighelistas que capturaram Elbrick. A três militantes mortos pela polícia, somavam-se outros dois, carbonizados numa avenida de São Paulo quando explodiu a carga de dinamite que transportavam em seu automóvel.

Marighella entendera que "nós não vamos aguentar a repressão que vem pela frente".[32] Semanas depois, quando a situação piorara, apareceu armado com o otimismo dos agitadores experimentados, dizendo ao jornalista belga Conrad Detrez que "a ALN praticamente não foi tocada". Numa longa

entrevista, apresentava a futura frente rural como um salto qualitativo da guerra revolucionária.[33] No dia seguinte os contatos clandestinos de Detrez em São Paulo aconselharam-no a deixar o país tão logo lhe fosse possível.[34]

A ALN pareceria forte em Paris, para onde seguiu Detrez, mas outro personagem, sentado a uma mesa do refeitório comunitário do seminário jesuíta Cristo Rei, na cidade gaúcha de São Leopoldo, mostrava-se preocupado. Era o *Professor Cavalcanti*. Vestia um *clergyman* cinza-escuro e tinha uma pequena cruz na lapela. Cabelos grisalhos cortados rentes, expressão alegre e gestos suaves. Ele disse a frei Betto: "A repressão aprendeu a lidar com a guerrilha urbana". Aquele "professor" não correspondia às descrições que se faziam do *Velho*, ou Joaquim Câmara Ferreira, regente do sequestro de Elbrick. Estava a caminho do Uruguai, e dali seguiria para a Europa. Betto vivia semirrecluso no seminário, operando a pedido de Marighella uma rede de proteção a militantes clandestinos e fugitivos do regime. O "professor" explicou-lhe que a ofensiva do governo exigia uma rápida transferência de quadros para o campo, onde se poderia trabalhar com mais calma.[35]

O convento paulista continuava pipocando nos interrogatórios. Um preso contou que recebera a tarefa de procurar um frade de nome Fernando na livraria Duas Cidades, no Centro de São Paulo. Outro, membro da direção regional da ALN e do seu GTA, teve capturado um talão de cheques onde anotara o telefone de Perdizes.[36] Pior: a Oban e o DOPS tinham em suas celas três testemunhas da ligação entre a ALN e os dominicanos: o militante do setor logístico da VPR, medicado no convento; o ex-prisioneiro que levara o recado a frei Fernando; e o membro do GTA, que conhecia as relações orgânicas com o grupo. No final de uma das muitas sessões de tortura a que um deles foi submetido, na última semana de outubro, Fleury sabia da conexão direta dos dominicanos com Marighella. É possível que isso tenha acontecido nas primeiras horas do dia 29 de outubro.

* * *

Na noite de 1º de novembro dois frades — Ivo e Fernando — tomaram um ônibus para o Rio, a fim de tratar do esquema de apoio para a chegada dos militantes que haviam saído de Cuba e cujo destino era o foco do Pará. Ivo acabava de voltar de Porto Alegre, para onde transportara Câmara Ferreira. Na manhã seguinte, estavam no Catete quando foram agarrados, metidos numa camionete e levados para o quinto andar do edifício do Ministério da Marinha, no qual o Cenimar tinha a sua central de torturas. Lá, eram esperados pelo delegado Fleury. Ele os separou.

De cuecas, frei Fernando foi pendurado no pau de arara. Deram-lhe choques nas mãos e nos pés, molharam-lhe o corpo para aumentar a intensidade das descargas. Deslocaram-lhe o maxilar. Enfiaram-lhe um fio na uretra.[37] À noite, quando ele perdeu a consciência, Fleury sabia como Marighella marcava seus encontros com os frades. Telefonava para a livraria Duas Cidades, identificava-se como *Ernesto* e anunciava que visitaria a gráfica. Isso significava que eles se encontrariam às vinte horas daquela mesma noite, na altura do número 800 da alameda Casa Branca, no Jardim Paulista.[38]

Nu, frei Ivo foi pendurado no pau de arara. Deram-lhe choques no corpo e na uretra. Lanharam-no com um cano de borracha, socos e chutes. À noite, quando o mandaram tomar banho, Fleury sabia que o último encontro fora duas semanas antes.[39] Depois de confrontar os dois depoimentos, Fleury sabia também que Marighella deveria telefonar na terça-feira seguinte, dia 4 de novembro.

Os frades foram levados para outra sala, onde os obrigaram a recitar uma confissão para uma câmera de TV. O serviço estava completo. Na manhã seguinte Fleury levou os dois dominicanos para o DOPS de São Paulo. Às três da madrugada de 4 de novembro, invadiu espalhafatosamente

o convento de Perdizes e prendeu mais cinco religiosos. Congestionaram-se as salas de tortura da delegacia.

Marighella estava em São Paulo. Segundo Jacob Gorender, entre o início da tarde e a hora em que tomou o rumo da alameda Casa Branca, soube por duas fontes diferentes que alguns padres tinham sido presos. Uma informação vinha de Porto Alegre e sinalizava prisões "no Rio e talvez em São Paulo". A outra vinha de São Paulo e mencionava a prisão de dominicanos no Rio.[40] Segundo Mário Magalhães, em seu *Marighella — O guerrilheiro que incendiou o mundo*, publicado em 2012, ele não recebeu essa informação.[41] Foi em frente. Afinal de contas, às 16h30 um emissário seu telefonara para a livraria Duas Cidades e dera o recado a frei Fernando, que, monitorado por um policial, atendeu a ligação: "O *Ernesto* pediu que vocês o encontrem na gráfica às oito horas".[42]

Às vinte horas, conforme combinado, Marighella caminhava pela alameda Casa Branca. Carregava uma pequena pasta preta. Um Volkswagen azul, com os freis Ivo e Fernando a bordo, estava estacionado em frente ao número 806. No quarteirão da alameda Casa Branca que vai da Lorena à rua Tatuí havia 29 policiais e um cão, distribuídos em sete automóveis.[43]

O delegado Fleury saiu da noite, atirando. Começou uma fuzilaria, estimulada pela certeza dos outros policiais de que a guarda do chefe terrorista estava respondendo ao fogo.

Marighella levou cinco tiros. Um, disparado à queima-roupa, seccionou-lhe a aorta.[44] Sua peruca ficou no chão. Quando acabaram os disparos, a polícia matara também um dentista alemão que passava num Buick, ferira mortalmente uma investigadora que fingia namorar num carro próximo e baleara um delegado.[45]

4 de novembro de 1969. O delegado Fleury saiu de noite, disparando. Marighella levou cinco tiros. Um à queima-roupa, seccionou-lhe a aorta. Sua peruca ficou no chão. Na pasta, que não chegou a abrir, havia um revólver Taurus calibre 32 com cinco balas e duas cápsulas de cianeto de potássio.

Menos de uma hora depois, as emissoras que transmitiam o jogo Corinthians × Santos deram a notícia. No intervalo, o serviço de alto-falantes do estádio do Pacaembu pediu a atenção das torcidas e informou: "Foi morto pela polícia o líder terrorista Carlos Marighella".[46] Num aparelho de Vila Formosa, Carlos Lamarca chorava diante da televisão.[47] Como na cena final de *Deus e o diabo na terra do sol*, morria Corisco e surgia Antonio das Mortes, "matador de cangaceiros". À figura mítica do chefe guerrilheiro, morto numa trama banal, impunha-se a força de Fleury. A esquerda perdera o patrono da luta armada, elo entre o pensamento radical do PCB e a ilusão armada do final dos anos 1960. A ditadura ganhara no delegado um símbolo para a repressão.

* * *

Como o suicídio de Getulio Vargas em 1954 e a agonia de Tancredo Neves em 1985, o assassinato de Marighella está entre as mortes espetaculares da história brasileira. Por mais que sejam estudadas, é comum aparecer um

novo detalhe sugerindo a hipótese de que as coisas se passaram de outra maneira. Isso deriva de uma saudável curiosidade, mas também de emoções que remexem os acontecimentos na esperança de alterar aquilo que parece ser pouco mais que uma sequência de fatos insuficientes para conter o episódio histórico.

A principal peça revisionista da narrativa oficial da morte de Marighella é de autoria de frei Betto, o *Vitor*. Em 1982 ele publicou o seu *Batismo de sangue*. Sua tese central é a de que na ALN se infiltrara alguém que, em conluio com a polícia, produziu a arapuca da alameda Casa Branca de forma a incriminar os dominicanos. Sua suposição amparou-se na revelação feita em 1974 por Victor Marchetti e John Marks, ex-funcionários da Central Intelligence Agency e do Departamento de Estado. Eles informaram, no livro *A CIA e o culto da inteligência*, que no início de outubro de 1969 a espionagem americana soube que um "grupo de radicais" brasileiros pretendia sequestrar um avião, levando-o para Cuba. Ao contrário do que determinava a política do governo dos Estados Unidos, a agência não tentou impedir a ação. Depois da morte de Marighella a CIA justificou a sua conduta, comunicando ao Departamento de Estado que ficara de fora para proteger sua infiltração e o cerco à ALN.[48] A CIA estava certa na previsão. Os sequestros foram dois. No dia 8 de outubro, a VAR-Palmares capturou um Caravelle da Cruzeiro do Sul, e no dia 4 de novembro, quando Marighella estava a caminho da armadilha, a ALN sequestrou um avião da Varig que partira do Rio com destino a Santiago.[49]

Colocada no campo das conjecturas, a versão apresentada por frei Betto ganha densidade quando se juntam informações que o tempo tornou públicas. Desde 1964, um acordo oral entre a CIA e o SNI estabelecia que o serviço americano passaria ao seu similar nacional "informações disponíveis a respeito de atividades subversivas no Brasil".[50] A colaboração entre os dois serviços está documentada na vigilância, pela CIA, a exilados brasileiros e nos frequentes contatos da agência com Golbery. Funcionários

do governo americano deram ao DOPS paulista os nomes e as fotografias de quadros do PC do B que faziam cursos de capacitação militar na China.[51] Peter Ellena, o funcionário americano enviado a São Paulo em novembro de 1968 para acompanhar as investigações do assassinato do capitão Chandler, estivera numa turma de policiais americanos que nos primeiros tempos do regime ensinara técnicas de combate à subversão aos calouros do DOPS paulista.[52]

Além disso, no dia 6 de novembro, Robert Corrigan, o refinado cônsul americano em São Paulo que no final dos anos 1930 vivera no Rio de Janeiro as delícias da grã-finagem do Estado Novo, telegrafara a Washington:

> Embora algumas pessoas possam se mostrar chocadas e incrédulas ante o fato de que padres estivessem envolvidos em atividades terroristas, essa descoberta não foi surpresa para observadores políticos de São Paulo. O consulado geral tinha recebido numerosas informações de que esse fenômeno estava ocorrendo (ver *Memcom* "Igreja e Estado", de 12 de maio, e A-154, de 9 de julho de 1969). A explicação básica do envolvimento dos padres é a convicção, proclamada em declarações de militares, de que existe um estado de guerra e, portanto, a violência é necessária. Embora essa justificativa seja simplista e infeliz, ela parece suficiente para aqueles que acreditam estar vivendo sob uma ditadura brutal.[53]

Prisioneiro do DOPS no dia 4 de novembro de 1969, o historiador Jacob Gorender escreveu oito páginas sobre o episódio em seu livro *Combate nas trevas*, publicado em 1987. Elas formam o capítulo "Assim mataram Marighella", baseado em dezesseis entrevistas com militantes da ALN encarcerados desde a ofensiva de setembro. Gorender demonstra que Fleury

chegou a Marighella naquele dia e naquele lugar ao cabo da diligência que começou com a prisão dos frades, no Rio.

Na ótica do regime, provocando consequências que haveriam de influenciá-lo nos anos seguintes, a tortura dos dois frades foi um triunfo da sua funcionalidade, mas debaixo do triunfo de Fleury estava a demonstração do primitivismo de seus métodos. A atividade dos frades era quase temerária. Dois deles haviam sido presos e fichados na captura do Congresso da UNE, em Ibiúna.[54] Levantavam rotas para a guerrilha, remetiam documentos ao exterior, cobriam fugas, providenciavam refúgios e chegavam a abrigar foragidos na casa da rua Caiubi. Em meados de outubro frei Ivo encontrara-se com Marighella em São Paulo, transportara Câmara Ferreira a São Leopoldo e voltara ao convento a tempo de cobrir o "ponto" marcado do dia 4. Frei Fernando dava plantão na livraria Duas Cidades e dela saía para seus contatos com *Ernesto*. Os arranjos eram simplórios. A senha, sempre a mesma, falava numa gráfica. Fixava o encontro para o mesmo dia, no mesmo lugar, numa região que anos antes, quando o veterano capa-preta ainda fazia parte do PCB, era conhecida como o "escritório do Marighella".[55] O dispositivo de segurança da relação da ALN com os dominicanos estava abaixo da qualificação média do aparelho policial paulista. Qualquer foragido que se movesse em semelhantes condições teria fortes chances de ser capturado.

As organizações de esquerda e a máquina repressiva do governo tinham um interesse comum: assegurar a continuidade da ameaça terrorista negando que a morte de Marighella fosse resultado do abalo da estrutura da ALN. Senão uns ficariam sem revolução e os outros, sem ocupação. O debate obsessivo sobre as circunstâncias que cercaram seu fim desviou a atenção do fenômeno mais amplo — o impacto que atingiu primeiro o marighelismo e em seguida se espalhou pelas outras siglas. Antes do "ponto" da alameda Casa Branca a ALN perdera algo em torno de trinta quadros. Um mês depois, outros tantos. De cada dez de seus militantes dois

haviam sido capturados. De seus combatentes vindos de Cuba um morrera, três estavam presos e um deles trabalhava ostensivamente para a polícia.[56] Faltavam-lhe aparelhos, meios de transporte e dinheiro.

Às seis horas da tarde de 6 de dezembro de 1969, Marighella voltou a ser ouvido no Brasil:

> A primeira fase da guerra revolucionária, que está quase concluída, não deve significar o fim ou o amortecimento do ritmo da guerra psicológica. (...) Quando a insurreição no campo chegar ao apogeu, partiremos para a guerra de guerrilhas. A partir dela formaremos o Exército Revolucionário de Libertação Nacional. O núcleo fundamental desse exército será a aliança armada dos camponeses, trabalhadores e estudantes. O último período da guerra de guerrilhas será a fase de manobras operacionais; a ditadura militar será derrubada; os americanos serão expulsos do país; será instalado um governo popular e revolucionário; a máquina burocrático-militar do Estado brasileiro será destruída.[57]

Pelas ondas curtas da Rádio Havana, Carlos Marighella, o mestre da propaganda, continuava seu combate.

1 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 178. O episódio da tomada do transmissor da Rádio Nacional de São Paulo, em Piraporinha, está em Antonio Caso, *A esquerda armada no Brasil*, p. 324.

2 Foi a Rádio Diário da Manhã de Florianópolis, em 23 de agosto de 1969. Para o desafio, telegrama da Agence France-Presse, de 16 de agosto de 1969.

3 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 186.

4 Carlos Marighella, *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, p. 54.

5 Em março de 1970 o DOPS paulista viria atribuir-lhe três assassinatos de policiais, a colocação de três bombas e uma sucessão de assaltos que renderam meia tonelada de dinamite e 270 mil cruzeiros, o equivalente a 60 mil dólares. Relatório do delegado Valter Fernandes, do DOPS, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 136-45.

6 Walter Laqueur, *The age of terrorism*, p. 185, e Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 40. Paul Wilkinson, *Terrorism and the Liberal State*, pp. 62 e 112. Masud Ansari, *International terrorism*, p. 105. Claire Sterling, *The terror network*, pp. 8 e 21.

7 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 107.

8 Carlos Marighella, *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, pp. 55-6.

9 Idem, pp. 57 e 61.

10 Marco Antônio Brás de Carvalho foi morto depois de ter cometido a imprudência de ir procurar em casa um militante que faltara a um "ponto". Virgílio Gomes da Silva, que o sucedeu, foi preso quando estava escondido na casa de familiares de um militante que estivera em Cuba, cujo endereço era conhecido por pelo menos outros dois membros da ALN. *Quedograma*, itens 3 e 11.

11 Mário Magalhães, *Marighella*, p. 546.

12 Carlos Marighella, "O papel da ação revolucionária na organização", em *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, p. 38.

13 *Resistência*, 13 de setembro de 1969.

14 Marcelo Paiva, em *Folha de S.Paulo* de 5 de maio de 1996, *mais!*, pp. 5-6.

15 Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 46.

16 A entrevista de Marighella a *Action* foi transmitida pela Rádio Havana no dia 29 de novembro de 1969. Seu conteúdo indica que ela foi concedida em torno do mês de agosto, provavelmente antes da isquemia de Costa e Silva e certamente antes do sequestro de Elbrick.

17 Depoimento de Richard Helms, diretor da Central Intelligence Agency, à Subcomissão de Assuntos Hemisféricos da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, 5 de maio de 1971, p. 7. Transcrição parcialmente liberada pela Comissão em fevereiro de 1987. National Archives.

18 Telegrama do consulado americano em São Paulo ao Departamento de Estado, de 6 de novembro de 1969, onde se lê: "(...) (para maiores detalhes sobre as atitudes dos dominicanos, ver São Paulo Memcom 68-08-14 com [seguem-se dezenove ou vinte batidas censuradas] — e Memcom de 68-12-30, com frei [censurado])". DEEUA.

19 John Blacken, janeiro de 1990. Apesar da referência a um frei no *Memcom* 68 -12 -30, Blacken assegurou nessa conversa com o autor que o militante da AP com quem o consulado conversara era laico. Mário Magalhães, em seu *Marighella*, p. 435, sustenta que o informante do consulado era o militante Alessandro Malavasi.

20 Frei Betto, *Batismo de sangue*, p. 57.

21 *Atividade Delituosa dos Dominicanos na Ação Libertadora Nacional*, denúncia do Ministério Público da 2ª Auditoria do Exército, em Mario Simas, *Gritos de justiça*, p. 90.

22 Para o caso da mala de dinheiro, narrativa de Frei Betto, em Luís Mir, *A revolução impossível*, p. 289.

23 *The Catholic Church in Brazil*, *Special Report* da Central Intelligence Agency, de 13 de setembro de 1968. DEEUA.

24 *O Estado de S. Paulo*, 3 de agosto de 1967, citado em Charles Antoine, *L'Église et le pouvoir au Brésil*, p. 106.

25 Gustavo Corção, *O Globo*, 25 de abril de 1968.

26 *Quedograma*, item 3, e nota oficial do secretário de Segurança de São Paulo, de 10 de dezembro de 1969, em Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 191-2.

27 Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 66, 75 e 137. Ver também entrevista a *Playboy* de junho de 1992.

28 *Quedograma*, item 4.

29 Salomão Malina, 1989.

30 Entrevista de Clara Charf, em *Rememória*, p. 147. Charf informou que Marighella pretendia viajar para o Norte no dia 9 de novembro.

31 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 169-70.

32 Emiliano José, *Carlos Marighella*, p. 61.

33 Carlos Marighella, *Pour la libération du Brésil*, p. 75.

34 Segundo Frei Betto em seu *O Paraíso perdido*, p. 78, Detrez entrevistou Marighella na última semana de outubro.

35 Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 75-6.

36 Para o preso, *Quedograma*, item 7. Para o caso do talão de cheques, Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 198-9. Ver também a nota da Secretaria de Segurança de São Paulo, de 10 de dezembro de 1969, em Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 191-2.

37 Para a tortura de frei Fernando, Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 171-2.

38 Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 143 e segs.

39 Idem.

40 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 192-4.

41 Mário Magalhães, *Marighella*, pp. 550-1 e 707. Jeová de Assis Gomes, uma das pessoas que teriam dado a informação, morreu em 1972, antes da publicação de *Combate nas trevas*. A outra, Otávio Ângelo, negou a Magalhães que tivesse sabido das prisões dos frades antes de se encontrar com Marighella, no dia 4. Guiomar Silva Lopes, que teria ouvido Angelo mencionar as prisões num "ponto" em que encontraram o dirigente, foi entrevistada por Gorender em 1986 e, anos depois, por Magalhães, quando retificou a memória anterior.

42 Mário Magalhães, *Marighella*, p. 543.

43 *Folha de S.Paulo*, 20 de maio de 1996, Caderno Brasil, p. 7, reportagem de Cristina Grillo, com base no relatório do delegado Ivair Freitas Garcia, do DOPS, de novembro de 1969.

44 Para os ferimentos, *Laudo Médico-Legal nº* 36 .229, de 11 de novembro de 1969, assinado pelos médicos Harry Shibata e Abeylard de Queiroz Orsini. Para a distância do tiro fatal, Conclusão Final do *Parecer Médico-Legal* do legista Nelson Massini, de 8 de maio de 1996, encaminhado à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que estudou os casos dos desaparecidos políticos.

45 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 190 e segs.

46 Frei Betto, *Batismo de sangue*, p. 4.

47 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 344.

48 Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 206-7, transcreve o trecho de Marchetti e Marks.

49 *Jornal da Tarde*, 13 de dezembro de 1969.

50 Uma folha sem data nem assinatura, carimbada “ *secret*”, de 1964, intitulada *Suggestions for Oral Agreement. Liaison Relationship between the Brazilian National Intelligence Service and the American Intelligence Service*. APGCS/HF.

51 Depoimento de Renato d’Andrea a Percival de Souza, em Souza, *Autópsia do medo*, p. 384.

52 Depoimento do delegado Paulo Bonchristiano a Percival de Souza, em Souza, *Autópsia do medo*, p. 401. Nesse depoimento Bonchristiano refere-se a Richard Helena. Posteriormente, corrigiu o equívoco. Paulo Bonchristiano, dezembro de 2000.

53 Telegrama do consulado-geral dos Estados Unidos em São Paulo ao Departamento de Estado, de 6 de novembro de 1969. DEEUA.

54 Frei Betto, *Batismo de sangue*, p. 63.

55 Armênio Guedes, outubro de 1991.

56 Estava morto Virgílio Gomes da Silva. Estavam presos Aton Fon Filho, Otávio Ângelo e José Nonato Mendes. Trabalhava para a polícia Hans Rudolf Manz. Restava Adilson Ferreira da Silva.

57 Rádio Havana, transmissão de 6 de dezembro de 1969.

A história dos mortos

A tortura quebrou o terror. A destruição das organizações armadas começou em julho de 1969, a partir da centralização das atividades de polícia política dentro do Exército. Enquanto em São Paulo o general Ayrosa polia as engrenagens da *Operação Bandeirante*, no Rio de Janeiro o general João Dutra de Castilho reestruturava a máquina de informações da Vila Militar. Formou combinados que trabalhavam sob a coordenação do CIE. Suas equipes tinham tropas das mais diversas unidades, da Polícia do Exército ao Batalhão Escola de Engenharia. No dia 16 de outubro de 1969, uma semana depois da aula de tortura na 1ª Companhia da PE, ele anunciava: "Passamos à ofensiva".[1]

No final de junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que algum dia chegaram a ter mais de cem militantes. A unificação de esforços colaborou para o trabalho da "tigrada", mas foi o porão que lhe garantiu o sucesso. Entre 1964 e 1968 foram 308 denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares. Durante o ano de 1969 elas somaram 1.027 e, em 1970, 1.206.[2] De 1964 a 1968 instauraram-se sessenta IPMs contra organizações de esquerda; só em 1969 abriram-se 83 novos inquéritos.[3] O da ALN formou doze volumes, com 3 mil páginas e 143 indiciados.[4] Em apenas cinco meses, de setembro de 1969 a janeiro de 1970, foram estourados 66 aparelhos, encarceradas 320 pessoas e apreendidas mais de trezentas armas.[5]

Num discurso feito na Escola Superior de Guerra, Médici festejava: "Estamos vencendo o terrorismo da minoria enganada pela falácia de

sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente”.[6] Falando à oficialidade da Vila Militar, foi mais didático e reiterou seu compromisso de “aprimorar a prática dos princípios democráticos consagrados na constituição brasileira, sobretudo os referentes à dignidade da pessoa humana — no bom sentido do humano — aos direitos, deveres e liberdade do homem brasileiro; — mas não do pseudobrasileiro, isto é, daquele que está a serviço de outra pátria”.[7] “Haverá repressão, sim. E dura, e implacável”, arrematou em março de 1970.[8] Não podia ser mais claro.

No comando do II Exército, o general Canavarro Pereira garantia: “Não esmoreceremos na nossa luta contra a subversão e a corrupção no país”.[9] A verdade é que, no combate à corrupção, as coisas não iam tão bem. O general Oscar Luiz da Silva, presidente da Comissão Geral de Investigações (organismo sobre o qual também pairara a esperança da eficácia pela centralização), admitia que em cinco anos ela só concluíra seis dos 1.500 processos que abrira. Justificava a produção minguada: “A morosidade se deve ao cuidado com que são feitas as investigações. O sigilo, cuidado que temos para não comprometer antes do tempo, e às vezes indevidamente, a pessoa física ou jurídica processada. Quando iniciamos uma investigação, já o fazemos com quase total segurança de que estamos numa pista real de enriquecimento ilícito. Mas podemos nos enganar”.[10] Não podia ser mais claro.

Em maio de 1970, a Central Intelligence Agency registrou que “dois dos quatro membros do comando nacional da VPR foram capturados, e outro matou-se. Só o capitão renegado Carlos Lamarca, líder do grupo, continua foragido”.[11] A organização perdera três dos cinco dirigentes que a controlavam no ano anterior.[12] Herbert Eustáquio de Carvalho, o *Daniel*, um dos poucos chefes a escapar, registraria: “Os mais experimentados quadros urbanos foram presos ou mortos. (...) O desastre. Do que sobrara no Rio: uma dezena de militantes (...)”.[13] “Estavam todos perdidos entre si, descontatados, clandestinos e sem dinheiro. Matando cachorro a grito”,

acrescentou Alfredo Sirkis, o *Felipe*, *Gabriel* ou *Vitor*.[14] Talvez não chegassem a trinta. O temido "grupo de ação", responsável pelos principais atentados de todo o surto, dissolvera-se, quase todo preso. Um de seus integrantes, sem contato com a organização, dormia na rua e vivia a médias e pão com manteiga.[15] Na ALN a situação era ligeiramente melhor. Numa contagem feita durante uma reunião na Pedra de Guaratiba, a malha da organização no Rio de Janeiro reduzira-se a catorze pessoas.[16] Somando-se a ela a militância paulista, é provável que tivesse pouco mais de cinquenta.[17] Um de seus militantes recordaria: "A partir de maio de 1970 ficou-nos cada vez mais difícil sobreviver. Os poucos tamboretes que fazíamos rendiam um milhão, um milhão e meio (...) mal davam para o sustento".[18]

Pode-se ter uma visão do que aconteceu ao terrorismo brasileiro nos 23 meses que vão de agosto de 1968 ao fim do primeiro semestre de 1970 buscando-se o paradeiro dos militantes envolvidos nas cinco principais ações terroristas do período, a saber:

1. o assalto ao trem pagador da ferrovia Santos-Jundiaí (10 de agosto de 1968), pela ALN;
2. o ataque ao QG do II Exército (26 de junho de 1968), pela VPR;
3. o assassinato do capitão Chandler (12 de outubro de 1968), pela VPR;
4. o roubo do cofre de Adhemar de Barros (11 de maio de 1969), pela VAR-Palmares, derivada da VPR e do Colina; e
5. o sequestro de Elbrick (4 de setembro de 1969), pelo condomínio da Dissidência Universitária com a ALN.

Essas cinco ações foram organizadas por quatro grupos, e delas participaram 46 militantes. Um levantamento do destino de 44 deles mostra que no final de junho de 1970, menos de um ano depois do sequestro de

Elbrick, seis estavam mortos, 21 presos e dez haviam deixado o país. Dos sete restantes, dois morreriam e um seria capturado antes do final de 1970. Sobravam quatro. Dois estavam desconectados das organizações e outro exilou-se em 1971. Vivo e atuante, só um, que seguira para Cuba. Retornou ao Brasil e foi assassinado em 1972.[19]

Da explosão da bomba no aeroporto dos Guararapes ao sequestro de Elbrick as organizações armadas têm uma narrativa de ações. Depois da morte de Marighella, começou uma crônica de cadáveres. Nela, escreveram-se duas histórias: a dos vencedores e a dos vencidos. Uma não existe sem a outra, e a forma como elas se encontraram retrata ao mesmo tempo o fim de uma aventura política e a ferocidade de uma ditadura.

Aqui vão contadas duas mortes.

1. As 53 marcas de Chael

Chael Charles Schreier, estudante da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo, abandonara o curso em 1968 e tornara-se o *Joaquim*, da VAR-Palmares. Tinha 23 anos e participara de pelo menos um assalto a banco.[20] Era um homem gordo e corpulento, com 120 quilos, vistoso demais para circular pelas ruas sabendo que a polícia o procurava. Vivia trancado.

Chael Charles Schreier

Às nove horas da noite da sexta-feira, 21 de novembro de 1969, estava num aparelho da rua Aquidabã, 1.053, no bairro do Lins de Vasconcelos, no Rio. Na casa de dois andares, sala e três quartos, fazia alguns meses morava o casal *Mauro Cabral* e *Maria Carolina Montenegro* (e Chael, que chegara no chão de um carro). Pagavam quatrocentos cruzeiros de aluguel e fingiam viver a rotina dos casais jovens do bairro, mas alguma coisa neles chamava a atenção. Alugaram a casa, oferecendo um depósito de três meses (preferência genérica das pessoas que não conseguem fiador e específica dos locatários de aparelhos, dos contraventores e dos caloteiros). Na época, a VAR tinha grandes planos; o maior deles era o sequestro do ministro da Fazenda, Delfim Netto.[21] No aparelho havia uma submetralhadora, uma espingarda, diversas pistolas e 3 mil cartuchos.[22] A casa estava sendo observada. Àquela hora onze policiais do DOPS a rodeavam.[23]

Mauro foi logo capturado, mas Chael e a jovem enfrentaram a polícia a bala e bombas feitas com canos de ferro recheados de pregos. Quando o aparelho estava tomado de gás lacrimogêneo, renderam-se e saíram da casa com os braços para cima. *Mauro* não teve tempo de abrir a tampa de caneta onde guardava uma cápsula de veneno.[24] Chegaram ao DOPS com as roupas em frangalhos e algumas escoriações. Apanharam até o início da madrugada, quando os mandaram para a 1ª Companhia da PE, base operacional do CIE na Vila Militar. Com 23 anos, *Mauro* era Antonio Roberto Espinosa, o *Bento*, um dos seis comandantes nacionais da VAR, veterano dos primeiros assaltos. *Maria Carolina* era Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a *Francisca*. Linda mulher, de olhos imensos, quintanista de medicina, tinha 25 anos.

No quartel, foram entregues a dois capitães, um tenente, dois sargentos e um cabo.[25] Era um combinado do CIE com a 2ª Seção da Companhia da PE. Os capitães João Luiz de Souza Fernandes e Celso Lauria eram do CIE. O tenente Ailton Joaquim e os sargentos Paulo Roberto de Andrade e Atilio Rossoni serviam na 1ª Companhia da PE. Fazia pouco mais de um mês nela

se realizara a aula de tortura para a "tigrada". Dos seis, três tinham a Medalha do Pacificador. Ailton e o sargento Andrade haviam-na recebido oito dias antes, com palma, por serviços "à manutenção da ordem, da lei e das Instituições Democráticas brasileiras".[26]

Despiram-nos, e a primeira sessão de tortura foi coletiva. Chael foi obrigado a beijar o corpo de Maria Auxiliadora. Espinosa teve a cabeça empurrada entre os seus seios. Levaram os dois rapazes para outra sala. *Francisca* foi deitada no chão molhado, e assim aplicaram-lhe os primeiros choques elétricos.[27] Tinha começado aquilo que anos depois ela relembraria como os "intermináveis dias de Sodoma".[28] Recebia golpes de palmatória nos seios, e uma pancada abriu-lhe um ferimento na cabeça.[29] Espinosa tomou choques com fios ligados à corrente elétrica de uma tomada de parede, amarraram-lhe a genitália numa corda e fizeram-no correr pela sala.[30] A pancadaria cessou no fim da madrugada, quando Chael parou de gritar. Lauria mandou que Maria Auxiliadora vestisse sua roupa e acompanhou-a à enfermaria, onde lhe deram um ponto no ferimento da cabeça.[31] O soldado que tomava conta de Espinosa disse-lhe: "Mataram seu amigo".[32]

Amanhecia o sábado quando tocou o telefone do oficial de plantão do CIE, no quartel-general. Era o tenente-coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite.[33] Havia um cadáver na 1ª Companhia da PE. Em casos anteriores esse tipo de problema fora resolvido com um procedimento rotineiro. Fechava-se o caixão, proclamava-se o suicídio e sepultava-se o morto. O método já dera certo duas vezes, naquele mesmo quartel. Em maio, com Severino Viana Colon, e em setembro, com Roberto Cieto. Tratava-se de seguir o manual, e Helvecio despachou para a PE de Deodoro o tenente-coronel Murilo Fernando Alexander, do CIE.[34]

O cadáver de Chael foi levado por Alexander para o Hospital Central do Exército. "Não concordaram em aceitá-lo como se tivesse entrado vivo", contou o tenente-coronel Helvecio.[35] A decisão fora tomada pelo próprio

diretor do hospital, general Galeno da Penha Franco. Pior: o general reteve o morto e determinou que se procedesse à autópsia. O CIE tinha dois problemas. O tiroteio e as prisões da rua Aquidabã eram públicos, pois haviam sido noticiados pelas rádios.[36] Ademais, os presos foram três, e dois estavam vivos. Isso excluía a fórmula do sumiço do corpo, usada dois meses antes na *Operação Bandeirante*, depois do assassinato de Virgílio Gomes da Silva. O atestado de óbito excluía a versão do suicídio. A origem social de Chael, um ex-estudante de medicina saído de uma família judia da classe média paulista, cortava o caminho ao funeral de indigente que ajudara a abafar a morte de Severino Colon.

Restava um só caminho, e antes do meio-dia foi posta a circular sua versão: um dos presos fora ferido durante o tiroteio. No domingo, o *Jornal do Brasil* informou que os três terroristas da rua Aquidabã estavam sendo interrogados na PE.[37] Na segunda-feira, o II Exército informou ao DOPS paulista que Chael morrera de ataque cardíaco no HCE, quando era medicado.[38] Na terça, o cadáver foi entregue à família. Na quarta, enquanto o *Correio da Manhã* publicava que os três presos "continuam sendo interrogados", finalmente a notícia de sua morte foi liberada pelos oficiais encarregados da repressão à VAR-Palmares. O DOPS anunciou que ele morrera por conta de dois tiros recebidos durante o cerco ao aparelho.[39] Como essa versão estava desamparada pelo atestado de óbito e pela necropsia, firmou-se a lorota que o tenente-coronel Ary Pereira de Carvalho, com sua torturada gramática, faria circular no Exército: "Dos três terroristas o que mais violentamente reagiu foi Chael Charles Schreier, que mais tarde, apesar dos curativos recebidos, veio a falecer em consequência de ferimentos internos, por ele mesmo praticados durante sua prisão".[40]

Faltara calar a autópsia e o atestado de óbito. O major-médico Oswaldo Caymmi Ferreira, chefe do serviço legista do HCE, e o capitão Guilherme Achilles de Faria Mello, amparados na autoridade do taciturno professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da UFRJ Rubens Pedro Macuco

Janini, assinaram a mais detalhada necropsia do regime. Contando-se apenas dois ferimentos para cada vez que os legistas usaram o plural na descrição das lesões existentes no cadáver, Chael Charles Schreier tinha 53 marcas de pancada. Bastava olhá-lo. Estava todo lanhado, com um corte no queixo suturado por cinco pontos. Examinado, tinha uma hemorragia na cabeça e sangue "em todos os espaços" do abdômen. O intestino fora extensamente rompido. O tórax estava deprimido, dez costelas quebradas.[41] [*Veja o documento*]

No final de novembro, o jornalista Luiz Gutemberg encontrou-se no Rio de Janeiro com o coronel Octavio Costa, chefe da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Ambos alagoanos, conheciam-se havia tempo. O coronel, veterano da FEB, tinha um fraco pelas letras. Colaborava eventualmente no *Jornal do Brasil* e escrevera o discurso de posse de Médici. Tinha um estilo de compota: "Homens do meu país! Neste momento eu sou a oferta e a aceitação", mas tinha também uma ideia própria do que deveria ser o governo: "Creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem".[42] O resultado da conversa de Gutemberg com o coronel chegou às bancas na segunda-feira, dia 8 de dezembro. Em sua capa, *Veja* anunciava: "O presidente não admite torturas".[43] [*Veja o documento*]

A reportagem atribuía a "um porta-voz da Presidência" a grande notícia do ano: "Médici determinou aos órgãos responsáveis pela segurança pública e combate à subversão — vários deles acusados de torturar presos políticos e até simples suspeitos depois inocentados — que devem rever imediatamente seus esquemas de repressão e pôr fim ao uso de métodos violentos". O ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, foi além: "Nesse período [em um mês de governo] eu não tive conhecimento de nenhum fato inequívoco que reclamasse a imediata intervenção do ministério. Todavia, o pensamento do ministério é o de intervir dentro de seus limites para

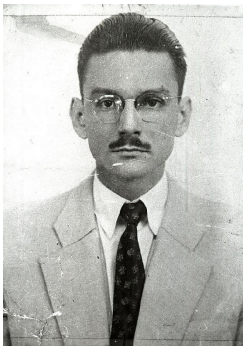
preservar a ordem jurídica interna e a segurança nacional".[44] Dois dias depois, foi mais claro: "Se tivermos conhecimento — o que ainda não aconteceu — da execução de atos de tortura em qualquer região do país, o ministério da Justiça saberá aplicar as medidas tendentes à punição dos responsáveis".[45]

Na segunda-feira seguinte a revista *Veja* [*Veja o documento*] publicou a certidão de óbito de Chael, na qual se registrava uma "contusão abdominal com rupturas do mesocólon transverso e mesentério, com hemorragia interna".[46] Para quem queria saber, o caso era perfeito e acabado. Chael fora preso vivo e chegara ao HCE morto. O coronel Ary Pereira de Carvalho dificilmente conseguiria explicar como ele teria sido capaz de autoflagelar-se a ponto de romper seu intestino. O atestado de óbito conduzia à necropsia, mas ela estava guardada no arquivo do HCE. A descrição dos ferimentos de Chael e a explicação do coronel tinham uma coisa em comum: em ambas estavam apostas as assinaturas de oficiais do Exército. Poucos dias depois, o tenente-coronel Helvecio mandou uma carta a Buzaid.[47] Era parte do contra-ataque do porão. Dele conhece-se o desfecho, mas não a manobra. Quando o ministro voltou a tratar do tema, soou diferente, ecoando sua militância integralista da mocidade, em Jaboticabal, no interior de São Paulo: "Aqueles que matam guardas e agentes de segurança, que roubam metralhadoras para guerrilhas escondendo-se atrás de uma ideologia comunista, devem sofrer punição exemplar".[48] O tenente-coronel prevalecera.

Na galeria aberta em 1966 pelo sargento Manoel Raimundo Soares com suas mãos amarradas, Chael tornou-se mais uma daquelas vítimas do regime que morreram diversas vezes. Na primeira, quando o mataram. Nas demais, quando a toda iniciativa no sentido de elucidar o crime e levar os acusados ao processo legal correspondeu uma resposta do regime, calando-a. No dia 6 de dezembro de 1969, o comando do I Exército informou aos proprietários de órgãos de comunicação que deveriam esquecer o noticiário

relacionado com as torturas. Quanto à revista *Veja*, com sede em São Paulo, concebeu-se um plano cruel. A cada fim de semana um exemplar deveria ser levado ao Rio de Janeiro antes que a edição chegasse às bancas. Seria examinado pelo general Carlos Alberto Cabral Ribeiro, chefe do estado-maior da 1ª Região Militar. Se ele não gostasse, a circulação daquele número poderia ser suspensa. Médici não tentou sequer o acordo obtido por Geisel durante sua visita aos quartéis do Nordeste, em 1964, quando se firmou no governo Castello a doutrina segundo a qual as torturas praticadas nos primeiros meses do regime seriam esquecidas em troca de um futuro bem-comportado. Houvera um engano: o presidente admitia torturas. E de onde o coronel Octavio Costa tirou a ideia de dizer que ele não admitia? O coronel conta: "Quando eu disse ao Gutemberg que o presidente não admitia torturas, não estava mentindo. Eu realmente achava que o presidente não admitia torturas. Não sabia de nada. Eu vinha do Centro de Aperfeiçoamento, no Leme, a imprensa estava censurada. Do lado de lá os presos falavam muito. Do lado de cá o pessoal não falava".[49]

2. O último "ponto" de Mário Alves



Mário Alves

Passava pouco das cinco da tarde de 16 de janeiro de 1970 quando Mário Alves, o *Vilas*, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro

Revolucionário, saiu de sua casa no bairro da Abolição, no Rio de Janeiro, para um "ponto" em Cascadura. Sua biografia parecia-se com a de Marighella. Era baiano, militara no PCB desde os tempos do Estado Novo, fora preso e torturado em 1964. Expulso do Partidão em 1967, buscara apoio cubano e dirigia uma organização disposta a derrubar o regime através de uma insurreição armada. Apesar dessas semelhanças, *Vilas* pouco tinha em comum com *Menezes*. Retraído e atencioso, impressionava mais por ouvir do que por falar. Aos 56 anos, vivia como um asceta. Só as suas maneiras polidas traíam a origem abastada de filho de fazendeiros. Cultivando sua própria lenda, Marighella fazia um gênero que o transformava naquilo que os seus simpatizantes gostariam que fosse: um guerrilheiro carismático. Mário Alves raramente falava de si, encarnava o típico capa-preta da hierarquia do Partidão.

Era a quarta vez que *Vilas* saía em busca do contato que haveria de levá-lo a uma reunião do comitê central. Nas três saídas anteriores esperara em vão. O PCBR estava sendo implodido.[50] Uma fuga desastrada depois do assalto a uma agência do banco Sotto Mayor, na Vila da Penha, tivera como consequência uma fieira de prisões que desarticulara a base da organização no Rio de Janeiro.[51] Os militantes ainda estavam num restaurante festejando o butim (79 mil cruzeiros, o equivalente a 17 mil dólares) quando seus aparelhos começaram a ser varejados.[52] O golpe mais fundo resultou da prisão de um veterano militante comunista. Chamava-se Salatiel Teixeira Rolim. Fazia parte da direção nacional da organização, mas afastara-se havia vários meses para meter-se na ALN. Sabia muito, inclusive a localização de inúmeros esconderijos. Transgredindo as normas da segurança, a direção do PCBR não os desativou.[53]

Preso, Mário Alves foi levado para o quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, aquele que em 1964 a Divisão de Relações Públicas do gabinete do ministro da Guerra dissera não ter "masmorras", "pois seu presídio, relativamente novo, é limpo e seco e dispõe de luz direta".[54] Era

um prédio branco, enfeitado, na rua Barão de Mesquita, 425. Nos anos 1930 abrigara a elite do Exército, servindo de sede à Escola de Estado-Maior. No fundo do pátio ficava uma edificação de dois andares. Modesta no tamanho, equivalia a um distrito policial. À esquerda de quem entrava, havia uma sala grande, iluminada. Era a central de operações. Num painel, registravam-se as informações de "pontos" e aparelhos recebidas pelos interrogadores. Lá decidiam-se as saídas das equipes de busca. À direita havia um corredor, e nele ficava a Sala Roxa, ou ainda a Boate. Tinha um globo de luz azulada colocado acima da porta de entrada. Quando estava aceso, só podia entrar quem estivesse relacionado com a investigação. Um vidro espelhado permitia que da sala ao lado se acompanhasse a movimentação da Boate.[55]

No fundo do corredor havia cinco pequenas celas, cada uma com um colchão de palha no chão, um buraco sanitário no fundo e uma janela gradeada perto do teto. Nelas ficavam os presos que a qualquer momento poderiam ser levados para a Sala Roxa. Não porque houvesse tanta pressa em levá-los, mas para que ouvissem o que acontecia ao lado.[56] Numa dessas masmorras estava Antônio Carlos de Carvalho. Noutra, Raimundo Teixeira Mendes. Eles ouviram:

> — Teu nome completo é Mário Alves de Souza Vieira?
> — Vocês já sabem.
> — Você é o secretário-geral do comitê central do PCBR?
> — Vocês já sabem.
> — Será que você vai dar uma de herói?[57]

Mário Alves ficou oito horas na Sala Roxa. No início da manhã seguinte o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpá-la. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca.[58] Tinha sido

empalado com um cassetete.[59] Dois outros presos, militantes do PCBR, reconheceram-no, deram-lhe de beber e limparam-lhe o rosto.[60]

Vilas não voltou a ser visto. Tornou-se um "desaparecido", o primeiro a colocar no cenário político brasileiro o personagem da viúva que cobra o cadáver do marido. Sua mulher, Dilma, com quem se casara fazia trinta anos, viveria outros vinte lembrando ao governo e às Forças Armadas o assassinato de Mário Alves, mas em 1970 parecia fácil enxotá-la: "Escrevi uma carta ao comandante do I Exército e fui entregar pessoalmente. Era o Syseno Sarmento. Voltei para saber a resposta e me submeteram a um interrogatório, me ameaçaram alegando que eu estava caluniando o Exército. Onde estão as testemunhas? — diziam".[61]

* * *

Tanto o caso de Chael como o de Mário Alves eram, na origem, produto de um acontecimento perturbador do mundo da tortura funcional: a morte do prisioneiro. A racionalidade que associava a imposição da dor à extorsão de informações não tinha alcance para admitir a morte de um acusado indefeso.

Dentro do raciocínio funcional, a morte do preso chegava a ser um inconveniente para as investigações. O próprio Médici narrou ao repórter Antonio Carlos Scartezini um diálogo que teve com o general Orlando Geisel depois que um oficial foi assassinado num tiroteio: "Tive uma conversa com o ministro do Exército e falei: 'Só os nossos estão morrendo'. Ele respondeu: 'Nós não podemos matar, precisamos desfazer a cadeia'". Quando Médici concluiu sua lembrança, o coronel Clóvis Magalhães Teixeira, que fora seu ajudante de ordens, esclareceu: "Desfazer a cadeia é romper a ligação entre os terroristas. (...) Por isso surgiu a tortura, pela necessidade de arrancar informações rapidamente".[62]

O cadáver expunha a relação farsesca do governo, que negava a tortura nos salões e condecorava a “tigrada” no porão. Um preso com dez costelas quebradas poderia ser mantido incomunicável num hospital até que se recuperasse. Podia ainda ser ameaçado, tanto com novas torturas como com desconfortos carcerários. Além disso, para efeitos de propaganda, um terrorista vivo sempre poderia ver expostos os seus próprios crimes. O cadáver, porém, tolhia a onipotência dos torturadores, obrigando-os a buscar cumplicidades que, se em certos momentos poderiam ser tomadas como favas contadas, em outros poderiam faltar, como faltou a do general Galeno da Penha Franco no caso de Chael.

A inimputabilidade dos militares envolvidos na repressão política passava a exigir mais que silêncio ou tolerância. Tratava-se de encobrir homicídios por meio de versões insustentáveis, pondo em funcionamento uma nova engrenagem. De um lado o porão demonstrava força impondo sua mordaça à oficialidade e ao aparelho judiciário. De outro, ampliava seu contencioso com a sociedade e transformava a tortura numa linha demarcatória entre o repúdio e o apoio ao regime.

Aos olhos dos oficiais da máquina de repressão, o desfecho do assassinato de Chael tornou-se um problema, mas o de Mário Alves, uma solução. O seu desaparecimento encerrava a discussão acerca do que lhe fizeram na Sala Roxa. Os presos que o ouviram durante a madrugada e o reconheceram pela manhã juraram contar o que acontecera, mas em 1970 nem sequer a viúva julgou prudente expor a identidade do jovem que lhe fez as revelações logo depois de sair da rua Barão de Mesquita.[63] Antes que o ano de 1970 acabasse, quatro outros cidadãos desapareceriam. Todos foram vistos vivos em dependências do Exército. Três na Sala Roxa.[64]

1 *Boletim da 1ª Divisão de Infantaria*, 16 de outubro de 1969, *Processo nº 4.896,* STM, vol. 3, p. 1383. Nas operações de outubro de 1969 entraram equipes das seções de operações da 1ª Companhia da PE, Batalhão Escola de Engenharia, Regimento Escola de Cavalaria, 1º e 2º Regimentos de Infantaria, 1º Regimento de Obuses 105 e do Esquadrão Tenente Amaro.

2 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 114.
3 *Brasil: nunca mais*, pp. 114-6.
4 *Jornal da Tarde*, 1º de março de 1970.
5 *Veja*, 4 de fevereiro de 1970, p. 25.
6 Emílio Garrastazu Médici, *Nova consciência de Brasil*, pp. 80-1. Discurso de 31 de março de 1970.
7 Idem, p. 29.
8 Idem, p. 91. Mensagem pelo sexto aniversário da Revolução.
9 Telegrama da Agence France-Presse de 26 de agosto de 1970.
10 *Veja*, 4 de fevereiro de 1970.
11 *Weekly Summary*, Central Intelligence Agency, 8 de maio de 1970. DEEUA.
12 Antonio Roberto Espinosa, *Mário Japa* e Fernando Mesquita Sampaio. Sobraram Lamarca e Cláudio de Souza Ribeiro.
13 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, pp. 53 e 55.
14 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, pp. 198-9.
15 Entrevista de Massafumi Yoshinaga, *Veja*, 15 de julho de 1970, p. 18.
16 Reinaldo Guarany, *A fuga*, p. 10. Athos Magno Pereira, em sua entrevista a Luís Mir, *A revolução impossível*, p. 537, estima que fossem menos de trinta.
17 Essa estimativa baseia-se no fato de que entre o início do segundo semestre de 1970 e maio de 1975 foram assassinados 37 quadros da organização.
18 Reinaldo Guarany, *A fuga*, p. 28.
19 Levantamento do autor.
20 *Informação 17 / 69 -IPM-OPM*, do tenente-coronel Ary Pereira de Carvalho à seção de informações da 1ª Divisão de Infantaria, 10 de dezembro de 1969. AA. *Veja*, 10 de dezembro de 1969, pp. 20-7. *The Tragic Death of Chael Charles Schreier*, em *Terror in Brazil, a Dossier*.
21 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 180.
22 *Correio da Manhã*, 23 de novembro de 1969.
23 Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 126.
24 Depoimento de Antonio Roberto Espinosa, em Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 244.
25 Antonio Roberto Espinosa, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 407, lista na recepção os capitães João Luiz (de Souza Fernandes) e (Celso) Lauria, o tenente Ailton (Joaquim), os sargentos (Paulo Roberto de) Andrade e (Atilio) Rossoni, além do cabo (Edson Antonio) Mendonça. Tanto Espinosa como Maria Auxiliadora se referem à participação do capitão Ailton Guimarães Jorge nas sessões de tortura por que passaram.
26 Certidão de Assentamentos do Terceiro-Sargento Paulo Roberto de Andrade, fl. 11, vol. 5, p. 1907 do *Processo nº 4 . 896*, STM. Para o capitão Celso Lauria, *Almanaque do pessoal militar do Exército*, 1972.
27 Declarações de Maria Auxiliadora Lara Barcelos à Justiça Militar, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 85.

28 Maria Auxiliadora Lara Barcelos, “Continuo sonhando”, em Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, *Memórias do exílio*, p. 317.

29 Segundo uma carta manuscrita de Adail Ivan de Lemos, preso em 8 de agosto de 1969, na PE denominavam Carinhosa e Vem Cá Meu Bem a palmatória furada. Luciana, a lisa. *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 142.

30 Depoimento de Antonio Roberto Espinosa, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, pp. 404 e 407.

31 Depoimento de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 70.

32 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 351. Ver também Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 447-8.

33 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985.

34 Para a identificação de Alexander, coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985.

35 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985.

36 A agência de notícias espanhola EFE transmitiu de Madri, às 12h30 GMT, a informação segundo a qual haviam sido presos *Joaquim Mauro* e *Carolina Montenegro*.

37 *Jornal do Brasil*, 23 de novembro de 1969, p. 42.

38 Relatório do II Exército, de 24 de novembro de 1969, em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 433.

39 *Correio da Manhã*, 26 e 23 de novembro de 1969.

40 *Informação 17 / 69 -IPM-OPM*, do tenente-coronel Ary Pereira de Carvalho à seção de informações da 1ª Divisão de Infantaria, 10 de dezembro de 1969. Sintaxe do tenente-coronel Ary Pereira de Carvalho. AA.

41 Necropsia de Chael Charles Schreier, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 81. “(...) encontra-se fratura com infiltração hemorrágica na junção das terceira, quarta, quinta e sexta costelas direitas com a respectiva cartilagem costal, e fratura da segunda, terceira, quarta, sexta, sétima e oitava costelas esquerdas com infiltração hemorrágica, percebe-se infiltrado hemorrágico no tecido subcutâneo da metade superior da região esternal na altura da região epigástrica.” Esse documento não foi divulgado na ocasião.

42 Emílio Garrastazu Médici, *O jogo da verdade*, pp. 33 e 39.

43 *Veja*, 3 de dezembro de 1969.

44 Entrevista de Alfredo Buzaid a Dirceu Brisola, *Veja*, 3 de dezembro de 1969, p. 21.

45 *O Globo*, 3 de dezembro de 1969.

46 Certidão de óbito de Chael Charles Schreier, de 26 de novembro de 1969.

47 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985.

48 *Noticiário Diplomático Brasileiro*, 10 de dezembro de 1969. Para a militância integralista, Hélgio Trindade, “O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista”, em Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d’Araujo (orgs.), *21 anos de regime militar*, p. 134.

49 General Octavio Costa, maio de 1985.

50 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 201.

51 Para esse episódio, com alguns aspectos rocambolescos, Avelino Bioen Capitani, *A rebelião dos marinheiros*, pp. 152-7.

52 Álvaro Caldas, *Tirando o capuz*, pp. 117 e segs.

53 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 202.

54 *Correio da Manhã*, 8 de julho de 1964.

55 Álvaro Caldas, *Tirando o capuz*, p. 71. Alcir Henrique da Costa, novembro de 1990.

56 Álvaro Caldas, *Tirando o capuz*, p. 74.

57 Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (orgs.), *Desaparecidos políticos*, pp. 95 e segs. Raimundo Teixeira Mendes revelou a *O Globo* de 21 de dezembro de 1996 que entre os primeiros torturadores de Mário Alves estavam os tenentes Armando Avólio Filho, Correia Lima, Magalhães e Duque Estrada.

58 Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (orgs.), *Desaparecidos políticos*, p. 96, e Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 203.

59 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 203. Declarações de Renê de Carvalho e Salatiel Rolim, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, pp. 279-80.

60 Mário Alves foi reconhecido pelo ex-tenente Augusto Henrique Maria Olivier, membro do comitê central do PCBR, e pelo ferroviário Manoel João da Silva, caseiro de um aparelho onde se reunira a cúpula do partido. Em Maria Helena Malta, *Brasil, um sonho intenso*, p. 148.

61 Depoimento de Dilma Borges Alves, em Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (orgs.), *Desaparecidos políticos*, p. 100.

62 Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*, p. 36.

63 Depoimento de Dilma Borges Alves, em Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (orgs.), *Desaparecidos políticos*, p. 100.

64 São eles: Joel Vasconcelos Santos, do PC do B, preso em fevereiro, foi levado para a rua Barão de Mesquita, de onde sumiu em maio (Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa [orgs.], *Desaparecidos políticos*, p. 109); Jorge Leal Gonçalves Pereira, da Ação Popular Marxista-Leninista, a APML, preso no dia 20 de outubro, levado para a PE, foi acareado com outro militante da organização (idem, p. 156); Celso Gilberto de Oliveira, da VPR, preso no dia 10 de dezembro, foi acareado com outro militante no quartel da PE (*Dossiê dos mortos e desaparecidos*, p. 95); José Maria Ferreira Araújo, da VPR, foi preso no dia 23 de setembro e levado para São Paulo, onde o viram quando era interrogado pelo capitão Benoni Albernaz (idem, p. 99).

DOI

Seria muita ingenuidade acreditar que os generais Emílio Médici e Orlando Geisel criaram os DOIs (destacamentos de operações de informações) sem terem percebido que a sigla se confundia com a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *doer*.[1] Por mais de dez anos essas três letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia do regime militar.

Há um enigma no nascimento do monstro. Antes de chegar ao Ministério do Exército, o general Orlando Geisel fora um franco adversário da criação do CIE. Nessa e noutras questões, jamais deixara sua opinião sair do círculo de confidencialidade dos debates da cúpula militar. Mal sentou-se na cadeira, surgiram informações de que Médici decidira entregar-lhe a coordenação do aparelho repressivo.[2] Em novembro de 1969 Orlando Geisel queria manter algum tipo de distância entre o Exército e a repressão. Ainda não completara um mês no cargo quando presidiu pela primeira vez uma reunião do Alto-Comando. Cada general falou de sua área. Na sua vez, o comandante interino do III Exército, José Campos de Aragão, informou que havia um capitão acompanhando os depoimentos de frei Betto na Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul. Orlando esperou o término da rodada de relatórios verbais e foi ao tema: “Capitão não tem que saber nada disso. A secretaria de segurança é subordinada ao governador. Senão, daqui a pouco ninguém mais segura este exército”.[3]

No dia seguinte, dois capitães participaram do assassinato de Chael, numa unidade a pouco mais de meia hora de distância do salão onde

estivera reunido o Alto-Comando. Orlando Geisel morreu em 1979 sem deixar reminiscências. Se em algum momento o novo ministro do Exército pretendeu afastar a sua tropa das tarefas de repressão política ou, pelo menos, mantê-la fora da rotina policial, isso jamais resultou em medidas concretas. As providências que tomou nos meses seguintes foram na direção oposta, trazendo o radicalismo para dentro da hierarquia.

Durante o governo de Castello a linha dura pressionava o presidente pedindo-lhe liberdade de ação para combater os subversivos. Era uma reivindicação mistificadora, pois o que se pretendia era mutilar as liberdades públicas em benefício dos projetos políticos de oficiais indisciplinados. O novo ministro do Exército liberou a fúria repressiva, demarcando na ação policial o limite de sua atuação política. Na reunião seguinte do Alto-Comando, em março de 1970, Orlando Geisel pôs em movimento a codificação da militância policial do Exército. Era mais uma "cristalização" do que formulação, mais um "respaldo" que doutrina.[4] Ela se expressou num documento intitulado *Diretriz de Segurança Interna*.[5] Em julho de 1970, comunicou aos seus generais que, por determinação do presidente da República, o Exército assumiria o comando das atividades de segurança, prevalecendo sobre a administração civil e também sobre a Marinha e a Aeronáutica.[6] Dois meses depois estavam criados os DOIs.[7]

Médici consolidou esse arcabouço centralizador por meio de uma Diretriz Presidencial e de um expediente secreto denominado Planejamento de Segurança Interna, criando o Sistema de Segurança Interna, Sissegin, na gíria burocrática, o Sistema, no jargão do regime. Nele, todos os órgãos da administração pública nacional ficavam sujeitos às "medidas de coordenação" do comando unificado da repressão política.[8]

Armara-se a moldura administrativa que ratificava a multiplicação de centrais repressivas semelhantes à *Operação Bandeirante*. Estabeleceu-se que o CIE era o órgão central do Exército para assuntos de informações, e arquivaram-se décadas de discussões doutrinárias em torno da utilidade do

Estado-Maior. A onipotência do Sistema traía os conflitos produzidos pela policialização das Forças Armadas.

O primeiro conflito resultava da primazia concedida ao Exército não só sobre os poderes da República, mas também sobre as outras duas Forças Armadas. Esse predomínio foi legalizado através de um engenhoso ardil burocrático. Nenhuma lei poderia permitir que um comandante militar dirigisse operações policiais dentro de um estado sem que lhe tivesse sido imposta intervenção federal.

Os governadores, nomeados pessoalmente por Médici, aceitavam a interferência como parte do pacto político a que se haviam vinculado. O carioca Chagas Freitas, amigo de Orlando Geisel e único governador filiado ao partido oposicionista, patrocinou a aprovação, pela Assembleia Legislativa, de um projeto que autorizou o governo do estado da Guanabara a financiar a construção de uma sede para a nova central de repressão política.[9] Em São Paulo, o governador Laudo Natel pagou a obra de um prédio de dois andares (onde estavam as novas salas de interrogatório) e a reforma da delegacia que a Oban recebera em 1968.[10]

Já os comandantes militares estavam em situação diversa. Se o comandante de um distrito naval ou zona aérea tivesse patente superior à do general da guarnição local, teria sobre ele indiscutida precedência, tanto para comandar uma operação conjunta como para sentar-se mais próximo ao anfitrião num jantar de lugares marcados. A precedência vigora até mesmo para dois oficiais com a mesma patente. Se um capitão de mar e guerra foi promovido em março e um coronel em agosto do mesmo ano, o primeiro é mais “antigo” e o outro, mais “moderno”.

Para contornar essa dificuldade, elaborou-se um novo mapa político para o Brasil, baseado em Zonas de Defesa Interna, ou ZDIs. Dividiam o país em quatro, fixando limites de jurisdição idênticos aos que separavam o I, II, III e IV Exércitos. Dessa maneira, o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Espírito Santo constituíam uma ZDI entregue ao general-comandante do I

Exército. Ele podia ser mais moderno que o comandante do 1º Distrito Naval e poderia até ser um general de três estrelas no exercício temporário da função. Nada tiraria a sua autoridade sobre a ZDI. Assegurada a primazia do Exército nas formalidades hierárquicas, criou-se um organismo colegiado, o Centro de Operações de Defesa Interna, CODI. Cada ZDI tinha o seu, sempre chefiado pelo comandante do Exército. Nele tinham assento representantes dos governos estaduais, da Marinha e da Aeronáutica, mas sua importância operacional era nula.

A entrega da repressão política ao Exército, objetivo desse minueto burocrático, ocorrera de fato em meados de 1969, mas um ano de trabalho fora tempo suficiente para expor fraturas. A maior delas sucedera na própria instituição modelar de repressão, a Oban. O major Waldyr Coelho, artífice da central de operações e da doutrina do esforço unificado, desentendera-se com o delegado Fleury, chefe das operações da Polícia Civil no DOPS. Waldyr inquietava-se com a existência do que denominava "duplo comando". Descobrira uma rede de extorsões articulada por policiais que vendiam segurança a empresários paulistas.[11]

Dava-se também um choque de personalidades, no qual o exibicionismo do delegado ofendia o egocentrismo napoleônico do major. Estabeleceu-se entre eles uma competição cujos resultados favoreciam Fleury. A Oban do major conseguira desbaratar um pedaço da VPR no início de 1969 e meses depois tirara um naco da ALN. O delegado, contudo, não só matara Marighella, como o fizera passando ao largo da máquina do Exército. Conduzira as investigações com a ajuda do Cenimar, torturara os dominicanos no prédio do Ministério da Marinha e levara-os para o DOPS. Não havia um só agente da Oban na alameda Casa Branca quando *Menezes* foi fuzilado. Pior: o delegado fizera circular a informação de que descobrira a conexão da ALN com os frades explorando uma pista desprezada pela Oban. O major Waldyr Coelho tivera nos seus calabouços um preso em cujo talão de cheques estava anotado um número de telefone. Torturaram-no a

ponto de deixá-lo em coma, mas nada lhe perguntaram do número. Era o telefone do convento de Perdizes.[12]

Perseguindo terroristas, o major e o delegado perseguiam-se. Na noite de 28 de fevereiro de 1970 um policial fazia ronda na avenida das Lágrimas e correu em socorro de um nissei cujo carro capotara. Era Chizuo Osava, o *Mário Japa* do comando da VPR. Tinha 25 anos e curso em Cuba. Estava desacordado e transportava no carro armas e documentos políticos. Entregue a Fleury, ficou no DOPS, a despeito das ordens de Waldyr Coelho para que o recambiassem à Oban. Suspeitava-se — e era certo — que ele soubesse onde estava o capitão Carlos Lamarca. Sabia também das ligações da VPR com os argelinos.[13] Fleury foi obrigado a entregar *Mário Japa* a uma patrulha comandada pelo major, disposta a levá-lo à força. O delegado passara da conta. Dias depois, Fleury foi posto para fora do DOPS, transferido para o humilhante 41º Distrito, na Vila Rica, um bairro perdido da Zona Leste de São Paulo.

* * *

A nova ordem de ZDIs e CODIs criava um arcabouço administrativo capaz de conjurar alianças como a que Fleury fizera com a Marinha. Faltava, contudo, o braço operacional. Ele viria com os DOIs. Os destacamentos de operações de informações surgiram ainda em 1970 no Rio de Janeiro, em São Paulo, Recife e Brasília. Um ano depois, em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza.[14] Tinham por comandantes tenentes-coronéis ou majores. Seus efetivos militares eram recrutados quase sempre nas fileiras dos soldados profissionais e nas polícias militares, até mesmo no Corpo de Bombeiros. Os DOIs de São Paulo e do Rio de Janeiro foram, de longe, os mais ativos. Produziram 597 denúncias de torturas.[15] O de São Paulo herdou a estrutura da Oban, com 112 homens. Entre eles, dezoito vinham do Exército: quatro oficiais, doze sargentos e dois cabos.[16] O do

Rio, de tamanho semelhante, instalou-se no quartel da PE da Barão de Mesquita.

Repetia-se no DOI o defeito genético da Oban, misturando-se informações, operações, carceragem e serviços jurídicos. O destacamento formava uma unidade policial autárquica, concebida de forma a preencher todas as necessidades da ação repressiva sem depender de outros serviços públicos. Funcionou com diversas estruturas e na sua derradeira versão tinha quatro seções: investigação, informações e análise, busca e apreensão, e administração. Dispunha ainda de uma assessoria jurídica e policial.[17] [*Veja o documento*]

Na seção de investigação trabalhavam agentes que deveriam seguir suspeitos, observar esconderijos e farejar pistas. A princípio, não se meteriam em capturas e estouros de aparelhos. Baseava-se numa estrutura celular, formada por turmas de duas pessoas. Cada uma delas tinha direito a um automóvel, em geral um Volkswagen, equipado com radiotransmissor. O número de duplas variava segundo o tamanho do DOI, e num deles chegou a haver doze.

As prisões e o trabalho pesado de rua cabiam à seção de busca e apreensão, dividida em três grupamentos, formados por quatro turmas de três a cinco agentes cada uma. Moviam-se em camionetes ou carros de quatro portas. Essa seção abrigava ainda quatro equipes de coleta de dados, cada uma com três pessoas: um oficial da Polícia Militar, um delegado e um motorista. Tinham por tarefa vigiar universidades, colégios e órgãos do governo. Era a maior das seções e em geral agrupava mais de cinquenta funcionários.

Dentro do porão, estava a razão de sua existência: a seção de informações e análise. Esta tinha dois braços. Um, de análise, recebia informações, mantinha fichários, estudava interrogatórios e documentos. Cada organização perseguida transformava-se numa pasta onde se colecionavam dados históricos, arrolavam-se as ações por ela praticadas e

atualizavam-se listas de nomes de militantes. A subseção de análise cuidava também de álbuns com fotografias e dados biográficos de cada suspeito. Ela alimentava o coração do DOI: a subseção de interrogatórios, que era composta por 36 pessoas, divididas em seis turmas. Três chamavam-se turma de interrogatório preliminar. A cada uma delas estava apensa uma turma auxiliar, encarregada das minudências burocráticas do cotidiano da prisão, cuidando da carceragem e da versão datilografada dos interrogatórios. Cada turma tinha seis pessoas. Portanto, nos DOIs de São Paulo e do Rio de Janeiro havia, a qualquer momento, pelo menos seis funcionários prontos para interrogar um preso.

Os critérios de preenchimento das chefias de seções e subseções dos DOIs indicavam as prioridades atribuídas pelos comandantes militares da época aos diversos serviços do porão. Salvo no caso da seção administrativa, todas as chefias e subchefias tinham de ser ocupadas por oficiais das Forças Armadas. Daí para baixo, no terceiro nível hierárquico do destacamento, onde estavam tanto os grupamentos de busca como o setor de análise, a origem do chefe era indiferente. Numa só subseção, a de interrogatórios preliminares, exigia-se que os chefes de turma fossem oficiais. Além de oficial, devia ser capitão, de preferência com o curso de aperfeiçoamento e, se possível, diploma de administração de empresas ou economia.

O chefe da equipe de interrogadores deveria ser um oficial qualificado. Nos anos 1970 tornou-se obrigatório o uso de codinome. Alguns desses militares foram identificados. O *Doutor Nagib* do DOI carioca de 1970 seria o capitão Freddie Perdigão Pereira, que na manhã de 1º de abril de 1964 guarnecera o palácio de Jango e à tarde se passara ao de Carlos Lacerda.[18] *Wagner* era o sargento Guilherme Pereira do Rosário, especialista em explosivos.[19] O *Apolo* do Pelotão de Investigações Criminais da PE do Rio era o tenente Armando Avólio Filho.[20] No DOI paulista, chamava-se *Tibiriçá* o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, seu

comandante. O *Capitão Lisboa* era civil, o delegado David dos Santos Araújo.[21] Os interrogatórios preliminares seguiam uma metodologia. Era velha para a "meganha", mas nova para os oficiais do Exército nela metidos. Marcelo Paixão de Araújo, tenente e torturador do 12º RI de Belo Horizonte de 1968 a 1971, descreve o método:

> A primeira coisa era jogar o sujeito no meio de uma sala, tirar a roupa dele e começar a gritar para ele entregar o *ponto* (lugar marcado para encontros), os militantes do grupo. Era o primeiro estágio. Se ele resistisse, tinha um segundo estágio, que era, vamos dizer assim, mais porrada. Um dava tapa na cara. Outro, soco na boca do estômago. Um terceiro, soco no rim. Tudo para ver se ele falava. Se não falava, tinha dois caminhos. Dependia muito de quem aplicava a tortura. Eu gostava muito de aplicar a palmatória. É muito doloroso, mas faz o sujeito falar. Eu era muito bom na palmatória. (...) Você manda o sujeito abrir a mão. O pior é que, de tão desmoralizado, ele abre. Aí se aplicam dez, quinze bolos na mão dele com força. A mão fica roxa. Ele fala. A etapa seguinte era o famoso telefone das Forças Armadas. (...) É uma corrente de baixa amperagem e alta voltagem. (...) Não tem perigo de fazer mal. Eu gostava muito de ligar nas duas pontas dos dedos. Pode ligar numa mão e na orelha, mas sempre do mesmo lado do corpo. O sujeito fica arrasado. O que não se pode fazer é deixar a corrente passar pelo coração. Aí mata. (...) O último estágio em que cheguei foi o pau de arara com choque. Isso era para o queixo-duro, o cara que não abria nas etapas anteriores. Mas pau de arara é um negócio meio complicado. (...) O pau de arara não é vantagem. Primeiro, porque deixa marca. Depois, porque é trabalhoso. Tem de montar a estrutura. Em terceiro, é necessário tomar conta do indivíduo porque ele pode passar mal.[22]

As escolas de oficiais haviam absorvido profundas mudanças de currículo. Na EsCEME, para cada hora de aula relacionada com os aspectos profissionais clássicos de defesa territorial davam-se dezesseis de segurança interna e guerra insurrecional.[23] Para polir a mão de obra dos DOIs, surgiu em 1970 uma escola de repressão. Nasceu da mudança de comando e da reforma do currículo do Centro de Estudos de Pessoal, no forte do Leme. Seu antigo comandante, o coronel Octavio Costa, transferira-se para o palácio do Planalto, onde supunha que Médici não admitia torturas. Seu sucessor, o coronel Manoel Moreira Paes, ensinava como interrogar.

Era um cavalariano polido, típico representante da ala dos cavalheiros que, com a dos grosseirões, produzem o folclore da arma. Tinha alguma fortuna e era figura fácil no Hipódromo da Gávea.[24] A fraternidade da cavalaria impulsionara-lhe a carreira, e, no final do governo Castello, tornara-se chefe do estado-maior da Força Pública de São Paulo, comandada pelo coronel João Baptista Figueiredo. De volta ao Rio de Janeiro, subira à posição de chefe da Assessoria de Relações Públicas do ministro Lyra Tavares. Orlando Geisel entregou-lhe o Centro de Estudos de Pessoal.

Sob influência doutrinária e funcional do CIE, o CEP oferecia um cardápio de currículos e recebia as mais diversas levas de alunos. Em alguns casos, as matrículas eram compulsórias. Havia cursos para oficiais, programas de extensão para sargentos, bem como estágios para quadros das polícias militares. De maneira geral, duravam um semestre. No curso de informações lecionavam-se, entre outras, as seguintes cadeiras: técnica de interrogatório, vigilância, técnica de abordagem de aparelhos, técnica de transporte de presos, operações especiais, criptologia e produção de informações.

Pobre em quadros, transformava em professores oficiais que no semestre anterior haviam sido alunos. No fim do período letivo, Moreira Paes emitia minidiplomas onde lembrava que seu discípulo estava “em

muito boas condições para desempenhar as funções de oficial de informações". Surgia uma nova arma dentro do Exército. À divisão tradicional, em que se destacam a infantaria, a cavalaria e a artilharia, juntava-se, poderosa, a arma de informações. Era razoável que um oficial saído da AMAN como infante corrigisse sua qualificação em documentos oficiais, intitulando-se "oficial de informações".[25]

A comunidade dava a alguns de seus quadros militares uma espécie de carreira suplementar, com sobreposição de rendimentos. No *Dr. Nagib* do DOI carioca fixa-se um exemplo. Oficial combatente do CIE, ferido numa perna e militante da rede terrorista da "tigrada", Freddie Perdigão Pereira migrou para o SNI e chegou a coronel nos anos 1980. Para ser promovido a general de brigada, ganhando quase a mesma coisa, deveria comandar tropa. Ofereceram-lhe um comando de primeira, em São Paulo. Como não queria sair do Rio, pediu transferência para a reserva.[26] Recontratado como celetista pelo Serviço, continuou onde estava, na seção de operações. Ficou perto da praia e acumulou os proventos de coronel aposentado, compondo, com o salário do SNI, uma receita superior à de general de exército. Havia ainda o pagamento de diárias de alimentação sempre que o militar saía em tarefas sigilosas e prolongadas. Em muitos casos essas missões envolviam riscos e desconfortos. Em outras, significavam um reforço salarial. Em maio de 1973, as diárias dos capitães mandados ao Araguaia numa operação de combate sigilosa rendiam 6.960 cruzeiros mensais — pouco mais de mil dólares. Somando-se a isso 1.500 cruzeiros que recebiam a título de manutenção pessoal, acrescentavam aos seus contracheques o equivalente a 50% do salário de um general de divisão.[27]

A "tigrada" desenvolveu gíria própria, com termos tomados às organizações de esquerda e à "meganha". Os encontros chamavam-se "pontos", as prisões, "quedas". A tortura era conhecida por "pau"; o magneto dos choques elétricos, por "maricota"; e os alcaguetes, por "cachorros".

No papel, tratava-se de uma estrutura asséptica, moralizadora, até mesmo enxuta. O total de oficiais do Exército lotados numa mesma época em cada um dos DOIs e no CIE talvez tenha ultrapassado de pouco a centena.[28] O número de militares das três Forças e de todas as patentes classificados nesses destacamentos girava em torno do milhar, o que não vinha a ser muita coisa, levando-se em conta que o efetivo militar brasileiro era de 220 mil homens.[29]

Na vida real, aquilo que parecia ideia simples, quase óbvia, era um fator de perturbação nas linhas de comando militares. Tratava-se da última e consagradora fase de um processo iniciado em 1967, com a criação do Centro de Informações do Exército. O metabolismo dessa anarquia deu-se em duas etapas.

Até 1967, quando Costa e Silva conseguiu criar o CIE, as linhas de comando da tradição militar buscavam um ponto de equilíbrio entre a natureza política do cargo de ministro e a essência profissional da chefia do Estado-Maior do Exército. Nunca houve um período em que o Estado-Maior, como instituição, prevalecesse sobre o gabinete do ministro, nem mesmo em questões essencialmente militares, mas a mudança fez com que, embora subalterno, perdesse a pouca importância que tinha.

O relacionamento direto do CIE com as seções de informações dos estados-maiores das grandes unidades produziu diversas anomalias. Além do esvaziamento do EME, iniciou também um processo de hipertrofia das 2as Seções dentro das diferentes unidades. Em tese, eram iguais às outras. Na prática, enquanto o coronel que chefiava a seção de operações do estado-maior do II Exército poderia levar meses para fazer chegar ao gabinete do ministro uma opinião (ou um pleito), seu colega da 2ª Seção, por sua linha direta com o CIE, tinha um pé no centro do poder. Dependendo da personalidade do comandante do Exército e das relações que ele cultivasse, o chefe da seção de informações dispunha de uma autonomia dificilmente concedida a oficiais em situação semelhante.

Com a criação dos DOIs, o CIE passou a coordenar as questões de segurança dentro das grandes unidades. A subordinação dos DOIs aos coronéis que chefiavam as seções de informações era pouco mais que uma recomendação. Ou esse coronel estava de tal forma envolvido nas atividades de repressão a ponto de ser o virtual comandante do DOI, ou o chefe do destacamento operava diretamente com o CIE.

A força da máquina repressiva distorceu a estrutura da corporação. Virou-a de cabeça para baixo. O general de brigada que comandava o CIE estava acima dos quatro-estrelas que chefiavam departamentos. Ademais, o chefe do CIE de Orlando Geisel acumulava essa função com a de chefe de seu gabinete. O major do DOI reinava no aparelho repressivo. Às vezes, trabalhava em condomínio com o coronel da 2ª Seção, e ambos viviam num ambiente de confraternização com os generais. Em outros casos, a "tigrada" fazia seu serviço, e os generais fingiam que não viam. Houve DOIs que converteram generais à causa do porão. Não se conhece registro formal de uma só queixa de general contrafeito com as técnicas de interrogatório dos DOIs durante o governo Médici. No 1º Batalhão da Polícia do Exército, no Rio, um coronel comandava todo o quartel da Barão de Mesquita, mas não mandava no pavilhão onde funcionava o DOI, chefiado por um major. Salvo os poucos oficiais do Pelotão de Investigações Criminais, os oficiais da PE só podiam entrar no prédio se tivessem um crachá emitido pela chefia do destacamento.

Em São Paulo, a autonomia obtida por Waldyr Coelho levara-o a sucessivos desentendimentos com o general Ayrosa, que concedia discreta proteção a Fleury. O major jogou tudo: "Ou Fleury ou eu".[30] Parada dura. Em seu desterro burocrático, o delegado mantivera uma dupla militância. Articulara-se com o Cenimar, fizera uma prisão espetacular no Rio e torturava presos num aparelho montado por oficiais da Marinha, em São Conrado.[31] Tinha a ajuda do chefe do Esquadrão da Morte carioca.[32]

Waldyr Coelho perdeu o jogo e foi para a chefia da seção de informações da 2ª Divisão de Infantaria. Sérgio Fleury voltou ao DOPS.

O DOI paulista foi entregue ao major Carlos Alberto Brilhante Ustra, um gaúcho de 38 anos. Desde a tarde de 31 de março de 1964, quando subira a serra do Rio de Janeiro com os obuses de seu grupamento, Ustra tivera uma carreira banal. Promovido havia menos de dois anos, tinha a vida típica do jovem oficial: mulher professora pública, duas filhas, orçamento apertado, quarto e sala e um Volkswagen.[33] Mandado para o QG do II Exército, viu-se na seção de informações, apesar de sugestão contrária do resultado de seu exame psicotécnico. No primeiro semestre de 1970 cobriu trinta dias de férias do major Waldyr, que o devolveu ao QG com a qualificação de "oficial incompetente". Homem calmo, de hábitos simples, raramente elevava a voz. Saíra da Escola de Estado-Maior convencido de que havia uma guerra e jamais mudaria de ideia. Recebeu o comando do DOI no dia 28 de setembro de 1970. Achou que trocara um Exército em que o major Ustra "nunca combatera de verdade"[34] por outro onde, como *Major Tibiriçá*, teria sua "guerra sem uniformes".[35] Na sua tropa estavam *Peludo*, *Pé de Porco*, *Chico Farinhada*, *Catatau*, *Cabeção*, *Turcão* e *El Cid*.[36] Até dezembro de 1974, quando foi transferido para Brasília, Ustra teve em seu DOI cerca de 2 mil presos.[37] [*Veja o documento*]

* * *

Levadas a sério, coisas como as Diretrizes de Segurança Interna, o Sissegin, as ZDIs e os DOIs seriam parte de um conjunto de ideias e ações que se afunilavam numa doutrina. Eram apenas grandiloquências burocráticas do policialismo. Poucos pensadores captaram a essência mistificadora desse aparato com a argúcia do jesuíta francês Michel de Certeau. Conhecedor superficial da política brasileira, Certeau classificou a chamada Política de Segurança Nacional de "pensamento extraordinariamente pobre": "É uma

tática sem estratégia (...) uma concepção destinada a transformar-se em vítima dos seus pressupostos impensados e de sua própria lógica". Para ele, o regime tentava criar uma "ordem sem política". Via na "tigrada" um agrupamento de interesses que "se tornam difíceis de controlar (...) seja porque esse corpo tão bem montado segue a lei do seu próprio crescimento, seja sobretudo porque faltam critérios para ações mais políticas". Concluía com uma indagação: "Será que a máquina militar atraiçoará seus criadores, revelando o que lhes falta?".[38] Escreveu isso em 1970.

À falta de um sentido político que inibisse as práticas ilegais e as operações semiclandestinas da máquina de repressão, os militares que nela caíram aproximaram-se daquela área cinzenta onde a "meganha" e o crime se confundem em personagens que vivem da delinquência num mundo de folclore cafajeste. À pobreza do pensamento político do regime viria se somar a vulgaridade de sua guarda pretoriana.

No Rio de Janeiro, a superposição da tortura à delinquência deu seus primeiros sinais de vida através da Escuderie Jason, cabala onde oficiais, sargentos e cabos da 1ª Companhia da PE se juntavam a contraventores e policiais das delegacias da Zona Norte.[39] Tinha entre seus membros algumas estrelas do combate ao terrorismo, como o capitão Luiz Fernandes de Brito, da seção de informações do DOI, treinador do time de futebol de salão do I Exército.[40] Ou ainda o tenente Ailton Joaquim, chefe da seção de informações da 1ª Companhia da PE, que seguiria depois para o DOI de Brasília. Também fazia parte da escuderia o capitão Ailton Guimarães Jorge, do DOI carioca, primeiro oficial do Exército ferido em combate com terroristas.

Os métodos da "meganha" prevaleceram até mesmo quando foram confrontados com novas modalidades de suplícios. Em 1968 viera ao Brasil uma equipe britânica especializada em técnicas de interrogatório.[41] Dois anos depois oficiais do I Exército viajaram a Londres para estudar aquilo

que o comandante da Brigada Aeroterrestre, general Hugo Abreu, denominava de “o sistema inglês”.[42] Buscava-se a “tortura limpa”.

Em 1971 o tenente Amilcar Lobo, psiquiatra por formação, foi chamado ao quartel-general para uma reunião com dois especialistas em interrogatórios. Falavam português com sotaque e explicaram-lhe o projeto: “Salas refrigeradas, totalmente escuras, sem janelas e com um ruído sonoro de alta frequência”.[43] O andar térreo do Pelotão de Investigação Criminal (PIC) da Barão de Mesquita entrou em obras. Caminhões militares descarregaram caixas misteriosas. Construíram-se quatro novos cubículos. Um, forrado de isopor e amianto, era uma geladeira. Outro, uma câmara de ruídos. O terceiro era todo branco e o último, preto.[44] Cada cubículo era vigiado por meio de um sistema de escuta capaz de registrar alterações no ritmo respiratório do prisioneiro. Eram variantes das técnicas usadas pelo Exército inglês contra os terroristas irlandeses.[45] Destinavam-se a desestruturar a personalidade dos presos sem que fosse necessário tocá-los. Um manual de interrogatórios da CIA ensinava, desde 1963, que, privadas dos estímulos sensoriais, as pessoas passavam por alucinações, desenvolviam superstições e afeiçoavam-se a qualquer coisa viva.[46] A tortura que não tocava o prisioneiro humilhou a Coroa britânica, obrigada publicamente a aboli-la.

Destinadas a transmitir uma ideia de civilização do suplício, as celas serviram como um anexo, não como substituto às práticas da Sala Roxa. Desestruturavam prisioneiros que não havia pressa em submeter, mas no cotidiano prevaleceram o pau de arara e os choques elétricos. Eram uma modalidade asséptica de suplício capaz de quebrar a vontade das vítimas mantendo-lhes a incolumidade física. Contrariavam a cultura da “meganha”, privavam os torturadores da sensação de poder físico sobre suas vítimas, diluíam o terror sobre o qual se edificara a máquina repressiva do governo. Foram um luxo, nada mais. Nem sequer se cogitou instalá-las fora do Rio de Janeiro.[47]

A centralização das atividades de polícia política pelo CIE e pelos DOIs feriu a estrutura das Forças Armadas e subverteu a hierarquia no Exército. As conexões com o submundo corromperam alguns de seus quadros e obrigaram ministros, generais e juízes a acumpliciar-se com bandidos. A adoração da funcionalidade da tortura envolveu a máquina repressiva num mito de eficiência, escondendo fracassos e inépcias, ao mesmo tempo que se passou a exagerar o tamanho da ameaça para adaptá-la ao tamanho da cobiça liberticida. Ao nascer, o DOI apropriava-se do mote marighelista: "A ação faz a vanguarda".

1 Segundo o general Adyr Fiúza de Castro, primeiro chefe do CIE, batizando-se assim o destacamento, "ficou uma sigla muito interessante para ele, porque 'dói'". Em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 52.

2 *O Estado de S. Paulo*, 7 de novembro de 1969, "A Orlando Geisel caberá o setor segurança", e *Folha de S.Paulo*, 12 de novembro de 1969, "Geisel coordena segurança", primeira página.

3 *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979, ata da 48ª reunião. APGCS/HF.

4 Para os dois termos, depoimento do general Ivan de Souza Mendes, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 170.

5 Essa diretriz foi baixada em 17 de março de 1970, segundo a *Informação nº 017 / 70 /AC/ 76*, de 20 de fevereiro de 1976, da Agência Central do SNI. APGCS/HF.

6 *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, de 26 de julho de 1979, ata da 50ª reunião. APGCS/HF.

7 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 125.

8 *Planejamento de Segurança Interna — Extrato*, de 29 de outubro de 1970. AA.

9 *O Globo*, 13 de agosto de 1970. O governo da Guanabara construiu e equipou parcialmente a sede do DOI, vizinho lindeiro do quartel da PE da Barão de Mesquita, com entrada pela avenida Maracanã.

10 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 139.

11 Paulo Sawaya, janeiro e outubro de 1990.

12 *Quedograma*, item 12. Sobre a rivalidade, ver também Antonio Carlos Fon, *Tortura*, pp. 51 e segs. Para a tortura de Paulo de Tarso Venceslau, reportagem de Fabrício Marques, *Jornal do Brasil*, 11 de janeiro de 1995, Caderno Brasil, p. 5.

13 Chizuo Osava foi banido para o México três semanas depois, junto com outros quatro presos, depois que a VPR organizou às pressas o sequestro do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi.

14 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 126.

15 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, pp. 76 e segs. Somando-se às denúncias as 344 existentes contra a Oban, o prédio da rua Tutoia fica com 726. Já o quartel da PE da rua Barão de Mesquita, onde em 1970 se instalou o DOI do Rio, teve 735 denúncias.

16 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 131.

17 A mais detalhada descrição da estrutura de um DOI encontra-se num documento intitulado *Sistema de Segurança Interna — Sissegin*, pp. 30 e segs. Classificado como "secreto", foi produzido no CIE nos primeiros meses de 1974. AA. Há ainda um organograma do DOI do II Exército em Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 140.

18 Lista dos funcionários do *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo II, vol. 3: *Os funcionários*, p. 43.

19 Para a identificação do sargento Rosário, Termo de Inquirição de Testemunha Wilson Luiz Chaves Machado no IPM nº 28/81, presidido pelo coronel Job Lorena de Sant'Anna, vol. 2, p. 221.

20 Em 1995, já coronel, Avólio foi retirado do posto de adido militar do Brasil na Grã-Bretanha quando organizações de direitos humanos o identificaram.

21 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo II, vol. 3: *Os funcionários*, lista de torturadores, p. 14.

22 Entrevista de Marcelo Paixão de Araújo a Alexandre Oltramari, *Veja*, 9 de dezembro de 1998, pp. 42-53.

23 Alfred Stepan, *The military in politics*, p. 181. Em 1968 davam-se na EsCEME 222 horas de aulas de segurança interna, 129 de guerra insurrecional e 21 de defesa territorial clássica. Em 1956 o currículo não tinha uma só hora de aula relacionada com segurança interna, guerrilha ou comunismo.

24 Para o cavalheirismo, a fortuna e a paixão pelo prado, Octavio Costa, junho de 1991.

25 *Processo nº 17 / 74*, da 2ª Auditoria do Exército, vol. 3, pp. 1311, 1313, 1386, 1388, 1392. Diz o capitão Ailton Joaquim: "(...) quando ingressei nesta unidade da Polícia do Exército, como Oficial de Infantaria, digo, como Oficial de informações (...)", p. 1199.

26 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 249.

27 Nos quatro primeiros meses de 1971 o capitão Luiz Fernandes de Brito, do DOI-RJ, recebeu 27 diárias de alimentação por movimentações "em caráter sigiloso". *Processo nº 17 / 74*, da 2ª Auditoria do Exército, vol. 2, p. 1309. O DOI de São Paulo pagava regularmente cinco diárias por mês ao seu pessoal do Exército. Equivaliam a 1.641 cruzeiros em moeda de dezembro de 1986. Para as diárias do Araguaia, *Plano de Informações Sucuri, nº 1*, de abril de 1973, fl. 12.

28 Um documento numerado como 06/GAB, da chefia de gabinete do SNI, de 1975, informa que na época havia nos DOIs doze tenentes-coronéis, 24 majores e 46 capitães. A tropa do Exército neles lotada somava 708 homens. *O Estado de S. Paulo*, 6 de dezembro de 1987, em reportagem de Ayrton Baffa. Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 126, calculou em quatrocentos o total de militares lotados nos DOIs e em cinquenta os do CIE.

29 Em 1968 o efetivo militar era de 217.300 homens: 150 mil no Exército, 39.200 na Marinha e 28.100 na Força Aérea. *The military in Brazil*, *Special Report* da *Weekly Review* da Central Intelligence Agency, de 29 de novembro de 1968. DEEUA.

30 Paulo Sawaya, outubro de 1990.

31 Em agosto de 1970 a equipe de Fleury capturou Eduardo Leite, o *Bacuri*, um dos quadros mais procurados da VPR. Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 218. Para o aparelho de São Conrado, Auto de Qualificação de Ottoni Fernandes Jr., em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 405.

32 Era o policial Euclides Nascimento. Ver Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 71.

33 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 70.

34 Idem, p. 130. Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, setembro de 1988.

35 Idem, p. 71. Idem.

36 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 177.

37 *Relatório Periódico de Informações* do DOI de São Paulo, de junho de 1975. Entre setembro de 1970 e junho de 1975 o DOI paulista teve 2.335 presos. *Folha de S.Paulo*, 15 de outubro de 2000.

38 *Politique d'Aujourd'hui*, nº 11. Esse trabalho foi publicado também na revista *Mensaje*, órgão mensal dos jesuítas chilenos, em seu número 186, de janeiro-fevereiro de 1970, pp. 11-2.

39 Para a presença de contraventores, Termo de Perguntas a José Renato da Silva, *Processo nº 17 / 74*, da 2ª Auditoria do Exército, vol. 1, p. 506.

40 As Alterações de Brito informam que ele foi para o DOI em abril de 1970, *Processo nº 17 / 74*, da 2ª Auditoria do Exército, vol. 3, p. 1305; mesma página para a condição de técnico do time de futebol de salão.

41 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

42 Antonio Carlos Fon, *Tortura*, p. 72. Para o sistema de interrogatório que mais tarde o governo inglês condenaria, *Report of the Enquiry into Allegations against the Security Forces of Physical Brutality in Northern Ireland*, HM Stationery Office, Londres, 1971, também conhecido como *Compton Report*. A colaboração dos serviços de informações militares ingleses com o Exército brasileiro começou no governo Kubitschek, quando o coronel Humberto de Souza Mello, servindo no Conselho de Segurança Nacional, viajou a Londres para uma visita de intercâmbio. Ernesto Geisel, maio de 1994.

43 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, p. 41. Há uma descrição superficial dessas celas no artigo "Grim torture tales emerging in Brazil", de Leonard Greenwood, publicado no *Los Angeles Times* de 24 de abril de 1973 e transcrito no *Brazilian Information Bulletin* de junho de 1973.

44 Entrevista do ex-soldado da PE Marco Aurélio Magalhães à *Folha de S.Paulo* de 19 de setembro de 1986. Para a descrição de uma dessas celas, ver o depoimento de Aldo Arantes, em Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, p. 50. Para uma descrição da cela negra, ver o depoimento de Marco Antônio Coelho, "Memórias de um comunista", na revista *Estudos Avançados*, da USP, nº 37, setembro-dezembro de 1999, p. 48.

45 Para o uso do capuz, privação do sono, ruídos e alimentação errática aplicados aos presos irlandeses, J. Bowyer Bell, *The Irish troubles*, pp. 212-26.

46 Manual de treinamento, *KUBARK Counterintelligence Interrogation*, da Central Intelligence Agency, julho de 1963, pp. 87-8.

47 Para uma observação de um torturador mineiro a respeito dessas celas, entrevista do ex-tenente Marcelo Paixão de Araújo a André Petry, *Veja*, 7 de dezembro de 1998.

A ratoeira

O porão respondeu à crise da esquerda armada transformando-se em seu empresário. A máquina montada pelos generais atacava duas frentes: numa, o que restava do inimigo. Na outra, combatia quem dizia que desse inimigo restava pouco. Assim como à esquerda se desenvolvera a ideia segundo a qual o dever do revolucionário era fazer a revolução, criou-se à direita o entendimento de que os revolucionários de 1964 tinham o dever de erradicar o terrorismo, a subversão e até mesmo aquilo que denominavam (sem terem conseguido jamais definir) de "contestação ao regime".

As organizações envolvidas na luta armada, com suas teorias de focos, guerrilhas urbanas e vanguardas combatentes, entraram em colapso porque tinham a repressão atrás e nada pela frente. Até o início do segundo semestre de 1970 assaltaram cerca de trezentos bancos, carros-fortes e empresas. Conseguiram graus variáveis de prosperidade. As "expropriações" renderam-lhes por volta de 1,7 milhão de dólares, e a VAR-Palmares ficou milionária com os 2,6 milhões do cofre de Adhemar de Barros.[1] Valiam-se de conexões externas, ora em Cuba, ora na Argélia, e também na China. A ALN mandou a Havana o equivalente a um terço de seus quadros.[2] Tiveram o dinheiro, o suporte e o sonho comum do foco rural.

Enquanto chineses e cubanos estabeleceram suas bases rurais tomando a terra em combates, as siglas brasileiras estabeleceram-se no campo pela via legítima da propriedade fundiária, comprando fazendas com o dinheiro arrecadado nos assaltos. Fora desse padrão, estavam apenas o brizolismo,

em Caparaó, e o PC do B, no Araguaia.[3] Nele ficaram o MR-8 no Paraná, a VAR no vale do Ribeira, e a ALN no sul do Pará, Goiás e Maranhão. Chegou a haver um engarrafamento de projetos guerrilheiros na região do Bico do Papagaio, para onde confluíram o PC do B, a ALN e a VAR-Palmares. Essa coincidência, com todos os tumultos e dificuldades que produziu, levou o PC do B a atravessar o rio Araguaia, afastando-se da sua margem goiana e do entroncamento rodoviário de Imperatriz, no Maranhão. Por essa cidade passaram pelo menos quatro organizações com seus projetos de foco rural.[4] Com exceção de algo como setenta quadros que o PC do B manteve espalhados na região, todas as outras bases foram desbaratadas ou neutralizadas pela simples chegada das tropas. Entre maio de 1970 e agosto de 1971, sem um tiro, três expedições dissolveram pelo menos seis bases da ALN e da VAR, prendendo, por baixo, 39 pessoas.[5]

Seria exagero atribuir exclusivamente aos torturadores o fechamento do caminho rural. Pelo medo que espalhou, a tortura seccionou a solidariedade que o radicalismo chique do Rio de Janeiro e de São Paulo oferecera ao movimento estudantil em 1968 e aos primeiros ativistas armados, mas ele é insuficiente para explicar por que todo o movimento armado caiu prisioneiro da rotina do gato e rato. Como escreveu Renato Tapajós, da Ala Vermelha do PC do B: “O gesto ficou congelado”.[6]

* * *

O obstáculo que barrou o progresso das organizações armadas foi político. A violência do aparelho do Estado pode destroçar seus adversários, mas não destroça necessariamente seus objetivos. Os paraquedistas do general Massu venceram a Batalha de Argel, mas a França perdeu a Guerra da Argélia, entregando o poder aos combatentes que encarcerara. A “tigrada” brasileira ganhou tanto as batalhas do Rio de Janeiro e São Paulo como a guerra. Primeiro, porque os trabalhadores não se alistaram na revolução

popular. Marcelo Ridenti mostrou que mais da metade das 2.592 pessoas com ocupação conhecida processadas judicialmente por quaisquer tipos de relação com organizações armadas vinham das camadas médias intelectualizadas da sociedade. Na ALN, para 237 estudantes, professores e cidadãos com diplomas de curso superior, havia apenas 68 trabalhadores manuais urbanos. Na VPR havia catorze professores para treze trabalhadores manuais urbanos.[7]

A luta armada fracassou porque o objetivo final das organizações que a promoveram era transformar o Brasil numa ditadura, talvez socialista, certamente revolucionária.[8] Seu projeto não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Como informou o PCBR: "Ao lutarmos contra a ditadura devemos colocar como objetivo a conquista de um Governo Popular Revolucionário e não a chamada 'redemocratização'".[9] Documentos de dez organizações armadas, coletados por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, mostram que quatro propunham a substituição da ditadura militar por um "governo popular revolucionário" (PC do B, Colina, PCBR e ALN). Outras quatro (Ala Vermelha, PCR, VAR e Polop) usavam sinônimos ou demarcavam etapas para chegar àquilo que, em última instância, seria uma ditadura da vanguarda revolucionária. Variavam nas proposições intermediárias, mas, no final, de seu projeto resultaria um "Cubão".[10]

Ao contrário do que sucedeu nas resistências francesa e italiana ao nazismo e até mesmo na Revolução Cubana, onde conservadores e anticomunistas se integraram na luta contra a tirania, as organizações armadas brasileiras não tiveram, nem buscaram, adesões fora da esquerda. A sociedade podia não estar interessada em sustentar a ditadura militar, mas interessava-se muito menos pela chegada à ditadura do proletariado ou de qualquer grupo político ou social que se autointitulasse sua vanguarda. A natureza intrinsecamente revolucionária das organizações armadas retirou-lhes o apoio, ainda que tênue, do grosso das forças que se opunham ao

regime. Elas viam na estrutura da Igreja católica e na militância oposicionista de civis como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães um estorvo no caminho da revolução. Eles, por seu lado, viam na luta armada um estorvo para a redemocratização.

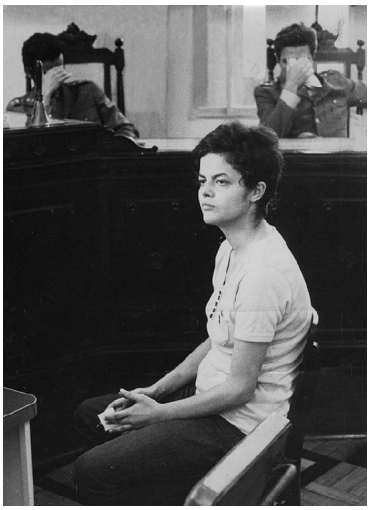
Ainda em 1969 produziram-se na constelação do radicalismo esquerdista os primeiros sinais de um processo de revisão política. Na VPR, dois veteranos do ataque ao quartel-general do II Exército e um dos membros do tribunal que condenou à morte o capitão Chandler deram baixa por discordarem da ênfase nas ações militares. Dois meses depois do sequestro de Elbrick, a Ala Vermelha, cujos assaltos remontavam ao amanhecer do surto, já iniciava a rediscussão do terrorismo: "Partindo da afirmação justa de que a principal forma de luta estratégica é a armada, no plano da tática muitos camaradas quiseram reduzir tudo à luta armada. (...) Daí o desejo de transformar o Partido em 'exército', em 'unidades de combate'".[11] No início de 1970, quando foi implodido, o PCBR achava-se às vésperas de uma cisão. Na defesa do refluxo estava a legendária figura de Apolonio de Carvalho, oficial republicano na Guerra Civil Espanhola, cavaleiro da Legião de Honra da França pelo seu desempenho de *maquisard* durante a Segunda Guerra.[12]

As cisões que marcaram a história da esquerda armada funcionaram como um processo de separação de graus de radicalismo. A cada divisão correspondia o nascimento de uma nova sigla, quase sempre composta por um grupo extremado de vinte a trinta pessoas. Ao se isolarem, esses grupos beneficiavam-se das facilidades de sobrevivência inerentes ao nanismo. Foram muitos os casos de militantes que nos cinco anos de duração do surto terrorista atuaram em mais de uma das dezoito organizações que pegaram em armas. Lamarca esteve em três (VPR, VAR-Palmares e MR-8). A proliferação de siglas deu ao Brasil o recorde mundial de organizações envolvidas em atos terroristas contra estrangeiros. Um estudo publicado

pela Rand Corporation calculou em trinta as siglas em operação no mundo. Só no Brasil houve sete.[13]

Ao longo de quatro anos, Dilma Rousseff esteve em três, Colina, VPR e VAR-Palmares. Treinara tiro numa fazenda uruguaia, trocara dólares do cofre de Adhemar de Barros, saíra do casamento com Claudio Galeno Linhares, o *Lobato* do Colina, onde ela era *Wanda*. [*Veja o documento*] Como *Estela* e *Luiza* vivia com *Max*, da VPR.[14] Nenhum dos dois sabia o nome do outro.[15] Na VAR, tornara-se também *Estela* e *Luisa*, até que, no dia 16 de janeiro de 1970, foi a um "ponto" no Centro de São Paulo para encontrar um companheiro que já faltara a dois encontros. Ao vê-la, avisou: "Não reage porque estamos presos". ("Eu fui presa porque fui absolutamente incompetente", reconheceu décadas depois.)[16] Na pensão em que vivia, guardava fuzis, metralhadoras e munições.[17]

Aos 22 anos, percorrera o ciclo de expansão das organizações clandestinas e chegou ao DOI quando a tortura as moía. Estavam mortos os dois ex-sargentos que haviam executado Von Westernhagen e presos quase todos os fundadores do Colina. Cinco deles haviam servido de cobaias na aula de tortura do "tenente Ailton" no quartel da PE da Vila Militar. Seu primeiro marido sequestrara um avião, levando-o para Cuba. O segundo seria preso em agosto. Dilma Rousseff ficou 22 dias no DOI paulista, de onde foi para o DOPS, até ser transferida para a Torre das Donzelas do presídio Tiradentes. Quando chegou à cela, uma presa lhe disse: "Xiii... Você está ferrada". Foram choques, espancamentos, palmatórias e pau de arara.[18] Dois anos e dois meses depois foi libertada.



Dilma Rousseff, a *Estela* da VAR, depondo na Auditoria Militar. Ela foi presa aos 22 anos, em São Paulo, ao se encontrar com outro militante.

Enquanto a mobilidade concedida pelo raquitismo mascarava a crise à esquerda, a eficácia da tortura escondia a inépcia operacional da máquina repressiva sempre que o antagonismo se dava fora dos porões. Isso se verificou tanto em casos em que foi testada a qualidade profissional dos comandos militares, como em episódios onde se requereu o adequado planejamento de medidas de informações e segurança. Assim como Marighella mobilizava sua máquina de propaganda para cobrir o encurralamento da ALN, os comandantes militares reciclavam fracassos, transformando-os em ameaças. Em agosto de 1969 uma tropa do Corpo de Fuzileiros Navais, estimada em 2 mil homens (com seguro exagero), cercou sete ex-marinheiros escondidos nas matas da serra do Mar, nas vizinhanças de Angra dos Reis. Em uma semana de operações, prenderam dois e perderam cinco.[19] O melhor exemplo dessa manipulação da incompetência deu-se em 1970, quando se descobriu a existência de uma base de treinamento de guerrilheiros da VPR nas matas de Jacupiranga, na zona montanhosa e miserável do vale do Ribeira, em São Paulo.

* * *

Em abril um militante da VPR tinha uma surpresa para o CIE: Carlos Lamarca estava em algum lugar nas proximidades do quilômetro 250 da BR-116, ensinando tática, tiro ao alvo, desenhando uniformes e construindo armadilhas. Onde, precisamente, não sabia. (O capitão estava numa pirambeira de oitenta alqueires, cerrada e longínqua.)[20] O II Exército finalmente tinha uma guerra nas mãos. Os generais Canavarro Pereira e Ernani Ayrosa armaram-se para um grande combate. A partir do dia 21 de abril lançaram 1.500 homens sobre o vale. Com velhos polígrafos americanos, mobilizaram tropas de dez unidades diferentes.[21] Eram quase todos recrutas com três meses de instrução, sem prática de tiro, muitos carregando mosquetões.[22] Fecharam-se estradas, prenderam-se 120 pessoas, varreu-se a serra com helicópteros e bombardeou-se a floresta.[23] Os guerrilheiros eram dezessete, e Lamarca, já informado do perigo, desativara as duas bases. Oito foram embora de ônibus, misturados à população. Para a guerra, restavam nove. Dois foram capturados na estrada.[24]

Restavam sete. Marcharam pela mata por três semanas, até que no dia 8 de maio, dizendo-se caçadores, entraram num vilarejo para alugar o caminhão de um comerciante. Ele fechou negócio, ofereceu-lhes comida e despachou um cavaleiro para avisar a polícia. Alertado, o dispositivo militar montou uma barreira de PMs na praça central de Eldorado Paulista. Às sete da noite, quando o caminhão da VPR parou, um policial pediu aos seus sete passageiros que descessem com os documentos na mão. Eles desceram atirando, dispersaram a barreira, feriram dois policiais e foram em frente.[25]

Às dez e meia da noite, a pouco mais de um quilômetro da cidade de Sete Barras, os fugitivos foram interceptados por uma nova tropa da PM. Eram cerca de trinta homens, divididos entre um caminhão e uma camionete. Antes que os comboios se cruzassem, Lamarca parou o seu e abriu fogo. Quando o tiroteio acabou, oito PMs tinham-se enfiado na mata, catorze estavam feridos, e dezoito renderam-se.[26] O pelotão era comandado por um tenente disfarçado de soldado. Acertou-se uma trégua, e Lamarca

conduziu os feridos até um ponto da estrada onde pudessem ser resgatados. O tenente da PM, Alberto Mendes Junior, de 23 anos, sem nenhuma experiência de combate, depois de alojar os seus comandados feridos, voltou ao encontro dos prisioneiros. Temia que os tivessem matado.[27] Não revelou que no grupo havia outro oficial. Transformaram-no em refém e fizeram-no marchar à frente da coluna. Num corte da estrada os guerrilheiros viram-se diante de um comboio, abandonaram o caminhão e meteram-se no mato. Dali, assistiram a uma fuzilaria resultante de um choque acidental das tropas do 6º RI e do Destacamento Logístico, que se tomaram por inimigas. Saíram feridos um tenente-coronel e um soldado.[28] Na confusão, dois guerrilheiros perderam-se. Buscaram ajuda, foram delatados e capturados.

Restavam cinco e o tenente Mendes. No dia 10 selou-se a sua sorte. Resolveram matá-lo. Nada lhe foi dito, e talvez ele nem sequer tenha percebido que, às suas costas, Yoshitane Fujimori, o *Joel*, segurava um fuzil pelo cano. Com uma coronhada na cabeça, o tenente caiu como um fardo.[29] Morreu a pauladas, com o crânio esfacelado, porque os seus assassinos temiam que tiros revelassem o esconderijo. Sepultaram-no na mata.

O assassínio do tenente foi um crime. Tropas combatentes não matam seus prisioneiros. Tropas guerrilheiras também não. O argumento segundo o qual Mendes devia ser executado para evitar que revelasse a posição do grupo não tem consistência. Ao levá-lo consigo, em vez de deixá-lo com a tropa desarmada, Lamarca cruzou a linha que separa o guerrilheiro do bandido, transformando o prisioneiro num refém. Para ficar dentro da historiografia dos rebeldes, um exemplo é a captura pela guerrilha do Che Guevara, em duas ocasiões diferentes, de um total de trinta militares bolivianos. O Che interrogou dois oficiais que “falaram como papagaios” e deixou todos os prisioneiros no mato. Seis meses depois, feito prisioneiro, foi assassinado. Disso derivou em boa parte sua lenda heroica.[30]

Os cinco fugitivos passaram os quatro dias seguintes escondidos debaixo de uma rocha, abrigados da chuva, aproveitando a noite para roubar abacaxis e bananas de um pomar. Famintos, maltrapilhos e com as armas enferrujadas, vagavam pelas cercanias de Sete Barras.

Fora das matas do Ribeira a guerrilha era outra. Em Brasília o líder do governo na Câmara dos Deputados, Raimundo Padilha, falava de sete soldados mortos e um oficial aprisionado.[31] A TV Globo informava que fora descoberto outro campo de treinamento na fronteira com a Argentina.[32] De Havana a agência Prensa Latina descrevia a vida miserável dos bananeiros da região e arriscava: "Os 2 mil soldados e oficiais que estão no vale do Ribeira talvez tenham de combater também contra esses homens".[33]

Três vezes os guerrilheiros tentaram comprar comida, três vezes foram delatados.[34] Um sitiante informou à tropa que tinha um encontro marcado com Lamarca. Tudo certinho. O dia: 26 de abril. A hora: sete da manhã. O lugar: um coqueiro à margem do rio Dois Irmãos. A informação viera rica como o "ponto" de Marighella com os padres. O coronel Erasmo Dias, que montou a emboscada, não foi para o mato. Mandou uma patrulha comandada por um tenente, que, por sua vez, mandou na frente um mateiro e um soldado vestido de camponês. Só o tenente sabia que estavam atrás de Lamarca. Apareceu um guerrilheiro, suspeitou da cilada e gritou: "Olha a força". O soldado correu, e o tenente escondeu-se num arrozal. O coronel haveria de encontrá-lo, "branco que nem cera, gaguejando: 'É ele, o Lamarca'". Ao contrário de Fleury, que foi pessoalmente à caça de Marighella, Erasmo não foi para a emboscada. Ao contrário dos policiais que foram para a armadilha da alameda Casa Branca, os soldados enviados pelo coronel não sabiam o que estavam fazendo no mato. O tenente que fugiu foi acusado de covardia, mas viu-se absolvido pela Justiça Militar, que concluiu pela covardia do mateiro.[35]

Os cinco fugitivos escapuliam havia 41 dias, tinham os pés feridos, e a fome os debilitara. Decidiram que um deles arriscaria a estrada. Escolheram

o mais jovem, sem ficha na polícia. Ele fez sinal para um ônibus da linha Sete Barras-São Miguel e foi-se embora. Deveria voltar no dia seguinte, com uma equipe de resgate de São Paulo. Não apareceu. Na noite de 31 de maio os quatro mosqueteiros resolveram arriscar tudo num só lance. Desceram à estrada dispostos a atacar o primeiro carro que passasse. Pois veio um caminhão do Regimento de Obuses de Itu. Saíra para buscar a água do rancho numa fonte próxima.[36] Pararam-no, renderam a tropa e mandaram que seus cinco ocupantes ficassem de cuecas. *Joel* foi na boleia, vestido de sargento, e Ariston Lucena, o *Rogério*, tomou o volante, como soldado. Poucos quilômetros à frente, perto de Taquaral, havia uma barreira do Exército. Os guerrilheiros tinham descoberto a senha de tráfego da tropa, mas ela era inútil: não se podia passar. Bastaria que o caminhão permanecesse alguns minutos ali para que se descobrisse debaixo de sua lona uma tripulação vestindo cuecas, mas *Rogério* teve uma ideia: "É ordem do coronel". A barreira abriu-se.[37]

Às 22h30 Lamarca e os três fugitivos dispersaram-se na Marginal do Tietê. A notícia do sumiço do caminhão com um cabo e quatro soldados só chegaria ao posto de comando à uma da madrugada do dia seguinte, oito horas depois da partida do grupo para um percurso de oito quilômetros.[38] Ainda fardado, *Rogério* resolveu realizar um desejo que o perseguia nas jornadas de fome enganada com palmitos e foi atrás do sanduíche e do suco de abacaxi da lanchonete Rex, numa esquina da avenida São João. Vagou alguns quarteirões e deteve-se na praça da Sé, onde um sistema de som transmitia o início da Copa do Mundo de futebol. Jogavam México e União Soviética; Ariston Lucena continuou seu combate torcendo pelos russos.[39]

Terminara a maior mobilização da história do II Exército. Iniciada numa situação vantajosa, com algum conhecimento das posições adversárias, acabou em fiasco. Numa campanha em que os fugitivos jamais tiveram a solidariedade da população, a tropa, inexperiente, desmotivada, malvestida e malcalçada, chegou tarde e saiu cedo. Faltou-lhe comida, serviram-lhe

rações vencidas, os uniformes descosturaram-se, os coturnos não prestavam. Faltaram gasolina, munição e até códigos de comunicações.[40] [*Veja o documento*] Abundaram binóculos, pois atendeu-se a um pedido de cinquenta deles, sem que se tenha sabido a quem deveriam ser entregues.[41] O coronel Erasmo Dias registrou mais tarde que "o grupo de Lamarca, bem-armado, disposto a não aceitar o confronto, teve sempre como objetivo capital a fuga".[42] A cada guerrilheiro correspondiam oitenta soldados. Mesmo assim Lamarca aceitou o combate em duas ocasiões e em ambas levou a melhor. Enfrentava uma tropa tão mal-adestrada que pedia documentos a suspeitos numa zona de operações antiguerrilha e dava passagem a motoristas que se diziam autorizados "pelo coronel".

* * *

Lamarca vagou por São Paulo procurando esconderijos, com a organização desmantelada, enquanto o general Orlando Geisel reciclava o desastre, convertendo-o em ameaça: "Continuaremos, com redobrada eficiência e firme decisão, a aperfeiçoar nosso treinamento para combater os ataques dos inimigos de nosso país".[43]

Excluídas as aulas de técnica de interrogatório do Centro de Estudos de Pessoal, o treinamento de pouco servia. Em abril de 1970, depois de um tiroteio, o CIE capturou com uma militante da VAR-Palmares o cronograma do sequestro de uma personalidade que passava diariamente pela rua Cândido Mendes, nas fraldas do morro de Santa Teresa, no Rio. Descobriu-se até mesmo a localização de um sítio em Jacarepaguá, pronto para receber o hóspede.[44] Três embaixadores viviam em Santa Teresa: o núncio apostólico, o argelino e o alemão. Ehrenfried von Holleben, 61 anos, veterano da Segunda Guerra, alto, magro e reservado, era a bola da vez.

Às 19h55 da quinta-feira, 11 de junho, as seleções de futebol da Inglaterra e Checoslováquia tinham empatado em 0 × 0. A seleção

brasileira já se classificara para as oitavas de final da Copa de 1970. Batera os ingleses por 1 × 0 (gol de Jairzinho) e, na véspera, passara pela Romênia por 3 × 2. O Brasil estava com o coração no México. Na Barão de Mesquita, um torturador avisava: “Se não falar em dez minutos, vai morrer hoje. Eu não quero perder o jogo”.[45] *Daniel*, dirigente da VPR, encontrava-se numa camionete, numa curva da rua Cândido Mendes. Eduardo Collen Leite, o *Bacuri*, veterano do ataque ao hospital do Cambuci, postara-se a poucos metros de distância. Sonia Lafoz, veterana do assalto ao cofre de Adhemar de Barros, era a moça que parecia estar namorando. Tinha consigo uma pistola Luger.[46] Von Holleben vinha num Mercedes. Seu dispositivo de segurança compunha-se de dois agentes da Polícia Federal num carro de cobertura e de um terceiro, que viajava no banco da frente do automóvel do embaixador.

Nessa época, o cônsul americano no Rio de Janeiro, Clarence Boonstra, já circulava num carro blindado, com escolta do FBI. Os generais dispunham de segurança da Polícia do Exército e os almirantes, de fuzileiros navais. Apesar de se saber havia dois meses que a VAR planejava um ataque na rua Cândido Mendes, o reforço da segurança de Holleben limitara-se a uma escolta de agentes federais, quase todos saídos anos antes dos quadros da polícia e da falecida companhia de bondes.

A camionete abalroou o Mercedes, e os terroristas identificaram-se atirando. Varridos por uma rajada de submetralhadora INA, os agentes do carro de cobertura não responderam ao fogo. “Chega, chega”, gritou um deles antes de abrir a porta, rendido. O guarda-costas de 54 anos que viajava com o embaixador tentou sacar a arma, e mataram-no com um tiro no peito. Holleben, que se deitara no chão do carro, foi levado para uma rua do Rio Comprido. Lá, puseram-no dentro de uma caixa e embarcaram-no numa Kombi. A viagem terminou numa casa de subúrbio, onde *Helga*, uma guerrilheira encapuzada, serviu-lhe chá, salgadinhos e Valium 5.[47]

Dois embaixadores, dois sequestros e dois resgates. O alemão Ehrefried von Holleben (de óculos, na foto acima) foi sequestrado em junho de 1970 e trocado por quarenta presos. O suíço Giovanni Enrico Bucher (fumando) foi sequestrado em dezembro e trocado por setenta presos, numa negociação em que o governo vetou dezessete nomes. Lamarca salvou-lhe a vida.

O sequestro do embaixador alemão recolocou o terrorismo na ribalta, sugerindo, como sucedera menos de um ano antes com a captura de Elbrick, a existência de uma estrutura clandestina. Era o contrário. A direção da VPR fora dissolvida, e o comando das operações ficara com *Daniel*, um mineiro de 23 anos que escapara do vale do Ribeira, em cuja mata marchava com um exemplar de *Grande sertão, veredas* na mochila. Ele próprio explicaria aos comandados: “Eu sou um cara despreparado demais da conta, pra esse negócio de comando. Mas sobrei, eu”.[48] A base da organização passava pouco de uma dezena de pessoas, mobilizada em torno de uma única ideia: um sequestro para soltar presos. Sem estrutura, a VPR abandonara um plano grandioso em que sequestraria um ministro, um embaixador e um milionário em troca de duzentos presos, e se associara a uma pequena confederação de siglas para objetivo mais modesto.[49]

Para o sequestro de Holleben, o comando dispunha de uma camionete (para abalroar o Mercedes), um Opala (para transportar o embaixador) e uma Kombi (para levá-lo, dentro do caixote, ao esconderijo). Nada mais. A camionete e o Opala seriam "queimados" na operação. Restava a Kombi para a cena final da dispensa do embaixador. Os sequestradores exigiram a libertação de quarenta presos, o governo aceitou e embarcou-os para a Argélia. Entre o tiroteio da rua Cândido Mendes e o desembarque do Boeing da Varig no aeroporto de Argel passaram-se quatro dias. A seleção vencera as quartas de final na Copa do México: Brasil 4, Peru 2. Faltava só libertar o embaixador, mas a Kombi fora deixada num local de estacionamento proibido e, rebocada, estava no depósito do Detran. Durante o cativeiro de Holleben, a maior preocupação de seus sequestradores foi conseguir um automóvel para tirá-lo do esconderijo. *Bacuri* pensou em trazer um carro de São Paulo. Os poucos contatos do Rio de Janeiro negaram fogo.[50]

Na segunda-feira, dia 16, o embaixador já sabia que os presos estavam na Argélia. Vestiu o terno, gravata de seda, sentou-se na cama e esperou o fim do expediente. Houve uma tentativa pela manhã, outra à tarde e uma terceira à noite, mas nada de carro. A Kombi prometida por *Bacuri* podia demorar ainda alguns dias. Chegou-se a admitir a hipótese de os terroristas abandonarem o esconderijo com o prisioneiro dentro, mas a ideia foi descartada, por desmoralizante. "Somos uns guerrilheiros de merda", reclamava Alfredo Sirkis, o *Felipe*.[51] Não houve jeito, e a desova ficou para o dia seguinte, anunciando-se ao mundo que, devido a "problemas técnicos", o embaixador continuava preso. Holleben mantivera a compostura durante o cativeiro, recusando-se a autografar manifestos dos captores, e agora exigia que o soltassem. O embaixador saiu do aparelho num Volkswagen azul de codinome Natália. O carro não tinha documentação, e era tão perigoso utilizá-lo que na véspera do sequestro haviam decidido incendiá-lo, mas não havia nada melhor à mão. Libertado

23 horas depois da chegada dos presos a Argel, Holleben despediu-se com uma constatação: “Pensei que vocês estivessem melhor organizados”.[52]

* * *

O regime tinha cerca de quinhentas pessoas nos seus cárceres. Mais da metade delas eram estudantes, com idade média de 23 anos.[53] Havia mais militantes presos do que soltos. Além disso, mudara a natureza das ações. Do atentado de Guararapes, em julho de 1966, a setembro de 1969, para cada seis assaltos a bancos, casas de armas e garagens, pode-se estimar que houve outras quatro ações ofensivas sem propósitos financeiros ou logísticos. Da captura de Elbrick, em setembro de 1969, à de Holleben, em junho de 1970, o percentual de operações ofensivas caiu à metade. De cada dez ações pelo menos oito buscavam dinheiro, armas, papéis de identidade ou mesmo perucas.[54] As ações ofensivas mais espetaculares — três sequestros de diplomatas e de oito aviões — tiveram luminosidade publicitária, mas, na essência, destinavam-se a tirar gente da cadeia ou do país.

Mesmo na caça aos fundos a safra ia mal, pois o reforço da guarda dos bancos dificultara as “expropriações”. De março a abril de 1970 assaltaram-se 36 deles, mas entre junho e julho esse número caiu para onze. O mesmo sucedeu com os ataques a carros pagadores, doze entre janeiro e março e seis entre abril e julho. Para contornar os obstáculos, os roubos foram redirecionados para casas comerciais (três de janeiro a março e dezenove de abril a julho). Em maio a preferência foi para os supermercados, e em julho dez deles haviam sido “expropriados”, com um rendimento geralmente pouco superior a mil dólares.[55] Roubavam-se inclusive depósitos de sorvetes e postos telefônicos.

Contidas, as falanges da luta armada entraram numa fase de regressão típica do metabolismo do gênero. Nela, as organizações fecham-se em torno

de poucas dezenas de quadros e substituem grandes ideias políticas por audaciosos lances armados. Seus militantes resistem, unidos pela perseguição, graças à leveza do grupo, à experiência militar e a uma nova forma de compromisso político: a ratoeira do traidor.[56] Trata-se de uma situação em que cada tentativa de moderação é confundida com deserção e covardia. Disso resulta o predomínio da militância extremada, inibindo e expulsando as concepções mais moderadas. As tinturas românticas que acompanhavam a ideia de luta armada em 1968 haviam sido trocadas por cores apocalípticas.

Numa reunião em Pedra de Guaratiba, em maio de 1970, quando a ALN se resumira a catorze militantes no Rio de Janeiro, um de seus dirigentes pediu aos companheiros um juramento: "Como disse o Mariga, temos de continuar até o fim, até o último homem, mesmo sabendo que isso pode não dar em nada".[57] "A ideia era lutar 'até o fim'. Que fim?", escreveria mais tarde o *Daniel* da VPR.[58]

Havia duas ratoeiras no Brasil do presidente Médici. Numa caíra a esquerda. Na outra, a direita. Em ambos os casos a pergunta era a mesma: que fim?

1 Discurso do deputado Clovis Stenzel na Câmara dos Deputados, 11 de agosto de 1970. Stenzel não se referiu ao cofre de Adhemar.

2 Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 40, informa que a ALN mandou a Cuba 92 quadros. Minha estimativa é de que houvesse trezentos militantes na linha de ação.

3 Os quadros do PC do B compravam pequenas posses, levando a vida dos moradores do lugar.

4 O PC do B estava na região desde 1966. A VAR tinha terras em Imperatriz (MA) e Iguaratins (GO, na época). A ALN, em Marabá e Conceição do Araguaia (PA), Imperatriz (MA) e São Geraldo (GO) (*O Globo*, 5 de abril de 1998). O MNR de Brizola projetou um foco em Imperatriz em 1965 (ver Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, pp. 191 e segs.). A ALN de Marighella, em 1968. O PC do B manteve seu projeto até 1969. A VAR-Palmares estava na região em 1971 (ver *O Globo* de 5 de abril de 1998). Para o Bico do Papagaio, entrevista de Elza de Lima Monnerat a Romualdo Pessoa Campos Filho. APRPCF. O Colina planejou estabelecer-se no eixo Imperatriz-Araguaia. Ver Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 254.

5 *O Globo*, 5 de abril de 1998.

6 Renato Tapajós, *Em câmara lenta*, p. 56.

7 Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira*, pp. 68-70. Subtraídos do total de Ridenti os processados do PCB, Grupos dos Onze e AP.

8 A esse respeito, ver Daniel Aarão Reis Filho, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, pp. 53-4 e 70, bem como *A revolução faltou ao encontro*, pp. 109-10. Ver também entrevista de Aarão Reis, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, 23 de setembro de 2001.

9 Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (orgs.), *Imagens da revolução*, p. 175.

10 Termo usado pelo general Leonidas Pires Gonçalves em seu depoimento em Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), *Histórias do poder*, vol. 1: *Militares, Igreja e sociedade civil*, p. 353.

11 Daniel Aarão Reis Filho, "As organizações comunistas e a luta de classes — 1961-68", vol. 1, p. 278. Esse trabalho foi posteriormente publicado, numa versão resumida, em forma de livro, com o título *A revolução faltou ao encontro*.

12 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 202.

13 Para as organizações existentes no mundo, Brian Jenkins e Janera Johnson, *International Terrorism*, p. 5. Dessa lista constam quatro grupos brasileiros (ALN, VAR, VPR e MR-8). Devem-se acrescentar outros três: Colina (pela morte de Von Westernhagen), MRT (pelo sequestro de Holleben) e REDE (pelos sequestros de Holleben e do cônsul japonês em São Paulo).

14 Ricardo Batista Amaral, *A vida quer é coragem*, p. 56. *Max* era Carlos Franklin Paixão de Araújo.

15 Idem, p. 58.

16 Idem, pp. 70-1.

17 Lucas Ferraz e Matheus Leitão, "Dilma tinha código de acesso a arsenal usado por guerrilha", *Folha de S.Paulo*, 20 de novembro de 2010.

18 Ricardo Batista Amaral, *A vida quer é coragem*, p. 71.

19 Avelino Bioen Capitani, *A rebelião dos marinheiros*, pp. 139-47. Segundo Agnaldo Del Nero Augusto em *A grande mentira*, p. 304, prenderam só um.

20 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *A verdade sufocada*, pp. 256-8.

21 General José Canavarro Pereira, *Relatório da Operação Registro*, fl. 2. AA.

22 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, p. 83. Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 213. *Coojornal* de fevereiro de 1980. *Relatório da Operação Registro*, fls. 14 e 20.

23 *Coojornal* de fevereiro de 1980, "Os relatórios do Exército sobre a guerrilha", por Osmar Trindade e Elmar Bones.

24 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 211, e Ariston Lucena, agosto de 1988.

25 Para o rompimento do cerco, Ariston Lucena, agosto de 1988. Para o número de feridos, *Relatório da Operação Registro*, general Canavarro Pereira, fl. 5. AA.

26 Para o número de feridos, *Relatório da Operação Registro*, general Canavarro Pereira, fl. 5. AA. Para o número de prisioneiros, Ariston Lucena, outubro de 1988.

27 Para a inexperiência do tenente Alberto Mendes Junior, *Relatório da Operação Registro*, fl. 6.

28 *Relatório da Operação Registro*, fl. 6.

29 Ariston Lucena, outubro de 1988.
30 Che Guevara, *Diário*, pp. 77 e 87-8.
31 *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1970, p. 3.
32 Telegrama da agência Prensa Latina, de 8 de maio de 1970.
33 Idem, de 15 de maio de 1970.
34 Segundo o *Relatório da Operação Registro* essas tentativas deram-se no dia 23, num sítio perto da estrada do Banco, no dia 25, na Xiboca, e no dia 31, num laranjal.
35 Marcelo Paiva, *Não és tu, Brasil*, pp. 182 e segs. Trata-se de um romance em que Paiva inseriu documentos oficiais, entre eles, o *Relatório do Comandante do 2º RO 105*, sobre a patrulha do rio Dois Irmãos, e a sentença do Conselho Permanente da 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo, de julho de 1981. Para a emboscada e o encontro de Erasmo Dias com o tenente, Luís Padovani, "Como a guerrilha, cercada, escapou do vale do Ribeira", *Folha de S.Paulo*, 27 de agosto de 1979, e *Folha de S.Paulo*, 28 de agosto de 1979.
36 *Relatório da Operação Registro*, fl. 13, e *Episódio do Sequestro da Viatura em que se Evadiram Lamarca e Outros*, *Anexo nº 3 da Operação Registro*, assinado pelo general José Canavarro Pereira, fl. 1.
37 Ariston Lucena, outubro de 1988.
38 Para a hora da partida do caminhão, *Episódio do Sequestro da Viatura em que se Evadiram Lamarca e Outros*, fl. 1. Para a hora da chegada da notícia ao posto de comando, *Relatório da Operação Registro*, p. 13, e *Relatório da Operação Registro*, do general Canavarro Pereira, fl. 10.
39 Ariston Lucena, agosto de 1988.
40 Relatório do general José Canavarro Pereira, em *Coojornal*, fevereiro de 1980, pp. 15-26, ou *Relatório da Operação Registro*, fls. 12-3.
41 Análise do general Dale Coutinho, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 371.
42 Erasmo Dias, *Reflexões de uma vida*, p. 41.
43 Telegrama da Agence France-Presse, de 25 de agosto de 1970.
44 O cronograma estava com Maria do Carmo Brito, presa na ocasião em que seu marido, Juares Guimarães Brito, se matou. Judith Lieblich Patarra, *Iara*, pp. 382-3. *Veja*, 15 de julho de 1970, e Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 213.
45 Maria Helena Malta, *Brasil, um sonho intenso*, p. 144.
46 Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 380.
47 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 221.
48 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, p. 55.
49 Para o triplo sequestro, Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 406.
50 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, pp. 231-2.
51 Idem, p. 239.
52 Idem, p. 241.
53 Para o total de quinhentas e a percentagem de jovens, entrevista do general Antonio Carlos Muricy ao *Jornal do Brasil* de 19 de julho de 1970.

54 Levantamento do autor.

55 *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1970, p. 15.

56 Expressão cunhada por Brian Jenkins, ex-diretor do Centro de Estudos sobre Terrorismo e Violência Política da Rand Corporation. Brian Jenkins, dezembro de 1989.

57 Reinaldo Guarany, *A fuga*, p. 37.

58 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, p. 75.

O Milagre e a mordaça

Gérson passou a Pelé pelo alto, e o *Rei* cabeceou para Jairzinho. Ele enfiou a bola na rede, correu para a lateral, saudou a torcida, ajoelhou-se e fez o sinal da cruz. Faltavam nove minutos para o fim do segundo tempo, mas com o placar de 3 × 1 no estádio Azteca da Cidade do México a parada estava decidida. A Copa do Mundo era brasileira. O caneco de ouro maciço que vinte anos antes, em 1950, o uruguaio Obdulio Varela erguera no Maracanã diante de 200 mil brasileiros acabrunhados, acabava de ser conquistado pelos canarinhos. Três vezes campeão mundial de futebol, o Brasil ficara com a taça. O país cantava:

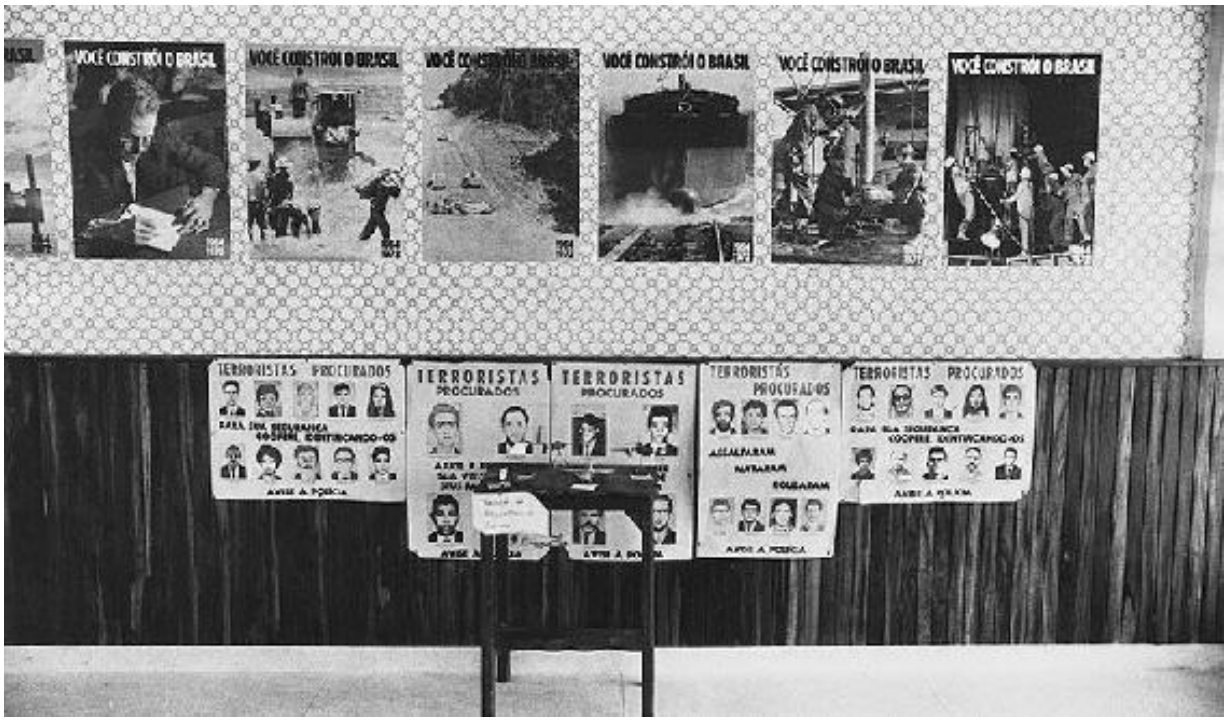
> *Noventa milhões em ação,*
> *pra frente, Brasil*
> *do meu coração.* (...)
> *Salve a seleção.*

Nunca se vira algo igual. Fora a primeira Copa transmitida ao vivo, e as multidões vitoriosas iam às ruas com os versinhos patrióticos que empanturravam as transmissões dos jogos. Médici abriu os jardins do palácio da Alvorada e saiu em mangas de camisa, com uma bandeira na mão e uma bola no pé.[1]

Médici comemorou o tri batendo bola no palácio da Alvorada. Esta é uma das poucas fotografias do general numa cena informal.

Militantes da ALN atiravam de Winchester das janelas de um aparelho em Copacabana, confundindo os disparos com os estouros de rojões.[2] Falava-se de um "Brasil Grande", "Brasil Potência". Distribuíam-se adesivos com a inscrição "Brasil, ame-o ou deixe-o". País, futebol, Copa, seleção e governo misturavam-se num grande Carnaval de junho.

Lances da propaganda oficial. O slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o" foi propagado pelo CIE.



Brasil: 1972

Vivia-se um ciclo de crescimento inédito na história nacional. Desde 1968 a economia mostrara-se não só revigorada, mas também reorientada. O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. Depois de quinze anos de virtual estagnação, as exportações chegaram a 1,8 bilhão de dólares, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. A taxa de poupança bruta ficara em 21,3%, índice jamais atingido e jamais igualado.[3] A indústria automobilística estava a pleno vapor, e a construção civil entrara em tal atividade que faltou cimento. Os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul.[4]

A oposição, que fora às passeatas de 1968 com faixas pedindo “Democracia e desenvolvimento”, o que sugeria que sem uma não haveria o

outro, vira-se diante de um governo que oferecia ditadura e progresso. A consistência da explosão econômica podia ser aferida também por indicadores como o aumento das importações de máquinas e equipamentos (23%) e do consumo de energia elétrica (10%).[5] As montadoras do ABC paulista haviam posto na rua 307 mil carros de passeio, quase o triplo de sua marca em 1964.[6] Os trabalhadores tinham em suas casas 4,58 milhões de aparelhos de televisão, contra 1,66 milhão em 1964.[7] Um em cada dois brasileiros achava que o seu nível de vida estava melhorando, e sete em cada dez acreditavam que 1971 seria um ano de prosperidade econômica superior a 1970.[8] Era o Milagre Brasileiro. O século XX terminaria sem que o país passasse por semelhante período de prosperidade outra vez.

O empresariado costumava associar-se às campanhas patrióticas do governo, e o ufanismo chegou aos sapatos.

O governo festejava o progresso associando-o ao imaginário do impávido colosso, gigante pela própria natureza. Potência nuclear? O Ministério de Minas e Energia revelara a descoberta de excepcionais jazidas de urânio no Nordeste e anunciara a compra de uma usina atômica, a ser montada em Angra dos Reis. Integração nacional? Médici determinara a construção da rodovia Transamazônica, que rasgaria 2.280 quilômetros de mata tropical, ligando o Maranhão ao Acre. Gigante soberano? Estendeu-se a duzentas milhas da costa o limite das águas territoriais brasileiras.

Tecnologia nacional? A Embraer recebera 230 milhões de dólares para fabricar o primeiro jato brasileiro. Obras históricas? Acelerou-se a abertura dos metrôs do Rio de Janeiro e de São Paulo, e anunciou-se o início da construção da ponte que atravessaria a baía de Guanabara, ligando a praia do Caju a Niterói.

Beneficiadas por uma sucessão de estímulos fiscais e tributários, as bolsas de valores pareciam fábricas de dinheiro. Num só mês de 1970 as transações feitas no pregão do Rio — cerca de 2 bilhões de cruzeiros — foram dez vezes superiores a todo o movimento do ano de 1968.[9] O índice Ibovespa triplicou em apenas dez meses e fechou o ano de 1971 com um incremento real de 124,7%.[10] Havia ações cujo valor dobrava num só dia. Cotas de fundos de investimento chegavam a render 50% ao mês. Um cidadão que tivesse aplicado 1.600 cruzeiros novos em ações do Banco do Brasil no mês de agosto de 1968, chegara a setembro de 1969 com uma carteira cotada a 5 mil cruzeiros novos.[11]

Os dados do censo de 1970, que acabavam de ser coletados, informariam que a renda nacional passara por uma profunda modificação nos últimos dez anos. A faixa dos 5% mais ricos aumentara sua participação na renda em 9% e detinha em suas mãos 36,3% da renda nacional. Já a faixa dos 80% mais pobres diminuíra sua participação em 8,7% em relação ao que tinha em 1960 e ficara com 36,8% da renda.[12] Dada a expansão da economia, isso indicava que os ricos ficaram mais ricos, mas não significava que os pobres ficaram mais pobres. Depois de uma queda vertiginosa ocorrida entre 1964 e 1967, o salário mínimo declinara suavemente, enquanto a renda dos trabalhadores na indústria se mantivera em alta sensível e contínua.[13] Além disso, em 1971 Médici criara o Prorural, estruturando o sistema de aposentadoria dos trabalhadores no campo. Concedia meio salário mínimo mensal a todo lavrador ou pequeno proprietário que completasse 65 anos.[14] Ampliado nos governos seguintes,

haveria de se transformar no maior programa de renda mínima do país, um dos maiores do mundo. Tudo isso num regime de pleno emprego.

* * *

Ao êxito econômico não correspondeu progresso político algum. Pelo contrário, entendeu-se que a ditadura era, se não a causa, indiscutivelmente a garantia da prosperidade. O controle da imprensa desempenhou um papel essencial na cantata desse "Brasil Grande" e na supressão dos conflitos que abrigava. Quando Pelé cabeceou para Jairzinho, esse processo de controle já estava concluído, depois de seis anos de truculências, manhas e seduções.

Desde 1964, a imprensa fora o único setor de atividade econômica contra o qual o regime praticou e permitiu agressões patrimoniais. O jornal *Última Hora* (110 mil exemplares de tiragem, no Grande Rio, onde concentrava sua circulação), único diário a defender o governo Goulart na edição de 1º de abril, teve as suas sedes do Rio de Janeiro e do Recife invadidas e depredadas. Seu fundador, o jornalista Samuel Wainer, ainda estava asilado na embaixada do Chile quando recebeu a primeira proposta de compra do jornal, vinda de um grupo de empreiteiros de obras públicas.[15] Todos os semanários esquerdistas foram fechados, e em 1966 fracassou até a costumeira tática do Partido Comunista de reaparecer com um novo título e diretores notáveis. *A Folha da Semana*, seu semanário de fachada liberal, foi fechada pela Marinha.

Durante o governo Castello Branco a coerção do regime teve a marca da ambiguidade do marechal. Através dos instrumentos da ditadura, jornalistas foram cassados e perseguidos em inquéritos intimidadores. Ainda assim, a soma de todas as pressões que exerceu sobre jornais e emissoras é insuficiente para eliminar o fato de que preservou uma liberdade de imprensa seletiva, graças à qual o *Correio da Manhã* conduziu a campanha contra a tortura. O mesmo se pode dizer do marechal Costa e Silva, em cujo

governo Carlos Marighella publicara o texto “Algumas questões sobre as guerrilhas” na solene edição dominical do *Jornal do Brasil*.[16] [*Veja o documento*] A ambiguidade terminou na noite de 12 de dezembro de 1968, quando o general Jayme Portella de Mello determinou à Polícia Federal que se preparasse para calar as emissoras de rádio e televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo.[17] Era o prelúdio da missa negra que decretaria o AI-5.

Em Brasília, a blitz do general Portella resultou na prisão de jornalistas, como Carlos Castello Branco, do *Jornal do Brasil*, o maior cronista político do país. No Rio a “meganha” do DOPS invadiu a redação do *Correio da Manhã* e levou, algemado, seu diretor.[18] Foram atos de violência destinados muito mais a garantir o sucesso do golpe do que a assegurar a permanência do regime. No Rio de Janeiro e em São Paulo, os oficiais e delegados remetidos às redações carregavam consigo pequenos manuais de serviço nos quais se podia ler o que o regime queria da imprensa. O manual carioca, assinado pelo general Cesar Montagna de Souza, da 1ª Região Militar, informava que o objetivo da censura era “obter da imprensa falada, escrita e televisada o total respeito à Revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa à consolidação da democracia”. Para isso, determinava:

> Não deverão ser divulgadas notícias que possam:
> - propiciar o incitamento à luta de classes (...)
> - comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil
> - tumultuar os setores comerciais, financeiro e de produção (...)
> - veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários.[19]

O manual paulista informava: “(...) as notícias devem ser precisas, versando apenas sobre fatos consumados (...). Não publicar notícias sobre atos terroristas, explosão de bombas, assaltos a bancos, roubos de dinamite,

roubos de armas, existência, formação ou preparação de guerrilhas em qualquer ponto do território nacional, ou sobre movimentos subversivos, mesmo quando se trate de fato consumado e provado".[20]

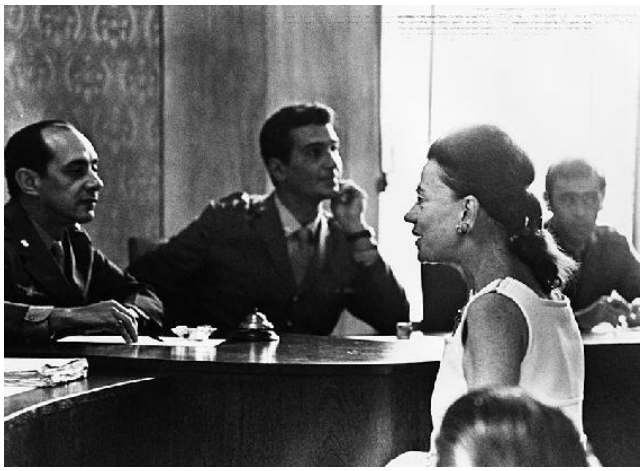
A primeira vítima da censura fora *O Estado de S. Paulo*. Quase vinte horas antes da assinatura do AI-5, o chefe da Polícia Federal, general Silvio Correia de Andrade, entrou nas oficinas do velho matutino e, depois de ler o seu editorial, intitulado "Instituições em frangalhos", mandou parar as máquinas. Era um texto fatalista, indignado. Punha um dedo na ferida e outro na direção de Costa e Silva. Constatava a caducidade do "artificialismo institucional que pela pressão das armas foi o País obrigado a aceitar" e lastimava que as coisas fossem piorar, "não porque elas se tenham em si mesmas deteriorado, mas em consequência dos erros praticados por S. Exa". Acusava o marechal de ter tentado governar o país como se comandasse um quartel, vivendo num mundo irreal, de falsa euforia.[21] Seu texto saíra da pena de Julio de Mesquita Filho. Típico representante do conservadorismo paulista, o *Dr. Julinho* dirigia o jornal de sua família desde 1927. Estivera na Revolução de 1930 (ganhando) e na de 1932 (perdendo). A ditadura de Vargas o levara ao presídio da ilha Grande e ao exílio. Em 1964, repassara aos militares o primeiro projeto de supressão das liberdades públicas, com o título de Ato Institucional.[22] Conspirara contra João Goulart tomando mais riscos pessoais e patrimoniais que todos os generais de 1968. Vendo-se calado, decidiu não escrever mais. Morreria sete meses depois, aos 77 anos, sem se reencontrar com a liberdade de imprensa.

No *Jornal do Brasil* os censores — oficiais inexperientes da EsAO — viram-se ludibriados por um estratagema concebido pelo editor-chefe, Alberto Dines. O noticiário informava que "ontem foi o dia dos cegos", e a previsão meteorológica, no canto superior esquerdo da primeira página, dizia: "Tempo negro. Temperatura sufocante, o ar está irrespirável, o país está sendo varrido por fortes ventos".[23] Toda a edição do jornal refletia um

clima de regresso, de absurdo. O governo respondeu no dia seguinte. Evitou brincadeiras com o tempo proibindo que as agências internacionais transmitissem boletins meteorológicos para o exterior.[24] Pressionou o *Jornal do Brasil* prendendo um de seus diretores, o embaixador José Sette Câmara, ex-governador do estado da Guanabara, que nada tinha a ver com a história. Em sinal de protesto a condessa Pereira Carneiro, uma católica fervorosa que raramente se envolvia com o cotidiano político do jornal, decidiu suspender a sua circulação enquanto durasse a prisão do embaixador. Sette foi solto, e o *JB* foi às bancas. Na primeira semana de janeiro os censores começaram a se retirar das redações.[25]

Melhor notícia não havia, e no prédio do velho Centro da cidade onde funcionava o *Correio da Manhã*, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, sua proprietária, determinou que a edição do dia 7 de janeiro de 1969 saísse com a manchete “Abolida a censura à imprensa”. Haviam sido rodados 20 mil jornais quando foram apreendidos a tiragem, Niomar e, novamente, o redator-chefe, Osvaldo Peralva.[26] Enquanto o governo prendeu jornalistas como Peralva, Carlos Castello Branco e Alberto Dines (detido ao paraninfar uma turma de jornalistas da PUC), funcionaram mecanismos de pressão insólitos, porém lógicos: havendo um conflito entre um poder ditatorial e um jornal, usava-se força sobre aqueles que o escreviam ou o editavam. A prisão de Niomar sinalizava uma mudança de comportamento do governo: a intimidação física dos proprietários.

Dois momentos na vida de Niomar Moniz Sodré Bittencourt, dona do matutino carioca *Correio da Manhã*, entre 1968 e 1969. Novembro. A bordo do iate real Britannia, acompanhada pelo advogado Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, ex-ministro do Trabalho de Castello Branco, ela cumprimenta a rainha Elisabeth.



Poucos meses depois, Niomar foi levada para um depósito de presas, mantida em regime de prisão domiciliar e interrogada pela Justiça Militar.

Niomar fora a criadora do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. O romancista Guimarães Rosa chamava-o de “niomarium”, e o poeta Manuel Bandeira apelidara-a de “Niomartemoderna”.[27] Até 1963, passara a maior parte do tempo em Paris, onde vivia com o marido. Aos 52 anos, era uma mulher temperamental e inexperiente. Pagava melhor à cozinheira de sua casa do que ao poeta Carlos Drummond de Andrade.[28] Administradora inepta, colheu na luta pelas liberdades públicas amarguras pessoais que lhe deram grandeza política.[29] Em novembro de 1968, acompanhada por um ministro do governo Castello, estivera na recepção que a rainha Elisabeth da Inglaterra oferecera a bordo do iate *Britannia*, ancorado na baía de Guanabara. Vestia um longo bordado, sem cintura, como a época pedia. No dia seguinte à sua prisão, Niomar foi levada para o depósito São Judas Tadeu, cárcere de ladras, toxicômanas e prostitutas. Lá, quiseram obrigá-la a vestir o uniforme de presidiária.[30] Tomaram-lhe os direitos políticos, cortaram-lhe a propaganda oficial (equivalente a mais de um terço do conjunto do mercado publicitário) e suspenderam a circulação do *Correio* por cinco dias.[31] Colocada em regime de prisão domiciliar, foi libertada em março, um dia depois de a empresa ter pedido concordata preventiva.[32] Niomar cedeu o controle do jornal, arrendando-o a um empreiteiro, e despediu-se com um artigo em que dizia: “Condenada ou posta em liberdade, não tenho, no momento, mais lugar neste país para continuar a minha missão. Viramos todos máquinas — que pensam? — mas só podendo transmitir o que nos é permitido. Do contrário, é expor-se a todas as torturas físicas e morais, como as que passei”.[33] Estava quebrada a espinha do *Correio*, o jornal que por cinquenta anos confundira-se com a elite liberal do Rio de Janeiro.

A mão que apedrejava também afagava. Em março o ministro Delfim Netto levara ao presidente Costa e Silva um decreto isentando as empresas de rádio e televisão do pagamento de impostos sobre equipamentos importados. Essa franquia foi concedida ao mesmo tempo em que se

renovava o parque de telecomunicações do país. Havia sido inaugurada a estação receptora de sinais de satélites de Itaboraí, e em fevereiro de 1970 o país praticamente interligava-se por um sistema de transmissão por micro-ondas. O benefício estava ao alcance de todas as emissoras, mas para a TV Globo, surgida em 1965, foi um duplo incentivo. Tecnicamente, significou um pulo do gato, pois permitiu que ela se modernizasse, transformando-se na primeira rede nacional de televisão. Financeiramente, além de reequipá-la ao dólar oficial, permitiu que a diferença cambial atenuasse o custo da liquidação de um contrato com o grupo americano Time-Life.[34]

O ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto, era pouco mais que um desconhecido quando assumiu o cargo. Com altas taxas de crescimento da economia, passou a encarnar o Milagre Brasileiro. Atrás dele vai o presidente da Fiesp, Theobaldo de Nigris.

No mesmo dia da concessão da graça fiscal às emissoras de rádio e televisão, a polícia deteve no aeroporto do Galeão o proprietário do *Jornal do Brasil*, Manoel Francisco do Nascimento Brito, que voltava de uma reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa, na Cidade do México, onde criticara suavemente a censura.[35] Interrogaram-no por quatro horas.

No dia seguinte seu jornal não registrou o episódio. Mais tarde ele diria: “Ninguém bota a cabeça de fora porque os perigos são grandes”.[36]

Cada um à sua maneira, todos os proprietários de empresas jornalísticas captaram os sinais de sanções e isenções que o regime enviou. A imprensa que gritara “Basta” e “Fora” a Jango, denunciara torturas no governo de Castello e se opusera ao AI-5 em 1968, foi sedada através da reformulação dos termos do tradicional processo que regia suas relações com o poder. Abriram-se as portas do céu e do inferno. O ministro da Fazenda exercitava a capacidade de negociar isenções e financiamentos, enquanto o da Justiça ganhava poderes para “determinar investigações sobre a organização e o funcionamento de empresas jornalísticas (...) especialmente quanto à sua contabilidade, receita e despesa”.[37]

Samuel Wainer, transformado pela propaganda do regime em arquétipo da pena janguista, negociara em Paris a venda da *Última Hora* paulista ao proprietário da *Folha de S.Paulo*, Octavio Frias de Oliveira. Aos 57 anos, o *Profeta*, como era chamado por Getulio Vargas, regressara ao Brasil pensando em recuperar a *Última Hora* do Rio de Janeiro. Batalhou o quanto pôde para conquistar a confiança dos comandantes militares, até que foi chamado ao I Exército e um coronel lhe pediu que publicasse na primeira página de seu jornal um poema vencedor de um concurso de aspirantes, réplica a “Caminhando”, de Geraldo Vandré. Ele dizia:

> *Tu, Vandré, que andas pela noite*
> *No chopinho do Castelinho,*
> *Que sabes de nossa Pátria?*[38]

Samuel voltou à redação, publicou o poema e decidiu vender o pedaço que lhe restava do império da *Última Hora*. Compraram-no os mesmos empreiteiros que haviam arrematado o *Correio da Manhã*. Protegido por

Frias, foi trabalhar na redação da *Folha de S.Paulo*, onde permaneceu até sua morte, em 1980.

Ao ocaso do *Correio* e da *Última Hora* correspondia a alvorada do que viria a ser o maior império de comunicações da história do Brasil: o Sistema Globo de Comunicações. Em 1969 seu proprietário, Roberto Marinho, ainda não era um dos homens mais ricos do mundo, com uma fortuna avaliada, nos anos 1990, em mais de 1 bilhão de dólares. Pelo contrário, a TV Globo estava amarrada a uma dívida de 3,75 milhões de dólares com o grupo americano Time-Life. Marinho sairia dela tomando um empréstimo ao National City Bank, cuja engenharia financeira o obrigaria a empenhar bens pessoais, inclusive sua mansão do Cosme Velho. Vira falhar uma busca de amparo num consórcio de empresários.[39] Mais tarde, lembraria: "Se fracassasse, teria de recomeçar a minha vida da estaca zero".[40] Com maneiras gentis e um senso de lealdade fora do comum na política brasileira, era um adversário feroz pela astúcia, um aliado insuperável pelo sentido de oportunidade. A ditadura transformava-se em milagre e a televisão em cores, em seu ícone. Em 1969 a Rede Globo era formada por três emissoras (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte). Em 1973 seriam onze.[41]

Quando o *New York Times* atacou a censura brasileira com um editorial intitulado "As notícias encarceradas na América Latina", citando as prisões de jornalistas e pedindo que o governo americano pressionasse Brasília, *O Globo* respondeu em 72 horas: "A campanha de imprensa nos EUA destina-se a criar problemas diplomáticos com Washington, mas essa pressão não afeta os brasileiros na sua decisão de resolver os seus problemas domésticos sem pedir as bênçãos do *New York Times* ou do jornal francês *Le Monde*, que abençoaram Fidel Castro, Guevara e outros paladinos dos 'direitos humanos'".[42] [*Veja os documentos*]

A mordaça imposta à imprensa a partir de dezembro de 1968 era confusa, onipotente e errática. Passada a blitz do AI-5, os censores foram

dispensados, e a tesoura foi instrumentalizada através de sucessivos encontros de autoridades com proprietários de empresas jornalísticas. Criou-se, assim, uma rotina de comunicações entre a Censura e as empresas, quase sempre telefônica, informal. Duas tentativas de codificação das proibições fracassaram pela megalomania de seus objetivos. Uma delas vetava notícias que pudessem "tumultuar o comércio", e outra determinava que não se divulgasse "notícia falsa ou fato verdadeiro, parcialmente ou de maneira deformada".[43] Depois dos dias de tumulto da Junta Militar, durante os quais a censura foi manipulada pelo interesse dos comandantes de guarnições, estabeleceu-se um relativo equilíbrio, em que havia graus variáveis de tolerância para com as transgressões. Nos primeiros meses de governo do general Médici só a tortura e as prisões haveriam de se tornar um tema incontornavelmente proibido.

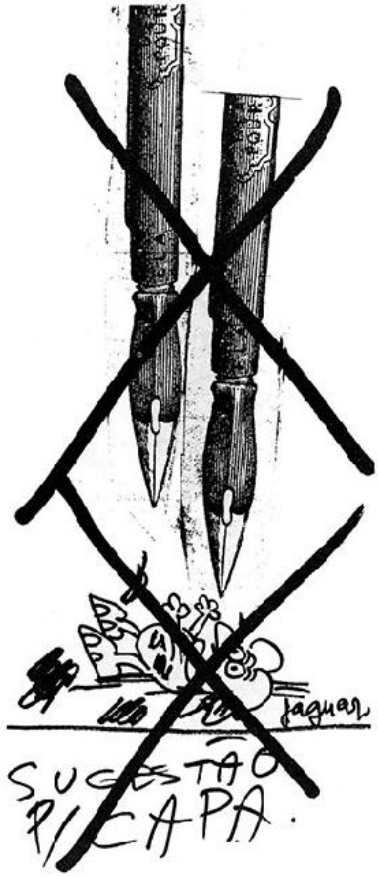
Aos poucos essa situação mudaria. Aquilo que pretendera ser uma ação defensiva do Estado tornou-se, a partir do final de 1969, a principal peça de sua máquina de desmobilização e de supressão do dissenso. Quando foi retirada, em 1978, a mordaça tinha superado a duração do controle da imprensa na ditadura de Vargas, transformando-se no mais prolongado período de censura da história do Brasil independente.

Durante a Presidência do general Médici foram expedidas 360 proibições, uma das quais determinava que se esquecesse uma declaração pública do senador Filinto Müller, presidente do partido do governo, de que não existia censura no país.[44]

Dois jornais — *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, pertencentes a uma única família — haveriam de se recusar (a partir de agosto de 1972) a cumprir ordens telefônicas ou papeletas trazidas por policiais, obrigando o governo a remeter censores às suas redações. Somente neles podia-se ver diariamente o efeito da tesoura, pois, no lugar dos textos vetados, foram publicadas receitas culinárias e, posteriormente, poemas. A partir de julho de 1973, os espaços vazios foram ocupados por trechos d' *Os lusíadas*, de

Luís de Camões.[45] Em seu estudo sobre a censura do *Estadão* a professora Maria Aparecida de Aquino contou 314 supressões só no ano de 1973.[46] O diário mais massacrado foi a *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro. Sofreu mais de vinte apreensões, e teve censores dentro de seu prédio por dez anos e dois dias. Antes mesmo que Médici chegasse ao Planalto, o jornalista Helio Fernandes, seu proprietário e alma panfletária, passara por quatro cadeias e dois desterros, um na ilha de Fernando de Noronha, outro em Mato Grosso. Voltaria a ser preso em 1973, para uma permanência de seis dias no quartel da PE da Barão de Mesquita.[47]

O controle dos principais órgãos de comunicação fez florescer uma imprensa alternativa, denominada "nanica". Os dois semanários impressos em papel de jornal que mais se destacavam, *O Pasquim* e *Opinião* (lançado no final de 1972), vendiam em torno de 100 mil exemplares, quase todos nas bancas.[48] Era uma circulação superior à das revistas *Veja* e *Manchete* somadas.[49] Podiam ser frugais, não nanicos. Deram ao debate cultural uma inédita característica renovadora. O príncipe e precursor desse fenômeno fora *O Pasquim*. Lançado em junho de 1969 com uma tiragem de 28 mil exemplares, chegara a 250 mil em seis meses.[50] Glorificação da ironia, intitulara-se "um jornal de oposição ao governo grego", "corajoso como um rato": "Na terra de cego, quem lê *O Pasquim* é rei".[51] Suas entrevistas projetaram pioneiros de um novo comportamento, como o de Leila Diniz ("Na minha caminha, dorme algumas noites, mais nada. Nada de estabilidade").[52] Num artigo sobre a *Cannabis sativa*, seu colunista Luiz Carlos Maciel descreveu-lhe a estrutura, os efeitos, as virtudes, e listou 33 sinônimos da palavra *maconha*.[53] *O Pasquim* generalizou expressões da gíria de Ipanema ("dica", "sifu", "duca") e revolucionou a técnica de redação jornalística. Depois dele, vereador nunca mais foi edil, e entrevistado deixou de "tecer considerações".[54] Sobreviveu a boicotes econômicos, censura, duas bombas e à prisão de toda a sua redação.[55] Fazia medo por engraçado. Fez-se vanguarda, quando era apenas plural.



Charge de Jaguar para *O Pasquim*, riscada e vetada pela Censura.

Charge de Henfil para *O Pasquim*, riscada e vetada pela Censura.

Sem o ar moleque d' *O Pasquim*, foi o semanário *Opinião* que entrou mais fundo na cabeça da juventude universitária. Circulava com um encarte do *Le Monde* e publicava regularmente artigos do *New York Review of Books*. Tinha 80% de seus leitores nas classes A e B.[56] Mais que isso, ia buscar numa nova esquerda mundial projetos de militância desligados da velha proposição marxista, na qual todas as atividades revolucionárias deveriam confluir para o grande projeto da tomada do poder.[57] Em *Opinião* havia espaço para as mulheres, os negros e os homossexuais como tais, sem que fizessem parte de uma marcha da humanidade em direção ao socialismo. Ao cosmopolitismo e à boa qualidade de seus articulistas (entre os quais estava o sociólogo Fernando Henrique Cardoso), somara uma seção cultural que vocalizava a hostilidade ao dogma do nacional-popular, base do prestígio dos intelectuais da esquerda tradicional. Enquanto viveu

(de 1972 a abril de 1977), *Opinião* publicou 5 mil páginas e teve outras 5 mil vetadas. Cinco edições foram apreendidas e uma, proibida de rodar. Seu diretor, Fernando Gasparian, foi detido, e foi explodida uma bomba na sede do jornal.[58]

O Brasil d' *O Pasquim* e *Opinião* pouco tinha a ver com aquele dos grandes jornais, revistas e emissoras de televisão. Num misturavam-se o deboche e um cosmopolitismo cético. No outro, vivia-se o "Brasil Grande". Em novembro de 1970, quando se haviam passado dois anos da noite em que o Maracanãzinho cantara "Caminhando", o V Festival Internacional da Canção, organizado pela Rede Globo, enchera o estádio e a plateia cantava:

Olé, olá,
O Brasil está botando
Pra quebrá.[59]

Vandré estava exilado no Chile, Caetano Veloso e Gilberto Gil, em Londres. Chico Buarque de Hollanda, em Roma, compôs mais um samba:

Hoje você é quem manda,
falou tá falado,
não tem discussão, não.
A minha gente hoje anda
falando de lado
e olhando p'ro chão, viu
Apesar de você,
amanhã há de ser
outro dia.

A canção circulou por um mês e 100 mil cópias, até ser proibida. Tropas do Exército fecharam a fábrica, e todos os discos guardados no estoque foram quebrados.[60]

1 "A imagem do sucesso", *Veja*, 1º de julho de 1970, p. 20.

2 Reinaldo Guarany, *A fuga*, p. 15.

3 *Estatísticas históricas do Brasil*.

4 Para uma visão desses resultados, José Pedro Macarini, "Um estudo da política econômica do 'Milagre' Brasileiro (1969-1973)", pp. 38-42.

5 *Anuário estatístico do Brasil — 1971*.

6 Helen Shapiro, "A primeira migração das montadoras: 1956-1968", em Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius (orgs.), *De JK a FHC*, p. 66.

7 Sérgio Mattos, *A televisão no Brasil*, p. 95.

8 *Veja*, 6 de janeiro de 1971, p. 20, pesquisa do Instituto Gallup. Nessa pesquisa, só 7% dos entrevistados diziam que seu nível de vida estava caindo.

9 Para o movimento de 1968, *Veja* de 22 de julho de 1970, pp. 30-7. Para o movimento de junho de 1970, *Veja* de 22 de julho de 1970. Ver também *Anuário estatístico do Brasil — 1971*, p. 447.

10 Em 1971 o crescimento real do IBV (bolsa do Rio de Janeiro) foi de 180,9%, e o do Ibovespa (bolsa de São Paulo) ficou em 124,7%. John H. Welch, *Capital markets in the development process*, pp. 93-4.

11 *Veja*, 20 de agosto de 1969, p. 16, e 22 de julho de 1970, pp. 30 e 70. (O cruzeiro novo, valendo 1 mil cruzeiros, vigorou de 13 de fevereiro de 1967 até 14 de maio de 1970, sendo substituído pelo cruzeiro.)

12 Paul Singer, "O Milagre Brasileiro — Causas e consequências", *Cadernos Cebrap*, nº 6, 1972.

13 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*, p. 134.

14 Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, artigo 4º.

15 Samuel Wainer, *Minha razão de viver*, p. 262.

16 *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1968.

17 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 644 para a censura às emissoras e p. 647 para os censores nas redações.

18 Pery Cotta, *Calandra*, p. 22.

19 *Resistência*, 21 de janeiro de 1969, p. 3.

20 Idem.

21 *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1968, em *O Estado de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1998.

22 José Stacchini, *Março 64*, pp. 22-4.

23 Zuenir Ventura, *1968 — O ano que não terminou*, pp. 288-9. A esse respeito, ver os depoimentos de Alberto Dines, Carlos Lemos e M. F. do Nascimento Brito, em *Jornal do Brasil* de 13 de dezembro de 1998, Caderno Especial.

24 Claude Erbsen, diretor do escritório da Associated Press no Brasil, dezembro de 1992.

25 Heleno Cláudio Fragoso, *Advocacia da liberdade*, p. 62, para a retirada dos censores do *Correio da Manhã*.

26 Heleno Cláudio Fragoso, *Advocacia da liberdade*, p. 62, e *Resistência*, 21 de janeiro de 1969.

27 Para Guimarães Rosa, Jeferson de Andrade e Joel Silveira, *Um jornal assassinado*, p. 51. Para Bandeira, "Mafuá do malungo", *Manuel Bandeira*, p. 438.

28 Ruy Castro, *O anjo pornográfico*, p. 362.

29 Dois ex-redatores-chefes do *Correio* deram suas opiniões sobre Niomar a Jeferson de Andrade e Joel Silveira, *Um jornal assassinado*, pp. 108 e 118. Luiz Alberto Bahia: "(...) Niomar não tinha capacidade para dirigir o jornal". Janio de Freitas: "Não sou adepto da teoria segundo a qual foi o regime militar que fechou o *Correio da Manhã*. (...) Foi má administração mesmo".

30 Jeferson de Andrade e Joel Silveira, *Um jornal assassinado*, pp. 46 e 283.

31 Para o valor do corte da publicidade oficial, "Retirada", editorial do *Correio da Manhã* de 11 de setembro de 1969.

32 Jeferson de Andrade e Joel Silveira, *Um jornal assassinado*, pp. 284 e 287.

33 *Correio da Manhã*, 11 de setembro de 1969, em Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, p. 41.

34 José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, janeiro de 1991. Para essa transação, ver também a entrevista de Joe Wallach, diretor da TV Globo, à revista *Imprensa* de março de 1990, pp. 46-50.

35 Telegrama da agência Reuters, de 5 de maio de 1969.

36 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, p. 58, citando o *Jornal do Brasil* de 27 de janeiro de 1971, p. 13.

37 Lei de Segurança Nacional, decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, artigo 79.

38 Samuel Wainer, *Minha razão de viver*, p. 278.

39 Antonio Gallotti, dezembro de 1984.

40 Carta de Roberto Marinho ao presidente João Figueiredo, de 14 de agosto de 1980.

41 Para o número de emissoras, Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, "Momentos de decisão: os anos 70 e a mídia no Rio de Janeiro", em Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento e Marly Silva da Motta (orgs.), *Um estado em questão*, pp. 352-3.

42 *The New York Times*, 4 de janeiro de 1969. *O Globo*, 7 de janeiro de 1969.

43 *Resistência*, 21 de janeiro de 1969, para o caso do comércio. *Ordem 716*, do Departamento de Polícia Federal, de 10 de junho de 1969, em Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, p. 226.

44 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, pp. 227-76. Para a proibição de Filinto Müller, p. 244, com a ordem de 19 de setembro de 1972.

45 Maria Aparecida de Aquino, *Censura, imprensa, Estado autoritário* (*1968-1978*), p. 99.

46 Idem, p. 60.
47 Helio Fernandes, abril de 2002. Helio Fernandes foi preso pela primeira vez em julho de 1963, por ordem do ministro da Guerra de João Goulart, o general Jair Dantas Ribeiro. Depois de onze dias, quatro dos quais incomunicável, foi libertado por ordem do Supremo Tribunal Federal.
48 Para a tiragem dos semanários alternativos, Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários*, p. 90.
49 Em 1977, *Veja* vendia nas bancas em torno de 60 mil exemplares, e *Manchete*, 25 mil.
50 Para as tiragens d' *O Pasquim*, entrevista de Sérgio Cabral em Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), *Histórias do poder*, vol. 1: *Militares, Igreja e sociedade civil*, p. 285.
51 José Luiz Braga, *O Pasquim e os anos 70*, pp. 32, 140 e 49 para as três citações, respectivamente. Para uma crônica da vida d' *O Pasquim*, ver também Norma Pereira Rego, *Pasquim*.
52 João Baptista M. Vargens, *Nos bastidores d'O Pasquim*, p. 40.
53 *O Pasquim*, nº 30, 15 a 21 de janeiro de 1970, em Luiz Carlos Maciel, *Negócio seguinte*, pp. 64-8.
54 José Luiz Braga, *O Pasquim e os anos 70*, p. 32.
55 A primeira bomba, com cinco quilos de dinamite, foi colocada no semanário em março de 1970. A segunda, em maio. Ver José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 260 e segs.
56 Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários*, p. 261.
57 Heloisa Buarque de Hollanda, *Impressões de viagem*, p. 94.
58 José Antonio Pinheiro Machado, *Opinião × Censura*, pp. 5, 65 e 97.
59 *Veja*, 4 de novembro de 1970.
60 *Chico Buarque — Letra e música*, vol. 1, p. 130.

PARTE III
A VITÓRIA

Contra
la represión
las torturas e
BRASIL
Julio de Mesquita Neto recebe
Os Lusíadas
Canto Primeiro
Portador—Porteur

NAS FOTOS ANTERIORES

D. Paulo Evaristo Arns, a nova voz da Igreja
As torturas foram denunciadas no exterior
Alfredo Buzaid, o ministro da Justiça de Médici
No *Estadão*, Camões foi para os espaços censurados
Delfim Netto tornou-se a encarnação do “Milagre”
Rubens Paiva foi levado para o DOI e desapareceu
Uma batida policial em São Paulo

Uma elite aniquilada

Em agosto de 1969, em Belo Horizonte, um sacerdote que trabalhava com grupos de jovens tinha à sua frente *Raquel*, uma jovem recém-saída da prisão. O padre ligou um gravador e anunciou: “Iniciamos aqui uma série de reportagens destinadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”.

Raquel narrou o caso de *Teresa*, professora católica com quem até pouco tempo antes dividira uma cela. Enquanto conseguira se manter alerta, *Teresa* contara as seis descargas elétricas que lhe aplicaram. Estupraram-na e obrigaram um sobrinho a torturá-la.[1]

Aquilo que cinco anos antes fora assunto para debates no Congresso e campanhas na imprensa, fonte de indignação e protesto, tornara-se matéria clandestina. Fechara-se o círculo. Não só era perigoso opor-se à ditadura: era arriscado até mesmo falar do que acontecia nos calabouços. Entre setembro de 1964, quando a última página do *Correio da Manhã* era ocupada por denúncias de torturas, e agosto de 1969, quando o sacerdote de Belo Horizonte se movia quase em segredo, não só o regime se impusera à sociedade, mas a tortura se impusera ao regime.

Raquel e *Teresa* eram nomes falsos, as vítimas escondiam-se. A série de reportagens do padre do gravador não se destinava a nenhum órgão de imprensa, muito menos ao Congresso. Seu destinatário era a Conferência Nacional dos Bispos porque a erosão da estrutura institucional da sociedade brasileira chegara a um ponto em que só restava a Igreja como força política organizada capaz de se mobilizar em defesa dos direitos humanos.

* * *

O processo coercitivo de desmobilização política desencadeado em 1964 contra a esquerda transbordara primeiro contra uma parte da militância liberal, depois contra as próprias lideranças conservadoras que pretendiam sustentar projetos pessoais e políticos independentes. Em 1970, no apogeu, transformara-se num fenômeno de mutilação e desmoralização da elite nacional. Esse ciclo, percorrido em seis anos, não obedeceu a doutrinas, planos ou estratégias. Foi produto de uma anarquia institucional na qual a cada avanço da desmobilização correspondeu um vácuo de legitimidade e a cada vácuo sobreveio um novo espasmo desordeiro. Cada setor interessado na desmobilização saqueou um pedaço das instituições nacionais. Todos fizeram isso acreditando que no final sobrariam instrumentos suficientes para assegurar-lhes uma parcela de poder. Assim, políticos sem voto saquearam as eleições diretas. Parlamentares sem opinião tungaram a inviolabilidade dos mandatos. Guildas patronais surrupiaram a liberdade sindical. Grandes montadoras do ABC paulista submetiam ao DOPS nomes de funcionários que contratavam.[2] Terminada a tosa, a elite brasileira aniquilara-se.

O aniquilamento estendeu-se a todos os níveis. Primeiro varreu pessoas, depois violou instituições e, no final, esmagou o próprio conceito de cidadania. No dia 1º de abril de 1964 o ex-presidente Juscelino Kubitschek apoiara a deposição de Goulart. Semanas mais tarde, aceitara que parte da bancada de seu partido fosse cassada. O sacrifício era grande, mas a recompensa parecia atraente: JK acreditava que a eleição presidencial de outubro de 1965 haveria de levá-lo ao palácio do Planalto. Carlos Lacerda, seu adversário, pensava a mesma coisa. Defendeu todas as cassações, inclusive a de Juscelino, o único candidato capaz de batê-lo nas urnas. Com seu talento verbal, dizia temer que JK “roubasse a Revolução como roubou o país”.[3] Kubitschek foi cassado em junho de 1964. Menos de dois anos

depois, Lacerda estava fora da sucessão presidencial e, em dezembro de 1968, cassado, entrou preso no Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, onde o alojaram num jirau, entre a estrebaria e o dormitório. Lá encontrou o ator Mário Lago, seu contemporâneo no Partido Comunista, hóspede eventual da carceragem do DOPS desde 1932. Não se falavam fazia décadas, mas Lacerda quebrou o gelo: "Mário, preso fala com o outro, não é?". Deram-se as mãos.[4] (Em 1961, quando um adversário político gritou um pedido de "paredón" para Lacerda, ele respondera: "Se as coisas continuarem como vão, talvez nós venhamos a concluir essa cordial discussão na mesma cela".)[5]

Quando o general Médici subiu a rampa do Planalto, o regime havia banido da vida pública todos os políticos que em 1964 aspiravam à Presidência da República. Podia parecer que se perdiam os líderes mas preservavam-se os partidos, no entanto eles foram extintos em 1965, substituídos por um sistema bipartidário rígido nas votações parlamentares e frouxo na coesão das bases. Podia parecer também que, mesmo sem lideranças e sem partidos, preservavam-se as instituições. Fechado duas vezes, o Congresso teve cassados 281 parlamentares. Foi esquartejado em vida. No dia 10 de abril de 1964, quando se acreditava que seria possível restringir as cassações de parlamentares a uma só rajada, abateram-se quarenta mandatos, liquidando-se a liderança de esquerda e centro-esquerda na Câmara. Nos meses seguintes expurgaram-se outros 29 parlamentares e em 1966, outros seis. A cada onda de cassações caía um núcleo de liderança oposicionista. No seu lugar entrava outro, mais cauteloso e mais moderado, porém igualmente insuportável para o regime. Depois do AI-5 cassaram-se 105 congressistas.[6] O MDB perdeu o secretário-geral, o líder na Câmara e catorze de seus 21 vice-líderes.[7] A coerção punha em movimento mecanismos de medo e adesão que produziam resultados bem mais profundos. Em São Paulo, mesmo depois das cassações de 1964 e 1965, a oposição conseguiu um patrimônio eleitoral de 27 deputados federais, 53

estaduais, 71 prefeitos e 1.185 vereadores. No fim de junho de 1969, após o expurgo do AI-5 e uma onda de deserções, ela estava reduzida a doze deputados federais, vinte estaduais, 38 prefeitos e oitocentos vereadores.[8]

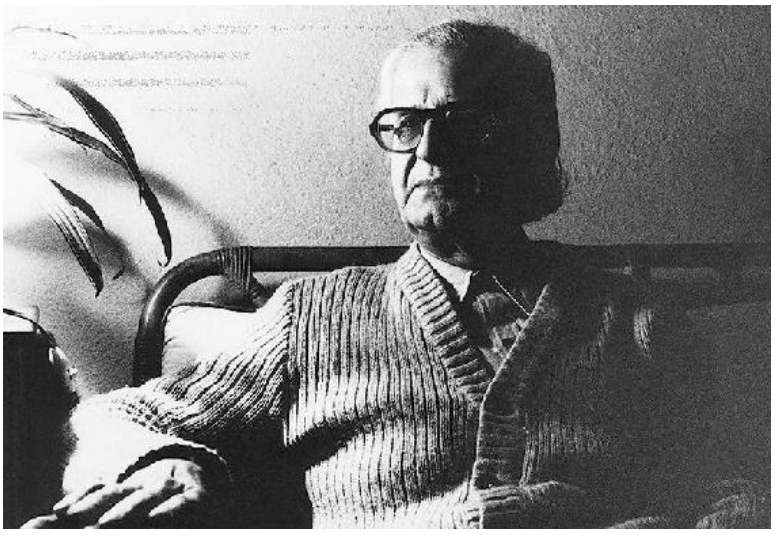
O Supremo Tribunal Federal foi diluído em 1965 e mutilado em 1968. Para neutralizar os votos dos ministros nomeados por Kubitschek e João Goulart, ampliou-se de onze para dezesseis o número de assentos no tribunal. Com o AI-5, expurgaram-se Vitor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Da corte saiu o único caso de protesto do período. Pediram demissão o presidente da casa, Antônio Gonçalves de Oliveira, e seu substituto imediato, o ministro Antônio Carlos Lafayete de Andrada. Ambos mineiros, um deles descendente de José Bonifácio, foram os únicos funcionários de alto nível dos poderes republicanos a se valerem do espírito de renúncia para impedir o prosseguimento da confusão entre a história do regime e suas biografias. Com cinco vagas à mão, o governo Médici devolveu o Supremo ao seu tamanho habitual, e entre os onze sobreviventes lá continuaram Adaucto Lúcio Cardoso e Aliomar Baleeiro, instrumentistas da "banda de música" da UDN, ferozes adversários daquilo que poderia ter sido a ditadura de João Goulart. Meses depois juntou-se a eles Bilac Pinto, o responsável pela introdução do conceito de "guerra revolucionária" no vocabulário político civil.[9]

A coerção, aplicada inicialmente como um elemento desmobilizador dos sindicatos de trabalhadores, da elite intelectual e da esquerda, mudou de qualidade durante os expurgos de 1968 e 1969. O primeiro Ato Institucional, sem número, supostamente único, destinava-se a expurgar parte da cúpula civil e militar do regime deposto. O último, baixado em outubro de 1969 com o número 17, dava ao presidente o direito de transferir temporariamente para a reserva oficiais inconvenientes e servia apenas para punir dissidências militares da própria ditadura.[10] Fez uma só vítima, o almirante Ernesto de Mello Baptista, o ministro da Marinha que em setembro de 1964 reagira às denúncias de torturas publicadas no *Correio da*

Manhã anunciando que solicitaria a abertura de um processo contra o jornal.[11] Partidário da candidatura do general Albuquerque Lima, divulgara um manifesto insurgindo-se contra a escolha de Médici. Remetido ao estaleiro por um ano, naufragou no anonimato.

Com o intuito de purificar as universidades, em abril de 1969 expurgaram-se 65 professores. Num só balaio meteram-se comunistas como o arquiteto João Batista Villanova Artigas, da Universidade de São Paulo, esquerdistas liberais como Fernando Henrique Cardoso e conservadores moderados como Eulália Lahmeyer Lobo, irmã do ministro de Minas e Energia, Antônio Dias Leite. Seria o jogo jogado se a Caio Prado Júnior, um dos maiores historiadores do país, não se tivesse reservado punição exemplar, típica tanto pela imputação como pelo castigo.

* * *



O historiador Caio Prado Jr. ficou preso durante 545 dias por causa de uma entrevista inócua numa publicação irrelevante.

Autor da *Formação do Brasil contemporâneo*, verdadeiro divisor de águas da historiografia nacional desde sua chegada às livrarias, em 1942, Caio Prado descendia da plutocracia paulista do Império, estivera no Partido

Comunista e encarnava o pensador esquerdista afastado da militância. Suas entrevistas eram raras, não fazia o gênero de figurinha fácil do radicalismo chique da época. Em 1966 recebera o prêmio de Intelectual do Ano pela edição d' *A revolução brasileira*, trabalho que impulsionaria o processo autocrítico da esquerda em relação à derrota de 1964. Em 1967 Caio Prado concedeu uma entrevista a um grupo de estudantes do grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. Representavam uma publicação editada artesanalmente, de circulação irrelevante. Tornou-se conhecida como revista *Revisão*, mas seria mais apropriado chamá-la folheto. A entrevista era medíocre nas perguntas ("Qual é a importância da organização da classe operária?") e banal nas respostas ("Acho que a organização do proletariado é uma tarefa de fundamental importância"). O que os estudantes pareciam procurar era a opinião de Caio Prado sobre a luta armada, e ele tratou do assunto quatro vezes:

> — A Revolução Brasileira terá uma solução pacífica ou armada?
> — Isto nunca se sabe. Não sou profeta, nem sei qual a maneira prática de realizar a Revolução. (...) A existência ou não da luta armada depende das circunstâncias do momento, da situação tal como ela se apresenta. (...)
> — Como vê o movimento estudantil no Brasil com respeito à revolução socialista?
> — (...) Não acredito que os estudantes sejam os possíveis líderes da revolução, mas acho que têm condições de estimularem o proletariado urbano e rural para que iniciem sua luta. Agora, como guerrilheiros, não acredito. Vocês que são estudantes, veem a possibilidade de um grupo de estudantes se armarem e se tornarem guerrilheiros? (...)
> — Os trabalhadores podem chegar ao poder pela via pacífica, ou não?

— Não sei. Acredito que pode ser através de uma forma ou de outra. Mesmo a luta armada tem uma porção de graus: vai desde o choque de rua até a guerra civil. (...)

— Qual a solução para este problema?

— Não devemos discutir a forma de luta, e sim começar a lutar. Depois, são as contingências do momento que vão indicar que espécie de luta se vai fazer. Se se dissesse, concretamente, que existem em São Paulo 30 ou 50 mil trabalhadores dispostos a pegar em armas e tomar o poder, é evidente que a nossa tarefa é arranjar armas para estes operários e ajudá-los a tomar o poder. Mas não adianta programar a luta armada se não existem os elementos capazes de concretizá-la. A forma de ação é determinada pelas circunstâncias e condições do momento.[12]

Em março de 1969, quase dois anos depois da publicação da entrevista, abriu-se na 2ª Auditoria Militar de São Paulo um processo contra Caio Prado. Baseado no conteúdo da última resposta do historiador, o Ministério Público enquadrou-o no crime de incitação subversiva. No dia 25 de março de 1970, quando o Exército acabara de anunciar o desbaratamento da VPR, Caio Prado Júnior sentou-se no banco dos réus. Levantou-se para ser recambiado ao presídio Tiradentes, condenado à pena máxima: quatro anos e seis meses de detenção. Recorreu ao Superior Tribunal Militar, onde o ministro civil Alcides Carneiro, votando pela sua absolvição, resumiu o processo em frase lapidar: “Quem incita não mostra as dificuldades, e sim as facilidades”. Tempo perdido: tudo o que Caio Prado conseguiu foi a redução da pena para 21 meses.[13] Transferido do presídio, onde cozinhava suas refeições, o historiador foi encarcerado no 16º Batalhão Universitário da Força Pública, atrás do campus da USP, onde dividiu uma cela com um ex-delegado condenado por tráfico de drogas.[14] A muito custo recebeu permissão para assistir ao sepultamento de seu filho Roberto, que se

matara.[15] Em agosto de 1971, depois de passar 525 dias na prisão, com quase toda a pena cumprida, Caio Prado foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal e libertado. Tinha 64 anos.

* * *

Por mais que as torturas pudessem inibir a ação dos simpatizantes das organizações armadas e casos como o de Caio Prado contribuíssem para estabelecer um clima de conformismo nas universidades, a violência e o arbítrio do regime são insuficientes para explicar por que a ditadura se manteve de pé. Muito menos para se compreender por que Médici conseguiu ser ao mesmo tempo o presidente menos criticado e o mais aplaudido. O silêncio e a tolerância que seu governo obteve foram maiores do que aqueles que a coerção direta poderia assegurar.

Sem prazo de duração, o AI-5 diferia essencialmente de seus antecessores. No governo Castello os períodos de suspensão das franquias constitucionais tinham prazos. Diante disso a oposição sempre podia fingir-se de morta durante a ventania, sabendo que ela haveria de passar. Com o AI-5 esse recurso extinguiu-se. Conteve-se a atividade parlamentar oposicionista e, sobretudo, submeteu-se a máquina do Estado. A notoriedade das vítimas dos expurgos fez com que a natureza coercitiva do regime fosse percebida nas punições impostas aos adversários. Ainda que fiel, esse retrato é incompleto. A essência das ditaduras não está naquilo que elas fazem para se perpetuar, mas naquilo que a partir de certo momento já não precisam fazer.

A principal característica da atividade legiferante que se seguiu à edição do AI-5 foi a expansão do controle da sociedade pelo Estado. Os mecanismos que permitiam cassar e demitir serviam para purificar e atemorizar o elenco, mas as alterações tributárias e administrativas sugeridas já na noite de 13 de dezembro de 1968 pelo ministro Delfim

Netto destinavam-se a mudar o enredo. Duas semanas depois da edição do AI-5, ele foi buscar o "suficiente". Fechou o guichê que pagava, impondo uma severa política de contenção de gastos públicos que previa, até o final do ano seguinte, uma redução de 10% na folha de pagamento de pessoal de 1968. Em seguida, baixou o Ato Complementar nº 40, alterando a política de redistribuição de tributos federais. Diminuiu a participação dos estados e municípios na partilha dos impostos de renda e produção industrial (equivalentes a 70% da receita de impostos federais). Pela Constituição de 1967 eles tinham direito a 20% do dinheiro recolhido. Com o golpe de caneta, os repasses caíram à metade. Em todos os casos, a liberação dos recursos dos fundos dependia da aprovação de Brasília, "com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Federal". Cortaram-se pela metade as transferências para os estados e municípios, e engordou-se em cerca de 10% a receita do governo federal.[16] Em 1969 o governo bateria o seu recorde de gastos, consumindo 23,4% do PNB, e ainda assim fecharia o orçamento com superávit.[17] Num cálculo grosseiro, levando em conta outros instrumentos financeiros e tributários, Delfim Netto estimou que no final de 1970 os recursos controlados pelo governo federal eram quase o dobro do montante disponível em 1967, quando terminou o governo Castello: "Com o AI-5 eu aproveitei para fazer tudo o que precisava fazer".[18]

O Ato Complementar nº 40 foi o instrumento de funcionalidade do AI-5 nas relações econômicas do Estado brasileiro, transmutando aquilo que poderia ser uma ditadura difusa, entregue a coronéis radicais e voluntaristas, num processo de reorganização do poder. De um lado reduziu os recursos a serem distribuídos, de outro centralizou os mecanismos através dos quais seriam feitas as transferências.[19] O AI-5 dissera o que era proibido. O AC-40 informava onde estaria o dinheiro para quem quisesse fazer o que era permitido.

O grau de controle que o governo adquiriu sobre o grande caixa nacional ampliou o enquadramento dos setores da produção que dele dependiam. Esse poder era exercido tanto na punição como na graça. Por intermédio de instruções informais os cassados estavam proibidos de transacionar empréstimos com o Banco do Brasil. Através do Decreto nº 64.345, os empreiteiros de obras públicas, principais fontes de suprimento de dinheiro para a corrupção governamental, livraram-se do fantasma da concorrência de empresas estrangeiras. Os grandes contratos de obras estaduais e municipais passaram a depender do aval e dos conselhos de Brasília, onde o governo já acumulava o tesouro da distribuição de incentivos fiscais.

A ação punitiva do regime, desinibida quando avançava sobre a esquerda, moveu-se à direita no início de 1969. Armou-se um bote contra o banqueiro Walter Moreira Salles. Herdeiro de uma pequena casa bancária em Poços de Caldas, fora embaixador em Washington no segundo governo de Getulio Vargas e ministro da Fazenda do primeiro gabinete parlamentarista de João Goulart. Dono da União de Bancos Brasileiros, o quinto grupo financeiro do país, captava depósitos em 333 agências e aplicava sua influência à esquerda e à direita. Nos anos 1950 financiara o jornalista Samuel Wainer, protegido de Vargas, no lançamento do vespertino Última Hora.[20] Nos anos 1960, um de seus diretores alimentava o caixa de contribuições da conspiração antijanguista.[21] Tendo deixado o governo, mantivera-se assíduo interlocutor de João Goulart e também do embaixador Lincoln Gordon. Essa relação pode ser percebida quando se vê que, num período de 48 horas (entre os dias 12 e 13 de dezembro de 1963), encontrou-se com Gordon (mencionando as poucas chances de um golpe, ou de um contragolpe) e em seguida com o próprio Goulart (tratando de uma troca de cartas com a Casa Branca), telefonando depois ao embaixador com um resumo da gestão junto ao presidente e marcando um almoço para o dia seguinte.[22] Com uma cabeleira negra de toureiro espanhol, gentil nas

maneiras e refinado no gosto, encarnava a figura do milionário elegante. Era o brasileiro predileto dos irmãos Nelson e David Rockefeller. Sua mulher, Elisinha, era considerada uma das mais bem-vestidas do mundo.

Nos dias seguintes à edição do AI-5 o general Jayme Portella teve a ideia de constrangê-lo. Inúmeras personalidades estavam sendo chamadas à Receita Federal, à polícia ou aos escritórios do SNI. Prestavam esclarecimentos ou passavam algumas horas conversando. Em todos os casos, ficavam marcadas pelo fato de terem sido "chamadas". Entre os enfeites demagógicos pendurados na onda de arbitrariedades do fim de dezembro de 1968, já se haviam incluído a prisão de banqueiros de bicho do Rio de Janeiro e a criação de um prato popular, apelidado Sunabão, que deveria constar do cardápio de todos os restaurantes do país, inclusive os mais finos. O constrangimento de um banqueiro de depósitos coroaria o truque diversionista, mas ele esbarrou em Delfim Netto. "Eu fui ao Costa e Silva e disse que estava fora daquilo. Não se podia fazer aquilo com o Walter Moreira Salles. Costa e Silva disse que ia tratar do assunto."[23] Tratou, e semanas depois Delfim aplacou as pressões militares contra a plutocracia pedindo o confisco dos bens dos diretores de uma pequena fábrica de cigarros.

Através de um sistema de sinalização, enviaram-se mensagens à esquerda e à direita. A uma mostrou-se a desdita de Caio Prado, condenado e encarcerado por conta de uma entrevista irrelevante, por ter dito algo que, na verdade, negara. À outra exibiu-se a ameaça contra Walter Moreira Salles, salvo pelo gongo, um gongo que decorrera da vontade do ministro Delfim Netto.

As organizações de industriais, fazendeiros e comerciantes mobilizadas para financiar a *Operação Bandeirante* captaram tanto o recado da coerção como os sinais sedutores do regime. Perceberam a essência da lógica desmobilizadora segundo a qual cabia ao estudante estudar, ao operário trabalhar, ao padre rezar, aos empresários ganhar dinheiro e ao governo

cuidar de que cada um cumprisse suas obrigações. Em dezembro de 1970, num banquete em homenagem ao general Canavarro Pereira, que deixava o comando do II Exército, o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Daniel Machado de Campos, resumiu o pensamento de seus pares:

> Nesta hora do lobo afiam as presas as alcateias totalitárias que, ao revés, em nome de uma quimérica justiça social, preparam-se para assaltar o poder através da máxima e mais impiedosa compulsão política. (...) Seria terrível que, por desencontro nosso, por descuido nosso, surgisse a desconfiança, a incompreensão recíproca, o desentendimento entre dois grupos que querem a mesma coisa e que, pela racional e necessária divisão do trabalho, laboram em setores diferentes, levados pelo impulso de reerguimento nacional.[24]

Os empresários brasileiros não foram desmobilizados, mas desinstitucionalizados. No regime do AI-5 um parlamentar não valia nada, mas todos os parlamentares valiam alguma coisa. Com os empresários ocorria o contrário: um por um, valiam alguma coisa, mas todos juntos não valiam coisa alguma. Os grandes dirigentes empresariais da conspiração contra João Goulart tiveram vida curta. Entre 1964 e 1968 saíram de cena os presidentes das três grandes confederações patronais, das federações de indústrias da Guanabara e de São Paulo, bem como o da Associação Comercial do Rio de Janeiro.[25] Em alguns casos eram atravessadores de negócios. Simulavam importância mantendo-se horas a fio na antessala de Delfim Netto. Um deles organizou até mesmo a captura do lixo da sala do ministro, para ler papéis rabiscados. Foram substituídos por uma geração de dirigentes anódina, porém longeva nas funções. “A Fiesp desmontou seu departamento econômico, foi incapaz de produzir um documento sobre a economia brasileira por oito anos”, relembrou Delfim.[26]

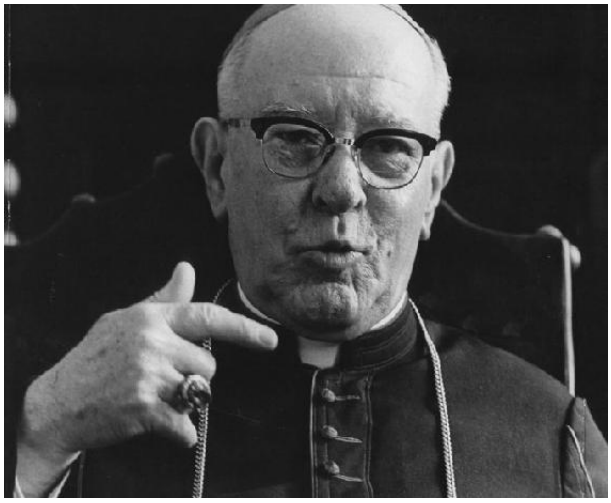
* * *

A ditadura assumira o controle das chaves dos cárceres e dos cofres, os partidos políticos estavam inertes, a atividade parlamentar resumira-se ao exercício de investigação dos limites do Congresso, e os empresários faziam seus negócios no varejo enquanto seus órgãos de classe banqueteavam o regime no atacado. Concluíra-se o processo de desmobilização da sociedade brasileira. De todas as instituições de âmbito nacional e tradição política, só uma não coubera inteira no acerto: a Igreja.

Seria exagero acreditar que toda a Igreja ficara de fora, ou até mesmo supor que ela tenha ficado sempre de fora. Pelo contrário. De 1964 a 1970 ela marchou ao lado do regime nos momentos decisivos, e a maior parte de sua hierarquia perfilou-se nos momentos críticos. Como instituição, a Igreja podia fazer muitas coisas, menos uma: dar a César sua própria desmobilização. Ao contrário do empresariado, do funcionalismo público civil e militar, dos partidos políticos e do Congresso, ela não precisava de remuneração terrena ou licença do governo para existir. Essa independência decorria de um patrimônio espiritual amarrado a conceitos de civilização que estavam sendo revogados no Brasil. A Igreja podia fechar um olho aqui, outro ali, mas quando o sacerdote do gravador anunciou em Belo Horizonte que “iniciamos aqui uma série de reportagens destinadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”, não havia como calá-lo por muito tempo. Pior, não havia também como deixar de ouvi-lo.

Na grande divisão ocorrida no país em março de 1964, a maior parte da hierarquia da Igreja pendera para o levante. Dera-lhe a base popular da Marcha da Família. D. João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, abençoara sob sigilo a rebelião do governador Magalhães Pinto. D. Jaime Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, fora ao ar no dia 31 de março atribuindo à Virgem Maria, ao venerável Anchieta e aos “quarenta mártires do Brasil” a religiosidade e o patriotismo com que se organizava a Marcha da

Vitória.[27] Na tarde de 1º de abril, durante a guerra de boatos em torno das movimentações militares, foi o padre Benedito Calazans, senador pela UDN paulista, quem anunciou ao plenário que o general Mourão Filho já entrara no Rio de Janeiro (chegaria só no fim da noite) e fora ao palácio Guanabara cumprimentar o governador Carlos Lacerda (coisa que não fez).[28] Horas depois, acolitado pelo padre Antonio Godinho, vice-líder da UDN na Câmara, tentara anexar o arcebispo de Brasília às manobras destinadas a proclamar vaga a Presidência da República.[29] Dois outros sacerdotes, Arruda Câmara e Pedro Vidigal, formavam a bancada conservadora do Congresso. Vidigal tornara-se famoso alguns meses antes por ter sido mais um dignitário a anunciar que "do que nós estamos precisando no Brasil é substituir a norma evangélica 'amai-vos uns aos outros' por outra: 'armai-vos uns aos outros'".[30]



D. Jaime Câmara

Vitorioso o levante, o cardeal Jaime Câmara peregrinara ao Santuário de Aparecida, onde agradeceu à santa a salvação do país.[31] D. Jaime foi um dos primeiros defensores do expurgo dos derrotados. No dia 3 de abril, antes mesmo da edição do Ato Institucional, ele dizia que, "sem a punição

dos culpados, arriscamos perder a batalha final, que é a salvação da pátria".[32]

Passada uma semana, fez-se a vontade dos defensores da "Operação Limpeza", e saiu a primeira lista, com 102 punições. Em Brasília o padre Francisco Lage, suplente de deputado federal por Minas Gerais, militante da agitação nos bairros populares de Belo Horizonte e na zona rural do estado, resolveu sair do seu apartamento para visitar um amigo cassado. Deu poucos passos à procura de um táxi, quando ouviu: "Padre Lage! Padre Lage! O senhor está preso. Está armado?".

(Segundo um expediente secreto remetido dois meses depois pelo tenente-coronel João Baptista Figueiredo à Presidência da República, o padre Francisco Lage era pessoa de "implicação subversiva de caráter nacional". Seu extrato de prontuário informava que era comunista confesso, lera *O capital*, incitara greves de professores e funcionários públicos e defendera uma reforma agrária "na lei ou na marra", argumentando que "o Congresso está cheio de latifundiários e ladrões".)[33] [*Veja o documento*]

Levaram-no para a 11ª Companhia de Polícia do Exército, varejaram-lhe o apartamento e remeteram-no para Belo Horizonte, onde foi espancado pela PM. A caminho da cela mandaram que se despisse, e quando seu terço caiu ao chão, os policiais passaram a divertir-se, chutando-o. "Padre do diabo!", gritou um deles.[34]

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pronunciou-se sobre o regime em junho de 1964 com um documento indicativo de que não caberia inteira, nem por muito tempo, na nova ordem. Seu texto continha uma astuciosa dubiedade. Professava uma derramada adesão aos fatos consumados e estabelecia um cauteloso distanciamento em relação ao futuro. Apoiava a instauração da ditadura com a própria retórica do regime: "Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos

interesses da Nação". Em seguida, separava-se dela com a linguagem dos liberais:

> Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério da correção e os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas saneadoras e as penalidades não são atribuição da força como tal, mas de outros valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência e tirania. Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vindita.

Finalmente, defendeu a inviolabilidade da instituição eclesiástica: "Cumpre-nos declarar que não podemos concordar com a atitude de certos elementos que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes leigos e fiéis".[35] Era uma linguagem branda, elíptica, mas também o primeiro sinal de que a Igreja, ao contrário dos partidos políticos e das associações empresariais, não estava disponível para um processo de automutilação.[36] A hierarquia eclesiástica que em 1792 celebrara o *Te Deum* pela execução de Tiradentes e em 1824 tirara as ordens de frei Caneca, quando ele foi levado pelas ruas do Recife até o pelotão de fuzilamento, era coisa passada.

As violências sofridas pelo padre Lage, bem como os casos esparsos de brutalidade contra militantes de organizações religiosas, receberam da Igreja um tratamento morno, típico da noção segundo a qual tudo não passava de excessos do "fragor da hora". Visitando o colégio Pio Brasileiro de Roma, o papa Paulo VI, preocupado com o "momento de temores e paixões", pediu a união dos bispos e recomendou-lhes buscar "o prudente conselho do núncio apostólico".[37] O governo do marechal Castello Branco acenara com a normalidade política em troca da digestão das violências

cometidas. A CNBB aceitara a transação. Vivia-se uma época em que o padre Lage chegara a recuperar os livros apreendidos em seu apartamento, depois de escrever uma carta ao general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar. Preso no Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, conseguira até mesmo telefonar ao núncio protestando contra aquilo que considerava excessiva intimidade entre a cúpula católica e a ditadura.[38]

Entre o palácio do Planalto e a hierarquia eclesiástica havia um sincero desejo de que a construção fosse duradoura. Ela dependia, porém, da satisfação de duas condições: a desmobilização da esquerda da Igreja e o enquadramento da direita do regime. Bastaria que uma das duas falhasse para pôr em perigo o acordo. Falhariam as duas.

Na manhã de sábado, 6 de junho de 1964, quatro dias depois da divulgação do comunicado dos bispos, uma equipe do Cenimar entrou num apartamento da rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, onde viviam oito jovens militantes da Ação Católica, e levou-os para o Arsenal da Marinha. Lá, um oficial recebeu-os com satisfação:

> — O peixe caiu na rede.
> — Não é um peixe qualquer, comandante. É um peixão — corrigiu um agente.
> — Então, Betinho, onde estão os outros dirigentes da AP? — indagou o oficial.
> — O senhor está me confundindo, não sou o Betinho.
> Tomou um golpe no rosto.
> — Filho da puta! Como não é o Betinho? Você não é de Belo Horizonte?
> — Sou.
> — Não é da JUC?
> — Não, da JEC.

— E qual é a diferença, seu veado? Só falta dizer que não é da AP! Quer levar umas porradas para refrescar a memória?[39]

O preso explicou: militava na Ação Católica, que nada tinha a ver com a AP, era mineiro e chamavam-no Betto, mas não era Herbert José de Souza, o *Betinho*, principal ideólogo da organização esquerdista católica. Chamava-se Carlos Alberto Libânio Christo. A Marinha voltaria a ouvir falar dele como frei Betto, *Vitor*, *Ronaldo* e *Olavo*, do convento de Perdizes, da AP, da ALN.

1 Separata da revista *Mensaje*, dos jesuítas chilenos, nº 186, janeiro-fevereiro de 1970, anexa a um artigo de Michel de Certeau. Esse mesmo artigo foi publicado em maio, em Montevidéu, nos *Cuadernos de Marcha*, na edição intitulada *Brasil seis años de dictadura — Torturas*, com texto, seleção e notas de Paulo Schilling.

2 No dia 21 de abril de 1971 a Volkswagen consultou a delegacia do ABC a respeito de nove empregados admitidos no seu Departamento de Segurança Industrial; a delegacia, por sua vez, remeteu o pedido ao DOPS. A Chrysler também encaminhou esse tipo de pedido, entre 1970 e 1971. Fabrício Marques, em *Jornal do Brasil*, 25 de dezembro de 1994.

3 John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: *1960-1977*, p. 240.

4 Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 367.

5 John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: *1960-1977*, p. 51.

6 Lúcia Klein e Marcus F. Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*, p. 186.

7 Maria d'Alva G. Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 27.

8 Bruce Raymond Drury, "Creating support for an authoritarian regime", pp. 193-200. Citado por Bolívar Lamounier em Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*, p. 109, nota 20.

9 Bilac Pinto, *Guerra revolucionária*. Esse livro contém os discursos e artigos em que o deputado tratou do tema, de 25 de junho de 1963 a 12 de abril de 1964.

10 Para o estudo da qualidade das punições, ver Lúcia Klein e Marcus F. Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*.

11 *Correio da Manhã*, 23 de setembro de 1964.

12 *Revisão*, nº 4, agosto de 1967, pp. 13 e segs.

13 Heleno Cláudio Fragoso, *Advocacia da liberdade*, pp. 93 e segs.

14 *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1970, coluna "Informe JB".

15 Entrevista de Maria Odila Leite da Silva Dias, em José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 191.

16 Estimativa de Antonio Delfim Netto, outubro de 1990. Para o corte do Fundo de Participação dos Municípios, José Pedro Macarini, “Um estudo da política econômica do ‘Milagre’ Brasileiro (1969-1973)”, p. 61.

17 Philippe Schmitter, “The ‘Portugalization’ of Brazil?”, em Alfred Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil*, pp. 192-3.

18 Antonio Delfim Netto, outubro de 1990.

19 Para uma análise arguta e detalhada dessas mudanças, ver José Pedro Macarini, “Um estudo da política econômica do ‘Milagre’ Brasileiro (1969-1973)”, pp. 60 e segs.

20 Samuel Wainer, *Minha razão de viver*, p. 176.

21 René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 202.

22 Telegrama do embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado, de 12 de dezembro de 1963 (quinta-feira). BLBJ.

23 Antonio Delfim Netto, maio de 1988. No dia 13 de janeiro de 1969 a Rádio Jornal do Commercio, do Recife, anunciou que se cogitavam medidas contra Moreira Salles.

24 *O Estado de S. Paulo*, 2 de dezembro de 1970, última página.

25 Iris Meinberg saiu da presidência da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em 1967. Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2, p. 1507. Charles Moritz, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), foi retirado em setembro de 1964. Idem, p. 2362. Edmundo Macedo Soares deixou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1967 para assumir o Ministério da Indústria e Comércio do governo Costa e Silva. Idem, vol. 1, p. 811. (Tirado do cargo por Médici, perdeu qualquer expressão política.) Raphael Noschese deixou a presidência da Fiesp em 1966. Idem, vol. 2, p. 2114. Zulfo de Freitas Mallmann, da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega), deixou o cargo em 1964. Idem, vol. 3, pp. 3503-4. Rui Gomes de Almeida, da Associação Comercial do Rio de Janeiro, saiu em junho de 1965. Idem, vol. 1, p. 151. Para a longevidade: Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto ficou na CNI de 1967 a 1977. Flávio de Brito permaneceu na CNA de 1967 a 1985. Jessé Pinto Freire presidiu a CNC de 1964 até morrer, em 1980. Theobaldo de Nigris dirigiu a Fiesp de 1967 a 1980.

26 Antonio Delfim Netto, outubro de 1990.

27 *O Globo*, 11 de setembro de 1971, em artigo de Gustavo Corção.

28 *Diário do Congresso Nacional*, 2 de abril de 1964, p. 688.

29 Auro de Moura Andrade, *Um Congresso contra o arbítrio*, pp. 238-41.

30 Paulo de Tarso Santos, *64 e outros anos*, depoimentos a Oswaldo Coimbra, p. 44.

31 Ivo Calliari, *D. Jaime Câmara*, p. 591.

32 Telegrama da embaixada americana ao Departamento de Estado, de 3 de abril de 1964. BLBJ.

33 Expediente enviado pelo tenente-coronel João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Federal de Informação e Contra-Informações (SFICI), à Presidência da República, 13 de junho de 1964. APGCS/HF.

34 Padre Lage, *O padre do diabo*, p. 137. Padre Lage, carta, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 983.

35 *Correio da Manhã*, 3 de junho de 1964.

36 Para uma visão da reunião que produziu esse documento, ver Celia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs.), *O bispo de Volta Redonda*, pp. 76-8.

37 Fala de Paulo VI no colégio Pio Brasileiro, em 28 de abril de 1964. Em *O Estado de S. Paulo* de 15 de maio de 1964, citado em Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 1, p. 29.

38 Padre Lage, *O padre do diabo*, pp. 141 e 160.

39 Frei Betto, *Batismo de sangue*, p. 111.

A soberba de Lúcifer

Entre junho de 1964, quando o Cenimar prendeu Carlos Alberto Libânio Christo pensando que era o *Betinho* da AP, e novembro de 1969, quando o Exército capturou frei Betto sabendo que era o *Vitor* da ALN, a Igreja e o regime fizeram o que lhes parecia possível para garantir uma convivência harmônica. Só não fizeram o que lhes era impossível. Nem o governo poderia permitir a mobilização da Igreja, nem ela poderia desmobilizar-se. Nesse antagonismo institucional, um via no outro a soberba de Lúcifer.

A ordem conservadora que se impôs em abril de 1964 correspondia aos desejos de uma poderosa facção da hierarquia e do clero católicos. Envolvida desde os anos 1950 num processo de reavaliação que precedeu as grandes discussões do Concílio Vaticano II, a Igreja brasileira vivia tensões que eram a um só tempo típicas da sua estrutura e comuns à efervescência dos primeiros anos da Era de Aquarius. Vivia-se o pontificado de João XXIII, um camponês gordo, divertido e bondoso que despiu a Igreja das vestes regalescas de Pio XII, levando-a a repensar sua própria existência. Às vezes, aquelas tensões, diversas na origem, confundiam-se com o debate nacional. Esse era o caso da militância esquerdista de sacerdotes em organizações laicas como a AP ou evangelizadoras como a Ação Católica. Havia, porém, clivagens específicas, relacionadas com o ordenamento da burocracia eclesiástica, que pouco dependiam do cotidiano político. Nesse aspecto, era exemplar a atividade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, experiência “sem precedentes no direito canônico ou na história do catolicismo”.[1]

* * *

Nascida nos anos 1950, a CNBB fora reflexo precoce de inquietações do clero que haveriam de alterar o funcionamento da Igreja pós-conciliar. Na sua expressão mais simples, reorganizara a estrutura baseada na hierarquia centrípeta dos cardeais e abrira espaço para uma outra ordem. Descentralizadora na base, oferecia a cada bispo recursos que lhe aumentavam a autonomia. Centralizadora, engendrara uma cúpula parlamentar que dava ao episcopado voz e púlpito para falar pela Igreja. Processo complexo por si mesmo, era quase inalcançável para um regime de inspiração militar e fé na hierarquia. A ideia segundo a qual cerca de 150 bispos pudessem dispor de autonomia em suas dioceses, sem prestar contas ao cardeal, equivalia, para os militares desinformados dos mecanismos de funcionamento da Igreja, à situação em que o coronel de um regimento de infantaria não deve satisfação ao general comandante de Exército. A noção de que o plenário da CNBB podia fixar linhas de ação sem que cada diocese lhe devesse obediência equivalia à existência de um comando incapaz de comandar.

A imunidade do clero aos expurgos coercitivos do regime era outro complicador para as relações entre a Igreja e a nova ordem. Os deputados socialistas, os coronéis do janguismo e os professores do Partidão estavam cassados, reformados e demitidos, mas os bispos de esquerda continuavam com suas mitras. Pior: os padres continuavam nas mesmas paróquias. Ambos dispunham da proteção institucional da estrutura eclesiástica. Se generais e burocratas do regime podiam agir em seus quartéis e repartições sem o estorvo da crítica de antigos oponentes ideológicos, o clero conservador estava obrigado a conviver com seus antagonistas, como se nada tivesse acontecido. A Igreja tornara-se a única instituição nacional a preservar dentro do seu organismo, na plenitude de seus direitos,

personalidades publicamente adversas à nova ordem. Havia um clero de esquerda antes de 1º de abril de 1964 e continuaria havendo depois.

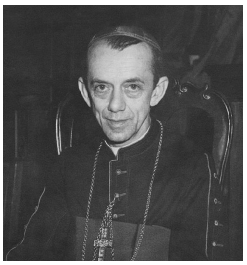
Dois remanejamentos eclesiásticos, ambos ocorridos dias antes da deposição de Goulart, alterariam o equilíbrio de forças na Igreja, em benefício do regime. O primeiro deu-se entre as treze e as 16h30 do dia 7 de março de 1964. No início da tarde, o papa transferiu d. Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, para a diocese de São Luís do Maranhão. Depois de 27 anos de trabalho comum, suas relações com d. Jaime Câmara haviam se deteriorado. O núncio apostólico tentara salvá-lo, mandando-o para Salvador, onde ficaria a um passo do barrete cardinalício, mas o cardeal Álvaro da Silva não o quis. O bispado maranhense era um exílio, somado a uma desclassificação. Às 16h30 chegou a Roma um telegrama com a notícia de que d. Carlos Coelho, jovem arcebispo de Olinda e Recife, acabara de morrer de choque anafilático, após uma cirurgia banal. Uma semana depois, d. Helder foi indicado para a sé de Olinda.[2] Para os conservadores, teria sido melhor vê-lo em São Luís, mas, de qualquer forma, estava fora da poderosa arquidiocese do Rio de Janeiro.

A magra figura de d. Helder, com 55 anos, sempre metida numa batina folgada, era o símbolo mais visível e querido da Igreja católica. Desde os anos 1950 confundia-se com uma Igreja de alcance popular cujos contornos pioneiros demarcava. Erguera no Leblon um conjunto habitacional para favelados. Organizara a grã-finagem do Rio de Janeiro em torno da Feira da Providência, na qual as madames se punham a vender quitutes e as embaixadas a repassar bebidas importadas pela metade do preço (por conta da isenção tributária de que gozavam). Patrocinou congressos de favelados, montou uma central de abastecimento de gêneros alimentícios e fundou um banco destinado a atender os pobres. No seu conselho curador estavam sobrenomes como os de Celina Guinle de Paula Machado (mãe de um dos empresários que financiavam o IPÊS) e Bento Ribeiro Dantas (dono da companhia aérea Cruzeiro do Sul, em cujas asas a conspiração contra Jango

voava de graça).[3] Tornara-se um dos raros brasileiros homenageados com um sambinha de carnaval, gênero mais fértil na crítica do que no louvor:

Obrigado, reverendo.
Deus lá do céu está vendo
a nossa gratidão.

A ação caridosa de d. Helder era apenas uma de suas características, talvez a menos importante, acessória à essência da personalidade que o transformou na maior figura política da história da Igreja no Brasil. Líder fascista nos anos 1930, popularesco nos 1950 e homem de esquerda para o resto da vida, foi acima de tudo um organizador da força do catolicismo. Passou de seminarista a bispo em 29 anos, sem cuidar de paróquia. Sob as peles rotas daquele João Batista houve um Paulo. O padre Helder ligado à Ação Integralista no Ceará fora a mola que fez da Liga Eleitoral Católica a grande vencedora das eleições de 1934 no estado. Seu slogan era “Um voto para a LEC é um voto para Nosso Senhor Jesus Cristo”. Trazido para o Rio de Janeiro, reorganizou a Ação Católica Brasileira e trabalhou com Roma na criação da CNBB. Lá, contava com um admirador e aliado entre os monsenhores que formavam a corte de Pio XII. Chamava-se Giovanni Battista Montini. Criada a CNBB, d. Helder ocupou sua secretaria-geral por doze anos. Em 1964 ele era a um só tempo nome da estima do papa Paulo VI (seu amigo Montini, eleito havia um ano), encanto da esquerda católica europeia, símbolo do apostolado dos humildes, poderoso articulador na CNBB e o mais popular dos sacerdotes brasileiros.



D. Helder Câmara

Para a nova ordem política brasileira, tinha o exato perfil de um problema. Pouco antes de seguir para o Recife, d. Helder encontrou-se com o general Castello Branco, em cujo rosto rolou uma lágrima quando lhe contou que sua mulher, morta no ano anterior, tinha o hábito de ouvir suas pregações.[4] No dia 11 de abril de 1964, diante da sé do Recife, onde acabara de ser sagrado arcebispo, advertiu: “Não confundamos a bela e indispensável noção de ordem, fim de todo o progresso humano, com contrafações suas, responsáveis pela manutenção de estruturas que todos reconhecem não podem ser mantidas”.[5] Em Olinda, pela primeira vez desde sua ordenação, trabalharia sem a proteção da sotaina de um cardeal conservador. Se isso lhe dava liberdade de ação, também fazia dele um alvo mais fácil para os adversários que colecionara dentro e fora da Igreja.

O segundo remanejamento que alteraria o balanço do poder eclesiástico brasileiro ocorreu no dia 22 de março de 1964, quando o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, aos 74 anos de idade, despachou uma carta ao papa pedindo que o dispensasse da função. Bisneto do visconde de Caeté, era ao mesmo tempo descendente da nobreza mineira do Primeiro Reinado e exemplar típico do cardinalato principesco. Defendia um clero palaciano, que evitasse disputas políticas públicas. Condômino do poder, tivera suficiente intimidade com o governador Adhemar de Barros para aconselhá-lo, em momentos de crise, na casa da amante.[6] Talvez tenha sido o único (certamente o último) cardeal brasileiro

a escrever ao presidente da República pedindo a promoção de um coronel a general de brigada.[7] [*Veja o documento*]

A saída de d. Helder do Rio e o nome do sucessor do cardeal Mota em São Paulo haveriam de favorecer o entendimento dos bispos com os generais. Em outubro de 1964, a CNBB reuniu-se em Roma. Formou-se uma maioria conservadora, derrubou-se d. Helder da secretaria-geral e defenestrou-se toda a sua equipe.[8] A ofensiva foi tão profunda que em dezembro o arcebispo de Olinda foi visitado por uma carta do Santo Ofício e teve de se defender da acusação de frequentar um templo protestante, elogiar seus fiéis e criticar a devoção católica à Virgem Maria. O reverendo respondeu com amargura: "Pedi ao Menino Deus: que eu morra antes de causar uma apreensão justificada à Santa Sé".[9]

O conservadorismo colocou na presidência da CNBB o arcebispo de Ribeirão Preto, d. Agnello Rossi. Um mês depois, durante os debates da terceira sessão do Concílio, Paulo VI indicou-o arcebispo de São Paulo. Filho de um funileiro italiano, sacerdote de hábitos gentis e reputação de excelente administrador, Agnello Rossi recebeu com o pálio da sé paulista a oferta da liderança de um reordenamento conservador. Aos 51 anos, saído de um bispado sem expressão política, chefiava a maior arquidiocese do país e presidia uma CNBB sem d. Helder na secretaria-geral. Tornou-se um operário do regresso. Com a ajuda da hierarquia tentou fazer com que a Igreja coubesse dentro do projeto desmobilizador do regime. Diluiu a ação da CNBB, liquidou as organizações laicas da juventude católica e afastou-se do debate político.

* * *

Até a segunda metade de 1967 esse projeto foi bem-sucedido. Houve escaramuças, mas o regime conseguia conviver com a militância católica e a hierarquia tolerou pequenas provocações de militares, quase sempre contra d. Helder. Por pouco não se espetou no manto de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil, o título de generalíssima das Forças Armadas.[10] Sobrevivia um acordo feito no governo Castello, revelado pelo cardeal Vicente Scherer, de Porto Alegre, pelo qual o governo não prenderia padres sem que tramitassem pela hierarquia os pecados de que eram acusados. O próprio Costa e Silva dizia: "Não há atrito entre a Igreja e o governo, o que existe são divergências entre alguns elementos do clero e alguns oficiais das forças armadas, mas não divergências entre as duas instituições".[11]

Em julho, através da ligação da AP com os beneditinos do mosteiro de Vinhedo, nas proximidades de Campinas, deu-se o primeiro curto-circuito. Os monges emprestaram o claustro à UNE para que ela realizasse seu congresso clandestino. Dias depois da partida do último estudante, a polícia contra-atacou. Deteve onze padres, entre os quais o prior do mosteiro, e invadiu o convento de Perdizes, em São Paulo, levando seu superior para o DOPS. Uma rápida mobilização das hierarquias do regime e do clero libertou os sacerdotes.

O regime via a soberba de Lúcifer na militância esquerdista dos padres. Pela lógica da repressão política, as suspeitas procediam. Havia dois anos a UNE organizava seus congressos clandestinos em conventos, indo buscar neles o manto protetor da imunidade dos templos. Agravando a tensão, a AP de 1967 era diferente daquela que no ano anterior abrigara no convento dos franciscanos de Belo Horizonte o último plenário dos estudantes. Em

Vinhedo, a maioria que elegeu a nova diretoria da UNE estava mais próxima do *Livro vermelho* do presidente Mao Zedong que da regra beneditina. Sobre essa esquerda católica remoída pelo debate da luta armada, pairavam figuras como a do padre-guerrilheiro Camilo Torres, morto com armas na mão nas matas da Colômbia.* Os porta-vozes dos comandos militares elaboravam à sua maneira a doutrina pacificadora de Costa e Silva. O deputado Clóvis Stenzel, ventríloquo dos bivaques, acusava os sacerdotes de "subverter a ordem" e concluía: "Por isso têm que ser reprimidos pelo governo, como quaisquer cidadãos".[12]

O raciocínio era simples, e nele um padre de esquerda era um esquerdista, não um padre. Mesmo para bispos conservadores, críticos da cessão de conventos a reuniões estudantis, a ideia segundo a qual um padre é um cidadão qualquer soava temível. Sobretudo porque o regime cerceava as liberdades públicas dos cidadãos e a Igreja lhe negava o direito de definir a jurisdição política dos clérigos. Assim, d. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, condenou a reunião de Vinhedo, mas registrou a santidade da organização eclesiástica. Ele acusava os frades de Perdizes "de utilizar, para promoção de ideias pessoais, o prestígio que lhes vem de uma dignidade e de um cargo que a Igreja lhes concedeu para uma tarefa de evangelização".[13]

O regime não cabia nessa proposição. No dia 11 de novembro de 1967 o tenente-coronel Gladstone Pernasetti Teixeira, um oficial de pouca reputação, frequentador dos subúrbios do radicalismo do I Exército, determinou a invasão do bispado de Volta Redonda por uma tropa do 1º Batalhão de Infantaria Blindada. Ela deveria procurar material subversivo nos quartos onde viviam quatro militantes da Juventude Diocesana Católica presos enquanto distribuíam panfletos considerados subversivos. O tenente-coronel Gladstone ordenou à patrulha o emprego dos "meios indispensáveis, como sejam, arrombamento de portas e móveis", e assim foi feito.[14] A resposta da Igreja veio em duas semanas. Depois de ouvir uma

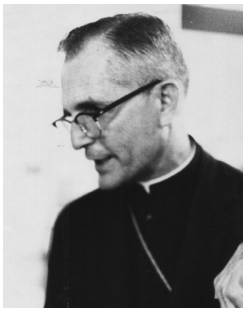
exposição de três horas e meia feita por d. Waldyr Calheiros, o bispo que Gladstone queria incriminar, a comissão central da CNBB divulgou um documento intitulado *Missão da Hierarquia no Mundo de Hoje*. Nele, dizia:

> Não podem os bispos aceitar, fora da legislação da Igreja, que outros pretendam definir e delimitar suas funções. Estas não se opõem a nenhum ordenamento da sociedade civil, desde que justo e racional. (...) A Igreja exige o maior respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, assim como o acatamento à autoridade pública, como responsável pela promoção do bem comum. Dentro dos respectivos campos a Igreja e o Estado gozam de autonomia e independência.[15]

Demarcavam-se três linhas de fortificação. Na primeira o clero informava ao regime que não lhe sub-rogaria poderes para definir o conteúdo da pregação dos sacerdotes. Na segunda, estabelecia que a prisão de padres, por quaisquer razões, seria uma fonte automática de problemas com a hierarquia. Na terceira, artilhava-se no combate à violência política. Cada uma dessas fortificações podia ser temporariamente evacuada, mas nenhuma delas podia ser ostensivamente abandonada. Enquanto o regime viveu o espasmo constitucional de 1967-68, conseguiu-se uma paz acomodada de articulações de cúpula que fortaleciam a hierarquia e, de certa forma, davam funcionalidade ao predomínio conservador.

O corifeu da acomodação era d. Avelar Brandão, arcebispo de Teresina, verdadeiro ourives das construções de bastidores. Defendia a conveniência da criação de uma comissão de alto nível (com ele à frente) para discutir futuras dificuldades entre a Igreja e o governo.[16] Fez-se o possível. D. Agnello jantou com o comandante do II Exército; d. Eugênio Sales, arcebispo de Salvador, reuniu-se com o ministro do Trabalho; e d. Avelar encontrou-se com Costa e Silva, a quem presenteou com seis exemplares da

encíclica *Populorum progressio*. A agenda presidencial foi generosamente aberta, e o marechal chegou a receber d. Waldyr Calheiros. Unindo-se as paixões cerimoniais do clero regalista e dos generais da época, programou-se até mesmo uma visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima ao Brasil.[17]



D. Eugênio Sales

A poeira parecia ter baixado, até que em março de 1968 a morte de Edson Luis de Lima Souto acendeu a revolta estudantil. No dia da missa do sétimo dia pela alma do garoto assassinado pela PM, o cardeal Jaime Câmara tomou o carro e subiu para sua casa na montanha do Sumaré. Não celebraria a missa, marcada para a igreja da Candelária. O arcebispo orava mais por algumas almas e menos por outras. No dia 12 de agosto de 1954, numa das piores crises político-militares da República, celebrara missa na mesma igreja por um major da Aeronáutica assassinado pela guarda pessoal de Getulio Vargas. Duas semanas depois, Vargas matou-se, e o arcebispo relutou até permitir a missa pela alma do suicida.[18]

Ao receber a notícia de que a multidão fora espancada pela polícia enquanto saía da Candelária (coisa que não ocorreu em 1954), o pastor piscou: “Não ouvi nada. (...) Não ouvi rádio. Hoje não li jornal”.[19] Havia muita coisa a ouvir. Invadiram-se as catedrais de Brasília e Goiânia, cercaram-se igrejas em Belo Horizonte e no Recife, produziram-se charivaris no fim das missas em quatro cidades.

Reunida no Rio de Janeiro em julho, a CNBB enxergara o céu nublado. “A violência cedo ou tarde poderá ser inelutável e, de fato, é uma das tentações do momento”, diziam os bispos.[20] A VPR havia explodido seu caminhão na porta do QG do II Exército. A maoização da AP era um fato público, e se podia supor que essa radicalização haveria de se refletir nos padres que militavam na sua periferia. O brigadeiro Burnier expusera os seus planos à tropa do Para-Sar, e o CIE já começara sua ofensiva terrorista contra teatros. A construção do episcopado conservador, que só poderia se sustentar na utopia da ditadura temporária do castelismo, perdera o nexo. Num relatório especial sobre a situação da Igreja brasileira, em setembro de 1968 a CIA informava ao governo americano que, por conta dos ataques a padres e das manifestações estudantis, “a linha divisória entre conservadores e liberais está se desfazendo, e tende a ficar a cada dia mais imprecisa”. Olhando mais fundo, o serviço de informações americano considerava “difícil e insustentável” a opção do bloco conservador formado em 1964 e previa: “A perspectiva é de um prolongado período de tensão acalorada entre a Igreja e o Estado”.[21]

Um mês depois confirmaram-se as piores previsões. Pressionado pelos sacerdotes de sua arquidiocese, o cardeal Agnello Rossi recusou-se a receber a grã-cruz da Ordem Nacional do Mérito que lhe fora concedida por Costa e Silva. Era o troco de uma parte do clero paulista pela expulsão do país do padre-operário belga Pierre-Joseph Wauthier, detido durante uma greve e encarcerado no DOPS por 29 dias. Empregado da Braseixos, em Osasco, não fizera piquete durante as greves, apenas negara-se a abençoar liturgias patronais. D. Agnello tentara dar ao caso um tratamento de alto nível e chegara a dizer que “não queremos pedir favores especiais às autoridades civis”. O cardeal estava na Colômbia, onde votara uma resolução condenando o tráfico de patacas, quando a polícia meteu Wauthier num avião e o mandou para a Europa. Sucedeu-se uma rebelião. O conselho de presbíteros de São Paulo escreveu ao papa, noventa padres

protestaram em Porto Alegre, cem religiosos e freiras fizeram uma passeata silenciosa em frente à catedral do Rio e duzentos outros marcharam pelas ruas de Osasco.[22] A pressão sobre o cardeal durou até a véspera da entrega da comenda. De um lado os padres, do outro o chefe da agência do SNI em São Paulo, que o visitou em casa.[23] O cardeal mandou seu secretário oferecer um gambito a Costa e Silva: não iria ao QG do II Exército, onde seriam distribuídos os crachás, mas celebraria de bom grado uma missa pelos 66 anos do presidente na capela particular do palácio episcopal. Lá, receberia a grã-cruz. O presidente não fez negócio.[24]

O operário do regresso foi soterrado pelo seu próprio estratagema. No mundo dos príncipes, era legítimo que Costa e Silva visse na pataca compensação adequada à expulsão de Wauthier. Era até mesmo compreensível que o cardeal lesse no gesto do marechal mais uma demonstração do desejo do governo de ter boas relações com a hierarquia. A Igreja, contudo, não coube no arranjo. Uma violência banal, somada a uma esperteza malsucedida, resultou na desmoralização do cardeal. À direita, porque dizendo-se amigo do governo, recusou a condecoração. À esquerda, porque se não o tivessem pressionado, teria pendurado a grã-cruz na sotaina. Dias depois uma rajada de tiros varreu as paredes externas de uma casa do bairro de Manguinhos, no Recife. Nela vivia d. Helder Câmara.[25]

A divergência em torno dos limites do apostolado via-se afogada por uma questão maior: a violência do Estado através da tortura. Ela bateu à porta da Igreja em novembro de 1968 com a prisão, em Belo Horizonte, de três padres assuncionistas franceses e um diácono brasileiro. Foram tirados de suas casas e ficaram incomunicáveis por uma semana. Seus interrogadores informaram que se reconheceram subversivos e socialistas. Mais: que planejavam três focos guerrilheiros no interior de Minas Gerais.[26] Um dos sacerdotes teria mencionado a existência de 40 mil combatentes prontos para a ação em Pernambuco.[27] O coronel Octavio

Medeiros, comandante do CPOR, exibiu à imprensa um caderno manuscrito onde o padre Michel le Ven (cujos interrogatórios viriam a somar 150 horas) escrevera que “o povo tem o direito de pegar em armas para se defender”.[28]

Com as quatro novas prisões subiu para treze o número de sacerdotes encarcerados naquele ano, mas o episódio dos assuncionistas parecia de solução simples: padres estrangeiros metidos com pobreza e esquerdismo a caminho de uma expulsão do país, negociada entre a cúpula de São Pedro e a lajota do Planalto. Cada parte recitou a sua partitura. “O manto protetor da batina não pode proteger um crime”, dizia o ministro da Justiça.[29] “Esses padres foram presos porque abandonaram a pregação do Evangelho, devotando-se a uma pregação política e ideológica, bem como à organização da subversão e de movimentos guerrilheiros armados para a derrubada do regime”, explicava o general Alvaro Cardoso, comandante da 4ª Região Militar.[30] A CNBB aceitou o enquadramento dos padres, dizendo que “os que erramos não fugimos ao julgamento da autoridade competente”, mas de novo recusou ao regime jurisdição sobre o apostolado: “O juízo sobre a pregação autêntica ou não do Evangelho é da competência exclusiva da autoridade eclesiástica”.[31]

Havia algo de novo e de estranho no caso dos assuncionistas. A ponta do véu foi levantada pelo bispo d. José de Castro Pinto, um sacerdote parrudo, com uma cicatriz no lábio superior que lhe dava uma aparência zangada. Era detestado pela esquerda do clero. Posto numa farda, pareceria um coronel de caricatura. E o seria se mais de vinte anos antes não tivesse trocado o enxoval de cadete da Academia Militar das Agulhas Negras pela batina de seminarista. Enquanto o cardeal Câmara, depois de reunir-se com o comandante do I Exército, dizia que “as acusações são mesmo muito graves”, o bispo, com seu rigor, duvidava: “Geralmente os réus costumam negar até o fim o crime. É realmente espantosa essa confissão assim tão rápida”.[32]

O tema foi retomado pelo arcebispo de Belo Horizonte, d. João Resende Costa. Vindo de uma tradicional família mineira que dera um de seus filhos à Inconfidência do século XVIII, era um conservador refinado. Traduzira a obra de dom Bosco e escrevera em italiano um trabalho sobre o teólogo Martin de Barcos. Em março de 1964 abençoara o governador Magalhães Pinto e "a causa de Minas contra o comunismo", mas no dia 12 de dezembro de 1968 separava-se do regime que saudara ao nascer:

> Irmãos, com a minha autoridade de pastor da arquidiocese de Belo Horizonte e com a anuência unânime de nosso clero, devo denunciar o que sei por ciência direta pessoal e segura: os depoimentos dos sacerdotes e do diácono preso não são aceitos como expressão da verdade porque foram usados com eles espancamentos e torturas. Para honra de nosso Exército, denunciamos estes horrores, para que as autoridades militares não permitam que elementos de sua corporação pratiquem tais atos.[33]

A Igreja via na violência do regime a soberba de Lúcifer.

No dia seguinte à homilia de d. João Resende Costa as autoridades militares precipitaram o Brasil na ditadura, e o arcebispo não foi esquecido: às duas da madrugada de 14 de dezembro um oficial do Exército, acompanhado por uma patrulha armada com submetralhadoras, invadiu a tipografia do jornal da arquidiocese. Logo depois, a tropa entrou no convento dos dominicanos de Belo Horizonte.

Se em 1964 a deposição de Goulart isolara a esquerda do clero, o AI-5 iniciaria em 1968 um processo de corrosão da frente conservadora que tomara o poder na CNBB com a deposição de d. Helder. Apesar de essa corrente ter sido formada no vácuo da ordem ditatorial e de ser liderada por bispos que simpatizavam com o regime, seu predomínio não derivava da qualidade das relações com a ditadura, mas de uma formulação que viria a

ser denominada “pastoralista”.[34] Sua racionalização pacificadora era uma faca de dois gumes. Convinha ao regime oferecendo uma Igreja apolítica, apostolar, mas inquietava-o porque ao mesmo tempo não fazia concessões em relação à sua integridade institucional.

Nos meses que se seguiram à edição do AI-5, o episcopado respondeu ao regime com sinais ambíguos e cautelosos. Caso típico ocorreu em Salvador, onde o comandante da Região Militar, general Abdon Senna, orgulhava-se da ditadura: “Montamos na crista da onda e não desceremos mais”. Por conta disso, resolveu pedir ao arcebispo d. Eugênio Sales que celebrasse uma missa para os militares. *Magro*, ou *Patriarca*, como o chamava d. Helder, tinha 48 anos e estava a um passo do cardinalato. Era o primeiro hierarca da Igreja brasileira a dispensar a aparência bondosa e principesca do bispo de almanaque. Com seu forte sotaque nordestino, valia-se de frases curtas, lógicas, frequentemente severas, num tom de voz inalterável, seco. O arcebispo respondeu: “Abdon, vocês que estão contentes com o AI-5 podem agradecer a Deus, mas não por meu intermédio”. Dias depois, tendo conseguido um celebrante, o general voltou ao arcebispo e pediu-lhe que se ausentasse do palácio episcopal à hora da missa, de forma a camuflar sua recusa. Negócio fechado, d. Eugênio foi visitar paróquias.[35] Dera-se uma mistura de distanciamento e conciliação. Negando-se a celebrar a missa, d. Eugênio demarcara seu distanciamento. Aceitando o álibi da visita pastoral, envolveu o gesto na confidencialidade típica das divergências dos príncipes.

O mesmo sucedeu com a CNBB em relação ao AI-5. Nos dias seguintes à proclamação da ditadura, d. Avelar Brandão, no exercício da sua presidência, dispôs-se a enviar uma carta pessoal a Costa e Silva. Chegou-se a um texto, mas seu destino foi a gaveta.[36] Por sessenta dias a Igreja permaneceu em silêncio. Os bispos do Nordeste, onde d. Helder, retraído, mantivera sua ascendência, pediram uma reunião extraordinária da comissão central da CNBB. Dois em cada três bispos relutaram em reunir-

se, e, uma vez juntos, foi necessária a ação do núncio apostólico, d. Sebastiano Baggio, para quebrar a resistência à ideia de um pronunciamento político do clero. Quando finalmente se aprovou um texto baseado na carta engavetada de dezembro, d. Jaime Câmara decidiu colocá-lo na semiclandestinidade. Intitulado *Presença da Igreja*, o documento pastoral não se destinava ao conhecimento das ovelhas. Baggio exigiu que o cardeal levasse o documento a Costa e Silva e, diante da relutância de d. Jaime, ameaçou-o: se os bispos brasileiros não falassem, Roma falaria. O *Correio da Manhã* divulgou-lhe a íntegra.[37] Era um documento duro: "A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação de direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento e de informação: ameaça à dignidade da pessoa humana, de maneira física ou moral; institui poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados, e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade".[38]

Tudo o que os bispos colocavam no campo das possibilidades já estava acontecendo. Quanto à "ameaça à dignidade da pessoa humana", no dia 19 de fevereiro, quando terminou a reunião da CNBB, foi preso em São Paulo o padre Jan Talpe. Durante o tempo em que ficou encarcerado conviveu com outro religioso que fora espancado no quartel-general do II Exército e viu um amigo, professor da Universidade de São Paulo, pendurado de cabeça para baixo e submetido a pancadas e choques.[39] Quanto à "perigosa clandestinidade", foi precisamente por essa época que o *Vitor* da ALN desconfiou que a polícia estivesse no seu rastro e desapareceu do convento dominicano de Perdizes. Os dois Lucíferes encaravam-se. Havia torturas nas catacumbas do regime e sacerdotes nos porões da luta armada.

* * *

Na madrugada de 30 de abril de 1969, uma nova rajada varejou as paredes do palácio arquiepiscopal do Recife. Era o segundo aviso a d. Helder Câmara, bastante diverso do primeiro. Horas antes Cândido Pinto de Mello, presidente da União Estadual de Estudantes de Pernambuco, estava num ponto de ônibus nas vizinhanças da ponte da Torre, e uma camionete com três ocupantes parou à sua frente. Um deles, com um revólver na mão e uma meia de mulher cobrindo-lhe o rosto, desceu e mandou-o entrar. O estudante reagiu, e o desconhecido atirou duas vezes. Com o segundo tiro seccionou-lhe a medula na altura das vértebras dorsais. Aos 22 anos de idade, Cândido não voltaria a andar.[40]

As consequências do atentado foram resumidas dias depois pelo cônsul americano no Recife: "A longo prazo, talvez o fato mais sério seja a prova de aparente cumplicidade militar — ou ao menos aquiescência — nos atos terroristas. As provas indicam o fato de que alguns oficiais influentes aceitam as atividades do CCC como uma forma de pressão adicional e aparentemente legítima contra a dissidência".[41]

No CCC pernambucano pontificava o tenente da Polícia Militar José Ferreira dos Anjos. Fora ele quem atirara em Cândido. Campeão de tiro ao alvo, atuava no serviço secreto da PM e havia quase um ano fora o único pernambucano incluído na turma de dezoito policiais brasileiros selecionados para um curso de aperfeiçoamento na Academia Internacional de Polícia, nos Estados Unidos.[42] Ferreira dos Anjos, de 24 anos, embarcou para os Estados Unidos em agosto. Um mês depois o consulado americano no Recife achou que ele era carga pesada e pediu que o recambiassem para o Recife, "se possível, através de uma iniciativa brasileira, mas, se necessário, pela nossa mão mesmo".[43]

D. Helder recebeu o terceiro aviso menos de um mês depois do atentado ao estudante. No dia 27 de maio de 1969 havia um cadáver nas cercanias das residências da cidade universitária do Recife. Tinha uma corda passada no pescoço, feridas por todo o corpo, um tiro na cabeça e cortes de facão na

garganta e na barriga.[44] Era o padre Antônio Henrique Pereira Neto, de 28 anos, assistente da arquidiocese para Assuntos da Juventude, a quem o arcebispo estimava como a um filho. Ainda no necrotério, d. Helder Câmara identificou genericamente os assassinos: “aqueles que julgam estar salvando a civilização cristã com a eliminação de sacerdotes e líderes estudantis”.[45]

Como sucedeu a inúmeros cadáveres do regime, muitas foram as mortes do padre Antônio Henrique. A primeira deu-se no matagal para onde foi levado numa camionete verde. As seguintes deram-se na imprensa, na polícia, no aparelho judiciário e, finalmente, na própria Igreja.[46] Cinco dias depois do crime, o *Correio Braziliense* assegurava, em editorial:

> Admite-se que a causa do homicida na pessoa do padre Antônio tenha sido de natureza política. Resultou de sua atividade à frente das famosas reformas sociais e econômicas que com tanto entono e ameaças subversivas estão sendo pregadas por uma parte transviada, descrente e utilitária do clero católico. Mas pode acontecer também que sejam outras, pois não é pequeno o número de padres que se esquecem de alguns dos seus deveres fundamentais e correm a competir com os demais cidadãos em atividades que antes os colocariam em forte suspeição aos olhos dos fiéis. (...) Ninguém mataria padre Antônio se ele fosse um sacerdote adstrito ao cumprimento de seus deveres religiosos. (...) Violência atrai violência, como palavra puxa palavra.[47]

Exercitando seu apostolado junto aos jovens numa época em que o consumo da maconha e de psicotrópicos era quase um rito de passagem da adolescência, o padre Henrique viu-se pintado como homossexual, garanhão e drogado. Para quem não acreditasse em nenhuma dessas hipóteses, oferecia-se a teoria de que fosse tolo por meter-se com jovens

pobres, homossexuais, garanhões e drogados. De qualquer forma, a culpa fora sua. A tese do crime passional funcionou ao mesmo tempo como inibidora de protestos e como pretexto para quem buscava desculpa para calar. No início dos trabalhos policiais, o diretor do Departamento de Investigações, delegado José Bartholomeu Gibson, seguiu apenas as pistas que conduziam a viciados.[48] Pudera, se tentasse procurar a camionete verde que levara o padre ao matagal, poderia descobrir que ela pertencia à polícia e na noite do crime fora abastecida com sua autorização.[49] Se pedisse ajuda à mãe do padre, descobriria que seu sobrinho Jerônimo Gibson a visitara 48 horas depois do crime para dizer-lhe que se tentasse saber quem lhe matara o filho, tomaria um tiro nas costas.[50]

Pela primeira vez na história da Igreja brasileira um padre fora assassinado por motivos políticos.[51] A CNBB se limitou a condenar o crime, classificando-o de ato político, para cair logo depois em solene torpor. Obra de policiais, o crime tivera o objetivo explícito de atingir o arcebispo de Olinda e Recife. As lesões existentes no corpo do padre Antônio Henrique indicavam que, antes de meter-lhe três balas na cabeça, seus algozes torturaram-no. Sob diversos aspectos o delito mostrava-se mais grave que o assassinato de Edson Luis de Lima Souto, um ano antes. No caso do estudante, a PM sempre poderia dizer (ainda que ao desamparo do depoimento de testemunhas oculares) que ele fora alvejado pela fatalidade. Ademais, Edson Luis estava numa manifestação pública. O padre foi capturado quando voltava para casa e executado com ostensiva crueldade. Nesse mesmo dia o cardeal Câmara estivera com Costa e Silva. Informara-o de que escrevera ao papa Paulo VI oferecendo-lhe sua renúncia por estar perto de completar 75 anos. O marechal imediatamente mobilizou o ministro das Relações Exteriores para fazer saber à Santa Sé seu interesse na presença de d. Jaime na arquidiocese.[52]

Não se tinham passado ainda dois meses da morte do padre Antônio Henrique quando, no dia 17 de julho, os cinco cardeais brasileiros

atravessaram o portão do palácio da Alvorada. Haviam chegado a Brasília num dos Boeings da Presidência da República. Conversaram por hora e meia com Costa e Silva e passaram à mesa de jantar. Nenhum dos convidados narrou a conversa, e o presidente deixou dela apenas uma frase, lembrando que eles lhe falaram de "direitos humanos".[53] É provável que no encontro Costa e Silva tenha comunicado aos cardeais o seu desejo de reabrir o Congresso, medida considerada na época um indicador de abrandamento do AI-5.

A hierarquia da Igreja recebera dois sinais: um com o cadáver do padre Antônio Henrique, outro no jantar no Alvorada. Ficou com o segundo. No fim de julho de 1969 reuniu-se a X Assembleia Geral da CNBB. Eram quase duzentos bispos. Viera até mesmo o secretário-geral do Concílio, cardeal Pericle Felici. No plenário circulava um documento intitulado *Relações entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Denunciava a expulsão e a prisão de padres. Foi rejeitado por 135 votos contra sessenta.[54] Falando pelo episcopado, d. Agnello informou que "a CNBB repudia os assaltos e atos terroristas que têm resultado até mesmo em perdas de vidas".[55] A reunião encerrou-se sem que fosse divulgado nenhum documento, e d. Helder Câmara voltou para o Recife sem dizer uma só palavra à imprensa.

* * *

A reunião da CNBB foi o apogeu do conservadorismo. Superou de muito a reviravolta de 1964 porque se cinco anos antes os bispos aplaudiram uma insurreição militar vitoriosa havia meses, em 1969 guardaram respeitoso silêncio diante de uma ditadura que passara a valer-se da tortura como política de Estado. Não se tratava apenas de uma beata inibição, existiam mesmo ingredientes de apoio à utopia ditatorial. Um documento interno produzido por d. José Gonçalves, ex-secretário-geral da CNBB,

argumentava que “o modelo de democracia convencional (...) aparece cada vez mais incompatível com a rapidez e eficiência do processo decisório que deve se acomodar a um ritmo acelerado de mudança”.[56]

Em apenas sete meses a Igreja brasileira dera um dos maiores saltos para trás de sua história. Em fevereiro de 1969, na declaração da comissão central (organismo colegiado, de representatividade e poderes inferiores à assembleia), defendera os direitos humanos e fizera uma astuciosa citação da encíclica *Com ardente preocupação*, na qual Pio XI procurara dissociar a Igreja católica do nazismo, em 1937. No final de julho saltara para o silêncio histórico que marcara o pontificado de Pio XII.[57] O triunfo do regresso foi alavancado pela confluência das promessas de Costa e Silva com uma atitude que o professor Candido Mendes de Almeida, secretário-geral da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, denominaria de “doutrina do ‘não acredito’, ‘não pode ser’, ou do ‘não pago para ver’”.[58]

Em janeiro de 1969 a Oban começara a destruir a VPR em São Paulo, e o coronel Octavio Medeiros liquidara o Colina em Belo Horizonte. Em abril o comandante Clemente Monteiro Filho montara com um destacamento de fuzileiros navais seu pequeno campo de concentração da ilha das Flores, e lá moera o MR-8. Em julho, quando os bispos se calaram, podia-se pôr em dúvida a durabilidade da nova política de repressão, mas não se podia duvidar de sua existência.

Na periferia da CNBB uma pequena rede de advogados, coordenada do Rio de Janeiro por Candido Mendes, vinha reunindo depoimentos de supliciados. Mais: antes do início da X Assembleia Geral, a CNBB recebeu uma carta assinada por religiosos mineiros. Seu introito era claro: “Queremos precisar os tipos e os lugares de tortura de que temos certeza”. Listavam cinco porões e sete modalidades de suplício.[59] Diante da documentação existente, as barreiras do “não acredito” e do “não pode ser” eram precárias. Vigorava sobretudo a do “não pago para ver”. Pior: a Santa Sé não queria arestas. O principal colaborador do papa, monsenhor

Giovanni Benelli, escrevera a d. Helder (a quem conhecera no Rio quando servira como secretário da nunciatura) informando-o de que o Vaticano preferia vê-lo no trabalho apostólico de Olinda a tê-lo viajando pelos quatro cantos do mundo. Determinava-lhe que só falasse no exterior depois de consultar a autoridade eclesiástica local "a respeito do conteúdo e da oportunidade de suas intervenções".[60]

O silêncio do episcopado possuía um caráter peculiar. Por sua natureza institucional, sua missão apostólica e suas raízes internacionais, cada pronunciamento dos bispos era um sinal que se projetava sobre o futuro, antecipando os contornos do que seria a Igreja nos anos seguintes. Como o tempo haveria de mostrar, seu núcleo integrista, capaz de defender a tortura e até mesmo de militar publicamente em seu favor, era abundantemente minoritário. O silêncio amparava-se num amplo setor do episcopado que se julgava capaz de combater a violência do Estado por meio de movimentações palacianas, sem alterar o predomínio da coligação conservadora. Nessa política, uma das preocupações centrais seria, por muito tempo, evitar que ao desmascaramento da ditadura correspondesse um fortalecimento da esquerda católica. Como a contenção da esquerda era também um objetivo do regime, havia uma base para que cardeais e generais se entendessem.

Conquistar a boa vontade do príncipe poderia ser coisa fácil, mas poucas vezes o sucesso de uma cabala de palácio durou tão pouco quanto o do jantar dos cardeais no Alvorada. Em setembro, menos de dois meses depois do encontro, Costa e Silva estava mudo, prostrado numa cama no segundo andar do Laranjeiras. No térreo, governando o país, estava a trinca inventada pelo general Jayme Portella. Desabara a ilusão do retorno ao regime constitucional, perdera nexo a transação do silêncio. A Igreja voltou a falar através da comissão central da CNBB no final do mês: "Lamentamos as posições radicalizadas em suas variadas manifestações, como os movimentos terroristas de direita e de esquerda, atividades clandestinas,

prisões, torturas [e] sequestros".[61] Apesar da construção ambígua, foi a mais clara denúncia do período.

No início de outubro de 1969 a *Operação Bandeirante* invadiu o Lar Santana, em Ribeirão Preto, instituição que protegia simultaneamente menores abandonados e militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional, a FALN, pequeno grupo esquerdista. No Lar Santana faziam-se reuniões da FALN, e nele a polícia achou produtos químicos usados na fabricação de bombas.[62] Prenderam a diretora da instituição, madre Maurina Borges da Silveira. Na delegacia de Ribeirão Preto ela encontrou o delegado Fleury. Duvidaram de sua virgindade e ameaçaram levá-la a um exame ginecológico. Um policial amarrou-lhe fios nos dedos das mãos e rodou o magneto. À noite apareceu outro, embriagado, e a abraçou. Fizeram-na assinar uma confissão admitindo que era amante de um jovem militante da FALN. Por quase um mês ela pediria, sem sucesso, que a deixassem comungar.[63]

Abrira-se um novo conflito, onde se abrigavam dois fatores inconciliáveis. De um lado o governo acusava madre Maurina de proteger terroristas, e de outro a Igreja demonstrava que a haviam torturado. A proteção a perseguidos, no entanto, ia muito além da madre de Ribeirão Preto. Nos conventos do Sul do país funcionava um verdadeiro labirinto pelo qual religiosos davam fuga a perseguidos políticos e forneciam santuário para as movimentações de emissários e fugitivos de organizações responsáveis por atos terroristas. Um pedaço dessa rede passava pelo seminário jesuíta Cristo Rei, em São Leopoldo, e servia para o repasse de quadros enviados pela ALN.[64] Outro ia de Porto Alegre à cidade uruguaia de Rivera.[65] Além de serem usadas por organizações armadas que se valiam do apoio de religiosos de esquerda, essas trilhas tinham outros clientes. Um deles era o embaixador mexicano Vicente Sanchez Gavito, amigo do núncio e jurista intransigente, que se recusava a dar asilo diplomático a pessoas envolvidas em crimes de sangue mas remetia ao que chamava de "mi ruta"

(“minha rota”) fugitivos que desejava socorrer mesmo sem ter podido proteger.[66]

A prisão de madre Maurina tinha os ingredientes capazes de transformá-la num caso exemplar de protesto da Igreja. A FALN de Ribeirão Preto era um grupo sem a fama nem o prontuário das siglas mais poderosas, como a ALN e a VPR. Fraco, porém pioneiro. No primeiro semestre de 1967, pusera bombas em cinemas, num mercado e na igreja dos mórmons, sem assumir a responsabilidade pelos atentados.[67] A maior acusação que se podia fazer à religiosa era de ter abrigado terroristas, sem que tivesse nenhuma relação orgânica com o grupo a que pertenciam. Além disso, as torturas por que passou eram muito mais um produto da selvageria de seus interrogadores que da funcionalidade do suplício. Nada do que ela pudesse contar levaria a grandes golpes contra o terror. Os assassinos do padre Henrique não eram conhecidos, mas a religiosa podia identificar publicamente seus torturadores. Madre Maurina tornara-se um desconforto para o governo, e uma parte da hierarquia da Igreja abalara-se com o episódio.

O escasso envolvimento da madre com a FALN não fazia dela a encarnação de Lúcifer que o governo buscava no clero esquerdista. A sessão de tortura por que passara a religiosa numa delegacia de Ribeirão Preto, restrita à “meganha”, sem a participação de militares, também não configurava uma típica aparição do Príncipe das Trevas encarnado na violência do regime. Seria um caso difícil, mas assim como sucedera nos episódios anteriores, havia espaço para mais um encontro de alto nível, um acordo, um silêncio.

* * *

Os Lucíferes que governo e Igreja viam um no outro encontraram-se no quinto andar do Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro, pouco depois das

duas da tarde de 2 de novembro de 1969. Lá, deu-se um choque de absolutos. No pau de arara estavam dois dominicanos articulados com a ALN e ligados pessoalmente a Carlos Marighella. Na manivela do magneto estavam oficiais de Marinha e o delegado Fleury, levando o regime à sua maior vitória sobre a subversão esquerdista. Quando os torcionários terminaram seu serviço, produziu-se uma alteração no jogo de sombras em que o governo e a Igreja haviam entrado em 1964.

A submissão arrancada aos frades na sala de interrogatórios do Cenimar deu aos torturadores o que parecia uma vitória total, límpida. Demonstrou a um só tempo que havia padres envolvidos com a cúpula do terrorismo e que, por meio do desrespeito aos seus direitos e às prerrogativas da batina que a Igreja tanto defendia, fora possível matar Carlos Marighella. A presença dos padres na cena da cilada contra *Ernesto* adicionou ao episódio uma ideia, tão falsa quanto perversa, de traição degradante da figura mítica dos guerrilheiros.* "Beijo de Judas", comentou o jornal *O Globo* dias depois.[68] A tortura, na sua funcionalidade, mostrava-se arma eficaz contra o terror, desde que pudesse ser aplicada a qualquer um, inclusive padres. Dentro desse raciocínio, a condenação do suplício dos dominicanos significava criar um embaraço ao trabalho do delegado Fleury e dos policiais que, em última análise, haviam matado um dos chefes terroristas mais famosos do mundo.

Havia padres envolvidos com o terrorismo, e, no Brasil, torturavam-se padres. Dos dois fenômenos, um era acessório e transitivo, pois nem todos os terroristas eram padres, muito menos se podia dizer que todos os padres simpatizassem com a esquerda, quanto mais com a esquerda armada. O segundo fenômeno era essencial e permanente: o regime fazia da tortura de presos seu instrumento primordial de investigação, vangloriava-se de seus resultados e não pretendia mudar de posição. Antes da arapuca da alameda Casa Branca havia frades que militavam clandestinamente na ALN. Depois dela, encarcerados, eles se tornaram testemunhas públicas dos crimes do

Estado brasileiro. Da sala do Cenimar no Ministério da Marinha saíra uma só soberba, a do regime.

A característica escandalosa da relação dos dominicanos com Marighella, bem como a cenografia da cilada em que ele foi assassinado, provocou na Igreja um clima de estupefação no qual se sucederam manifestações desconexas. Em Ribeirão Preto, o bispo d. Felício da Cunha, um religioso que se mantinha afastado da política, voltou ao caso de madre Maurina e excomungou dois delegados de polícia. A punição, imposta uma semana após a morte de Marighella, soava como uma reação à ofensiva que o governo lançara contra a Igreja.[69] D. Vicente Scherer, cardeal de Porto Alegre, atacou os dominicanos, foi atacado por um manifesto do clero de sua própria diocese e reequilibrou-se, pedindo "a apuração correta dos fatos e o esclarecimento da opinião pública".[70] D. Agnello Rossi permaneceu calado por seis dias. Quando falou, pisou no freio: "Não pedimos privilégios, mas apenas reclamamos a observância dos direitos humanos".[71] Um de seus bispos visitou os presos e assegurou-lhe que pelo menos um fora "horrivelmente torturado", mas o cardeal encerrou a conversa: "Devo lhe confiar que outros me garantem que não há torturas em nossas prisões".[72] Na defensiva, a hierarquia não conseguiu produzir uma só declaração em que houvesse menção expressa ao crime praticado pelo Estado contra os frades presos.

Duas semanas depois da fuzilaria da alameda Casa Branca, o cardeal Rossi estava no gabinete de Médici. Dizia que "o problema dos dominicanos é da Ordem dos Dominicanos" e queixava-se da imagem negativa que o Brasil vinha recebendo da imprensa estrangeira.[73] Convocara um grupo de cardeais e bispos ao seu palácio para assistir a uma sessão do videoteipe da confissão dos frades, gravado pela Marinha depois de supliciá-los.[74]

Com essa conduta, o cardeal legitimava o uso da tortura como meio de obter confissões, mas ao mesmo tempo ela lhe dava o amparo dos fatos.

Aquilo que os dominicanos confessaram era verdade. Faltava dizer que católicos ultramontanos estavam colaborando com o DOPS na estruturação dos interrogatórios dos religiosos. Lenildo Tabosa Pessoa, ex-seminarista, diretor da revista *Hora Presente*, audacioso porta-voz do conservadorismo e editorialista do *Jornal da Tarde*, foi visto no DOPS por um dos dominicanos presos.[75] Dois delegados da equipe de Fleury confirmaram ao repórter Percival de Souza que a polícia era assessorada pelo radicalismo tridentino.[76] Havia uma relação entre o clero de esquerda e o marighelismo, mas também havia uma associação entre a militância católica de direita e o porão.

* * *

Já se tinham passado mais de três meses do dia em que o sacerdote de Belo Horizonte saíra de casa com seu gravador para ouvir os gritos do porão. A rede de advogados montada por Candido Mendes colecionara narrativas incontestáveis do que estava acontecendo nos cárceres. Seu trabalho, que até bem pouco tempo era quase um ato de voluntarismo, mudara de natureza.

Desde setembro Candido agia por determinação do novo secretário-geral da CNBB, d. Aloísio Lorscheider, um franciscano corpulento de 45 anos, com voz fina e um estranho sotaque, salada de tiques gaúchos, alemães e italianos. Era o primeiro frade a ocupar um cargo tão elevado na hierarquia e chegara a ela com uma biografia em que se misturavam a espiritualidade paroquial dos colonos alemães do Rio Grande do Sul e a formação erudita da educação romana. Entrara no seminário franciscano de Taquari aos nove anos de idade, fora sagrado bispo de Santo Ângelo aos 38. Dos catorze anos que vivera como frade, passara seis em Roma, quer estudando, quer lecionando teologia dogmática no colégio Antonianum.[77] Parecia um desconhecido, e durante toda a sua trajetória pela vida política

brasileira jamais se deu a conhecer. Tímido, às vezes grosseiro, isento de senso de humor, era perfeitamente previsível. Sua cabeça era o Concílio Vaticano e seu corpo, a CNBB. Resultava impossível classificá-lo como contrário ou favorável a d. Helder, a encarnação da linha demarcatória de posições na hierarquia do clero brasileiro, pelo simples fato de que lhe era apenas posterior. Dava a impressão de que não criaria casos.

O mesmo sucedia com Candido Mendes. Bisneto do senador do Império que defendera o bispo d. Vital da perseguição do imperador Pedro II, irmão de um jesuíta, o professor Candido era dono de uma das maiores universidades privadas do país e transitava com desembaraço à esquerda e à direita. Abrigara perseguidos durante o governo Castello ao mesmo tempo em que se tornara amigo do general Golbery, com quem negociava em 1969 a fundação de um centro de estudos políticos. Sociólogo de linguagem rebuscada e *charmeur* compulsivo, Candido Mendes tinha uma singular militância na Igreja. Enquanto era comum que os laicos tivessem pouca atividade na burocracia eclesiástica e fizessem grande barulho junto à opinião pública como porta-vozes de correntes da Igreja, ele agia — e falava — quase exclusivamente dentro da máquina. “Nós trabalhávamos na direção de criar uma situação não dubitativa, na qual não coubessem nem o ceticismo nem o aparecimento de hipóteses tergiversadoras. O levantamento existia antes de d. Aloísio dar a ordem para que o fizéssemos. Ele não disparou a coleta dos depoimentos, mas comprou em nome da CNBB a briga que dela resultaria.”[78]

Uma semana depois da visita de d. Agnello a Médici, em sua cela do DOPS de Porto Alegre, Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, ex-*Vitor* da ALN, escrevia à família: “Sei que minha prisão é um sinal na Igreja do Brasil”.[79]

1 Ralph della Cava, “Política a curto prazo e religião a longo prazo — Uma visão da Igreja católica no Brasil”, *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 1, julho de 1978, pp. 242-57.

2 Candido Mendes de Almeida, maio de 1988. Para os fatos do dia 7 de março, Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, p. 292.

3 Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, p. 250.

4 D. Eugênio Sales, junho de 1987. O cardeal estava presente ao encontro.

5 *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1964.

6 Octavio Frias de Oliveira, janeiro de 1998. No dia 5 de junho de 1966, Frias encontrou o cardeal no apartamento de Ana Capriglioni. Adhemar acabara de ser cassado e, padecendo de uma crise de asma, estava deitado no quarto.

7 Carta de d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota ao presidente Juscelino Kubitschek, solicitando a promoção a general do coronel José Maria de Moraes e Barros, de 22 de outubro de 1960. O general foi promovido em março, por Jânio Quadros. APGCS/HF.

8 A vitória conservadora pode ser mais bem medida quando se sabe que não só d. Helder não foi reeleito, como seu candidato, d. Fernando Gomes, foi derrotado na votação para preencher a primeira e a segunda vice-presidências da CNBB. Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, pp. 314-5.

9 Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, p. 358.

10 Charles Antoine, *L'Église et le pouvoir au Brésil*, p. 137.

11 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 40, citando uma declaração de d. Vicente Scherer ao *Jornal do Brasil* de 22 de novembro de 1967, p. 3.

* Camilo Torres aderiu à guerrilha colombiana em dezembro de 1965 e foi morto em fevereiro de 1966.

12 Zuenir Ventura, *1968 — O ano que não terminou*, p. 41.

13 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 34.

14 Idem, p. 138. Ver também Celia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs.), *O bispo de Volta Redonda*, p. 97.

15 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, pp. 140-1.

16 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 44. Para as relações entre a Igreja e o governo durante o ano de 1968, *Notícias da Igreja Universal*, no 68/72, janeiro-fevereiro de 1969. Número especial, *A Hora da Opção — Estudo das Relações da Igreja e do Estado no Brasil em '68*, brochura editada pela Paróquia Nossa Senhora dos Pobres, São Paulo.

17 Charles Antoine, *L'Église et le pouvoir au Brésil*, pp. 134 e segs.

18 Ivo Calliari, *D. Jaime Câmara*, pp. 371-2. Em 1970, d. Jaime Câmara permitiu que se rezasse missa pela alma do ex-presidente Café Filho (o sucessor de Vargas) mesmo sabendo que ele era

protestante. Segundo seu secretário, fez isso porque, entre outros motivos, “o público não tinha conhecimento do fato”. Idem, p. 626.

19 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 58.

20 Idem, p. 82.

21 *The Catholic Church in Brazil, Special Report* da Central Intelligence Agency, de 13 de setembro de 1968. BLBJ.

22 Charles Antoine, *L’Église et le pouvoir au Brésil*, pp. 180 e segs. Thomas C. Bruneau, *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*, pp. 199 e segs.

23 Para o encontro com o chefe da agência do SNI, depoimento do general Enio Pinheiro, em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 251.

24 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 598-9.

25 Telegrama da Agence France-Presse, de 26 de outubro de 1968.

26 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, pp. 112 e segs. Thomas C. Bruneau, *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*, p. 203.

27 *Jornal do Brasil*, 10 de dezembro de 1968, p. 7, em Thomas C. Bruneau, *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*, p. 206.

28 *Veja*, 11 de dezembro de 1968, p. 16. Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 124.

29 *Correio da Manhã*, 8 de dezembro de 1968, em Thomas C. Bruneau, *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*, p. 204.

30 *Jornal do Brasil*, 3 de dezembro de 1968, p. 7, em Thomas C. Bruneau, *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*, p. 204.

31 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 113.

32 *Veja*, 11 de dezembro de 1968, p. 14.

33 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 114.

34 O conceito de “pastoralismo” foi expresso por Ralph della Cava em seu artigo “Política a curto prazo e religião a longo prazo — Uma visão da Igreja católica no Brasil”, *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 1, julho de 1978, pp. 242-57.

35 D. Eugênio Sales, junho de 1987.

36 Charles Antoine, *L’Église et le pouvoir au Brésil*, p. 203.

37 Ivo Calliari, *D. Jaime Câmara*, p. 613.

38 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 120.

39 Para o caso de Jan Talpe, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 271. Para o caso do outro sacerdote, Antonio Alberto Soligo, idem, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 323.

40 Depoimento de Cândido Pinto de Mello, *Folha de S.Paulo*, 22 de novembro de 1981.

41 Telegrama de Donor Lion, cônsul americano no Recife, para o Departamento de Estado, de 16 de maio de 1969. DEEUA.

42 Para a identificação como autor do atentado, Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 163. Segundo telegrama de 30 de setembro de 1969 do consulado americano no Recife ao Departamento de Estado, o tenente foi selecionado em agosto de 1968 e embarcou em agosto do ano seguinte. DEEUA.

43 Telegrama de Donor Lion, cônsul americano no Recife, ao Departamento de Estado, de 30 de setembro de 1969. DEEUA.

44 *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1969, p. 14, e *O Globo*, 3 de junho de 1969.

45 *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1969, p. 14.

46 É de Charles Antoine, *L'Église et le pouvoir au Brésil*, p. 230, a ideia da segunda morte do padre Henrique.

47 *Correio Braziliense*, 31 de maio de 1969, p. 4.

48 *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1970, p. 18.

49 *Folha de S.Paulo*, 19 de agosto de 1988.

50 *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1986, p. 20.

51 As execuções de padres rebeldes ocorridas no século XIX foram abençoadas pela Igreja, e, do ponto de vista do direito canônico, eles não eram religiosos, visto que foram despidos dos votos antes que os despissem da vida. A percepção de que o padre Henrique foi o primeiro clérigo assassinado é de Scott Mainwaring, em *A Igreja católica e a política no Brasil (1916 - 1945)*, p. 120.

52 Ivo Calliari, *D. Jaime Câmara*, p. 616.

53 Notas taquigráficas, sem revisão, das reuniões da Comissão de Alto Nível designada pelo Senhor Presidente da República para a reforma da Constituição de 1967, em *A Constituição que não foi*, p. 168.

54 *Jornal do Brasil*, 31 de julho de 1969, p. 3.

55 Telegrama da Agence France-Presse, de 25 de julho de 1969.

56 Scott Mainwaring, *A Igreja católica e a política no Brasil*, p. 105.

57 Para o documento da comissão central, Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 2, p. 121.

58 Para o enunciado da doutrina, Candido Mendes de Almeida, maio de 1988.

59 Revista *Mensaje*, dos jesuítas chilenos, nº 186, janeiro-fevereiro de 1970, anexo a um artigo de Michel de Certeau.

60 Carta do monsenhor Giovanni Benelli a d. Helder Câmara, em Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, pp. 361-2.

61 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), As relações Igreja-Estado no Brasil, vol. 2, p. 132.

62 Entrevista de madre Maurina Borges da Silveira a Luís Eblak, *Folha de S.Paulo*, 7 de junho de 1998, *mais!*, pp. 5-5 e 5-6.

63 Auto de Qualificação de Maurina Borges da Silveira, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 206, e entrevista a Luís Eblak, *Folha de S.Paulo*, 7 de junho de 1998, *mais!*, pp. 5-5 e 5-6.

64 Para as fugas de quadros da ALN, ver Frei Betto, *Batismo de sangue*, pp. 79-101.

65 *Quedograma*, item 14.

66 Vicente Sanchez Gavito, novembro de 1969. Em suas memórias, d. Waldyr Calheiros refere-se a outro caso, no qual o núncio, d. Sebastiano Baggio, pediu-lhe que protegesse uma militante da Ação Católica. Em Celia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs.), *O bispo de Volta Redonda*, p. 80.

67 Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 92.

* Os dominicanos teriam traído Marighella se o tivessem atraído para a cilada por terem mudado de opinião a seu respeito, ou ainda se, ante alguma promessa de recompensa, visassem algum proveito pessoal ou político. Um ato praticado diante do medo do retorno a suplícios sistemáticos só pode ser considerado uma traição se o uso da tortura como forma de extração de confissões é aceito como parte do acervo moral e ético da pessoa que declara traidor o preso submisso.

68 *O Globo*, 6 de novembro de 1969.

69 Para a data da excomunhão, *O Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 1969.

70 *O Globo*, 18 de novembro de 1969, para o ataque de d. Vicente Scherer. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1969, para a sua nota.

71 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 3, p. 16.

72 D. Paulo Evaristo Arns, *Da esperança à utopia*, pp. 149-50.

73 *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1969, p. 15, e Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 3, p. 16.

74 Roberto de Abreu Sodré, *No espelho do tempo*, p. 164. Outra cópia dessa fita foi rodada em Brasília para o núncio apostólico. Idem.

75 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 185.

76 Depoimento dos delegados Josecyr Cuoco e Raul Careca, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 374 e 383.

77 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 3, p. 3290.

78 Candido Mendes de Almeida, maio de 1988.

79 Frei Betto, frei Fernando de Brito e frei Ivo Lesbaupin, *O canto na fogueira*, p. 18.

O Brasil difamado

Numa tarde de dezembro de 1969 o professor Ralph (Rafaello) della Cava abriu a porta do seu apartamento da La Salle Street, 90, num conjunto de edifícios que demarcam o fim da vizinhança da Universidade de Columbia e o início do Harlem, em Nova York. A figura vivaz de Della Cava era conhecida nos meios da Igreja militante em defesa dos direitos civis dos negros americanos e das manifestações contra a guerra no Vietnã. Era um hiperativo numa época de ativistas. Na tarde de 1º de abril de 1964 vira o fim da República de 1946 do alto das escadarias da Biblioteca Nacional, no Centro do Rio. Vivera quase um ano no Brasil, a maior parte do tempo trancado no Arquivo Público do Ceará, debruçado sobre um baú onde encontrara a documentação da qual tiraria seu *Milagre em Joazeiro*, o melhor estudo já escrito sobre a vida de Cícero Romão Batista, o *Padim Ciço*.

Eram três os visitantes de Della Cava: Domício Pereira, Jether Ramalho e Rubem César Fernandes. Vinham recomendados por William Wipfler, um padre episcopal, encarregado da seção latino-americana do Conselho das Igrejas Cristãs dos Estados Unidos. Os três brasileiros sentaram-se no sofá da pequena sala, ao lado de uma enorme estátua de madeira crua do *Padim*. Os exilados mostraram-lhe o que haviam mostrado a Wipfler. Eram onze documentos, com o relato das torturas praticadas em Belo Horizonte, a descrição dos assassinatos de Chael e do padre Henrique, bem como denúncias esparsas vindas dos porões da ilha das Flores e do quartel da PE da Vila Militar. Wipfler mandara a denúncia certa para a pessoa certa.

Quando os três visitantes saíram, estava acertada a criação do American Committee for Information on Brazil. Wipfler cedera aos brasileiros uma sala na sede do Conselho das Igrejas para que organizassem as denúncias preparando um dossiê, e Della Cava começou a trabalhar com os papéis e o telefone.[1] Na primeira linha dessa iniciativa entrou o professor americano Brady Tyson, que fora missionário metodista em São Paulo até que o governo o pôs para fora, em 1965. Desde então, conservava em seu escritório uma flâmula da Polícia Federal brasileira.

As visitas a Wipfler e Della Cava foram uma das pontas de um trabalho iniciado poucos meses antes. Enquanto em Cuba os exilados brasileiros prosseguiam seu treinamento militar, em Paris, onde era maior a colônia de esquerdistas desarmados, a militância contra o regime passou a girar em torno da divulgação de seus crimes. Duas semanas depois da morte de Marighella nascera a Frente Brasileira de Informações. Fora articulada com a colaboração decisiva de Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco exilado na Argélia, e sua irmã Violeta, mulher generosa e incansável, cujo apartamento nas vizinhanças do Bois de Boulogne, a um quarteirão da casa onde nasceu Marcel Proust, transformara-se em abrigo ecumênico para perseguidos.

A Frente era a primeira iniciativa política unitária da esquerda brasileira desde o estilhaçamento de 1964. Buscava dotar de rotina e sistemática as denúncias com que começaram a ser divulgadas em setembro, depois da chegada à Cidade do México dos quinze prisioneiros trocados por Elbrick.[2] Sua estrutura frentista sinalizava para a esquerda internacional a bênção simultânea dos católicos, das denominações protestantes e do Partido Comunista, retirando-lhe a má vontade e a suspeita que desqualificavam as ações dos grupos ligados ao terrorismo. No manifesto de fundação ela informara que passaria a distribuir regularmente notícias coletadas “junto a todas as organizações revolucionárias brasileiras” e anunciara ao regime

que o combateria com um instrumento terrível: “Nossa arma é a verdade”.[3] Dias depois divulgou seu primeiro comunicado, listando 36 torturadores.[4]

Além do núcleo americano, moviam-se outras estruturas. Algumas eram-lhe semelhantes, como a Frente Brasileña de Informaciones, fundada em Santiago do Chile, e o Front Brésilien d’Information, de Argel. Outros grupos surgiriam na Holanda, no Canadá, na Suíça e na Itália.[5] Ajudados por 5 mil dólares reunidos por Della Cava, organizaram-se na Universidade de Berkeley, na Califórnia, os Amigos Americanos do Brasil, editores do *Brazilian Information Bulletin*. Entre os seus financiadores estavam renomados especialistas em assuntos brasileiros da comunidade acadêmica americana.[6] [*Veja os documentos*] Havia ainda armações que se moviam em sigilo, como a rede de Candido Mendes, protegida pela Igreja.

Produto do desassombro, operava no Itamaraty um grupo de jovens funcionários e diplomatas que coletavam denúncias e as remetiam a Londres e Berna dentro da mala diplomática dos assuntos do regime. Lá, o secretário de embaixada Miguel Darcy de Oliveira e sua mulher, Rosiska, repassavam-nas a organizações defensoras dos direitos humanos e a militantes esquerdistas ilustres.

O primeiro relato minucioso do porão publicado no exterior foi a carta assinada por 38 padres de Minas Gerais, mandada em julho de 1969 ao episcopado, listando os locais e as técnicas de suplício vigentes nas investigações dos IPMs de Belo Horizonte. Essas denúncias saíram na edição de dezembro da revista católica francesa *Politique d’Aujourd’hui* e no número de janeiro-fevereiro de *Mensaje*, o órgão oficial dos jesuítas chilenos.[7]

Enquanto isso, papéis iam e vinham. Graças à atividade da rede religiosa, o dossiê que os três brasileiros levaram a Wipfler foi publicado no número de dezembro de 1969 da revista francesa *Croissance des Jeunes Nations*.[8] Pouco depois chegava à Europa e a Nova York um documento provindo do cárcere da ilha das Flores. Era o primeiro depoimento

autografado e trazia a autenticidade da valentia. Assinavam-no diversas prisioneiras que continuavam na ilha e afrontavam as represálias que o gesto lhes poderia custar. Listaram dezesseis jovens supliciadas. Eram militantes do MR-8, do PCB e da AP. Salvo uma, todas tinham entre vinte e 25 anos. Sete haviam sido submetidas a choques elétricos, duas foram obrigadas a ouvir os gritos saídos das sessões de tortura de seus companheiros, também presos. Uma teve agulhas enfiadas por baixo das unhas. Os suplícios levaram uma das jovens a uma crise de insanidade. Outra teve um dedo quebrado, e uma terceira perdeu por alguns dias os movimentos da mão direita.[9] "Tudo o que se está dizendo sobre métodos de tortura é pouco, comparado com os fatos", avisavam as prisioneiras.

Passaram-se poucos meses, e ouviram-se as vozes saídas do porão mineiro. Primeiro num manuscrito de Ângelo Pezzuti, do Colina, posteriormente conhecido como *Documento de Linhares*, por conta do nome do presídio onde estavam seus doze autores.[10] Na sua versão distribuída nos Estados Unidos tinha vinte páginas. Arrolava novos casos concretos de tortura e acrescentava a descrição de um episódio que haveria de chocar o mundo após sua representação no filme *Estado de sítio*, do diretor grego Costa-Gavras: a aula de tortura do "tenente Ailton" no salão da 1ª Companhia de Polícia do Exército.[11] Depois foi a vez das mulheres mineiras da AP. Eram cinco, a mais velha tinha 26 anos, todas haviam apanhado em guarnições militares, e uma fora obrigada a presenciar o suplício do marido no pátio do quartel do 12º Regimento de Infantaria, onde lhe quebraram seis costelas, uma perna e um pé. Só anos mais tarde contariam outros detalhes de suas histórias. Uma foi entregue a um sargento tarado. Outra teve de suportar um tenente-coronel apaixonado: "Eu nunca tinha visto uma mulher tão bonita como você no sofrimento. E eu senti prazer".[12]

Além de se moverem por condutos clandestinos, as notícias do porão também vinham à tona pelo simples exercício da atividade de alguns

jornalistas estrangeiros baseados no Brasil. Em janeiro de 1970 sucederam-se três reportagens, todas relacionando as denúncias de torturas, o assassinato de Chael e o silêncio imposto à imprensa brasileira em torno do assunto. Saíram nos principais jornais dos Estados Unidos, França e Inglaterra: *The New York Times*, *Le Monde* e *The Times*.[13] O governo brasileiro viu-se ainda obrigado a apreender a edição da revista francesa *L'Express* que trazia uma reportagem sobre suas torturas.[14] Para um regime acostumado a ver as falanges inimigas em Moscou ou Havana, os ataques vindos dos mais prestigiosos órgãos da imprensa internacional soavam como uma perfídia, quase sempre atribuída a uma demoníaca infiltração comunista nos meios de comunicação. O ministro da Educação, Jarbas Passarinho, chegou a ver uma pena "a serviço das esquerdas" no colunista William Buckley Jr., valente patrono do conservadorismo americano, que a revista *Life* chamara de "o *enfant terrible* da extrema direita".[15] Os cronistas do oficialismo acusaram Joseph Novitsky, correspondente do *New York Times*, de "mentir como um cão", e seu colega Irineu Guimarães, do jornal *Le Monde*, de ser um ex-comunista.[16]

* * *

Esse tipo de resposta enviesada viria a se mostrar ineficaz diante da surpresa que surgiu no dia 20 de janeiro de 1970, em Roma. Lá, o cardeal canadense Maurice Roy, presidente da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, acabara de comunicar que entregara ao papa um dossiê com denúncias de torturas praticadas em cárceres brasileiros. "Se não compete à Comissão Pontifícia emitir julgamentos a respeito de quaisquer regimes políticos, não podemos ficar surdos aos apelos daquelas consciências cristãs que com razão reagem às violações e ataques aos direitos humanos", dizia o cardeal.[17] Em seguida, indicando que o problema tinha chegado à mesa de Paulo VI, informou: "Sua Santidade (...) acompanha com vigilante atenção

a situação da Igreja no Brasil (...) ainda que não seja sempre possível tornar públicas as iniciativas através das quais se exprime".[18]

O pronunciamento do cardeal Roy significara a explosão, em Roma, do dilema que atormentava a CNBB havia pelo menos um ano. As denúncias de torturas nunca deixaram de chegar nem à mesa dos bispos nem à do núncio.[19] O dossiê publicado na *Croissance des Jeunes Nations* chegara à Cúria romana fazia mais de dois meses. Se dependesse do secretário de Estado, o cardeal francês Jean Villot, seria encadernado em silêncio. Em dezembro, contudo, a papelada aparecera mais uma vez, acompanhada da assinatura de setenta intelectuais católicos europeus.[20] O dossiê tinha um prefácio do jesuíta Michel de Certeau e dividia-se em três partes. Numa ia a carta dos intelectuais, noutra um trabalho da Juventude Estudantil Católica sobre a repressão política brasileira. A terceira, com 36 páginas, era uma compilação de depoimentos de pessoas torturadas. Nela, o mais longo testemunho era o de *Teresa*, a amiga de *Raquel*, que contara sua história em Belo Horizonte ao sacerdote do gravador.

Além disso, no Vaticano, o caso brasileiro tinha alguns padrinhos. O mais ativo era Joseph Gremillion, um monsenhor americano que ocupava a secretaria-geral da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz. Seu maior aliado era Jesus Garcia, jovem padre mexicano que fizera diversas visitas ao Brasil. Foi ele quem trabalhou para que Roy decidisse dar o passo de 20 de janeiro, mostrando ao regime brasileiro a ponta do báculo papal. Roy, por sua vez, levou o assunto a Paulo VI com o amparo político do poderoso monsenhor Benelli. Foi ele quem entregou o dossiê a Paulo VI.[21] A ditadura respondeu à carta do cardeal Roy proibindo a sua divulgação na imprensa brasileira.[22]

O regime que nascera de um levante abençoado por um bispo e das marchas de 1964, estava metido numa briga com o papa, com o insondável Paulo VI, o pontífice da dúvida, aquela figura aquilina, seca e sofrida. Esse homem que teve seu pontificado resumido na expressão "dúvida

montiniana", espremido entre o revisionismo de João XXIII e as certezas marianas de João Paulo II, foi audaz no caso da tortura brasileira. Durante a guerra, a vida lhe mostrara que a lógica dos poderosos abriga cemitérios de espíritos. Em 1942, recomendara a Pio XII que rasgasse uma nota condenando a deportação de 15 mil judeus holandeses.[23] Um ano depois, quando a Resistência italiana explodiu uma carroça de lixo com doze quilos de dinamite e matou 32 soldados alemães que marchavam por via Rasella, no Centro de Roma, monsenhor Giovanni Battista Montini era subsecretário de Estado de Pio XII. Fazia parte do gabinete que divulgou uma nota oficial através da qual a Santa Sé atribuiu aos *partigiani* a responsabilidade pela morte dos alemães e também, indiretamente, dos 335 presos massacrados dois dias depois em represália ao atentado. O massacre, praticado nas catacumbas de sal das Fossas Ardeatinas, teve uma surpresa perversa: não só os reféns foram mortos numa localidade onde vinte séculos antes os cristãos se escondiam das tropas romanas, como se achara entre eles o cadáver de um padre.[24]

No dia 26 de janeiro de 1970, Paulo VI recebeu d. Helder em seu gabinete e lhe disse: "Nós lemos a documentação referente à tortura que você nos mandou. Então, tudo o que você havia nos contado era verdade. (...) A Igreja não deverá tolerar mais as atrocidades e torturas cometidas num país que se diz católico".[25] O governo, mesmo sem saber o que o arcebispo conversara com o papa, pois a observação de Paulo VI só seria conhecida meses depois, proibiu a imprensa de publicar quaisquer declarações que viessem a ser feitas por d. Helder em Roma.[26]

O gesto do palácio do Planalto era um indicador da comunhão existente entre o regime e o porão. Ademais, num sinal de sua opção política, o governo deteve por um dia o correspondente do jornal *Le Monde* no Rio de Janeiro.[27] Outro sinal, desta vez indicativo do desembaraço do porão, foi dado no presídio Tiradentes, em São Paulo. Às duas da tarde de 17 de fevereiro. O capitão Maurício Lopes Lima foi buscar em sua cela frei Tito

de Alencar Lima, um dos dominicanos ligados à ALN, e avisou-o: “Você vai conhecer a sucursal do inferno”. Frei Tito foi para a Oban. Apanhou por três dias. Numa das sessões, agentes da equipe do capitão Benoni Albernaz, fantasiados com vestes litúrgicas, mandaram que abrisse a boca para receber “a hóstia sagrada”. Era o fio ligado ao magneto. De volta à carceragem, frei Tito conseguiu uma gilete e meteu-a na veia do antebraço. Acordou no pronto-socorro do hospital das Clínicas.[28]

Um mês depois da conversa reservada com d. Helder, o papa decidiu-se pela condenação pública, ainda que oblíqua, das torturas do regime brasileiro. Isso foi conseguido depois que as últimas resistências da Secretaria de Estado foram quebradas por uma ofensiva onde se juntaram vinte dos 37 membros da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz e, sobretudo, o presidente internacional da Ação Católica, Vittorio Veronese, amigo de Montini. A Comissão de Justiça e Paz escreveu a Paulo VI pedindo-lhe que interviesse “para fazer valer a desaprovação da Igreja à violação flagrante dos princípios humanitários e das normas do direito no Brasil, e para fazer saber ao mundo a inflexível oposição da Igreja às torturas e aos tratamentos desumanos dos prisioneiros”.[29] Veronese fez o que Candido Mendes classificaria mais tarde de “trabalho auricular junto ao pontífice”.[30] No dia 25 de março, falando na basílica de São Pedro, Paulo VI anunciou: “Pela própria honra de algumas nações que nos são queridas, só podemos desejar um desmentido de fatos nos casos de torturas policiais que lhes são atribuídas. Falou-se muito disto e nós mesmos estamos desesperançados, após termos feito o apelo que se impunha”.[31]

Roma locuta, *causa non finita*. O papa não pedia muito, bastava um desmentido, mas era impossível ouvi-lo. Uma semana antes de seu apelo, o general Médici assinara a *Diretriz Presidencial de Segurança Interna* que criara a estrutura dos DOIs. Se as 43 palavras de Paulo VI produziram algum efeito concreto, este foi a sagração de d. Agnello Rossi como paladino do silêncio. O cardeal de São Paulo denunciou “a maledicência

organizada internacionalmente" contra o regime brasileiro. No sermão da Páscoa, na praça da Sé, sintetizou sua doutrina: "Detesto a demagogia e é indigno e impatriótico denunciar alguma coisa de seu país no exterior. Havendo roupa suja, lava-se em casa". Condenou a difusão clandestina das notícias (a essa altura os jovens diplomatas e funcionários do Itamaraty que contrabandeavam denúncias para a Europa já estavam na cadeia) e acusou seus divulgadores: "Pretendem mais agravar a situação que resolvê-la humana e patrioticamente".[32] A arquidiocese do Rio preferiu o caminho da astúcia. O monsenhor Francisco Bessa, poderoso secretário do cardeal Jaime Câmara, disse à imprensa que estivera com Paulo VI em Roma e ouvira dele uma severa condenação dos policiais que integravam os esquadrões da morte, ameaçando excomungá-los.[33] Não era da bandidagem policial que o papa estava falando.

* * *

A mais importante ofensiva de denúncias foi lançada nos Estados Unidos. Na manhã de 28 de fevereiro de 1970 um editorial intitulado "Opressão no Brasil", do *Washington Post*, o mais respeitado jornal da capital americana, surpreendeu a embaixada brasileira em Washington. Era severo, mas equilibrado: "Embora tenham um longo caminho a seguir antes de superar a Grécia ou o Haiti na tortura de presos políticos, os ditadores militares que dirigem o Brasil estão indo rápido".[34] Três dias depois da publicação do editorial e da sua transmissão ao Itamaraty pela embaixada brasileira, o chanceler Mario Gibson Barboza convocou ao seu gabinete o embaixador Charles Elbrick. Mostrou-lhe o artigo e disse-lhe que ele poderia funcionar como uma bola de neve junto à opinião pública americana e que, nesse caso, "o efeito sobre nossas relações será incalculável". A ameaça fez efeito. Na manhã de 4 de março Elbrick telegrafou a Washington. Recomendava que o Departamento de Estado fizesse alguma coisa em seus

contatos com a imprensa “para colocar esse assunto na sua perspectiva”. E concluiu: “Não há dúvida de que existe um estado de insurreição limitada no Brasil, e o governo se sente obrigado a tomar medidas necessárias à sua defesa. Isso pode ou não envolver tortura, sistemática ou eventual, mas também deve ser lembrado que terroristas estão recorrendo à violência, assassinato, sequestro e assaltos”.[35] [*Veja o documento*]

Quando o telegrama de Elbrick começou a tramitar pelo Departamento de Estado, o *Post* estava nas bancas com duas cartas. Uma, do embaixador brasileiro Mozart Gurgel Valente, dizia que o tratamento dado aos presos políticos brasileiros era “correto”, “mesmo quando eles são culpados de crimes e atos terroristas”. Outra era do ex-secretário de Estado Dean Acheson, patriarca da diplomacia americana, símbolo de elegância tanto no corte de seus ternos como na conduta política com que enfrentara a caça às bruxas do anticomunismo no início dos anos 1950. Defendia o bom relacionamento do governo americano com as ditaduras e dava nome aos bois: “Os Estados Unidos têm boas relações com a Grécia, Haiti, Brasil, Portugal, África do Sul e Rodésia”.[36]

O encarregado de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado era o veterano Robert Dean, que no dia 31 de março de 1964 chefiava a representação americana em Brasília. No mesmo dia em que o *Post* publicou as duas cartas ele almoçou com Mozart Gurgel Valente. O embaixador queixou-se de Acheson por ter colocado o Brasil ao lado do Haiti e da Grécia. Dean mandou um memorando a Elbrick no qual revelava que as informações a respeito da tortura brasileira estavam saindo da Comissão de Relações Exteriores do Senado, onde tramitava uma investigação sobre o assunto. Ele resumiu suas impressões acerca do incidente: “O Itamaraty está numa situação difícil porque Gibson não ousa dizer a Médici que os ataques da imprensa mundial contra o Brasil continuarão, até que o governo demonstre que não apoia nem pratica generalizadamente a tortura (...) Gibson e Valente estão sob pressão para

demonstrar seu zelo na proteção da honra do presidente e do governo controlado pelos militares".[37]

Dean lembrou a Elbrick que o assunto não era novo. Fora discutido recentemente com o ministro do Interior, José Costa Cavalcanti, e ele argumentara que o governo não apoiava a tortura mas infelizmente ela acontecia. Além disso, o representante brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka, dissera que "o governo brasileiro não está consciente de sua vulnerabilidade às críticas da imprensa e precisa esclarecer sua posição diante da tortura". Kafka, um parente distante do escritor tcheco, era uma espécie de embaixador dos ministros econômicos em Washington. Segundo Dean, ele informara que em breve deveria se encontrar com o ministro Delfim Netto em Londres e aproveitaria para tratar do assunto.[38]

Kafka tinha razão a respeito da vulnerabilidade, e Gibson estava certo quanto à bola de neve. Em março a reação dos liberais americanos pipocou na seção de cartas do *New York Times*. Quatro dos maiores especialistas em assuntos brasileiros da comunidade universitária dos Estados Unidos reclamavam, em nome da "decência", do processo instaurado contra o historiador Caio Prado Júnior, denunciavam a tortura e faziam uma constatação histórica: "Duvidamos que em qualquer época da história do Brasil tenha havido tanta desumanidade sistemática e generalizada no tratamento de dissidentes políticos".[39] A cabeça coroada dos signatários era o professor Charles Wagley, da Universidade Columbia, verdadeiro patrono dos estudos brasileiros nos Estados Unidos, personagem em quem o romancista Jorge Amado teria achado o brasilianista James Levenson, de *Tenda dos milagres*. O texto da carta, com mais de uma centena de novas assinaturas, viria a se transformar na maior manifestação da academia americana em relação ao Brasil.

Logo depois, as redações de jornais americanos começaram a receber cópias do resultado do trabalho do professor Della Cava. Era um maço de

dezenove folhas intitulado *Terror in Brazil, a Dossier*. Sua espinha dorsal era formada por nove documentos, entre os quais estava a denúncia das prisioneiras da ilha das Flores. Transcrevia o AI-5 e trechos da Lei de Segurança Nacional e fazia a descrição do sistema eleitoral que colocara o general Médici na Presidência. Como carro-chefe, o documento trazia um manifesto assinado por 34 professores e políticos liberais americanos que diziam: "Nós não podemos continuar calados. Se o fizéssemos, seríamos cúmplices dos autores e dos agentes da repressão. Pedimos aos leitores deste dossiê que ergam suas vozes conosco".[40]

Entre os signatários estavam representantes de treze organizações religiosas e dois dos mais conhecidos líderes do movimento em defesa dos direitos civis, o reverendo Ralph Abernathy e o jovem pastor Andrew Young.[41] Semanas depois, numa visita à Universidade de Montana, levantou-se o senador Edward Kennedy, com um discurso acusando o governo americano de financiar um regime torturador.[42]

Apertada pela imprensa e por um dos mais destacados líderes da oposição, ambos pedindo a condenação do regime brasileiro e a suspensão dos programas de ajuda militar às suas Forças Armadas, a diplomacia americana seguiu o curso oposto ao da Santa Sé. Optou pelo apoio ao governo de Médici. Fez isso com graus diversos de astúcia e, ao mesmo tempo, produziu uma vulgarização do metabolismo de sua própria dissimulação. Mais tarde, um de seus executores, o secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, William D. Rogers, explicou a estratégia dos governos dos presidentes Richard Nixon e Gerald Ford com uma variante da teoria da roupa suja. Segundo ele, era mais produtivo para sua mulher criticá-lo por uma má conduta social quando os dois estivessem em casa, sós na cama, do que repreendê-lo em público.[43] Um documento do Conselho de Segurança Nacional informa que a metáfora do recato feminino criada por Rogers continha um elemento oculto: o receio de que os generais brasileiros, uma vez criticados, trocassem a madura aliança com

os americanos pela antiga paixão juvenil do nacionalismo. Em março, o Conselho formulara três cenários possíveis para o governo de Médici. No primeiro, o general chegaria ao fim do mandato, passando o poder a um militar "moderado". Nos dois outros, seria deposto ou sucedido por um "nacionalista-reformista".[44]

O Departamento de Estado preferiu dormir com as versões da ditadura. Numa carta a um deputado que levantara a questão da conveniência de uma revisão das relações dos Estados Unidos com o governo do general Médici, o secretário de Estado assistente para relações com o Congresso, David Abshire, expôs duas racionalizações. Numa informou: "Altos funcionários brasileiros nos disseram que o uso da tortura não é apoiado pelo governo, e esses casos, que podem ter ocorrido, são atos isolados, individuais e desaprovados". Noutra, deu ao deputado informações factuais: "O governo tomou medidas para reduzir os maus-tratos de prisioneiros. As notícias de incidência de tortura, que aumentaram durante a segunda metade de 1969, caíram desde dezembro, quando o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, anunciou publicamente que se viesse a saber de alguma violência contra presos políticos, aplicaria as medidas apropriadas para punir os responsáveis".[45]

Abshire — um ex-oficial do Exército, veterano da Coreia e do serviço de informações — repassou falsidades.[46] Nem o palavrório de Buzaid desarmou um só pau de arara, nem as torturas diminuíram a partir do final de 1969. Um levantamento da atividade do porão informa que em 1969 os casos de tortura denunciados em auditorias militares foram pelo menos 1.027, e em 1970, 1.206.[47] Entre a época do suposto arrefecimento dos suplícios e o dia em que Abshire escreveu ao deputado, o *New York Times* abordara dezesseis vezes a tortura brasileira, arrolando quatro casos concretos, entre os quais o assassinato de Chael Schreier.[48]

Os ministros brasileiros que passaram por Washington tiveram de tratar do porão. João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, atacou em

público, numa entrevista coletiva: “As informações da imprensa sobre torturas e repressão no Brasil carecem de fundamento”.[49] Delfim Netto, da Fazenda, defendeu-se entre quatro paredes, durante um encontro com o secretário de Estado interino Elliot Richardson. Elegante advogado de Boston, Richardson entrou com cuidado no assunto, explicou que não pretendia censurar o governo, mas lembrou a Delfim que o problema da tortura, tisnando a imagem do Brasil nos Estados Unidos, poderia afetar as relações entre os dois países. O ministro saiu-se com uma invenção: “Na extensão em que ocorre, a tortura não é apoiada pelo governo, e atualmente ele está conduzindo uma importante investigação a respeito dessas acusações”.[50]

Na esteira do discurso de Kennedy, os jornalistas credenciados no Departamento de Estado foram buscar respostas com o seu porta-voz, Carl Bartch. Ele reiterou que o governo americano estava preocupado com o problema e esclareceu: “Em conversas com altos funcionários brasileiros, recebemos deles a garantia de que seu governo não apoia a tortura”.

> — E o senhor está satisfeito com essa garantia? — perguntou um repórter.
> — Bem, nós continuamos preocupados com essas notícias, e mantemos contatos com o governo brasileiro a respeito delas. Eu entendo que continuaremos a conversar com eles e a manifestar nossa preocupação — respondeu Bartch.[51]

A tese segundo a qual a tortura era produto da atividade de agentes desautorizados e passíveis de punição fora desmoralizada. Os presos da ilha das Flores, da penitenciária de Linhares e do presídio de Juiz de Fora haviam denunciado os suplícios por que passaram, sem que o governo procedesse a nenhum tipo de investigação. Era uma alternativa irracional, mas não restavam muitas outras. Sua eficácia não dependia da coerência do

que dizia o governo, mas do crédito que lhe queriam dar. Quando Abshire e Bartch contaram suas histórias em Washington, já estava havia mais de uma semana no Departamento de Estado um telegrama do cônsul americano em Porto Alegre, Curtis Cutter.

Cutter era duplamente idôneo. Era funcionário do governo americano, e um comando da VPR tentara sequestrá-lo na noite de 6 de abril de 1970. Escapara com um tiro no ombro, jogando a sua camionete sobre o carro que pretendeu interceptá-la, passando por cima do tornozelo de *Jorge*, do grupo que deveria rendê-lo.[52] Dias depois, visitara os presos e enviara ao Departamento de Estado um relato de quinze páginas. Nele, informava que, segundo o secretário de Segurança, coronel Jayme Mariath, os terroristas haviam confessado seus crimes "espontaneamente e sem torturas". Mesmo assim, depunha Cutter: "Os suspeitos foram submetidos a intenso interrogatório, incluindo abusos físicos (...) mas um alto oficial da secretaria de segurança me disse que os métodos usados não deixavam marcas. As únicas evidências sobre as técnicas usadas seriam as palavras dos presos".[53]

* * *

O governo brasileiro ganhou sua primeira batalha na França, sede política da diáspora esquerdista e base de operações da Frente Brasileira de Informações. Generoso no asilo, o governo francês era severo na vigilância dos exilados e cordial nas relações com a embaixada. Negociava-se nessa época a compra, pela Força Aérea, de uma esquadrilha de dezesseis caças Mirage. A oportunidade para um conveniente gesto de simpatia com Brasília surgiu em março, quando a editora Le Seuil publicou o livro *Pour la libération du Brésil*, de Carlos Marighella. Tratava-se de uma coletânea propagandística onde o jornalista Conrad Detrez juntara uma biografia do líder terrorista, documentos, uma entrevista e, como peça de resistência, o *Manual do guerrilheiro urbano*. Por conta desse texto mítico, o ministro do

Interior, Raymond Marcellin, invocou uma lei de 1939 e mandou a polícia confiscar a edição. Produziu um desastre. Em poucas semanas o livro estava de volta às livrarias, dessa vez sob o patrocínio das 21 maiores editoras da França, que estampavam seus nomes na capa e condenavam "o ato arbitrário" do ministro.[54] [*Veja o documento*] Conseguira-se mobilizar o maior esforço editorial feito na França em torno de assuntos brasileiros.

O regime chamava o noticiário internacional de "campanha para difamar o Brasil no exterior". Ao contrário do que sucedera com a ditadura dos coronéis gregos, que fizeram concessões cosméticas à pressão internacional, como a libertação do compositor comunista Mikis Theodorakis, autor da célebre canção do filme *Zorba, o grego*, o regime brasileiro privilegiou a repressão. A "difamação" transformou-se em categoria política. Quando o deputado Humberto Lucena, líder da oposição na Câmara, pediu que Médici apurasse "as sucessivas denúncias de violências cometidas contra as pessoas dos presos", seu colega Raimundo Padilha, do governo, acusou-o de fazer um discurso que "pertencia menos ao Sr. Humberto Lucena do que aos difamadores sistemáticos do Brasil".[55] (No final dos anos 1930 Padilha fora o chefe clandestino da Ação Integralista Brasileira.)[56]

O próprio palácio do Planalto tomou a iniciativa e, através de uma nota oficial, anunciou:

> Não há tortura em nossas prisões. Também não há presos políticos. (...) Essa intriga, na sua desfaçatez, busca gerar discórdia entre nações democráticas, amigas e aliadas, estancar o fluxo de investimentos no país, em uma palavra, enfraquecer o Brasil e com isso enfraquecer a comunidade de nações livres. Provém, inequivocamente, de grupos esquerdistas, inclusive infiltrados em órgãos estrangeiros e em agências internacionais que, muito bem

> dirigidos por chefia perfeitamente identificada, agem em uníssono, nos vários quadrantes do globo.[57]

Dois dias depois da divulgação dessa nota foi preso em São Paulo o geólogo Marcos Penna Sattamini de Arruda, de 29 anos. Em carta ao papa Paulo VI, contaria o que lhe aconteceu. Apanhou durante doze horas seguidas. Enquanto lhe aplicavam choques elétricos, um dos torturadores observou: “Veja só, ele está soltando faíscas”. Teve uma convulsão, perdeu a fala e os movimentos da perna e do olho esquerdos. Os oficiais passaram a chamá-lo de Frankenstein.[58]

A nota do Planalto alterara a rotina do porão, acrescentando-lhe novas tarefas. Da submissão extraída dos presos, cuja utilidade funcional era permitir a destruição da rede revolucionária esquerdista, retirava-se um novo produto, de natureza política e propagandística: os arrependidos. O uso da pressão policial para levar os presos a abjurar suas condutas revelou-se uma peça essencial para o desmantelamento de organizações armadas em diversos países do mundo. Conjugada com uma reforma penal que ofereceu aos arrependidos três níveis de colaboração e de perdão, ela viria a ser uma das armas mais poderosas da democracia italiana contra um surto terrorista muito mais virulento que o brasileiro, com 419 mortos, entre os quais um ex-primeiro-ministro, mais de mil feridos e quase 15 mil ações.[59] A manipulação dos presos para levá-los ao arrependimento e o incentivo oferecido pela libertação mostraram-se eficientes quando, além de não dependerem da tortura, processaram-se através das normas do estado de direito. Brian Jenkins, um dos maiores especialistas mundiais em combate ao terrorismo, qualifica a manobra: “Quando os militantes que estão em liberdade veem um de seus líderes anunciando-se arrependido através da imprensa, isso tem um efeito desmoralizante sobre toda a estrutura da organização. Esse efeito, porém, só se dá quando os militantes sabem que ele não foi torturado. Se há tortura, se eles percebem que ele mudou de

posição ou confessou porque foi torturado, o efeito é inverso: estimula a solidariedade".[60]

Os arrependidos brasileiros não eram usados para atacar o terrorismo, nem sequer a subversão, mas a "campanha de difamação" do país no exterior. Liam textos preparados por policiais e militares. O II Exército levou à televisão dois quadros da VPR, um dos quais estivera no vale do Ribeira. Depois de mantê-lo 75 dias incomunicável, os policiais divertiam-se mandando-o cacarejar ou lamber as paredes da cela.[61] Na televisão, atacou o "esquema montado para denegrir a imagem brasileira" no qual estavam "os falsos puritanos Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, [e] o falecido Bertrand Russell". "A VPR enviava a esses falsos puritanos toda a peçonha que eles destilavam, assumindo a pose de homens santos, quando nada mais eram que testas de ferro."[62] A tortura poluía o efeito dos arrependimentos, mas dois dos cinco prisioneiros que inauguraram a prática sempre sustentaram que foram aos estúdios sem constrangimento. Um deles se tornou sincero admirador de Médici. Outro, depois de libertado, enforcou-se.[63]

* * *

A retórica do governo mostrava que não havia acordo possível. D. Helder Câmara andava calado, mas acertara um sistema de cotas com o papa. Poderia viajar quatro vezes ao ano, desde que, somadas, as ausências não ultrapassassem os dois meses de férias a que tinha direito.[64] O arcebispo baixara em Paris na última semana de maio de 1970 e, numa entrevista à televisão, desabafou: "É impossível continuar sendo discreto. Alguém precisa falar, e eu vou falar. Eu não sou ingênuo, sei as consequências, sei que dizem que falar de torturas é um crime contra a pátria, mas o crime contra a pátria é ficar calado na situação atual".[65]

De ingênuo d. Helder nunca teve nada. Seu desabafo coincidia com a abertura de uma assembleia do episcopado, em Brasília. Era o primeiro encontro plenário da CNBB desde julho de 1969, quando se resignara ao silêncio.

O governo apostara forte para influenciar a reunião e a ela enviara três assessores diretos de Médici, além do ministro Alfredo Buzaid, escalado para falar aos bispos. Ele discursou na noite de 26 de maio, na linha de sempre: havia tortura, eram casos isolados e não representavam uma política do Estado. Por iniciativa de d. Aloísio Lorscheider, a comissão central distribuíra aos bispos o relatório preparado por Candido Mendes. Eram doze depoimentos indiscutíveis. “Tínhamos três pessoas torturadas que estavam dispostas a morrer confirmando, onde quer que fosse, o que lhes havia sucedido.”[66] Buzaid foi ouvido em silêncio e teve de ouvir quatro contraditas. A principal, pelas suas raízes conservadoras, veio de d. José Pedro da Costa, ex-capelão militar, bispo de Uberaba. Ele informou que conhecia 98 denúncias de torturas, todas encaminhadas a Médici e ao SNI. Trinta estavam catalogadas na Comissão de Justiça e Paz do Vaticano.[67] Por 159 votos contra 21, o episcopado denunciou “a incidência dos casos de tortura no Brasil”, mas comprou a versão do Planalto: “Estamos certos de que, se comprovados tais fatos, dificilmente poderiam corresponder a uma orientação oficial do Governo”.[68] No final dos trabalhos, d. Aloísio Lorscheider ordenou que se apagasse a fita em que estava gravado o debate com Buzaid, e o cardeal Eugênio Sales providenciou a coleta de todos os exemplares do relatório de Candido Mendes, para impedir que chegasse à imprensa.[69]

Havia uma dialética na conduta do conservadorismo católico e da diplomacia americana ao reconhecerem a autenticidade das denúncias e, ao mesmo tempo, aceitarem a tese de que a tortura não era uma política de Estado. Nela cabiam todas as forças políticas que evitavam um confronto com a ditadura, quer por temê-la, quer por estimá-la. Cabiam ainda aqueles

que, além disso, acreditavam na tortura como remédio temporário e funcional para o combate ao terrorismo. Cabiam também os que supunham que o mal se esvairia por falta de adversários logo que a luta armada fosse batida. Embutida na moderação, havia sempre uma esperança de regeneração do regime. Em todos os casos o estratagema tinha a virtude de deixar aberta a porta para novas denúncias, permitindo que o governo ficasse sob pressão, quando não por torturador, pelo menos por mentiroso.

Exemplo dessa construção ocorreu pouco depois da Assembleia da CNBB, quando d. Eugênio Sales, na condição de legado papal junto ao VIII Congresso Eucarístico, reuniu-se com Médici em Brasília. Falaram a sós, e a certa altura o cardeal-primaz sacou o tema:

> — Presidente, há torturas, e venho protestar como bispo e como cristão.
>
> — D. Eugênio, veja a minha situação. Acontece uma coisa no Piauí, como é que eu vou saber? Ademais, veja o que sucedeu na guerrilha do vale do Ribeira. Mataram um oficial a coronhadas. Como é que se vai conter a tropa?

O cardeal fechou o assunto reconhecendo que em sua diocese também aconteciam coisas das quais ele não sabia.[70]

D. Eugênio Sales abafava a repercussão pública das denúncias dos torturados ao mesmo tempo em que, nos seus encontros privados, conspirava contra os torturadores. O cardeal já se encontrara com o chefe do Estado-Maior do Exército, general Antonio Carlos Muricy. Falando em nome de militares católicos preocupados com o fosso aberto nas relações entre o regime e a Igreja, Muricy tentara criar um canal secreto de discussões com a hierarquia, mas a iniciativa, segundo ele, “morreu por exaustão”.[71]

Na mesma noite em que os bispos ouviram Buzaid em Brasília, d. Helder falou a 10 mil pessoas reunidas no palácio dos Esportes, em Paris: “A tortura é um crime que deve ser abolido. Os culpados de traição ao povo brasileiro não são os que falam, mas sim os que persistem no emprego da tortura. Quero pedir-lhes que digam ao mundo todo que no Brasil se tortura. Peço-lhes porque amo profundamente a minha pátria e a tortura a desonra”.[72]

Dom Helder Câmara discursa em Paris: “A tortura é um crime que deve ser abolido. Os culpados de traição ao povo brasileiro não são os que falam, mas sim os que persistem no emprego da tortura. Quero pedir-lhes que digam ao mundo todo que no Brasil se tortura. Peço-lhes porque amo profundamente a minha pátria e a tortura a desonra”.

A extensão das denúncias, sua conversa com o papa e o fim do silêncio da CNBB levaram d. Helder Câmara a lançar-se num combate direto contra o regime, algo que vinha controlando disciplinadamente desde 1964. Tinha a seu favor um vento de popa: era candidato ao Prêmio Nobel da Paz, com a simpatia do consultor da comissão de personalidades norueguesas que o outorgava.[73] Para enfrentá-lo, a ditadura tinha pouca munição, mas gastou-a toda.

1 Ralph della Cava, junho de 1990. James N. Green em *Apesar de vocês*, pp. 215-7.

2 Os presos libertados no México deram diversas entrevistas ao desembarcar, antes de se dividirem entre Cuba e Argélia. Onofre Pinto denunciou ao semanário italiano *L'Espresso*, de 14 de setembro de 1969, a morte de Marco Antônio Brás de Carvalho e o assassinato sob torturas do ex-sargento João Lucas Alves, em Belo Horizonte.

3 Telegrama da agência Prensa Latina, de 18 de novembro de 1969.

4 Telegrama da agência Prensa Latina, de Santiago do Chile, de 22 de novembro de 1969.

5 Para a lista das organizações, *Brazilian Information Bulletin*, nºs 6 e 9, de fevereiro de 1972 e janeiro de 1973. A base italiana era coordenada pelo senador Lelio Basso.

6 Ralph della Cava, fevereiro de 1991. Entre os 25 financiadores listados no *Bulletin* nº 9, de janeiro de 1973, estavam, além de Della Cava, os professores Joseph Love (*O regionalismo gaúcho*) e Warren Dean (*A industrialização de São Paulo*).

7 *Politique d'Aujourd'hui*, nº 11, dezembro de 1969. Revista *Mensaje*, nº 186, janeiro-fevereiro de 1970.

8 A publicação dos documentos na revista francesa está mencionada em *Terror in Brazil, a Dossier*.

9 *Statement of Female Prisoners Held at Ilha das Flores, Rio de Janeiro*. *Terror in Brazil, a Dossier*, datado de 8 de dezembro de 1969.

10 *Terror in Brazil, a Dossier*, p. 15, data o *Documento de Linhares* em 19 de dezembro de 1969. Ele foi recebido nos Estados Unidos no dia 13 de março de 1970, *The Torture of Prisoners in Brazil*, Relatório nº 5.

11 Costa-Gavras ouviu um relato da aula, feito por alguns dos presos que nela estiveram, durante sua passagem por Havana, em outubro de 1971. Mauricio Paiva, *O sonho exilado*, p. 93.

12 Luiz Manfredini, *As moças de Minas*, pp. 122 (para suplício do marido), 127 (para sargento tarado) e 98 (para tenente-coronel). *Brasil seis años de dictadura — Torturas*, organizado por Paulo Schilling, documento nº 4, p. 73, *Cuadernos de Marcha*, nº 37, maio de 1970, Montevidéu. Esse documento foi divulgado nos Estados Unidos no dia 28 de abril de 1970, *The Torture of Prisoners in Brazil*, Relatório nº 6.

13 *The New York Times*, 3 de dezembro de 1969; *Le Monde*, 14 de dezembro de 1969. *The Times*, 4 de fevereiro de 1970, "Brazilian regime relies on fear tactics".

14 Telegrama da Agence France-Presse, de 19 de janeiro de 1970.

15 Carta de Jarbas Passarinho a Médici, de 8 de março de 1971, em *Folha de S.Paulo* de 12 de dezembro de 1993, pp. 1-16. William Buckley Jr. dirigia a revista *National Review*, que na década de 1960 chegou a ser quase um porta-voz solitário do pensamento conservador. Nos anos 1990, quando o Partido Republicano fez maioria no Congresso, o presidente da Câmara dos Representantes, Newt Gingrich, dava a fundação da *National Review*, em 1955, como o marco do ressurgimento conservador nos Estados Unidos. Ver Lisa McGirr, *Suburban warriors*, p. 9.

16 *Correio Braziliense*, artigo de Teophilo de Andrade, 17 de janeiro de 1970.

17 *Terror in Brazil, a Dossier*, p. 13. *The New York Times*, 22 de janeiro de 1970.

18 Telegrama da Agence France-Presse, de 21 de janeiro de 1970, em *Brasil — Perspectivas de la Revolución*, organizado por Paulo Schilling, *Cuadernos de Marcha*, nº 38, junho de 1970, Montevidéu, e *The New York Times*, 22 de janeiro de 1970.

19 Uma cópia do documento das prisioneiras da ilha das Flores foi remetida ao núncio Umberto Mozzoni, *Terror in Brazil, a Dossier*, p. 6.

20 A carta, encaminhada por Marcella Glisenti, secretária da Comissão Italiana Europa-América Latina, é de 14 de dezembro de 1969. *The New York Times*, 2 de janeiro de 1970.

21 Candido Mendes de Almeida, maio de 1988.

22 Telegrama da Agence France-Presse, de 27 de janeiro de 1970.

23 Depoimento da freira Pasqualina Lehner, em *Testemunhos para o Processo de Beatificação de Pio XII*, p. 85, no arquivo da Sociedade de Jesus, no borgo Santo Spirito, em Roma, citado em John Cornwell, *Hitler's pope*, p. 287.

24 Robert Katz, *Death in Rome*, p. 191 para a nota do Vaticano.

25 Ralph della Cava, "Torture in Brazil", *Commonweal*, 27 de abril de 1970.

26 Telegrama da Agence France-Presse, de 27 de janeiro de 1970.

27 Idem, de 17 de fevereiro de 1970. Irineu Guimarães foi preso no dia 17 e levado ao DOPS, onde passou a noite. Foi solto no dia seguinte.

28 Frei Betto, *Batismo de sangue*. Depoimento de frei Tito de Alencar Lima, pp. 257 e segs. Esse depoimento foi divulgado nos Estados Unidos em julho de 1970. *The Torture of Prisoners in Brazil*, Relatório nº 8, de 9 de julho de 1970.

29 *Le Monde*, 13 de março de 1970.

30 Candido Mendes de Almeida, maio de 1988.

31 *Veja*, 8 de abril de 1970, p. 30.

32 Idem, p. 31.

33 Telegrama da agência Reuters, de 25 de março de 1970.

34 *The Washington Post*, 28 de fevereiro de 1970.

35 Telegrama do embaixador Charles Elbrick ao Departamento de Estado, de 4 de março de 1970, transcrito na reportagem "Segredos do terror", *IstoÉ*, 19 de agosto de 1987. DEEUA.

36 *The Washington Post*, 5 de março de 1970.

37 Memorando de Robert Dean, encarregado de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado, ao embaixador Elbrick, de 5 de março de 1970. DEEUA.

38 Idem. Segundo Delfim, Kafka nunca tratou de torturas com ele. Antonio Delfim Netto, novembro de 1988.

39 *The New York Times*, 8 de março de 1970. Os outros três signatários da carta foram os professores Richard Morse (*Formação histórica de São Paulo*), Thomas Skidmore (*Brasil de Getulio a Castello*) e Stanley Stein (*Vassouras*).

40 *Terror in Brazil, a Dossier*.

41 Idem. Nessa carta estão novamente Morse, Skidmore, Stein e, por certo, Della Cava.

42 Esse discurso, discutido na reunião dos jornalistas credenciados no Departamento de Estado com o porta-voz da Casa Branca no dia 21 de abril de 1970, parece ter-se perdido. A assessoria do senador Kennedy não conseguiu localizá-lo.

43 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 121.

44 *Précis of Brazilian Program Analysis*, marca do "secreto", anexo ao memorando de Laurence E. Lynn Jr. a Henry Kissinger, de 18 de março de 1970, p. 8. DEEUA.

45 Carta de David M. Abshire ao deputado Lee H. Hamilton, de 24 de abril de 1970. DEEUA.

46 Para a biografia de Abshire, aspirante de West Point de 1951, comandante de companhia e oficial de inteligência no front coreano, ver David M. Abshire, *Preventing World War III*, p. 332.

47 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 114.

48 Para os casos concretos, *The New York Times* de 3 de dezembro de 1969 (com a notícia da morte de Chael), 2 de janeiro, 5 e 16 de março de 1970. Para as referências, idem, 7 de dezembro de 1969, 2 (em três artigos diversos), 8, 22 e 27 de janeiro, 9 de fevereiro, 5, 6, 14 e 16 de março de 1970.

49 *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1970, p. 16.

50 Telegrama do Departamento de Estado à embaixada americana em Brasília, de 26 de maio de 1970.

51 *Partial Transcripts of State Department Press Briefings by Mr. Carl Bartch*, 21 de abril de 1970. Em *United States Policies and Programs in Brazil*, Hearings before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs, U. S. Government Printing Office, p. 292.

52 Era Fernando Pimentel, de dezenove anos, que começara sua militância no Colina, em Belo Horizonte.

53 Telegrama do cônsul Curtis Cutter ao Departamento de Estado, de 1º de junho de 1970. Em *IstoÉ*, 19 de agosto de 1987. DEEUA.

54 Carlos Marighella, *Pour la libération du Brésil*. Org. e prefácio: Conrad Detrez. Editores: Aubier-Montaigne/ChristiaBourgois/Buchet-Chastel/LeCenturion/LeCerf/ArmandColin/Denoël/Esprit/Flammarion/Grasset-Fasquelle/Gallimard/PierreHoray/Magnard/MercuredeFrance/Minuit/Robert Morel/J.-J. Pauvert/Seghers/Le Seuil/La Table Ronde/Claude Tchou. Paris, 1970.

55 *Jornal da Tarde*, 29 de julho de 1970, p. 14: "Governo não admite vistoria estrangeira dentro do país".

56 Hélgio Trindade, "O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista", em Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d'Araujo (orgs.), *21 anos de regime militar*, p. 134.

57 *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1970.

58 Carta de Marcos Sattamini ao Vaticano, de 4 de fevereiro de 1971, em *Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil*, pp. 62-6. Ver também a narrativa de sua mãe, Lina Penna Sattamini, em *Brazilian Information Bulletin*, nº 1, fevereiro de 1971.

59 Alison Jamieson, *The heart attacked*, pp. 19-20, 193 e segs. Para o estratagema italiano, ver David Moss, *The politics of left-wing violence in Italy, 1969-85*, pp. 145 e segs.

60 Brian Jenkins, 1991.

61 Alípio de Freitas, *Resistir é preciso*, p. 50, para as paredes. Ver também Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 258, para os cacarejos. *Veja*, 30 de janeiro de 1991, p. 38.

62 *Veja*, 15 de julho de 1970, p. 21.

63 Os primeiros arrependidos apareceram na televisão no dia 21 de maio de 1970. Massafumi Yoshinaga, de vinte anos, entregou-se em junho de 1970. Foi libertado e matou-se pouco tempo depois.

64 Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, p. 380.

65 Telegrama da Agence France-Presse, de 24 de maio de 1970.

66 Candido Mendes de Almeida, maio de 1988.

67 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 3, p. 20, e *Veja* de 27 de maio e 3 de junho de 1970.

68 *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1970, p. 12, reproduzindo a íntegra do documento.

69 Marcio Moreira Alves, *A Igreja e a política no Brasil*, p. 191. *Veja*, 27 de maio, pp. 64-5, e 3 de junho de 1970, pp. 24-6.

70 D. Eugênio Sales, junho de 1987.

71 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

72 *Jornal da Tarde*, 27 de maio de 1970.

73 Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, p. 11.

Pra trás, Brasil

Desde o início de 1968 o jornalista Nelson Rodrigues estava agarrado ao pescoço de d. Helder.[1] Dramaturgo genial, ressentido com os intelectuais que desdenharam sua criativa vulgaridade e o deixaram ao sol nas vinte vezes em que suas peças foram proibidas pela Censura, escrevia n' *O Globo*. Considerava-se "uma flor de obsessão" e tanto no teatro como na crônica esportiva cultivava uma causticidade impiedosa e eficaz. Sua paixão política era recente, incondicional no governismo e furiosa no ataque ao radicalismo chique. Inventara expressões inesquecíveis, como a "grã-fina das narinas de cadáver", o "idiota da objetividade" e o "padre de passeata". Em seus artigos embrulhava num estilo divertido e debochado a crítica, a fantasia e o insulto. A d. Helder, um de seus personagens prediletos, já chamara de "falsário", "ex-católico" e "arcebispo vermelho".[2] Golpeava duro a vaidade e o carisma do arcebispo: "Se pudesse morrer como a Sarah Bernhardt no quinto ato de *A Dama das Camélias*, e se, como a diva, pudesse levantar-se, em seguida, para receber os bravos, os bravíssimos e as *corbeilles*, D. Helder representaria, todas as noites, o próprio assassinato".[3]

Passado pouco mais de um mês do discurso do palácio dos Esportes, respondendo a uma entrevista em que d. Helder defendera a luta armada como opção política, Nelson Rodrigues subiu o tom: "Ele quer, e o diz, quer derramar barris de sangue como groselha. Mas acontece que não é groselha. É o nosso sangue. E, se quer o nosso sangue, é um Drácula. Um pequenino Drácula".[4]

À popularidade dos artigos de Nelson Rodrigues, juntou-se a direita católica. A revista *Permanência*, publicada no Rio, acusava o arcebispo de "justificar, incentivar, estimular moços assassinos, magarefes cuja crueldade (...) já superou a crueldade nazista".[5] O arcebispo de Diamantina, d. Geraldo Sigaud, foi combater na Europa o que ele chamava de "a imagem que d. Helder tem espalhado sobre o Brasil".[6] Desembarcou em Roma dizendo que "se há violência, é só durante os interrogatórios".[7]

Se não toda essa manobra, pelo menos uma parte dela era montada pelo Serviço Nacional de Informações. Foi de lá que saiu uma fotografia dos anos 1930 na qual o padre Helder Câmara, com os gestos largos de sempre, falava a uma plateia de integralistas uniformizados, com suas camisas verdes. Ela viria a ser mostrada pelo jornalista David Nasser, no seu programa *Diário de um repórter*, na Rede Associada de TV, e na revista *O Cruzeiro*.[8] Posteriormente, por meio das embaixadas do Brasil em Oslo e Paris, foi difundida na Europa. Na Noruega, a ditadura contou com a ajuda do industrial Tore Munch, um dos homens mais ricos do país, dono da fábrica de guindastes que leva seu sobrenome e do jornal *Morgenposten*. Neste, saiu um artigo intitulado "Prêmio Nobel à violência", em que se propunha a desclassificação do arcebispo por controvertido, visto que o acusavam de defender a política de Fidel Castro em Cuba com o mesmo oportunismo com que nos anos 1930 defendera os nazistas.[9]

O governo subestimara o sentido de oportunidade de d. Helder. Ele discursara em Paris na mesma semana em que a CNBB condenara a tortura, colocando-se debaixo da proteção da disciplina eclesiástica. O arcebispo era enfático, mas tinha a seu favor aquilo que Nelson Rodrigues, numa de suas expressões mais populares, chamava de "o óbvio ululante": dizia a verdade. O governo mentia, e a CNBB sabia disso. O SNI entrara numa aposta alta: explorara a possibilidade de a Igreja permitir que um de seus bispos fosse triturado.

Coube ao governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, girar mais uma rosca do parafuso: “Ele pertence à máquina de propaganda do partido comunista; ele é um elemento de promoção do PC na Europa; ele recebe para isso; ele viaja para isso. Então, como as esquerdas querem ter uma vedete, não de barbas e de charuto, mas de batina no corpo, usam-no para denegrir o Brasil. É o que este Fidel Castro de batina tem feito na Europa”.[10]

A manobra defensiva, destinada a impedir que d. Helder levasse o Nobel da Paz, foi bem-sucedida. Ele saiu para o cientista americano Norman Borlaug, criador do milho híbrido. A outra, ofensiva, interessada em isolar d. Helder, produziu o efeito inverso. A hierarquia da Igreja, que em 1964 o tirara da CNBB, uniu-se em sua defesa. D. Agnello Rossi pediu a Sodré que provasse o que dissera. D. Eugênio Sales proclamou sua “amizade pessoal por D. Helder” e denunciou a “tenaz campanha difamatória” contra “o piedoso e sincero prelado”. D. Vicente Scherer exigiu que lhe fosse dado o direito de defesa, “prerrogativa fundamental da criatura humana”.[11] Até d. Sigaud afastou-se da macumba: “D. Helder é meu irmão em Cristo e nós nos amamos e estimamos como irmãos, embora discordemos como responsáveis pela sorte de nossos rebanhos”.[12]

A bola de neve voltara a crescer. Os quarenta presos libertados em troca do embaixador alemão haviam se espalhado pela Europa, e a imprensa ganhara uma nova fornada de denúncias de torturas. A primeira delas foi a própria fotografia dos prisioneiros agrupados para o embarque, no Rio de Janeiro. Na extremidade direita, presa a uma cadeira, estava Vera Sílvia Magalhães, de 22 anos, a bonita candidata a empregada que encantara o chefe da segurança do embaixador Elbrick. Passara por longas sessões de pau de arara, choques elétricos, queimaduras e pancadas.[13] Diante da visão de Vera Sílvia num exemplar do *Le Figaro*, o escritor Josué Montello, conselheiro cultural da embaixada do Brasil em Paris, escreveria em seu diário: “Fujo de encontrar-me com amigos franceses, humilhado, triste”.[14]

Presos trocados pelo embaixador alemão Ehrefried von Holleben. (A presa sentada na cadeira é Vera Sílvia Magalhães, do sequestro de Elbrick. As torturas haviam-lhe prejudicado a locomoção.)

Com fundos dos institutos Brasileiro do Café e do Açúcar e do Álcool, montara-se no Ministério das Relações Exteriores um esquema para responder ao que o chanceler Gibson Barboza chamava de “campanha internacional de calúnias”.[15] Num só lote, o governo trouxera quase uma centena de jornalistas europeus para uma visita ao Brasil.[16] Tantos foram os convidados da campanha internacional do governo que o caso brasileiro acabou no manual de malandragens intitulado *Roube este livro*, do hippie americano Abbie Hoffman. Ensinava a afanar discos em supermercados (“Numa caixa de pizza congelada cabem dois LPs”), a burlar o correio (“Enderece o envelope a você mesmo e ponha o nome do destinatário no lugar do remetente; a correspondência sem selos é habitualmente devolvida ao ponto de origem”) e a viajar de graça: “Alguns países têm esquemas especiais para permitir que escritores, jornalistas e artistas viajem de graça. Brasil e Argentina, com certeza. Telefone ou escreva para a embaixada do país que você quer visitar. É melhor escrever, sobretudo se você puder arranjar papel timbrado de alguma publicação ou editora”.[17]

Apesar dos esforços do Itamaraty, o regime sentia um novo espinho no pé. Chamava-se Seán MacBride, ex-ministro das Relações Exteriores da Irlanda, secretário-geral da Comissão Internacional de Juristas. Os ingleses haviam fuzilado seu pai em 1916, sua mãe fora uma figura legendária, musa do poeta Yeats. Ele próprio, ainda adolescente, estivera na cadeia, por ser terrorista do Exército Republicano Irlandês.[18] Era um homem magro, com cara de passarinho, educado e irredutível. Fazia dois anos que comandava a Anistia Internacional, instituição baseada em Londres, empenhada na defesa e libertação de presos políticos. MacBride já encrencara com meio mundo, mas ajudara a soltar desde o arcebispo de Praga, Josef Beran, até 152 presos políticos de Gana. Colecionava havia meses denúncias vindas do Brasil (um de seus fornecedores tinha sido a rede de diplomatas e funcionários do Itamaraty, enquanto funcionou). Para o governo brasileiro a Comissão Internacional de Juristas era aquilo que se poderia chamar de instituição respeitável. Alguns anos antes ficara demonstrado que a Central Intelligence Agency a subvencionava indiretamente, estimulando suas denúncias contra as ditaduras do Leste Europeu. Essa má fama tornava mais dolorosa a conclusão do relatório da comissão: “Hoje, no Brasil, a tortura não é mais um simples ingrediente nos interrogatórios judiciários. Ela se tornou uma arma política (...). A tortura é sistematicamente aplicada, às vezes antes mesmo que o interrogatório propriamente dito seja iniciado”.[19]

Alfredo Buzaid respondeu, atacando “a grande imaginação da comissão”, mas MacBride mandou-lhe uma carta pedindo que o governo permitisse a verificação de seu desmentido.[20] O ministro da Justiça, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, deu ao grêmio de juristas uma confiança que não dava a outras instituições e voltou a responder: “Estou extremamente surpreso porque o senhor não aceitou a palavra do governo brasileiro”. O irlandês teimoso rebateu: “Recebi seu telegrama e o agradeço. Nós mantemos a nossa posição original. Isto é: para esclarecer a situação, são necessárias uma investigação da Comissão

Interamericana de Direitos Humanos e a inspeção das prisões por uma comissão da Cruz Vermelha Internacional".[21]

Naqueles dias, defender presos acusados de atividades terroristas era uma tarefa difícil. Atentados, sequestros e assassinatos faziam parte da rotina de organizações esquerdistas em mais de uma dezena de países, e os números indicavam uma perigosa expansão do fenômeno. Se em 1968 se deram 142 ações terroristas de natureza internacional, 70 fecharia com 43 sequestros, 22 assassinatos e 131 mortos, num total de 391 ações.[22] Durante o primeiro semestre de 1970 a América Latina ficou com 21 das 39 ações relevantes ocorridas em todo o mundo.[23] Na Guatemala foi sequestrado e morto o embaixador alemão Karl von Spreti. Na Argentina, terroristas capturaram e assassinaram com um tiro no peito o ex-presidente Pedro Aramburu, general que chefiara a sangrenta rebelião antiperonista de 1955. No Uruguai, os 3 mil militantes do Movimiento de Liberación Nacional, denominados Tupamaros em homenagem ao chefe inca que se rebelara contra os espanhóis, pareciam invencíveis. Ao contrário de seus similares em todo o mundo, misturavam senso de humor à audácia. Explodiram a sede do Montevideo Country Club, limparam a casa de uma das famílias mais ricas do país e atacaram uma boate da moda deixando escrito na parede: "O bailan todos, o no baila nadie".[24] Na manhã de 31 de julho os Tupamaros puseram em movimento o Plan Satan. Primeiro sequestraram Dan Mitrione, um policial americano de 49 anos que chefiava o programa de cooperação americano-uruguaio na área de segurança pública. Em seguida levaram o cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, um católico integrista, pai de seis filhos. Mitrione foi morto a tiros dez dias depois. Gomide só foi libertado após seis meses de negociações.[25] Nessa época o adido aeronáutico brasileiro no Uruguai contrabandeava explosivos para uma rede de policiais que explodiam sedes do Partido Comunista.[26]

* * *

A ofensiva terrorista aprofundou a solidariedade do governo americano ao porão. Ela vinha de longe. Em 1964 o DOPS paulista emprestara a um funcionário do governo americano as dezenove cadernetas apreendidas no aparelho abandonado por Prestes.[27] O grau de familiaridade de funcionários do governo dos Estados Unidos com a Oban e, posteriormente, com o DOI era único. No nível social, o major Carlos Alberto Brilhante Ustra e sua mulher foram convidados para um jantar na casa do cônsul Robert Corrigan. No nível operacional, um funcionário do consulado em São Paulo era figura fácil no DOPS e na rua Tutoia. Gozava de acesso privilegiado aos textos das confissões dos presos. Lia-as no próprio prédio onde funcionava o DOI. “Era um sujeito de óculos redondos. Um dia eu o encontrei lendo depoimentos e determinei que isso não se repetisse, pois não era permitido”, contou Ustra.[28]

Era uma familiaridade de cúmplices, pois não produziu informações de boa qualidade para o governo dos Estados Unidos. No dia 24 de agosto de 1970, Francis Lambert, o segundo homem da embaixada americana em Brasília, informou ao Departamento de Estado que a tortura estava sendo substituída por métodos “mais humanitários” de interrogatório. Ressalvava que ela ainda não acabara, mas dava dois exemplos construtivos. Segundo ele, duas militantes da ALN capturadas em São Paulo tinham sido tratadas cavalheirescamente.[29] Uma era Ana Bursztyn, ex-estudante de farmácia, presa havia duas semanas no magazine Mappin. Um vigilante desconfiara ao vê-la colocar cosméticos numa sacola (da loja) e levou-a a uma sala, onde estava o chefe da segurança. Ana meteu a mão na bolsa, puxou um Taurus 32, feriu-o com um tiro na perna, mas não conseguiu fugir.[30] A outra era Denise Crispim, a *Célia*, mulher de Eduardo Leite, o *Bacuri* da ALN e da REDE.

Ana Bursztyn passara pelo receituário do porão: tapas, choques elétricos e pau de arara. Depois de três dias de torturas, acabara internada no hospital do Exército. Lá, um médico lhe disse: “Aqui nós temos dois critérios: o

sentimento do dever médico e o sentimento de amor pela pátria. O que você fez não merece a primeira consideração".[31] Denise, grávida de seis meses, não apanhou na barriga.[32] (Ela foi apresentada à imprensa dias depois, mas isso não era consequência do cavalheirismo do DOI. *Bacuri*, ou um companheiro, telefonou para o DOI exigindo sua apresentação, pois, do contrário, "pegariam" o comandante do II Exército quando ele saísse, incógnito, para visitar uma amiga.)[33]

A informação de Lambert era falsa, não só no aspecto episódico, referente às duas mulheres, mas também no conceito da evolução humanitária dos interrogatórios. Por uma coincidência, ele telegrafou a Washington no mesmo dia em que *Bacuri*, com as pernas paralisadas, chegou ao DOPS de São Paulo. Fora capturado 72 horas antes, no Rio de Janeiro.[34]

Ex-vendedor de automóveis, *Bacuri* participara de dezenas de ações armadas, organizara dois sequestros e planejava mais um, o do embaixador inglês.[35] Tornara-se uma lenda nos subterrâneos da clandestinidade. Seu primeiro cárcere fora um centro de torturas montado pela Marinha numa casa em final de construção no bairro carioca de São Conrado.[36] No DOPS de São Paulo passou algumas semanas na chamada Cela dos Atores, onde estavam agrupados os arrependidos. Poucos foram os dias em que conseguiu caminhar. Carregavam-no para levá-lo aos interrogatórios e trazê-lo de volta. Transferiram-no para a cela do fundo do corredor, e lá, no dia 25 de outubro, o tenente Chiari, comandante da equipe de choque do DOPS, disse-lhe: " *Bacuri*, você fugiu". Mostrou-lhe uma nota oficial da polícia revelando que ele escapara durante uma diligência. Das grades, *Bacuri* contou, aos gritos, o que acabara de acontecer: "Eu vou ser morto, tenho certeza".[37] Por duas noites os presos do DOPS revezaram-se, vigiando a porta da sua cela. Para evitar que houvesse barulho quando ela fosse aberta, os policiais a lubrificaram. Aos cinquenta minutos do dia 27, a porta de *Bacuri* foi aberta. Havia perto de sessenta presos no DOPS,

bateram com canecas e pratos nas portas de metal, gritaram.[38] A base paulista da diplomacia americana comprou a teoria da fuga e informou a Washington que "as circunstâncias envolvendo a fuga de Leite conferem com rumores de que ela tenha sido planejada em troca de sua cooperação". Do Rio, o cônsul-geral Clarence Boonstra advertia: era farsa.[39] [*Veja os documentos*]

Bacuri chegou ao forte dos Andradas, no Guarujá, dentro de um saco de lona. Trancaram-no numa pequena solitária erguida na praia do Bueno e depois o levaram para um túnel do depósito de munições, a três quilômetros de distância. Era certo que, se houvesse algum sequestro de diplomata, ele entraria na lista dos presos a serem libertados. No dia 8 de dezembro, passadas menos de 24 horas do sequestro, no Rio de Janeiro, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, uma Veraneio estacionou na entrada do depósito. Dela saltaram um major e dois tenentes. Foram ao banheiro onde *Bacuri* estava trancado e disseram-lhe que iam levá-lo ao hospital militar. Um soldado ajudava-o a encostar-se na pia para lavar-se quando o major mandou que saísse: "Escutei uma pancada. Não sei se era tiro ou o barulho de uma cabeça batendo na parede. Só sei que logo depois o corpo dele foi retirado do banheiro no mesmo saco de lona em que chegou".[40] A polícia paulista informou que *Bacuri*, localizado, "ofereceu tenaz resistência a tiros".[41] Tinha 25 anos, e seu corpo foi abandonado no cemitério de Areia Branca, em Santos, com dois tiros no peito e outros dois na cabeça.[42]

Se havia uma remota possibilidade de o governo do presidente Richard Nixon hostilizar os regimes militares do Brasil e da Argentina em defesa dos direitos humanos de esquerdistas presos, ela foi inibida pelo assassinato de Dan Mitrione. Mais que isso: no início de setembro de 1970 Salvador Allende venceu as eleições presidenciais chilenas. Pela primeira vez na história do continente, um socialista chegava ao poder, pelo voto. Numa reunião na Casa Branca, Nixon pediu a Richard Helms, diretor da Central

Intelligence Agency, que cuidasse do Chile. Helms anotou algumas das frases que ouvira: “Vale a despesa. Não me preocupo com os riscos”.[43]

A ênfase que Nixon pôs no combate a Allende, a quem chamava de “filho da puta”, firmou o eixo da política de seu governo em relação à América Latina e, sobretudo, suas ditaduras.[44] A direita militar, que poucos meses antes pudera parecer incômoda, transformara-se em aliada essencial. No dia 19 de outubro, enquanto chegava ao Departamento de Estado um telegrama do conselheiro político da embaixada em Brasília, pedindo que lhe remetessem exemplares da legislação antiterrorista americana para atender a uma solicitação do presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Flávio Marcílio, a CIA embarcara, com destino a Santiago, uma pesada mala diplomática.[45] Também se relacionava com terrorismo. Nela iam três submetralhadoras com a numeração raspada. Chegaram entre os dias 20 e 21. Às duas da madrugada do dia 22 o adido do Exército junto à embaixada americana no Chile entregou a encomenda a um grupo de militares direitistas. Seis horas depois, o comandante do Exército chileno, general René Schneider, teve o seu carro atacado por um comando que pretendia sequestrá-lo. Reagiu e foi morto com um tiro de revólver.[46]

Schneider era a mais alta autoridade assassinada por terroristas latino-americanos desde maio de 1961, quando militares dominicanos, com o conhecimento do Departamento de Estado e possivelmente com armas fornecidas pela CIA, metralharam o generalíssimo Rafael Leonidas Trujillo e abandonaram-no no porta-malas de um carro.[47] (Na década de 1960 o presidente dos Estados Unidos autorizou atentados contra Fidel Castro e o primeiro-ministro congolês Patrice Lumumba.[48])

Reunido na Casa Branca com a cúpula do seu governo, Nixon expôs claramente suas diretrizes:

> Se o Chile for na direção que estamos prevendo e sair incólume (...) encorajará os outros latino-americanos que estão em cima do muro. Não vamos pensar nos países realmente democráticos da América Latina. O jogo está na Argentina e no Brasil. (...) Jamais vou concordar com a política de rebaixamento dos militares na América Latina. Eles são um centro de poder sujeito a nossa influência. (...) Nós queremos ajudá-los. Brasil e Argentina, particularmente. (...) O Brasil tem uma população maior que a da França e da Inglaterra, somadas. Se deixarmos que os líderes potenciais da América do Sul pensem que podem ir na direção em que vai o Chile, mantendo relações normais conosco, teremos problemas. Eu quero trabalhar nisso, e nas relações militares — botando dinheiro.[49]

Apesar da existência de uma prolífica produção de denúncias de envolvimento direto da administração americana com as torturas brasileiras, não há prova de que um só militar ou policial tenha aprendido a bater em seus presos nos cursos de intercâmbio patrocinados pelo governo dos Estados Unidos. Da mesma forma, não há prova de que americanos tenham participado de sessões de tortura. A polícia brasileira sempre excedeu, de muito, a americana na prática e na desenvoltura da criminalidade contra presos. Se uma delas tivesse algo a aprender com a utilização do pau de arara ou dos choques elétricos, seria a americana, não a brasileira. O caso mais notável de ligação biográfica entre torturadores estrangeiros e a ditadura brasileira deu-se em 1973, quando o governo francês mandou para o Brasil, como seu adido militar, o general Paul Aussaresses, chefe das operações de repressão, suplícios e extermínio praticadas na Argélia nos anos 1950.[50]

Há prova, contudo, de que ensinamentos americanos eram deliberadamente complementares, num processo de sistematização do método de busca das informações no qual estava embutida — e entendida

— a prática da tortura. Documentos liberados pelo governo americano em 1996 indicam que apostilas distribuídas a oficiais e agentes de polícia que estagiavam na Escola das Américas, mantida pelo Exército dos Estados Unidos no Panamá, sugeriam o uso da tortura como forma de obtenção de informações. Uma parte dos documentos dos anos 1960 e 1970 foi destruída. Um deles foi preservado. Intitulado *KUBARK*, recomendava que, no preparo de uma sala de interrogatório, "deve-se saber antecipadamente o tipo de corrente elétrica para que se tenha à mão transformadores ou equipamentos do gênero". (A mais conhecida relação entre transformadores e interrogatórios está no uso da energia para a aplicação de choques elétricos.) Redigido em 1963, o *KUBARK* dedicava duas páginas à análise da dor física.[51]

Antes de 1964 passaram pela Escola das Américas 105 brasileiros. Deles, apenas nove oficiais da Marinha e do Exército (5%) tomaram aulas ligadas à área de informações. Os demais eram ou artilheiros aprendendo a usar canhões de 90 milímetros, ou oficiais da PM. Entre 1965 e 1970 os oficiais bolsistas foram sessenta. Deles, 38 (63%) fizeram cursos de informações.[52] Fulanizada, a lista dos estagiários informa que um em cada dez oficiais mandados ao Panamá pela ditadura fora ou viria a ser nominalmente acusado de tortura ou morte de presos.[53] O oficial com mais alta patente na turma de 1965 era o comandante Clemente José Monteiro Filho. Ele fundaria a central de torturas da ilha das Flores. No ano seguinte, foi o coronel Helio Ibiapina, responsável pela violência do Recife nos primeiros meses da ditadura. Em 1967, seria matriculado o coronel Burnier, adido à embaixada brasileira no Panamá. Também fariam o curso dois majores, um dos quais se metera em arbitrariedades em Belém e mais tarde seria condenado pela Justiça Militar por ter "expropriado" o automóvel de uma prisioneira.[54] A eles se juntou o tenente-coronel Manoel Moreira Paes, que reorganizaria o Centro de Estudos de Pessoal.

Em 1970, a cooperação do governo dos Estados Unidos com a máquina policial brasileira custara perto de 1 milhão de dólares, dos quais se gastaram 292 mil mantendo no país treze especialistas em investigações criminais e contrainsurreição e outros 128 mil levando aos Estados Unidos 58 policiais brasileiros.[55] Funcionários americanos ajudaram a estruturar o SNI,[56] e oficiais brasileiros fizeram estágios de seis meses em Washington, recebendo suas aulas no subsolo do hotel Alban Tower.[57] O governo Nixon apoiou a ditadura, e os funcionários que desenharam essa política sabiam o que sucedia nas prisões. O regime não precisava de mais.

* * *

A atividade da Frente Brasileira de Informações e da esquerda católica europeia fez a bola de neve rolar novamente na direção do Vaticano. Durante a Semana Santa de 1970, a igreja parisiense de Saint-Germain-des-Prés expôs em seu altar-mor um Cristo algemado, com um tubo na boca e um magneto na trave da cruz. Sobre sua cabeça havia uma bola com a inscrição "Ordem e progresso".[58] O depoimento de frei Tito tivera longos trechos publicados pelo *Le Monde*.[59] Num só dia de outubro realizaram-se manifestações contra a tortura brasileira em 56 cidades francesas, na Bélgica e na Alemanha.[60] A revista italiana *L'Europeo*, mexendo numa dolorosa ferida da Santa Sé, perguntava: "Vai se repetir no Brasil o caso d' *O vigário*?".[61] Referia-se a uma peça teatral internacionalmente festejada, cuja trama se desenvolvia em torno da vacilação de Pio XII na condenação do nazismo. Na mesma semana *Le Nouvel Observateur* publicara uma carta do teólogo Ivan Illich ao papa: "Em nome da humanidade, imploro-vos que faleis e condeneis essa tortura utilizada como castigo, como meio de terror e, sobretudo, como meio de governo. Vossa Santidade sabe tão bem quanto eu que no Brasil a tortura constitui uma política e uma prática deliberadas".[62]

Sua Santidade de fato sabia. O cardeal holandês Alfrink estivera no Brasil e entrevistara-se com padres presos.[63] O provincial dos dominicanos, frei Domingos Maia Leite, contara-lhe o que acontecera nos interrogatórios de seus irmãos.[64] D. Eugênio Sales levara-lhe um relatório da CNBB narrando as torturas sofridas por dois padres no interior do Maranhão.[65] Mais: d. Paulo Evaristo Arns, bispo auxiliar da região norte de São Paulo, entregara-lhe uma petição assinada por influentes líderes católicos reclamando da intimidade do cardeal Rossi com os militares.[66]

Quem teve a ideia, não se sabe, mas no dia 7 de outubro, no Rio de Janeiro, uma tropa do DOI invadiu o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, o Ibrades, que era dirigido por jesuítas e ligado à CNBB. Suspenderam as aulas, prenderam alunos, professores e quem estivesse no prédio. Um deles era o provincial da Companhia de Jesus, padre Pedro Veloso. Em abril de 1964, como mentor dos Círculos Operários Católicos, ajudara a formar a diretoria de interventores no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio.[67] Outro, o reitor da Pontifícia Universidade Católica, padre Ormindo Viveiros de Castro. Finalmente havia aquele que reclamou, informando que tinha uma audiência marcada com o ministro Alfredo Buzaid para as dezessete horas. Era d. Aloísio Lorscheider, o secretário-geral da CNBB. Foram todos fotografados de frente e de perfil.[68] Liberaram-nos no meio da tarde.

D. Aloísio perdeu o compromisso com Buzaid, mas não faltou ao seguinte, em Roma, no dia 19 de outubro, com Paulo VI. A edição daquela manhã do *Osservatore Romano*, órgão oficial da Santa Sé, publicava uma advertência da CNBB: “O terrorismo da subversão não pode ter como resposta o terrorismo da repressão”.[69] Desabara a construção conservadora que orientara o episcopado brasileiro desde 1964. Numa clara referência ao Brasil (“um grande país, que vive as tensões do esforço pelo progresso econômico e social”), o próprio Paulo VI cumpriu “o doloroso dever” de pedir uma reflexão em torno de “certos fatos que chocam pela sua

singularidade, sua gravidade e sua repetição". Quais? "As torturas, por exemplo." Na contorcida linguagem vaticana, lembrou que elas "vão além do simples episódio e parecem um sinal de súbita decadência moral".[70]

Enquanto o papa falava em Roma, d. Agnello Rossi interpretava-o em São Paulo dizendo que Paulo VI estimava "os esforços do presidente Médici para conduzir o Brasil ao caminho do desenvolvimento, ao mesmo tempo que tenta conter a onda de subversão e a campanha de mentiras e injustiças dirigida contra o Brasil". No dia seguinte, foi anunciada pela Santa Sé a sua transferência da arquidiocese de São Paulo para a prefeitura da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, em Roma.[71] Para seu lugar o papa nomeou d. Paulo Evaristo Arns, sob cuja batina estava a Pastoral Carcerária. Nunca na história da Igreja brasileira a nomeação de um arcebispo haveria de ter tamanhas consequências.

O protesto de Paulo VI significara uma inflexão na política da Santa Sé em relação à ditadura brasileira, refletira uma poderosa mudança em curso no pensamento do episcopado e resultara numa vitória dos defensores de causas aparentemente perdidas. Seus efeitos junto ao porão foram nulos, mas na resposta do regime pôde-se perceber um tique de nervosismo. Ao contrário do que sucedera em março, a fala do papa foi inicialmente proibida pela Censura. Uma vez liberada, Buzaid chegou a elogiá-la.[72] O general Orlando Geisel respondeu em nome do governo e atacou a "gigantesca e deliberada campanha de perversão e distorção de fatos da realidade brasileira, que procura mobilizar contra nós a opinião pública internacional e frustrar nosso acelerado desenvolvimento".[73] Essa era a resposta pública.

Noutra, secreta, ressuscitara a ideia de se criar uma comissão destinada a discutir as questões que envolvessem a Igreja, bem como as denúncias de torturas. A ideia fora reapresentada ao general Muricy pelo professor Candido Mendes, e o velho soldado acautelou-se antes de aceitá-la. Primeiro submeteu-a a Médici e Orlando Geisel. Quando eles concordaram,

o general voltou a encontrar-se com o professor, informando-o de que "poderíamos fazer alguma coisa juntos". O professor replicou o movimento de Muricy e entendeu-se com a CNBB. Articulou-se a criação de uma comissão que se tornou conhecida como Bipartite.[74] Reuniu-se pela primeira vez no retiro dos jesuítas, no Rio de Janeiro, pouco depois do incidente do Ibrades. Dividia-se em dois grupos. Num, o da "situação", sempre chefiado por Muricy, sentavam-se representantes de Exército, Marinha, Aeronáutica, SNI e CIE. No outro, o "religioso", sentavam-se hierarcas da Igreja, sempre liderados por um dirigente da CNBB. Durou até meados de 1974 e reuniu-se pelo menos 23 vezes. Os resultados de cada um dos encontros, dos quais a delegação militar mantinha atas, eram reportados diretamente a Orlando Geisel. A bancada da Igreja era dirigida pela hierarquia da CNBB e variava na composição. Em pelo menos uma ocasião incluiu o núncio apostólico. Muricy relembrou: "As reuniões davam em pancadaria verbal. Era um lado acusando o outro de ter feito isto e aquilo, e o outro acusando de volta".[75]

O surgimento da Bipartite significou uma delicada reviravolta política: com ela um pedaço do regime começou a se mover em segredo. Pendurado na bandeira dos direitos humanos, o radicalismo esquerdista recuperara uma parte do seu espaço de atividade legal, livrando-se, em graus variáveis, da atividade subterrânea em que estava desde 1968. Já as forças que mantinham a ditadura e os conservadores que desejavam regenerá-la viram-se condenados a dois tipos de militância. Uns ficaram no porão, criado e incentivado pelo governo, maldito por uma retórica fraudulenta que, por mentirosa, poderia traí-lo. Outros caminharam para articulações secretas, entre as quais a Bipartite foi o primeiro e o mais estruturado dos exemplos. Dela não resultou a retirada de um só preso do pau de arara, mas a sua existência indicava que se formara, com quadros do regime, um tênue núcleo de discussão da tortura.

Cavalgando a euforia do tricampeonato mundial de futebol e festejando o crescimento econômico, o regime cultivava a fantasia triunfalista do "Brasil Grande". Enquanto isso, o senador Oscar Passos, presidente do MDB, escrevia a um amigo falando do surgimento "do manto negro da noite que cai sobre o entardecer". Ele sabia do que falava. Duas semanas antes das eleições legislativas de 1970, marcadas para o dia 15 de novembro, o governo desencadeou um arrastão de oposicionistas. Pode-se estimar que tenham sido presas em torno de mil pessoas, numa lista onde se misturavam líderes sindicais, artistas e advogados de presos políticos.[76] Em alguns casos foram levados para prisões conhecidas. Em outros, foram sequestrados, encapuzados e mantidos em cárceres clandestinos. Quando se abriram as urnas, a oposição parlamentar estava destroçada. Oscar Passos perdera sua cadeira. O MDB ficara com 21% dos votos para a Câmara, nove pontos percentuais abaixo da soma dos votos brancos e nulos.[77] Sua bancada não tinha sequer o terço necessário para o requerimento de constituição de comissões parlamentares de inquérito. Fundado por vinte senadores e 149 deputados, restavam-lhe sete cadeiras no Senado e 87 na Câmara.[78]

"Demos-lhe uma surra", lembraria Médici mais tarde.[79]

1 Para os ataques de Nelson Rodrigues a d. Helder, até o fim de junho de 1970: *O Globo*, 29 de janeiro, 14 de fevereiro, 16 e 21 de março, 3, 20 e 26 de abril, 8 e 9 de maio, 24 de julho e 25 de setembro de 1968; 29 de janeiro, 8 de março, 7 de junho, 6 de setembro e 16 de dezembro de 1969; 16 e 30 de junho de 1970.

2 Entrevista a Luiz Fernando Mercadante, *Veja*, 4 de junho de 1969, pp. 3-6, para "falsário". *O Globo*, 25 de setembro de 1968 para "ex-católico" e 16 de dezembro de 1969 para "arcebispo vermelho".

3 *O Globo*, 26 de abril de 1968.

4 Idem, 2 de julho de 1970.

5 *Permanência*, nº 25, outubro de 1970, citada em Marina Bandeira, "Comissão Pontifícia Justiça e Paz — 1969-1995 (Memória)", em Candido Mendes de Almeida e Marina Bandeira, *Comissão Brasileira de Justiça e Paz*, p. 82.

6 *O Estado de S. Paulo*, 4 de julho de 1970, última página.

7 Telegrama da Agence France-Presse, de 14 de julho de 1970.
8 Luiz Maklouf Carvalho, *Cobras criadas*, p. 519.
9 Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, pp. 12-3.
10 *Folha de S.Paulo*, 6 de outubro de 1970.
11 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 3, pp. 34-5.
12 Entrevista a Alberico Souza Cruz, *Veja*, 14 de outubro de 1970, p. 4.
13 Depoimento de Vera Sílvia Magalhães, em *Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil*, p. 33.
14 Josué Montello, *Diário do entardecer*, p. 297.
15 Discurso de Mario Gibson Barboza na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Telegrama da agência Reuters, de 18 de julho de 1970, citando o *Jornal do Brasil*.
16 *O Globo*, 24 de novembro de 1969.
17 Abbie Hoffman e outros, *The best of Abbie Hoffman*, p. 220.
18 Egon Larsen, *A flame in barbed wire*, p. 18. Denis Healey, *The time of my life*, p. 568.
19 Documento consultado no Departamento de Documentação da Editora Abril em 1987.
20 Para a resposta de Buzaid, telegrama da Agence France-Presse, de 23 de julho de 1970.
21 Para a nova resposta de Buzaid e a nova carta de MacBride, *Brazilian Information Bulletin*, nº 1, fevereiro de 1971.
22 *Patterns of International Terrorism, a Research Report*, Central Intelligence Agency, Washington, junho de 1981, pp. VI e 8.
23 Brian Jenkins e Janera Johnson, *International Terrorism*, pp. 18-22.
24 Arturo C. Porzecanski, *Uruguay's Tupamaros*, p. 40.
25 David Ronfeldt, *The Mitrione Kidnapping in Uruguay*, Rand Corporation, agosto de 1987, Santa Mônica.
26 Dickson Melges Grael, *Aventura, corrupção e terrorismo*, p. 19.
27 Depoimento do delegado Renato d'Andrea, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 383.
28 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, março e setembro de 1988.
29 Telegrama da embaixada americana em Brasília ao Departamento de Estado, de 24 de agosto de 1970. DEEUA.
30 *Jornal da Tarde*, 16 de julho de 1970, e *Veja*, 22 de julho de 1970, pp. 26-7. Para um detalhado depoimento de Ana Bursztyn, ver Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, pp. 281 e segs.
31 Auto de Qualificação e de Interrogatório de Ana Bursztyn, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 278. Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 286.
32 Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 288.
33 Vanessa Gonçalves, *Eduardo Leite, Bacuri*, pp. 146-7. Vanessa Gonçalves dá duas versões para esse telefonema. Numa, quem ligou foi Carlos Eugenio Sarmento da Paz, o *Clemente*, ameaçando o

general José Canavarre Pereira. Noutra, *Bacuri* ameaçou "pegar" um coronel. Um oficial que servia no DOI diz que o telefonema foi de *Bacuri* e que a ameaça dirigia-se ao general.

34 Para a prisão de *Bacuri*, Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 179. Antonio Carlos Fon, *Tortura*, pp. 52-3. *IstoÉ*, 19 de agosto de 1987, p. 20. Depoimento de Vinicius Caldeira Brant, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, pp. 107 e segs.

35 Para o projetado sequestro, Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 218.

36 Auto de Qualificação de Ottoni Guimarães Fernandes Junior, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 405.

37 Ariston Lucena, agosto de 1988, e depoimento de Denise Crispim, em Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 87.

38 *Dossiê dos mortos e desaparecidos*, p. 81. Ver também Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 56. Ariston Lucena, agosto de 1988.

39 Telegramas dos consulados americanos em São Paulo e no Rio de Janeiro, ambos de 27 de outubro de 1970. DEEUA.

40 Narrativa do soldado Rinaldo Campos de Carvalho a *Repórter*, nº 36, dezembro de 1980.

41 *Dossiê dos mortos e desaparecidos*, p. 33, e *Repórter*, nº 36, dezembro de 1980, transcrevendo o jornal *Cidade de Santos* de 9 de dezembro de 1970.

42 Necropsia de Eduardo Leite, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 104. Para a localização do cadáver, Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 420.

43 Nathaniel Davis, *The last two years of Salvador Allende*, pp. 7-8.

44 Para a qualificação de Allende, Nathaniel Davis, *The last two years of Salvador Allende*, p. 6, citando a biografia de Richard Helms, *The man who kept the secrets*, de Thomas Powers.

45 Para o pedido de Flávio Marcílio, telegrama de Stephen Low, da embaixada em Brasília, ao Departamento de Estado, de 19 de outubro de 1970. DEEUA.

46 Nathaniel Davis, *The last two years of Salvador Allende*, p. 6. Mark Falcoff, em seu livro *Modern Chile, 1970-1989*, p. 215, informa que um tribunal militar chileno concluiu que os tiros disparados contra Schneider não partiram das armas enviadas pela CIA.

47 Thomas Powers, *The man who kept the secrets*, p. 186. Entre março e abril de 1961 a CIA entregou aos conspiradores três carabinas e três pistolas. Semanas antes do assassinato de Trujillo, depois do fracasso da invasão de Cuba, o governo americano afastou-se da conspiração. Idem, pp. 396-7.

48 Os atentados não aconteceram. Lumumba foi assassinado por congoleses, numa operação dirigida por ingleses. Para o plano de envenenamento do governante congolês, ver Ludo de Witte, *The assassination of Lumumba*, p. 78.

49 *Memorandum of Conversation*, National Security Council Meeting, 6 de novembro de 1970 (NSSM97), colocado no sítio do National Security Archive: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20001113/701106.pdf>, p. 4.

50 Em 2001 o general publicou suas memórias argelinas, com uma enfática defesa da tortura e dos assassinatos. Ver Paul Aussaresses, *Services spéciaux*, sobretudo pp. 154-6.

51 “Torture was taught by the CIA”, reportagem de Gary Cohn, Ginger Thompson e Mark Matthews, *The Baltimore Sun*, 27 de janeiro de 1997, citando a p. 46 do documento *KUBARK COUNTERINTELLIGENCE INTERROGATION*, da Central Intelligence Agency, julho de 1963. Para a dor física, pp. 93-5, colocadas no sítio do National Security Archive: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB27/01-01.htm>. Agradeço ao jornalista José Casado a cessão de uma cópia desse documento.

52 Incluindo-se os sargentos e suboficiais, passaram pela Escola das Américas nesse período 142 militares. Deles, 92 fizeram cursos de informações. A lista completa dos militares que passaram pelo curso da Escola das Américas pode ser baixada no link: <http://www.soaw.org/index.php?option=com_lqm&task=showPane&application=2&query=1&Itemid=57>.

53 O sítio do School of Americas Watch, <http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soawhinsec-grads/notorious-grads/233>, relaciona dezoito oficiais e sargentos ligados ao aparelho repressivo; deles, seis oficiais são associados pelo Grupo Tortura Nunca Mais a casos específicos de tortura.

54 Era o major Carlos Alberto Bravo da Câmara. Jarbas Passarinho, *Na planície*, p. 144. O outro era o major Bismark Baracuhy Amancio Ramalho, cujo nome foi relacionado ao atentado contra a Editora Civilização Brasileira, em Heleno Cláudio Fragoso, *Advocacia da liberdade*, p. 25.

55 Carta de Richard Winslow, funcionário da *Usaid*, ao *The Washington Post*, de 13 de março de 1970. Citado em telegrama desse dia do Departamento de Estado à embaixada em Brasília. DEEUA.

56 Depoimento do general Enio Pinheiro, fundador da EsNI, em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 140.

57 Idem, p. 134.

58 *L’Europeo*, 24 de setembro de 1970.

59 *Look*, 14 de julho de 1970, e *L’Europeo*, 24 de setembro de 1970. Tito de Alencar Lima enforcou-se, pendurando-se numa árvore, no dia 7 de agosto de 1974. Foi enterrado no cemitério dominicano de Sainte Marie de la Tourette, nas proximidades de Lyon, na França. Em 1983 seus restos mortais voltaram ao Brasil e estão no jazigo da família, em Fortaleza.

60 *Le Monde*, 21 de outubro de 1970, e Marcio Moreira Alves, *A Igreja e a política no Brasil*, p. 205.

61 *L’Europeo*, 7 de setembro de 1970.

62 *Le Nouvel Observateur*, 7 de setembro de 1970.

63 *Le Monde*, 21 de outubro de 1970.

64 *Boletim do Sedoc*, março de 1971.

65 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 3, p. 32.

66 Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, p. 31.

67 Ata da reunião do Grupo de Base dos Metalúrgicos, de 7 de abril de 1964, citada em José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (orgs.), *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro*, p. 117.

68 *Veja*, 14 de outubro de 1970, p. 26, e Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 3, pp. 36-7.

69 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 3, p. 38.

70 *Le Monde*, 23 de outubro de 1970.

71 Segundo Peter Hebblethwaite, *Paul VI*, pp. 556-7, a ação rápida de Paulo VI foi produto da ação do monsenhor Benelli.

72 Para a nota da Censura proibindo o noticiário da fala de Paulo VI, Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, p. 229. Para o elogio de Buzaid, Ralph della Cava (org.), *A Igreja em flagrante*, p. 145.

73 *Jornal do Brasil*, 27 de novembro de 1970, p. 3.

74 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

75 Idem. Para uma competente e minuciosa descrição da montagem, dos debates e do significado da Bipartite, ver Kenneth P. Serbin, *Diálogos na sombra*.

76 *Veja*, 11 de novembro de 1970, pp. 25-7.

77 Maria d'Alva G. Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil, 1966-79*, p. 63.

78 Idem, pp. 18 e 20.

79 Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*, p. 25.

Nada a fazer

Surrada, a oposição viu caducar a ideia de que a comprovação das torturas desmoralizaria o governo e enfraqueceria a ditadura. Médici chamara a "tigrada" de "agentes injustiçados da segurança deste país", e o general Orlando Geisel avisava aos "celerados" que, "até o seu completo aniquilamento, não nos faltará energia, não desfalecerá nossa determinação, não adormecerá na rotina a eficiência dos órgãos de segurança".[1] Restava à Igreja, aos políticos oposicionistas e à imprensa apenas uma estratégia de embaraço. Embaraçavam o governo confrontando-o com delinquências condenadas pela própria retórica. Como Médici prometera repressão dura e implacável "mas apenas contra o crime, e só contra os criminosos", existia, em tese, espaço livre para discutir o caso de pessoas que tivessem sido brutalizadas mesmo não pertencendo a organizações envolvidas em atos terroristas.[2]

A estratégia do embaraço era tão flexível que praticamente dependia dos movimentos da "tigrada". Produto do senso comum, desenvolveu-se sem enunciados ou grandes articulações. Evitava controvérsias que envolvessem militantes das organizações armadas.

O primeiro embaraço foi imposto ao governo quando o operário Olavo Hansen morreu no DOPS de São Paulo. Ex-estudante de engenharia, empregado numa fábrica de fertilizantes e militante trotskista, fora preso no dia 1º de maio de 1970, quando distribuía panfletos num comício. Oito dias depois estava morto. Segundo a polícia, matara-se ingerindo um inseticida que lhe paralisara os rins. Sua autópsia registrava quatro ferimentos típicos

do pau de arara, não havia inseticida na sua cela, e uma carta assinada por todos os presos da carceragem do DOPS revelava que Hansen agonizara por 48 horas antes de ser removido em estado de coma para um hospital.[3] Morrera no mesmo dia em que o palácio do Planalto denunciara a existência de uma campanha de difamação do Brasil e proclamara ao mundo: “Não há tortura em nossas prisões”.

Não só o jovem operário, de 32 anos, nada tinha a ver com o terrorismo, como nem sequer o acusavam de ter praticado crime algum. A primeira reação veio do movimento sindical. Duas federações e 21 organizações de trabalhadores de São Paulo telegrafaram a Médici pedindo que se investigasse o episódio.[4] Pouco depois o deputado Franco Montoro, um discreto democrata-cristão, e o líder do MDB, Oscar Pedroso Horta, denunciaram o caso na Câmara. Ambos sustentavam seus argumentos na necropsia de Hansen. O MDB levou a questão ao único foro possível: o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Criado em 1968 e formado por parlamentares e dirigentes de organizações corporativas da sociedade civil, o CDDPH era uma ambiguidade da ditadura. Não servia para nada porque o governo utilizava a maioria de que dispunha no seu plenário para mandar arquivar todas as denúncias. Servia para alguma coisa porque o regime não podia negar à oposição o direito de deixar-lhe diante da porta casos como o de Hansen. As denúncias, bem como o seu arquivamento, embaraçavam o governo até mesmo quando a oposição confessava sua impotência. Meses depois de o Conselho ter se recusado a investigar o caso de Hansen, Pedroso Horta contava: “Ainda há poucos dias, recebi, nesta sala (...) a visita de dois velhinhos. (...) Pareciam figuras saídas de uma policromia alemã. Perguntaram-me, com lágrimas nos olhos, o que podiam fazer para punir os responsáveis pela morte do seu filho, Olavo Hansen. Eu lhes respondi: não há nada a fazer. E, realmente, não há”.[5]

O porão vencera, mas Olavo Hansen, um operário desconhecido, custara mais caro ao regime que *Bacuri*. Durante o ano de 1970 morreriam outros 25 militantes de organizações esquerdistas, mas nenhum deles se transformou em processo junto ao CDDPH.

Numa linha auxiliar à pura e simples negativa da tortura, a ditadura construiu um raciocínio através do qual tornava a sua admissão um fator que lhe reduzia a relevância. O primeiro a expô-lo em público foi o ministro da Educação, Jarbas Passarinho: "Dizer que não existe tortura seria faltar à verdade. Agora, dizer que existe tortura como sistemática de governo, não é só faltar à verdade. É uma ignomínia. Dizer que não existem torturas inclusive nos países que nos atacam também é mentira, porque dentro de determinadas prisões existem torturas e violências. É a violência policial que nós conhecemos desde que lemos *Os miseráveis*, de Victor Hugo".[6]

Em linguagem mais direta, o vice-líder da Arena na Câmara, deputado Cantídio Sampaio, expôs o mesmo argumento: "Seria de uma ingenuidade ridícula dizer-se que não há tortura no Brasil, ou mesmo nos Estados Unidos da América do Norte. No mundo inteiro existem as feras humanas travestidas de seres humanos. (...) Digo isso como ex-policial, como ex-secretário de segurança".[7]

A construção tinha dois cursos. Um sugeria que a tortura, sendo eterna e universal, era também banal. Outro localizava a sede da violência nas transgressões policiais, separando o porão do Estado. Manipulando-se os dois conceitos, chegava-se à ideia de que havia tortura, mas como as autoridades a condenavam, ela era produto de agentes indisciplinados que Médici tentava controlar. Vai daí, era preciso proteger o presidente para que ele acabasse com a violência, e a melhor maneira de fazê-lo era não tocar no assunto. A racionalização tinha também a capacidade de desembaraçar tanto o governo como todos aqueles que, desejando apoiá-lo, sem poderem acreditar na inexistência da tortura, precisavam acreditar em alguma coisa. Tratava-se de um estratagema destinado a fortalecer o presidente e o

governo, não a erradicar torturadores. Passarinho explicaria a Médici: “Admiti, de caso pensado, a existência de fatos isolados. Primeiro porque negar o óbvio seria infame. Admitindo, crescemos em autoridade moral o suficiente para preservar o senhor. (...) Sei que minha atitude criou áreas de reservas, mas sei também (e só isso me interessa) que a tática surtiu efeito bom em relação ao presidente e ao governo”.[8]

Deixando-se de lado a realidade do porão (que não é pouca coisa), a própria literatura militar do governo Médici seguia outro curso, o da política de Estado. No dia 16 de abril de 1971 o coronel Germano Seidl Vidal, adjunto da Divisão de Assuntos Doutrinários da Escola Superior de Guerra, relatou aos estagiários o trabalho intitulado *Segurança interna — Guerra revolucionária* e informou: “A situação de fato é que impõe a plena aplicação violenta do poder, ainda no quadro restrito da segurança interna, sem dar ao contendor a caracterização de beligerante para aplicação dos princípios jurídicos internacionais”.[9]

Em bom português: os “contendores” estavam ao desamparo até mesmo da Convenção de Genebra. Outro documento, produzido pelo Centro de Informações do Exército, aprofundava essa racionalização. Depois de listar as restrições impostas pelas leis do mundo, informava que “sob condições de emergência, ou próximo a elas, o governo pode modificar esses critérios e adotar uma legislação diferente para tratamento dos capturados”.[10]

* * *

Símbolo de “tenacidade, desprendimento, alto espírito de sacrifício e excepcional coragem”, o delegado Sérgio Fleury tornara-se força autônoma na polícia paulista.[11] Transformando impunidade em onipotência, projetava-se como guardião dos códigos de silêncio e vindita que permeiam as relações policiais. Neles, poucas figuras comparam-se à do vingador, e foi nesse papel que Fleury, acompanhado por nove comparsas, entrou no

presídio Tiradentes na tarde de 17 de julho de 1970. Horas antes, o bandido *Guri* (Adjovan Nunes) matara um policial. O bando vinha para a desforra. Tiraram cinco presos da carceragem e mataram-nos nas vizinhanças de Guarulhos. Outros cinco presidiários seriam executados nas horas seguintes, até que acharam *Guri* num matagal de Itaquera com 150 furos de bala.[12] O matador de guerrilheiros apresentava-se à corporação como líder do Esquadrão da Morte, resgatando a promessa de que para cada policial morto morreriam dez bandidos. Registre-se que se a opinião pública desconhecia a extensão das brutalidades cometidas contra presos políticos, sabia o que vinha a ser o Esquadrão e dividia-se ao julgá-lo: 54% contra, 46% a favor.[13]

Pois foi nessa semana de fausto que se colocou no caminho do poderoso delegado Sérgio Fleury a figura miúda e tímida do procurador Hélio Pereira Bicudo. Católico praticante, tinha 48 anos e sete filhos. Fora chefe de gabinete do ministro da Fazenda em 1963 e vivia modestamente.* Fazia mais de um ano que oficiava contra os crimes da polícia, e diante da nova onda de assassinatos voltara a pedir providências ao procurador-geral. O Esquadrão tornara-se uma pedra no sapato do regime, pois a imprensa estrangeira e as organizações de direitos humanos apresentavam-no como medida da banditização da ditadura. Alguém teve a ideia de trocar tudo por um golpe publicitário. “Esses agentes do crime serão punidos exemplarmente pela justiça brasileira”, anunciara o palácio do Planalto.[14] Aplaudida por toda a imprensa e pela oposição parlamentar, a providência foi um sucesso. Pela primeira vez desde 1964 o governo conseguiu um editorial favorável do *New York Times* em relação aos direitos humanos.[15] O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o Esquadrão, e o procurador-geral deu a Bicudo a chefia das investigações que deveriam erradicá-lo.

Se o Judiciário paulista tentava falar sério, o Executivo estava fazendo teatro. Pouco depois da nomeação de Bicudo, o governador Abreu Sodré

formou uma comissão presidida por um general da reserva (Luís Felipe Galvão Carneiro da Cunha), com a suposta finalidade de investigar o Esquadrão. O general fora um dos interrogadores do QG do II Exército no desbaratamento da VPR, em 1969.[16] Em menos de um mês Bicudo denunciou dois investigadores e um alcaguete. Logo em seguida colocou um guizo no pescoço de Fleury, apontando sua relação com uma quadrilha de policiais associada ao tráfico de drogas.[17] Numa nova investigação, Bicudo teve a ajuda de um padre canadense, pároco da igreja de Nossa Senhora de Fátima, nos arredores de Guarulhos. Em 1968 o religioso fotografara Fleury no comando de um grupo de exterminadores pouco antes de emboscarem um bandido. Passados mais de dois anos, entregou a Bicudo os filmes e um relato do que presenciara.[18]

Ameaçado por telefonemas do *Lírio Branco*, codinome do porta-voz do Esquadrão encarregado de anunciar à imprensa a localização dos cadáveres produzidos pela quadrilha, Bicudo foi a Brasília levando um dossiê e uma má notícia para o regime: tinha provas suficientes para denunciar Fleury. Esteve no palácio do Planalto e no SNI. Lá, um coronel disse-lhe que a incriminação do delegado "daria novo alento à subversão esquerdista no país".[19] O embaraço chegara ao limite, e o governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, tomaria a defesa dos assassinos: "Quem é que está no front, quem é que está na frente da briga, quem é que sobe numa favela para pegar um marginal? É o juiz togado... é um promotor pequeno, grande, seja do tamanho que tiver para ir lá? Não, quem sobe é um policial da polícia militar ou da polícia civil, que arrisca a sua vida, o sustento da sua família, porque geralmente são pobres, para tirar um marginal de dentro de uma favela, escondido, encurralado, para dar tranquilidade à cidade".[20]

O procurador continuou em seu caminho e pediu a prisão preventiva de Fleury. Amparado pelo palácio do Planalto, o delegado bateu à porta do Supremo Tribunal Federal buscando um *habeas corpus*. Perdeu por cinco a três. Pela primeira vez desde 1968 o Supremo contrapunha-se ao regime. A

resposta da “tigrada” foi imediata. Na manhã de 15 de junho, quando inspecionava uma obra na torre de sua igreja, o padre canadense foi surpreendido: “Urubu filho da puta”. Um dos comparsas de Fleury, que teoricamente estava preso no DOPS, empurrou-o do alto de um andaime. (Na queda, o padre fraturou o crânio, mas sobreviveu.)[21] Em seguida Bicudo foi afastado do inquérito. A Secretaria da Receita Federal vasculhou-lhe as contas bancárias, e ventanistas invadiram seu escritório.[22] O procurador pusera em movimento sete processos e denunciara 35 pessoas, entre delegados, investigadores e alcaguetes. Neles, listaram-se 41 execuções. Fleury viu-se acusado de estar envolvido em 22.[23]

* * *

Em outubro de 1970, inesperadamente, entrou em cena em São Paulo o personagem que haveria de se transformar em símbolo da tenacidade na luta contra a tortura. Era o seu novo arcebispo, o franciscano Paulo Evaristo Arns. Crescera numa casa em que se falava e rezava em alemão. Era um dos treze filhos de uma humilde família descendente de colonos instalados em Santa Catarina na primeira metade do século XIX. Três de suas irmãs eram freiras e um irmão, padre. Calçara seu primeiro par de sapatos aos oito anos. Pela primeira vez na história da Igreja brasileira uma diocese cardinalícia era entregue a um frade. D. Paulo passara 32 anos dentro do projeto pedagógico da Ordem. Quer como aluno de letras da Sorbonne, em Paris, quer como professor de filosofia em Bauru, fizera um percurso diverso daquele que a Cúria dera aos mais famosos de seus padres seculares. Aos 32 anos, publicara em Paris uma tese sobre os métodos de trabalho e produção da obra de São Jerônimo, grande pensador católico do início da Idade Média.[24] Chegara a bispo da região norte de São Paulo aos 45 anos de idade e dezenove de sacerdócio sem ter dirigido uma paróquia

em regime de dedicação exclusiva. Atarracado, tinha a aparência de um camponês, e seu sotaque ecoava a infância catarinense.

Fora nomeado arcebispo no dia seguinte à segunda fala de Paulo VI contra a tortura brasileira. Era um desconhecido fora dos meios eclesiásticos. Afinal, quem haveria de se preocupar com as ideias de um frade metido em filosofia, encantado com o refinamento intelectual e a independência do cristianismo do século IV? Paulo Evaristo assumiu a arquidiocese de São Paulo em novembro de 1970. No dia 29 de dezembro encontrou-se com o comandante do II Exército e presenteou-o com um de seus livros: *A guerra acabará, se você quiser*.[25]

A guerra começou 29 dias depois, quando o DOPS prendeu na casa do vigário do arcebispado o padre Giulio Vicini e a assistente social Yara Spadini. Ele era um pároco de periferia e ela, secretária da região episcopal sul. Tinham consigo a matriz de impressão de um panfleto denunciando a morte de um operário, militante da AP.[26] Yara foi levada a uma sala e interrogada por cinco policiais. Aplicaram-lhe choques elétricos por dez minutos. Já padre Giulio foi mantido por duas horas numa cadeira de cobertura metálica pela qual passavam choques elétricos. Chamavam-na Cadeira do Dragão.[27] O arcebispo visitou-os. Ambos tinham os tornozelos feridos e queixavam-se das torturas.[28] D. Paulo foi ao governador Abreu Sodré e dele obteve autorização para levar ao DOPS uma equipe médica de sua confiança, de forma a iniciar uma investigação. Aos poucos a situação reverteu-se. Primeiro Sodré recuou, e os médicos não puderam entrar na delegacia. Em seguida a polícia divulgou a prisão de Spadini e Vicini, qualificando-os como subversivos. Finalmente, quando já estavam presos havia uma semana, foram postos em regime de incomunicabilidade. Ao meio-dia de quinta-feira, 4 de fevereiro, de volta de um fracassado encontro com o governador, d. Paulo Evaristo redigiu um aviso e distribuiu-o a todas as paróquias. Ele informava:

— Nem o padre Giulio Vicini nem Yara Spadini podem ser considerados subversivos antes de serem julgados por um tribunal competente que lhes garanta amplamente o seu direito de defesa. (...)
— Infelizmente padre Giulio e a Sra. Yara Spadini foram torturados de uma maneira ignominiosa pela polícia política (Deops) da nossa capital, como o vigário episcopal da região sul e nós próprios pudemos verificar pessoalmente. (...)
— O Arcebispado de São Paulo espera que as autoridades não faltarão ao dever de fazer um inquérito sobre esses fatos deprimentes e de aplicar enérgicas medidas de punição. (...)
— Este aviso deve ser afixado, este domingo, nas portas das igrejas paroquiais e dos lugares de oração de nosso arcebispado, sem que seja lido ou comentado durante os atos religiosos.[29]

D. Paulo Evaristo Arns: “Padre Giulio e a Sra. Yara Spadini foram torturados de uma maneira ignominiosa pela polícia política (Deops) da nossa capital, como o vigário episcopal da região sul e nós próprios pudemos verificar pessoalmente”.

D. Paulo detonara a crise paulista e controlara seu curso silenciando os sermões. Na segunda-feira, acompanhado por um padre grisalho e calado, o arcebispo embarcou para Belo Horizonte.[30] O sacerdote era o núncio

apostólico, d. Umberto Mozzoni, e o destino de ambos era a XII Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos. Lá, ao contrário do que sucedera no ano anterior, o conservadorismo estava em retirada. Perdera a presidência da CNBB com a partida de d. Agnello para Roma e vira o papa alinhar-se à denúncia do regime.

Antes mesmo da prisão de Spadini e Vicini o clero fora confrontado com mais um caso de tortura de padre. Em Barra Mansa (RJ), o tenente-coronel Gladstone Pernasetti Teixeira, do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, continuava sua guerra contra o bispo Waldyr Calheiros. Suas sessões de tortura denominavam-se "missas", e os presos, nus, eram obrigados a cantar o sucesso "Jesus Cristo", de Roberto Carlos.[31] Dois dias antes da redação do aviso de d. Paulo Evaristo, a comissão central da CNBB já sinalizara uma mudança dos ventos episcopais solidarizando-se com o bispo de Volta Redonda numa linguagem bem diversa daquela em que havia um ano dera ao governo o privilégio da dúvida: "O que observamos, na verdade, é que o fenômeno das torturas infelizmente existe em nossa pátria e, em certas circunstâncias, de maneira atroz".[32]

Na reunião de Belo Horizonte chocaram-se, pela última vez, a Igreja pré- e a pós-conciliar. Enquanto o plenário discutia os termos da solidariedade da Assembleia a d. Paulo Evaristo, o cardeal do Rio de Janeiro, Jaime Câmara, circulava pelos corredores com sua cruz peitoral de ouro e pantufas vermelhas coletando assinaturas contra as modificações impostas pelo papa ao sacramento da confissão.[33] Aos 76 anos, tornara-se símbolo esquecido do regalismo conservador. Frequentara todos os presidentes. Celebrava na Candelária as missas pelas almas de policiais mortos no combate ao terrorismo e, em cerimônia restrita, por um sobrinho-neto que a "tigrada" assassinara.[34] Estivera com Médici na véspera, levando uma agenda de sete pontos. Entre seus temas estavam um pedido e uma sugestão. Queria "vigilância sobre letras de carnaval irreverentes" e propunha que o governo soltasse os dominicanos presos em São Paulo, para

esvaziar o assunto durante os debates da reunião da CNBB. Médici deu-lhe apenas quinze minutos de atenção.[35]

Terminada a reunião, d. Aloísio Lorscheider foi eleito para a presidência da CNBB. Derrotara o cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, por 105 votos a 65. Estava terminado o domínio dos conservadores. D. Aloísio ficaria na cadeira por oito anos.

* * *

D. Waldyr Calheiros costumava brincar dizendo que “mexer com bispo traz falta de sorte”. Com ele os comandantes do I Exército e do 1º BIB mexeram até onde puderam. Interrogaram-no, indiciaram-no em IPMs, chegaram a prender os maridos de senhoras que trabalhavam nas obras sociais da diocese. O ministro da Justiça tentara depô-lo pedindo sua transferência ao núncio apostólico.[36] Pouco depois da Assembleia da CNBB um padre que passara pelo cárcere do BIB contou-lhe uma história horrível. Foi verificá-la no mesmo dia. Um velho senhor que podia confirmá-la confessou:

> — Eu gostaria tanto de falar com o senhor, mas eles proibiram.
> — Se eles perguntarem, diga que fui eu quem o procurei — respondeu o bispo.[37]

No dia seguinte o velho estava preso, mas d. Waldyr conseguiu reconstituir o que acontecera no quartel do tenente-coronel Gladstone no início de janeiro de 1971. Comunicou os fatos ao núncio apostólico e a d. Ivo Lorscheiter, primo de d. Aloísio e secretário-geral da CNBB.[38] O assunto foi levado a uma das reuniões da Bipartite. Quando d. Ivo acabou de contar sua história, o general Muricy defendeu-se: “Duvido que o Exército brasileiro tenha praticado atos dessa natureza”.[39]

Sucedera o seguinte: o chefe da 2ª Seção do estado-maior do 1º BIB, capitão Dalgio Miranda Niebus, de 29 anos, investigara a existência de uma boca de fumo no quartel. Ajudado por um tenente, três sargentos e dois cabos, prendera ilegalmente quinze soldados e os interrogara no Arquivo, uma construção a quatrocentos metros de distância do corpo de guarda do batalhão. Bateram neles com canos de ferro, açoites e palmatórias feitas no serviço de carpintaria do quartel, uma das quais desenhada pelo capitão Niebus. Deram-lhes choques elétricos e esmagaram os pés dos presos numa prensa manual.[40] Na tarde de 12 de janeiro, dois dos soldados estavam mortos. Informado do caso, Gladstone determinou que se simulasse uma fuga arrombando-se o teto do Arquivo e dando-se sumiço aos cadáveres. Um foi degolado e o outro, incinerado. No dia seguinte morreu um terceiro soldado. O quarto, cuja cabeça fora colocada na prensa, morreria dias depois no Hospital Central do Exército. Pelo menos um deles agonizou no Arquivo, implorando assistência, mas o médico da unidade se recusou a socorrê-lo.[41] Todos tinham a mesma idade: dezenove anos.

O comandante do 1º BIB determinou a abertura de um IPM e nomeou Gladstone para presidi-lo. O tenente-coronel concluiu que os fugitivos haviam espancado os colegas e mandou que três rádios da cidade divulgassem o edital de chamada dos dois desertores. O depoimento de uma lavadeira amparava a construção.

"Infelizmente, temos que dar a mão à palmatória", admitiria o general Muricy aos seus interlocutores da Bipartite.[42] Um novo IPM, iniciado menos de duas semanas depois, desmascararia a farsa. O Centro de Relações Públicas do Exército informou que "elementos" do 1º BIB "agiram de maneira condenável e deformada, provocando a morte dos soldados".[43] Nenhum nome, nenhuma patente, nem sequer o número de vítimas. Os criminosos foram julgados em janeiro de 1973. O tenente-coronel Gladstone pegou sete anos (reduzidos depois para seis meses) e o

capitão Dalgio, 84 (cumpriu menos de um décimo disso). As penas iniciais dos dez acusados somaram 473 anos.[44]

A hierarquia militar encobriu os detalhes do suplício dos quatro soldados do BIB, mas ainda assim ele foi um estranho sinal para a oficialidade. Anos depois, o general Gustavo Moraes Rego lembraria: “Esse caso chocou fortemente o Exército. Aquilo não era subversão, não era nada. Era coisa de maconheiros numa época em que muita gente fumava maconha. De certa maneira esse caso chocou mais que outros, surgidos anos depois”.[45] Com o passar do tempo alguns generais se convenceram de que a condenação dos criminosos do 1º BIB foi exemplo de repulsa dos comandantes militares da época à tortura. Os fatos desmentem essa suposição. Comprovado o crime, nenhuma providência tomaram os generais para sinalizar que a punição era uma advertência aos torturadores.[46] Pelo contrário. Colocaram o processo em segredo de Justiça. Se o crime do 1º BIB foi reinvestigado e os delinquentes punidos, isso se deveu ao fato de estes terem praticado delito considerado comum, equiparando-se aos oficiais e sargentos que davam desfalques ou matavam desafetos. Afora um grande e fulminante embaraço, nada mais.

Os comandantes militares mentiram quando informaram que o comportamento do capitão Dalgio fora “totalmente contrário (...) às determinações em vigor no Exército”.[47] Sua defesa sustentou o oposto, a tese da “‘guerra santa’ em defesa das instituições”: “Estes homens foram treinados para a guerra, não são homens comuns, são especializados para enfrentar a Guerra Revolucionária (...) ou são todos responsáveis, ou ninguém é responsável”.[48] Disse o óbvio: que a oficialidade do 1º BIB sabia o que acontecia no Arquivo.

Os cabos e sargentos culparam os oficiais, os oficiais culparam os comandantes. O coronel Arioswaldo Tavares Gomes da Silva, sob cujo comando se achava o batalhão, safou-se dizendo que tirara férias, mas reconheceu que numa ida ao quartel foi procurado pela irmã de um dos

soldados que estavam apanhando. Perdeu o comando e ganhou uma discreta passagem para a reserva. Foi inocentado tanto por Gladstone como pelo tenente que acolitava Niebus. Eram bons camaradas. Um ano antes da matança dos soldados o coronel justificara publicamente a prisão de militantes da Juventude Operária Católica e acobertara as torturas praticadas contra um padre. Entre os torturadores estava o tenente.[49]

Na mesma época da morte dos quatro soldados do 1º BIB, o comando do I Exército encobriu o assassinato do ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva, comportando-se como o capitão que mais tarde condenaria. Nesse episódio a "tigrada" teve a sua maior vitória.

Deputado federal pelo PTB, cassado em 1964, Rubens Paiva tinha 41 anos e levava a vida de próspero engenheiro, vivendo com a mulher e cinco filhos numa casa da praia do Leblon. Ganhara alguma notoriedade em 1963, durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que remexeu a contabilidade dos capilés eleitorais distribuídos aos candidatos conservadores pelo empresariado e pelo governo americano. Sua atividade política visível restringia-se a um círculo de notáveis do governo Goulart que vivia na Zona Sul do Rio. Estivera no Chile no final de 1970 e aconselhara seu amigo Almino Affonso, ex-ministro de João Goulart, a retornar ao Brasil. Achava que a ditadura se estabilizara mas não havia risco de que fosse preso ou torturado. Almino foi cuidar da papelada. Percebeu que a embaixada em Santiago não lhe dava passaporte. Telefonou a Paiva, no Rio. Queria pedir-lhe que usasse alguns contatos que tinha no Itamaraty para suspender o constrangimento. Do outro lado da linha atendeu uma voz de homem: Rubens Paiva não estava, não se sabia para onde fora, nem quando voltaria. Telefonou outras duas vezes e ouviu a mesma resposta. Achou que havia algo errado, ligou para seu irmão e recebeu a notícia, no código banal da época: Paiva estava hospitalizado, talvez em estado grave; também se encontravam no hospital a mulher e uma das filhas.[50]

O ex-deputado Rubens Paiva foi preso em sua casa no Leblon e morreu de pancada no DOI-CODI da Barão de Mesquita. Passados 43 anos, a versão oficial é de que ele fugiu, numa cena de resgate implausível.

Rubens Paiva foi preso no início da tarde de 20 de janeiro de 1971, quando seis homens armados e nervosos ocuparam sua casa. Ele os acalmou, pediu que guardassem os revólveres e vestiu-se. Levaram-no ao quartel do comando da III Zona Aérea, junto ao aeroporto Santos Dumont, e acarearam-no com duas senhoras. Os três foram obrigados a ficar de pé, com os braços levantados. Era um fio que começara a ser puxado pelos serviços de informações do governo dois dias antes, em Santiago do Chile. Elas haviam visitado os filhos, tomaram o avião de volta ao Rio e foram presas ao desembarcar. Com uma delas acharam-se pelo menos duas cartas endereçadas a Rubens Paiva. Uma era de Almino Affonso. Outra vinha de Helena Bocayuva, filha do ex-deputado Luiz Fernando (*Baby*) Bocayuva Cunha. Militante do MR-8, ela fora fiadora da casa do Rio Comprido onde ficara o embaixador americano Charles Elbrick. Mesmo tendo sido identificada e fotografada durante o sequestro, escapulira para o exílio. Rubens Paiva, amigo e sócio de seu pai, escondera-a no Rio.

Uma das senhoras sentiu-se mal, Rubens Paiva amparou-a, foi golpeado por um oficial e respondeu com um palavrão. Surrado, ficou estendido no

chão. Horas depois anunciaram que iam levá-lo para o Aparelhão. Era o DOI da Barão de Mesquita. [*Veja o documento*] No caminho ele reclamava que não conseguia respirar, mas chegou consciente ao quartel da Polícia do Exército. Foi interrogado, e durante a noite ouviram-no soletrar o sobrenome Beyrodt para os carcereiros que faziam a ronda. Ouviram-no também pedir água.[51] [*Veja o documento*]

Passava pouco da uma hora da madrugada do dia seguinte quando Amilcar Lobo, aspirante a oficial e médico do DOI, foi acordado em casa e levado para o quartel. Subiu à carceragem do segundo andar e lá, numa das celas do fundo do corredor, encontrou um homem nu, deitado, com os olhos fechados. Tinha todo o corpo marcado de pancadas e o abdômen enrijecido, clássico sintoma de hemorragia interna. "Rubens Paiva", murmurou duas vezes o preso, abrindo os olhos.

Lobo aconselhou que ele fosse levado para um hospital, mas o major que o acompanhou à cela achou melhor retê-lo: "Ele é muito quente, doutor, se dá com gente do Chile".

Na manhã seguinte o médico foi informado de que Rubens Paiva morrera. Pretendiam esquartejá-lo.[52] Chefiava o DOI desde outubro o major José Antonio Nogueira Belham, um veterano, pois em janeiro de 1970 já era o chefe de sua seção de operações.[53] Seu subcomandante era o major Francisco Demiurgo Santos Cardoso. O DOI dispunha do receituário de lorotas para explicar as mortes dos presos na Barão de Mesquita, mas nenhuma delas servia. Não podiam negar a prisão, como no caso de Mário Alves, do PCBR. Nem dizer que o ex-deputado resistira, como disseram depois de matar Chael Charles Schreier, da VPR. Muito menos que se suicidara, como fizeram com Roberto Cieto.

Rubens Paiva deve ter morrido poucas horas depois da visita do aspirante Lobo, pois a fraude destinada a encobrir o seu assassinato foi executada antes que o dia amanhecesse, numa operação conjunta com o CIE.[54] Segundo o registro feito na 19ª Delegacia às 4h30 da madrugada de

22 de janeiro, “o elemento Rubens Seixas” fora sequestrado por um grupo terrorista na estrada do Alto da Boa Vista quando era transportado, no banco de trás de um Volkswagen, por um capitão e dois sargentos da PE. Os sequestradores surgiram em dois automóveis, atacaram com armas automáticas e obrigaram a escolta a abrigar-se fora do fusca. Deu-se “tiroteio cerrado”, o carro incendiou-se e o preso evadiu-se. Rubens Paiva era um homem corpulento, pesava perto de cem quilos. Teria conseguido sair do carro pela porta esquerda enquanto os três militares saíam pela direita. No meio do tiroteio refugiara-se atrás de um poste e correra até um dos veículos dos terroristas, percurso que somaria 25 metros.[55]

No final de janeiro o I Exército informou à Justiça Militar que Rubens Paiva não estava entre os seus presos, sem nenhuma referência à fuga. Ademais, durante treze dias deixou-se que o assunto fosse tratado pela imprensa, e a Censura só foi mobilizada depois que o governo oficializou a versão fraudulenta do sequestro.[56] Mesmo tratando-se de um dos crimes mais investigados da ditadura, nada se sabe das razões que levaram o comando do I Exército a procrastinar a divulgação da farsa montada horas depois da saída do cadáver de Paiva do quartel da Barão de Mesquita.

Rubens Paiva morreria muitas outras vezes, em muitos outros foros. Eunice, sua viúva, bateu à porta do Superior Tribunal Militar e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Sabia que o marido estava morto, mas pedia que se investigasse a versão farsesca do episódio do Alto da Boa Vista. Foi sempre barrada pelo endosso que os comandantes militares deram àquele sequestro fraudulento, tão parecido com a deserção dos mortos fabricada pelo capitão Dalgio no BIB. Seu último recurso ao STM teve como relator o general Jurandyr de Bizarria Mamede, corifeu do castelismo, mestre da Escola Superior de Guerra. Mamede negou-o. Ao plenário de nove cadeiras do CDDPH, Eunice Paiva pediu que fosse criada uma comissão especial destinada a investigar o caso. Contou com os quatro

votos dos representantes da oposição e da Ordem dos Advogados. O ministro da Justiça desempatou a favor do governo.

Assassinara-se um ex-deputado federal cuja atividade política era desassombrada, porém inofensiva, e cuja vida pessoal acompanhava muito mais os padrões da elite do Milagre do que os códigos da militância esquerdista. Contara-se uma história insustentável, e encerrara-se o assunto. Tinha razão o deputado Pedroso Horta: “Não há nada a fazer. E, realmente, não há”.

* * *

Ainda assim, fazia-se. Em março de 1971 o monsenhor Joseph Gremillion e o padre Jesus Garcia estavam no Rio de Janeiro. Oficialmente, participavam do IV Encontro Regional Latino-Americano de Justiça e Paz. Gremillion reuniu o núncio apostólico, outros cinco representantes estrangeiros, um cardeal e oito bispos brasileiros. Mais treze “peritos”, numa mistura política e espiritual que juntava o ministro de Minas e Energia, Antônio Dias Leite, e o professor paulista Fernando Henrique Cardoso. Encontraram-se no convento do Cenáculo, em Laranjeiras. Longe do auditório, Gremillion entrevistou-se com diversos familiares de desaparecidos. Ouviu cada caso de uma vez, inclusive o de Eunice Paiva, a viúva de Rubens.[57] No final, autorizou a Comissão de Justiça e Paz a dar assistência a essas famílias, cujos parentes eram, em quase todos os casos, marxistas e militantes de organizações armadas.[58]

Nesses dias, também desembarcou no Rio um texano magro, comprido, de pés enormes. Chamava-se Pat Holt. Trabalhava na assessoria técnica da poderosa Comissão de Relações Exteriores do Senado americano. Tivera a silenciosa ajuda do professor Brady Tyson e vinha investigar a relação entre os programas de assistência de seu governo e a máquina repressiva da ditadura. Ficou duas semanas no Brasil, entrevistou-se sigilosamente com

mais de vinte pessoas e coletou denúncias escritas. Uma delas informava que o escritório do Grupo Técnico de Comunicações Navais americano funcionava perto de uma das salas de tortura montadas no Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro. Funcionários da missão naval americana ouviram gritos e presenciaram a entrada e saída de presos.[59]

Holt verificou também que a embaixada americana estava dividida em relação ao regime.[60] Com 1.400 pessoas na folha de pagamento, era uma das maiores representações do governo dos Estados Unidos no mundo.[61] Nominalmente estava sob a direção do veterano William M. Rountree, um diplomata tão cauteloso que antes de se deixar fotografar em seu gabinete, virava de cabeça para baixo os papéis relevantes que tinha sobre a mesa. De fato comandava-a o adido militar, coronel Arthur Moura, um extrovertido descendente de açorianos cujas ligações com o Exército remontavam a 1944, quando foi anexado à quarta turma de oficiais brasileiros enviada para o curso de adestramento de Fort Leavenworth.[62] Herdara as conexões de seu amigo Vernon Walters, de quem fora assistente, e era de longe o americano mais bem-informado das tramas do regime. Moura tornara-se o verdadeiro orientador político da embaixada e atuava com tamanha desenvoltura que em algumas ocasiões praticamente presidiu reuniões de trabalho na presença de Rountree.[63]

O embaixador e Holt não se entenderam. De volta a Washington, o funcionário do Senado pôs em movimento a engrenagem burocrática que obrigaria o Executivo americano a explicar ao Senado suas relações com a ditadura brasileira. Na manhã de 4 de maio de 1971, na sala S-116 do Capitólio, o senador democrata Frank Church, presidente da Subcomissão de Assuntos do Hemisfério Ocidental, iniciou uma sabatina de três dias. Era um político liberal do Idaho, adversário da Guerra do Vietnã e das maquinações internacionais da Central Intelligence Agency. “É o povo quem paga a conta do que nós estamos fazendo no Brasil e ele tem o direito de saber tudo aquilo que a segurança nacional permita”, informou Church.[64]

Vista da Casa Branca, a América Latina ia de mal a pior. Noves fora Fidel Castro, o Chile era governado por um socialista, o Peru e a Bolívia por generais nacionalistas. No Uruguai o terrorismo tupamaro parecia o prelúdio de um governo de esquerda. Não só a ditadura brasileira era simpática ao governo do presidente Richard Nixon, mas também o governo Nixon mostrava-se simpático às ditaduras em geral. O secretário de Comércio Maurice Stans acabara de visitar a Grécia governada por um grupo de coronéis e louvara o "milagre econômico" que produziam.[65] O Departamento de Estado já informara à subcomissão o interesse do governo americano: "O Brasil representa metade da massa territorial e da população da América do Sul. Se a sua postura atual de aliado independente do mundo livre vier a se deteriorar, levando-o para uma posição hostil, ocorrerá uma significativa vitória para as forças mundiais que se opõem aos Estados Unidos".[66]

Ademais, o Brasil era o 12º comprador de produtos americanos. Na sua economia estavam 14% dos investimentos feitos na América Latina, e era o único país da região no qual a rentabilidade média das empresas americanas se mantinha em alta.[67]

Essa visão utilitária da relação do governo americano fora resumida pelo general Walters em 1968, depois da edição do AI-5. Ele escrevera ao professor Henry Kissinger, o poderoso assessor de Nixon: "Se o Brasil se perder, não será outra Cuba, será outra China".[68]

Os senadores começaram os trabalhos ouvindo Theodore D. Brown, chefe do programa de assistência à segurança pública brasileira. Em 1970 ele gastara 727 mil dólares e treinara 98 policiais civis brasileiros.[69] Seu testemunho teve dois grandes momentos.

O primeiro:

HOLT: O que é a Operação Bandeirante?

BROWN: Já ouvi falar nisso, mas agora não consigo lembrar o que significa.[70]

O segundo:

SENADOR CLAIBORNE PELL: Uma severa condenação [dos torturadores] de parte do nosso governo ou da embaixada não produziria sobre eles um efeito inibitório?
BROWN: Eu não acho, senador, e estou qualificado para dizer isso.[71]

(Brown estava realmente qualificado. Visitara inúmeras centrais de polícia brasileiras e, em Alagoas, assistira a uma demonstração de controle de tumultos feita pela Polícia Militar.)[72]

À tarde chegou o general George Beatty, chefe da delegação americana junto à Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos. Em 1970 as Forças Armadas americanas haviam treinado 562 militares brasileiros e em 1971 já tinham fechado negócio para a venda de 20 milhões de dólares em armas.[73] O testemunho de Beatty, bem como os documentos que apresentou, ocupa 105 das 315 páginas da ata da subcomissão, mas pode ser resumido em duas linhas:

HOLT: O senhor sabe alguma coisa a respeito do CODI?
BEATTY: Eu leio a respeito dele n' *O Globo*, e isso é tudo.[74]

No dia seguinte foi a vez do diretor da Central Intelligence Agency, Richard Helms. Sua prioridade latino-americana era o Chile, não o Brasil. Acabara de pedir ao FBI que grampeasse o prédio da embaixada americana

em Santiago.[75] Os senadores ouviram-no durante duas horas e vinte minutos. A transcrição de seu testemunho somou 2.400 linhas datilografadas, e no fim da sessão foram destruídos a fita estenográfica e os carbonos. Restou apenas um original, marcado como “ *top secret*”, guardado no cofre da subcomissão por dezesseis anos, até que em fevereiro de 1987 se liberou uma cópia expurgada.[76] A quarta parte do que o diretor da CIA disse ainda está protegida pelo sigilo. Helms sabia o que era o CODI e acreditava que o terrorismo entrara em declínio.[77] Em pelo menos duas ocasiões referiu-se à falta de coordenação do aparelho repressivo e numa delas classificou-o de “bagunça”.[78] Há em seu testemunho ecos da tese segundo a qual em muitos casos a violência escapava ao controle de Médici.[79] Demorou-se explicando aos senadores que havia no Brasil uma “ditadura consentida”:[80] “A economia brasileira melhorou, e o povo está vivendo melhor. Como os senhores bem sabem, quando o povo vive melhor, há menos desencanto com os governantes. O ministro da Fazenda fez um serviço que parece muito competente. (...) Conseguiu um crescimento de 9% nos últimos dois anos, o que é indiscutivelmente um bom resultado. (...) O clima dos negócios para as companhias americanas é muito bom”.[81]

Em seu testemunho o embaixador Rountree diria: “Em 1969 o [nosso] investimento direto líquido no Brasil foi de 64 milhões de dólares, e as remessas de lucros [das empresas americanas no Brasil] somaram 66 milhões”.[82]

Quanto à tortura:

> SENADOR PELL: O senhor acha que hoje as condições estão melhores ou piores do que há três anos?
> ROUNTREE: Ouve-se consideravelmente menos a respeito dela hoje do que há um ano.[83]

(Desde o dia 1º de janeiro de 1971 haviam sido assassinadas dezesseis pessoas, uma das maiores marcas já ocorridas. Dias depois do depoimento de Rountree fora assassinado na base aérea do Galeão o militante do MR-8 Stuart Edgar Angel Jones, sobrinho-neto do presidente do Tribunal de Justiça de Nova York.)

Nada a fazer. A comunidade de negócios americana via na economia brasileira um festivo milagre, e a Casa Branca via no governo do general Médici um rochedo de paz, prosperidade e vigor anticomunista. Em outubro o chanceler Mario Gibson Barboza desembarcou em Nova York para receber nos salões do hotel Plaza o título de Homem do Ano da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Pelo lado americano o prêmio foi para Nelson Rockefeller. Dois meses depois, Médici desembarcava na base aérea de Andrews. Foi com uma comitiva de 55 pessoas, doze das quais guarda-costas.[84] Era o primeiro general latino-americano a visitar Nixon. O *New York Times* informou que ele condenava "a violência política, tendo instruído seus colaboradores a tentar eliminá-la".[85]

Não era bem assim. Em julho o *Brazilian Information Bulletin* listara 31 artigos sobre a repressão política do governo Médici publicados na imprensa americana.[86] Poucos meses antes d. Paulo Evaristo Arns fora ao Planalto pretextando entregar ao presidente uma cópia das reflexões do papa Paulo VI sobre o octogésimo aniversário da encíclica *Rerum novarum*. Quando lhe estendeu o bonito volume, o presidente afastou-o. A conversa ia seca, até que o cardeal falou de "pessoas mortas, torturadas e desaparecidas". O general segurava as bordas da mesa, suas mãos tremiam, e os objetos balançavam: "Os senhores pedem clemência para os bandidos, enquanto eles assaltam, roubam e sequestram. Ameaçam de morte até meus ministros".[87] Médici disse-lhe que "seu lugar é na sacristia", chamou-o de "despreparado", lembrou que tivera boas relações com seu antecessor e, de pé, anunciou-lhe que podia se retirar.[88] O cardeal resumiu o encontro para a imprensa informando que "nossas posições continuam as mesmas".[89]

Ao final de 1971 a Casa Branca preparou-se para dar a Médici uma recepção digna do "Brasil Grande". Nada a ver com a agenda dos direitos humanos das entidades religiosas, da imprensa, ou do senador Church. Desde o início do governo, Henry Kissinger, o celebrado professor de Harvard, estimulava a opção do presidente americano pelas ditaduras latino-americanas. Ia além, chamando a burocracia do Departamento de Estado de "esquerdistas do New Deal",* e o ex-embaixador Elbrick, de "bobalhão".[90] Nixon resumira sua posição pedindo-lhe que passasse um recado ao embaixador brasileiro: "Não olhe para o que o Congresso faz, mas para o que nós fazemos. Nós somos o melhor amigo que o Brasil já teve no governo".

Médici queria que sua passagem por Washington tivesse o maior simbolismo possível: Nixon deveria recebê-lo na base aérea de Andrews, chegaria à Casa Branca de helicóptero, discursaria numa sessão conjunta do Congresso (gentileza concedida a Jango) e o presidente americano compareceria a um jantar na embaixada. Quando o cerimonial da Casa Branca recusou as sugestões, o embaixador brasileiro disse que, daquele jeito, Médici "não consideraria vir aqui nunca, nunca, nunca". Chegou-se a um compromisso. O general dormiria uma noite na residência de Camp David (sem a presença do dono da casa), teria dois encontros com Nixon, em vez de um, e almoçaria com o vice-presidente.[91] Kissinger foi ao ponto sensível da egolatria dos governantes brasileiros e recomendou ao presidente: "O objetivo é dar o reconhecimento às aspirações do Brasil ao status de uma potência poderosa, mostrando que você considera Médici um aliado valioso com o qual pretende se consultar antes de suas viagens a Pequim e Moscou".[92]

Nixon deixou-se fotografar com Médici nos jardins da Casa Branca e, numa saudação de improviso, informou: "Nós sabemos que para onde o Brasil for, para lá irá o resto do continente latino-americano".[93] Não poderia ser mais franco, até mesmo profético.*

Os dois presidentes conversaram duas vezes, por quase duas horas. A própria cena revelou sua essência. No Salão Oval entrou apenas o general Vernon Walters, adido militar em Paris e artesão das costuras militares da diplomacia americana desde a Segunda Guerra Mundial, quando fora adido junto à Força Expedicionária Brasileira. Em tese, estava ali como intérprete, pois era fluente em português.

Médici deu um tom pessoal às conversas lembrando que servira em Washington e atribuiu a sua escolha pelo marechal Castello Branco a uma mãozinha de Walters. Deu-se a reminiscências e, como anunciara, nada pediu. Pelo contrário. Mostrou-se um aliado da política americana de contenção da esquerda no continente, ofereceu apoio clandestino para derrubar o regime comunista de Cuba e recebeu de Nixon o oferecimento de um canal secreto de dinheiro, "ou outra ajuda discreta" para que os militares chilenos depusessem o presidente Salvador Allende.

Foi um encontro ameno, quase banal. Walters disse a Nixon que o general brasileiro fora aplaudido de pé por 90 mil pessoas no estádio do Maracanã e apimentou a conversa com um mexerico: o presidente do Peru, general Velasco Alvarado, tivera um filho com uma amante que vencera um concurso de beleza.

Dos memorandos americanos em que estão transcritos os encontros resulta que, de concreto, tratou-se apenas de um assunto. Médici pediu a Nixon a promoção do coronel Arthur Moura e foi prontamente atendido: "Essa é uma ordem que não quero ver atrapalhada pelos burocratas do Pentágono".[94]

Quando os jornalistas perguntaram ao porta-voz da Casa Branca se o tema da restauração democrática havia sido abordado, ele respondeu: "Eu acho que esse assunto não apareceu".[95] Apareceu em outros lugares, mas pouca atenção mereceu. Na véspera da chegada do general o jornalista Dan Griffin, do *Washington Post*, publicou um artigo indagando: "Quando e como o presidente Médici pretende restaurar a democracia no Brasil?".[96]

Em sua coluna d' *O Globo*, Nelson Rodrigues vangloriava-se: "Aí está por que emudeceram todas as piadas, porque o próprio Brasil deixa de ser uma piada. Quando reconhece o Milagre Brasileiro, Richard Nixon ensina o Brasil a ver Emílio Garrastazu Médici como o nosso maior presidente".[97]

1 Emílio Garrastazu Médici, *Nova consciência de Brasil*, p. 80. Aula inaugural proferida na Escola Superior de Guerra em 10 de março de 1970. *Ordem do Dia* do ministro Orlando Geisel, *O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1971, p. 12.

2 Emílio Garrastazu Médici, *O povo não está só*, p. 91.

3 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 527-32. A necropsia de Hansen revela uma "pielonefrite aguda". A insuficiência renal que matou vários presos era provocada pela aplicação de pancadas na musculatura mole do corpo, o que a faz liberar quantidades elevadas de uma proteína denominada mioglobina. Esse ciclo fatal foi descoberto durante a Segunda Guerra, na Inglaterra, estudando-se os padecimentos de pessoas machucadas em desabamentos durante os bombardeios alemães. Denomina-se *crush syndrome*.

4 *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1970, p. 3.

5 Entrevista a Dirceu Brisola, *Veja*, 13 de janeiro de 1971, p. 5.

6 *O Globo*, 2 de dezembro de 1970.

7 *O Estado de S. Paulo*, 18 de junho de 1970.

8 Carta de Jarbas Passarinho a Médici, de 8 de março de 1971, em *Folha de S.Paulo*, 12 de dezembro de 1993, pp. 1-16.

9 Germano Seidl Vidal, com Everaldo de Oliveira Reis (coronel) e Antônio de Arruda (desembargador), *Segurança interna*, p.13.

10 *Interrogatório*, apostila de 1971, marcada "confidencial", do Centro de Informações do Exército, p.10.

11 Para os elogios, *Resolução SSP-40* da Secretaria de Segurança de São Paulo, assinada pelo coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello. *Jornal da Tarde*, 1º de março de 1971.

12 Hélio Bicudo, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, pp. 142-4 e 185-9.

13 Pesquisa da Marplan realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Veja*, 29 de julho de 1970.

* Bicudo foi chefe de gabinete do ministro Carlos Alberto de Carvalho Pinto.

14 Para a nota do Planalto, Daniel Drosdoff, *Linha dura no Brasil*, p. 108.

15 *The New York Times*, 1º de agosto de 1970.

16 Hélio Bicudo, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, p. 137. Para Carneiro da Cunha no QG do II Exército, depoimento de Dulce de Souza Maia, em Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 66.

17 Hélio Bicudo, *Do Esquadrão da Morte aos justiceiros*, p.165.

18 Idem, pp. 54 e 155-6. Relatório sobre a morte de Nego Sete, executado pelo Esquadrão da Morte.
19 Hélio Bicudo, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, p. 58.
20 Idem, p. 125.
21 Para a descrição da cena, relato de uma entrevista com o delinquente, o investigador Adhemar Augusto de Oliveira, o *Fininho*, em Hélio Bicudo, *Do Esquadrão da Morte aos justiceiros*, pp. 64-5.
22 Hélio Bicudo, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, p. 251.
23 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 300.
24 D. Paulo Evaristo Arns, *A técnica do livro segundo São Jerônimo*.
25 *Folha de S.Paulo*, 30 de dezembro de 1970, p. 3.
26 Marcio Moreira Alves, *A Igreja e a política no Brasil*, p. 211. O operário, Raimundo Eduardo da Silva, era militante da AP e fora esfaqueado no dia 23 de novembro. Convalescia num hospital quando foi preso e levado para o HCE. Morrera de peritonite. Para esse caso, ver *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, pp. 317-8.
27 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vols. 2 e 3: *As torturas*, p. 95 e p. 930.
28 Para a visita do vigário, Marcio Moreira Alves, *A Igreja e a política no Brasil*, p. 211. Para as marcas nos tornozelos, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 930. Ver também *Veja*, 17 de fevereiro de 1971. D. Paulo narra o episódio em suas memórias, *Da esperança à utopia*, pp. 278-9.
29 Marcio Moreira Alves, *A Igreja e a política no Brasil*, pp. 211-2, citando *Sedoc*, março de 1971, pp. 1130-1.
30 *Veja*, 17 de fevereiro de 1971.
31 Depoimento do padre Natanael de Morais Campos a Murilo Fiuza de Melo e Francisco Luiz Noel. *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 1997, Caderno Brasil, p. 9.
32 Carta do presidente, do vice-presidente e do secretário-geral da CNBB a d. Waldyr Calheiros, de 2 de fevereiro de 1971. *Boletim do Sedoc*, março de 1971.
33 Para a coleta de assinaturas, Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 1, p. 966. O cardeal do Rio morreu em Aparecida do Norte dois dias depois do encerramento da assembleia.
34 Era Aldo de Sá Brito Souza Neto, militante da ALN, um dos sequestradores do embaixador Von Holleben. Ivo Calliari, *D. Jaime Câmara*, p. 639. Para a morte de Aldo, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 11.
35 Ivo Calliari, *D. Jaime Câmara*, p. 641.
36 Para o pedido do ministro Buzaid ao núncio Umberto Mozzoni, Celia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs.), *O bispo de Volta Redonda*, p. 101.
37 Depoimento de d. Waldyr Calheiros a Paulo Moreira Leite, 6 de dezembro de 1988. Ver também Celia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs.), *O bispo de Volta Redonda*, pp. 108-14.
38 Narrativa de d. Waldyr Calheiros a Murilo Fiuza de Melo e Francisco Luiz Noel, *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 1997, Caderno Brasil, p. 9.

39 Celia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs.), *O bispo de Volta Redonda*, p. 111.

40 *Sentença da 2ª Auditoria do Exército, da 1ª Circunscrição Judiciária Militar*, p. 16. Durante três anos o autor tentou achar a documentação desse caso. Apesar dos sinceros esforços de dois ministros do Superior Tribunal Militar, nada conseguiu. A narrativa baseia-se no depoimento de d. Waldyr Calheiros a Paulo Moreira Leite e no trabalho dos repórteres da sucursal Rio da revista *Veja*. Os soldados assassinados foram Wanderley de Oliveira, Juarez Monção Virote, Geomar Ribeiro da Silva e Vicente Roberto da Silva. Em 1997 o professor Kenneth Serbin passou ao autor uma cópia da sentença de 32 páginas da 2ª Auditoria do Exército, na qual se encontram fragmentos dos episódios ocorridos no 1º BIB. AA.

41 *Sentença da 2ª Auditoria do Exército, da 1ª Circunscrição Judiciária Militar*, pp. 15-6 e 22. AA.

42 Celia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs.), *O bispo de Volta Redonda*, p. 112.

43 *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1973, e Celia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs.), *O bispo de Volta Redonda*, p. 112.

44 *Sentença da 2ª Auditoria do Exército, da 1ª Circunscrição Judiciária Militar*, p. 29. AA.

45 General Gustavo Moraes Rego, novembro de 1984.

46 A esse respeito, ver o artigo do general Sérgio de Ary Pires enaltecendo a memória do general Walter Pires de Albuquerque, publicado em *O Globo* de 12 de novembro de 1990. Ou ainda a entrevista do ex-presidente João Baptista Figueiredo em *O Globo* de 28 de abril de 1991.

47 Nota do Centro de Relações Públicas do Exército, de fevereiro de 1972, em *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1973, p. 26.

48 *Sentença da 2ª Auditoria do Exército, da 1ª Circunscrição Judiciária Militar*, pp. 9 e 11. AA.

49 Para o episódio, Marcos de Castro, *64 — Conflito Igreja × Estado*, p. 120.

50 Narrativa do deputado Almino Affonso, discurso na Câmara dos Deputados, 13 de dezembro de 1995.

51 Todas as informações referentes à prisão de Rubens Paiva são da reportagem de Fritz Utzeri e Heraldo Dias publicada pelo *Jornal do Brasil* em 22 de outubro de 1978, Caderno Especial.

52 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, pp. 27-9.

53 Notas manuscritas preenchidas e assinadas por Belham num documento oficial mostrado ao autor por um oficial cujo nome fica preservado.

54 Para a presença do CIE na retirada do cadáver de Rubens Paiva, informação de um oficial cujo nome fica preservado.

55 A “fuga” de Rubens Paiva foi uma repetição da farsa montada em 1957 pelo Exército francês na Argélia para encobrir o assassinato do professor Maurice Audin. Ele teria fugido dez dias depois de preso, quando era transportado num jipe. Audin foi assassinado pelo mesmo tenente que mais tarde reconstituiu a cena da fuga. Pierre Vidal-Naquet, *La torture dans la République*, p. 74.

56 No dia 3 de fevereiro a Censura proibiu a divulgação de uma carta da filha de Rubens Paiva, de quinze anos, ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Paolo Marconi, *A censura política na imprensa*

brasileira — 1968/1978, p. 232.

57 Marina Bandeira, "Comissão Pontifícia Justiça e Paz — 1969-1995 (Memória)", em Candido Mendes de Almeida e Marina Bandeira, *Comissão Brasileira de Justiça e Paz*, pp. 68-72.

58 Kenneth P. Serbin, *Diálogos na sombra*, pp. 330-1.

59 Telegrama da Associated Press, lido por Pat Holt, sem mencionar a data, em *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 93.

60 Pat Holt, janeiro de 1990. Para a ajuda de Tyson, James Green, *Apesar de vocês*, p. 325.

61 *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 273. Depoimento do embaixador William M. Rountree. Essa equipe tinha 588 cidadãos americanos e 811 brasileiros. Não entram nesse cálculo os 325 voluntários dos Corpos da Paz.

62 Para a presença de Moura em Fort Leavenworth, depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 1, fita 13, p. 247.

63 Stephen Dachi, março de 1988. Dachi serviu em Brasília, em 1971, como chefe do serviço dos Corpos da Paz. Depois foi cônsul-geral em São Paulo.

64 *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 1.

65 C. M. Woodhouse, *The rise and fall of the Greek colonels*, p. 89.

66 Nota do Departamento de Estado à Subcomissão de Assuntos do Hemisfério Ocidental, de janeiro de 1971. *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 257.

67 *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 257. Para a rentabilidade das empresas americanas, "US companies in Latin America invest more but earn less in 1970", *Business Latin America*, 24 de setembro de 1970, citado em James Petras e Morris Morley, *The United States and Chile*, p. 63.

68 Memorando de Vernon Walters a Henry Kissinger, em *Folha de S.Paulo*, 22 de abril de 2001.

69 *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 6. Desde 1963, quando o programa de segurança pública começou a funcionar, o governo americano treinara 641 policiais brasileiros. Somando-se todas as suas despesas, gastara 10 milhões de dólares. Idem, pp. 19 e 22.

70 *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 43.

71 Idem, p. 39.

72 *Gazeta de Alagoas* de 15 de junho de 1968, citada por José Alberto Saldanha de Oliveira em *A mitologia estudantil*, p. 73.

73 *United States Policies and Programs in Brazil*, pp. 85 e 140.

74 Idem, p. 138.

75 Nathaniel Davis, *The last two years of Salvador Allende*, p. 94. Helms pediu o grampo no dia 27 de abril, e ele foi instalado na primeira metade de maio.

76 Devo à gentileza do jornalista Getulio Bittencourt o acesso à cópia desse documento.

77 Depoimento do diretor da CIA, Richard Helms, à Subcomissão de Assuntos Hemisféricos da Comissão de Relações Exteriores do Senado, 5 de maio de 1971, cópia da transcrição liberada em 1987, p. 14, para o CODI, e 22, para o declínio do terrorismo.

78 Na página 67 do seu testemunho, Helms diz que já falou da falta de coordenação em outro ponto do depoimento. A palavra usada foi *mishmash*.

79 Depoimento do diretor da CIA, Richard Helms, à Subcomissão de Assuntos Hemisféricos da Comissão de Relações Exteriores do Senado, 5 de maio de 1971, cópia da transcrição liberada em 1987, p. 28.

80 Idem. A expressão "ditadura consentida" foi trazida pelo senador liberal Jacob Javits e endossada por Helms. Depois, por conta de uma intervenção do senador William Fulbright, dominou boa parte do debate; pp. 62-3 para Javits e Helms, e 72 para Fulbright.

81 Idem, pp. 53-4.

82 *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 285.

83 Idem, p. 294.

84 Cinco folhas enviadas pelo coronel Piero Ludovico Gobbato ao general Danilo Venturini, de 5 de fevereiro de 1982, com a "relação numérica e nominal das pessoas que viajaram para os EUA em dezembro de 1971". APGCS/HF.

85 "Brazilian leader to talk to Nixon", *The New York Times*, 7 de dezembro de 1971.

86 *Brazilian Information Bulletin*, nº 4, julho de 1971, p. 15. AA.

87 Notas do encontro, tomadas por d. Paulo, em *Jornal do Brasil*, 7 de outubro de 1995.

88 Entrevista de d. Paulo Evaristo Arns a José Casado, *O Estado de S. Paulo*, 2 de novembro de 1994. D. Paulo narrou novamente esse episódio à revista *Imprensa* de outubro de 1996.

89 D. Paulo descreveu esse episódio, com graus variáveis de detalhes, em várias ocasiões. Ele está em suas memórias, *Da esperança à utopia*, p. 352. Para o pedido para que o cardeal se retirasse, notas do encontro, tomadas por d. Paulo, em *Jornal do Brasil*, 7 de outubro de 1995. Para "despreparado", entrevista de Arns a José Casado, *O Estado de S. Paulo*, 2 de novembro de 1994, e, para o comentário do cardeal sobre o encontro, *O Estado de S. Paulo*, 6 de maio de 1971. D. Paulo tratou do assunto também em duas diferentes entrevistas que concedeu a Roldão Arruda e a José Maria Mayrink, publicadas em *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* de 8 de setembro de 1996. Há uma outra versão desse encontro em Roberto Nogueira Médici, *Médici*, p. 84.

* Referência ao programa de reformas sociais do presidente democrata Franklin Roosevelt.>

90Conversa de Nixon com Kissinger, 11 de junho de 1971. *Foreign Relations of the United States, 1969-1976*, Volume E-10, Documents on American Republics, 1969-1972. <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d139>.

91 *Kissinger e o Brasil*, Matias Spektor, pp. 45-6.

92 Marcio Aith, "Aliado forte", *Folha de S.Paulo*, 22 de abril de 2001.

93 *The New York Times*, 31 de dezembro de 1971. A frase, em inglês: " *We know that as Brazil goes so will go the rest of the Latin-American continent*".

* Cinco anos depois dessa declaração havia ditaduras militares em oito dos onze países sul-americanos: Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Equador; no Peru sobrevivia a ditadura do general Velasco Alvarado, sem que se possa enquadrá-la na tipologia antevista por Nixon. A elas se somava a veterana ditadura paraguaia, estabelecida em 1954.

94 *Foreign Relations of the United States, 1969-1976*, Volume E-10, Documents on American Republics, 1969-1972, Document 143. Memorandum for the President's File, Washington, 7 e 9 de dezembro de 1971. Para a ordem de promoção de Moura, memorando de Walters a Kissinger, National Security Archive.

95 *The New York Times*, 8 de dezembro de 1971.

96 *The Washington Post*, 7 de dezembro de 1971.

97 *O Globo*, 13 de dezembro de 1971.

A marcha de *Cirilo*

Nos últimos meses de 1970, um ano depois da morte de Marighella, a esquerda armada, que Luiz Carlos Prestes chamara de “sarna do revolucionarismo pequeno-burguês”, estava dividida em três populações.[1] Na maior delas achavam-se os presos. Eram pelo menos quatrocentos: alguns, condenados a penas curtas, podiam sonhar com a hora da libertação; outros, com sentenças do tamanho de suas vidas, torciam por novos sequestros.[2] A segunda população, em torno de duzentas pessoas, era a dos exilados que continuavam militando ativamente nas organizações armadas. Nela estava boa parte dos veteranos de ações terroristas, os principais combatentes e quadros teóricos, quase todos trocados nos sequestros. Formavam uma tropa imaginária que desembarcaria no Brasil com experiência, treinamento e recursos suficientes para retomar a ofensiva. Espalhavam-se por Chile, Cuba, Argélia e França. O terceiro grupo era o dos combatentes que viviam clandestinamente no Brasil. Nas cidades, mal passavam de cem. Viviam espremidos entre a ideia do exílio e a do “desbunde”. Esse termo, que designara a passagem da militância esquerdista para o mundo de sonhos da marginália cultural, confundia-se com um salto em direção a uma condenada opção pela individualidade.

Amarrando-os às armas, havia a perseguição, a lembrança dos sofrimentos dos presos e o “compromisso com os mortos”.[3] No comovente depoimento de Vera Sílvia Magalhães: “Eram meus amigos, era minha vida — e minha morte. Essa contradição eu tinha de viver. Fora dali eu era o quê? Não tinha identidade”.[4] Procurava-se resgatar uma dívida com os

vivos, a libertação dos prisioneiros. “A gente ficava mais pelo aspecto ético, moral... que outros companheiros já morreram... aquele negócio todo”, reconheceria Alex Polari, da VPR.[5]

Circulava um duplo sentimento de culpa, pois a deserção significaria o abandono não só do amigo morto (quase sempre um jovem colega de bar ou de escola, frequentemente um amor juvenil), mas também dos amigos vivos, a cujos momentos de doloroso silêncio muitos deviam a liberdade. Ficar “parecia uma opção pela morte e pela tortura”.[6]

Desarticulada, a VPR não chegava a somar cinquenta quadros. Sem dinheiro, pedia dólares emprestados à VAR.[7] Carlos Lamarca, trancado num aparelho, refletia: “Estamos nos esvaziando, não conseguimos recuperar o terreno perdido, os companheiros no exterior estão sendo transformados em tábuas de salvação enquanto aqui não conseguimos criar condições para recebê-los (...) aprofundamos o nosso isolamento político, afundando cada vez mais na marginalidade (...) desgastamo-nos no cri-cri-cra-cra da política burguesa, não criamos nada”.[8]

Felipe, um veterano da VPR, contara ao seu psicanalista o suicídio do sociólogo Juares Guimarães Brito, legendário fundador da organização. Era o *Juvenal* do assalto ao cofre de Adhemar de Barros e tentara resgatar um companheiro que a polícia levara até um “ponto”. A manobra falhara, e uma patrulha do CIE ia capturá-lo. Deu um tiro na cabeça. *Felipe* dissera ao terapeuta:

> — Fim de linha, doutor. Perdemos a guerra...
> — Olha, pra mim você não tem mania de perseguição, não. Você está sendo perseguido. É a realidade. A opção de ir para o exterior é uma reação de vida, não há por que se culpabilizar — respondeu o analista.[9]

Felipe era uma espécie de intérprete oficial da VPR. Estivera no sequestro de Von Holleben, pensara em saltar, mas ia ficando. Viera da incubadeira do movimento secundarista da classe média alta do Rio de Janeiro. Havia dois anos carregava um trabuco na cintura.

* * *

O embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, um solteirão de 57 anos, tornara-se conhecido nos salões do Rio pelo bom humor e pela latinha que empunhava como se fosse um talismã. Eram cigarros ingleses feitos com uma mistura de fumos dosada ao seu gosto. Seu Buick azul foi interceptado no Flamengo na manhã de 7 de dezembro de 1970. Os terroristas deram dois tiros. Um deles feriu mortalmente o agente federal que escoltava o diplomata. *Paulista* e *Daniel* mandaram que saísse do carro. Bucher voltou-se bruscamente. Parecia procurar uma arma, mas catava a latinha de cigarros. Disfarçaram-no de pintor, com guarda-pó e boné, e desovaram-no numa casinha de subúrbio na ladeira Tacaratu, em Rocha Miranda.[10]

> — O senhor será bem tratado — tranquilizou-o, em inglês, *Felipe*.
> — Porra, eu não sou americano, sou suíço! Não tenho nada com isso — respondeu Bucher em português quase impecável.[11]

Helga, que recebera Holleben com Valium 5, preparou-lhe um suco de maracujá. Desde o primeiro momento estabeleceu-se uma relação amigável entre o embaixador e seus carcereiros. Demoraria pouco para que formasse com o barbudo *Paulista* uma dupla temível no biriba.[12] Ao contrário do que sucedera nos sequestros anteriores, dessa vez a VPR dispunha de razoável infraestrutura. A casa fora alugada seis meses antes, e dois dos sequestradores haviam se familiarizado com a vizinhança. Contavam até com um refúgio alternativo. Cinco manifestos espalhados pela cidade

informavam que o resgate de Bucher fora fixado em setenta presos, com três outras exigências: a divulgação de uma catilinária, o congelamento geral de preços por noventa dias e roletas livres nas estações de trem do Rio de Janeiro.[13] [*Veja o documento*] Era o mais alto preço pedido por um diplomata.

Durante os catorze meses que separaram o sequestro de Elbrick do de Bucher desenvolvera-se internacionalmente uma cultura policial relacionada com a segurança dos diplomatas, a negociação de resgates e a invasão de aparelhos. Os serviços de segurança brasileiros perceberam a precariedade das ações anteriores. Os interrogatórios dos sequestradores capturados permitiram uma melhor compreensão das tensões suportadas pelos terroristas durante o difícil período das negociações. O presidente Médici perdera o sono nos sequestros anteriores, mas quando lhe contaram que mais um embaixador havia sido capturado, avisara que não queria mais ser aborrecido com o assunto.[14]

Os jornais do dia seguinte trouxeram duas más notícias para os sequestradores. *Bacuri*, cujo nome encabeçava a lista de presos que seria apresentada ao governo, fora assassinado. Além disso, o governo dizia que ainda não recebera mensagem alguma, mentira indicativa de que não tinha pressa. O silêncio só foi rompido um dia depois, quando a VPR já fizera outro comunicado e o embaixador escrevera duas cartas, uma das quais ao chanceler suíço. O Planalto concordava em discutir a libertação dos presos, mas recusava-se a cumprir as três exigências adicionais, classificando-as de "extravagantes e humilhantes". Parecia um detalhe banal, relacionado com o caráter pitoresco da anistia ferroviária e do congelamento de preços, mas na realidade estava em jogo uma etapa decisiva nos estratagemas dos sequestros. Ao aceitar a recusa, sobretudo a censura do manifesto, os sequestradores permitiram que o adversário lhes contestasse a iniciativa. Nos casos anteriores o governo sempre consentira na divulgação das proclamações esquerdistas. Brasília fingia não ouvir a VPR, mas mesmo assim os terroristas refugaram um confronto em torno dos acessórios do

resgate. Remeteram o essencial, a lista com os nomes dos setenta presos que pretendiam libertar. *Paulista*, o mais experimentado da equipe, farejava desgraças: “Já perdemos muito terreno com a não aceitação das condições políticas. Não sei não. Pode dar merda”.[15]

Deu. Somando determinação a astúcia, o governo tornava-se senhor do ritmo e da qualidade da negociação. Anunciou que a lista era falsa, exigiu uma nova cópia rubricada pelo embaixador e remetida ao Ministério da Justiça. No dia 12, quando o sequestro de Bucher estava no quinto dia, transformando-se no mais longo da série brasileira, o Planalto recusou-se a soltar treze dos setenta presos. Enunciava um critério pelo qual não negociaria a liberdade de sequestradores e autores de crimes de sangue. Inédita e audaciosa, a cartada deixara à VPR uma escolha amarga. Cedia e libertava 57 prisioneiros, ou rompia as negociações, matava Bucher e mantinha na cadeia todos os setenta.

O dilema era cruel para os treze rejeitados, precisamente aqueles que mais se desejava libertar. Aceita a negociação, a VPR estaria indicando que admitia deixá-los no cárcere por boa parte de suas vidas. Entre os rejeitados estavam três veteranos do sequestro de Elbrick. A esse lance de intransigência acrescentaram-se uma surpresa e uma aparente concessão. Dezoito presos recusavam-se a sair do país. Somados aos treze vetados, deixavam 31 lugares abertos na lista. O governo informou que concordava em negociar outros nomes de forma a cumprir a exigência das setenta libertações.

Havia cinco terroristas na casa da rua Tacaratu. Semanas de claustro aumentaram a tensão, e já se brigara até mesmo porque um dos inquilinos fritara ovos na manteiga, “coisa de pequeno-burguês”. Formou-se instantaneamente uma maioria pela execução de Bucher. “Cedemos demais. Cedermos de novo é desmoralização demais da conta. Não dá”, dizia *Daniel*. Pela concessão, só *Felipe*, que acabara de completar vinte anos. *Paulista* pareceu simpatizar com a execução, mas trancou-se no quarto.

Bucher perguntou: “O que vão fazer comigo?”. Disseram-lhe que seria transferido para outro aparelho, mas era mentira. O aparelho alternativo fora capturado pela polícia, e naquela pequena casa de subúrbio o próprio verbo “transferir” tinha significado diverso. Pensava-se, de fato, em “transferir” o embaixador deste mundo para outro.[16] *Paulista* redigiu um ultimato: “Executaremos Bucher se as negociações forem interrompidas”.

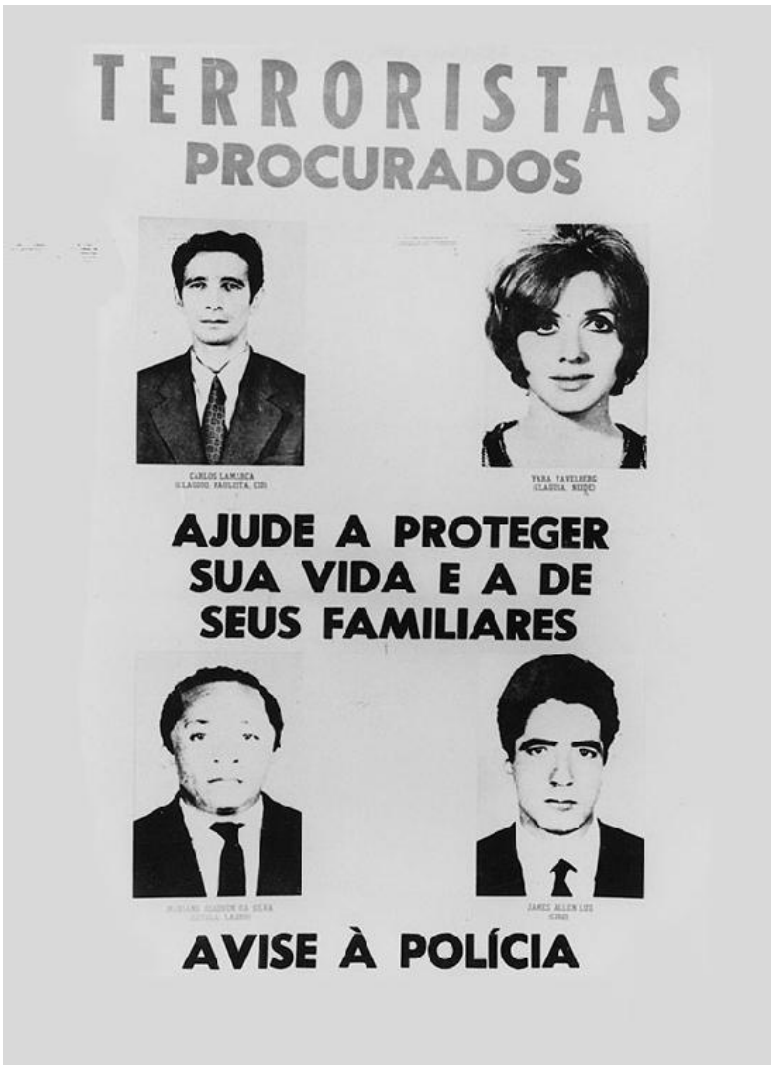
As bases da VPR queriam ver sangue. Por quinze votos contra três, Bucher deveria ser “transferido”. Uma delas propunha que a ditadura levasse “o cadáver do embaixador atravessado na garganta”. *Paulista* refletira muito. Decidiu-se pela vida do diplomata e *Paulista* julgou necessário valer-se de um dispositivo estatutário da organização ao qual jamais dera importância. O comandante em chefe tinha direito de veto sobre decisões coletivas. A VPR capitulava. Houve militante que, ao receber a notícia, puxou os cabelos em plena rua.

Os 31 nomes foram substituídos numa demorada negociação durante a qual quatro outros foram rejeitados. Um mês depois da captura de Bucher, conseguiu-se finalmente fechar uma lista com setenta nomes, e no dia 13 de janeiro de 1971 os presos foram embarcados com destino ao Chile. Terminara o ciclo dos sequestros.

Paulista era Carlos Lamarca. Fazia dois anos que fugira do quartel de Quitaúna para comandar focos guerrilheiros, bombardear São Paulo e participar da vanguarda revolucionária que derrubaria a ditadura. Os focos não existiam, o bombardeio não acontecera e a ditadura abatera as organizações revolucionárias. Lamarca vivera a maior parte do seu tempo trancado em aparelhos. Em dois anos estivera em mais de vinte, quase sempre sem poder chegar à janela, “fechado”. Estudava, tomava litros de café, fumava cinco maços de cigarros por dia e matava o tempo cortando bolinhas de cortiça ou descascando feijão.[17] Produziu uma literatura megalômana e deixou uma crônica de humildade pelos tugúrios por onde passou. Escrevendo à mulher pouco depois de limpar o cofre de Adhemar

de Barros, informava: “Falam no meu nome com uma extraordinária esperança. O nosso povo já foi traído por seus falsos líderes e, embora eu não tenha esta pretensão, sou uma esperança para o povo”. Sonhava com uma guerra durante a qual viveria numa tenda verde, de onde sairia para pisar tapetes vermelhos.[18] Montado numa visão idílica da esquerda e da revolução, recomendava aos filhos: “Estudem a vida de Marx-Lenin-Engels-Trotsky-Mao-Fidel-Ho Chi Minh-Giap-Boumediene e que sejam criados no espírito do Che”.[19] A Central Intelligence Agency traçara-lhe o perfil: “Compensou com entusiasmo, estâmina, determinação e coragem o que lhe faltou em sofisticação intelectual”.[20] Era o homem mais procurado do Brasil. Se tivesse desertado da PM, talvez não mobilizasse tanto prestígio à esquerda nem tanto ódio à direita.

Poucos meses depois da fuga de Quitaúna o capitão se apaixonara pela musa da VPR, a *Clara*, uma mulher bonita, com enormes olhos claros. Vaidosa, era capaz de sair de um aparelho para cortar o cabelo e tomar champanhe no Jambert de Ipanema, o melhor e mais caro salão do país.[21] Era a ex-estudante de psicologia Iara Iavelberg, tinha 25 anos, chegara à luta armada pelo movimento estudantil e lecionara marxismo no campo de treinamento do vale do Ribeira. *Paulista* saiu do aparelho de Cascadura dias antes da libertação do embaixador e foi se encontrar com Iara numa casa de Brás de Pina. Nas semanas seguintes discutiu-se a fuga do casal para o Chile, e chegou-se a mobilizar um esquema para que obtivessem passaportes. Ele a recusou: “O retorno é problemático e abomino depender dos outros. Seria capaz de voltar só. Cara, coragem e meu 38. Nosso papel é criar condições para a guerrilha”.[22] Acabou metido numa casa onde estavam abrigados tantos ressentimentos e intransigências ideológicas que os hóspedes de um quarto não dirigiam a palavra aos do outro. Lamarca dormia duas horas por noite. “Eu também fico”, informou Iara.[23]



Lamarca e Iara Iavelberg num dos cartazes que o governo espalhava por delegacias, aeroportos e rodoviárias.

* * *

Durante o cativeiro de Bucher a principal baixa da VPR fora Yoshitane Fujimori, o *Joel* da direção regional em São Paulo, veterano dos primeiros assaltos de 1968, do vale do Ribeira, com duas mortes nas costas e perto de uma dezena de ações armadas. Levara cinco tiros na cabeça.[24] Para o seu lugar ascendeu *Jadiel*, 29 anos, recém-chegado de Cuba, onde vivia desde 1967. Além do capitão Carlos Lamarca, a quem trouxera recados de

Havana, poucos sabiam que *Jadiel* era José Anselmo dos Santos, líder da rebelião dos marinheiros de 1964. Quando chegou, esse era seu único segredo.

Março de 1964. O marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, líder da rebelião dos marujos que corroeu a base do governo Goulart.

Logo após a deposição de Goulart, o *Cabo Anselmo* fora uma das pessoas mais procuradas do país. Safara-se asilando-se na embaixada do México. Surpreendentemente, desistira do asilo e se transferira para a rede clandestina da AP. Capturado em menos de 24 horas, tornara-se troféu da onipotência da nova ordem. Depois de passar pelo DOPS, foi mandado para a delegacia no Alto da Boa Vista. Lá vigoravam os costumes típicos das carceragens de bairro, com presos circulando pelo prédio, chegando até mesmo a substituir os policiais em tarefas burocráticas. Anselmo fazia

serviços de telefonista, escrivão e assistente do único detetive do lugar em suas rondas de cobrança de propina em pontos de bicho e bocas de fumo.[25]

Um ano depois, tornou-se o único preso da delegacia. Com as regalias ampliadas, era-lhe permitido ir à cidade.[26] Numa ocasião surpreendeu o ministro-conselheiro da embaixada do Chile, visitando-o no escritório e pedindo-lhe asilo. Quando o diplomata lhe perguntou o que fazia em liberdade, respondeu que tinha licença dos carcereiros. O chileno, estupefato, recusou-lhe o pedido.[27] Em abril de 1966, com a ajuda da AP, Anselmo deixou a cadeia.[28] Pouco depois chegava a Montevidéu, de onde a conexão brizolista haveria de catapultá-lo a Havana e ao seu curso de luta armada. Anselmo estava num exercício de treinamento no alto da serra cubana em outubro de 1967, quando os guerrilheiros choraram a morte do Che Guevara.[29] Em setembro de 1970, como *Jadiel*, retornou ao Brasil.[30]

Em São Paulo, tornou-se *Jônatas*. Encontrou uma guerrilha agonizante. Esteve com Lamarca num barraco no interior do Rio de Janeiro, sem contatos, sem carro e sem projetos. No ócio da periculosidade, Anselmo viveu em função dos "pontos" com outros militantes. Não participou de nenhum tipo de operação. Apenas esperava. Sua principal tarefa foi coordenar a construção de uma casa que deveria servir de aparelho para a VPR. Quando o dinheiro lhe faltou, buscou ajuda e contatos na velha rede de simpatizantes. Bateu em oito portas. Cinco fecharam-se. A da irmã abriu-se a contragosto, mesmo tratando-se apenas de guardar uma maleta.[31]

Anselmo foi preso por acaso, no dia 30 de maio de 1971.[32] Há duas versões para esse episódio. A primeira é do delegado Edsel Magnotti, do DOPS paulista: Anselmo fora visto (sem ser reconhecido) no saguão do hotel San Raphael, onde estava hospedada a seleção cubana de basquete que jogava em São Paulo o VI Campeonato Mundial. Entregara à capitã Margarita um pequeno embrulho, pedindo-lhe que o passasse "ao companheiro Fidel".[33] A partir daí teria sido seguido e capturado na casa de um amigo, o ex-fuzileiro naval Edgard Aquino Duarte, um veterano da

rebelião de 1964 que vivia em São Paulo como operador na bolsa de valores.[34] A segunda versão, de Anselmo, não difere basicamente do que disse o delegado. O "cabo" contou (em 1999) que a polícia chegou ao apartamento onde estava, depois de rastrear um cheque de Edgar, dado ao empreiteiro da casa da VPR.[35] As duas versões coincidem no essencial. Os policiais que prenderam Anselmo não sabiam quem ele era. Entregue ao delegado Fleury, o "cabo" trocou a VPR pelo DOPS, tornando-se um policial. Edgar, a única pessoa que soubera da sua captura, vagou de prisão em prisão e foi visto pela última vez no DOPS de São Paulo em junho de 1973, tornando-se um desaparecido.

Nos dois depoimentos em que narrou seu pulo, Anselmo insistiu na sinceridade e na convicção de sua escolha. É certo que adquiriu essa convicção depois de pelo menos uma sessão de tortura. Como ele mesmo esclareceria: "Concederam-me a oportunidade de sobreviver".[36] Sobreviveu simulando-se livre, restabelecendo contatos, cobrindo "pontos" e levando aquilo que se poderia chamar de a vida normal de um clandestino.

Depois de interrogatórios feitos em condomínio com o Cenimar e o CIE, Anselmo foi transferido para um apartamento. Lá, tornou-se isca para atrair os contatos da VPR e da ALN. As cortinas de sua sala tinham microfones embutidos.[37] Tornou-se também um analista, estudando documentos e confissões: "Lia os depoimentos e via em que pontos ele poderia estar sendo pouco verdadeiro ou escondendo, sonegando alguma coisa e traduzia algumas das questões mais técnicas, dando as linhas que iriam servir para um novo interrogatório".[38] Ganhava a comida e uns trocados. O *Jônatas* da VPR foi rebatizado pelo DOPS e virou *Kimble*.[39]

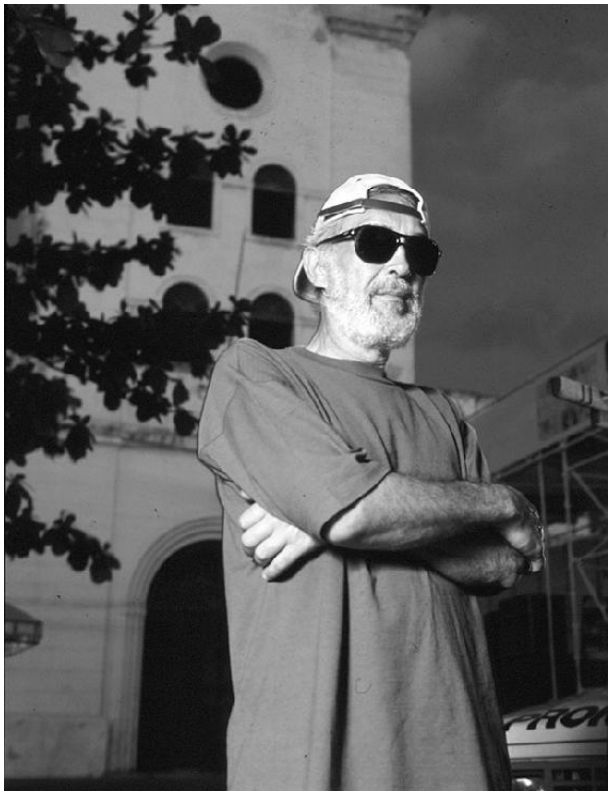
Há indicações de que tentou enganar a polícia. Perdeu a parada. Num "ponto", Anselmo contou ao ex-sargento José Raimundo da Costa, o *Moisés* da VPR, que tinha sido preso e fingia colaborar com a polícia. Antes de ser assassinado, em agosto, *Moisés* revelou a outros militantes da organização o segredo da transmutação do "cabo".[40] Alguma coisa deu errado, pois no dia

26 de junho alguém postou no correio um envelope com uma folha de papel de seda endereçado à Editora Abril. Era um comunicado do Centro Brasileiro de Informações avisando que o *Cabo Anselmo* fora assassinado no DOPS de São Paulo após "intensa sessão de torturas".[41] Pouco depois a notícia estava no jornal da ALN, nos despachos da agência cubana Prensa Latina e no boletim romano da Frente Brasileira de Informações.[42]

A transmigração de Anselmo foi um fato traumático e custoso para a esquerda armada, mas isso se deveu mais à inépcia dos seus aliados do que à competência dos novos patrões. Edgard Aquino Duarte contara a um colega de cela que Anselmo fora capturado.[43] Dois presos o viram na carceragem do DOPS.[44] Em julho, a ALN comprovara que seus "pontos" com o "cabo" estavam vigiados.[45] Dois militantes da VPR desapareceram depois de encontrá-lo.[46] Um psiquiatra que militava na organização surpreendera-se ao ver que a polícia lhe perguntava segredos que compartilhara com Anselmo.[47] Os torturadores de uma dirigente da VPR contaram-lhe que Anselmo estava preso, "trabalhando para nós". Em agosto, internada num hospital de Belo Horizonte, ela conseguira comunicar a amigos que *Jônatas* era policial. Em setembro a informação chegou ao Chile, mas a denunciante foi dada por doida.[48] A essa altura, *Kimble* já se tornara um policial convicto e audacioso. Desembarcou em Santiago, para reencontrar seu amigo Onofre Pinto. O fundador da VPR lhe mostrou um informe vindo do Brasil em que se assegurava: "O *Cabo Anselmo* se entregou à repressão". Prevaleceu a amizade.[49] Anselmo retornou ao Brasil com algum dinheiro e a tarefa de montar uma rede da VPR no Recife. Lá, teria três vidas. Numa era o marido da dona da butique Mafalda, onde se vendiam boas rendas. Noutra era *Kimble*, do DOPS. Na terceira, *Daniel*, chefe do núcleo da VPR no Nordeste, no qual infiltrara *César*, um investigador da equipe de Fleury.[50]

A última operação de Anselmo, na primeira semana de janeiro de 1973 (dezenove meses depois da primeira denúncia), resultou numa das maiores

e mais cruéis chacinas da ditadura. Um combinado de oficiais do CIE e do DOPS paulista matou, no Recife, seis quadros da VPR. Capturados em pelo menos quatro lugares diferentes, seus corpos apareceram numa pobre chácara da periferia. Lá, segundo a versão oficial, dera-se um tiroteio em cujo término morreram seis foragidos e escaparam dois (*Daniel* e *César*). Os mortos da VPR teriam disparado dezoito tiros, sem acertar um só. Receberam 26, catorze na cabeça. Deles, quatro eram veteranos, três com treinamento em Cuba, mas pouco tinham a contar além do que Anselmo já contara. A advogada Mércia de Albuquerque Ferreira viu os cadáveres no necrotério. Estavam brutalmente desfigurados. Um dos mortos era a paraguaia Soledad Barret Viedma, morena de cabelos dourados, companheira de Anselmo — "uma pessoa preciosa", nas palavras de *Kimble*.[51] Completaria 28 anos no dia seguinte. *Daniel*/ *Kimble* não viu o massacre. Foi para um hotel na praia da Boa Viagem, e a esquerda só voltou a saber dele onze anos depois, quando o "cabo" entregou sua história ao repórter Octávio Ribeiro, o *Pena Branca*.



Anselmo no fim dos anos 90. Do Jônatas da VPR, que se tornou o Kimble do DOPS paulista e do CIE, restou um personagem que revela o passado e esconde o presente.

Anselmo foi o mais famoso dos infiltrados, mas não o único. Fleury compartilhou-o com o CIE, que haveria de infiltrar-se em quase todas as siglas de esquerda. No Partido Comunista teria um plantel de pelo menos oito agentes.[52] Um dos informantes era membro do comitê central do PCB; outros militavam na ALN, VPR e Molipo. *Bacuri* fora preso por conta de dois agentes do DOI que militavam na Frente de Libertação Nacional e mais tarde se mudariam para o PCBR.[53] Joaquim Câmara Ferreira, o *Toledo*, sucessor de Marighella no comando da ALN, foi capturado por Fleury graças à ajuda de um quadro da organização. Preso no Pará, apareceu em São Paulo fingindo ter fugido de um hospital.[54] O CIE recebia da Central Intelligence Agency relatórios de um instrutor de guerrilhas baseado em Cuba. Ele listava nomes, codinomes e atividades dos brasileiros que treinava.[55] Foram necessários vinte anos para que se descobrisse a

existência do mais eficiente dos “cachorros” do DOI paulista, em cujo rastro morreu perto de uma dezena de quadros da ALN. Era o *Jota*, recrutado em 1972 e identificado em 1992 como João Henrique Ferreira de Carvalho, o *Jair*.[56]

O comandante do DOI paulista, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, teve em torno de uma dezena de “cachorros”, e um de seus oficiais, o capitão Ênio Pimentel da Silveira, *Dr. Ney*, manteve um “canil” com doze.[57] Anselmo soube de “uns seis ou oito”. Cada “cachorro” ganhava mensalmente algo como o soldo de um capitão. Assinava contrato e passava recibo.

Nos seus primeiros meses de trabalho como “cachorro”, Anselmo teve poucos serviços a prestar. Ainda que rica em Santiago e Paris por conta do dinheiro do cofre de Adhemar de Barros, a VPR tornara-se tão pequena que era difícil achá-la. Estava reduzida a duas submetralhadoras e menos de trinta militantes. Poucos meses depois deixaria de existir no Brasil. Lamarca, seu comandante em chefe, transferira-se em março para o MR-8, trocando o nada por coisa nenhuma. O Oito desintegrava-se. Entre maio e junho o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, o CISA, teve nos seus cárceres dois presos que sabiam onde o capitão dormiria a noite seguinte. Stuart Edgar Angel e José Gomes Teixeira morreram sem falar.[58] Escondido com Iara num apartamento de simpatizantes, nas vizinhanças do largo do Machado, no Rio, o capitão ameaçava:

> — Amigos, é minha a última bala do revólver. Ninguém me pega vivo. Se a repressão descobrir este aparelho abro os bicos de gás e acendo o isqueiro.
> — Ei! Não quero morrer explodida, você nunca me falou desse plano. Meu negócio é tiro — brincou Iara.
> — Primeiro você me deixa sair, depois explode — arrematou a dona da casa.[59]

Na tarde de 4 de maio de 1971 o presidente Médici estava como gostava. Num só compromisso, em Salvador, inaugurara a renovação do estádio da Fonte Nova e assistia a um jogo de futebol. Aos 21 minutos do segundo tempo a multidão achou que as arquibancadas estavam cedendo. Pânico, dois mortos e 2 mil feridos.[60] Médici chegou a supor que o jogo continuaria, mas convenceram-no a autorizar a suspensão do divertimento.[61] Solange Lourenço Gomes, a *Emília*, dirigente do MR-8, marcara um "ponto" na Fonte Nova e estivera na arquibancada enlouquecida. Em estado de choque, entrou numa delegacia informando: "Eu sou uma subversiva, eu sou uma subversiva". Uma semana depois, tendo contado tudo o que sabia a respeito do MR-8, levou a polícia ao encontro do seu companheiro. No final de maio o MR-8 baiano estava nas mãos do DOI. Tinha-se conhecimento até mesmo da existência de um dispositivo rural, coordenado por um certo *Dino*, ou João Lopes Salgado. Só não sabiam sua localização.[62]

No final de junho Carlos Lamarca e Iara Iavelberg fugiram para a Bahia, onde o dispositivo rural de *Dino* esperava o comandante. Com o nome de *Cirilo* e dizendo-se geólogo, o capitão chegou no dia 29 ao lugarejo de Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas, a setecentos quilômetros de Salvador, nas proximidades do médio São Francisco. Era um perau profundo do sertão baiano, região de caça e garimpo, paisagem lunar, evocativa das terras de Canudos. De Brotas não se falava desde 1940, quando por lá o cangaceiro Corisco perdera a vida. Havia lugares onde não se usava o arado e alguns camponeses acreditavam que, diante da decadência dos costumes das cidades, o comunismo já tinha chegado. Depois de quase um ano de clausura, Lamarca sentia-se flácido e pálido. Tentava controlar o fumo consumindo abaixo de dois maços por dia.[63] Começou nesse dia a escrever cartas diárias a Iara, que ficara em Feira de Santana.

Documento único na historiografia brasileira, essas 23 cartas contam o estado de ânimo de um revolucionário derrotado que corre em direção ao nada, cavalgando sua utopia sem recriminações que mascarassem fracassos nem dúvidas que amortecessem perigos. Pela aparência macerada e pela marcha sem rumo, o *Cirilo* do sertão baiano move-se como um desesperado, mas aquele que se mostrou nas cartas é um homem feliz, desempenhando o papel de herói que se impusera e cultivara. Via as vicissitudes como um enriquecimento biográfico. Referindo-se ao pedregulho sobre o qual anotava sua teoria da revolução rural, mencionava um "escritório rústico, pré-histórico — um dia sentirei orgulho dele e contarei com satisfação, como quem rememora dificuldades superadas".[64] Naquilo que parece um beco sem saída, via um caminho em cujo fim haveria um "tapete vermelho". Suas cartas a Iara são a doce narrativa de um grande amor: "Aqui tem muitos pássaros lindos de variadas cores — perto está uma juriti pronta para tomar um tiro no peito — mas não daria — e a vida dela continua em homenagem a ti. Ela voou. (...) Sou feliz por ser o teu amor, sinto saudades de tudo e me alimento das lembranças. Penso adoidadamente em ti — é impressionante — nunca pensei amar tanto".[65]

Livre dos aparelhos, solto no mato, ainda assim Lamarca vivia confinado. Passava o dia numa barraca, tomava banho à noite e enterrava as próprias fezes para não deixar pistas capazes de revelar a duração de sua permanência num lugar. No início de julho começou a doer-lhe a coxa esquerda. Foi atacado por formigas e barbeiros. A vegetação espinhosa obrigava-o a caminhar agachado. O contato que deveria trazer notícias de Salvador não aparecia. Sonhava com Iara ("Dormi contigo, entendeu?") ou com combates. Num deles, como lord Nelson, triunfava aleijado do braço e cego de um olho. Como Mao, cometia poemas:

O canto, um grito
de guerra transformou

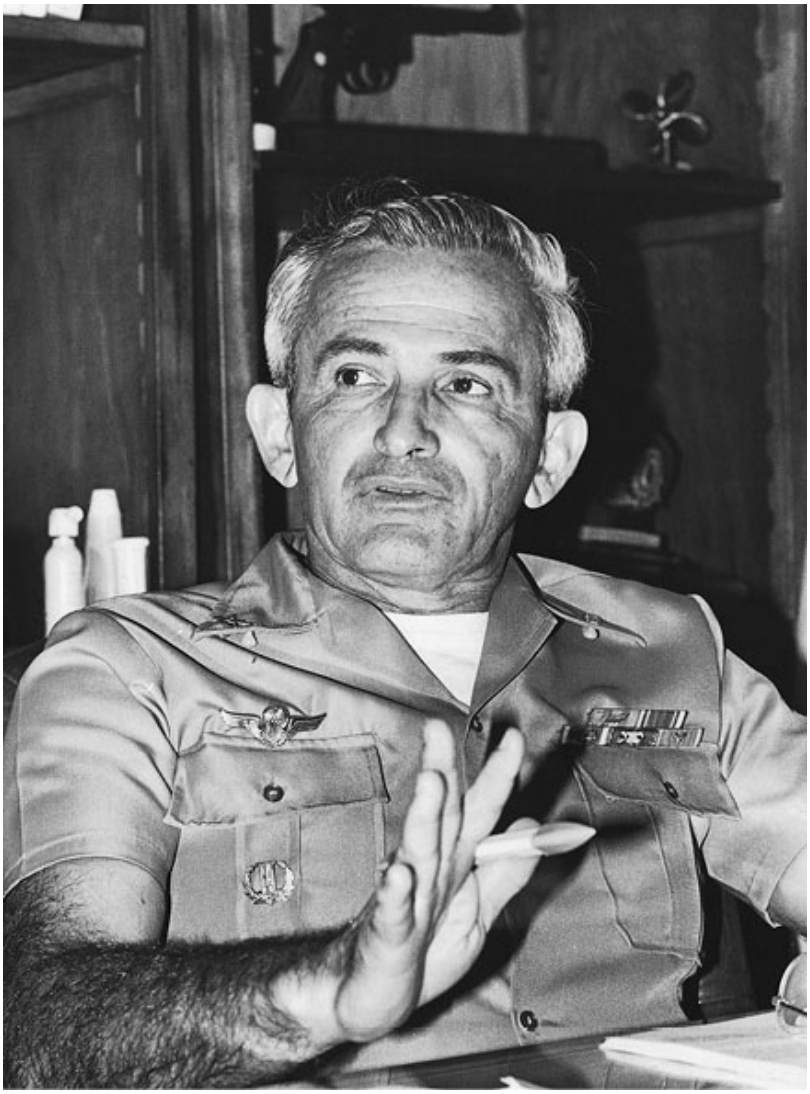
na luta longa,
na longa jornada,
conquista-se, espraia-se
o canto, o chorar.[66]

No dia 14 de julho comemorava: “Hoje — data da tomada da Bastilha — vemos a burguesia e o imperialismo cercados em todo o mundo, vamos ficando para o fim mas já tomamos gosto nessa participação — África e América Latina serão o marco do início do fim do imperialismo — início de nova era na Humanidade”.[67]

O dispositivo rural baseava-se no apoio de José Campos Barreto, o *Zequinha* das greves de Osasco em 1968. Preso, divertira a esquerda nacional respondendo em inglês ao policial que lhe perguntou quantos anos tinha: “Twenty one”.[68] Ex-seminarista, antes de entrar no MR-8 militara na VPR e na VAR-Palmares. Pretendia montar um foco guerrilheiro a partir do Buriti Cristalino, onde viviam seu pai e seis irmãos, três homens e três mulheres. Além deles havia o *Professor Roberto,* Luís Antônio Santa Bárbara, um excelente jogador de futebol, 24 anos, que ensinava o povoado a ler e as crianças a montar um teatrinho.[69]

No dia 6 de agosto, enquanto Lamarca escrevia a Iara de sua tenda do Buriti (previa agitações de militares nacionalistas), *Rocha,* o militante que os trouxera do Rio, conversava com outro quadro do MR-8 num “ponto” no Centro de Salvador. Tratavam da transferência de Iara. Bateu a polícia, e *Rocha* (José Carlos de Souza) foi apanhado. Sabia tudo o que a “tigrada” queria. Levaram-no para o quartel da Polícia do Exército. Começavam a cruzar-se os caminhos do ex-capitão Carlos Lamarca e do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe da 2ª Seção do estado-maior da 6ª Região Militar, comandante do DOI de Salvador. Filho de um sargento-músico do Exército, era um alagoano parrudo, obstinado, ascético e messiânico. Tinha

aquela característica dos temperamentos napoleônicos que o levava a agir, já como major, como se estivesse escrevendo a biografia de um marechal.



Nilton Cerqueira

No primeiro dia José Carlos apanhou até as duas da manhã. Inicialmente os interrogadores queriam saber onde estavam *Dino* e o dispositivo rural. Na segunda semana de suplícios os torturadores conseguiram saber de um aparelho para o qual havia mandado seus móveis. Desconhecia o endereço, mas lembrava onde contratara a camionete da mudança. Quando o DOI encontrou o motorista, descobriu que o

esconderijo ficava na rua Minas Gerais, na Pituba. Preparou-se o ataque. José Carlos achou que iludira os interrogadores. O DOI acreditava que ia capturar *Dino*, mas ele estava certo de que, por cautela, o aparelho tinha sido desativado.[70]

O DOI chegou ao edifício Santa Terezinha ao amanhecer do dia 20 de agosto. Cercou todo o quarteirão. Fumigou o apartamento 201 com bombas de gás lacrimogêneo, e dele saíram três militantes do MR-8, a empregada e duas crianças. Um sucesso. Partiram todos numa camionete, deixando três agentes de plantão no apartamento varejado. A batida terminara quando um garoto, morador do apartamento 202, abriu a porta do banheiro de serviço e viu-se diante de uma mulher apontando-lhe dois revólveres. Fugiu e denunciou-a.

Era a *Liana* do 201. Iara Iavelberg pulara um pequeno vão, passando de um apartamento para o outro, mas a polícia encurralou-a num quarto infestado de gás lacrimogêneo. Ouviu-se um tiro. A bala transfixou-lhe o coração e o pulmão esquerdo. Tentaram levá-la a um hospital, mas quando o carro estava na curva do largo de Amaralina, o policial que lhe repousava a cabeça no colo avisou: “Não precisa mais correr tanto porque ela morreu”.[71]

Passaram-se algumas horas antes que se descobrisse que aquela jovem deitada numa mesa do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues com uma mancha roxa no peito era a mulher de Carlos Lamarca. Quatro dias antes, ele despachara um lote de cartas para Iara. Na última parecia lutar contra a despedida: “Te amo, te adoro — segue esta carta impregnada de amor — vou te ver, nem que seja a última coisa na minha vida — mil beijos do teu Cirilo”.[72] Em São Paulo uma mulher que seguia a história daquela paixão lendo cartas capturadas sentiu uma lágrima ao saber do fim de Iara. “Eu admirava aquela mulher apaixonada”, contaria mais tarde Joseíta Ustra, mulher do comandante do DOI do II Exército.[73]

Durante mais de um mês o corpo de Iara ficou numa gaveta do necrotério como isca para atrair Lamarca.[74] Era o terceiro cadáver da perseguição. A "tigrada" pusera nessa liça um grau de violência e ressentimento estranhos até mesmo à neurastenia do porão. Stuart Angel fora morto amarrado à traseira de um jipe, com a cabeça próxima ao cano de descarga, e arrastado pelo pátio da base aérea do Galeão.[75]

Depois de ter sido presa no apartamento da Pituba, Nilda Cunha ouvira os gritos de seu namorado. Tinha dezessete anos e fora ameaçada de estupro. O delegado Sérgio Fleury, que voara de São Paulo, alisara-lhe o rosto e avisara: "Vou acabar com essa sua beleza". Vendaram-lhe os olhos, levaram-na para outro lugar. Quando voltou a ver, estava ao lado do cadáver de Iara. Obrigaram-na a tocá-la. Nilda enlouqueceu. Teve crises de cegueira e foi internada diversas vezes. Em novembro, numa das suas crises, morreu. Meses depois sua mãe enforcou-se com um fio de máquina de calcular.[76]

No dia 25 de agosto o major Cerqueira reuniu-se na sala de instruções do QG da 6ª Região Militar com as equipes que caçavam Lamarca no sertão. Deu à mobilização o nome de *Operação Pajussara*, homenageando uma praia de Maceió, e nas comunicações por rádio Lamarca era chamado de "a mercadoria". Somavam 215 homens, dezoito dos quais saídos do Para-Sar.[77] Era um combinado de todos os serviços de informações militares e de policiais paulistas e baianos. Os soldados nativos chamavam a equipe vinda de Brasília de "cancãs", e a rivalidade chegaria a tal ponto que por pouco uma equipe não atirou em outra, confundindo-a com o inimigo.[78] Nesse mesmo dia a embaixada americana em Brasília informou ao Departamento de Estado que, segundo uma fonte do DOI, Lamarca tinha apenas 40% de chances de escapar ao cerco.[79]

Os "cancãs" chegaram a Buriti Cristalino no dia 28, e na casa dos Barreto sabia-se o que isso significava. Olderico, de 23 anos, abriu fogo e caiu com um tiro no rosto. Seu irmão Otoniel, de vinte, também atirou, morreu com uma rajada de submetralhadora e foi deixado ao relento, onde

os carcarás lhe comeram os olhos. O *Professor Roberto* matou-se com um tiro na cabeça. José Barreto, o pai de Olderico e Otoniel, apanhou por vários dias. Amarravam-lhe os pés e penduravam-no de cabeça para baixo.

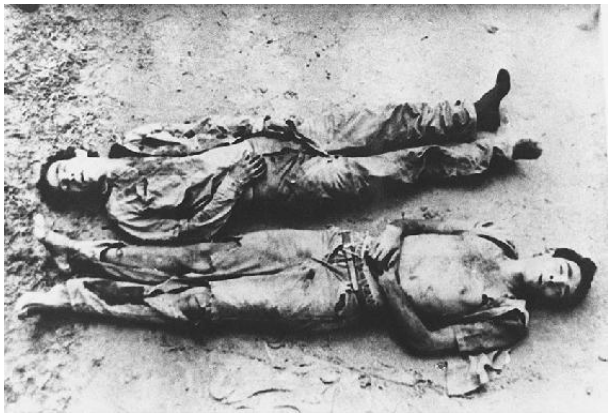
Lamarca e *Zequinha* ouviram os tiros de Buriti Cristalino, abandonaram a barraca, cigarros e latas de comida em conserva.[80] Marcharam nove quilômetros numa noite e chegaram a um engenho. Não demorou muito, e a "tigrada" achou-lhes a pista. Puseram-se a salvo subindo as montanhas, mas no dia 7 de setembro desceram à localidade de Três Reses e foram denunciados. Atravessaram a serra da Conceição e entraram na caatinga. Lamarca estava doente, faltava-lhe fôlego, mal andava. *Zequinha* carregava-o nas costas.[81] Alguns camponeses de Carnaúba ouviram quando ele pediu para ser abandonado pelo amigo. Iam a lugar nenhum, mas caminhavam em direção a Brotas de Macaúbas alimentando-se de rapadura, bebendo nos tanques de gado. Pediam comida a parentes de *Zequinha* e a conhecidos, tentavam até comprá-la, mas "só porta batendo na cara".[82] Seus perseguidores tiveram a ajuda dos moradores, do médico de Ibotirama a um camponês que os viu à beira de um córrego.[83] Desnutridos, desidratados, tinham chegado ao fim da jornada. Lamarca, com 1,73 metro de altura, pesava sessenta quilos.[84] Se fossem deixados na caatinga, morreriam de fome.

Fugiam havia vinte dias e trezentos quilômetros quando pararam para descansar perto de Pintada, vilarejo de cinquenta casas. Nesse lugar perdido, Deonila Maria dos Santos, uma mulher que não sabia sequer quantos anos tinha, proibira seus seis filhos de sair de casa. Um deles desobedeceu e viu dois homens debaixo de uma imponente baraúna. Um dormia com a cabeça apoiada numa pedra, o outro sentara-se.[85] Estavam a trezentos metros da estrada. A notícia chegou ao guia da tropa.

Eram três da tarde quando o major Cerqueira dividiu seus homens — a equipe Cão — e marchou atrás da pista. O barulho de um galho estalado acordou *Zequinha*: "Capitão, os homens estão aí".[86]

Correu para o mato e foi varrido. *Cirilo* ergueu-se e levou sete tiros. Um atravessou-lhe o tórax, transfixando o coração e os dois pulmões.[87] Debaixo da baraúna de Pintada não houve gesta.

Amarraram-no a um pau e levaram-no para a beira da estrada, onde uma camionete transferiu os cadáveres para Brotas. Lá, foram chutados pelos oficiais, soldados e meganhas bêbados.[88] Embarcaram-nos para Salvador e no aeroporto jogaram-nos ao chão para que fossem fotografados. No dia seguinte o presidente Médici conferia a fisionomia do morto em sua mesa no Planalto.[89] Lamarca tinha os olhos abertos.



1971. Lamarca e Zequinha (José Campos Barreto) morreram perto de uma baraúna, no meio do sertão baiano. No dia seguinte, o presidente Médici conferiu, numa foto, a fisionomia do ex-capitão em sua mesa no Planalto. Lamarca tinha os olhos abertos.

O epitáfio daquela figura seca, descalça e rota, semelhante na ruína ao Antonio Conselheiro exumado, parecia ter sido escrito quase vinte anos antes pelo poeta Mário Faustino: “Gladiador defunto, mas intacto”.[90]

Sepultado no Campo Santo de Salvador em cova com número, mas sem nome, *Cirilo* ainda metia medo: “Por determinação do presidente da República, qualquer publicação sobre Carlos Lamarca fica encerrada a partir da presente, em todo o país. Esclareço que qualquer referência favorecerá a criação de mito ou deturpação, propiciando imagem de mártir que prejudicará interesses da segurança nacional”.[91]

1 Dênis de Moraes (org.), *Prestes com a palavra*, p. 200, e um texto d' *O Estado de S. Paulo* de 29 de dezembro de 1970, citando um artigo de Prestes na *Nova Revista Internacional*.

2 Uma reportagem do *Jornal do Brasil* estima em quatrocentos os presos em julho de 1970. *Jornal do Brasil*, 3 de julho de 1970, p. 4.

3 Francisco Carlos de Andrade, agosto de 1988.

4 Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira*, p. 272.

5 Luzimar Nogueira Dias (seleção), *Esquerda armada*, p. 11.

6 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, p. 59.

7 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 426.

8 Carlos Lamarca, em *Os Mesmos Problemas da Propaganda Armada*, documento apreendido, citado em "A trajetória de um desertor", na internet: <http://liciomaciel.wordpress.com/2013/01/19/lamarca-a-marca-de-um-traidor-da-patria-trajetoria-de-um-desertor/>.

9 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 199.

10 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, p. 115, e Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, pp. 289 e 297.

11 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 288.

12 Idem, p. 302.

13 Telegrama da embaixada americana ao Departamento de Estado, de 7 de dezembro de 1970. DEEUA.

14 Informação dada por Médici a Ernesto Geisel, janeiro de 1974.

15 Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, pp. 304 e 310.

16 Idem, pp. 307 e 315.

17 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, pp. 293 e 440.

18 Carta de Carlos Lamarca a Iara Iavelberg, de 3 de julho de 1971, em *Folhetim* da *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1987.

19 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, p. 48. Ho Chi Minh, um velhinho miúdo de barbicha branca, era o presidente do Vietnã do Norte. O marechal Nguyên Giap era seu ministro da Defesa. Houari Boumediene era o presidente da Argélia. A caracterização da "visão idílica" é de Alfredo Sirkis, em *Os carbonários*, p. 313.

20 Depoimento de Richard Helms, diretor da CIA, à Subcomissão de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Senado, 5 de maio de 1971. Transcrição liberada em 1987, National Archives, p. 16.

21 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 298.

22 Idem, pp. 437 e 449.

23 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, pp. 106-7.

24 Para os cinco tiros, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 362.

25 Depoimento de Cosme Alves Neto, em Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo*, p. 25. Para as propinas, Avelino Bioen Capitani, *A rebelião dos marinheiros*, p. 179.

26 Para as saídas da delegacia, *Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1966. Para uma narrativa de Anselmo sobre as condições carcerárias, *José Anselmo dos Santos — Declarações Prestadas nesta Especializada de Ordem Social*, fl. 4.

27 Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, p. 97.

28 Na narrativa de sua fuga (Octávio Ribeiro, *Por que eu traí*, p. 36), Anselmo informa que, em troca de uma propina, o guarda de plantão deixou-o sair para o que dizia ser um encontro amoroso.

29 Octávio Ribeiro, *Por que eu traí*, p. 45.

30 Para a data da chegada de Anselmo, 15 de setembro, declarações de José Anselmo dos Santos ao DOPS-SP, em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 259.

31 *José Anselmo dos Santos — Declarações Prestadas nesta Especializada de Ordem Social*, fls. 13-7.

32 Entrevista do delegado Carlos Alberto Augusto, *O Globo*, 18 de junho de 2000. No dia 4 de junho Anselmo prestou um depoimento ao DOPS, revelando seus contatos no Brasil. Ver Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 259.

33 Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo*, p. 45. Anselmo confirmou que esteve no hotel e que entregou o pacote a Margarita, mas negou que essa tenha sido a causa de sua prisão. Octávio Ribeiro, *Por que eu traí*, p. 64. A final do campeonato de basquete deu-se no dia 29 de maio.

34 Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo*, p. 45.

35 Depoimento de José Anselmo dos Santos a Percival de Souza, em *Eu, Cabo Anselmo*, p. 162.

36 Idem, pp. 52-3 e 181.

37 Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, p. 29.

38 Octávio Ribeiro, *Por que eu traí*, p. 103.

39 Expedito Filho, "A anatomia da sombra", *Veja*, 20 de maio de 1992. Para o apelido, Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, p. 12.

40 Henrique Lago, "Cabo Anselmo, um agente secreto", *Folha de S.Paulo* de 14 de outubro de 1979, 1º Caderno, p. 8.

41 Original e envelope consultados em 1987 na pasta Torturas, no Departamento de Documentação da Editora Abril.

42 *Venceremos*, julho de 1971, e telegrama da agência Prensa Latina, de 16 de julho de 1971. *Fronte Brasiliano d'Informazioni*, agosto-setembro de 1971.

43 Henrique Lago, "Cabo Anselmo, um agente secreto", *Folha de S.Paulo* de 14 de outubro de 1979, 1º Caderno, p. 8. A confidência foi feita a Altino Dantas Jr.

44 Ieda Seixas, entrevista a *O Globo* de 18 de junho de 2000. Anselmo também foi visto por Carlos Franklin Paixão de Araújo. Ver Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo*, p. 40.

45 Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo*, pp. 48 e 55.

46 Anselmo admitiu a possibilidade de ter colaborado para a prisão de Heleny Telles Guariba e Paulo de Tarso Celestino, em Octávio Ribeiro, *Por que eu traí*, p. 81.

47 Trata-se de Carlos Alberto do Carmo. Em Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo*, p. 52.

48 Era Inês Etienne Romeu. Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo*, pp. 45, 48 e 58.

49 No seu depoimento a Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, p. 186, Anselmo diz que, confrontado com a acusação, pôs seu revólver sobre a mesa, sugerindo que o executassem. Em sua narrativa da viagem ao Chile, o *Relatório de ' Paquera*' (documento nº 09/143, do DOPS), ele não menciona esse episódio. AA.

50 Depoimento de José Anselmo dos Santos a Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, p. 190.

51 Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, p. 206.

52 Expedito Filho, "A anatomia da sombra", em *Veja*, 20 de maio de 1992.

53 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 407.

54 *Quedograma*, item 33. Ver também Reinaldo Guarany, *A fuga*, p. 79.

55 *Relatório 674*, de 1972, do CIE, em *Jornal do Brasil* de 11 de julho de 1993, e depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 56.

56 Expedito Filho, "A anatomia da sombra", em *Veja*, 20 de maio de 1992.

57 *Veja*, 20 de maio de 1992, pp. 40-1. O capitão Ênio Pimentel da Silveira suicidou-se em 1986.

58 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, p. 111.

59 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 461.

60 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, p. 116.

61 Antonio Carlos Magalhães, 1982.

62 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, p. 120. Ver também o depoimento do coronel Nilton Cerqueira a Ayrton Baffa, em *O Estado de S. Paulo* de 17 de setembro de 1981, p. 16.

63 Carta de Carlos Lamarca a Iara Iavelberg, de 29 de junho de 1971, em Folhetim da *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1987.

64 Carta de Carlos Lamarca a Iara Iavelberg, de 28 de junho de 1971, em Folhetim da *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1987. Para o pedregulho, Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, p. 155.

65 Cartas de Carlos Lamarca a Iara Iavelberg, de 3 e 6 de julho de 1971, em Folhetim da *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1987.

66 Carta de Carlos Lamarca a Iara Iavelberg, de 21 de julho de 1971, em Folhetim da *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1987.

67 Carta de Carlos Lamarca a Iara Iavelberg, de 14 de julho de 1971, em Folhetim da *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1987.

68 Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 236.

69 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, pp. 132 e segs.

70 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, p. 120.

71 Idem, p. 124. *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 157, para a trajetória da bala. Ver também Paolo Marconi, "Perseguição e morte de Lamarca", *Coojornal*, agosto de 1979, pp. 15-9. Depoimento do motorista Paulo Rezende, em Judith Lieblich Patarra, *Iara*, p. 515. Ver também

o depoimento do coronel Nilton Cerqueira, em *O Estado de S. Paulo* de 17 de setembro de 1981, p. 6, na série "Assim morreu Lamarca", de 16 a 18 de setembro de 1981.

72 Carta de Carlos Lamarca a Iara Iavelberg, de 16 de agosto de 1971, em Folhetim da *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1987.

73 Joseíta Ustra, março de 1988.

74 Paolo Marconi, "Perseguição e morte de Lamarca", *Coojornal*, agosto de 1979.

75 Carta de Alex Polari a Zuzu Angel, de 23 de maio de 1972, em Virginia Valli, " *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*", pp. 153-8.

76 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, pp. 129-31.

77 Para "mercadoria", Ayrton Baffa, "A morte de Lamarca em pleno sertão", *O Estado de S. Paulo* de 16 de setembro de 1981, p. 9. Para o total da tropa, *Operação Pajussara*, pp. 26-7. AA.

78 *O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1981.

79 Telegrama da embaixada americana ao Departamento de Estado, de 26 de agosto de 1971, intitulado *Lamarca na Área de Salvador*, narrando o relato de um coronel que não identifica. DEEUA.

80 *Operação Pajussara*, p. 18.

81 Paolo Marconi, "Perseguição e morte de Lamarca", *Coojornal*, agosto de 1979. Lamarca procurou um médico em Ibotirama. Ver o depoimento do coronel Nilton Cerqueira, em *O Estado de S. Paulo* de 18 de setembro de 1981, p. 9.

82 José de Araújo Barreto, pai de *Zequinha*, em entrevista ao *Coojornal* de agosto de 1979. Ver também sua entrevista a Ricardo Kotscho, *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1991.

83 Depoimento do coronel Nilton Cerqueira, em *O Estado de S. Paulo* de 18 de setembro de 1981, p. 9.

84 Reportagem de Bernardino Furtado, em *O Globo* de 7 de julho de 1996, citando o laudo dos legistas Charles René Pittex e José Francisco dos Santos, de 18 de setembro de 1971.

85 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, p. 166. *O Estado de S. Paulo*, 18 de setembro de 1981. Ver também Ricardo Kotscho, "Sertão baiano lembra a morte de Lamarca 20 anos depois", *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1991.

86 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca, o capitão da guerriha*, p. 166, e Epílogo do *Relatório da Operação Pajussara*, em *Folha de S.Paulo*, 13 de setembro de 1992.

87 Para os tiros, *Laudo de Exame Cadavérico* do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues, de Salvador, assinado pelos peritos Charles René Pittex e José Francisco dos Santos, de 18 de setembro de 1981, publicado em *O Globo* de 7 de julho de 1996. Os outros seis tiros atingiram-no no peito (dois), na mão, no braço, numa nádega e nas costas. Segundo o perito Nelson Massini, que estudou o laudo, descoberto em 1996, os outros ferimentos do cadáver indicam que eles não aconteceram numa eventual correria pelo mato. Eram ferimentos de uma pessoa que "foi arrastada ou levou pontapés".

88 Para a bebedeira, entrevista de Valter Bastos de Matos, prefeito de Brotas em 1971, em Paolo Marconi, "Perseguição e morte de Lamarca", *Coojornal*, agosto de 1979.

89 Antonio Carlos Magalhães, 1973.

90 O verso de Mário Faustino serve de epígrafe a *Terra em transe*, de Glauber Rocha.
91 Ordem da Censura, de 22 de setembro de 1971, transcrita em Paolo Marconi, “Perseguição e morte de Lamarca”, *Coojornal*, agosto de 1979.

PARTE IV
A GANGRENA

★ venceremos
NÚMERO 1 - ABRIL 1971 - BRASIL
ESTE JORNAL NÃO É CENSURADO PELA DITADURA

NAS FOTOS ANTERIORES

Sérgio Fleury, o delegado que encarnou a repressão
Uma vítima do “Esquadrão da Morte” de São Paulo
O general Humberto Mello, o homem que mandava matar
A casa de Petrópolis sede de um aparelho do CIE
Resistência, um dos jornais clandestinos que circulavam em 1969
O temido guerrilheiro *Osvaldão*, no Araguaia
Uma rara fotografia de guerrilheiros do PC do B, executados

A gangrena

Na madrugada de 14 de maio de 1971, três capitães, dois sargentos e dois cabos da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia do Exército atacaram a casa de número 3.375 da estrada do Mendanha, na mata de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Além de seus carros levavam um caminhão basculante e um furgão de presos da PE.[1]

Comandava a tropa o capitão Ailton Guimarães Jorge. Tinha 29 anos, era filho de um guarda-civil a quem acompanhava ainda criança em suas rondas pela Zona Norte do Rio.[2] Fora um cadete aplicado e bagunceiro na Academia Militar das Agulhas Negras. Saíra em 15º numa turma de 69, com 7,5 de média e 35 dias de cadeia. Caíra na intendência, passaporte seguro para uma carreira banal. Seu primeiro comandante vira nele "uma versatilidade que muito o recomenda" e "uma honestidade a toda prova".[3] Bom de bola, sambista, frequentador do Cordão do Bola Preta, metera-se por gosto nas ações de polícia política da PE. No processo de avaliação ideológica feito por seus superiores, era considerado oficial "inteiramente imbuído dos objetivos revolucionários, por um Brasil melhor, livre da corrupção e da subversão".[4] Em 1968, fora carcereiro de Vladimir Palmeira e, nas horas seguintes à edição do AI-5, prendera o jornalista Paulo Francis e o poeta Ferreira Gullar.[5] Um ano depois, num tiroteio em Vila Kosmos, levara um tiro na perna e tornara-se o primeiro oficial ferido em combate com terroristas. Recebera a Medalha do Pacificador, e o comandante da 1ª Divisão de Infantaria esculpira-lhe o perfil: "É um dos reais valores com que conta a 1ª Companhia da PE para missões difíceis e perigosas.

Espontâneo e dedicado, é um voluntário permanente para tudo que der e vier. A bravura pessoal é um traço marcante da sua personalidade. Participa de tudo e comanda diligências como um verdadeiro e exemplar militar combatente”.[6]

Para inúmeros presos, o capitão Ailton Guimarães Jorge foi um torturador. Para inúmeros oficiais, um contrabandista. Desligado do Exército, tornou-se bicheiro e, como Capitão Guimarães, chegou ao marechalato na hierarquia do crime, do jogo do bicho e do samba do Rio de Janeiro.

Mudara-se havia pouco para Copacabana, e sua mulher estava grávida de sete meses. Servia na PE e lecionava técnica de abordagem de aparelhos no Centro de Estudos de Pessoal. Orgulhava-se de seu papel: “Não interrogava ninguém com capuz na cabeça. Fazia questão de os presos me conhecerem”.[7] Meses depois serviria no DOI.

Com Guimarães estavam dois capitães. Um era Luiz Fernandes de Brito, 36 anos, seu bom amigo e companheiro na seleção de futebol de salão da 1ª Divisão de Infantaria, campeã do I Exército. Vivia no Méier. Chefiava o setor de interrogatórios do DOI e estava para começar seu mestrado no Centro de Estudos de Pessoal.[8] O outro era Ailton Joaquim, 28 anos, chefe da 2ª Seção da 1ª Companhia da PE. Seu pai, *Américo Careca*, cedera à logística da operação dois caminhões e um depósito no bairro de

Santíssimo.[9] Seguiam a pista da casa do Mendanha fazia quase dois meses.[10]

Os sete militares trabalhavam juntos. Além de Ailton Guimarães Jorge, três deles haviam estado no tiroteio de Vila Kosmos.[11] Poucos dias antes, dois dos oficiais e um dos cabos haviam torturado Vera Sílvia Magalhães, presa com um ferimento de bala na cabeça.[12] Os dois sargentos acolitaram a mundialmente conhecida aula de tortura do "tenente Ailton". Dos sete, três tinham a Medalha do Pacificador.[13]

A casa da estrada do Mendanha caiu sem resistência. Capturaram centenas de caixas de uísque House of Lords, de perfume Artmatic, além de alguns milhares de calças e jaquetas Lee.[14] Roubaram o contrabando de uma quadrilha de ex-oficiais da Polícia Militar. Venderam parte do butim a um receptador do Centro do Rio, e cada capitão levou 15 mil cruzeiros (2.500 dólares). Os demais receberam 3 mil (550 dólares) cada um.[15] Mais de três meses de salário numa só noite de trabalho.

A relação da "tigrada" carioca com o contrabando vinha de 1970. Começara na PE da Vila Militar com uma partida de relógios ofertada por um policial que prestava serviços ao CIE. Estendera-se ao quartel da Barão de Mesquita, onde se guardara a carga de uma barcaça. Oficiais do DOI consertavam seus carros de graça na oficina mecânica de um receptador.[16] Promiscuidade típica da marginália policial, nela cruzavam-se quadrilhas de contrabandistas como a de *Chiquinho do Pó*, *Zé Bolão* e *Manuel Português*, corsários saídos da PM, policiais e receptadores.

Formavam um engenhoso mercado. No mundo ideal dos contrabandistas as cargas eram recolhidas no litoral, transferidas para depósitos e distribuídas no comércio. Na origem, uma boa carga valia em torno de 100 mil dólares. No fim da linha o preço de uma calça Lee — símbolo do cosmopolitismo da juventude — dobrava. Em tese, perderiam tudo se os agentes do Estado os apanhassem, levando as mercadorias a hasta pública. Na prática esse perigo era desprezível. O verdadeiro risco

estava na possibilidade de serem descobertos por policiais que lhes roubariam a carga, revendendo-a no bazar de receptadores. Era o “arrepio”. Para se proteger, as quadrilhas contratavam o seguro dos desembarques e dos comboios na própria polícia.[17] O mercado tinha uma hierarquia: no centro ficavam os contrabandistas negociando com capitães de navios e comerciantes, no meio os policiais que lhes vendiam proteção. Na periferia, agiam os predadores.

Os ex-oficiais da PM aos quais pertencia a carga do Mendanha tinham se estabelecido no contrabando depois de saltear no aeroporto do Galeão. Em poucos dias descobriram quem os havia roubado e tentaram um acordo. Um dos chefes da quadrilha sentou-se com o capitão Guimarães e lhe propôs a recompra da mercadoria por 60 mil cruzeiros (pouco mais de 10 mil dólares). Num novo encontro, na churrascaria Funil, no Méier, o capitão fez sua contraproposta. Devolveria uma parte sem cobrar nada, desde que lhe dessem serviço. Oferecia-se para escoltar desembarques. Negócio fechado. O ex-PM selou o acordo presenteando o capitão com 5 mil cruzeiros.[18]

Alguma coisa saiu errada, porque se passou quase um ano sem que os contrabandistas dessem serviço aos militares da PE. Em meados de 1972 os capitães Guimarães e Brito voltaram ao corso. Capturaram um caminhão carregado de roupas num posto de gasolina da Rio-Petrópolis. Venderam-no por 200 mil cruzeiros (pouco mais de 30 mil dólares). Os contrabandistas reagiram, e um dos chefes da quadrilha denunciou-os ao comando do I Exército.[19]

O comandante do DOI cuidou do caso. O tenente-coronel José Amaral Caldeira, um mineiro de 46 anos, era um veterano. Na manhã de 1º de abril de 1964 ajudara a convencer o tenente Freddie Perdigão Pereira a mover seus tanques do palácio Laranjeiras para o Guanabara.[20] Chefiara a seção de operações especiais do CIE e dirigira a fase inicial do cerco aos guerrilheiros de Carlos Lamarca no vale do Ribeira.[21] A “tigrada” do DOI

carioca derrubara porta de aparelho com granadas, entregara o corpo de um preso em caixão lacrado e torturara o historiador Manoel Maurício de Albuquerque, abatendo-lhe o ânimo pelos poucos anos de vida que lhe sobraram.[22] Em fevereiro de 1972 a CIA apontara o desempenho e os métodos do DOI de Caldeira: “Os cercos no Rio conseguiram prender aproximadamente quarenta membros da ALN e de dois outros grupos terroristas. (...) O preso mais importante, líder da ALN no Rio, foi morto depois do interrogatório. Muitos dos suspeitos foram espancados, alguns brutalmente”.[23]

Com a quadrilha do quartel da PE a conversa seria outra. O comandante do I Exército, general Sylvio Frota, disse que não queria se basear no depoimento de um contrabandista para prender oficiais, e o coronel liquidou o assunto em dois dias.[24] Foi sozinho ao posto de gasolina, mostrou fotografias dos capitães aos empregados e perguntou-lhes se os haviam visto. Nunca. Ouviu os oficiais e perguntou-lhes se a denúncia era verdadeira. Nem pensar. Como ele mesmo informou, “fizera uma sindicância sumária e, tratando-se de um denunciante de pouca idoneidade, contrabandista que era, envolvendo dois oficiais conceituados, chegara à conclusão de que a denúncia não tinha nenhum fundamento”. O coronel Caldeira exagerara na conceituação de Guimarães. Pouco depois do roubo do contrabando o capitão tomara 25 dias de cadeia por desobedecer a ordens.[25]

A investigação do coronel Caldeira esteve para as relações dos oficiais do DOI com a marginália assim como a declaração do comandante do I Exército negando que um de seus quartéis servira de calabouço durante o sequestro dos irmãos Rogério e Ronaldo, em 1968. A investigação do coronel Caldeira sinalizou a impunidade não só para aquele caso, mas também para os futuros.

Desde 1964, quando a polícia paulista sumira com um casaco de peles da casa de Luiz Carlos Prestes, os agentes que invadiam aparelhos

dispunham de uma carta de corso sobre os bens que lhes interessassem.[26] Furtavam até anéis de presas.[27] Em Belo Horizonte, um tenente torturador do 12º RI intimidara seus sócios num empreendimento imobiliário ameaçando prendê-los.[28] O capitão Benoni de Arruda Albernaz, do DOI de São Paulo, foi afastado do destacamento porque fazia dívidas e, pelo que se viu, elas eram quitadas pelos avalistas.[29] Metera-se também em falcatruas e fraudes de terras. Noves fora suas atividades no Esquadrão da Morte, o delegado Fleury fora acusado de aliviar o patrimônio descoberto nos aparelhos e de comandar uma Máfia da Proteção, vendendo segurança a empresários. O CIE protegia-o dos promotores paulistas.

Naquele mundo moralmente corrupto viviam oficiais que não assaltavam butins e nenhum proveito pessoal tiraram do poder que o governo lhes dera. Ainda assim, toleravam os saques. Mesmo em casos de achaques de agiotas ou tráfico de influência, transferiam os delinquentes em silêncio. A tolerância com o crime estava expressa na zona de sombra lançada pela proteção a Fleury.

Os contrabandistas cariocas renderam-se e contrataram os serviços da quadrilha enquistada no DOI. No final de 1972 o capitão Guimarães, escoltado por um sargento, juntou-se à guarda que protegeu na praia do Caju a desova de uma carga de três caminhões com roupas e cosméticos. No serviço seguinte, em Sepetiba, um jipe do Exército escoltou o comboio que transportou perto de 18 mil calças Lee até o Centro da cidade.[30] Eram jornadas de cinco horas de trabalho e valiam 5 mil cruzeiros por cabeça.[31] No Caju e em Sepetiba os agentes do DOI trabalharam ao lado do comissário Euclides Nascimento, o *Garotinho*, sócio-atleta da Escuderie Jason e presidente da Le Cocq, biombo do Esquadrão da Morte.[32]

Na madrugada de 22 de novembro de 1973 o capitão e o comissário escoltavam dois caminhões de uísque e cigarros desembarcados perto do aterro de lixo do Caju. Passavam por São Cristóvão quando apareceram dois policiais de pistola na mão, confiscando-lhes a carga. Tentou-se um

acordo. Os contrabandistas ofereciam 50 mil cruzeiros, os corsários queriam 150 mil.[33] Na retaguarda iam Guimarães e o sargento Euler Moreira de Moraes, veterano da 1ª Companhia e fundador da quadrilha. Seu patrimônio somava dois apartamentos, oito casas, dois carros, uma loja e um sítio.[34] O capitão mandou-o requisitar a tropa. Euler telefonou para o quartel da Vila: estava encurralado nas proximidades da avenida Brasil e precisava de reforços.[35] Em meia hora chegou um camburão da PE com três soldados, todos de submetralhadora, sob o comando de um sargento. Era Paulo Roberto de Andrade, condecorado com a Medalha do Pacificador, torturador de Chael Charles Schreier.[36] Guimarães contra-atacou e ordenou à patrulha que desarmasse os policiais. Um deles, vendo a confusão em que se metera, disse que era simples curioso e só parara ali porque precisava urinar.[37]

Os policiais receberam suas armas de volta, e a muamba foi em frente. No quartel da PE não ficou vestígio burocrático da diligência. Ao contrário do que sucedia com qualquer operação do gênero, nem sequer notícia à seção de informações da 1ª Divisão de Exército foi dada. O capitão da Escuderie Jason faturara 5 mil cruzeiros.[38] O comissário da Le Cocq, 4 mil.[39] Tornaram-se bons amigos. Euclides Nascimento ensinava a Ailton Guimarães Jorge o que sabia.[40]

* * *

Naquele mesmo dia, em São Paulo, o procurador-geral da Justiça, Oscar Xavier de Freitas, chamou ao seu gabinete do 15º andar do edifício do fórum os dois promotores que substituíram Hélio Bicudo na investigação de outra conexão da “tigrada” com o crime: o Esquadrão da Morte do delegado Fleury. Haviam aberto o leque de oito para 39 sindicâncias.[41] Eram Djalma Lúcio Gabriel Barreto e Alberto Marino Junior. Deu-se o seguinte diálogo:

OSCAR: Chamei vocês aqui para conversarmos porque a situação está preta.
DJALMA: Mas... preta em que sentido?
OSCAR: Em todos os sentidos. Vou falar francamente: nós todos corremos perigo.
DJALMA: Mas... perigo de quê?
OSCAR: Não posso entrar em pormenores, tal o vulto da coisa. Vocês precisam confiar em mim. Confiam? A impunidade do Dr. Fleury é ponto de honra para a cúpula do governo e das Forças Armadas! (...) O perigo é enorme!
DJALMA: Nessa altura, inclusive para nosso resguardo, gostaríamos de saber qual o perigo. De que se trata? Em relação a quem? O que representa?
OSCAR: Não posso falar... Mas direi uma coisa: todos nós estamos arriscados a tudo, vocês, eu... o ministério público. As atenções estão voltadas principalmente contra você, Djalma! Você precisa ter muito cuidado. Vão lhe armar alguma cilada.
DJALMA: Não tenho nada a temer, pois nunca tive rabo de palha. (...)
OSCAR: Eles estão muito revoltados contra você. A ordem é você esquecer tudo o que viu e ouviu. Tome algum comprimido, digo comprimido que lhe provoque amnésia.
DJALMA: Mas eu apenas procedi às investigações, sem qualquer animosidade contra alguém. Tratei dos casos do Esquadrão como se fossem de réus comuns. Finalmente, estou nisso tudo porque você nos designou.
OSCAR: Eu compreendo, mas desejo que vocês atentem para a atual situação de força. O Bicudo é odiado por eles. Quanto a vocês dois, eles se voltam mais contra o Djalma. Djalma! (...) Não faça

> mais nada. Fique inerte! Se presenciar um homicídio, vire o rosto. Não veja mais nada! (...)
> DJALMA: É angustiante ouvir isso do chefe do ministério público: o cumprimento da lei transformar-se em delito!
> OSCAR: É verdade. Se alguém me ouvisse nesse instante, deveria dizer que o procurador-geral deveria ser internado. Mas vocês não avaliam as pressões a que estou submetido! Eu não recebo solicitações, apenas ordens. (...) Esqueçam, por favor, o fichário. Esqueçam tudo, não se metam em mais nada. Existem olheiros em toda parte, nos fiscalizando. Nossos telefones estão censurados. (...) Aliás, eu quero que os dois tirem férias em dezembro próximo.[42]

Fleury estava realmente protegido. Um dia antes o general Carlos de Meira Mattos, velha figura do castelismo pela qual Ernesto Geisel tinha bastante respeito e pouca simpatia, procurara o futuro presidente. Queria falar do caso do delegado. Quando Geisel contou a gestão do general a Golbery, ele reagiu contra Fleury: “Ele é confessadamente, reconhecidamente o homem do Esquadrão da Morte”.

Geisel foi na direção oposta:

> — Eu sei, mas o Esquadrão da Morte é uma consequência dessa bagunça da Justiça, dessa esculhambação toda. Que é uma barbaridade, é. Mas não é uma consequência? Você vai a uma favela dessas e tem centenas de caras criminosos que estão soltos aí e ninguém prende. E se prender, vem o governo no fim de seis meses e dá indulto, vai solto. Não tem cadeias para manter os caras.
> — Isso pode estar certo, mas não há de ser o “seu” Fleury que vai ser juiz. Esse negócio de Esquadrão da Morte, no começo, eram bandidos. Agora estão sendo cousas de outra ordem. Não se iluda — respondeu Golbery.[43]

No dia 20 de fevereiro de 1974, a quadrilha da PE viu-se encurralada. A Polícia Federal e o SNI haviam reunido provas de suas atividades e remeteram o material, que incluía gravações de conversas telefônicas, ao general Sylvio Frota, comandante do I Exército. Estava-se diante de uma situação nova. Agora não eram mais contrabandistas denunciando oficiais, mas a própria máquina de informações do governo provando que se delinquia na 1ª Companhia da PE. Frota abriu um inquérito policial-militar para investigar a nova denúncia.[44] Seu chefe, coronel Aloysio Alves Borges, instalou-se no quartel da Barão de Mesquita. Em poucas horas estavam presos dois capitães, um subtenente, um sargento e dois contrabandistas. Capturaram o capitão Guimarães no dia seguinte. Euclides Nascimento presidia uma reunião de sua escuderia quando a tropa lhe invadiu a sede, meteu-o num camburão, encapuzou-o e trancou-o numa cela por uma semana.[45] No fim do mês o coronel tinha perto de trinta presos, a maioria deles no DOI. Todos estavam incomunicáveis quando assinaram seus depoimentos.

Euler Moreira de Moraes, com doze anos de serviço na 1ª Companhia da PE, contou o que lhe aconteceu:

> Foi colocado numa cela, despido e despojado de todos os seus haveres, inclusive cigarros, cela essa a que inúmeras vezes havia levado outras pessoas. (...) No 1º Batalhão da PE foi novamente despido e contemplado com um capuz preto. (...) No decorrer dos dias foi retirado para uma outra dependência do DOI e no seu interior pôde perceber que estava numa geladeira, porque já conhecia tal dependência em razão de sua função. (...) Foi submetido às mais sérias torpezas, que foram “telefone” e choques de magneto, embora não vendo, sabia do que se tratava, pois já conhecia essa máquina infernal.[46]

Paulo Roberto de Andrade, Medalha do Pacificador da turma de 1970: “Levado para dependências do DOI, onde sofreu uma série de coações, foi interrogado encapuzado e ficou em uma sala que é chamada de frigorífico durante dois dias. (...) Durante o interrogatório levou choques e socos. (...) Não gosta nem de se lembrar, mas devido à friagem da citada cela adquiriu uma sinusite”.[47]

O capitão Guimarães soube que seu irmão, doente mental, queixava-se de ter sido posto numa “cela de gelo”.[48] O sargento Valter da Silva Rangel, Medalha do Pacificador de 1971, era levado nu para os interrogatórios.[49] Quando o cabo Antonio José Soares deixou a geladeira e recebeu a visita da mulher, soube que os colegas a haviam assediado.[50] A incomunicabilidade de Euclides Nascimento só foi quebrada porque ele teve um distúrbio cardíaco. Dois contrabandistas saíram com pneumonia, outro passou nove meses em tratamento psiquiátrico. Pelo menos um saiu da prisão para o hospital militar da Vila. No *Manuel Português* deram um soco que lhe tirou um dente.[51] Depois de apanhar e conhecer as duas celas especiais do DOI, o detetive Newton Moreira Lopes resumiria a experiência: “Após ser liberado, não mais voltou ao quartel da Barão de Mesquita, não passando sequer pela porta”.[52]

Na primeira instância da Justiça Militar, o processo dos contrabandistas teve uma trajetória absurda. Em menos de dois meses os 24 indiciados estavam soltos. A 2ª Auditoria do Exército rejeitou a denúncia da promotoria, entendendo que se tratava de um caso de contrabando, crime comum de competência da Justiça Civil. O Superior Tribunal Militar revogou a decisão, e reabriu-se o processo. Todos os indiciados disseram em juízo que o coronel do IPM lhes extorquira as confissões. A maioria deles sustentou que, surrados, assinaram os papéis sem lê-los. Num procedimento inédito, os oficiais do Conselho de Justiça decidiram que o processo tramitaria em segredo. Durante o julgamento a promotoria jogou a toalha, e, em maio de 1979, os 21 acusados foram absolvidos. O caso voltou

ao STM, cinco ministros recusaram-se a relatá-lo, e, por unanimidade, confirmou-se a absolvição. A sentença baseou-se num só argumento: “Tudo o que se apurou nestes autos, o foi, exclusivamente, através de confissões, declarações e depoimentos extrajudiciais, retratados e desmentidos posteriormente em juízo, sob a alegação de violências e ameaças praticadas durante o IPM”.[53]

Para que o coronel Aloysio Alves Borges construísse toda a trama denunciada em seu IPM tirando de sua cabeça cada história e cada detalhe, seria necessário que tivesse raro talento de ficcionista. O que ele informou era verdade, mas reconstituíra os delitos através de um processo que violentara os direitos dos acusados e ofendera o rito da Justiça. A ideia de que a confissão é insuficiente como prova e de que obtê-la pela violência anula o esforço da investigação, era estranha a ele, aos réus, ao DOI e ao regime. Agia-se com uma noção exclusiva de poder outorgando-se não só o direito de punir delinquentes da forma que parecesse adequada, como também a prerrogativa de fechar os olhos quando se julgasse conveniente. Só isso explica que ninguém tenha desconfiado da sindicância sumária do coronel Caldeira, que inocentara os militares. O STM achou justo desconsiderar as confissões obtidas no DOI, mas esqueceu-se de determinar a investigação das torturas. O capuz da Justiça Militar estava torto: cego para a esquerda, enxergava à direita. Milhares de pessoas passaram pelos DOIs, mas a quadrilha de contrabandistas da PE foi o único grupo confesso na instrução policial integralmente absolvido em todas as instâncias judiciais.

Coube ao bicheiro *Tio Patinhas* consertar a vida de Ailton Guimarães Jorge. Chamava-se Angelo Maria Longa, era o maior banqueiro de bicho do Rio de Janeiro.[54] O processo do contrabando ainda tramitava, e o nome do capitão estava no *Almanaque do Exército* quando ele se transferiu formalmente para a contravenção, levando a patente por apelido e diversos colegas como colaboradores. Começou como gerente do banqueiro *Guto*,

sob cujo controle estavam quatro municípios fluminenses. Um dia três visitantes misteriosos tiraram *Guto* de casa e sumiram com ele.[55] Num ambiente em que os negócios raramente saem das famílias, *Tio Patinhas* passou-lhe a banca. Em três anos o *Capitão Guimarães* foi de tenente a general, sentando-se no conselho dos sete grandes do bicho, redigindo as atas das reuniões, delimitando as zonas dos pequenos banqueiros.[56] Seu território estendeu-se de Niterói ao Espírito Santo.[57] Seguindo a etiqueta de legitimação social de seus pares, apadrinhou a escola de samba Unidos de Vila Isabel e virou a maior autoridade do carnaval, presidindo a Liga das Escolas do Rio de Janeiro. Rico e famoso, adquiriu uma aparência de árvore de Natal pelas cores de suas roupas e pelo ouro de seus cordões. Tornou-se um dos mais conhecidos comandantes da contravenção carioca. Do seu tempo da PE ficou-lhe o guarda-costas, um imenso ex-cabo que, como ele, começara no crime organizado da repressão política.

* * *

Os promotores paulistas conheciam as leis muito melhor que o coronel do IPM do contrabando. Conheciam também a força do delegado Fleury. Lentamente, com a inapelável sistemática do rito judicial, cercaram-no. No final de 1973 ele parecia perdido, com a prisão preventiva decretada pelo assassinato de um traficante de tóxicos, mas o procurador-geral Oscar Xavier de Freitas tinha razão quando dizia que a sua impunidade era ponto de honra para os comandantes militares. Só um remédio heroico poderia salvá-lo, e um remédio heroico salvou-o. Em novembro de 1973, no crepúsculo do governo Médici, providenciou-se uma nova redação para o artigo 594 do Código de Processo Penal, determinando que os réus primários, com “bons antecedentes”, depois de condenados, teriam direito à liberdade enquanto durasse a tramitação de seus recursos.[58] Simples: abria-se uma porta para que o delegado respondesse em liberdade aos processos

que Bicudo começara a acumular. O mandado de prisão preventiva caducara. Fleury estava livre.

Começara-se transferindo aos tribunais militares o julgamento dos crimes contra a segurança do Estado, mas isso pareceu pouco. Suspendeu-se o *habeas corpus*, e transformou-se a tortura em política de Estado, mas isso não era tudo. Protegendo-se das anomalias que provocara, a ditadura acobertara ladroagens de seus agentes, mas isso também não bastara. Tornara-se necessário reformar a lei penal para assegurar a liberdade de um condenado.

1 *Processo nº 4.896*, STM, Denúncia do Procurador José Manes Leitão, de 31 de maio de 1974, vol. 1, pp. 6-7. Além dos três capitães, estavam os sargentos Euler Moreira de Moraes e Valter da Silva Rangel e os cabos Marco Antonio Povoreli e Antonio José Soares. Para o basculante, Depoimento de Ernesto Alves Gonçalves, p. 421.

2 *O Globo*, 23 de outubro de 1981, p. 8.

3 Assentamentos do Capitão Ailton Guimarães Jorge, *Processo nº 17/74*, da 2ª Auditoria do Exército, vol. 2, pp. 1339 e segs. Elogio do coronel Nilo Caneppa, comandante do 12º Regimento de Cavalaria, em Bagé.

4 Alterações do Capitão Ailton Guimarães Jorge, *Processo nº 17/74*, da 2ª Auditoria do Exército, vol. 3, p. 1368.

5 Zuenir Ventura, *1968 — O ano que não terminou*, p. 300. Para Vladimir Palmeira, José Dirceu e Vladimir Palmeira, *Abaixo a ditadura*, p. 159.

6 *Boletim da 1ª Divisão de Exército*, de 16 de outubro de 1969, *Processo nº 4.896*, STM, vol. 2, p. 1383.

7 *O Globo*, 23 de outubro de 1981, p. 8.

8 *Processo nº 4.896*, STM, vol. 2, pp. 1305 e 2102.

9 *Processo nº 4.896*, STM, Depoimento do Sargento Euler Moreira de Moraes, vol. 1, p. 222.

10 *Processo nº 4.896*, STM, Depoimento de Manoel da Cunha Gomes, vol. 1, p. 81.

11 Estavam com o capitão Ailton Guimarães Jorge o tenente Ailton Joaquim e os sargentos Euler Moreira de Moraes e Valter da Silva Rangel. *Ofício do Tenente-Coronel Ary Pereira de Carvalho à 1ª Companhia da PE*, *Processo nº 4.896*, STM, vol. 2, p. 1381.

12 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, pp. 839-40 — Vera Sílvia Araújo Magalhães. Vera foi torturada por Ailton Guimarães Jorge e Ailton Joaquim, bem como pelo cabo Marco Antonio Povoreli. *Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil*, p. 33. O caso está também em Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, p. 23.

13 Ailton Guimarães Jorge, Ailton Joaquim e o sargento Valter da Silva Rangel.

14 *Processo nº 4.896*, STM, vol. 1, pp. 74 e 1864.

15 *Processo nº 4.896*, STM, vol. 2, p. 7.

16 *Processo nº 4.896*, STM, Depoimentos de Joaquim Dias Simeão e Manoel da Cunha Gomes, vol. 1, pp. 889, 200 e 86, e Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, pp. 29-31.

17 No *Processo nº 4.896*, STM, vol. 1, p. 262, onde estão envolvidas duas quadrilhas de "arrepiadores" e outras duas de contrabandistas, indiciaram-se 24 pessoas. Delas, dezenove eram militares, ex-militares, policiais e ex-policiais. No caso do Mendanha, todos os contrabandistas — do dono da carga à equipe do mar — e todos os "arrepiadores" eram funcionários ou ex-funcionários do Estado.

18 *Processo nº 4.896*, STM, Depoimento do Sargento Euler Moreira de Moraes, vol. 1, pp. 223-4.

19 Para o "arrepio", *Processo nº 4.896*, STM, Depoimentos do Capitão Luiz Fernandes de Brito e do Capitão Ailton Guimarães Jorge, vol. 1, pp. 262 e 268-9. Para o valor, Depoimento de Ernesto Alves Gonçalves, vol. 1, p. 177.

20 Hernani d'Aguiar, *A Revolução por dentro*, p. 148.

21 *Operação Registro*, p. 2, e *Relatório da Operação Registro*, do general Canavarro Pereira, fl. 3. Caldeira diz em seu depoimento que na época da sindicância comandava o Regimento de Cavalaria de Guarda. O capitão Luiz Fernandes de Brito, ao narrar como ele e seus comparsas combinaram iludi-lo, diz que comandava o DOI. *Processo nº 4.896*, STM, vol. 1, p. 262.

22 *Dossiê dos mortos e desaparecidos*, p. 54. Para o professor Manoel Maurício, assistente de cátedra do historiador Helio Vianna, cunhado do presidente Castello Branco, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 889.

23 *Weekly Report* da Central Intelligence Agency, 4 de fevereiro de 1972.

24 Para a posição de Frota, *Segunda Reunião do Alto Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

25 *Processo nº 4.896*, STM, vol. 2, pp. 1738 e 1398.

26 Para o saque à casa de Prestes, Maria Prestes, *Meu companheiro*, p. 26. Para a norma, informação dada pelo sargento Marival Chaves do Canto ao jornalista Expedito Filho em dezembro de 1991.

27 Depoimento de Maria Aparecida dos Santos, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 65.

28 *O Estado de Minas*, 7 de dezembro de 1998.

29 Carlos Alberto Brilhante Ustra, 1991, e *Rompendo o silêncio*, p. 138.

30 *Processo nº 4.896*, STM, Depoimentos de Álvaro Cardoso Machado e Manoel da Cunha Gomes, vol. 1, pp. 75 e 84.

31 *Processo nº 4.896*, STM, Denúncia do Procurador José Manes Leitão e Depoimento do Capitão Ailton Guimarães Jorge, vol. 1, pp. 9 e 270.

32 *Processo nº 4.896*, STM, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Euclides Nascimento, vol. 2, p. 887.

33 *Processo nº 4.896*, STM, Termo de Perguntas do Indiciado Álvaro Cardoso Machado, vol. 1, p. 78.

34 *Processo nº 4.896*, STM, Termo de Perguntas do Indiciado Euler Moreira de Moraes, vol. 1, p. 235.

35 *Processo nº 4.896*, STM, Termo de Inquirição de Testemunha Nelson Santos Filho e do Indiciado Ailton Guimarães Jorge, vol. 1, pp. 126 e 275.

36 Para a relação com Chael, Auto de Qualificação de Antonio Roberto Espinosa, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 404. Para a medalha, Folha de Assentamentos do Sargento Paulo Roberto de Andrade, *Processo nº 4.896*, STM, p. 1487.

37 *Processo nº 4.896*, STM, Termo de Perguntas do Indiciado Paulo Roberto de Andrade, vol. 1, pp. 146-9. Para a versão do policial, Termo de Inquirição de Testemunha Rogerio Marcelino dos Santos, vol. 1, pp. 163-5.

38 *Processo nº 4.896*, STM, Termo de Perguntas dos Indiciados Euler Moreira de Moraes e Álvaro Cardoso Machado, vol. 1, pp. 229 e 78.

39 *Processo nº 4.896*, STM, Termo de Perguntas do Indiciado Euclides Nascimento, vol. 1, p. 380.

40 Entrevista do capitão Ailton Guimarães Jorge a *O Globo* de 23 de outubro de 1981.

41 Depoimento de Alberto Marino Junior, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 397.

42 Hélio Bicudo, *Do Esquadrão da Morte aos justiceiros*, p. 29.

43 Conversa de Geisel com Golbery, novembro de 1973. APGCS/HF.

44 Narrativa do general Sylvio Frota, *Segunda Reunião do Alto Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

45 *Apelação 42 476-8*, STM, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Euclides Nascimento, p. 888.

46 *Apelação 42 476-8*, STM, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Euler Moreira de Moraes, p. 813.

47 Para a citação, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Paulo Roberto de Andrade, *Processo nº 4.896*, STM, vol. 2, p. 851.

48 *Apelação 42 476-8*, STM, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Ailton Guimarães Jorge, vol. 2, p. 806. Atestado de Amilcar Lobo informando que Ailton Guimarães Jorge, “preso nesta unidade da Polícia do Exército, está sob meus cuidados profissionais, em tratamento psiquiátrico”, 14 de março de 1974, p. 1868. Para a “cela de gelo”, Termo de Declaração de Maria Amélia Motta Amorim Jorge, p. 1869.

49 *Apelação 42 476-8*, STM, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Valter da Silva Rangel, vol. 2, p. 850.

50 *Apelação 42 476-8*, STM, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Antonio José Soares, p. 860.

51 *Apelação 42 476-8*, STM, Auto de Qualificação e de Interrogatório de Manoel da Cunha Gomes, p. 906.

52 *Apelação 42 476-8*, STM, declaração de Newton Moreira Lopes, p. 1156.

53 *Apelação 42 476-8*, STM, voto do relator Jorge Alberto Romeiro, pp. 2253-63.

54 Entrevista do banqueiro de bicho *Capitão Guimarães* a *O Globo* de 23 de outubro de 1981.

55 *O Globo*, 25 de outubro de 1981.

56 Idem, 23 de outubro de 1981.

57 Reportagem de Mônica Freitas e Cesar Pinho, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1989, Caderno Cidade, pp. 1 e 3.

58 O artigo 594 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) dispunha, originalmente: "Art. 594. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se condenado por crime de que se livre solto". Alterado pelo artigo 1º da Lei nº 5.941, de 22 de novembro de 1973, ficou assim: "Art. 594. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto".

A matança

Era a segunda vez que o major Rubens Paim Sampaio recorria ao tenente Amilcar Lobo, médico do DOI. Na primeira, durante um intervalo de interrogatório, pedira-lhe que fosse à sua casa examinar as filhas gêmeas recém-nascidas, pois rejeitavam o leite materno. Dessa vez, em maio de 1971, tratava-se de ir a Petrópolis cuidar de uma mulher atropelada em Cascadura. Lobo subiu a serra dois dias depois. Seu guia apresentou-se como *Camarão* e, ao entrar na cidade, deu-lhe um capuz preto. Quando o médico o tirou, estava diante de uma casa branca, com um daqueles grandes telhados típicos da arquitetura da região. Encarapitada no alto de um morro, era a única construção da vizinhança. O *Dr. Teixeira* veio à porta e levou-o para uma sala espaçosa, com lareira. Lá, apresentou-o ao *Dr. Nagib*. Nenhum dos dois era médico e ambos eram majores do Centro de Informações do Exército. *Teixeira*, o próprio Rubens Sampaio. *Nagib* era Freddie Perdigão Pereira.[1] Em 1968 militara na conexão clandestina do CIE e participara de pelo menos um atentado a bomba.[2] Anexado ao DOI carioca, passara a interrogar e torturar presos.[3] Mancava de uma perna desde que um terrorista lhe dera dois tiros durante uma batida.

De acordo com as normas da casa, Lobo foi rebatizado e tornou-se *Carneiro*.[4] A mulher estava num dos quartos, deitada no chão. Tinha dois grandes ferimentos, na barriga e numa coxa. Era Inês Etienne Romeu, a *Alda* da VAR-Palmares, sequestradora de Bucher, inquilina do aparelho da rua Taracatu, onde Carlos Lamarca salvara a vida do embaixador. Presa em São Paulo, dissera que no dia seguinte tinha um “ponto” no Rio de Janeiro.

Deixada como isca numa rua de Cascadura, atirara-se contra um ônibus. Levaram-na para o HCE e estavam interrogando-a quando um oficial-médico exigiu o encerramento da sessão até que se trouxesse uma autorização do diretor. Assim como procedera em 1969 no caso de Chael Charles Schreier, o Hospital Central do Exército dissociou-se do porão. Seu diretor, em vez de autorizar o interrogatório, visitou-a várias vezes num só dia. Transferiram-na para o hospital Carlos Chagas e, de lá, para a casa de Petrópolis.[5]

Carneiro suturou os ferimentos da presa durante duas horas e voltou para o Rio de Janeiro com *Teixeira*. No caminho o major do CIE contou-lhe a história da casa. Segundo as memórias de Amilcar Lobo, publicadas dezoito anos depois, o ministro Orlando Geisel ordenara a morte dos prisioneiros banidos que regressassem ao país.[6] A casa (rua Arthur Barbosa, 668) funcionaria como um aparelho de torturas e assassinatos.[7] O aparelho de Petrópolis — codinome Codão — era uma base do Centro de Informações do Exército.[8] Seria um erro chamá-la de clandestina. O comandante da PE sabia de sua existência. Em 1973, um general revelou a Geisel que havia outras "instalações", no Alto da Boa Vista.[9] Os "doutores" que nelas operavam cumpriam escalas de serviço do Centro, dentro da sua hierarquia e de acordo com seu comando. Era um dispositivo complementar aos DOIs. Estes, com todas as suas anomalias, vinculavam-se à rotina administrativa do Exército. Já o aparelho dispunha de uma autonomia outorgada pela chefia. Não se tratava de operação avulsa, nem revelava o propósito de afastar a tortura dos quartéis. Escalas de serviço eram escalas de serviço, e os atos lá praticados influíam na carreira dos "doutores". *Teixeira* e *Nagib* tinham a Medalha do Pacificador. O aparelho refletia onipotência e anarquia, jamais indisciplina.

"Eu organizei o lugar. Quem eram as sentinelas, a rotina e quando se dava festa para disfarçar, por exemplo. Tinha que dar vida a essa casa. Eu era um fazendeiro que vinha para Petrópolis de vez em quando", contou o

Doutor Pablo em 2012. Ele era o major Paulo Malhães (Medalha do Pacificador com palma), servia no CIE e estivera no DOI do Rio. É dele a única descrição do Codão. A casa destinava-se a transformar presos em "cachorros": "Em geral, no papo, quase todos os meus viraram. Claro que a gente dava sustos, e o susto era sempre a morte. (...) Se era o fim da linha? Podia ser, mas não era ali que se determinava".[10]

Indisciplina no CIE não havia. Seu chefe era o general Milton Tavares de Souza, o *Miltinho*. Uma sombra, só aparecia nos jornais três vezes por ano, durante as reuniões do Alto-Comando do Exército, sentado atrás do general Orlando Geisel. Devotava-lhe total lealdade. Fizera uma carreira notável. Como capitão fora ferido em combate na Itália. Em março de 1964 servia com o general Castello Branco no Estado-Maior do Exército. Vivia como um monge, sem férias nem vida social. Fisicamente frágil, nem sequer fazia o tipo do general buliçoso. Como chefe do CIE foi um mudo. É dele a marca de ferocidade da repressão. Passou pela vida pública sem revelar hábitos, gostos ou preferências. Era surdo, cardíaco, retraído e obsessivo. Depois de ter deixado o CIE, no comando da 10ª Região Militar, disse um pouco do que pensava: "Nada de importante acontece no país sem a ação dos comunistas. Há uma poeira vermelha nos olhos do povo e de grande parte das autoridades brasileiras. É preciso que acordemos e encaremos o problema com a seriedade que ele merece, se não quisermos ser cúmplices da queda do Brasil nas mãos dos comunistas. É uma opção que devemos fazer. Eu já fiz a minha. Prefiro morrer livre à escravidão do partido comunista".[11] Achava que o movimento hippie era uma invenção de Moscou.

Indisciplina no CIE não havia. Seu chefe era o general Milton Tavares de Souza, o Miltinho. Vivia como um monge, sem férias nem vida social. Fisicamente frágil, nem sequer fazia o tipo do general buliçoso. Como chefe do CIE foi um mudo. É dele a marca de ferocidade da repressão.

Se durante o mandarinato de Orlando Geisel houve generais poderosos, *Miltinho* foi o mais forte entre todos. Refletindo a hipertrofia que a repressão política impusera à estrutura do Exército, acumulou o comando do CIE com a chefia do gabinete do ministro. Seu CIE tinha em torno de 120 militares. Cerca de sessenta eram oficiais, divididos entre a chefia e quatro seções. A maior — operações — trabalhava com oito ou dez e cerca

de 35 sargentos. Pode-se ter uma ideia da escala desse efetivo sabendo-se que nessa época o Gabinete Militar da Presidência tinha 141 militares. O CIE funcionava no prédio do antigo quartel-general, no Rio de Janeiro. Na teoria era um apêndice do gabinete, sem jurisdição sobre os comandos. Na prática fazia o que queria. Desautorizava o serviço de propaganda da Presidência patrocinando patriotadas como a campanha de divulgação do slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o".[12] De uma lista de oitenta ordens de censura à imprensa colecionadas pela Polícia Federal entre agosto de 1971 e janeiro de 1973, doze saíram do CIE.[13] Em São Paulo o delegado Fleury era muito mais um operador do CIE e do Cenimar do que um caudatário do DOI.

Sob o comando do CIE, a máquina de repressão do governo reorientara-se na direção do extermínio. Estavam esquecidos os costumes de 1969, quando, mesmo havendo tortura e assassinatos, todos os dez terroristas que jogaram um caminhão-bomba contra o QG do II Exército sobreviveram à captura. A partir do segundo semestre de 1970 ocorreu uma mudança gradual em seu comportamento. Em 1971, prevaleceu o extermínio. Pelo menos na área sob jurisdição do II Exército, essa política está documentada. O general Vicente de Paulo Dale Coutinho, ex-comandante da 2ª Região Militar, descreveria a diretriz do colega Humberto de Souza Mello, que assumiu o comando do II Exército em janeiro de 1971: "Eu vi em São Paulo, e justiça se faça ao Humberto. Quando começou o comando do Humberto, começou a diminuir o terror, porque a ordem dele era matar. A ordem dele era matar".[14]

Justiça também fazia o general Humberto. Ia ao DOI com alguma frequência e, numa dessas ocasiões, dissera ao *Capitão José Lisboa* (delegado David dos Santos Araújo): "Matem os terroristas, matem os carteiros que entregam suas cartas. Os familiares, os amigos, seja o que for. Só não quero que morra nenhum de vocês".[15]

* * *

Essa virulência derivou de um processo racional, influenciado por circunstâncias emocionais. Na noite de 2 de abril de 1971 deu-se uma tragédia na rua Niquelândia, no subúrbio carioca de Campo Grande. Um cabo paraquedista desconfiara do comportamento de um casal de vizinhos e levara seu receio ao chefe da seção de informações da Brigada Aeroterrestre. Cinco agentes entraram na casa suspeita durante a tarde e confirmaram: era um aparelho, quase um arsenal. Guardava uma submetralhadora, três fuzis, três pistolas, duas granadas e três quilos de explosivos.[16] Por volta das 22 horas havia sete militares e dois carros no boqueirão sem saída da pequena rua. Apareceu um táxi com um casal, passou pela casa, fez um contorno e ia embora quando um automóvel lhe fechou o caminho. Um agente saltou e pediu ao casal que se identificasse. A mulher abriu a bolsa e disparou.[17] O major José Julio Toja Martinez Filho, 39 anos, foi alvejado no tórax. A bala saiu abaixo da axila direita. Estava morto. Era o primeiro oficial das Forças Armadas assassinado em ação pelo terrorismo. Filho de um coronel, deixava viúva e quatro filhos, o mais novo com quatro anos.[18]

Marilena Villas Boas Pinto, a Índia do MR-8, foi entregue ao DOI. Mataram-na com um tiro no pulmão.[19] O relato do que lhe sucedeu chocou alguns dos companheiros de Toja. “Os paraquedistas não tiveram nada a ver com o que fizeram com ela. No caixão, estava arrumada, estava inteira, mas era enfeite”, relataria catorze anos depois o coronel Idyno Sardenberg.[20]

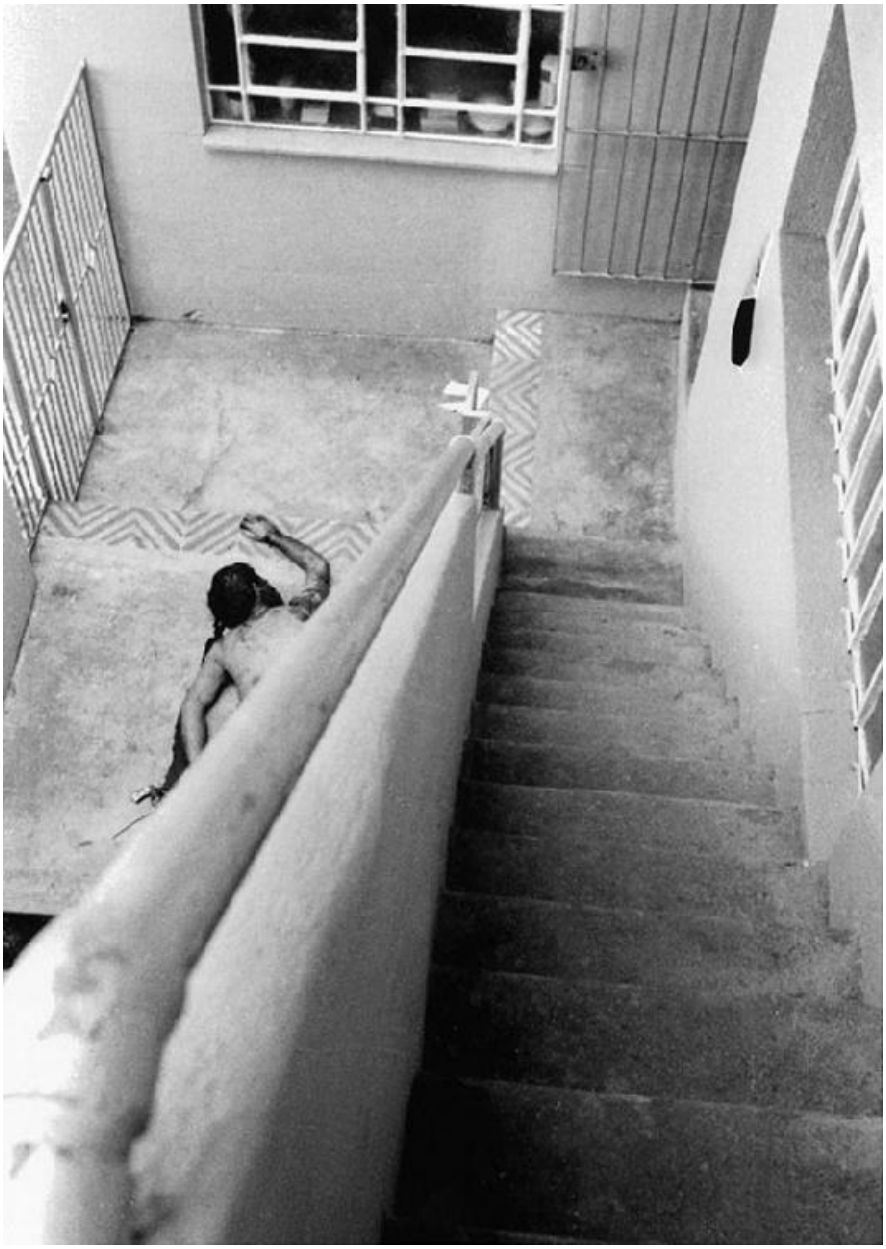
A morte do major Toja transformou-se em prova da virulência de um terrorismo encurralado. Marilena era uma veterana, mas a sua organização, o MR-8, estava se desfazendo. Nas discussões teóricas, o Oito estava abandonando a tese da luta armada urbana.

Na rua Niquelândia tantos foram os erros cometidos pelos paraquedistas que, listados, transformaram-se em estudo de caso para a própria

Comunidade de Informações. Eles não deveriam ter agido sem consultar "o órgão especializado". Não deveriam ter entrado na casa à tarde, e tendo-o feito, o certo seria ocupá-la, em vez de vigiá-la de fora com apenas dois agentes. Não deveriam ter estacionado os dois carros perto da casa, tampouco um único agente poderia ter abordado o táxi, muito menos pedindo documentos aos suspeitos.[21]

A despeito do impacto provocado pelo assassinato de Toja sobre a oficialidade, a política de extermínio e a criação de bases secretas derivaram de uma nova apreciação da luta armada. No fim de seu governo, justificando a regra de entrar nos aparelhos atirando, Médici dizia que, matando-se os terroristas, reduzia-se o número de presos e, com isso, o poder de barganha dos que continuavam em atividade.[22]

Uma coisa seria entrar num aparelho atirando, sem contemplação com quem estivesse lá dentro, e outra, prender quem lá dentro estivesse e matá-lo, sem contemplação, num canto do porão. Havia nexo no propósito. Quando os setenta presos trocados pelo embaixador suíço desceram no aeroporto de Santiago do Chile, criou-se um fantasma aritmético: os 130 banidos dos quatro sequestros de diplomatas tornaram-se um efetivo superior ao de militantes armados em ação no Brasil, que não chegavam a cem.[23] Como havia cerca de quinhentos presos, temia-se que novos sequestros engrossassem a diáspora, levando a uma situação em que, tendo-se quebrado a espinha da guerrilha urbana, ela seria realimentada pelo retorno dos exilados, muitos deles reciclados em Cuba. Chegou a circular até uma conversa de marinheiros soviéticos bêbados segundo a qual a frota vermelha desembarcava banidos nos portos brasileiros.[24]



Fevereiro de 1971: Aderval Alves Coqueiro, banido em 1970, voltou ao Brasil e foi localizado no Rio de Janeiro. Foi a primeira vítima de uma sentença do porão: banido que retorna, morre.

A sentença de morte contra os banidos autodocumenta-se. Entre 1971 e 1973 foram capturados dez. Nenhum sobreviveu.[25]

Presos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

Ordenara-se também o assassínio dos “cubanos”, nome dado aos militantes que regressavam de Havana. O Cenimar publicou confidencialmente uma galeria com fotografias de 135 pessoas que tinham ido para a Ilha.[26] [*Veja o documento*] O DOI de São Paulo produzira uma apostila ensinando a identificá-los: “Vestem-se sobriamente”, usam cabelos curtos, carregam duas armas, seus documentos são muito bem falsificados e reagem violentamente quando presos, “coisa que não é normal nos demais terroristas”.[27]

Entre 1966 e 1970 foram capturados 26 “cubanos”. Dezoito continuaram vivos e oito morreram. Entre 1971 e 1973 foram capturados pelo menos 32. Nesse período, descontando-se o *Cabo Anselmo*, que se tornou policial, um quadro da ALN, que negociou sua libertação, dois outros, cujo paradeiro não se conhece, e uma jovem, que teria abandonado a militância, só um “cubano” sobreviveu ao porão.[28]

As execuções transbordaram as categorias dos banidos e dos “cubanos”. Segundo o *Dr. Pepe*, um dos matadores do CIE, o primeiro preso a morrer na casa de Petrópolis (em abril de 1971, dias depois do tiro da rua

Niquelândia) foi Carlos Alberto Soares de Freitas.[29] Não era banido nem "cubano", mas dirigente da VAR-Palmares. Sociólogo, vinha do trotskismo e fora o *Breno* da VPR. Pela sua militância, era uma "cobra", nome dado pelos oficiais do DOI do Rio aos combatentes mais destacados. Foi preso no dia 15 de fevereiro de 1971 e nada mais se soube dele. Em 2011 apareceu um depoimento manuscrito que ele teria redigido semanas depois de sua captura narrando dez anos de militância na Polop, no Colina, na VPR e na VAR.[30] Mais tarde, um documento do SNI indicou a data provável de sua morte: 15 de abril.[31]

Finalmente, passou-se a matar todo aquele que não convinha deixar vivo. No final de maio *Carneiro* viu o *Dr. Teixeira* matar um preso na sala do aparelho. Era um jovem enlouquecido que via um tigre no jardim. "Ninguém sai com vida daqui", explicou o major.[32]

Quantas pessoas morreram na rua Arthur Barbosa não se sabe. Durante 96 dias de cativeiro, Inês Etienne Romeu listou pelo menos cinco.[33] Nessa mesma época a conta do *Dr. Teixeira* estava em mais de dez.[34]

Tornara-se difícil sair com vida em qualquer situação. Tateiam-se os números do extermínio verificando-se que, só em 1971, mataram-se 46 pessoas ligadas a organizações armadas, contra 29 no ano anterior.[35] Fechando-se o foco numa só organização, a ALN, vê-se que foram 48 mortos durante toda a sua existência. Em 1969 e 1970, seus anos de maior atividade, morreram doze de seus militantes. Entre 1971 e 1972, no declínio, morreram trinta.

De acordo com as estatísticas da polícia e das Forças Armadas americanas o índice de pessoas alvejadas na cabeça em tiroteios é inferior a 5%. Isso para casos de uma só bala. Duas ou mais caracterizam as execuções feitas por pistoleiros profissionais e denominam-se "a marca da Máfia".[36] Os laudos de 129 autópsias de mortos de 1969 a 1973, coletadas pelo projeto *Brasil, nunca mais*, produzem o seguinte quadro:

Ano	Mortos com autópsia conhecida	Mortos com tiros*	Mortos com tiros na cabeça	Mortos com um só tiro na cabeça	Mortos com dois ou mais tiros na cabeça
1969	20	9	1	1	0
1970	22	12	6	2	4
1971	33	21	6	4	2
1972	37	20	15	8	7
1973	17	8	4	2	2

* Não necessariamente a *causa mortis* .

Fonte: *Brasil, nunca mais*, pesquisa de Alcidésio de Oliveira Jr.
(Esse quadro não leva em conta os mortos na guerrilha do Araguaia.)

Com um tiro na cabeça morreu, em março de 1972, Lígia Salgado Nóbrega, de 24 anos. Estava num aparelho da VAR-Palmares, no Rio de Janeiro. Fora *Ana*, *Célia* e *Cecília*. Meses antes, participara da ação em que fora assassinado um marinheiro inglês de dezenove anos, cujo navio visitava o Brasil como parte dos festejos do Sesquicentenário da Independência. Até 1970, a trajetória de Lígia havia sido semelhante à de Dilma Rousseff, a *Estela*, da mesma organização. Tinham a mesma idade, passaram por boas escolas, a primeira em Natal, a outra em Belo Horizonte. Ambas militaram no movimento universitário, uma na Faculdade de Pedagogia da USP, outra na faculdade de Economia da Federal de Minas Gerais. Em 1969 ambas estavam na VPR e, posteriormente, migraram para a VAR.[37] *Wanda* foi presa em 1970; *Cecília* continuou na luta.

O resultado da política de extermínio justifica o qualificativo de “Cruzada das Crianças” que o professor Ralph della Cava usou para definir o ciclo de atividade das organizações armadas. Entre 1971 e 1974 morreram 198 militantes de organizações armadas. Conhece-se a idade de 190 deles. Cinquenta morreram antes de completar 25 anos. Com mais de quarenta anos, só dezesseis. De cada três jovens, dois vinham do movimento

estudantil. Durante a ditadura morreram 23 alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e 38 estudantes, professores ou funcionários da USP. A matança atingiu sobretudo jovens que estavam em faculdade entre 1966 e 1973. Foram oito anos malditos.

O regresso das falanges da diáspora era uma fantasia compartilhada pelos militantes que continuavam em ação. Desde o segundo semestre de 1970 pouco restava das organizações que um ano antes se mostravam vigorosas. A ALN vira-se encurralada em São Paulo. Um de seus comandantes, mandado por Havana para o Brasil, acabou fugindo para a Suécia.[38] Sem contatos, um de seus quadros mais ativos, o *Vieira,* com mais de vinte assaltos no prontuário, não tinha onde morar. Nos primeiros meses de 1971 passava as noites dentro de ônibus ou ia para Santos dormir na praia.[39]

Um levantamento das atividades de cinco organizações em São Paulo mostra que os assaltos a banco caíram de doze em 1970 para sete em 1971. Já os assaltos a supermercado, dez em 1970, subiram para dezesseis no ano seguinte.[40] Nesses dois anos a VAR-Palmares não operou na rede bancária paulista. Praticou doze assaltos, oito em supermercados e outros até em fábrica de parafusos. Uma lista autocongratulatória, divulgada em Roma no início de 1972, informava que no segundo semestre as organizações armadas haviam praticado 33 ações em todo o país, só seis em bancos. Buscaram fundos em duas boates, dois restaurantes e quatro postos da Loteria Esportiva.[41]

A VAR já reconhecera num documento interno que os combatentes, isolados e perseguidos, “mal sobrevivem e não têm uma influência decisiva sobre a realidade”. Surpreendentemente, seu texto foi divulgado pela agência de notícias cubana Prensa Latina, sinalizando uma ponta de dúvida na fé de Havana em relação à capacidade divina dos revolucionários de fazerem a revolução.[42]

* * *

O paradigma da coluna cubana foi o Grupo Primavera, dissidência da ALN nascida na Ilha que no Brasil viria a se chamar Movimento de Libertação Popular, ou Molipo. Tinha em torno de trinta quadros, o equivalente a cerca de 20% do total de brasileiros treinados em Havana. Começaram a retornar ao Brasil no início de 1971. Pensavam em abrir uma nova frente de luta, mas transformaram-se em repasto do extermínio. Três não embarcaram, e um desistiu durante a viagem. Pelo menos dezoito chegaram ao Brasil. Estavam sendo vigiados desde a partida e foram descobertos com precisão e pontaria inéditas.[43] A infiltração existente em Cuba não explica, por si só, a localização de militantes meses depois de terem desembarcado no Brasil, onde se espalharam na rotina da organização. Dezesseis morreram. Contando-se os militantes que se juntaram ao grupo quando ele chegou ao Brasil, sobreviveram apenas sete pessoas, todas por terem escapado à captura.[44]

Duas execuções de “cubanos” foram documentadas pelo próprio Exército, amparadas nas versões fantásticas que as acompanhavam, destinadas a encobrir a crueldade, mas também a exagerar riscos, exaltando a coragem e a eficiência da “tigrada”.

Em novembro de 1971 cercara-se um aparelho na rua Cervantes, em Vila Prudente, em São Paulo. De suas quatro janelas saíra a fuzilaria de duas submetralhadoras e um rifle. A tropa calculara em quatro os atiradores, mas era um só: José Roberto Arantes de Almeida, 28 anos.[45] Era o Gustavo do Molipo e chegara de Cuba fazia cerca de seis meses. Passara pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, pelo PCB, pela vice-presidência da UNE, pela Passeata dos Cem Mil e pelo arrastão de Ibiúna. Na rua Cervantes, fabricava explosivos. A casa foi bombardeada com gás lacrimogêneo e granadas. Segundo se ensinou na Escola Nacional de Informações, a tática revelara-se adequada, pois quando os agentes

ocuparam o aparelho, encontraram seu cadáver.[46] Falso. A autópsia de José Roberto Arantes de Almeida informa que ele morreu com quatro tiros, todos na cabeça.[47] Os registros burocráticos do caso indicam que seu corpo chegou ao necrotério um dia depois do tiroteio, vindo do DOI.[48]

No caso de Arantes, houvera ao menos o tiroteio. Em muitos casos, nem isso. Fazia-se uma encenação cartorial. O preso era assassinado e seu cadáver colocado numa situação que simulasse um confronto. Ou simplesmente se inventava o confronto, dava-se baixa do preso, divulgava-se uma nota oficial, e a Censura fazia o resto.

Tamanha onipotência na manipulação da realidade produziria dois casos patéticos. De acordo com a documentação oficial, o "cubano" Francisco José de Oliveira chegou morto ao IML, com três balas na cabeça, dezoito horas antes do tiroteio em que teria sido alvejado.[49] Outro "cubano", Frederico Eduardo Mayr, morreu três vezes. A primeira, "a caminho do hospital" depois de um tiroteio na avenida Paulista. A segunda, no dia seguinte, fugindo de um "ponto" no Jardim da Glória.[50] A terceira, no mesmo dia, alvejado pelos colegas quando estava dentro de um carro, preso.[51] Na realidade, Mayr foi para o DOI, onde o fotografaram e ficharam, dando-lhe o número 1.112. Tinha uma bala alojada debaixo da pele da barriga. O ferimento era tão superficial que se podia apalpar o projétil. Conversava normalmente.[52] Mataram-no com três tiros no peito, perfurando-lhe os pulmões.[53]

Aos banidos e aos "cubanos" juntavam-se na morte jurada os dirigentes das organizações. Se o preso morria porque preenchia uma dessas condições, isso não significava que não as preenchendo tinha a vida garantida. O jornalista Percival de Souza, em sua biografia de Sérgio Fleury, narra um episódio em que o delegado, tendo levado um preso ao que supunha ser um "ponto", impacientou-se: "Aqui não vai aparecer mais ninguém". Matou-o dentro do automóvel em que estavam.[54] Fleury governava uma vala no cemitério de Perus, administrada por um policial do

DOPS. Entre 1971 e 1973, nela enterraram-se como indigentes, com nomes falsos e até mesmo com as identidades verdadeiras, pelo menos 25 pessoas que haviam sido capturadas com vida.[55]

Num sinal de que a ação da "tigrada" dissociara-se da ameaça, a política de extermínio prosseguiu mesmo depois da primeira manifestação formal (ainda que verbal) de que o inimigo capitulava. No dia 14 de janeiro de 1973 o jornal *Le Monde* publicou um documento assinado por três organizações armadas (VAR, VPR e APML) reconhecendo que a luta armada, isolada, falhara. Falava numa guerra popular, mas a remetia para o futuro remoto. Não poderia haver dúvida quanto à essência do documento, pois tinha um quarto signatário, o Partidão.[56] O regime tivera a glória das festas do Sesquicentenário da Independência, via o apogeu do Milagre, mas a matança ganhara amplitude e ferocidade inéditas. Entre dezembro de 1972 e outubro de 1973 morreram 43 pessoas. Delas, dezesseis em três chacinas.[57]

Setembro de 1972. Homens de casaca e mulheres de chapéu no vão do MASP, na avenida Paulista. O regime vive a glória das festas do Sesquicentenário da Independência.

A matança de 1973 foi coadjuvada pelos militantes que o CIE transformara em agentes infiltrados. A precisão e a armadura dos disfarces dos “cachorros” chegou ao extremo no caso da captura de José Carlos da Mata Machado, da APML. Sua história foi contada pelo repórter Samarone Lima, em 1998, no emocionante livro *Zé — José Carlos Novais da Mata Machado*. Vivera treze de seus 28 anos na militância da esquerda católica, à qual pertencera seu pai, secretário de Educação do governador Magalhães Pinto e ex-deputado federal pelo MDB de Minas Gerais. Descendia de um conselheiro do Império, constituinte de 1891, e tinha na sua biografia a marca da prisão de Ibiúna, em 1968, ao preço de nove meses de cadeia. Casara-se com uma colega da AP usando codinome, numa cerimônia celebrada por um ex-padre (suspenso das ordens) casado com uma ex-freira. Vivera em Fortaleza e no Recife, estruturando a organização, trabalhando como vendedor de roupas e sapatos, passando fome com a mulher e dois filhos. Fora *Fernando*, *Hilário*, *Alberto*, *Nando* e *Aluísio*.[58] A APML não juntava trinta militantes.

Em agosto, quando o CIE já o seguia, admitira a possibilidade de exilar-se. Foi para o Rio. Sua mulher teve um mau pressentimento. Desconfiara de que o próprio irmão, Gilberto Prata, fosse um “cachorro”:

> — Você está trabalhando para a repressão?
> — Que é isso, Madá. Tá me estranhando? (...)
> — Você está com uma conversa de policial (...).
> — Estou com vocês, Madá. Na mesma luta.[59]

José Carlos saiu de casa com a roupa do corpo, empurrando um carrinho de bebê vazio, e tocou-se para São Paulo. Vagou pela cidade por três dias, sem comida, dormindo na rua, até que bateu à porta do advogado Hélio Navarro, amigo de seu pai. Conseguiu proteção, mas em pouco tempo foi

novamente alcançado pelo “cachorro”. Deveria partir para um esconderijo seguro no sábado, 19 de outubro de 1973. Foi preso na estrada.

Na noite do dia 27, José Carlos da Mata Machado foi visto na carceragem do DOI do Recife. Horas depois, de cuecas, estava sentado numa sala, sangrando pela boca e pelos ouvidos, quando percebeu a entrada de outro preso. Disse-lhe: “Companheiro... Meu nome é José Carlos Novais da Mata Machado. Sou dirigente nacional da Ação Popular Marxista-Leninista. Se você puder, se tiver condições, avise aos companheiros que eu não abri nada”.[60]

Dez anos depois, no Natal de 1983, o cunhado de José Carlos, Gilberto Prata, sentou-se perto da irmã, Madá, e contou-lhe: era o “cachorro”.[61]

* * *

Perplexos diante do colapso da violência romântica que construíram, os sobreviventes fugiam de uma realidade em que, triunfante, estava o mundo da crueldade do Estado. Nesse processo degenerativo as linhas que separavam os dois universos acabavam por se confundir, produzindo um novo tipo de ferocidade, dessa vez voltada também para dentro das próprias organizações. Problemática centenária, foi retratada por Dostoiévski em *Os demônios*, onde um dirigente terrorista ordena o assassinato de um colega contra o qual, no fundo, não tem muita coisa, simplesmente porque “ninguém tem o direito de abandonar a causa”.[62] No Partidão de 1936, obcecado pelo fracasso do levante de novembro de 1935 e pela quantidade de informações acumuladas pela polícia, Luiz Carlos Prestes forçou o assassinato de uma jovem analfabeta considerada delatora sem que houvesse contra ela uma só prova factual.[63] Na guerrilha argentina de 1963, antes que seu *Comandante Segundo* sumisse no mato, executou-se um jovem combatente deprimido que retardava as marchas e se “comportava mal”.[64] No Japão, sob o comando de uma bela enfermeira, a organização

Rengo Sekigun matou catorze de seus militantes, quer esfaqueando-os, quer deixando-os amarrados na neve.[65] No Exército Vermelho alemão vigorava o entendimento de que o único caminho de saída da organização era o túmulo.[66]

No Brasil a autofagia terrorista prosperou na ALN. A organização passara a se orgulhar do mote "Dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria".[67]

Em 1971, Márcio Leite de Toledo, o *Professor Pardal*, *Vicente*, *Carlos*, *Carlão*, achou que não valia mais a pena dar sua vida pela ALN. Tinha 26 anos, seu pai era dono de uma universidade no noroeste paulista e seu irmão, deputado federal governista. Estivera em Cuba e retornara em 1970, tornando-se membro da coordenadoria nacional da organização, mas comportava-se estranhamente. Sumia, faltava aos encontros. Rebaixaram-no e ofereceram-lhe o exílio, mas ele recusou, informando que pretendia ficar no Brasil, desligado da ALN.

No quarto alugado onde vivia, *Pardal* alinhara suas ideias numa carta que pretendia entregar à organização: "Não vacilo e não tenho dúvidas quanto às minhas convicções. Continuarei trabalhando pela Revolução, pois ela é o meu único compromisso. (...) Os companheiros ficaram sem saber o que fazer". Alguns de seus companheiros reuniram-se num simulacro de tribunal e decidiram o que fazer. Por seis votos a um a direção da ALN condenou-o à morte.[68] Recolheram-no num "ponto" e mataram-no com oito tiros, na rua Caçapava, em São Paulo. Márcio caiu tapando o rosto com as mãos.[69]

A ALN explicou-se num panfleto: "Ao assumir responsabilidades na organização cada quadro deve analisar sua responsabilidade e seu preparo. Depois disso, não se permitem recuos".[70]

Reunido no Chile, o comando da VPR condenou à morte o *Daniel* do vale do Ribeira, dos sequestros de Von Holleben e Bucher. Seu crime fora um acesso de "recuísmo", no qual ele chegara a propor que a organização fosse desmobilizada. Herbert Eustáquio de Carvalho salvou-se porque não

havia contato entre o tribunal de Santiago e o que eventualmente restasse da VPR no Brasil.[71]

À ferocidade da "tigrada" correspondeu uma fase pistoleira dos terroristas, com a esquerda matando a esquerda. O assassinato de Márcio Toledo representou o paroxismo desse radicalismo. Ele simplesmente queria sair da organização. Em três casos anteriores e num posterior, a ALN, a AP e o PCBR executaram militantes sobre os quais pairava a suspeita de delação ou mesmo de conversão em informante da polícia.

Em fevereiro de 1971 a AP matou um militante em Pindaré-Mirim, no Maranhão. Ele estivera preso, suspeitou-se que reaparecera para infiltrar-se, a direção regional condenou-o, atraíram-no para uma cilada e mataram-no a tiros e pauladas.[72] A ALN executou um ex-marujo acreditando que ele fizera um acordo com o Cenimar e matou um professor dentro do colégio em que trabalhava responsabilizando-o pela captura e morte de um dirigente.[73] Em 1973 foi a vez de um ex-militante do PCBR, sobre quem recaía a suspeita de ter denunciado a localização de Mário Alves três anos antes.[74]

A disciplina militar e a estrutura celular das organizações armadas fizeram com que à desarticulação das siglas correspondesse a transformação de algumas de suas bases em pequenas quadrilhas. Em 1971 sobreviviam como grupos sem objetivos e com poucos propósitos além do assalto seguinte, capaz de levar comida para casa e de pagar os aluguéis vencidos dos aparelhos. É difícil caracterizar o comportamento de militantes de grupos esquerdistas como quadrilheiro, pois diversas camadas de racionalizações mascaram a decadência política das organizações insolventes. Mesmo assim, quando um pequeno grupo de militantes reduz sua atividade política a assaltos destinados apenas a sustentar-lhe a precária clandestinidade, pouca diferença há entre um revolucionário e um assaltante.

A história do terrorismo brasileiro produziu pelo menos um caso confesso de banditismo. Foi a preparação do assalto à casa de um contrabandista de dólares feita em 1971 por quadros da ALN em Santiago do Chile. O assalto fracassou na fase preparatória, depois de um tiroteio numa tentativa de roubo de um automóvel. Como contou Reinaldo Guarany, um dos planejadores, "faríamos a coisa como marginais". Outros assaltos, bem-sucedidos, teriam transformado um dos terroristas em empresário.[75]

O cotidiano desses militantes era assombrado por delírios. O *Otávio* da VPR planejara jogar milhares de ratos na usina de Volta Redonda para sabotar a produção de aço do país. Seu companheiro *Felipe* tinha pesadelos em que o *Henrique* do MRT morria pendurado num gancho de açougue.[76] O *Adolfo* da ALN andava pelas ruas de Santiago falando com os amigos mortos.[77]

O último dos 63 fuzis FAL roubados por Lamarca no quartel de Quitaúna para a protofonia da insurreição de 1969 foi resgatado num terreno baldio de São Paulo em janeiro de 1978. Estava enterrado com treze revólveres, duas carabinas e três pistolas, e foi entregue ao DOI pelo *Ari* da VAR-Palmares, um revolucionário que passara pela Universidade Patrice Lumumba, na União Soviética, pelo Punto Cero, em Cuba, e pela ALN, no Brasil. Reassumira sua identidade de Adilson Ferreira da Silva e, sem contatos nem comida, tornara-se assaltante na região dos Jardins, em São Paulo, onde uma patrulha de ronda o capturou atracado com um corretor de imóveis o qual tentara roubar.[78]

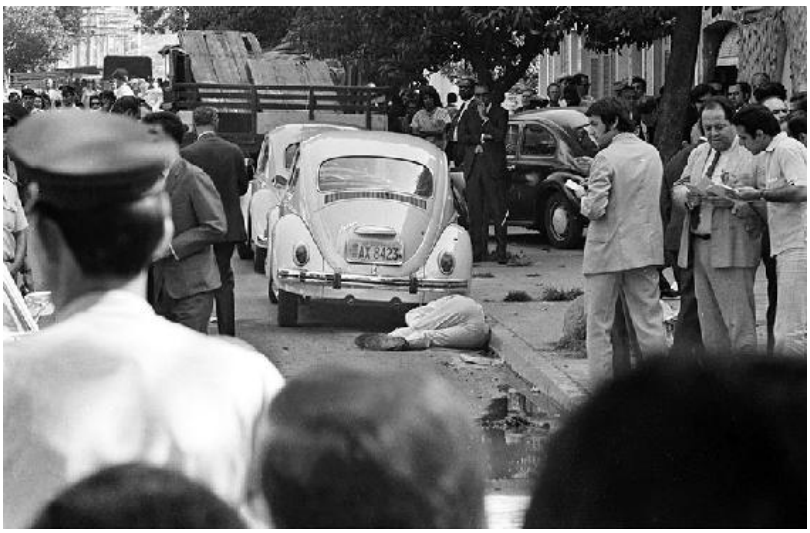
"Os grupos terroristas brasileiros iam se destruir sozinhos, acabariam empunhando bandeiras irrelevantes para as massas ou degenerariam em grupos de criminosos. O governo reagia contra seus próprios medos. Foi uma história trágica e ao mesmo tempo patética", explica Brian Jenkins, que chefiou o setor de estudos de terrorismo da Rand Corporation.[79]

Nesse mundo de valores subvertidos houve pelo menos um caso de pai que entregou a filha ao DOI supondo que lá seria honrado o acordo pelo qual não a torturariam.[80] O senador José Lindoso, vice-líder do governo, sustentava que havia uma "serena energia na repressão, na base da justiça e da verdade", mas não contava que fora barrado na porta do DOI de São Paulo quando tentou visitar o filho, militante da Ala Vermelha do PC do B e hóspede da sala de torturas da rua Tutoia.[81] Do outro lado do combate, um coordenador do grupo de fogo da ALN, com uma bala na garganta, descobriu que seus companheiros, sem terem como providenciar assistência médica segura, decidiram deixá-lo morrer. Veterano de nove assaltos, entregou-se à polícia e meses depois contou seu caso à imprensa: "É bom, aliás, falar que a cobertura da Oban tem sido decisiva na minha recuperação".[82]

Em 1971, com uma impressora roubada num assalto, o que restava da ALN paulista acabara de publicar o primeiro número de seu jornal, intitulado *Venceremos*. A organização tinha um novo símbolo: a mira telescópica. A "mira dos canhões que derrubam os helicópteros dos agressores norte-americanos no Vietnã e no Laos, e dos fuzis que já estão em ação no Brasil". Na primeira página trazia um retrato do empresário Peri Igel, dono do grupo petroquímico Ultra, fornecedor das refeições Supergel do DOI: "Este é o homem que paga aos carrascos da Oban".[83] [*Veja o documento*] O *Venceremos* mirou o dono da *Folha de S.Paulo*, que assinara um editorial intitulado "Banditismo": "Octavio Frias de Oliveira sente-se acuado porque sabe (...) que a verdade revolucionária o atingirá e que seu justiçamento é uma questão de tempo".[84] Três carros de entrega da *Folha* haviam sido incendiados pela ALN.[85]

Outro grupo estava de olho em Henning Albert Boilesen, um dinamarquês que chegara a presidente da Ultragaz e diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Era ativo colaborador do DOI. Participara da campanha contra d. Helder Câmara junto à comissão do

Prêmio Nobel.[86] Ao contrário de Peri Igel, seu patrão, circulava sem segurança nem cuidados. Na manhã de 15 de abril, um Volks emparelhou com seu Galaxie azul, e Iuri Xavier Pereira, o *Joãozão*, disparou um tiro de fuzil Mauser. A bala raspou sua cabeça. Boilesen abriu a porta e correu alguns metros na contramão. Uma rajada de submetralhadora derrubou-o. *Joãozão* saiu para a rua. Tinha 1,90 metro, cem quilos e 23 anos. Deu-lhe mais um tiro, que lhe destroçou o lado esquerdo do rosto.[87]



Abril de 1971. O industrial Henning Boilesen, diretor da Ultragás e colaborador do DOI, foi uma das vítimas do surto terrorista. Foi assassinado a caminho do trabalho. Estava desarmado. Abandonou o carro, correu e foi metralhado na rua.

O surto terrorista brasileiro nada teve de incruento. Afora os sequestros, depois de 1969 faltaram-lhe as sonhadas bases rurais e as ações espetaculares, mas abundaram as vítimas. Descontando-se os guerrilheiros do Araguaia, morreram em torno de 150 quadros das organizações armadas que atuaram nas cidades. Essas organizações mataram 53 agentes anônimos da ordem. Boa parte deles eram soldados e cabos das polícias militares. Estavam na base da pirâmide social, mas sustentavam a ordem da ditadura. O mesmo não se pode dizer de pelo menos onze guardas de bancos, carros-fortes e estabelecimentos comerciais. Morreram na cena das ações terroristas pelo menos outras dez pessoas que nada tinham a ver com a

segurança dos locais onde estavam. Eram bancários, comerciantes ou mesmo um cobrador de ônibus. Num cálculo conservador — excluindo-se casos em que as pessoas possam ter sido atingidas por tiros disparados pela polícia — as mortes ligadas a ações terroristas ficam em torno de sessenta.[88] A esse número devem se somar onze vítimas deliberadamente selecionadas, como no caso de Boilesen. O surto terrorista que começara com atentados urdidos para matar o marechal Costa e Silva e o captor de Che Guevara terminou no segundo semestre de 1973 com o assassinato de um professor de história e de um dono de restaurante, ex-militantes da ALN e do PCBR sobre os quais recaíra a suspeita da traição.

O foco urbano estava aniquilado em 1972. Ao longo desse ano, aquilo que restava da militância armada de cinco organizações praticara apenas oito ações. Já estavam assaltando até caixa de drogaria. Cinco anos de combates revolucionários destinados a produzir uma guerrilha em que se formaria o exército popular da revolução brasileira começaram e terminaram como Che Guevara advertira: “Se você começa roubando bancos, acaba virando assaltante de bancos”.[89]

1 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, pp. 32-5.

2 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 251. Trata-se da explosão do depósito de papel do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro.

3 Depoimentos de Sérgio Ubiratan Manes e Tania Chao, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, pp. 728 e 759.

4 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, p. 35.

5 Relatório de Inês Etienne Romeu, *O Pasquim*, nº 607, 12 a 18 de janeiro de 1981, pp. 4-5 e 26.

6 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, p. 35.

7 Para o endereço, *IstoÉ*, 11 de fevereiro de 1981.

8 Esse não foi o primeiro aparelho. Em 1969 o Centro de Informações da Marinha operara uma base paralela numa casa em final de construção nas montanhas de São Conrado, no Rio de Janeiro. Nela foram torturados Ottoni Guimarães Fernandes Junior e Eduardo Leite, o *Bacuri*. Ver *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 405, Auto de Qualificação de Ottoni Guimarães Fernandes Junior, e também entrevista do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto a Expedito Filho, *Veja*, 18 de novembro de 1992, pp. 20-32. Para o codinome, *IstoÉ*, 11 de fevereiro de 1981.

Para a atribuição da casa ao CIE, depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, p. 68. Existiu outro aparelho, numa delegacia do Alto da Boa Vista. Em seu depoimento a Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 373, Geisel chamou a casa de Petrópolis de "dependência do CIE".

9 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de agosto de 1973, APGCS/HF, e general Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

10 Chico Otávio, Juliana Dal Piva e Marcelo Remígio, "Torturador conta rotina da Casa da Morte em Petrópolis", *O Globo* de 23 de junho de 2012.

11 Conferência do general Milton Tavares de Souza, comandante da 10ª Região Militar, na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Maranhão, *O Estado de S. Paulo*, 2 de outubro de 1976.

12 Carta do general Octavio Costa ao autor, de junho de 1991.

13 Maurício Maia de Souza, "Henfil e a censura", pp. 67-74.

14 Conversa do general Dale Coutinho com Geisel, fevereiro de 1974.

15 Depoimento do delegado David dos Santos Araújo, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 445-6.

16 *Boletim Informativo nº 02-71*, Centro de Relações Públicas do Exército, 1971, pp. 12-3.

17 A descrição do episódio está na apostila *Contra-Subversão*, da Escola Nacional de Informações, de 1974. O autor teve acesso a esse documento, sem poder copiá-lo.

18 Para o ferimento, *O Globo*, 5 de abril de 1971. A apostila da EsNI, *Contra-Subversão*, de 1974, sugere que o tiroteio foi na noite de sexta-feira. *O Globo* diz que foi na madrugada de sábado. Prevaleceu a versão da apostila. Para o pai, depoimento do general Leonidas Pires Gonçalves, em *Histórias do poder*, de Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), vol. 1: *Militares, Igreja e sociedade civil*, p. 363. Para outra narrativa do episódio, ver Alfredo Sirkis, *Os carbonários*, p. 386.

19 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 277.

20 Coronel Idyno Sardenberg, fevereiro de 1985.

21 Apostila *Contra-Subversão*, da EsNI, de 1974.

22 Esse raciocínio foi feito por Médici a Geisel num de seus últimos encontros. Geisel narrou-o assim, em janeiro de 1974: "Diz ele: é muito melhor morrerem eles que morrer um soldado ou sargento nisso. Com isso também o número de presos diminuiu. Agora não pode mais estar barganhando".

23 Em junho de 1971, quando o *Cabo Anselmo* teve acesso ao arquivo do DOPS, o número de "ativistas e simpatizantes somava aproximadamente cem pessoas". Depoimento de José Anselmo dos Santos a Percival de Souza, *Eu, Cabo Anselmo*, p. 179.

24 *O Globo*, 10 de julho de 1970.

25 São eles: Aderval Coqueiro, Carlos Eduardo Pires Fleury, João Leonardo Rocha, Jeová Assis Gomes, Eudaldo Gomes da Silva, Daniel José de Carvalho, Edmur Camargo, Joel José de Carvalho, João Batista Rita e Joaquim Pires Cerveira, os dois últimos sequestrados em Buenos Aires.

26 *A Ação Subversiva no Brasil*, marcado “confidencial” pelo Cenimar em maio de 1972. AA. Em 21 de novembro de 1972, o I Exército encaminhou ao DOPS do Rio outro álbum, com 219 nomes. Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 11.

27 *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1992, p. 8.

28 José da Silva Tavares negociou sua libertação em troca da entrega de Joaquim Câmara Ferreira ao delegado Fleury (Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 218, e Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 257). Boanerges de Souza Massa foi considerado um desaparecido político (Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 154). Faltam dados a respeito de Benjamin de Oliveira Torres. Marilia Angélica do Amaral teria abandonado a militância. Sobreviveu, depois de presa, Darci Toshiko Miaki. Nessa conta não se incluiu Cláudio de Souza Ribeiro, que abandonou a militância e, tendo matado a mulher numa crise de ciúmes, entregou-se à Polícia Civil. Para o seu caso, *O Estado de S. Paulo*, 13 de abril de 1980.

29 Relatório de Inês Etienne Romeu a *O Pasquim*, nº 607, 12 a 18 de janeiro de 1981.

30 Esse documento esteve no sítio de *O Globo* em 30 de abril de 2011: <http://oglobo.globo.com/politica/confira-integra-do-depoimento-de-beto-dado-em-1971-2789754>.

31 “Papel do SNI traz a data em que colega de Dilma morreu”, *Folha de S.Paulo*, 23 de dezembro de 2012, reportagem de Juliana Dal Piva, com a *Informação nº 4.057* do SNI, de 11 de setembro de 1975.

32 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, p. 37.

33 Carlos Alberto Soares de Freitas, Aluísio Palhano, Mariano Joaquim da Silva, Paulo de Tarso Celestino e Heleny Telles Guariba.

34 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, p. 37.

35 Levantamento do autor, com base nos dados de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, e de *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, bem como nos sítios do Centro de Documentação Eremias Delizoicov (<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoas.php?m=3>) e do Grupo Tortura Nunca Mais (<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>).

36 Brian Jenkins, dezembro de 1992.

37 Delmo Moreira, “1968, o ano que enfim terminou”, *IstoÉ*, 1º de novembro de 2010. Para a participação de Lígia na ação que matou o marinheiro inglês David A. Cuthberg, Carlos Alberto Brilhante Ustra, *A verdade sufocada*, pp. 398-9.

38 Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 48.

39 Francisco Carlos de Andrade, dezembro de 2000.

40 Para os assaltos de 1970 e 1971, Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, pp. 219-27, 326-7 e 329. Ustra ateve-se às ações praticadas por combatentes de ALN, VAR, MRT, REDE e Molipo cujos nomes sabia.

41 *Fronte Brasiliano d’Informazione*, nº 2, fevereiro de 1972.

42 Telegrama da agência Prensa Latina, de 6 de maio de 1971.

43 *Terroristas com Curso em Cuba — Situação em 21 de Junho de 1972*, do CIE, CIE-S/103, e *Informação nº 674/72-II, Assunto: " Grupo da Ilha"*, citado em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 127-30.

44 Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 59. Sobreviveram José Dirceu de Oliveira e Silva, Itoby Alves Correa, Vinicius Medeiros Caldevilla, Luís Araújo, Ana Corbisier, Natanael de Moura Girardi e um camponês conhecido como Brechu.

45 Apostila *Contra-Subversão*, da EsNI, de 1974. Para o tipo de armamento, Frei Betto, *Batismo de sangue*, p. 86.

46 Apostila *Contra-Subversão*, da EsNI, de 1974.

47 *Autópsia de José Carlos Pires de Andrade*, identidade com a qual estava José Roberto Arantes de Almeida, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 212.

48 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 133.

49 Idem, pp. 133-5.

50 *Boletim das Turmas de Busca do DOI*, 23 e 25 de fevereiro de 1972. Trechos lidos ao autor. A prisão de Mayr na avenida Paulista está referida também na apostila *Contra-Subversão*, da EsNI, de 1974.

51 *Aviso 0024/MM*, de 5 de fevereiro de 1993, do ministro da Marinha ao ministro da Justiça, no qual relatou os dados existentes nos arquivos da Força a respeito dos "desaparecidos".

52 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 151, e José Carlos Giannini, 1987.

53 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 135.

54 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 173.

55 Para os 25 mortos, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*. Para a maneira como Fleury cuidou do assunto, Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 179-84. Para a vala do DOPS no cemitério de Perus, ver Caco Barcellos, "O *Globo Repórter* sobre a vala de Perus", em Janaína Teles (org.), *Mortos e desaparecidos políticos*, pp. 195-208.

56 *Le Monde*, 14 de janeiro de 1973.

57 Seis militantes do PCBR cujos corpos foram deixados numa rua do Grajaú em dezembro de 1972. Mais seis quadros da VPR no massacre da chácara São Bento, em Pernambuco, em janeiro de 1973. Quatro presos do PCBR num carro explodido na praça da Sentinela, no Rio.

58 Samarone Lima, *Zé*, pp. 91, 112 e 196.

59 Idem, p. 155.

60 Idem, p. 15.

61 Idem, p. 217.

62 Fiódor M. Dostoiévski, *Os demônios*, p. 1286.

63 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 275-6. Marly de Almeida Gomes Vianna, *Revolucionários de 35*, pp. 292-8.

64 Ricardo Rojo, *Meu amigo Che*, p. 163. Ver também Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, p. 578.

65 Ovid Demaris, *Brothers in blood*, p. 29. Ver também Walter Laqueur, *The age of terrorism*, p. 84.

66 Declaração de Michael Baumann, especialista em explosivos do Exército Vermelho. Em Jerrold M. Post, "Terrorist psycho-logic", em Walter Reich (ed.), *Origins of terrorism*, p. 33.

67 *Venceremos*, nº 1, abril-maio de 1971.

68 Para a condenação, Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 279. Para a carta, *Jornal do Brasil*, 7 de junho de 1987, reportagem de Valdir Sanches.

69 Depoimento de Carlos Eugênio Sarmento da Paz, em Luís Mir, *A revolução impossível*, pp. 586-7.

70 *O Estado de S. Paulo*, 16 de abril de 1971, e Agnaldo Del Nero Augusto, Licio Maciel e José Conegundes do Nascimento (orgs.), *Orvil*, pp. 52-3.

71 Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho*, p. 65.

72 Agnaldo Del Nero Augusto, Licio Maciel e José Conegundes Nascimento (orgs.), *Orvil*, pp. 658-9.

73 Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Os anos de chumbo*, pp. 78-9.

74 Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 281. Para as execuções da ALN e do PCBR, Lucas Mendes, "O lado 'dark' da resistência", *Folha de S.Paulo*, 17 de junho de 2012. Para a execução na AP, Agnaldo Del Nero Augusto, Licio Maciel e José Conegundes Nascimento (orgs.), *Orvil*, pp. 658-9.

75 Reinaldo Guarany, *A fuga*, p. 108. Em entrevista a Denise Rollemberg, Guarany revelou que a VPR e a ALN praticaram diversos assaltos no Chile. Rollemberg, *Exílio*, p. 155.

76 Emiliano José e Oldack Miranda, *Lamarca*, p. 110.

77 Para *Adolfo*, Reinaldo Guarany, *A fuga*, p. 111.

78 Carlos Amorim, *Comando Vermelho*, pp. 197-9.

79 Brian Jenkins, dezembro de 1989.

80 Informação dada ao autor por um oficial do Exército cujo nome fica preservado. Os depoimentos dessa jovem, submetida a choques elétricos, permitiram que se puxasse um fio que levaria ao desmantelamento da Ala Vermelha, depois que um de seus dirigentes, com curso na China, tornou-se agente policial.

81 Para o discurso do senador, Hélio Bicudo, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, p. 249.

82 Para o caso de Monir Tahan Sab, ver seu depoimento em Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, pp. 198-201.

83 *Venceremos*, nº 1, abril-maio de 1971.

84 Idem.

85 Ana Estela de Souza Pinto, *Folha*, pp. 54-6.

86 Para o caso do Nobel, Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, p. 12.

87 *Folha de S.Paulo*, 16 de abril de 1971, e Agnaldo Del Nero Augusto, Licio Maciel e José Conegundes do Nascimento (orgs.), *Orvil*, pp. 630-3.

88 Para vítimas do terrorismo, ver o sítio Terrorismo Nunca Mais, com uma lista divulgada pelo jornalista Reinaldo Azevedo: <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php?open=20&data=98&tipo=2>.

89 Para o Che, Jon Lee Anderson, *Che Guevara*, p. 683. Em 1973 aquilo que restava dos grupos terroristas lançou-se a uma política de execuções. Em fevereiro mataram um dono de restaurante que teria denunciado uma mesa suspeita, provocando a morte de quatro militantes da ALN. No mês seguinte, na mais conhecida ação vindicativa do período, um comando composto por três terroristas da ALN, um do PCBR e outro da VAR assassinou numa calçada de Copacabana o delegado Octávio Gonçalves Moreira Junior, chefe da seção de busca e apreensão do DOI de São Paulo.

A floresta dos homens sem alma

Rosa, morena miúda, calçava 33. Chamava-se Maria Célia Corrêa, tinha 26 anos, estudara na Faculdade Nacional de Filosofia e sustentara-se trabalhando em banco. *Cristina*, cearense de rosto redondo, abandonara o curso de biologia da Universidade Federal Fluminense. Despedira-se dos pais dizendo-lhes que talvez não a tivessem de volta.[1] Era Jana Moroni Barroso. Tinha 21 anos.[2]

Ambas chegaram ao Araguaia em 1971, para mudar o mundo. Viviam em casebres e davam aulas (inclusive de tiro) para as crianças do lugar.[3] Desde 1966 o PC do B estocava militantes nas matas fechadas da região do Bico do Papagaio, numa das últimas frentes de expansão da sociedade brasileira. Lá juntam-se os rios Araguaia e Tocantins. Encontram-se a Amazônia, o Nordeste e o Brasil central. Formam o estuário dos fluxos de povoamento do Pará, Maranhão e Goiás.*

Os quadros do PC do B dividiram-se por três áreas, numa extensão de 130 quilômetros. Moviam-se numa superfície de 6,5 mil quilômetros quadrados. Até o primeiro semestre de 1972 eles foram 59 homens e catorze mulheres. Quando o Exército chegou, havia 69 na mata e sete a caminho.[4] Cinco a menos que a força de Fidel ao alcançar o litoral cubano, 26 combatentes a mais do que Guevara tivera na Bolívia poucos anos antes. Seriam a centelha de uma guerra popular. Pela descrição dos documentos revolucionários, entrariam num cenário triunfal: “As montanhas e as florestas, as quebradas e os capões de mato, as grutas e as plantações mais

densas, abrigarão os heroicos guerrilheiros, protegidos pela simpatia e pela violência das massas”.[5] [*Veja o mapa*]

O governo os atacara entre abril e outubro de 1972. Disfarçara a ofensiva como se fora uma grande manobra. Rotativamente, mobilizara 3.200 militares das três Forças Armadas.[6] Em agosto essa força somara 1.500 soldados.[7] Tomada pelo conjunto, fora a maior movimentação de tropas desde a formação da FEB. Maior, de longe, que a do levante de 1964. Maior também que três das quatro expedições mandadas a Canudos.[8] Resultara num miado de leão. As baixas dos militantes do PC do B ficaram em treze mortes e sete prisões.

A tropa voltara em outubro de 1973. Dessa vez somava cerca de 750 homens, divididos em grupos de 250 que se revezavam na zona de combates. Estavam sob as ordens do CIE. Eram comandados por oficiais e sargentos das forças especiais e de elite do Exército, boa parte treinada para a guerra na selva. Tinham ordens para não manter prisioneiros e prisioneiros não mantiveram. Em quatro meses derrotaram a guerrilha. Pela documentação conhecida, pode-se supor que no final de janeiro de 1974 os quadros do PC do B não passavam de trinta.[9] Dispersos, vagavam pela mata, como bichos. Sem caça nem mantimentos, alguns alimentavam-se de carne de jabutis e polpa de babaçu.

Rosa e *Cristina* eram sobreviventes daquilo que fora o destacamento A. Operara ao sul de Xambioá. Tivera 22 combatentes. No dia 2 de janeiro o grupo em que estavam reunia cinco pessoas. Desfez-se sob a metralha da tropa, por conta do barulho da lata em que um deles carregava alguns pepinos e uma abóbora tirados a uma roça. As duas jovens embrenharam-se na floresta. Na sua narrativa do crepúsculo da guerrilha que comandava, Ângelo Arroyo, veterano sindicalista e dirigente do PC do B, registraria: “Não se sabe o que aconteceu com as duas companheiras”.[10]

José Veloso de Andrade, um cearense que sobrevivera à seca de 1932 e desmatava a região desde 1968, soube o que aconteceu a *Cristina*: “Ela

morreu o seguinte: eles andava com uma equipe, a equipe do... chamavam ele *Dr. Terra*, que tudo era uns nomes veios, estrambólicos, que eles tinham... Aí, toparam nela. (...) Não foi combate, ela... quando ela... eles pressentiram o pessoal do Exército ela correu... (...) Um guia atirou nela. Era o Zé Catingueiro, atirou nela, deu chumbo, mas o chumbo era pequeno, e ela não morreu logo, mas ela morreu... A flor da subversão na boniteza".[11]

Dona *Maria da Metade*, outra pioneira da ocupação daquele pedaço de fim de mundo, estava no lugarejo de São José e viu o que aconteceu a *Rosa*: "Vinha dois homens com a Rosinha amarrada. (...) E ela toda trapiazinha, a roupa toda rasgada. (...) Ela tava comendo até peixe cru que lá na quitanda tinha, e deram bolacha pra ela e aí ela queria fazer xixi e foi lá pra detrás da casa. Nós fomos com ela porque os guias não queriam confiar... E nós fomos com ela e ela pedindo a nós que rezasse pra ela não ser morta, pra não matarem ela. (...) Ela não tava desesperada não, tava calma, rindo e tudo mais. Só tava assim maltrapilha demais".[12]

Manuel Leal Lima, o *Vanu*, mateiro de 35 anos, contou que estava à margem de um igarapé quando um helicóptero aterrissou trazendo três presos. Tinham os olhos vendados. Um oficial mandou que andassem cinco passos. Metralharam-nos. "Foi horroroso. As cabeças dos guerrilheiros ficaram totalmente destruídas."[13] Um deles era *Rosa*.

* * *

Rosa e *Cristina* ainda estavam vivas na manhã de 18 de janeiro, quando Ernesto Geisel, três dias depois de sua eleição pelo Colégio Eleitoral, conversava com o chefe de sua segurança, tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo, do CIE. Conheciam-se desde 1964, quando ele fora seu ajudante de ordens. O general tomaria posse em março. Queria notícias do Araguaia:

— Vem cá. E como é que está aquela operação lá em Altamira?
— Lá em Xambioá? Tenho a impressão de que se prosseguir como tem sido executada, mais uns dois ou três meses liquida-se aquilo lá.
— Mas eles já conseguiram alguma coisa?
— Atualmente já pegaram quase que trinta.
— Trinta?
— Trinta. O efetivo mais ou menos estimado para lá é da ordem de 180, 200.
— E esses trinta, o que eles fizeram? Liquidaram? Também?
— Também.
— Hein?
— Alguns na própria ação. E outros presos, depois. Não tem jeito não.
— E os outros? Não liquida porque não adianta?
— Não. Porque não consegue apanhar. (...)
— E a população?
— A população vinha sendo trabalhada há muito tempo por eles. (...)
— A população não tomou conhecimento dessas mortes, não?
— Deve tomar, deve tomar porque a coisa se processa com a presença dos mateiros e se espalha logo. Mas eles já sabem, general, o principal é que agora eles sabem de cor que a maioria é terrorista, subversivo. Já houve, eles fizeram logo no início, um assalto a um distrito policial para roubar armamento, mataram um polícia. A população reagiu, ficou indignada. Então eles perderam um pouco esse apoio da população.
— Foi uma burrice deles.
— Foi, porque eles contavam com o apoio. A população é muito ignorante.
— A primeira condição da guerrilha é ter o apoio da população.

— (...) Eles estão atrapados justamente por causa disso. Eles perderam o apoio. Eles tinham depósitos com víveres e medicamentos. Grande parte desses depósitos já foram descobertos, foram desativados. Eles não têm recursos, praticamente. Deixaram de receber dinheiro. Recebiam constantemente, todo mês eles recebiam.

— Vinha de onde? Cubano?

— Não, era gente que levava pessoalmente na área.

— Onde era a sede, a direção deles, em São Paulo?

— A direção é do PC do B, Partido Comunista do Brasil. E eles tinham na área um elemento da chamada comissão militar. Praticamente supervisionava o trabalho ali na área. Essa comissão tinha elementos do Rio e de São Paulo que se revezavam. Agora não deve estar mais atuando essa comissão. Estão praticamente soltos, abandonados. Não recebem dinheiro, não têm o apoio da população. A maioria vive de sobrevivência na selva. Eu tenho a impressão de que mais dois, três meses... A despeito de que o cabeça de lá até hoje não pegaram, um tal de *Osvaldão*.

— Como é?

— *Osvaldão*. Um sujeito de quase dois metros de altura, oficial da reserva, do CPOR, tenente. Está lá há seis anos na área.

— Mas esse deve ser fácil de achar.

— Ah, mas esse está internado lá na mata. Tem saída. A região é muito difícil. Se ele bater no Araguaia tem condições de escapar. É uma área enorme, não há via de comunicação. (...) A localidade está lá no mapa. Vai ver são três, quatro casinhas numa clareira no meio da selva.

— Qual é o objetivo deles ali, afinal?

— Pretendiam fazer uma zona liberada.

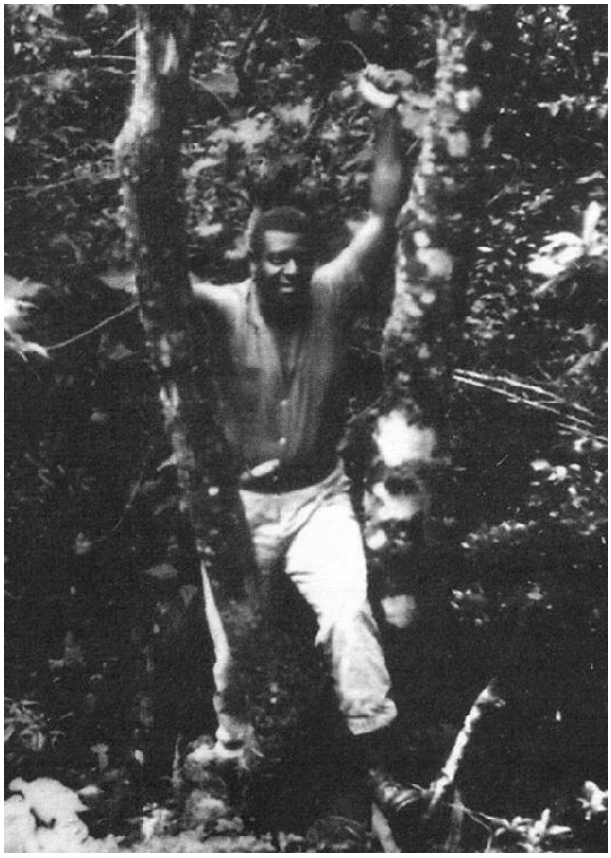
— Mas se não tem quase população...

— Tenho a impressão de que eles iam levando gente de fora para lá. Aproveitar a pouca população e levando gente de fora, independente disso faziam treinamento. (...)
— E eles iam para lá como, de rio?
— Pelo rio. Normalmente entravam por São Geraldo, que é uma cidadezinha em frente a Xambioá. (...) Na margem do Araguaia.[14]

A narrativa de Pedrozo refletia o êxito e os receios dos comandantes militares. Não seriam necessários dois ou três meses para encerrar as operações. O efetivo dos guerrilheiros nunca chegara a cem. Poucos dias depois da conversa de Geisel com Pedrozo, Ângelo Arroyo tomou o caminho de volta para a cidade. Furou o cerco acompanhado por dois guerrilheiros e semanas depois chegou a São Paulo.[15] Deixou para trás um pedaço do seu grupo e um cronograma de "pontos" a serem cobertos a cada dias 1º e 15 dos meses seguintes.[16] Dos outros, nada mais se sabia. Um deles era Osvaldo Orlando da Costa, o *Osvaldão*.

Negro, tinha 35 anos, 1,98 metro, barba enorme e calçava 46. Filho de um padeiro, fora campeão de boxe no Botafogo, estudara engenharia na Universidade de Praga e recebera instrução militar em Pequim. Chegara ao Araguaia em 1966 e vivera no mato como garimpeiro e caçador de peles, plantando-se mais tarde numa capoeira perto da margem de um rio.[17] Até refugiar-se na mata, tivera uma casa de palha. Aterrorizava os soldados, a ponto de o CIE ter recomendado aos seus agentes infiltrados na região que evitassem confrontos, salvo se o achassem, "mas somente quando a possibilidade de êxito não deixar dúvidas".[18] Teria matado um sargento. Organizara três execuções de civis, dois dos quais eram seus compadres.[19] Tornara-se um mito de invulnerabilidade. Dizia-se que o Exército não o pegava porque, ao entrar na floresta, ele virava toco, mosquito, cachorro ou borboleta. (Lenda semelhante acompanhara Luiz Carlos Prestes pelo

interior do país nos anos 1920. Ele seria imortal, e os demais integrantes de sua coluna teriam o corpo fechado por feiticeiras.)



Osvaldão

Um lavrador que lhe dera comida teve a roça incendiada e nunca mais foi visto.[20] No final de dezembro de 1973, quando aquilo que sobrara do comando da guerrilha decidira sair da região, *Osvaldão* perguntara: para onde? Anos antes da derrota, propusera que se planejasse um recuo para o Xingu. Batidos, não tinham rota de fuga. Sem suprimentos, teriam a floresta por inimiga. Restara-lhes a debandada.[21]

Na tarde de 4 de fevereiro de 1974 *Osvaldão* estava sozinho, escondido na floresta. Arlindo Vieira, o *Piauí*, um jovem camponês que colaborara com os guerrilheiros, vinha à frente de uma patrulha militar. Viu-o numa capoeira, sentado num tronco. Matou-o com um só tiro.[22] O corpo enorme e

depauperado do guerrilheiro morto foi pendurado num cabo e içado por um helicóptero. Despencou. Amarraram-no de novo, e assim o povo da terra viu que *Osvaldão* se acabara. Antes de sepultá-lo, cortaram-lhe a cabeça.[23]

* * *

O que se deu no Araguaia foi o paroxismo do choque dos radicalismos ideológicos que, com seus medos e fantasias, influenciaram a vida política brasileira por quase uma década. A esquerda armada supusera que estava no caminho da revolução socialista, e a ditadura militar acreditara que havia uma revolução socialista a caminho. Até o início do surto terrorista esse conflito ficara no campo dos receios e dos planos. Daí em diante, um pedaço da esquerda mostrara-se disposto ao combate a que julgava ter faltado em 1964. Ela se aprisionara numa tática de choques urbanos deliberadamente isolacionista e fora esmigalhada pela violência do Estado. Foi uma rebelião sem povo, num país onde as grandes revoltas populares não tiveram a participação da elite. A história brasileira registra confrontos armados sangrentos e duradouros entre o povo humilde e o poder. Nos maiores, ocorridos no sertão de Canudos e nas matas do Contestado, contaram-se em poucas dezenas os combatentes que sabiam ler e escrever. Nas matas perdidas do Araguaia, o PC do B tornara-se a única — e derradeira — organização política brasileira a ir buscar na "violência das massas" a energia vital de seu projeto comunista.

Enquanto a ditadura se confrontou com a esquerda nas grandes cidades, fez o possível para combater seus adversários sem ferir a população. O general Médici orgulhara-se de não "adotar condutas que (...) servissem à técnica subversiva do 'quanto pior, melhor'", capazes de levar "a uma escalada de repressão". Ameaçara com uma resposta "dura e implacável", mas procurara demarcá-la: "Apenas contra o crime, e só contra os criminosos".[24] Nas cidades, foram relativamente poucos os casos de prisão

de pessoas que tinham contatos superficiais com quadros de organizações armadas. Salvo os saques de aparelhos e poucos casos de furtos em residências de familiares de militantes, nas cidades jamais se atentou contra a propriedade ou o patrimônio de amigos, de simpatizantes ou das famílias desses militantes. Houvera uma preocupação em aprofundar a repressão sem expandi-la. Nas matas do Araguaia a história foi outra.

Era outro aquele mundo. Ali o "Brasil Grande" encontrava-se com lugar nenhum. Pouco mais de 20 mil habitantes, a população do Leme, viviam numa área pouco maior que a do Distrito Federal. Eram nordestinos atrás de terras, garimpeiros procurando pedras, todos querendo trabalho. Na região de garimpo onde *Osvaldão* se enfiara, viviam pessoas que tinham deixado os lugarejos próximos: "Na rua não está dando para viver. No mato pode-se viver até nu. E lá tem caça, pode-se plantar mandioca e criar galinha".[25] A liberdade típica das fronteiras econômicas lhes parecia uma conquista, sempre ameaçada pela "besta-fera" que traria o "cativeiro".[26] Amparada em prefeitos que os próprios militares viam como "corruptos, incapazes e primários", associados a uma polícia "apática e irresponsável", diante de autoridades federais a serviço dos grandes proprietários, a "besta" já estava expulsando camponeses.[27] Famílias trabalhavam em fazendas por menos de um salário-mínimo. Em seu estudo dessa região, Otávio Guilherme Velho verificou que, na safra de 1968-69, uma caixa de fósforos custava cinquenta centavos na cidade e três cruzeiros num barracão a três dias de viagem. O hectolitro da castanha-do-pará, principal produção do lugar, era comprado pelo fazendeiro a quatro cruzeiros e cinquenta centavos no mato e vendido a seis cruzeiros na cidade. Valia 55 cruzeiros ao chegar a Belém.[28] Enfim, o Eldorado da revolta popular.

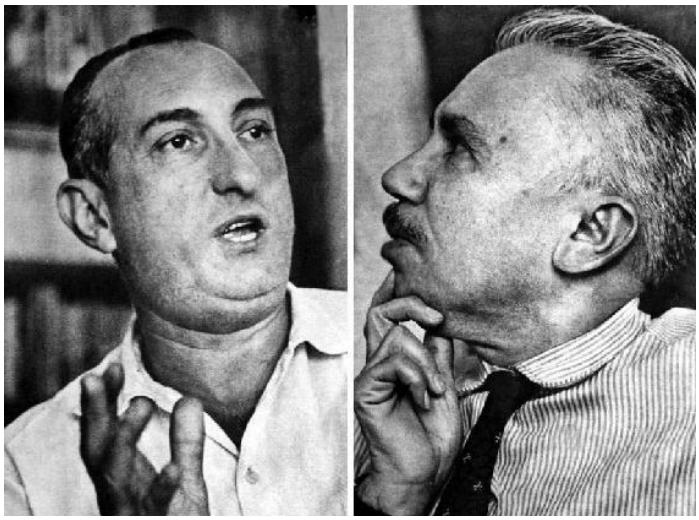
A floresta tropical ganhara uma das joias da Coroa do "Brasil Grande". Era a rodovia Transamazônica, cuja abertura fora decidida por Médici nos primeiros meses de seu governo. Ela ligaria a cidade maranhense de Imperatriz a Rio Branco, capital do Acre. As obras estavam na metade do

caminho, e a estrada já passava por Marabá, o maior povoado da região. O fim do mundo ficara mais perto. Até o final de 1967, quando os militantes do PC do B estabelecidos na região giravam em torno de meia dúzia, consumiam-se até dois dias para percorrer os 56 quilômetros que separam de Marabá a localidade de São Domingos. No ano seguinte, com a abertura de uma estrada, a viagem (de lotação) passou a demorar seis horas. A partir de outubro de 1971, com a Transamazônica, fazia-se o percurso em uma hora, de ônibus, ao preço de dois cruzeiros. A estrada atraíra as correntes migratórias que a selva continha. No dizer de um morador: "O negócio pro chegante está complicado. Pobre tem que andar (...). Quem já fez já fez, quem não fez não faz mais".[29]

O PC do B fixara-se no Araguaia seguindo uma linha política e atendendo a uma necessidade prática. Sua defesa da luta armada era anterior à ditadura. Era também exclusiva. Rejeitara a ideia do foco ("concepção voluntarista") e o conceito de revolução continental ("estranha ao marxismo-leninismo"). Não tinha negócios com Havana, muito menos com Moscou ("camarilha de renegados").[30] Entre 1964 e 1968, os chineses haviam lhe dado dezoito vagas em seus cursos de capacitação militar, mas desde o ano seguinte suas relações com Pequim estavam frias.[31] Seu santuário externo mais próximo ficava a 8.550 quilômetros de distância, na Albânia, o "destacamento avançado do socialismo na Europa", onde sobrevivia o derradeiro regime stalinista.[32] Ponto de partida de uma guerra popular que ainda não tinha data marcada para começar, a floresta serviu também para proteger militantes perseguidos pela polícia. Sem coletar fundos por meio de assaltos, o PC do B era pobre. Enfurnando-se na Amazônia, um militante procurado pela polícia custava pouco e algum dia renderia um combatente. A operação era mantida em sigilo. Só alguns dos membros de sua comissão executiva sabiam onde ficava a "área prioritária" para onde eram levados os militantes designados para a "tarefa especial".

Até a primeira metade de 1968 havia em torno de quinze militantes estabelecidos em três pontos diferentes da região. Pelo menos sete tinham passado pelos cursos de capacitação na China.*(2) Dois possuíam um barco que fazia comércio pelo rio. Outro era dono de farmácia. Havia um médico (que passava por curandeiro) e uma quitandeira. Um pedreiro da Baixada Fluminense fizera-se mascate. Quase todos plantavam roças. Chefiavam-nos *Mário* e o *Velho Cid*.

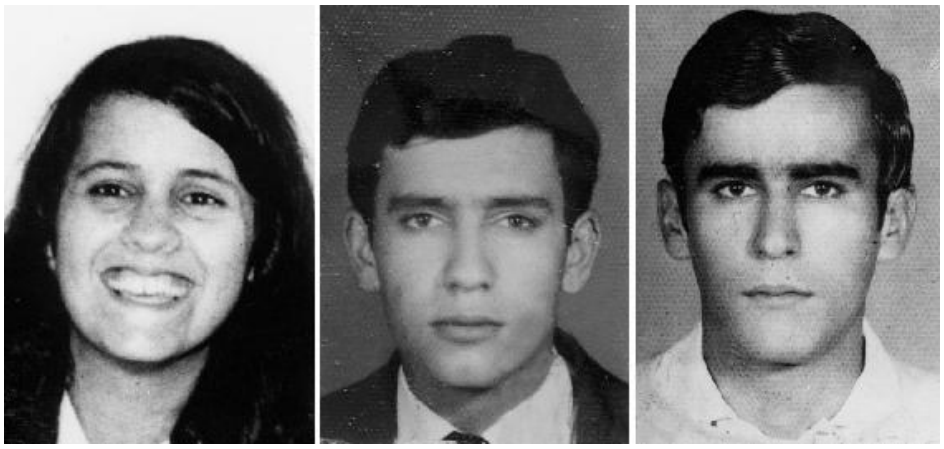
Mário dirigia a comissão militar encarregada de conduzir as operações. Era o baiano Maurício Grabois. Chegara à floresta em 1967, aos 55 anos, com mais de trinta de militância comunista e uma passagem pela Escola Militar de Realengo. Amigo de infância de Carlos Marighella e, como ele, prisioneiro do Estado Novo, liderara a bancada do PCB na Câmara dos Deputados.[33] Comprara um pequeno sítio e abrira uma tenda de comércio. Tinha consigo o filho, a nora e um genro. O *Velho Cid* (ou *Tio Cid*) era João Amazonas, o secretário-geral do PC do B, um revolucionário estoico e frugal, cujo radicalismo político contrastava com a gentileza dos modos. Tinha 56 anos e conhecera a região em 1941, quando fugira de uma cadeia de Belém e subira o Tocantins de barco. Como Grabois e Marighella, fora constituinte de 1946.[34]



Amazonas e Grabois (à esquerda)

Mário e *Cid* eram dirigentes históricos do comunismo nacional, com sua tradição escolástica, agressiva e triunfalista nas palavras, mas quase sempre incruenta nas ações. Sua tropa tinha o impulso combativo da juventude das demais organizações armadas. A idade média dos guerrilheiros estava abaixo de trinta anos. Cerca de 70% de seu efetivo era composto por estudantes que haviam tomado as ruas em 1968. Mais da metade havia abandonado as universidades. Em pouco mais de três anos, no meio da juventude, saltaram da militância urbana para a clandestinidade. Dela, para o grande sonho da guerra popular amazônica. Cinco passaram por faculdades de medicina. Três estudaram física e um deles, astronomia. Duas jovens abandonaram os cursos de letras, uma das quais matriculada nas cadeiras de alemão e japonês. Outro tinha três anos de química e um de teoria musical, o que o tornaria flautista do grupo. Dois guerrilheiros haviam estado na diretoria da UNE. Outro presidira a União Paulista dos Estudantes Secundários e pagara dois anos de cárcere. Cinco haviam sido presidentes dos diretórios acadêmicos de suas faculdades. Dezesseis tinham passado pela prisão, oito deles no grande arrastão de Ibiúna. Compunham dez matrimônios, dois pares e uma trinca de irmãos: os Petit da Silva.[35]

Lúcio e Jaime Petit eram engenheiros. Um tinha 29 anos e o outro, 27. Ambos chegaram ao Araguaia com as mulheres. *Regina* estudara medicina e Regilena deixara o curso secundário. A terceira irmã, Maria Lúcia, de 22 anos, era professora. Quando percebeu que não teria tempo para conhecer um sobrinho que nasceria em São Paulo, dissera à mãe que ficava melhor assim, pois seria uma pessoa a menos para sentir saudade.[36]



Os irmãos Petit da Silva: Maria Lúcia, Lúcio e Jaime

Aos 22 anos, a baiana *Mariadina*⁕(3) explicara aos pais a escolha que fizera, ao lado do marido: “Só nos resta este caminho e é com amor que vamos percorrê-lo”.[37]

Luiz⁕(4) fora preso no final da Passeata dos Cem Mil. Tinha 23 anos quando chegou à floresta com uma sentença de seis meses de prisão nas costas e uma revolução na ideia. Do mato, escrevera à família: “Não posso largar tudo, seria atentar contra minha própria consciência. (...) No momento só há uma saída, transformar esse país, e o próprio governo é que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta, enquanto a violência popular é justa porque está a favor do progresso e da justiça social. (...) Não se preocupem comigo, estou bem e seguro, não estou sozinho”.[38]

Enquanto estiveram sozinhos e seguros, os guerrilheiros misturaram-se à população. *Juca*,⁕(5) médico, atendia doentes e ajudava nos mutirões da roça. A vendeira *Dina*⁕(6) dava remédios e fazia partos. Dentro da etiqueta do meio rural e da curiosidade recatada das fronteiras econômicas, eram estimados pelo povo do lugar. Arlindo Pereira, o *Arlindo Balela*, um pioneiro do final dos anos 1950, resumiria esse sentimento: “Eles eram umas boas pessoas, eu arrancava dentes com eles, extraía dentes. Eles

compravam peles em minhas mãos, de caititu, que naquele tempo era vendável, eles eram umas boas pessoas, tratavam bem a gente quando chegava na casa deles. Eles tinham de tudo na casa, de açúcar, sabão, sal, fumo, agulhas, brilhantina... essas coisas assim".[39]

Apesar do esforço, não faziam sentido. Em algumas localidades chamavam-nos "paulistas" ou ainda "povo da mata". O próprio Arlindo não sabia o que eles faziam: "Eles não diziam pra gente. (...) Não explicavam pra ninguém". Ou, nas palavras do camponês *Pedro Zuza*: "[Eram] gente boa e sabida, que nós não temos essa teoria, sabedoria, aqui, por isso eu achava esquisito eles aqui".[40] Um comerciante suspeitou que fossem grileiros. Uma senhora convenceu-se de que as jovens que passavam por sua casa e brincavam com seu filho eram "gente de fora": "E que não era gente à toa não. Era gente importante". Talvez freiras.[41] Quando *Osvaldão* disse a um vizinho que um jovem sobrinho do *Velho Cid* era bom de facão, o roceiro observou-o e respondeu: "Deve ser bom mesmo é de caneta".[42]

Mesmo quando faziam parte de um pequeno núcleo, os guerrilheiros viviam a quilômetros de distância. Quatro numa posse, seis num castanhal ou um casal perto da beira de uma estrada. Plantavam arroz, inhame e mandioca. Criaram calos nas mãos, tiveram febres. Aprendiam a andar numa floresta onde uma caminhada de duzentos metros é suficiente para se perder o rumo da volta. No final de 1970 a maioria não completara um ano de vida rural. Ainda não se sentiam adaptados. Para a turma estabelecida na vizinhança do rio Gameleira a última noite do ano foi quase triste. Juntou menos de seis pessoas. Os demais não circulavam com desembaraço entre a população, orientavam-se mal na mata ou estavam abatidos pela malária.[43]

Depois de um ano de disciplina, no final de 1971 os guerrilheiros conseguiram organizar uma manobra com um efetivo de dezenove pessoas.[44] Alguns estavam treinados a ponto de saírem em pequenos grupos para jornadas de um mês na floresta, levando apenas suas armas, sal, farinha e munição.[45] Adestravam-se para sobreviver. Estocavam alimentos,

remédios e munições em pontos esparsos da mata. Viviam compartimentados. Um grupo não sabia onde estava ou o que fazia o outro. A confiança adquirida ao longo do ano animou o Réveillon de 1972 na Gameleira. Teve veado-mateiro ao leite de castanha, paca e palmito de babaçu. *Osvaldão* recitou o poema "I-Juca Pirama", de Gonçalves Dias, e todos cantaram "Apesar de você", de Chico Buarque de Hollanda. Quando um grupo chegou cantando a "Internacional", o *Velho Cid* pulava de alegria. À meia-noite, saudaram o ano com vinte tiros.[46] Iam bem as coisas, e eles esperavam entrar em ação até dezembro.[47] Sem mencionar o trabalho clandestino na floresta, o PC do B informava aos seus militantes urbanos: "Amadurecem rapidamente as condições para tornar uma realidade a guerra popular. (...) Tudo indica que o povo se lançará em importantes batalhas e alcançará brilhantes vitórias".[48]

A guerrilha amazônica estivera nos projetos de todas as organizações da esquerda armada, mas também nos cuidados de todos os governos da ditadura. Em agosto de 1964, passados apenas quatro meses da deposição de Goulart, o Exército mandara onze oficiais e doze sargentos ao centro de treinamento de operações na selva mantido pelo governo americano no Panamá.[49] Desde 1969 o Estado-Maior baixara uma portaria contendo as instruções provisórias que formavam uma espécie de minimanual do contraguerrilheiro rural. Tinha 135 páginas e ecos vietnamitas.[50] Em 1970, as três Forças Armadas realizaram uma grande manobra na região e, em operações paralelas, desbarataram duas estruturas da ALN na área do Bico do Papagaio. Um ano depois, com a mobilização de apenas sessenta militares, desativaram-se outras duas propriedades, onde a VAR-Palmares pretendia montar bases de treinamento.[51] Eram projetos de guerrilhas assentados no conceito de posse fundiária da base da insurreição. Nos três casos foi chegar, ver e prender.

* * *

O governo descobriu o projeto guerrilheiro do PC do B no início de 1972. Soube disso por duas fontes diferentes. Não se pode dizer qual foi a primeira. Em meados de 1971, o guerrilheiro *Peri* (Pedro Albuquerque) e sua mulher fugiram da mata.[52] Em fevereiro de 1972 ele viria a ser preso em Fortaleza. Um relatório do CIE atribui-lhe a indicação do fio da meada que levou os militares ao Araguaia.[53] (Albuquerque sustentou que seus torturadores já tinham conhecimento da estrutura do PC do B na região.)[54] A outra pista veio do Sul. A guerrilheira *Regina*, mulher de Lúcio Petit da Silva, contraíra hepatite e brucelose. Fora levada a Anápolis e internada. Deveria retornar, mas foi para São Paulo. Manteve-se em contato com o partido e chegou a repassar-lhe alguns remédios. Pressionada pela família, revelou ao Exército aquilo que sabia da "área prioritária".[55]

Informados da prisão de Pedro, os guerrilheiros acautelaram-se e passaram a dormir fora dos casebres, em barracas armadas no mato ou nas capoeiras.[56] Não deram maior importância à informação de uma dona de hotel de Xambioá. Em março ela avisara *Geraldo**(7) da passagem de agentes federais procurando forasteiros. Dada a abundância de projetos revolucionários existente na região, acharam que aquilo não era com eles.[57]

A tropa começou a chegar no dia 12 de abril de 1972. Operava entre Marabá e Xambioá. Em cada uma dessas cidades acampou um batalhão, cada um com quatrocentos homens. No interior da floresta instalaram-se seis bases de combate, cada uma com uma companhia. Em agosto chegaram a somar 1.500 homens.[58] Para consumo geral, participavam do Manobrão, um exercício chefiado pelo comando do IV Exército, com sede no Recife, a 1.600 quilômetros de distância. Nele, camuflada, estava a *Operação Papagaio*, destinada a eliminar a guerrilha. Tinha em torno de oitocentos homens. Seu poder de fogo concentrava-se nas tropas profissionais e de elite. Do Rio de Janeiro vieram 26 combatentes das forças especiais da Brigada Paraquedista. Além deles, havia cerca de cem homens do CIE.[59]

Entraram em quatro cidades e pelo menos dez lugarejos e fazendas. Montaram uma base aérea em Xambioá e armaram postos de controle na Transamazônica e na Belém-Brasília. O comando das operações ficou numa casa de telhado azul, encarapitada num barranco à margem do rio Itacaiúnas, próximo a Marabá.

Atacaram dois núcleos dos "homens da mata". O camponês José Veloso de Andrade lembra-se do resultado de uma das ações: "No primeiro ataque, na sede dos guerrilheiros, no lugar denominado Chega com Jeito, então quando eles chegaram lá não encontraram mais ninguém, eles estavam escondidos. Mas tava o barraco... eles encontraram um touro mecânico, montado a pilha... é com doze pilha, e uma metralhadora acabando de aperfeiçoar".[60]

Também não havia vivalma no outro barraco, 130 quilômetros a sudeste. Capturaram uma forja, ferramentas, um rádio, livros de medicina, panelas e farinha.[61]

Os guerrilheiros enfiaram-se nos refúgios armados na floresta. *Piauí*,* (8) avisado por um camponês, seguiu até onde pôde no seu burro. Quando precisou entrar na mata fechada, deu-o a um conhecido: "Se um dia eu aparecer, você me entrega, e se eu nunca aparecer, então você fica com o burro".[62] Antônio* (9) bateu à noite na casa de *Maria da Metade* e pediu-lhe que na manhã seguinte fosse ao seu barraco para recolher um rádio e um toca-discos. Se não voltasse, podiam ficar. Ela lhe perguntou o que estava acontecendo: "Não, nada, nós vamos embora. Até um dia dei'stá que vocês sabem".[63] Maurício Grabois, o comandante da guerrilha, registrou em seu diário: "Começou a Guerra Popular".[64] O sentimento dos combatentes diante da chegada dos militares ficou na memória de *Geraldo*: "A frase que a gente mais ouvia era: 'Chegou a hora'".

Chegara a hora de 71 guerrilheiros, mas isso acontecera pela ação do inimigo. A guerrilha, cujo capital inicial está em surpreender o governo,

fora surpreendida. Faltavam-lhe treze quadros para atingir a estrutura planejada pelo PC do B. Também não havia terminado a organização dos depósitos clandestinos de mantimentos.[65] Sua força era composta por três destacamentos (A, B e C). Cada um deles tinha dois chefes e por volta de vinte combatentes. Subdividiam-se em três grupos de fogo, com cerca de meia dúzia de pessoas.[66] No topo da hierarquia, estavam os quatro dirigentes da comissão militar, oculta em outro ponto da mata.

Cada guerrilheiro tinha um revólver com quarenta balas. O conjunto dispunha ainda de quatro submetralhadoras, duas de confecção doméstica, mais 25 fuzis e rifles. Essas eram suas armas de guerra (menos de uma para cada dois guerrilheiros). Somando-se a elas trinta espingardas e quatro carabinas, as armas longas eram 63. Faltavam oito para que cada combatente tivesse a sua. Armamento escasso, de má qualidade balística, bastava para pouco mais que a simples defesa pessoal. Seu poder de fogo era inferior ao de quatro grupos de combate do Exército, cada um deles com nove homens armados de oito fuzis FAL e uma submetralhadora. Por velha, a maior parte do arsenal estava com defeito.[67] A guerrilheira *Lena*⁕(10) lembraria: “O fuzil que eu usava, nossa! (...) Pra acertar naquela árvore tinha que atirar três árvores depois”.[68]

A precariedade de meios e o isolamento físico eram parcialmente compensados por um alento emocional. A cada dia, às vinte horas, a rádio de Tirana transmitia um programa de sessenta minutos, em português, informando ao mundo que havia uma revolta camponesa no Brasil e narrando os feitos dos guerrilheiros.[69] Para espanto do Exército, o noticiário não só divulgava fatos verdadeiros, como se mostrava ágil e atualizado. Era abastecido por um sistema de transmissão próximo, porém paralelo à guerrilha.[70]

A *Operação Papagaio* começara mal. No primeiro choque com a guerrilha uma patrulha desfez-se.[71] Na tarde de 5 de maio, uma “turma de informações” foi emboscada na beira de um riacho. Os guerrilheiros

dispersaram a tropa, feriram um tenente, um sargento e mataram o cabo Odílio Cruz Rosa, da 5ª Companhia de Guardas, de Belém.[72] Um guia, o camponês *China*, escondeu-se por dois dias num brejão e sumiu: "Resolvi cair fora daquela guerra, porque se eu não morresse naquele dia, morria no dia seguinte, aquilo ia durar muito tempo. Os soldados não entendiam nadinha de mato".[73]

O maior êxito dessa fase inicial da ofensiva militar passou despercebido. Manteve fora da área da guerrilha o *Velho Cid*, seu chefe político, e *Dona Maria*,*(11) veterana organizadora de sua estrutura. Ela vinha de São Paulo, trazendo novos combatentes. Entregou dois no caminho e seguiu com os outros num ônibus que deveria deixá-los em Marabá. Foram interceptados por uma patrulha militar, e um dos rapazes foi preso. Tinha consigo dois livros suspeitos (*A estrada de Volokolansk* e *Um homem de verdade*). *Dona Maria* voltou sozinha para Anápolis e foi para a rodoviária da cidade, à procura do *Velho Cid*, que também estava a caminho da "área especial".[74] Ela conta o encontro: "O Amazonas passou olhando pra baixo, aí eu olhei pra cima mas não me mexi, só olhei pra cima (...). Quando ele chegou mais perto eu fiz sinal pra ele que a coisa lá estava feia. (...) Então eu fiz assim um sinal pra ele e ele entendeu que pelo jeito estava cercado, eu fiz assim, fiz um sinal assim, mas com a mão lá embaixo. (...) Aí o Amazonas então saiu da rodoviária, atravessou a rua e foi para um café do outro lado".[75] De lá, ele voltou para São Paulo.

Ao contrário do que sucedera no enfrentamento com a esquerda armada das cidades, no Araguaia as coisas começaram diferentes. Os militares comportaram-se como uma força de ocupação. O tamanho da mobilização e a conduta dos soldados assustaram o povo. Em Xambioá prenderam tanto um lutador de circo, por seu cabelo comprido, como os comerciantes acusados de transacionar com os "terroristas". Um vendeiro foi amarrado num pau e exibido pelas ruas de São João do Araguaia.[76] Uma patrulha capturou um fazendeiro capixaba que ia pelo mato à frente de 22 peões e

duas tropas de burros para se assentar numa terra que acabara de comprar. Foi colocado num helicóptero e passou pelo seguinte: “Pousamos num acampamento cercado por rolos enormes de arame farpado. Parecia aqueles campos de concentração nazistas. Me desembarcaram e me fizeram entrar num buraco fundo, de uns três metros, escavado no chão. Em seguida puseram em cima uma tampa de madeira. Aquilo virou noite”.[77]

No dia 18 de maio chegou à delegacia de Xambioá o barqueiro Lourival Paulino, com cerca de 55 anos. Era acusado de colaborar com a guerrilha. Três dias depois o sargento-delegado informou que ele se enforcara com uma corda.[78]

Em menos de um mês, a tropa capturou cinco guerrilheiros. Um caminhava pela Transamazônica depois de ter se desligado da operação.[79] *Baianinha*⁕(12) e *Miguel*⁕(13) foram denunciados por camponeses e dois outros, achados no mato.[80] Um deles era *Geraldo*. Sua “hora” durara poucos dias, tornando-se o preso José Genoino Neto. [*Veja o documento*]

Em termos operacionais, conseguira-se capturar uma base do destacamento C, estabelecido na curva do Bico do Papagaio, seccionando sua linha de contatos com a guerrilha. Disso resultaria o isolamento de vinte combatentes, 25% do efetivo. Para surpresa dos militares, ao contrário do que sucedera em operações anteriores, a base estava equipada para uma guerrilha de verdade.

Conta o major Lício Augusto Ribeiro Maciel, o *Doutor Asdrúbal*, comandante do ataque: “Eu caí das alturas. O que eu encontrei lá foi uma coisa estúpida. Grandes telheiros de comida, material cirúrgico, remédios, uma oficina de rádio muito bem montada, tudo escondido em espaldões. Era tudo muito rústico, mas funcionava. Peguei a máquina de costura e mandei jogar dentro do pântano. Destruímos tudo”.[81]

O Exército oferecia mil cruzeiros por “paulista” capturado. Era dinheiro suficiente para a compra de um pequeno pedaço de terra. Esse tipo de incentivo, associado à intimidação, levou um camponês a denunciar um

guerrilheiro com quem tinha boas relações. Deveria entregar-lhe um rolo de fumo e avisou o Exército. Cinco "paulistas" foram para as proximidades do lugar onde deveria ser deixada a encomenda. Um deles, *Jorge*, aproximou-se. Ouviram-se três rajadas.[82] Bergson Gurjão Farias, 25 anos, ex-aluno de química na Universidade Federal do Ceará, tornou-se o primeiro desaparecido da guerrilha. O lavrador *Pernambuco* delatou *Carlito*,*(14) que parara num castanhal. Uma fístula de leishmaniose na perna impedia-o de caminhar, e ele pedira aos companheiros que o deixassem. Foi visto surrado, em cima de um burro. Mataram-no três dias depois. Quando seu cadáver foi fotografado, ainda tinha no pescoço a bússola que sempre trazia pendurada.[83] Outro camponês, *João Coioió*, tocaiou e matou sua amiga Maria.

Era Maria Lúcia Petit da Silva. *Lena*, sua cunhada, narrou a reação do irmão de Maria, que também estava na guerrilha, ao receber a notícia: "Aí o Jaime caiu. Sabe o que é cair mesmo? Estava de calção, o corpo molhado, tinha tomado banho. Caiu e rolou nas folhas. Quando levantou era uma figura terrível, parecia um vegetal, em prantos. Eu joguei água na cabeça, no corpo dele. Tirei folha, terra, formiga. Parecia um bicho ferido".[84]

Os militares enterraram Maria num cemitério de Xambioá, com o corpo embrulhado num pedaço de paraquedas e a cabeça envolta em plástico.[85] A ditadura fixara um padrão de conduta. Fazia prisioneiros, mas não entregava cadáveres. Jamais reconheceria que existissem. Quem morria, sumia. Esse comportamento não pode ser atribuído às dificuldades logísticas da região, pois a tropa operava de acordo com uma instrução escrita: "Os PG (prisioneiros de guerra) falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografia)".[86]

Pouco depois da morte de Maria, *Lena* afastou-se de um grupo que ouvia o noticiário noturno. O comandante do destacamento reclamou:

> — Você não vai ouvir a Tirana? (...)
> — Ué. A Tirana está falando como se isso aqui fosse o Vietnã e não é nada disso. Parece que é o Vietnã, mas não é.[87]

Lena tinha 24 anos. Percebera o dilema que se apresentara aos guerrilheiros: "Continuar naquilo pra mim significava a morte. Eu não estava a fim de morrer". Perdeu-se no mato, dormiu numa casca de palmeira, saiu numa estradinha e chegou a uma casa de camponeses amigos. Notou que tinham mudado de atitude, mas mesmo assim pousou. Acordou com o barulho do helicóptero, fugiu descalça e meteu-se de novo no mato. Rasgada e ferida por espinhos, na manhã seguinte estava cheia de formigas, com os pés infeccionados. Improvisou um par de muletas e caminhou de volta à casa de onde fugira. Trinta homens do lugar, todos armados, esperavam-na. Chegaram os paraquedistas e o helicóptero. À noite *Lena* estava no buraco onde se guardavam presos em Xambioá.[88]

A prisão do lutador cabeludo e o assassinato do barqueiro foram uma ostentação da força da tropa. Em apenas duas semanas, ela mostrou também sua opção política. No Dia de Corpus Christi, depois da missa, prenderam o padre Roberto de Valicourt, missionário francês e ex-soldado na guerra colonial argelina. Ele chegara à região em janeiro e enfrentara o prefeito da cidade, que envenenava as roças de posseiros para tomar-lhes as terras e dá-las às filhas.[89] Valicourt contaria:

> Aí eles pegaram dois pra dar soco assim, na cara, nos ossos, e botavam os dedos nos olhos, e torcendo os braços, e batendo a cabeça na parede, era pontapé na barriga, nos rins, eu fiquei bastante machucado. (...) "Mentiroso, sacana, safado." É pá, pá, pá, é porrada de todo jeito, e os soldados ficavam lá quietos. Me disseram depois que alguns tavam chorando sabe? Porque os soldados eram recrutas,

> do Planalto. (...) Depois eles amarraram a gente com as cordas, atrás, nos braços atrás e pelo pescoço (...) e jogaram no jipe.[90]

O propósito e o tamanho da mobilização militar pressupunham uma operação que associasse surpresa, impacto e sucesso rápido. Inicialmente, a tropa da Marinha acreditou que a fatura estava liquidada. Em maio, um documento do Cenimar informava que, "pelo menos na região mencionada, os grupos foram desbaratados".[91] Passado o êxito do primeiro mês, a *Operação Papagaio* atolou. Junto à população, o Exército teve colaboradores, mas não conseguiu apoio. Como recordou o coronel paraquedista Idyno Sardenberg: "Os caboclos não colaboravam, ou se colaboravam, eram tão prestativos com os 'federais', como eles diziam, quanto com os 'homens da mata', como eles chamavam aos guerrilheiros. Eles não queriam se meter".[92]

Entre junho e julho a tropa retraíra-se. Nada descobrira a respeito do destacamento A, e obtivera informações incompletas a respeito do B.[93] Só conseguira localizar a área de refúgio do destacamento C. Um grupo de guerrilheiros passou duas semanas cercado, comendo carne crua e encharcado.[94] Outro padeceu fome, diarreias e malárias.[95] O Exército combatera apenas o destacamento C, isolado e dividido. Grabois temeu por seu desmoronamento.[96] Os soldados enfrentaram seis vezes seus grupos dispersos e levaram vantagem em quatro. Deram-se dois outros combates, com guerrilheiros que o procuravam.

Em setembro começou uma nova ofensiva, dessa vez com 3 mil homens.[97] À diferença da primeira, durante a qual manteve relações estritamente policiais com a população, o Exército cuidou de dissociar-se da "besta-fera". Desembarcaram 2,5 toneladas de medicamentos, panfletaram fotografias de dois prisioneiros "razoavelmente vestidos" e cópias de cartas manuscritas de três dos seis presos, pedindo aos companheiros que se rendessem.[98] *Lena* explicaria a sua: "Podia ter dito 'não estou a fim de

escrever’. Podia. (...) Fiz duas linhas (...): ‘Estou presa. Estou bem. Desistam dessa aventura’”.[99] Trouxeram também médicos, dentistas e remédios. Obrigaram fazendeiros a reconhecer os direitos trabalhistas dos peões e vingaram humilhações.

A segunda investida teve resultados mais medíocres que os da anterior. Programada para durar vinte dias, durou a metade, pois gastaram-se seis na adaptação da tropa e outros quatro foram perdidos com o cancelamento antecipado da operação.[100] A guerrilha atacou uma base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva e matou o sargento Mário Abrahim da Silva.[101] A força militar não conseguiu chegar a um só refúgio dos guerrilheiros. Ao contrário do que ocorrera na primeira operação, a ajuda dos mateiros contratados a 25 cruzeiros por dia (cerca de oito vezes a remuneração de uma jornada na roça) não produziu emboscadas bem-sucedidas.[102] Seus êxitos resultaram sobretudo dos choques com guerrilheiros que buscavam suprimentos. O Exército nunca revelou suas baixas nessas duas ofensivas. A escassa documentação oficial registra a morte do sargento Abrahim e do cabo Odílio. Ângelo Arroyo listou um sargento e dois soldados (afora a execução de um morador da região que servira de guia à tropa e cinco soldados feridos). Um mateiro foi alvejado na cabeça.[103]

Para os camponeses, a retirada da tropa representava uma vitória dos “paulistas”. Escapar do Exército significava tê-lo derrotado. Na melhor tradição da guerrilha maoista, a força de um revelara-se fraqueza e a fraqueza do outro, força. Esse entendimento pode ser percebido na reação dos próprios mateiros que ajudaram a tropa. *João Coioió* juntou sua família e sumiu da região. Outro bate-pau fingiu-se inepto: “Eles iam embora e eu ia ficar na isca?”.[104] Um camponês que guiara os militares pelo mato, surpreendido casualmente por três guerrilheiros, foi assassinado.[105]

Pelo número de mortos, a guerrilha pagou caro. Nenhuma de suas baixas resultou de ações ofensivas. Salvo o ataque à base do 2º BIS, as emboscadas que planejaram nunca se realizaram. Entre abril e outubro de

1972 ela perdeu dezenove combatentes. Oito morreram em áreas de combate ou em emboscadas.*(15) Quatro foram assassinados depois da captura.*(16) Outros sete foram aprisionados e remetidos a Brasília.*(17)

O último prisioneiro foi o guerrilheiro Glênio,*(18) capturado por camponeses depois de vagar durante quase dois meses, perdido na floresta. Sua caminhada ilustra o apoio que a população dava aos "homens da mata". Ele se perdera com munição para quatro tiros, meia caixa de fósforos e um facão. Dormiu em pé, caminhou nu, comeu carne crua e delirou de malária. Esquálido, imundo e com vermes de gado num braço, recebeu ajuda num lugarejo, cinco roças e uma fazenda. Cruzou com dois mateiros que haviam guiado patrulhas militares. Um deles, Osmar, amigo de *Osvaldão*, deu-lhe carne de onça e pediu-lhe que relevasse sua atitude: fora obrigado a guiar os soldados. Glênio só foi traído no décimo contato.

Os 52 "paulistas" que permaneceram na floresta criaram uma forte coesão: "Era como se cada um fosse um pedaço do outro".[106] Pelo menos dez já haviam trocado tiros com os militares. Três tinham sido feridos. Entre eles surgia uma lenda que se somaria à de *Osvaldão*. Era a *Dina*. A geóloga Dinalva Oliveira Teixeira estava na região desde 1970, vivendo como vendeira e ganhando estima como professora, dentista e parteira. Sobrevivera a três enfrentamentos. Escapara de uma emboscada e alvejara no ombro o capitão paraquedista Álvaro Pinheiro, de 28 anos, filho do general que comandava a Escola Nacional de Informações.[107] Saíra ferida no pescoço. Fizera fama de valente e de boa atiradora.

Retirando-se em outubro, antes da chegada das chuvas que inundam a região alterando-lhe o relevo, o chefe de uma parte da operação, general Vianna Moog, registrou que "o êxito da manobra excedeu a expectativa deste comandante".[108] Repetiu diante dos "terroristas" do Araguaia o triunfalismo do general Carlos de Mesquita quando combateu os "bandidos" do Contestado, em 1914. Proclamou vitória e foi-se embora.[109]

Seu principal estrategista, o general Antonio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria, trocou a mata pela mesa de diretor da Polícia Federal, onde se celebrizaria combatendo as composições de Chico Buarque de Hollanda. Numa projeção grosseira, se o desempenho de Vianna Moog e Bandeira pudesse ser medida de êxito, o Exército precisaria de pelo menos quatro anos para acabar com a guerrilha do Araguaia.

* * *

As operações de 1972 resultaram num incompreensível desastre militar. Conceitualmente disforme, a ofensiva acumulou quase todos os erros que a situação permitia. Repetiu a tática do "martelo e bigorna", que fracassara em 1969, no vale do Ribeira. Nessas operações, tenta-se conter o inimigo numa posição (a bigorna) para esmagá-lo com uma força ofensiva (o martelo). No Araguaia, como no Ribeira, a bigorna revelou-se uma esponja.[110] Chegou-se a ponto de jogar bombas de gasolina gelatinosa numa serra careca onde os guerrilheiros nunca haviam posto o pé.[111] Pior: evitou-se entrar na selva.[112] Já coronel, tendo se passado 23 anos, Álvaro Pinheiro analisaria a derrota:

> 1. Concepção equivocada nos níveis operacional e tático. (...) No terreno da selva, as patrulhas se deslocavam com um efetivo de pelotão, 35 a 40 homens, pelas trilhas, enquanto os grupos de guerrilha se deslocam através da selva, com um efetivo de cinco a no máximo dez elementos. (...)
> 2. Falta de unidade de comando. Provocada, sobretudo, pelo fato de que a base de combate de Marabá estava sob o controle do Comando Militar da Amazônia, enquanto a de Xambioá estava sob o do Comando Militar do Planalto. (...)

3. Informações deficientes sobre o terreno e o inimigo. Não havia cartas nem fotos aéreas da região de operações em escala compatível. O desconhecimento do terreno era enorme. As patrulhas se deslocavam somente pelas trilhas, enquanto os guerrilheiros, profundos conhecedores do terreno, sempre através da selva.
4. Grande diversidade de unidades empregadas e deficiências no adestramento. Unidades de diferentes pontos do território nacional foram empregadas nesta fase. Algumas delas com graves deficiências no adestramento em operações de contraguerrilha em ambiente de selva. Muitas delas com efetivos constituídos por soldados recrutas.
5. Falta de continuidade nas operações. Diferentemente da força de guerrilha que já estava na área há algum tempo e lá permanecia, a tropa era empregada por períodos predeterminados, não mais de vinte dias, findos os quais retornava à sua sede, sem ser substituída.[113]

Dona Domingas, moradora de São Geraldo do Araguaia, viu os soldados: “Tudo recruta. Choravam, passavam aqui com o caminhão cheio, chorando”.[114] Deram-se alguns casos de deserção.[115]

Não se conhecem as razões que levaram à concepção de um plano grandioso, inepto e inútil. Pode-se apenas conjecturar que, no início do ano do Sesquicentenário, os chefes militares e os generais envolvidos na operação quisessem produzir uma vitória militar digna do “Brasil Grande”. Só um verniz napoleônico explica, por exemplo, a ida do general Breno Borges Fortes, chefe do Estado-Maior do Exército, a uma zona de operações onde três generais e mais de mil soldados caçavam, sem sucesso, algumas dezenas de guerrilheiros.[116] O sargento José Pereira, do 10º Batalhão de Caçadores, cuja patrulha matara três combatentes e jogara seus cadáveres na base de comando de um general, descreveu a rotina de um

acampamento de apoio: “A gente estava com as fardas rasgadas. Parecia que a gente estava no Vietnã e eles estavam na Disneylândia. Estavam tranquilos, tomando banho. Todo mundo de calção”. Mais: “Teve muito coronel que não participou do combate à guerrilha, ficou fazendo a barba com água mineral na beira do rio Araguaia”.[117]

O disfarce da operação prejudicara seu desempenho militar sem trazer nenhum benefício adicional ao que já lhe dava a censura à imprensa. O governo podia impedir a publicação dos panfletos do PC do B, mas não podia evitar que ele os produzisse. A guerrilha emitiu seu primeiro comunicado no dia 25 de maio, e a Censura ratificou-o um mês depois, vetando notícias sobre movimentos de tropas na Amazônia.[118] Em setembro o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma longa e minuciosa reportagem descrevendo a mobilização militar. Dois dias depois, a guerrilha estava no *New York Times*.[119]

Os militares haviam se envolvido num fiasco, mas isso não significava que fossem incapazes de conhecer o inimigo. O Exército supunha que cada guerrilheiro tivesse um revólver e uma arma longa, mas percebera a manutenção precária e a falta de munição. Na sua conta, cada combatente tinha apenas 25 balas por revólver e pouco mais de vinte tiros por espingarda ou fuzil.[120]

O capitão de corveta Uriburu Lobo da Cruz, que colaborara no patrulhamento do Araguaia, registrara em seu relatório: “Embora alguns elementos tenham realizado cursos de guerrilha no exterior, pode-se afirmar que os grupos terroristas não têm experiência de combate, estão precariamente armados e, para atenuar essas deficiências, buscam sempre fugir ao contato com as tropas, mas persistem obstinadamente em permanecer na área”.[121] Seu colega Rubens Almeida Moreira Piedras foi mais sucinto: “O inimigo carece de armamento indispensável para dar prosseguimento às ações”.[122]

* * *

Retirada a tropa e desfeito o segredo para os moradores da região, o PC do B lançou-se na propaganda. Produziu uma *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo*. Anunciado como um "documento simples, acessível às pessoas mais atrasadas", o manifesto tinha 4 mil palavras, entre as quais *estagnado*, *urbanização* e *ramos da administração*.[123] Seu texto traía o propósito propagandístico, destinado a criar nas grandes cidades a impressão de que começara uma revolução na selva. Referindo-se ao terecô*(19) e às pajelanças, seu autor julgou necessário informar: "(religiões da região)". Apresentava um programa de 27 pontos, doze dos quais se relacionavam com a justiça e racionalidade na posse da terra, na produção e no trabalho. As iniciativas de educação e saúde, responsáveis pelo prestígio e pelo afeto obtidos pelos "homens da mata", tiveram apenas quatro referências, numa das quais se incluiu a promessa de construção de pistas de atletismo.[124] As redações de jornais receberam uma "Carta a um deputado federal". Nela o Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia contava sua história, turbinando fatos com fantasias: "Pouco a pouco, cresceu o número de lutadores, homens e mulheres, organizando-se a força combatente".[125] Quando a proclamação foi escrita, a guerrilha tivera dez baixas e poucas adesões. Um lavrador que participara de reuniões com os "paulistas" recordaria: "Eles falavam em comunismo, mas as pessoas não entendiam muito bem o que era aquilo".[126]

Grabois percebera o erro do inimigo ao mobilizar grandes efetivos. Lembrava que, ao contrário do que sucedera cinco anos antes a Che Guevara nas matas bolivianas, "não ficamos isolados". Ressentia-se, contudo, da posição defensiva em que agia. Tendo o fator surpresa ao seu lado, o Che partira para o ataque e, em três semanas, matara dezessete soldados e aprisionara 37.[127] Apesar de tudo, o comandante estava otimista:

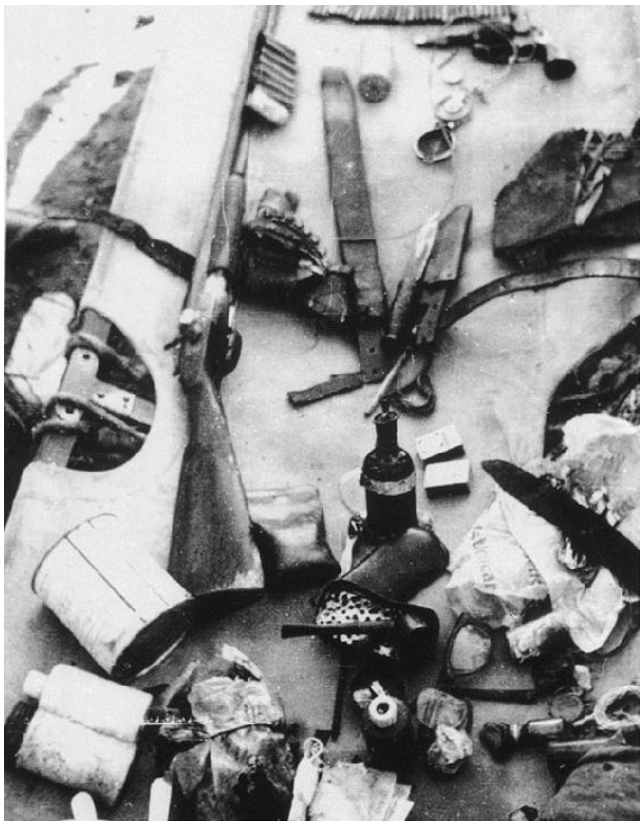
> Podemos afirmar que as Forças Guerrilheiras, apesar das sérias perdas sofridas, mantêm sua capacidade de luta (...). É certo que pagamos preço elevado. Mas as coisas correram assim, e não como desejamos. Não podemos pensar em ficar enfurnados na mata. Este deve ser nosso ponto de apoio para as ações militares e para o trabalho de propaganda (...). Enfim as Forças Guerrilheiras têm boas perspectivas de crescer e se consolidar. O maior perigo está em nós mesmos, isto é, na superestimação do inimigo e na subestimação de nossas reais possibilidades.[128]

No mundo das paixões revolucionárias, os combatentes atingiram algo próximo da felicidade do guerrilheiro maoista, movendo-se no meio do povo como o peixe na água. Na estimativa de um oficial do Exército, o inimigo tinha o apoio de oito em cada dez habitantes da região e de quase todos os pequenos comerciantes. Noutro cálculo dos militares, os guerrilheiros tiveram a adesão direta ou indireta de até 180 moradores.[129] O amparo derivava tanto da simpatia como do medo. Seis anos de postura samaritana dos quadros do PC do B foram substituídos pela real identidade revolucionária. Visitaram dezenas de famílias. Reabasteceram as despensas e espalharam pequenos depósitos de mantimentos pelos refúgios por onde sabiam que haveriam de passar. Até junho de 1973, recrutaram dois combatentes e formaram treze núcleos clandestinos de apoio à guerrilha, juntando pelo menos 39 simpatizantes. Um dos grupos chegou a reunir cinquenta pessoas para discutir os problemas da região.[130]

Desenfurnados, os guerrilheiros atacaram. Até setembro de 1973 organizaram quatro expedições punitivas. Mataram mais três colaboradores do Exército.[131] Um tinha fama de jagunço. O outro foi Osmar, que meses antes se explicara a Glênio.[132] Ocuparam a sede de uma fazenda, prenderam seu dono, confiscaram-lhe dinheiro, armas, remédios e alimentos. Na maior ação ofensiva de todo o período, atacaram um posto da PM na

Transamazônica. O cabo que o comandava estava alhures, bebendo. Os guerrilheiros cercaram a casa, atearam fogo ao teto de palha, e cinco soldados se renderam. Levaram-lhes as fardas e as armas (seis fuzis e um revólver).[133] Dias depois soltaram um panfleto que informava: “Os soldados, depois de interrogados, sofreram severa advertência: se voltarem a cometer violências contra o povo serão justiçados”.[134]

O ataque ao posto da PM significou o apogeu da guerrilha. A proximidade do período chuvoso permitia a suposição de que o Exército só se aventuraria a retornar à região no final do primeiro trimestre de 1974. Além disso, acreditavam que retornaria ao velho estilo e, portanto, seria possível derrotá-lo novamente. Segundo o relatório de Arroyo, havia 56 guerrilheiros. Seis eram camponeses. Escasseavam roupas, isqueiros, bússolas e pilhas. Faltavam sapatos. Quase todos calçavam sandálias feitas com pedaços de pneus, ou nada. Em caixa, quatrocentos cruzeiros, dinheiro equivalente a algo como quarenta sacos de farinha, ao preço da mata. Tinham comida para quatro meses, mas suas armas continuavam insuficientes. Eram 29 fuzis e rifles, vinte espingardas, três submetralhadoras e 49 revólveres. Pouco mais de uma arma de guerra para cada dois combatentes. Menos de uma arma longa para cada um. Havia quarenta balas para cada revólver, mas faltava munição para as espingardas e carabinas.[135]



As armas dos guerrilheiros do Araguaia mal davam para uma caçada. Não havia uma arma longa para cada combatente, e as que havia estavam mal calibradas. O PC do B sabia disso, mas, de início, o Exército não sabia.

Isso era o que tinham para lutar por suas ideias ao preço do risco de suas vidas. Não receberam reforços. João Amazonas contaria, mais de vinte anos depois, que planejara retornar ao Araguaia mas a estrutura que o levaria à floresta fora abalada por uma prisão e, "mais tarde, o desenvolvimento da luta já não aconselhava minha volta".[136] No final de 1972, Grabois perguntava à direção paulista: "Até meados do ano que vem não daria para vir uns vinte elementos?".[137] Não recebeu nenhum. Pelo contrário, teve a deserção do guerrilheiro *Paulo*.*(20) Deixara o acampamento com a roupa do corpo.[138]

O cerco imposto aos guerrilheiros era temível, porém precário. Glênio foi preso quando tentava reencontrar os combatentes, enquanto *Paulo*, querendo sair da floresta, dela conseguiu escapar. Pelo menos dois

guerrilheiros experimentados entravam e saíam da região com a cautela que a situação exigia, mas também com a frequência que suas tarefas demandavam. Um era *Nunes*.*(21) O outro, *Zezinho*,*(22) era o encarregado de buscar suprimentos nas cidades próximas. Tinha entre suas tarefas a manutenção do estoque de medicamentos para Grabois, que padecia de hipertensão. “Eu entrei e saí da região todas as vezes em que isso foi necessário. Podia fazê-lo em viagens de três dias ou de duas semanas. Sem saber nadar, atravessava os rios agarrado em pedaços de pau.”[139] Numa delas, levou para fora da área Crimeia Schmidt de Almeida, a guerrilheira *Alice*.[140] Registrando um de seus retornos, Grabois elogiou-o: “Cumpriu integralmente sua missão. Veio carregado de bagulhos. Cabra-macho.”[141]

Cabe a pergunta: por que a guerrilha não se desmobilizou?

Por mais vitoriosa que se sentisse e por mais determinado que fosse o espírito de luta dos combatentes, a ausência de reforços físicos indicava que estavam sitiados. A falta de armas revelava que não teriam capacidade de combate. Haviam sido assassinados no Rio de Janeiro quatro dirigentes do partido. Três deles integravam sua comissão executiva, e um conhecia o pouco que restava do sistema de comunicações com o Araguaia.[142] O desbaratamento do PC do B em São Paulo, no Rio, Goiás, Ceará, Bahia e Espírito Santo mostrara que ele não seria capaz de mobilizar novos quadros para a guerrilha.[143] Vista de dentro, a “guerra popular” estava desarmada. Vista de fora, estava isolada.

Pela lógica, deveriam ter ido embora, mas, também pela lógica, não poderiam ter derrotado a expedição militar de 1972. Toda guerrilha vitoriosa transforma-se em exemplo de heroísmo de seus combatentes e de clarividência de seus líderes. Da mesma forma, toda guerrilha fracassada assemelha-se a um poço de voluntarismos e leviandades. Os guerrilheiros permaneceram no Araguaia porque acreditavam no que faziam. Grabois estava confiante, fazia viagens de dez dias pela mata encharcada, “com os

pés em pandarecos", passava fome quando nem jabutis achavam e, no meio disso tudo, registrava que ouvira uma transmissão da sonata para violino e piano de Beethoven: "Não deixou de ser um consolo ouvir, em plena selva e completamente extenuados, o *scherzo* do genial compositor".[144]

A autoconfiança dos líderes do PC do B e da comissão militar excluíra do planejamento de sua guerra a alternativa da retirada. Antes mesmo do início da guerrilha, *Osvaldão* propusera que se definisse uma rota de retirada estratégica. Pensara na região do Xingu. Tratava-se de rastreá-la, conhecê-la e abastecê-la com os apoios possíveis e, sobretudo, mantimentos. Durante toda a luta *Osvaldão* insistiu na necessidade desse refúgio de última instância. Foi derrotado pela convicção da maioria da comissão militar, certa de que o Exército não entraria na mata.[145] Grabois julgava-o "bom militar e valente", mas "revela espírito defensivo".[146]

Do outro lado do combate, anos depois, o coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel concordaria com *Osvaldão*: "No meu entender, a rota mais segura para uma retirada estratégica (de longa duração), em completa segurança, sem correr o menor risco, seria para oeste, até chegar ao Xingu".[147]

* * *

Em abril de 1973 o inimigo começou a armar seu bote. O fracasso do Manobrão retirara à estrutura convencional do Exército o planejamento das operações. Ele fora centralizado no CIE. À *Operação Papagaio* sucedeu-se a *Sucuri*, nome da cobra que engole suas presas. O Exército selecionou cinco oficiais e 25 sargentos, cabos e soldados no DOI de Brasília e na 3ª Brigada de Infantaria.[148] [*Veja o documento*] Mandou-os em maio de 1973 para o Araguaia, seguindo a mesma técnica de disfarce que beneficiara o PC do B. Se a guerrilha tinha o "tio" *Cid* em São Paulo, a *Sucuri* tinha o "tio" Antônio como coordenador-geral, em Brasília. Era o major Gilberto Airton

Zenkner, de 39 anos, da seção de operações do CIE. A maioria dos agentes nem documentos de identidade carregava. Quando os tinham, eram falsos.[149]

Em Xambioá, apareceu um novo agrônomo no escritório do Incra. Tinha 39 anos e jeito de matuto mineiro. Era *Marco Antônio Luchini*.[150] Outro forasteiro, *Nonato*, comprador de arroz e madeira, chegou a participar de uma reunião convocada pelos guerrilheiros para discutir o funcionamento da escolinha do local.[151] Dois "chegantes" compraram pequenas bodegas e meteram-se em negócios de madeira. Um deles expandiu o empreendimento tornando-se também padeiro. Eram soldados. Um sargento, sem conseguir comprar um ponto, transformara-se em biscateiro ambulante.[152]

Espaçadamente, quatro duplas de migrantes adquiriram roças na região. Eram militares ambientados para a vida rural numa chácara nas cercanias de Brasília.[153] Um dizia vir de Mato Grosso, onde estivera envolvido num crime de morte. Conversava pouco, e os guerrilheiros desconfiaram dele, ameaçando matá-lo. *Tião*, um falso amealhador de tarefeiros, chegou a ser aprisionado. Sustentou sua identidade, foi libertado e abandonou a operação.[154] Outro agente, para não despertar suspeitas, vendeu-lhes munição.[155] Na birosca de dona Domingas entraram dois jovens vendendo alho e fazendo perguntas.[156] Outros compravam carvão.[157] Todos mapeavam a identidade dos guerrilheiros e aquilo que o CIE chamava de "força subterrânea". Em abril de 1973 uma lista do Exército arrolara 51 moradores da região como "possíveis integrantes das forças de sustentação" da guerrilha.[158] Cinco meses depois, um novo fichário, mais amplo, acumulava quatrocentos nomes.[159]

O sigilo com que o Exército protegeu suas operações no Araguaia tinha o propósito de negar aos adversários do regime "o reconhecimento de que efetivos das forças armadas estavam sendo empregados num problema de defesa interna dessa natureza".[160] Inúmeros depoimentos dão conta de que a

ditadura temia que a propagação das notícias de combates, mesmo ocorrendo apenas no exterior e em canais semiclandestinos, desse notoriedade à guerrilha. Era o medo de que o Araguaia se transformasse numa "zona liberada", como sucedera nas guerras do gênero no sudeste da Ásia.[161] O general Médici queria que a campanha seguisse em silêncio: "Era preciso esconder as operações para que elas tivessem sucesso".[162]

O segredo da operação militar determinou a clandestinização da ação do Estado. O Araguaia não produziu inquéritos policial-militares, denúncias formais ou sentenças judiciais. A guerrilheira Regilena, que se rendera em julho de 1972, foi libertada em dezembro.[163] Outra combatente, capturada na primeira ofensiva, fora libertada na primeira metade de 1973. Ficara presa por dez meses.[164] *Alice*, mulher de André Grabois, fora tirada da selva no final de 1972 e acabou presa em dezembro. Soltaram-na em abril do ano seguinte.[165] O guerrilheiro Glênio foi mantido sem visitas de familiares por treze meses, mas foi solto em dois anos. Para os padrões punitivos do regime, eram libertações precoces. Fora do Araguaia, os inquéritos e processos resultavam em penas superiores a cinco anos de prisão para um em cada três réus condenados.[166] Os guerrilheiros de Caparaó, onde nem guerrilha houve, foram todos condenados a penas iniciais de quatro a doze anos de prisão.[167]

A guerrilheira *Baianinha* (Luzia Reis), de 23 anos, foi uma das primeiras a serem capturadas, em maio de 1973. Nessa época o Exército fazia prisioneiros. Ela foi levada para Brasília e ficou presa por dez meses. Antes de ir para o Araguaia, estudava ciências sociais na Universidade Federal da Bahia.

Na madrugada de 7 de outubro os soldados chegaram simultaneamente aos pequenos povoados por onde andaram os guerrilheiros. Alguns vieram dentro de cargas ocas de caminhões que simulavam transportar madeira.

Era a *Operação Marajoara*.[168] Apoiava-se no 23º Batalhão de Infantaria de Selva, de Marabá, com cerca de quatrocentos homens, mas diferia do Manobrão tanto na quantidade como na qualidade. O ataque foi desfechado por um efetivo menor, com cerca de 250 combatentes.[169] Operavam a partir de três bases de combate, em Xambioá, Marabá e na pequena localidade de Bacaba, às margens da Transamazônica. Na selva, alguns diziam-se funcionários da Agropecuária Araguaia.[170] Tinham o reforço de uma tropa de fuzileiros e de aviões e helicópteros da FAB, todos descaracterizados, a serviço de uma inexistente Mineração Aripuanã.[171] Dessa vez não havia soldadinhos. Só profissionais. Perto da metade veio da Brigada Paraquedista, outra das tropas especiais e dos batalhões de guerra na selva. Eram soldados das guarnições de fronteira, jovens habituados à vida na floresta.[172] Tropa sem farda, comandada por oficiais sem nome, todos se fazendo chamar de doutores. *Doca* era coronel. *Arturo*, ou *Doutor Asdrúbal*, era o major Lício Augusto Ribeiro Maciel.

Se em 1972 houvera o interesse em mostrar a ação do Exército, dessa vez havia a preocupação de esconder ou, pelo menos, descaracterizar a ação militar. Cabeludos, barbudos e vestidos como o povo da região, os combatentes chegaram como se fossem "paulistas". Um lavrador desaconselhou uma senhora a entrar no seu lugarejo: "Dona, volte que os guerrilheiros, os terroristas tão acabando com São Domingos. Já pegaram dez e carregaram".[173] *Nonato* foi à casa do açougueiro, perguntando pela *Dina*. Ele lhe disse que não a vira. Prendeu-o.[174] Outro grupo buscou o dono da farmácia para dar um depoimento "aos terroristas". Mais tarde, os dois vendedores de alho desembarcaram de um helicóptero.[175] A essa altura, na condição de capitão do CIE, o posseiro mato-grossense estava instalado na sede do comando, a casa de telhado azul debruçada sobre o rio Itacaiúnas.

Cada equipe que chegava a uma área recebia um fichário com os nomes dos moradores, informando as relações que mantinham com os

“paulistas”.[176] Os lavradores e pequenos comerciantes eram levados para as prisões de Xambioá e Marabá. Alguns eram amontoados em grandes buracos abertos no chão, cobertos por grades.[177] Estima-se que, em dois meses, capturaram-se trezentas pessoas.[178] Admitindo-se que a população da área de ação efetiva dos guerrilheiros fosse de 5 mil pessoas, e sabendo-se que foram poucos os casos de detenção de mulheres, o Exército prendeu, ao longo de toda a campanha, mais da metade dos homens adultos. Na localidade de Tabocão, onde eles eram dezessete, prendeu todos.[179] Há relatos de torturas praticadas contra os presos. Um deles contou: “Moço, tinha nego despedaçado lá. Tinha nego lá que tava azul que nem carne roxa”.[180]

Antes das refeições os presos eram postos em fila e obrigados a cantar:

> *É um tal de soca soca,*
> *é um tal de pula pula,*
> *quem tem culpa se enrola,*
> *quem não tem logo se apura.*[181]

Quem errasse a cantoria, apanhava. Como assinalou o professor Romualdo Pessoa Campos Filho, a cultura do lugar registrou sobretudo a queixa da “humilhação”. Um morador recordaria: “Eles foram humilhados bastante, já pensou um pai de família de uma certa idade, quase sessenta anos como era o caso de meu pai, e ele ficar naquela situação, como nasceu, despido, não só ele, como todos?”.[182]

As informações obtidas pelo CIE permitiram a montagem de um painel no qual se fixavam as fotografias e os dados biográficos dos guerrilheiros. As patrulhas moviam-se em helicópteros e monomotores L-19, os “paqueras”, que asseguravam as comunicações entre cada uma delas e o comando. A cada dia pelo menos uma dezena de patrulhas ia caçar o rastro dos guerrilheiros, sempre guiadas por moradores da região.

Não há como calcular o número de mateiros que serviram ao Exército. Durante o planejamento da *Operação Sucuri*, cujas características exigiam um grau elevado de confiança e sigilo, o major Zenkner listara doze moradores da região como informantes seguros.[183] Duas dezenas de entrevistas, realizadas mais de vinte anos depois da guerrilha, produziram uma lista nominal de outros vinte camponeses que se tornaram guias da tropa. Nas duas primeiras campanhas houvera a atração das recompensas e do prestígio. Na terceira, o dilema era outro. Ângelo Lopes de Souza, o *Carneiro*, tinha quarenta anos quando foi levado para o campo de concentração da localidade de Bacaba e ficou um mês preso. Conhecia bem os guerrilheiros e seu caminho. Recebeu (e entendeu) uma proposta para juntar-se à tropa: "Tinha certeza de que se não aceitasse seria morto".[184] Tornou-se guia também um lavrador que fizera do guerrilheiro *Flávio**(23) padrinho de seu filho.[185] Esse nível de coação não encontra paralelo na repressão aos grupos armados urbanos. Desconhece-se caso de pessoa que tenha sido obrigada a trabalhar sistematicamente para o aparelho repressivo sem que mantivesse vínculos orgânicos com alguma organização clandestina. Muito menos de pessoa que tenha sido morta por ter se recusado a fazê-lo.

Aos lavradores que atravessavam, presos, o rio Itacaiúnas, mostrava-se a casa de telhado azul. Era "o castelo do homem sem alma".*(24) De lá, onde estava a sala de comando das operações, partira a diretriz: a população deveria ter mais medo do Exército que dos guerrilheiros. Essa estratégia de intimidação articulou as prisões em massa, os espancamentos e um ingrediente inédito de agressão patrimonial. Num conjunto de trinta relatos recolhidos 28 anos depois dos combates, oito testemunhas rememoraram o incêndio de um lugarejo (o sítio Água Boa, em São Domingos do Araguaia) e de pelo menos seis roças. Inúmeros lavradores foram expulsos de suas terras. Uma família perdeu cinquenta alqueires de mata, porcos, galinhas, sessenta sacos de arroz e dois de farinha.[186]

* * *

Amedrontada, a gente do Araguaia impôs-se um toque de recolher. Ninguém saía de casa à noite. Se de um lado a estratégia do medo deu ao Exército uma rede de informantes e uma brigada de mateiros, de outro forneceu à guerrilha uma inédita leva de adesões. Pelo menos seis famílias entraram na mata. É razoável supor que entre setembro e novembro de 1973 os guerrilheiros tiveram, no mínimo, a colaboração efetiva de vinte adultos, número muito superior às poucas simpatias conseguidas por Guevara na Bolívia.[187]

Os guerrilheiros alistaram também meninos e adolescentes que iam às aulas das professoras *Rosa* e *Cristina*. Três deles são casualmente mencionados por Arroyo. A um chama de "rapazinho que, por acaso, se encontrava entre os nossos". Nomeia os outros dois, dizendo-os "bastante jovens", e informa que saíram da guerrilha "mostrando medo".[188] Um deles, Wilson, tinha treze anos.[189] A narrativa de um garoto que acompanhou o pai e foi capturado revela que se recrutaram pelo menos mais dois.[190] Admitindo-se que tenham sido só sete os adolescentes anexados à guerrilha, resulta que, para cada três adultos integrados na "guerra popular", o PC do B alistou um menor de idade.

Uma semana depois da chegada do Exército, quatro guerrilheiros e um camponês que os acompanhava resolveram capturar dois porcos numa roça. Fizeram um fogo de palha e pelaram-nos. Iam-se embora com a carne quando apareceu uma patrulha. Eram quinze soldados. Dois "homens da mata" morreram no lugar, dois ficaram feridos e o quinto desapareceu. Um dos mortos era *Zé Carlos*, de 27 anos, filho de Grabois. Um dos feridos era *Nunes*, um veterano do curso na China, que vivera como comerciante na região. Enquanto foi interrogado na mata, ameaçou os militares com a possibilidade da chegada da imprensa e da televisão àquele pedaço de selva, para que registrassem o que lá acontecia.[191] O outro era Antonio Alfredo

Campos, um lavrador analfabeto. Foram levados de helicóptero para a Casa Azul e assassinados.[192]

À noite, dois camponeses que haviam prometido aderir à guerrilha decidiram fugir da mata. Passados alguns dias, foram capturados ou entregaram-se ao Exército. Tornaram-se mateiros.[193] O mesmo sucedera a dois lavradores presos depois de terem colaborado com os guerrilheiros na tentativa fracassada de incendiar uma ponte.[194]

No fim da tarde de 24 de outubro, num banhado da grota da Borracheira, a guerrilha do Araguaia teve o seu mais famoso combate. Acompanhada por Wilson, a guerrilheira *Sônia**(25) resolveu descalçar as botinas e lavar os pés. Por ser parteira e por seus conhecimentos de medicina, era uma das "paulistas" mais populares da região. Na volta, não achou o calçado. Pensou que fosse brincadeira, até que se viu diante de uma patrulha. Esse encontro foi narrado pouco tempo depois pelo general João Baptista Figueiredo, chefe do Gabinete Militar de Médici:

> Houve uma menina (...). Vêm aqueles rastreadores na frente e eles vêm cem metros atrás. (...) Desconfiaram de qualquer coisa e recuaram. Recuaram e então o pessoal veio. E veio um major, na frente, pela picada no meio do mato. E encontrou uma moça escondida atrás de uma árvore com uma metralhadora na mão. Meninota, de vinte e poucos anos. (...) Diz que o major que estava de revólver na mão baixou a arma e disse: "Vem cá, minha filha, como é o teu nome? Vem cá, minha filha, que é que você está fazendo aqui?", não dando a perceber que tinha visto ela com a metralhadora. E a menina respondeu:
> — Isso não é da tua conta.
> — Vem cá, minha filha, vem me contar a sua história. Como é seu nome? A mulher responde: "Guerrilheira não tem nome. A resposta de guerrilheiro é esta". E deu uma rajada no major. Levou um tiro na

> mão e outro de raspão assim no rosto. Aí o pessoal que já tinha entrado na mata começou a atirar em cima da menina. Aí ela continuou atirando. Quando ela caiu tinha quarenta e poucas perfurações de calibre 22.[195]

Sônia não foi surpreendida, mas emboscada por uma patrulha que achara as suas botinas. Não tinha submetralhadora. Atirou de revólver. Acertou o capitão Sebastião Rodrigues de Moura, da seção de operações do CIE. Ele era o ex- *Marco Antônio Luchini* do Incra, futuro *Major Curió* do Araguaia. Feriu-o no braço, desarmando-o momentaneamente. Outro tiro derrubou o *Dr. Asdrúbal*, o major Lício Augusto Ribeiro Maciel, do CIE. A bala entrou abaixo do olho direito, rasgou-lhe o véu palatino e alojou-se na parte inferior da nuca. Perdeu vários dentes e ficou completamente surdo do ouvido esquerdo.[196]

A cena paternal foi uma fantasia de Figueiredo. O diálogo não ocorreu antes dos tiros, mas depois que *Sônia* alvejara os dois oficiais e estava no chão.

Anos depois, o general Hugo Abreu, que comandava a tropa paraquedista, contou a seguinte história: “Lembro-me de um casal que matamos — eles mataram um major e eu tive de mandar matá-los. A moça devia ter uns vinte anos e era belíssima, o rapaz, uns 25 anos. Digo a vocês que não sentia ódio dos guerrilheiros. No caso desse casal, o que senti foi pena”.[197]

Hugo Abreu revelava o seu mundo de fantasias. Não morreu major no Araguaia. A guerrilheira não foi morta por ordem de ninguém, mas na cena do combate em que feriu os dois oficiais. O acompanhante de *Sônia* não tinha 25 anos, nem morreu. Era um adolescente e fugiu. Foi achado dias depois e sobreviveu à guerrilha.

Na ocasião em que narrou a morte da “menina”, Figueiredo definiu os guerrilheiros: “São fanáticos”.

A palavra maldita de Canudos e do Contestado chegara ao Araguaia. Poucas semanas depois da morte de *Sônia*, dois guerrilheiros acercaram-se de uma grota. Um era *Ari*,*(26) veterano de três choques com as tropas. [*Veja um documento*] O outro, *Jonas*, um camponês de nome Abel, recrutado na região. Fora preso no final de 1972 e tinha o pai na cadeia.[198] Outros combatentes que estavam nas vizinhanças ouviram três tiros. Aproximaram-se da grota e encontraram o corpo de *Ari*, sem a cabeça.[199] O chefe da volante que o matou, Sinésio Martins Ribeiro, levara a cabeça num saco de plástico até uma base próxima, mas o oficial que a comandava recusou-se a recebê-la. Cinco dias depois a cabeça de Arildo Valadão foi entregue ao *Doutor César*,*(27) que remunerou o mateiro.[100] A degola de Canudos, do Contestado e das volantes do cangaço também chegara ao Araguaia.[201]

Nos primeiros meses de 1974, enquanto prosseguia a caçada, o ministro do Exército, Orlando Geisel, assistiu a uma palestra do tenente-coronel Arnaldo Braga, braço direito do comandante do CIE. Estava acompanhado por dois generais, Moacir Potyguara e Alzir Benjamin Chaloub, chefe de seu gabinete. Havia uns quinze oficiais na plateia. Durante a projeção de slides, a terceira imagem mostrou um índio suruí segurando a cabeça decepada de um guerrilheiro. “Isso é uma indignidade”, disse Chaloub, retirando-se da sala.

Braga explicou que era coisa dos índios, a quem se pagava 10 mil cruzeiros por cabeça.[202] Assim, numa reunião em que estavam três generais de um Exército que remunerava a atividade de caçadores de gente, a responsabilidade pela degola foi atribuída ao que seria o primitivismo dos suruís. Ela prosseguiria.

Nos primeiros 45 dias as operações militares foram conduzidas de forma a empurrar os guerrilheiros para as terras mais altas e secas, para emboscá-los quando descessem em busca de água. Essa tática resultara em três choques bem-sucedidos, com a captura e morte de seis guerrilheiros. Restavam em torno de cinquenta quadros do PC do B, e a *Operação*

Marajoara corria o risco de repetir o fracasso dos ataques anteriores. Em dezembro, assumiu o comando das operações o coronel Nilton Cerqueira, que dois anos antes emboscara Carlos Lamarca no sertão baiano. Instalou seu posto de comando num curral de fazenda e mudou a tática.[203] Jovens tenentes e capitães que entravam no mato insistiam há tempo que se deveria trocar a linha da cautela pela da agressividade. Duas bases de operações perdidas na selva ganharam autonomia em relação à sala refrigerada da casa de telhado azul.[204] Era a aplicação de um ensinamento das forças contrainsurrecionais: "Guerrilha se combate com guerrilha".[205]

Criou-se um sistema pelo qual quando uma patrulha achava um rastro e conseguia projetar o rumo dos guerrilheiros, em vez de persegui-los, fustigando sua retaguarda, comunicava-se com a base, de forma a lançar outras duas mais à frente, com o objetivo de emboscar sua vanguarda. As patrulhas tinham entre dez e doze homens, comandados por um tenente ou capitão.[206] Dispunham de mantimentos para dez dias de permanência na selva. Assemelhavam-se aos pequenos grupos de guerrilheiros da primeira fase dos combates. Sobrepujavam o inimigo no apoio aéreo, nas comunicações e, sobretudo, no armamento. Cada uma delas tinha mais poder de fogo que toda a guerrilha junta. Ao contrário do que sucedera na primeira ofensiva, a região fora aerofotografada. Abriram-se mais de uma centena de clareiras, nas quais os pilotos de helicóptero eram capazes de descer em voo visual.

Reunido em novembro, o comando da guerrilha sentira-se vitorioso. Pensara em concentrar todo o efetivo numa só região, o que permitiria ações de maior envergadura. As dificuldades de abastecimento adiaram a decisão para o encontro seguinte, marcado para o final de dezembro.[207] O comando julgou-se diante de uma ofensiva branda, com tropa pequena (estimada em cinquenta homens), sem preparo para lutar na selva e sem logística, condenada a retirar-se em poucas semanas, com a chegada das chuvas.[208] Para um grupo de combatentes que acreditava já ter derrotado

duas ofensivas de 8 mil a 10 mil soldados, descobrir que dessa vez a tropa contava, no conjunto, com quinhentos homens pouca diferença faria. Não tinham como saber que agora enfrentavam tropas habituadas à vida na selva, comandadas por oficiais recrutados nas forças especiais do Exército. Faria pouca diferença também a lembrança de que o Che Guevara fora derrotado seis anos antes na Bolívia por uma tropa de seiscentos soldados de elite, numa campanha que durara pouco menos de dois meses.[209]

Avaliaram mal o rastro do inimigo. Surpreenderam-se ao perceber que os soldados vasculhavam algumas das áreas desabitadas onde eles se refugiavam. As patrulhas tinham roçado dois de seus principais acampamentos e passaram perto do esconderijo do comando da guerrilha.[210] Os combatentes já haviam perdido o principal depósito de remédios, e começava a escassear a Resoquina com que enfrentavam os acessos de malária.[211] A tropa caçava os esconderijos de mantimentos e fechava as fontes do comércio local. Dois guerrilheiros que foram a um lugarejo buscar sal encontraram todas as casas vazias.

Nesse quadro, a guerrilha jogava apenas com a sorte. Prevalecia quando não era percebida. Danava-se se a viam. No final de novembro, um grupo de oito combatentes dissolveu-se na cabeceira de uma grota. *Chico**(28) foi abatido com um tiro no peito enquanto procurava jabutis.[212] Por ordem do *Dr. Silva*, o tenente-comandante da patrulha, foi degolado por um mateiro. Cícero Pereira, morador da região, lembraria: “Ajudei a carregar a cabeça dele num saco pelo meio da mata. Pesava tanto que até parecia um corpo inteiro”.[213] Outros cinco meteram-se no mato, sem comida. Quando reencontraram a coluna, estavam famintos, com o corpo inchado de picadas de mosquito. Dois outros sumiram. Um deles era Jaime Petit da Silva. Morreu duas semanas depois, atirando. Estava doente, e restaram-lhe um pouco de sal, milho e seis balas. Foi degolado, e sua cabeça, colocada num saco, foi levada na mochila de um mateiro.[214] Jaime sobrevivera dezoito

meses a Maria Lúcia. Dos três irmãos Petit da Silva vivia apenas Lúcio, o *Beto*.

A guerrilha do Araguaia começou a acabar na segunda semana de dezembro. Os quadros do PC do B no Araguaia eram 44. Camponeses, só dois.*(29) A maior parte dos combatentes juntou-se numa só coluna de 23 pessoas. Outros quinze guerrilheiros convergiriam para um morrote na região de Palestina, perto da Transamazônica. Lá acampou a comissão militar. Havia mais seis cumprindo tarefas em outros lugares. A manobra concentraria toda a força guerrilheira numa área de, no máximo, cinquenta quilômetros quadrados. Só a certeza de que o Exército não tinha tropa poderia justificar essa decisão.

Os guerrilheiros sabiam que deixavam rastro e se deram conta de que havia militares por perto, pois encontraram papel higiênico no caminho.[215] Seus comandantes sabiam que o inimigo capturara e mantinha presas pelo menos cinco pessoas que conheciam os hábitos, os objetivos e boa parte das trilhas dos combatentes.[216] Um dos presos era *Josias*,*(30) ex-estudante de medicina que acabara de completar 24 anos. Haviam-se invertido as táticas. A guerrilha tornara-se pesada, tomando o risco, enquanto o Exército agia com tropas leves, com o monopólio da surpresa.

Abalado pela morte do filho, pela malária, pela falta de mantimentos, Maurício Grabois só se mostrou apreensivo nos seus registros a partir do início de novembro. Surgiu-lhe uma mancha escura no olho que prejudicava a visão direita, semanas depois estava afetado também o olho esquerdo. Escrevia com dificuldade.[217] Trocara de acampamento cinco vezes em dois meses. Numa das mudanças, caminharam por onze dias: “A situação das Forças Guerrilheiras vai se tornando difícil”. Pela primeira vez desde o início dos combates, passou a registrar a presença da tropa na sua proximidade. Numa ocasião os militares chegaram ao acampamento quatro dias depois de seu abandono.

Entre os dias 20 e 21 de dezembro uma patrulha militar achara um forte rastro de uma coluna guerrilheira e seguiu-a a distância. Dois dias depois, outras duas patrulhas entraram na mata com o objetivo de cortar o caminho de sua vanguarda. Moviam-se em linhas paralelas, em sentido contrário, ao longo de um eixo nordeste-sudoeste.[218] Na manhã do Natal de 1973 uma das patrulhas estava na região de Palestina. O acaso fez com que uma tropa que pretendia interceptar a marcha de uma coluna de guerrilheiros acabasse passando pelo seu ponto de destino, o morrote onde a comissão militar estava acampada há uma semana.

Maurício Grabois, o *Mário*, pode ter sido o primeiro guerrilheiro a morrer. A narrativa de um oficial que se encontrava na região, mas não presenciou o choque, informa que ele estava sentado numa trilha quando, para surpresa mútua, um tenente viu-o à sua frente. Grabois tinha um revólver 38 e o oficial, uma submetralhadora. As duas armas travaram, mas o tenente teve a segunda chance.[219] Há ainda duas outras versões. Numa, ele foi surpreendido enquanto comia. Na outra, foi morto em combate. Nesse choque morreram mais quatro guerrilheiros, entre eles seu genro, *Pedro*.*(31) Grabois guardava consigo o arquivo da guerra. Desde o seu diário até a coleção de panfletos, hinos e poemas dos combatentes. Ao tiroteio seguiu-se uma revoada de helicópteros que por todo o dia desembarcaram tropas e levaram para Marabá o que acharam. Tanto cadáveres como mochilas e objetos pessoais.[220]

Entre eles estava o manuscrito em que Maurício Grabois registrara a história da guerrilha. Sua cópia conhecida revela o relato triunfalista de um dirigente seguro de suas convicções e de seus planos, capaz de atribuir os reveses a erros pontuais dos combatentes (inclusive de seu filho), porém incapaz de perceber o colapso político da iniciativa. Via solidariedade internacional dos partidos comunistas em transmissões da rádio Tirana, quando, na realidade, desde o início dos combates, perdera o contato operacional com o PC do B e estava encurralado pelo Exército. Um

helicóptero sobrevoara seu acampamento, quando ele registrava o aniversário do secretário-geral do Partido Comunista da Albânia: “Enver Hodja acaba de completar 65 anos de idade. (…) O camarada Enver é um grande e fiel amigo do povo brasileiro e do PC do Brasil. Os guerrilheiros do Araguaia têm contado com sua valiosa ajuda política.”[221]

No dia do combate, que os militares apelidaram de “chafurdo do Natal”, Grabois escreveu suas últimas palavras: “Agravou-se a moléstia dos meus olhos. Estou enxergando com certa dificuldade. Há possibilidade de ocorrer um colapso em minha visão. Não posso facilitar. Penso em sair da região, pois, se não o fizer, posso criar, com minha doença, uma situação difícil para os co.*(32) Discutirei o assunto na próxima reunião da CM,*(33) que se realizará logo que o Joaq*(34) chegue. Para mim é bastante doloroso deixar as FF GG”.*(35)

* * *

A partir do tiroteio de 25 de dezembro de 1973, a narrativa de Ângelo Arroyo, única fonte documental dos movimentos dos guerrilheiros nesse período, é breve e perde o método. Ele estava a dois quilômetros do acampamento.[222] Ouviu os tiros, mas só no dia seguinte soube o que aconteceu. Restaram apenas memórias episódicas de moradores e umas poucas revelações feitas por militares.

Surpreendidos e fustigados por três patrulhas (trinta homens bem armados), os guerrilheiros perderam sua condição de força militar organizada. Eram pelo menos 35, metade do efetivo que vira a chegada do Exército em 1972. Dos quinze (ou dezesseis) combatentes do acampamento apenas quatro restabeleceram contato com o pedaço da guerrilha cujos movimentos foram registrados por Arroyo.*(36) Escaparam *Osvaldão* e a temida *Dina*, que padecia de uma crise de malária. A ação das patrulhas

dispersara os combatentes e desarticulara o seu sistema de comunicações. Os depósitos de mantimentos e os pontos de referência tornaram-se armadilhas.

Segundo Arroyo, 25 guerrilheiros reuniram-se na floresta no dia 29 de dezembro. No seu relatório, ele informou: “Mostrou-se a gravidade da situação e destacou-se que este era o período mais crítico que atravessava a guerrilha. Acentuou-se que outros povos já tinham passado por momentos muito difíceis e venceram porque persistiram na luta. Mantendo-se unidos e decididos poder-se-iam superar as dificuldades. O comando indagou se algum dos combatentes queria abandonar a luta. (...) Ninguém manifestou o desejo de sair”.[223]

Num relato posterior, Arroyo omitiu a cena da reunião heroica. Ela nunca aconteceu. Ele mesmo registrou que, depois do ataque do Natal, “os combatentes ficaram à mercê do inimigo”.[224] *Zezinho*, o último sobrevivente da guerrilha, não guardou lembrança de semelhante reunião nos dias seguintes ao ataque contra a comissão militar.[225] A lembrança que guardou foi de que, a certa altura, decidiram retirar-se pelo menos 21 pessoas: “Quando se falou em dispersão, em outras palavras salve-se-quem-puder, cada destacamento teve a sua livre iniciativa de tomar rumo diferente. (...) Quando se fala em recuar, para onde? Aí o Osvaldo tinha muita razão, tinha muita clareza quando colocava. Quando nós falamos em recuo tínhamos de ter um lugar preestabelecido para o recuo. (...) Quando houve aquele momento da dispersão, foi um momento de desespero”.[226]

Veterano militante do PC do B, *Zezinho* tinha 39 anos e uma condenação a dezoito meses de prisão.[227] Trabalhara na construção de Brasília, num bar e numa oficina de motocicletas. Passara cerca de um ano na China e dessa experiência extrairia uma objetiva serenidade. Ela o habituara à floresta, tornando-o um dos melhores mateiros da guerrilha: “Na mata eu serei a árvore, serei as folhas, serei o silêncio. A tática, a princípio,

é essa. Dentro desses princípios, que são fundamentais na mata, a gente pode ir e vence todos os obstáculos".[228]

Segundo Arroyo, a guerrilha dividiu-se em cinco grupos, e cada um deles partiu na manhã de 30 de dezembro. Um foi emboscado à tarde, e é provável que se tenha dissolvido. Outro dissolveu-se três dias depois. Seu chefe foi morto, e os quatro combatentes restantes dispersaram-se. Entre eles estavam *Rosa* e *Cristina*.

Depois de duas semanas de caminhada, Arroyo e seus cinco acompanhantes acamparam perto de uma capoeira. Foram procurar comida. Andaram pela estrada e não camuflaram a terra de onde haviam tirado algumas mandiocas. Metralhados, dividiram-se e três tomaram outro curso. Um deles era *Beto*, o engenheiro Lúcio, de 29 anos, o último dos irmãos Petit da Silva.

Esta fotografia foi encontrada no Araguaia. Acredita-se que o helicóptero estava a serviço da tropa, transportando pelo menos um combatente preso. Laura Petit da Silva, irmã dos três guerrilheiros mortos, supõe que o vulto da esquerda seja seu irmão Lúcio. Ele foi o último a ser capturado, e morto.

Continuaram a marcha. Eram quatro, pois haviam incorporado ao grupo um guerrilheiro disperso. No dia 19 de janeiro, dois foram deixados no caminho. Ficaram com a tarefa de marcar um encontro para os dias 1º ou 15 de março com o pedaço do grupo que se separara.[229]

Segundo a narrativa de Arroyo, ele seguiu com *Zezinho* até a localidade onde fora destroçado o acampamento de Grabois. É dele o relato dos passos seguintes: "Notou-se fortes rastros dos inimigos, não só antigos como recentes. E os helicópteros sobrevoavam o local. Decidiram voltar, porque não havia condições para prosseguir".[230] Lendo-se essas palavras, pode-se pensar que o novo chefe militar da guerrilha decidiu voltar ao lugar onde estava seu grupo, ou a um lugar seguro de onde pudesse seguir para os encontros que marcara com os demais combatentes. Ângelo Arroyo decidira voltar para São Paulo. Ia-se embora do Araguaia, deixando para trás pelo menos trinta guerrilheiros transformados em fugitivos. Haveria de faltar-lhe a sinceridade de Guevara, que, ao abandonar o Congo, registrara: "Nossa retirada não passava de uma fuga".

Guiado por *Zezinho*, atravessaram o rio Araguaia; em três dias passaram por terras goianas e subiram para o Maranhão até chegarem ao Ceará.[231] Durante 22 anos acreditou-se que Arroyo saiu sozinho da floresta. Essa foi a impressão que deixou em seu relatório. Em 1996 o professor Romualdo Pessoa Campos Filho encontrou *Zezinho* em Goiânia. Micheas Gomes de Almeida completara 52 anos e vivera em São Paulo com outra identidade.[232]

Narrando a caminhada com Arroyo, *Zezinho* teve o seguinte diálogo com o professor Romualdo:

> — Qual era o sentimento de vocês? (...) O que passava na cabeça de vocês?
>
> — Eu não sei. (...) Nós chegamos a um ponto extremo em que nós não tínhamos condição para nada. Não tínhamos condição para fazer

> comida, não tínhamos condição de conversar.[233]

Já no Maranhão, Arroyo disse a *Zezinho* que iriam para São Paulo. Ao saber disso, o guerrilheiro sentiu faltar-lhe chão debaixo dos pés:[234]

> Eu jamais imaginei que eu ia receber tarefa para me retirar dali. Nunca. Olhe, tudo me passou pela cabeça, menos essa hipótese. (...) Para mim naquele momento foi pior do que se eu tivesse recebido um tiro. (...) Eu vi o sacrifício de todos aqueles companheiros. A gente lutando junto, tendo um objetivo, e, naquele momento de dificuldade, a pessoa que tinha condição de dar um pouco, retirar alguém de lá... Eu me senti amarrado, eu me senti um trapo. Em outra conversa, me senti um lixo, me senti uma coisa assim que eu não sei nem te explicar.[235]

Vitoriosa, a ditadura panfletava a floresta com impressos oferecendo a rendição aos guerrilheiros: “Oferecemos a possibilidade de abandonar a aventura com vida, com tratamento digno e julgamento justo. (...) Lembrem-se, o Brasil precisa de todos os seus filhos, mesmo daqueles que, em alguma época de suas vidas, apesar de movidos com boas intenções, enveredaram por caminhos condenáveis”.[236]

Mentira. Os guerrilheiros que estavam no mato morreram todos. Morreram os que foram capturados e morreram os que se renderam.

Um *Relatório Especial de Informações do CIE* de janeiro, revelado pelos jornalistas Taís Morais e Eumano Silva, mostra que os militares perceberam o êxito da ofensiva. Estimavam que os guerrilheiros sobreviventes fossem 33, as deserções haviam sido sete e o movimento, “desarticulado”, estava “em plena decomposição”.[237]

O silêncio mantido pelos comandantes militares a respeito do que sucedeu no Araguaia fez com que a responsabilidade pela política de extermínio lá praticada a partir de outubro de 1973 deslizasse para os ombros de oficiais que à época eram capitães, majores, quando muito, coronéis. Criou-se uma falsificação histórica. Todos os combatentes do Araguaia cumpriam diretrizes de seus chefes. Todos, do coronel Nilton Cerqueira, que comandou a tropa na mata, ao índio suruí que segurava a cabeça do guerrilheiro na cena vista pelo general Orlando Geisel. O que lá sucedeu derivou de uma decisão de Estado, compartilhada pelos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, bem como pelos seus ministros do Exército. Isso pode ser comprovado nos elogios constantes de suas folhas de alterações, bem como na outorga da Medalha do Pacificador a mais de uma dezena deles.

A hipótese de que em algum momento os comandantes militares tenham decidido apagar o registro histórico do episódio para desestimular novas insurreições é pobre. Quarenta anos de silêncio em nada serviram para ocultar a guerrilha do Araguaia.

Queimando-se documentos, destruíram-se provas dos crimes. Na sua conversa com o tenente-coronel Pedrozo, o general Ernesto Geisel, tratando de outro episódio, mostrou essa preocupação: “Tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa”.[238] Quando foi tomada a decisão de matar todos os guerrilheiros, inclusive aqueles que se haviam rendido, oito deles já estavam presos. Ao final do extermínio, restavam outros três que conseguiram escapar.*(37) Isso, sem levar em conta as centenas de camponeses que haviam sido presos e humilhados nas bases dos militares.

* * *

Passados quarenta anos do aniquilamento da guerrilha do Araguaia, a reconstrução do que sucedeu na floresta a partir do Natal de 1973 é um exercício de exposição de versões prejudicadas pelo tempo, pelas lendas e até mesmo pela conveniência das narrativas. Existem dois relatos de oficiais que esclarecem o que aconteceu aos prisioneiros. Uma é a do capitão da Força Aérea Pedro Corrêa Cabral, feita mais de vinte anos depois, quando ele já era coronel da reserva: “A guerrilha já não era mais guerrilha. Era uma caçada levada a termo por verdadeiros monstros”.[239] Cabral revelou que helicópteros sobrevoaram a selva com alto-falantes por meio dos quais se oferecia a rendição aos guerrilheiros.[240] Outra narrativa, comprometida por sua mitomania, está na sucessão de depoimentos e entrevistas do *Major Curió*.[241] Os comandantes militares produziram apenas um documento, da Marinha, no qual está registrada a suposta data da morte de cada guerrilheiro.

Adicionando vários anos de pesquisa e mais de uma centena de entrevistas às lembranças de *Curió*, coletadas em 45 conversas, o repórter Leonencio Nossa resgatou 23 casos em que os “desaparecidos” foram vistos depois de presos.[242] Restam ainda as memórias de pessoas que continuaram na região. Dois desses depoimentos são esclarecedores. Um é o do encarregado da lanchonete da Bacaba, José Veloso de Andrade, outro é o do sargento João Santa Cruz, cujo nome se tornou uma lenda entre as forças da ordem.

Veloso guardou uma versão e uma certeza do que aconteceu a *Dina*:

> A *Dina* foi presa aqui nas imediações da Itaipava, quando ela tirou o revólver do braço e deu pra um velho ir vender, porque ela tava fraca de dinheiro, não tinha dinheiro, então ela juntamente com a *Lia*, não sei o nome da *Lia*.*(38) E aí o velho chegou e avisou pra turma do Exército. Aí juntou o pessoal e foram, o pessoal do Exército, foram com o velho levar... acompanharam o velho e

> fizeram lá os traços deles com o velho, e fizeram uma emboscada. Aí o velho vai com elas deixar dinheiro e tirar elas, à noite. (...) Ela não foi morta, ela foi presa. Quem falou, quem informou mentiu. (...) Ouvi falar que tinham levado pra Brasília, agora não sei.[243]

O sargento Santa Cruz, que chegou com as tropas em 1972 e permaneceu na região depois da saída do Exército, viu *Dina* na Bacaba e conversou com ela em inúmeras ocasiões.[244]

Sabe-se também como foi capturado *Zeca Fogoió*,*(39) o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro ele se acercou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para repousar. Recebeu água e sentou-se num toco à beira de um mandiocal. O menino da casa foi mandado à fazenda onde estava o comando das patrulhas do lugar. Rendido, o guerrilheiro pediu: "Doutor, não vai me matar". Tinha o corpo coberto por ulcerações de picadas de mosquito e desnutrição. Numa mochila de aniagem carregava carne de macaco e mandioca. Identificou-se como José Humberto Bronca. Quando o helicóptero chegou, trazendo sargentos do CIE, um deles esclareceu: "Que Bronca coisa nenhuma, esse é o *Fogoió*".[245] Segundo o registro da Marinha, ele morreu no dia 13 de março de 1974.

Piauí, um dos quadros mais qualificados do PC do B, andou pelo mato por várias semanas, até que um menino que o acompanhava (cujo pai aderira à guerrilha e fora morto) resolveu levá-lo à casa de um tio. Estava faminto, seminu. Foi entregue à tropa, que o encapuzou, amarrou e levou para a Bacaba.[246] O mateiro *Peixinho* acompanhou-o em cinco patrulhas na busca por depósitos de armas ou mantimentos. A princípio *Piauí* ia amarrado. Depois, andava com a tropa. Um dia disseram ao mateiro que *Piauí* não o acompanharia mais.[247]

João Araguaia,*(40) que participara do ataque ao posto da PM e escapara da emboscada em que morrera André Grabois, partira à frente de um dos cinco grupos formados no dia 30 de dezembro. Provavelmente no final de janeiro, a sorte protegeu-o de novo. Foi com o guerrilheiro *Manoel**(41) à casa de um lavrador para devolver-lhe o filho Sebastião, que acompanhara a guerrilha. Continuava robusto, vestia bermudas e carregava uma submetralhadora. O pai do menino foi para a Bacaba e avisou os militares. Voltou com doze soldados. Guiados por Sebastião, entraram na floresta e deu-se um tiroteio. *Manoel*, ferido, foi morto com um tiro na cabeça.[248] Tempos depois, magro, amarelado e cabeludo, *João* pediu a um lavrador que o entregasse ao Exército. Foi metralhado na Bacaba.[249]

Beto, o último dos irmãos Petit da Silva, foi preso em abril, com dois outros guerrilheiros, quando foi à casa de um lavrador em busca de sal.[250] Um deles mal podia caminhar. (Nos cinco anos seguintes, vivendo em São Paulo, a costureira Julieta, mãe dos três Petit da Silva, acreditou que eles estariam no exterior ou na prisão. Até 2007, quando morreu e foi sepultada ao lado de Maria Lúcia, no dia de seu aniversário colocava uma flor diante de seu retrato, retirando-a somente quando as pétalas caíam. Restou-lhe um casal de filhos.)[251]

Peri,*(42) achado sozinho na mata, tinha consigo uma garrafa com sal, uma garrucha e um caderno de notas no qual louvava os jabutis e maldizia os mateiros. Levou um tiro na cabeça, e um helicóptero buscou seu cadáver.[252] Deixado no chão da base de Xambioá, foi chutado pela tropa até que um oficial da FAB interveio, exigindo que respeitassem o inimigo morto. No cárcere da Bacaba, Veloso viu pelo menos sete guerrilheiros capturados. Por coincidência, *Vanu* viu dois deles vivos, no mato, escoltados pela tropa.*(43)

*Simão**(44) entregou-se e foi mantido preso numa base dos militares. Ficou lá dois meses. Andava pelo lugar, brincava com as crianças, saía todos os dias com patrulhas e acreditava que voltaria a ver seus sobrinhos.[253]

A partir de outubro de 1973 todos os militantes do PC do B aprisionados foram executados. Pelo menos dois cadáveres foram deixados insepultos na floresta.[254] Mataram inclusive *Josias*, que, segundo os registros de um militar, identificou e confirmou a presença na região de quatro outros guerrilheiros.[255] Guerrilheiros que se renderam foram levados de volta à floresta para localizar refúgios e esconderijos de mantimentos. (Em março de 1974 o governo contabilizara a destruição de 54 depósitos de mantimentos.[256]) Rendidos e submissos, foram assassinados. Puseram alguns deles em aviões tripulados por equipes do Centro de Informações da Aeronáutica e jogaram-nos no oceano.[257]

As forças militares pouparam pelo menos seis lavradores que, com suas famílias, internaram-se na mata a convite da guerrilha e, semanas depois, dispersaram-se.[258] Pouparam também três dos adolescentes recrutados pelo PC do B. Não há notícia de jovem atraído pelos guerrilheiros que, depois de capturado, tenha sido assassinado pelo Exército. O menino José Vieira, que foi preso com *Piauí*, sobreviveu à terceira campanha e contou sua história. Passou um tempo na cadeia. Levaram-no para Belém e de lá para Altamira, onde o alistaram no Exército. Serviu por um ano e retornou para casa. Ele guardou a lembrança de dois outros que foram alistados.[259]

No final de fevereiro de 1974 o Exército estimava que os fugitivos fossem cerca de vinte e começou a retirar suas tropas especiais do Araguaia. Deixou em torno de cem homens do CIE e das tropas especiais, manteve os postos de comando e as bases de Marabá e Xambioá. A partir daí o músculo da força combatente passaria a ser outro, as equipes Zebra. Em geral uma equipe Zebra era composta por dois mateiros, armados com fuzis Mauser e trinta cartuchos, atrás de recompensas que iam de 3 mil cruzeiros por uma

boa informação a 5 mil por um guerrilheiro morto.[260] Três mil cruzeiros era o valor do prêmio que o colégio Pedro II pagara ao aluno de sua Faculdade de Humanidades que fizera o melhor ensaio sobre o tema “A Revolução de 1964 e a educação nacional”.[261] Cinco mil valera a parte do capitão Guimarães no trabalho de cobertura de um desembarque de contrabando em Sepetiba.[262]

Pela narrativa de um morador, a oferta de dinheiro era suficiente para enricar.[263] Pelo menos dois sargentos com anos de serviço na selva (um com curso no Panamá) ficaram no Araguaia caçando guerrilheiros. Um deles seguiu para sudoeste e capturou dois fugitivos.[264] Estabeleceu-se na região, onde obteve terras.[265] O guerrilheiro *Doca**(45) foi fotografado na companhia do ex-sargento João Santa Cruz, na mata, ao lado de uma pequena cachoeira. Está agachado, com as mãos e os pés livres, na posição de quem compõe uma cena.[266] Segundo o relatório da Marinha, ele morreu em junho de 1974.

Esta fotografia é prova de que os guerrilheiros do Araguaia eram assassinados depois de terem sido subjugados e, em certos casos, depois de terem se rendido. O cidadão de pé, de chapéu, é o sargento Santa Cruz, do Exército. Era um dos mais ferozes conhecedores da mata. Agachado está Doca, o guerrilheiro Daniel Ribeiro Callado, de 34 anos. Ele desapareceu no final de dezembro de 1973, quando a tropa desbaratou o acampamento da comissão militar do PC do B. Um relatório do Ministério da Marinha diz que ele morreu em junho de 1974. A cena indica que Doca sobreviveu à captura (ou rendição).

Renasceram as volantes caçadoras de cangaceiros. Pode-se estimar que as equipes Zebra tenham sido dez, mas não se sabe quantos guerrilheiros mataram. A recompensa foi dada apenas às volantes credenciadas. Os demais eram gratificados de acordo com os costumes definidos em 1972. O mateiro *Piauí*, matador de *Osvaldão*, ganhou uma gleba de terra na mata e viveu a fama de seu êxito. Morreu pobre em 1993, e o governo pagou-lhe o funeral.[267] Outro bate-pau, que participara de pelo menos um combate no qual morreram quatro guerrilheiros, ganhou sua gleba, mas faltou-lhe dinheiro para mantê-la. Acabou como carroceiro.[268] Petronilha, uma viúva que morava no sopé da serra das Andorinhas, ajudou na captura de Áurea,* (46) e soube que receberia mil cruzeiros.[269] O fazendeiro que entregou *Rosa* foi condecorado e veio a ser delegado de polícia na sua pequena cidade.[270]

A caçada do Araguaia pode ter durado mais nove meses. Dois registros de informantes do Exército revelam que em outubro de 1974 três guerrilheiros foram vistos no mato. Dois homens com roupas esfarrapadas, no dia 3.[271] Uma semana depois o lavrador *Chico Vitorino* viu uma mulher magra, meio amarelada. Mancava de uma perna e estava descalça. Vestia bermuda e camisa de homem, e trazia um revólver na mão. Desorientada, pedia fósforos. Fugiu quando lhe pediram a arma. Dois mateiros seguiram seu rastro, sem sucesso. Na folha manuscrita assinada por *Chico Vitorino* alguém escreveu: “Ela”. [*Veja o documento*]

Era Walkíria.*(47) Chegara ao mato em 1971 e dois anos depois estivera no pelotão de quatro mulheres que assassinaram um funcionário da

Companhia de Terras de Goiás.[272] Segundo o registro da Marinha enviado ao Congresso, *Walk* foi a última combatente executada. Morreu no dia 25 de outubro de 1974. O mateiro Sinésio Martins Ribeiro viu-a presa na base de Xambioá: “Ela estava bem-cuidada, limpa com roupa nova, um vestido, falando com o doutor. O doutor não gostava de falar com guerrilheiro sujo”. Um soldado levou-a para o mato, carregando uma lata de biscoitos com cal virgem. Dias depois, quando Sinésio perguntou ao soldado onde ela estava, ouviu: “Já era”.[273]

* * *

Na guerra popular do PC do B pereceram 59 quadros levados para o Araguaia. Suas famílias foram indenizadas pelo Estado. Tiveram reconhecido o direito a reparações que variaram de 3.900 reais a 39 mil reais. *Zezinho*, por exemplo, ganhou uma pensão de 2.532 reais.[274] Quase todos tornaram-se nome de pelo menos uma rua, no município de Campinas. Alguns, de três. Morreram também cerca de dez moradores do Araguaia e centenas foram presos, maltratados e lesados patrimonialmente. Em alguma medida, deram à guerrilha “a simpatia” e a “violência das massas”. Trinta anos depois, só três haviam sido indenizados. Em 2010 esses benefícios foram bloqueados pela Justiça. Cinco já haviam morrido e muitos, septuagenários, viviam em pobreza absoluta.[275] Vinte e nove anos depois da chegada da tropa à floresta a sentença foi revertida.[276]

A roda do Estado, que moera o povo humilde do Araguaia, tratando-o com uma violência que não praticara nas cidades, movera-se novamente quando se tratou de reparar os males praticados pela ditadura, retardando-lhe o ressarcimento que concedera aos militantes do PC do B.

Num livro em que publicou a biografia dos mortos do Araguaia, o Partido Comunista do Brasil dedicou 121 linhas a Maurício Grabois e três a cinco camponeses desaparecidos durante a guerrilha, um dos quais estava

vivo.[277] Nelas falta pelo menos um combatente. Chama-se *Batista*, era um castanheiro e estava com *Osvaldão* quando a tropa atacou a comissão militar, no Natal de 1973.[278] Foi visto na prisão, em Xambioá, onde desapareceu.[279]

Num dos mais grosseiros episódios de mistificação política produzidos pelo comunismo nacional, a direção do PC do B, liderada por João Amazonas, levou ao seu limite a retórica do heroísmo popular e transferiu os combates para o mundo da fantasia do materialismo histórico. Em abril de 1974, quando Arroyo já se encontrava em São Paulo, um editorial d' *A Classe Operária* enviava "fraternais e entusiásticas saudações de combate" aos seus quadros e assegurava: "Não há dúvida de que os guerrilheiros do Araguaia têm condições para resistir e possuem imenso campo de manobra".[280] Em novembro o jornal clandestino *O Araguaia* informava que, "no decorrer destes dois anos e oito meses do início da resistência, a guerrilha conseguiu se implantar firmemente na região".[281] Nessa época, nem fugitivos havia mais.

Enquanto os capas-pretas do PC do B combatiam numa guerrilha que não tinha mais história, o CIE combatia a História, para que nela não existisse guerrilha. Apagava o registro do extermínio. Equipes de militares mandadas ao Araguaia abriram sepulturas, retiraram os corpos espalhados pela região e levaram-nos de helicóptero para a serra das Andorinhas, onde foram queimados em fogueiras de pneus carecas.[282] Em abril de 1975 o PC do B dirigia-se aos combatentes: "Saudamos calorosamente os intrépidos guerrilheiros do Araguaia, sua decisão inabalável de prosseguir combatendo por uma causa justa". [*Veja o documento*] Em setembro, sempre conjugando a ação da guerrilha no tempo presente, proclamava: "Vivam as Forças Guerrilheiras do Araguaia!". Só em abril de 1976 o núcleo dirigente do PC do B admitiu que a guerra popular tinha "retrocedido".[283] Ainda assim sustentaria: "O balanço político, do ponto de vista da luta do nosso povo e

do papel do partido, no que respeita aos sucessos do Araguaia, é altamente positivo".[284]

O Exército nunca contou como prevaleceu, e o PC do B nunca reconheceu a derrota militar de sua iniciativa política. Agiram assim porque cada um teve um pedaço da história a esconder.

Pelo lado das forças da ditadura, os militares que se apresentavam ao país como um fator de civilização e progresso, encarnaram os valores e os métodos das volantes de caçadores de quilombolas e de cangaceiros. A vida dos inimigos tornara-se uma irrelevância diante de um objetivo maior: o extermínio da subversão comunista.

Pelo lado da liderança do PC do B, que se apresentava como a vanguarda de uma guerra popular, ruiria sua conexão com a realidade. Operacionalmente, ela se desligou do que acontecia no Araguaia, tanto em relação aos meios (que eram poucos) como em relação à responsabilidade que lhe cabia. Substituiu o massacre de seus quadros pela propaganda da iniciativa. O extermínio tornara-se uma irrelevância diante do objetivo maior: a autoglorificação do partido.

Perseguindo objetivos que ora prescindiam dos fatos, ora os temiam, a ditadura e o PC do B entrariam para a história com o mesmo slogan: "Vencemos".

A extravagância geográfica, somada ao sigilo da operação e ao silêncio em que o massacre do Araguaia foi envolvido por todos os governos seguintes, deixou a impressão de que este foi um episódio singular. Do ponto de vista histórico, os massacres de Canudos e do Contestado ficaram por décadas em situação parecida. O primeiro, incorporado como enredo de uma obra-prima literária. O segundo, relegado a um desconhecimento às vezes atribuído à falta de um Euclides da Cunha. Cada um à sua maneira, esses episódios adquiriram aparência de excentricidade quando foram manifestações semelhantes do exercício selvagem da violência do Estado.[285]

O massacre do Araguaia foi o apogeu de uma concepção política na qual se embutira o extermínio das militâncias esquerdistas. Teve pouco de específico. A violência militar contra os humildes moradores da região seguiu a tradição nacional. Sua singularidade esteve apenas na diretriz, executada a partir de outubro de 1973, do extermínio de todos os guerrilheiros.

O recurso ao assassinato e a ideia da eliminação das lideranças e dos principais quadros das organizações armadas era-lhe anterior. Quando o primeiro oficial do Centro de Informações do Exército chegou à casa de telhado azul de Marabá, a casa de Petrópolis funcionava havia pelo menos um ano. Em 1971, quando nada se sabia do Araguaia, desapareceram pelo menos catorze presos políticos. Muitos deles foram executados nas condições de submissão em que haveriam de morrer quase todos os guerrilheiros.

No último trimestre de 1973 morreram treze pessoas fora do Araguaia. Destas, seis desapareceram. Pela primeira vez na história da ditadura, o número de desaparecidos aproximava-se ao de mortos oficialmente admitidos. Estava-se diante de um novo comportamento. Nele, o que sucedeu no Araguaia foi amostra radical, não episódio isolado.

Dez anos depois da saída do marechal Castello Branco de sua casa de Ipanema para o palácio Laranjeiras, o general Ernesto Geisel preparava-se para ocupar a Presidência da República. Receberia uma ditadura militar que apoiara, sabendo que dentro dela estava montada uma máquina de extermínio das lideranças esquerdistas. Não havia mais guerrilha, muito menos terrorismo. Sobrara a máquina, dentro do Estado.

1 Depoimento de Cirene Moroni a *Manchete* de 22 de outubro de 1988, p. 128, reportagem de Hélio Contreiras, Kátia Pompeu, Fábio Antônio e Elsie Rotemberg.

2 A melhor documentação primária disponível para o conhecimento da guerrilha do Araguaia encontra-se no sítio do Centro de Documentação Eremias Delizoicov: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>. Entre os dias 28 de abril e 8 de julho de 1996, *O Globo*

publicou uma documentada série de reportagens que lançou novas luzes sobre a guerrilha. Elas foram resultado do trabalho dos seguintes jornalistas: Adriana Barsotti, Amaury Ribeiro Jr., Ascânio Seleme, Aziz Filho, Cid Benjamin, Consuelo Dieguez, Daniel Hessel Teich, Florência Costa, Letícia Helena, Maria Lima, Marta Barcellos, Mônica Gugliano e Ricardo Miranda.

3 Para as aulas de tiro de Jana Moroni Barroso, *O Estado de S. Paulo* de 18 de maio de 1996.

* Na época não existia o estado de Tocantins.

4 Estavam a caminho: João Amazonas, Elza Monnerat, Eduardo José Monteiro Teixeira, Rioco Kayano, Dagoberto Alves da Costa e outros dois não identificados. Ver Verônica Bercht, *Coração vermelho*, pp. 112-3.

5 Partido Comunista do Brasil, *Guerra popular*, p. 153.

6 *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1992, p. 19, reportagem de Etevaldo Dias e Ronaldo Brasiliense.

7 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, "Guerrilha na Amazônia", edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79.

8 A terceira expedição, comandada pelo coronel Moreira César, tinha 1.300 homens. A quarta, do general Arthur Oscar, tinha 6.500. Marco Antonio Villa, *Canudos*, pp. 199 e 201.

9 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, em *Dos filhos deste solo*, p. 183, listam quarenta guerrilheiros mortos a partir de 25 de dezembro de 1973. Estimando-se que nesse dia tenham morrido cinco, no início de janeiro seriam 35.

10 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 33.

11 Depoimento de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF. O trabalho do Centro de Documentação Eremias Delizoicov, <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>, dá ao leitor acesso a quase todos os testemunhos conhecidos para o caso de cada guerrilheiro. Zé Catingueiro aproximara-se dos combatentes e servira à tropa. Em março de 1973 um pelotão de guerrilheiros fora à sua casa para executá-lo. Salvou-se jurando que não voltaria a ajudar os soldados. Diário de Maurício Grabois, março de 1973.

12 Depoimento de Maria Raimunda Rocha Veloso (*Maria da Metade*) a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, janeiro de 1994. APRPCF. *Rosa* foi vista também por Agenor Moraes da Silva e José Moraes Silva; ver seus depoimentos, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

13 Depoimento de Manuel Leal Lima, o *Vanu*, em *O Globo* de 2 de maio de 1996. Cinco anos depois, depondo aos procuradores que conduziram os *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001, *Vanu* não mencionou essa cena.

14 Conversa de Ernesto Geisel com Germano Arnoldi Pedrozo, janeiro de 1974.

15 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida, o *Zezinho*, ou *Zezim*, em Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia*, pp. 237-41. Arroyo deixou a mata com Micheas e um guerrilheiro cuja identidade não se conhece.

16 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, pp. 32-3. Arroyo foi assassinado em São Paulo, em dezembro de 1976. Micheas Gomes de Almeida só reapareceu em 1996, em Goiânia.

17 Para a capoeira, entrevista de José Genoino, em Palmério Dória e outros, *A guerrilha do Araguaia*, p. 28. Para a barba, *Anexo B* (*Informações*) *à OP nº 1* (*Operação Sucuri*), do tenente-coronel Carlos Sergio Torres, comandante da operação, assinado e rubricado pelo major Gilberto Airton Zenkner, de abril de 1973, fl. 7.

18 *Plano de Informações Sucuri*, *nº 1*, do CIE, de abril de 1973, fl. 8.

19 Para a morte do sargento, Glênio Sá, *Araguaia*, p. 15. Para o fuzilamento de *Pedro Mineiro* e do camponês Osmar, Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia*, pp. 132-3. Para o compadrio de *Osvaldão* com Osmar, entrevista de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF. Para a morte de um mateiro cuja execução não consta do relatório de Arroyo, Micheas Gomes de Almeida, março de 2001. Para a identificação desse mateiro como *Zé Grande*, compadre de Osvaldo, entrevista de Francisco Maciel Lima a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF.

20 Entrevista de Madalena Lopes de Souza, viúva de José Ribeiro Dourado, a *O Globo* de 5 de maio de 1996.

21 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida, em Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia*, p. 240.

22 Para a ligação de *Piauí* com a guerrilha, entrevista de dona Domingas a Romualdo Pessoa Campos Filho. APRPCF. Para a cena da morte de *Osvaldão*, depoimento de José Rufino Pinheiro, no Centro de Documentação Eremias Delizoicov: <http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=33&id_publicacao=27&id_indice=129>. Entrevista de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF. Ele narrou a mesma cena ao repórter Amaury Ribeiro Jr. em *O Globo* de 29 de abril de 1996. Veloso de Andrade informou que ouviu essa narrativa de Arlindo *Piauí*, seu compadre.

23 Depoimentos do ex-soldado José dos Santos Aniká, em *O Globo* de 31 de dezembro de 1995; de Joaquina Pereira da Silva, em *O Globo* de 29 de abril de 1996; e de Manuel Leal Lima, o *Vanu*, em *O Globo* de 2 de maio de 1996.

24 Emílio Garrastazu Médici, *Nova consciência de Brasil*, pp. 89, 90 e 91.

25 Otávio Guilherme Velho, *Frentes de expansão e estrutura agrária*, p. 134.

26 Idem, pp. 130-1.

27 *Relatório da Operação de Informações Realizada pelo CIE no Sudeste do Pará — Operação Sucuri*, de autoria do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o *Major Curió*, de 24 de maio de 1974, fl. 14.

28 Otávio Guilherme Velho, *Frentes de expansão e estrutura agrária*, p. 84.

29 Idem, pp. 82, 84, 147-8 e 153.

30 Partido Comunista do Brasil, *Guerra popular*, pp. 137 e 161.

31 Edson Flosi, “China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país”, *Folha de S.Paulo* de 21 e 22 de novembro de 1968, e “Breve histórico das divergências com o PC da China”, *A Classe Operária*, dezembro de 1978, pp. 11 e 17.

32 Partido Comunista do Brasil, *Guerra popular*, p. 163.

*(2) Eram eles: João Carlos Haas Sobrinho, Paulo Mendes Rodrigues, André Grabois, Miguel Pereira dos Santos, Micheas Gomes de Almeida, Nelson Piauhy Dourado e Divino Ferreira de Souza. Afora João Amazonas e Grabois, recebidos oficialmente em Pequim.

33 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 3, pp. 2633-5.

34 Idem, vol. 1, pp. 209-10.

35 Para os laços de parentesco, ver Neide Richopo, "A esquerda no Brasil — Um estudo de caso", p. 130. À sua lista somei os casais Lúcio Petit e Lúcia Regina de Souza Martins, com base em *O Globo* de 3 de maio de 1996, e Pedro e Tereza Albuquerque.

36 *O Globo*, 16 de maio de 1996.

*(3) Dinaelza Santana Coqueiro, 23 anos, estudante de geografia na PUC de Salvador. Seu marido, Vandick Reidner Pereira Cordeiro, o *João*, estudara economia na Universidade Federal da Bahia.

37 *Movimento*, 30 de julho a 5 de agosto de 1979, p. 2.

*(4) Guilherme Gomes Lund, carioca, ex-aluno do Colégio Militar, estudante de arquitetura na UFRJ.

38 Carta de Guilherme Lund aos pais, de 2 de fevereiro de 1970, em Vários Autores; Documentos do PC do B, *Guerrilha do Araguaia*, p. 50.

*(5) João Carlos Haas Sobrinho, 31 anos, ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*(6) Dinalva Oliveira Teixeira, 28 anos, geóloga, formada pela Universidade Federal da Bahia.

39 Depoimento de Arlindo Pereira a Romualdo Pessoa Campos Filho, 22 de fevereiro de 1996. APRPCF.

40 Depoimento de Pedro Vicente Ferreira (*Pedro Zuza*) a Romualdo Pessoa Campos Filho, 19 de janeiro de 1994. APRPCF.

41 Depoimento de dona Amância a Romualdo Pessoa Campos Filho, 23 de julho de 1992. APRPCF.

42 Glênio Sá, *Araguaia*, p. 5.

43 Entrevista de José Genoino, em Palmério Dória e outros, *A guerrilha do Araguaia*, p. 39.

44 Glênio Sá, *Araguaia*, p. 11.

45 Entrevista de José Genoino, em Palmério Dória e outros, *A guerrilha do Araguaia*, p. 38.

46 José Genoino, novembro de 1992, e entrevista de José Genoino, em Palmério Dória e outros, *A guerrilha do Araguaia*, p. 39. Ver também Glênio Sá, *Araguaia*, p. 12.

47 Entrevista de José Genoino, em Palmério Dória e outros, *A guerrilha do Araguaia*, p. 39.

48 Gilvane Felipe, "A guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966-1975)", cap. II.3.1.

49 A lista dos estagiários da Escola das Américas foi oficialmente liberada. Encontra-se na internet no seguinte endereço: <http://www.soaw.org/index.php?option=com_lqm&task=showPane&application=2&query=1&Itemid=57>.

50 Ministério do Exército, *Instruções Provisórias IP 31-15 — O Pequeno Escalão nas Operações Contraguerrilhas*, Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1969. Para o eco vietnamita, as descrições de armadilhas e esconderijos das páginas 145 a 147.

51 *O Globo*, 5 de abril de 1998.

52 Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia*, p. 104.

53 *Relatório da Operação de Informações Realizada pelo CIE no Sudeste do Pará — Operação Sucuri*, de autoria do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o *Major Curió*, de 24 de maio de 1974, e *Relatório Especial de Informações nº 2/12*, citado no *Jornal do Brasil* de 22 de março de 1992.

54 Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia*, p. 105.

55 Depoimento de Elza Monnerat a Romualdo Pessoa Campos Filho, abril de 1993. APRPCF.

56 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 19.

*(7) José Genoino Neto, 26 anos, ex-presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Ceará.

57 Entrevista de José Genoino, em Palmério Dória e outros, *A guerrilha do Araguaia*, p. 41.

58 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, "Guerrilha na Amazônia", edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79.

59 Para as forças especiais, Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 429.

60 Entrevista de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF.

61 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 20. Para a forja, as ferramentas e os livros, *A Ação Subversiva no Brasil*, documento do Cenimar, de maio de 1972, p. 47.

∗(8) Antônio de Pádua Costa, 28 anos, ex-aluno do Instituto de Física da UFRJ.

62 Depoimento de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF.

∗(9) Antônio Ferreira Pinto, cerca de quarenta anos, ex-alfaiate.

63 Entrevista de Maria Raimunda Rocha Veloso (*Maria da Metade*) a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, janeiro de 1994. APRPCF.

64 “G.P.”, na cópia datilografada. Esse documento foi revelado pelo jornalista Hugo Studart em seu livro *A lei da selva*, de 2006. Em 21 de abril de 2011 o repórter Lucas Figueiredo publicou na revista *CartaCapital* uma extensa reportagem com seu conteúdo. Trata-se de uma cópia do que teria sido um manuscrito de Grabois, encontrado por um oficial em 1974 entre seus pertences. O original foi destruído, o que compromete a autenticidade das duas cópias conhecidas, que guardam pequenas diferenças. O PC do B tratou-o num editorial de seu Portal Vermelho como “diário de Grabois” e de “cópia do diário de Maurício Grabois” (http://www.vermelho.org.br/editorial.php?id_secao=16&id_editorial=894). Há uma cópia na internet, no site da revista *CartaCapital* (http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Diário_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf). Contém inúmeras inserções referenciais, sempre colocadas entre parênteses.

65 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, dezembro de 1996.

66 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, “Guerrilha na Amazônia”, edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79.

67 Arroyo não dá o número de rifles, espingardas e carabinas do destacamento C, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, *Guerrilha do Araguaia*, p. 20. Estimei que nele houvesse a maior quantidade registrada em cada um dos outros dois destacamentos. Glênio Sá dá números ligeiramente diferentes para o destacamento B, em *Araguaia*, p. 15. Estimei sempre o maior.

∗(10) Regilena da Silva Carvalho, 25 anos.

68 Depoimento de Regilena da Silva Carvalho, em Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 464.

69 *A Classe Operária*, maio de 1972. Davam-se duas transmissões de uma hora cada uma, às vinte e às 22 horas, e outras duas de meia hora, às quatro e às 18h30.

70 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, “Guerrilha na Amazônia”, edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79, e entrevista do coronel Pedro Correa Cabral a Euler Belém, *Jornal Opção*, 27 de junho de 2001.

71 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 21.

72 *Parte nº 54-E2*, de 15 de junho de 1972, do tenente-coronel Raul Augusto Borges, da 2ª SEC/EMR/8, ao chefe do EMR/8. Para o ferimento do tenente e do sargento, Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 429.

73 Depoimento de José Bezerra, o *China*, em Fernando Portela, *Guerra de guerrilhas no Brasil*, pp. 25-6.

*(11) Elza de Lima Monnerat, ex-professora de primário, com 59 anos e 27 de militância comunista, chegara ao Araguaia no Natal de 1967.

74 Verônica Bercht, *Coração vermelho*, pp. 114-5.

75 Depoimento de Elza de Lima Monnerat a Romualdo Pessoa Campos Filho, abril de 1993. APRPCF.

76 Fernando Portela, *Guerra de guerrilhas no Brasil*, p. 48. Para o lutador de circo, depoimento do padre Roberto de Valicourt a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 16 de janeiro de 1994. APRPCF.

77 Depoimento de José Augusto Aranza, em *O Globo* de 28 de abril de 1996, reportagem de Ascânio Seleme.

78 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 172.

79 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, pp. 19-21.

*(12) Luzia Reis, 23 anos, estudante de ciências sociais na Universidade Federal da Bahia.

*(13) Dagoberto Alves da Costa, estudante universitário.

80 Entrevistas de Danilo Carneiro e Luzia Reis a *O Globo* de 28 de abril e 12 de maio de 1996, e Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 21.

81 Depoimento de Lício Maciel a Luiz Maklouf Carvalho, *O coronel rompe o silêncio*, p. 78.

82 Depoimentos de Amaro Lins e João de Deus Nazário a Romualdo Pessoa Campos Filho. APRPCF.

*(14) Kléber Lemos da Silva, trinta anos, economista.

83 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 174, e *O Globo*, 28 de abril de 1996. Para a morte de *Carlito*, ver também *Anexo A da Ordem de Operações* (*Papagaio*) (*Exercício*), do Comando do Grupamento de Operações FFE, nº 01-72, fl. 11. Para a delação, Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 22.

84 Depoimento de Regilena da Silva Carvalho, em Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 463.

85 *O Globo*, 28 de abril de 1996, reportagem de Adriana Barsotti, Aziz Filho e Consuelo Dieguez.

86 *Carta de Instrução 01/72*, em *Jornal do Brasil* de 3 de dezembro de 1992.

87 Depoimento de Regilena da Silva Carvalho, em Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 464.

88 Idem, pp. 465-8.

89 Depoimento do padre Roberto de Valicourt a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 16 de janeiro de 1994. APRPCF.

90 Idem.

91 *A Ação Subversiva no Brasil*, documento do Cenimar, de maio de 1972, p. 48.

92 Coronel Idyno Sardenberg, fevereiro de 1985.

93 *Relatório da Operação de Informações Realizada pelo CIE no Sudeste do Pará — Operação Sucuri*, de autoria do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o *Major Curió*, de 24 de maio de 1974, fl. 2.

94 Depoimento de Crimeia Schmidt, em Gilvane Felipe, "A guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966-1975)", cap. II.4.

95 Glênio Sá, *Araguaia*, p. 16.

96 Carta de Maurício Grabois, do final de 1972, em *O Globo* de 7 de abril de 1998.

97 Para o efetivo, Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 430.

98 Diário de Maurício Grabois, entrada de 22 de março de 1973, referindo-se ao episódio ocorrido no ano anterior.

99 Depoimento de Regilena da Silva Carvalho, em Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 473.

100 Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 438.

101 Idem, p. 431.

102 Para o estipêndio dos mateiros, Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 23.

103 Depoimento de Ângelo Lopes de Souza, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

104 Depoimento de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF. Para essa percepção pelo comando militar, ver *Anexo B* (*Informações*) *à OP nº 1* (*Operação Sucuri*), do tenente-coronel Carlos Sergio Torres, comandante da operação, assinado e rubricado pelo major Gilberto Airton Zenkner, de abril de 1973, fl. 2.

105 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 22.

***(15)** Morreram em áreas de combate: Miguel Pereira dos Santos (*Cazuza*), José Toledo de Oliveira (*Vitor*), Francisco Manoel Chaves (*Zé Francisco*), Ciro Flávio Salasar Oliveira (*Flávio*), João Carlos Haas Sobrinho e Manuel José Nurchis (*Gil*). Emboscados: Maria Lúcia Petit e Idalísio Soares Aranha Filho.

***(16)** Morreram depois de capturados: Bergson Gurjão Farias, Kléber Lemos da Silva, Helenira Nazareth e Antônio Carlos Monteiro Teixeira. A eles se deve somar o barqueiro Lourival Paulino.

***(17)** Foram aprisionados: Danilo Monteiro, José Genoino, Dower Cavalcanti, Dagoberto Alves da Costa, Luzia Reis, Regilena da Silva Carvalho e Glênio Sá.

***(18)** Glênio Sá, 22 anos, ex-estudante secundarista.

106 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de dezembro de 1996. APRPCF.

107 Para o ferimento do capitão, *IstoÉ* de 4 de setembro de 1985, reportagem de Raymundo Costa.

108 *Ofício 119/SPC*, de 2 de outubro de 1972, *Jornal do Brasil* de 3 de dezembro de 1992.

109 No caso do general Mesquita importa registrar que ele se retirou porque julgou que não lhe competia "andar com forças federais à caça de bandidos, como capitão do mato do tempo da escravatura". Ademais, reclamou de descaso do governo para com os habitantes da região. Paulo Ramos Derengoski, *Guerra no Contestado*, p. 51. Ver também Marli Auras, *Guerra do Contestado*, pp. 93-9.

110 Para o uso da tática, coronel Álvaro de Souza Pinheiro, "Guerrilha na Amazônia", edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79. Para a tática, Ministério do Exército, *Instruções Provisórias IP 31-15 — O Pequeno Escalão nas Operações Contraguerrilhas*, Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1969, pp. 24-6.

111 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, "Guerrilha na Amazônia", edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79, citado por Luiz Maklouf Carvalho, em *Folha de S.Paulo* de 20 de abril de 1998.

112 Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, pp. 430 e 438.

113 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, "Guerrilha na Amazônia", edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79.

114 Depoimento de dona Domingas a Romualdo Pessoa Campos Filho. APRPCF. Segundo o general Agnaldo Del Nero Augusto, a maioria dos soldados mobilizados na ofensiva de setembro eram, de fato, recrutas. *A grande mentira*, p. 430.

115 *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1992, p. 19.

116 *O Estado de S. Paulo*, 1º de outubro de 1972, p. 27. Nessa época participavam da operação os generais Vianna Moog, Antonio Bandeira e Hugo Abreu, comandante da Brigada Paraquedista.

117 Entrevista do ex-sargento José Pereira a Euler Belém, *Jornal Opção*, 9 a 15 de novembro de 1997. Esse episódio ocorreu em setembro de 1972.

118 Para o comunicado, Vários Autores; Documentos do PC do B, *Guerrilha do Araguaia*, pp. 34-5. Para a Censura, Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*, p. 241.

119 Essa reportagem, intitulada "Em Xambioá, a luta é contra a miséria e a guerrilha", publicada em *O Estado de S. Paulo* de 24 de setembro de 1972, p. 27, é do jornalista Fernando Portela. Ele é autor do primeiro livro sobre o episódio (*Guerra de guerrilhas no Brasil*). *The New York Times*, 26 de setembro de 1972.

120 *Anexo B* (*Informações*) *à OP nº 1* (*Operação Sucuri*), do tenente-coronel Carlos Sergio Torres, comandante da operação, assinado e rubricado pelo major Gilberto Airton Zenkner, de abril de 1973, fls. 12-3.

121 *Anexo A da Ordem de Operações* (*Papagaio*) (*Exercício*), do Comando do Grupamento de Operações FFE, de setembro de 1972, fl. 12.

122 *Diretiva de Planejamento* (*Operação Papagaio*) (*Exercício*) , *Elementos Informativos de Informações*, CmdoDivAnf nº 03/72, de setembro de 1972.

123 Para "pessoas mais atrasadas", *A Classe Operária*, nº 76, agosto de 1973.

***(19)** Modalidade de macumba, às vezes associada à magia negra, comum na região.

124 *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo*, em Vários Autores; Documentos do PC do B, *Guerrilha do Araguaia*, pp. 45-9.

125 "Carta a um deputado federal", em Vários Autores; Documentos do PC do B, *Guerrilha do Araguaia*, pp. 35-8.

126 Depoimento de José Moraes Silva, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

127 Brian Loveman e Thomas M. Davies Jr., "Case histories of guerrilla movements and political change", em Che Guevara, *Guerrilla warfare*, p. 344.

128 Carta de Maurício Grabois, do final de 1972, em *O Globo* de 7 de abril de 1998.

129 "A guerrilha do Araguaia", documento existente no sítio <http://calabarescreve.blogspot.com.br/2011/10/guerrilha-do-araguaia-1-2-3-e-4.html>.

130 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, pp. 25 e 27.

131 Para a morte de um terceiro mateiro, Micheas Gomes de Almeida, março de 2001, e entrevista de Francisco Maciel Lima a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF.

132 Em abril de 1973, Osmar estava na lista que o Exército organizara dos colaboradores da guerrilha, identificado como "compadre de Osvaldão". *Anexo B* (*Informações*) *à OP nº 1* (*Operação Sucuri*), do tenente-coronel Carlos Sergio Torres, comandante da operação, assinado e rubricado pelo major Gilberto Airton Zenkner, de abril de 1973, fl. 3.

133 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 27, e depoimentos de José Veloso de Andrade (19 de janeiro de 1994) e *Pedro Marivetti* (21 de janeiro de 1994) a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe. APRPCF.

134 Comunicado do Destacamento Helenira Rezende sobre o ataque a um posto da Polícia Militar, em Vários Autores; Documentos do PC do B, *Guerrilha do Araguaia*, p. 41.

135 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 28. Para o preço da farinha, tomei a tabela de Otávio Guilherme Velho (*Frentes de expansão e estrutura agrária*, p. 82), a qual informa que em 1969 ela custava dezesseis cruzeiros.

136 Entrevista de João Amazonas, em Vários Autores; Documentos do PC do B, *Guerrilha do Araguaia*, p. 66.

137 Carta de Maurício Grabois, do final de 1972, em *O Globo* de 7 de abril de 1998.

∗(20) João Carlos Wisnesky, ex-estudante de medicina da UFRJ.

138 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 28. *Paulo* era casado com Maria Célia Corrêa, a *Rosa*, irmã de Elmo Corrêa, o guerrilheiro *Lourival*, estudante de medicina.

∗(21) Divino Ferreira de Souza, 32 anos, ex-estudante secundarista, com curso de capacitação na China.

∗(22) Micheas Gomes de Almeida, 37 anos, operário, com curso de capacitação na China.

139 Micheas Gomes de Almeida, março de 2001.

140 Diário de Maurício Grabois, 21 de setembro de 1972.

141 Idem, 19 de janeiro de 1973. Numa viagem anterior de *Zezinho*, Grabois registrou, em 13 de julho de 1972: “Isto mostra que se pode entrar e sair da região. (...) Que é possível montar um aparelho de ligação com o exterior, para receber correspondência, materiais e gente”.

142 Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Bicalho Roque, Lincoln Cordeiro Oest e Luiz Guilhardini. Em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 198.

143 Wladimir Pomar, *Araguaia*, p. 41.

144 Diário de Maurício Grabois, maio de 1973.

145 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de dezembro de 1996. APRPCF.

146 Carta de Maurício Grabois, do final de 1972, em *O Globo* de 7 de abril de 1998.

147 Lício Maciel, <http://liciomaciel.wordpress.com/2012/08/31/transcrito-do-site-a-verdade-sufocada/>.

148 *Relatório da Operação de Informações Realizada pelo CIE no Sudeste do Pará — Operação Sucuri*, de autoria do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o *Major Curió*, de 24 de maio de 1974, fl. 6.

149 *Plano de Informações Sucuri, nº 1*, do CIE, de abril de 1973.

150 Era o major Sebastião Rodrigues de Moura, que viria a ser conhecido como *Major Curió*. *O Globo*, 7 de abril de 1998, e *Correio Braziliense*, 5 de maio de 1996.

151 Depoimentos de Abdias Soares e Silva, em 21 de janeiro de 1994, e Maria Raimunda Rocha Veloso (*Maria da Metade*), em janeiro de 1994, a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe (APRPCF), e de José Moraes Silva, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001. Ver também Termo de Declaração prestado por José Ribamar Ribeiro Lima, no dia 4 de julho de 1996, na sede da Procuradoria da República no estado de Roraima, presente o procurador-chefe, Dr. Osório Barbosa.

152 *Relatório da Operação de Informações Realizada pelo CIE no Sudeste do Pará — Operação Sucuri*, de autoria do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o *Major Curió*, de 24 de maio de 1974, fl. 12.

153 Idem, fl. 13.

154 Idem, fl. 11. Para o nome, *Plano de Informações Sucuri, nº 1*, do CIE, de abril de 1973.

155 Para a venda de munição, Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 443.

156 Entrevista de dona Domingas a Romualdo Pessoa Campos Filho. APRPCF.

157 Depoimento do padre Roberto de Valicourt a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 16 de janeiro de 1994. APRPCF.

158 *Anexo B* (*Informações*) *à OP nº 1* (*Operação Sucuri*), do tenente-coronel Carlos Sergio Torres, comandante da operação, assinado e rubricado pelo major Gilberto Airton Zenkner, de abril de 1973, fls. 2-4.

159 *Veja*, 13 de outubro de 1993, pp. 16-28, por Rinaldo Gama.

160 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, “Guerrilha na Amazônia”, edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79.

161 *Anexo B* (*Informações*) *à OP nº 1* (*Operação Sucuri*), do tenente-coronel Carlos Sergio Torres, comandante da operação, assinado e rubricado pelo major Gilberto Airton Zenkner, de abril de 1973, fl. 1.

162 Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*, p. 36.

163 Depoimento de Regilena da Silva Carvalho, em Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 478.

164 Era Luzia Reis, a *Baianinha*. *O Globo*, 28 de abril de 1996.

165 *Folha de S.Paulo*, 28 de agosto de 1999.

166 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo III: *Perfil dos atingidos*, pp. 12-3. De um total de 2.828 condenados, 880 receberam penas superiores a cinco anos.

167 Gilson Rebello, *A guerrilha de Caparaó*, p. 45.

168 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, “Guerrilha na Amazônia”, edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79.

169 Para o efetivo, Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 449.

170 *Veja*, 13 de outubro de 1993, pp. 16-28, por Rinaldo Gama.

171 Para a Mineração, coronel Francisco Dellamora, fevereiro de 2001.

172 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, “Guerrilha na Amazônia”, edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79.

173 Depoimento de Maria Raimunda Rocha Veloso (*Maria da Metade*) a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, janeiro de 1994. APRPCF.

174 Entrevista de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF.

175 Depoimento de dona Domingas a Romualdo Pessoa Campos Filho. APRPCF.

176 Agnaldo Del Nero Augusto, *A grande mentira*, p. 449.

177 Depoimento de Arlindo Pereira, o *Arlindo Balela*, a Romualdo Pessoa Campos Filho, 25 de fevereiro de 1996. APRPCF.

178 Coronel Aluisio Madruga de Moura e Souza, *Movimento Comunista Brasileiro*, p. 161.

179 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 30.

180 Depoimento de *Pedro Marivetti* a Romualdo Pessoa Campos Filho, 21 de janeiro de 1994. APRPCF.

181 Depoimento de Joarez Pinheiro e Luiz Martins dos Santos, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

182 Depoimento de Joel a Romualdo Pessoa Campos Filho, 26 de julho de 1992. APRPCF.

183 *Plano de Informações Sucuri, nº 1*, de abril de 1973, fls. 2-3.

184 Depoimento de Ângelo Lopes de Souza, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

*(23) Ciro Flávio Salasar Oliveira, trinta anos, ex-estudante da Faculdade de Arquitetura da UFRJ.

185 Depoimento de Cícero Saraiva da Silva, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

*(24) Expressão usada por um oficial que participou dessa fase da operação, cujo nome fica preservado.

186 Depoimentos de Adalgisa, Agenor e Pedro Moraes da Silva, Dionor Carlos Azevedo, Manoel Ferreira, Margarida Ferreira Félix, Maria Nazaré Ferreira Brito e Sinvaldo de Souza Gomes, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

187 São Luiz Vieira, *Batista*, *Pedro Carretel* e Abel, e as famílias de Pedro Moraes da Silva, José Atanásio Santana, Zé Gonçalo, João da Mariona, *Velho Tadeu* e Romão, em depoimento de Pedro Moraes da Silva, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001. Há ainda Antonio Alfredo Campos. Ver Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 181. No seu "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 29, Arroyo se refere a nove "elementos da massa" que ajudaram, sem sucesso, a tocar fogo numa ponte da Transamazônica.

188 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 27.

189 Depoimento de Manuel Leal Lima, o *Vanu*, em *O Globo* de 2 de maio de 1996.

190 Depoimento de José Vieira a Romualdo Pessoa Campos Filho, 25 de fevereiro de 1996. APRPCF. No "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 29, Arroyo menciona Ribamar e Wilson. José Vieira menciona esses dois, mais Antoninho e Sebastião. Sinvaldo menciona João Batista. Para as adesões de adolescentes, ver também o depoimento de Maria Raimunda Rocha Veloso (*Maria da Metade*) a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, janeiro de 1994. APRPCF.

191 Entrevista de Manuel Leal Lima, o *Vanu*, a Terezinha de Souza Amorim, cedida pelo professor Romualdo Pessoa Campos Filho. APRPCF.

192 Para o fato de Alfredo ter sido ferido, e não morto, entrevistas de Manuel Leal Lima, o *Vanu*, a Terezinha de Souza Amorim, cedida pelo professor Romualdo Pessoa Campos Filho, APRPCF, e a *O Globo* de 2 de maio de 1996.

193 Depoimento de um oficial combatente do Araguaia cujo nome fica preservado, fevereiro de 2001.

194 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 30.

*(25) Lúcia Maria de Souza, 29 anos, ex-quartanista de medicina.

195 Narrativa do general Figueiredo a Ernesto Geisel, fevereiro de 1974. APGCS/HF.

196 Entrevista de Lício Maciel a Luiz Maklouf Carvalho, cedida ao autor. Ver também seu depoimento em <http://liciomaciel.wordpress.com/2012/08/31/transcrito-do-site-a-verdade-sufocada/>.

197 Quinze páginas com o texto de uma entrevista concedida pelo general Hugo Abreu a Getulio Bittencourt e Haroldo Cerqueira Lima em 23 de agosto de 1978.

*(26) Arildo Valadão, 25 anos, ex-presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Física da UFRJ.

198 Segundo Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 29, *Jonas* foi preso na segunda ofensiva e, na época do início da terceira, tinha o pai encarcerado. *Pedro Marivetti*, que foi preso no dia 9 de novembro, encontrou Abel na Bacaba, colaborando com os militares. Arildo Valadão foi morto no dia 24 de novembro. Pela narrativa de Arroyo fica claro que ele foi recrutado depois do início da ofensiva.

199 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 31. Para um testemunho ocular, Termo de Declaração que Presta Sinésio Martins Ribeiro, em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001.

∗(27) Major José Brandt Teixeira.

200 Leonencio Nossa, *Mata!*, p. 177.

201 Em outubro de 1972, como parte dos festejos do Sesquicentenário da Independência, o Estado-Maior do Exército publicou uma *História do Exército brasileiro*, em três volumes; nela, classificou a luta do Contestado como “uma guerra revolucionária”, vol. 2, p. 789.

202 Luiz Maklouf Carvalho, *O coronel rompe o silêncio*, pp. 21-5. O coronel Lício Maciel era o operador da projeção dos slides.

203 Nilton Cerqueira, em Luiz Maklouf Carvalho, *O coronel rompe o silêncio*, pp. 197-8.

204 Depoimento de um oficial combatente do Araguaia cujo nome fica preservado, março de 2001.

205 Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, “Guerrilha na Amazônia”, edição brasileira da *Military Review*, janeiro-março de 1995, pp. 58-79.

206 Idem.

207 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 30.

208 Idem, p. 29, e Ângelo Arroyo, “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 60. Pelo seu Diário, no dia 28 de outubro Grabois deu-se conta de que não enfrentava PMs do Pará, mas pelo menos 160 homens de “tropas especializadas”.

209 Thomas C. Wright, *Latin America in the era of the Cuban Revolution*, p. 94.

210 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, pp. 30 e 60.

211 Micheas Gomes de Almeida, março de 2001.

∗(28) Adriano Fonseca Fernandes Filho, 28 anos, ex-aluno da Faculdade de Filosofia da UFRJ.

212 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 30.

213 Depoimento do mateiro Cícero Pereira, em Eumano Silva, “A história do Exército que torturava, matava e cortava cabeças”, *Correio Braziliense*, 28 de novembro de 2001.

214 Depoimento da testemunha ocular Sinésio Martins Ribeiro, em Termo de Declaração que Presta Sinésio Martins Ribeiro, em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001.

∗(29) Os camponeses eram *Pedro Carretel* e *Batista*.

215 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 31.

216 Os dirigentes da guerrilha sabiam que haviam sido capturados *Jonas* (Abel) e dois camponeses que tinham colaborado no incêndio da ponte. Sabia-se da fuga do guerrilheiro *Josias*, no dia 17 de

dezembro. No “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 31, Arroyo registra também o conhecimento da fuga do lavrador *Toninho*, que conhecia a área.

***(30)** Tobias Pereira Júnior.

217 Diário de Maurício Grabois e Sebastião Curió, em Leonencio Nossa, *Mata!*, p. 343. Com todas as ressalvas exigidas pela escassez de informações, o oftalmologista Harley Bicas, consultado pelo autor, estimou que as manchas escuras poderiam ser consequência de uma infecção por toxoplasma, zoonose ou degeneração macular. Nesses casos, à época, as lesões seriam irreversíveis.

218 Depoimento de um oficial combatente do Araguaia cujo nome fica preservado, agosto de 2001.

219 Idem, março e agosto de 2001. Outro oficial, que teria testemunhado a cena, diz que Grabois morreu no meio do tiroteio, combatendo. *Veja*, 13 de outubro de 1993, pp. 16-28. Segundo o coronel Lício Maciel, havia dois tenentes nessa ação: Siguimar Lacerda Ventura e Luiz Carlos Alieth. <http://liciomaciel.wordpress.com/2012/01/29/guerrilha-no-brasil/>. Ver também a documentação referente a Grabois, arquivada no Centro de Documentação Eremias Delizoicov, <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=372&m=3>.

***(31)** Gilberto Olímpio Maria, 31 anos, ex-estudante de engenharia.

220 Segundo um oficial cujo nome fica preservado, os guerrilheiros no morrete de Palestina eram dezesseis, e os mortos nesse combate foram cinco. Maio de 2002.

221 Diário de Maurício Grabois, 16 e 17 de outubro de 1973.

***(32)** Companheiros.

***(33)** Comissão Militar.

***(34)** *Joaquim*, codinome de Ângelo Arroyo.

***(35)** Forças Guerrilheiras. O Diário de Grabois foi copiado por militares, mas seu original foi destruído. Existe pelo menos uma cópia, intitulada “Diário do Velho Mário”, com transcrições de trechos do que teria sido o documento original. Há nele diversas e pequenas discrepâncias em relação ao que o jornalista Lucas Figueiredo divulgou.

222 Elza Monnerat, “Dados a respeito do Araguaia”, em Verônica Bercht, *Coração vermelho*, p. 151.

***(36)** São *Osvaldão*, *Lia*, *Batista* e Lauro.

223 Ângelo Arroyo, “Relatório sobre a luta no Araguaia”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 33.

224 Ângelo Arroyo, “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B”, em *Guerrilha do Araguaia*, p. 60. Elza Monnerat, que conviveu com Arroyo nos anos seguintes, menciona uma reunião “com todos os guerrilheiros”, mas não diz quantos eles eram. Ver Verônica Bercht, *Coração vermelho*, pp. 151-2.

225 O autor entrevistou Micheas Gomes de Almeida em duas ocasiões, por cerca de cinco horas. Ele tinha vaga lembrança do que pode ter sido uma reunião de dezessete pessoas, antes do ataque à comissão.

226 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de dezembro de 1996. APRPCF.

227 *Habeas data* de Micheas Gomes de Almeida, dado em 20 de novembro de 2000 pela Agência Brasileira de Inteligência.

228 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de dezembro de 1996. APRPCF.

229 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 33.

230 Idem.

231 Para a duração, Micheas Gomes de Almeida, março de 2001.

232 Romualdo Pessoa Campos Filho, *Guerrilha do Araguaia*, pp. 237-41.

233 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de dezembro de 1996. APRPCF.

234 Micheas Gomes de Almeida, março de 2001.

235 Depoimento de Micheas Gomes de Almeida a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de dezembro de 1996. APRPCF.

236 Leonencio Nossa, *Mata!*, pp. 183-4.

237 Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, pp. 478-9.

238 Conversa de Geisel com o tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo, 18 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

∗(37) Estavam presos: José Genoino, Danilo Monteiro, Dower Cavalcanti, Dagoberto Alves da Costa, Luzia Reis, Regilena da Silva Carvalho, Glênio Sá, Crimeia Schmidt de Almeida. Haviam escapado Ângelo Arroyo, Michea Gomes de Almeida e João Carlos Wisnezky.

239 "O fim da guerra no fim do mundo", Rinaldo Gama, *Veja*, 13 de outubro de 1993, p. 22.

240 Depoimento do coronel Pedro Corrêa Cabral à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em 23 de maio de 2001.

241 Para um exemplo, Leonencio Nossa, *Mata!*, p. 21. *Curió* diz que matou uma guerrilheira "num combate" e, confrontado por Leonencio Nossa com outros testemunhos, informa que a entregou viva na "Casa Azul".

242 Leonencio Nossa, *Mata!*, pp. 185-216.

∗(38) Telma Regina Cordeiro Corrêa, 27 anos, ex-estudante de geografia na Universidade Federal Fluminense.

243 Depoimento de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF. Ainda que haja outras versões segundo as quais *Dina* foi entregue por um morador da região, é improvável que ela e *Lia* tenham sido presas juntas. Para o conjunto de versões sobre as duas, consultar o Centro de Documentação Eremias Delizoicov: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/>.

244 Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, setembro de 2001, depois de ter tomado o depoimento do sargento Santa Cruz na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

∗(39) José Humberto Bronca, 39 anos, ex-mecânico de manutenção de aviões.

245 Depoimento de um oficial combatente do Araguaia cujo nome fica preservado, fevereiro de 2001.

246 Depoimento de José Vieira a Romualdo Pessoa Campos Filho, 25 de fevereiro de 1996. APRPCF. Ver também o depoimento de uma moradora da região a Sônia Zaghetto, em *O Liberal* de 3 de junho de 2001, e os de José Moraes Silva e José Francisco Dionísio, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

247 Termo de Declaração que Presta Raimundo Nonato dos Santos (*Peixinho*), em São Domingos do Araguaia, em 14 de julho de 2001.

*(40) Dermeval da Silva Pereira, 29 anos, advogado.

*(41) Rodolfo de Carvalho Troiano, 24 anos, ex-estudante secundarista.

248 Depoimento de Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

249 Depoimento de Rocilda Souza dos Santos, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001, e entrevista de Manuel Leal Lima, o *Vanu*, a Romualdo Pessoa Campos Filho. APRPCF.

250 Ele estava com Antônio Ferreira Pinto (*Antônio Alfaiate*) e Uirassu de Assis Batista (*Valdir*). Depoimentos de Margarida Ferreira Félix e Antônio Félix da Silva. *Beto* foi visto preso, por Adalgisa Moraes da Silva. Segundo Sinvaldo de Souza Gomes, existe uma fotografia de *Beto*, amarrado, diante de um helicóptero. *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

251 *O Globo*, 28 de abril de 1996, e *Veja*, 19 de maio de 1996.

*(42) Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, 27 anos, bancário.

252 Informação dada por um oficial cujo nome fica preservado, fevereiro de 2001. Segundo o relatório da Marinha, *Peri* morreu em agosto de 1974.

*(43) Veloso viu na Bacaba: *Mariadina* (Dinaelza Soares Santana Coqueiro), *Chica* (Suely Yumiko Kanayama), *Edinho* (Hélio Luiz Navarro de Magalhães), *Beto* (Lúcio Petit da Silva), *Valdir* (Uirassu de Assis Batista), *Pedro Carretel* (Pedro Matias de Oliveira) e *Rosa* (Maria Célia Corrêa). Desses, *Vanu* viu vivos *Pedro Carretel* e *Rosa*. Além deles, viu *Piauí* (Antônio de Pádua Costa) e *Duda* (Luiz Renê Silveira e Silva).

*(44) Cilon da Cunha Brum, 28 anos, ex-estudante de economia e ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da PUC-SP.

253 Liniane Haag Brum, *Antes do passado*, p. 193.

254 Agenor Moraes da Silva viu o cadáver que acreditou ser de Luiz Renê Silveira e Silva, o *Duda*, a quem vira, vivo, na Bacaba. Margarida Ferreira Félix viu o de Lúcia Maria de Souza, a *Sônia*. *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

255 *O Globo*, 28 de abril de 1996.

256 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Dossiê Geisel*, p. 49.

257 Depoimento de um oficial combatente do Araguaia cujo nome fica preservado, janeiro de 2002.

258 Depoimento de Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

259 Depoimento de José Vieira a Romualdo Pessoa Campos Filho, 25 de fevereiro de 1996. APRPCF. Segundo José, um jovem de nome Sebastião também "tirou os tempos" em Altamira. Ele menciona mais dois, um dos quais é Wilson, o garoto que escapou da emboscada em que morreu a guerrilheira *Sônia*. Para o caso de Sebastião, ver o depoimento de Zulmira Pereira Neres, em *Inquéritos Civis Públicos* MPF/SP/Nº 03/2001, MPF/PA/Nº 01/2001 e MPF/DF/Nº 05/2001.

260 Depoimento de um oficial combatente do Araguaia cujo nome fica preservado, dezembro de 2001. O ex-guia Alexandre de Oliveira usou esse termo, que relacionou com a busca de rastros, fixando a sua ação em 1974: "Eu ficava com mais quatro na 'zebra' (…) e não tinha dia, não tinha sol, não tinha chuva: o pau quebrava mesmo no mato". Em Palmério Dória e outros, *A guerrilha do Araguaia*. Há outra referência às "zebras" no depoimento de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, de 19 de janeiro de 1994: "(…) os caras que entravam... que eles criavam uma equipe de guias, que se chamavam 'zebras' (…)". APRPCF.

261 *A Revolução e a juventude*, p. 17.

262 Depoimento de Álvaro Cardoso Machado, *Processo nº 4.896*, STM, vol. 1, p. 75.

263 Para o interesse dos mateiros pela recompensa, depoimento de João de Deus Nazário a Romualdo Pessoa Campos Filho, 26 de fevereiro de 1996. APRPCF.

264 Depoimento de um oficial combatente do Araguaia cujo nome fica preservado, abril de 2001.

265 Depoimento de *Pedro Marivetti* a Romualdo Pessoa Campos Filho, 21 de janeiro de 1994. APRPCF.

*(45) Daniel Ribeiro Callado, 34 anos, operário.

266 *Jornal Opção*, 8 a 14 de julho de 2001, reportagem de Euler Belém.

267 Depoimento de Dilma Bezerra, sobrinha de Arlindo Vieira, em *O Globo* de 29 de abril de 1996. Para o funeral, depoimento de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe, 19 de janeiro de 1994. APRPCF.

268 É Manuel Leal Lima, o *Vanu*. *O Globo*, 2 de maio de 1996.

*(46) Áurea Elisa Valadão, 24 anos, ex-estudante de física da UFRJ, viúva de Arildo Valadão.

269 Leonencio Nossa, *Mata!*, p. 200.

270 Depoimento do fazendeiro Geraldo Martins de Souza, em *O Globo* de 5 de maio de 1996.

271 *Informe nº 4*, de 3 de outubro de 1974. AA.

*(47) Walkíria Afonso Costa, 28 anos, ex-aluna de pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-vice-presidente de seu diretório acadêmico.

272 Documento da Marinha, anexo ao *Relatório da Comissão Externa Destinada a Atuar junto aos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos após 1964, na Localização de seus Restos Mortais*, publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 23 de março de 1995, p. 4179. Para o fuzilamento, *Jornal do Brasil* de 12 de abril de 1992, p. 17, reportagem de Ronaldo Brasiliense.

273 Termo de Declaração que Presta Sinésio Martins Ribeiro, em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001.

274 *Folha de S.Paulo*, 2 de dezembro de 2002, e *O Globo*, 21 de agosto de 2003.

275 *O Estado de S. Paulo*, 9 de janeiro de 2010.

276 *O Globo*, 22 de novembro de 2011.

277 É Frederico (Frederico Lopes). Apareceu em 1985. *O Globo*, 5 de maio de 1996.

278 Ângelo Arroyo, "Relatório sobre a luta no Araguaia", em *Guerrilha do Araguaia*, pp. 31-2

279 Termo de Declaração que Presta Sinésio Martins Ribeiro, em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001.

280 "Dois anos de luta gloriosa", *A Classe Operária*, abril de 1974. Elza Monnerat encontrou-se com Arroyo em São Paulo, no final de março de 1974. Verônica Bercht, *Coração vermelho*, p. 146. Na versão integral do Diário de Maurício Grabois ele registra em duas ocasiões (13 de julho de 1972 e 23 de outubro de 1973) que a rádio Tirana dera notícias exageradas, para melhor, a respeito da guerrilha. "Acho que não é correto os co. [companheiros] da cidade emitirem comunicados das FFGG [Forças Guerrilheiras] sem terem informações daqui. Acabam caindo em contradição conosco."

281 *O Araguaia*, novembro-dezembro de 1974, em Wladimir Pomar, *Araguaia*, p. 47.

282 *Veja*, 13 de outubro de 1993.

283 *A Classe Operária*, abril e setembro de 1975 e abril de 1976, em Wladimir Pomar, *Araguaia*, pp. 237, 245 e 247.

284 Ângelo Arroyo, "Grande acontecimento na vida do país e do PC do B", em *Guerrilha do Araguaia*, p. 56.

285 Vale lembrar que Adeodato, comandante rebelde do Contestado, vagou pela mata e foi localizado em condições semelhantes àquelas em que se encontrava *Osvaldão*. Entregou-se, e um júri o condenou. Fugiu e foi recapturado. Sete anos depois, mataram-no quando tentava nova fuga. Paulo Ramos Derengoski, *Guerra no Contestado*, pp. 106-8.

APÊNDICE

Breve nomenclatura militar

1 Patentes

São as seguintes as patentes dos oficiais das Forças Armadas:

MARECHAL (CINCO ESTRELAS)
Patente honorífica, extinta no governo Castello.

Ao passarem para a reserva, os generais de exército eram promovidos ao marechalato. Em 1975 eles eram 73.*

GENERAL DE EXÉRCITO (QUATRO ESTRELAS)
É a patente mais alta dos oficiais da ativa.

Em 1964 o Exército tinha catorze quatro-estrelas. Quatro em comandos de exércitos, um na chefia do Estado-Maior e outros quatro na chefia dos departamentos administrativos. Juntos, formavam o Alto-Comando.

Um oficial pode ter quatro estrelas e ficar sem função, assim como pode ter função (o comando da Escola Superior de Guerra, por exemplo) e não pertencer ao Alto-Comando.

(Essa patente corresponde à de almirante de esquadra na Marinha e tenente-brigadeiro na Força Aérea.)

GENERAL DE DIVISÃO (TRÊS ESTRELAS)

Em 1964 eram 31.* Em 1975, 42.

Os três-estrelas comandam as divisões de tropas (a 1ª Divisão de Infantaria, da Vila Militar, por exemplo). Ocupam as vice-chefias do Estado-Maior e dos departamentos. Também chefiam as Regiões Militares.

(Corresponde ao vice-almirante e ao major-brigadeiro.)

GENERAL DE BRIGADA (DUAS ESTRELAS)
Em 1964 eram 73. Em 1975, 93.

Um general de duas estrelas pode comandar uma unidade importante, como a Brigada Paraquedista, ou uma diretoria burocrática.

Em 1964 a idade média dos generais de brigada ficava em pouco menos de 54 anos. (Corresponde ao contra-almirante e ao brigadeiro.)

Pela reforma de 1967, devida ao presidente Castello Branco, nenhum oficial pode permanecer mais de doze anos na ativa como general. Além disso, cada uma das patentes deve ter 25% de seu quadro renovado a cada ano. Essas normas vigoram até hoje.

CORONEL
Em 1964 o Exército tinha 340 coronéis em funções consideradas militares. Em 1975, 408.
Na tropa, o coronel comanda um regimento.

(Corresponde ao capitão de mar e guerra da Marinha.)

Pela reforma de Castello nenhum coronel pode permanecer menos de sete e mais de nove anos na patente.

TENENTE-CORONEL
Comanda um batalhão.

Ficava-se nessa patente em torno de cinco anos.

A etiqueta militar dá aos tenentes-coronéis o tratamento de “coronel”. (Corresponde ao capitão de fragata da Marinha.)

MAJOR
Comanda um batalhão.

(Corresponde ao capitão de corveta da Marinha.)

CAPITÃO
Comanda uma companhia.

Em 1975 o Exército tinha cerca de 2 mil capitães.

TENENTE
Comanda um pelotão.

Na média, de cada cem tenentes, seis chegam a general.

2 Estrutura

No Exército convivem duas estruturas. Uma, diretamente relacionada com as tropas de combate, é bastante simples. Outra, na qual está a burocracia, é mais complexa.

É a seguinte a estrutura de uma tropa de combate, vista de baixo para cima:

PELOTÃO
Tem um efetivo que pode variar entre trinta e cinquenta homens. É comandado por um tenente.

COMPANHIA
Três pelotões formam uma companhia. Tem de cem a 150 homens. É comandada por um capitão.

BATALHÃO
Três companhias formam um batalhão. Seu efetivo oscila de trezentos a 450 homens, comandados por um major ou tenente-coronel.

REGIMENTO
Três batalhões formam um regimento. Tem entre mil e 1.500 homens e é comandado por um coronel.

BRIGADA
É uma unidade de composição mista, sempre comandada por um general de duas estrelas. Seu efetivo pode variar entre 5 mil e 10 mil homens.

DIVISÃO
Um número variável de brigadas e regimentos agrupam-se numa divisão.

Essa é a principal unidade combatente. Reúne tropas das diferentes Armas. Nelas, excentricamente, as tropas de infantaria ficavam sob o comando de uma Infantaria Divisionária, conhecida como ID.

EXÉRCITO
Conhecido como “grande comando”, agrupa todas as tropas de uma determinada região geográfica.

As tropas terrestres estavam assim divididas:

I Exército, com jurisdição sobre as tropas do Rio (onde ficava o seu comando), Minas Gerais e Espírito Santo;

II Exército, incluindo São Paulo (sede do comando) e Mato Grosso;

III Exército, incluindo o Rio Grande do Sul (sede do comando, em Porto Alegre), Santa Catarina e Paraná; e

IV Exército, com sede no Recife, englobando todos os estados do Nordeste.

Além desses grandes comandos ocupados por quatro-estrelas, havia dois outros, sob as ordens de generais de divisão:

Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus; e

Comando Militar do Planalto, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e Goiás.

Existiam também onze Regiões Militares, comandadas por generais de divisão.

A região cuida essencialmente do apoio logístico ao Exército em cuja área se situa.

Eram as seguintes as Regiões Militares:

1ª RM, com sede no Rio de Janeiro;

2ª RM, com sede em São Paulo;

3ª RM, com sede em Porto Alegre;

4ª RM, com sede em Juiz de Fora;

5ª RM, com sede em Curitiba;

6ª RM, com sede em Salvador;

7ª RM, com sede no Recife;

8ª RM, com sede em Belém;

9ª RM, com sede em Campo Grande;

10ª RM, com sede em Fortaleza; e

11ª RM, com sede em Brasília.

* Até 1968, quando morreu, o marechal Mascarenhas de Moraes foi mantido no serviço ativo, por decisão do Congresso. Era uma homenagem ao comandante da Força Expedicionária Brasileira.

* Computaram-se os engenheiros militares (dois), médicos (um), veterinários (um) e intendentes (um).

Cronologia

1969

POLÍTICA

JANEIRO Cassados 39 parlamentares, três ministros do STF e um do STM.
O capitão Carlos Lamarca deserta.

JULHO Inaugurada a nova sede da Oban.
Os conservadores prevalecem na CNBB.
Roubado o cofre de Adhemar de Barros.

AGOSTO Costa e Silva sofre uma isquemia cerebral. Uma junta militar assume.

SETEMBRO Sequestrado o embaixador americano Charles Elbrick.
Virgílio Gomes da Silva, da ALN, é preso e some. É o primeiro desaparecido.

OUTUBRO Nova Constituição.
Reaberto, o Congresso elege Médici.

NOVEMBRO Morre Carlos Marighella.
Surge em Paris a Frente Brasileira de Informações, denunciando a ditadura.

No ano, mais de cem assaltos e explosões. Neles morrem quinze guardas e policiais e quatro cidadãos. Morrem dezenove militantes da esquerda.

As denúncias de torturas são 1.027.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO O governo informa que só falará sobre casos de corrupção quando as investigações estiverem concluídas.
The New York Times informa: “O regime é antipatizado, mas o Brasil cresce”.

FEVEREIRO Inaugurada a estação receptora de sinais de satélites da Embratel, em Itaboraí.
Delfim Netto prevê que a economia crescerá 10% no ano.

MARÇO O governo concede isenção de impostos de importação às emissoras de TV e rádio.

Seca e saques no Nordeste.

JULHO Começa a alta das bolsas de valores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

SETEMBRO Vendido o *Correio da Manhã*.

NOVEMBRO O general Ernesto Geisel assume a presidência da Petrobras.

O ano termina com um crescimento de 9,5% do PIB e a inflação em 20,1%.

CULTURA

Pelé marca seu milésimo gol.

Caetano Veloso e Gilberto Gil seguem exilados para Londres.

Chico Buarque de Hollanda vai para a Itália.

O diplomata Vinicius de Moraes é aposentado com base no AI-5.

Estreia o *Jornal Nacional*.

Surge *O Pasquim*. Em dezembro sua circulação chega a 250 mil exemplares.

A Junta Militar cria a Embrafilme.

Com Sonia Braga no elenco, estreia em São Paulo a peça *Hair*.

A Censura suspende as apresentações do balé soviético da Moldávia.

Joaquim Pedro de Andrade mostra o filme *Macunaíma*.

Samuel Beckett ganha o Nobel de Literatura.

Quatrocentos mil jovens americanos juntam-se no festival de música de Woodstock.

Mario Puzo publica *Godfather* (*O poderoso chefão*).

MUNDO

Onda terrorista na Itália, com 398 ações e dezenove mortos.

FEVEREIRO Um livro-bomba mata Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique.

Os Tupamaros assaltam o cassino San Rafael, em Punta del Este.

Costa e Silva afrouxa o bloqueio ao regime racista da África do Sul e permite o pouso de seus aviões em aeroportos brasileiros.

JUNHO Pancadaria no bar Stonewall. Os homossexuais que frequentavam o lugar enfrentam a polícia. Daí em diante 28 de junho torna-se a festa do Orgulho Gay.

JULHO O astronauta americano Neil Armstrong anda na Lua.

DEZEMBRO Aproximando-se da China, o governo americano reduz o bloqueio comercial que lhe impunha.

1970

POLÍTICA

MARÇO O historiador Caio Prado Júnior é condenado a quatro anos e meio de prisão.
O papa Paulo VI condena a tortura brasileira.

ABRIL Descoberta uma base de treinamento de Lamarca no vale do Ribeira.

JUNHO Sequestrado o embaixador alemão Von Holleben. É trocado por quarenta presos.
Há no país pelo menos quatrocentos presos: 56% são estudantes cuja idade média é 23 anos.

SETEMBRO Criados os DOIs.

OUTUBRO D. Agnello Rossi vai para Roma. D. Paulo Evaristo Arns é o novo arcebispo de São Paulo.

NOVEMBRO Eleições legislativas. A Arena faz mais de dois terços na Câmara.

DEZEMBRO Sequestrado o embaixador suíço Giovanni Bucher. É trocado por setenta presos.

Denúncias de torturas: 1.206. Mortos: trinta.

Os terroristas matam dezessete pessoas, entre elas um tenente, três sargentos e seis policiais.

ECONOMIA E SOCIEDADE

FEVEREIRO Cai o ministro da Indústria e Comércio, Fábio Yassuda. Divergiu de Delfim.

JUNHO Médici anuncia a abertura da rodovia Transamazônica, ligando o Maranhão ao Acre.

JULHO Por conta de um boato, as ações do Banco do Brasil sobem 15% num só dia.
Sai da fábrica da Volkswagen o milionésimo fusca.

AGOSTO Nixon baixa um pacote, e o governo americano passa a controlar salários, preços e aluguéis.
Criado o PIS, com o objetivo de formar um pecúlio para os trabalhadores.

Os EUA fecham o ano com um déficit de US$ 9,8 bilhões. É a primeira vez que isso acontece, desde 1888.

Segundo grande ano do Milagre. Crescimento de 10,4% do PIB. Inflação em 19,3%.

CULTURA

Por 4 × 1 (confirmando o prognóstico do presidente Médici) o Brasil derrota a Itália e ganha a Copa do Mundo.

Chico Buarque compõe “Apesar de você”.

Paulinho da Viola grava “Foi um rio que passou em minha vida”.

Roberto e Erasmo Carlos gravam “Jesus Cristo”.

Nelson Cavaquinho grava seu primeiro disco solo, aos 59 anos.

José Rubem Fonseca publica *Lúcia McCartney*.

Solzhenitsyn ganha o Nobel de Literatura.

O museu Metropolitan compra o quadro *Juan de Pareja*, de Velásquez, por US$ 5,5 milhões.

Começo da construção, em Nova York, das duas torres do World Trade Center.

MUNDO

Dobra o número de mortos em atos terroristas no mundo. São 131.

FEVEREIRO O secretário de Estado Henry Kissinger começa a se reunir secretamente com emissários do Vietnã do Norte.

ABRIL Assassinado na Guatemala o embaixador alemão Karl von Spreti.

MAIO Terroristas argentinos sequestram e matam o general e ex-presidente Pedro Aramburu.

JULHO Os Tupamaros sequestram Dan Mitrione, responsável pelo programa de ajuda prestada pelo governo americano ao uruguaio em assuntos de segurança.

SETEMBRO Salvador Allende é eleito presidente do Chile.

OUTUBRO A CIA manda armas a terroristas chilenos que planejam matar (e matam) o comandante do Exército do Chile, general René Schneider.

1971

POLÍTICA

JANEIRO O general Humberto Mello assume o II Exército, em São Paulo. Sua ordem é matar.

FEVEREIRO Ulysses Guimarães assume a presidência do MDB.

Está funcionando a “Casa da Morte”, administrada pelo CIE, em Petrópolis.

MAIO O Senado americano realiza sua série de audiências sobre o Brasil.

JUNHO O *Cabo Anselmo* está na polícia.

SETEMBRO Carlos Lamarca é morto.

DEZEMBRO Médici vai aos EUA e Nixon diz que “para onde o Brasil for, para lá irá o resto do continente latino-americano”.

As denúncias de torturas são 788. Trinta mortos nas organizações armadas, dos quais quinze (50%) desaparecem.

As organizações terroristas matam 21 pessoas, entre elas um major do Exército, um industrial e um militante da ALN.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O excesso de liquidez da banca internacional faz renascer o mercado de empréstimos a países subdesenvolvidos.

JANEIRO Segundo uma pesquisa do Gallup, 48% dos paulistanos acham que seu nível de vida está subindo. Só 7% dizem que está caindo.

MARÇO Começa a funcionar a discagem direta nas ligações entre Rio de Janeiro, São Paulo e outras cinco capitais.

AGOSTO A exuberante bolsa de valores brasileira começa a cair.

Nixon descola o dólar do padrão ouro, congela preços e salários por noventa dias e se reserva o direito de aplicar uma taxa de 10% sobre as importações.

DEZEMBRO A Petrobras torna-se a segunda maior distribuidora de derivados de petróleo do país.

O ano termina com um crescimento de 11,3% do PIB e a inflação em 19,5%.

CULTURA

Pela primeira vez desde sua fundação, em 1965, a TV Globo fecha o ano com lucro.

Leon Hirszman mostra o filme *São Bernardo*.

Nelson Pereira dos Santos mostra *Como era gostoso o meu francês*.

Antonio Callado publica *Bar Don Juan*.

João Ubaldo Ribeiro publica *Sargento Getúlio*. Num parecer para o Instituto Nacional do Livro, o escritor Otávio de Faria reconhece suas virtudes, mas não o recomenda.

George C. Scott é o general Patton no filme de mesmo nome.

Stanley Kubrick mostra o filme *Laranja mecânica*, proibido no Brasil.

Começam a circular os *Cadernos Cebrap*.

É preso em Ouro Preto o teatrólogo americano Julian Beck.

O país de São Saruê é tirado pela polícia do Festival de Cinema de Brasília. No lugar entra *Brasil bom de bola*, no qual Médici abraça Pelé.

MUNDO

Começam os desaparecimentos na Argentina. Uma pessoa a cada dezoito dias.

JANEIRO Os Tupamaros uruguaios sequestram o embaixador inglês.

ABRIL Uma equipe de pingue-pongue americana é convidada a jogar na China.

JUNHO *The New York Times* começa a publicar os documentos secretos do Pentágono sobre a Guerra do Vietnã.

JULHO Henry Kissinger vai à China. Conversa com Mao Zedong.

AGOSTO Golpe na Bolívia. Com a ajuda do governo brasileiro, assume o coronel Hugo Banzer.

SETEMBRO Fracassa o golpe do ministro da Defesa Lin Piao contra Mao Zedong.

As Forças Armadas uruguaias assumem o combate aos Tupamaros. A tortura torna-se sistemática.

NOVEMBRO Fidel Castro passa três semanas no Chile.

1972

POLÍTICA

JANEIRO O Exército descobre uma base de treinamento de guerrilha no Araguaia.

O deputado Flávio Marcílio defende a reeleição de Médici.

FEVEREIRO Terroristas matam o marinheiro inglês David Cuthberg, de dezenove anos.

ABRIL Campanha militar no Araguaia. Termina em julho. Recomeça, por um mês, em setembro.

AGOSTO A Censura proíbe qualquer notícia sobre a sucessão presidencial.

A Anistia Internacional divulga um relatório listando os nomes de 472 torturadores e 1.081 torturados.

A Censura proíbe a publicação da declaração de Filinto Müller, presidente da Arena, de que não há censura no país.

OUTUBRO Começa a circular o semanário *Opinião*.

Os mortos são 58, com dezoito desaparecidos e cinco suicidas, três enforcados na cela.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO A Censura proíbe más notícias sobre a queda da bolsa.

FEVEREIRO O secretário do Tesouro americano, John Connally, diz que os EUA deviam seguir o exemplo da economia brasileira.

ABRIL Chegam ao Brasil os ossos de d. Pedro I. Começam as festas do Sesquicentenário da Independência.

MAIO Inaugurada em Brasília a Escola Nacional de Informações, EsNI, braço pedagógico do SNI e do CIE.

Inaugurada em Paulínia a maior refinaria de petróleo do Brasil.

AGOSTO O IBGE informa que o Brasil bateu a marca dos 100 milhões de habitantes.

NOVEMBRO O índice Dow Jones, da bolsa de Nova York, fecha pela primeira vez acima dos mil pontos.

O ano termina com um crescimento de 11,9% do PIB e 15,7% de inflação.

CULTURA

Há 6,2 milhões de aparelhos de TV no Brasil. Surge a TV em cores.

Emerson Fittipaldi ganha o campeonato da Fórmula 1.

Caetano Veloso e Gilberto Gil voltam do exílio. Em Londres, Caetano gravou “Triste Bahia”, música que inclui versos do poema homônimo de Gregório de Matos, entre eles “Triste Bahia! Ó quão dessemelhante”.

Aparece a dupla João Bosco e Aldir Blanc.

Os Novos Baianos cantam “Acabou chorare”.

Liza Minnelli no filme *Cabaret*.

Bernardo Bertolucci mostra *O último tango em Paris*. O filme é proibido no Brasil.

Marlon Brando em *O poderoso chefão*.

Woody Allen em *Play it again, Sam* (*Sonhos de um sedutor*).

Tom Jobim toca “Águas de março”.

O ano de Secretariat, um dos maiores cavalos de todos os tempos.

MUNDO

FEVEREIRO Richard Nixon vai à China.

MARÇO O editor italiano Giangiacomo Feltrinelli morre quando instalava uma bomba numa torre de transmissão de energia, perto de Milão.

MAIO No fim de seu mandato o presidente da Nicarágua, Anastasio Somoza, dá um golpe e fica no poder.

Terroristas japoneses matam 25 peregrinos judeus no aeroporto de Tel-Aviv.

JUNHO Cinco pessoas são presas no edifício Watergate, em Washington. Tinham grampeado a sede do Partido Democrata.

SETEMBRO Preso o chefe tupamaro Raúl Sendic. Metade dos uruguaios apoiam a repressão militar.

Terroristas sequestram parte da delegação de Israel nas Olimpíadas de Munique. Morrem atletas e sequestradores.

NOVEMBRO Nixon é reeleito.

1973

POLÍTICA

MARÇO Terroristas matam no Rio de Janeiro o delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr., do DOI de São Paulo.

MAIO O CIE começa a *Operação Sucuri*, infiltrando oficiais e soldados no Araguaia.

JUNHO Médici chama Ernesto Geisel ao Laranjeiras e diz que ele será seu sucessor.

JULHO *O Estado de S. Paulo* publica poemas nos espaços abertos pela Censura em suas páginas.

Filinto Müller morre. Petrônio Portella torna-se presidente do partido do governo, a Arena.

SETEMBRO Ulysses Guimarães lança-se como “anticandidato” à Presidência.

OUTUBRO Começa nova ofensiva no Araguaia.

NOVEMBRO Médici altera o Código de Processo Penal para impedir que o delegado Sérgio Fleury vá para a cadeia.

DEZEMBRO Dissolvida a guerrilha do Araguaia.

As organizações terroristas executam cinco pessoas, entre elas dois ex-militantes.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Greves parciais de metalúrgicos na Villares e na Volkswagen, em São Paulo.

JANEIRO A Grã-Bretanha adere ao Mercado Comum Europeu.

FEVEREIRO Nixon desvaloriza o dólar em 10%.

ABRIL Brasil e Paraguai assinam o tratado que permitirá a construção da hidrelétrica de Itaipu.

MAIO Uma divergência com Delfim provoca a saída do ministro da Agricultura, Cirne Lima.

JUNHO A iniciativa privada entrega o controle da Petroquímica União à Petrobras.

OUTUBRO-DEZEMBRO Em dois aumentos sucessivos, os países exportadores de petróleo elevam o preço do barril de US$ 3,01 para US$ 11,56.

O ano termina com um crescimento do PIB de 14%. Isso nunca havia acontecido, nem voltaria a acontecer, pelo menos nos quarenta anos seguintes.

CULTURA

Estreiam na TV Globo o programa *Fantástico* e a primeira novela em cores, *O Bem-Amado*.

Hugo Carvana exibe o filme *Vai trabalhar, vagabundo*.

Arnaldo Jabor mostra *Toda nudez será castigada*.

A Censura proíbe a peça *Calabar*, de Chico Buarque e Ruy Guerra.

Roberto Athayde monta *Apareceu a Margarida*.

Publicado postumamente *Os últimos dias de Paupéria*, de Torquato Neto.

Sai *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles.

A Editora Brasiliense pede concordata.

Julio de Mesquita Neto declara num depoimento que enquanto houver censura em *O Estado de S. Paulo*, o que nele se publica é da responsabilidade do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid.

MUNDO

FEVEREIRO O Senado americano começa a investigar o caso Watergate.

MARÇO Termina mais um ciclo militar na Argentina. O peronista Héctor Cámpora é eleito presidente. Renunciará para permitir a ascensão de Juan Perón.

JULHO A embaixada brasileira asila um político chileno envolvido numa tentativa de golpe contra Salvador Allende.

SETEMBRO Golpe militar no Chile. Allende se mata. Pinochet assume, numa junta.

A embaixada do Brasil nega auxílio aos exilados em Santiago. Policiais brasileiros interrogam presos.

Juan Perón é eleito presidente da Argentina.

OUTUBRO O Egito e a Síria invadem Israel. São derrotados e o mundo árabe declara um boicote de petróleo aos países pró-Israel.

O vice-presidente dos EUA, Spiro Agnew, renuncia ao cargo. Nixon indica o deputado Gerald Ford.

Fontes e bibliografia citadas

1 Obras de referência

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vols. 1 a 5. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDoc, 2001.

Almanaque do pessoal militar do Exército — Oficiais. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, Departamento-Geral de Pessoal, Diretoria de Cadastro e Avaliação, 1972; 1975; 1977.

Anuário estatístico do Brasil — 1971. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972.

Estatísticas históricas do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1990.

2 Fontes primárias

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS

Arquivo do Autor
Arquivo do General Antonio Carlos Muricy
Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
Arquivo Privado de Romualdo Pessoa Campos Filho
Biblioteca Lyndon B. Johnson
Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

INFORMANTES

Alcir Henrique da Costa
Aloysio Nunes Ferreira
Amália Lucy Geisel
Americo Mourão
Antonio Carlos Magalhães
Antonio Carlos Muricy
Antonio Delfim Netto
Antonio Gallotti
Ariston Lucena
Armênio Guedes

Brian Jenkins
Candido Mendes de Almeida
Carlos Alberto Brilhante Ustra
Carlos Medeiros Silva
Claude Erbsen
Djalma (operário da Forja Tijolos)
Ernesto Geisel
Eugênio Sales
Expedito Filho
Fernando Gabeira
Francisco Carlos de Andrade
Francisco Dellamora
Franklin Martins
Gastão Vidigal
Gustavo Moraes Rego
Heitor Lopes de Souza
Helio Fernandes
Idyno Sardenberg
Italo Zappa
João Batista Torrens Gomes Pereira
John Blacken
José Bonifácio de Oliveira Sobrinho
José Carlos Giannini
José Genoino
Joseíta Ustra
Leonidas Pires Gonçalves
Luiz Eduardo Greenhalgh
Luiz Helvecio da Silveira Leite
Micheas Gomes de Almeida
Murillo Santos
Octavio Costa
Octavio Frias de Oliveira
Pat Holt
Paulo Bonchristiano
Paulo Egydio Martins
Paulo Sawaya
Ralph della Cava
Reynaldo Mello de Almeida
Romualdo Pessoa Campos Filho
Rubens Resstel
Salomão Malina

Silvio Ferraz
Stephen Dachi
Vicente Sanchez Gavito

PERIÓDICOS

DIÁRIOS

Correio Braziliense
Correio da Manhã
Diário do Congresso Nacional
Folha de S.Paulo
Jornal da Tarde
Jornal do Brasil
Le Monde
O Estado de S. Paulo
O Globo
The Baltimore Sun
The New York Times
The Washington Post

SEMANAIS

IstoÉ
Manchete
O Pasquim
Time
Veja

OUTROS

A Classe Operária
Boletim do Sedoc
Brazilian Information Bulletin
Cadernos Cebrap
CartaCapital
Commonweal
Coojornal
Cuadernos de Marcha
Em Tempo
Encontros com a Civilização Brasileira
Estudos Avançados
Fronte Brasiliano d'Informazione
Hora Presente
Imprensa

Jornal Opção
Le Nouvel Observateur
L'Europeo
Look
Mensaje
Military Review
Movimento
Noticiário Diplomático Brasileiro
Notícias da Igreja Universal
O Liberal
Permanência
Politique d'Aujourd'hui
Repórter
Resistência
Revisão
Venceremos
Voz Operária

SÉRIES DOCUMENTAIS, DOSSIÊS

A Revolução e a juventude. Monografias dos estudantes do Colégio Pedro II, vencedores do Concurso sobre a Revolução de 1964. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1973.

ALMEIDA, Candido Mendes de; BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira de Justiça e Paz — 1969-1995* (*Empenho e memória*). Rio de Janeiro: Educam, 1996.

ARROYO, Ângelo. "Grande acontecimento na vida do país e do PC do B" e "Relatório sobre a luta no Araguaia". In VÁRIOS AUTORES; DOCUMENTOS DO PC DO B. *Guerrilha do Araguaia*. 3ª ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1996.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero; MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes do (orgs.). *Orvil: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

BANDEIRA, Marina. "Comissão Pontifícia Justiça e Paz — 1969-1995 (Memória)". In ALMEIDA, Candido Mendes de; BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira de Justiça e Paz — 1969-1995* (*Empenho e memória*). Rio de Janeiro: Educam, 1996.

Brasil: nunca mais — Um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (orgs.). *Desaparecidos políticos — Prisões, sequestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Edições Opção/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

Dossiê dos mortos e desaparecidos. Documento do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1984.

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE). Recife: Grupo Tortura Nunca Mais/Companhia Editora de Pernambuco/Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

____. *Nova consciência de Brasil*. Brasília: Livro composto no Departamento de Imprensa Nacional para a Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970.

____. *O povo não está só*. Brasília: Livro composto no Departamento de Imprensa Nacional para a Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1972.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular — Caminho da luta armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974. Coleção Documentos.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa — Como o Exército liquidou o comitê central do PC do B — São Paulo, 1976*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

POMAR, Wladimir. *Araguaia — O partido e a guerrilha — Documentos inéditos*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, O. P., frei Romeu. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiro (CPV)/Loyola, 1986. 6 vols.

Projeto Brasil: nunca mais. Tomo I: *O regime militar*. Tomo II, vol. 1: *A pesquisa BNM*; vol. 2: *Os atingidos*; vol. 3: *Os funcionários*. Tomo III: *Perfil dos atingidos*. Tomo IV: *As leis repressivas*. Tomo V, vol. 1: *A tortura*; vol. 2: *As torturas*; vol. 3: *As torturas*; vol. 4: *Os mortos*. Tomo VI, vol. 1: *Índice dos anexos*; vol. 2: *Inventário dos anexos*. São Paulo/Petrópolis: Arquidiocese de São Paulo/Vozes, 1985. 6 tomos.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução — Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil. Londres: Amnesty International Publications, 1973.

VÁRIOS AUTORES; DOCUMENTOS DO PC DO B. *Guerrilha do Araguaia*. 3ª ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1996.

United States Policies and Programs in Brazil. Hearings before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs. Washington: U. S. Government Printing Office, 1971.

DEPOIMENTOS, ENTREVISTAS, DIÁRIOS, MEMÓRIAS

ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio — Diários e memórias 1961-1967*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ARNS, d. Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia — Testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARCELLOS, Maria Auxiliadora Lara. "Continuo sonhando". In CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio — Brasil 1964/19??*. São Paulo: Livramento, 1978.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 3ª ed. rev. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

____. *Do Esquadrão da Morte aos justiceiros*. São Paulo: Paulinas, 1988.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARVALHO, Luís Maklouf. *O coronel rompe o silêncio — Licio Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CASO, Antonio. *A esquerda armada no Brasil — 1967/1971*. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio — Brasil 1964/19??*. São Paulo: Livramento, 1978.

CHE GUEVARA. *Guerrilla warfare*. Introd. e estudos Brian Loveman e Thomas M. Davies Jr. Lincoln/Londres: University of Nebraska Press, 1985.

____. *Diário*. 7ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Global, 1986.

CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência — Uma autobiografia*. São Paulo: Best Seller, 1991.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho — As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

COSTA, Celia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Kenneth (orgs.). *O bispo de Volta Redonda — Memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho — Um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo — A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *A volta aos quartéis — A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

____; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

____; CASTRO, Celso (orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

____; CASTRO, Celso (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DE GAULLE, Charles. *Mémoires d'espoir*. Tomo I: *Le Renouveau — 1958-1962*. Paris: Plon, 1970. 3 tomos.

DIAS, Erasmo. *Reflexões de uma vida*. São Paulo: Indústria de Embalagens Santa Inês, 1988.

DIAS, Luzimar Nogueira (seleção). *Esquerda armada — Testemunho dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro*. Vitória: Edições do Leitor, 1979.

DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma (orgs.). *Histórias do poder — 100 anos de política no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000. 3 vols.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura — O movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade — A defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FREI BETTO. *O Paraíso perdido — Nos bastidores do socialismo*. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

____. *Batismo de sangue — A luta clandestina contra a ditadura militar — Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. 11ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.

____; BRITO, frei Fernando de; LESBAUPIN, frei Ivo. *O canto na fogueira — Cartas de três dominicanos quando em cárcere político*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso — Memória do tempo da morte civil do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro? — Depoimento*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GRAEL, Dickson Melges. *Aventura, corrupção e terrorismo — À sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUIMARÃES, Renato. *Travessia — Da tortura e dos meios de resistir a ela*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

HEALEY, Denis. *The time of my life*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1990.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Org. Cláudio Lacerda Paiva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LOBO, Amilcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MARIGHELLA, Carlos. *Pour la libération du Brésil*. Org. e prefácio Conrad Detrez. Paris: Aubier-Montaigne/Christian Bourgois/Buchet-Chastel/Le Centurion/Le Cerf/Armand Colin/Denoël/Esprit/Flammarion/Grass et-Fasquelle/Gallimard/Pierre Horay/Magnard/Mercure de France/Minuit/Robert Morel/J.-J. Pauvert/Seghers/Le Seuil/La Table Ronde/Claude Tchou, 1970.

____. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Org. Adérito Lopes. 2ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim, s. d.

____. *Poemas — Rondó da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MÉDICI, Roberto Nogueira. *Médici — O depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979.

MONTELLO, Josué. *Diário do entardecer — 1967-1977*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MORAES, Dênis de (org.). *Prestes com a palavra — Uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

PADRE LAGE. *O padre do diabo — A Igreja ausente na hora de mudar*. Rio de Janeiro: EMW Editores, 1988.

PAIVA, Mauricio. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1996.

PASSARINHO, Jarbas. *Na planície*. Belém: Cultural Cejup, 1990.

_____ *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro — 40 anos ao lado de Luís Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Rememória — Entrevistas sobre o Brasil do século XX. Org. Ricardo de Azevedo e Flamarion Maués. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RIBEIRO, Octávio (Pena Branca). *Por que eu traí — Confissões de Cabo Anselmo*. 5ª ed. São Paulo: Global, 1984.

SANTOS, Paulo de Tarso. *64 e outros anos — Depoimentos a Oswaldo Coimbra*. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Ernani Ayrosa da. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

SIMAS, Mario. *Gritos de justiça — Brasil 1963-1979*. São Paulo: FTD, 1986.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários — Memórias da guerrilha perdida*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SODRÉ, Roberto de Abreu. *No espelho do tempo — Meio século de política*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1995.

SOUZA, Percival de. *Eu, Cabo Anselmo — Depoimento a Percival de Souza*. São Paulo: Globo, 1999.

TAVARES, Aurelio de Lyra. *O Brasil de minha geração — Mais dois decênios de lutas — 1956/1976*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976; 1977. 2 vols.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio — OBAN-DOI/CODI/29 SET. 70-23 JAN*. 74. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

VALLI, Virginia. "*Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*". Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver — Memórias de um repórter*. Org. Augusto Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1987.

3 Fontes secundárias

BRASIL

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. "Momentos de decisão: os anos 70 e a mídia no Rio de Janeiro". In FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (orgs.). *Um estado em questão — Os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro/Editora FGV/Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, 2001.

A Constituição que não foi — História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Brasília: Senado Federal, 2002.

ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem — A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho — A história secreta do crime organizado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ANDRADE, Jeferson de; SILVEIRA, Joel. *Um jornal assassinado — A última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ANTOINE, Charles. *L'Église et le pouvoir au Brésil — Naissance du militarisme*. Paris: Desclée de Brouwer, 1971.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de; MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. "A Comissão de Alto Nível: história da Emenda Constitucional nº 1, de 1969". In *A Constituição que não foi — História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. Brasília: Senado Federal, 2002.

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.). *De JK a FHC — A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

ARGOLO, José Amaral, et alii. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado — A organização da irmandade cabocla*. 4ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

BANDEIRA, Manuel. *Manuel Bandeira — Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958.

BARCELLOS, Caco. "O *Globo Repórter* sobre a vala de Perus". In TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2000.

BERCHT, Verônica. *Coração vermelho — A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2002.

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra — Os brasileiros em combate, 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo — A luta armada ferida por dentro*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1984. Coleção Passado & Presente (nº 22).

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70 — Mais pra epa que pra oba*. Brasília: Editora UnB, 1991.

BRUM, Liniane Haag. *Antes do passado — O silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

BRUNEAU, Thomas C. *The political transformation of the Brazilian Catholic Church*. Nova York: Cambridge University Press, 1974.

CALLIARI, Ivo. *D. Jaime Câmara — Diário do IV cardeal arcebispo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1996.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia — A esquerda em armas*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1997.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

____. *Cobras criadas — David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Senac, 2001.

CASTRO, Marcos de. *64 — Conflito Igreja × Estado*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico — A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAVA, Ralph della (org.). *A Igreja em flagrante — Catolicismo e sociedade na imprensa brasileira, 1964-1980. Cadernos do Instituto de Estudos da Religião*, ISER, 17. Ed. espec. Rio de Janeiro: ISER/Marco Zero, 1985.

CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia — Impedimento e morte de um presidente*. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Image, 1970.

____. *A guerra das estrelas (1964/1984) — Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

Chico Buarque — Letra e música. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 2 vols.

COES, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*. Washington: The World Bank, 1995.

COTTA, Pery. *Calandra — O sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

D'AGUIAR, Hernani. *A Revolução por dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

____. *Ato 5 — A verdade tem duas faces*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Guerra no Contestado*. Florianópolis: Insular, 2000.

DÓRIA, Palmério; CARELLI, Vincent; BUARQUE, Sérgio; SAUTCHUK, Jaime. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega, s. d. Coleção História Imediata, vol. 1.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado — Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil — O governo Médici 1969-1974*. São Paulo: Global, 1986.

DULLES, John W. F. *Castello Branco — O caminho para a Presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

____. *Castello Branco, o presidente reformador*. Brasília: Editora UnB, 1983.

____. *Carlos Lacerda — A vida de um lutador*. Vol. 2: *1960-1977*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 2 vols.

ELOYSA, Branca (org.). *Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais — Depoimentos e debates*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FELIPE, Gilvane. "A guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966-1975)". Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), out. 1993 (versão digital).

FON, Antonio Carlos. *Tortura — A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Comitê Brasileiro pela Anistia/Global, 1979.

FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (orgs.). *Um estado em questão — Os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro/Editora FGV/Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, 2001.

GONÇALVES, Vanessa. *Eduardo Leite, Bacuri*. São Paulo: Plena Editorial, 2011.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Cantadas Literárias, nº 18.

História do Estado-Maior do Exército. Trabalho de pesquisa do EME sob coordenação do coronel de artilharia Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

História do Exército brasileiro — Perfil militar de um povo. Brasília/Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército, Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. 3 vols.

HOLLANDA, *Heloisa Buarque de. Impressões de viagem — CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

____; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

KINZO, Maria d'Alva G. *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil — The case of the MDB, 1966-79*. Nova York: St. Martin's Press, 1988.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários — Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

LABAKI, Amir. *1961 — A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAGÔA, Ana. *SNI — Como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, Samarone. *Zé — José Carlos Novais da Mata Machado, uma reportagem*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

MACARINI, José Pedro. "Um estudo da política econômica do 'Milagre' Brasileiro (1969-1973)". Tese de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. *Opinião x Censura — Momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MACIEL, Luiz Carlos. *Negócio seguinte: (Crônicas brasileiras)*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella — O guerrilheiro que incendiou o mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALTA, Maria Helena. *Brasil, um sonho intenso*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas — Uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira — 1968-1978*. 2ª ed. rev. São Paulo: Global, 1980.

MATTOS, Sérgio. *A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)*. Salvador: Editora PAS/Edições Ianamá, 2000.

MIR, Luís. *A revolução impossível — A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1994.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia — Os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil — Uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Alagoas/Sergasa, 1994.

PAIVA, Marcelo. *Não és tu, Brasil*. São Paulo: Mandarim, 1996.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara — Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara — Entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997.

PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1979.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro — A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/DP&A/Faperj, 2001.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

REGO, Norma Pereira. *Pasquim — Gargalhantes pelejas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/RioArte/Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "As organizações comunistas e a luta de classes — 1961-68". Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1987. 4 vols. Manuscrito.

____. *A revolução faltou ao encontro — Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira/MCT/CNPq, 1989.

____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RICHOPO, Neide. “A esquerda no Brasil — Um estudo de caso”. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1987.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp/Fapesp, 1994.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio — Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil — O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SÁ, Glênio. *Araguaia — Relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.

SCARTEZINI, Antonio Carlos. *Segredos de Medici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra — Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHAPIRO, Helen. “A primeira migração das montadoras: 1956-1968”. In ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.). *De JK a FHC — A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. *Movimento comunista brasileiro — Guerrilha do Araguaia — Revanchismo. A grande verdade*. Brasília: Edição do Autor, 2002.

SOUZA, Maurício Maia de. “Henfil e a censura — O papel dos jornalistas”. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, mai. 1999.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo — Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STACCHINI, José. *Março 64 — Mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STEPAN, Alfred. *The military in politics — Changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

____. (ed.). *Authoritarian Brazil — Origins, policies, and future*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1973.

____. (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STUDART, Hugo. *A lei da selva — Estratégia, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta — Romance*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2000.

TRINDADE, Hélgio. “O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista”. In SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*. Brasília: Editora Ser, 2006.

VARGENS, João Baptista M. *Nos bastidores d'O Pasquim*. Rio de Janeiro: GMS, 1999.

VÁRIOS AUTORES. *Versões e ficções — O sequestro da História*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária — Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VENTURA, Zuenir. *1968 — O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35 — Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIDAL, Germano Seidl; REIS, Everaldo de Oliveira; ARRUDA, Antônio de. *Segurança interna — Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra/Delegacia do Estado do Rio de Janeiro, 1971. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos — O povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

WELCH, John H. *Capital markets in the development process — The case of Brazil*. University of Pittsburgh Press, 1993.

GERAL

ABSHIRE, David M. *Preventing World War III — A realistic grand strategy*. Nova York: Harper & Row, 1988.

ALEXANDER, Arthur J. "An economic analysis of security, recovery, and compensation in terrorist kidnapping". In JENKINS, Brian M. (ed.). *Terrorism and personal protection*. Boston: Butterworth Publishers, 1985.

ALLEG, Henri. *The question*. Nova York: George Braziller, 1958.

ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara — A revolutionary life*. Nova York: Grove Press, 1997.

ANSARI, Masud. *International terrorism — Its causes and how to control it*. Washington: Mas-Press, 1988.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém — Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARNS, d. Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

AUSSARESSES, Paul. *Services spéciaux — Algérie, 1955-1957*. Paris: Perrin, 2001.

BAUMGARTNER, José Luiz, *et alii*. *Os desaparecidos — A história da repressão no Uruguai*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

BELL, J. Bowyer. *The Irish troubles — A generation of violence, 1967-1992*. Nova York: St. Martin's Press, 1993.

BOLLARDIÈRE, Jacques Paris de. *Bataille d'Alger, bataille de l'homme*. Paris: Desclée de Brouwer, 1972.

CORNWELL, John. *Hitler's pope — The secret history of Pius XII*. Nova York: Viking, 1999.

COURRIÈRE, Yves. *La Guerre d'Algérie*. Paris: Robert Laffont, 1990. 2 tomos.

CROZIER, Brian. *A theory of conflict*. Nova York: Scribner, 1975.

DAVIS, Nathaniel. *The last two years of Salvador Allende*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

DEMARIS, Ovid. *Brothers in blood — The international terrorist network*. Nova York: Scribner, 1977.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963. 4 vols. Vol. 3: *Os demônios*.

DRURY, Bruce Raymond. "Creating support for an authoritarian regime: the case of Brazil, 1964-70". Ph. D. Thesis, The University of Florida, 1973.

FALCOFF, Mark. *Modern Chile, 1970-1989 — A critical history*. New Brunswick/Londres: Transaction Publishers, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir — História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FURNISS JR., Edgar S. *De Gaulle and the French Army — An appraisal of a civil-military crisis*. Nova York: The Twentieth Century Fund, 1964.

GERAGHTY, Tony. *The Irish War — The hidden conflict between the IRA and British Intelligence*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 2000.

GREEN, James N. *Apesar de vocês — Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos,1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HEBBLETHWAITE, Peter. *Paul VI — The first modern pope*. Nova York: Paulist Press, 1993.

HOFFMAN, Abbie, *et alii*. *The best of Abbie Hoffman*. Nova York: Four Walls Eight Windows, 1989.

HORNE, Alistair. *Histoire de la Guerre d'Algérie*. Paris: Albin Michel, 1980.

JAMIESON, Alison. *The heart attacked — Terrorism and conflict in the Italian State*. Londres/Nova York: M. Boyars, 1989.

JENKINS, Brian M. (ed.). *Terrorism and personal protection*. Boston: Butterworth Publishers, 1985.

____; JOHNSON, Janera, *International Terrorism: a Chronology, 1968-1974*. Santa Mônica: Rand Corporation, mar. 1975.

JUDIS, John B. *The paradox of American democracy — Elites, special interests, and the betrayal of the public trust*. Nova York: Pantheon Books, 2000.

KATZ, Robert. *Death in Rome*. Nova York: MacMillan, 1967.

KERAMANE, Hafid. *La pacification*. Lausanne: La Cité, 1960.

LACOUTURE, Jean. *De Gaulle — The ruler — 1945-1970*. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 1992.

LAQUEUR, Walter. *The age of terrorism*. Boston/Toronto: Little, Brown and Company, 1987.

LARSEN, Egon. *A flame in barbed wire — The story of Amnesty International*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1979.

MARCHETTI, Victor; MARKS, John D. *A CIA e o culto da inteligência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

MASSU, Jacques. *La vraie Bataille d'Alger*. Paris: Plon, 1971.

____. *Le torrent et la digue — Alger du 13 Mai aux barricades*. Paris: Plon, 1972.

MAXWELL, Kenneth. *The making of Portuguese democracy*. Cambridge/Nova York/Melbourne: Cambridge University Press, 1995.

MCGIRR, Lisa. *Suburban warriors — The origins of the New American Right*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2001.

MONTAGNON, Pierre. *La Guerre d'Algérie — Genèse et engrenage d'une tragédie*. Paris: Pygmalion/Gérard Watelet, 1984.

MOSS, David. *The politics of left-wing violence in Italy, 1969-85*. Nova York: St. Martin's Press, 1989.

NAFFAH NETO, Alfredo. *Poder, vida e morte na situação de tortura — Esboço de uma fenomenologia do terror*. São Paulo: Hucitec, 1985.

"*OAS parle*". Paris: René Julliard, 1964. Collection Archives Julliard nº 10.

PETERS, Edward. *Torture*. Nova York/Oxford: Basil Blackwell, 1985.

PETRAS, James; MORLEY, Morris. *The United States and Chile — Imperialism and the overthrow of the Allende government*. Nova York/Londres: Monthly Review Press, 1975.

PINTO, Ana Estela de Souza. *Folha*. São Paulo: Publifolha, 2012.

PORZECANSKI, Arturo C. *Uruguay's Tupamaros — The urban guerrilla*. Nova York: Praeger, 1973.

POST, Jerrold M. "Terrorist psycho-logic — Terrorist behavior as a product of psychological forces". In REICH, Walter (ed.). *Origins of terrorism*. Cambridge/Nova York: Woodrow Wilson International Center for Scholars and Cambridge University Press, 1990.

POWERS, Thomas. *The man who kept the secrets — Richard Helms and the CIA*. Nova York: Pocket Books, s. d.

REICH, Walter (ed.). *Origins of terrorism*. Cambridge/Nova York: Woodrow Wilson International Center for Scholars and Cambridge University Press, 1990.

ROJO, Ricardo. *Meu amigo Che*. São Paulo: Traço Editora, s. d.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In ALLEG, Henri. *The question*. Nova York: George Braziller, 1958.

SCARRY, Elaine. *The body in pain — The making and the unmaking of the world*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1985.

SCHMITTER, Philippe. "The 'Portugalization' of Brazil?". In STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil — Origins, policies, and future*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1973.

SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy toward Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

STERLING, Claire. *The terror network*. Nova York: Berkley Books, 1981.

THOMPSON, Leroy. *The rescuers — The world's top anti-terrorist units*. Nova York: Dell Publishing, 1986.

TRINQUIER, Roger. *La guerre*. Paris: Albin Michel, 1980.

VERBITSKY, Horacio. *El vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *La torture dans la République*. Paris: La Découverte/Maspero, 1983. PCM (Petite Collection Maspero), nº 143.

____. *Face à la raison d'État — Un historien dans la Guerre d'Algérie*. Paris: La Découverte, 1989.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo — O acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WILKINSON, Paul. *Terrorism and the Liberal State*. 2ª ed. rev., ampliada e atualizada. Nova York: New York University Press, 1986.

WITTE, Ludo de. *The assassination of Lumumba*. Londres/Nova York: Verso, 2001.

WOODHOUSE, C. M. *The rise and fall of the Greek colonels*. Nova York: Watts, 1985.

WRIGHT, Thomas C. *Latin America in the era of the Cuban Revolution*. Nova York/Londres: Praeger, 1991.

INTERNET*

Terrorismo nunca mais, Ternuma — <http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php>

The National Security Archive — <http://www.gwu.edu/~nsarchiv>

School of the Americas Watch — <http://www.soaw.org>

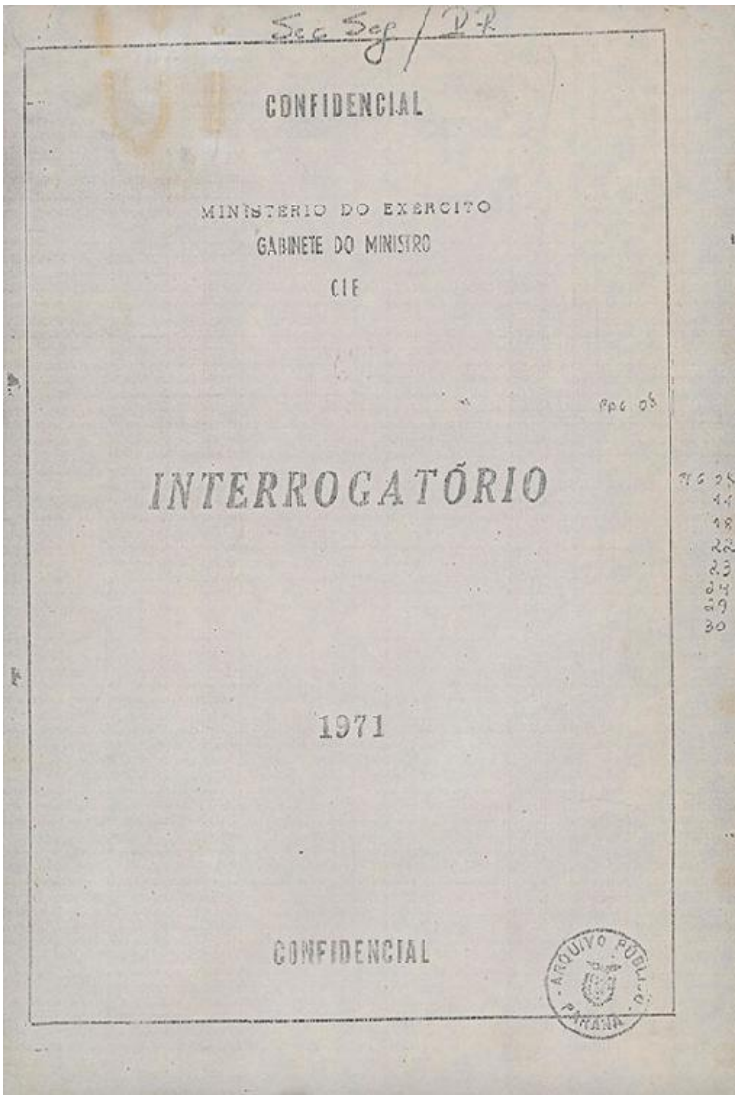
Centro de Documentação Eremias Delizoicov — <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>

PINHEIRO, coronel Álvaro de Souza. "Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro". *Military Review* (ed. brasileira), jan.-mar. 1995 — <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/1995/2tri95/ppinheiro.html>

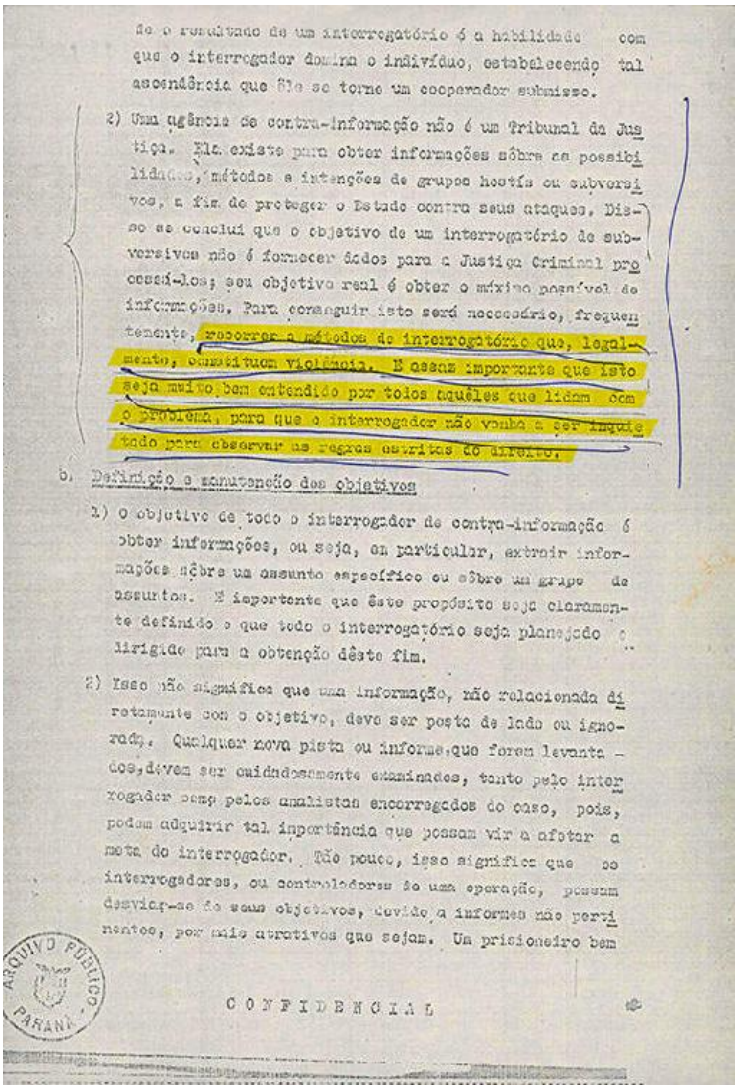
* Até junho de 2013 verificou-se o acesso aos sítios mencionados.

Apostila intitulada *Interrogatório*, do Centro de Informações do Exército

[O trecho mencionado está na página 2]



[Voltar] | [Transcrição]



do o resultado de um interrogatório é a habilidade com que o interrogador domina o indivíduo, estabelecendo tal ascendência que êle se torne um cooperador submisso.

2) Uma agência de contra-informação não é um Tribunal de Justiça. Ela existe para obter informações sôbre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a Justiça Criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isto será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isto seja muito bem entendido por todos aquêles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras escritas do direito.

b. Definição e manutenção dos objetivos

1) O objetivo de todo o interrogador de contra-informação é obter informações, ou seja, em particular, extrair informações sôbre um assunto específico ou sôbre um grupo de assuntos. É importante que êste propósito seja claramente definido e que todo o interrogatório seja planejado e dirigido para a obtenção dêste fim.

2) Isso não significa que uma informação, não relacionada diretamente com o objetivo, deva ser posta de lado ou ignorada. Qualquer nova pista ou informe que forem levantados, devem ser cuidadosamente examinados, tanto pelo interrogador como pelos analistas encarregados do caso, pois, podem adquirir tal importância que possam vir a afetar a meta do interrogador. Tão pouco, isso significa que os interrogadores, ou controladores de uma operação, possam desviar-se de seus objetivos, devido a informes não pertinentes, por mais atrativos que sejam. Um prisioneiro bem

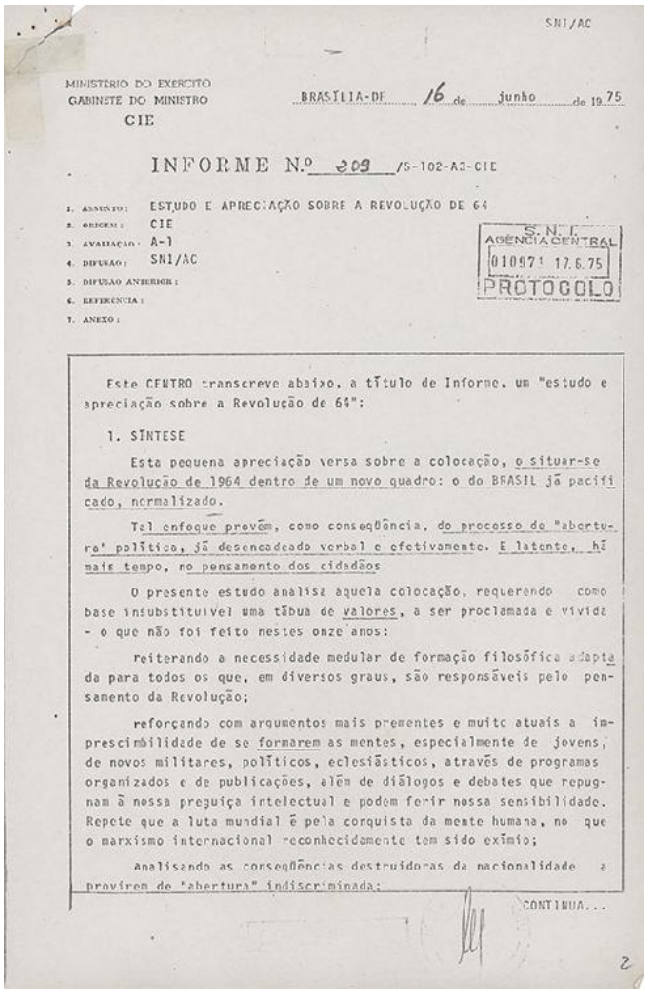
ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 1964, do Centro de Informações do Exército

[Os trechos mencionados estão nas páginas 4 e 5]



SNI/AC

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA-DF 16 de junho de 1975

INFORME Nº 209 /S-102-A2-CIE

1. ASSUNTO: ESTUDO E APRECIAÇÃO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 64
2. ORIGEM: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-1
4. DIFUSÃO: SNI/AC
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERÊNCIA:
7. ANEXO:

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
010971 17.6.75
PROTOCOLO

Este CENTRO transcreve abaixo, a título de Informe, um "estudo e apreciação sobre a Revolução de 64":

1. SÍNTESE

Esta pequena apreciação versa sobre a colocação, o situar-se da Revolução de 1964 dentro de um novo quadro: o do BRASIL já pacificado, normalizado.

Tal enfoque provém, como conseqüência, do processo de "abertura" político, já desencadeado verbal e efetivamente. É latente, há mais tempo, no pensamento dos cidadãos

O presente estudo analisa aquela colocação, requerendo como base insubstituível uma tábua de valores, a ser proclamada e vivida - o que não foi feito nestes onze anos:

reiterando a necessidade medular de formação filosófica adaptada para todos os que, em diversos graus, são responsáveis pelo pensamento da Revolução;

reforçando com argumentos mais prementes e muito atuais a imprescindibilidade de se formarem as mentes, especialmente de jovens, de novos militares, políticos, eclesiásticos, através de programas organizados e de publicações, além de diálogos e debates que repugnam à nossa preguiça intelectual e podem ferir nossa sensibilidade. Repete que a luta mundial é pela conquista da mente humana, no que o marxismo internacional reconhecidamente tem sido exímio;

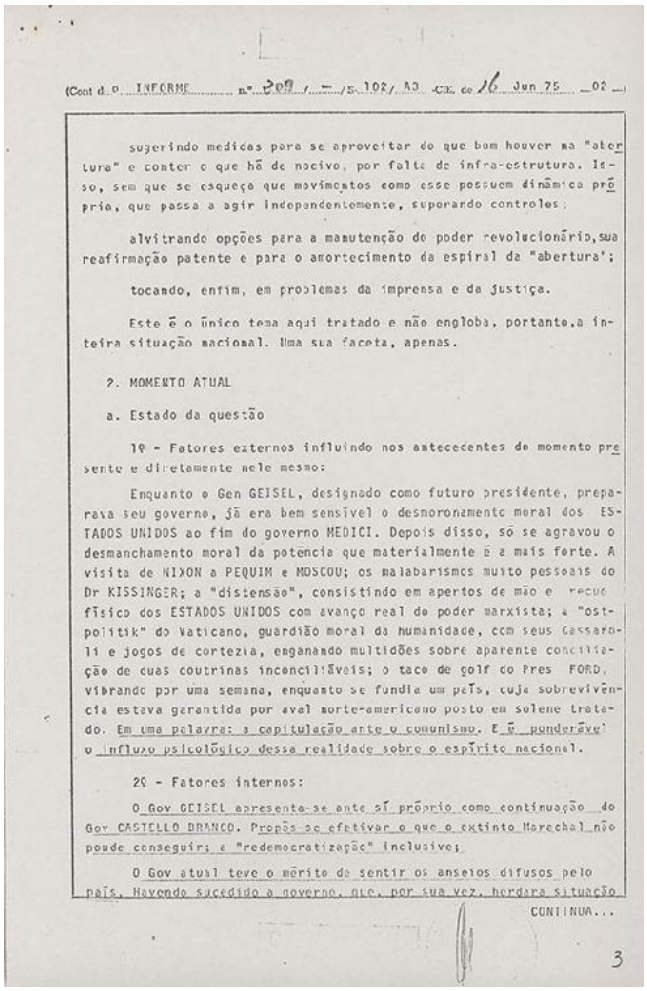
Analisando as conseqüências destruidoras da nacionalidade a provirem da "abertura" indiscriminada;

CONTINUA...

2

Página 1 de 19

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont d.º INFORME nº 209/-/S.102/AJ-CIE, de 16 Jun 75 - 02 -)

sugerindo medidas para se aproveitar do que bom houver na "abertura" e conter o que há de nocivo, por falta de infra-estrutura. Isso, sem que se esqueça que movimentos como esse possuem dinâmica própria, que passa a agir independentemente, suporando controles;

alvitrando opções para a manutenção do poder revolucionário, sua reafirmação patente e para o amortecimento da espiral da "abertura";

tocando, enfim, em problemas da imprensa e da justiça.

Este é o único tema aqui tratado e não engloba, portanto, a inteira situação nacional. Uma sua faceta, apenas.

2. MOMENTO ATUAL

a. Estado da questão

1º - Fatores externos influindo nos antecedentes do momento presente e diretamente nele mesmo:

Enquanto o Gen GEISEL, designado como futuro presidente, preparava seu governo, já era bem sensível o desmoronamento moral dos ESTADOS UNIDOS ao fim do governo MEDICI. Depois disso, só se agravou o desmanchamento moral da potência que materialmente é a mais forte. A visita de NIXON a PEQUIM e MOSCOU; os malabarismos muito pessoais do Dr KISSINGER; a "distensão", consistindo em apertos de mão e recuo físico dos ESTADOS UNIDOS com avanço real do poder marxista; a "ost-politik" do Vaticano, guardião moral da humanidade, com seus Cassaroli e jogos de cortezia, enganando multidões sobre aparente conciliação de cuas coutrinas inconciliáveis; o taco de golf co Pres FORD, vibrando por uma semana, enquanto se fundia um país, cuja sobrevivência estava garantida por aval norte-americano posto em solene tratado. Em uma palavra: a capitulação ante o comunismo. É ponderável o influxo psicológico dessa realidade sobre o espírito nacional.

2º - Fatores internos:

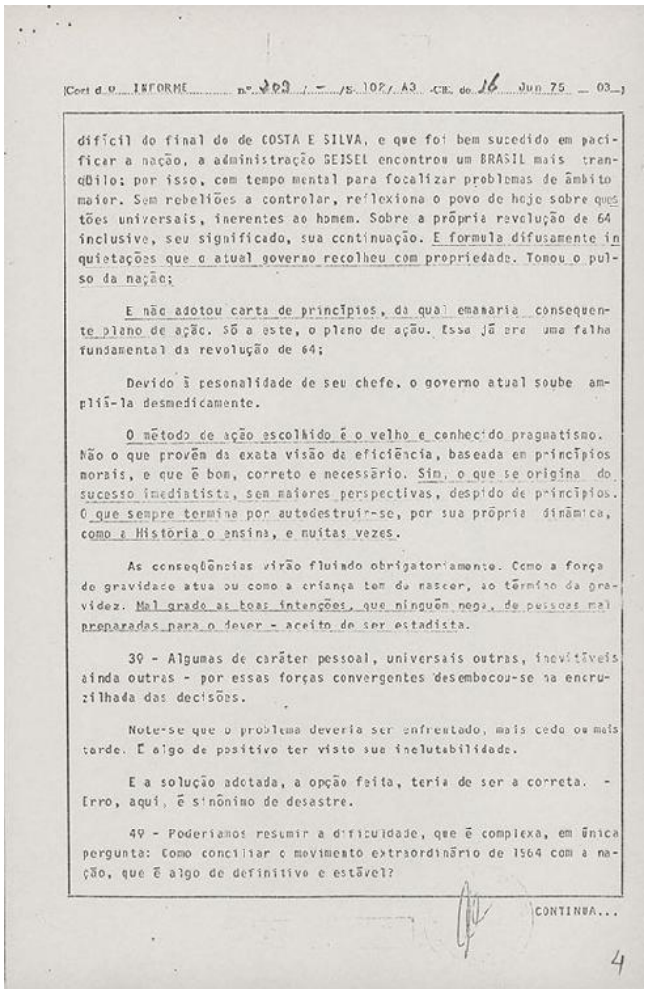
O Gov GEISEL apresenta-se ante si próprio como continuação do Gov CASTELLO BRANCO. Propôs se efetivar o que o extinto Marechal não pode conseguir; e "redemocratização" inclusive;

O Gov atual teve o mérito de sentir os anseios difusos pelo país. Havendo sucedido a governo, que, por sua vez, herdara situação

CONTINUA...

3

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont d o INFORME nº 209 /- /S 102/ A3 -CH. de 16 Jun 75 - 03-)

difícil do final de de COSTA E SILVA, e que foi bem sucedido em pacificar a nação, a administração GEISEL encontrou um BRASIL mais tranqüilo; por isso, com tempo mental para focalizar problemas de âmbito maior. Sem rebeliões a controlar, reflexiona o povo de hoje sobre questões universais, inerentes ao homem. Sobre a própria revolução de 64 inclusive, seu significado, sua continuação. E formula difusamente inquietações que o atual governo recolheu com propriedade. Tomou o pulso da nação;

E não adotou carta de princípios, da qual emanaria conseqüente plano de ação. Só a este, o plano de ação. Essa já era uma falha fundamental da revolução de 64;

Devido à personalidade de seu chefe, o governo atual soube ampliá-la desmedicamente.

O método de ação escolhido é o velho e conhecido pragmatismo. Não o que provém da exata visão de eficiência, baseada em princípios morais, e que é bom, correto e necessário. Sim, o que se origina do sucesso imediatista, sem maiores perspectivas, despido de princípios. O que sempre termina por autodestruir-se, por sua própria dinâmica, como a História o ensina, e muitas vezes.

As conseqüências virão fluindo obrigatoriamente. Como a força de gravidade atua ou como a criança tem de nascer, ao término da gravidez. Mal grado as boas intenções, que ninguém nega, de pessoas mal preparadas para o dever - aceito de ser estadista.

3º - Algumas de caráter pessoal, universais outras, inevitáveis ainda outras - por essas forças convergentes desembocou-se na encruzilhada das decisões.

Note-se que o problema deveria ser enfrentado, mais cedo ou mais tarde. É algo de positivo ter visto sua inelutabilidade.

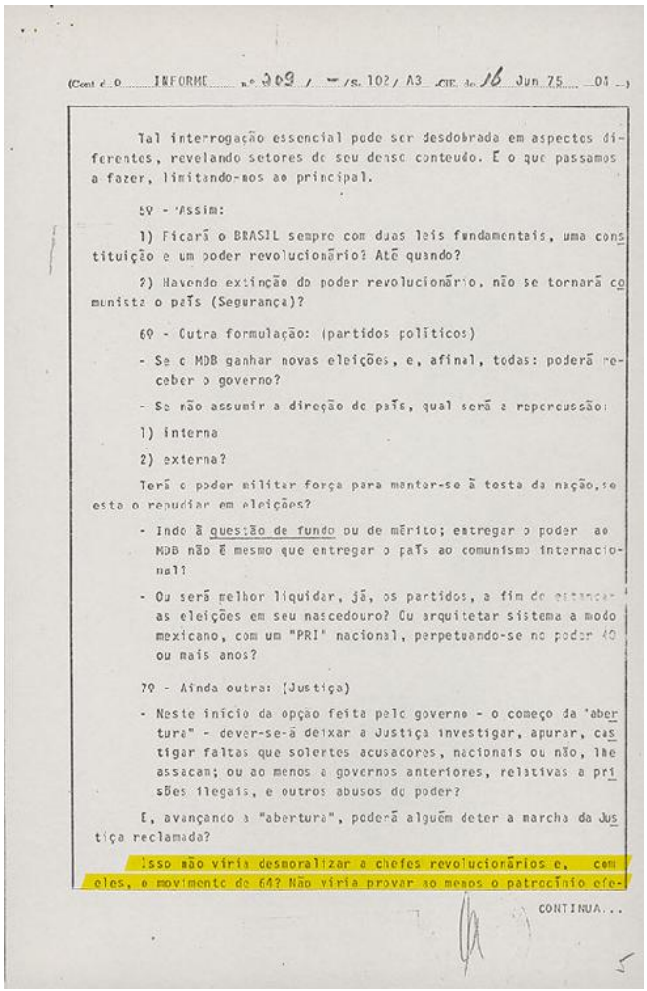
E a solução adotada, a opção feita, teria de ser a correta. - Erro, aqui, é sinônimo de desastre.

4º - Poderíamos resumir a dificuldade, que é complexa, em única pergunta: Como conciliar o movimento extraordinário de 1964 com a nação, que é algo de definitivo e estável?

CONTINUA...

4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont. d o INFORME nº 209 / - /s. 102 / A3 CIE. de 16 Jun 75 04)

Tal interrogação essencial pode ser desdobrada em aspectos diferentes, revelando setores de seu denso conteúdo. É o que passamos a fazer, limitando-nos ao principal.

5º - Assim:

1) Ficará o BRASIL sempre com duas leis fundamentais, uma constituição e um poder revolucionário? Até quando?

2) Havendo extinção do poder revolucionário, não se tornará comunista o país (Segurança)?

6º - Outra formulação: (partidos políticos)

- Se o MDB ganhar novas eleições, e, afinal, todas: poderá receber o governo?

- Se não assumir a direção do país, qual será a repercussão:

1) interna

2) externa?

Terá o poder militar força para manter-se à testa da nação, se esta o repudiar em eleições?

- Indo à questão de fundo ou de mérito; entregar o poder ao MDB não é mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?

- Ou será melhor liquidar, já, os partidos, a fim de estancar as eleições em seu nascedouro? Ou arquitetar sistema a modo mexicano, com um "PRI" nacional, perpetuando-se no poder 40 ou mais anos?

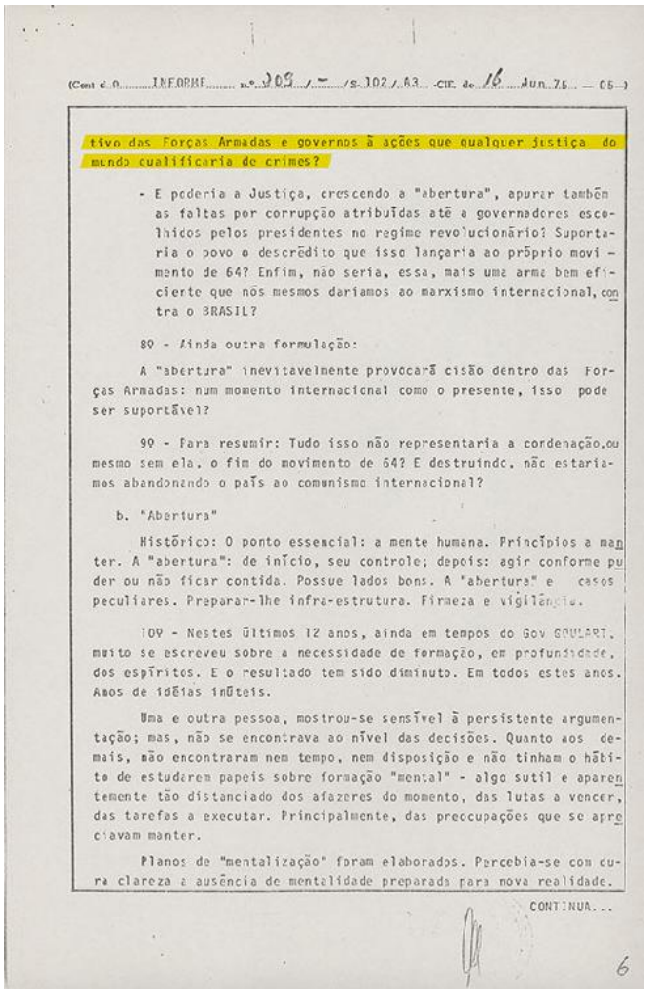
7º - Ainda outra: (Justiça)

- Neste início da opção feita pelo governo - o começo da "abertura" - dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que solertes acusadores, nacionais ou não, lhe assacam; ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais, e outros abusos do poder?

E, avançando a "abertura", poderá alguém deter a marcha da Justiça reclamada?

Isso não viria desmoralizar a chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 64? Não viria provar ao menos o patrocínio efe-

CONTINUA...



(Cont. d. INFORME nº 209/7-S-102/A3-CIE de 16 Jun 75 - (5))

tivo das Forças Armadas e governos à ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes?

- E poderia a Justiça, crescendo a "abertura", apurar também as faltas por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos pelos presidentes no regime revolucionário? Suportaria o povo o descrédito que isso lançaria ao próprio movimento de 64? Enfim, não seria, essa, mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional, contra o BRASIL?

8º - Ainda outra formulação:

A "abertura" inevitavelmente provocará cisão dentro das Forças Armadas: num momento internacional como o presente, isso pode ser suportável?

9º - Para resumir: Tudo isso não representaria a condenação,ou mesmo sem ela, o fim do movimento de 64? E destruindo, não estaríamos abandonando o país ao comunismo internacional?

b. "Abertura"

Histórico: O ponto essencial: a mente humana. Princípios a manter. A "abertura": de início, seu controle; depois: agir conforme puder ou não ficar contida. Possue lados bons. A "abertura" e casos peculiares. Preparar-lhe infra-estrutura. Firmeza e vigilância.

10º - Nestes últimos 12 anos, ainda em tempos do Gov GOULART, muito se escreveu sobre a necessidade de formação, em profundidade, dos espíritos. E o resultado tem sido diminuto. Em todos estes anos. Anos de idéias inúteis.

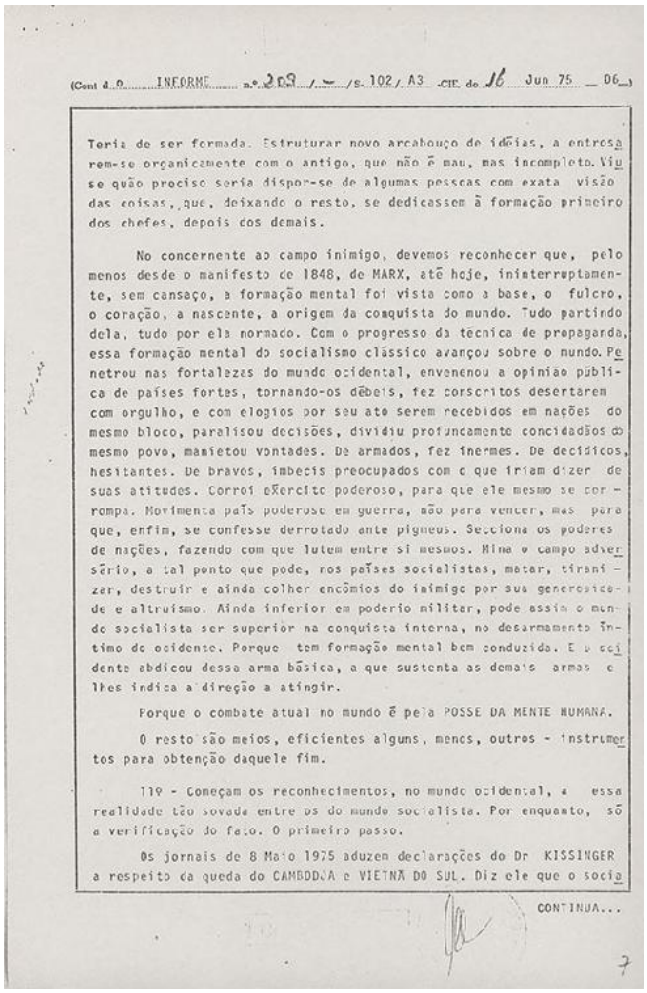
Uma e outra pessoa, mostrou-se sensível à persistente argumentação; mas, não se encontrava ao nível das decisões. Quanto aos demais, não encontraram nem tempo, nem disposição e não tinham o hábito de estuderem papeis sobre formação "mental" - algo sutil e aparentemente tão distanciado dos afazeres do momento, das lutas a vencer, das tarefas a executar. Principalmente, das preccupações que se apreciavam manter.

Planos de "mentalização" foram elaborados. Percebia-se com cura clareza a ausência de mentalidade preparada para nova realidade.

CONTINUA...

6

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont à O INFORME nº 209 / - /S. 102 / A3 - CIE de 16 Jun 75 - 06)

Teria de ser formada. Estruturar novo arcabouço de idéias, a entrosarem-se organicamente com o antigo, que não é mau, mas incompleto. Viu-se quão preciso seria dispor-se de algumas pessoas com exata visão das coisas, que, deixando o resto, se dedicassem à formação primeiro dos chefes, depois dos demais.

No concernente ao campo inimigo, devemos reconhecer que, pelo menos desde o manifesto de 1848, de MARX, até hoje, ininterruptamente, sem cansaço, a formação mental foi vista como a base, o fulcro, o coração, a nascente, a origem da conquista do mundo. Tudo partindo dela, tudo por ela norteado. Com o progresso da técnica de propaganda, essa formação mental do socialismo clássico avançou sobre o mundo. Penetrou nas fortalezas do mundo ocidental, envenenou a opinião pública de países fortes, tornando-os débeis, fez proscritos desertarem com orgulho, e com elogios por seu ato serem recebidos em nações do mesmo bloco, paralisou decisões, dividiu profundamente concidadãos do mesmo povo, manietou vontades. De armados, fez inermes. De decididos, hesitantes. De bravos, imbecis preocupados com o que iriam dizer de suas atitudes. Corroi exército poderoso, para que ele mesmo se corrompa. Movimenta país poderoso em guerra, não para vencer, mas para que, enfim, se confesse derrotado ante pigmeus. Seciona os poderes de nações, fazendo com que lutem entre si mesmos. Mina o campo adversário, a tal ponto que pode, nos países socialistas, matar, tiranizar, destruir e ainda colher encômios do inimigo por sua generosidade e altruísmo. Ainda inferior em poderio militar, pode assim o mundo socialista ser superior na conquista interna, no desarmamento íntimo do ocidente. Porque tem formação mental bem conduzida. E o ocidente abdicou dessa arma básica, a que sustenta as demais armas e lhes indica a direção a atingir.

Porque o combate atual no mundo é pela POSSE DA MENTE HUMANA.

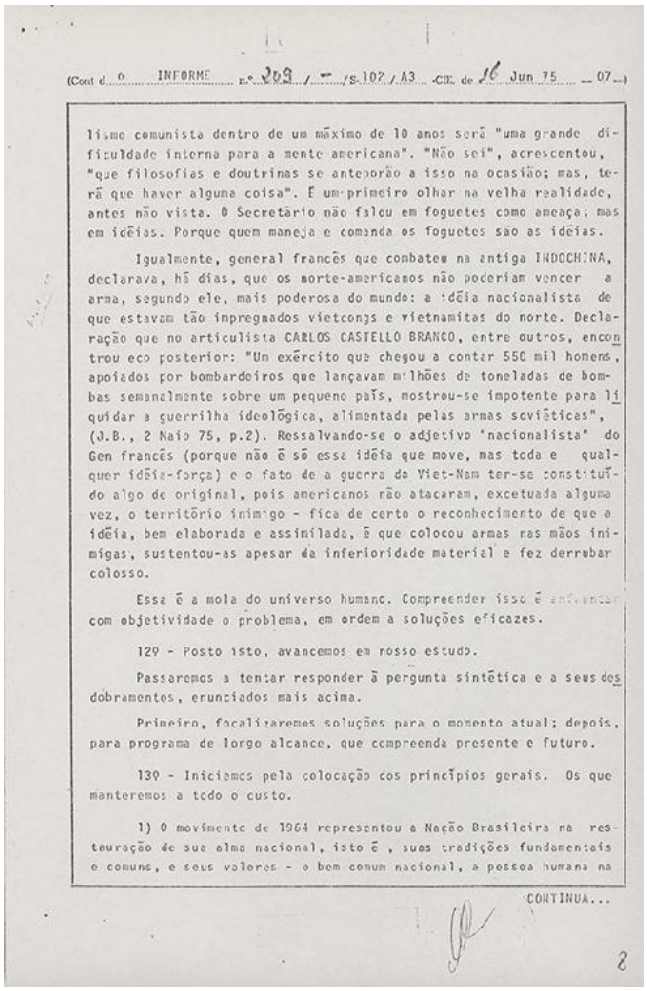
O resto são meios, eficientes alguns, menos, outros - instrumentos para obtenção daquele fim.

119 - Começam os reconhecimentos, no mundo ocidental, a essa realidade tão sovada entre os do mundo socialista. Por enquanto, só a verificação do fato. O primeiro passo.

Os jornais de 8 Maio 1975 aduzem declarações do Dr KISSINGER a respeito da queda do CAMBODJA e VIETNÃ DO SUL. Diz ele que o socio

CONTINUA...

7



(Cont d. 0 INFORME nº 209 / - /S-102/A3 -CIE. de 16 Jun 75 - 07 -)

lismo comunista dentro de um máximo de 10 anos será "uma grande dificuldade interna para a mente americana". "Não sei", acrescentou, "que filosofias e doutrinas se anteporão a isso na ocasião; mas, terá que haver alguna coisa". É um primeiro olhar na velha realidade, antes não vista. O Secretário não falou em foguetes como ameaça; mas em idéias. Porque quem maneja e comanda os foguetes são as idéias.

Igualmente, general francês que combateu na antiga INDOCHINA, declarava, há dias, que os norte-americanos não poderiam vencer a arma, segundo ele, mais poderosa do mundo: a idéia nacionalista de que estavam tão impregnados vietcongs e vietnamitas do norte. Declaração que no articulista CARLOS CASTELLO BRANCO, entre outros, encontrou eco posterior: "Um exército que chegou a contar 550 mil homens, apoiados por bombardeiros que lançavam milhões de toneladas de bombas semanalmente sobre um pequeno país, mostrou-se impotente para liquidar a guerrilha ideológica, alimentada pelas armas soviéticas", (J.B., 2 Maio 75, p.2). Ressalvando-se o adjetivo 'nacionalista' do Gen francês (porque não é só essa idéia que move, mas toda e qualquer idéia-força) e o fato de a guerra do Viet-Nam ter-se constituído algo de original, pois americanos não atacaram, excetuada alguma vez, o território inimigo - fica de certo o reconhecimento de que a idéia, bem elaborada e assimilada, é que colocou armas nas mãos inimigas, sustentou-as apesar da inferioridade material e fez derrubar colosso.

Essa é a mola do universo humano. Compreender isso é enfrentar com objetividade o problema, em ordem a soluções eficazes.

129 - Posto isto, avancemos em nosso estudo.

Passaremos a tentar responder à pergunta sintética e a seus desdobramentos, enunciados mais acima.

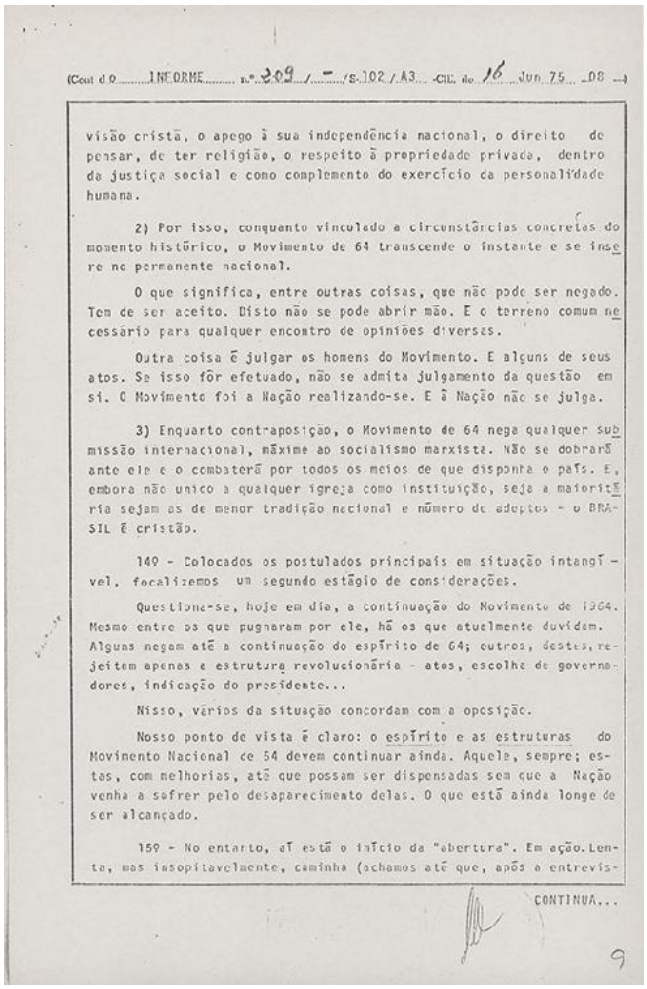
Primeiro, focalizaremos soluções para o momento atual; depois, para programa de largo alcance, que compreenda presente e futuro.

139 - Iniciemos pela colocação dos princípios gerais. Os que manteremos a todo o custo.

1) O movimento de 1964 representou a Nação Brasileira na restauração de sua alma nacional, isto é, suas tradições fundamentais e comuns, e seus valores - o bem comum nacional, a pessoa humana na

CONTINUA...

8



(Cont d.º INFORME nº 209 / - /S-102/A3 -CIE. de 16 Jun 75 -DS -)

visão cristã, o apego à sua independência nacional, o direito de pensar, de ter religião, o respeito à propriedade privada, dentro da justiça social e como complemento do exercício da personalidade humana.

2) Por isso, enquanto vinculado a circunstâncias concretas do momento histórico, o Movimento de 64 transcende o instante e se insere no permanente nacional.

O que significa, entre outras coisas, que não pode ser negado. Tem de ser aceito. Disto não se pode abrir mão. É o terreno comum necessário para qualquer encontro de opiniões diversas.

Outra coisa é julgar os homens do Movimento. E alguns de seus atos. Se isso for efetuado, não se admita julgamento da questão em si. O Movimento foi a Nação realizando-se. E a Nação não se julga.

3) Enquanto contraposição, o Movimento de 64 nega qualquer submissão internacional, máxime ao socialismo marxista. Não se dobrará ante ele e o combaterá por todos os meios de que disponha o país. E, embora não único a qualquer igreja como instituição, seja a maioritária sejam as de menor tradição nacional e número de adeptos - o BRASIL É cristão.

14º - Colocados os postulados principais em situação intangível - vel, focalizemos um segundo estágio de considerações.

Questiona-se, hoje em dia, a continuação do Movimento de 1964. Mesmo entre os que pugnaram por ele, há os que atualmente duvidam. Alguns negam até a continuação do espírito de 64; outros, destes, rejeitam apenas a estrutura revolucionária - atos, escolha de governadores, indicação do presidente...

Nisso, vários da situação concordam com a oposição.

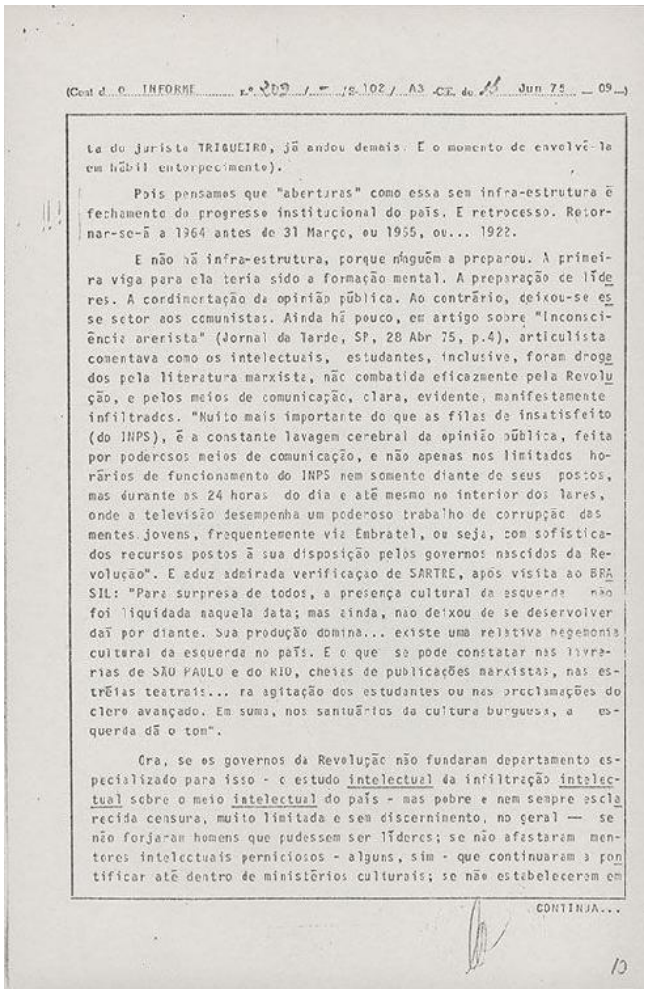
Nosso ponto de vista é claro: o espírito e as estruturas do Movimento Nacional de 64 devem continuar ainda. Aquele, sempre; estas, com melhorias, até que possam ser dispensadas sem que a Nação venha a sofrer pelo desaparecimento delas. O que está ainda longe de ser alcançado.

15º - No entanto, aí está o início da "abertura". Em ação. Lenta, mas insopitavelmente, caminha (achamos até que, após o entrevis-

CONTINUA...

9

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont d... 0 INFORME ... nº 209 / ... /S 102 / A3 -CE- de 11 Jun 75 ... 09...)

ta do jurista TRIGUEIRO, já andou demais. É o momento de envolvê-la em hábil entorpecimento).

Pois pensamos que "aberturas" como essa sem infra-estrutura é fechamento do progresso institucional do país. É retrocesso. Retornar-se-á a 1964 antes de 31 Março, ou 1955, ou... 1922.

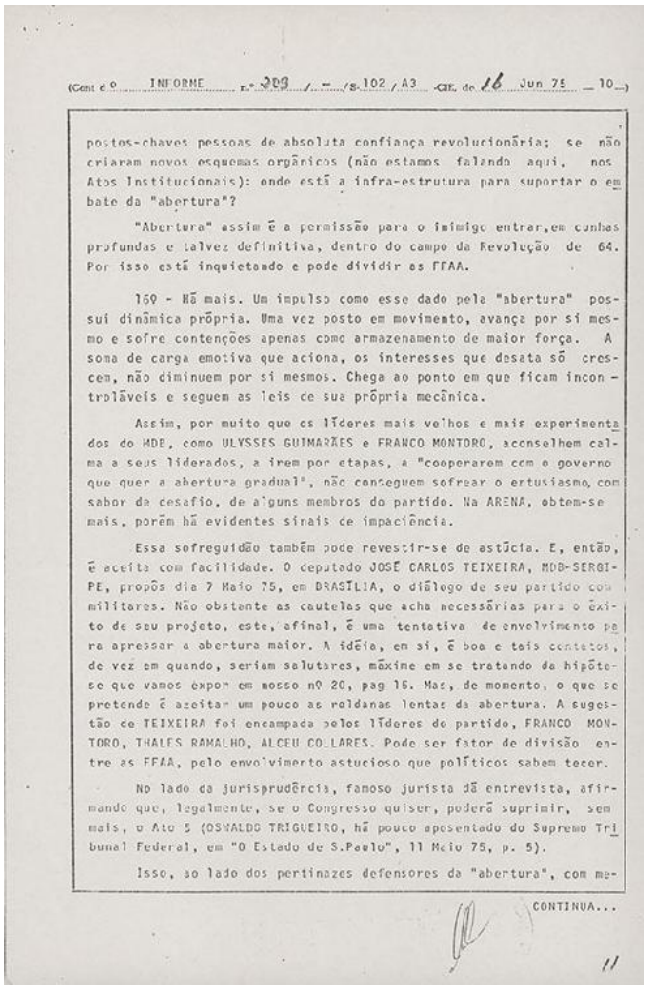
E não há infra-estrutura, porque ninguém a preparou. A primeira viga para ela teria sido a formação mental. A preparação de líderes. A cordinertação da opinião pública. Ao contrário, deixou-se esse setor aos comunistas. Ainda há pouco, em artigo sobre "Inconsciência arerista" (Jornal da Tarde, SP, 28 Abr 75, p.4), articulista comentava como os intelectuais, estudantes, inclusive, foram drogados pela literatura marxista, não combatida eficazmente pela Revolução, e pelos meios de comunicação, clara, evidente, manifestamente infiltrados. "Muito mais importante do que as filas de insatisfeito (do INPS), é a constante lavagem cerebral da opinião pública, feita por poderosos meios de comunicação, e não apenas nos limitados horários de funcionamento do INPS nem somente diante de seus postos, mas durante as 24 horas do dia e até mesmo no interior dos lares, onde a televisão desempenha um poderoso trabalho de corrupção das mentes jovens, frequentemente via Embratel, ou seja, com sofisticados recursos postos à sua disposição pelos governos nascidos da Revolução". E aduz admirada verificação de SARTRE, após visita ao BRASIL: "Para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data; mas ainda, não deixou de se desenvolver daí por diante. Sua produção domina... existe uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país. É o que se pode constatar nas livrarias de SÃO PAULO e do RIO, cheias de publicações marxistas, nas estréias teatrais... na agitação dos estudantes ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa, a esquerda dá o tom".

Ora, se os governos da Revolução não fundaram departamento especializado para isso - o estudo intelectual da infiltração intelectual sobre o meio intelectual do país - mas pobre e nem sempre esclarecida censura, muito limitada e sem discerninento, no geral — se não forjaram homens que pudessem ser líderes; se não afastaram mentores intelectuais perniciosos - alguns, sim - que continuaram a pontificar até dentro de ministérios culturais; se não estabeleceram em

CONTINUA...

10

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont é o INFORME nº 209 /- -/S-102/A3 -GE, de 16 Jun 75 - 10 -)

postos-chaves pessoas de absoluta confiança revolucionária; se não criaram novos esquemas orgânicos (não estamos falando aqui, nos Atos Institucionais): onde está a infra-estrutura para suportar o embate da "abertura"?

"Abertura" assim é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitiva, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as FFAA.

16º - Há mais. Um impulso como esse dado pela "abertura" possui dinâmica própria. Uma vez posto em movimento, avança por si mesmo e sofre contenções apenas como armazenamento de maior força. A soma de carga emotiva que aciona, os interesses que desata só crescem, não diminuem por si mesmos. Chega ao ponto em que ficam incontrolâveis e seguem as leis de sua própria mecânica.

Assim, por muito que os líderes mais velhos e mais experimentados do MDB, como ULYSSES GUIMARÃES e FRANCO MONTORO, aconselhem calma a seus liderados, a irem por etapas, a "cooperarem com o governo que quer a abertura gradual", não conseguem sofrear o entusiasmo, com sabor de desafio, de alguns membros do partido. Na ARENA, obtem-se mais, porém há evidentes sinais de impaciência.

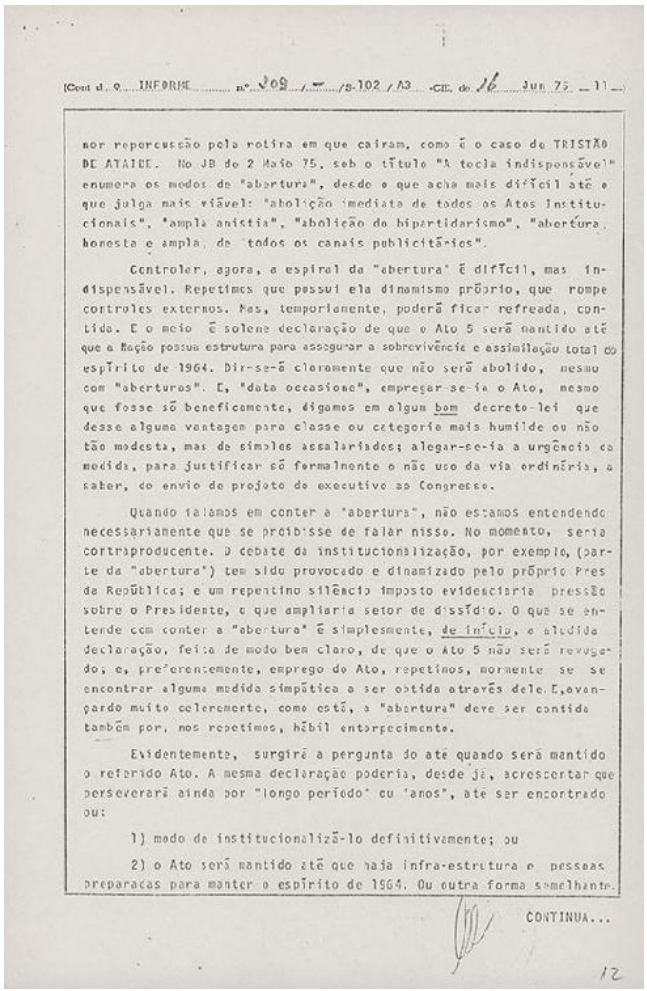
Essa sofreguidão também pode revestir-se de astúcia. E, então, é aceita com facilidade. O deputado JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, MDB-SERGIPE, propôs dia 7 Maio 75, em BRASÍLIA, o diálogo de seu partido com militares. Não obstante as cautelas que acha necessárias para o êxito de seu projeto, este, afinal, é uma tentativa de envolvimento para apressar a abertura maior. A idéia, em si, é boa e tais contatos, de vez em quando, seriam salutares, máxime em se tratando da hipótese que vamos expor em nosso nº 20, pag 16. Mas, de momento, o que se pretende é aceitar um pouco as roldanas lentas da abertura. A sugestão de TEIXEIRA foi encampada pelos líderes do partido, FRANCO MONTORO, THALES RAMALHO, ALCEU COLLARES. Pode ser fator de divisão entre as FFAA, pelo envolvimento astucioso que políticos sabem tecer.

No lado da jurisprudência, famoso jurista dá entrevista, afirmando que, legalmente, se o Congresso quiser, poderá suprimir, sem mais, o Ato 5 (OSWALDO TRIGUEIRO, há pouco aposentado do Supremo Tribunal Federal, em "O Estado de S.Paulo", 11 Maio 75, p. 5).

Isso, ao lado dos pertinazes defensores da "abertura", com me-

CONTINUA...

11



(Cont d. o INFORME nº 209 /- /S-102 /A3 -CIE, de 16 Jun 75 - 11 -)

nor repercussão pela rotina em que caíram, como é o caso de TRISTÃO DE ATAIDE. No JB de 2 Maio 75, sob o título "A tecla indispensável" enumera os modos de "abertura", desde o que acha mais difícil até o que julga mais viável: "abolição imediata de todos os Atos Institucionais", "ampla anistia", "abolição do bipartidarismo", "abertura honesta e ampla, de todos os canais publicitários".

Controlar, agora, a espiral da "abertura" é difícil, mas indispensável. Repetimos que possui ela dinamismo próprio, que rompe controles externos. Mas, temporiamente, poderá ficar refreada, contida. E o meio é solene declaração de que o Ato 5 será mantido até que a Nação possua estrutura para assegurar a sobrevivência e assimilação total do espírito de 1964. Dir-se-á claramente que não será abolido, mesmo com "aberturas". E, "data occasione", empregar-se-ia o Ato, mesmo que fosse só beneficamente, digamos em algum bom decreto-lei que desse alguma vantagem para classe ou categoria mais humilde ou não tão modesta, mas de simples assalariados; alegar-se-ia a urgência da medida, para justificar só formalmente o não uso da via ordinária, a saber, do envio de projeto do executivo ao Congresso.

Quando falamos em conter a "abertura", não estamos entendendo necessariamente que se proibisse de falar nisso. No momento, seria contraproducente. O debate da institucionalização, por exemplo, (parte da "abertura") tem sido provocado e dinamizado pelo próprio Pres da República; e um repentino silêncio imposto evidenciaria pressão sobre o Presidente, e que ampliaria setor de dissídio. O que se entende com conter a "abertura" é simplesmente, de início, a aludida declaração, feita de modo bem claro, de que o Ato 5 não será revogado; e, preferentemente, emprego do Ato, repetimos, mormente se se encontrar alguma medida simpática a ser obtida através dele. E,avançado muito celeremente, como está, a "abertura" deve ser contida também por, nos repetimos, hábil entorpecimento.

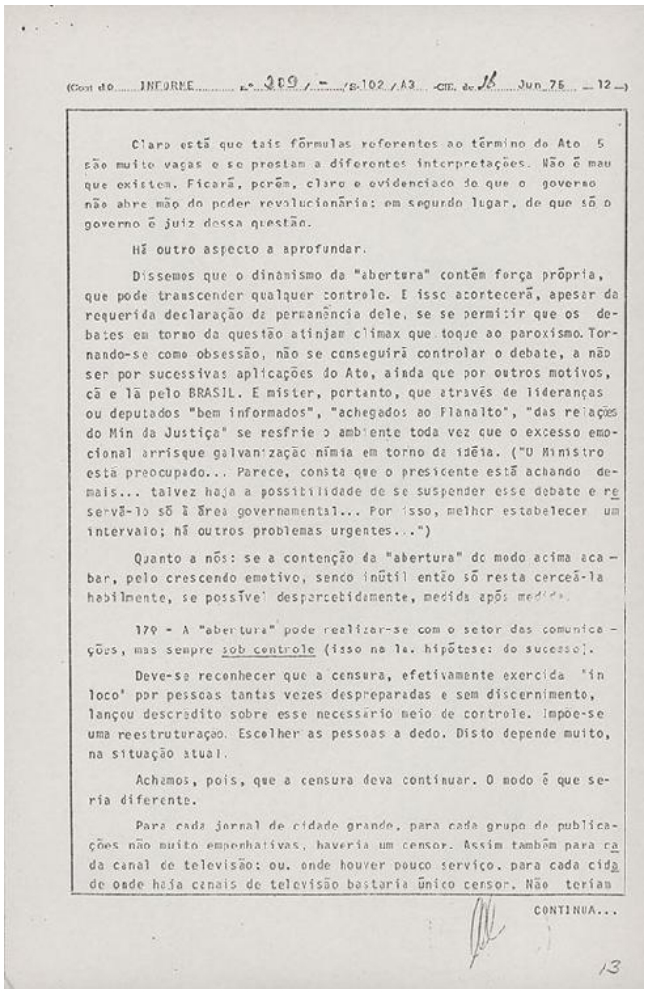
Evidentemente, surgirá a pergunta do até quando será mantido o referido Ato. A mesma declaração poderia, desde já, acrescentar que perseverará ainda por "longo período" ou "anos", até ser encontrado ou:

1) modo de institucionalizá-lo definitivamente; ou

2) o Ato será mantido até que haja infra-estrutura e pessoas preparadas para manter o espírito de 1964. Ou outra forma semelhante.

CONTINUA...

12



(Cont do INFORME nº 209/-/S-102/A3 -CM. de 16 Jun 75 - 12 -)

Claro está que tais fórmulas referentes ao término do Ato 5 são muito vagas e se prestam a diferentes interpretações. Não é mau que existam. Ficará, porém, claro e evidenciado de que o governo não abre mão do poder revolucionário: em segundo lugar, de que só o governo é juiz dessa questão.

Há outro aspecto a aprofundar.

Dissemos que o dinamismo da "abertura" contém força própria, que pode transcender qualquer controle. E isso acontecerá, apesar da requerida declaração de permanência dele, se se permitir que os debates em torno da questão atinjam clímax que toque ao paroxismo. Tornando-se como obsessão, não se conseguirá controlar o debate, a não ser por sucessivas aplicações do Ato, ainda que por outros motivos, cá e lá pelo BRASIL. É mister, portanto, que através de lideranças ou deputados "bem informados", "achegados ao Planalto", "das relações do Min da Justiça" se resfrie o ambiente toda vez que o excesso emocional arrisque galvanização nímia em torno da idéia. ("O Ministro está preocupado... Parece, consta que o presidente está achando demais... talvez haja a possibilidade de se suspender esse debate e reservá-lo só à área governamental... Por isso, melhor estabelecer um intervalo; há outros problemas urgentes...")

Quanto a nós: se a contenção da "abertura" do modo acima acabar, pelo crescendo emotivo, senão inútil então só resta cerceá-la habilmente, se possível despercebidamente, medida após medida.

179 - A "abertura" pode realizar-se com o setor das comunicações, mas sempre sob controle (isso na 1a. hipótese: do sucesso).

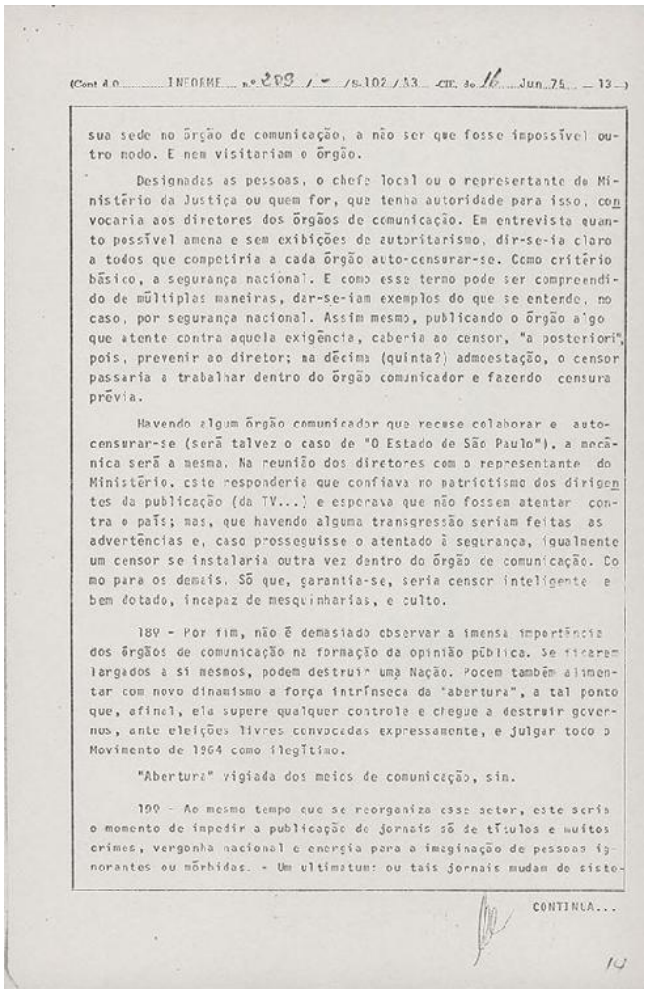
Deve-se reconhecer que a censura, efetivamente exercida 'in loco' por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação. Escolher as pessoas a dedo. Disto depende muito, na situação atual.

Achamos, pois, que a censura deva continuar. O modo é que seria diferente.

Para cada jornal de cidade grande, para cada grupo de publicações não muito empenhativas, haveria um censor. Assim também para cada canal de televisão; ou, onde houver pouco serviço, para cada cidade onde haja canais de televisão bastaria único censor. Não teriam

CONTINUA...

13



(Cont. ao INFORME nº 289 / [illegible] /S.102/83 - CIE. de 16 Jun 75 - 13)

sua sede no órgão de comunicação, a não ser que fosse impossível outro modo. E nem visitariam o órgão.

Designadas as pessoas, o chefe local ou o representante do Ministério da Justiça ou quem for, que tenha autoridade para isso, convocaria aos diretores dos órgãos de comunicação. Em entrevista quanto possível amena e sem exibições de autoritarismo, dir-se-ia claro a todos que competiria a cada órgão auto-censurar-se. Como critério básico, a segurança nacional. E como esse termo pode ser compreendido de múltiplas maneiras, dar-se-iam exemplos do que se entende, no caso, por segurança nacional. Assim mesmo, publicando o órgão algo que atente contra aquela exigência, caberia ao censor, "a posteriori", pois, prevenir ao diretor; na décima (quinta?) admoestação, o censor passaria a trabalhar dentro do órgão comunicador e fazendo censura prévia.

Havendo algum órgão comunicador que recuse colaborar e autocensurar-se (será talvez o caso de "O Estado de São Paulo"), a mecânica será a mesma. Na reunião dos diretores com o representante do Ministério, este responderia que confiava no patriotismo dos dirigentes da publicação (da TV...) e esperava que não fossem atentar contra o país; mas, que havendo alguma transgressão seriam feitas as advertências e, caso prosseguisse o atentado à segurança, igualmente um censor se instalaria outra vez dentro do órgão de comunicação. Como para os demais. Só que, garantia-se, seria censor inteligente e bem dotado, incapaz de mesquinharias, e culto.

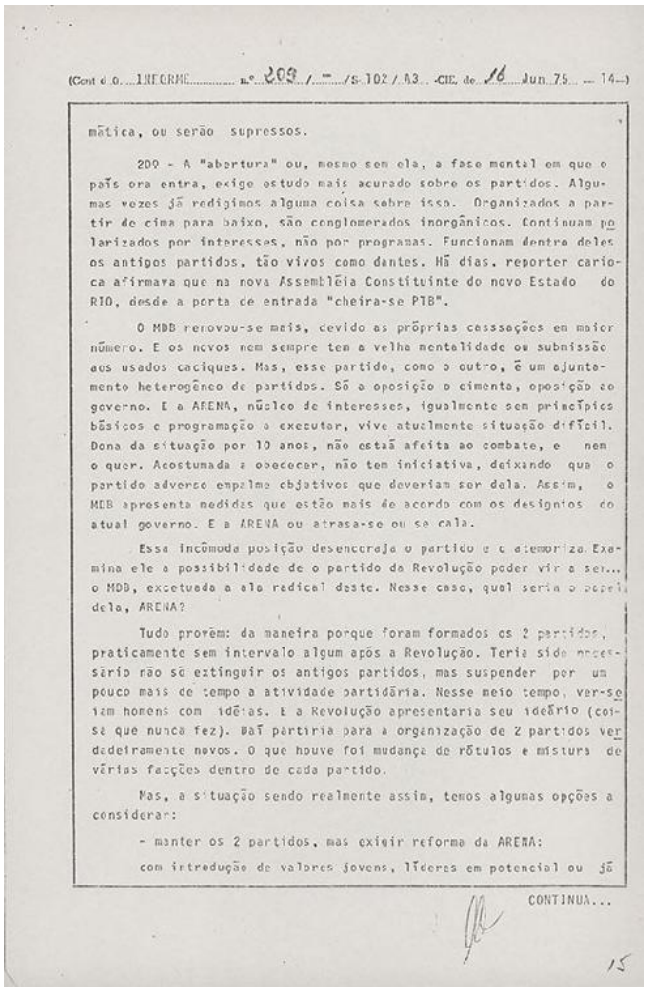
189 - Por fim, não é demasiado observar a imensa importância dos órgãos de comunicação na formação da opinião pública. Se ficarem largados a si mesmos, podem destruir uma Nação. Podem também alimentar com novo dinamismo a força intrínseca da "abertura", a tal ponto que, afinal, ela supere qualquer controle e chegue a destruir governos, ante eleições livres convocadas expressamente, e julgar todo o Movimento de 1964 como ilegítimo.

"Abertura" vigiada dos meios de comunicação, sim.

190 - Ao mesmo tempo que se reorganiza esse setor, este será o momento de impedir a publicação de jornais só de títulos e muitos crimes, vergonha nacional e energia para a imaginação de pessoas ignorantes ou mórbidas. - Um ultimatum: ou tais jornais mudam de siste-

CONTINUA...

13



(Cont d O. INFORME nº 209 /- /S 102 / 83 - CIE, de 16 Jun 75 - 14-)

mática, ou serão supressos.

209 - A "abertura" ou, mesmo sem ela, a fase mental em que o país ora entra, exige estudo mais acurado sobre os partidos. Algumas vezes já redigimos alguma coisa sobre isso. Organizados a partir de cima para baixo, são conglomerados inorgânicos. Continuam polarizados por interesses, não por programas. Funcionam dentro deles os antigos partidos, tão vivos como dantes. Há dias, reporter carioca afirmava que na nova Assembléia Constituinte do novo Estado do RIO, desde a porta de entrada "cheira-se PTB".

O MDB renovou-se mais, devido as próprias cassações em maior número. E os novos nem sempre tem a velha mentalidade ou submissão aos usados caciques. Mas, esse partido, como o outro, é um ajuntamento heterogêneo de partidos. Só a oposição o cimenta, oposição ao governo. E a ARENA, núcleo de interesses, igualmente sem princípios básicos e programação a executar, vive atualmente situação difícil. Dona da situação por 10 anos, não está afeita ao combate, e nem o quer. Acostumada a obedecer, não tem iniciativa, deixando que o partido adverso empalme objetivos que deveriam ser dela. Assim, o MDB apresenta medidas que estão mais de acordo com os desígnios do atual governo. E a ARENA ou atrasa-se ou se cala.

Essa incômoda posição desencoraja o partido e o desmoraliza. Examina ele a possibilidade de o partido da Revolução poder vir a ser... o MDB, excetuada a ala radical deste. Nesse caso, qual seria o papel dela, ARENA?

Tudo porém: da maneira porque foram formados os 2 partidos, praticamente sem intervalo algum após a Revolução. Teria sido necessário não só extinguir os antigos partidos, mas suspender por um pouco mais de tempo a atividade partidária. Nesse meio tempo, ver-se-iam homens com idéias. E a Revolução apresentaria seu ideário (coisa que nunca fez). Daí partiria para a organização de 2 partidos verdadeiramente novos. O que houve foi mudança de rótulos e misturas de várias facções dentro de cada partido.

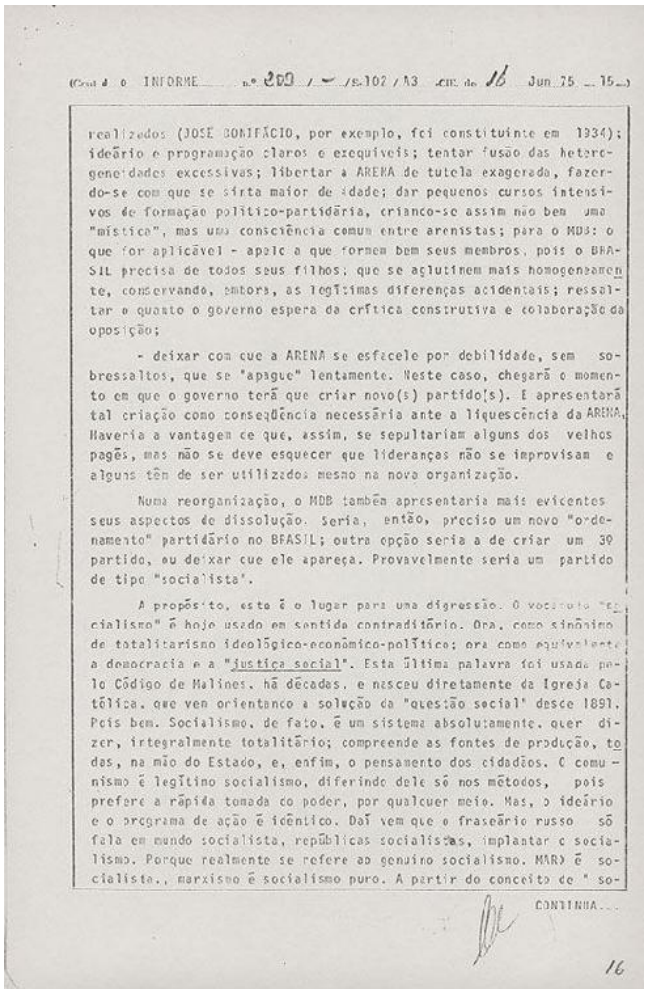
Mas, a situação sendo realmente assim, temos algumas opções a considerar:

- manter os 2 partidos, mas exigir reforma da ARENA:

com introdução de valores jovens, líderes em potencial ou já

CONTINUA...

15



(Cont. à o INFORME n.º 280 / ... /S-102 / 83 em de 16 Jun 75 - 15...)

realizados (JOSÉ BONIFÁCIO, por exemplo, foi constituinte em 1934); ideário e programação claros e exequíveis; tentar fusão das heterogeneidades excessivas; libertar a ARENA de tutela exagerada, fazendo-se com que se sinta maior de idade; dar pequenos cursos intensivos de formação político-partidária, criando-se assim não bem uma "mística", mas uma consciência comum entre arenistas; para o MDB: o que for aplicável - apoio a que formem bem seus membros, pois o BRASIL precisa de todos seus filhos; que se aglutinem mais homogeneamente, conservando, embora, as legítimas diferenças acidentais; ressaltar o quanto o governo espera da crítica construtiva e colaboração da oposição;

- deixar com que a ARENA se esfacele por debilidade, sem sobressaltos, que se "apague" lentamente. Neste caso, chegará o momento em que o governo terá que criar novo(s) partido(s). E apresentará tal criação como conseqüência necessária ante a liquescência da ARENA. Haveria a vantagem de que, assim, se sepultariam alguns dos velhos pagãs, mas não se deve esquecer que lideranças não se improvisam e alguns têm de ser utilizados mesmo na nova organização.

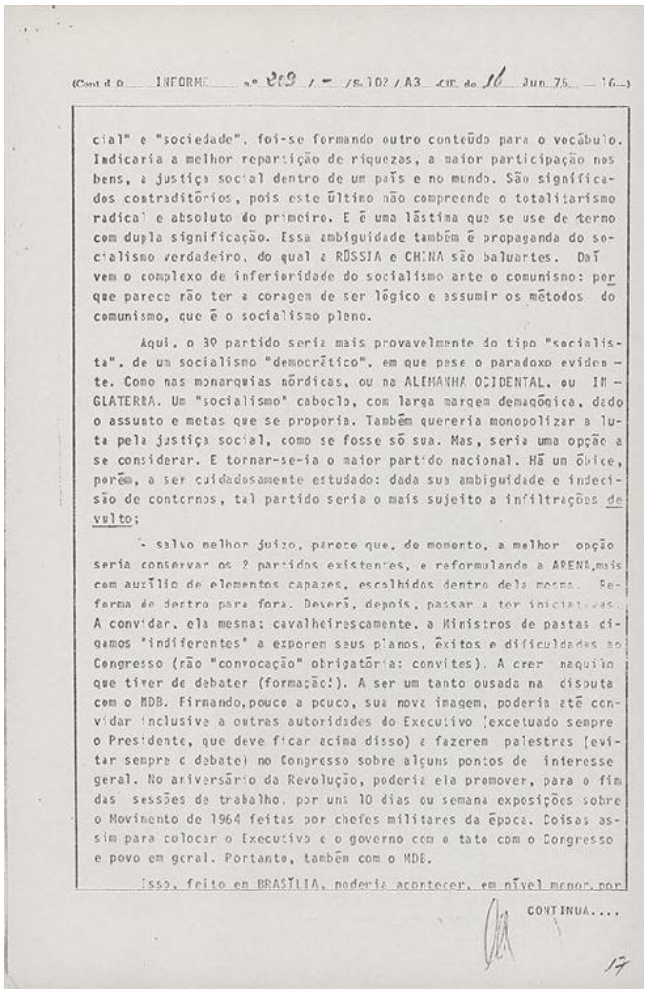
Numa reorganização, o MDB também apresentaria mais evidentes seus aspectos de dissolução. Seria, então, preciso um novo "ordenamento" partidário no BRASIL; outra opção seria a de criar um 3º partido, ou deixar que ele apareça. Provavelmente seria um partido de tipo "socialista".

A propósito, esta é o lugar para uma digressão. O vocábulo "socialismo" é hoje usado em sentido contraditório. Ora, como sinônimo de totalitarismo ideológico-econômico-político; ora como equivalente a democracia e a "justiça social". Esta última palavra foi usada pelo Código de Malines, há décadas, e nasceu diretamente da Igreja Católica, que vem orientando a solução da "questão social" desde 1891. Pois bem. Socialismo, de fato, é um sistema absolutamente, quer dizer, integralmente totalitário; compreende as fontes de produção, todas, na mão do Estado, e, enfim, o pensamento dos cidadãos. O comunismo é legítimo socialismo, diferindo dele só nos métodos, pois prefere a rápida tomada do poder, por qualquer meio. Mas, o ideário e o programa de ação é idêntico. Daí vem que o fraseário russo só fala em mundo socialista, repúblicas socialistas, implantar o socialismo. Porque realmente se refere ao genuíno socialismo. MARX é socialista., marxismo é socialismo puro. A partir do conceito de "so-

CONTINUA...

16

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont. d o INFORME nº 209 / - /S.102/A3 de 16 Jun 75 16.)

cial" e "sociedade", foi-se formando outro conteúdo para o vocábulo. Indicaria a melhor repartição de riquezas, a maior participação nos bens, à justiça social dentro de um país e no mundo. São significados contraditórios, pois este último não compreende o totalitarismo radical e absoluto do primeiro. É uma lástima que se use de termo com dupla significação. Essa ambiguidade também é propaganda do socialismo verdadeiro, do qual a RÚSSIA e CHINA são baluartes. Daí vem o complexo de inferioridade do socialismo ante o comunismo: porque parece não ter a coragem de ser lógico e assumir os métodos do comunismo, que é o socialismo pleno.

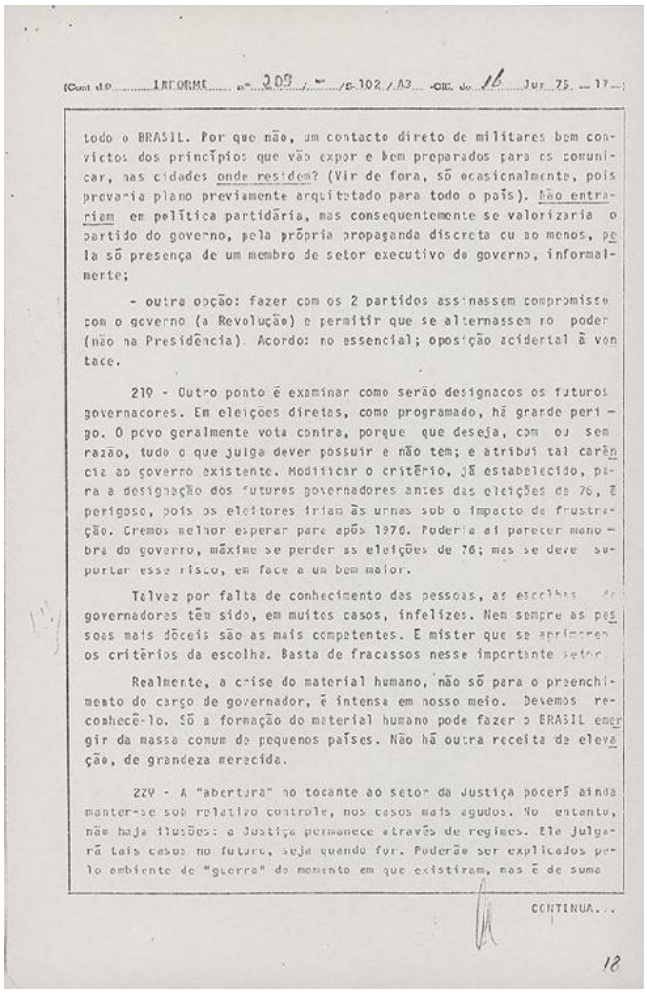
Aqui, o 3º partido seria mais provavelmente do tipo "socialista", de um socialismo "democrático", em que pese o paradoxo evidente. Como nas monarquias nórdicas, ou na ALEMANHA OCIDENTAL, ou INGLATERRA. Um "socialismo" caboclo, com larga margem demagógica, dado o assunto e metas que se proporia. Também quereria monopolizar a luta pela justiça social, como se fosse só sua. Mas, seria uma opção a se considerar. E tornar-se-ia o maior partido nacional. Há um óbice, porém, a ser cuidadosamente estudado: dada sua ambiguidade e indecisão de contornos, tal partido seria o mais sujeito a infiltrações de vulto;

- salvo melhor juízo, parece que, de momento, a melhor opção seria conservar os 2 partidos existentes, e reformulando a ARENA, mais com auxílio de elementos capazes, escolhidos dentro dela mesma. Reforma de dentro para fora. Deverá, depois, passar a ter iniciativas. A convidar, ela mesma; cavalheirescamente, a Ministros de pastas digamos "indiferentes" a exporem seus planos, êxitos e dificuldades ao Congresso (não "convocação" obrigatória: convites). A crer naquilo que tiver de debater (formação!). A ser um tanto ousada na disputa com o MDB. Firmando, pouco a pouco, sua nova imagem, poderia até convidar inclusive a outras autoridades do Executivo (excetuado sempre o Presidente, que deve ficar acima disso) a fazerem palestras (evitar sempre o debate) no Congresso sobre alguns pontos de interesse geral. No aniversário da Revolução, poderia ela promover, para o fim das sessões de trabalho, por uns 10 dias ou semana exposições sobre o Movimento de 1964 feitas por chefes militares da época. Coisas assim para colocar o Executivo e o governo com o tato com o Congresso e povo em geral. Portanto, também com o MDB.

Isso, feito em BRASÍLIA, poderia acontecer, em nível menor, por

CONTINUA....

17



(Cont. do INFORME nº 209/ /E-102/A3 - CIE, de 16 Jun 75. - 17 -)

todo o BRASIL. Por que não, um contacto direto de militares bem convictos dos princípios que vão expor e bem preparados para os comunicar, nas cidades onde residem? (Vir de fora, só ocasionalmente, pois provaria plano previamente arquitetado para todo o país). Não entrariam em política partidária, mas consequentemente se valorizaria o partido do governo, pela própria propaganda discreta ou ao menos, pela só presença de um membro de setor executivo do governo, informalmente;

- outra opção: fazer com os 2 partidos assinassem compromisso com o governo (a Revolução) e permitir que se alternassem no poder (não na Presidência). Acordo: no essencial; oposição acidental à vontade.

21º - Outro ponto é examinar como serão designados os futuros governadores. Em eleições diretas, como programado, há grande perigo. O povo geralmente vota contra, porque que deseja, com ou sem razão, tudo o que julga dever possuir e não tem; e atribui tal carência ao governo existente. Modificar o critério, já estabelecido, para a designação dos futures governadores antes das eleições de 76, é perigoso, pois os eleitores iriam às urnas sob o impacto da frustração. Cremos melhor esperar para após 1976. Poderia aí parecer manobra do governo, máxime se perder as eleições de 76; mas se deve suportar esse risco, em face a um bem maior.

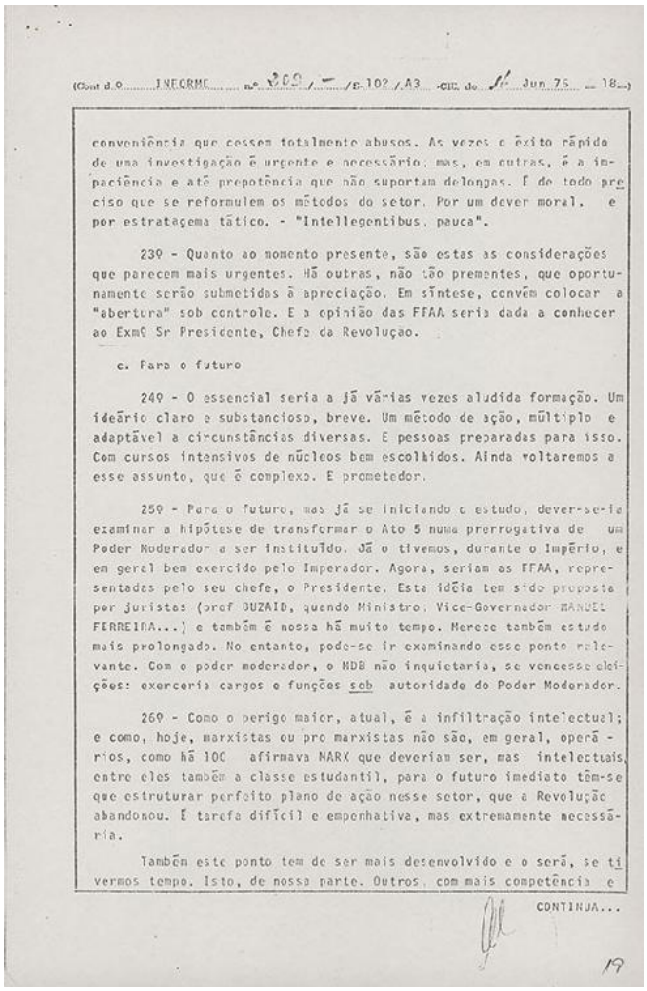
Talvez por falta de conhecimento das pessoas, as escolhas de governadores têm sido, em muitos casos, infelizes. Nem sempre as pessoas mais dóceis são as mais competentes. É mister que se aprimorem os critérios da escolha. Basta de fracassos nesse importante setor.

Realmente, a crise do material humano, não só para o preenchimento do cargo de governador, é intensa em nosso meio. Devemos reconhecê-lo. Só a formação do material humano pode fazer o BRASIL emergir da massa comum de pequenos países. Não há outra receita de elevação, de grandeza merecida.

22º - A "abertura" no tocante ao setor da Justiça poderá ainda manter-se sob relativo controle, nos casos mais agudos. No entanto, não haja ilusões: a Justiça permanece através de regimes. Ela julgará tais casos no futuro, seja quando for. Poderão ser explicados pelo ambiente de "guerra" do momento em que existiram, mas é de suma

CONTINUA...

18



(Cont d.o INFORM nº 209/-/E-102/A3 -em de 11 Jun 75 - 18-)

conveniência que cessem totalmente abusos. As vezes o êxito rápido de uma investigação é urgente e necessário, mas, em outras, é a impaciência e até prepotência que não suportam delongas. É de todo preciso que se reformulem os métodos do setor. Por um dever moral, e por estratagema tático. - "Intellegentibus, pauca".

230 - Quanto ao momento presente, são estas as considerações que parecem mais urgentes. Há outras, não tão prementes, que oportunamente serão submetidas à apreciação. Em síntese, convém colocar a "abertura" sob controle. E a opinião das FFAA seria dada a conhecer ao Exmº Sr Presidente, Chefe da Revolução.

c. Para o futuro

240 - O essencial seria a já várias vezes aludida formação. Um ideário claro e substancioso, breve. Um método de ação, múltiplo e adaptável a circunstâncias diversas. E pessoas preparadas para isso. Com cursos intensivos de núcleos bem escolhidos. Ainda voltaremos a esse assunto, que é complexo. E prometedor.

250 - Para o futuro, mas já se iniciando o estudo, dever-se-ia examinar a hipótese de transformar o Ato 5 numa prerrogativa de um Poder Moderador a ser instituído. Já o tivemos, durante o Império, e em geral bem exercido pelo Imperador. Agora, seriam as FFAA, representadas pelo seu chefe, o Presidente. Esta idéia tem sido proposta por juristas (prof DUZAID, quando Ministro, Vice-Governador MANUEL FERREIRA...) e também é nossa há muito tempo. Merece também estudo mais prolongado. No entanto, pode-se ir examinando esse ponto relevante. Com o poder moderador, o MDB não inquietaria, se vencesse eleições: exerceria cargos e funções sob autoridade do Poder Moderador.

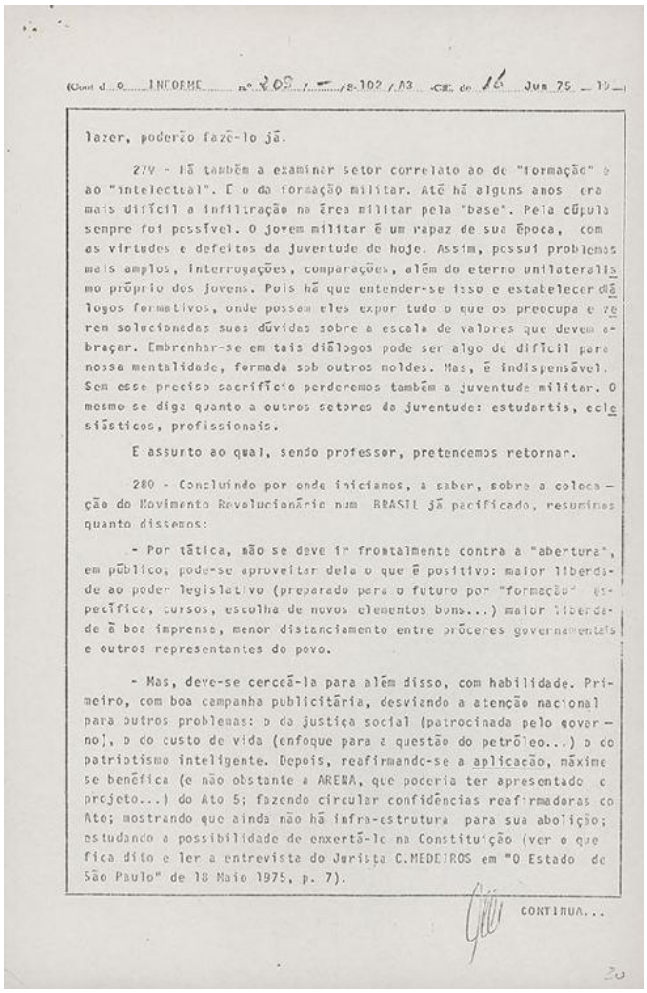
260 - Como o perigo maior, atual, é a infiltração intelectual; e como, hoje, marxistas ou pro marxistas não são, em geral, operários, como há 10C afirmava MARX que deveriam ser, mas intelectuais, entre eles também a classe estudantil, para o futuro imediato têm-se que estruturar perfeito plano de ação nesse setor, que a Revolução abandonou. É tarefa difícil e empenhativa, mas extremamente necessária.

Também este ponto tem de ser mais desenvolvido e o será, se tivermos tempo. Isto, de nossa parte. Outros, com mais competência e

CONTINUA...

19

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont. d. 9) INFORME nº 209 / 75 / S-102 / 83 - CIE. de 16 Jun 75 - 19

lazer, poderão fazê-lo já.

27 - Há também a examinar setor correlato ao de "formação" e ao "intelectual". É o da formação militar. Até há alguns anos era mais difícil a infiltração na área militar pela "base". Pela cúpula sempre foi possível. O jovem militar é um rapaz de sua época, com as virtudes e defeitos da juventude de hoje. Assim, possui problemas mais amplos, interrogações, comparações, além do eterno unilateralismo próprio dos jovens. Pois há que entender-se isso e estabelecer diálogos formativos, onde possam eles expor tudo o que os preocupa e verem solucionadas suas dúvidas sobre a escala de valores que devem abraçar. Embrenhar-se em tais diálogos pode ser algo de difícil para nossa mentalidade, formada sob outros moldes. Mas, é indispensável. Sem esse preciso sacrifício perderemos também a juventude militar. O mesmo se diga quanto a outros setores da juventude: estudantis, eclesiásticos, profissionais.

É assunto ao qual, sendo professor, pretendemos retornar.

28 - Concluindo por onde iniciamos, a saber, sobre a colocação do Movimento Revolucionário num BRASIL já pacificado, resumimos quanto dissemos:

- Por tática, não se deve ir frontalmente contra a "abertura", em público, pode-se aproveitar dela o que é positivo: maior liberdade ao poder legislativo (preparado para o futuro por "formação" específica, cursos, escolha de novos elementos bons...) maior liberdade à boa imprensa, menor distanciamento entre próceres governamentais e outros representantes do povo.

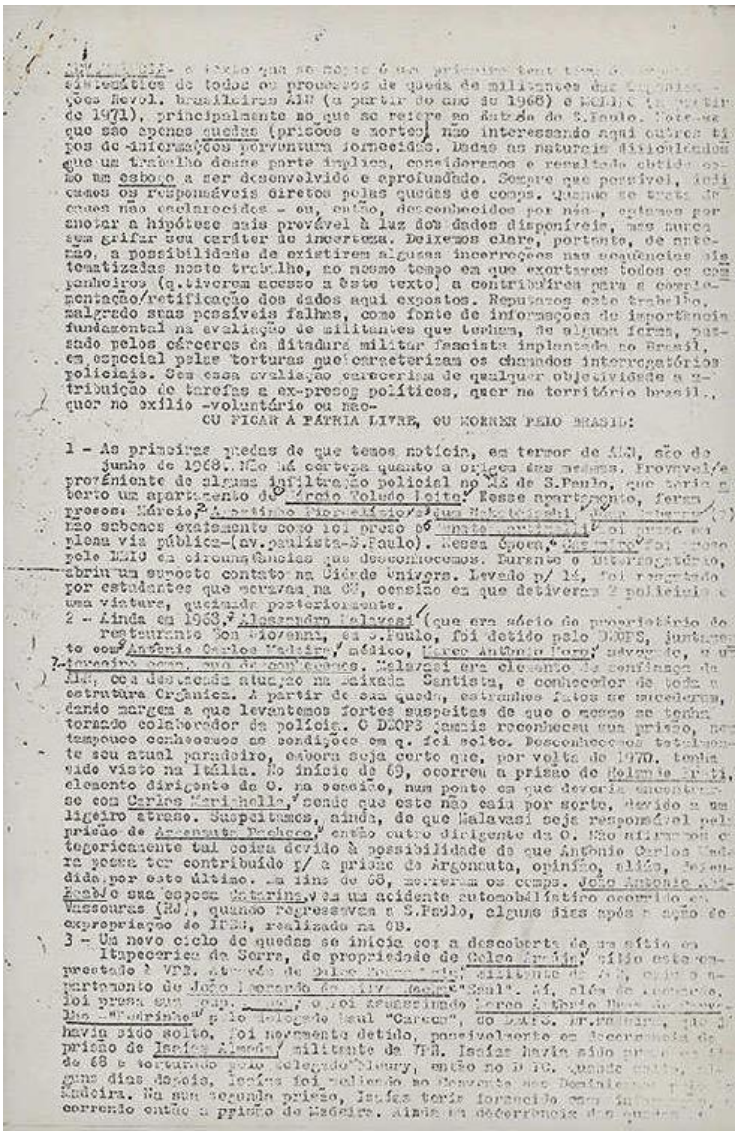
- Mas, deve-se cercear-la para além disso, com habilidade. Primeiro, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas: o da justiça social (patrocinada pelo governo), o do custo de vida (enfoque para a questão do petróleo...) o do patriotismo inteligente. Depois, reafirmando-se a aplicação, máxime se benéfica (e não obstante a ARENA, que poderia ter apresentado o projeto...) do Ato 5; fazendo circular confidências reafirmadoras do Ato; mostrando que ainda não há infra-estrutura para sua abolição; estudando a possibilidade de enxertá-lo na Constituição (ver o que fica dito e ler a entrevista do Jurista C.MEDEIROS em "O Estado de São Paulo" de 18 Maio 1975, p. 7).

CONTINUA...

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Quedograma, tentativa de reconstituição de prisões de militares das organizações armadas

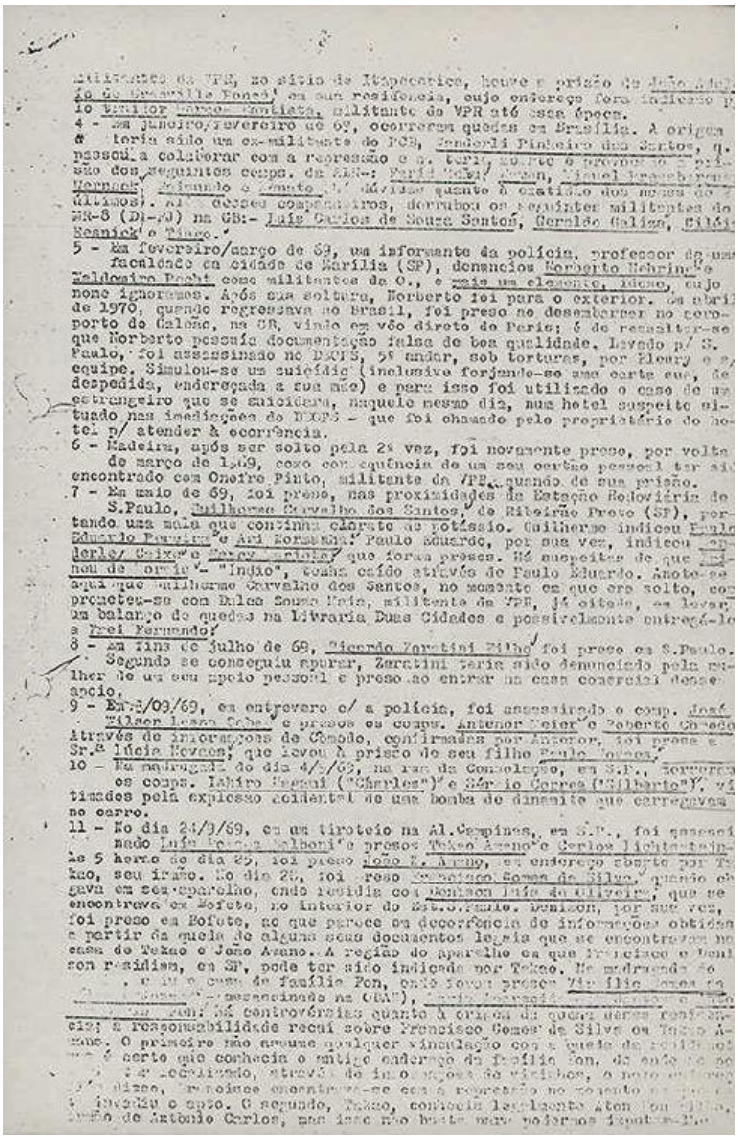


1 - As primeiras quedas de que temos notícia, em terror da ALN, são de junho de 1968. Não há certeza quanto a origem das mesmas. Provável proveniente de alguma infiltração policial no PC de S.Paulo, que teria aberto um apartamento de Márcio Toledo Leite. Nesse apartamento, foram presos: Márcio, [illegible] não sabemos exatamente como foi preso e [illegible] pleno via pública-(av.paulista-S.Paulo). Nessa época, [illegible] pelo DOPS em circunstâncias que desconhecemos. Durante o interrogatório, abriu um suposto contato na Cidade Universitária. Levado p/ lá, foi reconhecido por estudantes que estavam na CB, ocasião em que detiveram 2 policiais e uma viatura, queimada posteriormente.

2 - Ainda em 1968, Alexandre Malavasi (que era sócio do proprietário do restaurante Bon Giovanni, em S.Paulo, foi detido pelo DOPS, juntamente com Antônio Carlos Madeira, médico, Marco Antônio Dias, advogado, e [illegible] Ivanaira Assis, que se casaram. Malavasi era elemento de confiança de ALN, com destacada atuação na Baixada Santista, e conhecedor de toda a estrutura Orgânica. A partir de sua queda, estranhos fatos se sucederam, dando margem a que levantemos fortes suspeitas de que o mesmo se tenha tornado colaborador da polícia. O DOPS jamais reconheceu sua prisão, pouco conhecemos as condições em q. foi solto. Desconhecemos totalmente seu atual paradeiro, embora seja certo que, por volta de 1970, tenha sido visto na Itália. No início de 69, ocorreu a prisão de Helenira Preti, elemento dirigente da O. na ocasião, num ponto em que deveria encontrar-se com Carlos Marighella, sendo que este não caiu por sorte, devido a um ligeiro atraso. Suspeitamos, ainda, de que Malavasi seja responsável pela prisão de Assunata Pacheco, então outro dirigente da O. Não afirmamos categoricamente tal coisa devido à possibilidade de que Antônio Carlos Madeira possa ter contribuído p/ a prisão de Argonauta, opinião, aliás, defendida por este último. [illegible] fins de 68, morreram os comps. João Antônio Abreu e sua esposa Catarina, vítimas de um acidente automobilístico ocorrido em Vassouras (RJ., quando regressavam a S.Paulo, alguns dias após a ação de expropriação do IPM, realizado na CB.

3 - Um novo ciclo de quedas se inicia com a descoberta de um sítio em Itapecerica da Serra, de propriedade de Celso [illegible], sítio este emprestado à VPR. Através de Celso [illegible], militantes da [illegible] apartamento de João Lourenço de [illegible] "Saul". Aí, além de [illegible], foi presa [illegible], e foi seguindo Lorca à Rua [illegible] "Marinho" pelo delegado Saul "Careca", do DOPS. [illegible] havia sido solto, foi novamente detido, possivelmente em decorrência da prisão de Iaciara Almeida, militante da VPR. Iaciara havia sido [illegible] de 68 e torturada pelo delegado Fleury, então no DOPS. Quando [illegible] alguns dias depois, Iaciara foi [illegible] no Convento dos Dominicanos [illegible] Madeira. Na sua segunda prisão, Iaciara teria fornecido [illegible] ocorrendo então a prisão de Madeira. Ainda em decorrência [illegible]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



militante da VPR, no sítio de Itapecerica, houve a prisão de João Alfredo de Mesquita Penna[illegible] em sua residência, cujo endereço fora indicado pelo militar Darcy Rodrigues, militante da VPR até essa época.

4 - Em janeiro/fevereiro de 69, ocorreram quedas em Brasília. A origem teria sido um ex-militante do PCB, Jenderli Pinheiro dos Santos, que passou a colaborar com a repressão e [illegible] prisão dos seguintes comp. da ALN: [illegible] Manoel Lisboa de Moura, Fernando Augusto [illegible] últimos. Após [illegible] companheiros, derrubou os seguintes militantes da VPR-8 (DI-GB) na GB:- Luis Carlos de Souza Santos, Geraldo Galiza, Silói Rosnick e Tiago.

5 - Em fevereiro/março de 69, um informante da polícia, professor de uma faculdade da cidade de Marília (SP), denunciou Norberto Nehring e Waldemiro Prati como militantes do O., e mais um elemento, Nicao, cujo nome ignoramos. Após sua soltura, Norberto foi para o exterior. Em abril de 1970, quando regressava ao Brasil, foi preso no desembarque no aeroporto de Galeão, na GB, vindo em vôo direto de Paris; é de ressaltar-se que Norberto possuía documentação falsa de boa qualidade. Levado p/ S. Paulo, foi assassinado no DOPS, 5º andar, sob torturas, por Pleury e sua equipe. Simulou-se um suicídio (inclusive forjando-se uma carta sua, de despedida, endereçada a sua mãe) e para isso foi utilizado o caso de um estrangeiro que se suicidara, naquele mesmo dia, num hotel suspeito situado nas imediações do DOPS - que foi chamado pelo proprietário do hotel p/ atender à ocorrência.

6 - Madeira, após ser solto pela 2ª vez, foi novamente preso, por volta de março de 1969, como com.[illegible] encontrado com Onofre Pinto, militante da VPR, quando de sua prisão.

7 - Em maio de 69, foi preso, nas proximidades da Estação Rodoviária de S.Paulo, Guilherme Carvalho dos Santos, de Ribeirão Preto (SP), portando uma mala que continha explosivo. Guilherme indicou Paulo Eduardo Pereira e Ari Rocha Miranda. Paulo Eduardo, por sua vez, indicou [illegible] Gerlof Leite e [illegible] que foram presos. Há suspeitas de que [illegible] "Índio", tenha caído através de Paulo Eduardo. Anote-se aqui que Guilherme Carvalho dos Santos, no momento em que era solto, comprometeu-se com Dulce Souza Maia, militante da VPR, já citada, a levar um balanço de quedas na Livraria Duas Cidades e possivelmente entregá-lo a Frei Fernando.

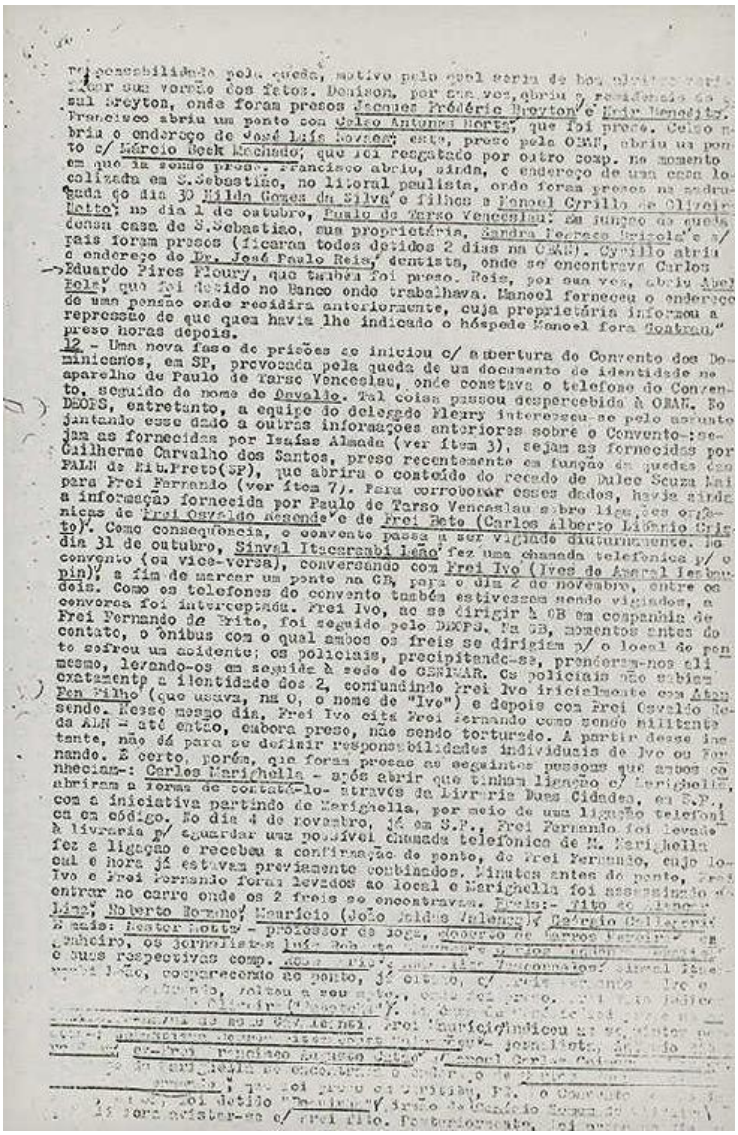
8 - Em fins de julho de 69, Ricardo Zaratini Filho foi preso em S.Paulo. Segundo se conseguiu apurar, Zaratini teria sido denunciado pela mulher de um seu apoio pessoal e preso ao entrar na casa conseguindo desse apoio.

9 - Em 3/09/69, ao entrevero c/ a polícia, foi assassinado o comp. José Wilson Lessa Sabbá e presos os comps. Antenor Meier e Roberto Cassado através de informações de Cassado, confirmadas por Anterior, foi preso a Sr.ª Lúcia Murat, que levou à prisão do seu filho Paulo Murat.

10 - Na madrugada do dia 4/9/69, na rua da Consolação, em S.P., ocorreu os comps. Iuhiro Nagai ("Charles") e Sérgio Correa ("Gilberto"), vitimados pela explosão acidental de uma bomba de dinamite que carregavam no carro.

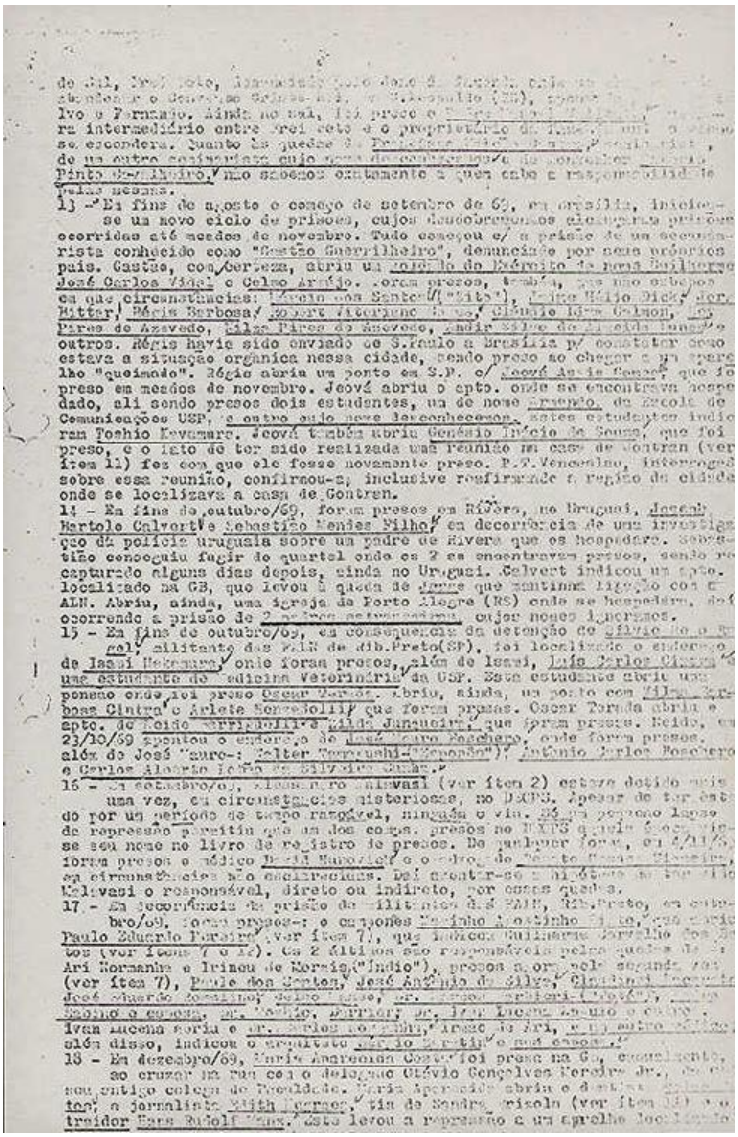
11 - No dia 24/9/69, em um tiroteio na Al.Campinas, em S.P., foi assassinado Luiz Carlos Calheiros e presos Tekao Asano e Carlos Lichtenstejn. A 5 horas do dia 25, foi preso João T. Asano, em endereço obtido por Tekao, seu irmão. No dia 26, foi preso Francisco Gomes da Silva, quando estava em seu aparelho, onde residia com Denilson Luiz de Oliveira, que se encontrava em Recife, no interior do Est.[illegible]. Denilson, por sua vez, foi preso em Recife, no que parece em decorrência de informações obtidas a partir da queda de alguns seus documentos [illegible] que se encontravam na casa de Tekao e João Asano. A região do aparelho em que Francisco e Denilson residiam, em SP, pode ter sido indicada por Tekao. Na madrugada de [illegible] em casa de família Fon, onde iriam prender Vinícius [illegible] assassinado na GB), [illegible] controvérsias quanto à origem da queda nessa região; a responsabilidade recai sobre Francisco Gomes de Silva ou João Asano. O primeiro não assume qualquer vinculação com a queda de [illegible] certo que conhecia o antigo endereço de Emília Fon, de onde [illegible] Recentemente, através de [illegible] o novo endereço, o [illegible] encontrava-se com a repressão no momento [illegible] invadiu o apto. O segundo, Tekao, conhecia [illegible] irmão de Antonio Carlos, mas isso não basta para podermos [illegible]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



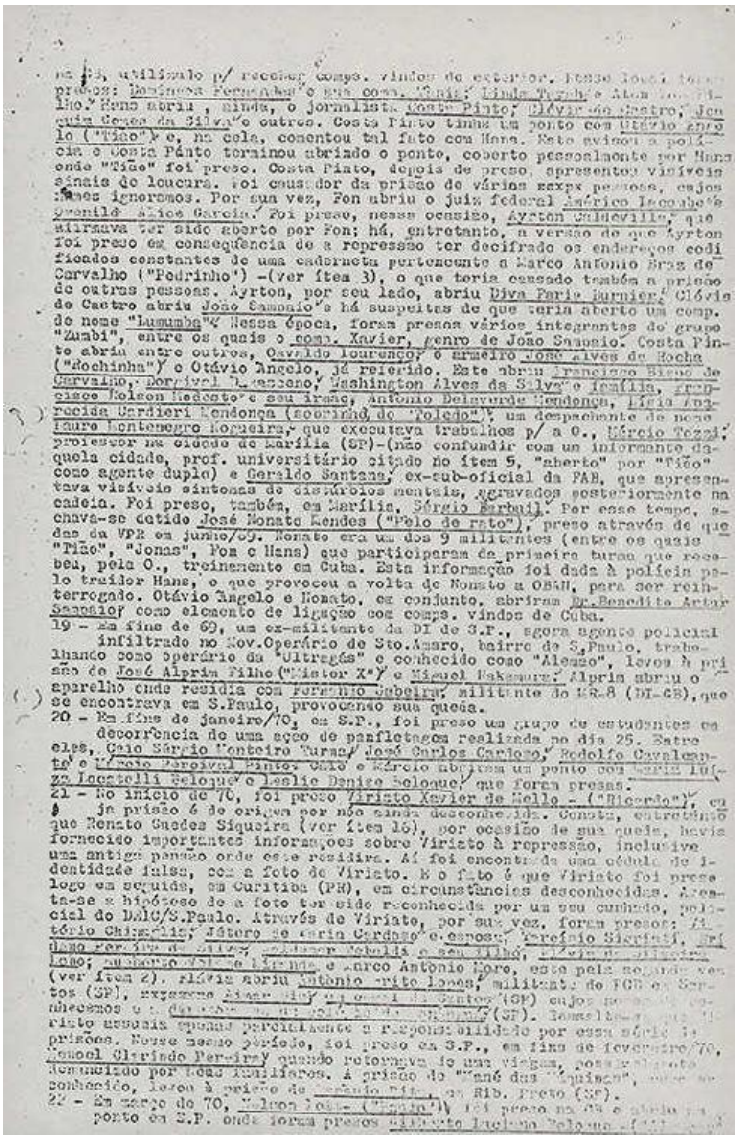
Página 3 de 14

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



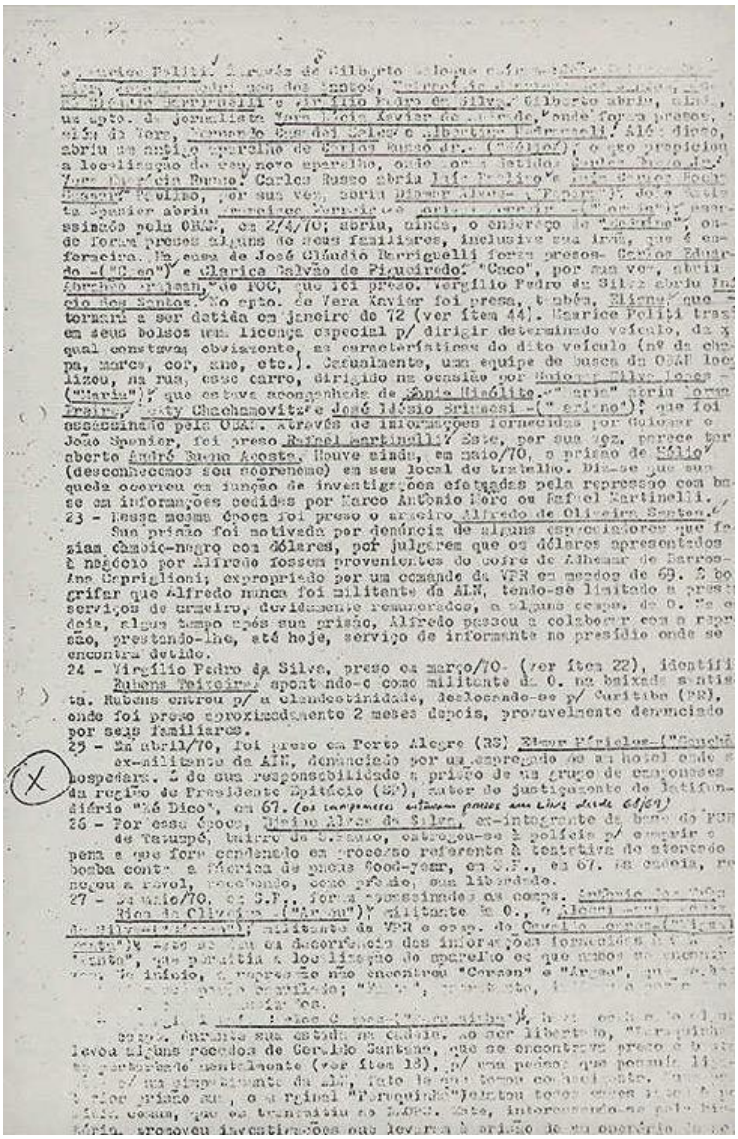
Página 4 de 14

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



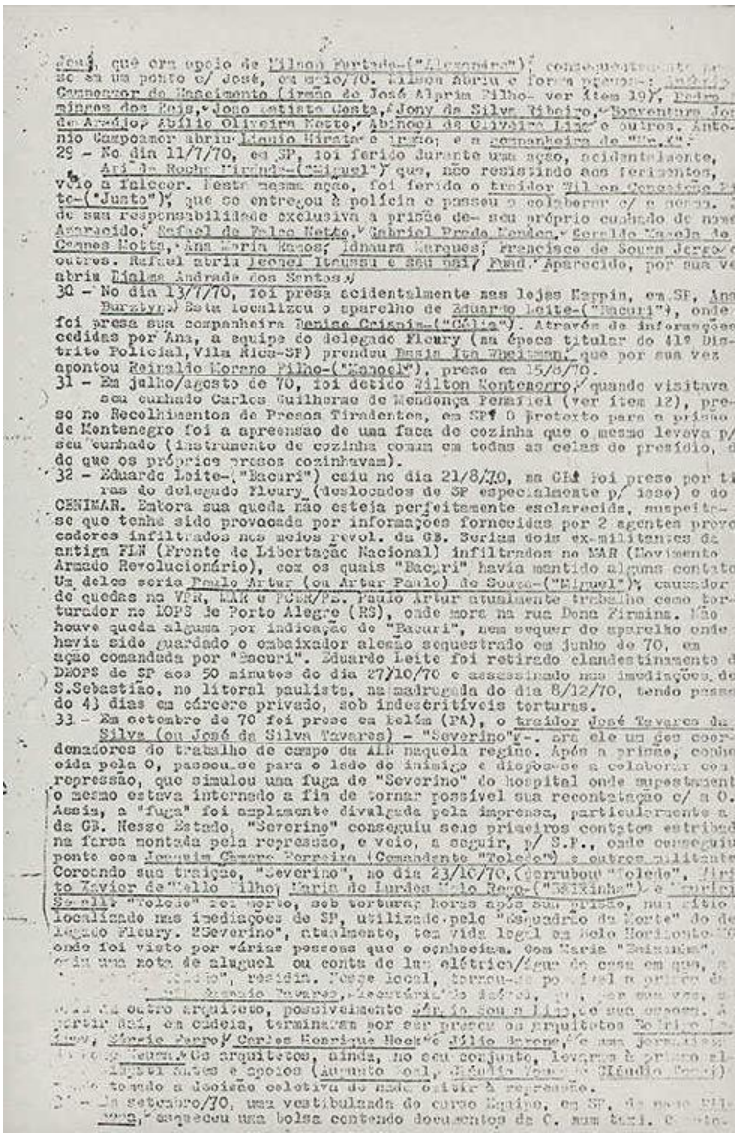
Página 5 de 14

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



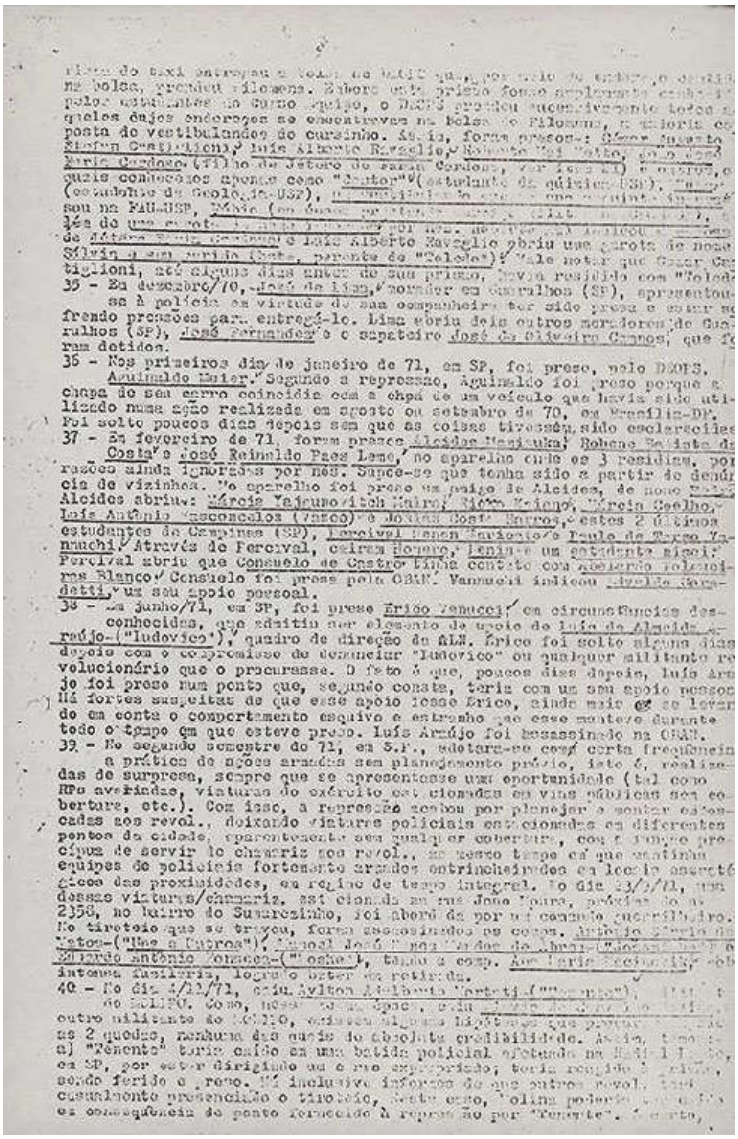
Página 6 de 14

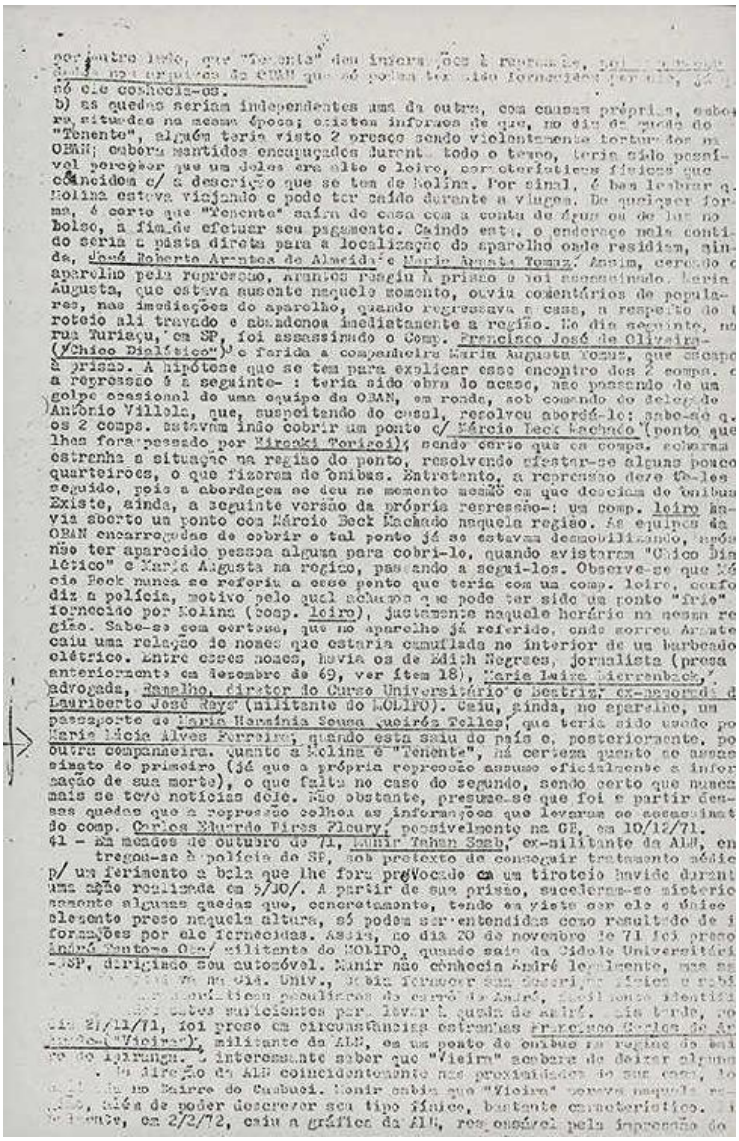
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



José, que era apoio de Wilson Fortado-("Alexandre") [illegible]
ao cair em ponto c/ José, em agto/70. Wilson abriu e foi a pessoa [illegible]
Camanzor do Nascimento (irmão de José Alpina Filho- ver item 19), Pedro [illegible]
Minges dos Reis, João Batista Costa, Jony da Silva Ribeiro, Boaventura Jo[illegible]
de Arruda, Júlio Oliveira Netto, Abinoel de Oliveira Lima e outros. Anto-
nio Camponar abriu Claudio Hirata e irmão; e a companheira de "Wilson".
29 - No dia 11/7/70, em SP, foi ferido durante uma ação, acidentalmente,
Ari da Rocha Miranda-("Miguel") que, não resistindo aos ferimentos,
veio a falecer. Nesta mesma ação, foi ferido o traidor Wilson Carvalho Si-
to-("Justo"), que se entregou à polícia e passou a colaborar c/ o serviço.
de sua responsabilidade exclusiva a prisão de seu próprio cunhado de nome
Agnaldo, Rafael de Pales Netto, Gabriel Prado Kenden, Geraldo Magela da
Cunha Motta, Ana Maria Nacos, Idnaura Marques, Francisco de Souza Jorge e
outros. Rafael abriu Jacmel Ituassu e Ana Mai/ Prado. Aparecido, por sua ve
abriu Dialas Andrade dos Santos.
30 - No dia 13/7/70, foi presa acidentalmente nas lojas Mappin, em SP, Ana
Burabym. Esta localizou o aparelho de Eduardo Leite-("Bacuri"), onde
foi presa sua companheira Denise Crispim-("Cris"). Através de informações
cedidas por Ana, a equipe do delegado Fleury (na época titular do 41º Dis-
trito Policial, Vila Alca-SP) prendeu Regis Ivo Wheiman, que por sua vez
apontou Reinaldo Moreno Filho-("Manoel"), preso em 15/8/70.
31 - Em julho/agosto de 70, foi detido Hilton Montenegro, quando visitava
seu cunhado Carlos Guilherme de Mendonça Peralta (ver item 12), pre-
so no Recolhimento de Presos Tiradentes, em SP. O pretexto para a prisão
de Montenegro foi a apreensão de uma faca de cozinha que o mesmo levava p/
seu cunhado (instrumento de cozinha comum em todas as celas de presídio, e
do que os próprios presos cozinhavam).
32 - Eduardo Leite-("Bacuri") caiu no dia 21/8/70, na GB, foi preso por ti
ros do delegado Fleury (deslocados de SP especialmente p/ isso) e do
CENIMAR. Embora sua queda não esteja perfeitamente esclarecida, suspeita-
se que tenha sido provocada por informações fornecidas por 2 agentes provo
cadores infiltrados nos meios revol. da GB. Seriam dois ex-militares da
antiga FLN (Frente de Libertação Nacional) infiltrados no MAR (Movimento
Armado Revolucionário), com os quais "Bacuri" havia mantido alguns contato
Um deles seria Paulo Artur (ou Artur Paulo) de Souza-("Miguel"), causador
de quedas na VPR, MAR e POLOP/PC. Paulo Artur atualmente trabalha como tor-
turador no DOPS de Porto Alegre (RS), onde mora na rua Dona Firmina. Não
houve queda alguma por indicação de "Bacuri", nem sequer do aparelho onde
havia sido guardado o embaixador alemão sequestrado em junho de 70, em
ação comandada por "Bacuri". Eduardo Leite foi retirado clandestinamente d
DEOPS de SP aos 50 minutos do dia 27/10/70 e assassinado nas imediações de
S.Sebastião, no litoral paulista, na madrugada do dia 8/12/70, tendo passa
do 43 dias em cárcere privado, sob indescritíveis torturas.
33 - Em setembro de 70 foi preso em Belém (PA), o traidor José Tavares da
Silva (ou José da Silva Tavares) - "Severino"-, ora ele um dos coor-
denadores do trabalho de campo da ALN naquela região. Após a prisão, conhe
cida pela O, passou-se para o lado do inimigo e dispôs-se a colaborar com a
repressão, que simulou uma fuga de "Severino" do hospital onde supostamente
o mesmo estava internado a fim de tornar possível sua recontratação c/ a O.
Assim, a "fuga" foi amplamente divulgada pela imprensa, particularmente a
da GB. Nesse Estado, "Severino" conseguiu seus primeiros contatos estribad
na farsa montada pela repressão, e veio, a seguir, p/ S.P., onde conseguiu
ponte com Joaquim Câmara Ferreira (Comandante "Toledo") e outros militante
Coroando sua traição, "Severino", no dia 23/10/70, (derrubou "Toledo", Hir
to Xavier de Mello Filho; Maria de Lurdes Melo Rego-("Baixinha") e Laurin
Bo nili. "Toledo" foi morto, sob torturas horas após sua prisão, num sítio
localizado nas imediações de SP, utilizado pelo "Esquadrão da Morte" do de
legado Fleury. "Severino", atualmente, tem vida legal em Belo Horizonte. O
onde foi visto por várias pessoas que o conheciam. Com Maria "Baixinha",
pela uma nota de aluguel ou conta de luz elétrica/água de casa em que, e
"[illegible]", residia. Nesse local, [illegible]
[illegible] Tavares, [illegible]
[illegible] outro arquiteto, possivelmente [illegible]
[illegible] Bori, em cadeia, terminaram por ser presos os arquitetos Bori e [illegible]
[illegible]; Márcio Papp/ Carlos Henrique Hock/ Júlio Bertone, [illegible]
[illegible]. Os arquitetos, ainda, no seu conjunto, levaram à prisão el-
[illegible] Mães e apoios (Augusto [illegible], Cláudia [illegible] Cláudio [illegible])
[illegible] tendo a decisão coletiva de nada opor à repressão.
[illegible] setembro/70, uma vestibulanda do curso Equipe, em SP, de nome Vil-
[illegible], esqueceu uma bolsa contendo documentos de C. num táxi. C[illegible]

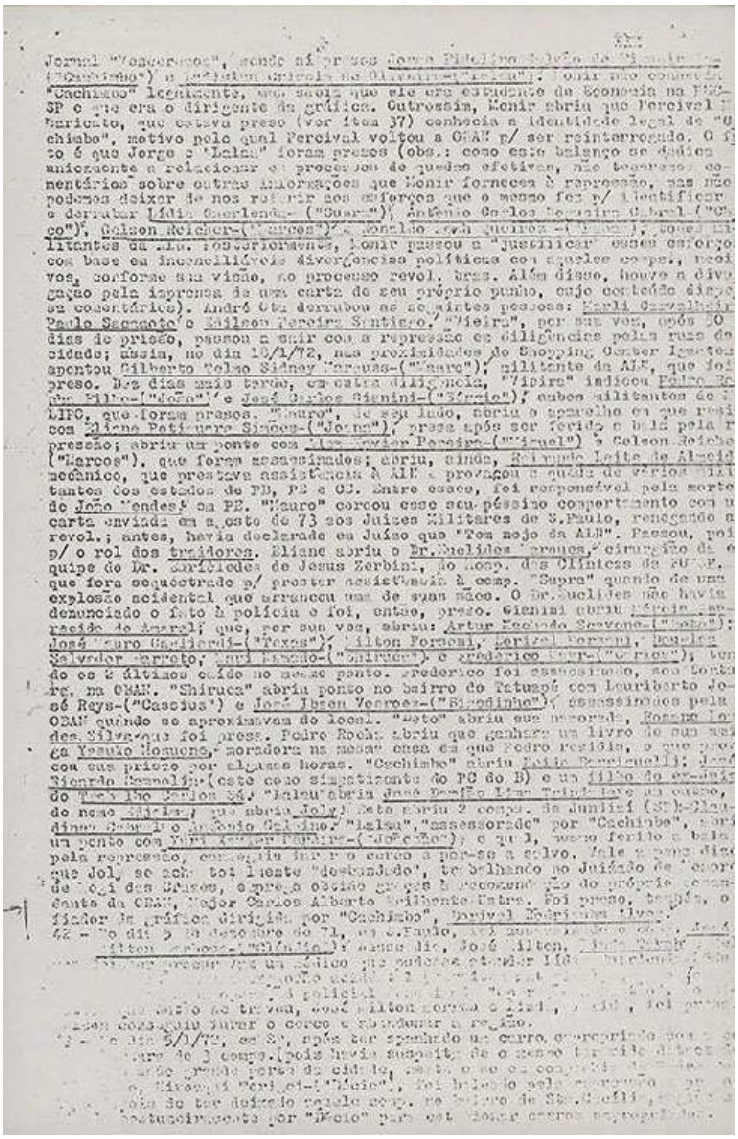
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]





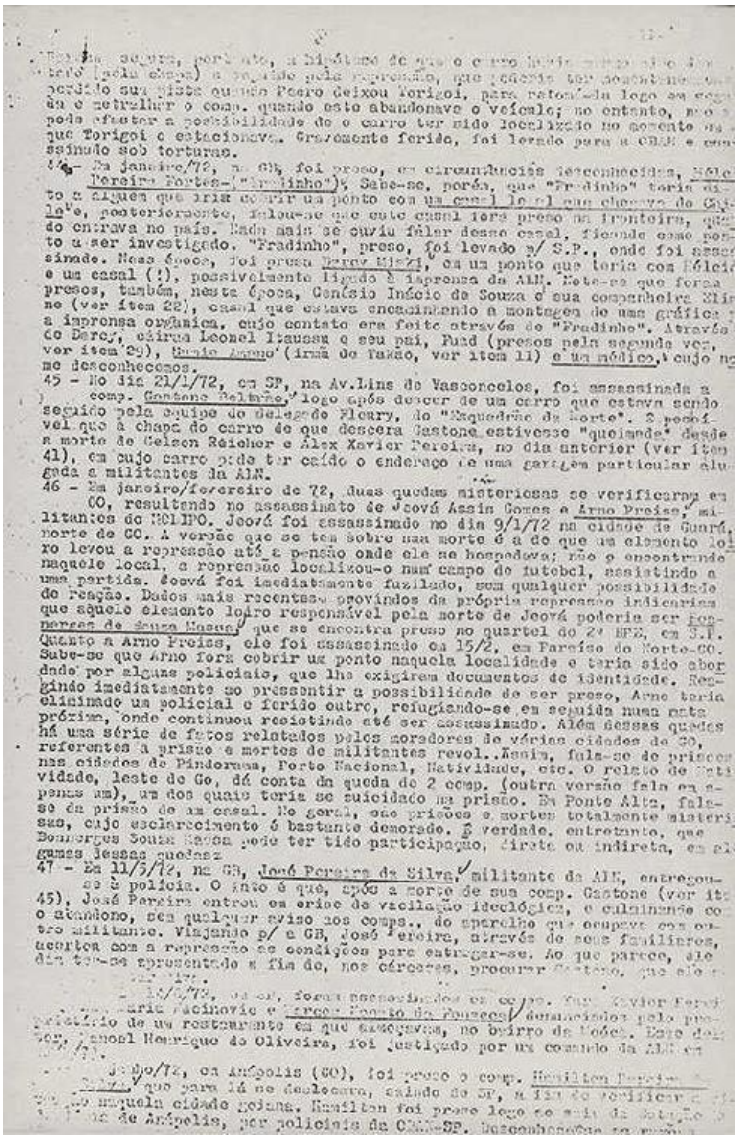
Página 9 de 14

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



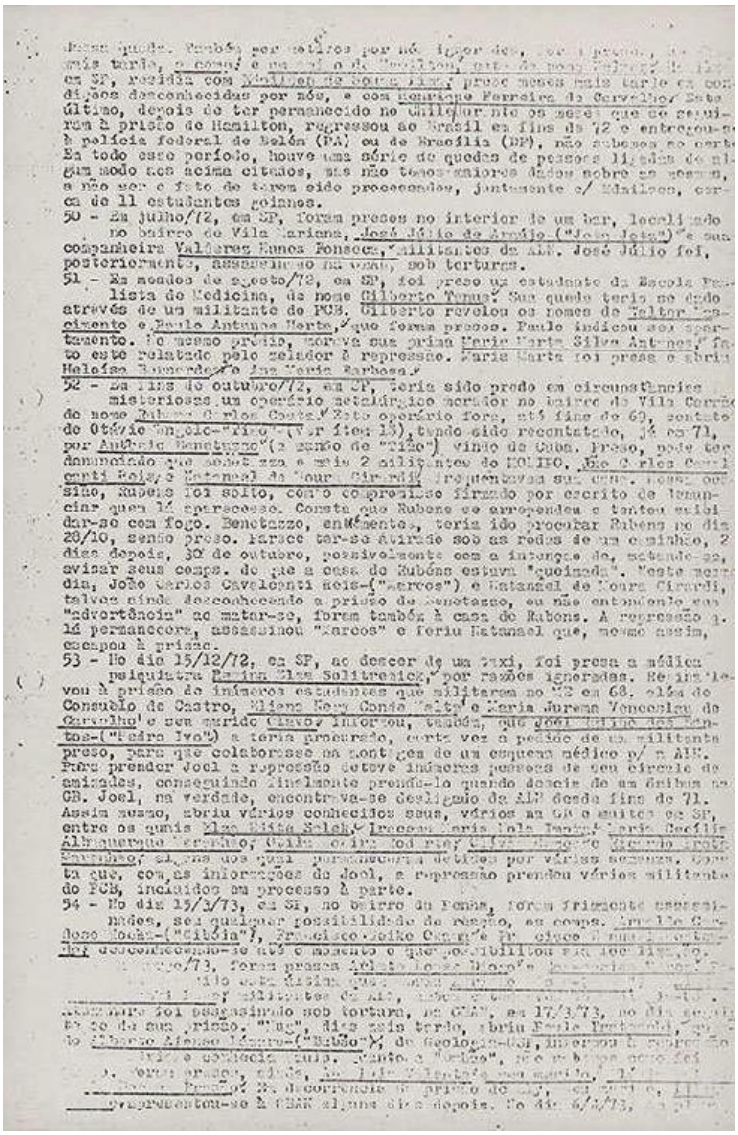
Página 10 de 14

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



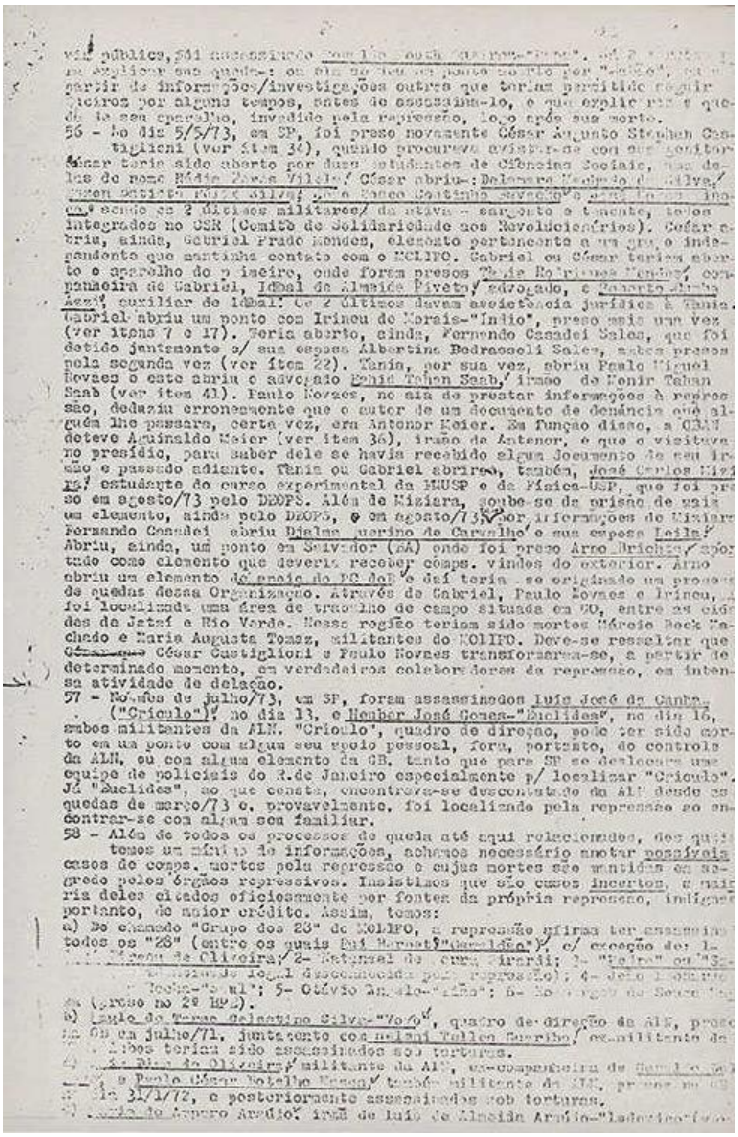
Página 11 de 14

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



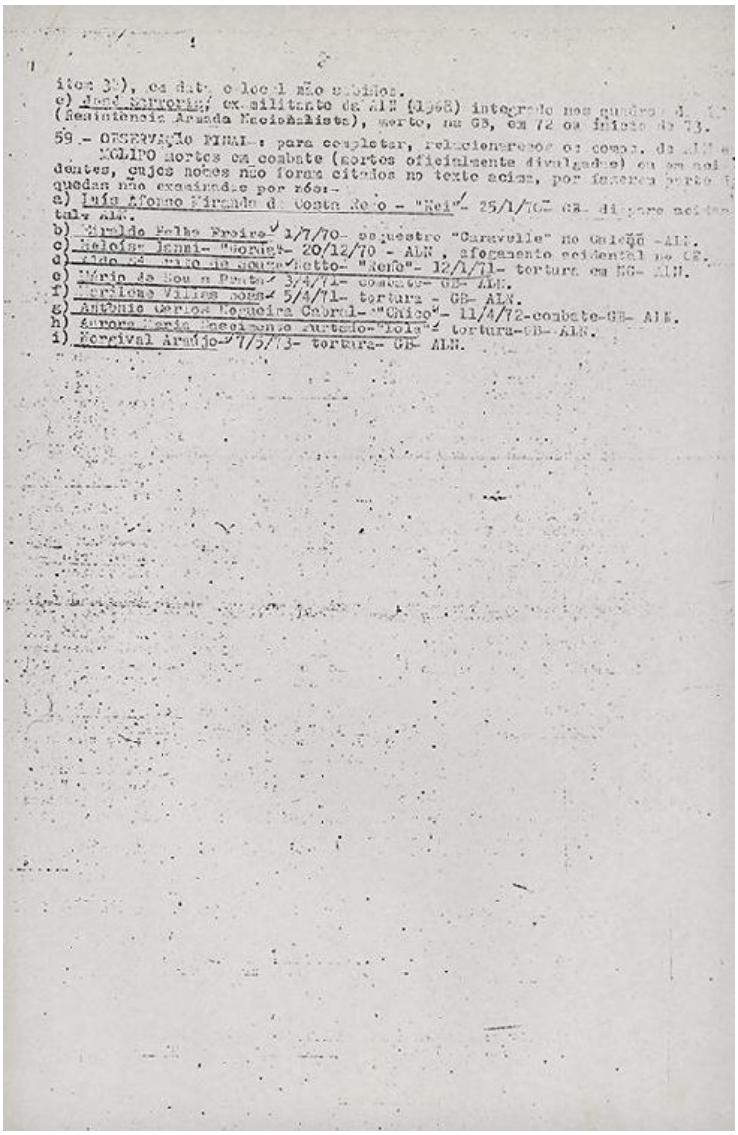
Página 12 de 14

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



Página 13 de 14

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



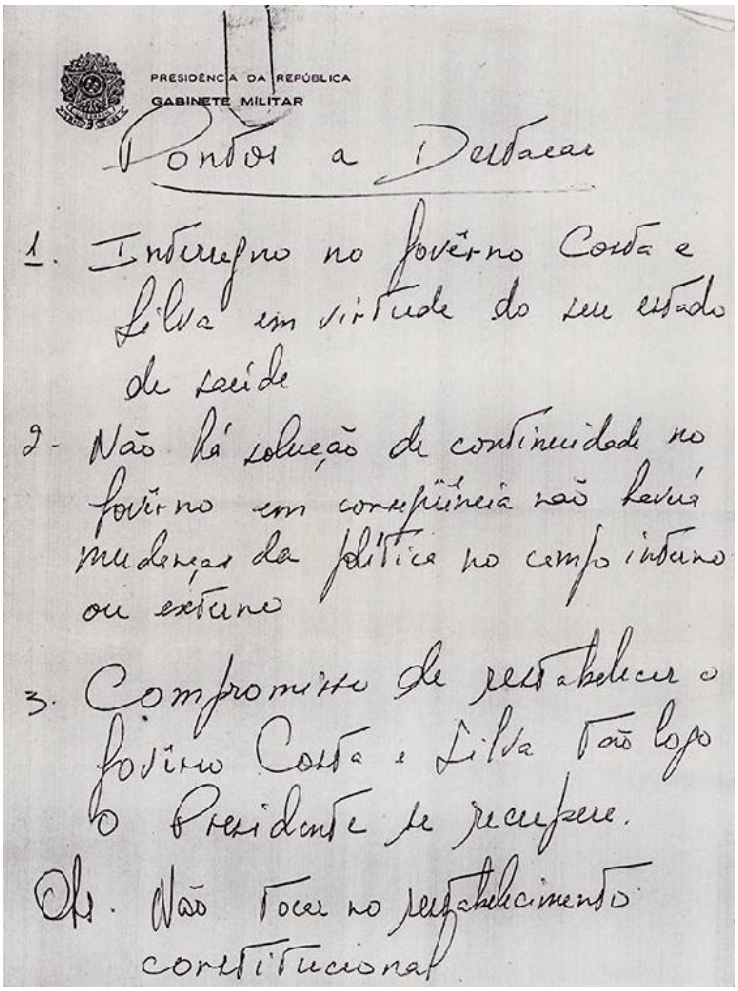
itos 3º), os dat. e loc. i não conhec.
c) José Ferreira, ex-militante da ALN (1968) integrado nos quadros d[illegible] (Remanescente Armada Nacionalista), morto, na GB, em 72 ou início de 73.

59 - OBSERVAÇÃO FINAL: para completar, relacionemos os comp. da ALN e MOLIPO mortos em combate (mortes oficialmente divulgadas) ou em acidentes, cujos nomes não foram citados no texto acima, por fazerem parte [illegible] quedas não examinadas por nós:-
a) Luiz Afonso Miranda da Costa Reis - "Rei"- 25/1/70- GB- dirigente nacional da ALN.
b) Arnaldo Pelho Freire- 1/7/70- sequestro "Caravelle" no Galeão - ALN.
c) Heloisa Jenni- "Gorda"- 20/12/70 - ALN, afogamento acidental no CE.
d) [illegible] Otto Retto- "Reno"- 12/1/71- tortura em MG- ALN.
e) Mário de Sousa Prata- 3/4/71- combate- GB- ALN.
f) Carlos Villas Boas- 5/4/71- tortura - GB- ALN.
g) Antônio Carlos Nogueira Cabral- "Chico"- 11/4/72-combate-GB- ALN.
h) Aurora Maria Nascimento Furtado- "Lola"- tortura-GB- ALN.
i) Ferreval Araújo- 7/5/73- tortura- GB- ALN.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Folha de papel manuscrita pelo general Jayme Portella com recomendações a Carlos Medeiros Silva


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

Pontos a Destacar

1. Interesse no governo Costa e Silva em virtude do seu estado de saúde

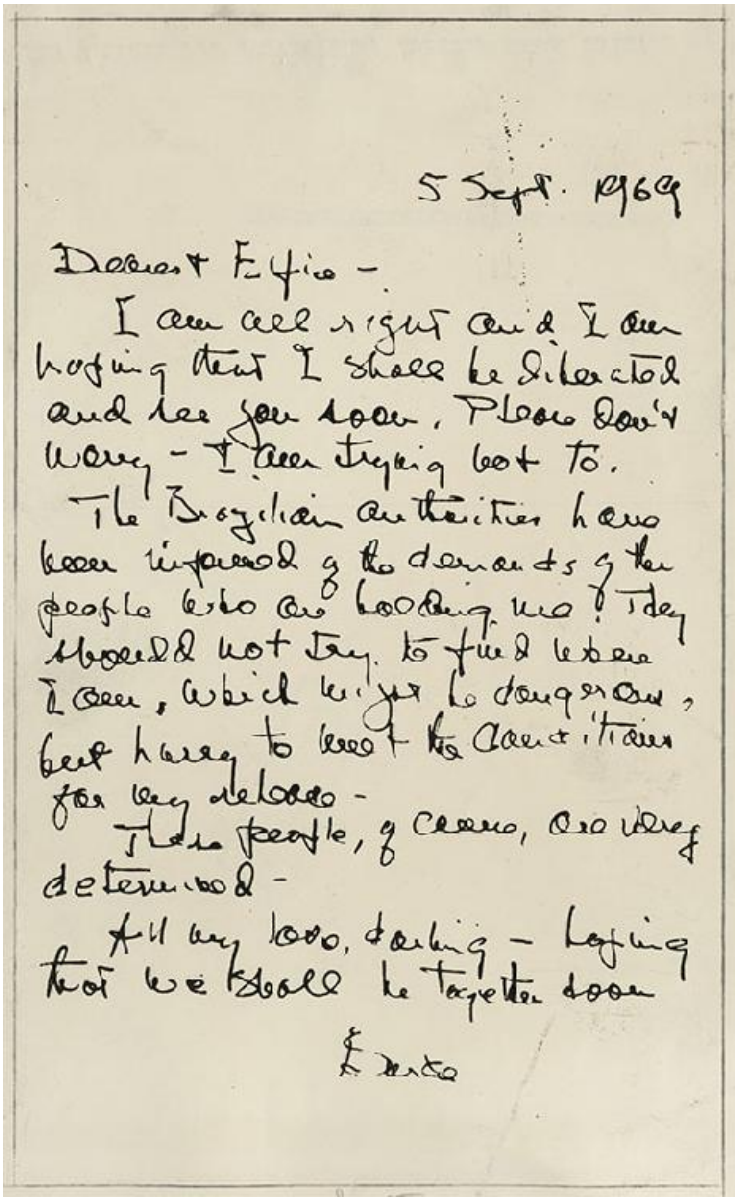
2. Não há solução de continuidade no governo em consequência não haverá mudanças da política no campo interno ou externo

3. Compromisso de restabelecer o governo Costa e Silva tão logo o Presidente se recupere.

4. Não tocar no restabelecimento constitucional

[Voltar] | [Transcrição]

Bilhete de Elbrick no cativeiro



5 Sept. 1969

Dearest Effie -

I am well right and I am hoping that I shall be liberated and see you soon. Please don't worry - I am trying best to.

The Brazilian authorities have been informed of the demands of the people who are looking me? They should not try to find where I am, which is very dangerous, best hope to meet the demands for my release -

The people, of course, are very determined -

All my love, darling - hoping that we shall be together soon

Ernesto

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

The New York Times, 10 de setembro de 1969

Split in Regime Reported

By WILLIAM BEECHER
Special to The New York Times

WASHINGTON, Sept. 9— A group of Brazilian colonels argued for countering the kidnapping of the American Ambassador, C. Burke Elbrick, with a threat rather than capitulation, according to a report arriving here through diplomatic channels.

The colonels unsuccessfully urged the Government to declare that unless the Ambassador was released unharmed within a specified time the 15 political prisoners, whom the kidnappers had demanded be freed, would be publicly hanged.

The officers insisted that to give in to the demands of leftist terrorists would only invite more kidnappings and other forms of politically motivated violence.

If the ultimatum was rejected, they said, the executions should be carried out even though this would probably result in the death of Mr. Elbrick.

In one stormy session, the reports say, an advocate of this approach argued that the life of only one American was involved. The United States, he said, loses almost 200 lives a week in Vietnam and could end that loss of life by pulling out of the war. But it does not do so for reasons of principle and national policy, he declared, and added that important issues of principle and policy were involved for Brazil in the kidnapping incident.

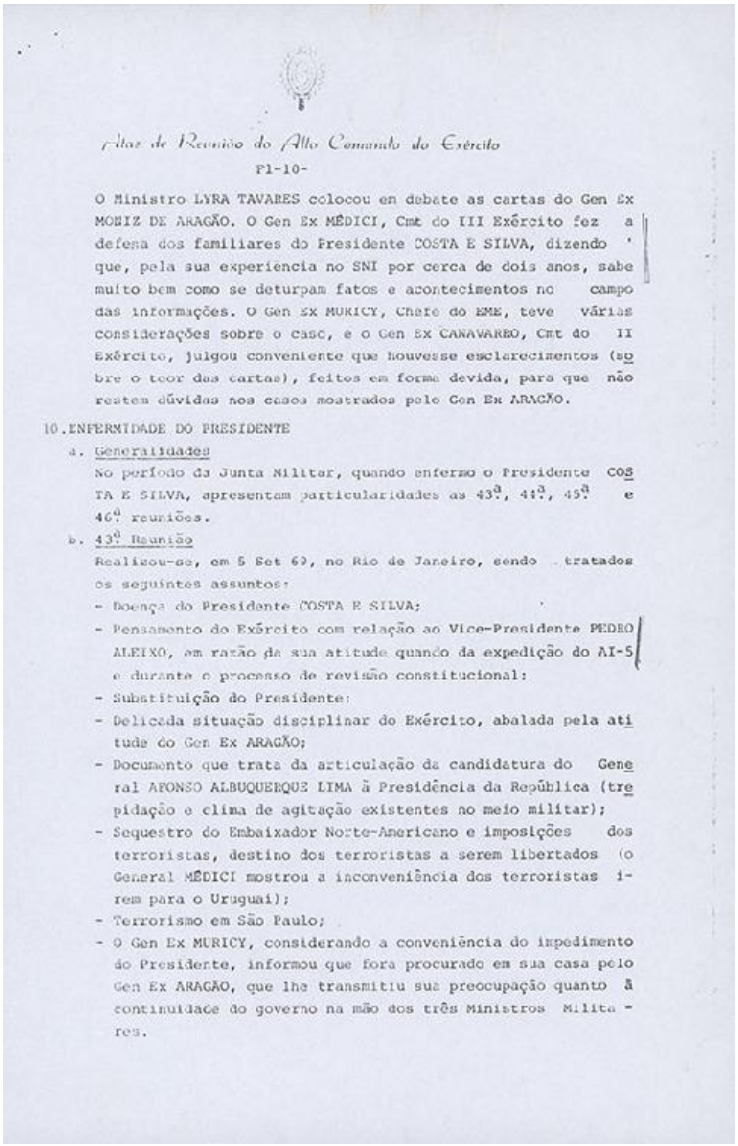
This approach was rejected by the ruling military triumvirate, made up of leaders of the three services: Gen. Aurelio Lyra Taveres, Adm. Augusto H. Rademaker Grunewald and Air Marshal Marcio de Souza Mello.

The junta took power last week after President Arthur da Costa e Silva was incapacitated by a stroke. The constitution had called for assumption of power by the Vice President in such an event.

The New York Times
Published: September 10, 1969
Copyright © The New York Times

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Resumo da ata da reunião do Alto-Comando do Exército em 5/9/1969



Ata de Reunião do Alto Comando do Exército

Fl-10-

O Ministro LYRA TAVARES colocou em debate as cartas do Gen Ex MONIZ DE ARAGÃO. O Gen Ex MÉDICI, Cmt do III Exército fez a defesa dos familiares do Presidente COSTA E SILVA, dizendo que, pela sua experiência no SNI por cerca de dois anos, sabe muito bem como se deturpam fatos e acontecimentos no campo das informações. O Gen Ex MURICY, Chefe do EME, teve várias considerações sobre o caso, e o Gen Ex CANAVARRO, Cmt do II Exército, julgou conveniente que houvesse esclarecimentos (sobre o teor das cartas), feitos em forma devida, para que não restem dúvidas nos casos mostrados pelo Gen Ex ARAGÃO.

10. ENFERMIDADE DO PRESIDENTE

a. Generalidades

No período da Junta Militar, quando enfermo o Presidente COSTA E SILVA, apresentam particularidades as 43ª, 44ª, 45ª e 46ª reuniões.

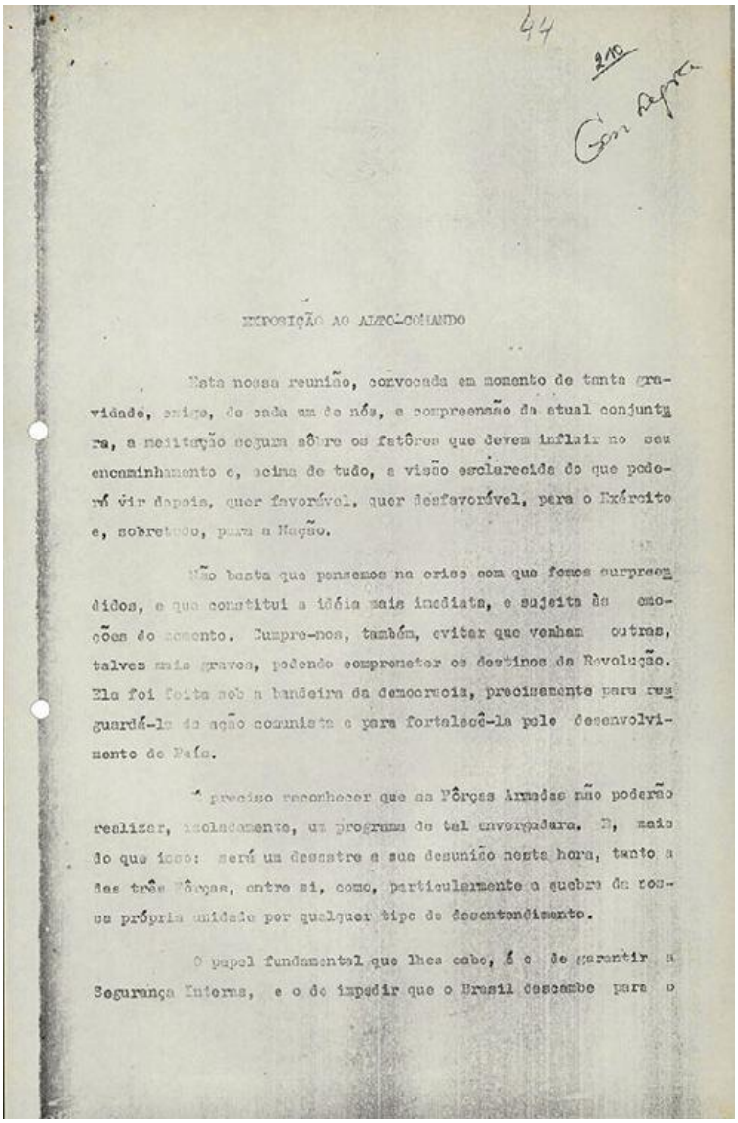
b. 43ª Reunião

Realizou-se, em 5 Set 69, no Rio de Janeiro, sendo tratados os seguintes assuntos:

- Doença do Presidente COSTA E SILVA;
- Pensamento do Exército com relação ao Vice-Presidente PEDRO ALEIXO, em razão da sua atitude quando da expedição do AI-5 e durante o processo de revisão constitucional;
- Substituição do Presidente;
- Delicada situação disciplinar do Exército, abalada pela atitude do Gen Ex ARAGÃO;
- Documento que trata da articulação da candidatura do General AFONSO ALBUQUERQUE LIMA à Presidência da República (tredipação e clima de agitação existentes no meio militar);
- Sequestro do Embaixador Norte-Americano e imposições dos terroristas, destino dos terroristas a serem libertados (o General MÉDICI mostrou a inconveniência dos terroristas irem para o Uruguai);
- Terrorismo em São Paulo;
- O Gen Ex MURICY, considerando a conveniência do impedimento do Presidente, informou que fora procurado em sua casa pelo Gen Ex ARAGÃO, que lhe transmitiu sua preocupação quanto à continuidade do governo na mão dos três Ministros Militares.

[Voltar] | [Transcrição]

Exposição ao Alto-Comando do Exército



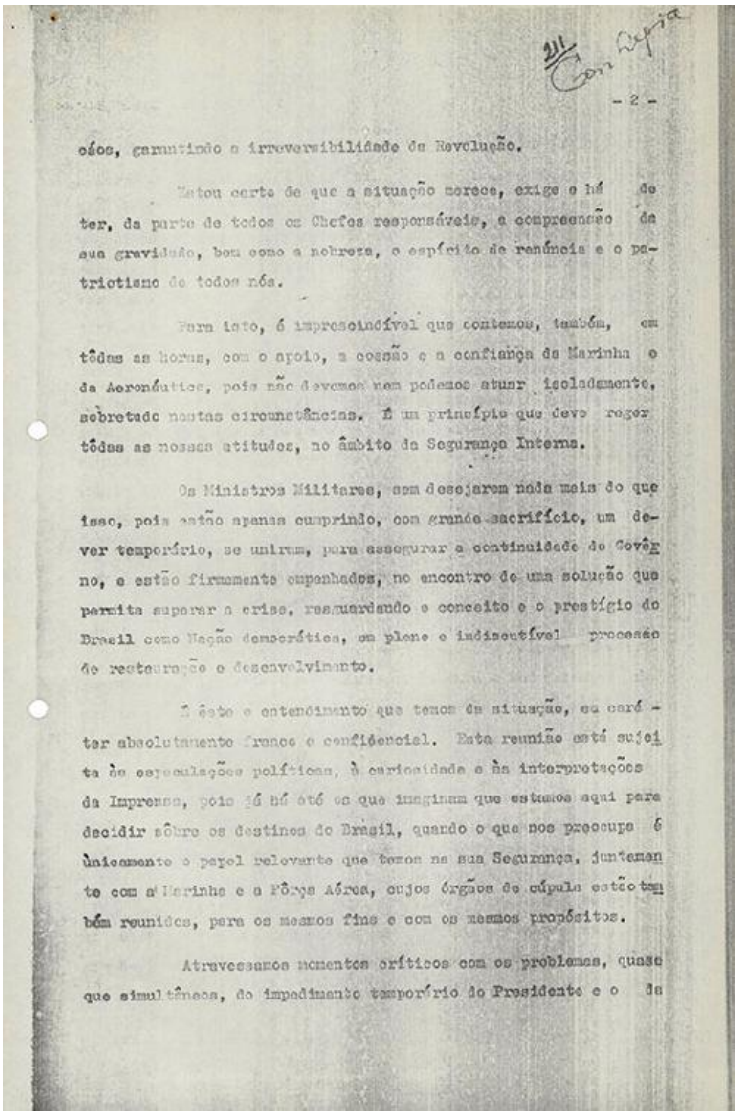
EXPOSIÇÃO AO ALTO-COMANDO

Nesta nossa reunião, convocada em momento de tanta gravidade, exige, de cada um de nós, a compreensão da atual conjuntura, a meditação segura sôbre os fatôres que devem influir no seu encaminhamento e, acima de tudo, a visão esclarecida do que poderá vir depois, quer favorável, quer desfavorável, para o Exército e, sobretudo, para a Nação.

Não basta que pensemos na crise com que fomos surpreendidos, e que constitui a idéia mais imediata, e sujeita às emoções do momento. Cumpre-nos, também, evitar que venham outras, talvez mais graves, podendo comprometer os destinos da Revolução. Ela foi feita sob a bandeira da democracia, precisamente para resguardá-la da ação comunista e para fortalecê-la pelo desenvolvimento do País.

É preciso reconhecer que as Fôrças Armadas não poderão realizar, isoladamente, um programa de tal envergadura. E, mais do que isso: será um desastre a sua desunião neste hora, tanto a das três Fôrças, entre si, como, particularmente a quebra da coesão própria unidade por qualquer tipo de desentendimento.

O papel fundamental que lhes cabe, é o de garantir a Segurança Interna, e o de impedir que o Brasil descambe para o



- 2 -

cios, garantindo a irreversibilidade da Revolução.

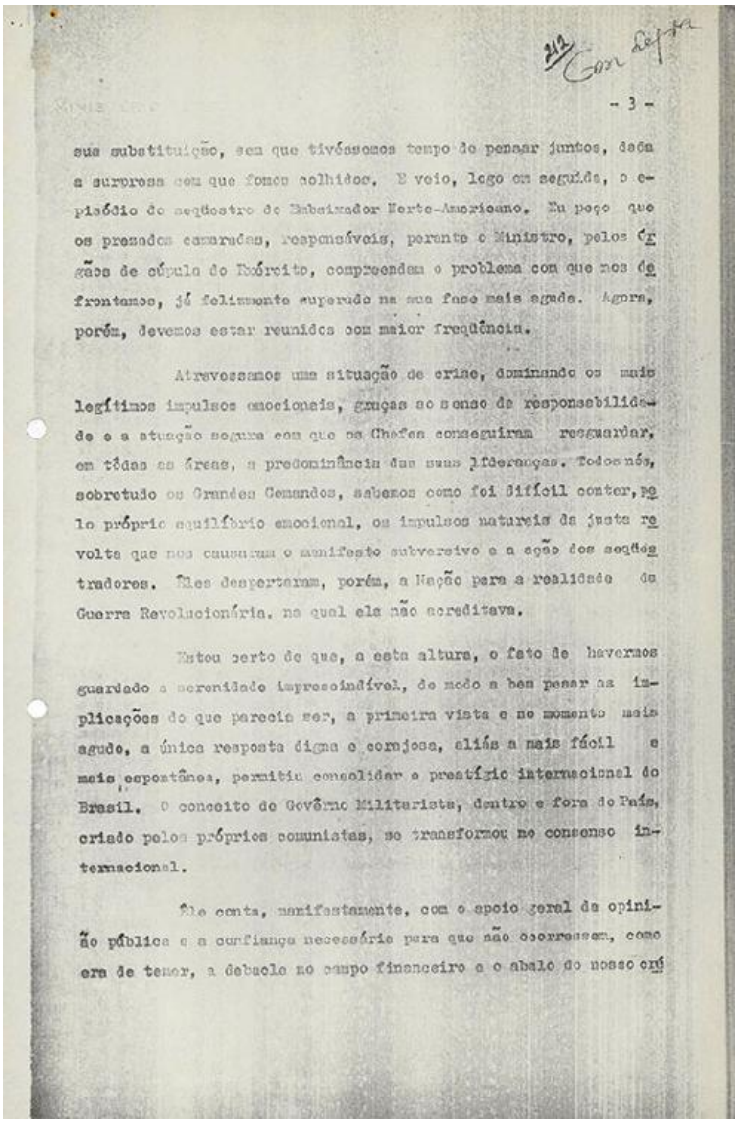
Estou certo de que a situação merece, exige e há de ter, da parte de todos os Chefes responsáveis, a compreensão da sua gravidade, bem como a nobreza, o espírito de renúncia e o patriotismo de todos nós.

Para isto, é imprescindível que contemos, também, em tôdas as horas, com o apoio, a coesão e a confiança da Marinha e da Aeronáutica, pois não devemos nem podemos atuar isoladamente, sobretudo nestas circunstâncias. É um princípio que deve reger tôdas as nossas atitudes, no âmbito da Segurança Interna.

Os Ministros Militares, sem desejarem nada mais do que isso, pois estão apenas cumprindo, com grande sacrifício, um dever temporário, se uniram, para assegurar a continuidade do Govêrno, e estão firmemente empenhados, no encontro de uma solução que permita superar a crise, resguardando o conceito e o prestígio do Brasil como Nação democrática, em plena e indiscutível procura de restauração e desenvolvimento.

É êste o entendimento que temos da situação, ou caráter absolutamente franco e confidencial. Esta reunião está sujeita às especulações políticas, à curiosidade e às interpretações da Imprensa, pois já há até os que imaginam que estamos aqui para decidir sôbre os destinos do Brasil, quando o que nos preocupa é unicamente o papel relevante que temos na sua Segurança, juntamente com a Marinha e a Fôrça Aérea, cujos órgãos de cúpula estão também reunidos, para os mesmos fins e com os mesmos propósitos.

Atravessamos momentos críticos com os problemas, quase que simultâneos, do impedimento temporário do Presidente e o da



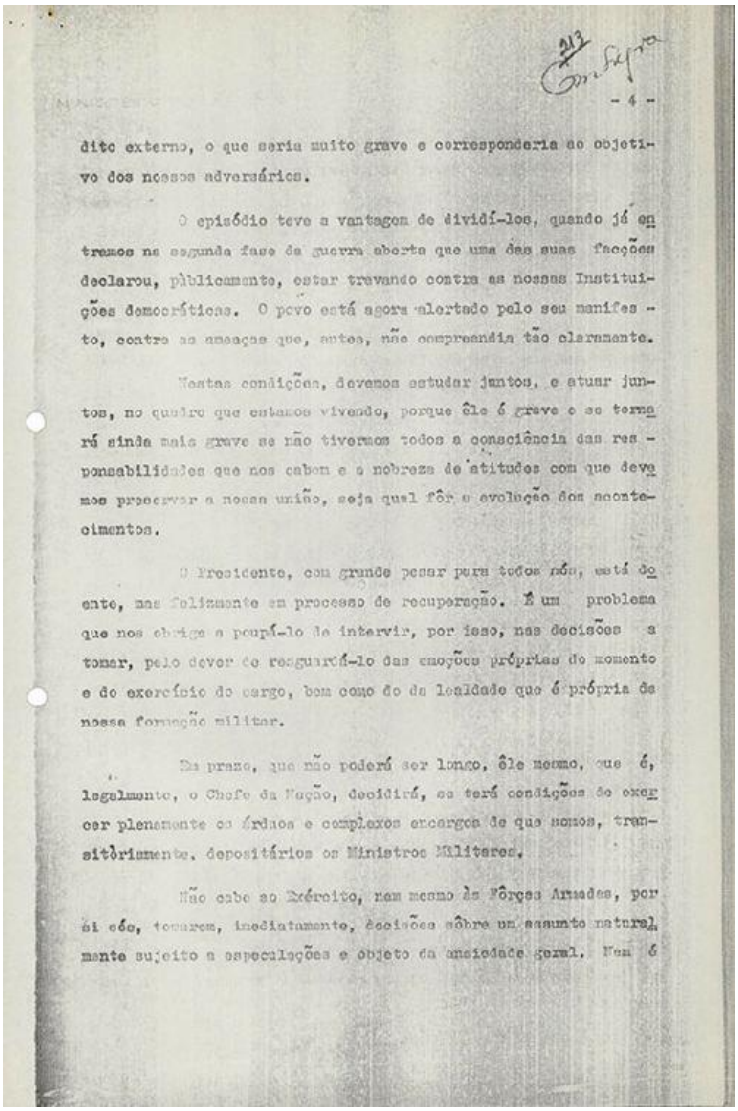
- 3 -

sua substituição, sem que tivéssemos tempo de pensar juntos, dada a surpresa com que fomos colhidos. E veio, logo em seguida, o episódio do seqüestro do Embaixador Norte-Americano. Eu peço que os prezados camaradas, responsáveis, perante o Ministro, pelos Órgãos de cúpula do Exército, compreendam o problema com que nos defrontamos, já felizmente superado na sua fase mais aguda. Agora, porém, devemos estar reunidos com maior freqüência.

Atravessamos uma situação de crise, dominando os mais legítimos impulsos emocionais, graças ao senso de responsabilidade e a atuação segura com que os Chefes conseguiram resguardar, em tôdas as áreas, a predominância das suas lideranças. Todos nós, sobretudo os Grandes Comandos, sabemos como foi difícil conter, pelo próprio equilíbrio emocional, os impulsos naturais da justa revolta que nos causaram o manifesto subversivo e a ação dos seqüestradores. Êles despertaram, porém, a Nação para a realidade da Guerra Revolucionária, na qual ela não acreditava.

Estou certo de que, a esta altura, o fato de havermos guardado a serenidade imprescindível, de modo a bem pesar as implicações do que parecia ser, a primeira vista e no momento mais agudo, a única resposta digna e correta, aliás a mais fácil e mais espontânea, permitiu consolidar o prestígio internacional do Brasil. O conceito de Govêrno Militarista, dentro e fora do País, criado pelos próprios comunistas, se transformou no consenso internacional.

Ele conta, manifestamente, com o apoio geral da opinião pública e a confiança necessária para que não ocorressem, como era de temer, a debacle no campo financeiro e o abalo do nosso cré



dito externo, o que seria muito grave e corresponderia ao objetivo dos nossos adversários.

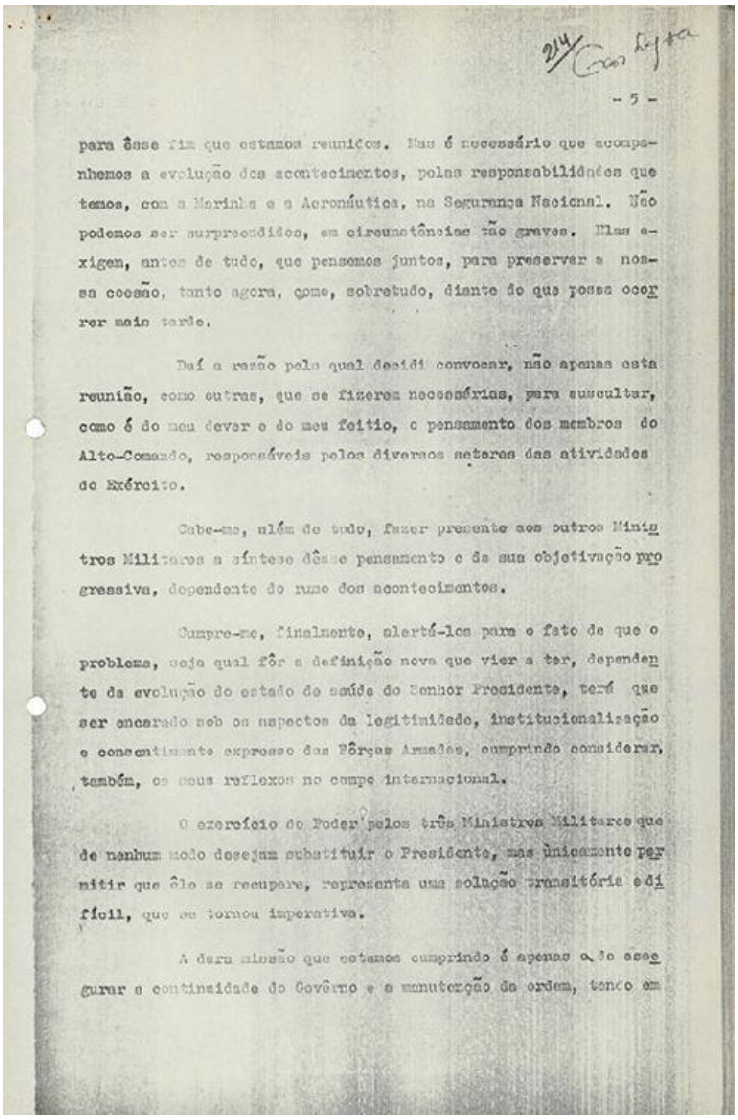
O episódio teve a vantagem de dividí-los, quando já entramos na segunda fase da guerra aberta que uma das suas facções declarou, publicamente, estar travando contra as nossas Instituições democráticas. O povo está agora alertado pelo seu manifesto, contra as ameaças que, antes, não compreendia tão claramente.

Nestas condições, devemos estudar juntos, e atuar juntos, no quadro que estamos vivendo, porque êle é grave e se tornará ainda mais grave se não tivermos todos a consciência das responsabilidades que nos cabem e a nobreza de atitudes com que devemos preservar a nossa união, seja qual fôr a evolução dos acontecimentos.

O Presidente, com grande pesar para todos nós, está doente, mas felizmente em processo de recuperação. É um problema que nos obriga a poupá-lo de intervir, por isso, nas decisões a tomar, pelo dever de resguardá-lo das emoções próprias do momento e do exercício do cargo, bem como do da lealdade que é própria de nossa formação militar.

Em prazo, que não poderá ser longo, êle mesmo, que é, legalmente, o Chefe da Nação, decidirá, se terá condições de exercer plenamente os árduos e complexos encargos de que somos, transitòriamente, depositários os Ministros Militares.

Não cabe ao Exército, nem mesmo às Fôrças Armadas, por si sós, tomarem, imediatamente, decisões sôbre um assunto naturalmente sujeito a especulações e objeto da ansiedade geral. Nem é



214/ Cons Lyra

- 5 -

para êsse fim que estamos reunidos. Mas é necessário que acompanhemos a evolução dos acontecimentos, pelas responsabilidades que temos, com a Marinha e a Aeronáutica, na Segurança Nacional. Não podemos ser surpreendidos, em circunstâncias tão graves. Mas exigem, antes de tudo, que pensemos juntos, para preservar a nossa coesão, tanto agora, como, sobretudo, diante do que possa ocorrer mais tarde.

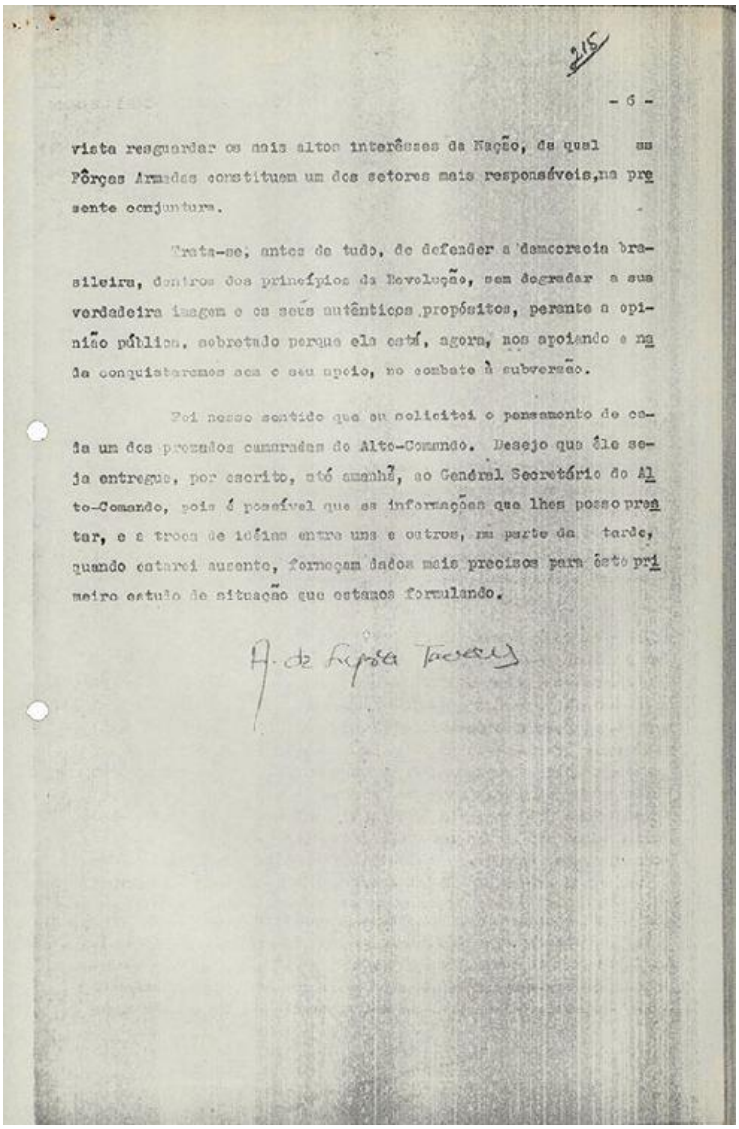
Daí a razão pela qual decidi convocar, não apenas esta reunião, como outras, que se fizerem necessárias, para auscultar, como é do meu dever e do meu feitio, o pensamento dos membros do Alto-Comando, responsáveis pelos diversos setores das atividades do Exército.

Cabe-me, além de tudo, fazer presente aos outros Ministros Militares a síntese dêsse pensamento e da sua objetivação progressiva, dependente do rumo dos acontecimentos.

Cumpre-me, finalmente, alertá-los para o fato de que o problema, seja qual fôr a definição nova que vier a ter, dependente da evolução do estado de saúde do Senhor Presidente, terá que ser encarado sob os aspectos da legitimidade, institucionalização e consentimento expresso das Fôrças Armadas, cumprindo considerar, também, os seus reflexos no campo internacional.

O exercício do Poder pelos três Ministros Militares que de nenhum modo desejam substituir o Presidente, mas unicamente permitir que êle se recupere, representa uma solução transitória e difícil, que se tornou imperativa.

A dura missão que estamos cumprindo é apenas a de assegurar a continuidade do Govêrno e a manutenção da ordem, tendo em



215

vista resguardar os mais altos interêsses da Nação, da qual as Fôrças Armadas constituem um dos setores mais responsáveis, na presente conjuntura.

Trata-se, antes de tudo, de defender a democracia brasileira, dentro dos princípios da Revolução, sem degradar a sua verdadeira imagem e os seus autênticos propósitos, perante a opinião pública, sobretudo porque ela está, agora, nos apoiando e nada conquistaremos sem o seu apoio, no combate à subversão.

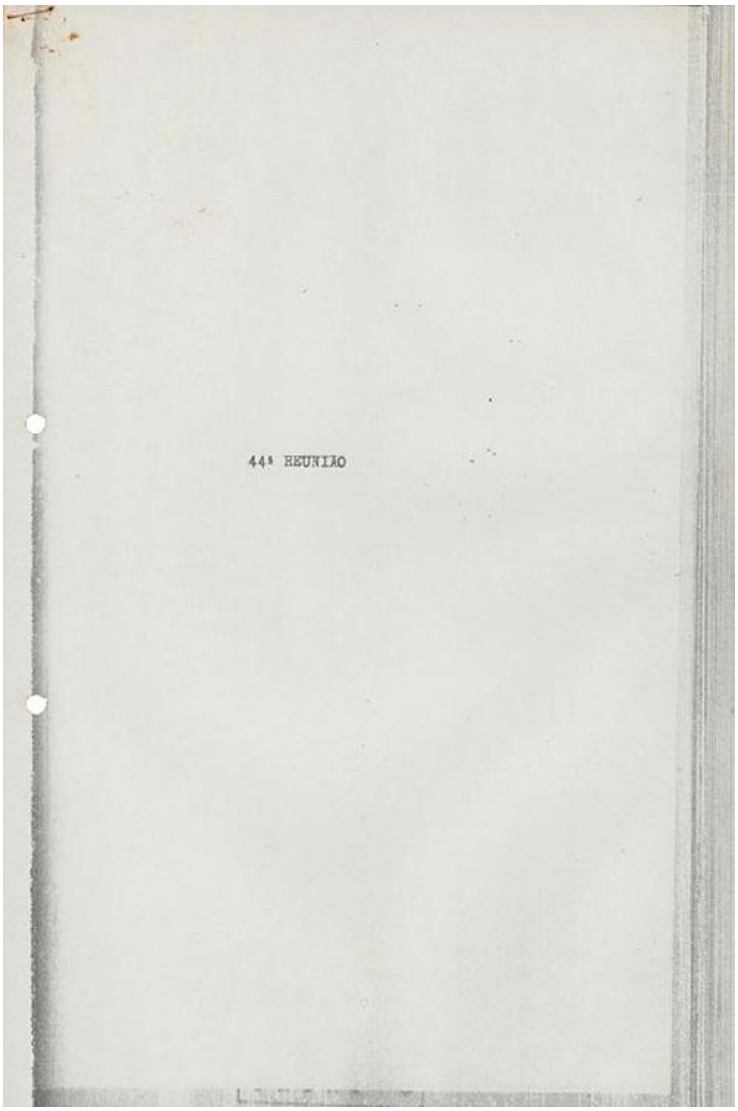
Foi nesse sentido que eu solicitei o pensamento de cada um dos prezados camaradas do Alto-Comando. Desejo que êle seja entregue, por escrito, até amanhã, ao General Secretário do Alto-Comando, pois é possível que as informações que lhes posso prestar, e a troca de idéias entre uns e outros, na parte da tarde, quando estarei ausente, forneçam dados mais precisos para êste primeiro estudo de situação que estamos formulando.

A. de Figueiredo

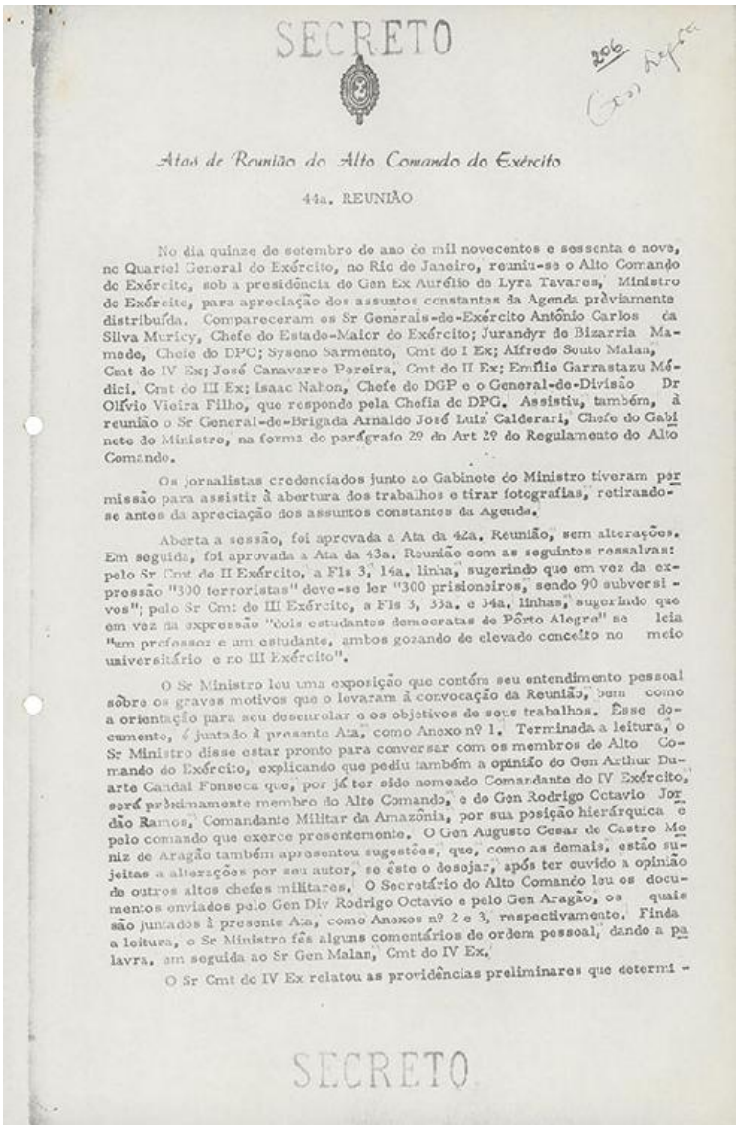
[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Ata da 44ª Reunião do Alto-Comando do Exército



[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETO

206

Atas de Reunião do Alto Comando do Exército

44a. REUNIÃO

No dia quinze de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, no Quartel General do Exército, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Alto Comando do Exército, sob a presidência do Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército, para apreciação dos assuntos constantes da Agenda previamente distribuída. Compareceram os Sr Generais-de-Exército Antônio Carlos da Silva Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército; Jurandyr de Bizarria Mamede, Chefe do DPC; Syseno Sarmento, Cmt do I Ex; Alfredo Souto Malan, Cmt do IV Ex; José Canavarro Pereira, Cmt do II Ex; Emílio Garrastazu Médici, Cmt do III Ex; Isaac Nahon, Chefe do DGP e o General-de-Divisão Dr Olívio Vieira Filho, que responde pela Chefia do DPG. Assistiu, também, à reunião o Sr General-de-Brigada Arnaldo José Luiz Calderari, Chefe do Gabinete do Ministro, na forma do parágrafo 2º do Art 2º do Regulamento do Alto Comando.

Os jornalistas credenciados junto ao Gabinete do Ministro tiveram permissão para assistir à abertura dos trabalhos e tirar fotografias, retirando-se antes da apreciação dos assuntos constantes da Agenda.

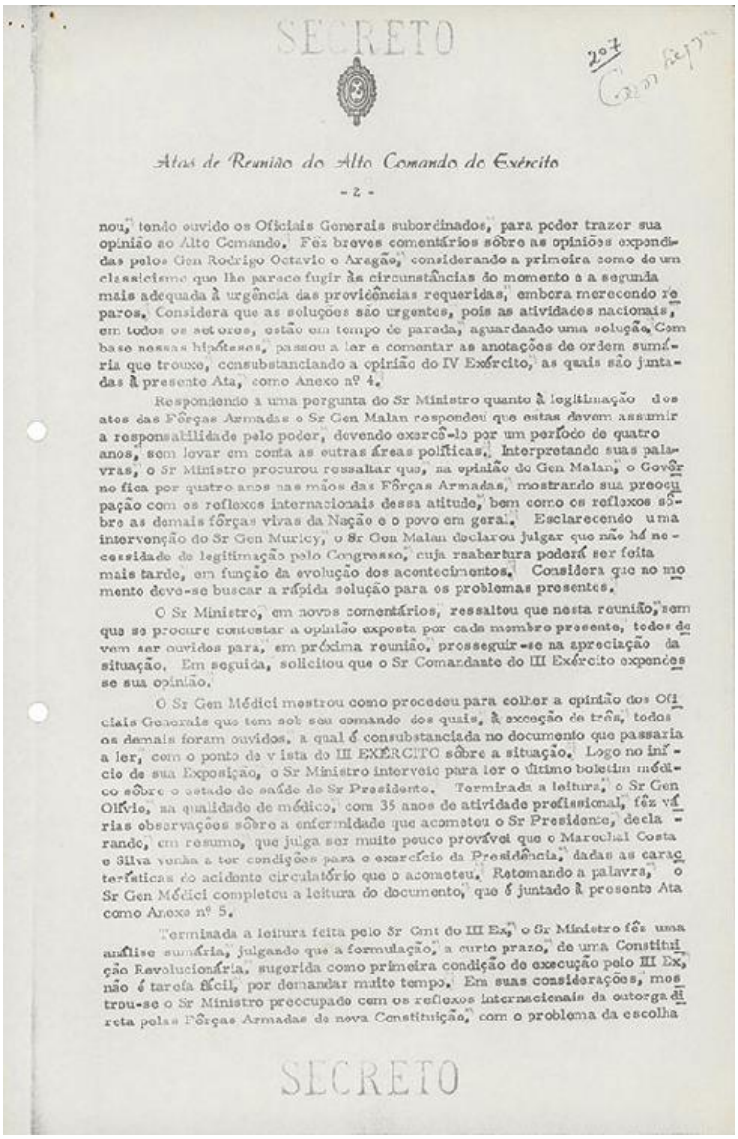
Aberta a sessão, foi aprovada a Ata da 42a. Reunião, sem alterações. Em seguida, foi aprovada a Ata da 43a. Reunião com as seguintes ressalvas: pelo Sr Cmt do II Exército, a Fls 3, 14a. linha, sugerindo que em vez da expressão "300 terroristas" deve-se ler "300 prisioneiros, sendo 90 subversivos"; pelo Sr Cmt do III Exército, a Fls 3, 33a. e 34a. linhas, sugerindo que em vez da expressão "dois estudantes democratas de Pôrto Alegre" se leia "um professor e um estudante, ambos gozando de elevado conceito no meio universitário e no III Exército".

O Sr Ministro leu uma exposição que contém seu entendimento pessoal sôbre os graves motivos que o levaram à convocação da Reunião, bem como a orientação para seu desenrolar e os objetivos de seus trabalhos. Êsse documento, é juntado à presente Ata, como Anexo nº 1. Terminada a leitura, o Sr Ministro disse estar pronto para conversar com os membros do Alto Comando do Exército, explicando que pediu também a opinião do Gen Arthur Duarte Candal Fonseca que, por já ter sido nomeado Comandante do IV Exército, será prèviamente membro do Alto Comando, e do Gen Rodrigo Octavio Jordão Ramos, Comandante Militar da Amazônia, por sua posição hierárquica e pelo comando que exerce presentemente. O Gen Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão também apresentou sugestões, que, como as demais, estão sujeitas a alterações por seu autor, se êste o desejar, após ter ouvido a opinião de outros altos chefes militares. O Secretário do Alto Comando leu os documentos enviados pelo Gen Div Rodrigo Octavio e pelo Gen Aragão, os quais são juntados à presente Ata, como Anexos nº 2 e 3, respectivamente. Finda a leitura, o Sr Ministro fêz alguns comentários de ordem pessoal, dando a palavra, em seguida ao Sr Gen Malan, Cmt do IV Ex.

O Sr Cmt do IV Ex relatou as providências preliminares que determi -

SECRETO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETO

207

Atas de Reunião do Alto Comando do Exército

- 2 -

nou, tendo ouvido os Oficiais Generais subordinados, para poder trazer sua opinião ao Alto Comando. Fêz breves comentários sôbre as opiniões expendidas pelos Gen Rodrigo Octavio e Aregão, considerando a primeira como de um classicismo que lhe parece fugir às circunstâncias do momento e a segunda mais adequada à urgência das providências requeridas, embora merecendo reparos. Considera que as soluções são urgentes, pois as atividades nacionais, em todos os setores, estão em tempo de parada, aguardando uma solução. Com base nessas hipóteses, passou a ler e comentar as anotações de ordem sumária que trouxe, consubstanciando a opinião do IV Exército, as quais são juntadas à presente Ata, como Anexo nº 4.

Respondendo a uma pergunta do Sr Ministro quanto à legitimação dos atos das Fôrças Armadas o Sr Gen Malan respondeu que estas devem assumir a responsabilidade pelo poder, devendo exercê-lo por um período de quatro anos, sem levar em conta as outras áreas políticas. Interpretando suas palavras, o Sr Ministro procurou ressaltar que, na opinião do Gen Malan, o Govêrno fica por quatro anos nas mãos das Fôrças Armadas, mostrando sua preocupação com os reflexos internacionais dessa atitude, bem como os reflexos sôbre as demais fôrças vivas da Nação e o povo em geral. Esclarecendo uma intervenção do Sr Gen Muricy, o Sr Gen Malan declarou julgar que não há necessidade de legitimação pelo Congresso, cuja reabertura poderá ser feita mais tarde, em função da evolução dos acontecimentos. Considera que no momento deve-se buscar a rápida solução para os problemas presentes.

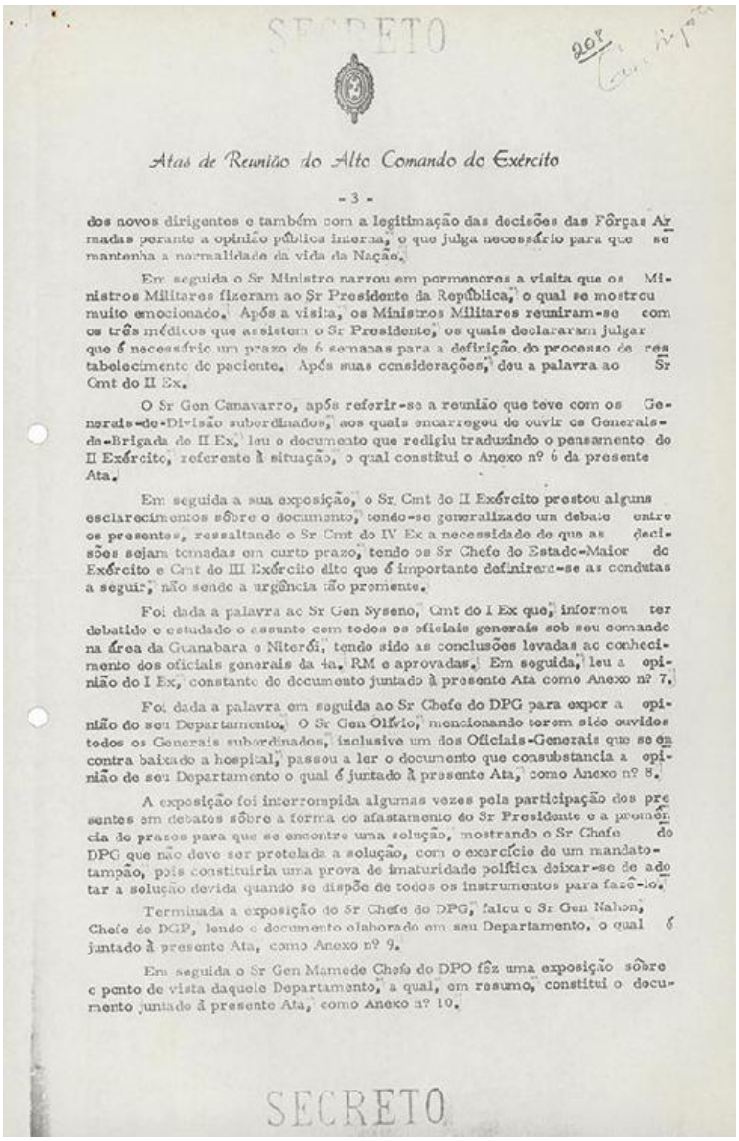
O Sr Ministro, em novos comentários, ressaltou que nesta reunião, sem que se procure contestar a opinião exposta por cada membro presente, todos devem ser ouvidos para, em próxima reunião, prosseguir-se na apreciação da situação. Em seguida, solicitou que o Sr Comandante do III Exército expendesse sua opinião.

O Sr Gen Médici mostrou como procedeu para colher a opinião dos Oficiais Generais que tem sob seu comando dos quais, à exceção de três, todos os demais foram ouvidos, a qual é consubstanciada no documento que passaria a ler, com o ponto de vista do III EXÉRCITO sôbre a situação. Logo no início de sua Exposição, o Sr Ministro interveio para ler o último boletim médico sôbre o estado de saúde do Sr Presidente. Terminada a leitura, o Sr Gen Olívio, na qualidade de médico, com 35 anos de atividade profissional, fêz várias observações sôbre a enfermidade que acometeu o Sr Presidente, declarando, em resumo, que julga ser muito pouco provável que o Marechal Costa e Silva venha a ter condições para o exercício da Presidência, dadas as características do acidente circulatório que o acometeu. Retomando a palavra, o Sr Gen Médici completou a leitura do documento, que é juntado à presente Ata como Anexo nº 5.

Terminada a leitura feita pelo Sr Cmt do III Ex, o Sr Ministro fêz uma análise sumária, julgando que a formulação, a curto prazo, de uma Constituição Revolucionária, sugerida como primeira condição de execução pelo III Ex, não é tarefa fácil, por demandar muito tempo. Em suas considerações, mostrou-se o Sr Ministro preocupado com os reflexos internacionais da outorga direta pelas Fôrças Armadas de nova Constituição, com o problema da escolha

SECRETO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETO

Atas de Reunião do Alto Comando do Exército

- 3 -

dos novos dirigentes e também com a legitimação das decisões das Fôrças Armadas perante a opinião pública interna, o que julga necessário para que se mantenha a normalidade da vida da Nação.

Em seguida o Sr Ministro narrou em pormenores a visita que os Ministros Militares fizeram ao Sr Presidente da República, o qual se mostrou muito emocionado. Após a visita, os Ministros Militares reuniram-se com os três médicos que assistem o Sr Presidente, os quais declararam julgar que é necessário um prazo de 6 semanas para a definição do processo de restabelecimento do paciente. Após suas considerações, deu a palavra ao Sr Cmt do II Ex.

O Sr Gen Canavarro, após referir-se a reunião que teve com os Generais-de-Divisão subordinados, aos quais encarregou de ouvir os Generais-de-Brigada do II Ex, leu o documento que redigiu traduzindo o pensamento do II Exército, referente à situação, o qual constitui o Anexo nº 6 da presente Ata.

Em seguida a sua exposição, o Sr Cmt do II Exército prestou alguns esclarecimentos sôbre o documento, tendo-se generalizado um debate entre os presentes, ressaltando o Sr Cmt do IV Ex a necessidade de que as decisões sejam tomadas em curto prazo, tendo o Sr Chefe do Estado-Maior do Exército e Cmt do III Exército dito que é importante definirem-se as condutas a seguir, não sendo a urgência tão premente.

Foi dada a palavra ao Sr Gen Syseno, Cmt do I Ex que, informou ter debatido e estudado o assunto com todos os oficiais generais sob seu comando na área da Guanabara e Niterói, tendo sido as conclusões levadas ao conhecimento dos oficiais generais da 4a. RM e aprovadas. Em seguida, leu a opinião do I Ex, constante do documento juntado à presente Ata como Anexo nº 7.

Foi dada a palavra em seguida ao Sr Chefe do DPG para expor a opinião do seu Departamento. O Sr Gen Olívio, mencionando terem sido ouvidos todos os Generais subordinados, inclusive um dos Oficiais-Generais que se encontra baixado a hospital, passou a ler o documento que consubstancia a opinião de seu Departamento o qual é juntado à presente Ata, como Anexo nº 8.

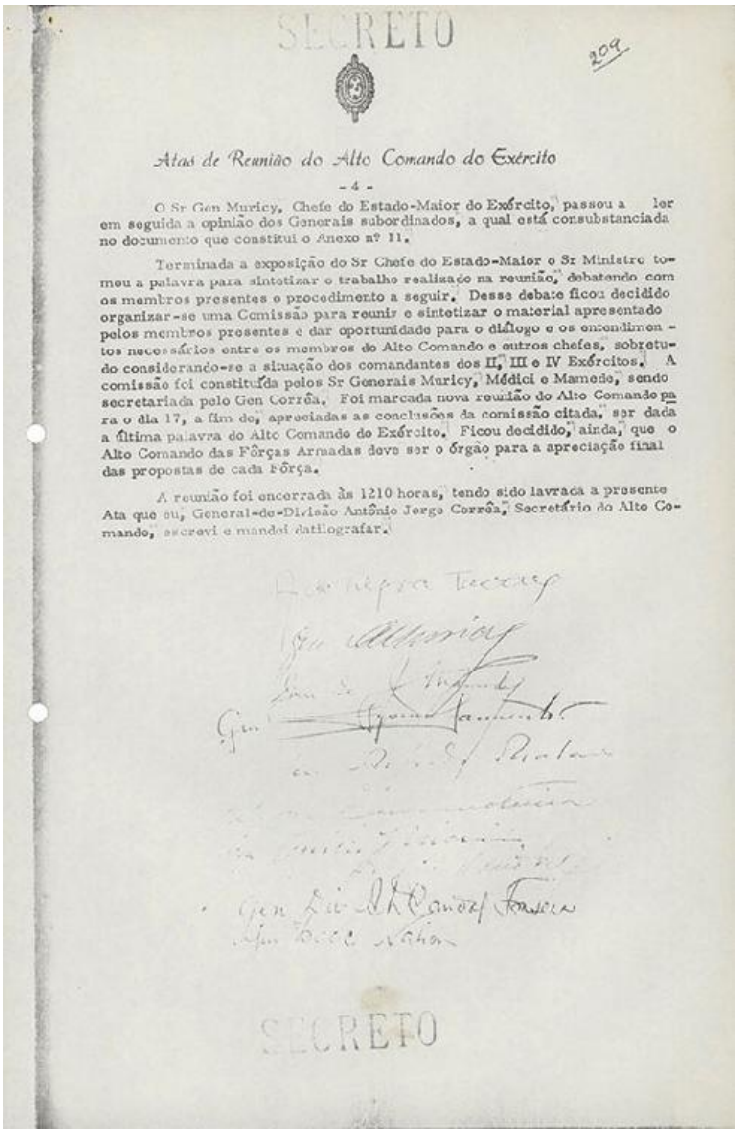
A exposição foi interrompida algumas vezes pela participação dos presentes em debates sôbre a forma do afastamento do Sr Presidente e a premência do prazo para que se encontre uma solução, mostrando o Sr Chefe do DPG que não deve ser protelada a solução, com o exercício de um mandato-tampão, pois constituiria uma prova de imaturidade política deixar-se de adotar a solução devida quando se dispõe de todos os instrumentos para fazê-lo.

Terminada a exposição do Sr Chefe do DPG, falou o Sr Gen Nelson, Chefe do DGP, tendo o documento elaborado em seu Departamento, o qual é juntado à presente Ata, como Anexo nº 9.

Em seguida o Sr Gen Mamede Chefe do DPO fêz uma exposição sôbre o ponto de vista daquele Departamento, a qual, em resumo, constitui o documento juntado à presente Ata, como Anexo nº 10.

SECRETO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETO

209

Atas de Reunião do Alto Comando do Exército

- 4 -

O Sr Gen Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército, passou a ler em seguida a opinião dos Generais subordinados, a qual está consubstanciada no documento que constitui o Anexo nº 11.

Terminada a exposição do Sr Chefe do Estado-Maior o Sr Ministro tomou a palavra para sintetizar o trabalho realizado na reunião, debatendo com os membros presentes o procedimento a seguir. Desse debate ficou decidido organizar-se uma Comissão para reunir e sintetizar o material apresentado pelos membros presentes e dar oportunidade para o diálogo e os entendimentos necessários entre os membros do Alto Comando e outros chefes, sobretudo considerando-se a situação dos comandantes dos II, III e IV Exércitos. A comissão foi constituída pelos Sr Generais Muricy, Médici e Mamede, sendo secretariada pelo Gen Corrêa. Foi marcada nova reunião do Alto Comando para o dia 17, a fim de, apreciadas as conclusões da comissão citada, ser dada a última palavra do Alto Comando do Exército. Ficou decidido, ainda, que o Alto Comando das Fôrças Armadas deve ser o órgão para a apreciação final das propostas de cada Fôrça.

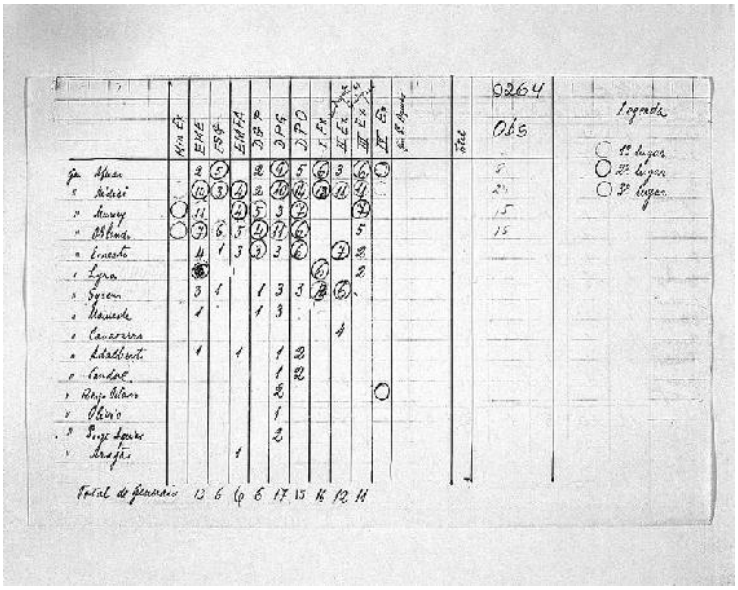
A reunião foi encerrada às 1210 horas, tendo sido lavrada a presente Ata que eu, General-de-Divisão Antônio Jorge Corrêa, Secretário do Alto Comando, escrevi e mandei datilografar.

SECRETO

[Fim do documento]

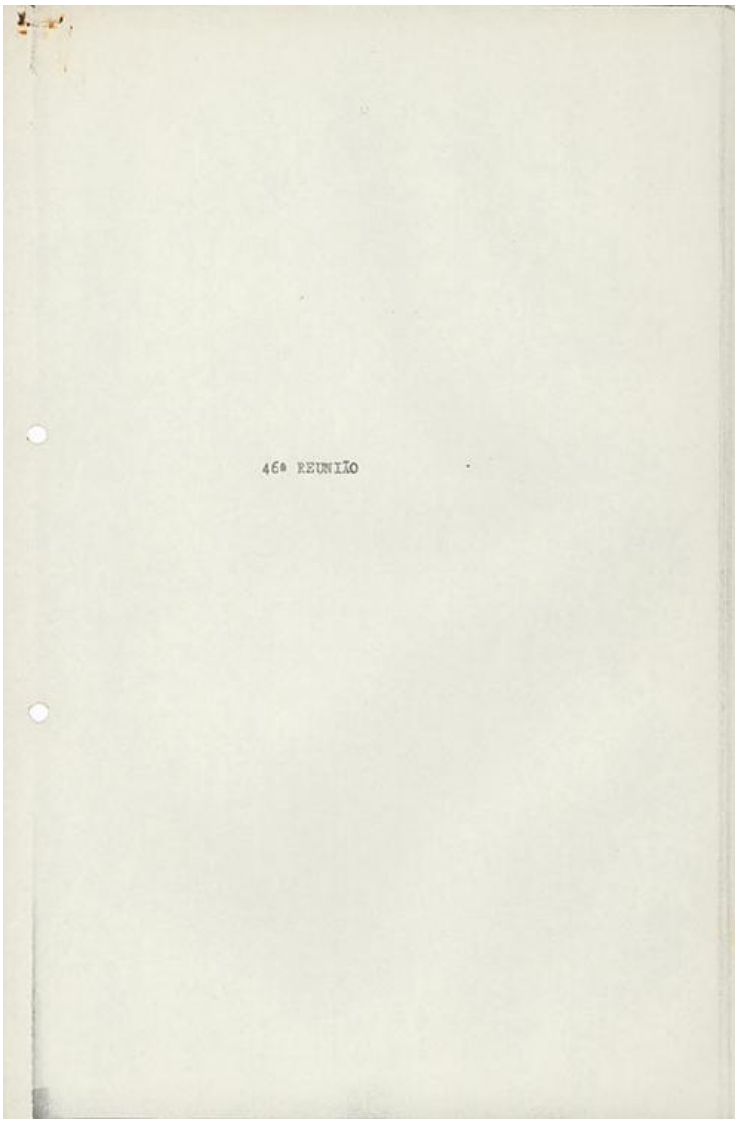
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Este manuscrito do general Antonio Carlos Muricy é um dos poucos documentos da votação que escolheu o sucessor de Costa e Silva. Trata-se da tabela incompleta, mas indica que Médici teve 77 votos entre 102 generais.



[Voltar]

Ata da 46ª Reunião do Alto-Comando do Exército



SECRETO

Atas de Reunião do Alto Comando do Exército

46a. REUNIÃO

No dia 2º de setembro de 1969, no Quartel General do Exército, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Alto Comando do Exército, sob a presidência do Gen Ex Aurêlio de Lyra Tavares, Ministro do Exército, para apreciação dos assuntos constantes da Agenda prèviamente distribuída. Compareceram os Sr Generais-de-Exército Antônio Carlos da Silva Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército; Jurandyr de Bizarria Mamede, Chefe do DPO; Syseno Sarmento, Cmt do I Ex; José Canavarro Pereira, Cmt do II Ex; Emílio Garrastazu Médici, Cmt do III Ex; Isaac Nahon, Chefe do DGP e os Generais-de-Divisão Dr Olívio Vieira Filho e Arthur Duarte Candal Fonseca, sendo êste Comandante Interino do IV Ex e aquêle respondendo pela Chefia do DPG. Assistiram, também, à reunião o Sr General-do-Exército Alfredo Souto Malan na forma do Art 7º do R/189 e o Sr Gen Bda Arnaldo José Luiz Calderari, Chefe do Gabinete do Ministro, na forma do parágrafo 2º do Art 2º daquêle Regulamento.

Os jornalistas credenciados junto ao Gabinete do Ministro tiveram permissão para assistir à abertura dos trabalhos e tirar fotografias, retirando-se antes da apreciação dos assuntos programados.

Iniciando-se a reunião, o Sr Secretário leu a Ata da Reunião anterior, a qual, após apreciada pelos presentes, foi aprovada.

Em seguida, o Gen Syseno fêz referência à visita que recebera do Gen Augusto Cezar de Castro Moniz de Aragão e leu carta que aquêle General lhe dirigira, a qual é anexada à presente Ata, como Anexo nº 1.

O Sr Ministro leu documento dirigido aos membros do Alto-Comando, referente aos objetivos desta reunião, no qual desejou fixar sua posição pessoal em relação aos nomes a serem indicados ao Alto Comando das Fôrças Armadas. Além disso, deu conhecimento das respostas dadas pelos médicos que assistem o Presidente Costa e Silva aos quesitos que lhes foram formulados pelos três Ministros Militares a respeito da saúde de S.Exa., ressaltando o caráter estritamente confidencial dessas respostas, por motivo de ética profissional. Terminada a leitura do documento, o Sr Gen Malan pediu a palavra, sugerindo que, pela sua importância, o referido documento fôsse anexado à Ata.

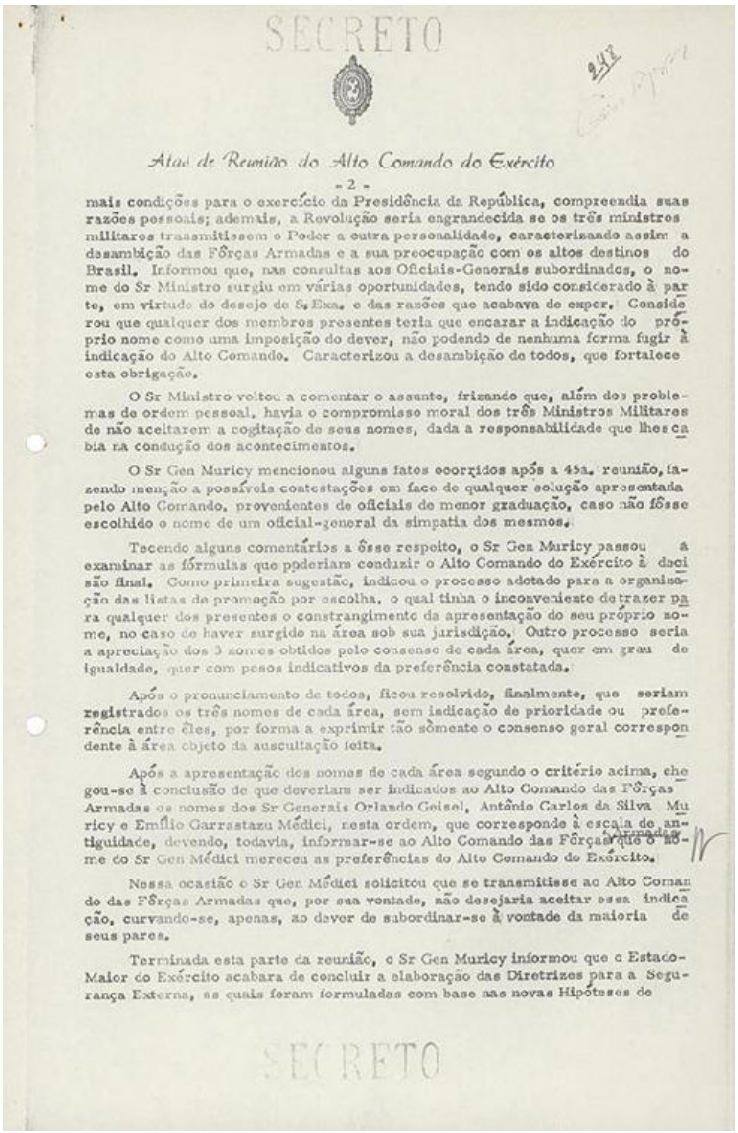
O Sr Gen Muricy apreciando o assunto, manifestou-se dizendo ser da mesma opinião. O Sr Gen Olívio considerou o documento apresentado pelos médicos que assistem ao Sr Presidente como uma peça de Medicina Forense e não, propriamente um diagnóstico clínico. Ao final, tendo participado do debate os demais membros presentes, o Sr Ministro concordou que o documento que acabara de ler constasse da Ata, à qual é anexado como Anexo nº 2.

O Sr Gen Médici declarou respeitar a decisão do Sr Gen Lyra de não aceitar a indicação de seu nome dizendo que, após essa decisão e a leitura do parecer dos médicos assistentes do Sr Presidente, ficou mais robustecida a sua própria decisão de não desejar aceitar a cogitação do seu nome, em face das suas ligações de amizade pessoal com o Presidente Costa e Silva.

Pedindo a palavra, o Sr Gen Muricy fêz um comentário pessoal sôbre o problema, dizendo que embora julgasse o Sr Gen Lyra como dos que reuniam

SECRETO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETO

Ata de Reunião do Alto Comando do Exército

- 2 -

mais condições para o exercício da Presidência da República, compreendia suas razões pessoais; ademais, a Revolução seria engrandecida se os três ministros militares trasmitissem o Poder a outra personalidade, caracterizando assim a desambição das Fôrças Armadas e a sua preocupação com os altos destinos do Brasil. Informou que, nas consultas aos Oficiais-Generais subordinados, o nome do Sr Ministro surgiu em várias oportunidades, tendo sido considerado à parte, em virtude do desejo de S. Exa. e das razões que acabava de expor. Considerou que qualquer dos membros presentes teria que encarar a indicação do próprio nome como uma imposição do dever, não podendo de nenhuma forma fugir à indicação do Alto Comando. Caracterizou a desambição de todos, que fortalece esta obrigação.

O Sr Ministro voltou a comentar o assunto, frizando que, além dos problemas de ordem pessoal, havia o compromisso moral dos três Ministros Militares de não aceitarem a cogitação de seus nomes, dada a responsabilidade que lhes cabia na condução dos acontecimentos.

O Sr Gen Muricy mencionou alguns fatos ocorridos após a 45a. reunião, fazendo menção a possíveis contestações em face de qualquer solução apresentada pelo Alto Comando, provenientes de oficiais de menor graduação, caso não fôsse escolhido o nome de um oficial-general da simpatia dos mesmos.

Tecendo alguns comentários a êsse respeito, o Sr Gen Muricy passou a examinar as fórmulas que poderiam conduzir o Alto Comando do Exército à decisão final. Como primeira sugestão, indicou o processo adotado para a organização das listas de promoção por escolha, o qual tinha o inconveniente de trazer para qualquer dos presentes o constrangimento da apresentação do seu próprio nome, no caso de haver surgido na área sob sua jurisdição. Outro processo seria a apreciação dos 3 nomes obtidos pelo consenso de cada área, quer em grau de igualdade, quer com pesos indicativos da preferência constatada.

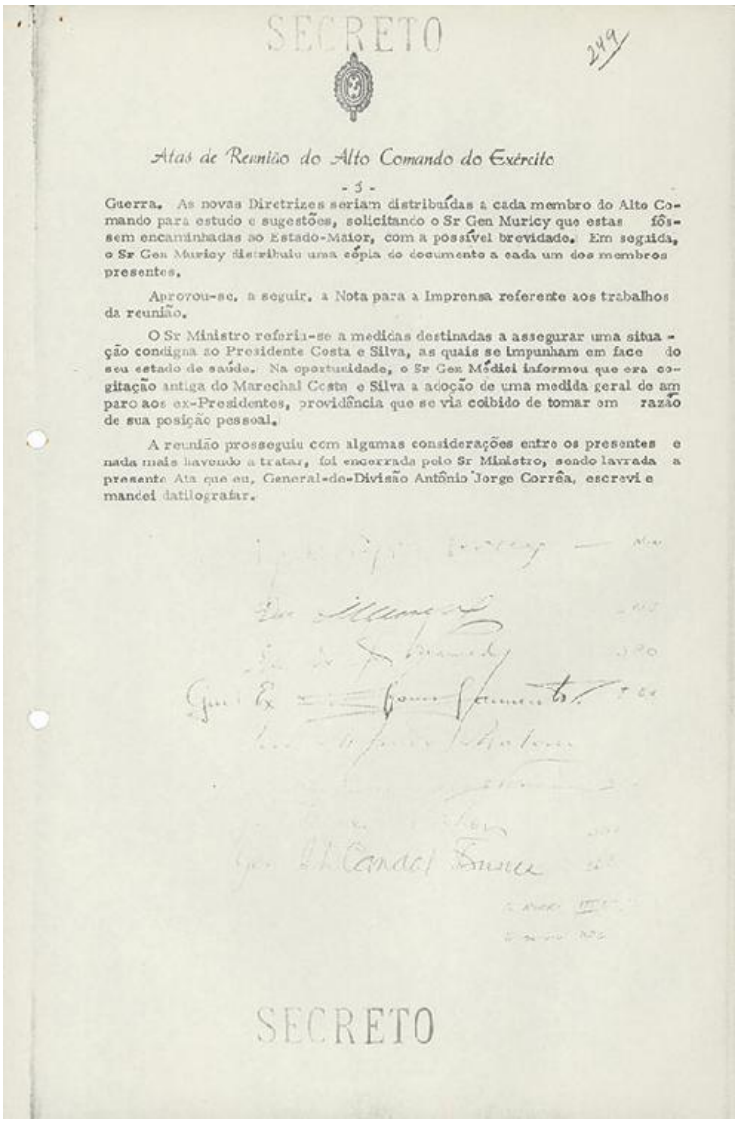
Após o pronunciamento de todos, ficou resolvido, finalmente, que seriam registrados os três nomes de cada área, sem indicação de prioridade ou preferência entre êles, por forma a exprimir tão sòmente o consenso geral correspondente à área objeto da auscultação feita.

Após a apresentação dos nomes de cada área segundo o critério acima, chegou-se à conclusão de que deveriam ser indicados ao Alto Comando das Fôrças Armadas os nomes dos Srs Generais Orlando Geisel, Antônio Carlos da Silva Muricy e Emílio Garrastazu Médici, nesta ordem, que corresponde à escala de antiguidade, devendo, todavia, informar-se ao Alto Comando das Fôrças Armadas que o nome do Sr Gen Médici mereceu as preferências do Alto Comando do Exército.

Nessa ocasião o Sr Gen Médici solicitou que se transmitisse ao Alto Comando das Fôrças Armadas que, por sua vontade, não desejaria aceitar essa indicação, curvando-se, apenas, ao dever de subordinar-se à vontade da maioria de seus pares.

Terminada esta parte da reunião, o Sr Gen Muricy informou que o Estado-Maior do Exército acabara de concluir a elaboração das Diretrizes para a Segurança Externa, as quais foram formuladas com base nas novas Hipóteses de

SECRETO



SECRETO

249

Atas de Reunião do Alto Comando do Exército

- 3 -

Guerra. As novas Diretrizes seriam distribuídas a cada membro do Alto Comando para estudo e sugestões, solicitando o Sr Gen Muricy que estas fôssem encaminhadas ao Estado-Maior, com a possível brevidade. Em seguida, o Sr Gen Muricy distribuiu uma cópia do documento a cada um dos membros presentes.

Aprovou-se, a seguir, a Nota para a Imprensa referente aos trabalhos da reunião.

O Sr Ministro referiu-se a medidas destinadas a assegurar uma situação condigna ao Presidente Costa e Silva, as quais se impunham em face do seu estado de saúde. Na oportunidade, o Sr Gen Médici informou que era cogitação antiga do Marechal Costa e Silva a adoção de uma medida geral de amparo aos ex-Presidentes, providência que se via coibido de tomar em razão de sua posição pessoal.

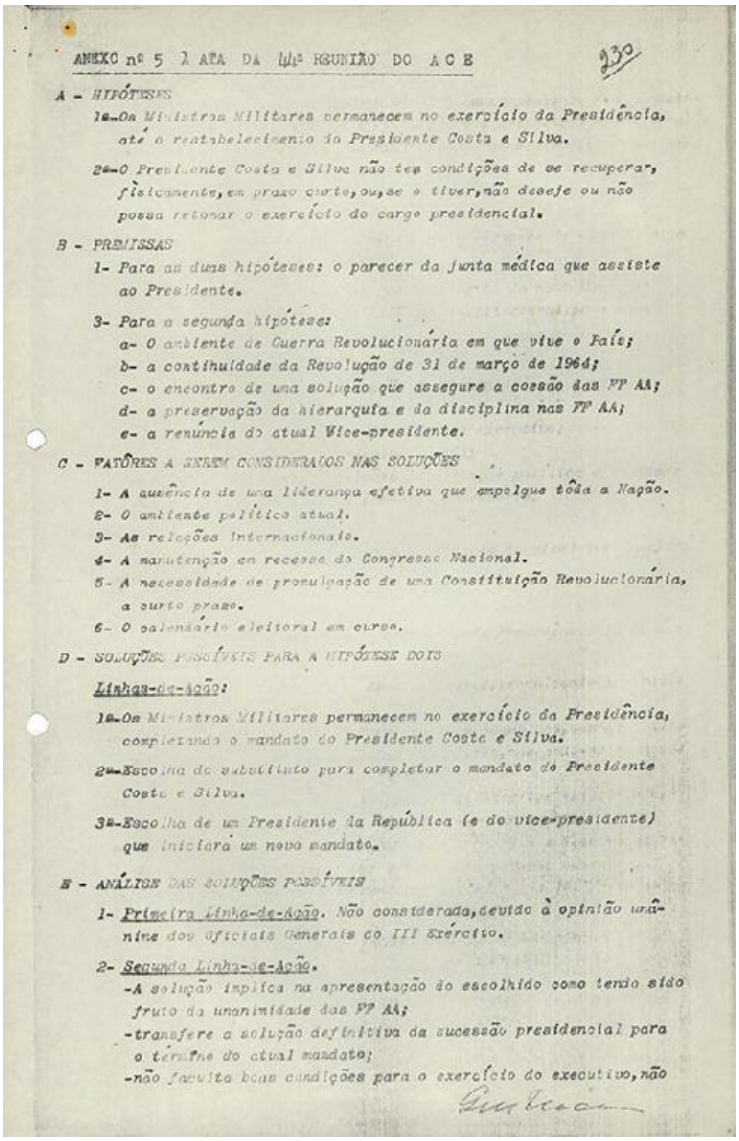
A reunião prosseguiu com algumas considerações entre os presentes e nada mais havendo a tratar, foi encerrada pelo Sr Ministro, sendo lavrada a presente Ata que eu, General-de-Divisão Antônio Jorge Corrêa, escrevi e mandei datilografar.

SECRETO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Anexo nº 5 à Ata da 44ª Reunião do Alto-Comando do Exército



ANEXO nº 5 À ATA DA 44ª REUNIÃO DO A C E

A - HIPÓTESES

1ª-Os Ministros Militares permanecem no exercício da Presidência, até o restabelecimento do Presidente Costa e Silva.

2ª-O Presidente Costa e Silva não tem condições de se recuperar, fisicamente, em prazo curto, ou,se o tiver,não deseje ou não possa retomar o exercício do cargo presidencial.

B - PREMISSAS

1- Para as duas hipóteses: o parecer da junta médica que assiste ao Presidente.

3- Para a segunda hipótese:
a- O ambiente de Guerra Revolucionária em que vive o País;
b- a continuidade da Revolução de 31 de março de 1964;
c- o encontro de uma solução que assegure a coesão das FF AA;
d- a preservação da hierarquia e da disciplina nas FF AA;
e- a renúncia do atual Vice-presidente.

C - FATÔRES A SEREM CONSIDERADOS NAS SOLUÇÕES

1- A ausência de uma liderança efetiva que empolgue tôda a Nação.
2- O ambiente político atual.
3- As relações internacionais.
4- A manutenção em recesso do Congresso Nacional.
5- A necessidade de promulgação de uma Constituição Revolucionária, a curto prazo.
6- O calendário eleitoral em curso.

D - SOLUÇÕES POSSÍVEIS PARA A HIPÓTESE DOIS

Linhas-de-Ação:

1ª-Os Ministros Militares permanecem no exercício da Presidência, completando o mandato do Presidente Costa e Silva.

2ª-Escolha do substituto para completar o mandato do Presidente Costa e Silva.

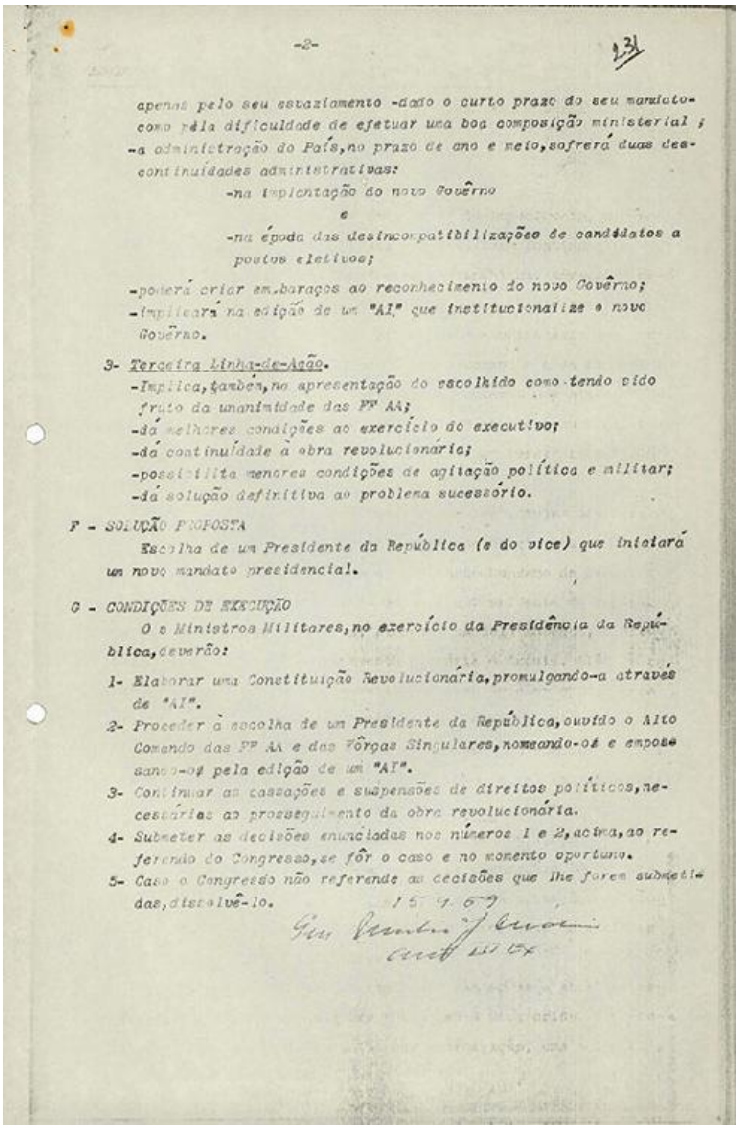
3ª-Escolha de um Presidente da República (e do vice-presidente) que iniciará um novo mandato.

E - ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

1- Primeira Linha-de-Ação. Não considerada,devido à opinião unânime dos Oficiais Generais do III Exército.

2- Segunda Linha-de-Ação.
-A solução implica na apresentação do escolhido como tendo sido fruto da unanimidade das FF AA;
-transfere a solução definitiva da sucessão presidencial para o término do atual mandato;
-não faculta boas condições para o exercício do executivo,não

[Voltar] | [Transcrição]



-2-

121

apenas pelo seu estaziamento -dado o curto prazo do seu mandato- como pela dificuldade de efetuar uma boa composição ministerial ;
-a administração do País,no prazo de ano e meio,sofrerá duas descontinuidades administrativas:
-na implantação do novo Govêrno
e
-na época das desincompatibilizações de candidatos a postos eletivos;
-poderá criar embaraços ao reconhecimento do novo Govêrno;
-implicará na edição de um "AI" que institucionalize o novo Govêrno.

3- Terceira Linha-de-Ação.
-Implica,também,na apresentação do escolhido como tendo sido fruto da unanimidade das FF AA;
-dá melhores condições ao exercício do executivo;
-dá continuidade à obra revolucionária;
-possibilita menores condições de agitação política e militar;
-dá solução definitiva ao problema sucessório.

F - SOLUÇÃO PROPOSTA

Escolha de um Presidente da República (e do vice) que iniciará um novo mandato presidencial.

G - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

O s Ministros Militares,no exercício da Presidência da República,deverão:

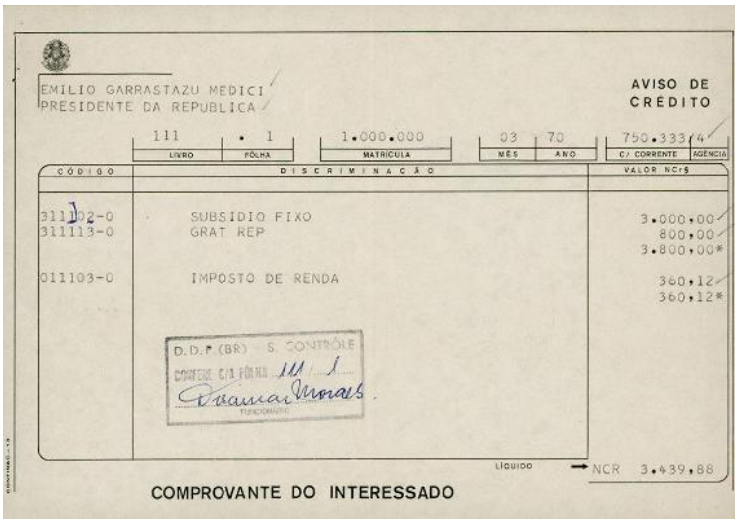
1- Elaborar uma Constituição Revolucionária,promulgando-a através de "AI".
2- Proceder à escolha de um Presidente da República,ouvido o Alto Comando das FF AA e das Fôrças Singulares,nomeando-o e empossando-o pela edição de um "AI".
3- Continuar as cassações e suspensões de direitos políticos,necessárias ao prosseguimento da obra revolucionária.
4- Submeter as decisões enunciadas nos números 1 e 2,acima,ao referendo do Congresso,se fôr o caso e no momento oportuno.
5- Caso o Congresso não referende as decisões que lhe forem submetidas,dissolvê-lo.

15.9.67

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Contracheque de Médici relativo a março de 1970



EMILIO GARRASTAZU MEDICI
PRESIDENTE DA REPUBLICA

AVISO DE CRÉDITO

LIVRO	FÔLHA	MATRÍCULA	MÊS	ANO	C/ CORRENTE	AGÊNCIA
111	1	1.000.000	03	70	750.333/4	

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR NCr$
311102-0	SUBSIDIO FIXO	3.000,00
311113-0	GRAT REP	800,00
		3.800,00*
011103-0	IMPOSTO DE RENDA	360,12
		360,12*

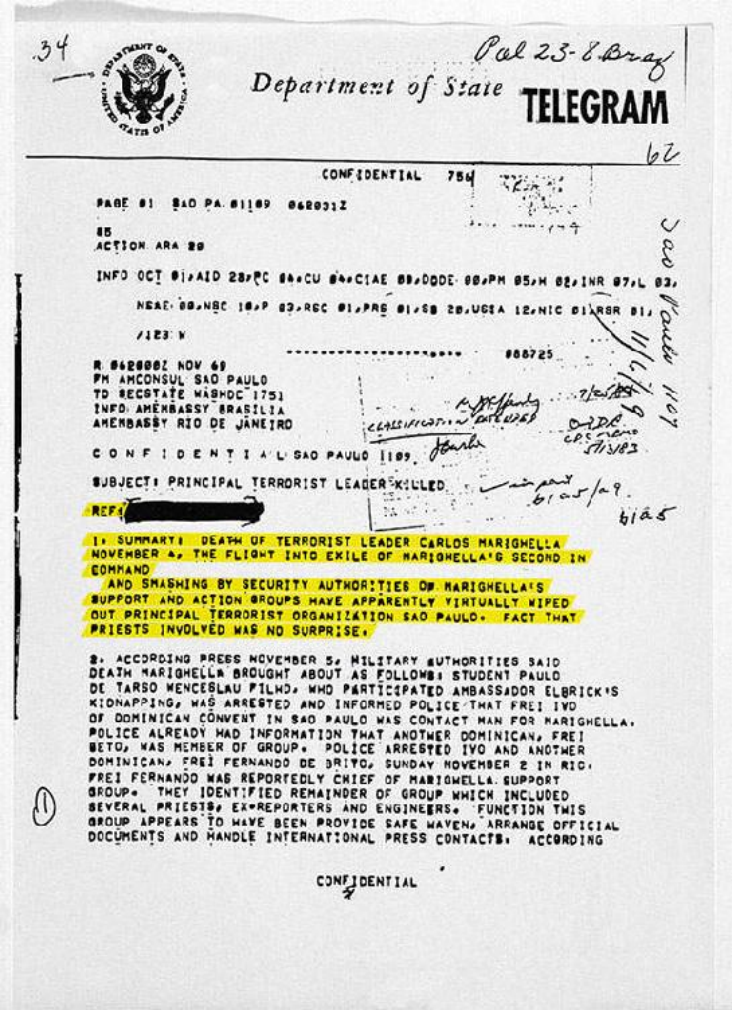
D.D.F (BR) S. CONTRÔLE
CONFERE C/A FÔLHA 111 1
Oswaldo Morais
FUNCIONÁRIO

LÍQUIDO → NCR 3.439,88

COMPROVANTE DO INTERESSADO

[Voltar] | [Transcrição]

O consulado americano em São Paulo informa Washington. A possibilidade de envolvimento dos frades “não foi surpresa”. Sabiam de alguma coisa graças a conversas “com [vinte batidas censuradas]” e com frei [dezoito ou dezenove batidas censuradas]”. Um dos contatos era da AP.



34

Pol 23-8 Braz

Department of State **TELEGRAM**

62

CONFIDENTIAL 754

PAGE 01 SAO PA 01189 062031Z

45
ACTION ARA 20

INFO OCT 01 AID 28 PC 04 CU 04 CIAE 00 DODE 00 PM 05 H 02 INR 07 L 03
NSAE 00 NSC 10 P 03 RSC 01 PRS 01 SS 28 USIA 12 NIC 01 RSR 01
/123 W

R 062000Z NOV 69
FM AMCONSUL SAO PAULO
TO SECSTATE WASHDC 1751
INFO AMEMBASSY BRASILIA
AMEMBASSY RIO DE JANEIRO

C O N F I D E N T I A L SAO PAULO 1189.

SUBJECT: PRINCIPAL TERRORIST LEADER KILLED

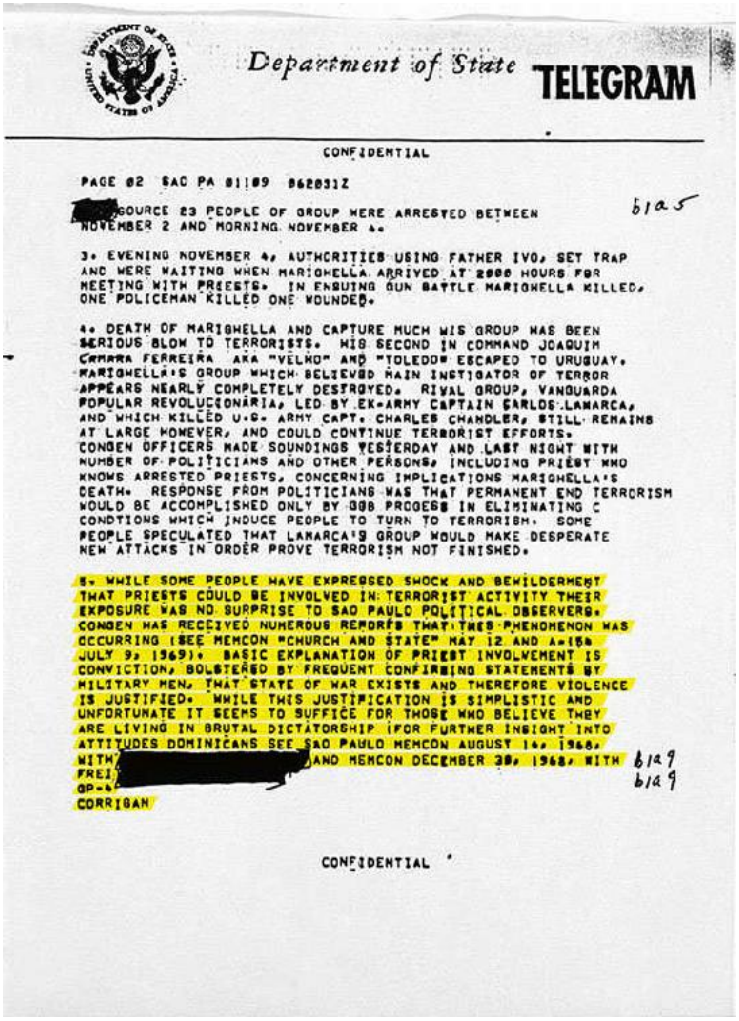
REF: [redacted]

1. SUMMARY: DEATH OF TERRORIST LEADER CARLOS MARIGHELLA NOVEMBER 4, THE FLIGHT INTO EXILE OF MARIGHELLA'S SECOND IN COMMAND AND SMASHING BY SECURITY AUTHORITIES OF MARIGHELLA'S SUPPORT AND ACTION GROUPS HAVE APPARENTLY VIRTUALLY WIPED OUT PRINCIPAL TERRORIST ORGANIZATION SAO PAULO. FACT THAT PRIESTS INVOLVED WAS NO SURPRISE.

2. ACCORDING PRESS NOVEMBER 5, MILITARY AUTHORITIES SAID DEATH MARIGHELLA BROUGHT ABOUT AS FOLLOWS: STUDENT PAULO DE TARSO MENCESLAU FILHO, WHO PARTICIPATED AMBASSADOR ELBRICK'S KIDNAPPING, WAS ARRESTED AND INFORMED POLICE THAT FREI IVO OF DOMINICAN CONVENT IN SAO PAULO WAS CONTACT MAN FOR MARIGHELLA. POLICE ALREADY HAD INFORMATION THAT ANOTHER DOMINICAN, FREI BETO, WAS MEMBER OF GROUP. POLICE ARRESTED IVO AND ANOTHER DOMINICAN, FREI FERNANDO DE BRITO, SUNDAY NOVEMBER 2 IN RIO. FREI FERNANDO WAS REPORTEDLY CHIEF OF MARIGHELLA SUPPORT GROUP. THEY IDENTIFIED REMAINDER OF GROUP WHICH INCLUDED SEVERAL PRIESTS, EX-REPORTERS AND ENGINEERS. FUNCTION THIS GROUP APPEARS TO HAVE BEEN PROVIDE SAFE HAVEN, ARRANGE OFFICIAL DOCUMENTS AND HANDLE INTERNATIONAL PRESS CONTACTS. ACCORDING

CONFIDENTIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



Department of State **TELEGRAM**

CONFIDENTIAL

PAGE 02 SAO PA 01189 062031Z

[redacted] SOURCE 23 PEOPLE OF GROUP WERE ARRESTED BETWEEN NOVEMBER 2 AND MORNING NOVEMBER 4. b1a5

3. EVENING NOVEMBER 4, AUTHORITIES USING FATHER IVO, SET TRAP AND WERE WAITING WHEN MARIGHELLA ARRIVED AT 2000 HOURS FOR MEETING WITH PRIESTS. IN ENSUING GUN BATTLE MARIGHELLA KILLED, ONE POLICEMAN KILLED ONE WOUNDED.

4. DEATH OF MARIGHELLA AND CAPTURE MUCH MIS GROUP HAS BEEN SERIOUS BLOW TO TERRORISTS. MIS SECOND IN COMMAND JOAQUIM CAMARA FERREIRA AKA "VELHO" AND "TOLEDO" ESCAPED TO URUGUAY. MARIGHELLA'S GROUP WHICH BELIEVED MAIN INSTIGATOR OF TERROR APPEARS NEARLY COMPLETELY DESTROYED. RIVAL GROUP, VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONARIA, LED BY EX-ARMY CAPTAIN CARLOS LAMARCA, AND WHICH KILLED U.S. ARMY CAPT. CHARLES CHANDLER, STILL REMAINS AT LARGE HOWEVER, AND COULD CONTINUE TERRORIST EFFORTS. CONGEN OFFICERS MADE SOUNDINGS YESTERDAY AND LAST NIGHT WITH NUMBER OF POLITICIANS AND OTHER PERSONS, INCLUDING PRIEST WHO KNOWS ARRESTED PRIESTS, CONCERNING IMPLICATIONS MARIGHELLA'S DEATH. RESPONSE FROM POLITICIANS WAS THAT PERMANENT END TERRORISM WOULD BE ACCOMPLISHED ONLY BY GOB PROGESS IN ELIMINATING C CONDTIONS WHICH INDUCE PEOPLE TO TURN TO TERRORISM. SOME PEOPLE SPECULATED THAT LAMARCA'S GROUP WOULD MAKE DESPERATE NEW ATTACKS IN ORDER PROVE TERRORISM NOT FINISHED.

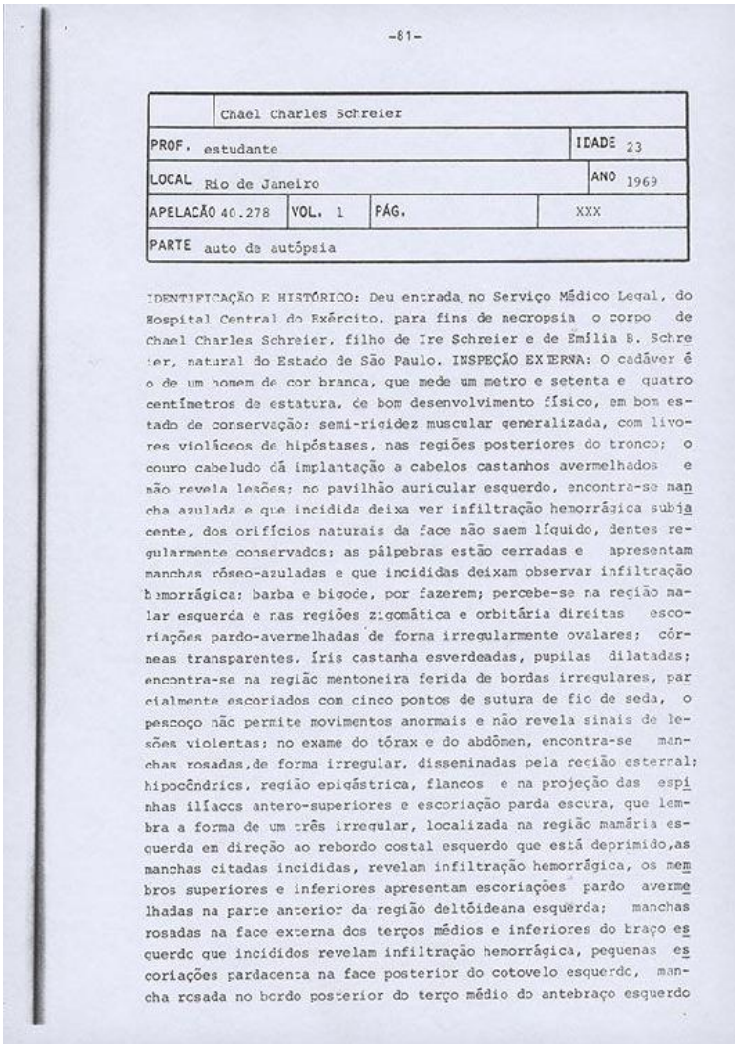
5. WHILE SOME PEOPLE HAVE EXPRESSED SHOCK AND BEWILDERMENT THAT PRIESTS COULD BE INVOLVED IN TERRORIST ACTIVITY THEIR EXPOSURE WAS NO SURPRISE TO SAO PAULO POLITICAL OBSERVERS. CONGEN HAS RECEIVED NUMEROUS REPORTS THAT THIS PHENOMENON WAS OCCURRING (SEE MEMCON "CHURCH AND STATE" MAY 12 AND A-156 JULY 9, 1969). BASIC EXPLANATION OF PRIEST INVOLVEMENT IS CONVICTION, BOLSTERED BY FREQUENT CONFIRMING STATEMENTS BY MILITARY MEN, THAT STATE OF WAR EXISTS AND THEREFORE VIOLENCE IS JUSTIFIED. WHILE THIS JUSTIFICATION IS SIMPLISTIC AND UNFORTUNATE IT SEEMS TO SUFFICE FOR THOSE WHO BELIEVE THEY ARE LIVING IN BRUTAL DICTATORSHIP (FOR FURTHER INSIGHT INTO ATTITUDES DOMINICANS SEE SAO PAULO MEMCON AUGUST 14, 1968, WITH [redacted] AND MEMCON DECEMBER 30, 1968, WITH FREI [redacted] b1a9 b1a9
GP-3.
CORRIGAN

CONFIDENTIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Autópsia de Chael Charles Schreier



-81-

	Chael Charles Schreier		
PROF. estudante			IDADE 23
LOCAL Rio de Janeiro			ANO 1969
APELAÇÃO 40.278	VOL. 1	FÁG.	XXX
PARTE auto de autópsia			

IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO: Deu entrada no Serviço Médico Legal, do Hospital Central do Exército, para fins de necropsia o corpo de Chael Charles Schreier, filho de Ire Schreier e de Emília B. Schreier, natural do Estado de São Paulo. INSPEÇÃO EXTERNA: O cadáver é o de um homem de cor branca, que mede um metro e setenta e quatro centímetros de estatura, de bom desenvolvimento físico, em bom estado de conservação; semi-rigidez muscular generalizada, com livores violáceos de hipóstases, nas regiões posteriores do tronco; o couro cabeludo dá implantação a cabelos castanhos avermelhados e não revela lesões; no pavilhão auricular esquerdo, encontra-se mancha azulada e que incidida deixa ver infiltração hemorrágica subjacente, dos orifícios naturais da face não saem líquido, dentes regularmente conservados; as pálpebras estão cerradas e apresentam manchas róseo-azuladas e que incididas deixam observar infiltração hemorrágica; barba e bigode, por fazerem; percebe-se na região malar esquerda e nas regiões zigomática e orbitária direitas escoriações pardo-avermelhadas de forma irregularmente ovalares; córneas transparentes, íris castanha esverdeadas, pupilas dilatadas; encontra-se na região mentoneira ferida de bordas irregulares, parcialmente escoriados com cinco pontos de sutura de fio de seda, o pescoço não permite movimentos anormais e não revela sinais de lesões violentas; no exame do tórax e do abdômen, encontra-se manchas rosadas, de forma irregular, disseminadas pela região esternal; hipocôndrios, região epigástrica, flancos e na projeção das espinhas ilíacas ântero-superiores e escoriação parda escura, que lembra a forma de um três irregular, localizada na região mamária esquerda em direção ao rebordo costal esquerdo que está deprimido, as manchas citadas incididas, revelam infiltração hemorrágica, os membros superiores e inferiores apresentam escoriações pardo avermelhadas na parte anterior da região deltóideana esquerda; manchas rosadas na face externa dos terços médios e inferiores do braço esquerdo que incididos revelam infiltração hemorrágica, pequenas escoriações pardacenta na face posterior do cotovelo esquerdo, mancha rosada no bordo posterior do terço médio do antebraço esquerdo

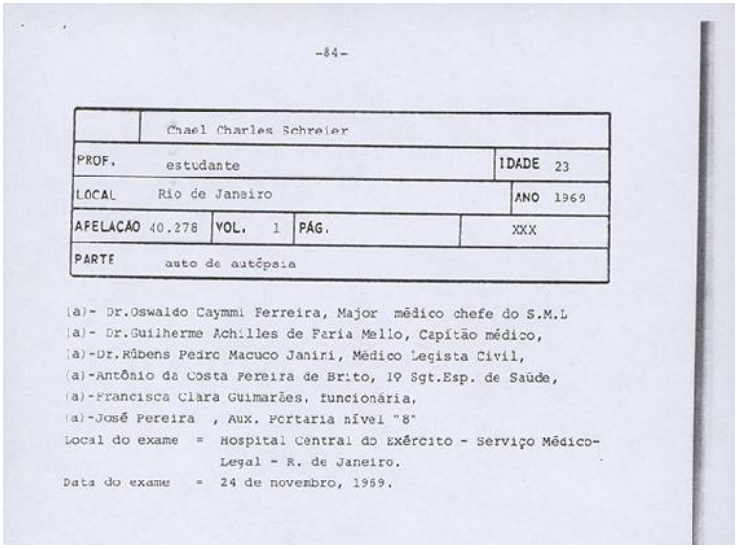
	Chael Charles Schreier		
PROF. estudante			IDADE 23
LOCAL Rio de Janeiro			ANO 1969
APELAÇÃO 40.278	VOL. 1	PÁG.	XXX
PARTE auto de autópsia			

gus incidido revelam infiltração hemorrágica, escoriação linear, pardo avermelhadas no bordo interno do punho esquerdo, escoriações irregularmente ovalares pardo avermelhadas e mancha rôseo azulada na parte anterior da região deltóidea para direita, manchas irregularmente ovalares na face interna do cotovelo direito, de tonalidade rôseo azulada e no bordo interno do terço inferior do antebraço direito e pequenas escoriações pardacentas irregularmente retângulares no bordo interno e externo do ombro direito, pequenas escoriações pardo avermelhadas disseminadas pelas faces anteriores dos joelhos e no segundo pododáctilo direito, órgãos genitais externos sem lesões, o dorso do cadáver apresenta manchas azuladas nas regiões glúteas, na região dorsal direita, na região escapular direita, na região escapular esquerda e que incididas revelam infiltrações hemorrágicas e manchas com as mesmas características na face posterior do terço médio da coxa esquerda e pequena escoriação pardo avermelhada na face posterior do terço superior da coxa direita. As polpas digitais têm substância tintorial preta. INSPEÇÃO INTERNA: CAVIDADE TÓRACO ABDOMINAL: da abertura da cavidade peritonal, observa-se que a mesma contém sangue livre, em boa quantidade; encontra-se fratura com infiltração hemorrágica na junção das terceira, quarta, quinta e sexta costelas direitas com a respectiva cartilagem costal e fratura da segunda, terceira, quarta, sexta, sétima, oitava costelas esquerdas, com infiltração hemorrágicas, percebe-se infiltrado hemorrágico no tecido subcutâneo da metade superior da região esternal e na altura da região epigástrica, as cavidades pleurais estão livres de líquido e os pulmões têm pleura lisas e brilhantes, tamanho normal, crepitação aérea presente e superfície de vermelho rosada sem apresentar alterações; o saco pericárdio contém líquido amarelo citrino em quantidade normal e secção dos vasos da base saída de sangue líquido em pequena quantidade, o coração têm tamanho e consistência normal e o exame aos cortes não mostra alterações, sendo notado apenas pequenas petéquias sub-epicárdica: o mediastino não revela lesões;no (...) do abdômen percebe-se sangue líquido em todos os espaços, em grande quantidade

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

	Chael Charles Schreier		
PROF.	estudante	IDADE	23
LOCAL	Rio de Janeiro	ANO	1969
APELAÇÃO 40.278	VOL. 1	PÁG.	XXX
PARTE	auto de autópsia		

o baço está íntegro; o estômago contêm líquido pardo esverdeado e, mucosa no fígado e vesícula biliar não apresentam lesões;percebe-se estensas roturas com infiltração hemorrágica nos mesocolon transverso e mesentérico; alças intestinais sem lesões;os rins têm tamanho normal, com descapsulação fácil,a superfície de corte parda, sem apresentar lesões; a bexiga está íntegra e o (...) tem urina - amarelada; pâncreas sem lesões; supra-renais sem alterações,Percebe-se pequena infiltração hemorrágica no retro peritônio direito, ossos,bacia e coluna íntegros; cavidade craneana: a face profunda do couro cabeludo apresenta infiltração hemorrágica vermelha na metade esquerda; o músculo temporal esquerdo está parcialmente infiltrado por sangue, o músculo temporal direito tem cor pardo avermelhado a abóbada craneana não revela sinais de fraturas; percebe-se discretolençol hemorrágico sub-dural; o encéfalo(...)apresenta líquido rosado nos ventrículos encefálicos, não mostrando(...)dos núcleos de base, nem do cerebelo, nem do bulbo e nem da protuberância;(...) do crânec não revela sinais de fratura; justificada a causa da morte é encerrada a necrópsia e concluída por contusão abdominal com roturas dos mesocolon transverso e mesentérico, com hemorragia interna. E,portanto, respondem os peritos aos quesitos da forma seguinte:-ao primeiro, sim; ao segundo,ação contundente; ao terceiro, não; ao quarto,sim; ao quinto, não; aos sexto e sétimo,não; e ao oitavo,ignora-se . E foram estas as declarações que em suas consciências e debaixo do compromisso prestado fizeram.E,por nada mais haver deu-se por concluido este laudo de necrópsia que vai assinado e rubricado pela autoridade que presidiu o exame, pelos peritos nomeados e pelas testemunhas referidas que assistiram ao exame deste o seu início comigo, Antônio da Costa Pereira de Brito,1º Sgt.Esp. de Saúde, servindo de escrivão que o mandei datilografar e que de tudo - dou fé. Eu,Therezinha Candia Galharte, que o datilografei



-84-

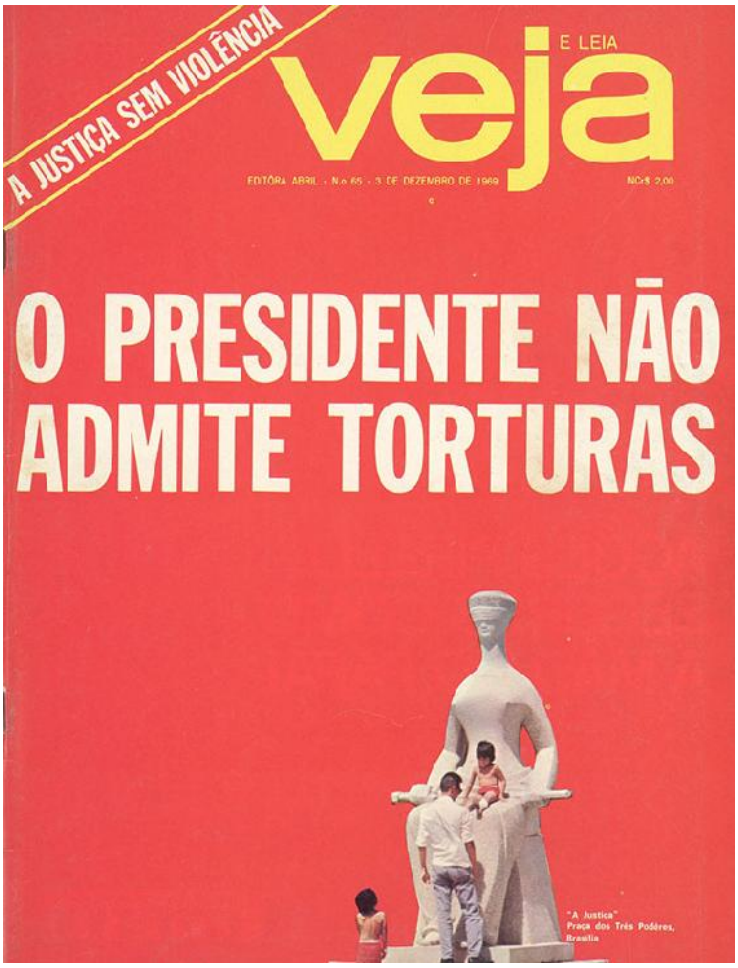
	Chael Charles Schreier			
PROF.	estudante			IDADE 23
LOCAL	Rio de Janeiro			ANO 1969
APELAÇÃO 40.278	VOL. 1	PÁG.	XXX	
PARTE	auto de autópsia			

(a)- Dr.Oswaldo Caymmi Ferreira, Major médico chefe do S.M.L
(a)- Dr.Guilherme Achilles de Faria Mello, Capitão médico,
(a)-Dr.Rúbens Pedro Macuco Janini, Médico Legista Civil,
(a)-Antônio da Costa Pereira de Brito, 1º Sgt.Esp. de Saúde,
(a)-Francisca Clara Guimarães, funcionária,
(a)-José Pereira , Aux. Portaria nível "8"
Local do exame = Hospital Central do Exército - Serviço Médico-Legal - R. de Janeiro.
Data do exame = 24 de novembro, 1969.

[Fim do documento]

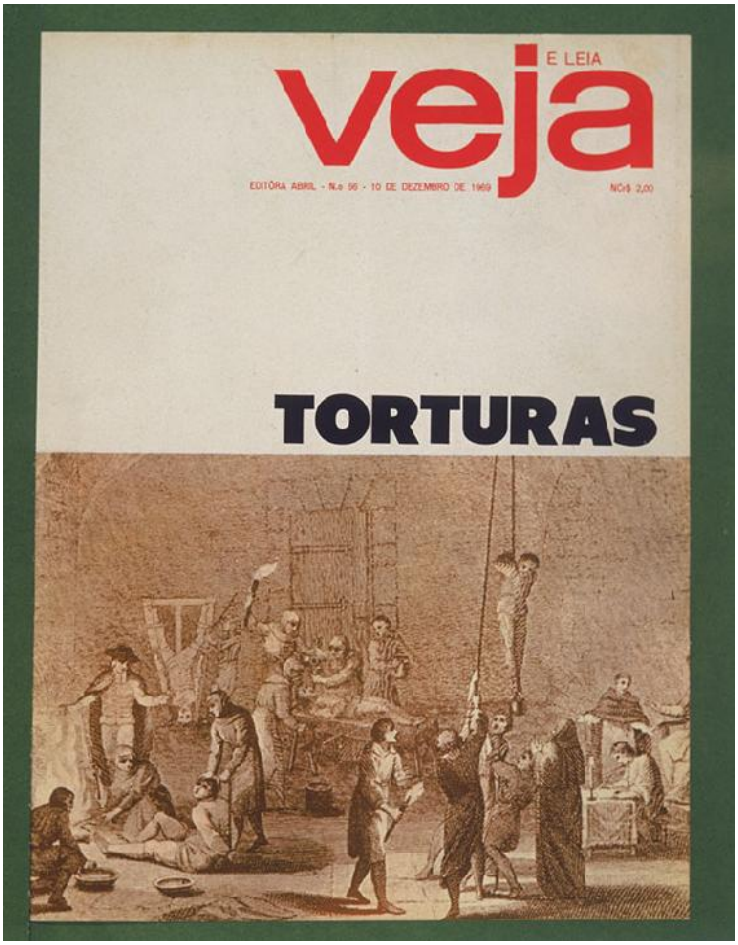
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Capa da *Veja* de 3 de dezembro de 1969



[Voltar]

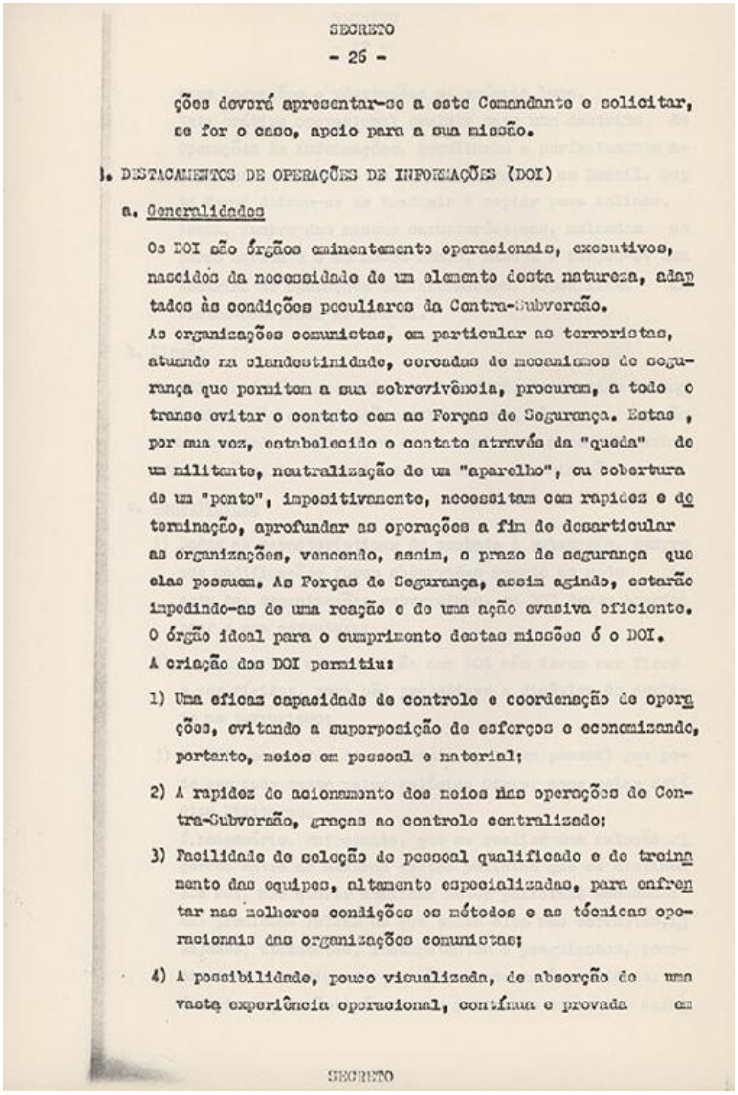
Capa da *Veja* de 10 de dezembro de 1969



[Voltar]

Trechos do documento Sistema de Segurança Interna – Sissegin

[As páginas referem-se à estrutura e ao funcionamento do DOI]



ções deverá apresentar-se a este Comandante e solicitar, se for o caso, apoio para a sua missão.

). DESTACAMENTOS DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES (DOI)

a. Generalidades

Os DOI são órgãos eminentemente operacionais, executivos, nascidos da necessidade de um elemento desta natureza, adaptados às condições peculiares da Contra-Subversão.

As organizações comunistas, em particular as terroristas, atuando na clandestinidade, cercadas de mecanismos de segurança que permitam a sua sobrevivência, procuram, a todo o transe evitar o contato com as Forças de Segurança. Estas, por sua vez, estabelecido o contato através da "queda" de um militante, neutralização de um "aparelho", ou cobertura de um "ponto", impositivamente, necessitam com rapidez e determinação, aprofundar as operações a fim de desarticular as organizações, vencendo, assim, o prazo de segurança que elas possuem. As Forças de Segurança, assim agindo, estarão impedindo-as de uma reação e de uma ação evasiva eficiente.

O órgão ideal para o cumprimento destas missões é o DOI.

A criação dos DOI permitiu:

1) Uma eficaz capacidade de controle e coordenação de operações, evitando a superposição de esforços e economizando, portanto, meios em pessoal e material;

2) A rapidez de acionamento dos meios nas operações de Contra-Subversão, graças ao controle centralizado;

3) Facilidade de seleção de pessoal qualificado e de treinamento das equipes, altamente especializadas, para enfrentar nas melhores condições os métodos e as técnicas operacionais das organizações comunistas;

4) A possibilidade, pouco visualizada, de absorção de uma vasta experiência operacional, contínua e provada em

suas inovações e adaptações na própria luta.
Esta prática operacional ovcluiu para uma doutrina de Operações de Informações, peculiares e perfeitamente adaptadas ao ambiente da Contra-Subversão no Brasil. Desta forma deixou-se de traduzir e copiar para aplicar.
Assim, dentro das nossas características, moldadas ao nosso ambiente e ao nosso homem, nasceu e forjou-se uma doutrina de Operações de Informações, específicas da Contra-Subversão no Brasil.

b. Missão

Os DOI são órgãos operacionais dos CODI, destinados ao combate direto às organizações subversivas. Têm por missão desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações, bem como impedir a sua reorganização.

c. Constituição

1) Dadas as características do combate à subversão, sempre que modificações forem observadas quanto ao modo de agir das organizações subversivas, os DOI devem aperfeiçoar a sua estrutura;

2) O efetivo e a constituição dos DOI não devem ser fixos e nem rígidos, para não prejudicar a dinâmica do combate ao terrorismo;

3) Os DOI necessitam de um grande apoio em pessoal que pode ser dado tanto pelas Polícias Civis, como pelas Polícias Militares.
É necessário, entretanto, que se realize uma seleção rigorosa entre os membros destas polícias que se destinem aos DOI. Não querer utilizar estes policiais estudados nas premissas falsas de que todos eles são corruptos, incapazes, desonestos, incompetentes e preguiçosos, constitui um procedimento que não se adapta à realidade.
É verdade que são inúmeros os policiais com estes defei

tos, mas existem muitos oficiais e praças das Polícias Militares, Delegados de Polícia e Investigadores que são homens dignos, corretos, honestos, trabalhadores e que só honram as corporações onde trabalham. São homens desta estirpe que se devem procurar para integrar os DOI e quanto em maior número eles forem melhor para as Forças Armadas, pois menor será o ônus a elas atribuído, no que se refere a constituição dos efetivos dos DOI.

Os postos chaves e as funções de chefia deverão, entretanto, permanecer sob a responsabilidade das Forças Armadas. Assim os policiais trabalharão sempre enquadrados por elas.

O DOI/CODI/II Ex, por exemplo, possui um efetivo de mais de 250 homens e, destes, menos de 80 pertencem às Forças Armadas.

4) Embora o DPF tenha muita carência de pessoal, pelo menos alguns de seus homens devem integrar os DOI, pois todos os órgãos com encargos de Segurança Interna, devem neles se fazer representar.

5) Essa constituição mista além de traduzir uma demonstração nítida da reunião dos esforços de todos os órgãos responsáveis pela Segurança Interna, apresenta inúmeras outras vantagens, tais como: a compreensão, o apoio e a consideração que os vários órgãos do Governo prestam aos DOI, principalmente através do apoio aéreo, do transporte de presos, do acesso aos serviços de identificação e às delegacias de polícia, do apoio do serviço de rádio-patrulha, do Instituto Médico Legal e de instalações. Esse apoio é consciente e contínuo, pois os chefes destes serviços vêem nos DOI uma comunidade que trabalha irmanada para alcançar um objetivo comum: o de manter a paz e a tranquilidade social para que o Governo possa, sem riscos e sem pressões, continuar o seu trabalho em

benefício do povo brasileiro.

6) Convém salientar que cada ZDI tem as suas próprias peculiaridades e que as organizações terroristas agem de modo diferente em cada local onde atuam, não sendo, portanto, lógico dar a mesma constituição a todos os DOI existentes no Brasil.

d. O Controle Operacional do DOI

O DOI está sob o controle operacional do E2, do EMG do Comando da ZDI. Caso um DOI venha a ser criado na sede de uma ADI, ou mesmo de uma SADI, deverá permanecer sob o controle operacional do E2, do EMG do mais alto escalão situado na área.

e. As características necessárias a um comandante do DOI

1) Ser um oficial com vivência de Informações, sendo necessário que seja, antes, preparado para a função. Isto poderá ser conseguido designando-o, com antecedência, para a função de adjunto da 2ª Seção do EMG da ZDI, encarregando-o do Campo Psicossocial. Por força de sua função será obrigado a manter um contato diário com tudo o que ocorre no DOI, acompanhando, assim, todas as operações em curso.

2) Ter plena consciência da responsabilidade da sua função e dos riscos que ela acarretará, não só para si, mas, para a sua família.

3) Possuir pendor e mentalidade compatível para o trabalho de Operações de Informações.

4) Ter a capacidade de manter um diálogo fácil, situado sempre num plano elevado e de cooperação, mas sem comprometimento, com as autoridades civis que tiver que manter contato.

5) Poder se impor aos seus subordinados, particularmente a-

através de uma liderança natural e expontânea, realizando o seu trabalho anonimamente, evitando o vedetismo.

6) Estar sempre atento a fim de pressentir os envolvimentos sutis, resistir às tentações e não se deixar corromper.

7) Dedicar-se integralmente à sua função.

8) Ter uma longa perspectiva na sua carreira.

9) Ser oficial superior do nível major ou tenente-coronel, se possível com o curso da Escola de Comando e Estado-Maior.

f. Composição e Organograma de um DOI

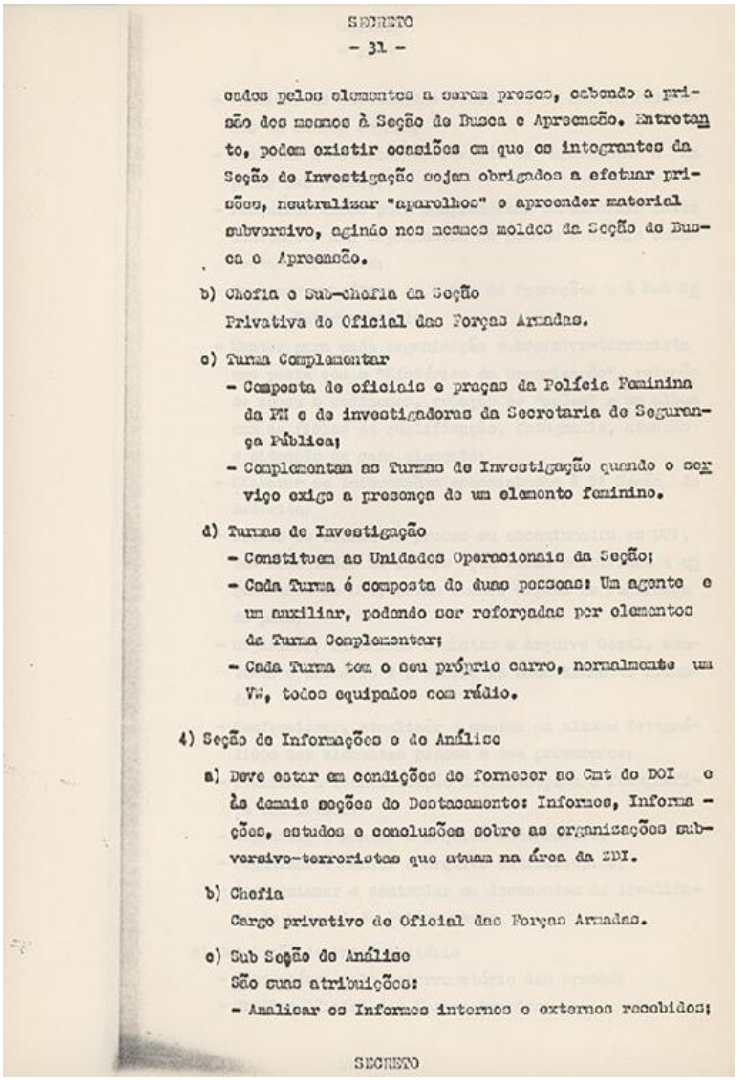
A título de exemplo é mostrado, a seguir, a composição de um DOI.

Convém esclarecer que o trabalho nestes Destacamentos deve ser contínuo, durante as 24 horas do dia. Para conseguir este objetivo, é comum se estabelecer dois regimes de trabalho: um diário (expediente normal, das 0800 às 1800 horas) e outro alternado (24 horas de trabalho por 48 horas de folga).

1) Comandante
Oficial Superior do QEMA, adjunto da 2ª Sec/EME/Ex, indicado pelo Cmt do Ex.

2) Chefe do Setor de Operações de Informações
- Chefia privativa de Oficial das Forças Armadas;
- Assessora o Cmt do DOI na parte Operacional;
- É o Sub-Cmt do DOI.

3) Seção de Investigação
a) Cabe a esta Seção, fundamentalmente, a realização de investigações com a finalidade de identificar e localizar elementos subversivos.
Seus integrantes, normalmente, não devem ser identifi



SECRETO
- 31 -

cados pelos elementos a serem presos, cabendo a prisão dos mesmos à Seção de Busca e Apreensão. Entretanto, podem existir ocasiões em que os integrantes da Seção de Investigação sejam obrigados a efetuar prisões, neutralizar "aparelhos" e apreender material subversivo, agindo nos mesmos moldes da Seção de Busca e Apreensão.

b) Chefia e Sub-chefia da Seção
Privativa do Oficial das Forças Armadas.

c) Turma Complementar
- Composta de oficiais e praças da Polícia Feminina da PM e de investigadoras da Secretaria de Segurança Pública;
- Complementam as Turmas de Investigação quando o serviço exige a presença de um elemento feminino.

d) Turmas de Investigação
- Constituem as Unidades Operacionais da Seção;
- Cada Turma é composta de duas pessoas: Um agente e um auxiliar, podendo ser reforçadas por elementos da Turma Complementar;
- Cada Turma tem o seu próprio carro, normalmente um VW, todos equipados com rádio.

4) Seção de Informações e de Análise

a) Deve estar em condições de fornecer ao Cmt do DOI e às demais seções do Destacamento: Informes, Informações, estudos e conclusões sobre as organizações subversivo-terroristas que atuam na área da ZDI.

b) Chefia
Cargo privativo de Oficial das Forças Armadas.

c) Sub Seção de Análise
São suas atribuições:
- Analisar os Informes internos e externos recebidos;

SECRETO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

- Analisar os depoimentos prestados no DOI ou recebidos de outros órgãos;
- Analisar o material apreendido em "aparelhos" e em poder dos presos;
- Pesquisar dados para complementar ou elucidar fatos constantes dos depoimentos de presos e demais documentos recebidos;
- Fornecer subsídios ao Setor de Operações e à Sub Seção de Interrogatório;
- Manter para cada organização subversivo-terrorista uma pasta com o "Histórico da Organização", relação de nomes e codinomes, relação de "ações" e um album com as fichas de qualificação, fotografia, atuação e situação de cada elemento;
- Elaborar as Informações encaminhadas à 2ª Seção do Exército;
- Fichar os elementos presos ou encaminhados ao DOI, bem como todos os demais que foram envolvidos e enquadrados na LSN, pelos demais Órgãos de Segurança do país;
- Organizar, atualizar e manter o Arquivo Geral, contendo o fichário e o dossiê de cada elemento fichado;
- Confeccionar, atualizar e manter os albuns fotográficos dos elementos presos e dos procurados;
- Realizar a identificação datiloscópica e fotográfica dos presos;
- Organizar e manter o arquivo fotográfico;
- Organizar e manter o arquivo datiloscópico;
- Confeccionar e controlar os documentos de identidade do pessoal do Destacamento.

d) Sub Seção de Interrogatório
- Responsável pelo interrogatório dos presos;
- Chefia: Oficial das Forças Armadas;

- Esta Sub Seção possui três Turmas de Interrogatório Preliminar, cada uma chefiada por um Oficial das Forças Armadas, nível capitão, de preferência com o Curso da EsAO e o Curso Superior de Administração de Empresas ou de Economia. Estas Turmas são compostas de 6 elementos cada. Subordinada ao Chefe de cada Turma de Interrogatório Preliminar, existe uma Turma Auxiliar, encarregada do Centro de Comunicações, da carceragem e de datilografar os interrogatórios.

5) Seção de Busca e Apreensão

Cabe a esta Seção efetuar as prisões, cobertura de pontos, neutralização de "aparelhos", apreensão de material subversivo, coleta de dados que possibilitem o levantamento de elementos subversivos, condução de presos para o DOI, Auditorias, hospitais, etc.

a) Chefia - Privativa de Oficial das Forças Armadas;

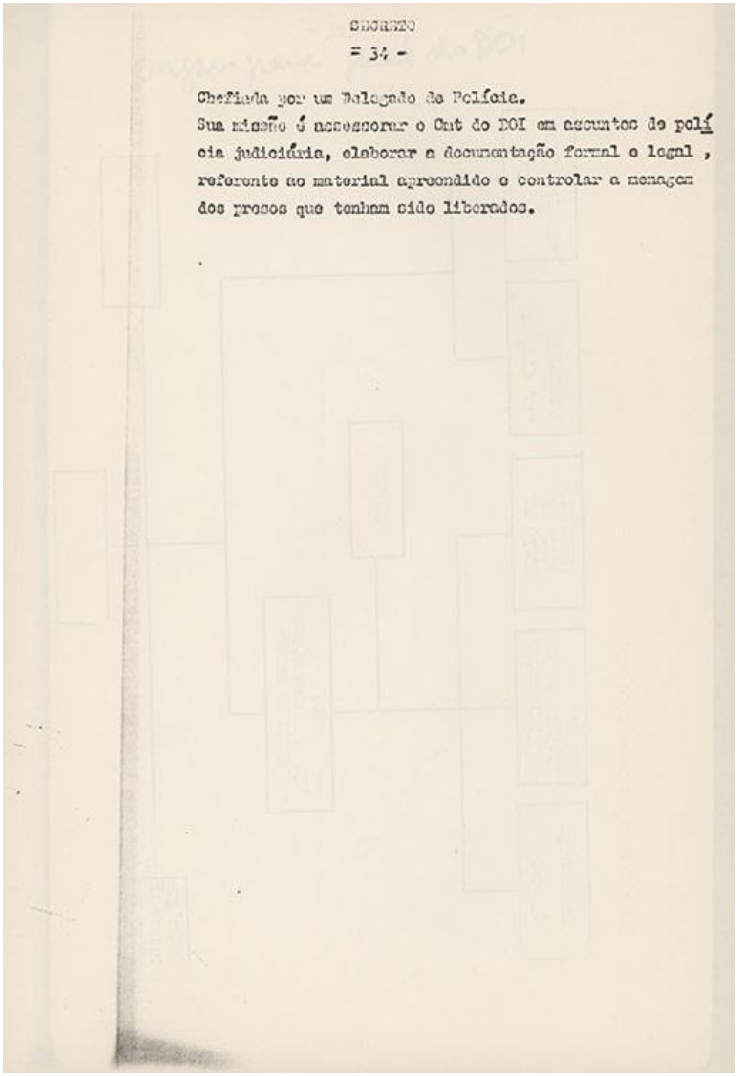
b) É dividida em 3 Grupamentos A, B e C, cada um composto de 4 Turmas de Busca e Apreensão. Cada Turma compõe-se de 3 a 5 elementos, possuindo cada uma, para o seu transporte, uma C 14, ou um opala ou ainda uma Kombi, todos equipados com rádio.

c) Compõem também a Seção de Busca e Apreensão 4 Turmas de Coleta de Dados, cada uma constituída de 2 elementos: um Oficial da PM ou de um Delegado de Polícia e um motorista. Utilizam para seu transporte, carros VW, equipados com rádio.
A Turma de Coleta de Dados tem por missão coletar dados nos órgãos oficiais, universidades, colégios, etc.

6) Seção Administrativa

Assegura o apoio logístico ao Destacamento.

7) Assessoria Jurídica e Policial



Anexo

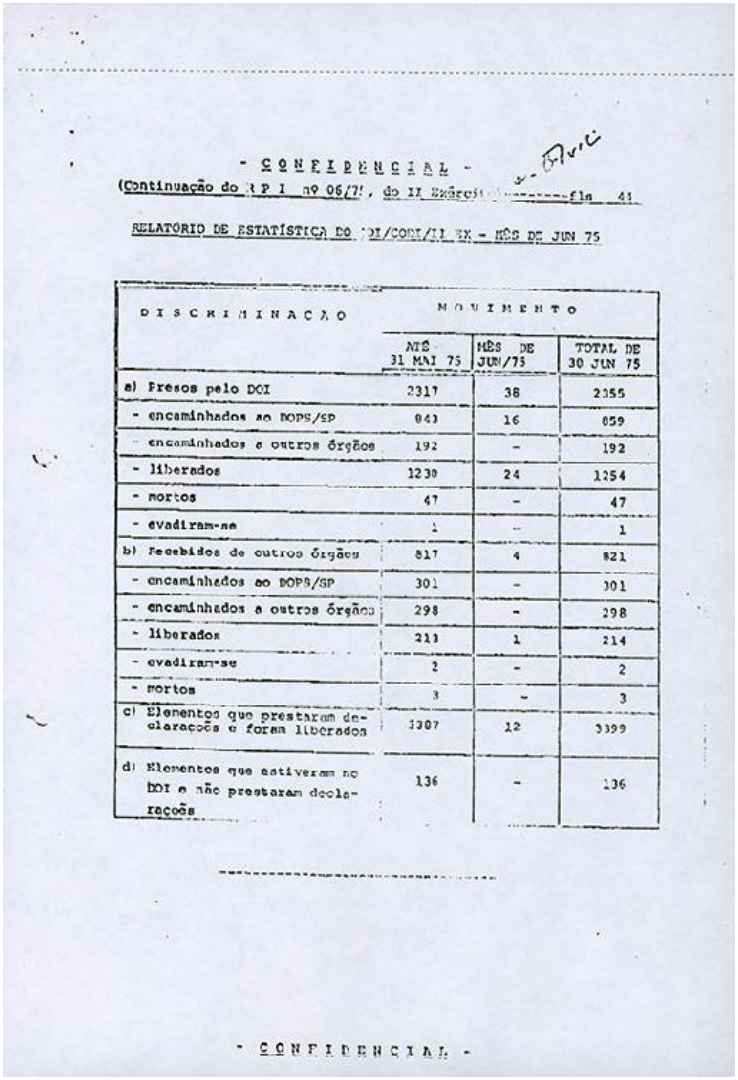
= 34 -

Chefiada por um Delegado de Polícia.
Sua missão é assessorar o Cmt do DOI em assuntos de polí
cia judiciária, elaborar a documentação formal e legal ,
referente ao material apreendido e controlar a menagem
dos presos que tenham sido liberados.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Relatório de Estatística do DOI/CODI/II EX – mês de junho de 1975



- C O N F I D E N C I A L -

(Continuação do I P I nº 06/75, do II Exército) ---------fls 41

RELATÓRIO DE ESTATÍSTICA DO DOI/CODI/II EX - MÊS DE JUN 75

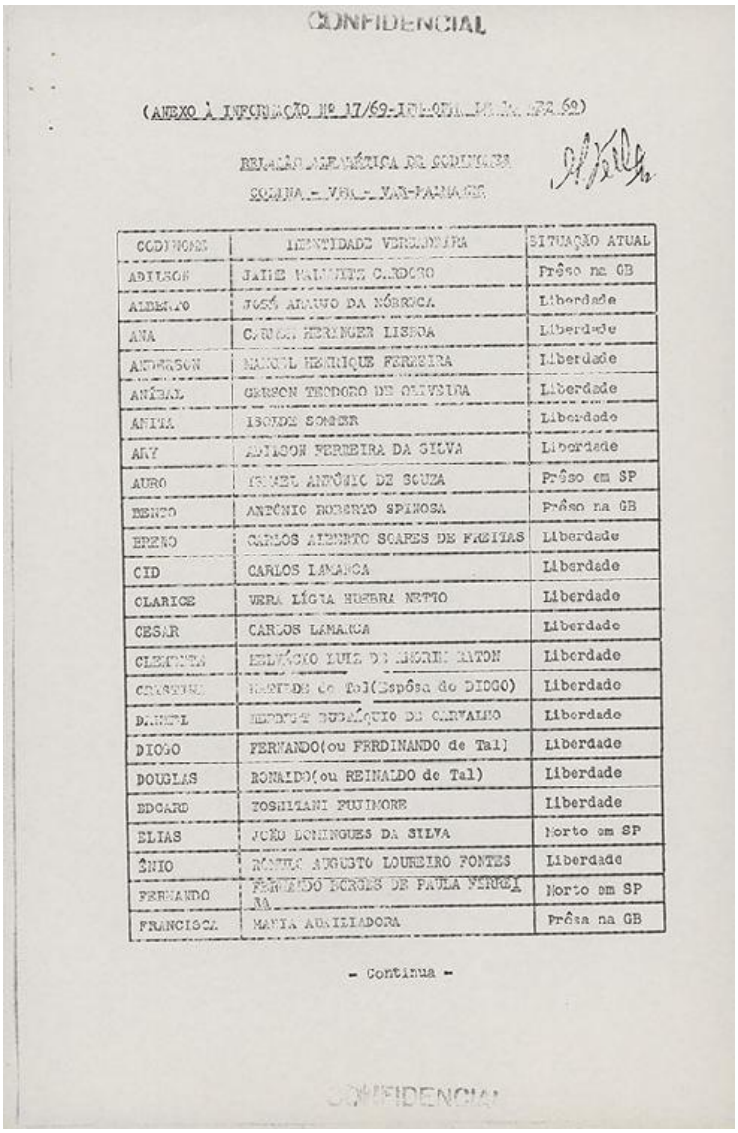
DISCRIMINAÇÃO	MOVIMENTO		
	ATÉ 31 MAI 75	MÊS DE JUN/75	TOTAL DE 30 JUN 75
a) Presos pelo DOI	2317	38	2355
- encaminhados ao DOPS/SP	843	16	859
- encaminhados a outros órgãos	192	-	192
- liberados	1230	24	1254
- mortos	47	-	47
- evadiram-se	1	-	1
b) Recebidos de outros órgãos	817	4	821
- encaminhados ao DOPS/SP	301	-	301
- encaminhados a outros órgãos	298	-	298
- liberados	213	1	214
- evadiram-se	2	-	2
- mortos	3	-	3
c) Elementos que prestaram declaracões e foram liberados	3307	12	3399
d) Elementos que estiveram no DOI e não prestaram declaraçoes	136	-	136

- C O N F I D E N C I A L -

[Voltar] | [Transcrição]

Documento mostrando que o Exército sabia que Wanda era o codinome de Dilma Rousseff

[O nome e codinome estão na página 4]



CONFIDENCIAL

(ANEXO À INFORMAÇÃO Nº 17/69-[illegible])

RELAÇÃO ALFABÉTICA DE SUBVERSIVOS

SIGLA - VPR - VAN-PARA-GO

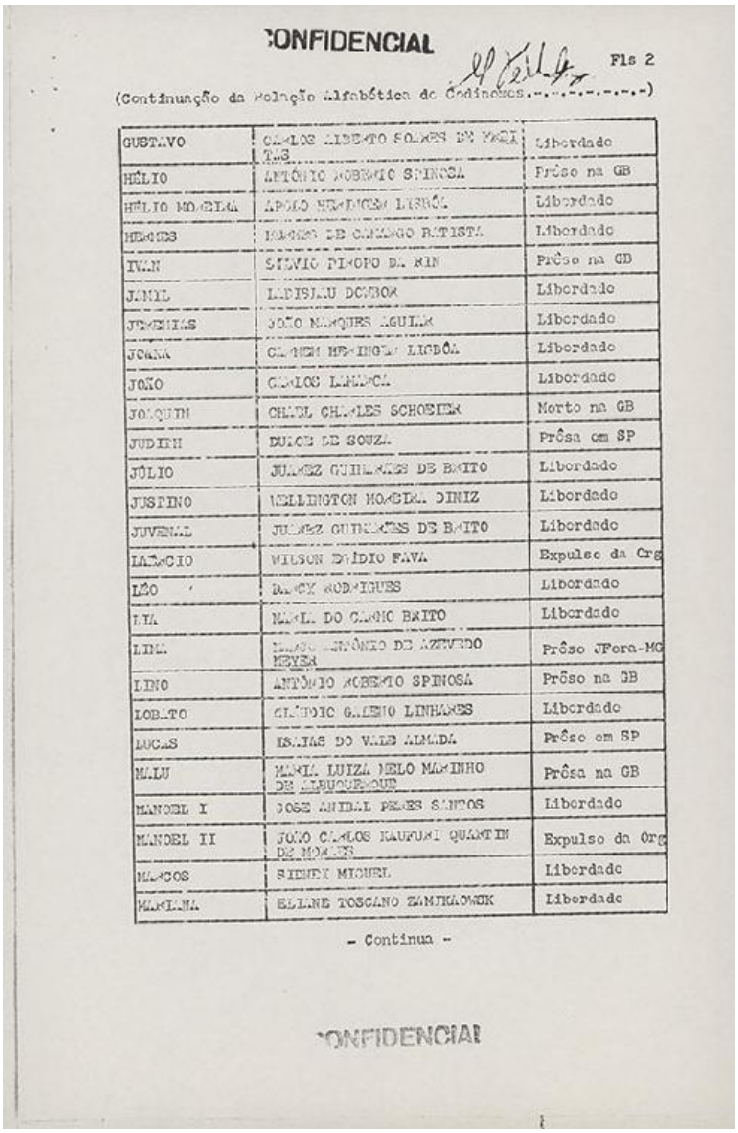
CODINOME	IDENTIDADE VERDADEIRA	SITUAÇÃO ATUAL
ADILSON	JAIME [illegible]	Prêso na GB
ALBERTO	JOSÉ ARAUJO DA NÓBREGA	Liberdade
ANA	[illegible]	Liberdade
ANDERSON	MANOEL HENRIQUE FERREIRA	Liberdade
ANÍBAL	GERSON TEODORO DE OLIVEIRA	Liberdade
ANITA	ISOLDE SOMMER	Liberdade
ARY	ARILSON FERREIRA DA SILVA	Liberdade
AURO	ISMAEL ANTÔNIO DE SOUZA	Prêso em SP
BENTO	ANTÔNIO ROBERTO SPINOSA	Prêso na GB
BRENO	CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS	Liberdade
CID	CARLOS LAMARCA	Liberdade
CLARICE	VERA LÍGIA HIBRA NETTO	Liberdade
CESAR	CARLOS LAMARCA	Liberdade
CLEMENTE	[illegible]	Liberdade
CRISTINA	[illegible] (Espôsa do DIOGO)	Liberdade
DANIEL	[illegible]	Liberdade
DIOGO	FERNANDO(ou FERDINANDO de Tal)	Liberdade
DOUGLAS	RONALDO(ou REINALDO de Tal)	Liberdade
EDGARD	YOSHITANI FUJIMORR	Liberdade
ELIAS	JOÃO LOPINGUES DA SILVA	Morto em SP
ÊNIO	MARIO AUGUSTO LOUREIRO FONTES	Liberdade
FERNANDO	FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA	Morto em SP
FRANCISCA	MARIA AUXILIADORA	Prêsa na GB

- Continua -

CONFIDENCIAL

Página 1 de 4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



CONFIDENCIAL

Fls 2

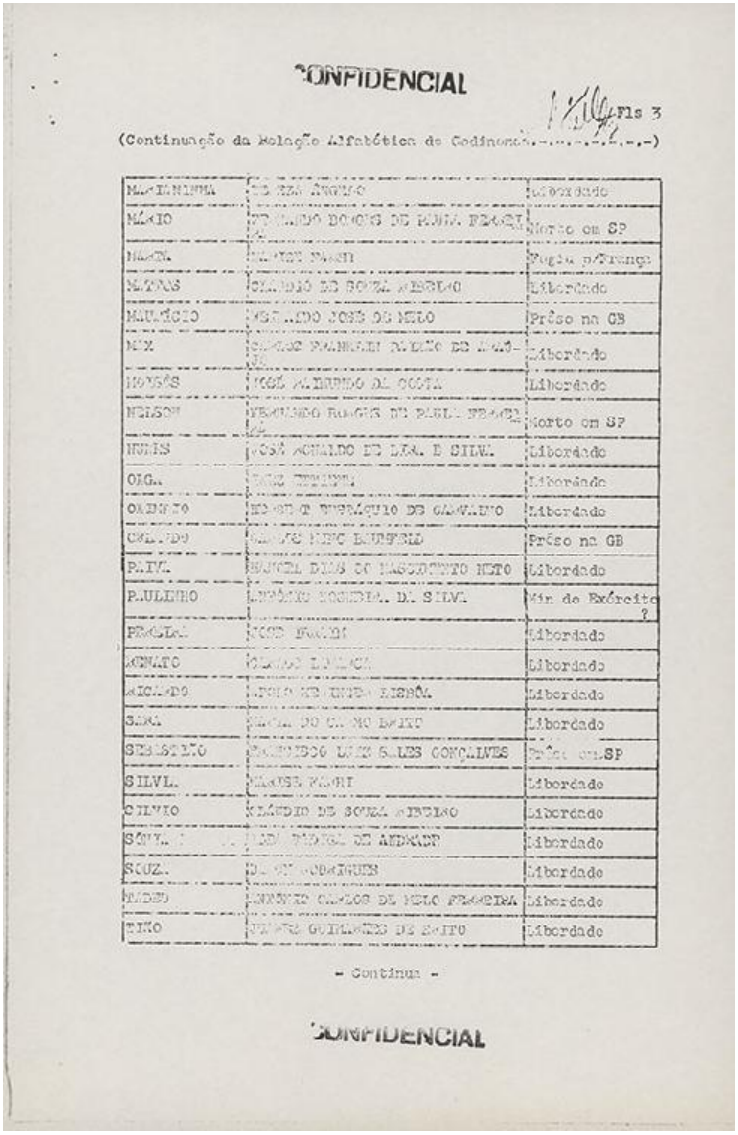
(Continuação da Relação Alfabética de Codinomes.-.-.-.-.-.-.-)

GUSTAVO	CARLOS ALBERTO SOARES DE MORAIS	Libertado
HÉLIO	ANTÔNIO ROBERTO SPINOSA	Prêso na GB
HÉLIO MIGUEL	ÁPOLO HERCULANO LISBÔA	Libertado
HERMES	[illegible] DE CAMARGO BATISTA	Libertado
IVAN	SÍLVIO PIMOPO DA SILVA	Prêso na GB
JANIL	LADISLAU DOWBOR	Libertado
JUVENIAS	JOÃO MARQUES AGUILAR	Libertado
JOANA	CARMEM HENRIQUES LISBÔA	Libertado
JOÃO	CARLOS LAMARCA	Libertado
JOAQUIM	CHAEL CHARLES SCHREIER	Morto na GB
JUDITH	DULCE DE SOUZA	Prêsa em SP
JÚLIO	JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO	Libertado
JUSTINO	WELLINGTON MOREIRA DINIZ	Libertado
JUVENAL	JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO	Libertado
LAERCIO	WILSON DIÍDIO FAVA	Expulso da Org
LÉO	[illegible] RODRIGUES	Libertado
LIA	MARIA DO CARMO BRITO	Libertado
LIMA	[illegible] ANTÔNIO DE AZEVEDO MEYER	Prêso JFora-MG
LINO	ANTÔNIO ROBERTO SPINOSA	Prêso na GB
LOBATO	CELSO GALENO LINHARES	Libertado
LUCAS	ISAIAS DO VALE ALMADA	Prêso em SP
MALU	MARIA LUIZA MELO MARINHO DE ALBUQUERQUE	Prêsa na GB
MANOEL I	JOSÉ ANIBAL PAIES SANTOS	Libertado
MANOEL II	JOÃO CARLOS KAUFMAN QUARTIM DE MORAES	Expulso da Org
MARCOS	SIDNEY MIGUEL	Libertado
MARLENA	ELLANE TOSCANO ZAMIKAOWSK	Libertado

- Continua -

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



CONFIDENCIAL

Fls 3

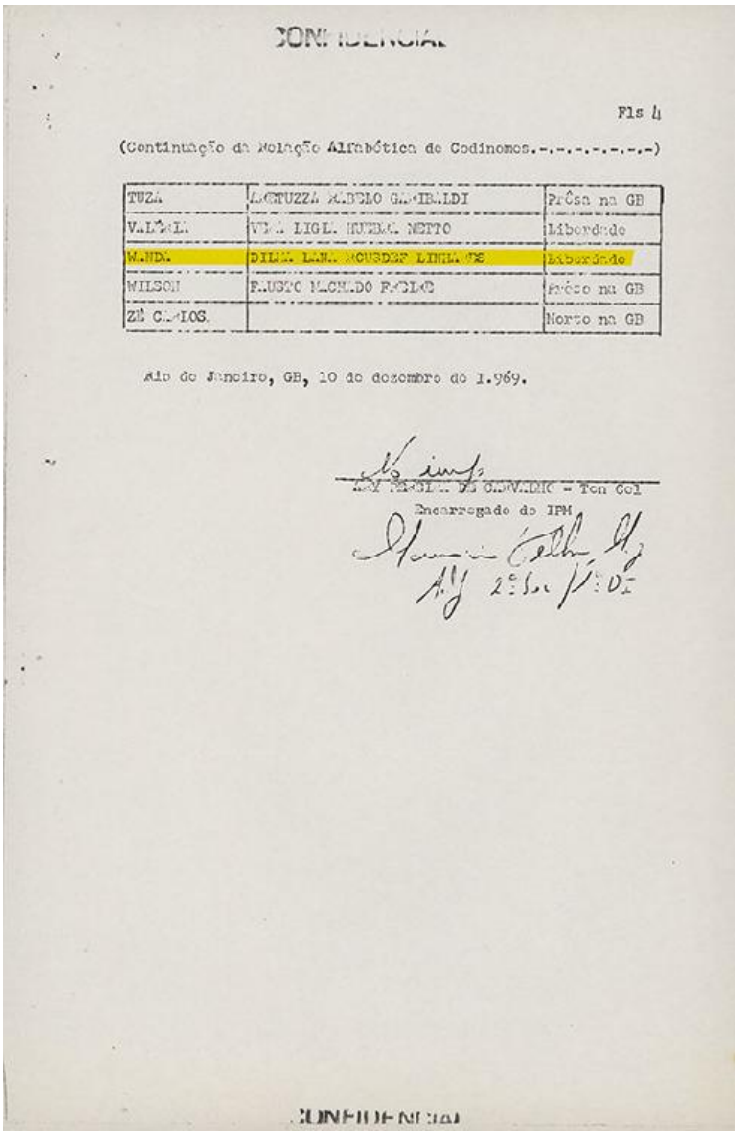
(Continuação da Relação Alfabética de Codinomes)

MARINHA	[illegible]	Liberado
MÁRIO	[illegible]	Morto em SP
MARTA	[illegible]	Fugiu p/França
MATOS	[illegible]	Liberado
MAURÍCIO	[illegible]	Preso na GB
MAX	[illegible]	Liberado
MOISÉS	[illegible]	Liberado
NELSON	[illegible]	Morto em SP
NUNES	[illegible]	Liberado
OTÁVIO	[illegible]	Liberado
OZANIRO	[illegible]	Liberado
OSVALDO	[illegible]	Preso na GB
PAIVA	[illegible]	Liberado
PAULINHO	[illegible]	Vir do Exército ?
PRADA	[illegible]	Liberado
RENATO	[illegible]	Liberado
RICARDO	[illegible]	Liberado
SARA	[illegible]	Liberado
SEBASTIÃO	[illegible]	Preso em SP
SILVA	[illegible]	Liberado
SILVIO	[illegible]	Liberado
SILVA	[illegible]	Liberado
SOUZA	[illegible]	Liberado
VALDEC	[illegible]	Liberado
VINCO	[illegible]	Liberado

- Continua -

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



CONFIDENCIAL

Fls 4

(Continuação da Relação Alfabética de Codinomes.-.-.-.-.-.-.-.-)

TUZA	LUCIANO ALBERTO GUARNALDI	Presa na GB
VALDEL	VERA LIGIA RUELA NETTO	Liberdade
WANDA	DILMA LAN. ACUSADA LINDALVE	Liberdade
WILSON	RAUSTO MACHADO FAGUNDES	Preso na GB
ZÉ CARLOS		Morto na GB

Rio de Janeiro, GB, 10 de dezembro de 1.969.

[illegible] - Ten Cel
Encarregado do IPM

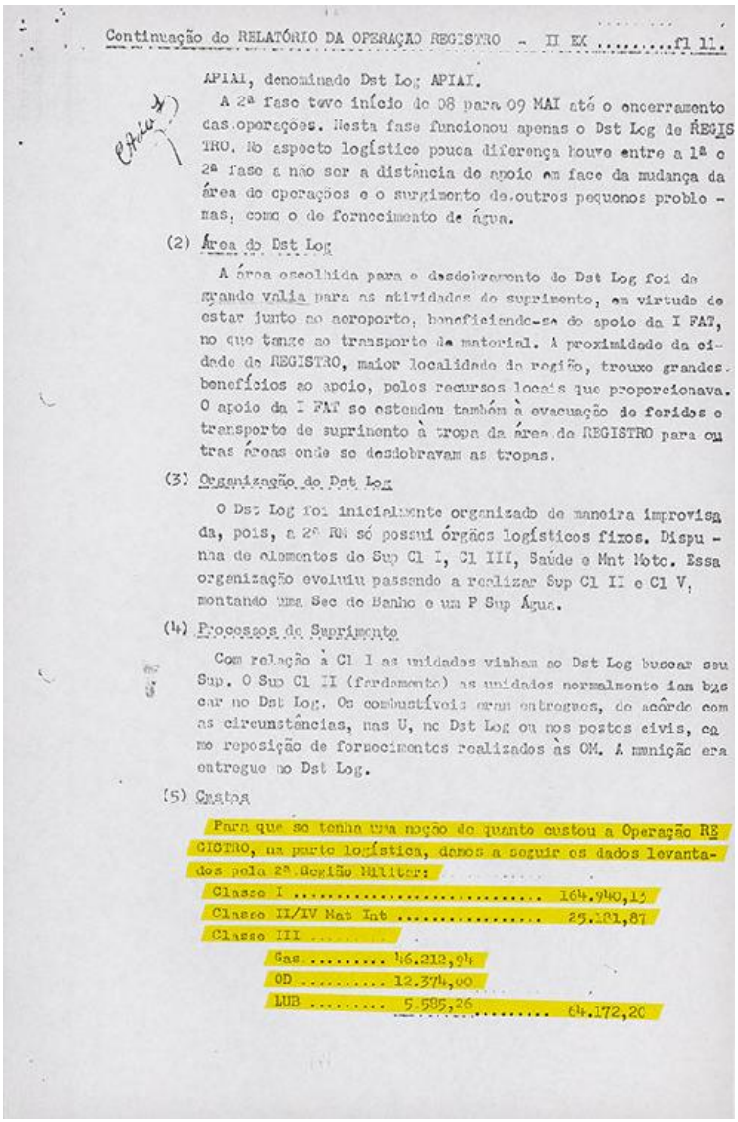
CONFIDENCIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Trechos do Relatório da Operação Registro sobre o fracasso na captura de Lamarca

Custo da operação fracassada



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO REGISTRO - II EX .....fl 11.

APIAI, denominado Dst Log APIAI.

A 2ª fase teve início de 08 para 09 MAI até o encerramento das operações. Nesta fase funcionou apenas o Dst Log de REGISTRO. No aspecto logístico pouca diferença houve entre a 1ª e 2ª fase a não ser a distância do apoio em face da mudança da área de operações e o suprimento de outros pequenos proble - mas, como o de fornecimento de água.

(2) Área do Dst Log

A área escolhida para o desdobramento do Dst Log foi de grande valia para as atividades de suprimento, em virtude de estar junto ao aeroporto, beneficiando-se do apoio da I FAT, no que tange ao transporte de material. A proximidade da cidade de REGISTRO, maior localidade da região, trouxe grandes benefícios ao apoio, pelos recursos locais que proporcionava. O apoio da I FAT se estendeu também à evacuação de feridos e transporte de suprimento à tropa da área de REGISTRO para outras áreas onde se desdobravam as tropas.

(3) Organização do Dst Log

O Dst Log foi inicialmente organizado de maneira improvisada, pois, a 2ª RM só possui órgãos logísticos fixos. Dispunha de elementos do Sup Cl I, Cl III, Saúde e Mnt Motc. Essa organização evoluiu passando a realizar Sup Cl II e Cl V, montando uma Sec de Banho e um P Sup Água.

(4) Processos de Suprimento

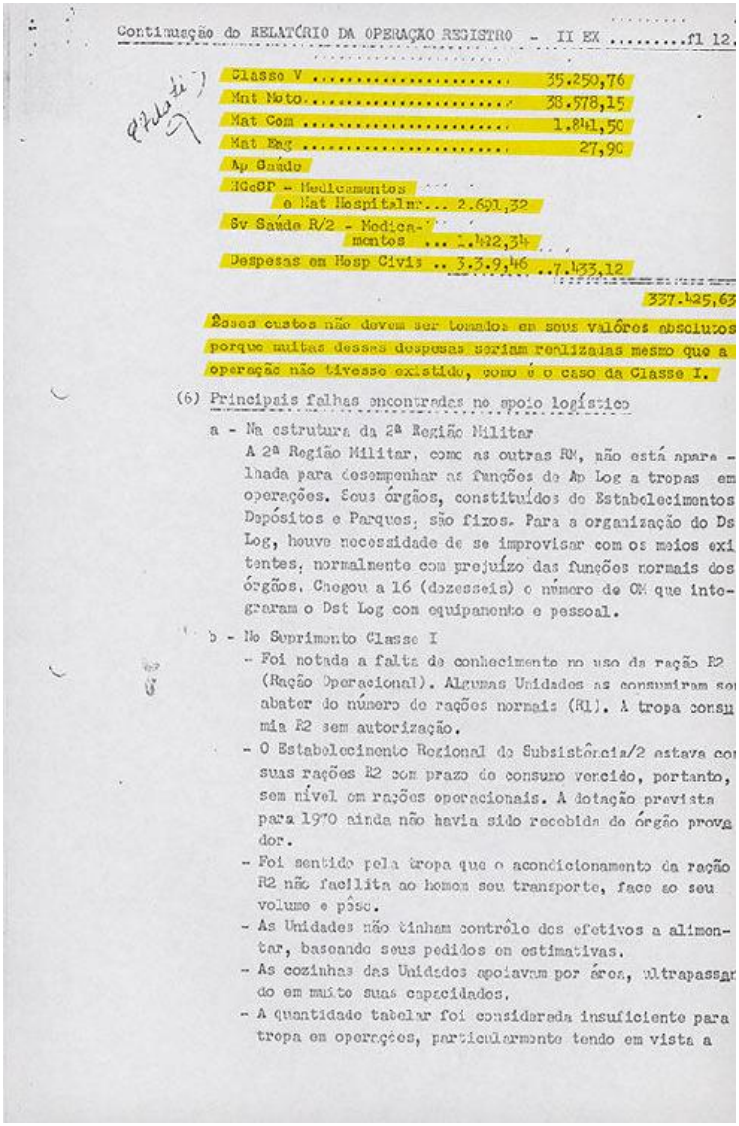
Com relação à Cl I as unidades vinham ao Dst Log buscar seu Sup. O Sup Cl II (fardamento) as unidades normalmente iam buscar no Dst Log. Os combustíveis eram entregues, de acôrdo com as circunstâncias, nas U, no Dst Log ou nos postos civis, como reposição de fornecimentos realizados às OM. A munição era entregue no Dst Log.

(5) Custos

Para que se tenha uma noção de quanto custou a Operação REGISTRO, na parte logística, damos a seguir os dados levantados pela 2ª Região Militar:

Classe I 164.940,15
Classe II/IV Mat Int 29.181,87
Classe III .....
Gas 46.212,94
OD 12.374,00
LUB ..... 5.585,26 ..... 64.172,20

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO REGISTRO - II EX .....fl 12

Classe V 35.250,76
Mat Moto..... 38.578,15
Mat Com 1.841,50
Mat Eng 27,90
Ap Saúde
HGeCP - Medicamentos e Mat Hospitalar... 2.691,32
Sv Saúde R/2 - Medicamentos ... 1.432,34
Despesas em Hosp Civis .. 3.3.9,46 ..7.133,12

337.425,63

Esses custos não devem ser tomados em seus valôres absolutos porque muitas dessas despesas seriam realizadas mesmo que a operação não tivesse existido, como é o caso da Classe I.

(6) Principais falhas encontradas no apoio logístico

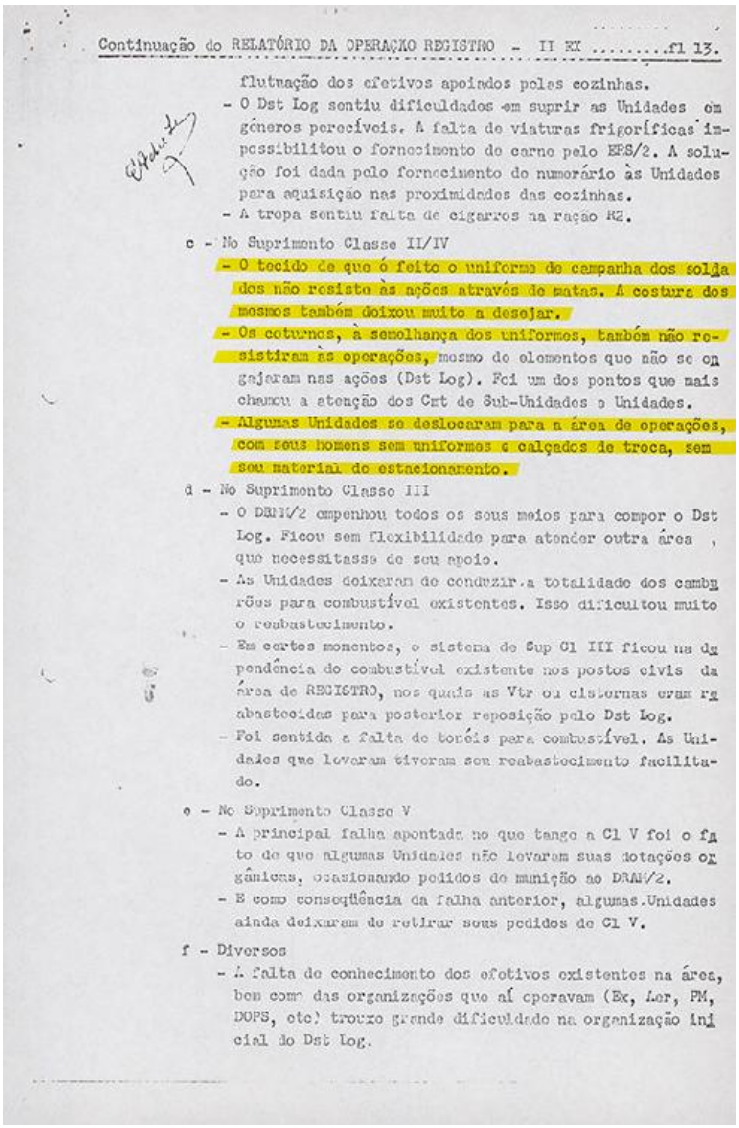
a - Na estrutura da 2ª Região Militar

A 2ª Região Militar, como as outras RM, não está aparelhada para desempenhar as funções de Ap Log a tropas em operações. Seus órgãos, constituídos de Estabelecimentos Depósitos e Parques, são fixos. Para a organização do Dst Log, houve necessidade de se improvisar com os meios existentes, normalmente com prejuízo das funções normais dos órgãos. Chegou a 16 (dezesseis) o número de CM que integraram o Dst Log com equipamento e pessoal.

b - No Suprimento Classe I

- Foi notada a falta de conhecimento no uso da ração R2 (Ração Operacional). Algumas Unidades as consumiram sob abater do número de rações normais (R1). A tropa consumia R2 sem autorização.
- O Estabelecimento Regional de Subsistência/2 estava com suas rações R2 com prazo de consumo vencido, portanto, sem nível em rações operacionais. A dotação prevista para 1970 ainda não havia sido recebida do órgão provador.
- Foi sentido pela tropa que o acondicionamento da ração R2 não facilita ao homem seu transporte, face ao seu volume e pêso.
- As Unidades não tinham contrôle dos efetivos a alimentar, baseando seus pedidos em estimativas.
- As cozinhas das Unidades apoiavam por óleos, ultrapassando em muito suas capacidades.
- A quantidade tabelar foi considerada insuficiente para tropa em operações, particularmente tendo em vista a

Principais falhas e despreparo da tropa



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO REGISTRO - II EX .....fl 13.

flutuação dos efetivos apoiados pelas cozinhas.
- O Dst Log sentiu dificuldades em suprir as Unidades em gêneros perecíveis. A falta de viaturas frigoríficas impossibilitou o fornecimento de carne pelo EPS/2. A solução foi dada pelo fornecimento de numerário às Unidades para aquisição nas proximidades das cozinhas.
- A tropa sentiu falta de cigarros na ração R2.

c - No Suprimento Classe II/IV
- O tecido de que é feito o uniforme de campanha dos soldados não resiste às ações através de matas. A costura dos mesmos também deixou muito a desejar.
- Os coturnos, à semelhança dos uniformes, também não resistiram às operações, mesmo de elementos que não se engajaram nas ações (Dst Log). Foi um dos pontos que mais chamou a atenção dos Cmt de Sub-Unidades e Unidades.
- Algumas Unidades se deslocaram para a área de operações, com seus homens sem uniformes e calçados de troca, sem seu material de estacionamento.

d - No Suprimento Classe III
- O DRM/2 empenhou todos os seus meios para compor o Dst Log. Ficou sem flexibilidade para atender outra área, que necessitasse de seu apoio.
- As Unidades deixaram de conduzir a totalidade dos cambuchões para combustível existentes. Isso dificultou muito o reabastecimento.
- Em certos momentos, o sistema de Sup Cl III ficou na dependência do combustível existente nos postos civis da área de REGISTRO, nos quais as Vtr ou cisternas eram reabastecidas para posterior reposição pelo Dst Log.
- Foi sentida a falta de tonéis para combustível. As Unidades que levaram tiveram seu reabastecimento facilitado.

e - No Suprimento Classe V
- A principal falha apontada no que tange a Cl V foi o fato de que algumas Unidades não levaram suas dotações orgânicas, ocasionando pedidos de munição ao DRM/2.
- E como conseqüência da falha anterior, algumas Unidades ainda deixaram de retirar seus pedidos de Cl V.

f - Diversos
- A falta de conhecimento dos efetivos existentes na área, bem como das organizações que aí operavam (Ex, Mar, PM, DOPS, etc) trouxe grande dificuldade na organização inicial do Dst Log.

- Algumas Unidades não realizaram a manutenção de 1º e 2º escalão em suas Vtr.
- Foi notado certo desconhecimento no que tange a normas de suprimento. Certos tipos de material foram pedidos diretamente a escalões superiores, fora da cadeia de suprimento.
- Algumas Unidades não conduziram seus reboques cisternas.
- A maioria das cozinhas utilizou gás nas suas cozinhas de campanha, trazendo problemas de suprimento, por não ser item previsto.

e. Apoio de Comunicações

A inexistência de um B Com na área do II Ex fez com que a operação fôsse apoiada pelo pessoal e material da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, com tôdas as improvisações e adaptações que se fizeram necessárias. Ao que pese a explêndida colaboração prestada pelo Sv de Com da Polícia Civil, é fácil compreender-se os problemas que surgiram com o emprêgo dos meios de comunicações da Polícia.

Não foi possível, por exemplo, estabelecer a padronização das regras de exploração, nem o emprêgo dos sistemas de autenticação, em virtude da maioria dos operadores serem elementos civis.

Face à impossibilidade, logo de início, de se empregar um sistema de código e cifras, as informações mais importantes não podiam ser transmitidas pelo rádio, a fim de não comprometerem a segurança. Sòmente mais tarde, já na 2ª fase da operação, é que se pôde estabelecer um sistema de código, para a transmissão e recebimento de mensagens sigilosas. O material utilizado pelas Unidades do Exército, se bem que em número reduzido, funcionou satisfatòriamente.

Os novos conjuntos rádios, o EE-11 AN/GRC-9 e o EE-11 AN/PRC-25 demonstraram boa eficiência no seu funcionamento. O único problema surgido em relação a estas estações, foi a carência de baterias (pilhas) para o AN/PRC-25.

Outro problema que apareceu foi a inexistência de um equipamento rádio portátil para ser usado na selva durante a execução das patrulhas.

f. Apoio de outros Órgãos

(1) Fôrça Aérea

As operações foram apoiadas pela 1 FAT, através de helicópteros e aviões. Os helicópteros foram largamente utilizados nos reconhecimentos ou transporte de tropas, quando se necessitava colocar a tropa em determinadas regiões para efetiva-

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

ção imediata do cêrco. Estes reconhecimentos e transportes são muito eficientes, porém prejudicam o sigilo da operação e denunciam nossas intenções. É quase impossível reconhecer o inimigo na selva, através de reconhecimento néreo, pois a coberta lhe é muito favorável. Entretanto, tais reconhecimentos são particularmente úteis para verificação de nossos dispositivos e a atualização de cartas. Os helicópteros foram também utilizados na evacuação de feridos, no suprimento de elementos lançados em regiões de difícil acesso e no metralhamento de áreas suspeitas. Os aviões T6 e B26 foram usados na inquietação do inimigo através de bombardeios e tiros diretos de metralhadoras. Aviões e helicópteros do SAR foram, também, empregados no transporte de feridos dentro da área e desta para os hospitais da guarnição. É necessário haver entrosamento da nossa instrução com a Aeronáutica a fim de se aprovoitar em tôda plenitude o apoio proporcionado pelos helicópteros e aviões.

(2) Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo participou ativamente de tôda a operação, não só como órgão de busca de informes como, também, na instalação de barreiras e na exploração das comunicações. As buscas de informes e o trabalho de comunicações foram realizados pela Polícia Civil. O estabelecimento de barreiras esteve entregue a PM ESP.

Problemas levantados:

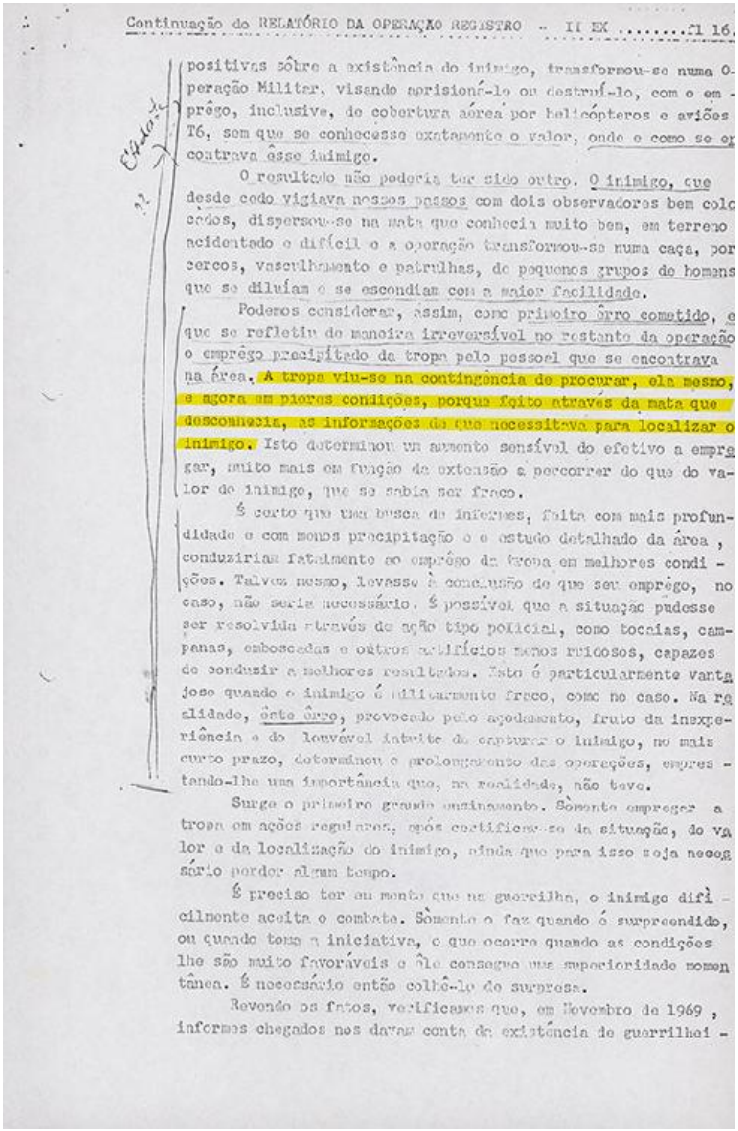
- Os fatos provaram o despreparo da maioria da tropa da Polícia Militar do Estado de São Paulo para o tipo de operações que foram realizadas na área;
- Ficou evidenciada a necessidade de manter um Oficial de de ligação da Polícia Militar junto ao EM operacional;
- A tentativa de utilização de cães especializados da PM ESP, na prisão de fugitivos, não logrou êxito, em virtude da técnica utilizada pelos mesmos de usarem os cursos d'água como rota de fuga. No entanto, nos serviços de guarda os cães se mostraram eficientes.

3. CONCLUSÕES

a. Considerações Preliminares

A OPERAÇÃO RETISPRO teve início com uma típica Operação de Informações, visando processar um informe obtido num interrogatório de um elemento aprisionado no RIO DE JANEIRO.

Precipitadamente, porém, diante das primeiras informações



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO REGISTRO - II EX .....fl 16.

positivas sôbre a existência do inimigo, transformou-se numa O-peração Militar, visando aprisioná-lo ou destruí-lo, com o em - prêgo, inclusive, de cobertura aérea por helicópteros e aviões T6, sem que se conhecesse exatamente o valor, onde e como se en contrava êsse inimigo.

O resultado não poderia ter sido outro. O inimigo, que desde cedo vigiava nossos passos com dois observadores bem colo cados, dispersou-se na mata que conhecia muito bem, em terreno acidentado e difícil e a operação transformou-se numa caça, por cercos, vasculhamento e patrulhas, de pequenos grupos de homens que se diluíam e se escondiam com a maior facilidade.

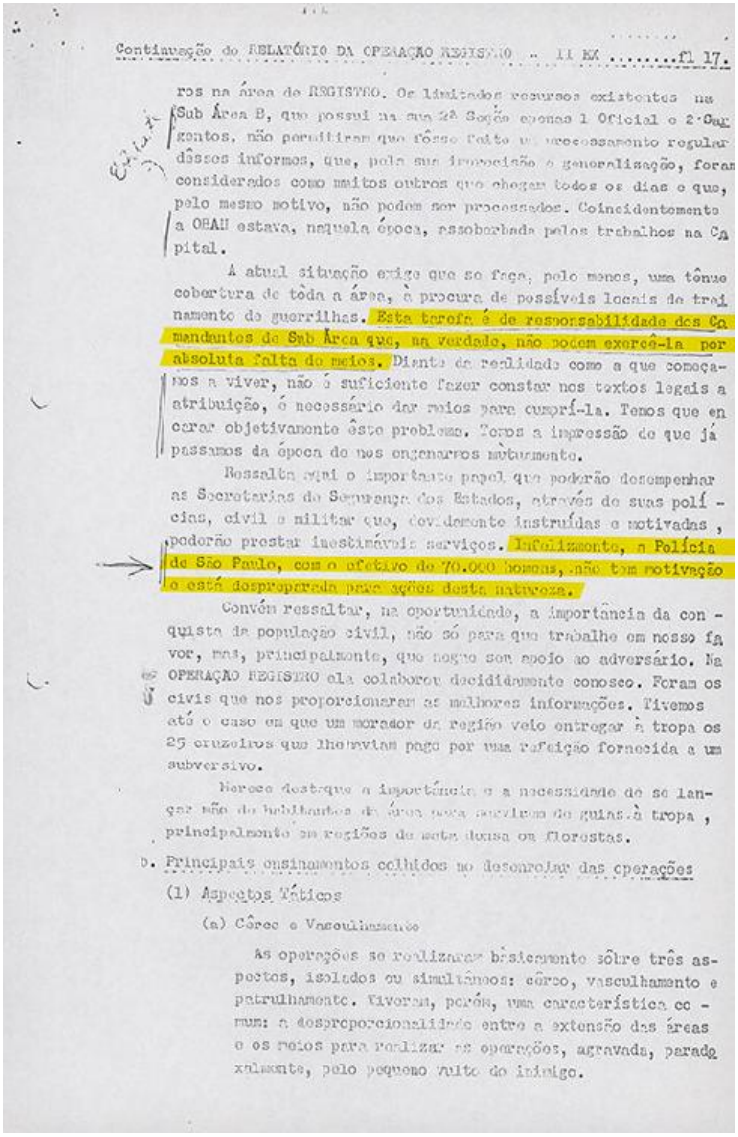
Poderos considerar, assim, como primeiro êrro cometido, e que se refletiu de maneira irreversível no restante da operação o emprêgo precipitado da tropa pelo pessoal que se encontrava na área. A tropa viu-se na contingência de procurar, ela mesmo, e agora em piores condições, porque feito através da mata que desconhecia, as informações de que necessitava para localizar o inimigo. Isto determinou um aumento sensível do efetivo a empre gar, muito mais em função da extensão a percorrer do que do va- lor do inimigo, que se sabia ser fraco.

É certo que uma busca de informes, feita com mais profun- didade e com menos precipitação e o estudo detalhado da área , conduziriam fatalmente ao emprêgo da tropa em melhores condi - ções. Talvez mesmo, levasse à conclusão de que seu emprêgo, no caso, não seria necessário. É possível que a situação pudesse ser resolvida através de ação tipo policial, como tocaias, cam- panas, emboscadas e outros artifícios menos ruidosos, capazes de conduzir a melhores resultados. Isto é particularmente vanta joso quando o inimigo é militarmente fraco, como no caso. Na re alidade, êste êrro, provocado pelo açodamento, fruto da inexpe- riência e do louvável intuito de capturar o inimigo, no mais curto prazo, determinou o prolongamento das operações, empres - tando-lhe uma importância que, na realidade, não teve.

Surge o primeiro grande ensinamento. Sòmente empregar a tropa em ações regulares, após certificar-se da situação, do va lor e da localização do inimigo, ainda que para isso seja neces sário perder algum tempo.

É preciso ter em mente que na guerrilha, o inimigo difi - cilmente aceita o combate. Sòmente o faz quando é surpreendido, ou quando tem a iniciativa, o que ocorre quando as condições lhe são muito favoráveis e êle consegue uma superioridade momen tânea. É necessário então colhê-lo de surpresa.

Revendo os fatos, verificamos que, em Novembro de 1969 , informes chegados nos deram conta de existência de guerrilhei -



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO REGISTRO - II EX .....fl 17.

ros na área do REGISTRO. Os limitados recursos existentes na Sub Área B, que possui na sua 2ª Seção apenas 1 Oficial e 2 Sargentos, não permitiram que fôsse feito um processamento regular dêsses informes, que, pela sua imprecisão e generalização, foram considerados como muitos outros que chegam todos os dias e que, pelo mesmo motivo, não podem ser processados. Coincidentemente a OBAN estava, naquela época, assoberbada pelos trabalhos na Capital.

A atual situação exige que se faça, pelo menos, uma tênue cobertura de tôda a área, à procura de possíveis locais de treinamento de guerrilhas. Esta tarefa é de responsabilidade dos Comandantes de Sub Área que, na verdade, não podem exercê-la por absoluta falta de meios. Diante da realidade como a que começamos a viver, não é suficiente fazer constar nos textos legais a atribuição, é necessário dar meios para cumprí-la. Temos que encarar objetivamente êste problema. Temos a impressão de que já passamos da época de nos enganarmos voluntariamente.

Ressalta ainda o importante papel que poderão desempenhar as Secretarias de Segurança dos Estados, através de suas polícias, civil e militar que, devidamente instruídas e motivadas, poderão prestar inestimáveis serviços. Infelizmente, a Polícia de São Paulo, com o efetivo de 70.000 homens, não tem motivação e está despreparada para ações desta natureza.

Convém ressaltar, na oportunidade, a importância da conquista da população civil, não só para que trabalhe em nosso favor, mas, principalmente, que negue seu apoio ao adversário. Na OPERAÇÃO REGISTRO ela colaborou decididamente conosco. Foram os civis que nos proporcionaram as melhores informações. Tivemos até o caso em que um morador da região veio entregar à tropa os 25 cruzeiros que lhe haviam pago por uma refeição fornecida a um subversivo.

Merece destaque a importância e a necessidade de se lançar mão de habitantes da área para servirem de guias à tropa, principalmente em regiões de mata densa ou florestas.

b. Principais ensinamentos colhidos no desenrolar das operações

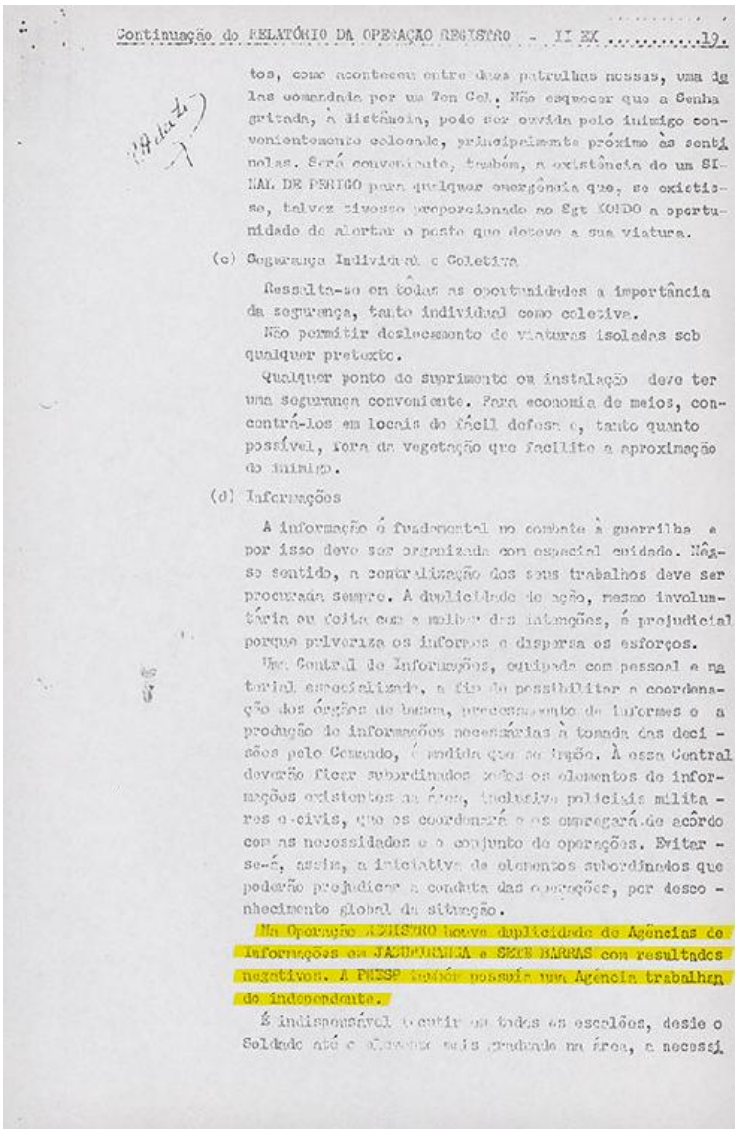
(1) Aspectos Táticos

(a) Cêrco e Vasculhamento

As operações se realizaram basicamente sôbre três aspectos, isolados ou simultâneos: cêrco, vasculhamento e patrulhamento. Tiveram, porém, uma característica comum: a desproporcionalidade entre a extensão das áreas e os meios para realizar as operações, agravada, paradoxalmente, pelo pequeno vulto do inimigo.

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Duplicidade de agências de informações com resultados negativos



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO REGISTRO - II EX ..... 19.

tos, como aconteceu entre duas patrulhas nossas, uma delas comandada por um Ten Cel. Não esquecer que a Senha gritada, à distância, pode ser ouvida pelo inimigo convenientemente colocado, principalmente próximo às sentinelas. Será conveniente, também, a existência de um SINAL DE PERIGO para qualquer emergência que, se existisse, talvez tivesse proporcionado ao Sgt COIDO a oportunidade de alertar o posto que deixou a sua viatura.

(c) Segurança Individual e Coletiva

Ressalta-se em todas as oportunidades a importância da segurança, tanto individual como coletiva.

Não permitir deslocamento de viaturas isoladas sob qualquer pretexto.

Qualquer ponto de suprimento ou instalação deve ter uma segurança conveniente. Para economia de meios, concentrá-los em locais de fácil defesa e, tanto quanto possível, fora da vegetação que facilite a aproximação do inimigo.

(d) Informações

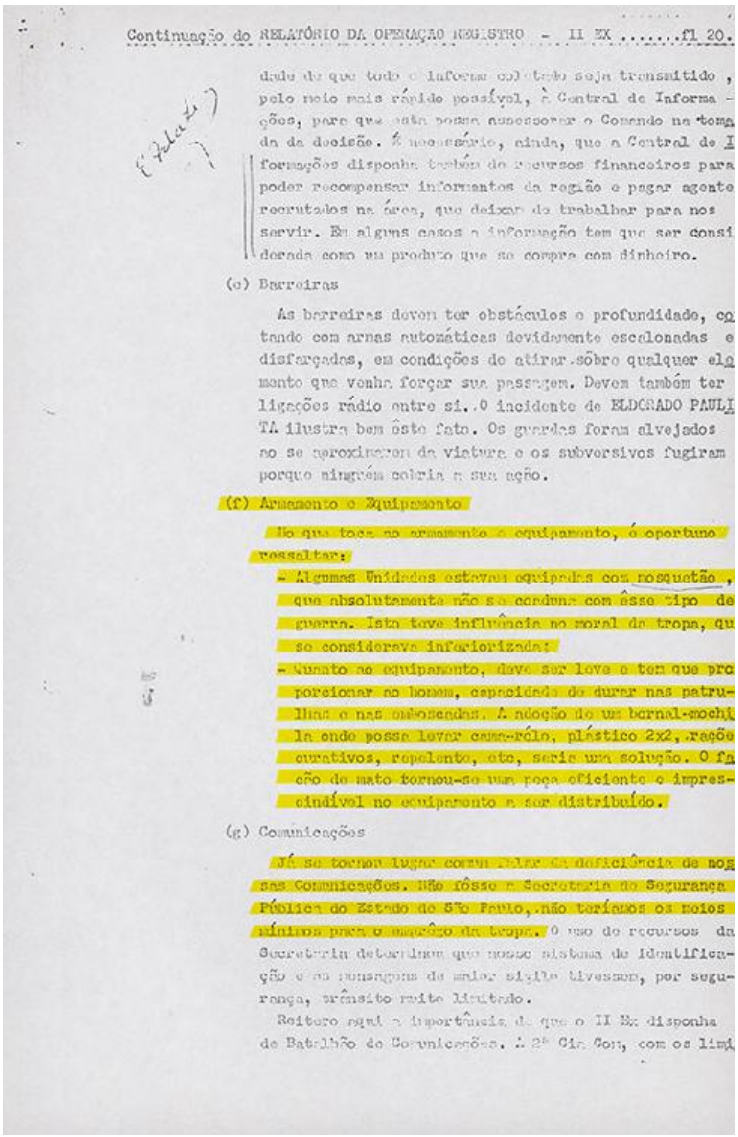
A informação é fundamental no combate à guerrilha e por isso deve ser organizada com especial cuidado. Nêsse sentido, a centralização dos seus trabalhos deve ser procurada sempre. A duplicidade de ação, mesmo involuntária ou feita com a melhor das intenções, é prejudicial porque pulveriza os informes e dispersa os esforços.

Uma Central de Informações, equipada com pessoal e material especializado, a fim de possibilitar a coordenação dos órgãos de busca, processamento de informes e a produção de informações necessárias à tomada das decisões pelo Comando, à medida que se faça. À essa Central deverão ficar subordinados todos os elementos de informações existentes na área, inclusive policiais militares e civis, que os coordenará e os empregará de acôrdo com as necessidades e o conjunto de operações. Evitar-se-á, assim, a iniciativa de elementos subordinados que poderão prejudicar a conduta das operações, por desconhecimento global da situação.

Na Operação REGISTRO houve duplicidade de Agências de Informações em JACUPIRANGA e SETE BARRAS com resultados negativos. A PMESP também possuía uma Agência trabalhando independente.

É indispensável existir em todos os escalões, desde o Soldado até o Oficial, seja graduado na área, a necessi

Armamento inadequado e deficiência de comunicação



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO NORDESTE - II EX .....fl 20.

dade de que todo o informe colhido seja transmitido, pelo meio mais rápido possível, à Central de Informações, para que esta possa assessorar o Comando na tomada da decisão. É necessário, ainda, que a Central de Informações disponha também de recursos financeiros para poder recompensar informantes da região e pagar agentes recrutados na área, que deixam de trabalhar para nos servir. Em alguns casos a informação tem que ser considerada como um produto que se compra com dinheiro.

(e) Barreiras

As barreiras devem ter obstáculos e profundidade, contando com armas automáticas devidamente escalonadas e disfarçadas, em condições de atirar sôbre qualquer elemento que venha forçar sua passagem. Devem também ter ligações rádio entre si. O incidente de ELDORADO PAULISTA ilustra bem êste fato. Os guardas foram alvejados ao se aproximarem da viatura e os subversivos fugiram porque ninguém cobria a sua ação.

(f) Armamento e Equipamento

No que toca ao armamento e equipamento, é oportuno ressaltar:

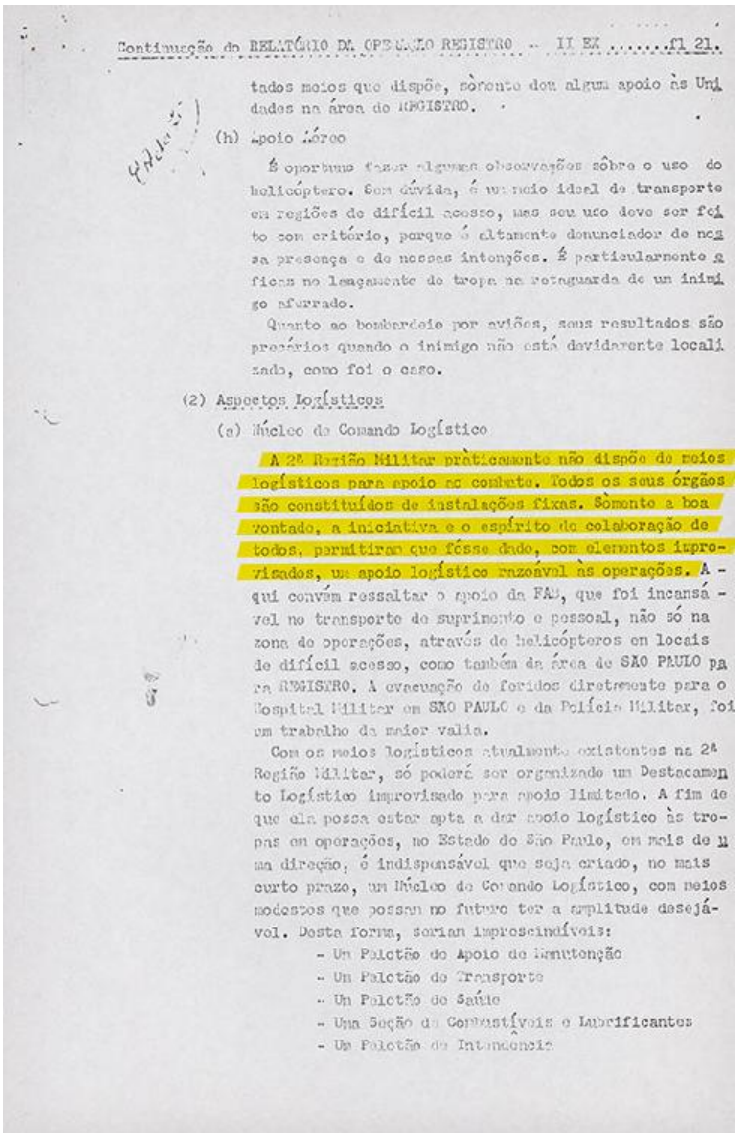
- Algumas Unidades estavam equipadas com mosquetão, que absolutamente não se coaduna com êsse tipo de guerra. Isto teve influência no moral da tropa, que se considerava inferiorizada;
- Quanto ao equipamento, deve ser leve e tem que proporcionar ao homem, capacidade de durar nas patrulhas e nas emboscadas. A adoção de um bornal-mochila onde possa levar casa-rôlo, plástico 2x2, ração curativos, repelente, etc, seria uma solução. O facão de mato tornou-se uma peça eficiente e imprescindível no equipamento a ser distribuído.

(g) Comunicações

Já se tornou lugar comum falar da deficiência de nossas comunicações. Não fôsse a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, não teríamos os meios mínimos para o emprêgo da tropa. O uso de recursos da Secretaria determinou que nosso sistema de identificação e as mensagens de maior sigilo tivessem, por segurança, alcance muito limitado.

Reitero aqui a importância de que o II Ex disponha de Batalhão de Comunicações. A 2ª Cia Com, com os limi

Falta de logística



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO REGISTRO - II EX .....fl 21.

tados meios que dispõe, sòmente dou algum apoio às Unidades na área de REGISTRO.

(h) Apoio Aéreo

É oportuno fazer algumas observações sôbre o uso do helicóptero. Sem dúvida, é um meio ideal de transporte em regiões de difícil acesso, mas seu uso deve ser feito com critério, porque é altamente denunciador de nossa presença e de nossas intenções. É particularmente proficuo no lançamento de tropa na retaguarda de um inimigo aferrado.

Quanto ao bombardeio por aviões, seus resultados são precários quando o inimigo não está devidamente localizado, como foi o caso.

(2) Aspectos Logísticos

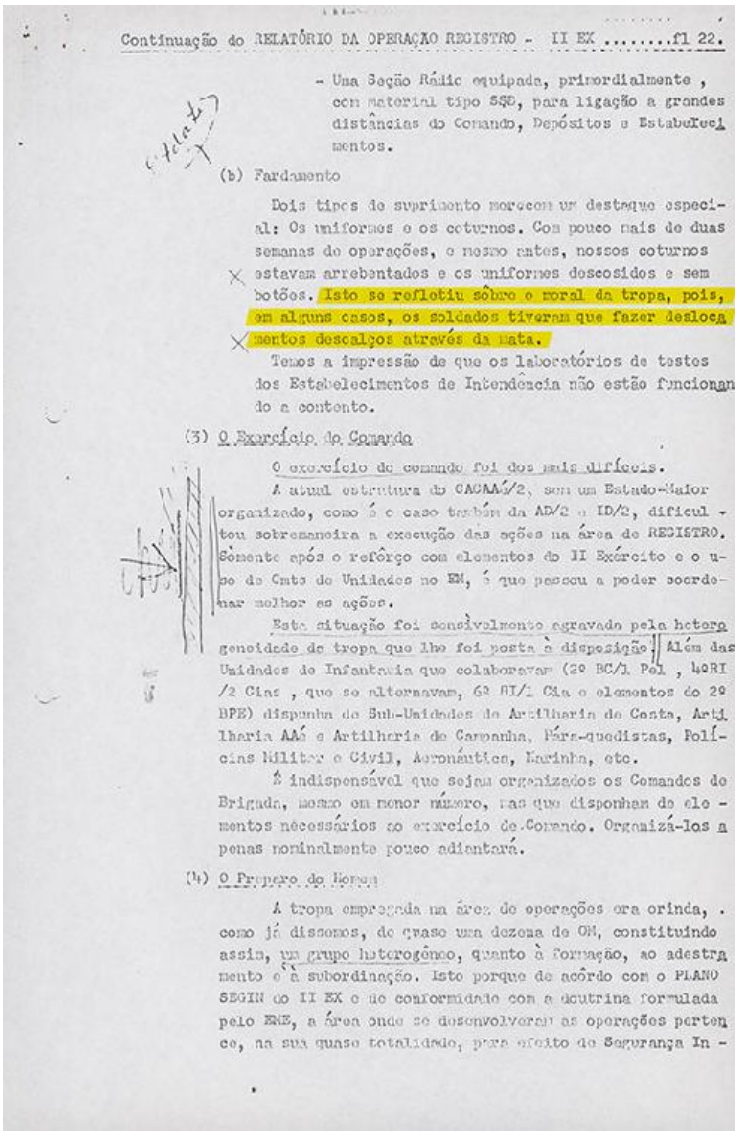
(a) Núcleo do Comando Logístico

A 2ª Região Militar pràticamente não dispõe de meios logísticos para apoio ao combate. Todos os seus órgãos são constituídos de instalações fixas. Sòmente a boa vontade, a iniciativa e o espírito de colaboração de todos, permitiram que fôsse dado, com elementos improvisados, um apoio logístico razoável às operações. Aqui convém ressaltar o apoio da FAB, que foi incansável no transporte de suprimento e pessoal, não só na zona de operações, através de helicópteros em locais de difícil acesso, como também da área de SÃO PAULO para a REGISTRO. A evacuação de feridos diretamente para o Hospital Militar em SÃO PAULO e da Polícia Militar, foi um trabalho de maior valia.

Com os meios logísticos atualmente existentes na 2ª Região Militar, só poderá ser organizado um Destacamento Logístico improvisado para apoio limitado. A fim de que ela possa estar apta a dar apoio logístico às tropas em operações, no Estado de São Paulo, em mais de uma direção, é indispensável que seja criado, no mais curto prazo, um Núcleo de Comando Logístico, com meios modestos que possam no futuro ter a amplitude desejável. Desta forma, seriam imprescindíveis:

- Um Pelotão de Apoio de Manutenção
- Um Pelotão de Transporte
- Um Pelotão de Saúde
- Uma Seção de Combustíveis e Lubrificantes
- Um Pelotão de Intendência

Soldados tiveram de fazer deslocamentos descalços através da mata



Continuação do RELATÓRIO DA OPERAÇÃO REGISTRO - II EX .....fl 22.

- Uma Seção Rádio equipada, primordialmente, com material tipo SCR, para ligação a grandes distâncias do Comando, Depósitos e Estabelecimentos.

(b) Fardamento

Dois tipos de suprimento merecem um destaque especial: Os uniformes e os coturnos. Com pouco mais de duas semanas de operações, o mesmo antes, nossos coturnos estavam arrebentados e os uniformes descosidos e sem botões. Isto se refletiu sôbre o moral da tropa, pois, em alguns casos, os soldados tiveram que fazer deslocamentos descalços através da mata.

Temos a impressão de que os laboratórios de testes dos Estabelecimentos de Intendência não estão funcionando a contento.

(3) O Exercício do Comando

O exercício de comando foi dos mais difíceis.

A atual estrutura do CACAAD/2, sem um Estado-Maior organizado, como é o caso também da AD/2 e ID/2, dificultou sobremaneira a execução das ações na área de REGISTRO. Somente após o reforço com elementos do II Exército e o uso de Cmts de Unidades no EM, é que passou a poder coordenar melhor as ações.

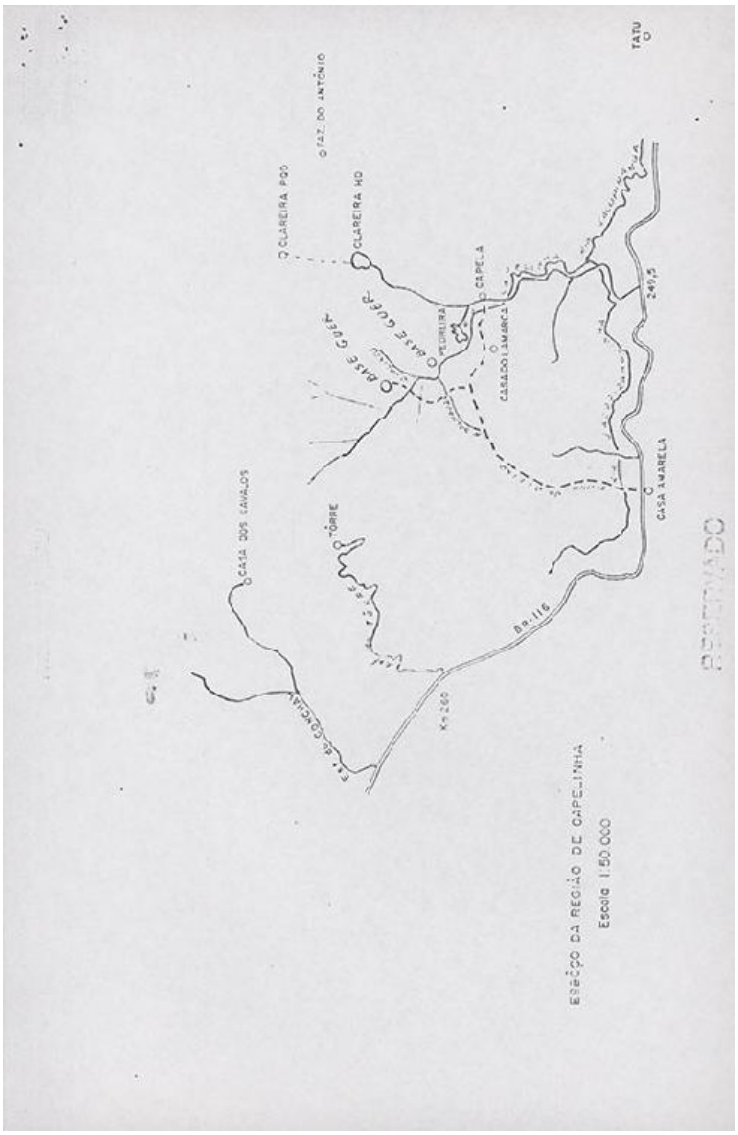
Esta situação foi consìvelmente agravado pela heterogeneidade de tropa que lhe foi posta à disposição. Além das Unidades de Infantaria que colaboravam (2º BC/1 Pel, 40RI /2 Cias, que se alternavam, 6º RI/1 Cia e elementos do 2º BPE) dispunha de Sub-Unidades de Artilharia de Costa, Artilharia AAé e Artilharia de Campanha, Pára-quedistas, Polícias Militar e Civil, Aeronáutica, Marinha, etc.

É indispensável que sejam organizados os Comandos de Brigada, mesmo em menor número, mas que disponham de elementos necessários ao exercício de Comando. Organizá-los apenas nominalmente pouco adiantará.

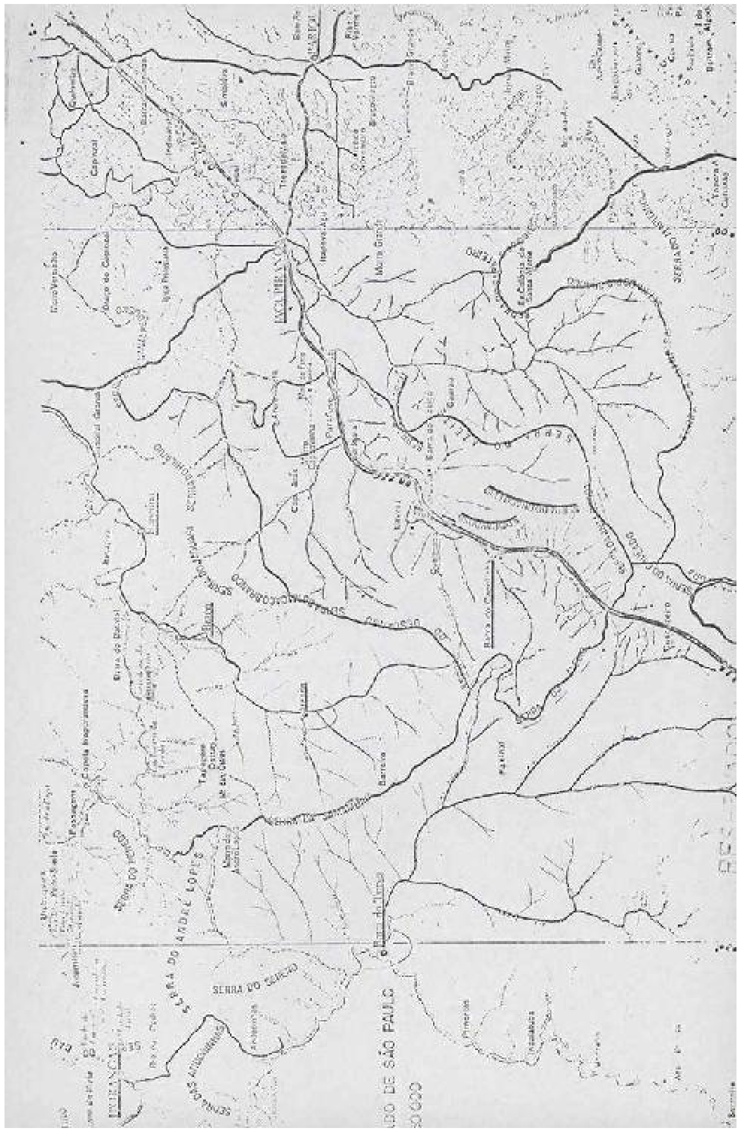
(4) O Preparo da Tropa

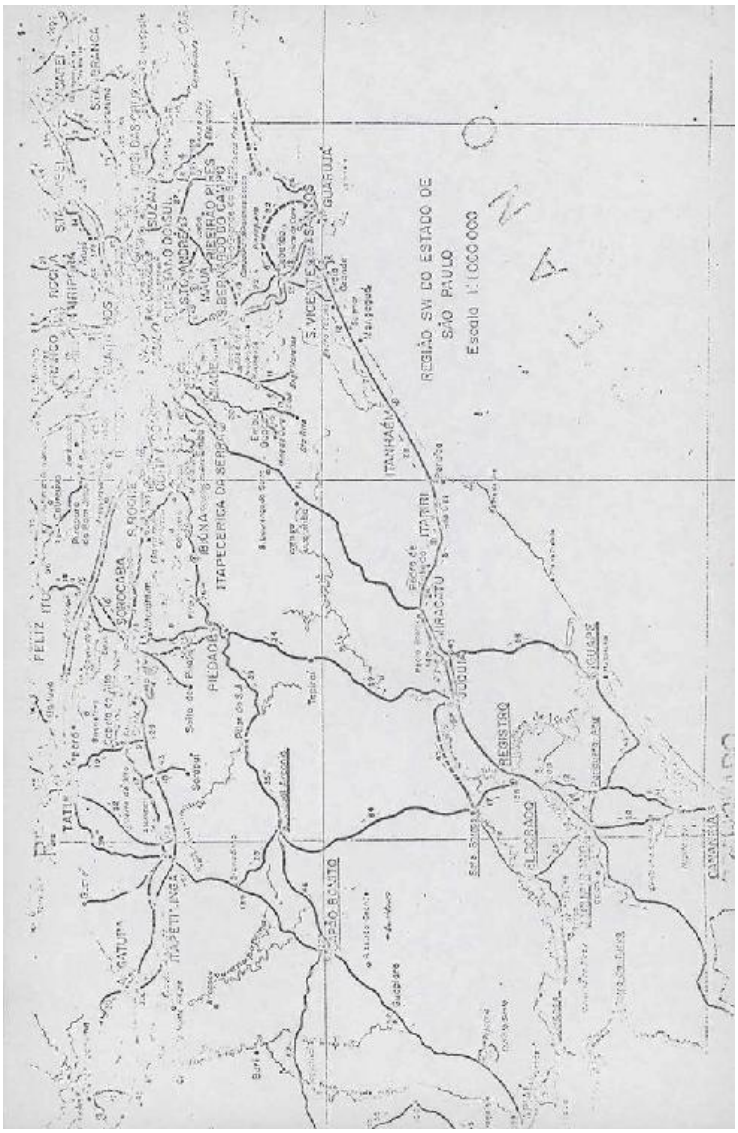
A tropa empregada na área de operações era oriunda, como já dissemos, de quase uma dezena de OM, constituindo assim, um grupo heterogêneo, quanto à formação, ao adestramento e à subordinação. Isto porque de acôrdo com o PLANO SEGIN do II EX e de conformidade com a doutrina formulada pelo EME, a área onde se desenvolveram as operações pertence, na sua quase totalidade, para efeito de Segurança In -

Mapas



[Voltar] | [Veja no site]

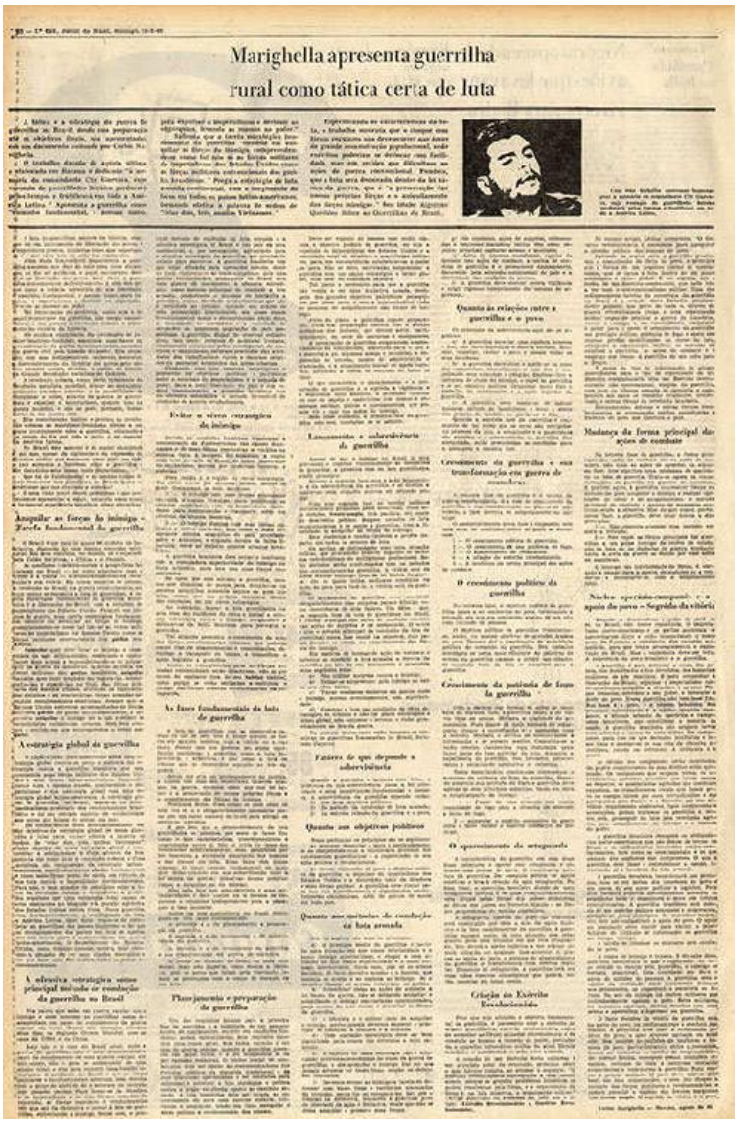




[Fim do documento]

[Voltar] | [Veja no site]

"Algumas questões sobre as guerrilhas", de Marighella, *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1968



Marighella apresenta guerrilha
rural como tática certa de luta

[Voltar] | [Transcrição]

Editorial do *The New York Times* pedindo apuração das denúncias de prisões de jornalistas e resposta de *O Globo*

Latin America's Jailed News

The colonels, the generals and the marshals are moving again into the newspaper offices and radio stations of Brazil and Argentina, the two major countries of South America. In the false name of revolution, they are arresting editors and putting their own agents—usually retired senior military officers—in charge of broadcasting stations in the provinces.

Almost in the same breath that Marshal Costa e Silva asks Brazilians to understand the need for the repressive acts taken by his military regime in the last fortnight, he undermines faith in his leadership by imprisoning elected opposition members of Congress. Even foreign priests and journalists have been expelled or arrested for criticizing the military crackdown.

Alberto Dines, the editor in chief of Jornal do Brasil, the most respected newspaper in Rio, has been imprisoned again after a brief amnesty. Carlos Branco, its leading political columnist, was arrested—and freed—for a second time. These carrot-and-stick techniques are designed to force self-censorship.

In Argentina, according to political liberals there, the "current excess of police power differs from that of Perón in degree but not in kind." The Government of Lieut. Gen. Juan Carlos Ongania has extended its radio takeover to newly imposed censorship of all movies, plays and television shows.

The restrictions on political and press freedom pose a special challenge to the incoming Administration in Washington. What it does to impress Latin America's military governments with the need for freedom of expression could help to free men and open the channels of expression in Rio and Buenos Aires.

The New York Times
Published: January 4, 1969
Copyright © The New York Times

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

DECRETO CONGELA TODOS OS PREÇOS

Não toleramos pressões!

Bomba no automóvel

Três feirantes vão para a Ilha Grande

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Bandidos de Colt e metralha assaltam banco em Ipanema

O doador *O receptor*

Jordânia e Israel em duelo

Sagrados novos bispos

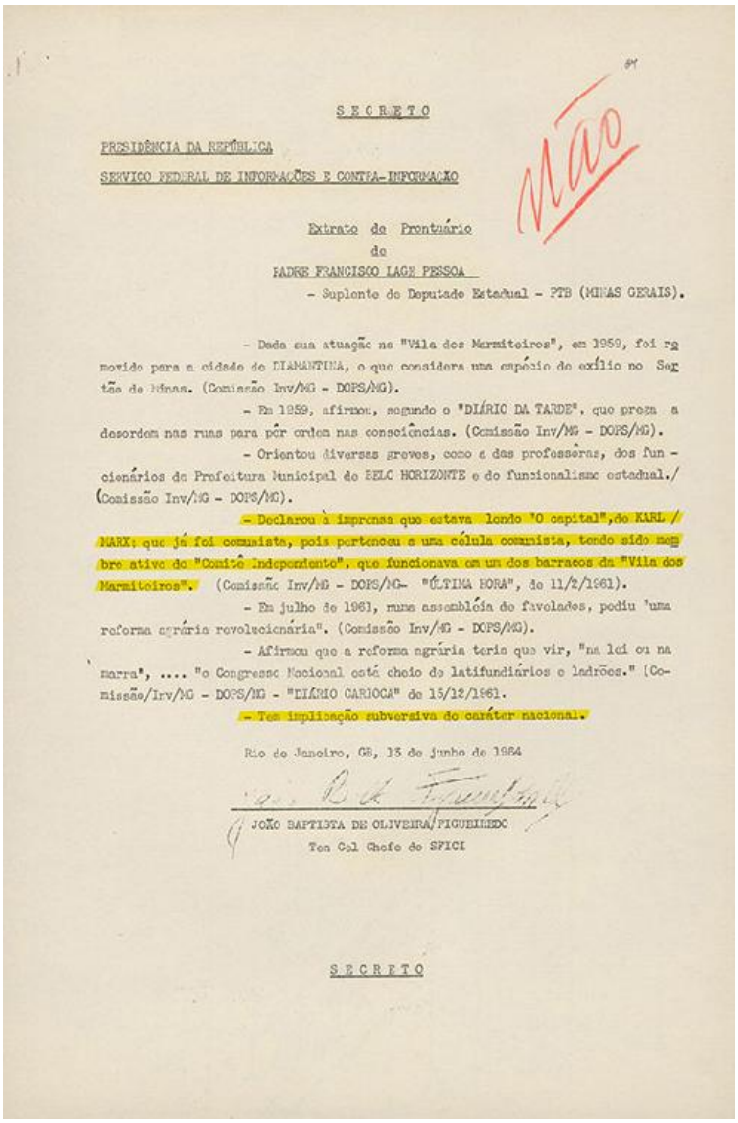
Vítima de assalto doou 3º coração

ESTÁ JORRANDO MAIS PETRÓLEO EM SERGIPE

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Extrato de prontuário do padre Francisco Lage



SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO FEDERAL DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÃO

Não

Extrato do Prontuário
do
PADRE FRANCISCO LAGE PESSOA
- Suplente de Deputado Estadual - PTB (MINAS GERAIS).

- Dada sua atuação na "Vila dos Marmiteiros", em 1959, foi removido para a cidade de DIAMANTINA, o que considera uma espécie de exílio no Sertão de Minas. (Comissão Inv/MG - DOPS/MG).

- Em 1959, afirmou, segundo o 'DIÁRIO DA TARDE', que preza a desordem nas ruas para pôr ordem nas consciências. (Comissão Inv/MG - DOPS/MG).

- Orientou diversas greves, como a dos professôres, dos funcionários da Prefeitura Municipal de BELO HORIZONTE e do funcionalismo estadual./ (Comissão Inv/MG - DOPS/MG).

- Declarou à imprensa que estava lendo "O capital", de KARL / MARX; que já foi comunista, pois pertenceu a uma célula comunista, tendo sido membro ativo do "Comitê Independente", que funcionava em um dos barracos da "Vila dos Marmiteiros". (Comissão Inv/MG - DOPS/MG- "ÚLTIMA HORA", de 11/2/1961).

- Em julho de 1961, numa assembléia de favelados, pediu 'uma reforma agrária revolucionária". (Comissão Inv/MG - DOPS/MG).

- Afirmou que a reforma agrária teria que vir, "na lei ou na marra', ... "o Congresso Nacional está cheio de latifundiários e ladrões." (Comissão/Inv/MG - DOPS/MG - "DIÁRIO CARIOCA" de 15/12/1961.

- Tem implicação subversiva do caráter nacional.

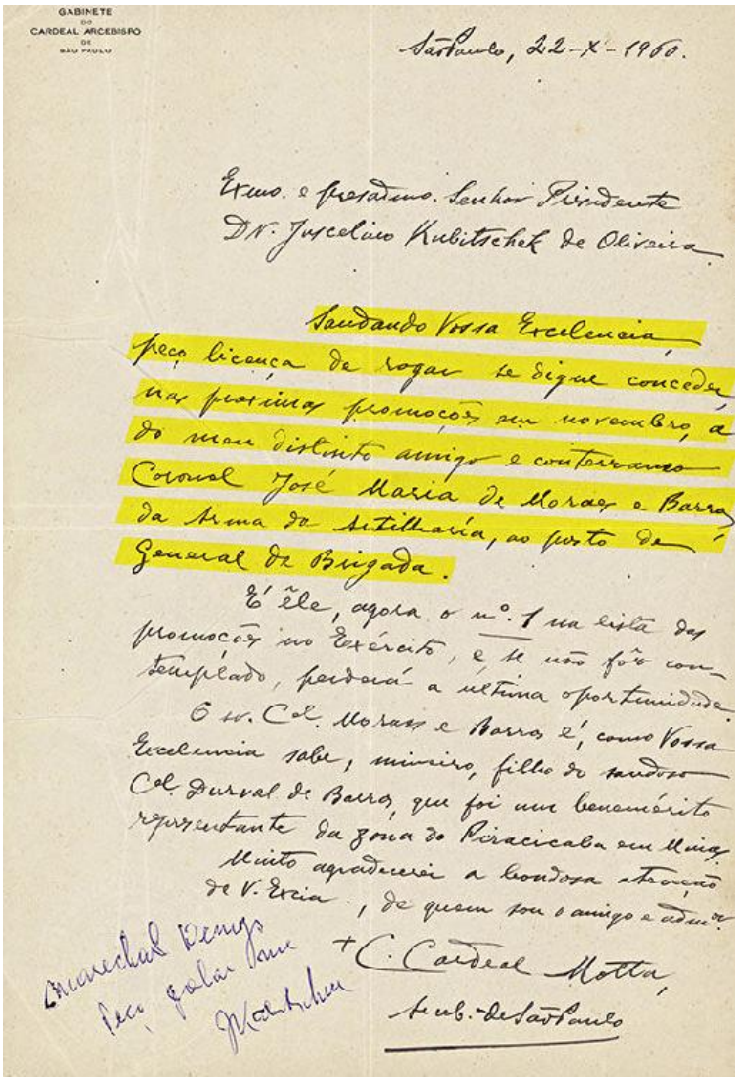
Rio de Janeiro, GB, 13 de junho de 1964

JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Ten Cel Chefe do SFICI

SECRETO

[Voltar] | [Transcrição]

Carta do arcebispo d. Carlos Carmelo Vasconcelos Mota ao presidente JK



GABINETE
DO
CARDEAL ARCEBISPO
DE
SÃO PAULO

São Paulo, 22-X-1960.

Exmo. e preferido Senhor Presidente
Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira

Saudando Vossa Excelencia,
peço licença de rogar-lhe digne conceder,
na proxima promoção em novembro, a
do meu distinto amigo e conterraneo
Coronel José Maria de Morais e Barros
da Arma da Artilharia, ao posto de
General de Brigada.

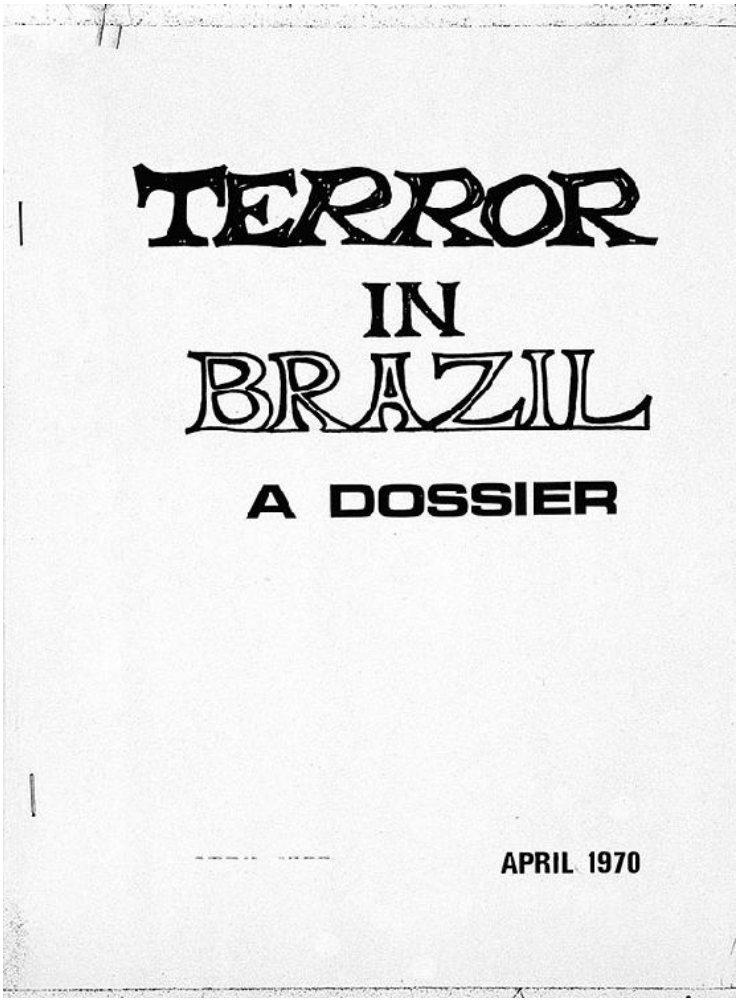
É êle, agora o nº. 1 na lista das
promoções no Exército, e se não fôr com-
templado, perderá a ultima oportunidade.
O Cel. Morais e Barros é, como Vossa
Excelencia sabe, mineiro, filho do saudoso
Cel. Durval de Barros, que foi um benemérito
representante da zona de Piracicaba em Minas.
Muito agradecerei a bondosa atenção
de V. Excia, de quem sou o amigo e admor

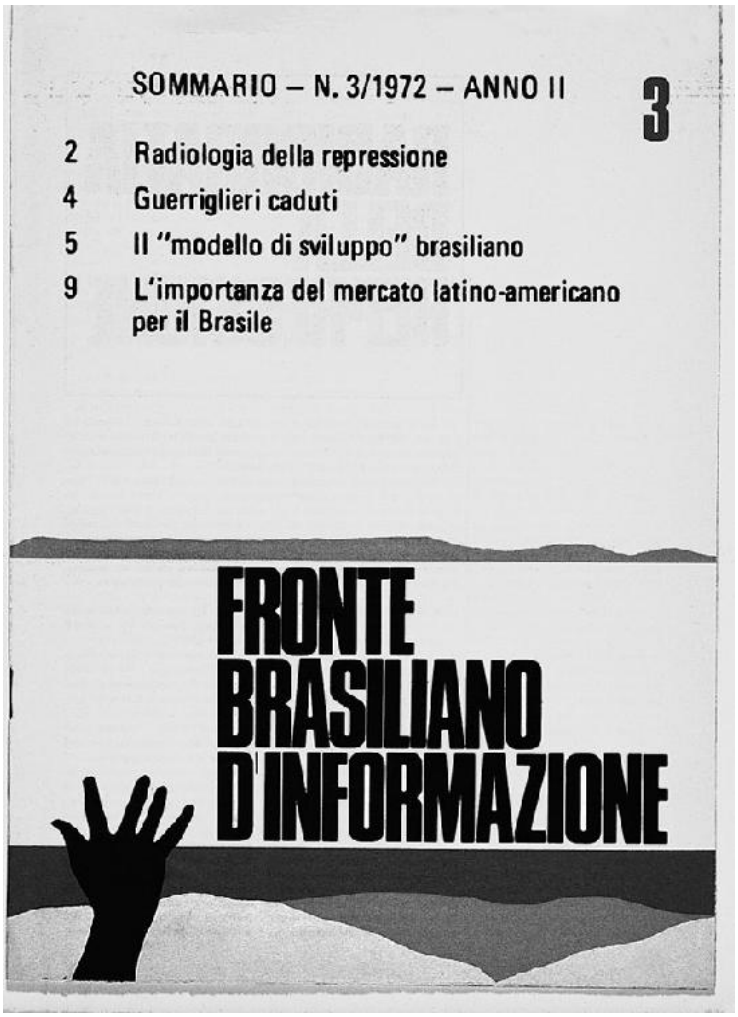
Encarecidas Bençãos
Para Vossa Excia
Reverendissima

+ C. Cardeal Motta
Arcebispo de São Paulo

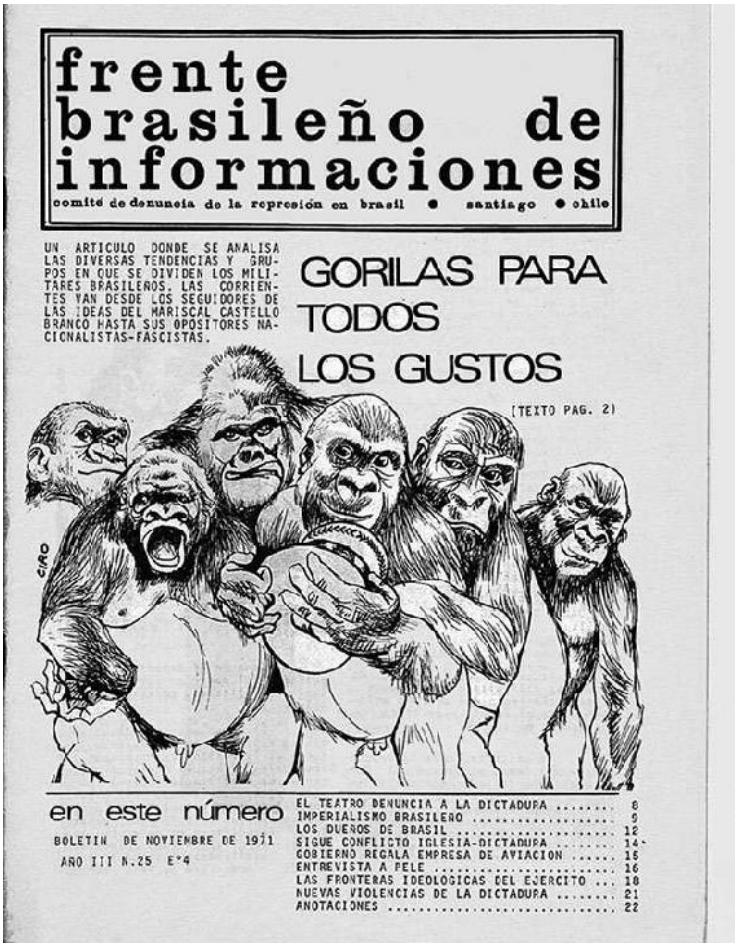
[Voltar] | [Transcrição]

Três exemplos da mobilização internacional contra as torturas e a ditadura: o dossiê montado por Della Cava, os boletins regulares divulgados na Itália, no Chile e nos Estados Unidos, e a carta aberta dos políticos e professores americanos: “Não podemos ficar calados”





[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]



frente brasileño de informaciones

comité de denuncia de la represión en brasil • santiago • chile

UN ARTICULO DONDE SE ANALISA LAS DIVERSAS TENDENCIAS Y GRUPOS EN QUE SE DIVIDEN LOS MILITARES BRASILEÑOS. LAS CORRIENTES VAN DESDE LOS SEGUIDORES DE LAS IDEAS DEL MARISCAL CASTELLO BRANCO HASTA SUS OPOSITORES NACIONALISTAS-FASCISTAS.

GORILAS PARA TODOS LOS GUSTOS

[TEXTO PAG. 2]

CIRO

en este número

BOLETIN DE NOVIEMBRE DE 1971
AÑO III N.25 E*4

EL TEATRO DENUNCIA A LA DICTADURA 6
IMPERIALISMO BRASILEÑO 9
LOS DUEÑOS DE BRASIL 12
SIGUE CONFLICTO IGLESIA-DICTADURA 14
GOBIERNO REGALA EMPRESA DE AVIACION 15
ENTREVISTA A PELE 16
LAS FRONTERAS IDEOLOGICAS DEL EJERCITO ... 18
NUEVAS VIOLENCIAS DE LA DICTADURA 21
ANOTACIONES 22

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]

BRAZILIAN INFORMATION BULLETIN

February, 1971 — Number 1

PUBLISHED BY AMERICAN FRIENDS OF BRAZIL — P.O. BOX 1179, Station A, Berkeley, Calif. 94701

WHAT IS HAPPENING IN BRAZIL

Estimates of the numbers of political prisoners currently held in Brazilian jails run as high as 12,000. These people are denied the right of habeas corpus, are often tortured and are held incommunicado for long periods. Scores have died from the tortures and beatings, others have been permanently maimed and handicapped.

The situation of the political prisoners is just the tip of an iceberg of repression crushing popular dissent in Brazil. For example, all candidates for election in labor unions, student organizations and political parties (those that have not been banned) must be approved by the government. the press is self-censored, public demonstrations against government policies are prohibited and freedom of speech is non-existent (for a fuller documentation of the laws of repression see "Terror in Brazil" American Committee for Information on Brazil, Box 1091, New York, NY 10027)

In the face of increasing international outrage over the state of repression and terror in Brazil, the government has consistently denied mistreatment of prisoners -- with one small exception: in early December 1970 the first admission by a high-ranking government official of tortures of political prisoners was made by Minister of Education Jarbas Passarinho while being interviewed on a Sao Paulo television program. The admission was a highly qualified statement: "To say there is no torture would be to avoid the truth...to say there are no tortures, even in the countries that accuse us of it, would also be a lie, because in some prisons torture and violence exist. It is the active violence that we are all familiar with from the time we read LES MISERABLES by Victor Hugo." (as reported in O GLOBO of Rio the following day, the only paper in Brazil to cover the statement; LOS ANGELES TIMES, December 2, 1970)

Besides denying mistreatment of prisoners, the government has also refused to allow international investigative bodies permission to make independent inquiries into the conditions of detention of political prisoners and the existence of torture. Requests from international commissions are met with notes such as the following, which was sent to Sean MacBride, Secretary General of the International Commission of Jurists, by Alfredo Buzaid, the Minister of Justice (O ESTADO DE SAO PAULO, August 4, 1970):

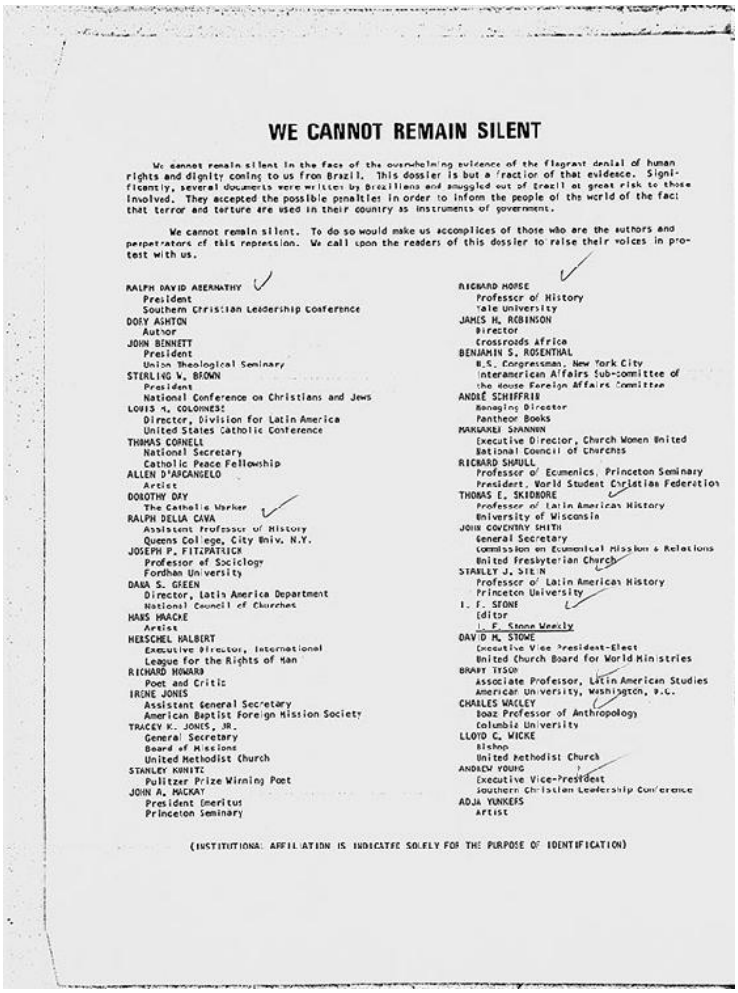
> I confirm the terms of my previous note in which I answered, on behalf of the Brazilian government, in a complete and definite way the accusations made against Brazil. I am extremely surprised that you have not accepted the word of the Brazilian government which cannot, in any case, accept that its declarations leave room for doubt, when, on the other hand, you accept the calumnies spread abroad by terrorists and agents of international communism. Distinguished salutations. Alfredo Buzaid, Minister of Justice.

MacBride replies:

> I have received your telegram and thank you. We maintain our original position, which is, that an investigation by the Interamerican Commission of Human Rights and the inspection of the places of detention by the International Red Cross and by an international commission are necessary in order to clarify the situation. Respectfully, Sean MacBride (as quoted in the BRAZILIAN INFORMATION FRONT BULLETIN, September, 1970, London).

Rather than change the conditions within the country which have created the international outcries against Brazil, the government has embarked on a massive propaganda campaign to change the nation's image from one of a country living under a repressive regime to one of a boomian "miracle" of economic development with the highest economic growth

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]



WE CANNOT REMAIN SILENT

We cannot remain silent in the face of the overwhelming evidence of the flagrant denial of human rights and dignity coming to us from Brazil. This dossier is but a fraction of that evidence. Significantly, several documents were written by Brazilians and smuggled out of Brazil at great risk to those involved. They accepted the possible penalties in order to inform the people of the world of the fact that terror and torture are used in their country as instruments of government.

We cannot remain silent. To do so would make us accomplices of those who are the authors and perpetrators of this repression. We call upon the readers of this dossier to raise their voices in protest with us.

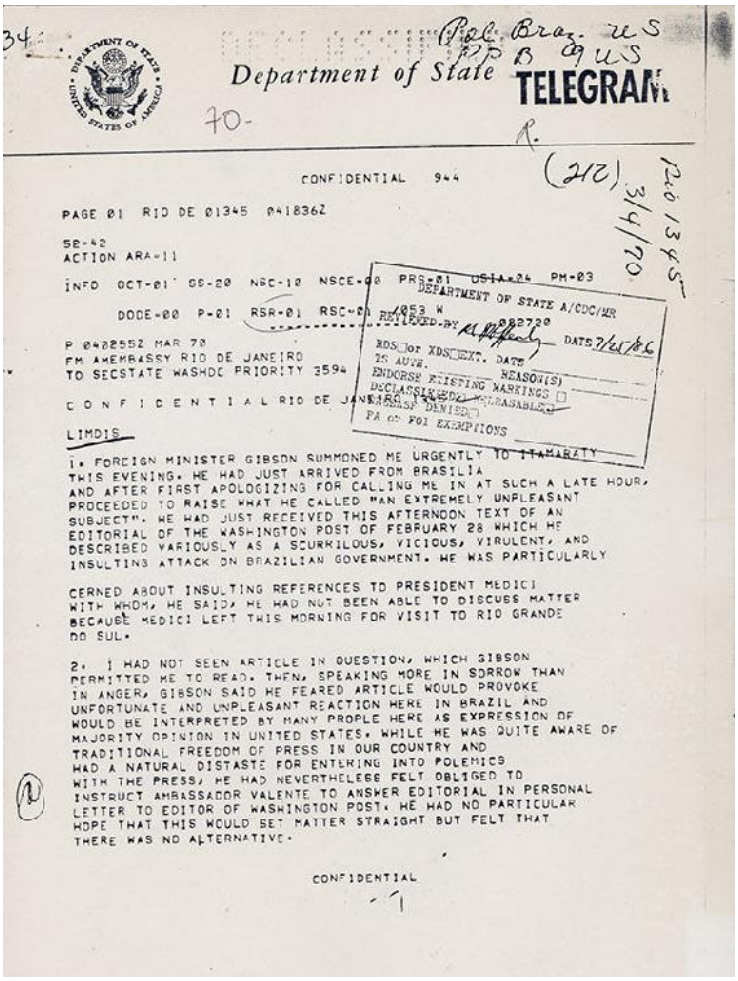
RALPH DAVID ABERNATHY
President
Southern Christian Leadership Conference
DORY ASHTON
Author
JOHN BENNETT
President
Union Theological Seminary
STERLING W. BROWN
President
National Conference on Christians and Jews
LOUIS A. COLONNESE
Director, Division for Latin America
United States Catholic Conference
THOMAS CORNELL
National Secretary
Catholic Peace Fellowship
ALLEN D'ARCANGELO
Artist
DOROTHY DAY
The Catholic Worker
RALPH DELLA CAVA
Assistant Professor of History
Queens College, City Univ. N.Y.
JOSEPH P. FITZPATRICK
Professor of Sociology
Fordham University
DANA S. GREEN
Director, Latin America Department
National Council of Churches
HANS HAACKE
Artist
HERSCHEL HALBERT
Executive Director, International
League for the Rights of Man
RICHARD HOWARD
Poet and Critic
IRENE JONES
Assistant General Secretary
American Baptist Foreign Mission Society
TRACEY K. JONES, JR.
General Secretary
Board of Missions
United Methodist Church
STANLEY KUNITZ
Pulitzer Prize Winning Poet
JOHN A. MACKAY
President Emeritus
Princeton Seminary
RICHARD MORSE
Professor of History
Yale University
JAMES H. ROBINSON
Director
Crossroads Africa
BENJAMIN S. ROSENTHAL
U.S. Congressman, New York City
Interamerican Affairs Sub-committee of
the House Foreign Affairs Committee
ANDRE SCHIFFRIN
Managing Director
Pantheon Books
MARGARET SHANNON
Executive Director, Church Women United
National Council of Churches
RICHARD SHAULL
Professor of Ecumenics, Princeton Seminary
President, World Student Christian Federation
THOMAS E. SKIDMORE
Professor of Latin American History
University of Wisconsin
JOHN COVENTRY SMITH
General Secretary
Commission on Ecumenical Mission & Relations
United Presbyterian Church
STANLEY J. STEIN
Professor of Latin American History
Princeton University
I. F. STONE
Editor
I. F. Stone Weekly
DAVID M. STONE
Executive Vice President-Elect
United Church Board for World Ministries
BRANT TYSON
Associate Professor, Latin American Studies
American University, Washington, D.C.
CHARLES WAGLEY
Boaz Professor of Anthropology
Columbia University
LLOYD C. WICKE
Bishop
United Methodist Church
ANDREW YOUNG
Executive Vice-President
Southern Christian Leadership Conference
ADJA YUNKERS
Artist

(INSTITUTIONAL AFFILIATION IS INDICATED SOLELY FOR THE PURPOSE OF IDENTIFICATION)

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]

Telegrama do embaixador Charles Elbrick ao Departamento de Estado, de 4 de março de 1970



Department of State TELEGRAM

CONFIDENTIAL 944

PAGE 01 RIO DE 01345 041836Z

SE-42
ACTION ARA-11

INFO OCT-01 SS-20 NSC-10 NSCE-00 PRS-01 USIA-24 PM-03
DODE-00 P-01 RSR-01 RSC-01

P 040255Z MAR 70
FM AMEMBASSY RIO DE JANEIRO
TO SECSTATE WASHDC PRIORITY 3594

C O N F I D E N T I A L RIO DE JANEIRO 1345

LIMDIS

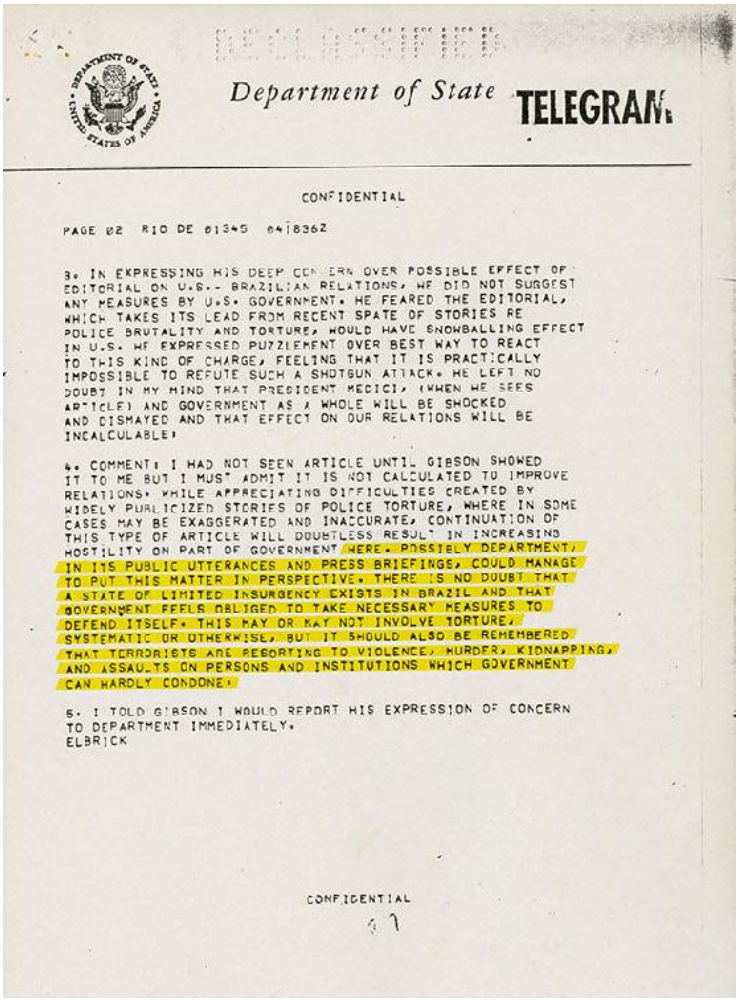
1. FOREIGN MINISTER GIBSON SUMMONED ME URGENTLY TO ITAMARATY THIS EVENING. HE HAD JUST ARRIVED FROM BRASILIA AND AFTER FIRST APOLOGIZING FOR CALLING ME IN AT SUCH A LATE HOUR, PROCEEDED TO RAISE WHAT HE CALLED WAN EXTREMELY UNPLEASANT SUBJECT". HE HAD JUST RECEIVED THIS AFTERNOON TEXT OF AN EDITORIAL OF THE WASHINGTON POST OF FEBRUARY 28 WHICH HE DESCRIBED VARIOUSLY AS A SCURRILOUS, VICIOUS, VIRULENT, AND INSULTING ATTACK ON BRAZILIAN GOVERNMENT. HE WAS PARTICULARLY CERNED ABOUT INSULTING REFERENCES TO PRESIDENT MEDICI WITH WHOM, HE SAID, HE HAD NOT BEEN ABLE TO DISCUSS MATTER BECAUSE MEDICI LEFT THIS MORNING FOR VISIT TO RIO GRANDE DO SUL.

2. I HAD NOT SEEN ARTICLE IN QUESTION, WHICH GIBSON PERMITTED ME TO READ. THEN, SPEAKING MORE IN SORROW THAN IN ANGER, GIBSON SAID HE FEARED ARTICLE WOULD PROVOKE UNFORTUNATE AND UNPLEASANT REACTION HERE IN BRAZIL AND WOULD BE INTERPRETED BY MANY PROPLE HERE AS EXPRESSION OF MAJORITY OPINION IN UNITED STATES. WHILE HE WAS QUITE AWARE OF TRADITIONAL FREEDOM OF PRESS IN OUR COUNTRY AND HAD A NATURAL DISTASTE FOR ENTERING INTO POLEMICS WITH THE PRESS, HE HAD NEVERTHELESS FELT OBLIGED TO INSTRUCT AMBASSADOR VALENTE TO ANSWER EDITORIAL IN PERSONAL LETTER TO EDITOR OF WASHINGTON POST. HE HAD NO PARTICULAR HOPE THAT THIS WOULD SET MATTER STRAIGHT BUT FELT THAT THERE WAS NO ALTERNATIVE.

CONFIDENTIAL

DEPARTMENT OF STATE A/CDC/MR
RELEASED BY 082720 DATE 7/21/86
RDS or XDS EXT. DATE
25 AUGE.
ENDORSE EXISTING MARKINGS
DECLASSIFIED/RELEASABLE
RELEASE DENIED
FA or FOI EXEMPTIONS

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



Department of State TELEGRAM

CONFIDENTIAL

PAGE 02 RIO DE 01345 04 8362

3. IN EXPRESSING HIS DEEP CONCERN OVER POSSIBLE EFFECT OF EDITORIAL ON U.S.-BRAZILIAN RELATIONS, WE DID NOT SUGGEST ANY MEASURES BY U.S. GOVERNMENT. HE FEARED THE EDITORIAL, WHICH TAKES ITS LEAD FROM RECENT SPATE OF STORIES RE POLICE BRUTALITY AND TORTURE, WOULD HAVE SNOWBALLING EFFECT IN U.S. HE EXPRESSED PUZZLEMENT OVER BEST WAY TO REACT TO THIS KIND OF CHARGE, FEELING THAT IT IS PRACTICALLY IMPOSSIBLE TO REFUTE SUCH A SHOTGUN ATTACK. HE LEFT NO DOUBT IN MY MIND THAT PRESIDENT MEDICI, (WHEN HE SEES ARTICLE) AND GOVERNMENT AS A WHOLE WILL BE SHOCKED AND DISMAYED AND THAT EFFECT ON OUR RELATIONS WILL BE INCALCULABLE.

4. COMMENT: I HAD NOT SEEN ARTICLE UNTIL GIBSON SHOWED IT TO ME BUT I MUST ADMIT IT IS NOT CALCULATED TO IMPROVE RELATIONS. WHILE APPRECIATING DIFFICULTIES CREATED BY WIDELY PUBLICIZED STORIES OF POLICE TORTURE, WHERE IN SOME CASES MAY BE EXAGGERATED AND INACCURATE, CONTINUATION OF THIS TYPE OF ARTICLE WILL DOUBTLESS RESULT IN INCREASING HOSTILITY ON PART OF GOVERNMENT. HERE, POSSIBLY DEPARTMENT, IN ITS PUBLIC UTTERANCES AND PRESS BRIEFINGS, COULD MANAGE TO PUT THIS MATTER IN PERSPECTIVE. THERE IS NO DOUBT THAT A STATE OF LIMITED INSURGENCY EXISTS IN BRAZIL AND THAT GOVERNMENT FEELS OBLIGED TO TAKE NECESSARY MEASURES TO DEFEND ITSELF. THIS MAY OR MAY NOT INVOLVE TORTURE, SYSTEMATIC OR OTHERWISE, BUT IT SHOULD ALSO BE REMEMBERED THAT TERRORISTS ARE RESORTING TO VIOLENCE, MURDER, KIDNAPPING, AND ASSAULTS ON PERSONS AND INSTITUTIONS WHICH GOVERNMENT CAN HARDLY CONDONE.

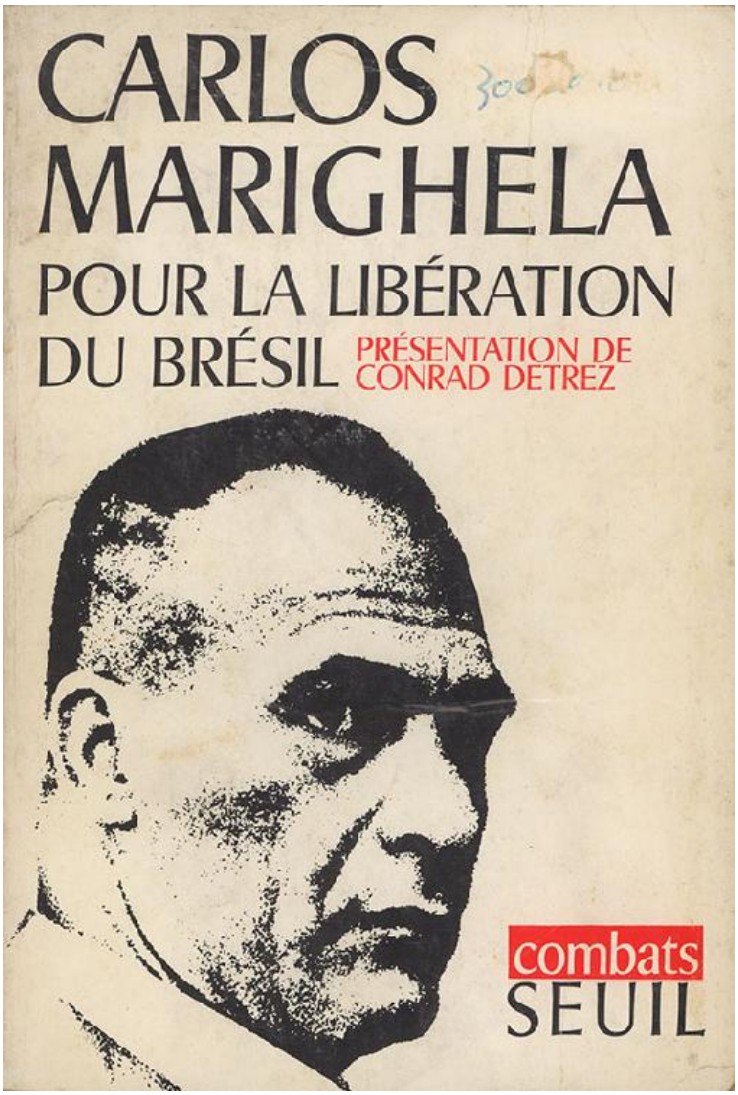
5. I TOLD GIBSON I WOULD REPORT HIS EXPRESSION OF CONCERN TO DEPARTMENT IMMEDIATELY.
ELBRICK

CONFIDENTIAL

[Fim do documento]

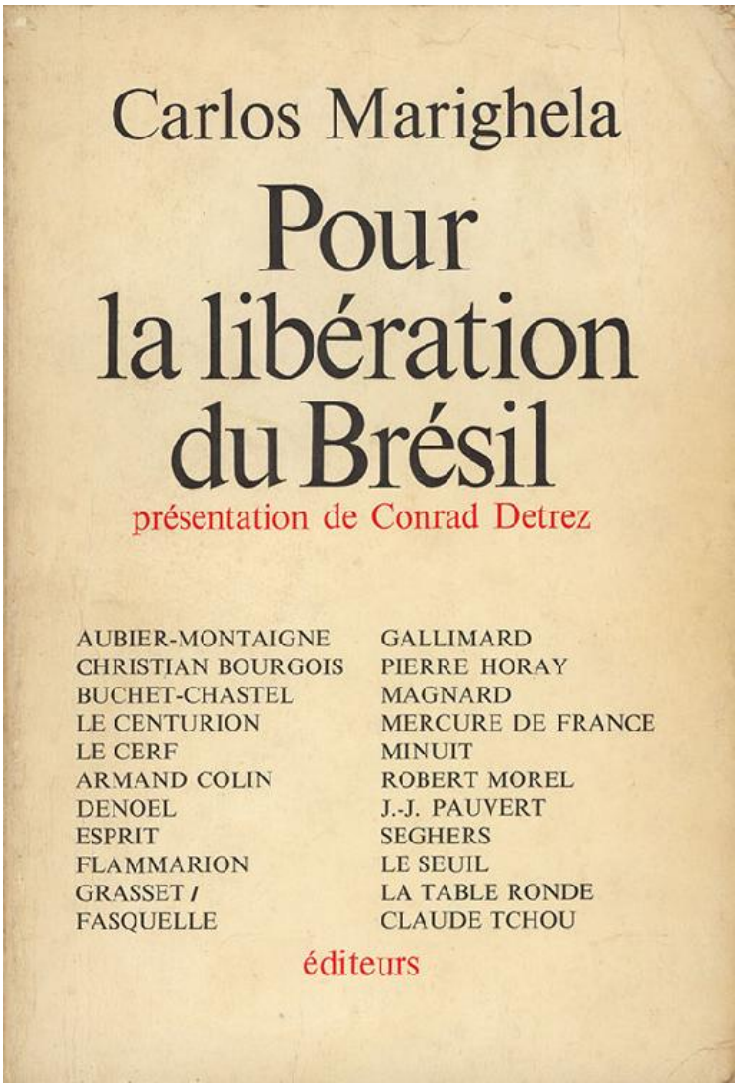
[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Capa da edição do livro *Pour la libération du Brésil* confiscada



[Voltar]

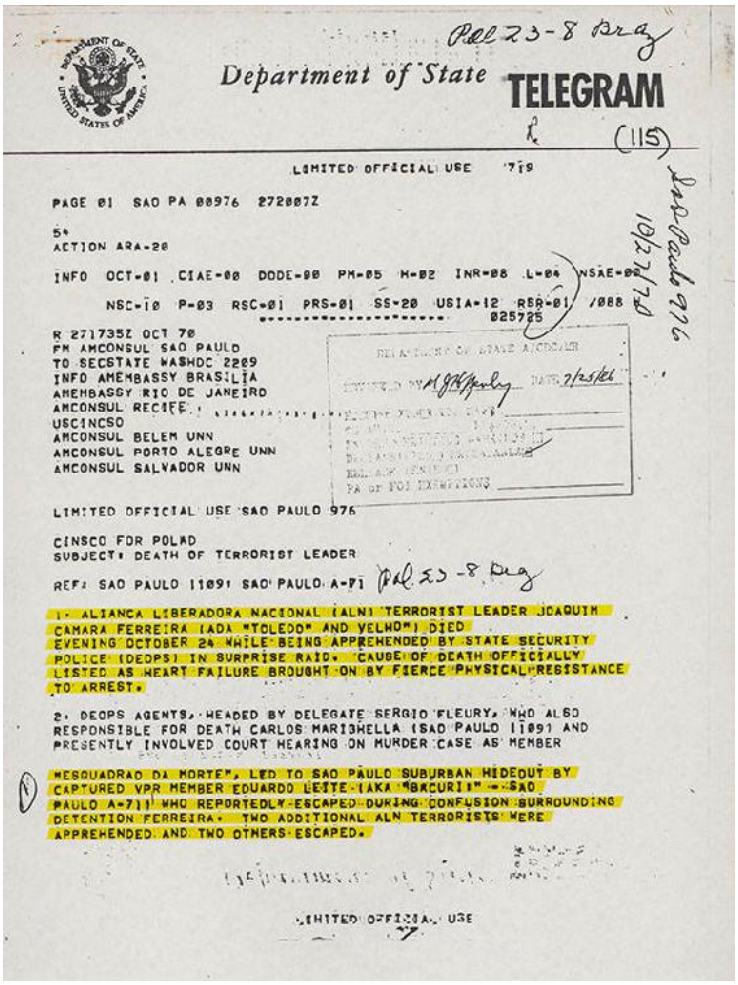
Capa da edição do livro *Pour la libération du Brésil* publicada em resposta à censura à primeira edição



[Fim do documento]

[Voltar]

Telegramas dos consulados americanos em São Paulo e no Rio de Janeiro, ambos de 27 de outubro de 1970



Department of State **TELEGRAM**

LIMITED OFFICIAL USE

PAGE 01 SAO PA 00976 272007Z

ACTION ARA-20

INFO OCT-01 CIAE-00 DODE-00 PM-05 H-02 INR-05 L-04 NSAE-00
NSC-10 P-03 RSC-01 PRS-01 SS-20 USIA-12 R5R-01 /088
825725

R 271735Z OCT 70
FM AMCONSUL SAO PAULO
TO SECSTATE WASHDC 2209
INFO AMEMBASSY BRASILIA
AMEMBASSY RIO DE JANEIRO
AMCONSUL RECIFE
USCINCSO
AMCONSUL BELEM UNN
AMCONSUL PORTO ALEGRE UNN
AMCONSUL SALVADOR UNN

LIMITED OFFICIAL USE SAO PAULO 976

CINSCO FOR POLAD
SUBJECT: DEATH OF TERRORIST LEADER

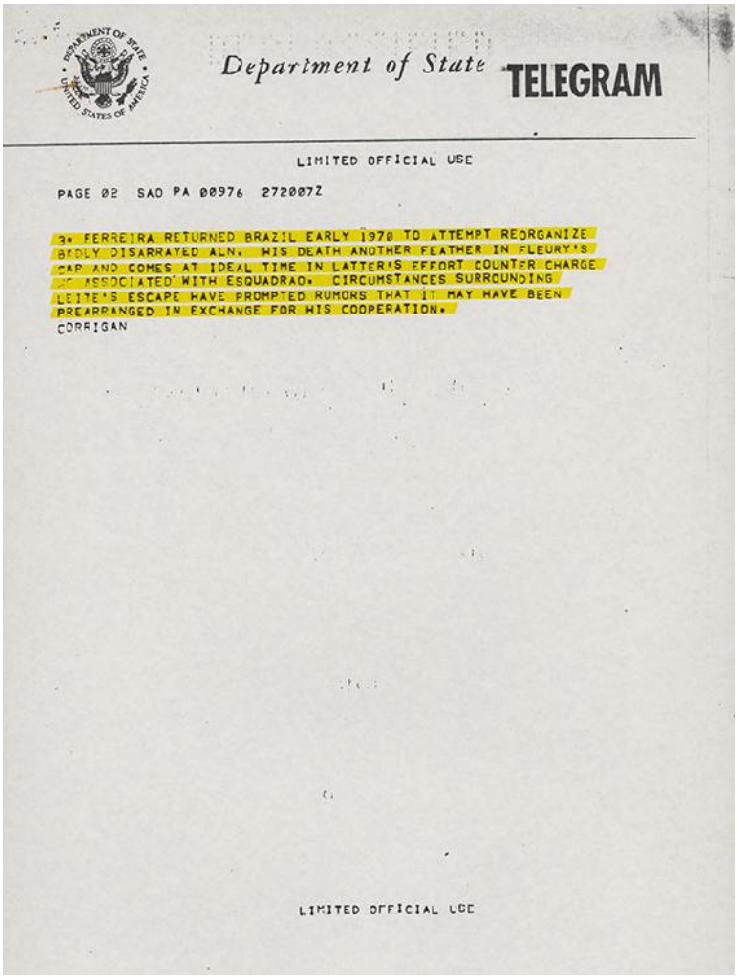
REF: SAO PAULO 1109; SAO PAULO A-71

1. ALIANCA LIBERADORA NACIONAL (ALN) TERRORIST LEADER JOAQUIM CAMARA FERREIRA (AKA "TOLEDO" AND "VELHO") DIED EVENING OCTOBER 24 WHILE BEING APPREHENDED BY STATE SECURITY POLICE (DEOPS) IN SURPRISE RAID. CAUSE OF DEATH OFFICIALLY LISTED AS HEART FAILURE BROUGHT ON BY FIERCE PHYSICAL RESISTANCE TO ARREST.

2. DEOPS AGENTS, HEADED BY DELEGATE SERGIO FLEURY, WHO ALSO RESPONSIBLE FOR DEATH CARLOS MARIGHELLA (SAO PAULO 1109) AND PRESENTLY INVOLVED COURT HEARING ON MURDER CASE AS MEMBER "ESQUADRAO DA MORTE", LED TO SAO PAULO SUBURBAN HIDEOUT BY CAPTURED VPR MEMBER EDUARDO LEITE (AKA "BACURI" - SAO PAULO A-71) WHO REPORTEDLY ESCAPED DURING CONFUSION SURROUNDING DETENTION FERREIRA. TWO ADDITIONAL ALN TERRORISTS WERE APPREHENDED AND TWO OTHERS ESCAPED.

LIMITED OFFICIAL USE

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]



Department of State TELEGRAM

LIMITED OFFICIAL USE

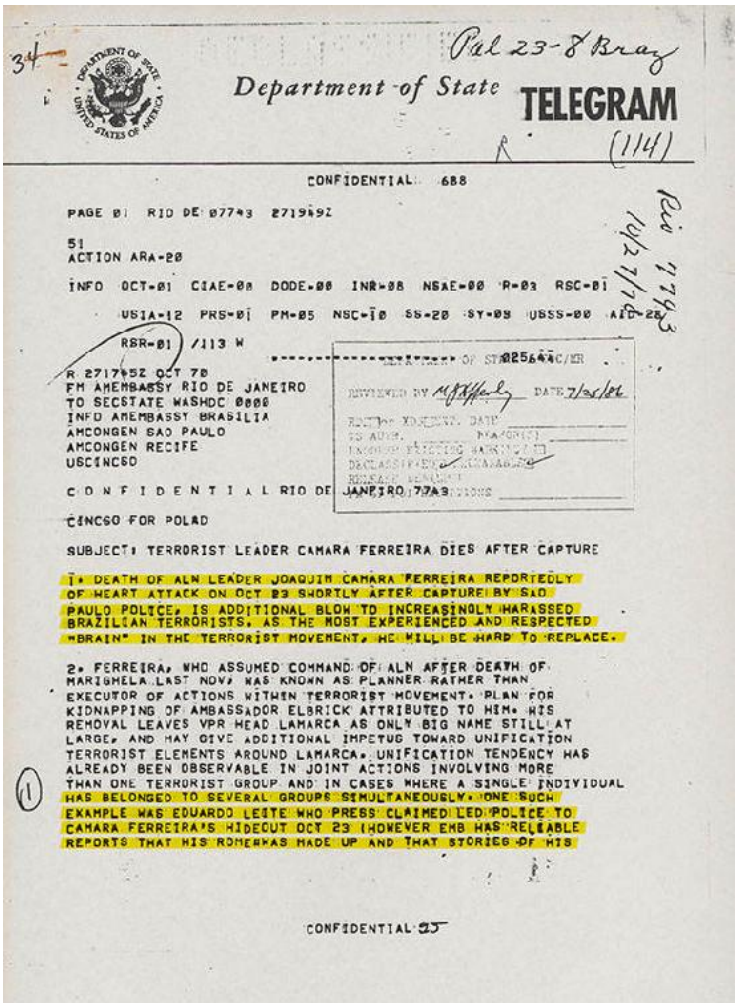
PAGE 02 SAO PA 00976 272007Z

3. FERREIRA RETURNED BRAZIL EARLY 1970 TO ATTEMPT REORGANIZE BADLY DISARRAYED ALN. HIS DEATH ANOTHER FEATHER IN FLEURY'S CAP AND COMES AT IDEAL TIME IN LATTER'S EFFORT COUNTER CHARGE OF ASSOCIATED WITH ESQUADRAO. CIRCUMSTANCES SURROUNDING LEITE'S ESCAPE HAVE PROMPTED RUMORS THAT IT MAY HAVE BEEN PREARRANGED IN EXCHANGE FOR HIS COOPERATION.

CORRIGAN

LIMITED OFFICIAL USE

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]



Department of State **TELEGRAM**

CONFIDENTIAL 688

PAGE 01 RIO DE 07743 271945Z

51
ACTION ARA-20

INFO OCT-01 CIAE-00 DODE-00 INR-08 NSAE-00 R-03 RSC-01
USIA-12 PRS-01 PM-05 NSC-10 SS-20 SY-05 USSS-00 AID-28
RSR-01 /113 W

R 271745Z OCT 73
FM AMEMBASSY RIO DE JANEIRO
TO SECSTATE WASHDC 0000
INFO AMEMBASSY BRASILIA
AMCONGEN SAO PAULO
AMCONGEN RECIFE
USCINCSO

C O N F I D E N T I A L RIO DE JANEIRO 7743

CINCSO FOR POLAD

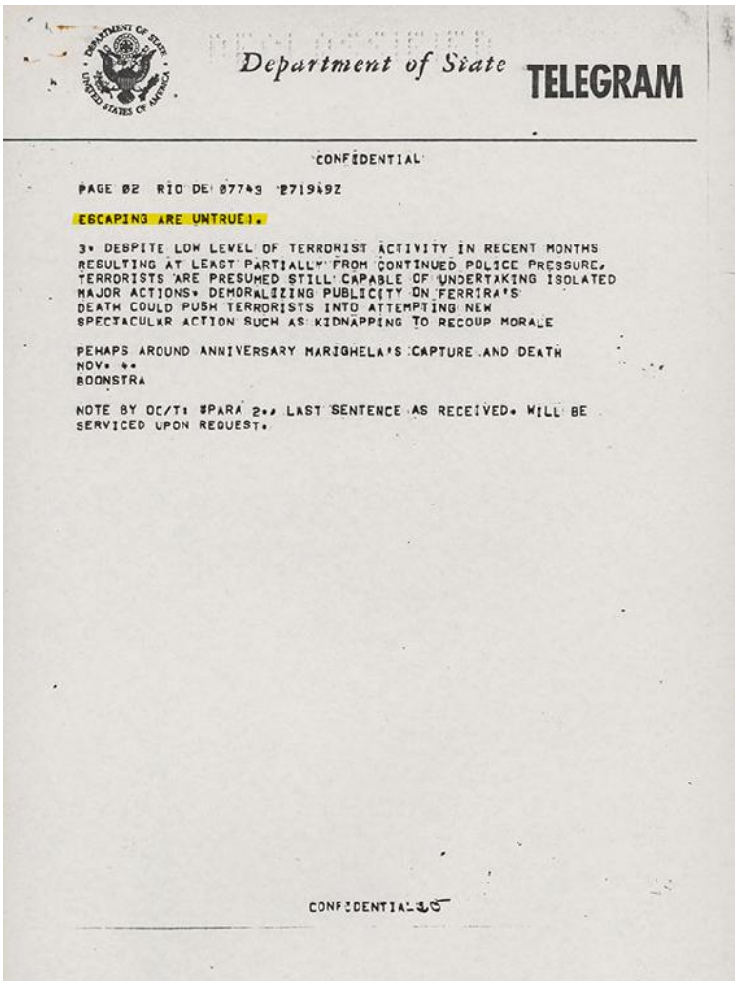
SUBJECT: TERRORIST LEADER CAMARA FERREIRA DIES AFTER CAPTURE

1. DEATH OF ALN LEADER JOAQUIM CAMARA FERREIRA REPORTEDLY OF HEART ATTACK ON OCT 23 SHORTLY AFTER CAPTURE BY SAO PAULO POLICE, IS ADDITIONAL BLOW TO INCREASINGLY HARASSED BRAZILIAN TERRORISTS. AS THE MOST EXPERIENCED AND RESPECTED "BRAIN" IN THE TERRORIST MOVEMENT, HE WILL BE HARD TO REPLACE.

2. FERREIRA, WHO ASSUMED COMMAND OF ALN AFTER DEATH OF MARIGHELA LAST NOV, WAS KNOWN AS PLANNER RATHER THAN EXECUTOR OF ACTIONS WITHIN TERRORIST MOVEMENT. PLAN FOR KIDNAPPING OF AMBASSADOR ELBRICK ATTRIBUTED TO HIM. HIS REMOVAL LEAVES VPR HEAD LAMARCA AS ONLY BIG NAME STILL AT LARGE, AND MAY GIVE ADDITIONAL IMPETUS TOWARD UNIFICATION TERRORIST ELEMENTS AROUND LAMARCA. UNIFICATION TENDENCY HAS ALREADY BEEN OBSERVABLE IN JOINT ACTIONS INVOLVING MORE THAN ONE TERRORIST GROUP AND IN CASES WHERE A SINGLE INDIVIDUAL HAS BELONGED TO SEVERAL GROUPS SIMULTANEOUSLY. ONE SUCH EXAMPLE WAS EDUARDO LEITE WHO PRESS CLAIMED LED POLICE TO CAMARA FERREIRA'S HIDEOUT OCT 23 (HOWEVER EMB HAS RELIABLE REPORTS THAT HIS ROMEO HAS MADE UP AND THAT STORIES OF HIS

CONFIDENTIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]



Department of State **TELEGRAM**

CONFIDENTIAL

PAGE 02 RIO DE 07749 271949Z

ESCAPING ARE UNTRUE).

3. DESPITE LOW LEVEL OF TERRORIST ACTIVITY IN RECENT MONTHS RESULTING AT LEAST PARTIALLY FROM CONTINUED POLICE PRESSURE, TERRORISTS ARE PRESUMED STILL CAPABLE OF UNDERTAKING ISOLATED MAJOR ACTIONS. DEMORALIZING PUBLICITY ON FERRIRA'S DEATH COULD PUSH TERRORISTS INTO ATTEMPTING NEW SPECTACULAR ACTION SUCH AS KIDNAPPING TO RECOUP MORALE

PEHAPS AROUND ANNIVERSARY MARIGHELA'S CAPTURE AND DEATH
NOV. 4.
BOONSTRA

NOTE BY OC/T: #PARA 2.# LAST SENTENCE AS RECEIVED. WILL BE SERVICED UPON REQUEST.

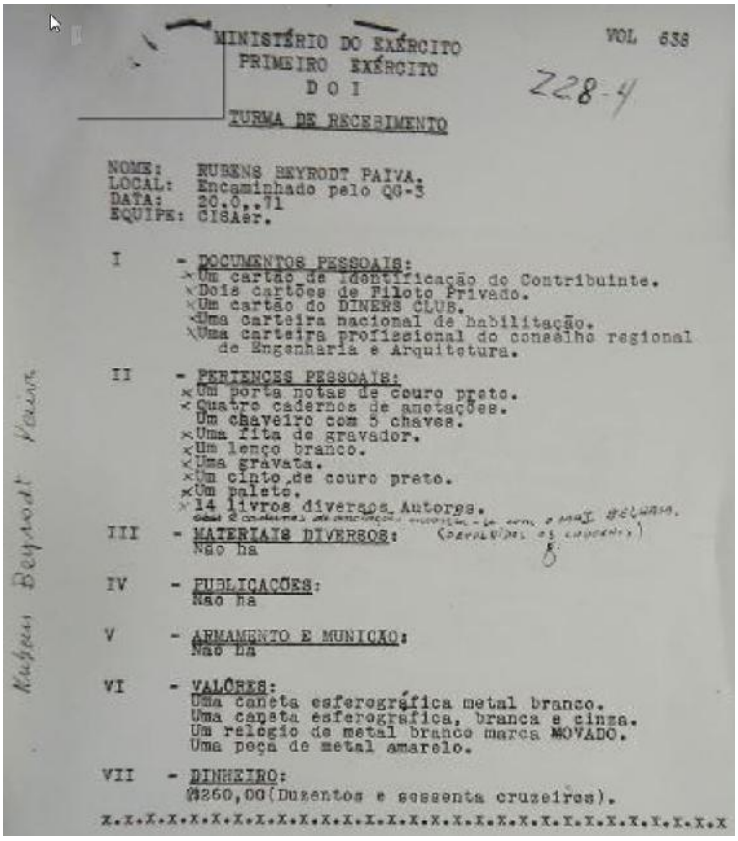
CONFIDENTIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]

Os documentos e pertences de Rubens Paiva ao chegar ao DOI

[Na anotação manuscrita, lê-se: “dois cadernos de anotações, encontra-se com o MAJ BELHAM (devolvidos os cadernos)”, com uma rubrica]



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
PRIMEIRO EXÉRCITO
D O I

VOL 638

228-4

TURMA DE RECEBIMENTO

NOME: RUBENS BEYRODT PAIVA.
LOCAL: Encaminhado pelo QG-3
DATA: 20.0..71
EQUIPE: CISAer.

I - DOCUMENTOS PESSOAIS:
- Um cartão de identificação do Contribuinte.
- Dois cartões de Piloto Privado.
- Um cartão do DINERS CLUB.
- Uma carteira nacional de habilitação.
- Uma carteira profissional do conselho regional de Engenharia e Arquitetura.

II - PERTENCES PESSOAIS:
- Um porta notas de couro preto.
- Quatro cadernos de anotações.
- Um chaveiro com 5 chaves.
- Uma fita de gravador.
- Um lenço branco.
- Uma gravata.
- Um cinto de couro preto.
- Um paleto.
- 14 livros diversos Autores.

III - MATERIAIS DIVERSOS: (devolvidos os cadernos)
Não ha

IV - PUBLICAÇÕES:
Não ha

V - ARMAMENTO E MUNIÇÃO:
Não ha

VI - VALORES:
Uma caneta esferográfica metal branco.
Uma caneta esferográfica, branca e cinza.
Um relogio de metal branco marca MOVADO.
Uma peça de metal amarelo.

VII - DINHEIRO:
Cr$260,00 (Duzentos e sessenta cruzeiros).

X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X

Rubens Beyrodt Paiva

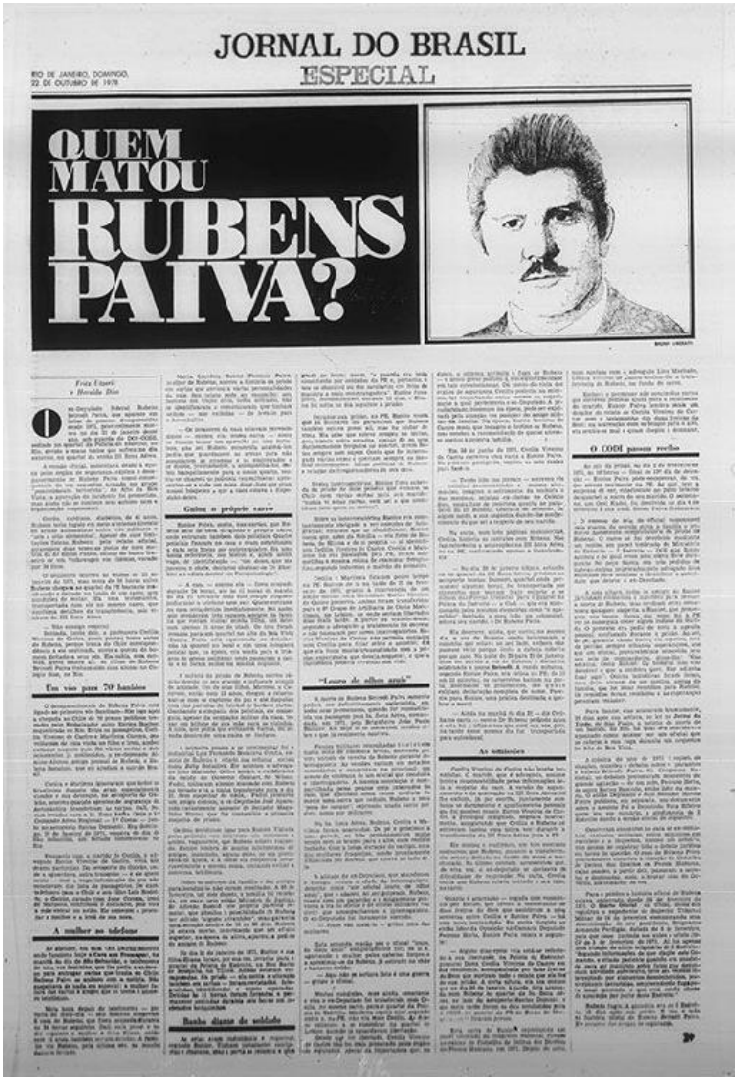
1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]

[Fim do documento]

[Voltar]

Morte de Rubens Paiva, *Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1978



JORNAL DO BRASIL

ESPECIAL

RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 22 DE OUTUBRO DE 1978

QUEM MATOU RUBENS PAIVA?

Fritz Utzeri
e Heraldo Dias

Página 1 de 3

[Voltar] | [Transcrição]

QUEM MATOU RUBENS PAIVA?

TIROTEIO NO ALTO DA BOA VISTA

Quem acredita neste seqüestro?

Página 2 de 3

[Voltar] | [Transcrição]

Dúvidas no STM

Está faltando um IPM

Vigias arrombam

Ministro Bastos | Ministro Portela | Gen. Ernesto Geisel | Gen. Eurico Gaspar Dutra | Brigadeiro Burnier

UMA BUSCA PELOS CEMITÉRIOS

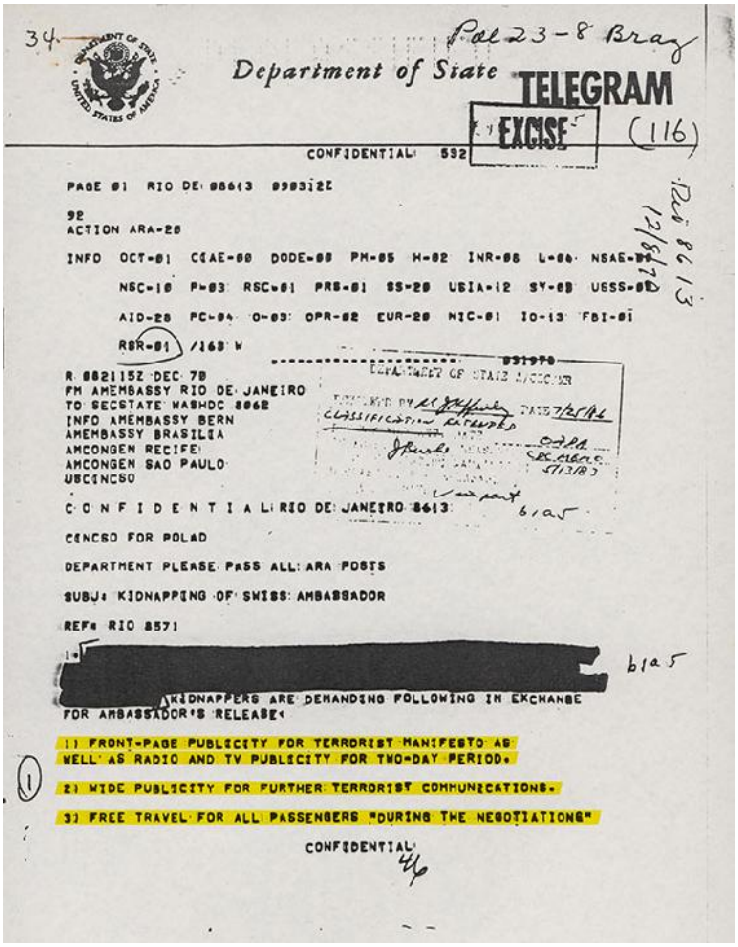
Reunião do Conselho de Defesa Nacional, em 14-7-71, presidida pelo General Médici, já no Palácio

TRÁGICA INTERROGAÇÃO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Telegrama da embaixada americana ao DEEUA de 7 de dezembro de 1970



34

Pol 23-8 Bray

Department of State TELEGRAM

EXCISE (116)

CONFIDENTIAL 592

PAGE 01 RIO DE 08613 0903122

92
ACTION ARA-20

INFO OCT-01 CIAE-00 DODE-00 PM-05 H-02 INR-05 L-00 NSAE-00
NSC-10 P-03 RSC-01 PRS-01 SS-20 USIA-12 SY-00 USSS-00
AID-20 PC-04 O-03 OPR-02 EUR-20 NIC-01 IO-13 FBI-01
RSR-01 /168 W

R 082115Z DEC 70
FM AMEMBASSY RIO DE JANEIRO
TO SECSTATE WASHDC 8062
INFO AMEMBASSY BERN
AMEMBASSY BRASILIA
AMCONGEN RECIFE
AMCONGEN SAO PAULO
USCINCSO

C O N F I D E N T I A L RIO DE JANEIRO 8613

CINCSO FOR POLAD

DEPARTMENT PLEASE PASS ALL ARA POSTS

SUBJ: KIDNAPPING OF SWISS AMBASSADOR

REF: RIO 8571

1. [redacted] KIDNAPPERS ARE DEMANDING FOLLOWING IN EXCHANGE FOR AMBASSADOR'S RELEASE:

1) FRONT-PAGE PUBLICITY FOR TERRORIST MANIFESTO AS WELL AS RADIO AND TV PUBLICITY FOR TWO-DAY PERIOD.

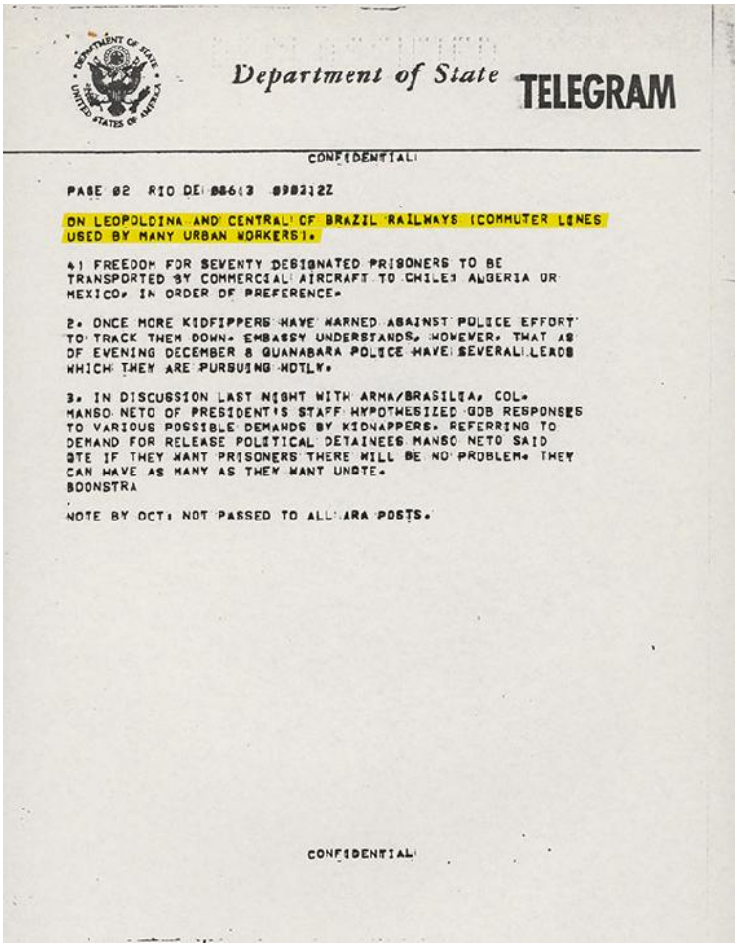
2) WIDE PUBLICITY FOR FURTHER TERRORIST COMMUNICATIONS.

3) FREE TRAVEL FOR ALL PASSENGERS "DURING THE NEGOTIATIONS"

CONFIDENTIAL

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



Department of State TELEGRAM

CONFIDENTIAL

PAGE 02 RIO DE 8863 090212Z

ON LEOPOLDINA AND CENTRAL OF BRAZIL RAILWAYS (COMMUTER LINES USED BY MANY URBAN WORKERS).

4) FREEDOM FOR SEVENTY DESIGNATED PRISONERS TO BE TRANSPORTED BY COMMERCIAL AIRCRAFT TO CHILE, ALGERIA OR MEXICO, IN ORDER OF PREFERENCE.

2. ONCE MORE KIDPIPPERS HAVE WARNED AGAINST POLICE EFFORT TO TRACK THEM DOWN. EMBASSY UNDERSTANDS, HOWEVER, THAT AS OF EVENING DECEMBER 8 GUANABARA POLICE HAVE SEVERAL LEADS WHICH THEY ARE PURSUING HOTLY.

3. IN DISCUSSION LAST NIGHT WITH ARMA/BRASILIA, COL. MANSO NETO OF PRESIDENT'S STAFF HYPOTHESIZED GOB RESPONSES TO VARIOUS POSSIBLE DEMANDS BY KIDNAPPERS. REFERRING TO DEMAND FOR RELEASE POLITICAL DETAINEES MANSO NETO SAID QTE IF THEY WANT PRISONERS THERE WILL BE NO PROBLEM. THEY CAN HAVE AS MANY AS THEY WANT UNQTE.
BOONSTRA

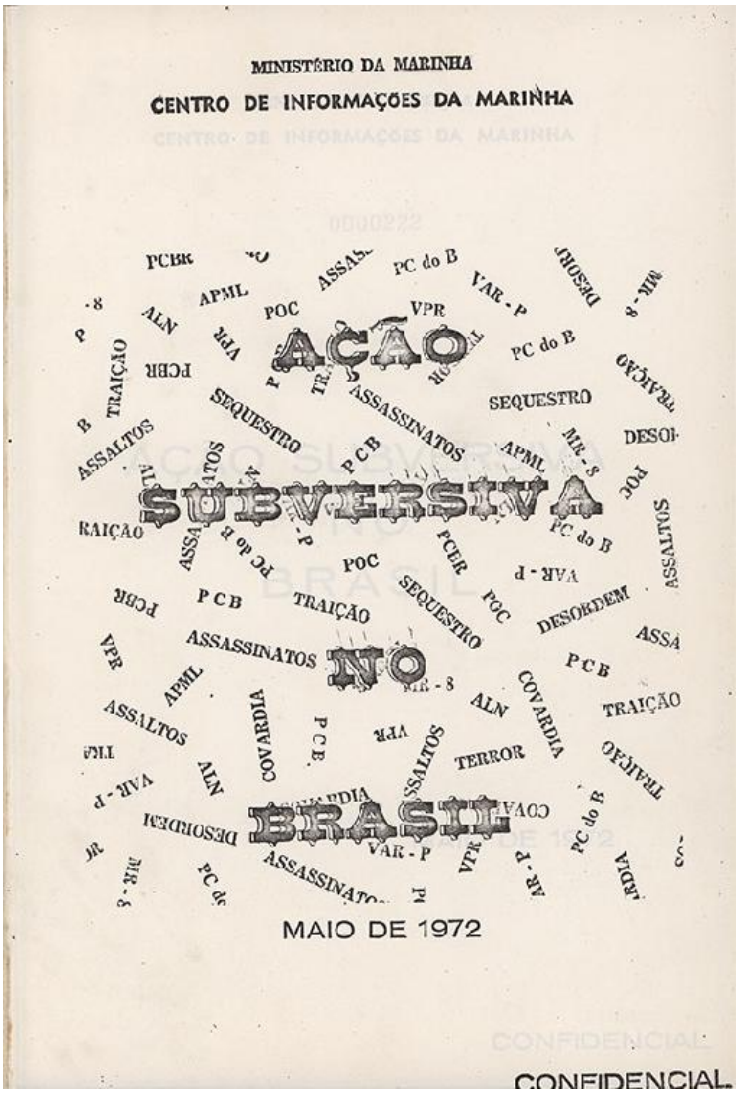
NOTE BY OCT: NOT PASSED TO ALL GUANABARA POSTS.

CONFIDENTIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

A Ação Subversiva no Brasil, marcado “confidencial” pelo Cenimar em maio de 1972



SUMÁRIO GERAL

I — INTRODUÇÃO

II — O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

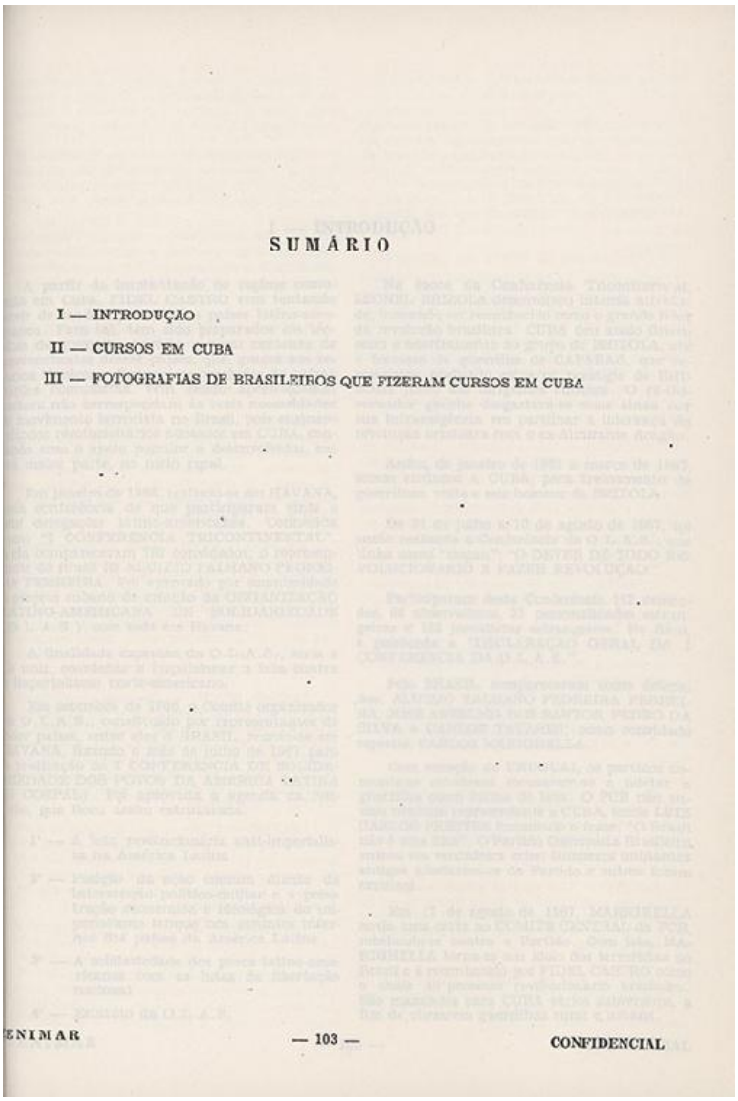
III — O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

IV — A AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL

V — A ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL

VI — A INFLUÊNCIA DE CUBA.

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

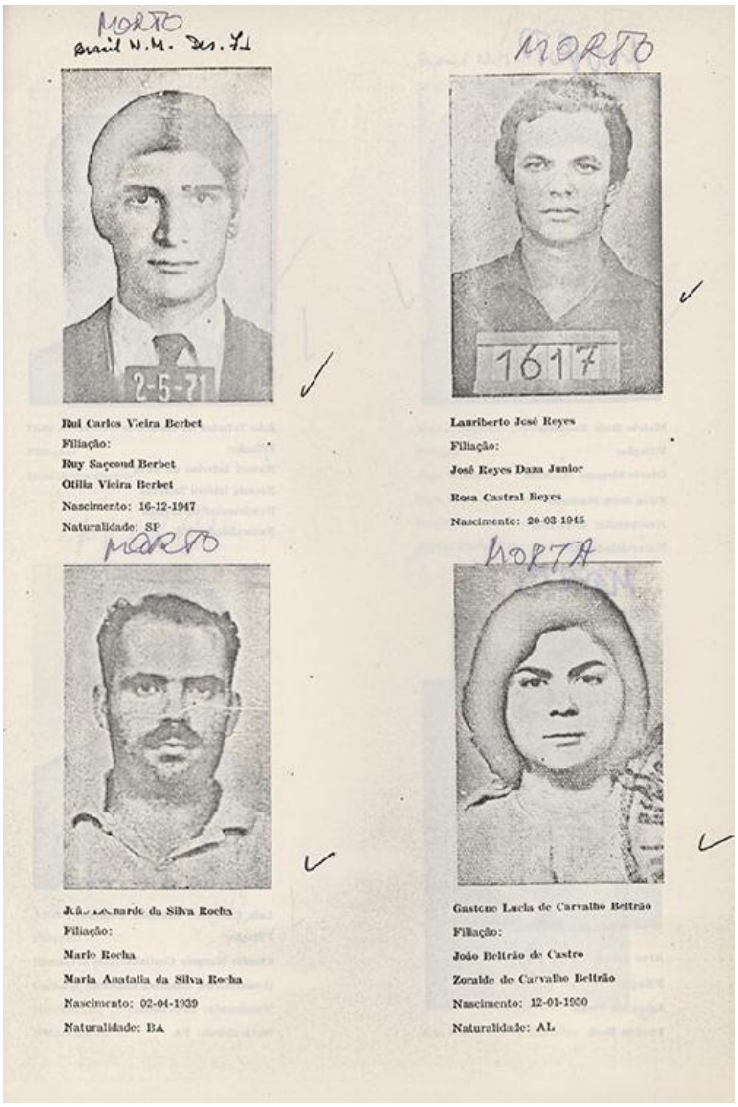


SUMÁRIO

I — INTRODUÇÃO

II — CURSOS EM CUBA

III — FOTOGRAFIAS DE BRASILEIROS QUE FIZERAM CURSOS EM CUBA



[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Edição do jornal *Venceremos*, de abril de 1971

★ venceremos

NÚMERO 1 - APRIL 1971 - BRASIL

ESTE JORNAL NÃO É CENSURADO PELA DITADURA

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL

SE DEZ VIDAS TIVESSE DEZ VIDAS DARIA

- INTERNACIONAL: O fracasso do imperialismo americano no Laos Pg. 2
- 1º ANIVERSÁRIO DA DITADURA: Como eles (os gorilas) comemoraram e como nós comemoramos. Pg. 3
- U.E.E.: firme e organizada, continua na vanguarda do Movimento Estudantil paulista. Pg. 3
- PENA DE MORTE: "Não é com maus tratos que se consegue modificar um homem", disse Paulo da Silva, jovem revolucionário condenado à prisão perpétua pelos gorilas baianos. Pg. 4
- AÇÕES REVOLUCIONÁRIAS realizadas em fevereiro e março pelos guerrilheiros urbanos. P. 5
- PANFLETAGEM: Integra do panfleto distribuído a 11 de março em Diadema. Pg. 6
- A PONTE RIO-NITERÓI: Os escândalos da construção dessa ponte, em que todos se locupletam, inclusive o corrupto Andreazza, o corrupto ministro dos Transportes. Pg. 7
- ECONOMIA: O roubo no INPS e a privatização da VASP. Pg. 9

ÉSTE É O HOMEM QUE PAGA OS CARRASCOS DA OBAN:

foto: cortesia da Associação

Chama-se Pery Igel. É proprietário das lojas ULTRALAR, da companhia de gás engarrafado ULTRAGÁS e é o testa-de-ferro da empresa imperialista Phillips Petroleum (americana) na fábrica de aquecedores ULTRAFAR-TIL.

Ele chefia um grupo de empresários paulistas (Sebastião Camargo, da construtora Camargo & Correa; indústrias de alimentos SUPERGIL, etc.) que resolveu financiar e ajudar o terrorismo policial. Os caminhões da ULTRAGÁS servem frequentemente como carros "frios" nas operações policiais.

A OBAN - criada pelo ex-"governador" Abreu Sodré - é uma das organizações da repressão onde mais se torturam presos políticos e onde muitos já foram assassinados.

Atualmente tem outro nome: chama-se C.O.D.I., mas continua funcionando na delegacia da Rua Tutóia, em São Paulo.

ESTE É O SÍMBOLO DE VENCEREMOS: A ALVA DA VIDA. Os mirabeus que derrubam os helicópteros dos agressores norte-americanos no Vietna e no Laos e que fugiram que já estão em ação no Brasil.

Quem será o próximo foguinho pela mira telescópica de VENCEREMOS? Canalhas e degenerados do Brasil andem na linha, senão...

PREÇO: Cr$ 1,00

DESENVOLVIMENTO P/ QUEM?

O ministro Delfim Neto e os seios patronais estão eufóricos: afirmam que a economia do país vai maravilhosamente, que o PIB aumentou 9%, etc. Mas será isso mesmo a política dos governos pós-64? Quais as suas consequências para o povo brasileiro?

De imediato, podemos distinguir duas: 1º) uma queda do salário médio real (arrocho), que tem sido uma constante a partir do golpe de 64; 2º) uma [illegible] CRESCENTE DE RIQUEZA [illegible] forçosa [illegible] pregados - existe uma [illegible] qualquer participação na vida econômica. Ao contrário, o desenvolvimento estrutural, devido à transformação [illegible] agrário em mercantil - o que também provoca o êxodo rural.

Assim, aprofundam-se as diferenças [illegible] grande. Uma pequena parte da classe média urbana pode se beneficiar com isso, mas a grande maioria do povo brasileiro vive cada vez mais empobrecida pelo sistema.

No próximo nº voltaremos ao assunto.

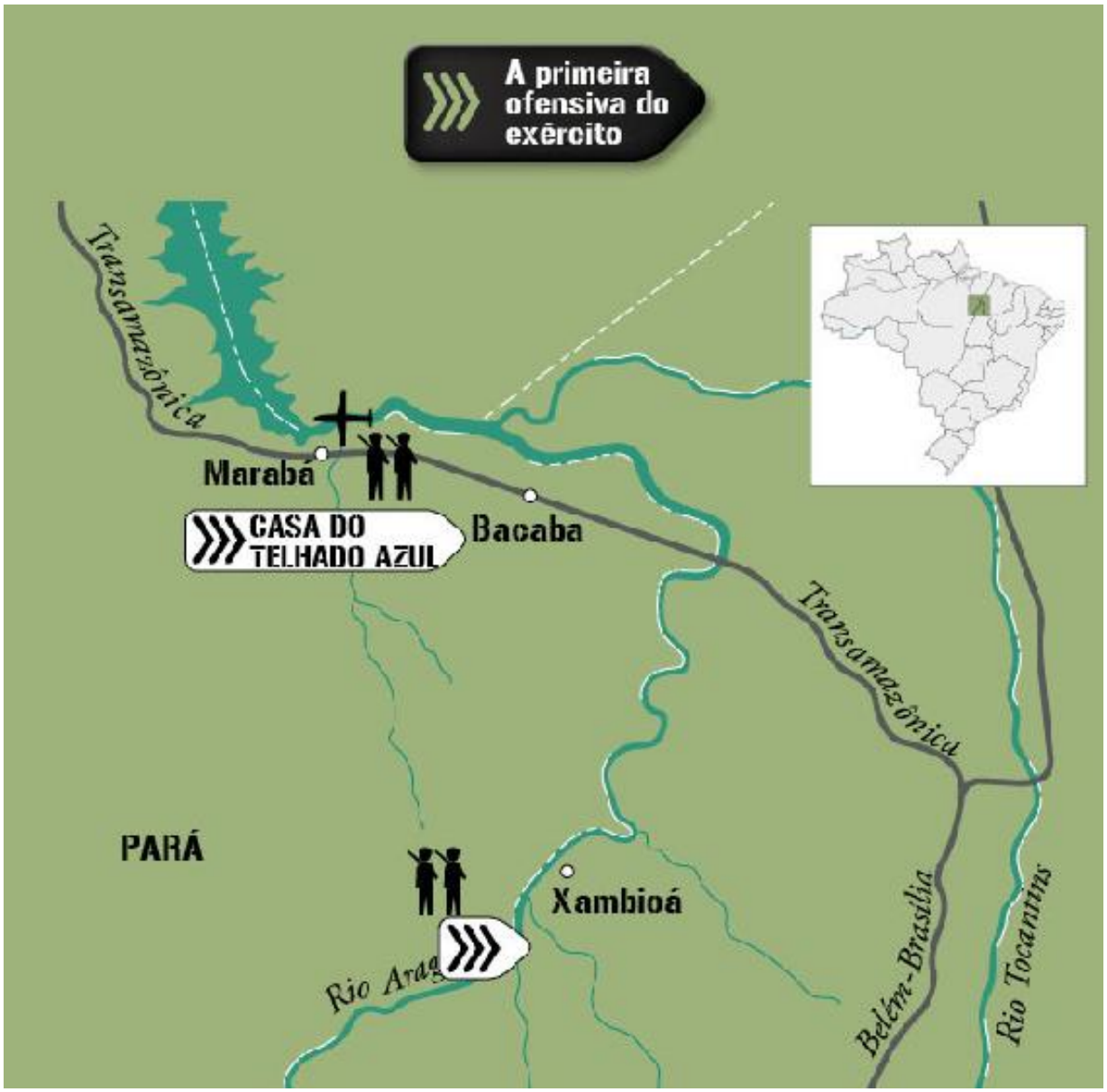
[Voltar] | [Transcrição]

MAPA DO ARAGUAIA: INSTRUÇÕES

Para ler sobre o mapa, toque em [LEGENDA].
Para voltar ao texto, toque em [VOLTAR].

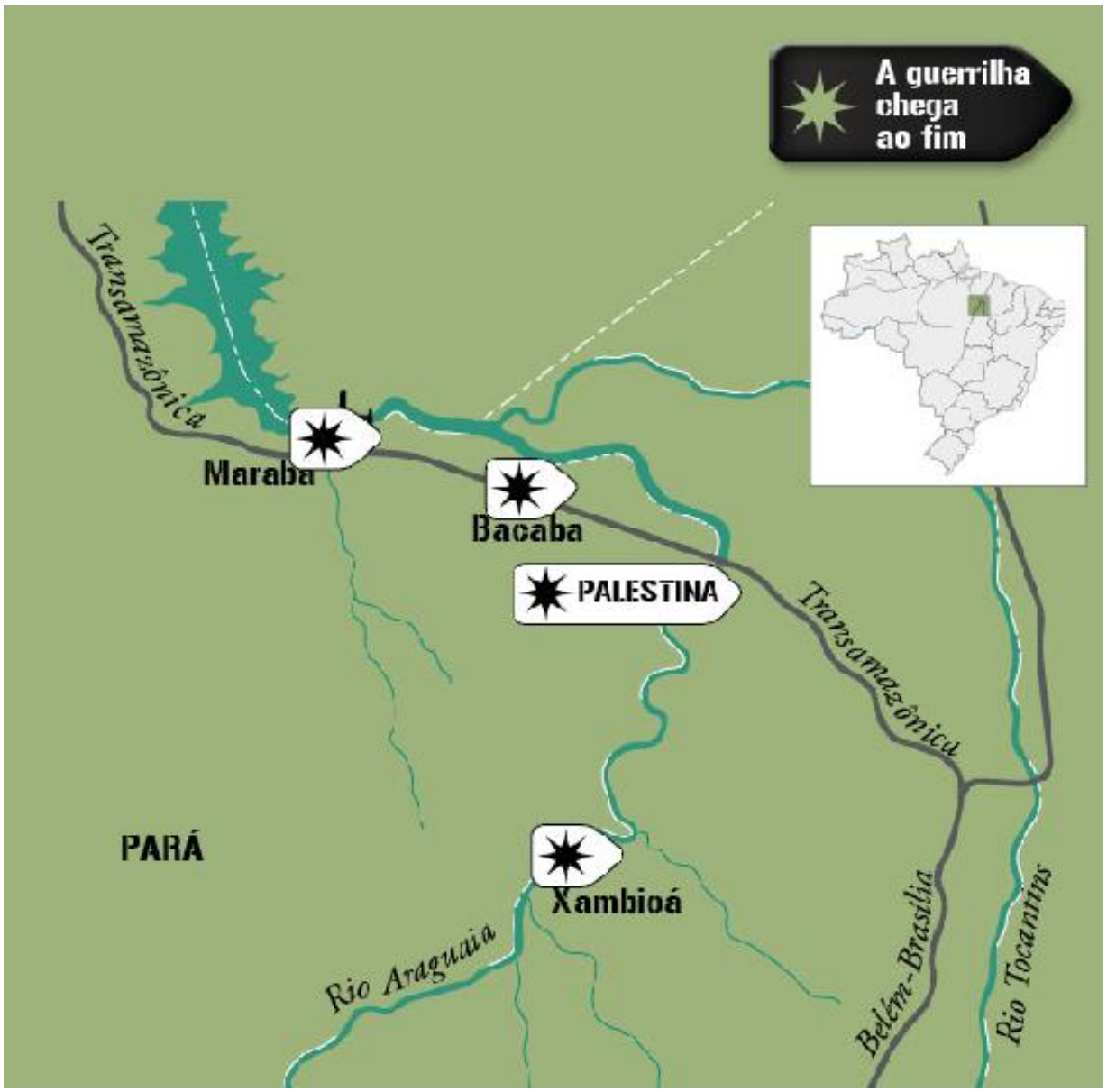
Mapa 1 de 3

[Voltar] | [Legenda]



Mapa 2 de 3

[Voltar] | [Legenda]



[Fim do mapa]

[Voltar] | [Legenda]

Primeira reportagem da série de *O Globo* sobre a guerrilha do Araguaia

ENCARTADO NO JORNAL DA FAMÍLIA O FASCÍCULO 7 DA ENCICLOPÉDIA VISUAL

O GLOBO

Documentos identificam mortos do Araguaia

Exclusivo: dossiê militar revela a história secreta da guerrilha

O cigano Igor termina a novela certo de que já é ator

Estréia da série 'O laboratório de Dexter'

As dicas para se prevenir as crises de enxaqueca, que atacam cerca de 20% da população

Empresas do exterior buscam quem venda seus produtos

ACM contesta Caymmi e sai em defesa da baianidade

O sonho na ponta dos pés das meninas que desejam se tornar bailarinas profissionais

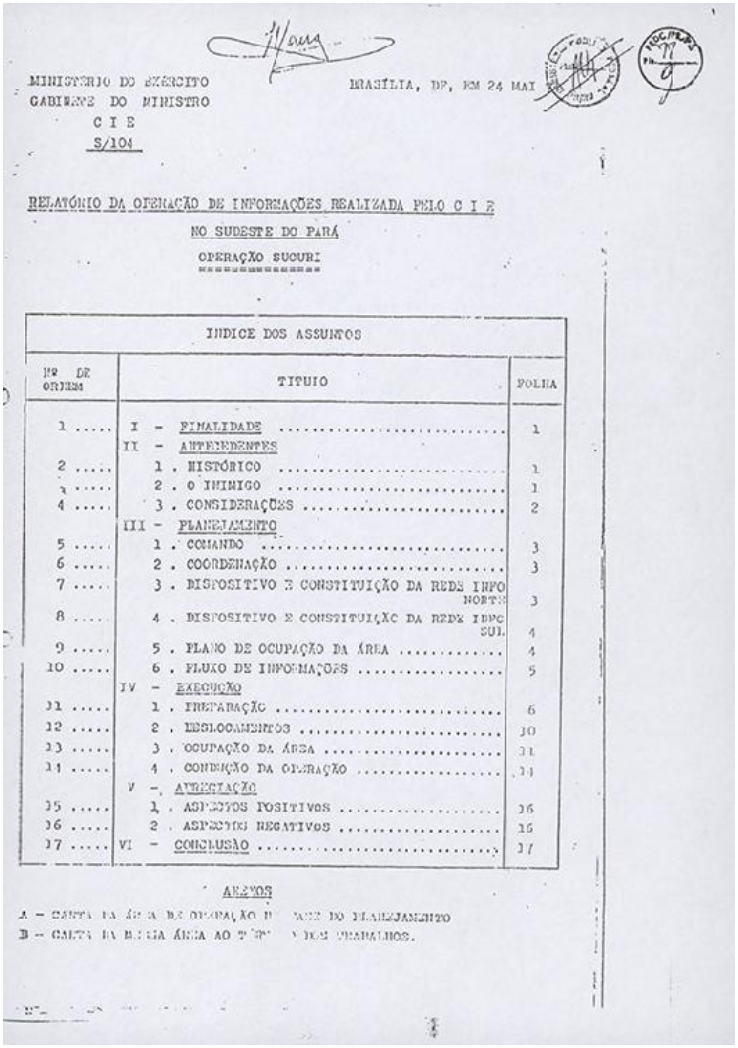
Fla enfrenta o América e torce contra o Vasco

Julgamento reabre o debate sobre menor

PTB mineiro no Ministério da Agricultura

3ª EDIÇÃO

[Voltar] | [Transcrição]



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E
S/104

BRASÍLIA, DF, EM 24 MAI

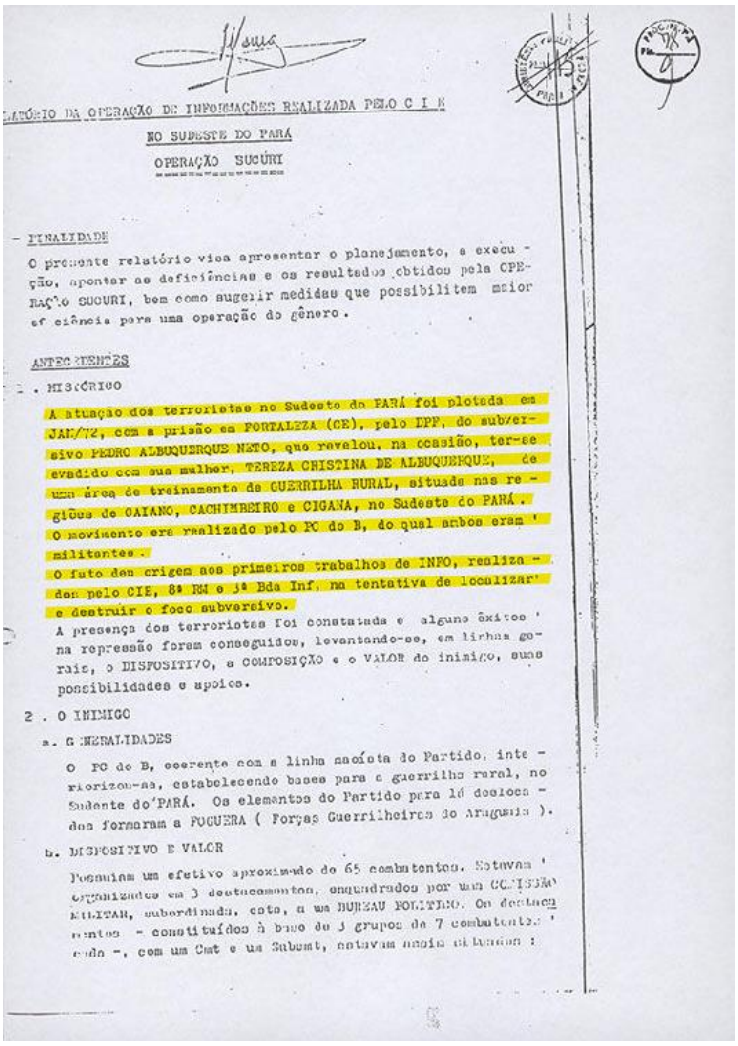
RELATÓRIO DA OPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES REALIZADA PELO C I E
NO SUDESTE DO PARÁ
OPERAÇÃO SUCURI

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

Nº DE ORDEM	TÍTULO	FOLHA
1	I - FINALIDADE	1
	II - ANTECEDENTES	
2	1 . HISTÓRICO	1
3	2 . O INIMIGO	1
4	3 . CONSIDERAÇÕES	2
	III - PLANEJAMENTO	
5	1 . COMANDO	3
6	2 . COORDENAÇÃO	3
7	3 . DISPOSITIVO E CONSTITUIÇÃO DA REDE INFO NORTE	3
8	4 . DISPOSITIVO E CONSTITUIÇÃO DA REDE INFO SUL	4
9	5 . PLANO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA	4
10	6 . FLUXO DE INFORMAÇÕES	5
	IV - EXECUÇÃO	
11	1 . PREPARAÇÃO	6
12	2 . DESLOCAMENTOS	10
13	3 . OCUPAÇÃO DA ÁREA	11
14	4 . CONDUÇÃO DA OPERAÇÃO	11
	V - AVALIAÇÃO	
15	1 . ASPECTOS POSITIVOS	16
16	2 . ASPECTOS NEGATIVOS	16
17	VI - CONCLUSÃO	17

ANEXOS

A - CARTA DA ÁREA DE OCUPAÇÃO E ZONAS DO PLANEJAMENTO
B - CARTA DA MESMA ÁREA AO TEMPO DOS TRABALHOS.



LATÓRIO DA OPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES REALIZADA PELO C I E

NO SUDESTE DO PARÁ

OPERAÇÃO SUCURI

- FINALIDADE

O presente relatório visa apresentar o planejamento, a execução, apontar as deficiências e os resultados obtidos pela OPERAÇÃO SUCURI, bem como sugerir medidas que possibilitem maior eficiência para uma operação do gênero.

ANTECEDENTES

1 . HISTÓRICO

A atuação dos terroristas no Sudeste do PARÁ foi plotada em JAN/72, com a prisão em FORTALEZA (CE), pelo DPF, do subversivo PEDRO ALBUQUERQUE NETO, que revelou, na ocasião, ter-se evadido com sua mulher, TEREZA CRISTINA DE ALBUQUERQUE, de uma área de treinamento de GUERRILHA RURAL, situada nas regiões de OAIANO, CACHIMBEIRO e CIGANA, no Sudeste do PARÁ.

O movimento era realizado pelo PC do B, do qual ambos eram militantes.

O fato deu origem aos primeiros trabalhos de INFO, realizados pelo CIE, 8ª RM e 3ª Bda Inf, na tentativa de localizar e destruir o foco subversivo.

A presença dos terroristas foi constatada e alguns êxitos na repressão foram conseguidos, levantando-se, em linhas gerais, o DISPOSITIVO, a COMPOSIÇÃO e o VALOR do inimigo, suas possibilidades e apoios.

2 . O INIMIGO

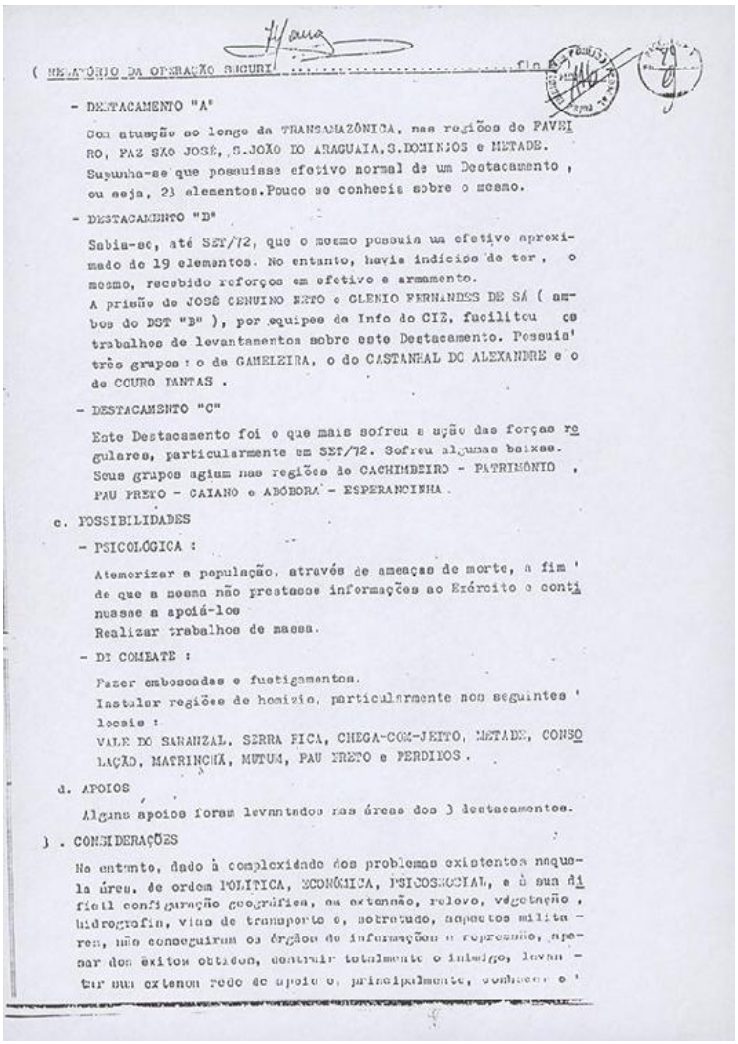
a. GENERALIDADES

O PC do B, coerente com a linha maoísta do Partido, interiorizou-se, estabelecendo bases para a guerrilha rural, no Sudeste do PARÁ. Os elementos do Partido para lá deslocados formaram a FOGUERA (Forças Guerrilheiras do Araguaia).

b. DISPOSITIVO E VALOR

Possuíam um efetivo aproximado de 65 combatentes. Estavam organizados em 3 destacamentos, enquadrados por uma COMISSÃO MILITAR, subordinada, esta, a um BUREAU POLITICO. Os destacamentos - constituídos à base de 3 grupos de 7 combatentes cada -, com um Cmt e um Subcmt, estavam assim distribuídos :

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(RELATÓRIO DA OPERAÇÃO ARGUN) ..... fls

- DESTACAMENTO "A"

Com atuação ao longo da TRANSAMAZÔNICA, nas regiões de PAVEI RO, PAZ SÃO JOSÉ, S.JOÃO DO ARAGUAIA, S.DOMINGOS e METADE. Supunha-se que possuisse efetivo normal de um Destacamento, ou seja, 23 elementos. Pouco se conhecia sobre o mesmo.

- DESTACAMENTO "B"

Sabia-se, até SET/72, que o mesmo possuia um efetivo aproximado de 19 elementos. No entanto, havia indícios de ter, o mesmo, recebido reforços em efetivo e armamento.
A prisão de JOSÉ GENUINO NETO e GLENIO FERNANDES DE SÁ (ambos do DOT "B"), por equipes de Info do CIE, facilitou os trabalhos de levantamentos sobre este Destacamento. Possuia três grupos : o de GAMELEIRA, o do CASTANHAL DO ALEXANDRE e o de COURO PANTAS .

- DESTACAMENTO "C"

Este Destacamento foi o que mais sofreu a ação das forças regulares, particularmente em SET/72. Sofreu algumas baixas.
Seus grupos agiam nas regiões de CACHIMBEIRO - PATRIMÔNIO , PAU PRETO - CAIANO e ABÓBORA - ESPERANCINHA .

c. POSSIBILIDADES

- PSICOLÓGICA :

Atemorizar a população, através de ameaças de morte, a fim de que a mesma não prestasse informações ao Exército e continuasse a apoiá-los
Realizar trabalhos de massa.

- DE COMBATE :

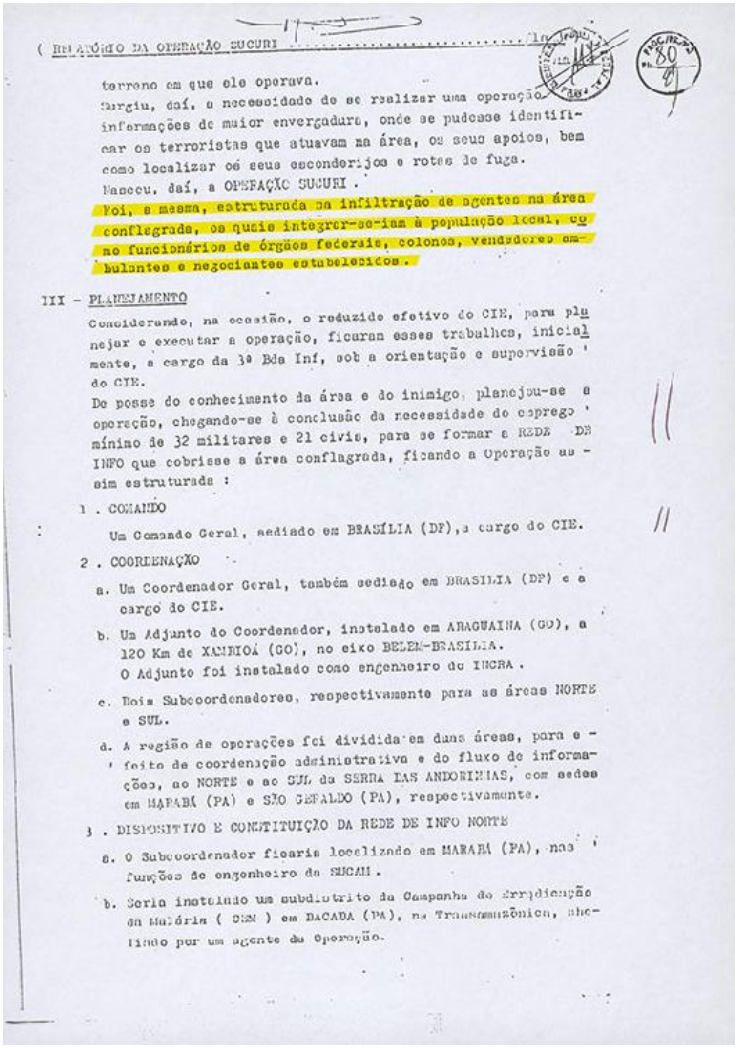
Fazer emboscadas e fustigamentos.
Instalar regiões de homizio, particularmente nos seguintes locais :
VALE DO SARANZAL, SERRA FICA, CHEGA-COM-JEITO, METADE, CONSOLAÇÃO, MATRINCHÃ, MUTUM, PAU PRETO e PERDIDOS .

d. APOIOS

Alguns apoios foram levantados nas áreas dos 3 destacamentos.

3 . CONSIDERAÇÕES

No entanto, dado à complexidade dos problemas existentes naquela área, de ordem POLÍTICA, ECONÔMICA, PSICOSSOCIAL, e à sua difícil configuração geográfica, em extensão, relevo, vegetação, hidrografia, vias de transporte e, sobretudo, aspectos militares, não conseguiram os órgãos de informações e repressão, apesar dos êxitos obtidos, controlar totalmente o inimigo, levantar um extenso rede de apoio e, principalmente, conhecer o



terreno em que ele operava.
Surgiu, daí, a necessidade de se realizar uma operação de informações de maior envergadura, onde se pudesse identificar os terroristas que atuavam na área, os seus apoios, bem como localizar os seus esconderijos e rotas de fuga.
Nasceu, daí, a OPERAÇÃO SUCURI.
Foi, a mesma, estruturada na infiltração de agentes na área conflagrada, os quais integrar-se-iam à população local, ou no funcionários de órgãos federais, colonos, vendedores ambulantes e negociantes estabelecidos.

III - PLANEJAMENTO

Considerando, na ocasião, o reduzido efetivo do CIE, para planejar e executar a operação, ficaram esses trabalhos, inicialmente, a cargo da 3ª Bda Inf, sob a orientação e supervisão do CIE.
De posse do conhecimento da área e do inimigo, planejou-se a operação, chegando-se à conclusão da necessidade do emprego mínimo de 32 militares e 21 civis, para se formar a REDE DE INFO que cobrisse a área conflagrada, ficando a Operação assim estruturada :

1 . COMANDO

Um Comando Geral, sediado em BRASÍLIA (DF), a cargo do CIE.

2 . COORDENAÇÃO

a. Um Coordenador Geral, também sediado em BRASÍLIA (DF) e a cargo do CIE.

b. Um Adjunto do Coordenador, instalado em ARAGUAINA (GO), a 120 Km de XAMBIOÁ (GO), no eixo BELÉM-BRASÍLIA.
O Adjunto foi instalado como engenheiro do INCRA.

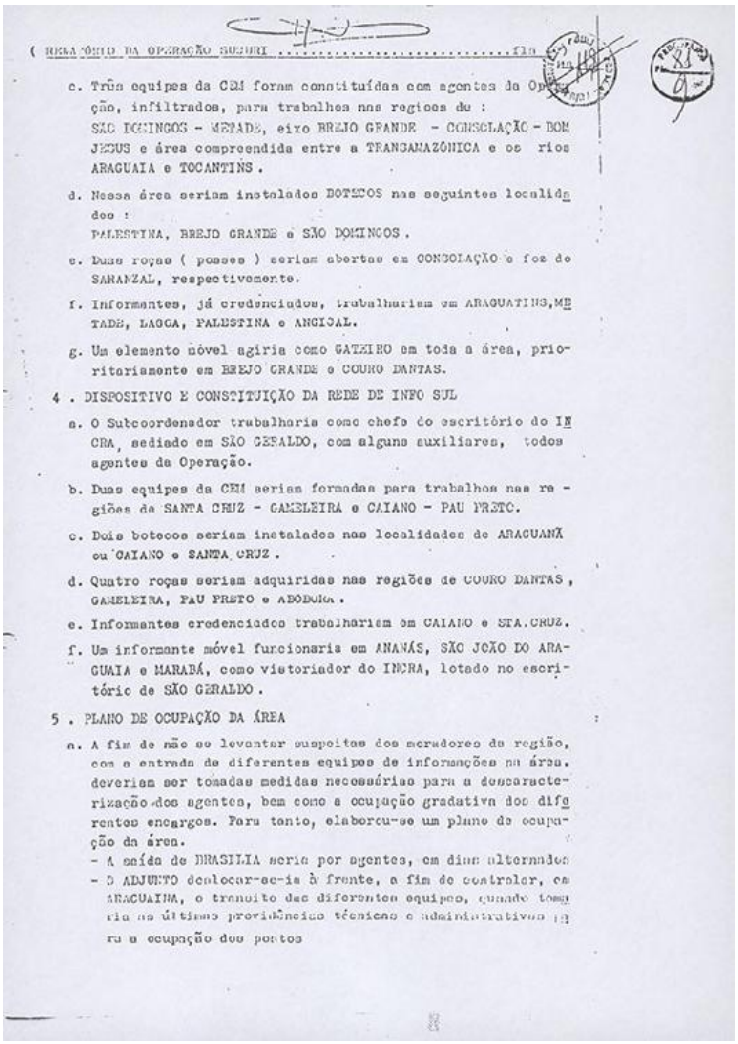
c. Dois Subcoordenadores, respectivamente para as áreas NORTE e SUL.

d. A região de operações foi dividida em duas áreas, para efeito de coordenação administrativa e do fluxo de informações, ao NORTE e ao SUL da SERRA DAS ANDORINHAS, com sedes em MARABÁ (PA) e SÃO GERALDO (PA), respectivamente.

3 . DISPOSITIVO E CONSTITUIÇÃO DA REDE DE INFO NORTE

a. O Subcoordenador ficaria localizado em MARABÁ (PA), nas funções de engenheiro da SUDAM.

b. Seria instalado um subdistrito da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) em BACABA (PA), na Transamazônica, chefiado por um agente da Operação.



(RESUMO DA OPERAÇÃO SUCURI ..... fls

c. Três equipes da CEM foram constituídas com agentes da Operação, infiltrados, para trabalhos nas regiões de :
SÃO DOMINGOS - MIRADE, eixo BREJO GRANDE - CONSOLAÇÃO - BOM JESUS e área compreendida entre a TRANSAMAZÔNICA e os rios ARAGUAIA e TOCANTINS.

d. Nessa área seriam instalados BOTECOS nas seguintes localidades :
PALESTINA, BREJO GRANDE e SÃO DOMINGOS.

e. Duas roças (posses) seriam abertas em CONSOLAÇÃO e foz do SARANZAL, respectivamente.

f. Informantes, já credenciados, trabalhariam em ARAGUATINS, METADE, LAGOA, PALESTINA e ANGICAL.

g. Um elemento móvel agiria como GATEIRO em toda a área, prioritariamente em BREJO GRANDE e COURO DANTAS.

4 . DISPOSITIVO E CONSTITUIÇÃO DA REDE DE INFO SUL

a. O Subcoordenador trabalharia como chefe do escritório do INCRA, sediado em SÃO GERALDO, com alguns auxiliares, todos agentes da Operação.

b. Duas equipes da CEM seriam formadas para trabalhos nas regiões da SANTA CRUZ - GAMELEIRA e CAIANO - PAU PRETO.

c. Dois botecos seriam instalados nas localidades de ARACUANÃ ou CAIANO e SANTA CRUZ.

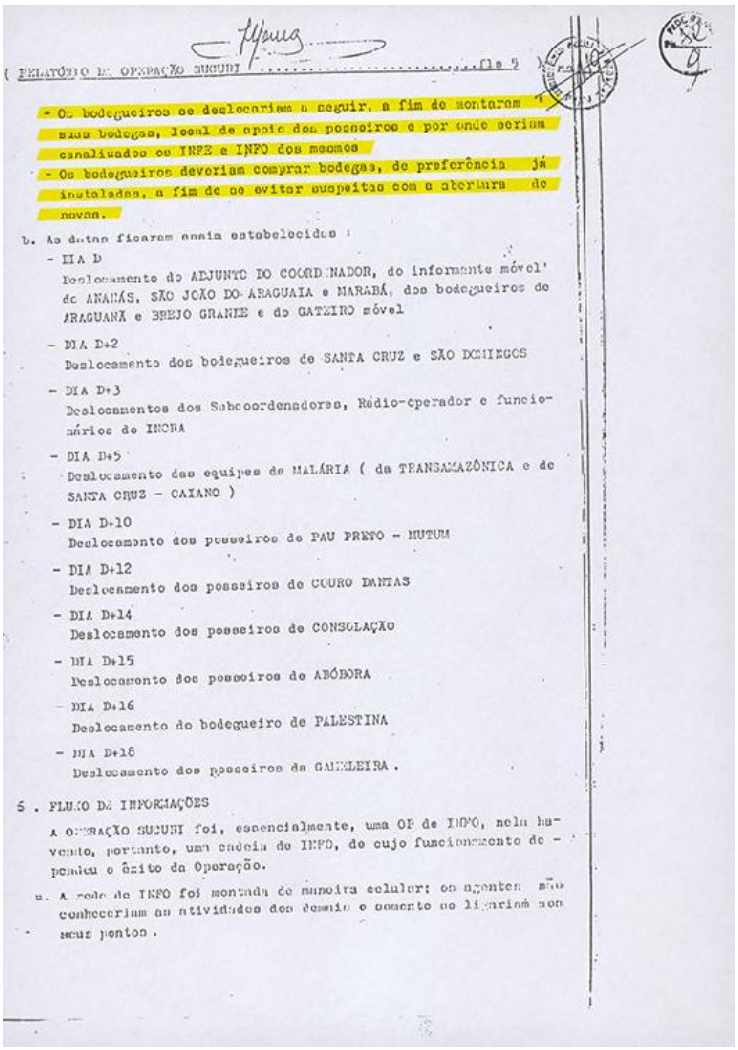
d. Quatro roças seriam adquiridas nas regiões de COURO DANTAS, GAMELEIRA, PAU PRETO e ABOBOIA.

e. Informantes credenciados trabalhariam em CAIANO e STA.CRUZ.

f. Um informante móvel funcionaria em ANANÁS, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA e MARABÁ, como vistoriador do INCRA, lotado no escritório de SÃO GERALDO.

5 . PLANO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

a. A fim de não se levantar suspeitas dos moradores da região, com a entrada de diferentes equipes de informações na área, deveriam ser tomadas medidas necessárias para a descaracterização dos agentes, bem como a ocupação gradativa dos diferentes encargos. Para tanto, elaborou-se um plano de ocupação da área.
- A saída de BRASÍLIA seria por agentes, em dias alternados
- O ADJUNTO deslocar-se-ia à frente, a fim de controlar, em ARACUAIMA, o trânsito das diferentes equipes, quando tomaria as últimas providências técnicas e administrativas para a ocupação dos pontos



RELATÓRIO DE OPERAÇÃO SUCURI ..... fls 9

- Os bodegueiros se deslocariam a seguir, a fim de montarem suas bodegas, local de apoio dos posseiros e por onde seriam canalizados os INFE e INFO dos mesmos
- Os bodegueiros deveriam comprar bodegas, de preferência já instaladas, a fim de se evitar suspeitas com a abertura de novas.

b. As datas ficaram assim estabelecidas :

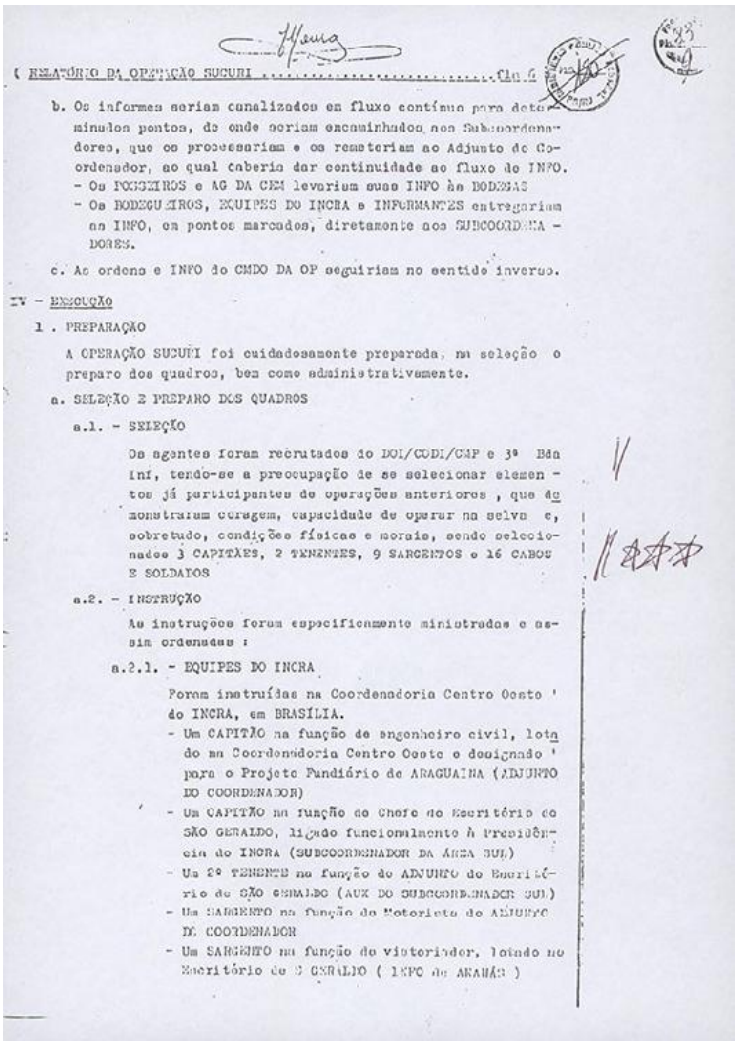
- DIA D
  Deslocamento do ADJUNTO DO COORDENADOR, do informante móvel de ANANÁS, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA e MARABÁ, dos bodegueiros de ARAGUANÃ e BREJO GRANDE e do GATEIRO móvel
- DIA D+2
  Deslocamento dos bodegueiros de SANTA CRUZ e SÃO DOMINGOS
- DIA D+3
  Deslocamentos dos Subcoordenadores, Rádio-operador e funcionários do INCRA
- DIA D+5
  Deslocamento das equipes de MALÁRIA (da TRANSAMAZÔNICA e de SANTA CRUZ - CAIANO)
- DIA D+10
  Deslocamento dos posseiros de PAU PRETO - MUTUM
- DIA D+12
  Deslocamento dos posseiros de COURO DANTAS
- DIA D+14
  Deslocamento dos posseiros de CONSOLAÇÃO
- DIA D+15
  Deslocamento dos posseiros de ABÓBORA
- DIA D+16
  Deslocamento do bodegueiro de PALESTINA
- DIA D+16
  Deslocamento dos posseiros de GAMELEIRA.

5 . FLUXO DE INFORMAÇÕES

A OPERAÇÃO SUCURI foi, essencialmente, uma OP de INFO, pelo havendo, portanto, uma cadeia de INFO, de cujo funcionamento dependeu o êxito da Operação.

a. A rede de INFO foi montada de maneira celular; os agentes não conheceriam as atividades dos demais e somente se ligariam aos seus pontos.

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(RELATÓRIO DA OPERAÇÃO SUCURI .....fls 6

b. Os informes seriam canalizados em fluxo contínuo para determinados pontos, de onde seriam encaminhados aos Subcoordenadores, que os processariam e os remeteriam ao Adjunto do Coordenador, ao qual caberia dar continuidade ao fluxo de INFO.
- Os POSTEIROS e AC DA CEM levariam suas INFO às BODEGAS
- Os BODEGUEIROS, EQUIPES DO INCRA e INFORMANTES entregariam as INFO, em pontos marcados, diretamente aos SUBCOORDENADORES.

c. As ordens e INFO do CMDO DA OP seguiriam no sentido inverso.

IV - EXECUÇÃO

1. PREPARAÇÃO

A OPERAÇÃO SUCURI foi cuidadosamente preparada, na seleção e preparo dos quadros, bem como administrativamente.

a. SELEÇÃO E PREPARO DOS QUADROS

a.1. - SELEÇÃO

Os agentes foram recrutados do DOI/CODI/CMP e 3º Bda Inf, tendo-se a preocupação de se selecionar elementos já participantes de operações anteriores, que demonstrassem coragem, capacidade de operar na selva e, sobretudo, condições físicas e moral, sendo selecionados 3 CAPITÃES, 2 TENENTES, 9 SARGENTOS e 16 CABOS E SOLDADOS

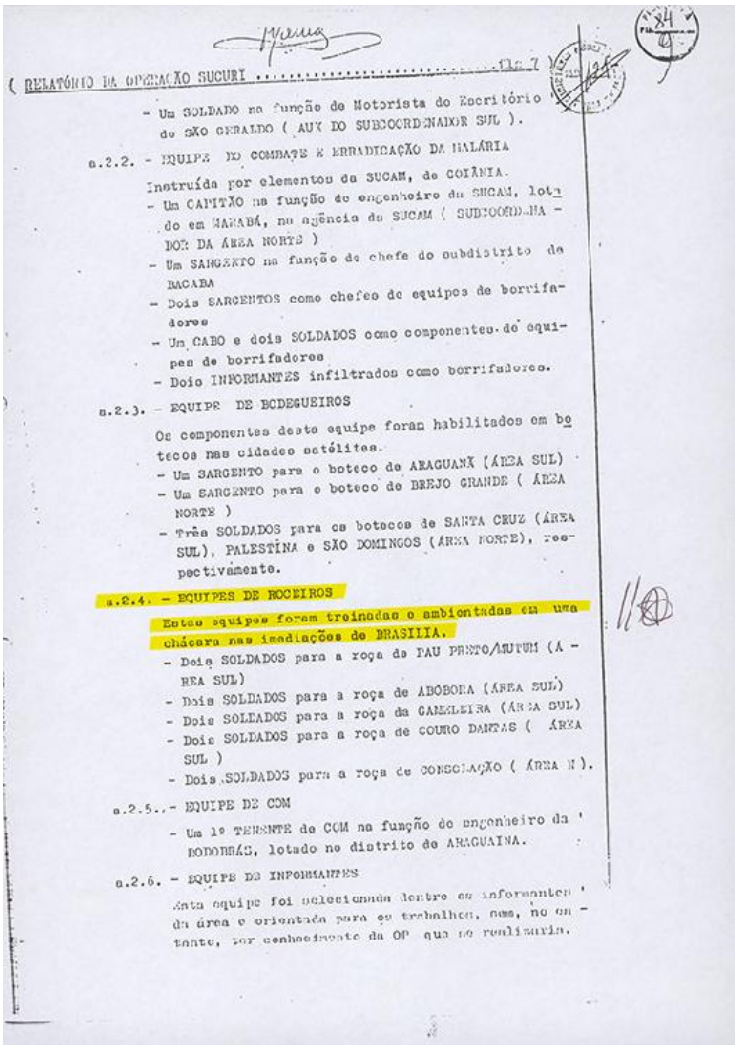
a.2. - INSTRUÇÃO

As instruções foram especificamente ministradas e assim ordenadas :

a.2.1. - EQUIPES DO INCRA

Foram instruídas na Coordenadoria Centro Oeste do INCRA, em BRASÍLIA.
- Um CAPITÃO na função de engenheiro civil, lotado na Coordenadoria Centro Oeste e designado para o Projeto Fundiário de ARAGUAÍNA (ADJUNTO DO COORDENADOR)
- Um CAPITÃO na função de Chefe do Escritório de SÃO GERALDO, ligado funcionalmente à Presidência do INCRA (SUBCOORDENADOR DA ÁREA SUL)
- Um 2º TENENTE na função de ADJUNTO do Escritório de SÃO GERALDO (AUX DO SUBCOORDENADOR SUL)
- Um SARGENTO na função de Motorista de ADJUNTO DO COORDENADOR
- Um SARGENTO na função de vistoriador, lotado no Escritório de S GERALDO (INFO de ARAGUÃIA)

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(RELATÓRIO DA OPERAÇÃO SUCURI ..... Fls. 7

- Um SOLDADO na função de Motorista do Escritório de SÃO GERALDO (AUX DO SUBCOORDENADOR SUL).

a.2.2. - EQUIPE DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA

Instruída por elementos da SUCAM, de GOIÂNIA.

- Um CAPITÃO na função de engenheiro da SUCAM, lotado em MARABÁ, na agência da SUCAM (SUBCOORDENADOR DA ÁREA NORTE)
- Um SARGENTO na função de chefe do subdistrito de BACABA
- Dois SARGENTOS como chefes de equipes de borrifadores
- Um CABO e dois SOLDADOS como componentes de equipes de borrifadores
- Dois INFORMANTES infiltrados como borrifadores.

a.2.3. - EQUIPE DE BODEGUEIROS

Os componentes deste equipe foram habilitados em botecos nas cidades satélites.

- Um SARGENTO para o boteco de ARAGUANÃ (ÁREA SUL)
- Um SARGENTO para o boteco de BREJO GRANDE (ÁREA NORTE)
- Três SOLDADOS para os botecos de SANTA CRUZ (ÁREA SUL), PALESTINA e SÃO DOMINGOS (ÁREA NORTE), respectivamente.

a.2.4. - EQUIPES DE ROCEIROS

Estas equipes foram treinadas e ambientadas em uma chácara nas imediações de BRASILIA.

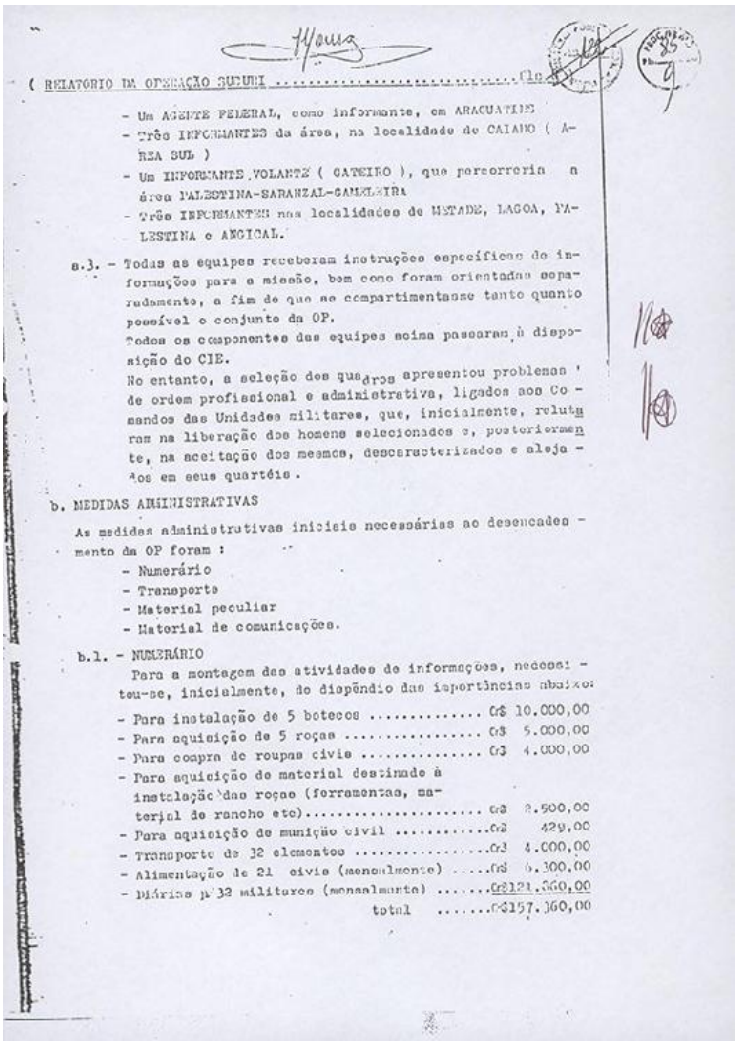
- Dois SOLDADOS para a roça de PAU PRETO/MUTUM (ÁREA SUL)
- Dois SOLDADOS para a roça de ABOBORA (ÁREA SUL)
- Dois SOLDADOS para a roça da CARRETEIRA (ÁREA SUL)
- Dois SOLDADOS para a roça de COURO DANTAS (ÁREA SUL)
- Dois SOLDADOS para a roça de CONCEIÇÃO (ÁREA N).

a.2.5. - EQUIPE DE COM

- Um 1º TENENTE de COM na função de engenheiro da RODOBRÁS, lotado no distrito de ARAGUAINA.

a.2.6. - EQUIPE DE INFORMANTES

Esta equipe foi selecionada dentre os informantes da área e orientada para os trabalhos, mas, no entanto, por conhecimento da OP que se realizaria.



(RELATÓRIO DA OPERAÇÃO SUCURI .....Cln

- Um AGENTE PEDERAL, como informante, em ARACUATIBA
- Três INFORMANTES da área, na localidade de CAIANO (AREA SUL)
- Um INFORMANTE VOLANTE (CATEIRO), que percorreria a área PALESTINA-SARANZAL-CAMALEIRA
- Três INFORMANTES nas localidades de METADE, LAGOA, PALESTINA e ANGICAL.

a.3. - Todas as equipes receberam instruções específicas de informações para a missão, bem como foram orientadas separadamente, a fim de que se compartimentasse tanto quanto possível o conjunto da OP.
Todos os componentes das equipes acima passaram à disposição do CIE.
No entanto, a seleção dos quadros apresentou problemas de ordem profissional e administrativa, ligados aos Comandos das Unidades militares, que, inicialmente, relutaram na liberação dos homens selecionados e, posteriormente, na aceitação dos mesmos, descaracterizados e alojados em seus quartéis.

b. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

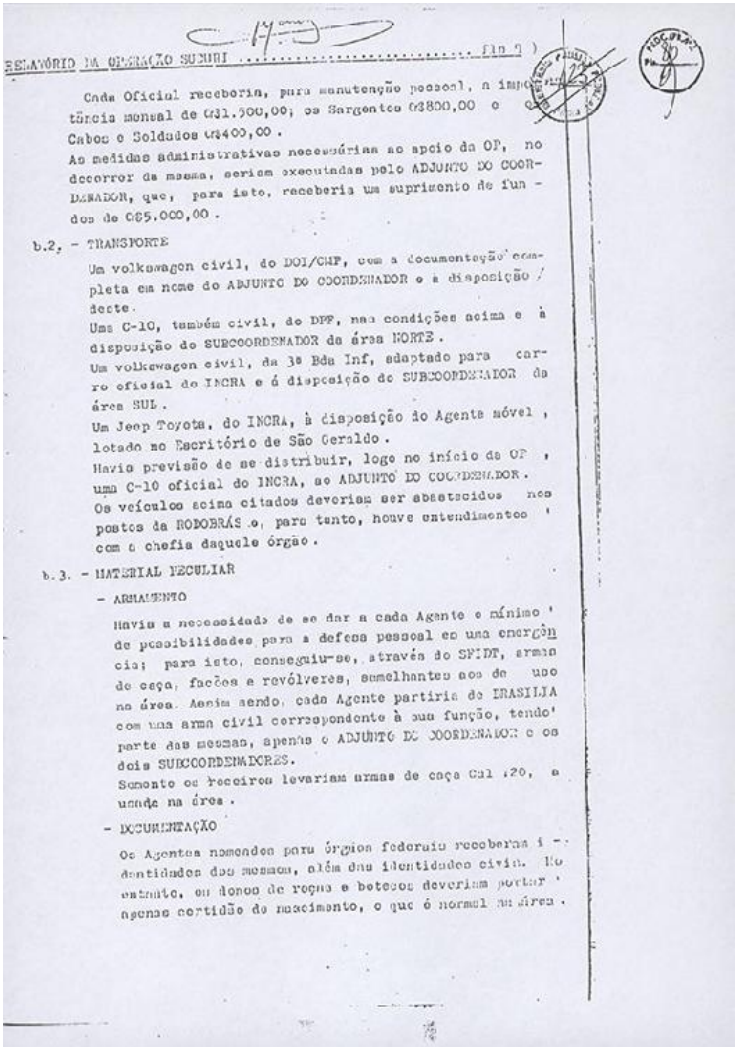
As medidas administrativas iniciais necessárias ao desencadeamento da OP foram :

- Numerário
- Transporte
- Material peculiar
- Material de comunicações.

b.1. - NUMERÁRIO

Para a montagem das atividades de informações, necessitou-se, inicialmente, do dispêndio das importâncias abaixo:

- Para instalação de 5 botecos	Cr$	10.000,00
- Para aquisição de 5 roças	Cr$	5.000,00
- Para compra de roupas civis	Cr$	4.000,00
- Para aquisição de material destinado à instalação das roças (ferramentas, material de rancho etc).....	Cr$	3.900,00
- Para aquisição de munição civil	Cr$	429,00
- Transporte de 32 elementos	Cr$	4.000,00
- Alimentação de 21 civis (mensalmente)	Cr$	6.300,00
- Diárias p/ 32 militares (mensalmente)	Cr$	121.360,00
total	Cr$	157.360,00



RELATÓRIO DA OPERAÇÃO SUCURI ..... fls 9)

Cada Oficial receberia, para manutenção pessoal, a importância mensal de Cr$1.500,00; os Sargentos Cr$800,00 e os Cabos e Soldados Cr$400,00.

As medidas administrativas necessárias ao apoio da OP, no decorrer da mesma, seriam executadas pelo ADJUNTO DO COORDENADOR, que, para isto, receberia um suprimento de fundos de Cr$5.000,00.

b.2. - TRANSPORTE

Um volkswagen civil, do DOI/CMP, com a documentação completa em nome do ADJUNTO DO COORDENADOR e à disposição deste.

Um C-10, também civil, do DPF, nas condições acima e à disposição do SUBCOORDENADOR da área NORTE.

Um volkswagen civil, da 3ª Bda Inf, adaptado para carro oficial do INCRA e à disposição do SUBCOORDENADOR da área SUL.

Um Jeep Toyota, do INCRA, à disposição do Agente móvel, lotado no Escritório de São Geraldo.

Havia previsão de se distribuir, logo no início da OP, uma C-10 oficial do INCRA, ao ADJUNTO DO COORDENADOR.

Os veículos acima citados deveriam ser abastecidos nos postos da RODOBRÁS e, para tanto, houve entendimentos com a chefia daquele órgão.

b.3. - MATERIAL PECULIAR

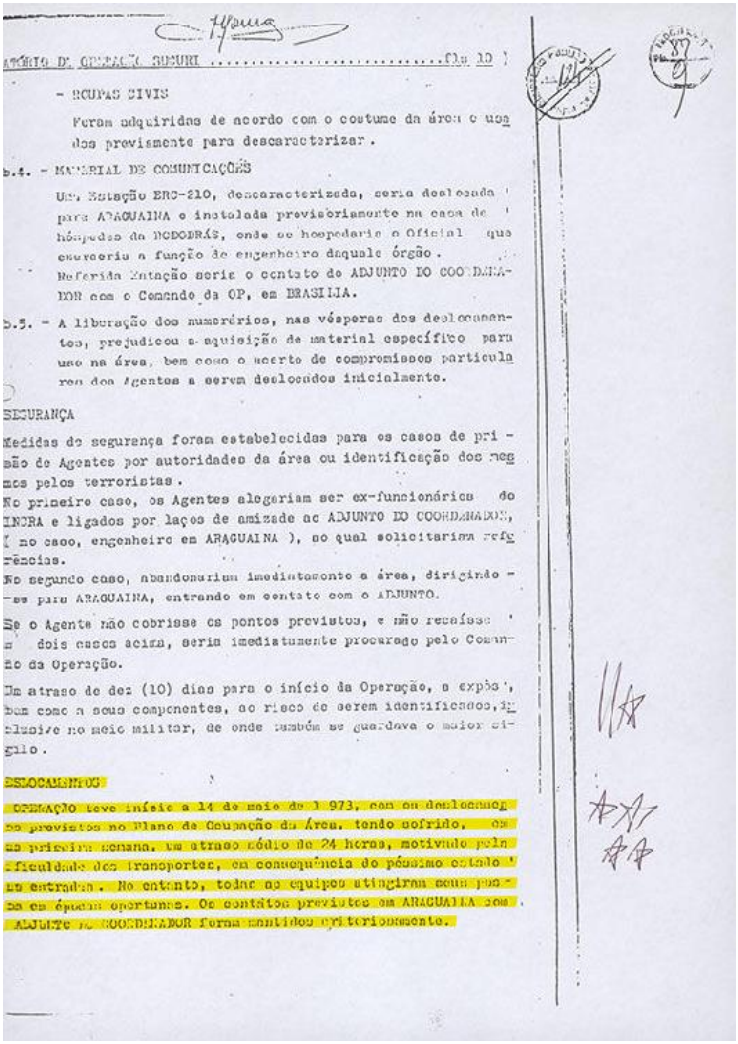
- ARMAMENTO

Havia a necessidade de se dar a cada Agente o mínimo de possibilidades para a defesa pessoal em uma emergência; para isto, conseguiu-se, através do SPIDT, armas de caça, facões e revólveres, semelhantes aos de uso na área. Assim sendo, cada Agente partiria de BRASILIA com uma arma civil correspondente à sua função, tendo parte das mesmas, apenas o ADJUNTO DO COORDENADOR e os dois SUBCOORDENADORES.

Somente os Peixotos levariam armas de caça Cal .20, a usada na área.

- DOCUMENTAÇÃO

Os Agentes nomeados para órgãos federais receberam identidades das mesmas, além das identidades civis. No entanto, os donos de roças e botecos deveriam portar apenas certidão de nascimento, o que é normal na área.



RELATÓRIO DO GRUPO "C" SUDURI .....Fls 10

- SCUPAS CIVIS

Foram adquiridas de acordo com o costume da área e uso dos previamente para descaracterizar.

b.4. - MATERIAL DE COMUNICAÇÕES

Uma Estação ERC-210, descaracterizada, seria deslocada para ARAGUAINA e instalada provisoriamente na casa de hóspedes da RODOBRÁS, onde se hospedaria o Oficial que exerceria a função de engenheiro daquele órgão.
Referida Estação seria o contato do ADJUNTO DO COORDENADOR com o Comando da OP, em BRASILIA.

b.5. - A liberação dos numerários, nas vésperas dos deslocamentos, prejudicou a aquisição de material específico para uso na área, bem como o acerto de compromissos particulares dos Agentes a serem deslocados inicialmente.

SEGURANÇA

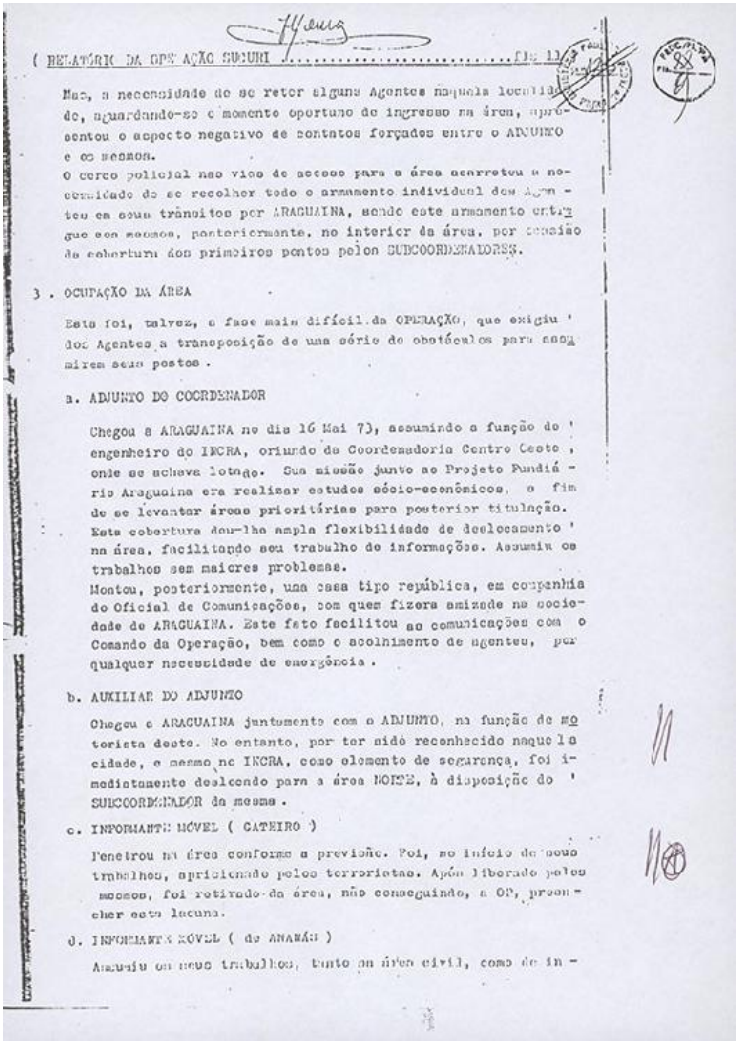
Medidas de segurança foram estabelecidas para os casos de prisão de Agentes por autoridades da área ou identificação dos mesmos pelos terroristas.
No primeiro caso, os Agentes alegariam ser ex-funcionários do INCRA e ligados por laços de amizade ao ADJUNTO DO COORDENADOR, (no caso, engenheiro em ARAGUAINA), no qual solicitariam referências.
No segundo caso, abandonariam imediatamente a área, dirigindo-se para ARAGUAINA, entrando em contato com o ADJUNTO.

Se o Agente não cobrisse os pontos previstos, e não recaísse nos dois casos acima, seria imediatamente procurado pelo Comando da Operação.

Um atraso de dez (10) dias para o início da Operação, a expôs, bem como a seus componentes, ao risco de serem identificados, inclusive no meio militar, de onde também se guardava o maior sigilo.

DESLOCAMENTOS

A OPERAÇÃO teve início a 14 de maio de 1 973, com os deslocamentos previstos no Plano de Ocupação da Área, tendo sofrido, na primeira semana, um atraso médio de 24 horas, motivado pela dificuldade dos transportes, em consequência do péssimo estado das estradas. No entanto, todos os equipes atingiram seus pontos em épocas oportunas. Os contatos previstos em ARAGUAINA com o ADJUNTO AO COORDENADOR foram mantidos criteriosamente.



(RELATÓRIO DA OPS AÇÃO SUCURI ..... Fls. 12

Mas, a necessidade de se reter alguns Agentes naquela localidade, aguardando-se o momento oportuno de ingresso na área, apresentou o aspecto negativo de contatos forçados entre o ADJUNTO e os mesmos.
O cerco policial nas vias de acesso para a área ocorreu a necessidade de se recolher todo o armamento individual dos Agentes em seus trânsitos por ARAGUAINA, sendo este armamento entregue aos mesmos, posteriormente, no interior da área, por ocasião da cobertura dos primeiros pontos pelos SUBCOORDENADORES.

3 . OCUPAÇÃO DA ÁREA

Esta foi, talvez, a fase mais difícil da OPERAÇÃO, que exigiu dos Agentes a transposição de uma série de obstáculos para nas mirem seus postos .

a. ADJUNTO DO COORDENADOR

Chegou a ARAGUAINA no dia 16 Mai 73, assumindo a função de engenheiro do INCRA, oriundo da Coordenadoria Centro Oeste, onde se achava lotado. Sua missão junto ao Projeto Fundiário Araguaina era realizar estudos sócio-econômicos, a fim de se levantar áreas prioritárias para posterior titulação. Esta cobertura dou-lhe ampla flexibilidade de deslocamento na área, facilitando seu trabalho de informações. Assumiu os trabalhos sem maiores problemas.
Montou, posteriormente, uma casa tipo república, em companhia do Oficial de Comunicações, com quem fizera amizade na sociedade de ARAGUAINA. Este fato facilitou as comunicações com o Comando da Operação, bem como o acolhimento de agentes, por qualquer necessidade de emergência .

b. AUXILIAR DO ADJUNTO

Chegou a ARAGUAINA juntamente com o ADJUNTO, na função de motorista deste. No entanto, por ter sido reconhecido naquela cidade, o mesmo no INCRA, como elemento de segurança, foi imediatamente deslocado para a área NORTE, à disposição do SUBCOORDENADOR da mesma .

c. INFORMANTE MÓVEL (GATEIRO)

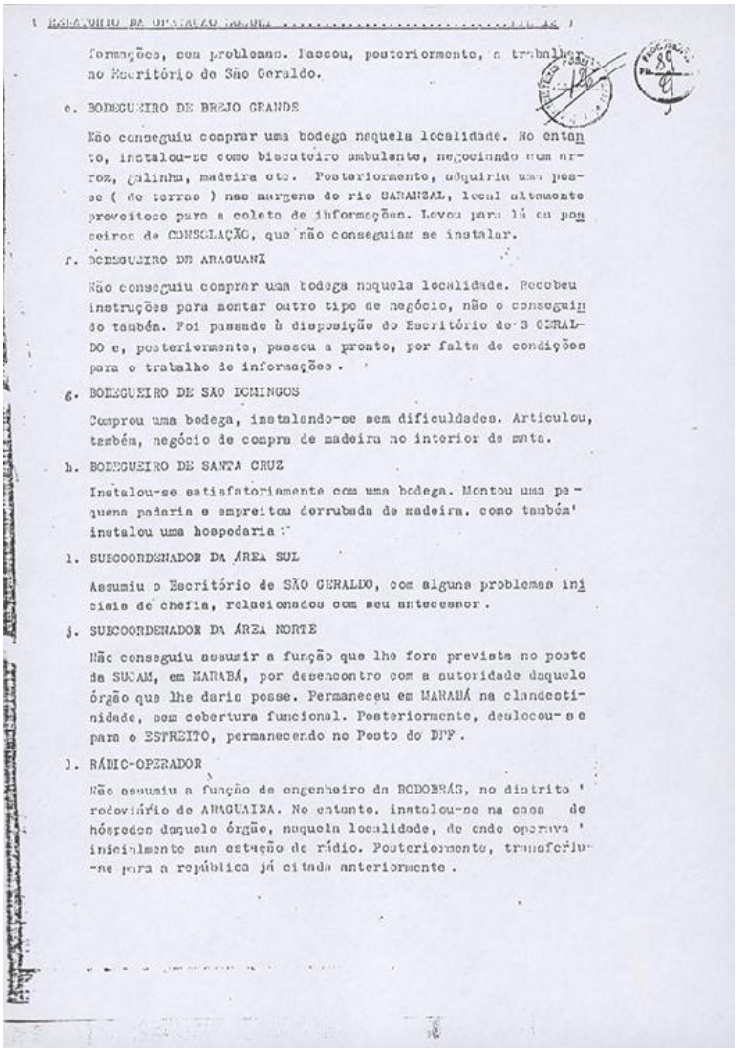
Penetrou na área conforme a previsão. Foi, no início de seus trabalhos, aprisionado pelos terroristas. Após liberado pelos mesmos, foi retirado da área, não conseguindo, a OP, preencher esta lacuna.

d. INFORMANTE MÓVEL (de ANANÁS)

Assumiu os seus trabalhos, tanto na área civil, como de in -

Página 12 de 19

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



formações, com problemas. Iniciou, posteriormente, a trabalhar no Escritório de São Geraldo.

e. BOEGUEIRO DE BREJO GRANDE

Não conseguiu comprar uma bodega naquela localidade. No entanto, instalou-se como biscateiro ambulante, negociando com arroz, galinha, madeira etc. Posteriormente, adquiriu uma posse (de terras) nas margens do rio SARANZAL, local altamente proveitoso para a coleta de informações. Levou para lá os pioneiros de CONSOLAÇÃO, que não conseguiam se instalar.

f. BOEGUEIRO DE ARAGUANI

Não conseguiu comprar uma bodega naquela localidade. Recebeu instruções para montar outro tipo de negócio, não o conseguindo também. Foi passado à disposição do Escritório de S GERALDO e, posteriormente, passou a preato, por falta de condições para o trabalho de informações.

g. BOEGUEIRO DE SAO DOMINGOS

Comprou uma bodega, instalando-se sem dificuldades. Articulou, também, negócio de compra de madeira no interior da mata.

h. BOEGUEIRO DE SANTA CRUZ

Instalou-se satisfatoriamente com uma bodega. Montou uma pequena padaria e empreitou derrubada de madeira, como também instalou uma hospedaria.

i. SUBCOORDENADOR DA ÁREA SUL

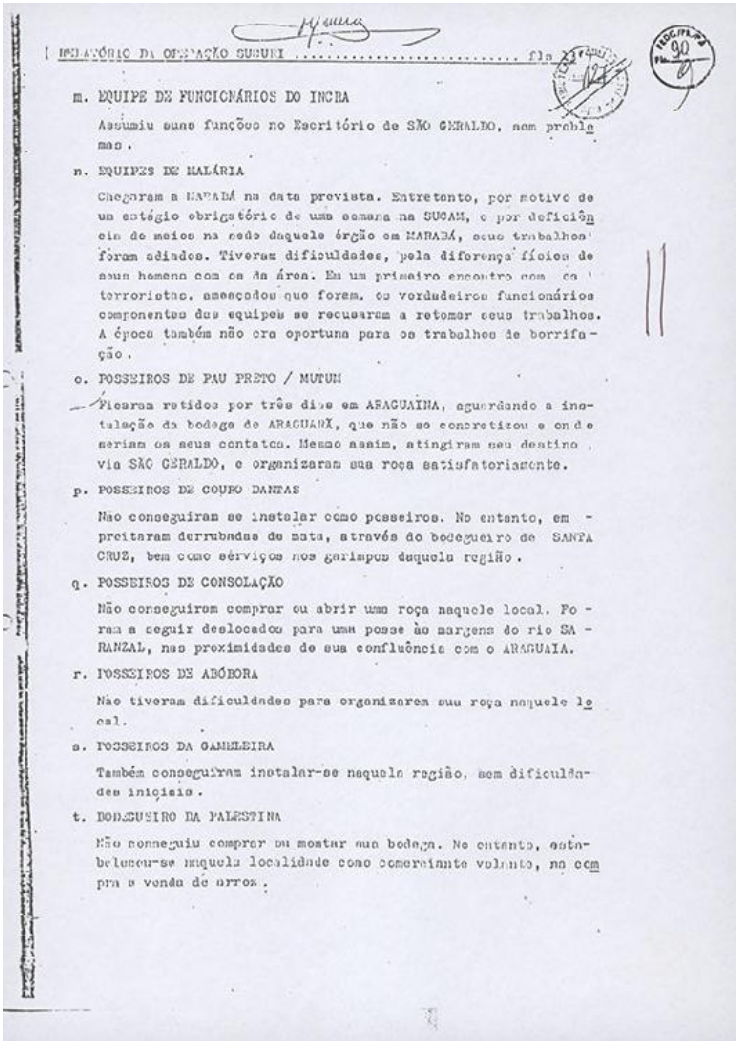
Assumiu o Escritório de SÃO GERALDO, com alguns problemas iniciais de cheia, relacionados com seu antecessor.

j. SUBCOORDENADOR DA ÁREA NORTE

Não conseguiu assumir a função que lhe fora prevista no posto da SUDAM, em MARABÁ, por desencontro com a autoridade daquele órgão que lhe daria posse. Permaneceu em MARABÁ na clandestinidade, sem cobertura funcional. Posteriormente, deslocou-se para o ESTREITO, permanecendo no Posto do DPF.

l. RÁDIO-OPERADOR

Não assumiu a função de engenheiro da RODOBRÁS, no distrito rodoviário de ARAGUAINA. No entanto, instalou-se na casa de hóspedes daquele órgão, naquela localidade, de onde operava inicialmente sua estação de rádio. Posteriormente, transferiu-se para a república já citada anteriormente.



RELATÓRIO DA OPERAÇÃO GURUPI ..... fls 13

m. EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS DO INCRA

Assumiu suas funções no Escritório de SÃO GERALDO, sem problemas.

n. EQUIPES DE MALÁRIA

Chegaram a MARABÁ na data prevista. Entretanto, por motivo de um estágio obrigatório de uma semana na SUCAM, e por deficiência de meios na sede daquele órgão em MARABÁ, seus trabalhos foram adiados. Tiveram dificuldades, pela diferença física de seus homens com os da área. Em um primeiro encontro com os terroristas, ameaçados que foram, os verdadeiros funcionários componentes das equipes se recusaram a retomar seus trabalhos. A época também não era oportuna para os trabalhos de borrifação.

o. POSSEIROS DE PAU PRETO / MUTUM

Ficaram retidos por três dias em ARAGUAINA, aguardando a instalação da bodega de ARAGUANX, que não se concretizou e onde seriam os seus contatos. Mesmo assim, atingiram seu destino via SÃO GERALDO, e organizaram sua roça satisfatoriamente.

p. POSSEIROS DE COURO DANTAS

Não conseguiram se instalar como posseiros. No entanto, empreitaram derrubadas de mata, através do bodegueiro de SANTA CRUZ, bem como serviços nos garimpos daquela região.

q. POSSEIROS DE CONSOLAÇÃO

Não conseguiram comprar ou abrir uma roça naquele local. Foram a seguir deslocados para uma posse às margens do rio SARANZAL, nas proximidades de sua confluência com o ARAGUAIA.

r. POSSEIROS DE ABÓBORA

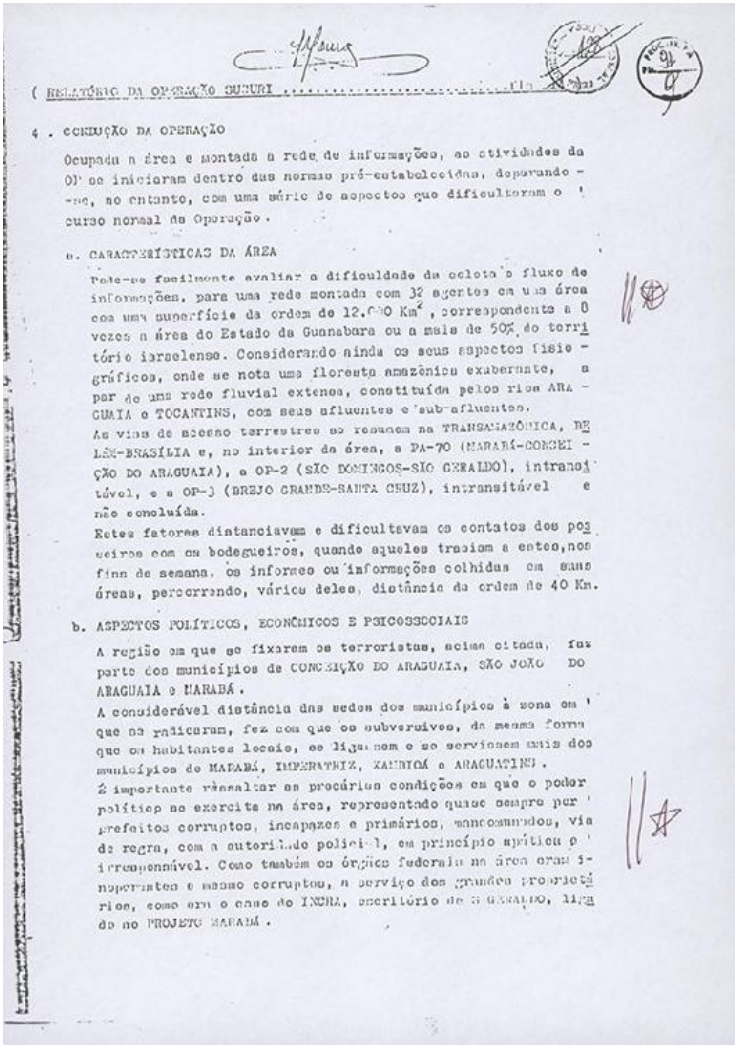
Não tiveram dificuldades para organizarem sua roça naquele local.

s. POSSEIROS DA GAMELEIRA

Também conseguiram instalar-se naquela região, sem dificuldades iniciais.

t. BODEGUEIRO DA PALESTINA

Não conseguiu comprar ou montar sua bodega. No entanto, estabeleceu-se naquela localidade como comerciante volante, na compra e venda de arroz.



(RELATÓRIO DA OPERAÇÃO GUERRI .....

4 . EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO

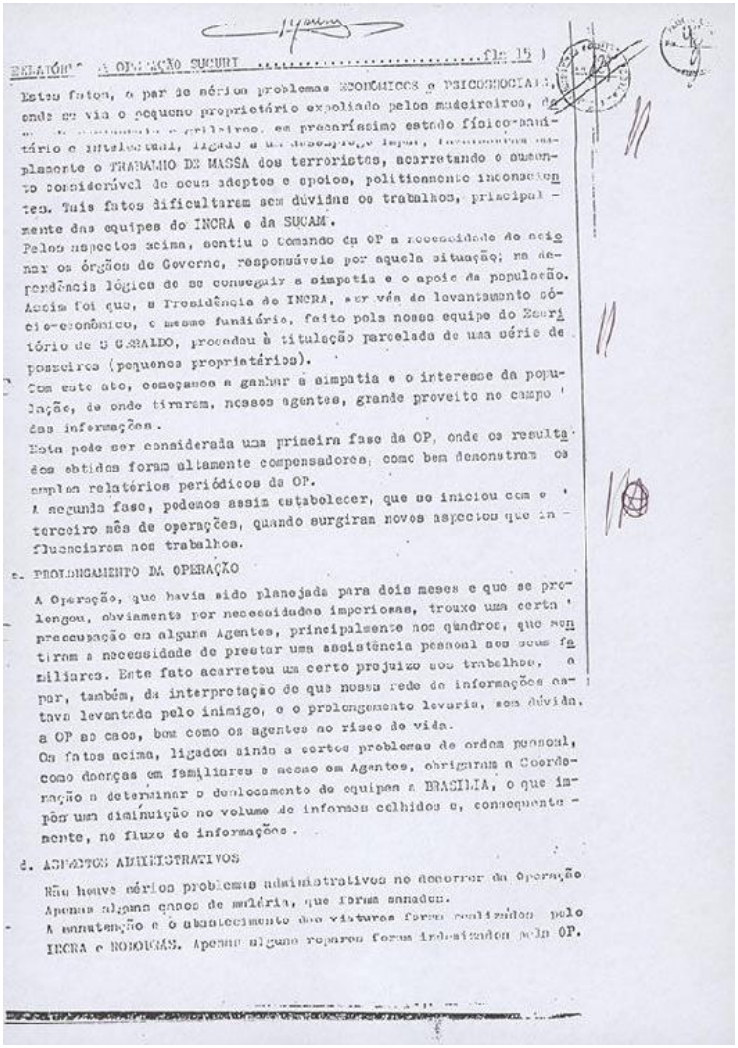
Ocupada a área e montada a rede de informações, as atividades da OP se iniciaram dentro das normas pré-estabelecidas, deparando - -se, no entanto, com uma série de aspectos que dificultaram o ' curso normal da Operação .

a. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA

Pode-se facilmente avaliar a dificuldade da coleta e fluxo de informações, para uma rede montada com 32 agentes em uma área com uma superfície da ordem de 12.000 Km², correspondente a 8 vezes a área do Estado da Guanabara ou a mais de 50% do território israelense. Considerando ainda os seus aspectos físio - gráficos, onde se nota uma floresta amazônica exuberante, e par de uma rede fluvial extensa, constituída pelos rios ARA - GUAIA e TOCANTINS, com seus afluentes e sub-afluentes.
As vias de acesso terrestres se resumem na TRANSAMAZÔNICA, BE LÉM-BRASÍLIA e, no interior da área, a PA-70 (MARABÁ-CONCEI - ÇÃO DO ARAGUAIA), a OP-2 (SÃO DOMINGOS-SÃO GERALDO), intransi tável, e a OP-3 (BREJO GRANDE-SANTA CRUZ), intransitável e não concluída.
Estes fatores distanciavam e dificultavam os contatos dos pos seiros com os bodegueiros, quando aqueles traziam a estes, nos fins de semana, os informes ou informações colhidas em suas áreas, percorrendo, várias delas, distâncias da ordem de 40 Km.

b. ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E PSICOSSOCIAIS

A região em que se fixaram os terroristas, acima citada, faz parte dos municípios de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA e MARABÁ .
A considerável distância das sedes dos municípios à zona em ' que se radicaram, fez com que os subversivos, da mesma forma que os habitantes locais, se ligassem e se servissem mais dos municípios de MARABÁ, IMPERATRIZ, XAMBIOÁ e ARAGUATINS .
É importante ressaltar as precárias condições em que o poder político se exercita na área, representado quase sempre por ' prefeitos corruptos, incapazes e primários, mancomunados, via de regra, com a autoridade policial, em princípio apático e ' irresponsável. Como também os órgãos federais na área eram i- noperantes e mesmo corruptos, a serviço dos grandes proprietá rios, como era o caso do INCRA, escritório de S GERALDO, liga do ao PROJETO MARABÁ .



RELATÓRIO A OPERAÇÃO SUCURI ..... fls 15)

Estes fatos, a par de sérios problemas ECONÔMICOS e PSICOSSOCIAIS, onde se via o pequeno proprietário espoliado pelos madeireiros, [illegible] em precaríssimo estado físico-sanitário e intelectual, ligado a [illegible], implantou maciçamente o TRABALHO DE MASSA dos terroristas, acarretando o aumento considerável de seus adeptos e apoios, politicamente inconsistentes. Tais fatos dificultaram sem dúvida os trabalhos, principalmente das equipes do INCRA e da SUCAM.

Pelos aspectos acima, sentiu o comando da OP a necessidade de ocupar os órgãos de Governo, responsáveis por aquela situação; na dependência lógica de se conseguir a simpatia e o apoio da população. Assim foi que, a Presidência do INCRA, ser vêa do levantamento sócio-econômico, e mesmo fundiário, feito pela nossa equipe do Território de S GABRIEL, procedeu à titulação parcelada de uma série de posseiros (pequenos proprietários).

Com este ato, começamos a ganhar a simpatia e o interesse da população, de onde tiramos, nossos agentes, grande proveito no campo das informações.

Esta pode ser considerada uma primeira fase da OP, onde os resultados obtidos foram altamente compensadores, como bem demonstram os amplos relatórios periódicos da OP.

A segunda fase, podemos assim estabelecer, que se iniciou com o terceiro mês de operações, quando surgiram novos aspectos que influenciaram nos trabalhos.

c. PROLONGAMENTO DA OPERAÇÃO

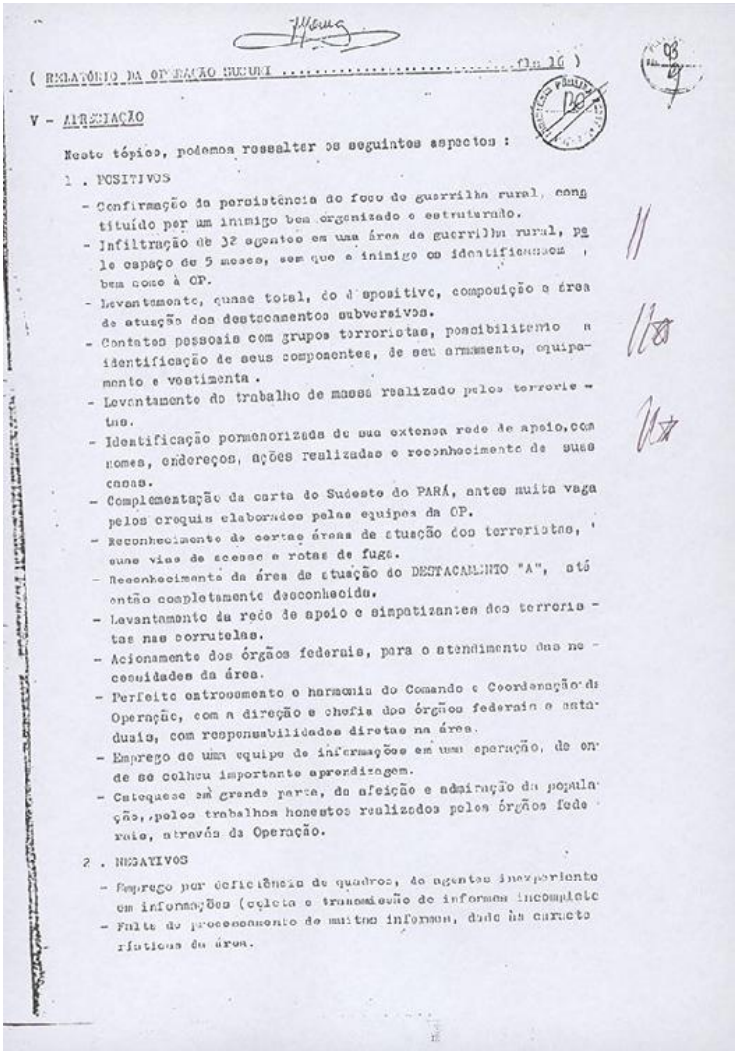
A Operação, que havia sido planejada para dois meses e que se prolongou, obviamente por necessidades imperiosas, trouxe uma certa precaução em alguns Agentes, principalmente nos quadros, que sentiram a necessidade de prestar uma assistência pessoal aos seus familiares. Este fato acarretou um certo prejuízo aos trabalhos, o por, também, da interpretação de que nossa rede de informações estava levantada pelo inimigo, e o prolongamento levaria, sem dúvida, a OP ao caos, bem como os agentes ao risco de vida.

Os fatos acima, ligados ainda a certos problemas de ordem pessoal, como doenças em familiares e mesmo em Agentes, obrigaram a Coordenação a determinar o deslocamento de equipes a BRASÍLIA, o que impôs uma diminuição no volume de informes colhidos e, consequentemente, no fluxo de informações.

d. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Não houve sérios problemas administrativos no decorrer da Operação. Apenas alguns casos de malária, que foram sanados.

A manutenção e o abastecimento das viaturas foram realizados pelo INCRA e MOMOGAS. Apenas alguns reparos foram [illegible] pela OP.



(RELATÓRIO DA OPERAÇÃO MARIPÁ ..... fls 16)

V - APRECIAÇÃO

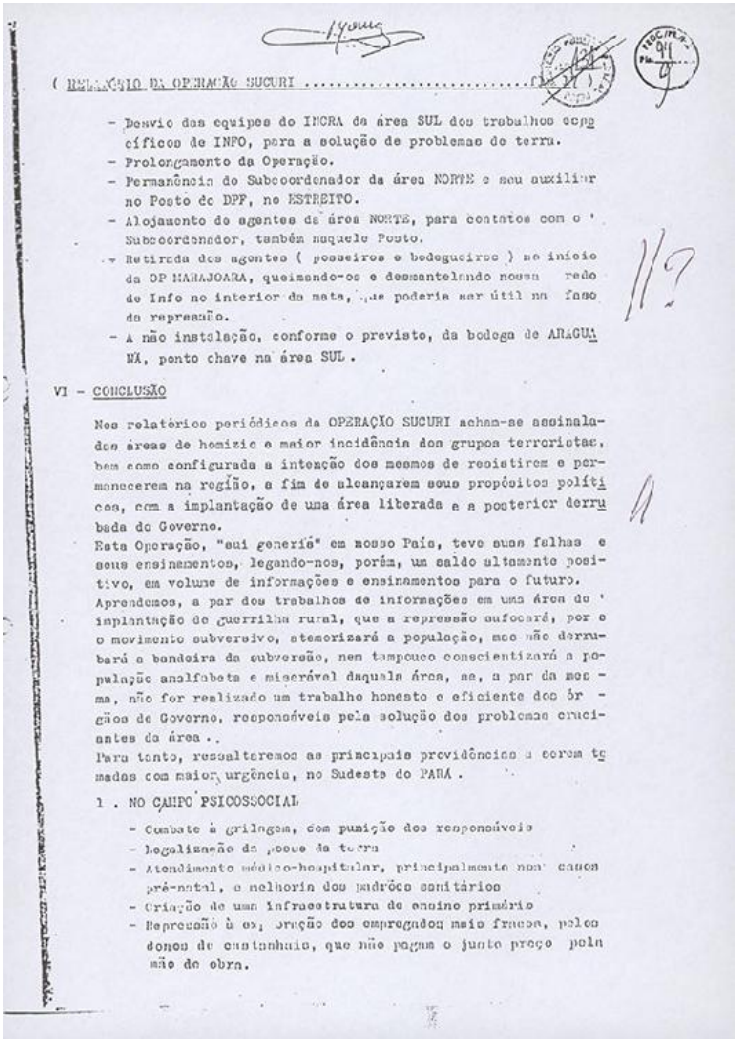
Neste tópico, podemos ressaltar os seguintes aspectos :

1 . POSITIVOS

- Confirmação da persistência do foco de guerrilha rural, constituído por um inimigo bem organizado e estruturado.
- Infiltração de 32 agentes em uma área de guerrilha rural, pelo espaço de 5 meses, sem que o inimigo os identificasse , bem como à OP.
- Levantamento, quase total, do dispositivo, composição e área de atuação dos destacamentos subversivos.
- Contatos pessoais com grupos terroristas, possibilitando a identificação de seus componentes, de seu armamento, equipamento e vestimenta .
- Levantamento do trabalho de massa realizado pelos terroristas.
- Identificação pormenorizada de sua extensa rede de apoio, com nomes, endereços, ações realizadas e reconhecimento de suas casas.
- Complementação da carta do Sudeste do PARÁ, antes muito vaga pelos croquis elaborados pelas equipes da OP.
- Reconhecimento de certas áreas de atuação dos terroristas, suas vias de acesso e rotas de fuga.
- Reconhecimento da área de atuação do DESTACAMENTO "A", até então completamente desconhecida.
- Levantamento da rede de apoio e simpatizantes dos terroristas nas cercanias.
- Acionamento dos órgãos federais, para o atendimento das necessidades da área.
- Perfeito entrosamento e harmonia do Comando e Coordenação da Operação, com a direção e chefia dos órgãos federais e estaduais, com responsabilidades diretas na área.
- Emprego de uma equipe de informações em uma operação, de onde se colheu importante aprendizagem.
- Catequese em grande parte, da afeição e admiração da população, pelos trabalhos honestos realizados pelos órgãos federais, através da Operação.

2 . NEGATIVOS

- Emprego por deficiência de quadros, de agentes inexperientes em informações (coleta e transmissão de informes incompletos
- Falta de processamento de muitas informes, dada as características da área.



(RELATÓRIO DA OPERAÇÃO SUCURI .....

- Desvio das equipes do INCRA da área SUL dos trabalhos específicos de INFO, para a solução de problemas de terra.
- Prolongamento da Operação.
- Permanência do Subcoordenador da área NORTE e seu auxiliar no Posto do DPF, no ESTREITO.
- Alojamento de agentes da área NORTE, para contatos com o Subcoordenador, também naquele Posto.
- Retirada dos agentes (posseiros e bodegueiros) no início da OP MARAJOARA, queimando-os e desmantelando nossa rede de Info no interior da mata, que poderia ser útil na fase da repressão.
- A não instalação, conforme o previsto, da bodega de ARAGUANÃ, ponto chave na área SUL .

VI - CONCLUSÃO

Nos relatórios periódicos da OPERAÇÃO SUCURI acham-se assinaladas áreas de homizio e maior incidência dos grupos terroristas, bem como configurada a intenção dos mesmos de resistirem e permanecerem na região, a fim de alcançarem seus propósitos políticos, com a implantação de uma área liberada e a posterior derrubada do Governo.

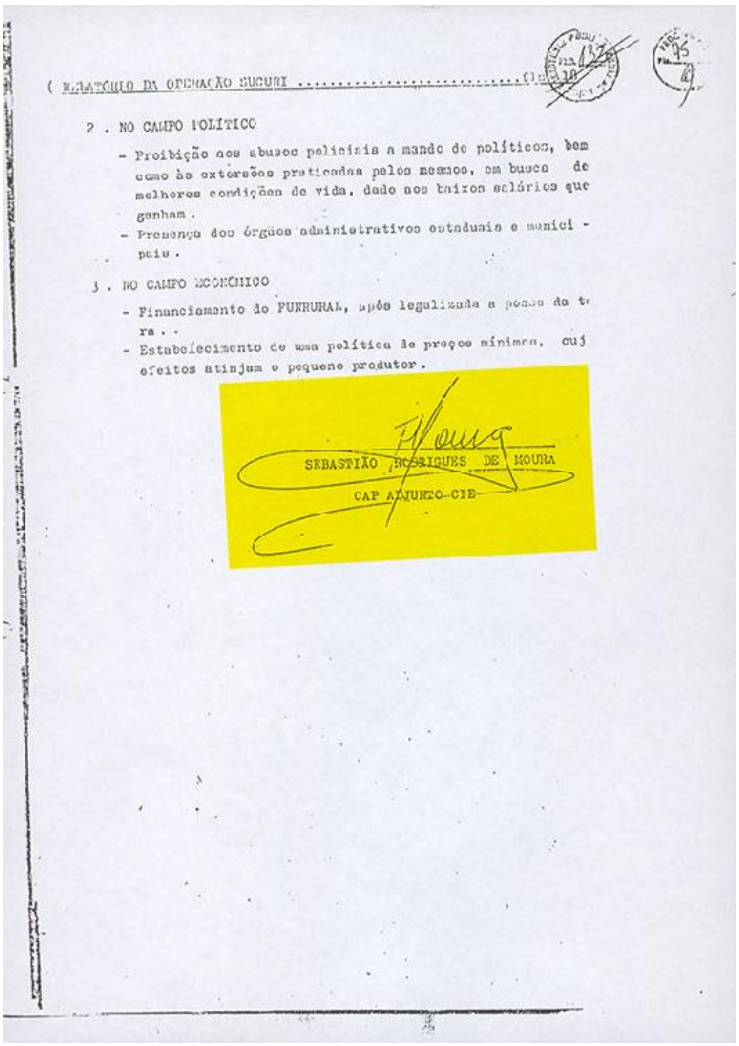
Esta Operação, "sui generis" em nosso País, teve suas falhas e seus ensinamentos, legando-nos, porém, um saldo altamente positivo, em volume de informações e ensinamentos para o futuro.

Aprendemos, a par dos trabalhos de informações em uma área de implantação de guerrilha rural, que a repressão sufocará, por ela o movimento subversivo, atemorizará a população, mas não derrubará a bandeira da subversão, nem tampouco conscientizará a população analfabeta e miserável daquela área, se, a par da mesma, não for realizado um trabalho honesto e eficiente dos órgãos do Governo, responsáveis pela solução dos problemas cruciantes da área .

Para tanto, ressaltaremos as principais providências a serem tomadas com maior urgência, no Sudeste do PARÁ .

1 . NO CAMPO PSICOSSOCIAL

- Combate à grilagem, com punição dos responsáveis
- Legalização da posse da terra
- Atendimento médico-hospitalar, principalmente nos casos pré-natal, e melhoria dos padrões sanitários
- Criação de uma infraestrutura de ensino primário
- Repressão à exploração dos empregados mais fracos, pelos donos de castanhais, que não pagam o justo preço pela mão de obra.



(RELATÓRIO DA OPERAÇÃO SUCURI .....()

2 . NO CAMPO POLÍTICO

- Proibição aos abusos policiais a mando de políticos, bem como às extorsões praticadas pelos mesmos, em busca de melhores condições de vida, dado aos baixos salários que ganham .
- Presença dos órgãos administrativos estaduais e municipais .

3 . NO CAMPO ECONÔMICO

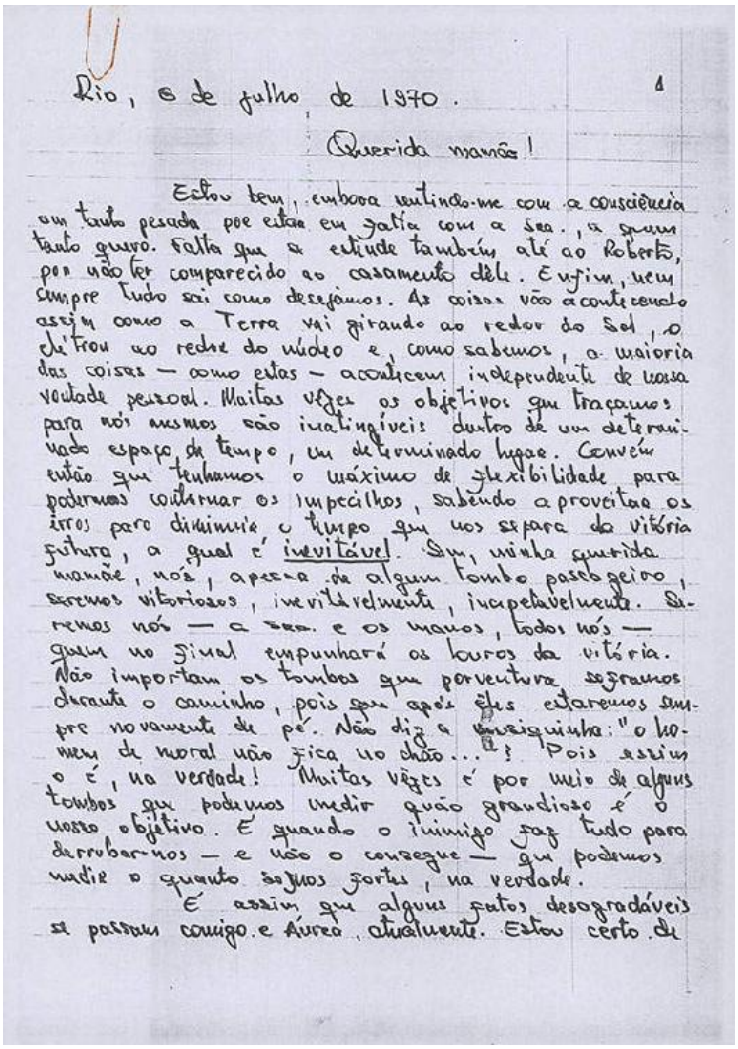
- Financiamento do PUNRURAL, após legalizada a posse da terra . .
- Estabelecimento de uma política de preços mínimos, cujos efeitos atinjam o pequeno produtor .

SEBASTIÃO RODRIGUES DE MOURA
CAP AJUNTO-CIE

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Carta de Arildo Valadão à mãe, de julho de 1970

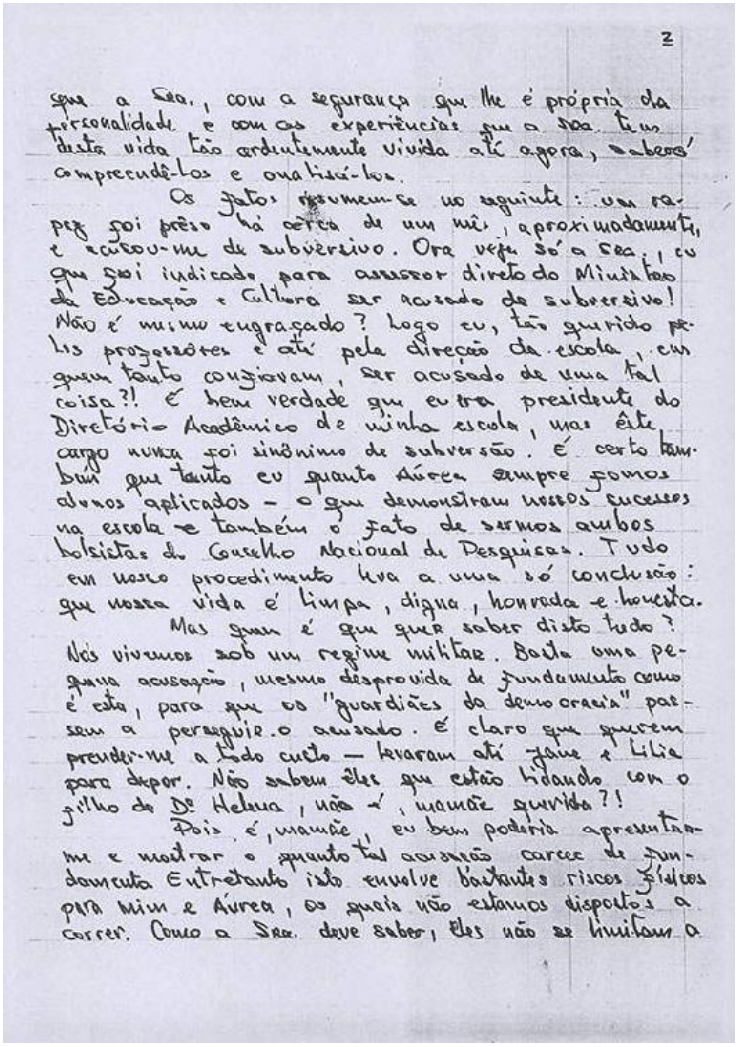


Rio, 6 de julho de 1970. 1

Querida mamãe!

Estou bem, embora sentindo-me com a consciência um tanto pesada por estar em falta com a sra., a quem tanto quero. Falta que se estende também até ao Roberto, por não ter comparecido ao casamento dêle. Enfim, nem sempre tudo sai como desejamos. As coisas vão acontecendo assim como a Terra vai girando ao redor do Sol, o elétron no redor do núcleo e, como sabemos, a maioria das coisas — como estas — acontecem independente de nossa vontade pessoal. Muitas vêzes os objetivos que traçamos para nós mesmos são inatingíveis dentro de um determinado espaço de tempo, um determinado lugar. Convém então que tenhamos o máximo de flexibilidade para podermos contornar os impecilhos, sabendo aproveitar os erros para diminuir o tempo que nos separa da vitória futura, a qual é inevitável. Sim, minha querida mamãe, nós, apesar de alguns tombos pasbegeiros, seremos vitoriosos, inevitàvelmente, incontestàvelmente. Seremos nós — a sra. e os manos, todos nós — quem no final empunhará os louros da vitória. Não importam os tombos que porventura sofremos durante o caminho, pois que após êles estaremos sempre novamente de pé. Não diz a sabedoria popular: "o homem de moral não fica no chão...!? Pois assim o é, na verdade! Muitas vêzes é por meio de alguns tombos que podemos medir quão grandioso é o nosso objetivo. É quando o inimigo faz tudo para derrubar-nos — e não o consegue — que podemos medir o quanto somos fortes, na verdade.

É assim que alguns fatos desagradáveis se passam comigo e Áurea atualmente. Estou certo de



2

que a Sra., com a segurança que lhe é própria da
racionalidade e com as experiências que a sua tem
desta vida tão ardentemente vivida até agora, saberá
compreendê-los e analisá-los.

Os fatos resumem-se no seguinte: um ra-
paz foi preso há cerca de um mês, aproximadamente,
e acusou-me de subversivo. Ora veja só a Sra., eu
que fui indicado para assessor direto do Ministro
de Educação e Cultura ser acusado de subversivo!
Não é mesmo engraçado? Logo eu, tão querido pe-
los progressistas e até pela direção da escola, em
quem tanto confiavam, ser acusado de uma tal
coisa?! É bem verdade que eu fora presidente do
Diretório Acadêmico de minha escola, mas êste
cargo nunca foi sinônimo de subversão. É certo tam-
bem que tanto eu quanto Áurea sempre fomos
alunos aplicados - o que demonstram nossos sucessos
na escola e também o fato de sermos ambos
bolsistas do Conselho Nacional de Pesquisas. Tudo
em nosso procedimento leva a uma só conclusão:
que nossa vida é limpa, digna, honrada e honesta.

Mas quem é que quer saber disto tudo?
Nós vivemos sob um regime militar. Basta uma pe-
quena acusação, mesmo desprovida de fundamento como
é esta, para que os "guardiães da democracia" pas-
sem a perseguir o acusado. É claro que querem
prender-me a todo custo — levaram até Jane e Lília
para depor. Não sabem êles que estão lidando com o
filho de Dª Helena, não é, mamãe querida?!

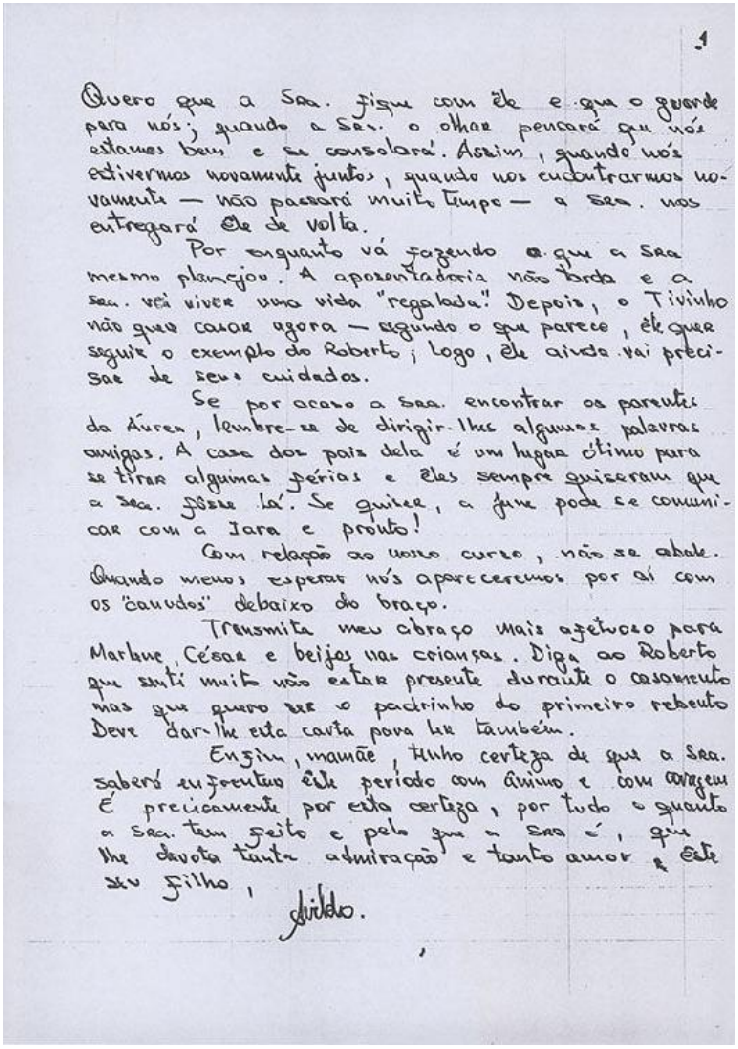
Pois é, mamãe, eu bem poderia apresentar-
me e mostrar o quanto tal acusação carece de fun-
damento. Entretanto isto envolve bastantes riscos físicos
para mim e Áurea, os quais não estamos dispostos a
correr. Como a Sra. deve saber, êles não se limitam a

prender e procurar saber se é inocente ou culpado, mas logo designam a pessoa por culpado e então o submetem a torturas horríveis. Tal tratamento é aplicado indiscriminadamente. E depois pode-se ficar preso, incomunicável, anos e anos. Isto tudo, é claro, seria bem pior do que eu resolvi fazer.

Diante de tudo isto resolvemos abandonar — por uns tempos, até que a situação melhore — a escola e o trabalho. Trancamos matrícula na escola e deixamos de lado o trabalho. Tivemos que nos desfazer mesmo de nosso apartamento, visto que a polícia estava vigiando-o.

É lógico que tudo isto envolve mudanças em nossa vida, que podem inclusive durar algum tempo que não sei quanto seja. A sra. não deve se preocupar com nada, pois bem sabe que somos jovens, fortes, dispostos, prontos a enfrentar tudo. Não deve também estranhar o fato de não termos ido aí, pois se fôssemos estaríamos correndo o risco de sermos presos. Com relação à nossa correspondência, esta ficará interrompida durante todo o tempo em que perdurar esta situação.

Acredite, mamãe: esta é a melhor solução para tal problema. De outra forma estaríamos correndo sérios riscos que resultariam num sofrimento maior para nós todos. Assim, a sra. pode ter certeza de que em qualquer lugar onde eu e Áurea estivermos, estaremos sempre bem. Algum dia chegará em que nós estaremos novamente juntos e então todas estas coisas serão coisas de um passado distante e nós riremos juntos e satisfeitos quando lembrarmos delas. Temos um quadro muito bonito que ganhamos de presente de casamento, que deverá ser entregue à Jane pelo cunhado da Áurea.



1

Quero que a Saa. fique com êle e que o guarde para nós; quando a Saa. o olhar pensará que nós estamos bem e se consolará. Assim, quando nós estivermos novamente juntos, quando nos encontrarmos novamente — não passará muito tempo — a Saa. nos entregará êle de volta.

Por enquanto vá fazendo o que a Saa mesmo planejou. A aposentadoria não tarda e a Saa. vai viver uma vida "regalada". Depois, o Tiviuho não quer casar agora — segundo o que parece, êle quer seguir o exemplo do Roberto; logo, êle ainda vai precisar de seus cuidados.

Se por acaso a Saa. encontrar os parentes da Áurea, lembre-se de dirigir-lhes algumas palavras amigas. A casa dos pais dela é um lugar ótimo para se tirar algumas férias e êles sempre quiseram que a Saa. fôsse lá. Se quiser, a June pode se comunicar com a Iara e pronto!

Com relação ao nosso curso, não se abale. Quando menos esperar nós apareceremos por aí com os "canudos" debaixo do braço.

Transmita meu abraço mais afetuoso para Marlene, Césae e beijos nas crianças. Diga ao Roberto que senti muito não estar presente durante o casamento mas que quero ser o padrinho do primeiro rebento. Deve dar-lhe esta carta para ler também.

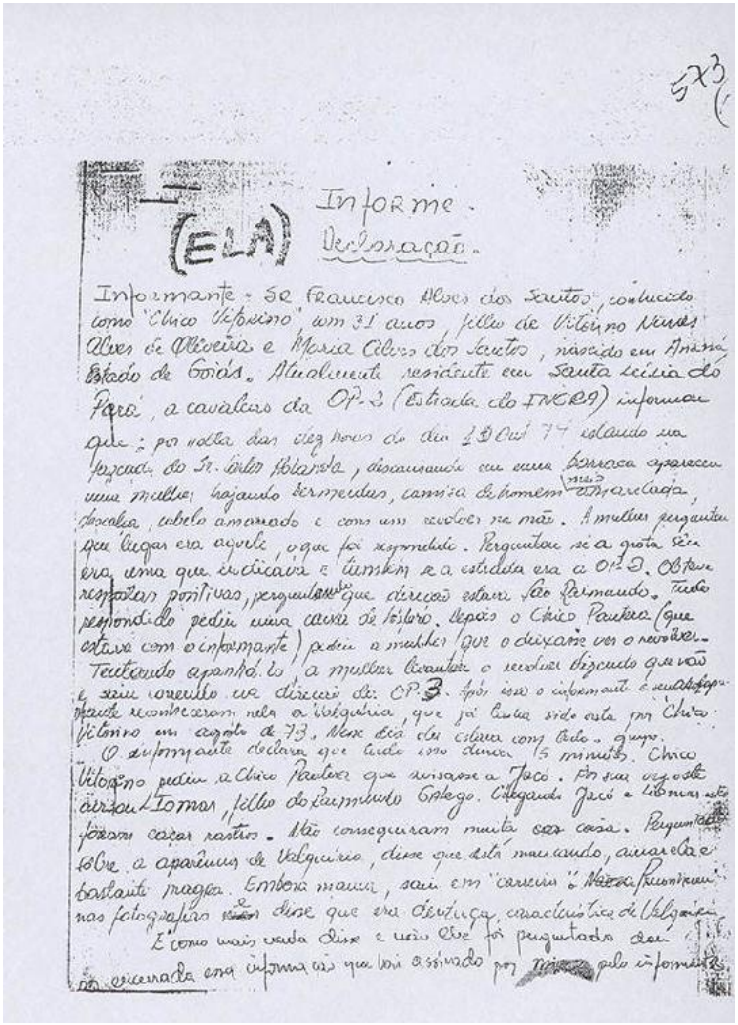
Enfim, mamãe, tenho certeza de que a Saa. saberá enfrentar êste período com ânimo e com coragem. É precisamente por esta certeza, por tudo o quanto a Saa. tem feito e pelo que a Saa é, que lhe devota tanta admiração e tanto amor êste seu filho,

Aldo.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Informe com anotações manuscritas sobre Walquíria Afonso Costa



Informe.
(ELA) Declaração.

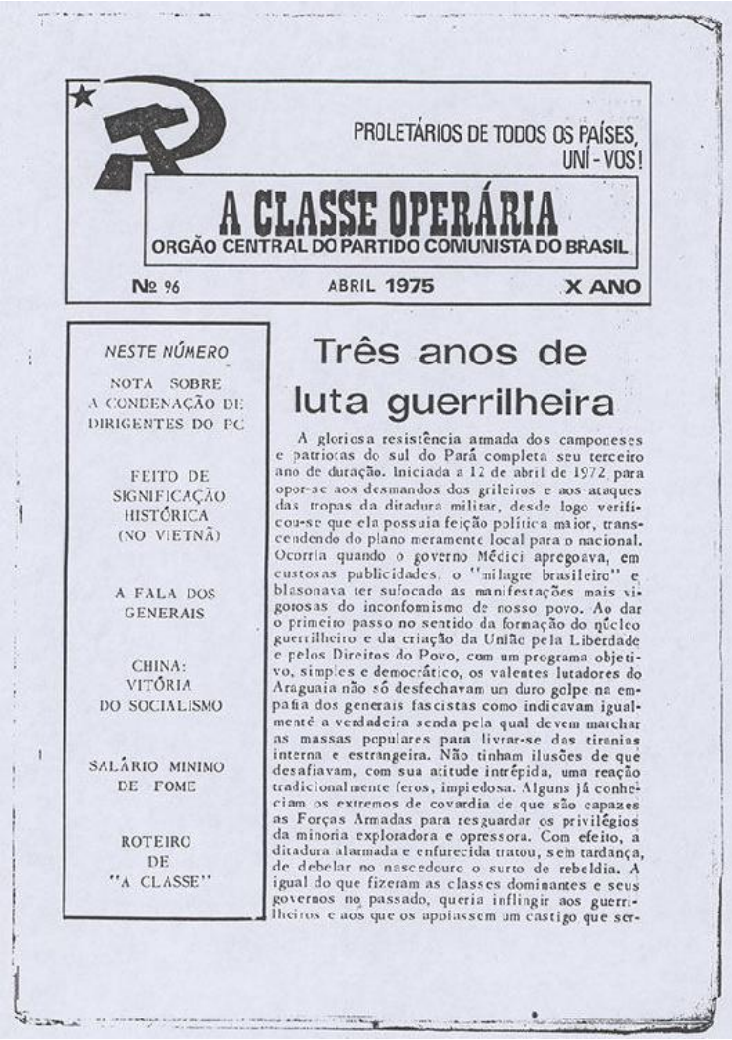
Informante - Sr Francisco Alves dos Santos, conhecido como "Chico Vitorino", com 31 anos, filho de Vitorino Neves Alves de Oliveira e Maria Alves dos Santos, nascido em Anápolis Estado de Goiás. Atualmente residente em Santa Cecília do Pará, a cavalheiro da OP-2 (Estrada do INCRA) informou que: por volta das dez horas do dia 28 Out 74 estando na fazenda do Sr. Otto Holanda, dirigindo um carro Jipe apareceu uma mulher trajando bermudas, camisa de homem [illegible] descalça, cabelo amarrado e com um revólver na mão. A mulher perguntou que lugar era aquele, o que foi respondido. Perguntou se a gente sabia era uma que indicava e também se a estrada era a OP-2. Obteve respostas positivas, perguntando que direção estava São Raimundo. Tendo respondido pediu uma carona de boleia. Depois o Chico Pantera (que estava com o informante) pediu a mulher que o deixasse ver o revólver. Tentando apanhá-lo, a mulher levantou o revólver dizendo que não e saiu correndo na direção da OP-3. Após isso o informante e [illegible] reconheceram nela a Walquíria, que já tinha sido esta pelo Chico Vitorino em agosto de 73. Nesse dia ela estava com todo o grupo.

O informante declara que ficou uns dez 15 minutos. Chico Vitorino pediu a Chico Pantera que ficasse a fazer. Por sua vez este ficou Tomar, filho do Raimundo Gaúcho. Chegando para a Tomar este foram caçar rastros. Não conseguiram muita coisa. Perguntado sobre a aparência de Walquíria, disse que está magra, cabelo [illegible] bastante magra. Embora magra, saia em "carreira". Nas fotografias disse que era Walquíria, característica de Walquíria.

E como mais nada disse e nem lhe foi perguntado deu [illegible] por encerrada esta informação que lido e assinado por [illegible] pelo informante.

[Voltar] | [Transcrição]

Edição de *A Classe Operária* de abril de 1975



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 96 ABRIL 1975 X ANO

NESTE NÚMERO

NOTA SOBRE A CONDENAÇÃO DE DIRIGENTES DO PC

FEITO DE SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA (NO VIETNÃ)

A FALA DOS GENERAIS

CHINA: VITÓRIA DO SOCIALISMO

SALÁRIO MINIMO DE FOME

ROTEIRO DE "A CLASSE"

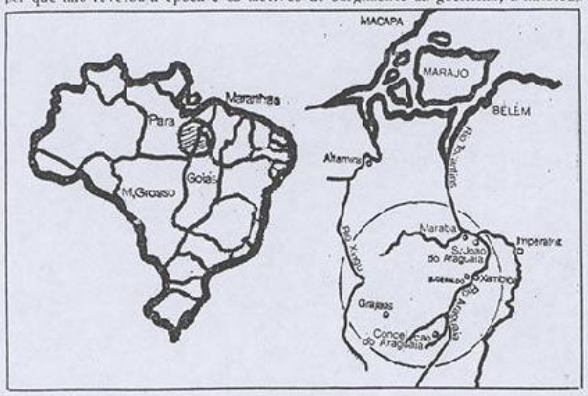
Três anos de luta guerrilheira

A gloriosa resistência armada dos camponeses e patriotas do sul do Pará completa seu terceiro ano de duração. Iniciada a 12 de abril de 1972 para opor-se aos desmandos dos grileiros e aos ataques das tropas da ditadura militar, desde logo verificou-se que ela possuia feição política maior, transcendendo do plano meramente local para o nacional. Ocorria quando o governo Médici apregoava, em custosas publicidades, o "milagre brasileiro" e blasonava ter sufocado as manifestações mais vigorosas do inconformismo de nosso povo. Ao dar o primeiro passo no sentido da formação do núcleo guerrilheiro e da criação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo, com um programa objetivo, simples e democrático, os valentes lutadores do Araguaia não só desfechavam um duro golpe na empafia dos generais fascistas como indicavam igualmente a verdadeira senda pela qual devem marchar as massas populares para livrar-se das tiranias interna e estrangeira. Não tinham ilusões de que desafiavam, com sua atitude intrépida, uma reação tradicionalmente feros, impiedosa. Alguns já conheciam os extremos de covardia de que são capazes as Forças Armadas para resguardar os privilégios da minoria exploradora e opressora. Com efeito, a ditadura alarmada e enfurecida tratou, sem tardança, de debelar no nascedouro o surto de rebeldia. A igual do que fizeram as classes dominantes e seus governos no passado, queria infligir aos guerrilheiros e aos que os apoiassem um castigo que ser-

[Voltar] | [Transcrição]

visse de escarmento para não se repetir a ousadia. Temia sobretudo que a ação armada acabasse contagiando os camponeses de outros lugares. Recorreu, por conseguinte, a seus habituais métodos de mentira e de repressão. Espalhou que os guerrilheiros eram marginais, contrabandistas e terroristas. Mandou queimar casas, destruir roças, prender, torturar e matar até mesmo pacíficos e inermes moradores. Mobilizou milhares de soldados e desencadeou várias ofensivas. Não obedeceu a nenhuma convenção, não respeitou sequer a lei das selvas. Impôs, ademais, férrea censura a todas as notícias sobre o que se passava naquelas distantes paragens. Tudo com o objetivo de dizimar os combatentes e intimidar a população que por eles sentia grande simpatia.

Apesar disso, a guerrilha subsistiu. Naquele já lendário recanto das imensas florestas amazônicas onde habita uma das populações mais pobres e atrasadas do país, continua a crepitar a chama da resistência armada. O gesto de bravura, o destemor diante da morte, o exemplo de abnegação e pertinácia, o esforço consciente em favor dos interesses populares e nacionais de que têm dado provas aqueles bravos patriotas perduram, começam a repercutir, a encontrar apoio sempre maior. E vêm de obter significativa vitória política ao romper a barreira do silêncio que os militares lhe haviam imposto. Ernesto Geisel, ditador de turno, teve de confessar que a guerrilha da região de Xambioá-Marabá não cessou, continua a existir. É certo que, ao referir-se a ela, o novo mandatário dos generais procurou confundi-la com tentativas antigas, como as de Caparaó e do Vale do Ribeira, que foram frustradas antes de seu início, não tinham o mesmo caráter da que se verifica há três anos no Araguaia. Geisel também pretendeu minimizar sua significação, afirmando que se acha "completamente reduzida". Se é assim, por que não revelou a época e os motivos do surgimento da guerrilha, a natureza



de sua atividade, os combates havidos, o número de mortos, feridos e prisioneiros, bem como a força dos contingentes empregados e que, ainda hoje, ali estão com o objetivo de esmagá-la?

O fato de Geisel ter feito esse reconhecimento tardio, por obscuras que sejam suas intenções, representa um êxito indiscutível da resistência e das forças populares que sempre a apoiaram decididamente. Prova, além disso, que o aparato bélico e a furiosa repressão utilizados não foram suficientes para suprimir o movimento guerrilheiro.

Em seu terceiro aniversário, a guerrilha do Araguaia, embora as dificuldades que enfrente, sobressai cada vez mais em força política e moral. Seus heróicos combatentes e comandantes podem orgulhar-se de que cumpriram sua palavra de não arriar jamais a bandeira erguida em defesa da liberdade e dos direitos do povo, por maiores que fossem as vicissitudes. Com seu sacrifício memorável e seu sangue generoso, mostraram-se dignos das melhores tradições revolucionárias de nossa gente, despertaram e continuam a despertar a consciência patriótica para a luta sem tréguas contra a ditadura, apontaram o caminho a trilhar que assegura a conquista de um regime de liberdade, soberania e bem-estar.

A experiência vem confirmando que para derrubar o regime reacionário, é indispensável recorrer à guerra popular. E esta desenvolve-se a partir de pequenos grupos guerrilheiros no interior, estreitamente ligados às massas. Com o apoio das populações desamparadas e empobrecidas, têm todas as possibilidades de subsistir e crescer. A luta de guerrilhas, como a do sul do Pará, é parte integrante do movimento nacional de resistência que se expande e aprofunda no país. Ainda que defenda reivindicações específicas das zonas interioranas, sua bandeira política geral é a mesma empunhada pelas forças populares nos diferentes rincões da Pátria. E embora seja uma forma de luta mais elevada, longe de debilitar só poderá reforçar as demais formas da oposição popular.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

de o resultado de um interrogatório é a habilidade com que o interrogador domina o indivíduo, estabelecendo tal ascendência que ele se torne um cooperador submisso.

2) Uma agência de contrainformação não é um Tribunal de Justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a Justiça Criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isto será necessário, frequentemente, **recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isto seja muito bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do direito.**

b. Definição e manutenção dos objetivos

1) O objetivo de todo o interrogador de contrainformação é obter informações, ou seja, em particular, extrair informações sobre um assunto específico ou sobre um grupo de assuntos. É importante que este propósito seja claramente definido e que todo o interrogatório seja planejado e dirigido para a obtenção deste fim.

2) Isso não significa que uma informação, não relacionada diretamente com o objetivo, deve ser posta de lado ou ignorada. Qualquer nova pista ou informe, que forem levantados, devem ser cuidadosamente examinados, tanto pelo interrogador como pelos analistas encarregados do caso, pois, podem adquirir tal importância que possam vir a afetar a meta do interrogador. Tão pouco, isso significa que os interrogadores, ou controladores de uma operação, possam desviar-se de seus objetivos, devido a informes não pertinentes, por mais atrativos que sejam. Um prisioneiro bem

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SNI/AC

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO BRASÍLIA-DF, 16 DE JUNHO DE 1975
GABINETE DO MINISTRO
CIE

INFORME Nº 209/S-102-A3-CIE

1. ASSUNTO: ESTUDO E APRECIAÇÃO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 64
2. ORIGEM: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-1
4. DIFUSÃO: SNI/AC
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERÊNCIA:
7. ANEXO:

Este CENTRO transcreve abaixo, a título de Informe, um "estudo e apreciação sobre a Revolução de 64":

1. SÍNTESE

Esta pequena apreciação versa sobre a colocação, o situar-se da Revolução de 1964 dentro de um novo quadro: o do BRASIL já pacificado, normalizado.

Tal enfoque provém, como consequência, do processo de "abertura" política, já desencadeado verbal e efetivamente. E latente, há mais tempo, no pensamento dos cidadãos.

O presente estudo analisa aquela colocação, requerendo como base insubstituível uma tábua de valores, a ser proclamada e vivida – o que não foi feito nestes onze anos:

reiterando a necessidade medular de formação filosófica adaptada para todos os que, em diversos graus, são responsáveis pelo pensamento da Revolução;

reforçando com argumentos mais prementes e muito atuais a imprescindibilidade de se formarem as mentes, especialmente de jovens, de novos militares, políticos, eclesiásticos, através de programas organizados e de publicações, além de diálogos e debates que repugnam à nossa preguiça intelectual e podem ferir nossa sensibilidade. Repete que a luta mundial é pela conquista da mente humana, no que o marxismo internacional reconhecidamente tem sido exímio;

analisando as consequências destruidoras da nacionalidade a provirem de "abertura" indiscriminada;

sugerindo medidas para se aproveitar do que bom houver na "abertura" e conter o que há de nocivo, por falta de infraestrutura. Isso, sem que se esqueça que movimentos como esse possuem

dinâmica própria, que passa a agir independentemente, superando controles;

alvitrando opções para a manutenção do poder revolucionário, sua reafirmação patente e para o amortecimento da espiral da “abertura”;

tocando, enfim, em problemas da imprensa e da justiça.

Este é o único tema aqui tratado e não engloba, portanto, a inteira situação nacional. Uma sua faceta, apenas.

2. MOMENTO ATUAL

a. Estado da questão

1º - Fatores externos influindo nos antecedentes do momento presente e diretamente nele mesmo:

Enquanto o Gen GEISEL, designado como futuro presidente, preparava seu governo, já era bem sensível o desmoronamento moral dos ESTADOS UNIDOS ao fim do governo MÉDICI. Depois disso, só se agravou o desmanchamento moral da potência que materialmente é a mais forte. A visita de NIXON a PEQUIM e MOSCOU; os malabarismos muito pessoais do Dr KISSINGER; a “distensão”, consistindo em apertos de mão e recuo físico dos ESTADOS UNIDOS com avanço real do poder marxista; a “ostpolitik” do Vaticano, guardião moral da humanidade, com seus Cassaroli e jogos de cortesia, enganando multidões sobre aparente conciliação de duas doutrinas inconciliáveis; o taco de golfe do Pres FORD, vibrando por uma semana, enquanto se fundia um país, cuja sobrevivência estava garantida por aval norte-americano posto em solene tratado. Em uma palavra: a capitulação ante o comunismo. E é ponderável o influxo psicológico dessa realidade sobre o espírito nacional.

2º - Fatores internos:

O Gov GEISEL apresenta-se ante si próprio como continuação do Gov CASTELLO BRANCO. Propôs-se efetivar o que o extinto Marechal não pôde conseguir; a “redemocratização” inclusive;

O Gov atual teve o mérito de sentir os anseios difusos pelo país. Havendo sucedido a governo, que, por sua vez, herdara situação difícil do final do de COSTA e SILVA, e que foi bem sucedido em pacificar a nação, a administração GEISEL encontrou um BRASIL mais tranquilo, por isso, com tempo mental para focalizar problemas em âmbito maior. Sem rebeliões a controlar, reflexiona o povo de hoje sobre questões universais, inerentes ao homem. Sobre a própria revolução de 64 inclusive, seu significado, sua continuação. E formula difusamente inquietações que o atual governo recolheu com propriedade. Tomou o pulso da nação;

E não adotou carta da princípios, da qual emanaria consequente plano de ação. Só a este, o plano de ação. Essa já era uma falha fundamental da revolução de 64;

Devido à personalidade de seu chefe, o governo atual soube ampliá-la desmedidamente.

O método de ação escolhido é o velho e conhecido pragmatismo. Não o que provém da exata visão da eficiência, baseada em princípios morais, e que é bom, correto e necessário. Sim, o que se

origina do sucesso imediatista, sem maiores perspectivas, despido de princípios. O que sempre termina por autodestruir-se, por sua própria dinâmica, como a História o ensina, e muitas vezes.

As consequências virão fluindo obrigatoriamente. Como a força de gravidade atua ou como a criança tem de nascer, ao término da gravidez. Mal grado as boas intenções, que ninguém nega, de pessoas mal preparadas para o dever – aceito de ser estadista.

3º - Algumas de caráter pessoal, universais outras, inevitáveis ainda outras – por essas forças convergentes desembocou-se na encruzilhada das decisões.

Note-se que o problema deveria ser enfrentado, mais cedo ou mais tarde. É algo de positivo ter visto sua inelutabilidade.

E a solução adotada, a opção feita, teria de ser a correta. – Erro, aqui, é sinônimo de desastre.

4º - Poderíamos resumir a dificuldade, que é complexa, em única pergunta: Como conciliar o movimento extraordinário de 1964 com a nação, que é algo de definitivo e estável?

Tal interrogação essencial pode ser desdobrada em aspectos diferentes, revelando setores de seu denso conteúdo. É o que passamos a fazer, limitando-nos ao principal.

5º – Assim:

1) Ficará o BRASIL sempre com duas leis fundamentais, uma constituição e um poder revolucionário? Até quando?

2) Havendo extinção do poder revolucionário, não se tornará comunista o país (Segurança)?

6º – Outra formulação: (partidos políticos)

– Se o MDB ganhar novas eleições, e, afinal, todas: poderá receber o governo?

– Se não assumir a direção do país, qual será a repercussão:

1) interna

2) externa?

Terá o poder militar força para manter-se à testa da nação, se esta o repudiar em eleições?

– Indo à questão de fundo ou de mérito; entregar o poder ao MDB não é o mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?

– Ou será melhor liquidar, já, os partidos, a fim de estancar as eleições em seu nascedouro? Ou arquitetar sistema a modo mexicano, com um “PRI” nacional, perpetuando-se no poder 40 ou mais anos?

7º – Ainda outra: (Justiça)

– Neste início da opção feita pelo governo – o começo da “abertura” – dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que solertes acusadores, nacionais ou não, lhe assacam; ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais, e outros abusos do poder?

E, avançando a “abertura”, poderá alguém deter a marcha da Justiça reclamada?

Isso não viria desmoralizar a chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 64? Não viria provar ao menos o patrocínio efetivo das Forças Armadas e governos a ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes?

– E poderia a Justiça, crescendo a “abertura”, apurar também as faltas por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos pelos presidentes no regime revolucionário? Suportaria o povo o descrédito que isso lançaria ao próprio movimento de 64? Enfim, não seria, essa, mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional, contra o BRASIL?

8º – Ainda outra formulação:

A “abertura” inevitavelmente provocará cisão dentro das Forças Armadas: num momento internacional como o presente, isso pode ser suportável?

9º – Para resumir: Tudo isso não representaria a condenação, ou mesmo sem ela, o fim do movimento de 64? E destruindo, não estaríamos abandonando o país ao comunismo internacional?

b. “Abertura”

Histórico: O ponto essencial: a mente humana. Princípios a manter. A “abertura”: de início, seu controle; depois: agir conforme puder ou não ficar contida. Possui lados bons. A “abertura” e casos peculiares. Preparar-lhe infraestrutura. Firmeza e vigilância.

10º – Nestes últimos 12 anos, ainda em tempos do Gov GOULART, muito se escreveu sobre a necessidade de formação, em profundidade, dos espíritos. E o resultado tem sido diminuto. Em todos estes anos. Anos de ideias inúteis.

Uma e outra pessoa, mostrou-se sensível à persistente argumentação; mas, não se encontrava ao nível das decisões. Quanto aos demais, não encontraram nem tempo, nem disposição e não tinham o hábito de estudarem papéis sobre formação “mental” – algo sutil e aparentemente tão distanciado dos afazeres do momento, das lutas a vencer, das tarefas a executar. Principalmente, das preocupações que se apreciavam manter.

Planos de “mentalização” foram elaborados. Percebia-se com dura clareza a ausência de mentalidade preparada para nova realidade. Teria de ser formada. Estruturar novo arcabouço de ideias, a entrosarem-se organicamente com o antigo, que não é mau, mas incompleto. Viu-se quão preciso seria dispor-se de algumas pessoas com exata visão das coisas, que, deixando o resto, se dedicassem à formação primeiro dos chefes, depois dos demais.

No concernente ao campo inimigo, devemos reconhecer que, pelo menos desde o manifesto de 1848, de MARX, até hoje, ininterruptamente, sem cansaço, a formação mental foi vista como a base, o fulcro, o coração, a nascente, a origem da conquista do mundo. Tudo partindo dela, tudo por ela

normado. Com o progresso da técnica de propaganda, essa formação mental do socialismo clássico avançou sobre o mundo. Penetrou nas fortalezas do mundo ocidental, envenenou a opinião pública de países fortes, tornando-os débeis, fez conscritos desertarem com orgulho, e com elogios por seu ato serem recebidos em nações do mesmo bloco, paralisou decisões, dividiu profundamente concidadãos do mesmo povo, manietou vontades. De armados, fez inermes. De decididos, hesitantes. De bravos, imbecis preocupados com o que iriam dizer de suas atitudes. Corrói exército poderoso, para que ele mesmo se corrompa. Movimenta país poderoso em guerra, não para vencer, mas para que, enfim, se confesse derrotado ante pigmeus. Secciona os poderes de nações, fazendo com que lutem entre si mesmos. Mina o campo adversário, a tal ponto que pode, nos países socialistas, matar, tiranizar, destruir e ainda colher encômios do inimigo por sua generosidade e altruísmo. Ainda inferior em poderio militar, pode assim o mundo socialista ser superior na conquista interna, no desarmamento íntimo do ocidente. Porque tem formação mental bem conduzida. E o ocidente abdicou dessa arma básica, a que sustenta as demais armas e lhes indica a direção a atingir.

Porque o combate atual no mundo é pela POSSE DA MENTE HUMANA.

O resto são meios, eficientes alguns, menos, outros – instrumentos para obtenção daquele fim.

11º – Começam os reconhecimentos, no mundo ocidental, a essa realidade tão sovada entre os do mundo socialista. Por enquanto, só a verificação do fato. O primeiro passo.

Os jornais de 8 Maio 1975 aduzem declarações do Dr KISSINGER a respeito da queda do CAMBODJA e VIETNÃ DO SUL. Diz ele que o socialismo comunista dentro de um máximo de 10 anos será “uma grande dificuldade interna para a mente americana”. “Não sei”, acrescentou, “que filosofias e doutrinas se anteporão a isso na ocasião; mas, terá que haver alguma coisa”. É um primeiro olhar na velha realidade, antes não vista. O Secretário não falou em foguetes como ameaça; mas em ideias. Porque quem maneja e comanda os foguetes são as ideias.

Igualmente, general francês que combateu na antiga INDOCHINA, declarava, há dias, que os norte-americanos não poderiam vencer a arma, segundo ele, mais poderosa do mundo: a ideia nacionalista de que estavam tão impregnados vietcongs e vietnamitas do norte. Declaração que no articulista CARLOS CASTELLO BRANCO, entre outros, encontrou eco posterior: “Um exército que chegou a contar 550 mil homens, apoiados por bombardeiros que lançavam milhões de toneladas de bombas semanalmente sobre um pequeno país, mostrou-se impotente para liquidar a guerrilha ideológica, alimentada pelas armas soviéticas”, (*J. B.*, 2 Maio 75, p.2). Ressalvando-se o adjetivo “nacionalista” do Gen francês (porque não é só essa ideia que move, mas toda e qualquer ideia-força) e o fato de a guerra do Vietnam ter-se constituído algo de original, pois americanos não atacaram, excetuada alguma vez, o território inimigo – fica de certo o reconhecimento de que a ideia, bem-elaborada e assimilada, é que colocou armas nas mãos inimigas, sustentou-as apesar da inferioridade material e fez derrubar colosso.

Essa é a mola do universo humano. Compreender isso é enfrentar com objetividade o problema, em ordem a soluções eficazes.

12º – Posto isto, avancemos em nosso estudo.

Passaremos a tentar responder à pergunta sintética e a seus desdobramentos, enunciados mais acima.

Primeiro, focalizaremos soluções para o momento atual; depois, para programa de longo alcance, que compreenda presente e futuro.

13º – Iniciemos pela colocação dos princípios gerais. Os que manteremos a todo custo.

1) O movimento de 1964 representou a Nação Brasileira na restauração de sua alma nacional, isto é, suas tradições fundamentais e comuns, e seus valores – o bem comum nacional, a pessoa humana na visão cristã, o apego à sua independência nacional, o direito de pensar, de ter religião, o respeito à propriedade privada, dentro da justiça social e como complemento do exercício da personalidade humana.

2) Por isso, conquanto vinculado a circunstâncias concretas do momento histórico, o Movimento de 64 transcende o instante e se insere no permanente nacional.

O que significa, entre outras coisas, que não pode ser negado. Tem de ser aceito. Disto não se pode abrir mão. É o terreno comum necessário para qualquer encontro de opiniões diversas.

Outra coisa é julgar os homens do Movimento. E alguns de seus atos. Se isso for efetuado, não se admita julgamento da questão em si. O Movimento foi a Nação realizando-se. E à Nação não se julga.

3) Enquanto contraposição, o Movimento de 64 nega qualquer submissão internacional, máxime ao socialismo marxista. Não se dobrará ante ele e o combaterá por todos os meios de que disponha o país. E, embora não unido a qualquer igreja como instituição, seja a majoritária, sejam as de menor tradição nacional e número de adeptos – o BRASIL é cristão.

14º – Colocados os postulados principais em situação intangível, focalizemos um segundo estágio de considerações.

Questiona-se, hoje em dia, a continuação do Movimento de 1964. Mesmo entre os que pugnaram por ele, há os que atualmente duvidam. Alguns negam até a continuação do espírito de 64; outros, destes, rejeitam apenas a estrutura revolucionária – atos, escolha de governadores, indicação do presidente...

Nisso, vários da situação concordam com a oposição.

Nosso ponto de vista é claro: o espírito e as estruturas do Movimento Nacional de 64 devem continuar ainda. Aquele, sempre; estas, com melhorias, até que possam ser dispensadas sem que a Nação venha a sofrer pelo desaparecimento delas. O que está ainda longe de ser alcançado.

15º – No entanto, aí está o início da “abertura”. Em ação. Lenta, mas insopitavelmente, caminha (achamos até que, após a entrevista do jurista TRIGUEIRO, já andou demais. É o momento de envolvê-la em hábil entorpecimento).

Pois pensamos que “aberturas” como essa sem infraestrutura é fechamento do progresso institucional do país. É retrocesso. Retornar-se-á a 1964 antes de 31 Março, ou 1955, ou... 1922.

E não há infraestrutura, porque ninguém a preparou. A primeira viga para ela teria sido a formação mental. A preparação de líderes. A condimentação da opinião pública. Ao contrário, deixou-se esse setor aos comunistas. Ainda há pouco, em artigo sobre "Inconsciência arenista" (*Jornal da Tarde,* SP, 28 Abr 75, p. 4), articulista comentava como os intelectuais, estudantes inclusive, foram drogados pela literatura marxista, não combatida eficazmente pela Revolução, e pelos meios de comunicação, clara, evidente, manifestamente infiltrados. "Muito mais importante do que as filas de insatisfeito (do INPS), é a constante lavagem cerebral da opinião pública, feita por poderosos meios de comunicação, e não apenas nos limitados horários de funcionamento do INPS nem somente diante de seus postos, mas durante as 24 horas do dia e até mesmo no interior dos lares, onde a televisão desempenha um poderoso trabalho de corrupção das mentes jovens, frequentemente via Embratel, ou seja, com sofisticados recursos postos à sua disposição pelos governos nascidos da Revolução." E aduz admirada verificação de SARTRE, após visita ao BRASIL: "Para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data; mas ainda, não deixou de se desenvolver daí por diante. Sua produção domina... existe uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país. É o que se pode constatar nas livrarias de SÃO PAULO e do RIO, cheias de publicações marxistas, nas estreias teatrais... na agitação dos estudantes ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa, a esquerda dá o tom."

Ora, se os governos da Revolução não fundaram departamento especializado para isso – o estudo intelectual da infiltração intelectual sobre o meio intelectual do país – mas pobre e nem sempre esclarecida censura, muito limitada e sem discernimento, no geral – se não forjaram homens que pudessem ser líderes; se não afastaram mentores intelectuais perniciosos – alguns, sim – que continuaram a pontificar até dentro de ministérios culturais; se não estabelecerem em postos-chaves pessoas de absoluta confiança revolucionária; se não criaram novos esquemas orgânicos (não estamos falando aqui, nos Atos Institucionais): onde está a infraestrutura para suportar o embate da "abertura"?

"Abertura" assim é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitiva, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as FFAA.

16º – Há mais. Um impulso como esse dado pela "abertura" possui dinâmica própria. Uma vez posto em movimento, avança por si mesmo e sofre contenções apenas como armazenamento de maior força. A soma de carga emotiva que aciona, os interesses que desata só crescem, não diminuem por si mesmos. Chega ao ponto em que ficam incontroláveis e seguem as leis de sua própria mecânica.

Assim, por muito que os líderes mais velhos e mais experimentados do MDB, como ULYSSES GUIMARÃES e FRANCO MONTORO, aconselhem calma a seus liderados, a irem por etapas, a "cooperarem com o governo que quer a abertura gradual", não conseguem sofrear o entusiasmo, com sabor de desafio, de alguns membros do partido. Na ARENA, obtém-se mais, porém há evidentes sinais de impaciência.

Essa sofreguidão também pode revestir-se de astúcia. E, então, é aceita com facilidade. O deputado JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, MDB-SERGIPE, propôs dia 7 Maio 75, em BRASÍLIA, o diálogo de seu partido com militares. Não obstante as cautelas que acha necessárias para o êxito de

seu projeto, este, afinal, é uma tentativa de envolvimento para apressar a abertura maior. A ideia, em si, é boa, e tais contatos, de vez em quando, seriam salutares, máxime em se tratando da hipótese que vamos expor em nosso n.º 20, pág. 15. Mas, de momento, o que se pretende é azeitar um pouco as roldanas lentas da abertura. A sugestão de TEIXEIRA foi encampada pelos líderes do partido, FRANCO MONTORO, THALES RAMALHO, ALCEU COLLARES. Pode ser fator de divisão entre as FFAA, pelo envolvimento astucioso que políticos sabem tecer.

No lado da jurisprudência, famoso jurista dá entrevista, afirmando que, legalmente, se o Congresso quiser, poderá suprimir, sem mais, o Ato 5 (OSWALDO TRIGUEIRO, há pouco aposentado do Supremo Tribunal Federal, em *O Estado de S. Paulo*, 11 Maio 75, p. 5).

Isso, ao lado dos pertinazes defensores da "abertura", com menor repercussão pela rotina em que caíram, como é o caso de TRISTÃO DE ATAIDE. No *JB* de 2 Maio 75, sob o título "A tecla indispensável", enumera os modos de "abertura", desde o que acha mais difícil até o que julga mais viável: "abolição imediata de todos os Atos Institucionais", "ampla anistia", "abolição do bipartidarismo", "abertura, honesta e ampla, de todos os canais publicitários".

Controlar, agora, a espiral da "abertura" é difícil, mas indispensável. Repetimos que possui ela dinamismo próprio, que rompe controles externos. Mas, temporariamente, poderá ficar refreada, contida. E o meio é solene declaração de que o Ato 5 será mantido até que a Nação possua estrutura para assegurar a sobrevivência e assimilação total do espírito de 1964. Dir-se-á claramente que não será abolido, mesmo com "aberturas". E, *data occasione*, empregar-se-ia o Ato, mesmo que fosse só beneficamente, digamos em algum bom decreto-lei que desse alguma vantagem para classe ou categoria mais humilde ou não tão modesta, mas de simples assalariados; alegar-se-ia a urgência da medida, para justificar só formalmente o não uso da via ordinária, a saber, do envio de projeto do executivo ao Congresso.

Quando falamos em conter a "abertura", não estamos entendendo necessariamente que se proibisse de falar nisso. No momento, seria contraproducente. O debate da institucionalização, por exemplo,(parte da "abertura") tem sido provocado e dinamizado pelo próprio Pres. da República; e um repentino silêncio imposto evidenciaria pressão sobre o Presidente, o que ampliaria setor de dissídio. O que se entende com conter a "abertura" é simplesmente, de início, a aludida declaração, feita de modo bem claro, de que o Ato 5 não será revogado; e, preferentemente, emprego do Ato, repetimos, mormente se se encontrar alguma medida simpática a ser obtida através dele. E, avançando muito celeremente, como está, a "abertura" deve ser contida também por, nos repetimos, hábil entorpecimento.

Evidentemente, surgirá a pergunta do até quando será mantido o referido Ato. A mesma declaração poderia, desde já, acrescentar que perseverará ainda por "longo período" ou "anos", até ser encontrado ou:

1) modo de institucionalizá-lo definitivamente; ou

2) o Ato será mantido até que haja infraestrutura e pessoas preparadas para manter o espírito de 1964. Ou outra forma semelhante.

Claro está que tais fórmulas referentes ao término do Ato 5 são muito vagas e se prestam a diferentes interpretações. Não é mau que existem. Ficará, porém, claro e evidenciado de que o governo não abre mão do poder revolucionário; em segundo lugar, de que só o governo é juiz dessa questão.

Há outro aspecto a aprofundar.

Dissemos que o dinamismo da "abertura" contém força própria, que pode transcender qualquer controle. E isso acontecerá, apesar da requerida declaração da permanência dele, se se permitir que os debates em torno da questão atinjam clímax que toque ao paroxismo. Tornando-se como obsessão, não se conseguirá controlar o debate, a não ser por sucessivas aplicações do Ato, ainda que por outros motivos, cá e lá pelo BRASIL. É mister, portanto, que através de lideranças ou deputados "bem-informados", "achegados ao Planalto", "das relações do Min da Justiça" se resfrie o ambiente toda vez que o excesso emocional arrisque galvanização nímia em torno da ideia. ("O Ministro está preocupado... Parece, consta que o presidente está achando demais... talvez haja a possibilidade de se suspender esse debate e reservá-lo só à área governamental... Por isso, melhor estabelecer um intervalo; há outros problemas urgentes...")

Quanto a nós: se a contenção da "abertura" do modo acima acabar, pelo crescendo emotivo, sendo inútil então só resta cerceá-la habilmente, se possível despercebidamente, medida após medida.

17º – A "abertura" pode realizar-se com o setor das comunicações, mas sempre <u>sob controle</u> (isso na 1.ª hipótese: do sucesso).

Deve-se reconhecer que a censura, efetivamente exercida "in loco" por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação. Escolher as pessoas a dedo. Disto depende muito, na situação atual.

Achamos, pois, que a censura deva continuar. O modo é que seria diferente.

Para cada jornal de cidade grande, para cada grupo de publicações não muito empenhativas, haveria um censor. Assim também para cada canal de televisão; ou, onde houver pouco serviço, para cada cidade onde haja canais de televisão bastaria único censor. Não teriam sua sede no órgão de comunicação, a não ser que fosse impossível outro modo. E nem visitariam o órgão.

Designadas as pessoas, o chefe local ou o representante do Ministério da Justiça ou quem for, que tenha autoridade para isso, convocaria aos diretores dos órgãos de comunicação. Em entrevista quanto possível amena e sem exibições de autoritarismo, dir-se-ia claro a todos que competiria a cada órgão autocensurar-se. Como critério básico, a segurança nacional. E como esse termo pode ser compreendido de múltiplas maneiras, dar-se-iam exemplos do que se entende, no caso, por segurança nacional. Assim mesmo, publicando o órgão algo que atente contra aquela exigência, caberia ao censor, "a posteriori", pois, prevenir ao diretor; na décima (quinta?) admoestação, o censor passaria a trabalhar dentro do órgão comunicador e fazendo censura prévia.

Havendo algum órgão comunicador que recuse colaborar e autocensurar-se (será talvez o caso de *O Estado de São Paulo*), a mecânica será a mesma. Na reunião dos diretores com o representante do Ministério, este responderia que confiava no patriotismo dos dirigentes da publicação (da TV...) e esperava que não fossem atentar contra o país; mas, que havendo alguma transgressão seriam feitas as advertências e, caso prosseguisse o atentado à segurança, igualmente um censor se instalaria outra

vez dentro do órgão de comunicação. Como para os demais. Só que, garantia-se, seria censor inteligente e bem-dotado, incapaz de mesquinharias, e culto.

18º – Por fim, não é demasiado observar a imensa importância dos órgãos de comunicação na formação da opinião pública. Se ficarem largados a si mesmos, podem destruir uma Nação. Podem também alimentar com novo dinamismo a força intrínseca da "abertura", a tal ponto que, afinal, ela supere qualquer controle e chegue a destruir governos, ante eleições livres convocadas expressamente, e julgar todo o Movimento de 1964 como ilegítimo.

"Abertura" vigiada dos meios de comunicação, sim.

19º – Ao mesmo tempo que se reorganiza esse setor, este seria o momento de impedir a publicação de jornais só de títulos e muitos crimes, vergonha nacional e energia para a imaginação de pessoas ignorantes ou mórbidas. – Um ultimatum: ou tais jornais mudam de sistemática, ou serão supressos.

20º – A "abertura" ou, mesmo sem ela, a fase mental em que o país ora entra, exige estudo mais acurado sobre os partidos. Algumas vezes já redigimos alguma coisa sobre isso. Organizados a partir de cima para baixo, são conglomerados inorgânicos. Continuam polarizados por interesses, não por programas. Funcionam dentro deles os antigos partidos, tão vivos como dantes. Há dias, repórter carioca afirmava que na nova Assembleia Constituinte do novo Estado do RIO, desde a porta de entrada "cheira-se PTB".

O MDB renovou-se mais, devido às próprias cassações em maior número. E os novos nem sempre têm a velha mentalidade ou submissão aos usados caciques. Mas, esse partido, como o outro, é um ajuntamento heterogêneo de partidos. Só a oposição o cimenta, oposição ao governo. E a ARENA, núcleo de interesses, igualmente sem princípios básicos e programação a executar, vive atualmente situação difícil. Dona da situação por 10 anos, não estaá afeita ao combate, e nem o quer. Acostumada a obedecer, não tem iniciativa, deixando que o partido adverso empalme objetivos que deveriam ser dela. Assim, o MDB apresenta medidas que estão mais de acordo com os desígnios do atual governo. E a ARENA ou atrasa-se ou se cala.

Essa incômoda posição desencoraja o partido e o atemoriza. Examina ele a possibilidade de o partido da Revolução poder vir a ser... o MDB, excetuada a ala radical deste. Nesse caso, qual seria o papel dela, ARENA?

Tudo provém: da maneira porque foram formados os 2 partidos, praticamente sem intervalo algum após a Revolução. Teria sido necessário não só extinguir os antigos partidos, mas suspender por um pouco mais de tempo a atividade partidária. Nesse meio-tempo, ver-se-iam homens com ideias. E a Revolução apresentaria seu ideário (coisa que nunca fez). Daí partiria para a organização de 2 partidos verdadeiramente novos. O que houve foi mudança de rótulos e mistura de várias facções dentro de cada partido.

Mas, a situação sendo realmente assim, temos algumas opções a considerar:

– manter os 2 partidos, mas exigir reforma da ARENA:

com introdução de valores jovens, líderes em potencial ou já realizados (JOSÉ BONIFÁCIO, por exemplo, foi constituinte em 1934); ideário e programação claros e exequíveis; tentar fusão das heterogeneidades excessivas; libertar a ARENA de tutela exagerada, fazendo-se com que se sinta maior de idade; dar pequenos cursos intensivos de formação político-partidária, criando-se assim não bem uma "mística", mas uma consciência comum entre arenistas; para o MDB: o que for aplicável – apelo a que formem bem seus membros, pois o BRASIL precisa de todos os seus filhos; que se aglutinem mais homogeneamente, conservando, embora, as legítimas diferenças acidentais; ressaltar o quanto o governo espera da crítica construtiva e colaboração da oposição;

– deixar com que a ARENA se esfacele por debilidade, sem sobressaltos, que se "apague" lentamente. Nesse caso, chegará o momento em que o governo terá que criar novo(s) partido(s). E apresentará tal criação como consequência necessária ante a liquescência da ARENA. Haveria a vantagem de que, assim, se sepultariam alguns dos velhos pagés, mas não se deve esquecer que lideranças não se improvisam e alguns têm de ser utilizados mesmo na nova organização.

Numa reorganização, o MDB também apresentaria mais evidentes seus aspectos de dissolução. Seria, então, preciso um novo "ordenamento" partidário no BRASIL; outra opção seria a de criar um 3º partido, ou deixar que ele apareça. Provavelmente seria um partido de tipo "socialista".

A propósito, este é o lugar para uma digressão. O vocábulo "socialismo" é hoje usado em sentido contraditório. Ora como sinônimo de totalitarismo ideológico-econômico-político; ora como equivalente a democracia e a "justiça social". Esta última palavra foi usada pelo Código de Malines, há décadas, e nasceu diretamente da Igreja Católica, que vem orientando a solução da "questão social" desde 1891. Pois bem. Socialismo, de fato, é um sistema absolutamente, quer dizer, integralmente totalitário; compreende as fontes de produção, todas, na mão do Estado, e, enfim, o pensamento dos cidadãos. O comunismo é legítimo socialismo, diferindo dele só nos métodos, pois prefere a rápida tomada do poder, por qualquer meio. Mas, o ideário e o programa de ação é idêntico. Daí vem que o fraseário russo só fala em mundo socialista, repúblicas socialistas, implantar o socialismo. Porque realmente se refere ao genuíno socialismo. MARX é socialista, marxismo é socialismo puro. A partir do conceito de "social" e "sociedade", foi-se formando outro conteúdo para o vocábulo. Indicaria a melhor repartição de riquezas, a maior participação nos bens, a justiça social dentro de um país e no mundo. São significados contraditórios, pois este último não compreende o totalitarismo radical e absoluto do primeiro. E é uma lástima que se use de termo com dupla significação. Essa ambiguidade também é propaganda do socialismo verdadeiro, do qual RÚSSIA e CHINA são baluartes. Daí vem o complexo de inferioridade do socialismo ante o comunismo: porque parece não ter a coragem de ser lógico e assumir os métodos do comunismo, que é o socialismo pleno.

Aqui, o 3º partido seria mais provavelmente do tipo "socialista", de um socialismo "democrático", em que pese o paradoxo evidente. Como nas monarquias nórdicas, ou na ALEMANHA OCIDENTAL, ou INGLATERRA. Um "socialismo" caboclo, com larga margem demagógica, dado o assunto e metas que se proporia. Também quereria monopolizar a luta pela justiça social, como se fosse só sua. Mas, seria uma opção a se considerar. E tornar-se-ia o maior partido nacional. Há um óbice, porém, a ser cuidadosamente estudado: dada sua ambiguidade e indecisão de contornos, tal partido seria o mais sujeito a infiltrações de vulto;

– salvo melhor juízo, parece que, de momento, a melhor opção seria conservar os 2 partidos existentes, e reformulando a ARENA, mais com auxílio de elementos capazes, escolhidos dentro dela mesma. Reforma de dentro para fora. Deverá, depois, passar a ter iniciativas. A convidar, ela mesma; cavalheirescamente, a Ministros de pastas digamos "indiferentes" a exporem seus planos, êxitos e dificuldades ao Congresso (não "convocação" obrigatória: convites). A crer naquilo que tiver de debater (formação!). A ser um tanto ousada na disputa com o MDB. Firmando, pouco a pouco, sua nova imagem, poderia até convidar inclusive outras autoridades do Executivo (excetuado sempre o Presidente, que deve ficar acima disso) a fazerem palestras (evitar sempre o debate) no Congresso sobre alguns pontos de interesse geral. No aniversário da Revolução, poderia ela promover, para o fim das sessões de trabalho, por uns 10 dias ou semana exposições sobre o Movimento de 1964 feitas por chefes militares da época. Coisas assim para colocar o Executivo e o governo com o tato com o Congresso e povo em geral. Portanto, também com o MDB.

Isso, feito em BRASÍLIA, poderia acontecer, em nível menor, por todo o BRASIL. Por que não, um contato direto de militares bem convictos dos princípios que vão expor e bem-preparados para os comunicar, nas cidades onde residem? (Vir de fora, só ocasionalmente, pois provaria plano previamente arquitetado para todo o país). Não entrariam em política partidária, mas consequentemente se valorizaria o partido do governo, pela própria propaganda discreta ou, ao menos, pela só presença de um membro de setor executivo do governo, informalmente;

– outra opção: fazer com que os 2 partidos assinassem compromisso com o governo (a Revolução) e permitir que se alternassem no poder (não na Presidência). Acordo: no essencial; oposição acidental à vontade.

21º – Outro ponto é examinar como serão designados os futuros governadores. Em eleições diretas, como programado, há grande perigo. O povo geralmente vota contra, porque que deseja, com ou sem razão, tudo o que julga dever possuir e não tem; e atribui tal carência ao governo existente. Modificar o critério, já estabelecido, para a designação dos futuros governadores antes das eleições de 76, é perigoso, pois os eleitores iriam às urnas sob o impacto da frustração. Cremos melhor esperar para após 1976. Poderia aí parecer manobra do governo, máxime se perder as eleições de 76; mas se deve suportar esse risco, em face a um bem maior.

Talvez por falta de conhecimento das pessoas, as escolhas dos governadores têm sido, em muitos casos, infelizes. Nem sempre as pessoas mais dóceis são as mais competentes. É mister que se aprimorem os critérios da escolha. Basta de fracassos nesse importante setor.

Realmente, a crise do material humano, não só para o preenchimento do cargo de governador, é intensa em nosso meio. Devemos reconhecê-lo. Só a formação do material humano pode fazer o BRASIL emergir da massa comum de pequenos países. Não há outra receita de elevação, de grandeza merecida.

22º – A "abertura" no tocante ao setor da Justiça poderá ainda manter-se sob relativo controle, nos casos mais agudos. No entanto, não haja ilusões: a Justiça permanece através de regimes. Ela julgará tais casos no futuro, seja quando for. Poderão ser explicados pelo ambiente de "guerra" do momento em que existiram, mas é de suma conveniência que cessem totalmente abusos. Às vezes o

êxito rápido de uma investigação é urgente e necessário; mas, em outras, é a impaciência e até prepotência que não suportam delongas. É de todo preciso que se reformulem os métodos do setor. Por um dever moral, e por estratagema tático. – “Intelligentibus, pauca”.

23º – Quanto ao momento presente, são estas as considerações que parecem mais urgentes. Há outras, não tão prementes, que oportunamente serão submetidas à apreciação. Em síntese, convém colocar a “abertura” sob controle. E a opinião das FFAA seria dada a conhecer ao Exm.º Sr Presidente, Chefe da Revolução.

c. Para o futuro

24º – O essencial seria a já várias vezes aludida formação. Um ideário claro e substancioso, breve. Um método de ação, múltiplo e adaptável a circunstâncias diversas. E pessoas preparadas para isso. Com cursos intensivos de núcleos bem-escolhidos. Ainda voltaremos a esse assunto, que é complexo. E prometedor.

25º – Para o futuro, mas já se iniciando o estudo, dever-se-ia examinar a hipótese de transformar o Ato 5 numa prerrogativa de um Poder Moderador a ser instituído. Já o tivemos, durante o Império, e em geral bem exercido pelo Imperador. Agora, seriam as FFAA, representadas pelo seu chefe, o Presidente. Esta ideia tem sido proposta por juristas (prof. BUZAID, quando Ministro; Vice-Governador MANUEL FERREIRA...) e também é nossa há muito tempo. Merece também estudo mais prolongado. No entanto, pode-se ir examinando esse ponto relevante. Com o poder moderador, o MDB não inquietaria, se vencesse eleições: exerceria cargos e funções sob autoridade do Poder Moderador.

26º – Como o perigo maior, atual, é a infiltração intelectual; e como, hoje, marxistas ou pró-marxistas não são, em geral, operários, como há 100 afirmava MARX que deveriam ser, mas intelectuais, entre eles também a classe estudantil, para o futuro imediato tem-se que estruturar perfeito plano de ação nesse setor, que a Revolução abandonou. É tarefa difícil e empenhativa, mas extremamente necessária.

Também este ponto tem de ser mais desenvolvido e o será, se tivermos tempo. Isto, de nossa parte. Outros, com mais competência e lazer, poderão fazê-lo já.

27º – Há também a examinar setor correlato ao de “formação” e ao “intelectual”. É o da formação militar. Até há alguns anos era mais difícil a infiltração na área militar pela “base”. Pela cúpula sempre foi possível. O jovem militar é um rapaz de sua época, com as virtudes e defeitos da juventude de hoje. Assim, possui problemas mais amplos, interrogações, comparações, além do eterno unilateralismo próprio dos jovens. Pois há que entender-se isso e estabelecer diálogos formativos, onde possam eles expor tudo o que os preocupa e verem solucionadas suas dúvidas sobre a escala de valores que devem abraçar. Embrenhar-se em tais diálogos pode ser algo de difícil para nossa mentalidade, formada sob outros moldes. Mas, é indispensável. Sem esse preciso sacrifício

perderemos também a juventude militar. O mesmo se diga quanto a outros setores da juventude: estudantis, eclesiásticos, profissionais.

É assunto ao qual, sendo professor, pretendemos retornar.

28º – Concluindo por onde iniciamos, a saber, sobre a colocação do Movimento Revolucionário num BRASIL já pacificado, resumimos quanto dissemos:

– Por tática, não se deve ir frontalmente contra a "abertura", em público; pode-se aproveitar dela o que é positivo: maior liberdade ao poder legislativo (preparado para o futuro por "formação" específica, cursos, escolha de novos elementos bons...) maior liberdade à boa imprensa, menor distanciamento entre próceres governamentais e outros representantes do povo.

– Mas, deve-se cerceá-la para além disso, com habilidade. Primeiro, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas: o da justiça social (patrocinada pelo governo), o do custo de vida (enfoque para a questão do petróleo...) o do patriotismo inteligente. Depois, reafirmando-se a aplicação, máxime se benéfica (e não obstante a ARENA, que poderia ter apresentado o projeto...) do Ato 5; fazendo circular confidências reafirmadoras do Ato; mostrando que ainda não há infraestrutura para sua abolição; estudando a possibilidade de enxertá-lo na Constituição (ver o que fica dito e ler a entrevista do Jurista C. MEDEIROS em "O Estado de São Paulo" de 18 Maio 1975, p. 7).

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

ADVERTÊNCIA – o texto que e segue é uma primeira tentativa de **[ILEGÍVEL]** sistemática de todos os processos e queda de militantes das Organizações Revol. brasileiras ALN (a partir do ano de 1968) e MOLIPO (a partir de 1971), principalmente no que se refere ao Estado de S. Paulo. Note-se que são apenas quedas (prisões e mortes), não interessando aqui outros tipos de informações porventura fornecidas. Dadas as naturais dificuldades que um trabalho desse porte implica, consideramos o resultado obtido como um esboço a ser desenvolvido e aprofundado. Sempre que possível, indicamos os responsáveis diretos pelas quedas de comps. Quando se trata de casos não esclarecidos – ou, então, desconhecidos por nós – optamos por anotar a hipótese mais provável à luz dos dados disponíveis, mas nunca sem grifar seu caráter de incerteza. Deixemos claro, portanto, de antemão, a possibilidade de existirem algumas incorreções nas sequências sistematizadas neste trabalho, ao mesmo tempo em que, exortamos todos os companheiros (q. tiverem acesso a este texto) a contribuírem para a complementação/retificação dos dados aqui expostos. Reputamos este trabalho, malgrado suas possíveis falhas, como fonte de informações de importância fundamental na avaliação de militantes que tenham, de alguma forma, passado pelos cárceres da ditadura militar fascista implantada no Brasil, em especial pelas torturas que caracterizam os chamados interrogatórios policiais. Sem essa avaliação careceriam de qualquer objetividade a atribuição de tarefas a ex-presos políticos, quer no território brasil, quer no exílio – voluntário ou não –

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE, OU MORRER PELO BRASIL!

1- As primeiras quedas de que temos notícia, em termos de ALN, são de junho de 1968. Não há certeza quanto a origem das mesmas. Provável/e proveniente de alguma infiltração policial no ME de S. Paulo, que teria aberto um apartamento de **[À MÃO: 1]** Márcio Toledo Leite. Nesse apartamento, foram presos: Márcio, **[À MÃO: 2]** Agostinho Fiordelízio e **[À MÃO: 3]** Jum Nakabaiashi; **[À MÃO: 4]** Juan Cabezas (?) não sabemos exatamente como foi preso e **[À MÃO: 5]** Renato Martinelli foi preso em plena via pública – (av. Paulista – S. Paulo). Nessa época, **[À MÃO: 6]** Casemiro foi preso pelo DEIC em circunstâncias que desconhecemos. Durante o interrogatório, abriu um suposto contato na Cidade Univers. Levado p/ lá, foi resgatado por estudantes que moravam na CU, ocasião em que detiveram 2 policiais e uma viatura, queimada posteriormente.

2- Ainda em 1963, **[À MÃO: 7]** Alessandro Malavasi (que era sócio do proprietário do restaurante Don Giovanni, em S. Paulo, foi detido pelo DEOPS, juntamente com **[À MÃO: 8]** Antônio Carlos Madeira, médico, Marco Antônio Moro, advogado, e um terceiro comp. que desconhecemos. Malavasi era elemento de confiança da ALN, com destacada atuação na Baixada Santista, e conhecedor de toda a estrutura Orgânica. A partir de sua queda, estranhos fatos se sucederam, dando margem a que levantemos fortes suspeitas de que o mesmo se tenha tornado colaborador da polícia. O DEOPS jamais reconheceu sua prisão, nem tampouco conhecemos as

condições em q. foi solto. Desconhecemos totalmente seu atual paradeiro, embora seja certo que, por volta de 1970, tenha sido visto na Itália. No início de 69, ocorreu a prisão de Rolando Prati, elemento dirigente da O. na ocasião, num ponto em que deveria encontrar-se com Carlos Marighella, sendo que este não caiu por sorte, devido a um ligeiro atraso. Suspeitamos, ainda, de que Malavasi seja responsável pela prisão de Argonauta Pacheco, então outro dirigente da O. Não afirmamos categoricamente tal coisa devido à possibilidade de que Antonio Carlos Madeira possa ter contribuído p/ a prisão de Argonauta, opinião, aliás, defendida por este último. Em fins de 68, morreram os comps. João Antônio Abi-Eçab e sua esposa Catarina, em um acidente automobilístico ocorrido em Vassouras (RJ), quando regressavam a S. Paulo, alguns dias após a ação de expropriação do IPEG, realizada na GB.

3- Um novo ciclo de quedas se inicia com a descoberta de um sítio em Itapecerica da Serra, de propriedade de Celso Araújo, sítio este emprestado à VPR. Através de Dulce Souza Laig, militante da VPR, caiu o apartamento de João Leonardo da Silva Rocira "Saul". Aí, além de Leonardo, foi presa sua comp. **[ILEGÍVEL]**, e foi assassinado Marco Antonio Brás de Carvalho – "Pedrinho" pelo delegado Raul "Careca", do DEOPS. Dr. Madeira, que já havia sido solto, foi novamente detido, possivelmente em decorrência da prisão de Isaías Almada, militante da VPR. Isaías havia sido preso em fim de 68 e torturado pelo delegado Fleury, então no DEIC. Quando solto, alguns dias depois, Isaías foi medicado no Convento dos Dominicanos pelo Dr. Madeira. Na sua segunda prisão, Isaías teria fornecido essa informação, ocorrendo a prisão de Madeira. Ainda em decorrência das quedas dos militantes da VPR, no sítio de Itapecerica, houve a prisão de João Adelfo de Granville Ponce, em sua residência, cujo endereço fora indicado pelo traidor Borges Baptista, militante da VPR até essa época.

4- Em janeiro/fevereiro de 69, ocorreram quedas em Brasília. A origem teria sido um ex-militante do PCB, Wanderli Pinheiro dos Santos, q. passou a colaborar com a repressão e q. teria aberto e provocado a prisão dos seguintes comps. da ALN-: Farid Nebu, Ramon, Miguel Pressburger Werneck, Raimundo e Nonato (há dúvidas quanto à exatidão dos nomes dos 2 últimos). Além desses companheiros, derrubou os seguintes militantes do MR-8 (DI-RJ) na GB:- Luís Carlos de Souza Santos, Geraldo Galiza, Ciléia Resnick e Tiago.

5- Em fevereiro/março de 69, um informante da polícia, professor de uma faculdade da cidade de Marília (SP), denunciou Norberto Nehring e Waldomiro Pecht como militantes da O. , e mais um elemento, idoso, cujo nome ignoramos. Após sua soltura, Norberto foi para o exterior. Em abril de 1970, quando regressava ao Brasil, foi preso ao desembarcar no aeroporto do Galeão, na GB, vindo em voo direto de Paris; é de ressaltar-se que Norberto possuía documentação falsa de boa qualidade. Levado p/ S. Paulo, foi assassinado no DEOPS, 5º andar, sob torturas, por Fleury e s/ equipe. Simulou-se um suicídio (inclusive forjando-se uma carta sua, de despedida, endereçada a sua mãe) e para isso foi utilizado o caso de um estrangeiro que se suicidara, naquele mesmo dia, num hotel suspeito situado nas imediações do DEOPS – que foi chamado pelo proprietário do hotel p/ atender à ocorrência.

6- Madeira, após ser solto pela 2ª vez, foi novamente preso, por volta de março de 1969, como consequência de um seu cartão pessoal ter sido encontrado com Onofre Pinto, militante da VPR,

quando de sua prisão.

7- Em maio de 69, foi preso, nas proximidades da Estação Rodoviária de S. Paulo, Guilherme Carvalho dos Santos, de Ribeirão Preto (SP), portando uma mala que continha clorato de potássio. Guilherme indicou Paulo Eduardo Pereira e Ari Normanha. Paulo Eduardo, por sua vez, indicou Wanderley Caixe e Nancy Marieto, que foram presos. Há suspeitas de que Irineu de Moraes "Índio", tenha caído através de Paulo Eduardo. Anote-se aqui que Guilherme Carvalho dos Santos, no momento em que era solto, comprometeu-se com Dulce Souza Maia, militante da VPR, já citada, em levar um balanço de quedas na Livraria Duas Cidades e possivelmente entregá-lo a Frei Fernando.

8- Em fins de julho de 69, Ricardo Zaratini Filho foi preso em S. Paulo. Segundo se conseguiu apurar, Zaratini teria sido denunciado pela mulher de um seu apoio pessoal e preso ao entrar na casa comercial desse apoio.

9- Em 3/09/69, em entrevero c/ a polícia, foi assassinado o comp. José Wilson Lessa Sabas e presos os comps. Antenor Meier e Roberto Cômodo. Através de informações de Cômodo, confirmadas por Antenor, foi presa a Sra. Lúcia Novaes, que levou a prisão de seu filho Paulo Novaes.

10- Na madrugada do dia 4/9/69, na rua da Consolação, em S. P., morreram os comps. Ishiro Magami ("Charles") e Sérgio Correia ("Gilberto"), vitimados pela explosão acidental de uma bomba de dinamite que carregavam no carro.

11- No dia 24/9/69, em tiroteio na Al. Campinas, em S.P., foi assassinado Luis Bogava Balboni e presos Takao Amano e Carlos Lichtsztejn. Às 5 horas do dia 2,5 foi preso João Z. Amano, em endereço aberto por Takao, seu irmão. No dia 28, foi preso Francisco Gomes da Silva, quando chegava em seu aparelho, onde residia com Denison Luís de Oliveira, que se encontrava em Bofete, no interior do Est. S. Paulo. Denison, por sua vez, foi preso em Bofete, ao que parece em decorrência de informações obtidas a partir da queda de alguns seus documentos legais que se encontravam na casa de Takao e João Amano. A região do aparelho em que Francisco e Denison residiam, em SP, pode ter sido indicada por Takao. Na madrugada do **[ILEGÍVEL]**, caiu a casa da família Fon, onde foram presos Virgílio Gomes da **[ILEGÍVEL]** ("Jonas" – assassinado na OBAN), Maria Aparecida **[ILEGÍVEL]** e Antonio **[ILEGÍVEL]** Fon. Há controvérsias quanto à origem da queda dessa residência: a responsabilidade recai sobre Francisco Gomes da Silva ou Takao Amano. O primeiro não assume qualquer vinculação com a queda da residência, mas é certo que conhecia o antigo endereço da família Fon, de onde se poderia ter localizado, através de informações de vizinhos, o novo endereço. Além disso, Francisco encontrava-se com a repressão no momento em que **[ILEGÍVEL]** invadiu o apto. O segundo, Takao, conhecia legalmente Aton Fon Filho, irmão de Antônio Carlos, mas isso não basta para podermos imputar-lhe responsabilidade pela queda, motivo pelo qual seria de bom alvitre verificar sua versão dos fatos. Denison, por sua vez, abriu a residência do casal Breyton, onde foram presos Jacques Frédéric Breyton e Nair Benedito. Francisco abriu um ponto com Celso Antunes Horta, que foi preso. Celso abriu o endereço de José Luís Novaes; este, preso pela OBAN, abriu um ponto c/ Márcio Beck Machado, que foi resgatado por outro comp. no momento em que ia sendo preso. Francisco abriu, ainda, o endereço de uma casa localizada em S. Sebastião, no litoral paulista, onde foram presos na madrugada do dia 30 Hilda Gomes da Silva e filhos e Manoel Cyrillo de Oliveira Netto; no dia 1 de outubro, Paulo de Tarso Venceslau. Em função

da queda dessa casa de S. Sebastião, sua proprietária, Sandra Negraes Brizola e s/ pais foram presos (ficaram todos detidos 2 dias na OBAN). Cyrillo abriu o endereço de Dr. José Paulo Reis, dentista, onde se encontrava Carlos Eduardo Pires Fleury, que também foi preso. Reis, por sua vez, abriu Abel Bela, que foi detido no Banco onde trabalhava. Manoel forneceu o endereço de uma pensão onde residira anteriormente, cuja proprietária fora informou a repressão de que quem havia lhe indicado o hóspede Manoel fora Gontran, preso horas depois.

12- Uma nova fase de prisões se iniciou c/ a abertura do Convento dos Dominicanos, em SP, provocada pela queda de um documento de identidade no aparelho de Paulo de Tarso Venceslau, onde constava o telefone do Convento, seguido do nome de Osvaldo. Tal coisa passou despercebida à OBAN. No DEOPS, entretanto, a equipe do delegado Fleury interessou-se pelo assunto juntando esse dado a outras informações anteriores sobre o Convento: sejam as fornecidas por Isaías Almada (ver item 3), sejam as fornecidas por Guilherme Carvalho dos Santos, preso recentemente em função das quedas das FALN de Rib. Preto (SP), que abrira o conteúdo do recado de Dulce Souza Maia para Frei Fernando (ver item 7). Para corroborar esses dados, havia ainda a informação fornecida por Paulo de Tarso Venceslau sobre ligações orgânicas de Frei Osvaldo Resende e de Frei Beto (Carlos Alberto Libânio Cristo). Como consequência, o convento passa a ser vigiado diuturnamente. No dia 31 de outubro, Sinval Itacarambi Leão fez uma chamada telefônica p/ o convento (ou vice-versa), conversando com Frei Ivo (Ives do Amaral Resbaupin), a fim de marcar um ponto na GB, para o dia 2 de novembro, entre os dois. Como os telefones do convento também estivessem sendo vigiados, a conversa foi interceptada. Frei Ivo, ao se dirigir à GB em companhia de Frei Fernando de Brito, foi seguido pelo DEOPS. Na GB, momentos antes do contato, o ônibus com o qual ambos os freis se dirigiam p/ o local do ponto sofreu um acidente; os policiais, precipitando-se, prenderam-nos ali mesmo, levando-os em seguida à sede do CENIMAR. Os policiais não sabiam exatamente a identidade dos 2, confundindo Frei Ivo incialmente com Aton Fon Filho (que usava, na 0, o nome de "Ivo") e depois com Frei Osvaldo Resende. Nesse mesmo dia, Frei Ivo cita Frei Fernando como sendo militante da ALN – até então, embora preso, não sendo torturado. A partir desse instante, não dá para se definir responsabilidades individuais de Ivo ou Fernando. É certo, porém, que foram presas as seguintes pessoas que ambos conheciam: Carlos Marighella – após abrir que tinham ligação c/ Marighella, abriram a forma de contatá-lo – através da Livraria Duas Cidades, em S.P., com a inciativa partindo de Marighella, por meio de uma ligação telefônica em código. No dia 4 de novembro, já em S.P., Frei Fernando foi levado à livraria p/ aguardar uma possível chamada telefônica de M. Marighella fez a ligação e recebeu a confirmação do ponto, de Frei Fernando, cujo local e hora já estavam previamente combinados. Minutos antes do ponto, Frei Ivo e Frei Fernando foram levados ao local e Marighella foi assassinado ao entrar no carro onde os 2 freis se encontravam. Freis: Tito de Alencar Lima, Roberto Romano, Maurício (João Caldas Valença), Geórgio Callegari. E mais: Nestor Motta – professor de ioga, Roberto de Barros Pereira – engenheiro, os jornalistas Luís Roberto **[ILEGÍVEL]** e Carlos **[ILEGÍVEL]** e suas respectivas comp. Rose Marie e **[ILEGÍVEL]** Vasconcelos. Sinval Itacaraubi Leão, comparecendo ao ponto, já citado, c/ Freis Fernando e Ivo e **[ILEGÍVEL]**, voltou ao seu apto., onde foi preso. Frei Tito indicou **[ILEGÍVEL]** de Oliveira ("Rabotche"). Na casa de Genésio foi **[ILEGÍVEL]** – naval de nome Cavalcanti. Frei Maurício indicou as seguintes pessoas: Sebastiana Gorrer Bittencourt Guimarães –

jornalista, Antônio Ribeiro **[ILEGÍVEL]**, ex-Frei Francisco Augusto Catão e Manoel Carlos Guimaraes **[ILEGÍVEL]** – de Marighella se encontrava o endereço de Carlos **[ILEGÍVEL]** – **[ILEGÍVEL]** Fernandes, que foi preso em Curitiba, PR. No Convento **[ILEGÍVEL]** – **[ILEGÍVEL]**, foi detido "Decuinha" irmão de Genésio homem de Oliveira **[ILEGÍVEL]** – fora avistar-se c/ Frei Tito. Posteriormente, foi preso no Rio **[ILEGÍVEL]** do Sul, Frei Beto, anunciado pelo dono da fazenda onde se **[ILEGÍVEL]** abandonar o Convento Cristo-Rei, em S. Leopoldo (RS), **[ILEGÍVEL]** Ivo e Fernando. Ainda no sul, foi preso o Padre Manoel **[ILEGÍVEL]** intermediário entre Frei Beto e o proprietário da fazenda onde o mesmo se escondera. Quanto às quedas de Francisco Falcão Cosme, seminarista, e de um outro seminarista cujo nome desconhecemos, e de Monsenhor Barbelo Pinto Cavalheiro, não sabemos exatamente a quem cabe a responsabilidade pelas mesmas.

13- Em fins de agosto e começo de setembro de 69, em Brasília, iniciou-se um novo ciclo de prisões, cujos desdobramentos alcançaram prisões ocorridas até meados de novembro. Tudo começou c/ a prisão de um secundarista conhecido como "Gastão Guerrilheiro", denunciado por seus próprios pais. Gastão, com certeza, abriu um soldado do Exército de nome Guilherme José Carlos Vidal e Celso Araújo. Foram presos, também, mas não sabemos em que circunstâncias: Márcio dos Santos ("Zito"), Jaime Hélio Dick, Jorge Bittar, Régis Barbosa, Roberto Vitoriano Gomes, Cláudio Lima Calmon, Ney Pires de Azevedo, Nilza Pires de Azevedo, Andir Silva de Almeida Nunes e outros. Régis havia sido enviado de S. Paulo a Brasília p/ constatar como estava a situação orgânica nessa cidade, sendo preso ao chegar a um aparelho "queimado". Régis abriu um ponto em S.P. c/ Jeová Assis Gomes, que foi preso em meados de novembro. Jeová abriu o apto. onde se encontrava hospedado, ali sendo presos dois estudantes, um de nome Armando, da Escola de Comunicações USP, e outro cujo nome desconhecemos. Estes estudantes indicaram Toshio Kavamura. Jeová também abriu Genésio Inácio de Souza, que foi preso, e o fato de ter sido realizada uma reunião na casa de Gontran (ver item 11) fez com que ele fosse novamente preso. P.T. Venceslau, interrogado sobre essa reunião, confirmou-a, inclusive reafirmando a região da cidade onde se localizava a casa de Gontran.

14- Em fins de outubro/69, foram presos em Rivera, no Uruguai, Joseph Bartolo Calvert e Sebastião Mendes Filho em decorrência de uma investigação da polícia uruguaia sobre um padre de Rivera que os hospedava. Sebastião conseguiu fugir do quartel onde os 2 se encontravam presos, sendo recapturado alguns dias depois, ainda no Uruguai. Calvert indicou um apto. localizado na GB, que levou à queda de Jorge que mantinha ligação com a ALN. Abriu, ainda, uma igreja de Porto Alegre (RS) onde se hospedara, daí ocorrendo a prisão de 2 padres estrangeiros cujos nomes ignoramos.

15- Em fins de outubro/69, em consequência da detenção de Sílvio Rego Rangel, militante das FALN de Rib. Preto (SP), foi localizado o endereço de Isami Nakamura, onde foram presos, além de Isami, Luís Carlos Cintra e uma estudante de Medicina Veterinária da USP. Esta estudante abriu uma pensão onde foi preso Oscar Terada. Abriu, ainda, um ponto com Vilma Barbosa Cintra e Arlete Benzadolli, que foram presas. Oscar Terada abriu o apto. de Neide Barriguelli e Zilda Junqueira, que foram presas. Neide, em 23/10/69 apontou o endereço de José Mauro Boschero, onde foram presos,

além de José Mauro: Walter Tamagushi ("Saponês"), Antônio Carlos Boschero e Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha.

16- Em setembro/69, Alessandro Malavasi (ver item 2) esteve detido mais uma vez, em circunstâncias misteriosas, no DEOPS. Apesar de ter estado por um período de tempo razoável, ninguém o viu. Só um pequeno lapso da repressão permitiu que um dos comps. presos no DEOPS àquela época visse seu nome no livro de registro de presos. De qualquer forma, em 4/11/69 foram presos o médico David Hunovieh e o advogado Renato Guedes Siqueira, em circunstâncias não esclarecidas. Daí aventar-se a hipótese de ter sido Malavasi o responsável, direto ou indireto, por essas quedas.

17- Em decorrência da prisão de militantes das FALN, Rib. Preto, em outubro/69, foram presos: o camponês Maginho Agostino **[ILEGÍVEL]**, que abriu Paulo Eduardo Pereira (ver item 7), que indicou Guilherme Carvalho dos Santos (ver itens 7 e 12). Os 2 últimos são responsáveis pelas quedas de: Ari Normanha e Irineu de Morais ("Índio"), presos agora pela segunda vez (ver item 7), Paulo dos Santos, José Antônio da Silva, Claudinei Macareto, José Eduardo Roselino, Celso Manso, Dr. Marcos Barbiere ("Tótó"), Pedro Sabino e esposa, Dr. Roshio, Darrier, Dr. Ivan Lucena **[ILEGÍVEL]** e outros. Ivan Lucena abriu o Dr. Carlos Normanha, irmão de Ari, e um outro médico; além disso, indicou o arquiteto Sérgio Zaratin e sua esposa.

18- Em dezembro/69, Maria Aparecida Costa foi presa na GB, casualmente, ao cruzar na rua com o delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., da **[ILEGÍVEL]** seu antigo colega de Faculdade. Maria Aparecida abria o dentista Celso **[ILEGÍVEL]**, a jornalista Edith Negraes, tia de Sandra Brizola (ver item 11), e o traidor Hans Rudolf Manz. Este levou a repressão a um aparelho localizado na GB, utilizado p/ receber comps. vindos do exterior. Nesse local foram presos: Domingos Fernandes e sua comp. Tânia; Linda Tayah e Aton Fon Filho. Hans abriu, ainda, o jornalista Costa Pinto, Clóvis de Castro, Joaquim Gomes da Silva e outros. Costa Pinto tinha um ponto com Otávio Ângelo ("Tião") e, na cela, comentou tal fato com Hans. Este avisou a polícia e Costa Pinto terminou abrindo o ponto, coberto pessoalmente por Hans onde "Tião" foi preso. Costa Pinto, depois de preso, apresentou visíveis sinais de loucura. Foi causador da prisão de várias pessoas, cujos nomes ignoramos. Por sua vez, Fon abriu o juiz federal Américo Lacombe e Ozenilda Alice Garcia. Foi preso, nessa ocasião, Ayrton Caldevilla, que afirmava ter sido aberto por Fon; há, entretanto, a versão de que Ayrton foi preso em consequência de a repressão ter decifrado os endereços codificados constantes de uma caderneta pertencente a Marco Antônio Braz e Carvalho ("Pedrinho") – (ver item 3), o que teria causado também a prisão de outras pessoas. Ayrton, por seu lado, abriu Diva Faria Burnier, Clóvis de Castro abriu João Sampaio e há suspeitas de que teria aberto um comp. de nome "Lumumba". Nessa época, foram presos vários integrantes do grupo "Zumbi", entre os quais o comp. Xavier, genro de João Sampaio. Costa Pinto abriu entre outros, Osvaldo Lourenço, o armeiro José Alves da Rocha ("Rochinha") e Otávio Ângelo, já referido. Este abriu Francisco Bispo de Carvalho, Dorgival Damasceno, Washington Alves da Silva e família, Francisco Nelson Modesto e seu irmão, Antônio Delaverde Mendonça, Lígia Aparecida Cardieri Mendonça (sobrinha do "Toledo"), um despachante de nome Lauro Montenegro Nogueira, que executava trabalhos p/ a O., Márcio Tozzi, professor na cidade de Marília (SP) – (não confundir com um informante daquela cidade, prof. universitário citado no item 5, "aberto" por "Tião" como agente duplo) e Geraldo Santana, ex-suboficial da FAB, que

apresentava visíveis sintomas de distúrbios mentais, agravados posteriormente na cadeia. Foi preso, também, em Marília, Sérgio Barbuil. Por esse tempo, achava-se detido José Nonato Mendes ("Pelo de rato"), preso através de quedas da VPR em junho/69. Nonato era um dos 9 militantes (entre os quais "Tião", "Jonas", Fon e Hans) que participaram da primeira turma que recebeu, pela O., treinamento em Cuba. Esta informação foi dada à polícia pelo traidor Hans, o que provocou a volta de Nonato a OBAN, para ser reinterrogado. Otávio Ângelo e Nonato, em conjunto, abriram Dr. Benedito Artur Sampaio, como elemento de ligação com comps. vindos de Cuba.

19- Em fins de 69, um ex-militante da DI de S.P., agora agente policial infiltrado no Mov. Operário de Sto. Amaro, bairro de S. Paulo, trabalhando como operário da "Ultragás" e conhecido como "Alemão", levou à prisão de José Alprim Filho ("Mister X") e Miguel Nakamura. Alprim abriu o aparelho onde residia com Fernando Gabeira, militante do MR-8 (DI-GB), que se encontrava em S. Paulo, provocando sua queda.

20- Em fins de janeiro/70, em S.P., foi preso um grupo de estudantes em decorrência de uma ação de panfletagem realizada no dia 25. Entre eles, Caio Sérgio Monteiro Turma, José Carlos Cardoso, Rodolfo Cavalcante e Márcio Percival Pinto. Caio e Márcio abriram um ponto com Maria Luíza Locatelli Beloque e Leslie Denise Beloque, que foram presas.

21- No início de 70, foi preso Viriato Xavier de Mello – ("Ricardo"), cuja prisão é de origem por nós ainda desconhecida. Consta, entretanto que Renato Guedes Siqueira (ver item 16), por ocasião de sua queda, havia fornecido importantes informações sobre Viriato à repressão, inclusive uma antiga pensão onde este residira. Aí foi encontrada uma cédula de identidade falsa, com a foto de Viriato. E o fato é que Viriato foi preso logo em seguida, em Curitiba (PR), em circunstâncias desconhecidas. Aventa-se a hipótese de a foto ter sido reconhecida por um seu cunhado, policial do DEIC/S.Paulo. Através de Viriato, por sua vez, foram presos: Vitório Chinaglia, Jétero de Faria Cardoso e esposa, Tarcísio Sigristi, Erídano Pereira da Silva, Valdemar Tebaldi e seu filho, Flávia da Silveira Lobo, Humberto **[ILEGÍVEL]** Miranda e Marco Antônio Moro, este pela segunda vez (ver item 2). Flávia abriu Antônio Brito Lopes, militante do PCB em Santos (SP), Aimar **[ILEGÍVEL]**, um casal de Santos (SP) cujos nomes desconhecemos e a diretora de um colégio de Mongaguá (SP). Ressalte-se que Viriato assumia apenas parcialmente a responsabilidade por essa série de prisões. Nesse mesmo período, foi preso em S.P., em fins de fevereiro/70, Manoel Clarindo Pereira, quando retornava de uma viagem, possivelmente denunciado por seus familiares. A prisão de "Mané das Máquinas", como era conhecido, levou à prisão de **[ILEGÍVEL]** Pita, em Rib. Preto (SP).

22 – Em março de 70, Nelson **[ILEGÍVEL]** – ("Paulo") foi preso na GB e abriu um ponto em S.P. onde foram presos Gilberto Luciano Beloque – ("Alencar") e Maurice Politi. Através de Gilberto Beloque caíram: João **[ILEGÍVEL]**, **[ILEGÍVEL]** Rodrigues dos Santos, Patrocínio Henrique dos Santos, José Cláudio Barriguelli e Virgílio Pedro da Silva. Gilberto abriu, ainda, um apto. da jornalista Vera Lúcia Xavier de Andrade, onde foram presos, além de Vera, Bernardo Casadei Sales e Albertine Padrasseli. Além disso, abriu um antigo aparelho de Carlos Russo Jr. ("Hélio"), o que propiciou a localização de seu novo aparelho, onde foram detidos Carlos Russo Jr. E Vera **[ILEGÍVEL]** Russo. Carlos Russo abriu Luís Paulino e Luís Carlos Rocha Gaspar. Paulino, por sua vez, abria Diomar Alves ("Pepira"). João Batista Spanier abriu Francisco Ferreir e Dorival Ferreir ("Morais"), assassinado pela OBAN, em 2/4/70; abriu, ainda, o endereço de "Beduíno", onde foram

presos alguns de seus familiares, inclusive sua irmã, que é enfermeira. Na casa de José Cláudio Barriguelli foram presos Carlos Eduardo ("Caco") e Clarice Galvão de Figueiredo. "Caco", por sua vez, abriu Abrahão Brajman, do POC, que foi preso. Vergílio Pedro da Silva abriu Inácio dos Santos. No apto. de Vera Xavier foi presa, também, Eliane, que tornará a ser detida em janeiro de 72 (ver item 44). Maurice Politi trazia em seus bolsos uma licença especial p/ dirigir determinado veículo, do qual constavam, obviamente, as características do veículo (nº da chapa, marca, cor, ano, etc.). Casualmente, uma equipe de busca da OBAN localizou, na rua, esse carro, dirigido na ocasião por Guiomar Silva Lopes ("Maria"), que estava acompanhada de Sônia Hipólito. "Maria" abriu Norma Freire, Betty Chachamovitz e José Idésio Brianesi ("Mariano"), que foi assassinado pela OBAN. Através de informações fornecidas por Guiomar e João Spanier, foi preso Rafael Martinelli. Este, por sua vez, parece ter aberto André Bueno Acosta. Houve ainda, em maio/70, a prisão de Hélio (desconhecemos seu sobrenome) em seu local de trabalho. Diz-se que sua queda ocorreu em função de investigações efetuadas pela repressão com base em informações cedidas por Marco Antônio Moro ou Rafael Martinelli.

23-Nessa mesma época foi preso o armeiro Alfredo de Oliveira Santos. Sua prisão foi motivada por denúncia de alguns especuladores que faziam câmbio negro com dólares, por julgarem que os dólares apresentados a negócio por Alfredo fossem provenientes do cofre de Adhemar de Barros – Ana Capriglione; expropriado por um comando da VPR em meados de 69. É bom grifar que Alfredo nunca foi militante da ALN, tendo-se limitado a prestar serviços de armeiro, devidamente remunerados, a alguns comps. da O. Na cadeia, algum tempo após sua prisão, Alfredo passou a colaborar com a repressão, prestando-lhe, até hoje, serviço de informante no presídio onde se encontra detido.

24- Virgílio Pedro da Silva, preso em março/70 – (ver item 22), identificou Rubens Teixeira, apontando-o como limitante da O. na Baixada Santista. Rubens entrou p/ a clandestinidade, deslocando-se p/ Curitiba (PR), onde foi preso aproximadamente 2 meses depois, provavelmente denunciado por seus familiares.

25- Em abril/70, foi preso em Porto Alegre (RS) Edmur Péricles ("Gauchão"), ex-militante da ALN, denunciado por um empregado de um hotel onde se hospedara. É de sua responsabilidade a prisão de um grupo de camponeses da região de Presidente Epitácio (SP), autor do justiçamento do latifundiário "Zé Dico", em 67. **[À MÃO:** (Os camponeses estavam presos em Lins desde 68/69.)**]**

26- Por essa época, Djaine Alves da Silva, ex-integrante da base do PCB de Tatuapé, bairro de S. Paulo, entregou-se à polícia p/ cumprir a pena a que fora condenado em processo referente à tentativa de atentado a bomba contra a fábrica de pneus Good-year, em S.P., em 67. Na cadeia, renegou a revol., recebendo, como prêmio, sua liberdade.

27- Em maio/70, em S.P., foram assassinados os comps. Antônio dos Três Rios de Oliveira – ("Argeu"), militante da O., e Alcari Mario Gomes da Silva – ("Carmen"); militante da VPR e comp. de Osvaldo Soares ("Miguel **[ILEGÍVEL]**"). Isto se seu em decorrência das informações fornecidas a Osvaldo "**[ILEGÍVEL]**", que permitiu a localização do aparelho em que ambos se encontravam. De início, a repressão não encontrou "Carmen" e "Argeu", que se haviam **[ILEGÍVEL]** camuflado; "**[ILEGÍVEL]**", entretanto, indicou o **[ILEGÍVEL]** assassinados.

28- O marginal Luís Carlos Campos (“Peruquinha”), havia conhecido alguns comps. durante sua estada na cadeia. Ao ser libertado, “Peruquinha” levou alguns recados de Geraldo Santana, que se encontrava preso e bastante perturbado mentalmente (ver item 18), p/ uma pessoa que possuía ligações c/ um simpatizante da ALN, fato de que tomou conhecimento. Numa posterior prisão sua, o marginal “Peruquinha” relatou todos esses fatos à polícia comum, que os transmitiu ao DEOPS. Este, interessando-se pela história, promoveu investigações que levaram à prisão de um operário de nome José, que era apoio de Nilson Furtado (“Alexandre”), consequentemente preso em um ponto c/ José, em maio/70. Nilson abriu e foram presos: Antônio Campoamor do Nascimento (irmão de José Alprim Filho – ver item 19), Pedro Domingos dos Reis, João Batista Costa, Jony da Silva Ribeiro, Boaventura José de Araújo, Abílio Oliveira Netto, Abinoel de Oliveira Lima e outros. Antônio Campoamor abriu Liquio Hirata e irmão, e a companheira de “Mr. X”.

29- No dia 11/7/70, em SP, foi ferido durante uma ação, acidentalmente, Ari de Rocha Miranda (“Miguel”) que, não resistindo aos ferimentos, veio a falecer. Nesta mesma ação, foi ferido o traidor Wilson Conceição Pinto (“Justo”), que se entregou à polícia e passou a colaborador c/ a mesma. Sendo de sua responsabilidade exclusiva a prisão de seu próprio cunhado de nome Aparecido, Rafael de Falco Netto, Gabriel Prado Mendes, Geraldo Magela de Campos Motta, Ana Maria Ramos, Idnaura Marques, Francisco de Souza Jorge e outros. Rafael abriu Leonel Itaussu e seu pai, Fuad. Aparecido, por sua vez abriu Djalma Andrade dos Santos.

30- No dia 13/7/70, foi presa acidentalmente nas lojas de Mappin, em SP, Ana Burztyn. Esta localizou o aparelho de Eduardo Leite (“Bacuri”), onde foi presa sua companheira Denise Crispim (“Célia”). Através de informações cedidas por Ana, a equipe do delegado Fleury (na época titular do 41º Distrito Policial, Vila Rica – SP) prendeu Basia Ita Wheitman, que por sua vez apontou Reinaldo Morano Filho (“Manoel”), preso em 15/8/70.

31- Em julho/agosto de 70, foi detido Wilton Montenegro, quando visitava seu cunhado Carlos Guilherme de Mendonça Penafiel (ver item 12), preso no Recolhimentos de Presos Tiradentes, em SP. O pretexto para a prisão de Montenegro foi a apreensão de uma faca de cozinha que o mesmo levava p/ seu cunhado (instrumento de cozinha comum em todas as celas do presídio, **[ILEGÍVEL]** que os próprios presos cozinhavam).

32- Eduardo Leite (“Bacuri”) caiu no dia 21/8/70, na GB. Foi preso por tiras do delegado Fleury (deslocados de SP especialmente p/ isso) e do CENIMAR. Embora sua queda não esteja perfeitamente esclarecida, suspeita-se que tenha sido provocada por informações fornecidas por 2 agentes provocadores infiltrados nos meios revol. da GB. Seriam dois ex-militantes da antiga FLN (Frente de Libertação Nacional) infiltrados no MAR (Movimento Armado Revolucionário), com os quais “Bacuri” havia mantido alguns contatos. Um deles seria Paulo Artur (ou Artur Paulo) de Souza (“Miguel”), causador de quedas na VPR, MAR e PCBR/PE. Paulo Artur atualmente trabalha como torturador no DOPS de Porto Alegre (RS), onde mora na rua Dona Firmina. Não houve queda alguma por indicação de “Bacuri”, nem sequer do aparelho onde havia sido guardado o embaixador alemão sequestrado em junho de 70, em ação comandada por “Bacuri”. Eduardo Leite foi retirado clandestinamente do DEOPS de SP aos 50 minutos do dia 27/10/70 e assassinado nas imediações de S. Sebastião, no litoral paulista, na madrugada do dia 8/12/70, tendo passado 43 dias em cárcere privado, sob indescritíveis torturas.

33- Em setembro de 70 foi preso em Belém (PA), o traidor José Tavares da Silva (ou José da Silva Tavares) ("Severino"). Era ele um dos coordenadores do trabalho de campo da ALN naquela região. Após a prisão, conhecida pela O, passou-se para o lado do inimigo e dispôs-se a colaborar com a repressão, que simulou uma fuga de "Severino" do hospital onde supostamente o mesmo estava internado a fim de tornar possível sua recontatação c/ a O. Assim, a "fuga" foi amplamente divulgada pela imprensa, particularmente a da GB. Nesse Estado, "Severino" conseguiu seus primeiros contatos estribados na farsa montada pela repressão, e veio, a seguir, p/ S.P., onde conseguiu ponto com Joaquim Câmara Ferreira (Comandante "Toledo") e outros militantes. Coroando sua traição, "Severino", no dia 23/10/70, derrubou "Toledo", Viriato Xavier de Mello Filho, Maria de Lurdes Melo Rego ("Baixinha") e Maurício Segall. "Toledo" foi morto, sob tortura, horas após sua prisão, num sítio localizado nas imediações de SP, utilizado pelo "Esquadrão da Morte" do delegado Fleury. "Severino", atualmente, tem vida legal em Belo Horizonte – MG onde foi visto por várias pessoas que o conheciam. Com Maria "Baixinha", caiu uma nota de aluguel ou conta de luz elétrica/água da casa em que a **[ILEGÍVEL]** de "Toledo", residia. Nesse local, tornou-se possível a prisão da **[ILEGÍVEL]** Maria Sampaio Tavares, locatária do imóvel, que, por sua vez, abriu um outro arquiteto, possivelmente Sérgio Sousa Lima e sua esposa. A partir daí, em cadeia, terminaram por ser presos os arquitetos Rodrigo Lefrev, Sérgio Ferro, Carlos Henrique Heck e Júlio Barone, e uma jornalista de nome Neuza. Os arquitetos, ainda, no seu conjunto, levaram à prisão alguns simpatizantes e apoios (Augusto Boal, Cláudio Vouga e Cláudio Tozzi) **[ILEGÍVEL]** tomado a decisão coletiva de nada omitir à repressão.

34- Em setembro /70, uma vestibulanda do curso Equipe, em SP, de nome Filomena, esqueceu uma bolsa contendo documentos da O. num táxi. O motorista do táxi entregou a bolsa ao DEOPS que, por meio do endereço contido na bolsa, prendeu Filomena. Embora esta prisão fosse amplamente conhecida pelos estudantes do Curso Equipe, o DEOPS prendeu sucessivamente todos aqueles cujos endereços se encontravam na bolsa de Filomena, a maioria composta de vestibulandos do cursinho. Assim, foram presos: Cézar Augusto Stefan Castiglioni, Luís Alberto Ravaglio, Roberto Mai Netto, João José Faria Cardoso (filho de Jétero de Faria Cardoso, ver item 21) e outros, os quais conhecemos apenas como "Castor" (estudante de química – USP), **[ILEGÍVEL]** (estudante de Geologia – USP), um vestibulando que no ano seguinte ingressou na FAU-SP, Fábio (na época prestando serviço militar no **[ILEGÍVEL]**-SP), além de uma garota de nome desconhecido por nós. Roberto Mai indicou a esposa de Jétero Faria Cardoso e Luís Alberto Ravaglio abriu uma garota de nome Sílvia e seu marido (este, parente de "Toledo"). Vale notar que Cezar Castiglioni, até alguns dias antes de sua prisão, havia residido com "Toledo".

35- Em dezembro/70, José de Lima, morador em Guarulhos (SP), apresentou-se à polícia em virtude de sua companheira ter sido presa e estar sofrendo pressões para entregá-lo. Lima abriu dois outros moradores de Guarulhos (SP), José Fernandez e o sapateiro José de Oliveira Campos, que foram detidos.

36- Nos primeiros dias de janeiro de 71, em SP, foi preso, pelo DEOPS, Aguinaldo Meier, Segundo a repressão, Aguinaldo foi preso porque a chapa de seu carro coincidia com a chapa de um veículo que havia sido utilizado numa ação realizada em agosto ou setembro de 70, em Brasília-DF. Foi solto poucos dias depois sem que as coisas tivessem sido esclarecidas.

37- Em fevereiro de 71, foram presos Alcides Mamizuka, Robene Batista da Costa e José Reinaldo Paes Leme, no aparelho onde os 3 residiam, por razões ainda ignoradas por nós. Supõe-se que tenha sido a partir de denúncia de vizinhos. No aparelho foi preso um amigo de Alcides de nome Pedro. Alcides abriu: Márcia Yajgunovitch Malra, Rioko Kaiano, Márcia Coelho, Luís Antônio Vasconcelos (Vasco) e Josias Costa Barros, estes 2 últimos estudantes de Campinas (SP), Percival Penon Maricato e Paulo de Tarso Vannuchi. Através de Percival, caíram Homero, Lênin e um estudante nissei. Percival abriu que Consuelo de Castro tinha contato com Abelardo Folgueiras Blanco. Consuelo foi presa pela OBAN. Vannuchi indicou Edvaldo Goradetti, um seu apoio pessoal.

38- Em junho/71, em SP, foi preso Érico Vanucci, em circunstâncias desconhecidas, que admitiu ser elemento de apoio de Luís de Almeida Araújo ("Ludovico"), quadro de direção da ALN. Érico foi solto alguns dias depois com o compromisso de denunciar "Ludovico" ou qualquer militante revolucionário que o procurasse. O fato é que, poucos dias depois, Luís Araújo foi preso num ponto que, segundo consta, teria com um seu apoio pessoal. Há fortes suspeitas de que esse apoio fosse Érico, ainda mais se levando em conta o comportamento esquivo e estranho que esse manteve durante todo o tempo em que esteve preso. Luís Araújo foi assassinado na OBAN.

39- No segundo semestre de 71, em S.P., adotara-se com certa frequência a prática de ações armadas sem planejamento prévio, isto é, realizadas de surpresa, sempre que se apresentasse uma oportunidade (tal como RPs avariadas, viaturas do exército estacionadas em vias públicas sem cobertura, etc.). Com isso, a repressão acabou por planejar e montar emboscadas aos revol., deixando viaturas policias estacionadas em diferentes pontos da cidade, aparentemente sem qualquer cobertura, com a função precípua de servir de chamariz aos revol., ao mesmo tempo em que mantinha equipes de policiais fortemente armados entrincheirados em locais estratégicos das proximidades, em regime de tempo integral. No dia 23/9/71, uma dessas viaturas/chamariz, estacionada na rua João Moura, próxima do nº 2358, no bairro do Sumarezinho, foi abordada por um comando guerrilheiro. No tiroteio que se travou, foram assassinados os comps. Antônio Sérgio de Matos ("Uns e Outros"), Manoel José Nunes Mendes de Abreu ("Joãozinho") e Eduardo Antônio Fonseca ("Roshe"), tendo a comp. Ana Maria Racinevik, sob intensa fuzilaria, logrado bater em retirada.

40- No dia 4/11/71, caiu Aylton Adalberto Norteti ("Tenente"), militante do MOLIPO. Como, nessa mesma época, caiu Flavio de Carvalho Molina, outro militante do MOLIPO, existem algumas hipóteses que procuram explicar as 2 quedas, nenhuma das quais de absoluta credibilidade. Assim, temos:

a) "Tenente" teria caído em uma batida policial efetuada na Radial Leste, em SP, por estar dirigindo um carro expropriado; teria reagido à prisão, sendo ferido e preso. Há inclusive informes de que outros revol. teriam casualmente presenciado o tiroteio. Neste Caso, Molina poderia ter caído em consequência de ponto fornecido à repressão por "Tenente". É certo, por outro lado, que "Tenente" deu informações à repressão, pois aparecem dados nos arquivos da OBAN que só podem ter sido fornecidos por ele, já que só ele conhecia-os.

b) as quedas seriam independentes uma da outra, com causas próprias, embora, situadas na mesma época; existem informes de que, no dia da queda de "Tenente", alguém teria visto 2 presos sendo violentamente torturados na OBAN; embora mantidos encapuçados durante todo o tempo, teria sido possível perceber que um deles era alto e loiro, características físicas que coincidem c/ a

descrição que se tem de Molina. Por sinal, é bom lembrar que Molina estava viajando e pode ter caído durante a viagem. De qualquer forma, é certo que "Tenente" saíra de casa com a conta de água ou de luz no bolso, a fim de efetuar seu pagamento. Caindo esta, o endereço nela contido seria a pista direta para a localização do aparelho onde residiam, ainda, José Roberto Arantes de Almeida e Maria Augusta Tomaz. Assim, cercado o aparelho pela repressão, Arantes reagiu à prisão e foi assassinado. Maria Augusta, que estava ausente naquele momento, ouviu comentários de populares, nas imediações do aparelho, quando regressava a casa, a respeito do tiroteio ali travado e abandonou imediatamente a região. No dia seguinte, na rua Turiaçu, em SP, foi assassinado o comp. Francisco José de Oliveira ("Chico Dialético") e ferida a companheira Maria Augusta Tomaz, que escapou à prisão. A hipótese que se tem para explicar esse encontro dos 2 comps. com a repressão é a seguinte: teria sido obra do acaso, não passando de um golpe ocasional de uma equipe da OBAN, em ronda, sob o comando do delegado Antônio Villela, que, suspeitando do casal, resolveu abordá-lo; sabe-se q. os 2 comps. estavam indo cobrir um ponto c/ Márcio Beck Machado (ponto que lhes fora passado por Hiroaki Torigoi), sendo certo que os comps. acharam estranha a situação na região do ponto, resolvendo afastar-se alguns poucos quarteirões, o que fizeram de ônibus. Entretanto, a repressão deve tê-los seguido, pois a abordagem se deu no momento mesmo em que desciam do ônibus. Existe, ainda, a seguinte versão da própria repressão: um comp. loiro havia aberto um ponto com Márcio Beck Machado naquela região. As equipes da OBAN encarregadas de cobrir o tal ponto já se estavam desmobilizando, após não ter aparecido pessoa alguma para cobri-lo, quando avistaram "Chico Dialético" e Maria Augusta na região, passando a segui-los. Observe-se que Márcio Beck nunca se referiu a esse ponto que teria com um comp. loiro, conforme diz a polícia, motivo pelo qual achamos que pode ter sido um ponto "frio" fornecido por Molina (comp. loiro), justamente naquele horário na mesma região. Sabe-se com certeza que no aparelho já referido, onde morreu Arantes, caiu uma relação de nomes que estaria camuflada no interior de um barbeador elétrico. Entre esses nomes, havia os de Edith Negraes, jornalista (presa anteriormente em dezembro de 69, ver item 18), Maria Luiza Bierrenback, advogada, Ramalho, diretor do Curso Universitário e Beatriz, ex-namorada de Lauriberto José Reys (militante do MOLIPO). Caiu, ainda, no aparelho, um passaporte de Maria Hermínia Souza Queiróz Telles, que teria sido usado por Maria Lúcia Alves Ferreira, quando esta saiu do país e, posteriormente, por outra companheira. Quanto a Molina e "Tenente", há certeza quanto ao assassinato do primeiro (já que a própria repressão assume oficialmente a informação de sua morte), o que falta no caso do segundo, sendo certo que nunca mais se teve notícias dele. Não obstante, presume-se que foi a partir dessas quedas que a repressão colheu as informações que levaram ao assassinato do comp. Carlos Eduardo Pires Fleury, possivelmente na GB, em 10/12/71.

41- Em meados de outubro de 71, Munir Tahan Saab, ex-militante da ALN, entregou-se à polícia de SP, sob pretexto de conseguir tratamento médico p/ um ferimento a bala que lhe fora provocado em um tiroteio havido durante uma ação realizada em 5/10. A partir de sua prisão, sucederam-se misteriosamente algumas quedas que, concretamente, tendo em vista ser ele o único elemento preso naquela altura, só podem ser entendidas como resultado de informações por ele fornecidas. Assim, no dia 20 de novembro de 71, foi preso André Tsutomo Ota, militante do MOLIPO, quando saía da Cidade Universitária-USP, dirigindo seu automóvel. Munir não conhecia André legalmente, mas **[ILEGÍVEL]** estudava na Cid. Univ., sabia fornecer sua descrição física e sabia **[ILEGÍVEL]**

características peculiares do carro de André, facilmente indentifi- **[ILEGÍVEL]** estes suficientes para levar à queda de André. Mais tarde, no dia 27/11/71, foi preso em circunstâncias estranhas Francisco Carlos de Andrade ("Vieira"), militante da ALN, em um ponto de ônibus da região do bairro do Ipiranga. É interessante saber que "Vieira" acabara de deixar alguns **[ILEGÍVEL]** de direção da ALN coincidentemente nas proximidades de sua casa, localizada no Bairro do Cambuci. Monir sabia que "Vieira" morava naquela região, além de poder descrever seu tipo físico, bastante característico. Finalmente, em 2/2/72, caiu a gráfica da ALN, responsável pela impressão do Jornal "Venceremos", sendo aí presos Jorge Fidelino Galvão de **[ILEGÍVEL]** ("Cachimbo") e Ladislau Crispin de Oliveira ("Lalau"). Monir não conhecia "Cachimbo" legalmente, mas sabia que ele era estudante de Economia na PUC-SP e que era o dirigente da gráfica. Outrossim, Monir abriu que Percival M. Maricato, que estava preso (ver item 37) conhecia a identidade legal de "Cachimbo", motivo pelo qual Percival voltou a OBAN p/ ser reinterrogado. O fato é que Jorge e "Lalau" foram presos (obs.: como este balanço de dedica unicamente a relacionar os processos de quedas efetivas, não teceremos comentários sobre outras informações que Monir forneceu à repressão, mas não podemos deixar de nos referir aos esforços que o mesmo fez p/ identificar e derrubar Lídia Guerlenda ("Suora"), Antônio Carlos Nogueira Cabral ("**[ILEGÍVEL]**"), Gelson Reicher ("Marcos") e Ronaldo **[ILEGÍVEL]** Queiroz ("Papa"), todos militantes da ALN. Posteriormente, Monir passou a "justificar" esses esforços com base em inconciliáveis divergências políticas com aqueles comps., nocivos, conforme sua visão, ao processo revol. bras. Além disso, houve a divulgação pela imprensa de uma carta de seu próprio punho, cujo conteúdo dispensa comentários). André Ota derrubou as seguintes pessoas: Marli Carvalheiro, Paulo Sacamoto e Edilson Pereira Santiago. "Vieira", por sua vez, após 50 dias de prisão, passou a sair com a repressão em diligências pelas ruas da cidade; assim, no dia 18/1/72, nas proximidades do Shopping Center Iguatemi apontou Gilberto Telmo Sidney Marques ("Mauro"), militante da ALN, que foi preso. Dez dias mais tarde, em outra diligência, "Vieira" indicou Pedro Rocha Filho ("João") e José Carlos Gianini ("Sérgio"), ambos militantes do MOLIPO, que foram presos. "Mauro", de seu lado, abriu o aparelho em que residia com Eliane Potiguara Simões ("Joana"), presa após ser ferido a bala pela repressão; abriu um ponto com Alex Xavier Pereira ("Miguel") e Gelson Reicher ("Marcos"), que foram assassinados; abriu ainda, Raimundo Leite de Almeida, mecânico, que prestava assistência à ALN e provocou a queda de vários militantes dos estados de PB, PE, CE. Entre esses foi responsável pela morte de João Mendes, em PE. "Mauro" coroou esse seu péssimo comportamento com uma carta enviada em agosto de 73 aos Juízes Militares de S. Paulo, renegando a revol.; antes, havia declarado em Juízo que "Tem nojo da ALN". Passou, pois, p/ o rol dos traidores. Eliane abriu o Dr. Euclides Marques, cirurgião da equipe do Dr. Eurícledes de Jesus Zerbini, do Hosp. das Clínicas da FUMSP, que fora sequestrado p/ prestar assistência à comp. "Supra" quando uma explosão acidental que arrancou uma de sua mãos. O Dr. Euclides não havia denunciado o fato à polícia e foi, então, preso. Gianini abriu Márcia Aparecida do Amaral, que, por sua vez, abriu: Artur Machado Scavone ("Beto"); José Mauro Gagliardi ("Texas"), Milton Porsoni, Dorival Porsoni, Douglas Salvador Barreto, Mari Ramado ("Shiruca") e Frederico Mayr ("Carlos"), tendo os 2 últimos caído no mesmo ponto. Frederico foi assassinado, sob tortura, na OBAN. "Shiruca" abriu ponto no bairro do Tatuapé com Lauriberto José Reys ("Cassius") e José Ibsen Voeroes ("Bigodinho"), assassinados pela OBAN quando se aproximavam do local. "Beto"

abriu sua namorada, Rosane Lourdes Silva que foi presa. Pedro Rocha abriu que ganhara um livro de sua amiga Yasuko Nosuone, moradora na mesma casa em que Pedro residia, o que provocou sua prisão por algumas horas. "Cachimbo" abriu Neide Barriguelli; José Ricardo Campolin (este como simpatizante do PC do B) e um filho do ex-Juiz do Trabalho Carlos Sá. "Lalau" abriu José Damião Lima Trindade e um outro, de nome Edjalma, que abriu Joly. Este abriu 2 comps. de Jundiaí (SP): Claudiney Cabral e Antônio **[ILEGÍVEL]**. "Lalau", "assessorado" por "Cachimbo", abriu um ponto com Yuri Xavier Pereira ("Joãozão"), o qual, mesmo ferido a bala pela repressão, conseguiu furar o cerco e pôr-se a salvo. Vale a pena dizer que Joly se acha totalmente "desbundado", trabalhando no Juizado de Menores de Mogi das Cruzes, emprego obtido graças à recomendação do próprio comandante da OBAN, Major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Foi preso, também, o fiador da gráfica dirigida por "Cachimbo", Dorival Rodrigues Alves.

42- No dia 5 de dezembro de 71, em S. Paulo, foi assassinado o comp. José Milton Barbosa ("Cláudio"). Nesse dia, José Milton, Linda Tayah e Gelson Reicher procuravam um médico que pudesse atender Lídia **[ILEGÍVEL]** uma explosão acidental **[ILEGÍVEL]** operação policial denominada "Coração **[ILEGÍVEL]** que então se travou, José Milton correu e Linda, ferida, foi presa. Gelson conseguiu furar o cerco e abandonar a região.

43 – No dia 5/1/72, em SP, após ter apanhado um carro expropriado com o **[ILEGÍVEL]** de 3 comps. (pois havia suspeita de o mesmo ter sido detectado **[ILEGÍVEL]** grande parte da cidade, neste caso em companhia de Pedro **[ILEGÍVEL]** Hiroaqui Torigei ("Décio"), foi baleado pela repressão e preso, **[ILEGÍVEL]** depois de ter deixado aquele comp. no bairro de Sta. Cecília, região **[ILEGÍVEL]** costumeiramente por "Décio" para estacionar carros expropriados. Parece segura, portanto a hipótese de que o carro havia mesmo sido **[ILEGÍVEL]** (pela chapa) e seguido pela repressão, que poderia ter momentaneamente perdido sua pista quando Pedro deixou Torigoi, para retomá-la logo em seguida e metralhar o comp. quando este abandonava o veículo; no entanto, não se pode afastar a possibilidade de o carro ter sido localizado no momento em que Torigoi o estacionava. Gravemente ferido, foi levado para a OBAN e assassinado sob torturas.

44- Em janeiro/72, na GB, foi preso, em circunstâncias desconhecidas, Hélcio Pereira Fortes ("Fradinho"). Sabe-se, porém, que "Fradinho" teria dito a alguém que iria cobrir um ponto com um casal legal que chegava do Chile e, posteriormente, falou-se que este casal fora preso na fronteira, quando entrava no país. Nada mais se ouviu falar desse casal, ficando como ponto a ser investigado. "Fradinho", preso, foi levado p/ S.P., onde foi assassinado. Nessa época, foi presa Darcy Mjaki, em um ponto que teria com Hélcio e um casal (!), possivelmente ligado à imprensa da ALN. Note-se que foram presos, também, nesta época, Genésio Inácio de Souza e sua companheira Eliane (ver item 22), casal que estava encaminhado a montagem de uma gráfica p/ a imprensa orgânica, cujo contato era feito através de "Fradinho". Através de Darcy, caíram Leonel Itaussu e seu pai, Fuad (presos pela segunda vez, ver item 29), Sumie Amano (irmã de Takao, ver item 11) e um médico, cujo nome desconhecemos.

45- No dia 21/1/72, em SP, na Av. Lins de Vasconcelos, foi assassinada a comp. Gastone Beltrão, logo após descer de um carro que estava sendo seguido pela equipe do delegado Fleury, do "Esquadrão da Morte". É possível que a chapa do carro de que descera Gastone estivesse "queimada"

desde a morte de Gelson Reicher e Alex Xavier Pereira, no dia anterior (ver item 41), em cujo carro pode ter caído o endereço de uma garagem particular alugada a militantes da ALN.

46- Em janeiro/fevereiro de 72, duas quedas misteriosas se verificarem em GO, resultando no assassinato de Jeová Assis Gomes e Arno Preiss, militantes do MOLIPO. Jeová foi assassinado no dia 9/1/72 na cidade de Guará, norte de GO. A versão que se tem sobre sua morte é a de que um elemento loiro levou a repressão até a pensão onde ele se hospedava; não o encontrando naquele local, a repressão localizou-o num campo de futebol, assistindo a uma partida. Jeová foi imediatamente fuzilado, sem qualquer possibilidade de reação. Dados mais recentes provindos da própria repressão indicariam que aquele elemento loiro responsável pela morte de Jeová poderia ser Boanerges de Souza Massa, que se encontra preso no quartel do 2º BPE, em S.P. Quanto a Arno Preiss, ele foi assassinado em 15/2, em Paraíso do Norte-GO. Sabe-se que Arno fora cobrir um ponto naquela localidade e teria sido abordado por alguns policiais, que lhe exigiram documentos de identidade. Reagindo imediatamente ao pressentir a possibilidade de ser preso, Arno teria eliminado um policial e ferido outro, refugiando-se em seguida numa mata próxima, onde continuou resistindo até ser assassinado. Além dessas quedas há uma série de fatos relatados pelos moradores de várias cidades de GO, referentes a prisão e mortes de militantes revol. Assim, fala-se de prisões nas cidades de Pindorama, Porto Nacional, Natividade, etc. O relato de Natividade, leste de GO, dá conta da queda de 2 comp. (outra versão fala em apenas um), um dos quais teria se suicidado na prisão. Em Ponta Alta, fala-se da prisão de um casal. No geral, são prisões e mortes totalmente misteriosas, cujo esclarecimento é bastante demorado. É verdade, entretanto, que Boanerges Souza Massa pode ter tido participação, direta ou indireta, em algumas dessas quedas.

47- Em 11/5/72, na GB, José Pereira da Silva, militante da ALN, entregou-se à polícia. O fato é que, após a morte de sua comp. Gastone (ver item 45), José Pereira entrou em crise de vacilação ideológica, e culminando com o abandono, sem qualquer aviso aos comps., do aparelho que ocupava com outro militante. Viajando p/ a GB, José Pereira, através de seus familiares, acertou com a repressão as condições para entregar-se. Ao que parece, ele diz ter-se apresentado a fim de, nos cárceres, procurar Gastone, que ele **[ILEGÍVEL]** viva.

48- No dia 14/6/72, em SP, foram assassinados os comps. Yuri Xavier Pereira **[ILEGÍVEL]** Maria Kacinovic e Marcos Nonato da Fonseca, denunciados pelo proprietário de um restaurante em que almoçavam, no bairro da Mooca. Esse delator, Manoel Henrique de Oliveira, foi justiçado por um comando da ALN em **[ILEGÍVEL]**.

49- Em junho/72, em Anápolis (GO), foi preso o comp. Hamilton Pereira da Silva, que para lá se deslocara, saindo de SP, a fim de verificar a situação naquela cidade goiana. Hamilton foi preso logo ao sair da Estação Rodoviária de Anápolis, por policiais da OBAN-SP. Desconhecemos as razões dessa queda. Também por motivos por nós ignorados, foram presos **[ILEGÍVEL]** mais tarde, a comp. e um amigo de Hamilton, este de nome **[ILEGÍVEL]**. **[ILEGÍVEL]** em SP, residia com [ILEGÍVEL] de Souza Lima, preso meses mais tarde em condições desconhecidas por nós, e com Henrique Ferreira de Carvalho. Este último, depois de ter permanecido no Chile durante os meses que se seguiram à prisão de Hamilton, regressou ao Brasil em fins de 72 e entregou-se à polícia federal de Belém (PA) ou de Brasília (DF), não sabemos ao certo. Em todo esse período, houve uma série de quedas de pessoas ligadas de algum modo aos acima citados, mas não temos maiores dados

sobre as mesmas, a não ser o fato de terem sido processados, juntamente c/ Edmilson, cerca de 11 estudantes goianos.

50- Em julho/72, em SP, foram presos no interior de um bar, localizado no bairro de Vila Mariana, José Júlio de Araújo ("Jota Jota") e sua companheira Valderez Nunes Fonseca, militantes da ALN. José Júlio foi, posteriormente, assassinado na OBAN, sob torturas.

51- Em meados de agosto/72, em SP, foi preso um estudante da Escola Paulista de Medicina, de nome Gilberto Tanus. Sua queda teria se dado através de um militante do PCB. Gilberto revelou os nomes de Walter Nascimento e Paulo Antunes Horta, que foram presos. Paulo indicou seu apartamento. No mesmo prédio, morava sua prima Maria Marta Silva Antunes, fato este relatado pelo zelador à repressão. Maria Marta foi presa e abriu Heloísa Bernardes e Ana Maria Barbosa.

52 – Em fins de outubro/72, em SP, teria sido preso em circunstâncias misteriosas um operário metalúrgico morador no bairro de Vila Carrão de nome Rubens Carlos Costa. Este operário fora, até fins de 69, contato de Otávio Ângelo – "Tião" (ver item 18), tendo sido recontatado, já em 71, por Antônio Benetazzo (a mando de "Tião"), vindo de Cuba. Preso, pode ter denunciado que Benetazzo e mais 2 militantes do MOLIPO, João Carlos Cavalcanti Reis e Natanael de Moura Girardi, frequentavam sua casa. Nessa ocasião, Rubens foi solto, com o compromisso firmado por escrito de denunciar quem lá aparecesse. Consta que Rubens se arrependeu e tentou suicidar-se com fogo. Benetazzo, entrementes, teria ido procurar Rubens no dia 28/10, sendo preso. Parece ter-se atirado sob as rodas de um caminhão, 2 dias depois, 30 de outubro, possivelmente com a intenção de, matando-se, avisar seus comps. de que a casa de Rubens estava "queimada". Neste mesmo dia, João Carlos Cavalcanti Reis ("Marcos") e Natanael de Moura Girardi, talvez ainda desconhecendo a prisão de Benetazzo, ou não entendendo sua "advertência" ao matar-se, foram também à casa de Rubens. A repressão q. lá permanecera, assassinou "Marcos" e feriu Natanael que, mesmo assim, escapou à prisão.

53- No dia 15/12/72, em SP, ao descer de um táxi, foi presa a médica psiquiatra Regina Elza Solitrenick, por razões ignoradas. Regina levou à prisão de inúmeros estudantes que militavam no ME em 68, além de Consuelo de Castro, Eliana Nery Conde Malta e Maria Jurema Venceslau de Carvalho e seu marido Olavo. Informou, também, que Joel Rufino dos Santos ("Pedro Ivo") a teria procurado, certa vez a pedido de um militante preso, para que colaborasse na montagem de um esquema médico p/ a ALN. Para prender Joel a repressão deteve inúmeras pessoas de seu círculo de amizades, conseguindo finalmente prendê-lo quando descia de um ônibus na GB. Joel, na verdade, encontrava-se desligado da ALN desde fins de 71. Assim mesmo, abriu vários conhecidos seus, vários na GB e muitos em SP, entre os quais Elza Edite Salek, Iracema Maria Nola Impig, Maria Cecília Albuquerque Maranhão, Otila **[ILEGÍVEL]**, Olívia **[ILEGÍVEL]** e Ricardo Frota Maranhão, alguns dos quais permanecem detidos por várias semanas. Consta que, com as informações de Joel, a repressão prendeu vários militantes do PCB, incluídos em processo à parte.

54- No dia 15/3/73, em SP, no bairro da Penha, foram friamente assassinados, sem qualquer possibilidade de reação, os comps. Arnaldo Cardoso Rocha ("Gibóia"), Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel **[ILEGÍVEL]**, desconhecendo-se até o momento o que possibilitou sua localização.

55- **[ILEGÍVEL]**/73, foram presas Arlete Lopes Diogo e [ILEGÍVEL esta última quem abriu Adriano **[ILEGÍVEL]** e **[ILEGÍVEL]**, militantes da ALN, ambos estudantes de Geologia-USP. Alexandre foi assassinado sob tortura, na OBAN, em 17/3/73, no dia seguinte ao de sua prisão. "Mug", dias mais tarde, abriu Paulo Pratasehi, quando Alberto Afonso Lázaro ("Babão"), da Geologia-USP, informou à repressão **[ILEGÍVEL]** conhecia Paulo. Quanto a "Babão", não sabemos como foi **[ILEGÍVEL]**. Foram presos, ainda, **[ILEGÍVEL]** Luiz Valente e seu marido, Flávio **[ILEGÍVEL]** Borges Frasão. Em decorrência da prisão de **[ILEGÍVEL]**, seu marido **[ILEGÍVEL]** apresentou-se à OBAN alguns dias depois. No dia 6/4/73, em plena via pública, foi assassinado Ronaldo Mouth Queiroz – "Papa". Há 2 versões para explicar sua queda: ou ela se deu em ponto aberto por "Babão", ou a partir de informações/investigações outras que teriam permitido seguir Queiroz por alguns tempos, antes de assassiná-lo, o que explicaria a queda de seu aparelho, invadido pela repressão, logo após sua morte.

56- Ao dia 5/5/73, em SP, foi preso novamente César Augusto Stephan Castiglioni (ver item 34), quando procurava avistar-se com sua genitora. César teria sido aberto por duas estudantes de Ciências Sociais, uma delas de nome Nádia Feres Vilela. César abriu: Delamare Machado da Silva, Edson Batista Félix Silva, João Bosco Coutinho Favacho e José Gomes Tinoco, sendo os 2 últimos militares da ativa – sargento e tenente, todos integrados no CSR (Comitê de Solidariedade aos Revolucionários). César abriu, ainda, Gabriel Prado Mendes, elemento pertencente a um grupo independente que mantinha contato com o MOLIPO. Gabriel ou César teriam aberto o aparelho do primeiro, onde foram presos Tânia Rodrigues Mendes, companheira de Gabriel, Idibal de Almeida Piveta, advogado, e Roberto Cunha Azzi, auxiliar de Idibal: os 2 últimos davam assistência jurídica à Tânia. Gabriel abriu um ponto com Irineu de Morais – "Índio", preso mais uma vez (ver itens 7 e 17). Teria aberto, ainda, Fernando Casadei Sales, que foi detido juntamente c/ sua esposa Albertina Pedrassoli Sales, ambos presos pela segunda vez (ver item 22). Tânia, por sua vez, abriu Paulo Miguel Novaes e este abriu o advogado Eshid Tahan Saab, irmão de Monir Tahan Saab (ver item 41). Paulo Novaes, no afã de prestar informações à repressão, deduziu erroneamente que o autor de um documento de denúncia que alguém lhe passara, certa vez, era Antenor Meier. Em função disso, a OBAN deteve Aguinaldo Meier (ver item 36), irmão de Antenor, e que o visitava no presídio, para saber dele se havia recebido algum documento de seu irmão e passado adiante. Tânia ou Gabriel abriram também, José Carlos Miziara, estudante do curso experimental da FMUSP e da Física-USP, que foi preso em agosto/73 pelo DEOPS. Além de Miziara, soube-se da prisão de mais um elemento, ainda pelo DEOPS, em agosto /73, por informações de Miziara, Fernando Casadei abriu Djalma Querino de Carvalho e sua esposa Leila. Abriu, ainda, um ponto em Salvador (BA) onde foi preso Arno Brichta, apontado como elemento que deveria receber comps. vindos do exterior. Arno abriu um elemento de apoio do PC do B e daí teria se originado um processo de quedas dessa Organização. Através de Gabriel, Paulo Novaes e Irineu, foi localizada uma área de trabalho de campo situada em GO, entre as cidades de Jataí e Rio Verde. Nessa região teriam sido mortos Márcio Beck Machado e Maria Augusta Tomaz, militantes do MOLIPO. Deve-se ressaltar que César Castiglioni e Paulo Novaes transformaram-se, a partir de determinado momento, em verdadeiros colaboradores da repressão, em intensa atividade de delação.

57- No mês de julho/73, em SP, foram assassinados Luís José da Cunha (“Crioulo”), no dia 13, e Heuber José Gomes – “Euclides”, no dia 16, ambos militantes da ALN. “Crioulo”, quadro de direção, pode ter sido morto em um ponto com algum seu apoio pessoal, fora, portanto, do controle da ALN, ou com algum elemento da GB, tanto que para SP se deslocara uma equipe de policiais do R. de Janeiro especialmente p/ localizar “Crioulo”. Já “Euclides”, ao que consta, encontrava-se descontatado da ALN desde as quedas de março/73 e, provavelmente, foi localizado pela repressão ao encontrar-se com algum seu familiar.

58- Além de todos os processos de queda até aqui relacionados, dos quais temos um mínimo de informações, achamos necessário anotar possíveis casos de comps. mortos pela repressão e cujas mortes são mantidas em segredo pelos órgãos repressivos. Insistimos que são casos incertos, a maioria deles citados oficiosamente por fontes da própria repressão, indignas, portanto, de maior crédito. Assim, temos:

a) Do chamado “Grupo dos 28” do MOLIPO, a repressão afirma ter assassinado todos os “28” (entre os quais Rui Barbet “Oswaldão”), c/ exceção de: **[ILEGÍVEL]** Dirceu de Oliveira; 2- Natanael de **[ILEGÍVEL]** Girardi; 3- “Pedro” ou **[ILEGÍVEL]** identidade legal desconhecida pela repressão); 4 – João Leonardo **[ILEGÍVEL]** Rocha – “Saul”; 5- Otávio Ângelo – “Tião”; 6- Boanerges de Souza **[ILEGÍVEL]** (preso no 2º BPE).

b) Paulo de Tarso Celestino Silva – “Vovô”, quadro de direção da ALN, preso na GB em julho/71, juntamente com **[ILEGÍVEL]** Telles Guariba, ex-militante da **[ILEGÍVEL]**. Ambos teriam sido assassinados sob torturas.

c) **[ILEGÍVEL]** Dias de Oliveira, militante da ALN, ex-companheira de Geraldo **[ILEGÍVEL]**, e Paulo César Botelho Massa, também militante da ALN, presos na GB no dia 31/1/72, e posteriormente assassinados sob torturas.

d) Maria do Amparo Araújo, irmã de Luís de Almeida Araújo – “Ludovico” (ver item 38), em data e local não sabidos.

e) José Sarroris, ex-militante da ALNS (1968) integrado nos quadros do RAN (Resistência Armada Nacionalista), morto, na GB, em 72 ou início de 73.

59 – OBSERVAÇÃO FINAL: para completar, relacionaremos os comps. de ALN e MOLIPO mortos em combate (mortes oficialmente divulgadas) ou em acidentes, cujos nomes não foram citados no texto acima, por fazerem parte de quedas não examinadas por nós:

a) Luís Afonso Miranda da Costa Rego – “Nei” – 25/1/70 – GB – disparo acidental – ALN.

b) Eiraldo Palha Freire – 1/7/70 – sequestro “Caravelle” no Galeão – ALN.

c) Heloísa Ianni – “Gorda” – 20/12/70 – ALN, afogamento acidental no CE.

d) Aldo Sá Brito de Souza Netto – “Renê” – 12/1/71 – tortura em MG – ALN.

e) Mário de Souza Prata – 3/4/71 – combate – GB – ALN.

f) Marilene Villas Boas – 5/4/71 – tortura – GB – ALN.

g) Antônio Carlos Nogueira Cabral – “Chico” – 11/4/72 – combate – GB – ALN.

h) Aurora Maria Nascimento Furtado – “Lola” – tortura – GB – ALN.

i) Norgival Araújo – 7/5/73 – tortura – GB – ALN.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Presidência da República
Gabinete Militar

Pontos a Declarar

1. Interregno no Governo Costa e Silva em virtude do seu estado de saúde.
2. Não há solução de continuidade no governo em consequência não haverá mudanças da política no campo interno ou externo.
3. Compromisso de restabelecer o governo Costa e Silva tão logo o Presidente se recupere.

Obs. Não tocar no restabelecimento constitucional.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

5 Sept. 1969

Dearest Elfie,

I am all right and I am hoping that I shall be liberated and see you soon. Please don't worry – I am trying not to.

The Brazilian authorities have been informed of the demands of the people who are holding me? They should not try to find where I am, which might be dangerous, but hurry to meet the conditions for my release –

These people, of course, are very determined –

All my love, darling – hoping that we shall be together soon.

Elbrick

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Split in Regime Reported

By WILLIAM BEECHER

Special to The New York Times

Washington, Sept. 9 – A group of Brazilian colonel argued for countering the kidnapping of the American Abassador, C. Burke Elbrick, with a threat rather than capitulation, according to a report arriving here through diplomatic channels.

The colonels unsuccessfully urgued the Government to declare the unless the Ambassador was released unharmed within a specified time the 15 political prisoners, whom the kidnappers had demanded be freed, would be publicy hanged.

The officers insisted that to give in to the demands of leftist terrorist would only invite more kidnappings and other forms of politically motivated violence.

If the ultimatum was rejected, they said, the executions should be carried out even though this would probably result in the death of Mr. Elbrick.

In one stormy session, the reports say, an advocate of this approach argued that the life of only one American as involved. The United States, he said, loses almost 200 lives a week in Vietnam and could end that loss of life by pulling out of the war. But it not do so for reasons of principle and national policy, he declared, and added that important issues of principal and policy were involved for Brazil in the kidnapping incident.

This approach was rejected by the ruling military triumvirate, made up of leaders oh three services: Gen. Aurelio Lyra Tavares, Adm. Augusto H. Rademaker Grunewald and Air Marshal Marcio de Souza Mello.

The junta took power last week after President Arthur da Costa e Silva was incapacitated by a stroke. The constitutions had called for assumption of power by the Vice President in suck an event.

[Voltar]

[Voltar]

O ministro LYRA TAVARES colocou em debate as cartas do Gen Ex MONIZ DE ARAGÃO. O Gen Ex MÉDICI, Cmt do III Exército fez a defesa dos familiares do Presidente COSTA E SILVA, dizendo que, pela sua experiência no SNI por cerca de dois anos, sabe muito bem como se deturpam fatos e acontecimentos no campo das informações. O Gen Ex MURICY, Chefe do EME, teve várias considerações sobre o caso, e o Gen Ex CANAVARRO, Cmt do II Exército, julgou conveniente que houvesse esclarecimentos (sobre o teor das cartas), feitos em forma devida, para que não restem dúvidas nos casos mostrados pelo Gen Ex. ARAGÃO.

10. ENFERMIDADE DO PRESIDENTE

a. Generalidades

No período da Junta Militar, quando enfermo o Presidente COSTA E SILVA, apresentam particularidades as 43ª., 44ª., 45ª. e 46ª reuniões.

b. 43ª Reunião

Realizou-se, em 5 Set 69, no Rio de Janeiro, sendo tratados os seguintes assuntos:

- Doença do Presidente COSTA E SILVA;
- Pensamento do Exército com relação ao Vice-Presidente PEDRO ALEIXO, em razão de sua atitude quando da expedição do AI-5 e durante o processo de revisão constitucional;
- Substituição do Presidente;
- Delicada situação disciplinar do Exército, abalada pela atitude do Gen Ex Aragão;
- Documento que trata da articulação da candidatura do General AFONSO ALBUQUERQUE LIMA à Presidência da República (trepidação e clima de agitação existentes no meio militar);
- Sequestro do Embaixador Norte-Americano e imposições dos terroristas, destino dos terroristas a serem libertados (o General MÉDICI mostrou a inconveniência dos terroristas irem para o Uruguai);
- Terrorismo em São Paulo;
- O Gen Ex Muricy, considerando a conveniência do impedimento do Presidente, informou que fora procurado em sua casa pelo Gen Ex ARAGÃO, que lhe transmitiu sua preocupação quanto à continuidade do governo na mão dos três Ministros Militares.

Transcrição: Roberto Jannarelli

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

[À MÃO: 210 Gen Lyra]

EXPOSIÇÃO AO ALTO-COMANDO

Esta nossa reunião, convocada em momento de tanta gravidade, exige, de cada um de nós, a compreensão da atual conjuntura, a meditação segura sobre os fatores que devem influir no seu encaminhamento e, acima de tudo, a visão esclarecida do que poderá vir depois, quer favorável, quer desfavorável, para o Exército e, sobretudo, para a Nação.

Não basta que pensemos na crise com que fomos surpreendidos, e que constitui a ideia mais imediata, e sujeita às emoções do momento. Cumpre-nos, também, evitar que venham outras, talvez mais graves, podendo comprometer os destinos da Revolução. Ela foi feita sob a bandeira da democracia, precisamente para resguardá-la da ação comunista e para fortalecê-la pelo desenvolvimento do País.

É preciso reconhecer que as Forças Armadas não poderão realizar, isoladamente, um programa de tal envergadura. E, mais do que isso: será um desastre a sua desunião nesta hora, tanto a das três Forças, entre si, como, particularmente a quebra da nossa própria unidade por qualquer tipo de desentendimento.

O papel fundamental que lhes cabe, é o de garantir a Segurança Interna, e o de impedir que o Brasil descambe para o caos, garantindo a irreversibilidade da Revolução.

Estou certo de que a situação merece, exige e há de ter, da parte de todos os Chefes responsáveis, a compreensão da sua gravidade, bem como a nobreza, o espírito de renúncia e o patriotismo de todos nós.

Para isto, é imprescindível que contemos, também, em todas as horas, com o apoio, a coesão e a confiança da Marinha e da Aeronáutica, pois não devemos nem podemos atuar isoladamente, sobretudo nestas circunstâncias. É um princípio que deve reger todas as nossas atitudes, no âmbito da Segurança Interna.

Os Ministros Militares, sem desejarem nada mais do que isso, pois estão apenas cumprindo, com grande sacrifício, um dever temporário, se uniram, para assegurar a continuidade do Governo, e estão firmemente empenhados, no encontro de uma solução que permita superar a crise, resguardando o conceito e o prestígio do Brasil como Nação democrática, em pleno e indiscutível processo de restauração e desenvolvimento.

É este o entendimento que temos da situação, em caráter absolutamente franco e confidencial. Esta reunião está sujeita às especulações políticas, à curiosidade e às interpretações da Imprensa, pois já há até os que imaginam que estamos aqui para decidir sobre os destinos do Brasil, quando o que nos preocupa é unicamente o papel relevante que temos na sua Segurança, juntamente com a Marinha

e a Força Aérea, cujos órgãos de cúpula estão também reunidos, para os mesmos fins e com os mesmos propósitos.

Atravessamos momentos críticos com os problemas, quase que simultâneos, do impedimento temporário do Presidente e o da sua substituição, sem que tivéssemos tempo de pensar juntos, dada a surpresa com que fomos colhidos. E veio, logo em seguida, o episódio do sequestro do Embaixador Norte-Americano. Eu peço que os prezados camaradas, responsáveis, perante o Ministro, pelos Órgãos de cúpula do Exército, compreendam o problema com que nos defrontamos, já felizmente superado na sua fase mais aguda. Agora, porém, devemos estar reunidos com maior frequência.

Atravessamos uma situação de crise, dominando os mais legítimos impulsos emocionais, graças ao senso de responsabilidade e a atuação segura com que os Chefes conseguiram resguardar, em todas as áreas, a predominância das suas lideranças. Todos nós, sobretudo os Grandes Comandos, sabemos como foi difícil conter, pelo próprio equilíbrio emocional, os impulsos naturais da justa revolta que nos causaram o manifesto subversivo e a ação dos sequestradores. Eles despertaram, porém, a Nação para a realidade da Guerra Revolucionária, na qual ela não acreditava.

Estou certo de que, a esta altura, o fato de havermos guardado a serenidade imprescindível, de modo a bem pesar as implicações do que parecia ser, a primeira vista e no momento mais agudo, a única resposta digna e corajosa, aliás a mais fácil e mais espontânea, permitiu consolidar o prestígio internacional do Brasil. O conceito do Governo Militarista, dentro e fora do País, criado pelos próprios comunistas, se transformou no consenso internacional.

Ele conta, manifestamente, com o apoio geral da opinião pública e a confiança necessária para que não ocorressem, como era de temer, a debacle no campo financeiro e o abalo do nosso crédito externo, o que seria muito grave e corresponderia ao objetivo dos nossos adversários.

O episódio teve a vantagem de dividí-los, quando já entramos na segunda fase da guerra aberta que uma das suas facções declarou, publicamente, estar travando contra as nossas Instituições democráticas. O povo está agora alertado pelo seu manifesto, contra as ameaças que, antes, não compreendia tão claramente.

Nestas condições, devemos estudar juntos, e atuar juntos, no quadro que estamos vivendo, porque ele é grave e se tornará ainda mais grave se não tivermos todos a consciência das responsabilidades que nos cabem e a nobreza de atitudes com que devemos preservar a nossa união, seja qual for a evolução dos acontecimentos.

O Presidente, com grande pesar para todos nós, está doente, mas felizmente em processo de recuperação. É um problema que nos obriga a poupá-lo de intervir, por isso, nas decisões a tomar, pelo dever de resguardá-lo das emoções próprias do momento e do exercício do cargo, bem como do da lealdade que é própria da nossa formação militar.

Em prazo, que não poderá ser longo, ele mesmo, que é, legalmente, o Chefe da Nação, decidirá, se terá condições de exercer plenamente os árduos e complexos encargos de que somos, transitoriamente, depositários os Ministros Militares.

Não cabe ao Exército, nem mesmo às Forças Armadas, por si sós, tomarem, imediatamente, decisões sobre um assunto naturalmente sujeito a especulações e objeto da ansiedade geral. Nem é para esse fim que estamos reunidos. Mas é necessário que acompanhemos a evolução dos acontecimentos, pelas responsabilidades que temos, com a Marinha e a Aeronáutica, na Segurança

Nacional. Não podemos ser surpreendidos, em circunstâncias tão graves. Elas exigem, antes de tudo, que pensemos juntos, para preservar a nossa coesão, tanto agora, como, sobretudo, diante do que possa ocorrer mais tarde.

Daí a razão pela qual decidi convocar, não apenas esta reunião, como outras, que se fizerem necessárias, para auscultar, como é do meu dever e do meu feitio, o pensamento dos membros do Alto-Comando, responsáveis pelos diversos setores das atividades do Exército.

Cabe-me, além de tudo, fazer presente aos outros Ministros Militares a síntese desse pensamento e da sua objetivação progressiva, dependente do rumo dos acontecimentos.

Cumpre-me, finalmente, alertá-los para o fato de que o problema, seja qual for a definição nova que vier a ter, dependente da evolução do estado de saúde do Senhor Presidente, terá que ser encarado sob os aspectos da legitimidade, institucionalização e consentimento expresso das Forças Armadas, cumprindo considerar, também, os seus reflexos no campo internacional.

O exercício do Poder pelos três Ministros Militares que de nenhum modo desejam substituir o Presidente, mas unicamente permitir que ele se recupere, representa uma solução transitória e difícil, que se tornou imperativa.

A dura missão que estamos cumprindo é apenas a de assegurar a continuidade do Governo e a manutenção da ordem, tendo em vista resguardar os mais altos interesses da Nação, da qual as Forças Armadas constituem um dos setores mais responsáveis, na presente conjuntura.

Trata-se, antes de tudo, de defender a democracia brasileira, dentros dos princípios da Revolução, sem degradar a sua verdadeira imagem e os seus autênticos propósitos, perante a opinião pública, sobretudo porque ela está, agora, nos apoiando e nada conquistaremos sem o seu apoio, no combate à subversão.

Foi nesse sentido que eu solicitei o pensamento de cada um dos prezados camaradas do Alto-Comando. Desejo que ele seja entregue, por escrito, até amanhã, ao General Secretário do Alto-Comando, pois é possível que as informações que lhes posso prestar, e a troca de ideias entre uns e outros, na parte da tarde, quando estarei ausente, forneçam dados mais precisos para este primeiro estudo de situação que estamos formulando.

A. de Lyra Tavares

Transcrição: Roberto Jannarelli

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

[CARIMBO: SECRETO]

44ª REUNIÃO

* * *

Atas de Reunião do Alto Comando do Exército

44ª REUNIÃO

No dia quinze de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, no Quartel General do Exército, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Alto Comando do Exército, sob a presidência do Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército, para apreciação dos assuntos constantes da Agenda previamente distribuída. Compareceram os Sr Generais-de-Exército Antônio Carlos da Silva Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército; Jurandyr de Bizarria Mamede, Chefe de DPO; Syseno Sarmento, Cmt do I Ex; Alfredo Souto Malan, Cmt do IV Ex; José Canavarro Pereira, Cmt do II Ex; Emílio Garrastazu Médici, Cmt do III Ex; Isaac Nahon, Chefe do DGP e o General-de-Divisão Dr Olívio Vieira Filho, que responde pela Chefia do DPG. Assistiu, também, à reunião o Sr General-de-Brigada Arnaldo José Luiz Calderari, Chefe do Gabinete do Ministério, na forma do parágrafo 2º do Art 2º do Regulamento do Alto Comando.

Os jornalistas credenciados junto ao Gabinete do Ministro tiveram permissão para assistir à abertura dos trabalhos e tirar fotografias, retirando-se antes da apreciação dos assuntos constantes da Agenda.

Aberta a sessão, foi aprovada a Ata da 42ª Reunião, sem alterações. Em seguida, foi aprovada a Ata da 43ª Reunião com as seguintes ressalvas: pelo Sr Cmt do II Exército, a Fls 3, 14ª linha, sugerindo que em vez da expressão “300 terroristas” deve-se ler “300 prisioneiros, sendo 90 subversivos”; pelo Sr Cmt do III Exército, a Fls 3, 33ª e 34ª linhas, sugerindo que em vez da expressão “dois estudantes democratas de Porto Alegre” se leia “um professor e um estudante, ambos gozando de elevado conceito no meio universitário e no III Exército”.

O Sr Ministro leu uma exposição que contém seu entendimento pessoal sobre os graves motivos que o levaram à convocação da Reunião, bem como a orientação para seu desenrolar e os objetivos de seus trabalhos. Esse documento, é juntado à presente Ata, como Anexo nº1. Terminada a leitura, o Sr Ministro disse estar pronto para conversar com os membros do Alto Comando do Exército, explicando que pediu também a opinião do Gen Arthur Duarte Candal Fonseca que, por já ter sido nomeado Comandante do IV Exército, será proximamente membro do Alto Comando, e do Gen

Rodrigo Octavio Jordão Ramos, Comandante Militar da Amazônia, por sua posição hierárquica e pelo comando que exerce presentemente. O Gen Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão também apresentou sugestões, que, como as demais, estão sujeitas a alterações por seu autor, se este o desejar, após ter ouvido a opinião de outros altos chefes militares. O Secretário do Alto Comando leu os documentos enviados pelo Gen Div Rodrigo Octavio e pelo Gen Aragão, os quais são juntados à presente Ata, como Anexos nº 2 e 3, respectivamente. Finda a leitura, o Sr Ministro fez alguns comentários de ordem pessoal, dando a palavra, em seguida ao Sr Gen Malan, Cmt do IV Ex.

O Sr Cmt do IV Ex relatou as providências preliminares que determinou, tendo ouvido os Oficiais Generais subordinados, para poder trazer sua opinião ao Alto Comando. Fez breves comentários sobre as opiniões expedidas pelos Gen Rodrigo Octavio e Aragão, considerando a primeira como de um classicismo que lhe parece fugir às circunstâncias do momento e a segunda mais adequada à urgência das providências requeridas, embora merecendo reparos. Considera que as soluções são urgentes, pois as atividades nacionais, em todos os setores, estão em tempo de parada, aguardando uma solução. Com base nessas hipóteses, passou a ler e comentar as anotações de ordem sumária que trouxe, consubstanciando a opinião do IV Exército, as quais são juntadas à presente Ata, como Anexo nº 4.

Respondendo a uma pergunta do Sr Ministro quanto à legitimação dos atos das Forças Armadas o Sr Gen Malan respondeu que estas devem assumir a responsabilidade pelo poder, devendo exercê-lo por um período de quatro anos, sem levar em conta as outras áreas políticas. Interpretando suas palavras, o Sr Ministro procurou ressaltar que, na opinião do Gen Malan, o Governo fica por quatro anos nas mãos das Forças Armadas, mostrando sua preocupação com os reflexos internacionais dessa atitude, bem como os reflexos sobre as demais forças vivas da Nação e o povo em geral. Esclarecendo uma intervenção do Sr Gen Muricy, o Sr Gen Malan declarou julgar que não há necessidade de legitimação pelo Congresso, cuja reabertura poderá ser feita mais tarde, em função da evolução dos acontecimentos. Considera que no momento deve-se buscar a rápida solução para os problemas presentes.

O Sr Ministro, em novos comentários, ressaltou que nesta reunião, sem que se procure contestar a opinião exposta por cada membro presente, todos devem ser ouvidos para, em próxima reunião, prosseguir-se na apreciação da situação. Em seguida, solicitou que o Sr Comandante do III Exército expendesse sua opinião.

O Sr Gen Médici mostrou como procedeu para colher a opinião dos Oficiais Generais que tem sob seu comando dos quais, à exceção de três, todos os demais foram ouvidos, a qual é consubstanciada no documento que passaria a ler, com o ponto de vista do III EXÉRCITO sobre a situação. Logo no início de sua Exposição, o Sr Ministro interveio para ler o último boletim médico sobre o estado de saúde do Sr Presidente. Terminada a leitura, o Sr Gen Olívio, na qualidade de médico, com 35 anos de atividade profissional, fez várias observações sobre a enfermidade que acometeu o Sr Presidente, declarando, em resumo, que julga ser muito pouco provável que o Marechal Costa e Silva venha a ter condições para o exercício da Presidência, dadas as características do acidente circulatório que o acometeu. Retomando a palavra, o Sr Gen Médici completou a leitura do documento, que é juntado à presente Ata como Anexo nº 5.

Terminada a leitura feita pelo Sr Cmt do III Ex, o Sr Ministro fez uma análise sumária, julgando que a formulação, a curto prazo, de uma Constituição Revolucionária, sugerida como primeira condição de execução pelo III Ex, não é tarefa fácil, por demandar muito tempo. Em suas considerações, mostrou-se o Sr Ministro preocupado com os reflexos internacionais da outorga direta pelas Forças Armadas de nova Constituição, com o problema da escolha dos novos dirigentes e também com a legitimação das decisões das Forças Armadas perante a opinião pública interna, o que julga necessário para que se mantenha a normalidade da vida da Nação.

Em seguida o Sr Ministro narrou em pormenores a visita que os Ministros Militares fizeram ao Sr Presidente da República, o qual se mostrou muito emocionado. Após a visita, os Ministros Militares reuniram-se com os três médicos que assistem o Sr Presidente, os quais declararam julgar que é necessário um prazo de 6 semanas para a definição do processo de restabelecimento do paciente. Após suas considerações, deu a palavra ao Sr Cmt do II Ex.

O Sr Gen Canavarro, após referir-se a reunião que teve com os Generais-de-Divisão subordinados, aos quais encarregou de ouvir os Generais-de-Brigada do II Ex, leu o documento que redigiu traduzindo o pensamento do II Exército, referente à situação, o qual constitui o Anexo nº6 da presente Ata.

Em seguida a sua exposição, o Sr Cmt do II Exército prestou alguns esclarecimentos sobre o documento, tendo-se generalizado um debate entre os presentes, ressaltando o Sr Cmt do IV Ex a necessidade de que as decisões sejam tomadas em curto prazo, tendo os Sr Chefe do Estado-Maior do Exército e Cmt do III Exército dito que é importante definirem-se as condutas a seguir, não sendo a urgência tão premente.

Foi dada a palavra ao Sr Gen Syseno, Cmt do I Ex que, informou ter debatido e estudado o assunto com todos os oficiais generais sob seu comando na área da Guanabara e Niterói, tendo sido as conclusões levadas ao conhecimento dos oficiais generais da 4ª RM e aprovadas. Em seguida, leu a opinião do I Ex, constante do documento juntado à presente Ata como Anexo nº 7.

Foi dada a palavra em seguida ao Sr Chefe do DPG para expor a opinião do seu Departamento. O Sr Gen Olívio, mencionando terem sido ouvidos todos os Generais subordinados, inclusive um dos Oficiais-Generais que se encontra baixado a hospital, passou a ler o documento que consubstancia a opinião de seu Departamento o qual é juntado à presente Ata, como Anexo nº 8.

A exposição foi interrompida algumas vezes pela participação dos presentes em debates sobre a forma do afastamento do Sr Presidente e a premência de prazos para que se encontre uma solução, mostrando o Sr Chefe do DPG que não deve ser protelada a solução, com o exercício de um mandato-tampão, pois constituiria uma prova de imaturidade política deixar-se de adotar a solução devida quando se dispõe de todos os instrumentos para fazê-lo.

Terminada a exposição do Sr Chefe do DPG, falou o Sr Gen Nahon, Chefe do DGP, lendo o documento elaborado em seu Departamento, o qual é juntado à presente Ata, como Anexo nº 9.

Em seguida o Sr Gen Mamede Chefe do DPO fez uma exposição sobre o ponto de vista daquele Departamento, a qual, em resumo, constitui o documento juntado à presente Ata, como Anexo nº 10.

O Sr Gen Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército, passou a ler em seguida a opinião dos Generais subordinados, a qual está consubstanciada no documento que constitui o Anexo nº11.

Terminada a exposição do Sr Chefe do Estado-Maior o Sr Ministro tomou a palavra para sintetizar o trabalho realizado na reunião, debatendo com os membros presentes o procedimento a seguir. Desse debate ficou decidido organizar-se uma Comissão para reunir e sintetizar o material apresentado pelos membros presentes e dar oportunidade para o diálogo e os entendimentos necessários entre os membros do Alto Comando e outros chefes, sobretudo considerando-se a situação dos comandantes dos II, III e IV Exércitos. A comissão foi constituída pelos Sr Generais Muricy, Médici e Mamede, sendo secretariada pelo Gen Corrêa. Foi marcada nova reunião do Alto Comando para o dia 17, a fim de, apreciadas as conclusões da comissão citada, ser dada a última palavra do Alto Comando do Exército. Ficou decidido, ainda, que o Alto Comando das Forças Armadas deve ser o órgão para a apreciação final das propostas de cada Força.

A reunião foi encerrada às 1210 horas, tendo sido lavrada a presente Ata que eu, General-de-Divisão Antônio Jorge Corrêa, Secretário do Alto Comando, escrevi e mandei datilografar.

[Assinaturas]

[CARIMBO: SECRETO]

Transcrição: Roberto Jannarelli

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

[CARIMBO: SECRETO]

46ª REUNIÃO

* * *

Atas de Reunião do Alto Comando do Exército

46ª. REUNIÃO

No dia 29 de setembro de 1969, no Quartel General do Exército, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Alto Comando do Exército, sob a presidência do Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares, Ministro do Exército, para apreciação dos assuntos constantes da Agenda previamente distribuída. Compareceram os Sr Generais-de-Exército Antônio Carlos da Silva Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército; Jurandyr de Bizarria Mamede, Chefe do DPO; Syseno Sarmento, Cmt do I Ex; José Canavarro Pereira, Cmt do II Ex; Emílio Garrastazu Médici, Cmt do III Ex; Isaac Nahon, Chefe do DGP e os Generais-de-Divisão Dr Olívio Vieira Filho e Arthur Duarte Candal Fonseca, sendo este Comandante Interino do IV Ex e aquele respondendo pela Chefia do DPG. Assistiram, também, à reunião o Sr. General-de-Exército Alfredo Souto Malan na forma do Art 7º do R/189 e o Sr. Gen Bda Arnaldo José Luiz Calderari, Chefe do Gabinete do Ministro, na forma do parágrafo 2º do art 2º daquele Regulamento.

Os jornalistas credenciados junto ao Gabinete do Ministro tiveram permissão para assistir à abertura dos trabalhos e tirar fotografias, retirando-se antes da apreciação dos assuntos programados.

Iniciando-se a reunião, o Sr Secretário leu a Ata da Reunião anterior, a qual, após apreciada pelos presentes, foi aprovada.

Em seguida, o Gen Syseno fez referência à visita que recebera do Gen Augusto Cezar de Castro Moniz de Aragão e leu carta que aquele General lhe dirigira, a qual é anexada à presente Ata, como Anexo nº1.

O Sr Ministro leu documento dirigido aos membros do Alto-Comando, referente aos objetivos desta reunião, no qual desejou fixar sua posição pessoal em relação aos nomes a serem indicados ao Alto Comando das Forças Armadas. Além disso, deu conhecimento das respostas dadas pelos médicos que assistem o Presidente Costa e Silva aos quesitos que lhes foram formulados pelos três Ministros Militares a respeito da saúde de S. Exa., ressaltando o caráter estritamente confidencial dessas respostas, por motivo de ética profissional. Terminada a leitura do documento, o Sr Gen

Malan pediu a palavra, sugerindo que, por sua importância, o referido documento fosse anexado à Ata.

O Sr Gen Muricy apreciando o assunto, manifestou-se dizendo ser da mesma opinião. O Sr Gen Olívio considerou o documento apresentado pelos médicos que assistem ao Sr Presidente como uma peça de Medicina Forense e não, propriamente, um diagnóstico clínico. Ao final, tendo participado do debate os demais membros presentes, o Sr Ministro concordou que o documento que acabara de ler constasse da Ata, à qual é anexado como Anexo nº 2;

O Sr Gen Médici declarou respeitar a decisão do Sr Gen Lyra de não aceitar a indicação de seu nome dizendo que, após essa decisão e a leitura do parecer dos médicos assistentes do Sr Presidente, ficou mais robustecida a sua própria decisão de não desejar aceitar cogitação do seu nome, em fase das suas ligações de amizade pessoal com o Presidente Costa e Silva.

Pedindo a palavra, o Sr Gen Muricy fez um comentário pessoal sobre o problema, dizendo que embora julgasse o Sr Gen Lyra como dos que reuniam mais condições para o exercício da Presidência da República, compreendia suas razões pessoais; ademais, a Revolução seria engrandecida se os três ministros militares transmitissem o Poder a outra personalidade, caracterizando assim a desambição das Forças Armadas e a sua preocupação com os altos destinos do Brasil. Informou que, nas consultas aos Oficiais-Generais subordinados, o nome do Sr Ministro surgiu em várias oportunidades, tendo sido considerado à parte, em virtude do desejo de S. Exa. e das razões que acabava de expor. Considerou que qualquer dos membros presentes teria que encarar a indicação do próprio nome como uma imposição do dever, não podendo de nenhuma forma fugir à indicação do Alto Comando. Caracterizou a desambição de todos, que fortalece esta obrigação.

O Sr. Ministro voltou a comentar o assunto, frisando que, além dos problemas de ordem pessoal, havia o compromisso moral dos três Ministros Militares de não aceitarem a cogitação de seus nomes, dada a responsabilidade que lhes cabia na condução dos acontecimentos.

O Sr Gen Muricy mencionou alguns fatos ocorridos após a 45ª. reunião, fazendo menção a possíveis contestações em face de qualquer solução apresentada pelo Alto Comando, provenientes de oficiais de menor graduação, caso não fosse escolhido o nome de um oficial-general da simpatia dos mesmos.

Tecendo alguns comentários a esse respeito, o Sr Gen Muricy passou a examinar as fórmulas que poderiam conduzir o Alto Comando do Exército à decisão final. Como primeira sugestão, indicou o processo adotado para a organização das listas de promoção por escolha, o qual tinha o inconveniente de trazer para qualquer dos presentes o constrangimento da apresentação do seu próprio nome, no caso de haver surgido na área sob sua jurisdição. Outro processo seria a apreciação dos 3 nomes obtidos pelo consenso de cada área, quer em grau de igualdade, quer com pesos indicativos da preferência constatada.

Após o pronunciamento de todos, ficou resolvido, finalmente, que seriam registrados os três nomes de cada área, sem indicação de prioridade ou preferência entre eles, por forma a exprimir tão somente o consenso geral correspondente à área objeto da auscultação feita.

Após a apresentação dos nomes de cada área segundo critério acima, chegou-se à conclusão de que deveriam ser indicados ao Alto Comando das Forças Armadas os nomes dos Sr Generais Orlando Geisel, Antônio Carlos da Silva Muricy e Emílio Garrastazu Médici, nesta ordem, que

corresponde à escala de antiguidade, devendo, todavia, informar-se ao Alto Comando das Forças Armadas que o nome do Sr. Gen Médici mereceu as preferências do Alto Comando do Exército.

Nessa ocasião o Sr. Gen Médici solicitou que se transmitisse ao Alto Comando das Forças Armadas que, por sua vontade, não desejaria aceitar essa indicação, curvando-se, apenas, ao dever de subordinar-se à vontade da maioria de seus pares.

Terminada esta parte da reunião, o Sr Gen Muricy informou que o Estado-Maior do Exército acabara de concluir a elaboração das Diretrizes para a Segurança Externa, as quais foram formuladas com base nas novas Hipóteses de Guerra. As novas Diretrizes seriam distribuídas a cada membro do Alto Comando para estudo e sugestões, solicitando o Sr Gen Muricy que estas fossem encaminhadas ao Estado-Maior, com a possível brevidade. Em seguida, o Sr Gen Muricy distribuiu uma cópia do documento a cada um dos membros presentes.

Aprovou-os, a seguir, a Nota para a Imprensa referente aos trabalhos da reunião.

O Sr. Ministro referiu-se a medidas destinadas a assegurar uma situação condigna ao Presidente Costa e Silva, as quais se impunham em face do seu estado de saúde. Na oportunidade, o Sr Gen Médici informou que era cogitação antiga do Marechal Costa e Silva a adoção de uma medida geral de amparo aos ex-Presidentes, providência que se via coibido de tomar em razão de sua posição pessoal.

A reunião prosseguiu com algumas considerações entre os presente e nada mais havendo a tratar, foi encerrada pelo Sr Ministro, sendo lavrada a presente Ata que eu, General-de-Divisão Antônio Jorge Corrêa, escrevi e mandei datilografar.

[Assinaturas]

[CARIMBO: SECRETO]

Transcrição: Roberto Jannarelli

[Voltar]

[Voltar]

ANEXO nº 5 À ATA DA 44ª REUNIÃO DO A C E

A – HIPÓTESES

1ª- Os Ministros Militares permanecem no exercício da Presidência até o restabelecimento do Presidente Costa e Silva.
2º- O Presidente Costa e Silva não tem condições de se recuperar, fisicamente, em prazo curto, ou, se o tiver, não deseje ou não possa retomar o exercício do cargo presidencial.

B- PREMISSAS

1- Para as duas hipóteses: o parecer da junta médica que assiste ao Presidente.

3- Para a segunda hipótese:

a- O ambiente de Guerra Revolucionária em que vive o País;
b- A continuidade da Revolução de 31 de março de 1964;
c- O encontro de uma solução que assegure a coesão das FF AA;
d- A preservação da hierarquia e da disciplina nas FF AA;
e- A renúncia do atual Vice-presidente.

C – FATORES A SEREM CONSIDERADOS NAS SOLUÇÕES

1- A ausência de uma liderança efetiva que empolgue toda a Nação.
2- O ambiente político atual.
3- As relações internacionais.
4- A manutenção em recesso do Congresso Nacional.
5- A necessidade de promulgação de uma Constituição Revolucionária, a curto prazo.
6- O calendário eleitoral em curso.

D – SOLUÇÕES POSSÍVEIS PARA A HIPÓTESE DOIS

Linhas-de-ação:

1º- Os Ministros Militares permanecem no exercício da Presidência, completando o mandato do Presidente Costa e Silva.
2º- Escolha do substituto para completar o mandato do Presidente Costa e Silva.

3º- Escolha de um Presidente da República (e do vice-presidente) que iniciará um novo mandato.

E – ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

1- Primeira Linha-de-Ação. Não considerada, devido à opinião unânime dos oficiais generais do III Exército.

2- Segunda Linha-de-Ação.

- A solução implica na apresentação do escolhido como tendo sido fruto da unanimidade das FF AA;
- transfere a solução definitiva da sucessão presidencial para o término do atual mandato;
- não faculta boas condições para o exercício do executivo, não apenas pelo seu esvaziamento – dado o curto prazo do seu mandato – como pela dificuldade de efetuar uma boa composição ministerial;
- a administração do País, no prazo de ano e meio, sofrerá duas descontinuidades administrativas;
- na implantação do novo Governo
e
- na época das desincompatibilizações de candidatos a postos eletivos;
- implicará na edição de um "AI." que institucionalize o novo Governo

3- Terceira Linha-de-Ação

- Implica, também, na apresentação do escolhido como tendo sido fruto da unanimidade das FF AA;
- dá melhores condições do exercício do executivo;
- dá continuidade à obra revolucionária;
- possibilita menores condições de agitação política e militar;
- dá solução definitiva ao problema sucessório.

F – SOLUÇÃO PROPOSTA

Escolha de um Presidente da República (e do vice) que iniciará um novo mandato presidencial.

G – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os Ministros Militares, no exercício da Presidência da República, deverão:

1- Elaborar uma Constituição Revolucionária, promulgando-a através de "AI".
2- Proceder à escolha de um Presidente da República, ouvido o Alto Comando das FF AA e das Forças Singulares, nomeando-o e empossando-o pela edição de um "AI"
3- Continuar as cassações e suspensões de direitos políticos, necessários ao prosseguimento da obra revolucionária.

4- Submeter as decisões enunciadas nos números 1 e 2, acima, ao referendo do Congresso, se for o caso e no momento oportuno.
5- Caso o Congresso não referende as decisões que lhe forem submetidas, dissolvê-lo.

[À mão:15. 9. 69]
[Assinatura - Cmt III Ex]

Transcrição: Roberto Jannarelli

[Voltar]

[Voltar]

EMÍLIO GARRASTAZU MEDICI
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

AVISO DE CRÉDITO

Livro 111 Folha 1 Matrícula 1.000.000 MÊS 3 Ano 70 C/CORRENTE 750.333 AGÊNCIA 4

Coluna 1 – Código
Linha 1: 311102-0
Linha 2: 311113-0
Linha 3: 011103-0

Coluna 2 – Discriminação
Linha 1: SUBSÍDIO FIXO
Linha 2: GRAT REP
Carimbo: D.D.P. – S. CONTROLE. Confere c/a folha 111 / l
Linha 3: IMPOSTO DE RENDA

Coluna 3 – VALOR NCr$
Linha 1: 3.000,00
Linha 2: 800,00
Linha 3: 3.800,00*
Linha 4: 360,12
Linha 5: 360,12*
Linha 6: LÍQUIDO NCR 3.439,88

COMPROVANTE DO INTERESSADO

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Department of State **[À MÃO: 23-8 Braz]**
Telegram
[À MÃO: 62]
CONFIDENTIAL 756

PAGE 01 SAO PA. 01/09 0620312

85
ACTION ARA 20

INFO OCT

R. 062000Z NOV 69
FM AMCONSUL SÃO PAULO
TO SECETATE WASMDC 1751
INFO AMEMBASSY BRASILIA
AMEMBASSY RIO DE JANEIRO

CONFIDENTIAL SAO PAULO 1189.

SUBJECT: PRINCIPAL TERRORIST LEADER KILLED
REF: [RASURADO]

1. SUMMARY: DEATH OF TERRORIST LEADER CARLOS MARIGHELLA NOVEMBER 4, THE FLIGHT INTO EXILE OF MARIGHELLA'S SECOND IN COMMAND AND SMASHING BY SECURITY AUTHORITIES OF MARIGHELLA'S SUPPORT AND ACTION GROUPS HAVE APPARENTLY VIRTUALLY WIPED OUT PRINCIPAL TERRORIST ORGANIZATION SAO PAULO. FACT THAT PRIESTS INVOLVED WAS NO SURPRISE.

2. ACCORDING PRESS NOVEMBER 5, MILITARY AUTHORITIES SAID DEATH MARIGHELLA BROUGHT ABOUT AS FOLLOWS, STUDENT PAULO DE TARSO WENCESLAU FILHO, WHO PARTICIPATED AMBASSADOR ELBRICK'S KIDNAPPING, WAS ARRESTED AND INFORMED POLICE THAT FREI IVO OF DOMINICAN CONVENT IN SAO PAULO WAS CONTACT MAN FOR MARIGHELLA. POLICE ALREADY HAD INFORMATION THAT ANOTHER DOMINICAN, FREI BETO, WAS MEMBER OF GROUP. POLICE ARRESTED IVO AND ANOTHER DOMINICAN, FREI FERNANDO DE BRITO,

SUNDAY NOVEMBER 2 IN RIO. FREI FERNANDO WAS REPORTEDLY CHIEF OF MARIGHELLA SUPPORT GROUP. THEY IDENTIFIED REMAINDER OF GROUP WHICH INCLUDED SEVERAL PRIESTS, EX-REPORTERS AND ENGINEGRS. FUNCTION THIS GROUP APPEARS TO HAVE BEEN PROVIDE SAFE HAVEN, ARRANGE OFFICIAL DOCUMENTS AND HANDLE INTERNATIONAL PRESS CONTACTS. ACCORDING **[RASURADO]** SOURCE 23 PEOPLE OF GROUP WERE ARRESTED BETWEEN NOVEMBER 2 AND MORNING NOVEMBER 4.

3. EVENING NOVEMBER 4, AUTHORITIES USIND FATHER IVO, SET TRAP AND WERE WAITTING WHEN MARIGHELLA ARRIVED AT 2000 HOURS FOR MEETING WITH PRIESTS. IN ENSUING GUN BATTLE MARIGHELLA KILLED, ONE POLICEMAN KILLED ONE WOUNDES.

4. DEATH OF MARIGHELLA AND CAPTURE MUCH WIS GROUP HAS BEEN SERIOUS BLOW TO TERRORISTS. HIS SECOND IN COMMAND JOAQUIM CAMARA FERREIRA AKA “VELHO” AND “TOLEDO” ESCAPED TO URUGUAY. MARIGHELLA’S GROUP WHICH BELIEVED MAIN INSTIGATOR OF TERROR APPEARS NEARLY COMPLETELY DESTROYED. RIVAL GROUP, VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONARIA, LED BY EX-ARMY CAPTAIN CARLOS LAMARCA, AND WHICH KILLED U.S. ARMY CAPT. CHARLES CHANDLER, STILL REMAINS AT LARGE HOWEVER, AND COULD CONTINUE TERRORIST EFFORTS, CONGEN OFFICERS MADE SOUNDINGS YESTERDAY AND LAST NIGHT WITH NUMBER OF POLITICIANS AND OTHER PERSONS, INCLUDING PRIEST WHO KNOWS ARRESTED PRIESTS, CONCERNING IMPLICATIONS MARIGHELLA’S DEATH. RESPONSE FROM POLITICIANS WAS THAT PERMANENT END TERRORISM WOULD BE ACCOMPLISHED ONLY BY GBB PROGESS IN ELIMINATING CONDTIONS WHICH INDUCE PEOPLE TO TURN TO TERRORISM. SOME PEOPLE SPECULATED THAT LAMARCA’S GROUP WOULD MAKE DESPERATE NEW ATTACKS IN ORDER PROVE TERRORISM NOT FINISHED.

5. WHILE SOME PEOPLE HAVE EXPRESSED SHOCK AND BEWILDERMENT THAT PRIESTS COULD BE INVOLVED IN TERRORIST ACTIVITY THEIR EXPOSURE WAS NO SURPRISE TO SAO PAULO POLITICAL OBSERVERS. CONGEN HAS RECEIVED NUMEROUS REPORTS THAT THIS PHENOMENON WAS OCCURRING (SEE MEMCON “CHURCH AND STATE” MAY 12 AND A-15 JULY 9, 1969). BASIC EXPLANATION OF PRIEST INVOLVEMENT IS CONVICTION, BOLSTERED BY FREQUENT CONFIRSING STATEMENTS BY MILITARY MEN, THAT STATE OF WAR EXISTS AND THEREFORE VIOLENCE IS JUSTIFIED. WHILE THIS JUSTIFICATION IS SIMPLISTIC AND UNFORTUNATE IT SEEMS TO SUFFICE FOR THOSE WHO BELIEVE THEY ARE LIVING IN BRUTAL DICTATORSHIP (FOR FURTHER INSIGHT INTO ATTITUDES DOMINICANS SEE SAO PAULO MEMCON AUGUST 14, 1968, WITH [RASURADO] AND MENCON DECEMBER 38, 1968, WITH FREI [RASURADO]

GP-4
CORRIGAN

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Chael Charles Schreier
PROF. estudante IDADE 23
LOCAL Rio de Janeiro ANO 1969
APELAÇÃO 40.278 VOL. 1 PÁG. XXX
PARTE auto de autópsia

IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO: Deu entrada no Serviço Médico-Legal, do Hospital Central do Exército, para fins de necropsia, o corpo de Chael Charles Schreier, filho de Ire Schreier e de Emília B. Schreier, natural do Estado de São Paulo. INSPEÇÃO EXTERNA: O cadáver é o de um homem de cor branca, que mede um metro e setenta e quatro centímetros de estatura, de bom desenvolvimento físico, em bom estado de conservação; semirrigidez muscular generalizada, com livores violáceos de hipóstases, nas regiões posteriores do tronco; o couro cabeludo dá implantação a cabelos castanho-avermelhados e não revela lesões; no pavilhão auricular esquerdo, encontra-se mancha azulada e que incidida deixa ver infiltração hemorrágica subjacente, dos orifícios naturais da face não saem líquido, dentes regularmente conservados; as pálpebras estão cerradas e apresentam manchas róseo-azuladas e que incididas deixam observar infiltração hemorrágica; barba e bigode, por fazerem; percebe-se na região malar esquerda e nas regiões zigomática e orbitária direitas escoriações pardo-avermelhadas de forma irregularmente ovalares; córneas transparentes, íris castanho-esverdeadas, pupilas dilatadas; encontra-se na região mentoneira ferida de bordas irregulares, parcialmente escoriados com cinco pontos de sutura de fio de seda, o pescoço não permite movimentos anormais e não revela sinais de lesões violentas; no exame do tórax e do abdômen, encontram-se manchas rosadas, de forma irregular, disseminadas pela região esternal; hipocôndrios, região epigástrica, flancos e na projeção das espinhas ilíacos anterossuperiores e escoriação pardo-escura, que lembra a forma de um três irregular, localizada na região mamária esquerda em direção ao rebordo costal esquerdo que está deprimido, as manchas citadas incididas, revelam infiltração hemorrágica, os membros superiores e inferiores apresentam escoriações pardo-avermelhadas na parte anterior da região deltoidiana esquerda; manchas rosadas na face externa dos terços médios e inferiores do braço esquerdo que incididos revelam infiltração hemorrágica, pequenas escoriações pardacentas na face posterior do cotovelo esquerdo, marcha rosada no bordo posterior do terço médio do antebraço esquerdo que incidido revelam infiltração hemorrágica, escoriação linear, pardo-avermelhadas no bordo interno do punho esquerdo, escoriações irregularmente ovalares pardo-avermelhadas e mancha róseo-azulada na parte anterior da região deltoidiana direita, manchas irregularmente ovalares na face interna do cotovelo direito, de tonalidade róseo-azulada e no bordo interno do terço inferior do antebraço direito e pequenas escoriações pardacentas irregularmente retangulares no bordo interno e externo do ombro direito,

pequenas escoriações pardo-avermelhadas disseminadas pelas faces anteriores dos joelhos e no segundo pododáctilo direito, órgãos genitais externos sem lesões, o dorso do cadáver apresenta manchas azuladas nas regiões glúteas, na região dorsal direita, na região escapular direita, na região escapular esquerda e que incididas revelam infiltrações hemorrágicas e manchas com as mesmas características na face posterior do terço médio da coxa esquerda e pequena escoriação pardo-avermelhada na face posterior do terço superior da coxa direita. As polpas digitais têm substância tintorial preta. INSPEÇÃO INTERNA: CAVIDADE TORACOABDOMINAL: da abertura da cavidade peritoneal, observa-se que a mesma contém sangue livre, em boa quantidade; encontra-se fratura com infiltração hemorrágica na junção das terceira, quarta, quinta e sexta costelas direitas com a respectiva cartilagem costal e fratura da segunda, terceira, quarta, sexta, sétima, oitava costelas esquerdas, com infiltração hemorrágicas, percebe-se infiltrado hemorrágico no tecido subcutâneo da metade superior da região esternal e na altura da região epigástrica, as cavidades pleurais estão livres de líquido e os pulmões têm pleura lisas e brilhantes, tamanho normal, crepitação aérea presente e superfície vermelho-rosada sem apresentar alterações; o saco pericárdico contém líquido amarelo citrino em quantidade normal e secção dos vasos da base saída de sangue líquido em pequena quantidade, o coração tem tamanho e consistência normal e o exame aos cortes não mostra alterações, sendo notado apenas pequenas petéquias subepicárdica; o mediastino não revela lesões; no (...) do abdômen percebe-se sangue líquido em todos os espaços, em grande quantidade o baço está íntegro; o estômago contém líquido pardo-esverdeado e, a mucosa no fígado e a vesícula biliar não apresentam lesões; percebe-se extensas roturas com infiltração hemorrágica nos mesocolon transverso e mesentérico; alças intestinais sem lesões; os rins têm tamanho normal, com descapsulação fácil, a superfície de corte parda, sem apresentar lesões; a bexiga está íntegra e o (...) tem urina amarelada; pâncreas sem lesões; suprarrenais sem alterações. Percebe-se pequena infiltração hemorrágica no retroperitônio direito, ossos, bacia e coluna íntegros; cavidade craniana: a face profunda do couro cabeludo apresenta infiltração hemorrágica vermelha na metade esquerda; o músculo temporal esquerdo está parcialmente infiltrado por sangue, o músculo temporal direito tem cor pardo-avermelhado, a abóbada craniana não revela sinais de fraturas; percebe-se discreto lençol hemorrágico subdural; o encéfalo (...) apresenta líquido rosado nos ventrículos encefálicos, não mostrando (...) dos núcleos de base, nem do cerebelo, nem do bulbo e nem da protuberância; (...) do crânio não revela sinais de fratura; justificada a causa da morte é encerrada a necropsia e concluída por contusão abdominal com roturas dos mesocolon transverso e mesentérico, com hemorragia interna. E, portanto, respondem os peritos aos quesitos da forma seguinte: – ao primeiro, sim; ao segundo, ação contundente; ao terceiro, não; ao quarto, sim; ao quinto, não; aos sexto e sétimo, não; e ao oitavo, ignora-se. E foram estas as declarações que em suas consciências e debaixo do compromisso prestado fizeram. E, por nada mais haver deu-se por concluído este laudo de necropsia que vai assinado e rubricado pela autoridade que presidiu o exame, pelos peritos nomeados e pelas testemunhas referidas que assistiram ao exame desde o seu início comigo, Antônio da Costa Pereira de Brito, 1.º Sgt. Esp. de Saúde, servindo de escrivão que o mandei datilografar e que de tudo dou fé. Eu, Therezinha Candia Galharte, que o datilografei

(a) – Dr. Oswaldo Caymmi Ferreira, Major médico chefe do S.M.L.

(a) – Dr. Guilherme Achilles de Faria Mello, Capitão médico,
(a) – Dr. Rubens Pedro Macuco Janini, Médico-Legista Civil,
(a) – Antônio da Costa Pereira de Brito, 1.º Sgt. Esp. de Saúde,
(a) – Francisca Clara Guimarães, funcionária,
(a) – José Pereira, Aux. Portaria nível “8”
Local do exame = Hospital Central do Exército – Serviço Médico-Legal – R. de Janeiro.
Data do exame = 24 de novembro, 1969.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

ções deverá apresentar-se a este Comandante e solicitar, se for o caso, apoio para a sua missão.

[ILEGÍVEL] DESTACAMENTOS DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES (DOI)

a. Generalidades

Os DOI são órgãos eminentemente operacionais, executivos, nascidos da necessidade de um elemento desta natureza, adaptados às condições peculiares da Contrassubversão.

As organizações comunistas, em particular as terroristas, atuando na clandestinidade, cercadas de mecanismos de segurança que permitem a sua sobrevivência, procuram, a todo o transe evitar o contato com as Forças de Segurança. Estas, por sua vez, estabelecido o contato através da "queda" de um militante, neutralização de um "aparelho", ou cobertura de um "ponto", impositivamente, necessitam com rapidez e determinação, aprofundar as operações a fim de desarticular as organizações, vencendo, assim o prazo de segurança que elas possuem. As Forças de Segurança, assim agindo, estarão impedindo-as de uma reação e de uma ação evasiva eficiente.

O órgão ideal para o cumprimento destas missões é o DOI.

A criação dos DOI permitiu:

1) Uma eficaz capacidade de controle e coordenação de operações, evitando a superposição de esforços e economizando, portanto, meios em pessoal e material;

2) A rapidez de acionamento dos meios das operações de Contrassubversão, graças ao controle centralizado;

3) Facilidade de seleção de pessoal qualificado e de treinamento das equipes, altamente especializadas, para enfrentar nas melhores condições os métodos e as técnicas operacionais das organizações comunistas;

4) A possibilidade, pouco visualizada, de absorção de uma vasta experiência operacional, contínua e provada em suas inovações e adaptações na própria luta.

Esta prática operacional evoluiu para uma um doutrina de Operações de Informações, peculiares e perfeitamente adaptadas ao ambiente da Contrassubversão no Brasil. Desta forma deixou-se de

traduzir e copiar para aplicar.

Assim, dentro das nossas características, moldadas ao nosso ambiente e ao nosso homem, nasceu e forjou-se uma doutrina de Operações de Informações, específicas da Contrassubversão no Brasil.

b. Missão

Os DOI são órgãos operacionais dos CODI, destinados ao combate direto às organizações subversivas. Têm por missão desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações, bem como impedir a sua reorganização.

c. Constituição

1) Dadas as características do combate à subversão, sempre que modificações forem observadas quanto ao modo de agir das organizações subversivas, os DOI devem aperfeiçoar a sua estrutura;

2) O efetivo e a constituição dos DOI não devem ser fixos e nem rígidos, para não prejudicar a dinâmica do combate ao terrorismo;

3) Os DOI necessitam de um grande apoio em pessoal que pode ser dado tanto pelas Polícias Civis, como pelas Polícias Militares.

É necessário, entretanto, que se realize uma seleção rigorosa entre os membros destas polícias que se destinem aos DOI. Não querer utilizar estes policiais escudados nas premissas falsas de que todos eles são corruptos, incapazes, desonestos, incompetentes e preguiçosos, constitui um procedimento que não se adapta à realidade.

É verdade que são inúmeros os policiais com estes defeitos, mas existem muitos oficiais e praças das Polícias Militares, Delegados de Polícia e Investigadores que são homens dignos, corretos, honestos, trabalhadores e que só honram as corporações onde trabalham. São homens desta estirpe que se devem procurar para integrar os DOI e quanto em maior número eles forem melhor para as Forças Armadas, pois menor será o ônus a elas atribuído, no que se refere a constituição dos efetivos dos DOI.

Os postos-chave e as funções de chefia deverão, entretanto, permanecer sob a responsabilidade das Forças Armadas. Assim os policiais trabalharão sempre enquadrados por elas.

O DOI/CODI/II Ex, por exemplo, possui um efetivo de mais de 250 homens e, destes, menos de 80 pertencem às Forças Armadas.

4) Embora o DPF tenha muita carência de pessoal, pelo menos alguns de seus homens devem integrar os DOI, pois todos os órgãos com encargos de Segurança Interna, devem neles se fazer representar.

5) Essa constituição mista além de traduzir uma demonstração nítida da reunião dos esforços de todos os órgãos responsáveis pela Segurança Interna, apresenta inúmeras outras vantagens, tais

como: a compreensão, o apoio e a consideração que os vários órgãos do Governo prestam aos DOI, principalmente através do apoio aéreo, do transporte de presos, do acesso aos serviços de identificação e às delegacias de polícia, do apoio do serviço de radiopatrulha, do Instituto Médico Legal e de instalações.

Esse apoio é consciente e contínuo, pois os chefes destes serviços veem nos DOI uma comunidade que trabalha irmanada para alcançar um objetivo comum: o de manter a paz e a tranquilidade social para que o Governo possa, sem riscos e com pressões, continuar o seu trabalho em benefício do povo brasileiro.

6) Convém salientar que cada ZDI tem as suas próprias peculiaridades e que as organizações terroristas agem de modo diferente em cada local onde atuam, não sendo, portanto, lógico dar a mesma constituição a todos os DOI existentes no Brasil.

d. <u>O Controle Operacional do DOI</u>

O DOI está sob o controle operacional do E2, do EMG do Comando da ZDI. Caso um DOI venha a ser criado na sede de uma ADI, ou mesmo de uma SADI, deverá permanecer sob o controle operacional do E2, do EMG do mais alto escalão situado na área.

e. <u>As características necessárias a um comandante do DOI</u>

1) Ser um oficial com vivência de Informações, sendo necessário que seja, antes, preparado para a função. Isto poderá ser conseguido designando-o, com antecedência, para a função de adjunto da 2ª Seção do EMG da ZDI, encarregando-o do Campo Psicossocial. Por força de sua função será obrigado a manter um contato diário com tudo o que ocorre no DOI, acompanhando, assim, todas as operações em curso.

2) Ter plena consciência da responsabilidade da sua função e dos riscos que ela acarretará, não só para si, mas, para a sua família.

3) Possuir pendor e mentalidade compatível para o trabalho de Operações de Informações.

4) Ter a capacidade de manter um diálogo fácil, situado sempre num plano elevado e de cooperação, mas sem comprometimento, com as autoridades civis que tiver que manter contato.

5) Poder se impor aos seus subordinados, particularmente através de uma liderança natural e espontânea, realizando o seu trabalho anonimamente, evitando o vedetismo.

6) Estar sempre atento a fim de pressentir os envolvimentos sutis, resistir às tentações e não se deixar corromper.

7) Dedicar-se integralmente à sua função.

8) Ter uma longa perspectiva na sua carreira.

9) Ser oficial superior de nível major ou tenente-coronel, se possível com o curso da Escola de Comando e Estado-Maior.

f. Composição e Organogramas de um DOI

A título de exemplo é mostrado, a seguir, a composição de um DOI.

Convém esclarecer que o trabalho nestes Destacamentos deve ser contínuo, durante as 24 horas do dia. Para conseguir este objetivo, é comum se estabelecer dois regimes de trabalhos: um diário (expediente normal, das 0800 às 1800 horas) e outro alternado (24 horas de trabalho por 48 horas de folga).

1) Comandante

Oficial Superior do QEMA, adjunto da 2ª Sec/EMG/Ex, indicado pelo Cmt do Ex.

2) Chefe do Setor de Operações de Informações

- Chefia privativa de Oficial das Forças Armadas;
- Assessora o Cmt do DOI na parte Operacional;
- É o Sub-Cmt do DOI.

3) Seção de Investigação

a) Cabe a esta Seção, fundamentalmente, a realização de investigações com a finalidade de identificar e localizar elementos subversivos.

Seus integrantes, normalmente, não devem ser identificados pelos elementos a serem presos, cabendo a prisão dos mesmos à Seção de Busca e Apreensão. Entretanto, podem existir ocasiões em que os integrantes da Seção de Investigação sejam obrigados a efetuar prisões, neutralizar “aparelhos” e apreender material subversivo, agindo nos mesmos moldes da Seção de Busca e Apreensão.

b) Chefia e Subchefia da Seção

Privativa de Oficial das Forças Armadas

c) Turma Complementar

- Composta de oficiais e praças da Polícia Feminina da PM e de investigadoras da Secretaria de Segurança Pública;
- Complementam as Turmas de Investigação quando o serviço exige a presença de um elemento feminino.

d) Turmas de Investigação

- Constituem as Unidades Operacionais da Seção;

- Cada Turma é composta de duas pessoas: Um agente e um auxiliar, podendo ser reforçadas por elementos da Turma Complementar;

- Cada Turma tem o seu próprio carro, normalmente um VW, todos equipados com rádio.

4) Seção de Informações e de Análise

a) Deve estar em condições de fornecer ao Cmt do DOI e às demais seções do Destacamento: Informes, Informações, estudos e conclusões sobre as organizações subversivo-terroristas que atuam na área da ZDI.

b) Chefia

Cargo privativo de Oficial das Forças Armadas.

c) Subseção de Análise

São suas atribuições:

- Analisar os Informes internos e externos recebidos;
- Analisar os depoimentos prestados no DOI ou recebidos de outros órgãos;
- Analisar o material apreendido em “aparelhos” e em poder dos presos;
- Pesquisar dados para complementar ou elucidar fatos constantes dos depoimentos de presos e demais documentos recebidos;
- Fornecer subsídios ao Setor de Operações e à Subseção de Interrogatório;
- Manter para cada organização subversivo-terrorista uma pasta com o “Histórico da Organização”, relação de nomes e codinomes, relação de “ações” e um álbum com as fichas de qualificação, fotografia, atuação e situação de cada elemento;
- Elaborar as Informações encaminhadas à 2ª Seção do Exército;
- Fichar os elementos presos ou encaminhados ao DOI, bem como todos os demais que foram envolvidos e enquadrados na LSN, pelos demais Órgãos de Segurança do país;
- Organizar, atualizar e manter o Arquivo Geral, contendo o fichário e o dossiê de cada elemento fichado;
- Confeccionar, atualizar e manter os álbuns fotográficos dos elementos presos e dos procurados;
- Realizar a identificação datiloscópica e fotográfica dos presos;
- Organizar e manter o arquivo fotográfico;
- Organizar e manter o arquivo datiloscópico;
- Confeccionar e controlar os documentos de identidade do pessoal do Destacamento.

d) Subseção de Interrogatório

- Responsável pelo interrogatório dos presos;
- Chefia: Oficial das Forças Armadas;
- Esta Subseção possui três Turmas de Interrogatório Preliminar, cada uma chefiada por um Oficial das Forças Armadas, nível capitão, de preferência com o curso da EsAO e o Curso Superior de Administração de Empresas ou de Economia. Estas Turmas são compostas de 6 elementos cada. Subordinada ao chefe de cada Turma de Interrogatório Preliminar, existe uma Turma Auxiliar, encarregada do Centro de Comunicações, da carceragem e de datilografar os interrogatórios.

5) Seção de Busca e Apreensão

Cabe a esta Seção efetuar as prisões, coberturas de pontos, neutralização de “aparelhos”, apreensão de material subversivo, coleta de dados que possibilitem o levantamento de elementos subversivos, condução de presos para o DOPS, Auditorias, hospitais, etc.

a) Chefia – Privativa de Oficial das Forças Armadas;

b) É dividida em 3 Grupamentos A, B e C, cada um composto de 4 Turmas de Busca e Apreensão. Cada Turma compõe-se de 3 a 5 elementos, possuindo cada uma, para o seu transporte, uma C14, ou um opala ou ainda uma Kombi, todos equipados com rádio.

c) Compõem também a Seção de Busca e Apreensão 4 Turmas de Coleta de Dados, cada uma constituída de 2 elementos: um Oficial da PM ou de um Delegado de Polícia e um motorista. Utilizam para seu transporte, carros VW, equipados com rádio.

A Turma de Coleta de Dados tem por missão coletar dados nos órgãos oficiais, universidades, colégios, etc.

6) Seção Administrativa

Assegura o apoio logístico ao Destacamento.

7) Assessoria Jurídica e Policial

Chefiada por um Delegado de Polícia.

Sua missão é assessorar o Cmt do DOI em assuntos de polícia judiciária, elaborar a documentação formal e legal, referente ao material apreendido e controlar a menagem dos presos que tenham sido liberados.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

CONFIDENCIAL

(Continuação do RPI nº 06/7XXX do II Exército) fls 44
RELATÓRIO DE ESTATÍSTICA DO DOI/CODI/II EX – MÊS DE JUN 75

DISCRIMINAÇÃO / MOVIMENTO

ATÉ 31 MAI 75 / MÊS DE JUN/75 / TOTAL DE 30 JUN 75

a) Presos pelo DOI / 2317 / 38 / 2355
- encaminhados ao DOPS/SP / 843 / 16 / 859
- encaminhados a outros órgãos / 192 / - / 192
- liberados / 1230 / 24 / 1254
- mortos / 47 / - / 47
- evadiram-se / 1 / - / 1

b) Recebidos de outros órgãos / 817 / 4 / 821
- encaminhados ao DOPS/SP / 301 / - / 301
- encaminhados a outros órgãos / 298 / - / 298
- liberados / 213 / 1 / 214
- evadiram-se / 2 / - / 2
- mortos / 3 / - / 3

c) Elementos que prestaram declarações e foram liberados / 3387 / 12 / 3399

d) Elementos que estiveram no DOI e não prestaram declarações / 136 / - / 136

CONFIDENCIAL

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

(ANEXO À INFORMAÇÃO Nº 17/69 – **[ILEGÍVEL]** 69)

RELAÇÃO ALFABÉTICA DE CODINOMES
COLINA – VPR – VAR-PALMARES

CODINOME – IDENTIDADE VERDADEIRA – SITUAÇÃO ATUAL
ADILSON – JAIME **[ILEGÍVEL]** CARDOSO – Preso na GB
ALBERTO – JOSÉ ARAÚJO DA NÓBREGA – Liberdade
ANA – CARMEM HERINGER LISBOA – Liberdade
ANDERSON – MANOEL HENRIQUE FERREIRA – Liberdade
ANÍBAL – GERSON TEODORO DE OLIVEIRA – Liberdade
ANITA – ISOLDE SOMMER – Liberdade
ARY – ADILSON FERREIRA DA SILVA – Liberdade
AURO – ISMAEL ANTONIO DE SOUZA – Preso em SP
BENTO – ANTONIO ROBERTO SPINOSA – Preso na GB
BRENO – CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS – Liberdade
CID – CARLOS LAMARCA – Liberdade
CLARICE – VERA LÍGIA HUEBRA NETTO – Liberdade
CESAR – CARLOS LAMARCA – Liberdade
CLEMENTE – HELVÁCIO LUIZ DE AMORIM RATON – Liberdade
CRYSTINA – MATILDE DE TAL (Esposa de DIOGO) – Liberdade
DANIEL – HERBERT EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Liberdade
DIOGO – FERNANDO (ou FERDINANDO de Tal) – Liberdade
DOUGLAS – RONALDO (ou REINALDO de Tal) – Liberdade
EDGARD – YOSHITANI FUJIMORE – Liberdade
ELIAS – JOÃO DOMINGUES DA SILVA – Morto em SP
ÊNIO – RÔMULO AUGUSTO LOUREIRO FONTES – Liberdade
FERNANDO – FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA – Morto em SP
FRANCISCA – MARIA AUXILIADORA – Presa na GB

* * *

(Continuação da Relação Alfabética de Codinomes)

GUSTAVO – CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS – Liberdade

HÉLIO – ANTÔNIO ROBERTO SPINOSA – Preso na GB
HÉLIO MOREIRA – APOLO .HERINGER LISBOA – Liberdade
HERMES – HERMES DE CAMARGO BATISTA – Liberdade
IVAN – SILVIO PIROPO DA RIN – Preso nA GB
JAMIL – LADISLAU DOWBOR – Liberdade
JEREMIAS – JOÃO MARQUES AGUIAR – Liberdade
JOANA – CARMEM HERINGER LISBOA – Liberdade
JOÃO – CARLOS LAMARCA – Liberdade
JOAQUIM – CHAEL CHARLES SCHOEIER – Morto na GB
JUDITH – DULCE DE SOUZA – Presa em SP
JÚLIO – JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO – Liberdade
JUSTINO – WELLINGTON MOREIRA DINIZ – Liberdade
JUVENAL – JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO – Liberdade
LAÉRCIO – WILSON EGÍDIO FAVA – Expulso da Org
LÉO – DARCY RODRIGUES – Liberdade
LIA – MARIA DO CARMO BRITO – Liberdade
LIMA – MARCO ANTÔNIO DE AZEVEDO MEYER – Preso JFora-MG
LINO – ANTÔNIO ROBERTO SPINOSA – Preso na GB
LOBATO – CLÁUDIO GALENO LINHARES – Liberdade
LUCAS – ISAIAS DO VALE ALMADA – Preso em SP
MALU – MARIA LUIZA MELO MARINHO DE ALBUQUERQUE – Presa na GB
MANOEL I – JOSÉ ANIBAL PERES SANTOS – Liberdade
MANOEL II – JOÃO CARLOS KAUFURI QUARTIN DE MORAES – Expulso da Org
MARCOS – SIDNEY MIGUEL – Liberdade
MARIANA - ELIANE TOSCANO ZAMIKAOWSK – Liberdade

* * *

(Continuação da Relação Alfabética de Codinomes)

MARIANINHA – TEREZA ÂNGELO – Liberdade
MÁRIO – FERNANDO BORGES DE PAULA **[ILEGÍVEL]** – Morto em SP
MARTA – **[ILEGÍVEL]** – Fugiu p/França
MATTOS – CLÁUDIO DE SOUZA **[ILEGÍVEL]** – Liberdade
MAURÍCIO – **[ILEGÍVEL]** JOSÉ DE MELO – Preso na GB
MAX – CARLOS **[ILEGÍVEL]** PAIXÃO DE ARAÚJO – Liberdade
MOISÉS – JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA – Liberdade
NELSON – FERNANDO BORGES DE PAULA **[ILEGÍVEL]** – Morto em SP
NUNES – JOSÉ AGNALDO DE LIRA E SILVA – Liberdade
OLGA – **[ILEGÍVEL]** – Liberdade
[ILEGÍVEL] – **[ILEGÍVEL]** EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Liberdade

[ILEGÍVEL] – **[ILEGÍVEL]** – Preso na GB
PAIVA – MANOEL DIAS DO NASCIMENTO NETO – Liberdade
PAULINHO – ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA – Min. do Exército ?
[ILEGÍVEL] – **[ILEGÍVEL]** – Liberdade
RENATO – CARLOS LAMARCA – Liberdade
RICARDO – **[ILEGÍVEL]** – Liberdade
SARA – SARA DO CARMO BRITO – Liberdade
SEBASTIÃO – SEBASTIÃO LUIZ SALES GONÇALVES – Preso em SP
SILVIA – **[ILEGÍVEL]** – Liberdade
SILVIO – CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO – Liberdade
SÔNIA – **[ILEGÍVEL]** DE ANDRADE – Liberdade
SOUZA – **[ILEGÍVEL]** RODRIGUES – Liberdade
TADEU – ANTÔNIO CARLOS DE MELO FERREIRA – Liberdade
TIÃO – **[ILEGÍVEL]** GUIMARÃES DE BRITO – Liberdade

* * *

(Continuação da Relação Alfabética de Codinomes)

TUZA – ARETUZZA RABELO GARIBALDI – Presa na GB
VALÉRIA – VERA LIGIA HUEBRA NETTO – Liberdade
WANDA – DILMA LANA ROUSDEF LINHARES [sic] – Liberdade
WILSON – FAUSTO MACHADO FREIRE – Preso na GB
ZÉ CARLOS – **[EM BRANCO]** – Morto na GB

Rio de Janeiro, GB, 10 de dezembro de 1969

ARY PEREIRA DE CARVALHO – Ten Cel
Encarregado do IPM

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

APIAI, denominado Dst Log APIAI.

A 2.ª fase teve início de 08 para 09 MAI até o encerramento das operações. Nesta fase funcionou apenas o Dst Log de REGISTRO. No aspecto logístico pouca diferença houve entre a 1.ª e 2.ª fases a não ser a distância de apoio em face da mudança da área de operações e o surgimento de outros pequenos problemas, como o de fornecimento de água.

(2) Área do Dst Log

A área escolhida para o desdobramento do Dst Log foi de grande valia para as atividades do suprimento, em virtude de estar junto ao aeroporto, beneficiando-se do apoio da I FAT, no que tange ao transporte de material. A proximidade da cidade de REGISTRO, maior localidade da região, trouxe grandes benefícios ao apoio, pelos recursos locais que proporcionava. O apoio da I FAT se estendeu também à evacuação de feridos e transporte de suprimento à tropa da área de REGISTRO para outras áreas onde se desdobravam as tropas.

(3) Organização do Dst Log

O Dst Log foi inicialmente organizado de maneira improvisada, pois a 2.ª RN só possui órgãos logísticos fixos. Dispunha de elementos do Sup C1 I, C1 III, Saúde e Mnt Moto. Essa organização evoluiu, passando a realizar Sup C1 II e C1 V, montando uma Sec de Banho e um P Sup Água.

(4) Processos de Suprimento

Com relação à C1 I, as unidades vinham ao Dst Log buscar seu Sup. O Sup C1 II (fardamento) as unidades normalmente iam buscar no Dst Log. Os combustíveis eram entregues, de acordo com as circunstâncias, nas U, no Dst Log ou nos postos civis, como reposição de fornecimentos realizados às OM. A munição era entregue no Dst Log.

(5) Custos

Para que se tenha uma noção de quanto custou a Operação REGISTRO, na parte logística, damos a seguir os dados levantados pela 2.ª Região Militar:

Classe I ... 164.940,13
Classe II/IV Mat Int ... 25.181,87
Classe III
Gas ... 46.212,94
OD ... 12.374,00
LUB ... 5.585,26 ... 64.172,20
Classe V ... 35.250,76
Mnt Moto ... 38.578,15
Mat Com ... 1.841,50
Mat Eng ... 27,90
Ap Saúde
HGeSp – Medicamentos e Mat Hospitalar ... 2.691,32
Sv Saúde R/2 – Medicamentos ... 1.422,34
Despesas em Hosp Civis ... 3.3.9,46 ..7.433,12
337.425,63

Esses custos não devem ser tomados em seus valores absolutos porque muitas dessas despesas seriam realizadas mesmo que a operação não tivesse existido, como é o caso da Classe I.

(6) Principais falhas encontradas no apoio logístico

a – Na estrutura da 2ª Região Militar

A 2ª Região Militar, como as outras RM, não está aparelhada para desempenhar as funções de Ap Log a tropas em operações. Seus órgãos, constituídos de Estabelecimentos, Depósitos e Parques, são fixos. Para a organização do Dst Log, houve necessidade de se improvisar com os meios existentes, normalmente com prejuízo das funções normais dos órgãos. Chegou a 16 (dezesseis) o número de OM que integraram o Dst Log com equipamento e pessoal.

b – No Suprimento Classe I

– Foi notada a falta de conhecimento no uso da ração R2 (Ração Operacional). Algumas Unidades as consumiram sem abater o número de rações normais (R1). A tropa consumia R2 sem autorização.

– O Estabelecimento Regional de Subsistência/2 estava com suas rações R2 com prazo de consumo vencido, portanto, sem nível em rações operacionais. A dotação prevista para 1970 ainda não havia sido recebida do órgão provedor.

– Foi sentido pela tropa que o acondicionamento da ração R2 não facilita ao homem seu transporte, face ao seu volume e peso.

– As Unidades não tinham controle dos efetivos a alimentar, baseando seus pedidos em estimativas.

– As cozinhas das Unidades apoiavam por área, ultrapassando em muito suas capacidades.

– A quantidade tabelar foi considerada insuficiente para tropa em operações, particularmente tendo em vista a flutuação dos efetivos apoiados pelas cozinhas.

– O Dst Log sentiu dificuldades em suprir as Unidades em gêneros perecíveis. A falta de viaturas frigoríficas impossibilitou o fornecimento de carne pelo ERS/2. A solução foi dada pelo fornecimento de numerário às Unidades para aquisição nas proximidades das cozinhas.

– A tropa sentiu falta de cigarros na ração R2.

c – No Suprimento Classe II/IV

– O tecido de que é feito o uniforme de campanha dos soldados não resiste às ações através de matas. A costura dos mesmo também deixou muito a desejar.

– Os coturnos, à semelhança dos uniformes, também não resistiram às operações, mesmos de elementos que não se engajaram nas ações (Dst Log). Foi um dos pontos que mais chamou a atenção dos Cmt de Subunidades e Unidades.

– Algumas Unidades se deslocaram para a área de operações, com seus homens sem uniformes e calçados de troca, sem seu material de estacionamento.

d – No Suprimento Classe III

- O DRMM/2 empenhou todos os seus meios para compor o Dst Log. Ficou sem flexibilidade para atender outra área, que necessitasse de seu apoio.

- As Unidades deixaram de conduzir a totalidade dos camburões para combustível existentes. Isso dificultou muito o reabastecimento.

- Em certos momentos, o sistema de Sup Cl III ficou na dependência do combustível existente nos postos civis da área de REGISTRO, nos quais as Vtr ou cisternas eram reabastecidas para posterior reposição pelo Dst Log.

- Foi sentida a falta de tonéis para combustível. As Unidades que levaram tiveram seu reabastecimento facilitado.

e – No Suprimento Classe V

- A principal falha apontada no que tange a Cl V foi o fato de que algumas Unidades não levaram suas dotações orgânicas, ocasionando pedidos de munição ao DRAM/2.

- E como consequência da falha anterior, algumas Unidades ainda deixaram de retirar seus pedidos de Cl V.

f – Diversos

- A falta de conhecimento dos efetivos existentes na área, bem como das organizações que aí operavam (Ex, Aer, PM, DOPS, etc) trouxe grande dificuldade na organização inicial do Dst Log.

- Algumas Unidades não realizaram a manutenção de 1º e 2º escalão em suas Vtr.

- Foi notado certo desconhecimento no que tange a normas de suprimento. Certos tipos de material foram pedidos diretamente a escalões superiores, fora da cadeia de suprimento.

- Algumas Unidades não conduziram seus reboques cisternas.

- A maioria das cozinhas utilizou gás nas suas cozinhas de campanha, trazendo problemas de suprimento, por não ser item previsto.

e. Apoio de Comunicações

A inexistência de um B Com na área do II Ex fez com que a operação fosse apoiada pelo pessoal e material da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, com todas as improvisações e adaptações que se fizeram necessárias. No que pese a esplêndida colaboração prestada pelo Sv de Com da Polícia Civil, é fácil compreender-se os problemas que surgiram com o emprego dos meios de comunicação da Polícia.

Não foi possível, por exemplo, estabelecer a padronização das regras de exploração, nem o emprego dos sistemas de autenticação, em virtude da maioria dos operadores serem elementos civis.

Face à impossibilidade, logo de início, de se empregar um sistema de código e cifras, as informações mais importantes não podiam ser transmitidas pelo rádio, a fim de não comprometerem a segurança. Somente mais tarde, já na 2ª fase da operação, é que se pôde estabelecer um sistema de código, para a transmissão e recebimento de mensagens sigilosas. O material utilizado pelas Unidades do Exército, se bem que em número reduzido, funcionou satisfatoriamente.

Os novos conjuntos rádios, o EB-11 AN/GRC-9 e o EB-11 AN/PRC-25 demonstraram boa eficiência no seu funcionamento. O único problema surgido em relação a estas estações, foi a carência de baterias (pilhas) para o AN/PRC-25.

Outro problema que apareceu foi a inexistência de um equipamento rádio portátil para ser usado na selva durante a execução das patrulhas.

f. Apoio de outras Forças

(1) Força Aérea

As operações foram apoiadas pela I FAT, através de helicópteros e aviões. Os helicópteros foram largamente utilizados nos reconhecimentos ou transporte de tropas, quando se necessitava colocar a tropa em determinadas regiões para efetivação imediata do cerco. Estes reconhecimentos e transportes são muito eficientes, porém prejudicam o sigilo da operação e denunciam nossas intenções. É quase impossível reconhecer o inimigo na selva, através de reconhecimento aéreo, pois a cobertura lhe é muito favorável. Entretanto, tais reconhecimentos são particularmente úteis para a verificação de nossos dispositivos e a atualização de cartas. Os helicópteros foram também utilizados na evacuação de feridos, no suprimento de elementos lançados em regiões de difícil acesso e no metralhamento de áreas suspeitas. Os aviões T6 e B26 foram usados na inquietação do inimigo através de bombardeios e tiros diretos de metralhadoras. Aviões e helicópteros do SAR foram, também, empregados no transporte de feridos dentro da área e desta para os hospitais da guarnição. É necessário haver entrosamento de nossa instrução com a Aeronáutica a fim de se aproveitar em toda plenitude o apoio proporcionado pelos helicópteros e aviões.

(2) Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de são Paulo participou ativamente de toda a operação, não só como órgão de busca de informes como, também, na instalação de barreiras e na exploração das comunicações. As buscas de informes e o trabalho de comunicações foram realizados pela Polícia Civil. O estabelecimento de barreiras esteve entregue a PM ESP.

Problemas levantados:

- Os fatos provaram o despreparo da maioria da tropa da Polícia Militar do Estado de São Paulo para o tipo de operações que foram realizadas na área;

- Ficou evidenciada a necessidade de manter um Oficial de ligação da Polícia Militar junto ao EM operacional;

- A tentativa de utilização de cães especializados da PM ESP, na prisão de fugitivos, não logrou êxito, em virtude da técnica utilizada pelos mesmos de usarem os cursos d'água como rota de fuga. No entanto, nos serviços de guarda os cães se mostraram eficientes.

3. CONCLUSÕES

a. Considerações Preliminares

A OPERAÇÃO REGISTRO teve início com uma típica Operação de Informações, visando processar um informe obtido num interrogatório de um elemento aprisionado no RIO DE JANEIRO.

Precipitadamente, porém, diante das primeiras informações positivas sobre a existência do inimigo, transformou-se numa Operação Militar, visando aprisioná-lo ou destruí-lo, com o emprego, inclusive, de cobertura aérea por helicópteros e aviões T6, sem que se conhecesse exatamente o valor, onde e como se encontrava esse inimigo.

O resultado não poderia ter sido outro. O inimigo, que desde cedo vigiava nossos passos com dois observadores bem colocados, dispersou-se na mata que conhecia muito bem, em terreno acidentado e difícil e a operação transformou-se numa caça, por cercos, vasculhamento e patrulhas, de pequenos grupos de homens que se diluíam e se escondiam com a maior facilidade.

Podemos considerar, assim, como primeiro erro cometido, e que se refletiu de maneira irreversível no restante da operação o emprego precipitado da tropa pelo pessoal que se encontrava na área. **A tropa viu-se na contingência de procurar, ela mesmo, e agora em piores condições, porque feito através da mata que desconhecia, as informações de que necessitava para localizar o inimigo.** Isto determinou um aumento sensível do efetivo a empregar, muito mais em função da extensão a percorrer do que do valor do inimigo, que se sabia ser fraco.

É certo que uma busca de informes, feita com mais profundidade e com menos precipitação e o estudo detalhado da área, conduziriam fatalmente ao emprego da tropa em melhores condições. Talvez mesmo, levasse à conclusão de que seu emprego, no caso, não seria necessário. É possível que a situação pudesse ser resolvida através de ação tipo policial, como tocaias, campanas, emboscadas e outros artifícios menos ruidosos, capazes de conduzir a melhores resultados. Isto é particularmente vantajoso quando o inimigo é militarmente fraco, como no caso. Na realidade, este erro, provocado pelo açodamento, fruto da inexperiência e do louvável intuito de capturar o inimigo, no mais curto

prazo, determinou o prolongamento das operações, emprestando-lhe uma importância que, na realidade, não teve.

Surge o primeiro grande ensinamento. Somente empregar a tropa em ações regulares, após certificar-se da situação, do valor e da localização do inimigo, ainda que para isso seja necessário perder algum tempo.

É preciso ter em mente que na guerrilha, o inimigo dificilmente aceita o combate. Somente o faz quando é surpreendido, ou quando toma a iniciativa, o que ocorre quando as condições lhe são muito favoráveis e ele consegue uma superioridade momentânea. É necessário então colhê-lo de surpresa.

Revendo os fatos, verificamos que, em Novembro de 1969, informes chegados nos davam conta da existência de guerrilheiros na área de REGISTRO. Os limitados recursos existentes na Sub Área B, que possui na sua 2ª Seção apenas 1 Oficial e 2 Sargentos, não permitiram que fosse feito um processamento regular desses informes, que, pela sua imprecisão e generalização, foram considerados como muitos outros que chegam todos os dias e que, pelo mesmo motivo, não podem ser processados. Coincidentemente a OBAN estava, naquela época, assoberbada pelos trabalhos na Capital.

A atual situação exige que se faça, pelo menos, uma tênue cobertura de tôda a área, à procura de possíveis locais de treinamento de guerrilhas. **Esta tarefa é de responsabilidade dos Comandantes de Sub Área que, na verdade, não podem exercê-la por absoluta falta de meios.** Diante da realidade como a que começamos a viver, não é suficiente fazer constar nos textos legais a atribuição, é necessário dar meios para cumpri-la. Temos que encarar objetivamente este problema. Temos a impressão de que já passamos da época de nos enganarmos mutuamente.

Ressalta aqui o importante papel que poderão desempenhar as Secretarias de Segurança dos Estados, através de suas polícias, civil e militar que, devidamente instruídas e motivadas, poderão prestar inestimáveis serviços. **Infelizmente, a Polícia de São Paulo, com o efetivo de 70.000 homens, não tem motivação e está despreparada para ações desta natureza.**

Convém ressaltar, na oportunidade, a importância da conquista da população civil, não só para que trabalhe em nosso favor, mas, principalmente, que negue seu apoio ao adversário. Na OPERAÇÃO REGISTRO ela colaborou decididamente conosco. Foram os civis que nos proporcionaram as melhores informações. Tivemos até o caso em que um morador da região veio entregar à tropa os 25 cruzeiros que lhe haviam pago por uma refeição fornecida a um subversivo.

Merece destaque a importância e a necessidade de se lançar mão de habitantes da área para servirem de guias à tropa, principalmente em regiões de mata densa ou florestas.

b. Principais ensinamentos colhidos no desenrolar das operações

(1) Aspectos Táticos

(a) Cerco e Vasculhamento

As operações se realizaram basicamente sobre três aspectos, isolados ou simultâneos: cerco, vasculhamento e patrulhamento. Tiveram, porém, uma característica comum: a desproporcionalidade

entre a extensão das áreas e os meios para realizar as operações, agravada, paradoxalmente, pelo pequeno vulto do inimigo.

* * *

tos, como aconteceu entre duas patrulhas nossas, uma delas comandada por um Ten Cel. Não esquecer que a Senha gritada, à distância, pode ser ouvida pelo inimigo convenientemente colocado, principalmente próximo às sentinelas. Será conveniente, também, a existência de um SINAL DE PERIGO para qualquer emergência que, se existisse, talvez tivesse proporcionado ao Sgt KONDO a oportunidade de alertar o posto que deteve a sua viatura.

(c) Segurança Individual e Coletiva

Ressalta-se em todas as oportunidades e importância da segurança, tanto individual como coletiva.

Não permitir deslocamento de viaturas isoladas sob qualquer pretexto.

Qualquer ponto de suprimento ou instalação deve ter uma segurança conveniente. Para economia de meios, concentrá-los em locais de fácil defesa e, tanto quanto possível, fora da vegetação que facilite a aproximação do inimigo.

(d) Informações

A informação é fundamental no combate à guerrilha e por isso deve ser organizada com especial cuidado. Nesse sentido, a centralização dos seus trabalhos deve ser procurada sempre. A duplicidade de ação, mesmo involuntária ou feita com a melhor das intenções, é prejudicial porque pulveriza os informes e dispersa os esforços.

Uma Central de Informações, equipada com pessoal e material especializado, a fim de possibilitar a coordenação dos órgãos de busca, processamento de informes e a produção de informações necessárias à tomada das decisões pelo Comando, é medida que se impõe. À essa Central deverão ficar subordinados todos os elementos de informações existentes na área, inclusive policiais militares e civis, que, os coordenará e os empregará de acordo com as necessidades e o conjunto de operações, Evitar-se-á, assim, a iniciativa de elementos subordinados que poderão prejudicar a conduta das operações, por desconhecimento global da situação.

Na Operação REGISTRO houve duplicidade de Agências de Informações em JACUPIRANGA e SETE BARRAS com resultados negativos. A PMESP também possuía uma Agência trabalhando independente.

É indispensável incutir em todos os escalões, desde o Soldado até o elemento mais graduado na área, a necessidade de que todo o informe coletado seja transmitido, pelo meio mais rápido possível, à Central de Informações, para que esta possa assessorar o Comando da tomada de decisão. É necessário, ainda, que a Central de Informações disponha também de recursos financeiros para poder recompensar informantes da região e pagar agentes recrutados na área, que deixam de trabalhar para nos servir. Em alguns casos a informação tem que ser considerada como um produto que se compra com dinheiro.

(e) Barreiras

As barreiras devem ter obstáculos e profundidade, contando com armas automáticas devidamente escalonadas e disfarçadas, em condições de atirar sobre qualquer elemento que venha forçar sua passagem. Devem também ter ligações rádio entre si. O incidente de ELDORADO PAULISTA ilustra bem este fato. Os guardas foram alvejados ao se aproximarem da viatura e os subversivos fugiram porque ninguém cobria a sua ação.

(f) Armamento e Equipamento

No que toca ao armamento e equipamento, é oportuno ressaltar:

- Algumas Unidades estavam equipadas com <u>mosquetão</u>, que absolutamente não se coaduna com esse tipo de guerra. Isto teve influência no moral da tropa, que se considerava inferiorizada;

- Quanto ao equipamento, deve ser leve e tem que proporcionar ao homem, capacidade de durar nas patrulhas e nas emboscadas. A adoção de um bornal-mochila onde possa levar camarolo, plástico 2x2, rações, curativos, repelente, etc, seria uma solução. O facão de mato tornou-se uma peça eficiente e imprescindível no equipamento a ser distribuído.

(g) Comunicações

Já se tornou lugar comum falar da deficiência de nossas Comunicações. Não fosse a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, não teríamos os meios mínimos para o emprego da tropa. O uso de recursos da Secretaria determinou que nosso sistema de identificação e as mensagens de maior sigilo tivessem, por segurança, trânsito muito limitado.

Reitero aqui a importância de que o II Ex disponha de Batalhão de Comunicações. A 2ª Cia Com, com os limitados meios que dispõe, somente deu algum apoio às Unidades na área de REGISTRO.

(h) Apoio Aéreo

É oportuno fazer algumas observações sobre o uso do helicóptero. Sem dúvida, é um meio ideal de transporte em regiões de difícil acesso, mas seu uso deve ser feito com critério, porque é altamente denunciador de nossa presença e de nossas intenções. É particularmente eficaz no lançamento de tropa na retaguarda de um inimigo aferrado.

Quanto ao bombardeio por aviões, seus resultados são precários quando o inimigo não está devidamente localizado, como foi o caso.

(2) <u>Aspectos Logísticos</u>

(a) Núcleo de Comando Logístico

A 2ª Região Militar praticamente não dispõe de meios logísticos para apoio ao combate. Todos os seus órgãos são constituídos de instalações fixas. Somente a boa vontade, a iniciativa e o espírito de colaboração de todos, permitiram que fosse dado, com elementos improvisados, um apoio logístico razoável às operações. Aqui convém ressaltar o apoio da FAB, que foi incansável no transporte de suprimento e pessoal, não só na zona de operações, através de

helicópteros em locais de difícil acesso, como também da área de SÃO PAULO para REGISTRO. A evacuação de feridos diretamente para o Hospital Militar em SÃO PAULO e da Polícia Militar, foi um trabalho de maior valia.

Com os meios logísticos atualmente existentes na 2ª Região Militar, só poderá ser organizado um Destacamento Logístico improvisado para apoio limitado. A fim de que ela possa estar apta a dar apoio logístico às tropas em operações, no Estado de São Paulo, em mais de uma direção, é indispensável que seja criado, no mais curto prazo, um Núcleo de Comando Logístico, com meios modestos que possam no futuro ter a amplitude desejável. Desta forma, seriam imprescindíveis:

- Um Pelotão de Apoio de Manutenção
- Um Pelotão de Transporte
- Um Pelotão de Saúde
- Uma Seção de Combustíveis e Lubrificantes
- Um Pelotão de Intendência
- Uma Seção Rádio equipada, primordialmente, com material tipo SSB, para ligação a grandes distâncias do Comando, Depósitos e Estabelecimentos.

(b) Fardamento

Dois tipos de suprimento merecem um destaque especial: Os uniformes e os coturnos. Com pouco mais de duas semanas de operações, e mesmo antes, nossos coturnos estavam arrebentados e os uniformes descosidos e sem botões. **Isto se refletiu sobre o moral da tropa, pois, em alguns casos, os soldados tiveram que fazer deslocamentos descalços através da mata.**

Temos a impressão de que os laboratórios de testes dos Estabelecimentos de Intendência não estão funcionando a contento.

(3) O Exercício do Comando

O exercício do comando foi dos mais difíceis.

A atual estrutura do CACAAé/2, sem um Estado-Maior organizado, como é o caso também da AD/2 e ID/2, dificultou sobremaneira a execução das ações na área de REGISTRO. Somente após o reforço com elementos do II Exército e o uso de Cmts de Unidades do EM, é que passou a poder coordenar melhor as ações.

Esta situação foi sensivelmente agravada pela heterogeneidade da tropa que lhe foi posta à disposição. Além das Unidades de Infantaria que colaboravam (2º BC/1 Pel, 4º RI/2 Cias, que se alternavam, 6º RI/1 Cia e elementos do 2º BPE) dispunha de Sub-Unidades de Artilharia de Costa, Artilharia AAé e Artilharia de Campanha, Paraquedistas, Polícias Militar e Civil, Aeronáutica, Marinha, etc.

É indispensável que sejam organizados os Comandos de Brigada, mesmo em menor número, mas que disponham de elementos necessários ao exercício de Comando. Organizá-los apenas nominalmente pouco adiantará.

(4) O Preparo do Homem

A tropa empregada na área de operações era orinda, como já dissemos, de quase uma dezena de OM, constituindo assim, um grupo heterogêneo, quanto à formação, ao adestramento e à subordinação. Isto porque de acordo com o PLANO SEGIN do II EX e de conformidade com a doutrina formulada pelo EME, a área onde se desenvolveram as operações pertence, na sua quase totalidade, para efeito de Segurança In-

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

20 – 1º Cad., Jornal do Brasil, domingo, 15-9-68

Marighella apresenta guerrilha rural como tática certa de luta

A tática e a estratégia da guerra de guerrilha no Brasil, desde sua preparação até os objetivos finais, são apresentadas em um documento assinado por Carlos Marighella.

O trabalho datado de agosto último e elaborado em Havana é dedicado “à memória do comandante Che Guevara, cujo exemplo de guerrilheiro heroico perdurará pelos tempos e frutificará em tosa a América Latina.” Apresenta a guerrilha como “caminho fundamental e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder.”

Salienta que a tarefa estratégica fundamental da guerrilha “consiste em aniquilar as forças do inimigo, compreendendo-se como tal não só as forças militares do imperialismo dos Estados Unidos como as forças militares convencionais dos gorilas brasileiros.” Prega a estratégia da luta armada continental, com o surgimento de focos em todos os países latino-americanos, tornando efetiva a palavra de ordem de “criar dois, três, muitos Vietnames.”

Especificando as características da luta, o trabalho sustenta que o choque com forças regulares não deve ocorrer nas áreas de grande concentração populacional, onde exércitos poderiam se deslocar com facilidade, mas em regiões que dificultam as ações de guerra convencional. Pondera, que a luta será demorada, dentro da lei básica de guerra, que é “a preservação das nossas próprias forças e o aniquilamento das forças inimigas.” Seu título: Algumas Questões Sobre as Guerrilhas no Brasil.

\- - -

A luta de guerrilhas, através da história, sempre foi um instrumento de liberação dos povos e a experiência provou, inúmeras vezes, que importante é e que valor tem na mão dos explorados.

Além desta inapreciável importância, a guerrilha assumiu nos dias de hoje uma nova dimensão, ao lhe ser atribuído o papel estratégico decisivo na liberação dos povos. Quer dizer, a guerrilha incorporou-se definitivamente à vida dos povos como a própria estratégia de sua liberação, o caminho fundamental, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder.

Tal formulação do problema, como seja o do papel estratégico da guerrilha, não surgiu casualmente, e sim porque a revolução cubana o introduziu no cenário da história.

Até então a experiência das revoluções de caráter marxista-leninista assentara suas bases na transformação da guerra interimperialista mundial em guerra civil pela tomada do poder. Esta situação, com suas variantes, assinalou o desenvolvimento da história dos povos pelo menos durante quatro décadas, a partir do triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro.

A revolução cubana, como parte integrante da revolução socialista mundial, trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder, através da guerra de

guerrilhas e expulsar o imperialismo, quando não há guerra mundial, e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil.

Esta contribuição teórica e prática da revolução cubana ao marxismo-leninismo elevou a um plano inteiramente novo a guerrilha, colocando-a na ordem do dia por toda a parte, e em especial na América Latina.

No Brasil, Este assunto é da maior atualidade e, por isso, apesar da vigilância e da repressão da ditadura militar que massacra nosso povo, em todo o país aumenta o interesse sobra a guerrilha e não discutidos seus temas mais importantes.

Que há de fundamental e ao mesmo tempo de mais elementar nas guerrilhas, no Brasil. Quais os problemas que nos chamam a atenção?

É uma visão geral desses problemas o que pretendemos apresentar a seguir, tomando como apoio a incipiente experiência brasileira sobre guerrilhas.

Aniquilar as forças do inimigo – Tarefa fundamental na guerrilha

O Brasil é um país de quase 90 milhões de habitantes, dispondo de uma imensa extensão territorial. Em área contínua, no mundo, só é superado pela União Soviética, a China e o Canadá.

As condições histórico-sociais e geográficas favorecem no Brasil – tal como aconteceu com a URSS e a China – o desencadeamento da revolução e sua vitória. Em nossa maneira de pensar, a revolução no Brasil é a guerra revolucionária em cujo centro se encontra a luta de guerrilhas. A tarefa estratégica fundamental da guerrilha brasileira é a libertação do Brasil, como a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos. Falando em termos de guerra, essa tarefa estratégica fundamental consiste em aniquilar as forças do inimigo, compreendendo-se como tal não só as forças militares do imperialismo dos Estados Unidos como as forças militares convencionais dos gorilas brasileiros.

Aniquilar quer dizer tirar ao inimigo a capacidade de agir militarmente, destruindo e capturando suas armas e impossibilitando-o de prosseguir na guerra de manobras. Quando se trata das forças militares dos gorilas brasileiros, aniquilar também quer dizer desgastá-las, esgotá-las, desmoralizá-las e separá-las, no final, das forças militares dos Estados Unidos, deixando os imperialistas sozinhos e as reacionárias forças armadas nacionais completamente destruídas. Sempre que os Estados Unidos, estiverem acompanhados de forças militares gorilas de países latino-americanos, é necessário aniquilar o inimigo um a um e deixar os imperialistas combatendo isolados. Será este sempre o sentido em que empregaremos o termo aniquilar.

A estratégia global da guerrilha

O Imperialismo norte-americano adota uma estratégia global contra os povos e aplicará tal estratégia contra a guerrilha brasileira, que será combatida pelas forças militares do Estados Unidos e seus líderes latino-americanos. Responderemos com a mesma moeda, combatendo o imperialismo e sua estratégia global com uma estratégia latino-americana. A estratégia global da guerrilha, no Brasil, baseia-se no internacionalismo proletário dos revolucionários brasileiros e no seu elevado espírito de solidariedade aos povos que lutam de armas na mão.

Em consequência desse internacionalismo, um dos objetivos da estratégia global de nossa guerrilha é lutar para tornar efetiva a palavra de ordem de “criar dois, três, muitos Vietnames.” Outro objetivo de nossa estratégia global é concretizar a solidariedade a Cuba através da luta armada em nosso país. A revolução cubana e Cuba socialista são vanguardas da revolução latino-americana, constituem nossos aliados fundamentais e nosso mais firme ponto de apoio, em virtude de sua luta contra o imperialismo norte-americano. Para nós, é uma questão de princípios estar a favor da revolução cubana e encaminhar as guerrilha brasileira por uma estratégia total, capaz de criar obstáculos ao bloqueio e à posição agressiva dos Estados Unidos contra Cuba. Nossa guerrilha visa, fundamentalmente, à conflagração de toda a América Latina. Quer dizer: trata-se de entrelaçar as guerrilhas dos países limítrofes e de que os revolucionários dos países em luta se apoiem uns nos outros para o aniquilamento dos gorilas latino-americanos. O imperialismo dos Estados Unidos, nossos inimigo, comum, deverá ficar reduzido à situação de ver seus aliados destruídos e ter que lutar sem eles contra todos os povos latino-americanos.

A ofensiva estratégica como principal método de condução da guerrilha no Brasil

Nos países que estão em guerra regular com o inimigo e onde ocorrem as guerrilhas, estas desempenham um papel de complemento da guerra regular em curso. Temos dois exemplos clássicos desse tipo, na Segunda Guerra Mundial, com o casos da URSS e da China.

Este não é o caso do Brasil atual, onde a guerra de guerrilhas não é para desempenhar o papel de complemento e uma guerra regular, que não existe, não é para se desincumbir de uma missão tática e sim para cumprir uma função estratégica. O problema do Brasil é que as forças populares e revolucionárias sofreram uma derrota com o golpe de abril de 64 e bateram em retirada com pesadas perdas. Para livrar-se da ditadura e do imperialismo e se suas forças armadas de repressão, as forças populares e revolucionárias têm que sair da defensiva e passar à luta de guerrilhas, enfrentando o inimigo. Nesse caso, o principal método de condução da luta armada é a ofensiva estratégica. O Brasil é um país de área continental, e, por conseguinte, apropriado para a ofensiva estratégica da guerrilha, que precisa de espaço para mover-se. A guerrilha brasileira tem que estar educada para operações móveis, desde as mais elementares às mais complexas, pois uma guerra revolucionária prolongada no Brasil será uma guerra de movimento. A ofensiva estratégica, como principal de conduzir a luta armada, proporciona o máximo de iniciativa à guerrilha, e uma liberdade de movimentos que não é permitida ao inimigo, lançado aos azares de uma perseguição interminável, em áreas rurais tremendamente hostis e desconhecidas. Além disso, a diversidade de territórios e a variedade de ocupações da numerosa população do país possibilitam à guerrilha dispor de reservas estratégicas, tais como: recursos de potencial humano, amplamente reforçados pelos contingentes de operários e camponeses, recursos provindos das atividades dos trabalhadores rurais e recursos oriundos do potencial econômico das áreas urbanas.

Contando com tais reservas estratégicas e pugnando por objetivos políticos e patrióticos como a expulsão do imperialismo e a tomada do poder, para a total libertação do país e sua radical transformação, a guerrilha brasileira tem na ofensiva estratégica o métodos invencível de condução da guerra revolucionária.

Evitar o cerco estratégico do inimigo

Devido às condições históricas brasileiras, a concentração da superestrutura das classes dominantes e se duas forças repressivas se verifica na extensa faixa à margem do Atlântico, a região mais bem povoada do Brasil, de maior penetração do capitalismo, servida por modernas ferrovias e rodovias.

Esta região é a região do cerco estratégico. Tal cerco ocorre por diversos fatores, dentre os quais destacamos os dois seguintes:

1 - O inimigo tem suas tropas acampadas em toda a região litorânea, onde proliferam as relações capitalistas, com as inumeráveis facilidades para comunicação e transporte, além dos recursos da técnica moderna.

2 - O inimigo domina com suas forças militares o relevo norte-sul, bem como o mais importante sistema orográfico do país, projetado sobre o Atlântico. E erguido, dentro da faixa litorânea, entre os maiores centros urbanos brasileiros.

A guerrilha brasileira deve evitar o confronto com a esmagadora superioridade do inimigo na faixa atlântica, onde este tem suas forças concentradas.

Se optar por esta solução, a guerrilha, mesmo que disponha de meios para instalar-se no sistema orográfico existente dentro da área inimiga, estará por sua própria iniciativa dentro das condições de um cerco estratégico.

Ao contrário, lançar a luta guerrilheira na área fora das condições do cerco é iniciar a ofensiva estratégica contra o inimigo, obrigando-o a deslocar-se da faixa litorânea para perseguir a guerrilha.

Tal situação permitirá o crescimento de ação das forças revolucionárias urbanas, que poderão cortar vias de abastecimento e comunicações, dificultar o transporte de tropas, e intensificar o apoio logístico à guerrilha.

Assim, as consequências para as Forças Armadas convencionais serão desastrosas, não só por terem de combater fora de seus habitat natural, como porque se verão obrigadas a enfrentar o castigo das forças urbanas revolucionárias na retaguarda.

As fases fundamentais da luta de guerrilha

A luta de guerrilhas não se desenvolve jamais de um só jato, isto é, desde quando se inicia até quando termina, com a vitória ou o fracasso. Pensar que isto pudesse ser assim significaria considerar a guerrilha como a luta improvisada e arbitrária e não como uma luta de classes que se desenvolve segundo as leis da guerra.

Ainda que seja um prolongamento da política, a guerra tem suas leis específicas. Quando estamos na guerra, devemos saber que sua lei básica é a preservação de nossas próprias forças e o aniquilamento das forças do inimigo.

Nenhuma destas duas coisas se pode obter de uma vez só, e é obrigatoriamente necessário passar por um certo número de fases para atingir os objetivos previstos.

É por isto que o desenvolvimento da luta guerrilheira se processa por meio de fases distintas e bem caracterizadas, independentes e relacionadas entre si. Não se trata de fases determinadas arbitrariamente, mas presididas por leis inerentes à atividade consciente dos homens e das classes em luta. Estas fases têm traços comuns. O traço comum fundamental de qualquer delas consiste em sua subordinação total à lei básica da guerra: preservar nossas próprias forças e aniquilar as do inimigo.

Mas cada fase tem seus objetivos e suas particularidades e deve conter em si mesma os elementos e requisitos indispensáveis para a passagem à fase posterior.

Assim na luta guerrilheira no Brasil distinguem-se três fases fundamentais:

A primeira é a do planejamento e preparação de guerrilha.

A segunda é a do lançamento e da sobrevivência da guerrilha.

A terceira é a do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobra.

O tempo de duração de todas, ou cada uma destas fases não importa, como ensina a História, pois os povos que lutam pela liberdade jamais se preocupam com o tempo de duração de sua luta.

Planejamento e preparação da guerrilha

Um dos requisitos básicos para a primeira fase da guerrilha é a existência de um pequeno núcleo de combatentes, surgido em condições históricos- sociais determinadas. Este requisito constitui uma regra geral. Sua única exceção é em caso de guerra regular, quando a guerrilha preenche um papel tático, e o seu surgimento se dá por variadas maneiras. O núcleo inicial de combatentes deve ser imune ao convencionalismo dos Partidos políticos da esquerda tradicional e de suas lideranças oportunistas, e ter condições para enfrentar e conduzir a luta ideológica e política contra o grupo de direita oposto ao caminho armado. A luta ideológica deve ser levada ao conhecimento do povo com enorme audácia, confiança e amplitude, tendo em vista assegurar o apoio político e revolucionário das massas.

Deve ser exposto às massas com muita clareza e objetivo político da guerrilha, ou seja a expulsão do imperialismo dos Estados unidos e a destruição total da ditatura e suas forças militares, para, em consequência, estabelecer-se o poder do povo. Não se deve, entretanto, empreender a guerrilha sem um plano estratégico e tático global, com base na realidade objetiva.

Tal plano é necessário para que a guerrilha não venha a ser iniciativa isolada, desligada dos grandes objetivos patrióticos perseguidos por nosso povo, e sem a imprescindível visão do processo de aniquilamento das forças do inimigo.

Além do plano, a guerrilha requer preparação. Uma boa preparação começa com a seleção cuidadosa dos homens, que devem advir, particularmente, do setor de operários e camponeses.

A preparação da guerrilha exige ainda o adestramento do combatente, sobretudo para o tiro e a marcha a pé, algumas armas e munições e orientação, e a organização inicial do apoio logístico, incluindo a coleta de recursos de rodos os tipos.

O que caracteriza o planejamento e a preparação da Guerrilha é o segredo, a vigilância e a segurança mais absoluta, a proibição rigorosa do uso de papéis e cadernetas com nomes e endereços escritos, planos e apontamentos, que podem vir a cair nas mãos do inimigo.

Sem estes cuidados, a primeira fase da guerrilha não tem condições de ir adiante.

Lançamento e sobrevivência da guerrilha

Apesar de que o inimigo no Brasil já está prevenido e reprime violentamente as tentativas de guerrilha, a primeira fase da luta guerrilheira ainda prossegue.

Quanto à segunda fase, esta é a do lançamento e da sobrevivência da guerrilha, e se destina a converter uma situação política em situação militar.

Com esta segunda fase, as tarefas políticas convencionais propostas pelos direitistas, como seja eleições, frente-ampla, luta pacífica, etc, caem no descrédito público. Surgem métodos de luta revolucionários e de apoio à guerrilha, com a finalidade de aniquilar as forças do inimigo.

Esta mudança é muito violenta e produz impacto em todos os setores de luta.

Os gorilas se defrontarão com uma situação militar, que procurarão resolver segundo os métodos convencionais do militarismo profissional. Estes métodos serão confrontados com os métodos não convencionais da guerrilha. A vitória será da guerrilha. Ou de quem tenha melhores condições no meio do povo para fazê-lo. A Vitória será da guerrilha.

O lançamento da guerrilha deve construir obrigatoriamente uma surpresa para o inimigo, como decorrência de dois fatores. Um deles é que, na segunda fase da luta de guerrilhas no Brasil, a forma principal das ações de combate consiste nas ações de surpresa e na emboscada. O outro é que o método principal da condução da luta de guerrilhas nesta fase reside na ofensiva, cujo papel decisivo se revela no aniquilamento das forças do inimigo.

Em matéria de formas de ação de combate e métodos de conduzir a luta armada, a derrota da guerrilha no ato de seu lançamento é produzida pelos seguintes erros:

a) Não utilizar surpresa contra o inimigo;

b) Deixar-se surpreender pelo inimigo ou cair no seu cerco tático;

c) Travar combates decisivos em pontos aonde o inimigo, mesmo eventualmente, tem superioridade;

d) Começar a luta nas condições do cerco estratégico do inimigo e não ter plano estratégico e tático global, não conhecer o terreno, e violar grosseiramente as leis da guerra.

Na maioria destes casos estão incursas as tentativas de guerrilhas fracassadas no Brasil, inclusive Caparaó.

Fatores de que depende a sobrevivência

Quando a guerrilha é lançada com êxito, o problema da sua sobrevivência passa a ter prioridade e uma importância fundamental e decisiva. A sobrevivência da guerrilha depende então:

1) Dos seus objetivos políticos;

2) Do métodos da conclusão da luta armada;

3) Da estreita relação da guerrilha e o povo;

Quantos aos objetivos políticos

Nesse particular os princípios são ao seguintes:

a) procurar despertar o povo e particularmente os camponeses com a continuada presença dos combatentes guerrilheiros e a repercussão de sua ação política e revolucionária;

b) tornar conhecido do povo o objetivo político da guerrilha (aa expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças gorilas). A guerrilha deve contar para isto com o aparelhamento e organizações revolucionárias clandestinas, além de pontos de apoio em todo país.

Quanto aos métodos de condução da luta armada

Sob tal aspecto são estes os princípios:

a) O princípio básico da guerrilha é partir de uma situação em que temos inferioridade e o nosso inimigo superioridade, e chegar a uma situação em que temos superioridade e o nossos inimigo interioridade. Neste caso, não só as armas decidem. O fator decisivo mesmo é o homem, que maneja as armas e as captura ao inimigo. Se o decisivo fossem armas, venceriam os gorilas.

b) Subordinar todas as ações de combate à lei básica da guerra, não se deixando aniquilar e aniquilando o inimigo nas variadas oportunidades, para crescer às suas custas e preservar as forças da guerrilha.

c) A ofensiva é o melhor meio de aniquilar o inimigo, porém jamais devemos esquecer o princípio de combinar a ofensiva e retirada.

d) Toda operação estratégica deve ser vem planificada para nunca nos determos a meio caminho.

e) O objetivo de nossa estratégia não é solucionar problemas econômicos no curso da guerra de guerrilhas, e sim aniquilar o inimigo. Daí por que jamais devemos ter bases fixas, ocupar ou defender territórios.

f) Devemos deixar ao inimigo a tarefa de defender suas bases fixas e territórios ameaçados de incursão, ocupá-los ou recuperá-los. Isto põe o inimigo na defensiva, enquanto a guerrilha goza da liberdade de ação e iniciativa, desde que não se deixe aniquilar e preserva suas forças.

g) Os combates, ações de surpresa, emboscadas e pequenas manobras táticas têm como objetivo principal capturar armas e munições.

h) Além da extrema mobilidade, rapidez de decisões nas ações de combate, a norma de conduta da guerrilha é o permanente deslocamento, favorecido pela extensão continental do país e a diversidade das condições de terreno.

i) A guerrilha deve exercer severa vigilância e exigir rigoroso cumprimento das normas de segurança.

Quanto às relações entre a guerrilha e o povo

Os princípios da sobrevivência aqui são os seguintes:

a) A guerrilha deve ter uma conduta honesta e leal, não fazer injustiças e dizer a verdade. Estimar, respeitar, ajudar o povo e jamais violar os seus interesses.

b) A guerrilha deve viver e nutrir-se no meio dos camponeses, identificando-se com eles e respeitando seus costumes e religião. Explicar-lhes a natureza de classe do inimigo, o papel da guerrilha e o seu objetivo político. Organizar entre eles o trabalho de informações e o apoio logístico da guerrilha.

c) A guerrilha deve abster-se de aplicar qualquer método de banditismo, e levar a efeito ato próprio de bandido ou juntar-se a eles.

Quando a segunda fase da guerrilha é conduzida de tal modo que os erros são corrigidos no processo da luta, a estagnação e a passividade são abolidas e a sobrevivência da guerrilha fica assegurada, estão preenchidas as condições para a passagem à terceira fase.

Crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras

A terceira fase da guerrilha é a última da guerra revolucionária. É a fase do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras, a fase decisiva de aniquilamento do inimigo.

O desenvolvimento desta fase é impossível sem uma série de condições entre as quais se destacam:

1 - O crescimento político da guerrilha.

2 - O crescimento de sua potência de fogo.

3 - O aparecimento da retaguarda.

4 - A criação do exército revolucionário.

5 - A mudança da forma principal das ações de combate.

O crescimento político da guerrilha

Na terceira fase, o objetivo político da guerrilha passa a ser conhecido apenas de um círculo limitado de pessoas.

O objetivo político da guerrilha transforma-se, então, no mesmo objetivo de grandes massas do povo. Decorre daí o crescimento da autoridade política do comando da guerrilha, Seu trabalho ideológico de torna mais eficiente. As palavras de ordem da guerrilha passam a influir nas cidades. O comando total da luta se transfere para a guerrilha.

Crescimento da potência de fogo da guerrilha

Com o sucesso das formas de ações de combate da segunda fase, a guerrilha passa a ter novos tipos de armas. Melhora a qualidade do armamento. Pode dispor de mais animais de transporte, chegar à motorização e a operações com a aviação. Melhora o serviço de comunicações e informação e se socorro médico. Consolida-se a rádio rebelde clandestina cuja instalação pode fazer parte da fase anterior da luta. Aumenta a experiência da guerrilha. Seu heroísmo, perseverança e capacidade combativa se reforçam.

Todos estes fatores combinados determinam o aumento da potência de fogo da guerrilha. Quando aumenta sua potência de fogo, a guerrilha deve aplicar os dois princípios seguintes, tendo em mira o

aniquilamento o inimigo:

1 - Passar de uma situação sem muita capacidade de fogo para a situação de estender a linha de fogo.

2 - aumentar o espírito combativo de guerrilha e fazer vacilar o espírito combativo do inimigo.

O aparecimento da retaguarda

A característica da guerrilha em suas duas fases anteriores é operar sem retaguarda e somente com pontos de apoio. O crescimento político da guerrilha lhe assegura pontos de apoio coletivos e leva à criação de uma retaguarda. Na fase final, a guerrilha brasileira dispõe de uma retaguarda interna e de uma retaguarda externa, esta última pelas forças dos países socialistas, as forças dos países do Terceiro Mundo e as forças progressistas do mundo capitalista.

A retaguarda interna da guerrilha brasileira será constituída por toda a área do apoio logístico e da luta complementar da guerrilha. A guerrilha passará assim, de uma situação sem retaguarda para uma situação em que terá retaguarda. Isto levará o apoio logístico a um avanço jamais atingido em qualquer fase anterior, e, graças ao apoio do povo, o sistema de abastecimento da guerrilha se transformará num sistema regular. Dispondo de retaguarda, a guerrilha terá em suas mãos reservas estratégicas que poderá, então, manejar em larga escala.

Criação do Exército Revolucionário

Para que seja atingido o objetivo fundamental da guerrilha, é necessário criar o exército de origem guerrilheira, exército revolucionário capaz de aniquilar as forças armadas convencionais e de conduzir as massas à tomada do poder, destruindo o aparelho burocrático e substituindo-se pelo povo armado.

A criação de um Exército desta natureza é um princípio geral da revolução, princípio sobre o qual Lênin insistia, ao afirmar o seguinte: “O Exército revolucionário corresponde a uma necessidade, porque os grandes problemas históricos só podem resolver-se pela força, e a organização da força é, na luta moderna, a organização militar.” (Artigo publicado no Proletari em 1905, sob o título: Exército Revolucionário e Governo Revolucionário).

No mesmo artigo, Lênin acrescenta: “O Governo revolucionário é necessário para assegurar a direção política das massas do povo.”

Partindo da marca zero, a guerrilha possibilita a organização da força do povo, a princípio sob a forma de um pequeno núcleo de combatentes, que se lança à luta dentro de um plano estratégico e tático global. E em seguida, sob a forma de um exército combatente que nada tem a ver com o convencionalismo militar. Uma das indispensáveis tarefas da estratégia da guerrilha no Brasil é a criação deste Exército, genuinamente popular, que parte do nada e, através da guerra revolucionária chega a uma organização militar capaz de praticar a guerra de manobras, vencer o inimigo, e, em consequência, conquistar o poder para o povo. O crescimento da guerrilha em prestígio político, potência de fogo e apoio das massas produz modificações no curso da luta, atingindo a organização

militar, os métodos de conduzir a guerrilha, as ações do combate e o emprego das forças. A guerrilha dá um salto para a frente.

E passa do tipo de organização de grupos guerrilheiros para o tipo de organização de um Exército revolucionário não convencional, surgido da guerrilha, com base na aliança armada de operários e camponeses aos quais se reunirão estudantes, intelectuais, e outras forças da revolução brasileira.

Destacamento, colunas e outras formas revolucionárias de organização militar constituirão o Exército do povo que libertará o país.

Mudança da forma principal das ações de combate

Na terceira fase da guerrilha, a forma principal das ações de combate são as ações de manobra, não mais as ações de surpresa da segunda fase, isto significa uma mudança de qualidade na luta da guerrilha. Trata-se agora da transformação da guerrilha em guerras de manobras. É possível agora à guerrilha concentrar forças ou deslocá-las para aniquilar o inimigo e realizar operações de cerco e de aniquilamento. O método principal de conduzir a guerra de manobras continua sendo a ofensiva. Mas do que nunca porém, nesta fase, a guerrilha deve estar atenta a dois princípios:

1 - Não somente avançar mas também admitir a retirada;

2 - Não expor as forças principais das guerrilhas a um golpe inimigo de relevo na condução da luta ou no desfecho da guerra revolucionária. A sorte da guerra se decide por suas ações de manobras.

O inimigo, em inferioridade de forças, é, obrigado a passar para a guerra de posições ou a render-se e desintegrar-se com o aniquilamento total.

Núcleo operário-camponês e o apoio do povo – Segredo da vitória

Quando de desencadeou o golpe de abril de 64, no Brasil, não houve resistência. O imperialismo norte-americano e os gorilas nacionais se aproveitaram disto e estão massacrando o nosso povo. Se fizermos a resistência, eles tentarão aniquilá-la, para que tenha prosseguimento a exploração do Brasil. Mas a resistência deve ser feita. A resistência do povo brasileiro é a guerrilha.

A guerrilha é para defender a causa dos pobres, dos humilhados e dos ofendidos, dos homens e mulheres de pés descalços. É para conquistar a libertação do Brasil. Expulsar o imperialismo norte-americano, aniquilar a ditadura e as suas Forças Armadas, derrubar o seu poder, e instaurar o poder do povo. Nossa guerrilha não tem base fixa. Sua base é o povo, é o homem brasileiro. Seu principal sustentáculo é o núcleo operário camponês, a aliança armada de operários e camponeses brasileiros, que constituem a maioria da nação. A guerrilha brasileira não ocupará terras nem adotará a tática de autodefesa dos camponeses, para não ter que defender territórios e bases fixas e desviar-se de sua rota de ofensiva estratégica, caindo na defensiva. A defensiva é a morte.

As dívidas dos camponeses serão canceladas. Os papéis comprovantes de suas dívidas serão queimados. Os camponeses que ocupam terras, os arrendatários, parceiros, posseiros que lutam contra os despejos, os assalariados agrícolas que queimam canaviais, os trabalhadores rurais que fazem greve no campo, lutam por suas reivindicações e são perseguidos pela Polícia e o Exército, por

sua atividade organizando sindicatos, ligas camponesas e associações, podem ingressar na guerrilha e, dentro dela, prosseguir na luta pela revolução agrária, pelo aniquilamento do inimigo e a tomada do poder.

A guerrilha brasileira castigará os latifundiários norte-americanos que são donos de terras no Brasil e os latifundiários brasileiros contrarrevolucionários, bem como os seus capangas e os que abusam das mulheres dos camponeses. O que a guerrilha deve fazer é convulsionar o campo, levantando aí a bandeira da luta armada.

A guerrilha brasileira incursionará nos povoados, mas só em defesa dos interesses do povo e em busca do seu apoio político e logístico. Para isto, formará secretos destacamentos armados da população local e organizará o povo sob formas revolucionárias. A guerrilha brasileira será dotada de um espírito político avançado e progressista, guiando-se pelos princípios do marxismo-leninismo, com que conquistará o apoio do povo. O apoio da população deve existir para excluir a possibilidade de filtração de informações da guerrilha ao campo inimigo.

A tarefa de eliminar os delatores será confiada ao povo.

A causa do inimigo é injusta. E ele sabe disto, pois tem a consciência de que é explorador. Ao ver-se acuado no campo pela guerrilha, o inimigo se tornará mais cruel. Esta crueldade nos dará o apoio de milhões de pessoas. A guerrilha será o oposto da crueldade, dará tratamento humano aos prisioneiros, os respeitará e socorrerá os feridos. No seio do inimigo há muitos militares que individualmente apoiam o povo. Estes militares, no momento oportuno, devem desertar com suas armas e apetrechos e ingressar na guerrilha.

O fator decisivo da vitória da guerrilha está no apoio do povo, na confiança cega e absoluta nas massas. A guerrilha deve fazer a mobilização política do povo, e uma ardente agitação no meio dele. Nos ombros de milhões de mulheres e homens do povo, particularmente entre a juventude, devem ser colocadas as tarefas de responsabilidade: coletar fundos, conseguir armas, munições, remédios, recursos de toda a natureza, enviando combatentes e voluntários à guerrilha. Para vencer é preciso unidade. O povo deve unir-se pela base, em suas organizações, e com isso chegar a unidade das forças populares e revolucionárias, e jamais permitir o engodo das frentes burguesas, tipo frente ampla. O segredo da vitória é o povo.

Carlos Marighella – Havana, agosto de 68.

[Voltar]

[Voltar]

Latin America's Jailed News

The colonels, the generals and the marshals are moving again into the newspaper offices and radio stations of Brazil and Argentina, the two major countries of South America. In the false name of revolution, they are arresting editors and putting their own agents - usually retired senior military officers – in charge of broadcasting stations in the provinces.

Almost in the same breath that Marshal Costa e Silva Asks Brazilians to understand the need for the repressive acts taken by his military regime in the last fortnight, he undermines faith in his leadership by imprisoning elected opposition members of Congress. Even foreign priests and journalists have been expelled or arrested for criticizing the military crackdown.

Alberto Dines, the editor in chief of Jornal do Brasil, the most respected newspaper in Rio, has been imprisoned again after a brief amnesty. Carlos Branco, its leading political columnist, was arrested – and freed – for a second time. These carrot-and-stick techniques are designed to force self-censorship.

In Argentina, according to political liberals there, the "current excess of police power differs form that of Perón in degree but not in kind." The Government of Lieut. Gen. Juan Carlos Ongania has extended its radio takeover to newly imposed censorship of all movies, plays and televisions shows.

The restrictions on political and press freedom pose a special challenge to the incoming Administration in Washington. What it dos impress Latin America´s Military governments with the need for freedom of expression could help to free men and open the channels of expression in Rio and Buenos Aires.

The New York Times
Published: January 4, 1969
Copyright © The New York times

[Voltar]

[Voltar]

Não toleramos pressões!

Em sua edição de 26 de dezembro último, O GLOBO publicava em oito colunas no alto de sua primeira página, com fotografia de Sua Santidade, resumo da Mensagem de Natal de Paulo VI. E, em página interna, divulgava o texto integral daquele documento.

A revista "L'EXPRESS", de Paris, correspondente à semana 30 de dezembro a 5 de janeiro, abria reportagem sobre o nosso País com os seguintes períodos: "Paulo VI está proibido no Brasil. Sua Mensagem de Natal foi censurada pelos militares na imprensa do Rio de Janeiro."

Vale a amostra para caracterizar o tipo de reportagens que a imprensa estrangeira vem, nas últimas semanas, publicando sobre o Brasil.

A crise política nacional está tendo lá fora um tratamento vexatório para o Brasil, marcado por uma apresentação exagerada dos fatos e a inteligente ainda que pérfida exploração da técnica da meia verdade.

De um modo geral os jornais brasileiros mantêm uma atitude da compreensão diante de problemas de países aliados. Nos Estados Unidos, presidentes e líderes eminentes são caçados e abatidos nas ruas como bichos; membros do poder espiritual sucumbem diante de assassinos movidos pelo fanatismo racial.

E a imprensa brasileira encara esses fatos como decorrência de tremendas contradições internas lá deles, mas não deixa de assinalar que o povo e o Governo norte-americano lutam bravamente para livrar-se dessa herança maldita de ódios fratricidas.

Na França, os mais deprimentes sinais de imaturidade política desfilam diante do mundo. Têm sido regra o terrorismo da OAS, a hilariante democracia parlamentarista, os sonhos vãos de um ressurgimento megalômano de tipo bonapartista e os golpes sucessivos contra praticamente todas as instituições à base de plebiscitos montados sobre o monopólio governamental da televisão.

Os jornais brasileiros registram esses fatos sem deles arrancar extrapolações maldosas. Sabemos todos que o mundo vive um momento de reajuste, de adaptação de velhas instituições políticas ao vertiginoso avanço tecnológico, o qual torna as constituições obsoletas com extrema falta de cerimônia e contundente impolidez.

Hoje a América Latina encontra-se sob o signo de profundas transformações. O ideal das reformas transbordou em impaciência. A pressa vai pondo abaixo, uma a uma, as estruturas tradicionais.

Dois grandes países – Argentina e Brasil –, que já vão atingindo o ponto da decolagem industrial, buscam paralelamente novas soluções políticas, a fim de ajustarem-se a realidades socioeconômicas incompatíveis com o quadro institucional que herdaram. Não nos esqueçamos de que à sombra das velhas instituições floresceram, lá e cá, alguns dos mais caricatos demagogos do século.

Não nos devemos, pois, impressionar com a campanha que se move contra o Brasil – em grande parte montada aqui por brasileiros que se encarregam, através de conhecidos canais, de exportá-la.

Como observou o Ministro Albuquerque Lima, a Revolução “não teme críticas externas, formuladas pelos que não compreendem a conjuntura brasileira”.

O semanário “TIME”, por exemplo, da Organização Time-Life, vem-se esmerando em levar aos seus leitores, espalhados nos quatro cantos do mundo, a desinformação sobre o Brasil.

Esse tipo de jornalismo é componente do conhecido descompasso entre o espantoso avanço tecnológico dos Estados Unidos e a imaturidade política. Tal choque explica a contradição trágica entre a glória da conquista da Lua e o drama das duas Alemanhas, das duas Coreias, dos dois Vietnãs.

Outra fonte de campanha antibrasileira tem sido o *New York Times*. O grande jornal teve, sabidamente, larga responsabilidade na “promotion” – e consequente fortalecimento – da sanguinária ditadura de Fidel Castro.

Há duas semanas, o prestigioso *Spectator*, semanário londrino fundado em 1828, publicava um artigo sobre a orientação das reportagens do *N. Y. Times* sobre a União Soviética. E demonstrava que o poderoso diário de Nova York vem, década após década, pintando um quadro falso – a favor do Kremlin – da URSS.

Precisamos muito da cooperação internacional. Mas não aceitamos tutelas. Os brasileiros admiram sinceramente os Estados Unidos e seu extraordinário povo. Mas detestam que aquele ou qualquer outro país interfira, ainda que através da imprensa, nos assuntos internos do Brasil. A campanha de imprensa nos Estados Unidos, em parte – repetimos – municiada daqui do Rio, objetiva criar problemas diplomáticos em Washington. Mas tal pressão não afastará os brasileiros da decisão que tomaram de resolver suas dificuldades domésticas sem pedir a “benção” do *New York Times* ou do *Le Monde* – que, por sinal, têm “abençoado” Fidel, Guevara e outros “paladinos” dos direitos humanos...

[Voltar]

[Voltar]

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO FEDERAL DE INFORMAÇÕES E CONTRAINFORMAÇÃO **[À MÃO: não]**

Extrato de Prontuário
de
PADRE FRANCISCO LAJE PESSOA
- Suplente de Deputado Estadual – PTB (MINAS GERAIS).

- Dada sua atuação na "Vila do Marmiteiros", em 1959, foi removido para a cidade de DIAMANTINA, o que considera uma espécie de exílio no sertão de Minas. (Comissão Inv/ MG-DOPS/MG).

- Em 1959, afirmou, segundo o "DIÁRIO DA TARDE", que prega a desordem nas ruas para pôr ordem nas consciências. (Comissão Inv/ MG-DOPS/MG).

- Orientou diversas greves como a das professoras, dos funcionários da Prefeitura Municipal de BELO HORIZONTE e do funcionalismo estadual. / (Comissão Inv/ MG-DOPS/MG).

- **Declarou à imprensa que estava lendo "O capital", de KARL MARX; que já foi comunista, pois pertenceu a uma célula comunista, tendo sido membro ativo do "Comitê Independente", que funcionava em um dos barracos da "Vila dos Marmiteiros".** (Comissão Inv/ MG-DOPS/MG – "ÚLTIMA HORA", de 11/2/1961).

- Em julho de 1961, numa assembleia de favelados, pediu "uma reforma agrária revolucionária". (Comissão Inv/ MG-DOPS/MG).

- Afirmou que a reforma agrária teria que vir "na lei ou na marra", ... "o Congresso Nacional está cheio de latifundiários e ladrões." (Comissão Inv/ MG-DOPS/MG- "DIÁRIO CARIOCA", de 15/12/1961.

- **Tem implicação subversiva de caráter nacional.**

Rio de Janeiro, GB, 13 de junho de 1964

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Ten Cel Chefe de SFICI

SECRETO

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

São Paulo, 22-x-1960.

Exmo. **[ILEGÍVEL]** Senhor Presidente
Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira

Saudando Vossa Excelência peço licença de rogar dedique conceder, nas próximas promoções em novembro, a do meu distinto amigo e conterrâneo Coronel José Maria de Moraes e Barros, da Arma da Artilharia, ao posto de General de Brigada.

É ele, agora o n.º 1 na lista das promoções no Exército, e se não for contemplado, perderá a última oportunidade.

O sr. Col. Moraes e Barros é, como Vossa Excelência sabe, mineiro, filho do saudoso Col. Durval de Barros, que foi um benemérito representante da zona de Piracicaba em Minas.

Muito agradecerei a bondosa atenção de V. Excia., de quem sou o amigo e adm.or

Cardeal Motta,
Arcb. de São Paulo

[À CANETA: Marechal Denys
Peço falar-me] [entra assinatura]

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Terror in Brazil
A Dossier
April 1970

* * *

FRONTE BRASILIANO D'INFORMAZIONE

SOMMARIO – N.3/1972 – ANO II

2 Radiologia della repressione
4 Guerriglieri caduti
5 Il "modelo di sviluppo" brasiliano
9 L'importanza del mercato latino-americano per il Brasile

Transcrição: Fátima Penha

* * *

Frente Brasileño de Informaciones
Comité de Denuncia de la Represión em Brasil
Santiago, Chile

GORILAS PARA TODOS LOS GUSTOS
(texto pág. 2)

Um articulo donde se analisa las diversas tendencias y grupos em que se dividen los militares brasileños. Las corrientes van desde los seguidores de las ideas del Mariscal Castello Branco hasta sus opositores nacionalistas-fascistas

En este numero
Boletin de noviembre de 1971
Ano III N.25 E4

El teatro denuncia a la dictatura ... 8
Imperialismo brasileño ... 9
Los dueños de Brasil ... 12
Sigue el conflito iglesia-dictatura ... 14
Gobierno regala empresa de aviación ... 15
Entrevista a Pele ... 16
Las fronteras ideologicas del ejercito ... 18
Nuevas violencias de la dictatura ... 21
Anotaciones ... 22

Transcrição: Fátima Penha

* * *

BRAZILIAN INFORMATION BULLETIN

February, 1971
Number 1
Published by American Friends of Brazil
P.O. Box 2279, Station A, Berkeley, Calif., 94702

WHAT IS HAPPENING IN BRAZIL?

Estimates of the numbers of political prisoners currently held in Brazilian jails run as high as 12,000. These people are denied the right of habeas corpus, are often tortured and are held incommunicado for long periods. Scores have died from the tortures and beatings, others have been permanently mained and handicapped.

The situation of the political prisoners is just the tip of an iceberg of repression crushing popular dissent in Brazil. For example, all candidates for election in labor unions, students organizations and political parties (those that have not been banned) must be approved by the government, the press is self-censored, public demonstrations against government policies ar prohibited and freedom of speech is non-existent (for a fuller documentation of the laws of repression see “Terror in Brazil” American Comitte for Information on Brazil, Box 1091, New York, NY 10027)

In the face of increasing international outrage over the state of repression and terror in Brazil, the government that consistently denied mistreatment of prisoners – with one small exception: in early December 1970 the first admission by a high-ranking government official of tortures of political prisoners was made by Minister of Education Jarbas Passarinho while being interviewed on a Sao Paulo television program. The admission was a highly qualified statement: “To say there is no torture

would be to avoid the truth… to say there are no tortures, even in the countries that accuse us of it, would be a lie, because in some prisons torture and violence exist. It is the police violence that we are all familiar with from the time we read LES MISERABLES by Victor Hugo." (as reported in O GLOBO of Rio the following day, the only paper in Brazil to cover the statement; LOS ANGELES TIMES, December 3, 1970)

Besides denying mistreatment of prisoners, the government has also refused to allow international investigative bodies permission to make independent inquiries into the conditions of detention of political prisoners and existence of torture. Requests from international commissions are met with notes such as the following, which was sent to Sean MacBride, Secretary General of International Commission of Jurists, by Alfredo Buzaid, the Minister of Justice (O ESTADO DE SAO PAULO, August 4, 1970):

I confirm the terms of my previous note in which I answers, on behalf of the Brazilian government, in a complete and definite way the accusations made against Brazil. I am extremely surprised that you have not accepted the word of the Brazilian government which cannot, in any case, accept that its declarations leave room for doubt, when, on the other hand, you accept the calumnies spread abroad by terrorists and agents of international communism. Distinguished salutations. Alfredo Buzaid, Minister of Justice.

MacBride replied:

I have received and thank you. We maintain our original position, which is, that an investigation by the Interamerican Comission of Human Rights and inspection of the places of detention by the International Red Cross and by an international commission are necessary in order to clarify the situation. Respectfully, Sean MacBride (as quoted the BRAZILIAN INFORMATION FRONT BULLETIN, September, 1970, London).

Rather than change the condition within the country which have created the international outcries against Brazil, the government has embarked an a massive propaganda campaign to change the nation's image from one of a country living under a repressive regime to one of a booming "miracle" of economic development with the highest economic growth.

Transcrição: Fátima Penha

* * *

WE CANNOT REMAIN SILENT

We cannot remain silent in the face of the face of overwhelming evidence of the flagrant denial of human rights and dignity coming to us from Brazil. Thie dossier is but a fraction of that evidence.

Significantly, several documents were written by Brazilians and smuggled out of Brazil at great risk to those involved. They accepted the possible penalties in order to inform the people of the world of the fact that terror and torture are used in their country as instruments of government.

We cannot remain silent. To do so would make us accomplices of those who are the authors and perpetrators of this repression. We call upon the readers of this dossier to raise their voices in protest with us.

RALPH DAVID ABERNATHY
President
Southern Christian Leadership Conference
DORY ASHTON
Author
JOHN BENNETT
President
Union Theological Seminary
STERLING W. BROWN
President
National Conference on Christians and Jews
LOUIS M. COLONNESE
Director, Division for Latin America
United States Catholic Conference
THOMAS CORNELL
National Secretary
Catholic Peace Fellowship
ALLEN D'ARCANGELO
Artist
DOROTHY DAY
The Catholic Worker
RALPH DELLA CAVA
Assistant Professor of History
Queens College, City Univ. N.Y.
JOSEPH P. FITTZPATRICK
Professor of Sociology
Fordham University
DANA S. GREEN
Director, Latin America Department
National Council of Churches
HANS HAACKE
Artist
HERSCHEL HALBERT
Executive Director, international

League for the Rights of Man

RICHARD HOWARD
Poet and Critic

IRENE JONES
Assistant General Secretary
American Baptist Foreign Mission Society

TRACEY K. JONES, JR.
General Secretary
Board of Missions
United Methodist Church

STANLEY KUNITZ
Pulitzer Prize Winning Poet

JOHN A. MACKAY
President Emeritus
Princeton Seminary

RICHARD MORSE
Professor of History
Yale University

JAMES H. ROBINSON
Director
Crossroads Africa

BENJAMIN S. ROSENTHAL
U.S. Congressman, New York City
Interamerican Affairs Sub-committee of the House Foreign Affairs Committee

ANDRÉ SCHIFFRIN
Managing Director
Pantheon Books

MARGARET SHANNON
Executive Director, Church Women United
National Council of Churches

RICHARD SHAULL
Professor of Ecumenics, Princeton Seminary
President, World Student Christian Federation

THOMAS E. SKIDMORE
Professor of Latin American History
University of Wisconsin

JOHN COVENTRY SMITH
General Secretary
Comission on Ecumenical Mission & Relations
United Presbyterian Church

STANLEY J. STEIN

Professor of Latin American History
Princeton University

I. F. STONE
Editor
I. F. Stone Weekly

DAVID M. STOWE
Executive Vice President-Elect
United Church Board for World Ministries

BRADY TYSON
Associate Professor, Latin American Studies
American University, Washington, D.C.

CHARLES WAGLEY
Boaz Professor of Anthropology
Columbia University

LLOYD C. WICKE
Bishop
United Methodist Church

ANDREW YOUNG
Executive Vice-President
Southern Christian Leadership Conference

ADJA YUNKERS
Artist

(INSTITUTIONAL AFFILIATION IS INDICATED SOLELY FOR THE PURPOSE OF IDENTIFICATION)

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Department of State
TELEGRAM
Confidential 944
Page 01 RIO DE 01345 041836Z
52-42
ACTION ARA-11
INFO OCT-01 SS-20 NSC-10 NSCE-00 PRS-01 USIA-04 PM-03
DODE-00 P-01 RSR-01 /053 W

[CARIMBO]
DEPARTMENT OF STATE A/CDC/MR
REVIEWD BY [assinatura] DATE 7/25/86
RDS OR XDS EXT. DATE_____
TS AUTH._____ REASON(S)_____
ENDORSE EXISTING MARKINGS
DECLASSIFIED RELEASABLE
[ILEGÍVEL] DENIED
PA or F01 EXEMPTIONS_____

P 040255Z MAR 70
FM AMEMBASSY RIO DE JANEIRO
TO SECSTATE WASHDC PRIORITY 3594

CONFIDENTIAL RIO DE JANEIRO 1345

LIMDIS

1. FOREIGN MINISTER GIBSON SUMMONED ME URGENTLY TO ITAMARATY THIS EVENING. HE HAD JUST ARRIVED FROM BRASILIA AND AFTER FIRST APOLOGIZING FOR CALLING ME IN AT SUCH A LATE HOUR, PROCEEDED TO RAISE WHAT HE CALLED “AN EXTREMELY UNPLEASANT SUBJECT”. HE HAD JUST RECEIVED THIS AFTERNOON TEXT OF AN EDITORIAL OF THE WASHINGTON POST OF FEBRUARY 28 WHICH HE DESCRIBED VARIOUSLY AS A SCURRILOUS, VICIOUS, VIRULENT, AND INSULTING ATTACK ON BRAZILIAN GOVERNMENT. HE WAS PARTICULARLY CERNED ABOUT INSULTING REFERENCES TO PRESIDENT MEDICI WITH WHOM, HE SAID, HE HAD NOT BEEN ABLE TO DISCUSS MATTER BECAUSE MEDICI LEFT THIS MORNING FOR VISIT TO RIO GRANDE DO SUL.

2. I HAD NOT SEEN ARTICLE IN QUESTION, WHICH GIBSON PERMITTED ME TO READ. THEN, SPEAKING MORE IN SORROW THAN IN ANGER, GIBSON SAID HE FEARED ARTICLE WOULD PROVOKE UNFORTUNATE AND UNPLEASANT REACTION HERE IN BRAZIL AND WOULD BE INTERPRETED BY MANY PEOPLE HERE AS EXPRESSION OF MAJORITY OPINION IN UNITED STATES. WHILE HE WAS QUITE AWARE OF TRADITIONAL FREEDOM OF PRESS IN OUR COUNTRY AND HAD A NATURAL DISTASTE FOR ENTERING INTO POLEMICS WITH THE PRESS, HE HAD NEVERTHELESS FELT OBLIGED TO INSTRUCT AMBASSADOR VALENTE TO ANSWER EDITORIAL IN PERSONAL LETTER TO EDITOR OF WASHINGTON POST. HE HAD NO PARTICULAR HOPE THAT THIS WOULD SET MATTER STRAIGHT BUT FELT THAT THERE WAS NO ALTERNATIVE.

3. IN EXPRESSING HIS DEEP CONCERN OVER POSSIBLE EFFECT OF EDITORIAL ON U.S.-BRAZILIAN RELATIONS, HE DID NOT SUGGEST ANY MEASURES BY U.S. GOVERNMENT. HE FEARED THE EDITORIAL, WHICH TAKES ITS LEAD FROM RECENT SPATE OF STORIES RE POLICE BRUTALITY AND TORTURE, WOULD HAVE SNOWBALLING EFFECT IN U.S. HE EXPRESSED PUZZLEMENT OVER BEST WAY TO REACT TO THIS KIND OF CHARGE, FEELING THAT IT IS PRACTICALLY IMPOSSIBLE TO REFUTE SUCH A SHOTGUN ATTACK. HE LEFT NO DOUBT IN MY MIND THAT PRESIDENT MEDICI, (WHEN HE SEES ARTICLE) AND GOVERNMENT AS A WHOLE WILL BE SHOCKED AND DISMAYED AND THAT EFFECT ON OUR RELATIONS WILL BE INCALCULABLE.

4. COMMENT: I HAD NOT SEEN ARTICLE UNTIL GIBSON SHOWED IT TO ME BUT I MUST ADMIT IT IS NOT CALCULATED TO IMPROVE RELATIONS. WHILE APPRECIATING DIFFICULTIES CREATED BY WIDELY PUBLICIZED STORIES OF POLICE TORTURE, WHERE IN SOME CASES MAY BE EXAGGERATED AND INACCURATE, CONTINUATION OF THIS TYPE OF ARTICLE WILL DOUBTLESS RESULT IN INCREASING HOSTILITY ON PART OF GOVERNMENT **HERE. POSSIBLY DEPARTMENT, IN ITS PUBLIC UTTERANCES AND PRESS BRIEFINGS, COULD MANAGE TO PUT THIS MATTER IN PERSPECTIVE. THERE IS NO DOUBT THAT A STATE OF LIMITED INSURGENCY EXISTS IN BRAZIL AND THAT GOVERNMENT FEELS OBLIGED TO TAKE NECESSARY MEASURES TO DEFEND ITSELF. THIS MAY OR MAY NOT INVOLVE TORTURE, SYSTEMATIC OR OTHERWISE, BUT IT SHOULD ALSO BE REMEMBERED THAT TERRORISTS ARE RESORTING TO VIOLENCE, MURDER, KIDNAPPING, AND ASSAULTS ON PERSONS AND INSTITUTIONS WHICH GOVERNMENT CAN HARDLY CONDONE.**

5. I TOLD GIBSON I WOULD REPORT HIS EXPRESSION OF CONCERN TO DEPARTMENT IMMEDIATELY.

ELBRICK

CONFIDENTIAL

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Department of State **[À MÃO: Pol 23-8 Brazil]**

TELEGRAM **[À MÃO:(115)]**

LIMITED OFFICIAL USE 719

PAGE 01 SAO PA 00976 272007Z

54
ACTION ARA-20

INFO OCT-01 CIAE-00 DODE-00 PM-05 H-02 INR-08 L-04 NSAE-00

NSC-10 P-03 RSC-01 PRS-01 SS-20 USIA-12 RSR-01 – 088 W **[À MÃO: São Paulo 926 10/27/70]**

R 271735Z OCT 70
FM AMCONSUL SAO PAULO
TO SECSTATE WASHDC 2209
INFO AMEMBASSY BRASILIA
AMEMBASSY RIO DE JANEIRO
AMCONSUL RECIFE
USCINCSO
AMCONSUL BELEM UNN
AMCONSUL PORTO ALEGRE UNN
AMCONSUL SALVADOR UNN

LIMITED OFFICIAL USE SÃO PAULO 976

CINSCO FOR POLAD
SUBJECT: DEATH OF TERRORIST LEADER

REF: SAO PAULO 11091 SAO PAULO: A-V1

1. ALIANCA LIBERADORA NACIONAL (ALN) TERRORIST LEADER JOAQUIM CAMARA FERREIRA (ADA “TOLEDO” AND “VELHO”) DIED EVENING OCTOBER 24

WHILE BEING APPREHENDED BY STATE SECURITY POLICE (DEOPS) IN SURPRISE RAID. CAUSE OF DEATH OFFICIALLY LISTED AS HEART FAILURE BROUGHT ON BY FIERCE PHYSICAL RESISTANCE TO ARREST.

2. DEOPS AGENTS, HEADED BY DELEGATE SERGIO FLEURY, WHO ALSO RESPONSIBLE FOR DEATH CARLOS MARIGHELLA (SAO PAULO 11109) AND PRESENTLY INVOLVED COURT HEARING ON MURDER CASE AS MEMBER

"ESQUADRÃO DA MORTE", LED TO SAO PAULO SUBURBAN HIDEOUT BY CAPTURED VPR MEMBER EDUARDO LEITE (AKA "BACURI:" SAO PAULO A-7) WHO REPORTEDLY ESCAPED DURING CONFUSION SURROUNDING DETENTION FERREIRA. TWO ADDITIONAL ALN TERRORISTS WERE APPREHENDED AND TWO OTHERS ESCAPED.

3. FERREIRA RETURNED BRAZIL EARLY 1970 TO ATTEMPT REORGANIZE BADLY DISARRAYED ALN. HIS DEATH ANOTHER FEATHER IN FLEURY´S CAP AND COMES AT IDEAL TIME IN LATTER´S EFFORT COUNTER CHARGE [ILEGÍVEL] ASSOCIATED WITH ESQUADRAO. CIRCUMSTANCES SURROUNDING LEITE´S ESCAPE HAVE PROMPTED RUMORS THAT IT MAY HAVE BEEN PREARRANGED IN EXCHANGE FOR HIS COOPERATION.

CORRIGAN

LIMITED OFFICIAL USE

* * *

Department of State
TELEGRAM **[À MÃO :(114)]**

CONFIDENTIAL 688

PAGE 01 RIO DE 07743 271949Z

51
ACTION ARA-20

INFO OCT-01 CIAE-00 DODE-00 INR-08 NSAE-00 R-03 RSC-01

USIA-12 PRS-01 PM-05 NSC-10 SS-20 SY-09 USSS-00 AID-28 **[À MÃO: Rio 7743 10/27/70]**

RSR-01 /113 W

R 2717452 OCT 70
FM AMEMBASSY RIO DE JANEIRO
TO SECSTATE WASHDC 0000
INFO AMEMBASSY BRASILIA
AMCONGEN SAO PAULO
AMCONGEN RECIFE
USCINCSO

CONFIDENTIAL RIO DE JANEIRO 7743

CINCSO FOR POLAD

SUBJECT: TERRORIST LEADER CAMARA FERREIRA DIES AFTER CAPTURE

1. DEATH OF ALN LEADER JOAQUIM CAMARA FERREIRA REPORTEDLY OF HEART ATTACK ON OCT 23 SHORTLY AFTER CAPTURE BY SÃO PAULO POLICE, IS ADDITIONAL BLOW TO INCREASINGLY HARASSED BRAZILIAN TERRORISTS. AS THE MOST EXPERIENCED AND RESPECTED "BRAIN" IN THE TERRORIST MOVEMENT, HE WILL BE HARD TO REPLACE.

2. FERREIRA, WHO ASSUMED COMMAND OF ALN AFTER DEATH OF MARIGHELLA LAST NOV, WAS KNOWN AS PLANNER RATHER THAN EXECUTOR OF ACTIONS WITHIN TERRORIST MOVEMENT. PLAN FOR KIDNAPPING OF AMBASSADOR ELBRICK ATTRIBUTED TO HIM. HIS REMOVAL LEAVES VPR HEAD LAMARCA AS ONLY BIG NAME STILL AT LARGE, AND MAY GIVE ADDITIONAL IMPETUS TOWARD UNIFICATION TERRORIST ELEMENTS AROUND LAMARCA. UNIFICATION TENDENCY HAS ALREADY BEEN OBSERVABLE IN JOINT ACTIONS INVOLVING MORE THAN ONE TERRORIST GROUP AND IN CASES WHERE A SINGLE INDIVIDUAL **HAS BELONGED TO SEVERAL GROUPS SIMULTANEOUSLY. ONE SUCH EXAMPLE WAS EDUARDO LEITE WHO PRESS CLAIMED LED POLICE TO CAMARA FERREIRA´S HIDEOUT OCT 23 (HOWEVER EMB HAS RELIABLE REPORTS THAT HIS ROME#WAS MADE UP AND THAT STORIES OF HIS ESCAPING ARE UNTRUE.**

3. DESPITE LOW LEVEL OF TERRORIST ACTIVITY IN RECENT MONTHS RESULTING AT LEAST PARTIALLY FROM CONTINUED POLICE PRESSURE, TERRORISTS ARE PRESUMED STILL CAPABLE OF UNDERTAKING ISOLATED MAJOR ACTIONS. DEMORALIZING PUBLICITY ON FERRIRA´S DEATH COULD PUSH TERRORISTS INTO ATTEMPTING NEW SPECTACULAR ACTION SUCH AS KIDNAPPING TO RECOUP MORALE PEHAPS AROUND ANNIVERSARY MARIGHELA´S CAPTURE AND DEATH
NOV. 4.
BOONSTRA

NOTE BY OC/T: # PARA 2.’ LAST SENTENCE AS RECEIVED. WILL BE SERVICED UPON REQUEST.

CONFIDENTIAL **[À MÃO: 25]**

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO, na lateral do documento: Rubem Beyrodt Paiva]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO VOL 638
PRIMEIRO EXÉRCITO
D O I **[À MÃO: 228-4]**
TURMA DE RECEBIMENTO

NOME: RUBENS BEYRODT PAIVA
LOCAL: Encaminhado pelo QG-3
DATA: 20.0,.71
EQUIPE: CISAer.

I – DOCUMENTOS PESSOAIS:
Um cartão de identificação do Contribuinte.
Dois cartões de Piloto Privado.
Um cartão do DINNERS CLUB.
Uma carteira nacional de habilitação.
Uma carteira profissional do conselho regional de Engenharia e Arquitetura.

II- PERTENCES PESSOAIS:
Um porta notas de couro preto.
Quatro caderno de anotações. Um chaveiro com 5 chaves.
Uma fita de gravador.
Um lenço branco.
Uma gravata.
Um cinto de couro preto.
Um paletó.
14 livros de diversos Autores.
[À MÃO, com uma rubrica: dois cadernos de anotações, encontra-se com o MAJ BELHAM. (DEVOLVIDOS OS CADERNOS)]

III- MATERIAIS DIVERSOS:
Não há

IV-PUBLICAÇÕES:
Não há

V-ARMAMENTO E MUNIÇÃO:

Não há

VI-VALORES:
Uma caneta esferográfica metal branco.
Uma caneta esferográfica, branca e cinza.
Um relógio de metal branco marca MOVADO.
Uma peça de metal amarelo.

VII-DINHEIRO:
$260,00 (Duzentos e sessenta cruzeiros).

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Quem matou Rubens Paiva?

Fritz Utzeri e Heraldo Dias

O ex-deputado federal Rubens Beirodt Paiva, que aparece em listas de pessoas desaparecidas desde 1971, provavelmente morreu no dia 21 de janeiro desse ano, sob guarda do DOI-CODI, sediado no quartel da Polícia do Exército, no Rio, devido a maus tratos que sofreu no dia anterior, no quartel da então III Zona Aérea.

A versão oficial, sustentada desde a época pelos órgãos de segurança, explica o desaparecimento de Rubens Paiva como consequência de um sequestro armado por um grupo "possivelmente terrorista", no Alto da Boa Vista: a apuração do incidente foi prometida, mas ainda não se conhece seus autores nem a organização responsável.

Gordo, cardíaco, diabético, de 41 anos, Rubens teria fugido em meio a intenso tiroteio de armas automáticas entre três militares e "seis a oito elementos". Apesar de suas limitações físicas, Rubens, pelo relato oficial, atravessou duas vezes as pistas de nove metros da AV. Edson Passos, saindo do banco traseiro de um Volkswagen em chamas, varado por 24 tiros.

O sequestro ocorreu às 4h30 de 22 de janeiro de 1971, mas cerca de 30 horas antes Rubens chegara ao quartel da PE bastante machucado e deitado no fundo de um carro, sem condições de sentar. Há uma testemunha, transportada com ele no mesmo carro, que confirma detalhes da transferência, pois vinham da III Zona Aérea.

– Não consigo respirar.

Sentada, junto a ele, a professora Cecília Viveiros de Castro, presa poucas horas antes de Rubens, porque trazia do Chile correspondência a ele destinada, ouviu a queixa do homem deitado a seus pés. Ela sabia, com certeza, quem estava ali: as filhas de Rubens Beirodt Paiva tinham sido suas alunas no Colégio Sion, no Rio.

Um voo para 70 banidos

O desaparecimento de Rubens Paiva está ligado ao primeiro voo Santiago- Rio logo após a chegada ao Chile de 70 presos políticos trocados pelo Embaixador suíço Enrico Butcher, sequestrado no Rio. Entre os passageiros, Cecilia Viveiros de Castro e Marilena Corona, que voltava de uma visita ao filho e a irmã, ambos exilados naquele país. Há várias cartas e dois remetentes já conhecidos, o ex-deputado Almino Afonso, amigo pessoal e Rubens, e Helena Bocaiúva, que ele ajudara a sair do Brasil.

Cecília e Marilena ignoravam que todos os brasileiros daquele voo eram especialmente visados e sua detenção, no aeroporto do Galeão, ocorreu quando agentes de segurança da Aeronáutica descobriram as cartas. Dali, foram levadas para a 3ª Zona Aérea (hoje o 3º Comando Aéreo Regional – 3ºComar – junto ao aeroporto Santos Dumont), véspera do dia de São Sebastião um feriado comemorado no Rio.

Enquanto isso, o marido de Cecília, o advogado Eurico Viveiros de Castro, vivia um drama particular. Do aeroporto do Galeão, onde a aguardava, saíra tranquilo – é ele quem conta – com a vaga informação de que não constavam na lista de passageiros. De casa, telefonou para o Chile e seu filho Luis Rodolfo, o Gaiola, casado com Jane Corona, irmã de Marilena, confirmou o contrário, pois vira a mãe entrar no avião. Ele começou a procurar a mulher e a irmã de sua nora.

A mulher ao telefone

Ao atender, em casa (Av. Delfim Moreira onde funciona hoje a Cave aux Fromage), na manhã do dia de São Sebastião, o telefonema de uma voz feminina, que lhe pedia o endereço para entregar cartas que trazia do Chile, Rubens Paiva se animou com a notícia. Não suspeitava de nada em especial: a mulher falara das cartas e alegou que só tinha o número telefônico.

Meia hora depois do telefonema – por volta do meio-dia – seis homens chegavam à casa de Rubens, que ficou ocupada durante as 24 horas seguintes. Dali, saiu preso e no dia seguinte a mulher e a filha Eliana, então com 15 anos, também seriam detidas. A família viu Rubens pela última vez, na manhã daquele feriado.

Maria Lucrécia Eunice Facciolo Paiva, mulher de Rubens, narrou a história da prisão em cartas que enviou a várias personalidades do país. Seu relato pode ser resumido: seis homens em trajes civis, todos armados, não se identificaram e comunicaram que tinham ordens – não exibidas – de levá-lo para a Aeronáutica.

– Os invasores da casa estavam nervosíssimos – contou ela, numa carta – como se fossem tomar um *aparelho* ou uma fortaleza, não sei. Rubens conseguiu acalmá-los, pediu que guardassem as armas para não assustarem as crianças e os empregados e se dispôs, prontamente, a acompanhá-los. Subiu tranquilamente para nosso quarto, vestiu-se, chamou os policiais (ou militares) apresentou-se a cada um deles, disse-lhes que eram nossos hóspedes e que a casa estava à disposição deles.

Guiou o próprio carro

Eunice Paiva, conta, nas cartas, que Rubens saiu de casa dirigindo o próprio carro, onde entraram também dois policiais. Quatro policiais ficaram na casa e eram substituídos a cada seis horas por outros quatro. Há uma única referência, nos textos, e ainda assim, vaga, de identificação – “um deles, que me pareceu o chefe, declarou chamar-se Dr. Stoekler e se dizia doutor em Parapsicologia.”

– A casa – contou ela – ficou ocupada durante 24 hores , até 11 horas da manhã do dia 21. Durante todo esse tempo, ninguém podia usar o telefone nem sair. Quem entrasse na casa seria detido imediatamente. Foi assim que prenderam três rapazes, amigos da família que vieram visitar minha filha, um deles com apenas 15 anos de idade. Os três foram levados para um quartel no Alto da Boa Vista (Eunice Paiva está equivocada no detalhe: não há quartel no local e sim uma delegacia policial que, na época, era usada para triagem de presos políticos) onde passaram a noite e só foram soltos na manhã do dia seguinte.

A notícia da prisão de Rubens correu rápido devido a seu grande e influente círculo de amizade. Um de seus filhos, Marcelo, o Cacareco, então com 12 anos, chegou a relacionar-se com os raptores do pai e até disputou com eles partidas de futebol de botão e cartas. Ganhando a simpatia dos

policiais ele conseguiu, apesar da ocupação militar da casa, levar um bilhete de sua mãe para os vizinhos. A nota, que pedia que evitassem visitas, foi enviada dentro de uma caixa de fósforos.

A primeira pessoa a se movimentar foi o industrial Luiz Fernando Bocaiúva Cunha, ex-sócio de Rubens e citado nas colunas sociais como Baby Bocaiúva. Ele acionou o advogado Lino Machado. Outro amigo, o ex-Ministro da Saúde do Governo Goulart, Sr. Wilson Fadul, tinha um almoço marcado com Rubnes no feriado e já o tinha transferido para o dia 21. Sem suspeitar de nada, Fadul procurou um amigo comum, o ex-Deputado José Aparecido (atualmente assessor do Senador Magalhães Pinto), que transmitiu a primeira suspeita de prisão.

Os dois decidiram ligar para Eunice. Vigiada pelos policiais (ou militares) ela informou a ambos, vagamente, que Rubens estava viajando. Eunice lembra de muitos telefonemas de amigos, insistindo , alguns deles, se ela precisava de ajuda, e a todos ela respondia invariavelmente a mesma coisa, tentando evitar a conversa telefônica.

Todos os esforços da família e dos amigos para localizá-lo não deram resultados. A 20 de fevereiro, um mês depois, a família foi recebida, em casa, pelo então Ministro da Justiça Sr. Alfredo Buzald (ele próprio parente remoto), que admitiu a possibilidade de Rubnes ter sofrido “alguns arranhões”, mas garantia uma solução dentro de 15 ou 20 dias. Rubens já estava morto, informação que um oficial superior, na época da ativa, apurou, a pedido de amigos de Rubens.

No dia 21 de janeiro de 1971, Eunice e sua filha Eliana foram, por sua vez, levadas para o quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Ambas estavam encapuzadas. Na prisão – ela conta a situação também em cartas – foram revistadas, fotografadas, identificadas e depois separadas. Detidas às 11 horas, foram forçadas a permanecer sentadas durante seis horas em incômodos banquinhos.

Banho diante do soldado

As celas eram individuais e pequenas, segundo Eunice. Tinham instalações sanitárias e chuveiro, mas a porta se resumia a uma grade de ferro: assim, “ a guarda era toda constituída por soldados da PE e, portanto, o uso do chuveiro ou dos sanitários era feito a maneira mais constrangedora”. Eunice ficou presa, incomunicável, durante 13 dias, e Eliana foi solta no dia seguinte à prisão.

Durante sua prisão, na PE, Eunice conta que um dos militares lhe garantiam que Rubens também estava preso ali, mas no andar de cima. Ela sabe que esteve sempre no térreo, pois nunca subiu escadas, apesar de os seus deslocamentos forçados no quartel, serem feitos sempre de capuz. Conta que foi interrogada várias vezes e queriam, sempre, as mesmas informações: ideias políticas de Rubens e relação de frequentadores de sua casa.

Nestes interrogatórios, Eunice ficou sabendo da prisão de duas pessoas que vinham do Chile com várias cartas para seu marido: “nunca vi estas cartas, nem sei o que continham nem quem as enviou”.

Entre os interrogatórios, Eunice era constantemente obrigada a ver coleções de fotografias; exigiam que as identificasse. Eunice conta que, além da família – viu fotos de Rubens, de Eliana e de si própria – só identificou Cecília Viveiros de Castro. Cecília e Marilena, na sua passagem pela PE foram submetidas à mesma rotina de examinar fotografias, segundo informou o marido da primeira.

Cecília e Marilena ficaram pouco tempo na PE. Saíram de lá na tarde de 21 de fevereiro de 1971, graças à Intervenção de um amigo militar cuja identidade Eurico Viveiros de Castro preserva. Ambas

foram transferidas para o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, no Leblon, de onde seriam liberadas dias mais tarde. A partir da transferência, segundo o advogado, o tratamento foi correto e não passaram por novos interrogatórios. Eurico Viveiros de Castro não permite contatos com Cecília para falar sobre o assunto: diz que ela ficou traumatizada com a prisão, experiência que deseja esquecer, e que a insistência poderia arruinar sua vida.

“Louro de olhos azuis”

A morte de Rubens Beirodt Paiva somente poderá ser definitivamente esclarecida, em todos os seus pormenores, quando foi reconstituída sua passagem pela 3ª Zona Aérea, comandada, e, 1971, pelo Brigadeiro João Paulo Burnier. Até hoje só se conhecem versões sobre o que lá realmente ocorreu.

Fontes militares consultadas insistem numa cena de violência brutal, motivada por uma atitude de revolta de Rubens durante interrogatório. As versões variam em detalhes secundários e concordam no principal: um acesso de violência de um oficial que conduzia o interrogatório. A mesma convicção é compartilhada pelos poucos civis inteirados do caso, que apontam como causa mediata da morte uma surra que conduziu Rubens a uma ‘poça de sangue”, expressão usada tanto por civis, quando por militares.

Na 3ª Zona Aérea, Rubens, Cecília e Marilena foram acareados. De pé e próximos a uma parede, os três permaneceram muito tempo com os braços para o alto, num recinto fechado. Com a longa duração do castigo, uma das mulheres fraquejou, sendo prontamente amparada por Rubens, que estava ao lado dela.

A atitude do ex-Deputado, que abandonou o castigo, irritou o chefe do Interrogatório, descrito como “um oficial louro, de olhos azuis”, que o atacou. Ao ser golpeado, Rubens, reagiu com um palavrão e o xingamento provocou a ira do oficial e de outros militares (ou civis) que acompanhavam o interrogatório. O ex-Deputado foi duramente surrado.

– Vocês vão matá-lo – gritou uma das mulheres.

Esta segunda reação pôs o oficial “louro, de olhos azuis” completamente fora de si e, agarrando a mulher pelos cabelos, forçou-a a aproximar-se de Rubens, já estirado no chão e bastante ferido.

– Aqui não se tortura. Isto é uma guerra – gritou o oficial.

Nestas condições, mas ainda consciente e vivo o ex-Deputado foi transferido , com Cecília , no mesmo carro, para o quartel da Polícia do Exército. Marilena seguiu num segundo carro e, na PE, não viu mais Cecília. As duas só voltaram a se encontrar no quartel do Leblon, quando já aguardavam a libertação.

Desde que foi libertada, Cecília Viveiros de Castro não foi mais procurada pelos órgãos de segurança, apesar da importância que, na época, o sistema atribuiu à fuga de Rubens – o único preso político a conseguir liberdade em tais circunstâncias. Do ponto de vista dos órgãos de segurança, Cecília poderia, no mínimo, ter importância como correio da organização a qual pertenceria o ex-Deputado. A peculiaridade, incomum na época, pode ser explicada pela atuação (ou posição) do amigo militar da família. Na época, Eurico Viveiros de Castro conta que indagou o destino de Rubens, mas recebeu a recomendação de que se ativesse apenas à própria família.

Em 30 de junho de 1971, Cecília Viveiros de Castro escreveu uma carta a Eunice Paiva. No primeiro parágrafo, explica as suas razões para fazê-lo.

– Tendo lido nos jornais – escreveu ela – notícias desencontradas e mesmo alarmantes, imagino o sofrimento da senhora e das meninas, minhas ex-alunas no Colégio Sion, nesta fase de incerteza quanto ao paradeiro do Dr. Rubens. Gostaria de minorar, de algum modo, a sua angústia, dando-lhe conhecimento do que sei a respeito de seu marido.

Na carta, com três páginas manuscritas, Cecília historia os contatos com Rubens. Não faz referência a acareações na III Zona Aérea ou na PE, confirmando apenas a transferência:

– No dia 20 de janeiro último, estando eu no quartel da III Zona Aérea, próximo ao aeroporto Santos Dumont, quartel onde permaneci algumas horas, fui transportada por elementos que usavam traje esporte e se diziam das Forças Armadas para o quartel da Polícia do Exército – o Codi – que era mencionado pelos mesmos elementos como "o aparelhão". Sentado, a meu lado, no automóvel, estava seu marido, o Dr. Rubens Paiva.

Ela descreve, ainda, que ouviu, no mesmo dia, a voz de Rubens sendo interrogado e supunha que estava ao seu lado, embora não pudesse vê-lo porque tinha a cabeça coberta por um saco. Na noite de 20 para 21 de janeiro disse ter ouvido a voz de Rubens, à distância soletrando o nome **Beirodt**. A ronda noturna, segundo Eunice Paiva, era rotina na PE; de 15 em 15 minutos, os carcereiros batiam na porta, acordando os prisioneiros, dos quais exigiam declaração completa de nome. Parecia, para Eunice, uma prática destinada a quebrar o moral.

– Ainda na manhã do dia 21 – diz Cecília na carta – ouvi o Dr. Rubens pedindo água e esta foi a última vez que ouvi sua voz, pois, na tarde desse mesmo dia fui transportada para outro local.

As omissões

Cecília Viveiros de Castro não recebe jornalistas. O marido, que é advogado, assume inteira responsabilidade pelas informações dela a respeito do caso. A versão do espancamento e da acareação na III Zona Aérea foi lhe exibida já por escrito, juntamente com todos os documentos e apontamentos pessoais que foi possível reunir. Eurico Viveiros de Castro, a princípio indignado, negou-a inteiramente, assegurando que Cecília e Rubens só estiveram juntos uma única vez: durante a transferência da III Zona Aérea para PE.

Ele contou e reafirmou, em três contatos sucessivos, que Rubens, durante a transferência, estava deitado no fundo do carro e machucado. No último contato, acrescentou que, de viva voz, o ex-deputado se queixava de dificuldades de respiração. Na carta, Cecília conta que Rubens estava sentado a seu lado, no carro.

Quanto à acareação – negada com veemência por Eurico, que invoca o testemunho de duas freiras do Sion que assistiram a uma conversa entre Cecília e Eunice Paiva – há uma nova contradição. Em carta dirigida ao então líder da Oposição na Câmara, Deputado Pedroso Horta, Eunice Paiva relata o seguinte:

– Alguns dias depois (ela está-se referindo à sua libertação, na Polícia do Exército) procurei Dona Cecília Viveiros de Castro em sua residência acompanhada por duas freiras do Sion que ouviram todo o relato que ela fez da sua prisão. A certa altura, ela nos contou que, no dia 20 de janeiro, à tarde, fora acareada com Rubens no quartel da 3ª Zona Aérea, ao lado do aeroporto Santos Dumont, e

que mais tarde foram os dois conduzidos para o CODI, no quartel da PE da Barão de Mesquita onde ficaram presos.

Esta carta de Eunice reproduzida em papel timbrado do Congresso Nacional, chegou ao exame do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em 1971. Depois de solta, num contato com o advogado Lino Machado, Cecília Viveiros de Castro contou-lhe a transferência de Rubens, no fundo do carro.

Embora o pormenor não conste das cartas que escreveu pedindo ajuda para a localização do marido. Eunice Paiva lembra mais um detalhe do relato de Cecília Viveiros de Castro, com o testemunho das duas freiras do Sion: na acareação, com os braços para o alto, ela sentiu-se mal e quase chegou a desmaiar.

O CODI passou recibo

Ao sair da prisão, no dia 2 de fevereiro de 1971, às 18 horas – final do 13º dia de detenção – Eunice Paiva pode comprovar, de vez, que estava realmente na PE. Ao sair, teve a surpresa de ver, estacionado no pátio interno do quartel, o carro do seu marido. O automóvel, um Opel Kadet, foi devolvido no dia 4 de fevereiro à sua irmã, Renèe Paiva Guimarães.

O excesso de zelo do oficial responsável pela guarda do veículo daria à família o primeiro documento comprobatório da prisão de Rubens. O carro só foi devolvido mediante um recibo, em papel timbrado do Ministério do Exército – I Exército – DOI , que Renèe assinou e do qual levou uma cópia. Este documento foi peça básica dos três pedidos de habeas-corpus impetrados pelo advogado Lino Machado para localizar e identificar a autoridade que deteve o ex-Deputado.

A esta altura, todos os amigos de Eunice já tinham elementos e informes para deduzir a morte de Rubens, mas nenhum deles comunicou qualquer suspeita a Eunice., que prosseguia sua busca. Numa das vezes foi à PE ver se conseguia obter algum indício do marido. O pretexto era pedir de volta a agenda pessoal, confiscada durante a prisão. Ao sol, de pé, durante várias horas, ela esperou, fora do portão, sempre olhando esperançosa, até que um oficial provavelmente comovido pelo seu zelo de companheira, disse-lhe: “Não adianta, Dona Eunice. Os homens não vão devolver o que a senhora quer. Não adianta ficar aqui.” Outras tentativas foram feitas, uma delas através do médico, amigo da família, que foi levar remédios para Rubens. Os remédios foram recebidos e as esperanças pareciam renascer.

Para Eunice, elas acabaram bruscamente, 20 dias após sua soltura, ao ler no **Jornal da Tarde,** de São Paulo, a notícia da morte de um banido, no Rio, na qual seu marido era apontado como delator por um oficial que se referia à sua fuga durante um sequestro no Alto da Boa Vista.

A crônica do ano de 1971 é repleta de citações, reuniões e debates sobre o paradeiro de Rubens Beirodt Paiva. No Congresso Nacional, os debates provocaram momentos de grande agitação – de um lado, Pedroso Horta, de outro Eurico Rezende, então líder da maioria. O então Deputado e hoje Senador Marcos Freire publicou, em separata, um documento sobre o assunto. Foi o Deputado Nina Ribeiro quem leu, em plenário, a sindicância do I Exército dando a versão oficial do sequestro.

Ocorram encontros na casa de ex-ministros, inclusive militares, entre ministros em exercício e a imprensa, mesmo sob censura, não deixou de registrar todo debate jurídico em todo debate jurídico em torno da questão. O caso de Rubens Paiva praticamente encerrou a atuação do Conselho de

Defesa do Direitos da Pessoa Humana, cujas sessões, a partir dele, passaram a secretas e destinadas, mais, a louvar atos do Governo, até cessarem de vez.

Para o público a história de Rubens estava encerrada desde 24 de fevereiro de 1971. O **Diário Oficial** da União, desse dia registrou o expediente do Superior Tribunal Militar de 16 de fevereiro, comunicando uma determinação de seu presidente, Brigadeiro Armando Perdigão, datada de 8 de fevereiro, para que fosse juntada aos autos o ofício 110-CP de 3 de fevereiro de 1971. Ali há apenas uma citação do ofício originário do I Exército: "Segundo informações de que dispõe este Comando, o citado paciente quando conduzido, para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividade subversiva, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte o Exército."

Rubens fugiu. A garantia era do I Exército, 13 dias após sua prisão. E isto é tudo na história oficial de Rubens Beirodt Paiva. "E" e escapou dos órgãos de segurança.

* * *

Quem matou Rubens Paiva?

Tiroteio no Alto da Boa Vista

– O Capitão disse que o papai fugiu.

Excitada, Eliana Paiva, 15 anos, quase esquecia de dar o recado que trazia ao ser deixada por militares, chorando, na Praça Saens Pena, na Tijuca. Apertada, dentro do carro esporte, vermelho, de Baby Bocaíuva e dirigido pelo médico Wilson Fadul, ela contava desordenadamente sua experiência na prisão.

– Era um dia de muito calor e até me sentia mal. Quando perguntei pelo Rubens e ela falou aquilo, espontaneamente, senti vontade de vomitar e pensei logo: Rubens está morto – contou o médico.

Eliana foi liberada na manhã de 22 de fevereiro de 1971, por volta de 10 horas, na praça. Nessa mesma manhã, às 4h30m, a sete quilômetros dali, na Av. Edson Passos, junto à Cascata Saudade, um Volkswagen ardia e de dentro dele segundo a versão oficial, Rubens Paiva tinha sido sequestrado. As viaturas que haviam levado peritos ao local já estavam de volta à base, o quartel da PE, quando Eliana saiu.

A versão da polícia

O primeiro registro do sequestro está num livro da 19ª DP, na Rua José Higino, na Tijuca. É ocorrência 257, anotada no serviço de 21 para 22 de janeiro de 1971, assinada pelo comissário Norival Gomes dos Santos. Nela, a versão de que "o elemento Rubens Seixas", indiciado em IPM do Codi-1º Exército, tinha sido sequestrado por um grupo terrorista. O carro era dirigido por um militar, identificado pela polícia como Capitão Aranha, e nele viajavam dois outros militares.

Segundo o registro, o carro (Volkswagen 1300, cor verde, motor BP-97562, chassis B7426-414, placa GB-214899) dos militares foi interceptado na Av. Edson Passos, quase no Alto da Boa Vista,

entre os postes 510-350 e 510-348, por dois outros carros Volkswagen, um azul e outro de cor clara, final de placa 08, nos quais viajavam de “seis a oito elementos”.

Os interceptadores – ainda segundo a polícia – dispararam armas automáticas contra o carro em que viajavam Rubens Seixas (“calibre 45, provavelmente”), obrigando-o a parar e incendiando-o. Os militares, atacados, saltaram para o lado direito do carro, procurando “abrigo seguro”: os atacantes atingiram, então, a tiros, a parte do veículo “travando-se tiroteio cerrado entre atacantes e atacados”.

O comissário registrou que suas informações foram apuradas no local, mas não esclarece as condições em que Rubens Seixas conseguiu fugir, além de afirmar que foi retirado do local por um dos automóveis atacantes. A 19ª DP chamou os bombeiros e informa que a perícia foi do Exército, feita pelo Pelotão de Investigações Criminais do 1º Batalhão de Polícia do Exército, para cujo quartel o carro foi mais tarde rebocado.

A versão do Exército

Em sindicância datada de 11 de fevereiro de 1971, assinada pelo então Major Ney Mendes, o sequestro é recontado de forma semelhante ao registro policial. O “Rubens Seixas” da delegacia se transforma, então em Rubens Beirodt Paiva, e o “Capitão Aranha” é agora identificado como Capitão Raimundo Ronaldo Campos. Os outros dois militares são o 1º sargento Jurandir Ochsendorf e Sousa e o 3º sargento Jacy Ochsendorf Sousa. O Major sindicante não esclareceu, no documento, mas os dois sargentos são irmãos e paraquedistas. Os quatro militares ainda estão na ativa.

Diz o Major sindicante que ouviu os três e eles informaram que conduziam Rubens para que este indicasse a casa onde poderia estar um “elemento” que trazia do Chile correspondência de banidos, Rubens não identificou a casa. Na volta, descendo do Alto da Boa Vista, foram interceptados por dois carros Volkswagen, um branco e outro verde ou azul-claro.

Atacados a tiros, os três militares abandonaram o carro “rapidamente”, refugiando-se atrás de um muro para responder ao fogo, Rubens, ainda segundo a sindicância, durante a troca de tiros, fugiu pela porta esquerda do carro, atravessou a avenida e abrigou-se atrás de um poste. Ainda durante o tiroteio, Rubens correu para um dos carros que arrancou em disparada.

A sindicância fixou um detalhe: na fuga, um dos “elementos” foi ferido a tiros. O major sindicante registra que “com um tiro ele caiu no chão” e foi arrastando para dentro de um carro já em movimento. Os carros fugiram em direção à Tijuca “em alta velocidade, sob uma saraivada de tiros disparados pela equipe”.

Existe um terceiro registro oficial do sequestro que pode ser encontrado no Quartel Central do Bombeiro, no Rio. Ali está arquivado o atendimento, às 5h15m de 22 de janeiro de 1971, pelo então Destacamento 14 (atual Destacamento 7, que funciona em frente à 19ª Delegacia Policial, na Tijuca) que chegou ao local com o carro ainda em chamas. Os bombeiros foram chamados pela polícia.

No registro da Delegacia, há referência a um sargento de nome Amaro, que dirigiu o combate o fogo. O registro dos bombeiros, bastante detalhado - é rotina ao fim de um serviço – informa que o comandante da guarnição era um oficial de nome Calixto. Usando água (uma das mangueiras furou) os bombeiros trabalharam durante 40 minutos para controlar o incêndio.

O carro é identificado como de propriedade do Ministério do Exército e, no final, nas observações, está contado o ataque por elementos armados, uma vez que o veículo tinha furos de

bala. No registro dos bombeiros não se consigna a existência de vítimas naquele local.

Diligência sem cobertura

Para o major sindicante, os agentes de segurança não praticaram ato que merecesse reprovação: ao contrário "demonstraram iniciativa, coragem e um elevado grau de instrução, em face da surpresa e da superioridade dos elementos desconhecidos".

"Na refrega" – escreveu o major – "houve a evasão do senhor Rubens Beirodt Paiva para um local ignorado, não sabendo as autoridades de segurança o seu paradeiro, de vez que a preocupação dos referidos agentes era a de se defender e também a do acompanhante, cujas consequências foram a queima do carro e a interrupção das diligências que estavam se processando".

O registro policial e a sindicância não indicam, em trecho algum, que o carro que os agentes de segurança tivesse alguma cobertura, prática considerada obrigatória, de rotina mesmo, por militares. Não há, também, nenhuma referência à iminência do perigo, pois nos dois relatos e apesar do "seu elevado grau de instrução" os ocupantes do carro do CODI não perceberam que estavam sendo seguidos. Foram surpreendidos, é a sindicância que afirma, às 4h30m, ainda escuro, de madrugada, numa estrada praticamente deserta, por dois automóveis "como se tivessem surgido do ignoto", na expressão de um militar paraquedista que esteve ligado a órgãos de segurança.

A sindicância e o registro policial não esclarecem, também, as condições em que Rubens estava dentro do carro – livre ou algemado, ao lado de um ou entre dois agentes – mas deixou claro que ele saltou pela esquerda, enquanto os agentes (inclusive o motorista, no caso o Capitão) saltavam fora pela direita.

Um civil que ajudou

No registro policial consta que a primeira pessoa a passar pelo local do sequestro foi o agente fiscal do Estado do Rio, José Roberto Alcantara Nunes, que ao ser procurado frisou seu parentesco com o Almirante Heleno Nunes, da CBD. Ele conta que, ao passar pelo local, o Volkswagen ainda queimava e havia, ao lado dele, três homens em roupas civis (calças Lee); os três portavam metralhadoras de um tipo que julgou bem moderno, as quais empunhavam com o cano virado para o alto. Nunes confessa que teve medo de parar, mas diminuiu a marcha e perguntou se precisavam de ajuda. A pedido dos militares, segundo relatou, foi à 19ª Delegacia Policial para comunicar o incêndio. Fez mais: voltou ao local, acompanhando o comissário de polícia; a esta altura lembrou ele, a delegacia tinha avisado a base do CODI, no quartel da PE, e dois carros da segurança se dirigiam ao local.

Nunes se lembra de que os novos agentes – "um deles era um sargento barbudo, de calça Lee – passaram pela delegacia antes de se dirigir ao local, já com a polícia civil. No local, quando voltaram, segundo o relato de Nunes, não havia mais bombeiros. Ali, ele pôde assistir ao trabalho dos peritos militares ("ainda estava escuro e fizeram fotos com flash"), que só examinaram o carro.

Ele disse que não escutou tiros, mas pôde ver, durante o incêndio, que o carro estava furado à bala, com o capô levantado e rente ao meio-fio, como se tivesse estacionado. Nunes não consegue precisar, mas acha que as portas do carro, quando ardia, estavam fechadas – "pelo menos encostadas".

Ao contrário do comportamento habitual adotado durante as diligências que envolviam aspectos relativos à segurança, a presença de um curioso civil no local do sequestro, não chegou a inibir os agentes de segurança – os do sequestro e os que chegaram depois – que comentaram, abertamente, os detalhes do incidente e o preso que conduziam.

Está claro, também, que os mesmos agentes se preocuparam primeiro em clismar a polícia civil, para registrar o fato. A iniciativa de chamar o CODI, segundo todos os depoimentos obtidos, partiu da polícia civil. Nunes se lembra bem da calma dos agentes, que assistiam o carro arder: “Se fosse meu, eu jogava areia, batia com uma camisa, fazia qualquer coisa”.

O testemunho de Nunes deixa claro, definitivamente, que não havia cobertura para os agentes de segurança e, mais do que isso, eles não acreditavam na possibilidade de um novo ataque, no caso apenas contra eles, hipótese que deveria ser considerada por homens de segurança adequadamente preparados, segundo um militar comentou.

Nunes diz não se lembrar de ter visto marcas de tiro, além das perfurações no carro, ou cápsulas no chão. Os agentes de segurança comentavam entre si que o preso era gordo, ex-deputado cassado, cardíaco (razão pela qual, dizem, não tomaram providências para contê-lo) e que fugira atravessando em diagonal a Avenida Edson Passos escondendo-se do outro lado.

Os agentes de segurança justificaram para Nunes, segundo ele conta, o fato de o capô estar aberto. Ficou escancarado – e capô aberto, em Volkswagen sedan, dá acesso ao tanque – em consequência de uma batida ao serem fechados pelos sequestradores. Fotografias tiradas no local (outra providência dos órgãos de segurança foi convocar a imprensa para fotografar o local e o carro) não mostram indícios de qualquer choque de veículos.

Atrás de qual muro?

O local do sequestro está hoje como era na madrugada de 22 de janeiro de 1971. A diferença é que na Cascata da Saudade, 23 metros distante do local em que o carro se incendiou, surgiu um centro de macumba. Tudo o mais – muros de arrimo, muretas, calçadas, árvores e postes – ainda está lá. No lado esquerdo, para quem sobe a Av Edson Passos, foi colocada uma nova posteação, embora a antiga, do lado direito, permaneça.

O carro ficou estacionado rente ao meio-fio. Nas fotografias da época, há marcas de pneus, no asfalto, na frente dele. Dois postes servem de referência no registro policial e, juntamente com as fotografias, permitem localizar com precisão o local em que o carro ardeu. Foi do lado direito, descendo a avenida, exatamente junto a uma árvore de porte, cujo tronco sobe em paralelo a uma encosta de pedras com mais de 25 metros de altura e que cai, abruptamente, quase em ângulo reto com as pistas, além de estar coberta de vegetação. Não há ali abrigo possível.

Esta formação rochosa começa na cascata, prossegue ao longo da avenida até 25 metros além do ponto onde o carro estava e ali começa um muro de arrimo que tampouco serve de abrigo. Ainda do mesmo lado da estrada, 23 metros distante do carro incendiado, subindo em direção ao Alto da Boa Vista, justamente na cascata há um abrigo precário: uma mureta de 40 cms de altura, que daria para esconder alguém colocando-a em posição de desvantagem para responder a fogo.

Um pouco além da mureta existe um bueiro hoje cheio de lixo, tendo no fundo uma grade que dá passagem a água da cascata para o outro lado da estrada. Quem procurasse abrigo ali além do risco

de fraturas, ficaria totalmente isolado, sem ver a estrada. Não devem ter procurado abrigo ali, pois houve um tiroteio com os sequestradores, garante o documento oficial que elogiou os agentes.

O único a atravessar a Avenida Edson Passos foi Rubens. Pela sindicância, os agentes abrigaram-se do lado direito. Assim, eles correram 23 metros, sob fogo intenso de metralhadoras e não foram atingidos pelos sequestradores, que demonstraram pontaria para alvejar o veículo. Os militares não poderiam utilizar o carro como abrigo, pois estava em chamas. Mesmo em evidente desvantagem, os militares descreveriam, em detalhes, mais tarde, o ataque e a fuga de Rubens.

No lado esquerdo da estrada, ainda para quem desce em direção à Tijuca, há um muro de pedra; fica do outro lado das pistas, em relação ao carro incendiado. Dele, quem passa pela avenida vê somente uma mureta de 40 cm de altura e igual largura. A mureta é apenas o topo de um muro cuja altura varia entre 2,70m e 3,40m, e que delimita um terreno em nível inferior ao da estrada. Pular ali, no escuro, seria fatalmente desastroso.

A sindicância do I Exército assegura, que eles acharam um local suficientemente seguro – um muro, está escrito – para trocar tiros e acompanhar a movimentação dos sequestradores. O documento precisa que Rubens atravessou a pista; escondendo-se atrás de um poste; se ele correu para o poste 348, em diagonal, no sentido de quem sobe, correu 17,30 m sob fogo de armas automáticas; se escolheu outro poste, mais abaixo, o 350, correu 14,5m.

Em qualquer hipótese, repetiu em sentido inverso, um dos trajetos para entrar num carro e fugir. Isto significa que Rubens, aos 41 anos, gordo, hipertenso, cardíaco e diabético – e que além disso fora visto algumas horas antes bastante machucado e com dificuldades para respirar – correu um mínimo de 25 metros, em meio a fogo cruzado, após sair do banco traseiro esquerdo de um Volkswagen alvejado por 24 tiros, cinco dos quais alojados justamente no local em que deveria estar. E o carro estava em chamas.

A perícia do 1º Batalhão de Polícia do Exército não foi tornada pública, nem a sindicância do Major Ney Mendes ou o registro policial fazem referência ao número e à distribuição dos tiros no carro. Tais detalhes foram registrados pelos jornais da época de forma coincidente.

No carro, ficaram marcas de 24 perfurações de bala, assim distribuídas: cinco na lateral esquerda traseira, cinco no para-lama traseiro esquerdo, dois no capô, quatro no para-lama dianteiro esquerdo, sete no tanque de gasolina e uma na moldura interior do para-brisa dianteiro, em frente ao banco do motorista. Fotografias tiradas na época, pela imprensa, confirmara o fato e deixam dúvidas apenas quanto a um tiro que atingiu o tanque de gasolina, mas não deixou vestígios de sua passagem pela lataria externa.

Quem acredita neste sequestro?

– É preciso ser muito deformado ou leso da cabeça para acreditar neste sequestro.

Ainda hoje, passados sete anos, o tom é forte, mas para o jurista José Cavalcanti Neves, ex-presidente da OAB e Procurador-Geral da Fazenda no Governo Castelo Branco, de quem foi amigo pessoal, ficou a frustração de não poder, como pretendia, esclarecer os pormenores da prisão e do desaparecimento de Rubens Beirodt Paiva.

A sindicância do I Exército não o convenceu, como não convenceu metade dos membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, praticamente liquidado em consequência do

episódio, por iniciativa de seu presidente, o então Ministro da Justiça Alfredo Buzaid. As dúvidas foram além e da Justiça Civil passaram à Justiça Militar ao Congresso, a imprensa e a importantes setores da sociedade. Inutilmente.

O desaparecimento de Rubens Paiva e a prisão de sua mulher, Eunice, motivaram pedidos de habeas-corpus. No Congresso, o então Deputado, hoje Senador Marcos Freire, resumiu a questão:

– Enquanto presa Dona Maria Eunice, o advogado da família impetrou habeas-corpus nº 30 379 em seu favor. O pedido de informações, através do ofício 236 de 29 de janeiro de 1971, veio a ser respondido em 3 de fevereiro de 1971. Dava entrada, nesta data, 3 de fevereiro, a informação do Estado Maior do I Exército. Coisa curiosa: no ofício, e aqui tenho a cópia, esqueceram de colocar a data. Está em branco. Apenas, fevereiro de 1971. Diz que a referida paciente não se encontra por ordem ou a disposição de qualquer OM (organização militar) deste Exército, E, no entanto, Dona Maria Eunice esteve e estava naquele quartel até às 18h30m do dia 2 de fevereiro. E este ofício, que teria sido feito possivelmente na véspera, sem data, deve ter entrado no dia 3. Apenas dizendo que Dona Eunice não se encontrava presa por ordem ou à disposição do Exército sem referir que ela esteve presa e que poucas horas antes havia sido solta.

– Outro habeas-corpus – prosseguiu – o de nº 30 381 foi impetrado em favor de Rubens. Informação semelhante foi prestada dizendo-se que ele não estava preso, embora ainda não tivesse sido solto como ainda não foi até hoje no caso 4 de junho de 1971. Ora diante destas informações do Exército a Procuradoria-Geral da Justiça Militar entendeu prejudicando o pedido. No entanto, há alguns dados, alguns fatos discutíveis: Rubens foi preso e ele mesmo guiou o automóvel, tendo por campanha dois agentes de segurança. Esse automóvel estacionou e permaneceu, conforme recibo que mostrei, no quartel da Barão de Mesquita, na PE, e foi devolvido à família de Rubens Paiva. Ele foi preso pelo mesmo grupo que prendeu Dona Maria Eunice e a jovem Eliana. Estas foram conduzidas para o quartel. Na informação do I Exército há a alusão de que o paciente Rubens Beirodt Paiva se teria evadido, no Alto da Boa Vista quando era conduzido por agentes de segurança mercê de ação de terroristas no seu resgate.

– Ora, há conflito de informações. Negam que prenderam o homem e, ao mesmo tempo, dizem que ele teria sido resgatado quando conduzido por agentes de segurança.

Dúvidas no STM

O pronunciamento do Deputado dá, em seguida, os desdobramentos do caso no Superior Tribunal Militar.

– O bravo advogado da família entrou, assim, com um novo pedido e habeas-corpus, porque é patente o conflito entre as informações negativas e os fatos ocorridos. Este habeas-corpus foi ao STM e ai, mais uma vez, a Procuradoria-Geral, através do procurador-geral Jael Guimarães Pinheiro, sugeriu que o STM não tomasse conhecimento do habeas-corpus, em vista da negação feita pelas autoridades militares.

– Mais naquele tribunal – prosseguia – vozes se levantaram e o Ministro Alcides Carneiro declarou, e esta é uma publicação do insuspeito Jornal O Globo, o seguinte “não podemos ficar de braços cruzados por considerar o caso de suma gravidade. Temos que saber o destino do paciente, se está morto ou vivo”.

– O Brigadeiro Grum Moss, num aparte, disse que o procurador-geral tinha obrigação de investigar o caso. E, para a honra do STM, foi decidido, por unanimidade, inclusive com reconsideração dos votos já dados por alguns ministros, que os autos deveriam baixar em diligência para as autoridades do I Exército prestarem novos esclarecimentos, em virtude do conflito de informações anteriores. Esta é a cópia da ata da 19ª sessão, realizada em 5 de maio de 1971 pelo STM. A controvérsia, a dúvida, o paradoxo das informações, tudo isso se configura tão grave que o próprio STM resolveu baixar em diligência, dizendo especificamente "em virtude do conflito de informações anteriores". Portanto, não é um jogo de palavras que estou fazendo, é a conclusão do Superior Tribunal Militar.

Na 57ª sessão do STM, em 2 de agosto de 1971, o advogado Lino Machado perdeu mais um habeas corpus – o de número 30 389, cujo relator era o Ministro General Jurandir Bizarria Mamede. A ata registrou o seguinte "em face das informações da autoridade havida como coatora, de que o paciente já não se encontra preso, o Tribunal, por unanimidade de votos, julgou prejudicado o pedido, sem prejuízo de apuração na forma da lei dos fatos objeto das diligências em curso no comando do I Exército".

Nesta época, o comandante do I Exército por ocasião do desaparecimento de Rubens Beirodt Paiva, General Sizeno Sarmento, integrava o quadro de Ministros do STM, para onde foi em maio de 1971.

Hoje, quem quiser consultar os processos de habeas-corpus que tratam do desaparecimento de Rubens Paiva encontrará muitas dificuldades. Passados sete anos, a papelada não foi para o arquivo do STM – onde estaria à disposição para consultas. No Tribunal, nos últimos três meses foi sempre obtida a mesma internação: o processo está no Rio, como Ministro Bizarria ou com o I Exército.

Procurado em sua casa, o General Jurandir Bizarria Mamede não confirmou nem desmentiu que estivesse com ele: "Se estiverem comigo, vocês vão vê-los no Tribunal", disse antes de fechar a porta. Num segundo contato, por telefone, não forneceu pistas sobre a direção dos processos, mas fez questão de explicar que não podem ser consultados por qualquer pessoa interessada, apenas pelo advogado o que não é verdade porque mesmo os processos que correm em segredo de Justiça tornam-se públicos depois de sentença transitada em julgado.

Está faltando um IPM

Por duas vezes, quando examinava os pedidos de habeas corpus, o STM insistiu para que a Procuradoria Geral da Justiça Militar apurasse o desaparecimento de Rubens Paiva, deixando claro que sindicância do I Exército – o único documento oficial e o público sobre o sequestro – não encerrava o assunto. A exigência do STM é normal, dentro dos preceitos do Código Penal Militar.

O artigo 179 do Código Penal Militar prevê o seguinte: "Deixar, por culpa, fugir pela pessoa legalmente presa confiada a sua guarda ou condução" (pena de 3 meses a 1 ano de detenção". O Artigo 121 do mesmo Código prescreve que "a ação penal somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público da Justiça Militar".

Outro código, o de Processo Penal Militar, em seu artigo 29, reproduz o Artigo 121 do COM e no Artigo 30 acresce: "A denúncia deve ser apresentada sempre se houver a) prova de fato, que em tese constitua crime, b) indícios de autoria".

O advogado Nélio Machado ao citar tais artigos, não tem dúvidas do ponto de vista estritamente legal, de que a procuradoria Geral da Justiça Militar estava obrigada a denunciar os três militares que conduziam Rubens. O mérito da questão – sua culpa ou não - só poderia, no seu entender, ser julgado pela Justiça Militar. Do ponto de vista legal, a sindicância do I Exército não encerrava a questão. Hoje, está prescrita a ação penal contra os militares.

No pronunciamento no Congresso, o então Deputado Marcos Freire, assinou outras ilegalidades no caso. Suas palavras: “Queremos o respeito às leis do país; o respeito, por exemplo, ao Artigo 221 do Código de Processo Penal Militar, que exige se proceda a prisão mediante ordem da autoridade competente. E a prisão de Rubens, bem como a de sua esposa e de sua filha menor não foram acompanhadas de ordem competente, senhores deputados, a prisão de Rubens Paiva se transforma num verdadeiro sequestro, com o agravante de que está sendo feito não por grupos desconhecidos, não por grupos terroristas, mas por agentes de segurança do Governo”.

Com o voto do Ministro Alfredo Buzaid, que na segunda quinzena de julho de 1971 presidia o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o caso Rubens Paiva foi arquivado. O Ministro votou para desempatar, pois o conselho estava igualmente dividido: quatro queriam o arquivamento; quatro queriam que o Conselho, de acordo com suas atribuições, criasse uma comissão especial para investigar o caso.

Pelo arquivamento, votaram o Deputado Geraldo Freire, líder do Governo, Senador Eurico Resende, relator do processo, Benjamim Albagil, presidente da Associação Brasileira de Educadores, e Pedro Calmon, professor de Direito Constitucional. Contra votaram o Deputado Pedroso Horta, líder da Oposição, o Senador Nélson Carneiro, o Senador Danton Jobim (presidente da ABI) e o jurista José Cavalcanti Neves, da OAB.

Cavalcanti Neves explica hoje, mais uma vez, o seu voto, que na época chegou a surpreender: “só porque servi a Governo revolucionário não tinha o direito de prevaricar”. Ele se lembra bem do clima da reunião, com desavenças pessoais entre Pedroso Horta e Eurico Resende, este irritado porque tão logo apresentou seu parecer foi rebatido pelo líder da Oposição, que tinha um arrazoado pronto, por escrito, apesar de só ali, na reunião, tomar conhecimento do voto. Acusado de má vontade e má fé por Eurico Resende, Pedroso Horta comentou que sabia, de antemão, como ele votaria, dai ter-se preparado – e este foi o motivo da briga.

As desavenças entre os dois prolongaram-se no Congresso, onde foram distribuídos textos escritos à imprensa. O Senador Eurico Resende, no seu texto classificou Pedroso Horta de “delinquente verbal, **battonier**”, dizendo, num trecho, “operando assim, a toda carga, a usina da injúria, da calúnia, da temeridade da leviandade, em favor do mercado das suas mastigações políticas, o líder oposicionista se despoja, numa autofagia irreparável, das credenciais da isenção, da ética e do espírito, atributos indispensáveis a um parlamentar”. Pedroso Horta havia divulgado o resultado da reunião do Conselho, contrariando determinação do Governo, o que motivou o discurso de Resende. Foi a última grande batalha política de Pedroso Horta.

José Cavalcanti Neves só conhece, a respeito de Rubens Paiva, os documentos oficiais que chegaram ao Conselho e o noticiário nos jornais da época. Logo após a votação, que só foi possível graças à intervenção dele, em conversa com Benjamim Albagil, a quem convenceu a votar para que o caso fosse examinado na sessão em que foi arquivado, o ex-Presidente da OAB, numa viagem a

Brasília, foi avisado, no Palácio do Planalto, por um amigo cuja identidade resguarda, que “Burnier queria sua cassação e a dos outros que votaram contra o arquivamento”. (Brigadeiro João Paulo Burnier, que na época comandava a III Zona Aérea).

Quanto à última sessão, Cavalcanti Neves, bem humorado, lembrou um detalhe: O Albagil sempre sentava do meu lado. Nesta sessão colocaram ele longe de mim.

Alguns arranhões

No dia 30 de junho de 1971, em papel timbrado da firma Paiva e Cia, o então Ministro Alfredo Buzaid recebia, em mãos, carta assinada pelo Sr. Jaime Almeida Paiva, pai de Rubens, e Cassio Mesquita Barros Junior, seu genro. A carta tem dois parágrafos

“Dirijo-me a Vossa Excelência, presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para que na próxima reunião do colendo Conselho confirme a informação que prestou na entrevista que mantive na residência de Vossa Excelência, em São Paulo, sábado de Carnaval, 20 de fevereiro pp, em companhia da minha nora, dona Maria Eunice Facciolo Paiva e de meu genro, Dr Cassio Mesquita Barros Júnior, no sentido de que meu filho Rubens Paiva estava preso pelo Exército para apuração de subversão. Mais que aguardasse de uma semana a 15 dias, pois nesse prazo a apuração estaria concluída e, se não estivesse, Vossa Excelência iria ao Ministro do Exército a quem, por lei, estavam afetas estas apurações.

A gravidade do caso que envolve uma vida humana, exatamente a de meu filho, a falta de notícia apesar da segunda entrevista que sozinho mantive com Vossa Excelência no gabinete da Praça da República, em São Paulo, há cerca de dois meses sobre o mesmo assunto, e ainda dos reiterados pedidos de resposta junto ao mesmo gabinete, me levam a este pedido, bem como a encaminhar cópia da presente aos demais eminentes membros do aludido Conselho”.

Eunice Paiva acrescenta um detalhe à carta. O Ministro Alfredo Buzaid informou à família, em 20 de fevereiro, que Rubens tinha sofrido “alguns arranhões”, que voltaria para casa breve, eu teria sua prisão preventiva decretada.

O encontro com o Ministro, no início do Carnaval, o que permitiu a plena convicção sobre a data determinada, ocorreu um mês depois do sequestro no Alto da Boa Vista, 17 dias depois de a primeira informação sobre o sequestro ser encaminhada ao STM, e nove dias após a conclusão da sindicância do I Exército sobre o sequestro. No mínimo, o Ministro da Justiça estava totalmente desinformado. Depois do encontro, em São Paulo, o Sr. Alfredo Buzaid recomendou à família que nada divulgasse sobre a reunião, que ele desmentira – Eunice Paiva é quem conta o detalhe.

O jurista José Cavalcanti Neves conversou com ele, na reunião do Conselho, em caráter particular, a respeito do encontro. Ouviu dele a seguinte explicação: ”Eu só garanti que Rubens não estava preso na área do Ministério da Justiça”.

[FOTOS]

Ministro Buzaid

Pedroso Horta

Gen. Sizeno Sarmento

Gen. Bizarria Mamede

Brigadeiro Burnier

UMA BUSCA PELOS CEMITÉRIOS

Rubens está enterrado como indigente num cemitério do Rio, Caju ou Inhaúma. A informação foi uma das muitas que chegaram aos ouvidos de Eunice Paiva nos meses que sucederam ao desaparecimento do marido. A fonte, um general da ativa, em 1971, merecia crédito. Muita gente acreditou nela, enquanto outros preferiam acreditar que o corpo de Rubens tivesse sido jogado ao mar de um helicóptero, a 40 minutos de voo da Restinga de Marambaia, ainda no Rio.

O mais provável é que Rubens esteja enterrado, mas não em um cemitério. A versão do enterro de Rubens nasceu, certamente, de uma notável coincidência: no dia 31 de março de 1971, dois meses após seu desaparecimento, era enterrado numa cova rasa, sob o número 51 437, da quadra 69 do cemitério do Caju, um cidadão de nome Rubens Seixas – o mesmo nome que surgiu na primeira versão do sequestro.

O óbito de Rubens Seixas foi registrado na 1ª Circunscrição, livro e-61, verso da folha 251, sob o número 36 919. Inicialmente causava estranheza o fato de ser enterrado em uma cova rasa, embora o atestado de óbito indicasse que deixava bens e oito filhos. Aí, talvez, a origem da dúvida e da informação sobre o enterro de Rubens Paiva no Caju.

Rubens Seixas, de 64 anos, era inspetor de aluno e morreu em 30 de março de 1971, às 6 horas, no Hospital dos Servidores do Estado. No cemitério não constava nenhum endereço, e a 31 de março de 1976, os restos foram transladados para o carneiro perpétuo 26 238, quadra 43 do mesmo cemitério, pertencente à família Pereira da Rosa.

A dúvida desapareceu após busca no arquivo do hospital. Lá, sob o número 123 924, registro geral, confirmou-se que o Rubens Seixas, enterrado no Caju, era realmente um inspetor de alunos – “um velhinho muito simpático”, conforme lembrança espontânea de uma funcionária que teve contato com ele, durante a longa permanência para tratamento.

Para não afastar a hipótese de Rubens Paiva, ter sido enterrado como indigente, sem qualquer identidade, foi necessária uma peregrinação a vários cemitérios. Resultou Inútil. A insistência em esclarecer algo em torno da versão de enterro em cemitério conduziu ao arquivo geral de óbitos da Santa Casa de Misericórdia. Lá, foram buscados indigentes com características que pudessem coincidir com as de Rubens.

Rubens era um homem gordo, barrigudo mesmo, de pele muito clara, com 1,73m de altura, cabelos ruivos, bigode, olhos azuis, um sinal na parte direita do pescoço, aparentando menos que 41 anos de idade que tinha ao desaparecer.

Apesar da boa vontade da direção, não é fácil consultar o arquivo da Santa Casa, que tem óbitos registrados desde os primeiros anos da Cidade. Segundo um dos diretores, nenhum jornalista, até então, tinha manifestado interesse por aquele arquivo.

De posse de uma lista de 10 óbitos, entre 22 de janeiro e 27 de fevereiro de 1971, e novamente nos cemitérios só foi possível obter uma certeza: não é difícil, muito pelo contrário, enterrar um cadáver frio. No caso, sem qualquer responsabilidade da Santa Casa, que controla a maioria dos cemitérios, recebendo a papelada legal para os enterros e remetendo-os depois ao arquivo.

Em muitos casos os atestados de óbito só permitem supor que se trata de seres humanos, de um sexo determinado e pouco mais que isso.

Um exemplo: dia 16 de fevereiro de 1971 foram enterrados no cemitério de Ricardo de Albuquerque no Rio, dois indigentes, em covas vizinhas, na quadra 14. Eles tinham as guias 56 e 57 da 27ª Delegacia Policial, datadas de 23 de janeiro. As informações sobre eles se resumem: são dois homens, um com ferida penetrante no crânio e outro com ferida penetrante no tórax. As demais informações são absolutamente ilegíveis.

A mecânica de legalização de um cadáver é a seguinte, em linhas gerais. Jogar o corpo num ponto qualquer e avisar a polícia civil com jurisdição na área, que emitirá uma guia de recolhimento para que o Instituto Médico Legal remova para a autópsia, não surgindo um parente que o reclame, após um reconhecimento formal, é enterrado legalmente como indigente.

Nas delegacias em cujas jurisdições ocorreram os óbitos, no período inicial do desaparecimento de Rubens, pouco foi possível acrescentar. Há policiais que reconhecem a falha: falta de informações começa com o recolhimento, prosseguindo até o enterro.

Há quem acredite em outra hipótese para explicar o desaparecimento de Rubens Paiva, a de lançamento de seu corpo no mar. Esta prática foi confirmada por um militar, que restringiu aos anos 69-70 e a poucos casos. Segundo o militar, o sistema não foi mais usado porque criava problemas operacionais – os agentes precisariam de transportes especiais permanentes à disposição – o que provocaria facilmente como provocou, suspeitas e reações dentro das Forças Armadas.

A verdade sobre o destino do corpo de Rubens Paiva permanece restrita a um grupo que teve participação direta nos atos que antecederam e sucederam a sua prisão. Qualquer apuração mais criteriosa das diversas versões existentes indicará ao final que há, sempre, uma forte dose de fantasia em cada um delas. No caso de Rubens Paiva, há um detalhe na sindicância oficial de sequestro que pode ser realçado. Lá, está escrito: “Ao cessarem os tiros dos agressores, para que pudessem embarcar, a equipe aproveitou a oportunidade para atirar, evitando que fugissem. Os tiros conseguiram quebrar o vidro traseiro de um dos carros e, com certeza, atingiram um dos elementos que com grito caiu no chão, sendo arrastado para dentro do carro em movimento”.

Tal situação poderia, posteriormente, explicar o aparecimento do corpo de Rubens. Desde a época, nenhuma organização terrorista assumiu a responsabilidade, no Brasil ou no exterior. Os órgãos de segurança que, na época, distribuíam material aos jornais, para publicação, mencionaram muitas organizações, em situações e episódios diversos, inclusive ações armadas, mas jamais esclareceram qual delas levou Rubens. Na sindicância, a responsabilidade é vaga: o sequestro é atribuído a “elementos desconhecidos, possivelmente terroristas”.

A família de Rubens Paiva, desde então, jamais recebeu qualquer indicação dele, ou de terceiros, no Brasil ou no exterior, de que Rubens esteja vivo. As versões, invariavelmente, são de morte.

Entre os militares há, ainda, a versão de enterro, num morro do Rio talvez mesmo na Floresta da Tijuca, em cova profunda e cheia de cal virgem.

Na hipótese de Rubens Paiva ter sido enterrado como indigente, sua localização é impossível, pois decorridos cinco anos os restos vão para o ossário geral. Assim, só restará a eventualidade de “ um depoimento pessoal sobre seu destino.

TRÁGICA INTERROGAÇÃO

A censura aos meios de comunicação, e sua utilização para divulgar versões oficiais de atividades dos órgãos de segurança, nas quais não eram permitidas informações adicionais, contribuíram para que a morte de Rubens Beirodt Paiva – um dos poucos desaparecimentos que têm registros também oficiais – não tenha sido esclarecida.

Na época, era prática comum o chamado de jornalistas pelos órgãos de segurança (no Rio as distribuições eram feitas no Quartel General do I Exército) para entrega de textos mimeografados, em papel tamanho ofício branco, sem timbres. As ações eram geralmente atribuídas a "órgãos de segurança" sem identificar a unidade responsável.

Justamente com os textos era feita uma recomendação verbal. O jornalista deveria reescrever, na técnica de redação própria ao seu jornal, as informações, sem acrescentar – e isto era bem frisado – detalhes. Assim, quando ocorria a divulgação, o público era levado a crer que lia uma notícia apurada no local pelos próprios jornais.

Era proibido a divulgação do texto integral, como se fosse a versão oficial dos fatos tornados públicos, normalmente com uma boa diferença de tempo das ocorrências. Nem sempre eram chamados todos os jornais. Nem sempre os jornais seguiam à risca todas as determinações e pode-se encontrar, em edições do início desta década, os textos integrais. Com relação a assuntos que envolviam segurança havia censura e os jornais só podiam divulgar aquilo que fosse julgado conveniente. O sequestro de Rubens Paiva foi um desses casos.

Todos os jornais do Rio tiveram acesso ao local do sequestro, onde o carro foi fotografado sem restrições, fato inusitado na época, e havia na delegacia, o registro policial com os detalhes da ação. Houve um texto sobre o sequestro, mas que não foi distribuído a todos os jornais. De um modo geral, os jornais brasileiros coincidiram na sua divulgação: terror resgata preso.

Os jornalistas estrangeiros sediados no País reagiram de modo diverso. *The New York Times*, edição de 2 de fevereiro de 1971, conta a história do sequestro em reportagem de Joseph Novitski. Ele entrevistou repórteres que estiveram no local e publicou que eles viram marcas de bala apenas no carro. Nocitski falou também com um editor de jornal, que não identificou, e foi informado de que o Exército recomendara a publicação da versão policial, sem acréscimos. Ele escreveu, também, a respeito da estranheza ante o fato de a imprensa ser chamada a publicar o caso, uma vez que situações semelhantes, antes dele, não tinham sido comunicados.

O *Washington Post* , de 23 de março de 1971, faz uma análise do desaparecimento de Rubens, pelos repórteres Frank Makiewez e Tom Braden. Os dois veem o caso em função da política norte-americana para a América Latina, ligam Rubens ao inquérito do IBAD, falam de sua cassação em 1964, como Deputado federal e concluem: "A vergonha da América Latina é sangue de Rubens Paiva, mas este sangue não está apenas em mãos brasileiras".

Eunice Paiva conta que a reportagem do Post levou-a até a casa de um funcionário da Embaixada americana, a pedido dele. "Ele estava muito preocupado com as implicações que o caso poderia ter em seu país e, durante toda a conversa, levantava-se a toda a conversa, levantava-se a todo momento, como se procurasse microfones ocultos na sala e fazia questão de manter uma aparelhagem de som ligada a todo o volume", lembra Eunice.

Logo após o sequestro, foi possível encontrar nos jornais brasileiros, um único protesto. Em 25 de fevereiro de 1971, em coluna no JORNAL DO BRASIL, sob o título *Trágica Interrogação* ,

Tristão de Athayde comentou o caso de Rubens, pedindo uma explicação para o seu desaparecimento; sobre o sequestro, diz: “Notícia absolutamente inverossímil e desacompanhada de qualquer autenticidade ou da mais vaga comprovação”.

Acompanhando o caso de Rubens Paiva na Justiça Militar, no Congresso e no Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, os jornais brasileiros deram muitas informações. As reportagens, em todos os jornais e revistas de circulação nacional, foram muito detalhadas com relação as reuniões do STM para discussão de *habeas corpus* em favor de Rubens.

O JORNAL DO BRASIL publicou em 6 de junho de 1971 o resultado de reunião, no dia anterior, quando foi decidido converter em diligência um recurso do advogado, uma indagação do Ministro Almirante Mário Cavalcanti: “O homem realmente foi preso; mas quem o prendeu e por que ele foi preso? O fato é que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica nada informaram, motivo pelo qual, considero o processo mal instruído”.

Sobre a mesma reunião, *O Estado de S. Paulo*, registrou também que o Ministro, Almirante Mário Cavalcanti “irritou-se contra a inflexibilidade do General Bizarria (General Jurandir Bizarria Mamede, o relator da matéria) principalmente quando este negou haver provas da prisão, apesar de ter lido anteriormente a nota do I Exército informado o sequestro de Rubens ao ser conduzido por agentes de segurança”.

Citando um advogado, a revista *Veja* definiu a reunião do STM como “de inexcedível grandeza” e registra que “ a atmosfera dos trabalhos tornou-se ainda mais dramática quando o Ministro Alcides Carneiro que também de início acompanhava o procurador, perguntou: Ele está vivo ou morto?” O procurador, na citação, é o Sr. Jacy Guimarães, que opinara pelo arquivamento do pedido, com base no AI-5.

Fritz Utzeri e Heraldo Dias são repórteres do JORNAL DO BRASIL

[Voltar]

[Voltar]

Department of State
TELEGRAM
Excise

CONFIDENTIAL 592
PAGE 01 RIO DE 98613 9993122

92
ACTION ARA-20

INFO OCT-01 CIAE-00 DODE-SS PM-05 H-02 INR-08 L-00 NSAE-00

NSC-10 P-03 RSC-S1 PRS-S1 SS-2S UEIA-12 SY-03 USSS-00

AID-28 PC-04 O-03 POR-S2 EUR- 20 NIC-01 IO-13 FBI-S1

RSR-S1 /163 W

R. SS22115Z DEC 70
FM AMEMBASSY RIO DE JANEIRO
TO SECSTATE WASHDC 8062
INFO AMEMBASSY BRASILIA
AMCONGEN RECIFE
AMCONGEN SAO PAULO
USCINCSO

CONFIDENTIAL RIO DE JANEIRO 8613

CINCSO FOR POLAD

DEPARTMENT PLEASE PASS ALL ARA POSTS

SUBJ: KIDNAPPING OF THE SWISS AMBASSADOR

REF: RIO 8571

[RASURADO] KIDNAPPERS ARE DEMANDING FOLLOWING IN EXCHANGE FOR AMBASSADOR´S RELEASE.

1) FRONT-PAGE PUBLICITY FOR TERRORIST MANIFESTO AS WELL AS RADIO AND TV PUBLICITY FOR TWO-DAY PERIOD.

2) WIDE PUBLICITY FOR FURTHER TERRORIST COMMUNICATIONS.

3) FREE TRAVEL FOR ALL PASSENGERS "DURING THE NEGOTIATIONS" ON LEOPOLDINA AND CENTRAL OF BRAZIL RAILWAYS (COMMUTER LINES USED BY MANY URBAN WORKERS).

4) FREEDOM FOR SEVENTY DESIGNATED PRISONERS TO BE TRANSPORTED BY COMMERCIAL AIRCRAFT TO CHILE, ALGERIA OR MEXICO, IN ORDER OF PREFERENCE.

2. ONCE MORE KIDFIPPERS HAVE WARNED AGAINST POLICE EFFORT TO TRACK THEM DOWN. EMBASSY UNDERSTANDS, HOWEVER, THAT AS OF EVENING DECEMBER 8 GUANABARA POLICE HAVE SEVERAL LEADS WHICH THEY ARE PURSUING HOTLY.

3. IN DISCUSSION LAST NIGHT WITH ARMA/BRASILIA, COL. MANSO NETO OF PRESIDENT´S STAFF HYPOTHESIZED GOB RESPONSES TO VARIOUS POSSIBLE DEMANDS BY KIDNAPPERS, REFERRING TO DEMAND FOR RELEASE POLITICAL DETAINEES MANSO NETO SAID QTE IF THEY WANT PRISONERS THERE WILL BE NO PROBLEM. THEY BOONSTRA

NOTE BY OCT: NOT PASSED TO ALL ARA POSTS.

CONFIDENTIAL

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

MINISTRO DA MARINHA
CENTRO DE INFOMAÇÃO DA MARINHA

AÇÃO SUBVERSIVA NO BRASIL

MAIO

CONFIDENCIAL

* * *

SUMÁRIO GERAL

I. INTRODUÇÃO
II. O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
III. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
IV. A AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA DO BRASIL
V. A ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL
VI. A INFLUÊNCIA DE CUBA

* * *

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO
II. CURSOS EM CUBA
III. FOTOGRAFIAS DE BRASILEIROS QUE FIZERAM CURSOS EM CUBA

* * *

MORTO

Brasil N.M. Dez. 71
[FOTO]
Rui Carlos Vieira Berbet
Filiação:
Ruy Saccond Berbet
Otilia Vieira Berbet
Nascimento: 16-12-1947
Naturalidade: SP

MORTO
[FOTO]
Lauriberto José Reyes
Filiação:
José Reyes Daza Junior
Rosa Castral Reyes
Nascimento: 20-03-1945

MORTO
[FOTO]
João Leonardo da Silva Rocha
Filiação:
Mario Rocha
Maria Anatalia da Silva Rocha
Nascimento: 02-04-1939
Naturalidade: BA

MORTA
[FOTO]
Gastene Lucia de Carvalho Beltrão
Filiação:
João Beltrão de Castro
Zoraide de Carvalho Beltrão
Nascimento: 12-01-1950
Naturalidade: AL

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Venceremos
Número 1 – Abril 1971 - Brasil
ESTE JORNAL NÃO É CENSURADO PELA DITADURA

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL

SE DEZ VIDAS TIVESSE DEZ VIDAS DARIA

INTERNACIONAL: O fracasso do imperialismo americano no Laos Pg. 2

O ANIVERSÁRIO DA DITADURA: Como eles (os gorilas) comemoraram e como nós comemoramos. Pg. 3

U.E.E.: firme e organizada, continua na vanguarda do Movimento Estudantil paulista. Pg. 3

PENA DE NORTE: “Não é com maus-tratos que se consegue modificar um homem”, disse Paulo da Silva, jovem revolucionário condenado à prisão perpétua pelos gorilas baianos. Pg. 4

AÇÕES REVOLUCIONÁRIAS: realizadas em fevereiro e março pelos guerrilheiros urbanos. Pg. 5

PANFLETAGEM: Íntegra do panfleto distribuído a 31 de março em Diadema. Pg. 6

A PONTE RIO-NITERÓI: Os escândalos da construção dessa ponte, em que todos se locupletam, inclusive o coronel Andreazza, o corrupto ministro dos Transportes. Pg. 7

ECONOMIA: O roubo no INPS e a privatização da VASP. Pg. 9

ESTE É O HOMEM QUE PAGA OS CARRASCOS DA OBAN:

Chama-se Pery Igel. É proprietário das lojas ULTRALAR, da companhia de gás engarrafado ULTRAGÁS e é o testa de ferro da empresa imperialista Philips Petroleum (americana) na fábrica de adubos ULTRAFÉRTIL.

Ele chefia um grupo de empresários paulistas (Sebastião Camargo, da construtora Camargo & Correa; indústria de alimentos SUPERGEL, etc.) que resolveu financiar e ajudar o terrorismo policial. Os caminhões da ULTRAGÁS servem frequentemente como carros “frios” nas operações policiais.

A OBAN – criada pelo ex-“governador” Abreu Sodré – é uma das organizações da repressão onde mais se torturam presos políticos e onde muitos já foram assassinados.

Atualmente tem outro nome: chama-se C.O.D.I., mas continua funcionando na delegacia da Rua Tutoia, em São Paulo.

ESTE É O SÍMBOLO DE VENCEREMOS: A ALÇA DA MIRA. Da mira dos canhões que derrubam os helicópteros dos agressores norte-americanos no Vietnã e no Laos e dos fuzis que já estão em ação no Brasil.

Quem será o próximo focalizado pela mira telescópica de VENCEREMOS? Canalhas e dedos-duros do Brasil: andem na linha, senão...

PREÇO: Cr$ 1,00

DESENVOLVIMENTO P/ QUEM?

O ministro Delfim Neto e os meios patronais estão eufóricos: afirmam que a economia do país vai maravilhosamente, que o PNB aumentou 9%, etc., etc. Mas será tão boa assim a política dos governos pós-64? Quais as suas consequências para o povo brasileiro?

De imediato, podemos distinguir duas: 1.º) uma queda do salário médio real (arrocho), que tem sido uma constante a partir do golpe de 64; 2.º) uma marginalização crescente de enormes parcelas da população : Nas grandes metrópoles aumento do nº de desempregados - gente que vegeta à margem de qualquer participação na vida econômica. No interior, o desemprego estrutural, devido à transformação dos campos em pastagens - o que também provoca o êxodo rural.

Assim, aprofundam-se as diferenças de renda. Uma pequena parte da classe média urbana pode se beneficiar com isso, mas a grande maioria do povo brasileiro vive cada vez mais esmagada pelo sistema.

No próximo n.º voltaremos ao assunto.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

Documentos identificam mortos no Araguaia

Exclusivo: dossiê militar revela a história secreta da guerrilha

[FOTO]

Legenda: Em abril de 1972, aos 24 anos, o guerrilheiro José Genoíno, hoje deputado pelo PT, algemado após ser preso por soldados do Exército no Araguaia

Para os militares, este assunto já estava encerrado; para os parentes, restava chorar seus mortos, sem informações precisas e sem esperanças de enterrar os corpos. Agora, documentos inéditos conseguidos pelo GLOBO podem mudar essa página da História: a guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, 21 anos depois do fim do confronto, um dossiê com fotos e anotações feitas à época por um dos militares encarregados de registrar as ocorrências dos combates revela como, quando e onde morreram guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Laura Petit reconheceu a irmã Maria Lúcia numa das fotos, morta com um saco no rosto. Não conteve o choro:

– Eu queria tanto ter podido ajudá-la.

Para o professor de ciências políticas da UFF Luis Fernandes, os documentos têm um valor inestimável:

– É um furo histórico e documental.

Páginas 14 a 17

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO BRASIÍLIA, DF, EM 24 MAI 74
GABINETE DO MINISTRO
C I E
S/104

RELATÓRIO DA OPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES REALIZADA PELO C I E NO SUDESTE DO PARÁ
OPERAÇÃO SUCURI

INDICE DOS ASSUNTOS

Nº DE ORDEM / TITULO / FOLHA

1 ..... / I – FINALIDADE ..... / 1

II – ANTECEDENTES
2 ..... / 1. HISTÓRICO ..... / 1
3 ..... / 2. O INIMIGO ..... / 1
4 ..... / 3 . CONSIDERAÇÕES ..... / 2

III – PLANEJAMENTO
5 ..... / 1. COMANDO ..... / 3
6 ..... / 2. CORDENAÇÃO 3
7 ..... / 3. DISPOSITIVO E CONSTITUIÇÃO DA REDE INFO NORTE ..... / 3
8 ..... / 4. DISPOSITIVO E CONSTITUIÇÃO DA REDE INFO SUL ..... / 4
9 ..... / 5.PLANO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA ..... / 4
10 ..... / 6. FLUXO DE INFORMAÇÕES ..... / 5

IV – EXECUÇÃO
11 ..... / 1. PREPARAÇÃO ..... / 6
12 ..... / 2 . DESLOCAMENTOS ..... / 10
13 ..... / 3 . OCUPAÇÃO DA ÁREA ..... / 11
14 ..... / 4. CONDUÇÃO DA OPERAÇÃO ..... / 14

V – APRECIAÇÃO

15 ..... / 1 . ASPECTOS POSITIVOS ..... / 16
16 ..... / 2. ASPECTOS NEGATIVOS ..... /16
17 ..... / VI – CONCLUSÃO ..... / 17

ANEXOS

A – CARTA DA ÁREA DE OPERAÇÃO DA BASE DO PLANEJAMENTO
B – CARTA DA **[ILEGÍVEL]** ÁREA AO **[ILEGÍVEL]** DOS TRABALHOS.

* * *

CARTÓRIO DA OPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES REALIZADA PELO CIE
NO SUDESTE DO PARÁ
OPERAÇÃO SUCURI

- FINALIDADE

O presente relatório visa apresentar o planejamento, a execução, apontar as deficiências e os resultados obtidos pela OPERAÇÃO SUCURI, bem como sugerir medidas que possibilitem maior eficiência para uma operação do gênero.

ANTECEDENTES

1 . HISTÓRICO

A atuação dos terroristas no Sudeste do PARÁ foi plotada em JAN/72, com a prisão em FORTALEZA (CE), pelo DPF, do subversivo PEDRO ALBUQUERQUE NETO, que revelou, na ocasião, ter-se evadido com sua mulher, TEREZA CRISTINA DE ALBUQUERQUE, de uma área de treinamento de GUERRILHA RURAL, situada nas regiões de CAIANO, CACHIMBEIRO e CIGANA, no Sudeste do PARÁ. O movimento era realizado pelo PC do B, do qual ambos eram militantes.

O fato deu origem aos primeiros trabalhos de INFO, realizados pelo C I E, 8ª RW e 3ª Bda Inf, na tentativa de localizar e destruir o foco subversivo.

A presença dos terroristas foi constatada e alguns êxitos na repressão foram conseguidos, levantando-se, em linhas gerais, o DISPOSITIVO, a COMPOSIÇÃO e o VALOR do inimigo, suas possibilidades e apoios.

2. O INIMIGO

a. GENERALIDADES

O PC do B coerente com a linha maoísta do Partido, interiorizou-se, estabelecendo bases para a guerrilha rural, no Sudeste do PARÁ. Os elementos do Partido para lá deslocados formaram a

FOGUERA (Forças Guerrilheiras do Araguaia).

b . DISPOSITIVO E VALOR

Possuíam um efetivo aproximado de 65 combatentes. Estavam organizados em 3 destacamentos, enquadrados por uma COMISSÃO MILITAR, subordinada, esta, a um BUREAU POLITICO. Os destacamentos – constituídos à base de 3 grupos de 7 combatentes cada –, com um Cmt e um Sabemt, estavam **[ILEGÍVEL]**:

– DESTACAMENTO “A”

Com atuação ao longo da TRANSAMAZÔNICA, nas regiões de FAVEIRO, FAZ SÃO JOSÉ, S. JOÃO DO ARAGUAIA, S. DOMINGOS e METADE.

Supunha-se que possuísse efetivo normal de um Destacamento. Ou seja, 23 elementos. Pouco se conhecia sobre o mesmo.

– DESTACAMENTO “B”

Sabia-se, até SET/72, que o mesmo possuía um efetivo aproximado de 19 elementos. No entanto, havia indícios de ter, o mesmo, recebido reforços em efetivo e armamento.

A prisão de JOSÉ GENUINO NETO e GLENIO FERNANDES DE SÁ (ambos do DST “B”), por equipes de Info do CIE, facilitou os trabalhos de levantamentos sobre este Destacamento. Possuía três grupos: o da GAMELEIRA, o do CASTANHAL DO ALEXANDRE e o de COURO DANTAS.

– DESTACAMENTO “C“

Este Destacamento foi o que mais sofreu a ação das força regulares, particularmente em SET/72. Sofreu algumas baixas. Seus grupos agiam nas regiões de CACHIMBEIRO - PATRIMÔNIO, PAU PRETO – CAIANO e ABÓBORA – ESPERANCINHA .

c. POSSIBILIDADES

– PSICOLÓGICA:

Atemorizar a população, através de ameaças de morte, a fim de que a mesma não prestasse informações ao Exército e continuasse a apoiá-los

Realizar trabalhos de massa.

– DE COMBATE:

Fazer emboscadas e fustigamentos.

Instalar regiões de homizio, particularmente nos seguintes locais :

VALE DO SARANZAL, SERRA RICA, CHEGA-COM-JEITO, METADE, CONSOLAÇÃO, MATRINCHÃ, MUTUM, PAU PRETO e PERDIDOS.

d. APOIOS

Alguns apoios foram levantados nas áreas dos 3 destacamentos.

3. CONSIDERAÇÕES

No entanto, dado à complexidade dos problemas existentes naquela área, de ordem POLITICA, ECONÔMICA, PSICOSSOCIAL, e à sua difícil configuração geográfica, em extensão, relevo, vegetação, hidrografia, vias de transporte e, sobretudo, aspectos militares, não conseguiram os órgãos de informações e repressão, apesar dos êxitos obtidos, destruir totalmente o inimigo, levantar sua extensa rede de apoio e, principalmente, conhecer o terreno em que ele operava.

Surgiu, daí, a necessidade de se realizar uma operação de informações de maior envergadura, onde se pudesse identificar os terroristas que atuavam na área, os seus apoios, bem como localizar os seus esconderijos e rotas de fuga.

Nasceu, daí, a OPERAÇÃO SUCURI.

Foi, a mesma, estruturada na infiltração de agentes na área conflagrada, os quais integrar-se-iam à população local, como funcionários de órgãos federais, colonos, vendedores ambulantes e negociantes estabelecidos.

III – PLANEJAMENTO

Considerando, na ocasião, o reduzido efetivo do CIE, para planejar e executar a operação, ficaram esses trabalhos, incialmente, a cargo da 3ª Bda INF, sob a orientação e supervisão do CIE.

De posse do conhecimento da área e do inimigo, planejou-se a operação, chegando-se à conclusão da necessidade de emprego mínimo de 32 militares e 21 civis, para se formar a REDE DE INFO que cobrisse a área conflagrada, ficando a Operação assim estruturada:

1 . COMANDO

Um Comando Geral, sediado em BRASÍLIA (DF), a cargo do CIE.

2 . COORDENAÇÃO

a. Um Coordenador Geral, também sediado em BRASÍLIA (DF) e a cargo do CIE.
b. Um Adjunto do Coordenador, instalado em ARAGUAIA (GO), a 120 Km de XAMBIOÁ (GO), no eixo BELÉM-BRASÍLIA. O Adjunto foi instalado como engenheiro do INCRA.
c. Dois Subcoordenadores, respectivamente para as áreas NORTE e SUL.

d. A região de operações foi dividida em duas áreas, para efeito de coordenação administrativa e do fluxo de informações, ao NORTE e ao SUL da SERRA DAS ANDORINHAS, com sedes em MARABÁ (PA) e SÃO GERALDO (PA), respectivamente.

3. DISPOSITIVO E CONSTITUIÇÃO DA REDE DE INFO NORTE

a. O Subcoordenador ficaria localizado em MARABÁ (PA), nas funções de engenheiros da SUCAM .
b. Seria instalado um subdistrito da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) em BACABA (PA), na Transamazônica, chefiado por um agente da Operação.
c. Três equipes da CEM foram constituídas com agentes da Operação, infiltrados, para trabalhos nas regiões de :
SÃO DOMINGOS - METADE, eixo BREJO GRANDE - CONSOLAÇÃO - BOM JESUS e área compreendida entre a TRANSAMAZÔNICA e os rios ARAGUAIA e TOCANTIS.
d. Nessa área seriam instalados BOTECOS nas seguintes localidades:

PALESTINA, BREJO GRANDE e SÃO DOMINGOS.

e. Duas roças (posses) seriam abertas em CONSOLAÇÃO e foz do SARANZAL, respectivamente.
f. Informantes, já credenciados, trabalhariam em ARAGUATINS, METADE, LAGOA, PALESTINA e ANGICAL.
g. Um elemento móvel agiria como GATEIRO em toda a área, prioritariamente em BREJO GRANDE e COURO DANTAS.

4 . DISPOSITIVO E CONSTIUIÇÃO DA REDE DE INFO SUL

a. O Subcoordenador trabalharia como chefe de escritório do INCRA, sediado em SÃO GERALDO, com alguns auxiliares, todos agentes da Operação.
b. Duas equipes da CEM seriam formadas para trabalhos nas regiões de SANTA CRUZ – GAMELEIRA e CAIANO – PAU PRETO.
c. Dois botecos seriam instalados nas localidades de ARAGUANÃ ou CAIANO e SANTA CRUZ
d. Quatro roças seriam adquiridas nas regiões de COURO DANTAS, GAMELEIRA, PAU PRETO e ABÓBORA.
e. Informantes credenciados trabalhariam em CAIANO e em STA. CRUZ.
f. Um informante móvel funcionaria em ANANÁS, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA E MARABÁ, como vistoriador do INCRA, lotado no escritório de SÃO GERALDO.

5 . PLANO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

a. A fim de não se levantar suspeitas dos moradores da região, com a entrada de diferentes equipes de informações na área, deveriam ser tomadas medidas necessárias para a descaracterização dos agentes,

bem como a ocupação gradativa dos diferentes encargos. Para tanto, elaborou-se um plano de ocupação da área.

– A saída de BRASÍLIA seria por agentes, em dias alternados

– O ADJUNTO deslocar-se-ia à frente, a fim de controlar, em ARAGUAINA, o transito das diferentes equipes, quando tomaria as últimas providências técnicas e administrativas para a ocupação dos postos

– Os bodegueiros se deslocariam a seguir, a fim de montarem suas bodegas, local de apoio dos posseiros e por onde seriam canalizados os INFE e INFO dos mesmos.

– Os bodegueiros deveriam comprar bodegas, de preferência já instaladas, a fim de se evitar suspeitas com a abertura de novas.

b. As datas ficaram assim estabelecidas:

– DIA D

Deslocamento do ADJUNTO DO COORDENADOR, do informante móvel do ANANÁS, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA e MARABÁ, dos bodegueiros de ARAGUANÃ e BREJO GRANDE e do GATEIRO móvel

– DIA D+2

Deslocamento dos bodegueiros de SANTA CRUZ e SÃO DOMINGOS

– DIA D+3

Deslocamentos dos Subcoordenadores, Rádio-operador e funcionários do INCRA

– DIA D+5

Deslocamento das equipes de MALÁRIA (da TRANSAMAZÔNICA e de SANTA CRUZ – CAIANO)

– DIA D+10

Deslocamento dos posseiros de PAU PRETO – MUTUM

– DIA D+12

Deslocamento dos posseiros de COURO DANTAS

– DIA D+14

Deslocamento dos posseiros de CONSOLAÇÃO

– DIA D+15

Deslocamento dos posseiros de ABÓBORA

– DIA D+16

Deslocamento do bodegueiro de PALESTINA

– DIA D+18

Deslocamento dos posseiros da GAMELEIRA

5 . FLUXO DE INFORMAÇÕES

A OPERAÇÃO SUCURI foi, essencialmente, uma OP de INFO, nela havendo, portanto, uma cadeia de INFO, se cujo funcionamento dependeu do êxito da Operação.

a. A rede de INFO foi montada de maneira celular; os agentes não conheceriam as atividades dos demais ou somente se ligariam aos seus pontos.

b. Os informes seriam canalizados em fluxo contínuo para determinados pontos, de onde seriam encaminhados aos Subcoordenadores, que os processariam e os remeteriam ao Adjunto do Coordenador, ao qual caberia dar continuidade ao fluxo de INFO.

– Os POSSEIROS e AG DA CEM levariam suas INFO às BODEGAS

– Os BODEGUEIROS, EQUIPES DO INCRA e INFORMANTES entregariam as INFO, em pontos marcados, diretamente aos SUBCOORDENADORES.

c. As ordens e INFO do CMDO DA OP seguiriam no sentido inverso.

IV – Execução

1 . Preparação

A OPERAÇÃO SUCURI foi cuidadosamente preparada, na seleção e preparo dos quadros, bem como administrativamente.

a. SELEÇÃO E PREPARO DOS QUADROS

a.1. – SELEÇÃO

Os agentes foram recrutados do DOI/CODI/CMP e 3ª Bda Inf, tendo-se a preocupação de se selecionar elementos já participantes de operações anteriores, que demonstraram coragem, capacidade de operar na selva e, sobretudo, condições físicas e morais sendo selecionados 3 CAPITÃES, 2 TENENTES, 9 SARGENTOS E 16 CABOS E SOLDADOS

a.2. – INSTRUÇÃO

As instruções foram especificamente ministradas e assim ordenadas :

a.2.1. – EQUIPES DO INCRA

Foram instruídas na Coordenadoria Centro Oeste do INCRA, em BRASÍLIA.

– Um CAPITÃO na função de engenheiro civil, lotado na Coordenadoria Centro Oeste e designado para o Projeto Fundiário do ARAGUAINA (ADJUNTO DO COORDENADOR)

– Um CAPITÃO na função de Chefe do Escritório de SÃO GERALDO, ligado funcionalmente à Presidência do INCRA (SUBCOORDENADOR DA ÁREA SUL)

– Um 2º TENENTE na função de ADJUNTO do Escritório de SÃO GERALDO (AUX DE SUBCOOORDENADOR SUL)

– Um SARGENTO na função de Motorista do ADJUNTO DO COORDENADOR

– Um SARGENTO na função de vistoriador, lotado no Escritório de S Geraldo (INFO de ARANÁS)

– Um SOLDADO na função de Motorista do Escritório do SÃO GERLADO (AUX DO SUBCOORDENADOR SUL).

a.2.2. – EQUIPE DO COMBATE E ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA

Instruída por elementos da SUCAM, de GOIÃNIA.

– Um CAPITÃO na função de engenheiro da SUCAM, lotado em MARABÁ, na agência da SUCAM (SUBCOORDENADOR DA ÁERA NORTE)

– Um SARGENTO na função de chefe do subdistrito de BACABA

– Dois SARGENTOS como chefes de equipes de borrifadores

– Um CABO e dois SOLDADOS como componentes de equipes de borrifadores

– Dois INFORMANTES infiltrados como borrifadores.

a.2.3. – EQUIPE DE BODEGUEIROS

Os componentes desta equipe foram habilitados em botecos nas cidades satélites.

– Um SARGNETO para o boteco de ARAGUANÃ (ÁREA SUL)

– Um SARGENTO para o boteco de BREJO GRANDE (ÁREA NORTE)

– Três SOLDADOS para os botecos de SANTA CRUZ (ÁREA SUL), PALESTINA e SÃO DOMINGOS (ÁREA NORTE), RESPECTIVAMENTE.

a.2.4 – EQUIPES DE ROCEIROS

Estas equipes foram treinadas e ambientadas em uma chácara nas imediações de BRASILIA.

– Dois SOLDADOS para a roça de PAU PRETO/MUTUM (ÁREA SUL)

– Dois SOLDADOS para a roça de ABÓBORA (ÁREA SUL)

– Dois SOLDADOS para a roça da GAMELEIRA (ÁREA SUL)

– Dois SOLDADOS para a roça de COURO DANTAS (ÁREA SUL)

– Dois SOLDADOS para a roça de CONSOLAÇÃO (ÁREA N).

a.2.5 – EQUIPE DE COM

– Um 1º TENENTE de COM na função de engenheiro da RODOBRÁS, lotado no distrito de ARAGUAINA.

a.2.6. – EQUIPE DE INFORMANTES

Esta equipe foi selecionada dentre as informantes da área e orientada para os trabalhos, nem, no entanto, ter conhecimento da OP que se realizaria.

– Um AGENTE FEDERAL, como informante, em ARAGUATINS

– Três INFORMANTES da área, na localidade de CAIANO (AREA SUL)

– Um INFORMANTE VOLANTE (GATEIRO), que percorreria a área PALESTINA – SARANZAL – GAMELEIRA

– Três INFORMANTES nas localidades de METADE, LAGOA, PALESTINA e ANGICAL.

a.3. – Todas as equipes receberam instruções específicas de informações para a missão, bem como foram orientadas separadamente, a fim de que se compartimentasse tanto quanto possível o conjunto OP.

Todos os componentes das equipes acima passaram à disposição do C I E.

No entanto, a seleção dos quadros apresentou problemas de ordem profissional e administrativa, ligados aos Comandos das Unidades militares, que, incialmente, relutaram na libertação dos homens selecionados e, posteriormente, na aceitação dos mesmos, descaracterizados e alojados em seus quartéis .

b. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

As medidas administrativas iniciais necessárias ao desencadeamento da OP foram:

– Numerário

– Transporte

– Material peculiar

– Material de comunicações.

b.1. – NUMERÁRIO

Para a montagem das atividades de informações, necessitou-se, incialmente, do dispêndio das importâncias abaixo:

– Para instalação de 5 botecos... Cr$ 10.000,00

– Para aquisição de 5 roças... Cr$ 5.000,00

– Para compra de roupas civis... Cr$ 4.000,00

– Para aquisição de material destinado à instalação das roças (ferramentas, material de rancho etc) ... Cr$ 2.500,00

– Para aquisição de munição civil... Cr$ 429,00

– Transporte de 32 elementos... Cr$ 4.000,00

– Alimentação de 21 civis (mensalmente)... Cr$ 6.300,00

– Diárias p/ 32 militares (mensalmente)... Cr$ 121.360,00

total... Cr$ 157.360,00

Cada Oficial receberia, para a manutenção pessoal, a importância mensal de Cr$ 1.500,00; os Sargentos Cr$ 800,00 e os Cabos e Soldados Cr$ 400,00.

As medidas administrativas necessárias ao apoio da OP, no decorrer da mesma, seriam executadas pelo ADJUNTO DO COORDENADOR, que, para isto, receberia um suprimento de função de Cr$ 5.000,00 .

b.2. – TRANSPORTE

Um volkswagen civil, do DOI/CMP, com a documentação completa em nome do ADJUNTO DO COORDENADOR e à disposição deste.

Uma C-10, também civil, do DPF, nas condições acima e à disposição do SUBCOORDENADOR da área NORTE.

Um volkeswagen civil, da 3ª Bda Inf, adaptado para carro oficial do INCRA e á disposição do SUBCOORDENADOR da área SUL.

Um Jeep Toyota, do INCRA, à disposição do Agente móvel, lotado no Escritório de São Geraldo.

Havia previsão de se distribuir, logo no início da OP, uma C-10 oficial do Incra ao ADJUNTO DO COORDENADOR.

Os veículos acima citados deveriam ser abastecidos nos postos da RODOBRÁS o, para tanto, houve entendimentos com a chefia daquele órgão .

b.3. – MATERIAL PECULIAR

– ARMAMENTO

Havia a necessidade de se dar cada Agente o mínimo de possibilidades para a defesa pessoal em uma emergência; para isto, conseguiu-se, através do SFIDT, armas de caça, fações e revólveres, semelhantes aos de uso na área. Assim sendo, cada Agente partiria de BRASILIA com uma arma civil correspondente à sua função, tendo parte das mesmas, apenas o ADJUNTO DO COORDENADOR e os dois SUBCOORDENADORES.

Somente os roceiros levariam armas de caça Calibre 20, a usada na área.

– DOCUMENTAÇÃO

Os Agentes nomeados para órgãos federais receberam identidades dos mesmos, além das identidades civis. Portanto, os donos das roças e botecos deveriam portar apenas certidão de nascimento, o que é normal na área.

– ROUPAS CIVIS

Foram adquiridas de acordo com o costume da área e usadas previamente para descaracterizar.

b.4. – MATERIAL DE COMUNICAÇÕES

Uma Estação ERC-210, descaracterizada, seria deslocada para ARAGUAINA e instalada provisoriamente na casa de hóspedes da RODOBRÁS, onde se hospedaria o Oficial que exerceria a função de engenheiro daquele órgão.

Referida Estação seria o contato do ADJUNTO DO COORDENADOR com o Comando da OP, em BRASILIA.

b.5. – A liberação dos numerários, nas vésperas dos deslocamentos, prejudicou a aquisição de material específico para uso na área, bem como o acerto de compromissos particulares dos Agentes a serem deslocados incialmente.

SEGURANÇA

Medidas de segurança foram estabelecidas para os casos de prisão de Agentes por autoridades da área ou identificação dos mesmos pelos terroristas.

No primeiro caso, os Agentes alegariam ser ex-funcionários do INCRA e ligados por laços de amizade ao ADJUNTO DO COORDENADOR, (no caso, engenheiro em ARAGUAINA), ao qual solicitariam referências.

No segundo caso, abandonariam imediatamente a área, dirigindo-se para ARAGUAINA, entrando em contato com o ADJUNTO.

Se o Agente não cobrisse os pontos previstos, e não recaísse dois casos acima, seria imediatamente procurado pelo comando da Operação.

Um atraso de dez (10) dias para o início da Operação, a expôs, bem como a seus componentes, ao risco de serem identificados, inclusive no meio militar, de onde também se guardava o maior sigilo.

DESLOCAMENTOS

A OPERAÇÃO teve início a 14 de maio de 1 973, com os deslocamentos previstos no Plano de Ocupação da Área, tendo sofrido, em na primeira semana, um atraso médio de 24 horas, motivado pela dificuldade dos transportes, em consequências do péssimo estado das estradas. No entanto, todas as equipes atingiram seus postos em épocas oportunas. Os contatos previstos em ARAGUAINA com o ADJUNTO DO COORDENADOR foram mantidos criteriosamente.

Mas, a necessidade de se reter alguns Agentes naquela localidade, aguardando-se o momento oportuno de ingresso na área, apresentou o aspecto negativo de contatos forçados entre o ADJUNTO e os mesmos.

O cerco policial nas vias de acesso para a área acarretou a necessidade de se recolher todo o armamento individual dos Agentes em seus trânsitos por ARAGUAINA, sendo este armamento entregue aos mesmos, posteriormente, no interior da área, por ocasião da cobertura dos primeiros pontos pelos SUBCOORDENADORES.

3 . OCUPAÇÃO DA ÁREA

Esta foi, talvez, a fase mais difícil da OPERAÇÃO, que exigiu dos Agentes a transposição de uma série de obstáculos para assumirem seus postos.

a. ADJUNTO DO COORDENADOR

Chegou a ARAGUAINA no dia 16 de Mai de 73, assumindo a função de engenheiro do INCRA, oriundo da Coordenadoria Centro Oeste, onde se achava lotado. Sua missão junto ao Projeto Fundiário Araguaina era realizar estudos socioeconômicos, a fim de se levantar áreas prioritárias para posterior titulação.

Esta cobertura deu-lhe ampla flexibilidade de deslocamento na área, facilitando seu trabalho de informações. Assumiu os trabalhos sem maiores problemas.

Montou, posteriormente, uma casa tipo república, em companhia do Oficial de Comunicações, com quem fizera amizade na sociedade de ARAGUAINA. Este fato facilitou as comunicações com o Comando da Operação, bem como o acolhimento de Agentes, por qualquer necessidade de emergência.

b. AUXILIAR DO ADJUNTO

Chegou a ARAGUAINA juntamente com o ADJUNTO, na função de motorista deste. No entanto, por ter sido reconhecido naquela cidade, e mesmo no INCRA, como elemento de segurança, foi imediatamente deslocado para a área NORTE, à disposição do SUBCOORDENADOR da mesma .

c. INFORMANTE MÓVEL (GATEIRO)

Penetrou na área conforme a previsão. Foi, no início de seus trabalhos, aprisionado pelos terroristas. Após liberado pelos mesmos, foi retirado da área, não conseguindo, a OP, preencher esta lacuna.

d. INFORMANTE MÓVEL (de ANANÁS)

Assumiu os seus trabalhos, tanto na área civil, como de informações, sem problemas. Passou, posteriormente, a trabalhar no Escritório de São Geraldo.

e. BODEGUEIRO DE BREJO GRANDE

Não conseguiu comprar uma bodega naquela localidade. No entanto, instalou-se como biscateiro ambulante, negociando com arroz, galinha, madeira etc. Posteriormente, adquiriu uma posse (de

terras) nas margens do rio SARANZAL, local altamente proveitoso para a coleta de informações. Levou para lá os posseiros de CONSOLAÇÃO, que não conseguiam se instalar.

f. BODEGUEIRO DE ARAGUANÃ

Não conseguiu comprar uma bodega naquela localidade. Recebeu instruções para montar outro tipo de negócio, não o conseguiu também. Foi passado à disposição do Escritório de S GERALDO e, posteriormente, passou a pronto, por falta de condições para o trabalho de informações .

g. BODEGUEIRO DE SÃO DOMINGOS

Comprou uma bodega, instalando-se sem dificuldades. Articulou, também, negócio de compra de madeira no interior da mata.

h. BODEGUEIRO DE SANTA CRUZ

Instalou-se satisfatoriamente com uma bodega. Montou uma pequena padaria e empreitou derrubada de madeira, como também instalou uma hospedaria .

i. SUBCOORDENADOR DA ÁREA SUL

Assumiu o Escritório de SÃO GERALDO, com alguns problemas inicias de chefia, relacionado com seu antecessor .

j. SUBCOORDENADOR DA ÁREA NORTE

Não conseguiu assumir a função que lhe fora prevista no posto da SUCAM, em MARABÁ, por desencontro com a autoridade daquele órgão que lhe daria posse. Permaneceu em MARABÁ na clandestinidade, sem cobertura funcional. Posteriormente, deslocou-se para o ESTREITO, permanecendo no Posto do DPF.

l. RÁDIO-OPERADOR

Não assumiu a função de engenheiro da RODOBRÁS, no distrito rodoviário de ARAGUAINA. No entanto, instalou-se na casa de hóspedes daquele órgão, naquela localidade, de onde operava incialmente sua estação de rádio. Posteriormente, transferiu-se par a república já citada anteriormente.

m. EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS DO INCRA

Assumiu suas funções no Escritório de SÃO GERALDO, sem problemas.

n. EQUIPES DE MALÁRIA

Chegaram a MARABÁ na data prevista. Entretanto, por motivo de estágio obrigatório de uma semana na SUCAM, e por deficiência de meios da sede daquele órgão em MARABÁ, seus trabalhos foram adiados. Tiveram dificuldades, pela diferença física de seus homens com os da área. Em um primeiro encontro com os terroristas, ameaçados que foram, os verdadeiros funcionários componentes das equipes se recusaram a retomar seus trabalhos. A época também não era oportuna para os trabalhos de borrifação .

o. POSSEIROS DE PAU PRETO / MUTUM

Ficaram retidos por três dias em ARAGUAINA, aguardando a instalação da bodega de ARAGUANÃ, que não se concretizou e onde seriam os seus contatos. Mesmo assim, atingiram seu destino, via SÃO GERALDO, e organizaram sua roça satisfatoriamente.

p. POSSEIROS DE COURO DANTAS

Não conseguiram se instalar como posseiros. No entanto, empreitaram derrubadas da mata, através do bodegueiro de SANTA CRUZ, bem como serviços nos garimpos daquela região.

q. POSSEIROS DE CONSOLAÇÃO

Não conseguiram comprar ou abrir uma roça naquele local. Foram a seguir deslocados para uma posse às margens do rio SARANZAL, nas proximidades de sua confluência com o ARAGUAIA.

r. POSSEIROS DE ABÓBORA

Não tiveram dificuldades para organizarem sua roça naquele local.

s. POSSEIROS DA GAMELEIRA

Também conseguiram instalar-se naquela região, sem dificuldades iniciais.

t. BODEGUEIRO DA PALESTINA

Não conseguiu comprar ou montar sua bodega. No entanto, estabeleceu-se naquela localidade como comerciante volante, na compra e venda de arroz.

4. CONDUÇÃO DA OPERAÇÃO

Ocupada a área e montada a rede de informações, as atividades da OP se iniciaram dentro das normas pré-estabelecidas, deparando-se, no entanto, com uma série de aspectos que dificultaram o curso normal da Operação.

a. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA

Pode-se facilmente avaliar a dificuldade da coleta e fluxo de informações, para uma rede montada com 32 agentes em uma área com uma superfície da ordem de 12.000 KM ^{2}, correspondente a 8 vezes a área do Estado da Guanabara ou a mais de 50% do território israelense. Considerando ainda os seus aspectos fisiográficos, onde se nota uma floresta amazônica exuberante, a par de uma rede fluvial extensa, constituída pelos rios ARAGUAIA e TOCANTINS, com seus afluentes e subafluentes.

As vias de acesso terrestres se resumem na TRANSAMAZÔNICA, BELÉM-BRASÍLIA e, no interior da área, a PA-70 (MABARÁ-CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA), a OP-2 (SÃO DOMINGOS-SÃO GERALDO), intransitável, e a OP-3 (BREJO GRANDE – SANTA CRUZ), intransitável e não concluída.

Estes fatores distanciavam e dificultavam os contatos dos posseiros com os bodegueiros, quando aqueles traziam a estes, nos fins de semana, os informes ou informações colhidas em suas áreas, percorrendo, vários deles, distância da ordem de 40Km.

b. ASPECTOS POLÍTICOS ECONÔMICOS E PSICOSSOCIAIS

A região em que se fixaram os terroristas, acima citada, faz parte dos municípios de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA E MARABÁ.

A considerável distância das sedes dos municípios à zona em que se radicaram, fez com que os subversivos, da mesma forma que os habitantes locais, se ligassem e se servissem mais dos municípios de MARABÁ, IMPERATIRZ, XAMBIOÁ e ARAGUATINS.

É importante ressaltar as precárias condições em que o poder político se exercita na área, representado quase sempre por prefeitos corruptos, incapazes e primários, mancomunados, via de regra, com a autoridade policial, em princípio apática e irresponsável. Como também os órgãos federais na área eram inoperantes e mesmo corruptos, a serviço dos grandes proprietários, como era o caso do INCRA, escritório de S GERALDO, ligado ao PROJETO MARABÁ .

Estes fatos, a par de sérios problemas ECONÔMICOS e PSICOSSOCIAIS, onde se via o pequeno proprietário expoliado pelos madeireiros, do **[ILEGÍVEL]** e grileiros, em precaríssimo estado físico-sanitário e intelectual, ligado a um desemprego ímpar, **[ILEGÍVEL]** o TRABALHO DE MASSA dos terroristas, acarretando o aumento considerável de seus adeptos e apoios, politicamente inconscientes. Tais fatos dificultaram sem dúvidas os trabalhos, principalmente das equipes do INCRA e da SUCAM.

Pelos aspectos acima, sentiu o Comando da OP a necessidade de acionar os órgãos de Governo, responsáveis por aquela situação; na dependência lógica de se conseguir a simpatia e o apoio da população.

Assim foi que, a Presidência do INCRA, através do levantamento socioeconômico, e mesmo fundiário, feito pela nossa equipe do Escritório de S GERALDO, procedeu à titulação parcelada de uma série de posseiros (pequenos proprietários).

Com este ato, começamos a ganhar simpatia e o interesse da população, de onde tiraram, nossos agentes, grande proveito no campo das informações.

Esta pode ser considerada uma primeira fase da OP, onde os resultados obtidos foram altamente compensadores, como bem demonstram os amplos relatórios periódicos da OP.

A segunda fase, podemos assim estabelecer, que se iniciou com o terceiro mês de operações, quando surgiram novos aspectos que influenciaram nos trabalhos.

c. PROLOGAMENTO DA OPERAÇÃO

A Operação, que havia sido planejada para dois meses e que se prolongou, obviamente por necessidades imperiosas, trouxe uma certa preocupação em alguns Agentes, principalmente nos quadros, que sentiram a necessidade de prestar uma assistência pessoal aos seus familiares. Este fato acarretou um certo prejuízo aos trabalhos, a par, também, da interpretação de que nossa rede de informações estava levantada pelo inimigo, e o prolongamento levaria, sem dúvida, a OP ao caos, bem como os agentes ao risco de vida.

Os fatos acima, ligados ainda a certos problemas de ordem pessoal, como doenças em familiares e mesmo em Agentes, obrigaram a Coordenação a determinar o deslocamento de equipes a BRASILIA, o que impôs uma diminuição no volume de informes colhidos e, consequentemente, no fluxo de informações .

d. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Não houve sérios problemas administrativos no decorrer da Operação. Apenas alguns casos de malária, que foram sanados.

A manutenção e o abastecimento das viaturas foram realizados pelo INCRA e RODOBRÁS. Apenas alguns reparos foram indenizados pela OP.

V – APRECIAÇÃO

Neste tópico, podemos ressaltar os seguintes aspectos :

1 . POSITIVOS

– Confirmação da persistência do foco de guerrilha rural, constituído por um inimigo bem organizado e estruturado.

– Infiltração de 32 agentes em uma área de guerrilha rural, pelo espaço de 5 meses, sem que o inimigo os identificassem, bem como à OP.

– Levantamento, quase total, do dispositivo, composição e área de atuação dos destacamentos subversivos.

– Contatos pessoais com grupos terroristas, possibilitando a identificação de seus componentes, de seu armamento, equipamento e vestimenta.

– Levantamento do trabalho de massa realizado pelos terroristas.

– Identificação pormenorizada de sua extensa rede de apoio, com nomes, endereços, ações realizadas e reconhecimento de suas casas.

– Complementação da carta do Sudeste do PARÁ, antes muita vaga pelos croquis elaborados pelas equipes da OP.

– Reconhecimento de certas áreas de atuação dos terroristas, suas vias de acesso e rotas de fuga.

– Reconhecimento da área de atuação do DESTACAMENTO “A”, até então completamente desconhecida.

– Levantamento da rede de apoio e simpatizantes dos terroristas nas corrutelas.

– Acionamento dos órgãos federais, para o atendimento das necessidades da área.

– Perfeito entrosamento e harmonia do Comando e Coordenação da Operação, com a direção e chefia dos órgãos federais e estaduais, com responsabilidades diretas na área.

– Emprego de uma equipe de informações em uma operação, de onde se colheu importante aprendizagem.

– Catequese em grande parte, da afeição e admiração da população, pelos trabalhos honestos realizados pelos órgãos federais, através da Operação.

2 . NEGATIVOS

– Emprego por deficiência de quadros, de agentes inexperiente em informações (coleta e transmissão de informes incompleto

– Falta de processamento de muitos informes, dado às características da aérea.

– Desvio das equipes do INCRA da área Sul dos trabalhos específicos de INFO, para a solução de problemas de terra.

– Prolongamento da Operação.

– Permanência do Subcoordenador da área NORTE e seu auxiliar no Posto do DPF, no ESTREITO.

– Alojamento de agentes da área NORTE, para contatos com o Subcoordenador, também naquele Posto.

– Retirada dos agentes (posseiros e bodegueiros) no início da OP MARAJOARA, queimando-os e desmantelando nossa rede de Info no interior da mata, que poderia ser útil na fase de repressão.

– A não instalação , conforme o previsto, da bodega de ARAGUANÃ, ponto chave da área Sul.

VI – CONCLUSÃO

Nos relatórios periódicos da OPERAÇÃO SUCURI acham-se assinaladas áreas de homizio e maior incidência dos grupos terroristas, bem como configurada a intenção dos mesmos de resistirem

e permanecerem na região, a fim de alcançarem seus propósitos políticos, com a implantação de uma área liberada e a posterior derrubada do Governo.

Esta operação, “sui generis” em nosso País, teve suas falhas e seus ensinamentos, legando-nos, porém, um saldo altamente positivo, em volume de informações e ensinamentos para o futuro.

Aprendemos, a par dos trabalhos de informações em uma área de implantação de guerrilha rural, que a repressão sufocará, por o movimento subversivo, atemorizará a população, mas não derrubará a bandeira da subversão, nem tampouco conscientizará a população analfabeta e miserável daquela área, se a par da mesma, não for realizado um trabalho honesto e eficiente dos órgãos de Governo, responsáveis pela solução dos problemas cruciais da área .

Para tanto, ressaltaremos as principais providências a serem tomadas com maior urgência, no Sudeste do PARÁ .

1 . NO CAMPO PSICOSSOCIAL

– Combate à grilagem, com punição dos responsáveis

– Legalização da posse de terra

– Atendimento médico-hospitalar, principalmente nos casos pré-natal, e melhoria dos padrões sanitários

– Criação de uma infraestrutura de ensino primário

– Repressão à exploração dos empregados mais fracos, pelos donos dos castanhais, que não pagam o justo preço pela mão de obra.

2 . NO CAMPO POLÍTICO

– Proibição aos abusos policiais a mando de políticos, bem como às extorsões praticadas pelos mesmos, em busca de melhores condições de vida, dado aos baixos salários que ganham.

– Presença dos órgãos administrativos estaduais e municipais .

3 . NO CAMPO ECONÔMICO

– Financiamento do FUNRURAL, após legalizada a posse da terra .

– Estabelecimento de uma política de preços mínimos, cujos efeitos atinjam o pequeno produtor .

SEBASTIÃO RODRIGUES DE MOURA
CAP ADJUNTO CIE

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Rio, 8 de julho de 1970.

Querida mamãe!

Estou bem, embora sentindo-me com a consciência um tanto pesada por estar em falta com a Sra., a quem tanto quero. Falta que se estende também até ao Roberto, por não ter comparecido ao casamento dele. Enfim, nem sempre tudo sai como desejamos. As coisas vão acontecendo assim como a Terra vai girando ao redor do Sol, o elétron ao redor do núcleo, e, como sabemos, a maioria das coisas – como estas – acontecem independente de nossa vontade pessoal. Muitas vezes os objetivos que traçamos para nós mesmos são inatingíveis dentro de um determinado espaço de tempo, em determinado lugar. Convém então que tenhamos o máximo de flexibilidade para podermos contornar os empecilhos, sabendo aproveitar os erros para diminuir o tempo que nos separa da vitória futura, a qual é inevitável. Sim, minha querida mamãe, nós, apesar de algum tombo passageiro, seremos vitoriosos, inevitavelmente, inapelavelmente. Seremos nós – a Sra. e os manos, todos nós – quem no final empunhará os louros da vitória. Não importam os tombos que porventura soframos durante o caminho, pois que após eles estaremos sempre novamente de pé. Não diz a musiquinha: “o homem de moral não fica no chão...”? Pois assim o é, na verdade! Muitas vezes é por meio de alguns tombos que podemos medir quão grandioso é o nosso objetivo. É quando o inimigo faz tudo para derrubar-nos – e não o consegue – que podemos medir o quanto somos fortes, na verdade.

É assim que alguns fatos desagradáveis se passam comigo e Áurea, atualmente. Estou certo de que a Sra., com a segurança que lhe é própria da personalidade e com as experiências que a Sra. tem desta vida tão ardentemente vivida até agora, saberá compreendê-los e analisá-los.

Os fatos resumem-se no seguinte: um rapaz foi preso há cerca de um mês, aproximadamente, e acusou-me de subversivo. Ora veja só a Sra., eu, que fui indicado para assessor direto do ministro da Educação e Cultura, ser acusado de subversivo! Não é mesmo engraçado? Logo eu, tão querido pelos professores e até pela direção da escola, em quem tanto confiavam, ser acusado de uma tal coisa?! É bem verdade que eu era presidente do Diretório Acadêmico de minha escola, mas esse cargo nunca foi sinônimo de subversão. É certo também que tanto eu quanto Áurea sempre fomos alunos aplicados – o que demonstram nossos sucessos na escola e também o fato de sermos ambos bolsistas do Conselho Nacional de Pesquisas. Tudo em nosso procedimento leva a uma só conclusão: que nossa vida é limpa, digna, honrada e honesta.

Mas quem é que quer saber disso tudo? Nós vivemos sob um regime militar. Basta uma pequena acusação, mesmo desprovida de fundamento como é esta, para que os “guardiães da democracia”

passem a perseguir o acusado. É claro que querem prender-me a todo custo – levaram até Jane e Lília para depor. Não sabem eles que estão lidando com o filho da D.ª Helena, não é, mamãe querida?!

Pois é, mamãe, eu bem poderia apresentar-me e mostrar o quanto tal acusação carece de fundamento. Entretanto isso envolve bastantes riscos físicos para mim e Áurea, os quais não estamos dispostos a correr. Como a Sra. deve saber, eles não se limitam a prender e procurar saber se é inocente ou culpado, mas logo designam a pessoa por culpado e então a submetem a torturas horríveis. Tal tratamento é aplicado indiscriminadamente. E depois pode-se ficar preso, incomunicável, anos e anos. Isso tudo, é claro, seria bem pior do que eu resolvi fazer.

Diante de tudo isso resolvemos abandonar – por uns tempos, até que a situação melhore – a escola e o trabalho. Trancamos matrícula na escola e deixamos de lado o trabalho. Tivemos que nos desfazer mesmo do nosso apartamento, visto que a polícia estava vigiando-o.

É lógico que tudo isso envolve mudanças em nossa vida, que podem inclusive durar algum tempo que não sei quanto seja. A Sra. não deve se preocupar com nada, pois bem sabe que somos jovens, fortes, dispostos, prontos a enfrentar tudo. Não deve também estranhar o fato de não termos ido aí, pois se fôssemos estaríamos correndo o risco de sermos presos. Com relação à nossa correspondência, esta ficará interrompida durante todo o tempo em que perdurar essa situação.

Acredite, mamãe: esta é a melhor solução para tal problema. De outra forma estaríamos correndo vários riscos que resultariam num sofrimento mais para nós todos. Assim, a Sra. pode ter certeza de que, em qualquer lugar onde eu e Áurea estivermos, estaremos sempre bem. Algum dia chegará em que nós estaremos novamente juntos e então todas essas coisas serão coisas de um passado distante e nós riremos juntos e satisfeitos quando lembrarmos delas. Temos um quadro muito bonito que ganhamos de presente de casamento, que deverá ser entregue à Jane pelo cunhado da Áurea. Quero que a Sra. fique com ele e que o guarde para nós; quando a Sra. o olhar pensará que nós estamos bem e se consolará. Assim, quando nós estivermos novamente juntos, quando nos encontrarmos novamente – não passará muito tempo –, a Sra. nos entregará ele de volta.

Por enquanto vá fazendo o que a Sra. mesma planejou. A aposentadoria não tarda, e a Sra. vai viver uma vida “regalada”. Depois, o Tivinho não quer casar agora – segundo o que parece, ele quer seguir o exemplo do Roberto; logo, ele ainda vai precisar de seus cuidados.

Se por acaso a Sra. encontrar os parentes da Áurea, lembre-se de dirigir-lhes algumas palavras amigas. A casa dos pais dela é um lugar ótimo para se tirar algumas férias, e eles sempre quiseram que a Sra. fosse lá. Se quiser, a Jane pode se comunicar com a Iara e pronto!

Com relação ao nosso curso, não se abale. Quando menos esperar nós apareceremos por aí com os “canudos” debaixo do braço.

Transmita meu abraço mais afetuoso para Marlene, César, e beijos nas crianças. Diga ao Roberto que senti muito não estar presente durante o casamento mas que quero ser o padrinho do primeiro rebento. Deve dar-lhe esta carta para ler também.

Enfim, mamãe, tenho certeza de que a Sra. saberá enfrentar este período com ânimo e com coragem. É precisamente por essa certeza, por tudo o quanto a Sra. tem feito e pelo que a Sra. é, que lhe devota tanta admiração e tanto amor este seu filho,

Arildo.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

(ELA)

Informe

Declaração.

Informante – Sr. Francisco Alves dos Santos, conhecido como “Chico Vitorino”, com 31 anos, filho de Vitorino Nunes Alves de Oliveira e Maria Alves dos Santos, nascido em **[ILEGÍVEL]**, Estado de Goiás. Atualmente residente em Santa Lúcia do Pará, a cavaleiro da OP-2 (Estrada do Incra), informou que: por volta das dez horas do dia 10 Out 74 estando na fazenda do Sr. Carlos Holanda, descansando em uma barraca, apareceu uma mulher trajando bermudas, camisa de homem meio amarelada, descalça, cabelo amarrado e com um revólver na mão. A mulher perguntou que lugar era aquele, o que foi respondido. Perguntou se a grota seca era uma que indicava e também se a estrada era a OP-2. Obteve respostas positivas, perguntando em que direção estava São Raimundo. Tudo respondido, pediu uma caixa de fósforo. Depois o Chico Pantera (que estava com o informante) pediu à mulher que o deixasse ver o revólver.

Tentando apanhá-lo, a mulher levantou o revólver dizendo que não e saiu correndo na direção da OP-3. Após isso o informante e seu acompanhante reconheceram nela a Valquíria, que já tinha sido vista por Chico Vitorino em agosto de 73. Nesse dia ela estava com todo o grupo.

O informante declara que tudo isso durou 15 minutos. Chico Vitorino pediu a Chico Pantera que avisasse a Jacó. Por sua vez este avisou Liomar, filho do Raimundo Galego. Chegando Jacó e Liomar, estes foram caçar rastros. Não conseguiram muita coisa. Perguntado sobre a aparência de Valquíria, disse que está mancando, amarela e bastante magra. Embora manca, saiu em “carreira”. Reconheceu nas fotografias e disse que era dentuça, característica de Valquíria.

E como mais nada disse e não lhe foi perguntado dou por encerrada esta informação que vai assinada pelo informante.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Nº 96 ABRIL 1975 X ANO

NESTE NÚMERO

NOTA SOBRE A CONDENAÇÃO DE DIRIGENTES DO PC

FEITO DE SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA (NO VIETNÃ)

A FALA DOS GENERAIS

CHINA: VITÓRIA DO SOCIALISMO

SALÁRIO MÍNIMO DE FOME

ROTEIRO DE “A CLASSE”

Três anos de luta guerrilheira

A gloriosa resistência armada dos camponeses e patriotas do sul do Pará completa seu terceiro ano de duração. Iniciada a 12 de abril de 1972 para opor-se aos desmandos dos grileiros e aos ataques das tropas da ditadura militar, desde logo verificou-se que ela possuía feição política maior, transcendendo do plano meramente local para o nacional. Ocorria quando o governo Médici apregoava, em custosas publicidades, o “milagre brasileiro” e blasonava ter sufocado as manifestações mais vigorosas do inconformismo de nosso povo. Ao dar o primeiro passo no sentido da formação do núcleo guerrilheiro e da criação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo, com um programa objetivo, simples e democrático, os valentes lutadores do Araguaia não só desfechavam um duro golpe na empáfia dos generais fascistas como indicavam igualmente a verdadeira senda pela qual devem marchar as massas populares para livrar-se das tiranias interna e estrangeira. Não tinham ilusões de que desafiavam, com sua atitude intrépida, uma reação tradicionalmente feroz, impiedosa. Alguns já conheciam os extremos de covardia de que são capazes as Forças Armadas para resguardar os privilégios da minoria exploradora e opressora. Com efeito, a ditadura alarmada e enfurecida tratou, sem tardança, de debelar no nascedouro o surto de rebeldia. A igual do que fizeram as classes dominantes e seus governos no passado, queria infligir aos

guerrilheiros e aos que os apoiassem um castigo que servisse de escarmento para não se repetir a ousadia. Temia sobretudo que a ação armada acabasse contagiando os camponeses de outros lugares. Recorreu, por conseguinte, a seus habituais métodos de mentira e de repressão. Espalhou que os guerrilheiros eram marginais, contrabandistas e terroristas. Mandou queimar casas, destruir roças, prender, torturar e matar até mesmo pacíficos e inermes moradores. Mobilizou milhares de soldados e desencadeou várias ofensivas. Não obedeceu a nenhuma convenção, não respeitou sequer a lei das selvas. Impôs, ademais, férrea censura a todas as notícias sobre o que se passava naquelas distantes paragens. Tudo com o objetivo de dizimar os combatentes e intimidar a população que por eles sentia grande simpatia.

Apesar disso, a guerrilha subsistiu. Naquele já lendário recanto das imensas florestas amazônicas onde habita uma das populações mais pobres e atrasadas do país, continua a crepitar a chama da resistência armada. O gesto de bravura, o destemor diante da morte, o exemplo de abnegação e pertinácia, o esforço consciente em favor dos interesses populares e nacionais de que têm dado provas aqueles bravos patriotas perduram, começam a repercutir, a encontrar apoio sempre maior. E vêm de obter significativa vitória política ao romper a barreira do silêncio que os militares lhes haviam imposto. Ernesto Geisel, ditador de turno, teve de confessar que a guerrilha da região de Xambioá-Marabá não cessou, continua a existir. É certo que, ao referir-se a ela, o novo mandatário dos generais procurou confundi-la com tentativas antigas, como as de Caparaó e do Vale do Ribeira, que foram frustradas antes de seu início, não tinham o mesmo caráter da que se verifica há três anos no Araguaia. Geisel também pretendeu minimizar sua significação, afirmando que se acha “completamente reduzida”. Se é assim, por que não revelou a época e os motivos do surgimento da guerrilha, a natureza de sua atividade, os combates havidos, o número de mortos, feridos e prisioneiros, bem como a força dos contingentes empregados e que, ainda hoje, ali estão com o objetivo de esmagá-la?

O fato de Geisel ter feito esse reconhecimento tardio, por obscuras que sejam suas intenções, representa um êxito indiscutível da resistência e das forças populares que sempre a apoiaram decididamente. Prova, além disso, que o aparato bélico e a furiosa repressão utilizados não foram suficientes para suprimir o movimento guerrilheiro.

Em seu terceiro aniversário, a guerrilha do Araguaia, embora as dificuldades que enfrente, sobressai cada vez mais em força política e moral. Seus heroicos combatentes e comandantes podem orgulhar-se de que cumpriram sua palavra de não arriar jamais a bandeira erguida em defesa da liberdade e dos direitos do povo, por maiores que fossem as vicissitudes. Com seu sacrifício memorável e seu sangue generoso, mostraram-se dignos das melhores tradições revolucionárias de nossa gente, despertaram e continuam a despertar a consciência patriótica para a luta sem tréguas contra a ditadura, apontaram o caminho a trilhar que assegura a conquista de um regime de liberdade, soberania e bem-estar.

A experiência vem confirmando que para derrubar o regime reacionário, é indispensável recorrer à guerra popular. E esta desenvolve-se a partir de pequenos grupos guerrilheiros no interior, estreitamente ligados às massas. Com o apoio das populações desamparadas e empobrecidas, têm todas as possibilidades de subsistir e crescer. A luta de guerrilhas, como a do sul do Pará, é parte integrante do movimento nacional de resistência que se expande e aprofunda no país. Ainda que

defenda reivindicações específicas das zonas interioranas, sua bandeira política geral é a mesma empunhada pelas forças populares nos diferentes rincões da Pátria. E embora seja uma forma de luta mais elevada, longe de debilitar só poderá reforçar as demais formas da oposição popular.

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

5 Set. 1969

Querida Elfie,

Estou bem e espero ser solto e voltar a vê-la em breve. Por favor, não se preocupe – estou tentando não me preocupar.

As autoridades brasileiras já foram informadas das exigências do pessoal que me mantém em cativeiro? Não devem tentar descobrir onde estou, o que poderia ser perigoso, e sim se apressar em cumprir as condições para minha libertação –

Essa gente, claro, é muito determinada –

Todo meu amor, querida – espero que logo possamos nos reencontrar.

Elbrick

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

Notícias de uma divisão no regime

Por WILLIAM BEECHER

Especial para The New York Times

WASHINGTON, 9 de set. – Um grupo de coronéis brasileiros defendeu uma reação mais dura ao sequestro do embaixador americano C. Burke Elbrick do que a capitulação, segundo relatos recebidos aqui por meio de canais diplomáticos.

Os coronéis defenderam sem sucesso que o governo declarasse que, a menos que o embaixador fosse libertado ileso num determinado período de tempo, promoveria o enforcamento em praça pública dos quinze prisioneiros políticos, cuja libertação era exigida pelos sequestradores.

Os oficiais insistiram que ceder às exigências dos terroristas de esquerda seria apenas um convite a novos sequestros e outras formas de violência de motivação política.

Se o ultimato fosse rejeitado, disseram eles, as execuções deveriam ser levadas a cabo mesmo que isso provavelmente resultasse na morte do Sr. Elbrick.

Em uma reunião tumultuada, segundo os relatórios, um partidário dessa abordagem defendeu que estava em jogo a vida de apenas um americano . Os Estados Unidos, disse ele, perdem quase 200 vidas por semana no Vietnã e podiam acabar com essas perdas desistindo da guerra. Mas não fazem isso por uma questão de princípios e política nacional, declarou ele, e acrescentou que questões semelhantes para o Brasil cercavam o incidente do sequestro.

Essa posição foi rejeitada pelo triunvirato militar no comando, composto pelos líderes das três armas: o general Aurélio Lyra Tavares, o Almirante Augusto H. Rademaker e o Marechal-do-Ar Marcio de Souza Mello.

A junta tomou o poder na semana passada depois que o presidente Arthur da Costa e Silva ficou incapacitado após sofrer um derrame. A constituição previa que o vice-presidente assumisse o poder no caso de um evento como esse.

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

Departamento de Estado **[À MÃO: 23-8 Braz]**
Telegrama
[À MÃO: 62]

CONFIDENCIAL 756

PÁGINA 01 SÃO PA. 01/09 0620312

85
AÇÃO ARA 20

INFO OUT

R. 062000Z NOV 69
DE CONSUL AMERIC SÃO PAULO
PARA SEC DE ESTADO WASSHINGTON DC 1751
INFO EMBAIXADA AMERICANA BRASÍLIA
EMBAIXADA AMERICANA RIO DE JANEIRO

CONFIDENCIAL SÃO PAULO 1189.

ASSUNTO: PRINCIPAL LÍDER TERRORISTA MORTO
REF: [RASURADO]

1. RESUMO: MORTE DO LÍDER TERRORISTA CARLOS MARIGHELLA 4 DE NOVEMBRO, FUGA PARA O EXÍLIO DO SEGUNDO EM COMANDO DE MARIGHELLA E A DESTRUIÇÃO PELAS AUTORIDADES DE SEGURANÇA DOS GRUPOS DE AÇÃO E APOIO DE MARIGHELLA PARECEM TER PRATICAMENTE LIQUIDADO A PRINCIPAL ORGANIZAÇÃO TERRORISTA EM SÃO PAULO. NÃO HOUVE SURPRESA NO ENVOLVIMENTO DE PADRES.

2. SEGUNDO IMPRENSA EM 5 NOVEMBRO, AUTORIDADES MILITARES DISSERAM QUE A MORTE DE MARIGHELLA SE DEU DA SEGUINTE FORMA: PAULO DE TARSO WENCESLAU FILHO, QUE PARTICIPOU NO SEQUESTRO DO EMBAIXADOR ELBRICK, FOI PRESO E INFORMOU À POLÍCIA QUE FREI IVO, DO CONVENTO DOMINICANO EM SÃO PAULO ERA O CONTATO DE MARIGHELLA. A POLÍCIA JÁ TINHA INFORMAÇÃO DE QUE OUTRO DOMINICANO, FREI BETO, ERA MEMBRO DO GRUPO. A POLÍCIA

PRENDEU IVO E OUTRO DOMINICANO, FREI FERNANDO DE BRITO, DOMINGO, 2 DE NOVEMBRO, NO RIO. SEGUNDO INFORMAÇÕES, FREI FERNANDO ERA CHEFE DO GRUPO DE APOIO A MARIGHELA. ELES IDENTIFICARAM O RESTANTE DO GRUPO, QUE INCLUÍA VÁRIOS PADRES, EX-REPÓRTERES E ENGENHEIROS. A FUNÇÃO DESSE GRUPO PARECIA SER FORNECER ABRIGO, OBTER DOCUMENTOS OFICIAIS E MANTER CONTATOS COM A IMPRENSA INTERNACIONAL. SEGUNDO **[RASURADO]** FONTE 23 PESSOAS DO GRUPO FORAM PRESAS ENTRE 2 DE NOVEMBRO E MANHÃ 4 DE NOVEMBRO.

3. NOITE DE 4 DE NOVEMBRO, AUTORIDADES, USANDO O PADRE IVO, PREPARARAM UMA ARMADILHA E ESTAVAM À ESPERA QUANDO MARIGHELLA CHEGOU ÀS 20H00 PARA SE ENCONTRAR COM RELIGIOSO. NO TIROTEIO QUE SE SEGUIU, MARIGHELLA MORTO, UM POLICIAL MORTO UM FERIDO.

4. MORTE DE MARIGHELA E PRISÃO DE GRANDE PARTE DE SEU GRUPO FOI UM GOLPE SÉRIO PARA OS TERRORISTAS. SEU SEGUNDO EM COMANDO, JOAQUIM CAMARA FERREIRA, VULGO “VELHO” E “TOLEDO”, FUGIU PARA O URUGUAI, O GRUPO DE MARIGHELLA QUE SE ACREDITAVA O MAIOR INSTIGADOR DO TERROR, PARECE QUASE COMPLETAMENTE DESTRUÍDO. O GRUPO RIVAL VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA, LIDERADO PELO EX-CAPITÃO DO EXÉRCITO CARLOS LAMARCA E QUE MATOU O CAPITÃO DO EXÉRCITO DOS EUA CHARLES CHANDLER, PORÉM, AINDA ESTÁ EM LIBERDADE, E PODE PROSSEGUIR COM SUAS ATIVIDADES TERRORISTAS. ONTEM DURANTE O DIA E A NOITE, FUNCIONÁRIOS DO CONSULADO SONDARAM VÁRIOS POLÍTICOS E OUTRAS PESSOAS, INCLUSIVE RELIGIOSO QUE CONHECE PADRES PRESOS, EM RELAÇÃO ÀS IMPLICAÇÕES DA MORTE DE MARIGHELLA. A REAÇÃO DOS POLÍTICOS FOI DE QUE O FINAL DEFINITIVO DO TERRORISMO SERIA ALCANÇADO APENAS PELO AVANÇO DO GOVERNO NA ELIMINAÇÃO DAS CONDIÇÕES QUE LEVAM AS PESSOAS A SE VOLTAREM PARA O TERRORISMO, ALGUNS ESPECULARAM QUE O GRUPO DE LAMARCA FARIA NOVOS ATAQUES DESESPERADOS COMO OBJETIVO DE PROVAR QUE O TERRORISMO NÃO ESTÁ ACABADO.

5. ENQUANTO ALGUMAS PESSOAS EXPRESSARAM SURPRESA E ESPANTO COM O ENVOLVIMENTO DE PADRES COM ATIVIDADES TERRORISTAS, A REVELAÇÃO NÃO SURPREENDEU OS OBSERVADORES POLÍTICOS EM SÃO PAULO. O CONSULADO RECEBEU VÁRIOS RELATÓRIOS DE QUE ESSE FENÔMENO ESTAVA OCORRENDO (VER MEMORANDO DO CONSULADO “IGREJA E ESTADO” DE 12 DE MAIO, E A-15 DE 9 DE JULHO, 1969). A EXPLICAÇÃO BÁSICA DO ENVOLVIMENTO DOS PADRES É A CONVICÇÃO, ISSO É REFORÇADA POR FREQUENTES CONFIRMAÇÕES POR PARTE DE MILITARES, DE QUE EXISTE UM ESTADO DE GUERRA, E PORTANTO A VIOLÊNCIA É JUSTIFICADA. POR MAIS QUE ESSA

JUSTIFICATIVA SEJA SIMPLISTA E INFELIZ, ELA PARECE SER SUFICIENTE PARA OS QUE ACREDITAM ESTAR VIVENDO SOB UMA DITADURA BRUTAL (PARA MAIORES REFLEXÕES SOBRE ATITUDES DOS DOMINICANOS, VER O MEMORANDO DO CONSULADO DE SÃO PAULO, 14 DE AGOSTO, 1968, COM [RASURADO] E O MEMORANDO DO CONSULADO DE 30 DE DEZEMBRO, 1968, COM FREI [RASURADO]

GP-4

CORRIGAN

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

Notícias encarceradas na América Latina

Coronéis, generais e marechais voltam a circular pelas redações de jornais e estações de rádio do Brasil e da Argentina, os dois principais países da América Latina. A pretexto de uma revolução, prendem editores e botam seus próprios agentes, normalmente oficiais reformados, no controle de emissoras nos estados.

Quase ao mesmo tempo, o Marechal Costa e Silva pede aos brasileiros que entendam a necessidade dos atos de repressão cometidos pelo regime militar nas duas últimas semanas enquanto sabota a fé em sua liderança ao prender parlamentares oposicionistas eleitos. Até padres e jornalistas estrangeiros foram deportados ou presos por criticar a repressão militar.

Alberto Dines, editor-chefe do *Jornal do Brasil*, o mais respeitado jornal do Rio, voltou a ser preso após uma breve anistia. Carlos Castello Branco, seu principal colunista de política, foi detido, e liberado pela segunda vez. Essas técnicas de "morde e assopra" têm como objetivo impor uma autocensura.

Na Argentina, segundo políticos liberais locais, o “atual excesso de poder de polícia é diferente em grau daquele exercido por Perón, mas não em gênero." O governo do General Juan Carlos Onganía estendeu o controle já exercido sobre as rádios para impor a censura a todos os filmes, peças de teatro e programas de TV.

As restrições à liberdade política e de imprensa impõem um desafio especial para o próximo governo em Washington. O que ele fizer para impressionar os governos militares da América Latina em relação à necessidade de liberdade de expressão pode ajudar a libertar homens e abrir canais de expressão no Rio e em Buenos Aires.

The New York Times
Data de publicação: 4 de janeiro de 1969
Copyright © The New York Times

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta tradução, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Terror no Brasil
Um Dossiê
Abril 1970

Tradução: Edmundo Barreiros

* * *

FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO

SUMÁRIO – N.3/1972 – ANO II

2 Radiologia da repressão
4 Guerrilheiros mortos
5 O “modelo de desenvolvimento” brasileiro
9 A importância do mercado latino-americana para o Brasil

Tradução: Milena Vargas

* * *

Frente Brasileira de Informações
Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil
Santiago, Chile

GORILAS PARA TODOS OS GOSTOS
(texto pág. 2)

Um artigo analisa as diversas tendências e grupos em que se dividem os militares brasileiros. As correntes vão desde os seguidores das ideias do Marechal Castello Branco até seus opositores nacionalistas-fascistas.

Neste número
Boletim de novembro de 1971

Ano III N.25 E4

O teatro denuncia a ditatura ... 8
Imperialismo brasileiro ... 9
Os donos do Brasil ... 12
Segue o conflito igreja-ditatura ... 14
Governo beneficia empresa de aviação ... 15
Entrevista com Pelé ... 16
As fronteiras ideológicas do exército ... 18
Novas violências da ditatura ... 21
Anotações ... 22

Tradução: Carolina Leal

* * *

BOLETIM DE INFORMAÇÃO BRASILEIRO

Fevereiro de 1971
Número 1
Publicado pelos Amigos Americanos do Brasil
P.O. Box 2279, Station A., Berkeley, Califórnia, 94702

O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASIL?

Estima-se que o número de prisioneiros políticos atualmente em prisões brasileiras chegue aos 12.000. Foi negado a essas pessoas o direito a *habeas corpus*, elas são frequentemente torturadas e permanecem incomunicáveis por longos períodos. Várias delas morreram devido a torturas e espancamentos, outras ficaram permanentemente desfiguradas e aleijadas.

A situação dos prisioneiros políticos é apenas a ponta de um iceberg de repressão que esmaga a oposição popular no Brasil. Por exemplo, todos os candidatos a eleição nos sindicatos de trabalhadores, organizações estudantis e partidos políticos (os que não foram abolidos) devem ser aprovados pelo governo, a imprensa se autocensura, manifestações públicas contra políticas do governo são proibidas e não existe liberdade de expressão (para documentação mais completa das leis da repressão, ver “Terror no Brasil” Comitê Americano para Informação sobre o Brasil, Caixa 1091, Nova York, NY 10027)

Diante da revolta internacional cada vez maior diante do estado de repressão e terror no Brasil, o governo insistentemente nega maus tratos a prisioneiros, com uma exceção. No início de dezembro

de 1970, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho foi o primeiro membro do alto escalão do governo a reconhecer a existência de tortura a prisioneiros políticos durante uma entrevista a um programa de televisão em São Paulo. O reconhecimento foi uma afirmação altamente qualificada: “Dizer que não há tortura seria negar a verdade... dizer que não há tortura, mesmo nos países que nos acusam disso, seria mentira, porque em algumas prisões há tortura e violência. É a violência policial com a qual todos estamos familiarizados desde que lemos OS MISERÁVEIS, de Victor Hugo.” (segundo reportagem de O GLOBO, do Rio, publicada no dia seguinte, o único jornal do Brasil a cobrir a declaração; LOS ANGELES TIMES, 3 de dezembro de 1970).

Além de negar os maus tratos a prisioneiros, o governo também se recusou a permitir que órgãos de inspeção internacionais a fizessem investigações independentes sobre as condições de confinamento dos prisioneiros políticos e da existência de torturas. As solicitações de comissões internacionais são respondidas com notas como a seguinte, enviada a Sean McBride, Secretário Geral da Comissão Internacional de Juristas, por Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça (O ESTADO DE SÃO PAULO, 4 de agosto de 1970):

Confirmo os termos de minha nota anterior na qual respondo, em nome do governo brasileiro, de forma completa e definitiva, as acusações feitas contra o Brasil. Fico extremamente surpreso que os senhores não tenham aceitado a palavra do governo brasileiro que não pode, em nenhum caso, aceitar que suas declarações deixem espaço para dúvida, quando, por outro lado, os senhores aceitam as calúnias espalhadas no exterior por terroristas e agentes do comunismo internacional. Cordiais saudações, Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça

MacBride respondeu:

Recebido, e obrigado. Mantemos nossa posição original, que é a necessidade de uma investigação pela Comissão Internacional de Direitos Humanos e a inspeção dos locais de detenção pela Cruz Vermelha Internacional e por uma comissão internacional para esclarecer a situação. Respeitosamente, Sean MacBride (segundo o *Boletim* FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO, Setembro, 1970, Londres).

Em vez demudar as condições dentro do país que levaram aos protestos públicos internacionais contra o Brasil, o governo embarcou em uma grande campanha de propaganda para mudar a imagem da nação de um país vivendo sob um regime repressivo para um em pleno boom do “milagre” de desenvolvimento econômico com o maior crescimento da economia.

Tradução: Edmundo Barreiros

* * *

NÃO PODEMOS FICAR CALADOS

Não podemos ficar calados diante de provas tão contundentes do completo desrespeito aos direitos e à dignidade humanos que nos chegam do Brasil. Este dossiê é apenas uma fração dessas provas. É importante saber que vários documentos foram escritos por brasileiros e deixaram o país clandestinamente, com grande risco para os envolvidos. Eles aceitaram as possíveis punições com o propósito de informar às pessoas do mundo do fato que o terror e a tortura são usados em seu país como instrumentos de governo.

Não podemos ficar calados. Isso nos tornaria cúmplices dos mandantes e perpetradores da repressão. Convocamos os leitores deste dossiê a erguerem suas vozes e protestar conosco.

RALPH DAVID ABERNATHY
Presidente
Conferência de Lideranças Cristãs do Sul
DORY ASHTON
Escritora
JOHN BENNETT
Presidente
Seminário Teológico Union
STERLING W. BROWN
Presidente
Conferência Nacional de Cristãos e Judeus
LOUIS M. COLONNESE
Diretor da Divisão para a América Latina da
Conferência Católica dos Estados Unidos
THOMAS CORNELL
Secretário Nacional
Catholic Peace Fellowship
ALLEN D'ARCANGELO
Artista
DOROTHY DAY
The Catholic Worker
RALPH DELLA CAVA
Professor Assistente de História
Queens College, Universidade da Cidade de NovaYork
JOSEPH P. FITTZPATRICK
Professor de Sociologia
Universidade Fordham
DANA S. GREEN
Diretora, Departamento Latino-Americano
Conselho Nacional de Igrejas
HANS HAACKE

Artista
HERSCHEL HALBERT
Diretor Executivo International
Liga Internacional dos Direitos Humanos
RICHARD HOWARD
Poeta e Crítico
IRENE JONES
Secretária Geral Adjunta
Sociedade Batista Americana de Missões no Exterior
TRACEY K. JONES, JR.
Secretária Geral
Conselho de Missões
United Methodist Church
STANLEY KUNITZ
Poeta vencedor do Prêmio Pulitzer
JOHN A. MACKAY
Presidente Emérito
Seminário de Princeton
RICHARD MORSE
Professor de História
Universidade de Yale
JAMES H. ROBINSON
Diretor
Crossroads Africa
BENJAMIN S. ROSENTHAL
Representante de Nova York no Congresso Americano
Subcomitê de Assuntos Interamericanos
Comitê de Assuntos Internacionais da Câmara.
ANDRÉ SCHIFFRIN
Diretor Administrativo
Pantheon Books
MARGARET SHANNON
Diretora Executiva, Church Women United
Conselho Nacional de Igrejas
RICHARD SHAULL
Professor de Ecumenismo, Seminário de Princeton
Presidente, Federação Mundial de Estudantes Cristãos
THOMAS E. SKIDMORE
Professor de História da América Latina
Universidade de Wisconsin
JOHN COVENTRY SMITH

Secretário Geral
Comissão de Missões e Relações Ecumênicas
Igreja Presbiteriana United

STANLEY J. STEIN
Professor de História da América Latina
Universidade de Princeton

I. F. STONE
Editor
I. F. Stone Weekly

DAVID M. STOWE
Vice Presidente Executivo eleito
Conselho de Missões Estrangeiras da United Church

BRADY TYSON
Professor Assistente, Estudos Latino-Americanos
American University, Washington, D.C.

CHARLES WAGLEY
Professor de Antropologia
Universidade de Columbia

LLOYD C. WICKE
Bispo
Igreja Metodista (United Methodist Church)

ANDREW YOUNG
Vice-Presidente Executivo
Conferência de Lideranças Cristãs do Sul

ADJA YUNKERS
Artista

(A AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL É MENCIONADA APENAS PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO)

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

Departamento de Estado
TELEGRAMA
Confidencial 944
Pág 01 RIO DE 01345 041836Z
52-42
AÇÃO ARA-11
INFO OCT-01 SS-20 NSC-10 NSCE-00 PRS-01 USIA-04 PM-03
DODE-00 P-01 RSR-01 /053 W

[CARIMBO]
DEPARTAMENTO DE ESTADO A/CDC/MR
REVISTO POR [assinatura] DATA 25/07/86
RDS OR XDS EXT. DATE_____
TS AUT._____ MOTIVO(S)_____
ENDOSSAR MARCAS EXISTENTES
LIBERADO PUBLICÁVEL
[ILEGÍVEL] NEGADO
PA ou F01 ISENÇÕES_____

P 040255Z MAR 70
FM EMBAIXADA AM. RIO DE JANEIRO
AO SECESTADO WASHDC PRIORIDADE 3594

CONFIDENCIAL RIO DE JANEIRO 1345

RESTRITO

1. O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES GIBSON ME CONVOCOU AO ITAMARATY EM CARÁTER DE URGÊNCIA ESTA NOITE. ELE HAVIA ACABADO DE CHEGAR DE BRASÍLIA E APÓS DESCULPAR-SE POR ME CONVOCAR A TAL HORA, INTRODUZIU O QUE CHAMOU DE “ASSUNTO EXTREMAMENTE DESAGRADÁVEL”. ACABARA DE RECEBER NAQUELA TARDE O TEXTO DE UM EDITORIAL DO WASHINGTON POST PUBLICADO EM 28 DE FEVEREIRO QUE ELE DESCREVEU ELOQUENTEMENTE COMO UM ATAQUE DIFAMATÓRIO, PERVERSO, VIRULENTO E INSULTANTE AO GOVERNO BRASILEIRO. SUA MAIOR PREOCUPAÇÃO ERAM AS REFERÊNCIAS INSULTUOSAS AO PRESIDENTE MÉDICI, COM QUEM, SEGUNDO

GIBSON, ELE NÃO HAVIA CONSEGUIDO DISCUTIR O ASSUNTO POIS MÉDICI VIAJOU ESTA MANHÃ PARA UMA VISITA AO RIO GRANDE DO SUL.

2. COMO EU NÃO HAVIA VISTO O ARTIGO EM QUESTÃO, GIBSON PERMITIU QUE EU O LESSE. DEPOIS, FALANDO MAIS COM MÁGOA DO QUE COM RAIVA, AFIRMOU TEMER QUE O ARTIGO PROVOCASSE UMA INFELIZ E DESAGRADÁVEL REAÇÃO AQUI NO BRASIL E QUE FOSSE INTERPRETADO POR MUITOS COMO MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO DA MAIORIA NOS ESTADOS UNIDOS. EMBORA TENHA PLENA CONSCIÊNCIA DA TRADICIONAL LIBERDADE DE IMPRENSA EM NOSSO PAÍS E SEJA NATURALMENTE AVERSO A ENTRAR EM POLÊMICAS COM A IMPRENSA, ELE CONTOU QUE HAVIA SE SENTIDO NA OBRIGAÇÃO DE INSTRUIR O EMBAIXADOR VALENTE A RESPONDER AO EDITORIAL COM UMA CARTA AO EDITOR DO WASHINGTON POST. GIBSON NÃO TINHA MUITAS ESPERANÇAS DE QUE ISSO RESOLVESSE O ASSUNTO MAS SENTIA QUE NÃO HAVIA ALTERNATIVA.

3. MESMO EXPRESSANDO GRANDE PREOCUPAÇÃO QUANTO A POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO EDITORIAL SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EUA E BRASIL, ELE NÃO SUGERIU NENHUMA MEDIDA A SER TOMADA PELO GOVERNO AMERICANO. GIBSON TEME QUE O EDITORIAL, QUE SE APROVEITA DA RECENTE AVALANCHE DE HISTÓRIAS DE BRUTALIDADE DA POLÍCIA E DE TORTURA, PRODUZA UM EFEITO BOLA DE NEVE NOS EUA. ELE DEMONSTROU NÃO SABER A MELHOR FORMA DE REAGIR A ESSE TIPO DE ACUSAÇÃO, POIS SENTE SER PRATICAMENTE IMPOSSÍVEL REFUTAR UM ATAQUE TÃO VIOLENTO. NÃO DEIXOU DÚVIDAS DE QUE O PRESIDENTE MÉDICI (QUANDO VIR O ARTIGO) E O GOVERNO COMO UM TODO FICARÃO CHOCADOS E CONSTERNADOS E DE QUE OS PREJUÍZOS À RELAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES SERÃO INCALCULÁVEIS.

4. OBSERVAÇÃO: EU AINDA NÃO HAVIA VISTO O ARTIGO ATÉ GIBSON O MOSTRAR A MIM MAS DEVO ADMITIR QUE ELE NÃO TEM A INTENÇÃO DE MELHORAR AS RELAÇÕES. EMBORA RECONHEÇA AS DIFICULDADES CRIADAS PELAS HISTÓRIAS AMPLAMENTE DIVULGADAS DE TORTURA POLICIAL, QUE EM CERTOS CASOS TALVEZ SEJAM EXAGERADAS E IMPROCEDENTES, A PROLIFERAÇÃO DESSE TIPO DE ARTIGO SEM DÚVIDA RESULTARIA EM UMA MAIOR HOSTILIDADE POR PARTE DO GOVERNO **DAQUI. TALVEZ O DEPARTAMENTO, POR MEIO DE DECLARAÇÕES PÚBLICAS E COMUNICADOS À IMPRENSA, CONSIGA UMA FORMA DE COLOCAR O ASSUNTO EM PERSPECTIVA. NÃO HÁ DÚVIDA DE QUE O BRASIL ENCONTRA-SE EM UM ESTADO DE INSURREIÇÃO CONTIDA E DE QUE O GOVERNO SE SENTE OBRIGADO A TOMAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA SE DEFENDER. TAIS MEDIDAS PODEM ENVOLVER OU NÃO TORTURA, SISTEMÁTICA OU NÃO, MAS TAMBÉM DEVE SER LEMBRADO QUE OS TERRORISTAS ESTÃO RECORRENDO A**

VIOLÊNCIA, ASSASSINATOS, SEQUESTROS E ATAQUES A PESSOAS E INSTITUIÇÕES, COISA QUE O GOVERNO NÃO PODERIA ACEITAR.

5. FALEI A GIBSON QUE REPORTARIA AO DEPARTAMENTO IMEDIATAMENTE SUA PREOCUPAÇÃO.

ELBRICK

CONFIDENCIAL

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta tradução, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Departamento de Estado
Telegrama **[À MÃO:(115)]**

USO OFICIAL LIMITADO 719

Página 01 SÃO PA 00976 27Z

54
AÇÃO ARA-20

INFO OUT C1AE-00 CIAE-00 DODE-00 PM-05 H-02 INR-08 L-04 NSAE-00

NSC- 10 P-03 RSC-01 PRS-01 SS-20 USIA-12 RSR-01 – 088 **[À MÃO: São Paulo 926 10-22-70]**

R 271735Z OUT 70
DE CONSULADO AMERICANO SAO PAULO
PARA SEC ESTADO WASHDC 2209
INFO EMBAIXADA AM BRASILIA
EMBAIXADA AM RIO DE JANEIRO
EMBAIXADA AM RECIFE
COMANDANTE-CHEFE DO COMANDO SUL
CONSULADO AMERICANO BELÉM UNN
CONSULADO AMERICANO PORTO ALEGRE UNN
CONSULADO AMERICANO SALVADOR UNN

USO OFICIAL LIMITADO SÃO PAULO 976

COMANDANTE-CHEFE DO COMANDO SUL PARA ASS. POL. ASSUNTO: MORTE DE LÍDER TERRORISTA

REF: SAO PAULO 11091 SAO PAULO: A-V1

1. O LÍDER TERRORISTA DA ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL (ALN), JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, (VULGO “TOLEDO” e “VELHO”) MORREU NOITE 24

OUTUBRO ENQUANTO ERA PRESO PELA POLÍCIA DE SEGURANÇA DO ESTADO (DEOPS) NUMA OPERAÇÃO SURPRESA. A CAUSA OFICIAL DA MORTE FOI DADA COMO PARADA CARDÍACA DECORRENTE DE ENCARNIÇADA RESISTÊNCIA FÍSICA À PRISÃO.

2. AGENTES DO DEOPS LIDERADOS PELO DELEGADO SERGIO FLEURY, QUE TAMBÉM FOI RESPONSÁVEL PELA MORTE DE CARLOS MARIGHELLA (SÃO PAULO 1109) E ATUALMENTE ESTÁ ENVOLVIDO EM JULGAMENTO SOBRE CASO DE ASSASSINATO COMO MEMBRO DE **"ESQUADRÃO DA MORTE", FOI LEVADO A ESCONDERIJO EM SUBÚRBIO DE SÃO PAULO POR MEMBRO DA VPR CAPTURADO EDUARDO LEITE (VULGO "BACURI:" SÃO PAULO A-7), QUE SEGUNDO RELATOS ESCAPOU DURANTE A CONFUSÃO QUE ENVOLVEU A PRISÃO DE FERREIRA. DOIS OUTROS TERRORISTAS DA ALN FORAM DETIDOS, E DOIS OUTROS FUGIRAM.**

3. FERREIRA VOLTOU AO BRASIL NO INÍCIO DE 1970 PARA TENTAR REORGANIZAR A ALN, EM GRANDE DESORDEM. SUA MORTE É OUTRA MARCA NA FOLHA DE SERVIÇOS DE FLEURY E CHEGA EM UM MOMENTO ESTRATÉGICO PARA SUA INICIATIVA DE CONTRA-ATAQUE. A FUGA DE LEITE PROVOCOU BOATOS DE QUE PODE TER SIDO PREVIAMENTE ARRANJADA EM TROCA DE SUA COOPERAÇÃO.

CORRIGAN

USO OFICIAL LIMITADO

* * *

Departamento de Estado
Telegrama **[À MÃO:(114)]**

CONFIDENCIAL 688

PAGINA 01 RIO DE JANEIRO 07743 271949Z

51
AÇÃO ARA-20

INFO OUT -01 CIAE-00 DODE-00 INR- 08 NSXE-00 R-03 RSC-01

USIA-12 PRS-01 PM-05 NSC-10 SS-20 SY-03 USSS-00 AID-28 **[À MÃO: Rio 7743 10-21-70]**

RSR-01- 113 W

R 2717452 OUT 70
DE EMBAIXADA AM RIO DE JANEIRO
PARA SEC ESTADO WASHDC 0000
INFO EMBAIXADA AM BRASILIA
CONSUL GERAL AMERICANO SÃO PAULO
CONSUL GERAL AMERICANO RECIFE
COMANDANTE-CHEFE DO COMANDO SUL

CONFIDENCIAL RIO DE JANEIRO 7743

COMANDANTE-CHEFE DO COMANDO SUL PARA ASS. POL PARA POLAD

ASSUNTO: LÍDER TERROSISTA CÂMARA FERREIRA MORRE APÓS CAPTURA

1. MORTE DO LÍDER DA ALN JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, OFICIALMENTE DE ATAQUE CARDÍACO EM 23 DE OUT POUCO APÓS SUA PRISÃO PELA POLÍCIA DE SÃO PAULO, É MAIS UM GOLPE AO ""CÉREBRO"" CADA VEZ MAIS ACOSSADO DO MOVIMENTO TERROSISTA. SERÁ DIFÍCIL SUBSTITUÍ-LO.

2. FERREIRA, QUE ASSUMIU O COMANDO DA ALN DEPOIS DA MORTE DE MARIGHELLA EM NOV ÚLTIMO, ERA CONHECIDO COMO UM PLANEJADOR DE AÇÕES DENTRO DO MOVIMENTO TERRORISTA, MAIS QUE UM EXECUTOR. O PLANO DE SEQUESTRAR O EMBAIXADOR ELBRICK É ATRIBUÍDO A ELE. SUA REMOÇÃO DEIXA O LÍDER DA VPR, LAMARCA, COMO O ÚNICO NOME IMPORTANTE AINDA EM LIBERDADE, E PODE DAR UM IMPULSO ADICIONAL À UNIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS TERRORISTAS EM TORNO DE LAMARCA. A TENDÊNCIA À UNIFICAÇÃO JÁ VEM SENDO OBSERVADA EM AÇÕES CONJUNTAS ENVOLVENDO MAIS DE UM GRUPO TERRORISTA E EM CASOS NOS QUAIS UM ÚNICO INDIVÍDUO **PERTENCIA A VÁRIOS GRUPOS SIMULTANEAMENTE. UM EXEMPLO DISSO ERA EDUARDO LEITE, QUE A IMPRENSA DISSE TER LEVADO A POLÍCIA AO ESCONDERIJO DE CÂMARA FERREIRA EM 23 DE OUTUBRO (ENTRETANTO, EMBAIXADA TEM RELATOS CONFIÁVEIS DE QUE SEU ROME# FOI INVENTADO E QUE HISTÓRIAS DE SUA FUGA SÃO FALSAS.**

3. APESAR DO BAIXO NÍVEL DE ATIVIDADE TERRORISTA NOS MESES RECENTES RESULTADO AO MENOS PARCIAL DE PRESSÃO CONTÍNUA DA POLÍCIA, OS TERRORISTAS SUPOSTAMENTE AINDA SÃO CAPAZES DE EMPREENDER AÇÕES ISOLADAS DE PORTE. PUBLICIDADE DESMORALIZANTE COM A MORTE DE FERREIRA PODERIA LEVAR OS TERRORISTAS A TENTAREM UMA NOVA AÇÃO ESPETACULAR COMO UM SEQUESTRO PARA RECUPERAR O MORAL, TALVEZ PERTO DO ANIVERSÁRIO DA CAPTURA E MORTE DE MARIGHELA.

4 DE NOV.
BOONSTRA

OBS EM OUT.: # PARA 2.’ ÚLTIMA FRASE COMO RECEBIDA; SERÁ ENVIADA SOB SOLICITAÇÃO.

CONFIDENCIAL **[À MÃO: 25]**

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

Departamento de Estado
Telegrama
Excerto

CONFIDENTIAL 592

PÁGINA 01 RIO DE 98613 9993122

92
AÇÃO ARA-20

INFO OUT-01 C(AE-00 DODE-SS PM-05 H-02 INR-08 L- **[ILEGÍVEL]**

NSC-10 P-03 RSC-S1 PRS-S1 SS-2S UEIA-12 SY-03 USSS- **[ILEGÍVEL]**

AID-28 PC-04 O-03 POR-S2 EUR- 2 **[ILEGÍVEL]** NIC-01 IO-13 FBI-S1

RSR-S1 /163 W

R. SS22115Z DEC 70
DE EMBAIXADA AMERICANA RIO DE JANEIRO
PARA SECDE ESTADO WASHDC **[ILEGÍVEL]** 62
INFO EMB AMERICANA BRASILIA
CONSUL GERAL AM RECIFE
CONSUL GERAL AM SAO PAULO
COMANDANTE-CHEFE DO COMANDO SUL

CONFIDENCIAL RIO DE JANEIRO 8613

COMANDANTE –CHEFE DO COMANDO SUL PARA ASS. POLÍTICO

DEPARTAMENTO FAVOR REPASSAR PARA TODOS POSTOS ARA

ASSUNTO: SEQUESTRO DO EMBAIXADOR SUÍÇO

REF: RIO S571

SEQUESTRADORES ESTÃO EXIGINDO O SEGUINTE EM TROCA DA LIBERTAÇÃO DO EMBAIXADOR.

1) PUBLICAÇÃO EM PRIMEIRA PÁGINA DO MANIFESTO TERRORISTA BEM COMO DIVULGAÇÃO EM RÁDIO E TV DURANTE DOIS DIAS

2) GRANDE DIVULGAÇÃO DE NOVOS COMUNICADOS DOS TERRORISTAS

3) TRANSPORTES DE GRAÇA PARA TODOS OS PASSAGEIROS "DURANTE A NEGOCIAÇÃO" NAS FERROVIAS LEOPOLDINA E CENTRAL DO BRASIL (USADAS POR MUITOS TRABALHADORES RESIDENTES NOS SUBÚRBIOS).

4) LIBERDADE PARA 70 PRISIONEIROS ESCOLHIDOS QUE DEVERÃO SER TRANSPORTADOS EM AVIÃO COMERCIAL PARA O CHILE, ARGÉLIA OU MÉXICO, NESSA ORDEM DE PREFERÊNCIA.

2. MAIS UMA VEZ SEQUESTRADORES ALERTARAM CONTRA TRABALHO DA POLÍCIA PARA LOCALIZÁ-LOS. A EMBAIXADA, PORÉM, ENTENDE QUE NA NOITE DE 8 DE DEZEMBRO A POLÍCIA DA GUANABARA TEM VÁRIAS PISTAS QUE ESTÃO INVESTIGANDO COM DILIGÊNCIA.

3. EM DISCUSSÃO NA NOITE PASSADA COM MILITARES EM BRASILIA, O CORONEL MANSO NETO ASSESSOR DO PRESIDENTE CITOU HIPÓTESES DE RESPOSTAS DO GOV A DIVERSAS EXIGÊNCIAS POSSÍVEIS DOS SEQUESTRADORES. EM REFERÊNCIA À EXIGÊNCIA DE LIBERTAÇÃO DE PRESOS POLÍTICOS, MANSO NETO DISSE QUE SE QUISEREM PRISIONEIROS NÃO HAVERÁ PROBLEMAS. ELES BOONSTRA

OBSERVAÇÃO EM OUT: NÃO ENVIADA PARA TODOS OS POSTOS ARA.

CONFIDENCIAL

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

Bases guerrilheiras

Os quadros do PC do B dividiram-se por três áreas – os destacamentos A, B e C – numa extensão de 130 quilômetros. Moviam-se numa superfície de 6,5 mil km2. Viviam a quilômetros de distância uns dos outros. Estocavam alimentos, remédios e munições em pontos esparsos da mata. A ocupação da região começara em 1967, com meia dúzia de militantes. Até a primeira metade de 1968, havia em torno de 15 estabelecidos em três pontos diferentes. Eles nunca passaram de 100.

[Voltar]

[Voltar]

A primeira ofensiva do exército

Realizada entre abril e outubro de 1972, mobilizou ao todo 3200 militares das três Forças Armadas. Foi a maior movimentação de tropas desde a FEB e maior que o levante de 1964. No primeiro mês, a tropa capturou 5 guerrilheiros, mas a operação foi um fiasco: nada se descobriu sobre o destacamento A e pouco sobre o B. Apenas o C foi combatido. Em setembro de 1972, começou uma nova investida, com 3 mil homens. Foram mortos 1 sargento e 1 cabo. A guerrilha perdeu 19 combatentes: 8 morreram em área de combate ou em emboscadas, 4 foram assassinados depois de capturados e outros 7 foram presos e mandados a Brasília.

[Voltar]

[Voltar]

A guerrilha chega ao fim

Uma nova ofensiva do Exército se inicia em outubro de 1973. Conta com 250 combatentes em três bases: Xambioá, Marabá e Bacaba. Eles usavam identidades falsas e tinham recebido treinamento rural. No Natal de 1973, é atacada a comissão militar dos guerrilheiros que se alojara numa região conhecida como Palestina. Em quatro meses, a guerrilha é derrotada. No final de 74, começa a retirada das tropas. São criadas as equipes Zebra, formadas por dois mateiros armados, atrás de recompensas por informações e guerrilheiros mortos. A caçada pode ter durado mais 9 meses. Em 25 de outubro de 1974, morre a última combatente, Walkíria.

[Voltar]

Créditos das imagens

Todas as imagens contidas nesta obra são parte do acervo de Elio Gaspari, exceto:

Capa (da esquerda para a direita): Conteúdo Expresso/Cristiano Mascaro; Agência O Globo; Agência O Globo/Erno Schneider; Conteúdo Expresso/Carlos Namba.

ABERTURAS

Parte I: Folhapress; Corbis; Conteúdo Expresso/Sergio Sade; UH/APESP; reprodução de cartaz dos “terroristas procurados”/ Iconographia; Conteúdo Expresso; UH/ADESP

Parte II: Agência O Globo/Erno Schneider; reprodução da capa da Veja, 20/11/1968/ Iconographia; Fundo DEOPS/Arquivo do Estado de São Paulo; reprodução da capa de O Pasquim, 11-17/11/1969; Agência Estado; UH/APESP; UH/APESP.

Parte III: CEDEM/UNESP; Iconographia; CEDEM/UNESP; UH/APESP; reprodução de página de O Estado de S. Paulo; Agência Estado; Arquivo da família Paiva; UH/APESP.

Parte IV: Folhapress; UH/APESP; UH/ APESP; Agência O Globo; Fundação Maurício Grabois; Fundação Maurício Grabois.

IMAGENS

Conteúdo Expresso: 1, 2;

Conteúdo Expresso/Amilton Vieira: 1;

Conteúdo Expresso/Sergio Sade: 1;

Conteúdo Expresso/Assis Hoffman: 1;

Conteúdo Expresso/Cristiano Mascaro: 1;

Conteúdo Expresso/Orlando Brito: 1, 2;

Conteúdo Expresso/Nirlando Beirão: 1;

Conteúdo Expresso/Irmo Celso: 1;

Conteúdo Expresso/Carlos Namba: 1, 2;

Conteúdo Expresso/Chico Nelson: 1;

Conteúdo Expresso/Sergio Sbragia: 1;

UH/APESP: 1; 2; 3;

UH/APESP/Adi Mera: 1;

Agência O Globo: 1, 2, 3;

Agência O Globo/José Araújo: 1;

Agência O Globo/reprodução Alberto Dutra: 1, 2;

Iconographia: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13;

CPDocJB: 1, 2, 3;

CPDocJB/Jair Cardoso: 1;

CPDocJB/Octales Gonzales: 1;

CPDocJB/Evandro Teixeira: 1;

Antonio Carlos Muricy/CPDoc/FGV: 1;

Agência Estado: 1, 2;

Agência Estado/Mario Leite: 1;

Agência Estado/Claudinê Petrolli: 1;

Arquivo *O Pasquim*: 1, 2;

Reprodução de *50 anos de vida e propaganda brasileiras*: 1;

Arquivo Nacional: 1;

Arquivo Estado de São Paulo: 1, 2;

Editora Globo/Massao Goto Filho: 1;

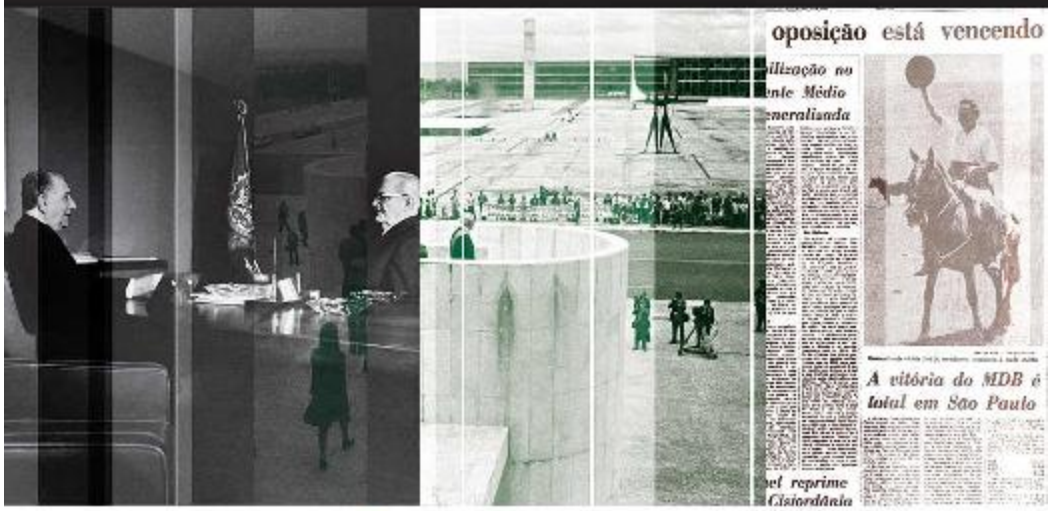
Arquivo da família Petit da Silva: 1, 2;

Arquivo Euller Belem: 1;

Folhapress: 1; 2.

Elio Gaspari

O sacerdote e o feiticeiro



3. A Ditadura Derrotada

intrínseca

Elio Gaspari

O sacerdote e o feiticeiro

3. A Ditadura Derrotada

2ª edição revista e ampliada

© 2002, 2014 by Elio Gaspari

PREPARAÇÃO
Kathia Ferreira

COORDENADORA DE CONTEÚDO DIGITAL
Adriana Barsotti

REVISÃO
Eduardo Carneiro
Vania Santiago

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Porviroscópio Projetos e Conteúdos
Coordenador: Vladimir Sacchetta
Digitalizadora: Solange Costa Rodrigues
Assistente de pesquisa: Paula Sacchetta

CAPA
Victor Burton

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS EM INGLÊS
Edmundo Barreiros

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS EM FRANCÊS
Débora de Castro

TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Fátima Penha
Roberto Jannarelli

REVISÃO DA TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Clara Diament
Roberto Jannarelli

REVISÃO DE EPUB
Juliana Pitanga

GERAÇÃO DE EPUB
Intrínseca

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.
Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar
22451-041 – Gávea
Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br

Veja como funciona seu e-book

• Para ler as notas, toque uma vez nos números. Para voltar ao ponto da leitura de onde partiu, toque novamente no número.

• Toque na instrução [*Veja o documento*] para abri-lo.

• Os documentos foram transcritos. Quando são em outros idiomas, há também uma tradução. O conteúdo está disponível por meio dos links [Transcrição] e [Tradução], presentes em todas as páginas de cada sequência de documentos. Para retornar ao ponto do livro de onde partiu, basta seguir o link [Voltar], que se encontra no início e no final de cada transcrição.

• Os documentos foram agrupados numa área separada daquela onde está o texto. Assim, depois de ler um documento, embora sempre haja a indicação do final da leitura, pode acontecer que o leitor o folheie inadvertidamente. Nesse caso, irá para a primeira página do documento seguinte, que está relacionado com outro ponto do texto. Nesse caso, basta uma nova folheada, para trás, retornando ao documento anterior. Dele, retornará ao ponto do texto do livro em que estava.

• Para facilitar a leitura de documentos longos, todos aqueles com mais de três páginas contêm links [Veja no site] que direcionam para o mesmo documento no site http://www.arquivosdaditadura.com.br, arquivados com o mesmo título.

Para Anna

Sumário

Capa
Créditos
Abreviaturas e siglas
Explicação

PARTE I O Sacerdote e o Feiticeiro

Geisel, o Sacerdote
Moita, é o *Alemão*
Uma dor que não acaba
O perigo vermelho
Um general da (i)legalidade
1964
O pijama togado

Golbery, o Feiticeiro
Criptocomunista
O escriba
Pés de veludo
O paliteiro do IPÊS
No palácio

PARTE II O caminho de volta

A costura
O peso do irmão

A turma da Candelária
Um voto, o voto
Primeiras encrencas
A grande encrenca

O poder
A equipe
Jogo de fichas
“Esse troço de matar”

PARTE III No Planalto

O regime é implacável
A escolha essencial
Um mundo difícil
A costura da púrpura
O porão intocado
Interlúdio pessoal
O regime é implacável
O pé no acelerador

PARTE IV A derrota
“É isso, e pronto”
A autonomia sepultada

Apêndice
Breve nomenclatura militar
Cronologia
Fontes e bibliografia consultadas
Documentos

Transcrição dos documentos
Tradução dos documentos
Créditos das imagens
Agradecimentos da edição de 2014
Agradecimentos da edição de 2003

Sobre o autor
Mídias sociais

Abreviaturas e siglas

Abreviaturas utilizadas

AA Arquivo do Autor
AEG/CPDoc Arquivo de Ernesto Geisel/CPDoc
APGCS/HF Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
APHF Arquivo Privado de Heitor Ferreira
BLBJ Biblioteca Lyndon B. Johnson
DEEUA Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

Siglas gerais

ALN Ação Libertadora Nacional
AP Ação Popular
APML Ação Popular Marxista-Leninista
Arena Aliança Renovadora Nacional
CDED/IEVE Centro de Documentação Eremias Delizoicov/Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado
Cebrap Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Cepal Comissão Econômica para a América Latina (ONU)
CGT Comando Geral dos Trabalhadores
CLT Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CPDoc Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas
CPI Comissão Parlamentar de Inquérito
FGV Fundação Getulio Vargas
Fiesp Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI Fundo Monetário Internacional

IBAD Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Ibope Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
Icomi Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IPÊS Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB Movimento Democrático Brasileiro
ONU Organização das Nações Unidas
OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC do B Partido Comunista do Brasil
PCB Partido Comunista Brasileiro
PCBR Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCI Partido Comunista Italiano
PIB Produto Interno Bruto
PNB Produto Nacional Bruto
PSD Partido Social Democrático
SESI Serviço Social da Indústria
UDN União Democrática Nacional
UNE União Nacional dos Estudantes
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR Vanguarda Popular Revolucionária

Siglas governamentais

AI Ato Institucional
BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CIA Central Intelligence Agency (EUA)
CNP Conselho Nacional do Petróleo
CSN Conselho de Segurança Nacional
DIP Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS Delegacia de Ordem Política e Social
DPF Departamento de Polícia Federal
Embrafilme Empresa Brasileira de Filmes
Funarte Fundação Nacional de Arte
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MRE Ministério das Relações Exteriores

Pasep Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS Programa de Integração Social
PND Plano Nacional de Desenvolvimento
SFICI Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI Serviço Nacional de Informações
Sudene Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Sumoc Superintendência da Moeda e do Crédito
USP Universidade de São Paulo

Siglas militares

AMAN Academia Militar das Agulhas Negras
CIE Centro de Informações do Exército
CISA Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
DAC Diretoria de Aeronáutica Civil
DOI Destacamento de Operações de Informações
EME Estado-Maior do Exército
EMFA Estado-Maior das Forças Armadas
EsCEME Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ESG Escola Superior de Guerra
FAB Força Aérea Brasileira
FEB Força Expedicionária Brasileira
HCE Hospital Central do Exército
ID Infantaria Divisionária
IPM Inquérito Policial-Militar
Oban Operação Bandeirante
Para-Sar Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento da Força Aérea Brasileira
PE Polícia do Exército
PM Polícia Militar
QG quartel-general
RI Regimento de Infantaria
STM Superior Tribunal Militar

Explicação

Geisel (o Sacerdote) e Golbery (o Feiticeiro) formaram uma parceria sem precedentes na história do Brasil. Era uma amizade a serviço. Começava e terminava no Planalto. Geisel era o presidente da República e Golbery, seu chefe do Gabinete Civil. Não se frequentavam, não almoçavam juntos. Contam-se nos dedos as ocasiões em que Golbery foi ao palácio da Alvorada e aquelas em que Geisel o visitou na granja do Ipê, onde morava.

Os dois generais aproximaram-se durante o primeiro governo da ditadura, quando Geisel, com 56 anos, chefiou o Gabinete Militar do presidente Castello Branco e Golbery, com 52, fundou e dirigiu o Serviço Nacional de Informações. Voltaram ao poder no dia 15 de março de 1974. Tinham o propósito de desmontar a ditadura radicalizada desde 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5. Queriam restabelecer a racionalidade e a ordem.

Geisel recebeu uma ditadura triunfalista, feroz contra os adversários e benevolente com os amigos. Decidiu administrá-la de maneira que ela se acabasse. Não fez isso porque desejava substituí-la por uma democracia. Assim como não acreditava na existência de uma divindade na direção dos destinos do universo, não dava valor ao sufrágio universal como forma de escolha de governantes. Queria mudar porque tinha a convicção de que faltavam ao regime brasileiro estrutura e força para se perpetuar.

Em dois outros livros (*A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada*) procurei contar a história do consulado militar desde a deposição do presidente João Goulart, em 1964, até a caçada dos

guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil, nas matas do Araguaia, em 1974. Neste, vão narradas a vida de Geisel e a de Golbery, a articulação que os levou ao Planalto, a formação do governo e seu caminho até a eleição de 1974, na qual a ampla e inesperada vitória da oposição alterou o curso da ditadura. Outro volume, *A ditadura encurralada*, vai do início de 1975 até a demissão do general Sylvio Frota do Ministério do Exército, em outubro de 1977. Conta como Geisel restabeleceu o primado da presidência republicana sobre os comandantes militares, que, desde 1964, viam o presidente como um delegado da desordem a que denominavam "Revolução". O quinto irá até a posse do general João Baptista Figueiredo, em março de 1979, tratando dos três momentos decisivos de sua administração: o atentado do Riocentro, a bancarrota de 1982 e a campanha das Diretas Já, de 1984.

Este livro não existiria sem a colaboração dos dois generais. Golbery tornou-me depositário de aproximadamente 5 mil documentos guardados em 25 caixas de arquivo morto que estavam empilhadas na garagem de seu sítio, nas cercanias de Brasília. Com Geisel tive dezenas de encontros ao longo dos quais procuramos reconstituir episódios de seu governo. A partir de 1984 o ex-presidente deu-me cerca de vinte entrevistas gravadas. Elas só foram suspensas em 1996, quando Geisel adoeceu. Pelo trato, ele decidiria o destino das fitas, que guardava na mesinha ao lado do sofá da sala de seu apartamento. Devo à filha do presidente, Amália Lucy, a gentileza da remessa de doze desses cassetes, cada um com noventa minutos de depoimento, encontrados num armário de sua casa depois da morte do pai.

Conversas soltas com um e com o outro ensinaram-me de que forma usaram o poder, mas também contaram-me as pequenas tristezas e alegrias da vida de cada um. Golbery relatava como seu pai assistira passivamente à transformação dos prédios que herdara numa extensão da "zona" de Rio Grande. Geisel mostrou-me que em 1995 ainda guardava numa gaveta da biblioteca a folha amarelada da extração da loteria de julho de 1919, que

premiou seu pai com cem contos de réis. Ouvindo-o narrar a trama do romance *A Ilha Misteriosa*, de Júlio Verne, oitenta anos depois de tê-lo lido, ficou-me a impressão de que a obstinação de Ernesto Geisel na industrialização brasileira ia além dos sentimentos de uma geração de militares. O Brasil do presidente Geisel deveu alguma coisa à convivência do menino Ernesto com aqueles personagens capazes de criar progresso e fazer coisas que o senso comum julgava impossíveis. Como ele mesmo repetia, nascera num mundo que não tinha rádio e num país que importava manteiga.

Este livro deve sua existência também à generosidade de Heitor Ferreira, assistente de Golbery no Serviço Nacional de Informações e de Geisel na Petrobras, antes de ser nomeado seu secretário particular. Foi ele quem acumulou os documentos daquilo que se denomina Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira. Deu-me cópias de seu *Diário* no período que vai de 1964 a 1976. Em 1985 a versão integral desse documento somava dezessete cadernos escolares. Texto equivalente ao de um livro de 1.500 páginas. Isso foi pouco, Heitor deu-me quarenta anos de amizade.

À documentação de Golbery e Heitor juntaram-se 120 cassetes com gravações feitas entre outubro de 1973 e março de 1974. Nelas, além de telefonemas, estão conversas e reuniões de Geisel com seus colaboradores no período imediatamente anterior ao início do governo. Os principais assessores de Geisel, bem como sua família, sabiam da existência dessas gravações.

Em 1985 Heitor Ferreira copiou cerca de setenta rolos em cassetes para que eu os ouvisse. Um ano depois, devolvi-lhe parte deles. Passados mais de dez anos, com a ajuda de Maria da Glória Prado e dos profissionais da Companhia de Áudio e da Panacea Estação Sonora, os cassetes foram copiados em duzentos CDs. Neles estão guardadas 220 horas de

conversações. Algumas fitas estavam no limite de sua vida útil. Felizmente, nada se perdeu. Entre 1985 e 1988 resumi e transcrevi parcialmente essas conversas. Elas somam 564 registros num arquivo que a esta altura acumula em torno de 30 mil fichas.

Quando trouxe as fitas, Heitor Ferreira impôs um embargo. Eu poderia apenas ouvi-las. No final de 1997 foram editadas nos Estados Unidos as transcrições das gravações feitas pelos presidentes John Kennedy, durante a crise cubana de 1962, e Lyndon Johnson, em suas salas de trabalho e em seus telefones. Anos depois o historiador Timothy Naftali editou dois volumes e um CD com as gravações de Kennedy no Salão Oval da Casa Branca. Com esses precedentes, Heitor permitiu que as fitas fossem citadas livremente, desde que se preservasse a vida particular dos outros.

No uso dessa documentação, empreguei dois critérios:

1. Foram desprezados todos os comentários de natureza pessoal. Em alguns casos, transcreveram-se opiniões fortes de Geisel e Golbery a respeito de personagens que tratavam de políticas públicas, exerciam ou queriam exercer cargos públicos. Nesses casos, que limitei ao mínimo, a transcrição destina-se a informar o estado d'alma de um ou de outro quando se referiam a determinada pessoa.

2. Todas as gravações citadas envolvem pelo menos um interlocutor que sabia da existência do gravador. É o caso das conversas ou dos telefonemas de Geisel, Golbery, Gustavo Moraes Rego, Humberto Barreto e Heitor Ferreira. Em algumas ocasiões seus interlocutores não sabiam que estavam sendo gravados. Procurei manter-me no universo das pessoas que ocupavam ou viriam a ocupar cargos públicos e que, durante as conversas, tratavam de políticas públicas.

Golbery costumava dizer que "segredo guarda quem não sabe". Ademais, cultiva-se a lenda de que nenhum segredo político brasileiro vive mais de uma semana. Pois o segredo das fitas de 1973-1974 foi preservado por quase trinta anos. Dele souberam, no mínimo, umas cinquenta pessoas.

Nenhum trecho dessas conversas jamais foi revelado. (Com exceção de dois diálogos, publicados n'*A ditadura escancarada*.)

Espero que o uso dado a essas fitas justifique o esforço de preservação da história de quem as produziu. Foi esse o objetivo que levou Golbery a guardar seu arquivo e Heitor Ferreira a manter seu *Diário* e preservar as gravações autorizadas por Geisel. Amália Lucy Geisel doou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDoc), da Fundação Getulio Vargas, cerca de 4 mil documentos textuais onde se podem encontrar preciosidades como análises da situação do país feitas pelo Serviço Nacional de Informações. Graças a essas pessoas, um governo que nasceu com a blindagem da censura veio a se transformar, décadas depois, num dos mais bem documentados da história.

No levantamento da vida e do cotidiano de Geisel tive a ajuda de sua filha, Amália Lucy, de seu amigo Humberto Barreto e de seu médico, Americo Mourão. De Humberto recebi sua infalível amizade sertaneja, cujas virtudes aprendeu no Crato.

Para o entendimento da política do período socorri-me da generosidade de Antonio Carlos Magalhães, Antonio Delfim Neto, Franco Montoro, José Sarney, Paulo Brossard, Paulo Egydio Martins e Thales Ramalho. Francis Mason (Chase Manhattan) e Tony Gebauer (Morgan) ensinaram-me como funcionou o processo de endividamento internacional do país. Durante anos, Mario Henrique Simonsen foi um professor paciente e Delfim Netto (novamente), um cáustico demolidor de embustes. Claudio Haddad auxiliou-me com sua visão crítica de toda a gestão econômica do período e, sobretudo, do que eu escrevia.

Os generais Gustavo Moraes Rego, Leonidas Pires Gonçalves e Reynaldo Mello de Almeida ajudaram-me a reconstruir a situação militar do período. O general Newton Cruz esclareceu-me os meandros do funcionamento do SNI nos primeiros meses do governo de Geisel. Meus amigos Givaldo Siqueira, Armênio Guedes e João Guilherme Vargas Netto

mostraram-me como operava o Partido Comunista em 1974, quando foi abatido por uma matança. Candido Mendes de Almeida e d. Eugênio Sales foram solícitos dirimidores de dúvidas para o entendimento das relações da Igreja com o governo. No final do volume listei as pessoas de cujo conhecimento me aproveitei e a quem tenho a satisfação de agradecer.

Finalmente, devo à paciência e ao rigor de Dorrit Harazim o melhor curso para diversos momentos da pesquisa. A sua perseverante indignação continua sendo uma baliza que o tempo não abate.

PARTE I
O SACERDOTE E O FEITICEIRO

ERNESTO
Bento
Gonçalves

GENERAL GOLBERY

NAS FOTOS ANTERIORES:

O cadete Geisel na Escola Militar de Porto Alegre

O coronel Geisel em Fort Leavenworth, nos Estados Unidos O general Geisel, chefe da Casa Militar de Castello

Geisel, presidente da Petrobras, com Médici

Uma rara fotografia de Golbery fardado, na ESG

Golbery, chefe do SNI, com Geisel no Laranjeiras Geopolítica do Brasil, o livro deu fama a Golbery

GEISEL, O SACERDOTE

Moita, é o *Alemão*

No dia 22 de agosto de 1972, quando a Censura voltou a proibir a imprensa de tratar da sucessão do presidente Emílio Garrastazu Médici, ela já estava resolvida. Médici seria substituído pelo general Ernesto Geisel, o *Alemão*, presidente da Petrobras, chefe do Gabinete Militar no governo Castello Branco e irmão mais moço do ministro do Exército. Fazia mais de um ano que o general Golbery escrevera a Heitor Ferreira: "As cousas vão indo bem por aqui. (...) Cogita-se do futuro sucessor — não lhe digo qual o nome na pauta porque você vai ter um chilique. (Moita! É preciso não queimar! — *Alemão*)".[1] [*Veja o documento*] No início de julho Médici se encontrara com Geisel no palácio Laranjeiras e lhe dissera: "Seu Ernesto, faltam vinte meses e sete dias".[2]

A ditadura estava no seu oitavo ano, no terceiro general. Médici cavalgava popularidade, progresso e desempenho. Uma pesquisa do Ibope realizada em julho de 1971 atribuíra-lhe 82% de aprovação.[3] Em 1972 a economia cresceria 11,9%, a maior taxa de todos os tempos. Era o quinto ano consecutivo de crescimento superior a 9%. A renda *per capita* dos brasileiros aumentara 50%. Pela primeira vez na história as exportações de produtos industrializados ultrapassaram 1 bilhão de dólares. Duplicara a produção de aço e o consumo de energia, triplicara a de veículos, quadruplicara a de navios. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro tivera em agosto uma rentabilidade de 9,4%. Vivia-se um regime de pleno emprego. No eixo Rio-São Paulo executivos ganhavam mais que seus similares americanos ou europeus.[4] Kombis das empresas de construção civil

recrutavam mão de obra no ABC paulista com alto-falantes oferecendo bons salários e conforto nos alojamentos. Um metalúrgico parcimonioso ganhava o bastante para comprar um fusca novo. Em apenas dois anos os brasileiros com automóvel passaram de 9% para 12% da população e as casas com televisão, de 24% para 34%.[5] O secretário do Tesouro americano, John Connally, dissera que "os Estados Unidos bem que poderiam olhar para o exemplo brasileiro, de modo a pôr em ordem a sua economia".[6]

Emílio Garrastazu Médici era o único brasileiro a governar seu país num período de contínua supressão das liberdades individuais e de censura à imprensa. Grandes artistas nacionais viviam no exílio: Caetano Veloso e Gilberto Gil, em Londres, Chico Buarque de Hollanda, em Roma, e Glauber Rocha pelo mundo afora. Estavam proibidos alguns dos filmes de sucesso mundial. Quem tinha dinheiro ia à Europa ver *Último tango em Paris*. A máquina repressiva do governo de Médici já matara mais gente (120 pessoas) que seus dois antecessores somados (59). Em menos de três anos, acumulara cerca de 2.500 denúncias de torturas, contra algo como 1.500 nos oito anos anteriores. Depois de passar uma semana no Brasil, representando o Secretariado Internacional dos Juristas Católicos e entrevistando-se com religiosos, advogados e familiares de presos, o advogado parisiense Georges Pinet relatou: "A tortura, no Brasil, não é nem pode ser o resultado de excessos individuais; nem é, nem pode ser considerada, uma reação exagerada a atos terroristas para derrubar um regime em dificuldade que, por seu lado, provoca o famoso 'ciclo da violência'. Isso não sucede, porque já não existe luta armada no Brasil. A tortura é manifestação e necessidade de um modelo político num contexto jurídico e socioeconômico".[7]

* * *

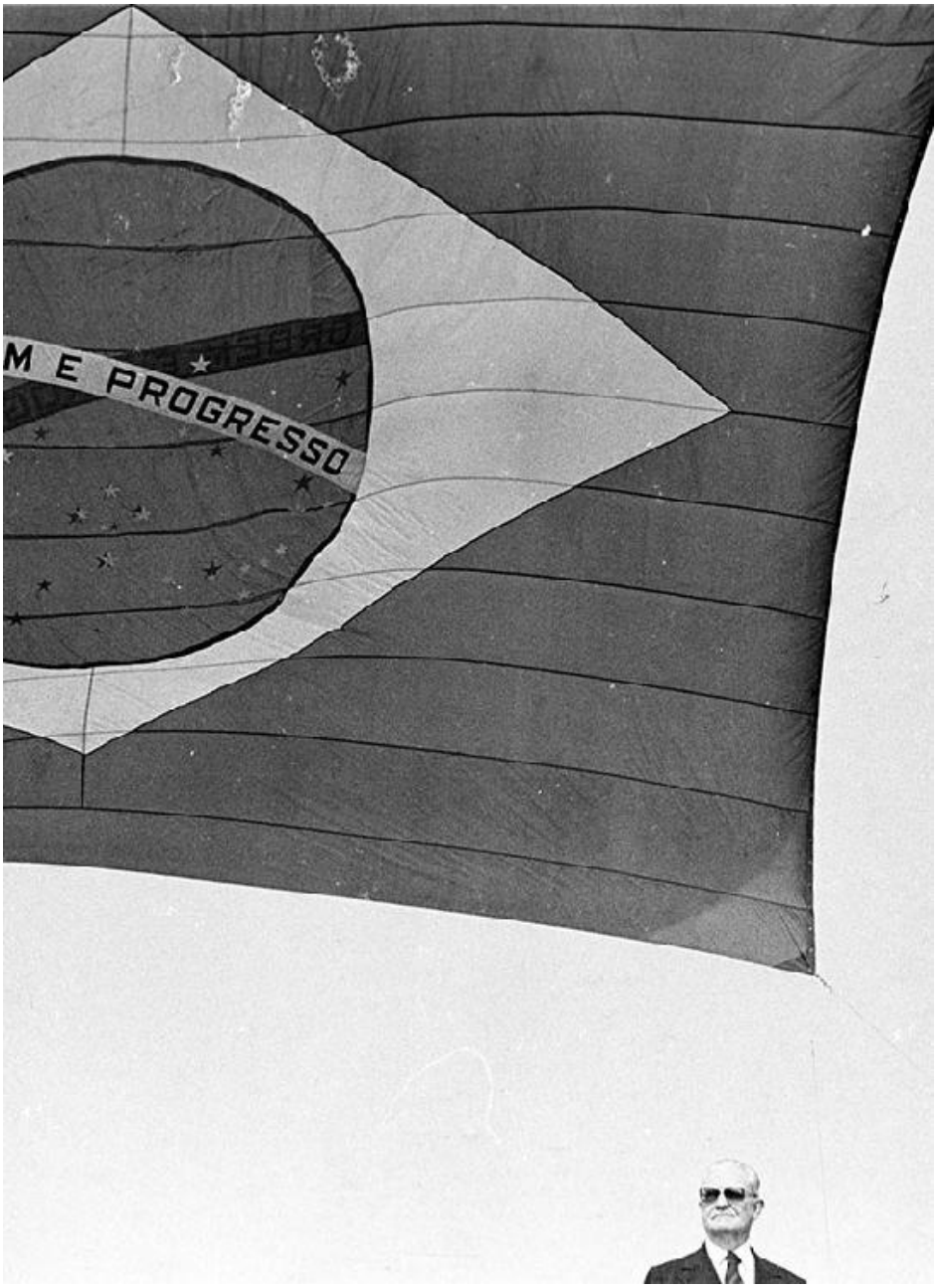
Geisel herdaria esse Milagre. Aos 65 anos, era um homem sem prazeres nem sonhos, regido por hábitos e obrigações. Pelo porte marcial, parecia maior que seu 1,77 metro de altura. Os cabelos brancos faziam-no mais velho, um estrabismo dava aspecto inquietante ao seu olhar, e o costume de elevar repentinamente a voz tornava-o um interlocutor desagradável. Atencioso no trato, resguardava-se de manifestações sentimentais. Precedia quaisquer ordens, até em pequenos bilhetes, de um eterno "peço". Era temido por suas explosões de ira, quando na realidade elas refletiam uma das poucas exibições emocionais que se permitia. Como ele mesmo explicava: "Eu só fico brabo com as pessoas com quem tenho intimidade".[8]

Em sua vida misturavam-se os valores dos colonos alemães do Rio Grande do Sul e as ansiedades daquela geração de militares brasileiros que a Revolução de 1930 denominou "tenentes". Às influências do meio somara necessidades e sofrimento. Nada lhe fora fácil. Poucos eram os seus afetos, todos enclausurados numa circunspecção que raramente rompia o círculo familiar. Detestava efemérides, fosse o próprio aniversário ou o Natal. Duvidava não apenas de si, mas de todo o gênero humano: "É muita pretensão do homem inventar que Deus o criou à sua imagem e semelhança. Será possível que Deus seja tão ruim assim?".[9]

Era um desconhecido para a maioria dos brasileiros. Mantinha-se afastado da roda social dos burocratas e do convívio com os colegas de farda. Vivia trancado na Petrobras. Saía para almoçar em casa, sentava-se de pijama à mesa, dormia quinze minutos e regressava à sua sala de trabalho pontualmente às catorze horas. Andava na praia antes do sol forte, passava os fins de semana em Teresópolis, e contavam-se nos dedos as famílias que frequentava. Evitava receber o tratamento de "você" e não beijava mulheres no rosto. Havia quase vinte anos jogava biriba com o mesmo casal de amigos.[10] Morava com a mulher e a filha num apartamento de sala e três quartos, em edifício sem elevador, no Leblon. Tinha economias suficientes para satisfazer a mulher, que se encantara com um

lançamento imobiliário próximo, com vista para o mar, mas não abria a mão (por hábito) nem a guarda (por cautela): “Lucy, eu não vou comprar esse apartamento. Estou indo para a Petrobras, e se eu comprar esse apartamento, vão logo dizer que estou roubando”.[11]

Desde o início de 1970 era um dos nomes mais fortes para a sucessão de Médici. No final de 1971 dizia: “Não mexo uma palha, mas também não me nego”. Não mostrava entusiasmo pelo lugar: “Como é que se chega ao meu nome? Ora, porque fulano é cretino, sicrano é burro, beltrano é safado! Isso é jeito?”.[12]



Ernesto Geisel: “Só num país como o Brasil na situação atual eu poderia chegar a presidente da República”. “Como é que se chega ao meu nome? Ora, porque fulano é cretino, sicrano é burro, beltrano é safado! Isso é jeito?”

Detestava que o chamassem de *Alemão* e procurava distanciar-se da cultura de sua família a todo custo. Jamais aprendera direito a língua paterna. Mesmo assim, de todos os presidentes brasileiros, viria a ser aquele que menos guardaria semelhanças com a onipresente figura de Macunaíma,

repositório da malandragem nacional, em quem se podia achar a dissimulação de Getulio Vargas, a ligeireza de Juscelino Kubitschek e o dístico de João Goulart, Costa e Silva e Emílio Médici: “Ai! que preguiça!...”. O *Alemão* fazia o possível, mas *brrasileirro* não era.

* * *

Seu pai emigrara em 1883, aos dezesseis anos.[13] Passara fome na travessia do Atlântico e por alguns dias alimentara-se de cebolas.[14] Fixara-se no lugarejo de Estrela, no interior do Rio Grande do Sul, onde o alemão era a língua da comunidade de duas centenas de agricultores e artesãos, quase todos protestantes. No inverno calçavam tamancões de madeira com meias de lã fiadas em casa. Wilhelm August Geisel fora criado numa casa de órfãos e viajara com o dote de um modesto tutor, suficiente para sobreviver alguns meses. Um de seus irmãos, Ernesto, reclamara do investimento, já que haviam faltado recursos para que ele próprio avançasse nos estudos. Para homenageá-lo, August deu seu nome ao quarto filho, nascido em 1907. [*Veja o documento*] A família vivia em Bento Gonçalves, num ambiente de pobreza europeia, sem eletricidade nem água encanada.

Era pobreza mesmo. Faziam-se em casa as roupas das crianças, o pão, os licores, o sabão e as linguiças. Criavam galinhas e, em 1917, quando cortaram a cabeça de uma raposa a golpes de machado, tinham 64.[15] [*Veja o documento*] Em Estrela, Wilhelm August começou como operário numa fundição, chegou a professor primário e se casou com Lídia Beckmann, uma das nove filhas do pastor luterano da comunidade. Tornara-se brasileiro, mudara o nome para Augusto Guilherme e passara num concurso para escrivão do cartório de registros civis. Frequentava a maçonaria e fora até major da Guarda Nacional.[16] Fiscalizava diariamente o asseio e os deveres dos cinco filhos. Tinha uma mulher e quatro homens, e a cada um cabia uma tarefa doméstica. Ernesto limpava os sapatos, Orlando arrumava

a mesa de trabalho. Amália, a primogênita, cuidava de todos. Falavam-se em alemão.

Os Geisel (cerca de 1912). Sentados, Augusto Guilherme, o menino Ernesto e sua mãe, Lídia. De pé, Henrique, Amália (a mais velha), Bernardo e Orlando.

Em Bento Gonçalves eram luteranos alemães numa cidade de italianos católicos. Augusto queixava-se do temperamento anárquico dos meninos do lugar, não queria suas crianças naquele meio e as proibia de brincar na rua. Arranhava um violino e tinha uma pequena estante de clássicos, de *A divina comédia* aos poemas de Schiller. Em novembro de 1916 levou os filhos à missa pela alma do imperador Francisco José da Áustria. A igreja e o catafalco forrados de crepe foram a primeira impressão de pompa que a vida ofereceu a Ernesto. Num Natal, Augusto presenteou os filhos com a obra completa de Júlio Verne. A fantasia de Ernesto Geisel expandiu-se além dos limites do povoado de Bento com a ajuda do jovem Harbert Brown e do engenheiro Cyrus Smith, que fugiram de um campo de prisioneiros da Guerra Civil Americana a bordo de um balão, caindo na *Ilha Misteriosa*.[17] Passados quase oitenta anos, ele era capaz de relatar,

circunspecto, como cinco passageiros de um balão reinventaram a civilização, protegidos por um enigmático personagem. (Tratava-se do capitão Nemo, das *Vinte mil léguas submarinas*, lembrava-se.) Contava a história com o olhar do garoto e dizia que os jovens da aventura eram dois. Verne, contudo, pusera só Harbert no livro.

Ernesto, caçula, era o mais ligado à mãe, que lhe pagava um vintém por lição de leitura. Quis ser carreteiro, pensou em sair de casa atrás do elefante e dos saltimbancos de um circo e chegou a pedir a ela que arrumasse suas coisas para a partida. Conheceu a adversidade quando frequentava o grupo escolar. Enxergava mal, e o pai levou-o a um médico em Caxias do Sul. O diagnóstico: corria o risco de ficar cego, era melhor que não lesse, inútil mantê-lo no colégio, pois não conseguiria acompanhar as lições. A vida escolar trouxe uma carga adicional para a formação da sua personalidade. Não bastava que aprendesse, tinha que provar que não era incapaz. Carregou a cicatriz: “Fui inscrito como ouvinte. Assistia às aulas, mas não era para valer. No fim, eu sabia mais que os outros”. Concluiu o curso elementar entre os melhores alunos da turma.[18]

Em 1920, por influência de seus irmãos Orlando e Henrique, matriculados no Colégio Militar de Porto Alegre, decidiu ir para o Exército. Fez a escolha numa época em que poderia ter contado com a ajuda do pai para tentar uma profissão civil. Augusto Geisel melhorara de vida. Amália era professora de primário. Bernardo, o filho mais velho, custeava seus estudos de química em Porto Alegre trabalhando no correio. Além de ter menos despesas, o pai conseguira um aumento da receita. Tinha o hábito de arriscar a sorte comprando bilhetes de loteria, e em julho de 1919 o milhar 5.852 deu-lhe cem contos de réis, dinheiro suficiente para cobrir os gastos de uma família como a sua por mais de dez anos.[19] Até investir a pequena fortuna numa mata de pinhais, onde haveria de perdê-la, Augusto passou por um período de bonança financeira.[20]

Mudanças burocráticas impostas aos limites de idade complicaram a matrícula de Ernesto no Colégio Militar, mas o obstáculo foi removido pelo pai, ajudado por algum colega do cartório de Bento Gonçalves. Produziu-se um novo registro de seu nascimento, tornando-o um ano mais moço.[21] Orlando, dois anos mais velho, sabatinou o irmão em casa e assegurou ao pai que ele seria reprovado. Augusto Geisel trancou-o por quase dois meses. Os aprovados foram quatro, Ernesto e mais três.[22]

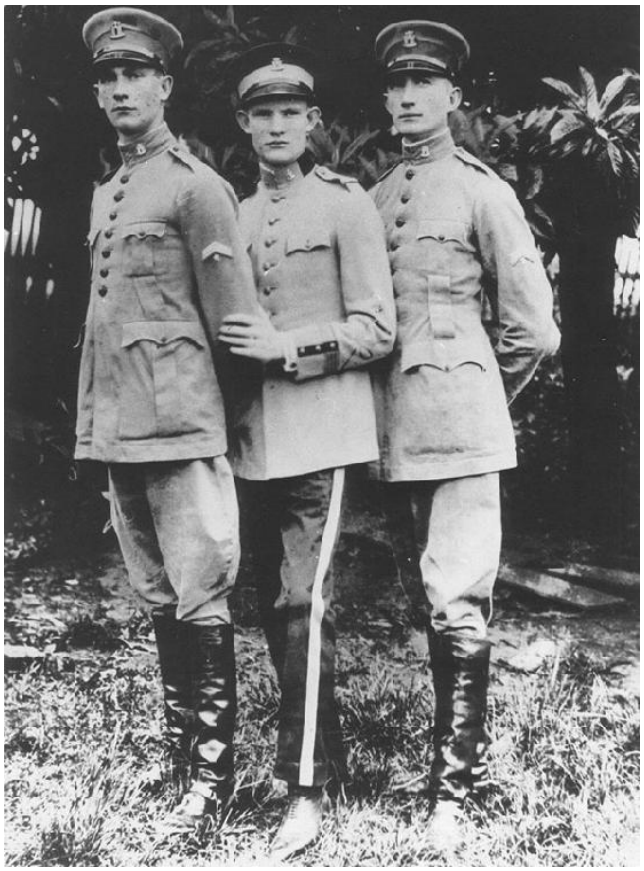
Faltava o exame de saúde. A limitação visual não confirmara o prognóstico apocalíptico do médico de Caxias do Sul, mas deixara sua sequela. Geisel padecia de uma disfunção resultante do desenvolvimento desigual dos olhos. Nesses casos, se uma vista enxerga menos, o sistema nervoso central, incapaz de trabalhar com duas imagens diversas, dispensa a mais fraca. O olho débil continua ativo. Se o outro é obliterado, o cérebro capta imediatamente a má imagem. A anomalia associa-se a um forte estrabismo, e a falta da visão dupla resulta na perda da percepção de profundidade.[23] Pelo manual de saúde do Exército, os portadores de visão monocular estavam incapacitados para a carreira das armas.

Geisel foi para o exame médico certo de que o reprovariam. Na véspera um colega fora desligado. Quando o oficial que o atendeu lhe ouviu as batidas do coração (140 por minuto), concluiu que era cardíaco, por carnívoro contumaz, como todos os gaúchos. Levou o diagnóstico ao coronel que chefiava o exame, mas ele o corrigiu: “Esse garoto está é nervoso, deve voltar outro dia”. “Para mim foi um alívio”, contou Geisel, “porque percebi que eles estavam preocupados com o meu coração, onde eu não tinha nada. Voltei e fui aprovado.”[24]

Não bastava. Ao chegar ao Colégio Militar com aquele sobrenome, viu-se constrangido por uma observação que haveria de acompanhá-lo por todos os colégios e cursos de sua vida. “O professor perguntava se eu era irmão do Orlando e do Henrique, e dizia que eu tinha um sobrenome a zelar. Ora, eu era eu, não o irmão do Orlando e do Henrique.”[25] Saiu de

Porto Alegre como o primeiro da turma, com todas as notas acima de 8. Melhor marca, só a do legendário Luiz Carlos Prestes, que terminara o curso em 1918.[26]

Geisel chegou à Escola Militar de Realengo em 1925. Repetiu o desempenho e por duas vezes ganhou o prêmio de viagem à Europa que o Lloyd Brasileiro oferecia aos cadetes.[27] Não podia viajar porque não tinha roupas. Vivia com o que a escola dava aos alunos e era membro da Associação do Estudante Pobre.[28] Trocou os bilhetes que poderiam levá-lo a Hamburgo por passagens para Porto Alegre. Tinha um caderno onde listava as “Coisas que não farei”, e nele registrou que nunca ofereceria um prêmio sem dar ao beneficiado as condições necessárias para gozá-lo. A pobreza levava os três irmãos Geisel a passar os fins de semana em Realengo. Ernesto recusava até mesmo convites para festas e reuniões sociais.



Os três irmãos militares, sócios da Associação do Estudante Pobre: Henrique, Ernesto e Orlando. Nos fins de semana eles não saíam da Escola de Realengo.

Quatro anos depois saiu tenente de artilharia de um exército pequeno, com 45 mil homens, trinta generais e 2.300 tenentes, inapto, frágil, militarmente insignificante.[29] “A cavalaria não tinha cavalos, a artilharia não tinha canhões, a infantaria não tinha fuzis.”[30] Seus generais haviam perdido três expedições massacrando jagunços em Canudos e mil homens enfrentando caboclos nas matas de Santa Catarina.

Em 1928, Ernesto Geisel saiu tenente de artilharia de um Exército pequeno, com 45 mil homens e trinta generais, inapto, frágil, militarmente insignificante. Perdera três expedições massacrando jagunços em Canudos e mil homens enfrentando caboclos nas matas de Santa Catarina.

* * *

Terrível geração, a dos “tenentes” dos anos 1920.[31] Estavam prontos para salvar o Brasil dos “casacas”, nome que davam à elite civil que governava o

país desde o Império. Movidos por um militarismo ressentido e salvacionista, rebelaram-se em 1922 e 1924 em nome da moralidade pública. Autoritários e audaciosos, eram dissidentes em busca de um ditador. Havia neles mais revolta do que radicalismo político, até porque sabiam pouco. Em 1918 Luiz Carlos Prestes não tinha ouvido falar na Revolução Russa.[32] Geisel chegara a Realengo seis anos depois sem grande interesse pelo que acontecera em São Petersburgo, sem saber direito o que vinha a ser o fascismo. Via-se como um revolucionário muito mais por solidariedade aos "tenentes" foragidos e aos que, degradados, viviam como simples praças nos quartéis. "Para mim a Revolução de 30 era a revolução do Juarez Távora e do Luiz Carlos Prestes."[33] Mais de meio século depois, com uma casaca no armário e a farda na alma, Geisel exporia a sua visão tenentista da história:

> No fim do século passado o Exército se esforçou para ganhar a Guerra do Paraguai. Fomos para lá sem tropa treinada, sem equipamento e sem grande apoio, mas vencemos. Quando a tropa voltou, descobriu que os "casacas" não lhe davam importância. Além disso, formou-se um sistema de ensino muito eficiente, talvez mais eficiente do que devesse ser para tamanha falta de meios. Os oficiais iniciaram-se nas ideias positivistas, começaram a discutir a validade do poder nas mãos dos "casacas", e proclamou-se a República. Primeiro veio o Deodoro, depois o Floriano, que não era um homem culto mas era macho e se não fosse ele este país tinha ido à breca. Depois do Floriano os "casacas" retomaram o poder, e aos poucos formou-se aquele clima de agitação que resultou na Revolução de 30...[34]

A agitação foi tamanha que o 4º Grupo de Artilharia a Cavalo, sediado em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, unidade em que servia o tenente

Geisel, foi parar em São Paulo, na vanguarda das forças insurretas. Vitoriosa a revolta, instalou-se Getulio Vargas no palácio do Catete, e chamou-se Revolução à rebeldia e, ao seu produto, Nova República. Geisel foi transferido para o 1º Grupo de Artilharia de Montanha, no Rio de Janeiro, com a missão de levar uma bateria de quatro canhões de tiro lento à Paraíba. Era missão para dois meses, mas ele ficaria quatro anos em João Pessoa. Aquele tenente de 23 anos, louro e alto, que poderia passar o resto de seus dias numa unidade sonolenta do "exército do Rio Grande", estava a mais de mil quilômetros de casa, no poder. Pela primeira vez entrou num automóvel. Tudo isso sem dar um único tiro.

Tiroteio ele só viu em outubro de 1931. Sua bateria foi deslocada de João Pessoa para o Recife, onde o 21º Batalhão de Caçadores se rebelara contra o governo do estado. Atravessou um tiroteio, chutou o traseiro de um tenente que se escondera atrás de uma árvore, mas não disparou a arma.[35] Menos de um ano depois, teve de descer com a tropa para debelar um novo levante, agora em São Paulo. Combatia um movimento que se autodenominava Revolução Constitucionalista, no qual via pura e simples sedição separatista. Dessa vez deu quase todos os tiros de sua vida. Em agosto de 1932 estava no alto do morro da Tempestade, a quatro quilômetros a sudeste de Itatiaia.

O vale do Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, seria o caminho dos paulistas para a avenida Rio Branco ou dos federais para o viaduto do Chá. Duas semanas antes os rebeldes haviam vacilado e parado suas tropas, aceitando uma guerra de trincheira. No Catete, o ditador Getulio Vargas acreditava numa paz próxima, não só porque recebera sinais dos rebeldes, mas também porque o vidente Sana Khan assegurara que a revolta acabaria antes do fim do mês.[36]

Geisel chegou nos primeiros dias da ofensiva legalista. Durante uma semana bombardeou as trincheiras e tropas rebeldes que ocupavam as fazendas do lugar. Saiu para as proximidades de Queluz. De lá participou da

tomada de Lorena. Por três vezes atirou (em vão) contra o trem blindado dos paulistas, terror da infantaria legalista e símbolo de um suposto poderio dos insurretos. Em três semanas de combate perdeu alguns cavalos (inclusive o seu, atingido por um estilhaço de granada) e ganhou um elogio do tenente-coronel Otto Feio, que comandava as operações na região: "O 1º tenente Geisel é a própria bravura em busca do perigo para vencer".[37] A Revolução Constitucionalista durou menos de três meses e custara a vida de 634 combatentes paulistas. Na primeira semana de novembro, Geisel estava de volta ao seu quartel paraibano.

* * *

Do ambiente de pobreza europeia de Bento Gonçalves à miséria nordestina da Paraíba, Geisel percorreu o semicírculo das diferenças culturais brasileiras. Nomeado secretário estadual da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas em 1934, exercitou pela primeira vez a força do militar e o poder da autoridade civil. Instituiu o imposto territorial, criou um programa de venda de máquinas agrícolas a preço de custo e tentou modernizar a arrecadação de impostos premiando a produtividade dos coletores. Mesmo assim, o tenentismo nem sequer arranhara os problemas da região. O país corrompido que os revoltosos denunciavam nos anos 1920 mudara muito pouco em 1934. Aqui e ali, os tenentes juntaram-se à paisagem, fugazes como trovoada numa cena pastoral. Parte de um surto militarista continental, os tenentes brasileiros foram corajosos enquanto tomaram riscos, radicais no dissenso, mas faltara-lhes a audácia para levar o destemor e a intransigência ao poder.[38]

Ela começou a lhes faltar no próprio momento da vitória, em 1930. Integrado numa tropa que marchava sobre o Recife, o tenente Paulo Cordeiro estava na localidade de Paulista, onde quatro batalhões revoltosos armavam o ataque à capital pernambucana. O comandante da tropa era o

tenente Juracy Magalhães. Decidira confiscar as armas estocadas por Frederico Lundgren, proprietário da maior fábrica de tecidos da região, e preparava-se para ir ao seu encontro: “Olha, Paulo, vou conversar com esse industrial. Se não voltar dentro de meia hora, vá me buscar, pois pode haver uma cilada”. Passou o tempo, e o comandante não voltava. Paulo Cordeiro foi à casa de Lundgren resgatá-lo, pôs o rosto na janela e viu Juracy Magalhães tomando champanhe com o plutocrata. Celebravam a adesão do industrial. “Não se assuste”, disse Juracy ao empresário. “Paulo está um pouco apressado.” Anos depois, feito governador da Bahia, o tenente montava um alazão de raça no picadeiro da Hípica, presente do amigo Lundgren.[39]

Os “casacas” tinham suas seduções. Em maio de 1934, o interventor Gratuliano Brito se preparava para disputar uma cadeira de deputado à Assembleia Constituinte, e a sociedade local deu-lhe um jantar no Paraíba Hotel. Nos pratos, camarão, creme de aspargos, filé-mignon, peru e frutas. Nos copos, martíni, vinho branco alemão, tinto italiano, champanhe e licores. No final, charutos. Num terno de linho branco, Ernesto Geisel tinha o lugar 116 à mesa.[40] [*Veja o documento*] Era tenente, secretário de governo e membro do Partido Progressista. Não passara despercebido. Lundgren presenteara-o com Ambolê, alazão de linhagem inglesa.[41] Um empresário oferecera-lhe a oportunidade de abrir seu próprio comércio e prontificou-se a adiantar-lhe cinquenta contos de réis.[42] O “coronel” *Cazuza Trombone*, patriarca de uma família de latifundiários de cana que mais tarde viria a ser personagem do romance *Usina*, de seu sobrinho-neto José Lins do Rego, chegou a perguntar-lhe: “O que é que uma pessoa como o senhor está fazendo no Exército?”.[43]

Pouco depois do jantar no Paraíba Hotel, o ministro da Viação, José Américo de Almeida, eminência civil da Revolução no Nordeste, disse a Geisel que estava deixando o cargo e que já tinha resolvido o problema de diversos amigos mas faltava resolver o seu. (O de José Américo seria

resolvido com sua nomeação para a embaixada do Brasil no Vaticano.) Ofereceu-lhe uma cadeira de deputado federal. “Eu não tenho problema. Tenho minha profissão, gosto dela e sou capaz”, respondeu Geisel.[44] Meses depois estava no Rio de Janeiro, no Grupo Escola de Artilharia, em Deodoro, cuidando da disciplina dos soldados e da limpeza dos cavalos, batendo continência para major. Deixou Ambolê no quartel de João Pessoa e desinteressou-se das cavilações políticas nordestinas. Se é possível dizer que houve dois tenentismos, um profissional e outro político, alistara-se no primeiro.[45]

* * *

Exaurido por sua própria inconsequência, cinco anos depois de triunfar, o tenentismo estava dissolvido em torno de três atrações: o fascínio pelas casacas, o comunismo e o fascismo. O cearense Juracy Magalhães assumiu o governo da Bahia, somando seu sobrenome ao registro das oligarquias locais.[46] Agildo Barata, o *Carioquinha* ou *Moleque*, colega de turma de Geisel em Realengo e de governo na Paraíba, começou sua guinada à esquerda. “Nós éramos como irmãos”, lembrou Geisel, “mas quando ele virou comunista, comecei a me afastar dele. Ele era comandante da Polícia Militar, e um dia o interventor me convidou para substituí-lo. Expliquei que não podia, que ele era quase um irmão meu, que não me pedisse esse sacrifício.”[47] Geisel dobrara à direita. Lera *Colóquios com Mussolini*, do escritor Emil Ludwig, publicado em 1932. Concluíra que o comunismo era uma fantasia e se convencera de que os “casacas” tinham recuperado o poder através dos zigue-zagues do presidente Getulio Vargas. “Eu tinha admiração pelo Mussolini porque ele pôs ordem na Itália. Ele representava um ressurgimento italiano, e eu era a favor do Estado forte.” Recusou diversos convites para juntar-se ao movimento integralista.[48]

O amigo comunista: Agildo Barata.

Na noite de 27 de novembro de 1935 o capitão Agildo Barata estava no 3º Regimento de Infantaria, na praia Vermelha, comandando uma insurreição desencadeada pelo militarismo de Luiz Carlos Prestes. O *Cavaleiro da Esperança* retornara de Moscou, onde vivera desde 1931. Esperava que a Vila Militar, a Marinha e o povo (nessa ordem) se sublevassem. Além do 3º RI os rebeldes só dominaram no Rio de Janeiro a Escola de Aviação, em Deodoro. O comandante do 1º Regimento de Aviação, tenente-coronel Eduardo Gomes, resistira ao ataque e fora ferido na mão por um tiro de fuzil. Artilhado no morro do Magalhães, Geisel bombardeou a pista, imobilizando os aviões. À tarde, Getulio Vargas visitou as tropas legalistas e trocou algumas palavras de agradecimento com aquele capitão louro que conhecera anos antes, em Petrópolis, batalhando por recursos para as obras do porto de Cabedelo.[49] Nos meses seguintes, em meio à repressão aos comunistas, o governo de Vargas extraditou a mulher de Prestes para a Alemanha. Para Olga Gutmann Benario, bolchevique e judia, que se tornaria mundialmente conhecida como Olga Benario Prestes, o retorno à pátria era uma crueldade. Estava grávida de sete meses quando a desembarcaram em Hamburgo. Pariu a menina Anita Leocádia no presídio

de mulheres da Gestapo, em Berlim. Em 1942, aos 32 anos, foi para a câmara de gás do campo de concentração de Bernburg.[50] O capitão Ernesto Geisel apoiava a deportação de Olga Benario.[51]

O tenente-secretário de finanças da Paraíba com Getulio Vargas, batalhando verbas para o porto de Cabedelo.

Na noite de 10 de novembro de 1937, ele estava de novo artilhado, no mesmo morro, mirando a mesma pista. Do ponto de vista constitucional, o cálculo de seus disparos tinha o sinal invertido. Temia-se que o coronel Eduardo Gomes tentasse lançar os aviões de seu regimento contra o golpe militar armado entre o Ministério da Guerra e o palácio do Catete. Tratava-se de cancelar a eleição presidencial e prolongar a permanência de Getulio Vargas no governo, suspendendo-se as franquias constitucionais. A essa ditadura chamariam Estado Novo.

* * *

“(...) Tinha voltado a politicagem. Novamente o Exército entregou o poder aos ‘casacas’ e teve que dar outro golpe em 1937...”[52]

Geisel continuava vivendo no quartel, mantinha um quarto numa pensão do Catete e nos fins de semana arriscava a sorte no Cassino da Urca ou tomava cerveja com a boemia bem-comportada do bar da Brahma, na avenida Rio Branco. Nunca pôs o pé numa gafieira. Sentava-se em rodas amigas de pôquer e assombrava os parceiros. Jamais blefou. “Nunca. Tenho medo da vergonha de ser apanhado”, explicava, aos 87 anos.[53]

Em janeiro de 1940 casou-se com sua prima Lucy Markus, dez anos mais jovem e descendente dos pioneiros alemães de Estrela. O namoro, urdido por Augusto Geisel, iniciara-se no Carnaval de 1939, no Rio de Janeiro, e sustentou-se por correspondência. Em novembro de 1940 tiveram o primeiro filho, Orlando Geisel Sobrinho. Como prometera à noiva, viviam em regime de “miséria dourada”. Tinha dez contos de réis no banco.[54] Só algum tempo depois do nascimento da criança é que o casal teve uma moradia exclusiva fora dos subúrbios militares. Viveram numa pensão da Tijuca e dividiram uma casa com Orlando em Botafogo, até que alugaram um apartamento na rua Cupertino Durão, no grande areal do Leblon. Havia lotes à venda, mas Geisel achou que a região não tinha futuro.

O capitão estava de passagem comprada no navio *Netúnia*, que deveria levá-lo à Alemanha na comitiva do chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Aurélio de Goes Monteiro. Iam ver de perto aquilo que Goes chamava de “a obra gigantesca, de ressurreição nacional” do Terceiro Reich, quando Hitler invadiu a Polônia.[55] Começara a Segunda Guerra Mundial. A viagem foi cancelada. Por dois anos o coração do Estado Novo balançou entre os Aliados e o Reich.

De um lado estava o chanceler Oswaldo Aranha, ex-embaixador em Washington. De outro, Goes Monteiro e o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. O Estado-Maior de Goes via a guerra à sua maneira. Em dezembro de 1941, acreditava que durante a primavera europeia seguinte a

União Soviética poderia ser posta “fora de causa”, embora a Wehrmacht tenha sido travada às portas de Moscou em novembro e perdido Kalinin semanas depois. Apesar de os ingleses terem rompido o cerco de Tobruk, Goes sustentava que os resultados dos combates no norte da África estavam aquém dos prognósticos do alto-comando britânico.

Aquilo que parecia divergência política era apenas uma irrelevância. Para os generais Goes Monteiro e Dutra, os combates de Tobruk e a defesa de Moscou eram pouco mais que um estímulo para as batalhas de corredor do Catete. Não davam relevo em seus relatórios ao fato de que um pedaço do território brasileiro, mais precisamente a protuberância do seu extremo leste, em Natal, seria essencial às tropas americanas, caso os Estados Unidos entrassem na guerra. O saliente nordestino, caminho mais curto para o transporte aéreo sobre o Atlântico, não permitia a Vargas o luxo da neutralidade. O Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos considerava-o um dos quatro pontos de maior valor estratégico no mundo, ao lado do canal de Suez e dos estreitos de Gibraltar e do Bósforo.[56] Antes mesmo do início da guerra o comando militar americano, às vezes com o conhecimento dos militares brasileiros, planejava operações destinadas a assegurar o controle do extremo nordestino.[57]

Em maio de 1940, assustado com informes ingleses que previam um ataque alemão ao Brasil, o presidente Franklin Roosevelt autorizara o esboço de um cenário que viria a se chamar *Operação Pote de Ouro*, na qual 100 mil soldados americanos tomariam a costa, de Belém ao Rio de Janeiro.[58] O plano refletia o medo americano de um golpe pró-nazista na Argentina e da simpatia dos descendentes de imigrantes do Sul. Num novo desdobramento, quando tudo o que os Estados Unidos queriam era o saliente nordestino, o adido militar americano, general Lehman Miller, fez saber ao general Dutra e ao gabinete do ministro da Aeronáutica que as bases de Belém e do Recife seriam ocupadas “por bem ou por mal”.[59] No dia 27 de outubro de 1941, Vargas resumiu e anotou uma conversa do adido

com Dutra: “O ministro da Guerra contou-me palestra com o general Miller, recém-chegado dos EUA. Disse-lhe que (...) não confiavam no nosso Exército, tido como germanófilo, e que precisavam desembarcar tropas no Nordeste para defender-nos de um ataque alemão. Isso dá ao caso um aspecto grave, não é uma colaboração, é uma violência”.[60]

Na mosca. Miller sabia do que estava falando. Quatro dias depois da queixa de Vargas ao seu diário, o Estado-Maior americano concluíra um *Plano do Teatro de Operações do Nordeste do Brasil*. Previa o controle de quatro pontos estratégicos: Belém, Natal, Recife e Salvador.[61] Numa de suas versões, denominada *Arco-Íris V*, as operações militares americanas mobilizariam 60 mil homens. Noutra, o *Plano Lilac*, seriam 15 mil, apoiados por dois contingentes de reforço que somavam mais 38 mil soldados.[62] Goes Monteiro dizia que os americanos apresentavam “pretensões descabidas” e provocavam atritos, buscando “a ocupação de bases no território nacional”. Reclamava da “guerra de nervos” contra o Alto-Comando do Exército, mas a guerra dos americanos não era de nervos.[63] Era guerra mesmo.

* * *

No dia 7 de dezembro de 1941 os japoneses atacaram a base naval de Pearl Harbor, levando os Estados Unidos à luta. Duas semanas depois, aviões americanos desembarcaram 150 fuzileiros navais nas bases aéreas de Belém, Natal e Recife. Havia sido combinado que seria “pessoal técnico”, mas veio uma pequena tropa armada.[64] Com o apoio de rápidas gestões diplomáticas, assegurara-se o controle do corredor através do qual os americanos alcançariam o norte da África. A pista da base aérea de Natal chegaria a ser a mais movimentada do mundo.[65] Vargas rompeu relações com o Eixo em janeiro de 1942 e declarou-lhe guerra em agosto. Até a

queda de Berlim, em maio de 1945, o Brasil mandaria 25 mil homens para a Itália.

Geisel tirara o primeiro lugar na Escola de Armas, e em 1943 concluiria com louvor o curso de estado-maior. Excluíram-no das listas de oficiais enviados aos Estados Unidos para os cursos intensivos de treinamento que formariam a base da Força Expedicionária Brasileira. Uma proclamada preferência pelos alunos que tivessem obtido boa colocação ao terminarem as escolas de aperfeiçoamento e de estado-maior tornara a exclusão mais dolorosa. Tanto ele quanto Orlando tiveram desempenhos excepcionais, mas ficaram de fora.[66] Outros descendentes de alemães, entre eles os tenentes-coronéis Amaury Kruel e Henrique Lott, viram-se incluídos na FEB. O adido militar americano no Brasil, que supervisionara o embarque das tropas, chamava-se Kröner, o comandante do corpo de exército ao qual seria anexada a divisão brasileira era o general Crittenberger, e as tropas aliadas estavam sob as ordens do general Eisenhower, todos descendentes de alemães.

Quando, no início de 1945, o major Ernesto Geisel foi mandado à Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth, no estado do Kansas, a máquina militar alemã já se avizinhava do colapso. Tinha 37 anos e uma biografia marcada pelas desordens militares da primeira metade do século. Participara de dois golpes (1930 e 1937), reprimira três levantes (1931, 1932 e 1935), mas fora mantido ao largo da maior guerra da história mundial. Viveu mais meio século, foi general e presidente, sempre mostrando a mágoa que essa exclusão lhe causou.

As inquietações cotidianas do major Geisel relacionavam-se muito mais com a qualidade do Exército em que vivia do que com os grandes problemas nacionais. Corporação desequipada, ineficiente, dividida em panelinhas de generais e áulicos, era forte nas paradas e nos palácios, fraca nos quartéis e no adestramento militar. “Este exército não vai à batalha”, reclamava o general Goes Monteiro.[67] Não possuía aviões capazes de

patrulhar a costa. A tropa terrestre jamais se exercitara com a Força Aérea. Também não tinha blindados, artilharia antiaérea ou munições em geral.[68] O ministro da Guerra, general Dutra, sustentava que a mobilização de sua tropa era tarefa quase impossível. Além de o Exército apresentar outras fragilidades, "grande número de oficiais se acham afastados de suas funções".[69] Faltava aos seus comandantes sobretudo a vontade de entrar na guerra. Houve caso de turma de oficiais em que os catorze primeiros colocados preferiram ficar fora da FEB.[70] De seus 870 oficiais de infantaria, 302 eram reservistas.[71] Dois generais recusaram o comando da Força Expedicionária, enquanto Dutra escrevia a Vargas atribuindo a reticência dos chefes até a "fraqueza congênita dos nossos soldados, fisicamente debilitados".[72]

Em 1940, enquanto os blindados alemães encurralavam as tropas inglesas na França, Geisel, no comando da bateria de artilharia da Escola Militar, dirigia um inquérito policial-militar destinado a apurar as causas da morte de um cavalo.[73] Voltou de Fort Leavenworth no início de abril de 1945, quando o Exército Vermelho estava nas cercanias de Berlim. Terminado o curso de especialização em blindados, ele se apresentou ao quartel-general. Ainda que não tivesse aprendido nada, tinha pelo menos o que contar, mas a conversa com o oficial encarregado de classificá-lo foi rápida:

> — Onde o senhor estava antes de ir para os Estados Unidos?
> — Em Porto Alegre.
> — Então volte para lá.[74]

O mesmo Exército que o ministro da Guerra relutara em mandar para a guerra por desequipado e mal treinado, nada tinha a oferecer além da monotonia a um major que concluíra com louvor todos os cursos de aperfeiçoamento e acabava de regressar da escola de comando da melhor

força armada do mundo. Nem sequer lhe perguntaram o que vira. Graças a um amigo, conseguiu ficar no Rio de Janeiro.

1 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 22 de junho de 1971. APGCS/HF. Heitor demitira-se do Exército em 1967 e vivia em Belém, como um dos gerentes do Projeto Jari, do milionário americano Daniel Ludwig.

2 Narrativa de Geisel do seu encontro com Médici no dia 9 de julho de 1972, em *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de julho de 1972.

3 Hélio Silva, *O poder militar*, p. 467.

4 Para os salários dos executivos, Stefan Hyman Robock, *Brazil, a study in development progress*, p. 138.

5 Para os carros e aparelhos de TV, Stefan Hyman Robock, *Brazil, a study in development progress*, p. 145. O PIB *per capita* brasileiro de 1964 foi de 1.065 dólares. O de 1972, de 1.598 dólares. Ipeadata, "Séries mais usadas", "PIB *per capita* (dólares de 2002) US$ valor real". <http://www.ipeadata.gov.br/>.

6 *Jornal do Brasil*, 4 de fevereiro de 1972, citado por Jan Knippers Black, *United States penetration of Brazil*, p. 55.

7 *Report on allegations of torture in Brazil/Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil*, p. 88.

8 Humberto Barreto, maio de 1991.

9 Ernesto Geisel, novembro de 1983 e setembro de 1984.

10 Para os hábitos, o cumprimento e as rodas de biriba, Humberto Barreto, maio de 1991. As rodas de biriba de Geisel com Lilian e Humberto Barreto começaram em torno de 1958.

11 Ernesto Geisel, setembro de 1994.

12 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de novembro de 1971 e 26 de janeiro de 1972.

13 Para o ano da chegada de Augusto Geisel, Lothar Francisco Hessel, *O município de Estrela*, pp. 62-3.

14 Para a fome na viagem, Ernesto Geisel, fevereiro de 1994.

15 Carta de Ernesto Geisel aos irmãos, 26 de abril de 1917. AA.

16 Para a maçonaria, Amália Lucy Geisel, julho de 1991. Para a Guarda Nacional, Ernesto Geisel, fevereiro de 1994.

17 Ernesto Geisel, novembro de 1988 e fevereiro de 1994, e Geisel em Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 26. Júlio Verne, *A Ilha Misteriosa*, adaptado por Clarice Lispector.

18 *Atas de Exames do Colégio Elementar de Bento Gonçalves*, de 1º de março e 20 de dezembro de 1919. APGCS/HF.

19 Ernesto Geisel, março e setembro de 1994. Aos 87 anos, Geisel sabia de memória o número do bilhete do pai. Em 1919 os gastos de uma família de classe média no Rio de Janeiro eram de doze

contos de réis por ano. As despesas de aluguel e criadagem, que os Geisel não tinham, iam a 3,4 contos. *Séries estatísticas retrospectivas*, vol. 1, p. 94.

20 Ernesto Geisel, novembro de 1988.

21 Ernesto Geisel nasceu na noite de 3 de agosto de 1907. A mudança foi feita para protegê-lo caso não conseguisse uma boa classificação. No livro de registros do cartório de Bento Gonçalves, Ernesto Geisel está arrolado como nascido em 3 de agosto de 1908. Seu nome é o último da lista na letra G, e a caligrafia da pessoa que fez o lançamento, doze anos mais tarde, difere grosseiramente daquela que cuidava dos registros na época. AA. *Certidão de Nascimento, Cartório do 1º Distrito da Comarca de Bento Gonçalves*. APGCS/HF. De acordo com sua biografia oficial, em 1979 Ernesto Geisel deveria comemorar 71 anos, mas recebeu os convidados em sua casa de Teresópolis para festejar 72.

22 Ernesto Geisel, novembro de 1983.

23 Devo as informações genéricas sobre essa disfunção ao Dr. Harley Bicas, junho de 2003.

24 Ernesto Geisel, novembro de 1988.

25 Idem, novembro de 1983.

26 Marly de Almeida Gomes Vianna, *Revolucionários de 35*, p. 71. Segundo a lembrança do general Antonio Carlos Muricy, Prestes, Geisel e Golbery foram os únicos alunos da escola, no Rio Grande do Sul, a concluir o curso com média 9 e fração. Depoimento de Muricy ao CPDoc, vol. 1, fita 4, p. 76.

27 Nos exames do primeiro ano Geisel teve um 10 e três 8. Nos do segundo, três 10 e três 9. Nos do terceiro, dois 10, um 9 e dois 8. *Caderneta de Assentamentos do 1º Tenente Ernesto Geisel*. AA.

28 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 35. Como cadete, Geisel ganhava 50 mil-réis (100, no terceiro ano). Era o equivalente às despesas com criados numa família de classe média do Rio de Janeiro. *Séries estatísticas retrospectivas*, vol. 1, p. 94.

29 Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade*, pp. 40 e 73. O serviço militar obrigatório fora instituído em 1916. "As nossas forças de terra e mar são inaptas para entrar em campanha e pouco significam como valor militar", Pedro Aurélio de Goes Monteiro, *O Destacamento "Mariante" no Paraná Ocidental* (*Reminiscências*), documento datilografado, Rio de Janeiro, junho de 1925, citado em Anita Leocádia Prestes, *A Coluna Prestes*, p. 83.

30 Nelson Werneck Sodré, citado em Juracy Magalhães e J. A. Gueiros, *O último tenente*, p. 45.

31 Vavy Pacheco Borges, em seu *Tenentismo e Revolução brasileira*, pp. 146-8, informa que a expressão "tenente" é posterior à Revolução de 1930 e surgiu com sentido depreciativo, gerando neologismos como *tenentização*, *tenentocracias*, *tenentores* e *tenentoides*.

32 Marly de Almeida Gomes Vianna, *Revolucionários de 35*, p. 71.

33 Ernesto Geisel, novembro de 1983.

34 Idem, julho de 1985.

35 Idem.

36 Getulio Vargas, *Diário*, vol. 1: *1930-1936*, pp. 117 e 119, entrada de 24 de julho de 1932 para os sinais e de 27 de julho para a previsão do vidente.

37 Caderno intitulado *Caderneta de Oficial*, do 1º Regimento de Artilharia Montada, com os assentamentos do tenente Ernesto Geisel. AA. Para a morte do cavalo, carta de José Fontineli da Silva a Geisel, janeiro de 1977. APGCS/HF. Debelada a revolta paulista, Ernesto Geisel teve seu nome incluído na lista das promoções a capitão por merecimento. Pediu que o excluíssem, pois não queria passar à frente dos dois irmãos mais velhos, Henrique e Orlando. Depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 1, fita 9, p. 170.

38 Entre 1930 e 1932 os militares latino-americanos derrubaram governos na Argentina, no Brasil, na Bolívia, no Chile, no Equador, em El Salvador, no Panamá e no Peru. Brian Loveman, *For la patria*, p. 75.

39 Juracy Magalhães, *Minhas memórias provisórias*, pp. 60-1, e Juracy Magalhães e J. A. Gueiros, *O último tenente*, pp. 26 e 109.

40 Menu do jantar ao interventor Gratuliano Brito, "homenagem dos amigos por motivo do seu regresso do Rio de Janeiro", 2 de maio de 1934. APGCS/HF. Para a roupa, Ernesto Geisel, abril de 1994: "Na Paraíba nós só usávamos ternos de linho branco e sapatos bicolores".

41 Para o presente, Ernesto Geisel, maio de 1994. Segundo o general Reynaldo Mello de Almeida, esse cavalo era montado por Geisel mas pertencia ao Exército.

42 Chamava-se Dolabella Portella. Ernesto Geisel, junho de 1994. Em 1934 o valor médio da hipoteca de um imóvel urbano era de 45 contos. *Séries estatísticas retrospectivas*, vol. 1, p. 62.

43 Ernesto Geisel, 1983. O parentesco de *Cazuza Trombone* com José Lins foi informado ao autor por Elizabeth Lins do Rego, em dezembro de 1991. Para o coronel, José Lins do Rego, *Ficção completa*, vol. 1: *Usina*, pp. 740, 790, 792 e 882.

44 Ernesto Geisel, março de 1994 e outubro de 1983.

45 Para os dois tenentismos, Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade*, pp. 96-104.

46 Juracy governou a Bahia, elegeu-se senador, foi embaixador em Washington e ministro da Justiça e das Relações Exteriores. Seu filho Jutahy elegeu-se deputado e senador. Seu neto, Jutahy Jr., elegeu-se deputado e foi ministro da Integração Social no governo Itamar Franco e líder do PSDB na Câmara com Fernando Henrique Cardoso. (Não há relação de parentesco entre Juracy e Antonio Carlos Magalhães, que foi seu protegido no início da carreira política.)

47 Ernesto Geisel, outubro de 1983. Esse episódio ocorreu antes de 1932. Agildo aproximou-se do PCB em 1934. A amizade de Geisel com Agildo Barata durou enquanto viveram. Em 1932, quando Agildo foi para o exílio, Geisel participava das vaquinhas de oficiais para ajudá-lo financeiramente. Agildo deixou o PCB nos anos 1950, mas, ao contrário da norma da época, não se tornou um anticomunista. Depois de 1964, já na chefia do Gabinete Militar, Geisel visitou Agildo, bastante doente, em sua casa. Não trataram de política. Ernesto Geisel, janeiro de 1995.

48 Ernesto Geisel, outubro e abril de 1993.

49 Idem, março de 1984.

50 Anita Leocádia Prestes e outros, *Não olhe nos olhos do inimigo*, p. 13.

51 Ernesto Geisel, agosto de 1986.

52 Idem, julho de 1985.

53 Idem, abril de 1994.

54 Lucy Geisel, maio de 1994, e Ernesto Geisel, março de 1995. Em 1939, dez contos de réis equivaliam a pouco mais de quatro meses de despesas normais de uma família de classe média no Rio, ou a quinze meses de aluguel. *Séries estatísticas retrospectivas*, vol. 1, p. 94.

55 Ernesto Geisel, abril de 1994. "Considerações sobre a II Guerra Mundial", general Pedro Aurélio de Goes Monteiro, em *Relatório dos Trabalhos do EME — 1939. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*, pp. 226-9.

56 Larry Rohter, "Natal journal: a has-been wonders how to honor what was", *The New York Times*, 20 de junho de 2001.

57 O primeiro plano de contingência do Departamento da Guerra americano, denominado *Rainbow I*, é de agosto de 1939. Frank D. McCann Jr., *The Brazilian-American Alliance*, p. 201. Houve pelo menos quatro planos *Rainbow*. No dia 8 de agosto de 1939 o general Marshall, chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, escreveu a Goes Monteiro referindo-se à "preparação de bases aéreas no nordeste do país de acordo com nossas conversações". Em João Hermes Pereira de Araújo, "Oswaldo Aranha e a diplomacia", publicado em Aspásia Camargo e outros, *Oswaldo Aranha*, p. 204.

58 Frank D. McCann Jr., *The Brazilian-American Alliance*, p. 203. A esse respeito, ver também Getulio Vargas, *Diário*, vol. 2: *1937-1942*, pp. 395, 415-7, 424 e 431-2. Para o nome da operação, Sonny B. Davis, *A brotherhood of arms*, p. 8.

59 Pio Corrêa, *O mundo em que vivi*, p. 211.

60 Getulio Vargas, *Diário*, vol. 2: *1937-1942*, p. 431.

61 *Plano do Teatro de Operações do Nordeste do Brasil*, de 1º de novembro de 1941, parcialmente transcrito em *IstoÉ*, 26 de maio de 1993, pp. 52-5.

62 Sonny B. Davis, *A brotherhood of arms*, pp. 14 e 23.

63 *Relatório dos Trabalhos do EME — 1941. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*, pp. 252-5.

64 Telegrama do embaixador Carlos Martins a Getulio Vargas, dezembro de 1941. Telegramas dos generais Mascarenhas de Moraes, Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias ao ministro Dutra, 18 e 19 de dezembro de 1941. Em Mauro Renault Leite e Luiz Gonzaga Novelli Jr. (orgs.), *Marechal Eurico Gaspar Dutra*, pp. 476-7. A ponte aérea fora inaugurada seis meses antes do ataque a Pearl Harbor, quando dez aviões militares americanos desceram em Natal e decolaram para a África. A esquadrilha não tinha permissão das autoridades brasileiras para fazer essa rota. Voava com navegadores ingleses treinados na rota como tripulantes de uma linha comercial da Pan American. Ver Frank D. McCann Jr., *The Brazilian- American Alliance*, p. 235.

65 Larry Rohter, "Natal journal: a has-been wonders how to honor what was", *The New York Times*, 20 de junho de 2001.

66 Ernesto Geisel, abril de 1994.

67 Carta do general Pedro Aurélio de Goes Monteiro ao general Emílio Lucio Esteves, 19 de maio de 1937, em Mauro Renault Leite e Luiz Gonzaga Novelli Jr. (orgs.), *Marechal Eurico Gaspar Dutra*, p.

191.

68 Expediente enviado pelo ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, ao presidente Getulio Vargas em 4 de junho de 1940. Mauro Renault Leite e Luiz Gonzaga Novelli Jr. (orgs.), *Marechal Eurico Gaspar Dutra*, pp. 385 e 580. Para a falta de aviões capazes de patrulhar a costa e para a situação dos blindados, Ricardo Bonalume Neto, *A nossa Segunda Guerra*, pp. 87 e 125.

69 Mauro Renault Leite e Luiz Gonzaga Novelli Jr. (orgs.), *Marechal Eurico Gaspar Dutra*, p. 581.

70 Depoimento de Gerson Machado Pires, em Ricardo Bonalume Neto, *A nossa Segunda Guerra*, pp. 129-30.

71 Frank D. McCann Jr., *The Brazilian-American Alliance*, p. 368.

72 Mauro Renault Leite e Luiz Gonzaga Novelli Jr. (orgs.), *Marechal Eurico Gaspar Dutra*, p. 582, para a citação. A recusa dos dois generais foi informada ao autor pelo general Ernesto Geisel. Em repetidas ocasiões ele se negou a identificá-los. Em Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2, p. 2284, é dito que "vários generais, entre os quais Valentim Benício, Amaro Bittencourt e Francisco Gil Castelo Branco, teriam sido consultados para exercer o cargo".

73 Livro de Alterações do General Ernesto Geisel, comissão de 1º de fevereiro de 1940. Tratava-se do cavalo nº 500, do Departamento de Equitação. AA.

74 Ernesto Geisel, novembro de 1983.

Uma dor que não acaba

Na tarde de 29 de outubro de 1945 o major Ernesto Geisel, chefe de gabinete do comando do Núcleo da Divisão Blindada, recebeu ordens para sair com a tropa do quartel de São Cristóvão. O general Álcio Souto, comandante da unidade, estava muito gripado e ficara no quartel-general. Assim como fizera em 1937, Getulio Vargas tentava embaralhar a sucessão presidencial, mas se oito anos antes ela era disputada por dois civis (José Américo de Almeida e Armando de Salles Oliveira), dessa vez o páreo estava entre dois militares, o general Eurico Gaspar Dutra, que deixara o Ministério da Guerra, e o brigadeiro Eduardo Gomes.

"Eu agi em quatro lances. Primeiro tomamos a praça da República. De lá, fomos para a Cinelândia e praça Paris. Finalmente, para o Catete e de lá para o palácio Guanabara."[1] Quinze anos depois de ter saído de Santo Ângelo com uma anônima unidade de artilharia a cavalo no levante que colocara Getulio Vargas na Presidência da República, Ernesto Geisel estava com seus blindados diante da escadaria de mármore do palácio Guanabara, velha casa da princesa Isabel que a República reformara e Getulio transformara em residência. Os blindados e a tropa de um batalhão de infantaria espalhados pelos jardins sinalizavam a determinação da rebeldia militar. Geisel e Álcio Souto entraram no palácio à noite, antes que Vargas saísse. Por acaso encontraram-se com o presidente no salão. Trocaram cumprimentos, mas não se deram a mão.[2] Da jornada, o major Geisel reteve apenas a lembrança de ter gritado tantas ordens a ponto de terminar o dia resfriado e rouco: "Não passou pela minha cabeça a ideia de que seria

necessário tomar o palácio. Saí do quartel com a certeza de que o Getulio já estava deposto. Participar de uma operação que derrubou um presidente da República não me deu qualquer emoção especial. Tudo parecia uma coisa muito natural. O movimento de 1945 foi feito dentro da hierarquia".[3]

Em toda a vida Geisel pouco falou da sua participação no golpe contra Vargas. Seus registros biográficos informam que "tomou parte ativa na ação militar do dia 29 de outubro de 1945, no Rio de Janeiro, como chefe do estado-maior do general Álcio Souto". Do mesmo modo, os registros da deposição de Vargas revelam que o Guanabara foi confrontado com uma tropa do Núcleo da Divisão Blindada sob o comando do general, mas não fazem alusão ao major. Atrás desse silêncio estão algumas das particularidades de Geisel. A principal, capaz de explicar também o desinteresse com que tratava do assunto cinquenta anos depois, era a noção de golpe "dentro da hierarquia", determinado pelo quartel-general e apoiado pelo comandante da unidade. Nesse tipo de golpe, que não tem nome, forma ou conteúdo político, a missão do major se resume a uma formalidade burocrática, impessoal. Álcio Souto concedeu ao major Ernesto um elogio de 93 palavras em que mencionou a existência de uma "ação" que terminou com "a vitória de nossas forças", sem referência ao local onde ocorreu ou ao objetivo que a desencadeou.[4] O silêncio foi ainda produto do temperamento retraído de Geisel, carregado de uma hostilidade ao exibicionismo que, além de marcar a vida dele, marcaria o juízo que fazia dos chefes e subordinados.

Nas décadas seguintes o golpe que depôs Getulio Vargas foi associado a um sentimento democrático dos comandantes militares influenciados pela experiência da Força Expedicionária na Itália. Essa racionalização, posterior à quartelada, ajudaria os oficiais que apoiaram o Estado Novo a confraternizar com os socialistas e liberais que haviam mandado à cadeia ou ao desemprego. Varrendo-se a ditadura para debaixo da biografia de Vargas, os generais e almirantes, liderados por Dutra, pularam o muro do Estado

Novo. Os personagens decisivos no golpe de 1945 foram sete, todos oficiais-generais. Deles, apenas um (Cordeiro de Farias) estivera na Itália. Três (Dutra, Goes Monteiro e Álcio Souto) só se juntaram ao esforço dos Aliados depois da chegada dos americanos a Natal.* Não foi para redemocratizar o Brasil que o major Geisel cercou o Guanabara: "Getulio foi deposto porque prometeu eleições e queria fazer trapaça. Estava sendo safado".[5] O golpe contra Getulio, que resultou na posse de José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, foi dado para preservar uma eleição presidencial que haveria de colocar na Presidência um general ou um brigadeiro.

* * *

Sete meses depois da saída de Vargas do palácio do Catete, nele entrou Ernesto Geisel. O general Álcio Souto assumira a chefia do Gabinete Militar do presidente Dutra e designara-o para chefe de uma das seções da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional. Desde sua criação, em 1934, até seu fechamento, em 1988, esse conselho foi um instrumento de militarização do poder presidencial. Passou por períodos de raquitismo e de hipertrofia, metido em pequenas questões, como o destino do guano da ilha Rata, em Fernando de Noronha, ou em catástrofes, como o projeto clandestino de construção de uma bomba atômica. Viveu entre a obscuridade burocrática e o esplendor cenográfico, ora entregue a coronéis anônimos, ora servindo de pano de fundo para a edição do AI-5, em 1968. Em todos os casos funcionou como uma assessoria militar e privada do presidente. Foi arquivo de projetos indesejáveis e respaldou, com sua denominação grandiloquente, atos que não passavam de decisões individuais do governante. De conselho tinha apenas o nome, pois era composto pelos ministros e pelos chefes de estados-maiores, colaboradores que o chefe do Executivo podia dispensar a qualquer momento.

A importância da equipe que formava a secretaria-geral do conselho dependia do prestígio do chefe do Gabinete Militar com o presidente. O de Álcio Souto com Dutra era enorme, e isso fez dele o primeiro ocupante do cargo com ponderável influência nos assuntos políticos. Reorganizou-lhe a estrutura e criou o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, o SFICI, primeira experiência de anexação de uma central de inteligência ao gabinete presidencial.

O protetor germanófilo: Alcio Souto.

Álcio Souto tirara Geisel do anonimato e da rotina de cavalos e soldados. Fora um germanófilo.[6] Em abril de 1947 o general mandou o major Geisel para Montevidéu como adido militar, e provavelmente influiu na sua promoção a tenente-coronel, em junho de 1948. Quatro meses depois, morreu, aos 52 anos. Doente, evitou rever o amigo.[7] Num Exército onde os generais poderosos carregam pequenas cortes de subordinados, fechara-se a primeira e última possibilidade de integração de Geisel a um grupo específico, no qual, conhecendo-se a tendência do chefe, intui-se o comportamento da colmeia. De todos os chefes militares da época, Álcio Souto seria o único para quem Geisel guardaria palavras em que misturava admiração e afeto. Em 1976, na Presidência, promoveu seu filho Alvir a general. Com ele havia outros 26. Telegrafou a todos chamando-os de “camarada” e mandando-lhes “um abraço de felicitações”. A sete chamou de “amigo”. Só a Alvir Souto, “camarada e amigo”, mandou “um especial abraço”.[8]

Com 1.600 dólares de soldo, pouco menos de dois anos em Montevidéu foram suficientes para que Geisel, aos 43 anos, comprasse a sua primeira casa. Era o apartamento 201 do edifício Parente, na esquina das avenidas Afrânio de Melo Franco e San Martin, um dos poucos prédios do quarteirão. Custou-lhe 480 contos. Da cozinha via-se a praia do Leblon. O filho, Orlando, tinha dez anos, e Amália Lucy, a caçula, completara cinco. Tornara-se um tenente-coronel do "exército do Rio de Janeiro", formado por instrutores das escolas de aperfeiçoamento, oficiais de estado-maior, ativistas políticos, conspiradores, áulicos e alpinistas sociais. Mandaram-no para o Estado-Maior das Forças Armadas, o EMFA.

No dia 3 de outubro de 1950, Getulio Vargas cruzou novamente o seu caminho. Haviam se acabado a Nova República de 1930 e o Estado Novo de 1937, mas o ex-ditador, autoexilado na sua fazenda do Itu, em São Borja, marchava de novo sobre o Catete. Como avisara, "eu voltarei, não como líder político, mas como líder de massas".[9] Geisel foi à urna e votou no brigadeiro Eduardo Gomes. Getulio teve 3,5 milhões de votos, quase 47% dos votos válidos, vencendo em quinze dos vinte estados e também no Distrito Federal. Em São Paulo teve o triplo da votação do *Brigadeiro*; no Rio, o dobro. "Foi uma das maiores decepções que tive", contaria Geisel. Antes do resultado de 1950 não era um devoto do sufrágio universal como forma de escolha dos governantes. Depois dele, seria um cético irreversível.

> *Bota o retrato do velho outra vez,*
> *Bota no mesmo lugar.*
> *O sorriso do velhinho*
> *Faz a gente trabalhar*.[10]

Aos 67 anos, Vargas voltara nos braços do povo. Nada na sua chegada ao Catete lembrava a euforia de 1930. A bandeira da moralidade pública passara aos seus adversários, um pedaço da oficialidade não o tolerava.

Fazia pouco sentido, mas o ditador retornara com uma das pernas no ombro da esquerda que torturara e matara. Getulio subiu a escadaria interna do palácio com tamanho desembaraço que o presidente Dutra, ainda com a faixa presidencial sobre o uniforme, seguiu-o meio passo atrás, como se habituara a fazer na ditadura.[11] Antes mesmo de sua vitória os adversários punham as cartas na mesa: “O sr. Getulio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”, escrevia o jornalista Carlos Lacerda.[12]

Carlos Lacerda

Durante toda a agitação militar do governo Vargas, Geisel manteve-se no quartel. Em duas ocasiões levaram-lhe manifestos. Um, contra o governo, viria a ser conhecido como o *Memorial dos Coronéis* e provocaria a queda do ministro do Trabalho, João Goulart. Outro, a favor do ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, oferecia-lhe a solidariedade dos oficiais. Não assinou nenhum dos dois. Refugou o primeiro porque “aquilo era um ato de indisciplina, coronel não tem nada que discutir nomeação de

ministro". Em geral, quem não assinava um, assinava o outro. Ademais, como é comum nas articulações militares a favor do governo, o texto do documento de apoio a Zenóbio fora-lhe trazido pelo general sob cujas ordens servia. Refugou também o segundo: "Eu lhe disse que era amigo do Zenóbio mas que não assinaria o manifesto por duas razões: primeiro porque não dou solidariedade irrestrita a ninguém; segundo, porque chefe não pode receber solidariedade de subordinado. O subordinado não pode ficar solidário com o chefe pelo simples fato de que não pode negar-lhe o apoio quando pedido. Então, se o chefe precisa da solidariedade do subordinado, ele está patrocinando um ato de indisciplina em benefício próprio".[13]

Tornava-se um personagem estranho. Era um oficial respeitado, com opiniões políticas tão claras quanto operacionalmente irrelevantes. Até as pedras sabiam que detestava Getulio e que seu círculo de amizades privilegiava os golpistas, mas nada disso tinha utilidade, pois era regido pelo manual. Comandando mesas, o próprio tenente-coronel tinha pouca importância. Do EMFA passara à Escola Superior de Guerra, que nem de sede dispunha, funcionando de favor na Escola de Artilharia de Costa.

Às oito e meia da manhã de 24 de agosto de 1954, o *Velho* viu que a tropa ia novamente ao palácio para depô-lo. Deitou-se na cama de seu quarto no palácio do Catete, apontou o Colt de cabo de madrepérola para o peito e disparou. Dessa vez Geisel ficara de fora. Sua tropa, o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, no Leblon, manteve-se no quartel. O general Juarez Távora levou-o de volta ao governo, agora como subchefe do Gabinete Militar do presidente Café Filho. Em 1931 o tenente Geisel prendera Café, advogado de sindicatos de trabalhadores, acusado de preparar um levante esquerdista no Rio Grande do Norte. Verificada a falsidade da denúncia, libertara-o dias depois, com um pedido de desculpas. O presidente lembrou o incidente ao coronel.[14] Alguns meses mais tarde

Geisel saiu do Catete para assumir o Regimento Escola de Artilharia, o mais prestigioso comando da arma, mas também não se demorou.

O novo ministro da Guerra, general Henrique Lott, chamou-o ao gabinete e pediu-lhe que fosse para a superintendência da refinaria de petróleo de Cubatão, na Baixada Santista, inaugurada em abril. Depois de 21 anos na tropa, Geisel alistava-se na sua segunda corporação: a Petrobras. Ela mal completara um ano de vida. O Brasil descobrira seu primeiro poço de petróleo em 1938, e em setembro de 1950 (cem anos após o surgimento do processo de refino, na Inglaterra) um automóvel movido a gasolina brasileira saíra de uma grande refinaria estatal, a de Mataripe, na Bahia.

Passados quinze meses do suicídio de Vargas e 39 dias da eleição de Juscelino Kubitschek, um novo golpe. Na manhã de 11 de novembro de 1955 Lott derrubou Carlos Luz, o presidente da Câmara dos Deputados que assumira havia três dias, depois que Café se licenciara, abatido por um distúrbio cardíaco. O general defenestrou Luz, dispensou Café e entregou o Catete ao presidente do Senado, Nereu Ramos. A "Novembrada" de Lott foi o mais latino-americano dos golpes brasileiros. Segundo ele, destinou-se a recolocar o país "nos quadros normais do regime constitucional vigente", frase que não quer dizer absolutamente nada. Para seus beneficiários, a deposição de Carlos Luz destinou-se a garantir a posse de Kubitschek, ameaçada por uma articulação golpista da direita militar de que faziam parte tanto Café Filho como Carlos Luz. Para seus adversários, serviu para transformar o general Lott em condestável da República. Para uns e para outros significou a divisão irremediável da liderança militar.

A "Novembrada" separou os irmãos Geisel. Orlando, que a apoiara, atuando como auxiliar do general executor do estado de sítio no Rio de Janeiro, e Ernesto, que a condenara. Ficaram mais de três anos sem se falar. Visitavam-se somente nas comemorações familiares, e mesmo assim não tocavam em política. O rompimento só não se agravou porque suas mulheres — Alzira e Lucy, a quem os maridos chamavam de "mãe" —

desdenharam a briga e continuaram frequentando-se, além de se falarem por telefone quase todos os dias.[15] À sombra do general Odylio Denys, verdadeira mola da deposição de Carlos Luz, a carreira de Orlando Geisel prosperou durante o mandarinato de Lott.

No início de 1956 Lott mandou chamar o coronel Ernesto Geisel. Explicou-lhe os motivos da "Novembrada" e foi surpreendido por uma condenação: "O senhor não podia nunca se insurgir contra um presidente da República que o tinha nomeado". Apesar disso, o ministro ofereceu-lhe um dos principais comandos do Exército: a Academia Militar das Agulhas Negras, centro formador da oficialidade. Era posição de general. Geisel recusou o prêmio e foi designado comandante do 2º Grupo de Canhões Antiaéreos, em Quitaúna, na periferia de São Paulo. Era um bom comando, mas não se comparava com a AMAN.

* * *

Na tarde de 28 de março de 1957 o coronel Ernesto Geisel completara um ano de comando em Quitaúna. Havia uma pequena comemoração no quartel e até um jogo de basquete. Seu filho, Orlando, ia para a quadra. Era magro, tinha dezesseis anos, 1,86 metro, óculos de fundo de garrafa e tradição de bom aluno. "Fui o primeiro aluno", escrevia a um amigo, "mas isto é quase uma obrigação para mim, porque todos os outros alunos trabalham e não têm tempo para estudar."[16] Decidira formar-se em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica — o ITA — e deveria fazer vestibular no ano seguinte. Comprara pão para a casa, deixara a irmã estudando desenho e montara na bicicleta. Viram-no com um garoto na garupa, a caminho do quartel. Ao atravessar a linha do trem, o jovem Orlando Geisel Sobrinho foi apanhado por uma composição e, ferido na cabeça, morreu no leito da ferrovia. Ninguém testemunhou o acidente. Um oficial reconheceu o corpo e avisou o coronel Geisel. Ele viu o filho, foi para casa e informou

a família. Em poucos meses seus cabelos louros ficaram completamente brancos. De volta ao Rio, quando a mulher colocou uma fotografia de Orlandinho num porta-retratos de prata, pediu-lhe que a tirasse.[17] Se via o filho nos álbuns da família, virava rapidamente a página. Passaram-se dez anos até que voltasse a pronunciar o nome dele.[18] O bloqueio erguido em torno da tragédia foi tão grande que por muitos anos a família evitava mencionar o nome de Orlando na presença do pai.[19]

A morte do filho alterou a noção que Ernesto Geisel tinha da própria existência. Trouxe-lhe um sofrimento que nenhum sucesso haveria de eliminar. A educação austera, a disciplina da caserna e seu temperamento fizeram-no um retraído, mas a desgraça abateu-o a ponto de ele dizer, trinta anos depois, que "ao longo de minha vida eu fui um infeliz".[20] A um amigo que passou por experiência semelhante, confessou: "É uma dor que não acaba".[21] Nunca fora um lúdico, mas em 1957 perdeu até a capacidade de esperar que a vida lhe desse alegrias. Os dias festivos transformaram-se em jornadas de sofrimento, queria que se esquecesse o Natal, "porque minha família não está completa".[22] "Ele se ensimesmou ainda mais", conta Amália Lucy, a filha.[23] "Antes da morte do Orlandinho ele já era uma pessoa fechada, mas se permitia alguma vida social. Depois, encaramujou-se", lembra seu amigo Humberto Barreto.[24] Geisel não buscou conforto na religião, nas reminiscências ou nas mudanças bruscas de comportamento típicas das compensações emocionais. Trancou-se, nunca mais falou do assunto e sempre que lhe foi possível passou o dia 28 de março na companhia da mulher.

Cinco anos após a tragédia recusou o comando da artilharia de São Paulo, para não retornar, com a família, ao cenário em que tanto haviam sofrido.[25] Em 1976, quando o prefeito de Osasco decidiu dar o nome de Orlando Geisel Sobrinho a uma rua da Vila dos Militares, em Quitaúna, Geisel limitou-se a visar a carta com a notícia da assinatura do decreto, sem mandar agradecer.[26] (Pouco depois agradeceria a remessa de dois discos do

tenor italiano Beniamino Gigli, enviados por outro político paulista.)[27] Durante os cinco anos em que Geisel presidiu o país, Heitor Ferreira, seu secretário particular, só registrou uma referência a Orlando, quando defendeu a necessidade de uma campanha para aperfeiçoar a sinalização das ferrovias: “Meu filho, por exemplo, foi atropelado por um trem, sem aviso na cancela ou passagem”.[28]

Fora da família, seus interlocutores dividiam-se em dois tipos: os que não tinham intimidade para mencionar o episódio e os que, tendo-a, sabiam que não deviam fazê-lo. Ninguém o fez.[29] Esse escudo, originalmente erguido para travar a dor, provoca uma reação a dependências afetivas. Repele até mesmo gestos de afeto e ajuda, identificando neles uma reverberação simultânea da desgraça e da fragilidade das relações humanas. O que à primeira vista parece ser um bloqueio à dor termina por transformar-se em fortificação contra novas experiências emocionais.[30] Geisel e a mulher tornaram-se inseparáveis na convivência, praticamente inacessíveis na vida particular.

1 Ernesto Geisel, outubro de 1984.

2 Estava presente também o tenente Leonidas Pires Gonçalves. Getulio perguntou o nome a Geisel e a Leonidas. Quando ouviu os sobrenomes, comentou: “O senhor é um dos irmãos Geisel. Esteve na Paraíba? Fez um belo trabalho lá”. A Leonidas, ajudante de ordens de Álcio Souto, mostrou conhecer seu pai, médico, e disse: “Lembro-me da última vez que o vi”. Álcio Souto perguntou-lhe o que ia fazer. Vargas, teatralmente, manteve-se em silêncio, deu uma baforada de charuto e respondeu: “Descansar”. Leonidas Pires Gonçalves, janeiro de 1999.

3 Ernesto Geisel, outubro de 1984, julho de 1992 e maio de 1994. (O golpe de 29 de outubro foi o único a contar com lista prévia de adesões por assinatura. Depoimento do general Mendes de Moraes, em Mario Renault Leite e Luiz Gonzaga Novelli Jr. [orgs.], *Marechal Eurico Gaspar Dutra*, p. 733.)

4 Elogio do general Álcio Souto ao major Ernesto Geisel, de 8 de novembro de 1945. Livro de Alterações, Diretoria de Motomecanização, segundo semestre de 1945. AA.

* Além dos quatro generais mencionados, tiveram participação relevante o brigadeiro Eduardo Gomes (candidato à Presidência), Mendes de Moraes (diretor de armas, nome dado na época à

Diretoria de Pessoal) e Anor Santos, da Artilharia de Costa. Dos sete, só Eduardo Gomes se opusera publicamente ao Estado Novo.

5 Ernesto Geisel, outubro de 1984.

6 Aspásia Camargo e Walder de Góes, em *Meio século de combate*, p. 296, dizem que Álcio Souto fazia parte do "grupo germanófilo".

7 Ernesto Geisel, julho de 1992.

8 Nota de Heitor Ferreira, de cerca de abril de 1976. APGCS/HF.

9 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 5, p. 5949. Verbete de Paulo Brandi.

10 Idem, p. 5953. "Retrato do velho", marcha carnavalesca de Haroldo Lobo e Marino Pinto.

11 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 5, fotografia da página 3488.

12 Carlos Lacerda, "Advertência oportuna", *Tribuna da Imprensa*, 1º de junho de 1950, p. 4.

13 Ernesto Geisel, outubro de 1983 e junho de 1994.

14 João Café Filho, *Do sindicato ao Catete*, vol. 1: *Do sindicato ao Catete*, pp. 70-1.

15 Amália Lucy Geisel, junho de 1991.

16 Carta de Orlando Geisel Sobrinho a Ruy Flaks Schneider, 11 de maio de 1956. Armando Falcão, *Geisel*, p. 110.

17 Amália Lucy Geisel, julho de 1991.

18 Humberto Barreto, maio de 1991.

19 Amália Lucy Geisel, julho de 1991, e Humberto Barreto, fevereiro de 2003.

20 Ernesto Geisel, agosto de 1986. A frase foi dita num contexto em que se discutiam as dificuldades que as famílias criam para os governantes: "Ao longo de minha vida eu fui um infeliz, mas tive a sorte de ter uma grande mulher e uma grande filha".

21 Antonio Carlos Magalhães, 1987.

22 Amália Lucy Geisel, julho de 1991.

23 Idem.

24 Humberto Barreto, maio de 1991.

25 Ernesto Geisel, novembro de 1994.

26 Carta do prefeito Francisco Rossi a Geisel, 26 de fevereiro de 1976. APGCS/HF.

27 Bilhete de Miguel Colasuonno a Geisel, 26 de maio de 1976. APGCS/HF.

28 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de junho de 1975.

29 Amigos íntimos de Geisel, como o casal Lilian e Humberto Barreto, evitavam tocar na morte de Orlando Geisel Sobrinho. Golbery jamais a mencionou. Em vinte anos de conversas com Geisel, somente em dezembro de 1993, durante um almoço a que estavam presentes a mulher, a filha e Humberto Barreto, ouvi-o fazer alusão ao "problema de Quitaúna", onde se deu "o falecimento do meu filho". Ele se referiu pública e espontaneamente a Orlando em 1994. Em 27 de janeiro desse ano, quando recebeu Cosette Alves para uma entrevista, que saiu na *Folha de S.Paulo* de 15 de setembro de 1996. Nela, disse: "Sofri pessoalmente e sofri vendo minha mulher sofrer". Depois,

durante uma sessão das entrevistas que deu ao CPDoc, publicadas em *Ernesto Geisel*, volume organizado por Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, p. 123. No depoimento concedido ao autor, o assunto não foi abordado.

30 Robert Jay Lifton, *The broken connection*, p. 176.

O perigo vermelho

Logo depois da morte do filho o coronel Geisel foi transferido para a seção de informações do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, onde acumulou a função de representante do Ministério da Guerra* no Conselho Nacional do Petróleo. A divisão militar aprofundava-se diante da armação da candidatura do ministro da Guerra à Presidência da República. Além de ter feito a "Novembrada", o general Lott aceitara uma espada de ouro na comemoração do primeiro aniversário do golpe, homenagem de uma frente política que ia do vice-presidente João Goulart ao Partido Comunista. O poeta Manuel Bandeira reclamava:

> *É ouro sinistro,*
> *Ouro mareado:*
> *Mancha o Ministro*
> *Mancha o Soldado.*[1]

Lott iniciara o processo de desidratação do Estado-Maior em benefício do gabinete pessoal do ministro. Criara um serviço de informações próprio e deixara aos coronéis do EME pouco mais que arcanas discussões estratégicas e geopolíticas. Sua seção de informações passou a cuidar apenas de questões internacionais. Lá, Geisel batalhava contra um novo inimigo: o império russo e seu instrumento de expansão política, o comunismo.

O confronto entre os impérios americano e soviético pode ter começado em julho de 1943, quando americanos e ingleses, sem consultar os russos, aceitaram a instalação do general Pietro Badoglio na chefia do governo italiano depois da deposição de Mussolini. Ou ainda em março de 1944, quando Josef Stalin demonstrou a Churchill e ao presidente americano Franklin Roosevelt que estava disposto a transformar a Polônia num satélite soviético.[2] Segundo James Burnham, um jovem ex-trotskista, renomado escritor da época, a Terceira Guerra Mundial estourara em abril de 1944, com a revolta dos marujos comunistas dos navios gregos ancorados no porto de Alexandria.[3] Através de uma didática que cultivaria até mesmo na Presidência, copiando em cadernos escolares tudo aquilo que gostaria de lembrar, Geisel transcreveu um trecho do livro de Burnham: "A tarefa de preparação da Terceira Guerra Mundial pode ser subdividida em dois tópicos: a tentativa para consolidar o domínio efetivo do continente eurasiano e a tentativa simultânea para enfraquecer e minar todos os governos e nações não submetidas ao controle comunista".[4]

O após-guerra foi um daqueles períodos da história humana em que, tendo acontecido tanta coisa, tudo podia acontecer. A partir de 1940, em pouco mais de uma década, dera-se uma reorganização das fronteiras europeias sem paralelo desde as guerras napoleônicas. A própria existência das nações tornara-se matéria frágil. A Alemanha fora retalhada e o Japão, ocupado. Os Estados bálticos foram engolidos pela União Soviética e o Tibete, pela China. Dividiram-se a Índia, por motivos religiosos, e a Coreia, por razões ideológicas.

O comunismo avançava geográfica, política e intelectualmente. O coronel Geisel acompanhava a "expansão soviética" em seu caderno:

> Julho de 1940 — Anexação da Estônia, Letônia e Lituânia [e de] vastas áreas da Polônia, Prússia Oriental e Bessarábia.
> Agosto de 1945 — Ocupação do sul da ilha Sacalina e das Curilas.

Janeiro de 1946 — República Popular da Mongólia, República Popular da Albânia.
Setembro de 1946 — Romênia passa a ser comunista e a Bulgária é absorvida pelos vermelhos.
Janeiro de 1947 — Polônia aceita o domínio comunista.
Maio de 1947 — Hungria aceita o domínio comunista.
Fevereiro de 1948 — Golpe comunista na Tchecoslováquia.
Maio de 1948 — Coreia do Norte se converte em República Popular.
Outubro de 1948 — Mandchúria aceita um governo comunista.
Outubro de 1950 — A Alemanha Oriental se converte em estado comunista.
Janeiro de 1951 — O comunismo se apodera da China.
Maio de 1951 — O Tibet cai sob o domínio comunista.[5]

As bandeiras vermelhas tremulavam num espaço geográfico duas vezes maior do que antes da guerra, e perto da metade da população do mundo estava sob o governo das “ditaduras do proletariado”. Na outra metade a situação era ameaçadora. Os partidos comunistas europeus saíram da guerra como potências políticas. Entre a queda de Mussolini, em 1943, e a grande eleição de 1946, o número de militantes do PCI passou de 400 mil a 2 milhões. Um italiano em cada cinco votava vermelho. O Partido Comunista Francês tornou-se o maior do país, com 1 milhão de membros (três vezes mais que em 1937) e 29% dos votos.[6] Mussolini fora pendurado de cabeça para baixo num posto de gasolina e a casa real dos Savoia, destronada e banida. O gabinete italiano tivera quatro ministros comunistas, entre os quais o secretário-geral do PCI, Palmiro Togliatti, com a pasta da Justiça. Na França o primeiro-ministro, Pierre Laval, foi passado pelas armas, e o marechal Phillipe Pétain, herói de Verdun e ícone do governo colaboracionista de Vichy, metido numa enxovia. Os comunistas ocuparam

quatro ministérios — inclusive o da Defesa —, além de uma cadeira de vice-primeiro-ministro. No inverno de 1947 os partidos comunistas se lançaram numa ofensiva de greves, e a maioria dos países europeus era governada por coligações centro-esquerdistas. Parecia realizar-se uma das advertências de James Burnham: "O objetivo supremo da política comunista, e portanto soviética, é a conquista do mundo".[7]

A expansão do comunismo projetara-se também num predomínio intelectual da esquerda. Aqueles que haviam combatido o nazifascismo, recusando-se a tocar o hino fascista, como o maestro Arturo Toscanini, ou ligando-se à Resistência, como o romancista Albert Camus, ou simplesmente ficando em silêncio, como o filósofo italiano Benedetto Croce, formavam uma nova elite moral em toda a Europa. Em casos opostos, o poeta Ezra Pound foi metido pelo Exército americano numa jaula de bichos por conta do seu filofascismo, e o escritor francês Robert Brasillach foi fuzilado. A intelectualidade conservadora que se comprometera com o Eixo refluiu ao silêncio. Os dois maiores artistas da época estavam na esquerda: Pablo Picasso dizendo-se comunista e Charles Chaplin arriscando a carreira para defender a União Soviética.

No Brasil, o PC adquirira excepcional proeminência intelectual. Tinha os melhores autógrafos da cultura nacional. Romance? Graciliano Ramos e Jorge Amado. Poesia? Carlos Drummond de Andrade e Vinicius de Moraes. Pintura? Candido Portinari e Di Cavalcanti. Eram comunistas compositores consagrados como Mário Lago e artistas populares como o humorista Jararaca. Seria mais fácil listar os intelectuais que não passaram pelo PCB: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Oliveira Viana e Manuel Bandeira.

O coronel Geisel estudara o marxismo. Copiou em 26 páginas de caderno as principais passagens do manual de *Materialismo dialético* da Academia de Ciências da URSS, bíblia dos comunistas de todo o mundo. Com sua caligrafia impecável, anotava: "Materialismo histórico é a ciência

das leis que regem o desenvolvimento da sociedade", ou: "A contradição fundamental do capitalismo é a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada, capitalista, da apropriação".[8] [*Veja o documento*]

Mais tarde, quando Juscelino Kubitschek restabeleceu as relações comerciais do Brasil com a União Soviética, Geisel dinamitou um projeto de troca de 30 milhões de dólares de petróleo russo por produtos brasileiros. Viu na ideia "sérios inconvenientes": "O principal deles decorre da necessidade de serem contínuos os suprimentos de petróleo bruto para o refino no país. É razoável admitir-se que a URSS, após algum tempo, use essa circunstância como fator de pressão sobre o Brasil, ou que, na eventualidade de agravar-se a situação internacional, ela venha a suspender os suprimentos. (...) Em resumo, procurando libertar-nos da sujeição ao capital norte-americano, poderemos criar, no caso, uma sujeição futura muito pior ao bloco soviético".[9]

A energia política e as concepções de poder que o tenente Geisel libertara no rastro da Revolução de 1930 e da ascensão do fascismo se realinharam no coronel de acordo com as clivagens da época. A complexidade dessas clivagens supera de muito as simples divisões entre governo e oposição, esquerda e direita, nacionalismo e liberalismo, democracia e ditadura. Muitas vezes arraigam-se em quizílias que, separando os generais, separam também os coronéis e majores que os cercam. Geisel não caberia em nenhum dos esquemas de separação mecânica dos grupos. Era oposição a Vargas, mas não assinara o *Manifesto dos Coronéis* que prenunciava a crise militar de agosto. Isolara-se dos conspiradores de 1954, mas não escondia sua discordância diante da "Novembrada" de 1955.

Podia parecer excêntrico, porém era apenas simples. Todos os generais falavam em disciplina, mas naqueles dois anos agitados a esquerda e a direita mostraram suas concepções utilitárias da ordem e da desordem militar. Em 1954 a esquerda defendia os poderes constituídos, e a direita

armava o golpe contra Getulio. Ganhou a direita. Um ano depois a direita conspirava contra a posse de Juscelino Kubitschek, e Lott deu o golpe dos sonhos da esquerda. Os legalistas de 1954 foram os golpistas de 1955, enquanto os golpistas de 1954 se tornaram legalistas em 1955. Num sinal da predominância da indisciplina militar, a maioria dos generais apoiou os dois golpes. Esse foi o caso de Lott, Castello Branco e Costa e Silva. Raros foram os casos como o de Geisel.

* * *

Por conta de suas ideias e de seu círculo de amizades, Geisel poderia ser fichado à direita, mas essa classificação não levaria longe. Tornara-se um defensor do monopólio estatal do petróleo. Não se envolvera na batalha política do "petróleo é nosso", mas vira na Diretoria de Motomecanização a extensão das dificuldades derivadas da falta de uma política de combustível. Como mala sem alça, o coronel era um trambolho político, difícil de mover. Em julho de 1957, a mala foi colocada na cadeira de representante do Ministério da Guerra no Conselho Nacional do Petróleo. A Petrobras mal completara três anos de existência, e o CNP ainda era o formulador da política nacional de combustíveis. Nele, a refinaria União travava a batalha pela definição do futuro do refino de petróleo no Brasil. Localizada em Capuava, São Paulo, refinava 20 mil barris/dia desde o final de 1954. Era a maior do setor privado, mas equivalia a menos da metade da estatal de Cubatão.

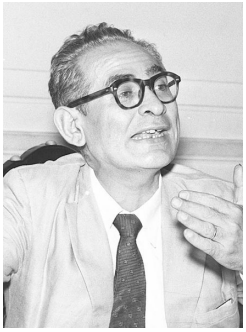
A lei que dera à Petrobras o monopólio da pesquisa, da exploração e da produção de derivados preservara o nicho das três grandes refinarias privadas inauguradas anos antes, desde que congelassem sua produção abaixo da marca dos 45 mil barris/dia.[10] Entendia-se que, aos poucos, a estatal cuidaria do refino, visto como o filé do negócio. Além de Cubatão, a Petrobras já operava a central de Mataripe e preparava a construção de sua

planta em Duque de Caxias, cuja produção deveria chegar a 90 mil barris/dia.[11]

Politicamente poderosa, Capuava[12] havia conseguido do CNP uma autorização para que sua produção se expandisse de 20 mil para 31 mil barris/dia. Do ponto de vista da empresa era ganho de produtividade. Para a Petrobras, era burla à lei. A briga fora levada ao presidente Juscelino Kubitschek, e ele determinara que a produção excedente ficaria com a Petrobras, que se comprometia a pagar uma "justa remuneração" à refinaria.[13]

Na hora de definir qual seria essa "justa remuneração" o processo de Capuava caiu nas mãos do coronel Ernesto Geisel. Ele já conhecia a força de Alberto Soares Sampaio, dono da refinaria. Tinha como sócio o banqueiro Walther Moreira Salles e na sua equipe de advogados o professor San Tiago Dantas. No CNP, Geisel encontrara um crítico solitário da política das refinarias particulares. Era Jesus Soares Pereira, um cearense modesto, autodidata e positivista, arquétipo do burocrata nacionalista do varguismo. Começara a vida como telegrafista. De 1938 a 1954, sempre que o Estado expandiu, centralizou ou monopolizou atividades de infraestrutura econômica, Jesus estava presente. Trabalhara na Assessoria Econômica de Vargas, participara da criação de Volta Redonda, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e da Petrobras.[14] Sentava-se no Conselho como representante do Ministério da Viação e tentara, sem sucesso, conter a produção da refinaria de Capuava.[15] Para Geisel, tratava-se de calcular uma "justa remuneração" de maneira a evitar que Soares Sampaio — ou qualquer outro dono de refinaria — sequer pensasse em refinar um barril a mais. O coronel decidiu que Capuava devia receber de volta aquilo que pagara pelo óleo cru, mais nada. Arrastou consigo os votos da Marinha e da Aeronáutica e ganhou a briga. Capuava recorreu, Geisel relatou novamente o processo e voltou a contrariá-la. Concertou-se uma peritagem de técnicos

do CNP, eles deram razão à refinaria. Geisel pôs em dúvida a honorabilidade da equipe e a posição foi mantida.[16]



Jesus Soares Pereira

Um coronel anticomunista na 2ª Seção do EME podia incomodar muita gente, mas um oficial capaz de hostilizar Capuava sentado no CNP incomodava muito mais. Por meio de uma manobra atribuída ao chefe do Gabinete Militar de Kubitschek, nomeou-se para a presidência do conselho um coronel mais moderno que Geisel.* Podia fazer de conta que não entendera, visto que se tratava de um cargo civil, mas pagaria o preço da humilhação. Demitiu-se em 24 horas por "incompatibilidade hierárquica".[17] Quando o ministro Lott argumentou que o coronel não lhe daria ordens, Geisel respondeu que durante as reuniões plenárias ele lhe daria a palavra, e isso bastava para caracterizar a incompatibilidade. Menos de um ano depois, estava de volta, sempre incomodando.

Capuava combatia. Numa carta a Juarez Távora, o professor Eugênio Gudin, ex-ministro da Fazenda e corifeu do liberalismo econômico brasileiro, cuidou da "divergência entre a Capuava e a Petrobras, no caso, personificada pelo seu amigo coronel Geisel, de quem também formo o mais alto juízo". Feita a cortesia, ia ao ponto. "Vejo a estrutura política de nosso país formada por dois únicos grandes grupos: os que são contra e os que são a favor do nacional-socialismo ou do nacional-comunismo." Junto, enviava-lhe o estudo de um amigo sobre a controvérsia.[18] [*Veja o documento*] O

cosmopolita Gudin subestimou o rigor das lealdades de alguns dos tenentes de 1930. Juarez mandou a Geisel tanto o estudo como a própria carta, com a seguinte observação: “Não pude ler qualquer desses documentos; e se tivesse podido fazê-lo, me escusaria de dizer-lhe sequer uma palavra sobre o mérito da questão que lhe cabe debater junto ao CNP”. Assinou-se “velho camarada e amigo”.[19] [*Veja o documento*]

Eugênio Gudin

Por detrás da cortina, um amigo de Soares Sampaio fez saber ao coronel Geisel que ele poderia vir a ser nomeado presidente da Petrobras, desde que esquecesse a rixa.[20] Geisel acertou metodicamente suas contas com os plutocratas do refino, e em outubro de 1973 Capuava desapareceu como empresa privada. Quando um interlocutor lhe disse que ao longo do tempo tirara “o couro do pessoal de Capuava”, reconheceu: “Ah, tirei”.[21]

* * *

No início de 1960 o general Lott deixou o Ministério da Guerra para disputar a Presidência da República em nome da coligação governista, contra o governador de São Paulo, Jânio Quadros. Para o lugar foi o general Odylio Denys, comandante do I Exército durante a “Novembrada”. Com ele subiu Orlando Geisel. Ganhara as estrelas de general dois anos antes e

tornou-se chefe de gabinete do ministro. Convidou o irmão para a chefia do serviço secreto que Lott montara em seu gabinete.

“É convite seu ou do Denys?”, perguntou Ernesto.

“Do Denys, não tenho nada com isso”, respondeu Orlando.

Na origem do convite estava a disposição de Denys em fechar as cicatrizes deixadas pela “Novembrada” e pelos seis anos de poder de baraço e cutelo de Lott. Na essência, representava o começo de uma reviravolta. Como registraria em suas memórias o tenente-coronel Nelson Werneck Sodré, membro do Partido Comunista: “Era forte. O marechal Odylio Denys dava preferência, agora, a oficial de posição política inconfundível, e do outro lado”.[22] Dias depois o coronel Geisel reunia-se com o ministro:

> — Recebi esse convite e vim falar com o senhor para acertar certos aspectos. Claro que não se trata de impor condições ou coisa assim, mas é para esclarecer minha opinião com respeito a problemas que condicionam a função. Primeiro, não estou de acordo com essa proteção que hoje têm os comunistas no exército, comunistas comandando corpos de tropa, comunistas em posições-chaves, tirando curso de estado-maior.
>
> — Eu também não estou de acordo. Vou agir contra eles — respondeu Denys.
>
> — Acho que o exército deve ficar fora da política. Há essa campanha presidencial, Lott candidato, e é preciso não se envolver. E há a hipótese de o Jânio ganhar. Nesse caso a minha posição é que quem for eleito tem que ser empossado. Não vá o exército se prestar para dar golpe e terminar o Lott dono da coisa.[23]

Aceito o convite, Geisel formou sua equipe e nela incluiu o major Sérgio de Ary Pires, conhecido por sua militância política. O irmão procurou-o com um desabafo:

— Esse não dá. É golpista.

— Golpista? Golpistas são vocês. Eu sabia que não podia aceitar o convite. Vocês não querem unir coisa nenhuma. Então vou embora daqui.[24]

O major ficou, e o coronel Geisel fez marcação dura contra os "vermelhos" do Exército. Sugeria "eliminar os elementos de tendências comunistas dos diversos setores da administração, e de modo particular a infiltração no seio das forças armadas".[25] Seus agentes vigiavam os oficiais de esquerda e propunham até mesmo que se acompanhasse uma viagem do brigadeiro comunista Francisco Teixeira à Europa.[26]

Por sua mesa passava de tudo. Do mundo dos pedidos militares vinham desde uma ordem (não cumprida) de Kubitschek a Denys de que se designasse o general Olympio Mourão Filho para o cargo de adido militar em Portugal até um pedido de um major que pretendia cuidar da surdez fazendo-se nomear para a missão em Washington.[27] O mundo das conspirações políticas produzia os rotineiros informes de espias. Um narrava uma conversa de uma hora e meia com S, oficial que falava como "chefe do grupo militar lottista" e se mostrava preocupado com a possibilidade de uma articulação continuísta de JK.[28] Outro, de Porto Alegre, avisava que o comandante do III Exército, general Osvino Ferreira Alves, levantava a hipótese de uma revolta popular, caso Jânio Quadros, representando o "entreguismo", vencesse a eleição.[29] No início de agosto, quando a campanha do marechal Lott dava sinais de colapso, outro informe alertava sobre a existência de um plano golpista que começaria no Rio Grande do Sul, com uma passeata liderada pelo governador Leonel Brizola, e terminaria em Brasília, com a posse do general Osvino como chefe revolucionário. Até armas estariam sendo desembarcadas em Porto Alegre.[30] Não era pura fantasia. Nesses dias o governador gaúcho e o vice-presidente João Goulart sentaram-se para almoçar com o ministro da

Justiça, Armando Falcão, no restaurante Night and Day, no Centro do Rio. Brizola estava certo da vitória de Jânio e foi direto ao ponto: “Nosso candidato está derrotado. Vamos atalhar o desastre. O remédio é uma junta militar amiga”.[31]

Jânio surrou Lott, e para desencanto dos oficiais que não lhe perdoavam a “Novembrada”, Denys continuou no ministério. O general Antonio Carlos Muricy argumentara que o novo ministro “não deve ter problemas morais que o incapacitem para o cargo” e não incluíra Denys na sua lista de candidatos, mas tanto ele quanto as velhas vítimas de 1955 acabaram preferindo a mútua acomodação em torno do marechal.[32] Como escreveria o coronel Heitor Herrera, um dos mais intransigentes e ativos conspiradores da época: “Não é gostoso o Lott ver sua política mesquinha alterada por seu ex-cupincha número um?”.[33] Geisel, promovido a general de brigada, foi para Brasília, acumulando as funções de comandante da 11ª Região Militar e da 11ª Brigada de Infantaria.

* Em 25 de fevereiro de 1967, o Ministério da Guerra passou a se denominar Ministério do Exército.

1 Manuel Bandeira, “A espada de ouro”, *Estrela da vida inteira*, p. 335.

2 John Colville, *The fringes of power*, p. 479.

3 James Burnham, em *Struggle for the world*, publicado em 1947.

4 *Apontamentos*, caderno de espiral, manuscrito, de Ernesto Geisel. APGCS/HF.

5 Duas folhas manuscritas, datadas de fevereiro de 1954, anexas ao caderno intitulado *Apontamentos*, de Ernesto Geisel. APGCS/HF. A respeito do expansionismo moscovita, a título de comparação, registre-se que entre 1761 e 1856 a Rússia se expandiu à razão de 48 quilômetros quadrados por dia. Entre 1790 e 1890, os Estados Unidos expandiram-se à razão de quase cem quilômetros quadrados por dia. Ver Richard Pipes, *The formation of the Soviet Union*, p. 1. Entre 1500, quando as fronteiras coloniais portuguesas estavam demarcadas pela linha do Tratado de Tordesilhas, e 1904, quando a República anexou o território que hoje forma o estado do Acre, o Brasil expandiu-se sobre 5.706.438 quilômetros quadrados, à razão de 34,7 quilômetros quadrados por dia. Agradeço essa pesquisa a Luiz Henrique Ligabue F. Silva.

6 Gabriel Kolko, *The politics of war*, pp. 31-2. Com 2,125 milhões de membros, o PCI transformou-se no maior partido comunista do mundo, depois do soviético.

7 *Apontamentos*, caderno manuscrito de Ernesto Geisel. APGCS/HF.

8 Vinte e seis folhas manuscritas de Geisel, intituladas *Materialismo histórico*. APGCS/HF. Para a primeira citação, Vários Autores, *Materialismo dialético*, p. 7.

9 *Negociações Comerciais com a URSS*, informação da 2ª Seção do EME, sem data. APGCS/HF.

10 Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, p. 40.

11 Peter Seaborn Smith, *Oil and politics in modern Brazil*, p. 114.

12 A refinaria União era mais conhecida pelo município onde se localizava do que pelo nome.

13 Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, p. 52.

14 Ernesto Geisel, abril de 1995. Para um estudo biográfico e para a trajetória de Jesus Soares Pereira, ver Cláudio Sinonio Medeiros Lima (org.), *Petróleo, energia elétrica, siderurgia*.

15 Ernesto Geisel, abril de 1995.

16 Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, pp. 52-3 e 55. Capuava foi à Justiça contra o coronel Geisel. Em 1962 teve ganho de causa, mas a Petrobras só cumpriu a sentença três anos depois. Idem.

* Na hierarquia militar, se dois oficiais têm a mesma patente, aquele que a ela chegou antes (o "mais antigo") tem precedência sobre o outro (o "mais moderno").

17 Para a identificação do chefe do Gabinete Militar, general Nelson de Mello, como autor da manobra, carta do marechal Floriano de Lima Brayner a Geisel, 2 de janeiro de 1974. Para o pedido de demissão, carta do coronel Ernesto Geisel ao chefe do EME, 10 de maio de 1958. APGCS/HF.

18 Carta de Eugênio Gudin a Juarez Távora, 10 de fevereiro de 1961. APGCS/HF.

19 Carta de Juarez Távora a Ernesto Geisel, 10 de fevereiro de 1961. APGCS/HF.

20 Ernesto Geisel, setembro de 1994.

21 Idem, janeiro de 1995.

22 Nelson Werneck Sodré, *Do Estado Novo à ditadura militar*, p. 219.

23 Ernesto Geisel, outubro de 1994, e *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro de 1972.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro de 1972.

25 *Expansão do Comunismo no Âmbito Nacional*. Expediente de Geisel ao chefe do EME, general Zeno Estillac Leal. APGCS/HF.

26 Duas folhas, carimbadas "secreto", de 26 de julho de 1960, encaminhadas pelo general Jayme de Almeida, chefe do Departamento de Provisão Geral, ao gabinete do ministro Denys. APGCS/HF.

27 Bilhete manuscrito de Juscelino Kubitschek ao marechal Odylio Denys, sem data. Carta do major Nilton Freixinho a Geisel, 16 de abril de 1960. APGCS/HF. Segundo Geisel, Denys cozinhou a ordem de JK e não nomeou Mourão. Ernesto Geisel, 1988.

28 Quatro folhas sem data nem assinatura, intituladas *Conversa com S, Dia 3 de Julho, Sábado, Duração 1h30m*. APGCS/HF.

29 Seis folhas datilografadas, sem data nem assinatura. APGCS/HF.

30 *Informe* de 9 de agosto de 1960. Sem assinatura. APGCS/HF.

31 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, pp. 247-8.

32 Carta do general Antonio Carlos Muricy a Geisel, 11 de julho de 1960. APGCS/HF.

33 Carta do coronel Heitor Herrera ao capitão Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1961. APGCS/HF.

Um general da (i)legalidade

Na manhã de sexta-feira 25 de agosto de 1961, seis meses e 23 dias depois de ter sido empossado, Jânio Quadros assistiu à parada do Dia do Soldado na praça dos Três Poderes e caminhou para seu carro. O chefe do Gabinete Militar, general Pedro Geraldo de Almeida, parou-o: “Presidente, vão tocar agora o *Hino nacional*”.[1]

Jânio tinha pressa, mas pôs a mão no peito e perfilou-se. Poucos metros atrás estava o general Ernesto Geisel. Acabara de receber a pataca de grande oficial da Ordem do Mérito Militar. Soubera de Pedro Geraldo que “hoje vai haver coisa grossa”.[2] De volta ao palácio, viu o tamanho da “coisa”: Jânio ia renunciar à Presidência. Tocou-se para o gabinete do ministro da Guerra, marechal Odylio Denys, e avisou-o.

25 de agosto de 1961. Jânio retira-se da cerimônia do Dia do Soldado. Atrás dele está o chefe do Gabinete Militar, general Pedro Geraldo de Almeida. Pouco antes, o general avisara a Geisel (ao fundo): “Hoje vai haver coisa grossa”.

Minoritário no Congresso e desprovido de uma base de sustentação política, Jânio embutira um programa conservador em sua personalidade excêntrica. Derrubara o valor da moeda. O dólar passou de noventa para duzentos cruzeiros. Exigira dois turnos de trabalho ao funcionalismo público ao mesmo tempo em que se lançara em teatralidades como proibir biquínis em desfiles de misses e as corridas de cavalos nos dias de semana. No final de julho dera trinta dias aos ministros militares para que estudassem a possibilidade de anexação das Guianas, “submetidas a intenso trabalho autonomista (...) com a presença de fortes correntes de esquerda, algumas, reconhecidamente, comunistas”.[3] No dia 19 de agosto enfeitara a farda verde do Che Guevara com a seda azul-celeste da grã-cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Quatro dias depois voltara a tratar do perigo da Guiana

Inglesa, temendo que lá se formasse “um país de estrutura soviética”, pois ela seria governada por gente “da mais alta periculosidade”. A essa altura o plano resumira-se à abertura de uma missão diplomática em Georgetown, acompanhada de voos regulares do Correio Aéreo Nacional. Jânio tinha uma fé inabalável em si próprio.

Fizera uma carreira assombrosa, indo de vereador de 1.700 votos aos trinta anos a presidente com 5,6 milhões, aos 43. Seu desequilíbrio emocional, bem como o farisaísmo de sua moralidade, era matéria de consumo conspícuo. Durante a campanha o futuro ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, classificara-o de “maluco”, enquanto o deputado Carlos Lacerda, um de seus principais aliados, já o chamara de “delirante *virtuose* da felonia”, “palhaço” e “charlatão”. Quando se aborrecia com o candidato, Lacerda ameaçava: “Conto tudo o que sei”.[4] Seu chanceler chamava-o de “a UDN de porre”.[5] O senador-padre Benedito Calazans, seu aliado em São Paulo, pedira-lhe publicamente “mais seriedade, menos uísque e menos outras coisas”.[6] O partido da moralidade foi à eleição com um candidato que tinha como símbolo a vassoura, sabendo que se tratava de um bêbado chegado a romances de fim de noite.[7] Geisel dava-o por maluco desde que o conhecera, em 1955.

Na manhã de 25 de agosto o presidente estava no meio da primeira grande crise política de seu governo. Lacerda revelara numa dramática catilinária que o ministro Horta o convidara para um golpe de Estado. Jânio jogou sua vida política numa só mão de cartas. Trancou-se na sala e despachou a renúncia com um bilhete manuscrito de 27 palavras e um manifesto de ressonância getulista (“forças terríveis levantam-se contra mim”). Anunciou a decisão aos três ministros militares e voou para São Paulo. O general Odylio Denys, ministro da Guerra, o almirante Sylvio Heck, da Marinha, e o brigadeiro Gabriel Grün Moss não tinham mandato, mas não lhes passava pela cabeça entregar o governo ao seu legítimo destinatário. A cadeira cabia ao vice-presidente João Goulart, que, além de

carregar na biografia a hostilidade da maioria dos generais, estava no lado errado do mundo. Visitara oficialmente a China comunista, país com o qual o Brasil não mantinha relações diplomáticas. Fora recebido pelo camarada Mao Zedong e acabara de descer em Cingapura. Começara uma crise em que o conservadorismo nacional construiria uma catedral de trapalhadas e a sociedade civil brasileira, a maior vitória política de sua história.

A primeira salva partiu do ministro das Relações Exteriores, Affonso Arinos de Mello Franco, um catedrático de Direito Constitucional, concitando o Congresso a rejeitar a renúncia, sem o que "será o caos, a guerra civil".[8] Tanto Arinos como Pedroso Horta sustentavam que o Congresso deveria apreciar a decisão presidencial, podendo até mesmo recusá-la. Seria um retorno imperial. Ao contrário do que pensavam os constitucionalistas do golpe, ao Parlamento cabia apenas tomar conhecimento da decisão. Tratando-se de um ato de vontade do presidente, a renúncia não podia ser apreciada por ninguém. Na segunda salva, o ministro da Justiça levara a carta de Jânio ao Senado certo de que não haveria parlamentares suficientes em Brasília para a abertura de uma sessão extraordinária do Congresso. Engano: a denúncia de Lacerda superpovoara a capital habitualmente deserta após o almoço de sexta-feira. Em quatro minutos e meio o senador Auro Moura Andrade, presidente do Congresso, leu a carta, deu conhecimento ao plenário da "renúncia do mandato do Presidente da República Sr. Jânio Quadros", informou que ele já não estava em Brasília e convidou os parlamentares para a posse do seu sucessor constitucional, marcada para dali a dez minutos.[9] Um deputado atirou-lhe um microfone, outro tentou arrebatar-lhe o documento, mas menos de meia hora depois, no palácio do Planalto, assumia o deputado Paschoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara. Coube a Denys nomear o seu chefe do Gabinete Militar e nele colocou Geisel.

Auro devorara o 25 de Agosto de Jânio da Silva Quadros. A bordo do avião da FAB que o levava a São Paulo, o ex-presidente surpreendera-se

com o Parlamento, que acolhera a renúncia (“congresso canalha”), e com seus eleitores, que não lhe pediam que voltasse atrás (“não vejo o povo nas ruas”).[10] Levara consigo a faixa presidencial. Desembarcou transtornado na base aérea de Cumbica.[11] Quando sua mulher lhe disse que Mazzilli já estava empossado, informou ao governador de São Paulo: “Não tem importância, governador. No fim de semana estará tudo resolvido”.[12]

Egocêntrico e megalomaníaco, Jânio concebera um golpe primitivo, desconexo, em que não havia lugar para cúmplices, só para súditos. A desarticulação que deveria ter sido a tessitura do manto real foi-lhe mortalha. Dias depois o ex-presidente embarcou no cargueiro *Uruguay Star* com destino à Europa. Enquanto o navio costeava o litoral fluminense, Jânio vagava insone pelo convés assegurando à filha Dirce Maria, a *Tutu*: “Eles virão me buscar”. Já ao largo da costa africana, perto do arquipélago de Las Palmas, insistia: “Eles virão me buscar de avião”.[13]

Faltava resolver o problema de João Goulart. Pensava-se em obter seu impedimento, para depois conversar sobre o resto. Os ministros militares fizeram saber a Mazzilli e a diversos parlamentares que não admitiam sua posse. Com dez horas de fuso de diferença, o vice-presidente tomara conhecimento da renúncia na volta de um jantar com pratos típicos malaios. Do hotel Raffles, o melhor de Cingapura, Jango começou uma longa viagem. Levaria seis dias para descer em Montevidéu. Passaria antes por Paris, Nova York e Buenos Aires.

O Partido Comunista atirara seus militantes às ruas com uma poderosa palavra de ordem: “Legalidade”. Controlando uma nova coligação de lideranças sindicais, paralisara os ferroviários da Leopoldina, no Rio de Janeiro, e quase todos os bancos. Era a infância da maior greve já vista no país. A Cinelândia, no Rio de Janeiro, tornou-se campo de combate entre os partidários de Jango e a polícia do governador Carlos Lacerda. Pouco antes da meia-noite o governador gaúcho Leonel Brizola, cunhado de Goulart,

pronunciou a palavra que demarcaria a crise e haveria de colocá-lo na história do país: “Legalidade”.

O golpe encruara. Desde a primeira hora, ainda na manhã do dia 25, faltou aos ministros militares a decisão de se lançarem num golpe de mão. Denys emitiu seu veto mais de uma dezena de vezes, sempre se valendo de intermediários. Vetava Jango, mas queria que as vivandeiras dobrassem os sinos do golpe. A hierarquia estimulava o golpismo buscando um coro que lhe permitisse entrar em cena a pedido das bases militares, do Congresso, do povo ou de quem quer que fosse, desde que no futuro se pudesse dizer que os generais foram agentes passivos de uma convocação nacional. No seu momento de maior audácia, os três ministros militares manifestaram-se por intermédio de Mazzilli. Três dias depois da renúncia, na segunda-feira, ele oficiou ao Congresso que a trinca apontara “a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso do presidente da República João Belchior Marques Goulart”.[14]

Com a ida de Denys para o Rio, Geisel tornara-se a maior patente de Brasília. O presidente interino era seu virtual prisioneiro e sabia disso. Indicando a extensão de seu gabinete, Mazzilli dizia: “Sei que sou presidente aqui dentro deste retângulo, mas passada aquela porta, não sei se mando”.[15] Não mandava. Geisel dormia no palácio, numa cama de campanha. Como em outubro de 1945, resfriou-se, ficou rouco. Comandava uma equipe de oficiais no Planalto e outra no Rio de Janeiro. Trabalhavam duro, e a equipe carioca chegou a receber um conselho tônico: “O general determinou-me recomendar-lhe tomar diariamente injeções de glucose na veia, a fim de que se possa evitar a exaustão. Em Brasília todos os oficiais do gabinete estão ‘dopados’”.[16] [*Veja o documento*]

Além das tropas de Brasília e dos oficiais do Gabinete Militar, o general operava duas equipes de escuta telefônica. Uma funcionava no Rio, captando as conversas que passavam pelos cabos internacionais da Radional. Nessa rede caíam todos os telefonemas de Goulart. Outra

trabalhava no próprio palácio do Planalto, liderada pelo capitão de mar e guerra Floriano Faria Lima e formada por oficiais do Gabinete Militar que escutavam as conversas com fones de ouvido.[17] [*Veja o documento*]

Durante os dois primeiros dias da crise o ministro Denys agiu com uma violência política raramente vista. O general Lott, seu chefe e camarada no golpe de 1955, telefonou-lhe pedindo que acatasse a Constituição. Nada feito. Desobrigado, na noite do dia 26, um sábado, o ex-ministro divulgou um manifesto conclamando o povo a "tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição". Às sete da manhã de domingo o marechal Henrique Lott saía preso de seu apartamento de Copacabana. Prender Lott era uma demonstração de força, mas remetê-lo à fortaleza da Lage, casamata de concreto que parece flutuar no meio da barra da Guanabara, comandada por um major, fora truculência. Maior mesmo que a de Floriano Peixoto em 1892, quando trancafiou na mesma fortaleza o poeta Olavo Bilac. A polícia carioca prendeu os esquerdistas habituais, invadiu a União Nacional dos Estudantes e ocupou o Centro da cidade. A imprensa foi posta sob censura.

Tantas providências, que em outros golpes nem sequer foram necessárias, mostraram-se insuficientes. João Goulart parecera uma vítima mixuruca a generais que tinham deposto Getulio Vargas, mas os obstáculos de 1961 eram diversos e maiores que os de 1954. O comportamento de Jânio desmoralizara a direita, e a falta de um usurpador desarticulava os golpistas. Havia manifestações e choques com a polícia no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Porto Alegre, Brizola barricara o palácio Piratini, em cujo porão acabava de se montar uma emissora de rádio. Foi ao ar pela primeira vez no início da tarde de um domingo. Sobre essa base seria formada a Rede da Legalidade, que chegaria a juntar mais de duzentas emissoras. Através dela, Brizola anunciara: "Resistiremos".[18]

Às 9h45 do dia 28 (segunda-feira) o general José Machado Lopes, comandante do III Exército, com jurisdição sobre o Rio Grande do Sul, foi

chamado à estação de rádio do comando para uma comunicação urgente. Do outro lado da linha transmitia-se uma ordem do general Orlando Geisel, falando por Denys: “Faça convergir sobre Porto Alegre toda a tropa do Rio Grande do Sul que julgar conveniente, inclusive a 5ª Divisão de Infantaria, se necessário. Empregue a Aeronáutica, realizando inclusive bombardeio, se necessário”.[19]

* * *

Era a segunda vez que Orlando Geisel transmitia essa ordem.[20] Machado Lopes afastou-se, ficou só, perto de uma janela.[21] Tinha 61 anos e, num Exército de biografias de revoltosos ilustres, era um oficial que jamais se rebelara. Quando as sedições passaram por ele, em 1922, 1924 e 1935, combateu-as. Anticomunista e autoritário, mantinha-se longe de Brizola porque achava que ele queria a “cubanização do Brasil”.[22] Nunca fizera um pronunciamento público. Vacilava desde o início da crise e sabia que parte de sua tropa pendera para a Legalidade. Se a quartelada acabasse em briga, ela começaria em Porto Alegre. Machado Lopes voltou ao equipamento de radiofonia e avisou que não cumpriria a ordem. Destituído do comando, repetiu sua posição num telegrama a Denys: “Terceiro Exército, perfeitamente coeso, não mais acatará ordens V. Exa.”.[23]

O golpe estava tecnicamente destruído. Outro projeto de bombardeio de Porto Alegre falhara porque os sargentos do 1º Esquadrão de Combate esvaziaram os pneus dos dezesseis aviões F-8, já municiados, impedindo que decolassem.[24] A simples referência, por Orlando Geisel, à possibilidade de uso da tropa da 5ª Divisão de Infantaria, com sede em Curitiba, indicava que o Ministério da Guerra sabia ter perdido a garantia da 3ª Divisão, baseada em Santa Maria e comandada pelo general Pery Bevilaqua. Fora-se também a 1ª Divisão de Cavalaria, sob as ordens do general Oromar Osorio. Mesmo assim, o marechal Denys e os generais Orlando e Ernesto

Geisel demoraram para tirar a roupa de campanha. O ministro nomeou o general Cordeiro de Farias para o lugar de Machado Lopes, mas o veterano conspirador nunca chegou a Porto Alegre. O chefe do Gabinete Militar queria instalar Cordeiro em Curitiba. Para isso seria necessário tomar o aeroporto da cidade, controlado por tropas fiéis a Machado Lopes. Fizera isso com o de Goiânia mobilizando apenas um major e achava possível descer em Curitiba com uma unidade de paraquedistas.[25] (Estava certo. No aeroporto havia somente alguns soldados.) Passados 24 anos, ele recapitulava a manobra: "Tomado o aeroporto, desceria o 3º Regimento de Infantaria, trazido do Rio de Janeiro, e controlaria a situação. Acho que se isso fosse feito, o resultado teria sido outro". Denys recusou a proposta, argumentando que considerava a tropa aeroterrestre sua força de reserva e, portanto, não queria empregá-la. Geisel via o problema de maneira diferente: a tropa de reserva fica na reserva até a hora em que se precisa dela, e ela era necessária para tomar o aeroporto de Curitiba. Ademais, uma unidade aerotransportada é sempre tropa facilmente recuperável, pois pode retornar ao quartel depois da chegada dos reforços.[26]

O Rio Grande do Sul estava insurreto, com aulas suspensas, bancos fechados, gasolina racionada e até mesmo um Grêmio x Internacional, o famoso Gre-Nal, adiado. A essa altura, a cautela de Denys já lhe custara o apoio da guarnição do Rio de Janeiro. Como observou em suas memórias o general Nelson Werneck Sodré, "agora, para impor-se, o golpismo precisava combater".[27] Nas palavras de Geisel, "estava criado o impasse, com a divisão do Exército e com o pouco apetite, vamos dizer, dos generais, dos chefes, de irem para a luta".[28]

O primeiro sinal de fumaça da conciliação chegara a Jango na manhã do dia 28, antes da definição de Machado Lopes. Ele estava em sua suíte do hotel George V, em Paris, quando atendeu um telefonema de Affonso Arinos. O ex-ministro das Relações Exteriores aventara um compromisso, pelo qual Jango receberia a Presidência num novo regime, parlamentarista.

Goulart repassara a mensagem ao deputado Almino Affonso com um toque de astúcia: “Tu vê lá, Almino, a gente conversa. Mas não corta isso por inteiro”.[29]

Três dias depois o deputado Tancredo Neves foi ao encontro de Jango, que já se achava em Montevidéu. Seguiu no Viscount presidencial, requisitado por Geisel. Nessa ocasião Geisel e Tancredo tiveram pelo menos uma longa conversa. O general, mesmo admitindo a importância desse entendimento, nunca revelou o que conversaram. Tancredo também não. O deputado encaminhava a Jango os detalhes da fórmula por meio da qual seria empossado na Presidência após a aprovação de uma reforma constitucional que instalaria no Brasil o regime parlamentarista. Na noite de 1º de setembro João Goulart desembarcou em Porto Alegre evitando multidões e, sobretudo, a postura de vencedor.

Primeiro faltou a Denys a coragem de divulgar logo na primeira hora o veto explícito a Jango. Depois, faltou ao golpe o elemento essencial para o sucesso: um propósito ativo. Impedir a posse do vice-presidente? Para botar quem no lugar? Tentava-se usurpar um mandato presidencial sem mostrar a identidade do usurpador. Os ministros militares ganharam o apelido de *Os Três Patetas*.[30]

Durante os catorze dias de duração da crise ninguém se apresentou publicamente como candidato à usurpação. Geisel até acreditara na possibilidade de se eleger um novo presidente através do Congresso, mas a manobra não prosperou, nem sequer produziu postulantes ostensivos. Nas memórias que publicou em 1980, Denys gastou cinco páginas narrando a crise e seis justificando-se. Nada falou da usurpação. Nove anos depois, seu amigo Armando Falcão contou que os ministros da Marinha e da Aeronáutica propuseram ao marechal que assumisse a Presidência. Denys teria recusado, sugerindo o nome do jurista Francisco Campos, redator da Constituição de 1937, um dos liberticidas mais cultos e detestados do país.[31] Buscando precedentes históricos que amparassem a usurpação,

chegou-se a procurar o texto da proclamação que instalou o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, em 1889. O general Ernesto Geisel suspeitava que o ministro da Guerra quisesse empalmar o poder, e inclusive discutiu claramente essa hipótese com Orlando ainda na manhã do dia 25. Os dois irmãos entraram na crise de 1961 com o propósito de ir à luta armada para impedir a posse de João Goulart. Mesmo assim, entendiam, desde a primeira hora da crise, que Denys na Presidência da República representaria uma inconveniente anormalidade.[32]

Tendo prevalecido o acordo parlamentarista, coube ao comandante militar do Planalto presidir o funeral do golpe. Geisel articulara-se com Mazzilli na busca do novo desfecho, às vezes aos gritos. Providenciara o avião de Tancredo e, na volta, dele recebera a informação de que Goulart aceitava o compromisso. Nove em cada dez cariocas ouvidos pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, o Ibope, defendiam a posse do vice-presidente.[33]

Na madrugada de 4 de setembro, estava tudo pronto para que o novo presidente desembarcasse em Brasília na tarde seguinte. Geisel desmantelara uma articulação sediciosa de oficiais da FAB. Segundo o brigadeiro Grün Moss, ministro da Aeronáutica, havia um complô — denominado *Operação Mosquito* — para derrubar o avião que transportasse Jango a Brasília. Se não o derrubassem, pelo menos o capturariam. Noutra conspiração, mais modesta e plausível, a pista de pouso de Brasília seria barricada com tonéis de combustível. Geisel neutralizou as bases da FAB, alguns oficiais e sargentos foram presos, as pistas, cercadas, e fecharam-se as estradas de acesso a Brasília.[34]

Numa das muitas contorções que a política impõe à vida de quem nela se mete, o major que em 1945 levara os tanques para tirar Getulio Vargas do palácio Guanabara mobilizava a tropa para levar seu herdeiro, João Goulart, ao palácio do Planalto. Geisel teve dois comportamentos na crise de 1961. No primeiro, que se estendeu da manhã de sexta-feira, 25 de agosto, até

terça, 29, batalhou pelo golpe na condição de interventor militar junto ao gabinete do presidente Mazzilli. A proposta de assalto ao aeroporto de Curitiba indica que ele estava disposto a abrir fogo contra as tropas de Machado Lopes, assim como seu irmão Orlando estava disposto a arrasar o palácio Piratini para calar a Rede da Legalidade. Não estavam para brincadeira. A partir do dia 29, quando Denys começou a negociar a conciliação parlamentarista, Geisel batalhou pela posse de Jango e acabou com a *Operação Mosquito*. Não estava para brincadeira. Suas posições foram perfeitamente antagônicas.

A derrota do golpismo foi tamanha que, com o tempo, ninguém se dispôs a segurar o caixão da crise de 1961. Passados dezenove anos, o general Denys varreu para debaixo do tapete de suas memórias a ideia da "absoluta inconveniência" do retorno de Jango, em que estava implícita a permanência dele no exterior, como exilado. Revelou que nos dois primeiros dias da crise sua posição foi "desaconselhar"[35] a posse, pois "seria melhor que ele desistisse".[36] O general Cordeiro de Farias, peça-chave (e falha) na estratégia de Denys para neutralizar as tropas gaúchas, confessou-se "a favor da posse de Jango".[37] Carlos Lacerda, o governador da Guanabara cuja PM carregara contra as passeatas da Legalidade e cuja "meganha" engarrafara a carceragem da Polícia Central, informou, dezesseis anos depois: "Minha decisão era a favor da posse".[38]

Às 20h35 do dia 5 de setembro o Caravelle que trazia João Goulart pousou no aeroporto de Brasília. A crise durara doze dias. Geisel era a mais alta patente militar à espera do presidente. Entrou com Jango, Mazzilli e Auro no carro que os levaria à granja do Torto. Sentado ao lado do motorista, ouviu o presidente reclamar do remendo parlamentarista. A certa altura, Goulart pediu a opinião do general: "Senhor presidente, tenha certeza de que tivemos imensas dificuldades aqui em Brasília, para Vossa Excelência assumir. E nós esperamos que Vossa Excelência conduza o governo de modo a que se pacifique a nação".[39]

5 de setembro de 1961. João Goulart desembarca em Brasília para assumir a Presidência. Geisel recebeu-o no aeroporto e acompanhou-o no carro até a granja do Torto. Aconselhou: “Conduza o governo de modo a que se pacifique a nação.”

Quando Jango chegou ao Torto, Geisel despediu-se e voltou para casa. Seus dias de comando em Brasília estavam contados. Regressaria ao edifício Parente.

1 Ernesto Geisel, outubro de 1994.

2 Idem.

3 Memorando secreto de Jânio Quadros ao chefe de gabinete da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, de 31 de julho de 1961. APGCS/HF. Para o projeto de invasão da Guiana Francesa, ver o depoimento do então governador do Amapá, Francisco de Moura Cavalcante, em Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil*, pp. 71-4.

4 John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 1: *1914-1960*, pp. 316 e 341.

5 Roberto de Abreu Sodré, *No espelho do tempo*, p. 97.

6 José Machado Lopes, *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*, p. 34.

7 Idem, p. 98. Para os romances de fim de noite, Joel Silveira, *Viagem com o presidente eleito*, p. 26, e Julio de Sá Bierrenbach, *1954-1964 — Uma década política*, pp. 113-4. Jânio Quadros tornou-se o único político brasileiro cuja conta secreta na Suíça foi publicamente assumida por um familiar, na tentativa de localizá-la. *Jornal do Brasil*, 5 de dezembro de 2002, p. A4.

8 Auro Moura Andrade, *Um Congresso contra o arbítrio*, pp. 40, 43 e 60. Ver também Paulo Markun e Duda Hamilton, *1961 — Que as armas não falem*, p. 115, e Jânio Quadros Neto, “À memória de

Jânio Quadros", *O Estado de S. Paulo*, 25 de agosto de 2001.

9 *Diário do Congresso Nacional*, ano XVI, nº 140, de 26 de agosto de 1961, p. 1818. Em Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, pp. 45-6. Ver também Vivaldo Barbosa, *A rebelião da legalidade*, p. 28. Para uma reconstituição do início da crise de 1961, Dora Kramer, "30 anos de agonia à espera do povo", *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1991, 1º Caderno, p. 4. Nessa reportagem o advogado Saulo Ramos conta que Jânio, ao receber o resultado de uma consulta ao professor Vicente Ráo, dando-se conta da irreversibilidade da renúncia, observou: "Entregamos o filé na boca do buldogue". Ver também Saulo Ramos, "Renúncia de Jânio, 40 anos", *Folha de S.Paulo*, 24 de agosto de 2001.

10 Aspásia Camargo e outros, *Artes da política*, p. 444. Ver também Roberto de Abreu Sodré, *No espelho do tempo*, pp. 107-16.

11 Drault Ernanny, *Meninos, eu vi...*, p. 54.

12 Arnaldo Lacombe, "Horta foi peça-chave na renúncia de Jânio", *O Estado de S. Paulo*, 25 de agosto de 1996.

13 Dora Kramer, "30 anos de agonia à espera do povo", *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1991, 1º Caderno, p. 4. Para uma avaliação feita por Jânio a seu neto, trinta anos depois, ver Paulo Markun e Duda Hamilton, *1961 — Que as armas não falem*, pp. 135-6.

14 Paulo Markun e Duda Hamilton, *1961 — Que as armas não falem*, p. 259.

15 Aspásia Camargo e outros, *Artes da política*, p. 446.

16 Nota em papel da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, sem data, com assinatura indecifrada. APGCS/HF. Ernesto Geisel, julho de 1988.

17 Almirante Floriano Faria Lima, setembro de 1986. Faria Lima guardou consigo as notas dessas interceptações. Geisel confirmou a existência da operação em julho de 1993. Conserva-se uma transcrição sucinta de uma conversa telefônica entre Jango e Juscelino Kubitschek. APGCS/HF.

18 Amir Labaki, *1961 — A crise da renúncia e a solução parlamentarista*, p. 82, e Vivaldo Barbosa, *A rebelião da legalidade*, p. 79.

19 José Machado Lopes, *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*, p. 129.

20 A primeira vez essa ordem foi transmitida por Orlando Geisel ao chefe do Estado-Maior do III Exército, general Antonio Carlos Muricy. Depoimento de Muricy ao CPDoc, vol. 2, fita 28, p. 16. O bombardeio de Porto Alegre seria, como se explicou depois, um ataque ao palácio Piratini, para calar a Rede da Legalidade.

21 Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, p. 138, e depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 2, fita 29, p. 8.

22 Amir Labaki, *1961 — A crise da renúncia e a solução parlamentarista*, p. 90.

23 José Machado Lopes, *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*, p. 132.

24 Depoimento do então tenente Oswaldo França Jr., em Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil*, pp. 87-92.

25 O aeroporto de Goiânia foi tomado pelo major Tasso Villar de Aquino. Trabalhava no Serviço de Proteção aos Índios e apresentou-se a Geisel pedindo uma missão. O general mandou-o tomar o aeroporto e perguntou-lhe: "Do que o senhor precisa?". O major respondeu: "De um automóvel para

ir a Goiânia". Horas depois telefonou informando que o aeroporto estava às ordens. Geisel contou essa história ao autor mais de uma dezena de vezes. Era sua vinheta predileta para exemplificar um caso de valor militar. O episódio está referido em Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 138.

26 Ernesto Geisel, outubro de 1985 e de 1994.

27 Nelson Werneck Sodré, *Do Estado Novo à ditadura militar*, p. 248.

28 Ernesto Geisel, novembro de 1994.

29 Entrevista de Almino Affonso a Paulo Markun, em Paulo Markun e Duda Hamilton, *1961 — Que as armas não falem*, pp. 254-5.

30 Ernesto Geisel, outubro de 1994.

31 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 214.

32 Ernesto Geisel, dezembro de 1993 e outubro de 1985.

33 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 5, p. 5015.

34 Hélio Silva, *O poder militar*, p. 303, e Amir Labaki, *1961 — A crise da renúncia e a solução parlamentarista*, p. 126. Para a prisão de oficiais e sargentos, Ernesto Geisel, novembro de 1994.

35 Odylio Denys, *Ciclo revolucionário brasileiro*, p. 95.

36 Idem, p. 91.

37 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 532.

38 Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 267.

39 Entrevista de Ranieri Mazzilli a Hélio Silva, em Hélio Silva, *1964 — Golpe ou contragolpe?*, p. 150. Em novembro de 1994, Geisel disse o seguinte em relação à lembrança de Mazzilli: "É mais ou menos isso".

1964

Dois anos e sete meses depois de ter deixado o presidente João Goulart em casa, o general Geisel voltou à granja do Torto como inquilino.[1] Era o chefe do Gabinete Militar do presidente Castello Branco. Sobras da bagagem de Jango foram remetidas mais tarde ao embaixador em Montevidéu, para que as fizesse chegar ao dono. Ernesto Geisel estava no poder, pronto a acertar suas contas com os "casacas".

Nos primeiros meses o governo João Goulart deixara Geisel nos corredores do Ministério da Guerra, como "cão leproso": "O pessoal me via e dobrava a esquina". O general ocupava o tempo estudando a Bíblia e ajudando a mulher na cozinha. Socorreu a filha, aluna do exigente Colégio de Aplicação, num trabalho sobre o romance *A peste*, de Albert Camus.[2] Talvez tenha sido a sua única incursão na literatura do século XX. Excluída a paixão juvenil por Júlio Verne, os romances, como o futebol, nunca lhe deram prazer.

Em janeiro de 1962 foi designado para a Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria, em Curitiba. Comando de primeira classe. Fazia quase meio século que estava no Exército, já fora secretário de finanças e superintendente de refinaria, mas não conseguira passar dois anos arregimentado num quartel. Parecia disposto a viver o remanso de uma posição prestigiosa. Teria oito anos no serviço ativo.* Sobreviveria a Jango e a seu sucessor, cujo governo terminaria em 1970. Não esperava por grandes batalhas. Ia pouco ao Ministério da Guerra. Sobreviveria atrapalhando.

Geisel desceu em Curitiba com os cadernos. Num traçava o seu plano de trabalho e arrolava os oficiais sob seu comando. Noutro copiava aquilo que precisava saber sobre o Paraná: “O espécime de chifres longos, de uma raça que nunca se distinguiu pela produção de carne foi aqui, como em São Paulo, o bandeirante do rebanho bovino”.[3] São minuciosos, porém banais. Noutro ainda, de 23 páginas, anotava estudos políticos. Eles revelam o centro das atenções intelectuais do general. Nas anotações de natureza militar há algumas ressonâncias da crise de 1961:

> A inércia é sempre a culpada. (Napoleão)
>
> Sempre que a missão, o objetivo final, deixa de ser nitidamente fixado, a manobra falha.
>
> Ou somos vitoriosos ou derrotados. Não existe meio-termo na guerra.
>
> Em toda tomada do poder deve haver, em algum momento, a espada. Mas a espada deve ser conduzida pela política. (Maquiavel)
>
> Vejo que existe um novo (...) e perigoso conceito de que os membros de nossas forças armadas devem fidelidade principalmente aos que exercem temporariamente a autoridade do ramo executivo do governo, e não ao país e sua constituição, que juraram defender. Nenhum conceito poderia ser mais perigoso. (General Douglas McArthur)

Outras notas antecipam trovoadas futuras. Doze páginas relacionavam-se com o comunismo. Há breves citações de Lenin (“O caminho para Londres e Paris passa por Pequim”), mas a curiosidade do general ia para a “guerra revolucionária”, a “guerra subversiva dos marxistas-leninistas e sua aplicação pelos comunistas e seus imitadores”. Lia autores franceses e americanos e copiou em cinco páginas de caderno, em inglês, trechos de uma “teoria vermelha da guerra”. Guardava frases de autores como o

primeiro-ministro inglês Clement Attlee (“As eleições comunistas são corridas de um cavalo só”) ou da panfletária francesa Suzanne Labin (“O fascismo é o castigo das democracias que se mostram, não excessivamente severas, mas, ao contrário, excessivamente complacentes com o comunismo”).[4]

A divisão militar aberta em 1961 criara manifestações extremadas. A retórica da esquerda chamou aos comandantes militares que lhe eram simpáticos de “generais do povo” e aos seus adversários de “gorilas”. Jango costurara o apoio militar para a convocação de um plebiscito que inevitavelmente restabeleceria o presidencialismo. Com menos de um ano de governo, estava a caminho de nomear o terceiro ministro da Guerra. No dia 12 de setembro de 1962, como se fora um pontapé na porta do regime, o general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, telegrafara a Jango avisando que não se responsabilizaria pela “garantia da lei e da ordem, sossego público, e propriedade privada” se o Congresso se recusasse a convocar o plebiscito e o povo se insurgisse contra essa decisão. Anunciara que pusera sua tropa de prontidão e advertira: “O povo é soberano no regime democrático. Negar-lhe o direito de pronunciar-se sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime ou querer destruí-lo”.[5] [*Veja o documento*] Jair disputava a simpatia do Planalto na corrida pelo ministério. Os generais de Jango pressionavam o Congresso com a desenvoltura dos golpistas de 1961.

O general Jair ainda não terminara o expediente do dia quando chegou ao seu gabinete, em Porto Alegre, um telegrama de Ernesto Geisel, comandante da Artilharia Divisionária, que estava respondendo interinamente pela 5ª Região Militar: “Informo Vossa Excelência que reina completa calma no território desta Região Militar. Providenciada ordem de prontidão”.[6] [*Veja o documento*]

Geisel atrapalhara, mas foi exonerado. O *Correio da Manhã* defendeu-o com um editorial e uma nota intitulada “Perde comando porque negou o

falso alarma”.[7] [*Veja o documento*] O incidente se encerrou com o retorno de Geisel ao Rio de Janeiro. Ofereceram-lhe a subdiretoria da reserva (“canil” de terceira categoria), mas conseguiu a 2ª Subchefia do Departamento de Provisão Geral (de segunda). Seu irmão Orlando fora mandado para a Escola Superior de Guerra (de primeira).

De volta ao Rio, Geisel era um conspirador, talvez até um perfeito exemplo do conspirador de 1964. Comandava um telefone e participava de pequenas reuniões, quase sempre com as mesmas pessoas. Planejavam derrubar Jango, sem saber como. De setembro de 1962 a janeiro de 1964, sua atividade clandestina foi intensa e irrelevante. Resumia-se a intermináveis conversas no apartamento dele, em geral às quintas-feiras, com os generais Cordeiro de Farias, Ademar de Queiroz e Antonio Carlos Muricy. Não tinham plano para o levante ou projeto para o novo governo. Nem sequer data para a rebelião.[8]

O principal objetivo do núcleo conspirador de Cordeiro de Farias era atrair o general Humberto Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército. Geisel já tivera pelo menos duas oportunidades de servir com ele, mas preferira distância. Achava-o “arestoso, cheio de complexos, cauteloso demais” e incomodava-se com seu temperamento irônico.[9] Castello juntou-se aos conspiradores no final de janeiro de 1964. No começo de março preparava-se a insurreição. Era um planejamento primitivo, quase palpite. Dos planos de golpe urdidos no Rio sobraram poucos documentos e vagas reminiscências. Supunha-se que os combates pudessem durar 48 horas, trinta dias ou seis meses. Geisel calculava que se o caso não fosse resolvido em três dias, duraria dois meses. Entre o primeiro disparo telefônico de Mourão na madrugada de 31 de março de 1964 e o telefonema do general Castello Branco a um deputado amigo, informando que a fatura estava liquidada, no início da tarde de 1º de abril, passaram-se 32 horas.[10]

Castello Branco, com Costa e Silva (à direita) e o brigadeiro Francisco Correia de Melo (no meio)

* * *

Terminada uma briga, começava outra. Na partilha dos cargos coube a Geisel o comando da Artilharia de Costa, um quartel de primeira, com vista para a praia de Copacabana e fundos para o Arpoador, comando de quinta. Recusou-o. No dia 3 de abril seu irmão Orlando foi sumariamente demitido da 1ª Divisão de Infantaria, a Vila Militar, por ter se negado a entregar o 1º Grupo de Obuses 105 a um coronel enviado pelo gabinete de Costa e Silva. Esses dois incidentes, praticamente despercebidos durante aqueles dias de festas e sofrimento, geraram um antagonismo que, além de separar os irmãos Geisel de Costa e Silva, influenciaria o comportamento de dezenas de oficiais e alimentaria vinditas ferozes que o tempo não extinguiu, nem sequer a morte. Horas depois da demissão de Orlando, Ernesto teve um bate-boca com o coronel Jayme Portella, o conspirador que atraíra Costa e Silva para o levante e ajudara a catapultá-lo à cadeira de ministro. Em menos de duas semanas Geisel teve Portella, lotado no Conselho de Segurança Nacional, como subordinado. Botou-o para fora.[11]

João Goulart fora o terceiro presidente que Geisel ajudara a depor. Nomeado chefe do Gabinete Militar de Castello Branco, Geisel voltava ao gabinete presidencial, onde estivera em 1945, 1954 e 1961. Na sua cabeça, porém, havia uma novidade: “Em 64 veio a ideia de não se devolver tudo de novo aos ‘casacas’, e eu era partidário dela”.[12]

Geisel com o tenente-coronel Moraes Rego no palácio Laranjeiras, durante o governo Castello Branco. Ele, Golbery e Heitor Ferreira dividiam a mesma sala no primeiro andar. O capitão Heitor completara 28 anos.

Heitor Ferreira

Nessa percepção Geisel separava-se de Castello. Se o marechal via a intervenção militar como um interlúdio, o chefe de seu Gabinete Militar defendia o aprofundamento da interferência, sobretudo quando ela permitia o afastamento dos políticos.

Em 1965 a inquietação de alguns oficiais da Vila e a astúcia de Costa e Silva produziram o AI-2, reabrindo o ciclo de punições e suspendendo as eleições diretas. Geisel desdenhava o alcance da revolta, condenava a candidatura do ministro, mas defendia a essência ditatorial do novo surto militarista. A ideia de não devolver o poder aos “casacas” podia parecer

boa, mas provocava perguntas: entregá-lo a quem? aos militares? quais militares?

Até o dia 15 de março de 1967, quando Costa e Silva entrou no Planalto e Geisel o deixou, sua opinião sobre os "casacas" mudara pouco, mas ele aprendera como nunca a respeito dos militares. Tivera um breve contato com o fisiologismo do gênero quando servira no gabinete de Denys, no final do governo do "casaca" Kubitschek. Agora, numa presidência militar e num regime de retórica moralista, os casos que passavam pelo palácio eram os mesmos de sempre. Costa e Silva entregara a presidência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, IAPC, a Carlos Eduardo (*Carlô*) Marcondes Ferraz, o amigo grã-fino que lhe emprestara o aparelho onde se escondera na noite de 31 de março. O chefe do Estado-Maior, Decio Palmeiro de Escobar, batalhava a nomeação de seu genro, um piloto da falecida Panair do Brasil, para o Conselho Nacional de Telecomunicações.[13] O general Amaury Kruel, comandante do II Exército, tinha empréstimos no Banco do Brasil.[14] Segundo a espionagem do Conselho de Segurança Nacional, o general Justino Alves Bastos, do III Exército, parara de trabalhar e se alistara no café-soçaite, onde fazia negócios.[15] Logo ele, que vinha de anunciar que era um militante da "linha dura" na luta pelo "extermínio da corrupção".[16] Havia de tudo, até um coronel pedindo que se editasse um ato institucional para permitir a sua promoção a general.[17]

A hostilidade aos "casacas" irradiou a retórica salvacionista entre os militares. Havia nela uma esperteza: cada nível da hierarquia supunha-se o estágio adequado para a concentração de poderes indispensável à redenção nacional. Costa e Silva achara que o ministro da Guerra era, na verdade, o comandante da Revolução. Os generais de exército julgavam-se senhores da conveniência da realização de eleições. Os coronéis apresentavam-se como árbitros da posse de governadores eleitos. E tudo acabava em capitães exigindo expurgos. Um deles pedia a Geisel a cassação do governador do

Piauí e ameaçava: “Até quando poderei esperar?”.[18] De uma maneira geral, a cada exercício de poder, sempre à custa dos direitos alheios, correspondia uma solicitação de pequenos benefícios burocráticos.

O Alto-Comando do Exército reunia-se com uma agenda em que antes do item “reforma constitucional” tratava-se do “auxílio-moradia”. Entre os palpites dos quatro-estrelas estavam o veto à reeleição “para qualquer cargo político” e a “obrigatoriedade da administração dos territórios ser dirigida por militares”.[19] O general Antonio Carlos Muricy queixava-se em outubro de 1965 de que os políticos “são todos vinho da mesma pipa (não prestam)”.[20] Um ano depois, amparado nas baionetas, candidatou-se ao governo de Pernambuco numa eleição indireta em que julgava ter conseguido o apoio da pipa dos governistas. Foi derrotado.* O adido militar em Paris, coronel Antonio Carlos de Andrada Serpa, o *Serpa Louro*, atacava os “políticos apodrecidos pela corrupção e subversão”, o povo em sua “imaturidade e ignorância”, e pedia que não se entregasse o poder “à canalha que infelicita o país há mais de trinta anos”.[21] Lamentava a sobrevivência de três ministros do Supremo Tribunal Federal e sugeria a Geisel que se ampliasse a corte: “Nessa hora, peço ao senhor não esquecer o nome do Prudente de Morais Neto (...)”.[22] Denunciava os políticos que iam a Paris conversar com o ex-presidente Kubitschek e recomendava que obtivesse de seu primo José Bonifácio de Andrada a lista dos deputados e senadores que haviam embarcado para a Europa. *Zezinho*, como era conhecido o primo, estava na Câmara desde 1946, como deputado pela UDN mineira. [*Veja o documento*]

Durante o ano de 1965 Geisel recebeu cinco cartas do general João Costa, comandante da 6ª Região Militar, com jurisdição sobre a Bahia. Elas são uma amostra da prosopopeia que acompanhava a desmoralização dos “casacas”.

A primeira, de março, argumentava:

> A verdade, Geisel, é que, independente do meu, do seu ou do desejo do marechal Castello Branco, para os nossos comandados, para o povo em geral aqui no Nordeste, enquanto o marechal Castello Branco for presidente da República, a Revolução é responsável por tudo de bom ou de mau, e o Exército seu fiador. Tudo corre para o quartel. Até os problemas do governador, quando está em dificuldades. A realidade é que a omissão será a perda de comando, a entrega da situação aos políticos que mais praticaram a corrupção. Essa é a visão da planície.[23]

Na segunda, de agosto, informava que defendera o aumento do número de cadeiras no Tribunal de Contas do Município de Salvador e encontrara resistência no prefeito Antonio Carlos Magalhães, que "entrou em um terreno de Revolução e Forças Armadas, ameaçando céus e terras": "Chamei-o e disse-lhe do meu desagrado por ter pretendido interpretar, criticar ou orientar as Forças Armadas".[24]

Na terceira parecia alarmado: "Com a Revolução ou sem ela os políticos não se corrigem, apoiam-na, aderem, toleram-na. (...) Essa Revolução extinguiu a subversão e a indisciplina geral, mas a corrupção parece que aumentou. Examine bem o Congresso e os Estados. Só nós militares, em tudo isso, permanecemos como cristãos nos festins romanos. Acreditando no que não vemos...".[25]

Dias depois anunciava-se disposto a abrir uma crise, impedindo o cumprimento de um mandado que devolvia a um deputado sua cadeira na Assembleia Legislativa.[26]

Tomado ao pé da letra, o general João Costa soava como um cruzado da ortodoxia e do rigor revolucionários. Tomado pelo passado, Costa era um dos generais da confiança do ministro Jair Dantas Ribeiro. Em 1964 comandava o núcleo dos paraquedistas, na Vila Militar, e aderira ao levante no início da tarde de 1º de abril. Tomado pelo presente, na planície do

general havia problemas bem mais simples que os destinos nacionais. Em janeiro de 1966 ele voltou a escrever a Geisel. Pediu que o designassem para a Junta Interamericana de Defesa, em Washington, “a fim de melhor poder atender financeiramente a recuperação” de um familiar.[27] Ainda em Salvador, depois de anos de más relações com o prefeito Antonio Carlos Magalhães, o general desentendeu-se com ele dentro do pequeno elevador do palácio da Aclamação. Na presença do governador Lomanto Junior o prefeito deu-lhe um tapa que o deixou sem quepe.[28]

* * *

Apesar de todas as dificuldades, com uma só canetada, em 1966, o governo Castello Branco produziu a maior reforma da estrutura militar do país: a rotatividade dos generais. Castello liquidou aqueles que denominava os “generais chineses”, numa referência aos condestáveis da anarquia militar que atazanou a China depois da deposição do imperador manchu, em 1912. Pelo sistema herdado ao reinado de d. Pedro II, os generais iam para a reserva apenas quando atingiam a idade limite. O caso de Cordeiro de Farias era exemplar: promovido a general de brigada aos 41 anos, em 1964 completara 22 anos de generalato e vestiria o pijama somente em 1967. Tinha quatro estrelas desde 1952.

A reforma de Castello criou um sistema pelo qual, além do limite de idade, os generais eram levados para a reserva por duas novas condições. A cada ano 25% do quadro devia se renovar, e ninguém podia ser general por mais de doze anos. Disso resultava que os generais tinham quatro anos para passar de brigada a divisão, outros quatro para ir de divisão a exército, e tendo chegado ao topo, lá só permaneciam por mais quatro anos. Para ilustrar a extensão da reforma, observe-se que dos treze generais de exército listados no *Almanaque* de 1962 oito haviam chegado ao generalato fazia mais de doze anos. Um (Cordeiro de Farias) tinha vinte anos de generalato

e dez como quatro-estrelas.[29] O efeito da mudança foi o desaparecimento dos chamados “donos do Exército” e a redução da área de manobra das vivandeiras políticas.

Salvo essa reforma (o que não é pouca coisa), os três anos de Geisel no Gabinete Militar foram amargos em termos profissionais. Tinha várias ideias, e a maior delas era a criação do Ministério da Defesa, mas sepultou-a logo que percebeu a extensão da hostilidade da Marinha.[30] A menor era a extinção do posto de general de quatro estrelas, de forma a ampliar as opções do presidente na escolha dos comandantes de exército.[31] Defendia a redução do efetivo do Exército e condenava o esfarinhamento das guarnições. Projetava a sua concentração, em quatro ou cinco núcleos, nos moldes dos fortes americanos. Nada a ver com as vilas militares existentes nas proximidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre:

> Isso foi uma coisa feita no governo do marechal Hermes da Fonseca, quando se começou a relacionar o Exército com a segurança interna. Fizeram-se guarnições em Deodoro, Quitaúna e São Leopoldo. Elas têm em comum o fato de estarem a vinte quilômetros do Centro da cidade. Essa é a distância que uma tropa pode marchar num dia. Cinquenta anos depois essas tropas não andam mais a pé. De carro deslocam-se a cem quilômetros por dia. A situação é outra. Os quartéis não eram nem são necessários.[32]

Perdeu todas. Em 1966, haveria de se queixar: “Nisto eu acho que a Revolução fracassou, no Exército”.[33]

Na Marinha não via um panorama melhor: “Temos que acabar (...) com esse negócio de insistência em fuzileiros. A Marinha não quer mais nada com o mar! Quer fuzileiros e aviação!”.[34]

Muito menos na Força Aérea, da qual tentara extirpar a Diretoria de Aeronáutica Civil. Numa discussão com um brigadeiro, argumentara:

“Então o exército vai querer controlar as ferrovias, legislar sobre as companhias de ônibus. O problema é que a FAB acabou como força militar”. Geisel se queixava do “pessoal que só pensa em transportar padres, freiras e sertanistas”.[35]

Perdeu todas. O Corpo de Fuzileiros Navais continuou do mesmo tamanho e a DAC continuou na FAB.

* * *

A mais amarga das derrotas de Geisel foi política: Costa e Silva, o general que desprezava, emparedou Castello e converteu-se em seu sucessor. A campanha do *Alemão* contra o *Português* começara antes mesmo da chegada de Jango a Montevidéu e resultou numa sucessão de fracassos. Costa e Silva tornara-se invencível pela audácia, quase sempre associada à indisciplina, mas, em todos os casos, produto da coragem. Já nos primeiros dias de abril Geisel retratava-o: “Um usurpador. Não fez nada, e mais que depressa autoinvestiu-se no cargo de Ministro”.[36]

Disparou o primeiro tiro contra Costa e Silva ainda antes da posse de Castello. No dia 14 de abril de 1964 Geisel procurou o presidente Ranieri Mazzilli, a mesma figura decorativa que enfeitara o Planalto durante a crise de 1961, e pediu-lhe, em nome de Castello, que solicitasse, e aceitasse, a demissão de todos os ministros.

— Inclusive os ministros militares? — perguntou Mazzilli.
— Sim — respondeu Geisel.[37]

Manobra banal: Mazzilli exoneraria Costa e Silva, e Castello nomearia outro ministro, oferecendo ao *Português* a embaixada do Brasil em Buenos Aires.[38] Só funcionaria se Mazzilli tivesse coragem para amarrar o guizo no pescoço de Costa e Silva. O simples fato de a proposta vir de Geisel

mostrava ao astuto deputado paulista que Castello não explicitava semelhante audácia. Mazzilli não demitiu ninguém, e Castello, empossado, manteve o ministro da Guerra no cargo.

Um ano depois, numa conversa com Golbery, Geisel queixava-se do estilo político de Castello: “Eu ontem estava brabo, e hoje estou também. Que é que adianta ele passar dois anos consertando tudo se não tem solução política?”.

Em seguida, arriscou:

> — Vamos terminar com um Costa e Silva. (...) Tem possibilidades.
> — Ah, tem sim — respondeu Golbery. — É uma solução de borra, mas é uma solução.[39]

Geisel tentou tirar Costa e Silva do Ministério da Guerra em pelo menos três outras ocasiões. Numa, em outubro de 1965, estarrecido com o discurso insolente do ministro e com a conduta indisciplinada da oficialidade durante as manobras de Itapeva, em São Paulo. Foi ao compartimento de Castello no Viscount que os levava de volta a Brasília e lhe disse que devia demitir o general. Castello ouviu-o calado.[40]

Em janeiro de 1966, no aeroporto do Galeão, a caminho do avião que o levaria à Europa, Costa e Silva disse a frase em torno da qual giraria o noticiário político das semanas seguintes: “Saio ministro e volto ministro”. Parecia uma resposta insolente aos boatos de que Castello o demitiria enquanto ele estivesse viajando. Na verdade, foi uma resposta educada a uma pergunta provocadora: “O senhor vai ministro e volta presidente?”.[41] Prevaleceu o mito da insolência. Geisel, pelo menos, pensava em aproveitar a viagem para degolá-lo: “Eu não o exonerava na Europa, mas no dia em que chegasse eu o chamava e olha, se você quer ser candidato (...) então tem que sair hoje”.[42] Até tratou do assunto numa de suas reuniões com os três ministros militares, argumentando que a saída de Costa e Silva era “a

única solução moral", mas bateu na resistência do ministro interino do Exército e na ambiguidade do brigadeiro Eduardo Gomes.[43]

A terceira tentativa pretendia criar uma situação em que todos os ministros que fossem candidatos a governos estaduais se demitissem. Como Costa e Silva também era candidato, deveria pedir dispensa, e Castello se livraria dele. A manobra falhou porque os outros ministros não aceitaram correr o risco.

Arthur da Costa e Silva

Cinco anos antes, como chefe da seção de informações do gabinete do ministro Denys, o coronel Geisel fora um fiscal severo do envolvimento de oficiais na campanha do general Lott. Um simples telegrama de um coronel a um sargento, comunicando através do sistema de rádio da 2ª Região Militar a chegada da filha de Lott à Paraíba, acabou num inquérito que envolveu três generais.[44] No tempo dos "casacas" Lott fora muito mais escrupuloso e disciplinado que Costa e Silva. A presença de oficiais do Exército nos corredores do Congresso cabalando apoios para o ministro resultou numa reclamação de Castello a Costa e Silva, e apesar de o presidente ter listado os nomes de cinco tenentes-coronéis, um major e um capitão, a quem chamava de "grupinho de militares bestinhas", o episódio foi digerido sem nenhum procedimento disciplinar.[45]

Os argumentos do chefe do Gabinete Militar contra o candidato eram todos profissionais: "O mal é o ministro da Guerra querer ser presidente. Ele passa a agir dentro do ministério em função da sua candidatura", ou "O exército não pode ser partido político, comigo ele ficava ao sol e ao sereno".[46] Chamado de "alma danada" no gabinete de Costa e Silva, Geisel transformou-se num provocador. Encontrava-se com os colegas que haviam aderido ao candidato e mandava recados: "Olha, Muricy, quando falarem a você que o gabinete militar, isso e aquilo, diga que além de servir ao presidente ele é contra a politização do exército, contra o carreirismo, contra a formação de falsos líderes".[47] Derrotado, teve pena de Castello: "O outro vai mijar em cima dele".[48]

Costa e Silva ainda estava na Europa quando Geisel e Golbery concluíram que deveriam deixar o governo se Castello decidisse apoiá-lo. Quando o ministro da Guerra desembarcou de volta, no aeroporto do Rio de Janeiro, surpreendeu-se ao ver Geisel na pista. "Ué, tu também por aqui, Ernesto?".[49] O chefe do Gabinete Militar respondeu que estava representando Castello. De volta a Brasília, recebeu dois relatórios da cena que presenciara. Um mencionava que eram seiscentos os oficiais reunidos

no aeroporto. “Cerca de quarenta a sessenta generais, duzentos oficiais superiores, cem subalternos, mil pessoas”, anotou Geisel.

O segundo relatório terminava com o item “Faixas Apresentadas”. Uma delas dizia: “Linha dura é a linha certa”.

O general lembrava-se de outra: “Manda brasa, Seu Artur”.[50] [*Veja o documento*]

Um ano depois, quando faltava menos de um mês para a posse de Costa e Silva, Geisel deixaria o seu lamento: “Este governo, que é o governo mais forte que já houve, entregou tudo. Eu já vi cinco se perderem, 1930, 1945, 1954, 1961 e este”.[51]

1 A deposição de João Goulart está contada em *A ditadura envergonhada* (Rio de Janeiro: Intrínseca, 2ª ed., 2014).

2 Ernesto Geisel, novembro de 1994, e Amália Lucy Geisel, julho de 1991.

* Os generais de brigada iam para a reserva somente quando atingiam a idade limite de 62 anos. No caso de Geisel, isso ocorreria em agosto de 1970.

3 Caderno intitulado *Apontamentos sobre o Paraná*. APGCS/HF.

4 Maço de 23 folhas manuscritas de Geisel. APGCS/HF.

5 Radiotelegrama 2.394, urgentíssimo, do general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, ao comando da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria.

6 Rádio 378-E2 do general Ernesto Geisel ao general Jair Dantas Ribeiro, de 12 de setembro de 1962. APGCS/HF.

7 *Correio da Manhã*, datado a mão por Geisel como 23 de setembro de 1962. APGCS/HF.

8 Ernesto Geisel, novembro de 1994.

9 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de novembro de 1965 e 14 de março de 1967.

10 Para o início dos telefonemas, cinco horas de 31 de março, Olympio Mourão Filho, *Memórias*, p. 372. Para o telefonema da vitória, dado às treze horas de 1º de abril, Luiz Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 27.

11 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 156-7 e 209.

12 Ernesto Geisel, julho de 1985.

13 Carta do general Decio Palmeiro de Escobar a Ernesto Geisel, 30 de maio de 1966. APGCS/HF.

14 Ernesto Geisel, agosto de 1988, e Rubens Resstel, setembro de 1988.

15 *Informe nº 24* da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, 4 de junho de 1965. APGCS/HF.

16 *Correio da Manhã*, 19 de maio de 1964, capa do 1º Caderno.

17 Carta do coronel Lauro Alves Pinto ao ministro Costa e Silva, 8 de outubro de 1964. APGCS/HF. Pedia que o ato reduzisse à metade o tempo de arregimentação exigido aos oficiais. O coronel chegou a general sem que fosse necessário um ato institucional.

18 Carta do capitão Clidenor de Moura Lima ao general Ernesto Geisel, 21 de julho de 1966. APGCS/HF.

19 Resumo da ata da 22ª reunião do Alto-Comando do Exército, realizada em 5 de outubro de 1966. APGCS/HF.

20 Carta do general Antonio Carlos Muricy, comandante da 7ª Região Militar, sediada no Recife, ao general Ernesto Geisel, 4 de outubro de 1965. APGCS/HF.

* Em agosto de 1988 o general Muricy disse: “Caí na besteira de acreditar que teria o apoio dos políticos do governo” e classificou a sua candidatura de “episódio infeliz”. Segundo o deputado pernambucano Joaquim Coutinho, essa eleição teve o seu sigilo fraudado. Os votos ao candidato vencedor, deputado e bacharel Nilo de Souza Coelho, eram dados em cédulas onde, através da manipulação dos títulos e dos sobrenomes do candidato, cada eleitor estava individualizado. Por exemplo: um deputado devia votar em “Nilo Coelho”, outro em “Nilo de Souza Coelho” e um terceiro no “Bacharel Nilo Coelho”.

21 Carta do coronel Antonio Carlos de Andrada Serpa ao general Ernesto Geisel, 5 de outubro de 1965. APGCS/HF.

22 Idem, 1965. APGCS/HF.

23 Carta do general João Costa ao general Ernesto Geisel, 20 de março de 1965. APGCS/HF.

24 Idem, 16 de agosto de 1965. APGCS/HF.

25 Idem, 2 de outubro de 1965. APGCS/HF.

26 Telegrama do general João Costa ao gabinete do ministro da Guerra e ofício do general Clóvis Bandeira Brasil, chefe de gabinete do ministro, ao general Ernesto Geisel, remetendo-lhe a comunicação, 5 de outubro de 1965. APGCS/HF.

27 Carta do general João Costa ao general Ernesto Geisel, 1º de janeiro de 1966. APGCS/HF.

28 Antonio Carlos Magalhães, 1972. O episódio ocorreu em setembro de 1965 e está narrado em Antonio Carlos Magalhães, *Política é paixão*, p. 61.

29 *Almanaque do pessoal militar do Exército*, de 1962, pp. 20-2.

30 Manuscrito do general Ernesto Geisel intitulado *Reorganização Administrativa das Forças Armadas*, sem data, talvez de janeiro de 1966. APGCS/HF. Para a desistência, diante da hostilidade da Marinha, Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

31 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de janeiro de 1966.

32 Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

33 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de maio de 1966. Ernesto Geisel, dezembro de 1994.

34 Idem, 7 de maio de 1965.
35 Idem, 8 de fevereiro de 1967.
36 Carlos Luiz Guedes, *Tinha que ser Minas*, p. 259.
37 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 262.
38 Para o oferecimento da embaixada, Ernesto Geisel, dezembro de 1994.
39 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de março de 1965.
40 Para o silêncio de Castello, Ernesto Geisel, julho de 1985.
41 Waldomiro Guarnieri, janeiro de 1966. Guarnieri, um veterano repórter do aeroporto, informou que foi o autor da pergunta. Ele tinha uma agência de notícias que cobria embarques e desembarques de gente famosa. Era um hábil manipulador da ansiedade dos viajantes. Em suas memórias, Juracy Magalhães conta o mesmo episódio, atribuindo a pergunta ao repórter Paulo Cesar Ferreira, da TV Rio. Em Juracy Magalhães e J. A. Gueiros, *O último tenente*, p. 338. Paulo Cesar Ferreira conta o episódio em *Pilares via satélite*, p. 132.
42 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de janeiro de 1966.
43 Idem, 30 de janeiro de 1966.
44 Ofício do general Orlando Geisel, chefe de gabinete do ministro Odylio Denys, de 18 de abril de 1960, mandando apurar a transmissão do telegrama. APGCS/HF.
45 Duas folhas com memorando de Castello a Costa e Silva, de 9 de fevereiro de 1966. APGCS/HF. O episódio está narrado também em Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 328. Castello referiu-se ao "grupinho de militares bestinhas" numa conversa com o deputado Armando Falcão. Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 302.
46 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 e 31 de dezembro de 1965.
47 Idem, 13 de março de 1966.
48 Idem, 12 de abril de 1966.
49 Nota do chefe do SNI a Geisel, de 17 de fevereiro de 1966, com um recorte de jornal em que está transcrita a observação de Costa e Silva. APGCS/HF.
50 Três folhas de bloco do Gabinete Militar anotadas por Geisel. APGCS/HF.
51 *Diário de Heitor Ferreira*, 23 de fevereiro de 1967.

O pijama togado

Decidido a pedir transferência para a reserva depois da vitória de Costa e Silva, Geisel mudou de ideia diante da possibilidade de ser promovido a general de exército.[1] Foi mandado para o Superior Tribunal Militar. Na rotina dos assentamentos, era o fim da linha. No dia 3 de agosto de 1978 completaria setenta anos e deixaria o tribunal.* Quando morresse, bastava anotar a data e fechar a pasta.

Sua promoção à quarta estrela foi constrangedora. Geisel passou de general de brigada a general de exército em cinco anos e oito meses. Ninguém conseguira coisa parecida. As duas promoções demoravam cerca de dez anos. Depois das reformas de Castello demorariam mais de seis e, em alguns casos, perto de oito. Essa foi a anomalia que o beneficiou. Havia outra, também inédita, porém malvada: em nenhum momento o general de exército Ernesto Geisel ocupou cargo no quadro de quatro-estrelas. Supondo que seria mandado ao "canil" pelo governo Costa e Silva e amenizando as ciumeiras da supersônica promoção, foi direto para o Superior Tribunal Militar.[2] Nunca um quatro-estrelas recém-promovido fora mandado para o STM, e jamais isso voltaria a suceder. Desde a edição do AI-2 o tribunal ganhara importância como última instância para o julgamento de crimes políticos. Situado na praça da República, ficava entre a Faculdade Nacional de Direito e o Ministério do Exército. Lá, obedecendo ao protocolo da corte, o ministro-general ia às sessões vestindo o uniforme de gala, equivalente às casacas dos paisanos. No topo da carreira, o tenente

de 1930 tornara-se magistrado de uma ordem ditatorial. Tinha sessenta anos, aparentava mais. Como fósforo riscado, viveria para a família.

Na planície do general estava uma vida modesta, de pequenas economias, onde os poucos luxos do apartamento indicavam fugazes momentos de prosperidade. Os pirex da cozinha eram resultado de uma passagem por Nova York, em 1945; a sala de jantar de mogno, o faqueiro e as porcelanas, lembrança dos dólares economizados em Montevidéu; a televisão, eco da passagem do irmão Orlando por Washington, como adjunto ao adido militar. Amália Lucy, a filha do casal, estudava história na Pontifícia Universidade Católica, disposta a seguir o caminho da tia professora. A família podia dividir seu tempo entre o Leblon e as férias na casa dos parentes, em Estrela. Lá Geisel ainda era o "marido da Lucy Markus".

* * *

Enquanto a maioria dos generais que chegavam ao STM transformava a cadeira numa espécie de tribuna para pronunciamentos políticos, Geisel foi um ministro calado, arredio. Ia de casa para o tribunal e do tribunal para casa. Seu exercício de sociabilidade continuava a ser a longa caminhada pela praia do Leblon. No tribunal, mantinha um de seus cadernos escolares para anotar conceitos de juristas famosos. Copiou trechos de decisões do Supremo Tribunal Federal: "Desconhece a nossa lei penal os delitos de opinião", ou "Ser comunista não constitui crime". Depois, em algumas folhas soltas, acrescentou novas notas, a maioria das quais com argumentos contra a concessão de *habeas corpus*.[3]

Resumindo a permanência de Geisel no tribunal, seu colega João Mendes definiu-o como "juiz corajoso, [que] não se preocupava em agradar, com seus votos, ao que se costuma chamar opinião pública".[4]

Geisel foi um juiz duro e confessadamente parcial: “Houve casos em que eu condenei, tal era a minha convicção, apesar da deficiência de provas do processo”.[5] Relatou cinco pedidos de *habeas corpus* relacionados com processos políticos. Negou quatro.[6] Nos raros casos em que se formaram maiorias legalistas, como em julho de 1968, quando o tribunal classificou como ineptas as denúncias imprecisas e inconclusivas, Geisel votava com a minoria. Dois meses depois, os ministros mudaram de ideia, e ele se tornou maioria.[7] Sua trajetória está mais bem demarcada pelos votos em que foi vencido. Em 1968 Geisel negou ao ex-governador de Sergipe Seixas Dória o direito de ser julgado pelo STM — e não numa auditoria — por supostos crimes cometidos em 1963, quando a Justiça Militar nem sequer tinha jurisdição em matéria política.[8]

Em 1965 Geisel foi para o Superior Tribunal Militar. Caso único de oficial promovido a general de exército e imediatamente remetido ao tribunal. Foi um juiz duro: “Houve casos em que eu condenei, tal era a minha convicção, apesar da deficiência de provas do processo”.

Implacável com os réus políticos, era generoso no julgamento dos crimes militares. Relatou sete processos de desertores e insubmissos. Reduziu a pena de dois, absolveu um, anulou o julgamento de outro e mandou libertar um médico preso arbitrariamente pela Marinha.[9] Duas derrotas magoaram-no. Numa o tribunal absolveu um capitão-aviador pedófilo. Noutra deixou passar uma roubalheira de mantimentos da Marinha que amparava a fartura das mesas de alguns almirantes.[10]

Sua nêmesis no STM era o general Pery Constant Bevilaqua, um legalista imprevisível e destemido. Peça vital do dispositivo que assegurara a posse de João Goulart em 1961, dois anos depois chamara os dirigentes do CGT de “malfeitores sindicais”. Deposto o governo, combateu a instauração de processos contra Jango e seus ministros. Crítico da expansão da influência militar e da abertura da economia aos capitais estrangeiros, foi remetido da chefia do Estado-Maior das Forças Armadas ao STM. Lá, condenou os inquéritos policial-militares por meio dos quais a nova ordem julgava os adversários políticos do antigo regime. Negou competência aos militares para julgar civis e defendeu a anistia.[11]

O general Pery Bevilaqua tornou-se um adversário de Geisel no STM. Denunciava as torturas e o surto militarista. Houve uma sessão em que os dois se estranharam e Pery chegou a levantar-se da cadeira. Foi cassado em 1968. Lutou pela anistia e morreu em 1990.

Os dois generais estranharam-se durante o julgamento do *habeas corpus* de um livreiro. Pery aparteou o voto de Geisel, e ele o advertiu de que não admitia ser interrompido.

> — Vossa excelência é um mal-educado e não precisa levantar a voz — rebateu Pery.
> — Educação tenho demais.
> — Então você tem que demonstrar — arrematou Pery, pondo-se de pé.[12]

Pery Bevilaqua foi malvadamente posto para fora do STM com base no AI-5, poucos meses antes de completar setenta anos, quando seria aposentado pelo calendário. A ditadura acreditou que se livrara dele, mas na verdade foi Pery quem se livrou dela. Anos depois, tornou-se um dos líderes da campanha pela anistia. Graças a ele, o Exército brasileiro pode dizer que um de seus generais teve a coragem de falar em anistia na época em que a palavra parecia um estigma.

Geisel rompeu o seu silêncio político em outubro de 1967, quando uma comissão de parlamentares visitou presos em Juiz de Fora e achou onze vítimas de torturas. Em todos os casos os criminosos eram militares agindo dentro de quartéis do Exército. Um dos integrantes da comissão era o deputado Marcio Moreira Alves, cuja luta contra a tortura já entrava em seu terceiro ano. Ele remexera na história de setembro de 1964 e criticara a conduta de Geisel durante sua missão ao Nordeste: “Este general honrado mancomunou-se com um bando de sádicos”.[13]

Uma rara fotografia de Golbery fora do palácio, em setembro de 1964. Com ele, Geisel, que voltava do Nordeste, aonde fora apurar denúncias de torturas de presos. (Concluiu que elas só aconteceram nos primeiros dias de abril.)

O general respondeu na sessão do STM de 30 de outubro. Recapitulou os acontecimentos de 1964 e fechou sua “Explicação Pessoal” citando longamente uma nota do general Lyra Tavares que culpava a “técnica de ação comunista no campo psicológico” pela divulgação de “falsidades e lendas”. Tudo coisa “dos teóricos da guerra revolucionária [que] pretendem explorar a credulidade pública atribuindo a elementos das forças armadas arbitrariedades e abusos de autoridade incompatíveis com a dignidade da função militar e do sentimento humano”.[14]

Esse raciocínio repetia a ideia de que a questão da tortura era uma campanha esquerdista. Como o governo sustentava que não havia tortura, quem dissesse o contrário era um esquerdista interessado em desonrar as Forças Armadas. A formulação de Lyra Tavares, feita em 1964, quando comandava o IV Exército, não prosperara junto à retórica do governo Castello. O próprio Geisel, ao longo do episódio da missão ao Nordeste, jamais atacara as denúncias. Passados três anos, não foi Lyra quem mudou de conduta, mas Geisel. Em 1967, como em 1964, ele foi parte da solução do problema dos torturadores, não do das vítimas.

Geisel fazia restrições à ditadura de Costa e Silva por Costa e Silva, não pela ditadura. Mesmo em 1965, quando antevira a ida da democracia para a “geladeira”, condenara “os levantes”, “a necessidade de corromper” e outras consequências anárquicas do regime ditatorial, mas não a sua base.[15] Criticava a folhagem, não a árvore. Continuava duvidando da conveniência do sufrágio universal para a escolha dos governantes e da necessidade de um parlamento com poderes legislativos. “A liberdade que se precisa para viver, essa existe. Não há liberdade é para a bagunça, a baderna, a ação contra o governo”, repetiria com frequência.[16]

O marechal Costa e Silva presidiu o Brasil de março de 1967 a agosto de 1969, quando foi abatido por uma isquemia cerebral. Geisel e Golbery fizeram o possível para tirá-lo do Ministério do Exército e evitar sua candidatura. Em 1966, Golbery dizia: “Eu prefiro o *showdown* e que o Costa e Silva dê o golpe e assuma o poder agora a que haja uma eleição que cooneste tudo e difira por um ou dois anos o golpe e a ditadura”.

* * *

No decorrer de 1968 o general sofreu cólicas abdominais. Perseguido por uma hipersensibilidade genérica à dor, fazia exames, tirava radiografias e

nada se descobria. Em maio de 1969, durante uma dolorosa cólica, foi metido às pressas numa ambulância e levado para o Hospital Central do Exército, com uma pancreatite aguda. Seu médico, o tenente-coronel Americo Mourão, temia que morresse. O professor Figueiredo Mendes, especialista chamado a vê-lo no dia seguinte, também temeu por sua vida. Esperou 24 horas para tranquilizar a família.[17] Geisel ficou no hospital até julho, quando lhe tiraram a vesícula. Foi uma operação de manual, conduzida por um major-médico. Como o paciente era um general de quatro estrelas, o diretor do HCE incluiu-se na equipe e resolveu dar um palpite. Determinou que se fizesse uma transfusão. Nada adiantou o argumento do major de que a cirurgia estava no fim e não houvera perda significativa de sangue. Geisel relembrou o resultado da sugestão: "Tive alta e fui para casa, dois ou três dias depois comecei a ter febre. Depois fui ficando amarelo. Finalmente, fiquei esverdeado. Era hepatite".[18] Golbery chegou a admitir que "o *Alemão* quase dobra o cabo da boa (ou má) esperança".[19] Aplicaram-lhe algumas injeções de cortisona que redundaram em simples paliativo, mas, acelerando o raciocínio e alterando a percepção do general, ofereceram-lhe uma amostra do "barato" em que entrara boa parte do mundo.[20] Enquanto ele estava na cama, realizou-se o festival de Woodstock, nos Estados Unidos, e estreou a peça *Hair* em São Paulo. Num, diante de 400 mil jovens que dormiram ao relento, Jimi Hendrix tirou da guitarra elétrica sua monumental variação do hino nacional americano. No teatro Aquarius, pelada e despercebida, Sônia Braga era apresentada aos brasileiros. A recuperação de Ernesto Geisel demoraria seis meses. Logo aqueles seis meses da segunda metade de 1969.

Durante a crise da busca de um sucessor para Costa e Silva, o marechal Ademar de Queiroz chegou a sugerir o nome de Geisel numa reunião de velhos castelistas. Foi cortado pelo general Antonio Luiz de Barros Nunes, o *Cacau*: "Ô Ademar, eles não vão topar. Nosso pessoal não vai topar. Ele está no tribunal, ficam espalhando que está com câncer. Negativo: não vão

aceitar o Ernesto".[21] Pelo menos um coronel do círculo de relações de Geisel dizia que ele tinha um câncer, e seu aspecto macerado fortaleceu essa impressão mesmo entre alguns amigos.

A. L. (*Cacau*) de Barros Nunes

Como acontecia com frequência quando se tratava de sentir o pulso do "nosso pessoal", *Cacau* estava certo. Ninguém o conhecia por Antonio Luiz, nem parecia general. Solteirão, boêmio, loquaz e irreverente, era o típico carioca de Vila Isabel. Dava-se com generais cassados e cassadores, tinha amigos no DOPS, no Partido Comunista e na embaixada americana.[22] Resolvia qualquer problema, fosse para procurar um preso na Vila Militar ou para conseguir um lugar na tribuna de honra do Maracanã. Abria qualquer porta, tanto no SNI como na noite do Rio, onde era bom amigo do colunista Ibrahim Sued. Gostava de dizer que tinha muita vontade de ir ao próprio velório, pois haveria de ser uma grande festa. Num grupo de militares relativamente reclusos, *Cacau* era o mais bem-informado e o mais estimado.

Ainda acamado, Geisel recebeu a visita de seu irmão Orlando com o convite do novo presidente para que dirigisse a Petrobras. Havia nele uma lisonja oculta: em 1967 Costa e Silva chamara Emílio Médici para a função, o general refugara o convite, argumentando que não tinha preparo suficiente, e sugerira que chamasse Geisel. A ideia prosperou por alguns dias, até ser atropelada por um arranjo de interesses estaduais. No dia 6 de

novembro de 1969, chegou a Geisel um telex do chefe do Gabinete Civil informando-o de que Médici acabara de nomeá-lo para a presidência da Petrobras. Seu médico só admitiu que fosse para a estatal sob o compromisso de seguir uma dieta, além de obrigar-se a meia hora de sono depois do almoço.[23]

A posse de Geisel na Petrobras foi cerimônia corriqueira, com um discurso insosso e uma poderosa presença na fila de cumprimentos: Orlando, ministro do Exército, fardado. Um comandava a tropa, outro assumia a presidência da maior empresa do país. *Cacau*, que dois meses antes prognosticara a baixa, disse ao seu amigo Ernesto: "Você se prepare para ser presidente da república". "Ele esbravejou", rememoraria *Cacau*, "e eu repeti: 'Prepare-se para ser presidente'."[24]

1 Para as discussões em torno da ida de Geisel para a reserva, *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de janeiro, 14 de maio e 6 de julho de 1966.

* Entendendo-se que Geisel manteria a idade adulterada. Caso contrário, completaria setenta anos em 3 de agosto de 1977.

2 Ao ser promovido, Geisel passou à frente de três generais mais antigos: Carlos Luiz Guedes, Alfredo Souto Malan e Syseno Sarmento. Mandado direto ao STM, não ocupou vaga no quadro de generais de exército. Não atrapalhou a vida de ninguém, exceto a de algum quatro-estrelas que cobiçasse a cadeira do tribunal.

3 Caderno de anotações de Geisel no STM. APGCS/HF.

4 Discurso do ministro João Mendes, na despedida de Geisel do STM, em 10 de dezembro de 1969. APGCS/HF.

5 Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, de 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

6 Geisel relatou e negou os pedidos de *habeas corpus* de réus de processos políticos de números 29.388, 29.396 (ambos no *Diário Oficial* de 21 de janeiro de 1970, pp. 29-30) e 29.421 (*Diário Oficial* de 4 de fevereiro de 1970). Relatou e negou também a *Representação nº 826*, relacionada com o pedido de *habeas corpus* de um preso (*Diário Oficial* de 12 de agosto de 1970). Concedeu parcialmente o de nº 29.317, do estado do Paraná (*Diário Oficial* de 31 de dezembro de 1969). Tratava-se de um lavrador condenado a quatro anos de prisão por atividades subversivas. Tendo cumprido três anos e um mês, solicitava ao STM que mandasse destravar seu pedido de liberdade

condicional retido no Cartório da Auditoria e que o soltasse. O tribunal seguiu o voto de Geisel, determinando o destravamento da papelada e deixando a libertação do preso a critério do auditor.

7 *Habeas Corpus nº 29.439*, relatado pelo ministro Eraldo Gueiros: "A errada ou defeituosa capitulação não torna [a denúncia] inepta, sobretudo quando, recebida, prosperou, permitindo ao acusado defender-se da instrução". *Diário Oficial* de 4 de fevereiro de 1970, p. 54. Um dos *habeas corpus* negado por Geisel, acompanhando a maioria, foi o de número 29.801, pedido pelos líderes estudantis José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Travassos. Separata do *Diário Oficial* do estado da Guanabara, parte III, Poder Judiciário, quarta-feira, 11 de março de 1970, p. 118.

8 *Conflito de Jurisdição nº 156*, Pernambuco, sessão de 9 de junho de 1968, no *Diário Oficial* de 19 de novembro de 1969, apenso ao nº 221, parte III, p. 362.

9 O insubmisso da *Apelação nº 36.545* (*Diário Oficial* de 6 de agosto de 1969) foi absolvido. O do *Habeas Corpus nº 29.406 (Diário Oficial de 28 de janeiro de 1970) foi libertado. O da Apelação nº 36.558 (Diário Oficial de 13 de agosto de 1969) teve a sentença anulada e foi mandado a novo julgamento. Dois desertores tiveram suas penas reduzidas: Apelação nº 36.837 (Diário Oficial de 5 de novembro de 1969, p. 284) de nove para seis meses, e Apelação nº 36.874 (Diário Oficial de 12 de novembro de 1969, p. 321). Mantiveram-se as penas na Apelação nº 36.942 (Diário Oficial de 19 de novembro de 1969, p. 360) e no Habeas Corpus nº 29.817 (Diário Oficial de 18 de março de 1970, p. 119).*

10 Ernesto Geisel, outubro de 1994.

11 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 1, p. 657.

12 *Correio da Manhã*, 31 de outubro de 1967, 1º Caderno, p. 9.

13 Idem, 15 de outubro de 1967, capa do 1º Caderno.

14 *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1967, p. 16.

15 Para a crítica, *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de agosto de 1965.

16 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972.

17 Amália Lucy Geisel, julho de 1991.

18 Ernesto Geisel, julho de 1988 e outubro de 1994.

19 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 29 de julho de 1969. APGCS/HF.

20 Para os efeitos da cortisona, Ernesto Geisel, 1976.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de dezembro de 1971.

22 Entre os amigos de *Cacau* estava, por exemplo, o general Nelson Werneck Sodré. Ernesto Geisel, outubro de 1994.

23 Amália Lucy Geisel, julho de 1991.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de dezembro de 1971.

GOLBERY, O FEITICEIRO

Criptocomunista

Quando garoto, Golbery do Couto e Silva presenciara diversas experiências na sala da casa de seu pai, na cidade de Rio Grande, o maior porto de mar entre Santos e Buenos Aires. Jacintho do Couto e Silva Junior herdara razoável fortuna, tinha bigodes pontudos, bons cavalos, mulheres e vinhos. Galã de grupo de teatro amador, reunia amigos em casa para reproduzir as experiências do físico inglês William Crookes, da Sociedade para a Pesquisa Psíquica. Era comum que fizessem transportes, mas, apesar das tentativas, nunca conseguiram uma levitação.[1]

O general completara sessenta anos em 1971. Era o principal conselheiro político de Geisel. Quem o visse em 1967 seria capaz de julgar mais fácil o exercício de levitação de Jacintho do que a ressurreição política de seu filho. Do SNI Golbery passara ao Tribunal de Contas e dele escapara em 1968. Tornara-se presidente da Dow Química, braço brasileiro da multinacional americana. Ganhava cerca de 10 mil dólares mensais. Nunca vira tanto dinheiro na vida.[2]

Em 1968 o general Golbery tornou-se consultor da empresa americana Dow Química. Meses depois passou a presidir a filial brasileira da companhia. Ganhava cerca de 10 mil dólares mensais. Nunca vira tanto dinheiro na vida, nem voltaria a ver.

Seu escritório, na avenida Rio Branco, ficava a dez minutos da sede da Petrobras. Tivera três anos de notoriedade no governo Castello, mas poucas eram as pessoas que o reconheciam na rua. Pouco falava de si, muito menos do pai ou da família. Raramente saía de casa e quase nunca ia à casa dos outros. Tinha algo de misterioso, mas também gostava de se mostrar enigmático. Brincava com suas crises de labirintite: “Labirinto é a minha especialidade”.[3] Depois de quase meio século de convivência, cumplicidade e admiração, Geisel confessaria a um amigo: “Eu sempre fico com a impressão de que o Golbery não me contou tudo”.[4]

Golbery dificilmente saía de casa porque sua mulher, Esmeralda, sofria alucinantes crises psicóticas. Mesmo nos períodos de normalidade — cercada por amas, pais de santo e bichos — dava-se a constrangedores

acessos de irascibilidade, nos quais tratava o marido com dureza. Nos 52 anos que viveu nesse casamento Golbery jamais menosprezou a mulher. Não se queixava dela, assim como não a contrariava diante de estranhos. Evitava deixá-la sozinha, tratava-a com carinho, referia-se a ela como “a madame”. Gostava de contar casos em que a intuição e a lealdade de Esmeralda a levaram a prever (e acertar) combinações políticas que ele supunha impossíveis. Quando necessário, mencionava que sua mulher tinha “um problema psiquiátrico”.

Leitor obsessivo, formara uma biblioteca de 10 mil volumes, entulhando sua casa em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Reproduções de quadros dos mestres europeus ocupavam as paredes que escaparam às estantes. Seus prazeres d’alma eram a leitura e a conversa. Não ia ao cinema e amealhara cultura teatral lendo peças. Era um erudito marcado pelo autodidatismo. Conhecia de memória a estrutura pictórica da *Transfiguração*, de Rafael, mas encantava-se com a figura de um menino em êxtase que, além de espalhafatosa, nem de Rafael é.[5] Faltava-lhe o apuro do gosto. Vestia-se descuidadamente e não se interessava por comida. Não era comum que bebesse, mas bebia mal, tanto por ser capaz de servir-se de uísque às dez da manhã como por enrolar a voz na quinta dose.

Adorava excessos: cristais venezianos com formas de passarinhos, porcelana francesa com cenas campestres ou o poema “Se”, de Rudyard Kipling. Não se pode chamá-lo de barroco, era exagerado mesmo. Escrevendo, era capaz de cometer uma frase de 24 linhas, com 268 palavras escoradas em dezessete vírgulas.[6] Num exemplo pouco complicado: “É a alma faustiana do homem moderno que reponta, com todas as suas inquietudes, no claro-escuro de um Rembrandt, o poeta supremo da luz, como se afirma ademais na trágica ironia irreverente e acusadora de um Daumier ou de um Goya, para culminar na desordenada exuberância do colorido estonteante e semilouco de um van Gogh”.[7]

Tudo isso atrás daquela figura discreta, quase sempre metida em ternos cinza, com óculos de aro fino, cabelo cortado rente. Seus hábitos vocabulares eram comuns. Traía no sotaque a idade e a origem gaúcha. Dizia “cousas” em vez de “coisas”. Qualquer semelhança com seu mito misantrópico era mera coincidência. Havia algo estudado em sua lendária frieza. Escondia uma propensão romântica. Tinha ódios incontornáveis, como o que devotou a Carlos Lacerda depois de 1966 (“Não falo com esse sujeito, nunca”), e amizades irredutíveis. Em nome da que o uniu a Heitor Ferreira, ameaçou morrer afastado de Geisel.[8] Esse personagem que foi ao mesmo tempo ícone e patuá para a ditadura militar tinha um traço curioso, atrevido, quase moleque. “Eu não estou ligado a nada, nunca. É uma característica minha, não sei dizer se é virtude ou defeito.”[9]

* * *

Caso clássico de arruinado. Desde a metade do século XIX, o nome dos Couto e Silva associara-se à boa qualidade das peças de prata para arreios vendidas em Rio Grande. Ao trabalho do português Manuel, seguiu-se o de Jacintho, o mais velho de seus oito (ou nove) filhos.[10] De acordo com o hábito dos comerciantes lusitanos, a família concentrou seu patrimônio em imóveis, todos na cidade, muitos na rua em que vivia. Jacintho Junior não gostava de trabalhar, nem como prateiro nem como senhorio. Com a ampliação do porto, expandiram-se todos os comércios da cidade, e a rua República do Líbano, onde estava sua casa, foi engolida pela “zona”.[11] Mudaram os locatários, caíram os aluguéis, e de nada serviu algumas famílias — inclusive a dele — transferirem a porta de entrada para outro lado do terreno, onde antes era o quintal.[12] “O que adianta? Ele não vai pagar mesmo”, Golbery ouvia o pai responder à mulher, quando ela insistia que fosse cobrar o que lhe era devido. A essa altura Henriqueta do Couto e Silva costurava para fora.[13]

Era ruína europeia. Quanto menor o patrimônio, maior a pose. Com uma afetada francofilia, Jacintho deu nomes estranhos aos dois filhos. Ao mais velho chamou Morency, sobrenome de um dos colonizadores de Quebec. Ao segundo, nascido em 21 de agosto de 1911, chamou Golbery, sobrenome de um magistrado metido em eruditos estudos arqueológicos, morto em 1854 e quase desconhecido fora de Colmar, sua cidade natal. Lá uma pequena rua homenageia sua memória.[14]

Apesar de seu pai achar impróprio mandar os filhos à escola elementar, acreditando que receberiam melhor educação em casa, o menino foi matriculado no colégio estadual Lemos Junior, porque o reitor estava interessado numa experiência pedagógica e pediu que lhe entregassem a criança, então com onze anos. Golbery nunca soube direito a que tipo de experiência foi submetido, mas lembrou-se com orgulho do resultado: "Entre os treze e os catorze anos eu li quase todos os clássicos da literatura portuguesa. Camilo Castelo Branco, por exemplo, eu li inteiro. Além disso, inventariei toda a biblioteca e os laboratórios de física e química, equipados com material alemão de muito boa qualidade".[15]

Pensava em ser engenheiro ou advogado. "Mas cadê o dinheiro? Talvez eu conseguisse, mas meu irmão já estava no Exército, e eu fui no arrasto." Chegou à Escola Militar de Realengo com uma cultura acima da média dos colegas. Sabia muita matemática e se encantara com o estudo de história. Ia à secretaria conferir as notas de Luiz Carlos Prestes, transformadas em pedra da meca do irredentismo tenentista. Era o melhor aluno da escola, com notas superiores a 8 em todos os exames, na marca do *Cavaleiro da Esperança* e do tenente Ernesto Geisel. Saiu de Realengo em dezembro de 1930, na primeira turma de aspirantes do novo regime. Com o tenentismo no palácio, os novos oficiais deveriam cuidar dos quartéis. Pelo calendário gregoriano, Golbery tinha quatro anos menos que Geisel e dez menos que Cordeiro de Farias. Pelo calendário político, estava uma geração atrás.

* * *

Sua participação na Revolução de 1930 limitou-se ao trabalho de estafeta: levou uma carta à casa onde estava Juarez Távora. Mandado para uma guarda do Catete, catou nos jardins do palácio alguns panfletos do Partido Comunista. Esse foi o primeiro contato que teve com a espécie. Já lera alguns trabalhos de Lenin e via na revolução bolchevique "uma nova aurora, um estágio superior da Revolução Francesa". Mais tarde haveria de se classificar como um "criptocomunista literário". Gostava da frase de Mussolini ("é preciso viver perigosamente"), mas detestava o fascismo, "apesar de ele ter feito os trens italianos andarem na hora".[16] Estava mais para Trotsky do que para Stalin, mais para Bukharin do que para Trotsky, mas tudo isso era elucubração. Quando Luiz Carlos Prestes anunciou seu rompimento com o governo de Getulio Vargas, Golbery nem sequer refletiu sobre o ideário socialista que ele propunha. "O caso é que ele se colocava contra o Rio Grande, e para nós a Revolução era do Rio Grande."[17]

Mandado em 1931 para o 9º Regimento de Infantaria, em Pelotas, esteve na tropa que combateu a Revolução Constitucionalista de 1932. Levara na mochila a *Crítica da razão pura*, do filósofo alemão Immanuel Kant, e retornara com um elogio por bravura.[18] Foi a primeira e única vez que atirou em combate. De volta a Porto Alegre, tornou-se instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, o CPOR. Tinha 21 anos e era oficial da infantaria, mas ingressara no mundo dos instrutores, responsável pela fabricação de todas as mitologias intelectuais das Forças Armadas em tempos de paz.

Havia um namoro entre Golbery e o PC. Dele não há registro na memorialística comunista, como de resto ela quase nada revela a respeito da base militar do partido. Entre 1933 e 1934, Golbery encontrou-se com um oficial que servia no Paraná. "Foi uma conversa sobre doutrina. Era um coronel da artilharia, homem brilhante, que eu respeitava muito." Os

comunistas remeteram-lhe material de propaganda e em 1934 contataram-no formalmente. “Era um civil, disse que vinha a mando do *Miranda*.”[19] *Miranda* era o ex-sargento Antonio Maciel Bonfim, secretário-geral do PCB. Depois disso o capitão Carlos da Costa Leite, o “Prestes da cidade”, fez mais uma tentativa de recrutá-lo.[20] Deram-se novos contatos clandestinos durante o ano de 1935, até que, conforme contou mais tarde: “Vi que a coisa estava esquentando e não tinha substância, saí fora”.[21] Saiu mas deixou rastro. Seu nome foi achado no caderno de endereços de um major, e sem que Golbery soubesse, tramitou na burocracia da repressão uma denúncia contra ele. Salvou-o o coronel gaúcho (de Bagé) Salvador César Obino, que lera um artigo do tenente Golbery defendendo o anarquista Bakunin. “Ele achou que se eu escrevia aquilo claramente, não devia estar metido em levantes.”[22]

De todas as leituras e influências do período, Golbery levaria para o resto da vida o que ele chamava de “hábito de raciocinar dialeticamente”: “Uma coisa nunca é como é. Não há o certo nem o errado absolutos”. “Esse tipo de raciocínio, uma vez adquirido, não se perde nunca”, explicaria meio século depois, queixando-se de que “se confunde dialética com marxismo, o que é burrice”.[23] Mal chegara aos 24 anos, magro, desinteressado das competições esportivas, tinha fama de intelectual. Aprendia inglês lendo a revista *Time* e ouvindo a BBC de Londres.

Estava sob a proteção de uma confraria de oficiais gaúchos. Fora ajudante de ordens do general (de Alegrete) João Carlos Toledo Bordini, um oficial de tintas liberais que passara para a reserva depois do golpe de 1937. Bordini recomendara o capitão ao coronel Mário Ary Pires (de Pontal da Barra), chefe de gabinete da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, segundo homem no Gabinete Militar da Presidência. Em 1939 Golbery entrou no palácio do Catete detestando o Estado Novo e Getulio Vargas, seu fâmulo. No Conselho de Segurança planejava-se a entrada do Brasil na guerra, contra a Alemanha.[24] Do que ouvira de Ary Pires e do que

aprendera com leituras, Golbery preparou em segredo um trabalho a que deu um título típico da audácia dos capitães: *Diretrizes para a Mobilização Nacional*. Nos meses seguintes reconheceu pedaços de seu estudo num documento que circulava pelos altos escalões. Começara sua carreira de escriba.

Falara-se do cadete Golbery em 1930, e falou-se dele novamente em 1941. Como capitão, inscrevera-se nas provas livres do curso de admissão à Escola de Estado-Maior e fora o único aprovado. Seu exame mais difícil parece ter sido o de motorista, pois, com trinta anos e sem dinheiro, não sabia dirigir. Três anos depois embarcou para Fort Leavenworth. Em Kansas City viu o seu primeiro Van Gogh, uma contorcida paisagem de oliveiras, pintada um ano antes da morte do artista. A guerra escapou-lhe entre os dedos. Desembarcou em Nápoles no final de fevereiro de 1945, um ano após a entrada das tropas americanas na cidade. Aquartelado 450 quilômetros ao sul da linha Gengis Khan, onde se esfarelavam as divisões alemãs dos Apeninos, Golbery não ouviu um só tiro.

Foi sua única viagem à Europa. Vagou pelos museus e igrejas de Nápoles e Roma, chocou-se com a miséria e com a prostituição de adolescentes em troca das caixinhas de ração. Cuidou do planejamento do retorno dos pracinhas ao Rio de Janeiro. Em outubro de 1945 estava de volta, com economias suficientes para comprar seu primeiro imóvel, um apartamento em Laranjeiras. Da convivência com a tropa americana não resultou sensível influência ideológica. “O exército americano não nos impressionou porque era democrático, mas porque funcionava.”[25]

O Exército brasileiro funcionava mal, e a guerra expusera suas misérias. No exame de saúde de Fort Leavenworth descobriu-se que um coronel tinha lepra.[26] Na Itália acharam-se pracinhas tuberculosos, e, das 11.617 baixas sofridas pela FEB, 8.480 deveram-se a doenças. Numa tropa de 25 mil homens, 10.399 passaram por tratamento dentário na Europa. Foram realizadas 9.071 extrações.[27] A fraqueza estrutural era semelhante. Num

regimento do Rio Grande do Sul o comandante selecionou para a Força Expedicionária os soldados com mau comportamento.[28] Um pelotão do 6º RI teve oito comandantes em poucos meses de instrução. A rotatividade de oficiais que saltavam do regimento — e da guerra — foi semelhante em pelo menos cinco de suas nove companhias.[29]

Por questão de sigilo, disseram à tropa do primeiro escalão que ela desembarcaria na Tunísia, mas quando o navio estava no Mediterrâneo, os soldados souberam, pela locutora *Rosa da Esperança*, da rádio de Berlim, que seu destino era Nápoles.[30] Tiraram ao comandante da Força Expedicionária a prerrogativa de escolher os auxiliares e até mesmo de promover os soldados em combate.[31] O chefe do Estado-Maior, imposto pelo Rio, brigava com o general da artilharia e com o encarregado da seção de operações, que, por sua vez, rompera com o colega das informações.[32] A tropa estava malvestida e mal calçada. O verde-escuro dos seus uniformes parecia-se com a cor da farda dos alemães. Desembarcou desarmada em Nápoles e, confundida com um lote de prisioneiros, viu-se vaiada. Os cigarros de boa qualidade sumiam no caminho, e à Itália chegavam mata-ratos intragáveis.[33] As fardas encolhiam e desbotavam. “Não se pode entender tanta negligência do Rio de Janeiro”, queixava-se 35 anos depois o comandante da Artilharia Divisionária, Cordeiro de Farias.[34]

O capitão Golbery que regressou ao Rio de Janeiro saltara do trem da esquerda. Em março de 1952, como tenente-coronel, foi designado para a Escola Superior de Guerra. A ESG tinha três anos e ele, 41. Juntos construiriam uma das grandes lendas da política brasileira.

1 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

2 Golbery foi indicado à Dow por Roberto Campos, que recusou a presidência da empresa no Brasil. Inicialmente o general trabalhou como consultor. Depois, tornou-se presidente da companhia. Renato Hauptmann, maio de 1993. Para o salário, Heitor Ferreira, março de 1974. Numa conversa com Ueki,

de março de 1974, Heitor se refere a um salário mensal de 50 mil cruzeiros (7.100 dólares). Essa cifra excluiria as bonificações.

3 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1973.

4 Antonio Carlos Magalhães, 1981.

5 Para o menino da *Transfiguração*, John Pope-Henessy, *Raphael*, p. 75.

6 Golbery do Couto e Silva, *O sentido humano da arte*, p. 3. AA.

7 Idem, p. 7. AA.

8 Para a referência a Lacerda, *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de junho de 1965. Em 1984, Golbery só combinou um reencontro com Geisel (a quem não via fazia quase quatro anos) depois que obteve do general Gustavo Moraes Rego a certeza de que o ex-presidente se reaproximaria de Heitor Ferreira. Tanto Geisel quanto Golbery sabiam que lhes restava pouco tempo para um reencontro, que acabou não ocorrendo. Golbery do Couto e Silva, agosto de 1985.

9 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

10 Genealogia preparada por Golbery do Couto e Silva em resposta a uma carta de Marco Antônio Rabelo do Couto e Silva, de 8 de outubro de 1981. APGCS/HF. Manuel do Couto e Silva veio do Porto para o Brasil com um filho e quatro filhas. Viveu no Rio de Janeiro por alguns anos, onde teria feito dois ou três filhos homens. Em Rio Grande fez mais um.

11 Para as obras do porto, concluídas em 1917, Euripedes Falcão Vieira, *Rio Grande, geografia física, humana e econômica*, p. 132. Para o movimento da zona, Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

12 A casa dos Couto e Silva, cuja entrada era na República do Líbano, virou-se para a rua Benjamin Constant, 123. Em 1992, esse terreno era ocupado por pequenos sobrados. Onde havia sido a entrada estavam a loja de artigos de pesca O Arrastão e a academia de caratê Shotokan.

13 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

14 Para Phillipe Marie Aimé de Golbery, *Jornal do Brasil* de 25 de junho de 1975, p. 2, citando um verbete de enciclopédia francesa. Para a rua, fotografia tirada em Colmar, em 1982, pelo jornalista Guilherme Veloso. AA.

15 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

16 Idem.

17 Idem.

18 "O fabricante de nuvens", *Veja*, 19 de março de 1980, p. 25.

19 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

20 Idem, 1980, informação publicada em "O fabricante de nuvens", *Veja*, 19 de março de 1980, p. 25.

21 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

22 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984. Nas diversas ocasiões em que tratei com Golbery de suas relações com o Partido Comunista, ele se mostrou pouco receptivo. Dava respostas curtas e não as elaborava. Tendo contado em 1980 que Carlos da Costa Leite tentara recrutá-lo, deixou de mencioná-lo na entrevista de 1984, quando colocou no quebra-cabeça a figura do civil mandado por

Miranda. Em outubro de 1994 Geisel lembrou que, nessa época, "constava que ele tinha algumas ideias de esquerda". Parece que os artigos de Golbery se perderam.

23 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984. Para a queixa a respeito da confusão entre dialética e marxismo, "O fabricante de nuvens", *Veja*, 19 de março de 1980, p. 31. Em seu *Geopolítica e poder*, p. 16, Golbery chama o materialismo marxista de "filho espúrio do idealismo hegeliano".

24 "Apesar de o Getulio, depois, ter mostrado algumas simpatias pelo Eixo, no Exército eu nunca vi outro tipo de trabalho que não fosse prevendo a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados." Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

25 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

26 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

27 Frank D. McCann Jr., *The Brazilian-American Alliance*, pp. 369 e 71. Ver também Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 311.

28 Ernani Ayrosa da Silva, *Memórias de um soldado*, p. 32.

29 Frank D. McCann Jr., *The Brazilian-American Alliance*, p. 375.

30 Ernani Ayrosa da Silva, *Memórias de um soldado*, p. 35. Essa locutora era Margarida Hirshman. Depois da guerra ela foi presa e condenada, no Brasil, a vinte anos de prisão, cumpriu dois e viu-se indultada. Evandro Lins e Silva, *O salão dos passos perdidos*, pp. 176-8. Sua equivalente americana, Midge Gillars, ou Axis Sally, presa em 1945, só foi libertada em 1961.

31 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, pp. 326 e 332.

32 Idem, p. 328. Chefiava o Estado-Maior o coronel Floriano de Lima Brayner; a artilharia, o general Cordeiro de Farias; a seção de operações, o tenente-coronel Castello Branco; e a de informações, o tenente-coronel Amaury Kruel.

33 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 343. Para uma documentada descrição das debilidades da FEB segundo os oficiais americanos que com ela lidaram, William Waack, *As duas faces da glória*, pp. 113-57. Ver também Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 104. Para a falta de agasalhos, má qualidade dos tecidos, a dificuldade provocada pela cor e a vaia em Nápoles, Joaquim Xavier da Silveira, *A FEB por um soldado*, pp. 58 e 64.

34 Aspásia Camargo e Walder de Góes, *Meio século de combate*, p. 362.

O escriba

Conhecida também pelo pernóstico apelido de *Sorbonne*, a Escola Superior de Guerra era produto de um sincero interesse da cúpula militar pelo aprimoramento intelectual dos oficiais superiores, mas também de um desejo dos ministros de manter longe dos comandos de tropa e de posições importantes no Estado-Maior os oficiais de muita capacidade e pouca confiança.[1] Enquanto se puniam com transferências para circunscrições de recrutamento os coronéis chucros ou extremados, a oposição militar bem-educada ganhava escrivaninhas na ESG, cuja primeira virtude era a localização: no Rio de Janeiro, debruçada sobre a praia da Urca. Em 1953, somando-se os estagiários ao seu quadro de pessoal, a ESG dava o que fazer a doze generais, três almirantes, dois brigadeiros, 33 coronéis e onze capitães de mar e guerra, efetivo equivalente a mais que o dobro dos coronéis e generais que foram para a guerra.[2]

Desde 1950 a escola juntava por volta de setenta civis e militares num curso de um ano, verdadeira maratona de palestras e estudos em torno dos problemas nacionais. Essa convivência de oficiais, burocratas e parlamentares era experiência inédita, mas seria exagero dizer que nos seus primeiros dez anos de vida a ESG aglutinou uma amostra da elite nacional. O número de estagiários sem ligação funcional com o Estado dificilmente alcançava um terço das turmas. A seleção dos 483 militares que fizeram qualquer tipo de curso na ESG entre 1950 e 1959 deu-se, sem dúvida, no estrato superior da oficialidade. Dois chegaram à Presidência da República (Geisel e Castello Branco), 23 ao ministério e, deles, seis chefiaram o

Exército. Com os 335 civis que passaram pela escola no mesmo período, o resultado foi outro. Só quatro chegaram ao ministério. Um deles, Tancredo Neves, pode ser computado como se tivesse chegado à Presidência.

A escola funcionava num clima grandiloquente e autocongratulatório. Suas primeiras turmas incluíam oficiais sinceramente convencidos de que participavam de um mutirão intelectual que repensava o Brasil. Havia neles um verdadeiro sentido de missão. "Nenhum de nós sabia nada e queríamos que alguém nos desse ideias", contaria mais tarde o general Antonio Carlos Muricy.[3] Ainda assim, a ESG não produziria uma só ideia ao mesmo tempo certa e nova. Seus fundadores empilharam conceitos redundantes, como Planejamento da Segurança Nacional, e impenetráveis, como o Conceito Estratégico Nacional, atrás dos quais se escondia uma metafísica do poder estranha à ordem e às instituições democráticas, aos sistemas partidários e aos mecanismos eleitorais. Carlos Lacerda chamava-a de "escola do blá-blá-blá".[4] Com o tempo edificou-se a mitologia de que a *Sorbonne* foi laboratório de aperfeiçoamento da elite nacional e sacrário ideológico do regime de 1964. Parte da cúpula militar que a criou, no entanto, haveria de tomá-la como mau exemplo tanto pela fauna como pela flora. "Cuidado com os picaretas. Veja a ESG", advertiu Geisel a um amigo. As famosas apostilas de capa cinza eram documentos irrelevantes para o general: "Podem ir para o lixo, pois as turmas e os grupos são muito díspares".[5]

Fundada na premissa de que o subdesenvolvimento brasileiro era produto da falta de articulação e competência de sua elite, a ESG se propunha a sistematizar o debate dos problemas do país.[6] Oferecia-se também como centro de estudos para uma crise universal muito mais ameaçadora e urgente. Em maio de 1949 a escola ainda não estava legalmente organizada, mas seu comandante, o general Oswaldo Cordeiro de Farias, advertia: "Precisamos preparar-nos para a eventualidade da terceira guerra mundial, o que é uma consequência do panorama internacional, uma política de autodefesa, um imperativo de nossa soberania

e do nosso espírito de sobrevivência. Viver despreocupado deste problema, num mundo que não se entende, é ter mentalidade suicida".[7]

Esse mundo vivia sob a influência de duas expressões: Cortina de Ferro e Guerra Fria.

A primeira fora celebrizada pelo ex-primeiro-ministro inglês Winston Churchill. Em março de 1946, discursando na pequena cidade de Fulton, nos Estados Unidos, ele denunciou: "De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro caiu sobre o Continente. Atrás dessa linha, todas as capitais dos velhos Estados da Europa Central, Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapest, Belgrado, Bucarest e Sofia, todas essas famosas cidades, bem como as populações que as circundam, estão submetidas não só à influência soviética, mas a um grande e crescente controle por Moscou".[8]

A segunda fora produto da memória do jornalista americano Walter Lippmann. Ao dar título a uma coletânea de artigos dos últimos meses de 1947, ele recorreu à expressão francesa usada em 1939 para designar a política de intimidação de Hitler na Europa, "*la guerre froide*".[9]

* * *

Apesar de esses dois conceitos terem encantado as forças conservadoras brasileiras, o Estado Novo lutava contra a Cortina de Ferro antes que Churchill a tivesse percebido e se alistara na Guerra Fria antes que ela tivesse começado. Se o combate ao nazismo aproximara conservadores europeus e americanos dos comunistas, no Brasil essa aproximação não se deu, porque a direita filofascista e mesmo filonazista jamais foi combatida, muito menos derrotada. Quem olhasse a hierarquia da ditadura no início de 1946 veria poucas mudanças nos palanques. Em ocasiões especiais, podia-se notar o sumiço, nas casacas e nos uniformes, das condecorações distribuídas pelos embaixadores da Alemanha e da Itália. Na Europa a

associação com o Eixo custara à extrema direita a vida (quando foi para as trincheiras), a fortuna (quando a depositou no projeto guerreiro) ou a credibilidade (quando tornou pública a sua posição). No Brasil, nada disso.

A ditadura de Vargas se assombrara com o degelo ocorrido em 1941, aproximando o Ocidente e a União Soviética. Coubera ao Exército Vermelho quebrar a invencibilidade alemã, enfrentando uma ofensiva militar que chegou a somar 250 divisões ao longo de uma frente de quase 2 mil quilômetros. Churchill, respondendo a um amigo perplexo pela defesa que fazia dos soviéticos, esclareceu: "Se Hitler invadisse o inferno, eu diria até mesmo uma boa palavra sobre Belzebu na Câmara dos Comuns".[10] Cercado em Corregidor, nas Filipinas, o general americano Douglas McArthur dizia que "a esperança da civilização repousa nas bandeiras do corajoso Exército Vermelho".[11] Em pouco mais de dois anos os Estados Unidos socorreriam a União Soviética com 9 mil aviões, 4 mil tanques, 210 mil caminhões e 5 milhões de pares de botas.[12]

No Brasil a guerra era outra. A Censura do Estado Novo proibia, em 1941, a exibição d'*O grande ditador*, de Charles Chaplin.[13] O anticomunismo haveria de levá-la a combater a própria aliança antinazista. Em outubro de 1942, quando Churchill desembarcou em Moscou, o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo censurara os noticiários cinematográficos que mostravam o primeiro-ministro inglês ao lado dos governantes soviéticos. Um mês depois, com os ventos da guerra começando a mudar debaixo das ruínas de Stalingrado, os brasileiros foram impedidos de ver os prisioneiros alemães marchando diante do ministro da Defesa russo.[14] Nem mesmo uma sessão privada para o general Dutra foi remédio capaz de levantar o veto da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, ao filme *A estrela do Norte*, história romântica de guerrilheiros ucranianos.[15] Em novembro de 1944, quando se acreditava que a Alemanha poderia capitular de uma hora para outra, o chefe do Departamento Federal de Segurança Pública informou a um funcionário da

embaixada americana que estava pronto para trancafiar pelo menos trezentos comunistas.[16]

Os comunistas não foram presos em maio de 1945, quando a Alemanha se rendeu, mas em outubro, quando Getulio Vargas caiu. Inúmeras sedes do PCB foram varejadas pela polícia, encarceraram-se alguns de seus dirigentes e Luiz Carlos Prestes asilou-se na embaixada do México. Na noite de 31 de outubro, dois dias depois da deposição do ditador, um visitante entrou no apartamento do chanceler Pedro Leão Velloso. Era o embaixador americano Adolf Berle Jr., pedindo o fim da perseguição aos comunistas: "Manifestei-lhe a esperança de que o governo soltaria os líderes. (...) Disse-lhe que fazia um mau negócio, dava a impressão de fraqueza".[17] Semelhante bizarria, com um embaixador americano batalhando a libertação de comunistas, era reflexo da personalidade de Berle, mas também de uma nova ordem mundial, nova, frágil, porém liberal.

O marechal Dutra assumiu a Presidência da República, em janeiro de 1946, indicando que o fôlego liberal da nova ordem brasileira seria curto. Na chefia do Gabinete Militar pôs o general Álcio Souto. Dez anos antes, quando Adolf Hitler recomendava ao embaixador brasileiro que o governo "não tivesse piedade" dos bolcheviques, Dutra pedia aos comandantes militares a "repressão imediata e impiedosa" contra os comunistas. Atacava os presos que "despem a camisola dos galés para vestirem a túnica dos mártires".[18] Na casa dele se comemorara a queda de Paris.[19] Dutra elegera-se presidente com o apoio da base política da ditadura. Sob sua Presidência as relações diplomáticas com a URSS, cujo restabelecimento teve o incentivo da Casa Branca, duraram precisamente trinta meses e esfumaçaram-se em outubro de 1947.[20] O Brasil foi o primeiro país do chamado mundo ocidental a romper relações com Moscou.[21] A legalidade do Partido Comunista durara menos: dezoito meses. Depois de ter conseguido 500 mil votos (10% do eleitorado) para seu candidato a

presidente e de ter feito uma bancada de catorze deputados, o PCB, com 180 mil membros, controlando duas editoras e oito jornais, foi posto fora da lei em maio de 1947.[22]

Na época, bem como nas décadas seguintes, a retórica e a propaganda stalinistas atribuíram o refluxo político de 1947 à inspiração americana. O governo do presidente Harry Truman foi, sem dúvida, anticomunista, mas não lhe coube a concepção da virada brasileira, muito menos o ardor. Era o general Álcio Souto quem informava ao embaixador dos Estados Unidos, antes mesmo da abertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte, que o PCB seria cassado. Era também ele quem se queixava do que seria a excessiva tolerância americana em relação ao comunismo.[23] Foi o marechal Dutra quem pediu ao presidente Truman que colocasse o combate ao comunismo no topo de sua agenda numa rápida visita ao Brasil.[24] O general George Marshall, chefe do Estado-Maior do Exército americano durante a guerra e secretário de Estado em 1947, chegou a sugerir que fosse evitado o rompimento de relações com Moscou.[25] Já o ministro da Guerra, general Goes Monteiro, em torno do qual gravitaram os oficiais germanófilos nos primeiros anos de combates, dizia que "a primeira bomba atômica foi jogada em Hiroshima e a segunda em Nagasaki, a terceira e a quarta no atol de Bikini, mas a quinta, a sexta, sétima e oitava podem muito bem cair na Rússia".[26]

Affonso Henrique de Miranda Corrêa, o tenente-coronel que comandara os calabouços da Delegacia Especial de Segurança Política e Social da ditadura e estagiara por um ano na Gestapo, tornara-se encarregado da administração da Escola Superior de Guerra.[27] O coronel Antonio José Coelho dos Reis, o *Tomé*, que dirigira a máquina de censura e propaganda do DIP e nela proibira a exibição d'*O grande ditador*, chefiava a Divisão de Assuntos Militares da ESG.[28] Tendo passado incólume pela Segunda Guerra Mundial, a direita brasileira entrara invicta na Guerra Fria.

* * *

O tenente-coronel Golbery saiu da casca na Escola Superior de Guerra, em 1952, com uma série de conferências que intitulou *Aspectos geopolíticos do Brasil*. A essa altura estava revertida a onda esquerdista na Europa. Os comunistas haviam sido postos para fora de todos os governos, os conservadores tinham o poder do Tejo ao Reno e as economias prosperavam. As matanças ocorridas do outro lado da Cortina de Ferro mutilaram o orgulho dos comunistas. Na América Latina a esquerda vira-se condenada a abandonar quaisquer tentativas de alinhamento com o Leste, reorganizando-se atrás de propostas neutralistas. Getulio Vargas acabara de tirar do Ministério da Guerra o general Newton Estillac Leal, boêmio da malandragem dos bares do Centro do Rio e oficial audacioso na tropa, revoltoso de 1924 e 1930. Em 1942, como coronel e orador da turma da Escola de Estado-Maior, chamara Hitler de "porco" diante de uma plateia onde se encontravam Vargas e Dutra.[29] Na qualificação de um de seus inimigos, Estillac acreditava que "o Exército não estava aí para garantir privilégios".[30]

Aspectos geopolíticos do Brasil é um trabalho meticuloso e pedante. Nele o tenente-coronel procurou mostrar tudo o que sabia, a ponto de misturar, em dois únicos parágrafos, profecias de Zaratustra, teoria dos números e o espaço curvo quadridimensional. Na primeira conferência, em apenas sete páginas, Golbery trabalha na formulação do conceito de segurança nacional. Não era o primeiro a fazê-lo, mas, entre todos, viria a tornar-se o mais conhecido, chegando a se confundir com a própria ideia. Com o tempo, repetiria o esquema de 1952 em diversos escritos, quase sempre complicando-o.

Seu prelúdio é a visão pessimista de uma democracia "exangue de forças e de vontade", de uma civilização ocidental próxima do aniquilamento e de um mundo atacado pela "subversão cósmica de valores

e de conceitos”.[31] Cético em relação à ordem internacional, Golbery dizia que “não se sabe já distinguir onde finda a paz e onde começa a guerra”, “de guerra total a guerra global; (...) e — por que não reconhecê-lo? — permanente”.[32]

Nessa época os Estados Unidos lideravam uma guerra na Coreia (47 mil mortos aliados) e a França, outra, na Indochina (106 mil mortos franceses até o final dos combates, um terço dos aspirantes da Academia Militar de Saint-Cyr a cada ano). Mal tinham terminado guerras civis na China e na Grécia, já começava a revolta da Argélia. Desde a paz europeia haviam se consumado 25 golpes militares, vinte dos quais na América Latina.[33]

O universo fracassado exibido pelo tenente-coronel era produto de uma reciclagem do pessimismo do escritor alemão Oswald Spengler em sua *Decadência do Ocidente*. Spengler concebera a obra antes do início da Primeira Guerra com a triste conclusão de que a civilização ocidental chegara a um esgotamento cultural, aprisionada pelo poder do dinheiro, do qual só haveria de se libertar com o advento de um cesarismo em que o imperador prevaleceria sobre instituições cuidadosamente preservadas, porém defuntas. “Tudo girará em torno do poder inteiramente pessoal exercido pelo César ou por quem quer que seja capaz de exercê-lo para ele.”[34]

Golbery acompanhara Spengler na formulação (e até mesmo na estridência do estilo), mas separara-se dele diante do César. Admitira a esterilidade institucional, chegara à denúncia da elite “corrompida em sua moral e alheia a seus deveres e responsabilidades”, transformada em “minoria de opressão”, mas não dera o último passo, aquele que levaria Spengler a esboçar no perfil do César os traços de Benito Mussolini.[35] O tenente-coronel vira no poder das armas um “militarismo suicida” e apelara a um revigoramento da democracia, capaz de salvá-la dos “braços ásperos do cesarismo”.[36]

Seu remédio contra a decadência era o fortalecimento do Estado. Primeiro pela necessidade de "ampliar cada vez mais a esfera e o rigor do seu controle sobre uma sociedade já cansada e desiludida do liberalismo fisiocrático de eras passadas".[37] Depois, pela articulação de uma estratégia para a "guerra onipresente".[38] A Grande Estratégia transforma-se, por fim, numa "verdadeira *política de segurança nacional*".[39] Através dela o governo "coordena, dentro de um conceito estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares".[40] O que em Spengler era uma pessoa — o César — tornara-se em Golbery um conceito — a Segurança Nacional.

Essa visão embutia o projeto de um país industrializado, com o Estado regendo o desenvolvimento de setores estratégicos. Entre 1947 e 1955 a indústria brasileira crescera 122%.[41] O sonho desenvolvimentista da ESG era sincero, no entanto, estava amarrado ao conservadorismo político e fiscal de seu grande aliado na Guerra Fria. Os governos dos presidentes Truman e Eisenhower queriam orçamentos equilibrados, mas condenavam sobretudo a interferência do Estado brasileiro na economia (ela passara de 17,1% em 1947 para 23,9% em 1956) e associavam iniciativas nacionalistas com ameaças à segurança e aos negócios americanos. O secretário do Tesouro, George Humphrey, sustentava que os Estados Unidos não tinham motivo para subsidiar um desenvolvimento potencialmente competitivo.[42] A política americana desse período foi documentadamente narrada em 1989, por Gerald Haines, da equipe de historiadores da Central Intelligence Agency. Em seu severo *Americanization of Brazil*, ele escreveu: "Advogando uma política neocolonial e neomercantilista, os funcionários americanos queriam criar e manter um fluxo de matérias-primas brutas brasileiras. Eles não queriam que o Brasil desenvolvesse uma capacidade industrial competitiva, especialmente em relação a materiais estratégicos".[43]

Tal circunstância esterilizava o pensamento da direita militar. Estavam ao lado dos Estados Unidos na Guerra Fria e concordavam com as bases filosóficas de seu capitalismo. Supunham ter um parceiro no aliado, mas não conheciam a extensão do seu desinteresse pela expansão industrial brasileira. Capturado pelo conflito ideológico, esse pensamento associou-se a um projeto americano que lhes oferecia qualquer tipo de solidariedade, menos a industrialização acelerada. Como observaria Haines: "A política americana em relação ao Brasil baseou-se em imagens, valores, mitos, estereótipos e distorções da realidade. Foi uma combinação de cálculo político, interesse, paternalismo e evangelismo. Ainda assim, deu certo".[44]

Do ponto de vista institucional a proposta de Golbery na ESG resumia-se a um palavrório. A própria ideia do Conceito Estratégico já fora apresentada em 1949 por Cordeiro de Farias. Em tese seria algo como a Arca da Aliança do projeto nacional. Na prática, era nada. Em 1969 o general João Baptista Figueiredo, chefe do Estado-Maior do III Exército, descobriu que o planejamento das ações militares de suas tropas não conferia com o Conceito Estratégico. Durante a maior parte do consulado militar os principais textos de estratégia, planejamento e ordem de operações foram documentos conflitantes.[45] Em junho de 1974, pouco depois de ter assumido a Presidência da República, Geisel informou ao Alto-Comando das Forças Armadas que, tendo lido o misterioso enunciado do Conceito Estratégico, percebera-o velho e inepto, mandando redefini-lo.[46] Esse trabalho durou perto de um ano e, uma vez concluído, adquiriu tamanha confidencialidade que Heitor Ferreira, secretário do presidente da República, querendo descobrir a essência da estratégia da nação em que vivia, recorreu ao chefe do SNI, sem sucesso, para conseguir-lhe uma cópia.[47]

Nada de novo estava sucedendo em 1952 debaixo do céu da praia da Urca. O Conselho de Segurança Nacional existia desde 1934, a Lei de Segurança Nacional, desde 1935. A expressão era corriqueira, carregando

sempre (antes e depois dos ciclos de conferências da ESG) um conteúdo relacionado com a repressão política. Ao renascer, no entanto, tinha uma aparência mais utilitária do que repressiva. Em maio de 1949, Cordeiro de Farias já dissera que, "só com uma organização apropriada de governo, será possível uma política de segurança nacional", indicando que a preocupação central do general e dos oficiais que viriam a formar a ESG não era apenas a definição da política de segurança, mas acima de tudo a "organização apropriada do governo".[48] Se possível, com o projeto deles, de preferência sem Getulio Vargas.

* * *

Foi no início dos anos 1950 que, no Catete, alguém teve a ideia de dizer que os oficiais envolvidos nas conspirações contra o governo eram mais de "fritar bolinhos". Expressão da malandragem, variante da velha conversa fiada, referia-se às mulheres que tricotavam a vida alheia enquanto vigiavam suas frituras. O apelido foi perfilhado pelos conspiradores, e eles passaram a se denominar "fritadores de bolinhos".[49] [*Veja o documento*] Vagavam por apartamentos da Zona Sul do Rio, com frequência pelo edifício Montese, no Leme, onde vivia um naco da hierarquia militar. Desde o retorno de Vargas ao poder, insuflavam e seguiam o jornalista Carlos Lacerda, cujos artigos na *Tribuna da Imprensa* devastavam o governo. Em 1954 Lacerda estava entre os estagiários de meio expediente da ESG.

Dois manifestos militares fritaram Getulio Vargas. O primeiro saiu em fevereiro. Chamou-se *Memorial dos Coronéis*. Assinado por 81 oficiais superiores, moralista e anti-inflacionário, foi talvez o único protesto de assalariados contra um aumento de salário mínimo: "Perigosas só poderão ser hoje, portanto, nos meios militares, as repercussões que já se pressentem e anunciam de leis ou decisões governamentais que, beneficiando certas

classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insuportável de todas as utilidades".[50]

Na tarde de 23 de agosto de 1954, assinado por trinta generais da guarnição do Rio de Janeiro, circulou um *Manifesto dos Generais* pedindo a renúncia do presidente: "Conscientes dos seus deveres e responsabilidades perante a Nação (...) e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar (...) como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as forças armadas a renúncia do atual presidente da República".[51]

O estilo dos dois manifestos era inconfundível. *Corca*, codinome de conspirador que derivava de uma corruptela de *Corcunda* (o de Notre-Dame era marido de Esmeralda, no romance de Victor Hugo), escrevera os dois.*

Aquele tenente-coronel polido, culto e calado começava a ser conhecido. Golbery era um dos mais fortes candidatos à condição de "intelectual do Exército". Divertia-se submetendo-se a torneios culturais, identificando pintores em livros, compositores nas transmissões de música clássica da Rádio Ministério da Educação, redigindo conferências literárias para os chefes e resolvendo problemas de matemática moderna.[52] Em outubro de 1954, enquanto boa parte dos "fritadores de bolinhos" se mudara para o palácio do Catete, Golbery continuou na ESG e lá deu início ao mais influente de todos os seus ciclos de conferências. Chamava-se *O Planejamento e a Segurança Nacional*.

Aqui e ali ainda há ecos de Spengler ("uma civilização talvez já ferida de morte"), mas a influência do pessimismo alemão se dissolvera. No lugar dela ficou o choque entre dois modelos: a "anomia" dos Estados liberais ou o "totalitarismo" dos regimes socialistas. A saída? "Uma nova era para a história da humanidade, a era do planejamento, de liberdade e de justiça." Chegara a sugerir que o Brasil fosse posto ao compasso de um plano quinquenal. (Adotado no final do primeiro ano do mandato de um presidente, ele sempre se estenderia por todo o primeiro ano do seu

sucessor.)[53] Uma utopia, que se deveria alcançar através de um método: o "planejamento da Segurança Nacional". Na sua expressão mais simples a política de segurança nacional era a promessa de um planejamento competente (nas mãos dos "fritadores de bolinhos"). Esse pensamento edificava-se numa concepção da atividade pública desligada das instituições republicanas. Uma utopia em que faltava relevância às eleições, aos partidos e ao Parlamento. Na definição de Oliveiros S. Ferreira, um "liberalismo (…) sem cidadãos".[54] Planos e diretrizes ocupavam e abafavam o espaço da vida política e da negociação do dissenso. O planejamento dependeria da definição dos termos em que se amparava. De todos eles o mais complicado era precisamente o que parecia mais simples: *guerra*. O que vinha a ser uma guerra?

Em 1952, Cordeiro de Farias vira duas no horizonte: uma guerra mundial, com pequena participação brasileira, outra sul-americana, talvez platina, na qual seria preciso brigar feio.[55] No entendimento de Golbery, "guerra" significava guerra: "Fiquemos, pois, com a distinção corrente e até mesmo popular entre guerra e paz. Pergunte-se a quem quer que seja se a III Guerra Mundial já rebentou e a resposta imediata não deixará quaisquer dúvidas".[56]

Mesmo assim, Golbery reconhecia que era preciso definir "o problema complexo da guerra civil", que ele também chamava de "guerra subversiva".[57] Tratava-se de questão essencial para todo planejamento. Isso porque era na classificação das pressões internas que se haveria de marcar a régua de qualquer política de segurança nacional. Ela seria a base do cálculo para determinar o momento em que o governo declararia guerra a uma parte do seu povo.

Golbery achava necessário planejar a guerra contra movimentos internos que culminassem "na subversão armada, na revolução, na guerra civil". No caso da subversão comunista, argumentava que a hipótese de guerra contra a "poderosa quinta-coluna" deveria ser a mesma concebida

para “a agressão externa partida da Rússia ou de seus satélites”.[58] Apesar de total, a guerra só começaria de verdade quando houvesse uma ameaça tangível: “De qualquer forma, entre uma subversão armada e as perturbações da ordem pública que requeiram apenas mera repressão de caráter policial, a diferenciação não apresenta, em geral, maiores dificuldades”.[59]

A Doutrina de Segurança Nacional cuja codificação se iniciou em 1953 fora pouco mais que um espichamento de velhas ideias saídas do Estado Novo e de novas apostilas americanas, quase todas resumidas por Cordeiro de Farias um ano antes.[60] A noção de guerra revolucionária, que daria um novo sentido ao anticomunismo militar em todo o mundo, mal começara a ser formulada pelos generais franceses batidos na Indochina, expulsos do Marrocos e da Tunísia, e dispostos a uma desforra na Argélia. A expressão “guerra revolucionária” não consta de nenhuma conferência de Golbery nos anos 1950.

Ele denunciava “as tiranias despudoradas e retrógradas que, sob a bandeira de um *salvacionismo* as mais das vezes insincero e sempre suspeito, nunca trepidam em denunciar os perigos e invocar a Segurança Nacional, para (...) alargarem, insaciáveis, o seu poder de coação e de mando”.[61]

Entre 1952 e 1954 o tenente-coronel Golbery viveu os anos dourados da ESG, mas nem ele nem ela formularam um pensamento original. Pode-se atribuir a ambos um grande esforço metodológico, buscando a sistematização de esquemas capazes de facilitar estudos posteriores, mas nada além disso. Fora uma árdua maratona de estudos, marcada pelo zelo e pela humildade daquele núcleo de “fritadores de bolinhos”. Geração como essa a escola jamais voltaria a ver. Em 1958 a Biblioteca do Exército publicaria as palestras do tenente-coronel num livro intitulado *Planejamento estratégico*, com uma provável tiragem de 10 mil exemplares, da qual sobraria encalhe sete anos depois.[62] Com o tempo

decairia até mesmo o interesse de Golbery pelo assunto. Só isso explica o fato de que um artigo intitulado “Planejamento da Segurança Nacional — Conceitos Fundamentais”, que saiu no final de 1960, seja uma cópia quase integral de uma palestra de título semelhante, feita dois anos antes.[63]

Do conjunto das conferências de Golbery na ESG ressalta um ausente: as Forças Armadas. Em menos de meio século haviam derrubado dois presidentes e três regimes. Não há sobre elas análise ou juízo, muito menos crítica, como se não fizessem parte da problemática nacional, ávida por planejamento e segurança. Refere-se a elas três vezes, em passagens irrelevantes.

* * *

O negócio do tenente-coronel era “fritar bolinhos”, até que, na noite de 11 de novembro de 1955, fritaram-no. A conspiração vitoriosa de agosto de 1954 naufragara catorze meses depois, quando o general Juarez Távora, um dos seus corifeus, vira-se derrotado pelo governador mineiro Juscelino Kubitschek na disputa pela Presidência da República. O general rompera um pacto segundo o qual nenhum dos grandes chefes militares disputaria a eleição.[64] Golbery sempre achara aquela candidatura um desastre: “O lançamento do nome do Juarez nos obrigava a apoiá-lo e, tendo-o apoiado, a respeitar o resultado”.[65] Como em 1950, o resultado fora adverso, e novamente o jornalista Carlos Lacerda pedia o golpe. Antes mesmo da eleição, propusera um regime de exceção.[66] Depois dela, chamou o resultado de “mentira democrática” e sustentou que Kubitschek “não pode ser presidente, não será presidente”.[67] Veio a “Novembrada” e Golbery foi levado preso para o quartel-general, onde se guardavam os “fritadores de bolinhos” na Inspetoria Geral. O ambiente era cortês, o coronel Nelson Werneck Sodré, quadro do Partido Comunista, fez e serviu café aos presos.

A divisão nascida naquela noite não permitiria a repetição de semelhantes cavalheirismos.[68]

A direita militar vira-se batida por dois lances inesperados. O primeiro fora o suicídio de Vargas, que transformou um presidente deposto num mito histórico invencível. O segundo foi o golpe de Lott, que transformou um general disciplinado e inflexível no condestável de uma ordem distante e adversária dos "fritadores de bolinhos".

Um ano depois da "Novembrada", promovido a coronel, Golbery estava no Estado-Maior. Lá, haveria de começar a convivência dele com o coronel Ernesto Geisel e com um novo subordinado a quem se afeiçoaria, o tenente-coronel João Baptista Figueiredo, então com quarenta anos. Retornara à "guerra contra o bloco comunista". Completara trinta anos de Exército, ajudara a derrubar um presidente, desenhara uma nova república em suas conferências, mas, tal qual Geisel, não cumprira os dois anos regulamentares de arregimentação como coronel numa caserna.

Golbery vagara por escrivaninhas com seus exércitos imaginários e guerras apocalípticas, mas no Estado-Maior viu-se diante de verdadeiros problemas de segurança nacional. Um documento informava: "As atuais divisões, organizadas com efetivos de paz e tendo suas sedes escolhidas em função das necessidades de manutenção da ordem interna, não estariam aptas à participação, em curto prazo, em operações de guerra".[69] Num exemplo dessa situação, o comandante da Artilharia de Costa de Niterói registraria: "A artilharia, como artilharia, não poderia atuar de jeito nenhum, a não ser para fazer barulho".[70] Como dizia o adido militar brasileiro em Washington, "são passados quarenta anos do meu ingresso no Exército e nunca tive o gostinho de trabalhar em unidades de fato constituídas, sempre fazendo de conta, agindo como se fora!".[71] Era um Exército voltado para a ordem interna, hipertrofiado no Rio de Janeiro, refratário a mudanças. As panelinhas predominavam a ponto de um

comandante da Vila Militar ter organizado o embrião de uma sociedade secreta destinada a alavancar a carreira dos oficiais de infantaria.[72]

Em 1960 a eleição de Jânio Quadros levou os “fritadores de bolinhos” ao poder, e poderia parecer que as Forças Armadas passariam por um saudável programa de reformas. Golbery recebeu uma carta de um tenente que pedia um plano “drástico” de mudanças na estrutura do Exército, “um programa de cortes, um restabelecimento da verdade operacional”. Para o planejamento da segurança nacional, nada mais elementar e indispensável. Para o planejamento da segurança política do governo, nada mais perigoso. Golbery fulminou:

> Não o julgo possível, pelo menos no que se refere ao qualificativo do “drástico”. Convenhamos que vitória enorme houve, mas foi, em medida enorme, pessoal de Jânio Quadros. Encaremos o problema do ponto de vista do vitorioso (JQ). Será o caso de permitir que haja problemas na área militar, perguntar-se-á ele? A Aeronáutica exige mudança (os comunistas terão de ser afastados, sem dúvida). Na Marinha há luta de grupos a apaziguar (e o problema do porta-aviões...). Então, para que mexer no Exército, onde as ambições estão contidas?[73]

Rendido por um operador político, o coronel dos parágrafos empolados sobreviveria apenas nas apostilas da ESG ou nos exemplares amarelados do *Planejamento estratégico*. A partir de 1960 as circunstâncias da política levaram Golbery a escrever para plateias cada vez menores, ao mesmo tempo em que tomava gosto pela mitologia de mistério que se formou em torno da figura dele. Esses dois fatores produziram uma supervalorização de suas conferências dos anos 1950. Como elas eram a única fonte de acesso ao pensamento daquele oficial introvertido, traçaram-lhe as principais linhas da personalidade pública, embaralhando-a. Assim como não havia

nenhuma relação entre a maneira de ele escrever e falar, também não havia relação entre a complexidade de seus esquemas e a simplicidade de seus objetivos. Na mesma resposta ao tenente entusiasmado, acrescentaria: “Esquecia-me de responder a uma indagação sua sobre os postos-chaves (estratégicos). O gabinete militar da presidência, a secretaria-geral, o Serviço Federal de Informação, são-no, sem dúvida”.[74]

Pois em fevereiro de 1961 o coronel Golbery do Couto e Silva assumiu a secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional e o controle do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações. O SFICI ressurgira no final do governo Kubitschek, com o propósito de anexar uma central de informações à Presidência.

1 Segundo John W. F. Dulles, *Castello Branco*, p. 197, o apelido foi inventado por Oswaldo Aranha.

2 Para a lista de nomes do corpo permanente e de estagiários, *Diplomas Conferidos em 1953*, BI nº 187, de 15 de dezembro de 1953. Ou o sítio da ESG, <http://www.esg.br>, para a turma de 1953. Também *Militares Integrantes da Escola Superior de Guerra no Ano de 1953*, Divisão de Expediente da ESG, 2003. Na FEB havia quatro generais e treze coronéis, em J. B. Mascarenhas de Moraes, *A FEB pelo seu comandante*, pp. 345 e segs., com a lista de oficiais.

3 Depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 2, fita 17, p. 326.

4 Para o conceito de Lacerda, depoimento do general Octavio Costa, em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 136. Vale transcrever a opinião do general Octavio Costa sobre a ESG, cujo quadro não integrou: “A ESG criou um corpo doutrinário fictício com um palavrório vazio”.

5 Bilhete de Heitor Ferreira, sem data, com anotação manuscrita de Geisel. Geisel respondia a uma proposta de Heitor de se criar uma escola civil de alto nível para o serviço público. Tratando do mesmo assunto, mais uma vez com Heitor Ferreira, Geisel disse que “o exemplo da ESG é altamente decepcionante”, num bilhete de 26 de julho de 1974. APGCS/HF. Para as apostilas, *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de fevereiro de 1972.

6 “Proposta de criação da Escola Superior de Guerra”, em José Alfredo Amaral Gurgel, *Segurança e democracia*, pp. 30-4.

7 Oswaldo Cordeiro de Farias, *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra*, realizada na Escola de Estado-Maior, p. 6. Criada em outubro de 1948, a ESG só foi organizada pela Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949.

8 John Lewis Gaddis, *The United States and the origin of the Cold War*, p. 308.
9 Ronald Steel, *Walter Lippmann and the American century*, p. 445.
10 John Colville, *The fringes of power*, p. 404.
11 John Lewis Gaddis, *The United States and the origin of the Cold War*, p. 37.
12 Adam B. Ulam, *The rivals*, p. 3. As cifras exatas são 8.872 aviões, 3.734 tanques, 206.771 caminhões.
13 Inimá Simões, *Roteiro da intolerância*, p. 28.
14 Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet challenge*, p. 185.
15 Idem, pp. 185-6. Esse episódio ocorreu em dezembro de 1943.
16 Idem, p. 189.
17 Adolf A. Berle, *Navigating the rapids*, p. 557.
18 Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet challenge*, p. 113, referindo-se a um telegrama do embaixador Moniz de Aragão ao Itamaraty, de 29 de janeiro de 1936, no qual narrou a conversa que teve com Hitler ao entregar-lhe suas credenciais. Para a frase de Dutra, ver Ferdinando de Carvalho, *Lembrai-vos de 35!*, p. 163.
19 Informação fornecida a Frank McCann por Euclydes Aranha, mensageiro que foi à casa do ministro da Guerra para dar a notícia. Em McCann Jr., *The Brazilian-American Alliance*, p. 256.
20 Pio Corrêa, *O mundo em que vivi*, p. 289. Para a influência americana no restabelecimento de relações com a URSS, ver Gerald K. Haines, *The americanization of Brazil*, p. 26.
21 Gerald K. Haines, *The americanization of Brazil*, p. 28.
22 Para o tamanho do PCB, carta do embaixador William Pawley ao presidente Harry Truman, de 1946, em Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet challenge*, p. 208.
23 Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet challenge*, p. 211.
24 Idem, pp. 216-7.
25 Telegrama do embaixador Oswaldo Aranha ao Itamaraty, de 18 de outubro de 1947, em João Hermes Pereira de Araújo, "Oswaldo Aranha e a diplomacia", publicado em Aspásia Camargo e outros, *Oswaldo Aranha*, pp. 345-6.
26 Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet challenge*, p. 202, com telegrama transmitido pelo adido naval americano a Washington, de 6 de junho de 1946.
27 Para a posição de Miranda Corrêa, Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2, p. 1603, e o depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 2, fita 17, p. 325. *Associados — 1950-1987*, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (1987), p. 2, registra Miranda como estagiário da primeira turma, em 1950. Miranda Corrêa visitou a Alemanha em 1936. Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil*, p. 171. Para seu estágio na Gestapo, onde foi condecorado por Himmler, Martha K. Huggins, *Polícia e política*, p. 56.
28 Para a posição de Coelho dos Reis, depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 2, fita 17, p. 325. Coelho dos Reis deixou a ESG para comandar a Escola de Estado-Maior e em 1954 foi nomeado chefe de gabinete do ministro Henrique Lott. Para a censura d'*O grande ditador*, Inimá Simões, *Roteiro da intolerância*, p. 28.

29 Nelson Werneck Sodré, *Do Estado Novo à ditadura militar*, pp. 9 e 62.
30 Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 120.
31 Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica e poder*, pp. 15-6.
32 Idem, p. 19.
33 Para o número de golpes de 1945 a abril de 1953, Morris Janowitz, *Military institutions and coercion in the developing nations*, pp. 53-6. Na tabulação de Janowitz não foi listada a deposição de Vargas, em 1945. Acrescentei-a.
34 Oswald Spengler, *The decline of the West*, pp. 376, 378 e 414.
35 Golbery do Couto e Silva, *Os Estudos Estratégicos de Áreas, Morte e Transfiguração das Civilizações e Culturas*, em *Geopolítica e poder*, p. 57.
36 Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica e poder*, pp. 57 e 15, para as duas citações, respectivamente.
37 Idem, p. 15.
38 Essa noção de universalidade da guerra vinha do rescaldo das batalhas de 1914-1918. *A guerra total* é o título do livro do general alemão Erich Ludendorff em 1935, cuja edição brasileira saiu em 1941, pela Editorial Inquérito. Numa de suas conferências, Golbery registrou que a ideia de "guerra total" vem do pensamento alemão dos anos 1920. Golbery do Couto e Silva, *Fortalecimento do Potencial Nacional — Planejamento*, em *Geopolítica e poder*, p. 464.
39 Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica e poder*, p. 20.
40 Idem.
41 Gerald K. Haines, *The americanization of Brazil*, p. 63.
42 Memorando de conversa, de Edward C. Cole, diretor do Office of Regional American Affairs, de 2 de outubro de 1953, citado em Gerald K. Haines, *The americanization of Brazil*, p. 70. Para a participação do Estado na economia, idem, p. 63.
43 Gerald K. Haines, *The americanization of Brazil*, p. 87.
44 Idem, p. 185.
45 Conversa de Figueiredo com Geisel, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
46 Maço de quarenta folhas anotadas por Heitor Ferreira, intitulado *Primeira Transcrição do Pronunciamento do Presidente Geisel na Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, em 10 de junho de 1974. APGCS/HF.
47 Bilhete de Heitor Ferreira a Figueiredo, 8 de dezembro de 1976. APGCS/HF.
48 Oswaldo Cordeiro de Farias, *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra*, realizada na Escola de Estado-Maior, p. 7.
49 Em 9 de julho de 1958 Golbery usou essa expressão numa carta a Heitor Ferreira: "Recebi ultimamente alguns encargos que me roubaram, tremendamente, o pouco tempo disponível que o 'fritar bolinhos' comumente nos permite". APGCS/HF.
50 Edgar Carone, *A Quarta República (1945-1964)*, pp. 556 e segs. O *Memorial* foi assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis.
51 Quatro folhas com o texto do manifesto. APGCS/HF.

* Golbery reconheceu a autoria desses manifestos em diversas conversas com o autor.

52 Depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 2, fita 19, p. 353. Para a conferência literária, *Semana de Euclydes da Cunha (Cinquentenário de Os Sertões)*, conferência do general Canrobert Pereira da Costa, novembro de 1952 (plaquete). APGCS/HF.

53 Golbery do Couto e Silva, *O Planejamento e a Segurança Nacional*, em *Geopolítica e poder*, pp. 310 e 359.

54 Oliveiros S. Ferreira, *Forças Armadas, para quê?*, pp. 5-28.

55 Oswaldo Cordeiro de Farias, *Conceito Estratégico Nacional — Diretrizes Governamentais*. Conferência feita na ESG em 10 de junho de 1952, pp. 1-2.

56 Golbery do Couto e Silva, *O Planejamento e a Segurança Nacional*, em *Geopolítica e poder*, p. 324.

57 Idem, pp. 322-5.

58 Idem, p. 328.

59 Idem, pp. 325-6.

60 Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade*, p. 124.

61 Golbery do Couto e Silva, *Planejamento da Segurança Nacional — Conceitos Fundamentais*, conferência de 1958, em *Geopolítica e poder*, p. 431.

62 Para a tiragem, Heitor Ferreira, novembro de 2002. Em 1965 a edição do *Planejamento estratégico* ainda podia ser encontrada na banca da Biblioteca do Exército, na feira do livro realizada na Cinelândia, no Rio de Janeiro. *Geopolítica do Brasil*, o livro seguinte de Golbery, foi publicado em 1967, com tiragem de 2 mil exemplares. Contrato de Direitos Autorais entre a José Olympio Editora e Golbery do Couto e Silva. APGCS/HF.

63 Ver Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica e poder*, pp. 430-77.

64 O pacto fora concertado pelo próprio Juarez com o general Canrobert Pereira da Costa e o brigadeiro Eduardo Gomes. Depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 2, fita 22, p. 12.

65 Golbery do Couto e Silva, 1973.

66 Carlos Lacerda, *Depoimento*, p. 151.

67 John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 1: *1914-1960*, p. 224.

68 Nelson Werneck Sodré, *Do Estado Novo à ditadura militar*, p. 191. Golbery foi libertado no dia 13. Ele e outros 34 oficiais foram levados depois para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Carta do general Newton Cruz ao autor, julho de 2003.

69 Estudo da 3ª Seção do EME sobre a situação do Acordo de Fernando de Noronha. Sem data nem assinatura, anotado por Golbery. APGCS/HF.

70 Depoimento do general Antonio Carlos Muricy ao CPDoc, vol. 2, fita 23, p. 1.

71 Carta de 20 de junho de 1957, do general Coelho ao coronel Ernesto Geisel. APGCS/HF.

72 Três cartas de maio de 1959, do general Jair Dantas Ribeiro, comandante da Vila Militar, 1ª DI, endereçadas a oficiais de infantaria em “caráter confidencial”. APGCS/HF.

73 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 15 de outubro de 1960. APGCS/HF.
74 Idem.

Pés de veludo

“Ele era um homem misterioso. Não era afirmativo, andava com pés de veludo. Acho que da equipe de então só o presidente o conheceu”, recordaria José Aparecido de Oliveira, secretário particular de Jânio Quadros.[1] Golbery sentia-se num posto-chave, mas nem sequer tinha sala no palácio. Aninhara-se a mil quilômetros de Brasília, no terceiro andar de uma das mais barulhentas esquinas do Rio de Janeiro: avenida Presidente Vargas com rua Uruguaiana. O Conselho de Segurança ocupava quatro andares num modesto edifício em cuja loja, sob um letreiro vermelho, funcionava a Casa da Borracha. Uma parte dos “fritadores de bolinhos” começaria a formar a *Turma da Casa da Borracha*.

No Serviço Federal de Informações e Contra-Informações havia quinze oficiais. Comandava a equipe o coronel Ednardo D’Avila Mello, um oficial benquisto, bom jogador de basquete, signatário do *Memorial dos Coronéis* de 1954. Abaixo estavam os tenentes-coronéis João Baptista Figueiredo, Walter Pires de Carvalho e Mário Andreazza.[2] Vinham todos da militância antigetulista e das desordens que resultaram na queda do ministro Estillac Leal, em 1952, e do presidente Carlos Luz, em 1955. Enquanto na última equipe de oficiais do SFICI de Kubitschek podiam se encontrar oficiais que discordavam da política do governo, como o tenente-coronel Ernani Ayrosa, futuro sócio fundador da Oban, no Serviço de Golbery não havia brechas: “Tudo gente nova — e boa”, escreveria.[3]

O coronel não estava para brincadeira:

> *Eles* — gregórios,* corruptos, oportunistas, aproveitadores e comunas — já estão estrilando, e vão estrilar ainda mais. Por enquanto, não têm ambiente. O povo goza da vassourada. Mas quando a vida apertar — e vai apertar ainda (os desmandos de JK produzirão frutos amargos por mais uns seis meses); as medidas de austeridade e contenção são sempre amargas, como toda mezinha contra indigestões — a onda de intranquilidade e desassossego vai crescer. E "eles" estarão à espreita para aproveitá-la em seu próprio benefício. É preciso estar alerta. Não nos descuidemos. A administração pública, civil, e também militar, está muito infiltrada. Os canais oficiais de informação são lerdos e não merecem confiança integral.
>
> É preciso não parar.[4]

O misterioso secretário do Conselho de Segurança abria sua alma correspondendo-se com um tenente de 21 anos que servia no 6º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, em Porto Alegre. Chamava-se Heitor Aquino Ferreira. Filho de um ferroviário, primeiro de turma, atraíra a atenção de Golbery por ser, como ele, um leitor compulsivo. Conspirava como típico oficial latino-americano, mas dava palpites como marechal de Napoleão. Gravitava em torno dos "fritadores de bolinhos" desde meados dos anos 1950, ainda cadete. Era voluntário para recados e pequenos serviços de datilografia e tradução. Durante a campanha presidencial assessorara Jânio na sua passagem por Porto Alegre e, manifestando um senso histórico que o acompanharia República afora, guardara no bolso as notas que o candidato a presidente levara para uma entrevista à Rádio Guaíba.[5] [*Veja o documento*] Nas cartas a Heitor, a quem conhecera em 1955, Golbery praticava um diálogo pedagógico no qual, ao mesmo tempo que ensinava, desabafava e aprendia.

Ora contava as malandragens dos outros: “Ninguém admite sacrifícios, a não ser à custa alheia; todos são como ostras, agarrados aos cargos melhores, de onde, para não sair, se submetem a qualquer vexame. No fundo das mais amplas e sugestivas propostas, lá vem, escondida, a pretensão mesquinha — ‘os amigos lembram meu nome para tal função (civil, na sua maioria) e, afinal, estou pronto a sacrificar-me...’. Conseguida a função, o pedido é então considerá-la de interesse militar... E por aí vamos”.[6]

Ora contava as suas: “Afinal, podemos em alguns casos abrir mão de punição de certas irregularidades passadas, contanto que isso contribua decisivamente para impor um regime de moralidade, daqui por diante. Julga isso algo cínico? Quero sua opinião sincera”.[7]

Falava até mesmo daquilo que chamava de “cousas pessoais”. Contava suas emoções no casamento de Vera, sua filha mais velha: “Engalanar-se todo para, afinal, perdê-la (até certo ponto, é claro)”.[8] Gostava de receber as cartas do tenente: “Sua terceira carta foi econômica. Aumentou muito o preço do papel? Escreva logo”.[9]

Golbery entrava na *Casa da Borracha* às sete e meia da manhã e saía às oito e meia da noite. Sabia bem o que queria: “O urgente, para mim, são as informações, depois, o problema do planejamento de emergência (segurança interna)”.[10] Tentava reformar o Conselho de Segurança dividindo-o em câmaras e separando a figura do seu secretário-geral da do chefe do Gabinete Militar. Conseguira montar uma rede de telex que ia ao palácio do Planalto, onde pusera um aparelho capaz de operar mensagens em código e se ligara ao Gabinete Militar por meio de um canal de rádio. Abastecia a Presidência com uma sinopse e flashes, além de um boletim diário, mandado por malote aéreo. No fim de cada mês elaborava um relatório de cinquenta páginas e uma *Estimativa* ultrassecreta de três ou quatro que, em tese, devia chegar às mãos de Jânio.[11] Começara, também, a

organizar um arquivo com fichas de funcionários e políticos, sobretudo de esquerda.

Numa dessas *Estimativas* previra um "sério período de agitações sociais e mesmo perturbação da ordem pública" para o fim de 1961 ou início de 1962: "Impõe-se dispor de um sistema repressivo capaz de atuar com eficiência e presteza, fazendo mesmo abortar as manifestações mais perigosas". Queixava-se da "inadequada preparação, material e psicológica, das próprias forças armadas para intervenções, seja contra distúrbios de rua e manifestações grevistas, seja em face da agitação das massas rurais".[12]

A obra-mestra de Golbery no Conselho foi a tentativa de construção do dispositivo policial.[13] Ele fizera um plano, produzira um documento intitulado *Diretrizes Governamentais para a Segurança Interna* e obtivera a criação de uma comissão coordenadora para tratar do assunto.[14] Conhecem-se apenas alguns detalhes do projeto. Caberia ao EMFA o planejamento das ações repressivas no campo militar, enquanto se reforçariam pessoal e verbas dos órgãos de busca das Forças Armadas. Além disso, seriam aparelhadas secretarias de Segurança Nacional nos ministérios civis. A comissão coordenadora, com delegacias em diversos pontos do país, teria regras para o funcionamento em períodos normais e em caso de crise, equipada com planos de informações e pedidos de busca, contrainformação, propaganda e contrapropaganda.[15] Tratava-se de enquistar nas Forças Armadas um aparelho policial perfeito e acabado.

* * *

Desde janeiro de 1959, quando Fidel Castro entrara em Havana, a política latino-americana estava convulsionada pelo mito dos guerrilheiros e pela gradativa radicalização daquela revolta de barbudos românticos. Castro anunciara que "estamos fazendo uma revolução socialista debaixo do nariz dos americanos" e assombrara o mundo repelindo em 72 horas uma invasão

de exilados patrocinada pelos Estados Unidos. Capturara 1.100 combatentes e obrigara o presidente John Kennedy a trocá-los meses depois por comida e remédios. Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas do Nordeste, principal candidato a Fidel Castro brasileiro, levara cem lavradores para Havana. No Conselho de Segurança, um estudo sobre as Ligas resultara num documento de trinta páginas.[16]

Havia uma novidade no pensamento militar ocidental. Chamava-se guerra revolucionária. A expressão fora enunciada pela primeira vez por Mao Zedong em 1929 e resumia-se a três grandes princípios, um político e dois militares, todos típicos da Guerra Civil Chinesa:

> O guerrilheiro está para o povo como o peixe está para a água.
>
> Dividir as nossas forças para levantar as massas, concentrá-las para lidar com o inimigo.
>
> O inimigo avança, nós nos retiramos. O inimigo acampa, nós espicaçamos. O inimigo está esgotado, nós atacamos. O inimigo bate em retirada, nós o perseguimos.[17]

No centro das preocupações de Mao e de seus adversários havia uma só questão: o apoio do povo.

Derrotados em 1954 na Indochina (depois de terem sido batidos na Segunda Guerra Mundial), os generais franceses buscaram nos alfarrábios maoistas uma explicação tautológica para seus desastres: como as guerras revolucionárias são decididas pelo apoio popular, perdeu-se a Indochina porque os vietnamitas ficaram do lado dos vietnamitas.

Transformando o conflito militar numa competição psicológica, os generais franceses diminuíram a importância das guerras que perderam e aumentaram a relevância dos combates que não travaram. Em outubro de 1954, a *Revue Militaire d'Information* — o mais respeitado periódico do gênero na França — publicou o artigo intitulado "O papel ideológico no

exército", do ex-comandante da aviação na Indochina, general Lionel Max Chassin. Pouco depois o jornal *Le Monde* publicou longos trechos de uma palestra do coronel Charles Lacheroy: "A campanha da Indochina ou uma lição de guerra revolucionária".[18] Em fevereiro de 1957, a *Revue* saiu com um número especial intitulado *La Guerre Révolutionnaire* e teve de dobrar sua tiragem, chegando a quase 100 mil exemplares. Nos três anos que separaram essas duas publicações, o Exército francês conseguiu uma explicação para o que lhe sucedera na Indochina e uma justificativa para o que faria na Argélia.[19] Produziu até mesmo uma denominação de conveniência: Guerra Suja.[20] Influenciando uma parcela do pensamento militar americano, o conceito de guerra revolucionária serviria, a partir de 1960, para explicar o que acontecera em Cuba e para justificar o que aconteceria no Vietnã.[21]

A novidade mal chegara ao Brasil. A temível figura do guerrilheiro estivera ao largo das formulações da ESG. Em 1950 o general Castello Branco falara nele durante uma palestra intitulada *Tendências de Emprego das Forças Terrestres na Guerra Futura*, anexando-o ao arsenal das forças nacionais: "Tem relevo o emprego de guerrilheiros que, não sendo numerosos, exigem que a escolha das regiões para guerrilhas se faça em combinação bem delineada com as operações regulares".[22] Sete anos depois, tratando da *Doutrina Militar Brasileira*, Castello continuou refratário à ideia de existência de uma modalidade de guerra subversiva.[23] Na lista de tópicos da *Doutrina de Segurança Nacional* preparada para o ano letivo de 1955, a ESG também não trata de guerras revolucionárias ou congêneres.[24]

Um conceito semelhante, de "guerra subversiva", fora introduzido no vocabulário dos chefes militares em 1953, pelo general Canrobert Pereira da Costa. Ele usou a expressão numa palestra, mas ressalvou: "Se bem que alguns estudiosos a cataloguem como uma forma distinta de guerra, preferimos admiti-la como um método efetivo empregado pela 'guerra

fria’”.[25] Cinco anos depois o general Zeno Estillac Leal, chefe do Estado-Maior do Exército, voltou a falar em “guerra subversiva”.[26] Um trabalho intitulado *Estratégia Militar Brasileira*, preparado no EME em junho de 1958, mencionava essa nova modalidade de conflito, mas ainda definia guerra como um “ato característico pelo uso de armas bélicas”.[27]

Em 1959, o general Augusto Fragoso fez na ESG uma palestra intitulada *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*. Embebido na bibliografia francesa, o general achava que “a América Latina, provavelmente em futuro próximo, será teatro de guerras revolucionárias”.[28] Acreditava que o Brasil vivia um “estado pré-revolucionário”. Naquele ano já haviam partido de Cuba expedições de guerrilheiros para o Panamá (onde foram capturados) e a República Dominicana (onde foram massacrados). No Brasil a única sedição fora uma revolta de 29 militares e cinco civis comandados pelo coronel João Paulo Burnier. Resultara na tomada da pista de pouso de Aragarças, na Amazônia. Deveria ser o epicentro de uma rebelião que deporia o presidente Kubitschek, mas terminou com a fuga dos insurretos ao som de um manifesto anticomunista.

Golbery mostrava-se implacável no controle dos comandos, afastando oficiais e funcionários com simpatias esquerdistas ou até de lealdade duvidosa. Desaconselhava expurgos generalizados e autos de fé para os quais a direita militar, mesmo não tendo força, revelava disposição:

> O macarthismo é um perigo tremendo e, ao cabo, contraproducente. Assim viu-se nos EUA e, até certo ponto, houve o mesmo no Brasil com o *penabotismo*.* O que importa é manter os indigitados em funções de onde não possam causar grandes males, reprimi-los sempre que necessário, vigiá-los constantemente (não transformá-los em mártires). Todo comuna ou suposto comuna é um “risco” — risco variável, cada um de *per si*. Mas haverá sempre suspeitas

> infundadas, erros de apreciação, calúnias mesmo. Em nome desses possíveis inocentes advogo tratamento de quarentena para todos — não a eliminação.[29]

O coronel operava a precária rede do SFICI, onde os boatos eram indicativos do grau de tensão política e de delírios anticomunistas. Num só informe especial, o SFICI registrara o desembarque de 22 pessoas saídas de um submarino diante da praia de Amaralina, na Bahia, e a desova de caixotes de armas com inscrições em tcheco no subúrbio carioca. A mesma fonte calculava que na primeira metade de 1961 já haviam entrado no Brasil 2 mil comunistas chineses, técnicos em guerrilhas.[30] Avisava-o também de que o governador Carlos Lacerda mandara instalar fechaduras especiais no seu gabinete do palácio Guanabara e que os revoltosos de Aragarças poderiam estar preparando uma nova aventura.

* * *

Em agosto de 1961 o coronel parecia satisfeito. No dia 3 concluíra sua *Estimativa de Situação nº 6*. Nela via o presidente fortalecido diante de uma oposição desorientada e um congresso desmoralizado. Orgulhava-se dos progressos feitos na montagem do Sistema de Segurança Interna e achava que o país estava em calma, mas ainda desconfiava que haveria uma crise entre o último trimestre do ano e o primeiro de 1962.[31]

A crise chegou antes, na manhã de 25 de agosto, Dia do Soldado. Golbery mal completara cinquenta anos. Pelo resto da vida sustentou a tese de que tudo teria sido resolvido se alguém tivesse trancado Jânio Quadros num banheiro até que clareasse as ideias. Durante a crise da renúncia a *Casa da Borracha* transformou-se num acampamento militar, ao qual não faltaram camas de campanha. Golbery movia-se na cúpula da conspiração

e, sob o seu comando, funcionaram uma unidade de guerra psicológica, um serviço de censura e uma rede de escuta telefônica.

Por intermédio da Agência Nacional, divulgavam-se notícias destinadas a intoxicar a opinião pública propalando a ideia de que os ministros militares controlavam a situação e a eles só se opunham os comunistas. O general Machado Lopes teria entregado o comando do III Exército a Cordeiro de Farias, nomeado por Denys. Brizola estaria preso, e Luiz Carlos Prestes comandava a resistência no interior do Rio Grande do Sul organizando destacamentos guerrilheiros.[32] O próprio secretário de Segurança da Guanabara pedia à TV Rio que transmitisse a notícia das formações paramilitares de Prestes.[33] O tenente Heitor Ferreira desertara do III Exército e sentara praça na *Casa da Borracha*. Projetava panfletos para a central de guerra psicológica, falando em nome do demônio vermelho:

> Aos trabalhadores:
> A China é a maior potência comunista da Ásia.
> A Rússia é a maior potência comunista da Europa.
> O Brasil deve ser a maior potência comunista da América.
> A greve geral é o melhor caminho.
> Partido Comunista Brasileiro.[34]

Isso no mundo das notícias falsas. No das verdadeiras, organizara-se um serviço de censura através do qual o Conselho de Segurança cuidava das rádios e televisões, enquanto a polícia do Rio de Janeiro ficava com os jornais. As primeiras páginas do *Correio da Manhã* e do *Diário de Notícias* estavam manchadas por grandes espaços brancos, indicativos de textos suprimidos.[35] O *Jornal do Brasil* e *O Dia* foram apreendidos e só puderam voltar às bancas quando concordaram em esquecer o texto do manifesto do marechal Lott condenando o golpismo dos ministros militares.

Golbery parece ter percebido cedo que a usurpação encruara. Articulou-se com estratagema que entregava a Goulart uma Presidência mutilada. Os ministros militares divulgaram um texto que proclamava "a absoluta inconveniência do regresso ao país do vice-presidente João Goulart", mas nele havia um alçapão. Deslocava uma parte do problema para o tipo de regime que Jango receberia, abandonando a exclusividade da discussão do veto ao tipo de Jango que assumiria a Presidência. Remetido a Brasília, o papel dormiu um ou dois dias na gaveta do marechal Denys, que esqueceu até mesmo onde o tinha guardado.[36] Quando os ministros militares divulgaram o texto, o estilo traíra o escriba: "Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias forças armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas".

No rascunho, *Corca* arrematara: "Seria o fim". Na versão final cortou o toque apocalíptico.[37]

Os telefonemas internacionais em que Jango negociava sua volta eram ouvidos pela central do Conselho de Segurança. Numa conversa com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, Goulart esclarecera o destino que pretendia dar ao regime parlamentarista: "Isso mudaremos depois".[38]

A guerra de Golbery estava terminada. Cometera um manifesto com duas mesóclises, tentara articular uma emenda constitucional que suspendesse as liberdades públicas e marcasse novas eleições presidenciais, mas nada ficou de pé.[39] Sua Censura fora derrotada pela sobrevivência da Rede da Legalidade e por uma novidade tecnológica, os rádios portáteis. Cabiam na palma da mão e ouviam Porto Alegre. A reação popular ao golpe pusera em movimento um mecanismo que Golbery descrevia com frequência: "O Exército é como um navio. Ele fica imóvel, até que se mexe

um milímetro numa direção. Então o resto vai junto”.* Em 1961 o milímetro chamara-se general Machado Lopes.

O dispositivo de segurança interna que Golbery costurava talvez tivesse ficado pronto nos últimos meses de 1961, mas a verdade é que em agosto não serviu para nada. Os atos de força das primeiras 48 horas esgotaram-se na censura, nas prisões e nas pancadarias. Quando à força foi preciso adicionar a vontade de brigar, os dispositivos golpistas dissolveram-se em desculpas e dissimulações, perfilando-se por fim para a posse do novo presidente.

Derrotado, o coronel não tinha muito que temer. A última coisa que interessava ao novo governo era abrir uma temporada de perseguições militares. Além disso, Golbery jamais fora prejudicado na carreira por conta das conspirações em que se metia. Mesmo que Jango não o promovesse a general, sobreviveria ao seu governo. Praticamente desconhecido fora do meio militar e do grupo de conspiradores renitentes, estava longe do alcance das vinganças políticas. Quiseram transferi-lo para a Paraíba, mas Golbery pediu passagem para a reserva. Em fevereiro de 1962 o presidente João Goulart assinou o decreto que dava ao coronel duas promoções a que tinha direito, transformando-o em general de divisão e pijama. Nascera o *General Golbery*.[40] Ele desabafaria: “Eu saí do Exército em 1961 porque me enojei do que aconteceu. É claro que a batalha contra a posse de Jango estava perdida, mas o meu nojo veio da maneira como as pessoas se comportaram diante da adversidade. Não pensaram em resistir. Nosso pessoal foi cagão. Tínhamos de um lado os malucos que pretendiam desencadear a *Operação Mosquito* e do outro os que não queriam se comprometer”.[41]

Contrariado com a posse de Jango, Golbery saiu do Exército: “Não pensaram em resistir. Nosso pessoal foi cagão.”

O coronel sumiu. Dos 34 anos que passara no Exército, vivera quatro quintos fora da rotina dos quartéis. Salvo uma rápida passagem pelo estado-maior da ID-4, em Belo Horizonte, não via uma tropa desde que voltara da FEB, em 1945. Não comandava desde 1942, quando deixara o 13º Batalhão de Caçadores, em Joinville. Saíra ressentido, porém grato: “Nunca me arrependi. Obtive da carreira o que ela podia me dar”.[42] Mudara-se do apartamento de Laranjeiras para uma casa fantasmagórica em Jacarepaguá, com dois andares mal-iluminados, livros em quase todas as paredes e sapos no jardim. Deveria ser lentamente tragado pela rotina dos generais da reserva que consomem o que lhes sobra da vida entre visitas, reminiscências e netos. Nem automóvel tinha, mas se os novos oficiais que tomaram conta do Conselho de Segurança tivessem prestado atenção, talvez percebessem que Golbery não se rendera. Sumira boa parte do fichário do SFICI.[43]

Em março de 1962 o primeiro-ministro Tancredo Neves discursou na Escola Superior de Guerra. Na foto ele lê uma palestra intitulada *O Panorama Mundial e a Segurança Nacional*. O texto é de Golbery, o escriba do manifesto dos coronéis de 1954 (que derrubou Goulart do Ministério do Trabalho) e da proclamação dos ministros militares contra a sua posse na Presidência, sete meses antes.

No dia 20 de março de 1962 o primeiro-ministro Tancredo Neves chegou à Escola Superior de Guerra para a aula inaugural. Discorreu sobre o tema *O Panorama Mundial e a Segurança Nacional*: "A opção, pois, em busca de um nível de desenvolvimento econômico autoinduzido, para os povos ainda retardados em seus progressos, não se acha mais entre o sistema comunista, com sua rígida planificação global a cargo do Estado, de um lado e, de outro, um liberalismo econômico do modelo clássico, aberto a todas as aberrações, perversões e misérias".[44] [*Veja o documento*]

Não podia haver engano. Era o *Corca*. O escriba fugira do pijama. [*Veja o documento*]

1 Entrevista de José Aparecido de Oliveira a Suzana Verissimo, de *Veja*, original consultado em 1986 no Departamento de Documentação da Editora Abril.

2 *Lista de Oficiais Lotados no SFICI em 1961*, 1961. APGCS/HF.

3 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 11 de março de 1961. APGCS/HF.

* Denominavam-se "gregórios" os oficiais acusados de serem ligados ao palácio presidencial. Tratava-se de uma referência crítica à condecoração dada a Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getulio Vargas, pelo ministro da Guerra.

4 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 18 de janeiro de 1961. APGCS/HF.

5 Uma folha, com notas manuscritas de Jânio Quadros, de 9 de setembro de 1960. APGCS/HF.

6 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 11 de março de 1961. APGCS/HF.

7 Idem, 25 de julho de 1961. APGCS/HF.

8 Idem, 7 de setembro de 1960. APGCS/HF. Golbery tinha um filho, Golbery do Couto e Silva Jr., e anos mais tarde ele e a mulher adotariam Angélica do Couto e Silva.

9 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 21 de abril de 1961. APGCS/HF.

10 Idem.

11 Cartas de Golbery a Heitor Ferreira, 21 de abril, 27 de maio e 25 de julho de 1961. APGCS/HF.

12 *Estimativa* de 4 de abril de 1961. APGCS/HF.

13 *Estimativa* de 5 de maio de 1961. APGCS/HF.

14 As *Diretrizes Governamentais para a Segurança Interna* foram expedidas em 9 de maio de 1961, em *Estimativa* de 5 de junho de 1961. APGCS/HF.

15 Agenda da reunião de 1º de junho de 1961 da comissão coordenadora para a Segurança Interna. Três folhas assinadas pelo general Pedro Geraldo de Almeida, chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Marcado "ultrassecreto". APGCS/HF.

16 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 25 de julho de 1961. APGCS/HF.

17 A primeira frase é uma tradução livre de um trecho do capítulo "O problema político da guerra de guerrilhas", de *Sobre a guerra de guerrilhas*, <http://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/1937/guerrilla-warfare/ch06.htm>, e Jonathan D. Spence, *The search for modern China*, p. 375.

18 Marie Monique Robin, *Escuadrones de la Muerte*, p. 58. O trabalho de Robin é o melhor estudo sobre a formação desse pensamento militar e, sobretudo, de sua radicalização na América Latina.

19 Para a crítica do conceito de guerra revolucionária, ver a argumentação de Edgar S. Furniss Jr., em *De Gaulle and the French Army*, pp. 41-63. Para as publicações francesas, e também para o surgimento do conceito de guerra revolucionária, ver Raoul Girardet, "La crise militaire française — 1945-1962", *Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, nº 123, 1964.

20 "La guerre sale", em francês. David Halberstam, *The Fifties*, p. 399.

21 Para uma visão da matriz francesa do conceito de guerra revolucionária, ver o depoimento do general Octavio Costa, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Visões do golpe*, p. 78.

22 Humberto de Alencar Castello Branco, *Tendências de Emprego das Forças Terrestres na Guerra Futura*, p. 17.

23 Humberto de Alencar Castello Branco, *A Doutrina Militar Brasileira*, C1-82-57 e C2-15-57.

24 *Doutrina de Segurança Nacional — Tópicos para o Ciclo 2 do 1º Período*. E-01-55, Anexo 1, ESG, 1955.

25 *O Poder Nacional*, conferência do general Canrobert Pereira da Costa na ESG, em 1º de abril de 1953, p. 18.

26 Entrevista do general Golbery a Mauricio Caminha de Lacerda, "Testemunhos do nosso tempo (V). O grande mundo de Golbery", *O Jornal*, 6 de agosto de 1967, p. 6.

27 *Estratégia Militar Brasileira*, seis folhas datilografadas, de junho de 1958. APGCS/HF. Segundo uma anotação do general Ernesto Geisel a Heitor Ferreira, tanto ele quanto Golbery podem ter sido o autor desse documento. Geisel certamente o reviu.

28 Augusto Fragoso, *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*, C-85-59, citado em José Alfredo Amaral Gurgel, *Segurança e democracia*, p. 52. A expressão "guerra revolucionária" popularizou-se em 1963 quando o deputado Bilac Pinto, presidente da UDN, pronunciou na Câmara uma série de discursos acusando o governo Goulart de patrocinar esse tipo de ação política. A bibliografia citada pelo deputado é basicamente francesa. Bilac Pinto, *Guerra revolucionária*.

* O termo *macarthismo*, criado pelo chargista Herblock, do *Washington Post*, designava a política de perseguição que o senador Joseph McCarthy promoveu nos Estados Unidos entre 1950 e 1954 contra militantes e simpatizantes do Partido Comunista Americano. *Penabotismo*, termo muito pouco usado, referia-se ao almirante Carlos Penna Boto, presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista. Ele fora colega de Golbery na ESG.

29 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 21 de abril de 1961. APGCS/HF.

30 Maço de nove folhas, uma delas anotada por Golbery, intitulado *Informe Especial nº 25*. APGCS/HF.

31 *Estimativa de Situação nº 6*, de 3 de agosto de 1961. APGCS/HF.

32 Amir Labaki, *1961 — A crise da renúncia e a solução parlamentarista*, p. 59.

33 Walter Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, p. 104.

34 Manuscrito de Heitor Ferreira, em papel da secretaria-geral do CSN. APGCS/HF.

35 *Diário de Notícias*, 30 de agosto de 1961. AA. Para o *Correio da Manhã*, lembrança do autor.

36 Para o fato de o manifesto de Golbery ter ficado um ou dois dias na gaveta de Denys, Ernesto Geisel, outubro e novembro de 1994. Ver também Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 139.

37 Quatro folhas manuscritas a lápis, de Golbery do Couto e Silva. APGCS/HF. Junto com essas folhas estão mais dois exemplares do manifesto, um impresso, como se fora volante, e outro com o número 1.104 da publicação *Noticiário do Exército*.

38 Uma folha manuscrita, sem data nem assinatura, da pasta *Guerra de 1961*. APGCS/HF.

39 Original de uma entrevista de Suzana Verissimo com Prudente de Morais Neto, a quem Golbery mandou pedir o texto da emenda. Texto consultado no Departamento de Documentação da Editora Abril, em 1985.

* Golbery repetiu esse conceito ao autor em diversas ocasiões.

40 Golbery era o 118º coronel com curso de Estado-Maior listado no *Almanaque do pessoal militar do Exército*, de 1962, p. 47. O 117º, coronel João Dutra de Castilho, foi promovido a general de brigada em julho de 1964.

41 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984. Golbery tratou desse episódio, em outro contexto, também em 1975.

42 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1984.

43 Heitor Ferreira, dezembro de 1991.

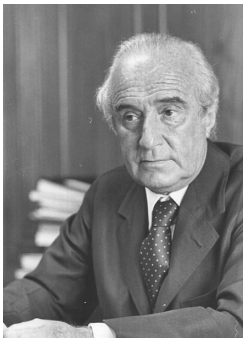
44 Tancredo Neves, *O Panorama Mundial e a Segurança Nacional*, C-01-62, ESG, 1962. Maço de dezessete folhas manuscritas de Golbery. APGCS/HF. A conferência de Tancredo é *ipsis verbis* o texto manuscrito, salvo cinco parágrafos do final da palestra.

O paliteiro do IPÊS

Um, agnóstico, recluso, autoritário e asceta, só falava a sério. O outro, educado pelos jesuítas, cortesão, tolerante e gastador, parecia estar sempre brincando. Numa época em que a burguesia brasileira cabia nas tribunas do Jockey Club, Augusto Trajano de Azevedo Antunes e Antonio Gallotti eram as únicas pessoas capazes de reuni-la em menos de uma semana. Antunes — *Dr. Antunes*, para os íntimos, A.T.A., para os empregados — era o dono da Indústria e Comércio de Minérios, a Icomi, sócio da Bethlehem Steel e da Hanna Mining, amigo do banqueiro David Rockefeller. Terceiro filho entre seis, começara a vida como modesto engenheiro. Associara-se ao dono de uma casa lotérica de Belo Horizonte para explorar o manganês do Tijuco e em 1946 descobrira as montanhas de minério da serra do Navio, no território do Amapá. Obcecado por métodos de gerência e técnicas industriais, trabalhava duro. Com 56 anos, era um caso raro de milionário socialmente imperceptível.

Gallotti — *Tony*, para os íntimos — era o presidente da maior empresa privada do país, a Light, companhia canadense que controlava os serviços de energia elétrica, bondes, gás e telefones do Rio de Janeiro e de São Paulo. Fascista nos anos 1930, era um dos quinze filhos de um casal de imigrantes italianos que se assentara em Santa Catarina. Possuía o sotaque do lugar e a voz marcada pela língua presa. Sua mansão avarandada era um símbolo de força e volúpia: ficava na rua São Clemente, em Botafogo, ao lado do palácio do embaixador inglês, da casa do americano e do palacete

do português. Anfitrião impecável, com 54 anos dava a impressão de estar sempre voltando da praia.



Antonio Gallotti

Tinham em comum apenas um início de vida como postalistas. Não podiam ser mais diferentes, no entanto a habilidade com que manipulavam a conexão do Estado com seus negócios, o anticomunismo, um certo prazer político em articular seus pares e o medo da influência esquerdista no governo Goulart os faziam idênticos. Oitenta e três dias após a chegada de Jango ao Planalto, as “classes produtoras”, autodenominação gloriosa que o empresariado se atribuía, aquartelaram-se, fundando o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPÊS. Antunes e Gallotti achavam-se no coração da manobra, um no comitê executivo, ambos no comitê diretor. Haviam sido convertidos pela figura impetuosa de Gilbert Huber Jr., dono das Listas Telefônicas Brasileiras. Ao lado dele estava o general Heitor Herrera, bem-humorado “fritador de bolinhos”, que desistira do Exército ainda antes da posse de Jânio, porque se julgava incapaz de lidar com “muito calhorda fantasiado de general”.[1] Meses depois, quando seu amigo Golbery tomou a mesma decisão, Herrera resgatou-o, instalando-o em quatro das treze salas que o instituto ocupava no 27º andar do edifício Avenida Central, o mais moderno da cidade, erguido sobre o terreno onde ficara um dos tradicionais hotéis da República Velha. No arranha-céu de elevadores falantes funcionavam também um escritório onde se planejara

um atentado à exposição industrial soviética montada no Rio, a agência de notícias cubana Prensa Latina e um pedaço da cúpula do Partido Comunista.[2]

Na década de 1970, para o bem da memória política nacional e discreta contrariedade de Golbery, o historiador René Armand Dreifuss encontrou o arquivo do IPÊS e reconstituiu boa parte de sua existência no livro *1964: a conquista do Estado*. Ao nascer, o instituto tinha oitenta sócios, e em menos de dois anos chegaria a quinhentos.[3] Uma estrutura semelhante formara-se em São Paulo, e a sigla ramificara-se por Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Amazonas.[4] Estatutariamente apolítico, o IPÊS destinava-se a estimular pesquisas e debates a fim de "contribuir para o progresso econômico" e "fortificar o regime democrático do Brasil".[5] Poucos clubes conseguiram agrupar tantos sobrenomes: Guinle de Paula Machado, Jacobina Lacombe, Ermírio de Moraes, Toledo Piza, Quartim Barbosa, Dumont Villares. Poucos negócios juntaram tantos logotipos: Esso, Mesbla, Rhodia, Arno, Sul América, Antarctica Paulista. Poucos ministérios reuniram tanto talento: Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen, Augusto Frederico Schmidt, Miguel Reale, José Rubem Fonseca.

O dinheiro abundou. Os documentos esparsos da contabilidade do instituto indicam que em 1962 as seções carioca e paulista projetavam orçamentos para o ano seguinte estimando as despesas em cerca de 900 mil dólares mensais.[6] O IPÊS teve um caixa clandestino, e dele ficou registro na gravação de uma conversa do embaixador Lincoln Gordon com o presidente John Kennedy, no final de julho de 1962, na Casa Branca. Gordon pediu-lhe a abertura de um fundo secreto de financiamento de operações políticas, semelhante ao montado em 1948, na Itália, fazendo-se vista grossa a "possíveis desperdícios". O IPÊS seria o principal destinatário desse dinheiro. Sete segundos suprimidos da fita deixada por Kennedy impedem que se saiba quanto Gordon queria gastar. Conhece-se a

reação do presidente americano: “É muito dinheiro. Sabe como é, aqui, numa campanha presidencial, gastam-se mais ou menos 12. E [com] nossos custos… já são 8 milhões. É muito dinheiro para uma eleição”.[7]

Uma parte do dinheiro arrecadado pelo IPÊS emergiu da contabilidade oficial das empresas que o ampararam. Os números da Light revelam que a empresa contribuiu com 200 mil cruzeiros mensais de dezembro de 1961 a agosto de 1963, num total equivalente a 2 milhões de dólares.[8] Para que não se rastreassem todos os seus financiadores, a maior parcela dos recursos chegava por meio do complexo sistema de fraudes contábeis habitualmente utilizado para o saque às empresas em benefício dos donos ou diretores. Questão “delicada para o instituto e para as firmas”, nas palavras do banqueiro Cândido Guinle de Paula Machado, dono do Banco Boavista e das Docas de Santos. Ela foi resolvida através da metodologia do “por fora”. Fraudaram-se transações com a Pontifícia Universidade Católica e com a Light, simularam-se doações de sindicatos patronais, forjaram-se contratos de assessoria e serviços fantasmas.[9] Algumas das grandes agências de publicidade do país ofereceram-se para descarregar no IPÊS recursos que as empresas lançariam como despesas de propaganda. Em outros casos, como sucedia com a Varig e a Cruzeiro do Sul, as contribuições vinham sob a forma de serviços gratuitos. A seção mineira do instituto, estudada por Heloisa Starling, recebeu 9 milhões de cruzeiros em doações. Os sócios passavam-lhe entre 60 mil e 120 mil cruzeiros, numa época em que o maior prêmio da Loteria Federal pagava 20 mil.[10]

A maior fonte de despesas — e de energia — do IPÊS era o seu serviço de divulgação. O instituto encomendava artigos a 5 mil cruzeiros a peça (equivalentes a 1.300 dólares, pagos pela cervejaria Antarctica).[11] No apogeu, em 1963, lançou 2,5 milhões de impressos, entre livros, apostilas e folhetos.[12] O IPÊS editou desde alguma produção anticomunista nacional, como *UNE: instrumento de subversão*, até clássicos como *A revolução dos bichos*, do socialista inglês George Orwell, e trabalhos de alto nível, como

Ideologia e poder na política soviética, do professor Zbigniew Brzezinski,[13] cuja sopa de letras só viria a se tornar conhecida uma década depois. Distribuiu também pelo menos catorze filmes com duração de cerca de dez minutos, apresentados no início das sessões de cinema. Seus pequenos documentários eram produzidos pelo jornalista Jean Manzon, diretor dos épicos da propaganda juscelinista. Um dos colaboradores anônimos dessa produção político-literária era o próprio Golbery. Escrevendo para um programa de rádio, nem sequer parecia o *Corca*:

> O que é comunismo?
>
> Para responder-lhe em poucas palavras, meu amigo, só posso dizer a você que o comunismo é uma grande farsa, a maior que o mundo todo já viu até os dias de hoje.
>
> Você vai dizer que isso é exagero, que é má vontade minha. Se houver algum comunista por perto, vai me xingar logo, "entreguista, vendido aos americanos" etc. Não importa.
>
> Você que é um homem honesto e que sabe mesmo o que é o comunismo — não se precipite. Eu aqui estou para demonstrar tudo aquilo, tintim por tintim. E com provas. Com documentos. Com depoimentos até dos próprios comunistas.
>
> Acompanhe esta série de programas e você verá.[14]

O instituto também patrocinava editoriais e reportagens na imprensa. Com graus variáveis de colaboração, os principais jornais e emissoras do país tinham conexões com o IPÊS. Como explicava o próprio Antunes: "O IPÊS fará apenas o papel de espoleta para desencadear o debate dos assuntos".[15] O instituto teve seu momento de brilho quando o jovem engenheiro Arlindo Lopes Corrêa, num trabalho intitulado *Conquista das classes médias para a ação política em grupo*, usou a expressão "república sindicalista" para designar o que seria o projeto de poder da esquerda.[16]

Nunca se soube o que fosse, assim como não se encontrou nenhuma pessoa ligada ao governo Goulart que pudesse defini-la.

Em pelo menos um caso o instituto fez papel de censor, pressionando a direção da TV Rio para moderar as piadas do humorista Chico Anísio, um simpatizante do Partido Comunista.[17] Subvencionou diretamente jornais, revistas e emissoras. O geólogo Glycon de Paiva, colaborador de Antunes, amigo de Golbery e membro do comitê executivo do IPÊS, ensinou: "Opinião pública significava dinheiro".[18]

O IPÊS foi o mais articulado e bem-sucedido episódio de mobilização da história da plutocracia nacional. Existiu numa época de proliferação de organizações conservadoras e sobreviveu a todas. Delas, a mais influente foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD, grande cofre dos candidatos conservadores nas eleições de 1962. Seu criador, Ivan Hasslocher, abandonou a vida pública e mudou-se um ano depois para a Suíça. Nunca mais se ouviu falar dele, mas do tesouro do IBAD falou-se por décadas. "A campanha eleitoral de 1962 foi uma orgia de dinheiro", lembraria Walter Clark, o diretor-geral do Canal 13. "A grana grossa vinha mesmo do IBAD. Só desse grupo a TV Rio recebeu verba equivalente a três vezes o seu faturamento."[19] Pode-se estimar que o instituto tenha derramado perto de 20 milhões de dólares na campanha eleitoral. Segundo o embaixador Lincoln Gordon, o dinheiro do governo americano passou de muito a casa do milhão e pode ter chegado a 5 milhões de dólares.[20]

Na clandestinidade, praticando atentados terroristas, operava o MAC, Movimento Anti-Comunista, formado por policiais, militares e direitistas extremados. Assustado com as acusações de que as siglas eram farinha do mesmo saco, Gallotti aconselhava: "Cada membro do IPÊS acusado de pertencer ao MAC deve se defender. Porém, em sua defesa, não deverá positiva ou negativamente fazer a mínima referência ao IPÊS".[21] Em 1963, inquieta com o funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito que investigava o IBAD, a cúpula do IPÊS decidiu limpar seus arquivos.[22]

* * *

Golbery ciscava aqui e ali, mas seu negócio era o GLC, inicialmente conhecido como Grupo de Levantamento da Conjuntura, rebatizado depois como Grupo de Pesquisa. Suas atividades ficaram fora das atas, seus trabalhos, fora do arquivo. Como relembraria um dos dirigentes do instituto, a unidade de Golbery agia numa "variedade de operações de natureza menos acadêmica do que aquelas normalmente creditadas ao IPÊS".[23] Eram as operações que a *Casa da Borracha* não tivera tempo de fazer. O general trabalhava com dois relógios. Num propunha que se discutisse um "plano mestre para um prazo máximo de oito a dez anos".[24] Noutro, para as necessidades da ocasião, montara uma rede de informações que custava em torno de 300 mil dólares por ano.[25] Boa parte do dinheiro ia para a ampliação do fichário que tirara do SFICI. Nele tinham preferência os esquerdistas, mas havia lugar para todos. Cada ficha tinha espaço para informações triviais como endereço, telefone e filiação, além de seis linhas para "outros dados". No rascunho do cadastro de Cecil Borer, diretor do DOPS carioca e companheiro de detenção de Golbery em 1955, anotara-se: "Acusado de envolvimento no metralhamento da UNE".[26] Não passou de 3 mil o número de fichas reunidas pelo IPÊS.[27]

Nas quatro salas de Golbery funcionava um serviço de informações. Nele produziram-se desde uma *Amostra da Infiltração Comunista no Brasil*, listando nomes e cargos ocupados pelo PCB, até um *Levantamento da Infiltração Comunista na Imprensa*, de circulação reservada.[28]

"Todo mundo sabe que eu estou aqui. O pessoal almoça na vizinhança e vem para cá palitar os dentes", explicava o general.[29] Na época o restaurante Terrasse, situado no mesmo edifício do IPÊS, era um dos melhores da cidade. Além disso, o Clube Militar, a Associação Comercial e o Clube dos Seguradores ficavam num raio de dez quarteirões do paliteiro. Golbery chamava seu serviço de "monitoração". Num exemplo de sua

vigilância, em janeiro de 1962 ele avisava que os comunistas planejavam reunir-se em Niterói e propunha: “Convém exercer pressão, desde já, sobre as autoridades do Estado do Rio, para que se aparelhem e disponham a atuar quando necessário”.[30]

Um ano depois, quando um plebiscito devolveu a Jango seus poderes presidenciais, Golbery voltara a fabricar as *Estimativas*, como fazia no SFICI. Dessa vez não tinham timbre. Eram duas por mês.

Mal começara o regime presidencialista, o general propunha: “A abertura, desde já, da questão sucessória tem a vantagem de poder propiciar reações mais fortes a qualquer manobra continuísta do presidente da República, despertando, por outro lado, esperanças novas nos meios ativistas da política nacional”.[31]

No dia 1º de abril de 1963, voltava à carga:

> Impõe-se através sobretudo de uma ação coordenada e intensa no Setor de Opinião Pública Nacional:
> — Fortalecer o espírito de legalidade, denunciando a tempo quaisquer manobras contra a Constituição e as leis do país.
> — Apoiar o Congresso como indispensável esteio democrático. (...)
> — Apoiar o ministro da Guerra em sua posição de defesa da legalidade e anticomunista.[32]

Golbery temia o continuísmo de Jango, mas trabalhava, já em julho de 1963, com a ideia do “contragolpe inevitável”.[33] A essa altura o grande barulho golpista vinha do outro lado. O governador Leonel Brizola dizia que “se não for eleito um parlamento popular a revolução será inevitável”, e o primeiro-ministro Fidel Castro reunia-se com esquerdistas brasileiros para discutir *la revolución* ao mesmo tempo em que subvencionava estruturas guerrilheiras em quatro estados do país.[34] Em setembro, os sargentos que dois anos antes haviam ajudado a desmontar o golpe contra Jango se

amotinaram em Brasília produzindo dois cadáveres, três IPMs e seiscentos presos.

Pouco depois da revolta dos sargentos, Golbery distribuiu uma *Estimativa* em que o próprio estilo traía a atividade clandestina do autor. Tanto no SFICI como nos primeiros trabalhos no IPÊS, sempre narrara os acontecimentos na terceira pessoa, secamente. Na *Estimativa* de 16 de setembro vocalizava suas ideias atribuindo-as a supostas "forças do centro democrático":

> Estimam aquelas forças que, afinal, a melhor solução para o país será a que leve o Sr. João Goulart a completar o seu mandato presidencial, por mais oneroso que venha a ser o preço a pagar-se por isso, em termos principalmente de funda depredação da economia nacional.
>
> Não deixam de admitir, porém, que se forçadas a uma reação contra qualquer golpe antidemocrático, terão de agir com muita cautela para que seu êxito não propicie, por seu lado, a indesejada implantação de um regime não democrático, embora de caráter provisório.[35]

Estranha construção. Num texto em que o golpe de Goulart era chamado de "antidemocrático", a ditadura do contragolpe era chamada de "regime não democrático". Esse regime nem existia, e já o acompanhava uma lógica particular pela qual o indesejado se tornava aceitável em troca de uma promessa de provisoriedade. Numa entrevista em Miami, o jornalista Julio de Mesquita Filho, dono e oráculo d'*O Estado de S. Paulo*, previa: "Muito provavelmente um governo forte substituirá o atual, mas essa situação não será eterna, porque a ditadura não é compatível com a vontade do povo brasileiro".[36] (Desde os primeiros meses de 1962 ele confidenciava o que seria esse governo forte: junta militar, reforma

constitucional, expurgo administrativo, dissolução do Congresso e nomeação de um Conselho Nacional.)[37]

No final de março de 1964, Golbery redigiu a última *Estimativa* do IPÊS. Nela dissimulava a extensão da rede de conspiradores a que tinha acabado de se juntar o general Castello Branco, prestigioso chefe do Estado-Maior do Exército. Sabia muito mais do que escrevia, mas dizia que se entrara "num período crítico, que poderá durar de dois a três meses". Entendia que o lançamento das candidaturas de Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek à Presidência haveria de esvaziar as manobras do Planalto. "O tempo conspira contra os desígnios do bloco continuísta-comunista."[38] [*Veja o documento*]

Datada de 25 de março, quarta-feira da Semana Santa, dificilmente essa *Estimativa* circulou na cúpula do IPÊS. O certo é que à noite, quando Golbery chegou a Jacarepaguá, o mundo começara a acabar: seiscentos marinheiros liderados pelo *Cabo Anselmo* estavam amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos e anunciavam que não voltariam aos seus navios.

Em suas conversas mais secretas, a grande dúvida dos conspiradores era a duração da rebelião para depor Goulart. Não era pouca coisa, pois a história das quarteladas nacionais informava que, dos seis levantes vitoriosos, cinco decidiram-se em 48 horas. Dos quatro que ultrapassaram os dois dias, três fracassaram.* Chegou-se a pensar em seis meses de luta. Golbery sempre insistira na rapidez do desfecho: "Vai cair como um castelo de cartas".[39]

No dia 1º de abril de 1964, enquanto as cartas ruíam, circulava nos quartéis um manifesto dos generais Castello Branco, Costa e Silva e Decio Escobar. A certa altura ele dizia: "É, pois, na sua estrutura e na sua essência mesmo que as Forças Armadas estão sendo destruídas, quando se subverte a hierarquia, e é o próprio presidente da República quem incita à indisciplina e oferece plena cobertura a motins".[40]

Era o *Corca* de novo. Fazia dez anos que escrevia manifestos contra Jango, mas aquele seria o último. Dessa vez tinha mais o que fazer. Como sempre, botou suas ideias centrais num papel e intitulou-o *Missão a Cumprir pelo Governo*. Eram seis pontos: três óbvios (restabelecer a ordem, acabar com a corrupção e derrubar a inflação), um era desejo (elevar o nível de educação política do povo) e o quinto, um sonho (garantir eleições limpas e a posse dos eleitos). O segundo item era aquele que Golbery raramente tratava: "Reintegrar, desde logo, as Forças Armadas no seu papel constitucional, restituindo-lhes a coesão, a unidade e o ardor profissional e restabelecendo o princípio da autoridade e da hierarquia, para cuidar, logo a seguir, do problema de sua adequada reestruturação e de seu aparelhamento".[41]

1 Carta de Heitor Herrera a Heitor Ferreira, 11 de fevereiro de 1961. APGCS/HF.

2 Para o atentado, José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 13. Para o PCB, Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 64.

3 René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 173.

4 Idem, p. 172.

5 Idem, p. 164. Para um depoimento de José Rubem Fonseca sobre o IPÊS, "Anotações de uma pequena história", *Folha de S.Paulo* de 27 de março de 1994.

6 *Documento da Comissão de Planejamento — Substitutivo Orçamentário para 1963*, em René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 226.

7 Timothy Naftali (ed.), *The presidential recordings*, vol. 1: *July 30-August 1962*, pp. 5-25. Transcrito na reportagem de Carlos Haag, "Todos os tapes do presidente", *Valor Econômico*, 19 de outubro de 2001.

8 "Relatórios Demonstrativos de Contas da Brazilian Traction Light and Power", em Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 82.

9 René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, pp. 203-4.

10 Heloisa Maria Murgel Starling, *Os senhores das Gerais*, p. 68.

11 René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 262.

12 Idem, p. 654.

13 Idem, p. 237.

14 Manuscritos de Golbery, um de cinco páginas e outro de quatro. Ambos sem data. APGCS/HF.

15 René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 769.

16 Idem, p. 291. O texto de Lopes Corrêa é de 1962.

17 Para o caso de Chico Anísio, René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 248.
18 René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 219.
19 Walter Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, pp. 127-8.
20 Para o total de até 20 milhões, Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, p. 83. Moniz Bandeira trabalhou com dois valores, um de 5 bilhões de cruzeiros (12 milhões de dólares), mencionado por Artur Oscar Junqueira, secretário da Ação Democrática Popular (ADEP), à CPI do IBAD,e um valor entre 12 milhões e 20 milhões de dólares, mencionado por Philip Agee, ex-agente da Central Intelligence Agency, que viveu em Cuba até 2008, quando morreu. A declaração de Gordon está em *Veja*, 9 de março de 1977, entrevista a Roberto Garcia.
21 René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 400.
22 Idem, p. 208.
23 Idem, p. 186, e Glycon de Paiva, em René Armand Dreifuss, idem, p. 401.
24 Memorando confidencial de três folhas intitulado *Planejamento e Conduta das Ações a Empreender*, sem data. APGCS/HF.
25 Informação dada por Glycon de Paiva, vice-presidente do IPÊS, a Alfred Stepan. Em Alfred Stepan, *The military in politics*, p. 154.
26 Golbery referia-se ao atentado praticado em 1962 no hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ), onde estava reunido o Congresso da UNE. Foram disparados tiros contra um grupo de estudantes. Para a prisão de 1955, Nelson Werneck Sodré, *Do Estado Novo à ditadura militar*, pp. 191-2.
27 O general Newton Cruz, que em 1964 recebeu o fichário do SFICI, para o qual Golbery transferira as fichas do IPÊS, informou ao autor que ele continha cerca de 3 mil fichas. Newton Cruz, outubro de 1985.
28 Para a *Amostra*, René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, p. 651; para o *Levantamento*, idem, p. 234.
29 Heitor Ferreira, dezembro de 1991.
30 Três folhas de bloco manuscritas, de Golbery. APGCS/HF.
31 *Estimativa* de 11 de março de 1963. APGCS/HF.
32 *Estimativa* de 1º de abril de 1963. APGCS/HF.
33 *Estimativa* de 15 de julho de 1963. APGCS/HF.
34 Para Brizola, Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64*, p. 79. Para Fidel, professora Liana Cardoso de Mello, março de 1988. Ela esteve presente à reunião de Castro com Francisco Julião e Caio Prado Júnior, entre outros, realizada na época da Segunda Declaração de Havana. Para os dispositivos, organizados em Goiás, no Maranhão, na Bahia e no Rio de Janeiro, cartas de *Gerardo* a *Petrônio*, publicadas em *O Jornal* de 23 de janeiro de 1963 (“História de agentes fidelistas comprova a infiltração em nosso país. Dinheiro cubano para estimular as Ligas e a ‘revolução popular’ no Brasil: prova concreta”, p. 9), 24 de janeiro de 1963 (“Relatório de agentes fidelistas comprova a infiltração em nosso país — II. Tática de fidelistas no Brasil é esconder que são socialistas para poder armar a revolução”, p. 9) e 25 de janeiro de 1963 (“O relatório de agentes fidelistas comprova

infiltração em nosso país — III. Agitadores fidelistas possuem até três fazendas em Goiás destinadas a adestramento de guerrilha", p. 6). Ver também Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, p. 51.

35 *Estimativa* de 16 de setembro de 1963. APGCS/HF.

36 José Stacchini, *Março 64*, p. 90.

37 Carta circular de Julio de Mesquita Filho a "meu ilustre amigo", 20 de janeiro de 1962. Em José Stacchini, *Março 64*, pp. 15 e segs. Cinco anos depois, Mesquita não escondia sua contrariedade por não ter sido feita a "ablação" do Congresso. Ver Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 791.

38 *Estimativa* de 25 de março de 1964. APGCS/HF.

* Decidiram-se em 48 horas as seguintes quarteladas vitoriosas: 1889, 1937, 1945, 1954 e 1955. Decidiu-se em mais de 48 horas a revolta de 1930. Fracassaram 1924, 1932 e 1961.

39 Para a previsão de seis meses e a opinião de Golbery, general Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

40 Glauco Carneiro, *História das revoluções brasileiras*, p. 524.

41 Uma folha datilografada, de 1964, anotada por Heitor Ferreira e Golbery em 1978. APGCS/HF.

No palácio

Aos 52 anos, Golbery entrara pela terceira vez no palácio. Na primeira, em 1937, fora um capitão irrelevante metido num projeto de fabricação de propelentes de artilharia. Na segunda, em 1961, coronel subsidiário, empenhado na criação de um sistema de segurança interna. Dessa vez estava no coração do regime e do governo. Triunfara como conspirador: os "fritadores de bolinhos" estavam no poder. Era a um só tempo chefe do serviço de informações e conselheiro direto do presidente. Utilizou essa influência para articular um plano moderadamente reformista e foi um defensor tenaz da extensão da permanência de Castello no poder. Fracassou.

* * *

Dois meses depois da deposição de João Goulart, o poeta Augusto Frederico Schmidt, gordo, teatral e escandaloso, parecia um louco quando entrou gritando no apartamento do deputado Armando Falcão: "Ouça bem o que venho dizer-lhe: o Juscelino pode suicidar-se se for cassado. Encontraram o esboço de uma carta dele debaixo do seu travesseiro".

Schmidt pediu a Falcão, ministro e amigo do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que fosse ao palácio Laranjeiras advertir o marechal Castello Branco do risco que se corria.

"'O Kubitschek suicidar-se?! Não, não creio que ele tenha coragem de imitar o Dr. Getulio Vargas. O nosso Schmidt é muito impressionável. Não vai acontecer nada', respondeu o presidente."[1]

Tratava-se de expurgar da vida pública o principal candidato à sucessão presidencial nas eleições marcadas para outubro de 1965. Era o JK, *Nonô*, *Pé de Valsa*, *Peixe Vivo*, o criador de Brasília, símbolo da tolerância política do regime de 1946. Tinha 61 anos, fora abatido pela vassourada janista, mas se recuperara com o fiasco da renúncia de seu adversário. Em 1964 poucos lembravam que no governo dele a inflação chegara a 40%, numa economia sem indexador algum. Recordavam-se todos de uma época de progresso, com o Brasil crescendo mais de 8% ao ano, ganhando a Copa do Mundo de futebol e o torneio de Wimbledon de tênis. Numa pesquisa de opinião pública concluída menos de uma semana antes da queda de Jango, Kubitschek batera Lacerda por 37% a 25%, suplantando-o em todas as oito maiores cidades do país.[2]

Pelo calendário constitucional, deveria haver uma eleição direta no dia 3 de outubro de 1965, e dela sairia um presidente para ser empossado em 15 de março de 1966. A cassação de JK interessava a Carlos Lacerda, governador da Guanabara, candidato a presidente pela UDN, temeroso da sua popularidade e do seu trânsito junto à esquerda. Interessava a Costa e Silva, porque fortaleceria os radicais, enfraqueceria Castello Branco e tiraria o favorito do páreo. Interessava também ao palácio, onde se cozinhava a prorrogação do mandato de Castello.

No dia 8 de junho de 1964 JK perdeu a cadeira de senador por Goiás e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Na tarde seguinte Castello encontrou-se com o embaixador americano Lincoln Gordon e disse-lhe que seria “embaraçoso para a Nação” tornar públicas as provas da desonestidade do ex-presidente.[3] Terrível acusação, mas nem JK foi cassado por corrupto nem provas de corrupção havia. Golbery chamou as coisas pelo nome num documento em que analisava a cassação: “Motivação real: Impedir que JK, fortalecido pela campanha contrária, enfrente a Revolução: retorno de Jango, da corrupção e dos comunistas”.[4] [*Veja o documento*]

Doze anos depois o general Ernesto Geisel, por cuja mesa passaram os dossiês contra JK, reconheceria: “O lamentável é que as provas não eram provas de qualquer valor jurídico. Na realidade eram indícios, embora todos soubéssemos da ladroeira consumada”.[5]

* * *

Golbery acreditava na possibilidade de rearticulação do regime com as forças de centro da política brasileira. Em setembro de 1964 enviou a Castello uma estimativa em que via o governo diante da oposição de duas coligações políticas. Uma ficava à direita, e ele a chamava de “frente revolucionária, avançada ou insatisfeita”. A outra, à esquerda, denominava “anti- ou contrarrevolucionária”.

Dividia a oposição à direita em três blocos:

> — O grupo da chamada linha dura — que só vê, na vitória da Revolução, a oportunidade para esmagar os adversários, comunistas ou não, e punir os corruptos e negocistas, julgando o governo pouco ativo em suas medidas repressivas, quando já não comprometido por inconfessáveis manobras políticas;
> — o grupo do oportunismo insatisfeito (militar e político) que reclama contra a sua não participação influente nos atos do governo atual e aspira ser melhor aquinhoado, pelo menos quando da próxima sucessão;
> — o grupo de interesses reacionários, sobretudo econômicos, que defende privilégios cuja manutenção esperavam da vitória da Revolução, e hoje se sentem ameaçados pela política reformista do governo.[6]

Na frente adversária de esquerda Golbery reunia janguistas, brizolistas e comunistas, todos interessados em derrubar o governo, mas assinalava a existência de "vários grupos da esquerda não marxista e sinceramente reformista" interessados no "pleno restabelecimento das liberdades públicas" para influírem na "obra de reconstrução e reforma do país". Propunha que se desse a esse grupo "expressão cada vez mais livre no quadro da atuação oposicionista legal". Achava conveniente "impulsionar o programa reformista, em particular no setor das conquistas sociais — reforma agrária, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, democratização do capital etc. — convencendo a essas esquerdas, por atos concretos, dos sinceros propósitos do Governo".[7]

Quando as forças conservadoras do empresariado e dos proprietários rurais pressionaram o governo, sobretudo na reação à reforma agrária e à revisão dos sistemas de créditos oficiais, Golbery reclamou, em documento secreto:

> Quem ainda mais reage são, curiosamente, os senhores da indústria. (...) Reagem também muitos proprietários rurais, justamente temerosos pela manutenção de seus privilégios tradicionais. Não pagar impostos, explorar o suor do rurícola, recorrer livremente às burras do Banco do Brasil a cada safra que vem, empregar os pingues lucros em investimentos imobiliários nos grandes centros ou dissipá-los em consumo conspícuo — isso tudo parece que vai acabar. E será a derrocada de todo um estilo de vida que embalou gerações.[8]

O projeto da reforma castelista mal arranhou o estilo de vida do patronato brasileiro. Faltava-lhe base política para buscar nas urnas um mandato que lhe permitisse a aproximação com o centro, da mesma forma que lhe faltava disposição para tentar criar uma base militar que lhe

permitisse ao menos dispensar o amparo que recebia do patronato. Era a anarquia que dava o tom ao regime, obrigando-o a simular uma corrosiva aparência de unidade militar. O próprio Golbery associava-se aos surtos ditatoriais e, quando o Supremo Tribunal Federal soltava presos políticos, queixava-se de um "evidente espírito contrarrevolucionário" dos juízes. Quando um senador atazanado por um coronel de IPM bradava que "japona não é toga", o general via na reação uma origem "provocadora".[9] Em setembro de 1964, por ocasião do regresso do general Ernesto Geisel de uma viagem de inspeção às prisões de Pernambuco e São Paulo, Golbery cuidou da redação da nota oficial divulgada pelo governo. Num rascunho em que se mencionavam "as denúncias de violências ocorridas", o chefe do SNI corrigiu: "violências que teriam ocorrido".[10]

Golbery sonhara com uma manobra que permitisse a Castello disputar a reeleição habilitando-se a um mandato de cinco anos, o que estenderia seu governo até março de 1969.[11] Em meados de 1964, noutra articulação, mais modesta, o marechal teve seu mandato prorrogado por um ano, até 15 de março de 1967, quando deveria empossar um sucessor escolhido em pleito direto. Lacerda, único candidato civil sobrevivente, acusou o golpe numa carta: "Numa palavra, votada a prorrogação, não haverá eleições nem em 1966 nem tão cedo".[12] No salame do qual ajudara a cortar a fatia de JK, ele era agora a porção da vez.

Carlos Lacerda tinha cinquenta anos, o vigor de um touro e a versatilidade de um ilusionista. Ninguém como ele dividiu e marcou a geração em que viveu. Lutador obsessivo, fora o último panfletário brasileiro, quer como jornalista, metralhando a máquina com rara velocidade, quer como parlamentar, com uma oratória devastadora. Numa ou noutra condição manipulava o insulto na grandiloquência. Algoz de Getulio Vargas ("patriarca do roubo"), Juscelino ("O Cafajeste Máximo") e Jango ("marginal da lei").[13] Sua natureza implacável valera-lhe o apelido de *Corvo*.[14] Brigara com o pai, o irmão e alguns dos melhores amigos. "Ele

não gosta de ninguém, nem dele", escrevera um dos seus ex-companheiros.[15] O general De Gaulle chamara-o "o demolidor".[16] "Devastadoramente capaz", definira-o a Central Intelligence Agency.[17] Em menos de vinte anos passara do PCB à militância anticomunista. Eleito governador da Guanabara em 1960, surpreendera o país com uma administração exuberante. Tocara obras como a adutora do Guandu e o túnel Rebouças, ao mesmo tempo em que se beneficiara do trabalho dos governantes anteriores, que lhe deixaram a doce tarefa de plantar o jardim no Aterro do Flamengo, mudando a silhueta do Rio de Janeiro. Xodó dos "fritadores de bolinhos", fora um adversário destemido de João Goulart. Vitorioso em 1º de abril, vira-se espremido pela impopularidade da ordem que ajudara a erguer. Precisava da ditadura para compensar seu desgaste popular, mas quanto mais o regime se fechasse, menos a ditadura precisaria de Carlos Lacerda.

Para Golbery a vitória da prorrogação cumprira dois objetivos: num congelara Lacerda, noutro postergara uma eleição que poderia levar ao julgamento do regime. Nos meses imediatamente anteriores e seguintes a esse êxito no Congresso, a ditadura manteve sua rotina. É justo nessa época que irrompe o surto de rebeldia da guarnição goiana, com o coronel Danilo Darcy da Cunha e Mello encarregado de um inquérito em que se arrancavam sob tortura as confissões que deveriam instruir a deposição do governador Mauro Borges. Oficiais da Marinha de Santos recusaram-se a libertar treze pessoas beneficiadas por um *habeas corpus*.[18] Tropas indisciplinadas do Nordeste sequestraram o ex-governador de Sergipe, Seixas Dória, e mantiveram preso num jogo de esconde-esconde o próprio filho do inquisidor-mor, marechal Estevão Taurino de Rezende.[19] Entre agosto e setembro desapareceram do 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, dois militantes das Ligas Camponesas.[20] Comandava o 15º RI o coronel Ednardo D'Avila Mello, chefe do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações durante o mandarinato de Golbery no Conselho de

Segurança de Jânio Quadros. Foram os primeiros “desaparecidos” da ditadura.

Conseguida a prorrogação do mandato de Castello, Golbery começou a tratar de *Isabel*, nome em código da operação política que deveria postergar a eleição de onze governadores marcada para 3 de outubro de 1965.* Costurou a manobra por quase um ano, e esse foi um dos poucos movimentos em que ele e Lacerda andaram na mesma direção. Essa aparente virtude pôs a jogada a pique. Dois dias depois de receber uma carta de Lacerda informando que preferia a prorrogação dos mandatos dos governadores à realização de um pleito indireto, no qual a escolha caberia aos deputados estaduais, Castello decidiu-se pelo oposto. “Todo mundo de pneu baixo. Eleições diretas nos onze estados!”, registrou, estupefato, Heitor Ferreira.[21]

A malquerença de Golbery com Lacerda tinha um aspecto emocional, mas era também a projeção de uma luta pelo poder. A marca da atividade política do general estava na sua essência antieleitoral. Ele trabalhou contra o pleito de 1965, da mesma forma como trabalharia contra a eleição presidencial de 1966. Não se tratava de questão doutrinária, em que Golbery tivesse preferência pelo sistema indireto de preenchimento dos cargos executivos, mas de uma trapaça política destinada a manter no poder pessoas que o voto popular quase certamente defenestraria. A um interlocutor que chamava de “suicídio” uma eleição indireta para presidente, argumentando com o tamanho da bancada oposicionista, o general respondeu: “E a direta é suicídio certo”.[22] Lacerda era apenas um complicador das manobras antieleitorais, pois embora não tivesse a força de JK, era, sem dúvida alguma, o mais popular entre os políticos que apoiavam o regime. Com rara economia de palavras, Golbery resumiria o xeque a Lacerda: “É indireta sim, mas não para ele”.[23]

Para quem? Para Castello Branco. Uma semana depois de o marechal ter anunciado durante um almoço no Clube Militar que não aceitaria uma

segunda prorrogação, Golbery queixava-se: “[As declarações do presidente] levaram o desânimo a amplas correntes de opinião revolucionária que ainda não enxergam outra solução — garantia para salvaguarda do futuro da Revolução e complemento de sua obra renovadora”.[24] O chefe do SNI pode ter desanimado, mas não desistiu. Chegou a obter de Castello uma promessa de que não daria mais declarações daquele tipo.[25] Em junho de 1965 achava-se de novo numa articulação prorrogacionista.

Apesar das diversas denúncias de que a manobra estava em curso, ela sempre foi desmentida por Castello e seu círculo mais próximo de assessores. O diário de Heitor Ferreira documenta essa articulação palaciana. São cinco entradas, de junho a setembro de 1965.

18 de junho. O capitão anotou que Golbery e Castello tiveram uma “grande conversa no almoço”. Nesse mesmo dia o deputado Teódulo de Albuquerque, conhecido pelo trânsito que tinha no gabinete presidencial, disse que o Congresso estaria disposto a reeleger Castello.[26]

14 de julho. Heitor registra: “Golbery teve ‘a conversa’ com Geisel e o presidente. ‘Então há que tocar logo o assunto, em agosto, setembro...’”.[27]

15 de julho. “O presidente deu luz verde ao Cordeiro. ‘Isso agora é com vocês’.”[28]

21 de setembro. Golbery diz a Heitor: “Estou me lixando para o que possam pensar da continuação do Castello”.[29]

24 de setembro. O capitão Heitor pôs no diário a mais clara das referências.

> Chegou o Malan [general Alfredo Souto Malan] para conversar com Golbery e no meio do assunto anotei este trecho:
> MALAN: Mas isso tem o ranço de continuísmo.
> GOLBERY: Ranço de continuísmo?
> MALAN: É. Tem.
> GOLBERY: Não, não tem não. É o próprio continuísmo.[30]

O projeto descarrilou pela força que Costa e Silva extraiu da anarquia dos quartéis e pela fraqueza inerente à vacilação castelista. De um lado, recebeu o impacto da derrota dos candidatos pró-regime nas eleições de outubro de 1965. A nova ordem fora derrotada na disputa pelos governos da Guanabara e de Minas Gerais, mesmo levando-se em conta que os principais vitoriosos eram políticos moderados. De outro, recebeu o golpe da inquietação militar que se seguiu ao resultado eleitoral.

* * *

Na tarde de 27 de outubro, a desordem militar, manipulada pelo ministro da Guerra, obteve de Castello um novo Ato Institucional, chamado AI-2 e o primeiro a ser numerado. O Ato reabria a temporada de cassações, diluía o Supremo Tribunal Federal, lesava o Congresso, extinguia os partidos políticos e acabava com a eleição direta como forma de escolha do presidente da República. Costa e Silva entrou no gabinete, alcançou uma cópia do documento e começou a folheá-la: “Deixa ver, cadê, onde está?”.

Castello tomou uma página e mostrou um trecho. “Está aí.”

Estava numa das últimas folhas. Era o parágrafo único do artigo 26, que regulava a eleição do próximo presidente: “O atual Presidente da República é inelegível”.[31] Caíra a lápide sobre qualquer sonho prorrogacionista. O ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, tornara-se presidente eleito.

Nesses dias, acreditando ser possível reverter a derrota, Golbery assumiu uma atitude típica de sua ação política. “O importante é ganhar. A vitória redime tudo”, disse a Heitor Ferreira. “O importante agora é ganhar. Depois vêm todos rastejar.”[32] Perdeu. As manobras seguintes foram afogadas pelas adesões públicas e secretas dos hierarcas do regime à candidatura do ministro da Guerra. Golbery ainda tentou tramar uma renúncia coletiva dos ministros que fossem candidatos nas eleições de 1966,

quando seriam escolhidos, além do presidente, dez governadores. Como Luiz Viana Filho, chefe do Gabinete Civil, postulava o governo da Bahia, era necessário que liderasse o cordão dos demissionários. Viana temia deixar o palácio e perder a Bahia. Acompanhado pelo amigo Antonio Carlos Magalhães, foi a Golbery e expôs a fraqueza do plano. Na verdade, estavam com um pé no Laranjeiras e outro no gabinete de Costa e Silva.[33] "Salve-se a Bahia, foda-se o Brasil", respondeu o general.[34] Dias depois, ao sair de uma conversa noturna com Castello, entregaria os pontos: "*Tout est perdu*".[35] Ria-se no naufrágio, e o ministro da Justiça, Mem de Sá, contribuía para o anedotário: "Como dizia Dante em seus melhores momentos poéticos, *siamo tutti fottuti*".[36]

São conhecidos 22 documentos de análise política preparados pelo SNI para leitura de Castello ou ciência dos ministros. Foram quase todos escritos por Golbery. Neles Costa e Silva é o grande ausente.[37] Apesar de o primeiro pronunciamento público em favor da candidatura do ministro à Presidência ter sido feito num jantar de quinhentos talheres no Jóquei Clube de Goiás em julho de 1964, a primeira referência do SNI à presença dele na sucessão é de 21 de setembro.[38] O Serviço volta a mencioná-la superficialmente um mês depois, e só em novembro associa o marechal a uma manobra dos adversários de Lacerda, que, deixados sem candidato, iriam buscar o seu no Ministério da Guerra.[39] Já o governador da Guanabara é citado em dezesseis dos 21 documentos, ora como "vedete", ora como administrador fracassado.[40]

É provável que Golbery tenha subestimado a audácia de Costa e Silva e superestimado a coragem de Castello Branco. Não disputou a partida nos quartéis e perdeu em silêncio. O *Corca* que conspirara contra Getulio, JK e Jango, não conspirou contra Costa e Silva. Sua relação com o general era quase de desprezo. Mesmo assim, diante das duas candidaturas, disse a Castello: "Entre Costa e Lacerda, fico muitíssimo mais com o Costa".[41]

Durante a crise das eleições de 1965 Golbery desejou se tornar interventor na Guanabara. Chegou a listar 23 nomes de pessoas que chamaria para o seu governo. Quase todos civis, iam de velhos amigos, como o empreiteiro Haroldo Cecil Poland e o banqueiro Jorge Oscar de Mello Flôres, a estrelas do meio cultural, como o romancista Adonias Filho e o arquiteto Sérgio Bernardes.[42] Mesmo nos dias mais tensos, quando o receio de uma revolta militar provocou uma distribuição de submetralhadoras no palácio Laranjeiras, Golbery dormia no quarto dos ajudantes de ordens pensando em governar o Rio.[43] No dia em que a Justiça Militar deveria decidir se prendia ou não o governador Negrão de Lima, o general foi ao palácio vestindo o seu melhor terno, de tropical azul.[44] Negrão ganhou, e Golbery foi dormir como chefe do SNI.

Talvez a interventoria tenha sido uma miragem que lhe permitiria continuar na política depois da "debacle" que significava o triunfo do *Seu Arthur*. Era a quarta vez que Golbery perdia a parada. Na sua conta: "1950, 1955, 1961 e agora".[45] Nos últimos meses de 1966, quando Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek se juntaram numa frente oposicionista que mais tarde atrairia até mesmo o ex-presidente João Goulart, Golbery deu o último tiro na direção de Lacerda. Tentou cassá-lo, acusando-o de "solapar a autoridade do presidente da república, desmoralizar a obra da Revolução, desprestigiar as Forças Armadas perante a Nação e mesmo dividi-las".[46] A ideia não prosperou, sobretudo porque Costa e Silva se esquivou de apoiar a medida.[47]

Batido, Golbery enfurnou-se. Como gostava de repetir, "quebrara a mola". Cumpria a rotina, retraía-se e apagava rastros. Primeiro parou de falar de política com o presidente, em seguida determinou a suspensão das interceptações telefônicas e pediu a Heitor Ferreira que começasse a limpar os arquivos do SNI.[48] No crepúsculo do governo, Geisel sugeriu a Castello que nomeasse o general para o Tribunal de Contas da União. Depois de remanchar por alguns dias, o marechal assinou o decreto.[49] Pelo resto de

sua vida Golbery haveria de ser parcimonioso nos adjetivos que dedicava a Castello. Jamais o criticava, nunca o elogiava, era raro que o mencionasse. Desencantado, aos 55 anos o conspirador julgava ter chegado ao fim da linha: “Eu não quero mais conversar sobre política brasileira. Não tenho o que dizer”.[50]

Depois de terem passado boa parte de suas vidas associados ao projeto de um governo certamente forte, provavelmente militar, Geisel e Golbery viviam um regime forte e militar, mas pareciam não ter mais nada a dizer.

1 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, pp. 291-2.

2 Pesquisa do Ibope realizada entre 9 e 26 de março de 1964, em Antônio Lavareda, *A democracia nas urnas*, p. 174.

3 John W. F. Dulles, *Castello Branco, o presidente reformador*, p. 33.

4 Uma folha manuscrita de Golbery de final de maio ou início de junho de 1964. APGCS/HF.

5 Anotação de Geisel, à margem da cópia xerox de uma carta de 24 de agosto de 1976 do coronel Argos Gomes de Oliveira ao general João Baptista Figueiredo. APGCS/HF.

6 *Estimativa nº 1*, do SNI, de 15 de setembro de 1964. APGCS/HF.

7 Idem.

8 *Apreciação Sumária da Situação Nacional*, reunião ministerial de 30 de dezembro de 1964. Marcado “secreto”. APGCS/HF.

9 *Impressão Geral nº 10*, de 2 de novembro de 1964. APGCS/HF.

10 Folha datilografada, com anotações manuscritas de Golbery. APGCS/HF.

11 Folha manuscrita de Golbery, sem data, resumindo e analisando uma conversa de automóvel com Carlos Lacerda. APGCS/HF. Nela escreveu: “O mais sério adversário de CL em 66 será o próprio presidente, ao qual parece abrir-se a possibilidade legal de uma reeleição”. *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de junho de 1965.

12 Carta de Carlos Lacerda a Bilac Pinto, presidente da UDN. Em Luiz Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 112.

13 Para Vargas, Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 3, p. 2981. Para JK, John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 1: *1914-1960*, pp. 286-7, citando a *Tribuna da Imprensa* de 15 de junho de 1957. Para Goulart, Carlos Castello Branco, *Introdução à Revolução de 1964*, tomo I: *A agonia do poder civil*, p. 231.

14 O apelido foi inventado por Samuel Wainer, que deu ao caricaturista Lan a ideia de retratar Lacerda nas penas da ave. O primeiro *Corvo* foi publicado no jornal *Última Hora* de 25 de maio de

1954, p. 3. Em John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 1: *1914-1960*, pp. 148-9.

15 David Nasser, citado em John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 1: *1914-1960*, p. 336.

16 Referência feita por De Gaulle durante um almoço com Castello Branco. Em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 287.

17 Onze folhas da Central Intelligence Agency, do *Office of National Estimates*, de 31 de dezembro de 1964. Marcado "secreto". BLBJ.

18 Para o caso de Goiás, carta de Simão Kossobudsky ao presidente Castello Branco, de 11 de outubro de 1964, em *O golpe em Goiás*, pp. 242-8. *Correio da Manhã*, 27 de agosto de 1964, capa do 1º Caderno.

19 *Correio da Manhã*, 26 e 30 de julho de 1964.

20 *Dossiê dos mortos e desaparecidos*, pp. 104 e 117.

* Seriam eleitos os governadores dos seguintes estados: Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Maranhão, Goiás, Alagoas, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de março de 1965.

22 Idem, 12 de outubro de 1965.

23 Idem, 6 de outubro de 1965.

24 *Impressão Geral nº 16*, de 9 de fevereiro de 1965. APGCS/HF.

25 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de setembro de 1965.

26 Idem, 18 de junho de 1965.

27 Idem, 14 de julho de 1965.

28 Idem, 15 de julho de 1965.

29 Idem, 21 de setembro de 1965.

30 Idem, 24 de setembro de 1965.

31 Narrativa de Ernesto Geisel a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de junho de 1972.

32 Nota anexa ao *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de outubro de 1965.

33 Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 327.

34 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de março de 1966. Antonio Carlos Magalhães narrou essa cena ao autor em várias ocasiões.

35 ("Está tudo perdido.") *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de abril de 1966.

36 ("Estamos todos fodidos.") Idem, 16 de abril de 1966.

37 São eles: *Apreciação Sumária*, de 30 de abril e de 30 de dezembro de 1964; *Estimativa*, de 10 de julho, 15 de setembro e 15 de dezembro de 1964; e *Impressão Geral*, documentos numerados de 1 a 17, datados de 16, 23 e 31 de agosto, 6, 14, 21 e 28 de setembro, 5 e 19 de outubro, 2, 9 e 23 de novembro, 14 e 29 de dezembro de 1964, 13 de janeiro, 9 de fevereiro e 16 de março de 1965. APGCS/HF.

38 Para o lançamento da candidatura, feito inesperadamente pelo deputado Alfredo Nasser, ver Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 234-5. *Impressão Geral nº 6*, de 21 de setembro de 1964. APGCS/HF.

39 *Impressão Geral nº 11*, de 9 de novembro de 1964. APGCS/HF.

40 Para “vedete”, *Estimativa* de 10 de julho de 1964. Para o fracasso administrativo, *Impressão Geral nº 2*, de 15 de dezembro de 1964. APGCS/HF.

41 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de março de 1965.

42 Nota anexa ao *Diário de Heitor Ferreira*, 8 de agosto de 1965.

43 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 e 5 de dezembro de 1965.

44 Idem, 5 de dezembro de 1965.

45 Idem, 16 de abril de 1966.

46 *Informação Especial*, do SNI, acompanhada de um manuscrito de Heitor Ferreira, revisto por Golbery, sem data, de novembro de 1966. APGCS/HF.

47 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de novembro de 1966.

48 Idem, 5 e 12 de maio de 1966.

49 Idem, 23 de janeiro de 1967.

50 Idem, 10 de fevereiro de 1967.

PARTE II
O CAMINHO DE VOLTA

TEREMOS NESTA SEMANA
O NOME DO SUCESSOR
DO SINDICAL
Leia e assine o jornal
ÉDIÇÃO
EXTRA
veja
ERNESTO
GEISEL,
O FUTURO
PRESIDENT

NAS FOTOS ANTERIORES:

A sucessão censurada no semanário Opinião
Geisel escolhido, a edição extra da revista Veja
Heitor Ferreira, o secretário particular de Geisel
Humberto Barreto, o assessor de imprensa
Armando Falcão, o ministro da Justiça
O general Figueiredo, o chefe do SNI

A COSTURA

O peso do irmão

O primeiro passo documentado para a escolha do sucessor de Médici foi dado pelo próprio presidente em janeiro de 1971. O general tinha pouco mais de um ano de governo e faltavam três para que acabasse seu mandato. Reuniu-se com os colaboradores mais próximos na granja do Riacho Fundo, onde passava a maior parte dos dias livres, fugido da fornalha do Alvorada. Eram o general João Baptista Figueiredo, chefe do Gabinete Militar, o professor João Leitão de Abreu, do Gabinete Civil, e o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI.

Figueiredo levara um roteiro onde mencionava o “grande problema” e listava dois caminhos: “a) permanência; b) candidaturas”.

Pelo caminho das candidaturas sugeria a necessidade de buscar um “nome nacional” que preservasse a unidade militar. No roteiro havia a pergunta: “quem?”.

A conversa durou três horas e, segundo assegurou Figueiredo, a resposta foi Ernesto Geisel.[1] [*Veja o documento*] Essa foi uma das respostas, mas dificilmente a única e por certo não definitiva. O ministro do Exército, Orlando Geisel, sabia da conversa. Ao contrário da sucessão de Castello, na qual a imprensa e os políticos desempenharam um papel relevante, a de Médici foi desde o primeiro momento uma disputa subterrânea. Nela houve muitas manhas, mas entre todas só uma realmente proibida: levar a questão para fora do palácio, do centro do poder. Segredo típico das ditaduras, era permitido sabê-lo, proibido propagá-lo.

Na época do encontro do Riacho Fundo a sucessão dependia do destino do general Affonso de Albuquerque Lima. Líder da linha dura no mandato de Castello Branco, tornara-se ministro do Interior de Costa e Silva e vira-se defenestrado depois de um confronto com o comando econômico do governo. Na crise de 1969 aparecera como forte candidato à Presidência, na substituição de Costa e Silva. A força dele vinha da tropa, mas fora derrotado no consistório de quatro-estrelas que simulara uma consulta aos quartéis. Continuara na ativa e estava a um passo da promoção a general de exército. Poderia ganhar a quarta estrela no final de 1970 e, com ela no ombro, na certa seria candidato a presidente. Sem ela, entraria num glorioso pijama. O futuro do general ameaçava o controle de Médici sobre a própria sucessão. “Ele vai criar problemas dentro do exército e dentro do Brasil. Já criou uma vez e vai criar de novo”, reclamava Orlando Geisel.[2] Com a ajuda do chefe do Estado-Maior, Antonio Carlos Muricy, numa operação em que se misturaram porretes e cenouras, o ministro liquidou Albuquerque Lima.[3] Foi o *Capitão Muricy* quem fez o trabalho de campo.

Tratando do assunto com o general Rodrigo Octavio Jordão Ramos, o *R.O.*, amigo e companheiro de Albuquerque Lima na arma da engenharia, Muricy foi ao nervo:

“Ganhando a quarta estrela ele vai trabalhar para ser presidente.”

“É um direito dele”, argumentou *R.O.*

“E precisamente por ser um direito dele e por eu achar que ele não pode ser presidente, trabalho contra”, respondeu Muricy.[4]

No fim da cabala e através de sucessivas preterições, Albuquerque Lima caiu nos mecanismos compulsórios de passagem para a reserva em março de 1971. Nesse episódio o ministro Orlando Geisel venceu a sua primeira e única dificuldade no Alto-Comando. Dissolveu o condomínio de generais que controlara o Exército nas desordens do governo Costa e Silva liquidando a frio, num episódio sem precedentes, um chefe militar experimentado na administração, articulado na política e popular na tropa.

Albuquerque Lima afundou atirando, já na reserva, durante um jantar de quatrocentos talheres. Denunciou uma "tenaz e injusta perseguição, a ponto de não permitirem (...) que a Imprensa (...) faça uma referência sequer ao meu nome".[5] De fato, poucos dias antes a Censura transferira o ex-ministro para o limbo dos mortos-vivos: "Urgentíssimo: De ordem superior fica terminantemente proibida a divulgação, por qualquer meio de comunicação, imprensa, rádio e televisão, de entrevista, memorial, carta ou qualquer outro meio de manifestação, de autoria ou referente ao general Albuquerque Lima".[6]

O general saiu do caminho e foi trabalhar com um cunhado milionário.

* * *

Fechado em seu gabinete na Candelária (uma pequena sala sem sofá nem banheiro privativo), Geisel era uma espécie de candidato-prodígio para a mitologia do regime. Numa ditadura militar que cultuava os tecnocratas, era a um só tempo general e presidente da maior empresa do país. Administrava perto de 1,5% do PNB.[7] Tinha um pé no castelismo e outro na nova ordem. Estava na reserva, é certo, mas seu irmão era ministro. Seguindo a norma das burocracias e das ditaduras, movia-se parado: "Eu quero fazer um favor a eles. Não me engajo. Não movo uma palha por essa candidatura. Vão ter que vir me buscar. Aí eu vou e atendo".[8] Dada a existência de uma verdadeira simpatia de Médici pelo nome dele, era difícil batê-lo.

Seu único adversário era o fantasma da prorrogação ou mesmo da reeleição do presidente. A extensão do mandato de Médici por um ano, levando-o até março de 1975, tinha alguma racionalidade política. Em abril de 1974 começariam a caducar as cassações feitas dez anos antes. Isso significaria o retorno à política de Juscelino Kubitschek, Jango e dezenas de proscritos. Além do mais, em novembro seria realizada uma mastodôntica

eleição, em que se escolheriam toda a Câmara, um terço do Senado e todas as assembleias legislativas.

Golbery, escrevendo em código a Heitor Ferreira, chegara a acreditar nas virtudes da prorrogação: “Caso *Timóteo* — marchando bem. Claro que há outros interessados em soluções evidentemente inferiores mas nunca a desprezar — não vou citar nomes. Creio que a sã razão acabará imperando. (...) Em termos realistas, melhor seria se o nosso *Jorge* aguentasse de quatro para cinco e resolvesse isso, deixando a pista limpa para depois”.[9] [*Veja o documento*]

Timóteo era Geisel, que não gostava da ideia. *Jorge* era Médici, que não mencionava o assunto.

O fantasma transmutava-se. Ora aparecia como prorrogação, ora como reeleição. O respeitado professor Leitão de Abreu sinalizava que tanto uma hipótese como a outra eram plausíveis, até mesmo para que o leque de alternativas do Planalto permanecesse aberto.[10] Esse leque tinha diversas funcionalidades. A mais elementar preservava o poder do presidente, adiando o desgaste trazido pelo fim do mandato e pelo surgimento de um novo foco de poder. Outra, comum a todas as manobras continuístas, destinava-se a manter no palácio as pessoas e os interesses ali instalados.

Havia outra ainda, produzida pelo período de fausto da ditadura. O continuísmo contrapunha o prestígio e a força do presidente ao nome de eventuais candidatos. Bastaria que Geisel movesse um dedo contra a manobra para que a desavença com o hipotético projeto de glorificação de Médici o liquidasse. Se o candidato não concordava com a prorrogação do mandato do patrono, por que este haveria de entregar-lhe a Presidência?

O estratagema derreteu-se porque Geisel nunca lhe fez oposição. Se Médici quisesse continuar, que continuasse. “Ninguém conte comigo para ir contra o Médici”, advertia.[11] Essa reação inverteu a trajetória da manobra, transformando a ameaça em proteção. Golbery explicava as virtudes do prorrogacionismo: “Ele fecha a lista de inscrições. Depois que se começou

a falar na continuação de Médici, quem se lançar candidato estará em oposição a ele, não a Geisel". "Tudo vai depender do Grande Eleitor."[12]

Médici e o regime viviam seus dias de esplendor. Uma pesquisa feita com operários indicava que o governo e os militares eram as instituições em que mais confiavam para defender seus interesses. Os mais desacreditados eram os políticos e, entre eles, os da oposição.[13]

O general orgulhava-se do desempenho da ditadura: "Amadurecemos o bastante para descobrir as vantagens do equilíbrio e da ordem, do planejamento, método, da continuidade e da convergência. O Brasil emergiu, em oito anos apenas, de longa infância e de tumultuária adolescência, para o estágio de nação adulta e séria, que sabe para onde vai e sabe o que pretende".[14] Beneficiado pela alegria natural trazida pela Copa de 1970, o governo decidiu patrocinar uma temporada de patriotismo no ano do Sesquicentenário da Independência. Anunciou que d. Pedro I regressaria ao Brasil, deixando a cripta do mosteiro dos Jerônimos, em Portugal, onde descansava desde 1834. Para movimentar a festa, organizaria uma Minicopa Mundial de Futebol.

Médici canalizava a euforia moldando uma imagem comum e austera. O apagado *Milito* sentara-se firmemente naquela cadeira em que *Tamanco* e *Português* mal se haviam aguentado. Era senhor da sua própria sucessão como nenhum presidente o fora. Em pelo menos uma conversa admitiu que tinha um candidato para cada situação. Num país conflagrado, indicaria o general Adalberto Pereira dos Santos, seu amigo, primeiro colocado de sua turma, ministro do STM. Num país "com problemas", "o Ernesto". Numa situação de perfeita calma, o professor Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil.[15] Muitos presidentes desejaram continuar e não conseguiram. Dele se pode dizer que se tivesse desejado, teria ficado.[16]

* * *

Do Exército partiam tênues reverberações políticas, quase sempre patrocinadas por generais saídos da arma da Engenharia, contrafeitos com a destruição de Albuquerque Lima. O general Alfredo Souto Malan, novo chefe do Estado-Maior do Exército, sugeria que, excluídas as "correntes radicais vermelhas", talvez fosse possível algum tipo de reconciliação com a juventude esquerdista: "Por que não facilitamos a esses irmãos a tomada de um atalho que os possa trazer à estrada larga da participação?".[17] Malan retomaria o tema meses depois falando numa "sociedade democrática, em que o desenvolvimento, a segurança e a liberdade marchem de mãos dadas", e no final de 1971 pediu mesmo o "desengajamento controlado das Forças Armadas".[18]

Pouco depois do discurso, num almoço no restaurante do Museu de Arte Moderna, Malan sugerira a Geisel e Golbery que entregassem o Ministério do Exército ao general Euler Bentes Monteiro, estrela ascendente da Engenharia. Golbery abateu a ideia em voo.[19] Malan daria ainda indicações de que gostaria tanto de ser ministro como de ter seu nome considerado na disputa pela Presidência, "nem que fosse para boi de piranha".[20] Eram meros sinais, quando muito desejos, sem nenhuma articulação militar ou civil a ampará-los.

Quando as iniciativas dos generais ameaçavam prosperar, mesmo respeitando as regras da ditadura, Orlando Geisel baixava o chanfalho. Em março de 1971 o general Rodrigo Octavio tratara da volta ao estado de direito durante a aula inaugural do Instituto Militar de Engenharia, e meses mais tarde, como comandante da Escola Superior de Guerra, convidara os estagiários a participar de um trabalho sobre a "institucionalização política do processo revolucionário". No momento em que os quadros de aviso da escola anunciavam o projeto, Orlando demitiu-o. Mal completara quatro meses no comando. *R.O.* saiu da Urca lembrando "nossas mais caras tradições: vocação democrática, formação liberal e vocação cristã", e

recolheu-se a obediente silêncio depois que a Censura proibiu que se noticiasse a sua exoneração.[21]

Em outros casos o ministro recorria à simples humilhação dos adversários. Ao receber os cumprimentos pelas festas de fim de ano, reencontrou na fila dos generais seu velho inimigo Jayme Portella:

> — Espero que em 1972 você pare de conspirar — disse-lhe Orlando Geisel.
> — Eu, general?
> — O meu serviço de informações diz que você está conspirando.
> — E o senhor acredita?
> — Não, não acredito. Por isso é que eu quero que você pare de conspirar, que é para eu acreditar menos ainda.[22]

Portella não parou, nem pararam de vigiá-lo.[23] De acordo com o SNI, reunia-se no escritório de um amigo na avenida Rio Branco e fazia uma mesa semanal no restaurante Nino's, em Copacabana. O Serviço atribuía-lhe dois projetos. Um, legalista, destinava-se a permitir a posse do vice-presidente, almirante Augusto Rademaker, caso Médici tivesse algum problema de saúde.[24] Baseava-se na formação de um "clima de restabelecimento da legalidade, abertura democrática". Outro, liberticida, destinava-se a minar Geisel e propunha: "Suscitar nos meios militares duas teses: a de que o governo Médici reduziu o ímpeto revolucionário, que ainda precisa de dez anos; a de que os cassados de 1964, que teriam seus direitos políticos devolvidos em 1974, não podem voltar à vida política — e com essa posição ressuscitar a mística da punição revolucionária".[25]

Segundo o SNI, Portella — personagem decisivo na trama que levara Costa e Silva à Presidência — queria propagar nos quartéis a inconveniência da escolha de generais com mais de 65 anos, "quase sempre doentes". Queria "um presidente novo para um país novo", com um general

jovem na cabeça da chapa e um coronel na vice. Caso Geisel resistisse a esse tipo de sapa, o melhor seria lançar um candidato civil. Para isso Portella julgava útil jogar na frente o nome do ministro Delfim Netto, da Fazenda, queimando-o logo depois "pelos processos mais clandestinos, sobretudo, fazendo chegar informes às Forças Armadas — usando elementos do Itamaraty — sobre irregularidades nas negociações internacionais". Carbonizado Delfim, o general teria a oferecer o nome do governador mineiro Rondon Pacheco, de quem se declarava fiador.[26] Davam-se bem desde o governo Costa e Silva, quando Portella, como chefe do Gabinete Militar, tivera Rondon por inquilino no Gabinete Civil.

Generais como Portella, Rodrigo Octavio e Malan comandavam bibliotecas e garagens. Entre os comandantes de tropa o caminho para a notoriedade era bem outro, apocalíptico, delirante. O do II Exército, Humberto de Souza Mello, achava que a censura existente era pouca: "Isto nos leva a dar combate ao inimigo subversivo que utiliza, como instrumentos bélicos em sua insidiosa guerra revolucionária, armas convencionais brancas e de fogo, e também a palavra escrita e falada, o teatro, a televisão e o cinema para a pregação de um materialismo selvagem e demoníaco".[27] Senhor de baraço e cutelo da máquina repressiva em São Paulo, o general era candidato. Gostava de festas e falava demais. Numa delas, expôs seus desejos políticos: iria para o comando do I Exército, de lá para o ministério, e depois chegaria ao Planalto. O obstáculo, segundo ele, chamava-se Orlando Geisel: "Está muito doente. Vai morrer, tem enfisema".[28]

Asmático na infância, fumante na maturidade, enfisema o ministro tinha. Mas no início de 1972 não estava tão mal. Tomando um composto de vitaminas suíças, nutrientes de abelhas e águas coletadas pela filha espírita, atravessara uma sucessão de gripes que o haviam debilitado. Convencido de que tinha as coronárias entupidas, fugia dos médicos.[29] Três meses após a praga contra Orlando, um distúrbio intestinal derrubou o obeso Humberto

Mello no palanque das autoridades que recebiam o presidente boliviano em Mato Grosso. “O que ele teve?”, perguntou dias depois Heitor Ferreira ao general Figueiredo. “Uma ideia”, respondeu o chefe do Gabinete Militar.[30]

O general Breno Borges Fortes, comandante do III Exército, com jurisdição sobre toda a fronteira sul do país, estava metido num esquema mais audacioso: a invasão do Uruguai caso o candidato esquerdista Líber Seregni vencesse a eleição presidencial de novembro de 1971. Pelo menos uma unidade de combate, a 2ª Brigada de Cavalaria Motorizada, já concebera suas operações e tinha comandante escolhido. Entre os planos de campanha chegara-se a redigir um item intitulado: “Ordem às outras Forças”.[31] Helicópteros da FAB foram para a fronteira com ordens para realizar voos de reconhecimento.[32] Seregni foi derrotado por Juan María Bordaberry, o Uruguai deslizou em direção à ditadura militar e os projetos do general Breno nunca puderam ser testados. Faltavam-lhe dois elementos essenciais para mover a tropa: autorização do presidente e gasolina. Médici ameaçou exonerá-lo, e Geisel, ao saber que o general requisitara combustível à refinaria Alberto Pasqualini, mandou que não lhe dessem uma só gota enquanto ele não fosse lhe pedir pessoalmente. “Nunca me disseram mais nada”, lembraria.[33]

* * *

Geisel teve no irmão seu maior cabo eleitoral. Não se pode precisar a ocasião em que os dois trataram pela primeira vez da sucessão de Médici. Segundo o general, o assunto veio numa conversa em que Orlando lhe disse:

> — Prepare-se porque é possível que você venha a ser presidente da República.
> — Por que eu? (...) Por que não você?

— Porque eu não tenho saúde.[34]

Essa conversa, pela sua lembrança, ocorreu no final de 1972. É difícil que isso tenha acontecido tão tarde. Retrospectivamente, Geisel sempre cuidou para que não se atribuísse a escolha dele ao irmão.[35]

Pode-se supor que, no segundo semestre de 1971, quando Geisel convidou Heitor Ferreira para vir ao Rio e instalar-se na Petrobras "para cuidar dos meus assuntos", já estava ocupado como candidato a presidente.[36] O novo colaborador logo percebeu: "O homem-chave de toda a manobra é o Orlando".[37] Em março de 1972 o general garantia que o irmão nunca tocara em seu nome com Médici, da mesma forma que o presidente jamais lhe fizera aceno algum.

Era raro que a imprensa mencionasse Ernesto Geisel como eventual sucessor de Médici.[38] O nome de Geisel circulava no Congresso desde os últimos meses de 1970, mas ele não dava oportunidade aos interlocutores para tratar do assunto, até que em fevereiro de 1972 um sargento que o servira como motorista no STM, transferido para Brasília, foi ao Leblon despedir-se do antigo chefe:

— E quando é que o senhor vai? — perguntou o sargento.
— Ah, eu não vou — respondeu Geisel.
— Vai sim. O senhor vai ser presidente.[39]

1 Roteiro da exposição feita pelo general Figueiredo ao presidente Médici em janeiro de 1971, acompanhado por um bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira encaminhando-lhe o documento em 1979. APGCS/HF. No bilhete Figueiredo contou: "A conclusão final, com a qual o presidente Médici concordou inteiramente, era que o candidato ideal seria o general Geisel". Num recorte da revista *Visão* de 22 de março de 1976, pp. 18-22, intitulado "Retrospecto e perspectivas da sucessão presidencial", à margem do trecho onde se diz que Médici só resolveu tratar da sucessão no segundo

semestre de 1973, Figueiredo escreveu: “Escolhido em junho de 1971!”. No *Diário de Heitor Ferreira*, entrada de 21 de julho de 1972, há uma narrativa resumida do que teriam sido esse encontro e sua gestação. Em entrevista a Glaucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d’Araujo, do CPDoc, o general Octavio Medeiros, assistente de Figueiredo, que foi com ele ao Riacho Fundo, diz que a reunião aconteceu em junho de 1972. Prevaleceu o documento encaminhado por Figueiredo a Heitor Ferreira.

2 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

3 O ministro Orlando Geisel promoveu o general Humberto Mello à quarta estrela na expectativa de com isso receber o voto de seu amigo Augusto Cesar Moniz de Aragão contra Albuquerque Lima. *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro de 1972. O general Syseno Sarmento, que votou contra Albuquerque Lima, obteve uma cadeira de ministro no Superior Tribunal Militar.

4 General Antonio Carlos Muricy, agosto de 1988.

5 *O Estado de S. Paulo*, 18 de março, e *The New York Times*, 19 de março de 1971.

6 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 232.

7 Para a participação da Petrobras no PNB, Laura Randall, *The political economy of Brazilian oil*, p. 13.

8 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de dezembro de 1971 e 27 de janeiro de 1972.

9 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 15 de outubro de 1971. APGCS/HF.

10 Carlos Castello Branco, “Leitão de Abreu, vocação de poder e belo companheiro”, *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1992, p. 2.

11 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de setembro de 1972.

12 Golbery do Couto e Silva, 1972, e *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de fevereiro de 1972.

13 Youssef Cohen e outros, “Representation and development in Brazil, 1972-1973”, citado por Cohen em *The manipulation of consent*, p. 45.

14 Emílio Garrastazu Médici, *Nosso caminho*, p. 76. Mensagem ao povo brasileiro, no limiar do Ano-Novo, transmitida por rede nacional de rádio e televisão, na noite de 31 de dezembro de 1971.

15 Informação dada a Heitor Ferreira pelo general Figueiredo, em *Diário de Heitor Ferreira*, 6 de dezembro de 1973. Para uma versão sem nomes, feita logo depois da posse, ver Roberto Nogueira Médici, *Médici*, p. 31.

16 Médici jamais discutiu publicamente essa questão. Uma explicação para tal conduta foi dada em 1995, pelo seu filho Roberto: “Achava a prorrogação do mandato do Castello Branco um grande erro político. Estabeleceu a desconfiança no seio da liderança civil que até então respaldava o movimento de 1964”. *Folha de S.Paulo*, 16 de julho de 1995.

17 *História do Estado-Maior do Exército*, p. 193.

18 *Veja*, “Temas para a necessária reforma”, 25 de agosto, p. 16, e “O desengajamento controlado”, 22 de dezembro de 1971, p. 25. *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*, p. 473.

19 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de dezembro de 1971 e 20 de março de 1972.

20 Idem, 31 de dezembro de 1971.

21 Para o discurso, *Veja*, “Mudança na ESG”, 6 de outubro de 1971, p. 26, e “Despedida na ESG”, 13 de outubro de 1971, p. 26. Para a Censura, Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 235. A demissão de Rodrigo Octavio foi tratada discretamente em diversas publicações.

22 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de dezembro de 1971.

23 O general João Baptista Figueiredo, chefe do Gabinete Militar, pediu ao coronel Edmundo Adolpho Murgel, chefe da Agência Rio do SNI, uma “atenção especial” para Portella. O pedido foi feito por intermédio do coronel Newton Leitão. Os três serviram no SNI durante o governo Castello. *Diário de Heitor Ferreira*, 4 e 16 de fevereiro de 1972.

24 Ao longo de seu governo circularam notícias segundo as quais Médici tinha crises de labirintite e hipertensão. Em março de 1973, um de seus assessores, o coronel Lauro Rocca Dieguez, confidenciou a um diplomata americano que o presidente tivera uma hérnia de disco e viera dos Estados Unidos uma cama especial para seu uso. Telegrama do embaixador William Rountree ao Departamento de Estado, 8 de março de 1973. <https://www.wikileaks.org/plusd/cables/1973BRASIL01256_b.html>.

25 Três folhas com cópia de um relatório, carimbado “secreto”, sem data, assinatura ou origem. APGCS/HF. Datado, com a entrega atribuída ao coronel Ivan de Souza Mendes, pela nota do *Diário de Heitor Ferreira* de 30 de abril de 1972. Em 1986 Heitor Ferreira informou ao autor que o documento provinha do SNI.

26 Idem.

27 *Folha de S.Paulo*, 31 de março de 1971, p. 6.

28 Observação contada a Heitor Ferreira pelo general Antonio Luiz de Barros Nunes, o *Cacau*, em *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro de 1972.

29 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de janeiro de 1972.

30 Idem, 26 de abril de 1972.

31 Informação dada pelo coronel Danilo Venturini a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de maio de 1972.

32 Francisco Dellamora, fevereiro de 2001.

33 Para os detalhes do plano e para a ameaça de Médici, Ernesto Geisel, maio de 1985. Conversa de Figueiredo com Geisel, 9 de fevereiro de 1974, APGCS/HF. Ver também Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, pp. 11-21.

34 Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 258. Numa conversa com o autor, Geisel narrou a mesma resposta de Orlando, em outros termos: “Eu não posso. Sou um homem condenado”.

35 Para a data, Ernesto Geisel, 1994.

36 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de novembro de 1971.

37 Idem, 31 de dezembro de 1971.

38 A principal exceção a essa regra foi um artigo do jornalista Carlos Chagas em *O Estado de S. Paulo*, de 21 de janeiro de 1972, p. 4, no qual, entre outras soluções possíveis, citou nominalmente o general Ernesto Geisel.

[39] Narrativa de Geisel a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de fevereiro de 1972.

A turma da Candelária

Geisel sabia que ia ser presidente, mas a última coisa que lhe passaria pela cabeça seria discutir esse assunto com um motorista, sargento, ainda por cima. No seu gabinete da Candelária, o general manteve-se cercado por uma pequena rede de colaboradores que nunca chegou a ultrapassar a dezena. Todos amigos, todos militares, todos veteranos conspiradores. Salvo um, instalado no Planalto, operavam no Rio de Janeiro e concentravam-se nos nove quarteirões da avenida Rio Branco que vão do sopé do morro de São Bento à rua da Assembleia.

A principal peça era Golbery. Em abril de 1970 estivera inquieto: "Preocupa-me continuarmos na estaca zero. Que será em 1974? A mesma papagaiada?".[1] Menos de um ano depois passara à euforia: "O Geisel presidente é uma solução tão boa para o país (...) que faço absolutamente qualquer coisa que ele quiser".[2] Com as ligações do IPÊS, costurava por dentro no empresariado. "O Golbery esteve aqui e me fez meia dúzia de vezes a mesma recomendação. Bico calado", contava o general Muricy.[3] Numa de suas raras aparições públicas, no quartel-general da Dow, em Coral Gables, na Flórida, repetiu conceitos que arriscava discutir com jornalistas e alguns poucos amigos militares:

> A centralização do poder político nas mãos do Executivo, as restrições ainda existentes para a atividade política e o excessivo controle do Estado sobre a economia são todos riscos calculados, aceitos conscientemente de forma a assegurar uma rápida

> decolagem do país. Todos nós sabemos, como disse Lord Acton: “O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente”. Além disso, a coerção excessiva gera muito mais perigos e tensões. (...) Frequentemente, como nesse caso, há um certo grau de incompatibilidade entre os diversos objetivos de um conjunto. Essa incompatibilidade só pode ser contornada por uma manobra estratégica a ser planejada e executada numa sucessão de etapas. Esse contorno é em si mesmo um estratagema.[4]

Com setenta anos de vida e meio século de conspirações, ex-governador de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, comandante da artilharia da FEB e ministro do Interior de Castello, o marechal Cordeiro de Farias jogava mais uma sucessão presidencial. Tornara-se conselheiro de um conglomerado industrial nordestino, mas seu negócio era política. Estava convencido de que os projetos de colonização às margens da Transamazônica acabariam em fracasso e criticava a forma como se processava a obra da ponte Rio-Niterói.[5] Aos políticos que o procuravam repetia o mesmo conselho: “Fiquem bem quietos. Não sabem nada. Não abram a boca”.[6] Cordeiro não falava coisa séria ao telefone e, embora estando a três quarteirões do gabinete de Geisel, lá raramente punha os pés. Suspeitava que a entrada do prédio estivesse vigiada.[7] Perto do Carnaval de 1972, chamou Heitor Ferreira ao seu escritório para pedir-lhe que pusesse os olhos num recrudescimento das prisões de estudantes no Rio de Janeiro. Era elíptico até nas confidências, e disse a Heitor que temia a possibilidade de se criar “um certo clima a fim de provocar um outro certo clima”.[8] A embaixada americana também captara esse clima, em Brasília. Não endossava a especulação, mas registrava que as prisões estavam sendo relacionadas com uma eventual tentativa de “conter a candidatura do general Ernesto Geisel”.[9] Haviam prendido quarenta jovens da classe média e matado o

comandante da ALN no Rio. Segundo a CIA, das dezoito mulheres presas, nenhuma participara de ações terroristas.[10]

Ao contrário de Golbery e Cordeiro, que tinham a capacidade de atrair a atenção sobre seus movimentos, o marechal Ademar de Queiroz, o *Tico-Tico*, era um conspirador inconspícuo. "Eterno", segundo o amigo Ernesto Geisel.[11] Presidira a Petrobras e substituíra Costa e Silva no Ministério da Guerra durante o governo Castello, e mesmo assim era praticamente desconhecido. Dirigia uma empresa paulista de produtos petroquímicos. Modesto e afável, protegera os "fritadores de bolinhos" nos períodos de desgraça política. Chamava Golbery de "meu filho", e ele, 21 anos mais moço, chamava-o "chefe". Surpreendera os amigos em 1964 quando se recusara a demitir funcionários da Petrobras com base nos atos institucionais, preferindo usar a legislação trabalhista: "Daqui a alguns anos vem uma anistia, e os punidos pelos atos vão voltar. Pela lei será mais difícil que isso aconteça".[12] Pensava em colocar Geisel na Presidência desde a crise de 1969.[13] Era o articulador da única manifestação pública do castelismo, a missa pelo aniversário da morte do marechal, a cada 18 de julho, na igreja de Santa Cruz dos Militares, no Centro do Rio.

Por conta do passado comum de conspirações, *Tico-Tico* e Cordeiro foram procurados em janeiro de 1972 por coronéis da linha dura. Desmoralizados pelo fracasso do governo Costa e Silva e lançados à orfandade com a degola de Albuquerque Lima, os encrenqueiros dos primeiros anos do regime estavam sem rumo. Como não deslizaram para os porões dos DOIs, nem se associaram à retórica da repressão, abdicaram do rótulo de radicais de direita. Com as costas lanhadas pela ditadura que ajudaram a construir, buscavam uma porta que os reconduzisse ao poder. "Estão muito arrependidos", assegurara Ademar de Queiroz, satisfeito com a primeira conversa. "Acham que Ernesto é o melhor nome."[14]

A reação de Geisel veio aos poucos. "Claro que eu não disse ao Ademar, nem direi pois será indelicadeza. Mas era o caso: Tá bem. Nós

aceitamos a adesão da linha dura e eles amanhã lhe entregam uma lista com o nome dos ministros.” Geisel pediu a Golbery que encerrasse as conversas do marechal. Ademar de Queiroz acabou aparecendo na Candelária, e Geisel trancou-se com ele por hora e meia. Reabriu cicatrizes do governo Castello e disse-lhe que não queria a aproximação. Quando Heitor Ferreira lhe perguntou se ainda era necessária a conversa com Golbery, respondeu: “Quero, claro. Pá de cal”.[15] Uma semana depois os incansáveis coronéis foram ao apartamento de Cordeiro de Farias, no corte do Cantagalo. Propunham-se a trazer o apoio de Albuquerque Lima, valendo-se para isso da influência que sobre ele exerciam alguns colegas, sobretudo o general Euler Bentes. E mostraram a flecha envenenada: “São homens que nós consideramos aproveitáveis para o Esquema Geisel”.[16] Quando o encontro lhe foi narrado, o dono do Esquema divertiu-se: “Quer dizer que o Boaventura já vai me trazer o ministério, o Affonso (...) o Euler...”.[17]

No seu gabinete na Petrobras, Geisel tinha três escudeiros. O general Antonio Luiz de Barros Nunes, o *Cacau*, irmão do ministro da Marinha, chefe do serviço de relações públicas da empresa, era um feliz leva e traz. Já o coronel Gustavo Moraes Rego, o mais íntimo dos assistentes de Castello Branco, vivia trancado na chefia de gabinete da Presidência. Passara os anos anteriores no “canil” de Tabatinga, comandando a área do alto Solimões. Cavalariano, repetente na AMAN, era um chefe de gabinete fiel e barulhento. À boemia alegre e relapsa de *Cacau*, Moraes Rego contrapunha o senso de humor de uma porta e o rigor de um mestre-escola. O terceiro era Heitor Ferreira.

Depois de servir num regimento de cavalaria em Mato Grosso, Heitor demitira-se do Exército e trabalhara em Belém como gerente do Projeto Jari, investimento bilionário de um magnata americano nas matas do Pará e do Amapá, onde pretendia cultivar arroz e plantar *gmelinas* para a produção de papel. Ganhava alguns cobres adicionais com traduções. Terminara o sucesso americano *Peter principle*, uma divertida coletânea de truques de

gerência, e procurava editor para “O mundo restaurado”, tese de doutorado do professor Henry Kissinger sobre a Europa pós-napoleônica.[18] Essa temporada florestal acabou-se no final de 1971, quando Geisel o trouxe para o Rio. *Tico-Tico* chamava-o de *Sombrinha*.[19] Ia tão pouco à tona que em 1973 o *Jornal do Brasil* o identificou numa fotografia como guarda-costas de Geisel.[20] [*Veja o documento*] Viria a ser um elo cotidiano com Golbery naquilo que denominava “segunda guerra”. No dia 15 de março de 1967, quando Costa e Silva, vencedor da “primeira guerra”, assumira a Presidência, Heitor despedira-se de seu diário: “Fui a Jacarepaguá deixar o chefe em casa”.[21] Retomou-o no dia 12 de novembro de 1971, no momento em que seu avião pousou no Rio: “Às 14 hs. encontro com Golbery na Dow. Depois, Jacarepaguá até 21.30”.[22]

Fora do Rio de Janeiro, instalado na chefia do Gabinete Militar, no quarto andar do palácio do Planalto, ficava o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, o *Figa*. Seu pai, Euclides, paradigma de cavalheirismo nas desordens militares da primeira metade do século, fora um irredutível inimigo de Getulio Vargas. Depois do golpe do Estado Novo, passara quatro anos entre a Casa de Correção e a fortaleza de Santa Cruz. Transformado em morto-vivo pela burocracia, seus filhos cursaram o Colégio Militar como órfãos, descobrindo ainda na juventude as vicissitudes que as ditaduras impõem aos adversários. Primeiro colocado em todos os cursos do Exército, *Figa* tornara-se conhecido também pelo apelido de *Cu de Ferro*.[23]

Ao contrário dos CDFs convencionais, como Prestes, Geisel e Golbery, era extrovertido, desbocado, vulgar mesmo. Ficou de fora da Força Expedicionária porque não tirara o curso de motomecanização e fez a guerra como instrutor de cavalaria em Realengo.[24] O antigetulismo aproximara-o da direita militar nos anos 1950, e dela Figueiredo nunca se afastou. Servira com Golbery no Estado-Maior, no Conselho de Segurança e, semiclandestinamente, no IPÊS. Na madrugada de 1º de abril de 1964 o tenente-coronel Figueiredo foi um destacado insurreto da Escola de

Comando e Estado-Maior do Exército. Com a criação do SNI, ganhou o segundo posto do Serviço, a Agência Central, baseada no Rio de Janeiro. Dois anos depois Golbery nomeou-o comandante da Força Pública de São Paulo na mesma operação em que colocou o desconhecido professor Antonio Delfim Netto na Secretaria da Fazenda do estado. “Você tem cara de polícia”, disse-lhe o general, ao telefonar-lhe para informá-lo das suas novas funções.[25] Atazanado por uma conjuntivite incurável, o coronel usava óculos escuros até de noite.

A salvo da perseguição que os generais de Costa e Silva moveram aos castelistas, Figueiredo escrevera a Heitor Ferreira um mês depois da edição do AI-5: “Se agora as coisas estão no pé em que percebemos, imagina quando começarem os candidatos à sucessão presidencial a se digladiarem! Vamos assistir a ‘peladas’ piores que as anteriores!”.[26]

Na grande “pelada” pela Presidência da República que se jogou depois do impedimento de Costa e Silva, esteve no time campeão. Chegara a general de brigada aos 51 anos, proeza única entre os 121 generais do *Almanaque*, e a crise pegou-o como chefe de Estado-Maior de Médici, no III Exército, levando-o à chefia do Gabinete Militar, no Planalto.[27]

Alternava o tipo do general de comédia com o de capitão atlético, apaixonado por cavalos e saltos. Poucos o conheciam tão bem como Geisel. Por detrás do esportista estava um cardiopata atormentado por dolorosas crises de hérnia de disco.[28] Depois de Orlando Geisel, era a principal peça na burocracia militar do governo. Na posição em que ele se encontrava, nenhuma manobra podia escapar à sua atenção. Jogava bruto. Dispunha da máquina do SNI através de um coronel amigo que chefiava a Agência Rio.[29] Fazia saber à Candelária parte do que ouvia no Planalto, desde preciosas minúcias (a bronquite de Médici recrudesceu) a conselhos úteis (“cuidado com os telefones”).[30] Numa lista de codinomes preparada por Heitor Ferreira, era o *Nabuco*, e em fevereiro de 1972 sua estrela brilhava,

ora como futuro chefe do SNI, ora como possível vice-presidente do próximo governo.[31]

O general Figueiredo alternava o tipo do general de comédia com o de capitão atlético, apaixonado por cavalos e saltos. Por detrás do esportista estava um cardiopata atormentado por dolorosas crises de hérnia de disco.

Dois anos depois, relembrando essa época, Golbery classificou de “decisiva” a participação de Figueiredo na sucessão. Ao que Geisel completou: “Bem verdade que ele se aliou ao Orlando, e aí venceram todas as resistências”.[32]

Geisel presidia esse círculo. Só Cordeiro, *Tico-Tico* e *Cacau* tinham intimidade suficiente para chamá-lo de “você”. Golbery também a tinha, mas como era seu hábito com pessoas a quem não queria tomar — ou dar — intimidade, recorria a construções torturadas, expulsando os pronomes.

Por exemplo: “Leu o jornal hoje?”, ou “Acha que essa é a melhor solução?”. Raramente deixava escapar um “Ernesto”. Nenhum deles ia à Petrobras sem marcar hora, muito menos ao Leblon. Só *Cacau* conhecia o apartamento que Geisel acabara de comprar em Teresópolis.

* * *

Nos primeiros meses de 1972 o quadro político pelo qual passaria a sucessão alinhava três competidores. Na dianteira estavam Geisel e a prorrogação do mandato de Médici. Atrás, embolados, vinham os generais-engenheiros, os coronéis encrenqueiros e a figura esquiva e perseverante do general Jayme Portella, o detestado articulador de Costa e Silva. Em pouco mais de um mês ele foi plotado trabalhando por cinco candidaturas, inclusive a de Geisel.[33] Tornara-se um general em busca de uma conspiração.

A prorrogação, manobra complexa, continuava dependendo do Grande Eleitor. No final de março de 1972 Médici jogou água em todas as fervuras anunciando que não estava disposto a tratar da sucessão presidencial antes do segundo semestre do ano seguinte e que constituía um “grave desserviço” mexer no assunto antes que ele abrisse as conversações.[34]

Uma semana depois o general Ariel Pacca da Fonseca, comandante da 4ª Região Militar, surpreendeu tanto o Planalto como a Candelária. Numa cerimônia banal na Assembleia Legislativa de Minas Gerais ele disparara: “O país não aceita a reeleição do presidente, dos governadores e dos prefeitos, pois isso, sem uma estrutura democrática consolidada, significa ditadura”.[35] Fora colaborador direto de Geisel durante o governo Castello e, apesar de artilheiro, tangenciava o nacionalismo e a insatisfação onde se confundiam os engenheiros e os salvados da linha dura. Seu discurso foi discretamente noticiado, mas assustou a hierarquia. Diante da surpresa, um coronel do Gabinete Militar ilustrava seus receios com um diagrama. Nele

traçou quatro linhas, cada uma representando um grupo militar, todas atravessando uma faixa denominada “incidente do Ariel Pacca” e convergindo para um ponto, a candidatura do general Euler Bentes.[36]

No dia seguinte, Geisel fora ao palácio para discutir negócios de gás com a Bolívia, mas o assunto era o discurso de Pacca. Debateu-o com Figueiredo e Leitão de Abreu, e ambos concluíram que o período de segredo da candidatura estava se esticando demais e seria muito difícil adiar o tema até o segundo semestre de 1973. Talvez fosse necessário anunciar o nome pouco depois das festas do Sete de Setembro. Geisel achava que o governo devia evitar que a fala de Pacca conseguisse destaque ou importância na imprensa.[37]

A caminho do escritório o general admitiu para Heitor Ferreira: “É, o negócio parece que vai acontecer mesmo”.[38]

No dia seguinte a Censura informou: “De ordem superior fica terminantemente proibida continuação publicação declarações general Ariel Pacca Fonseca, inclusive comentário e editoriais”.[39]

Geisel pouco tinha a temer, mas daqui e dali vinham advertências. Não devia confiar no professor Leitão de Abreu. Captaram-se sinais de que o ministro Delfim Netto trabalhava a candidatura do chefe do Gabinete Civil.[40] Não devia confiar sequer no chefe do SNI, general Carlos Alberto da Fontoura. Oficial retraído, Fontoura era o melhor amigo de Médici. Os coronéis encrenqueiros diziam que ele era candidato. Seu chefe de gabinete, coronel Jayme Mariath, andara pelos quartéis do Sul e chegara a marcar um encontro com o comandante do III Exército, Oscar Luiz da Silva.[41] Antes de recebê-lo, o general telefonou para Orlando Geisel. O ministro do Exército ordenou-lhe que prendesse Mariath.[42]

Do Grande Eleitor nada se ouvia, até que na manhã de 21 de junho de 1972, durante uma visita a São Paulo, Médici foi avisado de que o governador Laudo Natel estava pronto para fazer um discurso pedindo-lhe que continuasse no governo por mais um ano. O bote seria dado à noite,

num banquete no palácio dos Bandeirantes, diante de outros governadores. À tarde, depois de inaugurar um centro de convenções, Médici surpreendeu Natel: “Vou agora mesmo para Brasília, governador. Passe bem”. Tomou o carro e foi para Congonhas, onde teve de esperar meia hora e quatro cafezinhos até aprontarem seu avião. Natel ficou sem convidado de honra e sem o que dizer no banquete.[43]

Quatro dias depois, nova salva. O *Correio da Manhã*, porta-voz decadente dos empreiteiros que o arrendaram em 1969, publicou na primeira página um empolado editorial pedindo a coincidência dos mandatos dos governadores com o do presidente. Em suma, a prorrogação do mandato de Médici por um ano.[44] [*Veja o documento*] A Candelária agitou-se. Geisel soubera que na operação havia o dedo do ministro dos Transportes, Mário Andreazza.[45] Cordeiro de Farias ouvira a mesma história e também a de uma nascente articulação de parlamentares. Golbery recebera uma versão diferente: o inspirador do editorial fora o general Fontoura, chefe do SNI. Prova: ele sustara uma cobrança de dívidas do *Correio da Manhã* com a previdência social.[46]

Onze governadores reunidos em São Paulo e um editorial na primeira página do *Correio* indicavam que se existia alguém no governo manobrando esses acontecimentos, faltava-lhe força para jogar parada tão alta. Dez governadores não haviam atendido ao chamado de Laudo Natel, entre eles os do Rio Grande do Sul, da Bahia e do Paraná. Ademais, se o editorial fora para a primeira página de um jornal agonizante, havia nisso a sugestão de que os seus inspiradores não tiveram semelhante acesso nas principais publicações do país.

* * *

Coisas estranhas estavam acontecendo à volta de Geisel. O ministro da Fazenda, Delfim Netto, queria cobrar imposto de renda à Petrobras. O SNI

vetara a matrícula de Leon Zeitel, chefe adjunto do serviço de planejamento da empresa, no curso da Escola Superior de Guerra. “Em 1964 foi denunciado por atividades comunistas”, dizia a ficha do funcionário.[47] A Docenave, companhia de navegação da Vale do Rio Doce, brigava com a Frota Nacional de Petroleiros.[48] A burocracia do Ministério de Minas e Energia ordenara ao diretor-financeiro da empresa que voasse para o exterior na classe turística.[49] O ministro Antônio Dias Leite rejeitara os cálculos de preços de derivados que a Petrobras lhe encaminhara.

Com a ajuda de Leitão de Abreu, Geisel acertou Delfim. “O professor me transmitiu um recado de Médici: que não amolasse o general Geisel, porque ele ia ser o presidente da República”, contaria Delfim mais tarde.[50] Com um tranco no general Fontoura, moeu o veto a Zeitel e matriculou-o na ESG. Batido, o SNI passou a ver o economista com outros olhos: “É altamente conceituado e considerado uma das maiores inteligências da Petrobras”.[51] [*Veja o documento*] Com a cooperação do segundo escalão, pacificou a Docenave, e, provavelmente, com a clarividência política da Varig, o diretor-financeiro voou na primeira classe. Com o ministro Dias Leite, a briga era mais funda. Geisel detestava-o e não pretendia prestar-lhe subordinação além da exigida pelo protocolo. Nem sequer lhe mostrara os nomes dos diretores que pusera nas subsidiárias, e quando soube de sua contrariedade, respondeu que não via razão para tê-lo consultado.[52] Ao sentir-se desafiado, Geisel decidiu que daí em diante deveria dissimular: “Mais tarde acertaremos as contas. Sei que é uma solução safada. Mas para safado, safado e meio”.[53]

Engano. Em abril, Dias Leite voltou a contraditar os cálculos de preços da Petrobras, e Geisel mudou de conduta. Levou o caso a Figueiredo e pela primeira vez falou em deixar a presidência da empresa.[54] Repetiu a advertência a Leitão de Abreu.

— Mas o senhor não pode fazer isso, general. O senhor é o nome em que estamos pensando para suceder o presidente.

— Talvez isso também seja um bom motivo para eu sair — respondeu Geisel.[55]

O chefe do Gabinete Civil ficou de conversar com o ministro. Conversou, mas não se fez a paz. Na primeira reunião com Dias Leite, Geisel esmurrou a mesa. Horas depois teve uma ideia: ia falar com Médici.[56] Figueiredo acertaria o encontro através do professor Leitão de Abreu. Nada. Dias Leite não cedeu. Exercendo sua autoridade e aceitando a possibilidade de um choque, determinou a Geisel que procedesse a um aumento de capital da Petrobras e tornou a discutir a tabela de preços dos derivados.[57]

No dia 5 de julho, passadas três semanas do fracassado banquete da prorrogação, Geisel decidiu atirar de volta. Foi ter com o irmão, botou as cartas na mesa e disse que precisava levar o caso a Médici, pois estava disposto a ir embora.[58] Orlando deu-lhe razão, estranhou até que tivesse aguentado tanto. Falaria com Médici no dia seguinte. Mais: iria junto.[59]

Menos de 72 horas depois os irmãos Geisel chegaram ao Laranjeiras. A cena impressionou Médici: “Eles nunca se meteram nas coisas um do outro”.[60] Ernesto levou um roteiro historiando suas divergências com Dias Leite, mas não falou em ir embora, nem tentou sair da conversa com a cabeça do ministro debaixo do braço. O presidente apoiou-o com reminiscências e platitudes, e do encontro sobrou uma só frase, estudada e repetida: “Seu Ernesto, faltam vinte meses e sete dias”.[61]

* * *

E assim apareceram novas preocupações. Onde instalar a equipe de transição? Quem convidar para o primeiro escalão de maneira a demonstrar

continuidade administrativa? Quais ministérios visitar? O que colocar na lista das providências a serem tomadas na primeira semana de governo? Figueiredo acreditava que o convite formal seria feito dali a cinco meses, em janeiro.[62]

Por mais fáceis que parecessem as coisas, surgiam pequenas pedras no caminho. Em quase todos os casos, o pronto remédio usado pelo governo sempre era a censura.

Em menos de um mês, cinco ordens abafaram a sucessão. Desde dezembro de 1969 a Censura jamais mostrara tamanha ferocidade. Emitira 117 ordens, calando Ariel Pacca com uma e Rodrigo Octavio com duas. Todo o esforço para silenciar a Igreja custara dezesseis proibições (seis delas só para impedir que se mencionasse a existência de d. Helder Câmara). Seu negócio era proteger a tortura e combater o terrorismo (sessenta proibições). Negativo fiel das preocupações do governo, a imposição do silêncio ecoava as vozes dos fantasmas que assombravam o regime. Era significativo que no “Brasil Grande” se proibissem notícias que pudessem abalar as bolsas de valores ou revelar a existência de surto hemorrágico na população infantil da cidade de Altamira, joia da coroa da colonização transamazônica.[63]

O objetivo da operação era impor às empresas jornalísticas e aos dignitários que as cultivavam a percepção de que assim como não podiam falar dos assassinatos políticos, não poderiam também tratar da sucessão presidencial, o mais precioso entre os temas de interesse da elite nacional. Todos os grandes jornais, revistas e redes de comunicação louvavam o Milagre Econômico e haviam tolerado a Censura que protegia a repressão, cujas vítimas eram pessoas deliberadamente rompidas com a ordem política da ditadura e com a ordem social. O caso da sucessão era diverso. Tratava-se de marginalizar toda a elite civil e quase toda a elite militar, bem como as publicações dispostas a vocalizar seus interesses.

Numa demonstração da preferência de Médici pela força, o general Figueiredo desembarcou no Rio de Janeiro no meio da tarde de 24 de agosto e tocou direto para o palácio Laranjeiras. Pouco depois chegou o general Ernesto Geisel. Nessa mesma hora o presidente conversava com Orlando Geisel. O ministro da Justiça, acompanhado pelo chefe da Polícia Federal, já deveria ter desembarcado em São Paulo, no olho do furacão.[64]

O caso era o seguinte: em sua próxima edição *O Estado de S. Paulo* deveria revelar, com grande destaque, que o general Ernesto Geisel seria o futuro presidente da República, e o governo decidira apreender o jornal. Se necessário, sua sede seria ocupada militarmente. Figueiredo fora enviado por Médici para prevenir o general e evitar que ele viesse a interpretar a providência como um ato de hostilidade. Esse também era o tema da conversa de Médici com Orlando Geisel, em Brasília.[65] Geisel concordou com o plano, agradeceu a comunicação, lembrou que não estava interessado em ser presidente, pediu que não se constrangessem em procurar outro nome e tratou com Figueiredo do cronograma para o lançamento da candidatura. (“Bem que eu queria colocar a mão num exemplar desse jornal amanhã”, comentou com Heitor Ferreira logo que deixou o palácio.)[66]

À meia-noite, um censor e quatro agentes da Polícia Federal entraram no prédio do *Estadão* enquanto policiais armados cercavam o edifício e bloqueavam as saídas. Leram tudo o que quiseram e não acharam nada.[67] O governo se mobilizara em torno de uma balela. A Candelária não tinha pacto com o jornal, nem queria ter. Quando um amigo levou a Geisel uma carta do diretor do *Estado* endereçada ao seu irmão Orlando, reconstituindo a bufa investida da polícia, ele sugeriu que a levasse de volta: “Endereço errado, é assunto do ministério da Justiça”.[68] Falhara o pretexto, mas persistia a determinação de mostrar às empresas jornalísticas que deviam ficar ao largo do jogo de pressões para a escolha do próximo presidente.

Passaram-se três semanas, e o marechal Cordeiro de Farias deu uma entrevista ao *Estado*. Louvou o governo Castello Branco, falou mal de

Costa e Silva, defendeu a possibilidade de revisão para algumas punições políticas e concordou quando o repórter mencionou o risco de se repetir no regime vigente o vácuo de quadros políticos provocado pela ditadura do Estado Novo.[69] Era carne magra, mas enfureceu o presidente.[70] Acionada, a Censura voltou a mostrar os demônios que assombravam o Planalto. Proibiu entrevistas "cujo teor coloque em análise governos revolucionários de forma crítica, ou exaltação aos governos referidos". Tradução: era proibido falar bem do presidente Castello Branco. Envolto numa mortalha liberal produzida pela reavaliação de seu consulado e pela divulgação dos documentos de seu arquivo, o marechal acabara de ser pomposamente trasladado para um mausoléu de concreto em Fortaleza.[71]

Ruy Mesquita, um dos diretores d'*O Estado de S. Paulo*, conspirador de 1964, telegrafou ao ministro da Justiça. Acusou-o de rebaixar o Brasil "à condição de uma republiqueta de banana" e denunciou o governo por "enveredar pelos rumos de um caudilhismo militar que já está fora de moda".[72] Recusando-se a aceitar as ordens da Polícia Federal, o *Estado* foi submetido à censura prévia. Passou a publicar receitas culinárias e, depois, trechos de poemas e fragmentos d'*Os lusíadas* nos espaços abertos pelos textos proibidos. Foi, assim, o único periódico a mostrar sistematicamente aos leitores, todos os dias, que estava sob censura. O telegrama de Mesquita circulou pelo Congresso e pelas redações, mas só o gaúcho Breno Caldas, estancieiro patriarcal e dono do *Correio do Povo*, resolveu divulgá-lo. Arquétipo da elite do Rio Grande, era amigo dos Mesquita e tivera o general Costa e Silva a pedir-lhe barbadas nas corridas de cavalos. Poucas semanas antes Médici fizera-se convidar para um churrasco em sua casa. O *Correio* foi impedido de circular e não voltou a mexer com sucessão nem censura. O presidente conservou o apetite, e Breno Caldas serviu-lhe a carne.[73]

No "Brasil Grande" daquele final de setembro de 1972, a investida contra o *Estadão* e o *Correio do Povo* foi mantida ao largo do debate

público. Médici era o dono da festa do Sesquicentenário. Reunira mais de 100 mil pessoas para um espetáculo de som e luz em São Paulo e levara 30 mil a uma exposição industrial. Na parada do dia 7 as baterias de foguetes Sonda davam uma coreografia de potência ao tradicional desfile de velhos tanques americanos. As autoridades, vestidas de fraque, davam um toque de passado à hierarquia do país do futuro.[74] Depois de vagar por todo o Brasil, d. Pedro foi deixado numa cripta do Museu do Ipiranga. Na maior festa do regime, proibiu-se a lembrança de que o dono da ossada assinara em 1822 o decreto abolindo a censura à imprensa.[75]

1 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, 28 de abril de 1970. APGCS/HF.

2 Anotação de Heitor Ferreira, 10 de janeiro de 1972.

3 Idem, 26 de janeiro de 1972.

4 *Brazil — Realities and Prospects*. Maço de dezenove folhas com o texto da palestra de Golbery ao Conselho da Dow, em 1972, pp. 5-6. AA.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de janeiro de 1972.

6 Idem.

7 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de janeiro de 1972.

8 Idem.

9 Telegrama da embaixada americana em Brasília ao Departamento de Estado, 26 de abril de 1973, referindo-se a fatos do ano anterior. DEEUA.

10 Central Intelligence Agency, *Weekly Report*, 4 de fevereiro de 1972. O líder da ALN morto é Hélcio Pereira Fortes. DEEUA.

11 Ernesto Geisel, outubro de 1994.

12 Idem, 1988.

13 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de dezembro de 1971.

14 Narrativa de Geisel a Heitor Ferreira do telefonema que recebeu de Ademar de Queiroz na noite de 3 de janeiro de 1972, em *Diário de Heitor Ferreira*, 4, 5 e 17 de janeiro de 1972.

15 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 e 6 de janeiro de 1972.

16 Registro da conversa de Cordeiro de Farias com os coronéis Francisco Boaventura, Paladino e um terceiro não identificado, em *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1972.

17 Geisel a Heitor Ferreira, depois de ler um resumo da conversa de Cordeiro com os coronéis, em *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de fevereiro de 1972. Boaventura era o coronel Francisco Boaventura.

18 *Peter principle*, de autoria de Laurence J. Peter e Raymond Hull, foi lançado no Brasil pela editora José Olympio, em 1970, com o título *Todo mundo é incompetente, inclusive você — As leis da incompetência*.

19 Bilhete de Ademar de Queiroz, 6 de junho de 1973. APGCS/HF.

20 *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1973, p. 3.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de março de 1967.

22 Idem, 12 de novembro de 1971.

23 Informação dada pelo general Figueiredo ao jornalista Orlando Brito em 5 de fevereiro de 1991.

24 João Baptista Figueiredo, dezembro de 1977.

25 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de junho de 1966.

26 Carta de Figueiredo a Heitor Ferreira, 13 de janeiro de 1969. APGCS/HF.

27 *Almanaque do pessoal militar do Exército*, de 1968, pp. 9-18.

28 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de fevereiro de 1972.

29 Idem, 4 e 16 de fevereiro de 1972.

30 Para a bronquite, informação dada por Figueiredo ao general Reynaldo Mello de Almeida e transmitida por ele a Geisel, em *Diário de Heitor Ferreira*, 6 de março de 1972. Para os telefones, idem, 21 de julho de 1972.

31 Uma folha manuscrita, de Heitor Ferreira. APGCS/HF. Para a cogitação de seu nome para chefe do SNI, conversa de Geisel com Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de fevereiro e 26 de março de 1972. Para a cogitação para a Vice-Presidência, conversa de Geisel com Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de setembro de 1972. Duas folhas manuscritas, de Heitor Ferreira a Geisel, marcadas "só para o presidente", de janeiro de 1973, com um exercício de nomes para o novo governo. Nele Figueiredo está entre os prováveis escolhidos para vice-presidente e chefe do SNI. Mais tarde Figueiredo sugeriria que seu codinome fosse *Bagual*, mas prevaleceu *Nabuco*. Bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, 22 de junho de 1973. APGCS/HF.

32 Conversa de Geisel, Golbery e Heitor Ferreira, no palácio do Planalto, em *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de fevereiro de 1975.

33 Heitor Ferreira relacionou-o com Lyra Tavares, ex-ministro do Exército e embaixador do Brasil na França, cunhado do professor João Leitão de Abreu. *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1972. O general Figueiredo ligou-o ao general Arthur Candal Fonseca. Idem, 3 de março de 1972. O senador maranhense Vitorino Freire associou-o ao ministro da Educação Jarbas Passarinho, ao governador mineiro Rondon Pacheco e ao próprio Geisel. Idem, 25 de fevereiro, 16 de março e 5 de maio de 1972.

34 *Folha de S.Paulo*, 1º de abril de 1972, p. 1.

35 Carlos Chagas, *A guerra das estrelas*, p. 203.

36 Uma folha de bloco com rabiscos, intitulada por Heitor *Papelzinho da Conversa com Medeiros*. APGCS/HF. Refere-se ao coronel Octavio Medeiros.

37 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de março de 1972.

38 Idem.

39 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 239.
40 O ex-governador baiano Luiz Viana contou a Heitor Ferreira que o ministro da Fazenda, Delfim Netto, tentara atrair seu colega Costa Cavalcanti, do Interior, para a candidatura de Leitão de Abreu. *Diário de Heitor Ferreira*, 8 de março de 1972.
41 Para os coronéis, narrativa de Cordeiro de Farias a Heitor Ferreira de seu encontro com três coronéis, liderados por Francisco Boaventura, no dia 9 de fevereiro de 1972, em *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro do mesmo ano. Para o coronel do SNI, informação dada a Heitor Ferreira por *Cacau* de Barros Nunes depois de um encontro com seu irmão, almirante Adalberto de Barros Nunes, ministro da Marinha. Idem, 6 de março de 1972.
42 Carlos Chagas, *A guerra das estrelas*, p. 210. Ernesto Geisel, abril de 1995.
43 Idem, p. 206.
44 "Dever de fidelidade", *Correio da Manhã*, 26 de junho de 1972, capa do 1º Caderno.
45 Informação dada a Geisel pelo senador maranhense Vitorino Freire, em *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de junho de 1972.
46 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de junho de 1972.
47 Para o incidente, narrativa de Geisel, em *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de fevereiro de 1972. Para o caso, *Juízo Sintético nº 114/10/AC/75*, da Agência Central do SNI, 21 de julho de 1975, referente ao economista Leon Zeitel.
48 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de fevereiro de 1972.
49 Idem, 23 de maio de 1972.
50 Delfim Netto, novembro de 1988.
51 *Juízo Sintético nº 114/10/AC/75*, da Agência Central do SNI, de 21 de julho de 1975, referente ao economista Leon Zeitel. APGCS/HF.
52 Explicação de Geisel, em *Diário de Heitor Ferreira*, 7 de março de 1972. Ernesto Geisel, janeiro de 1995.
53 Geisel a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de fevereiro de 1972.
54 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de abril de 1972.
55 Idem, 28 de abril de 1972.
56 Idem, 3 de maio de 1972.
57 Idem, 13 de junho e 5 de julho de 1972.
58 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de julho de 1972.
59 Idem, 6 de julho de 1972.
60 Informação dada pelo general Figueiredo ao almirante Floriano Faria Lima, em *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de julho de 1972.
61 Narrativa do encontro feita por Geisel a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de julho de 1972.
62 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de agosto de 1972.
63 Para a bolsa e o surto, ordens da Censura de 6 de janeiro e 22 de maio de 1972, em Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 243.

64 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de agosto de 1972.

65 Narrativa de Geisel a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de agosto de 1972.

66 Idem.

67 Narrativa de Julio de Mesquita Neto, em "Relatos de luta pelo poder incomodavam militares", *O Estado de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1993, Caderno 2 Especial, p. D3, e Julio de Mesquita Neto, dezembro de 1993.

68 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de setembro de 1972. A carta era assinada por Julio de Mesquita Neto, e o portador fora o senador Vitorino Freire.

69 *O Estado de S. Paulo*, 13 de setembro de 1972, p. 4.

70 Informação dada a Heitor Ferreira por Antonio Carlos Magalhães, que estivera com Médici dias antes, em *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de setembro de 1972.

71 *Veja*, 26 de julho de 1972, p. 13.

72 Telegrama de Ruy Mesquita ao ministro Alfredo Buzaid, 19 de setembro de 1972, em Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, pp. 64-5.

73 Breno Caldas, *Meio século de Correio do Povo*, depoimento a José Antonio Pinheiro Machado, pp. 79-85.

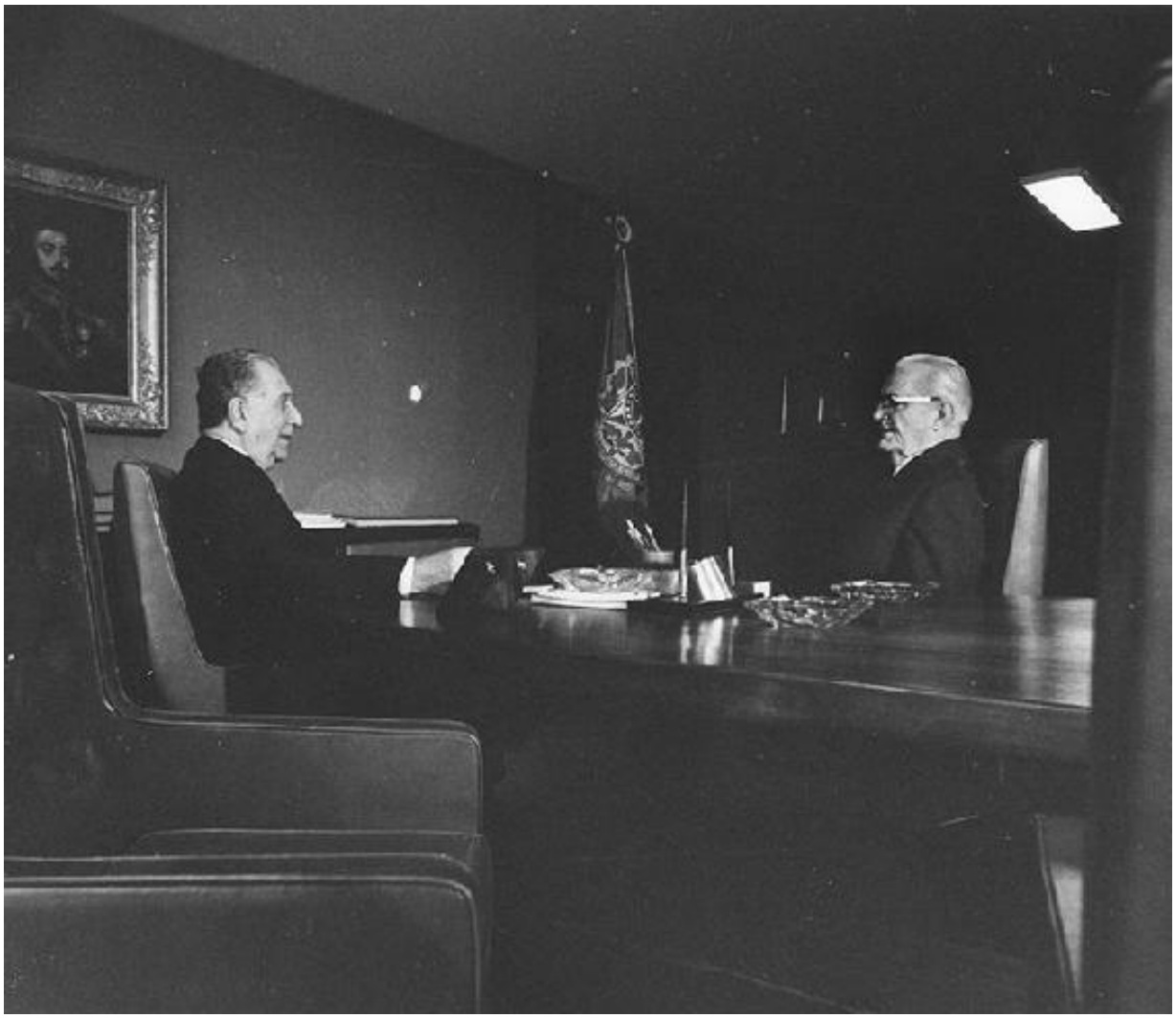
74 *Veja*, 13 de setembro de 1972, pp. 12-9.

75 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 243.

Um voto, o voto

Emílio Médici e os dois irmãos Geisel formaram um intrigante triângulo político. Examinado pelos códigos convencionais de conduta, soava banal. Dado um presidente retraído, um ministro do Exército poderoso e um irmão candidato, o desdobramento é óbvio: os irmãos se entendem, Orlando vai a Médici, empurra a candidatura de Ernesto, e acabou-se. Não se conhece documento ou mesmo indiscrição capaz de amparar esse raciocínio. Por óbvio, pode-se entender que o ministro do Exército trabalhou pelo irmão. Orlando contou que dissuadiu o presidente da ideia de entregar a escolha de seu sucessor a um sacro colégio de generais.[1] Humberto Barreto, amigo pessoal de Geisel, ouviu-o dizer, na casa do irmão, que, embora sentisse algumas manobras contra sua indicação, o caso estava decidido: “Não tem mais volta. É você”.[2] Não foi pouca coisa. Se a indicação passasse pelo Alto-Comando, quase certamente resultaria na escolha de um quatro-estrelas da ativa. Se houvesse volta, ela seria a prorrogação do mandato do presidente. Foi a vontade de Médici que levou Ernesto Geisel à Presidência.

O presidente contou a Geisel: “Eu não fui buscar um general da ativa. O fato de não ter ido buscar um general da ativa demonstra que o país está bem e está evoluindo, porque se houvesse um problema militar e não sei o quê, teria que buscar o general da ativa. (...) Você que de um lado foi general, já está fora há algum tempo. Na administração, na empresa. Não é isso? É um sujeito também empresário. Isso mostra uma evolução, uma transição”.[3]



Médici com Geisel, em agosto de 1973, depois de tê-lo escolhido para sucedê-lo. O presidente disse-lhe: “Eu não fui buscar um general da ativa. O fato de não ter ido buscar um general da ativa demonstra que o país está bem e está evoluindo, porque se houvesse um problema militar e não sei o quê, teria que buscar o general da ativa. (...) Você que de um lado foi general, já está fora há algum tempo. Na administração, na empresa. Não é isso? (...) Isso mostra uma evolução”.

Geisel sempre admitiu que Orlando trabalhou a sua candidatura, mas ressalvava: “Não vou dizer que ele não influiu, mas que ele tenha imposto a minha candidatura, não acredito. (...) As relações dele com o Médici não eram próprias para isso”.[4] O presidente e seu ministro do Exército partilhavam uma amizade típica do meio militar, em que o afeto se subordina à hierarquia. Socialmente retraídos, não se tornaram íntimos quando Orlando comandou Emílio, nem quando essa situação se inverteu.

Já as relações de Ernesto com o presidente eram nulas. Durante todo o ano de 1972 viram-se três vezes. Dois encontros foram protocolares, e neles Médici manteve a conversa no circuito das trivialidades. Num só — o da ofensiva contra Dias Leite — tiveram agenda séria. Nesse mesmo período Geisel foi ao palácio quatro vezes para discutir seus assuntos. Nem foi ao presidente, nem ele o chamou.[5]

No dia 15 de janeiro de 1973, alterou-se a escrita. Médici recebeu o ministro com um "ah, seu Orlando, faltam só 14 meses".[6] Acabado o despacho, perguntou:

> — E então, como é que vão as coisas? O que é que dizem por aí?
> — Dizem o de sempre, que você vai continuar.
> — Isso é uma safadeza desse pessoal. (...)
> — Bom, olhe. Se esse negócio cair na mão do Ernesto, você compreende, eu não posso ficar.
> — Que é isso? Por que não? Fica sim, deixe de histórias.[7]

Foi tudo. A Candelária esperava um sinal do Planalto nos primeiros meses de 1973. Ninguém acreditava que Médici conseguisse manter a promessa de só tratar do assunto no segundo semestre. Desde janeiro Heitor Ferreira começara a trabalhar na simulação da conversa que Geisel teria com o presidente e a listar nomes de possíveis ministros.[8] Moraes Rego estudava onde colocar o gabinete de Geisel depois de sua unção. Podia ir para um escritório na Petrobras, no palácio Tiradentes, no Monroe, ou para uma casa em Botafogo.[9] Geisel estudava papéis do Itamaraty remetidos pelo gabinete do chanceler, leis eleitorais enviadas pelo deputado Flávio Marcílio e a posição dos generais no *Almanaque do Exército* na época de sua posse.

A demora assustara Figueiredo. Ele se queixou de que estava tudo no ar, "o que me alarma". Detectara um novo surto continuísta, envolvendo até

mesmo o comandante do III Exército. A permanência de Orlando Geisel no ministério parecia-lhe essencial: “Não pode sair. Saindo pode alterar tudo”. Heitor anotou as informações de Figueiredo e levou-as a Geisel. Nesse registro há uma linha onde se lê: “Golbery & Geisel”.[10] É muito provável que essa nota críptica contenha um dos mistérios da sucessão de 1973.

Roberto Médici, filho e assessor do presidente, sustentou que a possibilidade de um retorno de Golbery ao poder perturbara seu pai, levando-o a duvidar da própria conveniência da escolha de Geisel. Pela narrativa do filho, Médici explicitou sua angústia num encontro com Figueiredo, Leitão de Abreu e Fontoura, mas o chefe do Gabinete Militar disse-lhe: “Não se preocupe, presidente. Estão completamente separados”.[11] Em 1995 o general Fontoura — única testemunha sobrevivente — considerou verdadeiro o relato de Roberto Médici.[12] Também em 1995, Figueiredo afirmou que, quando Médici lhe perguntou se Geisel chamaria Golbery para o governo, sua resposta foi outra: “Isso não sei, presidente”.[13]

Figueiredo mentiu duas vezes, a Médici em 1973 e ao público em 1995. Ele narrou o fato a Geisel de maneira semelhante a Roberto Médici. Anos depois, Geisel relembrou: “O Figueiredo garantiu a ele que eu não levaria o Golbery para o governo. Ele me disse isso”. Passados mais de vinte anos, já afastado de Figueiredo, Geisel tratava desse episódio com perplexidade. Insistia: “Ele diz que disse”. Entendia o que acontecera: “Ele não queria invalidar a minha candidatura”.[14]

Que Golbery e Geisel estivessem separados era uma mentira absurda. Os dois mantinham um permanente fluxo de papéis. Heitor, ex-assistente de um no SNI, durante o governo Castello, era secretário do outro, na Petrobras. No ano anterior, Geisel e Golbery haviam se encontrado pelo menos sete vezes. Duas em público, no casamento do filho de Golbery, em maio de 1972, e num almoço com dois outros generais, em julho. Ao contrário de Cordeiro de Farias, que evitava entrar no prédio onde funcionava a presidência da Petrobras, Golbery lá foi em fevereiro, maio e

junho. Em julho visitou Geisel em casa e em outubro, quando se restabelecia de uma operação de catarata, recebeu-o em Jacarepaguá.[15] Que Figueiredo não soubesse do retorno de Golbery ao poder também era mentira absurda. Seis meses antes, numa conversa em Brasília, perguntara a Heitor Ferreira:

> — E se você fosse presidente, que Chefe do Gabinete Civil escolheria?
> — Não sei. Não conheço o pessoal. Que acha o senhor?
> — Ah, o Golbery. Não tem outro.[16]

Médici desprezava Golbery por dirigir uma empresa americana depois de ter passado pelo SNI, onde conheceu "o direito e o avesso de todos os homens importantes do país". Atribuía-lhe a capacidade de "explicar com brilhantismo todos os seus fracassos".[17] Habituado a se informar por meio do SNI, o presidente não recorreu a ele para saber as relações e expectativas que uniam os dois generais. Se o tivesse feito, bastariam uns poucos dias para que o general Fontoura comprovasse a profundidade da relação. Golbery retornara à atividade política e falava em nome do futuro governo até para jornalistas malvistos pelo regime. É certo que Figueiredo mentiu ao presidente, mas é duvidoso que a angústia de Médici diante de uma eventual volta do *GeneDow* ao poder fosse tão incontornável.

* * *

Orlando Geisel achava que seu irmão punha demasiada importância na conversa com Médici: "Mas, afinal, que é que o Ernesto tanto quer que a conversa seja demorada? Ela vai ser simples: um vai dizer: olha, você é o próximo presidente. O outro responde que não quer e o primeiro replica: pois é, eu também não queria e tive que aceitar, vai ter que ser você".[18]

Em meados de março Médici disse a Orlando que resolveria o assunto na sua próxima ida ao Rio de Janeiro. Depois mudou de ideia. O ministro do Exército não acreditava em continuísmo, até porque sabia que o presidente tivera uma leve perturbação cardíaca.[19]

Na tarde de 15 de março o senador Vitorino Freire, velha raposa e veterana vivandeira, entrou na sala de Delfim: "Estou preocupado com uma informação que me deram a seu respeito. Informaram ao ministro Orlando Geisel que você estava chefiando uma campanha ou operação continuísta, quando é público e notório que o Presidente Médici não deseja permanecer no Governo".

Delfim negou e perguntou-lhe como seria possível desfazer essa impressão.

"Pule fora do barco ou faça como eu, que estou como macaco do rio Grajaú, no Maranhão, só bebo água com canudo de talo de mamão para preservar o beiço da mordida da piranha", respondeu Vitorino.[20]

Durante dois meses a hierarquia do regime sugou talos de mamão. Médici foi ao Rio de Janeiro, e Geisel determinou aos seus colaboradores que não buscassem contatos com a equipe da Presidência. Mantiveram-se quietos, e do outro lado veio apenas silêncio.[21] Através de um amigo, o embaixador francês mostrou desejo em conhecê-lo. O recado de volta: "Se o embaixador quer falar sobre petróleo, eu o recebo o tempo que ele precisar, lá na Petrobras. Se não é petróleo, não me interessa ser conhecido pelo embaixador da França".[22] O presidente da Arena, senador Filinto Müller, disse ao colega Luiz Viana que pretendia sugerir a Médici a preparação de uma lista de nomes para que ele escolhesse o sucessor. Viana, colega de palácio de Geisel durante o governo de Castello, fez que não entendeu a proposta, destinada a embaralhar as cartas, puxou o talo e argumentou que a lista haveria de estimular rivalidades nas Forças Armadas.[23] De canudo na boca, o embaixador americano, William M. Rountree, informava a Washington que Geisel era o "favorito", mas cobria

a retaguarda dizendo que a escolha de outro general era “uma possibilidade que eu nunca descartei”.[24] Por via das dúvidas, a Censura avisava: “De ordem superior reiteramos manter proibição referente sucessão presidencial, principalmente evitar divulgação nomes prováveis candidato”.[25]

As confabulações de 1973 superaram em sigilo os debates do consistório de generais que escolhera Médici quatro anos antes. Dos 100 milhões de brasileiros, talvez 500 mil soubessem da existência de Geisel. É possível que 100 mil tenham ouvido falar na possibilidade de ele vir a governar o país. Destes, pode ser que não chegassem a 5 mil os que, tendo ouvido falar no seu nome, fossem capazes de encher uma página com tudo o que sabiam a respeito dele. Ao corrente dos principais movimentos, ou do ritmo das conversas, havia menos de quinhentas pessoas. Sabendo de tudo, talvez não fossem cinquenta. Geisel calculou, anos depois, que até maio de 1973 não chegaram a vinte as pessoas a quem deu liberdade de mencionar o assunto em sua presença.[26]

A oposição mantinha-se ao largo e o deputado Ulysses Guimarães, presidente do MDB, recusava-se a discutir a coreografia legal da sucessão argumentando que “não adianta debater o nada”.[27] No dia 19 de maio o ministério esperava no aeroporto de Brasília o desembarque de Médici, que regressava de uma viagem a Portugal. Mário Andreazza, dos Transportes, da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói, dirigiu-se a Orlando Geisel. Tinha Delfim Netto ao seu lado.

> — Ministro, há tempos estávamos para falar com o senhor para desfazer uma intriga: sabemos que dizem por aí, e foram dizer ao senhor, que nós somos contra a candidatura do general Ernesto. Isso é uma inverdade. (...)
> — Bem, o que sei não é isso. Sei, sim, e inclusive mandei a respeito um recado aqui ao doutor, é que ele estava envolvido numa articulação do continuísmo do presidente Médici, coisa sabidamente

> contra as intenções do presidente e que perturba um processo ordenado de sucessão. Isso, sim. Quanto a essa candidatura do Ernesto, não me consta, não sei nada a respeito e não creio que seja esse o problema.[28]

Na tensão desses meses, produzida pelo silêncio de Médici, circularam diversas manobras. Em nenhuma delas se percebe o beneplácito do presidente, da mesma maneira que em todo esse período não partiu dele restrição alguma a Geisel. Pelo contrário. No início de maio o general Figueiredo informava que Médici introduzira um bordão nas reuniões matinais do palácio: "Isso agora é com o *Alemão*", "é problema que já vai ser do Ernesto".[29] Na Candelária, Geisel discutia nomes para sucedê-lo na Petrobras e para acompanhá-lo na chapa.[30] Em Brasília, o chefe da segurança do Planalto dedicava-se ao que começava a ser a nova brincadeira nacional: compor o novo ministério.[31]

* * *

No dia 30 de maio de 1973, o coronel Moraes Rego acabara de chegar ao gabinete da Candelária, de volta de Brasília. Sentou-se, acendeu um cigarro e anunciou: "O troço, acho que desembocou". Dois dias antes, no despacho com Orlando Geisel, o presidente dissera-lhe: "Vou conversar em seguida com o Ernesto". Pelas contas de Figueiredo, "em seguida" significava quarta-feira, 13 de junho, quando o presidente estaria no Rio de Janeiro para comemorar o aniversário do Correio Aéreo Nacional.

Heitor Ferreira entregou a Geisel a última versão do ensaio da conversa com Médici.[32] Era uma simulação trivial. Servia para determinar o ritmo de uma entrevista que corria o risco de se transformar em conversa fiada. Estava entendido que Médici seria o primeiro a falar:

— Mandei chamá-lo aqui para conversarmos porque... você é que vai ser...

Deixá-lo falar o mais possível e esclarecer bem o convite — depois a convocação. A esta altura do ano e das coisas, a proposta de continuação já deve ser em tom menor e no pretérito.

— Médici, eu não sou candidato, presidência da República não é posto que se busque, e tem mais, a minha opinião pessoal é que você deveria ter concordado em continuar.

Argumentar, se for o caso, mas como caso liquidado. Aqui então deve ocorrer a caracterização de uma convocação de missão irrecusável, de "eu também não queria e tive que vir para cá". Esta parte da conversa bem concluída, e chegado ao ponto ideal de pressão, aceite.

— Sim, está bem, em vista do que você me diz, e entendendo que sou convocado, a minha resposta é que aceito.[33]

Depois, as providências. A coreografia, um novo presidente da Petrobras, o vice e a necessidade de uma "vacina contra intrigas".

Do outro lado da cena, Figueiredo informava que no Planalto se concebera um pequeno bailado. Chamariam Geisel ao Laranjeiras às dezessete horas de quarta-feira, para tratar um assunto de petróleo. Lá, por acaso, encontraria Médici, Leitão de Abreu e o general Fontoura, do SNI. Iriam para uma sala e pouco depois seriam deixados a sós.[34] Isso quanto à forma. Quanto ao conteúdo, na noite de segunda-feira Figueiredo reuniu-se com Heitor Ferreira em seu apartamento do Leblon e passou-lhe seu projeto de conversa.

Estava preocupado em desfazer a impressão de que se estivesse diante de um retorno do castelismo, do qual Geisel — ex-chefe do Gabinete Militar de Castello — seria produto, em oposição ao costismo, do qual Médici — ex-chefe do SNI de Costa e Silva — teria sido consequência:

1. Falar em continuidade da Revolução.
2. Castelismo.
3. Continuidade do governo Médici.
Razões: sucesso em alguns setores, popularidade do presidente, restrições em setores das Forças Armadas.
Como? Não hostilizar, não alterar as linhas gerais. Habilidade para alteração, não hostilizar amigos, não nomear inimigos, manter alguns elementos do primeiro escalão, submeter a Médici os nomes do primeiro escalão.
4. Vice-presidente: submeter (deixar nome mais tarde).
5. Como missão o convite. Não deseja, não pode fugir, pedir apoio.
6. Abertura política: Não abrir mão do AI-5. Fazer ver a Médici a necessidade de tomar iniciativa. Diálogos políticos. Censura.
7. Contra sucessor e sucedido: vacina contra intrigas, necessidade de entendimento contínuo.[35]

Figueiredo e Heitor conversaram durante quatro horas, até meia-noite e meia. Figueiredo insistiu na questão "essencial" da política: "Falar na 'abertura política'. Há de chegar, mas de uma coisa não vou abrir mão, ô Médici: o AI-5. Mesmo porque não vou iniciar o meu governo estabelecendo uma comparação com você. (...) Estou convicto de que o AI-5 serve à Revolução. Se você acha que chegou a hora de conversar um pouco mais com os políticos, por que você não inicia? Assim eu não estabeleceria comparação".[36]

Na manhã seguinte Heitor relatou o encontro. Geisel achou que havia "um exagero de cuidados numa coisa que precisa de um pouco mais de franqueza" e desaconselhou dois pontos dos propostos por Figueiredo. Não diria que estava convicto da serventia do AI-5, nem sugeriria a Médici que iniciasse os contatos com os políticos: "Parece que estou dando lição". (Dias antes, em sua casa, Orlando contara-lhe que receberia o governo com

Ato e tudo.) Geisel seguiu para uma reunião de diretoria da Petrobras e Heitor foi para o escritório de Golbery. Estavam trancados, a secretária tinha ordens para barrar todos os telefonemas até que tocou Moraes Rego. Emílio Médici mandara buscar Ernesto Geisel:

> O *Nabuco* [Figueiredo] tocou agora para cá e a conversa é hoje, à mesma hora, em vez de amanhã... Ele estava preocupado e perguntou se você já tinha podido conversar com o chefe, se o chefe estava preparado... e perguntou muito se o *Lessa* [Golbery] estava informado... Mas o melhor de tudo, você vai rir, é o motivo da antecipação: tem futebol amanhã [Brasil x Áustria], o próprio *Nabuco* disse... estava telefonando do Galeão... Esta eu acho até melhor não contar ao *Dr. Sá* [Geisel]...[37]

O *Dr. Sá* almoçou em casa e às 16h35, com Heitor, tomou o carro a caminho do Laranjeiras, o palacete dos Guinle onde oito anos antes vivera as angústias do emparedamento de Castello Branco. Figueiredo levou-o para sua sala e retomou o tema do "costismo e castelismo". As feridas que se pretendia esconder eram tão profundas que os dois antigos colaboradores do governo Castello se precipitaram numa troca de maledicências contra Costa e Silva. Figueiredo contou que pouco tempo antes, durante uma recepção, Yolanda Costa e Silva, viúva do marechal, apresentara a Médici uma ex-funcionária do Itamaraty posta para fora do serviço por ter um pé em grandes negócios e outro num plantel de acompanhantes inesquecíveis.[38] Geisel acrescentou que a madama, comboiando um paraguaio, tentara vê-lo na Petrobras. Um ajudante de ordens entreabriu a porta e avisou: "O presidente já está aqui embaixo".

Eram 17h20. Médici estava com Leitão de Abreu e o general Fontoura. Sentaram-se todos nos sofás franceses do salão nobre. Passados alguns minutos, Médici e Geisel ficaram a sós. Meia hora depois a plateia voltou.

“Cedo demais”, pensou Heitor, que vigiava a cena. Um garçom serviu uísque e queijinhos. Às 19h10 estavam todos na porta, e Geisel tomou o carro. Heitor sentou-se ao seu lado:

— Como foi que ele iniciou a conversa?

— Ah, disse que já vinha pensando nisso há muito tempo, há mais de um ano e meio, e tinha se fixado no meu nome, que tinha que ser eu, que não havia outro. Eu fiz ver a ele todas as desvantagens da solução. Disse que por muito tempo desejei que ele permanecesse.

Respondeu que por uma questão moral não podia.

Disse-lhe que quando ele fechou as portas a continuar, por muito tempo alimentei o desejo de que ele encontrasse outro. Que se eu fosse um sujeito vaidoso por certo me encheria com essa escolha que ele estava fazendo. Mas não. Claro que experimentava uma satisfação íntima pelo fato de merecer um juízo bom de um companheiro que há mais de 40 anos me conhecia. (Médici disse que sempre me acompanhou ao longo da vida militar.) Mas eu me via na contingência de aceitar a missão, embora sabendo que ela talvez até me liquidasse nesses poucos anos que ainda posso ter pela frente.

Os três voltaram muito cedo e sentaram-se conosco. Aí eu aproveitei para tornar a dizer que tínhamos que nos vacinar todos contra o que de uns diriam aos outros.

Aproveitei para tocar na história que corria de que eu tinha um escritório eleitoral. “Imagina, para que é que eu havia de querer um escritório eleitoral quando o Grande Eleitor está aqui” — e apontei ao Médici.

Falou-se nesse negócio de costismo e castelismo. Disse que ele, ao me nomear para a Petrobras, havia liquidado com essa história. Ele disse que isso não era coisa do Costa e Silva, que o Costa e

Silva até queria me dar o comando do IV Exército, que foi a turma dele que criou a coisa toda.

— E você não sabe como até eu sofri nas mãos deles.

— Ah, eu imagino, e o pior é que estão todos aí, vivos, o Portella, a dona Yolanda...

— O senhor os nomeou, assim? — interrompeu Heitor.

— Nomeei.

— E o Fontoura?

— Muito bem, muito cordial e muito positivo.

— E o Leitão de Abreu?

— Sabe que confirma tudo que o Figueiredo disse? Negaceou o tempo todo, sempre botando obstáculos e coisas. No negócio da convenção, por exemplo, ele acha que não precisa apressar. Que afinal, a executiva nacional decidindo, o efeito era o mesmo... O Médici disse que agora vai dormir bem e eu acrescentei que "pois eu agora é que não vou dormir mais".[39]

Dois anos depois, numa conversa com Figueiredo, Médici relembrou, satisfeito, a decisão de passar o serviço ao *Alemão*: "Eu tenho pena dele. Aliás, nós sabíamos e comentávamos o rabo de foguete que ele ia pegar. O mundo é outro. Eu tive sorte".[40]

Combinara-se que a notícia só seria "filtrada" à imprensa no fim do mês, depois de um almoço do presidente com os governadores, mas o sigilo começou a desabar em pouco mais de 24 horas. Na quinta-feira o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, circulou com a manchete "Médici e Ernesto Geisel mantiveram encontro". Ruiu quando o jornalista Roberto Marinho avisou ao governo que *O Globo* tinha pronta uma reportagem sobre a reunião. A essa altura o *Guaru News*, pequeno semanário de Guarulhos, na periferia de São Paulo, e o *Nova Geração*, de Estrela, no Rio Grande do Sul, já anunciavam a escolha de Geisel, notícia divulgada pela rádio gaúcha

de Taquari havia mais de uma semana.[41] Leitão de Abreu telefonou a Geisel: “Pois é, não tem jeito. O Presidente me pediu que lhe avisasse ainda hoje que resolveu antecipar tudo para segunda-feira”.[42]

Estava eleito o 21º presidente da República Federativa do Brasil. Tivera um voto, o de Médici.

Contra, só conversa de barbeiro. Douglas Guy McNair, cidadão americano e vice-presidente da Atlantic, estava numa das cadeiras do salão Vogue, na rua Santa Luzia, e criticava a escolha para o mestre que lhe cortava o pelo. O major Tancredo Bruno Porto ouviu-o, atravessou a rua, foi ao Clube Militar, recrutou um funcionário e capturou-o. Fez-lhe algumas perguntas, anotou o número de sua carteira de identidade, deu parte à EsCEME e numa carta narrou o episódio a Geisel, dizendo-se convencido de que “a opinião emitida exprime, provavelmente, muito mais que um ponto de vista pessoal, a posição de um grupo empresarial”.[43] O incidente custou a McNair uma visita de explicações ao SNI, aonde chegou protegido por seu próprio dispositivo: um capitão de mar e guerra e o ex-comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.[44] Ao que se sabe, essa foi toda a mobilização civil e militar resultante da indicação de Geisel.

1 Informação dada por Ernesto Geisel a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972.

2 Humberto Barreto, fevereiro de 2001.

3 Narrativa de Geisel a Heitor Ferreira, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

4 Ernesto Geisel, janeiro de 1995.

5 Geisel e Médici encontraram-se protocolarmente na inauguração da refinaria de Paulínia e no traslado dos restos de Castello Branco. Geisel esteve no palácio em 10 de março, 28 de abril, 5 de maio e 21 de novembro. *Diário de Heitor Ferreira*.

6 Narrativa de Orlando Geisel, em *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de janeiro de 1973.

7 Telefonema de Orlando a Ernesto Geisel, 16 de janeiro de 1973, em *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de janeiro de 1973.

8 Cinco folhas manuscritas, de Heitor Ferreira, intituladas *Notas para a Conversa a Ocorrer entre Hoje e 31 de Março de 1973*, de 10 de janeiro de 1973. Duas folhas de Heitor para Geisel, intituladas *Só para o Presidente*, de janeiro de 1973. APGCS/HF.

9 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de janeiro de 1973.

10 Idem, 13 de fevereiro de 1973.

11 Roberto Nogueira Médici, *Médici*, p. 39.

12 *Folha de S.Paulo*, 16 de julho de 1995.

13 Idem.

14 Ernesto Geisel, abril de 1995. Em 1975 Figueiredo contou a Heitor Ferreira que, quando Médici o autorizou a conversar sobre a candidatura de Geisel, "a reação era contra o Golbery". *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de maio de 1975. Para a queixa contra Figueiredo, ver também Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*, pp. 49-50, ou Carlos Chagas, *A guerra das estrelas*, pp. 214-5.

15 Para todos esses casos, *Diário de Heitor Ferreira*.

16 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de agosto de 1972.

17 Roberto Nogueira Médici, *Médici*, p. 22.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de março de 1973.

19 Idem, 14 e 15 de março de 1973.

20 Carta do senador Vitorino Freire ao ministro Orlando Geisel, 15 de março de 1973, em *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de março de 1973. Delfim nega que esse encontro tenha ocorrido: "Tudo invenção do Vitorino". Antonio Delfim Netto, outubro de 2002.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de março de 1973.

22 Idem, 19 de abril de 1973.

23 Idem, 16 de abril de 1973.

24 Telegrama do embaixador William M. Rountree ao Departamento de Estado, 30 de maio de 1973. DEEUA.

25 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 255.

26 Ernesto Geisel, fevereiro de 1995.

27 *Veja*, 13 de junho de 1973, p. 25.

28 *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de maio de 1973. Em 1984 o general Gustavo Moraes Rego narrou ao autor diálogo semelhante. Durante uma conversa em 1984, pouco antes da convenção partidária em que disputou a indicação de candidato a presidente da República, Mário Andreazza confirmou ao autor que teve um diálogo com o general Orlando Geisel "no aeroporto". Em novembro de 1988, Delfim Netto confirmou ao autor que falou sobre o assunto com Orlando Geisel "no aeroporto". Nenhum dos dois reconstruiu a conversa.

29 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de maio de 1973.

30 Idem, 11 de abril de 1973.

31 Idem, 13 de abril de 1973.

32 Idem, 31 de maio de 1973.

33 Nota apensa à transcrição do *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de março de 1973. APGCS/HF.

34 Informação dada por Figueiredo a Humberto Barreto, em *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1973.

35 Transcrição apensa à nota de 11 de junho de 1973 do *Diário de Heitor Ferreira*, sob o título "Papel que Figueiredo havia preparado para a conversa". APGCS/HF.

36 *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de junho de 1973.

37 Idem, 12 de junho de 1973. A partida terminou empatada em 1 × 1.

38 Geisel conhecia a história, pois Figueiredo a contara a Heitor Ferreira. *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de maio de 1973.

39 *Diário de Heitor Ferreira*, 12 de junho de 1973.

40 Idem, 2 de junho de 1975.

41 *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1973, 1º Caderno, p. 4. Para o *Guaru News*, *Veja*, edição extra de junho de 1973, p. 25. O jornal oficial do governo da Paraíba, *A União*, informou: "Orlando Geisel é o futuro presidente". Sua tiragem foi apreendida. *O Estado de S. Paulo*, 20 de junho de 1973, p. 4. Sobre esse episódio, ver também Claudio Humberto Rosa e Silva, *Mil dias de solidão*, p. 168.

42 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1973.

43 Carta manuscrita de Tancredo Bruno Porto a Geisel, julho de 1973. APGCS/HF.

44 Informação dada a Heitor Ferreira pelo coronel Edmundo Adolpho Murgel, em *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de julho de 1973.

Primeiras encrencas

Ungido, Geisel mudou-se para a residência oficial do ministro da Agricultura, nos fundos do Jardim Botânico. Ganhou ainda um gabinete no terceiro andar do bolo de noiva do pavilhão americano na Exposição do Centenário, no largo da Misericórdia, a poucos passos do embarcadouro da praça XV. Tinha sete meses para decidir o que fazer com o país e três pessoas para conversar diariamente: Golbery, Heitor Ferreira e o coronel Moraes Rego. Reuniam-se a cada fim de tarde e passavam em revista o que tinham ouvido. Faziam isso sem método, mas também sem conversa fiada. Aqui e ali perdiam-se em recordações, aprofundavam maledicências, mas se preocupavam sobretudo em partilhar informações.

Nas jornadas ansiosas da Candelária, Geisel dizia: “Eu só vou para lá sem compromisso. É um abacaxi e ainda vou amarrado? Nem com meus amigos, nem com Médici. Aliás, não creio que ele queira compromisso meu”.[1] Médici viu-o cinco vezes antes de vestir-lhe a faixa, e em nenhuma delas adiantou sugestão ou folha de papel.[2] Nem sequer perguntou o que lhe passava pela ideia. O general que presidia o país como se comandasse um esquadrão de cavalaria concluía sua escala de guarda com a naturalidade que o regulamento determina aos capitães.

Amigos que lhe cobrassem compromisso, Geisel também não tinha. Quando sua mudança chegou ao Jardim Botânico, ele se viu diante de um problema banal, comum a toda família que troca de casa: a quem dar o novo número de telefone, 246-0655?

Afora a diretoria da Petrobras e o irmão Orlando, listou catorze pessoas. Políticos, três. Militar em função de comando, nenhum.[3] Dias depois Heitor Ferreira decidiu cadastrar os "amigos mais chegados", a quem Geisel poderia oferecer posições no governo. Contando dois irmãos e a filha, Golbery e Moraes Rego, juntou 26 nomes.[4] A uns poucos parentes que considerava "entrões", Geisel mandou um recado: "Que se comportassem, porque se eu soubesse de qualquer porcaria em que eles se metessem, iam para a cadeia".[5]

* * *

Chegaria à Presidência com 66 anos de idade e quase meio século de serviço público, mas não tinha equipe nem projeto. Ambos deveriam sair daquela cabeça racional, nacionalista, autoritária e moralista onde as grandes questões nacionais conviviam com os pequenos problemas de uma existência passada no meio militar, nos apertos da classe média. Dava à mulher "mil contos" — pouco mais de setecentos dólares — por semana, e ela às vezes conseguia guardar a metade. No topo da montanha assombrava-se com a paisagem: "Só num país como o Brasil na situação atual eu poderia chegar a presidente da República".[6]

O tenente que conspirara contra a posse de Julio Prestes, o major que cercara Getulio Vargas no Guanabara e o general que estivera na derrubada de João Goulart do Planalto transmutaram-se em fantasmas. Das desordens de que participara, Geisel tiraria o fulcro de seu projeto político. Repetia com frequência uma frase de Rodrigues Alves: "Quem senta nesta cadeira não perde".* Perseguia-o o receio do fracasso:

> Ao assumir uma função dessas de presidente, a primeira principal preocupação é assegurar os cinco anos. (...) Quer dizer, não ser posto para fora.[7]

> Um presidente perde o poder na esteira de três tipos de crise: uma incompatibilização total com a opinião pública (caso de Jango), um conflito decisivo com as forças políticas (em parte o caso de Jânio); mas essas duas coisas hoje em dia seriam difíceis; resta uma confrontação com as forças armadas, aí sim, pode acontecer.[8]
>
> O pior é que chega um dia em que o sujeito transige para não ser deposto.[9]

Estava em paz com o regime e com a ideia de que seu governo seria uma continuação aprimorada do quinquênio de Médici. Congelara amigavelmente a publicação do livro que Luiz Viana Filho escrevera sobre o governo de Castello, para evitar que as revelações do ex-chefe do Gabinete Civil reabrissem feridas do meio militar.[10] Preocupava-se em assegurar a permanência de alguns hierarcas do primeiro escalão. Pensara dar o governo do Rio Grande do Sul ao ministro dos Transportes, Mário Andreazza, e admitira a possibilidade de colocar Delfim Netto no palácio dos Bandeirantes.[11]

Desde os tempos da Candelária, Heitor Ferreira colecionava ideias e desejos que Geisel enunciava em suas conversas. Chamava-os de Atinhos, e listou 452 tópicos. Neles se misturavam projetos relevantes ("promover a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara"), remanejamentos ("escritório de planejamento no Planalto"), ideias perdidas ("*ombudsman*"), sonhos (acabar com as polícias militares) e banalidades ("cortar o noticiário esportivo da sinopse matinal"). De cada quatro temas, três refletiam preocupação com a racionalidade burocrática. Mais da metade perseguia a moralidade administrativa. Nenhuma grande obra. Nada que se chocasse com a ditadura, ou mesmo que diferisse dela. Quando Heitor ia longe, lembrava: "Dessensibilizar um pouco o povo. Impactos etc.".[12]

O triunfalismo nunca fizera o gênero de Geisel, e os irracionalismos do "Brasil Grande" pareciam-lhe impróprios, sobretudo porque lhe

comprometiam o caixa que deveria administrar. Contrariara-se com iniciativas megalômanas que o governo denominava de “Projetos de Impacto”, como o plano da Perimetral Norte, com uma estrada paralela e outra transversal à Transamazônica (4 mil quilômetros, no total), ou a meta dos 12% de inflação durante o ano de 1973.[13]

* * *

Enquanto Geisel foi um coadjuvante, as malquerenças com os “casacas” e os plutocratas bastaram para definir-lhe a silhueta política. A caminho do papel principal, tornaram-se insuficientes. Um general convencido de que todo político é falso e todo milionário é ladrão podia levar uma vida tranquila e, com um pouco de paciência, podia até mesmo presidir a Petrobras. A República já seria outra conversa, sobretudo porque, ao contrário de Médici, estava disposto a governar. Sentia-se prisioneiro dessa irredutibilidade: “Há o risco de um grande fracasso. Eu não sou flexível o suficiente”.[14]

Sua relação com a ditadura era intelectualmente tumultuada. Apreciava-a como fonte de força enquanto ela fosse só dele. Daí em diante, vinham-lhe as dúvidas:

> Um presidente, agora, não vai poder se apoiar exclusivamente nas forças armadas. Nem nos políticos.[15]
>
> Os políticos ficam a dizer-se esperançosos — “ah, porque o Geisel significa abertura” — não sei, significará?[16]
>
> Bom era no tempo dos reis. O problema da legitimação era simples. Era o direito divino. Depois inventaram esse negócio de povo. O povo. Quem é o povo? Resultado, de Deus passou para o povo, e agora para o sabre, um sabre enferrujado.[17]

Sua peregrinação pelo país parecia-lhe inútil: “Não houve um lugar a que eu fosse que não me chateasse”. Para os peregrinos que iam à Petrobras, a questão era não chateá-lo. Entre o dia em que saiu da Candelária e aquele em que entrou no Planalto, Geisel encontrou-se com mais gente que em todos os seus anos de vida. Reuniu-se com governadores, ministros, parlamentares, generais e empresários. Deles, só o senador Luiz Viana Filho mencionou a palavra maldita, lembrando que a oposição poderia explorar a “tortura de presos” ao longo da liturgia da eleição indireta.[18] Já o presidente da Arena, senador Petrônio Portella, classificou como “injúrias” as denúncias de tortura, e Geisel interrompeu-o:

“Não, só há alguns casos isolados. Não há vítimas, há alguns casos.”

“Exato”, respondeu Petrônio.[19]

Proposta de desarticulação do AI-5, Geisel só recebeu uma. Veio do senador Antônio Carlos Konder Reis, de Santa Catarina. Sugeria que nos primeiros seis meses de governo fosse baixado um novo ato institucional, concedendo ao Congresso que seria eleito em novembro o poder de reformar a Constituição, com base num projeto do Executivo. Apoiava-se na certeza de que a Arena conseguiria a maioria de dois terços, essencial para fazer as mudanças constitucionais que bem entendesse. A nova Constituição dispensaria o regime dos instrumentos liberticidas do AI-5, dando ao presidente a prerrogativa de governar por decretos no caso de uma emergência nacional. Konder acreditava ser possível levantar a censura criando-se um registro de licença para a publicação de periódicos. Golbery achou “esquisita” a ideia do registro, mas reconheceu que a reforma da Constituição merecia ser examinada.[20] O nome do senador estava na lista de candidatos ao Ministério da Justiça, mas Geisel não gostou do artifício, que o levaria a baixar um ato institucional, e desconsiderou a proposta, chamando-a de “meio girafa”.[21]

O general Figueiredo produziu uma lista com 65 tópicos de interesse para o futuro governo. Banal, propunha a expansão do turismo, lembrava a

necessidade de formação de líderes políticos e além disso não ia.[22] [*Veja o documento*] José Américo de Almeida, venerado paraibano, famoso por ter contribuído para o restabelecimento da liberdade de imprensa no ocaso da ditadura de Getulio Vargas, aconselhava: "A Censura deve ser exercida sem mentalidade policial. (...) O AI-5 será mantido para segurança das instituições".[23] Roberto Marinho, dono da Rede Globo de Televisão, queixara-se de humilhações, mas reconhecera que "a censura está bem nessa questão de terrorismo". Resumindo o que dele ouvira, Geisel contaria: "Aberturas, etc., acha besteira. Liberdade, é essa aí mesmo. O importante é o Brasil tocar pra frente".[24] No Planalto, Médici costumava brincar: "Vocês não conhecem o *Alemão*. Vão ver que eu sou bonzinho".[25]

Ainda assim, o porão batia à porta de Geisel. Em alguns casos, literalmente, como em maio de 1973, quando Zuzu Angel foi ao apartamento dele no Leblon para pedir-lhe que ajudasse a localizar o filho desaparecido.[26] Noutra ocasião, sua própria filha lhe pediu ajuda para localizar um amigo que estaria no DOI.[27] A documentação conhecida revela que um só alto funcionário utilizou o canal de comunicações de que dispunha em sua equipe para levar-lhe uma detalhada denúncia de tortura. Foi o embaixador Dário Castro Alves, chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores. Por sugestão de Heitor Ferreira, remeteu o depoimento de um contraparente de 62 anos que estivera numa das celas especiais do DOI.[28] "Ele ficava nu, obrigado a defecar e urinar na cela. Perdia o respeito por si próprio", lembrou o diplomata anos mais tarde.[29] Depois de ler a narrativa, Geisel sentiu-se mal e no dia seguinte queixou-se a Heitor: "Vocês me estragaram a noite. Deviam ter me dado aquilo de manhã. A carta tem vários pontos fracos e muita mentira, mesmo assim é uma barbaridade".[30]

Geisel sabia o que acontecia no porão. Golbery encontrava-se quase todas as segundas-feiras com o coronel Francisco Homem de Carvalho, o *Carvalhinho*, sócio fundador do SNI e comandante do batalhão da PE da

Barão de Mesquita, condômino do segredo da existência de um aparelho clandestino do CIE em Petrópolis. Ele lhe relatava o que acontecia no DOI, que funcionava em seu quartel. Um ex-deputado da Arena entregou a Golbery uma lista com o nome de seis oficiais acusados de torturar presos.[31] [*Veja o documento*] Um emissário paulista contou-lhe que o arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, rompera relações com o comandante do II Exército pelos agravos recebidos e vivia indignado com os casos de tortura que comprovara.[32] Quando um grupo de deputados do MDB arrolou quinhentas perguntas ao governo, indagando desde o tamanho da dívida externa até o número exato de sindicatos sob intervenção, ele pediu a Heitor Ferreira que extraísse do *Diário do Congresso* a lista completa: "Creio conveniente catalogar essas perguntas, pois ajudarão no futuro a indagar cousas. Não creio que haja resposta conveniente agora, mas sim no 'intramuros', se houver".[33]

* * *

Os contatos de Geisel circunscreviam-se àquele mundo oficial em que as pessoas se dividem entre quem está bem e não quer ficar mal e quem se julga diante de uma oportunidade de ficar melhor. Tinha seu gabinete de trabalho no largo da Misericórdia. Quando não queria que a imprensa registrasse seus encontros, marcava as reuniões para o Jardim Botânico. Ninguém o contrariava. Os políticos reconheciam-lhe o direito de indicar não só os governadores, mas também os candidatos ao Senado nas eleições que aconteceriam no ano seguinte. Ganhou da tropa de choque de Costa e Silva o adesismo que lhe negara. Ora chegava ao largo da Misericórdia uma carta do general Albuquerque Lima, ora ali aparecia, declarando-se "um soldado", o ex-ministro da Justiça Gama e Silva.[34] Quando um secretário disse a Golbery que o general Jayme Portella telefonara três vezes, ele

pensou que fosse trote.[35] A elite brasileira parecia dividida em duas castas: a que já estivera com Geisel e a que ainda não estivera.

O poeta Carlos Drummond de Andrade retratou esse clima narrando a história de sua passagem pelo Jardim Botânico:

> — Tem estado com o Golbery?
> — Nunca nos vimos. (...)
> — Você não foi chamado?
> — Chamado para quê?
> — Pelo homem.
> — Que homem, homem de Deus?
> — O do Jardim Botânico, ué.
> — Padre Raulino, o diretor? Também não tenho o prazer de conhecê-lo. Fui lá ver as plantas.
> — Deixa de cortina de fumaça. Você sabe que eu me refiro ao general Geisel.
> — E por que o general havia de me chamar?
> — Sei lá, você foi visto saindo da casa dele.
> — Eu?
> — Você sim. E depois de sair, ainda ficou olhando um longo tempo para a casa, embevecido.
> — Eu olhava um gato dormindo. Adoro gatos. (...)
>
> Eu não seria um dos pedestais do futuro governo. (...) Minhas relações com os amigos do general limitavam-se a um gato. E gato visto à distância, sem maior comunicação. O inquiridor despediu-se com um muxoxo. Minha estrela apagou-se.[36]

* * *

No sábado, 1º de setembro de 1973, Orlando Geisel foi ao Jardim Botânico com a mulher, Alzira. A conversa caiu num tema banal: o discurso que Ernesto deveria fazer no dia 15, quando a convenção da Arena formalizaria sua candidatura. Havia semanas que estudava um texto e o descreveu ao irmão. Orlando detestava discursos e argumentou que Ernesto devia falar pouco. Fez algumas observações quanto ao conteúdo, e o irmão perguntou por que pensava daquela maneira. A certa altura Orlando sugeriu que fizesse o que lhe dizia, pois sabia de coisas que ele desconhecia. Geisel fechou o tempo: "Vocês não têm confiança em mim... Estão com medo das besteiras que eu vou dizer. Querem me tutelar, mas comigo não. Se querem manobrar, arranjem outro".

Orlando levantou-se, disse que não estava ali para ouvir desaforos e chamou a mulher para irem embora. Postos panos quentes, ficaram, mas não se falou mais de política.[37] Era o medo da tutela. Seu tamanho podia ser medido pela aparente desproporção entre as observações de Orlando e a reação de Geisel. O ministro do Exército tratava de um discurso destinado a uma cerimônia teatral onde apenas se referendaria o nome imposto pelo regime. O candidato cuidava do primeiro pronunciamento político da vida dele: "Tenho que dizer a que venho".[38] Quatro anos antes, Médici classificara sua filiação à Arena como "ato de comando" e avisara que não estava disposto "a trocar a firmeza do timoneiro pela habilidade do chefe político".[39] Quando discutiu com o irmão, Geisel trabalhava um conceito bastante diverso. Na folha manuscrita de seu discurso lia-se: "o político — o homem votado pelo povo por seu mérito e capacidade de persuasão".[40]

Golbery aprontara o projeto de discurso em meados de agosto. O escriba traía-se numa frase com 146 palavras e na grandiloquência — "este Brasil que ainda chegará a assombrar o mundo — *stupor mundi* — de alguma era do futuro".[41] Metade do texto foi desprezada por Geisel, mas a metade que sobreviveu ocupou quase dois terços da versão final. Entre o projeto e a fala que o país ouviu na noite de 15 de setembro de 1973 deu-se

um diálogo entre os dois velhos amigos e duas cabeças diferentes. O *Corca* não escreveu a palavra “subversão” e deixou cair no meio do texto uma “ditadura asfixiante” e uma “abertura política”. Geisel cortou as duas audácias e agradeceu às Forças Armadas o restabelecimento da ordem, a salvação das instituições e a resistência às “investidas da subversão”.

Em alguns casos, Geisel expressou-se através de mudanças:

> GOLBERY: [A] plêiade de ilustres homens públicos que a Revolução, de Castello Branco a Garrastazu Médici, soube mobilizar.
> GEISEL: (...) Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici (...).
> GOLBERY: Ao calor desse progresso efetivo que estimula e a todos contagia, despertarão, vivazes, expectativas antes dormidas na estagnação e desesperança da longa noite do passado (...). Preveni-las, aquietá-las, encaminhar-lhes a energia vital num sentido construtivo e mais nobre, contê-las, se necessário for, com energia mas esclarecida compreensão.
> GEISEL: Preveni-las, aquietá-las, encaminhar-lhes a energia vital num sentido construtivo e mais nobre, impedir que sejam exploradas ardilosamente pelos que pretendem subverter as instituições.
> GOLBERY: As grandes empresas multinacionais, cujo potencial, para o bem, ou talvez para o mal é, e sê-lo-á, em escala maior talvez, condição essencial ao próprio desenvolvimento da Nação.
> GEISEL: (...) cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não nos é dado avaliar.

Em outros trechos, passou a faca. Três exemplos de cortes:

> Sem austeridade não há autoridade que se afirme, a não ser apelando à coação e à violência.
>
> Sem honestidade de propósitos não há poder que possa aspirar legitimar-se, a menos que não trepide em recorrer, maquiavelicamente, à mistificação e à clássica manipulação da vontade popular, mas essa legitimidade espúria é de uma fragilidade irremediável.
>
> Governo aberto, como os que mais o foram, almejo que venha a ser o meu, no sentido de aceitar e ponderar críticas e acatar sugestões, de abrir e manter arejados canais múltiplos de comunicação com as elites políticas, a *intelligentzia* brasileira, todas as demais minorias autenticamente representativas e responsáveis do país.

Lendo esse trecho para Geisel, Golbery soltou uma gargalhada:

"'Governo aberto, espero tanto como os demais o foram'. […] Governo fechado..."

"Tudo o que você botou aí está tudo muito certo. (...) Não está na hora ainda", cortou Geisel.[42]

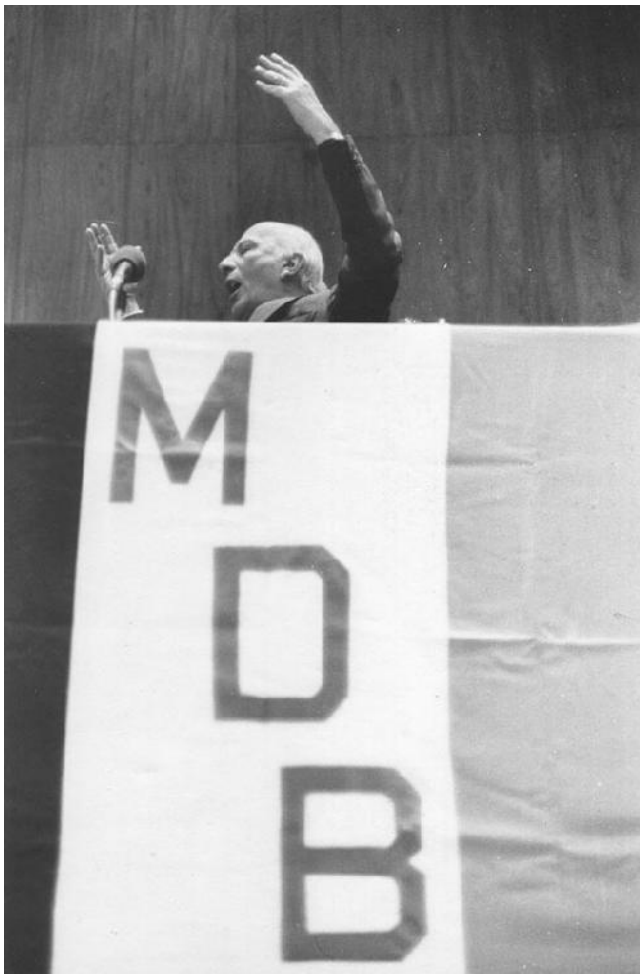
Nada houve na convenção que prenunciasse grandes mudanças ou mesmo receios, mas uma frase mantida, próxima do final, enunciava um truísmo tranquilizador: "Os partidos políticos — tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cabe desempenhar — são essenciais ao estilo de vida democrático".[43]

* * *

Ao contrário do que sucedia desde 1964, a oposição resolvera participar da eleição de 1974. Ulysses Guimarães, presidente do MDB, encabeçaria a

chapa. Suas chances eram nulas, pois a Arena tinha mais de dois terços do Colégio Eleitoral. Daí, denominava-se "anticandidato".[44]

A ideia — e o termo — apareceu numa conversa do deputado Thales Ramalho, secretário-geral do partido, com Luís Maranhão, o *Miguel* do comitê central do PCB, responsável por parte dos contatos políticos da organização. Amigos desde a juventude, tinham conversado por duas horas num automóvel, vagando pelas ruas do Rio de Janeiro.[45] A sugestão atolara. Em junho de 1973, Ulysses Guimarães assegurara que o MDB não participaria da eleição. Mudou de opinião quando a ala mais combativa do partido saiu em busca de um candidato destinado a denunciar o processo eleitoral. Procuraram militares, mas acabaram se conformando com o nome do velho libertário Barbosa Lima Sobrinho. Em setembro, Ulysses anunciou-se "anticandidato". Aproveitaria a oportunidade da campanha para atacar o governo e denunciar o processo político, abandonando-o dias antes da cerimônia eleitoral, com uma renúncia cinematográfica.[46]



Em janeiro de 1974, quando o MDB tinha menos de um terço do Congresso, o anticandidato Ulysses Guimarães disse que “navegar é preciso”. E saiu pelo Brasil, organizando o partido para a eleição de novembro.

Aquele paulista de poucos votos que presidia um partido sem passado nem presente acabara de achar o futuro. Apelidado *Ramsés* por conta da sua seca figura, cabia nas sete palavras com que se autorretratara em 1938, na disputa pelo lugar de orador da turma na Faculdade de Direito da USP: “Eloquente. Verboso. Arrebata e comove. Cultura sólida”.[47] Produto do irrelevante PSD de São Paulo, engrandecera-se na política interna da Câmara dos Deputados, aonde chegara em 1951. Tinha o instinto de sobrevivência que a gíria política chamava de “pessedismo”. Em abril de 1964, quando os comandantes militares exigiram a degola da liderança

parlamentar do governo deposto, fora um dos congressistas que ofereceram um instrumento extraconstitucional capaz de expurgar a Câmara e o Senado. Nessa proposta, as suspensões de direitos políticos durariam quinze anos.[48] Relatara o projeto da Lei de Greve sancionada por Castello Branco.[49] Viera à tona no naufrágio das eleições de 1970, nas quais a coação policial do regime e a campanha da esquerda pelo voto nulo deixaram o MDB com sete senadores e 87 deputados, bancada insuficiente para requerer a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.* A derrota comera metade do partido e arrastara a cadeira de senador do seu presidente, general Oscar Passos, obrigando-o a renunciar. Ulysses era o vice, e a ala moderada de pessedistas trabalhou-lhe a promoção.

Uma semana depois da convenção da Arena, chegou sua vez de discursar: "Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes porque ensurdece a Nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema".

Em outra faixa de onda, louvou a integridade do "futuro chefe da nação", lembrou as virtudes da Oposição de Sua Majestade (tema caro ao general) e ofereceu-lhe "a mais eficiente das colaborações: a crítica e a fiscalização". (Num de seus rascunhos Geisel escrevera que esperava do MDB a "necessária vigilante fiscalização".)[50]

Despediu-se citando um guerreiro romano que o poeta português Fernando Pessoa resgatara e Caetano Veloso ressuscitara:

> *Navegar é preciso;*
> *Viver não é preciso.*[51]

Algumas emissoras de televisão e rádio haviam prometido transmitir o discurso, mas fizeram saber ao MDB que ele iria ao ar no dia seguinte, após um jogo de futebol.[52] “Esse idiota não vai ao ar. Não foi ao vivo nem vai em gravação”, disse o general Milton Tavares de Souza, chefe do CIE, depois de ouvir Ulysses.[53] Os grandes jornais, contudo, publicaram-lhe a íntegra, o que não era pouca coisa. Criticando o AI-5, o processo de escolha do próximo presidente e as prisões arbitrárias, Ulysses transgredira três tópicos do controle que o governo exercia sobre a imprensa. Afinal, poucos meses antes a Polícia Federal lembrara que era proibido criticar “o sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade”.[54] Era pouco, mas era algo.

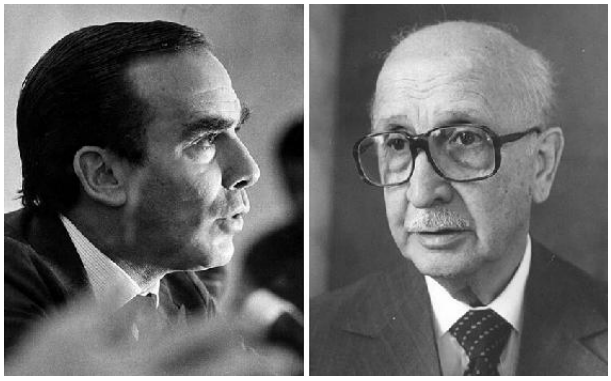
* * *

A condição de candidato oficial deu a Geisel liberdade de movimento. Visitou a Amazônia, o cacau baiano, o vale do São Francisco e uma escola de agronomia paulista. Até o final de dezembro encontrou-se com dezesseis ministros, catorze governadores, 21 senadores e dezoito deputados.[55] Ecos trazidos de Brasília pelo general Figueiredo sugeriram algum desconforto do Planalto diante dos paralelos com a reclusão de Médici. “Estou recebendo políticos, evidentemente. O ano que vem temos eleições diretas. Não podemos perder. Como é?”, rebateu Geisel.[56] Oito meses depois de sua posse, presidiria uma eleição que renovaria um terço do Senado, toda a Câmara e as assembleias legislativas, e Ulysses já avisara que a anticandidatura seria o pontapé inicial da mobilização do MDB. Nenhuma grande encrenca.

Duas, uma maior que a outra, apareceram no fim do ano. Em meados de novembro Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o dono das jazidas de ferro do Amapá e financiador do IPÊS, oráculo invisível de boa parte da plutocracia nacional, tivera dois convidados para jantar num apartamento da avenida Vieira Souto. Um era Julio de Mesquita Neto, da família

proprietária d'*O Estado de S. Paulo*, quatrocentão conservador e irredutível.[57] Chamado a depor num IPM, recusara-se a aceitar a qualificação de diretor responsável do jornal. Quando o oficial que o interrogava lhe perguntou quem, nesse caso, era o responsável pelo *Estadão*, respondeu que essa função estava com o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, "que todas as noites tem um censor na tipografia do jornal".[58] O depoimento foi encerrado.

O outro convidado era Golbery. Naquele dia o jornal de Julio Neto chegara às bancas com 65 versos d'*Os lusíadas* ocupando o espaço de uma reportagem do jornalista Alberto Tamer, enviado especial à Brasil-Expo 73, em Bruxelas. [*Veja o documento*] Tamer contava que a despeito do enorme sucesso de público (20 mil visitantes) e de crítica (11 milhões de dólares de negócios fechados), a feira se tornara uma oportunidade para manifestações contra a ditadura. Sofrera uma explosão, uma tentativa de invasão e pequenos comícios. O título do texto suprimido dizia tudo: "Feira: Êxito econômico, porém malogro político".[59] (A embaixada americana em Bruxelas contara 10 mil manifestantes.)[60] [*Veja o documento*]



No dia 10 de novembro de 1973, Golbery aceitou um convite do magnata Augusto Trajano de Azevedo Antunes (acima, de óculos) e jantou com Julio de Mesquita Neto (acima), dono d'*O Estado de S. Paulo*. Discutiram a censura e o futuro do governo. Naqueles dias o *Estadão* chegara às bancas com 65 versos de Camões no lugar de uma reportagem sobre a fama da ditadura na Europa. Julio Neto contou o jantar a seu irmão por telefone. Estava grampeado.

A realização desse jantar à mesa de Antunes indicava o interesse de um setor tradicional do patronato por algum tipo de armistício entre o regime e o jornal. Não se tratava de uma gestão para acabar com a censura, mas de um entendimento para amenizar as hostilidades contra o *Estadão*. Toda a indústria de comunicações permanecia controlada. A *Tribuna da Imprensa* continuava com censores dentro da redação. Os semanários *O Pasquim* e *Opinião* estavam obrigados a enviar seus textos a Brasília, onde, numa só edição do segundo, carimbaram "censurado" em 170 das 348 laudas escritas pela redação.[61]

Golbery e Julio Neto conversaram até as primeiras horas da madrugada. Trataram do ministro Delfim Netto, da moralidade do Poder Judiciário, do delegado Fleury e do Esquadrão da Morte. O general passou suas mensagens: insinuava o fim da censura e pedia que se evitassem turbulências até a posse de Geisel.[62] Levou o jornalista ao aeroporto e deu a missão por bem-sucedida: "A conversa em si não tem um outro fato, uma coisa mais importante, a não ser o trabalho de amaciamento".[63] Duas semanas depois Geisel receberia um aviso: o DOPS gravara a conversa de um encontro de Golbery com os irmãos Julio e Ruy Mesquita, em São Paulo.

"Então está ótimo. Mandem a gravação. Vamos ver essa gravação", respondeu Golbery.[64]

Não era bem assim. Depois do jantar no Rio, Julio de Mesquita telefonara ao irmão Ruy, diretor do *Jornal da Tarde*, narrara o encontro, e essa fora a conversa gravada. Golbery voltou a interessar-se pela fita: "Eu vou querer do Figueiredo a cópia, porque agora eu quero ver se os caras estão falando certo ou mentindo. (…) Agora interessa a mim".[65] Havia dois urubus na linha, a Polícia Federal e o CIE. O diretor do DPF, general Antonio Bandeira, mandou o grampo ao SNI, e de lá ele foi para a mesa de Médici.

Heitor Ferreira presenciou a reação de Geisel:

> Quer dizer, por causa desse sistema que está montado aí, de SNI, Bandeiras, e CIE, e não sei o quê, eu vou ficar inibido, eu vou me meter num quarto e só vou falar no dia 15 de março, quando eu tomar posse. Porque aí eu arrebento com todos eles. Eu quebro o CIE, quebro o SNI, quebro o Bandeira e quebro toda essa turma. (...) O primarismo dessa gente é o seguinte, Heitor: eles são contra *O Estado de S. Paulo*. Querem massacrar *O Estado de S. Paulo*, mas não têm a coragem de chegar e liquidar o jornal. Porque eu aceito isso, mas então rasga a Constituição, rasga tudo, vai lá, desapropria o jornal, quebra o jornal, fuzila o Mesquita. Por que não vão a isso? Não, *O Estado de S. Paulo* é livre, funciona, mas é leproso, ninguém pode tocar nele, ninguém pode conversar.[66]

Dias depois o caso foi liquidado numa conversa de Geisel com Figueiredo.[67] Médici nunca levantou o assunto, e Golbery ficou frio. Por falar em encontro com leprosos, Golbery acabara de marcar outro, com d. Avelar Brandão Vilela, cardeal-arcebispo de Salvador. Meses antes o governador de Pernambuco humilhara o arcebispo, tirando-lhe um crachá. Convinha conversar num lugar discreto, e o cardeal-primaz parecia um senhor cumprindo sua rotina de fim de tarde, quando entrou numa agência do banco Cidade da esquina da rua do Carmo com a Ouvidor. Caminhou até o fundo e subiu ao segundo andar. Golbery o esperava.[68]

* * *

A dificuldade que influenciaria profundamente a formação do governo de Geisel, e que haveria de amargurar-lhe o resto dos tempos, esgueirou-se aos poucos. Na segunda metade de novembro, chegaram-lhe murmúrios de que seu irmão, insuflado por um grupo de generais, pretendia continuar no Ministério do Exército.[69] Não fazia sentido. Aos 68 anos, Orlando estava

um caco. Havia mais de um ano, dissera a Ernesto que era “um homem condenado”. Tivera uma pneumonia e padecia de pericardite. Despachava frequentemente em casa. Enxergava mal: “Eu estou com a impressão de que eu passei o pente nas sobrancelhas e estou vendo através dos cabelos”. Em outubro tivera febres, definhara catorze quilos. Geisel mandara-lhe seu médico, e o diagnóstico fora tifo. Temera pela vida dele, mas resignara-se.[70]

Mesmo assim, no jogo dos palpites, Orlando continuava ministro, tanto na lista do senador Ney Braga como na do ajudante de ordens de Médici.[71] O coronel Danilo Venturini, íntimo colaborador do general Orlando, foi chamado a Jacarepaguá, discutiu o assunto com Golbery, minimizou-o e achou boa a ideia de que tudo poderia ser resolvido através de um cuidadoso oferecimento do lugar de embaixador em Portugal.[72]

Dias depois, Geisel voltou do almoço e encontrou o general *Cacau* de Barros Nunes na antessala. *Cacau* vinha pedindo para ser recebido desde a tarde anterior. Contrariando seu temperamento expansivo, recusava-se a revelar o assunto. Só contou sua história ao candidato. Estivera com Orlando para entregar-lhe um presente de Natal, e a certa altura ouvira dele: “Os três ministros militares têm que permanecer”. Encerrada a agenda, Geisel sentou-se com Golbery e Heitor. Não admitia a hipótese. Renunciaria à candidatura, e logo, evitando o constrangimento da eleição de 15 de janeiro.[73]

O velho demônio reaparecera. A permanência do ministro do Exército — fosse quem fosse — significaria uma tutela militar disfarçada em continuidade administrativa. Produto do conchavo dos generais, resultaria num condomínio de tutores. Se tudo isso fosse pouco, aquilo era coisa “do *Minguita*, do *Coalhada*, do *Gordo Sinistro*”, oficiais que Geisel sempre desprezara.* Era também coisa de sua família. Atribuía-se à irmã, Amália, uma frase tão simples quanto significativa: “O Orlando cuida do Exército, e o Ernesto cuida do resto”.[74] A ideia de abater o próprio irmão transtornara-lhe o sótão de emoções que tanto protegia.

Eram bons amigos, mas tinham uma relação mais próxima dos hábitos alemães que da cultura familiar brasileira. Ainda tenente, Ernesto fizera um empréstimo na Caixa Econômica para pagar uma encalacrada de Orlando nas mesas de pôquer. Já capitães, casados, viveram na mesma casa. A força dos vínculos afetivos com a família podia ser medida pelo nome das crianças: Ernesto dera ao filho o nome do irmão.* Mesmo assim, visitavam-se de terno e gravata.[75] Mais velho em casa e mais antigo no Exército, Orlando acumulara precedências. Em 1932, depois de combater a Revolução Constitucionalista de São Paulo, Ernesto recusara a estrela de capitão porque com ela ultrapassaria o tenente Orlando.[76] Evitavam discutir política militar. O ministro apreciava as histórias do irmão, tanto que contou a Médici o chega pra lá que levara quando quis influenciar o texto do discurso da convenção.[77] Gostavam-se, mas Ernesto era o caçula. E o caçula lia nos jornais que tinha oito estrelas, quatro dele e outras quatro do irmão mais velho.[78]

Desde que a encrenca aparecera, Geisel vinha repetindo:

"Por mais que nós sejamos amigos, eu e o Orlando, nós temos pontos de vista diferentes, ele é cabeçudo, eu sou também. (...) Orlando é mais velho, eu sou mais moço, mas eu vou ser o chefe."[79]

"No primeiro despacho nós vamos ter briga, ou então eu vou passar cinco anos fazendo coisas que eu não quero. (...) Por outro lado, vão dar uma imagem muito ruim do país e do governo. Que eu fui escolhido pelo Orlando, que o Orlando, por meu intermédio, manda neste país, e que isso é uma comandita de dois irmãos, e que não sei o quê. Acho que isso é de um senso elementaríssimo."[80]

Era preciso que alguém falasse com Orlando. Quem? Médici.

Naquela mesma tarde Geisel chamou Figueiredo ao Jardim Botânico e pediu-lhe que levasse o problema ao Planalto.[81] Durante um despacho de rotina, Médici tratou o assunto com Orlando. Segundo a versão de Figueiredo, que conversara com o presidente, o velho general surpreendera:

“Nem me passa pela cabeça criar problema para ele. Eu apenas imaginei ajudar, por alguns meses. Ele vai ter tanto problema no início do governo...”.

Parecera encantado com a embaixada em Portugal: “Ah, não deixa a minha mulher saber disso que ela vai ficar numa felicidade...”.[82]

Segundo a versão do coronel Venturini, as coisas foram diversas. Ele continuava pensando em ficar “por alguns meses” e via a embaixada como simples hipótese: “Se fosse hoje, a resposta seria não”.[83] Estava certo. Quando Médici insistiu com o lugar em Lisboa, o general desviou-se: “Por que não nomeia o Fontoura?”.[84]

Orlando Geisel sabia transformar-se num mestre da esquiva, hábil manipulador de subentendidos. Queria permanecer no ministério e não se renderia a intermediários. Seus generais pouco podiam fazer num conflito de irmãos. Depois de uma conversa com Médici, Figueiredo concluíra que esse era o pior caminho: “O único que não pode entrar de sola nessa questão é o *Alemão*”.[85]

Ademais, o chefe do CIE, general Milton Tavares de Souza, passara ao coronel Venturini informações que ele se apressou em comunicar a Golbery. Foi ao largo da Misericórdia e revelou:

“Há uns espíritas”, disse Venturini.

“Qual é a mensagem dos espíritos?”, indagou Golbery. (...)

“A mensagem deles é de que o homem deve permanecer.”

“Por quê? Porque é espírita?”, perguntou Heitor.

“Não, o general não é espírita. Os espíritas é que dizem. Fazem lá as suas sessões. Me disse o general Milton… (...)”

Golbery achou que havia macumba na mensagem:

> Olha aqui, ô Venturini, esse negócio de espírita é o seguinte: há mensagens espíritas, ou *soi-disant* espíritas, ou por outra, mensagens que os participantes acham que é espírita, convictamente. Se essa

> mensagem, ela é autêntica ou se ela tem um pouco de desejo, consciente ou inconsciente, não interessa. Quer dizer, o indivíduo tem aquilo que ele considera que é. Mas essa mensagem nunca é essa: deve ser. Nunca. Essa mensagem vai ser. A mensagem espírita nunca vem com isso: deve ser fulano. Nunca vi mensagem espírita, a não ser assim: cuidado com isso, com aquilo, cuidado com aquilo outro, mas nunca assim no 'deve'. É mudar a orientação da coisa. Mas também isto é um dos meios que se usa para plantar muito troço.

"Foi o dado que o Milton me deu", argumentou Venturini.[86]

Dias depois, referindo-se a esse episódio, Geisel teve um momento de humor cruel: "Mas diz que o astral é que diz que ele tem que continuar, não é?".[87]

No início de janeiro, a poucos dias da eleição, Geisel convenceu-se de que a isca da embaixada em Lisboa se perdera. Abandonou a ideia da renúncia e caminhou lentamente em direção ao pior. Fechou-se em copas, como se ignorasse o problema. Embarcou para Brasília e, em vez de hospedar-se na casa do irmão, foi para o hotel Nacional. No caminho, descobriu que a reserva de uma suíte de 3.400 cruzeiros ficara por conta do Centro de Informações do Exército.[88] Mandou desmanchar o trato, alugou um apartamento comum e pagou pouco mais de mil cruzeiros do seu bolso.[89]

Recebeu Orlando duas vezes no Jardim Botânico, mas as conversas não saíram da temática familiar. Emitiu um só sinal: escolheu o almirante Geraldo de Azevedo Henning para o Ministério da Marinha sem nenhuma consulta fora do seu círculo de colaboradores.

Orlando acusou o golpe. Na tarde do sábado de Carnaval, atravessou o portão do Jardim Botânico. O irmão o esperava: "Olha, Orlando, não vou manter você no ministério, por diversas razões. Primeiro, porque

militarmente você é mais antigo que eu. Segundo, porque você é meu irmão, e o Brasil vai parecer uma república de bananas, com um irmão na Presidência e outro no Exército. Além disso, eu penso diferente de você em relação a muitas coisas, inclusive no Exército. Na primeira lista de promoções a generais nós vamos brigar. Não vai dar certo, eu conheço o nosso temperamento".[90]

> Foi uma conversa melancólica. Ele ouviu em silêncio. Não respondeu nada. Percebi que não gostou. Foi uma dor terrível para mim. E olhe que ninguém me ajudou nessa luta. Nem o Médici, nem o Figueiredo, ninguém. Com aqueles bestalhões botando coisa na cabeça dele. Mas botei todos na reserva, e ninguém conseguiu colocação nenhuma. Todos eles me pagaram.
>
> O Orlando nunca mais me visitou. Até morrer, nem foi ao palácio, nem ao Riacho Fundo. Eu é que o visitei muitas vezes. Foi uma coisa muito dolorosa. Eu e o Orlando éramos os mais ligados da irmandade.[91]

Contando a conversa a Antonio Carlos Magalhães, Geisel chorou.[92] Vinte anos depois, relembrando-a ao autor, seus olhos marejaram-se.

Orlando morreu em 1979. Até aí, falaram-se pouco, nunca sobre assuntos de Estado. Da fraternidade restara apenas um elo. Era uma senhora que todos os dias deixava o palácio da Alvorada e, apoiando-se numa bengala, entrava no apartamento onde vivia o general, que respirava com a ajuda de periódicas aspirações de oxigênio.[93] Ficava pontualmente das duas às seis. Amália Geisel, a primogênita, uma bela mulher que não se casara, cinco anos mais velha que Orlando, sete mais que Ernesto, fora a primeira mestra dos dois. Aposentara-se como professora do colégio de Cachoeira do Sul, e a família sempre lembrava que faltara ao trabalho pela primeira vez

em 1930 para ir a Bento Gonçalves informar a Lídia e Augusto Geisel que seus dois filhos estavam na Revolução.[94]

* * *

Três semanas antes da conversa com o irmão no Jardim Botânico, na manhã de 15 de janeiro, Geisel fora eleito por 406 votos contra 76 dados a Ulysses Guimarães e 23 abstenções. O presidente do MDB informara aos deputados mais combativos da bancada — autodenominados "autênticos" — que romperia o compromisso assumido no início da campanha: não renunciaria à candidatura e iria à votação. Aos "autênticos", que não queriam coonestar a decisão do Colégio Eleitoral, só restou o caminho da abstenção.

Num curto discurso, Geisel avisara que não se deixaria desviar por "impulsos quaisquer, por mais generosos, de amizade ou do coração".[95] Como a grande encrenca se circunscrevia ao restrito plenário de hierarcas, o sinal passara despercebido.

A curiosidade fora noutra direção, atraída pela afirmação de Geisel de que se julgava no dever de "estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas, todas merecedoras de acolhida".[96] O uso da palavra *aberto* tinha algo de intrigante. Os verbos *abrir* e *fechar* haviam se transformado em veículos de síntese da conduta e das intenções das personalidades do regime. Denominava-se *abertura* o restabelecimento de quaisquer franquias democráticas, e chamava-se de *fechamento* às ameaças de surtos punitivos.

Comparada ao que se dera em Brasília, a frase de Geisel continha uma tênue promessa de contraponto. A Agência Nacional transmitira trechos da cerimônia do Colégio Eleitoral em rede de televisão e rádio. Do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, nem uma palavra.[97] Às oito da noite, depois da saudação de Geisel, e antes da novela *O semideus*, o *Jornal Nacional* divulgou os fatos do dia. Além do resultado da eleição, noticiou que havia

pouco o ministro Mário Andreazza, a bordo de um jipe, atravessara a ponte Rio-Niterói, ainda inacabada. Quanto ao discurso de Ulysses, uma só informação: tinha onze páginas. Do que havia nelas, nada. O anticandidato anunciara que o MDB "sairá deste recinto nem vencido muito menos convencido, pois haverá esperança para a liberdade enquanto restar um homem sobre a face da terra".[98] A poucos quilômetros do Congresso, uma tropa do Exército estivera de prontidão. Eram duas companhias de infantaria preparadas para dissolver a reunião do Colégio Eleitoral caso houvesse algum imprevisto.[99]

Assim como sucedera na convenção da Arena, Golbery redigira o projeto do discurso de Geisel. E assim como sucedera três meses antes, deu-se um eloquente diálogo entre seu rascunho e a versão final. Golbery escreveu o texto no verso de quatro formulários de consulta ao serviço de pesquisas da Enciclopédia Britânica, ao qual pedira informações sobre arte pop, Botticelli e Chagall.

Com a formalidade dos discursos de posse, queria que Geisel prometesse o seguinte: "A coibição enérgica de toda violência ilegal, partida de onde ou de quem partir".[100]

Geisel argumentou: "Olha aqui, você tem um negócio, uma coisa aqui, que não pode se referir agora. Quer ver? Isso é uma das grandes verdades (...). Isso é verdade, e vamos ver se fazemos, mas você não pode dizer".[101]

Heitor Ferreira, diante da mesma argumentação, ponderara: "Tem um alerta bom, que é: não venham querer criticar o senhor por qualquer coisa que façam por aí".

"Não é nessa hora que eu vou começar a brigar. Não posso pegar essa guerra. Não devo. O negócio do Golbery está todo certo, agora, é discutível a oportunidade", foi a resposta de Geisel.[102]

Noutro trecho, Golbery escrevera: "(...) confiar num futuro próximo de grandeza, paz e justiça social que assegure, afinal, em nossa terra, clima

salutar à plena expansão da potencialidade humana de cada cidadão brasileiro, sem privilégios indevidos, sem constrangimentos arbitrários".

Geisel não quis: "Pois é. Eu não vou falar nisso. Vão me cobrar. E depois eu vou reconhecer, agora, que há constrangimentos arbitrários? Há, mas não sou eu que devo dizer isso".[103]

Golbery voltou com o parágrafo que preparara meses antes, para a fala da convenção: [*Veja o documento*]

> Governo aberto, almejo assim, venha a ser o meu, no sentido de abrir e manter, arejados sempre, múltiplos canais de comunicação com as elites políticas e técnicas, a *intelligentzia* sempre trepidante das mais nobres insatisfações, a mocidade incontida embora, em seus arroubos de idealismo, por vezes transbordantes, todas as minorias autenticamente representativas e responsáveis do país e mesmo, partindo do rincão mais remoto, a voz individual de qualquer cidadão ferido em seus direitos ou clamando por justiça.

Geisel pescou o "cidadão ferido": "Há uma referência velada às torturas. Eu não posso dizer isso, não é? Aí é que está, então o sujeito não pode dizer o que ele realmente quer dizer. O que que ele vai dizer? Vai embromar? Não é? É difícil".[104]

O trecho se transformou no seguinte: "Entendo mesmo que das maiores qualidades de um governante é saber dizer 'não' a proposições que lhe pareçam intempestivas ou que, em justa análise, se lhe afigurem ilegítimas. Dever não menor será, por outro lado, o de estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas, todas merecedoras de acolhida, para exame imparcial e sereno da verdade que contenham".[105] [*Veja o documento*]

Golbery encaixou a mudança: "Graças a Deus está conservado aquele negócio de dizer não".[106]

Se Ulysses Guimarães tivesse lido trechos do rascunho que Geisel dispensou, certamente seria chamado de provocador. Mal se pode dizer que Golbery insinuasse. Nos porões do governo abundavam cidadãos feridos em seus direitos. O projeto chegara a condenar a "caçada às bruxas, sempre negativa e na verdade contraproducente em si mesma".

Entre os rascunhos de setembro e de janeiro Golbery se tornara mais audacioso em suas sugestões. Partiam da certeza de que o regime tinha de mudar. Em conversas reservadas, argumentava: "Vamos tentar uma abertura gradual. Ninguém ainda o conseguiu. Se der certo, bem. Senão, virá um período de violência do Estado e, depois, uma reação. Aí, vamos todos para o poste, menos o papai aqui, que estará velho".[107]

Geisel podia concordar com a estratégia, mas não estava disposto a acompanhar a tática. Refletindo a relação peculiar que mantinham, em nenhum dos dois casos a diferença estimulou discussões proporcionais à importância dos temas propostos nos textos.[108] Aliás, eles não discutiam. Ao sinal de divergência, Golbery retraía-se, mudava de assunto. Fazia isso até mesmo nas conversas inconsequentes de fim de tarde no largo da Misericórdia, quando Geisel provocava Heitor Ferreira e Moraes Rego em polêmicas que de certa forma se tornavam seu principal divertimento. Defendera a permanência do trecho que falava em canais de comunicação abertos, mas, no caso da "violência ilegal", ele próprio sugerira o corte. Se Heitor Ferreira não tivesse preservado os manuscritos, talvez fosse difícil acreditar que guardassem tamanhas diferenças, pois nem Geisel se queixava dessas audácias nem Golbery reclamava da cautela. Tais documentos, bem como episódios em que os dois amigos se colocam em campos distintos, estimulam paralelos entre as personalidades e as condutas desses dois importantes personagens da ditadura. Muitas vezes essa comparação foi apontada ao próprio Golbery. Ele admitia divergências com Geisel, mas sempre ressaltava "minha condição de oficial de Estado-Maior, cuja função é apresentar caminhos ao chefe, sabendo que a escolha, uma vez feita, deve

ser obedecida”.[109] Como se soubesse que a ditadura podia produzir um Geisel sem o aconselhamento de Golbery, mas que não poderia haver um Golbery sem um Geisel na Presidência da República.

Geisel não queria comparações com o passado nem compromissos para o futuro. Irritou-se quando um articulista viu no seu discurso um aceno liberal: “Como é que o bestalhão conclui que pelo fato de eu receber a crítica construtiva vou dar liberdade? Pois se eu disse lá que não ia abrir mão dos instrumentos que eu tinha. É vontade de enganar a si mesmo”.

Logo depois, indicou sua preferência: “Vocês viram o editorial do *Globo* de ontem? Está muito bem-feito. Diz que os quatrocentos caras que votaram em mim votaram no Brasil”.[110]

No fundo, não queria encrencas. Horas depois de sua conversa com o irmão Orlando, sentara-se com o general João Baptista Figueiredo na sala da casa do Jardim Botânico: “Tenho cinco anos e o cajado na mão. Se eu não for muito burro, me aguento no poder”.[111] [*Veja o documento*]

1 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de janeiro de 1972.

2 Médici deixou um só pedido: gostaria de ver o professor João Leitão de Abreu, chefe de seu Gabinete Civil, no Supremo Tribunal Federal. Geisel deu a Leitão a primeira vaga aberta em seu governo.

3 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de julho de 1973. Constavam da lista, além da diretoria da Petrobras: Ademar de Queiroz, Antonio Luiz (*Cacau*) de Barros Nunes, Humberto Barreto, Vitorino Freire, Luiz Viana Filho, Ney Braga, João Baptista Figueiredo, Carlos Alberto da Fontoura, João Leitão de Abreu, Adolpho Murgel, Orlando Geisel, Raimundo de Brito e Norberto, gerente do banco onde Geisel tinha conta.

4 Amália, sua irmã, morava com ele. O terceiro irmão de Geisel, Henrique, morreu em junho de 1973. *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de julho de 1973. Três folhas datilografadas com nota de Heitor Ferreira a Geisel, sem data. APGCS/HF. Da lista de 26 pessoas, doze não receberam função alguma e duas seguiram suas carreiras nas corporações burocráticas a que pertenciam, sem receber funções especiais.

5 Ernesto Geisel, março de 1995.

6 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 20 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

* Rodrigues Alves disse a frase quando era governador de São Paulo. Geisel mencionava essa circunstância.

7 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de março de 1972.

8 Idem, 20 de março de 1972.

9 Idem, 23 de fevereiro de 1972.

10 Idem, 4 de dezembro de 1973.

11 Para Andreazza, *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de janeiro de 1972. Para Delfim, idem, 25 de fevereiro de 1972.

12 *Temas para Ação* ou *Atinhos Possíveis*, 24 folhas manuscritas de Heitor Ferreira, datadas de dezembro de 1973 e abril de 1974. APGCS/HF.

13 Para a Perimetral Norte, *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de novembro de 1972. Para a inflação, idem, 11 de abril de 1973.

14 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de junho de 1972.

15 Idem, 16 de fevereiro de 1972.

16 Idem, 13 de junho de 1972.

17 Idem, 11 de setembro de 1972.

18 Conversa de Ernesto Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 20 de dezembro de 1973. Carta de Luiz Viana Filho a Geisel, sem data, certamente de 1973. APGCS/HF.

19 Conversa de Geisel com Petrônio Portella, 15 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

20 Conversa de Golbery com Geisel, narrando-lhe um encontro com Antônio Carlos Konder Reis, 16 de novembro de 1973. APGCS/HF.

21 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 6 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

22 Seis folhas timbradas do Gabinete Militar, acompanhadas de uma nota manuscrita de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 1979, referindo-se aos “meus apontamentos de agosto de 1973”. APGCS/HF.

23 Três folhas datilografadas, sem data nem assinatura, acompanhadas por um bilhete de Heitor intitulado *Notas Deixadas com Geisel pelo José Americo*. APGCS/HF. Golbery anotou: “Três pancadinhas na madeira...”. José Américo, conhecido por trazer má sorte, esteve com Geisel no dia 16 de julho de 1973.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de outubro de 1973.

25 Idem, 7 de julho de 1973.

26 Carta de Zuzu Angel a Geisel, 29 de abril de 1975, em Zuzu Angel, *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*, pp. 236-7. Geisel não recebeu Zuzu Angel. Ernesto Geisel, 20 de fevereiro de 1995.

27 *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de agosto de 1972.

28 Idem, 25 de julho de 1973, e nota de Heitor Ferreira a Geisel, do mesmo dia, passada a Golbery no dia seguinte.

29 Dário Castro Alves, setembro de 1985.

30 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de julho de 1973.

31 Folha de papel rasgada, com o nome do major Innocencio Fabricio de Mattos Beltrão e os nomes dos capitães Homero Cesar Machado, Dalmo Lúcio Cirillo, Benoni de Arruda Albernaz e Carlos Alberto Brilhante Ustra. Numa folha de bloco Heitor Ferreira anotou: "Fonte afirma que são torturadores". Noutra Golbery identificou a fonte: o ex-deputado Gilberto Azevedo. APGCS/HF. Todos os oficiais listados serviam no DOI de São Paulo. Esse papel deve ter sido entregue a Golbery no segundo semestre de 1972.

32 *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de outubro de 1973.

33 Recorte de *O Estado de S. Paulo*, sem data, e uma folha de bloco com anotação manuscrita de Golbery. APGCS/HF.

34 Carta do general Affonso de Albuquerque Lima a Geisel, 7 de junho de 1973. APGCS/HF. Para Gama e Silva, *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de outubro de 1972.

35 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de dezembro de 1973.

36 Carlos Drummond de Andrade, "Desenvolvimento e fim de um equívoco de breve duração", *Jornal do Brasil*, 25 de agosto de 1973, Caderno B, p. 5.

37 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de setembro de 1973.

38 Idem, 4 de julho de 1973.

39 *Tempo de Reconstrução*, discurso pronunciado na convenção da Arena em 20 de novembro de 1969. Emílio Garrastazu Médici, *O jogo da verdade*, p. 46.

40 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, pp. 12-3.

41 Maços de treze e dezoito folhas manuscritas de Golbery, anotadas por Heitor Ferreira, sem data.

42 Conversa de Geisel com Golbery, 10 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

43 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 18.

44 Marcos Sá Corrêa, "'Eu sou o anticandidato'. Como um semeador, o MDB vai para a campanha eleitoral pensando no futuro", *Veja*, 12 de setembro de 1973, pp. 3-5.

45 Thales Ramalho, agosto de 1986. Segundo Ulysses Guimarães, em entrevista a *O Pasquim*, o termo é de sua invenção. Teria surgido durante uma conversa com o advogado Luiz Lopes Coelho, na avenida São Luís, em São Paulo. Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 126.

46 Para a articulação da candidatura dentro do MDB, depoimentos de Alencar Furtado e Fernando Lyra, em Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, pp. 51 e 120.

47 Antonio Carlos Scartezini, *Dr. Ulysses*, p. 21.

48 Daniel Krieger, *Desde as Missões*, p. 172. Krieger não identifica Ulysses como autor da proposta de quinze anos. Ele está identificado em Antonio Carlos Scartezini, *Dr. Ulysses*, p. 44.

49 Luiz Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 119.

* Em 1970 o Senado tinha 66 cadeiras e a Câmara, 310. No registro de fundação, em 1965, o MDB tinha 21 senadores e 140 deputados.

50 Para a Oposição de Sua Majestade, *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de julho de 1973. Para a "fiscalização", folha manuscrita de Geisel com sete tópicos para o discurso da convenção. APGCS/HF.

51 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 116.
52 *Jornal do Brasil*, 24 de setembro de 1973, 1º Caderno, p. 3.
53 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 121.
54 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 256.
55 Agenda de Geisel, 1973. APGCS/HF.
56 Nota apensa à transcrição do *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de outubro de 1973. APGCS/HF.
57 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de novembro de 1973.
58 *O Estado de S. Paulo*, 30 de dezembro de 1996.
59 Idem, 10 de novembro de 1973, edição submetida aos censores e edição censurada. O Departamento de Pesquisas do jornal conserva as páginas preparadas pela redação antes de serem mutiladas pelos censores.
60 Telegrama da embaixada americana em Bruxelas para o Departamento de Estado, 4 de dezembro de 1973. National Archives.
61 Bernardo Kucinsky, *Jornalistas e revolucionários*, p. 271.
62 Julio de Mesquita Neto, junho de 1994.
63 Conversa de Golbery com Geisel, cerca de 15 de novembro de 1973. APGCS/HF.
64 Idem, 3 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
65 Julio de Mesquita Neto, junho de 1994. Conversa de Geisel com Golbery, 6 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
66 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
67 Bilhete de Heitor Ferreira a Golbery, 10 de dezembro de 1973, com os temas que Geisel trataria com Figueiredo durante um encontro marcado para o dia 15. APGCS/HF.
68 Telefonema de d. Avelar Brandão a Golbery, 11 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
69 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de dezembro de 1973. Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 20 de novembro de 1973. APGCS/HF.
70 Ernesto Geisel, julho de 1988. Para a perda de peso, Octavio Costa, maio de 1985. Para os olhos, conversa de Geisel com Golbery, 7 de janeiro de 1974. Para a possibilidade da morte de Orlando, conversa de Geisel com Golbery, Heitor Ferreira e Moraes Rego, 22 de novembro de 1973. APGCS/HF.
71 Três folhas manuscritas de Heitor Ferreira com o resumo de sua conversa com o major Clóvis Magalhães Teixeira, 15 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
72 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de dezembro de 1973.
73 Idem.
* Pela ordem, os generais Antonio Jorge Corrêa, Ramiro Tavares Gonçalves e Humberto de Souza Mello. Ernesto Geisel, julho de 1988.
74 Heitor Ferreira, 1998.
* Orlando teve dois filhos. A um deu o nome do pai (Augusto) e a outra o da mãe (Lídia). Ernesto deu a um o nome do irmão (Orlando) e a outra o da irmã (Amália).

75 Amália Lucy Geisel, julho de 1991.
76 Golbery do Couto e Silva, 1983.
77 Nota apensa ao *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de setembro de 1973.
78 Conversas de Geisel com Golbery, 7 de janeiro e 8 de fevereiro de 1974, com Dyrceu Nogueira, 4 de fevereiro de 1974, e com Dale Coutinho, 16 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
79 Conversa de Geisel com Golbery, 3 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
80 Conversa de Geisel com Golbery, Heitor Ferreira e Moraes Rego, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
81 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de dezembro de 1973.
82 Idem, 27 de dezembro de 1973.
83 Idem, 29 de dezembro de 1973.
84 Duas folhas manuscritas de Heitor Ferreira, de 4 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
85 Telefonema de Figueiredo a Heitor Ferreira, 17 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
86 Conversa de Golbery e Heitor Ferreira com o coronel Danilo Venturini, 19 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
87 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 20 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
88 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 9 de janeiro de 1974, APGCS/HF, e *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de janeiro de 1974.
89 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de janeiro de 1974. O CIE acabou pagando uma das diárias. Conversa de Geisel com Lilian e Humberto Barreto, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 16 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
90 Ernesto Geisel, julho de 1988.
91 Idem.
92 Antonio Carlos Magalhães, janeiro de 1998.
93 Ernesto Geisel, março de 1995.
94 Amália Lucy Geisel, julho de 1991.
95 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 22.
96 Idem.
97 Gravação da cerimônia transmitida pela Agência Nacional, 15 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
98 *Diário do Congresso Nacional*, 16 de janeiro de 1974.
99 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira e Moraes Rego, 17 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
100 Pasta com três textos, cada um de quatro folhas. APGCS/HF. No primeiro conjunto está o manuscrito de Golbery, no segundo o texto datilografado desse rascunho, com anotações manuscritas de Geisel. No terceiro, a versão final, manuscrita, de Geisel.
101 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 10 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
102 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira e Moraes Rego, 7 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
103 Idem, 5 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
104 Idem, 7 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
105 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 22.

106 Conversa de Golbery com Geisel, 10 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

107 Golbery do Couto e Silva, fevereiro de 1974. Em *Veja*, “O fabricante de nuvens”, 19 de março de 1980, p. 27.

108 Golbery do Couto e Silva, agosto de 1986.

109 Idem, junho de 1987.

110 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira e Moraes Rego, 17 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

111 Uma folha manuscrita de Heitor Ferreira intitulada *Da Conversa Geisel & Figueiredo na Noite de 09-02-74*. APGCS/HF.

A grande encrenca

A mãe de todas as encrencas começou em outubro de 1973. Em menos de três meses os países produtores de petróleo subiram de 2,90 para 11,65 dólares o preço do barril. Num mundo em que nos 25 anos anteriores a economia crescera quintuplicando o consumo de petróleo, e que àquela altura bebia mais 20 milhões de barris a cada dia, teve início um terremoto que redesenharia essa economia. Os Estados Unidos entraram numa crise que nos dois anos seguintes lhes reduziria em 6% o Produto Interno Bruto e dobraria a taxa de desemprego. Pela primeira vez desde o fim da guerra a economia japonesa haveria de se contrair.[1] Encerrava-se uma das fases de maior prosperidade da história humana, que o historiador inglês Eric Hobsbawm chamaria de a Era de Ouro. O mundo começava a "deslizar num período de instabilidade e crises".[2]

Em 1970, no esplendor do Milagre Brasileiro, o barril de petróleo custava 1,80 dólar. O país dependia de óleo para 44% do seu consumo de energia elétrica, importava 80% dos combustíveis fósseis que queimava. Desde 1968 o consumo crescia uma média de 16% ao ano.[3] Os novos preços significavam um dreno de 2 bilhões de dólares anuais.[4] Um ano antes, Geisel destruíra uma articulação dos ministros Dias Leite e Delfim Netto para franquear a exploração de petróleo aos contratos de risco com empresas estrangeiras. Argumentava que o preço internacional estava baixo, as pesquisas da Petrobras eram promissoras e não tinha sentido o "Brasil Grande" chamar estrangeiros para fazer esse serviço.[5] (A administração de Geisel na Petrobras dera prioridade aos investimentos na distribuição, no

refino e na petroquímica, colocando em segundo plano a pesquisa e a exploração.)[6] De uma hora para outra o petróleo abriu um buraco na economia brasileira equivalente a 32% das suas exportações.[7]

Anos mais tarde o professor Henry Kissinger perguntaria: “Como uma transformação tão ampla e profunda pôde acontecer repentinamente? Olhada em retrospecto, veem-se com nitidez as sementes e os sinais daquela mudança dramática. A revolução do petróleo, como tantas revoluções históricas, manteve um padrão. Era inevitável, mas a sua inevitabilidade só foi vista depois”.[8]

Ela poderia ter sido percebida em 1960, quando a Esso derrubou o preço do barril, levando-o para 1,76 dólar.[9] A truculência dos compradores abrira o caminho para os visionários que sonhavam com um cartel de vendedores, e dela resultou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, OPEP. Poderia ainda ter sido percebida em 1970, quando a Líbia, a Argélia e o Irã introduziram cortes na produção como arma para negociar melhores preços, mas sucedeu o contrário.[10] O governo americano rejeitara uma proposta do xá do Irã que oferecia o barril a um dólar por dez anos. Afinal, a ideia de um cartel coordenado pela OPEP continuava como coisa de visionários, desdenhada pelas petromonarquias do Golfo.

O mundo dos países produtores parecia confundir-se com a megalomania do xá Reza Pahlavi. Filho de um cossaco, em 1971 ele comemorou os 2.500 anos da Coroa persa com uma festa em que o presidente da União Soviética e o vice-presidente dos Estados Unidos puxaram o comboio da maior boca-livre de todos os tempos. Nove reis, cinco rainhas, 21 príncipes, treze chefes de Estado e convidados de todo o mundo beberam 25 mil garrafas de vinho, servidas por 565 cozinheiros e garçons franceses, com menu do restaurante Maxim’s. No sorvete da sobremesa derramava-se champanhe Moët, safra 1911.[11] Pahlavi simbolizava o sucesso das ditaduras desenvolvimentistas do Terceiro Mundo. Na década anterior o Irã crescera 11% ao ano. A renda *per capita*

pulara de 225 dólares anuais para perto de 2 mil. O governo investira 12 bilhões de dólares naquilo que denominava Revolução Branca. Hidrelétricas e estradas asfaltadas eram as joias da Coroa de seu regime.[12]

Sete em cada dez barris das reservas existentes fora do mundo comunista e dois terços do óleo destinado a suprir o aumento do consumo estavam no islã.[13] E os grandes países compradores apoiavam Israel.

Numa noite de junho de 1973 o secretário-geral do Partido Comunista Soviético, Leonid Brejnev, estava na casa de praia do presidente americano Richard Nixon, na Califórnia. Passara nove dias nos Estados Unidos, e supunha-se que já esgotara a agenda. Repentinamente pediu uma nova conversa, e os dois trancaram-se na biblioteca, pouco antes da meia-noite. Nixon, sonolento, prestava pouca atenção ao que Brejnev lhe dizia e ajeitava almofadas para apoiar a cabeça. Nervoso, o secretário-geral do PC soviético repassava-lhe um discurso encomendado pelo Politburo: era preciso fazer alguma coisa no Oriente Médio, pois a tensão entre árabes e israelenses tornara-se explosiva. Nixon achou que seu velho inimigo estava blefando.[14]

Ao alvorecer de 6 de outubro, Dia do Perdão no calendário religioso judaico, 2 mil canhões egípcios abriram fogo. Dois corpos de exército invadiram o deserto do Sinai. Do outro lado avançaram duas divisões sírias. Somadas, as tropas que atacavam Israel tinham um efetivo maior que as forças da OTAN. Dois dias de combates levaram o Estado judeu às portas do desespero. “O Terceiro Templo está ruindo”, advertia o general Moshe Dayan, chefe do Estado-Maior do Exército, legendário herói de duas guerras, mundialmente conhecido pela venda negra que lhe cobria o olho esquerdo.[15] Amparado num maciço fornecimento de armas americanas e no heroísmo de seus soldados, o Exército israelense conteve a ofensiva e contra-atacou. Entrou em território sírio no dia 11 de outubro, e no dia 16 atravessou o canal de Suez e invadiu o Egito. A quarta guerra do Oriente Médio terminou como todas as outras, com a vitória de Davi.

Na mesma manhã de 6 de outubro, em Viena, os países árabes produtores de petróleo atiraram à sua maneira. Pediram um aumento de 100% no preço do barril. Dez dias depois o mundo, perplexo, assistia ao colapso dos exércitos egípcios, acompanhando uma daquelas histórias de guerra em que se reconhece com facilidade vencedor e derrotado. A profunda transformação ocorrida naqueles dias não foi devidamente percebida sequer quando aconteceu. Afinal, tanques israelenses rolando na estrada que leva ao Cairo formavam uma realidade muito mais imediata e tangível do que *sheiks* pitorescos aumentando o preço do óleo em 70%, de 2,90 dólares por barril para 5,12.

* * *

De calção, tomando banho de sol no Jardim Botânico, Geisel perguntava a Heitor Ferreira:

> — Como vão as coisas?
> — Tudo tranquilo.
> — Tranquilo como? Os árabes vão cortar o óleo e está tudo tranquilo? Preparem-se para deixar os carros na garagem.[16]

O “Brasil Grande” combateu a guerra do petróleo com a retórica do Milagre. Divulgou-se a descoberta, no litoral de Campos, de uma província petrolífera comparável às do Oriente Médio, e anunciaram-se reservas de 9 mil toneladas de urânio.[17] (Nos dois casos faltava ao ufanismo qualquer base técnica.) Enquanto os preços subiam em Viena, o ministro Delfim Netto lutava no auditório da Fiesp: “Só um idiota não vê que a escassez de matérias-primas de que muitos empresários vêm se queixando, numa atitude histérica, decorre do ritmo de desenvolvimento de nossa economia.

Quem é suficientemente irresponsável para propor que freemos o desenvolvimento econômico por causa de matérias-primas?”.[18]

Dias depois, em Porto Alegre, proclamou que o Brasil seria uma nação desenvolvida, “a menos que os próprios brasileiros optem pelo subdesenvolvimento”.[19] Voou de volta para o Rio de Janeiro e reuniu-se com Geisel. Duas coisas o preocupavam: o racionamento — “desestímulo ao consumo supérfluo”, no jargão da Petrobras — e um aumento dos preços internos dos derivados antes de janeiro.[20] Preferiria um aumento imediato de apenas 10%.[21] Geisel, por seu lado, preocupava-se com o balanço da Petrobras. Se vendesse combustível barato, fecharia o ano com um mau desempenho, apesar de ter conseguido lucros profusos.[22]

No final de dezembro veio um novo choque. Reunida em Teerã, a OPEP subiu o preço do barril para 11,65 dólares. O diretor-comercial da Petrobras, Shigeaki Ueki, conversou por hora e meia com Delfim e saiu com uma promessa de um novo aumento, dessa vez de 15%. Somados, os dois reajustes não cobriam o efeito da pancada de outubro, mas Delfim oferecia recursos da reserva monetária para tapar o buraco que abria nas contas da Petrobras. “Como diretor da Petrobras, resolvi o meu problema. Como brasileiro, fiquei com uma bruta dor de barriga”, observaria Ueki.[23] Anos depois Delfim narrava a mesma conversa: “O que ele queria é que toda a inflação fosse carregada ao governo Médici. O objetivo era 12. Ela terminou em 15. Se jogasse o petróleo, ia a 28. Mandei-o tomar no rabo”.[24]

Capturado pela retórica do Milagre, o regime estava enfeitiçado pela própria fantasia. Geisel se queixava de que a Petrobras chegara a comprar petróleo iraquiano a 18 dólares e o vendera, refinado, a 3.[25] Os aviões que saíam de Buenos Aires com destino a Nova York ou à Europa vinham com os tanques quase vazios para enchê-los com um dos querosenes mais baratos do mundo.[26] O subsídio ao sucesso custava 150 milhões de dólares por mês.[27]

Como o sapo de Guimarães Rosa, a ditadura não pulava por boniteza, mas por precisão. Dois anos antes, durante um seminário realizado na universidade americana de Yale, Juan Linz, um professor espanhol que jamais pisara no Brasil e pouco conhecia das futricas de sua política, surpreendeu um plenário de especialistas reunidos para debater a ditadura e seu milagre. Falava-se em "mexicanização","portugalização","dependência", "ideologia gerencial dos militares". Linz começou refugando a noção corrente de que o Brasil vivia um regime autoritário. "Situação autoritária", propunha. Não via futuro na capacidade desmobilizadora de uma ditadura obrigada a viver de slogans passados (as desordens dos dias de João Goulart) ou a magnificar ameaças (o terrorismo). Faltava-lhe uma legitimidade que só poderia advir da emergência de um caudilho, o que a rotatividade da Presidência desestimulava, ou de uma articulação corporativa que carecia do necessário apoio de uma elite católica conservadora e influente: "Em termos práticos, um processo onde se misturam administração, manipulação, decisões arbitrárias, mistificações e mudanças frequentes de equipe só poderá ser bem-sucedido enquanto a economia for bem".[28]

O fim do "Brasil Grande" seria o fim do regime. Os Estados Unidos, o Japão e as potências europeias recalculavam suas taxas de crescimento, mas no Brasil o ministro Delfim Netto dizia que "a visão apocalíptica é um produto da ignorância histórica".[29] Faltando-lhe poucos meses para deixar o governo, Médici não pretendia reconhecer dificuldades. Preferiu usar o tempo de sua última mensagem de fim de ano orgulhando-se de chegar ao final do mandato com um crescimento de 63% do PIB (11,4% só em 1973).[30] Entregava ao seu sucessor uma economia robusta, em dez anos o regime devolvera ao Brasil o crédito internacional e investimentos estrangeiros. O Estado podia investir. Dispunha de fontes de financiamento e criara uma eficiente máquina de arrecadação tributária. Para cada cruzeiro arrecadado em 1963, arrecadavam-se nove em 1973.[31]

Mesmo sem o choque do petróleo o Milagre tinha vulnerabilidades. Apresentava os desequilíbrios típicos de sua personalidade política e das economias que crescem a taxas elevadas. Enquanto a produção de bens de consumo duráveis (geladeiras, aparelhos de televisão e outras delícias da classe média) praticamente dobrou entre 1970 e 1973, a de bens intermediários (lingotes de aço, parafusos, bens capazes de empregar novas levas de mão de obra) aumentou 45%.[32] Havia mais gente comendo o bolo do que amassando a farinha. A felicidade do consumo permitira aos comerciantes de São Paulo acarpetar o asfalto da rua Augusta na decoração do Natal de 1972. O número de passaportes expedidos, que até 1968 girara em torno de 4 mil por ano, batera os 200 mil, levando ao colapso as máquinas da casa Harrison, de Londres, e obrigando o governo a fabricá-los na Casa da Moeda.[33] No período que foi de 1967 a 1972-1973, a disponibilidade de alimentos caíra 3% enquanto a renda por habitante crescera 56%.[34] Prenunciavam-se pressões inflacionárias.

Fosse qual fosse a gravidade dos problemas, viessem eles da fronteira rural ou dos campos de petróleo do golfo Pérsico, tudo poderia ser resolvido se a desmobilização política do país preservasse a sensação de sucesso que legitimava o regime através do desempenho da economia. Desmobilizar, no caso, significava desmobilizar mesmo, abafar o debate.

* * *

No segundo semestre de 1973 o economista Paul Samuelson, do Massachusetts Institute of Technology, publicara a nona edição do clássico *Economics*, o livro-texto mais vendido no mundo sobre o assunto. Obra brilhante na sua elegante simplicidade, fora fator decisivo para que o autor se tornasse o primeiro americano a ganhar o Prêmio Nobel de Economia.

Paul Samuelson

Na página 870, oferecia uma reflexão política:

> Fascismo:
>
> É mais fácil caracterizá-lo política do que economicamente. Seja na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, na Espanha de Franco, em Portugal de Salazar, na Argentina de Perón ou nas juntas da Grécia e do Brasil, o fascismo foi habitualmente identificado por ditaduras pessoais, partido único e pela supressão das liberdades públicas. (...) O indivíduo é secundário diante do Estado. (...)
>
> Quando uma economia populista vai mal, com inflação e desemprego, surge o desejo de que os fascistas assumam o poder, "restaurando a ordem e promovendo o desenvolvimento econômico"? Arre, quase sempre a resposta é: sim.
>
> Mais entristecedor é testemunhar o sucesso econômico ocasional de tais regimes ditatoriais — coisa de curto prazo. Assim, nos anos 70 o regime militar brasileiro pode ter batido duro nos professores, nos intelectuais e na imprensa livre. Mas como as pessoas diziam no tempo de Mussolini: "Pelo menos os trens andam na hora". Quando se olha para o *Anuário estatístico da ONU*, verifica-se que nos últimos anos o Brasil foi um verdadeiro Japão na América Latina, com taxas médias anuais de 10% de crescimento do PNB.

> A história mostra que é raro os despotismos benevolentes persistirem na benevolência, e quase nunca conseguem manter-se eficientes. (...) Na vida real, o fascismo é incapaz de realizar até mesmo seu próprio projeto.[35] [*Veja o documento*]

Desde 1952 *Economics* era publicado no Brasil pela editora Agir, de propriedade de Cândido Guinle de Paula Machado, amigo de Golbery do tempo do IPÊS e do SNI. Vendera 100 mil exemplares, e havia pouco o Ministério da Educação copatrocinara a sétima edição. A Agir informou à editora americana de Samuelson que considerava as observações do professor "preconceituosas" e "ofensivas". Não havia jogo. Cortar não seria suficiente. Ou ele reescrevia o texto, ou a edição seria recusada. A Agir não a publicaria.[36] [*Veja o documento*]

Noutra trincheira, Cândido Guinle mobilizou sua academia. O ex-ministro da Fazenda Eugênio Gudin escreveu a Samuelson: "Nós temos um Congresso; os juízes são independentes e as restrições às liberdades que se deram de 1967 a 1969 são agora coisa do passado".[37] [*Veja o documento*]

Guinle levou a questão a Golbery, informando-o de que já haviam pedido ao professor Mario Henrique Simonsen, da Fundação Getulio Vargas, que reforçasse a gestão de Gudin.

Golbery contou a Geisel: "Tem um trecho horroroso contra o Brasil. (...) O perigo é o livro, a significação (...). Toda universidade tem, todo mundo estuda por aquele livro. Eles estão querendo é não fazer a edição, mas tirar o trecho também não resolve. Eles querem que o homem reconsidere".[38]

Decidiu ampliar a ofensiva, pedindo ao economista Roberto Campos, ministro do Planejamento no governo Castello Branco, mais pressão sobre Samuelson.[39] Não precisava. O Prêmio Nobel capitulara diante da ameaça da Agir, antes de receber a carta de Gudin. Não mexeria na versão original, mas deixava seus censores brasileiros à vontade: "Há 25 anos mantenho a prática de não me considerar responsável pelas traduções. Assim, quando o

livro foi traduzido em certos países esquerdistas, perguntaram-me se objetaria a omissão de trechos que seriam ofensivos aos governos. Minha resposta foi que não me cabia recusar ou policiar a supressão de páginas ou mesmo capítulos que tratavam de comparações entre sistemas econômicos".[40] [*Veja o documento*]

Samuelson propôs a supressão da referência à "Junta", reescreveu o parágrafo seguinte, e sugeriu que a nova versão fosse transferida para longe da discussão do fascismo. A edição brasileira diria:

> É preciso encarar a realidade de que os sistemas de governo a que muitos intelectuais se opõem podem conseguir um crescimento razoável, muitas vezes por curto prazo. Assim, a militância sindical e as agitações revolucionárias podem se tornar adversárias do investimento privado e da eficiência do mercado. A preocupação com uma distribuição igualitária da renda pode custar um crescimento do bolo como um todo, resultando numa perda do pedaço desse bolo para os operários e lavradores. Assim, quando se vê o *Anuário Estatístico da ONU*, verifica-se que o Brasil foi um verdadeiro Japão da América Latina, com taxas médias anuais de 10% de crescimento do PNB. Os defensores desse sistema podem argumentar que não se teria conseguido isso no ambiente de desordem das décadas anteriores.[41]

Sumira a frase premonitória: "Mais entristecedor é testemunhar o sucesso econômico ocasional de tais regimes ditatoriais — coisa de curto prazo".*

Cândido Guinle festejou a vitória num bilhete a Golbery pedindo-lhe que desse um telefonema a Gudin, "pois ele ficaria satisfeito".[42] [*Veja o documento*] Ficou tão satisfeito que, dias depois, almoçou com o general e

recomendou-lhe nomes para o Ministério da Fazenda e para a presidência do Banco Central.[43] Entre eles, o de Roberto Campos, conscrito tardio à brigada que pressionou Samuelson. Sua carta seguiu um mês após a capitulação do professor.

Campos escreveu a Samuelson: “Podem ter ocorrido casos isolados de brutalidade policial ou de tortura. Coisa deplorável e vergonhosa. Mas seria injusto confundir acidentes de brutalidade policial com uma política deliberada de repressão policial e punições físicas”.[44] [*Veja o documento*]

(Entre o início de novembro de 1973, quando começou a controvérsia com Samuelson, e o fim de dezembro, quando Campos mandou sua carta, os serviços de repressão mataram nove pessoas nas cidades. Dois exilados foram sequestrados em Buenos Aires, e um casal de militantes da ALN assassinado com quatro tiros na cabeça no aparelho do DOI paulista. No Araguaia, dois dias antes da carta de Campos a Samuelson, patrulhas do Exército surpreenderam a comissão militar da guerrilha do PC do B e mataram seu comandante e outros quatro combatentes. Inaugurara-se uma perseguição aos sobreviventes na qual a tropa não fez prisioneiros, executando até mesmo aqueles que se haviam rendido.)[45]

Campos falava também em “censura voluntária da imprensa”. Foram dezoito as proibições expedidas pela Censura durante a ofensiva sobre Samuelson.[46] Voluntária era a censura a que Roberto Campos se submetia. Colaborador d’*O Globo* e d’*O Estado de S. Paulo*, escreveu em janeiro um artigo sobre o choque do petróleo, sugerindo que se abrisse o território brasileiro à prospecção por companhias estrangeiras. Acautelara-se apresentando uma cópia a Golbery, que a engavetou. Campos insistiu, e o general encerrou a questão. O artigo não deveria ser publicado, e ele não deveria publicar coisa alguma antes da posse de Geisel.

Conservador audaz, adversário da megalomania do Milagre, do monopólio estatal do petróleo e de toda a mitologia amazônica, Roberto Campos deixara o Ministério do Planejamento em 1967 e passara por fugaz

e fracassada experiência como banqueiro. Seu cosmopolitismo valorizava-o para consumo externo, porém depreciava-o nas competições internas. Golbery justificava o silêncio obsequioso que lhe impunha: “Qualquer coisa, partindo dele, será inoportuna. Se ele propõe uma ideia boa, vai queimá-la. Se partir dele, vai ser ruim. É uma tristeza, mas é a verdade”.[47] Por conta do mau-olhado que Campos carregava, Geisel evitara cumprimentá-lo em público durante a cerimônia de traslado dos restos do marechal Castello Branco do Rio de Janeiro para um mausoléu em Fortaleza.[48]

Verdadeira sinuca. A economia internacional prenunciava dificuldades para o novo governo, e faltava espaço político tanto para a crítica liberal de Paul Samuelson como para a militância conservadora de Roberto Campos. Os exercícios de triunfalismo haviam se esgotado como recurso político capaz de dar ao regime a legitimidade pelo desempenho.

Como dizia o poeta Cacaso:

> *Ficou moderno o Brasil*
> *ficou moderno o milagre:*
> *a água já não vira vinho,*
> *vira direto vinagre*.[49]

O Milagre Brasileiro chamara-se Delfim Netto. Em quatro anos saíra dezoito vezes na capa da revista *Veja*, uma na edição latino-americana da *Newsweek* e outra, como Super-Homem, na *Institutional Investor*.[50] Era o principal personagem do governo nas primeiras páginas dos jornais. Caso raro de ministro recebido pelo presidente Richard Nixon na Casa Branca. Nos seus sete anos de mandarinato (1967-1973) o Produto Interno Bruto crescera 85% e a renda *per capita*, 62%.[51] Ao santo do Milagre, o futuro governo reservava um lugar no inferno.

O *Gordo* era antes de tudo troncudo. O tórax de cantor de ópera espetado em pernas curtas dava-lhe uma aparência obesa mesmo quando conseguia derrubar vinte dos 105 quilos que carregava em 1,60 metro de chassi. Era um carcamano do Cambuci. Seu avô, Antonio Delfini, pedreiro calabrês, desembarcara com a mulher em São Paulo aos dezenove anos, em 1888. Trazido por uma companhia de colonização que fornecia mão de obra às fazendas abandonadas pela escravaria, escondeu-se nas vielas da cidade e nela viveu uma modesta existência. O luxo da casa era um rádio Cacique amarrado a trinta metros de antena, capaz de receber as notícias das tropas de Mussolini na guerra africana. Órfão de pai aos seis anos, Delfim foi educado pela mãe, Maria. Dela jamais esqueceu as jornadas de costura para a vizinhança e a crença de que os filhos só teriam futuro se estudassem. As más notas eram cobradas com a mão forte da senhora. Começara a vida como contínuo da Gessy aos catorze anos, e subira a escriturário de uma oficina mecânica do Departamento de Estradas de Rodagem. Na infância, a maior autoridade em seu círculo de relações foi um tio policial, lotado no DOPS.[52] Na adolescência namorara o socialismo campestre de Monteiro Lobato.[53] Catedrático de Economia Brasileira da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo aos trinta anos, ministro da Fazenda aos 38, aos 44 exercia no cargo um poder sem paralelo na história nacional. Nenhum ministro concentrou, como ele, poder e sucesso.

Na manhã de 31 de março de 1964, quando as emissoras de rádio noticiavam o levante do general Mourão Filho, ele fazia num Simca o trajeto habitual de sua casa para a USP. Fazia bicos na Confederação Nacional da Indústria e na Associação Comercial de São Paulo. Ganhara algum dinheiro com pequenos estudos para o IPÊS.[54] Chegara ao ministério depois de uma curta passagem pela Secretaria da Fazenda de São Paulo. Nunca tivera dúvidas a respeito da base sobre a qual edificara seu êxito: “Quando eu entrei no ministério o serviço já estava feito. O professor Bulhões* e o Roberto Campos tinham terminado a obra de salsicharia”.[55]

Haviam recebido o Tesouro com 300 milhões de dólares em contas atrasadas e entregaram-no com 400 milhões de dólares de reservas cambiais. Abaixaram a inflação de 90% para 25% ao ano e reduziram o déficit federal de 4,2% do PIB para 1,1%.[56] O conjunto da economia, que em 1963 crescera apenas 1,6%, expandira-se 5,1% em 1966.[57]

Delfim Netto

Desconhecido, solteiro e estrábico, Delfim falava rápido demais, com o marcante sotaque dos italianos de São Paulo. A mulher do marechal Costa e Silva chamava-o *Gordinho*.[58] Parecera um ministro fugaz, daqueles que surgem sem que se saiba como e somem sem que valha a pena perguntar por quê. “Eu não conhecia ninguém, e aquela burguesia carioca não aceitava um ministro paulista. Como eu era solteiro, não tinha conversa. Tinha que ser fresco. Então eu me vestia de terno preto, camisa branca e gravata preta. Era fantasia de viúvo, para parecer o mais sério possível”, comentaria trinta anos mais tarde, de terno preto, camisa branca e gravata azul.[59]

Dormia quatro horas por noite. Abria o escritório do Ministério da Fazenda às sete da manhã e dali raramente saía antes das sete da noite. Dividia-se entre Brasília, onde estava o poder, São Paulo, onde se firmava a base política de uma nova plutocracia nacional, e o Rio de Janeiro, onde se esfarelava a burguesia do Estado Novo. Era mais acessível na pequena mesa do fundo do restaurante Le Bistrô, em Copacabana, do que no gabinete mussoliniano do seu ministério. Acumulou poder pelo desempenho e pela

pertinácia com que articulou uma rede de lealdades na administração. Controlava diretamente o Banco Central, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, geria as grandes caixas dos fundos e dos incentivos. Numa disputa pelo comando da política cafeeira, defenestrara o ministro da Indústria e Comércio e, numa controvérsia em torno do preço da carne, derrubara o da Agricultura. Operava estendendo linhas de amizade e gratidão na burocracia, no empresariado e na imprensa. Seu curso era óbvio: o governo de São Paulo em 1974, a Presidência da República em 1979.

Suas relações com Geisel eram nulas. Nunca tinham se visto.[60] Limitavam-se a cortesias e atritos burocráticos. Delfim sabia que contrariara o presidente da Petrobras em questões tributárias. Além disso, em outubro de 1972, ofendera-o defendendo a abertura do mercado brasileiro para empresas estrangeiras de prospecção de petróleo. Delfim e Geisel desentenderam-se novamente numa disputa pelos preços da borracha sintética. O ministro não permitia que eles subissem, até que o general ameaçou mandar-lhe a chave da fábrica e decidiu aumentar os preços sem ouvi-lo.[61] Nada os separava, nada os aproximava. Delfim não tinha — nem lançara — pontes em direção à Geisel. O general não sabia o que fazer com ele, e via no distanciamento uma perigosa soberba.[62] Era forte demais para ser mantido no ministério como símbolo de continuidade, e fraco para impor a própria permanência. Até 1971, Geisel admitia sem entusiasmo a hipótese de escolhê-lo para governador de São Paulo, mas reclamava de seu desembaraço e notoriedade.[63] A partir do início de 1972 Geisel começou a receber sinais de que o ministro da Fazenda trabalhava a substituição de Médici pelo chefe do Gabinete Civil, o professor João Leitão de Abreu, mesmo que para isso fosse necessário prorrogar o mandato presidencial. Numa daquelas situações que só as ditaduras produzem, durante dois anos coexistiram dois Delfins. Um parecia carro de préstito, festejado e glorioso. O outro, carreta de condenado.

Do alto da alegoria proclamava a inexorabilidade do Milagre. Diante do primeiro pulo do preço do petróleo, assegurava: “Se o progresso brasileiro se estagnasse por três anos, ainda assim pagaríamos nossa dívida externa calmamente”.[64] Tornara-se uma usina de sucessos. Previa um crescimento de 10% para 1973, e no início do ano, pela primeira e única vez no pós-guerra, o cruzeiro valorizara-se em relação ao dólar. De Milão, a Fiat informava que instalaria uma fábrica de automóveis em Minas Gerais. Hermann Abs, ex-presidente do Deutsche Bank, sugerira que a Alemanha precisava de um Delfim.[65] Milton Friedman escrevia que as taxas de crescimento “justificavam a expressão ‘Milagre Brasileiro’”.[66] Médici chegara a duvidar que Geisel o substituísse.[67]

O desmanche de Delfim teve no general João Figueiredo um precursor. Haviam sido colegas no governo de São Paulo, quando um cuidava da Fazenda e o outro da Força Pública. O chefe do Gabinete Militar ouvia-lhe o telefone. Acusava-o de manipular concorrências para beneficiar a empreiteira Camargo Corrêa. Combatia-o sobretudo pela obstinação com que se fixara na meta dos 12% de inflação para 1973.[68] Afastar-se do *Gordo* tornou-se meio eficaz de manter-se ancorado no regime. Mário Andreazza, ministro dos Transportes, parceiro de Delfim nos projetos do “Brasil Grande”, confessou a Geisel que conseguira tantos recursos porque “conheço os podres do *Gordo*”.[69] O plutocrata Augusto Trajano de Azevedo Antunes assegurava a Golbery que o ministro da Fazenda trapaceava nos negócios com carne, protegendo um frigorífico.[70] Nenhum deles atacou Delfim em público, nem enquanto esteve no governo nem depois. Também não ofereceram prova de suas acusações nem se dispuseram a documentá-las.[71]

Era Golbery quem ia fundo na sua crítica ao condestável do Milagre: “O *Gordo* é um ditador. Não tem escrúpulo em usar o poder. O *Gordo* faz misérias. Pega o sujeito, põe na rua da amargura. Ele não tem ilusão, para o bem ou para o mal, para proteger ou para massacrar. Se ele amanhã fosse

presidente da República, vamos ver o que seria (...). Para ele não ser, ele não pode ser governador de São Paulo (...) paulista e civil e ditador".[72]

No andor, Delfim e o regime orgulhavam-se de ter abaixado a inflação para 15,5%. No desmanche, o professor Eugênio Gudin, nave mãe do conservadorismo econômico, dizia a Golbery que o ministro manipulava os preços das cestas de alimentos para o cálculo do custo de vida. Quem fazia as contas era a Fundação Getulio Vargas, e quem tinha assento no seu Conselho era Gudin, não Delfim, mas isso lhe parecia secundário: "Nós não podemos resistir a certas coisas. O homem é diabólico. O homem é diabólico. Nós sabemos que ele sabe exatamente quais são os gêneros que entram na cesta. Ele chama os donos dos supermercados e diz: 'Esses gêneros os senhores vão vender pela tabela ou abaixo da tabela. Os outros, vocês vendam por fora'".[73] O ministro explicaria de outra maneira. Se o arroz estava caro no Rio (cidade cujos preços determinavam o índice) e barato em Minas, ele providenciava a transferência de estoques mineiros para o comércio carioca.[74] Nas estatísticas da Fundação, em dezembro a carne de primeira estava a 6,60 cruzeiros, mas custava 14 cruzeiros nos açougues do Rio ou 15 cruzeiros nos de São Bernardo do Campo.[75] Numa indicação da extensão do êxito da política de desmobilização da sociedade, uma comandita de hierarcas e barões da academia oficialista fraudou o índice econômico de maior relevância social do país com a naturalidade de quem atrasa um relógio. (A FGV corrigiu o embuste em 1977, transformando os 15,5% de 1973 em 20,5%.) A Agência Rio do SNI calculara o aumento do custo de vida na cidade em 32%, e seu chefe fizera saber a Golbery que confrontara Delfim com essa estatística.[76]

Orlando Geisel fora afastado numa conversa cruel porém amiga. O *Gordo* foi para a máquina de moer carne. Reclamando dos subsídios que a manutenção do Milagre cobrava à economia, Geisel fechara o caso: "Ele está frito comigo".[77] Mantê-lo na Fazenda, nem pensar. Agricultura? "Só se for para jejuar", respondia Golbery.[78] Depois de uma de suas longas

conversas com Geisel, ele recomendou a Heitor Ferreira: “Dossiê do Delfim Netto no SNI. Selecionar antes”.[79] Heitor anotou no cartapácio de *Temas para Ação*: “Ver declaração de rendimentos de Delfim Netto”.[80]

O petróleo azedara o Milagre. Seu mago virava vinagre.

1 Daniel Yergin, *The prize*, pp. 606, 625, 500, 567 e 635.

2 Eric Hobsbawm, *Era dos extremos*, pp. 221-390.

3 Laura Randall, *The political economy of Brazilian oil*, p. 13. José Serra, “Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra”, *Revista de Economia Política*, abril-junho de 1982, vol. 2/1, nº 6, p. 15. Para o crescimento do consumo, João Paulo dos Reis Velloso, *O último trem para Paris*, p. 139.

4 Lincoln Gordon, *A segunda chance do Brasil*, p. 128.

5 Ernesto Geisel, janeiro de 1995. Delfim Netto, novembro de 1988. Delfim fora advertido pelo ministro das Finanças francês, Valéry Giscard d’Estaing, de que os países árabes armavam uma alta do preço do barril de petróleo.

6 Cinco folhas intituladas *Petrobras, Ernesto Geisel — As Grandes Modificações que Introduziu na Vida da Companhia*. A alta do preço do barril viabilizou a exploração das reservas de águas profundas descobertas no litoral fluminense um ano depois. APGCS/HF.

7 *Veja*, 9 de janeiro de 1974, pp. 70-1.

8 Henry Kissinger, *Years of upheaval*, p. 854.

9 Ian Skeet, *OPEC*, pp. 16-9.

10 Idem, p. 60. Henry Kissinger, *Years of upheaval*, p. 862. Daniel Yergin, *The prize*, p. 580.

11 William Shawcross, *The shah’s last ride*, pp. 38-41. Mansur Rafizadeh, *Witness*, pp. 173 e segs.

12 William H. Forbis, *Fall of the Peacock Throne*, pp. 236-7.

13 Daniel Yergin, *The prize*, pp. 500 e 568.

14 Anatoly Dobrynin, *In confidence*, p. 283.

15 Daniel Yergin, *The prize*, p. 604.

16 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de outubro de 1973.

17 Para o petróleo, *O Globo*, 7 de outubro de 1973, capa do 1º Caderno e p. 28. Para o urânio, idem, 11 de novembro de 1973, p. 25.

18 *Gazeta Mercantil*, 13-15 de outubro de 1973, em Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 45.

19 Para Delfim Netto, *O Globo*, 17 de outubro de 1973, capa do 1º Caderno e p. 18.

20 *Resumo da Conversa Geisel & Delfim*, 18 de outubro de 1973, nota manuscrita de Heitor Ferreira. Para a menção da Petrobras ao “desestímulo ao consumo supérfluo”, seis folhas de *Nota ao Senhor*

Presidente, do almirante Floriano Faria Lima, marcadas "secreto", de 26 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

21 Narrativa do almirante Floriano Faria Lima, presidente da Petrobras, a Heitor Ferreira, de uma conversa que teve com o general João Figueiredo, em *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1973.

22 Num telefonema de Paulo Belotti, no qual soube que uma subsidiária tivera lucros enormes, Geisel lhe disse: "Você tem que escamotear isso, se não é um escândalo". Quando Geisel sugeriu que usasse o dinheiro para quitar uma dívida junto ao BNDE, Belotti respondeu: "O problema é que ao BNDE eu pago juros de 4%. Por que é que vou pagar?".

23 Bilhete de Shigeaki Ueki a Heitor Ferreira, 7 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

24 Delfim Netto, novembro de 1988. A inflação de 1973 foi calculada pela Fundação Getulio Vargas em 15,5%. Em 1977 o Banco Mundial recalculou-a em 22,5%. Logo depois a FGV corrigiu suas contas e colocou-a em 20,5%. Margaret E. Keck, *The workers' party and democratization in Brazil*, p. 63.

25 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 23 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

26 *Veja*, 19 de dezembro de 1973, pp. 131-2.

27 Idem, 23 de janeiro de 1974, pp. 72-4.

28 Juan J. Linz, "The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil", em Alfred Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil*, pp. 233 e segs.

29 *Veja*, 9 de janeiro de 1974, pp. 70-1.

30 *O Estado de S. Paulo*, 1º de janeiro de 1974, p. 9.

31 Em 1963 arrecadavam-se 1,05 bilhão de cruzeiros. Em 1973, 52,8 bilhões. Aplicando-se o IGP como deflator, resulta um aumento real de nove vezes. *Conjuntura Econômica*, vol. 30, nº 3, março de 1976.

32 José Serra, "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra", em *Revista de Economia Política*, vol. 2/1, nº 6, abril-junho de 1982, pp. 5 e segs.

33 Ovídio de Melo, janeiro de 1999.

34 José Serra, "Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra", em *Revista de Economia Política*, vol. 2/1, nº 6, abril-junho de 1982, p. 41.

35 Paul A. Samuelson, *Economics*, pp. 870-1.

36 Carta de Ernst Fromm, diretor da editora Agir, a William Orr, da McGraw Hill, 8 de novembro de 1973. APGCS/HF.

37 Carta de Eugênio Gudin a Paul Samuelson, 14 de novembro de 1973. APGCS/HF.

38 Conversa de Golbery com Geisel, 16 de novembro de 1973. APGCS/HF.

39 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de novembro de 1973.

40 Carta de Paul Samuelson a Eugênio Gudin, 26 de novembro de 1973. APGCS/HF.

41 Idem.

* Nove anos depois dessa controvérsia o Brasil foi à bancarrota. Os estudantes americanos haviam sido advertidos pela 9ª edição do *Economics*. A editora Agir, Eugênio Gudin e Roberto Campos, príncipes do conservadorismo econômico brasileiro, conseguiram, com a ajuda de um Prêmio Nobel de Economia, que os brasileiros não recebessem essa previsão de Samuelson.

42 Cartão de Cândido Guinle de Paula Machado a Golbery, 3 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

43 Conversa de Golbery com Heitor Ferreira, narrando-lhe o almoço, 19 de dezembro de 1973. APGCS/HF. Gudin ofereceu o nome de Casemiro Ribeiro para a presidência do Banco Central, além de elogiar Roberto Campos, Octávio Gouvêa de Bulhões e Mario Henrique Simonsen.

44 Carta de Roberto Campos a Paul Samuelson, 27 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

45 Para o casal de militantes da ALN, documento entregue em novembro de 1991 pelo ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, do DOI paulista, a *Veja*, 18 de novembro de 1992, pp. 20-32. A guerrilha do Araguaia está contada em *A ditadura escancarada* (Rio de Janeiro: Intrínseca, 2ª ed., 2014).

46 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, pp. 268-70.

47 Telefonema do coronel Newton Leitão a Golbery, 8 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

48 Nota manuscrita intitulada *Figueiredo e Medeiros com Golbery*, datada de 21 de julho de 1972. APGCS/HF.

49 Antonio Carlos de Brito, "Jogos florais", em *Lero-lero* (*1967-1985*), p. 157.

50 "The Brazilian Miracle", *Newsweek*, 19 de março de 1973.

51 Jeffry A. Frieden, *Debt, development, & democracy*, p. 117.

52 Luiz Apolônio, destacado investigador do DOPS, era casado com uma irmã da mãe de Delfim. Delfim Netto, dezembro de 2000, e Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 373. Apolônio era um respeitado funcionário da delegacia, autor de dois livros: *Mitos e táticas comunistas*, de 1949, e *Manual de polícia política e social*, de 1954.

53 Entrevista de Delfim Netto, em Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), *Histórias do poder*, vol. 3: *Visões do Executivo*, p. 179.

54 Delfim Netto, março de 1988.

* Octávio Gouvêa de Bulhões, ministro da Fazenda de Castello Branco.

55 Delfim Netto, novembro de 1988.

56 Rubens Penha Cysne, "A economia brasileira no período militar", em Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d'Araujo (orgs.), *21 anos de regime militar*, p. 245.

57 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil*, p. 14.

58 Informação dada por Geisel a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de julho de 1972.

59 Delfim Netto, novembro de 1998.

60 Geisel viu Delfim Netto pela primeira vez quando, já indicado para a Presidência, visitou-o em 1973. Ernesto Geisel, janeiro de 1975.

61 Para o preço da borracha, Ernesto Geisel, dezembro de 1995.

62 Ernesto Geisel, março de 1994. Para as divergências tributárias, *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de fevereiro de 1972.

63 Geisel a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de março de 1972.

64 *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1973, 1º Caderno, p. 18.

65 Conversa de Golbery com Geisel e Heitor Ferreira, 22 de novembro de 1973. APGCS/HF.

66 *Newsweek*, 21 de janeiro de 1974, citado em Milton e Rose D. Friedman, *Two lucky people*, p. 426.

67 Observação feita por Médici ao general Figueiredo e contada por ele a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de junho de 1973.

68 Para o favorecimento da Camargo Corrêa, conversa de Figueiredo com Geisel, 7 de julho de 1973, em *Diário de Heitor Ferreira* dessa data, e telefonema de Figueiredo a Golbery, 18 de fevereiro de 1974. APGCS/HF. Nele, Figueiredo conta: "Eu tive um documento que eu levei para o presidente há uns meses atrás, do Delfim, de que antes da concorrência, aquela de Água Vermelha, ele afirmava a um grupo francês que queria entrar no financiamento de que a firma construtora seria a Camargo Corrêa. Antes da concorrência. Então está aí, na cara. É Camargo Corrêa, é Bradesco. É tudo a mesma panela". Golbery pediu-lhe que juntasse todas aquelas informações "numa pastinha separada, nós precisamos ter uma pastinha".

69 Conversa de Geisel com Golbery, Heitor Ferreira e Moraes Rego, narrando o encontro que tivera com Andreazza, em *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de outubro de 1973.

70 Conversa de Golbery com Geisel, narrando-lhe um encontro com Augusto Trajano de Azevedo Antunes, cerca de 15 de novembro de 1973. APGCS/HF.

71 Todos tiveram com ele boas relações. Em 1979 Golbery foi o orador da cerimônia da ida de Delfim para o Ministério do Planejamento. Em 1982, Antunes negociou com Delfim a passagem do Projeto Jari para um grupo de empresários nacionais. Dois anos depois de sua reunião com Geisel, Andreazza encontrou-se com Delfim para articular a candidatura do general Figueiredo à Presidência da República. No governo de Figueiredo, Golbery, Andreazza e Delfim viriam a ser colegas de ministério.

72 Conversa de Golbery com Geisel, cerca de 15 de novembro de 1973. APGCS/HF.

73 Conversa de Golbery com Geisel, Heitor Ferreira e Moraes Rego, narrando seu almoço com Eugênio Gudin, 21 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

74 Antonio Delfim Netto, maio de 2003.

75 *Nota Apresentada pela FGV*, entregue por Mario Henrique Simonsen a Golbery em abril de 1974. APGCS/HF. *Tribuna Metalúrgica* de outubro-novembro de 1973, p. 8.

76 Telefonema de Adolpho Murgel, chefe da Agência Rio do SNI, a Golbery, 24 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

77 Conversa de Geisel com Golbery, 10 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

78 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira, com resposta de Golbery, sem data. APGCS/HF.

79 Bilhete de Golbery a Heitor Ferreira, sem data. APGCS/HF.

80 Maço de 24 folhas manuscritas de Heitor Ferreira, datado de dezembro de 1973. APGCS/HF.

O PODER

A equipe

Podia-se medir a importância de uma pessoa no final de 1973 pelo desembaraço com que dava palpites sobre o ministério de Geisel. Quem arriscava a continuação de Delfim Netto traía incompreensão do presente. Se arriscasse um retorno de Roberto Campos, traía desconhecimento do passado. Bem-informado, só quem sabia pronunciar Shigeaki Ueki.[1] O diretor-financeiro da Petrobras, 38 anos, filho de japoneses e até pouco tempo um anônimo executivo da fábrica de plásticos Cevekol, seria ministro. Do quê, nem Geisel imaginava. Quem tentava descobrir um nome para as Comunicações era um neófito. O general não esquecera a competência e integridade do comandante Euclides Quandt de Oliveira, genro de Goes Monteiro, o condestável do Estado Novo, diretor da Siemens, seu assistente no Gabinete Militar de Castello.[2] Quem conhecesse os nomes dos ministros do Exército ou da Justiça ainda em 1973 seria um simples chutador, pois nem ele sabia.

Os vinte ministros foram escolhidos em 67 dias. Heitor Ferreira manteve um minucioso registro desse processo.* Começou a colecionar hipóteses em maio de 1972. Bastava que um nome caísse nas rodas de conversas do Jardim Botânico e do largo da Misericórdia para que o capturasse. As listas renovavam-se, e de quando em quando o próprio Geisel as consultava. Alguns nomes batiam e ficavam, outros passavam de raspão.

Circularam 124 nomes. Podiam ser divididos em dois blocos. Num, os 41 militares que disputavam os cinco ministérios privativos da caserna.* Noutro, os 83 que rondaram as dezessete cadeiras civis. Nesse grupo estampou-se um retrato da gestação da elite do poder da época. Eram apenas dezesseis aqueles que deviam renome público a atividades privadas.[3] Os políticos eram quinze.[4] Os demais eram pessoas cujo prestígio fora adquirido em funções burocráticas, de carreira ou fortuitas. A burocracia impulsionara seis em cada dez nomes da lista.

Como todos os presidentes antes e depois dele, Geisel começou a formar seu ministério na suposição de que tinha grande liberdade de escolha e teria calma para analisar detalhadamente cada nome, sobretudo nas pastas civis, onde a indicação estava livre dos constrangimentos dos almanaques militares. Nenhum governante brasileiro dispôs de tanto tempo e liberdade quanto ele. Ainda assim, escolheu dois ministros que não conhecia. Outros dois, conhecia, mas não lhe ocorrera escolhê-los. A um, conhecia, mas queria-o em outra pasta. Houve mesmo um caso em que, pretendendo nomear um general para três ministérios, não conseguiu convidá-lo. Geisel pensou seriamente em colocar o general Euler Bentes Monteiro, a quem admirava, nos Transportes, no Interior e, mais tarde, na Previdência. Acabou não o chamando para nada.[5]

A tropa

As cadeiras militares tiveram graus variáveis de dificuldades. A permanência do brigadeiro Joelmir de Araripe Macedo na Aeronáutica foi uma barbada. Amigo de Geisel e seu colega de turma, tratava-o por “você”. Estivera praticamente escolhido para a Vice-Presidência em junho, mas se percebeu que a saída dele do ministério seria o estopim de um conflito na área. Continuaria ministro.[6] Estava no cargo desde 1971, quando Médici o

tirara do pijama. Liquidara em algumas semanas o núcleo de insubordinação que controlava a Força desde a crise do Para-Sar, em 1968. A escolha do almirante Geraldo de Azevedo Henning, um oficial imponente, recomendado pelos poucos amigos de Geisel na Marinha, foi fácil.[7]

O Milagre triplicara as despesas militares do governo, levando-as para 1,66 bilhão de dólares em 1973.[8] Entre 1968 e 1971 as despesas com pessoal militar aumentaram 63,7%, enquanto o pessoal civil sofreu uma contração de 13%.[9] Essa expansão fizera estragos no Exército, na FAB e na Marinha. Uma adquirira dezesseis jatos Mirage sem o material de terra necessário para apoiá-los.[10] A outra entrara num programa de reequipamento que custaria 1 bilhão de dólares, comprometendo-lhe o orçamento por quinze anos.[11] De sete submarinos comprados aos Estados Unidos, seis estavam enguiçados. Alguns deles iam para o ferro-velho quando foram vendidos por 150 mil dólares cada. Para reformá-los, pagaram-se 7,5 milhões de dólares. Um navio de desembarque de carros de combate chegara do Vietnã com a rampa quebrada. Havia quatro contratorpedeiros mancos. Na Armada o cruzador *Tamandaré* não funcionava, e o porta-aviões *Minas Gerais*, tendo navegado dois dias, passaria todo o ano seguinte no cais.[12] O chefe do Estado-Maior fazia saber que a situação era "catastrófica".[13]

O nó do Exército fora desatado na penosa degola de Orlando Geisel, mas faltava escolher o substituto. Os generais de quatro estrelas eram treze. Não restavam sobreviventes da anarquia de 1969, quando um sacro colégio de generais elegeu Médici para o lugar do marechal Costa e Silva; eram todos coronéis de 1964, ano da grande alavancagem de generais, quando os expurgos e a rotina produziram o dobro das vagas habituais. Cadetes da primeira metade dos anos 1930, época em que o capitão Ernesto Geisel já participara de uma revolução e combatera outras duas. Garotos, enfim. "Eu não tenho ministro do Exército", queixava-se o general.[14] Sem muito

entusiasmo, a escolha ficou entre dois: Vicente de Paulo Dale Coutinho, chefe do Estado-Maior, e Sylvio Couto Coelho da Frota, comandante do I Exército.

Geisel ponderou as duas hipóteses. Aos 64 anos, Dale Coutinho tinha a vantagem de ser mais antigo, "mais meu amigo", e conhecer melhor o Exército. Temia que fosse pedinchão e que a mulher se deslumbrasse com o poder. Suas desvantagens eram três: "toma três uísques e fica dizendo besteira", era "revolucionário novo", e havia o "físico".[15] Com menos de 1,60 metro, safenado, tinha um histórico de doenças pulmonares. O tronco mirrado dava-lhe aparência infantil. O pai dele comandara a guarnição do Rio em 1930 e fora o último baluarte da República Velha. Moderado de 31 de março, o filho tornara-se um radical de 1º de abril.

Chefiara com mão de ferro a repressão política no Nordeste. Lá, no dia 11 de março de 1972, foi assassinado no DOI do Recife o geólogo Ezequias Bezerra da Rocha, de 27 anos. Emprestara o carro a dois militantes do PCBR. Numa farsa semelhante à que o DOI do Rio de Janeiro montara, um ano antes, para encobrir a morte de Rubens Paiva, o IV Exército informou que ele ludibriara a escolta que o levava a um "ponto" e desaparecera num Volkswagen branco de placa desconhecida. Nada adiantou a mulher tê-lo visto, após uma sessão de torturas. Ele lhe disse: "Estou bem, meu amor. Tenha calma". Muito menos provar-se que não poderia ter fugido às nove e meia da noite se a documentação do IV Exército dizia que fora preso três horas e meia depois. O corpo de Ezequias, com marcas de torturas, foi achado no dia 13 de março, numa barragem, mas o IV Exército não permitiu o reconhecimento e enterrou-o como se fosse outra pessoa.[16] Coutinho obstruiu as investigações, mesmo sabendo que Ezequias morrera dentro do seu DOI.[17] O general tinha a simpatia de Orlando Geisel, seu padrinho de espada.*

Frota era filho de um suboficial, casado em família modesta, pai abnegado de um excepcional, suburbano do Grajaú. Frequentara

indisciplinas assinando o *Manifesto dos Coronéis* de 1954 e, durante o governo Castello Branco, estivera no Grupo dos Onze, nome dado ao bloco de generais que articulavam a base militar do marechal Costa e Silva.[18] [*Veja o documento*] Decidida a sucessão, o ministro Lyra Tavares entregara-lhe a chefia de seu gabinete. Orlando divertia-se dizendo que Frota era da "turma do Pedro II", referindo-se aos fatos de não ter cursado o Colégio Militar e de gostar de escrever cartas. Ernesto via nele três qualidades. "Mais soldado", "conviveria melhor" com ele e "se submeteria a uma certa ascendência minha". Os defeitos: "curriola", "físico" e "mais curto de ideias que o outro".[19] Tinham se desentendido havia pouco tempo, quando Frota, no comando do I Exército, mandou a Geisel um ofício pedindo que lhe encaminhasse cerca de vinte funcionários da Petrobras suspeitos de subversão. Ernesto tratou o assunto com o irmão, e um telefonema de Orlando colocou a Petrobras fora da jurisdição de Frota.[20] Golbery já o chamara de "irritadiço" e em 1969 dissera ao embaixador americano que ele via fantasmas na ameaça comunista.[21]

Um pouco mais alto que Dale Coutinho, Frota carregava debaixo do nariz adunco uma figura redonda que lembrava o Reizinho das revistas infantis. Sua fala fina incomodava. Não era propriamente um oficial de curriolas, mas o quarto cavalariano de um alto-comando cujos outros três Geisel estranhava.[22] Tinha grande influência na tropa do Rio de Janeiro, onde comandava desde 1969. Fora um dos articuladores da criação do CIE. Orlando Geisel achava-o "detalhista" mas reconhecia: "Será leal".[23] Golbery achava-o chato.[24] Figueiredo, que o classificara como "burro de todo" porém "milico", dissera a Geisel que, num governo sem problemas militares, o melhor seria Dale Coutinho: "Agora, se o senhor vai ter que partir para uma guerra, uma luta dentro do troço, vai para o Frota".[25]

As maneiras compostas e o temperamento retraído de Sylvio Frota no comando do I Exército tornavam-no a antítese do general Humberto Mello, o senhor da tropa de São Paulo, ferrabrás da repressão política. O

comandante do II Exército estava rompido com o cardeal Arns. Frota tinha boas relações com d. Eugênio Sales:[26] Mello podia ser visto no saguão de Congonhas de roupa esporte, com um revólver na cintura.[27] Frota, quando era visto, vestia farda ou terno. Essas diferenças de forma não se refletiram nas atividades do DOI do I Exército sob seu comando. Entre fevereiro de 1972 e março de 1974, enquanto mandou no pedaço, morreram 29 pessoas no Rio de Janeiro (em São Paulo foram 33). Duas jovens assassinadas em "tiroteios" tinham balas na cabeça, outra foi entregue à família com afundamento do crânio.[28] Destruindo o PCBR, o DOI do Rio foi o único a encenar confrontos carbonizando os cadáveres dos prisioneiros dentro de automóveis: três no Grajaú e quatro em Jacarepaguá.[29] Das 29 mortes, duas foram reconhecidas como execuções por um oficial que acompanhava o aniquilamento das organizações de esquerda. Um dos mortos foi o ex-estudante de economia Paulo César Botelho Massa, da ALN. No dia 31 de março de 1964 ele estivera no palácio Guanabara, com o pai general.[30]

Geisel pensava em reforçar a equipe nomeando um competente chefe do Estado-Maior do Exército. Sustentava que havia dez anos ele não tinha chefe competente.[31] Sua preferência ia para o general Euler Bentes Monteiro. Era quase uma empolgação. Queixava-se da má qualidade dos quatro-estrelas, mas nesse caso parecia convencido da qualidade de sua decisão: "O Euler como chefe do Estado-Maior, meu caro, ele vai arrumar aquela casa".[32]

Depois da conversa de fevereiro com Orlando Geisel, Ernesto decidiu-se por Dale Coutinho. Optara pelo radical da preferência do irmão. No fim de uma conversa de mais de três horas com o general, desistiu de Euler, dando o Estado-Maior a Frota. Optara pela cautela, evitando impor o quatro-estrelas moderno e escolhendo um dos mais antigos. Fez o contrário do que pretendera. Como ele mesmo dizia, "Exército que não faz guerra é um organismo tremendamente conservador".[33] O inesperado choque com o

irmão levara-o a uma linha de prudência: “Eu não estou na hora de agora criar maiores ondas”.[34]

O Ministério do Exército era o segundo cargo da República, mas também um osso duro de roer. O tenente de 1930 assombrara-se com o fausto do Milagre. Mantinha-se uma residência de veraneio para o ministro na serra carioca, apesar de a capital estar no planalto goiano fazia mais de dez anos. O mordomo da casa chamava-se Jacy. Cada general de exército tinha dois carros, três empregados e casa decorada. Pelo menos um tentou conservá-la depois de passar para a reserva.[35] No final de 1970, os generais de brigada que se transferiam para Brasília recebiam 130 mil cruzeiros (equivalentes a cerca de 27 mil dólares) para a compra de mobília.[36] Em 1971 incorporara-se à rotina dos “milicos” a mordomia aeronaval da taifa, através da qual cabos e sargentos prestavam serviços domésticos aos comandantes.[37] As verbas do Planalto pagavam transporte e hospedagem da turma de aspirantes de Médici para um churrasco em Brasília. As da Companhia Siderúrgica Nacional, o almoço da turma de seu presidente, no Rio. Quando sugeriram a Geisel que acompanhasse a cadeia de gentilezas, pagando o almoço da sua turma pelo caixa da Petrobras, respondeu: “Olha, a Petrobras existe para furar poço de petróleo. Não faço”.[38] Sentira na pele o desconforto do público externo quando, logo que se mudou para a casa do Jardim Botânico, recebera uma carta anônima que ponderava: “Meu caro general, não é moral este proceder, nem revolucionário”.[39] “O Exército, do ponto de vista moral, caiu muito”, observava Geisel.[40]

O coronel de 1953 assombrara-se com os absurdos profissionais. Aborrecera-se com a promoção do general sob cujas barbas a guerrilha de Carlos Lamarca escapara ao cerco do vale do Ribeira: “Quando alguém é testado e sai mal, deve ser posto para fora. Em qualquer Exército decente o homem é convidado a pedir retiro”.[41] Atribuía à “carranca do Orlando” a facilidade com que a tropa conseguia verbas e expandia seu efetivo.[42] Entre 1971 e 1973, enquanto as despesas militares cresceram cerca de 35%, as do

Exército aumentaram 45%.[43] Em 1964 havia 124 generais; em 1974, 155.[44] (Na reserva, Geisel calculava que fossem 3.500.)[45] No final de um dispendioso programa de modernização, pretendia-se organizar dezessete brigadas mecanizadas, mas faltavam engenheiros e sobravam cavalos. Em três anos entraram nos quartéis 7 mil viaturas, mas nenhum mecânico. Compraram-se ao Exército americano tanques para os quais não se fabricava mais munição, e de cada dois que chegavam, um não andava. Equipou-se a brigada de Campinas com tamanha ferragem que sua mobilização exigiria a requisição de todas as pranchas de transporte de São Paulo.[46] No fim de um relato dessas irracionalidades, o general Figueiredo concluíra: "É um deus nos acuda. É aquilo que o senhor diz, estão botando dinheiro fora".[47]

O futuro presidente acreditava que poderia dispor de uma peça de sua confiança para tratar da repressão política. Queria a permanência do general Milton Tavares de Souza na chefia do Centro de Informações do Exército.

Não conseguiu. Num apelo emocional, Dale Coutinho pediu o lugar para o amigo Confucio Danton de Paula Avelino, um general de brigada detestado por Geisel e Moraes Rego. No comando da Força Pública de São Paulo em 1971, acobertara a tortura prolongada e sistemática da neta do marechal Hasckett Hall, de quem fora ajudante de ordens, dizendo à mãe que a filha estava sendo bem tratada.* Interrogava prisioneiros convalescentes.[48] Geisel preparara o roteiro da conversa que teria com Coutinho disposto a impedir a sua escolha, mas cedeu. "O Dale era meu amigo. Ele insistiu muito, alegando que tinha uma grande ligação pessoal com ele, que fora ele quem o cuidara quando adoeceu e que tinha sido muito leal em outras comissões."[49]

O quatro estrelas Dale Coutinho entrega a espada de general ao seu amigo Confucio Danton de Paula Avelino.

Muitas foram as mudanças que Geisel pensou fazer no Exército. Não fez nenhuma. Nomeou um ministro inexpressivo, não conseguiu colocar um general moderno no Estado-Maior e aceitou Confucio no CIE. Havia mais:

o que fazer com Orlando Geisel? Puxava de uma perna, emagrecera. Embaixada, nem pensar. Como os outros ministros, deveria voltar para casa, mas seu apartamento da rua Ribeiro da Costa, no Leme, pedia pintura. Era preciso pensar na segurança dele. O general Orlando resolveu passar algum tempo na casa do comandante do I Exército, mas Ernesto sugeriu que continuasse no palácio Laguna, residência oficial do ministro no Rio de Janeiro. Treze dias depois da posse do irmão caçula, Orlando teve um pequeno acidente vascular cerebral enquanto fazia a barba, caiu no banheiro e quebrou a perna.[50] Suas dificuldades respiratórias agravaram-se. Mantinha ao seu lado um cilindro de oxigênio. Usava-o para respirar melhor mesmo durante conversas sociais. A mudança para o Leme foi esquecida. Aos 69 anos, depois de ter vivido uma existência frugal, a permanência de Orlando Geisel no Laguna tornou-o símbolo das mordomias dos hierarcas da ditadura. Só duas pessoas podiam obrigá-lo a mudar-se: o ministro Dale Coutinho e seu irmão Ernesto. Nenhum dos dois tinha a coragem necessária para provocar-lhe tamanha contrariedade.

O cofre

Depois do Exército, a economia. Mario Henrique Simonsen, verdadeiro Siegfried do imaginário do regime, tinha 38 anos. Aos 26 fora professor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e da Escola Nacional de Engenharia. Aos 28, simultaneamente aluno e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. Antes dos trinta dirigira o Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria e criara a fórmula de cálculo de reajustes salariais imposta aos trabalhadores e conhecida por “arrocho”. Era tudo isso e mais ex-aluno do colégio Santo Inácio das safras elitistas do jesuitismo pré-conciliar. Colaborador eventual do IPÊS, dirigia a escola de pós-graduação em economia da Fundação

Getulio Vargas, e sentava-se nos conselhos da Mercedes-Benz e da Souza Cruz. Dirigia também um dos sonhos do Milagre, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, Mobral. Barítono fracassado por conta de uma pneumonia, leitor voraz, polemista cáustico, unia numa personalidade tumultuada razão matemática e romantismo musical. Era sócio e nome de banco (Bozano Simonsen), mas vestia-se como um investigador. Bebia e fumava demais (Minister, "mas não trago"),[51] matava o tempo ouvindo música e jogando xadrez com sua mulher arqueóloga. Nada mais antissocial. Mesmo assim, era o quindim do empresariado e da elite econômica. Em 1969, quando um futurólogo americano previu que o Brasil não iria longe, Simonsen respondeu com um *Brasil 2001*, desmentindo-o e defendendo uma política de dirigismo estatal na educação e nos setores elétrico e siderúrgico.[52] Seria ministro da Fazenda. Restava saber quando e de quem.

Mario Henrique Simonsen

Humberto Barreto, amigo de juventude de Simonsen, já patrocinara um encontro superficial do professor com o general. Heitor Ferreira lançou-o em sua lista em fevereiro de 1972 e nunca mais o tirou.[53] Em outubro do ano seguinte Golbery reuniu-se com ele, a pedido de Geisel. Seguindo seu

velho riscado, encomendou-lhe alguns papéis com ideias para o futuro governo. Fazia isso com todo mundo, mas era disso que Simonsen gostava. Mandou oito páginas de “esclarecimentos” e os números de seus telefones. Olhando para a frente, propunha que se jogasse no mercado financeiro uma parte dos recursos do Programa de Integração Social, o PIS, tributo criado em 1970 por Delfim Netto com o objetivo de assegurar um pecúlio aos trabalhadores e o propósito de fazer caixa para o governo.[54] No mundo do Milagre, oferecia 32 salários no fim de trinta anos de serviço.[55] No mundo real, recolhia 720 milhões de dólares anuais dos cofres da Caixa Econômica, cuja chave Delfim mantinha na gaveta.[56] Olhando para trás, como candidato a ministro, Simonsen sugeria mais: “A partir de 1969 estabeleceu-se uma política de não deixar quebrar nenhuma instituição financeira, e o Banco Central passou a cobrir com os consequentes déficits. (...) Muitos dos recentes problemas de insolvência eram previstos no mercado e só chegaram às dimensões finais a que chegaram, pela lentidão da ação das autoridades. Por outro lado, a filosofia de que ‘instituição financeira não quebra’, além de custar caro ao governo, nivela o mercado por baixo”.[57]

Golbery anotou: “Caso do Banco Português e outros”. “Outros”, de saída, era o Banco Mineiro do Oeste. Juntos formavam um buraco de 2 bilhões de cruzeiros, dinheiro equivalente a cinco vezes a emissão de moeda em 1973. O Banco Português do Brasil fora salvo por Delfim, trocando de dono.[58] Também conhecido como *Bandoleiro do Oeste*, o BMO fora praticamente dado de presente ao Bradesco. Havia pelo menos três outras instituições financeiras quebradas.*

Simonsen reuniu-se por duas horas com Geisel no final de novembro, deixou boa impressão e continuou escrevendo papéis para Golbery. Dele recebia consultas e leituras. O general enviou-lhe um artigo de 22 páginas tirado do exemplar de *Authoritarian Brazil* que lhe chegara às mãos. O texto concluía advertindo que “o problema não está num excesso de

poupança para escassez de gastos, mas exatamente o contrário".[59] "Um clarão de bom senso", respondeu Simonsen.[60] Treinava para o novo papel tentando parar de fumar e de beber.

Geisel entrara na questão econômica com humildade. Lera artigos de Simonsen, uma *Introdução às contas nacionais* e o clássico *Inflação*, trabalho do economista americano Milton Friedman que prenunciava a alvorada do liberalismo econômico.[61] Nem ele nem Golbery tiveram espaço em suas agendas para receber Friedman em dezembro de 1973, quando passou pelo Brasil. O professor pedira para encontrar Geisel com uma semana de antecedência, prontificando-se a ir ao Rio no dia que ele marcasse.[62]

O general começou estudando mais os mecanismos de comando da administração do que a doutrina econômica. Suas diferenças com Delfim eram mais de forma que de conteúdo, e estava decidido a organizar seu governo de maneira que dele não brotasse outro *Gordo*.

Simonsen cumpriu seu destino. Foi escolhido para ministro da Fazenda. Sua ascensão refletia no novo governo uma aparência de restauração da dinastia fundada pelo professor Eugênio Gudin e projetada no consulado de Castello Branco pela dupla Octávio Gouvêa de Bulhões-Roberto Campos. Era engano. Geisel não queria Campos no ministério, nem por perto. O professor Bulhões fez saber a Simonsen que aceitaria a presidência do Banco Central, mas o futuro ministro derrubou-o, argumentando que não cairia bem no lugar com um "garoto" no Ministério da Fazenda.[63]

O empresariado aplaudiu a escolha, e Gudin saudou a indicação de Simonsen com uma barretada ao "diabólico" Delfim. Lembrou que, durante uma visita de Rachmaninoff a Paris, o crítico musical do *Figaro* escrevera: "Não é possível tocar piano melhor". Seis meses depois chegou à cidade Wladimir Horowitz, e o mesmo crítico informou: "Este é o maior pianista do mundo". "O comentário pode-se aplicar ao caso da nossa substituição do ministro da Fazenda, em que com o ótimo ou com o excelente o nosso

barco está em boas mãos.” Assegurava que “em tudo quanto se refere à economia do país”, o “grande conselheiro” seria Simonsen.[64] Dois erros: Geisel não queria um “grande conselheiro”, e ainda que o quisesse, uma louvação de Gudin mais atrapalhava do que ajudava. A convivência do general com o liberalismo cosmopolita era tributo à unidade da elite que apoiava a ditadura. Em outras palavras, dele: “Você pega a elite. (...) o Golbery teve a paciência de aturar durante três horas este patife do Gudin, que é um salafra, é um judeu sem-vergonha. *O Globo* abre as colunas para o Gudin escrever as sandices todo dia. E o sujeito se dá o direito de escrever as maiores besteiras, as maiores barbaridades. Todo mundo tolera porque o Gudin é a favor da Revolução... Esse sujeito já devia estar há muito tempo num asilo de velhos”.[65]

Como Geisel não podia trocar de corifeus e a plutocracia não podia trocar de general, fez-se de conta que o novo ministro da Fazenda, mesmo não sendo um novo *Gordo*, seria o comandante da política econômica. Entretanto, o Simonsen que impressionara Geisel não era o cosmopolita que Gudin aplaudia. Era o interlocutor moralista que sugeria ao general transformar em presídio o prédio da praça XV de Novembro onde funcionava a bolsa do Rio de Janeiro.[66]

Campos e Gudin viam na internacionalização da economia brasileira um imperativo da eficácia. Acreditavam que havendo concorrência estrangeira, a indústria e o comércio nacionais seriam obrigados a produzir melhor e “mais barato” para poderem sobreviver. Geisel detestava-os exatamente por isso. Via a participação do capital estrangeiro como um complemento do processo de desenvolvimento do país. As empresas estrangeiras podiam fazer o que quisessem, desde que fosse coisa que brasileiro não soubesse fazer.[67] Era um nacionalismo sincero, utilitário e dirigista. Nele se infiltrava o conceito de projeto nacional comum às formulações dos autoritarismos de direita e de esquerda da metade do século XX. Costumava repetir que nascera num país que importava manteiga, e orgulhava-se de ter participado

da sua transformação numa nação industrializada. Achava que o cosmopolitismo econômico condenava o Brasil e os brasileiros a uma posição subalterna. Mais: desde o tempo em que comia manteiga importada, nunca encontrara um defensor do liberalismo econômico que tivesse se associado a um projeto de progresso acelerado para a nação brasileira.[68]

O general não tinha economistas no seu círculo de relações, nem se guiava por nenhum pensamento econômico articulado.

Seu contato mais próximo com a espécie deu-se com Jesus Soares Pereira, o colega de Conselho Nacional do Petróleo, tanto no trabalho como nos almoços que tiveram nos anos 1950.[69] Em abril de 1964 a figura discreta de Soares Pereira entrou na lista dos cem primeiros cidadãos a terem os direitos políticos cassados pela nova ordem.[70] Do outro lado do chicote, o general Geisel procurou salvá-lo. Chegou mesmo a falar com Castello Branco, mas perdeu a parada: "Foi safadeza do pessoal de Capuava junto ao Costa e Silva, foi a vingança deles".[71] Cassado, Jesus Soares Pereira viveu no Chile até 1969. Trabalhava na Cepal e era uma espécie de tesoureiro do caixa de socorro aos asilados. Convencido de que sua cassação recebera o beneplácito do colega, e desinteressado de qualquer aproximação com o regime, comentara: "Pelo que restar de consideração entre nós dois, vou pedir a Geisel que me casse por mais dez anos".[72] (Jesus voltou ao Brasil em 1969, mas ele e o general não se reencontraram.)

O coronel do CNP saíra da casca como presidente da Petrobras. Lançara agressivamente a empresa na distribuição de derivados, tomara à Shell os cobiçados e simbólicos postos do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Em 1972 tinha 23% do mercado distribuidor, contra 11% em 1965.[73] Quando o presidente da Shell se mostrou surpreso por ter sido chamado a uma concorrência para a montagem de uma unidade de refino, já que competiam na distribuição, Geisel explicou-lhe: "É por isso mesmo que eu sou a favor da participação da Shell. Porque a Shell vem aí nos ensinar

alguma coisa, que é a tecnologia de produção na área petroquímica, coisa que nós não sabemos, não sabemos nada. Agora, encher tanque de gasolina nós já sabemos. Não precisamos da Shell para isso".[74]

Geisel levara as antigas relações da empresa com a indústria nacional de equipamentos pesados a uma inédita parceria. Estimulou a formação de uma equipe técnica, diretamente ligada a ele, por meio da qual a Petrobras perfilhava seus fornecedores brasileiros. Pagava-lhes em dia equipamentos entregues com atraso, com defeitos, ou mesmo inúteis. Prestava-lhes assessoria técnica gratuita. Como diria mais tarde, "a Petrobras, nessa ocasião, foi uma verdadeira mãe para a indústria paulista". Era uma maternidade assumida, praticada por um general convencido de que a empresa devia servir de estímulo à indústria nacional.[75]

* * *

A segunda escolha para a área econômica parecia fácil: Golbery, o curinga da equipe, era a opção para o Planejamento. No lugar, estava o economista João Paulo dos Reis Velloso. Geisel queria mantê-lo no ministério, transferindo-o para a pasta do Interior. Parecia um detalhe irrelevante. Aos 43 anos, desgracioso e desengonçado, Reis Velloso encarnava a figura do nordestino transplantado para o eixo Rio-Brasília. Filho de um funcionário do correio em Parnaíba, no Piauí, estivera entre os Águias Brancas, braço juvenil do integralismo, e fora para o Rio aos vinte anos.[76] Começara a vida na burocracia do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Tornara-se funcionário de carreira do Banco do Brasil, mas não conseguira chegar a conferente de seção. Em setembro de 1964, com um diploma da Universidade de Yale, incorporara-se à equipe de Roberto Campos. Ajudara a fundar o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, o futuro IPEA. Seu negócio eram os números. Tinha horror a telefone e a documentos assinados. Subira à secretaria-geral do Planejamento e ganhara o ministério

na formação do governo Médici. Era difícil defini-lo. O general Figueiredo chamara-o de “besta” numa conversa com Heitor Ferreira. Avaliando-o diante de Geisel, vira-o “eficiente”, ainda que “chato”.[77]

Velloso produzira um documento com uma proposta audaciosa: o Ministério do Planejamento deveria ser apenso à Presidência da República “ao nível dos Chefes do Gabinete Civil, Gabinete Militar e SNI”. Insinuara que, sem isso, o surgimento de um novo *Gordo* seria inevitável: “A dificuldade de um sistema como o atual é que, mesmo na melhor das intenções (...) os ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, na prática, podem levar a política econômica para direções que representem distorções quanto à orientação geral de governo”.[78] Geisel comprou a ideia, mas decidiu que o nicho fosse chamado de secretaria, não de ministério. Fosse qual fosse o título republicano de Velloso, a melhor definição partiu de Heitor Ferreira: “um barão do presidente”.

O barão tinha atrás de si a maior rede de economistas do país. Eram cem no IPEA e outros cinquenta no BNDE. Como ministro de Médici, tentara, sem sucesso, formular aquilo que chamava de uma “orientação geral”. Esse conceito hierárquico e disciplinador resultara num cronograma pelo qual todo governo prepararia um plano estratégico. Na teoria, cada governo planejaria seus três últimos anos e os dois primeiros da administração seguinte. Na prática, o texto do *Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo* estava na gráfica quando Velloso foi surpreendido pela decisão de Médici (tomada durante uma conversa de avião) de mandar rasgar a rodovia Transamazônica.[79] Tivera de recolher os originais do seu plano estratégico, reescrevendo-os e fazendo crer que o voluntarismo presidencial fora um ato pensado, inserido no Programa de Integração Nacional, o PIN.[80]

Geisel ofereceu a Velloso o Ministério do Interior. Para amaciá-lo, Heitor Ferreira elaborara até mesmo uma lista de argumentos que poderiam ser apresentados, inclusive chamando-o de “um dos meus desafortunados curingas”.[81] Aconteceu o impensável: Velloso recusou. Argumentou que

preferia ficar na área econômica. Polidamente: isso ou nada. Geisel deu-lhe razão e a Secretaria do Planejamento.[82]

Ofuscado por Delfim, Reis Velloso parecia destinado a ser uma sombra do brilho intelectual de Simonsen, de quem fora aluno em duas ocasiões. Nas semanas de organização do governo, levou a Geisel uma ideia e um projeto. Sugeriu a transferência dos recursos do PIS/Pasep da Caixa Econômica e do Banco do Brasil para o BNDE. Coisa de 12 bilhões de cruzeiros, uma montanha de dinheiro, considerando-se que em 1972 a União financiara 30 bilhões de cruzeiros dos 44 bilhões investidos em capital fixo. Desses 30 bilhões, cerca da metade vinha dos dois grandes fundos criados por Médici.[83] Como o BNDE era subordinado ao Planejamento, no fim da manobra a arca de investimentos sairia do Ministério da Fazenda para o palácio do Planalto. Isso significava uma deliberada migração de recursos e poder.[84] Transferia-se também o embrião de uma estratégia de ação do Estado. O projeto foi para as mãos de um general convencido de que “a nação não se desenvolve espontaneamente”, precisa de “alguém que a oriente e a impulsione”, e “esse papel cabe ao governo”.[85]

Simonsen queria jogar uma parte do dinheiro do PIS no mercado financeiro, mas Velloso tinha outras ideias.[86] Os economistas do IPEA estudavam os gargalos da economia brasileira e, se houvesse alguém interessado num projeto de desenvolvimento sob a coordenação do Estado, tinham mercadoria para oferecer. No final de 1972, quatro deles começaram uma pesquisa intitulada *Crescimento industrial no Brasil*, em que se esboçava a ideia de uma intervenção organizada do Estado na economia de forma a dinamizar a indústria pesada e os setores siderúrgico, petroquímico e de construção naval.[87] Um ano depois, um jovem economista do BNDE preparou uma projeção do futuro da produção nacional. Havia sido encomendada pelo presidente do banco, Marcos Vianna, ex-secretário-geral de Velloso no Planejamento.

* * *

José Clemente de Oliveira tinha 37 anos, morava com a mulher e um casal de filhos num apartamento alugado de Santa Teresa. Ganhava duzentos dólares por mês. Era um sobrevivente da esquerda de 1964 protegido por Vianna, que mantinha no BNDE inúmeros técnicos antipáticos ao SNI. Clemente conhecera Geisel em reuniões com técnicos da Petrobras, discutindo questões da indústria pesada e a montagem do polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Trabalhou sem saber para que serviria seu estudo.[88] O trabalho, escrito em setembro (antes da crise do petróleo, portanto), chegou a Geisel em novembro. Chamava-se *Estimativa de Crescimento Macroeconômico para o Período de 1974 a 80*.

Propunha uma maciça política de investimentos, notadamente nos setores de mineração, energia e habitação, capaz de permitir um crescimento econômico de 10% ao ano. Isso seria conseguido por meio de uma caça ao empresariado, financiando-se projetos que ainda não haviam sido levados às agências oficiais de fomento. Não se tratava mais de os empresários procurarem o BNDE, mas de o BNDE procurar os empresários. Em suas palavras: "uma programação firme de investimentos, no sentido de que já ultrapassa a fase do mero desejo de investir". Para custear o salto, seria necessário elevar brutalmente a taxa de poupança (37,5% do PIB para 1975, contra 31,9% em 1973 e 16,6% em 1969). O que faltasse viria do aumento dos financiamentos externos, triplicando-os entre 1973 (3,01% do PIB) e 1979 (9,34%).[89] Era o preço do crescimento.

Geisel viu exagero na taxa de poupança: "Não tem país no mundo que faça isso".[90] À margem desse documento, Golbery anotou: "Faraônicos. E não querem que a Dow toque o projeto com recursos próprios...".

O comentário refletia um conceito e um ódio pessoal. O general não tinha simpatia pelo fortalecimento do BNDE e detestava Marcos Vianna. Haviam se desentendido num episódio em que Golbery defendia os

interesses da Dow, cuja presidência só abandonaria nos primeiros dias de fevereiro. Numa simplificação grosseira, a Dow queria montar — com financiamento do BNDE — um polo petroquímico próprio na Bahia. Vianna negou-lhe apoio oficial e Golbery não o esqueceu. Quando a ideia da transferência dos recursos do PIS/Pasep para o BNDE começou a tomar corpo, ele disse a Geisel:

"Não fico confortável em ter lá o seu Marcos Vianna. (...) Eu acho que o presidente desse banco tem que ser um homem seu."

"Mas o problema é que ele é", respondeu Geisel.[91]

Marcos Vianna

Golbery manteve a restrição. Influenciado pela animosidade, Geisel chegou a pôr na mesa a carta do governo do Espírito Santo, estado natal de Vianna, mas uma rápida defesa, feita por Reis Velloso, encerrou o assunto. A contrariedade de Golbery foi mostrada ao presidente do BNDE meses depois, quando o encontrou numa das primeiras recepções diplomáticas do novo governo. Vianna estendeu a mão a Golbery e ele a congelou com um olhar.[92] Desde então, nunca trocaram uma palavra.

A Esplanada

Os "curingas" do presidente eleito eram três. O primeiro, Golbery, perdeu o Planejamento para Velloso, mas foi para a chefia do Gabinete Civil.

O segundo era o senador Ney Braga, 56 anos, coronel da reserva, poderoso político paranaense.[93] Convivera com Geisel em Curitiba, como governador do estado, quando inaugurava uma escola por dia. Reencontrara o general no gabinete de Castello Branco, onde ocupou o Ministério da Agricultura. Fora um dos três parlamentares premiados com o acesso ao número do telefone do Jardim Botânico, mas somava ao temperamento discreto tamanha capacidade de dissimulação que até seria capaz de negar que o conhecia. Haveria de ser o único parlamentar a quem Geisel consultaria em suas escolhas políticas. Mestre da costura silenciosa e inimigo implacável, chamava seu rival no Paraná de "canalha". Listava os defeitos dos colegas de Congresso com crueza: "louco", "debiloide", "chato", "narcisista".[94] Iria para o governo por político. Podia ser ministro da Previdência, de Minas e Energia, ou mesmo chefe do Gabinete Civil. No segundo semestre de 1973 bateu na Educação e lá ficou.[95]

O terceiro curinga era Shigeaki Ueki. Chegara à Petrobras de Geisel pelas mãos do marechal Ademar de Queiroz. Humilde, didático e grandioso, dava aulas de economia a Heitor Ferreira, de quem recebia conselhos de conduta política. Gostava de repetir que aprendera a lição com o armador chinês Yue-Kong Pao: "A fonte do sucesso é a capacidade de simplificar coisas complicadas". Tinha o dom de expor números e ideias com clareza, sem alterar a voz. Foi o grande negociador da Petrobras, tanto para cravar a última estaca nos barões de Capuava como para arrancar contratos de petróleo aos países árabes durante a crise de 1973. Arquitetara uma aproximação comercial com o Iraque e até concebera um plano para dominar o mercado internacional de açúcar.[96] Médici chamava-o de "japonesinho pão-duro".[97] Geisel chegava a brincar: "Sabe o que eu queria? Ter algum dinheiro, me associar com o Ueki e deixá-lo trabalhar".[98] Foi um curinga para os ministérios da Indústria e Comércio, da Agricultura e de Minas e Energia. Um mês antes da posse sabia que seria ministro e portanto devia ir a um alfaiate que lhe cortasse a casaca.[99] Só não sabia de quê.

Geisel informou-o de que iria para Minas e Energia num breve telefonema, sem a formalidade das audiências que envolvera todos os outros convites, salvo o de Golbery.[100]

Com Ueki fechava-se a conta dos colaboradores diretos que Geisel tinha na cabeça quando começou a montar a equipe. Em apenas dois casos tivera o nome certo para o lugar certo: Quandt para as Comunicações e Figueiredo para o SNI.

A escolha de Figueiredo tivera razões claras e práticas. Geisel queria-o no palácio e colocou-o no SNI porque, tendo chefiado o Gabinete Militar de Médici, seria barreira eficaz para impedir que se vasculhasse o governo de seu antecessor. Reforçaria essa barreira pondo no Ministério dos Transportes o general Dyrceu Araujo Nogueira, cujas quatro estrelas serviriam de respaldo para neutralizar amigos e inimigos do coronel Mário Andreazza.[101] Restavam oito cadeiras.

Três foram ocupadas por ministros que Geisel não conhecia. O médico Paulo de Almeida Machado era o candidato do coronel Moraes Rego ao Ministério da Saúde. Navegou sem contratempos, mesmo que não lembrassem direito seu nome. Heitor Ferreira, sempre tão minucioso em suas anotações, listava todos os nomes cogitados, mas na Saúde escrevia "Instituto de Medicina Tropical". Seria o nome da instituição dirigida por Almeida Machado no Pará, mas ainda assim estava errado. Esse médico de 57 anos, 29 dos quais passados dentro da máquina de saúde do governo, dirigia o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.[102] De outros dois ministros, Geisel nem sequer ouvira falar.

O agrônomo Alysson Paulinelli, secretário de Agricultura de Minas Gerais, tinha 37 anos e transformara o seu estado no maior plantador de café do país. Seu nome chegara ao largo da Misericórdia numa sugestão inocente de um general por quem Geisel não nutria maiores simpatias, mas foi o suficiente para atrair-lhe a curiosidade pelo jovem técnico que de início julgou chamar-se Parelli.[103] Leu algumas conferências dele,

encontrou-o numa visita a um projeto de irrigação e colocou-o entre os favoritos para a Agricultura.[104] Em menos de um mês o anônimo Parelli converteu-se no ministro Paulinelli.

Maurício Rangel Reis era um tímido burocrata do IPEA. Tinha 52 anos, um currículo de economia agrícola e a proteção de Ney Braga. Quando Geisel voltou da conversa surpreendente em que Velloso rejeitou o Ministério do Interior, descobriu que estava sem estepe. Estudara perto de dez nomes, cogitara seis, mas faltavam poucos dias para o anúncio da equipe e não restava sobrevivente.[105] Engasgara, mas a essa altura Ney Braga, já escolhido para ministro, movia-se nos bastidores, sobretudo junto a Golbery. Geisel viu Rangel Reis pela primeira vez na audiência em que o convidou. O SNI, que habitualmente dispunha de alguns dias para verificar o passado dos candidatos, teve uma hora para liberar o nome do novo ministro do Interior.

Geisel acreditava que o Ministério do Trabalho não lhe custaria esforço. Pretendia nomear o advogado Arnaldo Sussekind, que ocupara o cargo no governo Castello Branco. Sussekind detestava Brasília e fizera saber a Golbery que não aceitaria o convite. Nada feito. Geisel regia-se pela regra de Machado de Assis segundo a qual “ministério não se rejeita”. Convidou-o e recebeu a única recusa da rodada. Para o lugar foi o deputado gaúcho Arnaldo Prieto, amigo de Bernardo, irmão mais velho do futuro presidente.

Ao contrário do que se supõe olhando de fora e do que se pensa estando dentro, os ministérios se formam numa dinâmica que se autoinfluencia. Ueki ia para a Indústria e Comércio, mas caiu no Ministério de Minas e Energia porque pouco menos de um mês antes da posse Geisel se deu conta de que devia reforçar a base paulista do gabinete. A saída de Delfim, sua substituição por um carioca e a certeza de que disputaria o governo de São Paulo prenunciavam dificuldades que convinha prevenir. Tinha dois ministros paulistas, Dale Coutinho e Ueki, mas um era general e o outro, mesmo nascido em Bastos, japonês. Como o problema estaria na ausência

de paulistas no comando econômico, o remédio era entregar a cadeira da Indústria e Comércio. E assim, em menos de uma semana, escolheu-se o empresário Severo Gomes, ministro da Agricultura nos últimos sete meses de Castello, homem elegante e divertido, industrial têxtil e criador de búfalos. Estivera nas listas de Heitor Ferreira, ora na Agricultura, ora no Interior. Geisel vira nele "um sujeito bom".[106] Severo qualificara-se também por suas ligações com a banca paulista e com o jornal *O Estado de S. Paulo*.[107] Chamava os Mesquita pelo primeiro nome e, se isso fosse pouco, sentava-se no conselho de administração do Banco Mercantil de São Paulo, de Gastão Vidigal.

Severo Gomes

No final da tarde de quinta-feira, 21 de fevereiro, a dois dias do Carnaval, o coronel Moraes Rego convocou a imprensa e leu a composição do ministério. O primeiro nome anunciado foi o de Golbery. Seguiram-se os chamados "ministros da Casa", os da área econômica e, depois deles, em nono lugar, o da Justiça: Armando Ribeiro Falcão. O embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, novo ministro das Relações Exteriores, foi o 16º. Isso nunca acontecera antes, nem aconteceria depois. Os nomes foram listados sem respeito algum pela ordem de precedência do cerimonial. Se a tivessem respeitado, Falcão seria o primeiro e Silveira, o quarto, logo após os ministros da Marinha e do Exército.

1 Num relatório confidencial a Golbery, datado de 21 de abril de 1974, o embaixador Roberto Campos, que conhecia Ueki havia tempo, grafaria “Shigeato”. APGCS/HF.

2 Em março de 1972 Geisel se referia a Quandt como provável ministro das Comunicações. *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972.

* Os ministros eram dezesseis. Os chefes dos gabinetes Civil e Militar, do SNI e do Estado-Maior das Forças Armadas eram membros do gabinete, do ponto de vista do cerimonial.

* Eram privativos, de fato, os ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como as chefias do Gabinete Militar e do Serviço Nacional de Informações. O número elevado de nomes deveu-se ao excesso dos que foram mencionados para a chefia do Gabinete Militar.

3 Eram os seguintes: Mario Henrique Simonsen (sócio do Banco Bozano Simonsen), Luiz Fernando Cirne Lima (fazendeiro gaúcho), Flexa Ribeiro (dono do colégio Andrews, no Rio de Janeiro), Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva e José Luís Bulhões Pedreira (advogados), Lafayette Prado (empreiteiro), Severo Gomes (industrial), Marcílio Marques Moreira (diretor do Unibanco), José Carlos Figueiredo Ferraz (empreiteiro), José Mindlin (industrial), Hélio Beltrão (diretor das lojas Mesbla), Og Leme (consultor), Ângelo Calmon (dono do Banco Econômico), Marinho Nunes (diretor da Icomi), Jorge Oscar de Mello Flôres (diretor do Banco Lar Brasileiro) e Paulo Maluf (dono da Eucatex).

4 A saber: Ney Braga, Aureliano Chaves, Marco Maciel, Petrônio Portella, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Falcão, Célio Borja, Alacid Nunes, Nina Ribeiro, Antonio Carlos Magalhães, Luiz Viana Filho, Arnaldo Prieto, Paulino Cícero, Accioly Filho e Bilac Pinto.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972, 26 de junho e 28 de julho de 1973, 9 e 23 de janeiro de 1974.

6 A primeira referência de Geisel à permanência de Araripe está no *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de junho de 1973. Para a malograda ascensão à Vice-Presidência, idem, 11, 12, 13, 20 e 24 de junho de 1973.

7 A primeira referência ao almirante Henning está na lista preparada por Heitor Ferreira em janeiro de 1973.

8 Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, p. 176, citando *The Military Balance*, do International Institute for Strategic Studies (1963-1980/81), *Armed Forces of the World: A Reference Handbook* (1966, 1973) e o *Almanac of World Military Power* (1969, 1971, 1972, 1973).

9 Luciano Martins, *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64*, p. 246.

10 Para a compra dos aviões, *The New York Times*, 7 de junho de 1970. Para a falta de equipamento, conversa do marechal Cordeiro de Farias com o ministro Joelmir de Araripe, narrada por Cordeiro a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de janeiro de 1972.

11 Duas folhas manuscritas do general Antonio Carlos Muricy a Geisel, sem data. Para o custo, *Estado Atual dos Meios Flutuantes*, 23 páginas, 12 de janeiro de 1974. APGCS/HF. Para uma visão

oficial do programa de reequipamento naval, *A Marinha no Governo Médici*, conferência do ministro Adalberto de Barros Nunes na Escola de Guerra Naval, 26 de outubro de 1973. APGCS/HF.

12 *Estado Atual dos Meios Flutuantes*. APGCS/HF.

13 Conversa de Geisel com Golbery, 1º de fevereiro de 1974, para os quatro almirantes. Nota de Euclides Quandt de Oliveira a Golbery, narrando um encontro com o almirante José de Carvalho Jordão, chefe do Estado-Maior da Armada, de 5 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

14 Conversa de Geisel com Golbery, Heitor Ferreira e Moraes Rego, 22 de novembro de 1974. APGCS/HF.

15 Para os uísques, conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 22 de novembro de 1973. Para "revolucionário novo" e o "físico", treze folhas de bloco, manuscritas por Heitor Ferreira, intituladas *Resumo da Conversa com Figueiredo*, datadas de 18 de janeiro de 1974, e conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 9 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

16 Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (orgs.), *Desaparecidos políticos*, pp. 101-4, para a história de Ezequias. Ver também *Pedido de Busca 96B-E/2*, do IV Exército, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 117. Ezequias Bezerra da Rocha foi julgado pela 7ª Circunscrição Judiciária Militar e absolvido. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, pp. 290-2. Ver ainda Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 586-7.

17 Conversa de Dale Coutinho com Geisel, 16 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

* Padrinho é o oficial que entrega ao coronel, em cerimônia pública, a espada de general.

18 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 81. Mesmo tendo esse nome, esse grupo tinha uma composição variável. Frota listou os seguintes generais, além dele: Syzeno Sarmento, Clóvis Bandeira Brasil, Lauro Alves Pinto, Affonso de Albuquerque Lima, Henrique Assunção Cardoso, José Campos de Aragão, Ramiro Tavares Gonçalves, João Dutra de Castilho, Jayme Portella e José Cupertino Bretas.

19 Treze folhas de bloco, manuscritas por Heitor Ferreira, intituladas *Resumo da Conversa com Figueiredo*, datadas de 18 de janeiro de 1974. Para as "ideias" de Frota, conversa de Geisel com Heitor Ferreira e Moraes Rego, 9 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

20 Para o caso dos funcionários da Petrobras, Ernesto Geisel, fevereiro de 1995. Ver também Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 241.

21 Telegrama do embaixador John Tuthill ao Departamento de Estado, 3 de janeiro de 1969, p. A11, narrando um encontro com Golbery, em *O Estado de S. Paulo* de 13 de dezembro de 1998.

22 Eram os generais Ramiro Tavares Gonçalves, Oscar Luiz da Silva e Antonio Jorge Corrêa.

23 Conversa de Geisel com Figueiredo, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

24 Conversa de Golbery com Geisel e Heitor Ferreira, 18 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

25 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, intitulada *Notas de Conversa com Figueiredo*, datada de 12 de setembro de 1972. (Geisel encontrou-se com Figueiredo no dia 5.) Relato de Geisel a Golbery, em 14 de fevereiro de 1974, de uma conversa que tivera com Figueiredo no dia 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

26 O cardeal Sales disse ao autor em junho de 1987 que "o Frota foi um dos que mais me ajudou".

27 Ernesto Geisel, 10 de dezembro de 1973, em conversa com Heitor Ferreira. APGCS/HF.

28 Morreram com tiros na cabeça Lígia Maria Salgado Nóbrega e Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, ambas da VAR-Palmares. Autópsias em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, pp. 223 e 276. Aurora Maria Nascimento Furtado, presa depois de balear um detetive em Parada de Lucas, foi entregue à família num caixão lacrado. A autópsia (idem, p. 55) registra "dilaceração cerebral".

29 Os carbonizados do Grajaú, em 29 de dezembro de 1972, foram Fernando Fonseca, Lourdes Maria Pontes e Getúlio de Oliveira Cabral, este com um tiro na cabeça. *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 147. Os de Jacarepaguá foram Ranúsia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Vitorino Alves Moitinho e Ramires Maranhão do Vale. Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, pp. 226-7. Segundo a *Informação nº 2.805/73* do I Exército, de 1º de novembro de 1973, Ranúsia foi presa pelo DOI no dia 27 de outubro. Em *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1994. As fotografias do cadáver, feitas pela perícia, mostram que Ranúsia foi morta a tiros. *Relatório da Comissão Externa Destinada a Atuar junto aos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos após 1964, na Localização de seus Restos Mortais*, publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 23 de março de 1995, seção I, p. 4171.

30 Para o reconhecimento das execuções, Henrique Lago e Ana Lagoa, "A repressão à guerrilha urbana no Brasil", *Folha de S.Paulo*, 28 de janeiro de 1979. Para Paulo Massa e seu pai, Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (orgs.), *Desaparecidos políticos*, p. 200.

31 Conversa de Geisel com Golbery, Heitor Ferreira e Moraes Rego, 22 de novembro de 1973. APGCS/HF.

32 Idem, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

33 Nota de Heitor Ferreira, 1º de outubro de 1973. APGCS/HF.

34 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 12 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

35 Para os carros, nota manuscrita de Heitor Ferreira intitulada *Conversa Geisel-Reynaldo Mello de Almeida*, 17 de dezembro de 1973. APGCS/HF. Para o caso do general que tentou manter a casa, *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de agosto de 1973, narrando uma visita do general Reynaldo a Geisel. Para o decorador, conversa de Geisel com Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de dezembro de 1971.

36 Carta do major Athos Marques de Amorim a Heitor Ferreira, 9 de agosto de 1975. APGCS/HF.

37 *História do Alto-Comando do Exército*, reunião do Alto-Comando de 21 de julho de 1971. APGCS/HF.

38 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de janeiro de 1972.

39 Carta anônima endereçada a Geisel em 28 de junho de 1973. APGCS/HF.

40 Duas folhas manuscritas de Heitor Ferreira, intituladas *Conversa Geisel-Reynaldo Mello de Almeida*, 17 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

41 *Diário de Heitor Ferreira*, 12 de setembro de 1972. Geisel referia-se ao general Paulo Carneiro Thomaz Alves.

42 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de dezembro de 1972.

43 Alfred Stepan, *Os militares*, p. 87. Stepan usa números do *Anuário estatístico do Brasil — 1971* e da Seplan, convertendo-os em dólares correntes de 1978. Em 1971 foram gastos 1 milhão e 862 mil dólares; e em 1973, 2 milhões e 51 mil dólares. Para as despesas do Exército, *Estatísticas históricas do Brasil*, p. 623. São os seguintes os gastos do Exército de 1970 a 1973, em milhões de cruzeiros: 1970: 2.598.515; 1971: 3.195.319; 1972: 3.901.144; e 1973: 5.183.870. De uma conversão pelo câmbio da época resultou: 1970: 577 milhões de dólares; 1971: 560 milhões; 1972: 630 milhões; e 1973: 836 milhões.

44 *Almanaque do pessoal militar do Exército*, de 1964 e de 1975.

45 Observação de Geisel, em *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de maio de 1975.

46 Para o reequipamento, narrativa de Dale Coutinho a Geisel, 16 de fevereiro de 1974. Para o caso dos tanques, narrativa de Figueiredo a Geisel, contando-lhe o que ouvira de Dale Coutinho, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

47 Conversa de Figueiredo com Geisel, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

* Trata-se do caso da jornalista Norma Freire, presa na *Operação Bandeirante*.

48 Em novembro de 1969 interrogou Diógenes de Arruda Câmara dois dias depois de ele ter sofrido uma crise cardíaca na Oban. *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 724.

49 Uma folha com anotação de Heitor Ferreira, de fevereiro de 1974, anterior à conversa de Geisel com Dale Coutinho: *CIE — Confucio não*. APGCS/HF. Ernesto Geisel, 12 de julho de 1988.

50 *O Estado de S. Paulo*, 30 de março de 1974, p. 15. Para o distúrbio vascular enquanto fazia a barba, Ernesto Geisel, 24 de abril de 1995.

51 Conversa de Mario Henrique Simonsen com Golbery e Heitor Ferreira, 5 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

52 Mario Henrique Simonsen, *Brasil 2001*, p. 184. Simonsen respondia a *O ano 2000*, de Hermann Khan.

53 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de fevereiro de 1972.

54 Carta de Mario Henrique Simonsen a Golbery, 31 de outubro de 1973, com o anexo *Problemas do Mercado de Crédito a Longo Prazo*. APGCS/HF.

55 *Veja*, 26 de agosto de 1970, pp. 28-33.

56 *Estrutura de Governo*, *Notadamente quanto à Área Econômica*, oito folhas do Ministério do Planejamento, sem data nem assinatura, de 1973, refere-se a 4,7 bilhões de cruzeiros do PIS na Caixa e 7,4 bilhões de cruzeiros do Pasep no Banco do Brasil. APGCS/HF.

57 *Liquidações Bancárias*, anexo à carta de Mario Henrique Simonsen a Golbery, 31 de outubro de 1973. APGCS/HF.

58 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de janeiro de 1973, e *Informe* enviado a Heitor pelo general Barros Nunes. APGCS/HF.

* Os grupos Aurea e Audi, de São Paulo, e o Halles, do Rio de Janeiro.

59 Samuel A. Morley e Gordon W. Smith, “The effect of changes in distribution of income on labor, foreign investment, and growth in Brazil”, em Alfred Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil*, pp. 119-41.

60 Carta de Mario Henrique Simonsen a Golbery, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

61 *Diário de Heitor Ferreira*, 23 de agosto de 1972.

62 Bilhete de João Carlos Palhares a Golbery, 10 de dezembro de 1973. Friedman podia se encontrar com Geisel qualquer dia, entre 17 e 21 de dezembro. Geisel teve agenda praticamente livre ou tomada por compromissos secundários nos dias 17, 18 e 21.

63 Para o desinteresse de Geisel por Campos, conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 18 de dezembro de 1973. Para Golbery e para o caso de Bulhões, conversa de Mario Henrique Simonsen com Golbery, 5 de fevereiro de 1974. APGCS/HF. Um ano depois, Paulo Egydio Martins quis nomear o banqueiro Olavo Setubal para a Secretaria da Fazenda de São Paulo. Simonsen ponderou que ele seria visto como seu eventual substituto, e Setubal foi nomeado prefeito da capital. *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de janeiro de 1975.

64 *O Globo*, 8 de fevereiro de 1974, 1º Caderno, p. 3, citado em Eugênio Gudin, *Reflexões e comentários*, p. 162. Gudin era parente afim de Simonsen. Sua mulher era irmã gêmea da avó paterna de Mario Henrique. Depoimento de Carlos Ivan Simonsen Leal, em Dora Rocha, Verena Alberti e Carlos Eduardo Sarmento (orgs.), *Mario Henrique Simonsen*, p. 22.

65 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira e Moraes Rego, 20 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

66 Conversa de Geisel com Mario Henrique Simonsen, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

67 Ernesto Geisel, janeiro de 1995.

68 Um exemplo desse raciocínio: “Se o Victor Civita [criador da editora Abril] dissesse ao Roberto Campos que pretendia publicar uma revista como a *Veja*, ele tentaria dissuadi-lo, dizendo-lhe que era muito mais fácil traduzir a revista *Time*”. Ernesto Geisel, 1988.

69 Ernesto Geisel, abril de 1995.

70 Três folhas mimeografadas com a transcrição do *Ato do Comando Supremo da Revolução*, de 10 de abril de 1964. Nesse documento os nomes estão listados de forma desordenada, mas percebem-se nele alguns segmentos em que os cassados foram agrupados por atividade. Assim, do número 11 ao 15 encontram-se dirigentes sindicais. Jesus Soares Pereira foi o 24º, ficando entre Francisco Mangabeira, ex-presidente da Petrobras, Hugo Régis dos Reis e Jairo José Farias, ambos diretores da empresa. Soares Pereira não tinha ligação direta com a Petrobras. Era diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional. Foi colocado na lista por ter contrariado algum interesse no Conselho Nacional de Petróleo.

71 Ernesto Geisel, janeiro e abril de 1995. No dia 10 de abril, quando saiu a primeira lista de cassações, Castello ainda não fora empossado. Geisel era um general influente, mas sem função. Só iria para a chefia do Gabinete Militar cinco dias depois. Doente e perseguido, Jesus Soares Pereira morreu em Petrópolis, em dezembro de 1974. Deixou pouco mais que uma biblioteca, comprada à viúva por amigos e doada à Fundação Getulio Vargas. Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 4, p. 4554.

72 Adão Pereira Nunes, *Do Planalto à Cordilheira*, pp. 155-6.

73 Edelmira del Carmen Alveal Contreras, *Os desbravadores*, p. 90, nota.

74 Ernesto Geisel, janeiro e fevereiro de 1995. Ver também *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de janeiro de 1972.

75 Ernesto Geisel, janeiro e março de 1995.

76 Para a relação de Reis Velloso com o integralismo, citação de Plínio Salgado em entrevista a *Veja* de 13 de maio de 1970, pp. 20-3.

77 *Anotações da Conversa com Figueiredo*, em *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de junho de 1973. Para "chato", anotação manuscrita de Geisel num bilhete remetido por Heitor Ferreira em 28 de setembro de 1973. APGCS/HF.

78 *Estrutura de Governo, Notadamente quanto à Área Econômica*, oito folhas do Ministério do Planejamento, sem data nem assinatura, de 1973. APGCS/HF. Heitor Ferreira refere-se a um documento, entregue a Geisel por Velloso, na entrada do dia 10 de novembro de 1973 de seu *Diário*.

79 Depoimento de Delfim Netto, em Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr. e Nelma Salomão (orgs.), *Histórias do poder*, vol. 3: *Visões do Executivo*, p. 192.

80 Marcos Vianna, novembro de 1997.

81 Duas folhas manuscritas, de Heitor Ferreira, datadas de 12 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

82 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 12 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

83 *Estrutura de Governo, Notadamente quanto à Área Econômica*, oito folhas do Ministério do Planejamento, sem data nem assinatura, de 1973. APGCS/HF. Os números referem-se a 1972. O BNDE-Finame havia financiado 7,7 bilhões de cruzeiros. Ficaram no caixa do Planalto cerca de 20 bilhões, equivalentes a 3 bilhões de dólares. Significavam o controle direto sobre dois terços de todos os financiamentos federais.

84 Conversa de Geisel com Golbery, 3 de janeiro de 1974. APGCS/HF. Golbery diz que a ida desses recursos para a gestão do ministro da Fazenda foi um "repassão de poder". Geisel sustenta que o dinheiro não deve ir para o Banco do Brasil nem para a Caixa, mas para o BNDE. E que o futuro ministro da Fazenda deve ser avisado, "para não vir depois criar caso".

85 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 287.

86 *Problemas do Mercado de Crédito a Longo Prazo*, documento de três páginas enviado no dia 31 de outubro de 1973 por Mario Henrique Simonsen a Golbery, que o anotou. APGCS/HF.

87 Wilson Suzigan, Regis Bonelli, Maria Helena T. T. Horta e Celsius Antônio Lodder, *Crescimento industrial no Brasil*.

88 José Clemente de Oliveira, novembro de 1997.

89 *Estimativa do Comportamento Macroeconômico: 1974-1980 (Confidencial)*, documento encaminhado por Paulo Belotti a Heitor Ferreira em 13 de novembro de 1973, anotado por Golbery e visado por Geisel. APGCS/HF.

90 Conversa de Geisel, Golbery e Heitor Ferreira, 20 de novembro de 1973. APGCS/HF.

91 Conversa de Geisel com Golbery, 23 de janeiro de 1974. APGCS/HF. Para a opinião sobre Marcos Vianna, a quem Geisel chegou a pensar em nomear ministro da Fazenda ou do Planejamento, ver *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de fevereiro e 26 de março de 1972.

92 Marcos Vianna, novembro de 1997.

93 Ney Braga chegou a coronel pelos mecanismos de promoções cumulativas das Forças Armadas. Terminou a carreira militar em 1952, como major, aos 35 anos, quando se tornou chefe de polícia do governo do cunhado, Bento Munhoz da Rocha.

94 Tratava-se de Paulo Pimentel, que começara a carreira sob sua asa. Uma folha manuscrita de Heitor Ferreira, intitulada *Detalhes da Conversa com Ney*, de 27 de setembro de 1973. APGCS/HF. Para os adjetivos, pela ordem: Dirceu Cardoso, Nina Ribeiro, Murilo Badaró e Clovis Stenzel. Idem.

95 *Um Exercício Direto sobre a Composição do Governo Geisel*, três folhas manuscritas de Heitor Ferreira, de 28 de julho de 1973. APGCS/HF.

96 Para a relação com o Iraque, Ernesto Geisel, abril de 1995. Para o controle do mercado de açúcar, conversa de Shigeaki Ueki com Golbery e Heitor Ferreira, 7 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

97 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de junho de 1972.

98 Idem, 14 de setembro de 1972.

99 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, informando-o: "Tomei a liberdade de dizer ao *Honorável* que sim, fizesse a casaca. Foi a São Paulo e já tirou as medidas". APGCS/HF. *Honorável* era o apelido de Ueki no grupo.

100 Telefonema de Geisel a Shigeaki Ueki, 20 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

101 Ernesto Geisel, abril de 1995.

102 *Novo Exercício sobre a Composição do Governo Geisel*, nota manuscrita de Heitor Ferreira, datada de 10 de outubro de 1973. APGCS/HF.

103 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de janeiro de 1974. A sugestão foi do general Carlos de Meira Mattos. Para "Parelli", conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 3 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

104 Ernesto Geisel, 12 de março de 1995, e *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de janeiro de 1974.

105 Os seis cogitados foram: Reis Velloso, Alacid Nunes, Severo Gomes, Dyrceu Araujo Nogueira, Euler Bentes Monteiro e Moura Cavalcante.

106 Conversa de Geisel com Golbery, 18 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

107 Nota manuscrita de Geisel a Heitor Ferreira, 19 de fevereiro de 1974. Nela Geisel escreveu "falando com Paulo Egydio sobre Severo Gomes", e Heitor acrescentou: "Qual a posição em relação aos vários grupos de São Paulo. Com *Estadão*?". Conversa de Geisel com Paulo Egydio Martins, 19 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

Jogo de fichas

A desordem da lista passou despercebida. Poderia ter parecido uma banalidade, mas havia método na barafunda. Trancado com Golbery, Heitor e Moraes Rego, Geisel consumira boa meia hora embaralhando a relação de nomes e cargos, com o propósito de evitar que seu ministério saísse com Falcão na cabeça e dois ministros militares sanduichados entre ele e Azeredo da Silveira.[1] Logo os dois indigestos. Algumas escolhas causaram desconforto à equipe de Médici, mas a Censura se encarregara de impedir que o ressentimento aflorasse. Proibira "opiniões de ministros de Estado e outras autoridades do atual governo sobre pessoas indicadas para integrar o ministério do presidente Geisel".[2] [*Veja o documento*]

A indigestão provinha da biografia de cada um. Armando Falcão, um produto típico da associação da política nordestina (no seu caso, a cearense) com a máquina previdenciária do Rio de Janeiro, fora ministro da Justiça de Juscelino Kubitschek. Silveira, o *Silveirinha*, tinha a hostilidade da direita do Itamaraty e cinco anos antes vetara-se sua indicação para a secretaria-geral do ministério. Encurralado pelas pressões dos inimigos, acabara embaixador em Buenos Aires. Os dois davam ao ministério um toque de surpresa. Quando o nome de Falcão começou a circular, chegou-se a pensar que fosse brincadeira. Eram controvertidos, porém tenazes. Isso os diferenciava de todos os colegas. Não haviam sido ministros de governos da ditadura, como Ney Braga e Severo Gomes, nem eram politicamente irrelevantes como Rangel Reis e Almeida Machado. Sem eles, Geisel teria

produzido um ministério óbvio, quase trivial. Com eles, prenunciava novidades e até audácia.

* * *

Castello Branco escolhera um ministério de notáveis, selecionado na elite combativa da divisão ideológica de 1964. Dez anos depois, o melhor do velho conservadorismo parlamentar distanciara-se do regime. Adaucto Lúcio Cardoso deixara o Supremo Tribunal e advogava contra a censura do semanário *Opinião*. Aliomar Baleeiro criticava o AI-5. Mesmo os heróis do passado comportavam-se de forma diversa. O marechal Juarez Távora, ídolo do tenente de 1930, chefe do coronel de 1954 e colega de palácio de 1964, defendia publicamente a normalidade democrática.[3] O brigadeiro Eduardo Gomes, sempre bonito e solteiro, dizia aos cadetes da FAB que "só a liberdade cria valores estáveis".[4] Cordeiro de Farias sugeria a Geisel que lançasse no discurso à Arena um apelo de união nacional.[5] Muricy denunciava a existência de uma "mentalidade policialesca que vem se firmando dentro dos órgãos de segurança das Forças Armadas".[6] Até o general Albuquerque Lima falava em "restauração da Liberdade e do Direito", e atacava:[7] "O Brasil atual vive sob o signo do SNI, malconduzido e pessimamente compreendido como órgão de informações, à semelhança do que ocorreu com a Gestapo de Hitler, que prende e persegue os que não estão na sua graça".[8]

O estreitamento da ditadura estimulara a ascensão de burocratas conhecidos e parlamentares de segunda linha. Magalhães Pinto, o único grande político do gabinete de Costa e Silva, fora encostado no Itamaraty. No ministério de Médici só o coronel Costa Cavalcanti tivera experiência parlamentar, e ainda assim se mantivera no cargo por militar, não por ex-deputado. Criara-se uma rede de restrições que estigmatizava a atividade política. Dela resultava um processo de recrutamento da hierarquia pelo

qual quem já tivesse sido poderia voltar a sê-lo (Ney Braga e Severo Gomes). Fora daí, era sempre mais seguro recorrer ao plantel de técnicos ignotos (Ueki e Paulinelli). Espremidos entre esses dois blocos, como numa modalidade de danados do inferno, ficavam pessoas que por uma razão ou por outra haviam sido marcadas pela controvérsia. Falcão e Silveira levaram Geisel ao primeiro choque com a Comunidade de Informações.

Armando Falcão era ao mesmo tempo o político profissional que o regime pretendera aposentar e o político profissional reciclado, exemplo de uma nova ordem. Aí estava seu indigesto paradoxo. Cearense de Quixeramobim, começara a vida no Rio de Janeiro com um terno de caroá, um primo ministro e um emprego na Previdência. Estivera em todas. Esquerdista em 1935, germanófilo em 1939, petebista em 1950, lacerdista em 1954, antilacerdista em 1956 e ministro de Kubitschek em 1959.[9] Sua sinuosidade tinha duas características: a opção pela direita e a preferência pela ferocidade. Dotado de uma grande capacidade de expressão verbal, e até mesmo de algum estilo na escrita, era um *charmeur* na corte e um carrasco no calabouço. Saíra do governo Kubitschek com um rendoso, vitalício e hereditário cartório de registro de imóveis da Zona Sul do Rio de Janeiro. Conhecia meio mundo e conseguia se tornar amigo de infância de quem quer que fosse. Bem-relacionado na imprensa, era informado por empenho e mexeriqueiro por temperamento.[10]

Havia nele o alvoroço da vivandeira.[11] Falcão exibia na biblioteca de seu apartamento as placas de madeira e metal com que os comandantes de quartéis presenteiam visitantes ilustres. Sua reaparição política fora resultado da tenacidade. Soubera fazer-se lembrar. Mandava cartão de Natal a Geisel em 1967, quando o futuro político do general não valia o selo, e estivera com ele em outubro de 1973. Visitava Golbery com frequência, e vinham discutindo formas de melhorar o relacionamento com a Igreja e com a imprensa. Em campanha, intermediava contatos e cortejava jornalistas.

Até a primeira metade de novembro, o favorito para o Ministério da Justiça fora o senador Antônio Carlos Konder Reis, um político reservado, cauteloso e aplicado, produto da oligarquia catarinense. Impressionara Golbery com seu projeto de reforma constitucional capaz de revogar o AI-5. (Geisel viria a receber uma informação do SNI segundo a qual Konder Reis era um dos seis senadores que, em 1968, haviam assinado um telegrama a Costa e Silva condenando o AI-5 e, doze dias depois, outro a favor. A informação era falsa.)[12] Na segunda metade de novembro, Falcão almoçou com Golbery. A essa altura, o general tratava como uma brincadeira a ideia de colocá-lo no ministério.[13] Após alguns dias, o general João Baptista Figueiredo e Heitor Ferreira tiveram um de seus demorados encontros no apartamento do general, no Rio. Como de hábito, Heitor anotava os principais tópicos numa folha de bloco. A certa altura, Figueiredo disse: "O ministro da Justiça tem que ser o Falcão". Heitor inibiu-se e escreveu: "um Falcão".[14] (Nessa época a palavra *falcão* designava também os políticos e militares americanos que pretendiam ampliar a Guerra do Vietnã. Era sinônimo de dureza.)

Ao se despedirem, Heitor repassou para Figueiredo os tópicos que anotara. Figueiredo emendou: "Bem, quer dizer, um camarada do tipo".[15]

"Eu quase caí da cadeira", disse Heitor a Golbery quando lhe narrou a conversa. O general aceitou imediatamente a ideia. Elogiou Konder Reis, mas ressalvou: "Não é um homem experimentado em certas coisas. Não é provado. O outro é. O outro nós não temos dúvida. Era um sujeito que ia funcionar mesmo".[16] Geisel o conhecia desde que, juntos, operaram o combate a um surto de greves ocorrido no final do governo Kubitschek.[17] A lembrança soprou o fogo: "O Armando Falcão é suficientemente inteligente. E é combativo e esperto para fazer o que a gente quer. Todo mundo vai se arrepiar".[18]

Em janeiro, diante do convite, Falcão confirmou a expectativa: "Presidente, sei muito bem que ministro não tem programa. O programa é

do presidente. Como dizia Rodrigues Alves, o ministro faz tudo o que quer, menos o que o presidente não quer".[19] (Tiro certo: naqueles dias, Geisel lera uma biografia de Rodrigues Alves e se encantara com essa frase.)

A escolha de Falcão ofendera a memória dos "fritadores de bolinhos" dos anos 1950. Aquilo que outrora parecera oportunismo ao coronel Golbery, continuava a ser oportunismo para pessoas próximas a Geisel, como o coronel Moraes Rego.[20] Era um bom nome pelo que fizera como ministro de JK, e, exatamente pelo que fizera como ministro de JK, era indigesto para os antigos adversários. A ficha de Falcão no SNI registrava o papel dele na conspiração de 1964 e listava algumas restrições. Uma delas relacionava-se com um caso de falência. Não se conhece o seu texto, apenas uma curta observação de Heitor Ferreira a Geisel depois de terem-na lido: "Não é tão ruim".[21]

O general decidiu bancar a escolha.

O embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, o *Silveirinha*, tivera um cabo eleitoral discreto e eficiente. Desde março de 1972, quando Geisel não tinha ideia de quem seria seu chanceler, o chefe de gabinete do ministro do Exterior, Dário Castro Alves, mandava a Heitor Ferreira uma seleta de telegramas enviados pelos embaixadores ao Itamaraty.[22] Desses envelopes, chamados "papéis do Rei", e dos contatos quase semanais entre os dois amigos, resultou que, enquanto esteve na Petrobras, Geisel teve naquela janela o único posto de observação privilegiada do que acontecia na área civil do governo Médici. Foi das poucas pessoas a saber com antecedência que o presidente Nixon receberia o ministro Delfim Netto na Casa Branca, ou mesmo a confirmação de que o apoio brasileiro ao colonialismo português na África aumentava o risco de uma suspensão do fornecimento de petróleo pelos países árabes.[23] Quando o processo de escolha entrou na reta final, Dário abriu-se com Heitor: "Minha torcida é por Silveira, pois sou a pessoa de maior confiança dele na minha categoria. Claro, se ele vier, o controle do Itamaraty por vocês e ele, e com a minha

colaboração direta, seria total".[24] No início de dezembro, Geisel conversara por quase duas horas com o embaixador. Silveira tivera um desempenho brilhante, mostrando conhecimentos técnicos e segurança doutrinária na complexa questão da encrenca criada pelo governo argentino, que se opunha à construção da hidrelétrica de Itaipu.[25]

Tinha 56 anos, trinta de carreira, com mais de dez postos no exterior. Não fazia o gênero do diplomata de salão. Era pequeno, estridente e falava sem parar. Conhecia como ninguém a máquina do Itamaraty e passara seis anos entre a chefia da Divisão do Pessoal e do Departamento de Administração. Com o poder desses dois cargos fizera todos os amigos e inimigos a que a vida lhe daria direito. *Silveirinha* era irredutível em suas lealdades e insuperável nas vinganças. Tinha uma cultura utilitária, acompanhada por um egocentrismo que lhe permitia formular teorias com a naturalidade de quem manuseia um catálogo de ferramentas. Havia nele um nacionalismo assustador, quase xenófobo. Ninguém o julgava pelo que pensava, mas pelo que fazia.

Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Logo depois da conversa, Geisel resumira-o: “Ele não é bobo não. Eu acho que ele é um dos melhores de cabeça, do ponto de vista diplomático. Agora, nós tínhamos que ver a vida dele, aquela série de acusações que faziam com ele”.[26]

Da série mobilizada contra Silveira, são conhecidos três papéis. Como Geisel obtinha as fichas de seus prováveis colaboradores por meio de uma gambiarra montada com a ajuda do chefe da agência do SNI no Rio de Janeiro, nenhum dos três tem timbre. Dois foram produzidos no Ministério do Exército, e um saiu do SNI. Formam o único conjunto completo de fichas de um nome cogitado para o ministério. O primeiro, e mais detalhado, chegou em janeiro, mandado por Orlando Geisel, que detestava Silveira.

Dizia:

> 1) Brilhante, excelente profissional, competentíssimo, hábil negociador.
> 2) a) de 59 a 61 — Chefe do Departamento Administrativo do Itamaraty. (...)
> b) de 61 a 63 — Cônsul-Geral em Paris. (...)
> c) de 63 a 66 — Voltou a ser chefe do Departamento de Administração. Em 64 foi promovido a ministro de primeira classe, por influência de Almino Affonso. Tinha ligações com o governo Jango, envolvido por um irmão que era comunista (obteve para o irmão passaporte especial para viajar a Cuba, onde esse irmão foi eleito presidente da associação internacional de arquitetos). Trocou correspondência com Jango, essa correspondência foi interceptada e está arquivada no SNI.
> d) Quando da Revolução de 64 sua situação no Itamaraty teria sido contornada, segundo duas versões:

1ª — Foi defendido pelo ministro das Relações Exteriores Vasco Leitão da Cunha, que intercedeu também por Sette Câmara, Nogueira Porto e Celso Diniz, conhecidos na Casa como esquerdistas.

2ª — Teria sido amigo do presidente Castello Branco.

e) De 66 a 69 foi chefe da delegação em Genebra.

f) Em princípios de 69 foi convidado pelo então ministro Magalhães Pinto para o cargo de secretário-geral do Itamaraty. Regressou de Genebra mas não tomou posse por interferência do SNI, sendo então designado embaixador em Buenos Aires, cargo que ocupa atualmente.[27]

Uma informação era falsa: Silveira não estivera na lista dos diplomatas que poderiam ter sido cassados em 1964.[28] A ficha tinha uma só acusação letal. Bastaria que aparecesse uma única peça de correspondência do embaixador com Jango para que ele fosse desqualificado, mas Geisel queria vê-la. Pediu-a em quatro ocasiões diferentes. Heitor Ferreira saiu no rastro da denúncia, e aquilo que era um documento com base no qual seria julgado um provável ministro, transformou-se num instrumento de avaliação da máquina de informações do governo. Heitor perguntou pelas cartas ao chefe da Agência Rio do SNI e ouviu que elas deviam estar no arquivo. Passou-se uma semana sem que as achassem. Acharam o autor da acusação. Era um oficial da Marinha lotado no SNI. Admitiu que as cartas não estavam no Serviço, mas assegurou que existiam. Tratavam de uma nomeação para o setor comercial da embaixada em Roma, mas não se sabia se eram cartas de Silveira a Jango ou de Jango a Silveira.[29] Se a correspondência fora interceptada e arquivada no SNI, estava implícito que Silveira se entendera com Goulart depois de sua deposição. Falso. Descobriu-se que o funcionário fora nomeado em 1962. O autor do pedido de nomeação fora Leonel Brizola e não Jango. Não se sabia ao certo se o destinatário era

Silveira, muito menos se o que se chamara de “correspondência” era uma carta ou um simples telegrama.

Seria razoável supor que diante da trapalhada Silveira fosse deixado em paz, mas deu-se o inverso. A Comunidade contra-atacou. O chefe da Agência Rio do SNI sugeriu a Heitor Ferreira que localizasse um dossiê guardado no CIE. Nele haveria segredos da vida do embaixador. Pressionado, o coronel Murgel passou da condição de oficial de informações para a de mexeriqueiro: informou que a morte de uma das filhas do embaixador, ocorrida poucos anos antes, em Roma, parecia “meio fantasiada”, porque a jovem senhora teria sido eletrocutada pela descarga de uma escova elétrica.[30] (Na realidade, ao escorregar numa banheira cheia d’água, ela se agarrara à fiação da parede e, ao cair, fora morta pelo curto-circuito.) Cartas, nada.

A essa altura, Geisel decidira ultrapassar as restrições da Comunidade. Quando o SNI se meteu na dor que Silveira carregava, tocou na corda sensível da morte do filho do coronel de Quitaúna. O embaixador e sua mulher perderam não só a filha morta em Roma, grávida, mas também outra, assassinada pelo marido, diante do filho.

Faltavam poucos dias para o anúncio do ministério, e o general Figueiredo entregou a Geisel outra ficha do embaixador, baseada em investigações feitas na infância do SNI, durante o governo Castello Branco. É um exemplo da estrutura e da linguagem das fichas do Serviço. Dizia:

> Antonio Francisco Azeredo da Silveira
>
> DLN — 22 set 1917 — Rio de Janeiro (GB)
>
> Filiação: Flavio da Silveira e Lea Maria Azeredo da Silveira.
>
> Posto: Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.
>
> Função: Embaixador do Brasil na Argentina.

Aspecto funcional: Um dos melhores conhecedores da parte administrativa do Itamaraty.

Foi chefe do Departamento de Administração do Itamaraty antes e depois da Revolução de Mar 64.

Tal departamento é uma função-chave no MRE, porque lhe cabe a responsabilidade de remoção dos funcionários, designação pelos departamentos e divisões, poder seletivo para promoções, manuseio de verbas, inclusive a Verba Secreta, isenta de fiscalização do Tribunal de Contas.

Fonte: Comissão de Sindicância no Ministério das Relações Exteriores. (24 Out 64)

Homem de João Goulart, que nomeou o marginado chefe do Departamento Administrativo do Itamaraty. Movimenta todo o pessoal do MRE e manobra com as verbas tanto em cruzeiros como em dólares. Elemento corruptor de jovens inexperientes do MRE, face ao poder que enfeixa em suas mãos. Abusou de sua posição para favorecer o irmão, Flavio Leo Azeredo da Silveira, elemento suspeito por suas atividades internacionais ligadas aos comunistas. Como presidente da Comissão de Promoções permitiu que na organização do quadro de acesso fosse obedecida uma orientação tipicamente comunista para as promoções que se viriam a processar em 1964.

Aspecto político — Dotado de grande mimetismo político. Não tinha escrúpulo de indicar para postos importantes, do Itamaraty, elementos reconhecidamente de esquerda.
Aspecto moral — Caráter fraquíssimo, sem escrúpulos, egocêntrico. Inteligência privilegiada, muito viva, bem acima do normal. Conceito social: muito bem-relacionado, possui enorme encanto pessoal.

Aspecto religioso — católico.
Aspecto econômico-financeiro — x x x
Aspecto cultural — x x x
Aspecto sanitário — x x x
Outros aspectos —
(...) Em 1966, aos 49 anos de idade e 23 de serviços na carreira diplomática, era sem dúvida alguma um dos embaixadores que atingiram o posto máximo da hierarquia itamaratiana, numa idade onde muitos ainda estão a se iniciar. Com o manejo da máquina do DA, sobressaía na distribuição de favores a políticos poderosos e também somas monetárias principalmente a jornalistas. (...)

É criatura insinuante, extremamente inteligente e astuto e, no campo profissional, um funcionário competente, imensamente relacionado, inclusive através da indústria de favores políticos em que transformou o DA da Casa. (...)

Típico da atuação do embaixador Silveira é o caso da compra de uma casa relativamente velha numa parte afastada da cidade de Washington, para instalação, ali, da chancelaria da embaixada do Brasil, mas pessimamente colocada e sem condições para perfazer esta finalidade. Adquirida por 250 mil dólares foi, de certa forma, abandonada, durante uns dois anos. O senhor Leo da Silveira, arquiteto de medíocre reputação, irmão do embaixador Antonio Azeredo da Silveira e "cliente" contumaz das generosidades do Itamaraty, passou por Washington e, sem autorização do embaixador, avocou a si a iniciativa de elaborar e, eventualmente, executar os projetos de reforma do prédio velho (...).[31]

Silveira não comprara uma casa, mas o terreno vizinho ao palacete onde vivia o embaixador, adquirido em 1934 por Oswaldo Aranha. Desenhado nos anos 1920 por John Russell Pope, o maior arquiteto americano de seu

tempo, era um patrimônio cultural da cidade. No novo lote construíra-se o prédio da chancelaria, dando ao conjunto uma conveniente funcionalidade. Não ficava longe (a meia hora da Casa Branca), muito menos era mal localizado (a duzentos metros da embaixada britânica).

As pressões militares contra Silveira artilharam-se no gabinete do ministro do Exército. Num caso inédito na composição de sua equipe, Geisel permitiu que Figueiredo discutisse o assunto com Médici. “No Itamaraty uns se destruíam aos outros”, respondeu o presidente.[32]

Naqueles dias Geisel recebera um documento sem assinatura descrevendo seis dos prováveis ministros das Relações Exteriores de seu governo. Acusava Silveira, “cuja instrução sistemática é, apenas, primária”, de ter cuidado, em Paris, de negócios pessoais de Jango.[33] Dias depois, chegou ao general outro papel, assinado pelo diplomata José Maria Vilar de Queiroz, ex-assessor de Roberto Campos e chefe da área internacional do Ministério da Fazenda. Nele, Silveira era homem “de grande inteligência, perspicácia, capacidade de trabalho e experiência na política multilateral e bilateral”.[34]

* * *

As dificuldades surgidas com Silveira e Falcão foram produto de suas biografias, mas essas mesmas trajetórias os fizeram ministros. Nos dois casos, por terem construído fama de operadores. Silveira deveria sacudir uma diplomacia anacrônica cujos fundamentos remontavam a 1964. Falcão deveria sacudir o marasmo político. De seu primeiro encontro com Geisel, saíra com a encomenda de botar por escrito algumas ideias. Preparou cinco documentos. Um tratava do “problema da liberdade de manifestação do pensamento e de informação”. Outro, do “problema da Igreja”.[35] Em suma, do futuro da ditadura.

1 Maço de seis folhas, intituladas por Heitor Ferreira *Rascunho da Nota Lida no Largo da Misericórdia*, de 21 de fevereiro de 1974. A primeira folha tem só os cargos, listados pela ordem de precedência do cerimonial. Heitor preencheu-a, numerando-a de forma que Falcão ficava em 15º lugar e Silveira em penúltimo. Uma segunda folha, datilografada nessa ordem, foi alterada por Golbery, que transferiu Silveira para o 12º lugar. Essa versão foi datilografada e novamente alterada, dessa vez por Geisel, que passou Falcão para o nono lugar, deixando Silveira em 16º. APGCS/HF.

2 Uma folha, vinda do fichário de ordens da Censura, compilada pela redação do *Jornal do Brasil*, datada de 2 de fevereiro de 1974, posteriormente anotada por Geisel e Golbery. APGCS/HF.

3 Entrevista a *O Estado de S. Paulo* de 4 de maio de 1973, p. 5.

4 *Veja*, 5 de julho de 1972, p. 20.

5 Uma folha datilografada, intitulada por Heitor Ferreira *Contribuição do Marechal Cordeiro Entregue ao General Golbery*. APGCS/HF.

6 Conversa de Geisel com Golbery, Heitor Ferreira e Moraes Rego, lendo um papel recebido de Antonio Carlos Muricy, 8 de março de 1974. APGCS/HF.

7 Carta do general Affonso de Albuquerque Lima a Geisel, 7 de junho de 1973. APGCS/HF.

8 Carta do general Affonso de Albuquerque Lima a Golbery, 24 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

9 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, pp. 19, 41, 83, 88-9, 129, 161 e segs.

10 Um mexerico exemplar de Falcão pode ser encontrado na sua descrição das circunstâncias da morte do amigo Augusto Frederico Schmidt. O poeta morreu em 1965. Segundo a versão publicada na época, sentiu-se mal quando passava de carro pelo Aterro do Flamengo, pediu ao motorista que o levasse ao apartamento de seu amigo Julio Barbero, no Leme, e lá um colapso cardíaco matou-o. Em seu livro de memórias, Falcão informa que “apurei os fatos, com absoluta segurança”, e estabelece: “Lia o último poema de sua autoria, no *Ciclo da Moura*, para uma admiradora platônica”. Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 194.

11 Qualificativo usado pelo general Gustavo Moraes Rego em depoimento a Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 52.

12 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF. Para os signatários dos telegramas, Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, pp. 664 e 682.

13 Conversa de Golbery com Geisel, 23 de novembro de 1973. APGCS/HF. Nesse almoço estava o presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio. Ele sugeriu a Golbery o nome de Falcão para o Ministério da Justiça, e o general lhe disse: “Esse é o nosso mestre. É o meu mestre”. Depois, contou a conversa a Geisel, como piada.

14 Nota de Heitor Ferreira, intitulada *Conversa Heitor Ferreira com Figueiredo, 26 de Novembro de 1973, 20,35*. APGCS/HF.

15 Conversas de Heitor Ferreira com Golbery, 30 de novembro de 1973, e com Geisel, 3 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

16 Conversa de Heitor Ferreira com Golbery, 30 de novembro de 1973. APGCS/HF.

17 Ernesto Geisel, março de 1995.

18 Reunião de Geisel com Figueiredo, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

19 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 324.

20 Depoimento do general Moraes Rego, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 52.

21 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1974, e de Geisel com Golbery, 30 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

22 Para o início da remessa dos telegramas e para o fato de Geisel não ter nome para a chancelaria, *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972.

23 Para Nixon, *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de julho de 1972. Para o boicote, telefonema de Dário Castro Alves a Heitor Ferreira, 21 de novembro de 1973. APGCS/HF.

24 Carta de Dário Castro Alves a Heitor Ferreira, 7 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

25 Reunião de Geisel com Azeredo da Silveira, 5 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

26 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 6 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

27 Uma folha manuscrita, anotada por Heitor Ferreira: *Papel que Veio do Orlando* [*Geisel*], *Letra do Ivan?*, datada de 27 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

28 Observação de Geisel numa conversa com Golbery, Heitor Ferreira e Moraes Rego em 17 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

29 Telefonema de Heitor Ferreira a Adolpho Murgel, 5 de fevereiro de 1974; conversa com Figueiredo, 6 de fevereiro de 1974; e telefonema de Murgel a Heitor, 7 de fevereiro de 1974. APGCS/HF. Duas notas manuscritas de Heitor Ferreira, uma delas datada de 7 de fevereiro de 1974. APGCS/HF. O pedido relacionava-se com Giacomo Mandarino, ex-secretário particular de Batista Lusardo.

30 Telefonema de Adolpho Murgel a Heitor Ferreira, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

31 Cinco folhas sem marca de origem. A primeira tem o visto de Geisel. APGCS/HF. Esse documento veio do SNI.

32 Telefonema de Figueiredo a Heitor Ferreira, 7 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

33 Sete folhas datilografadas, visadas por Geisel e anotadas por Golbery: "Anônimo, trazido por...". Heitor Ferreira completou: "Vilar de Queirós". APGCS/HF. Numa conversa com Geisel, Moraes Rego e Heitor Ferreira, de 19 de fevereiro de 1974, Golbery conta que "a carta anônima não é dele". Menciona que a recebeu de Vilar e a passou para Geisel, que mostrou a carta ao senador Vitorino Freire. APGCS/HF.

34 Carta de José Maria Vilar de Queiroz a um "prezado senador", visada por Geisel. APGCS/HF.

35 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 324.

“Esse troço de matar”

De todas as conversas com seus futuros ministros, a mais demorada e reveladora foi a que Geisel teve com o general Dale Coutinho um mês antes da posse. Eram velhos conhecidos, sem intimidades. Começaram-na tratando de assuntos aparentemente triviais, como o casamento recente de Coutinho, tirado da solidão da viuvez por uma senhora vinte anos mais moça. O general contou que pensara afastar-se mas decidira pedi-la em casamento.

“Muito melhor você casar do que você ter uma vida irregular”, disse-lhe Geisel.

“Pela minha formação que meus pais me deram, me repelia uma outra situação que não o casamento. Eu achava injusto, eu gostando dela, eu não poder apresentá-la, isto é uma humilhação para ela”, respondeu o general.

Passaram à safena de Coutinho. Ele reportou que seguia uma dieta e fazia exercícios em dias alternados, pedalando uma bicicleta ergométrica. Levava sua pulsação a 120 em dez minutos. Esgotadas as duas questões extracurriculares, Geisel convidou-o para o Ministério do Exército e engatou uma dissertação política. Louvou os êxitos da Revolução e foi ao tema:

> Na área política continuamos com a mesma droga. (…) Todos nós, de um modo geral, temos uma repulsa ao político, mas o político é necessário. Nós não podemos ter os políticos só para dar uma fantasia, quer dizer, não vamos ter o político para chegar no dia lá e

> votar no general Geisel ou votar no Médici. Não é? Ou chegar no dia tal e votar a lei que o governo quer. Quer dizer, isso tem que evoluir. Eu não vou fazer, eu vou ver se consigo fazer um esforço para melhorar esse país, tem que trabalhar nesse sentido. Não vou dar aos políticos o que eles querem, não vou, não vou me mancomunar com eles, mas vou viver com eles, eu tenho que viver com eles. Porque senão como é? Nós vamos, nós temos a outra alternativa, que é ir para uma ditadura. Então vamos fechar esse troço, vamos fechar Congresso, vamos fechar tudo isso e vamos para uma ditadura, que é uma solução muito pior. Não é? Quer dizer, esse é um dos quadros em que a Revolução, no meu modo de ver a coisa, fracassou. (…) Ora o sujeito vai conversar com os políticos, ora dar coice nos políticos, fecha o Congresso, abre o Congresso, e vivemos nessa porcaria. Temos que ver se melhoramos esse quadro, vamos ver se a gente consegue melhorar esse partido da Arena, vamos ver se a gente dá... porque em todo lugar onde você chega é um saco de gatos. (...)

O general ouvia em silêncio.

> Eu, hoje em dia, tenho que pensar, ô Coutinho. Admitindo que eu consiga governar cinco anos. O que que vai ser nesses cinco anos? A quem eu vou passar e como é que eu vou passar isso? Não é verdade? Eu muitas vezes dizia ao Castello, digo: “Não adianta o senhor estar fazendo lei, isso e aquilo, sem pensar como vai ser depois”. (…) Nós vamos pensar em eternizar esse quadro que está aí? Não pode. Passaram-se dez anos (…) você pega, analisa essa nossa Revolução, e você vê que ela foi uma coisa que eu chamei muitas vezes de arca de Noé, entraram todos os bichos lá dentro: como ela também não durou na sua parte operacional, não houve

> depuração. Você teve como líderes políticos, teve o seu Lacerda, teve o seu Magalhães Pinto, teve o seu Adhemar de Barros. (…) Na área militar você teve Justino Alves Bastos, você teve Amaury Kruel e teve uma série de outros. Não é? Então aí começou a primeira salada. Acabou o Lacerda se juntando com Juscelino e com Jango. Não é? O Magalhães Pinto, que é um grande revolucionário e não sei o quê, era um sujeito que comia também no cocho do Jango. Foi muito tempo o homem do Jango. Você pega os outros revolucionários da área civil, e você repara que eles estão quase todos contra nós. Você pega o Aliomar Baleeiro, era líder revolucionário, não era? Pega Adaucto Lúcio Cardoso. Pega o meu amigo Daniel Krieger. Liberal, porque não sei o quê, porque isso, porque o Ato 5. (...) Você não conta com essa gente, não é? Esses são piores do que os outros. Porque eles, por personalismos, por vaidade, abandonaram o barco, querem fazer bonita figura. Então, você não pode hoje em dia estar dizendo só: "É revolucionário, não é revolucionário". Se você for fazer essa triagem, acaba quase sozinho. (...)

Dale Coutinho foi seco: "Na área política só houve decepções para mim".

> GEISEL: Mas, olha aqui, não houve de nossa parte a preocupação de melhorar. Não houve. Tanto o governo do Costa e Silva como o do Médici de certa maneira escorraçaram os políticos, como sendo uma lepra. Eu posso escorraçar os políticos se eu resolver não ter mais política. Mas isso não é mais possível. Se nós queremos ter um regime aberto, democrático no país algum dia, nós temos é que construir uma política, não é? Agora, isso evidentemente é um trabalho perseverante de muitos e muitos longos anos. Não sou eu

que vou dizer que em cinco anos eu vou retomar, mas a gente tem que trabalhar para isso. É um trabalho difícil, persistente, tenaz. Temos que ser realistas.

COUTINHO: É, se continuar sem uma abertura aí, isso vai ter que acabar numa ditadura mesmo.

GEISEL: Eu sei, mas e aonde é que vai parar?

COUTINHO: Aí não para mais.

GEISEL: Inclusive, Coutinho, vamos pôr a mão na consciência. O nosso Exército tem condição de durar numa ditadura? Com os nossos homens? Porque os nossos homens, dentro do Exército tem muita gente boa, mas também tem muita gente que não presta. Você sabe muito bem disso. Tem de tudo. O Exército é de certa forma uma representação do que é a nação. Assim como tem gente boa lá fora, aqui dentro também tem. É claro que nós temos outra formação. Mas quantas vezes você chega com o sujeito lá em cima e você começa a ter uma surpresa, o sujeito é individualista, é personalista. (…) O Exército pode manter uma ditadura? Eu acho que o Exército pode manter uma ditadura, mas não a longo prazo. Não dura. Outro setor onde a Revolução não conseguiu fazer nada e que está aí, continua a mesma porcaria, é a Justiça. Nós nunca tivemos ministro da Justiça. Olha aqui, o Castello botou o Milton Campos, um homem de primeira ordem, liberal. Olha aqui, quem foi ministro da Justiça durante grande parte do governo Castello fui eu. O Costa e Silva arranjou um ministro da Justiça que era revolucionário mas era louco, o seu Gaminha.[1] Agora o Médici botou aí um ministro da Justiça que é o quê? É muito bom sujeito, mas é inoperante. (…) Você tem problema de padre, que é um problema sério, complicado. Você hoje em dia tem problema de entorpecente. Você continua a ter o problema da subversão. Tem uma infinidade de problemas lá.

A palavra “subversão” acendeu a loquacidade de Coutinho: “Os comandantes de exército estão sem um respaldo legal para esse problema. A verdade é essa. (...) Para a guerra externa a gente tem legislação, mas para a nossa guerra específica não temos. Muitas vezes eu era obrigado a deter um homem por mais de trinta dias. Era ilegal. (...)”.

Geisel contornou o assunto: “Nós temos problemas na área econômica. (...) O Delfim, querendo fingir que não tem inflação, não deixa os preços seguir naturalmente. Então, ele agora não quer deixar subir o preço da gasolina como deve subir. Ele entrou na mentira. Ele está entrando no sistema do Jango, subsídio (...)”.

“Está se voltando ao tempo do Juscelino”, observou o general.

Geisel continuou: “Tudo isso é a preocupação de criar a imagem do Médici. Eu acho que o Médici não precisa disso. Foi o único sujeito que conseguiu levar a Revolução para o povo. Então ele não precisa dessa coisa. Mas é a *entourage*, o Delfim (...). Hoje em dia existe um dique represando a inflação, e esse dique vai romper quando eu for presidente. Então eu sou ruim porque a inflação foi para vinte e tanto. Mas eu estou aqui para isso, eu sou pago para isso, não é verdade? Eu não tenho razões personalistas. Não me queixo do Médici”.

Seguindo sua pauta, foi ao item seguinte:

> Eu não abro mão do Ato 5. O Ato 5 é um cajado. Eu sou besta de abrir mão desse negócio? Eu sei lá o que que vem. Como essa história de abertura e descompressão. Ah, eu sou um sujeito profundamente democrático. Toda a minha vida fui. Eu sempre fui um homem muito simples, despido de coisas, e cansei de ir com minha mulher fazer compra na feira. Agora, não sou nenhum burro de amanhã fazer uma vasta abertura, fingir aí uma democracia e depois ter que recuar dois, três, quatro passos. Eu não vou recuar. Eu só vou caminhar para a frente, devagar, para não ter que recuar, não

é? Seria uma beleza eu chegar: não há mais censura, e agora o troço é vontade, e a Câmara vota como quer, e não sei o quê. E no dia seguinte está o estudante fazendo bagunça na rua, está o padre fazendo *meeting*, está não sei o quê. Não aconteceu isso com o Costa e Silva? Quer dizer, o Castello fez uma Constituição, convencido de que aquilo era para valer, o Costa e Silva na sua boa intenção quis cumprir, e dali a pouco estava a esculhambação aí. Os estudantes foram inclusive apedrejar e pintar lá o Tribunal Militar. Então eu não vou voltar para trás. (...)

COUTINHO: Naquele AI-5, eu estava vendo que o presidente ia cair. Ia cindir a Revolução.

GEISEL: (...) É evidente. Brincaram tanto com o fogo, mexeram tanto, tanto, tanto. Ou o governo faz um ato institucional, ou então isso aqui vai virar bagunça. (...)

COUTINHO: Mas estavam dispostos a fazer com ele ou sem ele. (...)

GEISEL: Ele fez o AI-5 constrangido como o Castello fez o AI-2 constrangido, também. Porque por tendência eles não fariam, eles foram quase que obrigados. Agora, eu não quero ser obrigado. Quando for o caso, eu aplico. Porque se amanhã tiver um ministro, um desembargador, não sei o quê, salafrário, fazendo um mundo de bandalheiras por aí, e eu tiver as provas do troço, eu faço, porque eu tenho o AI-5. (…) Eu vou aplicar é racionalmente, com moderação e com decência e pronto.

Finalmente, Geisel chegou ao ponto que Coutinho esperava: “Agora vamos ver (...) o problema da subversão nossa. Bom, eu acho que a subversão continua. Esse negócio não se acabou. Isto é um vírus danado que não há antibiótico que liquide com facilidade. Está amainado. Está resolvido. Você vê, de vez em quando há uma desarticulação, morre gente,

ou é gente presa, ele continua a se movimentar. (...) E fazem uma propaganda externa tremenda contra o Brasil".

Dale Coutinho fechou a guarda: "(...) Repare o seguinte. Que antes de 64 não havia propaganda praticamente nenhuma contra nós. E ninguém mais investia no nosso país. Hoje, com toda essa propaganda que há, quem tem, quer vir investir no Brasil, que é obrigado a fazer um estudo mais detalhado sobre o nosso país, ele não titubeia e vem. (...)"

Geisel manteve-se na posição: "Temos que dar valor relativo a isso".

O general também: "A resposta é o nosso progresso. Porque isso para mim é coisa de dom Helder, dessa turma progressista por aí. Eu acho que ninguém que tivesse vontade de empregar dinheiro no Brasil, tenha deixado de empregar".

Geisel recuou: "(...) o Brasil hoje em dia é considerado um oásis. É a área mais procurada. (...)".

Coutinho tinha o recado do porão: "E eu que fui para São Paulo logo em 69, o que eu vi naquela época para hoje... Ah, o negócio melhorou muito. Agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar. Começamos a matar".

Geisel: "Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá para fora. (...) Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser".

Dale Coutinho contou sua experiência no IV Exército: "Eu fui obrigado a tratar esse problema lá e tive que matar. Tive que matar. Outro dia ainda tive uma satisfação que, no último relatório do CIE, a origem, o fio, o início da meada dessa guerrilha lá em Xambioá começou num estouro que nós fizemos em 1972 lá em Fortaleza. Foi dali que um falou que tinha guerrilheiros no norte de Goiás, não sei o quê".

> GEISEL: Sabe que agora pegaram o tal líder e liquidaram com ele. Não sei qual é o nome dele.

COUTINHO: É. O Chicão. Luizão. [Referia-se a *Osvaldão*, o guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, morto semanas antes.]
GEISEL: Bom, o que eu queria assinalar é isso. Nós vamos ter que continuar ano que vem. Nós não podemos largar essa guerra. Infelizmente nós vamos ter que continuar. É claro que vamos ter que estudar (...)* processo, vamos ter que repensar...

(Continuavam. Exterminavam-se o PC do B no Araguaia e a APML nas cidades. Havia pelo menos vinte guerrilheiros no mato. Fugiam como bichos e, quando não morriam na cena da captura, eram assassinados na prisão. O guerrilheiro *Piauí*[2] foi capturado nesses dias. Viram-no duas vezes. Numa, amarrado, quando o colocaram numa camionete. Noutra, com os olhos vendados, quando desceu de um helicóptero e foi metralhado à beira de um igarapé.[3] A matança continuava também com os que se rendiam. Esse foi o caso de Cilon da Cunha Brum, o *Simão*, de 26 anos, ex-estudante de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se entregou em janeiro, foi mantido numa base de apoio do Exército e executado.[4] O mesmo sucedeu a *Josias*.[5] Sumiu no dia 18 de dezembro, mas, segundo um relatório da Marinha, só morreu no dia 15 de fevereiro de 1974, véspera do encontro de Geisel com Dale Coutinho.[6] Uma semana depois, desapareceram no Rio Eduardo Collier Filho e Fernando Santa Cruz Oliveira. Ambos estudavam direito e militavam na APML, que nada tinha a ver com a guerrilha do Araguaia. Teriam sido levados para o DOI de São Paulo. Estava-se aí no prosseguimento da política de extermínio das organizações armadas que agiam no meio urbano, iniciada em 1971.)[7]

Dale Coutinho retomou o fio que perdera minutos antes:

Aí é que entra a Justiça. Eu comandei exército e sofri *habeas corpus* em cima de mim. É que os comandantes de exército estão

> completamente sem cobertura legal das ações deles. A gente assume a responsabilidade porque tem que assumir. Eu me lembro que eu perdi… morreu lá dentro do meu DOI um homem, foi justamente em cima daquele que veio o *habeas corpus*. O homem tinha morrido dentro do meu DOI. E eu tive que responder. Eu crente que já tinha acabado o negócio com o Perdigão,* o relator, um brigadeiro, passaram uns dois ou três meses veio outro. Agora pior, porque veio em cima de mim e do meu major-chefe do meu DOI. Aí eu não deixei ele responder.[8]

Geisel estava diante de um ministro do Exército que não lhe pedia diretrizes. Ao contrário, mostrava-se disposto a unificar a doutrina de acordo com os métodos que empregara no IV Exército. O presidente eleito retomou o tema da unidade militar:

> Nós temos que estudar bem isso. Vamos ver se nós conseguimos uma certa uniformidade nisso. Eu não tenho... Eu confesso a você que eu não estudei isso em minúcias. Se nós amolecermos na ação, não tenha dúvida que isso cresce. Isso é um fogo, está meio apagado. Se você parar, daqui a pouco ele levanta outra vez. Agora, neste quadro todo, nós só conseguimos viver esses dez anos porque nós conseguimos nos unir. As Forças Armadas, apesar de certos personalismos, certas coisas, nestes dez anos, elas conseguiram se unir. A técnica da intriga do Juscelino e do Jango, dessa gente, era nos dividir: era o general do povo, era o Lott, era isso, era aquilo (...).

Geisel pontilhou o restante da conversa com momentos fraternais, mas sempre hierárquicos:

Me botaram neste abacaxi, agora vão ter que confiar em mim. Eu estarei sempre com os ouvidos e os olhos abertos para receber toda e qualquer crítica. (...)

Nós dois podemos nos entender. A partir desta hora você é um homem meu. Você bota o seu coração à mostra. Você não crie compromissos, não avance às vezes certas situações para não criar dificuldades, porque muitas vezes você pode inocentemente assumir um compromisso, chega para mim e não pode, aí você fica mal. Eu nunca vou lhe deixar mal. Agora, para poder haver isso, você tem que se abrir comigo.

Vocês têm é que ter confiança em mim. (...) Muita coisa que eu vou fazer, vocês vão achar errado. Mas vocês têm que partir do princípio que eu estou fazendo porque acho que está certo. E vocês têm que muitas vezes chegar a mim e dizer: "Olha, chefe, está acontecendo isso, eu estou pensando isso". E eu vou dizer: "Não, você não tem razão, ou tem". Quer dizer, a convivência que vocês têm que ter comigo tem que ser... têm que ter confiança, têm que acreditar em mim. Agora, têm que ter a franqueza de me dizer as coisas. Eu não sou dos tais que só quer receber notícia agradável. Claro que você não vai me dar notícia ruim na hora que eu vou dormir. Deixa para o outro dia de manhã, para pelo menos eu dormir à noite tranquilo. (...) Eu, por exemplo, não sou do tipo que gosta de ser cortejado (...). Vou dizer não muitas vezes a vocês, e vou discutir, e vou ficar veemente.[9]

Estavam no fim do que Geisel chamaria depois de "três horas de parola", quando ele disse ao futuro ministro:[10] "Coutinho, nós estamos 100% em tudo".

Terminara o treino. Ia começar a quarta Presidência da Revolução, 21º período de governo republicano. Duraria 1.826 dias, de 15 de março de

1974 a 15 de março de 1979.

1 Professor Luiz Antonio da Gama e Silva, ex-reitor da USP.

* Pedaço de difícil audição. Pode ser “algum processo” ou “um novo processo”.

2 Antônio de Pádua Costa, 28 anos, ex-aluno do Instituto de Física da UFRJ.

3 Para a prisão, declarações de José Francisco Dionísio, Salviana Xavier Lima, Sinvaldo de Souza Gomes e Adalgisa, José e Pedro Moraes da Silva aos procuradores Felício Pontes Jr. e Guilherme Zanina Schelb, e Sonia Zaghetto, “Guerrilha ainda tortura lembranças”, *O Liberal*, 5 de junho de 2001. Para a morte, entrevista de Manuel Leal Lima, o *Vanu*, em *O Globo* de 2 de maio de 1996, capa e 1o Caderno, pp. 8-10.

4 Liniane Haag Brum, *Antes do passado*, p. 126.

5 Tobias Pereira Júnior, 24 anos, ex-estudante de medicina.

6 *O Globo*, 28 de abril de 1996, p. 15, reportagem de Adriana Barsotti, Aziz Filho e Consuelo Dieguez.

7 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 501-2.

* Brigadeiro Armando Perdigão, ministro do Superior Tribunal Militar.

8 Coutinho refere-se ao caso de Ezequias Bezerra da Rocha. Conversa de Geisel com Dale Coutinho, 16 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

9 Reunião de Geisel com Dale Coutinho, 16 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

10 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira e Moraes Rego, 16 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

PARTE III
NO PLANALTO

PORTUGAL 25 de Ab...
SOLIDARITE
AVEC LE PEUPLE
BRESILIEN
JEUNESSE COMMUNISTE DE BELGIQUE.
Rue du Marteau, 24. 1030 BRUXELLES.

NAS FOTOS ANTERIORES:

O general Médici passa a faixa a Geisel
Três visitantes: Pinochet, Banzer e Bordaberry
A festa da Revolução dos Cravos em Portugal
Richard Nixon despedindo-se da Casa Branca
A campanha internacional contra a tortura
Dale Coutinho, o fugaz ministro do Exército

O REGIME É IMPLACÁVEL

A escolha essencial

Geisel entrou no palácio do Planalto com o nome de seu provável sucessor na mochila. Era o general João Baptista Figueiredo. Seria exagero dizer que fosse um propósito irremovível, mas em março de 1974 essa era a primeira e principal opção de Geisel. Contavam-se nos dedos de uma só mão as pessoas que sabiam disso.[1]

Dois anos antes da posse, Heitor Ferreira já estava convencido de que o general governaria com um olho no mandato e outro no nome de seu substituto: “Conhecendo como eu conheço o *Dr. Sá*, no dia 16 de março ele já estará preparando a solução, atrás da cabeça”.[2]

Até o final de 1972, o único nome mencionado por Geisel como seu possível sucessor fora o do general Euler Bentes Monteiro. Pensava aproveitá-lo no Ministério do Interior: “Uma excelente posição para ele para ser o seguinte, no fim dos cinco anos. Eu admito isso”.[3]

Em dezembro de 1973, Geisel via as coisas de outra maneira. Figueiredo tornara-se “uma das hipóteses de ser o futuro presidente”.[4] Carregava uma dificuldade: era um simples general de brigada, subiria a general de divisão em julho de 1974, mas em 1978, quando a sucessão deveria ser decidida, haveria de lhe faltar a quarta estrela, essencial para preencher o requisito eleitoral que a ditadura impunha aos seus candidatos a presidente. Não seria fácil promovê-lo a tempo, e Geisel achava pouco provável que se conseguisse. Três dias antes da posse, conversou sobre o assunto com Heitor Ferreira:

> Eu estive estudando esses dias muito o *Almanaque*. (...) Eu vejo a carreira do Figueiredo retardada. Quer dizer, o Figueiredo não vai chegar em meados de 78 como general de exército. A não ser que ele desse muita carona. O azar dele é que na frente dele está o Ayrosa, e está o Walter Pires de Albuquerque, que é outro amigo dele, e está esse *Chupeta*, o Hugo Abreu. E são caras que não devem levar carona. O ideal, se a gente olhar o problema sucessório, e se esse troço não evoluir para uma outra posição, o único homem que eu vejo aí em condições de ser o futuro presidente seria o próprio Figueiredo.[5]

Na noite de 15 de março de 1974, quando o novo chefe do SNI entrou na recepção do Itamaraty com seu uniforme de gala, óculos escuros, quatro medalhas espetadas na túnica, uma faixa sobre o peito, um par de cruzes penduradas no pescoço e um cigarro (Parliament) na mão, já era o candidato do presidente que acabara de ser empossado.[6]

O general João Baptista Figueiredo com sua mulher, Dulce, na recepção do Itamaraty. Três dias antes, Geisel dissera a Heitor Ferreira: “O único homem que eu vejo aí em condições de ser o futuro presidente seria o próprio Figueiredo”.

Em julho Geisel o promoveu a general de divisão, tencionava mantê-lo no SNI o tempo suficiente para corrigir o curso do Serviço. Queria entregar-lhe o comando da Vila Militar do Rio de Janeiro nos primeiros meses de 1975.[7]

Desde 1972 Geisel sabia que Figueiredo tinha problemas de saúde. Conversando com Heitor Ferreira, observara que ele estava "muito gordo — comida é um derivativo quando se anda agoniado — tem aquele problema de espinha e também de coração".[8] Ele confessava que seu apetite por costelas gordas, rabadas e coisas do gênero o levava a engordar um quilo por dia.[9] A coluna não o incomodava desde 1969.[10] O coração recomendava exames periódicos.

O coronel Americo Mourão, chefe do serviço médico da Presidência, disse a Geisel que a cardiopatia de Figueiredo era assunto sério. Indicava que ele já sofrera um enfarte do miocárdio, daqueles que passam deixando sintomas brandos, como uma dor de barriga.[11] Geisel tinha confiança absoluta em Mourão. Era o médico de toda a sua família. Oito anos antes, diagnosticara o entupimento do marechal Costa e Silva.

No final da tarde de 12 de novembro de 1974 o presidente entrou na sala de Heitor Ferreira e demorou-se na análise do futuro de Figueiredo: "Tem o complicador que é o problema da saúde. Ah, é o maior complicador, é o maior complicador de toda a lista. De um lado, porque eu tenho que poupá-lo, apesar de que isso é extremamente difícil, de outro lado eu não vou incorrer na besteira do Costa e Silva, de o camarada estar com problemas, eu sabendo, eu empurrá-lo para a presidência para ele se matar. Não é verdade? Não vou fazer isso. Então, estou aí numa (...) angústia danada".[12]

No dia seguinte Golbery teve uma longa conversa com Figueiredo.[13] Do que conversaram não ficou registro, mas o chefe do SNI passou a carregar um coração de candidato. Comentou o resultado de seu eletrocardiograma com o coronel Moraes Rego, garantindo: "Eu nunca vou ter um enfarte".[14]

1 Geisel, Heitor Ferreira, Golbery e, meses depois, o próprio Figueiredo, informado por Golbery.
2 *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de setembro de 1962.
3 Idem, 26 de março de 1972.
4 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
5 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 12 de março de 1974. APGCS/HF.
6 *Fatos e Fotos*, 1º de abril de 1974, pp. 26-33.
7 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1974.
8 Idem, 2 de fevereiro de 1972. Para uma referência posterior, idem, 12 de novembro de 1974.
9 Conversa de Figueiredo com Geisel, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
10 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de janeiro de 1975.
11 Sete folhas manuscritas de Heitor Ferreira, intituladas *Presidente Geisel e HF em 12 de Novembro de 1974 na Secretaria Particular*. APGCS/HF. Americo Mourão, fevereiro de 1998.
12 Sete folhas manuscritas de Heitor Ferreira, intituladas *Presidente Geisel e HF em 12 de Novembro de 1974 na Secretaria Particular*. APGCS/HF. *Diário de Heitor Ferreira*, 12 de novembro de 1974.
13 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de novembro de 1974.
14 Idem, 14 de novembro de 1974.

Um mundo difícil

A casaca é a última instância do fardo do homem público. Geisel vetou o fraque na cerimônia de posse, mas se conformou com o seu uso na recepção da noite, no Itamaraty. Reclamava das sessões de prova, e aprendeu com a irmã a usar no colete os botões de madrepérola do pai. Um empregado, apelidado de *Casaqueiro*, vigiou o transporte da ilustre carga até Brasília. O tenente de 1930 vestiu-a reclamando de um defeito na gola.[1]

Geisel e sua mulher, Lucy, chegam para a recepção da posse. O tenente que detestava os “casacas” vestia um modelo do alfaiate Itamar e trazia no colete os botões de madrepérola que pertenceram a seu pai. Ao lado de Geisel, o vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos; à frente, o chefe do cerimonial do Itamaraty.

A de Golbery custou-lhe 5.600 cruzeiros (pouco mais de oitocentos dólares) e ficou pronta em cima da hora. O ministro Quandt de Oliveira

arrependeu-se de ter jogado fora a dele. Heitor Ferreira trocou-se no guarda-roupa dos agentes da segurança de Médici.

Era a primeira posse com cerimonial desde o desastre de 1967, quando o marechal Costa e Silva e a República ficaram engarrafados no caminho para o palácio da Alvorada. *Seu Arthur* safara-se com os batedores, mas seus convidados viram-se debaixo de um temporal, até que alguém teve a ideia de iluminar a pista com um holofote de artilharia antiaérea, somando pânico ao desconforto. Um embaixador caíra no espelho d'água do Alvorada, e muitas senhoras de salto alto tiveram de escolher entre chegar ao palácio com os sapatos na mão ou correr o risco de ficarem espetadas no gramado do jardim, com as toaletes arruinadas.

Geisel recebeu a faixa no salão nobre do Planalto e saudou o povo do alto da tribuna de mármore branco que tem aos pés a praça dos Três Poderes. Três fotografias da cena indicam que havia pelo menos seis pessoas na tribuna e, no máximo, cem na praça.[2]

No palácio, umas quinhentas. O mundo em que Geisel governaria o Brasil era o do choque do petróleo. Se isso fosse pouco, nele o presidente dos Estados Unidos lutava pela sobrevivência política, um general tomara o lugar do presidente civil chileno e um civil, o do presidente militar argentino. A América do Sul estava praticamente loteada entre generais. No Uruguai mandavam pela mão de um presidente civil. Na Argentina o caudilhismo peronista renascera nas urnas. Havia ditaduras velhas, como a do Paraguai, recentes como a chilena, esquerdistas como a peruana e direitistas como a boliviana. Alguns personagens dessa história se encontravam na cerimônia.

A América de Nixon

Pat Nixon, mulher do presidente dos Estados Unidos e sua representante na festa, passou pelo Brasil em silêncio. As lembranças que deixou foram poucas: um vestido rosa, um Cadillac à prova de balas e um coral do Sesi cantando na sua despedida. Richard Nixon estava no centro da maior crise constitucional da história americana desde a Guerra Civil. Raras vezes a biografia de um governante conteve tensão semelhante à que ele suportara nos dois anos anteriores. Sua personalidade mesquinha e paranoica produziu o escândalo que moeu a vida política do homem mais poderoso do mundo.

É um drama que pode ser ilustrado pelos acontecimentos de três dias:

9 de julho de 1971

Enquanto Carlos Lamarca lia as obras de Mao Zedong em Buriti Cristalino, no sertão baiano, um Boeing da Pakistan Airlines decolou do aeroporto de Chaklala.[3] Levava secretamente um passageiro de óculos escuros e chapéu, com cinco acompanhantes. Era o professor Henry Kissinger, assessor especial da Casa Branca. A bordo encontrou uma equipe de navegadores, intérpretes e diplomatas chineses. Com eles foi para Pequim, onde se reuniu com Mao, o *Grande Timoneiro*. Terminara uma hostilidade de 22 anos desfazendo-se a macumba que travava a diplomacia americana na Ásia.

No dia em que Kissinger entrou na Cidade Proibida, o chefe da Assessoria de Assuntos Internos de Nixon concebeu, em Washington, uma manobra que, a seu juízo, abalaria a credibilidade da elite intelectual democrata. Pretendia satanizar como traidor e louco o cientista político Daniel Ellsberg, que, depois de servir na Guerra do Vietnã e no Departamento de Defesa, entregara ao *New York Times* uma coleção de documentos secretos relacionados com o envolvimento militar americano no sudeste da Ásia. Conhecidos como os *Pentagon Papers*, tinham exposto a futilidade do conflito.[4] Supunham que Ellsberg guardasse mais informações e queriam inibi-lo. Tentavam capturar sua pasta no consultório

do psicanalista que o atendera. O serviço ficou sob a coordenação de um ex-agente da CIA que acabara de ser contratado a cem dólares por dia pela Casa Branca. O consultório foi invadido, mas não havia pasta no arquivo.[5]

27 de maio de 1972

Depois de uma viagem triunfal a Pequim, em fevereiro, Nixon estava em Leningrado, visitando o cemitério Piscarev. Era a primeira visita de um presidente americano à União Soviética. Percorreu o monumental gramado plantado aos pés de uma escultura enorme da Mãe-Pátria, lembrança dos três anos de cerco nazista que matou de fome 650 mil pessoas. Mostraram-lhe o diário de Tanya, uma menina de doze anos que registrou, uma após outra, as mortes de seus familiares. A última entrada do caderno dizia: "Morreram todos. Ficou só Tanya". Chorando, a intérprete informou-o de que ela estava enterrada por perto. Nixon chegara a um acordo com o Kremlin limitando a produção de mísseis intercontinentais, e no dia seguinte falou aos russos pela televisão. Contou a história da menina e pediu um mundo sem Tanyas, no qual "suas crianças e as nossas, todas as crianças do mundo, possam viver sua vida em paz e amizade". O chefe soviético, Leonid Brejnev, disse-lhe que chorou ao ouvi-lo. Despediram-se com o russo oferecendo a ele o envio de um qualificado general ao Vietnã para ajudá-lo a negociar a paz. Nixon deixou um aviso a Brejnev: "O senhor precisa acreditar só no que eu lhe digo pelo nosso canal privado. Não acredite em mais ninguém".[6] (Ninguém mesmo. O presidente americano conversava com Brejnev sem testemunhas americanas, valendo-se do intérprete russo.)[7]

À noite, em Washington, sete pessoas entraram sorrateiramente no edifício onde funcionava a direção nacional do Partido Democrata. Chamava-se Watergate. (O ex-agente da CIA que tentara roubar a pasta de Ellsberg estava no lance.) Carregavam maletas com equipamento para a instalação de escutas clandestinas. O arrombador não conseguiu abrir a

porta do escritório, foi a Miami buscar ferramentas, e no dia seguinte as coisas deram certo. Gastaram-se dois filmes fotografando documentos, e plantaram-se transmissores nos telefones do presidente e do coordenador dos comitês estaduais do partido. Só um funcionou, rendendo perto de duzentas gravações. Quando o material foi examinado, decidiu-se reanimar o grampo morto. A equipe recebeu ordens para voltar ao prédio.

17 de junho de 1972

Dos sete visitantes do Watergate, voltaram cinco. Às duas e meia da manhã estavam no meio do serviço quando foram presos. Richard Nixon descansava na casa de um amigo, na Flórida. Leu uma pequena notícia no jornal, mas não lhe deu importância. Desse dia a única providência que ficou na sua memória foi um telefonema à Casa Branca para descobrir onde poderia achar John Connally, ex-secretário do Tesouro. Ele deixara o cargo e partira numa viagem semioficial ao redor do mundo. Passara pelo Brasil uma semana antes.

O Império Americano estava financeiramente frágil. Tinha as contas públicas desorganizadas. Pior: enquanto suas reservas de ouro estavam em 14 bilhões de dólares, havia 300 bilhões de dólares-papel entesourados nas reservas de outros países. Em 1971 os Estados Unidos fecharam o ano com déficit comercial, coisa que não acontecia desde 1893. Nixon enfrentou as dificuldades formulando uma Nova Política Econômica. Desvinculou o dólar do padrão-ouro. Quem tivesse nas mãos 35 daquelas notas verdes, passaria a ter apenas 35 notas verdes, e não mais o compromisso da águia americana de trocá-las por 28 gramas de ouro. Desvalorizou a moeda duas vezes em pouco mais de um ano, derrubando-a em 15%.[8] Caducara a ordem monetária criada no após-guerra. O Império, que parecia encurralado, recuou para reorganizar sua fortaleza.

Em janeiro de 1973, quando Richard Nixon foi novamente empossado na presidência dos Estados Unidos, Watergate deixara de ser nome de

edifício para designar um escândalo político, mas ainda assim se contavam nos dedos das mãos as pessoas que viam no acontecimento uma ameaça ao previsível esplendor de seu segundo mandato. Aos 59 anos, Nixon tivera uma das maiores vitórias do século, com 61% dos votos populares e 97% dos votos eleitorais. Sabia que o Caso Watergate começara na Casa Branca e tentara acobertá-lo, mas acreditava que tudo se resumia a "um problema de relações-públicas, que precisava apenas de uma solução de relações-públicas".[9] Dois dias depois anunciou a saída das tropas americanas do Vietnã, que resultaria na posterior reunificação do país, sob domínio comunista.

Aos poucos, aquilo que parecia um êxito se dissolvia em irrelevância, e um episódio considerado irrelevante foi se tornando a maior desgraça já sofrida por um presidente americano. De um lado, Nixon tinha do que se orgulhar: pela primeira vez em dezoito anos os Estados Unidos estavam em paz com o mundo. De outro, o Senado instalou uma comissão para investigar o Watergate. De um lado, sua popularidade chegara a 60%, contra 20% para o Congresso.[10] De outro, os sete grampeadores do Watergate se declararam culpados à Justiça, e seis deles foram condenados a penas que variavam de vinte a quarenta anos de prisão, ressalvada a possibilidade de elas serem reduzidas na hipótese de que contassem o que sabiam. A linha de defesa do governo mais poderoso do mundo recuou gradativamente. Primeiro se admitiu uma relação entre os arrombadores e funcionários da Casa Branca. Depois se reconheceu que três dos principais assessores de Nixon, entre os quais seu chefe de gabinete e o consultor jurídico da presidência, não podiam continuar nos cargos. A cada recuo, a imprensa, o Senado e a Justiça pegavam novos fios da meada. Não estava mais em questão a cumplicidade com os arrombadores, mas o fato de o presidente dos Estados Unidos ter mentido para acobertar um crime.

No mundo em que Ernesto Geisel assumiu a Presidência do Brasil, a direita americana viu o esfacelamento da presidência de Richard Nixon. Encurralado pelo escândalo Watergate, ele renunciou em agosto de 1974. Foi o único a sair da Casa Branca, vivo, no meio do mandato. Em janeiro, Geisel achava que “ele devia dar o fora”.

Era esse Richard Nixon que Pat carregava nos ombros quando enfeitava a posse de Geisel. Filha de um plantador de repolhos e legumes no deserto da Califórnia, passara a infância na miséria, criada numa casa sem água corrente nem eletricidade. Dormia num vão de corredor.[11] Era uma mulher frágil na aparência, dotada de uma inesgotável capacidade de dissimulação: “Se eu tenho uma dor de cabeça, ninguém fica sabendo. Se eu estiver morrendo, não deixo ninguém saber”. Era sonâmbula, afora isso nada tinha de excepcional.[12] Dias antes de sua chegada a Brasília, a Câmara de Representantes começara a discutir o impedimento de Nixon. Era a derrocada. O presidente, que não tomava remédios, nem mesmo vitaminas, já fora derrubado por uma pneumonia. Sua popularidade caíra para 29%, o índice mais baixo desde a década de 1930, quando o Instituto Gallup começou a medir o tamanho da alma pública dos presidentes americanos. Três ex-ministros e dois conselheiros pessoais do presidente estavam no banco dos réus. Enquanto Pat circulava em Brasília, seu marido repetia em Chicago, pela enésima vez, que não renunciaria.

Geisel recebeu-a duplamente contrariado, num suspiro da agenda, no meio da recepção noturna. Achava impertinente o fato de o presidente dos Estados Unidos mandar sua mulher representá-lo em atos oficiais e indelicado ela ter vindo para a festa do presidente brasileiro numa perna da viagem que fizera à Venezuela, para a posse de Carlos Andrés Pérez. Quando o Itamaraty estava montando o programa da cerimônia, ele avisara: "Vai ver quem vai pajear a dona Pat, porque ela vai querer ir num asilo ver crianças e minha mulher não vai fazê-lo. Ela não vem como mulher, vem como chefe da delegação americana".[13] Recusou-se a incluí-la no almoço que daria aos chefes de Estado.[14] Heitor Ferreira brincou: "É a Isabelita deles".[15]

Pat Nixon fez sucesso. Na solenidade do Planalto só perdeu em popularidade para Pelé. Visitou as crianças da Casa do Pequeno Polegar e meteu-se numa gafe quando a embaixada distribuiu uma nota em que dizia: "Quando estive no Brasil na última vez, assistindo, juntamente com meu marido, à posse do ex-presidente Juscelino Kubitschek, Brasília era somente um sonho". JK e seus sonhos não eram bem-vindos na cidade dos generais. Reescrita, a nota limitou-se a lembrar "as cerimônias de inauguração de Brasília".[16]

A lua de mel da Casa Branca com a ditadura brasileira mudara de qualidade. A destruição da experiência socialista chilena e o golpe de Banzer na Bolívia haviam mitigado as dificuldades americanas. A entrada de Perón em Buenos Aires adicionara riscos a uma excessiva fraternidade de Washington com Brasília. Geisel vira um tom de capitulação na viagem de Nixon à China.[17] O general não tinha maiores simpatias pelo presidente americano — como de resto por nenhum de seus antecessores ou sucessores. Resignava-se: "Os fatos lá de fora nos comandam. Não há nada que se possa fazer para controlá-los. Se o seu Nixon administra mal, e há inflação lá, nós pagamos aqui".[18] Em termos econômicos Nixon estava nas cordas. Fechara 1973 com um modesto saldo comercial e reduzira o déficit

do balanço de pagamentos à metade, mas produzira uma inflação de 8,9%, a maior dos 25 anos anteriores.[19]

O novo governo brasileiro e a administração americana já tinham conversado, longe das audiências públicas. Uma semana antes da posse, Golbery e Heitor Ferreira almoçaram numa sala do Banco Cidade, com Steve Creane e Wilfred (Bill) Koplowitz. Um, veterano funcionário da CIA, conhecido dos dois desde o governo Castello, chefiava a estação da companhia no Rio de Janeiro. O outro mandava na de Brasília.[20]

Noutro nível, passara pelo Rio o professor americano Samuel Huntington, autor de um estudo clássico sobre o poder militar, emissário informal do secretário de Estado, Henry Kissinger, de quem fora colega na Universidade Harvard. Tinha hora marcada com Golbery. O professor ganhara alguma notoriedade no Brasil um ano antes, ao entregar ao governo um documento em que propunha uma política de "descompressão" para a ditadura. Sua proposta tinha um leve sabor mexicano e recomendava que o Brasil, "sendo uma ditadura sem ditador, tenha uma descompressão sem descompressor". Ao contrário da propaganda do Milagre, Huntington alertava para os riscos políticos despertados pelo processo econômico: "A triste lição da História é que, durante esses períodos, tanto os que se beneficiaram melhorando de vida, como os que pioraram, ficam mais insatisfeitos psicológica e politicamente".[21] Golbery guardara má lembrança do trabalho sobre a descompressão, chamando-o de "pedestre".[22]

O general preparou-se para o encontro. Conversou com Geisel, recebeu um roteiro de recomendações compiladas por Heitor Ferreira, fez suas observações e sentou-se com o professor. Tramitando fora dos canais diplomáticos, tão ao gosto de Kissinger e do estilo de Golbery, o recado era claro. O governo queria preservar a aliança com os Estados Unidos, desde que a Casa Branca entendesse que a relação entre os dois países não cabia numa generalização latino-americana, pois "não nos interessa ser nivelados ao Uruguai". Informava também sobre duas alterações de curso: o Brasil

realinharia sua posição no Oriente Médio e na África. No primeiro, “vamos na linha árabe”. No segundo, relacionado com o apoio que se dava à política ultramarina de Portugal, “tiramos o chapéu para a mãe-pátria, [mas] vamos mudar a política nas colônias”.[23] Em ambos os casos, a mudança decorria da garantia de fornecimento de petróleo. Geisel se assustara com a possibilidade de um boicote árabe e se tornara um crítico do que considerava um apoio gratuito do Brasil a Israel. Além disso, guardava uma irredutível antipatia pela criação do Estado judeu: “Francamente, eu era muito a favor dos árabes. Eu achava que o judeu era um intruso. Quer dizer, não é o fato de há dois mil anos atrás aquela terra ter sido deles, que hoje em dia devesse ser. Os romanos, os italianos também podiam reivindicar. Houve época em que aquilo foi dos romanos, dos italianos. Aquilo foi uma política do inglês, secundado por Wall Street”.[24]

Referindo-se à política de Nixon, dizia: “Ele está cheio de petróleo, resolve dar armas e bilhões de dólares para Israel. E o resto do mundo que se fomente? O japonês que se arrase, o Brasil que se esbandalhe?”.[25]

Geisel queria que o governo americano influísse na banca para que ela emprestasse mais, em melhores condições e com prazos longos ao Brasil. O mundo começava a ser inundado pela maior transferência de capitais já ocorrida em época de paz. A dívida externa brasileira estava em 10 bilhões de dólares, e os empréstimos eram feitos quase sempre por quinze anos, contra uma praxe internacional de apenas oito.[26] O dinheiro tomado em São Paulo ao Citibank de Nova York saía de 5% a 20% mais barato que o do mercado nacional.[27] A Secretaria do Tesouro acabara de eliminar as restrições para que os bancos americanos emprestassem no exterior. Sugeriu também às grandes casas bancárias que colocassem no Terceiro Mundo boas quantidades dos depósitos feitos pelos *sheiks* empanturrados de dinheiro. Eram os “petrodólares”, recursos que os países exportadores de óleo passaram a receber, sem saber onde pôr.

Golbery passou a Huntington a preocupação de Geisel com o risco de o governo americano criar barreiras tarifárias às exportações nacionais. Dois anos antes, quando Nixon massageou o ego da ditadura afirmando que o Brasil determinava os rumos da América Latina, Geisel condenou a "mania de se dizer que o Brasil é potência": "A nós importaria se os Estados Unidos comprassem 400 mil pares de sapatos ou decidissem comprar só o nosso café".[28] O professor registrou a preocupação, mas explicou que nessa área a Casa Branca pouco tinha a fazer.[29] Semanas depois os americanos impuseram sobretaxas às exportações brasileiras de calçados. Ao receber a notícia, Geisel decidiu que não visitaria os Estados Unidos enquanto vigorassem sobretaxas aduaneiras contra produtos nacionais.[30]

Huntington passou os recados a Kissinger e presenteou Golbery com um livro de Gerald Ford, o vice-presidente de Nixon. O professor achava-o "fraco, porém confiável".[31]

A Bolívia de Banzer

Banzer, ou *El Petiso*, era o xodó da diplomacia militar brasileira. Numa carta a Richard Nixon, Médici chegara a ponto de interceder pelo colega, para que o presidente americano o ajudasse.[32] O boliviano tomara o poder aos 45 anos, em 1971, no oitavo golpe militar desde 1964. Com um pedaço da carreira feita nos Estados Unidos e na Argentina, e a vida política armada na região de Santa Cruz de La Sierra, cuja próspera economia estava associada a interesses brasileiros. Fazia tempo que Banzer se tornara o golpista de plantão.

Derrubara o general Juan José Torres na segunda tentativa. Na primeira, em janeiro de 1970, os conspiradores pretendiam tomar o palácio e duas rádios. Tomaram o Estado-Maior do Exército, mas foram dominados. Um major e seis capitães negociaram a paz e se asilaram na embaixada do

Brasil, bateram pique em São Paulo e retornaram clandestinamente ao país.[33] O SNI intermediou o pouso de um avião militar brasileiro com armas para os conspiradores de Santa Cruz.[34] Expulso da Bolívia por Torres, o ex-embaixador brasileiro Hugo Bethlem, general da reserva, acusara-o de planejar "o imediato estabelecimento de uma ditadura socialista na Bolívia, com ajuda direta do comunismo soviético".[35] Em agosto de 1971 Torres desembarcou como asilado em Buenos Aires, e Hugo Banzer entrou no palácio de La Paz. Assim a burguesia *cruceña* produziu seu primeiro presidente.

Colaborando com a nova ordem, o coronel José Maria de Toledo Camargo, segundo homem da máquina de propaganda palaciana de Médici, foi mandado à Bolívia em missão secreta, com um passaporte falso em nome de José Manoel Torres Correa para lustrar a imagem do governo de Banzer. "Uma verdadeira comédia", nas palavras do próprio Camargo. Assinou nota de restaurante com o nome verdadeiro, encabulou-se rejeitando marafonas e se constrangeu fingindo ser Torres Correa durante um jantar na casa do embaixador brasileiro em que diversos convidados sabiam perfeitamente quem era.[36]

Durante o governo de Banzer a Bolívia servira de trilha para o contrabando de armas de militares chilenos que conspiravam contra Allende em bases montadas no meio empresarial americano-brasileiro. Afora as afinidades políticas, o general queria vender petróleo ao Brasil e, desde 1938, o Brasil queria controlar as reservas de gás natural da Bolívia. Enquanto esteve na Petrobras, Geisel complicou a compra de óleo boliviano pois custava mais que o árabe.[37]

Depois de se reunir com Geisel, *El Petiso* deixou uma lista miúda. Queria negociar um gasoduto e se contentava com coisa modesta na área química. Parecia mais interessado em conseguir 50 milhões de dólares e, no mínimo, dois aviões para transporte de tropas.[38] Levou os aviões.[39] Pelos canais da Comunidade de Informações, o SNI estava cuidando de remeter

750 capacetes de combate a La Paz.[40] Meses mais tarde Banzer pediria um lote de granadas, para serem pagas em vinte anos com dez de carência e juros de 5% ao ano.[41]

O Uruguai de Bordaberry

Dos três ditadores latino-americanos que vieram à sua posse, o que melhor impressão deixou em Geisel foi o estancieiro uruguaio Juan María Bordaberry.[42] Tinha 45 anos, era civil, chegara à presidência pelo voto e tinha um temperamento reservado. Desde junho de 1973, quando o Exército fechara o Congresso e suspendera as liberdades públicas, Bordaberry se tornara uma figura decorativa, mas desempenhava o papel com gosto, pois contribuíra para o desfecho ditatorial da crise.

Os conflitos latino-americanos sempre tiveram algo de espetacular, mas nos cinco anos de duração da agonia do regime democrático uruguaio o componente de teatralidade mórbida adquiriu níveis inéditos. Pela esquerda, os Tupamaros, com 3 mil militantes, fizeram coisas nunca vistas e até mesmo difíceis de imaginar. Suas ações, iniciadas em 1968, eram românticas, vingativas, pirotécnicas. Eles assaltaram um cassino e devolveram as gorjetas dos crupiês pelo correio.[43] Depenaram a mansão de um plutocrata e divulgaram que nela havia 400 mil dólares em dinheiro e barras de ouro.[44] Incendiaram o prédio da General Motors e explodiram a sede do Montevideo Country Club.[45] Praticaram o maior roubo de joias dos tempos modernos, levando o equivalente a 6 milhões de dólares da caixa-forte de um banco.[46] Sequestraram o cônsul brasileiro e o embaixador inglês. Assassinaram um policial americano e um coronel acusados de torturar presos.[47] Expuseram a conexão brasileira do terrorismo de direita uruguaio divulgando a confissão de um policial sequestrado. Agentes

metidos com explosões e assassinatos tinham feito cursos no Brasil e retornado ao Uruguai com armas que repassaram a um grupo paramilitar.[48]

O maior espetáculo tupamaro foi a fuga, por um túnel, de 106 presos do presídio de Punta Carretas em setembro de 1971. O Estado uruguaio, que parecera inerte diante da audácia tupamara, entregou o caso aos militares. Em três meses o terrorismo de esquerda estava desarticulado.[49] No final de 1972 havia na cadeia 2.600 pessoas. Entre eles, José Mujica, o Pepe, de quarenta anos, fugitivo de Punta Carretas, capturado no ano seguinte. Ficaria treze anos na cadeia, dois em regime de incomunicabilidade.

Se houve uma teatralidade no terrorismo, correspondeu-lhe outra na repressão. Até certo ponto a ditadura uruguaia assemelhava-se às demais. Proibiram-se as reuniões políticas, censurou-se a imprensa e se loteou a administração pública para a oficialidade. O Exército que em 1967 se recusara a treinar oficiais em técnicas antiguerrilheiras, em 1973 assenhoreou-se, pela primeira vez na história, de verbas superiores às destinadas para a educação.[50]

A ditadura uruguaia começou a se tornar típica quando se autodenominou um regime "cívico-militar". Dias antes da chegada de Bordaberry a Brasília uma nova Lei Orgânica das Forças Armadas informava que "o Estado Militar impõe: obediência, sacrifício, estoicismo, rigorismo, renúncia em prol da eficácia e continuidade do serviço".[51] Os cidadãos haveriam de ser divididos em três categorias: A, B e C. Um A podia trabalhar no serviço público, mas um C, indigno da confiança do regime, nem numa empresa privada podia entrar sem causar embaraço ao patrão. Os militares supervisionavam até mesmo as escolhas de capitães de times de futebol.[52] O principal presídio da ditadura chamou-se La Libertad. Os prisioneiros políticos foram transformados em cobaias de vingança e de experiências psiquiátricas. Ao banimento dos textos freudianos nas universidades correspondeu um experimentalismo behaviorista nos cárceres. Nas palavras do principal psiquiatra do regime, "a guerra

continuava na cadeia (...) a cada dia, a cada regra, tudo fazia parte de um plano para fazê-los sofrer psicologicamente".[53] Criavam-se ambientes instáveis, onde aquilo que era privilégio num dia virava delito no outro. Punia-se com um mês de solitária um gesto paternal de afeto durante a visita das crianças (nove horas por ano).[54]

Mauricio Rosencof, teatrólogo de 38 anos, fundador dos Tupamaros e negociador da ajuda de Fidel Castro ao movimento, foi preso em 1973 e torturado por nove meses. Ficou onze anos na prisão, durante os quais calcula que não enxergou a luz do sol por mais de oito horas. Soube do golpe chileno com três anos de atraso. Nunca viu o rosto de outro prisioneiro, viveu em celas de três metros quadrados, perdeu a noção das cores e frequentemente teve de matar a sede com a própria urina.[55] Resistiu sonhando passeios. Quando era chamado para as sessões de tortura, se lembrava da filha, dos judeus do gueto de Varsóvia, e recitava: "Eu sou os que foram".[56]

Antes da ofensiva militar, quando os Tupamaros ainda metiam medo, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, expôs a um grupo de convidados que reuniu à mesa no Jockey Club a possibilidade de um conflito militar "com um país do Sul". Seria algo como o surgimento de uma legião estrangeira atravessando o Chuí. Um dos comensais associou essa eventualidade a uma inevitável prorrogação do mandato de Médici. Três semanas depois a conversa estava nos ouvidos de Golbery.[57]

As duas ditaduras se entendiam. O presidente americano, Richard Nixon, contara ao primeiro-ministro britânico, Edward Heath, que os brasileiros ajudaram a fraudar a eleição que levara Bordaberry à presidência.[58] No meio das tropas que ocuparam as ruas de Montevidéu durante o golpe de junho, havia veículos militares brasileiros, parte de um lote de trezentos, remetidos numa transação de governo para governo.[59] Geisel, que em 1971 não levara a sério os planos de invasão do Uruguai pelos soldados do III Exército, se equipou para proteger a nova ordem, caso

ela precisasse de combustíveis da Petrobras para dobrar uma greve das refinarias.[60] As duas polícias colaboravam, e as cidades fronteiriças se tornaram uma espécie de zona de livre captura. Em outubro de 1972, Adamastor Bonilha, veterano do PC do B e da guerrilha de Caparaó, manco de tantas surras, conseguiu escapar a uma patrulha brasileira que foi caçá-lo na cidade uruguaia de Rivera.[61]

Bordaberry veio e voltou com uma agenda leve. Trouxera duas preocupações: um projeto de hidrelétrica para o rio Jaguarão — destinado a irrigar terras de cultura de arroz — e, sobretudo, a falta de freguesia para suas exportações de carne, que tinha levado os estancieiros a suspender os abates.[62] Três meses depois, o Brasil comprou um pedaço do estoque uruguaio, e o próprio Bordaberry fez chegar a Geisel um agradecimento formal.[63]

O Chile de Pinochet

Augusto Pinochet, chefe da junta militar que governava o Chile, chegara na véspera. Em sua primeira viagem ao exterior, era um hóspede constrangedor. Ótimo que existisse, preferível que não tivesse vindo. Tinha 58 anos, e foi percebido no dia 11 de setembro de 1973, quando comandou a rebelião militar que derrubou o governo do presidente Salvador Allende. A experiência neossocialista chilena durara mil dias, arruinara a economia e dividira a sociedade. O palácio presidencial foi bombardeado sete vezes pela aviação, atacado por tanques e invadido pela tropa no início da tarde. Allende foi encontrado num salão, sobre um sofá de veludo vermelho, com a cabeça destroçada. Matara-se com uma submetralhadora soviética. Nela fora gravada uma dedicatória: “Para Salvador, do teu companheiro de armas, Fidel Castro”.[64] Em 1967 o Che Guevara jogado numa cova à beira do campo de pouso de Vallegrande significara o fim da experiência do

Guerrilheiro Heroico. Em 1973, com Allende, acabara-se o caminho eleitoral para o socialismo. Retirado do La Moneda num poncho, o presidente foi sepultado em caixão lacrado num túmulo sem inscrição. A palavra “Pinochet” designava muito mais uma modalidade de repressão política do que aquele general de rosto fechado, bigodes grisalhos e olhos azuis, duas vezes recusado pela Academia Militar. Fizera uma carreira comum e se comprometera com o golpe 48 horas antes da revolta. Entre o momento em que foi disparado o primeiro tiro contra o La Moneda e o instante em que o cadáver de Allende deixou o palácio, Pinochet comportou-se como um chefe militar audacioso e violento.[65] Descontando-se sua saúde de ferro, era um Costa e Silva que vinha dando certo. Ainda assim, havia alguma insegurança acerca da extensão de seu predomínio e da durabilidade de seu poder pessoal. Heitor Ferreira resumira essa sensação no diário: “Assumiu uma junta de 4. Vamos ver. Por enquanto manda o general Pinochet”.[66]

Em setembro de 1973, os militares chilenos bombardearam o palácio de La Moneda, depuseram o governo. O presidente socialista Salvador Allende suicidou-se no seu gabinete. Foram presas 45 mil pessoas. A esquerda latino-americana espalhou-se pela Europa, não como uma temível força de militantes radicais, mas como um abatido grupo de refugiados.

Prenderam-se 45 mil pessoas. Ministros do governo deposto foram mandados como “prisioneiros de guerra” para a base militar de Dawson, no estreito de Magalhães, tendo sido submetidos a trabalhos forçados e ginástica na neve. Sete mil presos foram trancados no Estádio Nacional de Santiago, onde Garrincha ganhou a Copa de 1962.

Panfletos e comunicados radiofônicos pediam que caçassem os forasteiros que haviam confluído para o país em busca de proteção,

prestígio ou proezas. “Não se terá compaixão dos estrangeiros que vieram matar chilenos.”[67] José Serra, ex-presidente da UNE, que vivia no Chile desde 1965 como economista da Cepal e, mais tarde, professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, a Flacso, e colaborador bissexto de Allende, foi levado para o estádio. Preso em outubro, foi libertado dois dias depois graças a uma gestão do embaixador sueco junto ao major encarregado da triagem. Esse oficial se chamava Ivan Lavanderos, era um esquerdista assumido e já soltara outros prisioneiros a pedido do diplomata. Quando sua tolerância (aliada à sua conhecida militância) chegou ao conhecimento do coronel que comandava os interrogatórios, fuzilaram-no.[68] Túlio Quintiliano, um ex-militante do PCBR, foi entregue à tropa por vizinhos e desapareceu no dia 13 de setembro. O físico Luiz Carlos Almeida foi fuzilado às margens do rio Mapocho.[69]

O ex-sargento José de Araújo Nóbrega, veterano do ataque ao QG do II Exército e do confisco do cofre de Adhemar de Barros, era conhecido como *Sete Vidas*. Escapara do cerco da base de Itapecerica da Serra e já fora dado por morto e sepultado depois de um tiroteio no Rio. Foi retirado do Estádio Nacional com as mãos amarradas com arame. Três anos antes, capturado na guerrilha do vale do Ribeira, vira-se diante da mira de um coronel que ia executá-lo e, certo de que morreria, gritara “Viva a Revolução”. No vale do Ribeira a execução era teatro.[70] Em Santiago puseram-no num ônibus com outros presos, levaram-nos para a periferia da cidade, mandaram que corressem e os metralharam. *Sete Vidas* tomou dois tiros de raspão na cintura, machucou o pé, pulou de um barranco, caiu num charco, fingiu-se de morto e esperou algumas horas para procurar abrigo.[71]

As embaixadas que recebiam perseguidos estavam lotadas. Na do Panamá, um pequeno apartamento, entraram 364 asilados. O embaixador panamenho estendeu a extraterritorialidade de sua representação à casa do economista Theotonio dos Santos, protegendo dezenas de brasileiros.[72] No palacete da Argentina, havia setecentos asilados, 120 eram brasileiros.[73] Na

do Brasil, ninguém. Chefiava-a o embaixador Antonio da Câmara Canto, um gaúcho famoso no Itamaraty pela severa sinceridade e, nos postos por onde passou, pelas habilidades como cavaleiro. Pinochet o associava ao comportamento da diplomacia brasileira no dia do golpe: "Ainda estávamos disparando, quando chegou o embaixador e comunicou-nos o reconhecimento".[74] (A Casa Branca só normalizou suas relações com a junta treze dias depois.) No meio da tarde do dia 11, Câmara Canto festejava atendendo o telefone com a notícia: "Ganhamos".[75] Era um golpista militante. Em março, durante um almoço com o embaixador americano Nathaniel Davis, convidara-o para trabalharem juntos pela deposição de Allende.[76] A essa altura a organização ultramontana e terrorista Patria y Libertad contrabandeava armas valendo-se de contatos no Brasil e na Argentina.[77] A própria CIA detectou uma conexão financeira entre os conspiradores chilenos e o empresariado estabelecido no Brasil.[78] Meses mais tarde, quando a Patria y Libertad se meteu num *putsch*, Câmara Canto asilou um de seus dirigentes.

É verdade que nem mesmo o medo levava a diáspora esquerdista de Santiago a confiar na embaixada, mas dela não partiu sinal de piedade para com os brasileiros perseguidos. Nos dias seguintes, foi negado um salvo-conduto para que a companheira do ex-capitão da PM paulista Vânio José de Matos, morto no Estádio Nacional, deixasse o país, com a concordância da junta e sob a proteção das Nações Unidas.[79] A ditadura só tinha interesse nos mortos. O Centro de Informações da Aeronáutica informava à Comunidade que quatro banidos tinham sido mortos. Um deles era José de Araújo Nóbrega, o *Sete Vidas*, que vivo continuava.[80]

Havia regozijo pela virada chilena. Em seu escritório da Dow, o general Golbery dizia: "Não se faz omelete sem quebrar ovos".[81] Para ajudar a quebrá-los, quatro aviões militares brasileiros desceram em Santiago ainda quando as fronteiras do Chile estavam fechadas. Oficialmente, levavam remédios e comida.[82] José Serra, naquela altura preso no Estádio Nacional,

ouviu carcereiros falando português.[83] Um acidente burocrático fez com que 26 anos depois saísse de sua pasta do DOPS paulista um bilhete dos dias em que viveu asilado na embaixada da Itália em Santiago. Continha trechos da ficha dele e concluía: “Como vês, trata-se de ‘boa gente’, que bem merece ser ‘tratado’ pelos chilenos”.[84]

Para Pinochet a visita ao Brasil servia como uma tênue demonstração de que furava o isolamento internacional. Associava-se à milagrosa ditadura brasileira, que, bem ou mal, tinha prestígio. O regime chileno encerrara o ano com 1.500 mortos e 7 mil exilados.[85] Fechara o Congresso, banira os partidos e cancelara qualquer tipo de eleição, até mesmo para a indicação das diretorias de associações esportivas. Dois mortos o acompanharam na viagem. Na véspera do embarque de Pinochet a estudante de medicina Michele Bachelet, de 22 anos, visitava pacientes quando sua mãe contou-lhe que o pai, Alberto, um general da Força Aérea, morrera na prisão. Ele dirigira o sistema nacional de abastecimento durante o governo Allende.[86] No dia da posse de Geisel, veio a notícia de que o ex-ministro da Defesa José Tohá morrera na prisão da ilha de Dawson.[87]

Aquilo que podia parecer uma exposição desnecessária foi um gesto de astúcia de Pinochet. Ele visitou Brasília e o Rio de Janeiro com todas as honras de chefe de Estado e sem as aporrinhações de ditador. Ainda obrigado a partilhar poderes com os outros três comandantes da junta, tirava partido da sua condição de representante da nação, chegando inclusive a forçar uma reunião com o presidente boliviano Hugo Banzer. Afora o espetáculo, Pinochet não tinha agenda, e da audiência com ele Geisel registraria poucas linhas: “Pede constituição de uma comissão de alto nível para estudar todas as questões, não só econômicas, que devem servir para incrementar as relações com o Brasil”.[88]

A grande colaboração chilena já estava consumada. Os documentos da Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade, que funcionava em

Santiago, foram capturados e levados para a Agência Central do SNI.[89] A diáspora brasileira sofreu em 1973 uma nova derrota de seus sonhos. Até 1969, dividida entre a Europa e o Uruguai, ela fora o exílio da radicalização do regime de 1946, desterro de João Goulart, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. A partir de 1969, mudara de qualidade. Era formada por revolucionários dispostos a combater pelo socialismo retornando ao país ou mesmo fazendo a Revolução Chilena. Era o desterro de Onofre Pinto, dos sargentos da VPR e dos dólares do cofre de Adhemar de Barros, dos banidos e dos combatentes da ALN. Perdida a base operacional de Santiago, essa diáspora se espalhara pelo mundo, buscando apenas abrigo. Como registrou Herbert José de Souza, o *Betinho* da AP, deu-se um "salve-se quem puder e embarque para onde possa". (Ele embarcou para o Panamá e, de lá, refugiou-se no Canadá.)[90] No inverno europeu de 1973, os brasileiros deixaram de ser os exilados-combatentes que vinham da VPR e da ultraesquerda chilena, como Ângelo Pezzuti, ou da central cubana, como Chizuo Osava, o *Mário Japa*. Na Europa, tornaram-se simples refugiados, protegidos pelo Alto-Comissariado da ONU. No campo de refugiados de Alvesta, na Suécia, para onde foram mandados alguns brasileiros, havia cerca de mil. Uns vinham de Uganda e de Bangladesh. Outros, do Leste Europeu ou da Turquia. Quase todos migrantes econômicos. Terminara a viagem dos codinomes. *Elisa* e *Diogo* de Santiago, que haviam sido *Márcia* e *Honório* no sequestro de Elbrick, voltaram a ser Vera Sílvia Magalhães e Fernando Gabeira. Ele, motorneiro de metrô em Estocolmo. Ela, vendo o tamanho da mudança: "Até então o exílio era uma coisa transitória. (...) Foi na embaixada da Argentina, no Chile, que me identifiquei como Vera Sílvia. Aí, tive a visão de que ia ficar muito tempo no exterior".[91] "Nosso estatuto legal era o de apátridas", registrou Maria do Carmo Brito, a *Lia* da VPR, assentada na Bélgica.[92] A professora Denise Rollemberg, autora de um criterioso estudo sobre a diáspora brasileira, procurou quantificar os expatriados e concluiu que "qualquer tentativa de fazê-lo seria mera

suposição, sem nenhum fundamento". Sabe-se que em agosto de 1973, um mês antes do golpe chileno, a ONG Cimade contara 1.500 brasileiros na França.[93] Com todas as ressalvas, é possível que o número de brasileiros que partiram naquilo que anos mais tarde João Bosco e Aldir Blanc chamariam de "rabo de foguete" tenha ficado entre 2.500 e 5 mil.[94]

A esquerda moderada, na qual anos antes o sociólogo Fernando Henrique Cardoso comera em Santiago o "amargo caviar do exílio", migrou para a Europa e para os Estados Unidos. José Serra chegaria em julho à Universidade de Cornell, em Nova York.

A Argentina de Perón

Os dois grandes caudilhos sul-americanos se mantiveram longe da festa de Geisel. Alfredo Stroessner, que completava vinte anos de poder pessoal no Paraguai, não viera, porque era inimigo de Banzer. Juan Perón, novo presidente da Argentina, mandara o ministro do Interior. Havia encrenca no pedaço. Refletia o reencontro com o fantasma das demagogias dos anos 1950, mas também a complexidade das relações entre dois vizinhos que não podiam aparar suas divergências com sentimentalismos anticomunistas, partidas de capacetes ou importações de carne.

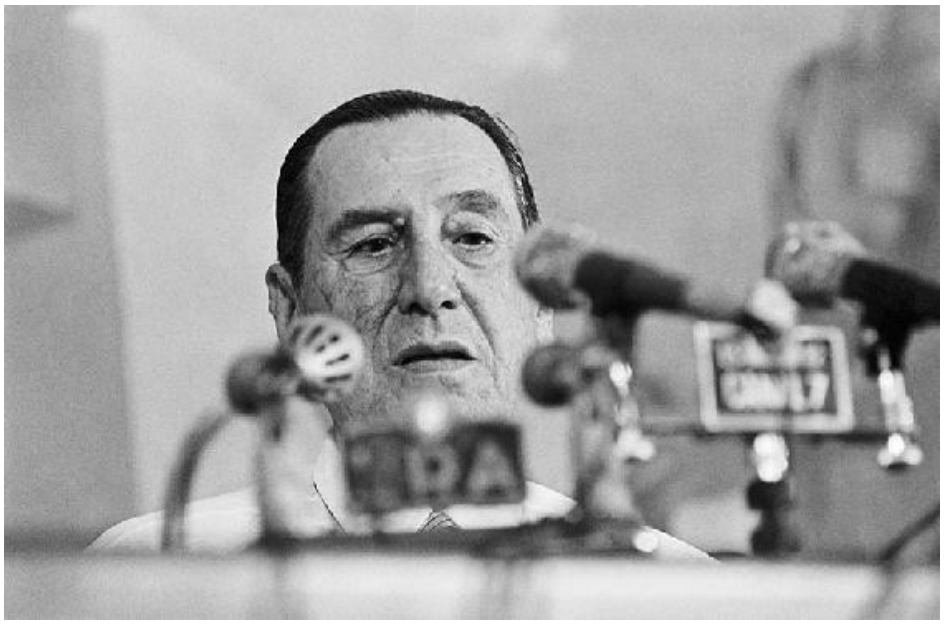
Perón tinha uma biografia de trapezista. Em 1916, quando era subtenente, os argentinos viviam com uma renda *per capita* maior que a dos japoneses, 70% da canadense.[95] Chegara ao poder em 1946, coroando um período de anarquia militar. Depuseram-no dez anos depois, numa crise em que bombardearam o palácio, metralharam a multidão, mataram duzentas pessoas e inauguraram nos bivaques um novo período de bagunça, perceptível desde a primeira hora, quando o poder ficou com uma junta de transição onde se sentavam dezessete generais.[96]

Ele encarnava o general latino-americano de caricatura. Juntou uma fortuna calculada em algo como 12 milhões de dólares da época. Só no espólio de Evita, sua mulher, os generais acharam 1.650 diamantes, 65 quilos de ouro, outros tantos de prata e três lingotes de platina.[97]

Exilado em Madri, Perón cultivou rosas e a destruição do que chamava de "canalha ditatorial". Em 1955 a ditadura militar se denominava Revolución Libertadora. Onze anos depois, o novo surto denominou-se Revolución Argentina. Os militares empossaram e depuseram dois civis (Arturo Frondizi e Arturo Illia) e dois generais (Juan Carlos Onganía e Roberto Levingston). Por mais que perseguissem o ex-ditador, generais e plutocratas nunca conseguiram calar uma antiga rima peronista:

Se siente, se siente,
Perón está presente.

O caudilho tinha nas costas a cicatriz da antipatia da ditadura brasileira. Para os hierarcas da Revolução de 31 de Março, o peronismo era a versão virulenta da demagogia nacional. Em novembro de 1964, num documento do SNI, Golbery sugeria que "se vá alertando a mente para a existência real de um plano perono-comuno-brizolista, visando à agitação na América Latina".[98] Temia que Perón saísse de Madri, desembarcasse em Buenos Aires e virasse a política argentina de cabeça para baixo. Na manhã de 2 de dezembro de 1964 um jato da Iberia que fazia o voo Madri-Buenos Aires, com escala no Rio, pousou no aeroporto do Galeão com Juan Perón a bordo. O governo sabia de sua presença e não deixou sequer que ele descesse para tomar um café no bar. O chefe do cerimonial do Itamaraty entrou no avião e informou ao passageiro que ali começava sua viagem de volta para a Espanha.



Juan Domingo Perón

Perón retornou a Buenos Aires oito anos depois, em novembro de 1972. Tinha 76 anos e a saúde alquebrada por padecimentos da bexiga e do pulmão e por uma infecção no pericárdio.[99] Meio milhão de pessoas foram esperá-lo no caminho do aeroporto de Ezeiza. Aproximava-se da senilidade como senhor de um país cuja renda *per capita* caíra a menos da metade da japonesa, um quinto da canadense. Somando-se a uma sucessão de desastres, a salada de teorias corporativas, cosmopolitas e contracionistas dos oito ministros da Economia de sete anos de ditadura militar havia produzido uma inflação de 75,9% e um déficit público de 6,3% do Produto Interno Bruto.[100]

A natureza militarista e repressiva do regime, bem como a militarização das bases peronistas, levou a violência política argentina a um nível inédito. Antes do retorno de seu líder a Buenos Aires, o braço terrorista do peronismo explodira 1.817 bombas e sequestrara vinte pessoas.[101] Matara o presidente da Fiat, o comandante da guarnição militar de Rosario e o general Pedro Aramburu, ex-presidente da República, que autorizara o fuzilamento de dezoito militares (um deles, general) e nove civis na

repressão a um levante peronista. Era a guerrilha urbana mais próspera, ativa e letal do mundo. Até o final de 1973 arrecadara mais de 20 milhões de dólares extorquindo e sequestrando empresários.[102] Em 1972 os terroristas italianos haviam matado cinco pessoas em 595 ações (um morto para cada 119 ações).[103] Os argentinos, 68 em 737 (um morto para cada onze ações). Do outro lado institucionalizara-se a tortura e, no primeiro massacre de um triste ciclo, dezesseis prisioneiros foram assassinados na base naval de Trelew. O chefe da operação, contra-almirante Horácio Mayorga, diria mais tarde: "Para mim, era preciso que tivesse havido fuzilamento no estádio do River, com Coca-Cola grátis e tudo sendo televisionado".[104]

Os comandantes militares tinham concebido uma manobra de entrega do poder aos civis na qual tosariam o lobo velho e desdentado. Chamavam-na Gran Acuerdo Nacional. Asseguravam-se o direito de veto às decisões do novo poder civil e se mantinham como supervisores do que haveria de ser um governo de "transição e consolidação".[105] Três anos antes de assumir a presidência, quando comandava o exército, o general Alejandro Lanusse já dizia que a melhor saída para as forças armadas era "embolsar" Perón, permitindo seu regresso.[106] Perón tosou-os.

O lobo velho impôs aos generais não só a eleição dele (com 62% dos votos), mas a presença de sua mulher, Isabelita, na vice-presidência.[107] Era a humilhação definitiva para uma tropa que rosnara em 1951, quando 1 milhão de argentinos marcharam por Buenos Aires pedindo a Perón que colocasse Evita na chapa de sua reeleição. A nova vice-presidente se chamava María Estela Martínez. Perón conhecera-a quando era uma dançarina gostosona no Panamá. Afora o diminutivo, em nada lembrava a gloriosa antecessora. Atarracada, com boca pequena e um temperamento tímido, faltavam-lhe a elegância esguia, o sorriso aberto e a energia cruel da primeira. Descendo as escadas do palácio com seus Dior longos, Evita fora um personagem de um conto de fadas fraudulento. Isabelita, aos 42 anos,

com suas saias apertadas, não conseguira sair da crônica banal dos oportunistas. O casal entrou na Casa Rosada no dia 12 de outubro de 1973.

Três semanas depois, o comandante da armada argentina, de viagem marcada para o Brasil, pediu que Geisel o recebesse e informou que lhe sugeriria um encontro com Perón, em Buenos Aires.[108] O pedido foi recusado, e a proposta nem sequer foi ouvida. Perón simbolizava tudo o que Geisel detestava: general corrupto, politiqueiro e demagogo. Nas conversas pessoais chamava-o de "uma múmia", mas policiava-se para não agravar a verdadeira dificuldade surgida nas relações com Buenos Aires ainda na época dos consulados militares: Itaipu.[109]

Em abril de 1973 os governos brasileiro e paraguaio haviam assinado o tratado que permitiria a construção, em condomínio, de uma barragem no rio Paraná, na altura das cataratas do Iguaçu. Com 18 milhões de quilowatts, seria a terceira hidrelétrica do mundo, garantindo o abastecimento do parque industrial brasileiro e dos cofres da cleptocracia militar paraguaia.

Os militares argentinos temiam que uma barragem daquele tamanho resultasse numa "irradiação brasileira" ou mesmo na incorporação econômica da região nordeste do seu país, sobretudo as províncias de Formosa e Misiones.[110] Baseavam-se nos próprios receios e num trecho do *Conjuntura política nacional — O Poder Executivo e geopolítica do Brasil*, do general Golbery, em que ele chamou de "fronteira viva" a linha que separa os dois países na altura da Mesopotâmia argentina.[111] Como fronteira viva pode se mexer e a do Vice-Reinado do Prata sempre se moveu reduzindo o território da Argentina, enquanto o tamanho do Brasil e do Chile dobrava, a obsessão geopolítica tinha pelo menos antecedentes históricos.[112] Julgavam ainda que a obra colocaria o Paraguai definitivamente sob influência brasileira.

Armaram-se de diversas teorias jurídicas (a soberania compartilhada dos rios internacionais), hidrológicas (uma catástrofe que rompesse Itaipu

inundaria cidades argentinas) e sanitárias (o lago da barragem propagaria a esquistossomose rio abaixo). Sustentavam a tese segundo a qual o país que fica a montante de um rio internacional de curso sucessivo está obrigado a submeter seus projetos de utilização das águas às nações que ficam a jusante. Em miúdos: para represar o rio Paraná e erguer Itaipu, Brasil e Paraguai precisavam consultar a Argentina, sócia da foz da bacia do Prata. Com o apoio do Chile, da Bolívia e do Uruguai, o presidente Lanusse forçou um convite para visitar o Brasil. Durante o banquete oferecido por Médici, provocou um incidente ao enfiar um "caco" no discurso de agradecimento que entregara ao Itamaraty: condenou o uso do rio sem consultas prévias.[113] Sua comitiva cortou do comunicado conjunto dos dois presidentes o rotineiro *indestructible* que adjetiva a amizade dos países latino-americanos.[114]

Todas as restrições argentinas a Itaipu podem ser resumidas numa só frase, do chanceler argentino Luis María de Pablo Pardo a seu colega brasileiro Mario Gibson Barboza, num almoço a sós: "O que não queremos, realmente, é que vocês construam essa hidrelétrica com o Paraguai".[115]

Geisel via na rivalidade argentina um exercício fútil. Achava que Lanusse errara o tiro procurando despertar um sentimento de hispanidade sul-americana. "Devia juntar-se ao Brasil e ao Paraguai no esforço anticomunista."[116] Para surpresa dos generais que em 1964 temiam o perono-comuno-brizolismo, o velho lobo congelou a manipulação da rivalidade com o Brasil. Para o governo brasileiro, Perón foi um vizinho menos encrenqueiro que os generais.

Portugal e suas colônias

O chanceler Rui Patrício chegou ao Rio de Janeiro quase uma semana antes das cerimônias da posse de Geisel. Quadro coadjuvante da ditadura

instalada em Portugal desde os anos 1930, foi de festa em festa, seguindo o receituário da diplomacia portuguesa: costurar por cima a amizade luso-brasileira. A cada novo governo brasileiro, ela tratava de desarticular os impulsos de boa parte do Itamaraty, que estava interessada em afastar o Brasil da política ultramarina de Lisboa. Portugal mantinha colônias em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde — tudo o que restava do seu império, quase tudo o que restava da experiência colonial europeia. Nem colônias eram mais. Eram guerras perdidas de uma metrópole falida.

Com a economia estagnada, drenado pela imigração para a França e para a Alemanha, Portugal padecia um declínio populacional. Tinha 8,2 milhões de pessoas em casa e 1 milhão fora, a maioria na faixa dos dezoito aos 35 anos. Um português ganhando salário mínimo na França conseguia uma renda superior à de 92% de seus compatriotas.[117] A segunda maior população de portugueses vivia na cidade de Paris.[118] Um em cada três dos 120 mil portugueses que emigraram em 1973 eram operários qualificados. A poupança remetida pelos emigrados equivalia a 70% do total das exportações do país.[119]

Esse império anacrônico enfrentava os movimentos de libertação africanos mantendo 150 mil homens armados no além-mar. Estava batido na Guiné-Bissau, onde o poder dos guerrilheiros já fora reconhecido por 54 governos, quase todos africanos ou comunistas. Passava dificuldades em Moçambique e se segurava em Angola, com 60 mil homens aquartelados. As despesas militares chegavam a 425 milhões de dólares, cerca de 7% do Produto Interno Bruto, percentual maior que o dos Estados Unidos e três vezes superior ao da África do Sul.[120] De cada quatro homens com idade suficiente para o serviço militar, um estava na tropa. A percentagem da população portuguesa em armas só era superada em Israel e nos dois Vietnãs.

Todos os governos brasileiros apoiaram Portugal na sua guerra contra os africanos. Desde 1964, faziam isso por solidariedade ao anticomunismo de

Lisboa. Em 1965 o governo Castello Branco não disse uma única palavra quando a brasileira Arajaryr Moreira de Campos foi assassinada perto da fronteira espanhola junto com seu companheiro, o general Humberto Delgado, último candidato oposicionista à presidência de Portugal. A polícia política portuguesa operava no Rio, e o Ministério do Exército português ofereceu estágios de guerra anti-insurrecional a oficiais brasileiros.[121] Fez isso também por conta do poder de pressão da pequena e decadente plutocracia portuguesa do Rio de Janeiro. Esse foi o caso de políticos como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que tinham bons amigos em Lisboa. Tanto os *Diários Associados* como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, embora em graus variáveis, eram militantes da guerra portuguesa. A indústria bélica brasileira contrabandeava armas para as tropas coloniais em Angola.[122] A conexão se sustentava ainda num romantismo utilitário. Rendera ao presidente Médici os ossos de d. Pedro I para enfeitar a festa do Sesquicentenário da Independência.

Enquanto o apoio brasileiro a Portugal foi uma questão de anticomunismo e romance, Geisel se incomodou pouco com ele. Tentou se associar ao império, juntando a Petrobras aos portugueses na exploração do petróleo angolano. Foi contraditado e vencido pelo chanceler Gibson Barboza, que via na iniciativa um perigoso envolvimento brasileiro na guerra africana.[123] O general só se transformou num adversário do colonialismo lusitano depois da crise do petróleo de 1973. Pressionado pelos americanos, o governo de Lisboa permitiu que a ponte aérea destinada a garantir o suprimento de armas para Israel se reabastecesse nos Açores. Os países árabes responderam embargando as exportações de petróleo para Portugal.

Discutindo um editorial do *Jornal do Brasil* que defendia uma negociação afro-luso-brasileira para a questão angolana, Geisel disse a Golbery: “Eu acho que nós deveríamos mandar Portugal passear. (...) Acho que está na hora de pegar Portugal e dizer: ‘Olha, não conte mais com o

Brasil’”.[124] No dia seguinte a essa conversa, o Itamaraty informou-o de que era grande a possibilidade de o Brasil sofrer alguma retaliação dos árabes por conta do apoio que dava à política colonial portuguesa.[125] Quando um diplomata lhe ofereceu um esboço de política externa, sugerindo que o Brasil trocasse com Portugal o apoio à política colonial pelo petróleo angolano, Geisel anotou um seco N.[126]

Em fevereiro, durante a conversa em que convidou o general Dale Coutinho para o Ministério do Exército, foi mais didático. Argumentou que a crise do petróleo obrigava o Brasil a se aproximar dos árabes:

> Eu tenho a impressão de que está na hora da gente dizer para Portugal: ‘Nós somos amigos, nós somos parentes, somos irmãos, mas esse troço vocês têm que evoluir, vocês têm que estudar a maneira de dar liberdade a esses países. O inglês não deu, o francês não deu? (...) Eles vêm com o negócio que aquilo não é colonialismo, que eles são províncias, mas isso é tapeação. (...) Mas eu acho que a nossa política em relação a Portugal tem que mudar. Eu tenho informações de que a mocidade de Portugal toda está contra. Já não quer prestar o serviço militar, o número de mutilados moços que voltam a Portugal, que se vê nas ruas, já é muito grande. E os comunas esperando. Já estão infiltrados, esperando as coisas lá dentro. Aquela posição monolítica que havia antigamente em Portugal, no tempo do Salazar,* hoje em dia já não tem mais.[127]

Conheciam-se os números que alimentavam a inquietação militar. Um milhão de soldados portugueses já haviam passado pela guerra da África. A maioria dos combatentes era analfabeta, e os filhos das boas famílias se protegiam servindo nos estados-maiores, que, além de ficarem longe do fogo, só iniciavam o expediente depois do almoço. Em Angola, um

subtenente ganhava menos que porteiro de cinema, metade do que recebia um barbeiro. Como a classe média fugiu do serviço militar, o governo preencheu com conscritos as vagas dos níveis inferiores da oficialidade. Os conscritos não podiam subir na hierarquia e, portanto, evitavam as linhas de combate.[128] Em julho de 1973, procurando quebrar o círculo vicioso, ampliou-se o acesso dessa parte da tropa às promoções. Como seria levada em conta a antiguidade de serviço, a providência obstruiria as promoções dos oficiais regulares e, com isso, estaria criado outro círculo vicioso. Em dezembro o governo recuou, revogando as facilidades oferecidas aos conscritos e aumentando os salários dos oficiais.[129] Podia não ser um retorno ao monolitismo de Salazar, mas tentava ser paliativo aceitável. Parecia que nem havia por que temer os comunas. Vinte e dois membros do Partido Comunista Português tinham gramado um total de 308 anos de cadeia, e seu secretário-geral, depois de pagar treze de cárcere, estava no 14º de exílio. O chefe da Central Intelligence Agency, William Colby, pensara em fechar a estação da companhia em Lisboa. O adido militar americano se orgulhava de nunca ter conversado com nenhum oficial português cuja patente fosse inferior à de coronel.[130]

Geisel duvidava que a guerra africana pudesse resultar numa vitória portuguesa, mas confiava na estabilidade do regime. Só isso explica a sua vontade de mandar o irmão Orlando para a embaixada do Brasil em Lisboa. A ideia lhe ocorreu antes de saber que ele queria continuar no ministério. Garantia-lhe a segurança, proporcionava-lhe uma vilegiatura e mantinha-o próximo da filha, casada com o coronel-adido em Lisboa.[131] Orlando recusou, e a embaixada rolou para o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações. Era general de divisão, a permanência dele no Brasil seria encrenca certa, e Geisel queria que sumisse no exílio.[132]

O rompimento com a parceria colonialista relacionava-se às consequências embaraçosas que ela produzia junto aos árabes. Por isso,

Geisel queria resolver logo a questão. Disse isso ao embaixador Azeredo da Silveira quando o convidou para o ministério, e insistiu dias depois, ao receber dele um projeto de política gradualista. Preparando-o para as conversações que haveria de ter com o chanceler português, Rui Patrício, foi claro: "Ele não pode ter ilusão. Nós temos que mostrar para Portugal que a política mudou".

Silveira justificou-se: "O problema de Portugal é muito emocional no Brasil. Então, a gente tem que botar uma azeitona na empada. (...)".

Geisel foi duro. Disse-lhe que trouxera um documento "muito fraco" e repetiu o recado que tinha para a diplomacia portuguesa: "Olha, não conte mais conosco".[133]

O general entendeu que o embaixador estava preocupado com a pressão interna dos portugueses. Seu próprio irmão, ao saber do projeto de reviravolta, lhe dissera: "Vai devagar".[134] Da conversa resultou que Silveira trataria do assunto, mas seria o general Fontoura, ao chegar a Lisboa, quem cravaria a estaca. O chefe do SNI pretendia tirar férias e passear um pouco pela Europa.

Uma semana antes da posse, Geisel tinha consigo um livro que fazia imenso sucesso em Lisboa e no além-mar: *Portugal e o futuro*, do general Antônio de Spínola. Lançada em fevereiro, a edição de 50 mil exemplares esgotara-se em doze horas. O autor era vice-chefe do estado-maior e comandara as tropas na Guiné-Bissau, onde, desde 1968, dava a guerra por perdida.[135] Dizia que "o caminho para o futuro próspero de sobrevivência da Nação passa necessariamente pelo rápido restabelecimento da paz". "Pretender vencer uma guerra subversiva por meio de uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota."[136] Era o último general de monóculo. Combatera ao lado das tropas franquistas durante a Guerra Civil Espanhola e acompanhara o cerco de Leningrado como observador nas forças alemãs.[137] Rui Patrício desceu em Brasília e fingiu desdenhá-lo: "Vocês falam tanto sobre este livro que estou pensando em lê-lo".[138]

Era tarde para a diplomacia colonial. Era tarde também para Geisel, cuja diplomacia anticolonialista ficara restrita ao seu círculo de interlocutores. A essa altura as caravelas coloniais perdiam tripulação. Mesmo Carlos Lacerda, um ardoroso defensor da aliança luso-brasileira, escrevia: "O Brasil não pode mais apoiar uma causa perdida".[139] Já o primeiro-ministro português, Marcello Caetano, lera o livro de Spínola de uma só vez, numa madrugada de fevereiro, e concluíra que havia um golpe militar em marcha.[140] O império ruía em Portugal.

Desde setembro de 1973 um grupo de oficiais se organizara secretamente numa rede que se estendia às colônias. Autodenominara-se Movimento dos Capitães, mas logo depois ficara conhecido como Movimento das Forças Armadas, MFA. Em dezembro já recrutara duzentos dos 1.600 capitães e majores portugueses, e era dirigido por uma comissão de quinze oficiais. Planejavam um golpe de Estado que derrubasse a ditadura.[141]

Discutindo o projeto gradualista apresentado por Silveira, Golbery implicara com um trecho em que o embaixador dizia ser necessário "manter a posição brasileira anticolonialista". Argumentava: "Ninguém acredita nisso. A nossa posição anticolonialista é quase que subconsciente, porque os outros não se dão conta disso".[142] Em Lisboa, nesse mesmo dia, o MFA colocou-se secretamente sob as ordens do general Spínola. Enquanto Geisel era empossado em Brasília, a Guarda Republicana cercou a Academia Militar, onde se realizava uma reunião de oficiais.[143] Um regimento de infantaria tentou marchar sobre Lisboa, foi contido e prendeu-se uma centena de oficiais. Diante da agitação militar, Geisel pôs o pé no freio: "Nosso propósito é chegar no fim com uma posição clara contra [a política colonial], mas a crise interna deles nos obriga a ir mais devagar".[144]

Rui Patrício recebeu o recado de Silveira com uma postura fatalista: "Se o Brasil não pensa como nós pensamos, o que é que podemos fazer?".[145] Num projeto de circular à delegação brasileira nas Nações Unidas, Silveira

pedia moderação, mas informava: “O Brasil votará a favor de projetos que condenem a ação colonialista, ainda que dirigidos especificamente contra Portugal”.[146] Ao instruir a embaixada em Lisboa, foi mais longe: “Vossa Excelência (...) não permitirá que a Chancelaria portuguesa possa alimentar a esperança de que o Brasil dará a Portugal o apoio (...) que dele espera o Governo português”.[147] A virada pretendida por Geisel estava feita, mas, por falta de oportunidade e de pronunciamento público, manteve-se no circuito burocrático do Itamaraty.

Aos 25 minutos do dia 25 de abril uma rádio de Lisboa transmitiu a voz de um locutor lendo a letra da música “Grândola, vila morena”, que falava de uma “terra da fraternidade”. Era a senha de um novo levante. Às oito horas a praça do Comércio foi tomada por tanques insurretos. Às onze o governo se mudou para um quartel. Às 17h45, vestindo uma capa bordada e empunhando um chicote de cavaleiro, o general Spínola recebeu a rendição de Marcello Caetano. Mandou colocá-lo num blindado e remeteu-o para a mesma guarnição onde funcionara o comando operacional do golpe. Na manhã seguinte, escoltado por um sargento, Caetano foi embarcado num avião e exilado na ilha da Madeira.[148]

Portugal chegou ao futuro misturando anarquia e liberdade. As mulheres punham cravos nas armas dos soldados, dando à revolução o nome da flor. A classe média estacionava seus carros em locais proibidos, os cafetões tomaram o Rossio e as prostitutas ocuparam a calçada da pastelaria Suíça. Os homossexuais juntaram-se aos anarquistas, e todos puderam ver a estreia de *Hair*, que sete anos antes anunciara na Broadway “a Alvorada da Era de Aquarius”.[149] A censura foi oficialmente abolida. O Partido Comunista Português saiu da clandestinidade, assumiu o controle da central sindical e ganhou o Ministério do Trabalho.

O governo brasileiro acabou comprando o pior pedaço do passado português. O ministro da Justiça, Armando Falcão, expediu uma nota aos seus censores informando que nada se podia escrever a respeito da iminente

chegada ao Brasil do ex-primeiro-ministro Marcello Caetano e do ex-presidente Américo Thomaz, um almirante senil que batia continência para porta de elevador. Depois viriam o ex-chanceler Rui Patrício e boa parte da plutocracia portuguesa, inundando de pratas e obras de arte o mercado carioca de antiguidades. Na cadeira de chanceler sentava-se agora o advogado socialista Mário Soares. Pagara com uma deportação para a ilha de São Tomé o empenho em tentar desvendar o assassinato de Humberto Delgado e Arajaryr Moreira de Campos. Era figura fácil para a intelectualidade da esquerda carioca, um desconhecido para a ditadura.

Aconteceu tudo isso, e o general Carlos Alberto da Fontoura ainda não havia chegado a Lisboa. O novo governo português fez saber ao embaixador brasileiro em Londres que talvez fosse o caso de substituí-lo.[150] Geisel tomou a sugestão por insulto e respondeu que ou Portugal recebia o general ou ficaria sem embaixador nos cinco anos seguintes. Em sua primeira carta escrita em Lisboa, Fontoura se queixou das greves, da falta de pão e do excesso de liberdade. Arriscou um palpite: “Penso que as coisas mudarão”. (Mudariam, no sentido inverso das esperanças dele.) Indicou que começara a operar: “Já andam à minha cata para saber como se organiza um SNI. (...) O Diabo não é tão feio assim”.[151] (Organizou-se um serviço de informações, mas ficou sob o controle de oficiais esquerdistas.)[152]

Geisel nunca modificou sua posição favorável à independência das colônias, mas ela veio a lhe custar bem mais caro do que parecera. Assim como o embaixador Silveira procurara dissolver a crueza do rompimento desejado pelo general, a burocracia militar do próprio governo procurava contê-lo. Se no início do ano Portugal era um aliado fiel porque lá não existia esquerda, tornara-se um pesadelo quando pareceu ter ficado sem direita. O rompimento com a política colonial, que se assemelhara a um gesto racional de distanciamento de um velho amigo, tornara-se uma aproximação perigosa com o eterno inimigo, a esquerda.

1 Ernesto Geisel, março de 1995.

2 *O Estado de S. Paulo*, 16 de março de 1974. Uma terceira foto, mais ampla, que não foi publicada, mostra metade da plateia, e nela podem-se contar cerca de sessenta pessoas. Ela está na capa deste livro.

3 Para Lamarca, carta a Iara Iavelberg, em *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1987, *Folhetim*. Para a viagem, Henry Kissinger, *White House years*, p. 740.

4 Nota de John Ehrlichman, equipe de *New York Times*, *The end of a Presidency*, p. 109.

5 Testemunho dos envolvidos, equipe de *New York Times*, *The end of a Presidency*, pp. 114-5. Daniel Ellsberg, *Secrets*, pp. 440-1.

6 Richard Nixon, *The memoirs of Richard Nixon*, pp. 616-7.

7 Henry Kissinger, *White House years*, p. 1208.

8 Paul Volcker e Gyohten Toyoo, *Changing fortunes*, pp. 59-90 e 347.

9 Stephen E. Ambrose, *Nixon*, vol. 3: *Ruin and recovery*, p. 27.

10 Idem, p. 59.

11 Roger Morris, *Richard Milhous Nixon*, p. 211.

12 Anatoly Dobrynin, *In confidence*, p. 282. Durante uma conferência com Brejnev na Casa Pacífica, em 1973, um dos guarda-costas do governante soviético viu Pat Nixon andando de camisola pela varanda. Carregou-a nos braços e levou-a para a cama.

13 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 22 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

14 Reunião de Geisel com Azeredo da Silveira, 28 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

15 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 22 de fevereiro de 1974. APGCS/HF. Referia-se à mulher de Juan Perón, presidente da Argentina.

16 *O Estado de S. Paulo*, 15 de março de 1974, p. 5.

17 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de fevereiro de 1972.

18 Idem, 22 de junho de 1972.

19 Paul Volcker e Gyohten Toyoo, *Changing fortunes*, pp. 372 e segs.

20 Carta de Joseph Kiyonaga, chefe da estação da CIA em Brasília, a Heitor Ferreira, 26 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

21 Dezesseis folhas, sem data, intituladas *Approaches to Political Decompression*, cedidas ao autor pelo professor Wanderley Guilherme dos Santos.

22 Golbery do Couto e Silva, 1973.

23 Duas folhas, uma manuscrita e anotada por Golbery, outra datilografada, intituladas *Notas para a Conversa Golbery-Huntington*, de 8 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

24 Ernesto Geisel, março de 1995.

25 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 10 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

26 Phillip L. Zweig, *Wriston*, p. 422.

27 Idem.

28 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de janeiro de 1972.

29 Duas folhas, uma manuscrita e anotada por Golbery, outra datilografada, intituladas *Notas para a Conversa Golbery-Huntington*, de 8 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

30 Ernesto Geisel, abril de 1995.

31 Bilhete de Golbery a Heitor Ferreira, de março de 1974. APGCS/HF. Carta de Samuel Huntington a Golbery, 28 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

32 Narrativa de Médici a Geisel, registrada por Heitor Ferreira em seu *Diário*, na entrada de 12 de maio de 1972.

33 *Jornal do Brasil*, 19 de fevereiro de 1971, p. 22. Para o retorno clandestino, acusação feita pelo ministro boliviano Jorge Gallardo Lozada, telegrama da agência Latin, 4 de abril de 1971.

34 General Newton Cruz, adido militar em La Paz entre 1971 e 1972, dezembro de 1996.

35 Telegrama da ANSA, 15 de janeiro de 1971.

36 José Maria de Toledo Camargo, *A espada virgem*, p. 155.

37 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972.

38 Notas de Geisel, relativas às conversas com Banzer, Bordaberry e Pinochet, de 15 de março de 1974, recebidas por Heitor Ferreira no dia 18. APGCS/HF.

39 *Informação para o Senhor Presidente da República*, do ministro Azeredo da Silveira, de 11 de abril de 1974, narrando uma rodada de negociações com os bolivianos. APGCS/HF.

40 Heitor Ferreira, junho de 1974.

41 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de dezembro de 1974.

42 A uma nota de Heitor Ferreira pedindo-lhe que comparasse os três presidentes que estiveram na posse, Geisel respondeu: "1º Bordaberry, 2º Banzer, 3º Pinochet". APGCS/HF.

43 Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, p. 110. Para as gorjetas, idem, p. 109.

44 Arturo C. Porzecanski, *Uruguay's Tupamaros*, p. 40.

45 *The New York Times*, 22 de junho de 1969.

46 Arturo C. Porzecanski, *Uruguay's Tupamaros*, p. 40.

47 Alain Labrousse, *The Tupamaros*, p. 131.

48 Carlos Wilson, *The Tupamaros, the unmentionables*, pp. 92-111.

49 Martin Weinstein, "The decline and fall of democracy in Uruguay: lessons for the future", em Saúl Sosnowsky e Louise B. Popkin (eds.), *Repression, exile, and democracy*, p. 86. Ver também Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, p. 113.

50 Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, pp. 117-8.

51 *Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos*, de janeiro de 1978. Em A. Veiga Fialho, *Uruguai*, pp. 49 e segs. Para o Estado militar, José Luiz Baumgartner e outros, *Os desaparecidos*, p. 158.

52 Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, pp. 96-8.

53 Idem, pp. 136-7.

54 Idem, pp. 137 e segs.

55 Depoimento de Mauricio Rosencof, "On suffering, song, and white horses", em Saúl Sosnowsky e Louise B. Popkin (eds.), *Repression, exile, and democracy*, pp. 120-32.

56 Idem, p. 130.
57 Narrativa feita a Heitor Ferreira por Paulo Egydio Martins, que participara do jantar, em *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de maio de 1972.
58 Memorando secreto de Henry Kissinger sobre um encontro do presidente Richard Nixon com o primeiro-ministro Edward Heath, de 20 de dezembro de 1971. National Security Archive: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB71/doc15.pdf>.
59 Telegrama da agência Latin, 13 de julho de 1973, transcrevendo uma denúncia do senador Wilson Ferreira Aldunate, publicada no jornal *La Opinión*, de Buenos Aires.
60 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de junho de 1973.
61 José Wilson da Silva, *O tenente vermelho*, p. 198.
62 Notas de Geisel, relativas às conversas com Bordaberry, Banzer e Pinochet, de 15 de março de 1974, recebidas por Heitor Ferreira no dia 18. APGCS/HF.
63 Nota do embaixador uruguaio Carlos Manini Ríos ao ministro Azeredo da Silveira, transcrevendo uma mensagem de Bordaberry a Geisel, de 14 de junho de 1974. APGCS/HF.
64 Pamela Constable e Arturo Valenzuela, *A nation of enemies*, p. 17. Para outra narrativa do golpe, Joan Garcés, *Allende e as armas da política*, pp. 299 e segs.
65 Para o comportamento de Pinochet durante as horas decisivas do golpe, ver Patricia Verdugo, *Interferencia secreta*. Trata-se do livro e do disco compacto com a gravação das conversas telefônicas mantidas pelos comandantes das três armas entre a manhã e o meio da tarde do dia 13 de setembro. Para a adesão, Nathaniel Davis, *Os dois últimos anos de Salvador Allende*, pp. 252-3.
66 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de setembro de 1973.
67 Alfredo Sirkis, *Roleta chilena*, p. 35.
68 Pamela Constable e Arturo Valenzuela, *A nation of enemies*, p. 54.
69 Alfredo Sirkis, *Roleta chilena*, p. 80. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, pp. 414-5. Mais tarde o governo chileno reconheceu sua responsabilidade pela morte de Túlio Quintiliano, Luiz Carlos Almeida, Vânio José de Matos, Nelson de Souza Kohl e Jane Vanini. *Veja*, 20 de janeiro de 1994, p. 31.
70 Marcelo Rubens Paiva, *Não és tu, Brasil*, pp. 172-3.
71 Depoimento de José de Araújo Nóbrega, em *IstoÉ* de 7 de novembro de 1990.
72 Martha Vianna, *Uma tempestade como a sua memória*, p. 134.
73 Alfredo Sirkis, *Roleta chilena*, pp. 130-3. Para o número de brasileiros, Fernando Gabeira, *O crepúsculo do macho*, p. 161.
74 *O Estado de S. Paulo*, 15 de março de 1974, p. 5, citando a revista chilena *Ercilia*.
75 Dorrit Harazim, setembro de 1973. Dorrit esteve em Santiago até o dia 18 de setembro, e no dia 11 telefonou ao embaixador.
76 Nathaniel Davis, *Os dois últimos anos de Salvador Allende*, p. 374.
77 Idem, p. 179.
78 Depoimento de Frederick Davis, da CIA, ao Congresso americano. Citado em Nathaniel Davis, *Os dois últimos anos de Salvador Allende*, pp. 373-4.

79 Dorrit Harazim, setembro de 1973. Em Santiago, Dorrit acompanhou as negociações para a obtenção do salvo-conduto. Denise Rollemberg, *Exílio*, p. 175.

80 *Informação nº 583*, do CISA, de 11 de novembro de 1973, em *O Globo* de 3 de janeiro de 1999, pp. 37-40. Em 1992 o Estado chileno reconheceu-se responsável pela morte de cinco brasileiros.

81 Comentário feito por Golbery ao autor dias depois do golpe chileno.

82 *O Globo*, 24 de setembro de 1973, 1º Caderno, p. 19.

83 José Serra, 2000.

84 Dácio Malta, "Documento mostra ameaça a Serra no Chile", *O Globo* de 21 de maio de 2000, p. 45.

85 Pamela Constable e Arturo Valenzuela, *A nation of enemies*, p. 20.

86 "Michelle Bachelet, la historia no contada": <http://www.paula.cl/entrevista/michelle-bachelet-la-historia-no-contada/>.

87 *O Estado de S. Paulo*, 16 de março de 1974, p. 14.

88 Notas manuscritas de Geisel, entregues a Heitor Ferreira no dia 18 de março de 1974. APGCS/HF.

89 Centro de Informações do Exército, Relatório Especial de Informações nº 04/74, intitulado *Subversão Comunista no Brasil*, de 20 de junho de 1974. AA.

90 Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos (coords.), *De muitos caminhos*, p. 106.

91 Denise Rollemberg, *Exílio*, p. 55. Fernando Gabeira, *O crepúsculo do macho*, pp. 163-9.

92 Martha Vianna, *Uma tempestade como a sua memória*, pp. 140-1.

93 Denise Rollemberg, *Exílio*, pp. 53 e 115-21.

94 João Bosco e Aldir Blanc, "O bêbado e a equilibrista". Esses números incluem os exilados (que não podiam regressar porque estavam condenados ou tinham certeza de que seriam presos) e todos aqueles que deixaram o país por suspeitarem que tinham a liberdade ameaçada.

95 William C. Smith, *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*, p. 16.

96 Para a cena da crise do golpe, Robert A. Potash, *El ejército y la política en la Argentina, 1945-1962*, pp. 259 e segs. Para a junta, idem, p. 279.

97 Alicia Dujovne Ortiz, *Eva Perón*, p. 293.

98 *Impressão Geral nº 11*, de 9 de novembro de 1964.

99 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, narrando-lhe uma entrevista com Azeredo da Silveira, 5 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

100 William C. Smith, *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*, pp. 201 e 204.

101 "Archive on socio-political violence in Argentina, 1956-1974", citado em William C. Smith, *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*, p. 141.

102 Susanna W. Purnell, "Business and terrorism in Argentina, 1969-1978", em Brian M. Jenkins (ed.), *Terrorism and personal protection*, pp. 91 e 93.

103 Alison Jamieson, *The heart attacked*, p. 20. Um levantamento feito pela Central Intelligence Agency, *Patterns of International Terrorism. A Research Report*, Washington, junho de 1981, usando

critérios que não permitem uma comparação direta entre os dois números, diz que em 1972 as vítimas de atos terroristas foram 157.

104 Horacio Verbitsky, *O voo*, p. 21.

105 William C. Smith, *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*, p. 212.

106 Pio Corrêa, *O mundo em que vivi*, p. 1056.

107 William C. Smith, *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*, p. 227.

108 Telegrama do embaixador Azeredo da Silveira ao Itamaraty, 30 de outubro de 1973. APGCS/HF.

109 Para "uma múmia", conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 5 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

110 Para a preocupação argentina, ver Osiris Guillermo Villegas, *Políticas y estrategias para el desarrollo y la seguridad nacional*, pp. 214-5. O general Osiris Villegas foi embaixador da Argentina no Brasil de 1969 a 1972. Antes, durante três anos, fora secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Ver também Juan Enrique Guglialmelli, "Argentina frente al Operativo Misiones del Brasil", em *Estrategia*, Buenos Aires, nos 19/20 de novembro e dezembro de 1972 e janeiro e fevereiro de 1973.

111 Golbery do Couto e Silva, *Conjuntura política nacional*, p. 58.

112 Em Osiris Guillermo Villegas, *Políticas y estrategias para el desarrollo y la seguridad nacional*, a página 225 desdobra-se em três mapas comparativos do tamanho dos três países sob o título "La geografía en marcha".

113 Mario Gibson Barboza, *Na diplomacia, o traço todo da vida*, pp. 114-6.

114 Informação dada pelo general João Baptista Figueiredo a Heitor Ferreira, em *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de março de 1972.

115 Mario Gibson Barboza, *Na diplomacia, o traço todo da vida*, p. 109. Esse almoço ocorreu em junho de 1971.

116 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de janeiro de 1972.

117 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 23-4.

118 Donald Sassoon, *One hundred years of socialism*, p. 603.

119 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 23-4.

120 Idem, pp. 29 e 32.

121 Para a ação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), artigo de Hermano Alves no *Correio da Manhã* de 22 de julho de 1964 denunciando a invasão da casa de um jornalista angolano. Para os estágios, carta do embaixador brasileiro em Lisboa, Boulitreau Fragoso, ao general Ernesto Geisel, 16 de setembro de 1964. APGCS/HF.

122 Antonio Delfim Netto, julho de 1988. Delfim afirmou que o Itamaraty fazia de conta que não via. "Eles estavam fartos de saber que havia [venda de armas], mas a gente respondia dizendo que não constava nada a esse respeito, e o assunto se encerrava."

123 Mario Gibson Barboza, *Na diplomacia, o traço todo da vida*, p. 244, e *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de setembro de 1972.

124 Para o editorial, intitulado “Família atlântica”, *Jornal do Brasil* de 7 de novembro de 1973, 1º Caderno, p. 6. Conversa de Geisel com Golbery, 20 de novembro de 1973. APGCS/HF.

125 Telefonema de Dário Castro Alves a Heitor Ferreira, 21 de novembro de 1973. APGCS/HF.

126 Carta do embaixador Vasco Mariz a Geisel, 6 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

* Refere-se a António de Oliveira Salazar, o pai e encarnação da ditadura, que governou Portugal por quase cinquenta anos, até 1968, quando a cadeira em que estava sentado se desmanchou, ele bateu a cabeça, teve um derrame e viveu os dois anos seguintes em coma. Tinha 81 anos quando morreu.

127 Reunião de Geisel com Dale Coutinho, 16 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

128 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 19-20 e 36-7.

129 Hugo Gil Ferreira e Michael W. Marshall, *Portugal's Revolution*, p. 29.

130 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 69-70.

131 Para vilegiatura, reunião de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 3 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

132 Conversa de Geisel com Moraes Rego, Americo Mourão e Heitor Ferreira, 8 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

133 Reunião de Geisel com Azeredo da Silveira, 28 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

134 Reunião de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 14 de março de 1974. APGCS/HF.

135 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 31.

136 Antônio de Spínola, *Portugal e o futuro*, pp. 43 e 47.

137 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 34.

138 *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1974, capa do 1º Caderno.

139 No prefácio de *Portugal e o futuro*, de Antônio de Spínola, p. 9.

140 Marcello Caetano, *Depoimento*, p. 196.

141 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 38 e 43.

142 Reunião de Golbery com Geisel, 5 de março de 1974. APGCS/HF.

143 *O Estado de S. Paulo*, 16 de março de 1974, capa do 1º Caderno.

144 Nota de Heitor Ferreira, de 16 de março de 1974. APGCS/HF.

145 *O Estado de S. Paulo*, 17 de março de 1974, p. 33.

146 *Portugal — Projeto de Circular às Missões junto às Nações Unidas em Nova York e em Genebra, à Missão junto à Unesco e à Representação junto à FAO*, sem data nem assinatura, preparado por Silveira em fevereiro de 1974. APGCS/HF.

147 Idem.

148 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 58-60. Para o sargento, Marcello Caetano, *Depoimento*, p. 205.

149 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 61-2.

150 Telegrama do embaixador Sergio Corrêa da Costa ao Itamaraty, 24 de maio de 1975. APGCS/HF.

151 Carta do general Carlos Alberto da Fontoura ao general João Baptista Figueiredo, 28 de maio de 1974. APGCS/HF.

152 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 88.

A costura da púrpura

Os cinco cardeais brasileiros, todos de batina, com largos cintos cor de púrpura, estavam no palácio do Planalto na fila de cumprimentos ao novo presidente.* A hierarquia católica dava ao regime um sinal de que recebia o governo com a pedra limpa. A cena era o triunfo de uma costura, mas persistia o conflito de propósitos.

Geisel enquadrava a questão da Igreja no seu universo de hierarquias e preferências. Havia os cardeais bons e os ruins, os canais de entendimento possíveis e os espúrios, os temas discutíveis e os intocáveis. No campo das preferências, d. Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, era um bom cardeal. O arcebispo felicitara-o pela eleição e oferecera-lhe "a contribuição de minhas orações".[1] [*Veja o documento*] Geisel agradeceu, chamando-o de "bom pastor". Cogitara visitá-lo.[2] [*Veja o documento*] Também eram bons os cardeais Vicente Scherer, de Porto Alegre, e Avelar Brandão, de Salvador. Ruim: Paulo Evaristo Arns, de São Paulo. O presidente da CNBB, d. Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, estava classificado entre os maus bispos.

Golbery articulou uma manobra surpreendente: os cinco cardeais brasileiros, enfileirados, cumprimentam Geisel na sua posse. Da esquerda para a direita: d. Vicente Scherer, de Porto Alegre; d. Paulo Evaristo Arns, de São Paulo; d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, de Aparecida; d. Avelar Brandão Vilela, de Salvador e d. Eugênio Sales, do Rio.

Luterano por hábito familiar, o general era um agnóstico discreto e anticlerical assumido. Acreditava quando muito na existência de uma força criadora do universo, a qual, no entanto, seria um ente da física, não uma divindade. Nunca se dirigira ao sobrenatural. Entendia as religiões como sacrários de princípios.[3] Lembrava-se dos padres de Bento Gonçalves ameaçando com o inferno quem entrasse em templo protestante, da professora de primário ensinando que a Santa Madre era a Igreja "única e verdadeira".[4] Em condições normais, Geisel era anticlerical por agnóstico. Com uma Igreja na oposição, à sua esquerda, por convicção. Suas queixas eram fundas:

> O ato sexual, a reprodução, é pecado. Pois não é. Eu acho que Deus não seria tão cretino de dar órgãos de reprodução ao homem e à mulher para não serem usados. (...) A Igreja, desde a história de Eva, inventa que aquilo é um pecado. Isso é uma coisa que eu não

> aceito. Então o cachorro, o gato, o boi, a vaca, todo mundo está pecando? E Deus fez esse troço por quê?[5]
>
> Eles não tinham nada que ir atrás dos direitos do homem, porque esses direitos são direitos aqui na terra, e eles deviam ver os direitos do homem no céu. Isso não é deles. Para mim, isso inclusive foi feito pela Revolução Francesa, que era contra eles. (…) É uma atividade espúria. (...) O sujeito que quer resolver um problema social quer se impor ao governo. (...) A Igreja quer impor uma solução cretina, porque é irreal.[6]

Isso no campo das ideias. No mundo das estruturas políticas, Geisel não conseguia absorver a complexidade da hierarquia católica. Se a Igreja era uma organização comandada por um monarca, então o interlocutor do governo deveria ser seu embaixador, o núncio apostólico. Se era uma organização verticalizada, os generais deveriam conversar com os cardeais. Geisel não entendia que o cardeal-arcebispo de São Paulo não tivesse, como o comandante da 2ª Região Militar, jurisdição sobre todos os padres paulistas.[7]

Buscava um gancho hierárquico e, acima de tudo, uma forma de evitar contatos com a Conferência Nacional dos Bispos, presidida pelo franciscano Lorscheider. Como Geisel, Aloísio descendia de imigrantes pobres alemães. Nascera em Estrela, a pequena comunidade onde o general guardava seus poucos vínculos familiares. D. Ivo Lorscheiter, primo do arcebispo, era o secretário-geral da CNBB. Num momento da história do Brasil em que as instituições republicanas se viram debilitadas, suas mais poderosas corporações — o Exército e a Igreja — estavam sob o controle de quatro descendentes de colonos alemães, os irmãos Geisel e os primos Lorscheider. Uns tinham a marca da tropa e os outros, a marca da Igreja. Assemelhavam-se na noção de hierarquia e disciplina, bem como na

frugalidade da origem comum. O general não os queria por perto. Reclamava:

> O Lorscheider acha que ele é igual a mim. Eu sou o presidente da República, e ele, o Aloísio, ou o outro, ele é o presidente da Igreja. (…) os direitos dele vêm de Deus. E os meus são espúrios, vêm do voto indireto. (…) Ele tem o direito divino de esculhambar a política e todo esse troço, foi Jesus Cristo que deu para ele. (…) Eu não vou aceitar que o Lorscheider sente aqui e venha conversar comigo: 'Bom, porque a Igreja brasileira tem essa reivindicação, porque tem isso, tem aquilo (...) do governo, porque isso, porque aquilo'. Eu não posso aceitar isso. Não reconheço nele essa condição. É espúrio, o direito dele é espúrio. Isso aí é um arranjo que eles fizeram para, pela união, eles se transformarem numa força.[8]

O antagonismo abrandava-se, contudo, diante da possibilidade de um choque com o conjunto da Igreja: "Eu também tenho que ter certas condutas, mais ou menos decentes, nessa coisa para eu não estar brigando com o papa. O papa daqui a pouco me excomunga. Não por mim, mas pelo reflexo que isto vai ter depois para o país".[9]

* * *

A romaria de cardeais a Brasília tinha sido coisa de Golbery. Conversara primeiro com d. Avelar Brandão. Sugeriu-lhe o impossível: que a Igreja falasse por uma só voz.[10] Almoçara com o cardeal do Rio, d. Eugênio Sales, em tamanho segredo que levou cinco dias para contar a conversa a Geisel.[11] Dois meses antes da posse do novo governo, negociava dois encontros. Um, com os primos da CNBB. O outro, com o cardeal Paulo Evaristo Arns, de São Paulo.

Não se sabe até que ponto o SNI acompanhava os movimentos da hierarquia católica, mas é certo que lhes censurava a correspondência e, quando queria, seguia-lhes os passos.

O chefe da agência carioca do SNI, coronel Edmundo Adolpho Murgel, presenteara Golbery com o livro *Destin du Brésil*, do padre belga Michel de Schooyans, endereçado — com dedicatória do autor — a d. José Maria Pires, bispo de João Pessoa. Fora interceptado pela censura postal e remetido ao Serviço. Como o trabalho tinha tinturas geopolíticas e uma referência elogiosa ao interesse do general pelos problemas do seu país, Murgel mandou-lhe o volume.[12] [*Veja o documento*]

No dia 24 de janeiro o telefone de Golbery tocou. Era Murgel. Passara-se pouco mais de um mês do encontro do general com d. Avelar, e faltava pouco para se marcar o almoço com os primos da CNBB. Murgel contou-lhe que o SNI seguira d. Ivo Lorscheiter e o fotografara, abraçado a uma senhora, no escurinho do cinema Azteca, no Catete. Combinaram engavetar o assunto, ficando entendido que uma cópia da fotografia já fora enviada a Brasília.[13] Pouco depois desse telefonema, o general sentou-se à mesa com os dois primos.

Por volta do meio-dia da terça-feira 19 de fevereiro, Golbery chegou sozinho ao apartamento do professor Candido Mendes de Almeida, no Parque Guinle. Era esperado para um almoço com o cardeal-arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns. Conversaram por três horas. Discutiram a tortura, e o general pediu que lhe levassem as denúncias.[14] Propôs até mesmo um mecanismo. Reconhecia que a Igreja se transformara na última instância de oitiva das vítimas, mas temia a publicidade. Mais tarde explicou o estratagema a Geisel:

> Eu disse: concordo, se vier ao conhecimento depois de uma triagem, vencendo uma fase. (…) Mas, primeiro: ao encaminhar, é preciso não fazer escândalo. (…) Fazer escândalo público desmerece o

> encaminhamento. O encaminhamento é, a meu ver, um auxílio ao governo. (…) Agora, publicá-lo, mesmo depois da solução, é criar um escândalo em torno do fato, e isso está errado. (…) Segundo: quem encaminha à autoridade deve admitir que essa autoridade é senhora de dar a solução que lhe pareça certa. Quer dizer, ele não pode brigar com a solução, porque a responsabilidade é da autoridade.[15]

O primeiro e antigo objetivo de Golbery era zerar a partida, congelar todas as divergências até o dia da posse para, então, "começar do zero absoluto".[16] O segundo, manter sob o controle do governo as denúncias encaminhadas pela Igreja. Era mais do que havia, mas não haveria de ser suficiente. Difícil admitir que "a autoridade" fosse "senhora" da solução, impossível aceitar que "ele não pode brigar com a solução", sobretudo porque, na maioria dos casos, a solução da autoridade não resolvia coisa alguma. (Duas semanas antes, o cadáver do guerrilheiro *Osvaldão* fora mostrado à população de Xambioá, pendurado num helicóptero.) Havia na proposta de Golbery um ingrediente que enfraquecia o seu estratagema. Institucionalmente, a "autoridade" não era parte da solução. Ela era o problema. As forças repressivas do governo é que torturavam e matavam prisioneiros dominados.

Pouco depois dessa exposição a conversa de Geisel com Golbery girou em torno da tortura. Não foi longa nem conclusiva:

> GOLBERY: Eu sou contra tortura de qualquer jeito. Tenha paciência. Esse negócio de tortura para mim... Quer dizer, o sujeito prende um camarada, tortura o sujeito, e depois solta porque não há nada contra ele. Francamente, isso é uma enormidade. Eu posso admitir…

GEISEL: Mas você não sabe se... Eu não acredito em 50% do que o Arns diz. Espera aí. É uma forte distorção.
GOLBERY: Eu não acredito em 100% do que ele diz, mas que eu acho que pode ter acontecido, ah, nós vimos no começo. Começam por torturar o indivíduo antes de saber o que é. (...) Espera aí, é a mentalidade que nós conhecemos. Nós não vemos esse Fleury. Eu vou dar crédito a um sujeito desses, que é um bandidaço sem-vergonha. Não, tenha paciência. Entregam o troço na mão do Fleury. Que é que pode acontecer. Eu vou até o ponto de admitir que num assunto de importância do Estado o sujeito possa ir um pouco além para obter do indivíduo uma informação vital. Eu vou até esse ponto. Suponha um negócio de atentado ao presidente, que há indícios, você aperta o indivíduo, vai até um pouco além. Mas para começo de conversa? Começam a torturar, para depois então conversar, quebrar o moral do sujeito.
GEISEL: É o tal troço do inglês… Foram lá na Inglaterra e estudaram o troço do inglês.[17]

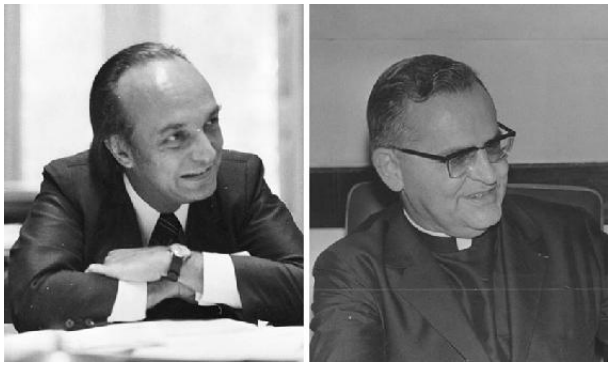
Numa amostra da estrutura das conversas de fim de tarde no largo da Misericórdia, o assunto morreu aí. Passaram a discutir a legitimidade da CNBB, as pressões contra a escolha de Azeredo da Silveira e as observações do marechal Cordeiro de Farias sobre a política cearense.

O mecanismo oferecido a d. Paulo era bem mais tênue que “a coibição enérgica de toda violência ilegal, partida de onde ou de quem partir”, mas revelava o temperamento do general. Ele queria se assenhorear das informações que chegavam à Igreja, fazendo-as tramitar de acordo com sua percepção política. A eficácia da proposta de Golbery dependia do tipo e da quantidade de soluções que retornasse. Àquela altura, sua proposta era apenas uma promessa.

Até o encontro com d. Paulo Evaristo, toda a romaria ficara em sigilo. O general sabia se mover em silêncio. É por isso que um mistério envolve o seu caminho naquela tarde. Ele saiu do Parque Guinle e ia para o largo da Misericórdia. Estava sem automóvel. D. Paulo ia para o aeroporto Santos Dumont, e Candido Mendes deu carona aos dois. Em 1973, como hoje, quem sai de Laranjeiras com um carona para o Santos Dumont e outro para a Misericórdia, passa primeiro pelo aeroporto. Candido Mendes queria conversar a sós com o cardeal, pois um almoço daqueles não era coisa comum. Poderia desembarcá-lo, deixar Golbery quinhentos metros adiante e voltar ao Santos Dumont. Essa manobra impediria que a imprensa — sempre de plantão na entrada do edifício do Ministério da Agricultura — visse o cardeal e o general juntos. Golbery também poderia ter saltado no meio do percurso, buscando condução própria. Era comum vê-lo tomando táxis.

Passava pouco das três da tarde. Candido Mendes parou diante da pequena porta dos fundos do prédio, por onde entravam os notáveis da República. Aos repórteres surpreendidos pela tripulação daquele Dodge azul, Golbery disse que se encontrara com d. Paulo mas não falaria da conversa porque era seu direito ter relações pessoais.[18] Segundo o cardeal, ele lhe disse no automóvel que se não houvesse jornalistas na rua, iriam ao gabinete de Geisel. D. Paulo estranhou, mas o general insistiu.[19] Havia jornalistas, e Golbery subiu sozinho. Passados 21 anos, Candido Mendes não se recordava dessa proposta. É indiscutível que o general não tomou cuidado algum para manter em segredo o encontro com d. Paulo Evaristo. É quase certo que deliberadamente o tornou público. Quando os repórteres contaram ao coronel Moraes Rego que viram o general e o cardeal no mesmo carro, ele achou que estavam confundindo uma viagem de Golbery a São Paulo com um encontro de Golbery com d. Paulo.[20] Depois o coronel confidenciou a Heitor Ferreira que o general fizera um *foul*, mas o discípulo

do *Satânico Dr. Go* tinha dúvidas: “É mesmo, a menos que ele esteja com alguma sacanagem”.[21]



Candido Mendes e d. Paulo Evaristo Arns

Um mistério. Golbery almoçou com d. Paulo Evaristo Arns na casa de Candido Mendes (com suas silhuetas visíveis dentro do carro) e aceitou uma carona do professor. Com isso permitiu que a imprensa o fotografasse com o cardeal de São Paulo, a quem Médici e os comandantes militares detestavam. Geisel aborreceu-se. Golbery disse que foi um mau acaso. Nem Heitor Ferreira acreditou.

Durante o resto da tarde o general conversou com Geisel, narrou-lhe a conversa, mas não se referiu à cena do desembarque. O futuro presidente soube dela pelos jornais do dia seguinte e não gostou. Desabafou com Heitor Ferreira e Moraes Rego em dois tempos.

No primeiro:

> É muito cedo para rasgar esse troço. Os nossos inimigos estão aí, dentro do SNI, dentro do CIE, essa merda. E nós estamos provocando os caras. (...) Ele tinha que sair do almoço e ir embora e dizer: “Olha, essa conversa é confidencial”. Como os outros. O Arns é marcado demais do outro lado. O pessoal já não gosta do Golbery, já marca o Golbery. (...)

No segundo:

> Daqui a pouco vem pressão do Exército, que o Exército não se conforma, porque o Exército não aceita. Daqui a pouco, quando menos se espera, vem essa pressão em cima da gente. E aí? Como é? Ah, porque estão fazendo a abertura com a Igreja, o Exército não aceita... O Exército não aceita, porque o Arns... E aí, que que eu vou fazer, não é? Eu não posso mandar o Exército à merda. Então vou eu embora. Então vocês tomem conta, e até logo. Vou acabar fazendo isso. O pessoal não se dá conta do que é o Exército. A maior excrescência.[22]

Quando Heitor lhe narrou a tempestade, Golbery recuou: “Foi muito ruim, e eu pensei que passasse despercebido”.[23] Na rodada de conversas daquela tarde, Geisel e Golbery trataram o assunto superficialmente. Dois dias depois *O Estado de S. Paulo* divulgou um boletim da Arquidiocese de São Paulo informando que o general e d. Paulo discutiram “diversos problemas de importância e interesse para a Igreja em São Paulo e no Brasil”. “O general Golbery mostrou-se sensível a todos os problemas levantados, externando grande apreço pela ação da Igreja”, acrescentava a nota.[24] Cada peça se movera na direção que desejava. Ele dera publicidade ao encontro, e o cardeal mantivera o segredo de seu conteúdo. Como havia mais gente no jogo, um pedaço da notícia foi censurado. No seu lugar entrou Gonçalves Dias:

> *Meu canto de morte,*
> *Guerreiros, ouvi:*
> *Sou filho das selvas,*
> *Nas selvas cresci,*
> *Guerreiros, descendo*
> *Da tribo Tupi.*[25] [*Veja o documento*]

Golbery aceitou a carona do professor Candido Mendes com o cardeal a bordo três semanas depois de tomar conhecimento da operação do cinema Azteca.

Passada uma semana, o largo da Misericórdia cuidava para que todos os cardeais recebessem convites para a posse. Narrando sua conversa com a CNBB a Geisel, Golbery registrou: “É uma sociedade civil que está aos poucos procurando coordenar e ter a autoridade da Justiça, mas que isto é um processo lento (...)”.[26]

Geisel sabia das discussões secretas que o governo Médici e a Igreja mantinham desde o final de 1970. Organizada pelo general Antonio Carlos

Muricy, essa linha de comunicação juntava bispos, leigos e oficiais, entre os quais se fazia representar até mesmo o SNI. Denominava-se Comissão Bipartite e já se reunira 21 vezes. Geisel não queria que o general Muricy, seu principal arquiteto, se transformasse no canal de comunicação com a Igreja, nem que o foro de debates e mútuas acusações prosperasse.[27] Há indicações de que lhe chegavam à mesa algumas das denúncias levadas aos militares pelos bispos. Golbery via nas reuniões dos religiosos com generais, no mínimo, uma oportunidade para "os caras perderem um pouco o rebolado".[28]

O contencioso do Estado com a Igreja poderia parecer extenso. Havia a peregrinação cosmopolita de d. Helder Câmara, que acabara de receber na Noruega o Prêmio Popular da Paz. Aqui e ali pipocavam crises com bispos. Em Sorocaba (SP), pela morte de um estudante. Em São Félix do Araguaia (MT) por conflitos de terra. Isso constituía uma espécie de rotina, mas em novembro de 1973 o governo Médici criou uma crise de última hora com d. Paulo Evaristo. Cassou-lhe a rádio arquidiocesana Nove de Julho. Era a mais poderosa das 118 emissoras católicas do país e foi tirada do ar. O bispo auxiliar d. Lucas Moreira Neves não conseguiu sequer uma audiência com o ministro das Comunicações.[29]

Cada um desses casos, com graus variáveis de complexidade, sempre poderia ser negociado. Os dois lados giravam em torno da busca do interlocutor autorizado, quando a questão não estava na interlocução. As diferenças do governo com a Igreja resumiam-se a uma palavra: tortura. Era ela quem envenenava as reuniões da Bipartite, toda vez que aparecia um bispo com um caso perfeitamente documentado. Ela limitava e desautorizava qualquer interlocutor. Do lado do regime, pouco poderia fazer um negociador qualificado diante de um dossiê de torturas. A impotência dos delegados do governo enfraquecia os representantes da Igreja, pois embaraçava os dignitários quando se viam obrigados a reconhecer que, levada a denúncia, nada acontecera.

A cena dos cinco cardeais no Planalto simbolizava uma busca. Do quê, eles sabiam. Tratava-se de desmantelar o porão. Como? Não tinham ideia. A teoria de Golbery de que se devia começar tudo do "zero absoluto" era uma promessa. Pressupunha que o novo governo estava disposto a discutir os casos que surgissem a partir daquela manhã. Geisel e Golbery sabiam o que já sucedera no porão do regime. Não sabiam, contudo, o que sucederia a partir do dia seguinte.

* Eram os cardeais Eugênio Sales (Rio de Janeiro), Paulo Evaristo Arns (São Paulo), Avelar Brandão (Salvador), Vicente Scherer (Porto Alegre) e Vasconcelos Motta (Aparecida).

1 Carta de d. Eugênio Sales a Geisel, 17 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

2 Carta de d. Eugênio Sales a Geisel, de 23 de janeiro de 1974, e uma tira de papel de Heitor Ferreira, intitulada *Um Programa Tentativo para a Retomada até a Convenção*, de 2 de agosto de 1973. Previa o encontro para o dia 5 de setembro. A visita não ocorreu. APGCS/HF.

3 Ernesto Geisel, abril de 1995.

4 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 4 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

5 Idem, 23 de novembro de 1973. APGCS/HF.

6 Idem.

7 Idem e 4 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

8 Conversa de Geisel, Golbery e Heitor Ferreira, 15 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

9 Conversa de Geisel com Moraes Rego, 23 de novembro de 1974. APGCS/HF.

10 Conversa de Golbery com Geisel, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 4 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

11 Idem, 14 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

12 Golbery leu-o, anotou e, numa margem da página onde havia uma referência à sua obra, escreveu: "Obrigado". AA. Telefonema de Adolpho Murgel a Golbery, 29 de novembro de 1973. APGCS/HF. Monsenhor Michel de Schooyans tornou-se um destacado intelectual no pontificado de João Paulo II, que o nomeou para a Academia Pontifícia de Ciências Sociais.

13 Telefonema de Adolpho Murgel a Golbery, 24 de janeiro de 1974. APGCS/HF. A fotografia e sua história foram publicadas em 21 de setembro de 1975 pelo periódico neofascista italiano *Il Borghese*. A reportagem intitulava-se "O monsenhor e a amiga". Identificava a senhora, que morreu em março de 1975. Essa fotografia foi vista também por Walter Clark, diretor da TV Globo. Ver Walter Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, p. 259.

14 O encontro se deu no dia 19 de fevereiro de 1974. Candido Mendes de Almeida, maio de 1988. Depoimento de d. Paulo Evaristo a José Casado, em 22 de novembro de 1994.

15 Conversa de Golbery com Geisel, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 19 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

16 Idem, 23 de novembro de 1973. APGCS/HF.

17 Conversa de Geisel com Golbery, 19 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

18 *O Estado de S. Paulo*, 20 de fevereiro de 1974, p. 4. Candido Mendes de Almeida, setembro de 1995.

19 Depoimento de d. Paulo a José Casado, em 22 de novembro de 1994, e d. Paulo Evaristo Arns, *Da esperança à utopia*, pp. 369-70.

20 Conversa de Geisel com Moraes Rego, 20 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

21 Idem.

22 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira e Moraes Rego, 20 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

23 Telefonema de Heitor Ferreira a Golbery, 20 de fevereiro de 1974. APGCS/HF. Vinte anos depois do episódio, Geisel estava convencido de que Golbery se deixou ver com d. Paulo involuntariamente. Heitor Ferreira tendeu a acompanhar a opinião do ex-presidente, mas no fim das contas preferiu ficar com a opinião que deu no fragor da hora, ainda que inconclusiva.

24 *O Estado de S. Paulo*, 23 de fevereiro de 1974, p. 4.

25 Idem.

26 Conversa de Geisel, Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

27 Idem, 16 de novembro de 1973. APGCS/HF.

28 Idem, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF. Para uma história da Bipartite, ver Kenneth P. Serbin, *Diálogos na sombra*.

29 Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 3, pp. 220-2.

O porão intocado

Em 1974 chegou ao apogeu a política de extermínio de presos políticos. As versões oficiais já não produziam mortos em tiroteios, fugas ou suicídios farsescos nas cidades. Geisel sabia dessa política. Em janeiro tivera duas conversas com veteranos da luta contra o terrorismo. Uma, com o general Dale Coutinho, quando o convidou para o Ministério do Exército. Dias depois, numa prosa fiada com o chefe de sua segurança, tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo, Geisel soube que um grupo de pessoas que viera do Chile e passara pela Argentina havia sido capturado no Paraná. Pedrozo fora ajudante de ordens do marechal Castello Branco, estivera no CIE e merecia do general não só a confiança, mas também a estima.

"Pegaram alguns?", perguntou Geisel.

"Pegamos. Pegamos. Foram pegos quatro argentinos e três chilenos", respondeu Pedrozo.*

"E não liquidaram, não?"

"Ah, já, há muito tempo. É o problema, não é? Tem elemento que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo da guerra suja em que, se não se lutar com as mesmas armas deles, se perde. Eles não têm o mínimo escrúpulo."

"É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa", falou Geisel.[1]

É improvável que Geisel só tenha tratado da matança nas duas conversas registradas, com Pedrozo e Dale Coutinho. Não se conhecem as conversas entre ele e seu irmão Orlando. Sabe-se que no início do governo

convocou uma reunião em que o general Milton Tavares de Souza, chefe do CIE, contou, no mínimo, o que a tropa vinha fazendo no Araguaia.[2] Ao defender a permanência de *Miltinho* na chefia do CIE, é certo que Geisel conhecia, apoiava e desejava a continuação da política de extermínio.

* * *

No final de 1973, d. Paulo Evaristo começou a colecionar nomes e vestígios que documentassem uma lista de "Desaparecidos".[3] Essa palavra haveria de ser um dos principais itens da agenda da primeira metade do governo. Englobava todos os cidadãos capturados cujos cadáveres sumiam sem deixar rastro. Resultava da conjugação da política de extermínio com a clandestinidade usufruída pelo porão. Clandestinidade, no caso, não significava paralelismo, autonomia ou descontrole. Os assassinatos eram praticados pela máquina do Estado, com o beneplácito da hierarquia. Eram clandestinos porque, dentro dela, ocultavam-se.

O sumiço dos cadáveres era uma resposta à estratégia do estorvo. Cortava caminho às denúncias baseadas em autópsias ou em testemunhos de moradores das localidades onde os DOIs inventavam tiroteios. As pessoas simplesmente desapareciam. Em 1964, morreram dezenove pessoas, mas apenas duas desapareceram. Em 1969, os oficiais da *Operação Bandeirante* sumiram com o cadáver de Virgílio Gomes da Silva, o comandante militar do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick. A partir de 1971 o número de desaparecidos cresceu exponencialmente.

Ano	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Mortos	19	3	2	3	12	19	30	50	58	59	52
Desaparecidos	2	1	0	0	0	1	5	16	18	28 *	52

* O número de desaparecidos de 1973 é impreciso. Os comandantes militares nunca reconheceram as datas das execuções praticadas no Araguaia. Assim, em vez de 28, podem ser trinta ou 32. Nesse caso, baixa o número de desaparecidos de 1974.
Fonte: Levantamento do autor, com base em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, e Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção do Rio Grande do Sul, *Dossiê dos mortos e desaparecidos*.

Na lista dos militantes urbanos misturavam-se pessoas mortas em sessões de tortura que possivelmente não se destinavam a liquidá-las, presos executados nas cadeias, e até mesmo quadros cujo codinome era desconhecido pelos familiares, enquanto seu nome verdadeiro não era conhecido pelos outros militantes, muito menos pela polícia. (A *Estela* da VAR e seu companheiro *Max* só vieram a saber o nome um do outro — Dilma Rousseff e Carlos Franklin Paixão de Araújo — quando estavam presos.)[4] No Araguaia não se mantinham prisioneiros. Em março de 1974, quando Geisel assumiu, não havia um só morto na contabilidade oficial do ano que começava. A brandura era um disfarce do extermínio. Nos 63 dias anteriores à posse desapareceram pelo menos nove pessoas, no Araguaia e nas cidades.[5] Foram assassinadas.

Salvo no caso do guerrilheiro *Osvaldão*, do Araguaia, cujo corpo foi exibido para a população de Xambioá, agia-se com cautela, e muitas vezes não ficava vestígio da coisa. O próprio PC do B não sabia onde estavam os militantes que deixara na floresta. Eles eram caçados pelas equipes Zebra, armadas e comandadas pelo Exército e formadas por mateiros em busca de recompensas. Em março o SNI estimava que os guerrilheiros fossem vinte e, numa análise encaminhada a Geisel, antevia que, com o fim do período das chuvas, recomeçassem as operações "visando à destruição dos elementos que ainda se encontram na região".[6] Os dois desaparecidos urbanos eram quadros da APML e sumiram sem deixar vestígio. (Seus corpos, bem como os de quase todos dos combatentes do Araguaia, nunca foram encontrados.)

* * *

Geisel tomou posse numa sexta-feira. No sábado, na cidade de Uruguaiana, perto da fronteira com o Uruguai, sumiram David Capistrano da Costa e José Roman. Capistrano, o *Enéas*, ou *Ribeiro*, era um veterano dirigente do Partido Comunista Brasileiro. Ex-sargento, lutara na insurreição de 1935, na Guerra Civil Espanhola e na Resistência francesa. Tornara-se um dos mais destacados articuladores do Partidão no Nordeste. Retornava da Tchecoslováquia. Roman, um corretor de imóveis ligado ao sistema operacional do PCB, fora buscá-lo. Pegaram a estrada para São Paulo e nunca chegaram.

Começara o desbaratamento do Partidão. O regime que fazia do anticomunismo quase uma razão de ser e da repressão um instrumento primordial de ação política, dera ao PCB um tratamento diferenciado. Tão diferenciado quanto a linha do Partidão diante da luta armada. Em 1970, Luiz Carlos Prestes a classificara como "aventureirismo", "oportunismo de esquerda" e "sarna do revolucionarismo pequeno-burguês".[7] Os militantes comunistas moviam-se sem assombro, numa espécie de liberdade condicional. Alguns de seus dirigentes, mesmo vivendo na clandestinidade, podiam ser encontrados nas noites da esquerda festiva carioca ou nos cinemas da moda em São Paulo.*

O PCB sofria ataques espasmódicos e periféricos. A grande perseguição de 1964 resultara em centenas de demissões e num processo de 157 volumes com 962 implicados, mas as condenações não passaram de algumas dezenas. Carlos Marighella e Mário Alves, presos nessa época, foram libertados poucos meses depois. Mais tarde, como dirigentes da luta armada, foram assassinados. Banidos do serviço público, os comunistas se adaptaram, acautelando-se nas fábricas e protegendo-se nos meios intelectuais e jornalísticos. No final dos anos 1960 um surto repressivo prendeu pouco mais de cem quadros do Partidão, desmontando-lhe a

estrutura carioca.[8] Em 1974 foram detidos cerca de sessenta militantes de sua célula na fábrica da Volkswagen, em São Bernardo.[9] Em seguida, ruiu uma parcela das bases nordestinas. Até a chegada de Geisel ao Planalto a ditadura custara a vida a cerca de 260 pessoas. Dezessete militavam no PCB.[10] Quase todos eram quadros de base, muitos deles com liderança sindical. A única vítima preeminente dentro da estrutura do partido foi Célio Guedes, um dentista de 53 anos, morto em 1972. Clandestino, estava no núcleo de operações da direção, quer servindo de motorista a Luiz Carlos Prestes, quer indo buscar dirigentes na fronteira.[11]

Desde 1971 o Partido mantinha boa parte dos dirigentes no exterior (dez dos trinta membros do comitê central), mas preservava a legalidade dos militantes. Eles se abrigavam no MDB, e, na dura eleição de 1970, o engenheiro comunista Alberto Goldman elegeu-se deputado estadual em São Paulo. O PCB decidira privilegiar a atuação nas fábricas, mas, mesmo assim, alguns de seus quadros influíam nos sindicatos.[12] No dos metalúrgicos de São Bernardo, por exemplo, militava o *Frei Chico*, apelido de José Ferreira da Silva, um pernambucano que tinha uma calva semelhante a uma tonsura. Em 1969 ele incluiu o nome de um de seus irmãos na lista de suplentes da diretoria. Aos 24 anos, Luiz Inácio só pensava em futebol. Chamavam-no *Taturana* e *Lula*.[13]

O PCB se reorganizara. Exceto no Nordeste, onde baqueara, levantara a cabeça no Rio de Janeiro e ia bem em São Paulo. Em cada um desses estados tinha algo como 2 mil militantes.[14] Em São Paulo, conseguira reagrupar os setores universitário e cultural. Sua base sindical tentava reerguer-se. Um veterano dirigente, Emílio Bonfante Demaria, ex-oficial da Marinha Mercante, tornou-se *Ivo*, delegado da direção do PCB entre os metalúrgicos de São Bernardo. Chegou a encontrar-se com *Lula* num banco de praça da matriz da cidade, mas a aproximação do jovem sindicalista com o Partidão terminou aí.[15] O Setor Mil, que reunia os militares comunistas, fizera uns poucos recrutamentos.[16]

Nesses dias, tornara-se uma temeridade falar em partido comunista neutralizado. Durante quase quarenta anos se acreditara que aos comunistas portugueses nada restara afora o cárcere, o exílio e a irrelevância. Derrubada a ditadura salazarista em abril, bastaram poucas semanas para que os comunistas recebessem o Ministério do Trabalho, formassem a mais poderosa central sindical do país, tomassem os sindicatos controlados por pelegos e estabelecessem uma base sólida na oficialidade. Da noite para o dia, o Partido Comunista Português se convertera numa das principais forças políticas do país. Da noite para o dia, o PCB poderia fazer a mesma coisa.

O Partidão era um sobrevivente praticamente intacto, porém surpreendentemente vulnerável. Pelo menos três dirigentes que viviam em regime de severa clandestinidade, com documentos falsos e domicílios ignorados, foram parados na rua por cidadãos que sabiam suas identidades verdadeiras e lhes ofereceram a possibilidade de uma colaboração com o inimigo.[17] Um deles era Severino Teodoro de Mello, o *Mellinho*, elemento de ligação entre Prestes e a comissão executiva.[18] Num caso, o de Armênio Guedes, o desconhecido falava em nome da Central Intelligence Agency. Abordou o sereno dirigente diante do aparelho onde ele vivia, em Laranjeiras, no Rio, no início de 1971. Queria informações sobre o terrorismo e deixou-lhe dois pontos de contato: o telefone da embaixada americana e um endereço em Bonn, na Alemanha.[19]

Situações desse tipo só eram possíveis porque no PCB havia infiltrados. Tantos, que os estranhos personagens não se preocupavam em esconder os conhecimentos que tinham. Um telegrama da CIA, de setembro de 1964, indica que sua estação no Brasil foi capaz de levar à Casa Branca o relato de uma conversa de um funcionário da embaixada soviética com três dirigentes comunistas brasileiros.[20] O chefe do serviço político do consulado em São Paulo, John Blacken, asseguraria que, mesmo não

dispondo de infiltrações nos movimentos armados, a CIA penetrara o PCB.[21] O Centro de Informações do Exército, também.[22]

À penetração, somavam-se normas de segurança frouxas. Em 1970, quando a direção do partido decidiu tirar Luiz Carlos Prestes do país, remetendo-o para Moscou, mandou-o por terra ao Uruguai (levado por um motorista com carteira vencida) e colocou-o num avião que sobrevoaria o Brasil. Um problema técnico forçou um pouso de quarenta minutos no Rio, e os passageiros foram desembarcados. O acompanhante de Prestes era médico e conseguiu convencer os tripulantes a deixar a bordo aquele ancião de bigodes.[23]

Pelo menos um dos infiltrados, Adauto dos Santos, o *Carlos*, com mais de vinte anos de militância e sete na seção de relações exteriores, era pessoa da confiança de Prestes. Estivera seis vezes na União Soviética, quatro a serviço, em Moscou, e duas, de férias, no mar Negro. Sua mulher já o denunciara ao partido, mas o caso foi tomado como rusga familiar.[24] De Moscou, o grão-cacique comunista avisara que desconfiava dele. Supõe-se que Adauto também desconfiou deles quando lhe cortaram os contatos e pediram que viajasse para o México. Como talvez soubesse que era lá que os comunistas latino-americanos acertavam suas contas clandestinas, ele pulou o muro e explodiu as conexões internacionais do PCB numa entrevista ao *Jornal do Brasil*.[25]

Além de Capistrano ter desaparecido, os dirigentes do PCB perceberam que estavam sendo observados. Giocondo Dias, o sergipano pacato que, na ausência de Prestes, dirigia o partido no Brasil, entrou em casa e descobriu que havia sido visitado por estranhos. O mesmo sucedera a Hércules Corrêa, a quem roubaram uma televisão. Ambos resolveram ir embora de São Paulo.[26] Num mesmo dia, ao menos seis dirigentes do partido passaram, por motivos diferentes, pela praça das Bandeiras, no Centro da cidade. Givaldo Siqueira, encarregado das operações clandestinas, desconfiou que o seguiam. Subiu num automóvel com quatro colegas e

verificou que tinha dois fuscas no rastro. Conseguiu despistá-los. Nessa ocasião suspeitou que Walter de Souza Ribeiro, ex-oficial do Exército e chefe do partido em São Paulo, também estivesse campanado.[27]

No dia 3 de abril, Ribeiro saiu de uma reunião numa casa em cuja vizinhança havia pessoas consertando a fiação de postes. Foi a um "ponto" conversar com Luís Inácio Maranhão. Ex-deputado estadual no Rio Grande do Norte, defensor da anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República e amigo do cardeal Eugênio Sales, Maranhão era uma espécie de chanceler do Partidão. Encarregava-se dos contatos com parlamentares e com a Igreja.[28] Também iria a esse encontro João Massena Mello, ex-deputado estadual carioca e veterano agitador sindical do PCB. Pagara três anos de cadeia e estava em liberdade fazia pouco mais de um ano.[29] Sumiram todos.

Jamais se conseguiu uma prova material do que sucedeu aos cinco comunistas capturados nos primeiros vinte dias do governo Geisel. O ministro da Justiça, Armando Falcão, sustentou que eles continuavam foragidos. A um senador governista conterrâneo de Luís Maranhão, teria dito que "era uma vela apagada".[30] Afora isso, todas as pistas foram tênues. Um cidadão que trabalhava num posto de gasolina de São Paulo procurou uma irmã de José Roman e contou-lhe que o corretor, pressentindo a prisão, identificara-se.[31] O médico do DOI, Amilcar Lobo, disse à viúva de David Capistrano que o viu no Rio de Janeiro.[32] Um relatório da Marinha informou que ele esteve preso no manicômio paulista de Franco da Rocha.[33]

Em 1992 um ex-sargento do Exército, Marival Chaves Dias do Canto, narrou ao repórter Expedito Filho, da revista *Veja*, uma parte de seus sete anos de serviço na máquina de repressão militar em São Paulo. Segundo ele, Luís Maranhão e João Massena acabaram num cárcere montado numa fazenda da estrada da Granja 20, em Itapevi. Liquidaram-nos com injeções de uma droga destinada a matar cavalos e jogaram seus corpos num rio.

Walter de Souza Ribeiro, David Capistrano e José Roman teriam sido levados para a casa que o CIE mantinha em Petrópolis.[34]

* * *

Na primeira reunião com o ministério, Geisel anunciou que buscaria um "gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático".[35] Uma no cravo. Outra na ferradura: numa referência direta às entidades da sociedade civil e indireta à Igreja, repeliu "a intromissão, sempre indevida, em áreas de responsabilidade privativa do Governo, a crítica quando desabusada ou mentirosa, as pressões insistentes e descabidas".[36] Prenunciava um novo rumo para a política de seu governo, mas mantinha-se suficientemente vago para evitar cobranças. Anteviam-se mudanças, quer pelo que Golbery contava, quer por escolhas como a do deputado liberal Célio Borja para o lugar de líder do governo na Câmara.

Célio Borja

Suave, irônico e católico, tivera uma militância lacerdista tão profunda que fazia parte do pequeno grupo de colaboradores do "Carlos" que jamais

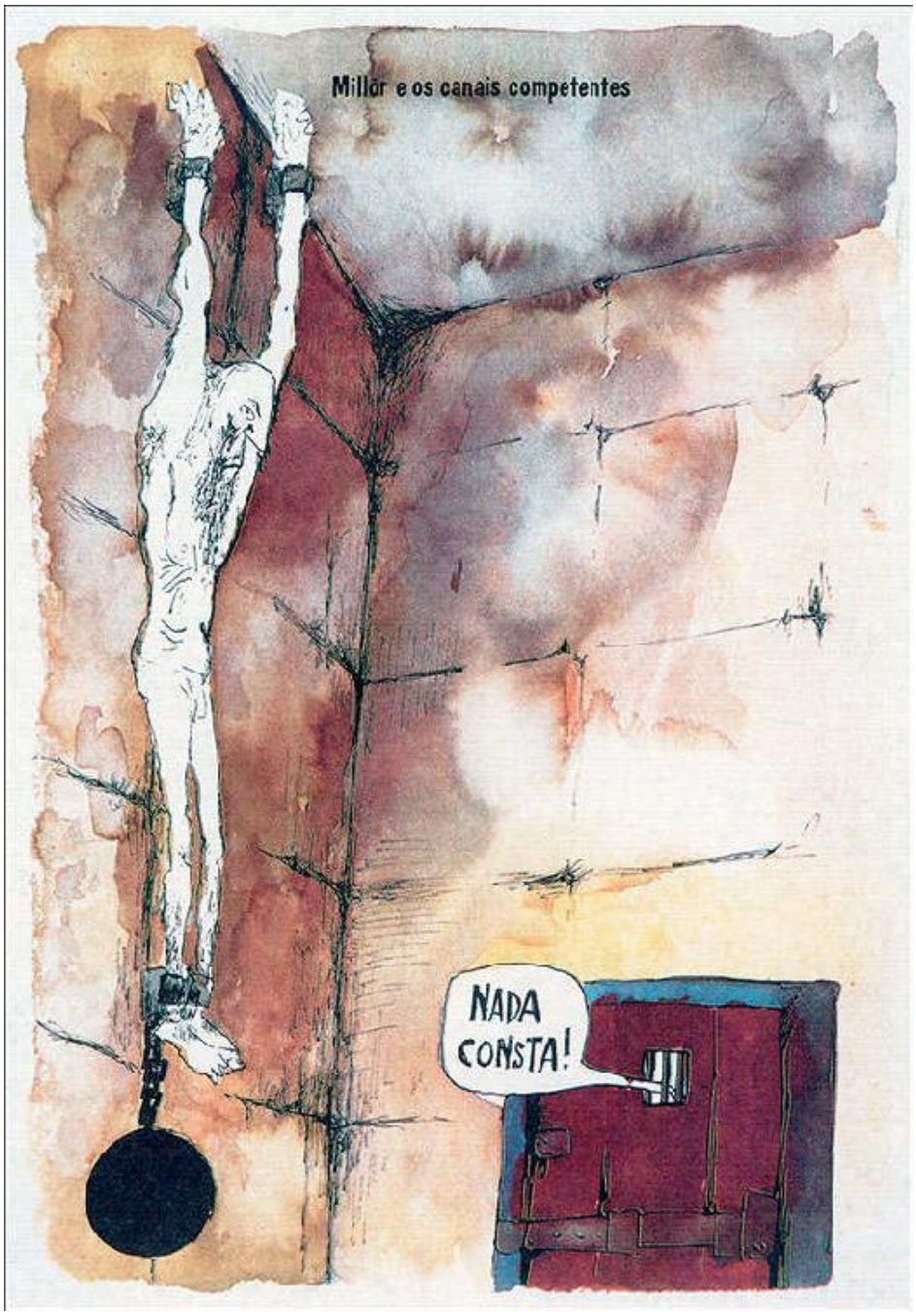
perderiam o leve sotaque da pronúncia cadenciada do chefe. Estivera no páreo para os ministérios da Justiça e do Trabalho, mas fora congelado porque Geisel temia que ele viesse "logo com aberturas".[37] O SNI o acusara de ter assinado um manifesto em que o governo Castello Branco fora classificado como "regime de opereta", e Geisel pensou em não chamá-lo para cargo algum.[38] Ao decidir entregar-lhe a liderança, viu-o espingardeado na contorcida linguagem de Petrônio Portella, presidente da Arena: "A constante dele é a palavra mágica *estado de direito*".[39] Mesmo assim foi em frente.

O general chamou-o. Disse-lhe que desejava colocá-lo na liderança mas "não quero lhe criar dramas de consciência".

"Eu não sei se o presidente conhece as minhas ideias", respondeu o deputado.

Quando se despediram, Célio deu o tom: "Eu confio na sua consciência moral. (...) Estamos nos engajando numa aventura".[40]

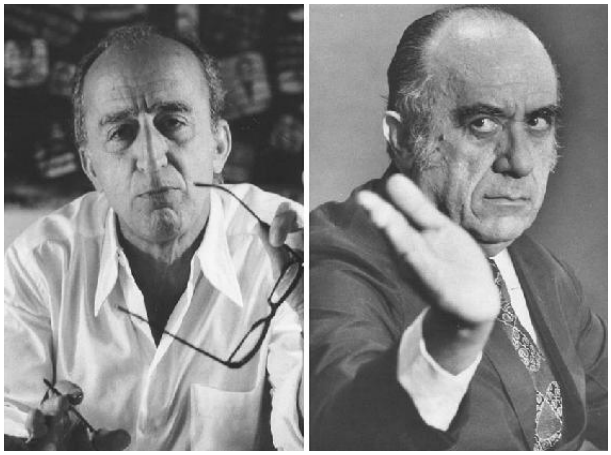
Havia naquilo a imprevisibilidade das aventuras. Depois de uma costura conduzida por Golbery com a ajuda de Armando Falcão, a revista *Veja* fora dispensada da censura prévia a que vinha sendo submetida. Retornara ao sistema da autovigilância, que consistia em esquecer o que sucedia no porão, respeitando as proibições transmitidas pela Polícia Federal. O jornalista Millôr Fernandes, que sustentava uma seção de duas páginas com seus desenhos brilhantes e seu ácido senso de humor, estampou um cidadão acorrentado à parede de uma masmorra, sobre a seguinte legenda: "Nada Consta".[41] Do Rio, onde visitara a Vila Militar, o ministro do Exército, Dale Coutinho, telefonou ao ministro da Justiça: "Comunico-lhe que encontrei aqui a oficialidade em polvorosa. A *Veja* fez uma provocação que os militares não aceitam. Peço ao senhor uma providência reparadora e imediata". "Não vacilei", lembraria Falcão. "Restabeleci a censura na revista."[42]



Desenho de Millôr Fernandes que levou Falcão a estabelecer um tipo de censura letal sobre a revista *Veja*.

Nesse rápido episódio encapsulavam-se todos os ingredientes da anarquia. O general pedia providências a Falcão, quando deveria pedi-las ao chefe comum, o presidente da República, a quem caberia decidir se, de fato,

houvera “provocação”. Pior: Coutinho não pedia providências em nome da sua condição de comandante, mas por conta de uma “oficialidade em polvorosa”. Sacou o bordão segundo o qual “os militares não aceitam” e arrastou as fichas. Por vontade, cautela ou ignorância, Falcão impôs a *Veja* uma modalidade letal de censura. Exigia que a revista semanal, sediada em São Paulo, remetesse seus textos a Brasília até a noite de terça-feira. Cassava-lhe a capacidade de noticiar o que acontecesse de quarta a sexta. Golbery entrou no circuito, a censura foi mantida, mas o exagero do ministro foi revogado, sem ter chegado a vigorar.



Millôr Fernandes e Armando Falcão (à direita)

Uma onda de prisões ocorrida no meio universitário de São Paulo durante as cerimônias do décimo aniversário da “Revolução Redentora de 31 de Março” levou Golbery a reclamar, numa conversa com Heitor Ferreira:

> Eu acho que estamos sofrendo uma ditadura dos órgãos de informação. Esses órgãos, hoje, estão misturados, porque o DOI prendeu quatro, mas o DOPS prendeu quarenta. Quando cobrarem, vai se dizer: o que é que eu tenho a ver com o DOPS? Tem, o presidente tem. Tanto com o DOPS quanto com o DOI. O governo

federal está tomando a responsabilidade de tudo que o DOPS faz por causa desse troço. Toda vez que a cousa começa a acalmar, o pessoal decide e cria troço, prende gente. Porque, você compreende, é para permanecer, para mostrar serviço. Isso é exatamente criar aversões, mas eles criam aversões porque querem perdurar. Quer dizer, todo mundo está acuado com esses caras. Compreende? É o que está acontecendo. Todo mundo acuado com eles.[43]

Golbery: “Eu acho que estamos sofrendo uma ditadura dos órgãos de informação . (...) Toda vez que a cousa começa a acalmar, o pessoal decide e cria troço, prende gente. (...) Isso é exatamente criar aversões, mas eles criam aversões porque querem perdurar. Quer dizer, todo mundo está acuado com esses caras. Compreende? É o que está acontecendo. Todo mundo acuado com eles”.

O general queria também tirar o delegado Sérgio Fleury de cena. O matador de Marighella, ícone do combate à subversão, obtivera da hierarquia do regime solidariedade e amparo. Geisel concordava com o afastamento do delegado. Fleury era réu nos processos de extorsões e assassinatos do Esquadrão da Morte no submundo do tráfico de drogas de São Paulo, mas continuava forte. Numa eleição de que participaram os 44 repórteres, radialistas e fotógrafos que faziam a cobertura rotineira das atividades da Secretaria da Segurança do estado, conquistaria a quarta colocação entre os "melhores do ano".[44]

Golbery reclamava: "Mas tira esse homem para fora. Bota esse homem em férias, manda ele passear na China. Aliás, o chefe está de acordo nisso. (...) É uma burrice ter esse homem aí, à vista de todo mundo".

"Manda ele fazer um curso na França. Com esse nome: Fleury...", aconselhou Heitor.

"É, mas talvez ele não possa se afastar, porque está *sub judice*. Manda ele para Foz do Iguaçu. Tem um negócio onde criam jacaré, manda ele tomar banho lá. Esse é bandido. Esse é um bandido. Agora, prestou serviços e conhece muita coisa."

"Sobretudo isso", arrematou Heitor.[45]

* * *

Os desaparecidos do PCB realimentavam a estratégia do embaraço. Eram pessoas com passado de militância política, não estavam metidos na luta armada e dispunham da rede de solidariedade do partido. Uma coisa era sumir com os integrantes do Grupo Primavera, da ALN, vindos clandestinamente de Cuba na esperança de reorganizar as bases brasileiras. Outra, fazer desaparecer um ex-parlamentar como Luís Maranhão. Esse caso levou o deputado Thales Ramalho, secretário-geral do MDB e chefe da corrente moderada do partido, à tribuna da Câmara. Maranhão era seu velho

amigo. Ramalho entrincheirou-se no embaraço, cobrando explicações ao governo. Leu uma carta da viúva e concluiu: “É com sentimento de vergonha que transmito a esta Casa esse impressionante documento para o conhecimento de todos. Vergonha de que, em meu país, uma carta dessas possa ser escrita. Daqui, quero fazer um apelo ao presidente Ernesto Geisel: mande apurar este caso”.[46]

Pouco depois o cardeal Eugênio Sales foi a Geisel. Como de hábito, deixou com seu interlocutor os tópicos tratados na audiência. Foram seis, e o último dizia: “Importância da localização de um grupo de presos que se encontra desaparecido. Comprovará as intenções do governo em respeitar os direitos humanos”.[47]

Golbery tinha uma posição parecida, em linguagem mais crua: “Eu quero que os cadáveres desses desaparecidos saiam de meu armário. Quero tirá-los daqui. Que fiquem no gramado aí em frente ao Planalto. Haverá um período de assombro, de horror, mas o problema desaparece. Se os cadáveres continuarem aqui, o problema não acaba tão cedo”.[48]

O general já percebera que nessa matéria o chefe do SNI não era seu aliado, mas registrava que Geisel estava “numa posição média, nem tanto com a minha, nem com a do Figueiredo”.[49]

A de Figueiredo, de acordo com uma *Apreciação Sumária* que ele remeteu a Geisel, era a do porão. Referindo-se à “campanha sobre prisões e desaparecimento de subversivos”, alertava: “Tais iniciativas se ajustam aos desígnios do Movimento Comunista Internacional, MCI, no qual se inserem as atividades do PCB (…)”.[50]

A vida de *Figa* no Serviço não estava fácil. Afunilava-se nele boa parte do ressentimento militar contra as novidades. O general tinha sob suas ordens uma máquina de que fora sócio benemérito, como chefe do Gabinete Militar de Médici. Figueiredo colocara o amigo Newton Cruz, o *Nini*, na chefia da Agência Central, segundo cargo em importância na hierarquia do SNI. Ele dispensara o coronel Sebastião Ramos de Castro, que servia no

setor de assuntos externos da agência. Anos depois, *Nini* recordaria suas razões: “Tinha-se que conter o CIE, que através de Castro controlava o SNI. O SNI ficava a reboque do CIE”.[51] Figueiredo sabia disso, mas trocou seis por meia dúzia, amparando o coronel em seu gabinete. Sabia também que Castro detestava Golbery.[52]

Castro tivera algumas simpatias esquerdistas nos anos 1950 e fora considerado cristão-novo nos primeiros dias do regime.[53] Depois de viver os primórdios do SNI, tornara-se um diligente oficial de informações. Passara pelo lugar de adido em Buenos Aires e era conhecido tanto pelo rigor pessoal como por uma descomunal capacidade de trabalho. Era um homem seco, formal. Quando queria distância, tratava a pessoa por “Vossa Excelência” até em bilhete manuscrito.[54] Geisel tinha-lhe amizade.[55]

O SNI comportava-se como um comissariado ideológico. Um exemplo disso pode ser encontrado no primeiro relatório guardado por Geisel. Nele aprecia-se uma entrevista concedida por d. Paulo Evaristo Arns à Associated Press. O cardeal de São Paulo denunciara a censura e as torturas, mas mostrara-se otimista com o novo governo: “Haverá, muito provavelmente, uma melhora nas relações entre Igreja e Estado”.

O analista do SNI zangou-se: “Parece-nos que D. Evaristo Arns, na condição de Cardeal-Arcebispo de São Paulo, não estava — e não está — investido da nobre e séria responsabilidade de falar à imprensa internacional em nome da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, principalmente considerando-se o importante e grave assunto das relações entre Igreja e Estado”.[56]

No caso de d. Paulo, a implicância do SNI revelava-se contraproducente, pois as posições do cardeal eram conhecidas por Geisel e Golbery. Em outros casos, o Serviço manipulava omissões e inflava irrelevâncias. Esse foi o caso de Glauber Rocha. Geisel raramente ia ao cinema. Golbery, nunca. Para ambos, o cineasta baiano era um intelectual caótico dos anos 1960, inimigo do regime, autoexilado na Europa. A revista

Visão publicara sob a forma de depoimento uma carta dele ao jornalista Zuenir Ventura. Seu conteúdo estarreceu a esquerda:

> Acho que o Geisel tem tudo na mão para fazer do Brasil um país forte, justo, livre (…). Antonio das Mortes é o profeta de Alvarado e Khadafi. Vejam as coisas: agora a história recomeça. Os fatos de Geisel ser luterano, e de meu aniversário ser a 14 de março, quando completo 35, me deixam absolutamente seguro de que cabe a Ele responder às perguntas do Brasil falando para o mundo (…). Para surpresa geral, li, entendi e acho o general Golbery um gênio — o mais alto da raça, ao lado do professor Darcy Ribeiro.[57]

Golbery não deu maior importância ao episódio. O SNI, contudo, pareceu molestado. Não registrou a surpreendente declaração do cineasta, publicada no Brasil, mas passados dois meses acusou: "Glauber Rocha atacou violentamente, pela TV portuguesa, o governo Médici, qualificando-o de 'fascista'".[58] (Meses depois, quando o ministro Reis Velloso perguntou a Geisel se Glauber podia voltar ao Brasil, ele foi frio: "Que venha, mas calado e comporte-se".)[59]

* * *

Na manhã de 24 de maio, deu-se um imprevisto. Na tarde da véspera o ministro do Exército tivera uma discussão áspera com o general Rodrigo Octavio Jordão Ramos, um veterano "fritador de bolinhos", colega de turma de Geisel na ESG, que fora engavetado no Superior Tribunal Militar. Lá, vinha denunciando casos de tortura.[60] À noite, Dale Coutinho foi a um jantar na casa do presidente da Câmara, voltou para casa sentindo-se mal e morreu. Dos seus setenta dias no ministério pouca lembrança restou. Geisel

preencheu a vaga de acordo com o manual. Nomeou o general Sylvio Frota, chefe do Estado-Maior do Exército. Não fazia tanta diferença.

Sylvio Frota

A chegada de Frota coincidiu com o primeiro ato formal de contenção da "tigrada". Uma *Diretriz de Atuação do CIE* pretendeu tolher-lhe a autonomia. Mantinha a estrutura do aparelho de informações, mas determinava que o Centro se entendesse com os comandantes dos quatro exércitos para quaisquer operações que viesse a conduzir dentro de suas áreas.[61] Em tese, terminara a fase em que o CIE mandava onde queria, atropelando os comandantes militares e até mesmo os DOIs. Mudança radical, pretendia recompor parte da hierarquia nas áreas das grandes unidades.

É provável que essa mudança tenha sido responsável pelo adormecimento dos aparelhos clandestinos mantidos pelo Centro no Rio e em São Paulo. Entre junho de 1974, quando foi baixada a *Diretriz*, e janeiro

de 1975, quando os dois aparelhos acordaram, não há notícia de presos assassinados em Petrópolis ou em Itapevi. A própria tortura refluiu. Segundo o levantamento feito anos depois pela Arquidiocese de São Paulo, em 1974 foram apenas 67 as denúncias de suplícios. Um número que aproximava o governo das estatísticas anteriores à edição do AI-5. Entre 1965 e 1968 essa média ficara em 71 casos por ano. Em 1973, último ano de Médici, as denúncias haviam sido 736.[62]

* * *

O presidente não se dava a chacrinhas com generais. Não os recebia no Alvorada por falta de intimidade, nem no Planalto, por questão de hierarquia. Seu primeiro encontro com a cúpula militar ocorreu em junho. Reuniu o Alto-Comando das Forças Armadas, composto pelos ministros, seus chefes de estados-maiores e pelo chefe do EMFA. Geisel falou por mais de uma hora valendo-se de um roteiro de quinze folhas de bloco com notas manuscritas. Nessa reunião, apresentou o seu projeto político. O AI-5 era um "tacape" intimidador. Repetiu boa parte da exposição que fizera a Dale Coutinho quando o convidou para o ministério, mas formulou de maneira diversa o problema da subversão. Queria ver luz no fim do beco:

> Eu não creio que presentemente [se] pudesse imaginar uma subversão interna de natureza generalizada. Absolutamente. O grau que nós atingimos, o grau de repressão a que nós chegamos impede isso. A subversão poderá ocorrer, em grande parte alimentada de fora, e poderá haver dentro do país determinados focos, mas qualquer foco destes é fator de intranquilidade e nós temos que continuar no nosso sistema de combate à subversão interna, por maiores que tenham sido os êxitos alcançados. (...) Nós temos que trabalhar em medidas preventivas, e temos que trabalhar com

> medidas repressivas, se necessário. As medidas preventivas são muito importantes, inclusive no sentido psicológico, porque por mais que se liquide, se elimine esses focos, ou se prendam, ou matem, ou não sei o quê, a determinados grupos, a subversão é constantemente realimentada.[63]

Poucos dias depois, a assessoria do SNI enviou ao general Figueiredo um documento que dizia o contrário. Admitia que a guerrilha urbana tinha acabado, registrava que o último ato terrorista ocorrera em outubro de 1973, mas prevenia o governo contra um novo perigo. Denunciava a hipótese da "existência de uma estratégia global das esquerdas, destinada a criar um falso clima de tranquilidade interna, desarmando o espírito dos Órgãos de Segurança e criando um clima para a reivindicação do restabelecimento de liberdades".[64]

Projetando a reivindicação do restabelecimento das liberdades como item da agenda subversiva, fechava o beco. Se não houvesse tranquilidade, deveria haver repressão, porque só assim se restabeleceria a paz. Havendo tranquilidade, ela seria falsa, manha subversiva. Portanto, a repressão era indispensável. A tranquilidade tornava-se ameaça para a anarquia. Essa anomalia iria se transformar no principal fator de desordem do período. Influenciando o comportamento da "tigrada", e até mesmo o de Geisel, produziria crises cada vez mais artificiais. Em 1964 a desordem do janguismo era um fato real, falava-se em rebelião de marinheiros, e havia marinheiros rebelados no Rio de Janeiro. As passeatas de 1968 foram instrumentalizadas, mas podiam ser vistas das janelas dos prédios da avenida Rio Branco. O vigor do surto terrorista foi exorbitado, mas atentou-se contra o virtual presidente da República, sequestraram-se quatro diplomatas estrangeiros e assaltaram-se centenas de bancos e casas de comércio. Em 1975 não havia subversivos no Planalto, estudantes na rua, muito menos terroristas em ação. Temendo a normalidade, o aparelho de

segurança do governo precisava de uma ameaça. Fabricou-a no PCB. Viu no Partidão “o maior perigo para as instituições democráticas”, pelas seguintes razões:

> — É o partido que conta com quadros mais capazes e de maior experiência.
> — É a organização que menos recebeu os reflexos da ação direta dos órgãos de segurança.
> — É a organização que conta com maior experiência de clandestinidade.
> — É a organização que conta com maior apoio externo.
> — É a organização em que a condenação de seus quadros se faz mais difícil na Justiça, possibilitando a rápida volta dos seus militantes à atividade partidária.
> — É a organização que apresenta mais elevado estágio de organização em todo o território nacional.
> — É a organização que encontra maior receptividade e facilidade de penetração junto às classes política, operária, religiosa e intelectual. (...)
> — É a organização que não age precipitadamente e tem maior tradição.
> — É a única organização que superou uma série de crises sem haver desarticulação, tendo assegurado maior firmeza de posição e homogeneidade.
> — É a melhor organização na aplicação da política de acumulação de forças.[65]

Sugeria que a Comunidade de Informações cuidasse do PCB, para a tomada das “medidas preventivas indispensáveis”.[66]

* * *

Num lance surpreendente, Golbery foi à sede da Conferência Nacional dos Bispos, em Brasília, e se reuniu com um grupo de familiares de treze desaparecidos. O encontro foi marcado e realizado em sigilo. Durou o dia inteiro, e Golbery interrompeu-o para almoçar com d. Paulo Evaristo Arns. Recebeu um dossiê em que cada caso era documentado e prometeu dar notícias. Mais tarde o cardeal contou que Golbery chorou ao ouvir duas das narrativas. Anos depois do encontro, o general não se lembrava de ter chorado e, medindo as palavras, disse: "É uma versão emotiva, que não é fantasiada".[67] Despedindo-se de d. Paulo, já no carro que o levaria ao Planalto, admitiu: "Infelizmente, ainda não conseguimos limpar os quartéis".[68]

Pouco depois, os quartéis de São Paulo emitiram um sinal. Um contínuo foi a uma agência do correio para despachar um volume mal embrulhado para um endereço na Escócia. O pacote se abriu, e materializou-se uma carga de jornais e publicações clandestinas. Preso, o moço revelou que trabalhava para o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. O DOI resolveu prender o Cebrap.

O Cebrap funcionava num casarão da rua Bahia. Nele, desde o final de 1969, o núcleo de professores expulsos da Universidade de São Paulo vivia protegido atrás de uma couraça legalista. Formavam um grupo exigente, criativo e aplicado, que discutia e estudava problemas políticos e econômicos do país. Seus quadros mais destacados começavam a abandonar a referência marxista que os atraía desde o final dos anos 1950. A instituição juntava autores de pelo menos 37 livros e 168 artigos acadêmicos, produção intelectual certamente superior à das Forças Armadas desde a edição do AI-5.[69] Segundo o SNI, o Centro era parte de "uma nova frente de propaganda adversa, com implicações na área estudantil".[70] A principal fonte financiadora do Cebrap foi a Fundação Ford. Financiou-lhe

70% do orçamento no primeiro ano de vida. Até 1972, dera-lhe 893 mil dólares.[71] O Cebrap recebia também a ajuda de empresários paulistas.[72] Reunia em torno de vinte acadêmicos. Sua mola mestra era o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, coautor do famoso *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969).

Um deles, o economista Frederico Mazzucchelli, que em 1968 frequentara um grupo de estudantes radicais do qual saíram pelo menos três quadros da luta armada, foi preso na rua. Apanhou durante seis horas e ficou 25 dias na cadeia. Estava no pau de arara, e os policiais se divertiam aconselhando-o: "Vai reclamar com o Geisel".[73]

Em setembro, prenderam mais três professores do Cebrap. Vinicius Caldeira Brant, ex-presidente da UNE, foi demoradamente torturado. A partir desse momento o porão começou a perder a parada. Fernando Henrique Cardoso bateu na casa do cardeal Arns às onze horas da noite e pediu-lhe socorro. Às sete da manhã seguinte, d. Paulo encontrou-se com o comandante do II Exército. A tortura cessou. Noutra linha, os professores pressionaram o coração do governo.

Nesse episódio desponta a figura de Severo Gomes. O ministro da Indústria e Comércio entrara no governo por suas relações com a plutocracia paulista, inclusive aquele pedaço da banca que financiara a repressão. Nele, seria mais um adversário do porão. Sabendo que haveria novas prisões, levou o assunto a Geisel, e firmou-se um compromisso: os três professores seriam soltos, o DOI chamaria quem quisesse mas não tocaria nos presos, que seriam interrogados e liberados no mesmo dia.[74] Assim, entre o final de setembro e as primeiras semanas de outubro, da secretária a Cardoso, o Cebrap foi ao DOI.[75] Ninguém dormiu na cadeia, mas todos ficaram encapuzados nos corredores enquanto esperavam a hora do interrogatório.[76] Durante quinze dias passaram pelo porão quase todos os professores do Cebrap.

Pela primeira (e última) vez desde o seu surgimento, o DOI fora obrigado a respeitar a integridade física dos presos de um arrastão. Os interrogatórios mostraram-se improdutivos e, na lembrança de muitos professores, ridículos. A Fernando Henrique surpreenderam as perguntas que buscavam estabelecer suas conexões com o pensador trotskista Ernest Mandel, que encontrara no México, e com o ex-ministro Roberto Campos, com quem jantara em São Paulo. Já o professor José Arthur Giannotti, cujo interrogatório durou cerca de doze horas, intrigou-se com o antiamericanismo de um oficial, brasileiro, que calçava botas do uniforme americano.[77] O DOI havia sido ferido na amplitude de suas funções. Nesses dias Golbery narrou a Heitor Ferreira uma conversa em que Geisel reclamara de oficiais do CIE, dizendo que "é preciso implantar uma política de prisões sem violência".[78]

Golbery não tinha o hábito de guardar papéis. Passava-os, aos lotes, a Heitor Ferreira. Essa característica torna intrigante o fato de ter guardado consigo, por toda a vida, um maço de cinco folhas onde estão listados misteriosos episódios que rondaram sua casa de Jacarepaguá a partir de setembro de 1974. Primeiro ligou uma pessoa, puxando conversa e perguntando ao PM de serviço quantos homens faziam a segurança da propriedade. Outro telefonema informou que a mulher de Golbery fora sequestrada. A informação era falsa, mas no dia seguinte decidiu-se que Esmeralda do Couto e Silva embarcaria para Brasília.[79] [*Veja o documento*] É dessa época o aparecimento nos quartéis do Rio do primeiro panfleto contra o governo.[80]

* Não há registro que permita supor quem sejam.

1 Conversa de Geisel com o tenente-coronel Germano Pedrozo, 18 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

2 Entrevista do general Newton Cruz, *O Globo*, 15 de abril de 1999, p. 8.

3 Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (orgs.), *Desaparecidos políticos*, p. 33.

4 Ricardo Batista Amaral, *A vida quer é coragem*, p. 58.

5 Entre 1º de janeiro e 15 de março de 1974 desapareceram no Araguaia, pelo menos, José Lima Piauhy Dourado (*Nelito*), Luiz Renê Silveira e Silva (*Duda*), Jana Moroni Barroso (*Cristina*), Maria Célia Corrêa (*Rosa*), Pedro Carretel e José Humberto Bronca (*Zeca Fogoió*). Nas cidades desapareceram Eduardo Collier Filho e Fernando Santa Cruz Oliveira.

6 *Apreciação Sumária*, do SNI, de março de 1974. APGCS/HF.

7 Artigo de Luiz Carlos Prestes na *Revista Internacional*, citado em telegrama da Agence France-Presse, de 29 de dezembro de 1970. Para a "sarna", Dênis de Moraes (org.), *Prestes com a palavra*, p. 200.

* José Salles, membro do secretariado da comissão executiva do PCB, esteve num dos réveillons mais animados do início dos anos 1970, realizado na casa do casal Mauro e Gilse Campos, na Urca.

8 Transmissão da rádio Globo e telegrama da agência EFE, de 28 de março de 1969, mencionando 53 e setenta presos, respectivamente. Essas prisões estenderam-se até julho. Givaldo Siqueira, maio de 1977.

9 João Guilherme Vargas Neto, maio de 1997.

10 Para os mortos do PCB, ver Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 302-57.

11 Para a condição de motorista de Prestes, entrevista de Hércules Corrêa ao *Jornal do Brasil* de 8 de março de 1990, p. 13.

12 João Guilherme Vargas Neto, maio de 1997.

13 Frei Betto, *Lula — Biografia política de um operário*, pp. 23-4. Depoimento de José Ferreira da Silva (*Frei Chico*), em Denise Paraná, *Lula*, pp. 154-7.

14 João Guilherme Vargas Neto, junho de 1997.

15 Depoimentos de Luiz Inácio da Silva e José Ferreira da Silva (*Frei Chico*), em Denise Paraná, *Lula*, pp. 130 e 157.

16 Sérgio Cavallari, junho de 1997.

17 Foram Severino Teodoro de Mello, Armênio Guedes e Orestes Timbaúva. Casos semelhantes ocorreram com Jarbas Holanda e Almir Neves. Para todos eles, exceto Armênio Guedes, a fonte é Dinarco Reis, citado em João Falcão, *Giocondo Dias*, p. 298. Para Jarbas Holanda, ver também Maria Conceição Pinto de Góes, *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho*, p. 249, com depoimento de Hércules Corrêa.

18 Para esse caso, relacionado com Severino Teodoro de Mello, o *Mellinho*, Hércules Corrêa, *Memórias de um stalinista*, p. 105. Givaldo Siqueira, fevereiro de 1988. Maria Prestes refere-se ao caso, atribuindo o contato ao SNI, em *Veja* de 20 de maio de 1992, pp. 40-5.

19 Armênio Guedes, 1988.

20 Memorando de W. G. Bowdler a McGeorge Bundy, assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, de 20 de setembro de 1965, encaminhando um telegrama da CIA, de 14 de setembro, onde se relata o encontro, ocorrido em 1º de agosto. BLBJ.

21 John Blacken, janeiro de 1990.

22 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, setembro de 1988.

23 Salomão Malina, julho de 1989, e Givaldo Siqueira, fevereiro de 1988. Para o incidente, Maria Prestes, *Meu companheiro*, p. 150. Ver também entrevista de Hércules Corrêa a *IstoÉ* de 19 de maio de 1987, p. 26. Para a carteira vencida e os bigodes, João Falcão, *Giocondo Dias*, p. 290.

24 Givaldo Siqueira, fevereiro de 1988, e João Falcão, *Giocondo Dias*, pp. 290-1 e 296.

25 Givaldo Siqueira, maio de 1987, fevereiro de 1988 e maio de 1997. *Jornal do Brasil*, 3 e 7 de dezembro de 1972.

26 Entrevista de Hércules Corrêa à *Folha de S.Paulo*, 26 de maio de 1991.

27 Givaldo Siqueira e José Salles, fevereiro e novembro de 1988.

28 Para a amizade, d. Eugênio Sales, junho de 1987.

29 Carta de d. Aloísio Lorscheider a Geisel, 24 de setembro de 1975. APGCS/HF.

30 Luiz Cortez, "Luís Maranhão 'Mártir das Lutas Populares'", reportagem publicada no jornal *Dois Pontos*, de Natal, e republicada nos *Cadernos de Jornalismo da Federação Nacional de Jornalistas*, em dezembro de 1990. O interlocutor de Falcão foi o senador Dinarte Mariz.

31 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 326.

32 *Manchete*, 22 de outubro de 1988, pp. 124-8.

33 *Folha de S.Paulo*, 12 de dezembro de 1993, p. D3.

34 *Veja*, 18 de novembro de 1992, pp. 20-32.

35 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 31.

36 Idem, p. 60.

37 Uma folha manuscrita de Heitor Ferreira, intitulada *Resumo da Conversa Geisel, Moraes Rego e Heitor*, no Jardim Botânico, de 26 de julho de 1973. APGCS/HF. Ver também Marly Silva da Motta (coord.), *Conversando sobre política*, p. 182.

38 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

39 Reunião de Geisel com Petrônio Portella, 15 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

40 Reunião de Geisel com Célio Borja, 19 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

41 *Veja*, 8 de maio de 1974, pp. 10-1, referido em Maria Aparecida de Aquino, *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*, p. 226.

42 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 373. Nesse livro de memórias Falcão diz que fizera com *Veja* uma "experiência de liberação da censura". Não se tratava de liberar *Veja* da censura, mas de retirar da redação da revista a equipe de censores que lá ia para conferir previamente o material a ser publicado. Persistia a obrigação de respeito às ordens emitidas pela Polícia Federal.

43 Telefonema de Heitor Ferreira a Golbery, 11 de abril de 1974. APGCS/HF.

44 *Jornal do Brasil*, 29 de novembro de 1974, p. 20.

45 Telefonema de Heitor Ferreira a Golbery, 11 de abril de 1974. APHF.

46 *Diário do Congresso Nacional*, 15 de maio de 1974, p. 2850.

47 Uma folha datilografada, assinada por d. Eugênio Sales, sem data. APGCS/HF.

48 Golbery do Couto e Silva, maio de 1974. "O fabricante de nuvens", *Veja*, 19 de março de 1980, p. 27.

49 Golbery do Couto e Silva, maio de 1974.

50 *Apreciação Sumária*, do SNI, de 15 a 24 de julho de 1974. AEG/CPDoc.

51 General Newton Cruz, novembro de 1987 e julho de 1997.

52 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, apensa ao *Diário de Heitor Ferreira*, intitulada *Conversa Heitor & Figueiredo, Sábado 28 de Setembro de 1973*, na qual lista nove militares considerados "anti-Golbery". APGCS/HF.

53 Para as simpatias esquerdistas de Castro, entrevistas com Golbery (1985) e Geisel (1989). Em 1945, quando servia como tenente numa unidade da divisão blindada, Castro era considerado esquerdista. Leonidas Pires Gonçalves (que servia como ajudante de ordens de Álcio Souto), dezembro de 1999. General Gustavo de Moraes Rego, 1984.

54 Bilhete do general Sebastião Ramos de Castro a Golbery, 11 de dezembro de 1974. APGCS/HF.

55 Cinco folhas, de 25 de novembro de 1974, com a lista dos coronéis promovidos a general. Numa lista de 27 nomes, Geisel marcou três para receberem o adjetivo *amigo*. Um deles era o general Castro. APGCS/HF.

56 *Apreciação Sumária*, do SNI, de março de 1974. AEG/CPDoc.

57 Glauber Rocha, *Cartas ao mundo*, pp. 482-3. O general Juan Velasco Alvarado presidia o Peru.

58 *Apreciação Sumária* 02/74, do SNI, para o período de 6 a 15 de maio de 1974. AEG/CPDoc.

59 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de fevereiro de 1975. Glauber Rocha só regressaria ao Brasil em junho de 1976, depois de uma paciente negociação, graças ao interesse do senador Luiz Viana Filho, ex-colega de Golbery no governo Castello Branco.

60 Para a discussão de Dale Coutinho com Rodrigo Octavio, Ernesto Geisel, março de 1995.

61 Para uma referência à *Diretriz* de junho de 1974 e à sua essência, *Informação nº 017/70/AC/76*, da Agência Central do SNI, de 20 de fevereiro de 1976. APGCS/HF.

62 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 64.

63 Maço de quarenta folhas, anotadas por Heitor Ferreira e Moraes Rego, intitulado *Primeira Transcrição do Pronunciamento do Presidente Geisel na Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, em 10 de junho de 1974. APGCS/HF.

64 *Subversão Comunista no Brasil, de 20 de junho de 1974, referindo-se ao Relatório Especial de Informações nº 04/74*, do CIE, citado na *Informação nº 017/70/AC/76*, da Agência Central do SNI, de 20 de fevereiro de 1976. A esse respeito, ver também *Apreciação Sumária*, do SNI, de 25 de junho a 14 de agosto de 1974. APGCS/HF.

65 *Subversão Comunista no Brasil, de 20 de junho de 1974, referindo-se ao Relatório Especial de Informações nº 04/74*, do CIE, citado na *Informação nº 017/70/AC/76*, da Agência Central do SNI, de 20 de fevereiro de 1976. APGCS/HF.

66 Idem.

67 Golbery do Couto e Silva, abril de 1985. José Carlos Dias, novembro de 2001. Para uma narrativa de d. Paulo Evaristo Arns ao cônsul americano em São Paulo, ver telegramas da embaixada em Brasília ao Departamento de Estado, 10 e 19 de setembro de 1974. <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=140363&dt=2474&dl=1345>. Para outro testemunho

desse encontro, ver Maria Conceição Pinto de Góes, *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho*, p. 257.

68 *O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1996, p. A30.

69 Para uma história do Centro, ver Bernardo Sorj e Antonio Mitre, "O Cebrap e as ciências sociais no Brasil". Estavam no Cebrap, entre outros: Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Bolivar Lamounier, Carlos Estevam Martins, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Francisco Weffort.

70 *Apreciação Sumária nº 11*, do SNI, de 5 de setembro de 1974. AEG/CPDoc.

71 Bernardo Sorj e Antonio Mitre, "O Cebrap e as ciências sociais no Brasil", p. 77, e Elisabeth Station e Christopher J. Welna, "Da administração pública à participação democrática", em Nigel Brooke e Mary Witoshynski (orgs.), *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*, p. 172. Até 1992 a Fundação Ford deu ao Cebrap 2,21 milhões de dólares, tornando-o o quarto maior receptor de fundos no Brasil, vindo logo depois da PUC-Rio (2,7 milhões), da Fundação Carlos Chagas (2,3 milhões) e da Universidade Federal de Viçosa (2,26 milhões). Sergio Miceli (org.), *A Fundação Ford no Brasil*, p. 95.

72 Segundo o professor Antonio Delfim Netto, na época da fundação do Cebrap, quando ele ocupava o Ministério da Fazenda, foi procurado pelos empresários Joseph Safra (Banco Safra) e Antonio Ermírio de Moraes (Votorantim). Indagavam como o governo veria uma eventual colaboração financeira para a instituição. Delfim disse-lhes que via com naturalidade. Antonio Delfim Netto, janeiro de 2000. Há uma referência superficial, sem documentação, à ajuda de empresários ao Cebrap na *Informação nº 007/16/AC/75* de 7 de fevereiro de 1975, da Agência Central do SNI. AA.

73 Luiz Maklouf Carvalho, *Mulheres que foram à luta armada*, p. 109.

74 Paul Singer foi preso no dia 19 de setembro e libertado no dia 24. Seis folhas assinadas por Falcão e visadas por Geisel, detalhando a situação de pessoas dadas por desaparecidas, de 6 de fevereiro de 1975. APGCS/HF.

75 Para as prisões e todo o episódio, ver também a *Informação nº 007/16/AC/75* de 7 de fevereiro de 1975, da Agência Central do SNI. AA.

76 José Arthur Giannotti e Francisco de Oliveira, fevereiro de 1998. Para um depoimento de Fernando Henrique Cardoso, ver Brigitte Hersant Leoni, *Fernando Henrique Cardoso*, p. 171.

77 Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti, junho de 2003.

78 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de outubro de 1974.

79 Maço de cinco folhas entregue por Golbery a Heitor Ferreira no apart-hotel Park Avenue, em São Paulo, quando estava morrendo. Intitula-se *Transcrição das Ocorrências no Ano de 1974*. Ocorrências de 11 e 30 de setembro. APGCS/HF. A ida para Brasília está em *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de outubro de 1974.

80 Carta do tenente-coronel Athos Amorim a Heitor Ferreira, de 21 de outubro de 1974. APGCS/HF. Não se conhece o texto desse panfleto.

Interlúdio pessoal

A Presidência deu a Geisel alguns confortos. Com o Alvorada para morar e o Riacho Fundo para os fins de semana, hospedou a irmã no palácio e os sogros octogenários na granja. Tinha piscina e cinema nas duas residências. Raramente caía n'água, e quando pedia um filme, variava do bangue-bangue ao kung fu. Logo o kung fu, que a Censura banira, chamando-o de "derivativo maoista".[1]

Seus hábitos continuaram os mesmos. Acordava às 6h. Quando saía do banho, a roupa do dia já estava separada. Sapatos, meias e terno pretos, camisa branca e gravata escura, com algum detalhe em vermelho. Lia jornais, boletins do SNI e a sinopse do noticiário da imprensa, tomava café e entrava no Planalto — sempre pela rampa — às 9h. Almoçava no Alvorada, dormia quinze minutos (de pijama) e às 15h estava de volta ao gabinete.[2] Fechava a quitanda pontualmente às 18h. Levava serviço para casa, mas abandonava o palácio para liberar seus assessores diretos. Em torno das 23h estava na cama. Começou a acordar no meio da madrugada e pela primeira vez na vida tomou remédios para dormir.[3]

Dentro dessa rotina, Geisel alterou profundamente a administração de seu tempo. Acabaram-se as conversas diárias, soltas, com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira. Acabaram-se, na verdade, todas as conversas soltas. Ele seccionou os espaços privado e público. Além disso, deu à agenda oficial uma estrutura de resguardo e hierarquia. Não deixava que lhe banalizassem as audiências. Recusava crachás e não quis receber as candidatas a Miss Brasil.[4] [*Veja o documento*]

Numa decisão surpreendente, no segundo dia de trabalho chamou Heitor Ferreira e disse-lhe que, como seu secretário particular, deveria se retrair da atividade política e administrativa que desenvolvera nos dois anos anteriores.[5] Aos 38 anos, com a intimidade e os ouvidos de Geisel e Golbery, Heitor se tornara um dos homens mais poderosos do país. Influenciara a formação do governo de tal maneira que eram os ministros, e não ele, que forçavam o tratamento por "você". Falava em nome do presidente eleito com tamanha determinação e clareza que se pode dizer que dera ordens a quase toda a República. Geisel informara-o de que não daria mais ordem nenhuma. Teria de costurar para dentro, cuidando de todos os papéis que chegavam ou saíam de sua mesa, inclusive os relatórios e os "dragões" enviados pelo SNI.[6] ("Dragão" era o apelido das transcrições de escutas telefônicas. Como se grampeavam as linhas no cabo do distribuidor geral das centrais, surgiu primeiro a abreviatura DG, e depois passou-se ao "dragão".) [*Veja o documento*]

Foram raras as ocasiões em que Geisel mandou Heitor sentar-se. Falavam-se com a mesma confiança de sempre, mas o presidente ficava na cadeira e o secretário, em pé.[7] Mantiveram o hábito de dialogar por bilhetes. Eram três ou quatro por dia. Heitor avisava que encontrara erva-mate Saphyra numa loja da Superquadra 106, propunha que se erguesse uma vedação acústica numa das paredes do gabinete, pois as conversas de Geisel podiam ser ouvidas na sala ao lado, ou persistia numa campanha para afastar militares uniformizados da proximidade do presidente em seus compromissos públicos. Contava as fardas nas comitivas que viajavam para os estados, e mostrou-lhe que numa passagem por Campinas, entre vinte pessoas, levara dezessete militares da ativa.[8] A poda de março foi tão dolorosa para Heitor que ele descuidou de seu diário e, em abril, registrou: "Estas minhas anotações estão muito fracas. Sei disso e me perdoe quem um dia as vier a ler".[9] Os dois só voltaram a ter uma conversa demorada três meses depois.[10]

As horas de vida pública de Geisel no Planalto dividiram-se em dois blocos. Armava o time em duas reuniões de até 45 minutos — uma às 9h, outra às 15h — com os chamados “ministros da Casa”. Sentavam-se nelas os chefes do Gabinete Civil, do Gabinete Militar e do SNI, além do secretário de Planejamento, que meses depois foi dispensado da sessão vespertina. Os demais ministros tinham 45 minutos de despacho por quinzena, e as tardes das quartas-feiras ficaram para os parlamentares. Esse sistema viria a concentrar a convivência com os ministros do palácio. Num só ano, Golbery, Hugo Abreu e Figueiredo teriam 324 horas de despachos conjuntos, contra 323 para todos os outros, cujos encontros com o presidente variaram de um máximo de 45 horas (Armando Falcão) a um mínimo de 8h40 (Paulo de Almeida Machado, da Saúde).[11]

A reunião das nove da manhã, com os “ministros da Casa”: Figueiredo (sni), Golbery (Gabinete Civil), Hugo Abreu (Gabinete Militar) e, de costas, Reis Velloso (Planejamento).

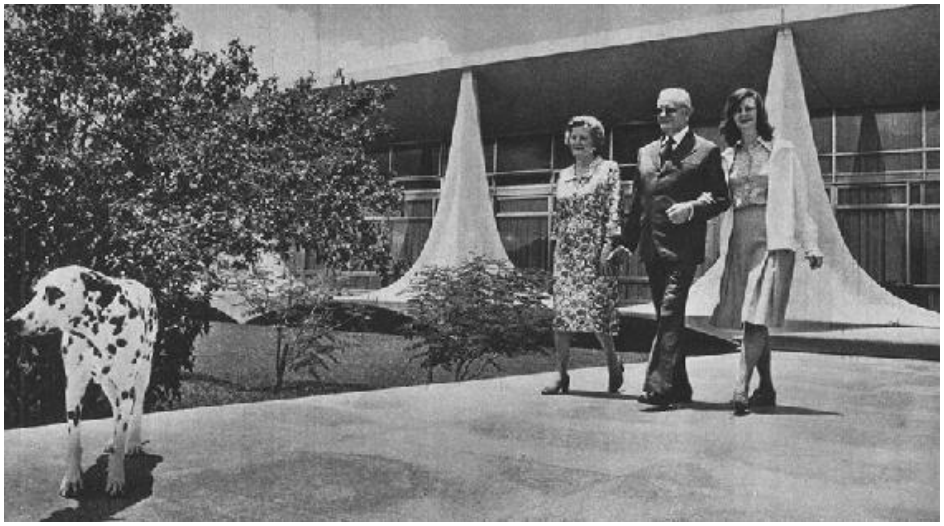
Geisel amparava seus despachos numa lista de assuntos pendentes, mapeados por Heitor Ferreira. Nela se misturavam novos problemas e velhas ideias, ecos do largo da Misericórdia. Em julho, a lista de cobranças ao chanceler Azeredo da Silveira tinha 35 itens. Iam da compra de uma casa

para a embaixada em Lisboa até a antiga pendenga da verba federal que sustentava o colégio Pio Brasileiro, em Roma.[12]

Quando um assunto entrava na lista de cobranças, era impossível esquecê-lo. Geisel descobriu que o Ministério do Exército mantinha no Rio de Janeiro um asilo dos Inválidos da Pátria. Como essa expressão surgira com o socorro aos veteranos da Guerra do Paraguai, coisa acabada havia mais de um século, pediu ao general Sylvio Frota que lhe explicasse o fenômeno. Ficou sabendo que o asilo dava emprego a 126 servidores, 57 dos quais militares, seis oficiais, e que tinha 63 casas. Afora os salários, a instituição gastava 346 mil cruzeiros por ano (em torno de 50 mil dólares). Beneficiava quatro pensionistas e um ex-combatente. Somando-se a eles duas viúvas e uma filha de veterano que entraram na conta, eram oito os assistidos. Dividindo-se a verba anual entre os oito favorecidos, cada um poderia buscar outra pousada com uma pensão de quinhentos dólares mensais. O presidente cobrou o fechamento do asilo em inúmeros despachos. Pela sua lembrança, só o conseguiu quando informou ao ministro que não assinaria papéis do Exército enquanto aquele caso não estivesse encerrado.[13]

O tempo de Geisel no Alvorada e na granja do Riacho Fundo tornou-se privado. Não levava convidados para casa. Almoçava e jantava com a família. Era comum que o ajudante de ordens, um jovem capitão, sentasse à mesa, mas era impossível que a ela chegassem os hierarcas da República. Demorou um ano para perceber que nunca convidara Golbery e Heitor para jantar no palácio: “Eu sou chucro mesmo. Mas tem que ser, né?”.[14] Raramente chamava ministros para conversas à noite ou durante os fins de semana. Só saía de casa quando não havia outro jeito. Recusou-se a comparecer ao jantar em homenagem à duquesa de Kent: “Só porque é princesa?”.[15] [*Veja o documento*] Procurou separar sua vida pública da vida particular da mulher e da filha, a ponto de pedir ao ministro da Justiça que sugerisse aos donos de jornais mantê-las fora do noticiário das colunas

sociais. Radicalizado, o pedido resultou numa ordem da Censura proibindo referências a Amália Lucy Geisel.[16]



O general Ernesto Geisel com sua mulher, Lucy, e a filha, Amália Lucy, caminhando no jardim do Alvorada (à frente, a dálmata Duquesa).

O isolamento, somado ao silêncio sepulcral que envolve o Alvorada, derivou em tamanha solidão que sua filha lembraria, 23 anos depois: “À noite, eu ficava olhando para o gramado, acompanhando os faróis dos carros que se aproximavam. Quando o carro vinha, eu pensava: ‘Esse vai entrar’. Mas eram turistas, dobravam. Eu ficava esperando que alguém nos visitasse, mas não vinha ninguém”.[17]

No circuito doméstico mandava sua mulher, Lucy. Tinha 56 anos e padecia de uma agorafobia que a afastava de aglomerações e a fazia sofrer nas viagens aéreas. Só era vista em cerimônias em que sua presença fosse protocolarmente indispensável. Passou pelo poder sem mudar o penteado, a cor dos cabelos ou mesmo a costureira. Ensinava os cozinheiros do palácio da Alvorada a preparar tortas. Era uma senhora da classe média europeia, daquelas que falam baixo e levam a mão à boca para encobrir uma risada. Se algum dia tratou de política com o marido, ninguém ouviu, nem a filha.

Lucy Geisel nunca falou de si. Cuidava do marido, dos pais e da rede de parentes que viviam em Estrela. Raros foram os seus comentários sobre o período da Presidência. Gostava de lembrar a mulher de um ministro que abusava dos decotes e a surpreendeu numa recepção com o vestido fechado à altura do pescoço, revelando, ao virar-se, que tinha as costas nuas no limite do possível.[18] Afeiçoou-se a Duquesa, dálmata que recebeu logo que chegou ao Alvorada. Deu-lhe por nicho um canto de seu quarto de vestir e, anos depois, em Teresópolis, levou-a para o dormitório do casal.

O capitão que prometera à noiva uma vida de "miséria dourada" com dez contos de réis no banco, agora vivia num palácio servido por 73 empregados civis e tinha uma renda próxima de 500 mil cruzeiros anuais (equivalentes a 71.500 dólares), mas não havia alegria em sua casa.[19] [*Veja o documento*]

A Presidência foi mais um golpe na vida da filha, Amália Lucy. A morte do irmão desestruturara o equilíbrio familiar, e a nova posição do pai haveria de desestruturar o que ela conseguira construir. Geisel protegia-a obsessivamente, como se vivesse sob o pavor daquela manhã de Quitaúna, quando lhe contaram que Orlandinho morrera. Até a chegada a Brasília, onde Amália ganhou a escolta de um guarda-costas, o pai telefonava-lhe duas vezes por dia e frequentemente lhe pedia que tomasse cuidado ao atravessar a rua.[20] Tinha 29 anos e era professora concursada do colégio Pedro II, além de trabalhar no Conselho Federal de Cultura. O pai se recusou a nomeá-la para qualquer cargo público, e a segurança desaconselhava que arrumasse um emprego qualquer. Amália Lucy acabou se instalando na Funarte e matando o tempo em recepções diplomáticas.

Suportou até mesmo que se propagasse o apelido de Mosa, derivado de "Mimosa", que lhe deram ao nascer. Ela não gostava da intimidade invasiva e muito menos do apelido, improvisado pela surpresa da chegada de uma menina no lugar de um garoto que se chamaria Frederico, nome que não podia ser adotado na variante feminina.[21]

Levava uma vida modesta, restrita às relações com parentes e com um pequeno núcleo de amigos. Seu gosto pela música popular deu-lhe desconfortável notoriedade quando o compositor Chico Buarque de Hollanda, escondido sob o pseudônimo de Julinho da Adelaide, cantou: "Você não gosta de mim, mas sua filha gosta".[22] Numa época em que era comum os filhos dos hierarcas protegerem a individualidade distanciando-se da ditadura, Amália, mesmo sem ter o menor interesse em projetar uma imagem liberal, disputou cada palmo de sua escassa autonomia. Não discutia política com o pai, mas nas raras ocasiões em que o fazia, cortava como faca. Numa manhã em que Geisel tratava de um discurso de agradecimento ao Colégio Eleitoral, ela o ouviu falar que pretendia "mostrar que o meu mandato vem do povo".

"É difícil, porque não é", disse.[23]

Criou um caso com a mãe porque o chefe da segurança tentou impedi-la de ir ao aeroporto do Galeão buscar uma amiga dos tempos de escola, irmã de um banido.[24] Geisel considerava-a ingênua e temia que amizades esquerdistas pudessem envolvê-la, mas não se meteu na encrenca: "É muito difícil (...) porque ela briga logo".[25] Num dos Natais de Brasília, quando seu pai ceava com a tropa da guarda do Riacho Fundo para encurtar a comemoração familiar que lhe causava sofrimento, ela foi para a casa de um casal amigo à procura da festa que desde a adolescência lhe era negada.[26]

O círculo de ferro afrouxava-se nos fins de semana. No Riacho Fundo, o pai desfrutava a companhia de seu melhor amigo. É impossível dizer se Humberto Barreto, aos 42 anos, era um amigo do presidente, de 66, ou a projeção recôndita do filho, que completaria 33. Cearense do Crato, fora garoto para o Rio, disposto a tentar uma vaga na Escola de Cadetes do Ar. Morava com um tio coronel quando Geisel regressou sozinho do Uruguai e se instalou no apartamento. Conviveram cerca de um ano. Humberto foi reprovado no exame médico e empregou-se como contínuo na Sears, até

que o amigo lhe conseguiu um lugar no Sesi. Afeiçoaram-se de tal modo que, ao ser designado para o comando de Quitaúna, Geisel pensou em deixar o filho no Rio, aos cuidados dele.[27] Humberto e a mulher, Lilian, foram constante companhia nos fins de semana do casal Geisel. Em 1964, formado em direito, era tesoureiro da Caixa Econômica Federal. O general ajudou-o a conseguir a chefia do serviço de penhores e mais tarde levou-o para uma diretoria da distribuidora da Petrobras. Em pelo menos uma ocasião, precisando de um lugar discreto para conversar com um general, Geisel usou o apartamento de Humberto.[28]

É impossível dizer se Humberto Barreto, aos 42 anos, era um amigo do presidente, de 66, ou a projeção recôndita do filho, que completaria 33.

Se Reis Velloso tivesse aceitado o Ministério do Interior, Golbery iria para o Planejamento. Nesse caso, Humberto Barreto seria o chefe do

Gabinete Civil. Fracassada a manobra, virou aposta fácil para a presidência da Caixa. No dia seguinte à eleição, Moraes Rego teve uma ideia: “Por que não o Humberto para secretário de Imprensa?”.

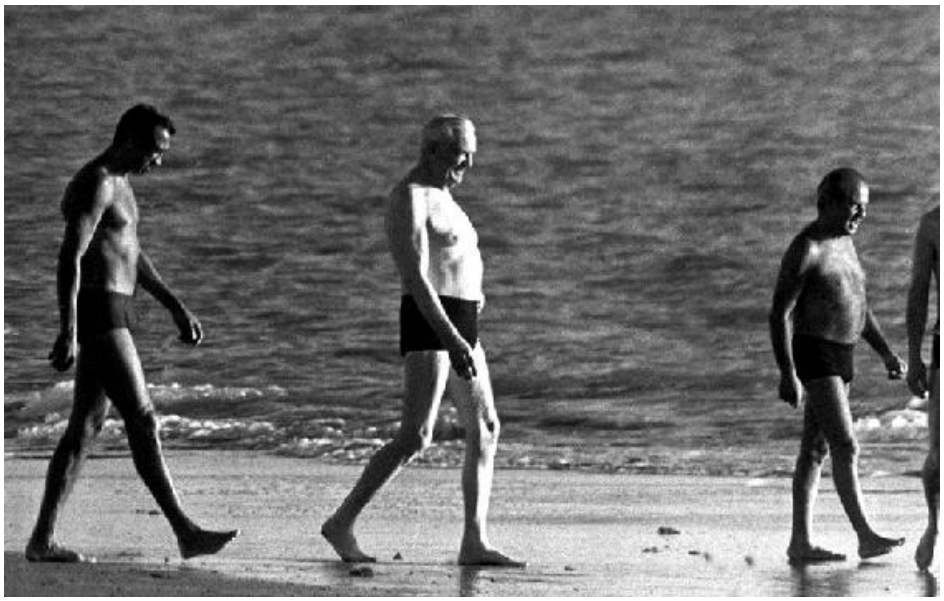
Heitor Ferreira, em cujas listas nunca entrara um assessor de imprensa, resumiu as conveniências: “Resolve o gabarito, resolve a amizade com ele, resolve levar esculhambação. (...) Resolve o fato de não termos ninguém e resolve o que fazer com Humberto, que nós não sabíamos o que fazer”. Resolvia também o conforto emocional de Geisel, que gostava da companhia e da proximidade de Barreto.[29]

Geisel achou que era pouco. Convidou-o, e de fato era pouco. Humberto aceitou, mas abriu-se uma curta crise entre as duas famílias. Moraes Rego repetia que “se arrependimento matasse, eu já estava morto. Estou arrependidíssimo de ter inventado isso”.[30] Haveria de ser uma das melhores soluções surgidas na formação do governo. A seca elegância sertaneja de Humberto Barreto, aliada à audácia que a intimidade com o presidente permitia, fizeram dele um assessor de imprensa festejado desde a primeira hora.

A principal qualificação de Humberto Barreto junto aos jornalistas decorreu do desembaraço com que criticava a Censura e da sinceridade com que reconhecia a impossibilidade de sua suspensão imediata. Estabeleceu canais de comunicação com repórteres e editores e, em maio, entregou a Geisel um maço com 35 folhas de proibições enviadas ao *Jornal do Brasil* desde o dia da posse.[31] Meses depois, repassou a Golbery os textos massacrados na edição de um só dia d’*O Estado de S. Paulo*.[32] [*Veja o documento*] Transformaria um cargo inexpressivo num dos mais importantes postos da República.

Era o único civil nos fins de semana no Riacho Fundo. Os demais tinham passado pela AMAN. Aos sábados compareciam Heitor Ferreira e o tenente-coronel Germano Pedrozo. Aos domingos, Moraes Rego e o tenente-coronel Gleuber Vieira, que Geisel comandara nos anos 1950, no

Regimento Escola de Artilharia. Desde então, sempre que pôde, teve-o por perto. Às vezes, o administrador do Planalto, Mário Almeida Purificação da Costa, amigo de Geisel desde os dias de Quitaúna. Hospedava-se na granja o coronel Americo Mourão, médico da Presidência.



Geisel com dois amigos e colaboradores. À sua frente, o médico Americo Mourão. Atrás, o coronel Germano Pedrozo, chefe de sua segurança.

Golbery não ia ao Riacho Fundo. Como Geisel, Golbery não ia a lugar algum. A semelhança, contudo, parava aí. O que num era ordem, hierarquia e cultivada introversão, no outro era informalidade e cultivada extroversão. Bastava que se comparassem as duas mesas de trabalho. A de Geisel, incólume. A de Golbery, empilhada. Ou a agenda. Uma, pontual e severa. A outra, errática e imprevisível, juntando na sala de espera políticos, jornalistas e até pai de santo.

Golbery se instalara na granja do Ipê, onde sua mulher fizera construir um enorme viveiro de pássaros e espalhara animais pelo mato. O bode se chamava Deputado. Apreciava as crises de insônia e as viagens do presidente porque umas lhe permitiam avançar na leitura e as outras, adiantar a papelada. Às vezes cavalgava nos fins de semana. Chegava ao

Planalto um pouco antes de Geisel, e saía muito depois. Almoçava quase sempre em sua própria sala, sem nenhum ritual, simplesmente continuando uma conversa que já começara e que terminaria depois do café. Passava o dia trancado, e nisso havia, além do costume, uma certa premeditação. Denominava-a *Lei da Bunda*. Enunciava-a mais ou menos assim: "Você entra aqui e senta a bunda. Os outros estão ocupados. Uns com agenda repleta, outros viajando. Aos poucos as pessoas sabem que você está aqui e te procuram. Você acaba sendo procurado pelo simples fato de estar com a bunda na cadeira".[33]

A *Lei*, somada à fama do general, tornava a sala de Golbery ponto de confluência de assuntos proporcionais à sua importância política, mas também de toda sorte de banalidades. Um editor do Rio de Janeiro propunha que se elegesse uma mulher com o propósito de sentá-la à mesa do ministério, como representante do gênero. Um embaixador informava que os centros irradiadores de notícias sobre a tortura estavam em Paris, Londres e Nova York, e, falando muito bem de si, sugeria que o nomeassem para Paris, Londres ou Nova York.[34] No mundo dos assuntos relevantes, o general Affonso de Albuquerque Lima, líder putativo da linha dura e alavanca da ascensão de Costa e Silva nos anos 1960, reaparecia em cartas. Politicamente anêmico, propunha a paz: "Vamos então viver do presente para a construção de um novo Brasil". Afastado da tropa, trabalhava como diretor do conglomerado financeiro de um cunhado. Pedia os bons ofícios de Golbery junto ao Banco Central e anexava um memorando do próprio parente pleiteando "um tratamento melhor" ao seu banco e rapidez na liberação de um empréstimo de 12,6 milhões de dólares da Caixa Econômica à loja de roupas Ducal, que pertencia ao grupo. Por prático, fornecia o número do processo: 2374/74 PIS-RJ.[35]

Quando Geisel ritualizou o expediente do palácio, Golbery manteve-se em seu lugar. Desde o primeiro dia de governo, formalizou o tratamento com o amigo. Só descia ao terceiro andar se solicitado. Era pouco frequente

que se reunisse a sós com o presidente. Pode-se estimar que, ao longo de uma semana, a média desses encontros dificilmente ultrapassasse uma hora. Conversas soltas como as do largo da Misericórdia tornaram-se raras. Três por ano, talvez.[36]

Ao contrário de Geisel, buscava divertimento na função. Expandia-se nas breves respostas aos bilhetes de Heitor Ferreira. Recebeu uma fotografia do ministro Simonsen com as mãos afastadas, num gesto que poderia dar a impressão de que estivesse mostrando o tamanho de alguma coisa, e anotou: "Que grande, não!".[37] [*Veja o documento*]

Havia um recém-chegado no ninho de oficiais que Geisel levara ao Planalto: o general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar. Paraquedista miúdo porém atlético, tinha a cabeça inteiramente rapada, e de sua forma nasceu-lhe o apelido: *Chupeta*, ou *Pinduca*, numa referência ao personagem das histórias em quadrinhos. Aceitando uma ideia de seu irmão Orlando, em fevereiro Geisel convidara o general Dilermando Gomes Monteiro para o cargo. Duas semanas antes da posse, Dilermando saiu para passear de bicicleta, levou um tombo e quebrou a cabeça do fêmur. Caso para três meses em cadeira de rodas e outros três com bengala. Geisel recusou todas as sugestões para mantê-lo. A ideia de entrar no Planalto com um chefe militar entrevado não era coisa de seu mundo: "Eu vou prestigiar o Dilermando pela vida afora, mas sinceramente eu acho que não dá".[38]

Quem no lugar? Resolveu-se o assunto em quatro dias. Geisel mal conhecia Hugo Abreu. Fora outra sugestão de Orlando Geisel.[39] Era um combatente, homem de muito serviço na tropa e de pouca conversa. Passara com louvor pela FEB. Fizera fama na Brigada Aeroterrestre, chamada de "fábrica de dores de cabeça", disciplinando um corpo de oficiais que se rebelara durante o sequestro do embaixador americano, em 1969.[40] Aos 51 anos, aprendeu a saltar. Comandara os paraquedistas na campanha contra a guerrilha do PC do B no Araguaia e no combate ao terrorismo no Rio.

Tentaram abatê-lo, mas o presidente fixou-se na escolha. De um lado, fazia o possível para não contrariar o irmão ofendido. De outro, respeitava a cruz de combate de primeira classe que o capitão Hugo trouxera da Itália.

“Essa ressalva em relação ao rapaz não é nada. O rapaz é soldado, tem vida correta, tem certo poder de liderança, teve bom destaque na guerra. O que é que tem? Ele é teimoso, ele é ranheta, não sei o quê? É radical? Isso comigo não tem muito...”[41]

Dias depois, impressionou-se com as poucas palavras que trocaram no telefonema em que o convidou: “Ele estava nervoso. Será que é sempre assim?”.

“Ele está com uns tiques de nazista, não é? Ele é muito enquadrado, é muito dedicado”, respondeu Golbery, que o conhecia e apreciava.

“Eu falei a ele que foi escolhido porque é soldado. (...) Embora ele não seja um homem da minha intimidade.”[42]

Era um oficial de tropa sentado à mesa com Geisel, Golbery e Figueiredo. Somando-se o tempo de comando de quartel dos três desde a época em que eram coronéis, não chegava aos cinco anos de Hugo na Brigada. Habituara-se de tal maneira aos uniformes e aos coturnos marrons dos paraquedistas que nem terno tinha. Sua entrada no Planalto foi dolorosa. Vestia uma roupa feita às pressas por um alfaiate de subúrbio e calçava sapatos pretos novos que lhe doíam nos pés a ponto de ele não conseguir distinguir quem estava cumprimentando nas recepções. “Passei de paraquedista a palaciano”, diria mais tarde.[43]

Hugo Abreu não deu palpite na formação da equipe do Gabinete Militar, pois Geisel pusera coronéis de sua confiança em todos os postos-chave do palácio.[44] Sofreu também um rebaixamento imobiliário. A granja do Torto, grande propriedade onde viviam desde 1964 os chefes do Gabinete Militar, continuaria com Figueiredo. Lá ele tinha suas baias, pista de montaria e 23 serviçais.[45] Geisel decidira preservar-lhe a mordomia e, na conversa em que

convidou Hugo Abreu, esqueceu-se de mencionar esse detalhe. Quando recebeu a notícia, o general não reclamou.[46]

Sua presença na reunião das 15h trouxe um ingrediente adicional à formalização das relações de trabalho imposta pelo presidente. O general tinha poucas semanas no cargo quando Heitor Ferreira o informou de que pretendia mudar o sistema por meio do qual seriam gravadas — com o consentimento de Geisel — algumas das conversas do gabinete presidencial. Hugo tratou do assunto com o presidente e disse-lhe que um suboficial do serviço de comunicações do Gabinete Militar cuidaria dos detalhes técnicos. Ao perceber que já havia gente demais sabendo daquilo que no largo da Misericórdia e no Jardim Botânico fora um segredo, Geisel disse a Heitor que desmontasse a escuta.[47]

* * *

Partira-se o principal elo físico da intimidade de Geisel com a pequena equipe que se formara no gabinete da Petrobras. Desde novembro de 1973, Heitor gravava praticamente todas as conversas do general, bem como as longas tertúlias das manhãs no Jardim Botânico, das tardes no largo da Misericórdia, e até mesmo alguns telefonemas. Começara com um aparelho Philips 85, ao qual Geisel narrou um encontro com Médici.[48] Duas semanas depois, Heitor remetera-lhe duas páginas de transcrições com um bilhete anunciando que a fita seria apagada e dizia: “Aí está. Eu não vou fazer coisa nenhuma à sua revelia — e um troço desses tem seus perigos. (...) É um problema danado de confiança. É uma arma de fofoca. E só o senhor pode pensar a respeito e ver se vale a pena. Prefiro cancelar tudo a que a consequência possa ser o senhor guardar-se ao conversar comigo”.[49]

Geisel concordou com o prosseguimento das gravações, desde que posteriormente fossem condensadas e não se fizesse daquilo uma sistemática.[50] O interesse de ambos era a preservação de um registro

histórico. Heitor não apagou as fitas. Conservou uma documentação que, se tivesse sobrevivido apenas nas transcrições incompletas e precárias, perderia a autenticidade e, em certos episódios, também o sentido. Essas fitas haveriam de se tornar um dos segredos mais bem guardados do período. Somaram cerca de 222 horas em sessenta rolos de quatro faixas. A escuta só foi conhecida por Geisel, sua mulher, sua filha, Heitor, Golbery, Moraes Rego, Humberto Barreto e Nancy Souza Leão, a secretária que as transcreveu em parte, sem que o texto viesse a ser conferido. Jamais alguém as ouviu, e nunca houve vazamento de seu conteúdo.

Os gravadores foram ligados regularmente durante quatro meses. Nesse período, Geisel deu pelo menos catorze demonstrações — gravadas — de pleno conhecimento da escuta e de sua sistemática.[51] Ouviu uma conversa de Golbery com um senador. Enquanto falava com um almirante, viu Heitor colocando no seu telefone a "chupeta" que lhe permitia gravar a voz do interlocutor.[52] Numa ocasião temeu que o visitante (o general Figueiredo, na conversa em que foi convidado para chefiar o SNI) tivesse percebido a situação. Em janeiro de 1974, no Jardim Botânico, Amália Lucy perguntou como funcionava o equipamento e assistiu a uma demonstração. Heitor recitou um monólogo na saleta onde estava o transmissor que remetia as vozes a um aparelho de rádio sintonizado em 88 MHz e acoplado a um gravador. Geisel regulou o receptor, e se escutou a voz de Heitor.

"É horrível. É pior que o Watergate", comentou Amália, afastando-se. (O sistema de escuta montado pelo presidente Richard Nixon na Casa Branca fora desligado em julho de 1973.)[53]

Moraes Rego lembrou que Golbery ria muito quando ouvia as fitas, e Geisel acrescentou: "Ri com as minhas besteiras".[54]

Na nova ordem, Geisel só pediria a Heitor que gravasse umas poucas conversas com estrangeiros. Nunca consultou as transcrições, não quis saber o destino das fitas. Apagou o episódio.

1 *Veja*, 6 de junho de 1990, pp. 39-40. Para uma análise da *Subversão e Filmes de Kung Fu*, do professor Waldemar de Souza (a serviço da Censura), ver *O Globo* de 19 de dezembro de 1992, 2º Caderno, p. 2. Para a preferência de Geisel, Amália Lucy Geisel, junho de 1997.

2 Ernesto Geisel, abril de 1995.

3 Para a interrupção do sono, *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de junho de 1974. Para os remédios, Amália Lucy Geisel, junho de 1997.

4 Para o caso das misses, bilhete de Ney Braga a Heitor Ferreira, 23 de maio de 1974. Para os crachás, bilhete de Heitor Ferreira a Armando Falcão. APGCS/HF.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de março de 1974. Ernesto Geisel, abril de 1995.

6 Três folhas manuscritas de Heitor Ferreira, sem data, intituladas *O Que Faço*. APGCS/HF.

7 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de março de 1975. Heitor Ferreira, agosto de 1998.

8 Cinco folhas de notas de Heitor Ferreira a Geisel, de 14 de julho de 1974. APGCS/HF.

9 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de abril de 1974.

10 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, agradecendo a conversa, anotado por Geisel, 14 de junho de 1974. APGCS/HF.

11 *Controle dos Despachos com os Ministros de Estado*, de 1976. APGCS/HF.

12 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, que a visou, de 9 de julho de 1974. APGCS/HF.

13 Para os dados do asilo, *Dados sobre o Asilo Inválidos da Pátria*, do gabinete do ministro do Exército, sem data. APGCS/HF. Ernesto Geisel, 1982. Para a ameaça, Ernesto Geisel, abril de 1995.

14 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de março de 1975.

15 Para o jantar da duquesa, nota manuscrita de Geisel a Heitor Ferreira e nota de Heitor Ferreira ao chefe do cerimonial, de 13 de julho de 1974. APGCS/HF.

16 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, pp. 324-5. Ordem da Censura de 29 de março de 1974. Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, pp. 277-8.

17 Amália Lucy Geisel, junho de 1997.

18 Lucy Geisel, 1995.

19 Bilhete de Geisel a Heitor Ferreira, 17 de novembro de 1974. Para os empregados, uma folha manuscrita de Heitor Ferreira, 5 de dezembro de 1974. APGCS/HF. Heitor monitorava periodicamente o número de funcionários civis e militares da Presidência da República.

20 Amália Lucy Geisel, julho de 1991.

21 Idem.

22 A música é “Jorge Maravilha”, de 1974.

23 Conversa de Geisel com Amália Lucy Geisel e Heitor Ferreira, 7 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

24 Amália Lucy Geisel, junho de 1997. A amiga era Elisabeth van der Weid, irmã de Jean Marc van der Weid.

25 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

26 Amália Lucy Geisel, junho de 1997.

27 Humberto Barreto, maio de 1991.

28 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de junho de 1973. Geisel encontrou-se com o general Figueiredo para discutir a escolha do general Adalberto Pereira dos Santos para a Vice-Presidência.

29 Conversa de Heitor Ferreira com Moraes Rego, 16 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

30 Conversa de Moraes Rego com Heitor Ferreira, 4 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

31 Maço de 35 folhas com cópias das ordens recebidas pelo *JB*. APGCS/HF.

32 Cartão com bilhete de Carlos Chagas a Humberto Barreto, 28 de outubro de 1974. APGCS/HF.

33 Heitor Ferreira, julho de 1997.

34 Uma folha, sem data, provavelmente de 1974, com a parte final de uma carta do embaixador em Tóquio, Hélio Cabal. APGCS/HF.

35 Carta de Affonso de Albuquerque Lima a Golbery, com um memorando de José Luis Moreira de Souza, 13 de junho de 1974. APGCS/HF. O empréstimo pretendido era de 86 milhões de cruzeiros, equivalentes a 12 milhões de dólares.

36 Heitor Ferreira, 2003.

37 Recorte de jornal com nota manuscrita de Golbery, sem data, de 1974. APGCS/HF.

38 Reunião de Geisel com Dale Coutinho, 6 de março de 1974. APGCS/HF.

39 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 6 de março de 1974. APGCS/HF.

40 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 20.

41 Conversas de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 6 e 7 de março de 1974. APGCS/HF. Hugo Abreu foi chamado de “radical” por Orlando Geisel e pelo general Reynaldo Mello de Almeida.

42 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 6 de março de 1974. APGCS/HF.

43 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, pp. 31-2.

44 Idem, p. 23.

45 Levantamento do número de funcionários da Presidência, de 31 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

46 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 7 de março de 1974, e telefonema de Moraes Rego a Heitor Ferreira, 10 de março de 1974, para o esquecimento. APGCS/HF. Ver também Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 272.

47 Heitor Ferreira, 1986.

48 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de novembro de 1973.

49 Idem, 15 de novembro de 1973. Durante a gravação Heitor disse a Geisel: “Bom, chefe, eu gravei esta conversa nossa agora... o senhor viu?”.

GEISEL: É, eu vi que você estava gravando.

HEITOR: Pois é, agora eu não sei se a distância está boa, porque se nós conseguirmos gravar uma conversa desse tipo, a gente pode, depois, reconstituir sem escrita e apagar.

50 Nota apensa ao *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de novembro de 1973, com um bilhete de Heitor a Geisel. APGCS/HF. A ele Heitor acrescentou a anotação de uma conversa com Geisel no dia 22.

51 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de novembro de 1973. Duas folhas de Heitor Ferreira a Geisel, de 15 de novembro de 1973. Ver também conversas de Geisel com Golbery, Moraes Rego ou Heitor Ferreira de 15 e 22 de novembro; 10, 16, 17, 18 e 20 de dezembro de 1973; 2, 3 e 21 de janeiro; 12 e 16 de fevereiro; 10 e 14 de março de 1974.

52 Para a "chupeta", antes de uma conversa de Geisel com o almirante Faria Lima, em 17 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

53 Conversa de Geisel, Amália Lucy Geisel, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 7 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

54 Idem.

O regime é implacável

O calendário político de 1974 estava sobrecarregado. Em abril começariam a caducar as cem primeiras cassações de direitos políticos feitas dez anos antes. Em outubro seriam eleitos indiretamente os 22 governadores e em novembro, em eleição direta, um terço do Senado, toda a Câmara dos Deputados e todas as assembleias legislativas.

As cassações podiam ser prorrogadas, mas nisso haveria um grau desnecessário de violência, visto que os cassados, e até mesmo seus familiares diretos, eram inelegíveis. O comandante do III Exército achava que era o caso de “dez mais dez” anos. Geisel dissuadiu-o com relativa facilidade.[1] Dos grandes nomes de 1964, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros viviam no Brasil. João Goulart, que se mantivera longe das insurreições planejadas pelo cunhado Leonel Brizola, continuava sua vida de estancieiro no Uruguai.

A atividade política de JK era nula. Aos 71 anos, tinha a vida familiar infernizada pela persistência de um romance iniciado em 1958 com Lúcia Pedroso, linda senhora da grã-finagem carioca. Sua vida financeira estava sobressaltada por negócios imobiliários feitos com uma ricaça portuguesa.[2] O cotidiano, atormentado pelas dificuldades do casamento da filha Márcia com o banqueiro Baldomero Barbará, de quem era sócio.[3] Só um homem com sua energia conseguiria manter um eterno sorriso vivendo semelhantes contrariedades somadas às sequelas de um câncer de próstata, diabetes e crises de angina.[4]

A ditadura segurava-o pelo bolso, conservando em banho-maria um processo em que era acusado de enriquecimento ilícito e que o impedia, por exemplo, de assinar escrituras.[5] Numa caminhada pela praia de Ipanema, JK encontrou o general Arthur Moura, adido militar americano, e dele soube que sua cassação caducaria suavemente, desde que se mantivesse em resguardo.[6] Conhecia o tamanho de sua popularidade. Aonde ia, quer às bodas de ouro dos condes Matarazzo, em São Paulo, quer à Pousada do Rio Quente, em Goiás, via-se saudado com a melodia de "Peixe vivo", modinha celebrizada pelas serenatas de que participava em Diamantina.[7] Havia na letra um tom de saudade e lamento político:

Como pode
O peixe vivo
Viver fora
Da água fria?

Como poderei viver,
Como poderei viver
Sem a tua, sem a tua,
Sem a tua companhia?

No dia 21 de abril de 1974, 14º aniversário da inauguração de Brasília, JK passeou pela cidade, caminhou pela praça dos Três Poderes e entrou no prédio do Congresso. Era um domingo, não havia vivalma, mas uns poucos funcionários o reconheceram e iluminaram-lhe os plenários da Câmara e do Senado. Voltou para a fazenda, nos arredores da capital, com a lembrança do gesto e a melancolia que a visão de sua cidade lhe despertava.[8] Cavalgava ao amanhecer, fiscalizava obras, tomava banho de cuecas na represa, era capaz de viajar 25 mil quilômetros numa semana, mas, no fundo, sonhava "com coisas que não virão mais".[9]

Aos 56 anos, João Goulart estava gordo e doente. Sofria desmaios e crises circulatórias, tivera dois enfartes e não largava o cigarro. Tinha o coração de um homem de oitenta anos. Seu cardiologista francês dera-lhe um triste prognóstico: “Presidente, se a gente não quer viver, não vive”.[10]

Seus poucos passos eram vigiados. Os generais o humilhavam, negando-lhe até mesmo um passaporte. Viajava por cortesia do ditador Alfredo Stroessner, do Paraguai, que lhe dera um passaporte no qual vinha qualificado como “ex-presidente da República Federativa do Brasil”. A ditadura que mantinha a tradição de conceder passaportes diplomáticos aos descendentes do imperador d. Pedro II, obrigava um ex-governante brasileiro a andar pelo mundo como beneficiário de um favor paraguaio.[11]

Jango tentou negociar sua volta e chegou a anunciar o propósito a um jornal venezuelano.[12] Sondara o ambiente valendo-se da amizade de um sobrinho de Getulio e recebera do governo Médici uma resposta ambígua. Poderia vir, arcando com as consequências.[13] Quais consequências, não diziam, mas Orlando Geisel narrou o caso ao irmão e resumiu sua resposta: “Se entrar aí, prende”.[14] Quando a gestão foi a Geisel, acabou numa curta conversa:

“Prende e manda soltá-lo do outro lado da fronteira. Pode usar o AI-5 em cima dele.”

“Ele seria uma belíssima cabeça para levar uma paulada”, acrescentou Golbery.[15]

No dia 10 de abril, quando se completaram os dez anos do regime e de sua primeira onda punitiva, o ministro da Justiça informou que os cassados podiam viver em paz, “sem tentar perturbar o processo revolucionário, ostensiva ou disfarçadamente”.[16] Jango aquietou-se. Recebera o recado.

* * *

O problema do regime não estava no passado, nos exilados ou nas caminhadas de JK pela praia de Ipanema. Estava no coração do Milagre, em São Paulo. Antonio Delfim Netto queria governar o estado. Em tese, a Arena escolheria os candidatos pelo voto de suas convenções estaduais. Delfim contava com o silencioso apoio do governador Laudo Natel e era o sujeito oculto do noticiário que mencionava a necessidade de "um nome nacional" para sucedê-lo.[17] Estava certo de que tinha a maioria dos 1.300 votos da convenção da Arena.[18]

Faltava-lhe um só, o de Geisel. A má vontade do presidente contra Delfim aumentara com o peso da herança deixada pelo ministro. Entre o final de 1973 e o início de abril a carestia represada soltara-se. A gasolina e a carne de segunda haviam dobrado de preço, o leite subira 33%.[19] Delfim era também um problema do futuro. Eleito governador de São Paulo, seria candidato natural à Presidência. Seu prestígio de ex-ministro lançaria sobre o governo a sombra do desempenho do Milagre. Ademais, o precedente de um candidato saído da convenção daria uma inédita liberdade à Arena, desorganizando todo o quebra-cabeça das sucessões estaduais de 1974. Se tudo isso fosse pouco, a metodologia da escolha se refletiria sobre a rodada seguinte de sucessões, em 1978, no último ano de mandato de Geisel, influindo em sua própria sucessão.

Era preciso mostrar quem mandava. Para isso, era preciso degolar Delfim, e depressa. Geisel preparou-se para lutar contra o fantasma paulista que combatera, ainda moço, na serra da Tempestade. Tinha consigo Golbery, outro veterano das tropas legalistas de 1932. Os dois e Heitor Ferreira conversaram:

> GEISEL: Eu estou muito preocupado com esse problema do Delfim ser governador de São Paulo. O que nós faríamos se na convenção aparecesse o mais votado, ou, por aclamação, o nome do *Gordo*?

(...) Você pode ir para a cassação, você pode ir para intervenção no estado, mas você vai a frio. (…)
HEITOR: Sim, praticamente ele derrota o regime.
GOLBERY: Ele afronta, fica com uma força muito grande.
GEISEL: (…) A gente pode ficar quieto e pegar ele na volta. (…) A conclusão que nós temos, eu acho válida: ele não deve ser governador, porque ele sendo governador...
GOLBERY: ... ninguém impede ele de ser presidente...
HEITOR: ... e vai ser um governador independente, que vai sair por aí...
GEISEL: Não, independente não vai, porque eu não dou crédito no banco, no Ministério da Fazenda. Aperto ele. Isso não é assim. (...)
GOLBERY: Ele junta São Paulo em torno dele. Campanha civilista, e tal...
GEISEL: Pois é. Então (...) acabou a Revolução.
GOLBERY: É impedir. (...)
GEISEL: Sim, mas você vai fazer a frio uma intervenção em São Paulo. Vou intervir porque o *Gordo* foi escolhido?
GOLBERY: Não impedir nesta fase.
GEISEL: Estou raciocinando na pior hipótese. É claro que vou fazer tudo para impedir. É sempre essa porcaria desse SNI. Esse troço é uma coisa que tem me irritado. Porque o SNI, a esta hora, deveria ter uma ficha deste tamanho...
HEITOR: Mas dizem que tem...
GEISEL: Tem coisa nenhuma.[20]

Aceitá-lo seria impossível. Vetá-lo em público, difícil. Derrotá-lo na convenção, improvável. A solução chegou a Geisel pouco mais de um mês antes da sua posse. Levou-a o senador Petrônio Portella. Bastava mudar a lei, transferindo para os diretórios estaduais a escolha dos candidatos. O

senador assegurava que já tinha os votos de catorze dos 31 membros do diretório paulista. Geisel gostou da ideia, mas ainda assim perguntou a Petrônio qual seria o risco de uma falseta. “Sou o fiador”, respondeu o presidente da Arena.[21]

* * *

Petrônio Portella era uma estrela em ascensão. Um prodígio literal de sobrevivência, dissimulação e audácia. Em alguns políticos, atributos desse tipo podem ser ilustrados por manobras de bastidores. No caso de Petrônio, ilustravam-se por sua vida. Com 48 anos, já derrotara um câncer de pulmão. Não tocava no assunto e, para espantar suspeitas, evitava cumprimentar publicamente o cirurgião que o salvara.[22] Mais: fumava. Na política, sobrevivera a um mau passo de retórica. Depois de uma militância convencional na esquerda estudantil do Rio de Janeiro, voltara ao Piauí e se elegera governador do estado. Na manhã de 1º de abril de 1964, recebera no seu gabinete uma comitiva de dirigentes sindicais que lhe cobravam uma definição perante a revolta militar. Foi claro: “Não sou homem de oportunismo. (...) Fiquem sabendo os golpistas que no Piauí há homens livres dispostos a lutar com o sacrifício da própria vida pela liberdade”.[23] Daí em diante lutou em silêncio, para evitar que o cassassem.

O presidente da Arena, Petrônio Portella, era um sobrevivente. Defendera Jango no dia 31 de março de 1964 e tivera um câncer de pulmão. Geisel passou a admirar sua prestimosidade.

Nada escrevia e nada dizia. No telefone era quase indecifrável, evitava nomes, substituindo-os por expressões tais como “o nosso amigo” ou “o outro”. Elegera-se senador e reinava nas costuras da política interna do Congresso. Tinha forte sotaque nordestino e paixão por construções tão vazias quanto eloquentes. “O Petrônio se defendia pela prolixidade”, diria dele um dos seus mais argutos interlocutores.[24] Como o ministro Reis Velloso, o outro piauiense federal, usava camisas com colarinhos e punhos exageradamente compridos. Ascendera à liderança da maioria no Senado e à vice-presidência da Arena, mas ainda era um coadjuvante. Assim teria continuado, até que, na manhã de 11 de julho de 1973, um Boeing da Varig caiu nos arredores de Paris, matando Filinto Müller, presidente do partido

do governo. Não havia como negar-lhe a promoção, e Geisel soltou um comentário amargo: “O Petrônio, presidente do partido da Revolução...”.[25]

O senador soube se mostrar útil. Nas primeiras semanas, pisando em ovos, fez saber a Geisel que julgara rala a Carta de Princípios do partido. Queria modificá-la, dando-lhe mais substância, e, para isso, pedia ideias ao general.[26] Conversa de periquito. Quando foi recebido no largo da Misericórdia, sugeriu-lhe que não tivesse “respeito humano” pela doutrina partidária, até porque a Carta e o programa da Arena, por inócuos, eram iguais aos do MDB. Para evitar ecos de 1964, pisou fundo: “O governo não vai abrir coisíssima nenhuma. (...) Deixar isso sem ilusões aos ‘candidatos’ a líder. Meu temor é que se abram esperanças liberais”.[27] Firmou-se por prático. Ofereceu-se para simular consultas na escolha dos governadores e percorreu diversos estados anunciando que estava ouvindo as correntes governistas. Na verdade, avisava aos descontentes que as dissidências seriam punidas com oito anos de ostracismo.* Convenceu Geisel a aceitar listas com sugestões, assegurando-lhe que o nome de sua preferência jamais seria esquecido.[28] Uns poucos encontros foram suficientes para que o general o apreciasse e buscasse lastro histórico para sua comodidade: comparava a transmutação de Petrônio Portella à de Rodrigues Alves, que chegara a presidente da República tendo sido conselheiro do Império.[29] Ia fundo, reconhecendo que era preferível trabalhar com ele a lidar com velhos conspiradores liberais que tinham se voltado contra a ditadura.

* * *

Delfim julgava-se forte. Supunha ter até mesmo o apoio explícito de Médici. O presidente dissera-lhe que sugerira a Geisel a sua indicação.[30] Segundo a narrativa de Geisel, feita dois dias depois de se encontrar com Médici, a conversa foi outra. Haviam falado da escolha dos governadores, mas fizeram-no como dois generais.

“Esses caras são uns bestas. Eles não sabem que existe o Ato 5. (...) Quem vai escolher é você.”

“Pois é, mas o Delfim está todo açodado aí, criando problema”, respondeu Geisel.

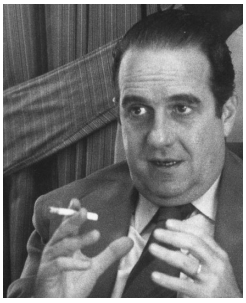
“O Delfim não quer ser. Só quer ser se você concordar.”[31]

Dois encontros, um com Petrônio e outro com Armando Falcão, mostraram a Delfim a extensão do veto. Nos dois casos o ministro da Fazenda tentou argumentar, exigindo que lhe reconhecessem o direito de disputar, inclusive no diretório. “O regime é implacável”, disse-lhe Petrônio.[32] “O presidente não é obrigado, por força da sua condição de chefe da nação, a dar explicações”, acrescentou Falcão.[33] Batido, Delfim viajou para o exterior.

Num sábado de junho de 1974, Delfim regressou a Brasília. Veio num jatinho, foi apanhado na pista e levado para a granja do Ipê, onde Golbery o esperava. Conversaram durante quase três horas, como se nada tivesse acontecido. Nem Delfim perguntou, nem Golbery explicou. Nos minutos finais o general pediu que lhe mandasse um papel analisando a política cafeeira e lembrou-lhe: “Apreciaremos muito a sua colaboração”. Delfim respondeu com a contrassenha: “E eu tenho o maior interesse em cooperar”. Era o início da caminhada do *Gordo* para o exílio. Três meses depois aceitou a embaixada em Paris.

Geisel foi além do veto a Delfim. Fechou sua escolha num só nome, recusou qualquer conciliação e impôs um candidato sem base política relevante. Liquidou a fatura paulista na segunda semana de governo, mostrando que assim como bastava seu voto para vetar Delfim, bastava esse mesmo voto para eleger o engenheiro Paulo Egydio Martins governador de São Paulo. Ministro da Indústria e Comércio durante o governo Castello Branco, Paulo Egydio mantinha com Geisel uma rara relação pessoal. Hospedara-o duas vezes em sua casa de Campos do Jordão.[34] Era uma das poucas figuras civis do regime que jamais militara na esquerda estudantil.

Educado pelos jesuítas, presidira a União Metropolitana dos Estudantes (na gestão dele criara-se o restaurante do Calabouço) e lá ganhara o apelido de *Paulinho Coreia*, por defender a ida de um pelotão brasileiro aos combates do primeiro conflito da Guerra Fria. Casara-se com a filha do industrial paulista Alberto Byington, sócio da mineradora americana Alcoa, e dirigira uma de suas empresas. Tinha um pé na velha plutocracia, sentava-se no conselho do Banco Comércio e Indústria de São Paulo. Tentara medir seu cacife nas urnas, mas acabara em oitavo e último lugar numa disputa pela prefeitura de São Paulo, com menos de 100 mil votos.



Paulo Egydio

Aos 46 anos, conservador e cristão, tinha fascínio quase juvenil por John Kennedy. Havia nele algo de novo, um certo destemor. Quando ministro, tivera a coragem de responder aos críticos da política recessiva de Castello que "a falência é essencial como elemento de purificação do sistema capitalista".[35] Terminado o governo, continuara a cultivar Geisel e Golbery. Sugerira que os ex-ministros de Castello se mantivessem articulados, por meio de um "secretário-coordenador", e se tornara o principal interlocutor paulista de Geisel, a quem via com regularidade.[36] Sabia que poderia ser escolhido, mas conhecendo o padrinho, não avançava. Na primeira conversa mais concreta, firmou duas estacas: "Eu cumpro missão. Se é que me será dada uma missão, posso ir amanhã para Fernando de Noronha". Logo depois: "Se o senhor chegar amanhã e resolver fazer o Joaquim, Pedro, Antônio ou Manuel governador de São Paulo, o senhor não

tenha muita preocupação, general, porque isto será feito, de acordo com seu desejo".

Paulo Egydio dizia a Geisel coisas que outros não ousavam dizer. Advertia que o atrito com o clero poderia criar um fenômeno semelhante ao da "Igreja do Silêncio" do mundo comunista e recomendava que não se brincasse com o efeito psicológico decorrente da censura imposta a *O Estado de S. Paulo*.[37] No fim de um de seus encontros Geisel disse-lhe, com estudada naturalidade, que haveria de ter o problema da escolha do vice-governador. Paulo Egydio estava escolhido. Feita a indicação formal, o governador Laudo Natel aplaudiu-a, e o presidente fechou a conta: "Eu não queria a coisa assim como foi, mas fiquei bem: tenho força para empurrar um governador de São Paulo boca abaixo dele. Se posso em São Paulo, ninguém vai se meter a besta em outros estados".[38]

* * *

Foram poucos os que se meteram, e quando o fizeram, usaram armas antigas, supostamente eficazes. No Rio Grande do Sul, Geisel desatou um nó de caciquias interessando-se pelo jovem deputado Sinval Guazzelli. Pediram sua ficha ao SNI. Geisel leu o seguinte:

> Em 1956, vice-prefeito de Vacaria. Comunista. Quando estudante era um dos líderes do movimento comunista na Faculdade de Direito de Porto Alegre. (Informe sem classificação) (...) Segundo informação 87SSP de 14 de março de 1966, em outubro de 1958, em suas palestras, passou a fazer proselitismo da doutrina comunista. (...) É comunista atuante. (...) Em 1960, convidado pelo primeiro-ministro Fidel Castro, seguiu para Cuba a fim de assistir aos festejos do segundo aniversário da Revolução Cubana.[39]

A primeira reação de Geisel foi esquecê-lo. Em seguida, como Heitor Ferreira argumentasse que em 1960 os barbudos cubanos ainda estavam envoltos no romantismo da época, o presidente voltou-se contra o fichário do SNI:

"É falência. (...) Não tem ninguém que se aproveite. Não pode, não tem jeito. Você tinha que pegar vinte mil sujeitos e fuzilar. Vamos começar de novo."

"Inclusive o pessoal que faz as fichas", rebateu Heitor.

"Então vamos acabar com o SNI. Qual é a solução? (...) Eu acho que a primeira providência que a gente devia tomar no SNI era uma providência de maluco. É dizer: incinera todas as fichas e começa tudo de novo."[40]

Aquilo que parecia ser uma verificação dos antecedentes das pessoas cogitadas para cargos públicos revelava-se como uma tentativa de manipulação política. O SNI encrencara com Armando Falcão e Azeredo da Silveira, com o novo líder na Câmara, Célio Borja, por liberal, e com um de seus diretores da Petrobras, por comunista.[41] As acusações entravam nas fichas muito mais pela vontade dos inimigos dos fichados do que pela investigação do Serviço. Orlando Geisel remetera um bilhete classificando o deputado Aureliano Chaves, futuro governador de Minas Gerais, como comunista metido em negociatas.[42] No caso de Guazzelli, verificou-se que ele era esquerdista no arquivo do Rio. No de Porto Alegre era "democrata convicto".[43] A ficha foi reescrita, Guazzelli tornou-se um azarão na corrida pelo governo do Rio Grande do Sul, e Geisel resolveu indicá-lo. Seus adversários procuraram reavivar a controvérsia dos antecedentes, e chegou-se a garantir que ele perdera a parada por ter sido vetado pelo SNI. Fracassaram.

Se a sucessão paulista servira a Geisel para impor sua vontade ao poderio econômico e político acumulado por Delfim, na gaúcha, sem alarde, o general desprezara a Comunidade de Informações. Uma novidade, pois quatro anos antes o Serviço filtrara as listas levadas a Médici.

Terminada a escolha dos governadores, o czar da economia estava exilado em Paris e o general Carlos Alberto da Fontoura, ex-chefe do SNI, em Lisboa. Estava entendido que o regime era implacável e o epicentro dessa implacabilidade era Ernesto Geisel.

1 Conversas de Geisel com Heitor Ferreira e Figueiredo, narrando um encontro com o general Oscar Luiz da Silva, de 7 e 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

2 *Diário de JK*, 15 e 29 de outubro, 2 e 11 de novembro de 1973 e 10 e 14 de janeiro de 1974.

3 Para as dificuldades do casamento de Márcia Kubitschek, *Diário de JK*, 29 de novembro e 5 de dezembro de 1973. Para a relação empresarial com Barbará, *Diário de JK*, 4, 7 e 19 de junho de 1974.

4 *Diário de JK*, 15 de julho de 1974, e *Veja*, 14 de maio de 1997, pp. 108-18.

5 *Diário de JK*, 14 e 19 de março, 7 de agosto e 8 de setembro de 1974. Para as escrituras, quando a proibição foi suspensa, idem, 5 de agosto de 1974.

6 *Diário de JK*, 7 de fevereiro de 1974.

7 Idem, 28 de fevereiro, 2 de março e 7 de novembro de 1974.

8 Idem, 21 de abril de 1974.

9 Idem, 17 de agosto de 1974. Para a cavalgada e o banho, idem, 18 de agosto de 1974.

10 João Pinheiro Neto, *Jango*, p. 15.

11 Essa tradição surgiu quando o presidente Epitácio Pessoa revogou o decreto de banimento da família real. *Lembrete nº 122*, do ministro Azeredo da Silveira a Geisel, de 7 de abril de 1977. APGCS/HF. Geisel quis suspender a prerrogativa.

12 *El Nacional*, de Caracas, 7 de setembro de 1973.

13 Narrativa das gestões, feita por Figueiredo a Heitor Ferreira, 5 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

14 Narrativa de Geisel a Golbery, 1º de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

15 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 30 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

16 *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1976, Caderno Especial, p. 2.

17 *O Estado de S. Paulo*, 13 de novembro de 1973, p. 5.

18 Nota de Heitor Ferreira, de 13 de fevereiro de 1974, registrando uma conversa de Simonsen com Delfim. APGCS/HF.

19 *Opinião*, 8 de abril de 1974, p. 5.

20 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 18 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

21 Reunião de Geisel com Petrônio Portella, 4 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

22 Petrônio foi operado pelo médico Jesse Teixeira. Ele contava que o senador se escondia, ao contrário de outro cliente famoso, Abelardo Barbosa (Chacrinha), que sempre o saudava. Antonio

Carlos Magalhães, novembro de 1997.

23 Recorte do *Jornal do Piauí*, de Teresina, do dia 7 de julho de 1964, no qual se informa que o texto transcreve a fita em que o discurso foi gravado. Petrônio emitiu também uma nota oficial, protestando contra "a ação revolucionária dos que ontem faziam intocável a Constituição e hoje não vacilam em desrespeitá-la". Cópia xerox, com firma reconhecida no 3º Cartório de Notas Themístocles Sampaio. APGCS/HF.

24 Entrevista de Raymundo Faoro a Marcelo Coelho, em *Folha de S.Paulo* de 14 de maio de 2000.

25 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de julho de 1976.

26 Nota do comandante Palhares ao coronel Moraes Rego, de 4 de agosto de 1973. APGCS/HF.

27 Quatro folhas manuscritas de Heitor Ferreira, intituladas *Súmula da Conversa de Geisel e Golbery com Petrônio*, de 9 de novembro de 1973. APGCS/HF.

* Um dissidente ficaria fora do poder de 1974 a 1978 e, novamente, de 1978 a 1982, pois esses governadores também seriam escolhidos durante o mandato federal de Geisel.

28 Reunião de Geisel com Petrônio Portella, 28 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

29 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 23 de novembro de 1973. APGCS/HF.

30 Delfim Netto, dezembro de 1997.

31 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 20 de fevereiro de 1974, narrando sua audiência com Médici, naquele dia. APGCS/HF.

32 Delfim Netto, dezembro de 1997.

33 Narrativa de Armando Falcão a Geisel e Heitor Ferreira, em telefonema de 14 de março de 1974. APGCS/HF.

34 Paulo Egydio Martins, novembro de 1997.

35 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2, p. 1972.

36 *Diário de Heitor Ferreira*, 23 de fevereiro de 1967.

37 Reunião de Geisel com Paulo Egydio Martins, 4 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

38 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de abril de 1974.

39 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1974. Geisel leu a ficha em voz alta. Cinco dias antes, quando pediu a ficha de Guazzelli ao SNI, Golbery não sabia o seu primeiro nome. Telefonema de Golbery a Adolpho Murgel, 24 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

40 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

41 Idem.

42 Conversa de Geisel com Moraes Rego, Americo Mourão e Heitor Ferreira, 18 de janeiro de 1974. APGCS/HF. Aureliano nunca se viu acusado de uma coisa ou outra, nem durante esse processo de escolha, nem antes nem depois dele.

43 Heitor Ferreira, abril de 1974.

O pé no acelerador

Na primeira reunião ministerial, Geisel anunciou que as altas taxas de crescimento da economia seriam a “prioridade número um” do governo.[1] A ideia de refrear o Milagre era um anátema para os hierarcas de Brasília. O número mágico dos 10% de crescimento do PIB era moeda corrente. Ao ser convidado para o Ministério da Fazenda, Mario Henrique Simonsen mantivera essa meta e dissera a Geisel que uma das condições para obtê-la era não cortar investimentos públicos: “Não é a hora de fazer isso. (...) Se nessa crise mundial o Brasil consegue, em 74, até 10% ou 9%, um crescimento bastante grande (…) o senhor consegue uma projeção internacional muito boa”.[2]

A ditadura tinha medo do fantasma identificado pelo professor Juan Linz em 1971. Como sua legitimidade derivava do desempenho, qualquer coisa que ferisse o desempenho feriria também a legitimidade do regime.

“Como é que eu iria justificar uma recessão depois da euforia, do desenvolvimento do governo do Médici? E como iria resolver o problema social que resultaria do consequente desemprego?”, perguntaria Geisel, vinte anos depois.[3]

O presidente não associou a busca do crescimento a nenhum projeto de mudança do regime. Pelo contrário, sustentou a estratégia de crescimento para preservar a base legitimadora da ditadura. Pisou no acelerador para manter o curso. A recessão era vista muito mais como um perigo político do que como uma probabilidade econômica. O governo tinha pouco mais de um mês quando a Censura emitiu a seguinte ordem: “De ordem superior,

fica terminantemente proibida a divulgação, através de meios de comunicação social, escrito, falado e televisado, notícia, comentário, transcrição, entrevista, comparações e outras matérias relativas à recessão econômica. Fica igualmente proibida a divulgação de análises, resultados, ainda que hipotéticos, sobre recessão econômica".[4]

Por absurda, a proibição causou estupor a Golbery e Simonsen.[5] Não se pode dizer que ela tenha fantasiado as páginas econômicas dos jornais. Sua importância está mais na origem do que nos resultados. Uma ordem desse tipo só saía da Polícia Federal depois de passar pelo ministro da Justiça, e dificilmente Armando Falcão tomaria tal iniciativa sem ter recebido recomendação do próprio presidente.

Na reunião secreta que teve com o Alto-Comando das Forças Armadas, em junho, Geisel esclareceu a natureza política dos riscos trazidos pelas incertezas mundiais: "Vivemos numa situação de crise econômica, com possibilidade de recessão. (...) Há um ambiente propício para a ofensiva da esquerda. Exploram tudo o que é possível, todos os velhos chavões são explorados".[6]

A inquietação do presidente relacionava-se também com o seu juízo da sociedade que governava. Pouco antes de tomar posse, rebatendo uma observação crítica de Heitor Ferreira a respeito das obras públicas no Nordeste, o general se expressava no vocabulário das conversas soltas: "Então você depois vai aguentar a revolução no Nordeste. Quando aqueles trinta milhões de vagabundos esfarrapados vierem todo dia azucrinar, chatear e brigar e não sei o quê. Como é? Você deve reconhecer que tem que se fazer alguma coisa ali".[7]

Pouco antes de morrer, referindo-se ao desemprego industrial de 1994, ele reelaboraria essa concepção: "Você tem uma massa de gente sem cultura, sem preparo, sem coisa nenhuma. O afluxo de nordestinos para São Paulo e para o Rio é um fenômeno que a gente compreende, mas é uma desgraça".[8]

* * *

A preservação do desempenho da economia precisava de um milagre, e ele aconteceu. Desde os primeiros anos da década de 1960 circulava no mercado financeiro londrino uma nova modalidade de dinheiro. Resultava da captação de depósitos, em dólares, pelos bancos internacionais e se chamava eurodólar. Livre dos regulamentos monetários nacionais, ia para onde queria.

Pela primeira vez em meio século, as economias americana e europeia haviam se contraído ao mesmo tempo, levando os bancos a caçar novos clientes para seus empréstimos.[9] O Terceiro Mundo tornara-se destino atraente para o dinheiro abundante. Entre 1970 e 1973 o número de bancos americanos com agências no exterior passou de 79 para 125, e suas aplicações financeiras na América Latina pularam de 165 milhões de dólares anuais para 1,4 bilhão. Enquanto isso, os investimentos diretos praticamente permaneceram no patamar de 300 milhões de dólares.[10]

Entre 1969 e 1973, refletindo essa primeira onda de liquidez, a dívida externa brasileira cresceu 286%, indo para 12,6 bilhões de dólares.[11] Os bancos emprestavam rápido, mal perguntavam para onde o dinheiro ia e pediam taxas de juros menores do que as cobradas pelo Banco Mundial, onde a análise de um financiamento para uma obra pública demorava em média seis meses.[12] Supriam aquilo que o jargão dos economistas chamava de “hiato de recursos reais”. Em janeiro de 1974, o Chase Manhattan dedicou mais da metade do segundo número de sua publicação intitulada *The Brazilian Economy* ao tema da dívida e, por duas vezes, lembrou que era mais barato tomar empréstimos no mercado de eurodólares que no de cruzeiros.[13]

Conjugada com essa tendência, a crise do petróleo agravou a recessão nos países desenvolvidos e colocou nas mãos de meia dúzia de potentados árabes, num só ano, um superávit comercial de 62 bilhões de dólares.[14] Os

eurodólares tornaram-se petrodólares. Geisel chamava esse excesso de dinheiro de “vultosos e crescentes recursos”, “em busca de aplicações rendosas e garantidas”.[15] Fecharia o ano de 1974 levando a dívida para 17,2 bilhões de dólares.[16] Em relação ao biênio 1972-1973 isso significava um salto de 2,3% para 6,8% do PIB.[17] Tendo consumido 950 milhões de dólares das reservas que recebera, produziu um inédito aumento de 92% da dívida líquida.[18] Endividaria o país a uma taxa 12% acima da média dos países subdesenvolvidos que importavam petróleo.[19]

Essa decisão era estimulada por um benevolente incentivo financeiro. Levando-se em conta a projeção da inflação das moedas em que se contraíam os empréstimos, as taxas de juros neles cobradas eram virtualmente negativas. Em 1974, para uma taxa nominal de 8,9%, operava-se na verdade com juros reais negativos de 4,1%.[20] Era a quintessência do dinheiro fácil e barato, ainda que arriscado. Os juros nominais dos empréstimos flutuavam, contratualmente, de acordo com as taxas dos mercados. Se a inflação nos países emprestadores caísse, o dinheiro se tornaria caro e, eventualmente, difícil. Se a inflação subisse nos Estados Unidos, provocando uma alta dos juros, os países devedores estariam arruinados.

A abundância de capital patrocinou uma festa global. Depois de ter perdido 6 milhões de dólares nos cassinos de Mônaco, o príncipe Fahd, da Arábia Saudita, mandara dizer à Casa Morgan que gostaria de criar uma fundação filantrópica com fundos de 1 bilhão de dólares para recuperar as boas graças do rei Faiçal.[21] Um diretor do Citibank enviava ases do bridge ao deserto para divertir o presidente da Agência Monetária Saudita. Em 1973 o Citibank dobrou para 4 milhões de dólares o lucro com suas operações no Brasil e com isso coletou mais da metade dos ganhos em operações internacionais. Seu presidente, Walter Wriston, corria o mundo com uma raquete de tênis na bagagem, uma caneta no bolso e um lema na ponta da língua: “Nosso negócio é fazer as pessoas gastarem dinheiro, não

economizá-lo". Wriston tornara-se uma personalidade internacional. Visitara as Filipinas com quinze batedores escoltando-o. Ao ditador congolês Joseph Mobutu, que lhe devia 84 milhões de dólares e parecia montado na riqueza eterna produzida pela alta do preço do cobre, oferecia outros 256 milhões.

Em junho de 1974 as carteiras de empréstimos externos do Citi e do Chase Manhattan registravam um crescimento de cerca de 30% em relação à mesma época do ano anterior. No mês seguinte, o Citi anunciou que ergueria em Manhattan o quinto prédio mais alto de Nova York, um monolito de alumínio e vidro com 69 andares energeticamente corretos, cobertos por uma plataforma receptora de energia solar. Todos os bancos ganhavam, além dos juros de mercado, taxas adicionais de 1,24% até 3%. Os grandes, que organizavam consórcios de pequenas casas de crédito, às quais repassavam o grosso das promissórias, cobravam comissões que giravam em torno de 0,5% do total do empréstimo.[22]

Vistos de um lado do guichê, o de quem financiava, eram bons negócios. Segundo o organizador desses empréstimos na Casa Morgan, a equipe que montava o consórcio para um crédito de 100 milhões de dólares a um governo como o brasileiro trabalhava uns três meses, gastava aproximadamente 50 mil dólares e, no fim da operação, entre comissões e taxas, dava ao banco uma receita líquida de 300 mil dólares, tendo emprestado, em geral, por volta de 2 milhões em dinheiro da casa.[23] No Citi, um empréstimo de 100 milhões de dólares rendia em torno de 500 mil pelo pagamento dos serviços. O banco costumava ficar com 10% da emissão.[24] Somando-se salários e bonificações, os operadores desses pacotes faturavam cerca de 100 mil dólares por ano.[25]

Vistos pelo outro lado, o de quem tomava o dinheiro, como Geisel, eram uma fonte de sossego: "Os árabes, que se encheram de dinheiro à custa do primeiro choque do petróleo, colocaram os petrodólares nos bancos, e os bancos não tinham outra coisa a fazer senão emprestar".[26] Para o Brasil, os

empréstimos significavam acima de tudo injeções de dólares numa economia debilitada pela quadruplicação da conta de petróleo, de 700 milhões em 1973 para 2,8 bilhões em 1974.[27] Esse choque contribuiu para a formação de um déficit comercial de quase 7 bilhões de dólares.[28] Cada dólar tomado em Londres ou em Nova York, quer para a construção de uma hidrelétrica, quer para fausto dos sócios de uma corretora de valores, trazia divisas para os cofres do Banco Central. Servia para equilibrar as contas externas do país, e, por isso, em setembro o governo baixou de dez para cinco anos o prazo mínimo dos empréstimos internacionais.[29]

As relações entre os barões da gestão econômica brasileira e a banca internacional eram de grande cordialidade. O próprio Wriston desceu no Rio de Janeiro acompanhado pelos conselheiros do Citi e precedido por uma equipe encarregada de provar as receitas da comida e a marca dos vinhos que lhe seriam servidos.[30] Delfim, viajando logo após a derrota na busca pelo governo paulista, almoçou em Nova York com um diretor do Chase e advertiu do risco de empréstimos a governos estaduais ou empresas estatais brasileiras.[31] Aos 36 anos, com quase dez na Casa Morgan, a estrela ascendente desse mercado se chamava Antonio Gebauer. Casado na plutocracia paulista, relacionado com a nata da banca e do soçaite nacionais, dividia seu tempo entre um apartamento em Manhattan, no Park Avenue 740, um dos mais celebrados edifícios da cidade, onde viveram três Rockefellers e uma Vanderbilt, e a Samambaia, casa de praia na periferia chique de Nova York. Fechara seu primeiro negócio importante emprestando 10 milhões de dólares ao estado do Paraná para a construção de uma ferrovia que ligava Apucarana a Ponta Grossa.[32] Associando desenvoltura pessoal ao prestígio do logotipo, era capaz de levar a Nova York o ministro do Planejamento, Reis Velloso, para desfazer a má impressão provocada pelos custos das importações de petróleo.[33] Ou conseguir o título de Homem do Ano da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos para Ellimore Patterson, presidente do conselho do banco.[34]

(Ao saber da honraria, Patterson comentara com outro banqueiro: “Talvez seja melhor não ganhar outro prêmio desses e acabar na cadeia”.)

* * *

Na sua aparente irrelevância, o secretário do Planejamento concluíra uma das mais brilhantes manobras burocráticas já produzidas em Brasília. Naqueles primeiros meses de governo, quando todas as ideias são grandiosas, ele dava a impressão de cuidar de assuntos pequenos, quase mesquinhos. Uma sala no Planalto, por exemplo.[35] Conseguiu-a rachando o enorme banheiro adjacente com Golbery. Ou o título. Geisel queria que fosse apenas secretário do Planejamento.[36] Velloso tornou-se secretário do Planejamento, acumulando essa função com o cargo de ministro do Planejamento e Coordenação Geral. Revelara-se tenaz na captura de símbolos e acessos (ministério vale mais que secretaria, ministro no palácio vale mais que ministro na Esplanada, e secretário que despacha diariamente com o presidente vale mais que ministro de despachos quinzenais).

Simonsen, que para todos os efeitos era a principal estrela econômica do governo, aceitou essa estrutura sem reclamação. Anos mais tarde diria que ela “não encontra paralelo na maioria dos países dignos de imitação” e desabafaria sua saudade do delfinato: “Sob o ponto de vista da unidade e coerência de comando, o sistema atual é provavelmente pior do que aquele que funcionou até março de 1974”.[37]

Ao contrário de Simonsen, Velloso não era visto como o apóstolo de um pensamento econômico, nem pretendia sê-lo. Absorvia sinais vindos de baixo e de cima, acomodando-os na máquina da burocracia planejadora. De cima ouviu que era necessário continuar crescendo a 10% ao ano. De baixo, que era necessário promover uma “diversificação da diversificação” das exportações brasileiras.[38] Uma pesquisa do IPEA mostrara que a expansão econômica se aproximava de um gargalo. Para manter as taxas de

crescimento da economia, o país precisaria começar a produzir coisas que ainda não produzia, entrando naquilo que seria uma nova fase do processo de substituição de importações. Com o apoio logístico dos economistas do governo, Velloso pôs-se a preparar um documento que se tornou o símbolo da estratégia econômica de Geisel.

O ministro Reis Velloso, do Planejamento (na cabeceira), parecia destinado a ser uma sombra do brilho intelectual de Mario Henrique Simonsen, de quem fora aluno. Revelou-se tenaz na captura de símbolos e acessos. Com a ajuda da burocracia do BNDE e do IPEA, preparou o II PND. Quando perguntaram a Simonsen o que achara do Plano, ele respondeu: “Não leio ficção”.

Chamava-se II PND. Resultava da abreviatura de II Plano Nacional de Desenvolvimento e se destinava a fixar prioridades para a administração, mas servia sobretudo para saciar a mitologia planejadora dos militares e a máquina de propaganda do governo num ano eleitoral. Sucedeu com o livrinho de capa azul do PND o mesmo processo de metabolização intelectual que celebrizou o *Manual do guerrilheiro urbano*, de Carlos

Marighella. Se um foi uma construção heroica de atributos implausíveis a serviço da revolução socialista, o outro viria a ser um repositório de planos e banalidades a serviço da ditadura. O guerrilheiro de Marighella era um super-homem. O II PND de Velloso era um superplano pontilhado por frases vazias. Definia assim as relações econômicas com os Estados Unidos: "Deverão continuar a ser diversificadas, para evitar concentração excessiva na Costa Leste. Consolidando-se a abertura já realizada em relação à Costa Oeste (Califórnia) será desenvolvido esforço especial com referência a região de Chicago (Meio-Oeste), ao Sul e à área de Miami, esta como forma de penetração no Caribe".[39]

O governo tinha duas ideias básicas, com prioridades decrescentes:

1. a manutenção do crescimento; e

2. o endividamento como forma de compensar as perdas na conta do petróleo.

Essas ideias se associaram a dois procedimentos:

1. o dinheiro do PIS/Pasep foi para o BNDE a fim de impedir o surgimento de um superministro da Fazenda; e

2. o caixa ficava centralizado, sob a guarda de Velloso, no gabinete do presidente.

Isso era tudo. O governo Geisel não seguiu um plano. Objetivos, talvez. Uma vontade ou "ideologia do desenvolvimento", sem dúvida.[40]

Velloso tratou do PND com Geisel repetindo duas vezes que era assunto importante para a "opinião pública".[41] Intitulava-se II Plano Nacional de Desenvolvimento, mas não se fez balanço formal do primeiro. Se no plano anterior Velloso tivera de incluir às pressas a rodovia Transamazônica, nesse teve de expurgar o texto final de uma explicação (e de um gráfico) que tratava da hipótese de uma estratégia de desaceleração.[42] Ainda no cargo de ministro, confessou que desde o primeiro momento se decidira pisar no freio a partir de 1976.[43] Depois, em suas quase memórias, revelou que antes mesmo de mandar o Plano ao Congresso (no início do segundo

semestre de 1974), o governo já resolvera esfriar a economia.[44] As duas afirmações, conflitantes na aparência, são parcialmente verdadeiras, pois o que houve de falso foi a premissa: a existência de um plano estratégico ao qual se pudesse subordinar a política econômica.

Quando o palácio começou a distribuir o texto do PND, um curioso perguntou a Mario Henrique Simonsen o que achava do trabalho. “Não leio ficção”, respondeu o ministro da Fazenda.[45]

O próprio Velloso, pressionado durante uma reunião com a diretoria da Federação dos Bancos, menosprezou as prioridades do documento, dizendo que “o plano é só autorizativo, não precisa ser cumprido”.[46]

Algo soava estranho naquele plano. Até então, Geisel tratara das metas econômicas de seu governo em duas ocasiões. Uma, pública, deu-se na primeira reunião do ministério. Nela dedicou doze linhas ao setor industrial e à substituição de importações. A outra, secreta, foi mais escrupulosa e detalhada. Deu-se em junho, quando o presidente se reuniu com o Alto-Comando das Forças Armadas. Não há nela nenhuma referência a uma nova política industrial. Pelo contrário. No trecho em que tratava da situação econômica, disse o seguinte:

> Nós nos preocupamos muito em desenvolver a indústria, está certo. Agora vamos ver se olhamos mais um pouco para a agricultura, quer dizer, no sentido de racionalizar. Agora, há fatos provavelmente complexos, porque os adubos que são necessários duplicaram de preço. É um problema. As especulações dobraram o preço da terra. Então, são todos fatores negativos, que se contrapõem a qualquer trabalho que se queira fazer no sentido de desenvolver a agricultura e a pecuária. Nós vamos trabalhar nisso. O governo está realmente empenhado nessa questão. E tem que se estudar o problema a longo prazo. Não é possível continuar a adotar situações paliativas para o momento. Qualquer um de nós sabe que o problema da carne, nós

> conhecemos há trinta ou quarenta anos. Faz trinta ou quarenta anos que a gente ouve “falta carne, subiu o preço da carne”. É isso, não tem carne, não tem leite, não tem não sei o quê. Isso tem que acabar. Ah, nós temos que fazer estudos a longo prazo. Não podemos querer resolver problemas de entressafra só. Temos que estudar e encontrar soluções para isso, porque o país não pode continuar vivendo nessa história de falta de leite, falta de carne, sumiu o óleo, não tem óleo, não é?[47]

Quando as cópias da ata dessa reunião chegaram aos destinatários, o texto do II PND já estava a caminho do prelo. Nele, a agropecuária ganhou referências perfunctórias e uma previsão de crescimento de 7%. O Plano projetava um crescimento médio do PIB de 10%. A indústria deveria crescer 12%.[48] Dos oito itens da síntese do programa de investimentos, o campo ficaria em penúltimo lugar, com 105 bilhões de cruzeiros (contra 255 bilhões para as indústrias de base). Abaixo dele, só os recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico. O Plano listava 27 prioridades de expansão da produção industrial, de navios (178%) à amônia (115%), e apenas duas na agricultura: cereais e oleaginosas (50% e 60%).[49] Para a pecuária, da qual resulta o preço da carne, nada. Sobre o projeto que o ministro Paulinelli deixara com Geisel, buscando a meta de um consumo mínimo de um copo de leite por dia para cada brasileiro, nenhuma palavra.

Em setembro, às portas de uma campanha eleitoral que seria decidida nas grandes cidades, o governo queria metas e promessas urbanas. A oposição levara o custo de vida para a campanha. Em Minas, o MDB lembrava que um dia de trabalho remunerado pelo salário mínimo valia um quilo e meio de frango, ou dúzia e meia de tangerinas.[50]

Como não se ganham eleições falando em desaceleração da economia, Geisel respondia oferecendo crescimento. Seus discursos do período, estudados pelo semanário *Opinião*, mostravam que falara 52 vezes em

“desenvolvimento” e quinze em “progresso”, contra 34 referências à “segurança” e 29 à “Revolução”.[51]

Velloso construíra um plano para a opinião pública, mas sua retórica tinha a contenção dos técnicos. Entregou a Geisel um projeto de discurso de serena racionalidade econômica. O presidente deveria lê-lo na cerimônia de entrega do PND ao Congresso. Nele, usava os componentes dramáticos da crise mundial como contraponto às virtudes do Plano:

> Os fantasmas que, simultaneamente, ameaçam a economia desenvolvida do Ocidente, e, com ela, o mundo vulnerável dos países em desenvolvimento, compõem um quadro em que se interligam o perigo da recessão, no curto prazo, e do crescimento nulo ou medíocre, com a exacerbação inflacionária, a crise do balanço de pagamentos, a inquietação social. Sabidamente, a perspectiva dos próximos anos é de dificuldades, possivelmente de crises.[52]

Golbery reescreveu-o, fazendo do drama epopeia:

> Lugar não poderia haver para otimismos exagerados, num universo de profecias macabras que vão da estagflação emoliente à depressão econômica arrasadora e fulminante. Mas reagir, *a priori*, a tais expectativas sombrias de dias difíceis com um pessimismo derrotista seria refugar o esforço construtivo que, com fé, tudo pode, e assegurar, pela apatia e pelo desânimo, a generalizar-se em ondas sucessivas, a realização, afinal, daquelas mesmas perspectivas negativas que nos haveriam mesmerizado. Por isso, o Brasil vai crescer, no quinquênio próximo, a taxas que se comparam às dos últimos anos.[53]

Velloso falava num país amadurecido para enfrentar crises. Golbery atribuiu o amadurecimento aos "prodigiosos dez anos de Revolução regeneradora" e anunciou que o Brasil tinha diante de si "o futuro que já chegou entre nós".

Antes de ler o texto, Geisel enxugou-lhe o estilo. Lixou "macabras", "depressão" e "mesmerizado". Trocou "vai crescer" por "deverá crescer" e reposicionou o futuro para "próximo de nós". Ainda assim, ficou com o pé no acelerador. A minuta de Velloso não falava em manutenção das taxas de crescimento. (No texto do Plano ele chegara a mencionar a "dificuldade de manter taxas de crescimento da ordem de 10%", a partir de 1975.)[54] Fora cauteloso até mesmo na promessa central do PND:

"Até 1979, o Brasil já teria superado a barreira dos US$ 1000 de renda *per capita*."

"Terá", corrigiu Geisel.[55] [*Veja o documento*]

O presidente estava em campanha. Dali a pouco mais de dois meses seriam realizadas as eleições. Havia três semanas, recebera um prognóstico do SNI. Elegeria com facilidade doze dos 22 senadores. Com dificuldade, outros seis. Eleição indefinida, só a do Rio Grande do Sul. Num cenário absolutamente otimista, àquela altura o MDB capturaria apenas duas cadeiras. Nesse resultado ideal, a oposição manteria no Senado uma cadeira pela Guanabara e outra pela Paraíba, com o seu velho amigo Rui Carneiro.[56]

1 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 43.

2 Reunião de Geisel e Golbery com Mario Henrique Simonsen, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF. Nessa conversa Simonsen referiu-se quatro vezes à taxa de 10%.

3 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 288.

4 Ordem da Censura de 22 de abril de 1974. Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 279.

5 Golbery do Couto e Silva e Mario Henrique Simonsen, abril de 1974.

6 Maço com quarenta folhas anotadas por Heitor Ferreira, com a transcrição da fita da reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, 10 de junho de 1974. APGCS/HF.

7 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 20 de novembro de 1973. APGCS/HF.

8 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 252.

9 Para uma descrição do processo de endividamento da América Latina pela ótica de um banco americano, ver Ron Chernow, *The House of Morgan*, pp. 636-52.

10 Para a internacionalização da banca americana, Sérgio Goldenstein, *A dívida externa brasileira*, p. 55, citando Pierre-Bruno Ruffini, *Les banques multinationales*, p. 81. Para o movimento dos capitais, Barbara Stallings, *Banker to the Third World*, p. 334.

11 O valor da dívida líquida deixada pelo delfinato era igual ao das exportações de 1973. Descontando-se as reservas internacionais, essa dívida estava em 6,2 bilhões de dólares. Pedro Malan, "A questão externa", em Adroaldo Moura da Silva e outros, *FMI × Brasil*, p. 71.

12 Pedro-Pablo Kuczynski, *Latin American debt*, p. 40.

13 *The Brazilian Economy — Trends and Perspectives*, janeiro de 1974, pp. 6-7. Segundo um diretor do Citibank, a diferença oscilava entre 5% e 20% do preço dos créditos. Phillip L. Zweig, *Wriston*, p. 423.

14 Para o superávit árabe, João Paulo dos Reis Velloso, *O último trem para Paris*, p. 163. Para a conexão do excesso de liquidez do início dos anos 1970 com os petrodólares, Pedro-Pablo Kuczynski, *Latin American debt*, p. 5.

15 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 42.

16 *Estatísticas históricas do Brasil*, p. 590.

17 João Paulo dos Reis Velloso, *O último trem para Paris*, p. 223.

18 Pedro Malan, "A questão externa", em Adroaldo Moura da Silva e outros, *FMI × Brasil*, p. 72.

19 *Estatísticas históricas do Brasil*, p. 590. O total da dívida desses países passou de 130,1 bilhões de dólares em 1973 para 160,8 bilhões de dólares no ano seguinte. Em William R. Cline, "International debt and the stability of the world economy", *Policy Analyses in International Economics*, Institute for International Economics, nº 4, Washington, setembro de 1983, p. 14.

20 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil*, pp. 112 e 188.

21 Ron Chernow, *The House of Morgan*, p. 611.

22 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 436-7, 428, 231, 347, 386, 470 e 403-5.

23 Antonio Gebauer, maio de 1993.

24 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 405-8.

25 Antonio Gebauer, maio de 1993.

26 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 293.

27 João Paulo dos Reis Velloso, *O último trem para Paris*, p. 226.

28 Idem, p. 243.

29 *O Estado de S. Paulo*, "Atualidade Econômica", 15 de setembro de 1974, p. 59.

30 Phillip L. Zweig, *Wriston*, p. 450.

31 Francis Mason, diretor do Departamento de América Latina do Chase Manhattan Bank na época, maio de 1993. Delfim Netto, dezembro de 1997.

32 Antonio Gebauer, maio de 1993.

33 Idem.

34 Ron Chernow, *The House of Morgan*, p. 641.

35 Conversa de João Paulo dos Reis Velloso com Geisel, 1º de março de 1974. Nota de Heitor Ferreira a Venturini, de 15 de janeiro de 1979. APGCS/HF.

36 Heitor Ferreira, 1986.

37 Cinco folhas datilografadas, sem data nem assinatura, de Mario Henrique Simonsen, para serem entregues ao presidente eleito João Baptista Figueiredo em janeiro de 1979. APGCS/HF.

38 Wilson Suzigan, Regis Bonelli, Maria Helena T. T. Horta e Celsius Antônio Lodder, *Crescimento industrial no Brasil*, p. 211.

39 *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*, pp. 67-8.

40 Depoimento de Maria da Conceição Tavares no IV Encontro Nacional de Economistas, de dezembro de 1976, publicado na *Folha de S.Paulo* de 12 de dezembro de 1976 e republicado em *Opinião* de 24 de dezembro do mesmo ano. Conceição disse: "O PND foi sendo paulatinamente abandonado como ideologia do desenvolvimento. Nunca passou disso. Não chegou a ser um plano propriamente dito e não há no momento alternativa alguma".

41 Conversa de João Paulo dos Reis Velloso com Geisel, 1º de março de 1974. APGCS/HF.

42 João Paulo dos Reis Velloso, *O último trem para Paris*, pp. 230 e 292.

43 *Jornal do Brasil*, 21 de dezembro de 1978: "Velloso diz que o 2º PND não previa desaceleração para não antecipá-la".

44 João Paulo dos Reis Velloso, *O último trem para Paris*, pp. 291-2.

45 Mario Henrique Simonsen, setembro de 1974.

46 Maria Celina d'Araujo, Ignez Cordeiro de Farias e Lucia Hippolito (orgs.), *Na periferia da história*, p. 216.

47 Maço com quarenta folhas anotadas por Heitor Ferreira, intitulado *Primeira Transcrição do Pronunciamento do Presidente Geisel na Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, em 10 de junho de 1974. APGCS/HF. Para outras manifestações de Geisel a respeito da prioridade que daria à agricultura em seu governo, ver *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de janeiro de 1972.

48 Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 18.

49 *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*, pp. 94-5.

50 *Veja*, 16 de outubro de 1974, pp. 20-5.

51 Fernando Henrique Cardoso, "O presidente e os partidos", *Opinião*, 9 de setembro de 1974, p. 4.

52 Maço com catorze folhas, onze das quais em papel da Secretaria do Planejamento, sem data, anotado por Heitor Ferreira — *Primeira Forma* — e por Golbery — *Do Velloso*. As três outras, anotadas por Heitor Ferreira — *2º Forma*, Golbery — estão anotadas a mão por Golbery e por Geisel. APGCS/HF.

53 Idem.

54 *Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*, p. 21.

55 Anotação de Geisel feita na parte da minuta de Velloso aproveitada por Golbery. APGCS/HF. O texto final do discurso, pronunciado em 10 de setembro de 1974, está em Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 129.

56 Uma folha do Serviço Nacional de Informações, marcada “confidencial” e anotada por Heitor Ferreira: *Página Tirada da Apreciação nº 10, de 15 de Agosto de 1974, para Conferir os Resultados*. APGCS/HF.

PARTE IV
A DERROTA

BORJA
222
ARENA
CARAVANA DA
DEMOCRACIA
MANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA

NAS FOTOS ANTERIORES:

Geisel obteve do STF a prisão de Chico Pinto
A campanha de 1974, um resultado inesperado
Carvalho Pinto, o candidato sovado em São Paulo
O governador Paulo Egydio com Geisel
Quércia, o Cacareco que venceu em São Paulo
Paulo Brossard, o vitorioso do Rio Grande
O “amanhã” foi realmente outro dia

“É isso, e pronto”

Geisel preparou-se para a eleição de 1974 com a serenidade do vitorioso. Antes da posse, quando ela era ainda um acontecimento remoto, exprimiu seus sentimentos ao senador Luiz Viana Filho: “Não é por vaidade minha, nem para me comparar com o Médici, mas no interesse da Revolução, a Arena não pode — já nem digo perder — mas baixar de votação. Uma maioria do partido da Revolução é um argumento que podemos usar lá fora”.[1]

Misturava duas situações. Manter a maioria da Arena no Congresso era uma coisa. Repetir a votação alcançada por Médici em 1970, outra. O MDB só conseguira seis das 46 cadeiras de senador disputadas na eleição. Fora surpreendentemente varrido em Pernambuco. O que lhe restou, sete senadores, cabia num elevador.[2] Na Câmara, a oposição tivera menos da metade dos votos da Arena, ficando com uma bancada menor que o terço da Casa, o que a impedia, por exemplo, de obstar a aprovação de emendas constitucionais ou mesmo de criar comissões de inquérito.[3] Se o resultado de novembro confirmasse tal predomínio, o país caminharia para um regime de partido único, e Geisel não buscava esse tipo de supremacia: “A vitória sobre o MDB tem que ser de tal maneira que não liquide o partido. (...) Suponha que amanhã não haja oposição no Senado. Não pode”.[4]

O general perseguia um resultado simbólico. A vitória não devia ser tão grande que parecesse fraude, nem tão pequena que parecesse derrota. Esse projeto se amparava na percepção do próprio poder e na imensa força de seu governo. Noves fora o AI-5 e a Censura, controlava o Congresso, 21

dos 22 estados, 91% das prefeituras e 86% das cadeiras de vereadores.[5] Reunido com o senador Petrônio Portella, Geisel explicou-lhe que sua tolerância tinha limites. Não admitia perder no Rio Grande do Sul: “Uma derrota nossa no Maranhão não tem significado (...). O MDB deve ganhar alguma coisa, mas não no Rio Grande”. Petrônio racionalizou o desafio, lembrando a importância da fronteira, que “arrasta até coisas institucionais”. Geisel acalmou-o dizendo-lhe que não se preocupasse, pois “ninguém pode mais do que nós”.[6]

Sua ideia era unir a Arena até o dia 15 de novembro, para discutir as divergências depois da vitória. Nas conversas, dizia que o candidato da Arena “ia ser” senador. Num caso, em menos de uma hora repetiu três vezes que estava oferecendo a um hierarca “o lugar de senador”.[7] Foram raras as ocasiões em que usou a palavra “disputa”. Aos poucos, contudo, o general desceu aos intestinos da Arena. Complicara a formação das chapas proibindo os governadores que estavam no exercício do mandato de renunciar ao cargo para disputar cadeiras no Congresso.[8] Cada estado tinha seu próprio quebra-cabeça, e todas as peças peregrinaram ao gabinete do presidente.

Em São Paulo achava-se inadmissível que Delfim Netto, refugado para o governo, disputasse o Senado. O candidato natural, Carvalho Pinto, fazia-se de rogado para tentar a reeleição. Poderiam recorrer ao ex-governador Lucas Garcez, mas Golbery o desqualificava.[9] No Rio Grande do Sul, a alternativa era Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil. Geisel julgava que chegara a hora de ele colher o proveito dos favores que fizera aos gaúchos, dando empréstimos “fora das regras, das normas, dos limites”.[10] Jost preferia continuar no banco, que lhe proporcionava um padrão de vida e mordomias bem superiores às dos senadores. Golbery mandou-lhe um recado para que escolhesse entre cinco anos sem “pão nem laranja” e uma cadeira de senador da qual seria resgatado para um cargo federal.[11]

Confrontado com a situação, informou: “Se o general Geisel mandar que eu seja chofer de caminhão, eu vou ser”.[12]

No Paraná o poderoso Ney Braga não aceitava que se compensasse a facção rival, liderada pelo ex-governador Paulo Pimentel. Acusava-o de sugar do Tesouro estadual 300 mil cruzeiros mensais para seus jornais e emissoras.[13] Em Sergipe, o senador Lourival Baptista acusava o oligarca arenista Augusto Franco de ter comprado a máquina federal, empregado a mulher do chefe do escritório do SNI e captado para suas empresas 37 dos 42 bilhões de cruzeiros que o Banco do Brasil emprestara ao estado.[14] No Ceará, o astucioso coronel Virgílio Távora, ressentido, denunciara a Geisel “o artificialismo e improvisação de líderes forjados à conta da máquina estatal” e se ausentara da campanha.[15]

Eram arreganhos típicos das rivalidades estaduais, insuficientes para abalar a confiança do Planalto. Estava-se na primeira fase da campanha, aquela em que as manobras partidárias prevalecem sobre a movimentação dos candidatos e as preferências populares são estimuladas apenas pela exposição superficial das chapas. No Paraná o candidato da Arena tinha 80% das preferências.[16] Em São Paulo, 75%, contra 5% para o MDB.[17] A medida da ambição do MDB justificava a autoconfiança da Arena. Exceto no Rio Grande do Sul, todos os notáveis da oposição rejeitaram a disputa pelo Senado. Preferiram reeleições garantidas para a Câmara. Só em Pernambuco um deputado federal resolveu batalhar pelo Senado, arriscando-se a ficar sem mandato. Quatro de seus candidatos a senador nunca tinham disputado uma eleição, e outros seis, tendo disputado a anterior, em qualquer nível, a haviam perdido. Ulysses Guimarães recusou-se a correr o risco em São Paulo.[18] Em Minas Gerais, Tancredo Neves temia que se estivesse dando mais um passo em direção ao partido único.[19] Optou por preservar sua cadeira na Câmara, deixando ao prefeito de Juiz de Fora, o desconhecido engenheiro Itamar Franco, a disputa pelo Senado.[20] Até

agosto, o senador Franco Montoro, um dos coordenadores nacionais da campanha, só dava como certo o resultado no Rio Grande do Sul.

* * *

Geisel não afrouxara os principais parafusos do regime. Com poucos dias de governo, valera-se de um discurso irrelevante do deputado Francisco Pinto, do MDB baiano, para dar sua primeira demonstração de força sobre o Congresso. Da tribuna, *Chico* Pinto chamara o general Pinochet de "assassino", "mentiroso" e "fascista". Reclamara da tranquilidade com que se recebera o ditador chileno: "Para que não lhe pareça, contudo, que no Brasil todos estão silenciosos e felizes com sua presença, falo pelos que não podem falar, clamo e protesto por muitos que gostariam de reclamar e gritar nas ruas contra a sua presença em nosso país".[21]

No primeiro ato politicamente relevante de seu governo, o presidente ordenara ao procurador-geral da República que processasse o deputado junto ao Supremo Tribunal Federal por ter insultado um chefe de Estado estrangeiro. Pura demonstração de poder, pois nenhum presidente se incomodara com as acusações feitas por seus aliados a ditadores de países socialistas com os quais o Brasil mantinha relações diplomáticas. A imprensa foi intermitentemente proibida de tratar do assunto, e, em outubro, o Supremo condenou *Chico* Pinto a seis meses de prisão. Fez dele o primeiro parlamentar brasileiro a sair — por decisão do Supremo Tribunal Federal — do Congresso para o cárcere, num batalhão da PM de Brasília.

Francisco Pinto não era um oposicionista qualquer. Além de ser um dos líderes do grupo "autêntico" do MDB, pregava uma aliança da esquerda com os militares considerados nacionalistas. Seus primeiros contatos com os granadeiros vinham de 1969, e chegara a se encontrar com o general Affonso de Albuquerque Lima. Tinha a cabeça a prêmio desde 1971, quando estreou na tribuna da Câmara com um discurso destinado ao público

militar, enumerando as intervenções democráticas, nacionalistas e antioligárquicas das Forças Armadas na vida política brasileira. Procurara, sem sucesso, achar um general que topasse desafiar, como candidato do MDB, a indicação de Geisel para a Presidência.[22]

Ainda que a imprensa se mostrasse menos policiada, a máquina da Censura não só persistia, como revelava um grau inédito de truculência. Num dos seus piores momentos, proibiu por quatro dias que a imprensa de São Paulo noticiasse a existência de uma epidemia de meningite na cidade, inclusive "dados e gráficos" relacionados com a doença.[23] Os censores d'*O Estado de S. Paulo* suprimiram a informação de que, durante o mês de julho, aproximadamente setecentas pessoas haviam procurado o hospital Emilio Ribas. Estima-se que a epidemia tenha atingido cerca de 18 mil pessoas e matado quase duzentas.[24]

O próprio Golbery acabou censurado. Recebeu um modesto deputado da Arena paulista e, como era seu hábito, disse-lhe que a censura seria abrandada. O deputado saiu do Planalto e deu uma entrevista contando a conversa. Resultado: "De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação através dos meios de comunicação social, escrito, falado e televisado, de notícia, comentário, transcrição, referência e outras matérias, sobre declaração do deputado Mário Telles, atribuindo ao Ministro Golbery do Couto e Silva informação relativa à suspensão da censura e abertura total".[25]

Para quem supunha que o governo traria mudanças, tudo continuou na mesma. Às vésperas da posse, o ministro da Justiça, Armando Falcão, chegara a anunciar que pretendia conversar "atrás das linhas inimigas". Chamando-o de "louco" e acusando-o de ter "pressa em aparecer como bonzinho", Geisel mandou que o aquietassem.[26] Proibiu-o de admitir a hipótese de um encontro informal com Ulysses Guimarães: "Ele não tem nada que chamar, nem conversar, nem arranjar almoços e jantares. Em matéria de oposição ele deve conversar com o cara, o sujeito que pedir

audiência para ele. (...) Quando um sujeito desses vem e promete apoiar, ele quer barganhar, ele vai querer alguma coisa em troca. E eu não estou disposto a dar nada em troca a eles. O que eu posso dar em troca à oposição é o direito deles me criticarem, fazerem os candidatos que eles quiserem".[27]

Não era pouca coisa.

Se Geisel achava que podia oferecer à oposição uma eleição relativamente livre, o SNI, nem isso. Previa uma onda de impugnações de candidaturas "impregnadas de conotações ideológicas de contestação ao regime".[28] Em meados de agosto uma estimativa eleitoral do Serviço refletira razoavelmente o cenário. Era um documento reservado, sem propósitos publicitários. Alimentara a crença sincera de que, com cinco meses de poder e a noventa dias da eleição, o governo pouco tinha a temer. Ganharia "fácil" treze das 21 cadeiras do Senado.[29]

Foi mais ou menos com esse cenário na cabeça que, duas semanas depois, Geisel copiou a mão, em sete folhas de papel almaço, um projeto de discurso que Golbery lhe encaminhara. Nele estavam as cinco palavras mais importantes de sua vida: "lenta, gradativa e segura distensão".[30] [*Veja o documento*]

Disse-as numa sentença oblíqua, em que condenava a pressão dos oposicionistas. De certa forma repetiu o que dissera em março, na primeira reunião do ministério. Foi esta a construção de agosto: "Tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora. E isso, eu lhes asseguro, o Governo não o permitirá".[31]

Falara-se em "redemocratização", depois em "abertura", finalmente tentou-se "descompressão", mas agora era o presidente quem trazia ao léxico político um termo em cujo significado estava embutido o fim da

ditadura. O general Médici viu um risco na proposta. No primeiro encontro com Geisel disse-lhe que haveria de suportar a cobrança da "distensão" até o último dia de seu governo.[32] [*Veja o documento*]

A previsão do SNI fora feita quinze dias antes do início da programação eleitoral gratuita na televisão. A telinha, quintessencial acessório do Milagre, surgia como peça fundamental da disputa política. Na primeira semana os telespectadores reagiram à intromissão que retardava a novela *O Espigão*, e 50% dos aparelhos estiveram desligados. Logo depois, em Porto Alegre, 70% ligaram-se para assistir a um debate entre os candidatos da Arena e do MDB ao Senado. Em Pernambuco, um candidato da Arena servia-se de um cordel que associava o regime a um mundo com poços de café quente, rios de leite, barreiras de charque e fontes de mel. Ele mesmo admitia: "O governo não chegou a isso, mas está providenciando". A oposição falava do custo de vida, lembrava que o quilo do charque estava a 26 cruzeiros, enquanto a jornada do cortador de cana valia oito. Tocava trechos da versão musical do poema *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto, composta por Chico Buarque de Hollanda.[33]

Quando a campanha ainda estava morna, Ulysses Guimarães fez um prognóstico eleitoral para *O Globo*. Refletia o otimismo profissional dos dirigentes partidários, mas mostrava que parecia resignado com sete derrotas (Alagoas, Bahia, Maranhão, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte).[34] O SNI tinha certeza de que lhe imporia outras sete (Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná e Sergipe). Em relação a esses estados, Ulysses estava moderadamente otimista. Não assegurava a vitória, apenas estimulava a possibilidade. Em dois, Guanabara e Paraíba, ambos concordavam que o MDB venceria. Restavam seis.

Tanto pela previsão de Ulysses como pela do SNI, o coração da batalha parecia estar nesses seis estados. Eram os seguintes: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina e Goiás. Neles

estavam cerca de 20 dos 36 milhões de eleitores. Em junho o general Figueiredo dera por certa a derrota do governo no Rio Grande, mas em agosto o SNI ainda dava essa disputa por "indefinida".[35]

A partir da segunda metade de outubro, a campanha deu sinais evidentes de que o MDB se sairia muito melhor que em 1970. O senador Montoro previa a vitória em catorze estados.[36] As pesquisas do Ibope tateavam um resultado mais modesto. O MDB, numa curva ascendente, ultrapassara a Arena em São Paulo. Ganhava por pouco no Rio Grande do Sul (40% × 35%). Estava empatado em Minas Gerais (33% × 33%). Perdia em Santa Catarina (52% × 27%) e no Paraná (39% × 33%). Não era em todos os estados que havia pesquisas, mas um cenário desse tipo sugeria que se a oposição elegesse dez senadores, já poderia comemorar vitória.

Seria uma vitória associada muito mais ao campo das emoções políticas, sem efeitos práticos sobre a maioria parlamentar do regime. A Arena continuaria majoritária nas duas Casas do Congresso. Se o MDB elegesse dez senadores e expandisse sua bancada na Câmara de 87 cadeiras para 120, formaria uma representação de 142 parlamentares. Ficaria com duas cadeiras a menos que o terço do Congresso. Como a Constituição poderia ser alterada pelo voto de dois terços dos deputados e senadores, o governo aprovaria as reformas institucionais que bem entendesse.[37] Por mais que as coisas mudassem, o poder permaneceria no mesmo lugar: todo nas mãos do Planalto.

As contrapressões, ligadas com a relativa liberdade exercitada pelo MDB durante a campanha, começaram antes mesmo da abertura das urnas. O SNI fez circular no Planalto um papel intitulado *Temas Discutidos em Setores Militares*. Era típico da época. Dava voz a "setores" anônimos que falavam em nome de uma Revolução da qual o governo seria instrumento e o presidente, delegado. O Serviço advertia para a existência de uma "certa inquietação" na oficialidade e passava adiante o recado dos "setores":

> A campanha eleitoral vem dando ensejo a certos pronunciamentos de candidatos do MDB que têm provocado inquietação nos setores militares. Essa preocupação decorre da insistência nas teses de levantamento dos atos excepcionais de que o governo se acha investido e dos relativos a acusações sobre desrespeito aos direitos humanos. (...) Argumenta-se que o problema de uma abertura política, no sentido de um aperfeiçoamento progressivo do regime, constitui um campo propício para a exploração por parte de contestadores, saudosistas e subversivos comunistas.[38]

O SNI via fantasmas. A caciquia do MDB temera que o desinteresse popular, a desmobilização da esquerda e a truculência da ditadura levassem a oposição a repetir o fiasco de 1970. Afora o Partido Comunista, a oposição clandestina mantinha-se longe da campanha. As siglas à esquerda do PCB viam na eleição um truque destinado a legitimar a ditadura. Um grupo de exilados parisienses editara, em outubro, um boletim chamado *Conjuntura Brasileira*. Era uma colagem de recortes de jornais. Tinha cem notícias. Entre elas, 32 tratavam de reivindicações de trabalhadores urbanos e rurais. As notícias da eleição do mês seguinte eram três, uma das quais indicando a progressão do voto nulo.[39]

O problema não estava na campanha do MDB, mas na indisciplina militar. Ocorrera uma panfletagem nos quartéis, e, no Rio, o comando do I Exército reunira uma parte da oficialidade para discuti-la.[40] Um misterioso telefonema para a casa de Golbery ameaçara sua mulher de sequestro.[41] Numa conversa com Heitor Ferreira, Figueiredo advertiu-o: “Linha dura em cima do Golbery. Ele é o culpado de tudo”.[42]

* * *

A eleição foi numa sexta-feira. Geisel votou cedo, em Brasília. Trocou algumas palavras com os jornalistas: “Quero que o povo todo vote. (...). Quanto ao resultado, depois é que se vai ver”. Golbery foi pelo mesmo caminho: “Vamos ver, depois, o resultado”.[43] Ambos já sabiam que o resultado seria ruim. Tratava-se de saber o tamanho da ruindade.

Na manhã de sábado, baseando-se exclusivamente em pesquisas, os jornais previam três vitórias espetaculares do MDB: no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

* * *

Paulo Brossard mal completara cinquenta anos. Era um gaúcho de cartão-postal, com os cabelos encaracolados, criador de 1.200 cabeças de gado, professor de direito constitucional e herdeiro de tradições liberais que remontavam às disputas do Império. Em 1964, nos dias mais duros da revanche dos vitoriosos, ocupara a Secretaria da Justiça do governo do estado. Conservador e legalista, estava no MDB porque a ditadura se incompatibilizara com sua espécie. Perdera a mesma eleição, em 1970, por 30 mil votos. Puseram-no para fora da universidade, e ele voltou à sua banca de advocacia, achando que fazia melhor desistindo da política.

Percebera a vitória numa tarde de domingo, um mês antes da eleição, ao chegar a Veranópolis. A caravana entrara numa cidade pequena e vazia. Na hora marcada, enchera-se o salão onde se realizaria a manifestação do MDB.

“Ganhamos”, disse ao presidente do MDB gaúcho.

“Tu não estás falando sério”, respondeu Pedro Simon.

“Ganhamos por três razões. O salão estava vazio, é domingo, e encheu repentinamente. Não havia gente na rua. Essa gente veio nos ouvir. Metade do auditório é de mulheres. Quando as mulheres entram, a coisa muda. Metade também é jovem. É gente que nunca votou.”[44]

Ganharam por quatro razões. A última foi o retorno da esquerda ao jogo eleitoral. Em 1970 ela ficara de fora, contribuindo para um inédito índice de 30,8% de votos em branco e nulos.[45] Nesse pleito, regressara. O índice de votos brancos voltou à marca habitual, em torno dos 14%. Do exílio, Leonel Brizola e João Goulart haviam apoiado o MDB. Brossard venceu com 485 mil votos de vantagem.

Se o Rio Grande deu ao MDB um personagem cuja vitória, mesmo sendo considerada inadmissível, era plausível, São Paulo produziu uma excentricidade. Orestes Quércia tinha 36 anos, bisavô e mãe italianos, costeletas de caminhoneiro e nariz de comediante. Prefeito de Campinas, saíra do nada. A rigor, nada era. Os adversários ridicularizavam-no chamando-o de "produto", por conta de sua campanha técnica e fria, ou de *Cacareco*, o rinoceronte que nos anos 1950 simbolizara a capacidade dos paulistas de escoar o protesto pelo voto. Era ainda menos se comparado ao candidato da Arena, o senador Carlos Alberto de Carvalho Pinto. Sobrinho-neto do presidente Rodrigues Alves, governara São Paulo, fora ministro da Fazenda e, aos 64 anos, encarnava de tal forma a austeridade quatrocentona que usava roupa esporte com o colarinho da camisa abotoado.

Orestes Quércia tinha 36 anos, bisavô e mãe italianos, costeletas de caminhoneiro e nariz de comediante. Prefeito de Campinas, saíra do nada. A rigor, nada era. Elegeu-se senador por São Paulo e tornou-se uma das encarnações da vitória do MDB em 1974.

Sua campanha foi dada por perdida no início de outubro, quando teve uma isquemia cardíaca e se recolheu à sua fazenda. Outorgou à filha Lucila e ao suplente, Aldo Lupo, a tarefa de conduzir o barco. Dono de uma fábrica de meias em Araraquara, Lupo era um noviço. Num comício na cidade de Lucélia, saudou a multidão: "Povo de Lucila, quero lhes apresentar Lucélia".[46]

Quércia reestruturara o MDB paulista. Valendo-se das bases oposicionistas e até dos descontentes da Arena, aumentara o número de diretórios municipais do partido de 204 em 1969 para 371 em 1974.[47] Fizera sua campanha circulando pelas ruas, tocando violão, jogando bola e falando o mínimo possível. Antes do início da propaganda gratuita na televisão, tinha 7% das preferências numa pesquisa realizada em Bauru e na região do ABC.[48] Iniciada a campanha, subiu. Carlos Matheus, que naquele ano começava a montar a máquina de pesquisas do Instituto Gallup, deu-se conta do fenômeno ainda em setembro: "Esse calabrês vai ganhar a eleição", disse a um jornalista.[49] Paulo Egydio deu-se conta disso mais ou menos na mesma época:

> Depois da isquemia do Carvalho Pinto eu propus ao Golbery que se trocasse de candidato, mas ele não quis. Disse que se perdêssemos, seria de pouco. A campanha foi decaindo. Eu ameacei os prefeitos, não adiantou nada. Chamei o Quércia de *Cacareco*, também não adiantou. Se o Carvalho Pinto tivesse ido para a rua, ou se tivéssemos posto outro candidato, também não adiantaria. No final da campanha nós só fazíamos comícios em lugares fechados, porque não juntávamos gente na rua. Em Sorocaba e Guarujá, nem isso conseguimos. Falei com o Golbery, mas ele me mostrou estimativas indicando uma grande vitória no Nordeste.[50]

Dois dias antes da eleição, a Arena desmarcou o comício de encerramento de sua campanha, em Campinas. Na hora do almoço, em Teresina, o senador Petrônio Portella recebeu um rádio urgente de Paulo Egydio: “Campanha perdida. Quércia 5 a 1 na capital”.[51]

No Rio de Janeiro, Roberto Saturnino, um engenheiro tímido que migrara da aristocracia política do PSD, onde nascera, para o gentil socialismo da elite dos economistas de esquerda, produzira o impossível. Brossard quase vencera em 1970. Quércia trabalhara sua candidatura durante dois anos. Saturnino estava fora da política. Fora deputado até 1966, mas o SNI embargara sua candidatura à reeleição. Até o dia 11 de setembro, vivera apenas como chefe do Departamento de Planejamento do BNDE. O candidato do MDB adoecera, e o senador Amaral Peixoto, genro de Vargas, amigo do pai de Saturnino e condestável da política fluminense até os anos 1950, lhe ofereceu a vaga.

Saturnino aceitou e foi para a televisão. Menos de um mês depois, e 36 dias antes do pleito, o SNI dava por perdida a eleição no estado do Rio.[52] Estava moída a candidatura do marechal Paulo Torres, presidente do Senado, veterano da FEB, ex-governador do estado. O marechal contou o que lhe sucedeu: “Eu apresentava gráficos e estatísticas na televisão, mostrando que em 1963 havia tantos analfabetos e que agora só existiam tantos. Falei das obras da Revolução, principalmente da ponte Rio-Niterói. Aí eles vinham e falavam que precisavam tantas horas de trabalho para comprar um quilo de carne e que ponte não enche barriga”.[53]

Geisel passou a manhã de sábado, o primeiro dia das apurações, na granja do Riacho Fundo. Estava contrafeito com as pesquisas que antecipavam a derrota no Rio Grande do Sul e em São Paulo, por larga margem.[54] Leu um pouco, e, com a chegada de Heitor Ferreira, foram para a piscina jogar bola. Quando viram o *Jornal Nacional*, não estavam mais diante de três maus resultados. Os números da noite indicavam um desastre.

Minas Gerais estava perdida para um baiano surgido na política de Juiz de Fora. Itamar Franco tinha 51 mil votos, 16 mil a mais que seu adversário. O Paraná, que o SNI dera por garantido no início de outubro, desabara.[55] Lá, o paraibano Francisco Leite Chaves, o *François*, um ex-advogado do Banco do Brasil que nunca disputara uma eleição, tinha 46 mil votos de frente. No Amazonas, Evandro Carreira, o *Pororoca*, vereador fracassado que vinha de uma derrota para deputado (a quinta), batia a Arena por 4 × 1.[56]

No Rio Grande do Norte, o deputado Djalma Marinho, xodó da Arena liberal, estava sendo derrotado por um ex-marinheiro da frota mercante, daqueles que têm âncora tatuada no braço. Ex-lavrador, ex-deputado estadual e ex-arenista, Agenor Maria, o *Marinheiro Só*, disputara sua última eleição em 1972. Quis ser prefeito de Currais Novos e acabou em terceiro lugar, com 282 votos.[57] Agora estava com 9.500, quase mil à frente da Arena.

O MDB liderava as apurações em dezoito estados. A Arena só estava garantida no Maranhão, onde não tivera adversário, e na Bahia. Poderia ganhar no Piauí, em Alagoas e no Acre. Mas para quem estava perdendo até em Sergipe, tudo era possível. O venerando senador Leandro Maciel, com 72 anos, vencedor de seis eleições parlamentares (a primeira em 1930), perdia de 7 × 4 para Gilvan Rocha, um ginecologista que fazia política mas nunca disputara eleição.

Terminado o noticiário, Geisel mostrou-se preocupado com os resultados para a Câmara. Achava que o MDB podia capturar a maioria. A preocupação era terrível. Mesmo se o MDB tomasse as 21 cadeiras que disputava no Senado (onde se renovava apenas o terço da Casa), a Arena continuaria majoritária por 41 × 26. Se o resultado da eleição majoritária se replicasse na votação proporcional, a oposição controlaria a Câmara, pois lá estavam em jogo todas as cadeiras. O general levantou-se e saiu para caminhar no jardim plano e escuro que circunda a casa. Andou só por

algum tempo. Quando lhe disseram que a Arena haveria de ter a maioria da Câmara, respondeu: “Vamos ter por quê? O que nos assegura? Acho bem possível que não tenhamos. (...) Eleição é isso mesmo. O povo vota livre e, normalmente, no contra. E nós temos que respeitar. Pois não fizemos uma eleição? É isso, e pronto”.[58] [*Veja o documento*]

Não havia mais o que discutir. Ernesto Geisel sentou-se para uma partida de biriba.[59]

1 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de dezembro de 1973.

2 A observação é do senador Amaral Peixoto. Em Aspásia Camargo e outros, *Artes da política*, p. 497.

3 A Arena teve 10.867.814 votos para a Câmara e fez uma bancada de 223 deputados. O MDB, com 4.777.927 votos, elegeu 87. *Dados estatísticos*, vol. 9, p. 25.

4 Conversa de Geisel com Golbery, 7 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

5 *O Estado de S. Paulo*, 11 de agosto de 1974.

6 Reunião de Geisel com Petrônio Portella, 21 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

7 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 21 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

8 Para uma análise da presunção da Arena durante a campanha eleitoral, ver Wanderley Guilherme dos Santos, “As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro”, revista *Dados*, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, nº 14, 1977, pp. 211-39.

9 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de novembro de 1973. APGCS/HF.

10 Reunião de Geisel e Golbery com Petrônio Portella, 15 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

11 Para o uso da palavra “mordomias”, Petrônio Portella, em telefonema a Heitor Ferreira, de 11 de fevereiro de 1974. Para o recado, conversa de Golbery com Geisel, 15 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

12 Reunião de Geisel e Golbery com Petrônio Portella, 15 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

13 Almoço de Ney Braga com Golbery e Heitor Ferreira, 7 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

14 Reunião de Geisel com o senador Lourival Baptista, 19 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

15 Sete folhas sem assinatura nem data e uma folha de bloco anotada por Geisel: “Ao Golbery. Documento do Virgilio Távora”. APGCS/HF.

16 Sebastião Nery, *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*, p. 62.

17 Nicodemus Pessoa, *Quércia*, p. 65.

18 Franco Montoro, janeiro de 1998.

19 *Jornal do Brasil*, 14 de outubro de 1974, 1º Caderno, p. 3.

20 Franco Montoro, janeiro de 1998. Tancredo pediu a Montoro que ajudasse a convencer Itamar Franco a se candidatar.

21 *Jornal do Brasil*, 22 de abril de 1978, 1º Caderno, p. 3.

22 Depoimento de Francisco Pinto, em Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, pp. 177-81.

23 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 286. A primeira proibição deu-se no dia 26 de julho de 1974 e a segunda, no dia 28. No dia 30 o tema foi liberado, ressalvadas "matérias alarmistas e tendenciosas que possam gerar pânico entre a população".

24 *O Estado de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1993, Caderno 2 Especial, p. D5.

25 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 285.

26 Conversa de Geisel, Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 28 de fevereiro de 1974, para "louco", e conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 9 de março de 1974, para "pressa em aparecer como bonzinho". APGCS/HF.

27 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, da qual participou também Humberto Barreto, 6 de março de 1974. APGCS/HF.

28 *Apreciação Sumária*, do SNI, de 25 de julho a 14 de agosto de 1974. AEG/CPDoc.

29 Uma folha do SNI, de 15 de agosto de 1974. APGCS/HF.

30 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 122. Discurso aos dirigentes da Arena, de 29 de agosto de 1974. Para o projeto, maço com sete folhas manuscritas de Geisel, acompanhando oito folhas datilografadas e anotadas por Golbery. Junto, num bilhete a Heitor Ferreira, datado de 28 de agosto, Geisel escreveu: "Peço que você mande bater, como minuta, o projeto de discurso anexo. É praticamente igual ao proposto pelo Golb., com pequenas modificações". APGCS/HF.

31 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*, p. 122. Em março Geisel referira-se a um "gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático".

32 Nota manuscrita de Heitor Ferreira a Geisel, de 2 de setembro de 1974, com anotação manuscrita de Geisel resumindo sua conversa com Médici. APGCS/HF.

33 *Veja*, 25 de setembro de 1974, pp. 20-5.

34 *O Globo*, 23 de setembro de 1974, 1º Caderno, p. 3.

35 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de junho de 1974, e nota de Heitor Ferreira, de 15 de agosto de 1975.

36 *Folha de S.Paulo*, 8 de novembro de 1974, 1º Caderno, p. 8.

37 Nos dias seguintes à eleição, ainda sem os resultados finais, Heitor Ferreira escreveu numa folha de bloco: "Os dois terços para certas coisas importantes seriam 258 votos". APGCS/HF.

38 Duas folhas do SNI, de 7 de outubro de 1974, carimbadas "confidencial". APGCS/HF.

39 *Conjuntura Brasileira*, nº 1, outubro de 1974, Paris. Devo ao deputado José Aníbal, criador e diretor do *Conjuntura*, o acesso a uma coleção completa dessa publicação.

40 Carta do major Athos Amorim a Heitor Ferreira, 21 de outubro de 1974. APGCS/HF.

41 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de outubro de 1974.

42 Idem, 4 de novembro de 1974.

43 *Folha de S.Paulo*, 16 de novembro de 1974.

44 Paulo Brossard, janeiro de 1998.

45 *Dados estatísticos*, vol. 9, p. 17, e *Dados estatísticos*, vol. 11, p. 15.

46 Paulo Egydio Martins, janeiro de 1998.

47 Maria d'Alva Gil Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 33. São Paulo tinha 506 municípios.

48 Sebastião Nery, *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*, pp. 35-6.

49 Fernando Morais, janeiro de 1998.

50 Paulo Egydio Martins, janeiro de 1998.

51 Sebastião Nery, *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*, p. 36.

52 *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de outubro de 1974.

53 Sebastião Nery, *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*, p. 101, citando *Veja* de 5 de novembro de 1975.

54 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de novembro de 1974.

55 Para o otimismo do SNI, *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de outubro de 1974.

56 Para os resultados, *Folha de S.Paulo*, de 17 de novembro de 1974, p. 10. A relação entre os resultados publicados pela *Folha* e os números disponíveis até pouco antes das vinte horas, quando o *Jornal Nacional* ia ao ar, foi estabelecida com base em informações recebidas do jornalista Domingos Ferreira Alves, responsável pelo fechamento da primeira página em 1974. Aos domingos a edição da *Folha* fechava às dezessete horas, com trocas até as dezenove.

57 Alzira Alves de Abreu e outros (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*,vol. 3, p. 3563.

58 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de novembro de 1974.

59 Idem. Jogaram duas duplas: Lucy Geisel e o coronel Moraes Rego contra o presidente e Maria Lídia, mulher do coronel. Noutra mesa jogou-se pôquer.

A autonomia sepultada

Juscelino Kubitschek votara em Diamantina e escrevera em seu diário: “Dei uma volta na cidade para ver as eleições. Tudo livre e tranquilo. (...) Fui colhido de surpresa. Não esperava. Agradeço a Deus me ter concedido vida até hoje”.[1]

Quando Geisel chegou ao Planalto, na manhã de segunda-feira, a Arena lutava pela vida. Na véspera, *O Estado de S. Paulo* informara: “A oposição está vencendo em dezoito Estados”. Abaixo dessa manchete, uma fotografia simbolizava o resultado. Montado numa égua de pelo tostado, com o pampa de sua fazenda de Bagé ao fundo, o professor Paulo Brossard erguia o chapéu e pedia passagem.[2] [*Veja o documento*] Segundo o *Jornal do Brasil*, as bancadas de cinco grandes estados já garantiam ao MDB o terço da Câmara. Numa projeção pessimista, já elegera 139 deputados.[3] Faltavam 44 para a maioria.

A última tabulação do SNI, concluída às três da madrugada, projetava uma maioria de 193 × 171 para a Arena.[4] [*Veja o documento*] Heitor Ferreira comparou essa tabela com previsões anteriores do Serviço e assombrou-se. No Rio de Janeiro, segundo a última estimativa pré-eleitoral, pensava-se em ganhar por 14 × 7, e se perdia por 18 × 8.* Em São Paulo, a previsão de vitória da Arena por 32 × 11 virara uma projeção de derrota por 30 x 16.[5] Ele anotou numa folha de bloco: “Inacreditável, mas a fantasia para o Senado já se materializou da maneira mais surpreendente. Não entendemos nada de política, ou o povo não entende nada de governo”.[6] [*Veja o documento*]

O MDB elegera dezesseis senadores e fizera a maioria nas assembleias legislativas de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

As primeiras análises do governo desprezavam a possibilidade de que o eleitorado tivesse votado contra a ditadura. Exploravam superficialmente o surto de carestia que fizera os preços dos alimentos subirem 37% desde janeiro. Não se referiam aos quebra-quebras que destruíram quarenta ônibus em Brasília e um trem no Rio, onde perto de 3 mil pessoas incendiaram e danificaram quinze vagões.[7] Nem sequer mencionavam a epidemia de meningite em São Paulo. No dia da eleição, a *Folha de S.Paulo* circulara com sua rotineira tabela informando que havia 1.606 pessoas internadas e que na véspera tinham morrido doze. Em outubro a epidemia matara 287 pessoas em 26 hospitais paulistas, e o governo não conseguia cumprir as metas de vacinação que anunciara.[8] Acorrentada ao triunfalismo, a ditadura pagou também pelo que não podia entregar: por 2 × 0, a Holanda secara, em julho, o sonho nacional do tetracampeonato mundial de futebol.[9]

Um mês antes da eleição, os usuários dos transportes públicos destruíram quarenta ônibus em Brasília e um trem no Rio, onde cerca de 3 mil pessoas incendiaram e danificaram quinze vagões.

A contagem dos votos ainda não havia terminado quando o SNI levou a Geisel três análises do resultado eleitoral. Diferentes e conflitantes, refletiam a um só tempo a perplexidade dos hierarcas e a anarquia instalada no Serviço. Uma atribuiu os resultados a catorze fatores. Primeiro, a alta do

custo de vida, consequência de dois tipos de inflação, a “importada” (culpa do mundo) e a “herdada” (culpa de Médici). Depois, condenou a Arena (culpa dos civis), contaminada por alguns dirigentes de mau passado (culpa do Petrônio) ou mau presente (culpa do Petrônio, de novo). O surrado partido governista foi chamado de inautêntico e omisso, acusado de ter lançado candidatos sem prestígio, desgastados e ultrapassados. Registrava-se também a “atuação das esquerdas em prol dos candidatos do MDB”, reconhecendo-lhe uma campanha “bem-articulada e inteligente”. Se houvera algum erro da parte do governo, estivera na falta de comunicação. Mesmo banal, essa análise do SNI listava dois importantes “ensinamentos e conclusões”: “reestruturar a Arena” e “trabalhar para as próximas eleições”.[10]

Outra análise negava legitimidade ao resultado: “Para que o voto atingisse seu verdadeiro papel, seria mister que fosse livre, mas também, e sobretudo, que fosse esclarecido”. Negava, ainda, equilíbrio ao processo: “A legislação eleitoral, ao considerar padrões de um formalismo democrático inexistente, por opção consciente, na realidade brasileira, estimulou o voto de protesto, que beneficia a oposição”. Dito isso, reinterpretava o resultado: “O MDB organizou amplo movimento de contestação que penetrou nos lares através de serviços públicos de rádio e televisão, estes atualmente com imenso alcance popular, para a rendosa tarefa da desinformação”. Conclusão: “Apresentam-se sombrias as perspectivas de evolução da situação política nacional, tudo a indicar que, além da fixação de novos parâmetros de comportamento político, possa o governo sentir-se futuramente obrigado a medidas extremas destinadas a garantir a continuidade do processo revolucionário”.[11]

O terceiro papel mostrava o cabo da faca: “Tem sido possível detetar no seio da oficialidade das três forças armadas uma interrogação de como pretende o governo atuar, no caso em que a oposição procure desenvolver temas contestatórios aos princípios da Revolução de 31 de Março de

1964”.[12] A artilharia do SNI associava-se a um documento de dez itens, entregue a Geisel pelo ministro da Marinha, almirante Henning. A culpa, sem dúvida, era da Arena, mas a oposição, ressalvada a existência de uma corrente moderada no MDB, não era o que se pensava. Assim: “O MDB está se transformando, de partido de oposição, em partido de contestação, face à infiltração crescente de elementos subversivos. A dialética comunista vem, perante a opinião pública, desacreditando a Revolução, dando a entender que ela representa a ditadura militar permanente, que deverá ser substituída por um regime democrático (socialista de esquerda)”.

Diagnosticada a doença, prescrevia o remédio:

> Segundo noticiário da imprensa, os tribunais eleitorais julgarão, após as eleições, os pronunciamentos dos candidatos durante a campanha eleitoral. Seria essa uma oportunidade de se expugnarem os partidos políticos dos elementos que tenham feito declarações contestatórias ao regime. (...)
>
> Tal medida, no entanto, só alcançaria o efeito desejado se idêntica providência fosse tomada em relação aos candidatos da Arena que se tiverem revelado omissos, incapazes ou corruptos.[13]
>
> [*Veja o documento*]

Era uma proposta de golpe embutida num truque. Sugeria uma onda de cassações, com base no AI-5, fingindo que a tarefa ficaria nas mãos da Justiça Eleitoral. Prova disso estava na impossibilidade lógica de um juiz condenar arenistas por “omissos” ou “incapazes”. A Marinha propunha um surto semelhante ao de 1965, quando Castello Branco, emparedado, reabriu o processo de cassações. Salvo a surpresa de Geisel diante do verbo “expugnar” (sinônimo de “cassar”), esse documento não produziu maiores consequências, nem revelava uma articulação dos ministros militares.

O presidente se encontrou com o ministro do Exército quando já estava dissolvido o receio da maioria do MDB na Câmara. A Arena caminhava para fechar uma bancada de 204 deputados contra 160.

O general Sylvio Frota tinha uma pergunta:

“E agora?”

“Agora vamos ganhar a próxima, que é uma eleição municipal, onde se elege a base do sistema político, que é o prefeito”, respondeu o presidente.[14]

Noutra conversa dissera-lhe: “Pilote lá sua área”.[15] [*Veja o documento*] E assim fez o general. Manteve-se calado e quando teve de falar, por conta da rotina dos pronunciamentos militares, leu uma ordem do dia semiliterária lembrando que o Exército “foi sempre fiel ao povo, do qual nunca se separou”.[16]

Começava-se a construir um caso clássico de orfandade da derrota. A votação da Arena declinara em relação a 1970. Perdera 9% dos votos para o Senado (o MDB crescera 21,4%) e 7,5% na Câmara (contra um crescimento de 16,5% do MDB).[17] Para quem não queria ver no resultado uma manifestação da vontade popular, eram três os responsáveis. Para os mais valentes, pela ordem: Geisel, Golbery e Petrônio. Para os menos corajosos: Petrônio, Golbery e Geisel.

Geisel culpou o povo: “Não considero eleição um julgamento. É uma reação. O eleitorado é muito despreparado e não se informa. Não entende de governo. (...) Eu tenho a consciência tranquila de que fiz tudo o que era possível fazer nestes oito meses. Tenho trabalhado como um burro”.[18]

Figueiredo foi além: “(...) Povo de merda, que não sabe votar”.[19]

Nessa linha, Heitor Ferreira perguntou a Golbery:

“Que esperar de um eleitorado assim, de um povinho assim?”

“Que melhore, praticando”,[20] respondeu o general, culpando o regime. “O povo não está com a Revolução.”[21]

Petrônio culpou o imponderável: “Não agrido fatos”. “Não vi o invisível e não previ o imprevisível.”[22]

Tantas foram as construções destinadas a explicar a derrota e atribuir culpas, que Heitor Ferreira se saiu com a seguinte: “O MDB ganhou porque os eleitores foram às urnas, cada um depositou uma cédula. Quando essas cédulas foram contadas, havia mais votos para os candidatos do MDB ao Senado do que para os da Arena. Fora disso, não tenho explicação”.[23]

Entre todas as explicações, encorpava-se aos poucos a mais simples e mais antiga. Aquilo teria sido coisa dos subversivos. O velho senador sergipano Leandro Maciel, que a Marinha chamava de “desacreditado”, admitiu a derrota com elegância para a imprensa (“Venceu o melhor”),[24] mas tinha outra conversa para Geisel. Apontava o dedo vermelho: “Aos olhos fechados da polícia arregimentou-se, com toda a agressividade, o comunismo”. Aproveitou a oportunidade para informar que eram comunistas o bispo de Propriá, o chefe do distrito da Superintendência do Vale do São Francisco e o diretor de uma escola agrícola federal.[25]

Esse tipo de construção deslizaria aos poucos para dentro do regime, mas, nas semanas que sucederam ao resultado, Geisel preservou a disciplina, tanto entre os militares como entre as vivandeiras. Ninguém, nem o comando da Marinha com seu plano de golpe, propôs que se virasse imediatamente a mesa.[26]

O resultado eleitoral abichornou Golbery e Heitor Ferreira. Na segunda-feira seguinte à eleição, Heitor anotou: “Vamos cuidar do jardim...”.[27] De fato, nesses primeiros dias Geisel só tratou com ele de vencimentos de letras de câmbio, de depósitos bancários e da má paginação dos decretos que o chanceler Silveira lhe trazia, sem espaço onde coubesse sua assinatura.[28]

O chefe do Gabinete Civil quisera passar à ofensiva. Propôs a Geisel que falasse ao país antes do término oficial das apurações. Na minuta que

preparou, lia-se: “Reconforta-me, sobremaneira, o reconhecimento geral, partido até mesmo, para honra deles próprios, de setores antes dos mais contestadores, de que o governo estimulou tão magnífico espetáculo de maturidade política democrática e buscou assegurar o maior respeito à consciente decisão de cada cidadão (...) sobretudo dos mais humildes, tradicionalmente arregimentados e coagidos pelo poderio econômico esmagador, quando não pelo exercício desnudo do autoritarismo mais despudorado”.[29]

Geisel pensou no assunto durante uma semana e decidiu ficar calado. Pela primeira vez o presidente se opôs de forma irredutível a uma sugestão insistente de Golbery.[30] Depois de ter sido derrotado nas urnas, o chefe do Gabinete Civil via-se batido no palácio.

Às vésperas da eleição, convencido de que a tortura tolhia a liberdade de ação política do governo, Golbery chegara a redigir uma nota oficial tratando do assunto.[31] [*Veja o documento*] Entregue a Geisel, nunca mais foi vista. Golbery sentiu que começava a lhe faltar chão. Encurtando a conversa, informou a Heitor: “Ir embora, eu não devo ir”.[32] Seu discípulo também sofria e se queixava ao diário: “Conversar com meu amigo presidente da República está ficando penoso. Para ele, mas para mim também. Não é mais o mesmo homem”.[33]

Surgiam novas estrelas.

Uma era a do general Hugo Abreu. Ele incomodava Golbery quando expandia sua ação além dos assuntos estritamente militares. Em seguida à eleição, propôs a derrubada de Petrônio e sua substituição pelo senador Jarbas Passarinho, ex-ministro da Educação de Médici.[34] Patrocinou candidatos à presidência da Câmara e do Senado. Foi dele a melhor análise escrita da derrota. Registrou a influência da carestia (“Os preços não param de crescer, mesmo quando se fala em contenção ou controle da inflação”) e culpou os candidatos da Arena (“Acreditaram-se nomeados”).[35] Queria uma nova reunião do Alto-Comando das Forças Armadas.[36] Temia, sem

estridência, que um setor da oficialidade pendesse para as teses da oposição. Sugeriu a reformulação da política de comunicação do governo, até porque uma censura "inadequada" teria favorecido o MDB.[37] Oficiais sob sua jurisdição chegaram a produzir um documento técnico, analisando uma fala do presidente. Criticaram o encadeamento desordenado dos parágrafos e até a impropriedade da cor de seu terno claro.[38] [*Veja o documento*]

A outra estrela era Armando Falcão. Geisel viria a despachar com ele semanalmente, diferenciando-o dos demais ministros, a quem recebia duas vezes por mês.[39] Falcão chegara ao Ministério da Justiça pela fé que Golbery tinha em sua capacidade de cumprir ordens, mas surpreendera o padrinho indo buscá-las sobretudo no gabinete do presidente. Não que se distanciasse, apenas procurara uma faixa própria, mais próxima dos generais do que de Petrônio Portella. Estava acampado abaixo das linhas amigas. Geisel lhe recomendara que frequentasse os ministros militares, e ele o fez com gosto. Bastaram poucas semanas para que a questão dos desaparecidos o afastasse de Golbery. Enquanto o general queria investigar o caso, sem esconder essa vontade aos jornalistas com quem conversava, Falcão preferia evitar a exploração do assunto, "por motivos óbvios". Tornara-se conhecido pelo que mais tarde chamaria de "monótono estribilho": "Nada a declarar".[40]

A principal consequência do resultado eleitoral foi o sepultamento do projeto autônomo de distensão. Valendo-se da maioria de dois terços do Congresso, Geisel poderia reformar a Constituição como bem entendesse. Abrandaria alguns dispositivos do AI-5, criaria as salvaguardas que julgasse convenientes e iria em frente.[41] Essa maioria estava perdida. Com 244 deputados e senadores, faltavam agora ao governo 44 cadeiras. O MDB, com 186 congressistas, batera com folga a marca dos 144 votos necessários para bloquear projetos de alterações constitucionais. A lei da fidelidade partidária, criada para acorrentar a Arena ao Planalto, impedia que se fabricasse uma dissidência oposicionista.

A nova composição do Congresso obrigava o projeto de reforma política a passar pela oposição, coisa para a qual Geisel nunca se preparara. O governo não tivera um plano concreto de reformas constitucionais. Em 1974, Heitor Ferreira propusera a prorrogação, por um ano, do mandato dos deputados eleitos em novembro, para evitar que o sucessor de Geisel fosse escolhido com uma Câmara nova, mas a sugestão não voltou a ser discutida.[42] Mais tarde, o presidente revelaria que trabalhava com diversas ideias, inclusive a da criação de um sistema parlamentar unicameral.[43] Viu-se forçado a recomeçar do zero.

O governo ficara preso nos mecanismos construídos para bloquear a oposição. O deputado Etelvino Lins, respeitado alquimista de Brasília defensor da incorporação do AI-5 à Constituição, aconselhou uma fuga para a frente. Sugeriu que se aproveitasse o recesso parlamentar, convocando-se extraordinariamente o Congresso para votar um projeto de reforma institucional. Esse expediente daria a uma legislatura arenista e caduca atribuições que se queria negar aos eleitos do dia 15 de novembro. Geisel decidiu parar o jogo: “Como não fizemos dois terços do Congresso, vou deixar a Constituição como está aí. É essa que o povo quer, é essa que fica”.[44] Meses mais tarde explicaria melhor sua reação: “Desisti e abandonei todos os projetos. Agora é fazer força no campo econômico, tomar as decisões econômicas necessárias a longo prazo e ver depois o que dá”.[45]

Com o MDB retraído e os comandantes militares em silêncio, o regime parecia absorver a pílula amarga. No entanto, ao contrário do que supuseram o general Hugo Abreu e o SNI, a indisciplina da tropa não partiu de um novo elo com a oposição, mas de onde sempre partira, desde 1964: das forças de repressão.

Faltava pouco para o meio-dia de quarta-feira, dia 20 de novembro. A professora Maria da Conceição Tavares, uma economista portuguesa de 44

anos, eloquente e incansável, que vivia no Brasil fazia quase vinte, estava no aeroporto do Galeão. Ia para Santiago do Chile, sede da Comissão Econômica para a América Latina, organismo das Nações Unidas do qual era funcionária. Assistente do professor Octávio Gouvêa de Bulhões, lecionava no curso de pós-graduação de economia da Fundação Getulio Vargas. Era respeitada no meio acadêmico por seu trabalho intitulado "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil".[46] Cáustica e interminável, era respeitada em todos os meios por ter previsto, em 1971, o colapso da bolsa de valores.

Conceição achegou-se ao balcão da Polícia Federal suspeitando de algo. Uma amiga lhe contara que, durante um interrogatório, em São Paulo, haviam lhe mostrado sua fotografia. Fora ao aeroporto com a filha. Na hipótese de um imprevisto, ela deveria buscar um contato com o ministro Severo Gomes, a quem conhecera por intermédio de amigos comuns.

"A senhora tem que me acompanhar", disse-lhe o funcionário da Polícia Federal a quem entregara o passaporte.[47]

Severo foi avisado e avisou Golbery. Com quem Golbery falou, não se sabe, mas a resposta vinda do I Exército foi assombrosa. Não havia ninguém preso com aquele nome. Maria da Conceição tinha desaparecido.[48]

Do aeroporto, fora levada ao prédio da Polícia Central, na rua da Relação. No fim da tarde, encapuzada, estava deitada no chão de um automóvel, a caminho do DOI da Barão de Mesquita. Já na primeira noite dormiu nua numa das frias, brancas e iluminadas celas inglesas. Teve de limpar a própria urina. Tomou alguns cachações.[49]

Durante um interrogatório, mencionou sua condição de professora e relacionou o ministro Reis Velloso entre seus ex-alunos. O oficial respondeu: "Pode ser professora até do Geisel, que daqui você não sai".

Nesse momento Maria da Conceição assustou-se.[50]

Dois lances de sorte haviam-na favorecido. Um policial do aeroporto dissera a sua filha que ela fora para a sede da Polícia Federal, e um amigo a

vira lá. Logo, existiam testemunhas de sua prisão. Esses depoimentos levaram Golbery a Geisel, e do que conversaram, sobreviveu o registro de Heitor Ferreira: “Golbery disse a Geisel que é a segunda vez que mentem a respeito das prisões. Hábito adquirido”.[51]

O CIE era onipotente. Dois dias antes, o próprio SNI avisara: “A bem da verdade é necessário que se afirme ter sido observada uma falta de coordenação entre os centros de informações militares ou até mesmo entre o CIE e os DOIs ou, o que será mais nocivo, uma falta de confiança em informar aos escalões superiores a verdade quando um elemento é preso para averiguação”.[52] Construção típica da anarquia. Uma tropa que prende um cidadão e não avisa os superiores — nem mesmo o presidente da República — não está descoordenada, mas insubordinada. Quanto à “falta de confiança” dos carcereiros em seus superiores, pouco importava que fosse “nociva”. Era indisciplina.

Geisel irritou-se com o episódio e desabafou com Golbery: “Tenho que botar metade do Exército no olho da rua. (...) É possível que a essa hora você e eu sejamos o inimigo desse nosso pessoal”.[53]

Eram, e foi isso que Mario Henrique Simonsen contou a Conceição: “Tudo aquilo era contra o Geisel”.[54] Pouco tempo depois, quando a professora teve de fazer outra viagem ao exterior, o professor Bulhões, ministro da Fazenda de Castello Branco, disse-lhe: “Você não vai para o aeroporto sozinha. (…) Eu vou falar com o Mario e ele te manda com a segurança dele”. Conceição narrou seu embarque: “Com a segurança do Mario, fui direto para o avião”.[55]

A derrota de novembro dividiu o regime de maneira irremediável. A decisão de Geisel (“É isso, e pronto”) inibiu o caminho de um futuro “golpe dentro do golpe”, e sua firmeza nos dias seguintes evitou a corrosão da autoridade presidencial numa repetição do desgaste que abateu Castello em 1965 ou Costa e Silva em 1968. A vitória do MDB mostrou-lhe o que não

poderia fazer, mas ninguém sabia o que deveria ser feito. O automóvel do ministro da Fazenda levava para o aeroporto uma ex-presa do DOI do I Exército, mas um documento da secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional reclamava porque Geisel registrara num discurso a boa conduta do MDB durante a campanha. O Gabinete Militar atacou o texto, sabidamente preparado por Golbery, e o idioma: "As referências políticas relativas ao comportamento do MDB quanto a seu 'comedimento e autodisciplina', fugiu à realidade pré-eleitoral, conforme disseminado pelo SNI".[56]

A "lenta, gradativa e segura distensão" dependeria da capacidade do general Ernesto Geisel de impor o seu comando à anarquia que regressava aos bivaques dos granadeiros.

1 *Diário de JK*, 15 de novembro de 1974.

2 *O Estado de S. Paulo*, 17 de novembro de 1974.

3 *Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1974, capa do 1º Caderno e pp. 3-5, 7 e 11-4.

4 *Estimativa da Composição da Câmara Federal em Função dos Resultados Obtidos até as 03:00 hs. do Dia 18-11-74*, do SNI. APGCS/HF.

* Os totais diferem porque nas eleições proporcionais o tamanho das bancadas depende do comparecimento dos eleitores.

5 Duas notas manuscritas de Heitor Ferreira, anexas à *Estimativa* do SNI de 18 de novembro de 1975. APGCS/HF. Os números da previsão anterior do SNI se parecem com os da *Apreciação* de 21 de setembro de 1975.

6 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, anexa à *Estimativa* do SNI de 18 de novembro de 1975. APGCS/HF.

7 *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, 16 de outubro de 1974, citados em "A revolta dos suburbanos ou 'Patrão, o trem atrasou'", de José Alvaro Moisés e Verena Martinez-Allier, em José Alvaro Moisés e outros, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, p. 31.

8 *Folha de S.Paulo*, 10, 11, 14 e 15 de novembro de 1974.

9 O general Moraes Rego atribuiu à derrota da seleção um peso relativo no resultado eleitoral. Depoimento do general Gustavo Moraes Rego, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 57.

10 Análise da chefia do SNI, de 18 de novembro de 1974, visada por Geisel. APGCS/HF.

11 *Apreciação Sumária*, do SNI, de 18 de novembro de 1974. Esse documento destinava-se à leitura de Geisel, em cujo arquivo foi conservado. O parágrafo com a parte conclusiva está quase todo sublinhado. AEG/CPDoc.

12 *Considerações sobre a Situação Interna*, da chefia do gabinete do SNI, de 18 de novembro de 1974. AEG/CPDoc.

13 Duas folhas datilografadas, com a anotação de Heitor: "Documento da Marinha, 18-11-74. Entregue pelo ministro". APGCS/HF.

14 Ernesto Geisel, novembro de 1988.

15 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de novembro de 1974.

16 *Folha de S.Paulo*, 19 de novembro de 1974, p. 6.

17 Maria d'Alva Gil Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 155.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 e 24 de novembro de 1974.

19 Figueiredo a Heitor Ferreira, 4 de dezembro de 1974. APGCS/HF.

20 Bilhete de Heitor Ferreira para Geisel, sem data, anotado por Golbery. APGCS/HF.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de dezembro de 1974.

22 Petrônio Portella, novembro de 1974, e *Folha de S.Paulo*, 21 de novembro de 1974.

23 Heitor Ferreira, novembro de 1974.

24 *Veja*, 27 de novembro de 1974, pp. 20-30.

25 Carta de Leandro Maciel a Geisel, 25 de novembro de 1974. APGCS/HF.

26 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de novembro de 1974.

27 Idem, 18 de novembro de 1974.

28 Idem, 26 de novembro de 1974.

29 Uma folha datilografada, emendada por Golbery e anotada por Geisel a Heitor Ferreira: *Projeto de Pronunciamento que não Foi Feito*. APGCS/HF. Esse trecho foi incluído na mensagem de fim de ano de Geisel.

30 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 e 28 de novembro de 1974.

31 Para o tolhimento e a nota, sete folhas manuscritas de Heitor Ferreira, intituladas *Presidente Geisel e HF em 12 de Novembro de 1974, na Secretaria Particular*. APGCS/HF. Heitor registra a existência da nota também em *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de novembro de 1974.

32 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de dezembro de 1974.

33 Idem, 26 de dezembro de 1974.

34 Idem, 19 de novembro de 1974.

35 Onze páginas, intituladas *Análise Sucinta das Eleições de 15-11-74*, de 3 de dezembro de 1974. APGCS/HF.

36 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de dezembro de 1974.

37 Onze páginas, intituladas *Análise Sucinta das Eleições de 15-11-74*, de 3 de dezembro de 1974. APGCS/HF.

38 Expediente do Conselho de Segurança Nacional intitulado *Análise do Discurso do Presidente Proferido em 30-12-74*. APGCS/HF.

39 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de abril de 1975.

40 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, pp. 325 e 334-5.

41 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de maio de 1975: "Pensávamos nisso e numa infinidade de outras coisas, mas depois das eleições de 15 de novembro (...)".

42 Cinco folhas de Heitor Ferreira para Golbery, datadas de 28 de julho de 1974, intituladas *Um Detalhe Eleitoral para o Modelo Político Brasileiro*. Geisel anotou: "Bom exercício". Golbery opinou: "Você tem razão. O chefe está preocupado com o assunto. Mas só depois da eleição e de sentir a composição do Congresso, examinando a possibilidade de reforma constitucional, poderemos nos fixar no assunto. *Take it easy*".

43 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de maio de 1975.

44 Idem, 26 de novembro e 24 de novembro de 1974.

45 Idem, 17 de maio de 1975.

46 Trata-se da primeira parte do livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, pp. 27-124, editado pela primeira vez em 1972.

47 Maria da Conceição Tavares, fevereiro de 1998.

48 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de novembro de 1974, com o registro de que, nesse dia, Figueiredo narrou a Golbery aspectos do episódio.

49 Maria da Conceição Tavares, fevereiro de 1998.

50 Idem.

51 *Diário de Heitor Ferreira*, 20, 21 e 28 de novembro de 1974.

52 *Considerações sobre a Situação Interna*, do SNI, de 18 de novembro de 1974. AEG/CPDoc.

53 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 e 21 de novembro de 1974.

54 Idem, 21 de novembro de 1974.

55 "Porque amei Octávio Bulhões", entrevista de Maria da Conceição Tavares à revista *Insight Inteligência*, julho-setembro de 2001, p. 145.

56 Maço de 34 páginas com o texto da mensagem de fim de ano de Geisel. Guardou-se o rascunho de Golbery e a cópia manuscrita que dele fez o presidente. Esse texto repete longos trechos do pronunciamento que Geisel não quis fazer em novembro. Sete folhas da 3ª Subchefia do Conselho de Segurança Nacional, de 2 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

APÊNDICE

Breve nomenclatura militar

1 Patentes

São as seguintes as patentes dos oficiais das Forças Armadas:

MARECHAL (CINCO ESTRELAS)
Patente honorífica, extinta no governo Castello.

Ao passarem para a reserva, os generais de exército eram promovidos ao marechalato. Em 1975 eles eram 73.*

GENERAL DE EXÉRCITO (QUATRO ESTRELAS)
É a patente mais alta dos oficiais da ativa.

Em 1964 o Exército tinha catorze quatro-estrelas. Quatro em comandos de exércitos, um na chefia do Estado-Maior e outros quatro na chefia dos departamentos administrativos. Juntos, formavam o Alto-Comando.

Um oficial pode ter quatro estrelas e ficar sem função, assim como pode ter função (o comando da Escola Superior de Guerra, por exemplo) e não pertencer ao Alto-Comando.

(Essa patente corresponde à de almirante de esquadra na Marinha e tenente-brigadeiro na Força Aérea.)

GENERAL DE DIVISÃO (TRÊS ESTRELAS)

Em 1964 eram 31.* Em 1975, 42.

Os três-estrelas comandam as divisões de tropas (a 1ª Divisão de Infantaria, da Vila Militar, por exemplo). Ocupam as vice-chefias do Estado-Maior e dos departamentos. Também chefiam as Regiões Militares.

(Corresponde ao vice-almirante e ao major-brigadeiro.)

GENERAL DE BRIGADA (DUAS ESTRELAS)
Em 1964 eram 73. Em 1975, 93.

Um general de duas estrelas pode comandar uma unidade importante, como a Brigada Paraquedista, ou uma diretoria burocrática.

Em 1964 a idade média dos generais de brigada ficava em pouco menos de 54 anos. (Corresponde ao contra-almirante e ao brigadeiro.)

Pela reforma de 1967, devida ao presidente Castello Branco, nenhum oficial pode permanecer mais de doze anos na ativa como general. Além disso, cada uma das patentes deve ter 25% de seu quadro renovado a cada ano. Essas normas vigoram até hoje.

CORONEL
Em 1964 o Exército tinha 340 coronéis em funções consideradas militares. Em 1975, 408.
Na tropa, o coronel comanda um regimento.

(Corresponde ao capitão de mar e guerra da Marinha.)

Pela reforma de Castello nenhum coronel pode permanecer menos de sete e mais de nove anos na patente.

TENENTE-CORONEL
Comanda um batalhão.

Patente em que se ficava em torno de cinco anos.

A etiqueta militar dá aos tenentes-coronéis o tratamento de “coronel”.

(Corresponde ao capitão de fragata da Marinha.)

MAJOR
Comanda um batalhão.

(Corresponde ao capitão de corveta da Marinha.)

CAPITÃO
Comanda uma companhia.

Em 1975 o Exército tinha cerca de 2 mil capitães.

TENENTE
Comanda um pelotão.

Na média, de cada cem tenentes, seis chegam a general.

2 Estrutura

No Exército convivem duas estruturas. Uma, diretamente relacionada com as tropas de combate, é bastante simples. Outra, na qual está a burocracia, é mais complexa.

É a seguinte a estrutura de uma tropa de combate, vista de baixo para cima:

PELOTÃO
Tem um efetivo que pode variar entre trinta e cinquenta homens. É comandado por um tenente.

COMPANHIA
Três pelotões formam uma companhia. Tem de cem a 150 homens. É comandada por um capitão.

BATALHÃO
Três companhias formam um batalhão. Seu efetivo oscila de trezentos a 450 homens, comandados por um major ou tenente-coronel.

REGIMENTO
Três batalhões formam um regimento. Tem entre mil e 1.500 homens e é comandado por um coronel.

BRIGADA
É uma unidade de composição mista, sempre comandada por um general de duas estrelas. Seu efetivo pode variar entre 5 mil e 10 mil homens.

DIVISÃO
Um número variável de brigadas e regimentos agrupam-se numa divisão.

Essa é a principal unidade combatente. Reúne tropas das diferentes Armas. Nelas, as tropas de infantaria e de artilharia ficavam sob o comando de generais numa Infantaria Divisionária (ID) e numa Artilharia Divisionária (AD).

EXÉRCITO
Conhecido como “grande comando”, agrupa todas as tropas de uma determinada região geográfica.

Os exércitos estavam assim divididos:

I Exército, com jurisdição sobre as tropas do Rio de Janeiro (onde ficava o seu comando), Minas Gerais e Espírito Santo;

II Exército, incluindo São Paulo (sede do comando) e Mato Grosso;

III Exército, incluindo o Rio Grande do Sul (sede do comando, em Porto Alegre), Santa Catarina e Paraná; e

IV Exército, com sede no Recife, englobando todos os estados do Nordeste.

Além desses grandes comandos ocupados por quatro-estrelas, havia dois outros, sob as ordens de generais de divisão:

Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus; e

Comando Militar do Planalto, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e Goiás.

Existiam também onze Regiões Militares, comandadas por generais de divisão.

A região cuida essencialmente do apoio logístico ao Exército em cuja área se situa.

Eram as seguintes as Regiões Militares:

1ª RM, com sede no Rio de Janeiro;
2ª RM, com sede em São Paulo;
3ª RM, com sede em Porto Alegre;
4ª RM, com sede em Juiz de Fora;
5ª RM, com sede em Curitiba;
6ª RM, com sede em Salvador;
7ª RM, com sede no Recife;
8ª RM, com sede em Belém;
9ª RM, com sede em Campo Grande;
10ª RM, com sede em Fortaleza; e
11ª RM, com sede em Brasília.

* Até 1968, quando morreu, o marechal Mascarenhas de Moraes foi mantido no serviço ativo, por decisão do Congresso. Era uma homenagem ao comandante da Força Expedicionária Brasileira.

* Computaram-se os engenheiros militares (dois), médicos (um), veterinários (um) e intendentes (um).

Cronologia

1880-1930

GEISEL E GOLBERY

1883 Wilhelm August Geisel chega ao Brasil. Tem dezesseis anos. Fixa-se em Estrela (RS). Anos depois casa-se com Lídia Beckmann.

1900 Nasce Amália Geisel.

1905 Nasce Orlando Geisel.

1907 Nasce Ernesto Geisel. A família vivia em Bento Gonçalves (RS). Augusto é oficial do cartório.

1911 Nasce Golbery do Couto e Silva. É filho de uma família de prateiros de Rio Grande. Seu pai faz experiências mediúnicas.

1919 Augusto Geisel acerta no milhar (5.852).

1920 Augusto Geisel dá aos filhos as obras de Júlio Verne.

1921 Ernesto Geisel vai para a Escola Militar de Porto Alegre.

1925 Ernesto Geisel ingressa na Escola Militar de Realengo.

1927 Golbery vai para a Escola Militar de Realengo.

1930 Ernesto Geisel, seu irmão Orlando e Golbery participam da Revolução.

POLÍTICA

1888 Abolida a escravidão.

1889 Proclamada a República.

1895 Termina a Revolução Federalista: 10 mil mortos.

1897 O Exército cerca, toma e destrói Canudos: mais de 5 mil mortos.

1898 Borges de Medeiros assume o governo do Rio Grande do Sul.

1904 Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro.

1906 Greve geral em Porto Alegre.

1910 Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro.

1912 Rebelião dos posseiros no Contestado. Termina em 1915, com a caçada aos sobreviventes.

1916 Começa o serviço militar obrigatório.

1922 Fundado o Partido Comunista do Brasil.
Rebelião do Forte Copacabana.

1924 Revolta militar em São Paulo. Começa a Coluna Prestes.

1930 Washington Luís é deposto. Getulio Vargas torna-se presidente.

ECONOMIA E SOCIEDADE

1892 Inaugurada a primeira linha de bondes elétricos no Rio de Janeiro.

1897 Funciona no Rio de Janeiro o primeiro cinema. Chama-se Animatógrafo Super Lumière.

1900 O Brasil tem 17,4 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, 811 mil; São Paulo, 239 mil; e Porto Alegre, 73 mil.

1905 Inaugurada a avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

1914 Primeiro voo São Paulo-Rio de Janeiro. O piloto Edu Chaves gastou pouco mais de quatro horas.

1918 Epidemia da gripe espanhola. Mata 30 mil pessoas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

1922 Semana de Arte Moderna em São Paulo.

1930 O Brasil tem 37,6 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, 1,5 milhão; São Paulo, 887 mil; e Porto Alegre, 394 mil.
O Exército tem trinta generais, 2.300 tenentes e 45 mil homens.
A expectativa de vida do brasileiro é de 39 anos para homens e 42 anos para mulheres.

MUNDO

1901 Theodore Roosevelt assume a presidência dos EUA.

1908 Instituída a jornada de oito horas nas minas inglesas.

1914-1918 Primeira Guerra Mundial.

1916 Morre o imperador Francisco José, da Áustria.

1917 Revolução na Rússia. O czar é preso.

1918 Instituído o voto feminino da Inglaterra. O czar é morto.

1921 Einstein ganha o Nobel de Física.

1922 Mussolini toma o poder na Itália.
Spengler publica *A decadência do Ocidente*.

1929 Stalin começa sua matança na URSS.
Crash de Wall Street.

1930 Entre 1930 e 1932, com a participação dos militares, são derrubados os governos dos seguintes países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Panamá e Peru.
Ditaduras governam Rússia, Itália, Portugal, Grécia e Turquia.

1931-1939

GEISEL E GOLBERY

1931 Geisel e sua tropa são enviados para combater um levante no Recife.

1932 Geisel e Golbery combatem a Revolução Constitucionalista. Pela primeira vez atiram contra alvos de verdade.

1935 Depois de ter sido secretário da Fazenda da Paraíba, Geisel segue para o Rio de Janeiro. Conhece o coronel Álcio Souto.
Geisel bombardeia a Escola de Aviação, tomada pelos comunistas.
Golbery se casa com Esmeralda Fierro.

1936 Golbery é suspeito de ligações comunistas.

1937 Morre Lídia, mãe dos irmãos Geisel.
Geisel está pronto para bombardear a Escola de Aviação, caso resista ao golpe de Vargas.
O capitão Golbery passa pela Diretoria do Material Bélico e pela secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional.

1938 Geisel conclui em primeiro lugar o curso de aperfeiçoamento de oficiais com nota 9,48.

POLÍTICA

1932 Revolução Constitucionalista em São Paulo.
Lançado o *Manifesto Integralista*.

1934 Promulgada a Constituição. Prevê eleições em 1937.
Greves operárias no Rio de Janeiro e em São Paulo.

1935 O Exército domina a revolta comunista no Rio, no Recife e em Natal. Cerca de 120 mortos. São presas 7 mil pessoas.

1936 A polícia prende Luiz Carlos Prestes.

Hitler recomenda ao embaixador Moniz de Aragão: “O Brasil não deve ter piedade dos comunistas”.

O ministro da Guerra, general Dutra, defende medidas “impiedosas” contra os comunistas.

1937 Vargas torna-se ditador.

1938 Revolta Integralista.

1939 Criado o Departamento de Imprensa e Propaganda. Comanda a censura e glorifica Getulio, o *Pai dos Pobres*.

ECONOMIA E SOCIEDADE

1931 Inaugurado o Cristo Redentor.

O governo defende o preço do café queimando parte de sua produção. Essa política perdura até 1944.

Chega ao Brasil a missão de *sir* Otto Niemeyer para propor reformas econômicas.

Vargas suspende o serviço da dívida.

1933 O Zeppelin passa pelo Rio.

1934 Fundada a Universidade de São Paulo.

A Constituinte cria as férias obrigatórias de quinze dias para os trabalhadores sindicalizados. A bancada industrial é contra.

Artur de Souza Costa assume o Ministério da Fazenda. Ficará até 1945. Um recorde.

1936 Inaugurada a linha aérea Rio-São Paulo.

1937 Morre Noel Rosa.

Vargas suspende de novo o serviço da dívida.

1938 Vargas estatiza as jazidas petrolíferas.

O Estado Novo paga a construção do prédio da Associação Brasileira de Imprensa.

MUNDO

1931 Al Capone vai para a cadeia.

1932 O Japão invade a China.

O professor Oliveira Salazar torna-se ditador de Portugal.

1933 Franklin Roosevelt assume a presidência dos EUA e lança o *New Deal*.

Hitler torna-se chanceler da Alemanha.

1934 Terror na URSS.

1935 Leis antissemitas na Alemanha.

1936 A Itália anexa a Etiópia.
Charles Chaplin faz *Tempos modernos*.
Começa a Guerra Civil Espanhola.
John Maynard Keynes começa a publicar sua *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.

1939 O general Francisco Franco entra em Madri. Termina a Guerra Civil Espanhola.
O cardeal Eugenio Pacelli é eleito papa. Será Pio XII.
Hitler invade a Polônia, começa a Segunda Guerra Mundial.

1940-1950

GEISEL E GOLBERY

1940 Aos 34 anos Ernesto Geisel se casa com sua prima Lucy, de 23. Vão morar numa pensão (na Tijuca) como Golbery (no Catete).
Nasce Orlando Geisel Sobrinho.

1941 Geisel e Golbery vão tirar o curso de estado-maior.

1943 Geisel é promovido a major. Ele e seu irmão Orlando são mantidos fora da FEB.

1944 Golbery chega aos EUA, para o curso intensivo do estado-maior americano. Vai para a Itália, integrando a FEB. Não ouve um só tiro.

1945 Nasce Amália Lucy Geisel.
Geisel comanda os blindados que depõem Vargas. Vai para o Gabinete Militar do novo governo, chefiado por Álcio Souto.

1947 O major Golbery vai para a Comissão Militar no Paraguai. Fica até 1950.
Geisel conhece Humberto Barreto.
Geisel vai para o Uruguai como adido. Fica até 1950.

POLÍTICA

1945 Roosevelt manda seu amigo Adolf Berle para a embaixada dos EUA no Brasil.
Deposto Vargas. Vai para sua fazenda em São Borja.
O PCB obtém a legalidade. O Brasil reata com a URSS.
O general Eurico Dutra é eleito presidente. O general Álcio Souto é o chefe de seu Gabinete Militar.

1946 Diz o ministro da Guerra, Goes Monteiro: “A primeira bomba atômica foi jogada em Hiroshima e a segunda em Nagasaki, a terceira e a quarta no atol de Bikini, mas a quinta, a sexta, sétima e oitava podem muito bem cair na Rússia”.

Instala-se a Assembleia Constituinte.

1947 O Brasil rompe relações com a URSS.

Cassado o registro do PCB.

1948 Cassados os parlamentares comunistas.

1949 Criada a Escola Superior de Guerra.

ECONOMIA E SOCIEDADE

1940 O Brasil tem 41,2 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, 1,7 milhão; São Paulo, aproximadamente 1 milhão; e Porto Alegre, 300 mil.

Assinado o acordo para a construção da usina de Volta Redonda. Os EUA garantem US$ 20 milhões.

Aos 23 anos, Roberto Campos perde a virgindade num bordel da Lapa, com uma loura chamada Natasha.

Vargas concorda em negar vistos consulares aos judeus da Europa. Nos anos seguintes, simulará recebê-los.

1941 O DIP proíbe *O grande ditador*, de Charles Chaplin.

1943 Vargas assina a CLT.

1944 Friedrich Hayek publica *O caminho da servidão*.

1946 Guimarães Rosa publica *Sagarana*.

1948 Chega ao Brasil a Missão Abbink, mandada pelo Tesouro americano para propor reformas econômicas.

MUNDO

1940 A França capitula.

Winston Churchill é escolhido premiê.

1941 Hitler invade a URSS.

Os japoneses atacam Pearl Harbor.

1943 Os EUA invadem a Itália. Mussolini cai.

1944 Os Aliados desembarcam na Normandia.

1945 Os russos instalam um governo polonês fantoche em Lublin.

Criados o FMI e o Banco Mundial.

Os americanos destroem Hiroshima e Nagasaki.
O Japão se rende.
Termina a Segunda Guerra Mundial.

1946 Discursando nos EUA, Churchill cria a expressão “Cortina de Ferro”.

1947 James Burnham publica *Luta pelo mundo*. Diz que a nova guerra já começou.
Walter Lippmann usa a expressão “Guerra Fria”.

1948 Truman lança o Plano Marshall.
Maurice McDonald abre a primeira loja de sanduíches, na Califórnia.

1949 Mao Zedong toma o poder na China.

1950-1955

GEISEL E GOLBERY

1950 Geisel é nomeado para o EMFA.

1951 Golbery é promovido a tenente-coronel e vai para a seção de informações do EME.

1952 Golbery e Geisel vão para a ESG.

1953 Golbery começa suas palestras na ESG.
Geisel é promovido a coronel.

1954 Golbery redige o *Manifesto dos Coronéis*, contra Vargas. Geisel se recusa a assiná-lo. Diz que é indisciplina.
Golbery redige o *Manifesto dos Generais*, pedindo a renúncia de Vargas.

1955 Geisel vai para a subchefia do Gabinete Militar.
Orlando Geisel apoia o golpe de Lott. Ernesto fica contra. Os dois se afastam.
Autor do discurso que provocou a crise de novembro, Golbery é preso.
Geisel é nomeado comandante do Regimento Escola de Artilharia. Quatro meses depois vai ser superintendente da refinaria de Cubatão.

POLÍTICA

1950 Getulio Vargas é eleito presidente.

1951 Vargas dobra o valor do salário mínimo.

1952 Assinado o Acordo Militar Brasil-EUA.
Criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

1953 Jânio elege-se prefeito de São Paulo.
Vargas nomeia João Goulart, de 35 anos, para o Ministério do Trabalho.

1954 Vargas volta a dobrar o valor do salário mínimo.
Pistoleiros contratados pela guarda pessoal de Vargas tentam matar o jornalista Carlos Lacerda. Erram o tiro e morre um major.
Getulio Vargas se mata. Assume o vice-presidente, Café Filho.

1955 Juscelino Kubitschek derrota o general Juarez Távora e é eleito presidente.
Lacerda quer um golpe contra JK.
O general Lott depõe o presidente Carlos Luz e impede o retorno do titular, Café Filho.

ECONOMIA E SOCIEDADE

1950 O Brasil tem 51,9 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, 2,3; São Paulo, 2,1; e Porto Alegre, 394 mil.
Na década a expectativa de vida do brasileiro passará de 45,9 anos para 52,4. Quase dois terços da população vivem no campo. Um em cada dois adultos é analfabeto.
Inaugurada a Via Dutra.
Inaugurada a refinaria de Mataripe.
Uruguai 2, Brasil 1. A Copa é deles.

1951 Seca no Nordeste.

1952 Criado o BNDE.
Adhemar Ferreira da Silva ganha a medalha de ouro no salto triplo nas Olimpíadas de Helsinque.

1953 Vargas sanciona a lei que cria a Petrobras.
Graciliano Ramos publica *Memórias do cárcere*.

1955 O Brasil entra num ciclo de progresso inédito em sua história. Até 1960 o PIB crescerá uma média de 8,1% e a renda *per capita*, 4,8%.

MUNDO

1950 O mundo tem 2,5 bilhões de habitantes, com 480 milhões de crianças desnutridas.
O embaixador americano George Kennan escreve um telegrama em que informa que na América Latina não há base para regimes democráticos.
Começa a Guerra da Coreia.

1952 A Europa retoma o crescimento econômico. Exaure-se o avanço da esquerda, iniciado em 1945.

1953 Eisenhower na presidência dos EUA.
Morre o marechal Stalin. Vivem sob regimes comunistas 800 milhões de pessoas.
Termina a Guerra da Coreia.

1954 Treze das vinte nações latino-americanas têm governos controlados por militares.

Começa a Guerra da Argélia.

A *Revue Militaire d'Information* publica o artigo "O papel ideológico do Exército", do general Lionel Max Chassin.

1956-1959

GEISEL E GOLBERY

1956 Golbery é promovido a coronel, vai para a seção de operações do EME.

Geisel deixa a refinaria de Cubatão. Vai comandar o 2º Grupo de Canhões de Quitaúna.

1957 Aos dezesseis anos, morre Orlando Geisel Sobrinho. Foi atropelado por um trem, em Quitaúna. Ninguém viu o acidente.

Geisel vai para a chefia da seção de informações do EME e encontra Golbery na seção de operações.

Geisel é nomeado representante do Exército no Conselho Nacional do Petróleo. Conhece o economista Jesus Soares Pereira. Começa sua briga com as refinarias particulares, sobretudo a de Capuava.

1958 A Biblioteca do Exército publica *Planejamento estratégico*, coletânea das conferências de Golbery na ESG.

1959 Golbery está no grupo de militares que assessora a campanha de Jânio Quadros.

POLÍTICA

1956 JK assume. Lança o Programa de Metas.

Oficiais da FAB rebelam-se contra o governo. Rendem-se diante da possibilidade de confronto com a tropa legalista.

1957 Greve geral em São Paulo. Param 400 mil trabalhadores, durante dez dias.

1958 Surgem as Ligas Camponesas.

O PCB adquire um estatuto de semilegalidade.

JK impede que Lacerda fale na TV.

Lucas Lopes assume o Ministério da Fazenda com o propósito de cortar gastos e controlar a inflação.

Começa a inflexão da Juventude Universitária Católica para a esquerda. Disso advirá a AP.

1959 Fidel Castro visita o Brasil.

O rinoceronte Cacareco consegue 90 mil votos na eleição municipal de São Paulo.

Nova rebelião de oficiais da FAB. Rendem-se em três dias.

ECONOMIA E SOCIEDADE

1956 Inaugurada a fábrica de caminhões da Mercedes-Benz, iniciados os estudos para a construção da refinaria de Caxias e a obra da barragem de Três Marias. Instalado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

João Cabral de Melo Neto publica *Morte e vida severina*.

1957 A Volkswagen do Brasil produz sua primeira Kombi, com 50% de peças nacionais.

Escalado um novo atacante na seleção brasileira. Chama-se Pelé e tem dezesseis anos.

1958 O Brasil é campeão mundial de futebol.

1959 Circula o primeiro fusca.

Inaugurada a ponte aérea Rio-São Paulo.

Criada a Sudene.

O Brasil termina a década com 70 milhões de habitantes.

O PIB cresceu 9,8%, a inflação, 39,4%.

João Gilberto grava “Chega de saudade”.

MUNDO

1956 Nikita Kruchev, secretário-geral do Partido Comunista Soviético, denuncia os crimes de Stalin.

Rebelião na Hungria contra o governo comunista. Kruchev manda invadir o país.

Fidel Castro desembarca em Cuba.

1957 Existem 71 cidades com mais de 1 milhão de habitantes (duas no Brasil). Em 1914 eram dezesseis, nenhuma no Brasil.

A URSS põe em órbita o primeiro satélite artificial. É o Sputnik. Pesava 83 quilos.

A *Revue Militaire d’Information* publica seu número especial *La Guerre Révolutionnaire*.

1958 Uma rebelião militar derruba a República Francesa. De Gaulle vai formar um novo governo e um novo regime.

Morre o papa Pio XII. É eleito João XXIII.

Só há cinco ditaduras na América Latina.

1959 Fidel Castro entra em Havana.

João XXIII convoca o Concílio Ecumênico.

1960

GEISEL E GOLBERY

Golbery assume a chefia da seção de operações do EMFA. Comanda uma mesa.

Orlando Geisel assume a chefia do gabinete do ministro da Guerra, Odylio Denys.

Ernesto Geisel assume a chefia da seção de informações anexa ao gabinete de Denys. Diz ao ministro que não concorda com a presença de oficiais comunistas em comandos.

A refinaria de Capuava oferece ajuda à campanha de Lott, desde que tire Geisel do Conselho Nacional do Petróleo.

Geisel recusa um convite de Lacerda para a Secretaria de Segurança do Rio. Sugere Golbery, que também recusa.

Geisel manda apurar uma denúncia de que o serviço de rádio do Exército foi usado para ajudar a campanha do marechal Lott.

Geisel redige e o chefe do EME, general Zeno Estillac Leal, assina uma denúncia do avanço comunista no Brasil.

POLÍTICA

FEVEREIRO Jânio Quadros vai a Cuba. Promete fazer uma reforma agrária.

ABRIL JK inaugura Brasília. A obra custou o equivalente a 2,3% do PNB e simboliza o otimismo dessa época.

AGOSTO Em clima de semilegalidade, com noticiário na imprensa, o PCB realiza no Rio o seu V Congresso. Os comunistas buscam uma aliança com a burguesia nacional.

OUTUBRO Jânio Quadros elege-se presidente da República com 5,6 milhões de votos (48%), e João Goulart fica na vice-presidência.

Carlos Lacerda elege-se governador da Guanabara.

Os marítimos e os ferroviários fazem a Greve da Paridade. Pedem equiparação com os militares.

JK manda um bilhete ao ministro da Guerra para designar o general Olympio Mourão Filho como adido em Lisboa. O papel é engavetado.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil tem 598 mil aparelhos de televisão. Os EUA têm 85 milhões.

O Rio de Janeiro tem 147 favelas, com 337 mil moradores.

Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir visitam Rio, Salvador e São Paulo.

O economista Ignácio Rangel publica *Elementos de economia do projetamento*.

Criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Reúne apenas cinco nações: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela. É considerada uma entidade inútil. O barril custa US$ 1,50.

Começa nos EUA a comercialização da pílula anticoncepcional.

Nos cinemas, *La dolce vita*, de Federico Fellini, e *Psicose*, de Alfred Hitchcock.

O alemão Armin Hary corre 100 metros em dez segundos.

MUNDO

A China se afasta da URSS.

Che Guevara começa a escrever *A guerra de guerrilhas*.

Começam as manifestações de estudantes americanos negros contra a segregação racial em lugares públicos.

ABRIL O Senegal torna-se independente. É o processo de descolonização da África.

MAIO Israel captura o nazista Adolf Eichmann, que vivia como operário em Buenos Aires. Vai julgá-lo e enforcá-lo em Tel-Aviv.

JUNHO A Bélgica dá a independência ao Congo. Patrice Lumumba, de 35 anos, assume o governo. É deposto em setembro e assassinado em janeiro.

JULHO Fidel Castro confisca as refinarias americanas de petróleo em Cuba.

OUTUBRO Independência da Nigéria.

NOVEMBRO John Kennedy é eleito presidente dos EUA.

1961

GEISEL E GOLBERY

FEVEREIRO Golbery vai para o Conselho de Segurança Nacional. Opera no Rio de Janeiro e tem sob suas ordens o SFICI.

MARÇO Geisel é promovido a general. Recebe o Comando Militar de Brasília.

JUNHO Golbery articula a criação de um sistema de segurança interna unificando os aparelhos policiais civis e militares.

AGOSTO Com a renúncia de Jânio, Geisel é nomeado chefe do Gabinete Militar do presidente interino, Ranieri Mazzilli.

Golbery redige o manifesto em que os ministros militares vetam o retorno de Goulart e a sua posse num regime presidencialista.

SETEMBRO Geisel combina com Tancredo a sua ida ao Uruguai para conferenciar com Jango.

Geisel recebe Jango em Brasília.

Golbery é exonerado do CSN. Leva consigo uma parte do fichário do SFICI. Transferido para a Paraíba, vai para a reserva.

POLÍTICA

JANEIRO Jânio assume a Presidência da República e, para desencanto dos conspiradores de 1954 e 1955, mantém Odylio Denys no Ministério da Guerra.

MAIO Francisco Julião, das Ligas Camponesas, vai a Cuba e pede ajuda a Fidel.

AGOSTO Jânio pede ao Gabinete Militar que estude um plano de anexação das Guianas.

Jânio renuncia. Acha que voltará ao poder.

Os ministros militares vetam a posse de João Goulart, que acaba de visitar a China comunista e está em Cingapura.

A tropa do Sul não aceita o veto a Jango.

Orlando Geisel manda bombardear o palácio Piratini. É desobedecido.

SETEMBRO Jango aceita o parlamentarismo, desce em Brasília e toma posse. Tancredo Neves é escolhido primeiro-ministro.

NOVEMBRO Liderados por Azevedo Antunes, da mineradora Icomi, e por Antonio Gallotti, da Light, o empresariado funda o IPÊS.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil bate a marca de 1 milhão de aparelhos de TV.

O índice de nacionalização das Kombis e dos fuscas chega a 95%.

O Brasil produz 350 mil geladeiras, com quase 100% de nacionalização. Em 1956 produzia 160 mil, com 47% de nacionalização.

Nelson Rodrigues estreia a peça *O beijo no asfalto*.

Sai o livro *Latin American issues*, de Albert Hirschman. Nele, num artigo, Roberto Campos cunha os termos “estruturalismo” e “monetarismo” para a análise da inflação.

JANEIRO O banqueiro baiano Clemente Mariani é escolhido ministro da Fazenda.

MARÇO Jânio desvaloriza a moeda. O dólar, que custava Cr$ 90,00, passa a valer Cr$ 200,00.

OUTUBRO Jango cassa as concessões ilegais de jazidas à empresa americana Hanna.

DEZEMBRO A esquerda controla a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

MUNDO

JANEIRO Os EUA rompem relações com Cuba.

Posse de John Kennedy. Aos 43 anos, é o mais jovem presidente da história americana.

FEVEREIRO Rebelião angolana contra Portugal.

MARÇO Kennedy apresenta a Aliança para o Progresso. Pretende impulsionar reformas na América Latina e conter a influência cubana.

ABRIL O soviético Yuri Gagarin torna-se o primeiro homem a entrar em órbita e informa: “A Terra é azul”.

Uma força de exilados treinada pela CIA invade Cuba e se rende em 48 horas.

MAIO Com a ajuda da CIA, oficiais dominicanos matam Rafael Trujillo, no poder desde 1930.

AGOSTO A Alemanha comunista ergue o Muro de Berlim, símbolo da Guerra Fria.

OUTUBRO Nikita Kruchev tira o corpo de Stalin da cripta do mausoléu da praça Vermelha. Transfere-o para um gramado lateral, onde estão outros túmulos de soviéticos ilustres.

1962

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO Geisel é nomeado comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria, em Curitiba.

FEVEREIRO Jango transfere o coronel Golbery para a reserva. Com direito a duas promoções, ele se torna o *general Golbery*.

MARÇO Tancredo Neves lê uma palestra na ESG. O texto é de Golbery.

JUNHO Golbery vai para o IPÊS. Monta uma máquina de informações e organiza o fichário, ampliando o acervo que levara do SFICI.

SETEMBRO O comandante do III Exército, Jair Dantas Ribeiro, ordena a prontidão de suas tropas para forçar o Congresso a convocar um plebiscito. Geisel telegrafa a Jair insinuando que ela é desnecessária. É exonerado e vai comandar uma mesa no Departamento de Provisão Geral.

Sem muito o que fazer, Geisel ajuda nos deveres escolares da filha e dedica-se à leitura, inclusive da Bíblia.

POLÍTICA

FEVEREIRO Num racha do PCB (soviético) surge o PC do B (chinês).

ABRIL Jango vai a Washington e vê Kennedy.

JUNHO A esquerda católica funda a AP.

Tancredo renuncia ao cargo de premiê.
Saques na Baixada Fluminense: 42 mortos.

JULHO Criado o Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT.
Kennedy decide colocar no baralho a carta do golpe militar no Brasil.
Atentado contra o Congresso da UNE, em Petrópolis, com a participação de militares.
Criado o 13º salário.

SETEMBRO Greve geral contra o regime parlamentarista.

OUTUBRO Eleições parlamentares em que o governo americano gastou entre US$ 1 milhão e US$ 5 milhões. O empresariado deu a seus candidatos algo como US$ 20 milhões. Foi a eleição mais corrompida da história.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Tom Jobim e Vinicius de Moraes compõem “Garota de Ipanema”.

O pagador de promessas, de Anselmo Duarte, ganha a Palma de Ouro em Cannes.

No fim do ano, o Brasil tem 400 mil funcionários públicos. Em 1959 tinha 300 mil.

JUNHO Criada a Eletrobras.

SETEMBRO O banqueiro Walter Moreira Salles, principal interlocutor do governo com o empresariado, deixa o Ministério da Fazenda.
Criado o Ministério do Planejamento. Será ocupado por Celso Furtado.

DEZEMBRO Anunciado o Plano Trienal. Pretende levar a inflação para o patamar de 10% em 1965.
O governo concede um aumento de pouco mais de 50% no salário mínimo.
Surgem no Brasil as sandálias Havaianas.
O ano termina com 52% de inflação e um crescimento do PIB de 8,6%.

MUNDO

FEVEREIRO Criado o Colégio Interamericano de Defesa, em Fort McNair, nos EUA. É parte da rede de treinamento de militares latino-americanos contra guerrilhas urbanas e rurais.
Militares argentinos depõem o presidente Arturo Frondizi.

JULHO Depois de cinco anos de guerra, a Argélia torna-se independente.
Kennedy muda sua política e resolve reconhecer o governo de militares peruanos que derrubaram o presidente Manuel Prado.

AGOSTO Os russos colocam, em segredo, mísseis nucleares em Cuba.

OUTUBRO Os americanos descobrem os mísseis russos e bloqueiam Cuba. Os russos retiram os foguetes em troca da promessa de que Cuba não será invadida. Nesses dias a guerra nuclear esteve por um fio de cabelo.

Começa o Concílio Ecumênico.
Os Beatles gravam seu primeiro disco.

1963

GEISEL E GOLBERY

Geisel reúne rotineiramente um pequeno grupo de oficiais antijanguistas em sua casa. Encontram-se quase sempre às quintas-feiras.

Orlando Geisel é matriculado na ESG. Tomará cerca de dez caronas nas promoções a general de divisão.

Golbery e Heitor Ferreira selecionam livros e artigos para serem editados com recursos do IPÊS. Trabalham juntos na edição brasileira de *Animal farm*, de George Orwell.

Antonio Carlos Muricy conta a Orlando Geisel que o general Mourão Filho planeja rebelar-se contra o governo de João Goulart e ouve: "Você é louco, Muricy. Amanhã o Jango sabe que você está conspirando".

JUNHO Golbery prevê as manobras janguistas. Numa de suas *Estimativas* para a direção do IPÊS diz que o presidente poderá tentar ampliar a duração de seu mandato, "se não mesmo a reeleição".

POLÍTICA

O jornalista Carlos Leonam cunha a expressão "esquerda festiva", variante daquilo que se autodenominava "esquerda positiva".

Surge o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

JANEIRO Um plebiscito restabelece o regime presidencialista.

ABRIL A CNBB teme "subversões imprevisíveis dos valores democráticos".

JULHO Numa pesquisa do Ibope em dez grandes cidades, Jango tem 35% de avaliação ótima ou boa, 41% de regular e 19% de má ou péssima.

SETEMBRO Carlos Lacerda defende um golpe militar contra Jango.
Castello Branco assume a chefia do EME.

OUTUBRO Jango tenta colocar o país em estado de sítio, vê-se isolado e recua.
Fracassa uma tentativa de sequestro e prisão de Lacerda por oficiais paraquedistas do "dispositivo" do governo.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO San Tiago Dantas assume o Ministério da Fazenda.

JUNHO San Tiago Dantas deixa a Fazenda. É substituído por Carvalho Pinto.

JULHO Surge o eurobônus. É um prenúncio da internacionalização do sistema financeiro.

SETEMBRO Um dos diretores da mineradora Hanna informa ao Departamento de Estado que vai jogar duro contra João Goulart.

DEZEMBRO Ney Galvão substitui Carvalho Pinto na Fazenda. É o quinto ministro em 27 meses.

Fundado no final de 1961 com oitenta membros, o IPÊS já tem quinhentos sócios. Estão nos seus conselhos 27 dos 36 dirigentes da Fiesp.

O ano fecha com os seguintes indicadores econômicos:

Inflação de 79,9%. É a maior da história.

Crescimento do PIB de 0,6%. É a menor taxa desde 1947, quando começou o cálculo sistemático do produto interno.

MUNDO

Jorge Masetti, amigo do Che Guevara, lança um foco guerrilheiro na Argentina. A ideia de Guevara era juntar-se a ele.

JANEIRO De Gaulle impede a entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu.

ABRIL Na Guatemala, o general Ydígoras Fuentes é deposto por um golpe militar.

MAIO Uma expedição de 35 peruanos treinados em Cuba interna-se na selva.

JUNHO Morre o papa João XXIII. O cardeal Montini torna-se Paulo VI.

JULHO O presidente Arosemena é deposto pelos militares no Equador.

AGOSTO O pastor Martin Luther King Jr. diz em Washington: “Eu tenho um sonho”.

SETEMBRO Um golpe militar derruba o presidente Juan Bosch, da República Dominicana.

NOVEMBRO John Kennedy é assassinado. Assume o vice-presidente, Lyndon Johnson.

1964

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO/FEVEREIRO Geisel reluta, mas aceita ligar-se a Castello Branco na conspiração. Não gostava dele por irônico e “arestoso”.

MARÇO

30 Golbery e Geisel assistem na casa de Castello ao discurso de Jango.

31 Geisel e Golbery passam o dia num apartamento, com Castello.

ABRIL Geisel tenta evitar a cassação de Jesus Soares Pereira. Não consegue.
Castello nomeia Geisel para a chefia do Gabinete Militar.

JUNHO Golbery projeta, cria e assume o SNI.

AGOSTO Início de uma inimizade. Lacerda faz ataques a Golbery na TV.

SETEMBRO Geisel vai ao Nordeste para apurar denúncias de tortura. Inaugura a doutrina da “pedra limpa”. O que houve é passado, desde que não haja novos casos.

NOVEMBRO Geisel vai a general de divisão.

POLÍTICA

JANEIRO Em Moscou, Prestes assegura a Nikita Kruchev: “Se a reação levantar a cabeça, nós a cortaremos de imediato”.

MARÇO

31 O general Mourão Filho se rebela.

ABRIL

1º Costa e Silva proclama-se “comandante do Exército Nacional”.

2 Jango está deposto.

9 Baixado o Ato Institucional. Cassados quarenta mandatos.

11 Castello Branco é eleito presidente.

JUNHO Aos 27 anos, o capitão Heitor Ferreira, assistente de Golbery, começa o seu *Diário*.
O Congresso prorroga por um ano o mandato de Castello, até 15 de março de 1967.

SETEMBRO O *Correio da Manhã* começa sua campanha contra a tortura.

OUTUBRO Caduca o artigo punitivo do Ato Institucional. Foram atingidas 4.454 pessoas.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil tem 79,8 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, 3,6; São Paulo, 4,5; e Porto Alegre, 770 mil.

JANEIRO Jango sanciona a Lei de Remessa de Lucros votada pelo Congresso.

ABRIL Castello entrega o comando da economia a Octávio Gouvêa de Bulhões (Fazenda) e Roberto Campos, que irá para o Ministério do Planejamento.

MAIO A Superintendência da Moeda e do Crédito acaba com os subsídios.

JULHO Castello baixa a fórmula para o cálculo dos reajustes salariais. (Seu autor é Mario Henrique Simonsen.) Surge a expressão “arrocho salarial”.

AGOSTO Institui-se a correção monetária.

SETEMBRO Apesar da crise, a Volkswagen revela que bateu seu recorde de produção.

DEZEMBRO Criado o Banco Central.

O ano termina com a inflação em 92,1%. A economia cresce 3,4%.

MUNDO

ABRIL Desmancha-se a guerrilha guevarista da Argentina. Jorge Masetti desaparece na mata.

JUNHO Organiza-se na Colômbia a guerrilha do Exército de Libertação Nacional.

AGOSTO O presidente Johnson recebe poderes para ampliar a presença americana no Vietnã.

OUTUBRO Nikita Kruchev é deposto na União Soviética. Assume um triunvirato em que prevalece Leonid Brejnev.

Os trabalhistas ganham a eleição inglesa. Harold Wilson torna-se primeiro-ministro, iniciando um predomínio que durará seis anos.

NOVEMBRO Golpe na Bolívia. Assume o general René Barrientos.

DEZEMBRO Juan Perón deixa a Espanha, onde vivia exilado. E voa para a Argentina. Ao fazer escala no Galeão, é barrado e obrigado a voltar.

Martin Luther King Jr. ganha o Prêmio Nobel da Paz. É o apogeu da luta dos negros americanos por seus direitos civis.

1965

GEISEL E GOLBERY

FEVEREIRO Golbery acha que Costa e Silva não dura no Ministério da Guerra.

Golbery e Geisel tentam impedir a realização das eleições marcadas para outubro.

MARÇO Geisel a Golbery: “Vamos terminar com um Costa e Silva”. Golbery: “É uma solução de borra, mas é uma solução”.

MAIO Golbery vai a Washington. Fica uma semana. O biombo é uma reunião da Organização dos Estados Americanos.

MEADOS DO ANO Geisel se reúne com Lacerda.

JUNHO Golbery tenta prorrogar Castello.

JULHO Golbery liga um gravador em sua sala.

AGOSTO Golbery acha que a eleição da Guanabara pode levar a uma intervenção federal. É candidato a interventor.

Geisel a Heitor: “Eu acho que vamos ter que colocar essa nossa democracia na geladeira”.

OUTUBRO Geisel diz a Castello que ele deve demitir Costa e Silva. Quando percebe que isso não acontecerá, comenta: “O outro arrastou as fichas”.

POLÍTICA

MARÇO Contra a opinião de Geisel e Golbery, Castello decide manter o calendário eleitoral. Em outubro serão escolhidos onze governadores.

O ex-coronel Jefferson Cardim invade o Rio Grande do Sul com 22 combatentes. É cercado e preso.

É preso o editor Ênio Silveira, da editora Civilização Brasileira. Ele se encontrará com Golbery em junho.

JUNHO Castello libera Golbery e Geisel para tratar de sua prorrogação. Depois recua.

Numa conversa com um governador, Castello chama Lacerda de “crápula”.

OUTUBRO Negrão de Lima é eleito governador da Guanabara e Israel Pinheiro, de Minas Gerais. Notícias de rebelião na Vila Militar.

Castello baixa o AI-2. Dissolve os partidos e torna indireta a eleição de seu sucessor. Os crimes políticos vão para a Justiça Militar.

DEZEMBRO Lançada a candidatura do general Costa e Silva à Presidência da República.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Surge a minissaia.

JANEIRO O FMI abre um crédito de US$ 125 milhões para o governo brasileiro.

Quebra em São Paulo o grupo Jafet, um dos maiores do país.

FEVEREIRO Os governos do Brasil e dos EUA assinam um acordo de garantia para os investimentos americanos.

O governo fecha a Panair do Brasil. A Varig fica com suas linhas internacionais.

ABRIL Vai ao ar a TV Globo. O Brasil tem 2,3 milhões de aparelhos de TV.

Estreia a peça *Liberdade, liberdade*.

MAIO Lacerda pede a demissão de Octávio Gouvêa de Bulhões e de Roberto Campos. Quer uma mudança da política econômico-financeira.

Lançado nos EUA o primeiro satélite de comunicações. É o Early Bird.

O ano termina com uma inflação de 34,2% e um crescimento do PIB de 2,4%.

MUNDO

FEVEREIRO A polícia portuguesa mata o general oposicionista Humberto Delgado. Com ele morre a brasileira Arajaryr Moreira de Campos.

MARÇO Chega ao Vietnã a primeira tropa de combate terrestre americana.

ABRIL Um golpe de oficiais esquerdistas derruba o governo militar da República Dominicana. Johnson manda invadir o país. É a primeira invasão americana desde 1927. Castello a apoia, manda uma tropa brasileira e ganha o comando das forças de ocupação.

JUNHO O coronel Boumédienne derruba e prende o presidente argelino, Ben Bella.

AGOSTO Quebra-quebra em Watts, Los Angeles, 35 mortos e 4 mil prisões.

NOVEMBRO Sete meses depois de ter desembarcado no Congo com uma pequena força cubana, Che Guevara foge. Passará quase um ano escondido na Tanzânia e na Tchecoslováquia.

1966

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO Geisel quer acabar com o posto de general de exército.

Geisel insiste: sendo candidato, Costa e Silva deveria ser demitido.

Geisel e Golbery resolvem sair do governo.

FEVEREIRO Golbery: “Eu prefiro o *showdown*, e que o Costa e Silva dê o golpe e assuma o poder agora a que haja uma eleição que cooneste tudo e difira por um ou dois anos o golpe e a ditadura”.

MAIO Geisel e Golbery pedem demissão.

Golbery manda Heitor limpar os arquivos.

Geisel diz que quer passar para a reserva.

AGOSTO Desanimado, Heitor Ferreira abandona parcialmente seu *Diário*.

NOVEMBRO Geisel vai a general de exército.
Golbery prepara o expediente para cassar Lacerda. Costa e Silva tira o corpo fora.

DEZEMBRO Golbery: “Só guarda segredo quem não sabe”.

POLÍTICA

Osvaldo Orlando da Costa, *Osvaldão*, chega ao Araguaia, mandado pelo PC do B.

JANEIRO Costa e Silva embarcando para a Europa: “Vou ministro e volto ministro”.

FEVEREIRO Lincoln Gordon deixa a embaixada americana no Brasil. É sucedido por John Tuthill, que reduz a presença americana.
Castello torna indiretas as eleições para governadores.

MARÇO Protestos no Rio de Janeiro, em São Paulo e Belo Horizonte.
Explode a primeira bomba da AP no Recife.

JUNHO Enquanto Geisel e Golbery ficam no governo, o marechal Cordeiro de Farias vai-se embora.

JULHO Atentado a bomba contra Costa e Silva no aeroporto dos Guararapes, no Recife.

OUTUBRO O Congresso elege Costa e Silva.

NOVEMBRO JK e Lacerda encontram-se em Lisboa. Unem-se na Frente Ampla.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Chico Buarque ganha o Festival da Canção com “A banda”.

JUNHO Antonio Delfim Netto é nomeado secretário da Fazenda de São Paulo.
O Citibank lança, em Londres, o primeiro certificado de depósitos em dólares.

AGOSTO O ministro da Indústria e Comércio, Paulo Egydio Martins, comenta a onda de falências e concordatas: “O perecimento” de certas empresas é consequência de um processo de “seletividade e purificação”.

SETEMBRO Criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS.

NOVEMBRO Unificada a Previdência Social, surge o Instituto Nacional da Previdência Social, INPS.
Como presidente eleito, Costa e Silva recusa-se a endossar a carta de intenções que o ministro da Fazenda de Castello negociara com o FMI.

O ano termina com 39,1% de inflação e 6,3% de crescimento do PIB.

MUNDO

JANEIRO Realiza-se em Havana a Conferência Tricontinental.

FEVEREIRO Morre na selva colombiana o padre-guerrilheiro Camilo Torres.

MAIO Começa em Xangai a “revolução cultural” chinesa.
Manifestação em Washington contra a Guerra do Vietnã.

JUNHO Golpe militar na Argentina. Assume o general Juan Carlos Onganía. É o quarto governo militar na América do Sul.

JULHO Fracassam duas tentativas cubanas de implantar uma guerrilha na Venezuela.

SETEMBRO Começa a circular na China o *Livro vermelho* do presidente Mao.

NOVEMBRO De volta à América Latina, Guevara está nas montanhas bolivianas.
Ronald Reagan, ex-presidente do Sindicato dos Atores de Hollywood, elege-se governador da Califórnia.

1967

GEISEL E GOLBERY

FEVEREIRO Para desgosto da CIA, o SNI suspende as interceptações telefônicas.
Golbery publica *Geopolítica do Brasil*.
Numa exposição ao Alto-Comando, Golbery admite a possibilidade de um surto terrorista.
O general Médici sugere a Costa e Silva que nomeie Geisel para a Petrobras.
Moraes Rego transferido para Tabatinga, Heitor Ferreira para Ponta Porã.
Golbery e a política: “Não tenho o que dizer”.

MARÇO Castello nomeia Geisel para o STM e Golbery para o Tribunal de Contas da União.

JULHO Daniel Krieger vai à casa de Castello e encontra Geisel e Golbery. Castello lhe diz que teme um golpe.

AGOSTO Golbery diz a *O Jornal* que segurança nacional nada tem a ver com ditadura ou militarismo.

OUTUBRO Os ministros Geisel e Pery Bevilaqua se estranham no STM.

POLÍTICA

JANEIRO Promulgada uma nova Constituição.

MARÇO Costa e Silva toma posse.

ABRIL O Exército desbarata a guerrilha brizolista de Caparaó.

Lyndon Johnson reúne-se com Costa e Silva na conferência de presidentes de Punta del Este. Dirá a seus assessores que ele o impressionou.

MAIO Criado o Centro de Informações do Exército, o CIE.

JULHO Castello Branco volta de uma viagem à França, faz uma visita sentimental ao interior do Ceará e morre num desastre de avião quando o Piper entra numa área de exercício da FAB e é atingido por um jato.

OUTUBRO Costa e Silva: “A plenitude democrática está alcançada, resta consolidá-la”.

NOVEMBRO No início do surto terrorista, a ALN de Carlos Marighella assalta um carro pagador e mata um fazendeiro em São Paulo.

ECONOMIA E SOCIEDADE

A Texas Instruments produz a primeira calculadora de mão.

Lançado o Movimento Tropicalista.

John Kenneth Galbraith publica *O novo Estado industrial*.

Surge a palavra “hippie”.

Hélio Oiticica mostra suas instalações. Uma homenageia o bandido Cara de Cavalo: “Seja marginal, seja herói”.

FEVEREIRO Muda a moeda: um cruzeiro novo (NCr$) vale mil cruzeiros.
O dólar vai de NCr$ 2,20 para NCr$ 2,70.

MARÇO Antonio Delfim Netto assume o Ministério da Fazenda.

MAIO Os juros caem de 36% para 22% ao ano.

SETEMBRO O FMI faz sua reunião anual no Rio.

NOVEMBRO Concedida a isenção de impostos para manufaturados destinados à exportação.

DEZEMBRO Réveillon na casa de Heloisa Buarque de Hollanda.

MUNDO

ABRIL Deposto o rei Constantino da Grécia. Ele foge com a mulher para Roma e uma junta de coronéis assume.
Meio milhão de americanos manifestam-se contra a Guerra do Vietnã, no Central Park.

JUNHO Guerra dos Seis Dias. Israel entra em Jerusalém e toma à Síria as colinas de Golan e o Sinai ao Egito.
Começa na Nicarágua a guerrilha sandinista.

JULHO Quebra-quebra em Detroit, com 43 mortos e 1.300 prédios destruídos. É o 134º quebra-quebra do ano nos EUA.

OUTUBRO Manifestação em Washington contra a Guerra do Vietnã. Hippies vão ao Pentágono para fazê-lo levitar.

Guevara é capturado e assassinado na Bolívia.

Os EUA têm perto de 500 mil homens no Vietnã.

1968

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO Geisel e Golbery mantêm-se afastados da política.

Geisel raramente vê militares fora do STM. Afora o STM seu único programa regular é andar pela praia do Leblon, antes do sol forte.

MARÇO Brigado com o ministro do Exército, Lyra Tavares, Orlando Geisel deixa o comando do Estado-Maior. Vai para o EMFA, onde comanda uma mesa.

SETEMBRO Golbery se aposenta do Tribunal de Contas.

Roberto Campos é convidado para presidir a Dow Química no Brasil. Não aceita e sugere que a empresa convide Golbery, que é contratado como consultor.

NOVEMBRO Confirmando seu desempenho de juiz severo, Geisel nega um pedido de *habeas corpus* dos estudantes José Dirceu de Oliveira e Silva e Luiz Travassos, presos em Ibiúna.

DEZEMBRO Geisel apoia a edição do AI-5.

POLÍTICA

MARÇO Um PM mata o estudante Edson de Lima Souto durante uma manifestação no Calabouço. Começa a agitação estudantil.

ABRIL Greve operária em Contagem (MG).

MAIO O governador paulista, Abreu Sodré, é apedrejado num comício articulado pelo PCB.

Greves operárias em São Bernardo do Campo e Osasco.

JUNHO Passeata dos Cem Mil.

Atentado a bomba ao QG do II Exército. Morre o sentinela.

JULHO Começam os atentados, com a participação de militares, contra teatros.

SETEMBRO O deputado Marcio Moreira Alves pergunta, num discurso: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”.

OUTUBRO Presos 920 estudantes em Ibiúna, onde se realizava o Congresso da UNE.

DEZEMBRO A Câmara nega licença para que o governo processe Moreira Alves.
Baixado o AI-5. A imprensa fica sob censura.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil tem 278 mil estudantes universitários. Em 1950 eram 53 mil. Em 1964, 142 mil.

MAIO O governo brasileiro anuncia que não abrirá mão do seu direito de fabricar artefatos nucleares.

JULHO O papa Paulo VI divulga a encíclica *Humanae Vitae*, em que condena o uso de anticoncepcionais.

DEZEMBRO O governo decreta a contenção das despesas públicas e baixa o Ato Complementar nº 40, aumentando a sua receita em prejuízo dos estados e municípios.
Presos (e depois exilados) Caetano Veloso e Gilberto Gil.

O ano termina com um crescimento de 9,8% do PIB e uma expansão de 15% na indústria e nas exportações. Recorde de produção de automóveis e cimento. O maior nível de emprego já registrado. A inflação fecha em 25,5%. É o início do Milagre Brasileiro.

MUNDO

JANEIRO O vietcongue lança a ofensiva do Tet. É repelido, mas vira a opinião pública.
Começa a Primavera de Praga.
Manifestações estudantis em Roma, Milão, Londres, Madri, Varsóvia e Nanterre.
Johnson diz que não concorrerá à reeleição.

MAIO Ocupada a Sorbonne. Agitação em Paris. De Gaulle teme ser deposto.

JUNHO Assassinado Robert Kennedy.
De Gaulle ganha a eleição francesa. Sua bancada vai de 38% para 46%.

JULHO Primeiro sequestro de avião em voo internacional. O jato da El Al ia para Tel-Aviv.

AGOSTO Termina a Primavera de Praga. A URSS invade a Tchecoslováquia, ocupa a capital e prende o governo.

OUTUBRO Golpe militar no Peru. Assume o general Velasco Alvarado.

NOVEMBRO Richard Nixon é eleito presidente dos EUA.

1969

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO O embaixador americano John Tuthill visita Golbery. O general lhe diz que o AI-5 era "completamente desnecessário". Acredita que ele será radicalizado e duradouro. Atribui o desfecho da crise à "inépcia do governo, da falta de liderança do presidente".

Depois de pedir demissão do Exército, Heitor Ferreira vai para o Pará, como funcionário da Jari, de Daniel Ludwig.

FEVEREIRO Golbery e Candido Mendes tentam montar um centro de estudos políticos.

MAIO Depois de uma pancreatite que quase o mata, Geisel é operado. Pega hepatite e fica na cama até novembro.

NOVEMBRO Geisel nomeado presidente da Petrobras. O general *Cacau* de Barros Nunes lhe diz: "Prepare-se para ser presidente".

POLÍTICA

JANEIRO Cassados 39 parlamentares, três ministros do Supremo Tribunal Federal e um do Superior Tribunal Militar.

MAIO Professores expulsos da USP fundam o Cebrap. No grupo, Fernando Henrique Cardoso.

JULHO Os conservadores prevalecem na CNBB.

AGOSTO Costa e Silva sofre uma isquemia cerebral. Assume uma junta militar.

SETEMBRO Período de anarquia militar. O Alto-Comando do Exército escolhe Médici para substituir Costa e Silva, com mandato de cinco anos.

Sequestrado o embaixador americano Charles Elbrick.

Virgílio Gomes da Silva, da ALN, é preso em São Paulo e some. É o primeiro desaparecido depois da edição do AI-5.

OUTUBRO Nova Constituição.

Reaberto, o Congresso elege Médici.

Orlando Geisel é ministro do Exército.

NOVEMBRO Morre Carlos Marighella.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O governo informa que só falará sobre casos de corrupção quando as investigações estiverem concluídas.

The New York Times informa: "O regime é antipatizado, mas o Brasil cresce".

FEVEREIRO Inaugurada a estação de satélites da Embratel, em Itaboraí.

Delfim Netto prevê que a economia crescerá 10% no ano.

JUNHO Lançado *O Pasquim*. Em dezembro sua circulação chega a 250 mil exemplares.
Começa a alta das bolsas de valores.

SETEMBRO Estreia o *Jornal Nacional*.
A Junta Militar cria a Embrafilme.

OUTUBRO Com Sônia Braga no elenco, estreia em São Paulo a peça *Hair*.

DEZEMBRO Pelé faz seu milésimo gol.
Chico Buarque embarca para a Itália.

O ano termina com um crescimento de 9,5% do PIB e a inflação em 20,1%.

MUNDO

Onda terrorista na Itália, com 398 ações e dezenove mortos.

FEVEREIRO Um livro-bomba mata Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique.

JUNHO Pancadaria no bar Stonewall, em Nova York. Os homossexuais que frequentam o lugar enfrentam a polícia. Daí em diante 28 de junho passou a ser o Dia do Orgulho Gay.

JULHO O astronauta americano Neil Armstrong anda na Lua.

AGOSTO Quatrocentos mil jovens americanos juntam-se no festival de música de Woodstock.
Costa e Silva afrouxa o bloqueio ao regime racista da África do Sul e permite o pouso de seus aviões em aeroportos brasileiros.

DEZEMBRO Aproximando-se da China, o governo americano reduz o bloqueio comercial que lhe impunha.

1970

GEISEL E GOLBERY

Geisel se engaja num programa de encomendas de máquinas à indústria paulista, mesmo que ela ainda não saiba fazê-las.

JANEIRO Um ataque cardíaco mata o general Newton Reis, chefe de gabinete de Orlando Geisel. Amigo de Ernesto e Golbery.
Golbery organiza um jantar com velhos amigos de Geisel. Um deles escreve: “Discutiu-se descaradamente a ideia da manobra (…). Acho que ainda vai ouvir muito a respeito”.

FEVEREIRO O *Jornal do Brasil* informa que Golbery será candidato a governador do Rio de Janeiro. Ele nega.

ABRIL Geisel passa por Belém e convida Heitor Ferreira para ser seu chefe de gabinete na Petrobras. O convite não se concretiza.

POLÍTICA

MARÇO O historiador Caio Prado Júnior é condenado a quatro anos e meio de prisão.

O papa Paulo VI condena a tortura brasileira.

JUNHO Sequestrado o embaixador alemão Von Holleben. É trocado por quarenta presos.

Há no país pelo menos quatrocentos presos políticos: 56% são estudantes cuja idade média é 23 anos.

Depois de uma visita à seca do Nordeste, Médici anuncia a abertura da rodovia Transamazônica, unindo o Maranhão ao Acre. Seria o eixo de um grande projeto de colonização.

SETEMBRO Criados os DOIs.

OUTUBRO D. Paulo Evaristo Arns é o novo arcebispo de São Paulo.

NOVEMBRO Eleições legislativas. O governo faz mais de dois terços da Câmara.

DEZEMBRO Sequestrado o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. É trocado por setenta presos.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Começa a construção, em Nova York, das duas torres do World Trade Center.

JUNHO Por 4 × 1 (confirmando o prognóstico de Médici) o Brasil derrota a Itália, ganha o tricampeonato de futebol e traz a taça Jules Rimet para o Brasil. (Ela foi roubada e derretida em 1983.)

JULHO Por conta de um boato, as ações do Banco do Brasil sobem 15% num só dia.

Sai da fábrica o milionésimo fusca.

Criado o PIS, com o propósito de fazer caixa para o governo e o objetivo de formar um pecúlio para os trabalhadores.

Os EUA fecham o ano com um déficit de US$ 9,8 bilhões. É a primeira vez que isso acontece, desde 1888.

Segundo grande ano do Milagre. Crescimento de 10,4% do PIB. Inflação em 19,3%.

Chico Buarque compõe “Apesar de você”.

MUNDO

Dobra o número de mortos em atos terroristas no mundo. São 131.

Soljenitzyn ganha o Nobel de Literatura.

FEVEREIRO O secretário de Estado Henry Kissinger começa a se reunir secretamente em Paris com emissários do Vietnã do Norte.

MAIO Terroristas argentinos sequestram e matam o general e ex-presidente Pedro Aramburu.

JULHO Os Tupamaros sequestram e matam o policial americano Dan Mitrione, que assessorava o governo em assuntos de segurança.

SETEMBRO O socialista Salvador Allende é eleito presidente do Chile. Nixon decide derrubá-lo. Vale arriscar e gastar.

OUTUBRO A CIA manda armas a terroristas chilenos que planejam matar (e matam) o comandante do Exército do Chile, general René Schneider.

1971

GEISEL E GOLBERY

Golbery recomenda a Heitor Ferreira que estude parapsicologia.

Golbery recebe informações do que acontece no DOI do I Exército por intermédio do coronel Homem de Carvalho, comandante da PE.

JANEIRO Segundo o general Figueiredo, numa reunião na granja do Riacho Fundo, Médici decide fazer Geisel seu sucessor.

ABRIL Golbery chefia um grupo de ex-estagiários da ESG que prepara um documento sobre as relações Igreja-Estado.

JUNHO Golbery escreve a Heitor Ferreira: “Cogita-se do futuro sucessor (…). (Moita! É preciso não queimar! — *Alemão*)”.

JULHO Moraes Rego na chefia do gabinete de Geisel.

OUTUBRO Golbery admite que a prorrogação de Médici seria uma boa solução.

NOVEMBRO Heitor Ferreira vem para o gabinete de Geisel. Recomeça seu *Diário*.

POLÍTICA

JANEIRO O general Humberto Mello, comandante do Exército em São Paulo, manda matar os militantes de organizações terroristas. É candidato a presidente.

FEVEREIRO Ulysses Guimarães assume a presidência do MDB.
Está funcionando em Petrópolis a “Casa da Morte”, administrada pelo CIE.

ABRIL A polícia fornece agentes à Volkswagen.

MAIO Médici é ríspido com d. Paulo Evaristo durante uma audiência.
O Senado americano realiza sua série de audiências sobre o Brasil.

AGOSTO Médici vai à televisão e anuncia que trará os ossos de d. Pedro I de volta ao Brasil.

SETEMBRO Carlos Lamarca é morto.

DEZEMBRO Médici vai aos EUA, e Nixon diz que “para onde o Brasil for, para lá irá o resto do continente latino-americano”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O pesquisador americano Ray Tomlinson expede o primeiro e-mail. Ele esqueceu o conteúdo da mensagem.

O excesso de liquidez da banca internacional faz renascer o mercado de empréstimos a países subdesenvolvidos.

JANEIRO Segundo uma pesquisa do Gallup, 48% dos paulistanos acham que seu nível de vida está subindo. Só 7% dizem que está caindo.

MARÇO Começa a funcionar a discagem direta nas ligações entre Rio, São Paulo e outras cinco capitais.

JULHO Começa a queda da bolsa.

AGOSTO Nixon descola o dólar do padrão ouro, congela preços e salários por noventa dias e se reserva o direito de taxar em 10% as importações.

DEZEMBRO A Petrobras torna-se a segunda maior distribuidora do país.

O ano termina com um crescimento de 11,3% do PIB e a inflação em 19,5%.

MUNDO

Começam os desaparecimentos na Argentina. Uma pessoa a cada dezoito dias.

ABRIL Uma equipe de pingue-pongue americana é convidada a jogar na China.

JUNHO *The New York Times* começa a publicar os documentos secretos do Pentágono sobre a Guerra do Vietnã.

JULHO Henry Kissinger embarca em segredo para a China. É recebido em Pequim por Mao Zedong. Anuncia a próxima visita do presidente Nixon.

AGOSTO Golpe na Bolívia. Com a ajuda do governo brasileiro, assume o coronel Hugo Banzer.

SETEMBRO Fracassa o golpe do ministro da Defesa, Lin Piao, contra Mao.

As Forças Armadas uruguaias assumem o combate aos Tupamaros. A tortura torna-se sistemática.

NOVEMBRO Fidel Castro passa três semanas no Chile.

1972

GEISEL E GOLBERY

Golbery torna-se presidente da Dow Química.

JANEIRO Golbery a seus amigos: “Bico calado”. Geisel não quer aproximação com os oficiais da “linha dura”.

FEVEREIRO Geisel: “Não cabalo”.

Geisel sobre Figueiredo: “Tem aquele problema da espinha e também do coração”.

O SNI veta a matrícula de um economista da Petrobras na ESG. Geisel atropela o veto.

MARÇO Geisel diz que quer o general Euler Bentes no Interior: “Uma excelente posição para ele ser o seguinte, no fim dos cinco anos”.

ABRIL Começa a briga de Geisel com o ministro de Minas e Energia, Antônio Dias Leite.

JUNHO Orlando Geisel diz que se o irmão for indicado, deixará o ministério.

OUTUBRO Delfim propõe a abertura da prospecção de petróleo para empresas estrangeiras. Geisel é contra e prevalece.

POLÍTICA

JANEIRO O deputado Flávio Marcílio defende a reeleição de Médici.

Cordeiro de Farias a Heitor Ferreira, sobre as prisões de jovens no Rio: “Quem sabe não seria para criar um certo clima a fim de provocar um outro certo clima?”.

MARÇO O general Ariel Pacca da Fonseca condena o continuísmo.

ABRIL Campanha militar no Araguaia. Termina em julho e recomeça em setembro.

AGOSTO Censurada a sucessão presidencial.

Médici manda impedir que *O Estado de S. Paulo* publique uma grande reportagem sobre Geisel. A reportagem não existe.

SETEMBRO A Anistia Internacional divulga os nomes de mais de quatrocentos torturadores. Chega a Golbery um papel com o nome de seis oficiais.

A Censura proíbe a declaração do presidente da Arena, Filinto Müller, de que não há censura no Brasil.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Caetano Veloso e Gilberto Gil voltam do exílio. Em Londres, Caetano gravou “Triste Bahia”.

JANEIRO Primeira transmissão de TV em cores. O Brasil tem 6,2 milhões de aparelhos preto e branco.

ABRIL Chegam os ossos de d. Pedro I.

MAIO Médici e Geisel inauguram em Paulínia a maior refinaria de petróleo do país.

AGOSTO O IBGE informa que o Brasil bateu a marca dos 100 milhões de habitantes.

SETEMBRO O ministro das Finanças da França, Giscard d’Estaing, avisa Delfim que o preço do barril do petróleo subiria para US$ 5.

NOVEMBRO Começa a circular o semanário *Opinião*. Foi censurado antes de ser lançado.

O índice Dow Jones, da bolsa de Nova York, fecha pela primeira vez acima de mil pontos.

O ano termina com um crescimento de 11,9% do PIB e 15,7% de inflação.

MUNDO

FEVEREIRO Richard Nixon vai à China.

MARÇO O editor italiano Giangiacomo Feltrinelli morre quando instalava uma bomba numa torre de transmissão de energia, perto de Milão.

MAIO No fim do seu mandato o presidente da Nicarágua, Anastasio Somoza, dá um golpe e fica no poder.

Terroristas japoneses matam 25 peregrinos judeus no aeroporto de Tel-Aviv.

JUNHO Cinco pessoas presas no edifício Watergate, em Washington. Tinham grampeado a sede do Partido Democrata.

SETEMBRO Preso o chefe Tupamaro Raúl Sendic. Metade dos uruguaios apoia a repressão militar.

Terroristas sequestram parte da delegação de Israel nas Olimpíadas de Munique. Morrem atletas e sequestradores.

NOVEMBRO Richard Nixon é reeleito.

1973

GEISEL E GOLBERY

FEVEREIRO Orlando Geisel rejeita a embaixada em Lisboa.

JUNHO Médici chama Geisel ao Laranjeiras e lhe diz que o escolheu para presidente.

Geisel faz o primeiro convite para o seu governo: o tenente-coronel Germano Pedrozo, do CIE, para chefiar sua segurança.

Poucos dias depois de sofrer um derrame cerebral, morre Henrique Geisel, irmão de Orlando e Ernesto.

JULHO Geisel recebe o documento de Dário Castro Alves que narra a tortura de Cid Silveira.

AGOSTO Geisel instala seu gabinete de trabalho no Ministério da Agricultura, no largo da Misericórdia. Visita ministros.

SETEMBRO Ernesto Geisel atrita-se com Orlando por causa de seu discurso à Arena.

NOVEMBRO Golbery janta com Julio Mesquita.

Heitor faz a primeira experiência de gravação. Registra, ostensivamente, uma conversa sua com Geisel.

POLÍTICA

JANEIRO ALN, VAR, VRP e APML reconhecem o fracasso da luta armada, num artigo publicado no *Le Monde*.

Geisel crê que pode manter Delfim.

MAIO O marechal Juarez Távora, herói dos “tenentes” e ministro de Castello, pede a normalização política.

Censura prévia n’*O Estado de S. Paulo*.

JULHO Morre Filinto Müller. Petrônio Portella torna-se presidente da Arena.

SETEMBRO Ulysses Guimarães lança-se “anticandidato” pelo MDB.

Cordeiro de Farias sugere a Geisel que proponha a união nacional.

Geisel discursa na Convenção da Arena.

OUTUBRO Terceira campanha do Exército no Araguaia. No final de dezembro a guerrilha deixa de existir como força organizada.

NOVEMBRO Geisel decide se afastar da política colonial portuguesa.

ECONOMIA E SOCIEDADE

A TV Globo estreia a primeira novela em cores, *O Bem Amado*.

FEVEREIRO A Fiat anuncia a sua vinda para o Brasil.

MAIO O ministro da Agricultura, Cirne Lima, diverge de Delfim. É demitido por Médici.

JUNHO A iniciativa privada entrega à Petrobras o controle da Petroquímica União.

AGOSTO Vai ao ar o *Fantástico*, programa dominical da TV Globo.

SETEMBRO Geisel recebe o documento do BNDE que detalha a estratégia de crescimento acelerado baseado num aumento da taxa de poupança e no endividamento.

OUTUBRO Greve na ferramentaria da Volkswagen e no serviço de carrocerias da Mercedes.

NOVEMBRO Geisel e Golbery não têm tempo para receber Milton Friedman no Rio.

O ano termina com um crescimento do PIB de 14%. Isso nunca tinha acontecido, nem voltaria a acontecer nos quarenta anos seguintes.

MUNDO

FEVEREIRO O Senado americano começa a investigar o caso Watergate.
Nixon desvaloriza o dólar em 10%.

MARÇO Termina mais um ciclo militar na Argentina. O peronista Héctor Cámpora é eleito presidente. Renunciará para possibilitar a ascensão de Juan Perón.

ABRIL Brasil e Paraguai assinam o tratado que permitirá a construção da hidrelétrica de Itaipu.

SETEMBRO Golpe no Chile, morre Salvador Allende. Começa a ditadura do general Augusto Pinochet.
Policiais brasileiros descem em Santiago.

OUTUBRO O Egito e a Síria invadem Israel. São derrotados, e o mundo árabe declara um boicote de petróleo aos países pró-Israel.

OUTUBRO-DEZEMBRO Em dois aumentos sucessivos, os países exportadores de petróleo elevam o preço do barril de US$ 2,90 para US$ 11,65.

1974

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO Geisel está decidido a colocar Armando Falcão na Justiça e Azeredo da Silveira no Itamaraty, a despeito das restrições dos “puristas”.
Golbery manda dizer a Roberto Campos que pare de escrever por algum tempo.
Circula na família de Geisel a frase: “O Orlando cuida do Exército, e o Ernesto cuida do resto”.

FEVEREIRO Geisel diz a seu irmão Orlando que não o manterá no ministério. Nunca mais falaram de política. Orlando nunca mais o visitou. Geisel cede a um apelo do general Dale Coutinho e aceita que o coronel Confucio Danton vá para o CIE. Detesta-o.

Golbery almoça com d. Paulo Evaristo Arns.

MARÇO Geisel diz a Heitor que deve retrair sua atividade externa, limitando-se a funcionar como secretário do presidente.

Orlando Geisel tem uma isquemia cerebral, cai e quebra a perna. Continua morando na residência oficial de ministro, no Rio de Janeiro.

Glauber Rocha surpreende a esquerda: “Acho que o general Geisel tem tudo na mão para fazer do Brasil um país forte, justo e livre”. Chama Golbery de “gênio da raça”.

ABRIL Heitor se queixa: não tem o que fazer.

Golbery diz que o governo precisa mandar o delegado Fleury para longe.

JUNHO A Censura proíbe que se publique a declaração de um deputado contando que Golbery lhe disse que se vai acabar com a censura.

AGOSTO Golbery reúne-se em Brasília com familiares de desaparecidos, levados por d. Paulo Evaristo Arns.

SETEMBRO Misteriosos telefonemas para a casa de Golbery no Rio de Janeiro. Diante de uma ameaça de sequestro, sua mulher, Esmeralda, viaja para Brasília.

NOVEMBRO Heitor Ferreira depois da eleição, prevendo o seu futuro e o de Golbery: “Vamos cuidar do jardim”.

Golbery: “Ir embora, eu não devo ir”.

POLÍTICA

JANEIRO O Congresso elege Ernesto Geisel. Por via das dúvidas, seu irmão Orlando deixa duas companhias de prontidão em Brasília.

FEVEREIRO JK aplaudido por oitocentas pessoas que cantam “Peixe vivo” numa festa do conde Matarazzo.

MARÇO Geisel explicita a Heitor Ferreira sua preferência por Figueiredo como seu sucessor.

Geisel não admite que Delfim Netto dispute o governo de São Paulo.

O deputado Chico Pinto discursa contra a presença de Pinochet no Brasil. Geisel processa-o.

Desaparecem David Capistrano da Costa e José Roman, do PCB.

Paulo Egydio Martins escolhido governador de São Paulo.

Caducam as cassações de 1964 (as de Jango e Jânio, entre outros).

MAIO Morre o general Dale Coutinho. Sylvio Frota assume o Ministério do Exército.

JUNHO Reduzida a autonomia do CIE.

D. Eugênio Sales, cardeal do Rio de Janeiro, trata com Geisel dos desaparecidos.

Delfim encontra-se com Golbery. É a reaproximação que o levará a Paris.

O CIE justifica a ofensiva contra o PCB.

O MDB divulga uma nota levantando o caso dos desaparecidos, que àquela altura parecem ser onze.

AGOSTO Geisel discursa e anuncia “lenta, gradativa e segura distensão”.

SETEMBRO Prisões no Cebrap. Pela primeira vez o DOI é enquadrado.

OUTUBRO Eleição indireta dos governadores.

O Supremo condena Chico Pinto.

O Exército mata o último guerrilheiro do Araguaia. É Walquíria Afonso Costa, de 27 anos, ex-aluna da Faculdade de Artes e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

NOVEMBRO Eleição. A Arena é surrada. O MDB elege dezesseis senadores em 22. Teve 72,75% dos votos. Aumenta sua bancada na Câmara de 87 para 160 deputados, mas não faz maioria.

JK em seu *Diário*: “Não esperava. Agradeço a Deus me ter concedido vida até hoje”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil tem 104,2 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, 4,7; São Paulo, 6,9; e Porto Alegre, em torno de 1 milhão.

Vinton Cerf, cientista da MCI Communications Corp, usa uma palavra nova: “internet”.

O Brasil tem 8,7 milhões de aparelhos de TV.

Com os novos preços do petróleo, os países da OPEP recebem uma receita bruta de US$ 90 bilhões. É a maior transferência de capital já ocorrida na história em tempo de paz.

A dívida americana chega a US$ 100 bilhões, a maior em 24 anos.

JANEIRO Simonsen acha possível fechar o ano com 20% de inflação e 10% de crescimento do PIB.

MARÇO Inaugurada a ponte Rio-Niterói.

ABRIL No final de 1973 o litro de leite custava Cr$ 0,90. Custa Cr$ 1,20. O litro da gasolina dobrou de preço, para Cr$ 1,61.

Geisel intervém no Banco Halles, onde tinha parte de sua poupança.

A Censura proíbe que se fale em recessão.

MAIO Falta óleo de soja.

JUNHO Geisel diz a Heitor que a inflação não o deixa dormir.

O governo americano sobretaxa as importações de calçados brasileiros.

Fundidos os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

JULHO Começa uma epidemia de meningite em São Paulo.

SETEMBRO Geisel lança o II PND.

Inaugurado o metrô de São Paulo.

OUTUBRO O presidente do Banco Central, Paulo Lira, diz que o Brasil é “uma ilha de tranquilidade”.

Quebra-quebra de ônibus em Brasília e de trens no Rio e em São Paulo.

Criada a Nuclebrás.

Do início de agosto ao fim de outubro a meningite mata 731 pessoas em São Paulo. Há uma média de 2 mil pessoas internadas.

NOVEMBRO Geisel anuncia a descoberta da bacia petrolífera de Campos. Pouca gente acredita.

MUNDO

JANEIRO Terroristas argentinos sequestram os irmãos Juan e Jorge Born. Cobram US$ 60 milhões de resgate.

FEVEREIRO Sai em Lisboa o livro *Portugal e o futuro*, do general Antônio de Spínola. Diz que a questão colonial não tem solução militar.

MARÇO Três colaboradores diretos de Nixon são indiciados no processo do caso Watergate.

Instala-se em Roma o Tribunal Bertrand Russell para julgar as ditaduras chilena e brasileira.

ABRIL Golpe militar em Portugal. O presidente Américo Thomaz e o primeiro-ministro Marcello Caetano são mandados para o Brasil. O Partido Comunista surge como uma força política. De capa e monóculo, o general Antônio de Spínola assumirá a presidência.

Richard Nixon entrega à Justiça as gravações que fazia em seu gabinete.

MAIO A Índia explode sua primeira bomba atômica.

Giscard d'Estaing eleito presidente da França.

JULHO Juan Perón morre. Assume sua mulher, Isabelita. O terrorismo já matou 284 pessoas na Argentina.

A Alemanha é a campeã do mundo de futebol.

Cai a ditadura grega. A junta de coronéis é presa.

AGOSTO A URSS manda armas para o MPLA, em Angola.

Brasil e China anunciam o reatamento de suas relações diplomáticas.

Richard Nixon renuncia. Assume Gerald Ford.

O general Spínola tenta um golpe, fracassa, renuncia e vem para o Brasil.

O braço terrorista da ditadura chilena mata em Buenos Aires o ex-ministro da Defesa general Carlos Prats e sua mulher.

NOVEMBRO O governador da Geórgia, Jimmy Carter, anuncia que é candidato a presidente dos EUA.

Fontes e bibliografias consultadas

1 Obras de referência

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vols. 1 a 5. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDoc, 2001.

Almanaque do pessoal militar do Exército — Oficiais. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, Departamento Geral de Pessoal, Diretoria de Cadastro e Avaliação, 1962; 1964; 1968; 1975.

Anuário estatístico do Brasil — 1971. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972.

Dados estatísticos. Vol. 9: *Eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1970*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral/Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

Estatísticas históricas do Brasil — Séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1990.

Séries estatísticas retrospectivas. Vol. 1. Edição fac-similar do *Anuário estatístico do Brasil, Ano V, 1939/40*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1986.

2 Fontes primárias

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS

Arquivo de Ernesto Geisel/CPDoc
Arquivo do Autor
Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
Arquivo Privado de Heitor Ferreira
Biblioteca Lyndon B. Johnson
Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

INFORMANTES

Amália Lucy Geisel
Americo Mourão
Antonio Carlos Magalhães
Antonio Carlos Muricy

Antonio Delfim Netto
Antonio Gebauer
Armênio Guedes
Candido Mendes de Almeida
Carlos Alberto Brilhante Ustra
Dário Castro Alves
Dorrit Harazim
Elizabeth Lins do Rego
Ernesto Geisel
Eugênio Sales
Fernando Henrique Cardoso
Fernando Morais
Floriano Faria Lima
Francisco Dellamora
Francis Mason
Francisco de Oliveira
Franco Montoro
Givaldo Siqueira
Golbery do Couto e Silva
Gustavo de Moraes Rego
Heitor Ferreira
Humberto Barreto
João Baptista Figueiredo
João Guilherme Vargas Neto
John Blacken
José Arthur Giannotti
José Carlos Dias
José Clemente de Oliveira
José Salles
José Serra
Julio de Mesquita Neto
Leonidas Pires Gonçalves
Liana Cardoso de Mello
Lucy Geisel
Marcos Vianna
Maria da Conceição Tavares
Mario Henrique Simonsen
Newton Cruz
Octavio Costa
Ovídio de Melo
Paulo Brossard

Paulo Egydio Martins
Petrônio Portella
Renato Hauptmann
Reynaldo Mello de Almeida
Rubens Resstel
Salomão Malina
Sérgio Cavallari
Thales Ramalho
Waldomiro Guarnieri

PERIÓDICOS

DIÁRIOS

Correio da Manhã
Diário de Notícias
Folha de S.Paulo
Jornal do Brasil
Jornal do Piauí
La Opinión
O Estado de S. Paulo
O Globo
O Jornal
The New York Times
Valor Econômico

SEMANAIS

Fatos e Fotos
IstoÉ
Manchete
Newsweek
Veja

OUTROS

Cadernos de Jornalismo da Federação Nacional de Jornalistas
Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques
Conjuntura Brasileira
Conjuntura Econômica
Dados
Diário do Congresso Nacional
Diário Oficial
El Nacional
Estrategia

Inteligência
O Liberal
Opinião
Policy Analyses in International Economics
Revista de Economia Política
Tribuna Metalúrgica
Visão

SÉRIES DOCUMENTAIS, DOSSIÊS

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (orgs.). *Desaparecidos políticos — Prisões, sequestros, assassinatos*. Rio de Janeiro: Edições Opção/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Tendência de emprego das Forças Terrestres na Guerra Futura*. Rio de Janeiro: Presidência da República/EMFA/ESG, 1950.

____. *A doutrina militar brasileira*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1957.

Catálogo de filmes do IPÊS — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Faperj, 2000. Anexo de *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962/1964)*, de Daniela Assis. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2000.

Documentos históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília: EME, 1996.

Dossiê dos mortos e desaparecidos. Documento do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1984.

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE) e Grupo Tortura Nunca Mais (RJ e PE). Recife: Companhia Editora de Pernambuco/Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra* (realizada na Escola de Estado-Maior em 18 de maio de 1949). Rio de Janeiro: Presidência da República/EMFA, 1949. Plaquete.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Vol. 1: *1974*. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações-Públicas da Presidência da República, 1975.

História do Estado-Maior do Exército. Trabalho de pesquisa do EME sob coordenação do coronel de artilharia Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

____. *Nosso caminho*. 2ª ed. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional/Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999.

NAFTALI, Timothy (ed.). *The presidential recordings — John F. Kennedy — The great crises. Vol. 1: July 30-August 1962*. Coord. Philip Zelikow e Ernest May. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 2001. 3 vols.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, o. p., frei Romeu (orgs.). *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiro (CPV)/Loyola, 1987. 6 vols.

Projeto Brasil: nunca mais. Tomo I: *O regime militar*. Tomo II, vol. 1: *A pesquisa BNM*; vol. 2: *Os atingidos*; vol. 3: *Os funcionários*. Tomo III: *Perfil dos atingidos*. Tomo IV: *As leis repressivas*. Tomo V, vol. 1: *A tortura*; vol. 2: *As torturas*; vol. 3: *As torturas*; vol. 4: *Os mortos*. Tomo VI, vol. 1: Índice dos anexos; vol. 2: *Inventário dos anexos*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 6 tomos.

Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1974.

Report on allegations of torture in Brazil/Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil. Preparado pela Anistia Internacional com base em dados de 1968 a julho de 1972. Londres: Amnesty International Publications, de 1972 ou 1973.

DEPOIMENTOS, ENTREVISTAS, DIÁRIOS, MEMÓRIAS

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. Coleção Brasil — Século 20.

ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio — Diários e memórias 1961-1967*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ANGEL, Zuzu. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Org. Virgínia Valli. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.

ARNS, d. Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia — Testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BIERRENBACH, Julio de Sá. *1954-1964 — Uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BORJA, Célio. *Conversando sobre política — Célio Borja — Depoimento ao CPDoc*. Coord. Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro/Editora FGV, 1999.

CAETANO, Marcello. *Depoimento*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1974.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete — Memórias políticas e confissões humanas*. Vol. 1: *Do sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 2 vols.

CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo — Glória e agonia de um grande jornal*. Depoimento a José Antonio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CAMARGO, Aspásia, et alii. *Artes da política — Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDoc/FGV-UFF, 1986.

____; et alii. *Oswaldo Aranha — A estrela da Revolução*. São Paulo: Mandarim, 1996.

____; GÓES, Walder de. *Meio século de combate — Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMARGO, José Maria de Toledo. *A espada virgem — Os passos de um soldado*. São Paulo: Ícone, 1995.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa — Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (coords.). *De muitos caminhos*. São Paulo: s. ed., 1976. Coleção Memórias do Exílio — Brasil 1964/19??.

CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência — Uma autobiografia*. São Paulo: Best Seller,1991.

CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

D'ARAUJO, Maria Celina; soares, Gláucio Ary Dillon; castro, Celso (orgs.). *Visões do golpe — A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *A volta aos quartéis — A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

____; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

____; FARIAS, Ignez Cordeiro de; HIPPOLITO, Lucia (orgs.). *Na periferia da história — Jorge Oscar de Mello Flôres — Depoimento prestado ao CPDoc*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Sul América Seguros, 1998.

DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro — Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma (orgs.). *Histórias do poder — 100 anos de política no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000. 3 vols.

ERNANNY, Drault. *Meninos, eu vi... e agora posso contar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERREIRA, Paulo Cesar. *Pilares via satélite — Da Rádio Nacional à Rede Globo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho — Depoimento*. Rio de Janeiro: Codecri,1980.

GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção, terrorismo — À sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUEDES, Carlos Luiz. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões... Saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Org. Cláudio Lacerda Paiva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LIMA, Claudio Sinonio Medeiros (org.). *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação — Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOPES, José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros — Um depoimento*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1980.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. *Política é paixão*. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Coord. Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

____; GUEIROS, j. a. *O último tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MASCARENHAS DE MORAES, j. b. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

MÉDICI, Roberto Nogueira. *Médici — O depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64 — Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

____; (org.). *Prestes com a palavra — Uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias — A verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NUNES, Adão Pereira. *Do Planalto à Cordilheira — Memórias de um médico cassado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PINHEIRO NETO, João. *Jango — Um depoimento pessoal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro — 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ROCHA, Dora; ALBERTI, Verena; SARMENTO, Carlos Eduardo (orgs.). *Mario Henrique Simonsen — Um homem e seu tempo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCARTEZINI, Antonio Carlos. *Segredos de Medici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

SILVA, Ernani Ayrosa da. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

SILVA, José Wilson da. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SILVEIRA, Joel. *Viagem com o presidente eleito*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

SIRKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Estado Novo à ditadura militar — Memórias de um soldado*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SODRÉ, Roberto de Abreu. *No espelho do tempo — Meio século de política*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1995.

VARGAS, Getulio. *Diário*. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/Editora FGV, 1995. 2 vols.

3 Fontes secundárias

BRASIL

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem — A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de. “Oswaldo Aranha e a diplomacia”. In CAMARGO, Aspásia, et alii. *Oswaldo Aranha — A estrela da Revolução*. São Paulo: Mandarim, 1996.

ARGOLO, José Amaral, et alii. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart — As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 7ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Editora UnB, 2001.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro — A "farra do boi”*. São Paulo: Nobel, s. d.

BIRKNER, Walter Marcos Knaessel. *O realismo de Golbery — Segurança Nacional e desenvolvimento global no pensamento de Golbery do Couto e Silva*. Itajaí: Univali, 2002.

BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1977.

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra — Os brasileiros em combate (1942-1945)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás — História de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Coleção Retratos do Brasil.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRITO, Antonio Carlos de. "Jogos florais". In *Lero-lero (1967-1985)*. São Paulo: Cosac&Naif, 2002. Coleção Ás de Colete.

BRUM, Liniane Haag. *Antes do passado — O silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras — Com uma análise do Brasil de 1964-1968*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

CARVALHO, Ferdinando de. *Lembrai-vos de 35!*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964*. Tomo I: *A agonia do poder civil*. São Cristóvão: Artenova, 1975. 2 tomos.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984) — Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade — O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COES, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*. Washington: The World Bank, 1995.

COHEN, Youssef. *The manipulation of consent — The State and working-class consciousness in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1989.

____; CONVERSE, Philip E.; SOUZA, Amaury G. de; MCDONOUGH, Peter J. "Representation and development in Brazil, 1972-1973". Ann Arbor: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1980 (versão digital). In cohen, Youssef. *The manipulation of consent — The State and working-class consciousness in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1989.

CONTRERAS, Edelmira del Carmen Alveal. *Os desbravadores — A Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1994.

DAVIS, Sonny B. *A brotherhood of arms — Brazil-United States military relations, 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado — Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. *Castello Branco — O caminho para a Presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

____. *Castello Branco, o presidente reformador*. Brasília: Editora UnB, 1983.

____. *Carlos Lacerda — A vida de um lutador*. Vol. 1: *1914-1960*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 vols.

FALCÃO, Armando. *Geisel — Do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FALCÃO, João. *Giocondo Dias — A vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FERREIRA, Oliveiros S. *Forças Armadas, para quê?*. São Paulo: GRD, 1989.

FREI BETTO. *Lula — Biografia política de um operário*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho — Cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Revan, 1999.

GOLDENSTEIN, Sérgio. *A dívida externa brasileira — 1964-1982: evolução e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil — A caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo: Senac, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GUDIN, Eugênio. *Reflexões e comentários — 1970/1978*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GUTEMBERG, Luiz. *Moisés, codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HAINES, Gerald K. *The americanization of Brazil — A study of U. S. Cold War diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Willington: Scholarly Resources Inc., 1989.

HESSEL, Lothar Francisco. *O município de Estrela — História e crônica*. Porto Alegre: Editora UFRGS/Martins Livreiro-Editor, 1983.

HILTON, Stanley E. *Brazil and the Soviet challenge — 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.

KECK, Margaret E. *The workers' party and democratization in Brazil*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1992.

KINZO, Maria d'Alva Gil. *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil — The case of the MDB, 1966-79*. Nova York: St. Martin's Press, 1988.

KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários — Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

LABAKI, Amir. *1961 — A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas — O processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Iuperj/Ucam/Revan, 1999.

LEITE, Mauro Renault; NOVELLI JR., Luiz Gonzaga (orgs.). *Marechal Eurico Gaspar Dutra — O dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LEONI, Brigitte Hersant. *Fernando Henrique Cardoso — O Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976 — Sonho e fracasso*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1998.

LINZ, Juan J. "The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil". In stepan, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil — Origins, policies, and future*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1973.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*. São Paulo: Global, 1980.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961 — Que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.

MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MCCANN JR., Frank D. *The Brazilian-American Alliance — 1937/1945*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

MICELI, Sergio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Editora Sumaré, 1993.

MOISÉS, José Alvaro; MARTINEZ-ALLIER, Verena. "A revolta dos suburbanos ou 'Patrão, o trem atrasou'". In MOISÉS, José Alvaro, et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

____; et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil — As histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MORLEY, Samuel A.; SMITH, Gordon W. "The effect of changes in distribution of income on labor, foreign investment, and growth in Brazil". In STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil — Origins, policies, and future*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1973.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. São Paulo: Mandarim, 1996.

PARANÁ, Denise. *Lula — O filho do Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PECHMAN, Clarice. *O dólar paralelo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PESSOA, Nicodemus. *Quércia — Trajetória de um vencedor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo/Brasiliense, 1990.

____; et alii. *Não olhe nos olhos do inimigo: Olga Benário — Anne Frank*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

RANDALL, Laura. *The political economy of Brazilian oil*. Westport/Londres: Praeger, 1993.

REGO, José Lins do. *Ficção completa*. Vol. 1: *Usina*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.

ROBOCK, Stefan Hyman. *Brazil, a study in development progress*. Lexington/Toronto/Londres: Lexington Books, 1975.

ROCHA, Glauber. *Cartas ao mundo*. Org. Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio — Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROSA E SILVA, Claudio Humberto. *Mil dias de solidão — Collor bateu e levou*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

SCARTEZINI, Antonio Carlos. *Dr. Ulysses — Uma biografia*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra — Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Adroaldo Moura da, et alii. *FMI × Brasil — A armadilha da recessão*. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil, 1983.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

____. *Conjuntura política nacional — O Poder Executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

____. *Planejamento estratégico*. Brasília: Editora UnB, 1981.

____. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SILVA, Hélio. *1964 — Golpe ou contragolpe?*. Colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

____. *O poder militar*. Colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SIMÕES, Inimá. *Roteiro da intolerância — A censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Senac/Terceiro Nome, 1999.

SIMONSEN, Mario Henrique. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

SMITH, Peter Seaborn. *Oil and politics in modern Brazil*. Toronto: Macmillan Company of Canada, 1976.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; d'araujo, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

SORJ, Bernardo; mitre, Antonio. "O Cebrap e as ciências sociais no Brasil". Jun. 1984 (mimeo.).

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo — Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STACCHINI, José. *Março 64 — Mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais — Os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STATION, Elisabeth; WELNA, Christopher J. "Da administração pública à participação democrática". In BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKI, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil — Uma parceria para a mudança social*. São Paulo: Edusp, 2002.

STEPAN, Alfred. *The military in politics — Changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

____. *Os militares — Da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

____; (ed.). *Authoritarian Brazil — Origins, policies, and future*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1973.

SUZIGAN, Wilson; BONELLI, Regis; HORTA, Maria Helena T. T.; LODDER, Celsius Antônio. *Crescimento industrial no Brasil — Incentivos e desempenho recente*. Rio de Janeiro: IPEA, 1974. Coleção Relatórios de Pesquisa nº 26.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro — Ensaios sobre economia brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na transição brasileira — Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Editora da Unicamp, 1995.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VIANA FILHO, Luiz. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35 — Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória — A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

VIEIRA, Euripedes Falcão. *Rio Grande, geografia física, humana e econômica*. Porto Alegre: Sagra, 1983.

WAACK, William. *As duas faces da glória — A FEB vista pelos seus aliados e inimigos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo — O acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GERAL

AMBROSE, Stephen E. *Nixon*. Vol. 3: *Ruin and recovery — 1973-1990*. Nova York: Simon & Schuster, 1991. 3 vols.

BAUMGARTNER, José Luiz, et alii. *Os desaparecidos — A história da repressão no Uruguai*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

BERLE, Adolf A. *Navigating the rapids — 1918-1971 — From the papers of Adolf A. Berle*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973.

BURNHAM, James. *Struggle for the world*. Nova York: John Day, 1947.

CHERNOW, Ron. *The House of Morgan — An American banking dinasty and the rise of modern financing*. Nova York: Simon and Schuster, 1991.

COLVILLE, John. *The fringes of power — 10 Downing Street diaries 1939-1955*. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 1985.

CONSTABLE, Pamela; valenzuela, Arturo. *A nation of enemies — Chile under Pinochet*. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 1991.

DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

DOBRYNIN, Anatoly. *In confidence — Moscow's ambassador to America's six Cold War presidents*. Nova York: Times Books, 1995.

ELLSBERG, Daniel. *Secrets — A memoir of Vietnam and the Pentagon Papers*. Nova York: Viking, 2002.

FERREIRA, Hugo Gil; MARSHALL, Michael W. *Portugal's Revolution — Ten years on*. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 1986.

FIALHO, A. Veiga. *Uruguai — Um campo de concentração?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FORBIS, William H. *Fall of the peacock throne — The story of Iran*. Nova York: Harper & Row, 1980.

FRIEDEN, Jeffry A. *Debt, development, & democracy — Modern political economy and Latin America, 1965-1985*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

FRIEDMAN, Milton; friedman Rose D. *Two lucky people — Memoirs*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

FURNISS JR., Edgar S. *De Gaulle and the French Army — A crisis in civil-military relations*. Nova York: Twentieth Century Fund, 1964.

GADDIS, John Lewis. *The United States and the origin of the Cold War — 1941-1947*. Nova York: Columbia University Press, 1972.

GARCÉS, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta, 1993.

HALBERSTAM, David. *The Fifties*. Nova York: Villard Books, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos — O breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política — Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

JAMIESON, Alison. *The heart attacked — Terrorism and conflict in the Italian State*. Londres/Nova York: Marion Boyars, 1989.

JANOWITZ, Morris. *Military institutions and coercion in the developing nations*. Chicago/Londres: Midway Reprint/University of Chicago Press, 1988.

JENKINS, Brian M. (ed.). *Terrorism and personal protection*. Boston: Butterworth Publishers, 1985.

KISSINGER, Henry. *Years of upheaval*. Boston/Toronto: Little, Brown and Company, 1982.

____. *White House years*. Nova York: Little, Brown and Company, 1979.

KOLKO, Gabriel. *The politics of war — The world and United States foreign policy, 1943-1945*. Nova York: Pantheon Books, 1990.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. *Latin American debt*. Baltimore/Londres: Twentieth Century Fund/The Johns Hopkins University Press, 1988.

labrousse, Alain. *The Tupamaros — Urban guerrilla in Uruguai*. Nova York: Penguin Books, 1973.

LIFTON, Robert Jay. *The broken connection — On death and the continuity of life*. Nova York: Basic Books, 1983.

LOVEMAN, Brian. *For la patria — Politics and the Armed Forces in Latin America*. Wilmington: SR Books, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *The making of Portuguese democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 1995.

MORRIS, Roger. *Richard Milhous Nixon — The rise of an American politician*. Nova York: Henry Holt edit., 1990.

NIXON, Richard. *The memoirs of Richard Nixon*. Nova York: Grosset & Dunlap, 1978.

ORTIZ, Alicia Dujovne. *Eva Perón — A biography*. Nova York: St. Martin's Press, 1996.

PIPES, Richard. *The formation of the Soviet Union*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1997.

POPE-HENESSY, John. *Raphael*. Nova York: New York University Press, 1970. The Wrightsman Lectures.

PORZECANSKI, Arturo C. *Uruguay's Tupamaros — The urban guerrilla*. Nova York: Praeger, 1973.

POTASH, Robert A. *El ejército y la política en la Argentina, 1945-1962*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1982.

PURNELL, Susanna W. "Business and terrorism in Argentina, 1969-1978". In jenkins, Brian M. (ed.). *Terrorism and personal protection*. Boston: Butterworth Publishers, 1985.

RAFIZADEH, Mansur. *Witness — From the shah to the Secret Arms Deal, an insider's account of U. S. involvement in Iran*. Nova York: William Morrow and Company, Inc., 1987.

ROBIN, Marie Monique. *Escuadrones de la Muerte — La Escuela Francesa*. Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 2005.

ROSENCOF, Mauricio. "On suffering, song, and white horses". In SOSNOWSKY, Saúl; popkin, Louise B. (eds.). *Repression, exile, and democracy — Uruguayan culture*. Durham/Londres: Duke University Press, 1993.

RUFFINI, Pierre-Bruno. *Les banques multinationales — De la multinationalisation des banques au système bancaire transnational*. Paris: PUF, 1983.

SAMUELSON, Paul A. *Economics*. Nova York: McGraw-Hill, 1973.

SASSOON, Donald. *One hundred years of socialism*. Nova York: The New Press, 1996.

SHAWCROSS, William. *The shah's last ride — The fate of an ally*. Nova York: Simon and Schuster, 1988.

SKEET, Ian. *OPEC — Twenty-five years of prices and politics*. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 1988.

SMITH, William C. *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*. Stanford: Stanford University Press, 1989.

SOSNOWSKY, Saúl; popkin, Louise B. (eds.). *Repression, exile, and democracy — Uruguayan culture*. Durham/Londres: Duke University Press, 1993.

SPENCE, Jonathan D. *The search for modern China*. Nova York/Londres: W. W. Norton & Company, 1990.

SPENGLER, Oswald. *The decline of the West*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1991.

SPÍNOLA, Antônio de. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

STALLINGS, Barbara. *Banker to the Third World — U. S. portfolio investment in Latin America, 1900-1986*. Berkeley: University of California Press, 1987.

STEEL, Ronald. *Walter Lippmann and the American century*. Boston/Toronto: Little, Brown and Company, 1981.

Times, Equipe de *The New York*. *The end of a Presidency*. Toronto/Nova York/Londres: Bantam Books, 1974. A New York Times Book.

ULAM, Adam B. *The rivals — America & Russia since World War II*. Nova York: Penguin Books, 1971.

VÁRIOS AUTORES. *Materialismo dialético*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956. Biblioteca da Nova Cultura.

VERBITSKY, Horacio. *O voo — A história da operação militar de extermínio que abalou a Argentina*. Rio de Janeiro: Globo, 1995.

VERDUGO, Patricia. *Interferencia secreta — 11 de Septiembre de 1973*. Santiago: Editorial Sudamericana, 1998.

VERNE, Júlio. *A Ilha Misteriosa*. Adapt. Clarice Lispector. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

VILLEGAS, Osiris Guillermo. *Políticas y estrategias para el desarrollo y la seguridad nacional*. Buenos Aires: Pleamar, 1969.

VOLCKER, Paul; TOYOO, Gyohten. *Changing fortunes — The world's money and the threat to American leadership*. Nova York: Times Books, 1992.

WEINSTEIN, Martin. "The decline and fall of democracy in Uruguay: lessons for the future". In SOSNOWSKY, Saúl; POPKIN, Louise B. (eds.). *Repression, exile, and democracy — Uruguayan culture*. Durham/Londres: Duke University Press, 1993.

WILSON, Carlos. *The Tupamaros, the unmentionables*. Boston: Branden Press, 1974.

YERGIN, Daniel. *The prize — The epic quest for oil, money & power*. Nova York: A Touchstone Book, 1992.

ZWEIG, Phillip L. *Wriston — Walter Wriston, Citibank, and the rise and fall of American financial supremacy*. Nova York: Crown, 1995.

INTERNET*

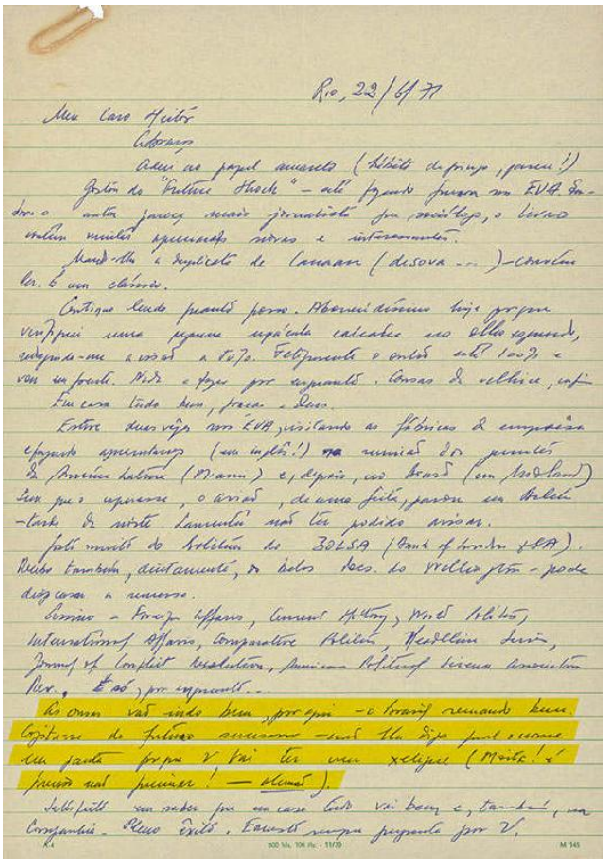
Ipeadata — <www.ipeadata.gov.br/>

National Security Archive — <http://www.gwu.edu/~nsarchiv>

ZEDONG, Mao. "The Political Problems Of Guerrilla Warfare". On Guerrilla Warfare — <http://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/1937/guerrillawarfare/ch06.htm>

* Até agosto de 2013 verificou-se o acesso aos sítios mencionados.

Carta de Golbery a Heitor Ferreira – 22/6/1971



Rio, 22/6/71

Meu caro Heitor

Cabrasso

Acabo de papel amarelo (bilhete de prisão, parece!)

Gostei de Vossa Excia – até pensei passar na EVA. Sendo o carro pouco, mais gasolina fui economizar, e levar vocês mesmo apressado mesmo e interessante.

Mandei-lhe o Impacto de Lanusse (desova ...) – convém ler. É um clássico.

Contigo tudo quanto penso. Abraço efusivo teu, prezado Heitor, e um grande aperto calorosos nos dois agradecendo-me a visita. Estupenda e entusiasmada e com os fatos. Vida e Hoje por enquanto. Coisas de velhice, infelizmente. Em casa tudo bem, graças a Deus.

Entre duas vôos na EVA, visitando as fábricas e empresas aqueles aeronautas (ou inglês!) na minha do pouco de Boeing Latino (Miami) e, depois, no Brasil (em Washington) sem que o apanhem, o avião, de uma feita, passou em Belém – tanto de minha lamentável não ter podido avisar.

Tal minha do Belém de 30 ESA (Base of Fighter EVA). Vocês também, diretamente, de todos docs. do Wellington – pode dizer-me a mesma.

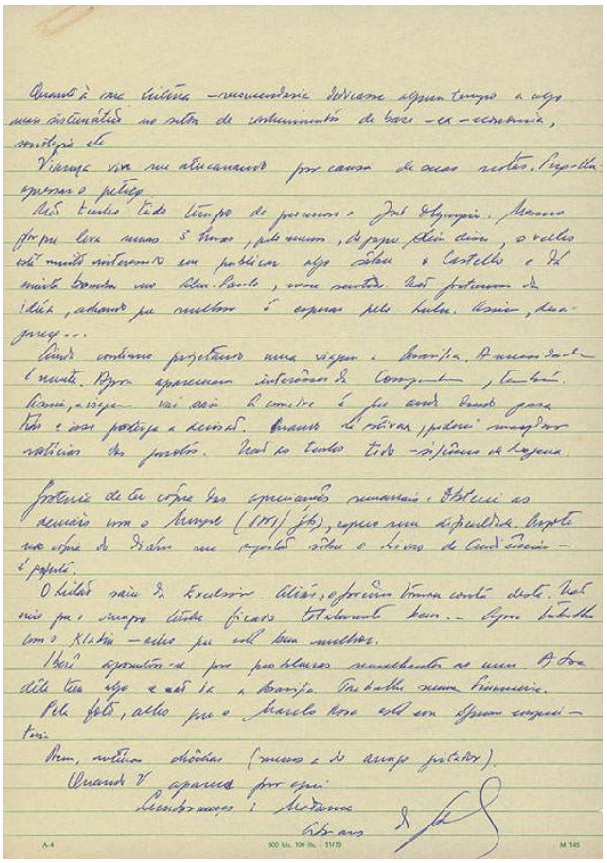
Temos – Força Aérea, Comando Militar, Min. Relações Internacionais, Comunidade Belém, Medellín Serra, Forma de Completa Resolução, Panamá Relações Secreta Comunicação Rio, & etc, por enquanto.

Os amos vão indo bem, progredindo – o trabalho remando bem. Agitação de fatores externos – mas tudo dirige para o mesmo. Uma carta propria V. vai ter com Velloso (Muito! É preciso não perder! — Abraço).

Sobretudo, se saber por em casa tudo vai bem e, também, na Companhia. Muito êxito, Ernesto sempre presente por V.

Página 1 de 2

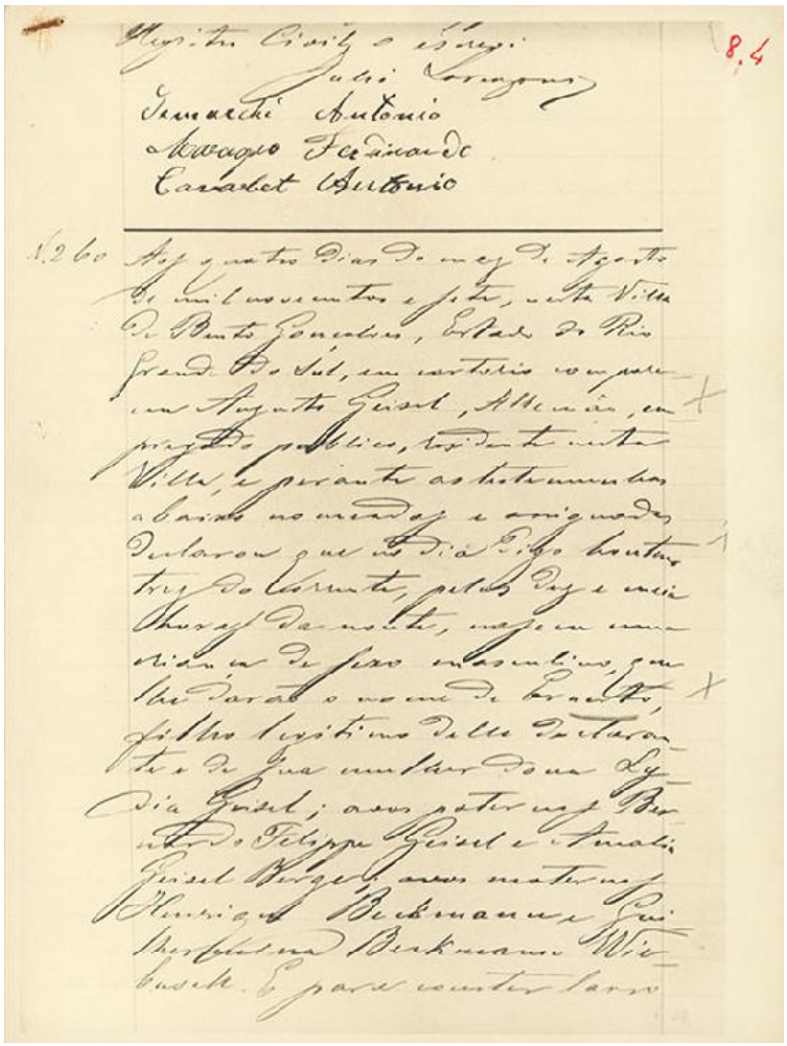
[Voltar] | [Transcrição]



[Fim do documento]

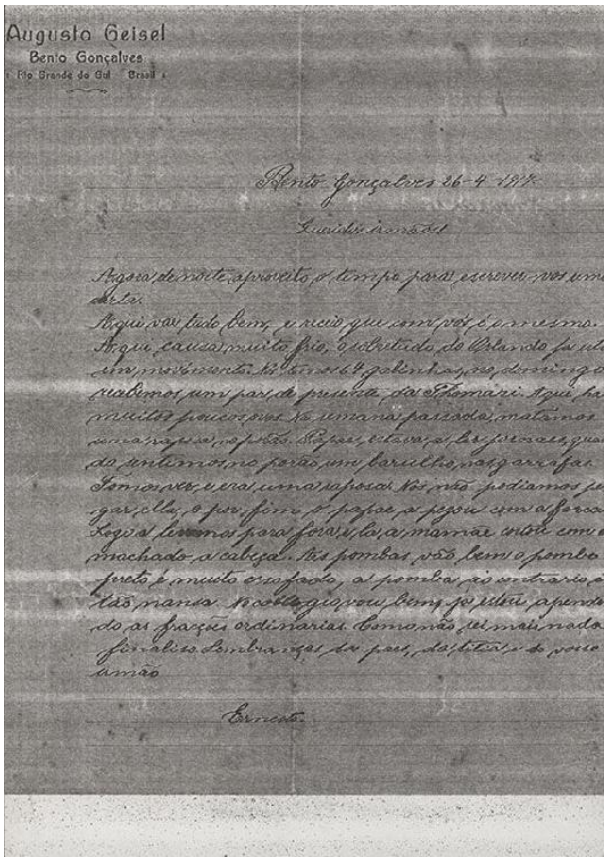
[Voltar] | [Transcrição]

Registro de nascimento de Ernesto Geisel



[Voltar] | [Transcrição]

Carta de Geisel aos irmãos - 26/4/1917


Augusto Geisel
Bento Gonçalves
Rio Grande do Sul - Brasil

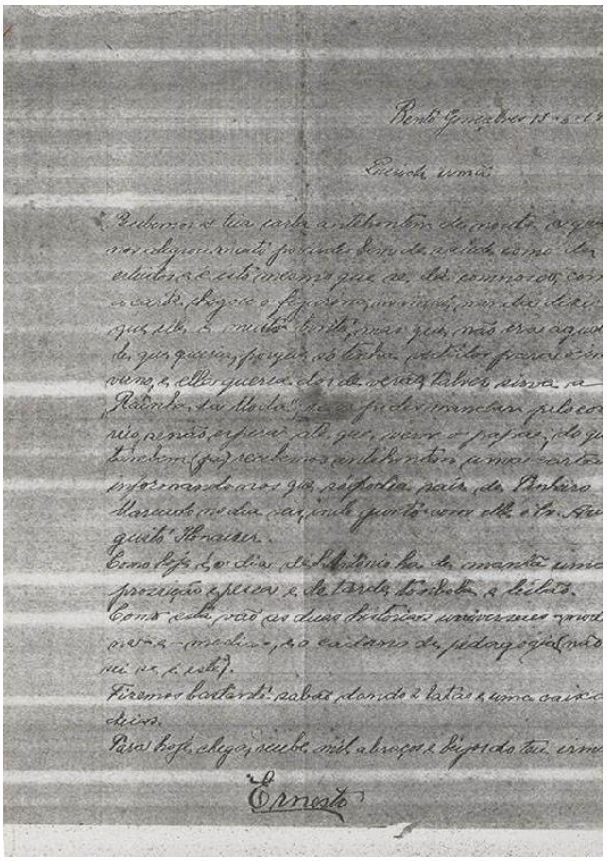
Bento Gonçalves 26-4-1917

Queridos irmãos

Agora de noite aproveito o tempo para escrever-vos um
dita.
Aqui vai tudo bem, o mesmo que com vós é o mesmo.
Aqui, causa muito frio, o retrato do Orlando foi
um movimento [illegible] Domingo
mudamos um par de pneus [illegible] Tomaini. Aqui
muitos passeios [illegible] semana passada, matamos
[illegible] Pires, estava [illegible]
do entusiasmo [illegible] um barulho [illegible]
Semana, e era uma raposa. Nós não pudemos
garrafa, e por fim [illegible] pegou uma [illegible]
Logo [illegible] para fora [illegible] a mamãe [illegible]
machado, a cabeça. As pombas vão bem o pombo
preto é muito [illegible] pomba [illegible]
tias, manos [illegible] bem [illegible]
dos as [illegible] ordinárias. Como não [illegible]
[illegible] Lembranças do pai, do [illegible]
irmão

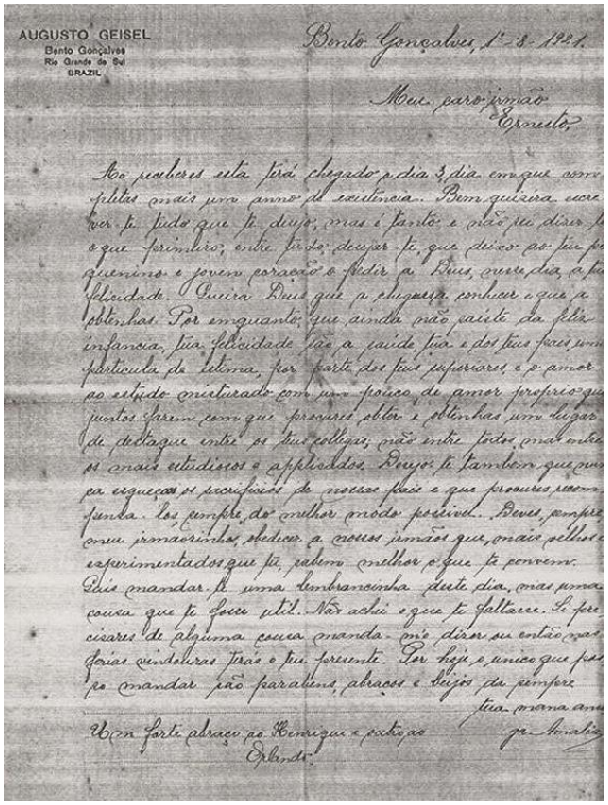
Ernesto

[Voltar] | [Transcrição]



Página 2 de 3

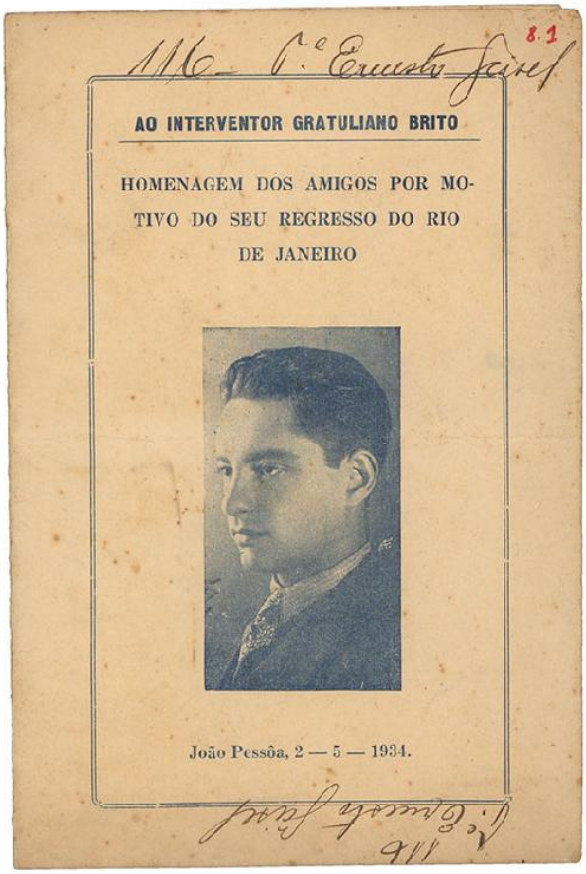
[Voltar] | [Transcrição]



[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

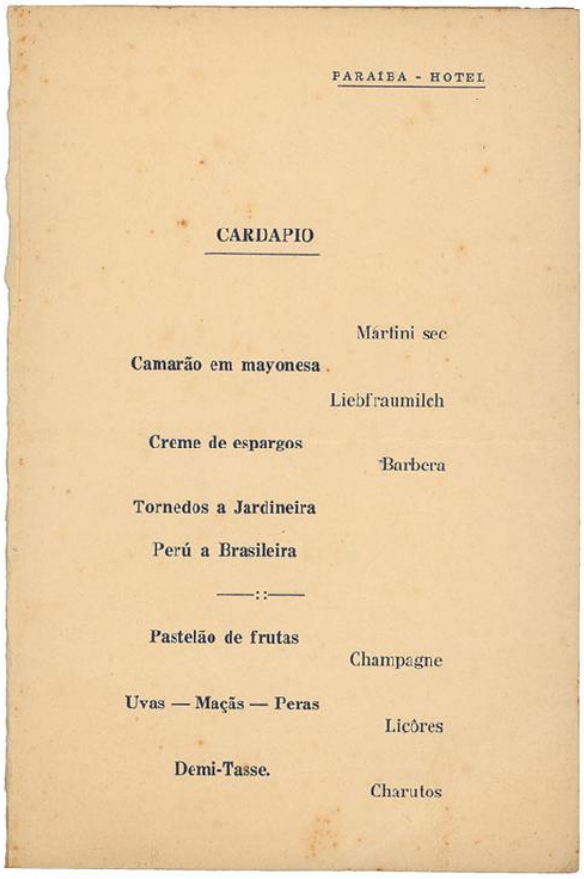
Menu do jantar em homenagem ao interventor Gratuliano Brito



AO INTERVENTOR GRATULIANO BRITO

HOMENAGEM DOS AMIGOS POR MOTIVO DO SEU REGRESSO DO RIO DE JANEIRO

João Pessôa, 2 — 5 — 1934.



PARAIBA - HOTEL

CARDAPIO

Martini sec

Camarão em mayonesa

Liebfraumilch

Creme de espargos

Barbera

Tornedos a Jardineira

Perú a Brasileira

——::——

Pastelão de frutas

Champagne

Uvas — Maçãs — Peras

Licôres

Demi-Tasse.

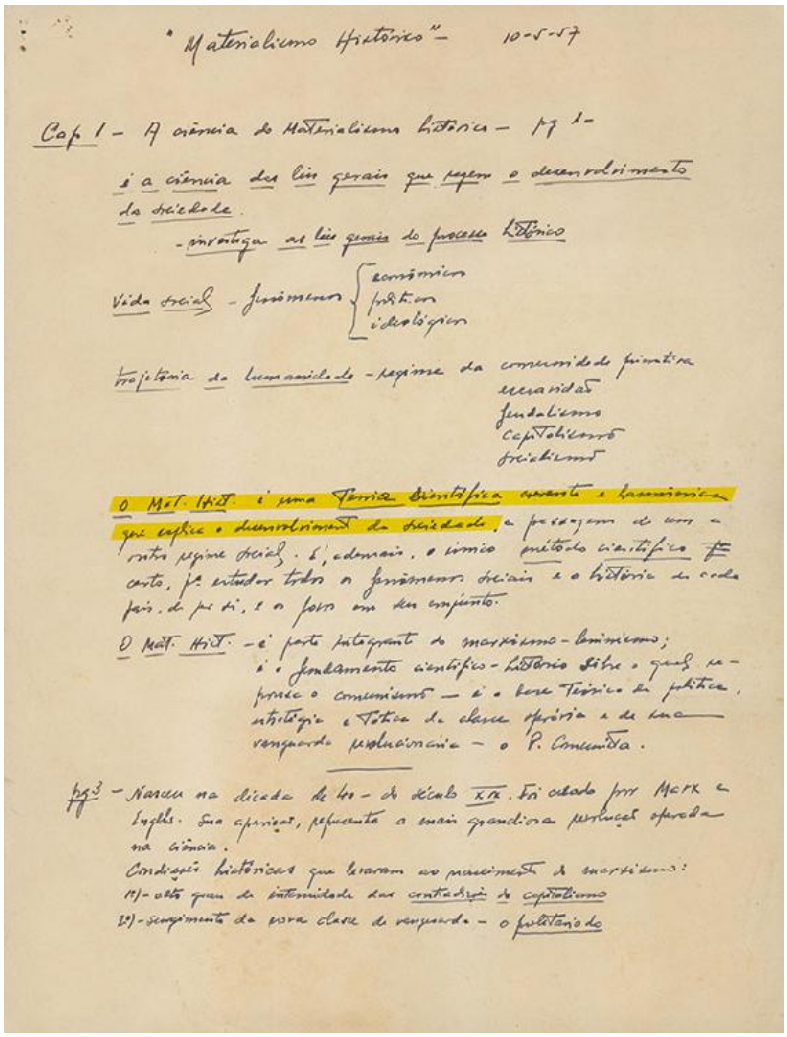
Charutos

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Anotações de Geisel sobre o materialismo histórico

[Os trechos mencionados estão nas páginas 1 e 5]



"Materialismo Histórico" – 10-5-57

Cap. I – A ciência do Materialismo histórico – pg 1–

é a ciência das leis gerais que regem o desenvolvimento da sociedade.

– investiga as leis gerais do processo histórico

Vida social – fenômenos { econômicos / políticos / ideológicos

trajetória da humanidade – regime da comunidade primitiva / escravidão / feudalismo / capitalismo / socialismo

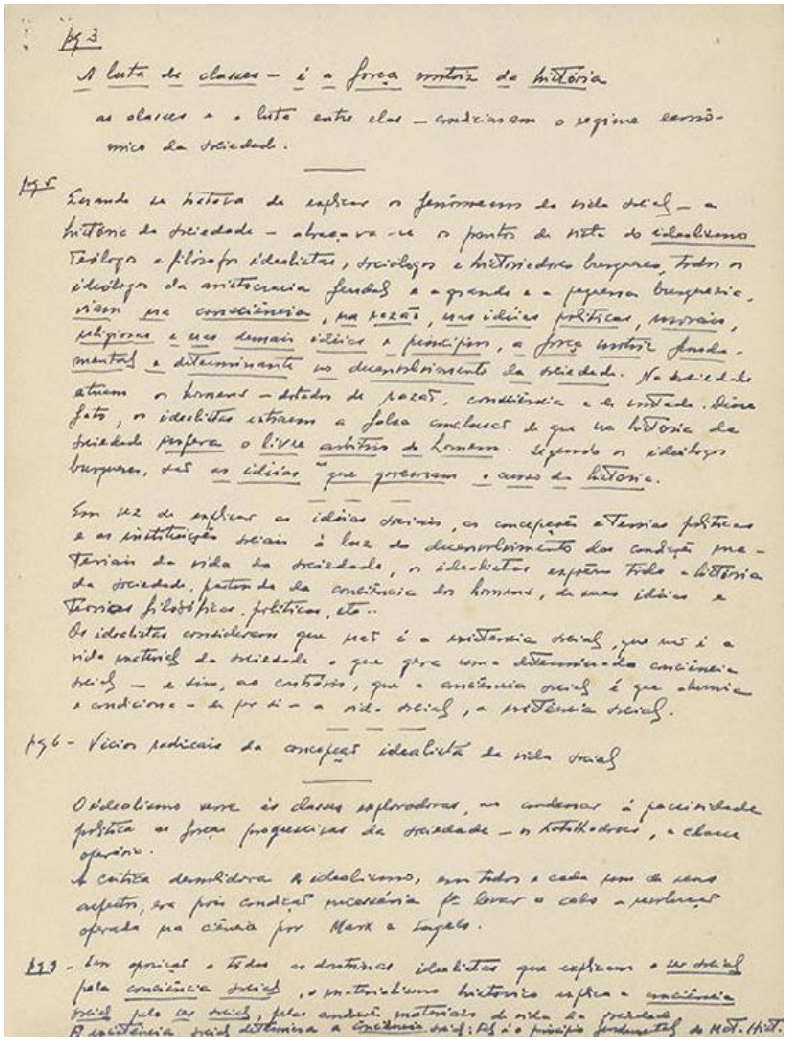
O Mat. Hist. é uma Teoria científica acerca das leis que explica o desenvolvimento da sociedade, a passagem de um a outro regime social. É, ademais, o único método científico [illegible] certo, já estudar todos os fenômenos sociais e a história de cada país, de per si, e os fatos em seu conjunto.

O Mat. Hist. – é parte integrante do marxismo-leninismo;
é o fundamento científico-histórico sobre o qual se-
guiu o comunismo – é a base Teórica da política,
ideologia e Tática de classe operária e de sua
vanguarda revolucionária – o P. Comunista.

pg 3 – Nasceu na década de 40 – do século XIX. Foi criado por Marx e Engels. Sua aparição, pelo exame a mais grandiosa revolução operada na ciência.
Condições históricas que levaram ao nascimento do marxismo:
1º) – alto grau de intensidade das contradições do capitalismo
2º) – surgimento da nova classe de vanguarda – o proletariado

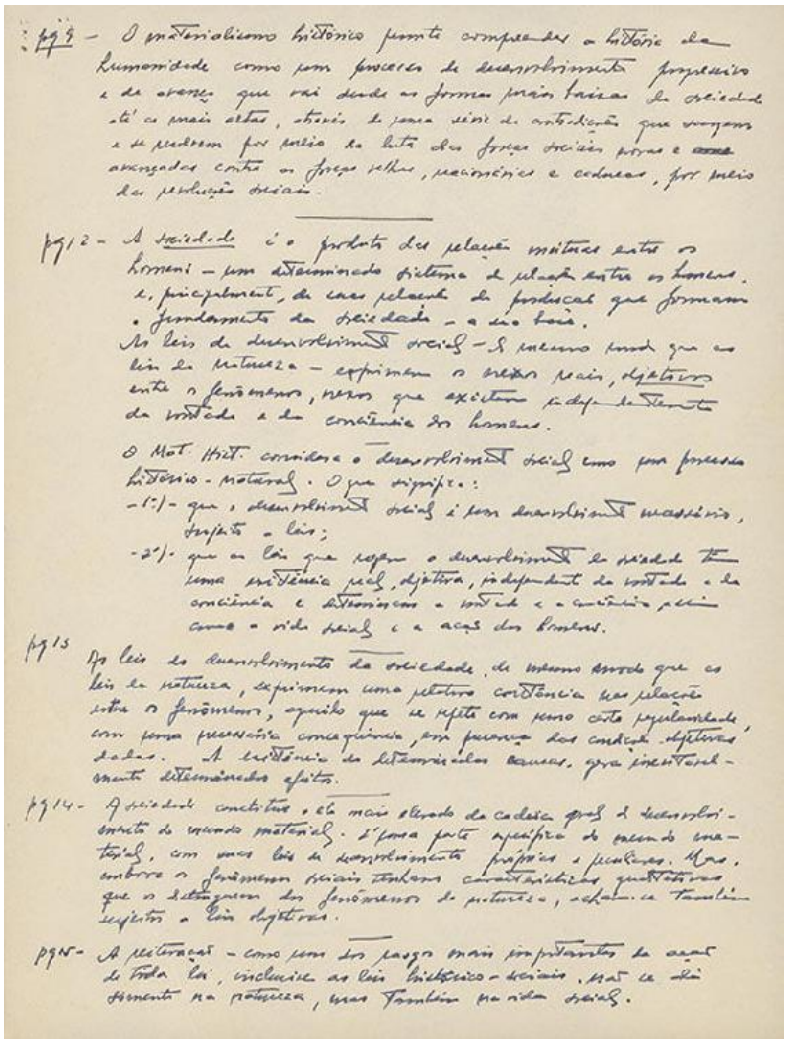
Página 1 de 5

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



Página 2 de 5

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



pg 1 – O materialismo histórico permite compreender a história da humanidade como um processo de desenvolvimento progressivo e de avanço que vai desde as formas mais baixas da sociedade até as mais altas, através de uma série de contradições que vencem e se resolvem por meio da luta das forças sociais novas e avançadas contra as forças velhas, reacionárias e caducas, por meio da revolução social.

---

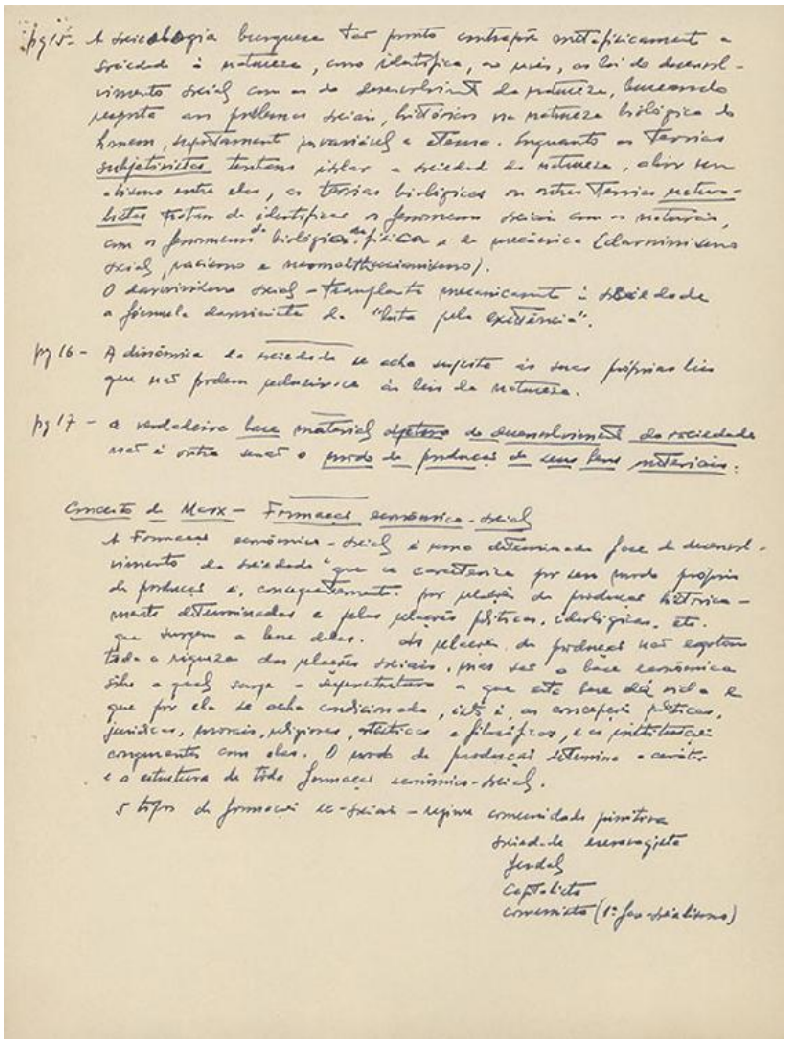
pg 12 – A sociedade é o produto das relações mútuas entre os homens – um determinado sistema de relações entre os homens, e, principalmente, das relações de produção que formam o fundamento da sociedade – a sua base.
As leis do desenvolvimento social – O mesmo tanto que as leis da natureza – exprimem as ordens reais, objetivas entre os fenômenos, ordens que existem independentemente da vontade e da consciência dos homens.

O Mat. Hist. considera o desenvolvimento social como um processo histórico-natural. O que significa:
-1°)- que o desenvolvimento social é um desenvolvimento massivo, sujeito a leis;
-2°)- que as leis que regem o desenvolvimento da sociedade têm uma existência real, objetiva, independente da vontade e da consciência e determinam a vontade e a consciência pelas como a vida social e a ação dos homens.

pg 13 As leis do desenvolvimento da sociedade, do mesmo modo que as leis da natureza, exprimem uma relativa constância nas relações entre os fenômenos, aquilo que se repete com uma certa regularidade, com uma necessária concatenação, em processos das condições objetivas dadas. A existência de determinadas causas, gera inevitavelmente determinados efeitos.

pg 14 – A sociedade constitui, de um modo geral, o desenvolvimento do mundo material. É uma parte específica do mundo material, com suas leis de desenvolvimento próprias e peculiares. Mas, embora os fenômenos sociais tenham características qualitativas que os distinguem dos fenômenos da natureza, estão também sujeitos a leis objetivas.

pg 15 – A mutação – como uma das formas mais importantes de ação de toda lei, inclusive as leis histórico-sociais, está não só na natureza, mas também na vida social.



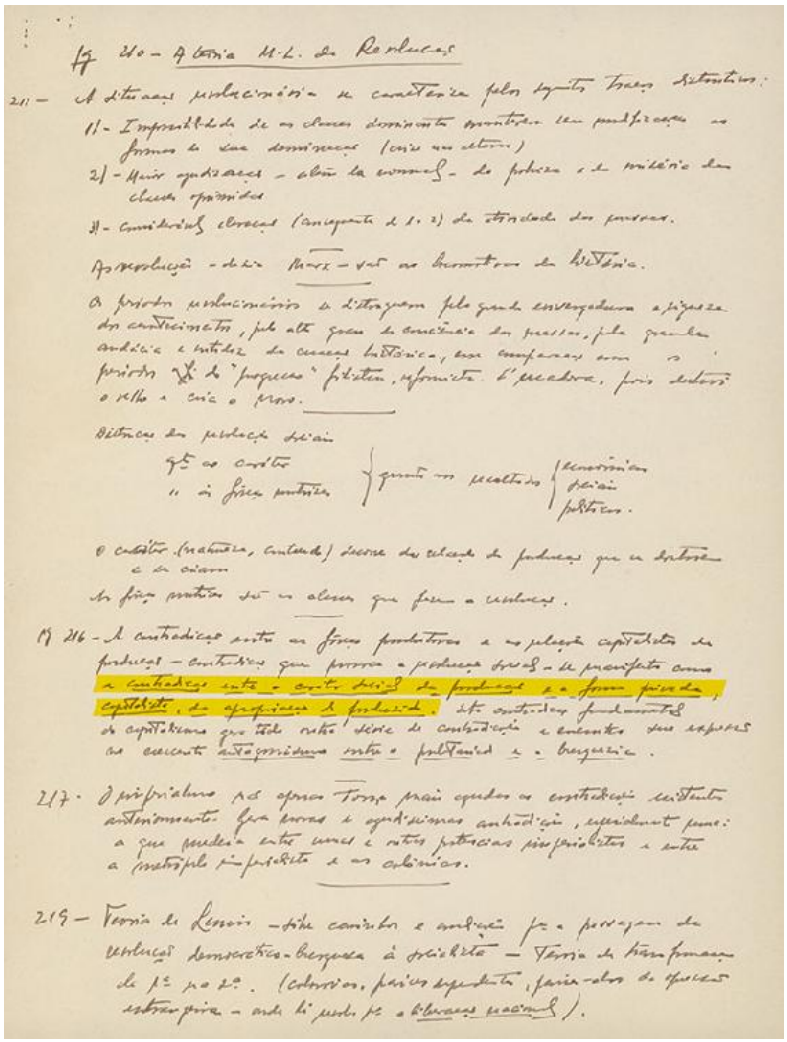
pg 15 - A sociologia burguesa faz ponto contrapõe metafisicamente a sociedade à natureza, como idealística, os meios, as leis do desenvolvimento social com os do desenvolvimento da natureza, buscando separar os problemas sociais, históricos na natureza biológica do homem, especialmente psicológica e étnica. Enquanto as teorias subjetivistas tentam isolar a sociedade da natureza, abrir um abismo entre elas, as teorias biologistas ou naturalistas pretendem identificar os fenômenos sociais com os naturais, com os fenômenos biológicos, físicos e químicos (darwinismo social, racismo e neomalthusianismo).
O darwinismo social - transplante mecanicista à sociedade da fórmula darwinista da "luta pela existência".

pg 16 - A dinâmica da sociedade se acha sujeita às leis próprias bem que não percam relação à leis da natureza.

pg 17 - a verdadeira base material objetiva do desenvolvimento da sociedade não é outra senão o modo de produção de suas bases materiais.

Conceito de Marx - Formação econômica-social
A formação econômica-social é como determinado grau de desenvolvimento da sociedade "que se caracteriza por um modo próprio de produção e, consequentemente, por relação de produção historicamente determinadas e pelas relações políticas, ideológicas, etc. que surgem a base delas. As relações de produção não esgotam toda a riqueza das relações sociais, mas são a base econômica sobre a qual surge - superestrutura - que esta base dá vida e que por ela se acha condicionada, isto é, as associações políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas, e as instituições correspondentes com elas. O modo de produção determina o caráter e a estrutura de toda formação econômica-social.

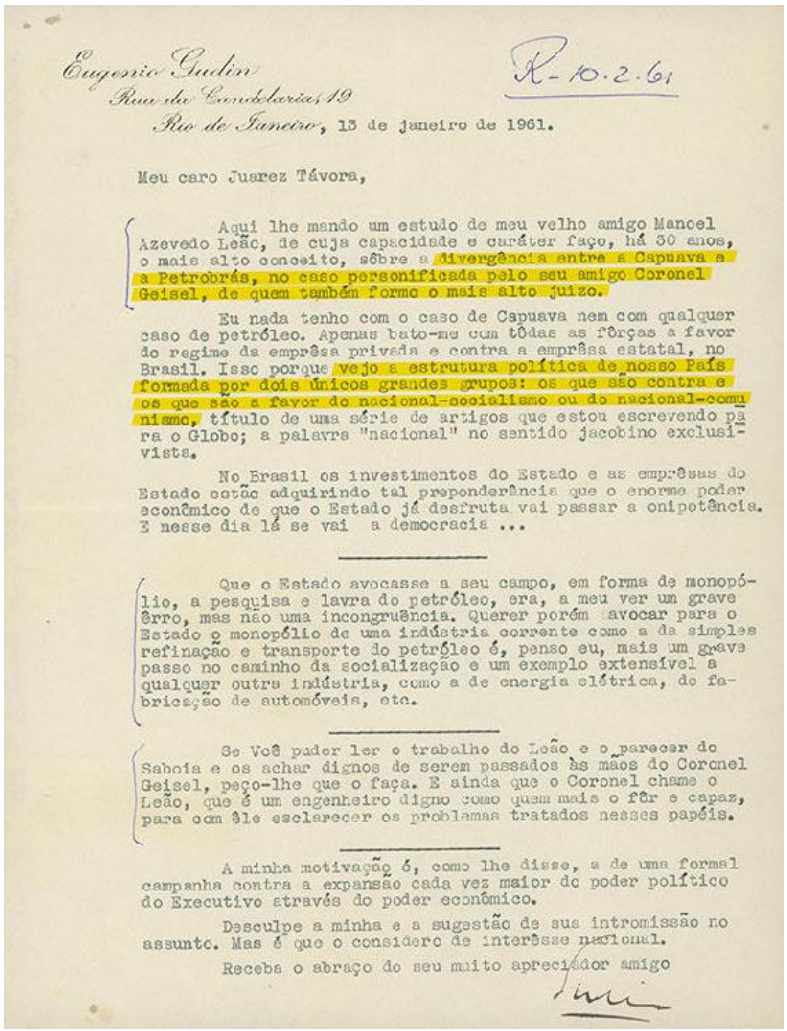
5 tipos de formação sócio-social - regime comunidade primitiva
sociedade escravagista
feudal
Capitalista
comunista (1ª fase socialismo)



[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Carta de Eugênio Gudin a Juarez Távora – 13/01/1961



Eugenio Gudin
Rua da Candelaria 19
Rio de Janeiro

R- 10.2.61

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1961.

Meu caro Juarez Távora,

Aqui lhe mando um estudo de meu velho amigo Mancel Azevedo Leão, de cuja capacidade e caráter faço, há 30 anos, o mais alto conceito, sôbre a divergência entre a Capuava e a Petrobrás, no caso personificada pelo seu amigo Coronel Geisel, de quem também formo o mais alto juizo.

Eu nada tenho com o caso de Capuava nem com qualquer caso de petróleo. Apenas bato-me com tôdas as fôrças a favor do regime da emprêsa privada e contra a emprêsa estatal, no Brasil. Isso porque vejo a estrutura política de nosso País formada por dois únicos grandes grupos: os que são contra e os que são a favor do nacional-socialismo ou do nacional-comunismo, título de uma série de artigos que estou escrevendo para o Globo; a palavra "nacional" no sentido jacobino exclusivista.

No Brasil os investimentos do Estado e as emprêsas do Estado estão adquirindo tal preponderância que o enorme poder econômico de que o Estado já desfruta vai passar a onipotência. E nesse dia lá se vai a democracia ...

Que o Estado avocasse a seu campo, em forma de monopólio, a pesquisa e lavra do petróleo, era, a meu ver um grave êrro, mas não uma incongruência. Querer porém avocar para o Estado o monopólio de uma indústria corrente como a da simples refinação e transporte do petróleo é, penso eu, mais um grave passo no caminho da socialização e um exemplo extensível a qualquer outra indústria, como a de energia elétrica, de fabricação de automóveis, etc.

Se Você puder ler o trabalho do Leão e o parecer do Saboia e os achar dignos de serem passados às mãos do Coronel Geisel, peço-lhe que o faça. E ainda que o Coronel chame o Leão, que é um engenheiro digno como quem mais o fôr e capaz, para com êle esclarecer os problemas tratados nesses papéis.

A minha motivação é, como lhe disse, a de uma formal campanha contra a expansão cada vez maior do poder político do Executivo através do poder econômico.

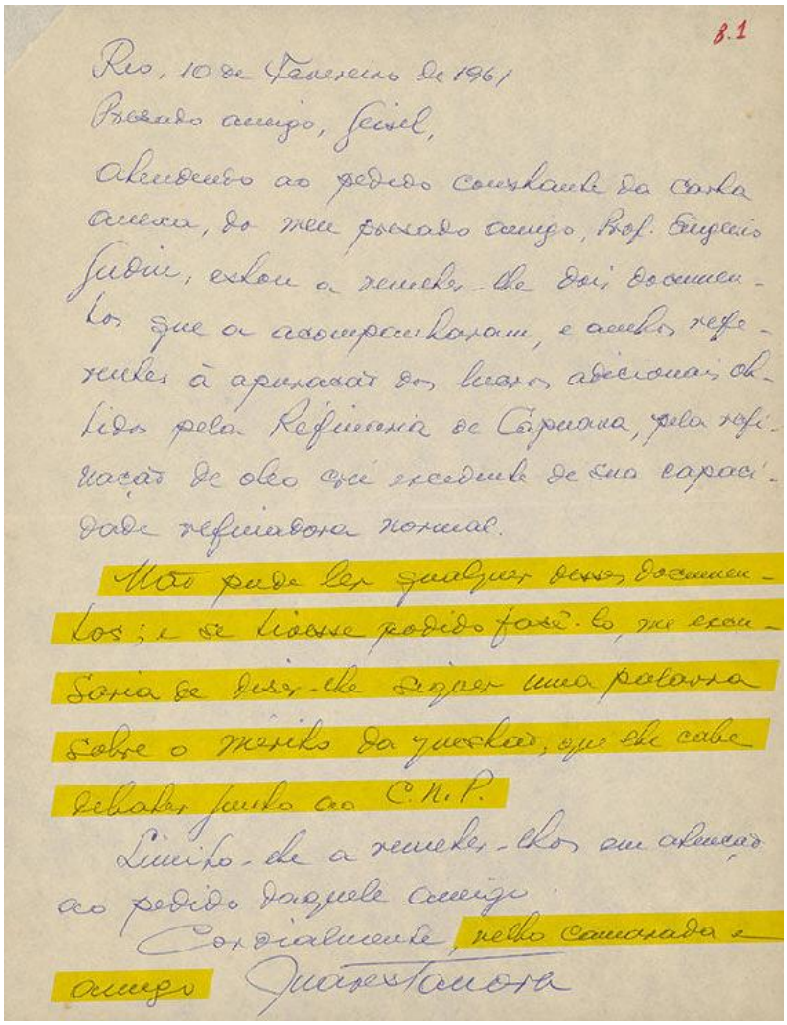
Desculpe a minha e a sugestão de sua intromissão no assunto. Mas é que o considero de interêsse nacional.

Receba o abraço do seu muito apreciador amigo

Gudin

[Voltar] | [Transcrição]

Carta de Juarez Távora a Geisel – 10/2/1961



8.1

Rio, 10 de Fevereiro de 1961

Prezado amigo, Geisel,

Atendendo ao pedido constante da carta anexa, do meu prezado amigo, Prof. Eugenio Gudin, estou a remeter-lhe dez documentos que a acompanharam, e acerca referentes à aprovação dos locais adicionais obtidos pela Refinaria de Capuava, pela refinação de óleo que excederá de sua capacidade refinadora normal.

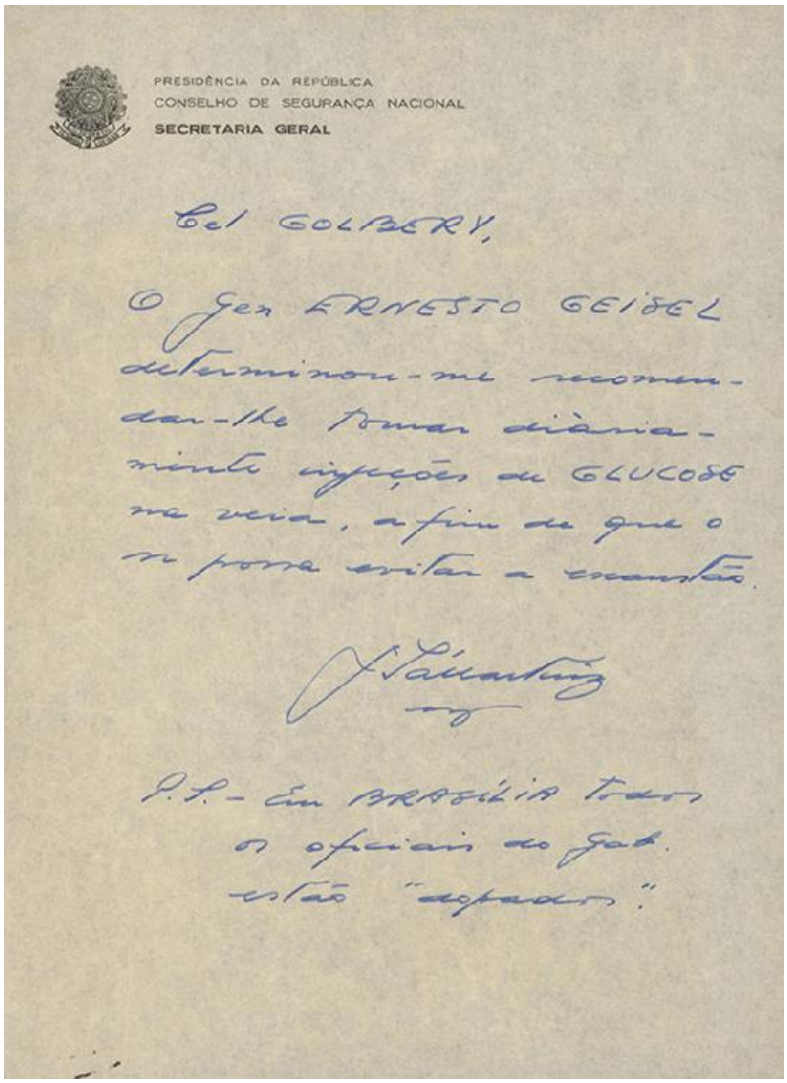
Não pude ler qualquer desses documentos; e se tivesse podido fazê-lo, eu escusaria de lhe estar pedindo para dizer uma palavra sobre o mérito da questão, que lhe cabe debater junto ao C.N.P.

Limito-me a remeter-lhos em atenção ao pedido daquele amigo.

Cordialmente, velho camarada e amigo Juarez Távora

[Voltar] | [Transcrição]

Nota da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional com recomendações sobre injeções de glucose



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA GERAL

Cel GOLBERY,

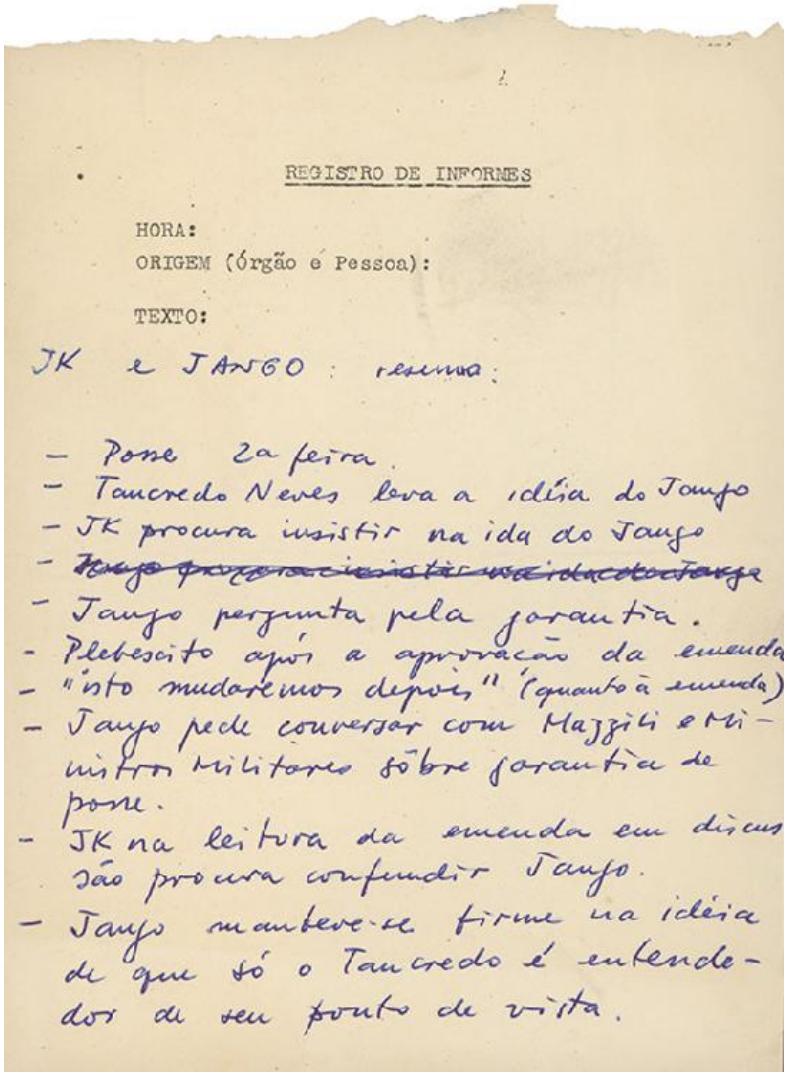
O Gen ERNESTO GEISEL determinou-me recomendar-lhe tomar diàriamente injeções de GLUCOSE na veia, a fim de que o mesmo evite a insônia.

J. Saldanha

P.S. - Em BRASÍLIA todos os oficiais do Gab. estão "depauperados".

[Voltar] | [Transcrição]

Transcrição de uma conversa grampeada entre Jango e JK



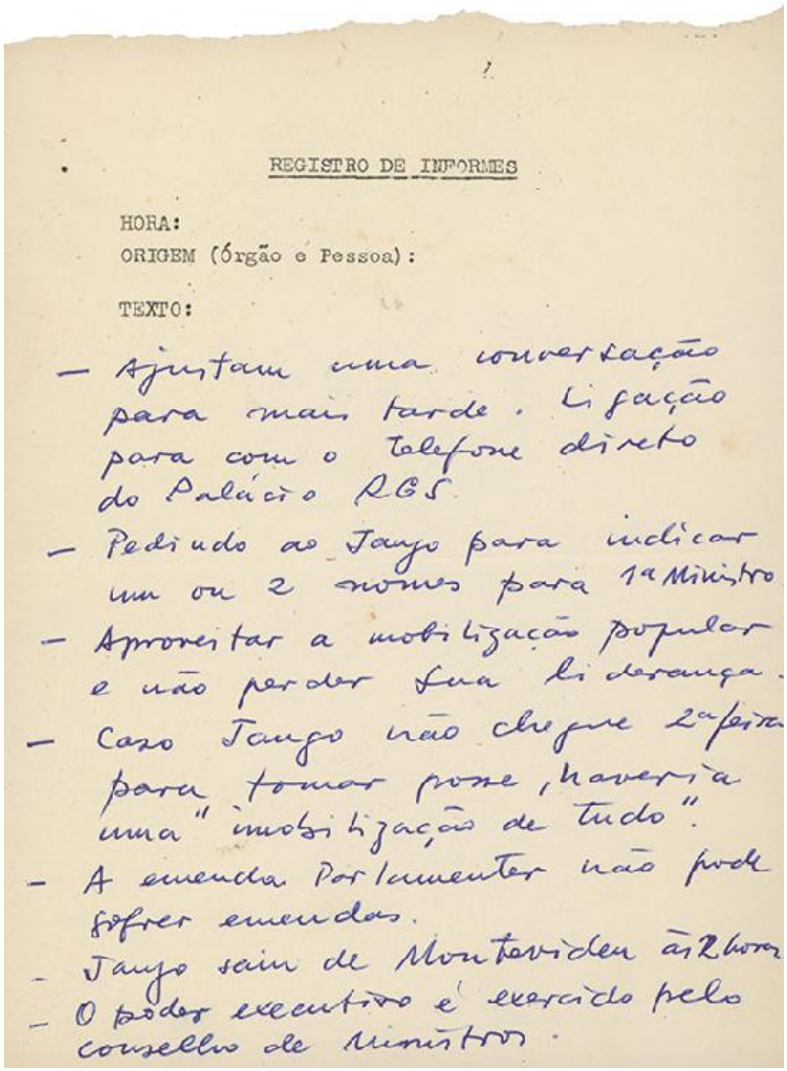
REGISTRO DE INFORMES

HORA:
ORIGEM (Órgão e Pessoa):

TEXTO:

JK e JANGO : resumo:

- Posse 2a feira.
- Tancredo Neves leva a idéia do Jango
- JK procura insistir na ida do Jango
- ~~Jango proporcionista a idéia do Jango~~
- Jango pergunta pela garantia.
- Plebesito após a aprovação da emenda
- "isto mudaremos depois" (quanto à emenda)
- Jango pede conversar com Mazzili e Ministros Militares sôbre garantia de posse.
- JK na leitura da emenda em discussão procura confundir Jango.
- Jango manteve-se firme na idéia de que só o Tancredo é entendedor do seu ponto de vista.



REGISTRO DE INFORMES

HORA:
ORIGEM (Órgão e Pessoa):

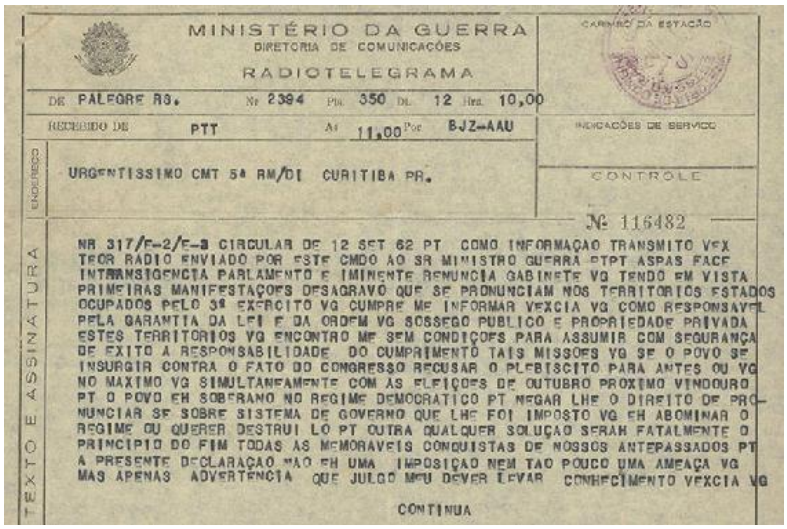
TEXTO:

- Ajustam uma conversação para mais tarde. Ligação para com o telefone direto do Palácio RGS
- Pedindo ao Tarso para indicar um ou 2 nomes para 1º Ministro
- Aproveitar a mobilização popular e não perder sua liderança.
- Caso Tarso não chegue 2ª feira para tomar posse, haveria uma "imobilização de tudo".
- A emenda Parlamentar não pode sofrer emendas.
- Tarso sairá de Montevidéu às 12 horas
- O poder executivo é exercido pelo conselho de Ministros.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Radiotelegrama do general Jair Dantas Ribeiro a Jango – 12/9/1962



MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
RADIOTELEGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

DE PALEGRE RS. Nº 2384 Pls. 350 Dz. 12 Hrs. 10,00

RECEBIDO DE PTT Às 11,00 Por BJZ-AAU

INDICAÇÕES DE SERVIÇO

CONTROLE

ENDEREÇO

URGENTISSIMO CMT 5ª RM/DI CURITIBA PR.

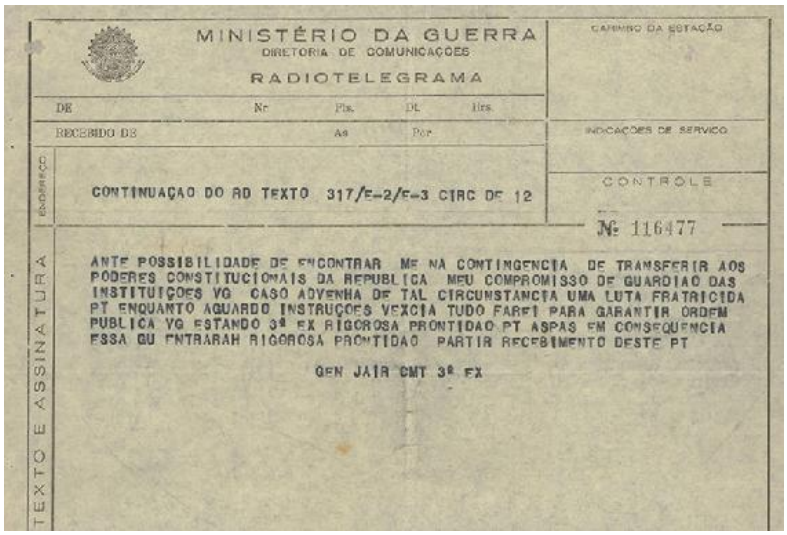
Nº 116482

TEXTO E ASSINATURA

NR 317/E-2/E-3 CIRCULAR DE 12 SET 62 PT COMO INFORMAÇAO TRANSMITO VEX TEOR RADIO ENVIADO POR ESTE CMDO AO SR MINISTRO GUERRA PTPT ASPAS FACE INTRANSIGENCIA PARLAMENTO E IMINENTE RENUNCIA GABINETE VG TENDO EM VISTA PRIMEIRAS MANIFESTAÇOES DESAGRAVO QUE SE PRONUNCIAM NOS TERRITORIOS ESTADOS OCUPADOS PELO 3º EXERCITO VG CUMPRE ME INFORMAR VEXCIA VG COMO RESPONSAVEL PELA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM VG SOSSEGO PUBLICO E PROPRIEDADE PRIVADA ESTES TERRITORIOS VG ENCONTRO ME SEM CONDIÇOES PARA ASSUMIR COM SEGURANÇA DE EXITO A RESPONSABILIDADE DO CUMPRIMENTO TAIS MISSOES VG SE O POVO SE INSURGIR CONTRA O FATO DO CONGRESSO RECUSAR O PLEBISCITO PARA ANTES OU VG NO MAXIMO VG SIMULTANEAMENTE COM AS ELEIÇOES DE OUTUBRO PROXIMO VINDOURO PT O POVO EH SOBERANO NO REGIME DEMOCRATICO PT NEGAR LHE O DIREITO DE PRONUNCIAR SE SOBRE SISTEMA DE GOVERNO QUE LHE FOI IMPOSTO VG EH ABOMINAR O REGIME OU QUERER DESTRUI LO PT OUTRA QUALQUER SOLUÇAO SERAH FATALMENTE O PRINCIPIO DO FIM TODAS AS MEMORAVEIS CONQUISTAS DE NOSSOS ANTEPASSADOS PT A PRESENTE DECLARAÇAO NAO EH UMA IMPOSIÇAO NEM TAO POUCO UMA AMEAÇA VG MAS APENAS ADVERTENCIA QUE JULGO MEU DEVER LEVAR CONHECIMENTO VEXCIA VG

CONTINUA

[Voltar] | [Transcrição]



MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
RADIOTELEGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

DE Nr Pls. DL Hrs.

RECEBIDO DE Aos Por

INDICAÇÕES DE SERVIÇO

CONTROLE

Nº 116477

ENDEREÇO

CONTINUAÇAO DO RD TEXTO 317/E-2/E-3 CIRC DE 12

TEXTO E ASSINATURA

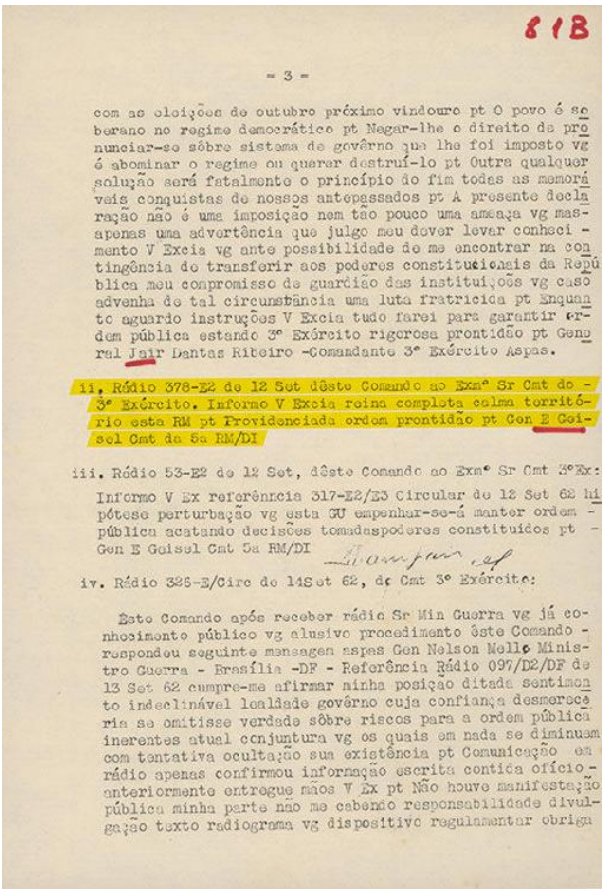
ANTE POSSIBILIDADE DE ENCONTRAR ME NA CONTINGENCIA DE TRANSFERIR AOS PODERES CONSTITUCIONAIS DA REPUBLICA MEU COMPROMISSO DE GUARDIAO DAS INSTITUIÇOES VG CASO ADVENHA DE TAL CIRCUNSTANCIA UMA LUTA FRATRICIDA PT ENQUANTO AGUARDO INSTRUÇOES VEXCIA TUDO FAREI PARA GARANTIR ORDEM PUBLICA VG ESTANDO 3ª EX RIGOROSA PRONTIDAO PT ASPAS EM CONSEQUENCIA ESSA GU ENTRARAH RIGOROSA PRONTIDAO PARTIR RECEBIMENTO DESTE PT

GEN JAIR CMT 3ª EX

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Documento da 5ª Região Militar com a transcrição do telegrama de Geisel ao general Jair Dantas Ribeiro



818

- 3 -

com as eleições de outubro próximo vindouro pt O povo é soberano no regime democrático pt Negar-lhe o direito de pronunciar-se sôbre sistema de govêrno que lhe foi imposto vg é abominar o regime ou querer destruí-lo pt Outra qualquer solução será fatalmente o princípio do fim todas as memoráveis conquistas de nossos antepassados pt A presente declaração não é uma imposição nem tão pouco uma ameaça vg mas apenas uma advertência que julgo meu dever levar conhecimento V Excia vg ante possibilidade de me encontrar na contingência de transferir aos poderes constitucionais da República meu compromisso de guardião das instituições vg caso advenha de tal circunstância uma luta fratricida pt Enquanto aguardo instruções V Excia tudo farei para garantir ordem pública estando 3º Exército rigorosa prontidão pt General Jair Dantas Ribeiro -Comandante 3º Exército Aspas.

ii. Rádio 378-E2 de 12 Set dêste Comando ao Exmº Sr Cmt do 3º Exército. Informo V Excia reina completa calma território esta RM pt Providenciada ordem prontidão pt Gen E Geisel Cmt da 5a RM/DI

iii. Rádio 53-E2 de 12 Set, dêste Comando ao Exmº Sr Cmt 3ºEx:

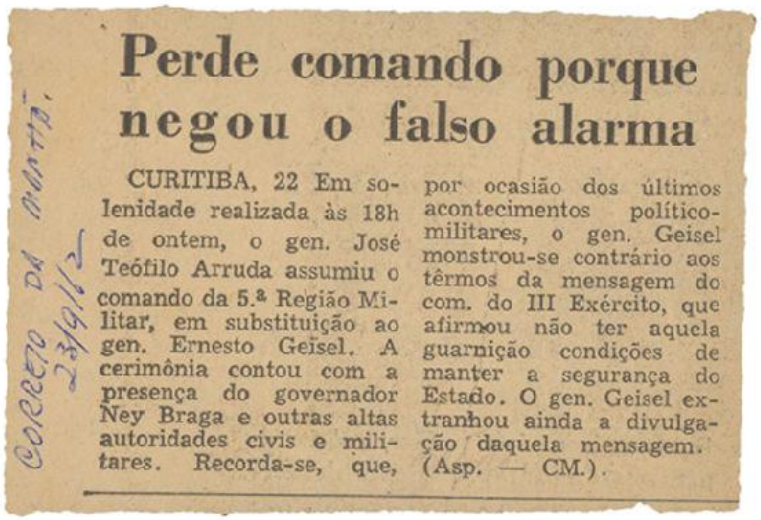
Informo V Ex referência 317-E2/E3 Circular de 12 Set 62 hipótese perturbação vg esta GU empenhar-se-á manter ordem pública acatando decisões tomadaspoderes constituidos pt Gen E Geisel Cmt 5a RM/DI

iv. Rádio 328-E/Circ de 14Set 62, do Cmt 3º Exército:

Êste Comando após receber rádio Sr Min Guerra vg já conhecimento público vg alusivo procedimento êste Comando respondeu seguinte mensagem aspas Gen Nelson Mello Ministro Guerra - Brasília -DF - Referência Rádio 097/D2/DF de 13 Set 62 cumpre-me afirmar minha posição ditada sentimento indeclinável lealdade govêrno cuja confiança desmereceria se omitisse verdade sôbre riscos para a ordem pública inerentes atual conjuntura vg os quais em nada se diminuam com tentativa ocultação sua existência pt Comunicação em rádio apenas confirmou informação escrita contida ofício anteriormente entregue mãos V Ex pt Não houve manifestação pública minha parte não me cabendo responsabilidade divulgação texto radiograma vg dispositivo regulamentar obriga

[Voltar] | [Transcrição]

Recorte do *Correio da Manhã* datado a mão por Geisel com notícia sobre sua exoneração



CORREIO DA MANHÃ
23/9/61

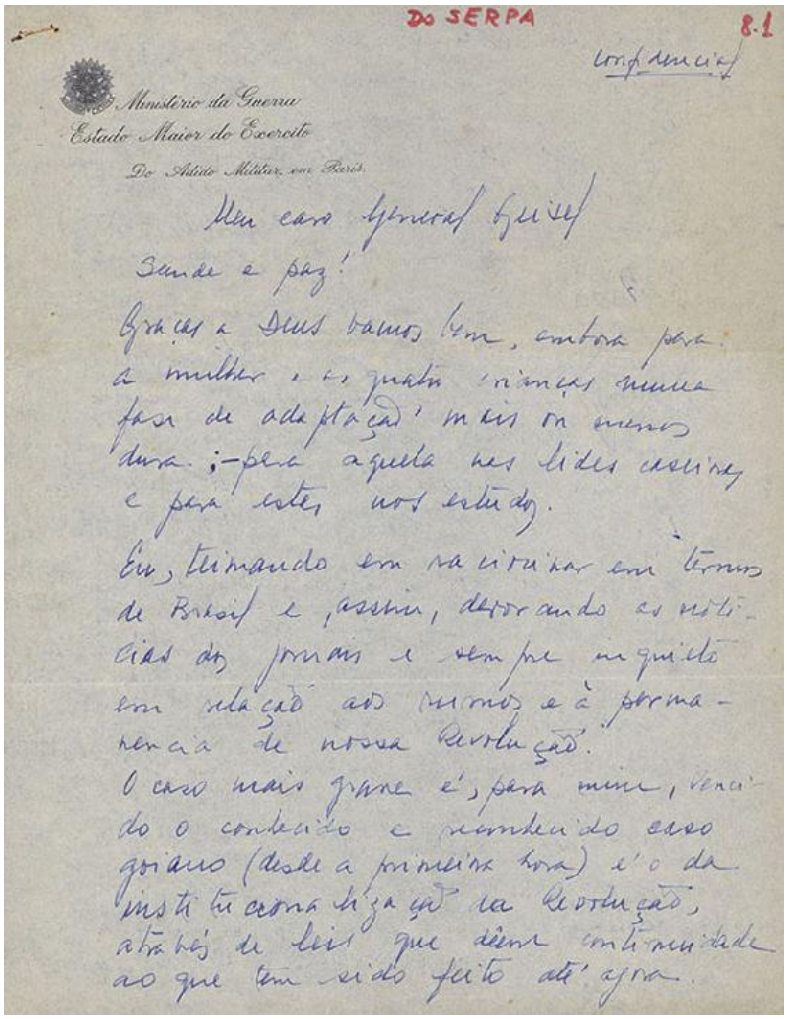
Perde comando porque negou o falso alarma

CURITIBA, 22 Em solenidade realizada às 18h de ontem, o gen. José Teófilo Arruda assumiu o comando da 5.ª Região Militar, em substituição ao gen. Ernesto Geisel. A cerimônia contou com a presença do governador Ney Braga e outras altas autoridades civis e militares. Recorda-se, que, por ocasião dos últimos acontecimentos político-militares, o gen. Geisel monstrou-se contrário aos têrmos da mensagem do com. do III Exército, que afirmou não ter aquela guarnição condições de manter a segurança do Estado. O gen. Geisel extranhou ainda a divulgação daquela mensagem. (Asp. — CM.).

[Voltar] | [Transcrição]

Carta do coronel Antonio Carlos de Andrada Serpa ao general Ernesto Geisel

[Os trechos mencionados estão nas páginas 2 e 6]


DO SERPA 8.1

confidencial

Ministério da Guerra
Estado Maior do Exercito
Do Adido Militar em Paris

Meu caro General Geisel

Saude e paz!

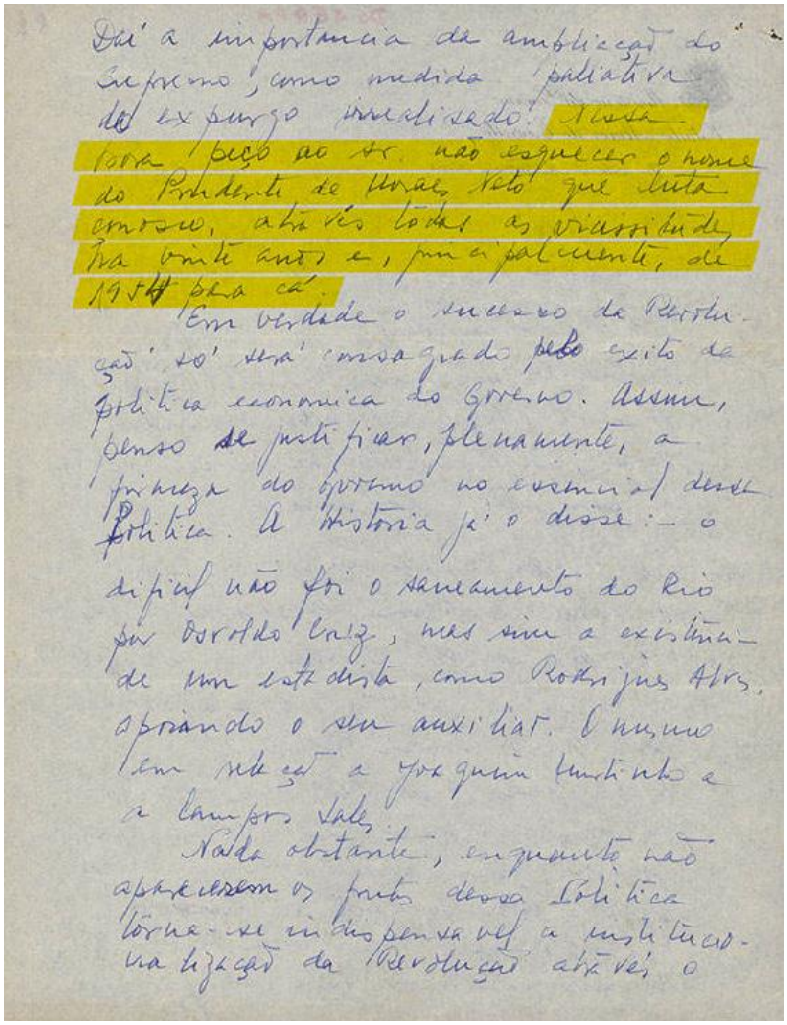
Graças a Deus bamos bem, embora para a mulher e as quatro crianças ainda fase de adaptação' mais ou menos dura ;- para aquela nas lides caseiras e para estes, nos estudos.

Eu, terminando em ra ci ni zar em termos de Brasil e, assim, devorando as notícias dos jornais e sempre inquieto em relação aos rumos e à permanencia de nossa Revolução.

O caso mais grave é, para mim, vencido o contencioso e resolvido esse goriano (desde a primeira hora) é o da instituci onalização da Revolução, através de leis que dêem continuidade ao que tem sido feito até agora.

Página 1 de 6

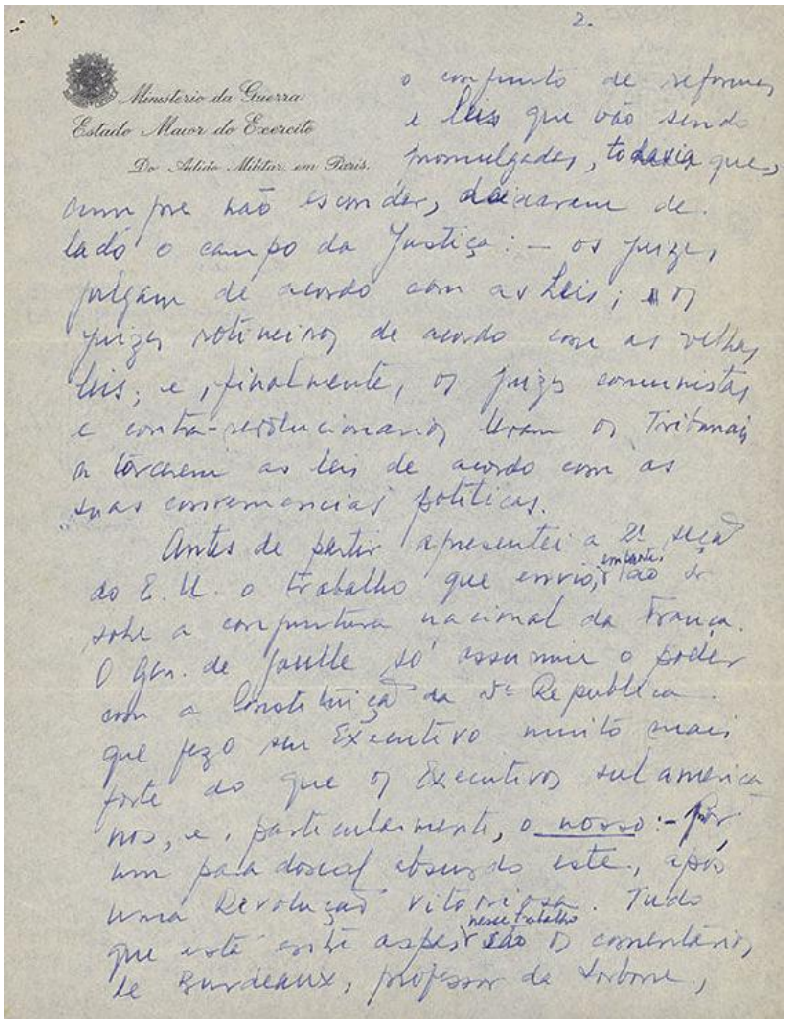
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



Dai a importancia da ambiciação do Supremo, como medida preliminar do expurgo imediato. Nessa hora, cabe ao Sr. não esquecer o nome do Presidente da Liga, pelo que luta amorosa, através todas as vicissitudes, há vinte anos e, principalmente, de 1954 para cá.

Em verdade o sucesso da Revolução só será consagrado pelo exito da política economica do Governo. Assim, penso de justificar, plenamente, a firmeza do governo no exercicio desta Política. A historia já o disse: — o Brasil não foi o saneamento do Rio por Oswaldo Cruz, mas sim a existência de um estadista, como Rodrigues Alves, apoiando o seu auxiliar. O mesmo em relação a Juscelino Kubitschek e a campos Sales.

Nada obstante, enquanto não aparecerem os frutos desta Política torna-se indispensavel a mobilização da Revolução através o

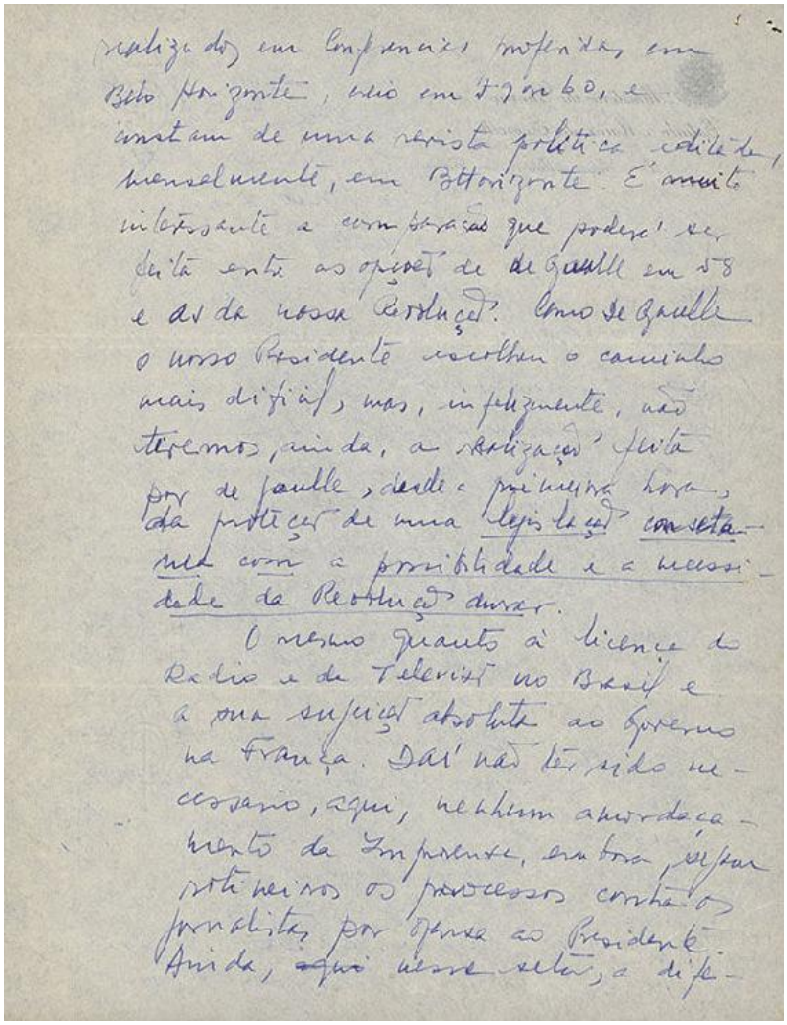


Ministério da Guerra
Estado Maior do Exercito
Do Adido Militar em Paris.

2.

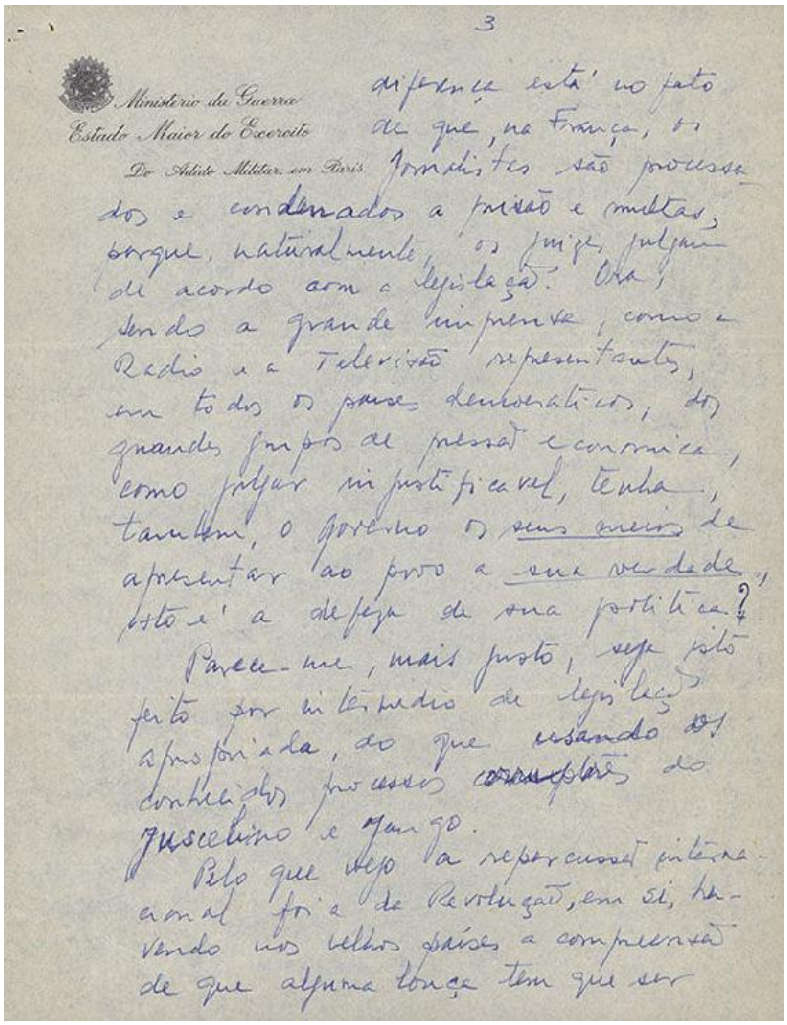
o conjunto de reformas e leis que vão sendo promulgadas, todavia que, como vos não escondo, deixaram de lado o campo da Justiça: — os juizes julgam de acordo com as leis; os juizes militares de acordo com as velhas leis; e, finalmente, os juizes comunistas e contra-revolucionarios, todos os Tribunais applicam as leis de acordo com as suas convicções politicas.

Antes de partir apresentei a Sua Ex.ª o trabalho que envio, contendo, sobre a constituição nacional da França. O Gen. de Gaulle tem assumido o poder sob a Constituição da 3ª Republica. Que fez o seu Executivo muito mais forte do que os Executivos sul americanos, e, particularmente, o nosso: — Por um golpe de força obteve este, após uma Revolução vitoriosa. Todos os que estão ao par dos acontecimentos, como nesse trabalho são descritos, o Conselheiro Le Gendreaux, professor da Sorbonne,



realizadas em Conferências inflamadas, em Belo Horizonte, não em Petrópolis, e constam de uma revista política editada, mensalmente, em Belo Horizonte. É muito interessante a comparação que poderá ser feita entre as opiniões de de Gaulle em 58 e as da nossa Constituição? Como de Gaulle o nosso Presidente escolheu o caminho mais difícil, mas, infelizmente, não tivemos, ainda, a oportunização feita por de Gaulle, desde a primeira hora, da proteção de uma legislação consentânea com a possibilidade e a necessidade da Revolução democrática.

O mesmo quanto à licença de Rádio e de Televisão no Brasil e a sua sujeição absoluta ao Governo na França. Daí não ter sido necessário, aqui, nenhum amordaçamento da Imprensa, embora, ao lado, estejam os processos contra os jornalistas por ofensa ao Presidente. Ainda, aqui nesse setor, a dife-



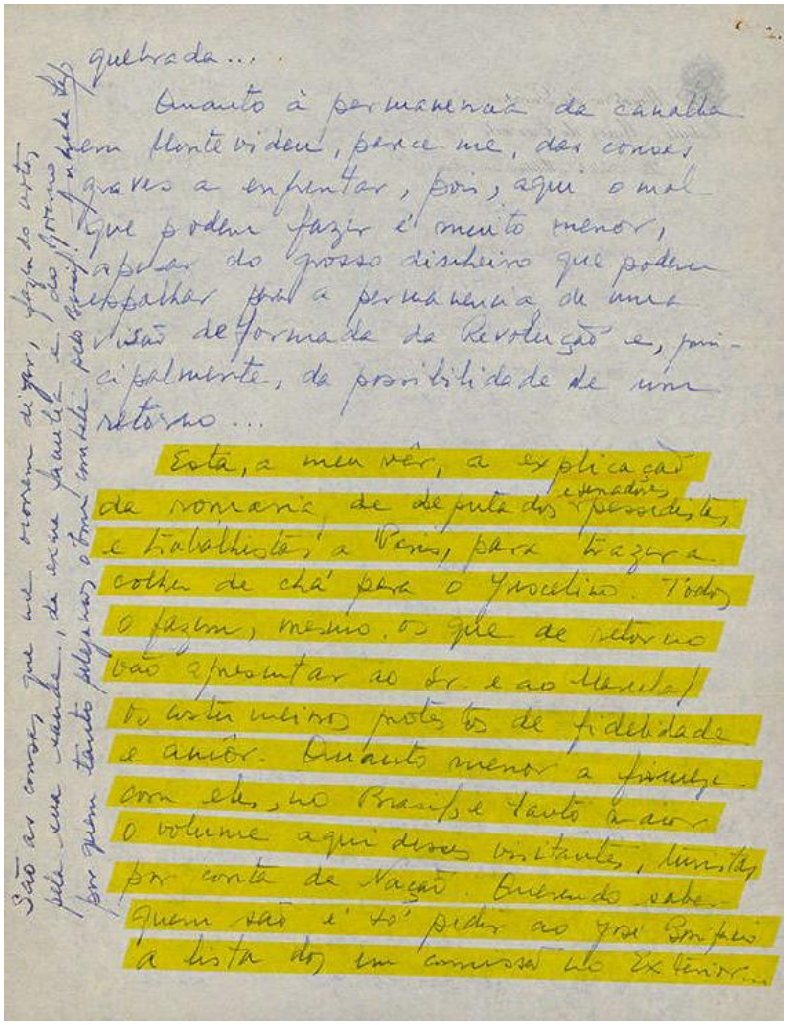
3

Ministério da Guerra
Estado Maior do Exército
Do Adido Militar em Paris

diferença está no fato de que, na França, os jornalistas são processados e condenados a prisão e multas, porque, naturalmente, os juízes julgam de acordo com a legislação. Ora, sendo a grande imprensa, como o Rádio e a Televisão representantes, em todos os países democráticos, dos grandes grupos de pressão econômica, como julgar injustificável, tenha, também, o governo os seus meios de apresentar ao povo a sua verdade, isto é a defesa de sua política?

Parece-me, mais justo, seja visto pelo intermédio de legislação apropriada, do que usando dos condenáveis processos do Juscelino e Jango.

Pelo que deixo a repercussão interna anual foi a de Revolução, em si, havendo nos velhos países a compreensão de que alguma força tem que ser



quebrada...

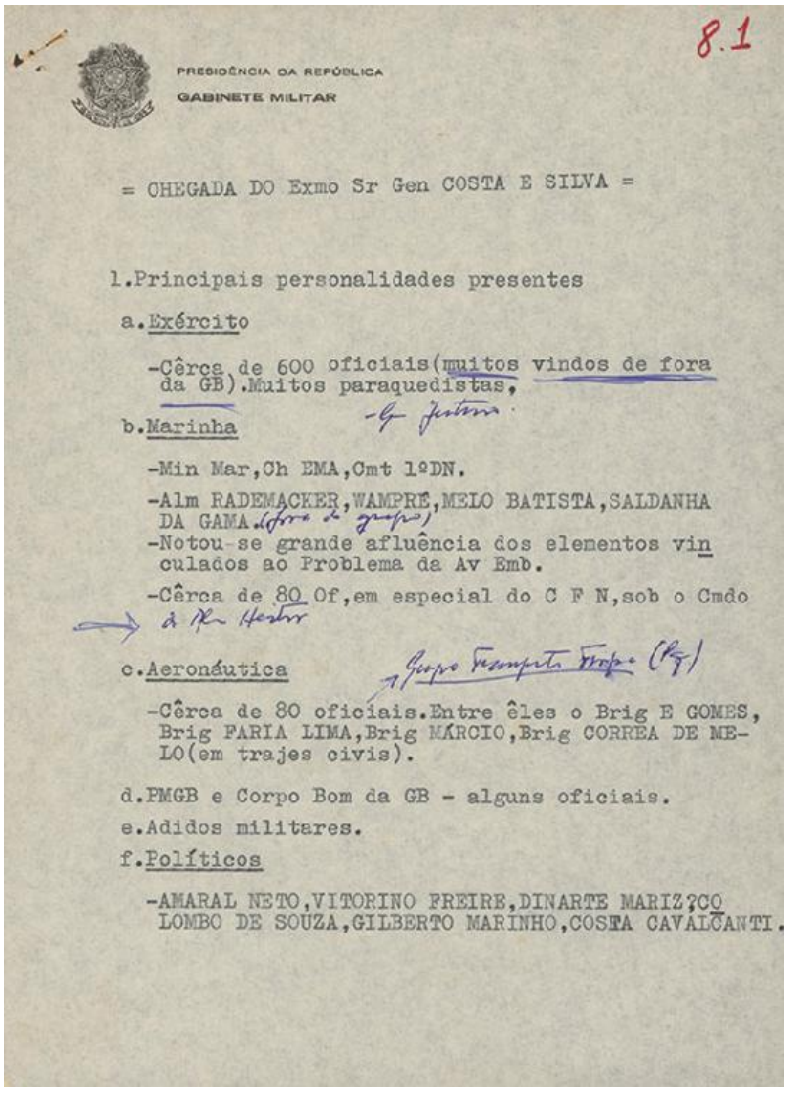
Quanto à permanência da canalha em Montevidéu, parece-me, dos conselhos graves a enfrentar, pois, aqui o mal que podem fazer é muito menor, apesar do grosso dinheiro que podem despender para a permanência de uma visão deformada da Revolução e, principalmente, da possibilidade de um retorno...

Está, a meu ver, a explicação da romaria de deputados cassados, estudantes e trabalhistas a Paris, para tirar a coleta de chá para o fracasso. Todos o fazem, mesmo os que de retorno vão apresentar ao Sr. e ao Mercadante os costumeiros protestos de fidelidade e amizade. Quanto menor a fricção com eles, no Brasil, e tanto mais o volume aqui dos visitantes, turistas por conta de Negão. Quando sabe quem são e só pedir ao Itamaraty a lista dos convocados ao Exterior...

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Dois relatórios do Gabinete Militar da Presidência da República sobre a chegada de Costa e Silva



8.1

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

= CHEGADA DO Exmo Sr Gen COSTA E SILVA =

1.Principais personalidades presentes

a.Exército

-Cêrca de 600 oficiais(muitos vindos de fora da GB).Muitos paraquedistas,

b.Marinha

-Min Mar,Ch EMA,Cmt 1ºDN.

-Alm RADEMACKER,WAMPRÉ,MELO BATISTA,SALDANHA DA GAMA.

-Notou-se grande afluência dos elementos vinculados ao Problema da Av Emb.

-Cêrca de 80 Of,em especial do C F N,sob o Cmdo

c.Aeronáutica

-Cêrca de 80 oficiais.Entre êles o Brig E GOMES, Brig FARIA LIMA,Brig MÁRCIO,Brig CORREA DE MELO(em trajes civis).

d.PMGB e Corpo Bom da GB - alguns oficiais.

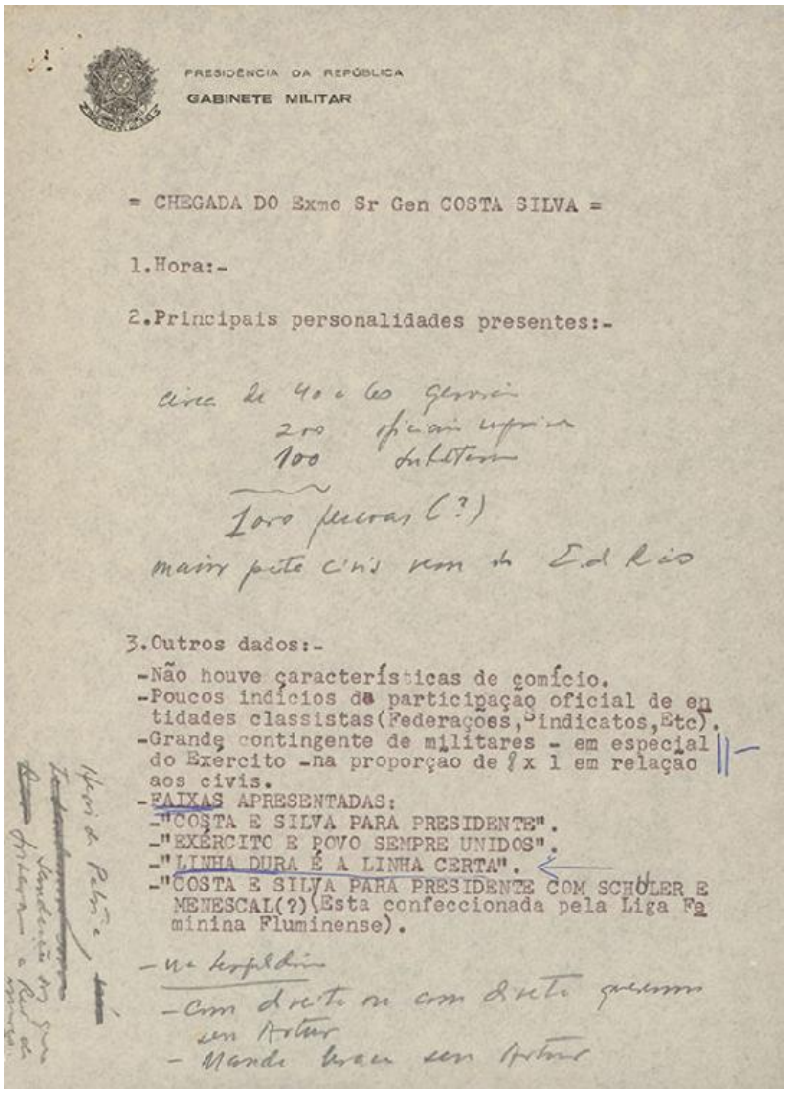
e.Adidos militares.

f.Políticos

-AMARAL NETO,VITORINO FREIRE,DINARTE MARIZ,CO LOMBO DE SOUZA,GILBERTO MARINHO,COSTA CAVALCANTI.

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

= CHEGADA DO Exmo Sr Gen COSTA SILVA =

1.Hora:-

2.Principais personalidades presentes:-

cerca de 40 a 60 Generais
200 oficiais superiores
100 subalternos

1000 pessoas (?)
maior parte civis com o Sr Adhemar

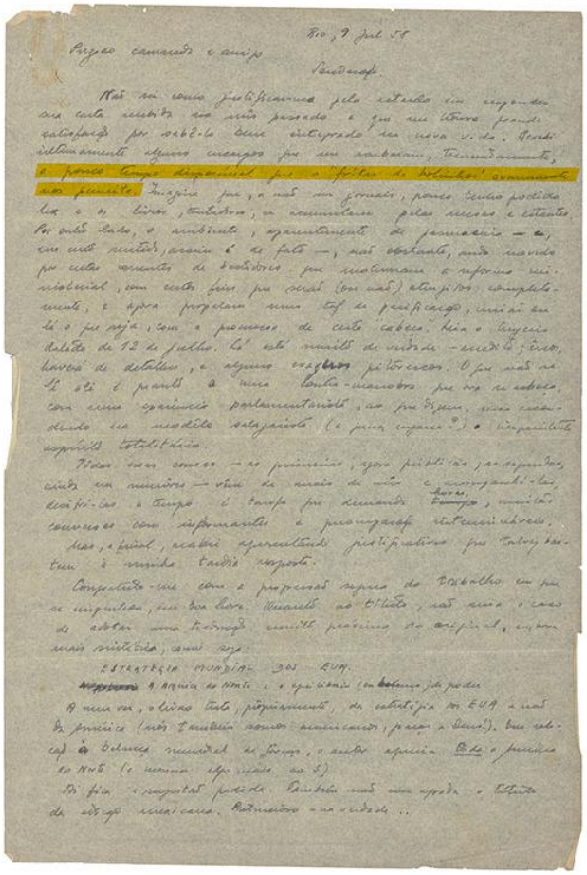
3.Outros dados:-
-Não houve características de comício.
-Poucos indícios de participação oficial de entidades classistas(Federações,Sindicatos,Etc).
-Grande contingente de militares - em especial do Exercito -na proporção de ? x 1 em relação aos civis.
-FAIXAS APRESENTADAS:
-"COSTA E SILVA PARA PRESIDENTE".
-"EXÉRCITO E POVO SEMPRE UNIDOS".
-"LINHA DURA É A LINHA CERTA".
-"COSTA E SILVA PARA PRESIDENCE COM SCHÜLER E MENESCAL(?)(Esta confeccionada pela Liga Feminina Fluminense).

- no hospital
- Com direito ao com direito a guarda sem Arthur
- Mando buscar sem Arthur

[Fim do documento]

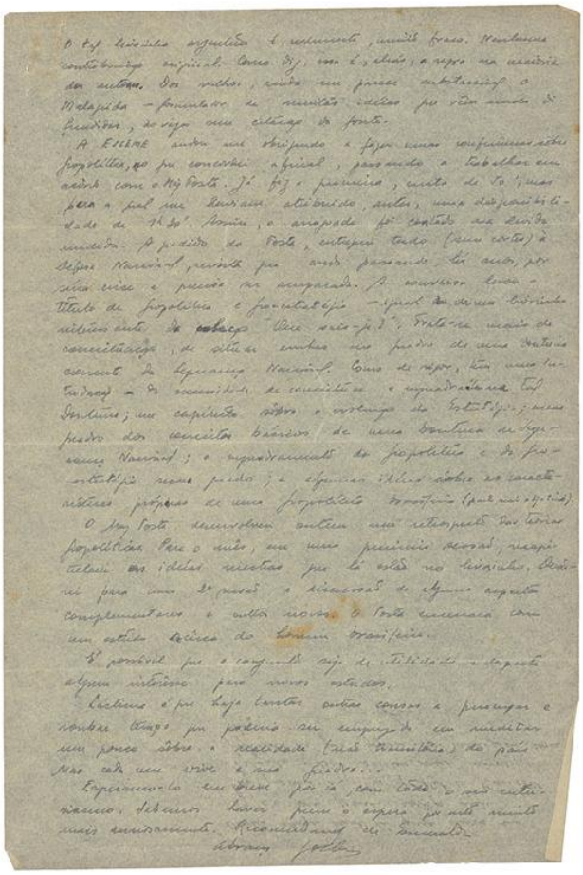
[Voltar] | [Transcrição]

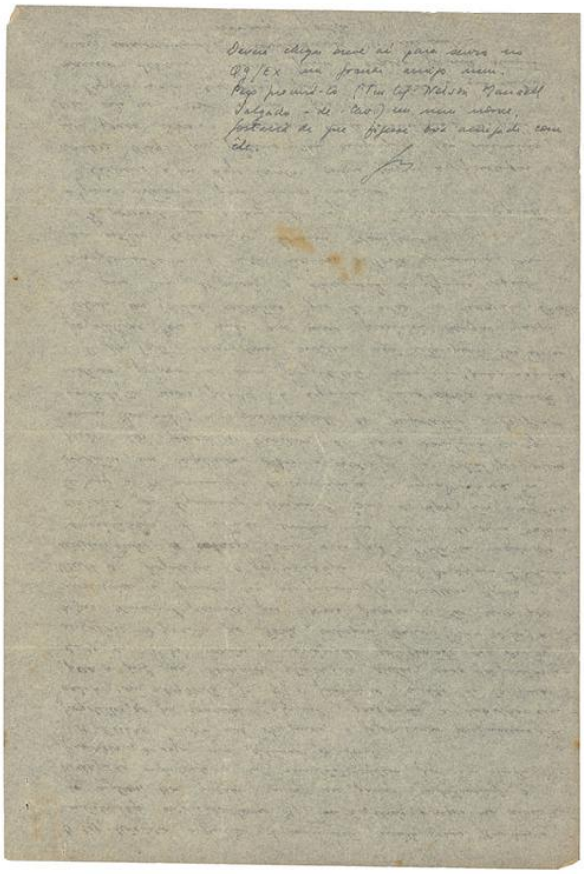
Carta de Golbery a Heitor Ferreira em que usa a expressão “fritar bolinhos” – 9/7/1958



Página 1 de 3

[Voltar] | [Transcrição]

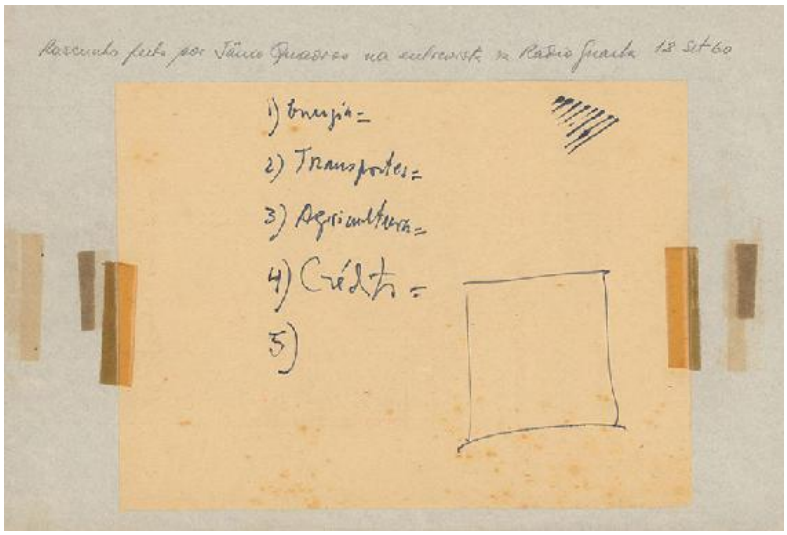




[Fim do documento]

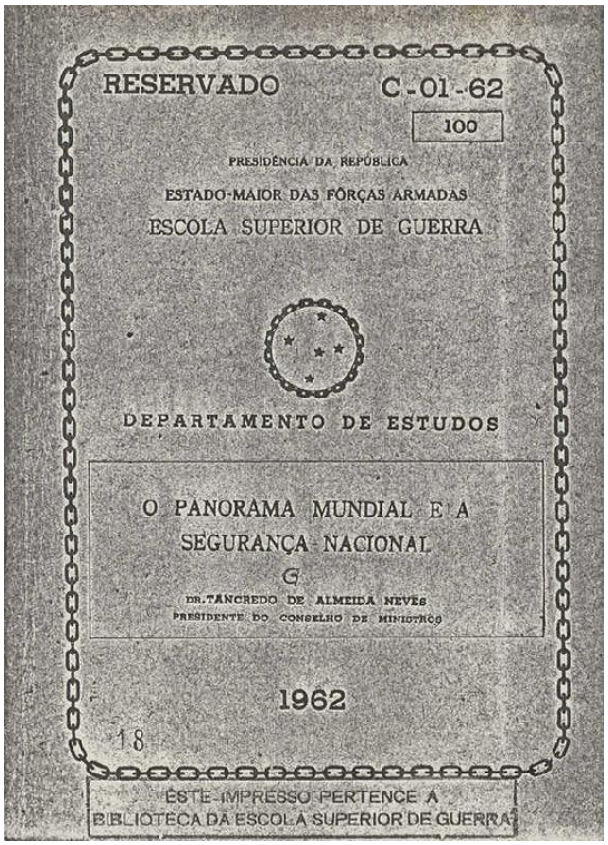
[Voltar] | [Transcrição]

Notas manuscritas por Jânio Quadros para uma entrevista à Rádio Guaíba guardadas pelo tenente Heitor Ferreira



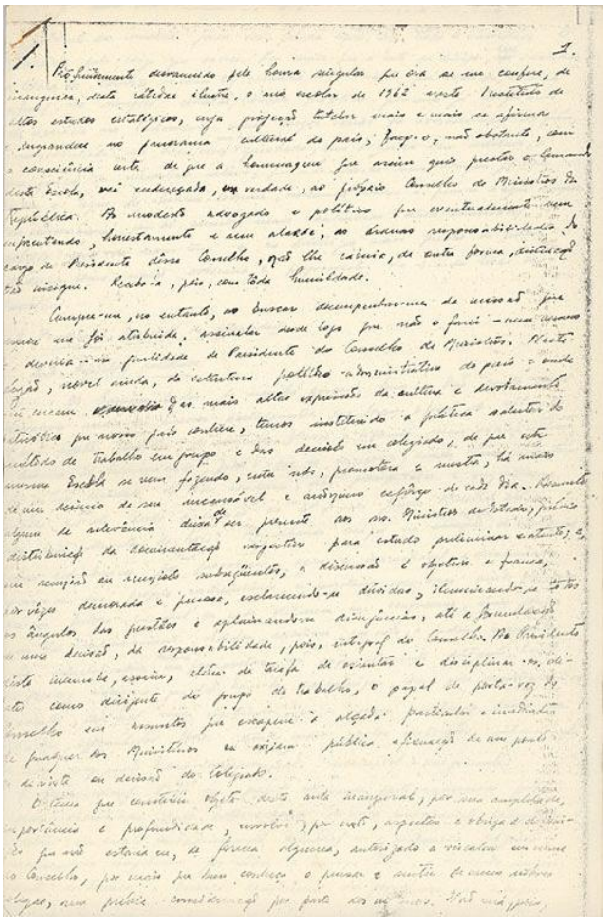
[Voltar] | [Transcrição]

Capa da apostila com a aula inaugural de Tancredo Neves na Escola Superior de Guerra



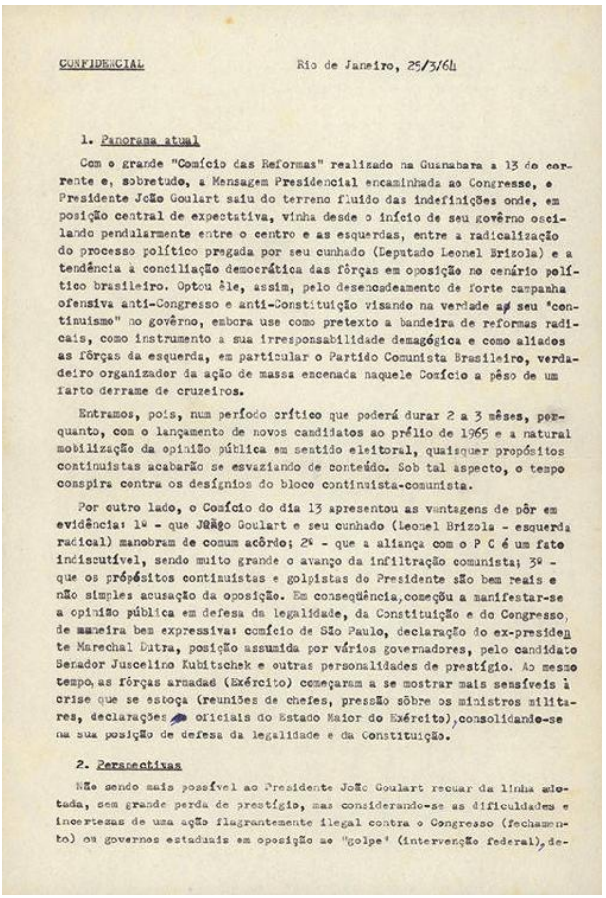
[Voltar] | [Transcrição]

Trecho de manuscrito de Golbery utilizado em palestra de Tancredo



[Voltar] | [Transcrição]

Estimativa de 25 de março de 1964



CONFIDENCIAL Rio de Janeiro, 25/3/64

1. Panorama atual

Com o grande "Comício das Reformas" realizado na Guanabara a 13 do corrente e, sobretudo, a Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso, o Presidente João Goulart saiu do terreno fluido das indefinições onde, em posição central de expectativa, vinha desde o início de seu govêrno oscilando pendularmente entre o centro e as esquerdas, entre a radicalização do processo político pregada por seu cunhado (Deputado Leonel Brizola) e a tendência à conciliação democrática das fôrças em oposição no cenário político brasileiro. Optou êle, assim, pelo desencadeamento de forte campanha ofensiva anti-Congresso e anti-Constituição visando na verdade ao seu "continuismo" no govêrno, embora use como pretexto a bandeira de reformas radicais, como instrumento a sua irresponsabilidade demagógica e como aliados as fôrças da esquerda, em particular o Partido Comunista Brasileiro, verdadeiro organizador da ação de massa encenada naquele Comício a pêso de um farto derrame de cruzeiros.

Entramos, pois, num período crítico que poderá durar 2 a 3 mêses, porquanto, com o lançamento de novos candidatos ao prélio de 1965 e a natural mobilização da opinião pública em sentido eleitoral, quaisquer propósitos continuistas acabarão se esvaziando de conteúdo. Sob tal aspecto, o tempo conspira contra os desígnios do bloco continuista-comunista.

Por outro lado, o Comício do dia 13 apresentou as vantagens de pôr em evidência: 1º - que João Goulart e seu cunhado (Leonel Brizola - esquerda radical) manobram de comum acôrdo; 2º - que a aliança com o P C é um fato indiscutível, sendo muito grande o avanço da infiltração comunista; 3º - que os propósitos continuistas e golpistas do Presidente são bem reais e não simples acusação da oposição. Em conseqüência, começou a manifestar-se a opinião pública em defesa da legalidade, da Constituição e do Congresso, de maneira bem expressiva: comício de São Paulo, declaração do ex-presidente Marechal Dutra, posição assumida por vários governadores, pelo candidato Senador Juscelino Kubitschek e outras personalidades de prestígio. Ao mesmo tempo, as fôrças armadas (Exército) começaram a se mostrar mais sensíveis à crise que se estoça (reuniões de chefes, pressão sôbre os ministros militares, declarações de oficiais do Estado Maior do Exército), consolidando-se na sua posição de defesa da legalidade e da Constituição.

2. Perspectivas

Não sendo mais possível ao Presidente João Goulart recuar da linha adotada, sem grande perda de prestígio, mas considerando-se as dificuldades e incertezas de uma ação flagrantemente ilegal contra o Congresso (fechamento) os governos estaduais em oposição ao "golpe" (intervenção federal), de-

[Voltar] | [Transcrição]

ve esperar-se desde logo tome maior impulso a campanha já iniciada de pressionamento do Congresso para obtenção de uma fórmula continuista qualquer (Constituinte, plebiscito e reforma constitucional), sem o recurso, porém, a violências frontais como aquelas acima referidas, sujeitas a fracasso por falta de adequada cobertura militar.

Assim: 1) Ampla campanha publicitária de apoio (anti-Congresso, anti-Constituição, em pról de reformas radicais, e de promoção da administração João Goulart); 2) Ações de amaciamento, sobretudo junto aos congressistas (oferecimento de compensações, mudança do Ministério agaçando ambições, etc.); 3) Pressões de massas organizadas (comícios, passeatas, manifestações de sindicatos, etc.); 4) Ameaças de greve (ultimato ao Congresso) e seu desencadeamento efetivo, podendo chegar à tentativa de greve geral; 5) Pronunciamento de chefes militares; 6) Invasões de terras, distúrbios nas cidades e nos campos; 7) Marcha popular sôbre Brasília; 8) Pressão econômica sôbre setores em oposição, particularmente contra a imprensa, o rádio e a televisão, mediante decretos executivos ampliando, mesmo ilegalmente, a área sob contrôle do Executivo (monopólio do papel de imprensa, encampação de emprêsas difusoras, etc.); 9) Decretos executivos, mesmo ilegais, implantando medidas de alto conteúdo demagógico (tabelamentos, aumentos salariais, etc.); 10) Caos econômico consciente e irresponsàvelmente provocado por medidas demagógicas ou de motivação ideológica da esquerda (estatização), com o objetivo da criação de um clima favorável à subversão da ordem.

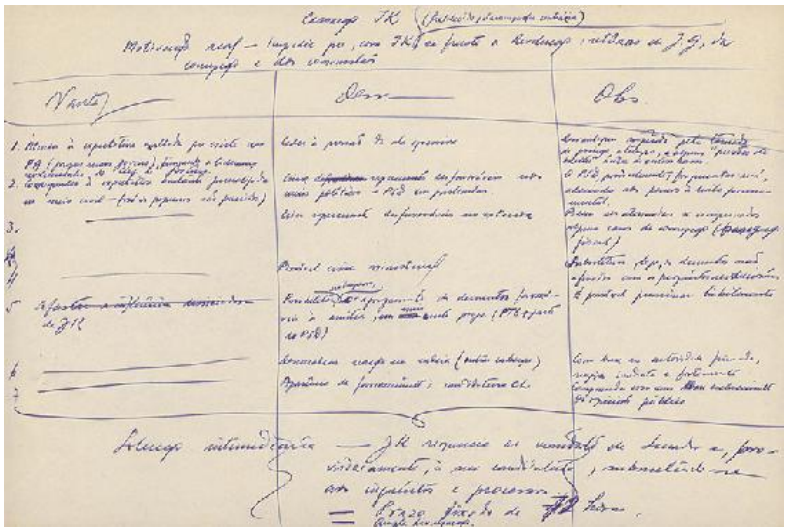
3. <u>O que fazer</u>.

a. Barrar, no Congresso sobretudo, tôdas as saídas legais ou pseudolegais que possibilitem o continuismo do Sr. João Goulart, levando-o à grande opção (desistir de seus intentos continuistas e empenhar-se na campanha sucessória ou tentar uma violação frontal da Constituição, com sério risco de revés total).
b. Mobilizar amplo apoio ao Congresso, fortalecendo-o perante a opinião pública e dando-lhe condições de resistir às pressões do Executivo.
c. Revigorar o sentimento legalista das Fôrças Armadas, através de um pronunciamento maciço da opinião pública.
d. Reagir à onda demagógica e coativa de decretos do Executivo, provocando a intervenção legal e oportuna do Poder Judiciário, chamado também à defesa das instituições ameaçadas.

Para tudo isso, o que mais importa e urge é uma ampla e crescente mobilização da opinião pública sob a bandeira da legalidade e do anticomunismo.

[Voltar] | [Transcrição]

Manuscrito de Golbery com os motivos para a cassação de JK



[Voltar] | [Transcrição]

Reportagem da revista *Visão* sobre sucessão de Médici com anotação de Figueiredo observando que Geisel fora escolhido em junho de 1971

[O trecho mencionado está na página 2]

10.4

A NAÇÃO

RETROSPECTO E PERSPECTIVAS DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Costuma-se dizer que desde 1964 os presidentes podem tudo no Brasil, menos indicar seu sucessor. A próxima sucessão presidencial ainda está distante, mas a análise das anteriores pode ajudar na formulação de previsões.

O Governo Geisel, no último dia 15, chegou à metade de seu mandato. É caro que a Administração iniciada a 15 de março de 1974 se estenderá por cinco anos; mas o último estará primordialmente ocupado pela sucessão presidencial, pertencerá ao sol que se levanta — para usar uma expressão do agrado dos políticos gaúchos, afeiçoados ao amanhecer no pampa.

O general Médici assumiu a presidência da República a 30 de outubro de 1969. Pois já em 1971 o ministro Leitão de Abreu, despachando com seus auxiliares no Palácio do Planalto, não hesitava em dizer-lhes: "O Governo só espera exercer plenamente o poder até o final de 1972. O ano seguinte já fará parte da sucessão; a simples operação de selecionar nomes, rejeitando-se alguns, reservando-se outros para exame posterior, submeterá a autoridade a um processo de desgaste. Por isso, todas as medidas administrativas mais importantes que o Executivo tiver de

Visão, 22 de março de 1976

[Voltar] | [Transcrição]

Coube a Adhemar de Queiroz a inventariança do espólio político de Castello.

Golbery: não faltaram quem lhe atribuísse a tática que levou à escolha de Geisel.

instituições estáveis, adaptando-o a formas e métodos que o tornem apto a realizar obra profícua, sólida, capaz de perdurar. Administrar, todavia, é como fazer política: o que se tem em mira nem sempre é o que se consegue. O presidente se defronta hoje com dificuldades imprevisíveis; muitas vêm de fora. Não lhe basta competência para removê-las. Num período de tranquilidade, foi possível ao castellismo ressurgir sem problema aqui e permanecer.

É cedo para novos fatos

É cedo para nomes. Mas revelar, pelo menos em parte, como esse ressurgimento se processou permitirá arriscar uma previsão sobre as táticas com que o presidente enfrentará a sucessão, na hora em que já tem de basear para ela, como nos vem faltando, onde depois de subir ao ponto mais alto, na metade do percurso, o projétil começa a descer na direção do alvo.

Nos primeiros meses de 1973 o presidente Médici declarou que trataria de sua substituição apenas no segundo semestre daquele ano. Ora, foi a 19 de junho que anunciou a indicação do general Ernesto Geisel para chefiar o Executivo a partir de ano seguinte. Isso demonstra que, *intra muros*, o processo sucessório foi deflagrado antes que o Governo quisesse; e que a sucessão possui uma dinâmica própria, independente de quem tenta detê-la — esteja onde estiver. Mas não é só. Tudo leva a crer que a candidatura Ernesto Geisel se tenha consolidado depois de um despacho de Médici com seu ministro do Exército. Este falou francamente na perspectiva de uma prorrogação do mandato presidencial pelo menos para que coincidisse com o dos governadores que deixarão o poder a 15 de março de 1975. Médici, que nunca postulara a posição a que fora elevado, ambicionava abandoná-la na data prevista. Dava por cumprida — e bem cumprida — a missão de que fora investido, em momentos difíceis: tinha, como tem até agora, excelente imagem popular, seu Governo fora bem sucedido, instalando um período de paz social e notável desenvolvimento econômico. Estava na hora de sair. Afirmando ao general Orlando Geisel que cumpriria os prazos prefixados, teria sido perguntado por que ele não o substituía. A resposta do ministro foi clara: não tinha saúde nem gosto por administração para assumir tamanho encargo. Diante disso, o presidente inquiriu: "E por que não o Ernesto?". A partir de então, o processo evoluiu rapidamente, apanhando de

rios dos dois primeiros governos revolucionários. Isso permitiu ao "grupo Castello" inovar uma estratégia destinada a reinstalar-se no poder; e o que parecia impossível quando Costa e Silva ocupou a presidência em 1967 consumou-se em 1974.

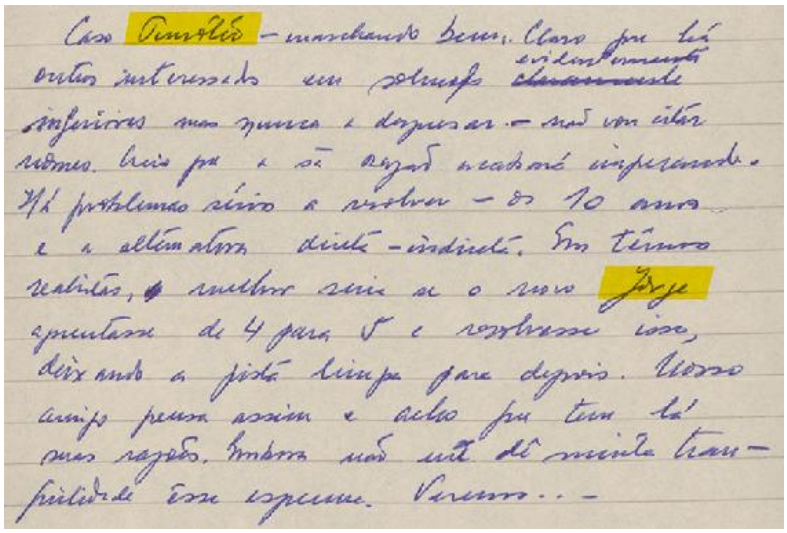
As raízes do castellismo se situam na Escola Superior de Guerra: sua doutrina é a dos chamados objetivos nacionais permanentes. Dentro de uma perspectiva brasileira do mundo, governar com vistas a atingir metas fundamentais para o Brasil e que consistem em preservar a independência política; estabelecer e aperfeiçoar o regime democrático, assegurados a Federação e o municipalismo; promover a integração social, a incorporação efetiva de todo o território à vida nacional e o desenvolvimento econômico estável, que ofereça ao povo níveis elevados de bem-estar e cultura; manter o *statut quo* territorial na América do Sul; fortalecer a solidariedade e a cooperação entre os povos da América; e elevar o prestígio do país no âmbito externo.

Daí o elan desse grupo para sobreviver, chegar ao Governo e dotá-lo de

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

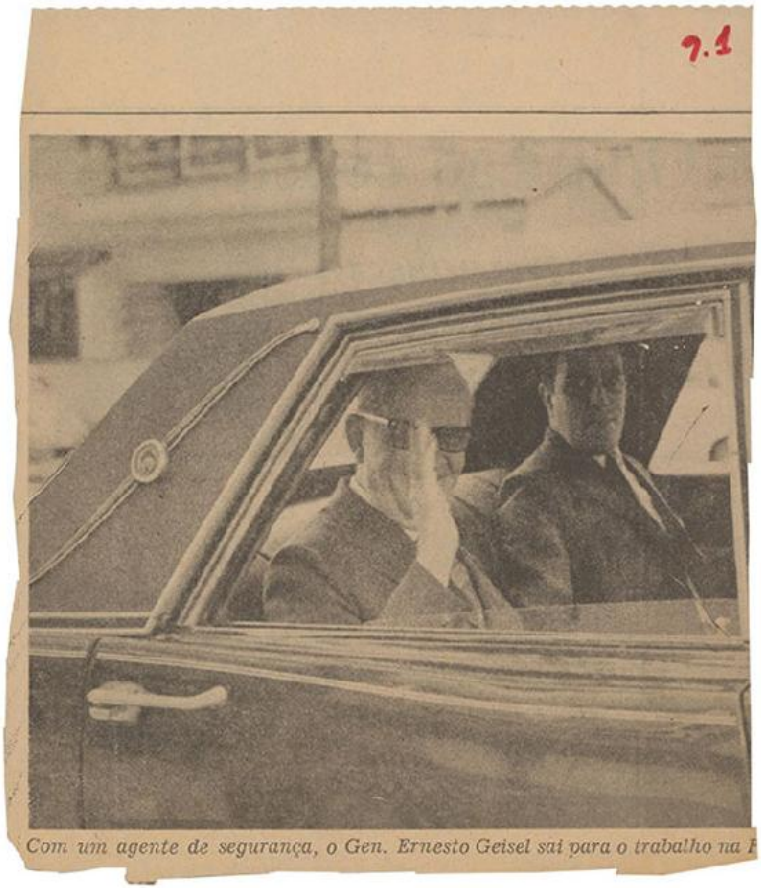
Carta de Golbery a Heitor Ferreira sobre a escolha de Geisel



Caso Pentágono – marchando bem. Claro que há outros interessados em soluções evidentemente inferiores mas nunca é desprezar – não vou citar nomes. Acho que o Sr. Orlando acabará impedindo. Há problemas sérios a resolver – os 10 anos e a alternância direita-indireta. Em tempos realistas, melhor seria se o novo Boye apontasse de 4 para 5 e resolvesse isso, deixando a pista limpa para depois. Nosso amigo pensa assim e acho que tem lá suas razões. Embora não até de minha transparência desse espírito. Veremos...

[Voltar] | [Transcrição]

Recorte do *Jornal do Brasil* guardado por Heitor Ferreira no qual ele é identificado como segurança de Geisel – 20/6/1973



[Voltar] | [Transcrição]

Editorial do *Correio da Manhã* apoiando a prorrogação do mandato de Médici

Correio da Manhã

Seleção fica no ponto e Tostão é nosso cérebro

LÍBANO NÃO VAI PUNIR PALESTINOS

Assembléia vai debater criação do Rio Tarauacá

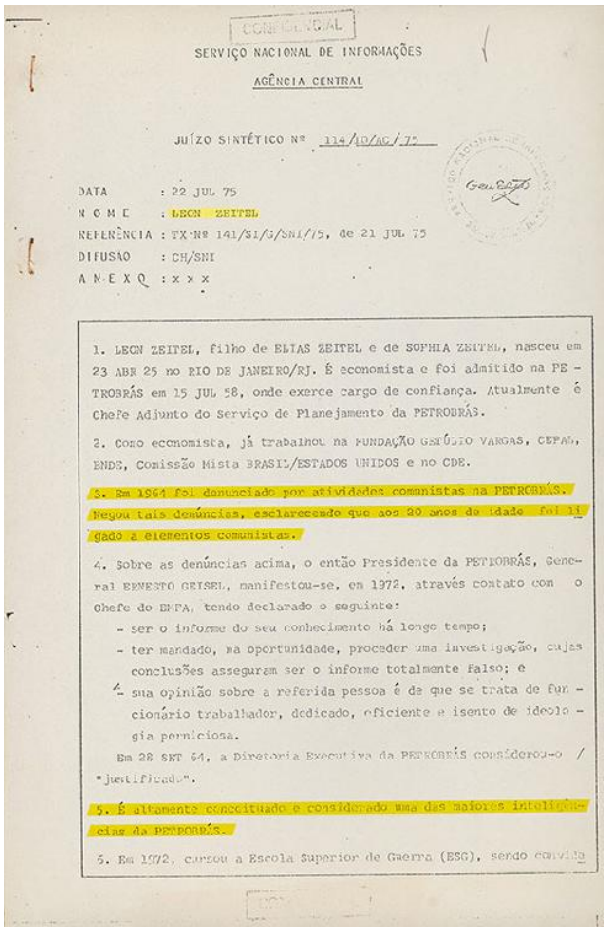
Fogo destrói o depósito de Leite

Uma flor para Leda, a fim de uma saudade

Dever de fidelidade

[Voltar] | [Transcrição]

Ficha de Leon Zeitel no SNI



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

JUÍZO SINTÉTICO Nº 114/10/AC/75

DATA : 22 JUL 75
NOME : LEON ZEITEL
REFERÊNCIA : TX Nº 141/SI/G/SNI/75, de 21 JUL 75
DIFUSÃO : CH/SNI
ANEXO : x x x

1. LEON ZEITEL, filho de ELIAS ZEITEL e de SOPHIA ZEITEL, nasceu em 23 ABR 25 no RIO DE JANEIRO/RJ. É economista e foi admitido na PETROBRÁS em 15 JUL 58, onde exerce cargo de confiança. Atualmente é Chefe Adjunto do Serviço de Planejamento da PETROBRÁS.

2. Como economista, já trabalhou na FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CEPAL, END8, Comissão Mista BRASIL/ESTADOS UNIDOS e no CDE.

3. Em 1964 foi denunciado por atividades comunistas na PETROBRÁS. Negou tais denúncias, esclarecendo que aos 20 anos de idade foi ligado a elementos comunistas.

4. Sobre as denúncias acima, o então Presidente da PETROBRÁS, General ERNESTO GEISEL, manifestou-se, em 1972, através contato com o Chefe do EMFA, tendo declarado o seguinte:

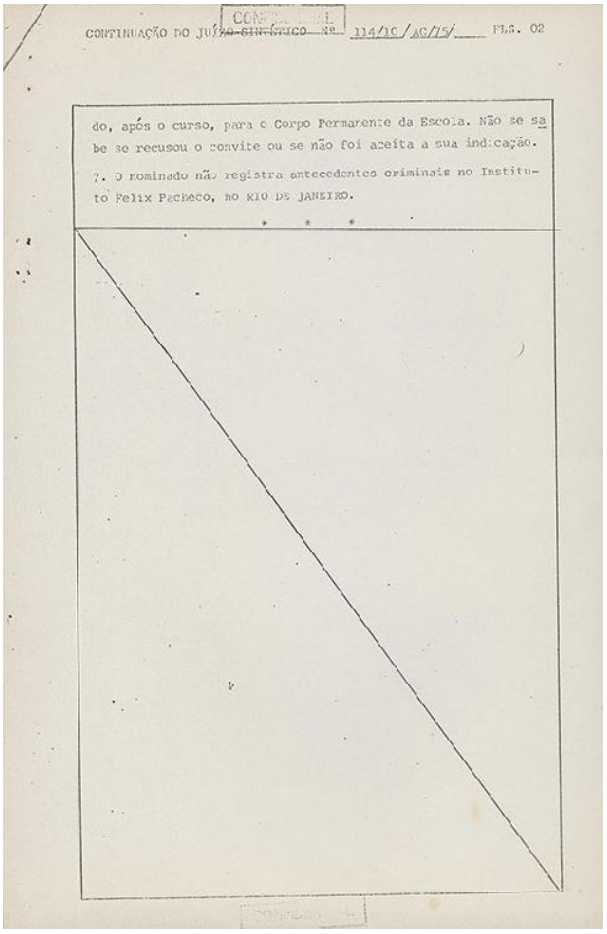
- ser o informe do seu conhecimento há longo tempo;
- ter mandado, na oportunidade, proceder uma investigação, cujas conclusões asseguram ser o informe totalmente falso; e
- sua opinião sobre a referida pessoa é de que se trata de funcionário trabalhador, dedicado, eficiente e isento de ideologia perniciosa.

Em 28 SET 64, a Diretoria Executiva da PETROBRÁS considerou-o "justificado".

5. É altamente conceituado e considerado uma das maiores inteligências da PETROBRÁS.

6. Em 1972, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG), sendo convida

[Voltar] | [Transcrição]



CONTINUAÇÃO DO JUÍZO CIENTÍFICO Nº 114/IC/AC/75 FLS. 02

do, após o curso, para o Corpo Permanente da Escola. Não se sabe se recusou o convite ou se não foi aceita a sua indicação.

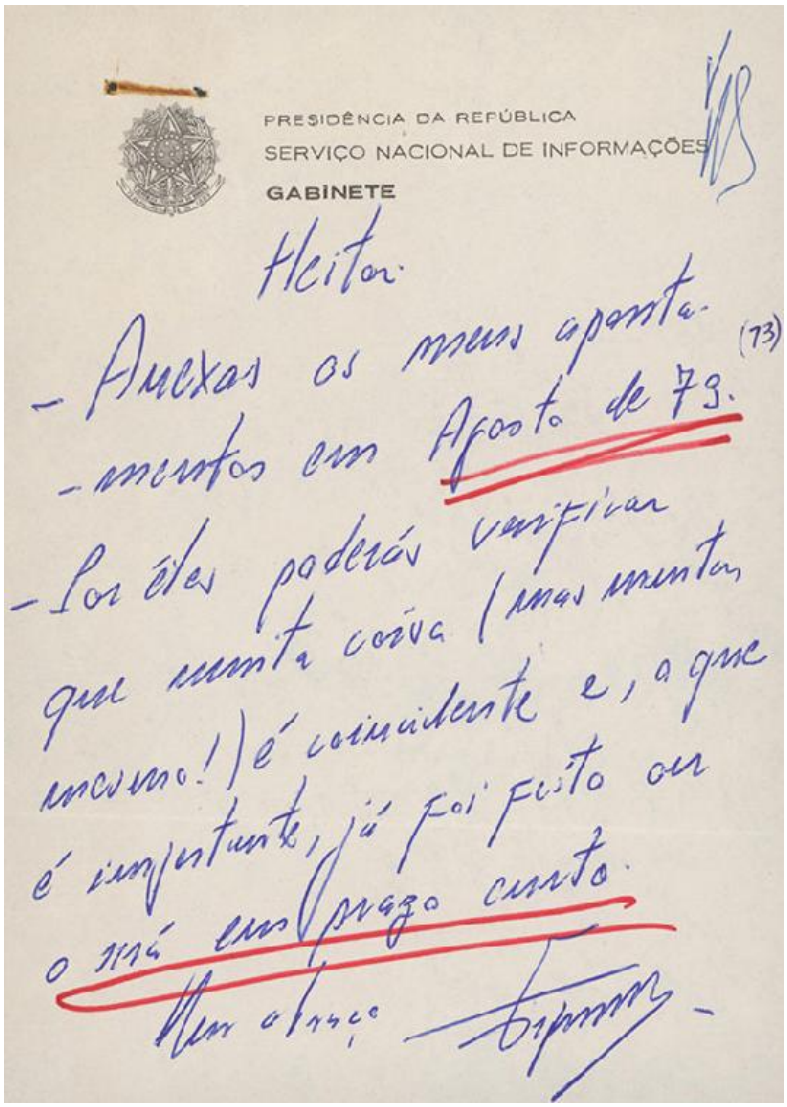
7. O nominado não registra antecedentes criminais no Instituto Felix Pacheco, no RIO DE JANEIRO.

* * *

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Lista de Figueiredo com tópicos de interesse para o futuro governo Geisel



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

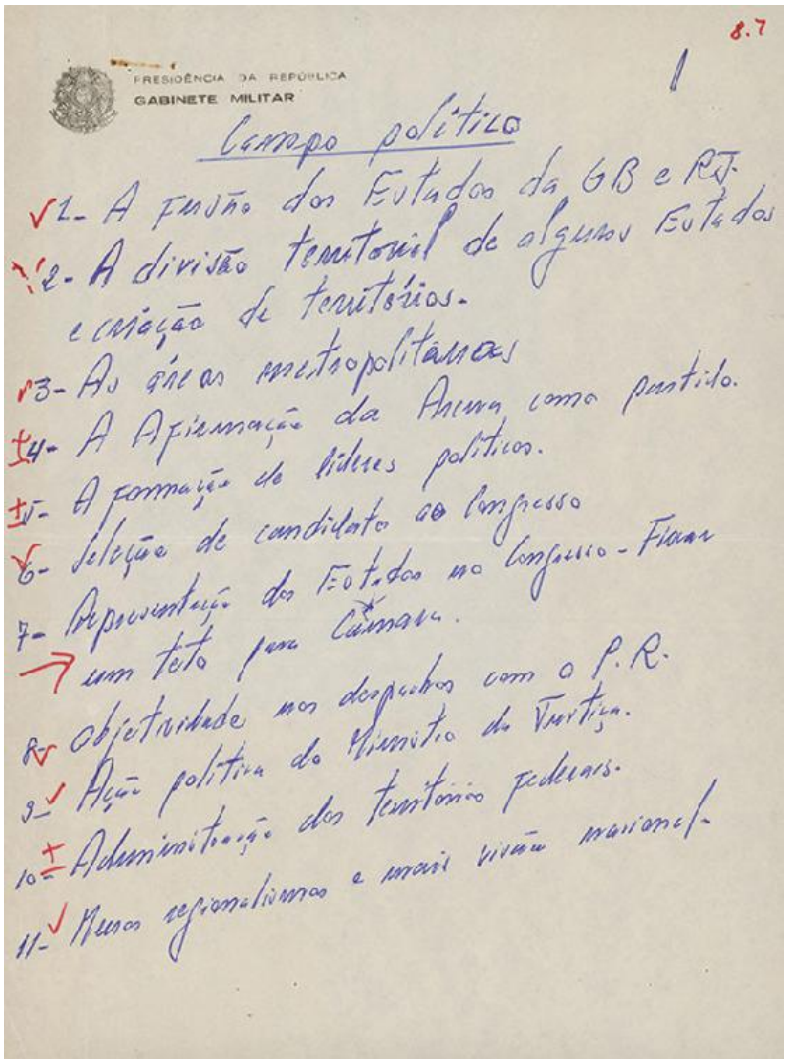
Heitor.

- Anexos os meus apontamentos em Agosto de 73. (73)
- Por êles poderás verificar que muita coisa (mas muita mesmo!) é coincidente e, o que é importante, já foi feito ou o será em prazo curto.

Um abraço

Página 1 de 7

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



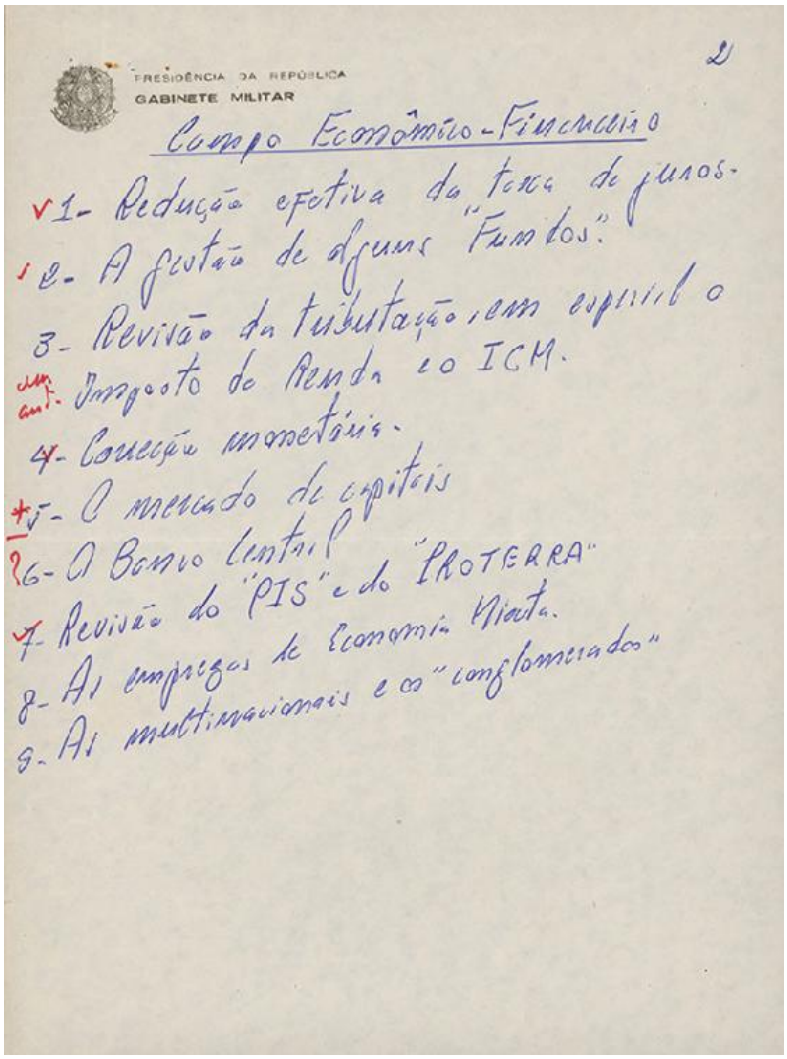
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

8.7

1

Campo político

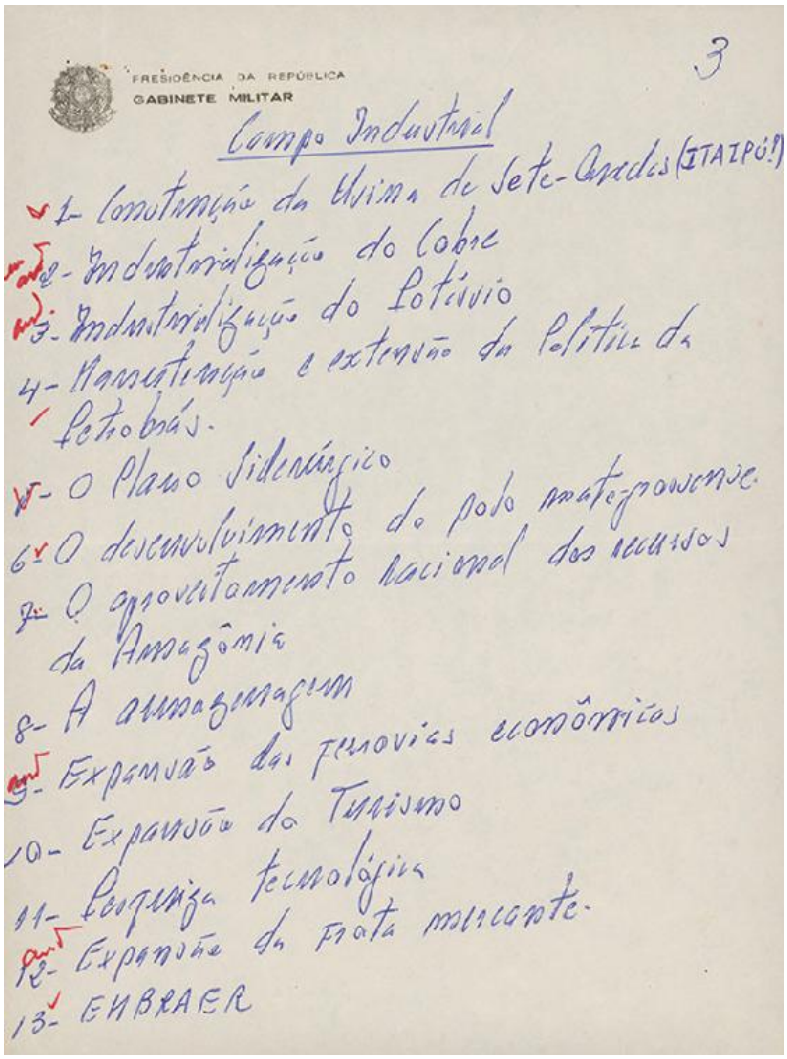
1- A fusão dos Estados da GB e RJ.
2- A divisão territorial de alguns Estados e criação de territórios.
3- As áreas metropolitanas
4- A afirmação da Arena como partido.
5- A formação de lideres políticos.
6- Seleção de candidato ao Congresso
7- Representação dos Estados no Congresso - Fixar um teto para Câmara.
8- objetividade nos despachos com o P.R.
9- Ação política do Ministro do Trabalho.
10- Administração dos territórios federais.
11- Novos regionalismos e maior vivência nacional -


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

2

Campo Econômico-Financeiro

1- Redução efetiva da taxa de juros.
2- A gestão de alguns "Fundos".
3- Revisão da tributação, em especial o Imposto de Renda e o ICM.
4- Correção monetária.
5- O mercado de capitais
6- O Banco Central
7- Revisão do "PIS" e do "PROTERRA"
8- As empresas de economia mista.
9- As multinacionais e os "conglomerados"

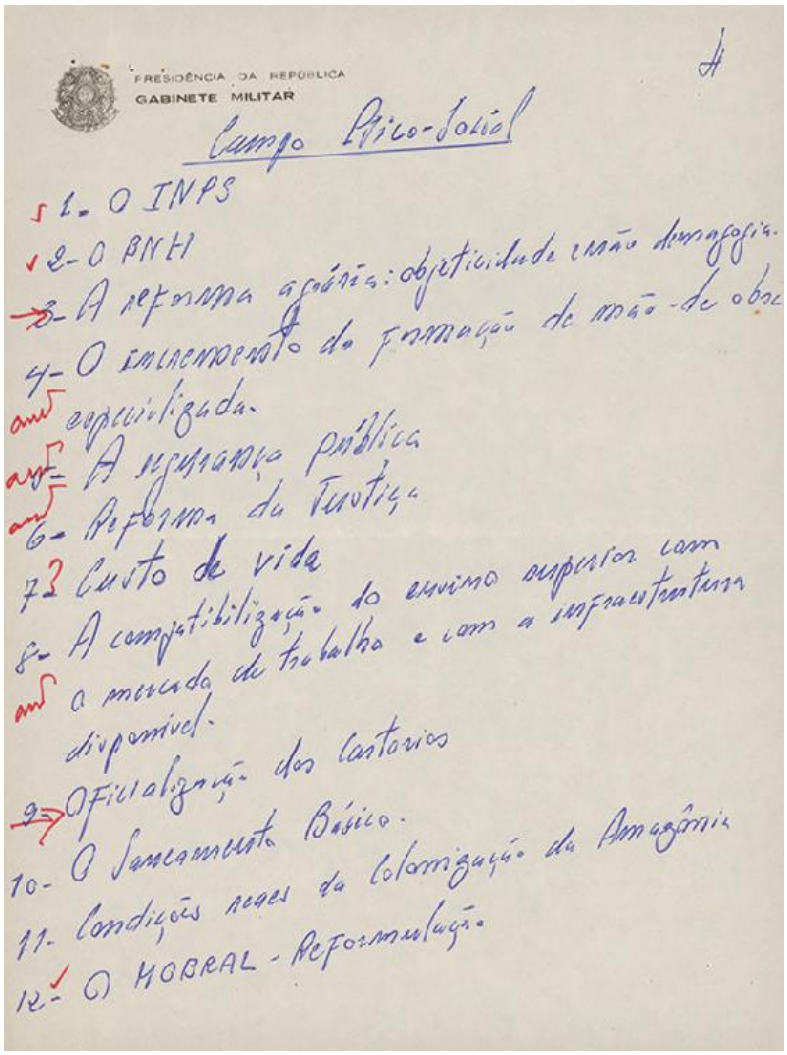


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

3

Campo Industrial

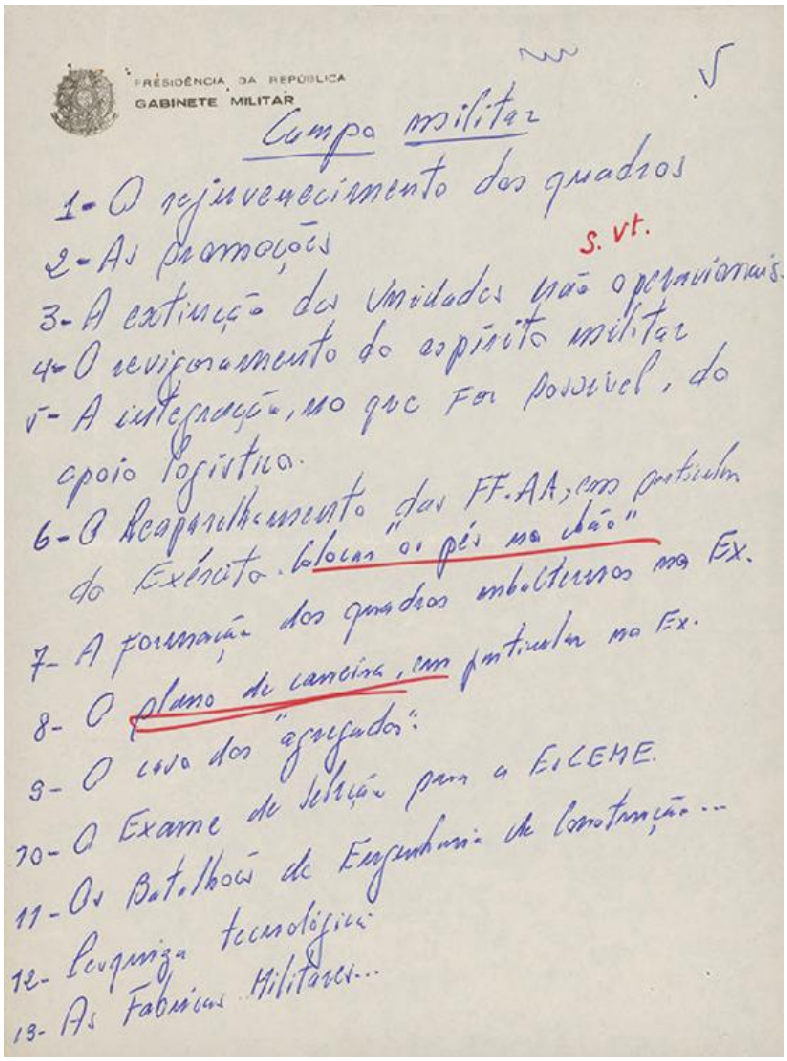
1- Construção da Usina de Sete-Quedas (ITAIPÚ?)
2- Industrialização do Cobre
3- Industrialização do Potássio
4- Manutenção e extensão da Política da Petrobrás.
5- O Plano Siderúrgico
6- O desenvolvimento do polo Mato-grossense.
7- O aproveitamento racional dos recursos da Amazônia
8- A armazenagem
9- Expansão das ferrovias econômicas
10- Expansão do Turismo
11- Pesquisa tecnológica
12- Expansão da frota mercante.
13- EMBRAER


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

4

Campo Psico-Social

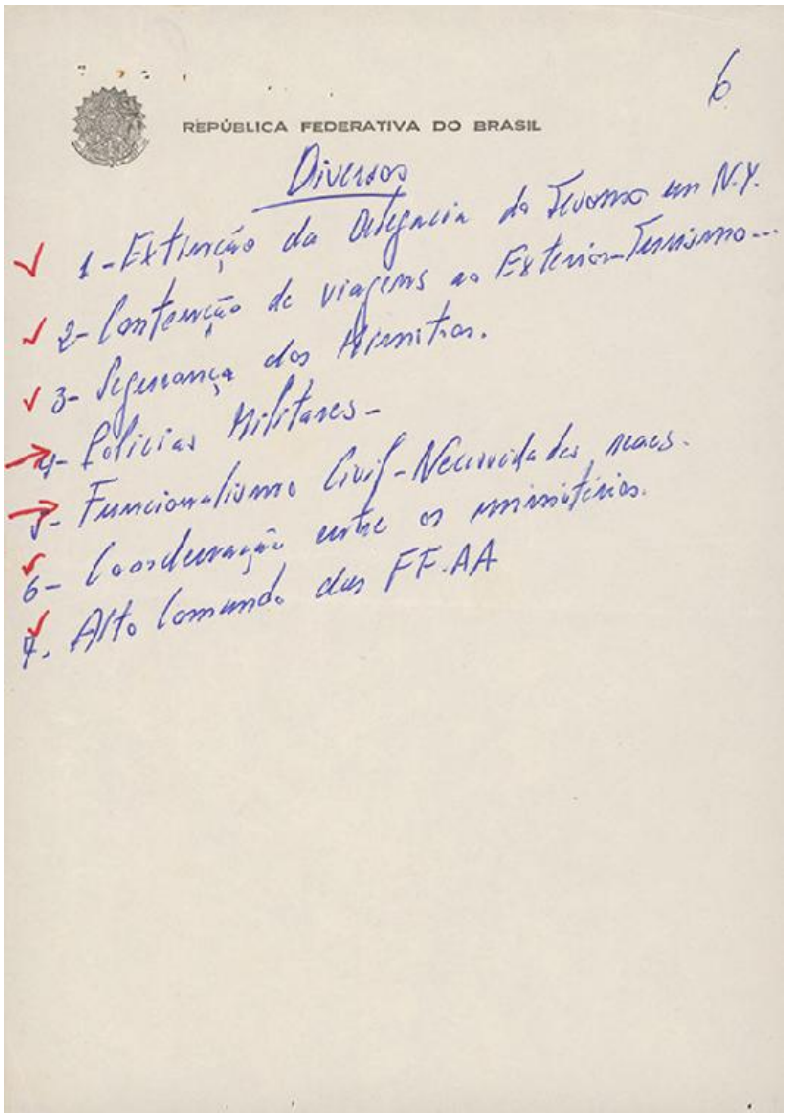
1- O INPS
2- O BNH
3- A reforma agrária: objetividade numa demografia.
4- O incremento da formação de mão-de-obra especializada.
5- A segurança pública
6- Reforma da Justiça
7- Custo de vida
8- A compatibilização do ensino supletivo com o mercado de trabalho e com a infra-estrutura disponível.
9- Oficialização dos cartórios
10- O Saneamento Básico.
11- Condições sociais da colonização da Amazônia
12- O MOBRAL - Reformulação.


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

Campo militar

1- O rejuvenecimento dos quadros
2- As promoções
3- A extinção das Unidades não operacionais
4- O revigoramento do espírito militar
5- A integração, no que for possível, do apoio logístico.
6- O Reaparelhamento das FF.AA, em particular do Exército. Colocar "os pés no chão"
7- A formação dos quadros subalternos no Ex.
8- O plano de carreira, em particular no Ex.
9- O caso dos "agregados"
10- O Exame de Seleção para a ESCEME
11- Os Bat. Shoe de Engenharia de construção...
12- Pesquisa tecnológica
13- As Fabricas Militares...

s. vt.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

6

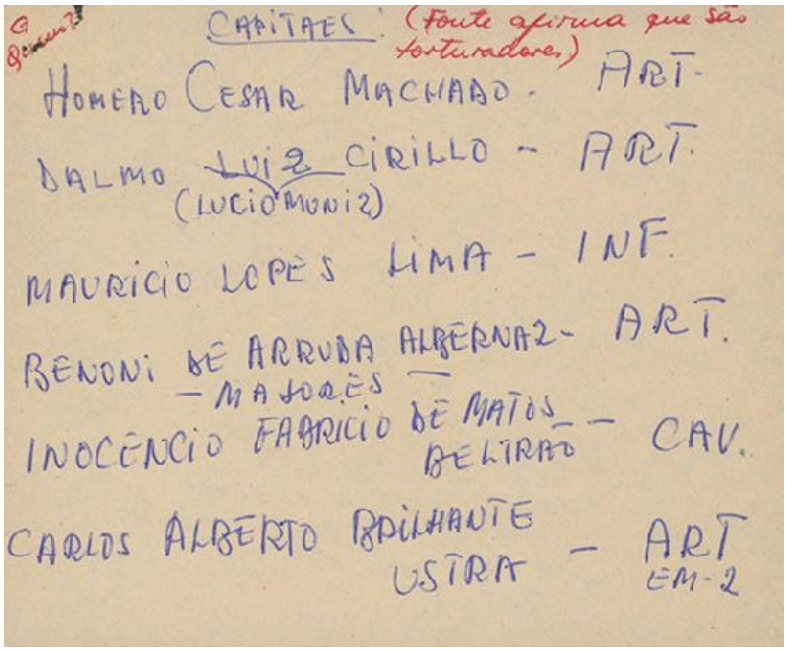
Diversos

1 - Extinção da Delegacia do Turismo em N.Y.
2 - Contenção de viagens ao Exterior - Turismo ...
3 - Segurança dos Aeroportos.
4 - Polícias Militares -
5 - Funcionalismo Civil - Necessidade dos cargos.
6 - Coordenação entre os ministérios.
7 - Alto Comando das FF.AA

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Lista com nomes de acusados de tortura


CAPITÃES (Foste afirma que são torturadores)

HOMERO CESAR MACHADO - ART.

DALMO LUIZ CIRILLO (LUCIO MUNIZ) - ART.

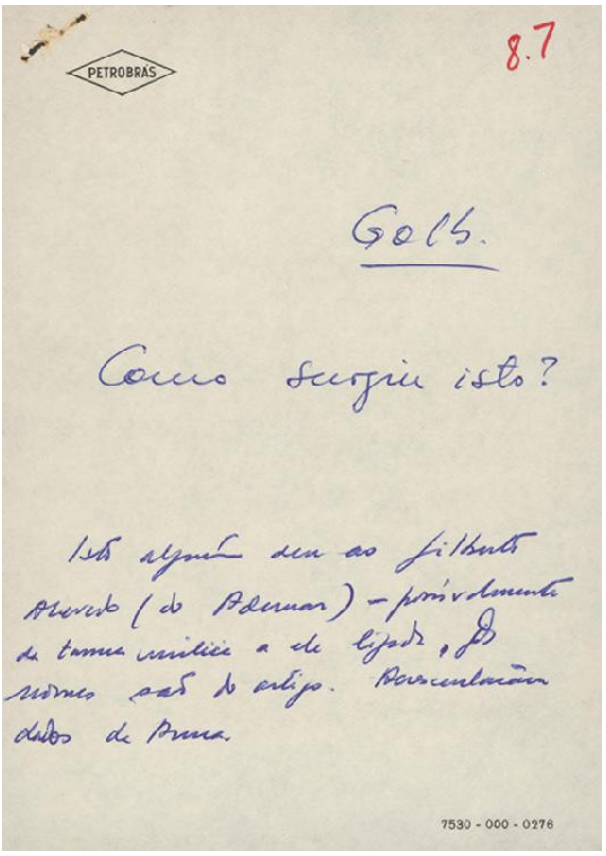
MAURICIO LOPES LIMA - INF.

BENONI DE ARRUDA ALBERNAZ - MAJORES - ART.

INOCÊNCIO FABRICIO DE MATOS BELTRÃO - CAV.

CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA - ART EM-2

Anotação de Golbery em que revela autoria da lista de acusados de tortura



[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

O Estado de S. Paulo, 10 de novembro de 1973

Edição censurada

O Japão vai trazer capital e tecnologia

Canto terceiro

Propaganda vai à Expert 73

MICROFILMAGEM

CEMITERIO DE CONGONHAS

Anuncia sua última etapa de vendas sendo o mais solicitado, tem em pleno funcionamento:

- VELÓRIOS COM AR CONDICIONADO
- CAPELA ECUMÊNICA
- LANCHONETE
- DESCENSOR AUTOMÁTICO
- AMPLO ESTACIONAMENTO
- PLANTÃO PERMANENTE
- PERPETUO

Esclarecemos que em nossos preços estão incluídos: Construcão das gavetas, Placa de Bronze, uso das dependências.

CONHEÇA O LOCAL

INFORMAÇÕES E VENDAS NO LOCAL OU À

MONTEPINO S.A.

COMUNICADO

Informamos aos clientes, bancos e amigos, que a partir de 11 do corrente mês, estaremos atendendo em nossos novos escritórios à Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 1815 - 13.º and.

Estarão à disposição dos prezados senhores os seguintes telefones:

210-3220 - 210-1220 - 210-1591 - 210-1828
286-3536 - 286-3553 - 286-3503.

A Diretoria.

novo som

aE agência ESTADO

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]

O Estado de S. Paulo, 10 de novembro de 1973

Edição submetida aos censores

O Japão vai trazer capital e tecnologia

Feira: êxito econômico, porém malogro político

Protestos contra o regime

DR. LUIZE DO AMARAL FILHO

CLINICA DE OLHOS PROF. P. PAULA SANTOS

MICROFILMAGEM

COMUNICADO

Informamos aos clientes, bancos e amigos, que a partir de 11 do corrente mês, estaremos atendendo em nossos novos escritórios à Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 1815 - 13.º and.

Estarão à disposição dos prezados senhores os seguintes telefones:

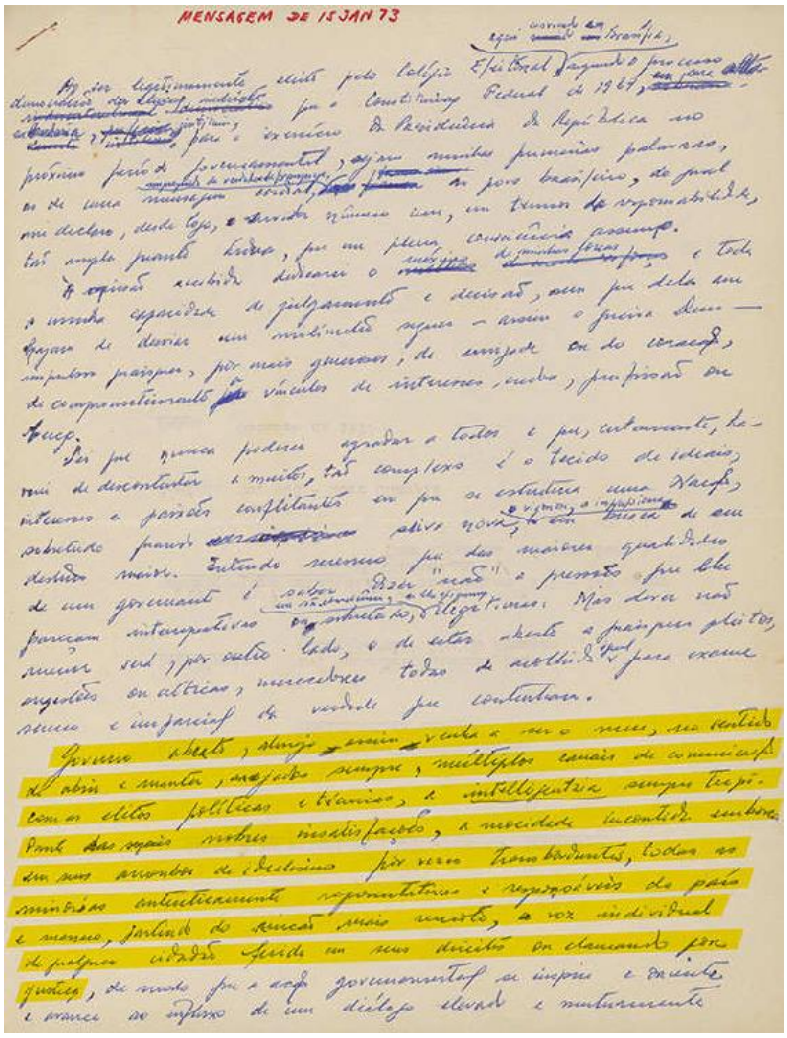
210-3820 - 210-1230 - 210-1591 - 210-1630 - 286 3926 - 286-7563 - 286-7593.

A Diretoria.

[Fim do documento]

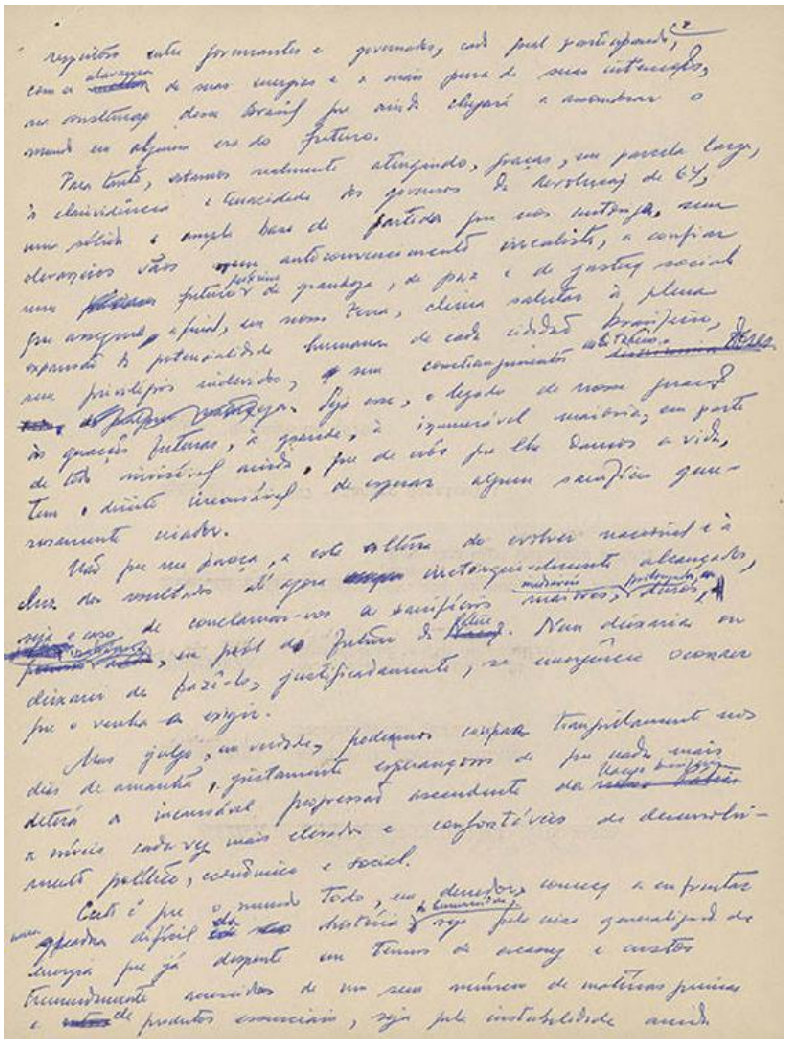
[Voltar] | [Transcrição]

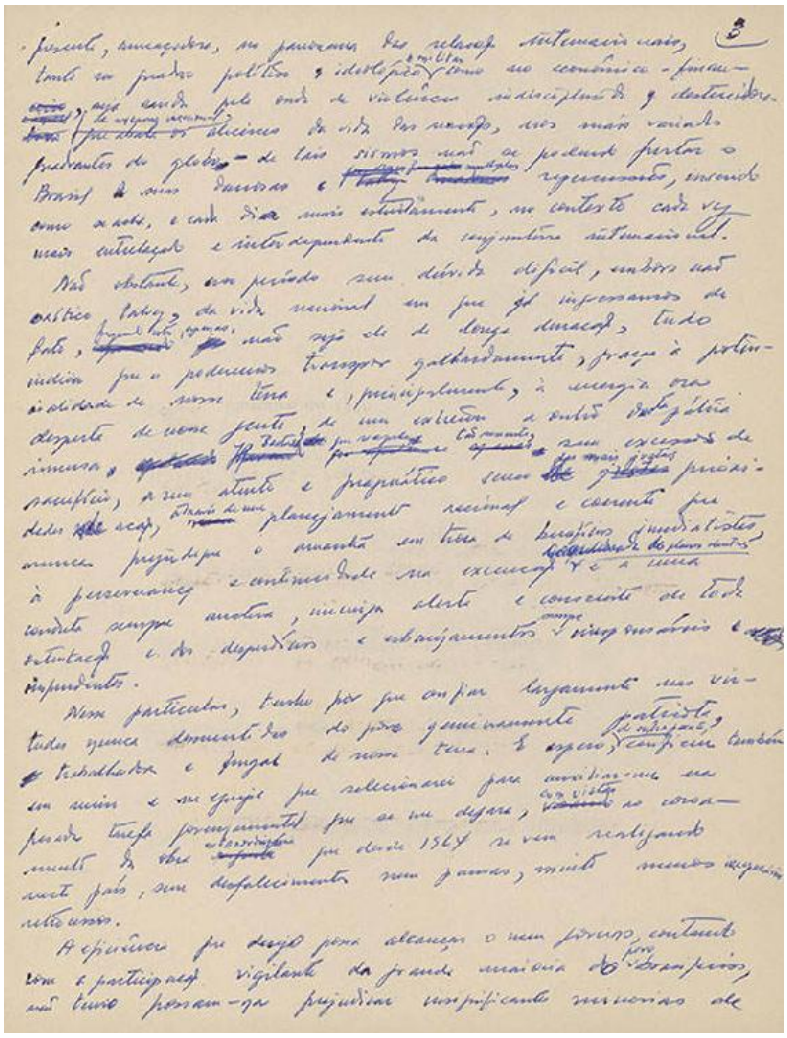
Discurso rascunhado por Golbery para a posse de Geisel

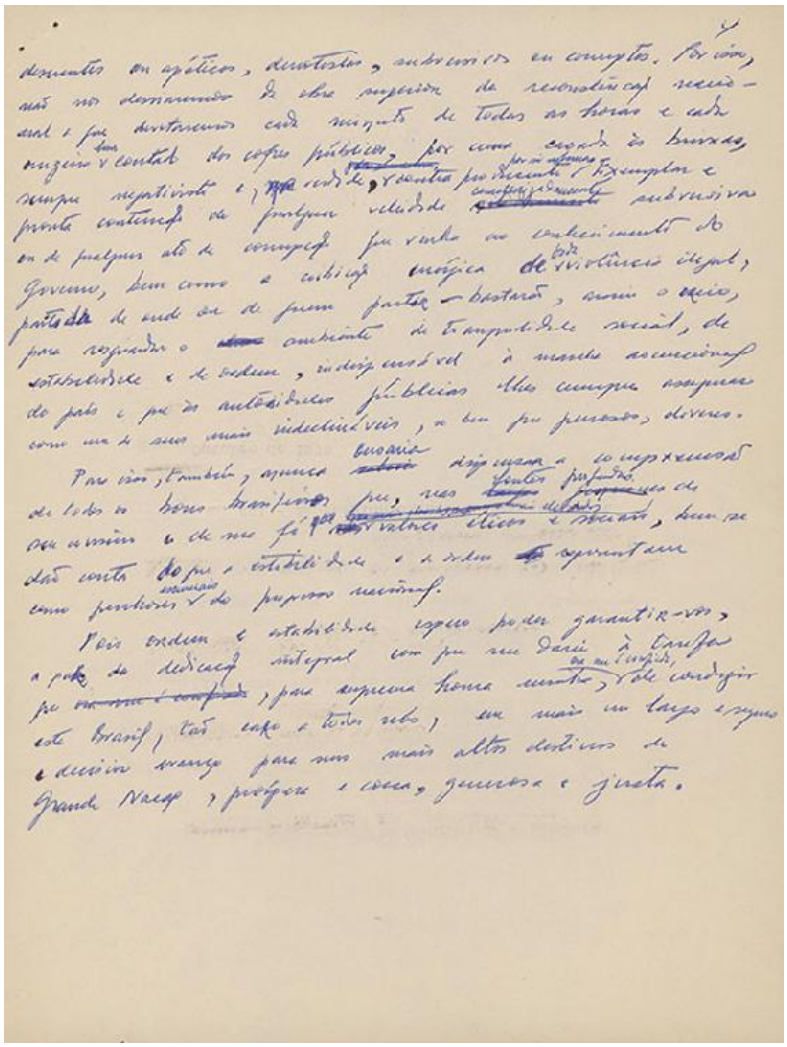

MENSAGEM DE 15 JAN 73

Página 1 de 4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]





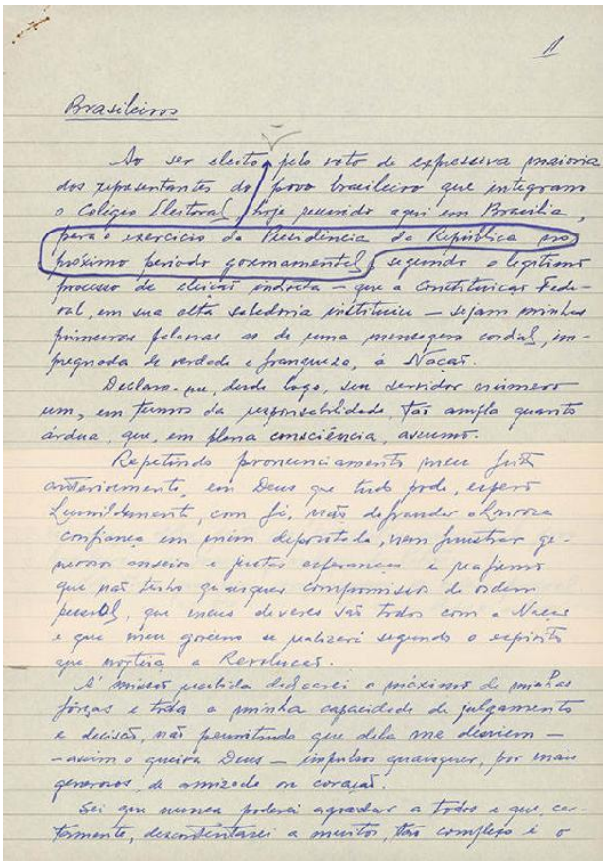


[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Discurso manuscrito por Geisel para a posse

[O trecho mencionado está na página 2]



Brasileiros

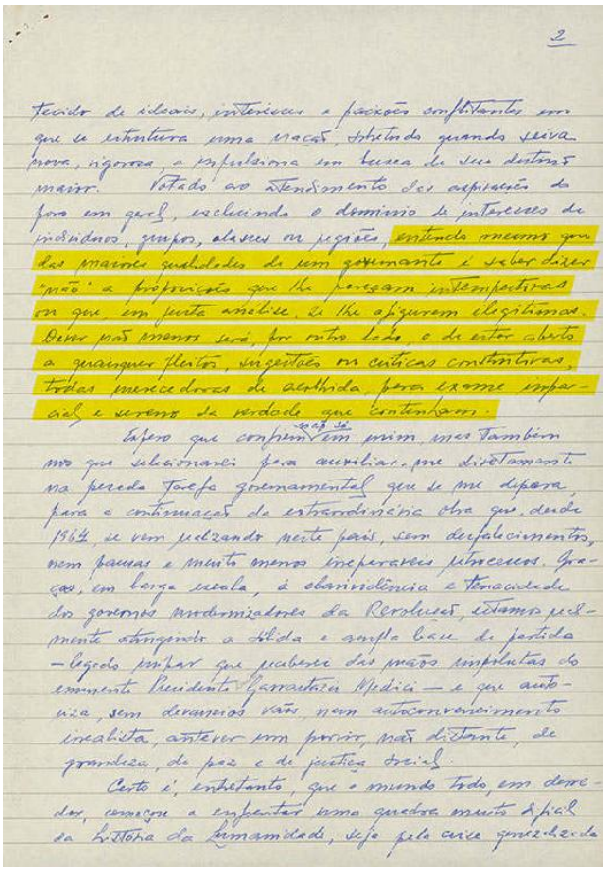
Ao ser eleito pelo voto de esmagadora maioria dos representantes do povo brasileiro que integram o Colégio Eleitoral, hoje reunido aqui em Brasília, para o exercício da Presidência da República no próximo período governamental, seguindo o legítimo processo de eleição indireta – que a Constituição Federal, em sua alta sabedoria instituiu – sejam minhas primeiras palavras as de uma mensagem cordial, impregnada de verdade e franqueza, à Nação.

Declaro-me, desde logo, um servidor consciente, um fiel da responsabilidade, tão ampla quanto árdua, que, em plena consciência, aceitei.

Repetindo pronunciamento meu feito anteriormente, em Deus que tudo pode, espero luminosamente, com fé, vou desfraldar a bandeira confiança em minha determinação, nem frustrar esperanças sinceras e justas esperanças e promessas que não fiz a ninguém compromisso de ordem pessoal, que meus deveres são todos com a Nação e que meu governo se pautará segundo o espírito que anima a Revolução.

A minha posição dirigirei o máximo de minhas forças e toda a minha capacidade de julgamento e decisão, não permitindo que delas me afastem – assim o queira Deus – impulsos quaisquer, por mais generosos, de amizade ou coração.

Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, decepcionarei a muitos, tão complexo é o

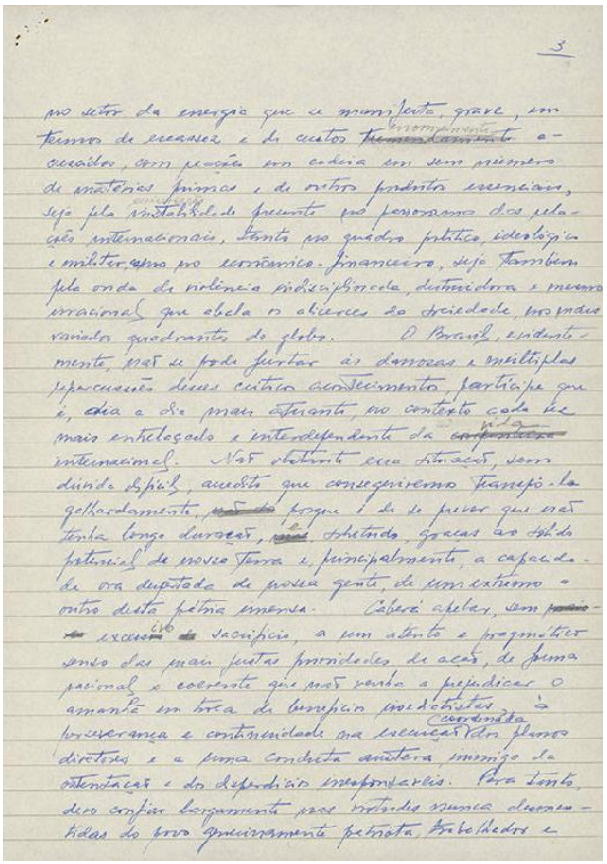


2

tecido de ideais, interesses e facções constituintes em
que se estrutura uma nação. Obtendo quando seja
prova, rigorosa, a confiança em busca de seus destinos
maiores. Votado ao atendimento dos anseios de
todos em geral, excluindo o domínio de interesses de
indivíduos, grupos, classes ou regiões, entenda enfim que
das maiores qualidades de um governante é saber dizer
"não" a pressões que lhe ponham intempestivas
ou que, em busca ambíguo, lhe ofuscam clarividências.
Dever não menos sério, por outro lado, é de estar aberto
a qualquer diálogo, sugestões ou críticas construtivas,
todas merecedoras de acolhida para exame impar-
cial e sereno da verdade que contiverem.

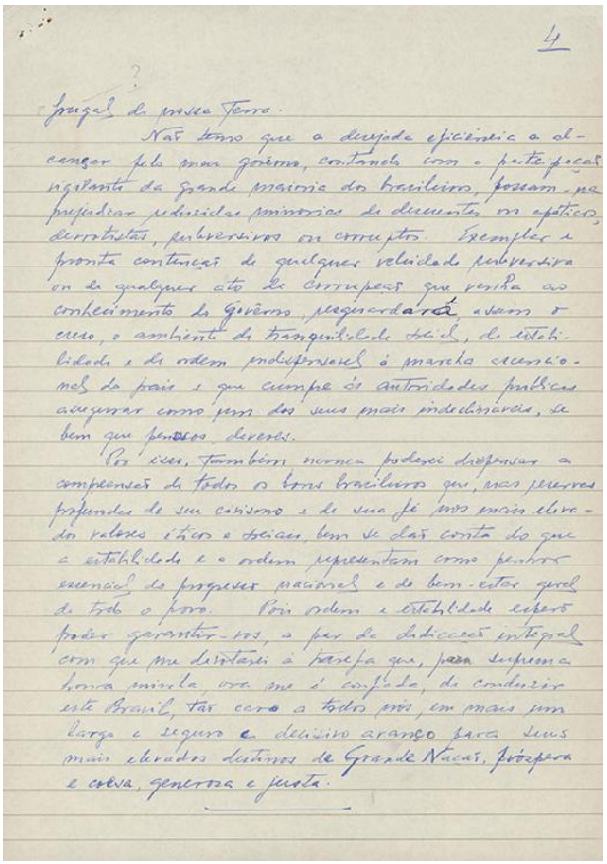
Sabeis que confio em mim, mas também
nos que selecionei: para auxiliar-me diretamente
na pesada tarefa governamental que se me depara,
para a continuação da extraordinária obra que, desde
1964, se vem pelejando neste país, sem desfalecimentos,
nem pausas e muito menos inexplicáveis pusilanimidades. Gra-
ças, em larga escala, à obstinação e tenacidade
dos governos revolucionários da Revolução, estamos pes-
soalmente atingindo a lúcida e ampla base de partida
— legado pungente que recebemos das mãos impolutas do
eminente Presidente Garrastazu Médici — e que auto-
riza, sem devaneios vãos, nem autoconvencimento
ingênuo, antever um porvir, não distante, de
grandeza, de paz e de justiça social.

Certo é, entretanto, que o mundo todo, em dores
de parto, começou a enfrentar uma quadra muito difícil
da história da humanidade, seja pela crise generalizada



3

no setor da energia que se manifesta grave, em termos de escassez e de custos ~~fundamentalmente~~ crescentes, com pressão em cadeia em seus preços de matérias primas e de outros produtos essenciais, seja pela instabilidade presente no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico e militar como no econômico-financeiro, seja também pela onda de violência indiscriminada, destruidora e muitas vezes irracional que abala as cidades, nos mais variados quadrantes do globo. O Brasil, evidentemente, não se pode furtar às danosas e múltiplas repercussões desse quadro acontecimento, participe que é, cada vez mais atuante, no contexto cada vez mais entrelaçado e interdependente da ~~economia~~ vida internacional. Não obstante essa situação, sem dúvida difícil, acredito que conseguiremos transpô-la galhardamente, ~~não~~ porque é de se prever que não tenha longa duração, ~~mas~~ e também graças ao vulto potencial de nosso País e principalmente, a capacidade de uma disciplinada de nossa gente, de um extremo a outro deste país imenso. Caberá apelar, sem ~~qualquer~~ exceção de sacrifício, a um alerto e pragmático senso das mais justas prioridades de ação, de forma racional e coerente que não venha a prejudicar o amanhã em troca de benefícios imediatistas, à perseverança e continuidade na execução dos planos diretores e a uma conduta austera inimiga da ostentação e do desperdício irresponsáveis. Para tanto, devo confiar largamente nas virtudes nunca desmentidas do povo brasileiro, trabalhador e

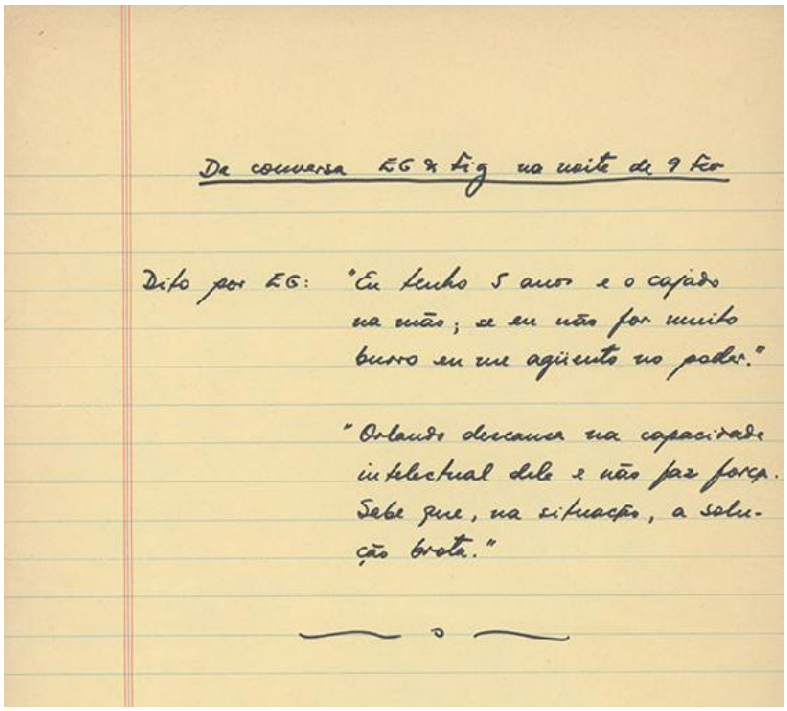


4

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Folha manuscrita por Heitor Ferreira sobre conversa entre Geisel e Figueiredo



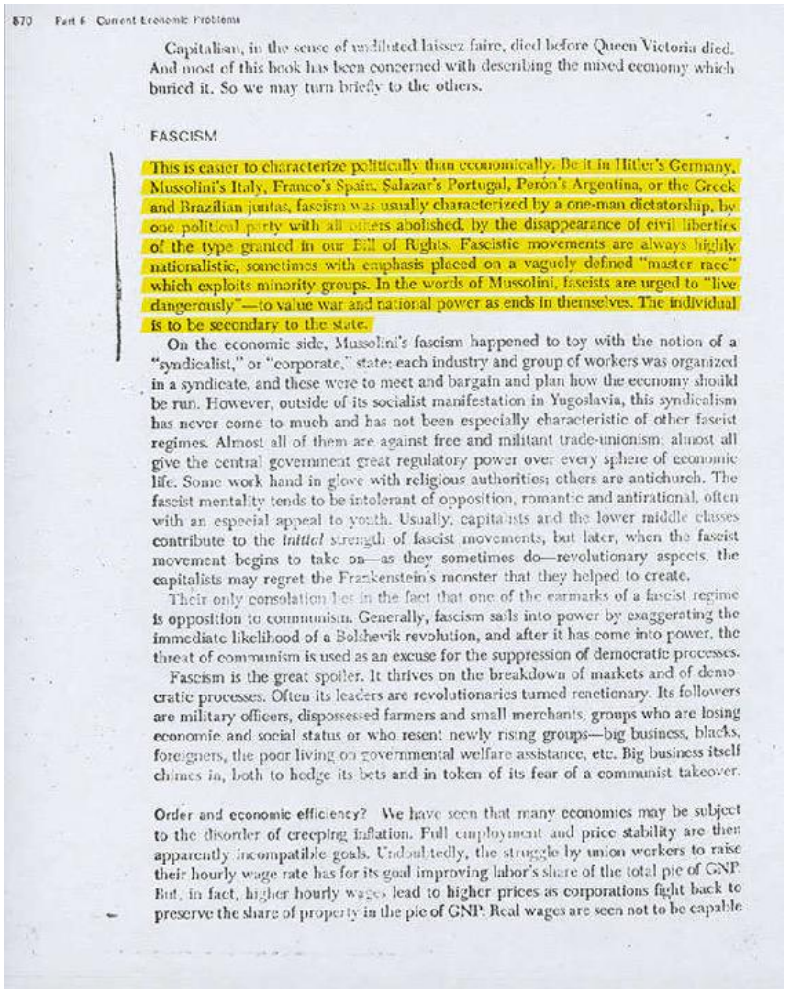
De conversa EG x Fig na noite de 9 fev

Dito por EG: "Eu tenho 5 anos e o cajado na mão; e se eu não for muito burro eu me agüento no poder."

"Orlando discorda na capacidade intelectual dele e não faz força. Sabe que, na situação, a solução brota."

[Voltar] | [Transcrição]

Trechos do livro da edição americana de Paul Samuelson



870 Part 6 Current Economic Problems

Capitalism, in the sense of undiluted laissez faire, died before Queen Victoria died. And most of this book has been concerned with describing the mixed economy which buried it. So we may turn briefly to the others.

FASCISM

This is easier to characterize politically than economically. Be it in Hitler's Germany, Mussolini's Italy, Franco's Spain, Salazar's Portugal, Perón's Argentina, or the Greek and Brazilian juntas, fascism was usually characterized by a one-man dictatorship, by one political party with all others abolished, by the disappearance of civil liberties of the type granted in our Bill of Rights. Fascistic movements are always highly nationalistic, sometimes with emphasis placed on a vaguely defined "master race" which exploits minority groups. In the words of Mussolini, fascists are urged to "live dangerously"—to value war and national power as ends in themselves. The individual is to be secondary to the state.

On the economic side, Mussolini's fascism happened to toy with the notion of a "syndicalist," or "corporate," state: each industry and group of workers was organized in a syndicate, and these were to meet and bargain and plan how the economy should be run. However, outside of its socialist manifestation in Yugoslavia, this syndicalism has never come to much and has not been especially characteristic of other fascist regimes. Almost all of them are against free and militant trade-unionism; almost all give the central government great regulatory power over every sphere of economic life. Some work hand in glove with religious authorities; others are antichurch. The fascist mentality tends to be intolerant of opposition, romantic and antirational, often with an especial appeal to youth. Usually, capitalists and the lower middle classes contribute to the *initial* strength of fascist movements, but later, when the fascist movement begins to take on—as they sometimes do—revolutionary aspects, the capitalists may regret the Frankenstein's monster that they helped to create.

Their only consolation lies in the fact that one of the earmarks of a fascist regime is opposition to communism. Generally, fascism sails into power by exaggerating the immediate likelihood of a Bolshevik revolution, and after it has come into power, the threat of communism is used as an excuse for the suppression of democratic processes.

Fascism is the great spoiler. It thrives on the breakdown of markets and of democratic processes. Often its leaders are revolutionaries turned reactionary. Its followers are military officers, dispossessed farmers and small merchants, groups who are losing economic and social status or who resent newly rising groups—big business, blacks, foreigners, the poor living on governmental welfare assistance, etc. Big business itself chimes in, both to hedge its bets and in token of its fear of a communist takeover.

Order and economic efficiency? We have seen that many economies may be subject to the disorder of creeping inflation. Full employment and price stability are then apparently incompatible goals. Undoubtedly, the struggle by union workers to raise their hourly wage rate has for its goal improving labor's share of the total pie of GNP. But, in fact, higher hourly wages lead to higher prices as corporations fight back to preserve the share of property in the pie of GNP. Real wages are seen not to be capable

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

of being raised much, if at all, by the bootstrap operation of militant collective bargaining, slowdowns, strikes, sitdown strikes, general strikes, and so forth.

Lenin is often quoted (by Keynes, for one) as having once said: "We shall contrive the death of capitalism by debauching its currency." There is no evidence he ever wrote this; at least no one has been able to locate the quotation. But his alleged aphorism can be improved on, in the following form.

"The best way to ruin a mixed economy—to kill off its full-employment progress and exacerbate its class struggles—is to contrive (as was done in Perón's Argentina) a 40 per cent overnight increase in wage rates. The result will be structural inflation, lockouts, strikes, breakdowns, bankruptcies, and public unrest."

When a populistic mixed economy is running badly, experiencing both inflation and unemployment at the same time, will there then emerge a demand for a fascist takeover—to restore "orderly conditions and promote economic growth"? Alas, the answer too often is, Yes.

It is even sadder to have to witness an occasional economic success of such dictatorial regimes—in the short run. Thus, in the 1970s, the Brazilian military regime may be hard on professors, intellectuals, and a free press. But, as people used to say in Mussolini's time, "At least the trains run on time. . . ." And, when one looks in the U.N. *Statistical Year Book*, one finds that Brazil has in recent years been the veritable Japan of Latin America, averaging annual rates of real GNP growth of 10 per cent per year.

Benevolent despotisms, history demonstrates, rarely remain benevolent, and almost never even stay efficient. Mussolini failed to deliver what his speeches promised. Hitler's Germany, we now know from captured records, was a poorly run economy. If one Pakistan dictator seems for a time to make the agricultural sector grow, the next dictator plunges the country into dismembering warfare!

The blueprint of fascism, in blunt fact, rarely works out well in real life even in its own terms.

SOCIALISM

In defining fascism, we were able to point to Nazi Germany or fascist Italy. Socialism cannot be so easily described. Of course, we can describe the Swedish socialist government or the British Labour party's program, but these do not present such dramatic contrasts with our system. They represent a middle way more like our own "mixed system" than that of Soviet Russia or China.

There are a few common elements that seem to characterize socialist philosophy:

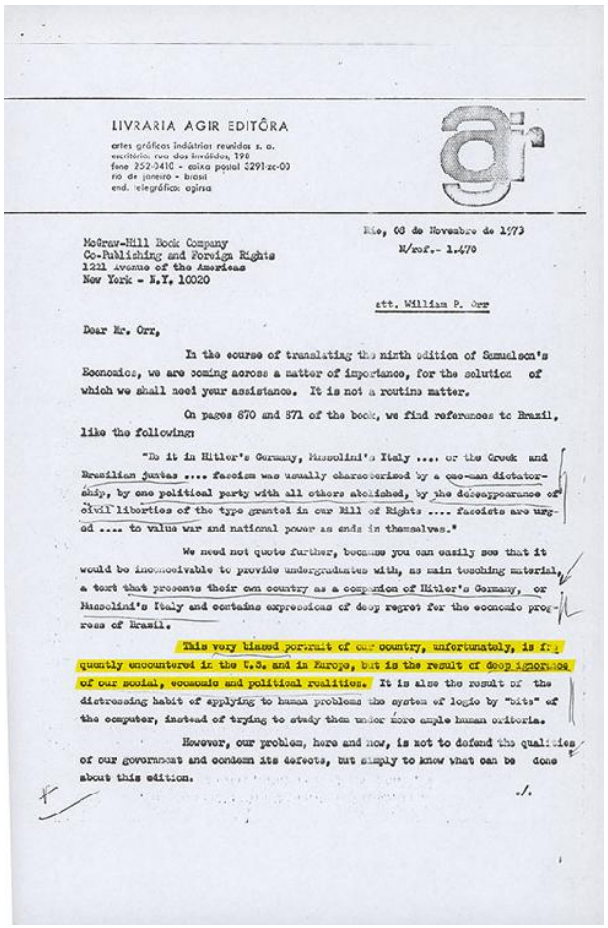
1. *Government ownership of productive resources.* The role of private property is gradually to be lessened as key industries such as railroads, coal, and even steel are gradually nationalized. Unearned profits from increases in land value are also limited. (In West Germany and the United Kingdom, enthusiasm for nationalization has ebbed.)

2. *Planning.* Instead of permitting the free play of profit motives as in a laissez faire market economy, coordinated planning is to be introduced. Sometimes the program of "production for use rather than profit" is advocated; advertising expenditure on gadgets is to be reduced; workers and professional people are to develop

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Carta da Editora Agir à editora de Paul Samuelson



LIVRARIA AGIR EDITÔRA
artes gráficas indústrias reunidas s. a.
escritório: rua dos inválidos, 190
fone 252-2410 - caixa postal 2291-zc-00
rio de janeiro - brasil
end. telegráfico: agirsa

Rio, 03 de Novembro de 1973
M/ref.- 1.479

McGraw-Hill Book Company
Co-Publishing and Foreign Rights
1221 Avenue of the Americas
New York - N.Y. 10020

att. William P. Orr

Dear Mr. Orr,

In the course of translating the ninth edition of Samuelson's Economics, we are coming across a matter of importance, for the solution of which we shall need your assistance. It is not a routine matter.

On pages 870 and 871 of the book, we find references to Brazil, like the following:

"In it in Hitler's Germany, Mussolini's Italy .... or the Greek and Brazilian juntas .... fascism was usually characterized by a one-man dictatorship, by one political party with all others abolished, by the disappearance of civil liberties of the type granted in our Bill of Rights .... fascists are urged .... to value war and national power as ends in themselves."

We need not quote further, because you can easily see that it would be inconceivable to provide undergraduates with, as main teaching material, a text that presents their own country as a companion of Hitler's Germany, or Mussolini's Italy and contains expressions of deep regret for the economic progress of Brazil.

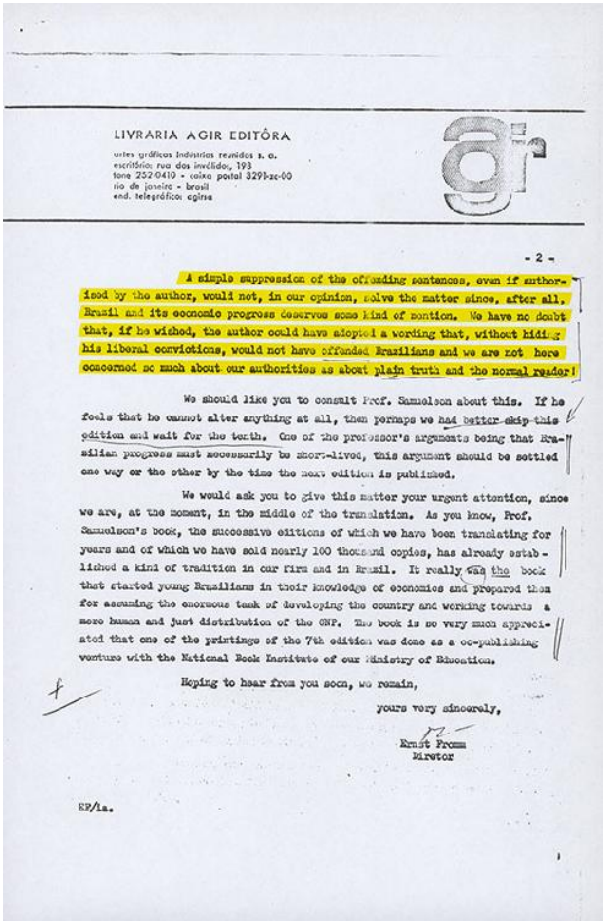
This very biased portrait of our country, unfortunately, is frequently encountered in the U.S. and in Europe, but is the result of deep ignorance of our social, economic and political realities. It is also the result of the distressing habit of applying to human problems the system of logic by "bits" of the computer, instead of trying to study them under more ample human criteria.

However, our problem, here and now, is not to defend the qualities or our government and condemn its defects, but simply to know what can be done about this edition.

./.

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



LIVRARIA AGIR EDITÔRA

artes gráficas indústrias reunidas s. a.
escritórios: rua dos inválidos, 193
fone 252-0410 - caixa postal 3291-zc-00
rio de janeiro - brasil
end. telegráfico: agirsa

- 2 -

A simple suppression of the offending sentences, even if authorised by the author, would not, in our opinion, solve the matter since, after all, Brazil and its economic progress deserves some kind of mention. We have no doubt that, if he wished, the author could have adopted a wording that, without hiding his liberal convictions, would not have offended Brazilians and we are not here concerned so much about our authorities as about plain truth and the normal reader!

We should like you to consult Prof. Samuelson about this. If he feels that he cannot alter anything at all, then perhaps we had better skip this edition and wait for the tenth. One of the professor's arguments being that Brazilian progress must necessarily be short-lived, this argument should be settled one way or the other by the time the next edition is published.

We would ask you to give this matter your urgent attention, since we are, at the moment, in the middle of the translation. As you know, Prof. Samuelson's book, the successive editions of which we have been translating for years and of which we have sold nearly 100 thousand copies, has already established a kind of tradition in our firm and in Brazil. It really was the book that started young Brazilians in their knowledge of economics and prepared them for assuming the enormous task of developing the country and working towards a more human and just distribution of the GNP. The book is so very much appreciated that one of the printings of the 7th edition was done as a co-publishing venture with the National Book Institute of our Ministry of Education.

Hoping to hear from you soon, we remain,

yours very sincerely,

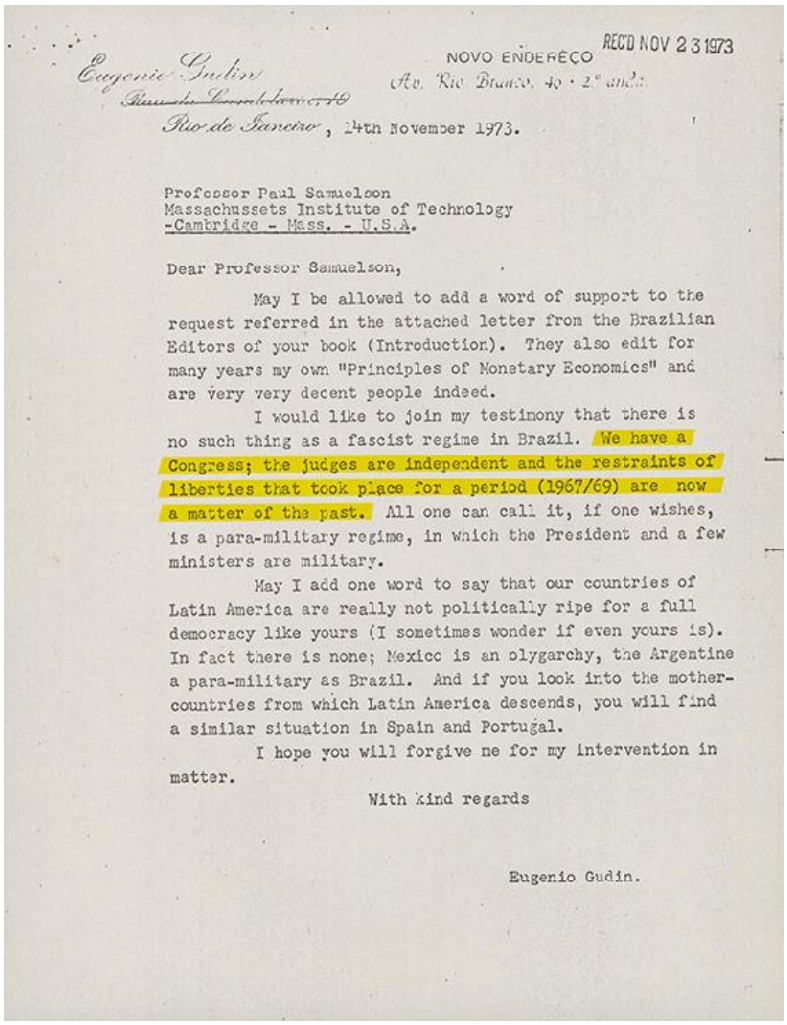
Ernst Fromm
Diretor

EF/la.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Carta de Eugênio Gudin a Paul Samuelson – 14/11/1973



Eugenio Gudin
~~Rua do Lavradio, 148~~
NOVO ENDEREÇO
Av. Rio Branco, 40 - 2.º and.

RECD NOV 23 1973

Rio de Janeiro, 14th November 1973.

Professor Paul Samuelson
Massachussets Institute of Technology
-Cambridge - Mass. - U.S.A.

Dear Professor Samuelson,

May I be allowed to add a word of support to the request referred in the attached letter from the Brazilian Editors of your book (Introduction). They also edit for many years my own "Principles of Monetary Economics" and are very very decent people indeed.

I would like to join my testimony that there is no such thing as a fascist regime in Brazil. We have a Congress; the judges are independent and the restraints of liberties that took place for a period (1967/69) are now a matter of the past. All one can call it, if one wishes, is a para-military regime, in which the President and a few ministers are military.

May I add one word to say that our countries of Latin America are really not politically ripe for a full democracy like yours (I sometimes wonder if even yours is). In fact there is none; Mexico is an olygarchy, the Argentine a para-military as Brazil. And if you look into the mother-countries from which Latin America descends, you will find a similar situation in Spain and Portugal.

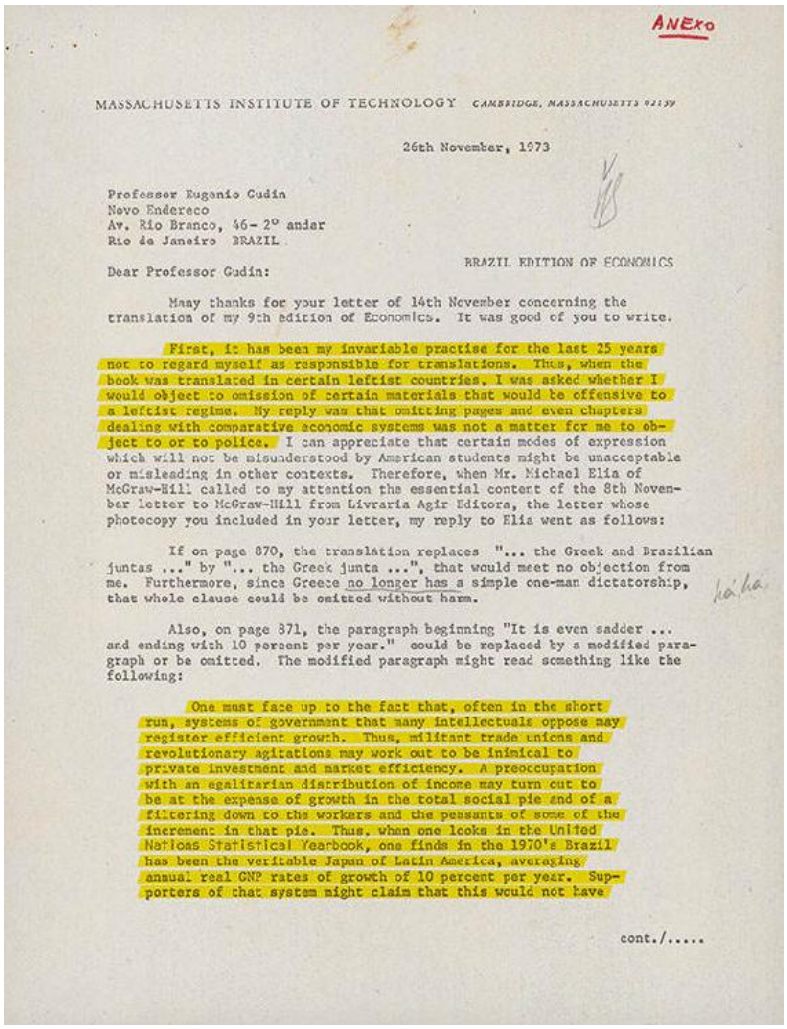
I hope you will forgive me for my intervention in matter.

With kind regards

Eugenio Gudin.

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Resposta de Paul Samuelson a Eugênio Gudin – 26/11/1973



ANEXO

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY CAMBRIDGE, MASSACHUSETTS 02139

26th November, 1973

Professor Eugenio Gudin
Novo Endereco
Av. Rio Branco, 46 - 2º andar
Rio de Janeiro BRAZIL

BRAZIL EDITION OF ECONOMICS

Dear Professor Gudin:

Many thanks for your letter of 14th November concerning the translation of my 9th edition of Economics. It was good of you to write.

First, it has been my invariable practise for the last 25 years not to regard myself as responsible for translations. Thus, when the book was translated in certain leftist countries, I was asked whether I would object to omission of certain materials that would be offensive to a leftist regime. My reply was that omitting pages and even chapters dealing with comparative economic systems was not a matter for me to object to or to police. I can appreciate that certain modes of expression which will not be misunderstood by American students might be unacceptable or misleading in other contexts. Therefore, when Mr. Michael Elia of McGraw-Hill called to my attention the essential content of the 8th November letter to McGraw-Hill from Livraria Agir Editora, the letter whose photocopy you included in your letter, my reply to Elia went as follows:

If on page 870, the translation replaces "... the Greek and Brazilian juntas ..." by "... the Greek junta ...", that would meet no objection from me. Furthermore, since Greece no longer has a simple one-man dictatorship, that whole clause could be omitted without harm.

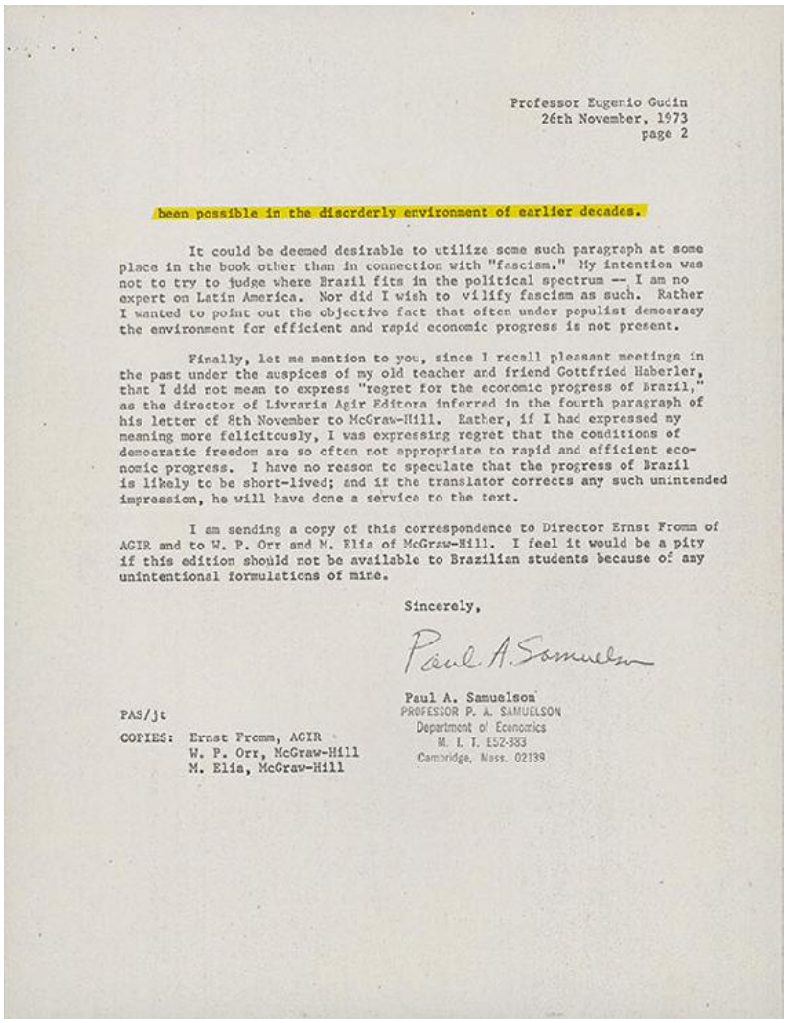
Also, on page 871, the paragraph beginning "It is even sadder ... and ending with 10 percent per year." could be replaced by a modified paragraph or be omitted. The modified paragraph might read something like the following:

One must face up to the fact that, often in the short run, systems of government that many intellectuals oppose may register efficient growth. Thus, militant trade unions and revolutionary agitations may work out to be inimical to private investment and market efficiency. A preoccupation with an egalitarian distribution of income may turn out to be at the expense of growth in the total social pie and of a filtering down to the workers and the peasants of some of the increment in that pie. Thus, when one looks in the United Nations Statistical Yearbook, one finds in the 1970's Brazil has been the veritable Japan of Latin America, averaging annual real GNP rates of growth of 10 percent per year. Supporters of that system might claim that this would not have

cont./.....

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



been possible in the disorderly environment of earlier decades.

It could be deemed desirable to utilize some such paragraph at some place in the book other than in connection with "fascism." My intention was not to try to judge where Brazil fits in the political spectrum -- I am no expert on Latin America. Nor did I wish to vilify fascism as such. Rather I wanted to point out the objective fact that often under populist democracy the environment for efficient and rapid economic progress is not present.

Finally, let me mention to you, since I recall pleasant meetings in the past under the auspices of my old teacher and friend Gottfried Haberler, that I did not mean to express "regret for the economic progress of Brazil," as the director of Livraria Agir Editora inferred in the fourth paragraph of his letter of 8th November to McGraw-Hill. Rather, if I had expressed my meaning more felicitously, I was expressing regret that the conditions of democratic freedom are so often not appropriate to rapid and efficient economic progress. I have no reason to speculate that the progress of Brazil is likely to be short-lived; and if the translator corrects any such unintended impression, he will have done a service to the text.

I am sending a copy of this correspondence to Director Ernst Fromm of AGIR and to W. P. Orr and M. Elia of McGraw-Hill. I feel it would be a pity if this edition should not be available to Brazilian students because of any unintentional formulations of mine.

Sincerely,

Paul A. Samuelson

Paul A. Samuelson
PROFESSOR P. A. SAMUELSON
Department of Economics
M. I. T. E52-383
Cambridge, Mass. 02139

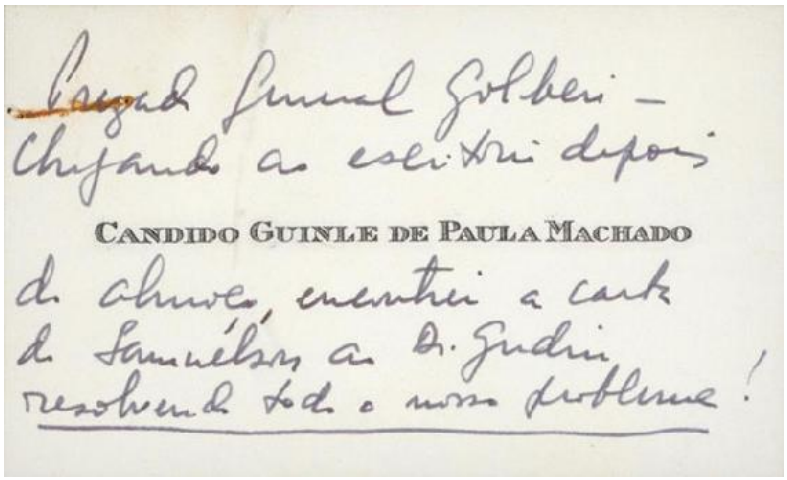
PAS/jt

COPIES: Ernst Fromm, AGIR
W. P. Orr, McGraw-Hill
M. Elia, McGraw-Hill

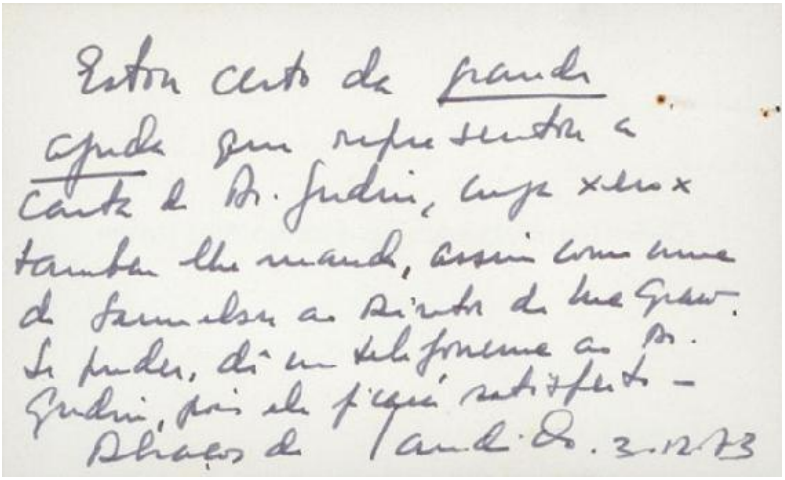
[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Bilhete de Candido Guinle de Paula Machado a Golbery



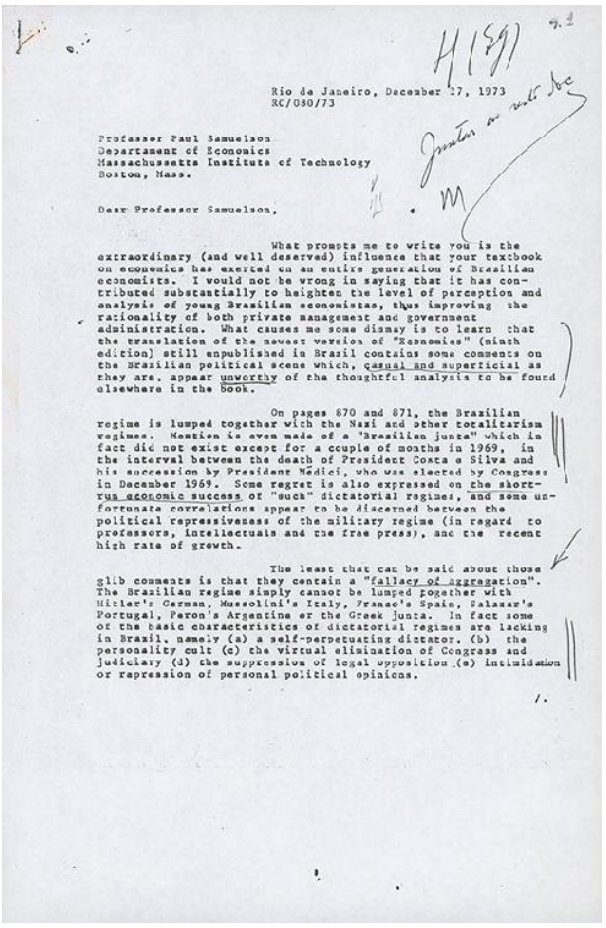
[Voltar] | [Transcrição]


Estou certo de grande
ajuda sua representar a
Carta à Dr. Judith, cuja xerox
também lhe mando, assim como uma
de Samuelson ao Diretor da Sua Gravu-
Se puder, dê um telefonema ao Dr.
Judith, pois ela ficará satisfeita -
Abraços de Candido. 3.12.73

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Carta de Roberto Campos a Paul Samuelson



Rio de Janeiro, December 27, 1973
RC/080/73

Professor Paul Samuelson
Department of Economics
Massachussetts Institute of Technology
Boston, Mass.

Dear Professor Samuelson,

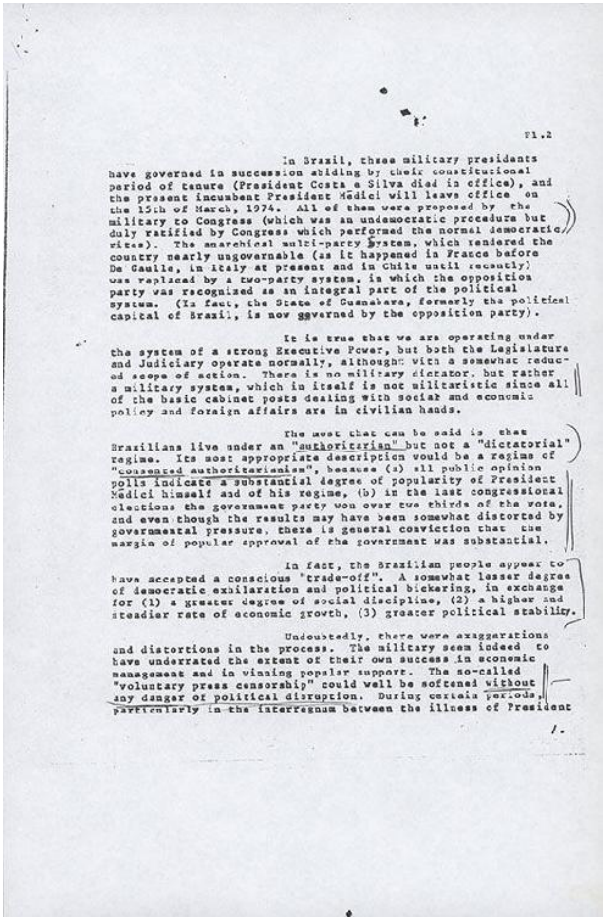
What prompts me to write you is the extraordinary (and well deserved) influence that your textbook on economics has exerted on an entire generation of Brazilian economists. I would not be wrong in saying that it has contributed substantially to heighten the level of perception and analysis of young Brazilian economistas, thus improving the rationality of both private management and government administration. What causes me some dismay is to learn that the translation of the newest version of "Economics" (ninth edition) still unpublished in Brazil contains some comments on the Brazilian political scene which, casual and superficial as they are, appear unworthy of the thoughtful analysis to be found elsewhere in the book.

On pages 870 and 871, the Brazilian regime is lumped together with the Nazi and other totalitarism regimes. Mention is even made of a 'Brazilian junta" which in fact did not exist except for a couple of months in 1969, in the interval between the death of President Costa e Silva and his succession by President Médici, who was elected by Congress in December 1969. Some regret is also expressed on the short-run economic success of "such" dictatorial regimes, and some unfortunate correlations appear to be discerned between the political repressiveness of the military regime (in regard to professors, intellectuals and the free press), and the recent high rate of growth.

The least that can be said about those glib comments is that they contain a "fallacy of aggregation". The Brazilian regime simply cannot be lumped together with Hitler's German, Mussolini's Italy, Franco's Spain, Salazar's Portugal, Peron's Argentine or the Greek junta. In fact some of the basic characteristics of dictatorial regimes are lacking in Brazil, namely (a) a self-perpetuating dictator. (b) the personality cult (c) the virtual elimination of Congress and judiciary (d) the suppression of legal opposition (e) intimidation or repression of personal political opinions.

/.

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]



Fl.2

In Brazil, three military presidents have governed in succession abiding by their constitucional period of tenure (President Costa e Silva died in office), and the present incumbent President Medici will leave office on the 15th of March, 1974. All of them were proposed by the military to Congress (which was an undemocratic procedure but duly ratified by Congress which performed the normal democratic rites). The anarchical multi-party system, which rendered the country nearly ungovernable (as it happened in France before De Gaulle, in Italy at present and in Chile until recently) was replaced by a two-party system, in which the opposition party was recognized as an integral part of the political system. (In fact, the State of Guanabara, formerly the political capital of Brazil, is now governed by the opposition party).

It is true that we are operating under the system of a strong Executive Power, but both the Legislature and Judiciary operate normally, although with a somewhat reduced scope of action. There is no military dictator, but rather a military system, which in itself is not militaristic since all of the basic cabinet posts dealing with social and economic policy and foreign affairs are in civilian hands.

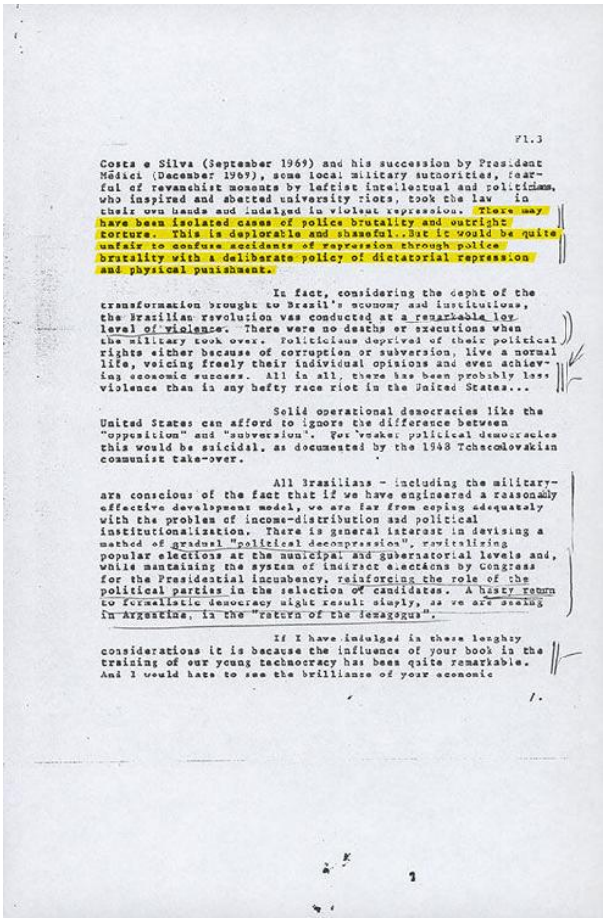
The most that can be said is that Brazilians live under an "authoritarian" but not a "dictatorial" regime. Its most appropriate description would be a regime of "consented authoritarianism", because (a) all public opinion polls indicate a substantial degree of popularity of President Medici himself and of his regime, (b) in the last congressional elections the government party won over two thirds of the vote, and even though the results may have been somewhat distorted by governmental pressure, there is general conviction that the margin of popular approval of the government was substantial.

In fact, the Brazilian people appear to have accepted a conscious "trade-off". A somewhat lesser degree of democratic exhilaration and political bickering, in exchange for (1) a greater degree of social discipline, (2) a higher and steadier rate of economic growth, (3) greater political stability.

Undoubtedly, there were exaggerations and distortions in the process. The military seem indeed to have underrated the extent of their own success in economic management and in winning popular support. The so-called "voluntary press censorship" could well be softened without any danger of political disruption. During certain periods, particularly in the interregnum between the illness of President

/.

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]



Fl.3

Costa e Silva (September 1969) and his succession by President Médici (December 1969), some local military authorities, fearful of revanchist moments by leftist intellectual and politicians, who inspired and abetted university riots, took the law in their own hands and indulged in violent repression. There may have been isolated cases of police brutality and outright torture. This is deplorable and shameful..But it would be quite unfair to confuse accidents of repression through police brutality with a deliberate policy of dictatorial repression and physical punishment.

In fact, considering the depht of the transformation brought to Brazil's economy and institutions, the Brazilian revolution was conducted at a remarkably low level of violence. There were no deaths or executions when the military took over. Politicians deprived of their political rights either because of corruption or subversion, live a normal life, voicing freely their individual opinions and even achieving economic success. All in all, there has been probably less violence than in any hefty race riot in the United States...

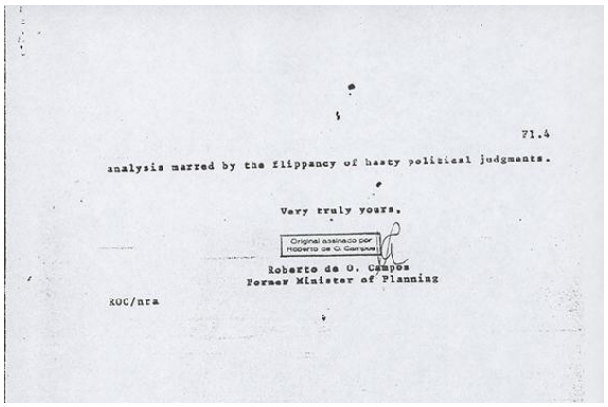
Solid operational democracies like the United States can afford to ignore the difference between "opposition" and "subversion". For weaker political democracies this would be suicidal, as documented by the 1948 Tchecoslowakian communist take-over.

All Brasilians - including the military- are conscious of the fact that if we have engineered a reasonably effective development model, we are far from coping adequately with the problem of income-distribution and political institutionalization. There is general interest in devising a method of gradual "political decompression", revitalizing popular elections at the municipal and gubernatorial levels and, while mantaining the system of indirect elections by Congress for the Presidential incumbency, reinforcing the role of the political parties in the selection of candidates. A hasty return to formallistic democracy might result simply, as we are seeing in Argentina, in the "return of the demagogus".

If I have indulged in these lenghty considerations it is because the influence of your book in the training of our young technocracy has been quite remarkable. And I would hate to see the brilliance of your economic

/.

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]



F1.4

analysis marred by the flippancy of hasty political judgments.

Very truly yours,

Original assinado por Roberto de O. Campos

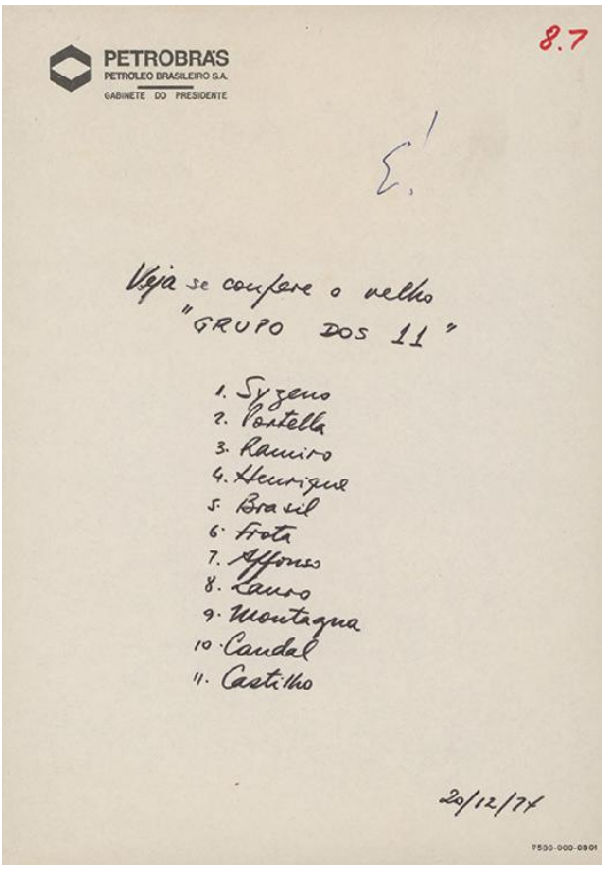
Roberto de O. Campos
Former Minister of Planning

ROC/nra

[Fim do documento]

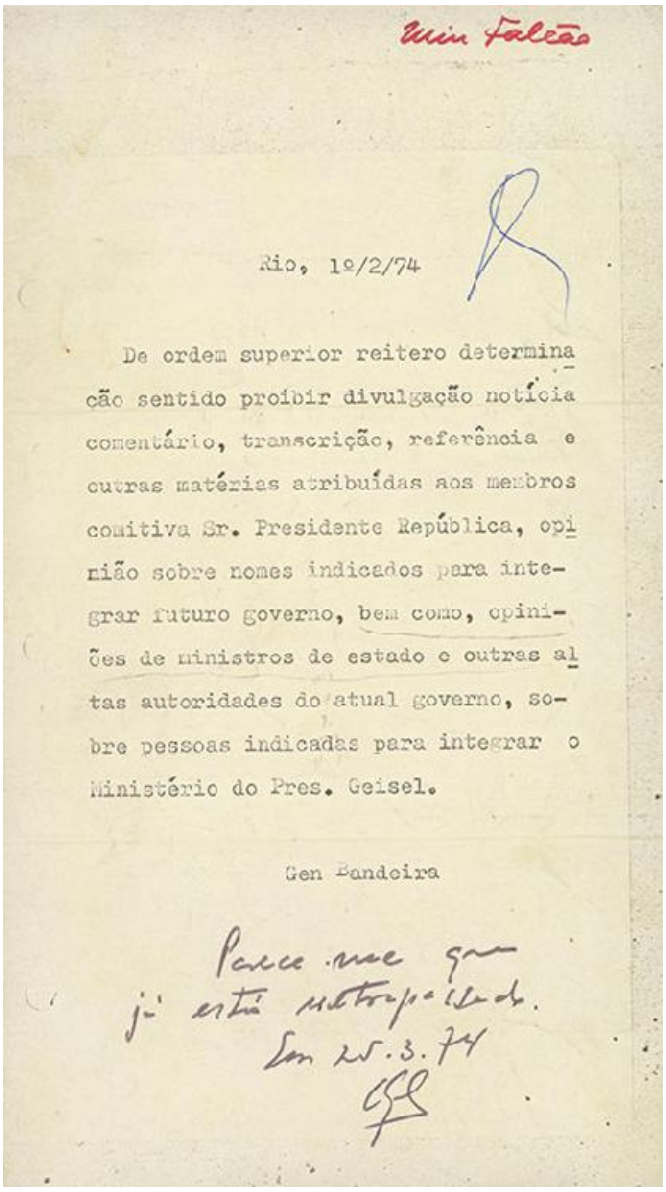
[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução] | [Veja no site]

Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel com o “Grupo dos Onze” (generais) da linha dura com anotação de Geisel



[Voltar] | [Transcrição]

Folha do fichário de ordens da Censura anotada por Geisel e Golbery – 1/2/1974



Min Falcão

Rio, 1º/2/74

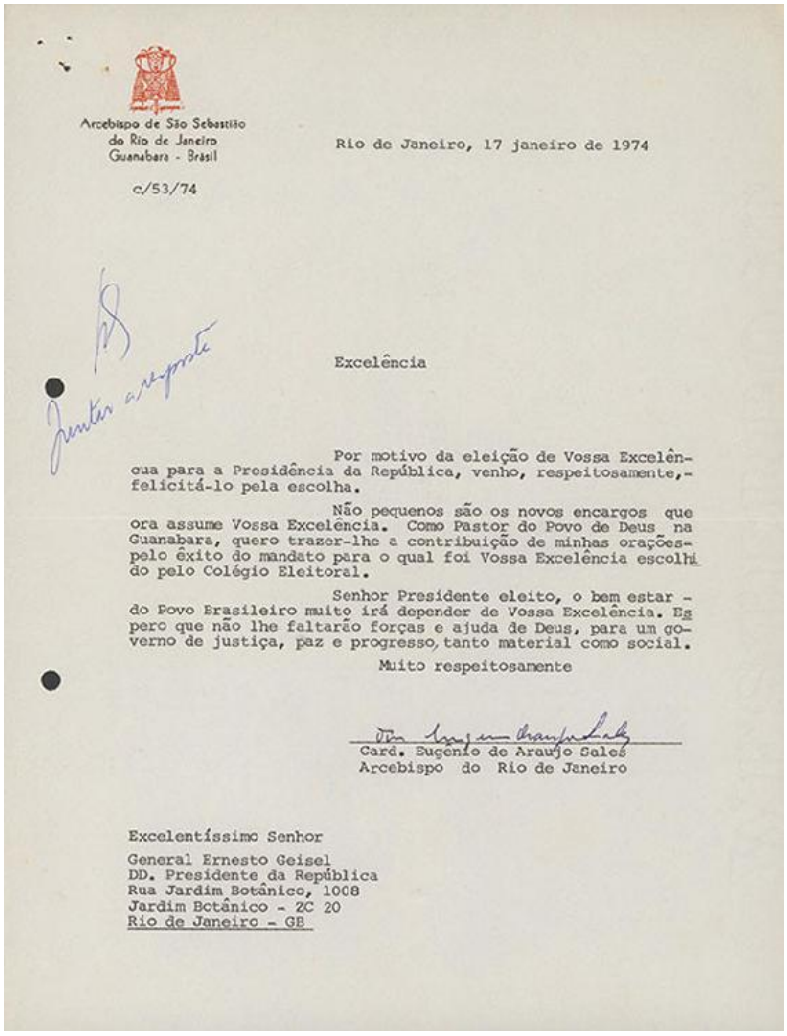
De ordem superior reitero determinação sentido proibir divulgação notícia comentário, transcrição, referência e outras matérias atribuídas aos membros comitiva Sr. Presidente República, opinião sobre nomes indicados para integrar futuro governo, bem como, opiniões de ministros de estado e outras altas autoridades do atual governo, sobre pessoas indicadas para integrar o Ministério do Pres. Geisel.

Gen Pandoira

Parece-me que já estão ultrapassados.
Em 25.3.74

[Voltar] | [Transcrição]

Carta de Dom Eugênio Sales cumprimentando Geisel pela eleição



Arcebispo de São Sebastião
do Rio de Janeiro
Guanabara - Brasil

c/53/74

Rio de Janeiro, 17 janeiro de 1974

Juntar a resposta

Excelência

Por motivo da eleição de Vossa Excelência para a Presidência da República, venho, respeitosamente, felicitá-lo pela escolha.

Não pequenos são os novos encargos que ora assume Vossa Excelência. Como Pastor do Povo de Deus na Guanabara, quero trazer-lhe a contribuição de minhas orações pelo êxito do mandato para o qual foi Vossa Excelência escolhido pelo Colégio Eleitoral.

Senhor Presidente eleito, o bem estar do Povo Brasileiro muito irá depender de Vossa Excelência. Espero que não lhe faltarão forças e ajuda de Deus, para um governo de justiça, paz e progresso, tanto material como social.

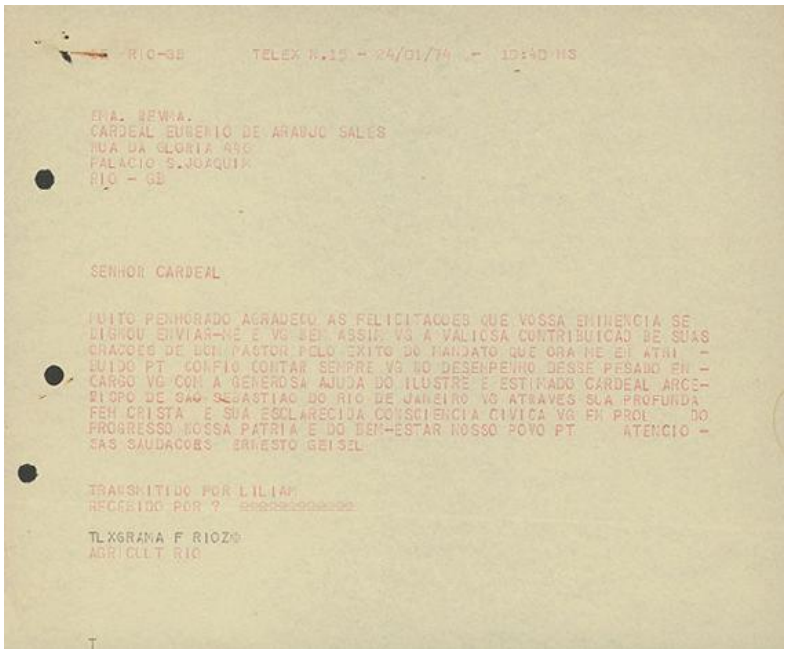
Muito respeitosamente

Card. Eugênio de Araújo Salés
Arcebispo do Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor
General Ernesto Geisel
DD. Presidente da República
Rua Jardim Botânico, 1008
Jardim Botânico - ZC 20
Rio de Janeiro - GB

[Voltar] | [Transcrição]

Resposta do presidente a Dom Eugênio Sales



RIO-GB TELEX N.15 - 24/01/74 - 10:40 HS

EMA. REVMA.
CARDEAL EUGENIO DE ARAUJO SALES
RUA DA GLORIA 486
PALACIO S.JOAQUIM
RIO - GB

SENHOR CARDEAL

MUITO PENHORADO AGRADECO AS FELICITACOES QUE VOSSA EMINENCIA SE DIGNOU ENVIAR-ME E VG SEI ASSIM VS A VALIOSA CONTRIBUICAO DE SUAS ORACOES DE BOM PASTOR PELO EXITO DO MANDATO QUE ORA ME EH ATRI - BUIDO PT CONFIO CONTAR SEMPRE VG NO DESEMPENHO DESSE PESADO EN - CARGO VG COM A GENEROSA AJUDA DO ILUSTRE E ESTIMADO CARDEAL ARCE- BISPO DE SAO SEBASTIAO DO RIO DE JANEIRO VG ATRAVES SUA PROFUNDA FEH CRISTA E SUA ESCLARECIDA CONSCIENCIA CIVICA VG EM PROL DO PROGRESSO NOSSA PATRIA E DO BEM-ESTAR NOSSO POVO PT ATENCIO - SAS SAUDACOES ERNESTO GEISEL

TRANSMITIDO POR LILIAN
RECEBIDO POR ?

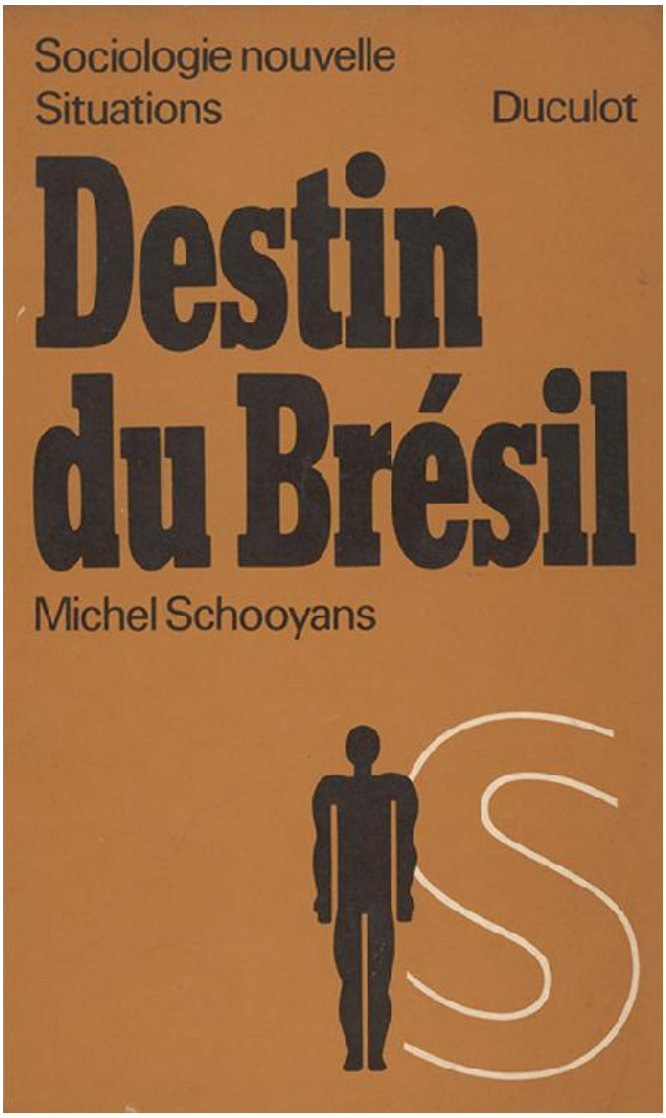
TLXGRAMA F RIOZ0
AGRICULT RIO

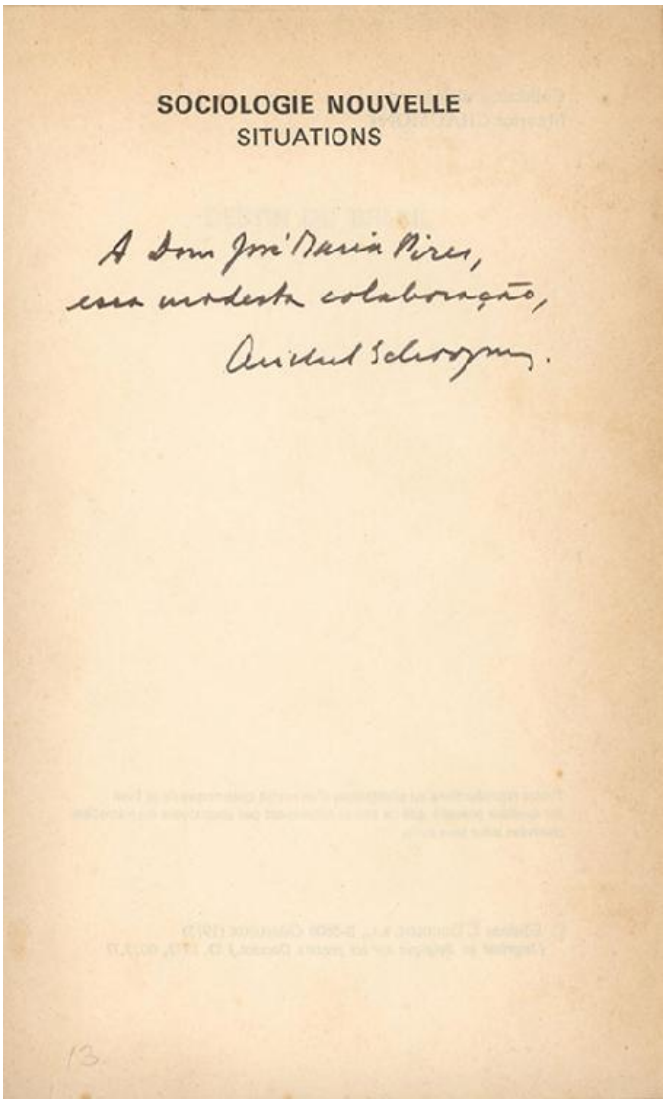
T

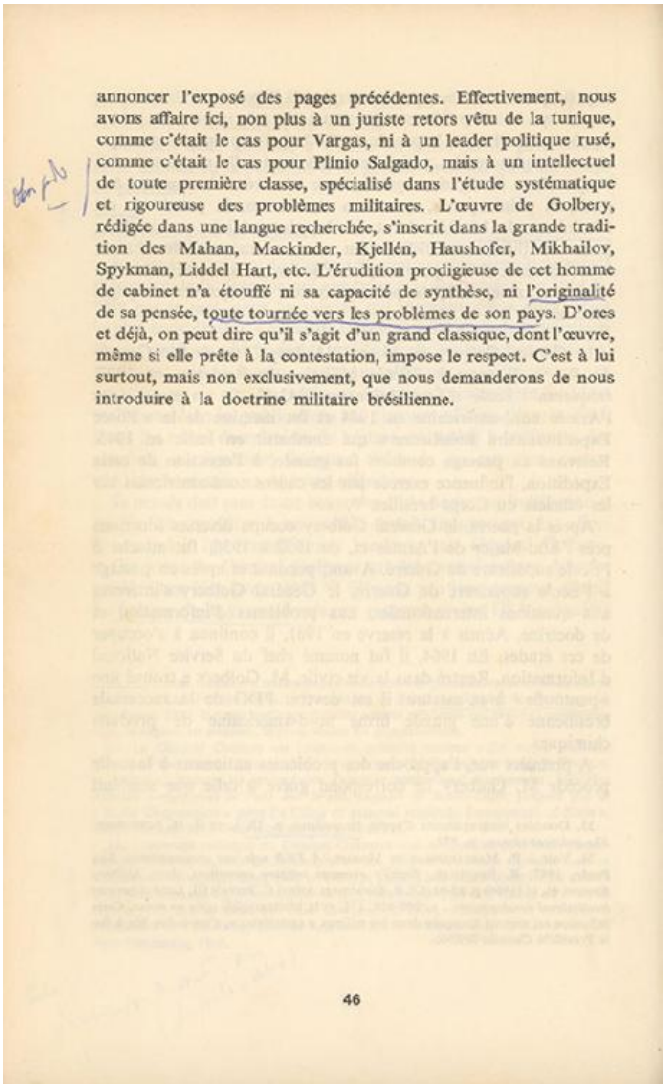
[Voltar] | [Transcrição]

Exemplar do livro *Destin du Brésil* interceptado pela Censura e anotado por Golbery

[O trecho mencionado está na página 4]




SOCIOLOGIE NOUVELLE
SITUATIONS
A Dona Jose Maria Pires,
esta modesta colaboração,
Arnaldo Schoepfer.
13



annoncer l'exposé des pages précédentes. Effectivement, nous avons affaire ici, non plus à un juriste retors vêtu de la tunique, comme c'était le cas pour Vargas, ni à un leader politique rusé, comme c'était le cas pour Plinio Salgado, mais à un intellectuel de toute première classe, spécialisé dans l'étude systématique et rigoureuse des problèmes militaires. L'œuvre de Golbery, rédigée dans une langue recherchée, s'inscrit dans la grande tradition des Mahan, Mackinder, Kjellén, Haushofer, Mikhailov, Spykman, Liddel Hart, etc. L'érudition prodigieuse de cet homme de cabinet n'a étouffé ni sa capacité de synthèse, ni l'originalité de sa pensée, toute tournée vers les problèmes de son pays. D'ores et déjà, on peut dire qu'il s'agit d'un grand classique, dont l'œuvre, même si elle prête à la contestation, impose le respect. C'est à lui surtout, mais non exclusivement, que nous demanderons de nous introduire à la doctrine militaire brésilienne.

46

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Edição de *O Estado de São Paulo* com poema de Gonçalves Dias em trecho de notícia sobre encontro de Golbery com d. Paulo Evaristo Arns

O velho Largo ganha um pouco mais de história

Pernambuco e Bahia lamentam a sua ausência

Quandt revela que vai manter metas básicas

Pat representa Nixon na posse

D. Paulo e Golbery analisaram Igreja

Juca Pirama

Mota Lima decide deixar Segurança

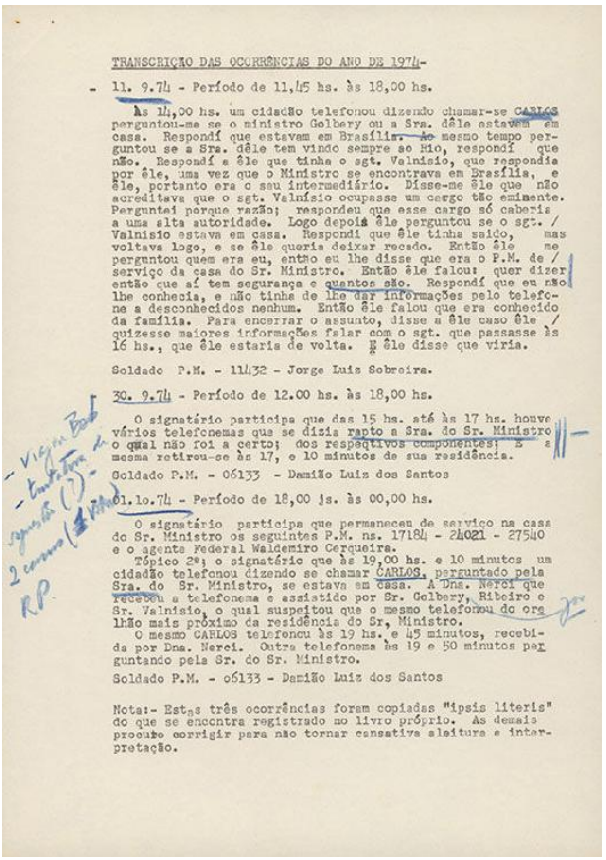
APM transforma o seu congresso em reunião política

Fundo começa a ser distribuido

O ESTADO DE S. PAULO
JORNAL DA TARDE
AO PUBLICO E AS AGENCIAS DE PUBLICIDADE

[Voltar] | [Transcrição]

Maço de quatro folhas com telefonemas suspeitos e ameaças à mulher de Golbery



TRANSCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DO ANO DE 1974-

11. 9.74 - Período de 11,45 hs. às 18,00 hs.

Às 14,00 hs. um cidadão telefonou dizendo chamar-se CARLOS perguntou-me se o ministro Golbery ou a Sra. dêle estavam em casa. Respondí que estavam em Brasília. Ao mesmo tempo perguntou se a Sra. dêle tem vindo sempre ao Rio, respondí que não. Respondí a êle que tinha o sgt. Valnísio, que respondia por êle, uma vez que o Ministro se encontrava em Brasília, e êle, portanto era o seu intermediário. Disse-me êle que não acreditava que o sgt. Valnísio ocupasse um cargo tão eminente. Perguntei porque razão; respondeu que esse cargo só caberia a uma alta autoridade. Logo depois êle perguntou se o sgt. / Valnísio estava em casa. Respondí que êle tinha saído, mas voltava logo, e se êle queria deixar recado. Então êle me perguntou quem era eu, então eu lhe disse que era o P.M. de / serviço da casa do Sr. Ministro. Então êle falou: quer dizer então que aí tem segurança e quantos são. Respondí que eu não lhe conhecia, e não tinha de lhe dar informações pelo telefone a desconhecidos nenhum. Então êle falou que era conhecido da família. Para encerrar o assunto, disse a êle caso êle / quizesse maiores informações falar com o sgt. que passasse às 16 hs., que êle estaria de volta. E êle disse que viria.

Soldado P.M. - 11432 - Jorge Luis Sobreira.

30. 9.74 - Período de 12.00 hs. às 18,00 hs.

O signatário participa que das 15 hs. até às 17 hs. houve vários telefonemas que se dizia rapto a Sra. do Sr. Ministro o qual não foi a certo; dos respectivos componentes; E a mesma retirou-se às 17, e 10 minutos de sua residência.

Soldado P.M. - 06133 - Damião Luiz dos Santos

01.10.74 - Período de 18,00 hs. às 00,00 hs.

O signatário participa que permaneceu de serviço na casa do Sr. Ministro os seguintes P.M. ns. 17184 - 24021 - 27540 e o agente Federal Waldemiro Cerqueira.

Tópico 2º; o signatário que às 19,00 hs. e 10 minutos um cidadão telefonou dizendo se chamar CARLOS, perguntado pela Sra. do Sr. Ministro, se estava em casa. A Dna. Nerci que recebeu o telefonema e assistido por Sr. Golbery, Ribeiro e Sr. Valnisio, o qual suspeitou que o mesmo telefonou do orelhão mais próximo da residência do Sr, Ministro.

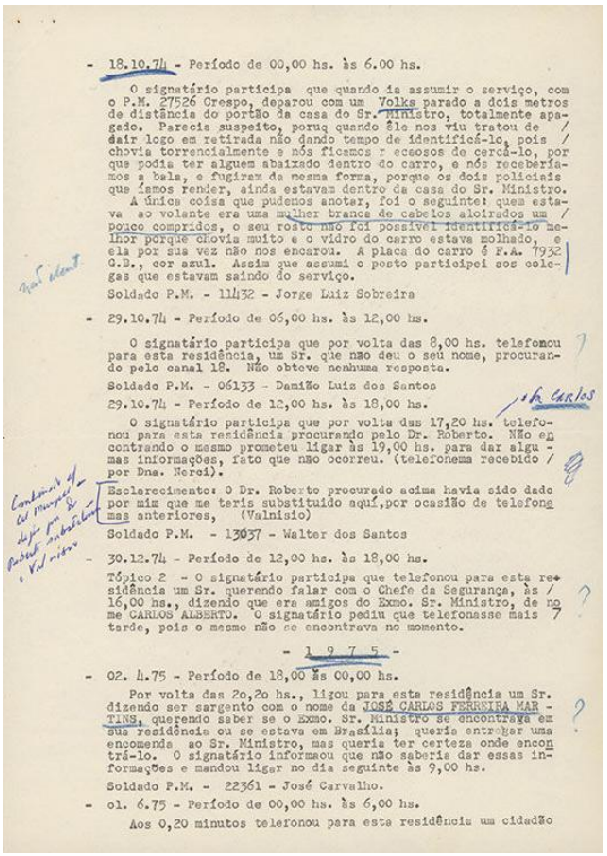
O mesmo CARLOS telefonou às 19 hs. e 45 minutos, recebida por Dna. Nerci. Outro telefonema às 19 e 50 minutos perguntando pela Sr. do Sr. Ministro.

Soldado P.M. - 06133 - Damião Luiz dos Santos

Nota:- Estas três ocorrências foram copiadas "ipsis literis" do que se encontra registrado no livro próprio. As demais procuro corrigir para não tornar cansativa a leitura e interpretação.

Página 1 de 4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



- 18.10.74 - Período de 00,00 hs. às 6.00 hs.

O signatário participa que quando ia assumir o serviço, com o P.M. 27526 Crespo, deparou com um Volks parado a dois metros de distância do portão da casa do Sr. Ministro, totalmente apagado. Parecia suspeito, porq quando êle nos viu tratou de / dair logo em retirada não dando tempo de identificá-lo, pois / chovia torrencialmente e nós ficamos receosos de cerca-lo, por que podia ter alguem abaixado dentro do carro, e nós receberíamos a bala, e fugiram da mesma forma, porque os dois policiais que íamos render, ainda estavam dentro da casa do Sr. Ministro.
A única coisa que pudemos anotar, foi o seguinte: quem estava ao volante era uma mulher branca de cabelos aloirados um / pouco compridos, o seu rosto não foi possível identificá-lo melhor porque chovia muito e o vidro do carro estava molhado, e ela por sua vez não nos encarou. A placa do carro é P.A. 7932 G.B., cor azul. Assim que assumi o posto participei aos colegas que estavam saindo do serviço.

Soldado P.M. - 11432 - Jorge Luiz Sobreira

- 29.10.74 - Período de 06,00 hs. às 12,00 hs.

O signatário participa que por volta das 8,00 hs. telefonou para esta residência, um Sr. que não deu o seu nome, procurando pelo canal 12. Não obteve nenhuma resposta.

Soldado P.M. - 06133 - Damião Luiz dos Santos

29.10.74 - Período de 12,00 hs. às 18,00 hs.

O signatário participa que por volta das 17,20 hs. telefonou para esta residência procurando pelo Dr. Roberto. Não encontrando o mesmo prometeu ligar às 19,00 hs. para dar algumas informações, fato que não ocorreu. (telefonema recebido / por Dna. Nerci).

Esclarecimento: O Dr. Roberto procurado acima havia sido dado por mim que me teria substituido aqui, por ocasião de telefonemas anteriores, (Valnisio)

Soldado P.M. - 13037 - Walter dos Santos

- 30.12.74 - Período de 12,00 hs. às 18,00 hs.

Tópico 2 - O signatário participa que telefonou para esta residência um Sr. querendo falar com o Chefe da Segurança, às / 16,00 hs., dizendo que era amigos do Exmo. Sr. Ministro, de nome CARLOS ALBERTO. O signatário pediu que telefonasse mais tarde, pois o mesmo não se encontrava no momento.

- 1 9 7 5 -

- 02. 4.75 - Período de 18,00 às 00,00 hs.

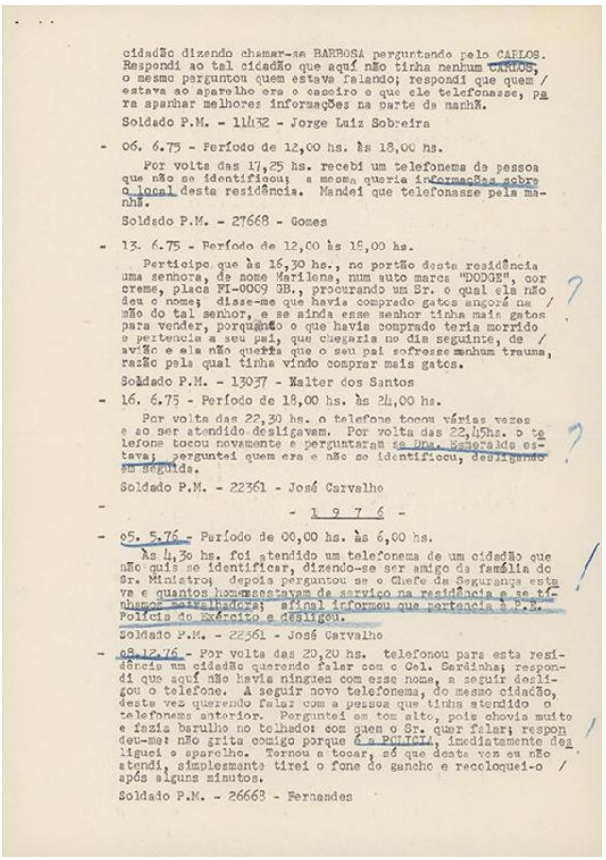
Por volta das 20,20 hs., ligou para esta residência um Sr. dizendo ser sargento com o nome de JOSÉ CARLOS FERREIRA MARTINS, querendo saber se o Exmo. Sr. Ministro se encontrava em sua residência ou se estava em Brasília; queria entregar uma encomenda ao Sr. Ministro, mas queria ter certeza onde encontrá-lo. O signatário informaou que não saberia dar essas informações e mandou ligar no dia seguinte às 9,00 hs.

Soldado P.M. - 22361 - José Carvalho.

- 01. 6.75 - Período de 00,00 hs. às 6,00 hs.

Aos 0,20 minutos telefonou para esta residência um cidadão

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



cidadão dizendo chamar-se BARBOSA perguntando pelo CARLOS. Respondi ao tal cidadão que aqui não tinha nenhum CARLOS, o mesmo perguntou quem estava falando; respondi que quem / estava ao aparelho era o cancêro e que ele telefonasse, para apanhar melhores informações na parte da manhã.

Soldado P.M. - 11432 - Jorge Luiz Sobreira

- 06. 6.75 - Período de 12,00 hs. às 18,00 hs.

Por volta das 17,25 hs. recebi um telefonema de pessoa que não se identificou; a mesma queria informações sobre o local desta residência. Mandei que telefonasse pela manhã.

Soldado P.M. - 27668 - Gomes

- 13. 6.75 - Período de 12,00 às 18,00 hs.

Participo que às 16,30 hs., no portão desta residência uma senhora, de nome Marilene, num auto marca "DODGE", cor creme, placa FI-0009 GB., procurando um Sr. o qual ela não / deu o nome; disse-me que havia comprado gatos angorá na / mão do tal senhor, e se ainda esse senhor tinha mais gatos para vender, porquanto o que havia comprado teria morrido e pertencia a seu pai, que chegaria no dia seguinte, de / aviso e ela não queria que o seu pai sofresse nenhum trauma, razão pela qual tinha vindo comprar mais gatos.

Soldado P.M. - 13037 - Walter dos Santos

- 16. 6.75 - Período de 18,00 hs. às 24,00 hs.

Por volta das 22,30 hs. o telefone tocou várias vezes e ao ser atendido desligavam. Por volta das 22,45hs. o telefone tocou novamente e perguntaram se Dna. Esmeralda estava; perguntei quem era e não se identificou, desligando em seguida.

Soldado P.M. - 22361 - José Carvalho

- 1 9 7 6 -

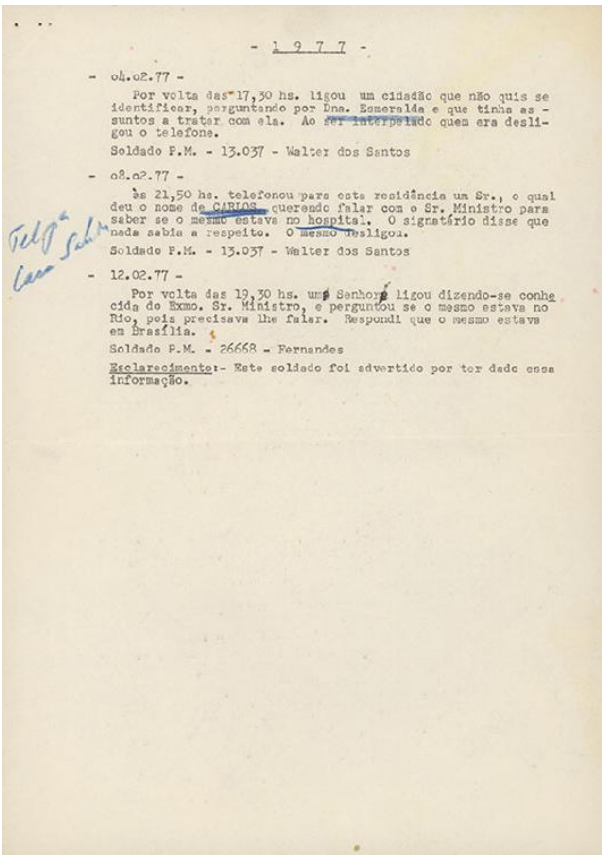
- 05. 5.76 - Período de 00,00 hs. às 6,00 hs.

As 4,30 hs. foi atendido um telefonema de um cidadão que não quis se identificar, dizendo-se ser amigo da família do Sr. Ministro; depois perguntou se o Chefe da Segurança estava e quantos homens estavam de serviço na residência e se tinham viaturas; afinal informou que pertencia à P.M. Polícia do Exército e desligou.

Soldado P.M. - 22361 - José Carvalho

- 08.12.76 - Por volta das 20,20 hs. telefonou para esta residência um cidadão querendo falar com o Cel. Cardinha; respondi que aqui não havia ninguém com esse nome, a seguir desligou o telefone. A seguir novo telefonema, do mesmo cidadão, desta vez querendo falar com a pessoa que tinha atendido o telefonema anterior. Perguntei em tom alto, pois chovia muito e fazia barulho no telhado: com quem o Sr. quer falar; respondeu-me: não grita comigo porque é a POLICIA, imediatamente desliguei o aparelho. Tornou a tocar, só que desta vez eu não atendi, simplesmente tirei o fone do gancho e recoloquei-o / após alguns minutos.

Soldado P.M. - 26663 - Fernandes



- 1 9 7 7 -

- 04.02.77 -

Por volta das 17,30 hs. ligou um cidadão que não quis se identificar, perguntando por Dna. Esmeralda e que tinha assuntos a tratar com ela. Ao ser interpelado quem era desligou o telefone.

Soldado P.M. - 13.037 - Walter dos Santos

- 08.02.77 -

Às 21,50 hs. telefonou para esta residência um Sr., o qual deu o nome de CARLOS querendo falar com o Sr. Ministro para saber se o mesmo estava no hospital. O signatário disse que nada sabia a respeito. O mesmo desligou.

Soldado P.M. - 13.037 - Walter dos Santos

- 12.02.77 -

Por volta das 19,30 hs. um Senhor ligou dizendo-se conhecida do Exmo. Sr. Ministro, e perguntou se o mesmo estava no Rio, pois precisava lhe falar. Respondi que o mesmo estava em Brasília.

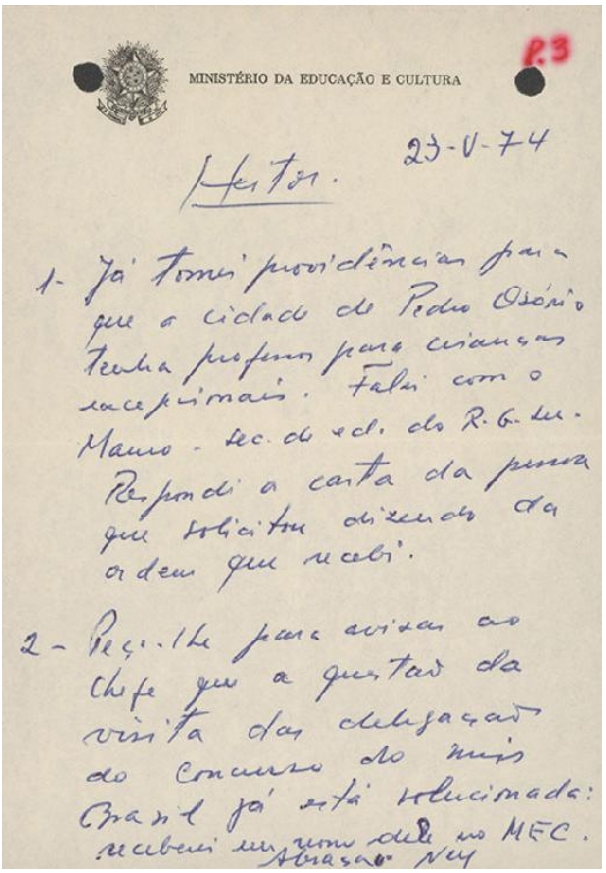
Soldado P.M. - 26668 - Fernandes

Esclarecimento:- Este soldado foi advertido por ter dado essa informação.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Bilhete de Ney Braga a Heitor Ferreira em que afirma que receberá misses no lugar do presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

P.3

23-V-74

Heitor.

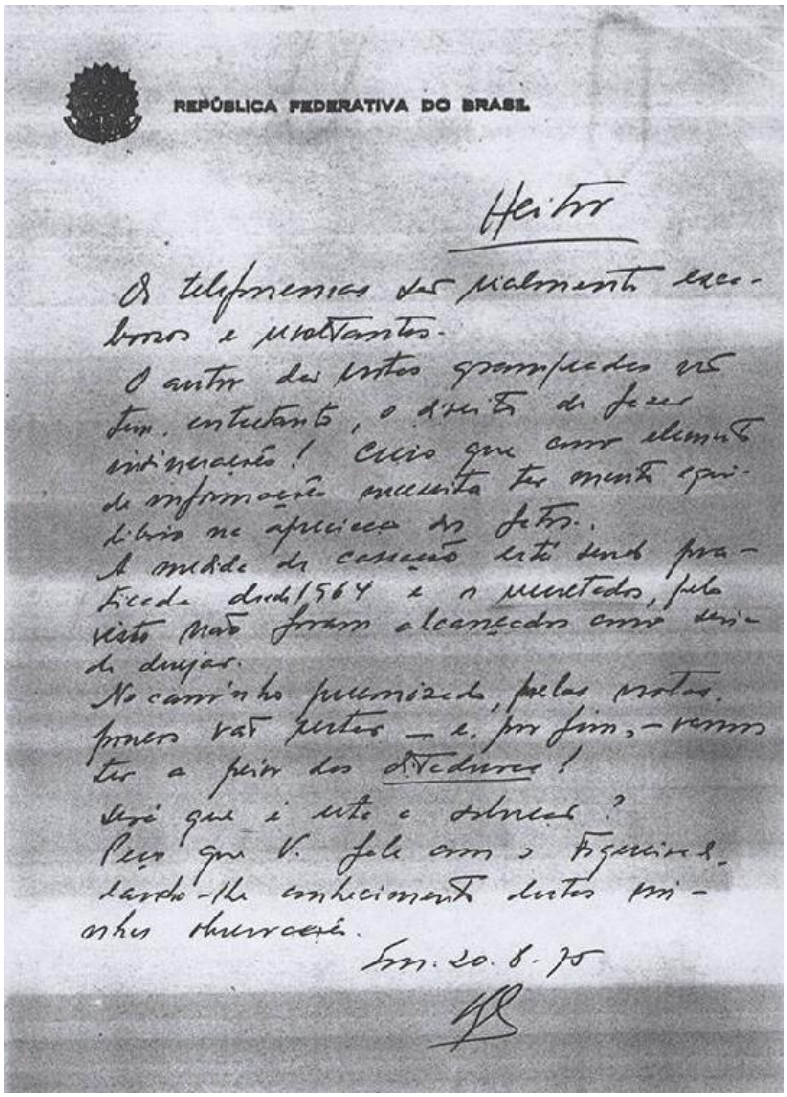
1- Já tomei providências para que a cidade de Pedro Osório tenha prefeitura para crianças excepcionais. Falei com o Mauro - Sec. de Ed. do R.G.Su. Respondi a carta da prefeita solicitando dizendo da ordem que recebi.

2- Peço-lhe para avisar ao Chefe que a questão da visita da delegação do concurso de miss Brasil já está solucionada: recebemos um telex do MEC.

Abraço Ney

[Voltar] | [Transcrição]

Em bilhete a Heitor Ferreira, Geisel reclama da análise de telefonema grampeado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Heitor

Os telefonemas são realmente interessantes e instrutivos.

O autor dos textos grampeados errou tem, entretanto, o direito de fazer sua interpretação! Creio que esse elemento de informação merecia ter mais equilíbrio na apreciação dos fatos.

A medida da cassação data desde fevereiro de 1964 e o mesmo, pelo visto não foram alcançados como deveria de direito.

No caminho percorrido, pelas notas, pareceres vão juntos — e, por fim, — vamos ter a pior dos divórcios!

Será que é este o objetivo?

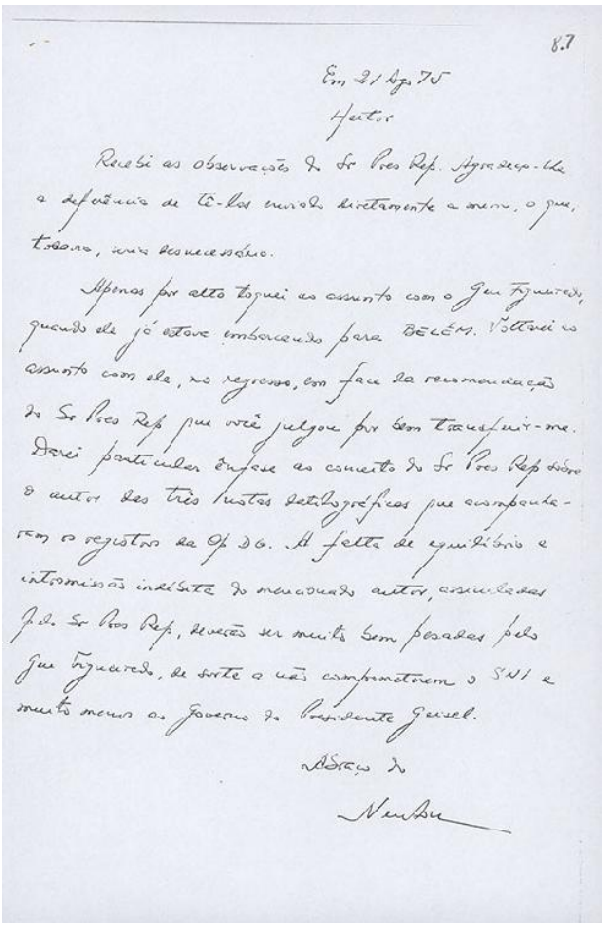
Peço que V. fale com o Figueiredo, dando-lhe conhecimento destas minhas observações.

Em 20.8.75

Ernesto

[Voltar] | [Transcrição]

Em carta a Heitor Ferreira, o general Newton Cruz acusa o recebimento da reclamação de Geisel



8.7

Em 21 Ago 75

Heitor

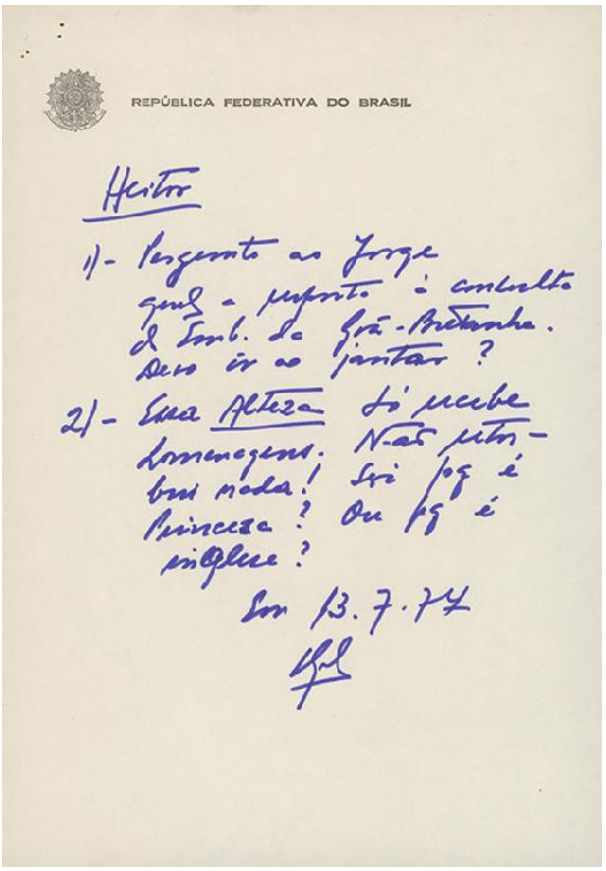
Recebi as observações do Sr Pres Rep. Agradeço-lhe a deferência de tê-las enviado diretamente a mim, o que, todavia, era desnecessário.

Apenas por este tópico ao assunto com o Gen Figueiredo, quando ele já estava embarcando para BELÉM. Voltarei ao assunto com ele, no regresso, com face da recomendação do Sr Pres Rep que você julgou por bem transmitir-me. Darei particular ênfase ao conceito do Sr Pres Rep sobre o autor das três listas datilográficas que encaminharam o registro da Of 36. A falta de equilíbrio e intromissão indébita do mencionado autor, assinaladas pelo Sr Pres Rep, deveriam ser muito bem pesadas pelo Gen Figueiredo, de sorte a não comprometerem o SNI e muito menos os planos do Presidente Geisel.

Abraço do

Newton

Geisel questiona se deve ir a jantar com duquesa de Kent



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Heitor

1/- Pergunto ao Jorge qual a posição oficial do Emb. da Grã-Bretanha. Devo ir ao jantar?

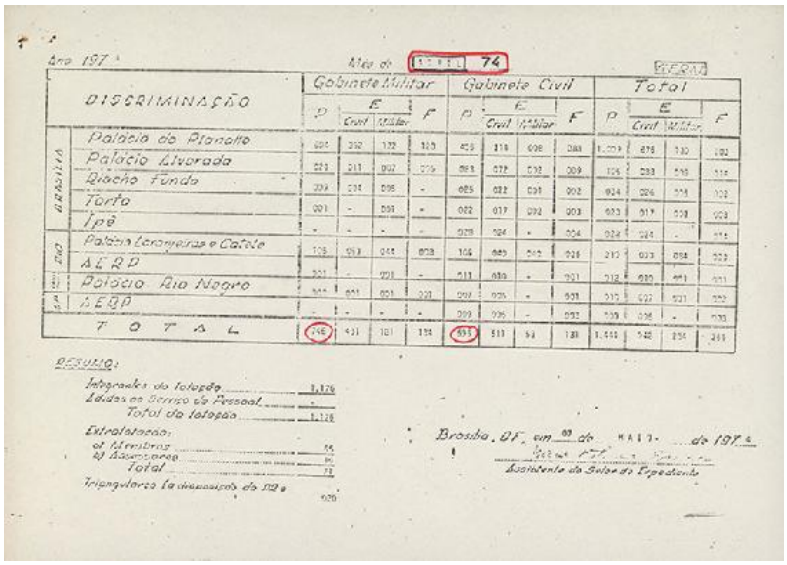
2/- Essa Alteza só recebe homenagens. Não pisca - bota moda! Isto fog é Princesa? Ou fg é inglesa?

Em 13.7.74

Ghl

[Voltar] | [Transcrição]

Número de funcionários civis e militares da Presidência da República



Ano 197 - Mês de ABRIL 74 - REFERÊNCIA

	DISCRIMINAÇÃO	Gabinete Militar				Gabinete Civil				Total			
		P	E Civil	E Militar	F	P	E Civil	E Militar	F	P	E Civil	E Militar	F
BRASÍLIA	Palácio do Planalto	000	252	122	125	458	378	098	080	1.000	630	220	205
	Palácio Alvorada	000	211	002	000	000	000	000	000	000	000	000	000
	Riacho Fundo	000	000	000	-	000	000	000	000	000	000	000	000
	Torto	000	-	000	-	000	000	000	000	000	000	000	000
	Ipê	-	-	-	-	000	000	-	000	000	000	-	000
RIO	Palácio Laranjeiras e Catete	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000	000
	AERP	000	-	000	-	000	000	-	000	000	000	000	000
SÃO PAULO	Palácio Rio Negro	000	000	000	000	000	000	-	000	000	000	000	000
	AEGP	-	-	-	-	000	000	-	000	000	000	-	000
	T O T A L	345	431	181	130	491	511	92	180	1.448	548	250	285

RESUMO:

Integrados do Estado 1.176
Adidos ao Serviço de Pessoal ..... -
Total do Estado 1.176

Extraestatais:
a) Ministros 15
b) Assessores 57
Total 72

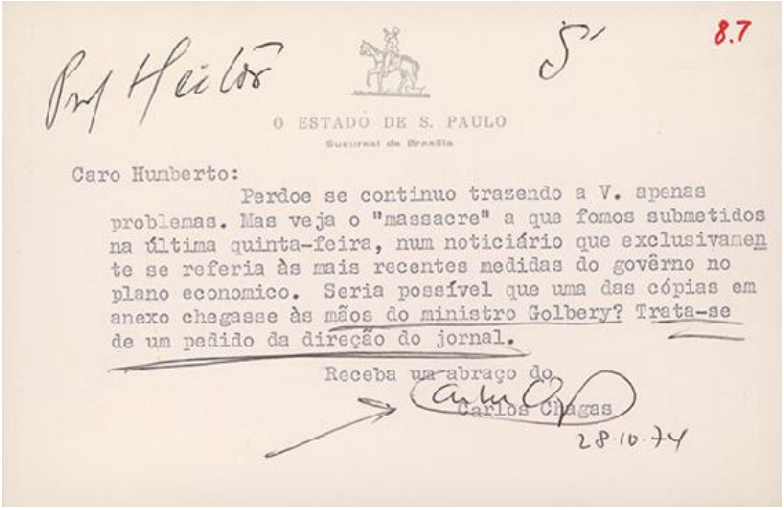
Triangulares (a discussão do item ...

Brasília, DF, em 03 de MAIO de 197 4

Assistente da Subchefia de Expediente

[Voltar]

Bilhete de Carlos Chagas a Humberto Barreto queixando-se da censura ao *Estado de S. Paulo*



Prof Heitor

8.7

O ESTADO DE S. PAULO

Sucursal de Brasília

Caro Humberto:

Perdoe se continuo trazendo a V. apenas problemas. Mas veja o "massacre" a que fomos submetidos na última quinta-feira, num noticiário que exclusivamente se referia às mais recentes medidas do govêrno no plano economico. Seria possível que uma das cópias em anexo chegasse às mãos do ministro Golbery? Trata-se de um pedido da direção do jornal.

Receba um abraço do

Carlos Chagas

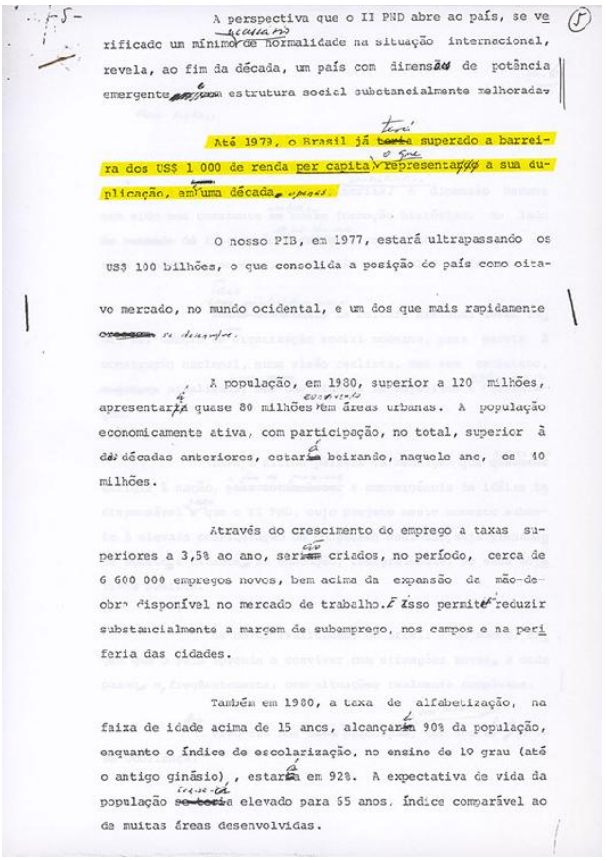
28.10.74

[Voltar] | [Transcrição]

Recorte de jornal com nota manuscrita por Golbery sobre foto de Simonsen

[Voltar] | [Transcrição]

Página da proposta de discurso de Reis Velloso para o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento anotada por Geisel



A perspectiva que o II PND abre ao país, se verificado um mínimo de normalidade na situação internacional, revela, ao fim da década, um país com dimensão de potência emergente e com estrutura social substancialmente melhorada.

Até 1979, o Brasil já terá superado a barreira dos US$ 1 000 de renda per capita e representará o dobro a sua duplicação, em uma década.

O nosso PIB, em 1977, estará ultrapassando os US$ 100 bilhões, o que consolida a posição do país como oitavo mercado, no mundo ocidental, e um dos que mais rapidamente se desenvolve.

A população, em 1980, superior a 120 milhões, apresentará quase 80 milhões em áreas urbanas. A população economicamente ativa, com participação, no total, superior à das décadas anteriores, estará beirando, naquele ano, os 40 milhões.

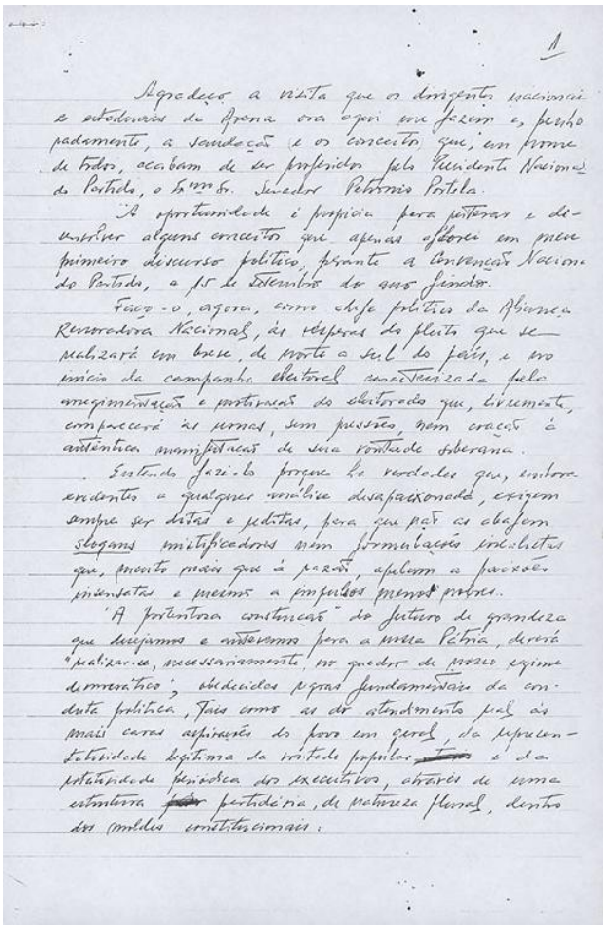
Através do crescimento do emprego a taxas superiores a 3,5% ao ano, serão criados, no período, cerca de 6 600 000 empregos novos, bem acima da expansão da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. Isso permitirá reduzir substancialmente a margem de subemprego, nos campos e na periferia das cidades.

Também em 1980, a taxa de alfabetização, na faixa de idade acima de 15 anos, alcançará 90% da população, enquanto o índice de escolarização, no ensino de 1º grau (até o antigo ginásio), estará em 92%. A expectativa de vida da população será elevada para 55 anos, índice comparável ao de muitas áreas desenvolvidas.

[Voltar] | [Transcrição]

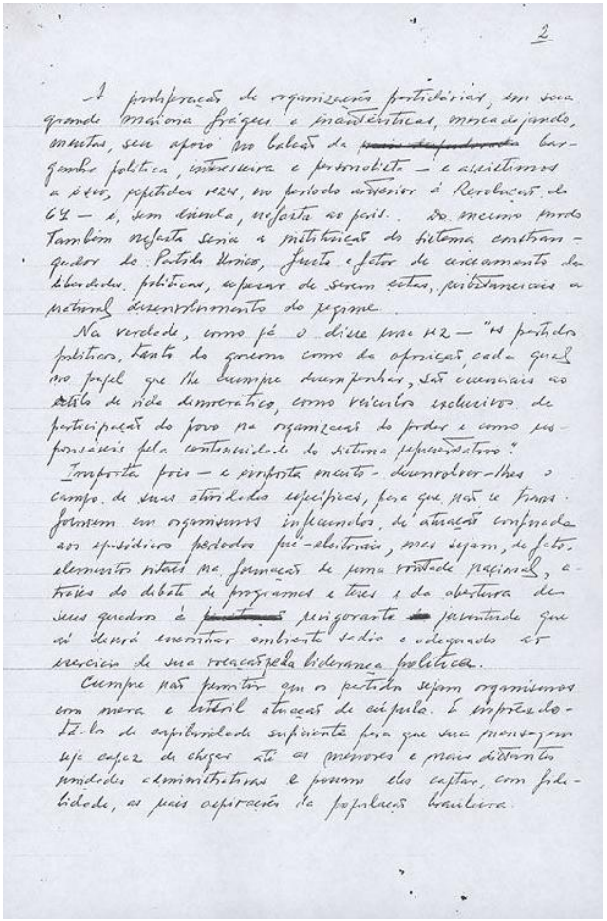
Folhas manuscritas do discurso que Geisel faria aos dirigentes da Arena

[O trecho mencionado está na página 8]



Página 1 de 9

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



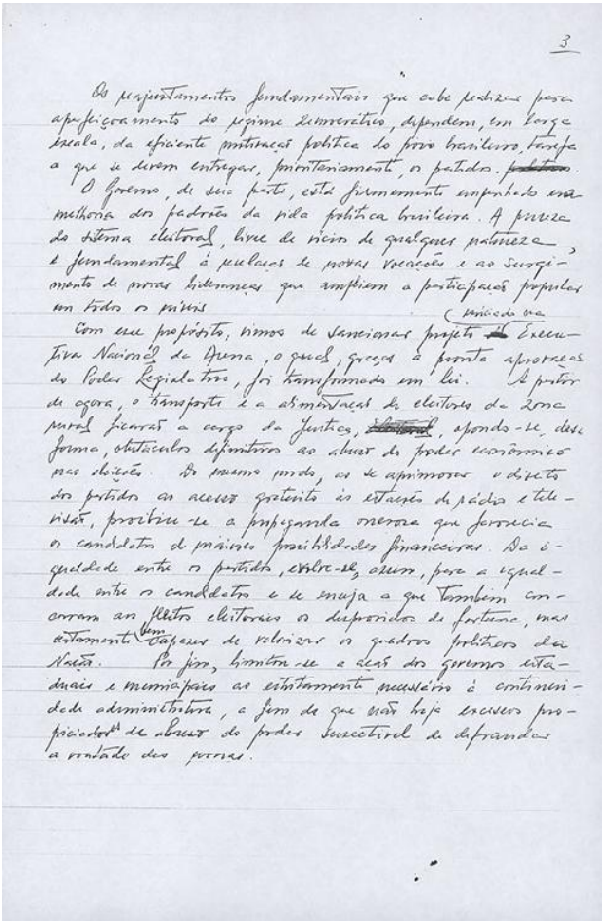
2

A proliferação de organizações partidárias, em sua grande maioria frágeis e fisiológicas, movidas, muitas, seu apoio no balcão de ~~[illegible]~~ barganhas políticas, contrabando e personalismo — e aqueles mesmos a que, proibidos 1924, no período anterior à Revolução de 64 — e, sem dúvida, no sorte do país. Do mesmo modo também reflete sensa a multiplicação do sistema emedebista do Partido Único, fruto e fator de encarceramento das liberdades políticas, apesar de serem estas, paradoxalmente a pretexto disciplinamento do regime.

Na verdade, como já o disse em 42 — "os partidos políticos, tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar, são essenciais ao debate de idéias democráticas, como veículos exclusivos de participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela continuidade do sistema representativo".

Importa pois — e importa muito — desenvolver-lhes o campo de suas atividades específicas, para que não se tornem formem em organismos influenciados de atuação confinada aos episódicos períodos pré-eleitorais, mas sejam, de fato, elementos vitais na formação de uma vontade popular, e através do debate de programas e teses e da abertura de seus quadros à ~~[illegible]~~ participação garantida que aí deverá encontrar ambiente sadio e adequado ao exercício de sua vocação pela liderança política.

Cumpre não permitir que os partidos sejam organismos com mera e letárgica atuação de cúpula. É imprescindível-lhe a capilaridade suficiente para que sua mensagem seja capaz de chegar até os menores e mais distantes municípios administrativos e possam eles captar, com fidelidade, as mais aspirações da população brasileira.

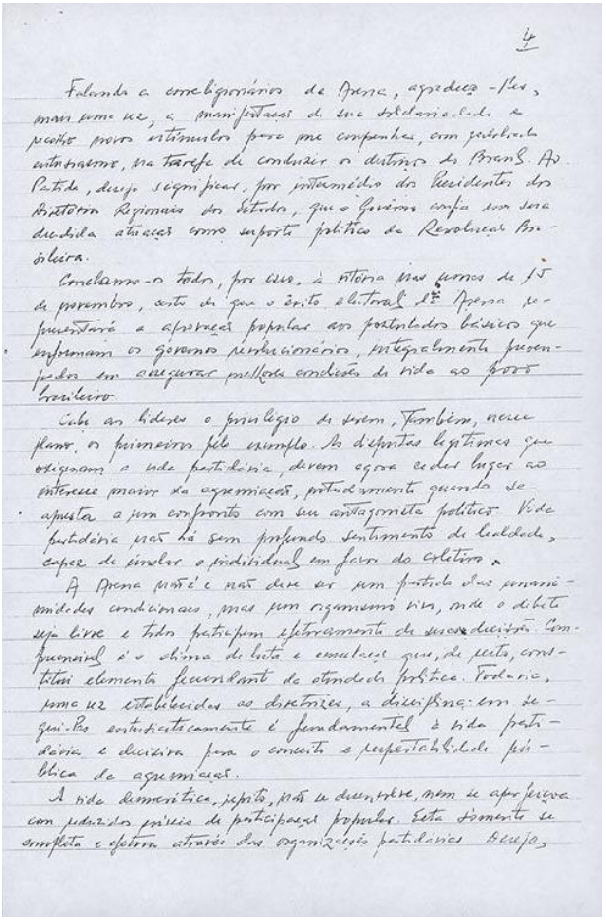


3

Os aperfeiçoamentos fundamentais que cabe realizar para aperfeiçoamento do regime democrático, dependem, em larga escala, da eficiente participação política do povo brasileiro, tarefa a que se devem entregar, permanentemente, os partidos.

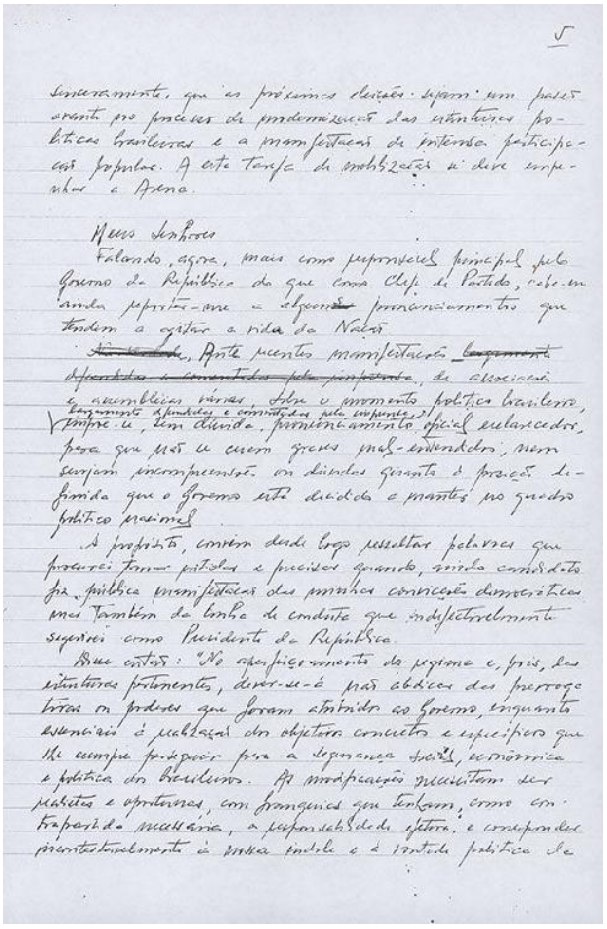
O Governo, de seu lado, está firmemente empenhado em melhoria dos padrões da vida política brasileira. A pureza do sistema eleitoral, livre de vícios de qualquer natureza, é fundamental à pulcritude de novas vocações e ao surgimento de novas lideranças que ampliem a participação popular em todo o país.

Com esse propósito, vimos de sancionar projeto [redacted] Executiva Nacional da Arena, o qual, graças à pronta aprovação dos Poderes Legislativos, foi transformado em lei. A partir de agora, o transporte e a alimentação de eleitores da zona rural ficarão a cargo da Justiça, [redacted], ajunto-se, dessa forma, obstáculos deparados ao abuso do poder econômico nas eleições. Do mesmo modo, os de aprimorar o direito dos partidos ao acesso gratuito às estações de rádio e televisão, proibiu-se a propaganda onerosa que favorecia os candidatos de maiores possibilidades financeiras. Da igualdade entre os partidos, estabelece-se, pois a igualdade entre os candidatos e de ensejo a que também concorram aos pleitos eleitorais os desprovidos de fortuna, mas detentores de capacidade de valorizar os padrões políticos da Nação. Por fim, limitou-se a ação dos governos estaduais e municipais às estritamente necessárias à continuidade administrativa, a fim de que não haja excessos propiciadores de abuso do poder econômico e deformadores da vontade dos eleitores.



Página 4 de 9

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



sinceramente, que as próximas eleições sejam um passo avante no processo de modernização das estruturas políticas brasileiras e a manifestação de intensa participação popular. A esta tarefa de mobilização se deve empenhar a Arena.

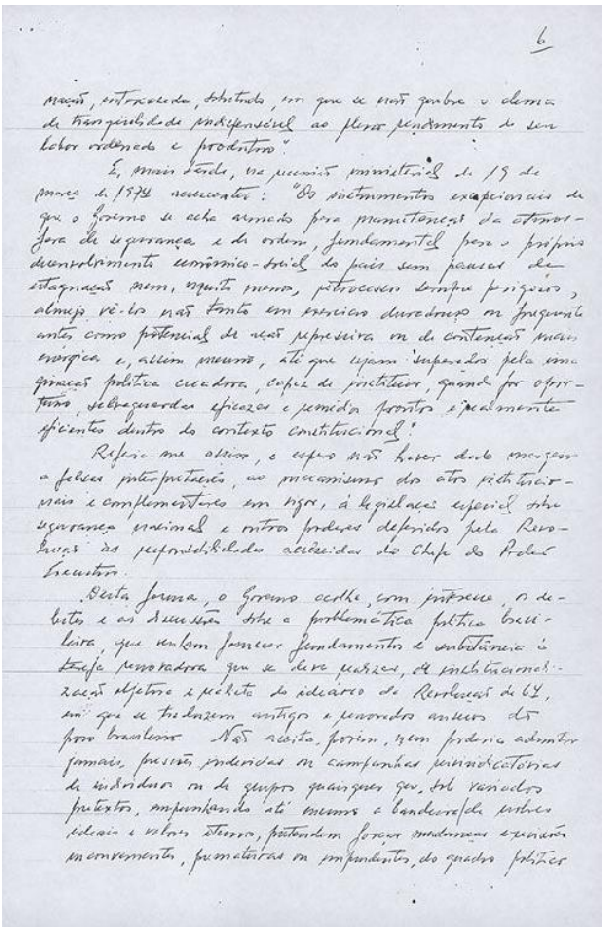
Meus Senhores

Falando, agora, mais como responsável principal pelo Governo da República do que como Chefe do Partido, cabe-me ainda referir-me a algumas providências que tendem a estar a vida da Nação.

~~Assinalei~~, Ante recentes manifestações ~~de agressividade~~ ~~decorridas e cometidas pelo comércio~~, de classes e assembléias várias, sôbre o momento político brasileiro, ~~movimento apoiados e cometidos pela imprensa~~, sempre-o, tem dúvida, pronunciamento oficial esclarecedor, para que não se criem graves mal-entendidos, nem surjam incompreensões ou dúvidas quanto à posição definida que o Governo está decidido a manter no quadro político nacional.

A propósito, convém desde logo ressaltar palavras que proferi com nitidez e precisão quando, vinda candidato à Presidência da República, fiz pública manifestação das minhas convicções democráticas mas também da linha de conduta que indefectivelmente seguirei como Presidente da República.

Disse então: "No aperfeiçoamento do regime e, pois, das instituições políticas, deve-se não abdicar dos poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre prosseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. As modificações necessitam ser práticas e oportunas, com franquezas que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva e correspondente prioritariamente à vontade popular e à vontade política de



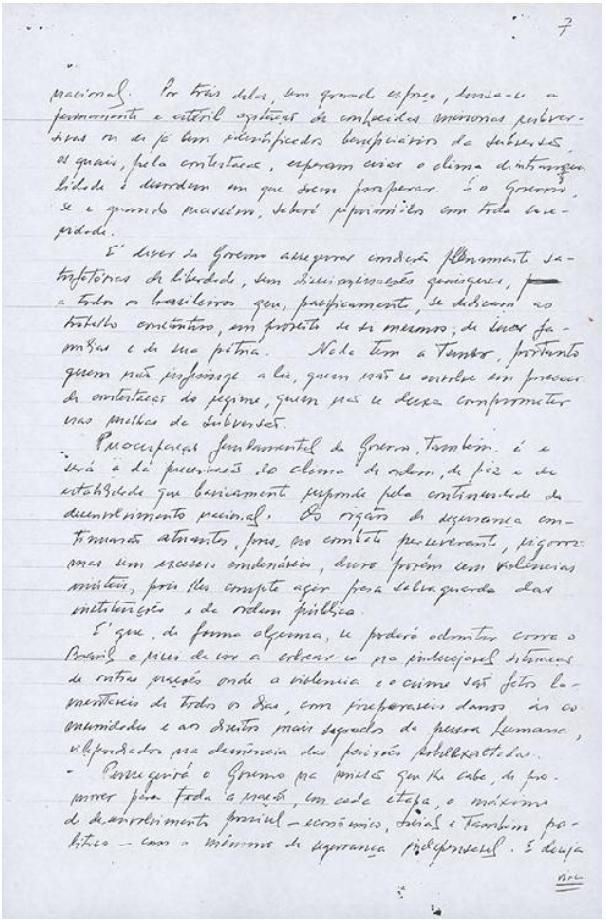
6

nação, entorpecendo, sobretudo, um que se mais grave o clima de tranquilidade indispensável ao pleno pensamento de seu labor ordenado e profícuo".

É, mais ainda, na mensagem ministerial de 15 de março de 1974 reconhecer: "Os acontecimentos excepcionais de que o Governo se acha armado para promotores da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem, muito menos, provocadores sempre perigosos, almeja vê-los não tanto em exercícios duradouros ou frequentes antes como potencial de uma repressiva ou de contenção mais energica e, assim mesmo, até que sejam suspensos pela ação garantes política cuidadosa, capaz de proteger, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e permita frontar especialmente eficientes dentro do contexto constitucional".

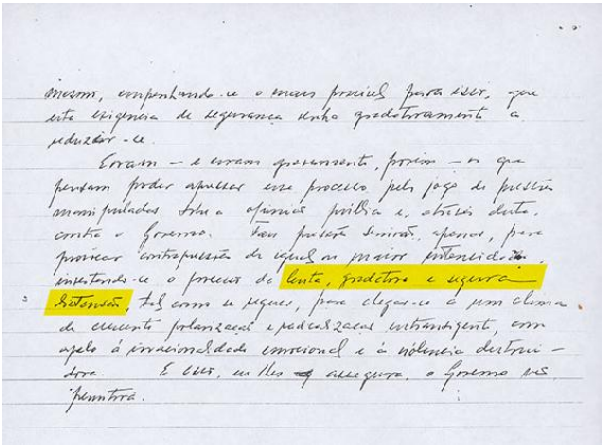
Refere ainda o citado, o esforço será todo no sentido de obter a fiel interpretação, no mecanismo dos atos institucionais e complementares em vigor, à legislação especial sobre segurança nacional e outras medidas deferidas pela Revolução às responsabilidades decididas do Chefe do Poder Executivo.

Desta forma, o Governo acolhe, com interesse, o debate e as discussões sobre a problemática política brasileira, que em bom termos fundamentos e substância à ação pensadora que se deve pautar, de aperfeiçoamento objetivo e perfeito do ideário da Revolução de 64, sem que se tolerem antigos e ultrapassados anseios do povo brasileiro. Não aceita, porém, nem poderia admitir jamais, possam prevalecer as campanhas personalistas de vaidades ou de grupos quaisquer que, sob variados pretextos, empunhando até mesmo a bandeira de puros ideais e altos objetivos, pretendam forçar modificações espúrias ou arrevesadas, prematuras ou imprudentes, do quadro político



Página 7 de 9

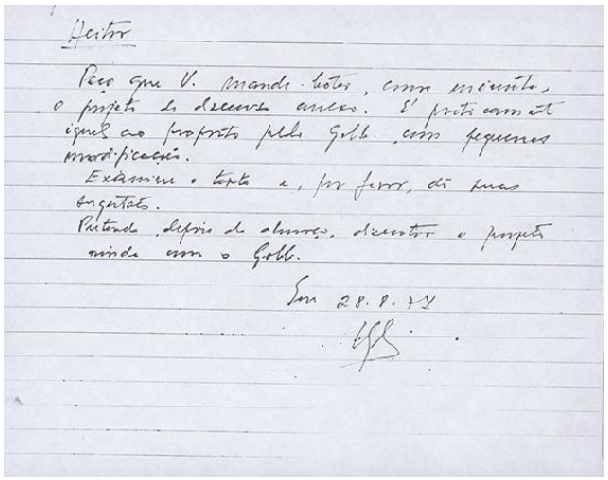
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



mesmo, compelindo-se a coisas proibidas para ser, por este exigência de segurança tinha gradativamente a reduzir-se.

Errava — e errava gravemente, porém — ao que pensam poder apelar em processo pelo jogo de pressão manipulados sobre a opinião pública e, através desta, contra o governo. Bem pelo contrário, apenas, para provocar contrapressão de igual ou maior intensidade, empenhando-se o processo de luta, predatório e agressão, intimidação, tal como as pessoas, para chegar-se a um clima de emoção polarizada e radicalização extremamente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora. E eles, ao lhes [illegible] o governo as permitia.

Bilhete de Geisel a Heitor Ferreira pedindo que mande datilografar o discurso e no qual afirma que ele é "praticamente igual ao proposto pelo Golb."



Heitor

Peço que V. mande datilografar, com urgência, o projeto de discurso anexo. É praticamente igual ao proposto pelo Golb, com pequenas modificações.

Examine o texto e, por favor, dê suas sugestões.

Pretendo dispor de alguns dias, durante o projeto ainda com o Golb.

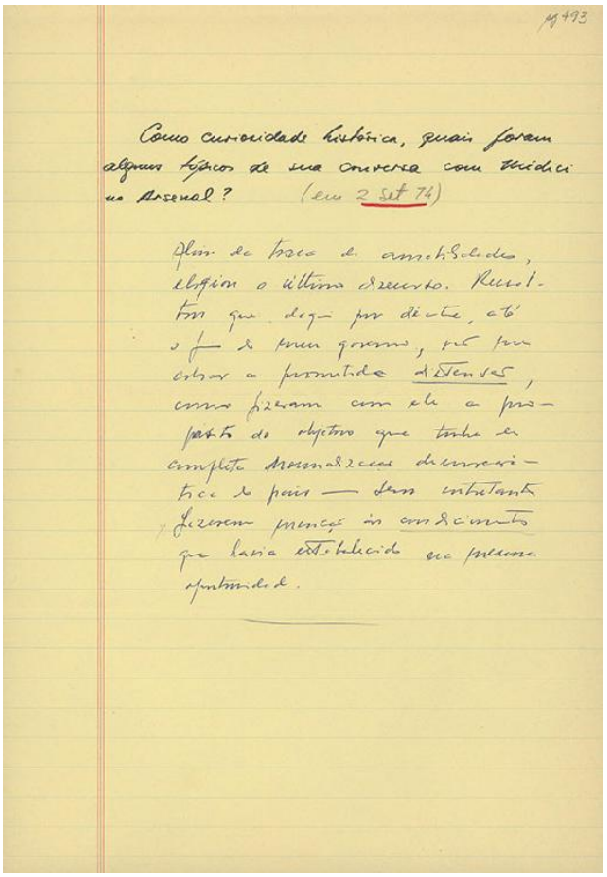
Em 28.8.74

GG

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Anotação de Geisel lembrando que Médici o advertira que seria cobrado por ter falado em distensão

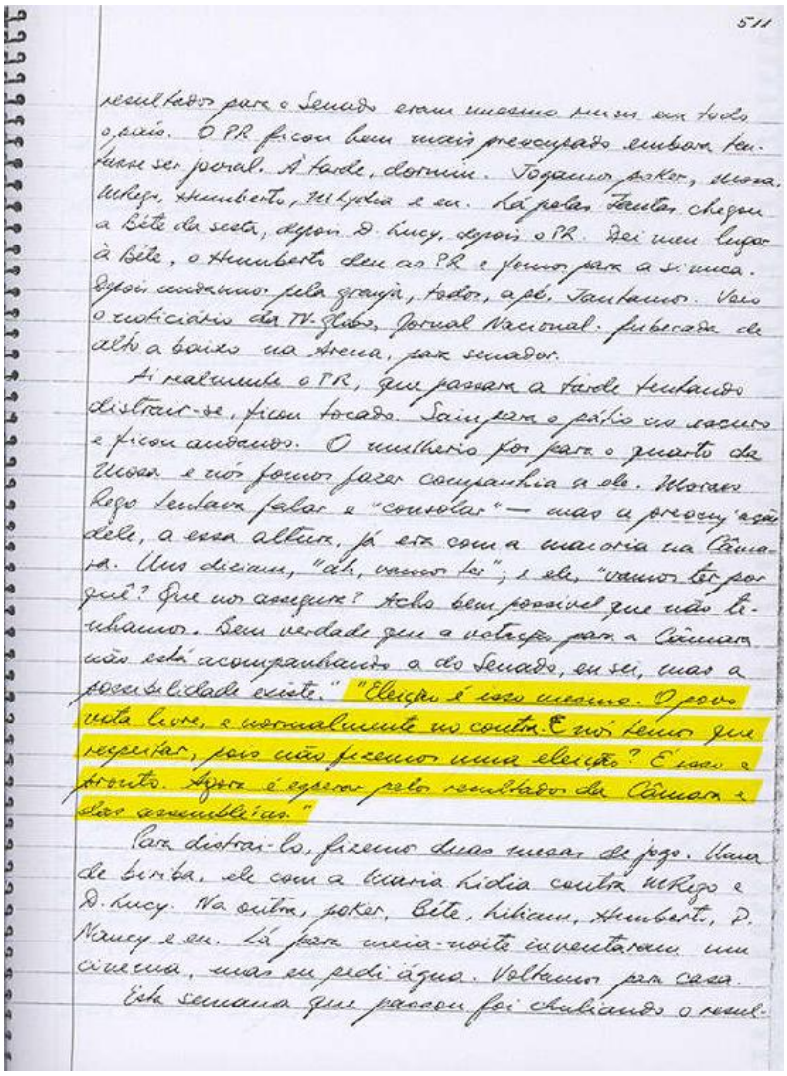

pg 493

Como curiosidade histórica, quais foram alguns tópicos de sua conversa com Médici no Arsenal? (em 2 Set 74)

Plano de base é amplo. Eleição o último decreto. Resolvem que digo por diante, até o fim do meu governo, pois tem estado a promessa distensão, como fizeram com ele a passagem do objetivo que tinha de completa normalização democrática do país — dem entretanto fizeram presente as condicionantes que havia estabelecido em relação autoridade.

[Voltar] | [Transcrição]

Diário de Heitor Ferreira com comentário de Geisel sobre resultado das eleições – 22/11/1974



511

resultados para o Senado eram mesmo muito em todo o país. O PR ficou bem mais preocupado embora tentasse ser jovial. À tarde, dormimos. Jogamos poker, Nina, Rêgo, Humberto, Nil Lydia e eu. Lá pelas 20 horas chegou a Bete da seita, depois D. Lucy, depois o PR. Dei meu lugar à Bete, o Humberto deu ao PR e fomos para a sinuca. Depois andamos pela granja, todos, a pé. Jantamos. Vale o noticiário da TV Globo, Jornal Nacional. Fuberado de alto a baixo na Arena, por senador.

Ai realmente o PR, que passara a tarde tentando distrair-se, ficou tocado. Saiu para o pátio em vários e ficou andando. O ministério foi para o quarto da Nina e nós fomos fazer companhia a ele. Morais Rêgo tentava falar e "consolar" — mas a preocupação dele, a essa altura, já era com a maioria na Câmara. Uns diziam, "ah, vamos lá"; e ele, "vamos ter por quê? Que nos assegura? Acho bem possível que não tenhamos. Bem verdade que a votação para a Câmara não está acompanhando a do Senado, eu sei, mas a possibilidade existe." "Eleição é isso mesmo. O povo vota livre, e normalmente nos contra. E nós temos que respeitar, pois não fizemos uma eleição? É isso e pronto. Agora é esperar pelo resultado da Câmara e das assembléias."

Para distraí-lo, fizemos duas rodadas de jogo. Uma de buraco, ele com a Maria Lídia contra Rêgo e D. Lucy. Na outra, poker, Bete, Libânia, Humberto, D. Nancy e eu. Lá para meia-noite inventaram uma sinuca, mas eu pedi água. Voltamos para casa.

Esta semana que passou foi trabalhando o resul-

[Voltar] | [Transcrição]

O Estado de São Paulo, 17 de novembro de 1974

O ESTADO DE S. PAULO

A oposição está vencendo em 18 Estados

Mobilização no Oriente Médio é generalizada

Definição depende da apuração no Interior

A vitória do MDB é total em São Paulo

Israel reprime na Cisjordânia

Analistas acham que os desvios foram condenados

Persiste ameaça da fome

Governo previa os resultados e agora estuda reformulações

192 páginas

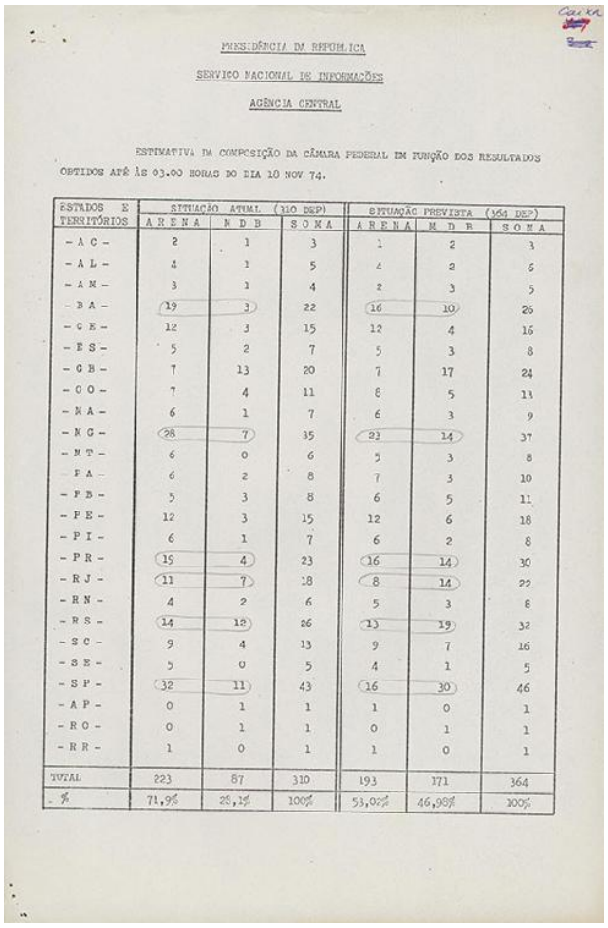
Geisel: “Não considero eleição um julgamento. É uma reação. O eleitorado é muito despreparado e não se informa. Não entende de governo. (…) Eu tenho a consciência tranquila de que fiz tudo o que era possível fazer nestes oito meses. Tenho trabalhado como um burro”.

Golbery: “O povo não está com a Revolução”.

Figueiredo: “Povo de merda, que não sabe votar”.

[Voltar] | [Transcrição]

Estimativa do SNI sobre composição da Câmara dos Deputados – 18/11/1974



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

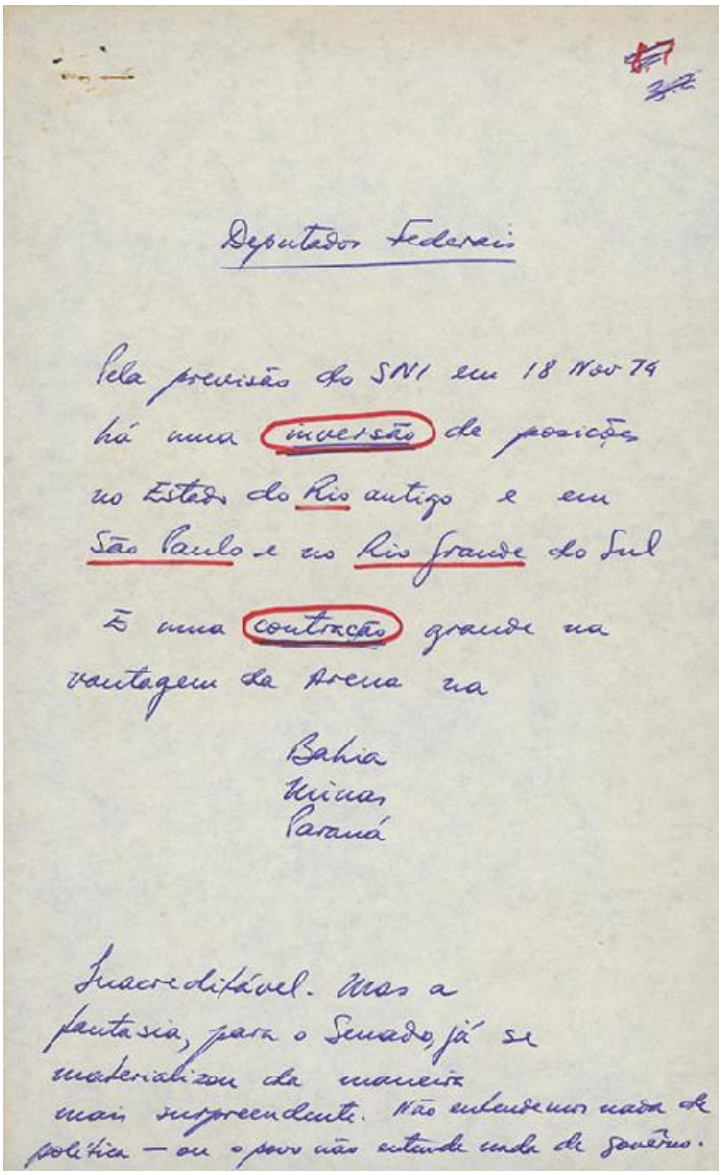
AGÊNCIA CENTRAL

ESTIMATIVA DA COMPOSIÇÃO DA CÂMARA FEDERAL EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS ATÉ ÀS 03.00 HORAS DO DIA 10 NOV 74.

ESTADOS E TERRITÓRIOS	SITUAÇÃO ATUAL (310 DEP)			SITUAÇÃO PREVISTA (364 DEP)		
	ARENA	M D B	SOMA	ARENA	M D B	SOMA
- A C -	2	1	3	1	2	3
- A L -	4	1	5	4	2	6
- A M -	3	1	4	2	3	5
- B A -	19	3	22	16	10	26
- C E -	12	3	15	12	4	16
- E S -	5	2	7	5	3	8
- G B -	7	13	20	7	17	24
- G O -	7	4	11	8	5	13
- M A -	6	1	7	6	3	9
- M G -	28	7	35	23	14	37
- M T -	6	0	6	5	3	8
- P A -	6	2	8	7	3	10
- P B -	5	3	8	6	5	11
- P E -	12	3	15	12	6	18
- P I -	6	1	7	6	2	8
- P R -	15	4	23	16	14	30
- R J -	11	7	18	8	14	22
- R N -	4	2	6	5	3	8
- R S -	14	12	26	13	19	32
- S C -	9	4	13	9	7	16
- S E -	5	0	5	4	1	5
- S P -	32	11	43	16	30	46
- A P -	0	1	1	1	0	1
- R O -	0	1	1	0	1	1
- R R -	1	0	1	1	0	1
TOTAL	223	87	310	193	171	364
%	71,9%	28,1%	100%	53,02%	46,98%	100%

[Voltar]

Duas notas manuscritas por Heitor Ferreira com comentários sobre resultado das eleições

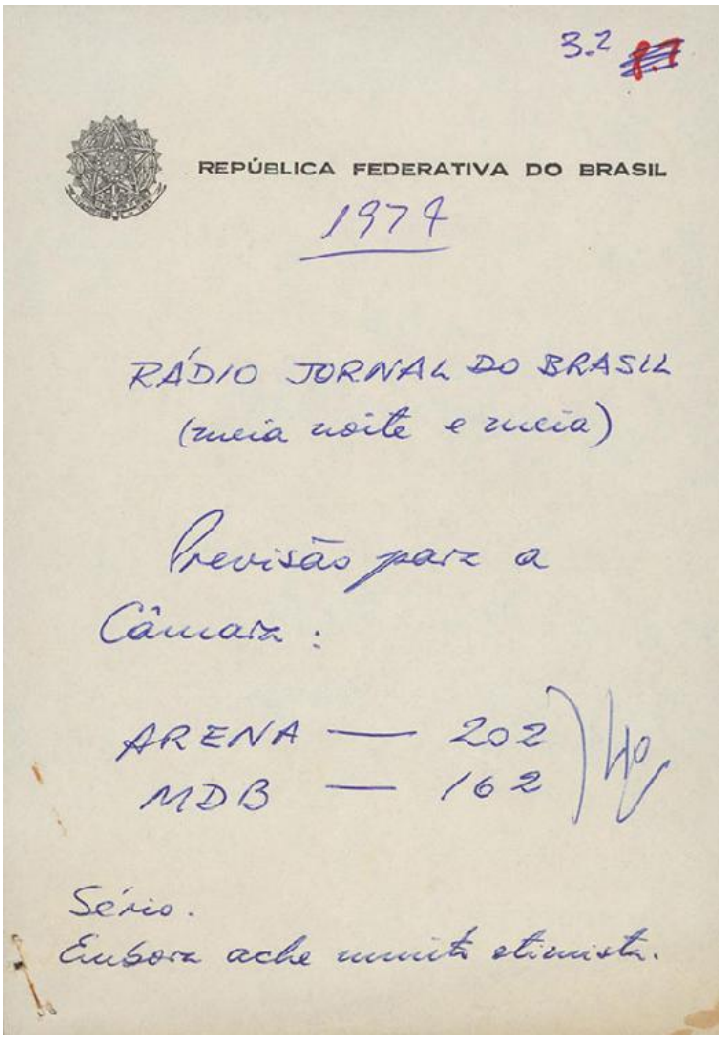


Deputados Federais

Pela previsão do SNI em 18 Nov 74
há uma inversão de posições
no Estado do Rio antigo e em
São Paulo e no Rio Grande do Sul
É uma contração grande na
vantagem da Arena na

Bahia
Minas
Paraná

Inacreditável. Mas a
fantasia, para o Senado, já se
materializou de maneira
mais surpreendente. Não entendemos nada de
política — ou o povo não entende nada de Senado.


3.2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1974

RÁDIO JORNAL DO BRASIL
(meia noite e meia)

Previsão para a
Câmara:

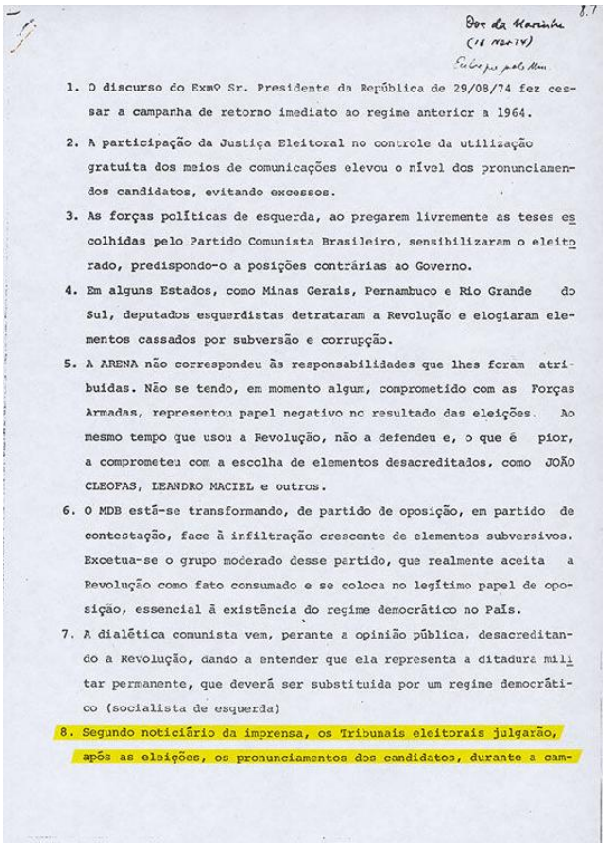
ARENA — 202
MDB — 162

Sério.
Embora ache muito otimista.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

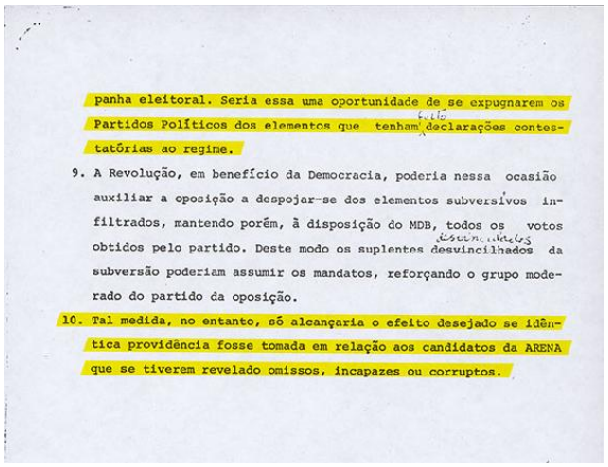
Documento com dez itens entregue ao presidente Geisel pelo ministro da Marinha, almirante Henning, sobre as eleições



Dor da Marinha
(11 nov 74)
Entregue pelo Min

1. O discurso do Exmº Sr. Presidente da República de 29/08/74 fez cessar a campanha de retorno imediato ao regime anterior a 1964.
2. A participação da Justiça Eleitoral no controle da utilização gratuita dos meios de comunicações elevou o nível dos pronunciamentos candidatos, evitando excessos.
3. As forças políticas de esquerda, ao pregarem livremente as teses escolhidas pelo Partido Comunista Brasileiro, sensibilizaram o eleitorado, predispondo-o a posições contrárias ao Governo.
4. Em alguns Estados, como Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, deputados esquerdistas detrataram a Revolução e elogiaram elementos cassados por subversão e corrupção.
5. A ARENA não correspondeu às responsabilidades que lhes foram atribuídas. Não se tendo, em momento algum, comprometido com as Forças Armadas, representou papel negativo no resultado das eleições. Ao mesmo tempo que usou a Revolução, não a defendeu e, o que é pior, a comprometeu com a escolha de elementos desacreditados, como JOÃO CLEOFAS, LEANDRO MACIEL e outros.
6. O MDB está-se transformando, de partido de oposição, em partido de contestação, face à infiltração crescente de elementos subversivos. Excetua-se o grupo moderado desse partido, que realmente aceita a Revolução como fato consumado e se coloca no legítimo papel de oposição, essencial à existência do regime democrático no País.
7. A dialética comunista vem, perante a opinião pública, desacreditando a Revolução, dando a entender que ela representa a ditadura militar permanente, que deverá ser substituída por um regime democrático (socialista de esquerda)
8. Segundo noticiário da imprensa, os Tribunais eleitorais julgarão, após as eleições, os pronunciamentos dos candidatos, durante a cam-

[Voltar] | [Transcrição]



panha eleitoral. Seria essa uma oportunidade de se expugnarem os Partidos Políticos dos elementos que tenham feito declarações contestatórias ao regime.

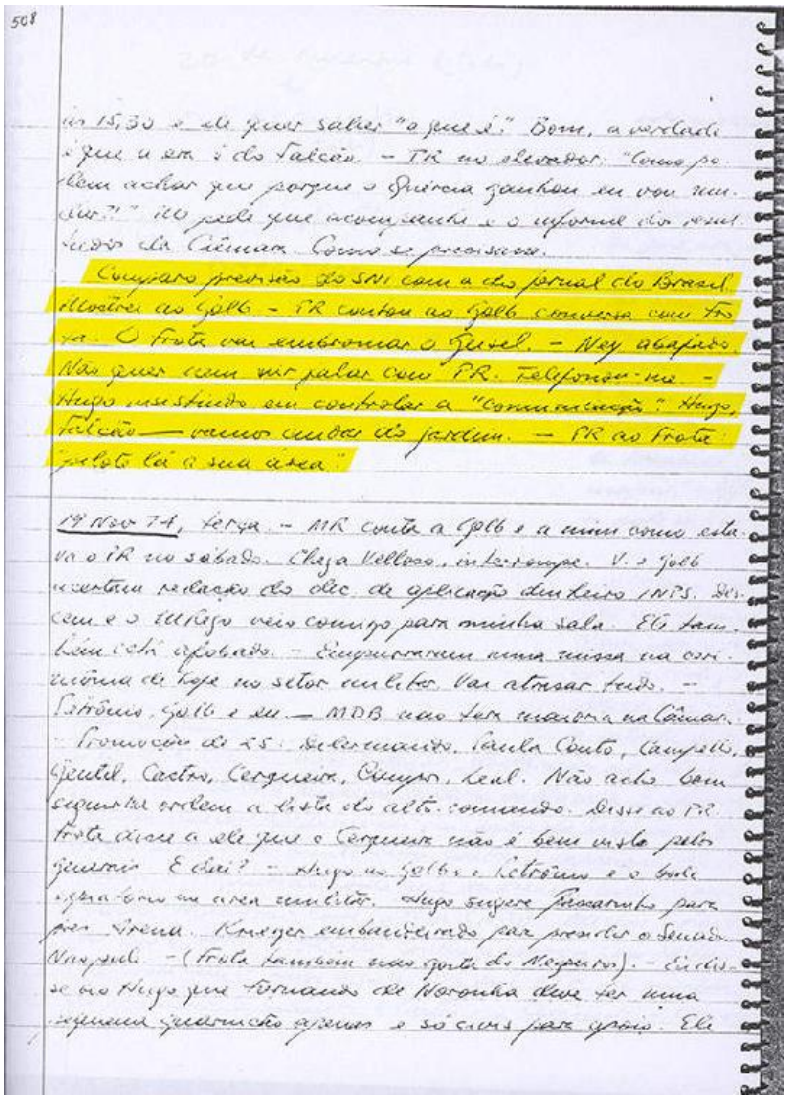
9. A Revolução, em benefício da Democracia, poderia nessa ocasião auxiliar a oposição a despojar-se dos elementos subversivos infiltrados, mantendo porém, à disposição do MDB, todos os votos obtidos pelo partido. Deste modo os suplentes desvinculados da subversão poderiam assumir os mandatos, reforçando o grupo moderado do partido da oposição.

10. Tal medida, no entanto, só alcançaria o efeito desejado se idêntica providência fosse tomada em relação aos candidatos da ARENA que se tiverem revelado omissos, incapazes ou corruptos.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Diário de Heitor Ferreira com relato de recado de Geisel a Frota – 18/11/1974



508

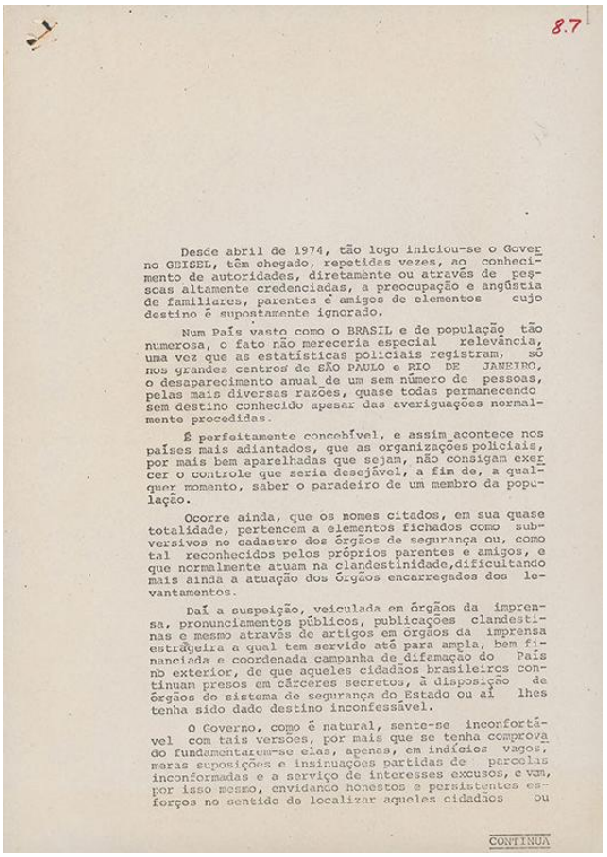
às 15,30 e ele quer saber "o que é". Bom, a verdade é que o Sr. é do Falcão. – PR no elevador: "Como pode achar que porque o Ministro Jarbas foi ao Rio nesse dia?" Não pode que nesse sentido e o informal do presidente da Câmara. Como se processou.

Conjugação previsão do SNI com a do Jornal do Brasil. Eleições do Golb. – PR contou ao Golb conversa com Frota. O Frota vai substituir o Geisel. – Ney adiantou. Não quer com ele falar com PR. Telefonou-me. – Hugo assistindo em controlar a "Comunicação". Hugo, Falcão — vamos vender os jardins. – PR ao Frota: "pelo lá a sua área".

19 Nov 74, terça – MR conta a Golb e a mim como estava o PR no sábado. Chaya Velloso, intérprete. V. e Golb recebem relação dos dec. de aplicação do Fundo INPS. Dec. com e o Ministro vêm comigo para minha sala. Eli também está aplaudido. – Conversamos uma vez na conferência de hoje no setor eleitoral. Vai atrasar tudo. – Eleições, Golb e eu — MDB vai ter maioria na Câmara. – Promoção de 75: determinado. Paula Couto, Campello, Geisel, Castro, Cerqueira, Araújo, Leal. Não sabe bem segunda ordem a lista dos alto comando. Disse ao PR. Frota disse a ele que o Cerqueira não é bem visto pelos generais. E daí? – Hugo vai Golb e Heitor e o Golb vêm bem na área eleitoral. Hugo sugere passarmos para ver Viana. Konyer embaixadinha para prender o Secretário Municipal – (Frota também mau gosto do Negrão). – Encontra-se no Hugo que Fernando de Noronha deve ser uma injustiça generalizada grave e só cuida para grave. Eli

[Voltar] | [Transcrição]

Nota oficial redigida por Golbery sobre a questão dos desaparecidos



8.7

Desde abril de 1974, tão logo iniciou-se o Governo GEISEL, têm chegado, repetidas vezes, ao conhecimento de autoridades, diretamente ou através de pessoas altamente credenciadas, a preocupação e angústia de familiares, parentes e amigos de elementos cujo destino é supostamente ignorado.

Num País vasto como o BRASIL e de população tão numerosa, o fato não mereceria especial relevância, uma vez que as estatísticas policiais registram, só nos grandes centros de SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO, o desaparecimento anual de um sem número de pessoas, pelas mais diversas razões, quase todas permanecendo sem destino conhecido apesar das averiguações normalmente procedidas.

É perfeitamente concebível, e assim acontece nos países mais adiantados, que as organizações policiais, por mais bem aparelhadas que sejam, não consigam exercer o controle que seria desejável, a fim de, a qualquer momento, saber o paradeiro de um membro da população.

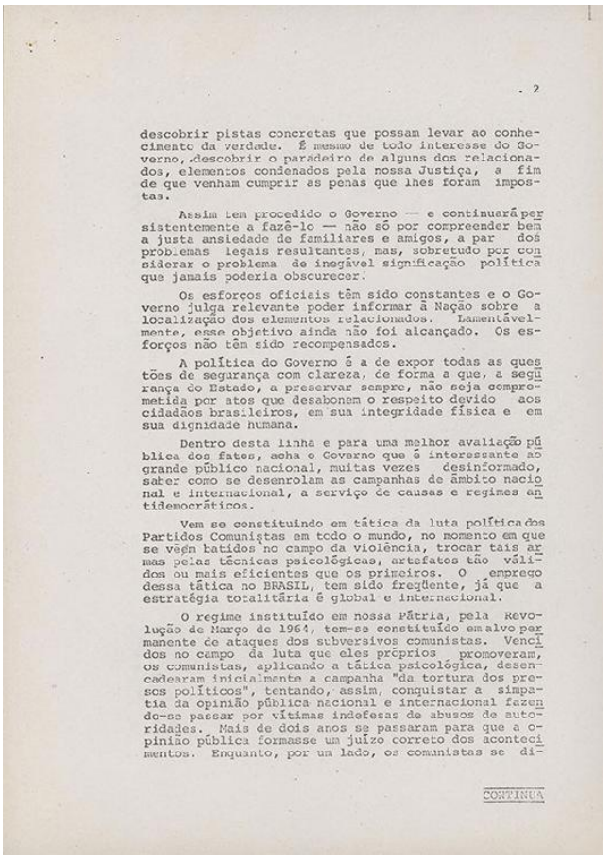
Ocorre ainda, que os nomes citados, em sua quase totalidade, pertencem a elementos fichados como subversivos no cadastro dos órgãos de segurança ou, como tal reconhecidos pelos próprios parentes e amigos, e que normalmente atuam na clandestinidade,dificultando mais ainda a atuação dos órgãos encarregados dos levantamentos.

Daí a suspeição, veiculada em órgãos da imprensa, pronunciamentos públicos, publicações clandestinas e mesmo através de artigos em órgãos da imprensa estrangeira a qual tem servido até para ampla, bem financiada e coordenada campanha de difamação do País no exterior, de que aqueles cidadãos brasileiros continuam presos em cárceres secretos, à disposição de órgãos do sistema de segurança do Estado ou aí lhes tenha sido dado destino inconfessável.

O Governo, como é natural, sente-se incomfortável com tais versões, por mais que se tenha comprovado fundamentar-se elas, apenas, em indícios vagos, meras suposições e insinuações partidas de parcelas inconformadas e a serviço de interesses excusos, e vem, por isso mesmo, envidando honestos e persistentes esforços no sentido de localizar aqueles cidadãos ou

CONTINUA

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



descobrir pistas concretas que possam levar ao conhecimento da verdade. É mesmo de todo interesse do Governo, descobrir o paradeiro de alguns dos relacionados, elementos condenados pela nossa Justiça, a fim de que venham cumprir as penas que lhes foram impostas.

Assim tem procedido o Governo — e continuará persistentemente a fazê-lo — não só por compreender bem a justa ansiedade de familiares e amigos, a par dos problemas legais resultantes, mas, sobretudo por considerar o problema de inegável significação política que jamais poderia obscurecer.

Os esforços oficiais têm sido constantes e o Governo julga relevante poder informar à Nação sobre a localização dos elementos relacionados. Lamentàvelmente, esse objetivo ainda não foi alcançado. Os esforços não têm sido recompensados.

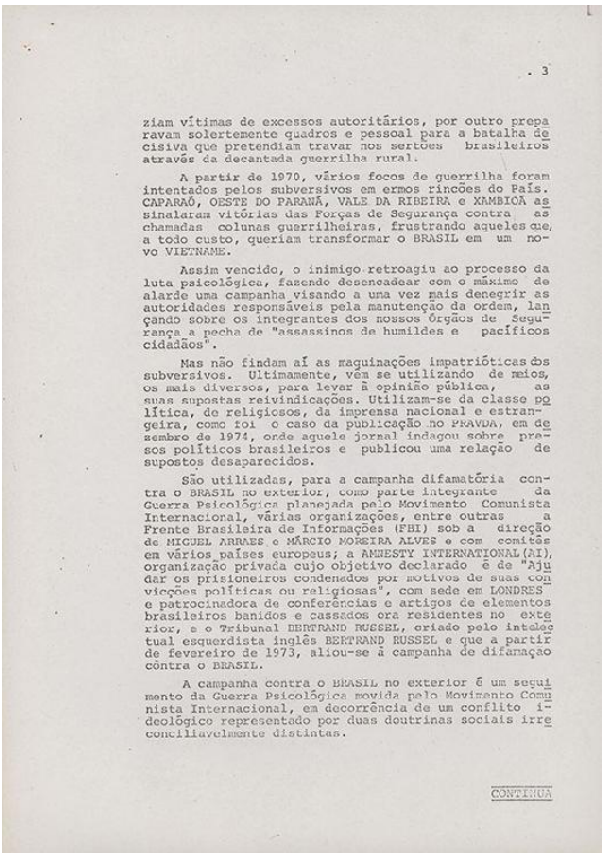
A política do Governo é a de expor todas as questões de segurança com clareza, de forma a que, a segurança do Estado, a preservar sempre, não seja comprometida por atos que desabonam o respeito devido aos cidadãos brasileiros, em sua integridade física e em sua dignidade humana.

Dentro desta linha e para uma melhor avaliação pública dos fatos, acha o Governo que é interessante ao grande público nacional, muitas vezes desinformado, saber como se desenrolam as campanhas de âmbito nacional e internacional, a serviço de causas e regimes antidemocráticos.

Vem se constituindo em tática da luta política dos Partidos Comunistas em todo o mundo, no momento em que se vêem batidos no campo da violência, trocar tais armas pelas técnicas psicológicas, artefatos tão válidos ou mais eficientes que os primeiros. O emprego dessa tática no BRASIL, tem sido freqüente, já que a estratégia totalitária é global e internacional.

O regime instituído em nossa Pátria, pela Revolução de Março de 1964, tem-se constituído em alvo permanente de ataques dos subversivos comunistas. Vencidos no campo da luta que eles próprios promoveram, os comunistas, aplicando a tática psicológica, desencadearam inicialmente a campanha "da tortura dos presos políticos", tentando, assim, conquistar a simpatia da opinião pública nacional e internacional fazendo-se passar por vítimas indefesas de abusos de autoridades. Mais de dois anos se passaram para que a opinião pública formasse um juízo correto dos acontecimentos. Enquanto, por um lado, os comunistas se di-

CONTINUA



ziam vítimas de excessos autoritários, por outro prepa ravam solertemente quadros e pessoal para a batalha de cisiva que pretendiam travar nos sertões brasileiros através da decantada guerrilha rural.

A partir de 1970, vários focos de guerrilha foram intentados pelos subversivos em ermos rincões do País. CAPARAÓ, OESTE DO PARANÁ, VALE DA RIBEIRA e XAMBIOA as sinalaram vitórias das Forças de Segurança contra as chamadas colunas guerrilheiras, frustrando aqueles que, a todo custo, queriam transformar o BRASIL em um novo VIETNAME.

Assim vencido, o inimigo retroagiu ao processo da luta psicológica, fazendo desencadear com o máximo de alarde uma campanha visando a una vez mais denegrir as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem, lançando sobre os integrantes dos nossos órgãos de Segurança a pecha de "assassinos de humildes e pacíficos cidadãos".

Mas não findam aí as maquinações impatrióticas dos subversivos. Ultimamente, vêm se utilizando de meios, os mais diversos, para levar à opinião pública, as suas supostas reivindicações. Utilizam-se da classe política, de religiosos, da imprensa nacional e estrangeira, como foi o caso da publicação no PRAVDA, em dezembro de 1974, onde aquele jornal indagou sobre presos políticos brasileiros e publicou uma relação de supostos desaparecidos.

São utilizadas, para a campanha difamatória contra o BRASIL no exterior, como parte integrante da Guerra Psicológica planejada pelo Movimento Comunista Internacional, várias organizações, entre outras a Frente Brasileira de Informações (FBI) sob a direção de MIGUEL ARRAES e MÁRCIO MOREIRA ALVES e com comitês em vários países europeus; a AMNESTY INTERNATIONAL(AI), organização privada cujo objetivo declarado é de "ajudar os prisioneiros condenados por motivos de suas convicções políticas ou religiosas", com sede em LONDRES e patrocinadora de conferências e artigos de elementos brasileiros banidos e cassados ora residentes no exterior, e o Tribunal BERTRAND RUSSEL, criado pelo intelectual esquerdista inglês BERTRAND RUSSEL e que a partir de fevereiro de 1973, aliou-se à campanha de difamação contra o BRASIL.

A campanha contra o BRASIL no exterior é um seguimento da Guerra Psicológica movida pelo Movimento Comunista Internacional, em decorrência de um conflito ideológico representado por duas doutrinas sociais irreconciliavelmente distintas.

CONTINUA

Perfeitamente enquadrada nesse universo antagônico, a "Campanha" contribui também, para manter ativos e sempre ocupados os inúmeros grupos organizados e espalhados pelo nundo, inclusive no BRASIL, que, em suas atividades seguem a inspiração marxista, manipulando à sua feição as teses da Justiça social e outras que mais lhe agradam, entre estas as de "defesa dos direitos humanos".

É interessante entretanto, ter-se presente que só se movimentam para a defesa daqueles reconhecidamente ligados à subversão e aos interesses do Partido Comunista.

É notório que em todos os países do mundo, tanto ocidental como oriental, as Polícias, algumas vezes se "Excedem" no trato com criminosos e mesmo indivíduos comuns, entretanto, quando isto acontece, nenhuma destas organizações "se manifesta na defesa dos direitos daqueles que foram ofendidos". Uma pergunta se impõe: "Porque só os comunistas e subversivos têm direito à defesa?"

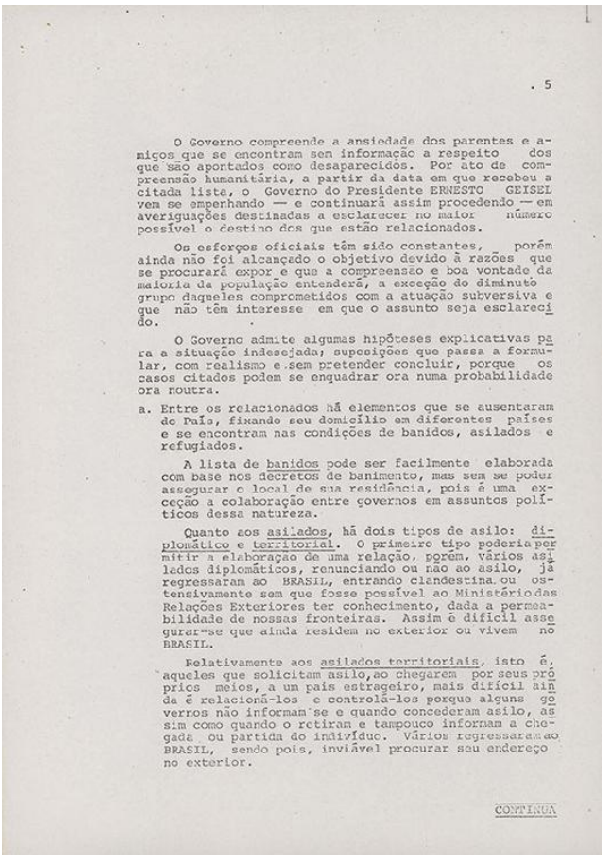
Uma vez mais se faz necessário alertar a opinião pública brasileira para essa técnica psicológica destrutiva, empregada agora pelos comunistas que, na tentativa de ocultarem a entrada de seus militantes na clandestinidade ou a sua eliminação pelo próprio Partido, por fracassos no cumprimento de missões, atribuem tais desaparecimentos à responsabilidade das autoridades empenhadas na manutenção da Segurança Nacional.

Com evidente propósito de aumentar mais a pressão psicológica sobre nossa população, os comunistas vêm se valendo de elementos influentes, alguns inocentes úteis e outros conscientes, pertencentes à classe política e religiosa, para atingirem à consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a situação atual, configura também que alguns órgãos de comunicação social, vêm adotando, de maneira sistemática, certo tipo de propaganda, visando à subversão da ordem e à desmoralização das autoridades, por um processo que se enquadra perfeitamente na tática anteriormente descrita.

Os efeitos buscados com essa Campanha Psicológica promovida através de alguns órgãos de comunicação e de figuras influentes é o de obter a maior divulgação possível dessas notícias para, com isso, provocar alarma social e criar, assim, condições propícias à atuação dos elementos que ora se encontram na clandestinidade, e possivelmente dentre eles, alguns daqueles que ora constam das "listas de desaparecidos", tão amplamente divulgadas.

CONTINUA



O Governo compreende a ansiedade dos parentes e amigos que se encontram sem informação a respeito dos que são apontados como desaparecidos. Por ato de compreensão humanitária, a partir da data em que recebeu a citada lista, o Governo do Presidente ERNESTO GEISEL vem se empenhando — e continuará assim procedendo — em averiguações destinadas a esclarecer no maior número possível o destino dos que estão relacionados.

Os esforços oficiais têm sido constantes, porém ainda não foi alcançado o objetivo devido à razões que se procurará expor e que a compreensão e boa vontade da maioria da população entenderá, a exceção do diminuto grupo daqueles comprometidos com a atuação subversiva e que não têm interesse em que o assunto seja esclarecido.

O Governo admite algumas hipóteses explicativas para a situação indesejada; suposições que passa a formular, com realismo e sem pretender concluir, porque os casos citados podem se enquadrar ora numa probabilidade ora noutra.

a. Entre os relacionados há elementos que se ausentaram do País, fixando seu domicílio em diferentes países e se encontram nas condições de banidos, asilados e refugiados.

A lista de banidos pode ser facilmente elaborada com base nos decretos de banimento, mas sem se poder assegurar o local de sua residência, pois é uma exceção a colaboração entre governos em assuntos políticos dessa natureza.

Quanto aos asilados, há dois tipos de asilo: diplomático e territorial. O primeiro tipo poderia permitir a elaboração de uma relação, porém, vários asilados diplomáticos, renunciando ou não ao asilo, já regressaram ao BRASIL, entrando clandestina ou ostensivamente sem que fosse possível ao Ministério das Relações Exteriores ter conhecimento, dada a permeabilidade de nossas fronteiras. Assim é difícil assegurar-se que ainda residem no exterior ou vivem no BRASIL.

Relativamente aos asilados territoriais, isto é, aqueles que solicitam asilo, ao chegarem por seus próprios meios, a um país estrageiro, mais difícil ainda é relacioná-los e controlá-los porque alguns governos não informam se e quando concederam asilo, assim como quando o retiram e tampouco informam a chegada ou partida do indivíduo. Vários regressaram ao BRASIL, sendo pois, inviável procurar seu endereço no exterior.

CONTINUA

Finalmente os refugiados, cujo próprio conceito é demasiado elástico. É o indivíduo que se auto-define refugiado. Os governos estrangeiros não fornecem listagem dessas pessoas, nem os rotulam como refugiados. É portanto impraticável saber onde essas pessoas residem ou acompanhar seus atos.

Por outro lado, os brasileiros que presentemente se encontram no exterior, nas condições apontadas, viajam constantemente de um país para outro, muitas vezes indo para países da Cortina de Ferro, CUBA ou REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, onde se torna praticamente impossível acompanhar seus passos e saber o seu destino final.

Inúmeros deles, segundo informes colhidos pelas áreas de segurança, retornaram ao BRASIL, portando documentos falsificados e se encontram na clandestinidade, em ações subversivas.

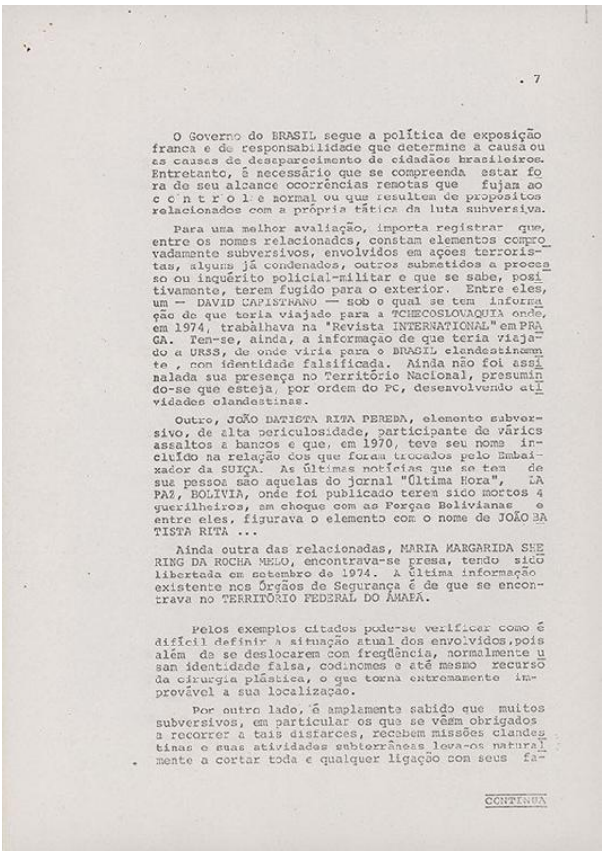
b. Entre os relacionados, provavelmente, alguns estarão escondidos voluntariamente, ou por ordem dos chefes das organizações subversivas a que pertencem. Esta situação visa a permitir que escapem das forças de segurança ou permite que desempenhem o papel de vítimas, com a finalidade de perturbar as relações bem intencionadas do Estado com os escalões intermediários da sociedade brasileira.

c. Entre os elementos citados no rol dos desaparecidos, algum poderá ter sido eliminado em choques entre as várias facções partidárias, ou entre grupos subversivos antagônicos. É público e notório que inexiste unidade entre os vários grupos do comunismo internacional, os quais se degladiam de forma feroz e implacável, em busca de uma liderença, atribuindo normalmente as mortes dos adversários às forças de segurança.

d. Há ainda um fato comum nas hostes da subversão. A eliminação de elementos considerados fracos ou supostos como delatores é freqüente nos subterrâneos da luta subversiva, como na do crime. Não são poucos os casos em que para aterrorizar e "justiçar" os próprios camaradas se proclama uma dita "Justiça revolucionária implacável".

Cumpre lembrar ainda, que alguns dos elementos citados, estiveram detidos e seus companheiros jamais souberam o que eles relataram às autoridades de segurança. Entretanto, ao serem soltos, inexplicavelmente desaparecem.

CONTINUA



O Governo do BRASIL segue a política de exposição franca e de responsabilidade que determine a causa ou as causas de desaparecimento de cidadãos brasileiros. Entretanto, é necessário que se compreenda estar fora de seu alcance ocorrências remotas que fujam ao c o n t r o l e normal ou que resultem de propósitos relacionados com a própria tática da luta subversiva.

Para uma melhor avaliação, importa registrar que, entre os nomes relacionados, constam elementos comprovadamente subversivos, envolvidos em ações terroristas, alguns já condenados, outros submetidos a processo ou inquérito policial-militar e que se sabe, positivamente, terem fugido para o exterior. Entre eles, um — DAVID CAPISTRANO — sob o qual se tem informação de que teria viajado para a TCHECOSLOVAQUIA onde, em 1974, trabalhava na "Revista INTERNATIONAL" em PRAGA. Tem-se, ainda, a informação de que teria viajado a URSS, de onde viria para o BRASIL clandestinamente, com identidade falsificada. Ainda não foi assinalada sua presença no Território Nacional, presumindo-se que esteja, por ordem do PC, desenvolvendo atividades clandestinas.

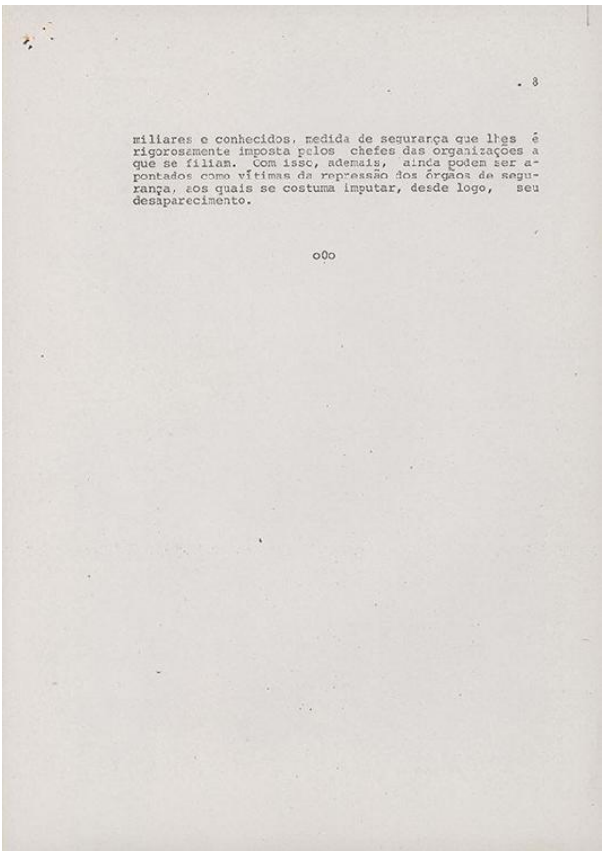
Outro, JOÃO BATISTA RITA PEREDA, elemento subversivo, de alta periculosidade, participante de vários assaltos a bancos e que, em 1970, teve seu nome incluído na relação dos que foram trocados pelo Embaixador da SUIÇA. As últimas notícias que se tem de sua pessoa são aquelas do jornal "Última Hora", LA PAZ, BOLÍVIA, onde foi publicado terem sido mortos 4 guerilheiros, em choque com as Forças Bolivianas e entre eles, figurava o elemento com o nome de JOÃO BATISTA RITA ...

Ainda outra das relacionadas, MARIA MARGARIDA SHERING DA ROCHA MELO, encontrava-se presa, tendo sido libertada em setembro de 1974. A última informação existente nos Órgãos de Segurança é de que se encontrava no TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ.

Pelos exemplos citados pode-se verificar como é difícil definir a situação atual dos envolvidos, pois além de se deslocarem com freqüência, normalmente usam identidade falsa, codinomes e até mesmo recurso da cirurgia plástica, o que torna extremamente improvável a sua localização.

Por outro lado, é amplamente sabido que muitos subversivos, em particular os que se vêem obrigados a recorrer a tais disfarces, recebem missões clandestinas e suas atividades subterrâneas levam-os naturalmente a cortar toda e qualquer ligação com seus fa-

CONTINUA



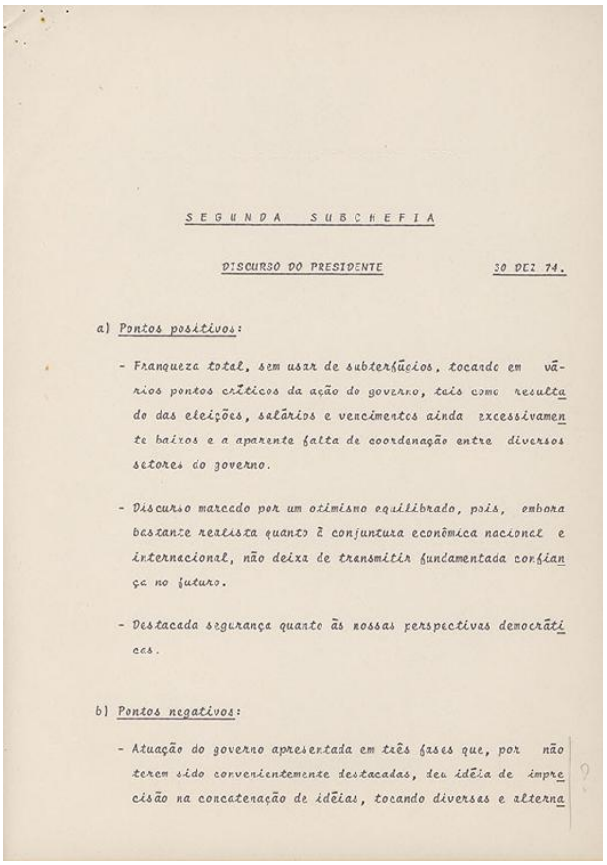
miliares e conhecidos, medida de segurança que lhes é rigorosamente imposta pelos chefes das organizações a que se filiam. Com isso, ademais, ainda podem ser apontados como vítimas da repressão dos órgãos de segurança, aos quais se costuma imputar, desde logo, seu desaparecimento.

ooo

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Documento do Gabinete Militar sobre o discurso de Geisel com comentários do presidente



SEGUNDA SUBCHEFIA

DISCURSO DO PRESIDENTE 30 DEZ 74.

a) Pontos positivos:

- Franqueza total, sem usar de subterfúgios, tocando em vários pontos críticos da ação do governo, tais como resultado das eleições, salários e vencimentos ainda excessivamente baixos e a aparente falta de coordenação entre diversos setores do governo.

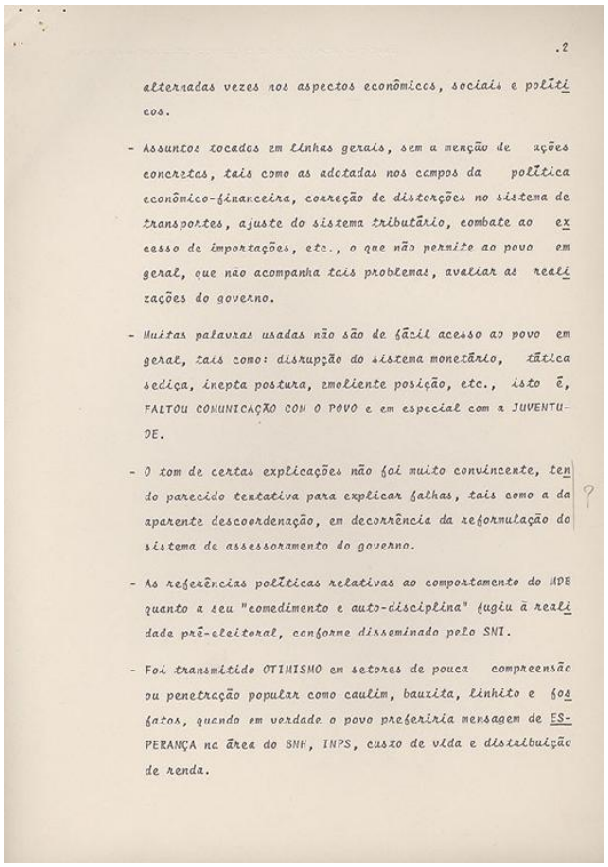
- Discurso marcado por um otimismo equilibrado, pois, embora bastante realista quanto à conjuntura econômica nacional e internacional, não deixa de transmitir fundamentada confiança no futuro.

- Destacada segurança quanto às nossas perspectivas democráticas.

b) Pontos negativos:

- Atuação do governo apresentada em três frases que, por não terem sido convenientemente destacadas, deu idéia de imprecisão na concatenação de idéias, tocando diversas e alterna

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



alternadas vezes nos aspectos econômicos, sociais e políticos.

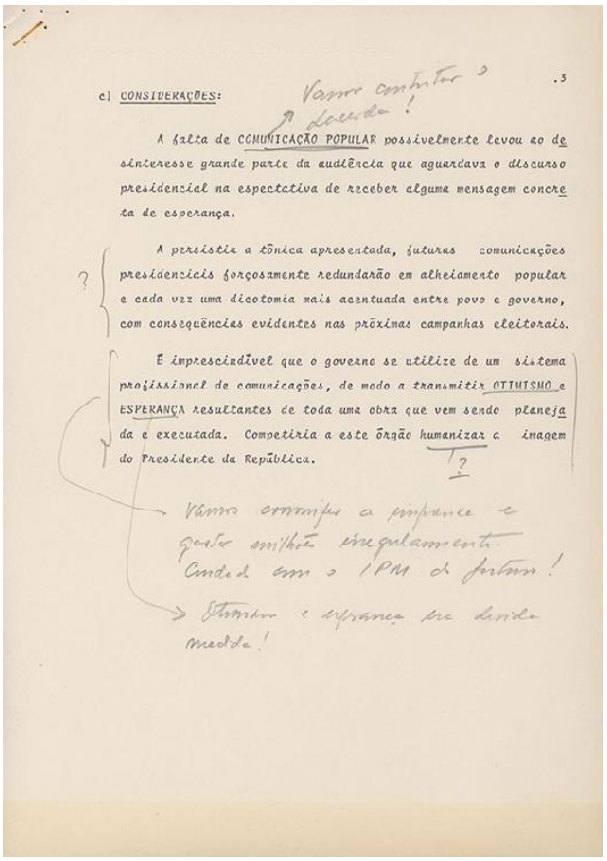
- Assuntos tocados em linhas gerais, sem a menção de ações concretas, tais como as adotadas nos campos da política econômico-financeira, correção de distorções no sistema de transportes, ajuste do sistema tributário, combate ao excesso de importações, etc., o que não permite ao povo em geral, que não acompanha tais problemas, avaliar as realizações do governo.

- Muitas palavras usadas não são de fácil acesso ao povo em geral, tais como: disrupção do sistema monetário, tática sediça, inepta postura, emoliente posição, etc., isto é, FALTOU COMUNICAÇÃO COM O POVO e em especial com a JUVENTUDE.

- O tom de certas explicações não foi muito convincente, tendo parecido tentativa para explicar falhas, tais como a da aparente descoordenação, em decorrência da reformulação do sistema de assessoramento do governo.

- As referências políticas relativas ao comportamento do MDB quanto a seu "comedimento e auto-disciplina" fugiu à realidade pré-eleitoral, conforme disseminado pelo SNI.

- Foi transmitido OTIMISMO em setores de pouca compreensão ou penetração popular como caulim, bauxita, linhito e fosfatos, quando em verdade o povo preferiria mensagem de ESPERANÇA na área do SNH, INPS, custo de vida e distribuição de renda.



c] CONSIDERAÇÕES: Vamos continuar? Lauro!

.3

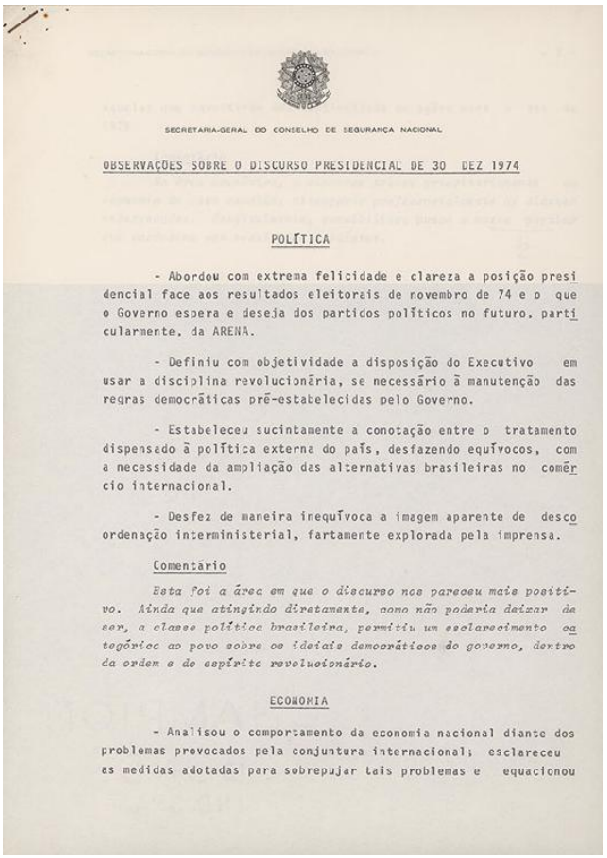
A falta de COMUNICAÇÃO POPULAR possivelmente levou ao desinteresse grande parte da audiência que aguardava o discurso presidencial na espectativa de receber alguma mensagem concreta de esperança.

? A persistir a tônica apresentada, futuras comunicações presidenciais forçosamente redundarão em alheiamento popular e cada vez uma dicotomia mais acentuada entre povo e governo, com consequências evidentes nas próximas campanhas eleitorais.

É imprescindível que o governo se utilize de um sistema profissional de comunicações, de modo a transmitir OTIMISMO e ESPERANÇA resultantes de toda uma obra que vem sendo planejada e executada. Competiria a este órgão humanizar a imagem do Presidente da República. ?

Vamos combater a pobreza e gastar milhões desigualmente. Onde está o PIS de fortuna!

Otimismo e esperança em dose medida!



SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

OBSERVAÇÕES SOBRE O DISCURSO PRESIDENCIAL DE 30 DEZ 1974

POLÍTICA

- Abordou com extrema felicidade e clareza a posição presidencial face aos resultados eleitorais de novembro de 74 e o que o Governo espera e deseja dos partidos políticos no futuro, particularmente, da ARENA.

- Definiu com objetividade a disposição do Executivo em usar a disciplina revolucionária, se necessário à manutenção das regras democráticas pré-estabelecidas pelo Governo.

- Estabeleceu sucintamente a conotação entre o tratamento dispensado à política externa do país, desfazendo equívocos, com a necessidade da ampliação das alternativas brasileiras no comércio internacional.

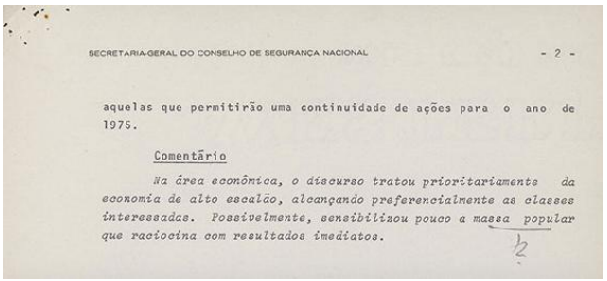
- Desfez de maneira inequívoca a imagem aparente de desordenação interministerial, fartamente explorada pela imprensa.

Comentário

Esta foi a área em que o discurso nos pareceu mais positivo. Ainda que atingindo diretamente, como não poderia deixar de ser, a classe política brasileira, permitiu um esclarecimento ao contrário ao povo sobre os ideais democráticos do governo, dentro da ordem e do espírito revolucionário.

ECONOMIA

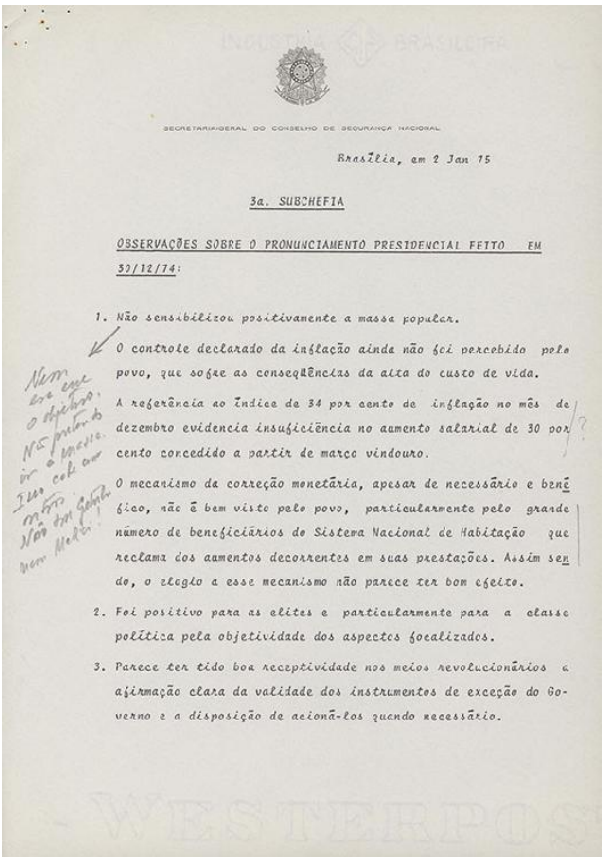
- Analisou o comportamento da economia nacional diante dos problemas provocados pela conjuntura internacional; esclareceu as medidas adotadas para sobrepujar tais problemas e equacionou



aquelas que permitirão uma continuidade de ações para o ano de 1975.

Comentário

Na área econômica, o discurso tratou prioritariamente da economia de alto escalão, alcançando preferencialmente as classes interessadas. Possivelmente, sensibilizou pouco a massa popular que raciocina com resultados imediatos.



SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Brasília, em 2 Jan 75

3a. SUBCHEFIA

OBSERVAÇÕES SOBRE O PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL FEITO EM 31/12/74:

1. Não sensibilizou positivamente a massa popular.

O controle declarado da inflação ainda não foi percebido pelo povo, que sofre as conseqüências da alta do custo de vida.

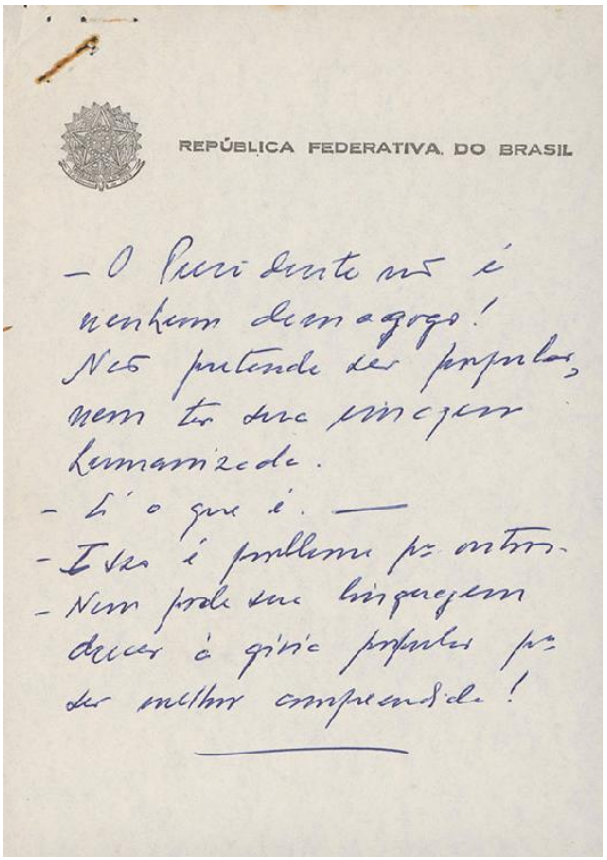
A referência ao índice de 34 por cento de inflação no mês de dezembro evidencia insuficiência no aumento salarial de 30 por cento concedido a partir de março vindouro.

O mecanismo da correção monetária, apesar de necessário e benéfico, não é bem visto pelo povo, particularmente pelo grande número de beneficiários do Sistema Nacional de Habitação que reclama dos aumentos decorrentes em suas prestações. Assim sendo, o elogio a esse mecanismo não parece ter bom efeito.

2. Foi positivo para as elites e particularmente para a classe política pela objetividade dos aspectos focalizados.

3. Parece ter tido boa receptividade nos meios revolucionários a afirmação clara da validade dos instrumentos de exceção do Governo e a disposição de acioná-los quando necessário.

Nota manuscrita por Geisel rebatendo as críticas


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

– O Presidente não é nenhum demagogo! Não pretende ser popular, nem tão pouco impopular. Limita-se a governar.
– É o que é. —
– Isso é problema de outros.
– Nem pode sua linguagem descer à gíria popular para ser melhor compreendido!

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

[Voltar]

Rio, 22/6/71

Meu caro Heitor

Abraços

Aderi ao papel amarelo (hábito de gringo, parece!)

Gostou do “Future Shock” – anda fazendo furor no EUA. Sobre o autor parece mais jornalista que sociólogo, o livro contêm muitas apreciações novas e interessantes.

Mando-lhe a duplicata de Canaan (desova...) – convém ler. É um clássico.

Continuo lendo quando posso. Aborrecidíssimo hoje porque verifiquei uma pequena mácula calcária no olho esquerdo, reduzindo-me a visão a 50%. Felizmente o outro está 100% e vou em frente. Nada a fazer por enquanto. Coisas de velhice, enfim.

Em casa tudo bem, graças a Deus.

Estive duas vezes nos EUA, visitando as fábricas da empresa e fazendo apresentações (em inglês!) na reunião dos gerentes da América Latina (Miami) e, depois, no board (em Midland) sem que o esperasse, o avião, de uma feita, parou em Belém – tarde da noite. Lamento não ter podido avisar.

Gosto muito do boletim da BOLSA (Bank of London) Recebo também, diretamente, os belos docs. [documentos] do Wellington – pode dispensar a remessa.

Assino – Foreign Affairs, Current History, World Politics, International Affairs, Comparative Politics, Headline Series, Journal of Conflict Resolution, American Political Science Association Review.

É só, por enquanto...

As cousas vão indo bem, por aqui – o Brasil remando bem. Cogita-se do futuro sucessor – não lhe digo qual o nome em pauta porque v vai ter um chilique (Moita! é preciso não queimar! – *Alemão*).

Satisfeito em saber que sua casa também vai bem e, também, na Companhia. Pleno êxito. Ernesto sempre pergunta por v.

Quanto à sua leitura – recomendaria dedicasse algum tempo a algo mais sistemático no setor de conhecimentos de base – ex. - economia, sociologia etc.

Vianna vive me atucanando por causa de suas notas. Peço-lhe apressar o **[ILEGÍVEL]**

Não tenho tido tempo de procurar o José Olympio. Mesmo porque leva umas 3 horas, pelo menos, de papo. Além disso, o velho está muito interessado em publicar algo sobre o Castello e dá muita bomba no Alm. Paulo, nesse sentido não gostamos da ideia, achamos que melhor é esperar pelo Lulu. Assim, desapareço...

Ainda continuo projetando uma viagem a Brasília. A necessidade é muita. Agora apareceram interesses da Companhia, também. Assim, a viagem vai sair. A comadre é que anda dando para trás e

isso posterga a decisão. Quando lá estiver, poderei mandar notícias dos garotos. Não as tenho tido -- silêncio de **[ILEGÍVEL]**

Gostaria de ter cópia das apreciações semanais. Obterei as demais com o Murgel (SNI/GB), espero sem dificuldade. Anote na cópia do Diário sua sugestão sobre o Livro de Audiência – é perfeita.

O Leitão saiu da Excelsior. Aliás, o governo tomou conta desta. Não creio que o Magro tinha ficado totalmente bem... Agora trabalha com o Klabin – acho que está bem melhor.

Iberê aposentou-se por problemas semelhantes ao meu. A Sra. dele tem algo e não ia a Brasília. Trabalha numa Financeira.

Pela foto, acho que o Marcelo Rosa está em **[ILEGÍVEL]**

Bom, notícias chochas (mesmo a do amigo gritador).

Quando V. aparece por aqui.

Lembranças à Madame

Abraços

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Registro Civil **[ILEGÍVEL]**
Julio Lorenzoni
[ILEGÍVEL] Antonio
[ILEGÍVEL]
[ILEGÍVEL] Antonio

N.º 260 – Aos quatro dias do mez de Agosto de mil novecentos e sete, nesta Villa de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, em cartório compareceu Augusto Geisel, Allemão, empregado publico, residente nesta Villa, e perante as testemunhas abaixo nomeadas e assignadas declarou que no dia **[ILEGÍVEL]** trez do corrente, pelas dez e meia horas da noite, nascera uma criança do sexo masculino, que lhe darão o nome de Ernesto, filho legítimo delle declarante e de sua mulher Dona Lydia Geisel; avós paternos Bernardo Felippe Geisel e Amalia Geisel Berge; avós maternos Henrique Beckmann e Guilhermina Beckmann Wiebusck. E para constar lavro

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Augusto Geisel
Bento Gonçalves
Rio Grande do Sul – Brasil

Bento Gonçalves 26-4-1917
Queridos irmãos!

Agora, de noite, aproveito o tempo para escrever-vos uma carta.

Aqui vae tudo bem, e receio que com vós é o mesmo. Aqui causa muito frio, o sobretudo do Orlando já está em movimento. Nós temos 64 galinhas, no domingo recebemos um par de presente da Thomari. Aqui há muitos poucos ovos. Na semana passada, matamos uma raposa no porão. Papae estava a ler jornaes, quando sentimos no porão um barulho nas garrafas. Fomos ver e era uma raposa. Nós não podíamos pegar ella, e por fim o papae a pegou com a forca. Logo a levamos para fora e lá a mamãe cortou com o machado a cabeça. As pombas vão bem, o pombo preto é muito safado, a pomba ao contrário é tão mansa. No collégio vou bem, já estou aprendendo as frações ordinárias. Como não sei mais nada finalizo. Lembranças dos paes, da titia e do vosso irmão.

Ernesto.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Bento Gonçalves **[ILEGÍVEL]**-6-**[ILEGÍVEL]**
Querida irmã

Recebemos a tua carta antehontem de noite, o que nos alegrou muito por **[ILEGÍVEL]** bem de saúde como dos estudos e é isto mesmo que se dá comnosco, com a carta chegou o figurino, mamãe manda dizer que elle é muito bonito, mas que não era aquele que queria, porque só tinha vestidos para inverno, e ella queria dos de verão, talvez sirva a "Rainha da Moda", se os podes mandar pelo correio, senão espera até que vem o papae, do que também (já) recebemos antehontem uma carta informando-nos que só podia sair de Pinheiro Machado no dia seis, indo junto com elle o Sr. Augusto Ilonaiser.

Como hoje é o dia de S. Antônio há de manhã uma procissão e pesca, e de tarde tômbola e leilão. Com esta vão as duas histórias universaes **[ILEGÍVEL]** – médica –, e o caderno de pedagogia (não sei se é este).

Fizemos bastante sabão dando 2 latas e uma caixa cheias.

Para hoje chega, recebe mil abraços e beijos do teu irmão

Ernesto

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Augusto Geisel
Bento Gonçalves
Rio Grande do Sul
BRAZIL

Bento Gonçalves, 1º-8-1921.
Meu caro irmão
Ernesto,

Ao receberes esta terá chegado o dia 3, dia em que completas mais um anno de existência. Bem quizera escrever-te tudo que te desejo, mas é tanto e não sei dizer-te o que primeiro, entre tudo, desejar-te, que deixo ao teu pequenino e jovem coração o pedir a Deus, nesse dia, a tua felicidade. Queira Deus que a chegues a conhecer e que a obtenhas. Por enquanto, que ainda não saíste da feliz infância, tua felicidade são a saúde, tua e dos teus paes, em particular da estima, por parte dos teus superiores, e o amor ao estudo misturado com um pouco de amor-próprio que juntos fazem com que procures obter e obtenhas um lugar de destaque entre os teus collegas; não entre todos, mas entre os mais estudiosos e applicados. Desejo-te também que nunca esqueças os sacrifícios de nossos pais e que procures recompensá-los, sempre, do melhor modo possível. Deves, sempre, meu irmãozinho, obedecer a nossos irmãos que, mais velhos e experimentados que tu, sabem melhor o que te convém.

Quis mandar-te uma lembrancinha deste dia, mas uma cousa que te fosse útil. Não achei o que te faltasse. Si precisares de alguma cousa manda-me dizer ou então nas férias vindouras terás o teu presente. Por hoje o único que posso mandar são parabéns, abraços e beijos da sempre

tua mana amiga Amalia.

Um forte abraço ao Henrique e outro ao Orlando.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

AO INTERVENTOR GRATULIANO BRITO

HOMENAGEM DOS AMIGOS POR MOTIVO DE SEU REGRESSO DO RIO DE JANEIRO

João Pessoa, 2 – 5 – 1934.

* * *

PARAÍBA – HOTEL

CARDÁPIO

Martini sec
Camarão em mayonesa

Liebfraumilch
Creme de espargos

Barbera
Tornedos a Jardineira
Perú a Brasileira

Pastelão de frutas
Champagne

Uvas – Maçãs – Peras
Licores

Demi-Tasse
Charutos

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

R-10.2.61

Eugenio Gudin
Rua da Candelária, 19
Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1961.

Meu caro Juarez Távora,

Aqui lhe mando um estudo de meu velho amigo Manoel Azevedo Leão, de cuja capacidade e caráter faço, há 30 anos, o mais alto conceito, sobre a **divergência entre a Capuava e a Petrobrás, no caso personificada pelo seu amigo Coronel Geisel, de quem também formo o mais alto juízo.**

Eu nada tenho com o caso de Capuava nem com qualquer caso de petróleo. Apenas bato-me com todas as forças a favor do regime da empresa privada e contra a empresa estatal, no Brasil. Isso porque **vejo a estrutura política de nosso País formada por dois únicos grandes grupos: os que são contra e os que são a favor do nacional-socialismo ou do nacional-comunismo,** título de uma série de artigos que estou escrevendo para o Globo; a palavra "nacional" no sentido jacobino exclusivista.

No Brasil os investimentos do Estado e as empresas do Estado estão adquirindo tal preponderância que o enorme poder econômico de que o Estado já desfruta vai passar a onipotência. E nesse dia lá se vai a democracia...

Que o Estado avocasse a seu campo, em forma de monopólio, a pesquisa e lavra do petróleo, era, a meu ver um grave erro, mas não uma incongruência. Querer porém avocar para o Estado o monopólio de uma indústria corrente como a da simples refinação e transporte do petróleo é, penso eu, mais um grave passo no caminho da socialização e um exemplo extensível a qualquer outra indústria, como a de energia elétrica, de fabricação de automóveis, etc.

Se você puder ler o trabalho do leão e o parecer do Saboia e os achar dignos de serem passados às mãos do Coronel Geisel, peço-lhe que o faça. E ainda que o Coronel chame o Leão, que é um engenheiro digno como quem mais o for e capaz, para com ele esclarecer os problemas tratados nesses papéis.

A minha motivação é, como lhe disse, a de uma formal campanha contra a expansão cada vez maior do poder político do Executivo através do poder econômico.

Desculpe a minha e a sugestão de sua intromissão no assunto. Mas é que o considero de interesse nacional.

Receba o abraço do seu muito apreciador amigo

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Rio, 10 de Fevereiro de 1961

Prezado amigo, Geisel,

Atendendo ao pedido constante da carta anexa, do meu prezado amigo, Prof. Eugenio Gudin, estou a receber-lhe dois documentos que a acompanharam, e ambos referentes à apreciação dos lucros adicionais obtidos pela Refinaria de Capuava, pela refinação de óleo que excedente de sua capacidade refinadora normal.

Não pude ler qualquer desses documentos; e se tivesse podido fazê-lo, me escusaria de dizer-lhe sequer uma palavra sobre o mérito da questão que lhe cabe debater junto ao C.N.P.

Solicito-lhe a remetê-los em atenção ao pedido daquele amigo.

Cordialmente, **velho camarada e amigo.**

Juarez Tavora

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

"Materialismo Histórico" – 10-5-57

Cap 1 – A ciência do Materialismo histórico – pg 1
é a ciência das leis gerais que regem o desenvolvimento da sociedade.
– investiga as leis gerais do processo histórico

Vida social – fenômenos
econômicos
políticos
ideológicos

Trajetória da humanidade – regime da comunidade primitiva
escravidão
feudalismo
capitalismo
socialismo

O Mat. Hist. é uma Teoria Científica coerente e harmônica que explica o desenvolvimento da sociedade, a passagem de um a outro regime social. É, ademais, o único método científico certo, para entender todos os fenômenos sociais e a história de cada país, de per si, e os povos em seu conjunto.

O Mat. Hist. – é parte integrante do marxismo-leninismo; é o fundamento científico-histórico sobre o qual repousa o comunismo – é a base técnica da política, estratégia e tática da classe operária e de sua vanguarda revolucionária – o P. Comunista.

pg 3 – Nasceu na década de 40 – do século XIX. Foi citado por Marx e Engels. Sua aparição representa a mais grandiosa revolução operada na ciência.

Condições históricas que levaram ao nascimento do marxismo:
1º) alto grau de intensidade das contradições do capitalismo
2º) surgimento da nova classe de vanguarda – o proletariado

pg 3 – A luta de classes – é a força motriz da história
As classes e a luta entre elas – condicionaram o regime econômico da sociedade.

pg 5 – Quando se tratava de explicar os fenômenos da vida social – a história da sociedade – abraçava-se os pontos de vista do idealismo. Teólogos e filósofos idealistas, sociólogos e

historiadores burgueses, todos os ideólogos da aristocracia feudal e a grande e a pequena burguesia, viam na consciência, na razão, nas ideias políticas, morais, religiosas e nas demais ideias e princípios, a força motriz fundamental e determinante no desenvolvimento da sociedade. Na sociedade atuam os homens – dotados de razão, consciência e de vontade. Desse fato, os idealistas extraem a falsa conclusão de que na história da sociedade prospera o livre-arbítrio do homem. Segundo os ideólogos burgueses, são as ideias que governam o curso da história.

Em vez de explicar as ideias sociais, as concepções e teorias políticas e as instituições sociais à luz do desenvolvimento das condições materiais da vida da sociedade, os idealistas expõem toda a história da sociedade, partindo da consciência dos homens, de suas ideias e teorias filosóficas, políticas, etc.

Os idealistas consideram que não é a existência social, que não é a vida material da sociedade o que gera uma determinada consciência social – e sim, ao contrário, que a consciência social é que alumia e condiciona – de per si – a vida social, a existência social.

pg 6 – Vícios radicais da concepção idealista da vida social

O idealismo serve às classes exploradoras, ao condenar à passividade política as forças progressivas da sociedade – os trabalhadores, a classe operária.

A crítica demolidora do idealismo, em todos e cada um de seus aspectos, era pois condição necessária para levar o cabo a revolução operada na ciência por Marx e Engels.

pg 9 – Em oposição a todas as doutrinas idealistas que explicam o ser social pela consciência social, o materialismo histórico explica a consciência social pelo ser social, pelas condições materiais de vida da sociedade. A existência social determina a consciência social: tal é o princípio fundamental do Mat. Hist.

pg 9 – O materialismo histórico permite compreender a história da humanidade como um processo de desenvolvimento progressivo e de avanço que vai desde as formas mais baixas da sociedade até as mais altas, através de uma série de contradições que surgem e se resolvem por meio da luta das forças sociais novas e avançadas contra as forças velhas, reacionárias e caducas, por meio das revoluções sociais.

pg 12 – A sociedade é o produto das relações **[ILEGÍVEL]** entre os homens – um determinado sistema de relação entre os homens e, principalmente, de suas relações de produção que formam o fundamento da sociedade – a sua **[ILEGÍVEL]**.

As leis de desenvolvimento social – de mesmo **[ILEGÍVEL]** que as leis da natureza – exprimem os nexos reais, objetivos entre os fenômenos, nexos que existem independentemente da vontade e da consciência dos homens.

O Mat. Hist. considera o desenvolvimento social como um processo histórico-natural. O que significa:

– 1º) – que o desenvolvimento social é um desenvolvimento necessário, sujeito a leis;

– 2º) – que as leis que regem o desenvolvimento da sociedade têm uma existência real, objetiva, independente da vontade e da consciência e determinam a vontade e a consciência, assim como a vida social e a ação dos homens.

pg 13 – As leis do desenvolvimento da sociedade, de mesmo modo que as leis da natureza, exprimem uma relativa constância nas relações entre os fenômenos, aquilo que se repete com uma certa regularidade, com uma necessária consequência, em presença das condições objetivas dadas. A existência de determinadas causas, gera inevitavelmente determinados efeitos.

pg 14 – A sociedade constitui o elo mais elevado da cadeia geral do desenvolvimento do mundo material. É uma parte específica do mundo material, com suas leis de desenvolvimento próprias e peculiares. Mas, embora os fenômenos sociais tenham características quantitativas que os distinguem dos fenômenos da natureza, acham-se também sujeitos a leis objetivas.

pg 15 – A reiteração – como um dos **[ILEGÍVEL]** mais importantes da ação de toda lei, inclusive as leis histórico-sociais, não se dá somente na natureza, mas também na vida social.

pg 15 – A sociologia burguesa tão **[ILEGÍVEL]** contrapõe metafisicamente a sociedade à natureza, como identifica, ao **[ILEGÍVEL]**, as leis do desenvolvimento social com as do desenvolvimento da natureza, buscando resposta aos problemas sociais, históricos na natureza biológica do homem, supostamente invariável e eterna. Enquanto as teorias subjetivistas tentam isolar a sociedade da natureza, abrir um abismo entre elas, as teorias biológicas ou outras teorias naturalistas tratam de identificar os fenômenos sociais com os naturais, com os fenômenos da biologia, da física e da mecânica (darwinismo social, racismo e neomalthusionismo).

O darwinismo social – transplanta mecanicamente à sociedade a fórmula darwinista da “luta pela existência”.

pg 16 – A dinâmica da sociedade se acha sujeita às suas próprias leis que não podem reduzir-se às leis da natureza.

pg 17 – A verdadeira base material objetiva do desenvolvimento da sociedade não é outra senão o modo da produção de seus bens materiais.

Conceito de Marx – Formação econômico-social

A formação econômico-social é uma determinada fase de desenvolvimento da sociedade e que se caracteriza por seu modo próprio de produção e, consequentemente, por relações de produção

historicamente determinadas e pelas relações políticas, ideológicas, etc. que surgem à base delas. As relações de produção não esgotam toda a riqueza das relações sociais, mas são a base econômica sobre a qual surge a superestrutura a que esta base dá vida e que por ela se acha condicionada, isto é, as concepções políticas, jurídicas, morais, religiosas, artísticas e filosóficas, e as instituições congruentes com elas. O modo de produção determina o caráter e a estrutura de toda formação econômico-social.

5 tipos de formações **[ILEGÍVEL]** – regime comunidade primitiva
sociedade escravagista
feudal
capitalista
comunista (1ª fase - socialismo)

Pg **[ILEGÍVEL]** – <u>A teoria M.L. da Revolução</u>

211 – A situação revolucionária se caracteriza pelos seguintes traços distintivos:

1) – Impossibilidade de as classes dominantes manterem sem modificações as formas de sua dominação (crise nas **[ILEGÍVEL]**)
2) – Maior agudização – além da normal – da pobreza e da miséria das classes oprimidas
3) – Considerável elevação (consequente de 1 e 2) da atividade das massas.

As revoluções – dizia Marx – são as locomotivas da história.

Os períodos revolucionários se distinguem pela grande envergadura e riqueza dos acontecimentos, pelo alto grau de consciência das massas, pela grande audácia e nitidez da **[ILEGÍVEL]** histórica, essa comparação com os períodos do “progresso” filisteu, reformista. É criadora, pois destrói o velho e cria o novo.

Distinção das revoluções sociais
Qto **[quanto]** ao caráter
Qto **[quanto]** às forças motrizes

quanto aos resultados
econômicas
sociais
políticas

O caráter (natureza, contudo) decorre da relação de produção que a destroem e a criam.
Se fica mantido são os alunos que fazem a revolução.

216 – A contradição entre as forças produtoras e as relações capitalistas de produção – contradição que provoca a revolução social – se manifesta como a contradição entre o capital social de produção e a forma privada, capitalista, da apropriação do produzido. Esta contradição fundamental do capitalismo gera toda outra série de contradições e eventos sem expressão no crescente antagonismo entre o proletariado e a burguesia.

217 – O imperialismo não apenas torna mais agudas as contradições existentes anteriormente. Gera novas e agudíssimas contradições, especialmente como: a que medeia entre umas e outras potências imperialistas e entre a metrópole imperialista e as colônias.

219 – Teoria de Lenin – sobre caminhos e condições para a passagem da revolução democrático-burguesa à socialista – teria de transformar a 1ª na 2ª (colônias, países dependentes – países-alvo da opressão estrangeira – onde há **[ILEGÍVEL]** para a liberação nacional.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

JUÍZO SINTÉTICO Nº 114/10/AC/75

DATA: 22 JUL 75
NOME: **LEON ZEITEL**
REFERÊNCIA: TX Nº 141/SI/G/SNI/75, de 21 JUL 75
DIFUSÃO: CH/SNI
ANEXO: xxx

1. LEON ZEITEL, filho de ELIAS ZEITEL e de SOPHIA ZEITEL, nasceu em 23 ABR 25 no RIO DE JANEIRO/RJ. É economista e foi admitido na PETROBRÁS em 15 JUL 58, onde exerce cargo de confiança. Atualmente é Chefe Adjunto do Serviço de Planejamento da PETROBRÁS.

2. Como economista, já trabalhou na FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CEPAN, BNDE, Comissão Mista BRASIL/ESTADOS UNIDOS e no CDE.

3. Em 1964 foi denunciado por atividades comunistas na PETROBRÁS. Negou tais denúncias, esclarecendo que aos 20 anos de idade foi ligado a elementos comunistas.

4. Sobre as denúncias acima, o então Presidente da PETROBRÁS, General ERNESTO GEISEL, manifestou-se, em 1972, através contato com o Chefe do EMFA, tendo declarado o seguinte:

– ser o informe do seu conhecimento há longo tempo;
– ter mandado, na oportunidade, proceder uma investigação, cujas conclusões asseguram ser o informe totalmente falso; e
– sua opinião sobre a referida pessoa é de que se trata de funcionário trabalhador, dedicado, eficiente e isento de ideologia perniciosa.
Em 28 SET 64, a Diretoria Executiva da PETROBRÁS considerou-o “justificado”.

5. É altamente conceituado e considerado uma das maiores inteligências da PETROBRÁS.

6. Em 1972, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG), sendo convidado, após o curso, para o Corpo Permanente da Escola. Não se sabe se recusou o convite ou se não foi aceita a sua indicação.

7. O nominado não registra antecedentes criminais no Instituto Felix Pacheco, no RIO DE JANEIRO.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA GERAL

Cel GOLBERY,

O Gen ERNESTO GEISEL determinou-me recomendar-lhe tomar diariamente injeções de GLUCOSE na veia, a fim de que o senhor possa evitar a exaustão.

P.S. – Em BRASÍLIA todos os oficiais do Gab. estão “dopados”.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

REGISTRO DE INFORMES

HORA:
ORIGEM (Órgão e Pessoa):
TEXTO:

JK e JANGO: resumo:

– Posse 2ª- feira.
– Tancredo Neves leva a ideia do Jango.
– JK procura insistir na ida do Jango.
– **[ITEM RISCADO]**
– Jango pergunta pela garantia.
– Plebiscito após a aprovação da emenda
– “isto mudaremos depois” (quanto à emenda)
– Jango pede conversar com Mazzili e Ministros Militares sobre garantia de posse.
– JK na leitura da emenda em discussão procura confundir Jango.
– Jango manteve-se firme na ideia de que só o Tancredo é entendedor de seu ponto de vista.
– Ajustam uma conversação para mais tarde. Ligação para com o telefone direto do Palácio RGS.
– Pedindo ao Jango para indicar um ou 2 nomes para 1º Ministro.
– Aproveitar a mobilização popular e não perder sua liderança.
– Caso Jango não chegue 2ª-feira para tomar posse, haveria uma “imobilização de tudo”.
– A emenda Parlamentar não pode sofrer emendas.
– Jango saiu de Montevidéu às 2 horas.
– O poder executivo é exercido pelo conselho de Ministros.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
RADIOTELEGRAMA
DE PALEGRE RS. Nr 2394 Pls. 350 Dt. 12 Hrs. 10,00
RECEBIDO DE PTT As 11,00 Por BJZ-AAU
CARIMBO DA ESTAÇÃO
INDICAÇÕES DE SERVIÇO
CONTROLE Nº 116482

ENDEREÇO
URGENTISSIMO CMT 5ª RM/DI CURITIBA PR.

TEXTO E ASSINATURA
NR 317/E-2/E-3 CIRCULAR DE 12 SET 62 PT COMO INFORMAÇAO TRANSMITO VEX TEOR RADIO ENVIADO POR ESTE CMDO AO SR MINISTRO GUERRA PTPT ASPAS FACE INTRANSIGENCIA PARLAMENTO E IMINENTE RENUNCIA GABINETE VG TENDO EM VISTA PRIMEIRAS MANIFESTAÇOES DESAGRAVO QUE SE PRONUNCIAM NOS TERRITORIOS ESTADOS OCUPADOS PELO 3º EXERCITO VG CUMPRE ME INFORMAR VEXCIA VG COMO RESPONSAVEL PELA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM VG SOSSEGO PUBLICO E PROPRIEDADE PRIVADA ESTES TERRITORIOS VG ENCONTRO ME SEM CONDIÇOES PARA ASSUMIR COM SEGURANÇA DE EXITO A RESPONSABILIDADE DO CUMPRIMENTO TAIS MISSOES VG SE O POVO SE INSURGIR CONTRA O FATO DO CONGRESSO RECUSAR O PLEBISCITO PARA ANTES OU VG NO MAXIMO VG SIMULTANEAMENTE COM AS ELEIÇOES DE OUTUBRO PROXIMO VINDOURO PT O POVO EH SOBERANO NO REGIME DEMOCRATICO PT NEGAR LHE O DIREITO DE PRONUNCIAR SE SOBRE SISTEMA DE GOVERNO QUE LHE FOI IMPOSTO VG EH ABOMINAR O REGIME OU QUERER DESTRUI LO PT OUTRA QUALQUER SOLUÇAO SERAH FATALMENTE O PRINCIPIO DO FIM TODAS AS MEMORAVEIS CONQUISTAS DE NOSSOS ANTEPASSADOS PT A PRESENTE DECLARAÇAO NAO EH UMA IMPOSIÇAO NEM TAMPOUCO UMA AMEAÇA VG MAS APENAS ADVERTENCIA QUE JULGO MEU DEVER LEVAR CONHECIMENTO VEXCIA VG ANTE POSSIBILIDADE DE ENCONTRAR ME NA CONTINGENCIA DE TRANSFERIR AOS PODERES CONSTITUCIONAIS DA REPUBLICA MEU COMPROMISSO DE GUARDIAO DAS INSTITUIÇOES VG CASO ADVENHA DE TAL CIRCUNSTANCIA UMA LUTA FRATRICIDA PT ENQUANTO AGUARDO INSTRUÇOES VEXCIA TUDO FAREI PARA GARANTIR ORDEM PUBLICA VG ESTANDO 3º EX RIGOROSA PRONTIDAO PT ASPAS EM CONSEQUENCIA ESSA GU ENTRARAH RIGOROSA PRONTIDAO PARTIR RECEBIMENTO DESTE PT

GEN JAIR CMT 3.º EX

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

com as eleições de outubro próximo vindouro pt O povo é soberano no regime democrático pt Negar-lhe o direito de pronunciar-se sobre sistema de governo que lhe foi imposto vg é abominar o regime ou querer destruí-lo pt Outra qualquer solução será fatalmente o princípio do fim todas as memoráveis conquistas de nossos antepassados pt A presente declaração não é uma imposição nem tão pouco uma ameaça vg mas apenas uma advertência que julgo meu dever levar conhecimento V Excia vg ante possibilidade de me encontrar na contingência de transferir aos poderes constitucionais da República meu compromisso de guardião das instituições vg caso advenha de tal circunstância uma luta fratricida pt Enquanto aguardo instruções V Excia tudo farei para garantir ordem pública estando 3º Exército rigorosa prontidão pt General Jair Dantas Ribeiro – Comandante 3º Exército Aspas.

ii. Rádio 378-E2 de 12 Set deste Comando ao Exmo Sr Cmt do 3º Exército. Informo V Excia reina completa calma território esta RM pt Providenciada ordem prontidão pt Gen E Geisel Cmt da 5ª RM/DI

iii. Rádio 53-E2 de 12 Set, deste Comando ao Exmo Sr Cmt 3º Ex:

Informo V Ex referência 317-E2/E3 Circular de 12 Set 62 hipótese perturbação vg esta GU empenhar-se-á manter ordem pública acatando decisões tomadas poderes constituídos pt Gen E Geisel CMT 5ª RM/DI.

iv. Rádio 326-E/Circ de 14 Set 62, do Cmt 3º Exército:

Este Comando após receber rádio Sr Min Guerra vg já conhecimento público vg alusivo procedimento este Comando respondeu seguinte mensagem aspas Gen Nelson Mello Ministro Guerra – Brasília – DF – Referência Rádio 097/D2/DF de 13 Set 62 cumpre-me afirmar minha posição ditada sentimento indeclinável lealdade governo cuja confiança desmereceria se omitisse verdade sobre riscos para a ordem pública inerentes atual conjuntura vg os quais em nada se diminuem com tentativa ocultação sua existência pt Comunicação em rádio apenas confirmou informação escrita contida ofício anteriormente entregue mãos V Ex pt Não houve manifestação pública minha parte não me cabendo responsabilidade divulgação texto radiograma vg dispositivo regulamentar obriga

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CORREIO DA MANHÃ: 23/9/62

Perde comando porque negou o falso alarma

CURITIBA, 22 Em solenidade realizada às 18h de ontem, o gen. José Teófilo Arruda assumiu o comando da 5ª Região Militar, em substituição ao gen. Ernesto Geisel. A cerimônia contou com a presença do governador Ney Braga e outras altas autoridades civis e militares. Recorda-se que, por ocasião dos últimos acontecimentos político-militares, o gen. Geisel mostrou-se contrário aos termos da mensagem do com. do III Exército, que afirmou não ter aquela guarnição condições de manter a segurança do Estado. O gen. Geisel estranhou ainda a divulgação daquela mensagem. (Asp. – CM.).

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Do Serpa
Confidencial

Ministério da Guerra
Estado Maior do Exército
Do Adido Militar em Paris

Meu caro General Geisel

Saúde e paz!

Graças a Deus vamos bem, embora para a mulher e as quatro crianças numa fase de adaptação mais ou menos dura; – para aquela nos lides caseiros e para estes nos estudos.

Eu treinando em raciocinar em termos de Brasil e, assim, devorando as notícias dos jornais e sempre inquieto em relação aos rumos e à permanência de nossa Revolução.

O caso mais grave é, para mim, vencido o conteúdo e reconhecido caso goiano (desde a primeira hora) é o da institucionalização da Revolução, através de leis que deem intimidade ao que tem sido feito até agora.

Daí a importância da ampliação do Supremo, como medida paliativa do expurgo irrealizado. **Nessa hora peço ao sr. não esquecer o nome do Prudente de Moraes, voto que luta conosco, através todas as vicissitudes, há vinte anos, e, principalmente, de 1954 para cá.**

Em verdade o sucesso da Revolução só será consagrado pelo êxito da política econômica do Governo. Assim, penso se justificar, plenamente, a firmeza do governo no essencial dessa política. A História já o disse: – o difícil não foi o saneamento do Rio por Osvaldo Cruz, mas sim a existência de um estadista, como Rodrigues Alves, apoiando o seu auxiliar. O mesmo em relação a Joaquim Murtinho e a Campos Sales.

Nada obstante, enquanto não aparecerem os frutos dessa política torna-se indispensável a institucionalização da Revolução através o conjunto de reformas e leis que vão sendo promulgadas, todavia que, sempre hão esconder, deixarem de lado o campo da Justiça: – os juízes julgam de acordo com as leis; e os juízes rotineiros de acordo com as velhas leis; e, finalmente, os juízes comunistas e contrarrevolucionários levem os tribunais a torcerem as leis de acordo com as suas convencionais políticas.

Antes de partir apresentei a 2ª seção do E. U. o trabalho que envio, em partes ao sr. sobre a conjuntura nacional da França. O Gen. de Gaulle só assumiu o poder com a Constituição da República que fez o seu Executivo muito mais forte do que os Executivos sul-americanos, e, particularmente, o nosso: – por um paradoxal absurdo este, após uma Revolução vitoriosa. Tudo que

está entre aspas nesse trabalho são os comentários de **[ILEGÍVEL]**, professor da Sorbonne, realizados em conferências proferidas em Belo Horizonte, em 59 e 60, e constam de uma revista política editada, mensalmente, em Belo Horizonte. É muito interessante a comparação que poderá ser feita entre as opções de de Gaulle em 58 e as da nossa Revolução. Como de Gaulle o nosso Presidente escolheu o caminho mais difícil, mas, infelizmente, não tivemos, ainda, a realização feita por de Gaulle, desde a primeira hora, da proteção de uma legislação **[ILEGÍVEL]** com a possibilidade e a necessidade da Revolução durar.

O mesmo quanto à licença do Rádio e da Televisão no Brasil e a sua sujeição absoluta ao Governo na França. Daí não ter sido necessário, aqui, nenhum amordaçamento da Imprensa, embora, sejam rotineiros os processos contra os jornalistas por ofensa ao Presidente. Ainda, aqui nesse setor, a diferença está no fato de que, na França, os jornalistas são processados e condenados a prisão e multas, porque, naturalmente, os juízes julgam de acordo com a legislação. Ora, sendo a grande imprensa, como a Rádio e a Televisão representantes, em todos os países democráticos, dos grandes grupos de pressão econômica, como julgar injustificável, tenha, também, o governo os seus meios de apresentar ao povo a sua verdade, isto é a defesa de sua política?

Parece-me, mais justo, seja isto feito por intermédio da legislação apropriada, do que usando os conhecidos processos corruptores do Juscelino e Jango.

Pelo que vejo a repercussão internacional foi a da Revolução, em si, havendo nos velhos países a compreensão de que alguma louça tem que ser quebrada...

Quanto à permanência do canalha em Montevideu, parece-me, das coisas graves a enfrentar, pois, aqui o mal que podem fazer é muito menor, apesar do grosso dinheiro que podem espalhar para a permanência de uma visão deformada da Revolução e, principalmente, da possibilidade de um retorno...

Esta, a meu ver, a explicação de romana de deputados e senadores pessidistas e trabalhistas a Paris, para trazer a colher de chá para o Juscelino. Todos o fazem, mesmo os que de retorno vão apresentar ao Sr. e ao Marcelo os costumeiros protestos de fidelidade e amor. Quanto menor a firmeza com ele, no Brasil, e tanto maior o volume aqui desses visitantes, turistas por conta da Nação. Querendo saber quem são é só pedir ao José Bonifácio a lista dos em comissão no Exterior...

São as coisas que me ocorrem dizer, fazendo votos pela sua saúde, da exma. família e do Governo por quem tanto pelejamos o bom combate pelo Brasil.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

= CHEGADA DO Exmo Sr. Gen. COSTA E SILVA =

1. Principais personalidades presentes

a. Exército
– Cerca de 600 oficiais (muitos vindos de fora da GB). Muitos paraquedistas.
[À MÃO: [ILEGÍVEL]]

b. Marinha
– Min. Mar. Ch EMA, Cmt 1º DN.
– Alm. RADEMACKER, WAMPRÉ, MELO BATISTA, SALDANHA DA GAMA. **[À MÃO: fora do grupo]**
– Notou-se grande afluência dos elementos vinculados ao Problema da Av Em.
– Cerca de 80 Of, em especial do CFN, sob o Cmdo do **[À MÃO: Alm Heitor]**

c. Aeronáutica
[À MÃO: Grupo [ILEGÍVEL]]
– Cerca de 80 oficiais. Entre eles o Brig E GOMES, Brig FARIA LIMA, Brig MÁRCIO, Brig CORREA DE MELO (em trajes civis).

d. PMGB e Corpo Bom da GB – alguns oficiais.

e. Adidos militares.

f. Políticos
– AMARAL NETO, VITORINO FREIRE, DINARTE MARIZ, COLOMBO DE SOUZA, GILBERTO MARINHO, COSTA CAVALCANTI

= CHEGADA DO Exmo Sr. Gen. COSTA E SILVA =

1. Hora: –

2. Principais personalidades presentes: –

Cerca de 40 a 60 generais
200 oficiais superiores
100 subalternos
1000 pessoas (?)
maior parte civis vem do E. do Rio

3. Outros dados: –

– Não houve características de comício.

– Poucos indícios da participação oficial de entidades classistas (Federações, Sindicatos, etc.).

– Grande contingente de militares – em especial do Exército – na proporção de 8 x 1 em relação aos civis.

– FAIXAS APRESENTADAS:

– "COSTA E SILVA PARA PRESIDENTE".

– "EXÉRCITO E POVO SEMPRE UNIDOS".

– "LINHA DURA É A LINHA CERTA".

– "COSTA E SILVA PARA PRESIDENTE COM SCHULER E MENESCAL (?) (Esta confeccionada pela Liga Feminina Fluminense).

– Na Leopoldina

– Com direita ou com direta querem seu Artur.

– Manda brasa seu Artur.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Rio, 9 jul. 58

Prezado camarada e amigo

Saudações

Não sei como justificar-me pelo retardo em responder sua carta recebida no mês passado e que me trouxe grande satisfação por sabê-lo bem integrado na nova vida. Recebi ultimamente alguns encargos que me roubaram, tremendamente, **o pouco tempo disponível que o "fritar de bolinhos" comumente nos permite.** Imagine que, a não ser jornais, pouco tenho podido ler e os livros, tentadores, se acumulam pelas mesas e estantes. Por outro lado, o ambiente, aparentemente de pasmaceira –, em certo sentido, assim é de fato –, não obstante, anda movido por certas correntes de bastidores que motivaram a reforma ministerial, com certos fins que serão (ou não) atingidos completamente, e agora propalam uma tal de pacificação, união ou lá o que seja, com a promessa de certa "cabeça". Leia o *Cruzeiro* datado de 12 de julho. Lá está muito de verdade – acredito; erros, haverá de detalhes, e alguns exageros pitorescos. O que não se lê ali é quanto a uma contramanobra que ora se esboça, com uma aparência parlamentarista, ao que dizem, mas escondendo no modelo salazarista (a fama engana?) o impenitente espírito totalitário.

Todas essas cousas – as primeiras, agora públicas; as segundas, ainda em rumores – vêm de mais de mês e acompanhá-las, decifrá-las a tempo é tarefa que demanda horas, muitas conversas com informantes e preocupações intermináveis. Mas, afinal, acabei apresentando justificativas que talvez bastassem à minha tardia resposta.

Congratulo-me com a progressão segura do trabalho em que se empenhou, em boa hora. Quanto ao título, não seria o caso de adotar uma tradução muito próxima do original, embora mais sintética, como seja:

ESTRATÉGIA MUNDIAL DOS EUA.
A AMÉRICA DO NORTE e o equilíbrio (ou balanço) do poder.

A meu ver, o livro trata, propriamente, da estratégia dos EUA e não da América (nós também somos americanos, graças a Deus!). Em relação à balança mundial de forças, o autor aprecia <u>toda</u> a América do Norte (e mesmo algo mais no S).

Aí fica a sugestão pedida. Também não me agrada o título da edição mexicana. Pretencioso – na verdade ... O tal livrinho argentino é, realmente, muito fraco. Nenhuma contribuição original. Como diz, essa é, aliás, a regra na maioria dos autores. Dos velhos, ainda me parece substancial o Malagrida – formulador de muitas ideias que vêm sendo difundidas, às vezes sem citação da fonte.

A ESCEME andou me obrigando a fazer umas conferências sobre **[ESPAÇO EM BRANCO]**, no que concordei afinal, passando a trabalhar em acordo com o Maj. Tosta. Já fiz a primeira, curta de

50’, mas para a qual me haviam atribuído, antes, uma disponibilidade de 1h30’. Assim, o arrazoado foi cortado na devida medida. A pedido do Tosta, entreguei tudo (sem cortes) à Defesa Nacional, revista que anda passando, há anos, por séria crise e precisa ser amparada. A conversa levou o título de **[ESPAÇO EM BRANCO]** e **[ESPAÇO EM BRANCO]** – igual ao de um livrinho interessante da coleção “Que suis-je?”. Trata-se mais de conceituação, de situar ambas no quadro de uma doutrina coerente da Segurança Nacional. Como de rigor, tem uma introdução – da necessidade de conceituar e enquadrá-las na tal **[ESPAÇO EM BRANCO]**; um capítulo sobre a evolução da Estratégia; breve quadro dos conceitos básicos de uma **[ESPAÇO EM BRANCO]** de Segurança Nacional; o enquadramento da **[ESPAÇO EM BRANCO]** e da **[ESPAÇO EM BRANCO]** nesse quadro; e algumas ideias sobre as características próprias de uma **[ESPAÇO EM BRANCO]** brasileira (parte mais objetiva).

O Maj Tosta desenvolveu ontem um retrospecto das teorias **[ESPAÇO EM BRANCO]**. Para o mês, em uma primeira sessão, recapitularei as ideias mestras que lá estão no livrinho. Deixarei para uma 2ª sessão a discussão de alguns aspectos complementares e outros novos. O Tosta encerrará com um estudo acerca do homem brasileiro.

É possível que o conjunto seja de utilidade e desperte algum interesse para novos estudos.

Lástima é que haja tantas outras cousas a preocupar e roubar tempo que poderia ser empregado em meditar um pouco sobre a realidade (não transitória) do país. Mas cada um vive a sua quadra ...

Esperamo-lo em breve por cá, com todo o seu entusiasmo. Sabemos haver quem o espera por certo muito mais ansiosamente. Recomendação de Esmeralda.

Abraços.

Golbery

Deverá chegar breve aí para servir no QG/Ex um grande amigo meu. Peço procurá-lo (Ten Cel Nelson Maurell Salgado – de Cav.) em meu nome. Gostaria de que fizesse boa amizade com ele.

Golbery

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Rascunho feito por Jânio Quadros na entrevista da Rádio Guaíba 12 set 60

1) Energia =
2) Transportes =
3) Agricultura =
4) Crédito =
5)

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

RESERVADO

C – 01 – 62
100

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS

O PANORAMA MUNDIAL E A SEGURANÇA NACIONAL

DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

1962

ESTE IMPRESSO PERTENCE A BIBLIOTECA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Profundamente envaidecido pela honra singular por ora se me confere, **[ILEGÍVEL]** desta cátedra ilustre, o ano escolar de 1962 neste Instituto de altos estudos estratégicos, cuja projeção tutelar mais e mais se afirma e engrandece no panorama cultural do país, faço-o não obstante, com a consciência certa de que a homenagem que assim quis prestar o Comando desta Escola, é endereçada, em verdade, ao próprio Comando de Ministros da República. Ao modesto advogado e político que eventualmente vem enfrentando, honestamente e sem alarde, a árdua responsabilidade do cargo de Presidente desse Conselho, não lhe caberia, de outra forma, distinção tão insigne. Recebe-a, pois, com toda humildade.

Cumpri-me, no entanto, ao buscar desempenhar-me da missão que assim me foi atribuída, assinalar desde logo que não o farei – nem mesmo deveria – na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros. Neste órgão, novo ainda, da estrutura político-administrativa do país e onde me cercam as mais altas expressões da cultura e devotamento patriótico que nosso país conhece, temos instituído a prática salutar do método de trabalho em grupo e das decisões em colegiado, de que nesta mesma Escola se vem fazendo, certos nós, promotora e mestra há mais de um decênio de seu incansável e anônimo esforço de cada dia. Assunto algum de relevância deixa de ser presente aos Ministros de Estado, prévia distribuição da documentação respectiva para estudo preliminar atento, em reunião ou reuniões subsequentes, a discussão é objetiva e franca, por vezes demorada e penosa, esclarecendo-se dúvidas, iluminadas de todos os ângulos das questões e aplainando-se divergências, até a formulação de uma decisão, da responsabilidade, pois, integral do Conselho. Ao Presidente deste incumbe assim, além da tarefa de orientar e disciplinar os debates como dirigente do grupo de trabalho, o papel de porta-voz do Conselho em assuntos pra escapar à alçada particular e imediata de qualquer dos Ministérios exigem púbica afirmação de um ponto de vista ou decisão do Colegiado.

O tema que constitui objeto desta aula inaugural, por sua amplitude, importância e profundidade envolve, por certo, aspectos e obriga a definições que não estaria eu, de forma alguma, autorizado a veicular em nome do Conselho, por mais que bem conheça o pensar e sentir de meus nobres colegas, sem prévia consideração por parte dos mesmos. Não será, pois, (...)

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CONFIDENCIAL

Rio de Janeiro, 25/3/64

1. Panorama atual

Com o grande "Comício das Reformas" realizado na Guanabara a 13 do corrente e, sobretudo, a Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso, o Presidente João Goulart saiu do terreno fluido das indefinições onde, em posição central de expectativa, vinha desde o início de seu governo oscilando pendularmente entre o centro e as esquerdas, entre a radicalização do processo político pregada por seu cunhado (Deputado Leonel Brizola) e a tendência à conciliação democrática das forças em oposição no cenário político brasileiro. Optou ele, assim, pelo desencadeamento de forte campanha ofensiva anti-Congresso e anti-Constituição visando na verdade a seu "continuísmo" no governo, embora use como pretexto a bandeira de reformas radicais, como instrumento a sua irresponsabilidade demagógica e como aliados as forças da esquerda, em particular o Partido Comunista Brasileiro, verdadeiro organizador da ação de massa encenada naquele Comício a peso de um farto derrame de cruzeiros.

Entramos, pois, num período crítico que poderá durar 2 a 3 meses, porquanto, com o lançamento de novos candidatos ao prélio de 1965 e a natural mobilização da opinião pública em sentido eleitoral, quaisquer propósitos continuístas acabarão se esvaziando de conteúdo. Sob tal aspecto, o tempo conspira contra os desígnios do bloco continuísta-comunista.

Por outro lado, o Comício do dia 13 apresentou as vantagens de pôr em evidência: 1º - que João Goulart e seu cunhado (Leonel Brizola – esquerda radical) manobram de comum acordo; 2º - que a aliança com o P C é um fato indiscutível, sendo muito grande o avanço da infiltração comunista; 3º - que os propósitos continuístas e golpistas do Presidente são bem reais e não simples acusação da oposição. Em consequência, começou a manifestar-se a opinião pública em defesa da legalidade, da Constituição e do Congresso, de maneira bem expressiva: comício de São Paulo, declaração do ex-presidente Marechal Dutra, posição assumida por vários governadores, pelo candidato Senador Juscelino Kubitschek e outras personalidades de prestígio. Ao mesmo tempo, as forças armadas (Exército) começaram a se mostrar mais sensíveis à crise que se esboça (reuniões de chefes, pressão sobre os ministros militares, declarações oficiais do Estado Maior do Exército), consolidando-se na sua posição de defesa da legalidade e da Constituição.

2. Perspectivas

Não sendo mais possível ao Presidente João Goulart recuar da linha adotada, sem grande perda de prestígio, mas considerando-se as dificuldades e incertezas de uma ação flagrantemente ilegal contra o Congresso (fechamento) ou governos estaduais em oposição ao "golpe" (intervenção federal), deve esperar-se desde logo tome maior impulso a campanha já iniciada de pressionamento do Congresso

para obtenção de uma fórmula continuísta qualquer (Constituinte, plebiscito e reforma constitucional), sem o recurso, porém, a violências frontais como aquelas acima referidas, sujeitas a fracasso por falta de adequada cobertura militar.

Assim: 1) Ampla campanha publicitária de apoito (anti-Congresso, anti-Constituição, em prol de reformas radicais, e de promoção da administração João Goulart); 2) Ações de amaciamento, sobretudo junto aos congressistas (oferecimento de compensações, mudança do Ministério aguçando ambições, etc.); 3) Pressões de massas organizadas (comícios, passeatas, manifestações de sindicatos, etc.); 4) Ameaças de greve (ultimato ao Congresso) e seu desencadeamento efetivo, podendo chegar à tentativa de greve geral; 5)Pronunciamento de chefes militares; 6) Invasões de terras, distúrbios nas cidades e nos campos; 7) Marcha popular sobre Brasília; 8) Pressão econômica sobre setores em oposição, particularmente contra a imprensa, o rádio e a televisão, mediante decretos executivos ampliando, mesmo ilegalmente, a área sob controle do Executivo (monopólio do papel de imprensa, encampação de empresas difusoras, etc.); 9) Decretos executivos, mesmo ilegais, implantando medidas de alto conteúdo demagógico (tabelamentos, aumentos salariais, etc.); 10) Caos econômico consciente e irresponsavelmente provocado por medidas demagógicas ou de motivação ideológica da esquerda (estatização), com o objetivo da criação de um clima favorável à subversão da ordem.

3. O que fazer.

a. Barrar, no Congresso sobretudo, todas as saídas legais ou pseudolegais que possibilitem o continuísmo do Sr. João Goulart, levando-o à grande opção (desistir de seus intentos continuístas e empenhar-se na campanha sucessória ou tentar uma violação frontal da Constituição, com sério risco de revés total).

b. Mobilizar amplo apoio ao Congresso, fortalecendo-o perante a opinião pública e dando-lhe condições de resistir às pressões do Executivo.

c. Revigorar o sentimento legalista das Forças Armadas, através de um pronunciamento maciço da opinião pública.

d. Reagir à onda demagógica e coativa de decretos do Executivo, promovendo a intervenção legal e oportuna do Poder Judiciário, chamado também à defesa das instituições ameaçadas.

Para tudo isso, o que mais importa e urge é uma ampla e crescente mobilização da opinião pública sob a bandeira da legalidade e do anticomunismo.

Transcrição: Roberto Jannarelli

[Voltar]

[Voltar]

Cassação JK

Motivação real – Impedir que, com JK (fortalecido pela campanha contrária) se fruste a Revolução: retorno de J.G., da corrupção e dos comunistas

Vantag **[vantagens]**
1. Atender à expectativa exaltada que existe nas FA (grupos mais jovens), firmando a liderança revolucionária do Chefe do governo.
2. Corresponder à expectativa bastante generalizada no meio civil – (só os pequenos são punidos)
3.
4.
5. **[RASURADO: afastar a influência dissociadora]** de JK
6.
7.

Desv **[desvantagens]**
Ceder à pressão da ala agressiva
Crise repercussões desfavoráveis nos meios políticos – PSD em particular.
Criar repercussões desfavoráveis no exterior
Possível crise ministerial
Possibilitar, no Congresso, o agrupamento de documentos favoráveis a anistia, no mais curto prazo. (PTB + parte do PSD)
Desencadear reação em cadeia (outras cabeças).
Aparência de favorecimento à candidatura CL.

Obs. **[observações]**
Desvantagem superada pela tomada de posição a tempo e alguns “puxões de orelha” acerca de outros casos.
O PSD, possivelmente, fragmentar-se-á, aderindo aos poucos à linha governamental.
Podem ser atenuadas se comprovados alguns casos de corrupção
(sonegação fiscal) **[RASURADO: sonegação]**
Substituir logo os elementos não afinados com os propósitos revolucionários.
É possível pressionar habilmente.
Com base na autoridade firmada, reagir imediata e fortemente. Compensada com um esclarecimento da opinião publica.
Solução intermediária:

JK renuncia ao mandato de Senador e, provisoriamente, a sua candidatura, submetendo-se aos inquéritos e processos.
Prazo fixado de 72 horas. **[RASURADO: 48]**
Ampla divulgação.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

A NAÇÃO

RETROSPECTO E PERSPECTIVAS DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Costuma-se dizer que desde 1964 os presidentes podem tudo no Brasil, menos indicar seu sucessor. A próxima sucessão presidencial ainda está distante, mas a análise das anteriores pode ajudar na formulação de previsões.

O Governo Geisel, no último dia 15, chegou à metade de seu mandato. É claro que a Administração iniciada a 15 de março de 1974 se estenderá por cinco anos; mas o último estará primordialmente ocupado pela sucessão presidencial, pertencerá ao sol que se levanta – para usar uma expressão do agrado dos políticos gaúchos, afeiçoados ao amanhecer no pampa.

O general Médici Medici assumiu a presidência da República a 30 de outubro de 1969. Pois já em 1971 o ministro Leitão de Abreu, despachando com seus auxiliares no Palácio do Planalto, não hesitava em dizer-lhes: “O Governo só espera exercer plenamente o poder até o final de 1972. O ano seguinte já fará parte da sucessão: e a simples operação de selecionar nomes, rejeitando-se alguns, reservando-se outros para exame posterior, submeterá a autoridade a um processo de desgaste. Por isso, todas as medidas administrativas mais importantes que o Executivo tiver de

* * *

rios dos dois primeiros governos revolucionários. Isso permitiu ao “grupo Castello” montar uma estratégia destinada a reinstalar-se no poder; e o que parecia impossível quando Costa e Silva ocupou a presidência em 1967 consumou-se em 1974.

As raízes do castellismo se situam na Escola Superior de Guerra; sua doutrina é a dos chamados objetivos nacionais permanentes. Dentro de uma perspectiva brasileira do mundo, governa com vistas a atingir metas fundamentais para o Brasil e que consistem em preservar a independência política; estabelecer e aperfeiçoar o regime democrático, assegurados a Federação e o municipalismo; promover a integração social, a incorporação efetiva de todo o território à vida nacional e o desenvolvimento econômico estável, que ofereça ao povo níveis elevados de bem-estar e cultura; manter o *status quo* territorial na América do Sul; fortalecer a solidariedade e a cooperação entre os povos da América; e elevar o prestígio do país no âmbito externo.

Daí o *élan* desse grupo para sobreviver, chegar ao Governo e dotá-lo de instituições estáveis, adaptando-o a formas e métodos que o tornem apto a realizar obra profícua, sólida, capaz de perdurar. Administrar, todavia, é como fazer política: o que se tem em mira nem sempre é o que se consegue. O presidente se defronta hoje com dificuldades imprevisíveis; muitas vêm de fora. Não lhe

basta competência para removê-las. Num período de tranquilidade, foi possível ao castellismo ressurgir; seu problema agora é permanecer.

[FOTO] Coube a Adhemar de Queiroz a inventariança do espólio político de Castello.

[FOTO] Golbery: não falta quem lhe atribua a tática que levou à escolha de Geisel.

É cedo para novos fatos

É cedo para nomes. Mas revelar, pelo menos em parte, como esse ressurgimento se processou permitirá arriscar uma previsão sobre as táticas com que o presidente enfrentará a sucessão, na hora em que já tem de baixar para ela, **[À MÃO: ?]** como nos voos balísticos, onde depois de subir ao ponto mais alto, na metade do percurso, o projétil começa a descer na direção do alvo.

Nos primeiros meses de 1973 o presidente Médici declarou que trataria de sua substituição apenas no segundo semestre daquele ano. **[À MÃO: Escolhido em jun 71!]** Ora, foi a 19 de junho que anunciou a indicação do general Ernesto Geisel para chefiar o Executivo a partir do ano seguinte. Isso demonstra que, *intra muros*, o processo sucessório foi deflagrado antes que o Governo quisesse; e que a sucessão possui uma dinâmica própria, independente de quem tenta detê-la – esteja onde estiver. **[À MÃO: Não. O Governo se antecipou a muito!]** Mas não é só. Tudo leva a crer que a candidatura Ernesto Geisel se tenha consolidado depois de um despacho de Médici Medici com seu ministro do Exército. Este falou francamente na perspectiva de uma prorrogação do mandato presidencial, pelo menos para que coincidisse com o dos governadores que deixariam o poder a 15 de março de 1975. **[À MÃO: !? Não é [ILEGÍVEL]]** MédiciMedici, que nunca postulara a posição a que fora levado, **[À MÃO: [ILEGÍVEL]]** ambicionava abandoná-la na data prevista. Dava por cumprida – e bem cumprida – a missão de que fora investido, em momentos difíceis: tinha, como tem até agora, excelente imagem popular; seu Governo fora bem- sucedido, instalando um período de paz social e notável desenvolvimento econômico. Estava na hora de sair. Afirmando ao general Orlando Geisel que cumpriria os prazos prefixados, ter-lhe-ia perguntado por que ele não o substituía. **[À MÃO: ?!]** A resposta do ministro foi clara: não tinha saúde nem gosto por administração para assumir tamanho encargo. Diante disso, o presidente inquiriu: “E, por que não o Ernesto?”. **[À MÃO: ?!]** A partir de então, o processo evoluiu rapidamente, apanhando de

[Voltar]

[Voltar]

Caso **Timóteo** – marchando bem. Claro que há outros interessados em soluções evidentemente inferiores, mas nunca a desprezar – não vou citar nomes. Creio que a sã razão acabará imperando. Há problemas sérios a resolver – os 10 anos e a alternativa direta-indireta. Em termos realistas, melhor seria se o nosso **Jorge** apresentasse de 4 para 5 e resolvesse isso, deixando a pista limpa para depois. Nosso amigo pensa assim e acho que tem lá suas razões. Embora não me dê muita tranquilidade esse esquema. Veremos...

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Com um agente de segurança, o Gen. Ernesto Geisel sai para o trabalho

[Voltar]

[Voltar]

Dever de fidelidade

Recorda-se a Nação das veementes críticas que recebeu no Congresso Nacional o anteprojeto da Constituição decretada e promulgada em 24 de janeiro de 1967. É de capital importância relembrar que essas críticas foram formuladas pela Arena, e que tiveram lugar, sobretudo, no Senado Federal. A circunstância de as objeções ao anteprojeto terem sido articuladas pelo partido situacionista as exime de qualquer traço de oposição ao sistema político ou ao Governo. E o fato de ter a referida crítica centrado-se primordialmente no Senado que é, pela própria natureza de sua composição e de suas funções, uma instituição moderada, aponta para outra circunstância igualmente importante: mostra que a veemência das objeções era de natureza estritamente técnica – não carregava nenhuma mácula de subjetivismo político.

As críticas concentravam-se na revelação de graves erros de doutrina, inclusive até de erros de redação embutidos no texto. A elaboração do anteprojeto fora inadvertidamente confiada não a um constitucionalista, a um técnico em Direito Constitucional ou a um jurisconsulto, a um jurista que aliasse o trato do Direito ao das Ciências Políticas, enriquecido pelo conhecimento histórico e sociológico do Brasil. Em síntese, fora confiada a advogado não-dotado da visão humanística e criativa do Direito, capaz de concebê-lo como fato social, e de o entender como realidade ligada aos imperativos das adaptações sociais e às exigências da vida. Elaborara o anteprojeto um especialista em Direito Administrativo, não um constitucionalista. Eis tudo.

Por isso mesmo, as emendas introduzidas no documento pelo Congresso Nacional não conseguiram corrigir todas as suas distorções. Não obstante, a nova Constituição foi decretada e promulgada em 1967. Da procedência das críticas que lhe haviam sido feitas adquiriu o País incisiva consciência dois anos depois, quando da Emenda Constitucional Nº 1, de 17 de outubro de 1969, que introduziu inúmeras modificações no texto da Magna Carta. A simples existência da Emenda provou que os debates que procederam a decretação e promulgação da Constituição de 67 não eram meramente acadêmicos. Mas, ainda assim, nem tudo foi retificado, apesar das alterações feitas em 69.

* * *

O que é básico na norma constitucional, no diploma que rege a vida do Estado, o qual regula todas as atividades nacionais, é a coerência. Se o diploma é incongruente, deixa de ser fator fundamental de estabilidade política e social. Um sistema constitucional é uma elaboração unitária, concorde consigo mesmo, ou perde a sua força normativa.

Com segurança, pode-se afirmar que uma das mais graves, senão a mais grave incongruência do nosso diploma constitucional, está no descompasso que consagra entre a vigência dos prazos dos mandatos dos titulares do Executivo Federal e dos Executivos Estaduais. O descompasso entre as

datas das eleições para a Presidência e a Vice-Presidência da República e as governanças estaduais é erro capaz de produzir a desincronização de toda a vida do País. A eleição presidencial realizar-se-á em janeiro de 1974, e as dos governadores, em outubro do mesmo ano. Há entre elas, portanto, um hiato de dez meses.

Não é um fato especificamente brasileiro, mas universal. Ele enforma, desde o pós-guerra, a vida de todas as democracias ocidentais. Esse fato universal, e não especificamente brasileiro, é o do fortalecimento do Poder Central, que marca, na atualidade, todas as democracias presidencialistas. Essa transferência de atribuições político-administrativas ao Poder Central não fere, como se poderia deduzir, o princípio federalista, pelo simples motivo de não ser a Federação forma de governo, mas de Estado. Somos, precisamente, uma República Federalista. E a presença da União, portanto, do Poder Central, em todos os planos da vida nacional, tornou-se tão imperiosa, como pré-requisito da aceleração do nosso desenvolvimento que, para exprimir essa nova realidade, criou-se a expressão de "federalismo cooperativo", a apontar para o fato de que a presença do poder encarnado pelo Presidente da República em todo o território nacional é absolutamente essencial ao desenvolvimento harmônico do País.

Foi esta onipresença que possibilitou não só a atual aceleração do processo do crescimento econômico, como a paz social, a estabilidade política, a execução dos grandes projetos de integração nacional, de rearticulação sócio-econômica e até geográfica do Brasil. Os esforços e o empenho para transformar a Nação em potência continental inserem-se nesse contexto, revigorado pelo Presidente Médici.

* * *

Ora, o hiato entre os mandatos executivos nos planos federal e estadual, a distância entre os prazos e datas eletivas não só alui a unidade administrativa como derroga a própria coerência do sistema que adotamos – o do "federalismo cooperativo". A não coincidência dos mandatos executivos afeta todo o processo do desenvolvimento, alcançando a estabilidade política e a paz social. Além do que está contra a norma de Direito Constitucional, abrigada pela Magna Carta, segundo a qual o período dos mandatos dos governadores não pode ser superior ao período do mandato presidencial.

E é essa transgressão constitucional que a prática irá propiciar, se a distorção que aqui denunciamos não for removida. Com as eleições presidenciais realizando-se em janeiro de 1974, a posse dos eleitos – Presidente da República e Vice-Presidente –, dando-se em março do mesmo ano, e a eleição dos governadores realizando-se em outubro de 1974, o que teremos, de fato, é o mandato dos governadores atravessando, ultrapassando o atual mandato presidencial – na ordem prática, sendo maior que ele. Maior de dez meses. É grave contrassenso.

* * *

Empenhado na ingente tarefa da modernização de suas estruturas, engolfado até o sacrifício na determinação de eliminar todas as sequelas de seu *décalage* frente às nações que assumiram a

liderança do progresso mundial, o Brasil não pode pagar, por um erro de falta de clarividência constitucional, o pesado preço que esse erro lhe imporá, cobrado-o em termos de parada do desenvolvimento, perda da estabilidade política e abalos da paz social. Removê-lo é dever de fidelidade à Nação.

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

Heitor.

– Anexos os meus apontamentos em Agosto de 79.
– Por eles poderás verificar que muita coisa (mas muita, mesmo!) é coincidente e, o que é importante, já foi feito ou o será em prazo curto.
Um abraço

* * *

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE MILITAR

Campo político

1 – A fusão dos Estados da GB e RJ.
2 – A divisão territorial de alguns Estados e criação de territórios.
3 – As áreas metropolitanas
4 – A Afirmação da Arena como partido.
5 – A formação de líderes políticos.
6 – Seleção de candidatos ao Congresso
7 – Representação dos Estados no Congresso – Fixar um teto para Câmara.
8 – Objetividade nos despachos com o P.R.
9 – Ação política do Ministro da Justiça.
10 – Administração dos territórios federais.
11 – Menos regionalismos e mais visão nacional.

Campo Econômico-Financeiro

1 – Redução efetiva da taxa de juros.
2 – A gestão de alguns “Fundos”.
3 – Revisão da tributação, em especial o Imposto de Renda e o ICM.

4 – Correção monetária.
5 – O mercado de capitais
6 – O Banco Central
7 – Revisão do “PIS” e do “PROTERRA”
8 – As empresas de Economia Mista.
9 – As multinacionais e os “conglomerados”

Campo Industrial

1 – Construção da Usina de Sete-Quedas (ITAIPU).
2 – Industrialização do Cobre
3 – Industrialização do Potássio
4 – Manutenção e extensão da Política da Petrobrás.
5 – O Plano Siderúrgico
6 – O desenvolvimento do polo mato-grossense.
7 – O aproveitamento racional dos recursos da Amazônia
8 – A armazenagem
9 – Expansão das ferrovias econômicas
10 – Expansão do Turismo
11 – Pesquisa tecnológica
12 – Expansão da frota mercante.
13 – EMBRAER

Campo Psicossocial

1 – O INPS
2 – O BNH
3 – A reforma agrária: objetividade e não demagogia.
4 – O incremento da formação de mão de obra especializada.
5 – A segurança pública
6 – Reforma da Justiça
7 – Custo de vida
8 – A compatibilização do ensino superior com o mercado de trabalho e com a infraestrutura disponível.
9 – Oficialização dos cartórios
10 – O Saneamento Básico.
11 – Condições reais da Colonização da Amazônia
12 – O MOBRAL – Reformulação.

Campo militar

1 – O rejuvenescimento dos quadros
2 – As promoções
3 – A extinção das unidades não operacionais.
4 – O revigoramento do espírito militar
5 – A integração, no que for possível, do apoio logístico.
6 – O Reaparelhamento das FF.AA, em particular do Exército. Colocar “os pés no chão”
7 – A formação dos quadros subalternos no Ex.
8 – O plano de carreira, em particular no Ex.
9 – O caso dos “agregados”.
10 – O Exame de Seleção para a EsCEME.
11 – Os Batalhões de Engenharia de Construção...
12 – Pesquisa tecnológica
13 – As Fábricas Militares...

Diversos

1 – Extinção da Delegacia de **[ILEGÍVEL]** em N.Y.
2 – Contenção de viagens ao Exterior-Turismo...
3 – Segurança dos Ministros.
4 – Polícias Militares –
5 – Funcionalismo Civil – Necessidades reais.
6 – Coordenação entre os ministérios.
7 – Alto-Comando das FF.AA

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: ilegível]

CAPITÃES (Fonte afirma que são torturadores)

Homero Cesar Machado – Art.
Dalmo (Lucio LUIZ MUNIZ) Cirillo – Art.
Mauricio Lopes Lima – Inf.
Benoni de Arruda Albernaz – Art.

– Majores –
Inocencio Fabricio de Matos Beltrão – Cav.
Carlos Alberto Brilhante Ustra – Art. EM-2

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

PETROBRÁS

Golb.

Como surgiu isto?

Isto alguém deu ao Gilberto Azevedo (do Ademar) – possivelmente da turma milica a ele ligada. Os nomes são do artigo. Acrescentaram dados da Arma.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

(Continuação)

LUIZ DE CAMÕES

36

“Sentiu Joane a afronta que passava
Nuno, que, como sábio capitão,
Tudo corria e via, e a todos dava.
Com presença e palavras, coração.
Qual parida leoa, fera e brava.
Que os filhos que no ninho sós estão.
Sentiu que, enquanto pasto lhe buscava,
O pastor de Massília lhos furtara;

37

“Corre raivosa, e freme, e com bramidos
Os montes Sete Irmãos atroa e abala:
Tal Joane, com outros escolhidos
Dos seus, correndo acode à primeira ala:
“Ó fortes companheiros, ó subidos
Cavaleiros, a quem nenhum se iguala.
Defendei vossas teras, que a esperança
Da liberdade está na vossa lança.

38

“Vedes-me aqui, Rei vosso, o companheiro,
Que entre as lanças, e setas, e os arneses
Dos inimigos corro e vou primeiro:
Pelejai, verdadeiros Portugueses!”
Isto disse o magnânimo guerreiro.
E, sopesando a lança quatro vezes,
Com força tira; e deste único tiro,
Muitos lançaram o último suspiro.

39

“Porque eis os seus acesos novamente
Duma nobre vergonha e honroso fogo,

Sobre qual mais com ânimo valente
Perigos vencerá do Márcio jogo,
Porfim: tinge o ferro a sangue ardente,
Rompem malhas primeiro, e peitos logo.
Assi recebem junto e dão feridas.
Como a quem já não dói perder as vidas.

40

“A muitos mandam ver o Estígio lago,
Em cujo corpo a morte e o ferro entrava:
O Mestre morre ali de Santiago.
Que fortissimamente pelejava
Morre também, fazendo grande estrago,
Outro Mestre cruel de Calatrava;
Os Pereiras também arrenegados
Morrem, arrenegando o Céu e os fados.

41

“Muitos também do vulgo vil sem nome
Vão, e também dos nobres, ao profundo,
Onde o trifauce Cão perpetua fome
Tem das almas que passam deste mundo.
E porque mais aqui se amanse e dome
A soberba do inimigo furibundo.
A sublime bandeira Castelhana
Foi derribada aos pés da Lusitana.

42

“Aqui a fera batalha se eneruce
Com mortes, gritos, sangue e cutiladas;
A multidão da gente que perece
Tem as flores da própria cor mudadas;
Já as costas dão **[ILEGÍVEL]** vidas; já falece
O furos e sobejam as lançadas;
Já de Castela o Rei desbaratado
Se vê, e de seu propósito mudado.

43

“O Campo vai deixando ao vencedor,
Contente de lhe não deixar a vida.
Seguem-no os que ficaram, e o temor

Lhe dá, não pós, mas asas à fugida.
Encobrem no profundo peito a dor
Da morte, da fazenda **[ILEGÍVEL]**
Da morte, da fazenda despendida,
Da mágoa, da desonra, e triste nojo
De ver outrem triunfar de seu despojo.
(Continua)

[Voltar]

[Voltar]

Feira: êxito econômico, porém malogro político

ALBERTO TAMER
Enviado Especial

BRUXELAS – A Brasil-Export-73 já é um êxito econômico, mas está muito longe de se constituir num êxito político. O Brasil está deixando aqui, a cada dia, uma imagem extremamente positiva da sua indústria e das numerosas oportunidades que pode oferecer não apenas aos investidores, mas também às pessoas que buscam progredir. Ao mesmo tempo, dia a dia deixa uma imagem política nada favorável.

A opinião pública, sob a influência dos jornais, das rádios e, principalmente, da televisão, tem uma visão completamente confusa e deformada da realidade brasileira, imersa em uma névoa de profunda ignorância. A maioria do povo belga confunde o Brasil com o Chile, acredita que os produtos aqui expostos foram feitos com o sangue do operário, que a miséria campeia à solta e que os pobres morrem ao desabrigo nas praças públicas.

Desconhecimento

Tudo isso é fruto de vários fatores definidos, tais como a falta de conhecimento quase total do Brasil e da América Latina, o evento chileno e a ação bem-orientada de elementos da esquerda, muitos dos quais brasileiros, que vivem em Paris, distante apenas 45 minutos por via aérea.

Neste quadro, a Igreja Católica representa um papel importante nos protestos da opinião pública contra o País, realizando uma pregação liderada pelo padre Jean Talpe, expulso do Brasil.

Diante de tudo, é perfeitamente lícito perguntar-se sobre a oportunidade do empreendimento, principalmente em Bruxelas. Os resultados econômicos compensariam o desgaste de nossa imagem no exterior. Em verdade, as manifestações deverão passar, enquanto os contatos aqui realizados pelos empresários poderão proporcionar aumento crescente das exportações, aumento da produção e, consequentemente, criação de maior número de empregos. Surge, então, a pergunta que ninguém responde: não teria sido possível fazer tudo a um custo menor?

Agora, entretanto, nada mais se pode tentar além de esclarecer a opinião pública e os intelectuais europeus sobre a realidade brasileira. Mesmo assim, deverão persistir as duas imagens: a do País rico e a do povo pobre.

Vendas crescem

Apesar de todos os problemas, as vendas continuam crescendo. Os expositores informaram que até ontem à tarde haviam sido fechados negócios no valor de 11 milhões e 34 mil dólares (quase 70

milhões de cruzeiros) e encaminhados outros da ordem de 40 milhões de dólares (240 milhões de cruzeiros).

A feira, que já foi visitada por cerca de 20 mil pessoas, continua despertando a atenção de empresários de toda a Europa, que para aqui vieram com a intenção de comprar.

E realmente estão comprando, principalmente têxteis, roupas, pedras preciosas, móveis, instrumentos musicais (o violão brasileiro está fazendo sucesso), artigos para esporte e camping, eletrodomésticos, manufaturados de couro, alimentos enlatados, bebidas, pneus e câmaras de ar, além de peças e partes de automóveis.

Esse êxito se deve, também, a alguns fatores perfeitamente identificáveis: escassez mundial de inúmeros produtos e matérias-primas, preços compensadores e competitivos, beneficiados pelos incentivos fiscais, e, acima tudo, a qualidade do produto apresentado.

Muitos industriais afirmaram que somente não venderam mais por falta de produção. Outros se queixaram de que as autoridades belgas dificultaram ao máximo a liberação de suas amostras, fato agravado pelo desenvolvimento de uma “operação tartaruga” na entrega e pelo roubo no porto ou no percurso até a feira. Em consequência, houve casos extremamente curiosos: um expositor gaúcho, ao constatar que suas amostras haviam sido roubadas no porto, não hesitou em abrir sua mala, a da esposa, a da filha e as das recepcionistas para expor as roupas pessoais produzidas em sua fábrica.

Alguns empresários já chegaram à Bélgica com experiência de exportação. Mas para a maioria esta é a primeira experiência: por enquanto, estão vendendo e só vão preocupar-se com as remessas mais tarde. Aqui surge um problema que começa a preocupar, pois mais importante do que realizar a primeira venda é manter o mesmo nível de qualidade e cumprir os prazos de entrega nas próximas remessas. Se não for assim, tudo poderá ser perdido.

Um fabricante e exportador de roupas de mulheres e crianças, que vendeu cerca de um milhão de dólares e está convencido de que chegará a dois milhões, justifica o seu êxito pela manutenção dos níveis de qualidade e dos prazos de entrega. “Vou mais longe”, explica ele, sorridente,” ofereço ao comprador um prazo de 30 dias para pagar, após a entrega do produto. Se não gostar, não paga.”

Outro detalhe interessante da feira é o aparecimento de pessoas querendo mudar-se para o Brasil, na esperança de encontrar novas oportunidades que não existem mais em uma Europa inquieta e açoitada também pela inflação, onde a competição torna a vida cada vez mais difícil. Muitas empresas de prestação de serviços recebem constantemente consultas desse tipo, de médicos, engenheiros e até de aviadores.

Mas assim, entre a euforia dos negócios e a tristeza dos empresários brasileiros que sentem a existência de um clima popular desfavorável, segue a Brasil-Export 73. A feira que trouxe para a Europa a imagem de dois Brasis contraditórios. Um, rico e em expansão, outro, pobre, injusto e faminto. Decididamente, é muito difícil explicar a um povo de apenas nove milhões de habitantes e de renda *per capita* de três mil dólares que um país de mais de 100 milhões de habitantes tem renda de 500 dólares e uma população que cresce de dois milhões e 500 mil habitantes, anualmente.

Protestos contra o regime

BRUXELAS – A polícia dispersou ontem um grupo de 30 manifestantes que desfilavam diante da Brasil-Export, em Bruxelas, portando cartazes de protesto contra a “falta de liberdade no País” e incentivando o boicote à Feira. Outro grupo ocupou um teatro onde um grupo folclórico brasileiro ensaiava.

Um dia antes, uma bomba causou leves danos na entrada da Companhia Solvay, de produtos químicos, que tem sede na Bélgica e desenvolve atividades no Brasil. Numa parede próxima, a inscrição: “Não às exportações brasileiras. A Solvay é cúmplice.”

Alguns jornais, como o católico *La Cité* e o socialista *Le Peuple*, publicaram ontem candentes artigos contra o regime brasileiro, qualificando de “pouco oportuna” a realização da exposição comercial. Mas o católico conservador *La Libre Belgique* e o *L’Echo de La Bourse* manifestaram-se favoravelmente à iniciativa.

De noite, estudantes do círculo flamengo tentaram penetrar no recinto da Brasil Export, quando se verificou um choque com a polícia, que prendeu cerca de 50 jovens. Hoje, 100 organizações realizam uma marcha de protesto contra a feira. Os organizadores do movimento são membros do Comitê Europeu-Latino-Americano, que representa vários grupos de trabalho católicos e políticos de esquerda. A marcha não passará pelos locais onde estão instalados os cinco salões da mostra, ao norte da capital belga. Isso porque as passeatas são proibidas dentro dos limites da cidade aos sábados.

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

MENSAGEM DE 15 JAN 73

Ao ser legitimamente eleito pelo Colégio Eleitoral, aqui convocado em Brasília, segundo o processo democrático da eleição indireta que a Constituição Federal de 1967, em sua alta sabedoria, instituiu, para o exercício da Presidência da República no próximo período governamental, sejam minhas primeiras palavras, as de uma mensagem cordial, impregnadas de verdade e de franqueza, ao povo brasileiro, do qual me declaro, desde logo, o servidor número um, em termos de responsabilidade, tão ampla quanto árdua, que em plena consciência assumo.

À missão recebida dedicarei o máximo de minhas forças e toda a minha capacidade de julgamento e decisão, sem que dela me hajam de desviar um milímetro sequer – assim o queira Deus – impulsos quaisquer, por mais generosos, de amizade ou do coração, de comprometimento a vínculos de interesses, credos, profissão ou berço.

Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, haverei de descontentar a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma Nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior. Entendo mesmo que das maiores qualidades de um governante é saber dizer “não” a pressões que lhe pareçam intempestivas ou sobretudo, em sã consciência, se lhe afigurem ilegítimas. Mas dever não menor será, por outro lado, o de estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas, merecedoras todas de acolhida igual para exame sereno e imparcial da verdade que contenham.

Governo aberto, almejo assim venha a ser o meu, no sentido de abrir e manter, arejados sempre, múltiplos canais de comunicação com as elites políticas e técnicas, a intelligentzia sempre trepidante das mais nobres insatisfações, a mocidade incontida embora em seus arroubos de idealismo por vezes transbordantes, todas as minorias autenticamente representativas e responsáveis do país e mesmo, partindo do rincão mais remoto, a voz individual de qualquer cidadão ferido em seus direitos ou clamando por justiça, de modo que a ação governamental se inspire e oriente e avance ao reflexo de um diálogo elevado e mutuamente respeitoso entre governantes e governados, cada qual participando, e com a alavanca de suas energias e a mais pura de suas intenções, na construção desse Brasil que ainda chegará a assombrar o mundo em alguma era do futuro.

Para tanto, estamos realmente atingindo, graças, em parcela larga, à clarividência e tenacidade dos governos da Revolução de 64, uma sólida e ampla base de partida para nos autorizar, sem devaneios vão nem autoconvencimento irrealista, a confiar num futuro próximo de grandeza, de paz e de justiça social que assegure, afinal, em nossa terra, clima salutar à plena expansão da potencialidade humana de cada cidadão brasileiro, sem privilégios indevidos, sem constrangimentos arbitrários. Seja esse o legado de nossa geração às gerações futuras, à grande, à imensurável maioria,

em parte de todo invisível ainda, que de nós que lhe damos a vida, tem o direito irrecusável de esperar algum sacrifício generosamente criador.

Não que me pareça, a esta altura do evolver nacional e à luz dos resultados até agora irretorquivelmente alcançados, seja o caso de conclamar-vos a sacrifícios maiores, inadiáveis prolongados, duros, em prol do futuro da Pátria. Nem deixaria ou deixarei de fazê-lo, justificadamente, se emergência ocorrer que o venha a exigir.

Mas julgo, em verdade, podermos confiar tranquilamente nos dias de amanhã, justamente esperançosos de que nada mais deterá a incansável progressão ascendente da Nação brasileira a níveis cada vez mais elevados e confortáveis de desenvolvimento político, econômico e social.

Certo é que o mundo todo, em derredor, começa a enfrentar uma quadra difícil da história da humanidade, seja pela crise generalizada de energia que já desponta em termos de escassez e custos tremendamente acrescidos de um sem-número de matérias-primas e de produtos essenciais, seja pela instabilidade ainda presente, ameaçadora, no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico e militar como no econômico-financeiro, seja ainda pela onda de violência indisciplinada, destruidora, e mesmo irracional, que abala os alicerces da vida das nações, nos mais variados quadrantes do globo – de tais sismos não se podendo furtar o Brasil de suas danosas e múltiplas repercussões, inserido como se acha, e cada dia mais estreitamente, no contexto cada vez mais entrelaçado e interdependente da conjuntura internacional.

Não obstante, no período sem dúvida difícil, embora não crítico, talvez, da vida nacional em que já ingressamos de fato, fazendo isto, apenas, não seja ele de longa duração, tudo indica que o poderemos transpor galhardamente, graças à potencialidade de nossa terra e, principalmente, à energia ora desperta de nossa gente, de uma extensão a outra desta pátria imensa. Basta que se apele tão somente, sem excessos de sacrifício, a um atento e pragmático senso das mais justas prioridades de ação, através de um planejamento racional e coerente que nunca prejudique o amanhã em troca de benefícios imediatistas, à perseverança e continuidade na execução de planos **[ILEGÍVEL]** e a uma conduta sempre austera, inimiga alerta e consciente de toda ostentação e dos desperdícios e esbanjamentos sempre irresponsáveis e imprudentes.

Nesse particular, tenho por que confiar largamente nas virtudes nunca desmentidas do povo genuinamente patriota, trabalhador e frugal de nossa terra. E espero, de outra parte, confiem também em mim e na equipe que selecionarei para auxiliar-me na pesada tarefa governamental que se me depara, com vistas ao coroamento da obra extraordinária que desde 1964 se vem realizando neste país, sem desfalecimento nem pausas, muito menos irreparáveis retrocessos.

A eficiência que desejo possa alcançar o meu governo, contando com a participação vigilante da grande maioria do povo brasileiro, não temo possam-na prejudicar insignificantes minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos. Por isso, não nos desviaremos da obra superior de reconstrução nacional e que devotaremos cada minuto de todas as horas e cada cruzeiro bem contado dos cofres públicos, por uma caçada às bruxas, sempre negativista e, na verdade, contraproducente por si mesma. Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade caracterizadamente subversiva de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo, bem como a coibição enérgica de toda violência ilegal, partida de onde ou de quem partir – bastarão, assim o creio, para resguardar o ambiente de tranquilidade social, de estabilidade e de

ordem, indispensável à marcha ascensional do país e que às autoridades públicas lhes cumpre assegurar como um de seus mais indeclináveis, se bem que penosos, deveres.

Para isso, também, nunca buscaria dispensar a compreensão de todos os bons brasileiros, que, nas fontes profundas de seu civismo e de sua fé nos valores éticos e sociais, bem se dão conta do que a estabilidade e a ordem representam como penhores essenciais do progresso nacional.

Pois ordem e estabilidade espero poder garantir-vos, a partir da dedicação integral com que me darei à tarefa que, para suprema honra minha, ora me é confiada, de conduzir este Brasil, tão caro a todos nós, em mais um largo e seguro e decisivo avanço para seus mais altos destinos de Grande Nação, próspera e coesa, generosa e justa.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Brasileiros

Ao ser eleito para o exercício da Presidência da República no próximo período governamental, pelo voto de expressiva maioria dos representantes do povo brasileiro que integram o Colégio Eleitoral, hoje reunido aqui em Brasília, segundo o legítimo processo de eleição indireta – que a Constituição Federal, em sua alta sabedoria, instituiu – sejam minhas primeiras palavras, as de uma mensagem cordial, impregnada de verdade e franqueza, à Nação.

Declaro-me, desde logo, seu servidor número um, em termos da responsabilidade, tão ampla quanto árdua que, em plena consciência, assumo.

Repetindo pronunciamento meu feito anteriormente, em Deus que tudo pode, espero humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em mim depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças e reafirmo que não tenho quaisquer compromissos de ordem pessoal, que meus deveres são todos com a Nação e que meu governo se realizará segundo o espírito que norteia a Revolução.

À missão recebida dedicarei o máximo de minhas forças e toda a minha capacidade de julgamento e decisão, não permitindo que dela me desviem – assim o queira Deus – impulsos quaisquer, por mais generosos, de amizade ou coração.

Sei que nunca poderei agradar a todos e que, certamente, descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior. Votado ao atendimento das aspirações do povo em geral, excluindo o domínio de interesses de indivíduos, grupos, classes ou regiões, **entendo mesmo que das maiores qualidades de um governante é saber dizer "não" a proposições que lhe pareçam intempestivas ou que, em justa análise, se lhe afigurem ilegítimas. Dever não menor será, por outro lado, o de estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas, todas merecedoras de acolhida, para exame imparcial e sereno da verdade que contenham.**

Espero que confiem não só em mim, mas também nos que selecionarei para auxiliar-me diretamente na pesada tarefa governamental que se me depara, em continuação à extraordinária obra que, desde 1964, se vem realizando neste país, sem desfalecimentos, nem pausas e muito menos irreparáveis retrocessos. Graças, em larga escala, à clarividência e tenacidade dos governos modernizadores da Revolução, estamos realmente atingindo a sólida e ampla base de partida – legado ímpar que receberei das mãos impolutas do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici – e que autoriza, sem devaneios vãos, nem autoconvencimento irrealista, antever um porvir, não distante, de grandeza, de paz e de justiça social.

Certo é, entretanto, que o mundo todo, em derredor, começou a enfrentar uma quadra muito difícil da história da humanidade, seja pela crise generalizada no setor da energia que se manifesta, grave, em termos de escassez e de custos enormemente acrescidos, com reações em cadeia em sem-número de matérias-primas e de outros produtos essenciais, seja pela instabilidade presente no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico e militar, como no econômico-financeiro, seja também pela onda de violência indisciplinada, destruidora e mesmo irracional que abala os alicerces da sociedade, nos mais variados quadrantes do globo. O Brasil, evidentemente, não se pode furtar às danosas e múltiplas repercussões desses críticos acontecimentos, partícipe que é, dia a dia mais atuante, no contexto cada vez mais entrelaçado e interdependente da vida internacional. Não obstante essa situação, sem dúvida difícil, acredito que conseguiremos transpô-la galhardamente, porque é de se prever que não tenha longa duração, e sobretudo, graças ao sólido potencial de nossa terra e, principalmente, à capacidade ora despertada de nossa gente, de um extremo a outro desta pátria imensa. Caberá apelar, sem excessivo sacrifício, a um atento e pragmático senso das mais justas prioridades de ação, de forma racional e coerente que não venha a prejudicar o amanhã em troca de benefícios imediatistas, à perseverança e continuidade na execução coordenada dos planos diretores e a uma conduta austera, inimiga da ostentação e dos desperdícios irresponsáveis. Para tanto, devo confiar largamente nas virtudes nunca desmentidas do povo genuinamente patriota, trabalhador e frugal de nossa terra.

Não temo que a desejada eficiência a alcançar pelo meu governo, contando com a participação vigilante da grande maioria dos brasileiros, possam-na prejudicar reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos. Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo resguardará, assim o creio, o ambiente de tranquilidade social, de estabilidade e de ordem indispensável à marcha ascensional do país e que cumpre às autoridades públicas assegurar como um dos seus mais indeclináveis, se bem que penosos, deveres.

Por isso, também, nunca poderei dispensar a compreensão de todos os bons brasileiros que, nas reservas profundas de seu civismo e de sua fé nos mais elevados valores éticos e sociais, bem se dão conta do que a estabilidade e a ordem representam como penhor essencial do progresso nacional e do bem-estar geral de todo o povo. Pois ordem e estabilidade espero poder garantir-vos, a par da dedicação integral com que me devotarei à tarefa que, para suprema honra minha, ora me é confiada, de conduzir este Brasil, tão caro a todos nós, em mais um largo e seguro e decisivo avanço para seus mais elevados destinos de Grande Nação, próspera e coesa, generosa e justa.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Da conversa EG & Fig na noite de 9 Fev

Dito por EG:

“Eu tenho 5 anos e o cajado na mão; se eu não for muito burro eu me aguento no poder.”

“Orlando descansa na capacidade intelectual dele e não faz força. Sabe que, na situação, a solução brota.”

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Capitalism, in the sense of undiluted laissez faire, died before Queen Victoria died. And most of this book has been concerned with describing the missed economy which buried it. So we may turn briefly to the others.

FASCISM

This is easier to characterize politically than economically. Be it in Hitler's Germany, Mussolini's Italy, Franco's Spain, Salazar's Portugal, Perón's Argentina, or the Greek and Brazilian juntas, fascism was usually characterized by a one-man dictatorship, by one political party with all ethers abolished, by the disappearance of civil liberties of the type granted in our Bill of Rights. Fascistic movements are always highly nationalistic, sometimes with emphasis placed on a vaguely defined "master race" which exploits minority groups. In the words of Mussolini, fascists are urged to "live dangerously" – to value war and national power as ends in themselves. The individual is to be secondary to the state.

On the economic side, Mussolini's fascism happened to toy with the notion of a "syndicalist", or "corporate", state; each industry and group of workers was organized in a syndicate, and these were to meet and bargain and plan how the economy should be run. However, outside of its socialist manifestation in Yugoslavia, this syndicalism has never come to much and has not been especially characteristic of other fascist regimes. Almost all of them are against free and militant trade-unionism; almost all give the central government great regulatory power over every sphere of economic life. Some work hand in glove with religious authorities; others are antichurch. The fascist mentality tends to be intolerant of opposition, romantic and antirational, often with an especial appeal to youth. Usually, capitalists and the lower middle classes contribute to the *initial* strength of fascist movements, but later, when the fascist movement begins to take on–as they sometimes do–revolutionary aspects, the capitalists may regret the Frankenstein's monster that they helped to create.

Their only consolation lies in the fact that one of the earmarks of a fascist regime is opposition to communism. Generally, fascism sails into power by exaggerating the immediate likelihood of a Bolshevik revolution, and after it has come into power, by exaggerating the immediate likelihood of a Bolshevik revolution, and after it has come into power, the threat of communism is used as an excuse for the suppression of democratic processes.

Fascism is the great spoiler. It thrives on the breakdown of markets and of democratic processes. Often its leaders are revolutionaries turned reactionary. Its followers are military officers, dispossessed farmers and small merchants, groups who are losing economic and social status or who resent newly rising groups–big business, blacks, foreigners, the poor living on governmental welfare assistance, etc, Big business itself chimes in, both to hedge its bets and in token of its fear of a communist takcovertakeover.

Order and economic efficiency? We have seen that many economics may be subject to the disorder of creeping inflation. Full employment and price stability are then apparently incompatible goals. Undoubtedly, the struggle by union workers to raise their hourly wage rate has for its goal improving labor's share of the total pie of GNP. But, in fact, higher hourly wages lead to higher prices as corporations fight back to preserve the share of property in the pie of GNP, Real wages are seen not to be capable of being, raised much, if at all, by the bootstrap operation of militant collective bargaining, slowdowns, strikes, sitdown strikes, general strikes, and so forth.

Lenin is often quoted (by Keynes, for one) as having once said: "We shall contrive the death of capitalism by debauching its currency". There is no evidence he ever wrote this: at least no one has been able to locate the quotation. But his alleged aphorism can be improved on, in the following form.

"The best way to ruin a mixed economy–to kill oft off its full-employment progress and exacerbate its class struggles–is to contrive (as was done in Petron's Argentina) a 40 per cent overnight increase in wage rates. The result will be structural inflation, lockouts, strikes, breakdowns, bankruptcies, and public unrest."

When a populistie populistic mixed economy is running badly, experiencing both inflation and unemployment at the same time, will there then emerge a demand for a fascist takecover–to restore "orderly conditions and promote economic growth? Alas, the answer too often is, Yes.

It is even sadder to have to witness an occasional economic success of such dictatorial regimes–in the short run. Thus, in the 1970s, the Brazilian military regime may be hard on professors, intellectuals, and a free press: But, as people used to say in Mussolini's time, "At least the trains run on time…" And, when one looks in the U.N. *Statistical Year Book*, one finds that Brazil has in recent years been the veritable Japan of Latin America, averaging annual rates of real GNP growth of 10 per cent per year.

Benevolent despotisms, history demonstrates, rarely remain benevolent, and almost never even stay efficient. Mussolini failed to deliver what his speeches promised. Hitler's Germany, we now know from captured records, was a poorly run economy. If one Pakistan dictator seems for a time to make agricultural sector grow, the next dictator plunges the country into dismembering warfare!

The blueprint of fascism, in blunt fact, rarely works out well in real life even in its own terms.

SOCIALISM

In defining fascism, we were able to point to Nazi Germany or fascist Italy. Socialism cannot be so easily described. Of course, we can describe the Swedish socialist government or the British Labour party's program, but these do not present such dramatic contrasts with our system. They represent a middle way more like our own "mixed system" than that of Soviet Russia or China.

There are a few common elements that seem to characterize socialist philosophy:

1. *Government ownership of productive resources*. The role of private property is gradually to be lessened as key industries such as railroads, coal, and even steel are gradually nationalized. Unearned profits from increases in land value are also limited. (In West Germany and the United Kingdom, enthusiasm for nationalization has ebbed.)

2. *Planning*. Instead of permitting the free play of profit motives as in a laissez faire market economy, coordinated planning is to be introduced. Sometimes the program of “production for use rather than profit” is advocated: advertising expenditure on gadgets is to be reduced; workers and professional people are to develop

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

LIVRARIA AGIR EDITORA
Artes Gráficas Indústrias Reunidas S.A.
Escritório: Rua dos inválidos, 198
Fone 252-0410 - caixa postal 3291-zc-00
Rio de Janeiro – Brasil
End. telegráfico: agirsa

Rio, 08 de Novembro de 1973
N/ref. – 1.470

McGraw-Hill Book Company
Co-Publishing and Foreign Rights
1221 Avenue of the Americas
New York – N.Y. 10020

att. William P. Orr

Dear Mr. Orr,

In the course of translating the ninth edition of Samuelson's Economics, we are coming across a matter of importance, for the solution of which we shall need your assistance. It is not a routine matter.

On pages 870 and 871 of the book, we find references to Brazil, like the followings.

"Be it in Hitler's Germany, Mussolini's Italy … or the Greek and Brazilian juntas …. fascism was usually characterized by a one-man dictatorship, by one political party with all others abolished, by the disappearance of civil liberties of the type granted in our Bill of Rights …. fascists are urged … to value war and national power as ends in themselves."

We need not quote further, because you can easily see that it would be inconceivable to provide undergraduates with, as main teaching material, a text that presents their own country as a companion of Hitler's Germany, or Mussolini's Italy and contains expressions of deep regret for the economic progress of Brazil.

This very biased portrait of our country, unfortunately, is frequently encountered in the U.S. and in Europe, but is the result of deep ignorance of our social, economic and political realities. It is also the result of the distressing habit of applying to human problems the system of logic by "bits" of the computer, instead of trying to study them under more ample human criteria.

However, our problem, here and now, is not to defend the qualities of our government and condemn its defects, but simply to know what can be done about this edition.

A simple suppression of the offending sentences, even if authorized by the author, would not, in our opinion, solve the matter since, after all, Brazil and its economic progress deserves some kind of mention. We have no doubt that, if he wished, the author could have adopted a wording that, without hiding his liberal convictions, would not have offended Brazilians and we are not here concerned so much about our authorities as about plain truth and the normal reader.

We should like you to consult Prof. Samuelson about this. If he feels that he cannot alter anything at all, them perhaps we had better skip this edition and wait for the tenth. One of the professor's arguments being that Brazilian progress must necessarily be short-lived, this argument should be settled one way or the other by the time the next edition is published.

We would ask you to give this matter your urgent attention, since we are, at the moment, in the middle of the translation. As you know, Prof. Samuelson's book, the successive editions of which we have been translating for years and of which we have sold nearly 100 thousand copies, has already established a kind of tradition in our firm and in Brazil. It really was the book that started young Brazilians in their knowledge of economics and prepared them for assuming the enormous task of developing the country and working towards a more human and just distribution of the GNP. The book is so very much appreciated that one of the printings of the 7th edition was done as a co-publishing venture with the National Book Institute of our Ministry of Education.

Hoping to hear from you soon, we remain,

Yours very sincerely,

Ernst Fromm
Diretor

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Professor Paul Samuelson
Massachussets Institute of Technology
– Cambridge – Mass. – U.S.A.

Dear Professor Samuelson,

May I be allowed to add a word of support to the request referred in the attached letter from the Brazilian Editors of your book (Introduction). They also edit for many years my own “Principles of Monetary Economics” and are very very decent people indeed.

I would like to join my testimony that there is no such thing as a fascist regime in Brasil. **We have a Congress; the judges are independent and the restraints of liberties that took place for a period (1967/69) are now a matter of the past.** All one can call it, if one wishes, is a para-military regime, in which the President and a few ministers are military.

May I add one word to say that our countries of Latin America are really not politically ripe for a full democracy like yours (I sometimes wonder if even yours is). In fact there is none; Mexico is an oligarchy, the Argentine a para-military as Brazil. And if you look into the mother-countries from which Latin America descends, you will find a similar situation in Spain and Portugal.

I hope you will forgive me for my intervention in matter.

With kind regards

Eugenio Gudin

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY

26th November, 1973

Professor Eugenio Gudin
Novo Endereço
Av. Rio Branco, 46 – 2º andar
Rio de Janeiro BRAZIL

BRAZIL EDITION OF ECONOMICS

Dear Professor Gudin:

Many thanks for your letter of 14th November concerning the translation of my 9th edition of Economics. It was good of you to write.

First, it has been my invariable practice for the last 25 years not to regard myself as responsible for translations. Thus, when the book was translated in certain leftist countries, I was asked whether I would object to omission of certain materials that would be offensive to a leftist regime. My reply was that omitting pages and even chapters dealing with comparative economic systems was not a matter for me to object to or to police. I can appreciate that certain modes of expression which will not be misunderstood by American students might be unacceptable or misleading in other contexts. Therefore, when Mr. Michael Elia of McGraw-Hill called to my attention the essential content of the 8th November letter to McGraw-Hill from Livraria Agir Editora, the letter whose photocopy you included in your letter, my reply to Elia went as follows:

If on page 870, the translation replaces "… the Greek and Brazilian juntas …" by "… the Greek junta …", that would meet no objection from me. Furthermore, since Greece no longer has a simple one-man dictatorship, that whole clause could be omitted without harm.

Also, on page 871, the paragraph beginning "It is even sadder … and ending with 10 percent per year." Could be replaced by a modified paragraph or be omitted. The modified paragraph might read something like the following:

One must face up to the fact that, often in the short run, systems of government that many intellectuals oppose may register efficient growth. Thus, militant trade unions and revolutionary agitations may work out to be inimical to private investment and market

efficiency. A preoccupation with an egalitarian distribution of income may turn out to be at the expense of growth in the total social pie and of a filtering down to the workers and the peasants of some of the increment in that pie. Thus, when one looks in the United Nations Statistical Yearbook, one finds in the 1970's Brazil has been the veritable Japan of Latin America, averaging annual real GNP rates of growth of 10 percent per year. Supporters of that system might claim that this would not have been possible in the disorderly environment of earlier decades.

It could be deemed desirable to utilize some such paragraph at some place in the book other than in connection with "fascism". My intention was not to try to judge where Brazil fits in the political spectrum – I am no expert on Latin America. Nor did I wish to vilify fascism as such. Rather I wanted to point out the objective fact that often under populist democracy the environment for efficient and rapid economic progress is not present.

Finally, let me mention to you, since I recall pleasant meetings in the past under the auspices of my old teacher and friend Gottfried Haberler, that I did not mean to express "regret for the economic progress of Brazil", as the director of Livraria Agir Editora inferred in the fourth paragraph of his letter of 8th November to McGraw-Hill. Rather, if I had expressed my meaning more felicitously, I was expressing regret that the conditions of democratic freedom are so often not appropriate to rapid and efficient economic progress. I have no reason to speculate that the progress of Brazil is likely to be shirt-lived; and if the translator corrects any such unintended impression, he will have done a service to the text.

I am sending a copy of this correspondence to Director Ernst Fromm of AGIR and to W. P. Orr and M. Elia of McGraw-Hill. I feel it would be a pity if this edition should not be available to Brazilian students because of any unintentional formulations of mine.

Sincerely,

Paul A, Samuelson
PROFESSOR P. A. SAMUELSON
Department of Economics
M. I. T. E52-383
Cambridge, Mass. 02139

PAS/JT
COPIES: Ernst Fromm, AGIR
W. P. Orr, McGraw-Hill
M. Elia, McGraw-Hill

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CANDIDO GUINLE DE PAULA MACHADO

Prezado General Golberi
Chegando a escrita depois do almoço, encontrei a carta do Samuélson ao Dr. Gudin resolvendo todo o nosso problema!
Estou certo da grande ajuda que representou a carta do Dr. Gudin, cuja xerox também lhe mando, assim como uma de Samuelson ao **[ILEGÍVEL]** Sr. Gudin, dê um telefonema ao Dr. Gudin, pois ele ficará satisfeito.
Abraços do Candido 3.12.73

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Rio de Janeiro, December 27, 1973
RC/080/73

Professor Paul Samuelson
Department of Economics
Massachssetts Institute of Technology
Boston, Mass.

Dear Professor Samuelson,

What prompts me to write you is the extraordinary (and well deserved) influence that your textbook on economics has exerted on an entire generation of Brazilian economists. I would not be wrong in saying that it has contributed substantially to heighten the level of perception and analysis of young Brazilian economistas, thus improving the rationality of both private management and government administration. What causes me some dismay is to learn that the translation of the newest version of "Economics" (ninth edition) still unpublished in Brazil contains some comments on the Brazilian political scene which, casual and superficial as they are, appear unworthy of the thoughtful analysis to be found elsewhere in the book.

On pages 870 and 871, the Brazilian regime is lumped together with the Nazi and other totalitarism regimes. Mention is even made of a "Brazilian junta" which in fact did not exist except for a couple of months in 1969, in the interval between the death of President Costa e Silva and his succession by President Médici, who was elected by Congress in December 1969. Some regret is also expressed on the short-run economic success of "such" dictatorial regimes, and some unfortunate correlations appear to be discerned between the political repressiveness of the military regime (in regard to professors, intellectuals and the free press), and the recent high rate of growth.

The least that can be said about those glib comments is that they contain a "fallacy of aggregation". The Brazilian regime simply cannot be lumped together with Hitler's German, Mussolini's Italy, Franco's Spain, Salazar's Portugal, Peron's Argentina or the Greek junta. In fact some of the basic characteristics of dictatorial regimes are lacking in Brazil, namely (a) a self-perpetuating dictator, (b) the personality cult (c) the virtual elimination of Congress and judiciary (d) the suppression of legal opposition (e) intimidation or repression of personal political opinions.

In Brazil, them these military presidents have governed in succession abiding by their constitutional period of tenure (President Costa e Silva died in office), and the present incumbent President Médici will leave office on the 15th March, 1974. All of them were proposed by the military to Congress (which was an undemocratic procedure but duly ratified by Congress which

performed the normal democratic rites). The anarchical multi-party system, which rendered the country nearly ungovernable (as it happened in France before De Gaulle, in Italy at present and in Chile until recently) was replaced by a two-party system, in which the opposition party was recognized as an integral part of the political system. (In fact, the State of Guanabara, formerly the political capital of Brazil, is now governed by the opposition party).

It is true that we are operating under the system of a strong Executive Power, but both the Legislature and Judiciary operate normally, although with a somewhat reduced scope of action. There is no military dictator, but rather a military system, which in itself is not militaristic since all of the basic cabinet posts dealing with social and economic policy and foreign affairs are in civilian hands.

The most that can be said is that Brazilians live under an "authoritarian" but not a "dictatorial" regime. Its most appropriate description would be a regime of "consented authoritarianism", because (a) all public opinion polls indicate a substantial degree of popularity of President Médici himself and of his regime, (b) in the last congressional elections the government party won over two thirds of the vote, and even though the results may have been somewhat distorted by governmental pressure, there is general conviction that the margin of popular approval of the government was substantial.

In fact, the Brazilian people appear to have accepted a conscious "trade-off". A somewhat lesser degree of democratic exhilaration and political bickering, in exchange for (1) a greater degree of social discipline, (2) a higher and steadier rate of economic growth, (3) greater political stability.

Undoubtedly, there were exaggerations and distortions in the process. The military seem indeed to have underrated the extent of their own success in economic management and in winning popular support. The so-called "voluntary press censorship" could well be softened without any danger of political disruption. During certain periods, particularly in the interregnum between the illness of President Costa e Silva (September 1969) and his succession by President Médici (December 1969), some local military authorities, fearful of revanchist moments by leftist intellectual and politicians, who inspired and abetted university riots, took the law in their own hands and indulged in violent repression. **There may have been isolated cases of police brutality and outright torture. This is deplorable and shameful… But it would be quite unfair to confuse accidents of repression through police brutality with a deliberate policy of dictatorial repression and physical punishment.**

In fact, considering the depth of the transformation brought to Brasil's Brazil's economy and institutions, the Brazilian revolution was conducted at a remarkable low level of violence. There were no deaths or executions when the military took over. Politicians deprived of their political rights either because of corruption or subversion, live a normal life, voicing freely their individual opinions and even achieving economic success. All in all, there has been probably less violence than in any hefty race riot in the United States…

Solid operational democracies like the United States can afford to ignore the difference between "opposition" and "subversion". For weaker political democracies this would be suicidal, as documented by the 1948 Tchecoslovakian communist take-over.

All Brazilians – including the military-are conscious of the fact that if we have engineered a reasonably effective development model, we are far from coping adequately with the problem of income-distribution and political institutionalization. There is general interest in devising a method of

gradual “political decompression”, revitalizing popular elections at the municipal and gubernatorial levels and, while maintaining the system of indirect elections by Congress for the Presidential incumbency, reinforcing the role of the political parties in the selection of candidates. A hasty return to formalistic democracy might result simply, as we are sesing in Argentine, in the “return of the demagogue”.

If I have indulged in these lengthy considerations it is because the influence of your book in the training of our young technocracy has been quite remarkable. And I woukd hate to see the brilliance of your economic analysis marred by the flippancy of hasty political judgments.

Very truly yours,

Roberto de O. Campos
Forner Minister of Planning

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

PETROBRÁS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
GABINETE DO PRESIDENTE

Veja se confere o velho
"GRUPO DOS 11"

1. Syzeno
2. Portella
3. Ramiro
4. Henrique
5. Brasil
6. Frota
7. Affonso
8. Lauro
9. Montagna
10. Caudal
11. Castilho

20/12/74

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: Min Falcão]

Rio, 1º/2/74

De ordem superior reitero determinação sentido proibir divulgação notícia comentário, transcrição, referência e outras matérias atribuídas aos membros comitiva Sr. Presidente República, opinião sobre nomes indicados para integrar futuro governo, bem como, opiniões de ministros de estado e outras altas autoridades do atual governo, sobre pessoas indicadas para integrar o Ministério do Pres. Geisel.

Gen Bandeira

[À MÃO: Parece-me que já está ultrapassado. Em 25.3.74.]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Arcebispo de São Sebastião
do Rio de Janeiro
Guanabara – Brasil
c/53/74

Rio de Janeiro, 17 janeiro de 1974

Excelência

Por motivo da eleição de Vossa Excelência para a Presidência da República, venho, respeitosamente, felicitá-lo pela escolha.

Não pequenos são os novos encargos que ora assume Vossa Excelência. Como Pastor do Povo de Deus na Guanabara, quero trazer-lhe a contribuição de minhas orações pelo êxito do mandato para o qual foi Vossa Excelência escolhido pelo Colégio Eleitoral.

Senhor Presidente eleito, o bem-estar do Povo Brasileiro muito irá depender de Vossa Excelência. Espero que não lhe faltarão forças e ajuda de Deus, para um governo de justiça, paz e progresso, tanto material como social.

Muito respeitosamente

_____

Card. Eugênio de Araujo Sales
Arcebispo do Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor
General Ernesto Geisel
DD. Presidente da República
Rua Jardim Botânico, 1008
Jardim Botânico – ZC 20
Rio de Janeiro – GB

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

RIO-GB TELEX N.15 – 24/01/74 – 10:40 HS

EMA. REVMA.
CARDEAL EUGENIO DE ARAUJO SALES
RUA DA GLORIA 446
PALÁCIO S. JOAQUIM
RIO – GB

SENHOR CARDEAL

MUITO PENHORADO AGRADECO AS FELICITACOES QUE VOSSA EMINENCIA SE DIGNOU ENVIAR-ME E VG BEM ASSIM VG A VALIOSA CONTRIBUICAO DE SUAS ORACOES DE BOM PASTOR PELO EXITO DO MANDATO QUE ORA ME EH ATRIBUIDO PT CONFIO CONTAR SEMPRE VG NO DESEMPENHO DESSE PESADO ENCARGO VG COM A GENEROSA AJUDA DO ILUSTRE E ESTIMADO CARDEAL ARCEBISPO DE SAO SEBASTIAO DO RIO DE JANEIRO VG ATRAVES SUA PROFUNDA FEH CRISTA E SUA ESCLARECIDA CONSCIENCIA CIVICA VG EM PROL DO PROGRESSO NOSSA PATRIA E DO BEM-ESTAR NOSSO POVO PT ATENCIOSAS SAUDACOES ERNESTO GEISEL

TRANSMITIDO POR LILIAM
RECEBIDO POR ?

TLXGRAMA F RIOZ
AGRICULT RIO

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Sociologie nouvelle
Situations

Duculot

Destin
du Brésil

Michel Schooyans

* * *

SOCIOLOGIE NOUVELLE
SITUATIONS

A Dom José Maria Pires,
essa modesta colaboração,
Michel Schooyans.

* * *

annoncer l'exposé des pages précédentes. Effectivement, nous avons affaire ici, non plus à un juriste retors vêtu de la tunique, comme c'était le cas pour Vargas, ni à un leader politique rusé, comme c'était le cas pour Plínio Salgado, mais à un intellectual de toute première classe, spécialisé dans l'étude systématique et rigoureuse des problèmes militaires. L'oeuvre de Golbery, **[À MÃO: obrigado]** rédigée dans une langue recherchée, s'inscrit dans la grande tradition des Mahan, Mackinder, Kjellén, Haushofer, Mikhailov, Spykman, Liddel Hart, etc. L'érudition prodigieuse de cet homme de cabinet n'a étouffé ni sa capacité de synthèse, ni l'originalité de sa pensée, toute tournée vers les problèmes de son pays. D'ores et déjà, on peut dire qu'il s'agit d'un grand classique, don't l'oeuvre, même si elle prête à la contestation, impose le respect. C'est à lui surtout, mais non exclusivement, que nous demanderons de nous introduire à la doctrine militaire brésilienne.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

D. Paulo e Golbery analisaram Igreja

O Boletim da Arquidiocese de São Paulo, em notícia divulgada ontem, revela que no encontro havido no início desta semana entre D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, e o general Golbery do Couto e Silva, principal assessor do general Ernesto Geisel e futuro chefe da Casa Civil, foram tratados "diversos problemas de importância e interesse para a Igreja em São Paulo e ao Brasil". Segundo o Boletim, "na entrevista com D. Paulo Evaristo, o general Golbery mostrou-se sensível a todos os problemas levantados, externando grande apreço pela ação da Igreja no Brasil".

A nota esclarece, ainda, que o general Golbery desejava encontrar-se com o cardeal de São Paulo desde dezembro último, tendo se entrevistado antes com o cardeal Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, e com D. Aloisio Lorscheider, presidente da CNBB, que esteve acompanhado de secretário-geral D. Ivo Lorscheiter.

I-JUCA PIRAMA

GONÇALVES DIAS

Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
Nas selvas cresci;
Guerreiros, descendo
Da tribo tupi.

Da tribo pujante,
Que agora anda errante,
Por fado inconstante,
Guerreiros, nasci;
Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte;
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi.

Já vi cruas brigas
De tribos imigas,
E as duras fadigas
Da guerra provei;
Nas ondas mendaces;
Senti pelas faces

Os silvos fugaces
Dos ventos que amei.
(Continua)

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

TRANSCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DO ANO DE 1974

– 11.9.74 – Período de 11,45 hs. às 18,00 hs.

Às 14,00 hs. um cidadão telefonou dizendo chamar-se CARLOS, perguntou-me se o ministro Golbery ou a Sra. dele estavam em casa. Respondi que estavam em Brasília. Ao mesmo tempo perguntou se a Sra. dele tem vindo sempre ao Rio, respondi que não. Respondi a ele que tinha o sgt. Valnisio, que respondia por ele, uma vez que o Ministro se encontrava em Brasília, e ele, portanto era o seu intermediário. Disse-me ele que não acreditava que o sgt. Valnísio ocupasse um cargo tão eminente. Perguntei por que razão; respondeu que esse cargo só caberia a uma alta autoridade. Logo depois ele perguntou se o sgt. Valnisio estava em casa. Respondi que ele tinha saído, mas voltava logo, e se ele queria deixar recado. Então ele me perguntou quem era eu, então eu lhe disse que era o P. M. de serviço da casa do Sr. Ministro. Então ele falou: quer dizer então que aí tem segurança e quantos são. Respondi que eu não lhe conhecia, e não tinha de lhe dar informações pelo telefone a desconhecidos nenhum. Então ele falou que era conhecido da família. Para encerrar o assunto, disse a ele caso ele quizesse maiores informações falar com o sgt. que passasse às 16 hs., que ele estaria de volta. E ele disse que viria.
Soldado P.M. – 11432 – Jorge Luiz Sobreira.

– 30.9.74 – Período de 12.00 hs. às 18,00 hs.

O signatário participa que das 15 hs. até às 17 hs. houve vários telefonemas que se dizia rapto a Sra. do Sr. Ministro o qual não foi a certo; dos respeqtivos componentes; E a mesma retirou-se às 17, e 10 minutos de sua residência.
Soldado P.M. – 06133 – Damião Luiz dos Santos

[À MÃO: - Viajou Bob – tentativa de sequestro (?) – 2 carros ([RASURADO]: 1] – visto) R.P.]

– 01.10.74 – Período de 18,00 hs. às 00,00 hs.

O signatário participa que permaneceu de serviço na casa do Sr. Ministro os seguintes P.M. ns. 17184 – 24021 – 27540 e o agente Federal Waldemiro Cerqueira.

Tópico 2º; o signatário que às 19,00 hs. e 10 minutos um cidadão telefonou dizendo se chamar CARLOS, perguntado pela Sra. do Sr. Ministro, se estava em casa. A Dna. Nerci que recebeu a

telefonema e assistido por Sr. Golbery, Ribeiro e Sr. Valnísio, o qual suspeitou que o mesmo telefonou do orelhão mais próximo da residência do Sr. Ministro.

O mesmo CARLOS telefonou às 19 hs. e 45 minutos, recebida por Dna. Nerci. Outra telefonema às 19 e 50 minutos perguntando pela Sra. do Sr. Ministro.
Soldado P.M. – 06133 – Damião Luiz dos Santos

Nota: – Estas três ocorrências foram copiadas "ipsis literis" do que se encontra registrado no livro próprio. As demais procuro corrigir para não tornar cansativa a leitura e interpretação.

– 18.10.74 – Período de 00h às 6h

O signatário participa que quando ia assumir o serviço, com o PM 27526 Crespo, deparou com um Volks parado a dois metros de distância do portão da casa do Sr. Ministro, totalmente apagado. Parecia suspeito, porque quando ele nos viu tratou de sair logo em retirada, não dando tempo de identificá-lo, pois chovia torrencialmente e nós ficamos receosos de cercá-lo, porque podia ter alguém abaixado dentro do carro, e nós receberíamos a bala, e fugiriam da mesma forma, porque os dois policiais que íamos render ainda estavam dentro da casa do Sr. Ministro.

A única coisa que pudemos anotar foi o seguinte: quem estava ao volante era uma mulher branca de cabelos aloirados um pouco compridos **[À MÃO: não ident]**, o seu rosto não foi possível identificá-lo melhor porque chovia muito e o vidro do carro estava molhado, e ela por sua vez não nos encarou. A placa do carro é F.A .7932 G.B., cor azul. Assim que assumi o posto participei aos colegas que estavam saindo do serviço.
Soldado PM – 11432 – Jorge Luiz Sobreira

– 29.10.74 – Período de 6h. às 12h

O signatário participa que por volta das 8h telefonou para esta residência, um Sr. que não deu o seu nome, procurando pelo canal 18. Não obteve nenhuma resposta.
Soldado P.M. – 06133 – Damião Luiz dos Santos

– 29.10.74 – Período de 12h às 18h

O signatário participa que por volta das 17h20 **[À MÃO: Carlos]** telefonou para esta residência procurando pelo Dr. Roberto. Não encontrando, o mesmo prometeu ligar às 19h para dar algumas informações, fato que não ocorreu. (telefonema recebido por Dna. Nerci).
Esclarecimento: O Dr. Roberto procurado acima havia sido dado por mim que me teris substituído aqui, por ocasião de telefonemas anteriores (Valnisio)

[À MÃO: [ILEGÍVEl]]
Soldado PM – 13037 – Walter dos Santos

– 30.12.74 – Período de 12h às 18h

Tópico 2 – O signatário participa que telefonou para esta residência um Sr. querendo falar com o Chefe da Segurança, às 16h, dizendo que era amigos do Exmo. Sr. Ministro, de nome CARLOS ALBERTO. O signatário pediu que telefonasse mais tarde, pois o mesmo não se encontrava no momento.

1975

– 02.4.75 – Período de 18h às 00h

Por volta das 20h20, ligou para esta residência um Sr. dizendo ser sargento com o nome de JOSÉ CARLOS FERREIRA MARTINS, querendo saber se o Exmo. Sr. Ministro se encontrava em sua residência ou se estava em Brasília; queria entregar uma encomenda ao Sr. Ministro, mas queria ter certeza onde encontrá-lo. O signatário informaou que não saberia dar essas informações e mandou ligar no dia seguinte às 9h.
Soldado PM – 22361 – José Carvalho.

– 01.6.75 – Período de 00h às 6h

Às 0h20 telefonou para esta residência um cidadão cidadão dizendo chamar-se BARBOSA perguntando pelo CARLOS. Respondi ao tal cidadão que aqui não tinha nenhum CARLOS, o mesmo perguntou quem estava falando; respondi que quem estava ao aparelho era o caseiro e que ele telefonasse, para apanhar melhores informações na parte da manhã.
Soldado P.M. – 11432 – Jorge Luiz Sobreira

– 06.6.75 – Período de 12,00 hs. às 18,00 hs.

Por volta das 17,25 hs. recebi um telefonema de pessoa que não se identificou; a mesma queria informações sobre o local desta residência. Mandei que telefonasse pela manhã.
Soldado P.M. – 27668 – Gomes

– 13.6.75 – Período de 12,00 às 18,00 hs.

Participo que às 16,30 hs., no portão desta residência, uma senhora, de nome Marilene, num auto marca “DODGE”, cor creme, placa FI-0009 GB., procurando um Sr. o qual ela não deu o nome; disse-me que havia comprado gatos angorá na mão do tal senhor, e se ainda esse senhor tinha mais gatos para vender, porquanto o que havia comprado teria morrido e pertencia a seu pai, que chegaria no dia seguinte, de avião e ela não queria que o seu pai sofresse nenhum trauma, razão pela qual tinha vindo comprar mais gatos. **[À MÃO, ABRANGENDO O PARÁGRAFO: ponto de interrogação]**
Soldado P.M. – 13037 – Walter dos Santos

– 16.6.75 – Período de 18,00 hs. às 24,00 hs.

Por volta das 22,30 hs. o telefone tocou várias vezes e ao ser atendido desligavam. Por volta das 22,45hs. o telefone tocou novamente e perguntaram se Dna. Esmeralda estava; perguntei quem era e não se identificou, desligando em seguida. **[À MÃO, ABRANGENDO O PARÁGRAFO: ponto de interrogação]**
Soldado P.M. – 22361 – José Carvalho

– 1976 –

– 05.5.76 – Período de 00h às 6h

Às 4,30 hs. foi atendido um telefonema de um cidadão que não quis se identificar, dizendo-se ser amigo da família do Sr. Ministro; depois perguntou se o Chefe da Segurança estava e quantos homens estavam de serviço na residência e se tínhamos metralhadora; afinal informou que pertencia à P.E. Polícia do Exército e desligou. **[À MÃO, ABRANGENDO O PARÁGRAFO: ponto de exclamação]**
Soldado P.M. – 22361 – José Carvalho

– 08.12.76 – Por volta das 20,20 hs. telefonou para esta residência um cidadão querendo falar com o Cel. Sardinha; respondi que aqui não havia ninguém com esse nome, a seguir desligou o telefone. A seguir novo telefonema, do mesmo cidadão, desta vez querendo falar com a pessoa que tinha atendido o telefonema anterior. Perguntei em tom alto, pois chovia muito e fazia barulho no telhado: com quem o Sr. quer falar; respondeu-me: não grita comigo porque é a POLÍCIA, imediatamente desliguei o aparelho. Tornou a tocar, só que desta vez eu não atendi, simplesmente tirei o fone do gancho e recoloquei-o após alguns minutos. **[À MÃO, abrangendo o parágrafo: ponto de exclamação]**
Soldado P.M. – 26668 – Fernandes

– 1977 –

– 04.02.77 –

Por volta das 17,30 hs. ligou um cidadão que não quis se identificar, perguntando por Dna. Esmeralda e que tinha assuntos a tratar com ela. Ao ser interpelado quem era desligou o telefone.
Soldado P.M. – 13.037 – Walter dos Santos

– 08.02.77 –

Às 21,50 hs. telefonou para esta residência um Sr., o qual deu o nome de CARLOS, querendo falar com o Sr. Ministro para saber se o mesmo estava no hospital. O signatário disse que nada sabia a respeito. O mesmo desligou. **[À MÃO: ilegível]**

Soldado P.M. – 13.037 – Walter dos Santos

– 12.02.77 –

Por volta das 19,30 hs. um Senhor **[À MÃO: duas rasuras transformam “uma senhora” em “um senhor”]** ligou dizendo-se conhecida do Exmo. Sr. Ministro, e perguntou se o mesmo estava no Rio, pois precisava lhe falar. Respondi que o mesmo estava em Brasília.
Soldado P.M. – 26668 – Fernandes

Esclarecimento: – Este soldado foi advertido por ter dado essa informação.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

23-V-74

Heitor.

1 – Já tomei providências para que a cidade de Pedro Osório tenha professor para crianças excepcionais. Falei com o Mauro – Sec. de Ed. do R. G. Sul. Respondi a carta da pessoa que solicitou dizendo da ordem que recebi.

2 – Peço-lhe para avisar ao Chefe que a questão da visita da delegação do Concurso de Miss Brasil já está solucionada: receberei em nome dele no MEC.

Abraçao
Ney

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Heitor

Os telefonemas são realmente escabrosos e revoltantes.

O autor das então grampeadas não tem, entretanto, o direito de fazer incineração! Creio que como elemento de informações necessita ter muito equilíbrio na apreciação dos fatos.

A medida de cassação está sendo praticada desde 1964 e os resultados, pelo visto não foram alcançados como seria de desejar.

No caminho preconizado pelas notas poucas são certas – e, por fim –, vamos ter a pior das ditaduras!

Será que é esta a solução?

Peço que V. fale com o Figueiras, dando-lhe conhecimento destas minhas observações.

Em 20-8-75

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Em 21 Ago 75

Heitor

Recebi as observações do Sr. Pres. Rep. Agradeço-lhe a referência de tê-los enviado diretamente a ....., mim, o que, todavia, seria desnecessário.

Apenas por alto tornei ao assunto com o Gen Figueiras, quando ele já estava embarcando para BELÉM. Voltarei ao assunto com ele, no regresso em face da recomendação do Sr. Pres. Rep. Q julgou por bem transferir-me. Darei particular ênfase ao conceito do Sr. Pres. Rep. sobre o auto9r das três notas datilográficas que acompanharam os registros da Op. DG. A falta de equilíbrio a intromissão indébita do mencionado autor, assinaladas pelo Sr. Pres. Rep. Deverão ser muito bem pesadas pelo Gen Figueiredo, de sorte a não comprometerem o SNI e muito menos ao Governo do Presidente Geisel.

Abraço do
Newton

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Heitor

1) – Pergunte ao Jorge qual a resposta à consulta do Emb. da Grã-Bretanha. Devo ir ao jantar?

2) – Sua Alteza só recebe homenagens. Não retribui nada! Será pq é Princeza? Ou pq é inglesa?

Em 13.7.74

[Assinatura]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

O ESTADO DE S. PAULO
Sucursal de Brasília

Caro Humberto:

Perdoe se continuo trazendo a V. apenas problemas. Mas veja o “massacre” a que fomos submetidos na última quinta-feira, num noticiário que exclusivamente se referia às mais recentes medidas do governo no plano econômico. Seria possível que uma das cópias em anexo chegasse às mãos do ministro Golbery? Trata-se de um pedido da direção do jornal.

Receba um abraço do
Carlos Chagas
28-10-74

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Simonsen hoje no Congresso

[À MÃO: Que grande, não!]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

A perspectiva que o II PND abre ao país, se verificado um mínimo **[À MÃO: necessário]** de normalidade na situação internacional, revela, ao fim da década, um país com dimensão de potência emergente e estrutura social substancialmente melhorada.

Até 1979, o Brasil já [RASURADO: teria] [À MÃO: terá] superado a barreira dos US$ 1 000 de renda per capita, [À MÃO: o que] representa a sua duplicação, em uma década [À MÃO: apenas].

O nosso PIB, em 1977, estará ultrapassando os US$ 100 bilhões, o que consolida a posição do país como oitavo mercado, no mundo ocidental, e um dos que mais rapidamente se desenvolve.

A população, em 1980, superior a 120 milhões, apresentará quase 80 milhões **[À MÃO: convivendo]** em áreas urbanas. A população economicamente ativa, com participação, no total, superior à das décadas anteriores, estará beirando, naquele ano, os 40 milhões.

Através do crescimento do emprego a taxas superiores a 3,5% ao ano, **[RASURADO: seriam] [À MÃO: serão]** criados, no período, cerca de 6600.000 empregos novos, bem acima da expansão da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. **[À MÃO: E]** isso permitirá reduzir substancialmente a margem de subemprego, nos campos e na periferia das cidades.

Também em 1980, a taxa de alfabetização, na faixa de idade acima de 15 anos, alcançará 90% da população, enquanto o índice de escolarização, no ensino de 1º grau (até o antigo ginásio), estará em 92%. A expectativa de vida da população **[RASURADO: se teria] [À MÃO:ter-se-á]** elevado para 65 anos, índice comparável ao de muitas áreas desenvolvidas.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Agradeço a visita que os dirigentes nacionais e estaduais da Arena ora aqui me fazem e, penhoradamente, a saudação e os conceitos que, em nome de todos, acabam de ser proferidos pelo Presidente Nacional do Partido, o Exmo. Sr. Senador Petronio Portela.

A oportunidade é propícia para reiterar e desenvolver alguns conceitos que apenas aflorei em meu primeiro discurso político, perante a Convenção Nacional do Partido, a 15 de setembro do ano findo.

Faça-o, agora, como chefe político da Aliança Renovadora Nacional, às vésperas do pleito que se realizará em breve, de norte a sul do país, e no início da campanha eleitoral caracterizada pela arregimentação e motivação do eleitorado que, livremente, comparecerá às urnas, sem pressões, nem coação à autêntica manifestação de sua vontade soberana.

Entendo fazê-lo porque há verdades que, embora evidentes a qualquer análise desapaixonada, exigem sempre ser ditas e reditas, para que não as abafem slogans mistificadoras mistificadores nem formulações inéditas que, muito mais que à razão, apelam a paixão insensatas e mesmo a impulsos menos pobres.

A portentosa construção do futuro de grandeza que desejamos e antevemos para a nossa Pátria, deverá "realizar-se, necessariamente, no quadro de nosso regime democrático; obedecidas regras fundamentais da conduta política. Tais como ao do atendimento real às mais caras aspirações do povo em geral, da representatividade legítima da vontade popular e da extatividade rotatividade periódica dos executivos, através de uma estrutura partidária, de natureza plural, dentro dos moldes constitucionais.

A proliferação de organizações partidárias, em sua grande maioria frágeis e inautênticas, mercadejando, muitas, seu apoio no balcão da barganha política, interesseira e personalista – e assistimos a isso, repetidas vezes, no período anterior à Revolução de 64 –, é, sem dúvida, nefasta ao país. Do mesmo modo também nefasta seria a instituição do sistema constrangedor do Partido Único, fruto e fator do cerceamento das liberdades políticas, apesar de serem estas substanciais ao natural desenvolvimento do regime.

Na verdade, como já o disse uma vez – "os partidos políticos, tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar, são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos da participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela continuidade do sistema representativo" .

Importa pois – e importa muito – desenvolver-lhes o campo de suas atividades específicas, para que não se transformem em organismos infecundos, de atuação confinada aos episódicos períodos pré-eleitorais, mas sejam, de fato, elementos vitais na formação de uma vontade nacional, através do debate de programas e teses e da abertura de seus quadros à revigorante juventude que aí deverá encontrar ambiente sadio e adequado ao exercício de sua vocação pela liderança política.

Cumpre não permitir que os partidos sejam organismos com mera e estéril atuação de cúpula. E impõe-se dotá-los de capilaridade suficiente para que sua mensagem seja capaz de chegar até as menores e mais distantes unidades administrativas e possam eles captar, com fidelidade, as reais aspirações da população brasileira.

Os reajustamentos fundamentais que cabe realizar para aperfeiçoamento do regime democrático dependem, em larga escala, da eficiente motivação política do povo brasileiro, tarefa a que se devem entregar, prioritariamente, os partidos.

O Governo, de sua parte, está firmemente empenhado na melhoria dos padrões da vida política brasileira. A pureza do sistema eleitoral, livre de vícios de qualquer natureza, é fundamental à revelação de novas vocações e ao surgimento de novas lideranças que ampliem a participação popular em todos os níveis.

Com esse propósito, vimos de sancionar projeto iniciado na Executiva Nacional da Arena, o qual, graças à pronta aprovação do Poder Legislativo, foi transformado em lei. A partir de agora, o transporte e a alimentação de eleitores da zona rural ficarão a cargo da Justiça, apondo-se, dessa forma, obstáculos definitivos ao abuso do poder econômico nas eleições. Do mesmo modo, ao se aprimorar o direito dos partidos ao acesso gratuito às estações de rádio e televisão, proibiu-se a propaganda onerosa que favorecia os candidatos de maiores possibilidades financeiras. Da igualdade entre os partidos evolve-se, assim, para a igualdade entre os candidatos e se enseja a que também concorram aos pleitos eleitorais os desprovidos de fortuna, mas certamente bem capazes de valorizar os quadros políticos da Nação. Por fim, limitou-se a ação dos governos estaduais e municipais ao estritamente necessário à continuidade administrativa, a fim de que não haja excessos propiciadores de abuso do poder suscetível de defraudar a vontade das urnas.

Falando a correligionários da Arena, agradeço-lhes, mais uma vez, a manifestação de sua solidariedade e recolho novos estímulos para me empenhar, com redobrado entusiasmo, na tarefa de conduzir os destinos do Brasil. Ao Partido, desejo significar, por intermédio dos Presidentes dos Diretórios Regionais dos Estados, que o Governo confia em sua decidida atuação como suporte político da Revolução Brasileira.

Conclamo-os todos, por isso, à vitória nas urnas de 15 de novembro, certo de que o êxito eleitoral da Arena representará a aprovação popular aos postulados básicos que enformam os governos revolucionários, integralmente preocupados em assegurar melhores condições de vida ao povo brasileiro.

Cabe aos líderes o privilégio de serem, também, nesse plano, os primeiros pelo exemplo. As disputas legítimas que oxigenam a vida partidária devem agora ceder lugar ao interesse maior da agremiação, notadamente quando se apresta a um confronto com seu antagonista político. Vida partidária não há sem profundo sentimento de lealdade, capaz de imolar o individual em favor do coletivo.

A Arena não é e não deve ser um partido das unanimidades condicionais, mas um organismo vivo, onde o debate seja livre e todos participem efetivamente de suas decisões. Compreensível é o clima de luta e emulação que, de resto, constitui elemento fecundante da atividade política. Todavia, uma vez estabelecidas as diretrizes, a disciplina em segui-las entusiasticamente é fundamental à vida partidária e decisiva para o conceito e respeitabilidade pública da agremiação.

A vida democrática, repito, não se desenvolve, nem se aperfeiçoa com reduzidos níveis de participação popular. Esta somente se completa e efetiva através das organizações partidárias. Desejo, sinceramente, que as próximas eleições sejam um passo avante no processo de modernização das estruturas políticas brasileiras e a manifestação de intensa participação popular. A esta tarefa de mobilização se deve entregar a Arena.

Meus Senhores

Falando, agora, mais como responsável principal pelo Governo da República do que como Chefe de Partido, cabe-me ainda reportar-me a alguns pronunciamentos que tendem a agitar a vida da Nação.

Ante recentes manifestações, de associações e assembleias várias, sobre o momento político brasileiro, largamente defendidas e comentadas pela imprensa, impõe-se, sem dúvida, pronunciamento oficial esclarecedor, para que não se criem graves mal-entendidos, nem surjam incompreensões ou dúvidas quanto à posição definida que o Governo está decidido a manter no quadro político nacional.

A propósito, convém desde logo ressaltar palavras que procurei tornar nítidas e precisas quando, ainda candidato, fiz pública manifestação das minhas convicções democráticas, mas também da linha de conduta que indefectivelmente seguirei como Presidente da República.

Disse então: “No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á não abdicar das prerrogativas ou poderes que forem atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. As modificações necessitam ser realistas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva, e corresponder incontestavelmente à nossa índole e à vontade política da nação, interessada, sobretudo, em que se não quebre o clima de tranquilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo.”

E, mais tarde, na reunião ministerial de 19 de março de 1974, acrescentei: “Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou frequente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional.”

Referia-me assim, e espero não haver dado margem a falsas interpretações, ao mecanismo dos atos institucionais e complementares em vigor, à legislação especial sobre segurança nacional e outros poderes deferidos pela Revolução às responsabilidades acrescidas do Chefe do Poder Executivo.

Desta forma, o Governo acolhe, com interesse, os debates e as discussões sobre a problemática política brasileira que venham fornecer fundamentos e substância à tarefa renovadora que se deve realizar, de institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 64, em que se traduzem

antigos e renovados anseios do povo brasileiro. Não aceita, porém, nem poderia admitir jamais, pressões indevidas ou campanhas reivindicatórias de indivíduos ou de grupos quaisquer que, sob variados pretextos, empunhando até mesmo a bandeira de nobres ideais e valores eternos, pretendam forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes, do quadro político nacional. Por trás delas, sem grande esforço, divisa-se a permanente e estéril agitação de conhecidas minorias subversivas ou de já bem-identificados beneficiários da subversão, os quais, pela contestação, esperam criar o clima de intranquilidade e desordem em que soem prosperar. E o Governo, se e quando necessário, saberá reprimi-los com toda severidade.

É dever do Governo assegurar condições plenamente satisfatórias de liberdade, sem discriminações quaisquer, a todos os brasileiros que, pacificamente, se dedicam ao trabalho construtivo, em proveito de si mesmos, de suas famílias e de sua pátria. Nada tem a temer, portanto, quem não infringe a lei, quem não se envolve em processos de contestação do regime, quem não se deixa comprometer nas malhas da subversão.

Preocupação fundamental do Governo, também, é e será a da preservação do clima de ordem, de paz e de estabilidade que basicamente responde pela continuidade do desenvolvimento nacional. Os órgãos de segurança continuarão atuantes, pois, no combate perseverante, rigoroso mas sem excessos condenáveis, duro porém sem violências inúteis, pois lhes compete agir para salvaguarda das instituições e da ordem pública.

É que, de forma alguma, se poderá admitir corra o Brasil o risco de vir a colocar-se na indesejável situação de outras nações onde a violência e o crime são fatos lamentáveis de todos os dias, com irreparáveis danos às comunidades e aos direitos mais sagrados da pessoa humana, vilipendiados na demência das paixões sobre-exaltadas.

Prosseguirá o Governo na missão que lhe cabe, de promover para toda a nação, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível – econômico, social e também político – com o mínimo de segurança indispensável. E deseja mesmo, empenhando-se o mais possível para isso, que esta exigência de segurança venha gradativamente a reduzir-se.

Erram – e erram gravemente, porém – os que pensam poder apressar esse processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta, contra o Governo. Tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressão de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da **lenta, gradativa e segura distensão**, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora. E isso, eu lhes asseguro, o Governo não permitirá.

* * *

Heitor

Peço que V. mande bater, como minuta, o projeto de discurso anexo. É praticamente igual ao proposto pelo Golb., com pequenas modificações.

Examine o texto e, por favor, dê suas sugestões.

Pretendo, depois do almoço, discutir o projeto ainda com o Golb.

Em 28.8.74

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Como curiosidade histórica, quais foram alguns tópicos de sua conversa com Médici no Arsenal? (em 2 set 74)

Além da troca de amabilidades, elogiou o último assunto. Resultou que daqui por diante, até o fim do meu governo, vão me cobrar a prometida distensão, como fizeram com ele a propósito do objetivo que tinha da completa normalização democrática do país – sem entretanto fazerem menção às **[ILEGÍVEL]** que havia estabelecido na mesma oportunidade.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

resultados para o Senado eram mesmo ruins em todo o país. O PR ficou bem mais preocupado embora tentasse ser jovial. À tarde, dormiu. Jogamos poker, Mosa, MRego, Humberto, M Lydia e eu. Lá pelas tantas chegou a Béte da sesta, depois D. Lucy, depois o PR. Dei meu lugar à Bete, o Humberto deu ao PR e fomos para a sinuca. Depois andamos pela granja, todos, a pé. Jantamos. Veio o noticiário da TV Globo, *Jornal Nacional*: fubecada de alto a baixo na Arena, para senador.

Aí realmente o PR, que passara a tarde tentando distrair-se, ficou tocado. Saiu para o pátio no escuro e ficou andando. O mulherio foi para o quarto da Mosa e nós fomos fazer companhia a ele. Moraes Rego tentava falar e "consolar" – mas a preocupação dele, a essa altura, já era com a maioria na Câmara. Uns diziam, "ah, vamos ter"; e ele, "vamos ter por quê? Que nos assegura? Acho bem possível que não tenhamos. Bem verdade que a votação para a Câmara não está acompanhando a do Senado, eu sei, mas a possibilidade existe." **"Eleição é isso mesmo. O povo vota livre, e normalmente no contra. E nós temos que respeitar, pois não fizemos uma eleição? É isso e pronto. Agora é esperar pelos resultados da Câmara e das assembleias."**

Para distraí-lo, fizemos duas mesas de jogo. Uma de biriba, ele com a Maria Lídia contra MRego e D. Lucy. Na outra, poker, Béte, Liliam, Humberto, P. Nancy e eu. Lá para meia-noite inventaram um cinema, mas eu pedi água. Voltamos para casa.

Esta semana que passou foi chuliando o resul-

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

A oposição está vencendo em 18 Estados

A oposição está vencendo as eleições para o Senado em 18 dos 22 Estados – segundo os dados conhecidos até 21 horas – em pelos menos quatro deles – Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo – sua vitória já pode ser considerarada definitiva, tal a diferença obtida. A Arena só tem mesmo certeza de vitória no Maranhão, onde Henrique La Rocque é candidato único, mas lidera também em Alagoas, Bahia e Piauí. Em São Paulo, a vitória de Orestes Quércia superou as expectativas até o fim da noite, ele tinha uma vantagem de 632 mil votos sobre Carvalho Pinto, de acordo com a contagem oficial. Mas, extraoficialmente, essa diferença passa de 1 milhão e, de acordo com a projeção chegará a 2,5 milhões. O MDB consegue também a maioria para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa. Na Guanabara, Danton Jobim obteve mais do que o dobro de votos de Gama Filho. No Rio Grande do Sul, o próprio Nestor Lost admitiu a derrota. Paulo Brossard leva 108 mil votos de vantagem, ganhando na Capital e no Interior. No Rio de Janeiro Saturnino Braga tem 61 mil votos, contra 23 mil de Paulo Torres. As bancadas do MDB nas Assembleias e na Câmara Federal deverão crescer brutalmente, pois mesmo na Bahia, onde a Arena ganha para o Senado, perde para as outras Casas Legislativas.

Definição depende de apuração no Interior

A falta de resultados mais preciosos dos municípios do interior torna mais difícil uma avaliação definitiva dos demais Estados, o que é facilmente comprovado no Pará, um dos Estados onde a Arena tinha como certa a vitória, o candidato do MDB, Álvaro Paz do Nascimento, leva uma vantagem de 416 votos sobre Jarbas Passarinho, mas os votos do Interior (até 15 horas, nenhuma urna havia chegado a Belém) poderão alterar totalmente ao panorama. No Amazonas, a situação é idêntica, exceto quanto à diferença livrada pelo emedebista Evandro Carreira sobre Flávio Brito (3.408 a 1.166); não era conhecido, até o início da noite, qualquer resultado do Interior. No Acre, o outro Estado da Região Norte, entretanto, Adalberto Sena, do MDB, leva vantagem sobre Jorge Kalume tanto na Capital como no Interior, mas a a margem é muito redzida: 344 votos.

No nordeste ficavam os quatro Estados em que a Arena caminha para a vitória. No Piauí, o senador Petronio Portela está na frente e tende a aumentar a sua vantagem nas cidades do Interior, do qual se conhecem poucos resultados; em Alagoas, a votação em Maceió – 25 por cento do eleitorado estadual – está muito equilibrada, mas Teotonio Vilela, da Arena, leva vantagem no Interior, o que lhe assegura até agora a margem de 2.981 votos. Na Bahia, embora a diferença em favor do arenista Luiz Vianna Filho seja pequena – 1589 votos –, acredita-se que ela aumentará quando forem apuradas mais urnas dos bairros de classe média alta e de certos municípios do Interior. No Ceará, setores do MDB mostram enorme otimismo ante a vantagem de 8.813 votos – que seu candidato, Mauro Benevides, leva sobre Edilson Távora, mas o próprio Benevides acha que só amanhã se

poderá fazer um cálculo definitivo. Em Fortaleza, Benevides ganha com 7.850 votos de diferença, mas faltam 780 urnas a apurar. O que o favorece, entretanto, é que a reação arenista no Interior ficou muito abaixo do esperado e em redutos tidos como garantidos para a situação – como Itapipoca, no Litoral Norte – Benevides está ganhando. Na Paraíba, Ruy Carneiro, do MDB, conseguiu mais de três mil votos sobre Aluisio Campos nos dois maiores redutos eleitorais do Estado (João Pessoa e Campina Grande), mas a Arena conta tirar a diferença nos outros municípios do Interior, sem muita certeza, entretanto. No Rio Grande do Norte também, a oposição parece mais próxima da vitória, pois Agenor Nunes de Maria vence Djalma Marinho com 4.790 votos de vantagem, apuradas urnas em 20 dos 150 municípios do Estado. Desses 4.790 votos, a maioria é de Capital, pois, no Interior, Nunes de Maria tem apenas 677 votos a mais. Em Sergipe, a situação é idêntica: Gilvan Rocha conseguiu na Capital e nos municípios indistriais uma margem maior do que a Arena obtem nos seus redutos. Com isso, o candidato emedebista leva vantagem de 6.076 votos. Em Pernambuco, só os mais otimistas entre os arenistas ainda esperam que João Cleofas desconte a votação obtida até agora por Marcos Freire tanto no Interior como na Capital. Em Recife, Freire leva 12 mil votos de vantagem e, no Interior, 4 mil. A esperança é a zona do sertão, onde Cleofas leva uma vantagem de 15 por cento sobre o seu adversário, mas os observadores acham altamente improvaél que essa margem seja suficiente para compensar as demais zonas.

No Centro-Oeste, a vitória de Lazaro Barbosa do Interior de Goiás, ainda que a diferença seja por enquanto muito pequena (8.798 votos), poderá dar ao MDB mais uma cadeira no Senado. Foram apurados mais de 100 mil votos – a maioria do Interior – e Manoel dos Reis, da Arena, ficou com 56.084 votos contra 64.882 de seu adversário. Em Mato Grosso , o equilíbrio é grande demais para previsões.

Em Minas, Itamar Franco, do MDB, ganha em 77% dos municípios – os de mais concentração eleitoral 0 mas não poderá se considerar inteiramente seguro, porque há mais de 500 municípios com menos 5 mil habitantes no Estado. A vantagem de Franco é de quase 35 mil votos, computados resultados parciais de 58 cidades. No Espírito Santo, ocorre o mesmo: José Carlos da Fonseca, da Arena, perde na Capital e nos principais municípios do Interior para Dirceu Cardoso. Mas o total de votos apurados é relativamente pequeno. Isso também acontece em Santa Catarina, onde Evelasio Vieira, do MDB< ganha por 20.960 votos e leva vantagem tanto na Capital quanto no Interior. Os resultados do Sul do Estado, todavia, poderão alterar a situação. No Paraná, entretanto, essa hipótese é menos provável, porque Leite Chaves chega a vencer até em municípios pequenos, o que lhe permitiu livrar uma vantagem de 27.234 votos.

A vitória do MDB é total em São Paulo

A vitória da Oposição em São Paulo deverá ser total. Com base nos dados de apurações divulgados até às 20 horas de ontem, pode-se prever que, além de eleger Quércia para o Senado com esmagadora maioria, o MDB poderá fazer 24 cadeiras na Câmara Federal, contra 22 da Arena, e 39 deputados estaduais, contra 31 do partido situacionista.

A derrota de Carvalho Pinto assumiu proporções extremas na Capital e na Grande São Paulo, áreas em que o senador paulista obteve menos de 20 por cento dos votos válidos. Nas maiores

cidades do Interior, a votação de Orestes Quércia sempre superou o dobro da de Carvalho Pinto, inclusive no Vale do Paraíba.

Mas a derrota da Arena em São Paulo abrangeu todas as 11 regiões administrativas, inclusive no Vale do Ribeira e no Vale do Paraíba, áreas que – segundo as previsões da própria Arena – poderiam oferecer votação maciça para seus candidatos. Em Eldorado Paulista, no Vale do Ribeira, a proporção Quércia Carvalho Pinto era de cinco por um nas primeiras urnas. Em Taubaté, em São José dos Campos e outras cidades da região, essa relação superava dois por um.

Entre os poucos municípios que preferiam Carvalho Pinto, estão Poá, Natividade da Serra, Sandovalina, Bastos, São Bento do Sapucaí, Bady Bassit, Capela do Alto, Ilhabela e Ibirá. Nenhuma cidade de mais de 30 mil habitantes. Enquanto isso, Quércia vence em áreas agrícolas, industriais e de pecuária. Quanto às camadas sociais, o candidato do MDB praticamente conseguiu conquistar todas elas. Na classe média e no operariado, sua penetração parece ter sido esmagadora. Na Capital, só no Jardim América, no Pacaembu e em Higienópolis, ocorreu a vitória de Carvalho Pinto.

Para a Câmara Federal, a posição das 20 horas de ontem era a seguinte:

MDB ... 108.720

Arena ... 91,804

Em branco ... 50.539

Nulos ... 70,033

Se tal proporção se mantiver até o final das apurações, o MDB poderá fazer 24 deputados federais, contra 22 da Arena.

A vitória oposicionista pode ser ainda mais no âmbito estadual. Para a Assembleia Legislativa, a posição das apurações era a seguinte às 20 horas:

MDB ... 110.571

Arena ... 84.838

Brancos ... 38.198

Nulos ... 20.558

Esses dados permitem a projeção de 39 deputados estaduais para o MDB, contra 31 da Arena. Em escala nacional, o MDB vence em 10 dos 11 colégios eleitorais com mais de um milhão de eleitores. A única vitória, da Arena, nesse quadro, é a da Bahia, onde Luis Vianna Filho vence a Clemens Sampaio.

Em Campos do Jordão, o governador designado acompanhou as apurações praticamente sozinho. Apenas três amigos, que não pertencem ao primeiro escalão da campanha, estiveram em visita a Paulo Egidio.

[Voltar]

[Voltar]

Deputados Federais

Pela previsão do SNI em 18 Nov 74 há uma inversão de posições no Estado do Rio antigo e em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

E uma contração grande na vantagem da Arena na

Bahia
Minas
Paraná

Inacreditável. Mas a fantasia, para o Senado já se materializou da maneira mais surpreendente. Não entendemos nada de política – ou o povo não entende nada de governo.

* * *

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1974

RÁDIO JORNAL DO BRASIL
(meia-noite e meia)

Previsão para a Câmara:

ARENA – 202
MDB – 162 40

Sério.
Embora ache muito otimista.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

1. O discurso do Exmº Sr. Presidente da República de 29/08/74 fez cessar a campanha de retorno imediato ao regime anterior a 1964.

2. A participação da Justiça Eleitoral no controle da utilização gratuita dos meios de comunicações elevou o nível dos pronunciamento dos candidatos, evitando excessos.

3. As forças políticas de esquerda, ao pregarem livremente as teses escolhidas pelo Partido Comunista Brasileiro, sensibilizaram o eleitorado, predispondo-o a posições contrárias ao Governo.

4. Em alguns Estados, como Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, deputados esquerdistas detrataram a Revolução e elogiaram elementos cassados por subversão e corrupção.

5. A ARENA não correspondeu às responsabilidades que lhes foram atribuídas. Não se tendo, em momento algum, comprometido com as Forças Armadas, representou papel negativo no resultado das eleições. Ao mesmo tempo que usou a Revolução, não a defendeu e, o que é pior, a comprometeu com a escolha de elementos desacreditados, como JOÃO CLEOFAS, LEANDRO MACIEL e outros.

6. O MDB está-se transformando, de partido de oposição, em partido de contestação, face à infiltração crescente de elementos subversivos. Excetua-se o grupo moderado desse partido, que realmente aceita a Revolução como fato consumado e se coloca no legítimo papel de oposição, essencial à existência do regime democrático no País.

7. A dialética comunista vem, perante a opinião pública, desacreditando a Revolução, dando a entender que ela representa a ditadura militar permanente, que deverá ser substituída por um regime democrático (socialista de esquerda)

8. Segundo noticiário da imprensa, os Tribunais eleitorais julgarão, após as eleições, os pronunciamentos dos candidatos, durante a campanha eleitoral. Seria essa uma oportunidade de se expugnarem os Partidos Políticos dos elementos que tenham feito declarações contestatórias ao regime.

9. A Revolução, em benefício da Democracia, poderia nessa ocasião auxiliar a oposição a despojar-se dos elementos subversivos infiltrados, mantendo porém, à disposição do MDB, todos os votos obtidos pelo partido. Deste modo os suplentes desvinculados da subversão poderiam assumir os mandatos, reforçando o grupo moderado do partido da oposição.

10. Tal medida, no entanto, só alcançaria o efeito desejado se idêntica providência fosse tomada em relação aos candidatos da ARENA que se tiverem revelado omissos, incapazes ou corruptos.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

às 15h30 e ele quer saber “o que é”. Bom, a verdade é que a era é do Falcão – PR no elevador: “Como podem achar que porque o Quércia ganhou eu vou mudar?!” Me pede que acompanhe e o informe dos resultados da Câmara. Como se precisasse.

Comparo previsão do SNI com a do *Jornal do Brasil*. Mostrei ao Golb – PR contou ao Golb conversa com Frota. O Frota vai embromar o Geisel – Ney abafado. Não quer nem vir falar com PR. Telefonou-me. – Hugo insistindo em controlar a “comunicação”. Hugo, Falcão – vamos cuidar do jardim. – PR ao Frota: “pilote lá a sua área”.

19 Nov. 74, terça. – MR conta a Golb e a mim como estava o PR no sábado. Chega Velloso, interrompe. V. e Golb acertam redação do dec. de aplicação dinheiro INPS. Descem e o MRego veio comigo para minha sala. Ele também está afobado. – Empurraram uma missa na cerimônia de hoje no setor militar. Vai atrasar tudo. – Petrônio, Golb e eu – MDB não terá maioria na Câmara. – Promoções de 25: Dilermando, Paula Couto, Campello, Gentil, Castro, Cerqueira, Campos, Leal. Não acho bom seguir na ordem a lista do alto-comando. Disse ao PR. Frota disse a ele que o Cerqueira não é bem-visto pelos generais. E daí? – Hugo ao Golb: o Petrônio e o bode expiatório na área militar. Hugo sugere Passarinho para pres. Arena. Krueger embandeirado para presidir o Senado. Não pode. – (Frota também não gosta do Negreiros.) – Eu disse ao Hugo que Fernando de Noronha deve ter uma pequena guarnição apenas e só civis para apoio. Ele

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Desde abril de 1974, tão logo iniciou-se o Governo GEISEL, têm chegado, repetidas vezes, ao conhecimento de autoridades, diretamente ou através de pessoas altamente credenciadas, a preocupação e angústia de familiares, parentes e amigos de elementos cujo destino é supostamente ignorado.

Num País vasto como o BRASIL e de população tão numerosa, o fato não mereceria especial relevância, uma vez que as estatísticas policiais registram, só nos grandes centros de SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO, o desaparecimento anual de um sem número de pessoas, pelas mais diversas razões, quase todas permanecendo sem destino conhecido apesar das averiguações normalmente procedidas.

É perfeitamente concebível, e assim acontece nos países mais adiantados, que as organizações policiais, por mais bem aparelhadas que sejam, não consigam exercer o controle que seria desejável, a fim de, a qualquer momento, saber o paradeiro de um membro da população.

Ocorre ainda, que os nomes citados, em sua quase totalidade, pertencem a elementos fichados como subversivos no cadastro dos órgãos de segurança ou, como tal reconhecidos pelos próprios parentes e amigos, e que normalmente atuam na clandestinidade, dificultando mais ainda a atuação dos órgãos encarregados dos levantamentos.

Daí a suspeição, veiculada em órgãos da imprensa, pronunciamentos públicos, publicações clandestinas e mesmo através de artigos em órgãos da imprensa estrangeira a qual tem servido até para ampla, bem financiada e coordenada campanha de difamação do País no exterior, de que aqueles cidadãos brasileiros continuam presos em cárceres secretos, à disposição de órgãos do sistema de segurança do Estado ou aí lhes tenha sido dado destino inconfessável.

O Governo, como é natural, sente-se inconfortável com tais versões, por mais que se tenha comprovado fundamentarem-se elas, apenas, em indícios vagos, meras suposições e insinuações partidas de parcelas inconformadas e a serviço de interesses escusos, e vem, por isso mesmo, envidando honestos e persistentes esforços no sentido de localizar aqueles cidadãos ou descobrir pistas concretas que possam levar ao conhecimento da verdade. É mesmo de todo interesse do Governo, descobrir o paradeiro de alguns dos relacionados, elementos condenados pela nossa Justiça, a fim de que venham cumprir as penas que lhes foram impostas.

Assim tem procedido o Governo – e continuará persistentemente a fazê-lo – não só por compreender bem a justa ansiedade de familiares e amigos, a par dos problemas legais resultantes, mas, sobretudo por considerar o problema de inegável significação política que jamais poderia obscurecer.

Os esforços oficiais têm sido constantes e o Governo julga relevante poder informar à Nação sobre a localização dos elementos relacionados. Lamentavelmente, esse objetivo ainda não foi alcançado. Os esforços não têm sido recompensados.

A política do Governo é a de expor todas as questões de segurança com clareza, de forma a que, a segurança do Estado, a preservar sempre, não seja comprometida por atos que desabonem o respeito devido aos cidadãos brasileiros, em sua integridade física e em sua dignidade humana.

Dentro desta linha e para uma melhor avaliação pública dos fatos, acha o Governo que é interessante ao grande público nacional, muitas vezes desinformado, saber como se desenrolam as campanhas de âmbito nacional e internacional, a serviço de causas e regimes antidemocráticos.

Vem se constituindo em tática da luta política dos Partidos Comunistas em todo o mundo, no momento em que se veem batidos no campo da violência, trocar tais armas pelas técnicas psicológicas, artefatos tão válidos ou mais eficientes que os primeiros. O emprego dessa tática no BRASIL, tem sido frequente, já que a estratégia totalitária é global e internacional.

O regime instituído em nossa Pátria, pela Revolução de Março de 1964, tem-se constituído em alvo permanente de ataques dos subversivos comunistas. Vencidos no campo da luta que eles próprios promoveram, os comunistas, aplicando a tática psicológica, desencadearam inicialmente a campanha “da tortura dos presos políticos”, tentando, assim, conquistar a simpatia da opinião pública nacional e internacional fazendo-se passar por vítimas indefesas de abusos de autoridades. Mais de dois anos se passaram para que a opinião pública formasse um juízo correto dos acontecimentos. Enquanto, por um lado, os comunistas se diziam vítimas de excessos autoritários, por outro preparavam solertemente quadros e pessoal para a batalha decisiva que pretendiam travar nos sertões brasileiros através da decantada guerrilha rural.

A partir de 1970, vários focos de guerrilha foram intentados pelos subversivos em ermos rincões do País. CAPARAÓ, OESTE DO PARANÁ, VALE DA RIBEIRA e XAMBIOÁ assinalaram vitórias das Forças de Segurança contra as chamadas colunas guerrilheiras, frustrando aqueles que, a todo custo, queriam transformar o BRASIL em um novo VIETNAME.

Assim vencido, o inimigo retroagiu ao processo da luta psicológica, fazendo desencadear com o máximo de alarde uma campanha visando a uma vez mais denegrir as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem, lançando sobre os integrantes dos nossos Órgãos de Segurança a pecha de “assassinos de humildes e pacíficos cidadãos”.

Mas não findam aí as maquinações impatrióticas dos subversivos. Ultimamente, vêm se utilizando de maios, os mais diversos, para levar à opinião pública, as suas supostas reivindicações. Utilizam-se da classe política, de religiosos, da imprensa nacional e estrangeira, como foi o caso da publicação no PRAVDA, em dezembro de 1974, onde aquele jornal indagou sobre presos políticos brasileiros e publicou uma relação de supostos desaparecidos.

São utilizadas, para a campanha difamatória contra o BRASIL no exterior, como parte integrante da Guerra Psicológica planejada pelo Movimento Comunista Internacional, várias organizações, entre outras a Frente Brasileira de Informações (FBI) sob a direção de MIGUEL ARRAES e MÁRCIO MOREIRA ALVES e com comitês em vários países europeus; a AMNESTY INTERNATIONAL (AI), organização privada cujo objetivo declarado é de “Ajudar os prisioneiros condenados por motivos de suas convicções políticas ou religiosas”, com sede em LONDRES e patrocinadora de conferências e artigos de elementos brasileiros banidos e cassados ora residentes no exterior, e o Tribunal BERTRAND RUSSEL, criado pelo intelectual esquerdista inglês BERTRAND RUSSEL e que a partir de fevereiro de 1973, aliou-se à campanha de difamação contra o BRASIL.

A campanha contra o BRASIL no exterior é um seguimento da Guerra Psicológica movida pelo Movimento Comunista Internacional, em decorrência de um conflito ideológico representado por duas doutrinas sociais irreconciliavelmente distintas.

Perfeitamente enquadrada nesse universo antagônico, a “Campanha” contribui também, para manter ativos e sempre ocupados os inúmeros grupos organizados e espalhados pelo mundo, inclusive no BRASIL, que, em suas atividades seguem a inspiração marxista, manipulando à sua feição as teses da Justiça social e outras que mais lhe agradam, entre estas as de “defesa dos direitos humanos”.

É interessante entretanto, ter-se presente que só se movimentam para a defesa daqueles reconhecidamente ligados à subversão e aos interesses do Partido Comunista.

É notório que em todos os países do mundo, tanto ocidental como oriental, as Polícias, algumas vezes se “Excedem” no trato com criminosos e mesmo indivíduos comuns, entretanto, quando isto acontece, nenhuma destas organizações “se manifesta na defesa dos direitos daqueles que foram ofendidos”. Uma pergunta se impõe: “Porque só os comunistas e subversivos têm direito à defesa?”

Uma vez mais se faz necessário alertar a opinião pública brasileira para essa técnica psicológica destrutiva, empregada agora pelos comunistas que, na tentativa de ocultarem a entrada de seus militantes na clandestinidade ou a sua eliminação pelo próprio Partido, por fracassos no cumprimento de missões, atribuem tais desaparecimentos à responsabilidade das autoridades empenhadas na manutenção da Segurança Nacional.

Com evidente propósito de aumentar mais a pressão psicológica sobre nossa população, os comunistas vêm se valendo de elementos influentes, alguns inocentes úteis e outros conscientes, pertencentes à classe política e religiosa, para atingirem à consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a situação atual, configura também que alguns órgãos de comunicação social, vêm adotando, de maneira sistemática, certo tipo de propaganda, visando à subversão da ordem e à desmoralização das autoridades, por um processo que se enquadra perfeitamente na tática anteriormente descrita.

Os efeitos buscados com essa Campanha Psicológica promovida através de alguns órgãos de comunicação e de figuras influentes é o de obter a maior divulgação possível dessas notícias para, com isso, provocar alarma social e criar, assim, condições propícias à atuação dos elementos que ora se encontram na clandestinidade, e possivelmente dentre eles, alguns daqueles que ora constam das “listas de desaparecidos”, tão amplamente divulgadas.

O Governo compreende a ansiedade dos parentes e amigos que se encontram sem informação a respeito dos que são apontados como desaparecidos. Por ato de compreensão humanitária, a partir da data em que recebeu a citada lista, o Governo do Presidente ERNESTO GEISEL vem se empenhando – e continuará assim procedendo – em averiguações destinadas a esclarecer no maior número possível o destino dos que estão relacionados.

Os esforços oficiais têm sido constantes, porém ainda não foi alcançado o objetivo devido à razões que se procurará expor e que a compreensão e boa vontade da maioria da população entenderá, a exceção do diminuto grupo daqueles comprometidos com a atuação subversiva e que não têm interesse em que o assunto seja esclarecido.

O Governo admite algumas hipóteses explicativas para a situação indesejada; suposições que passa a formular, com realismo e sem pretender concluir, porque os casos citados podem se enquadrar ora numa probabilidade ora noutra.

a. Entre os relacionados há elementos que se ausentaram do País, fixando seu domicílio em diferentes países e se encontram nas condições de banidos, asilados e refugiados.

A lista de banidos pode ser facilmente elaborada com base nos decretos de banimento, mas sem se poder assegurar o local de sua residência, pois é uma exceção a colaboração entre governos em assuntos políticos dessa natureza.

Quanto aos asilados, há dois tipos de asilo: diplomático e territorial. O primeiro tipo poderia permitir a elaboração de uma relação, porém, vários asilados diplomáticos, renunciando ou não ao asilo, já regressaram ao BRASIL, entrando clandestina ou ostensivamente sem que fosse possível ao Ministério das Relações Exteriores ter conhecimento, dada a permeabilidade de nossas fronteiras. Assim é difícil assegurar-se que ainda residem no exterior ou vivem no BRASIL.

Relativamente aos asilados territoriais, isto é, aqueles que solicitam asilo, ao chegarem por seus próprios meios, a um país estrangeiro, mais difícil ainda é relacioná-los e controlá-los porque alguns governos não informam se e quando concederam asilo, assim como quando o retiram e tampouco informam a chegada ou partida do indivíduo. Vários regressaram ao BRASIL, sendo pois, inviável procurar seu endereço no exterior.

Finalmente os refugiados, cujo próprio conceito é demasiado elástico. E o indivíduo que se autodefine refugiado. Os governos estrangeiros não fornecem listagem dessas pessoas, nem os rotulam como refugiados. É portanto impraticável saber onde essas pessoas residem ou acompanhar seus atos.

Por outro lado, os brasileiros que presentemente se encontram no exterior, nas condições apontadas, viajam constantemente de um país para outro, muitas vezes indo para países da Cortina de Ferro, CUBA ou REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, onde se torna praticamente impossível acompanhar seus passos e saber o seu destino final.

Inúmeros deles, segundo informes colhidos pelas áreas de segurança, retornaram ao BRASIL, portando documentos falsificados e se encontram na clandestinidade, em ações subversivas.

b. Entre os relacionados, provavelmente, alguns estarão escondidos voluntariamente, ou por ordem das chefias das organizações subversivas a que pertencem. Esta situação visa a permitir que escapem das forças de segurança ou permite que desempenhem o papel de vítimas, com a finalização de perturbar as relações bem intencionadas do Estado com os escalões intermediários da sociedade brasileira.

c. Entre os elementos citados no rol dos desaparecidos, algum poderá ter sido eliminado em choques entre as várias facções partidárias, ou entre grupos subversivos antagônicos. É público e notório que inexiste unidade entre os vários grupos do comunismo internacional, os quais se degladiam de forma feroz e implacável, em busca de uma liderança, atribuindo normalmente as mortes dos adversários às forças de segurança.

d. Há ainda um fato comum nas hostes da subversão. A eliminação de elementos considerados fracos ou supostos como delatores é frequente nos subterrâneos da luta subversiva, como na do crime. Não são poucos os casos em que para aterrorizar e "justiçar" os próprios camaradas se proclama uma dita "Justiça revolucionária implacável".

Cumpre lembrar ainda, que alguns dos elementos citados, estiveram detidos e seus companheiros jamais souberam o que eles relataram às autoridades de segurança. Entretanto, ao serem soltos, inexplicavelmente desaparecem.

O Governo do BRASIL segue a política de exposição franca e de responsabilidade que determine a causa ou as causas de desaparecimento de cidadãos brasileiros. Entretanto, é necessário que se compreenda estar fora de seu alcance ocorrências remotas que fujam ao controle normal ou que resultem de propósitos relacionados com a própria tática da luta subversiva.

Para uma melhor avaliação, importa registrar que, entre os nomes relacionados, constam elementos comprovadamente subversivos, envolvidos em ações terroristas, alguns já condenados, outros submetidos a processo ou inquérito policial-militar e que se sabe, positivamente, terem fugido para o exterior. Entre eles, um – DAVID CAPISTRANO – sob o qual se tem informação de que teria viajado para a TCHECOSLOVAQUIA onde, em 1974, trabalhava na "Revista INTERNATIONAL" em PRAGA. Tem-se, ainda, a informação de que teria viajado a URSS, de onde viria para ao BRASIL clandestinamente, com identidade falsificada. Ainda não foi assinalada sua presença no Território Nacional, presumindo-se que esteja, por ordem do PC, desenvolvendo atividades clandestinas.

Outro, JOÃO BATISTA RITA PEREDA, elemento subversivo, de alta periculosidade, participante de vários assaltos a bancos e que, em 1970, teve seu nome incluído na relação dos que foram trocados pelo Embaixador da SUIÇA. As últimas notícias que se tem de sua pessoa são aquelas do jornal "Última Hora", LA PAZ, BOLÍVIA, onde foi publicado terem sido mortos 4 guerrilheiros, em choque com as Forças Bolivianas e entre eles, figurava o elemento com o nome de JOÃO BATISTA RITA ...

Ainda outra das relacionadas, MARIA MARGARIDA SHERING DA ROCHA MELO, encontrava-se presa, tendo sido libertada em setembro de 1974. A última informação existente nos Órgãos de Segurança é de que se encontrava no TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ.

Pelos exemplos citados pode-se verificar como é difícil definir a situação atual dos envolvidos, pois além de se deslocarem com frequência, normalmente usam identidade falsa, codinomes e até mesmo recurso da cirurgia plástica, o que torna extremamente improvável a sua localização.

Por outro lado, é amplamente sabido que muitos subversivos, em particular os que se veem obrigados a recorrer a tais disfarces, recebem missões clandestinas e suas atividades subterrâneas leva-os naturalmente a cortar toda e qualquer ligação com seus familiares e conhecidos, medida de segurança que lhes é rigorosamente imposta pelos chefes das organizações a que se filiam. Com isso, ademais, ainda podem ser apontados como vítimas da repressão dos órgãos de segurança, aos quais se costuma imputar, desde logo, seu desaparecimento.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SEGUNDA SUBCHEFIA

DISCURSO DO PRESIDENTE 30 DEZ 74.

a) Pontos positivos:

– Franqueza total, sem usar de subterfúgios, tocando em vários pontos críticos da ação do governo, tais como resultado das eleições, salários e vencimentos ainda excessivamente baixos e a aparente falta de coordenação entre diversos setores do governo.

– Discurso marcado por um otimismo equilibrado, pois, embora bastante realista quanto à conjuntura econômica nacional e internacional, não deixa de transmitir fundamentada confiança no futuro.

– Destacada segurança quanto às nossas perspectivas democráticas.

b) Pontos negativos:

– Atuação do governo apresentada em três fases que, por não terem sido convenientemente destacadas, deu ideia de imprecisão na concatenação de ideias, tocando diversas e alternadas vezes nos aspectos econômicos, sociais e políticos. **[À MÃO: ?]**

– Assuntos tocados em linhas gerais, sem a menção de ações concretas, tais como as adotadas nos campos da política econômico-financeira, correção de distorções no sistema de transportes, ajuste do sistema tributário, combate ao excesso de importações, etc., o que não permite ao povo em geral, que não acompanha tais problemas, avaliar as realizações do governo.

– Muitas palavras usadas não são de fácil acesso ao povo em geral, tais como: disrupção do sistema monetário, tática sediça, inepta postura, emoliente posição, etc., isto é, FALTOU COMUNICAÇÃO COM O POVO e em especial com a JUVENTUDE.

– O tom de certas explicações não foi muito convincente, tendo parecido tentativa para explicar falhas, tais como a da aparente descoordenação, em decorrência da reformulação do sistema de assessoramento do governo. **[À MÃO: ?]**

– As referências políticas relativas ao comportamento do MDB quanto a seu “comedimento e autodisciplina” fugiram à realidade pré-eleitoral, conforme disseminado pelo SNI.

– Foi transmitido OTIMISMO em setores de pouca compreensão ou penetração popular como caulim, bauxita, linhito e fosfatos, quando em verdade o povo preferiria mensagem de ESPERANÇA na área do BNH, INPS, custo de vida e distribuição de renda.

c) CONSIDERAÇÕES:

A falta de COMUNICAÇÃO POPULAR **[À MÃO: vamos contratar o Lacerda!]** possivelmente levou ao desinteresse grande parte da audiência que aguardava o discurso presidencial na espectativa de receber alguma mensagem concreta de esperança.

A persistir a tônica apresentada, futuras comunicações presidenciais forçosamente redundarão em alheiamento popular e cada vez uma dicotomia mais acentuada entre povo e governo, com consequências evidentes nas próximas campanhas eleitorais. **[À MÃO: ?]**

É imprescindível que o governo se utilize de um sistema profissional de comunicações, de modo a transmitir OTIMISMO e ESPERANÇA **[À MÃO: Otimismo e esperança na devida medida!]** resultantes de toda uma obra que vem sendo planejada e executada. Competiria a este órgão humanizar **[À MÃO: ?]** a imagem do Presidente da República. **[À MÃO: Vamos corromper a imprensa e gastar milhões irregularmente. Cuidado com o IPM do futuro!]**

* * *

SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

OBSERVAÇÕES SOBRE O DISCURSO PRESIDENCIAL DE 30 DEZ 1974

POLÍTICA

– Abordou com extrema felicidade e clareza a posição presidencial face aos resultados eleitorais de novembro de 74 e o que o Governo espera e deseja dos partidos políticos no futuro, particularmente, da Arena.

– Definiu com objetividade a disposição do Executivo em usar a disciplina revolucionária, se necessário à manutenção das regras democráticas pré-estabelecidas pelo Governo.

– Estabeleceu sucintamente a conotação entre o tratamento dispensado à política externa do país, desfazendo equívocos, com a necessidade da ampliação das alternativas brasileiras no comércio internacional.

– Desfez de maneira inequívoca a imagem aparente de descoordenação interministerial, fartamente explorada pela imprensa.

Comentário

Esta foi a área em que o discurso nos pareceu mais positivo. Ainda que atingindo diretamente, como não poderia deixar de ser, a classe política brasileira, permitiu um esclarecimento categórico ao povo sobre os ideais democráticos do governo, dentro da ordem e do espírito revolucionário.

ECONOMIA

– Analisou o comportamento da economia nacional diante dos problemas provocados pela conjuntura internacional; esclareceu as medidas adotadas para sobrepujar tais problemas e equacionou aquelas que permitirão uma continuidade de ações para o ano de 1975.

Comentário

Na área econômica, o discurso tratou prioritariamente da economia de alto escalão, alcançando preferencialmente as classes interessadas. Possivelmente, sensibilizou pouco a massa popular que raciocina com resultados imediatos.

* * *

SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Brasília, em 2 Jan 75

3.ª SUBCHEFIA

OBSERVAÇÕES SOBRE O PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL FEITO EM 30/12/74:

1. Não sensibilizou positivamente a massa popular. **[À MÃO: Nem era esse o objetivo. Não pretendo ir à massa. Isso cabe aos outros. Não sou Getulio nem Medici!]**

O controle declarado da inflação ainda não foi percebido pelo povo, que sofre as consequências da alta do custo de vida.

A referência ao índice de 34 por cento de inflação no mês de dezembro evidencia insuficiência no aumento salarial de 30 por **[À MÃO: ?]** cento concedido a partir de março vindouro.

O mecanismo da correção monetária, apesar de necessário e benéfico, não é bem visto pelo povo, particularmente pelo grande número de beneficiários do Sistema Nacional de Habitação que reclama dos aumentos decorrentes em suas prestações. Assim sendo, o elogio a esse mecanismo não parece ter bom efeito.

2. Foi positivo para as elites e particularmente para a classe política pela objetividade dos aspectos focalizados.

3. Parece ter tido boa receptividade nos meios revolucionários a afirmação clara da validade dos instrumentos de exceção do Governo e a disposição de acioná-los quando necessário.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

República Federativa do Brasil

– O Presidente não é nenhum demagogo! Não pretende ser popular, nem ter sua imagem humanizada.
– É o que é.
– Isso é problema para outros.
– Nem pode sua linguagem descer à gíria popular para ser melhor compreendida!

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Sociologia nova
Situações

Duculot

Destino
do Brasil

Michel Schooyans

* * *

SOCIOLOGIA NOVA
SITUAÇÕES

A Dom José Maria Pires,
esta modesta colaboração,
Michel Schooyans

* * *

anunciar o exposto das páginas precedentes. Efetivamente, temos contato aqui não mais com um jurista ardiloso da túnica, como era o caso de Vargas, nem com um líder político astuto, como era o caso de Plínio Salgado, mas com um intelectual de primeira classe, especializado no estudo sistemático e rigoroso dos problemas militares. A obra de Golbery, redigida em língua rebuscada, se inscreve na grande tradição dos Mahan, Mackinder, Kjellén, Haushofer, Mikhailov, Spykman, Liddel Hart etc. A erudição prodigiosa desse homem de gabinete não sufocou nem sua capacidade de síntese nem a originalidade de seu pensamento, completamente voltado para os problemas de seu país. A partir de agora, pode-se dizer que se trata de um grande clássico, cuja obra, mesmo se se presta à contestação, impõe respeito. É a ele sobretudo, mas não exclusivamente, que pediremos para nos introduzir na doutrina militar brasileira.

Tradução: Débora Castro

[Voltar]

[Voltar]

O capitalismo, no sentido puro do *laissez faire*, morreu antes da rainha Victoria. E a maior parte deste livro se dedicou a descrever a economia despercebida que o enterrou. Por isso vamos olhar brevemente para os demais.

FASCISMO

É mais fácil caracterizá-lo política do que economicamente. Seja na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, na Espanha de Franco, em Portugal de Salazar, na Argentina de Perón, ou nas juntas da Grécia e do Brasil, o fascismo foi habitualmente identificado por ditaduras pessoais, partido único e pela supressão das liberdades civis asseguradaso pela Declaração dos Direitos. Movimentos fascistas sempre são extremamente nacionalistas, às vezes com ênfase em uma "raça superior" vagamente definida que explora minorias. Nas palavras de Mussolini, os fascistas são chamados a "viver perigosamente" – a valorizar a guerra e o poder nacional como fins em si mesmos. O indivíduo é secundário diante do Estado.

No aspecto econômico, o fascismo de Mussolini jogou com a noção de um Estado "sindicalista" ou "corporativo". Cada indústria ou grupo de trabalhadores era organizado em um sindicato, e esses deveriam se reunir, negociar e planejar como a economia devia ser gerida. Porém, fora de sua manifestação socialista na Iugoslávia, esse sindicalismo nunca resultou em grande coisa, e não foi especialmente característico de outros regimes fascistas. Quase todos eles são contra o sindicalismo livre e militante; quase todos dão grande poder regulatório ao governo central em todas as esferas da vida econômica. Alguns trabalham em conjunto com autoridades religiosas; outros contra a igreja. A mentalidade fascista tende a ser intolerante com a oposição, romântica e irracional, exercendo normalmente um apelo especial aos jovens. Em geral, os capitalistas e as baixas classes médias contribuem para a força *inicial* dos movimentos fascistas, mas depois, quando eles começam a assumir – como costuma acontecer – aspectos revolucionários, os capitalistas podem se arrepender de terem ajudado a criar esse Frankenstein.

Seu único consolo está no fato de que uma das marcas registradas de um regime fascista é a oposição ao comunismo. Geralmente, o fascismo chega ao poder exagerando o risco iminente de uma revolução bolchevique, e depois, a ameaça do comunismo é usada como desculpa para a eliminação dos processos democráticos.

O fascismo é o grande saqueador. Ele cresce nas crises dos mercados e nas crises dos processos democráticos. Seus líderes costumam ser revolucionários transformados em reacionários. Seus seguidores são militares, fazendeiros empobrecidos e pequenos comerciantes, grupos que estão perdendo status econômico e social ou que se ressentem da ascensão de novos grupos – grandes empresas, negros, estrangeiros, pobres que vivem de ajuda governamental, etc. As grandes empresas entram no jogo, tanto para garantir seus ganhos quanto para se prevenir de um possível governo comunista.

Ordem e eficiência econômica? Já vimos que muitos aspectos relativos à atividade econômica podem estar sujeitos à desordem da inflação crescente. O pleno emprego e a estabilidade dos preço são, então, objetivos aparentemente incompatíveis. Sem dúvida, a luta dos trabalhadores sindicalizados para aumentar seus salários/hora tem como objetivo aumentar a participação do trabalho na divisão do total do PIB. Mas, na verdade, salários/hora mais altos levam a preços mais altos, pois as empresas reagem para manter sua fatia participação no PIB. Os salários reais não parecem capazes de obter grandes aumentos, se é que conseguem algum aumento real. Salários reais não parecem ter a capacidade de ser muito elevados, se é que têm a capacidade de obter algum ganho por meio da operação militante e de luta da negociação coletiva, por operações tartaruga, greves brancas, greves gerais e por aí vai.

Lenin é frequentemente citado (por Keynes, por exemplo) por ter dito uma vez: “Nós devemos tramar a morte do capitalismo pela corrupção de sua moeda”. Não há provas de que ele tenha realmente escrito isso: pelo menos ninguém conseguiu encontrar a frase. Mas seu suposto aforismo pode ser aperfeiçoado da seguinte maneira:

“A melhor maneira de arruinar uma economia mista, de matar seu progresso rumo ao pleno emprego e exacerbar a luta de classe, é efetuar (como foi feito na Argentina de Perón) um aumento de 40% da noite por dia nos salários. O resultado será inflação estrutural, *lockouts*, greves, colapsos, falências, e agitação popular.”

Quando uma economia populista vai mal, com inflação e desemprego, será que vai surgir o desejo de que os fascistas assumam o poder, “restaurando a ordem e promovendo o desenvolvimento econômico? Arre, quase sempre a respostas é: sim.

Mais entristecedor é testemunhar o sucesso econômico ocasional de tais regimes ditatoriais – coisa de curto prazo. Assim, nos anos 70, o regime militar brasileiro pode ter batido duro nos professores, nos intelectuais e na imprensa livre. Mas como as pessoas diziam na época de Mussolini, "Pelo menos os trens andam na hora". Quando se olha para *o Anuário estatístico da ONU*, verifica-se que nos últimos anos o Brasil foi um verdadeiro Japão da América Latina, com taxas médias anuais de 10% do crescimento do PNB.

A história mostra que é raro os despotismos benevolentes persistirem na benevolência, e quase nunca conseguem manter-se eficientes. Mussolini não conseguiu cumprir o que prometiam seus discursos. A Alemanha de Hitler, agora sabemos a partir de arquivos capturados, era uma economia muito mal administrada. Se um ditador do Paquistão parece durante algum tempo promover o crescimento de um setor da agricultura, o ditador seguinte mergulha o país numa guerra arrasadora!

Na vida real, o fascismo é incapaz de realizar até mesmo seu próprio projeto.

SOCIALISMO

Ao definir o fascismo, pudemos dar como exemplos a Alemanha nazista ou a Itália fascista. O Socialismo não pode ser descrito com a mesma facilidade. Claro, podemos descrever o governo

socialista da Suécia ou o programa do Partido Trabalhista britânico, mas são casos que não apresentam tantos contrastes com nosso sistema. Representam um meio termo mais perto de nosso "sistema misto" do que o da Rússia Soviética ou o da China

Há alguns elementos comuns que parecem caracterizar a filosofia socialista:

1. Propriedade governamental dos recursos produtivos. O papel da propriedade privada vai diminuindo gradualmente à medida que indústrias chave como ferrovias, carvão e mesmo siderúrgicas são nacionalizadas gradualmente. Os lucros pela valorização da terra também são limitados. (Na Alemanha Ocidental e no Reino Unido o entusiasmo pela nacionalização arrefeceu.)

2. *Planejamento*. Em vez de permitir o jogo livre motivado pelo lucro numa economia de mercado sem restrições, deve ser introduzido o planejamento coordenado. Às vezes, o programa de "produção para uso em vez de produção para lucro" é defendido: promover a redução do gasto em bens de consumo; trabalhadores e profissionais devem ser desenvolvidos.

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

Rio, 08 de Novembro de 1973
N/ref. – 1.470

McGraw-Hill Book Company
Editorial e Direitos Estrangeiros
1221 Avenue of the Americas
New York – N.Y. 10020

a/c. William P. Orr

Caro Sr. Orr,

Durante a tradução da nona edição do livro *Economics* de Samuelson, nos deparamos com uma questão importante e precisamos de seu auxílio para solucioná-la. Não é uma questão de rotina.

Nas páginas 870 e 871, temos referências ao Brasil, como as que se seguem:

"Seja na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini (…) ou nas juntas da Grécia e do Brasil (…) o fascismo foi habitualmente identificado por ditaduras pessoais, partido único com a abolição de todos os outros, a supressão de liberdades civis do tipo assegurado pelo nossa Declaração dos Direitos (...) fascistas são instados (…) a valorizar a guerra e o poder nacional como fins em si mesmos."

Não precisamos prolongar as citações porque o senhor pode facilmente constatar que seria inconcebível fornecer como principal livro-texto didático para universitários uma obra que compara seu próprio país à Alemanha de Hitler ou à Itália de Mussolini, e contêm manifestações de profundo desgosto diante do progresso econômico do Brasil.

Esse retrato muito preconceituoso de nosso país, infelizmente, é com frequência encontrado nos EUA e na Europa, mas resulta de profunda ignorância de nossa realidade política, social e econômica. Também é resultado do incômodo hábito de aplicar aos problemas humano a lógica dos ""bits"" do computador, em vez de tentar estudá-los sob um critério humano mais abrangente.

Entretanto, nosso problema aqui e agora não é defender as qualidades do nosso governo nem condenar seus defeitos, mas simplesmente saber o que podemos fazer em relação a esta edição.

O corte simples das frases ofensivas, mesmo que autorizado pelo autor, não resolveria a questão, em nossa opinião, já que, afinal de contas, o Brasil e seu progresso econômico merecem alguma menção. Não temos dúvida de que se desejasse, o autor poderia ter escolhido outras palavras que, sem esconder suas convicções liberais, não ofenderiam os brasileiros, e não

estamos aqui preocupados tanto com as autoridades quanto com a verdade e com o leitor comum.

Gostaríamos que o senhor consultasse o Prof. Samuelson sobre esse assunto. Se ele achar que não pode fazer nenhuma alteração, então talvez seja melhor pular esta edição e aguardarmos a décima. Como um dos argumentos do professor é que o progresso econômico do Brasil certamente terá vida curta, essa questão deve estar solucionada de um jeito ou de outro quando a próxima edição for publicada.

Pedimos que o senhor considere esse assunto com a máxima urgência, pois estamos nesse momento no meio da tradução. Como o senhor sabe, o livro do Prof. Samuelson, cujas sucessivas edições há anos são traduzidas por nós e que já venderam quase 100 mil exemplares, já se estabeleceu como uma espécie de tradição em nossa empresa e no Brasil. Ele na verdade foi o livro que iniciou os jovens brasileiros em seus estudos de economia e os preparou para assumir a tarefa enorme de desenvolver o país e trabalhar rumo a uma distribuição mais humana e justa do PIB. O livro é tão apreciado que uma das impressões da 7ª edição foi feita em coedição com o Instituto Nacional do Livro de nosso Ministério da Educação.

Esperamos em breve ouvir notícias suas.

Sinceramente,

Ernst Fromm
Diretor

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

Professor Paul Samuelson
Massachussets Institute of Technology
– Cambridge – Massachusetts. – EUA

Caro Professor Samuelson,

Permita-me acrescentar uma palavra de apoio ao pedido mencionado na carta anexa dos editores brasileiros de seu livro (*Introduction*). Eles também editam meu próprio *Princípios de Economia Monetária* e são mesmo pessoas muito, muito decentes.

Eu gostaria de juntar meu testemunho de que não há algo como um regime fascista no Brasil. **Nós temos um Congresso; os juízes são independentes e as restrições às liberdades que se deram de 1967 a 1969 são agora coisa do passado.** Se alguém desejar, é possível chamá-lo apenas, de um regime paramilitar, no qual o presidente e alguns ministros são militares.

Deixe-me acrescentar uma palavra para dizer que os países da América Latina na verdade não estão politicamente maduros para uma democracia plena como a sua (eu às vezes me pergunto se até vocês mesmos estariam). De fato, não há nenhuma; o México é uma oligarquia, a Argentina é paramilitar como o Brasil. E se o senhor olhar para as pátrias-mães dos quais descende a América Latina, encontrará uma situação parecida na Espanha e em Portugal.

Espero que me perdoe por minha intromissão no assunto.

Com respeito sincero,

Eugenio Gudin

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY

26 de novembro de 1973

Professor Eugenio Gudin
Novo Endereço
Av. Rio Branco, 46 – 2º andar
Rio de Janeiro BRASIL

EDIÇÃO BRASILEIRA DE *ECONOMICS*

Caro Professor Gudin:

Muito obrigado por sua carta de 14 de novembro sobre a tradução da 9ª edição de *Economics*. Foi bom que o senhor tenha escrito.

Há 25 anos mantenho a prática de não me considerar responsável pelas traduções. Assim, quando o livro foi traduzido em certos países esquerdistas, perguntaram-me se objetaria a omissão de trechos que seriam ofensivos aos governos. Minha resposta foi que não me cabia recusar ou policiar a supressão de páginas ou mesmo capítulos que tratavam de comparações entre sistemas econômicos não era uma questão à qual eu me opusesse ou policiasse. Posso compreender que certas formas de expressão que não seriam objeto de equívoco da parte de estudantes americanos podem ser inaceitáveis ou mal compreendidas em outros contextos. Portanto, quando o Sr. Michael Elia da McGraw-Hill chamou minha atenção para o teor da carta de 8 de novembro da Livraria Agir Editora à McGraw-Hill, cuja fotocópia o senhor incluiu em sua carta, minha resposta a Elia foi a seguinte:

Eu não me oponho se na página 870, a tradução substituir “… as juntas grega e brasileira…” por “… a junta grega …”. Além disso, como a Grécia não tem mais uma ditadura simples, encabeçada por apenas um líder,, toda essa sentença poderia ser cortada sem problema..

Além disso, na página 871, o parágrafo que começa com “é ainda mais triste..." e termina com"... 10% ao ano." poderia ser substituído por um parágrafo modificado ou ser cortado. O parágrafo alterado poderia ser algo como o texto abaixo:

É preciso encarar a realidade de que os sistemas de governo a que muitos intelectuais se opõem podem conseguir um crescimento razoável, muitas vezes por curto prazo.. Assim, a militância

sindical e as agitações revolucionárias podem se tornar adversárias do investimento privado e da eficiência do mercado. A preocupação com uma distribuição igualitária da renda pode custar um crescimento do boloco como um todo resultando numa perda do pedaço desse bolo para os operários e lavradores. Assim, quando se vê o *Anuário Estatístico das Nações Unidas*, verifica-se que nos anos 1970 o Brasil foi o verdadeiro Japão da América Latina, com taxas médias anuais de 10% de crescimento real do PNB. Os defensores desse sistema podem argumentar que isso não se teria conseguido isso no ambiente de desordem das décadas anteriores.

Talvez fosse desejável usar um parágrafo como esse em algum ponto do livro que não esteja ligado ao "fascismo". Minha intenção não foi tentar julgar onde o Brasil se encaixa no espectro político – não sou um especialista em América Latina. Tampouco foi minha intenção vilificar o fascismo por si só. Em vez disso, quis destacar o fato objetivo de que frequentemente em democracias populistas não há ambiente para o progresso econômico rápido e eficiente.

Por fim, deixe-me mencionar ao senhor, pois me lembro de encontros agradáveis no passado sob os auspícios de meu velho professor e amigo Gottfried Haberler, que não tive a intenção de expressar “desgosto pelo progresso econômico do Brasil”, como supôs o diretor da Livraria Agir Editora no quarto parágrafo de sua carta de 8 de novembro à McGraw-Hill. Talvez se eu tivesse expressado minha opinião de modo mais feliz, expressaria pesar pelo fato de as condições da liberdade democrática tão frequentemente não serem apropriadas para o progresso econômico rápido e eficiente. Não tenho razão para especular que o progresso do Brasil terá vida curta; e se o tradutor corrigir tais impressões não intencionais, terá prestado um serviço ao texto.

Estou enviando uma cópia desta correspondência ao Diretor Ernst Fromm da AGIR e a W. P. Orr e M. Elia da McGraw-Hill. Acho que seria lamentável se esta edição não estivesse à disposição dos estudantes brasileiros devido a quaisquer formulações não intencionais de minha parte.

Atenciosamente,

Paul A, Samuelson
PROFESSOR P. A. SAMUELSON
Departamento de Economia
M. I. T. E52-383
Cambridge, Massachusetts. 02139

PAS/JT
CÓPIAS: Ernst Fromm, AGIR
W. P. Orr, McGraw-Hill
M. Elia, McGraw-Hill

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta tradução, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1973
RC/080/73

Professor Paul Samuelson
Departamento de Economia
Massachusetts Institute of Technology
Boston, Massachusetts

Caro Professor Samuelson,

O que me motiva a lhe escrever é a extraordinária (e muito merecida) influência exercida por seu livro *Economics* sobre toda uma geração de economistas brasileiros. Não erraria em dizer que ele contribuiu substancialmente para ampliar o nível de percepção e análise dos jovens economistas brasileiros, desse modo aumentando a racionalidade da administração privada e governamental. O que me causa espanto é ver que a tradução da nova versão de *Economics* (nona edição), ainda inédita no Brasil, contém alguns comentários informais e superficiais sobre o cenário político brasileiro que não condizem com a análise reflexiva e profunda encontrada no restante do livro.

Nas páginas 870 e 871, o regime brasileiro é posto no mesmo grupo do nazismo e outros regimes totalitários. Chega-se a mencionar uma "junta brasileira", coisa que na realidade não existiu exceto por alguns meses em 1969, no intervalo entre a morte do presidente Costa e Silva e sua sucessão pelo presidente Médici, eleito pelo Congresso em dezembro de 1969. Lamenta-se um tanto o sucesso econômico de curto prazo de tais "regimes ditatoriais", e algumas correlações infelizes parecem ser estabelecidas entre a repressão política do regime militar (em relação a professores, intelectuais e a liberdade de imprensa) e os recentes índices de crescimento.

O mínimo que pode ser dito sobre esses comentários superficiais é que contêm uma "falácia de agregação". O regime brasileiro não pode ser simplesmente comparado à Alemanha de Hitler, à Itália de Mussolini, à Espanha de Franco, ao Portugal de Salazar, à Argentina de Perón ou à junta grega. Na verdade, algumas das características básicas dos regimes ditatoriais não existem no Brasil, principalmente (a) um ditador que se autoperpetua no poder, (b) o culto da personalidade, (c) a potencial eliminação do Congresso e do Judiciário, (d) a supressão da oposição legalizada e a intimidação ou repressão de opiniões políticas pessoais.

No Brasil, os presidentes militares governaram em sucessão respeitando o mandato determinado pela constituição (o presidente Costa e Silva morreu no cargo), e o presidente Médici, atual ocupante do posto, deixará o governo em 15 de março de 1974. Todos eles foram propostos pelos militares ao Congresso (que foi um processo antidemocrático, mas devidamente ratificado pelo Congresso, que

desempenhou os ritos democráticos normais). O sistema multipartidário anárquico que levou o país à beira da ingovernabilidade (como aconteceu na França antes de De Gaulle, na Itália atual e no Chile até recentemente) foi substituído por um sistema bipartidário no qual o partido de oposição foi reconhecido como parte integral do sistema político. (Na verdade, o estado da Guanabara, a antiga capital política do Brasil, é atualmente governado pela oposição.)

É verdade que estamos operando com um poder Executivo forte, mas tanto o Legislativo quanto o Judiciário funcionam normalmente, apesar de terem campo de ação reduzido. Não há um ditador militar, e sim um sistema militar, que em si mesmo não é militarista, pois todos os cargos básicos dos ministérios do governo relacionados a políticas econômicas e sociais e relações exteriores estão em mãos de civis.

O máximo que pode ser dito é que os brasileiros vivem sob um regime “autoritário”, mas não “ditatorial”. A descrição mais apropriada seria de um ""autoritarismo consentido"", porque (a) todas as pesquisas de opinião indicam grande nível de aprovação popular ao presidente Médici e de seu regime, (b) nas últimas eleições para o Congresso o partido do governo recebeu dois terços dos votos e, apesar de os resultados serem um pouco distorcidos por pressão do governo, há uma convicção geral de que a margem de aprovação popular foi substancial.

Na verdade, o povo brasileiro parece ter aceitado uma “troca” consciente. Um grau um pouco menor de liberdade democrática e disputas políticas em troca de (1) um nível maior de disciplina social, (2) uma taxa de crescimento maior e mais constante, (3) e maior estabilidade política.

Sem dúvida houve exageros e distorções no processo. Os militares realmente parecem subestimar seu próprio sucesso no gerenciamento econômico e na conquista de apoio popular. A chamada ""autocensura voluntária da imprensa"" podia muito bem ser relaxada sem qualquer risco de distúrbios políticos. Durante certos períodos, especialmente no intervalo entre a doença do presidente Costa e Silva (setembro de 1969) e sua sucessão pelo presidente Médici (dezembro de 1969), algumas autoridades militares locais, temendo atos revanchistas por parte de políticos e intelectuais esquerdistas, que inspiraram e incitaram manifestações nas universidades, tomaram as leis em suas próprias mãos e se permitiram uma repressão violenta. **Podem ter ocorrido casos isolados de brutalidade policial ou de tortura. Coisa deplorável e vergonhosa. Mas seria injusto confundir acidentes de brutalidade policial com uma política deliberada de repressão policial e punições físicas.**

Na verdade, considerando a profundidade das transformações ocorridas na economia e nas instituições brasileiras, a revolução no Brasil foi conduzida com um índice de violência impressionantemente baixo. Não houve mortes nem execuções quando os militares assumiram o poder. Políticos cassados por corrupção ou subversão vivem uma vida normal, expressando livremente suas opiniões individuais, obtendo até mesmo sucesso econômico. De modo geral, aqui houve provavelmente menos violência do que em qualquer grande motim racial nos Estados Unidos...

Democracias funcionais sólidas como os Estados Unidos podem se dar ao luxo de ignorar a diferença entre “oposição"" e “subversão”. Para democracias políticas mais fracas, isso seria suicídio, como foi documentado durante o golpe comunista na Tchecoslováquia em 1948.

Todos os brasileiros, incluindo os militares, têm consciência do fato de que se criamos um modelo de desenvolvimento razoavelmente eficiente, estamos longe de lidar de modo apropriado com o problema da distribuição de renda e da institucionalização política. Há interesse geral em criar um método de "descompressão política", em revitalizar as eleições populares nos níveis municipais e estaduais e, mesmo mantendo o sistema de eleições indiretas pelo Congresso para a Presidência da República, em reforçar o papel dos partidos políticos na seleção de candidatos. Um retorno apressado à democracia formalista poderia resultar simplesmente, como vemos na Argentina, na "volta do demagogo".

Se me permiti essas longas reflexões, é porque a influência de seu livro no treinamento de nossa jovem tecnocracia tem sido notável. E eu não gostaria de ver o brilho de sua análise econômica comprometido pela leviandade de julgamentos políticos apressados.

Atenciosamente,

Roberto de O. Campos
Ex-ministro do Planejamento

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

Créditos das imagens

Todas as imagens contidas nesta obra são parte do acervo de Elio Gaspari, exceto:

Capa (da esquerda para a direita): Luis Humberto/Abril Imagens; Arquivo/Agência Estado; 17 de novembro de 1974/Agência Estado.

Aberturas

Parte I: Conteúdo Expresso; Arquivo do autor; Agência O Globo; Folhapress; APGCS/HF; APGCS/HF; Arquivo do autor.

Parte II: Acervo Iconographia; Conteúdo Expresso; Orlando Brito/Agência O Globo; Orlando Brito/Agência O Globo; Orlando Brito/Agência O Globo; Orlando Brito/Agência O Globo; Orlando Brito/Agência O Globo.

Parte III: Luis Pinto/Agência O Globo; Agência O Globo; Agência O Globo; Fundo Oboré CEDEM UNESP; Corbis; CEDEM UNESP; Fundo UH APESP.

Parte IV: Eurico Dantas/Agência O Globo; Antonio Nery/Agência O Globo; Eurico Dantas/Agência O Globo; Agência O Globo; Fundo UH APESP; Fundo UH APESP; Artur Franco/Abril/Conteúdo Expresso.

Imagens

APGCS/HF: 1, 2, 3, 4, 5;

Manchete/Reprodução/APGCS/HF: 1;

CPDoc/FGV: 1;

Abril Imagens: 1, 2, 3;

Chico Nelson/Abril Imagens: 1, 2;

Sommer Andrey/Abril Imagens: 1;

Luis Humberto/Abril Imagens: 1, 2, 3, 4;

Salomon Cytrynowicz/Abril Imagens: 1 (à direita);

Ricardo Chaves/Abril Imagens: 1;

Dorrit Harazim/Abril Imagens: 1;

Carlos Namba/Abril Imagens: 1;

Filó/Abril Imagens: 1;

Sérgio Sade/Abril Imagens: 1;

Iconographia: 1, 2, 3 (à direita);

Arquivo Histórico do Exército: 1;

CPDocJB: 1;

Jacynto/CPDocJB: 1;

Jacob/CPDocJB: 1;

Ronald Theobald/CPDocJB: 1;

Calazans/CPDocJB: 1;

Evandro Teixeira/CPDocJB: 1;

Agência O Globo: 1, 2, 3, 4, 5, 6;

Luiz Pinto/Agência O Globo: 1;

Arquivo do Estado de São Paulo: 1;

Agência Estado: 1 (à esquerda), 2, 3 (à esquerda), 4, 5;

Messias/Agência Estado: 1;

Corbis/Stock Photos: 1 (ambas), 2;

Orlando Brito/Obritonews: 1, 2, 3;

Fatos e Fotos/Reprodução/APGCS/HF: 1, 2;

Veja/Reprodução/Cortesia Millôr Fernandes: 1;

Guilherme Romão/Veja/Reprodução: 1;

Agradecimentos da edição de 2014

Onze anos depois da primeira edição, estes livros reaparecem pela editora Intrínseca. Em tão pouco tempo, mudaram as regras do idioma. Ele foi defendido por Kathia Ferreira e Leonardo Alves, vigiando também os trechos que foram acrescentados. Cada nova nota de pé de página foi conferida por Paula Sacchetta. Todos coordenados por Bruno Porto e Livia de Almeida.

O projeto gráfico desta reedição é de Victor Burton. Algumas imagens foram inseridas, como sempre, com a ajuda do olho atento de Vladimir Sacchetta.

Agradecimentos da edição de 2003

O historiador Marco Antonio Villa conferiu cada citação de livro ou documento. Foi um leitor atento e pesquisador obsessivo. Villa tem uma prodigiosa capacidade de se lembrar de um fato e de saber onde está o documento que comprova sua afirmação. Ajuda como a dele é motivo de tranquilidade para quem tem o prazer de recebê-la. Além disso, dá a impressão de saber de memória todos os resultados de jogos de futebol.

Lili Schwarcz, Maria Emília Bender, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, Luiz Schwarcz, Fernando Lottenberg, João Guilherme Vargas Neto, Márcio Thomaz Bastos e Wanderley Guilherme dos Santos contribuíram com generosas observações depois de lerem as diversas versões deste livro.

Mais uma vez, beneficiei-me também da competência da equipe que a Companhia das Letras mobilizou para assegurar a qualidade do texto. O leitor não imagina quanto devo a essa turma. Foram nove pessoas, coordenadas por Márcia Copola. Durante quase um ano, só ela era capaz de ter uma ideia do que estava acontecendo com os originais. Explicando melhor, só ela parecia ter certeza de que o livro sairia. Além disso, no preparo do texto, foi uma incansável defensora do idioma e da colocação do sujeito nas frases.

A Miguel Said Vieira devo correções de erros em que acreditei por décadas. Lúcia Cruz Garcia foi capaz de achar publicações que pareciam perdidas. Rosangela de Souza Mainente, Marcelo Yamashita Salles, Yumi Hirai, Valéria Gameleira da Mota, Michely Jabala Mamede Vogel e Thiago Said Vieira checaram notas de pé de página, estatísticas e grafias de nomes.

Os trechos de gravações citados foram ouvidos e conferidos por Márcia Copola e Luiz Henrique Ligabue F. Silva. Às vezes ocorreram discrepâncias, todas dirimidas com uma nova escuta, minha. Em dois casos, foi necessário recorrer à ajuda do estúdio da Companhia de Áudio para limpar a gravação e, assim, poder ouvir melhor passagens confusas.

Raul Loureiro fez o projeto gráfico e paginou os dois cadernos ilustrados. Nessa produção, teve a ajuda de Rita da Costa Aguiar. Vladimir Sacchetta reuniu as fotografias. É fácil avaliar seu trabalho. Basta folhear esses cadernos. Vladimir faz a diferença quando se vê a foto de Tancredo Neves. Ele sabia que no dia 20 de março de 1962 Tancredo, o primeiro-ministro de João Goulart, lera na Escola Superior de Guerra um texto escrito por Golbery. Foi à luta e voltou com a presa: a fotografia, do dia, com Tancredo lendo a palestra do general.

Devo agradecer também aos funcionários da Biblioteca Nacional, do CPDoc, dos departamentos de pesquisa d'*O Globo*, da *Folha de S.Paulo*, d'*O Estado de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil*. No Departamento de Documentação da Editora Abril, o famoso Dedoc, Susana Camargo e Ana Lucia Correa, a serena Bizuka, são um porto seguro para náufragos de todo tipo, bem como Elenice Ferrari e Marilene Bucci, do arquivo de imagens (ou fotografias).

Só a ajuda de tanta gente é que me permitiu fazer este livro. Eles não têm nada a ver com os erros e impropriedades que eu tiver cometido.

Elio Gaspari

O sacerdote e o feiticeiro

4. A Ditadura Encurralada

intrínseca

Elio Gaspari

O sacerdote e o feiticeiro

4. A Ditadura Encurralada

2ª edição revista e ampliada

© 2002, 2014 by Elio Gaspari

PREPARAÇÃO
Kathia Ferreira

COORDENADORA DE CONTEÚDO DIGITAL
Adriana Barsotti

REVISÃO
Eduardo Carneiro
Vania Santiago

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Porviroscópio Projetos e Conteúdos
Coordenador: Vladimir Sacchetta
Digitalizadora: Solange Costa Rodrigues
Assistente de pesquisa: Paula Sacchetta

CAPA
Victor Burton

TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS EM INGLÊS
Sheila Louzada

TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Camila Dias
Fátima Penha

REVISÃO DA TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Roberto Jannarelli
Rodrigo Rosa

REVISÃO DE EPUB
Juliana Pitanga

GERAÇÃO DE EPUB
Intrínseca

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.
Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar
22451-041 – Gávea
Rio de Janeiro – RJ
Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br

Veja como funciona seu e-book

• Para ler as notas, toque uma vez nos números. Para voltar ao ponto da leitura de onde partiu, toque novamente no número.

• Toque na instrução [*Veja o documento*] para abri-lo.

• Os documentos foram transcritos. Quando são em outros idiomas, há também uma tradução. O conteúdo está disponível por meio dos links [Transcrição] e [Tradução], presentes em todas as páginas de cada sequência de documentos. Para retornar ao ponto do livro de onde partiu, basta seguir o link [Voltar], que se encontra no início e no final de cada transcrição.

• Os documentos foram agrupados numa área separada daquela onde está o texto. Assim, depois de ler um documento, embora sempre haja a indicação do final da leitura, pode acontecer que o leitor o folheie inadvertidamente. Nesse caso, irá para a primeira página do documento seguinte, que está relacionado com outro ponto do texto. Nesse caso, basta uma nova folheada, para trás, retornando ao documento anterior. Dele, retornará ao ponto do texto do livro em que estava.

• Para facilitar a leitura de documentos longos, todos aqueles com mais de três páginas contêm links [Veja no site] que direcionam para o mesmo documento no site http://www.arquivosdaditadura.com.br, arquivados com o mesmo título.

Para Ailton

Sumário

Capa
Créditos
Abreviaturas e siglas
Explicação

PARTE I A crise de 1975
Recuo rápido, gradual e seguro
A ópera de Salzburgo
O descolamento de Golbery
Uma zona de sombra
A comunidade da indisciplina
Com as tropas de Fidel
Mataram o Vlado
“Merda! Merda!”
Mágica besta

PARTE II O murro na mesa
Uma noite de cão
A campanha do regresso
O terror de casa
O buraco negro
Abaixo a ditadura

PARTE III A cama de Alice

A surpresa de Alice
A tortura da pessoa jurídica
Um país empacotado
Bye, bye, brother
A rachadura do Planalto
A geração de 1977 vai para a rua
O jogo da tensão

PARTE IV A hora de Ernesto Geisel
Figa mostra um rosto
Habeas Faoro
“Um dos dois vai ter que sair”
Um saiu

APÊNDICE
Breve nomenclatura militar
Cronologia
Fontes e bibliografia consultadas
Documentos
Transcrição dos documentos
Tradução dos documentos
Créditos das imagens
Agradecimentos da edição de 2014
Agradecimentos da edição de 2004

Sobre o autor
Mídias sociais

Abreviaturas e siglas

Abreviaturas utilizadas

AA Arquivo do Autor
AEG/CPDoc Arquivo de Ernesto Geisel/CPDoc
APGCS/HF Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
BLBJ Biblioteca Lyndon B. Johnson
DEEUA Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

Siglas gerais

AAB Aliança Anticomunista Brasileira
ABI Associação Brasileira de Imprensa
AP Ação Popular
Arena Aliança Renovadora Nacional
Cebrap Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPDoc Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas
DCE Diretório Central dos Estudantes
Dieese Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DINA Dirección de Inteligencia Nacional (Chile)
ERP Exército Revolucionário do Povo (Argentina)
FGV Fundação Getulio Vargas
Fiesp Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola
Frelimo Frente de Libertação de Moçambique
IPÊS Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MEP Movimento pela Emancipação do Proletariado

MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola
MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB Ordem dos Advogados do Brasil
OEA Organização dos Estados Americanos
ONU Organização das Nações Unidas
PC do B Partido Comunista do Brasil
PCB Partido Comunista Brasileiro
PIB Produto Interno Bruto
PUC Pontifícia Universidade Católica
RFA República Federal da Alemanha
UNE União Nacional dos Estudantes
Unita União Nacional pela Independência Total de Angola
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR Vanguarda Popular Revolucionária

Siglas governamentais

AI Ato Institucional
BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CIA Central Intelligence Agency (EUA)
DASP Departamento Administrativo do Serviço Público
Deops Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOPS Delegacia de Ordem Política e Social
DSI Divisão de Segurança e Informações
FBI Federal Bureau of Investigation (EUA)
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEB Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEC Ministério da Educação e Cultura
Pasep Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIDE Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Portugal)
PND Plano Nacional de Desenvolvimento
PIS Programa de Integração Social
Serpro Serviço Federal de Processamento de Dados
SNI Serviço Nacional de Informações

Sudene Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste
Sunamam Superintendência Nacional da Marinha Mercante
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB Universidade de Brasília
Usaid United States Agency for International Development (EUA)
USP Universidade de São Paulo

Siglas militares

Cenimar Centro de Informações da Marinha
CIE Centro de Informações do Exército
CISA Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CODI Centro de Operações de Defesa Interna
CPOR Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DOI Destacamento de Operações de Informações
EME Estado-Maior do Exército
EMFA Estado-Maior das Forças Armadas
ESG Escola Superior de Guerra
EsNI Escola Nacional de Informações
FAB Força Aérea Brasileira
FEB Força Expedicionária Brasileira
IPM Inquérito Policial-Militar
PE Polícia do Exército
PM Polícia Militar
RI Regimento de Infantaria
RM Região Militar
STM Superior Tribunal Militar

Explicação

O ex-presidente Juscelino Kubitschek almoçava no restaurante da diretoria do *Jornal do Brasil*. Pediram-lhe um prognóstico para a situação política, e ele respondeu: “A eleição do ano passado soltou o monstro. Tudo dependerá dele. Ele influenciará tudo. Ele está em todos os lugares”.

Para conferir a onipresença do “monstro”, curvou-se, olhando embaixo da mesa, como se o procurasse.

Quem é o monstro?

“A opinião pública”, disse JK.[1]

O resultado da eleição de 1974 encurralou a ditadura. O MDB vencera as disputas para senador em dezesseis dos 21 estados, indicando que dentro de quatro anos conquistaria a maioria no Senado. Um ano depois do almoço de JK no *Jornal do Brasil*, o “monstro” soltou-se no Rio de Janeiro e em Brasília. Cantando “Peixe vivo”, o povo voltou à rua, enterrando o ex-presidente com afeto e lamento.

A ditadura militar estava economicamente robusta. Num regime de pleno emprego, a economia crescia, na média, a taxas de quase 7% ao ano. Também tinha prestígio internacional. Faltava só a Argentina para que toda a América do Sul abaixo do Equador fosse governada por generais. Em março de 1976 uma junta instalou-se na Casa Rosada, e acabou-se a exceção.

Entre as últimas semanas de 1974 e a jornada de 12 de outubro de 1977, quando Ernesto Geisel demitiu o ministro do Exército, general Sylvio Frota, a anarquia militar e o poder republicano do presidente enfrentaram-se. Era o

confronto que o regime evitava desde 1964. À noite, quando Frota transmitiu o cargo ao seu sucessor, Fernando Bethlem, a anarquia estava enquadrada. Coube ao general Ernesto Geisel a defesa do poder constitucional. Logo ele, que participara das desordens militares de 1922, 1924, 1930, 1937, 1945, 1961, 1964, 1965, 1968 e 1969.*

De 12 de outubro de 1977 até o dia em que se escreveu esta Explicação, passaram-se 26 anos.** Nunca, na história da República, se viveu tanto tempo sem desordem militar digna de registro. Quando o general Ernesto Geisel morreu, em 1996, sabia a extensão desse legado. Orgulhava-se dele, mas não gostava de discutir o assunto. Temia fazer uma das coisas que mais detestava: falar bem de si próprio.

* * *

Este livro conta a história desses anos. Para escrevê-lo, tive a ajuda decisiva de dois dos grandes personagens do período. Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva deram-me longas, sinceras e pacientes entrevistas. Se deixei respostas sem perguntas, a culpa foi minha. Golbery, chefe do Gabinete Civil e principal articulador político de Geisel, cedeu-me também o arquivo pessoal dele. Eram 25 caixas que estavam guardadas em sua garagem, num sítio de Luziânia, nas cercanias de Brasília. Nelas há de tudo. Desde panfletos anônimos (de autoria conhecida) até um telex do general José Maria de Andrada Serpa, de janeiro de 1976, dissociando-se, como comandante da 7ª Região Militar, de uma articulação de solidariedade para com a criminalidade do DOI-CODI paulista. Se Golbery não tivesse guardado uma cópia desse telex, a mais corajosa manifestação de um general em função de comando contra a anarquia delituosa dos DOIs dormiria entre os papéis da burocracia militar.

Esse arquivo sobreviveu graças a Heitor Ferreira e seu sentido de preservação da história. Heitor foi assistente de Golbery de 1964 a 1967 no

Serviço Nacional de Informações e secretário particular de Geisel de 1972 a 1979 na Petrobras e na Presidência da República. Em 1964, aos 28 anos, Heitor caiu no centro de poder de uma ditadura. Manteve um diário que, na forma de um livro como este, teria 1.500 páginas. É o melhor retrato do poder já feito no Brasil, e não custa desejar que um dia venha a ser publicado. Heitor deu-me cópias do manuscrito e transcrições do período que vai de 1964 a 1976. Daí em diante, forneceu-me excertos e, em alguns casos, vista do texto. Colaborador decisivo na pesquisa, tornou-se um leitor distanciado. Nunca discutiu uma opinião ou análise. Limitou-se a corrigir o que julgou vocabularmente incorreto (na versão que lhe enviei, bagual significava "cafajeste") ou factualmente incompleto (nessa mesma versão, em 1977 Geisel jogou-lhe o telefone porque fizera uma piada). Acima disso tudo, Heitor Ferreira deu-me trinta anos de amizade.

Tive também a amizade e a ajuda de Humberto Barreto, o fiel amigo de Geisel e seu secretário de Imprensa entre 1974 e 1977. Humberto foi um personagem discreto e fundamental em quase todas as grandes crises do governo de Geisel. Passeava pelas ansiedades alheias com uma calma sertaneja que por vezes parecia temerária. Ela se amparava na fé que Humberto tinha no amigo. Passados trinta anos, ele não manifesta emoção alguma quando lhe contam que, em 1976, tentaram fritá-lo com uma transcrição de grampo de seu telefone: "Eu nunca deixei de dizer o que achava. A gente sabia que eles ouviam. Ia-se fazer o quê? Parar de falar?".

1 Para a data, *Diário de JK*. Para a frase, lembrança do autor.

* Em 1922 e em 1924, Geisel apoiou as revoltas do Forte de Copacabana e de São Paulo. Esteve nas mobilizações de 1930, 1937, 1945, 1961 e 1964. Participou da desordem de 1965, quando se baixou o AI-2. Apoiou as de 1968, com o AI-5, e de 1969, quando os ministros militares se transformaram numa junta e usurparam o poder do vice-presidente, Pedro Aleixo, depois do acidente vascular cerebral que incapacitou o marechal Costa e Silva. Geisel opôs-se às desordens de 1931, quando a guarnição do Recife se rebelou, e à revolta comunista de 1935. Por certo, foi contrário à revolta dos sargentos de 1963 e à dos marinheiros de 1964.

** Em 2014, data desta segunda edição, completam-se 37 anos.

PARTE I
A CRISE DE 1975

Ajude-nos - Reproduza e
mande um para COLBERT.
CASTIGO DE TRAIDOR
É A FÔRCA.

NAS FOTOS ANTERIORES:

Golbery é embarcado às pressas para Barcelona
O general, enforcado nos panfletos de militares
Vladimir Herzog morto, outubro de 1975
O empresário Mario Garnero, maestro de Salzburg
Angola, 1975: Geisel e Fidel do mesmo lado
O general Frota presidindo uma reunião do Alto-Comando

Recuo rápido, gradual e seguro

Os censores d'*O Estado de S. Paulo* foram embora como chegaram, sem dizer uma palavra. Na noite de 2 de janeiro de 1975 suprimiram vinte centímetros de texto na notícia sobre a sessão especial da Academia Brasileira de Letras em homenagem ao centenário do jornal. Como se tornara hábito, o trecho cortado foi substituído por um pedaço do poema *Os lusíadas*. Terminava assim:

> *Ao duro sacrifício*
> *se oferece:*
> Continua[1] [*Veja o documento*]

O poema continua, mas a censura ao *Estadão* tinha acabado.

O processo de distensão política de Geisel dera um passo à frente. Pela primeira vez desde 1968, a ditadura reduzira seu raio de alcance, abrindo mão, publicamente, de um instrumento de arbítrio. O *Estadão* passaria a publicar aquilo que seu diretor-responsável, Julio de Mesquita Neto, bem entendesse. Para Golbery, seria melhor assim. Havia anos sustentava que o fim da censura n'*O Estado de S. Paulo* não libertaria as forças incontroláveis do liberalismo: "Sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador que eu".[2]

Geisel ia para o segundo ano de sua presidência com um acervo indecifrado de mudanças. Enterrara o triunfalismo do Milagre Econômico e

aceitara uma derrota eleitoral sem precedentes na história republicana. Ao lado disso, no porão torturava-se e matava-se. Em 1974 foram assassinadas cerca de cinquenta pessoas, a maioria nas matas e nos cárceres militares do Araguaia. Nas cidades, o aparelho de repressão da ditadura exterminava o que sobrara da militância armada e avançava sobre o Partido Comunista. As 67 denúncias de tortura apresentadas nas auditorias deram ao ano um aspecto de trégua parecida com a do fim do governo Castello Branco (66 denúncias em 1966). A Fundação Getulio Vargas estimava que o país crescera 9,6%, enquanto as grandes economias mundiais gramavam a estagnação provocada pela crise do petróleo. Embora tendo sofrido o impacto de um aumento de 116% no preço dos combustíveis, a economia safou-se com uma taxa de inflação de 35%, um terço acima do índice real do ano anterior. (A inflação americana e a europeia — exclusive a da Alemanha — estavam entre 13% e 25%.)[3] A dívida externa, financiadora do salto, passara de 12,5 bilhões de dólares para 17,2 bilhões de dólares.

Algo havia mudado na vida política do país, mas em janeiro de 1975 era difícil saber o que as mudanças significavam para o futuro. Geisel dizia a Heitor Ferreira que “essa fórmula das prisões indiscriminadas tem que mudar”. Ao governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, contava que, se pedisse a ficha de Jesus Cristo aos serviços de informação, “ai dele”.[4]

* * *

A devolução da liberdade a um grande jornal prenunciava a abolição gradual da censura. Três semanários e um diário (*Veja*, *Opinião*, *O Pasquim* e a *Tribuna da Imprensa*) continuavam com censores trabalhando em cima dos textos da redação. Os demais órgãos de comunicação tinham de respeitar as ordens contidas nas pequenas notas da Polícia Federal. Mesmo aí sucederam mudanças. De onze novas proibições específicas expedidas no primeiro mês do mandato, o governo fecharia janeiro de 1975 com apenas

uma.[5] Era alguma coisa, mas não era tanto, pois persistiam todas as restrições genéricas, que iam do silêncio a respeito do porão ao olvido da existência de d. Helder Câmara.

Geisel decidira suspender a censura do *Estado* seguindo uma costura de Golbery, conselhos de Humberto Barreto, conversas com Paulo Egydio Martins, e até mesmo sugestão do comandante do II Exército, general Ednardo D'Avila Mello.[6] O presidente não entendia por que a família Mesquita mantinha jornalistas de esquerda na sua redação.

> — Como é que esses camaradas, que são conservadores, quatrocentões, se entregaram a jornalistas comunistas? — perguntou numa conversa com Paulo Egydio.
> — Por uma razão, general. Eles (...) para manter aquela sequência liberal, quer dizer, da democracia liberal, eleições diretas etc., eles consideram que talvez a esquerda hoje, não uma esquerda terrorista, mas a esquerda intelectual, seja um aliado momentâneo. (...) Eles são profundamente conservadores, como o senhor falou é quatrocentões, clubistas. (...) O fato da censura, deles estarem publicando *Os lusíadas* tem um efeito psicológico bastante profundo, não pode ser levado assim na brincadeira, ou na gaiatice. Eu verifico, se o senhor me perguntar, em São Paulo, o que é que eu vejo como um, vamos dizer, elemento potencial sério no panorama de hoje, eu acho que o *Estado* precisa de uma visão, precisa de um cuidado todo especial.[7]

O primeiro cuidado especial fora a expedição, por ordem expressa de Geisel, de um convite a Julio de Mesquita Neto para a cerimônia de sua posse. Temia ofendê-lo: "No fim o troço vem em cima de mim. Achando que sou eu que não quero".[8] Na sua fase de saltos atrás das linhas inimigas, Armando Falcão tivera alguns encontros com o diretor do *Estado* e, em pelo

menos uma ocasião, remetera a Geisel amostras do material que era censurado.[9]

A paz com o *Estadão* significava um desejo de restabelecimento da ordem nas relações entre o regime e uma parte do conservadorismo liberal, alijado do poder desde 1968. Supô-la tranquila seria romantismo. Eram muitas as divergências do jornal com o governo. Iam da sobrevivência do AI-5 à política econômica, julgada excessivamente centralizadora, estatizante e perdulária. Tudo isso cabia no livre debate, mas havia uma questão diante da qual talvez surgissem até espaços de tolerância, nunca um acordo: o porão. (Enquanto os censores estiveram na redação, suprimiram 223 notícias relacionadas a prisões, torturas, mortes e desaparecimentos.)[10]

* * *

Sem terroristas para caçar e com o Araguaia devolvido ao silêncio da floresta, o Centro de Informações do Exército avançara novamente sobre o Partido Comunista. Essa ofensiva, lançada no início de 1975, abriu a primeira crise militar do governo Geisel.

No dia 13 de janeiro o CIE estourou a capa de proteção do PCB e localizou a gráfica clandestina onde se imprimia o jornal *Voz Operária*, no subúrbio carioca. Ela funcionava num subterrâneo, num sítio. Chegava-se à impressora por um alçapão existente no fundo de uma caixa-d'água, que era esvaziada para que os trabalhadores descessem.[11] A *Voz* submergira em 1964, mas reaparecera um ano depois, circulando mensalmente. Com a gráfica, sumiu mais um pedaço da cúpula do Partidão. Um dos responsáveis pelas máquinas, Elson Costa, desapareceu no dia 14 de janeiro. Dirigente experimentado, já passara em silêncio por duas cadeias. Segundo um sargento do DOI, mataram-no numa casa do CIE, na periferia de São Paulo.[12] Outro, o gráfico Alberto Aleixo, de 72 anos, foi formalmente preso. Dois meses depois, os policiais internaram o velho comunista, com

quinze quilos a menos, no hospital Souza Aguiar. Era irmão do vice-presidente de Costa e Silva, Pedro Aleixo, de quem se distanciara. Pedro morreu em março, sabendo que seu irmão estava preso. Em agosto, morreu Alberto.[13]

A gráfica do PCB funcionava desde 1966 num subterrâneo, num subúrbio do Rio. Entrava-se pelo fundo de uma caixa-d'água.

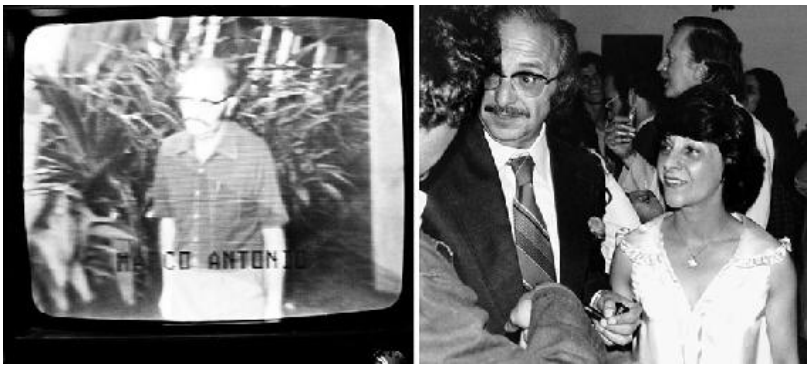
Era a *Operação Radar*. Ela mostrou que o PCB, longe de estar neutralizado, tinha uma gráfica de filme, recebia cerca de 200 mil dólares anuais de Moscou e participara das articulações do MDB e da campanha de 1974.[14] A *Radar* teria sua maior vitória às onze horas da manhã de sábado, dia 18 de janeiro, quando *Jacques*, o homem mais poderoso do Partido Comunista, estacionou numa rua do Engenho de Dentro, na Zona Norte carioca. Ia pela rua Dias da Cruz, ao encontro do operador da gráfica, a quem entregaria o editorial da próxima *Voz*. Duas horas depois deveria chegar a Copacabana, para almoçar com a mulher, Terezinha. No domingo à noite, entraria numa casa do Méier onde, na manhã seguinte, se reuniria toda a cúpula do partido, inclusive o secretário-geral, Giocondo Dias.

Não chegou a cumprimentar seu interlocutor. Teve tempo de gritar: "Estão prendendo o deputado Marco Antônio Coelho!".

Jacques acumulava duas das cinco secretarias do PC, a de finanças e a de agitação e propaganda. Além disso, coordenava os principais contatos políticos do partido. Homem de poucas palavras e voz serena, parecia um mestre. Em 1962 fora eleito deputado federal pela Guanabara. Nas 24 horas do golpe de 1964 fora o grande capa-preta de Brasília. Liderara o bloqueio de comunicações da capital e se recusara a fornecer ao chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, militantes comunistas para a formação de um comando paramilitar.[15] Estava condenado a sete anos de prisão.

Já eram mais de duas da tarde quando Terezinha Coelho percebeu que *Jacques* não viria para o almoço. Tamanha demora significava que o haviam capturado. Ela passaria os próximos dias tentando furar a barreira da censura, para tornar pública a prisão do marido.

Marco Antônio estava no DOI da Barão de Mesquita. Espancaram-no de tal maneira que lhe ficou a impressão de não ter sido interrogado: “Foi uma coisa de uma brutalidade indescritível”.[16] Transferido para São Paulo três dias depois, passou a ser metodicamente inquirido e torturado. Mantiveram-no incomunicável, nu, com quatro colheres de arroz, uma caneca de café e outra de água por dia. Emagreceu 25 quilos num só mês e chegou a beber de um urinol sujo. Os choques elétricos no interior do ouvido lesaram-lhe um tímpano. Segundo uma amostra parcial da documentação que o DOI reuniu a seu respeito, em 37 dias submeteram-no a pelo menos dezenove interrogatórios. O mais longo durou catorze horas. Na média, duravam cinco.[17] As torturas e as perguntas estavam de tal forma sincronizadas que um bilhete com instruções para a “turma do Coelho” (“Atenção — Forçar a barra, porém sem deixar marca”) se misturou com o texto dos depoimentos e foi parar nos autos do processo.[18]



O comunista Marco Antônio Coelho, preso no DOI paulista. Emagreceu 25 quilos em um mês. Sua mulher, Terezinha, denunciou as torturas que ele sofria, e o Exército se viu obrigado a mostrá-lo na televisão.

O advogado pernambucano Marcos Freire, que acabara de ser eleito senador pelo MDB, impediu que Marco Antônio Coelho se tornasse um desaparecido. Na terça-feira foi a um almoço no Clube dos Repórteres Políticos, no Rio, e lá, em meio às críticas habituais de um oposicionista, mencionou a prisão do dirigente do PC, ressaltando que seus familiares não sabiam onde ele se encontrava.[19]

* * *

Os interrogadores do DOI estavam obstinadamente interessados em remontar a rede de entendimentos do PCB com a oposição legal. Essa conduta significava uma reviravolta na metodologia da repressão. Enquanto lidava com organizações da esquerda armada compostas de quadros clandestinos, naturalmente voltadas para dentro, a máquina policial buscava o desmantelamento do aparelho, eviscerando-o. Esse mesmo procedimento dera-se em todas as ofensivas anteriores contra o partido. Tratara-se de implodir a organização. Agora pretendiam explodi-la. Queriam atingir os políticos que tinham contato com os comunistas. Não se queria neutralizar o PCB. Pelo contrário, desejava-se propagar sua importância, transformando-a num fator de contágio.

Estabeleceram-se conexões que ligavam o PCB a Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Orestes Quércia e quatro deputados federais do MDB.[20] Em quase todos os estados, a ajuda do Partidão fora relevante pela capacidade de mobilização de seus quadros, mas não pelo peso do eleitorado comunista. Exceto em São Paulo, onde elegera o advogado santista Marcelo Gatto para a Câmara, com surpreendentes 100 mil votos, marca superada na Arena apenas por dois candidatos. Reelegera para a Assembleia Legislativa o engenheiro Alberto Goldman, em segundo lugar na lista dos mais votados, com 75 mil votos, enquanto o arenista mais bem-colocado tivera somente 48 mil.[21] Para descobrir que o PCB apoiara Quércia e elegera Gatto e Goldman, não era preciso prender nem torturar. Teria bastado ouvir os informantes da Arena e, caso necessário, confirmar suas denúncias nos bares da noite paulista. Um agente não levaria nem uma semana para dar conta desse serviço.

Ao procurar conexões com o MDB, o CIE visava ao desmantelamento da oposição que emergira das eleições. Tratava-se, novamente, de reconstruir o estratagema que, em 1965, produzira o AI-2. Castello fora emparedado porque a linha dura associara a derrota dos candidatos governistas ao apoio que os comunistas haviam dado aos adversários do regime.

O CIE queria provar que o PCB ajudara a eleger Quércia em São Paulo, Paulo Brossard no Rio Grande do Sul e Roberto Saturnino no Rio de Janeiro. Logo, a vitória do MDB seria uma vitória dos comunistas, uma ameaça à Revolução que só poderia ser conjurada com um expurgo. Não se pretendia cassar os três senadores. Bastava desencadear um processo que terminasse em meia dúzia de punições. Seria o suficiente para estabelecer que Geisel não era um presidente constitucional obrigado a respeitar um resultado eleitoral, mas um delegado do poder revolucionário, obrigado a defendê-lo com as armas da ditadura.

* * *

Quando Giocondo Dias chegou ao aparelho do Méier e deu pela ausência de *Jacques*, cancelou o encontro e mandou que o secretariado se dispersasse. Em Brasília, nessa mesma manhã, iniciou-se outra reunião. O Alto-Comando das Forças Armadas estava de novo no palácio do Planalto, a convite de Geisel. Eram dez pessoas: o presidente e o vice, mais os três ministros militares com os chefes de seus estados-maiores, os chefes do EMFA e do Gabinete Militar. Ao contrário do que acontecera em junho do ano anterior, agora haveria uma sessão de perguntas. [*Veja o documento*]

Geisel começou sua exposição pela situação internacional. Mostrou "um quadro de crise", com inflação e desemprego no mundo desenvolvido. Os Estados Unidos, "numa etapa de absoluto desprestígio", praticamente submetidos a "uma ditadura de legislativo". A Europa, sofrendo um avanço da esquerda, sob o receio de a União Soviética "abandonar a sua política de distensão e lançar um golpe de força" sobre a Europa Ocidental.[22] Em menos de um ano, a ditadura brasileira assistira a um refluxo do conservadorismo no mundo. Desmoralizado pelo caso Watergate, o presidente Richard Nixon renunciara em agosto. Em novembro o Partido Democrata ganhara 36 governos de estado e uma bancada de 352 x 181 no Congresso. Os trabalhistas tomaram o gabinete inglês em março. Sete meses depois fizeram maioria no Parlamento, impondo aos conservadores a pior votação do século. Portugal ia ladeira abaixo. O general Antônio de Spínola, que em abril de 1974 derrubara o salazarismo, caíra em setembro. No início de janeiro o segundo funcionário na hierarquia do serviço diplomático português procurara o embaixador brasileiro, em busca de ajuda e abrigo, certo da iminência de um golpe comunista em seu país.[23]

O general Antônio de Spínola derrubou a ditadura salazarista em 1974. Renunciou à presidência de Portugal e asilou-se no Brasil.

Simbolicamente, pior notícia viera da Grécia. No poder desde abril de 1967, um grupo de coronéis produzira um regime em que havia “milagre econômico”, cassações, torturas, banimentos e projetos grandiloquentes (como a reconstrução do Colosso de Rodes, com noventa metros de altura). Ruíra em apenas uma semana, depois de um golpe fracassado em Chipre. Pior: os coronéis estavam todos na cadeia.

“Agora, vamos rapidamente ver qual é a nossa situação no quadro interno”, anunciou Geisel, começando a conversa que interessava.

> Acho que, de um modo geral, sobretudo se nós quisermos comparar com outros países, o nosso panorama interno é bom.
>
> No quadro político, o grande problema que surgiu é o das eleições de novembro. O que essas eleições tiveram de importante para nós é que serviram de alerta para o governo. O governo vivia muito tranquilamente neste quadro político. (...) Mas, por baixo, nós não sabíamos o que estava acontecendo. (...) É muito melhor a gente conhecer o problema, mesmo que ele não seja favorável, do que desconhecer e continuar embaído num comodismo que poderia levar a desastres maiores no futuro.
>
> A Arena é um partido extremamente fraco. (...) O governo despreocupou-se muito com a política. (...) Agora, ou nós cuidamos

> desse problema, ou então continuamos a não gostar de política e vamos sonhar com uma ditadura, que eu acho a pior solução.

Falou das eleições vindouras, da infiltração esquerdista na imprensa, dos radicais da oposição, das dificuldades da previdência, da inoperância da saúde pública e dos atritos com a Igreja, até que pisou fundo:

> Aí temos o problema da subversão. (...) Não existe nenhum foco no país de subversão interna ativa, vamos dizer. (...) Não sei, hoje em dia, sobretudo tendo em vista esse resultado das eleições, etc., se a esquerda está ainda empenhada em subversão propriamente dita, subversão armada.
>
> Acho que nós devíamos, inclusive, fazer uma nova análise completa de todo este problema da esquerda para ver se há mudanças ou não. Porque se houver mudanças, nós também devemos mudar. Nós devemos, com inteligência, encontrar os métodos, os processos para combatê-los, de acordo com a orientação que eles seguem. Nós não podemos cristalizar o nosso sistema de repressão. Quer dizer, no ano de 1969 foi feito isso, no ano de 1970 foi feito isso. Não quer dizer que em 1975 ou 1976 se continue a fazer aquilo!
>
> Nós continuamos a ter um grande fator negativo, sobretudo no âmbito interno, que são alguns setores internos que nos acusam de arbitrariedade, de torturas, de procedimentos ilegais. Isto é um fator muito negativo para o governo, e nós temos que examinar, ver até onde nós podemos ir para atender a este problema que se apresenta aí, dos direitos da pessoa humana e não sei mais o quê. Não sou um fetichista nessa história, mas acho que nós temos que ter cuidado para que isso não vire um bumerangue contra nós.

Poucos minutos depois, Geisel retomou sua louvação da unidade militar, um “milagre”. Temia que um esgarçamento das bases, influenciadas pelo exemplo dos capitães portugueses, levasse os jovens oficiais a acreditar que “no Brasil está tudo errado, que nós somos uns velhos ultrapassados e que os tenentes e capitães é que têm que fazer isso”.

> Aliás, isso não é novo, não. Isso também nós fizemos em 1930. Fizemos a Revolução de 1930 nessa base, não é? Os generais e os coronéis eram os comodistas. (...) Há trabalhos nesse sentido, há trabalho de gente de esquerda, inclusive. Querendo apoiar o governo. Apoiar o governo! Então eles vêm a certas áreas militares insistindo com essa bandeira falaz, não é? Há trabalhos. Um dos grandes argumentos do MDB, a grande bandeira que o MDB levanta agora é o estado de direito, a luta contra o AI-5, contra outras coisas, outros poderes que o governo tem. Bom, eu não estou dizendo que isso não seja um objetivo remoto que nós devemos procurar atingir, mas antes de atingir o estado de direito nós temos que nos preocupar em manter a ordem no país. Eu posso ir ao estado de direito e, no dia seguinte, ter uma bagunça na rua, não é verdade? Então eu prefiro ser mais realista, não ter o estado de direito por enquanto na sua plena integridade, e ter a ordem no país. Mas a luta pelo estado de direito é uma das que vai se encadear, a partir de março, no Congresso. (...) Nós temos que nos vacinar um pouco contra ele.

Concluiria com um convite: “Agora, vamos debater. Essa história de liberdade de expressão... Se quiserem emitir opiniões a respeito disso, podemos fazer algum comentário. Alguma coisa?”.

O debate durou mais que a exposição. O primeiro a falar foi o ministro da Marinha, almirante Geraldo Henning. Nada tinha de radical, nem de expressivo:

> No campo interno o que se sente é que os meios de divulgação estão sendo usados no sentido de desfigurar o governo, diminuir a importância do poder executivo e dar a impressão mesmo de inversão de posições. Isto é, o Executivo seria corrupto e a moralização estaria no poder legislativo. (...) Nós sentimos que a lei de segurança nacional precisava ser revista para dar flexibilidade maior aos tribunais militares, permitindo um maior rigor porque o que se sente, ultimamente, é um abrandamento das punições aos que conspiram contra a segurança nacional. E, também, ao abrandamento da censura à imprensa deveria corresponder um rigor maior na lei de imprensa.

A resposta de Geisel, na íntegra: “É”.

Adiante, Henning mencionou a insatisfação dos jovens oficiais com os salários.

Geisel: “É”.

O almirante lembrou que os salários baixos impediam os oficiais de comprar casa própria.

“É.”

“Obrigado”, fechou Henning.

“Quem quer dizer mais alguma coisa?”, perguntou Geisel.

Não se sabe quem pediu a palavra. Sabe-se apenas o que disse: “No campo político, Vossa Excelência se referiu às eleições. Está me parecendo que o partido que se mantém dez anos no poder à sombra do poder revolucionário está falho. Além disso, os líderes estão envelhecidos, estão acomodados (...) e essa eleição serviu para assustar um pouco — mas é a renovação. E a mocidade está votando”.

Geisel completou: “(...) Você tem razão, um partido que está no governo há dez anos, se ele não tiver muita imaginação para se renovar, ele cansa.

Quer dizer, é possível que muitos elementos do povo tenham votado contra a Arena porque estão cansados de ouvir falar em Revolução".

Foi mais fundo:

> Revolução, Revolução, Revolução, bom, mas qual é a ideia nova que nós trazemos? O que nós queremos realmente? Não podemos viver com o quadro que nós sentimos de dez anos atrás, mas que a massa do povo não sentiu. Quantos jovens estão aí que são eleitores, que votam, que não viveram o regime do Jango, não viveram o regime daquela inflação galopante, que não viveram os desregramentos que se praticaram? Então, falar isso a eles, não adianta nada. Ele está vivendo o problema de hoje: "Qual é o meu salário?", "Quanto é que eu ganho?". É o caso dos tenentes. "Como é que eu vivo? Como é que a previdência me atendeu? Como é o problema da casa própria? Como é o problema da carne?". Então, eles vivem isso. Agora, nós temos que criar. Eu acho que nós, se não lançarmos certas ideias novas de ação, o organismo deve cair. É o caso do Paraguai que eu estou citando aí, está com vinte e tantos anos de governo, o pessoal está cansado. É o caso da Espanha e foi o caso de Portugal.
>
> Aquele governo do Salazar foi ótimo numa determinada fase, depois, não soube evoluir; e cristalizou. Cristalizou e não criou nada de novo. Ora, se nós não criarmos nada de novo, nós vamos ter o mesmo destino.

A discussão deslizou para assuntos militares, até que o ministro do Exército, general Sylvio Frota, recolocou-a nos trilhos políticos.

> Eu tinha algumas observações que, aliás, não ia trazer à baila porque achava que não eram relacionadas diretamente com o meu setor, mas que têm sobre ele às vezes alguma repercussão. (...) Uma delas é o problema do abrandamento da Justiça Militar no julgamento da subversão. Eu acho isso, desculpe, não querendo discordar, não é um problema de legislação, é um problema subjetivo de julgamento. No ano passado [referia-se a 1974] nós tivemos, embora os casos fossem diferentes, duzentas condenações em trezentos casos. Este ano [referia-se a 1975] estas condenações desceram para cem, e em casos muito mais perigosos. É um problema, me parece, de mentalidade, que está se criando na Justiça Militar. E fala-se mesmo, em certos setores, que há o propósito de se fazer uma anistia branca. Sabe, este problema tinha sido notado também. (...) Eu não penso que seja um problema de lei. Eu lidei muito com a lei e...

Dessa vez Geisel, com sua experiência de ex-ministro do Superior Tribunal Militar, detalhou a resposta:

> O advogado faz a defesa e procura destruir a pouca prova que aparece, inclusive fabrica testemunhas e uma série de coisas. E o promotor (...), via de regra, ele não se interessa pelo processo. Ele acompanha o processo mas não se preocupa em provar aquilo que ele alegou quando deu a denúncia. Então, o processo chega ao fim, vai se examinar, não tem provas. As provas a que aludia o inquérito no processo não foram reavivadas e não foram confirmadas. E fica você neste drama de consciência. Você tem a convicção de que aquele sujeito é criminoso, e que o inquérito está certo, mas o inquérito não vale como prova judicial, e a prova judicial não existe. Então se cria este grande drama de julgar o processo. (...)

> Eu tive vários casos assim. Houve casos em que eu condenei, tal era a minha convicção, apesar da deficiência de provas do processo. Mas há outros que você não pode condenar, a não ser que você queira ser irracional, mas é errado.

Frota insistiu no tema: “(...) Os chavões apresentados pelos defensores dos subversivos são sempre os mesmos, e são aceitos com uma ingenuidade que eu não posso compreender, e isso traz, realmente, no Exército, não digo uma descrença, uma irritabilidade contra... um desencanto”.

Geisel também insistiria:

> Agora veja. Nós tiramos esse processo da área da justiça civil. Trouxemos para a área da Justiça Militar, a duras penas. Não queira saber a luta que se travou no tempo do governo do presidente Castello Branco, para poder atribuir à Justiça Militar o julgamento do civil dos crimes de segurança. Bom, porque nós partimos do princípio que os militares seriam severos e dedicados aos problemas de segurança. Bom, depois do funcionamento de alguns anos, nós chegamos a uma conclusão um pouco melancólica, não é?

Frota: “(...) Há também uma preocupação de certos juízes de se transformarem em encapuzados dos direitos humanos, não é? (...)”.

A conversa escorregaria para o porão, mas o general Antonio Jorge Corrêa, chefe do EMFA, pediu a palavra, mudou de assunto e reconduziu-a à agenda militar, e daí ao final.

Poucos dias depois, quando se falou na possibilidade de uma nova reunião do Alto-Comando, Geisel rebateu: “Não vou fazer, todo mês, uma pastoral para o Exército”.[24]

Nem todo mês, nem nunca mais. Aquela fora a última.

O ministro do Exército, Sylvio Frota, reclamava: “Os chavões apresentados pelos defensores dos subversivos são sempre os mesmos, e são aceitos com uma ingenuidade que eu não posso compreender, e isso traz, realmente, no Exército (…), uma irritabilidade contra… um desencanto”.

* * *

Nos primeiros meses de 1975 o governo vagou entre posições opostas. Ao mesmo tempo que o porão patrocinava uma nova onda de prisões, desaparecimentos e torturas, outra banda procurava acelerar a distensão. Ora de um lado, ora de outro, ficava Geisel.

Golbery tentava tirar os censores da revista *Veja*. Não podia, porque Geisel se aborrecera com o conteúdo de um artigo sobre a censura. O texto, cortado da revista, fora-lhe remetido pela Polícia Federal.[25] Geisel permitira o retorno do professor Darcy Ribeiro, para que fosse operado de um câncer de pulmão, mas proibiu-o de visitar a Universidade de Brasília, que fundara.[26] Desestimulou uma aproximação do SNI com a DINA chilena, mas endossou o veto do Serviço à matrícula do senador José Sarney na Escola Superior de Guerra.[27] Estimulava os contatos de Armando Falcão com os militares, mas indicou o liberal Célio Borja para a presidência da Câmara.

Esses sinais contraditórios refletiam o tipo de controle que Geisel procurava manter sobre o processo político. Colocando-se na posição de árbitro do gradualismo, estava a um só tempo descomprimindo o processo e cristalizando na sua vontade o arbítrio da ditadura. Queria a distensão, desde que tivesse a prerrogativa de dizer qual, como e quando. Queria menos ditadura tornando-se mais ditador. Abrindo o regime, exercia sobre ele uma pressão maior que aquela usada por Médici para mantê-lo fechado. A arbitragem dos ditadores é eficaz, e é fácil administrá-la quando avança sobre as liberdades públicas. Nesses casos, o ditador acumula poder a cada volta do parafuso, restringindo e esterilizando o campo de ação do adversário. Girando no sentido inverso, além de diminuir seu poder, coisa com a qual eventualmente pode até concordar, abre espaço para o surgimento de problemas que não pode controlar nem sequer prever. Esse grau de incerteza era parte do estratagema, mas transformara-se, para Geisel, numa fonte de ansiedade e cautela. Se é possível arriscar, sabia a direção, mas não conhecia o caminho.

O divisor de águas continuava onde sempre estivera: a tortura, encruada na questão dos desaparecidos. O MDB resolvera convocar o ministro da Justiça ao plenário da Câmara para prestar esclarecimentos. Além disso, sua bancada fornecera 138 assinaturas (35 acima do mínimo exigido pelo regimento) pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar casos de violações de direitos humanos. Eram 22 os nomes dos desaparecidos.[28] (A falta de informações, o silêncio que envolvia o paradeiro dos guerrilheiros do Araguaia e o medo contribuíram para que essa lista fosse imprecisa e magra. No fim de janeiro de 1975, na realidade, os desaparecidos eram cerca de 130.) O líder do governo na Câmara rebateu, acusando mais de vinte deputados da oposição de terem recebido o apoio do PCB. Uma coisa nada tinha a ver com a outra.

Na semana seguinte à reunião do Alto-Comando, Geisel quis enfrentar o problema dos desaparecidos. Disse a Golbery que cuidasse do texto de uma

nota oficial, mais ou menos assim: “Havendo notícias de desaparecimento de pessoas, determino ao Falcão investigar, etc.”. Na primeira hora parecera que se conseguiria colocar um civil à frente das investigações.[29]

Golbery produziu um tratado de oito páginas e levou-o ao presidente. Com um dossiê à mão, reviram o texto.[30] Atacava a imprensa nacional e estrangeira, a Igreja, o “intelectual esquerdista inglês Bertrand Russel” e organizações defensoras dos direitos humanos, como a Anistia Internacional. Enquadrava as denúncias na “campanha difamatória contra o Brasil no exterior, como parte integrante da Guerra Psicológica planejada pelo Movimento Comunista”. Lançava todas as suspeitas possíveis sobre os desaparecidos (inclusive a de terem desertado suas organizações ou de terem sido por elas executados), mas eram só três os parágrafos vitais:

> A política do Governo é a de expor todas as questões de segurança com clareza, de forma que a segurança do Estado, a preservar sempre, não seja comprometida por atos que desabonem o respeito devido aos cidadãos brasileiros, em sua integridade física e em sua dignidade humana. (...)
>
> Assim tem procedido o Governo — e continuará persistentemente a fazê-lo — não só por compreender bem a justa ansiedade de familiares e amigos, a par dos problemas legais resultantes, mas sobretudo por considerar o problema de inegável significação política que jamais poderia obscurecer. (...)
>
> Por ato de compreensão humanitária, a partir da data em que recebeu a citada lista o Governo do Presidente Ernesto Geisel vem se empenhando — e continuará assim procedendo — em averiguações destinadas a esclarecer no maior número possível o destino dos que estão relacionados.[31] [*Veja o documento*]

Queriam tirar os cadáveres do armário, mas iam além, enunciando um compromisso com a averiguação. Passo audacioso, uma vez dado, bloquearia o porão, negando-lhe a inimputabilidade.

* * *

Estavam as coisas assim quando o ministro da Justiça pediu uma audiência a Geisel. Heitor Ferreira anotou os acontecimentos em seu *Diário*, na ordem em que soube deles.

Heitor Ferreira

Primeiro, a suspeita: “Falcão vem hoje às 14:30 para trazer duas ‘ponderações’ que Golbery acha que são do Frota. (...)”.

Depois, a sua confirmação: “Golbery a Falcão: ‘O que o chefe acha é que ele não pode ignorar os fatos’. (...) Falcão levantou a questão da investigação ‘reservada’. (...) Falcão, na verdade, está com receio de uma investigação. (...)”.

Finalmente, o desfecho: “Desceram para falar com Geisel. (...) Chegaram à fórmula do Falcão de dar uma nota após o Carnaval, explicando a posição de cada um dos 22 desaparecidos. E, se necessário, os jornais não falam mais no assunto. (…) Para não correrm os o risco, vamos ficar numa solução atamancada. (…) Ficou-me a sensação de que o Falcão conseguiu bloquear o negócio. Não consegui falar direito com Golbery”.[32]

(Nesse dia desapareceu, no Rio de Janeiro, Jayme Amorim de Miranda, ex-secretário de organização do PCB. Acabava de voltar de Moscou. Teria sido visto no DOPS de São Paulo. Foi assassinado no aparelho do CIE em Itapevi.)[33]

Heitor conseguiu falar com Golbery na manhã seguinte. Encontrou-o desalentado e convencido de que não seria divulgada nota alguma. Pior: chegara ao palácio uma nova denúncia de torturas e choques elétricos contra um casal, em São Paulo. Geisel estava a caminho da sala das reuniões para presidir os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Social. Vinha com Hugo Abreu. Esbravejava: "Repressão com brutalidade é burrice. Ninguém abre a janela, ninguém pensa. O Médici é um deus, o Orlando é um deus. O *Miltinho** é um deus. E eu sou uma besta".

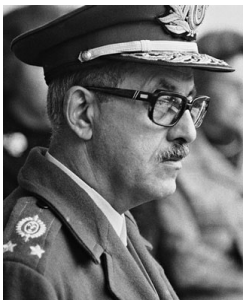
Hugo parou diante do elevador, para retornar ao seu gabinete, mas o presidente insistiu: "Por que não fazem uma ditadura bem botocuda? E me botam para fora! Porque eu não vou ficar quatro anos aqui aguentando as besteiras dos coronéis, majores e capitães. (...) Depois a gente reclama quando dizem que há governo paralelo. E há mesmo!".[34]

O general Hugo tentara retardar a divulgação de qualquer nota sobre os desaparecidos, lembrando a Geisel que não se deveria subestimar a reação militar a uma eventual convocação do ministro da Justiça pela Câmara: "Poderia ser o primeiro passo de um processo de contestação, de consequências imprevisíveis".[35] [*Veja o documento*] A essa altura, a CPI estava sepultada, pois 108 deputados retiraram a assinatura do requerimento de convocação.

O chefe do Gabinete Militar ressuscitara o trabuco da "contestação". Derivava da regra segundo a qual se podia fazer oposição ao regime mas não se podia contestá-lo. O truque estava no fato de faltar definir o que fosse contestação. Mesmo admitindo-se que a denúncia de torturas passadas fosse inaceitável, podia-se supor que Geisel tentasse chegar a um arranjo semelhante ao que, em 1964, resultara da sua visita às prisões do Nordeste:

o feito feito está, desde que não se volte a fazer. Esse acordo, obtido no governo do marechal Castello Branco, tornara-se impossível no seu. A anarquia militar expandira-se e mudara de qualidade. Em 1964, os torturadores do Recife praticavam malfeitorias a mais de mil quilômetros do palácio. Em 1975, o tenente-coronel Pedrozo, que lhe expusera a lógica do extermínio no Araguaia, chefiava o serviço de segurança da Presidência. Para que a transação da pedra limpa prevalecesse, era necessária uma de duas condições: a boa vontade da "tigrada" ou o medo de sanções disciplinares. Não existia nem uma nem outra. Desde 1969 todos os chefes militares que confrontaram a "tigrada" se viram remetidos ao canil. Invicta, ela podia acreditar que tudo aquilo não passava de fingimento, bravata.

No mesmo dia em que conferiu a redação da nota de Golbery, Geisel soube, numa conversa com o general Sebastião Ramos de Castro, chefe interino do SNI, de treze mortes ocorridas em 1973. Nessa lista estava Joaquim Pires Cerveira, um ex-major do Exército, sequestrado em Buenos Aires e visto, arrebentado, no DOI-CODI do Rio.[36] Nos mesmos dias em que o Planalto falava em buscar o paradeiro dos desaparecidos, uma equipe da FAB exumava cadáveres dos guerrilheiros do PC do B no Araguaia coletando-os pelas matas do sul do Pará. A *Chica* (Suely Yomiko Kanayama), que estudara alemão na Universidade de São Paulo, fora capturada na mata, levada para a prisão da Bacaba e assassinada em setembro de 1974. Sepultaram-na perto do cárcere. Os militares que a desenterraram se surpreenderam com sua conservação.[37] O piloto de um dos helicópteros que participaram dessa missão estimou que, ao longo de duas ou três semanas, entre quarenta e 45 corpos foram levados para a serra das Andorinhas. Lá, incineravam-nos em piras de pneus encharcados de gasolina.[38] Providenciava-se o desaparecimento dos desaparecidos.



Sebastião Castro

O texto de Golbery foi para o lixo da história, e Armando Falcão divulgou uma nota oficial de seis páginas, com um preâmbulo de 51 palavras e pequenos verbetes sobre o suposto paradeiro de 27 cidadãos.[39] Nada dizia. Verdadeira salada. Em alguns casos, cometia erros atemorizadores. Listava quatro pessoas que jamais haviam sumido.[40] Acusava uma delas, o professor Paul Singer, de carregar a suspeita "de ser elemento de ligação com o exterior do Movimento Comunista Internacional", sem que o sereno economista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, pudesse sequer saber o que isso significava. Sustentava que o governo perdera o rastro de Joaquim Cerveira em 1970, quando ele foi banido para a Argélia. Falso. Não só o general Castro sabia o que lhe acontecera, como o SNI e a Polícia Federal haviam plotado o ex-major dois anos depois, numa reunião com Miguel Arraes em Santiago do Chile. Nem se poderia dizer que essas informações não chegavam ao Ministério da Justiça. O chefe do SNI encaminhara um relatório do encontro ao antecessor de Falcão.[41] Uma barbaridade.

* * *

Golbery divertia-se dizendo que "no bojo de toda vitória está embutida uma derrota, e no bojo de toda derrota está embutida outra derrota". No caso dos desaparecidos, fora derrotado.

No dia 20 de fevereiro, Terezinha Coelho conseguiu entrar no DOI. Esteve com o marido por dez minutos e saiu em busca de um lugar para gritar. Acabou batendo na redação d'*O Estado de S. Paulo*. Contou o que viu a Ruy Mesquita. O jornalista ligou, na hora, para Armando Falcão, narrando-lhe o que ouvira.[42]

Daí em diante as coisas sucederam com rapidez.

Heitor Ferreira registrou:

> Falcão disse ao Golbery que a mulher e a filha do Marco Antônio Coelho o visitaram e o encontraram muito maltratado. Golbery desce e diz a Geisel. Geisel teve uma explosão, furioso: "E eu sou obrigado a acobertar o cretino que fez isso! Sadismo! E nós na banana. (...)". Geisel gritava: "Que coisa! Como está esse Exército! Nossas providências são inócuas. Fico falando aqui e não adianta! Qualquer dia eu largo isto e vou embora! Entrego a esse coronel de São Paulo. (...)". Ele estava absolutamente fora do normal.

Heitor saiu, deixou os dois conversando: "Esperei Golbery subir. Disse-me: 'Nada'".[43]

Golbery desdenhava explosões emocionais. Costumava ouvi-las impassível, tentava até mudar de assunto. Todos sabiam que Marco Antônio estava sendo torturado. Sabiam também que o CIE relutara em reconhecer sua prisão. O general sabia isso e muito mais. Desde o início do governo criara uma rede de informantes que lhe davam notícias e levavam denúncias do que sucedia no porão. Com o deputado Célio Borja, acertara um mecanismo semelhante ao que propusera ao cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns. Recebia as queixas, desde que não lhe fossem cobradas providências imediatas nem resultados espetaculares. Nesses dias, pedira a Célio que fizesse vazar para a imprensa a informação de que se preparava uma onda de prisões contra o Partidão.[44]

O próximo lance estava marcado para o dia seguinte, quando o general Sylvio Frota teria sua audiência rotineira com Geisel. O presidente procurou se documentar, pedindo ao SNI informações sobre Marco Antônio.

Frota trouxe consigo uma nota oficial e um laudo de exame de corpo de delito feito na véspera. Examinado pelo médico Harry Shibata, Marco Antônio mostrara-se "bem-nutrido" e em "plena integridade física".[45] Heitor anotou: "E agora?".[46]

Era uma palavra contra outra. A de um preso, ou da mulher, contra a do ministro do Exército. Nesse episódio o general Sylvio Frota marcou uma posição que haveria de caracterizar sua presença no governo: tornara-se patrono do porão. Tudo aquilo que Geisel dissera na reunião do Alto-Comando soara bem, mas não se aplicava ao caso, pois o ministro do Exército considerava improcedente a queixa. Esse tipo de atitude nem nova era. Em 1964, Golbery chamara as notícias de tortura de "balão propagandístico".[47] Geisel condenara "o deliberado interesse de torcer, deturpar ou exagerar os fatos conforme a conveniência".[48] Retornava-se à construção segundo a qual, como as denúncias se destinavam a enfraquecer o governo e a solapar o regime, e como ambos não admitiam uma coisa nem outra, os fatos denunciados eram inadmissíveis. Por inadmissíveis, inverossímeis. Por inverossímeis, inverídicos.

Nesse encontro com Frota, na tarde de 25 de fevereiro de 1975, Geisel recuou. Não fazê-lo, nas circunstâncias em que o ministro do Exército colocara a questão, exigiria que denunciasse o laudo, contraditasse a nota e enquadrasse o general. Tudo em benefício daquilo que parecia ser apenas a integridade física de um comunista.

Tendo recuado, trocou de posição. Em vez de reclamar dos torturadores do DOI, passou a reclamar de Célio Borja, que anunciara à imprensa sua intenção de levar Terezinha Coelho ao gabinete de Golbery.[49] É bastante provável que, a essa altura, Geisel já tivesse lido a carta que ela lhe escrevera e que Célio entregara a Golbery.

Em seguida, o presidente cuidou do funeral de sua explosão anterior. O governo falaria por meio de uma nota oficial do ministro da Justiça. Golbery deveria instruir Falcão, mencionando o laudo médico e desmentindo o conteúdo da carta, uma “inverdade”.

A derrota no caso dos desaparecidos tinha, embutida, outra derrota. Geisel e Golbery estavam tratando dos detalhes da nota oficial quando Heitor Ferreira entrou na sala e ouviu do presidente: “O mal que o Getulio fez com aquela ditadura! Hoje todo mundo pensa que eu posso resolver tudo com uma penada”.[50]

Reconhecia que não conseguira resolver o caso mas chegara a um final patético. Um cidadão apanhava no DOI, e a conta fechava com dois culpados: Getulio, por ditador, e a mulher da vítima, por contar que torturavam seu marido.

O Ministério da Justiça anunciou que tudo não passava de “mais um capítulo na insidiosa campanha que se move, dentro e fora do País, contra as autoridades brasileiras”.[51] Mais: o Exército levou uma equipe do *Jornal Nacional* ao quartel-general do Ibirapuera para que filmasse, de longe, Marco Antônio Coelho caminhando no pátio.

Entre a hora da divulgação das patranhas e a madrugada seguinte, quando *O Estado de S. Paulo* começou a chegar às bancas, o porão tinha feito cabelo, barba e bigode. Dera-se o desfecho de sempre: o preso apanha, a família reclama, mas não há nada a fazer.

O caso de Marco Antônio Coelho não terminou assim, porque o *Estadão* publicara, junto ao texto da nota oficial, uma “Carta a Geisel”. Eram as “inverdades” de Terezinha Coelho, vistas no DOI no mesmo dia em que *Jacques* teria sido visitado pelos dois legistas:

> O que vi foi o bagaço de um homem descarnado pela tortura. (...) Seus braços — que os algozes nem me procuraram esconder, como se houvesse o propósito de aniquilar-me (...) — apresentam-se roxos

> e inchados, tais e tantas marcas visíveis dos golpes e picadas da tortura; estão desarticulados e as mãos insensibilizadas pelos choques elétricos. (...)
>
> Isto, Senhor Presidente, o que me foi dado ver nos dez minutos que me concederam o II Exército e as autoridades do DOI, em São Paulo.
>
> E debaixo de ameaças tais como: seu marido sabe muito, senhora, e ele vai ter que contar tudo o que sabe; a senhora não diga nada lá fora para não ficar pior.
>
> (...)
>
> Matem o meu marido, mas não o torturem! Não o aviltem, pelo amor de Deus![52] [*Veja o documento*]

Os torturadores de Marco Antônio perceberam que se encontravam diante de uma nova modalidade de vitória. Tinham sido obrigados a provar que um preso estava vivo. Ademais, a imprensa tratara regularmente do caso. Falava em “sevícias”, “maus-tratos” e “violências”, e usava até mesmo a palavra maldita: *torturas*. Tiveram de fingir que o preso não fora torturado. Não era muito, mas já era demais. “Isso é coisa do Golbery”, queixaram-se a *Jacques*.[53]

Terezinha Coelho reclamou do espetáculo e pediu a quebra da incomunicabilidade do marido para que se pudessem ver as marcas do pau de arara em seus braços.[54] A notícia saiu no *Jornal de Brasília*. No dia seguinte, o ministro Armando Falcão mandou que a Polícia Federal abrisse inquérito para apurar a responsabilidade pelas “referências caluniosas e infamantes a órgãos de segurança”.[55] Era coisa do general Sylvio Frota.

Em janeiro de 1975 o ministro da Justiça, Armando Falcão, anunciou ao país o desbaratamento da gráfica onde o PCB imprimia seu jornal clandestino, a *Voz Operária*. Golbery acreditava ter nele um aliado para conduzir as questões das torturas e dos desaparecidos. Enganou-se.

1 *O Estado de S. Paulo*, 3 de janeiro de 1975, p. 4 (*Os lusíadas*, Canto III, 131).

2 Golbery do Couto e Silva, 1973, e "O fabricante de nuvens", *Veja* de 19 de março de 1980, p. 28.

3 Ernesto Geisel, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1975, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1336/000010.html> e <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1336/000011.html>. O crescimento do PIB em 1974 foi revisto para 8,15%.

4 *Diário de Heitor Ferreira*, 6 de janeiro de 1975, e Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

5 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, pp. 276-8 e 293.

6 Para a gestão do general Ednardo D'Avila Mello, *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de maio de 1975, e Ernesto Geisel, abril de 1995.

7 Reunião de Geisel com Paulo Egydio Martins, 4 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

8 Conversa de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 7 de março de 1974. APGCS/HF.

9 Maço de papéis com uma folha de *O Estado de S. Paulo* anotada por Heitor Ferreira, Geisel e Armando Falcão. Um bilhete de Falcão e duas outras folhas de xerox, 23 de maio de 1974. APGCS/HF.

10 *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1998, p. D2.

11 Henrique Cordeiro, dezembro de 2002.

12 Entrevista do sargento Marival Chaves Dias do Canto a Expedito Filho em *Veja* de 18 de novembro de 1992, pp. 24-5.

13 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp. 334-5. José Carlos Brant Aleixo, agosto de 1999. A morte de Alberto Aleixo só foi publicamente denunciada vinte anos depois, pelo Grupo Tortura Nunca Mais.

14 Para os dólares, discurso do general Ednardo D'Avila Mello, em *O Estado de S. Paulo* de 1º de abril de 1975, p. 7. Vadim Zagladim, funcionário do departamento internacional do Partido Comunista Soviético, afirmou que a subvenção era de 300 mil dólares anuais. *Veja*, 8 de janeiro de 1992, p. 23.

15 Marco Antônio Coelho, agosto de 1988.

16 Idem, janeiro de 1998.

17 *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado "reservado", de abril de 1976, 119 folhas. AA.

18 Marco Antônio Tavares Coelho, *Herança de um sonho*, p. 525.

19 *Jornal do Brasil*, 23 de janeiro de 1975, p. 12. Para a data de 21 como dia da denúncia, *Informação nº 0362/S-102/A5-CIE*, do CIE, de 11 de março de 1975, p. 9. AA.

20 *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado "reservado", de abril de 1976, 119 folhas. AA.

21 *Dados estatísticos*, vol. 11: *Eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1974*, pp. 171, 173-4 e 177.

22 Todas as citações referentes à reunião baseiam-se num maço de folhas datilografadas intitulado *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. Trata-se de uma gravação, revista por Heitor Ferreira, que a chamou de *Segunda Versão*. Não se conhece a primeira versão. Nas citações respeitou-se o texto da gravação, salvo em poucos casos, quando a revisão de Heitor foi irrelevante para o sentido e essencial para a compreensão. APGCS/HF.

23 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de janeiro de 1975.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de fevereiro de 1975.

25 Anotação de Golbery numa nota enviada por Heitor Ferreira, de 29 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

26 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de março de 1975.

27 Idem. Para a DINA, 10 de janeiro de 1975; e para Sarney, 10 de dezembro de 1974.

28 *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de janeiro de 1975.

29 Idem, 30 e 31 de janeiro de 1975.

30 Idem, 3 de fevereiro de 1975.

31 Oito folhas datilografadas, sem data nem assinatura. APGCS/HF.

32 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de fevereiro de 1975.

33 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 312. Para sua passagem pelo DOPS, relatório da Marinha à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, p. 4172. AA. Para a execução, entrevista do sargento Marival Chaves Dias do Canto a Expedito Filho, em *Veja* de 18 de novembro de 1992, p. 25. Para o retorno de Moscou, João Falcão, *Giocondo Dias*, p. 308.

* Orlando era seu irmão, ministro do Exército de outubro de 1969 a março de 1974. *Miltinho* era o apelido do general Milton Tavares de Souza, ex-chefe do CIE.

34 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de fevereiro de 1975.

35 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, carimbada “secreto”, sem data. APGCS/HF.

36 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de fevereiro de 1975.

37 Para o testemunho de que *Chica* /Suely chegou viva à Bacaba, depoimento de José Veloso de Andrade a Romualdo Pessoa Campos Filho e Gilvane Felipe. Para o local da sepultura, Rinaldo Gama, “O fim da guerra no fim do mundo”, *Veja*, 13 de outubro de 1993, p. 16.

38 Depoimento do coronel da FAB Pedro Correa Cabral a *Veja* de 13 de outubro de 1993, p. 19, “O fim da guerra no fim do mundo”, por Rinaldo Gama, e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em 23 de maio de 2001. As operações começaram no dia 30 de janeiro e duraram dez dias.

39 Nota de seis folhas datilografadas, assinada por Armando Falcão e visada por Geisel, de 6 de fevereiro de 1975. APGCS/HF.

40 A professora Maria Nilde Mascellani, Maria Margarida da Rocha Melo, Maria da Conceição Sarmento Coelho da Paz e o economista Paul Singer. Ver carta de d. Aloisio Lorscheider a Geisel, 24 de setembro de 1975. APGCS/HF.

41 *Informação nº 2.106*, da Polícia Federal, de junho de 1972, em *O Estado de S. Paulo* de 5 de abril de 1998, p. A14.

42 Marco Antônio Coelho, julho de 1998.

43 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de fevereiro de 1975.

44 Célio Borja, julho de 1998.

45 Para o *Laudo nº 1.961*, de 24 de fevereiro de 1975, *O Globo*, 28 de fevereiro de 1975, pp. 1 e 5. Nota do Ministério da Justiça, em *O Estado de S. Paulo* de 28 de fevereiro de 1975, p. 15.

46 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de fevereiro de 1975.

47 *Impressão Geral nº 5*, do SNI, de 14 de setembro de 1964. APGCS/HF.

48 Duas folhas datilografadas, intituladas *Algumas Ideias para o* “*Esclarecimento*”. APGCS/HF.

49 Para a reclamação de Geisel, *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de fevereiro de 1975. Para o anúncio de Célio, Mário Simas, *Gritos de justiça*, p. 277, citando *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal de Brasília* e o *Correio Braziliense*, edições de 26 de fevereiro de 1975.

50 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de fevereiro de 1975.

51 Nota do Ministério da Justiça, em *O Estado de S. Paulo* de 28 de fevereiro de 1975, p. 15.

52 *O Estado de S. Paulo*, 28 de fevereiro de 1975, p. 15.

53 Marco Antônio Coelho, julho de 1998.

54 *Jornal de Brasília*, 4 de março de 1975, citado em Mário Simas, *Gritos de justiça*, pp. 280-1.

55 Nota do ministro da Justiça, de 4 de março de 1975, em *Jornal de Brasília* de 5 de março de 1975, citado em Mário Simas, *Gritos de justiça*, p. 281.

A ópera de Salzburgo

O desempenho econômico do primeiro ano de governo foi um estuário de frustrações. Mario Henrique Simonsen aceitara o cargo supondo que seria possível segurar a inflação de 1974 nos 20%.[1] Em junho, Geisel esperava contê-la nos 25%.[2] Fechou o ano com 35%. Estimava um déficit comercial de 1,5 bilhão de dólares, resultou o triplo. A conta foi paga com a perda de 18% das reservas internacionais e um crescimento de 37% da dívida externa. Os números desmentiram as expectativas de austeridade dos primeiros meses, mas conseguiu-se o essencial: o crescimento do Produto Interno ficou em 9,6%,[3] mantendo-se nas vizinhanças dos números mágicos do Milagre. Era isso que importava.

Num governo preocupado com o custo das importações de petróleo, uma das melhores notícias da história nacional acabara confundida com um espasmo propagandístico. Em julho de 1974, um navio da Petrobras começara a furar o poço 1-RJS-9A, a 3.130 metros de profundidade, na plataforma continental do norte do Rio de Janeiro.[4] Perseguia o lençol de petróleo que o Padre Eterno deveria ter jogado no Brasil mas que, por alguma razão, caíra no mar. Duas semanas antes da eleição, Geisel fora informado de que se achara petróleo. Reuniu-se no Alvorada com técnicos da Petrobras, e eles recomendaram prudência. A sonda batera em rochas de calcário impregnadas de óleo, mas ainda não havia garantia de que se tratasse de uma formação produtiva. O presidente temeu que um anúncio prematuro fosse denunciado como manobra eleitoral.[5] Duas semanas depois da eleição, quando os testes estavam praticamente concluídos, Geisel viu-se

na primeira página dos maiores jornais, contemplando uma pequena garrafa escura, cheia de petróleo. A Petrobras descobrira o campo de Garoupa e uma das grandes províncias petrolíferas do mundo. O barril a dez dólares viabilizava a exploração da área.

A derrota eleitoral, a tradição triunfalista e algumas projeções exageradas levaram a bacia de Campos a entrar na história pela porta dos fundos. Tendo atrelado a legitimidade da ditadura ao desempenho econômico, o governo buscou no êxito da Petrobras um prenúncio do fim das dificuldades comerciais do país. A Assessoria de Imprensa do Planalto chegou a considerar tímida a previsão de que, com a produção de Campos, o Brasil saltaria, em dois anos, de 200 mil barris por dia para 1 milhão, ultrapassando o consumo nacional.[6]

Durante a euforia do Milagre, semelhante descoberta haveria de render ao regime a confirmação de sua onipotência. Agora, mal rendia fé, pois quem desconfiava do exagero acabava duvidando da própria realidade.

Geisel queria impor sua racionalidade ao projeto do governo, zelando para que o otimismo do delfinato não fosse substituído por uma descrença nos fundamentos da sua administração. Alterara a essência da gestão econômica. Tirara as decisões da mesa do ministro da Fazenda, levando-as para a sua. O Brasil era governado por um general convencido de que “a iniciativa privada não se interessa pelo real desenvolvimento do país”, e, por isso, “o Estado tem que dirigir”.[7] O presidente não queria ser apenas um supervisor da economia, pretendia comportar-se como seu indutor.

Para as empresas que conseguiam créditos no BNDE, havia dinheiro premiado. Prosperaram debaixo da proteção de um teto de 20% no cálculo da correção monetária de suas dívidas. Com uma inflação de 34,5%, isso significava um subsídio de 14,5%. O banco duplicara sua capacidade financeira, emprestando, só em 1974, 1 bilhão de dólares a esses empreendedores afortunados.[8] Aos demais, crise de liquidez.

Em novembro de 1974, Geisel e Golbery travaram um rápido debate com Sérgio Barcelos, um jovem diretor da Petrobras que condenava o sistema de financiamentos do governo. Fizeram isso à moda do palácio, respondendo com curtas anotações à margem de um documento que ele lhes enviara.

Barcelos reclamava que o dinheiro do BNDE acabava nas mãos de "uns poucos privilegiados (...) isto é, as grandes indústrias". Geisel rebateu: "E que interessam mais ao desenvolvimento do país".

Como Simonsen, Barcelos preferia que o dinheiro fosse para o mercado de capitais.

"*La bête noire*", respondeu Golbery.

O procedimento, segundo o diretor da Petrobras, demonstrava que o governo não acreditava nas bolsas.

"Quem acredita, hoje?"

Isso abria o flanco para os críticos que condenavam o excesso de interferência do Estado na economia, advertia Barcelos.

"E daí!", anotou Golbery.[9] [*Veja o documento*] (A bolsa estourara em 1972. Depois de uma alta real de 180,9% em 1971, estava no terceiro ano de queda, com perdas em torno de 30%.)[10]

Formara-se um novo estilo de governo. Simonsen "arrancava os cabelos" com a inflação. Reis Velloso preponderava.[11] Depositário da ortodoxia teórica do regime, o ministro da Fazenda transformara-se num brilhante e respeitado contador. Já o seu colega do Planejamento, irrelevante no currículo, tornara-se instrumento do projeto de poder do presidente. Zelava pelas prerrogativas de tesoureiro, queixava-se dos ministros que o atropelavam, tratando de seus projetos diretamente com Geisel.[12]

Eram personalidades opostas. Dissimulado na modéstia, Velloso podia permitir que o serviço de divulgação do Ministério do Planejamento informasse que fora agraciado com a grã-cruz da Ordem Estadual

Renascença do Piauí.[13] Simonsen, na sua extroversão, divertia-se com as maledicências que o perseguiam: “O poder é tão embriagador que passei a considerar o uísque supérfluo”.[14]

Golbery queixava-se de que, enquanto “o Simonsen é praticamente o único que se preocupa com a inflação”, ele próprio “não tinha ingerência na parte econômica”.[15] Convivia bem com Velloso, mas percebia que o projeto de predomínio de Simonsen falhara. Na economia, como na política, mandava o presidente.

* * *

Para se ter uma ideia do que significava esse macrocomando, podem-se percorrer as decisões tomadas ou anunciadas por Geisel num só mês, o de janeiro de 1975.

Dia 9. Resolveu construir uma grande siderúrgica em Minas Gerais. Segundo um documento do Gabinete Militar, as importações de ferro e aço estavam em mais de 3,5 bilhões de dólares anuais, tendo se tornado o primeiro item de consumo de divisas.[16] (Esse empreendimento chamou-se Açominas. Veio a ser montado no vale do Paraopeba, perto do lugar onde ficou exposto, debaixo de uma gameleira, o quarto inferior direito de Tiradentes. Deveria ter custado 1,8 bilhão de dólares e entrado em funcionamento em 1980. Custou 7 bilhões e operou em 1986. Sete anos depois, falida, a siderúrgica foi privatizada por 598,5 milhões de dólares.)[17]

Dia 13. Interessado em reter no campo a população da zona do cerrado, “que só vive da construção civil”, patrocinou a expansão do sistema de crédito rural existente para a região, cobrindo uma área de 3 milhões de hectares.[18] (Denominado Polocentro, o programa foi lançado dezesseis dias depois, prevendo investimentos de 265 milhões de dólares entre 1975 e 1977. Em 1976 Geisel visitou uma plantação de soja no cerrado goiano. No

final do século a savana do Brasil central respondia por 30% da área ocupada pela produção agropecuária do país.)[19]

Dia 20. Contou ao Alto-Comando das Forças Armadas que estava adiantado nas negociações de um acordo nuclear com a França ou com a Alemanha. O governo desejava importar tecnologia e equipamentos para implantar uma indústria nuclear: “Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc., e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias”.[20] [*Veja o documento*] (Em junho assinou um acordo nuclear com a Alemanha. Resultou no anúncio da compra de 2 bilhões de dólares em equipamentos.)

Dia 21. Informou que pretendia criar a Radiobrás.[21] (Formada em 1976, a rede estatal de emissoras existiu até 2008, quando foi incorporada à Empresa Brasil de Comunicação.)

Dia 28. Tratou, em sigilo, da ideia de divisão do estado de Mato Grosso e do desmembramento do norte de Goiás, com a criação de um território federal.[22] (Mato Grosso foi dividido dois anos depois. Desde 1988 o norte de Goiás tornou-se o estado do Tocantins.)

A listagem dos temas de uma só reunião das 9h, quando Geisel começava o dia de trabalho encontrando-se com a equipe palaciana, retrata as microdecisões dessa mesma presidência. Numa das vezes em que presenciou a conversa, Heitor Ferreira anotou todos os trinta tópicos tratados. Uma seleção deles:

> — Remeter aos governadores recorte sobre bactérias em xícaras de bar.
> — Ferrovia central do Paraná.
> — Padrões de açúcar em conservas.
> — Adalberto* cobra o regulamento interno da vice-presidência. Não há vice-presidência. Há vice-presidente.

— Por que se aumentou um oficial na subchefia da Aeronáutica (do Gabinete Militar)?

— Geisel disse que ninguém o obedece.

— Não vai emitir dinheiro para as rodovias do Dyrceu.** Não é o Jango.[23]

Um presidente que mandasse não estava nos planos da plutocracia que a ditadura cevava.

Durante a campanha eleitoral gaúcha, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter resolvera acender um altar à Arena e uma vela ao MDB. Crescera no delfinato, comprara a Companhia Siderúrgica da Guanabara e, aos 38 anos, era um dos ícones da burguesia industrial do Milagre. Imponente figura germânica, franco nas conversas e ágil nos movimentos, vira-se num dilema quando Paulo Brossard, seu colega no tempo de estudante da Faculdade de Direito, decidiu disputar a cadeira de senador. Dera-lhe ajuda. Pela sua narrativa, uma camionete Veraneio. Pelos murmúrios da Arena derrotada e ressentida, meio milhão de cruzeiros. O passo custou caro. Sentira-se malfalado no governo gaúcho. Ouvira de Heitor Ferreira que andara "fazendo bobagens contra nós". A maledicência chegara ao próprio presidente. Diante disso, Gerdau explicou-se ao tribunal de última instância do regime: o SNI. Não foi recebido pelo poderoso chefe do Serviço, general João Baptista Figueiredo, mas conseguiu quem o ouvisse.

Contou que atendera a um pedido de ajuda do amigo e emprestara a camionete, numa atitude "frequente e normal nos meios empresariais que não devem e não podem adotar posições políticas radicais para não ficarem submetidos a pressões que podem levar a questões sindicais, trabalhistas e de indisciplina entre os operários". Figueiredo anotou à margem do relatório da conversa: "Retrato do empresariado...".

Segundo o registro do SNI, Gerdau abriu o coração:

> Declarou que não fez este empréstimo propriamente em função do seu relacionamento com Brossard (...) mas premido pela função de "cabeça" de uma empresa com responsabilidades em vários estados e recentemente interessando-se também em implantar o setor de mercado de capitais, tudo conduzindo à extrema necessidade de contar com elementos de cúpula em todas as áreas políticas, capazes de lhe prestar informações valiosíssimas antes do grupo se empenhar em contratos que, frequentemente, envolvem a aplicação de somas superiores a Cr$ 10 milhões.*** (...) Em síntese, o seu ato (...) visou especificamente resguardar uma fonte segura de contatos com áreas empresariais sob influência de lideranças do MDB.

Se essa explicação parecesse insuficiente, o industrial tinha mais a contar: "Ele próprio e seus parentes da diretoria deram à Arena uma quantia superior a Cr$ 350 mil, sendo cerca de Cr$ 180 mil no Rio Grande e o restante na Guanabara e em Recife, havendo apenas uma parcela menor dada diretamente a dois deputados da Arena, pois o grosso da contribuição foi sempre entregue às direções partidárias".

O documento do SNI informava que seu pleito era simples: "Pediu encarecidamente que este relato fosse levado ao conhecimento do general Figueiredo, com a maior brevidade, com o apelo de que mandasse apurar em profundidade a verdade e as origens do boato, a fim de que o senhor Presidente pudesse receber uma informação do SNI, acabando uma distorção que pode causar imprevisíveis prejuízos à sua empresa, mercê da confiança que sempre mereceu na presidência".

O auto de fé foi a Geisel, que não gostou do fecho e anotou: "Se a Presidência sou eu, não é verdade que tenha merecido a alegada confiança. Pelo contrário, nunca teve".[24] [*Veja o documento*]

Estava suja a barra de Gerdau.

Não há documentação capaz de permitir a conclusão de que se aplicou esse tipo de pressão a outros empresários que ajudaram o MDB. O caso de Gerdau é ilustrativo pela maneira como o SNI registrou sua reação. A desproporção entre a ajuda que deu a Brossard e a que entregou à Arena era uma boa amostra da preferência do patronato. Já a desproporção da contrariedade do governo indica a perplexidade de uma ditadura que via o empresariado estacionar uma Veraneio no pátio oposicionista. Gerdau não se associara a nenhuma ideia liberal de Brossard. Como bem explicou, esperava do MDB gaúcho, no máximo, alguma proteção.

* * *

O grande empresariado conviveu bem com a ditadura enquanto ela foi previsível na sua intolerância. Sentia-se desorientado diante de um presidente ditatorial, porém imprevisível. Se alguém pudesse explicar o que significava, quanto custava e como terminaria a "lenta, gradativa e segura distensão", ele poderia fazer sua escolha. Se fosse possível antever a exata direção da política econômica, também seria possível escolher. Sempre que o empresariado brasileiro soube ao que devia aderir, aderiu. A que aderir? Às ideias de Simonsen? Às práticas de Velloso?

Nem o próprio Geisel tinha essas respostas. Abria aqui e fechava ali, expandia a economia e contraía o crédito, exaltava o PND e anunciava freios. Ao lado disso, baixava o chanfalho no sistema financeiro. Com um mês de governo, rompera a escrita segundo a qual banco não podia quebrar. Interviera no Halles, do Rio de Janeiro, e tentara manter sob rédea curta três outras casas que estavam com as contas em desordem.[25] Quatro meses depois, sem estrondo, acertou a primeira. O Banco União Comercial, do Rio de Janeiro, viu-se obrigado a fundir-se com o Itaú. Nem o socorro do Banco Central, que lhe abrira perto de 1,5 bilhão de cruzeiros na carteira de redescontos, conseguira salvá-lo. Nele Roberto Campos tivera a sua

primeira (e única) experiência com as belezas e as maldades do mercado.[26] As duas outras casas (Aurea e Crecif) duraram alguns meses, até que se extinguiram.

A previsibilidade do delfinato fora substituída por uma paradoxal mistura de ambiguidade e centralização. Sintetizando-a, disse um empresário: "O diálogo é fácil, só que não se sabe o que será feito".[27] Em março de 1975, diante de uma súbita queda das reservas internacionais, seguida de um aperto monetário, Reis Velloso passara alguns dias em São Paulo. Regressara com um balde de queixas. Sebastião Camargo, o maior empreiteiro do país, e Olavo Setubal, dono do banco Itaú, reclamavam do aperto. Setubal chegara a dizer que se atravessava uma crise de liquidez sem paralelo.

Grandes banqueiros ou industriais conseguiam ouvidos de ministros. Santos menores recorriam aos contatos que tinham com os coronéis do SNI. Na Associação Comercial do Rio, os empresários diziam que nada impedia a manutenção das altas taxas de crescimento. Se isso parecia difícil, o problema derivava da "falta de confiança nas intenções ministeriais" e da má gerência dos ministros. Sustentavam também que o governo alimentava "um certo clima de pessimismo" ao registrar que herdara otimismo demais e inflação oficial a menos. Remetida a minuta dessa informação a Geisel, ele a fulminou: "Saudades do Delfim?".[28] [*Veja o documento*]

Foi sob essa mistura de saúde e incerteza que o empresariado nacional se acomodou a uma das mais brilhantes estratégias de sua história. Precisava de uma bandeira que lhe permitisse lutar pela liberdade sem lutar pela democracia, reclamar do governo sem se confundir com uma oposição acusada de flertes com o esquerdismo. A palavra mágica foi *estatização*. Estava em desuso desde o início dos anos 1960, quando fizera parte do vocabulário da propaganda contra João Goulart.

Nos quinze anos seguintes ela aparecera aqui e ali, mas nunca chegara a se transformar numa bandeira mobilizadora. A ditadura sacramentara a

estatização da infraestrutura econômica do país sem ouvir queixas. Em 1962 só doze das trinta maiores empresas pertenciam ao Estado. Em 1971 elas eram dezessete.[29] No final do delfinato o Estado detinha 45,8% do patrimônio líquido das 5.257 principais empresas não agrícolas.[30] Em 1972, durante as grandes festas do Milagre, o Estado era dono de 46 das cem maiores empresas não financeiras do Brasil, e de nove das cem maiores empresas manufatureiras (contra sete em 1966). No delfinato a participação do setor público na indústria passara de 8% em 1966 para 15% em 1972.[31]

Por mais que esse crescimento tenha sido acompanhado por expansões oportunistas, ridículas até, do aparelho do Estado, ele se dera, no essencial, porque faltavam capitais e confiança aos investidores privados nacionais e estrangeiros interessados em projetos necessários para o desenvolvimento do país. Nenhum dos três primeiros governos militares reverteu essa expansão, muito menos se viu pressionado a fazê-lo, e em nenhum momento o prometeu. A ditadura que o empresariado tanto louvava avançara sobre a economia sem que se ouvisse grande reclamação. Entre 1964, com o início do consulado do marechal Castello Branco, e o final de 1973, no ocaso do delfinato, a ditadura produziu os seguintes resultados econômicos:

1. A carga tributária saltou de 17% do PIB em 1964 para 25% do produto em 1973.

2. Os gastos fiscais de todas as administrações públicas (federal, estaduais e municipais) aumentaram de 20,4% do PIB em 1964 para 24,7% em 1970, embora tenham sido reduzidos para a casa dos 21% do PIB no biênio 1973-1974.

3. Os investimentos das empresas estatais federais, um relevante indicador do peso da atividade empresarial, também subiram no mesmo período — a formação bruta de capital fixo delas saiu de uma percentagem de 1,4% do PIB em 1964 para chegar a 3,9% em 1974.

Geisel planejava e desejava uma expansão das despesas e dos investimentos do Estado. Ela ocorreria a partir de 1975 e 1976. Nesses anos, os gastos fiscais das três esferas de governo subiriam para um patamar acima de 23% do PIB, e a taxa de investimento das empresas estatais pularia para 4,5% e 6,5% do produto, respectivamente. Pelo lado da divisão dos recursos entre essas três esferas, o biênio marcou o período de maior concentração do poder nas mãos do governo federal desde o início da ditadura: a União respondeu por 59,7% e 62,6% da despesa primária consolidada de todos os governos em 1974 e 1975; para uma ideia do efeito centralizador, em 1968 essa proporção era inferior a 54%.[32]

A plutocracia combatia um futuro que não lhe convinha fazendo de conta que não percebera o passado estatizante que lhe conviera.

* * *

Poucos avanços do Estado sobre a economia brasileira foram tão exemplares como o da telefonia, ocorrido no governo Castello Branco. Confrontara dois personagens que haveriam de se tornar paradigmas no debate econômico nacional da segunda metade do século XX. De um lado estivera o ministro do Planejamento, Roberto Campos. Defendia uma solução privada e contava com a simpatia do presidente. De outro, o general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar, sustentando a criação de um monopólio estatal. Castello dera razão a Campos e pediu-lhe que fosse ao mercado buscar empresários interessados no negócio. Geisel apostou no fracasso do colega. Mais tarde, perguntaria: “O capital privado se interessou?”.[33]

A resposta está nas memórias de Campos:

> Um de meus desapontamentos no governo Castello Branco foi não ter sido capaz de manter no setor privado a telefonia. (...) Durante

> cerca de quatro meses (...) Octávio Bulhões e eu procuramos incentivar grupos privados a se mobilizarem para operar na telefonia. Foram ouvidos vários empresários (...) sem que se conseguisse formalizar um grupo comprador. O vulto da transação, mais de US$ 90 milhões, num mercado de capitais quase inexistente, e com a pouca densidade do nosso capitalismo da época, tornava difícil a mobilização de recursos. Seria necessário apoio governamental maciço aos empresários privados, o que, aos olhos dos militares estatizantes, invalidava a tese privatista.[34]

Havendo "apoio governamental maciço", haveria telefonia privada? Petroquímica, não houve. Enquanto esteve na presidência da Petrobras, Geisel decidiu o futuro do setor petroquímico nacional. Durante o governo Costa e Silva estabelecera-se que essa indústria ficaria com o setor privado. Seria tocada pelo grupo União, um consórcio liderado pela Phillips Petroleum e por alguns dos maiores empresários nacionais. Juntava Walther Moreira Salles (Unibanco), Pery Igel (Ultra), Soares de Sampaio (Capuava) e Monteiro Aranha. Mal começara o jogo, a multinacional americana, que detinha 40% da sociedade, foi-se embora. Os acionistas convenceram-se de que oferecer participação minoritária aos grupos estrangeiros "era pura perda de tempo". Não acreditavam que poderiam lucrar produzindo no Brasil aquilo que podiam vender aos brasileiros. O buraco aberto pela Phillips foi preenchido com um aumento de 5% no capital de cada sócio brasileiro e o apoio governamental maciço da Petrobras, que ficou com 25% do negócio. Assim, em 1967, pela deserção de uma multinacional, os empresários nacionais patrocinaram a criação da Petroquisa. Um veterano diretor da Capuava participou, com dois diretores da Petrobras, da primeira redação do decreto que criou a nova empresa estatal.[35]

Inaugurada em 1972, a petroquímica entrou em operação com 25 milhões de dólares em dívidas de curto prazo na rede bancária.[36] Depois

viu-se que a central de matérias-primas construída em São Paulo custara 50% acima do previsto (120 milhões de dólares). Finalmente a companhia tornou-se deficitária, os sócios desentenderam-se, não quiseram colocar mais dinheiro no negócio, e a iniciativa entrou em colapso. Numa solução capitalista, a Petroquímica União deveria ir à garra, sendo arrematada por quem lhe desse preço. Os notáveis plutocratas juntaram-se e foram a Geisel, pedindo que a Petrobras aumentasse sua participação na sociedade. Ele exigiu o controle da empresa.[37]

Fechado o acordo, em junho de 1973 Geisel recebeu o banqueiro Walther Moreira Salles. Disse-lhe que se preocupava com "essa estatização forçada".

> — Eu lhe faço justiça. Sei o quanto o senhor lutou para evitar isso — respondeu o banqueiro.
> — É. O caso está no vulto do dinheiro. Eu não abro mão dessa minha posição intransigente por causa do volume do investimento e da minha responsabilidade perante os acionistas, perante a Petrobras, o Governo.
> — Lhe dou toda razão.
> — Eu tenho que ficar com as rédeas na mão. Mais adiante, passamos de novo para a iniciativa privada — encerrou o general.[38]

Estava estatizada a petroquímica. Geisel entregou a presidência da empresa a um veterano da Petrobras. Ele começou sua administração suspendendo a distribuição de 3% do lucro da companhia entre os diretores (cinco ou seis) e de 6% entre os empregados (cerca de 1.500).[39] Surpreendeu também os compradores da produção de eteno. (O eteno está para a indústria química assim como o aço para o setor automotivo.) Reuniu-os numa sala do Conjunto Nacional, em São Paulo, com os contratos de fornecimento sobre a mesa: "Os senhores sabem o valor desses

contratos? É este". E passou a rasgá-los. No fim do encontro o eteno era vendido a um preço 80% mais alto.[40] (A empresa sustentava que pedira, sem sucesso, aumento de preços ao governo.)

Se a estatização das telecomunicações resultou do desinteresse da iniciativa privada, a da petroquímica foi consequência do interesse do empresariado em preservar uma parte do valor de seus investimentos. Os sócios da Petroquímica União induziram a estatização de um setor sensível da indústria com o propósito de salvar um patrimônio malgerido. Sem a entrada da Petrobras, teriam perdido o investimento.

* * *

No seu trabalho sobre as relações do empresariado com o governo Geisel, o professor Sebastião Velasco e Cruz situa o nascimento da campanha contra a estatização com dia e lugar certo: 12 de dezembro de 1974, nos salões do hotel Glória, durante o discurso do professor Eugênio Gudin ao receber o título de Homem de Visão daquele ano. (A tribuna do pronunciamento de Gudin resultava de uma privatização de última hora. O conselho editorial da revista *Visão* fizera primeiro uma opção estatal e elegera o general Golbery. Ele recusara o prêmio.)[41] [*Veja o documento*]

Com 88 anos de vida e mais de meio século de militância na ortodoxia econômica liberal, Gudin repetira ideias que o empresariado aplaudia mas não propagava. Dessa vez elas se transformariam num ingrediente de ação política:

> Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, telefones, petroquímica, álcalis e grande parte do minério de

> ferro, que nos Estados Unidos estão em mãos privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem assim, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas.[42]

O tiro seguinte veio d'*O Estado de S. Paulo*. Na segunda metade de fevereiro de 1975 o jornal publicou uma série de onze reportagens intitulada *Os caminhos da estatização*. Refletindo o clima da época e o tipo de relações do patronato com a ditadura, exaltava a iniciativa privada, sem que houvesse em nenhum dos textos uma única frase de empresário defendendo seus interesses, muito menos criticando o governo. O *Estado* justificava o anonimato das fontes como um estímulo à franqueza, mas reconhecia: "A busca desse sigilo, por si só, é bastante representativa da situação de dependência em que vivem esses empresários".[43]

Cada reportagem cobriu um setor, da banca à mineração, da telefonia aos transportes. O conjunto seguia duas vertentes. Primeiro, constatava o crescimento da participação do Estado na economia. Depois, demonstrava que a expansão das atividades básicas levara as empresas estatais a se meterem em negócios que nada tinham a ver com seus propósitos. A Vale do Rio Doce, por exemplo, surgira em 1942 para explorar minério no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Tornara-se uma das maiores mineradoras do mundo, dona de uma empresa de transporte marítimo. Até aí, era uma história de sucesso no ramo de negócios em que nascera, mas o último relatório da companhia revelava uma constrangedora diversificação de atividades. Estava no mercado de flores, fertilizantes e celulose, além de gerir uma fazenda que industrializava e vendia carne de boi. Depois de ver na distorção uma simples busca de lucros, a reportagem informara: "Parece que essa é a principal inspiração da empresa, pois sempre se recusou a participar de projetos falidos, como ainda recentemente ocorreu, no caso do projeto do cobre de Caraíba, na Bahia".[44]

Por mais que as críticas à expansão das indústrias estatais estivessem bem documentadas (quase sempre com números de 1973, anteriores ao governo Geisel), não eram acompanhadas de propostas privatizantes. O centro da questão estava em outro lugar: “A maior preocupação dos empresários reside na verdadeira escalada do governo na área financeira e de crédito (...). Essa escalada iniciou-se, mais efetivamente, com o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que absorveu os recursos do Programa de Integração Social, PIS, e do Programa de Formação do Patrimônio dos Servidores Públicos, Pasep”.[45]

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo resumiria essa proposição no título de um documento — *O Processo de Estatização da Economia Brasileira: O Problema do Acesso aos Recursos para Investimentos*.[46] Em 1974 o PIS e o Pasep haviam arrecadado 7,1 bilhões de cruzeiros, e seus cofres acumulavam 16 bilhões, cifra equivalente a cerca de 8% do investimento bruto fixo feito na economia naquele período.[47] Era o que Golbery chamara de “um repassão de poder”.[48]

O *Jornal do Brasil* juntou-se ao debate com um novo articulista, o almirante da reserva José Celso de Macedo Soares Guimarães, ex-superintendente do programa de marinha mercante (Sunamam). Entrou batendo forte. Num artigo intitulado “Comunismo e seu novo nome: capitalismo de Estado”, iluminou o caminho que permitiria ao empresariado criticar o governo sem desonrar o compromisso anticomunista do regime. Baseado na lista das duzentas maiores empresas brasileiras, denunciou que 66,15% do patrimônio delas estava na mão do Estado. No ano anterior (durante o delfinato) a percentagem ficara em 63,8%. A diferença de 2,35 pontos percentuais não era grande coisa. O almirante projetou-a para concluir que, nesse ritmo, o empresariado nacional desapareceria em sete anos, substituído pelo governo ou por empresas estrangeiras.[49]

Por maiores que fossem os sentimentos privatistas do empresariado, a campanha contra o estatismo tinha um objetivo e uma esperteza. O objetivo

era restabelecer o sonho do predomínio de Simonsen sobre Velloso. Traduzida em dinheiro, a controvérsia girava em torno do acesso aos recursos públicos. O governo avançara na sua política de unificação do caixa, restringira a autonomia dos estados e municípios tanto nos gastos como nas dívidas e fortalecera o caixa do BNDE. Desde maio, discretamente, o banco irrigava o mercado de capitais com algumas centenas de milhões de cruzeiros.[50] Em setembro de 1975 o ministro da Fazenda teve sua grande vitória. O BNDE passou a aplicar uma pequena parte dos 23 bilhões de cruzeiros do PIS/Pasep no mercado de capitais. O decreto que autorizou esses investimentos não fixava tetos nem condições. Informava apenas que os critérios seriam "eminentemente técnicos".[51] A medida foi recebida com naturalidade pelo empresariado. A única condenação veio do senador oposicionista Roberto Saturnino: "Estão satisfeitos e alvoroçados os corretores e os especuladores das Bolsas de Valores. Desta vez, não clamaram contra a chamada presença estatizante do BNDE porque essa estatização, agora, lhes interessa e muito".[52]

* * *

Não houve na mobilização privatista a consistência ideológica que pressupunha conter. Nem oposição ao governo, muito menos ao regime. Eram apenas reclamações. Pena, porque foi entre 1974 e 1975, numa época de refluxo mundial do conservadorismo, que surgiram os primeiros sinais da revolução liberal que haveria de varrer o final do século XX.

Um, simbólico, viera de Estocolmo, com a divisão do Prêmio Nobel de Economia entre o austríaco Friedrich von Hayek e o sueco Gunnar Myrdal. Este, socialista, era um dos pais da teoria do desenvolvimento econômico, e seu livro fora editado pelo ISEB em 1963. Em 1967 o Itamaraty desaconselhara a presença dele no Brasil para uma série de conferências.[53] Hayek era um adorador da liberdade de mercado e considerava o

planejamento econômico um “caminho para a servidão” (título do livro que publicara em 1944). Julgava-se subestimado pela comunidade acadêmica do pós-guerra. Vivia em Salzburgo, numa pequena casa que comprara com o dinheiro da venda de sua biblioteca. Tinha por vizinhos um bombeiro e um ferreiro aposentados.[54] Myrdal era fava contada para o Nobel. A novidade estivera no reconhecimento de Hayek e na divisão da láurea entre duas concepções praticamente antagônicas. Ele e Myrdal mal se falaram durante a cerimônia de entrega do prêmio.[55]

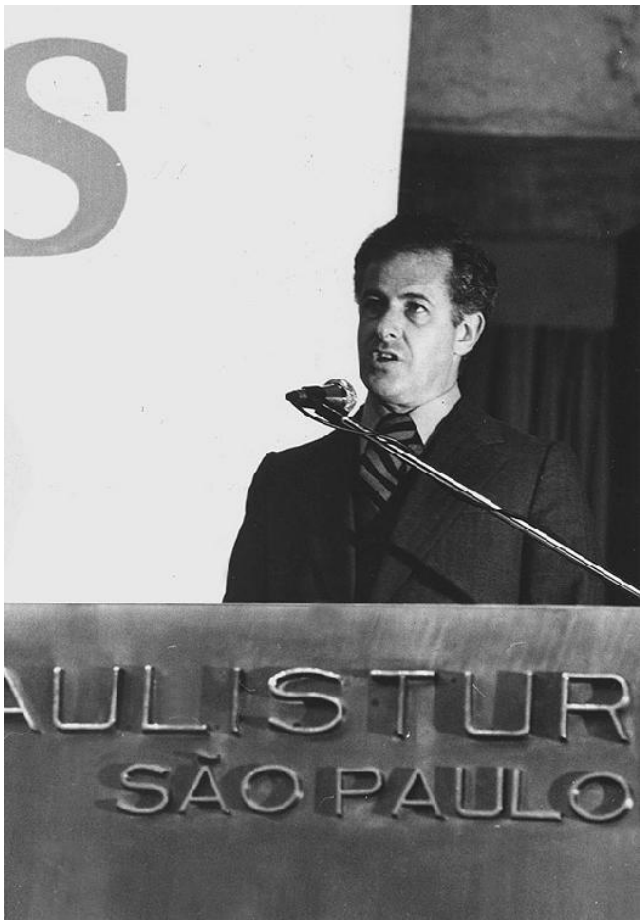
Em meados de 1974, disposto a acabar com “trinta anos de moda socialista” e a reorganizar o pensamento conservador inglês, *sir* Keith Joseph fundara em Londres o Centre for Policy Studies, uma “enzima política” que fazia almoços e circulava papéis.[56] Era um homem inquieto e combativo. Chegara à conclusão de que os verdadeiros conservadores não deviam se alinhar com formas brandas de intervenção do Estado. Deviam quebrar o consenso dentro do partido, guinar à direita e, a partir daí, combater a esquerda. Em fevereiro de 1975, a vice-presidente de seu pequeno centro de debates tornou-se a primeira mulher a liderar a oposição e o Partido Conservador. Filha de um pequeno comerciante, chamava-se Margaret Thatcher.

Em Washington, com apenas um ano de vida, a Heritage Foundation acabara de passar o chapéu entre o empresariado. Seria a primeira brigada de combate intelectual do conservadorismo na cidade. Seu presidente era um ex-secretário do governo da Califórnia, colaborador de um político republicano de 65 anos, considerado velho de corpo e alma. Ex-ator de cinema, esse político chamava-se Ronald Reagan.[57]

O empresariado e o conservadorismo brasileiros estavam noutra, a da atração de capitais e empréstimos externos. A campanha contra a estatização foi afogada num lance teatral. Chamou-se I Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil, ou Salzburg-75. Um sucesso. No final de maio baixaram na pequena cidade austríaca de Salzburgo 2 mil

empresários e banqueiros americanos, europeus e japoneses.[58] Um casal Matarazzo não achou quarto nos hotéis lotados e dormiu na casa do motorista. O maestro Herbert von Karajan teve de interromper seus ensaios da Filarmônica de Viena para liberar a sala da Konzerthaus. Todas as grandes casas bancárias do mundo mandaram diretores. Vieram os presidentes da Volkswagen, da Mercedes, da Brown Boveri e um Agnelli da Fiat. Mais o presidente da agência de investimentos do Kuwait, e os ministros de Economia da Alemanha e de Finanças da Áustria. A conta foi rateada entre noventa entidades das classes produtoras brasileiras. A delegação nacional tinha três ministros e trezentas pessoas. O Banco do Brasil enviara onze representantes. A caravana incluía 33 jornalistas.[59]

A ideia, a montagem e o espetáculo foram produto da imaginação e da agilidade do novo presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, a Anfavea. Aos 37 anos, Mario Garnero chegara à posição pelo casamento com uma herdeira da família Monteiro de Carvalho, acionista da Volkswagen. Tinha vocação de palaciano, o gosto por eventos e a aparência dos grã-finos que sempre parecem ter saído do barbeiro. Viera da militância estudantil do início dos anos 1960. Organizando eventos, conhecera Carlos Lacerda, Leonel Brizola e Juscelino Kubitschek, do qual se tornaria amigo fiel. Haveria de se transformar em dono de um banco de investimentos. Alavancou a festa com audácia: “Nem Mozart deve ter levado, num só dia, tanta gente à Konzerthaus como o Brasil levou”.[60]



Mario Garnero

Admitindo-se que cada um dos 2 mil empresários que compareceram à ópera financeira de Salzburgo tenha gastado 2 mil dólares para marcar sua presença e que cada entidade patronal brasileira tenha pingado outros 10 mil, a récita custou perto de 5 milhões de dólares. A Heritage Foundation arrecadara 413 mil dólares no empresariado americano. Sir Keith trabalhava com um orçamento de 160 mil dólares.[61] Em três dias, a festa brasileira consumira oito vezes mais dinheiro que as duas instituições ao longo de um ano.

Assim como no Império, dançava-se sobre hipotecas. Ou, na feliz expressão de Donald Coes: "Os dirigentes autoritários dos anos 1970 pareceram acreditar que o Brasil poderia virar uma superpotência com empregada doméstica".[62] Com petrodólares abundantes, o presidente do

Banco Central, Paulo Lira, conclamava os empresários a se endividarem, pois a dívida externa "demonstra a capacidade que o país tem de crescer além dos limites impostos pelo nível de poupança interna".[63] "O BNDE começou a tomar emprestado por telex. Recebiam-se vinte, trinta telex por dia, oferecendo dinheiro a vários prazos, a várias taxas", recordaria o conselheiro Marcílio Marques Moreira.[64] O Citibank resolvera romper o teto dos empréstimos brasileiros, fixado em 5% do total da carteira mundial. Algumas casas armaram os primeiros, e inéditos, empréstimos para financiamento de compras de petróleo pelo Brasil.[65] A linda negociadora do Wells Fargo em São Francisco reclamava à Vale do Rio Doce, mostrando que, apesar de o banco ter 40 milhões de dólares para emprestar, o consulado brasileiro não acompanhava o seu ritmo.[66]

O Zaire não conseguia pagar o serviço dos 500 milhões de dólares que devia aos bancos privados. A estatal de petróleo indonésia estourara num espeto de 10 bilhões, no meio do qual estava uma dívida reconhecida por um general que assinara o nome numa caixa de fósforos de boate.[67] O dinheiro abundante sugeria que casos como esses eram meros acidentes de percurso.

Nada adiantaria que o ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões escrevesse a Geisel advertindo-o do "endividamento da economia brasileira que impede acelerar o desenvolvimento e cria obstáculos ao desaceleramento inflacionário, com reflexos negativos sobre o equilíbrio do balanço de pagamentos".[68]

Graças ao esfriamento da economia e às restrições que impusera às importações, Geisel fechou 1975 com um déficit comercial de 3,5 bilhões de dólares e um buraco de 7 bilhões nas transações correntes.[69] Foram resultados melhores que os do ano anterior, mas cobraram dois preços. De um lado, derrubaram o crescimento do PIB para 5,2%.[70] De outro levaram a dívida externa a 21,2 bilhões de dólares. Entre 1973 e 1975 a América Latina e o Caribe duplicaram seu endividamento. O Brasil também.[71]

1 Reunião de Geisel com Mario Henrique Simonsen, 29 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

2 Maço de quarenta folhas com a gravação da fala de Geisel na reunião com o Alto-Comando das Forças Armadas, de 10 de junho de 1974. APGCS/HF.

3 Revisto, o PIB cresceu 8,15%. IPEA, <http://www.ipeadata.gov.br>, Série "PIB — var. real anual".

4 Artigo de L. A. Horta Nogueira, "Produção e processamento de petróleo e gás natural no Brasil: perspectivas e sustentabilidade nos próximos 20 anos", <http://libdigi.unicamp.br/document/?view=18>. Nota de Sebastião Henriques Vilarinho, de 14 de janeiro de 1998. AA. Vilarinho estava na equipe de perfuração no litoral norte do Rio de Janeiro em 1974.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 e 5 de novembro de 1974. Ernesto Geisel, 1995.

6 A produção brasileira só chegou a 1,2 milhão de barris/dia em março de 2000. A bacia de Campos, em março de 2002. Para a previsão, *Folha de S.Paulo*, 30 de novembro de 1974, p. 1.

7 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp. 251 e 253.

8 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, p. 23. Para a duplicação da capacidade financeira do BNDE, Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 224.

9 Cinco folhas de Sérgio Barcelos para Heitor Ferreira, visadas e anotadas por Geisel e Golbery, de 22 de novembro de 1974. APGCS/HF.

10 O Índice da Bolsa de Valores, IBV, caiu 35,1% em 1972, 32,9% em 1973 e 28,4% em 1974. John H. Welch, *Capital markets in the development process*, p. 93.

11 Para Simonsen arrancando cabelos, Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 293. Para Velloso em posição preponderante, idem, p. 298.

12 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de abril de 1975.

13 *Comunicado Interno Extra*, da Secretaria do Planejamento, de fevereiro de 1975, anotado por Heitor Ferreira e visado por Geisel. APGCS/HF.

14 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de abril de 1975.

15 Idem, 3 de fevereiro de 1975.

16 Para o dado do aço, treze folhas com sugestões para a fala de Geisel na segunda reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, marcadas por Heitor Ferreira: "Do Hugo, ± 10 Jan 75". Em 1974 as importações de produtos siderúrgicos ficaram em 1,8 bilhão de dólares, abaixo do petróleo e das máquinas e equipamentos. *Anuário estatístico do Brasil — 1977*, p. 516.

17 *IstoÉ*, 21 de abril de 1993, p. 50. Artigo de Antônio do Monte Greco (PUC-Minas) e Carlos Sidnei Coutinho (Cedeplar-UFMG), Anais do X Seminário de Economia Mineira, "Açominas: um exemplo polêmico de privatização", <http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D49.PDF>.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 e 21 de janeiro de 1975.

19 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, p. 36. *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 29 de janeiro de 1975 e 9 de abril de 1976. APGCS/HF.

20 *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de janeiro de 1975.

22 Idem, 28 de janeiro de 1975.

* General Adalberto Pereira dos Santos, vice-presidente da República.

** General Dyrceu de Araujo Nogueira, ministro dos Transportes.

23 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de abril de 1975.

*** Em dólares de fevereiro de 1975, quantia equivalente a 1,3 milhão.

24 Xerox de três folhas do SI/GAB do SNI, de 5 de fevereiro de 1975, intituladas *Sr. Jorge Gerdau Johannpeter — Grupo Gerdau*, anotadas por Geisel, Figueiredo e Heitor Ferreira. APGCS/HF.

25 Memorando de Mario Henrique Simonsen a Geisel, em *Correio Braziliense* de 9 de fevereiro de 1991, p. 5.

26 Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 899. Ver também Ari Cesar Minella, *Banqueiros*, pp. 374 e 432.

27 Renato Raul Boschi, *Elites industriais e democracia*, p. 157.

28 Duas folhas, com anotação de Geisel, da *Informação nº 073/18/AC/75*, intitulada *Nível das Atividades Econômicas*. APGCS/HF.

29 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil*, p. 63.

30 Antonio Paim, *A querela do estatismo*, citando uma pesquisa de Gilberto Paim, p. 141.

31 Richard S. Newfarmer e Willard F. Mueller, *Multinational corporations in Brazil and Mexico*, pp. 106-9.

32 Devo essas informações ao economista José Roberto Afonso. Suas fontes primárias foram as Contas Nacionais, cujas séries históricas o IBGE sistematizou em sua publicação *Estatísticas do século XX*, de 2003.

33 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 248.

34 Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 520.

35 Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, pp. 68-9 e 87.

36 Idem, pp. 67-72 e 86-98.

37 Ernesto Geisel, setembro de 1994. Para os aportes de capital da Petrobras e para a recusa dos sócios a aumentar seus investimentos, Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 246.

38 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de junho de 1973.

39 Para o corte das bonificações, Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, p. 100.

40 Paulo Cunha, dezembro de 1999. Ver também Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*, p. 100.

41 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de outubro de 1974.

42 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 33.

43 *O Estado de S. Paulo*, 16 de fevereiro de 1975, p. 28. A série de onze reportagens foi até o dia 2 de março.

44 *O Estado de S. Paulo*, 21 e 22 de fevereiro de 1975, p. 17.

45 Idem, 16 de fevereiro de 1975, p. 28.

46 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 59.
47 II PND, p. 23. O total do investimento bruto foi de 186 bilhões de cruzeiros.
48 Conversa de Geisel com Golbery, 3 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
49 José Celso de Macedo Soares Guimarães, *Temos pressa*, p. 106, referindo-se ao artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 1º de agosto de 1975.
50 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de maio de 1975.
51 *Folha de S.Paulo*, 27 de setembro de 1975, com a íntegra do decreto. Em junho de 1975, 23 bilhões de cruzeiros equivaliam a 2,9 bilhões de dólares.
52 Discurso do senador Roberto Saturnino, de 29 de outubro de 1975, em Roberto Saturnino, *Política econômica e estatização*, p. 93.
53 *Diário de Heitor Ferreira*, 12 de janeiro de 1967.
54 Alan Ebenstein, *Friedrich Hayek*, pp. 152 e 253.
55 Daniel Yergin e Joseph Stanislaw, *Commanding heights*, p. 141.
56 Margaret Thatcher, *The path to power*, p. 252.
57 Lee Edwards, *The power of ideas*, pp. 13-4. Para uma história do surgimento da Heritage Foundation, ver também John B. Judis, *The paradox of American democracy*, pp. 122-7.
58 *Diário de Heitor Ferreira*, com a narrativa de Reis Velloso, 28 de maio de 1975.
59 Mario Garnero, *Jogo duro*, pp. 83-8, e *Seminário de Salzburgo*.
60 Mario Garnero, *Jogo duro*, p. 87.
61 Para o orçamento da Heritage Foundation, Lee Edwards, *The power of ideas*, p. 14. Para o orçamento do CPS, Andrew Denham e Mark Garnett, *Keith Joseph*, p. 244.
62 Donald V. Coes, *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil*, p. 165.
63 *Veja*, 15 de outubro de 1975, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 211.
64 Depoimento de Marcílio Marques Moreira, em Verena Alberti, Dora Rocha e Carlos Eduardo Sarmento (orgs.), *Mário Henrique Simonsen*, 183.
65 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 428 e 426.
66 Telex de Jessica Palmer, do banco Wells Fargo, à Vale do Rio Doce, de 9 de setembro de 1975, acompanhado de uma folha de Shigeaki Ueki a Golbery, com anotações deste e de Geisel. APGCS/HF.
67 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 502 e 426.
68 Carta de Octávio Gouvêa de Bulhões a Geisel, 22 de dezembro de 1975. APGCS/HF.
69 *Banco Central*, "Economia e Finanças", "Séries Temporais", <http://www.bc.gov.br>, Séries 2.301 e 2.302.
70 *Banco Central*, "Economia e Finanças", "Séries Temporais", <http://www.bc.gov.br>, Série 7.326.
71 Idem, Série 3.560.

O descolamento de Golbery

Foram muitas as incompreensões da política de distensão de Geisel no meio militar. De todas, a mais simples era uma cedilha.

Em fevereiro de 1975 começou a circular pelos quartéis um panfleto que se autodenominava *Novela da Traição* e viria a se tornar o primeiro de uma série. Tinha a clareza dos documentos anônimos:

> Os atos de traição se desencadearam numa sequência cronológica constante, tendo como pano de fundo a tal “abertura” ou “distenção”.[1]
>
> Trataram logo de afastar as forças militares do combate à subversão e à corrupção. Isto feito, os comunistas e corruptos passaram a mandar de novo neste país. (...)
>
> Aonde estão os bravos revolucionários?
>
> Será que vão colaborar na escavação de suas próprias sepulturas? Será que está faltando coragem aos nossos Chefes Militares e Civis para darem um basta a tanta traição! Quanto mais tempo passar mais difícil será reagir! É preciso mobilizar as forças revolucionárias para reação que deve ser imediata![2]

Os manifestos eram contra Golbery. No terceiro capítulo da *Novela* ele era considerado o responsável por “uma tal ‘abertura’, ‘distenção’ — ou que outro nome tome a traição”.[3] Acusavam-no de ter urdido o desastre

eleitoral de 1974 para articular sua candidatura a presidente, tramando uma anistia, a formação de um novo partido trabalhista e a abertura de uma CPI contra “nossos bravos Órgãos de Segurança, sentinelas indormidas da Pátria e por isso mesmo alvo do ódio comunista e de seu aliado Golbery”. Isso no campo político. No pessoal, chamavam-no de “Joaquim Silvério desonesto”, diziam que “arrendou-se aos trustes americanos, tornando-se o Presidente para a América do Sul da Dow Chemical Corporation, recebendo em paga trinta mil (dinheiros?) US$ mensais”.[4]

Quando uma das cópias do primeiro capítulo da *Novela* chegou ao general, ele anotou: “Intriga em marcha”.[5] [*Veja o documento*] Já circulava uma nova produção, intitulada *Manifesto dos Voluntários da Pátria*. Sua essência era a mesma, mas a peça inovava no estilo. Classificava uma parte dos militares que estavam no governo como “gorilas de rabo branco” e acusava Golbery, transformado em “advogado dos comunistas-terroristas e comunistas de batina”, de “manobrar uma rede particular de espiões”.[6] Outra panfletagem, dos *Sentinelas do Brasil*, advertia: “Se persistirem as traições, não restará aos soldados da Revolução outra alternativa que não seja fazer sentir aos traidores e comunistas o peso de suas armas”.[7]

Insultos à parte, os panfletos estavam mais certos que errados. Jânio Quadros vinha dizendo que esperava retornar à política, ora com o apoio do general, a quem chamava de “mestre”, ora por conta do enfraquecimento do regime. Rede particular de informantes era coisa sem a qual Golbery não conseguia viver. Além das notícias que recebia do SNI, coletava informações sobre o porão ouvindo ministros, parlamentares e jornalistas. Era um descrente da mitologia revolucionária. Numa de suas conversas com Heitor Ferreira, coçando o olho, o general dissera: “Se eles querem continuar com a Revolução, vão ter que ir para a ditadura”.[8]

Os primeiros manifestos surgiram durante o período em que Golbery disputou (e perdeu) a questão dos desaparecidos. Eram a parte estridente de um ressentimento militar contra o general. Ampliara-se de tal forma que o

encarregado da seção política do consulado americano em São Paulo dissera a um oficial que a desavença unira os quatro comandantes de exércitos contra o chefe do Gabinete Civil.[9] Golbery recebeu um papel que atribuía ao chefe do CIE, general Confucio Danton de Paula Avelino, o comando de uma campanha para destruí-lo.[10]

Geisel já mandara um recado a Confucio, para que "não me aporrinhe a mim, pensando que está aporrinhando o partido comunista".[11] O presidente suspeitava que, por trás de um dos manifestos, estivesse um coronel que servira no SNI: "Esse pessoal do Exército que vai ler e acreditar".[12] Preocupou-se com o caso mais pelo irracionalismo do que pela gravidade. Com relação a Golbery, preocupação mesmo só mostrou quando lhe perguntou como iam seus olhos. O general respondeu que teria de trocar as lentes.[13] Afora algumas enxaquecas, aos 63 anos ele tinha boa saúde.

* * *

Triunfante desde o episódio da nota dos desaparecidos, a "tigrada" servia-se na grande caçada ao Partido Comunista. Em março, o CIE produzira uma lista de 54 parlamentares contaminados por contatos com o PCB. Ia de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães ao deputado estadual (e militante comunista) Alberto Goldman (MDB-SP). Incluía arenistas de convicções moderadas, como José Sarney, e radicais descontentes, como Cantídio Sampaio, ex-secretário de Segurança de São Paulo, que enfrentara o MDB nos debates parlamentares de 1970, racionalizando a universalidade da tortura.[14]

A manipulação das confissões dos comunistas e os ataques a Golbery faziam parte de uma manobra ofensiva. Tendo recuado no caso dos desaparecidos e tendo derrubado a convocação do ministro da Justiça à Câmara, Geisel tivera razões para supor que alcançara um novo equilíbrio. Não se mexia no passado, mas mudava-se a metodologia da repressão.

Dissera a Frota que não abrisse “em leque” o IPM do PCB, procurando pegar apenas “dois ou três”. Soubera que o inquérito já tinha setenta indiciados e, por experiência própria, previa que não iria a lugar algum.[15]

Aberto, o leque criava constrangimentos insuperáveis. No dia 3 de março havia sido preso no Rio o engenheiro Pedro Celestino da Silva Pereira Filho. Era um quadro intermediário do PCB e operava na seção de entendimentos políticos.[16] Tinha vida legal, e prenderam-no quando voltava da praia. Seu pai, general da reserva, vinha de uma das grandes famílias de Mato Grosso e fora ajudante de ordens do marechal Lott. A mãe era neta do coronel Sena Madureira, ativista do golpe republicano, historiador da Guerra do Paraguai.[17] Ambos apoiavam o governo e tiveram do comandante do I Exército a garantia de que a integridade física do filho seria respeitada. Quando conseguiram vê-lo, tinha manchas roxas no rosto, curativo no pé e marcas nos dedos. Descreveu o que passara com uma só palavra: “Terror”. O general foi a Brasília, disposto a contar a Geisel o que acontecera. Hugo Abreu recebeu-o. Num passo valente, o general Pedro Celestino da Silva Pereira escreveu uma carta a Ulysses Guimarães, lida pela liderança do MDB no plenário da Câmara. Terminava assim: “Este relato tem em vista pôr fim a este estado de coisas, para evitar que outros Pedros sofram o que o nosso Pedro sofreu”.[18]

Filtrada pelo CIE e pelos DOIs, a lista dos parlamentares ligados de alguma maneira ao PCB ficou com 23 nomes. No dia 17 de março de 1975, chegaram à mesa de Geisel dois documentos. O primeiro, intitulado *Inquietação na Área Militar*, era um expediente secreto encaminhado pelo general Hugo Abreu. Ecoava três descontentamentos: baixos salários, insegurança da “tigrada” e Golbery. Reconhecia que a *Novela da Traição* obtivera “certa ressonância” e relatava que o comandante da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro já tinha sido ultrapassado por oficiais indisciplinados que faziam reuniões políticas no quartel. Seu ponto central era o seguinte:

> Foi sentida maior inquietação, e há queixas, entre os elementos ligados aos órgãos de informações. Estes sentem-se inseguros. Os pedidos de informações sobre presos políticos que lhes são dirigidos por órgãos do Governo são por eles encarados como manifestações de fraqueza. Queixam-se também de falta de informações, não entendem até onde irá a "abertura política" do Governo e julgam que o MDB está se transformando em instrumento do PCB. Havia, inclusive, o boato de que os órgãos de informações (CIE, Cenimar e CISA) teriam sua atuação restringida.[19]

O segundo documento fora uma carta de uma pessoa ameaçada. Vinha de São Paulo. Geisel teve uma nova explosão, diante de um Golbery impassível: "Têm que acabar esses DOIs, CODIs. São organizações espúrias. (...) Se querem continuar, venham sentar aqui. O Exército usa farda para um monte de sujeiras e é uma instituição de honra?! Vão à merda, Frota, generais, coronéis e o diabo. Um bando de covardes. (...) Me derrubem. Tão fácil. (...) Uma das soluções para mim é ir embora daqui, mas é uma solução covarde. (...) E me mentem".[20]

Nesse desabafo enunciou um desejo: "Estou convencido de que vou ter que tirar o Ednardo d'Avila Mello de lá. Só não sei quem botar. (...) O Ednardo é uma criança grande. Uma possibilidade no II Exército é o Dilermando".

Dilermando Gomes Monteiro era o general que Geisel escolhera para a chefia do Gabinete Militar e que fora dispensado às vésperas da posse, quando quebrara a perna.

* * *

Ednardo, a criança grande, era um velho e estimado conhecido. Comandava o II Exército. Fora colega de Geisel e Golbery no EME. No curto governo

de Jânio Quadros, chefiara o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações. Tivera jurisdição sobre o fichário que Golbery tanto cultivava. Fizera fama de bom sujeito, jogador de basquete. O "dispositivo militar" do janguismo o remetera para o 15º Regimento de Infantaria, na Paraíba. Passara anos despercebido, o que resultava mais de um temperamento retraído que dos acontecimentos verificados no quartel que comandava. Em 1964, nos primeiros dias da nova ordem, dois lavradores, militantes do PCB, entraram presos no 15º RI. Libertados meses depois, foram embarcados numa camionete da polícia. Seus corpos mutilados acabaram numa beira de estrada.[21]

O general chegara à quarta estrela apesar dos votos contrários de quatro dos dez generais do Alto-Comando e assumira o II Exército no final do governo Médici, substituindo Humberto Mello, patrono da política de extermínio em São Paulo. Geisel achara difícil a escolha, pelo receio de "mandar um banana" para o serpentário paulista. Diante da indicação de Ednardo, resignara-se: "Ele não é mau sujeito, ele vai ser fracote".[22] Golbery também condenara a ideia, argumentando que Ednardo "é muito bom, mas não é homem para São Paulo". Considerava-o um "moleza".[23] Por mais pacato que fosse, Ednardo não escondia sua hostilidade ao chefe do Gabinete Civil. Acreditava que fora parar em João Pessoa porque Golbery preferira passar para a reserva a aceitar o comando na Paraíba.

Seus bons modos impressionaram o cardeal Arns. D. Paulo levara-lhe duas denúncias de tortura de jovens presas e conseguira que fossem soltas. Ednardo chamou-o de "bom samaritano", mas esclareceu que, como general, tinha uma missão: "a guerra, a limpeza do Brasil".[24] No segundo semestre de 1974, o general infletira na postura e na retórica. Numa conferência banal, atacara os "frustrados" que "se cobrem do manto do liberalismo, não tomam posições e acendem uma vela a Deus e outra ao diabo". Produzira o seguinte enunciado: "A ideologia, embora pareça uma opinião, dela difere completamente e, por isso, deve ser destruída".[25]

A “tigrada” estava em combate. Tinha o apoio explícito da maioria dos comandantes e dos ministros militares, mas, apesar disso, ruíam duas das precondições de sua existência: o controle total da imprensa e a inibição dos debates parlamentares. No caso de Marco Antônio Coelho, por conta do noticiário dos jornais, o DOI vira-se obrigado a encenar uma farsa para demonstrar que ele não fora torturado. Pior: o SNI fizera uma *Apreciação Sumária* sugerindo, com luvas de pelica, uma rediscussão da tortura. Falava da “gradual deformação no enfoque dado ao trato com os prisioneiros”, mas reconhecia que essas variações do “grau de respeito à legislação vigente” decorriam das “enormes tensões” dos agentes e dos “ardis adotados pelos subversivos e terroristas”. Indo ao centro da questão, informava: “Medidas que já obtiveram amplo sucesso e foram recebidas com certa naturalidade em épocas de grandes agitações e atos terroristas hoje são contraproducentes e tendem a radicalizar posições contestatórias”.

O documento do SNI apontava para a indisciplina existente nos DOIs, cujos quadros, “dispondo de já larga experiência e liberdade de ação, sabe[m] também usá-las, quando necessário, para livrar-se do eficiente controle dos escalões superiores, o que, nos últimos dois anos, tem conduzido a situações delicadas até ao nível Presidencial”.[26] [*Veja o documento*]

Para bom torturador, meia palavra basta. Começava a faltar cumplicidade ao porão.

* * *

Poucos dias depois de sua posse no palácio dos Bandeirantes, Paulo Egydio Martins tinha convidados para jantar na ala residencial. Iam pelo café. Tocou o telefone, e a guarda informou que um casal de amigos queria vê-lo. Eram Eurico Prado Lopes, presidente do Instituto de Arquitetos, e a mulher, Marilena, sobrinha do marechal Ademar de Queiroz. Subiram, e Marilena pediu a Paulo Egydio para vê-lo a sós. A polícia invadira e varejara o

Instituto de Arquitetos. Seu marido tinha sido intimado e deveria se apresentar às oito da manhã no DOI. O pai de Marilena, general da reserva e diretor da Mercedes-Benz, fora ao DOI, e disseram-lhe que nada havia a fazer. Era quase meia-noite. O governador de São Paulo acordou Golbery. Falou também com o marechal. No início da manhã, o arquiteto soube que a intimação estava suspensa.[27]

O governador Paulo Egydio Martins, de São Paulo, recorreu a Golbery para impedir que o DOI prendesse um arquiteto. O episódio envenenou sua relação com o comandante do II Exército, Ednardo D'Avila Mello. O general dizia: "A tônica hoje em dia é dizer que o terrorismo já foi dominado, que não há mais subversão, que tudo está em calma, e que, em consequência, precisamos fazer uma distensão. Eu digo que isto é balela".

Foi grande a confusão armada por Paulo Egydio, pois na reunião das 9h do dia seguinte Geisel trataria do assunto com surpreendente frieza. De um lado, reclamou do CIE: "O Confucio não quer seguir a minha orientação. (...) Prisão do arquiteto, sem razão, sem objetivo".

De outro, reclamou do governador: "O Paulo Egydio é um nervoso. Eu várias vezes disse que tinha dúvidas. Nervosinho".[28]

Paulo Egydio tomou o troco durante a festa do aniversário da Revolução. O dia 31 de março continuava a servir de tribuna para a verbalização da hegemonia militar. O comandante do II Exército aproveitou a oportunidade e, na ordem do dia lida para a tropa, atacou os defensores de

subversivos que atrapalhavam o serviço dos órgãos de segurança. Para que não houvesse dúvidas, voltou a discursar no Círculo Militar e, com o governador ao seu lado, foi aos detalhes:

> Diariamente são feitas acusações aos elementos da segurança. Telefonam para Brasília, falam com o Governador do Estado, com o Ministro do Exército, de que estamos cometendo barbaridades aqui em São Paulo. Ainda outro dia, quando eu estava em Brasília, um general recebeu um telefonema daqui falando da prisão de um arquiteto. Telefonei para São Paulo e soube que não houve prisão alguma. Quando voltei, fiquei sabendo dos detalhes. Tinham telefonado para o Governador e para o general Golbery falando sobre a prisão e ninguém, nem a Polícia, tinha pensado na prisão deste arquiteto. Mas alguém foi lá, como se caracterizado de policial, para assustar este arquiteto. Vejam bem de que maquinações estes homens são capazes.[29]

Havia alguém maquinando alguma coisa. A teoria do falso alarme não se sustentava, porque o sogro do arquiteto fora ao DOI e não conseguira suspender a intimação. De duas uma: ou o general mentia, com uma riqueza de detalhes despropositada e rara (nesse nível), ou alguém lhe mentira. Em qualquer dos casos, Ednardo festejava um refluxo da distensão:

> Ultimamente nós temos tido ataques violentíssimos à Revolução. (…) Sente-se que há um comando nesta ação psicológica contra a Revolução. Sente-se mesmo que ela recebe orientação estrangeira, tal a sua pertinácia e organização. A tônica hoje em dia é dizer que o terrorismo já foi dominado, que não há mais subversão, que tudo

está em calma, e que, em consequência, precisamos fazer uma distensão. Eu digo que isto é uma balela.[30]

O general tinha razões para dizer o que dizia. Discursando de improviso, no mesmo dia, Geisel dera um recado parecido a uma plateia de políticos governistas: “Falo, neste momento, dizendo que fui e continuo a ser um dos participantes responsáveis por esta Revolução. E desejo sinceramente reafirmar-lhes que ela continuará”.[31]

O conceito de permanência da Revolução significava uma coisa muito simples: a ditadura continua. Geisel fez em 1975 exatamente o discurso que evitara um ano antes, quando foi à televisão com a lembrança dos riscos da “trágica noite do naufrágio”, da qual o país se livrara num “momento fulgurante”. Em 1974 falara em “alvorada de fé cívica e convicção democrática”.[32] Agora, pedia à Arena que se inspirasse “na ideologia da Revolução, da segurança e do desenvolvimento integrado”.[33]

A nova retórica de Geisel sugeria que Golbery estava batido. Na Semana Santa, ele almoçara com um amigo na pérgola da piscina da granja do Ipê e o surpreendera com três observações que, pela contundência, nem faziam seu estilo.

Colocado diante de um caso de tortura que estava enlouquecendo a vítima, deixou cair: “Vou ver, mas não sou mais governo”.

Depois, explorou a personalidade do presidente: “Geisel não é aquele tipo de homem de que fala o poema ‘Se’, capaz de jogar tudo numa mão de cartas”.[34]

Referia-se ao seguinte trecho do famoso poema de Rudyard Kipling, que começa com o mote “És um homem, se”:

Se és capaz de arriscar numa única parada
Tudo quanto ganhaste em toda a tua vida,
E perder e, ao perder, sem nunca dizer nada,

Resignado, tornar ao ponto de partida.[35]

Resignado, Golbery pensava em voltar para Jacarepaguá. Já despachara algumas caixas de livros.[36]

Da guarnição do Rio de Janeiro vinham críticas à abertura política.[37] Do Gabinete Militar, sugestões de nomes para a presidência da Arena.[38] Do SNI, o general Figueiredo trazia ecos da "carga dos generais contra o Golbery".

Heitor Ferreira, que havia tempo colecionava relatos de ataques ao seu amigo, criara um hábito. Sempre que alguém lhe contava as queixas, pedia que reconstruísse a conversa. Sustentava que era impossível haver a fogueira sem que houvesse um interlocutor acendendo-a ou, pelo menos, alimentando-a. Assim, teve o seguinte diálogo com Figueiredo:

— Mas quem?

— Ontem, no almoço lá no Murgel,* me cercaram e malharam o Golba.

— Sim, mas quem, especificamente?

— O Ariel.** Se aproximou e me disse: "O Geisel está certo, vocês vão bem, mas o Golbery é culpado de todas essas coisas de ruim".

— Que coisas?

— Ah, isso é o que está nesses boletins anônimos, aberturas, etc.

— Bem, o Ariel tem razões para isso.

— Mas não foi só ele.

— Quem mais?

— Os outros não falavam. Alguns assentiam com a cabeça.

— Não há de ter sido o Murgel.

— Não, o Murgel não.

— Mas também ninguém defendeu.

— Não. Nem acusavam nem rebatiam. Alguns concordavam com a cabeça. Batiam no ombro do Ariel.

— O senhor deve contar isso ao Presidente.

— Mas, falar mal de um companheiro...

— Ué, ele não está falando mal de um companheiro? E que companheiro!

— Isso é. Eu sou muito mais amigo do Golbery que do Ariel.[39]

Estava na rua o quarto capítulo da *Novela da Traição*. Golbery tornara-se o "Gregório Branco da Revolução", numa referência ao negro Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getulio Vargas e organizador do atentado contra Carlos Lacerda, em 1954. O "inteligentíssimo lacaio da Dow" era acusado de proteger a corretora de valores Laureano, do Rio de Janeiro, onde se empregara o seu filho. Esse foi um panfleto ilustrado. Mostrava-o pendurado numa corda, com uma legenda escrita no patíbulo: "Castigo de Traidor é a Forca".[40]

* * *

O desenho havia sido obra do coronel Alberto Fortunato. Como Golbery, estivera nas conspirações dos anos 1950 e no levante de 1964. Pegava pesado. Em 1962, amarrara dez bananas de dinamite a um despertador e explodira um pedaço da Exposição Soviética montada no Pavilhão de São Cristóvão.[41] Passara para a reserva em 1966 e, beneficiado por uma prerrogativa concedida à confraria de antigos conspiradores, iniciara uma nova carreira na Comunidade de Informações. Trabalhara nas DSIs do Ministério do Interior e do Banco Nacional de Habitação.[42] Entre 1968 e 1969, integrando o condomínio terrorista anexo ao CIE, participara de seis

de seus 21 atentados a bomba.[43] Estava no serviço de informações do Ministério de Minas e Energia.[44]

Alberto Fortunato

É possível que todos os panfletos da *Novela* tenham sido feitos no mesmo lugar, o apartamento do general Octávio Moreira Borba. Ele deixara o Exército como coronel e também estivera na DSI do Ministério do Interior.[45] Fixara-se na assessoria de segurança da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa).[46] No grupo havia pelo menos dois oficiais lotados na Agência Central do SNI.[47] Um deles, o coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, participara da silenciosa batalha dos corredores do Ministério da Guerra, na tarde de 31 de março de 1964, e da barulhenta tomada do QG da Artilharia de Costa, no dia seguinte. Sócio fundador do CIE, estivera em quatro atentados a bomba.[48] Passando para a reserva, diplomara-se analista de informações na EsNI e, desde julho de 1974, ocupava uma subchefia de informações internas da Agência Central. Era uma das pontes do CIE com o Serviço.

Luiz Helvecio Leite

Entre fevereiro e julho, colecionaram-se doze panfletos emitidos por quatro grupos.[49] O CIE descobriu que "a autoria dessa panfletagem parece não ser esquerdista" e a atribuiu a "grupos inconformados (...) provavelmente de militares da ativa ou da reserva, conhecedores de informes e informações versando sobre as personalidades citadas". Onde havia indisciplina, insolência e insultos, entendeu que "o assunto desenvolvido é o abandono pelo Governo dos objetivos revolucionários".[50]

Não há registro de providência destinada a identificar os autores dos panfletos. Pelo contrário, atribuiu-se ao ministro do Exército um desinteresse em identificá-los, "para que o episódio rendesse o mínimo possível".[51]

Isso num governo que, naqueles dias, com a ajuda da interceptação telefônica, identificara o jornalista que surrupiara da mesa do ministro da Fazenda uma minuta da Lei das Sociedades Anônimas.[52] Ou que, grampeando um general cassado, descobrira um ardil do teatrólogo Dias Gomes, que transformara uma peça proibida (*Berço de herói*) em novela da TV Globo (*Roque Santeiro*).[53] Num palácio onde o presidente determinava ao ministro da Justiça, por sugestão de Reis Velloso, que investigasse a naturalidade da família Civita, dona da Editora Abril, bem como suas relações com estrangeiros.[54] Tudo sob a vigilância de uma máquina de repressão que plantava projetos de guerrilha para incriminar o exilado Leonel Brizola.[55]

Também não há registro de um só funcionário que tenha procurado saber de onde saíam os panfletos. O Erário pagava salários aos três censores que perscrutaram a letra da canção "Como eu queria ficar com você", de Roberto e Erasmo Carlos. Eles descobriram uma "narração somática e visceral de um encontro sexual" em versos que diziam:

> *Como eu queria ficar com você*
> *Sempre beijar seus lábios.*

Apertá-la em meus braços,
Eternamente deslizar as mãos pelo seu corpo
E ver seus cabelos se misturando com os meus do peito.
Ah! Como eu queria...[56]

No dia 28 de abril Golbery teve um expediente rotineiro. Não era uma tarde qualquer. Em Saigon, uma rádio do governo dos Estados Unidos transmitia a cada quinze minutos a canção "White Christmas", na voz de Bing Crosby. Era o sinal para que os americanos evacuassem o Vietnã.[57] Treze anos depois de entrar em combate com os primeiros assessores militares enviados pelo presidente John Kennedy, um tanque do Exército do Vietnã do Norte arrebentou o portão do palácio presidencial, abrindo o caminho para os novos governantes do país.[58]

O mais recente capítulo da *Novela da Traição* dizia: "Nós não seremos um novo Vietnã, traído e jugulado pelos sanguinários aliados e protegidos de Golbery!".

No palácio do Planalto, o general discutira as dificuldades da indústria cearense, tratara das despesas dos estados com Reis Velloso e saíra à tarde, para uma consulta com o oftalmologista. Voltou informando que estava com um descolamento da retina do olho esquerdo.[59]

1 Essa grafia consta desse panfleto e de dois outros, intitulados *Traição à Revolução de 1964* e, posteriormente, englobados na série *Novela da Traição*. A citação se refere a um panfleto de maio de 1975. Há outro, capturado pelo CIE em setembro de 1975, saído da PM do Rio. Em outubro de 1976 o CIE falaria em "refrear os mecanismos de distenção", num informe sobre o PCB. A "distenção" aparece também no texto de um de seus defensores, o marechal Juarez Távora. Carta a Geisel, 2 de julho de 1975. APGCS/HF.

2 *Novela da Traição*, primeiro capítulo, sem data nem autor, cerca de fevereiro de 1975, colecionado numa pasta do SNI, de 29 de julho de 1975. APGCS/HF.

3 *Novela da Traição*, terceiro capítulo. APGCS/HF.

4 *Novela da Traição*, primeiro capítulo. APGCS/HF. No sexto capítulo a remuneração de Golbery foi baixada para 15 mil dólares mensais.

5 Anotação de Golbery no panfleto em que o senador José Sarney foi posto como remetente. APGCS/HF.

6 *Manifesto dos Voluntários da Pátria*, sem data nem autor, cerca de fevereiro de 1975, colecionado numa pasta do SNI, de 29 de julho de 1975. APGCS/HF.

7 *Manifesto das Sentinelas do Brasil*, cerca de abril de 1975, colecionado numa pasta do SNI, de julho de 1975. APGCS/HF.

8 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de fevereiro de 1975.

9 Carta do tenente-coronel Eury Magalhães a Golbery, de 21 de fevereiro de 1975, narrando uma conversa com o diplomata Andrew Donald. APGCS/HF.

10 Uma folha, sem data nem autoria, intitulada *Fatos que Comprovam uma Campanha Organizada para Destruir a Figura do Ministro Golbery do Couto e Silva*. APGCS/HF.

11 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de março de 1975.

12 Idem, 10 de março de 1975.

13 Idem, 6 de março de 1975.

14 Para a lista, *Informação nº 0362/S-102-A5-CIE*, do CIE, intitulada *Atividades do Partido Comunista Brasileiro/Participação do PCB no Pleito de Nov 74*, carimbada "pessoal — secreto", de 11 de março de 1975. AA. Para Cantídio Sampaio, em debate com o deputado Oscar Pedroso Horta, *O Estado de S. Paulo*, 18 de junho de 1970, p. 7.

15 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 e 17 de fevereiro de 1975.

16 *Informação nº 0362/S-102-A5-CIE*, do CIE, intitulada *Atividades do Partido Comunista Brasileiro/Participação do PCB no Pleito de Nov 74*, carimbada "pessoal — secreto", de 11 de março de 1975. AA.

17 Para a prisão e os laços familiares, Pedro Paulo de Sena Madureira, maio de 1990.

18 Carta do general Pedro Celestino da Silva Pereira a Ulysses Guimarães, lida na Câmara pelo deputado Laerte Vieira em 20 de março de 1975. *Diário do Congresso Nacional*, 21 de março de 1975, seção I, p. 688. Ata da 13ª Sessão.

19 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Inquietação na Área Militar*, carimbada "secreto", de 17 de março de 1975. APGCS/HF.

20 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de março de 1975.

21 Depoimento do deputado Otavio de Queirós, em *O Momento*, de João Pessoa, 4 a 10 de novembro de 1979, citado por Regina Reyes Novaes em *De corpo e alma*, p. 93.

22 Conversas de Geisel com Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 22 de novembro e 6 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

23 Conversas de Geisel, Golbery, Moraes Rego e Heitor Ferreira, 21 e 22 de novembro e 6 de dezembro de 1973, e 11 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

24 *O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1996, p. A30.

25 Conferência do general Ednardo D'Avila Mello na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de São Paulo, em 4 de julho de 1974, em *Jornal do Brasil*, 5 de julho de 1974, p. 3.

26 *Apreciação Sumária nº 06/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 29 de setembro de 1975. AEG/CPDoc.

27 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

28 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1975.

29 *O Estado de S. Paulo*, 1º de abril de 1975, p. 7.

30 Idem.

31 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, p. 54.

32 Idem, vol. 1: *1974*, p. 61. Maço de 22 folhas, com minutas e manuscritos desse discurso, de Golbery e Geisel. Uma folha com bilhete de Geisel a Heitor Ferreira, informando que o texto final foi "calcado, todo ele, na minuta do Golbery". APGCS/HF.

33 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, pp. 53-4.

34 Golbery do Couto e Silva, Páscoa de 1975.

35 Discurso de Golbery aos formandos de direito de Anápolis, turma da qual foi paraninfo, provavelmente em dezembro de 1983. APGCS/HF. Nesse discurso, feito depois de sua saída do governo, em 1981, ele recitou todo o texto de "Se", numa tradução de Guilherme de Almeida.

36 Golbery do Couto e Silva, 1978.

37 *Diário de Heitor Ferreira*, 7 de abril de 1975.

38 *Informação para o Sr. Presidente*, do general Hugo Abreu, intitulada *Direção da ARENA — Sugestões*, de 17 de abril de 1975. APGCS/HF.

* Coronel Edmundo Adolpho Murgel, chefe da Agência Rio do SNI.

** General Ariel Pacca da Fonseca, comandante da 2ª Região Militar.

39 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 de abril de 1975.

40 *Novela da Traição*, quarto capítulo, manifesto postado em 14 de agosto de 1975. Pasta do SNI, com uma coleção de onze panfletos. APGCS/HF.

41 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 204.

42 Idem, pp. 289-91.

43 Idem, pp. 237-40, 256-8, 278-9.

44 Idem, p. 299.

45 Idem, p. 312.

46 Idem, p.310.

47 Idem, p. 307.

48 Idem, pp. 238-40.

49 O SNI produziu uma pasta com onze reproduções, e o coronel Newton Cruz enviou-a a Heitor Ferreira no dia 29 de julho. APGCS/HF. O CIE capturou outro texto, assinado pelo grupo Patriotas. *Informação nº 1.158*, do CIE, de 30 de junho de 1975, em Juarez Pires, "A panfletagem militar. Os documentos da direita", *Jornal de Brasília*, 25 de fevereiro de 1979, pp. 29-30.

50 *Informação nº 1.158*, do CIE, 30 de junho de 1975, em Juarez Pires, "A panfletagem militar. Os documentos da direita", *Jornal de Brasília*, 25 de fevereiro de 1979, pp. 29-30.

51 Murilo Mello Filho, “A penosa marcha da abertura”, *Manchete*, 24 de maio de 1975, p. 22.
52 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 e 26 de fevereiro de 1975.
53 Interceptação de um telefonema de Dias Gomes ao general Nelson Werneck Sodré, 8 de maio de 1975, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, pp. 124-7. *Roque Santeiro*, proibida em 1975, foi ao ar dez anos depois.
54 *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de abril de 1975.
55 Idem, 13 de janeiro de 1975.
56 Adriana Barsotti e Berenice Seara, “Pérolas brilhando no escuro”, *O Globo*, 18 de maio de 1997, 2º Caderno, pp. 1 e 4.
57 Phillip L. Zweig, *Wriston*, p. 492.
58 Henry Kissinger, *Crisis*, p. 544.
59 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de abril de 1975.

Uma zona de sombra

Golbery internou-se no dia seguinte. Foi operado numa clínica da avenida W-3 Norte, em Brasília. Chegara-se a cogitar a transferência do general para um renomado centro médico de Belo Horizonte, onde já passara por duas operações de catarata.[1] Ele preferiu continuar sob os cuidados do oftalmologista que o examinava em Brasília.

Numa cirurgia que durou duas horas, recebeu disparos de raios laser no olho. Eles funcionariam como pontos de solda, selando as áreas lesadas. Pela localização do descolamento, acreditava-se que seu olho esquerdo teria a visão preservada. O quadro clínico evoluiu bem. Golbery passou por alguns delírios irrelevantes, ouviu música e cantarolou. Heitor Ferreira visitou-o, disse-lhe que parecia bem melhor, mas ele fez um gesto com a mão: “Mais conformado...”.[2] Voltou para casa uma semana depois.

Saíra da cena o “para-raios a atrair as reações contrárias à distensão”, e abrira-se um mercado de boatos. O SNI chegou a registrar um, em Belém, de que houvera uma ameaça de fechamento do Congresso e, no meio de uma discussão, o general fora agredido fisicamente.[3] Outros garantiam que ele não voltava ao palácio. Golbery mantinha uma relação curiosa com boatos. Sustentava que, ao contrário da verdade, que nunca pode ser integralmente captada, eles traem o real desejo de quem os inventa e, às vezes, de quem os sopra. No caso, haveria alguém querendo o Congresso fechado e, decerto, vê-lo apanhando.

Durante sua convalescença aconteceram coisas estranhas. Quando Geisel foi visitá-lo, a segurança do Planalto impediu que ele fosse

fotografado chegando à clínica.[4] A conduta de Figueiredo mudou. A um ministro que lhe perguntou como ia a "onda" militar contra o general, o chefe do SNI respondeu: "Ah, essa é irreversível".[5] Desde que assumira o Serviço, repetindo um hábito de seu fundador, ficava fora das comitivas presidenciais. Em maio, quis acompanhar o presidente numa viagem ao Rio de Janeiro, para as festas militares comemorativas do trigésimo aniversário da vitória dos Aliados na Europa. Desejo natural num ex-combatente, porém bizarro para um oficial que fizera a guerra em paz.[6] Voltou contando que a imagem do ministro do Exército, general Sylvio Frota, "modificou-se da água para o vinho".[7]

Habitualmente refratário a manifestações dos temores e ansiedades da "tigrada", Figueiredo alterou-se quando recebeu a cópia de um manifesto de presos políticos da ilha Grande. Haviam começado a nona greve de fome dos presídios nos últimos cinco anos.[8] Entre os signatários estavam dois condenados à prisão perpétua, três sequestradores e um participante do assassinato de um inocente marinheiro inglês.

O chefe do SNI produziu o seguinte diálogo com o documento:

> OS PRESOS: Nós, presos políticos (...).
> FIGUEIREDO: Por que presos políticos?
> OS PRESOS: Os fatos relatados a seguir só poderão ser entendidos levando-se em conta o terrível significado deste longo período no cárcere, marcado pelas violências e maus-tratos que sofremos (...). Este duro aprendizado demonstrou que estes ásperos anos constituem um prolongamento das torturas sofridas após nosso aprisionamento.
> FIGUEIREDO: O duro aprendizado não se coaduna com o aprendizado fácil e rápido para sequestrar, roubar e matar!
> OS PRESOS: O presídio da Ilha Grande ocupa um lugar especial, pois as brutalidades praticadas contra presos políticos e comuns há

cerca de meio século lhe garantiram a fama de presídio-castigo e tornaram este local conhecido como “Ilha do Diabo”.

FIGUEIREDO: Não é verdade! As informações a que se chegou são até elogiáveis quanto ao tratamento dispensado. As falhas ou deficiências não decorrem da vontade expressa dos carcereiros e não se constituem em brutalidades.

OS PRESOS: A alimentação é de péssima qualidade, não suprindo nossas necessidades básicas.

FIGUEIREDO: Se não supre as necessidades básicas, pelo tempo que estão presos, já muitos teriam morrido...

OS PRESOS: Nossos familiares têm de empreender uma longa viagem, utilizando ônibus, barcas de pescadores alugadas e caminhões, gastando cerca de vinte horas, no percurso de ida e volta, para permanecer conosco somente três horas. Isto configura uma punição às nossas famílias e uma pena acessória para nós.

FIGUEIREDO: Jamais pensaram nas suas famílias! Casos houve de romperem totalmente os laços familiares!

[Desde o ano anterior os presos pediam que os transferissem para alguma prisão do continente.]

FIGUEIREDO: Só mesmo na ditadura militar fascista do Brasil seria possível os condenados escolherem as prisões onde devem cumprir as penas! (...) Parece até que os presos é que são autoridades![9] [*Veja o documento*]

Geisel viu esse documento e o visou com lápis azul. No vigésimo dia da greve, durante uma conversa telefônica com o almirante Faria Lima, governador do Rio de Janeiro, concordou em tirar os presos da ilha Grande, dispersando-os pelas prisões fluminenses: “Ceder a uma greve é duro, mas eu prefiro ceder”.[10]

O SNI viu a coisa assim:

> O último episódio da transferência dos presos terroristas e subversivos, do Presídio da Ilha Grande para outras prisões, obtida por meio de greve de fome, apoiada por pressões dos comunistas e simpatizantes na Igreja, nos meios políticos e na imprensa, foi mais um fato no conjunto da solerte campanha desencadeada pelos terroristas para a desmoralização e descrédito dos Órgãos de Segurança e do Governo. Esta campanha liderada pelo Partido Comunista Brasileiro — PCB — e endossada pelos políticos de esquerda do MDB procura apresentar à opinião pública os Órgãos de Segurança e seus agentes militares e civis como criminosos (…).[11]

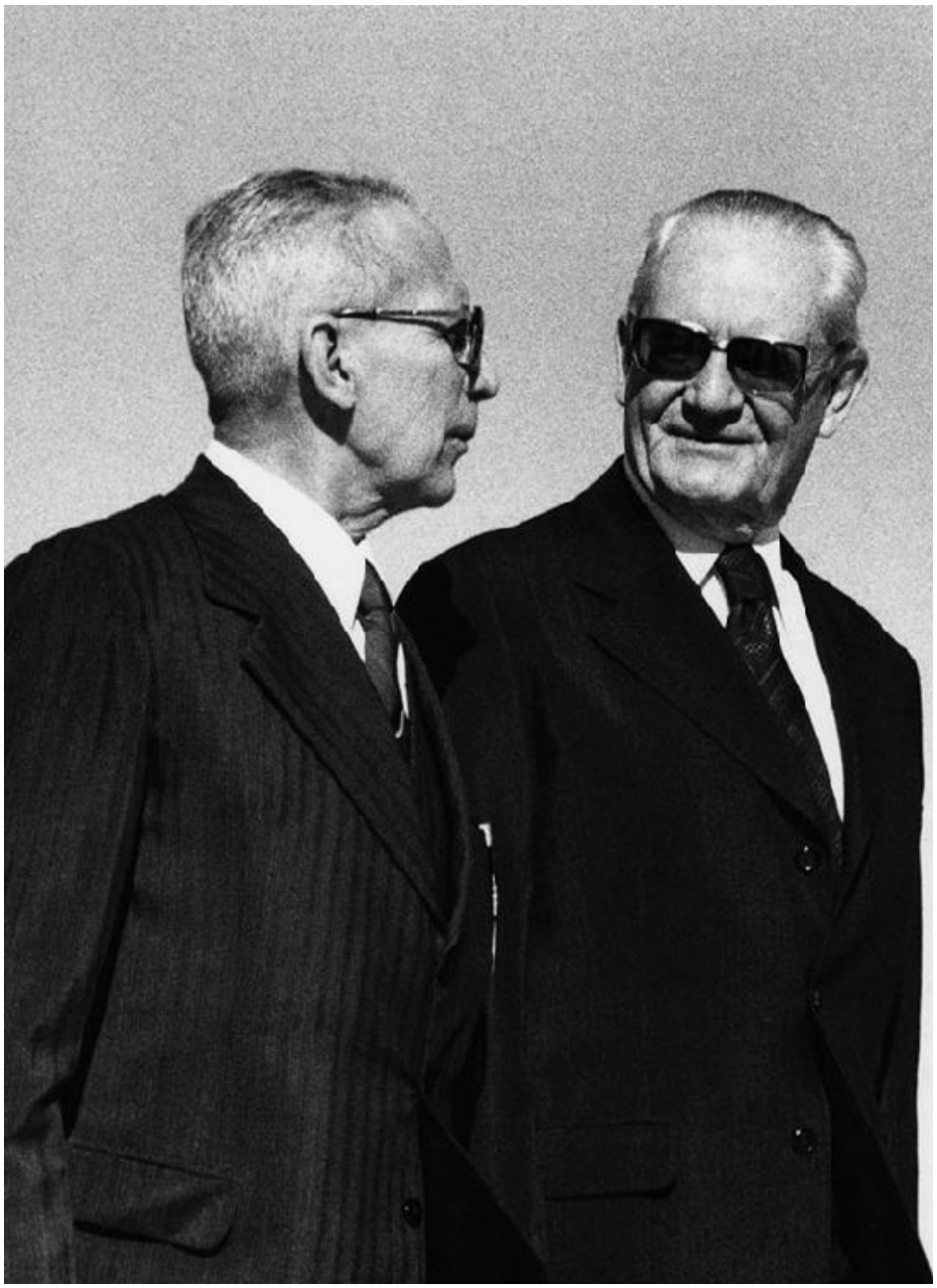
É dessa época uma nota de Heitor Ferreira a Geisel e Golbery:

> Estou acompanhando os informes do SNI, as sínteses e conclusões etc., e vejo que há um bom bocado de companheiros que é fascista e não sabe.
>
> Estão repetindo fórmulas e caminhos que deram em água de barrela não poucas vezes.
>
> "Nativistas", nacionalistas, duros, paraquedistas, radicais, ultras. Só falta aparecer o general Massu.* E há candidatos, lá isso não falta.[12]

Ambos responderam. Golbery: "Certo". Geisel: "De acordo!". [*Veja o documento*]

* * *

No dia 14 de maio de 1975, Geisel teve uma surpreendente conversa com Heitor Ferreira. Começou reclamando das pressões do MDB, que pedia uma definição de sua atitude em relação ao AI-5, e desbordou para a conduta dos defensores da imutabilidade do regime: “O que querem é uma ditadura, o Congresso fechado. A campanha contra o Golbery é desprimorosa! Eu não tenho nenhum complexo em relação ao Golbery. Podíamos estar em posição invertida, ele Presidente e eu seu chefe do gabinete civil. Há uma identificação entre nós dois que vem de muitos e muitos anos. Eles realmente atingem a mim”.[13]



Geisel, à direita, com Golbery: “Eu não tenho nenhum complexo em relação ao Golbery. Podíamos estar em posição invertida, ele presidente e eu seu chefe de gabinete civil. Há uma identificação entre nós dois que vem de muitos e muitos anos”.

Dois dias depois, numa sexta-feira, visitou Golbery no Ipê. Conversaram, a sós, durante duas horas, coisa que não acontecia desde o tempo do largo da Misericórdia. Do que conversaram, não sobreviveu

narrativa. Na tarde de sábado o presidente fez uma caminhada com Heitor Ferreira pelos jardins do Riacho Fundo. Nova surpresa:

> A minha sucessão, por exemplo, coisa que eu precisava ir mais ou menos cultivando, está complicada. A esta altura, sem saída. Indiscutivelmente, o homem mais categorizado, a pessoa a quem eu passaria confiante a Presidência, é claro que é o Golbery. Mas... difícil. Complicado. Esse negócio nos olhos, a idade, e sobretudo a reação que desperta no meio desse bando de boçais e invejosos. Um homem que se mata trabalhando, e fica essa turma de vagabundos, que não têm o que fazer, a fofocar contra ele... Claro que vai depender das condições em que chegarmos lá, mas no momento é uma solução difícil. Muita reação. O Figueiredo é o outro, mas também tem suas coisas. Cardíaco, negócio da coluna,[14] e além disso não sei, não me parece... interessado nas coisas... Podia produzir muito mais. Podia ter feito muito mais no tempo do Médici, no gabinete militar, e podia fazer muito mais agora, no SNI. Não é interessado... Não sei, será uma solução medíocre. (...) Não há um nome mais moço em condições de assumir isto. Veja que nós estamos assumindo cada vez mais velhos. O Castello tinha 64 anos, o Médici assumiu mais velho, eu mais velho que o Médici, o Golbery assumiria mais velho que eu![15]

Interesse em ser sucedido pelo amigo ou necrológio da hipótese? Há motivos para supor que prevalecera a segunda alternativa. Geisel já fizera cinco referências à sua sucessão. Na primeira, em dezembro de 1973, durante uma conversa com Golbery, dissera que “uma das hipóteses” era a escolha de Figueiredo.[16] Na outra, três dias antes da posse, contara a Heitor Ferreira que via em Figueiredo “o único” em condições de vir a ser o próximo presidente.[17] Voltou ao assunto em três outras ocasiões, sempre

fixando-se no chefe do SNI como a opção do momento.[18] Referiu-se a Golbery pelo menos duas vezes. Uma, certamente antes das panfletagens, numa conversa com o general Reynaldo Mello de Almeida, comandante do I Exército.[19] Outra, em outubro de 1974, registrando a hostilidade militar ao chefe do Gabinete Civil. Classificou-o como o caminho "mais difícil".[20]

Golbery era candidato a presidente da República? Há aí uma zona de sombra. Não se comportava como tal, mas numa ditadura isso tinha pouca importância. Seus adversários diziam que sim. Heitor Ferreira listou-o em primeiro lugar num exercício de maio de 1974 em que havia 31 outros nomes, de Delfim Netto a Médici e Sylvio Frota. No final, escreveu: "Hoje, meu palpite — e meu desejo — é a dupla Golbery-Figueiredo, em qualquer das posições de presidente e vice".[21]

* * *

Poucos dias depois do demorado encontro com Geisel na granja do Ipê, Golbery protagonizou um dos mais misteriosos episódios da história do período, narrado pela primeira vez pelo repórter Luiz Gutemberg no livro *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*. Entrevistou-se secretamente, por quase três horas, com Ulysses e Thales Ramalho, secretário-geral do MDB.[22] Conversaram no apartamento da filha do general. As cortinas da sala estavam cerradas, e havia uma bandeja com gelo e uísque à mão.

A reunião fora urdida por Thales e pelo marechal Oswaldo Cordeiro de Farias. Um convenceu Ulysses e o outro, Golbery. Meses antes, discursando num banquete, o velho marechal de 74 anos, cuja primeira insurreição remontava a 1922, condenara o radicalismo de esquerda e o de direita, dizendo-se disposto a combatê-los, "mesmo que fique de muletas ou numa cadeira de rodas".[23] De bengala, o marechal tramava uma candidatura civil à Presidência da República. Seu primeiro nome era o do governador Paulo

Egydio Martins.[24] Cordeiro passou o endereço e a hora do encontro a Thales Ramalho numa caixa de fósforos de restaurante.[25]

Foi o próprio Golbery quem abriu a porta do apartamento. Disse-lhes que os recebia com o conhecimento de Geisel, a quem logo relataria a conversa. Há duas narrativas da cena. Uma, de Ulysses a Luiz Gutemberg.[26] Outra, de Thales Ramalho.

Segundo Thales, a conversa foi dominada pela proposta inicial de Golbery, de que ela seria apenas a primeira de uma série:

> O general não ofereceu nada. Levantou temas. A realização de eleições diretas para os governos estaduais [como determinava a Constituição]. O estabelecimento de um sistema de voto distrital misto, parecido com o alemão. Deixou mais ou menos implícita a ideia de uma reorganização partidária. Lembrou que, sem os votos da oposição, o governo perdera a capacidade de aprovar emendas constitucionais e, por isso, queria abrir um canal de negociação. Não mencionou o AI-5, mas a ideia do seu fim esteve no ar. Eu lhe falei da anistia, e ele respondeu que se devia começar pela revisão de alguns casos de inegáveis injustiças. Feito isso, ia-se acabar numa anistia. A conversa foi longa, porém genérica. O mais importante, para ele, era iniciar as conversas. Nessa linha, o encontro foi uma típica preliminar.[27]

A narrativa de Ulysses é mais impressionista. Nela, Golbery diz: “O país está suficientemente sofrido. Precisamos apressar o processo de redemocratização. Mas sem virar estátua de sal, como a mulher de Ló. Não podemos nos perder olhando para trás”.

Oferecia o fim do AI-5 em troca de um sistema de salvaguardas constitucionais. Explicou que o presidente via no Ato Institucional um bumerangue que ameaçava sua autoridade. Falando em nome de Geisel,

informou: “Quer apenas salvaguardas, mas não deseja usar estreptomicina para tratar resfriados, nem fazer lobotomias para extirpar verrugas. Restauremos a razão. Gripe é gripe, pneumonia é pneumonia”.

Propunha também o fim do bipartidarismo, que poderia ser substituído por um regime de cinco partidos. No centro da construção de Golbery havia uma constatação: “Tudo isso só será possível com a ajuda dos senhores. Porque os senhores têm o apoio das ruas. Em 1964, nós tínhamos as ruas. Agora, vocês é que têm”.[28]

Golbery não oferecia uma aliança, mas, mesmo dizendo que não buscava o apoio do MDB, estava implícito que, sem alguns de seus votos, não iria a lugar algum. A criação de novos partidos permitiria a baldeação de um pedaço da oposição para a linha auxiliar do governo.

Ouvindo-o, Thales viu uma negociação que levaria o governo e o MDB à mesa, o bipartidarismo à morte e o AI-5 ao fim. Para ele, o ponto mais importante do encontro fora a decisão de se voltar a conversar. Ulysses ouviu a mesma coisa, mas ouviu diferente. Percebeu que o general queria implodir o partido, desmontando sua provável vitória na eleição de 1978, quando certamente conseguiria a maioria no Senado e, quem sabe, na Câmara.

O estratagema proposto pelo general prometia resultar na revogação do AI-5 em questão de meses, talvez um ano, mas exigiria do MDB dois sacrifícios. O primeiro seria a solidariedade com um projeto de reforma do governo. Dependendo do projeto, isso poderia ser razoável. Golbery falava em quatro ou cinco partidos, de esquerda ou de direita, mas tudo o que o governo buscava era um reordenamento que lhe permitisse capturar as 44 cadeiras que faltavam para recompor sua maioria de dois terços do Congresso. Para o MDB, o preço da manobra seria a autodestruição de uma força parlamentar que começara a construir em 1974.

Os dois visitantes foram repassar a conversa numa mesa de restaurante. No relato de Ulysses, estavam “absolutamente deslumbrados e detentores

de informações tão extraordinárias como aparentemente delirantes". Ao se despedir, Golbery pedira-lhes que mantivessem o encontro e sua agenda em segredo. Ulysses viria a comentar: "Um pedido tranquilizador, porque passaríamos por loucos se descrevêssemos nossa experiência".[29]

A reunião produziu um único efeito: deu a Ulysses Guimarães um conhecimento seguro do projeto do governo.

(Esse encontro foi mantido em sigilo por cinco anos. Em 1980, Thales Ramalho revelou-o à revista *Veja*, sem contar o que se discutiu. Heitor Ferreira soube que ele aconteceu, mas não o lançou no *Diário*. Geisel, que teve o relato de Golbery, não o mencionou em suas memórias.)[30]

* * *

Mesmo autorizada por Geisel, a iniciativa não teve uma contrapartida no seu comportamento. Para que tamanho passo pudesse ser dado, seria necessário que tanto ele como Ulysses tivessem meios e tempo para sinalizar uma rota de negociação. Ambos estavam amarrados pelo sigilo, mas deviam evitar o aquecimento de pequenas crises. Pouco depois do encontro, chegou ao presidente um informe do SNI. Avisava que o MDB estava prestes a apresentar um projeto de aumento para a oficialidade, "calcado em estudos comparativos, ressaltando as diferenças entre os atuais vencimentos dos postos mais altos com os dos assessores dos ministros".[31] A aproximação entre a oposição e a oficialidade era uma das principais preocupações de Geisel.

Nada indicava que a cúpula do MDB estivesse metida na iniciativa. A confiabilidade do informe (B-2) era apenas razoável.[32] Os quartéis estavam envenenados por comparações dos vencimentos dos militares com os salários da burocracia estatal. Um general de divisão ganhava 16 mil cruzeiros por mês, o que não era pouco, levando-se em conta que um ministro recebia 19 mil. A distorção aparecia na comparação com a folha de

pessoal das empresas estatais. O presidente da Companhia Brasileira de Dragagem ganhava 22 mil cruzeiros e o do Mobral, 23 mil. O da República, 31 mil, um terço do que embolsava o do Banco do Brasil.[33] Na sua reunião com o Alto-Comando, em janeiro, o tema que mais tempo tomara nos debates fora a associação dos vencimentos dos militares às dificuldades para comprar, ou pagar, uma casa própria.[34]

Geisel aborreceu-se e jogou uma espécie de cobrança na direção de Golbery:

> Eu não vou arrebentar o país dando aos militares 30% ou 40% de aumento que não posso dar! Como é que vamos evitar? Aconselhar eles a não se meterem nisso? (...) Daqui a pouco acabo fechando o Congresso! É um processo indecoroso, de quererem comprar os militares. Se apresentarem a emenda, vou à televisão e denuncio!... Vou falar com o Falcão e com Petrônio para avisarem os líderes que não se metam nisso. Eles não querem distensão não, Golbery. Eles querem precipitar os acontecimentos. Não viram ainda que esse troço só pode ir devagarzinho... A coisa estoura em cima deles e do país.[35]

No dia seguinte, outro estampido. A capital acordou com uma ruidosa manchete no *Correio Braziliense*: “Geisel também é contra o AI-5”.[36] Nada a ver com a reunião da Superquadra 111. O próprio Geisel percebeu o que tinha acontecido: “Outro dia recebi os vice-líderes, e aqui está uma nota para responder. (...) Os sem-vergonha pegaram isolado”. Havia enunciado a possibilidade da revogação do AI-5 como um objetivo remoto, sem mostrar determinação ou compromisso. Sentindo-se logrado, quis uma contradita absoluta. Pouco depois o presidente decidiu chamar o chefe do EMFA e o ministro do Exército para informá-los de que aumentaria imediatamente os vencimentos dos militares.

A nota, que seria assinada pelo líder da Arena na Câmara, avisava que Geisel “não pretende abrir mão dos poderes que o AI-5 lhe confere em benefício da ordem, da tranquilidade e do desenvolvimento da vida nacional”.[37]

Golbery não estava se sentindo bem. Dez dias depois de ter retornado ao palácio, voltou ao oftalmologista. Às dezoito horas, Geisel tocou o telefone para Heitor Ferreira:

> — Você sabe que o problema do Golbery voltou, não é?
> — Como é?
> — O problema do olho. (...) Agora parece que não é na periferia, há um descolamento na parte central. Bom, e aí não dá para fazer o tal tratamento laser. (...) Um azar danado, não é?[38]

Heitor correu para o Ipê, ajudou seu amigo a calçar sapatos (não queria chegar ao hospital de chinelos) e ouviu-o preocupado em “salvar a outra vista”.[39] Golbery foi novamente operado, dessa vez a bisturi. As rupturas eram três, mas não haviam comprometido a mácula. O médico acreditava que a visão seria preservada.[40] A recuperação ia no bom caminho. O general voltou a enxergar com o olho esquerdo, até que teve uma febre de 38,5°C, complicações pulmonares e uma parada renal que durou dez horas.[41] Delirou, procurando livros, e convulsionou-se a ponto de ficar sentado na cama.[42] Quando o médico soube da cena, pôs as mãos na cabeça: “Vai descolar de novo. É quase certo”. Tinha razão. A retina assemelhava-se a um pano puído, surgira outra ruptura, e o nervo óptico estava ameaçado.[43]

A equipe médica passou a ser comandada pelo chefe do serviço de saúde da Presidência. O coronel Americo Mourão raramente vestia farda. Homem de modos suaves e longos silêncios, tinha a saúde do regime na memória. Castello Branco, sentindo-se mal, dissera-lhe: “Se for enfarte, não

esconda, porque renuncio hoje mesmo".[44] Diagnosticara a arteriosclerose circulatória e cerebral do marechal Costa e Silva, o tifo de Orlando Geisel e a cardiopatia de Figueiredo.[45] Sua intimidade com o presidente era tamanha que ele morava na granja do Riacho Fundo. Achava que Golbery devia ir para um hospital com mais recursos.[46]

Americo Mourão

O agravamento do quadro pôs uma nova carta na mesa. Golbery seria levado para a clínica Barraquer, em Barcelona, considerada uma das melhores do mundo. Mourão contou ao general a gravidade do seu estado e sugeriu a viagem. Ele não decidiu na hora. Quis ouvir a opinião do médico que o operara e, sobretudo, a da mulher, Esmeralda. Heitor Ferreira reforçou a proposta:

> — Bem, o Presidente acha que o senhor deve ir para Barcelona.
> — Pois é, vamos ver — encerrou Golbery.[47]

Seu médico tentou convencê-lo a viajar. Mesmo assim, o general insistiu em conversar com a mulher. Anos depois, Golbery revelaria que, nesses dias, Esmeralda cismara que estavam tentando matá-lo. A escolha do médico e da clínica tinha sido dele. Mourão só entrara no circuito quando a situação se complicou, mas o casal Couto e Silva acreditava em bruxas, e

bruxas havia. Do que aconteceu nos corredores da casa de saúde onde Golbery estava internado, são duas as narrativas, ambas de Mourão.

Uma, ao autor: “Dois sujeitos me disseram, mais ou menos com as mesmas palavras: ‘Deixa ele morrer’. Era gente da linha dura. Não digo os nomes”.[48]

Outra, a Heitor Ferreira, que assim registrou a essência da conversa de um tenente-coronel, narrada por Mourão: “Passou a manhã me cantando. ‘Deixa esse cara morrer. Deixa esse cara morrer’”.[49]

Golbery embarcou para a Espanha no dia 21 de junho. Ocupou um compartimento num avião da Varig que pousou especialmente em Brasília. Subiu as escadas amparado pelo governador Paulo Egydio Martins e atado a uma garrafa de soro carregada por Heitor Ferreira.[50] Levava consigo Esmeralda, três médicos, um diplomata e o motorista da família. Na Espanha, teria à disposição seis agentes de segurança, que se revezariam, dois a dois, em turnos de 24 horas.

Junho de 1975. Depois de dois deslocamentos de retina, Golbery perdera uma vista e tinha a outra ameaçada. Ele embarcou para uma clínica de Barcelona, especializada em tratamentos oftalmológicos, sem saber que tinha úlcera perfurada. Sua mulher achava que queriam matá-lo.

Enquanto o general voava, Ulysses Guimarães deu um sinal reflexo da conversa que tiveram: “Lamentamos que tenha sido atingido pela doença

um homem que luta pelo restabelecimento da democracia no país. As informações que temos dão conta de que o general Golbery é um homem de profundas convicções democráticas. Sua doença aumenta nossas apreensões".[51]

* * *

Não só as apreensões da oposição. Desde a isquemia de Costa e Silva, nenhum problema da saúde dos hierarcas causara tanta ansiedade. Quando Golbery chegou a Barcelona, havia na cidade enviados especiais e equipes de todos os principais jornais e emissoras brasileiros. Passavam o dia atrás de notícias sobre o seu olho. Os governadores de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, reunidos em Belo Horizonte, divulgaram uma nota oficial, solidarizando-se com Geisel, em benefício da distensão.[52] Paulo Egydio foi além, dizendo que, com a doença de Golbery, o presidente estava "perigosamente só".

O governador de São Paulo tivera inúmeras conversas com Golbery, advertindo-o do recrudescimento das ações militares. Numa ocasião, chegara a mencionar a existência de um complô contra Geisel. Esse risco foi considerado pelos governadores durante a reunião de Belo Horizonte. O chefe da Casa Militar de Paulo Egydio entendera-se com o comandante da PM mineira, acertando a possibilidade de resistência contra uma eventual tentativa de golpe. Ele recordaria: "Nós sabíamos que PM não segura golpe, mas queríamos que os responsáveis pelo complô soubessem que do outro lado também se estava conversando. Que Minas, São Paulo e o Rio Grande do Sul estavam unidos".[53]

Para personagens que tinham vivido as crises das duas décadas anteriores, surgira um novo fator de preocupação. Carlos Lacerda, o jornalista cujas campanhas levaram Getulio Vargas ao suicídio e contribuíram para a deposição de Jango, começara a escrever sobre assuntos

políticos. Desde 1968, quando o cassaram, tornara-se colaborador d'*O Estado de S. Paulo*, onde escrevia sobre arcanas questões internacionais. Ele pulara a cerca, estendendo sua colaboração à revista *Manchete*, metendo-se na crise portuguesa e atacando a política externa do governo. Durante a rápida conversa que tivera com Geisel em maio, Golbery pressentira o tamanho do problema: "É uma imprudência deixá-lo escrever. Vai avançando aos poucos".[54]

Corca, o "fritador de bolinhos" dos anos 1950, tinha motivos para se preocupar. Um mês depois, o *Corvo* passaria a assinar um artigo semanal no *Jornal do Brasil*. Conseguira o espaço com a ajuda do empresário Armando Daudt d'Oliveira, bom amigo do general Sylvio Frota.[55] A *Ave* estava de volta, propagando uma versão bem-educada — e bem escrita — dos panfletos:

> Do jeito que vai, a distensão significa a volta do país ao que estava antes de 31 de março de 1964. (...) A rigor, houve pouca revolução, e não revolução demais. (...) Do jeito em que vai a distensão, degenera em distorção. Propor, em nome do restabelecimento do "estado de direito", que o país se desarme e se entregue à desordem, é uma forma de suicídio coletivo. (...) Parece que vamos num plano inclinado que, a partir de certa altura, imprime à descida um impulso incontível. Desta vez, convém notar, não haverá tempo nem meios de segurar o país antes que ele se despenhe, como se fez a 31 de março de 1964.[56]

Em Barcelona, Golbery passou pelos primeiros exames, e Mourão mandou um telex a Heitor Ferreira, em Brasília: "Conforme combinado, viajarei para Portugal por umas horas. Tudo mais ou menos bem comigo. Avise Amélia. Ainda não preciso comunicação Banco do Brasil".

O médico embarcara com uma folha de expressões codificadas. Na verdade, dizia o seguinte: “Vista esquerda praticamente sem recuperação. Vista direita mais ou menos boa. Ainda não há possibilidade de retorno rápido por melhoria geral”.[57]

Três dias depois: “Encomenda chega quinta-feira”. (Tradução: “Paciente preocupa”.)[58]

O olho esquerdo estava perdido. O direito, ameaçado. A crise renal persistia. Descobrira-se uma úlcera perfurada, com hemorragia digestiva. A tudo isso somou-se um surto de Esmeralda do Couto e Silva. Da madrugada de Barcelona, Mourão telefonara a Heitor Ferreira, que resumiu a situação: “Úlcera. A comadre... e se ela entrar em loucura?...”.

Na mesma noite, Esmeralda telefonou ao genro, pedindo que acertasse com Geisel a volta de Golbery ao Brasil. Perdera a confiança nos médicos, tanto nos espanhóis como nos brasileiros.[59] Mourão, que estava tomando três comprimidos de Valium por dia, admitiu a possibilidade de interná-la.[60]

Desde o primeiro exame, o chefe da equipe médica espanhola dera-se conta de que seu paciente padecia de tantos problemas que o quadro oftalmológico se tornara secundário. Diagnosticara a hemorragia intestinal por acaso, ao ver-lhe as fezes negras.[61] Quis transferi-lo para outro hospital, onde tivesse melhor atendimento genérico, e chegou a relutar em operá-lo do olho direito antes que se restabelecesse. (No esquerdo, nada havia a fazer.) Como o novo descolamento podia se alastrar, arriscou, com êxito.

Passada uma semana, Mourão informou que “a encomenda chegará na terça-feira”. O general estava bem.[62] Usava um par de óculos com lente fosca para o olho esquerdo perdido e outra, negra, com um minúsculo furo central, que lhe permitia ver com o direito, sem forçar os movimentos. Desceu no Rio de Janeiro, indo convalescer no Hospital dos Servidores do Estado. Internou-se na suíte presidencial do prédio da Gamboa no meio da madrugada do dia 8 de julho. Duas semanas depois, ainda de pijama,

recebeu o dono do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito. Disse-lhe que devia mandar Lacerda passear.[63] No mês seguinte, Lacerda passeou.[64]

Durante os 32 dias da segunda crise de Golbery, o presidente não deu sinal algum de que cogitasse substituí-lo. Um ano antes, por motivos estéticos, dispensara o general Dilermando Monteiro da chefia do Gabinete Militar, pois não queria tê-lo ao lado numa cadeira de rodas, com a perna quebrada. Agora, aferrara-se a um colaborador que tivera a saúde comprometida, perdera a visão de um olho e precisava cuidar do que lhe restara.

* * *

Enquanto Golbery estava em Barcelona, a sorte deixara sobre a mesa de Geisel o destino de um senador e uma oportunidade quase romântica de se usar o AI-5. Em janeiro o *Jornal do Brasil* publicara a gravação de uma conversa do senador governista Wilson Campos com um pequeno empresário pernambucano, em que Campos oferecia sua influência para liberar um empréstimo, de um banco oficial, em troca de uma propina.[65] O industrial denunciava que se tratava de um pedágio de 1% sobre um financiamento de 20 milhões de cruzeiros. Campos pedira que o assunto fosse encerrado baixando-se sobre ele a tesoura da Censura. Fracassou.[66] O caso poderia ser resolvido pelo próprio Senado, mas o plenário absolvera-o por 29 votos contra 21, dando por insuficiente a prova da fita. Geisel cassou o senador. Poucas vezes uma cassação ganhou tantos aplausos. Era a primeira de seu governo, fora fulminante, atingira um arenista e colocara o AI-5 na condição de defensor da moralidade pública, contra uma maioria de senadores que preferira proteger o colega. Um sucesso.

O sexto capítulo da *Novela da Traição* já estava nos quartéis. O coronel Fortunato atualizara a caricatura de Golbery, pintando de preto a lente esquerda de seus óculos.[67] [*Veja o documento*] Acusava-o de ter forjado “para os

seus patrões da Wall Street (...) a existência de uma conspiração de direita que estaria sendo montada pelo ministro Armando Falcão com o apoio do ministro do Exército, o bravo e honrado General Frota".[68] Conspiração não havia. Havia predomínio.

* * *

Golbery voltou ao Planalto na manhã de 31 de julho. Na noite do dia seguinte, Geisel fez um pronunciamento ao país. Tratou das realizações do governo e foi ao ponto:

> Após esta longa e possivelmente fastidiosa exposição, desejo ainda, antes de concluir, abordar tema político relacionado com o que se vem chamando de "distensão".
>
> (...) Muito se tem publicado e discutido sobre a "distensão", atribuindo-se ao Governo — e notadamente ao Presidente da República — intenções, objetivos, avanços, recuos, submissão a pressões, etc. que, uns e outros, absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contêm de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores.
>
> A "distensão" é aí apresentada com uma conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado "Estado de Direito", mediante a pura e simples supressão do AI-5 (...).
>
> Mas a distensão não deve ser apenas política. (...) Constitui "distensão" a ação que se realiza na área social. As metas do II PND expressam, em suma, uma política de distensão. São expressões de distensão — perdoem-me a ênfase da repetição — a desvinculação do salário-mínimo de implicações monetárias (...) a criação de

esquemas para a casa própria (...) a distribuição gratuita de remédios (...) a regularização do abastecimento da população.[69]

Terminava com o bordão: “O Governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe”.[70]

Geisel concluíra o texto quatro dias antes. Pedira a Heitor Ferreira que mandasse cópias aos generais Figueiredo e Hugo Abreu, bem como a Falcão.

Figueiredo considerou “excelente a parte referente à ‘distensão’”. Fez cinquenta observações formais. Trinta referiam-se à colocação de vírgulas, cinco à acentuação, e uma solicitava que se grafasse “revolução” com inicial maiúscula.[71] [*Veja o documento*] As sugestões de Falcão foram nove. Sete, superficiais, duas profundas. Numa aconselhou a qualificar o estado de direito. Geisel aceitou-a, daí o “chamado ‘Estado de Direito’”. Noutra, propôs que incluísse a “restauração plena do *habeas corpus*” entre as metas que o governo anatematizava. Geisel marcou ao lado: “N”.[72]

Esse discurso viria a ser conhecido pelo nome de “Pá de Cal”.

Ulysses Guimarães resolveu responder. Parecendo cumprir o ritual da época, enunciou uma contradita burocrática. A ditadura dizia uma coisa, a oposição parlamentar dizia outra, e ia-se em frente, no ritmo imposto pelo regime. Numa só sentença, que não mostrou aos colegas da direção do MDB, Ulysses rebateu aquilo que Geisel chamara de “fórmulas ultrapassadas” de desenvolvimento político e explodiu a praxe: “É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado que o governo baseado na força”.

Era uma construção hiperbólica. Não comparava Geisel ao sargento assassino que tiranizava Uganda, cuja figura balofa, teatral e primitiva se tornara caricatura dos ditadores militares. A insinuação, marota e deliberada, foi entendida como insulto. Estavam envenenadas as relações do

presidente do MDB com o governo. Ulysses chegou a temer que o general o cassasse.[73]

Geisel indignou-se, mas não usou o episódio para avançar sobre o adversário. Mais tarde, disse que não cassou o deputado porque “o ataque foi pessoal”.[74] É difícil que esse tenha sido o único motivo. Quase certamente, a cassação reprisaria a fúria punitiva que se seguiu à edição do AI-5. Sua principal vítima seria o presidente da República, não o do MDB. Na época, Ulysses teria atribuído o paralelo africano a “alguns uísques”.[75] Também é difícil que esse tenha sido o único motivo, pois se algumas doses a mais podem embriagar um parágrafo, seriam necessários tonéis para levá-lo a driblar escrupulosamente seus colegas da direção do partido, evitando que lessem o texto antes que o distribuísse aos jornalistas.

Outra frase da nota, abafada pelo toque pitoresco do parágrafo africano, explica melhor a raiz da hipérbole. Citando o filósofo quinhentista italiano Giordano Bruno (que acabou na fogueira), Ulysses Guimarães dissera: “Que ingenuidade a minha, ao pedir aos donos do poder a reforma do poder”.[76] Estava respondendo ao projeto que Golbery lhe expusera em segredo.[77]

Ele percebera que se cozinhava a dissolução dos partidos, e não pretendia entregar o MDB (nem a liderança que exercia) numa sucessão de conversas em salas com persianas baixadas. Sabia que a manutenção do bipartidarismo custaria ao regime, no mínimo, a perda da maioria no Senado nas eleições marcadas para 1978. De fato, do palácio do Planalto ao gabinete do governador de São Paulo, conspirava-se a implosão do sistema partidário.[78]

Não foi o parágrafo africano da nota de Ulysses que congelou o avanço político do governo. Fora Geisel quem o congelara, com seu recuo e seu discurso, cujas raízes estavam nos conflitos internos da ditadura. Se os militares que combatiam a abertura condenavam o pouco que se havia progredido, esse problema era de Geisel com seu eleitorado.

Ulysses fechara a porta à manobra por meio da qual Golbery queria rearrumar as bancadas parlamentares e devolver ao governo a capacidade de contar com os dois terços necessários à aprovação de emendas constitucionais. Seu isolacionismo pode ser atribuído a uísques, vaidade ou egoísmo, mas, para efeitos práticos, demarcou uma linha que obrigava o governo a entender-se (ou desentender-se) primeiro com as dissidências da ditadura.

1 *Jornal da Tarde*, 30 de abril de 1975, p. 5, e *Jornal de Brasília*, 1º de maio de 1975, p. 1.

2 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de maio de 1975.

3 Carlos Castello Branco, "A distensão pratica-se", *Jornal do Brasil*, 2 de maio de 1975, p. 2. Para o boato, *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de maio de 1975.

4 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel (que o respondeu), 6 de maio de 1975. APGCS/HF.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de maio de 1975.

6 Idem, 6 de maio de 1975.

7 Heitor Ferreira, junho de 1975.

8 Gilney A. Viana e Perly Cipriano, *Fome de liberdade*, pp. 37-8.

9 Nove folhas, seis com abaixo-assinado de 33 presos da ilha Grande, de 5 de maio de 1975, e anotações de Figueiredo; duas com cópia dessas anotações. Uma com nomes dos signatários e uma introdução, da Agência Central do SNI. Geisel visou o documento. APGCS/HF.

10 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de maio de 1975.

11 *Apreciação Sumária nº 10/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 17 de junho de 1975. AEG/CPDoc.

* General Jacques Massu, comandante dos paraquedistas franceses na Guerra da Argélia.

12 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, anotada por Geisel e Golbery, sem data. APGCS/HF.

13 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de maio de 1975.

14 Em janeiro Figueiredo sentira dores na coluna e internara-se num hospital de Brasília. Voltou para casa e não se recuperou. Gessado do pescoço à virilha, começou a perder a sensibilidade motora numa das pernas. Geisel visitou-o e mandou que fosse se tratar no Rio de Janeiro. Figueiredo foi operado de uma hérnia de disco no dia 6 de fevereiro e retornou ao trabalho no dia 28. *Diário de Heitor Ferreira*, 6 e 28 de fevereiro de 1975, e coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

15 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de maio de 1975. Médici assumiu aos 63 anos. Geisel, aos 66. Golbery assumiria com 67.

16 Conversa de Geisel com Golbery, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

17 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 12 de março de 1974. APGCS/HF.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1974 e 19 de fevereiro de 1975. Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel (que o respondeu), 17 de outubro de 1974. APGCS/HF.

19 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

20 Sete folhas manuscritas de Heitor Ferreira, intituladas *Presidente Geisel e HF em 12 de Novembro de 1974, na Secretaria Particular*. APGCS/HF.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de maio de 1974.

22 Para as três horas, Thales Ramalho, julho de 1999. Segundo Ulysses, a conversa durou cinco horas.

23 *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1976, Caderno Especial *Dois anos de Geisel: cronologia*, p. 2.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 24 e 25 de junho de 1975.

25 Thales Ramalho, julho de 1999.

26 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, pp. 145-55.

27 Thales Ramalho, julho de 1999.

28 Depoimento de Thales Ramalho a *Época* de 23 de agosto de 1999, p. 50.

29 Todas as citações do encontro, salvo quando houver outra indicação, estão em Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, pp. 145-51.

30 Geisel nunca se deteve sobre a importância desse encontro. Demonstrou conhecê-lo e lembrou-se de que o assunto havia sido tratado na conversa que tivera com Golbery no Ipê.

31 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1975.

32 O informe baseava-se em notícias colhidas junto a um irmão do senador Benjamin Farah (MDB-RJ), parlamentar liderado pelo governador Chagas Freitas, pessoa da confiança do regime, dos militares e do governo. Para sua identificação, *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de junho de 1975.

33 Para o general de divisão e o presidente da Companhia Brasileira de Dragagem, conversa de Figueiredo com Heitor Ferreira, 28 de maio de 1975. APGCS/HF. Para o Mobral, *Apreciação Sumária nº 16/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, de 9 de dezembro de 1975. AEG/CPDoc. Para o presidente do Banco do Brasil (salário de 92 mil cruzeiros), *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1975. Para o salário de Geisel, uma folha da Diretoria Administrativa da Presidência da República, com contracheque de fevereiro de 1976. Geisel recebia 25 mil cruzeiros de vencimentos e 6 mil como "gratificação de representação". Descontados 4.873 cruzeiros do imposto de renda na fonte, ficava com 26.327. APGCS/HF.

34 Maço de folhas datilografadas intitulado *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

35 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1975.

36 *Correio Braziliense*, 5 de junho de 1975, 1º Caderno, pp. 1 e 3.

37 Uma folha manuscrita, de Geisel, 5 de junho de 1975. APGCS/HF.

38 *Diário de Heitor Ferreira*, 6 de junho de 1975.

39 Idem.

40 Duas folhas de papel, manuscritas por Heitor Ferreira, de 9 de junho de 1975, sobre a cirurgia de Golbery em Brasília. Uma se intitula *Desenhos do Dr. Eugenio em 9/6/75*. Mostra que houve três

rupturas na retina e indica onde foi feito o implante de silicone. APGCS/HF.

41 Para a recuperação, radiograma de Heitor Ferreira a Hugo Abreu, para ser entregue a Geisel, que estava em Livramento (RS), de 12 de junho de 1975. Para a parada renal, conversa de Heitor Ferreira com Geisel, 16 de junho de 1975, APGCS/HF, e *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de junho de 1975. Para a complicação pulmonar, coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

42 Heitor Ferreira, junho de 1975.

43 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 e 17 de junho de 1975.

44 Coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

45 Para Castello, Costa e Silva e Figueiredo, coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998. Para Orlando Geisel, Ernesto Geisel, julho de 1988.

46 Coronel-médico Americo Mourão, julho de 1975.

47 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de junho de 1975.

48 Coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

49 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, de maio de 1991. AA.

50 *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1975, pp. 1 e 4.

51 Idem, 23 de junho de 1975, p. 16.

52 Idem, 14 de março de 1976, Caderno Especial *Dois anos de Geisel: cronologia*, p. 2.

53 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

54 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de maio de 1975.

55 Para a ajuda de Armando Daudt, John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: *1960-1977*, p. 588.

56 Carlos Lacerda, “Distensão e distorção”, em *Jornal do Brasil* de 30 de junho de 1975, p. 3.

57 Telegrama de Airton Gil Diegues a Heitor Ferreira, de 23 de junho de 1975, transmitindo mensagem de Americo Mourão. Para o código, três folhas manuscritas por Heitor, cerca de 21 de junho de 1975. APGCS/HF.

58 Telegrama do diplomata José Nogueira Filho a Heitor Ferreira, de 26 de junho de 1975. APGCS/HF.

59 Nota apensa ao *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de junho de 1975. APGCS/HF.

60 Para o surgimento da hipótese da internação, *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de junho de 1975. Para o Valium, nota de Heitor Ferreira, de 29 de junho de 1975. APGCS/HF.

61 José Augusto de Aguiar, nefrologista que acompanhou Golbery a Barcelona, 1976.

62 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de julho de 1975.

63 Manoel Francisco do Nascimento Brito, agosto de 1975. No dia 12 de agosto Heitor Ferreira registrou na súmula que mantinha do governo Geisel: “Falcão diz que caso Lacerda, *JB*, *Estado de S. Paulo*, resolvido”. APGCS/HF.

64 John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda*, vol. 2: *1960-1977*, pp. 589-90. Lacerda morreu em maio de 1977, vitimado por uma infecção do endocárdio, sem ter recuperado a expressão política. Para as circunstâncias de sua morte, idem, pp. 613-7.

65 *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1975, pp. 1 e 3.

66 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, pp. 373-4.

67 Para a autoria, José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 305. Para a caricatura, pasta do SNI, com onze panfletos. APGCS/HF.

68 Pasta do SNI, com onze panfletos. APGCS/HF.

69 Maço de 27 folhas datilografadas, com anotações manuscritas de Geisel, intitulado por Heitor Ferreira *2ª Versão do Pres Rep*. APGCS/HF.

70 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, p. 155.

71 Seis folhas manuscritas de Figueiredo a Heitor Ferreira. APGCS/HF.

72 Três folhas manuscritas de Armando Falcão a Geisel, marcadas "confidencial", de 30 de julho de 1975. APGCS/HF.

73 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, pp. 152-3. Thales Ramalho, 1984.

74 Ernesto Geisel, 1984.

75 Thales Ramalho, janeiro de 2000. Ulysses deu essa explicação ao marechal Cordeiro de Farias, na presença de Thales.

76 Antonio Carlos Scartezini, *Dr. Ulysses*, p. 89.

77 Essa é a opinião de Thales Ramalho, na época secretário-geral do MDB. Foi também a do marechal Cordeiro de Farias e do ministro Severo Gomes. Ver Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 153.

78 No *Diário de Heitor Ferreira* há pelo menos dois registros dessa manobra. Em 14 de abril de 1975, Humberto Barreto admitiu que lançou a ideia da dissolução dos partidos depois de ter sido autorizado por Geisel a "conversar e sondar". Em 23 de junho de 1975, o governador Paulo Egydio Martins obteve o apoio do general Figueiredo. A *Apreciação* de 22 de setembro do SNI incluiu uma defesa da implosão do bipartidarismo. AEG/CPDoc. O CIE expôs a mesma ideia em seu *Informe* de 16 de junho. APGCS/HF.

A comunidade da indisciplina

A Comunidade de Informações, que a ditadura supusera ser um ingrediente de estabilidade, tornara-se fator de desordem e indisciplina. Nem comunidade era, pois os serviços de informação das três forças militares agiam sem supervisão, negando ao SNI função coordenadora. Enquanto se tratou de reprimir o terrorismo e a esquerda clandestina usando a tortura como instrumento de investigação e o extermínio como elemento dissuasório, ela seguiu um objetivo comum. Terminada a luta armada, jejuava. Diante da mudança política ocorrida com a eleição de 1974, vira-se obrigada a batalhar por um projeto que lhe preservasse a estrutura e o prestígio. Nessa hora, o policialismo mostrou sua essência primitiva, banal.

O sistema de espionagem interna do regime se descontrolara. Geisel tivera um exemplo dessa anomalia antes mesmo de tomar posse. No final de 1973, descobrira que uma lista com os nomes das pessoas que iam visitá-lo na casa do Jardim Botânico, posta à sua disposição na fase de formação do governo, era enviada rotineiramente ao coronel José Luiz Coelho Netto, do Centro de Informações do Exército. Ordenara ao tenente-coronel Pedrozo, chefe de sua segurança e quadro do CIE, que suspendesse o controle, pois não queria que se soubesse com quem conversava. Pedrozo concordou em reter a lista, mas advertiu o general-presidente eleito:

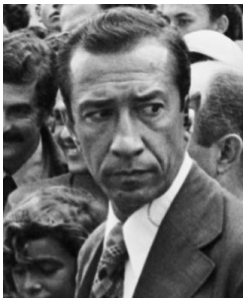
> — Se há mesmo esse interesse em controlar, quer dizer, eu posso prender agora a relação, mas amanhã ele me chama: “Como é?” (...).

— Aí você diz: “Foi o general Ernesto que deu ordem, porque ele não admite que a vida dele seja espionada. (...) Pois é. Acabou. Proibiu”. (...) Se houver qualquer problema, tu podes dizer lá: “Foi ordem do general, acabou, foi ordem. Por quê? Por quê, não sei”. Pronto.

— Eu estou de pleno acordo, general. Mas eu não sou daqui, eu sou do CIE. Minha situação é esquisita. Por isso é que eu estou dizendo, lá é diferente. Eu sou oficial do CIE, sou subordinado diretamente ao coronel Coelho Netto. Entendeu? Se ele disser: “Não, a relação vai”, a relação tem que ir.

— Não. Não vai, não. Não. Não. Não. Você está enganado, Pedrozo, está enganado. O Coelho Netto não manda nada nesta merda. Não manda nada! Nada! Nada! Nada! Quem manda sou eu!

— Ele não manda aqui, mas manda em mim — esclareceu Pedrozo.[1]



Germano Pedrozo

Para os órgãos de informação o desembaraço e a ilegalidade eram uma contingência da eficácia. Xeretar a vida do presidente eleito vinha a ser o cume de uma construção cujas bases estavam no porão. Num documento de 1975, o SNI reconhecera que as Forças Armadas haviam derrotado a subversão agindo “fora dos trâmites normais da Justiça Militar” e “muitas vezes ao arrepio da lei”.[2] Noutro, um informe do CIE, classificado como A-1, perguntava se o restabelecimento da independência do Judiciário “não

viria provar ao menos o patrocínio efetivo das Forças Armadas e governos a ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes".[3] [*Veja o documento*]

Até aí, tratava-se da antiga questão de que a ditadura atropelara as leis em nome do combate à subversão, mas o documento ia além. Mostrava que as leis deveriam ser atropeladas em defesa da corrupção: "E poderia a Justiça, crescendo a 'abertura', apurar também as faltas por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos pelos presidentes no regime revolucionário? Suportaria o povo o descrédito que isso lançaria ao próprio movimento de 1964? Enfim, não seria, essa, mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional contra o Brasil?".

A Comunidade transformara os "informes" numa espécie de foro de debates internos. Pelos manuais, esse tipo de documento destinava-se a canalizar informações genéricas, com alguns elementos de análise. Os "informes" contrapunham-se às "informações", estas, sim, portadoras de matéria-prima pura. Como uma "informação" deveria ser necessariamente comprovável, com fonte e avaliação conhecidas, os informes se tornaram conduto de opiniões, boatos e maledicências.

Um exemplo dessa degenerescência ensaística pode ser encontrado no *Informe nº 209/S-102-A3*, do CIE.[4] Intitulava-se *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 64*. Não tinha autor (sabe-se apenas que é um professor) nem endosso. Tecnicamente, apresentava-se como um documento de informações, mas no fim das contas era um panfleto de circulação restrita. Refletia uma forma de pensar. Nele, a ditadura brasileira fazia parte de uma luta mundial pela "POSSE DA MENTE HUMANA",* diante da capitulação do mundo ocidental, abatido pelo que acreditavam ser um processo de decadência dos Estados Unidos. Via no resultado eleitoral de 1974 uma tomada de pulso da opinião pública e julgava que o país vivia um dilema: "Entregar o poder ao MDB não é o mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?".

Descontando-se os aspectos grandiloquentes e o português esquisito (“imprescimbilidade”, “maioritária”), o documento percebia a essência do processo político conduzido por Geisel: “Um impulso como esse dado pela ‘abertura’ possui dinâmica própria. Uma vez posto em movimento, avança por si mesmo (...). A soma de carga emotiva que aciona, os interesses que desata só crescem, não diminuem por si mesmos. Chega ao ponto em que ficam incontroláveis e seguem as leis de sua própria mecânica”.

O informe do CIE sustentava que a abertura “já andou demais”, que já era “o momento de envolvê-la em hábil entorpecimento”. Isso seria feito revitalizando-se o uso do AI-5, da censura, e explodindo os partidos. Em seguida, propunha uma suave conspiração, com grupos, chefes e sigilo. Sempre se poderia dizer que o *Informe* não representava a opinião do ministro do Exército. Interessava ao chefe do CIE, general Confucio Danton de Paula Avelino, que ele circulasse, pois o distribuiu, rubricando todas as páginas.

A Comunidade queria controlar a abertura. Geisel também. No episódio da ofensiva contra o PCB, o presidente alinhara-se com a “tigrada”. Mas queriam lhe administrar a extensão do alinhamento. Numa reunião com o presidente, Figueiredo contara que, afora o problema dos vencimentos, só a “escalada comunista” preocupava a oficialidade. Geisel explodiu: “Em 1978 chamem o Hitler para assumir o poder. Depois vão fofocar à beça para tirar o Hitler... (...) Eu não vejo esse espantalho do comunismo. Se algum oficial está tão preocupado com isso, que venha cá e tome conta. Sou capaz até de abrir a porta...”.[5]

* * *

Por mais que praguejasse quando se via desobedecido, Geisel tentava pôr de pé uma relação impossível com a máquina repressiva da ditadura. Queria controlá-la, continuando a se beneficiar politicamente dos procedimentos

ilegais que a tornavam incontrolável. No dialeto do meio, era um de seus "clientes".

Geisel e Golbery eram destinatários regulares e privilegiados da espionagem interna. As transcrições de conversas telefônicas, denominadas "dragões", circulavam pelo Planalto sob normas de confidencialidade com a regularidade dos papéis rotineiros. Figueiredo chegava a usar a expressão "conversas que eu tenho visto".[6] Golbery achava útil controlar o telefone de um coronel da reserva de quem não gostava e que futricava contra ele em São Paulo. Suspeitava que estivesse por trás dos panfletos que o atacavam e queria tê-lo "no bolso".[7] Essa era a parte que lhe convinha, mas os adversários do general julgavam útil ouvir as conversas de outro coronel, seu amigo, que fuxicava para beneficiá-lo, também em São Paulo.[8]

Os serviços de informação militares espionavam os familiares de presos políticos. Em quatro dias, grampeando o telefone da mãe de uma presa, o Centro de Informações da Aeronáutica capturou nove conversas. Em cinco delas havia referências a Golbery, sempre como estuário de reclamações, "contra tortura e sonegação de presos".[9] Associavam-no ao professor Candido Mendes de Almeida, presidente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB e intermediário na transmissão das queixas.[10] [*Veja o documento*] As conversas informavam que havia mães buscando a ajuda dos poderes de Brasília para remediar a situação dos filhos e que um líder católico como o professor, com um irmão bispo e trânsito na Santa Sé, agia em defesa dos presos. Metabolizadas, transformavam-se em peças de acusação. O general Castro queixou-se do chefe do Gabinete Civil numa carta pessoal a Figueiredo: "O Sr., melhor do que eu, sabe que a aproximação do Ministro Golbery com os setores da Igreja, com o prof. Candido Mendes são objeto de violentas críticas. (...)".

Como a principal distorção do regime estava no entendimento de que o presidente da República era um delegado da Revolução e que a Revolução se encarnava nas Forças Armadas, o general Castro expressou, na mesma

carta, as suas ansiedades: “O que é pior de tudo, embora o Presidente Geisel fique irritado e furioso, é que o pessoal começa a pôr em dúvida sua integração revolucionária”.[11]

* * *

A eficácia e o alcance da máquina policial da ditadura podem ser mais bem compreendidos quando se deixa de lado a questão da dissidência política. Com todos os seus vícios, ainda assim o aparelho construído para proteger o Estado poderia se mostrar eficiente na produção de informações para o governo.

Não era esse o caso. No início de 1975, Geisel soube pelos jornais que se dera em São Paulo uma das maiores concordatas da história do Brasil.[12] Em julho de 1974 o SNI informara ao presidente que “notícias alarmantes sobre a ocorrência de surtos de doenças graves e perigosas, tais como a meningite”, uma vez “exploradas pelos meios de comunicação”, poderiam intranquilizar o povo.[13] Quando Geisel recebeu esse documento, São Paulo vivia o pico de uma epidemia de meningite que atingira 18 mil pessoas e matara cerca de duzentas. Duas semanas depois o governador Laudo Natel proibiu que se dessem informações à imprensa.[14] Heitor Ferreira descobriu que podia muita coisa, mas não era capaz de saber o que sucedera a um geólogo holandês e barbudo, amigo seu, preso com quatro brasileiros quando viajava pela rodovia Transamazônica, voltando de uma prospecção.

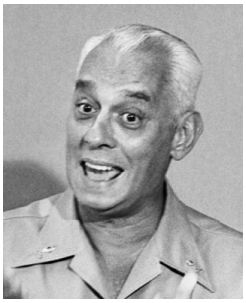
Chamava-se Hein Robert Korpershoek e foi levado por uma patrulha para o 51º Batalhão de Infantaria da Selva, em Belém. Suspeitaram que não fosse apenas um geólogo e que seu trabalho funcionasse como “cobertura” para mais um dos misteriosos estrangeiros que povoam as fabulações amazônicas. Interrogado, deixaram-no incomunicável por quase uma semana. Solto, resolveu queixar-se ao amigo: “Não estou lhe escrevendo para reclamar da prisão em si (...) Eu sou a favor de medidas duras contra

os subversivos e se eu próprio caio na rede por engano, azar, erros acontecem".[15]

Protestava sobretudo porque "um oficial que é suposto ser um cavalheiro e, portanto, um homem de palavra" se comprometera a avisar sua mulher, bem como a embaixada da Holanda, e não o fizera. Heitor levou o caso ao presidente, e o SNI recebeu ordens para investigar o que acontecera. A resposta veio um mês depois. Esse texto não é conhecido, mas a análise, feita pelo coronel Newton Cruz, retratou a generalidade da situação:

> Você quer mesmo a minha opinião? Pois bem... aí vai.
>
> O documento anexo, a rigor, não é uma informação (na forma como, doutrinariamente, ela é definida). Aliás, também não são Informações quase todos os documentos assim denominados e que transitam no SNI. O que fazemos normalmente?
>
> Perguntamos alguma coisa a A, A transfere a pergunta a B, B pergunta a C, C faz a mesma indagação inicial a D. D responde a C, C responde a B, B encaminha a resposta a A, A nos remete, como se fosse sua, a resposta de B, que é a de C, que também é a de D. Trocando em miúdos e adaptando ao caso presente: o chefe do SNI pergunta à Agência Central (A), a Agência Central transfere a indagação à Agência de Belém (B), a Agência de Belém pergunta à 8ª Região Militar (C), a 8ª Região Militar faz a mesma indagação ao 51º Batalhão de Infantaria (D). O 51º Batalhão de Infantaria, que é parte interessada, responde através de meias verdades (o fato principal cercado de uma "história de cobertura"), a 8ª Região Militar passa adiante a resposta do 51º Batalhão de Infantaria, a Agência de Belém encaminha a mesma resposta e, finalmente, a Agência Central nos transmite as suas conclusões, que nada mais

são que os dados originários de Altamira (51º Batalhão de Infantaria). (...) É o "samba do crioulo doido"...[16] [*Veja o documento*]



Newton Cruz

Nem mesmo Geisel estava livre dessas empulhações. Um episódio banal, produto da indisciplina e da valentia cafajeste, ilustra essa cumplicidade entre a máquina de informações e a bagunça. O presidente soube, pelo *Correio do Povo*, que uma tropa da FAB invadira uma delegacia da polícia gaúcha e espancara um delegado que horas antes lavrara um flagrante contra um sargento. Mandou um bilhete a Figueiredo cobrando providências. O chefe do SNI pediu uma resposta urgente à chefia da agência de Porto Alegre e a teve em 55 minutos:

> O filho de um Sargento da FAB foi preso, juntamente com outros rapazes, no decorrer de uma operação antitóxico; o pai foi à Delegacia e acabou sendo autuado por desacato. Inconformado, o Sargento conseguiu sensibilizar alguns elementos na Base Aérea. Formaram um "comando" sob a chefia de um Tenente, foram à Delegacia, imobilizaram o delegado e "desmontaram" móveis e utensílios e se retiraram.
>
> O Tenente e o Sargento estão presos. (...)
>
> Não houve outras implicações fora do âmbito da FAB e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e o noticiário da imprensa já arrefeceu.[17]

Em 97 palavras, o coronel Carlos Alberto Ponzi, chefe do SNI no Rio Grande do Sul, produziu uma peça inepta. Ela se destinava a informar o presidente da República, um general de exército, ex-ministro do STM. Ponzi contou o seguinte:

O sargento teve um filho preso, "foi à delegacia e acabou sendo autuado por desacato". O que fez para que isso sucedesse não é da conta de ninguém. "Inconformado", sensibilizou "alguns elementos na Base Aérea". Quantos? Não interessa. Formaram um comando, marcharam sobre a delegacia, "'desmontaram' móveis e utensílios e se retiraram". Cabia ao presidente da República a tarefa de decodificar o sentido do verbo *desmontaram*. O tenente e o sargento foram presos, o que significa dizer que os outros integrantes do comando foram deixados em paz. Finalmente, o assunto ficou entre a FAB e a polícia, pois "o noticiário da imprensa já arrefeceu". Tanto esse caso como o da prisão do geólogo holandês revelam a extensão do espírito de corpo dos oficiais encarregados de investigar malfeitorias de colegas. A capacidade do SNI de compor "sambas de crioulos doidos" ia além disso.

Um caso que Figueiredo mandou investigar mostra a propensão de seu aparelho para substituir o trabalho da coleta de informações pela construção de teorias conspiratórias. Em outubro de 1974, uma professora demitida da Escola Corcovado (sustentada pela colônia alemã no Rio de Janeiro) enviou uma carta a um diplomata amigo, denunciando sua diretoria. O caso foi entregue ao aparelho de investigação do Serviço. Ele concluiu: "[A Escola] visa (...) preparar em seus bancos escolares uma elite de brasileiros e alemães para que em futuro próximo constitua um grupo de defesa dos interesses políticos alemães no Brasil".

Assombrado com "o grau de socialização" da República Federal Alemã, o Serviço suspeitava dos propósitos de uma campanha que ofereceria cursos grátis de alemão a crianças brasileiras.

Conclusão: “Pretende-se criar na América Latina (...) um foco de contrabando ideológico e de revolução pedagógica, incompatíveis com as diretrizes político-educativas nacionais”.[18]

Isso no governo de um general cujo pai falava alemão em casa.

Ao mesmo tempo que sugeria mais controle do Estado sobre as escolas estrangeiras, que nada custavam ao Erário e davam um ensino de primeira qualidade aos alunos, o SNI propunha-se a ressuscitar um empreendimento falido: a revista *O Cruzeiro*. Num e noutro caso, misturavam-se ideologia e conexões. Na Escola Corcovado, houvera a professora demitida e despeitada. No pleito da revista, o alvo era o Erário. O coronel Castro informou que as reivindicações vinham de “companheiros do Exército que, por razões específicas de seus encargos profissionais, acompanham os problemas de nossa imprensa”.[19]

Glória da imprensa nacional, durante os anos 1950 a revista chegara a vender 850 mil exemplares por semana, num Brasil com pouco mais de 50 milhões de habitantes.[20] Canibalizada por diversas diretorias, agonizava, ao lado das outras 88 empresas daquilo que fora o maior império jornalístico do país, fundado pela figura telúrica de Assis Chateaubriand.[21] Os “companheiros do Exército” davam como quase certo o fechamento da revista, impressa num “museu de ferro-velho”. Devia perto de 100 milhões de cruzeiros a previdência social, bancos, fornecedores e empregados.[22] Não pagava salários, virando-se com vales. Mais da metade dos funcionários não trabalhava, porque não havia o que fazer, e não podiam ser demitidos, porque a revista não tinha como lhes pagar os direitos trabalhistas. Perdia 1,5 milhão de cruzeiros por mês.[23]

Lembrando seu passado combatente na “guerra editorial contra o Comunismo e suas larvas de desagregação socioeconômica”, os “companheiros” ofereciam-se para trazer *O Cruzeiro* de volta à trincheira, “dentro do leque conceitual da segurança nacional”. De quebra, prometiam lançar uma edição latino-americana da revista. Pediam o suave

escalonamento das dívidas mais pesadas e um aporte de 4 ou 5 milhões de cruzeiros, por conta do BNDE. Até aí, repetiam a proposta habitual das empresas jornalísticas quebradas. Mas inovavam na metodologia de busca de receitas:

> Através dos Serviços de Segurança — fazer sentir às agências de publicidade, por meios diretos ou indiretos, e até diretamente aos grandes clientes das agências, a necessidade de programar campanhas publicitárias para *O Cruzeiro*, ao invés de só o fazerem para revistas de origens não nacionais. É preciso observar que muitos profissionais esquerdistas, banidos da imprensa diária e semanal, caíram nas agências e não veem com bons olhos a revista *O Cruzeiro*. (...) Não seria necessário, aqui, enfatizar a eficiência do sistema de boicote das esquerdas, eficiência presente também no seu sistema promocional.[24] [*Veja o documento*]

Castro mandou a documentação a Heitor Ferreira, dando por "válidas" as sugestões, pois "no momento em que existe uma forte campanha contra o Brasil, no exterior, dirigida por órgãos consciente ou inconscientemente a serviço do Movimento Comunista Internacional".[25] Heitor passou a bola a Geisel, duvidando que a proposta viesse de "companheiros do Exército".[26] Quando o caso foi a Golbery, Heitor lembrou: "Já deu bolo".

"Tinha que dar. Ora, o BNDE emprestar aos Diários Associados!!!", respondeu o general.[27] [*Veja o documento*]

(Sete anos mais tarde, a conexão do SNI com a revista *O Cruzeiro* haveria de resultar no maior escândalo da história do Serviço. Alexandre von Baumgarten, um jornalista bem relacionado na Comunidade, conseguira transformar-se em plenipotenciário da ressurreição da revista, afundara em dívidas, vira-se abandonado pelos amigos militares e acabara assassinado durante um passeio de barco pela baía de Guanabara. A lancha

em que ia com a mulher e um barqueiro se encontrou com outra, na qual Baumgarten reconheceu alguns amigos. Recebeu-os a bordo e foi metralhado.[28] Os assassinos planejavam sumir com a lancha e os três cadáveres. A sorte faltou-lhes duas vezes. O jornalista caiu na água e afundou. Dias depois o corpo foi achado numa praia, com uma bala na cabeça. Ele entregara a pelo menos três amigos envelopes pardos, fechados, para serem abertos caso morresse em circunstâncias misteriosas. Pedia que o conteúdo fosse divulgado na imprensa. Nele, atribuía sua morte ao general Newton Cruz, chefe da Agência Central do SNI.)[29]

* * *

As fichas do SNI, ou LDBs (Levantamento de Dados Biográficos), eram geralmente medíocres, mas, quando convinha aos hierarcas do Serviço, eram também fraudulentas. Antes de assinar duas promoções no Itamaraty, Geisel pediu a Figueiredo que lhe mandasse os registros de dois ministros de segunda classe, João Cabral de Melo Neto e Paulo Cotrim. Lembrou: "Consta que foram demitidos por questões de segurança e que retornaram por via judicial".[30] [*Veja o documento*] Haviam sido postos em disponibilidade nos anos 1950, sob a acusação de pertencerem ao Partido Comunista.[31] Reintegrados por decisão do Supremo Tribunal Federal, estiveram numa lista de cassações em 1964.[32] Daí em diante, tomaram cursos diferentes. Cotrim tornara-se "elemento muito bem-conceituado na área militar", com "trânsito livre nos órgãos de informação". Sua ficha era seca: "Nada consta".[33] Falso. Deveria constar o processo dos anos 1950, corretamente relatado no LDB de João Cabral. O SNI via assim o poeta:

> Autor de vários livros de poesia e da peça *Morte e vida severina*, na qual explora a situação psicossocial do Nordeste através de uma forte mensagem de incitamento à luta de classes.

> (...) Embora não existam elementos que possam caracterizá-lo como militante comunista, os registros existentes sobre sua atuação e seus trabalhos literários levam-nos a classificá-lo como elemento "simpatizante", ou no mínimo, de tendência esquerdista.[34] [*Veja o documento*]

(Geisel promoveu João Cabral e Cotrim.)

A Comunidade metia-se onde queria, fazia o que bem entendia e acabava por construir um mundo próprio, ameaçado por barbudos, poetas e colégios. Buscava alianças com parasitas e cruzados de causas perdidas.

* * *

Causa perdida o Serviço foi achar em Portugal. Na noite de 17 de junho de 1975 seis senhores reuniram-se no Rio de Janeiro. Cinco eram oficiais da Agência do SNI.* O sexto era o general Antônio de Spínola, o legendário líder da Revolução Portuguesa de abril de 1974. Encantara o mundo ao precipitar a queda da ditadura salazarista com um livro, capa e monóculo. Eleito presidente da República, vira-se emparedado pela radicalização esquerdista do movimento que simbolizara. Tivera as convicções neocolonialistas atropeladas pelo desmoronamento do império d'além-mar. Por conservador, não conseguia manobrar a desordem. Encurralado pelo poder paralegal do Movimento das Forças Armadas, não conseguia manter a ordem. Como seu monóculo, passara de romântico a anacrônico e renunciara em setembro, cinco meses depois de empossado.

Tentara um golpe no dia 11 de março de 1975 e fugira pateticamente para a Espanha. Uma semana depois, desembarcou no Rio de Janeiro com uma comitiva de dezesseis oficiais, na condição de asilado, comprometendo-se a abster-se de "atividades ou declarações políticas". Deixara seu país em anarquia. As Forças Armadas tinham sido

desestruturadas, o governo nacionalizara as indústrias e os bancos. Os latifúndios foram desapropriados ou invadidos. A oligarquia fugira. Milhares de portugueses haviam emigrado, trazendo para o Brasil alfaias de porcelanas e pratarias num volume só visto no tempo da chegada da família real em 1808. Os comunistas, que tinham conseguido apenas 12,5% dos votos na eleição geral de abril (contra 37,9% dados aos socialistas e 26,4% aos neoconservadores), chegaram a anunciar que a revolução começara. Como observou o historiador inglês Kenneth Maxwell em seu magnífico estudo do período, pagara-se a festa consumindo-se as reservas de 2,8 bilhões de dólares (perto da metade em ouro) deixadas pelo salazarismo.[35]

Uma ironia da história portuguesa levara Spínola a se hospedar num hotel de Copacabana pouco antes do primeiro aniversário do golpe que trouxera para o Rio (e para Copacabana) o presidente Américo Thomaz e o primeiro-ministro Marcello Caetano. Outra, da história do regime brasileiro, trouxera-o como asilado, precisamente numa época em que Geisel reclamava da generosidade do governo de Lisboa para com a diáspora nacional, que restabelecia em Portugal, em ponto menor, a base perdida no Chile. Chegara a pensar em denunciar o tratado que permitia o movimento dos cidadãos entre os dois países.[36]

Por maior que tenha sido o apoio dado pelos esquerdistas portugueses aos exilados brasileiros, não se compara em audácia, ilegalidade e subversão à conversa que Spínola teve com os cinco interlocutores do SNI.

O general expôs seus temores: o Ocidente não evoluíra o bastante para conter o Movimento Comunista Internacional, e era possível que os Estados Unidos tivessem concebido uma estratégia em que Portugal seria sacrificado “para servir de vacina e anticorpos para o mundo ocidental”. Dito isso, informava que pusera em andamento um plano de invasão de Portugal. O ataque seria desfechado em até seis meses, a partir da Espanha. Contava com uma tropa de 5 mil combatentes recrutados na Rodésia, na África do Sul e no Zaire. Esperava receber armamento americano e não

precisava de dinheiro. Pedia ao SNI que lhe conseguisse liberdade de movimento para viajar pelo mundo e uma "área de treinamento" onde pudesse alojar seiscentos homens, por três meses. Seriam portugueses do Continente e de Angola, e outros já exilados no Brasil.[37]

Geisel leu um relatório da conversa e fulminou-a: "Não podemos e nem devemos nos engajar!".[38] [*Veja o documento*]

Em tese, era o suficiente para que as conversas se encerrassem. Decisão semelhante fora tomada pelo embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, Frank Carlucci. Ele não dava crédito a Spínola e chegara a captar ecos de seus projetos. Solicitara a todos os setores da administração americana, dos serviços comerciais às missões militares, que evitassem qualquer contato com o general.[39] A determinação de Geisel foi contornada. Duas semanas depois do encontro do Rio, Spínola esteve em Brasília e reuniu-se com o chefe da Agência Central do Serviço.[40]

Spínola e os oficiais do SNI comprometeram-se a manter suas tratativas em segredo, mas, no dia 22 de julho, Helio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa*, informou que o general acabara de regressar de um giro pela Europa. Viajara de óculos escuros, sem passar pelos balcões das companhias aéreas.[41] A *Tribuna* estava nas bancas quando Spínola voltou ao SNI. Narrou o sucesso de sua viagem e mudou a lista de pedidos. Já não queria um campo de treinamento, pois dizia tê-lo conseguido no Paraguai. A tropa precisaria apenas de algum apoio logístico, material de acampamento, comida e fardas. Se o governo brasileiro quisesse, poderia lhe vender armas, devidamente descaracterizadas. Pedia ainda uma base de transmissões clandestinas e um passaporte falso.

Ao processar as informações desse segundo encontro, o general Castro afastou-se da narrativa quase seca que a Agência do Rio remetera a Brasília em junho. Não se tratava mais de um relatório. Era uma *Informação* destinada a Figueiredo e intitulada *Apoio ao General Spínola para Reação em Portugal*.[42] Descrevia uma gestão. O SNI buscara informações com seus

contatos americanos, paraguaios e alemães. Fontes do Departamento de Estado contaram que o general os procurara. A CIA não disse uma palavra. Os paraguaios confirmaram a possibilidade de ceder a área de treinamento, mas não estavam convencidos de que Spínola tivesse cacife para tamanha iniciativa. Os alemães mostraram-se interessados em alterar os rumos da crise portuguesa, com a condição de que pudessem fazê-lo sem deixar as impressões digitais. Também duvidavam da liderança do general. Estavam dispostos a conversar, desde que "houvesse uma decisão por parte do Brasil de apoiar veladamente a Spínola". Se necessário, mandariam um funcionário, com identidade falsa, para falar com o SNI.

Castro encorpou seu serviço relatando dois outros contatos. O primeiro, com um coronel que se asilara junto com Spínola e acabara de passar alguns dias, como clandestino, em Portugal. Ele contava que a CIA aceitara fornecer granadas de mão, explosivos, espoletas e detonadores aos expedicionários. O segundo contato, com um português exilado no Brasil e um ex-hierarca da polícia secreta salazarista decididos a entrar em Portugal com cinquenta homens, para "apoiar os grupos que têm reagido contra o atual Governo". Precisavam de armas leves.[43]

O SNI conversava com duas organizações irmãs, porém diversas. Spínola e sua força expedicionária encarnavam o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal. O ex-policial estava mais próximo do Exército de Libertação de Portugal, organização chefiada pelo ex-subchefe da PIDE. Entre maio e agosto a radicalização portuguesa foi exacerbada por um surto terrorista que produziu 34 explosões e vinte incêndios. O ELP tinha bases nas colônias de salazaristas do Brasil, dos Estados Unidos, da Venezuela e da Espanha.[44]

Jogo pesado, movido pela obstinação do general Castro. Ele levara dez dias refinando as informações que obtivera de Spínola. Quando as encaminhou a Figueiredo, seu chefe informou-o de que só Geisel poderia dizer o que fazer. O presidente registrou as instruções pessoais que deu ao

chefe da Agência Central do SNI: “O Brasil não pode envolver-se”. Ainda assim, devia-se ouvir o enviado do serviço de inteligência alemão, que estava a caminho do Brasil para discutir a questão portuguesa. O agente chegou no dia 10 de agosto.[45] Aceitava ajudar, mas não queria que seu país fosse envolvido na confusão. Basicamente, queria trocar figurinhas, pois duvidava que a oposição dispusesse de um líder. Informou que um dos oficiais de Spínola, instalado em Salamanca, na Espanha, tinha entre 1.200 e 1.500 homens. Julgava possível uma invasão maciça, a partir da Espanha, mas sabia que os conspiradores preferiam agir infiltrando pequenos grupos de vinte ou 25 pessoas em Portugal. Oferecia dinheiro, armas e contatos.[46]

Numa nova construção, o SNI admitiu que a ajuda brasileira poderia limitar-se a um campo de treinamento, próximo aos aeroportos do Galeão ou de Viracopos, onde os combatentes passariam alguns dias, até embarcar em voos de empresas que chegassem à Espanha sem escalas em Havana ou Lisboa. Castro sugeriu a Geisel que o Itamaraty desse aos portugueses um pouco de dinheiro (de 10 mil a 15 mil dólares) e de armamento. Seriam 34 submetralhadoras calibre 45, dezesseis pistolas e dois fuzis automáticos com bocais lançadores de granadas. Esclarecia que era equipamento velho, descaracterizado, apreendido antes de 1973. (O arsenal de todas as organizações terroristas de esquerda nunca teve 34 metralhadoras, muito menos fuzis equipados para lançar granadas. É possível que essas armas tenham vindo do braço terrorista do CIE.)[47] Sugeriu também que se usasse a rádio Jornal do Commercio, do Recife, para algumas transmissões clandestinas.[48]

A documentação do episódio morreu aí. Os sonhos de Spínola e sua conexão com o radicalismo da colônia portuguesa no Brasil prosseguiram. O general deu uma entrevista a Carlos Lacerda, que vivia uma fase de assombro diante da esquerdização de Portugal, e nela produziu-se o seguinte trecho:

— Quando será o desembarque, meu general?

No seu rosto habitualmente triste, um sorriso se abre. É um segredo ou ainda não foi fixada uma data. Mas diz-me algo que me tranquiliza e que um dia toda a gente saberá.[49]

O desembarque de Spínola tornara-se tão público quanto inútil. Quando a entrevista foi publicada no Brasil, a Revolução Portuguesa finara-se. A maioria profissional e moderada das Forças Armadas, disposta a conter a anarquia nos quartéis e o radicalismo esquerdista nas ruas, derrubara o governo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. No início de 1976 Spínola fechou sua casa no Rio e foi para a França. Tentou entrar na Espanha, onde supunha ter uma base de operações. Foi expulso, devolvido à França e logo enxotado para Genebra. Em abril os suíços mandaram-no embora. Retornou ao Brasil sob o compromisso de aquietar-se.[50] Era carta fora do baralho.

Em suas memórias, Geisel classificou a proposta de invasão de Portugal como “loucura” e “fantasia”, informando que os militares portugueses “foram francamente dissuadidos de qualquer ação dessa natureza”.[51] É certo que o presidente não estimulou o SNI. É provável que tenha considerado fantasiosa a iniciativa, mas não há registro de ação dissuasória do governo brasileiro sobre os subversivos portugueses.

Spínola continuou circulando com os papéis falsos que pedira ao SNI. Em dezembro de 1976 um funcionário da embaixada da Suíça em Brasília deixou sobre a mesa do encarregado da Divisão da Europa do Ministério das Relações Exteriores um documento sem timbre nem assinatura. Era um sussurro documentado. Informava que o general estava em seu país, com dois passaportes. Num, era o cidadão brasileiro Antonio Ribeiro. No outro, era português, e registrava-se sua identidade completa: Antônio Sebastião Ribeiro de Spínola. Com educação e ironia, o governo suíço perguntava ao Itamaraty se a supressão do sobrenome paterno (Spínola) para a construção da identidade de Antonio Ribeiro estava de acordo com as leis do país.

Lembravam que havia uma denúncia de que o general usava um passaporte com identidade falsa. Finalmente, indagavam por que o governo entregara ao general dois documentos, um de estrangeiro e outro de brasileiro, com informações insuficientes. [*Veja o documento*]

Como e por que o general embaralhou os passaportes e as identidades, não se sabe. Também é difícil entender por que Spínola se fazia passar por Ribeiro, pois em agosto de 1976 estivera ostensivamente em Lisboa, sem ser molestado. A anarquia militar portuguesa, iniciada em 1974, fora substituída por um governo constitucional, com assento no Conselho da Europa.

O chanceler Azeredo da Silveira informou a Geisel que haveria de providenciar a discreta apreensão do passaporte turbinado.[52] [*Veja o documento*]

* * *

O SNI, que dera a Spínola dois passaportes (um deles fraudulento), centralizava o confisco desse mesmo documento aos cidadãos brasileiros que desejava punir. As embaixadas e os consulados tinham um *Fichário de Pessoas com Registro de Atividades Nocivas à Segurança Nacional*. Quaisquer solicitações feitas por esses cidadãos deveriam ser comunicadas a Brasília.[53]

O ex-presidente português tinha passaportes de sobra, enquanto a ditadura passara doze anos negando-o ao ex-presidente brasileiro João Goulart. Ele viajava com um passaporte de favor, dado pelo ditador paraguaio Alfredo Stroessner. Quando dois ex-parlamentares uruguaios que viviam exilados na Argentina foram sequestrados e mortos, Jango avisou ao governo brasileiro que temia por sua vida. Enquanto a gestão tramitava em Brasília, apareceu outro cadáver em Buenos Aires. O ex-presidente boliviano general Juan José Torres foi achado embaixo de uma ponte, com os olhos vendados, um tiro na cabeça e dois no pescoço. Goulart recebeu o

passaporte no dia 8 de junho, quatro dias depois da execução de Torres. Como ele fizera saber que pretendia visitar seu cardiologista, em Lyon, deram-lhe uma caderneta válida só para a França.[54] [*Veja o documento*]

* * *

Ao mesmo tempo que o Serviço se metia em operações clandestinas com o general Spínola, o braço dissidente da Comunidade que operava debaixo de seu nariz procurava desmantelar iniciativas de Geisel com as quais não concordara. Fazia isso valendo-se dos métodos que o regime se habituara a utilizar. Na segunda semana de agosto de 1974, um coronel do SNI chegou ao Itamaraty para uma reunião. Seu propósito era colher uma prova de que o governo brasileiro oferecia concessões indevidas à delegação chinesa que negociava o reatamento de relações entre os dois países. Falhou.

Um quarto de século depois do surgimento da China Comunista, passados trinta meses da entrada do presidente americano Richard Nixon na Cidade Proibida, o Brasil reconheceu o governo de Mao Zedong. Ele recuperara seu assento nas Nações Unidas em 1971 e já mantinha relações diplomáticas com mais de cem países. Aquilo que poderia ter sido um ato natural numa nova ordem internacional custara a Geisel tempo, costura e dissabores. O coronel e seus companheiros do SNI traziam uma guerra terminada para dentro da luta pelo poder no Brasil.

A China treinara perto de duas dezenas de militantes do PC do B, mas nunca armara encrencas semelhantes às dos soviéticos em 1935 ou dos cubanos nos anos 1960. Em 1964 a ditadura prendera dois jornalistas e sete funcionários chineses que trabalhavam na missão comercial estabelecida no Rio a convite do presidente João Goulart. Carlos Lacerda chegara a propor ao Departamento de Estado que eles fossem trocados por americanos e ingleses presos na China.[55] O governo brasileiro votara sistematicamente contra o ingresso de Pequim na ONU. Embora o Brasil tivesse boas

relações com uma dezena de países socialistas, Pequim era um tema proibido. Mesmo depois da reaproximação americana, ocorrida em 1971, Golbery preferia continuar reconhecendo em Taiwan a sede do Estado chinês.[56] Quando os Estados Unidos jogaram Taiwan ao mar, a ditadura brasileira viu-se pendurada na brocha.

A preservação do distanciamento que marcara uma posição pró-Ocidente durante 25 anos transformara-se numa excentricidade. Nem sequer seria característica da ortodoxia anticomunista das ditaduras latino-americanas da época, pois o Chile do general Pinochet mantinha aberta a embaixada em Pequim instalada pelo governo socialista de Salvador Allende. Esse anacronismo fora facilmente rompido pelo embaixador Azeredo da Silveira na sua primeira conversa com Geisel, em fevereiro de 1974. *Silveirinha* estava certo de que "o senhor reconhece a China de graça".[57]

Engano. Os ministros militares opuseram-se à reaproximação. Frota, com ênfase. Henning, com convicção. Araripe Macedo, com reservas. Todos vocalizavam restrições da oficialidade. Foi necessária uma reunião com os três. O presidente mostrou-lhes que o fato de a China ser um país comunista não era argumento suficiente: "Se vocês querem ser coerentes, então vamos cortar relações com a Rússia também e vamos nos isolar, vamos virar mesmo uma colônia dos Estados Unidos".[58]

Não bastou. Geisel teve de recorrer à oitiva do Conselho de Segurança Nacional e, contados os votos escritos, verificou que os sete representantes das Forças Armadas continuavam contra.[59] Foi à luta e reverteu cinco votos. Não mudou a opinião do general Frota, que veria no episódio "imposições a rigor desabonadoras para a nossa soberania".[60] A decisão, tomada pouco antes da posse, foi retardada por quase seis meses. O ressentimento da dissidência panfletária do SNI fez-se ouvir no primeiro capítulo da *Novela da Traição*: "Reatamos as relações com a China

comunista. E o que lucramos com isso? Respondam Golbery e *Silveirinha* seus leais servidores".[61]

A reação militar levou o governo a evitar aproximações conspícuas com Pequim. A vinda de um time chinês de vôlei foi congelada, e cancelou-se uma missão de empresários brasileiros.[62] O reatamento tornara-se uma das menores encrencas produzidas pela política externa de Geisel e Silveira. A maior afagaria a Comunidade de Informações, os militares, os grandes empreiteiros, a indústria pesada paulista e um pedaço da banca. Inicialmente, chamou-se política nuclear.

1 Conversa de Geisel com o tenente-coronel Germano Pedrozo, 24 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

2 *Apreciação Sumária nº 06/Gab/75 — Campo Interno — Atividades contra a Subversão; Histórico; Práticas Antigas e Atuais*, "secreto", em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 82. *O Estado de S. Paulo*, 6 de dezembro de 1987, p. 5.

3 *Informe nº 209/S-102-A3-CIE*, intitulado *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 64*, de 16 de junho de 1975. AA.

4 Idem.

* Ênfase no original.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de julho de 1975.

6 Figueiredo a Heitor Ferreira, 4 de junho de 1975. APGCS/HF.

7 Era o coronel Natalino de Brito, diretor da Viação Aérea São Paulo, a VASP. *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1975. Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, 25 de junho de 1975. APGCS/HF.

8 Era o coronel Eury Magalhães. Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, 25 de junho de 1975. APGCS/HF.

9 Duas folhas do CISA, recebidas pelo coronel Newton Cruz, carimbadas "secreto" e intituladas *Subsídio ao Projeto Altin*, de agosto, quase certamente de 1975. APGCS/HF.

10 Para uma visão das iniciativas de Candido Mendes em nome da Comissão de Justiça e Paz, ver a ata da reunião de seu conselho nacional de 17 de abril de 1975, em Candido Mendes de Almeida e Marina Bandeira, *Comissão Brasileira de Justiça e Paz*, pp. 99-102.

11 Três folhas com xerox de uma carta do general Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, de 4 de junho de 1975. APGCS/HF.

12 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1975.

13 *Apreciação Sumária nº 8*, do SNI, de 15 de junho de 1974. AEG/CPDoc.

14 *O Estado de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1993, p. D5.
15 Carta de Hein Robert Korpershoek a Heitor Ferreira, 27 de dezembro de 1975. APGCS/HF.
16 Nota do coronel Newton Cruz a Heitor Ferreira, marcada “pessoal”, de 20 de fevereiro de 1976. APGCS/HF.
17 Bilhete manuscrito de Geisel a Figueiredo, de 17 de julho de 1975, anotado por ele e por Heitor Ferreira, com uma nota vinda do SNI. APGCS/HF.
18 Pasta intitulada *Encaminhamento N/022/19/AC/75*, de 16 de janeiro de 1975, da Agência Central do SNI, com a *Informação 108/19/74/ARJ/SNI*, de 15 de outubro de 1974, em sete folhas marcadas “confidencial”. APGCS/HF.
19 Bilhete do coronel Sebastião Ramos de Castro a Heitor Ferreira, 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.
20 Accioly Netto, *O império de papel*, p. 123.
21 Para as dificuldades de *O Cruzeiro* em 1967, Fernando Morais, *Chatô, o rei do Brasil*, p. 676. Para o total de empresas, papel timbrado da Empresa Gráfica O Cruzeiro S.A. com a reportagem de Fernando Câmara Cascudo sobre Golbery anexa a uma carta de Edmar de Souza, de 5 de março de 1974. APGCS/HF. Eram 34 jornais, 23 estações de rádio, doze de televisão, quinze revistas, uma agência de notícias, duas agências de publicidade e uma editora.
22 O equivalente a 14 milhões de dólares no câmbio oficial. *Banco Central*, “Economia e Finanças”, “Séries Temporais”, <http://www.bc.gov.br>, Série 3.696.
23 Oito folhas, juntadas ao bilhete do coronel Sebastião Ramos de Castro, de 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.
24 Idem.
25 Bilhete do coronel Sebastião Ramos de Castro a Heitor Ferreira, 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.
26 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Geisel, 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.
27 Bilhete manuscrito de Golbery a Heitor Ferreira, 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.
28 Informação dada por um oficial cujo nome fica preservado, janeiro de 2002.
29 “O dossiê do jornalista desaparecido”, em *Veja* de 2 de fevereiro de 1983 (capa), pp. 20-7. Nunca se fez prova de que Newton Cruz tenha tramado a morte do jornalista. Levado a júri, o general foi absolvido.
30 Bilhete de Geisel a Figueiredo, 23 de maio de 1976. APGCS/HF.
31 Para esse episódio, ver o depoimento de Antonio Houaiss, em Zuenir Ventura, *3 Antonios e 1 Jobim*, pp. 141-2. Para o compromisso de João Cabral com o comunismo, carta a Carlos Drummond de Andrade, 25 de novembro de 1951, em Flora Süssekind (org.), *Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond*, pp. 227-8. Nela João Cabral refere-se a um poema “que seria uma espécie de explicação de minha adesão ao comunismo”.
32 Nota sem data nem assinatura, de abril ou maio de 1964. APGCS/HF.
33 Nota manuscrita de Figueiredo, intitulada *Informações Prestadas pelo General Castro, sobre o Ministro Cotrim*, de maio de 1976, e informação da Agência Central, manuscrita pelo general

Sebastião Ramos de Castro, de 24 de maio do mesmo ano. APGCS/HF.

34 *Juízo Sintético nº 01/16/AC/76*, do SNI, rubricado pelo general Sebastião Ramos de Castro, de 20 de janeiro de 1976. APGCS/HF. Respeitada a ortografia do original.

* Eram o coronel Waldir Alves Costa Muniz, chefe da Agência do SNI no Rio, o coronel Mario Orlando Ribeiro Sampaio, os tenentes-coronéis Sebastião Afonso Alves e Antonio Gomes Ribeiro e o comandante Francisco Sérgio Bezerra Marinho.

35 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 135-9. Para os resultados eleitorais, Hugo Gil Ferreira e Michael W. Marshall, *Portugal's Revolution*, p. 46.

36 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de outubro de 1974.

37 Cinco folhas do SNI, marcadas "pessoal — secreto", *Relatório — Reunião com o Exmo. Sr. General Antônio Ribeiro Sebastião de Spínola*, de 17 de junho de 1975. APGCS/HF.

38 Nota manuscrita de Geisel em *Relatório — Reunião com o Exmo. Sr. General Antônio Ribeiro Sebastião de Spínola*, junho de 1975. APGCS/HF.

39 Frank Carlucci, maio de 1992.

40 *Diário de Heitor Ferreira*, 1º de julho de 1975.

41 Helio Fernandes, "Fatos e rumores", *Tribuna da Imprensa*, 22 de julho de 1975, p. 3.

42 *Informação nº 1272/60/AC/75*, do SNI, intitulada *Apoio ao General Spínola para Reação em Portugal*, marcada "secreto", de 6 de agosto de 1975. APGCS/HF.

43 Idem.

44 Para o número de atentados, Coletivo das Edições Avante!, "*Dossier*" *terrorismo*, p. 26. Para as bases, Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 154.

45 Nota manuscrita de Geisel, referindo-se ao encontro com o general Castro, no dia 8 de agosto de 1975. APGCS/HF.

46 *Informação nº 20/30/AC/75*, da Agência Central ao chefe do SNI, intitulada *Contato com Representante do Governo da RFA*, marcada "secreto", de 13 de agosto de 1975. APGCS/HF.

47 Em seu depoimento publicado em José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 218, Gilberto Corrales conta que armas retiradas do parque de munições de Paracambi, com o conhecimento do comandante, foram levadas para a casa do irmão, Hilário Corrales, e lá descaracterizadas: "Todos trabalharam, virando noites, removendo os números de série". Segundo ele, essas armas deveriam ser mandadas para Portugal.

48 *Informação nº 20/30/AC/75*, da Agência Central ao chefe do SNI, marcada "pessoal — secreto", de 13 de agosto de 1975. APGCS/HF.

49 *O Estado de S. Paulo*, 7 de setembro de 1975, p. 136, transcrevendo uma entrevista publicada na revista *Paris-Match*.

50 *Folha de S.Paulo*, 4 de fevereiro de 1976, p. 4, para a expulsão da Espanha para a França, e idem, 8 de fevereiro de 1976, p. 4, para a expulsão da França para a Suíça. Idem, 9 e 11 de abril de 1976, pp. 7 e 4, para a expulsão da Suíça e retorno ao Brasil.

51 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 344.

52 Bilhete manuscrito de Azeredo da Silveira a Geisel, 27 de dezembro de 1976, e nota, sem data nem assinatura, da embaixada da Suíça. APGCS/HF.

53 Para uma referência a esse fichário, ver a *Circular Postal nº 4.262 — DCJ/DPP/DCN/DJ/DSI/007*, do Itamaraty, de 22 de outubro de 1975. APGCS/HF.

54 Raul Ryff, julho de 1976. Passaporte nº CA001858. Em Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil*, p. 120. Jango solicitou a extensão da validade do passaporte e ela foi concedida. Apesar de o passaporte ter sido datado de 8 de junho, no dia 14 de junho Silveira encaminhara um expediente a Geisel com o pedido de extensão da validade do documento. Esse expediente, visado por Geisel, foi anotado por Heitor Ferreira: "Falar com Fig. (do PR)" e respondido por Figueiredo: "H. Já providenciado. Sim". Essas anotações não têm data. APGCS/HF.

55 Telegrama do secretário de Estado assistente Thomas Mann ao embaixador Lincoln Gordon, 17 de novembro de 1964. BLBJ.

56 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Golbery, anotado por ele. Sem data, certamente posterior à ida de Nixon a Pequim. APGCS/HF.

57 Reunião de Geisel com Azeredo da Silveira, 28 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

58 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 364.

59 Eram os três ministros militares, seus chefes de Estado-Maior e o chefe do EMFA. Para os sete votos, ver Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 40, transcrevendo Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, p. 32.

60 *Nota para a Imprensa*, do general Frota, 12 de outubro de 1977. APGCS/HF.

61 *Novela da Traição*, primeiro capítulo, sem data nem autor, cerca de fevereiro de 1975, colecionado numa pasta do SNI, 29 de julho de 1975. APGCS/HF.

62 Para o time de vôlei, telegrama do Itamaraty à embaixada em Pequim, 3 de abril de 1975. Para a missão de empresários, cartão de Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de cerca de junho de 1975. APGCS/HF.

Com as tropas de Fidel

Apesar das pressões americanas, o marechal Costa e Silva se recusara a assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o TNP, pelo qual os países que ainda não tinham artefatos atômicos renunciavam ao direito de produzi-los. Parecia uma posição simplesmente declaratória. Juntando-se outras pistas, percebia-se que havia algo mais. Em sua visita ao Brasil, um ano antes, o chanceler alemão Willy Brandt mostrara-se interessado em ampliar a cooperação no campo da energia nuclear. Nos primeiros meses de 1969 desembarcaram no Rio três renomados físicos alemães, e o governo revelou que pretendia construir no Sul do país uma usina nuclear capaz de gerar quinhentos megawatts, ao custo de 350 milhões de dólares.[1] Seria uma central alemã.

O projeto foi arquivado. Em 1972, o Brasil retornou ao mercado nuclear, pela mão dos Estados Unidos. Médici comprou um reator da Westinghouse capaz de gerar 627 megawatts. Uma caixa-preta tecnológica, alimentada por urânio enriquecido do governo americano.[2] Foi contratada por 102 milhões de dólares e ficaria na praia de Itaorna, em Angra dos Reis.[3] Deveria ser inaugurada em 1977.

Durante todo o tempo em que a indicação de Geisel esteve incubada, ele nunca aprofundou o tema da energia nuclear. Percebe-se que seu irmão Orlando discordou do rigoroso controle da tecnologia assegurado aos americanos pelo contrato assinado com a Westinghouse. Heitor Ferreira registrou em agosto de 1973 que o futuro presidente achava possível ir em frente com a primeira usina, para depois corrigir os erros. Nas poucas vezes

em que tratou da energia nuclear, Geisel manteve-se na moldura da produção de energia: “Eu não quero fazer bomba atômica”.[4]

No Planalto, endossou um plano da Eletrobras que previa a construção, em seis anos, de oito ou nove usinas nucleares na Região Sudeste.[5] Seria um negócio de pelo menos 4 bilhões de dólares. Dessa vez, os negociadores brasileiros não queriam comprar caixas-pretas. Refletindo uma posição do governo americano, que pretendia estimular a privatização do mercado de enriquecimento de urânio, a Westinghouse ofereceu um pacote em que, além das usinas, transferiria tecnologia e venderia uma licença para a fabricação do combustível.[6] As conversações iam suaves, e, em junho de 1974, o governo brasileiro assinou com a agência de energia atômica americana um contrato de fornecimento de urânio para as futuras usinas. Chegou a depositar um adiantamento de 800 mil dólares.[7]

Por mais inocentes que fossem as negociações com a Westinghouse, o Gabinete Militar via a questão nuclear com outros olhos. No projeto de discurso que o general Hugo Abreu aprontou para a primeira reunião do Alto-Comando das Forças Armadas houve, além da preocupação de evitar a compra de novas caixas-pretas, o interesse em ir buscar algo além da energia elétrica: “Devemos ter presentes as vantagens estratégicas e políticas conseguidas por qualquer país que chegue à explosão nuclear, com maiores motivações para aqueles que necessitem restabelecer prestígio internacional e coesão externa com impactos desse vulto”.[8]

Não podia ser mais claro. A bomba atômica representaria a quintessência do “Brasil Grande”.

Geisel desprezou o aspecto propagandístico do raciocínio do general, mas refletiu-lhe a essência. Em sua fala à cúpula militar, mostrou-se interessado em desenvolver um projeto no fim do qual o governo tivesse o controle do combustível, inclusive porque acreditava que os argentinos se haviam capacitado para “futuramente fazerem sua arma, seu engenho nuclear”. Limitou-se a sugerir a intensificação da pesquisa das jazidas

nacionais de urânio, único caminho capaz de contornar as barreiras das salvaguardas internacionais. Chegando-se a um novo patamar, “então vê se a gente consegue desenvolver uma tecnologia para produzir arma nuclear como os outros têm”.[9]

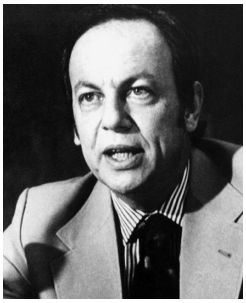
Semanas depois dessa reunião, veio a surpresa. Pressionado pela crise do petróleo, o governo dos Estados Unidos decidiu proteger seus estoques, reviu sua política de exportação de urânio, recusou-se a garantir o fornecimento contratado para as futuras usinas e devolveu o adiantamento recebido.[10] Já não se tratava apenas de impor as caixas-pretas, mas de tentar vendê-las sem assegurar o combustível que as faria funcionar. Isso aconteceu na pior ocasião. Os países desenvolvidos, já ameaçados pelo encarecimento do petróleo, viram-se diante da ameaça de uma proliferação de explosivos. A Índia acabara de detonar uma bomba atômica. Temia-se que o Paquistão detonasse outra. A Argentina estava concluindo o seu reator de Atucha, do qual poderia tirar o plutônio necessário para a construção de um artefato.

Geisel resolveu ir às compras. O Brasil não tinha lavras abundantes de urânio nem centros de pesquisas atômicas capacitados, muito menos suporte industrial para produzir combustível. Projetou-se uma duplicação dos gastos em pesquisas com minérios nucleares, elevando-os de 304 milhões de cruzeiros em 1974 para 660 em 1979.[11] Além disso, incentivaram-se núcleos de pesquisa no Instituto Militar de Engenharia (do Exército) e no Centro Tecnológico da Aeronáutica.[12] O pinote americano provocou o reinício das conversas com os alemães.

O mercado internacional de reatores nucleares crescera 7% ao ano desde meados da década de 1960, mas sofrera uma queda abrupta no final de 1974.[13] Os Estados Unidos, que tinham controlado 90% desse comércio, vinham perdendo terreno, sobretudo para os alemães, cuja indústria tivera déficits em 1973 e 1974 e operava com capacidade ociosa.[14] O consórcio formado pela Siemens e pela AEG-Telefunken precisava exportar três

reatores por ano para sair do prejuízo.[15] Uma encomenda brasileira de oito usinas seria o maior contrato de exportação já conseguido pela indústria alemã e geraria de 16 mil a 20 mil empregos.[16]

Poucas vezes na história do Brasil a influência de um só servidor público haveria de ser tão decisiva para a construção de um grande projeto nacional. A política nuclear da ditadura e o diplomata Paulo Nogueira Batista encontraram-se quase por acaso. PNB, como o chamavam no Itamaraty, era um pernambucano de 45 anos, audacioso, trabalhador, algo antiamericano, dotado de enorme capacidade de expor com clareza questões econômicas complexas. Tinha fé no seu poder de persuasão. Numa burocracia de poucas ideias, vivia procurando interlocutores para discutir as suas. Estivera na esquerda do Itamaraty, submergira por um tempo e reaparecera durante o governo Costa e Silva, como adversário intransigente da adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Participara das primeiras conversas com os alemães e fora ministro-conselheiro em Bonn. Nomeado para a chefia do Departamento Econômico do Itamaraty, a crise do petróleo o aproximara do ministro Shigeaki Ueki. A ousadia de Nogueira Batista e o voluntarismo de Ueki produziram uma ideia grandiosa e aceleraram os entendimentos com os alemães, dando-lhes velocidade inédita.



Paulo Nogueira Batista

Inventaram uma nova estatal (a Nuclebrás) e colocaram sob sua jurisdição todos os projetos atômicos do governo. Nogueira Batista ficou com a presidência da empresa e o comando da operação. Em janeiro de 1975, o plano nuclear incluía duas novidades. Os reatores seriam construídos no Brasil, e a Alemanha venderia ainda uma fábrica de urânio enriquecido e uma usina de reprocessamento de combustível. Era uma reviravolta completa. Assim como o Iraque de Saddam Hussein, o Brasil fora ao mercado internacional no papel de candidato a sócio, não mais de cliente. Geisel procurou manter os militares longe dessas negociações, chegando a proibir a presença de um oficial do Conselho de Segurança Nacional numa missão: "Os alemães são desconfiados, vão pensar em bomba atômica". Vetou também a ida de seis oficiais da Marinha a Bonn na fase conclusiva das conversações.[17]

Atropelados num negócio bilionário, os americanos tentaram recuperar a encomenda perdida pela Westinghouse. A empreiteira Bechtel ofereceu um pacote em que, além das centrais, vendia uma usina de enriquecimento que poderia ficar na Amazônia. Mais tarde essa oferta foi considerada produto da precipitação de um vendedor.[18] Custa crer. Nessa época, a presidente da Comissão de Energia Nuclear do governo americano sustentava que não eram as exportações nucleares que matavam gente, mas as de armas convencionais.[19] De qualquer forma, a Bechtel chegara atrasada.

O primeiro rascunho do Acordo Nuclear ficou pronto no dia 13 de fevereiro de 1975. Uma semana depois, o governo alemão entregou uma cópia ao embaixador americano em Bonn. Em março, enquanto a Bechtel continuava conversando, o Departamento de Estado pediu aos alemães que esfriassem as negociações.[20] Em seguida, enviou quatro funcionários a Bonn. "Areia no Acordo Nuclear", registrou Heitor Ferreira.[21] Os Estados Unidos tentavam impedir que os alemães incluíssem as centrais de enriquecimento e reprocessamento no Acordo. A gestão tinha duas

dificuldades. Numa, a Bechtel havia oferecido a mesma coisa. Noutra, tanto a Alemanha como o Brasil se mostravam dispostos a assumir todas as salvaguardas internacionais vigentes. Nessa fase, a pressão americana foi formal, porém pouco mais que protocolar.

Em junho, quando Geisel reuniu pela segunda vez o Alto-Comando das Forças Armadas, o Acordo estava praticamente concluído. No encontro com os generais, o presidente anunciou:

> Estamos com negociações já muito adiantadas com a Alemanha (...), inclusive, para desenvolver energia nuclear e indústria nuclear dentro do país. (...) Eu não excluo a hipótese da chantagem da Argentina. (...) Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc., e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias.

O general Antonio Jorge Corrêa, chefe do EMFA, acrescentou: “Acho que só com o fato de o país estar em condições de produzir ele já tem outro prestígio, outro...”.

Geisel interrompeu-o: “Ah, claro, tem outro status. Inclusive, vejam o seguinte: internacionalmente eles nos atribuem uma possibilidade que nós estamos longe de ter. (...) Se nós desenvolvermos bastante a nossa tecnologia nuclear, nós vamos facilmente chegar a isso”.[22]

No dia 17 de junho o embaixador americano foi ao Itamaraty e leu uma nota de três páginas. Em nome dos esforços contra a proliferação de armas nucleares, via no Acordo um precedente condenável e informava que, diante disso, os Estados Unidos pretendiam rever sua cooperação com o Brasil. Terminava com uma ameaça dissimulada: “Esperamos que o Brasil entenda que é do seu melhor interesse pensar seriamente nos passos que poderá dar para aplacar a preocupação de seus amigos”.[23]

No dia 27 de junho de 1975, o chanceler Azeredo da Silveira fechou em Bonn o maior negócio nuclear da história e o maior contrato de transferência de tecnologia já assinado entre uma potência econômica e um país subdesenvolvido. A um custo estimado entre 2 e 8 bilhões de dólares, o governo brasileiro contratava até oito usinas e formava um conglomerado de sete empresas, cinco das quais com capital alemão. Esse conjunto dispunha-se a fazer o serviço completo, da pesquisa e lavra do urânio ao seu enriquecimento e reprocessamento. "Loucura nuclear", denunciou o título de um editorial do *New York Times*, que via no Acordo "uma tragédia para a Alemanha e para toda a humanidade".[24] O chanceler soviético Andrei Gromyko convencera-se de que o Brasil estava atrás da bomba e se queixou com o professor Kissinger em meados de julho, em Genebra. O secretário de Estado subestimou essa possibilidade, respondendo que, se o problema aparecesse, seria uma questão para o futuro, e abandonou o assunto: "Vamos almoçar?".[25]

O Acordo embutia duas transações. A primeira significava uma encomenda bilionária, pela qual o Brasil comprava as usinas. Esse contrato não sofria crítica ou oposição. Se haveria dinheiro para pagar os reatores e mercado para consumir a energia, a questão ficava para depois. A banca alemã comprava o risco. A outra transação, financeiramente secundária, era politicamente essencial. Em vez de se comprar uma caixa-preta, comprara-se o acesso ao ciclo do combustível nuclear, que dependeria da construção das fábricas de enriquecimento e reprocessamento de urânio. Se a Alemanha teria tecnologia e disposição para entregá-las, também era questão que ficava para depois. Por enquanto, tratava-se de garantir o negócio.

A cerimônia de Bonn, bem como seu impacto internacional, devolveu ao regime as tintas do "Brasil Grande", com o desinteresse pelo debate e pela dissidência. De nada serviram as advertências da Sociedade Brasileira de Física, que julgava temerário tamanho compromisso nuclear por parte de

um país que dispunha de 100 mil megawatts de potencial hidráulico.[26] Geisel anunciou o Acordo como um passo que influiria "decisivamente para o progresso nacional".[27] Juscelino Kubitschek considerava-o um instrumento que "nos incluirá entre as nações diante das quais terão que se curvar amanhã as grandes potências".[28] Cláudio Bardella, um dos barões da indústria pesada paulista, viu nas encomendas que ele geraria "o maior salto histórico da indústria brasileira".[29] O Congresso aprovou-o por unanimidade, e o presidente chegou a qualificar o apoio recebido como expressão da "vontade nacional".[30] As críticas ao que seria um projeto de nuclearização germano-brasileiro, vindas do governo americano ao soviético, pareceram confirmar o acerto do passo.

A tinta das assinaturas ainda não secara, e Shigeaki Ueki já tinha outro projeto. Queria fabricar navios de propulsão nuclear com tecnologia alemã. Começaria produzindo um grande cargueiro e poderia chegar a submarinos. Ao expor a ideia ao presidente, argumentou: "O interesse alemão se explica pelas limitações nesse campo a que está sujeita a República Federal da Alemanha em seu próprio território".

Geisel arquivou a ideia: "É muito cedo para nos engajarmos no que o Ueki propõe".[31]

Em Paris, numa conversa com o embaixador Delfim Netto, o presidente Valéry Giscard d'Estaing disse-lhe que os alemães não tinham mercadoria para entregar.[32] Para o governo brasileiro, o coração do negócio estava na usina de enriquecimento, baseada num processo de ultracentrifugação denominado *jet nozzle*. Entre os processos conhecidos, era o que mais consumia eletricidade. Na teoria, funcionava como um empacotador de energia hidrelétrica, sugando a produção durante os horários de baixo consumo e transformando-a em pastilhas de urânio enriquecido. O processo alemão estava tecnicamente comprovado, mas ainda não demonstrara sua viabilidade comercial. Parecia ser verdadeira a piada: firmara-se um Acordo

em que a Alemanha oferecera uma tecnologia que não tinha, para enriquecer um urânio que o Brasil não achara.

Mesmo sendo festejado como um sinal da afirmação da soberania nacional, o Acordo Nuclear resumia-se à promessa de compras de equipamentos e serviços. Um bom negócio para a Alemanha, cuja produção industrial entrara no segundo ano consecutivo de retração, fato inédito desde o fim da guerra.[33] Como explicou Christian Lohbauer em seu estudo sobre as relações entre os dois países: "Na situação de relativa crise econômica em que se encontrava a RFA em 1974, o governo alemão viu na ampliação dos negócios com o Brasil um instrumento apropriado para combater suas dificuldades econômicas. Por essa razão, um potencial conflito político entre objetivos econômicos, de um lado, e de política exterior e segurança, de outro, não foi sequer antecipado ou mesmo reprimido".[34]

Pelo lado do interesse econômico do governo brasileiro a transação foi apresentada como resposta a um futuro déficit energético, quando se destinava também a reduzir o déficit das contas externas. Ao mesmo tempo que era um capítulo da afirmação nacional, para produzir megawatts, era também um capítulo do processo de endividamento do país, para captar dólares.

Esse Acordo viria a ser o maior e mais custoso erro do governo Geisel. Nascera de duas estimativas erradas. A Eletrobras derrubara o potencial hidrelétrico nacional, calculando-o abaixo de 120 mil megawatts, quando era folgadamente superior a 200 mil. Exageraram-se as projeções de consumo, imaginando-se uma demanda de 175 mil megawatts para o ano 2000, quando bastariam 100 mil.[35] As usinas eram desnecessárias.

No dia da sua assinatura, calculara-se o custo do pacote em 10 bilhões de dólares. Em 1979 foi a 15 bilhões e, em 1982, a 18 bilhões.[36] O custo do quilowatt de seu primeiro reator, estimado em quatrocentos dólares em 1975, passou a 1.500 em 1978 e em 1990 estava em 4.353 dólares. Durante

o governo de Geisel e na década seguinte, nenhuma usina foi terminada. Só em 1986 é que se acendeu a primeira lâmpada alimentada com energia de Angra 2, única central produzida pelo Acordo Nuclear.

Mesmo tendo sido desastroso, o Acordo com a Alemanha foi uma fonte ocasional de propaganda e demonstração de que o governo brasileiro seguia uma política externa própria. A reação tímida dos Estados Unidos parecia comprovar que a perplexidade americana diante da derrota no Vietnã era uma boa oportunidade para que as potências emergentes forçassem posições mais vantajosas na ordem mundial.

Assim como a entrada de Paulo Nogueira Batista no circuito das negociações nucleares fez as coisas acontecerem, a presença de um de seus colegas de turma no trato dos assuntos africanos do Itamaraty haveria de virar de cabeça para baixo a diplomacia nacional, produzindo, novamente, uma ferida nas relações com os Estados Unidos.

Italo Zappa era filho de um imigrante italiano que vendia livros e jornais em Barra do Piraí. O chanceler Azeredo da Silveira entregara-lhe a chefia do Departamento da África, Ásia e Oceania do Itamaraty. Aos 49 anos, tinha a maior jurisdição geográfica da Casa, e nenhuma importância. Silveira não o indicou pelo que pensasse. Levara o nome a Geisel como segunda hipótese para o cargo.[37] Zappa trabalhava com um pé na disciplina e o outro na esquerda. Dava a impressão de que cabia no mundinho de um chefe de seção. Era impessoal, franzino e malvestido. Seus hábitos modestos escondiam um homem valente. Anos antes, como chefe de gabinete do ministro, tivera uma funcionária presa por conexões com a AP. Telefonou para a Marinha, onde a torturavam, informando que pretendia visitá-la. O oficial que o atendeu, impaciente com o pedido, perguntou-lhe como queria ser recebido no presídio da ilha das Flores. “Com as honras que o protocolo me concede”, respondeu. Talvez tenha sido a única vez em que se valeu do cerimonial para simbolizar autoridade. Dissimulava tudo, inclusive poder.

Alguns de seus colegas diziam que se o ar cheirava a enxofre Zappa estava por perto.*

Italo Zappa

Geisel decidira se afastar do neocolonialismo português, que dominava a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, mas a imprevista Revolução dos Cravos subvertera-lhe as prioridades e diluíra a oportunidade. Desde a derrocada do salazarismo, em abril de 1974, o império estava se desmanchando em Lisboa, tornando praticamente irrelevante um novo papel brasileiro.

Das três colônias, duas tiveram o processo de independência rapidamente encaminhado. As negociações com a Guiné-Bissau, um naco de terra com poucos milhares de habitantes, começaram em maio.[38] O general Spínola quisera montar um processo gradualista, capaz de formar uma comunidade lusófona, mas perdera seu tempo. Uma guerrilha nascida nos anos 1960 controlava quase todo o país e, mesmo antes da queda do salazarismo, era reconhecida por 54 nações (quase todas socialistas ou africanas). Com a ajuda de mísseis soviéticos, os rebeldes destruíram a superioridade aérea das tropas portuguesas. Em julho de 1974, dissociando-se de Spínola, o Brasil reconheceu a soberania da ex-colônia.

Assim como na Guiné-Bissau, a guerrilha de Moçambique estava articulada, controlava uma parte do território e dispunha de um partido político forte o suficiente para se proclamar senhor da terra. Era uma colônia rendosa, pois fornecia a Portugal algodão, açúcar e ouro sul-

africano entesourados à custa do aluguel de mão de obra nativa e barata. Portugal abandonou sua minoria branca à própria sorte, e, em junho de 1975, o enfermeiro Samora Machel tornou-se o presidente daquela que pretendia ser uma república marxista. Se o governo brasileiro tinha uma nova política para as ex-colônias portuguesas, Machel não lhe dava importância.

A confusão morava em Angola. Das três colônias, era a mais extensa, rica e populosa. Nela viviam 335 mil portugueses (a maior colônia branca do continente, depois da África do Sul) e 5 milhões de negros e mestiços. Primeira fornecedora de diamantes do mundo, tornara-se um dos cinco grandes plantadores de café. A província petrolífera de Cabinda, explorada pela Gulf Oil, rendia 172 mil barris de petróleo por dia (equivalentes a mais que o dobro da produção brasileira).[39]

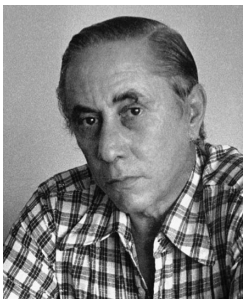
Ao contrário do que acontecera na Guiné-Bissau e em Moçambique, a resistência angolana não tinha sigla hegemônica e não controlava nenhuma área relevante do território. Chegara a ter mais de cinquenta organizações brigando pelo direito de falar em nome de sua guerrilha.[40] Em abril de 1974, quando a metrópole entrou em colapso, três siglas de raízes tribais, desorganizadas e mal-armadas, disputavam uma vitória que lhes cairia no colo por gravidade. A FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola, com quartel-general no Zaire e bases na região nordeste. A Unita, União Nacional pela Independência Total de Angola, que operava a partir da Zâmbia e se espalhava pelo planalto central da colônia. E, finalmente, o MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, sem grandes bases regionais, mas poderoso nas favelas e nas rodas intelectuais de Luanda. Sua força estava na conexão com os comunistas e com o radicalismo militar de Lisboa.[41] Tinha a aura de ser dirigida por um poeta que não sabia manusear uma arma, o médico Agostinho Neto.

Entre abril de 1974 e o dia 11 de novembro de 1975, quando a bandeira portuguesa deixaria o mastro do palácio do governo de Luanda, todos os

cavaleiros da Guerra Fria meteram-se na rivalidade das três facções angolanas. A União Soviética armou o MPLA com milhares de fuzis AK-47.[42] Americanos e chineses ampararam a FNLA. Washington triplicara sua mesada, elevando-a para 300 mil dólares anuais.[43] Pequim mandara-lhe 450 toneladas de armas e 120 instrutores militares, comandados por um general.[44] Até maio de 1975 a Unita não teve patrocinador ostensivo. Vivia de subvenções secretas do governo português.[45]

Combinara-se que até o dia da independência o país seria governado, sob supervisão portuguesa, por representantes das três facções. Seria criado um Exército nacional com 24 mil homens (8 mil de cada grupo), e haveria eleições gerais. Quem ganhasse, levava. Ninguém acreditava nisso. Alguém ganharia, pelas armas. Restava saber quem.

Zappa obtivera a nomeação do ministro Ovídio de Andrade Melo, seu amigo e colega de colégio, para a chefia de uma representação brasileira junto ao governo de transição. Teria o título de cônsul-geral em Luanda e seria reconhecido pelos três movimentos, mantendo em relação a eles uma posição de neutralidade. Famoso entre os colegas por esquerdista e pela contundência de suas observações, Ovídio recebeu o posto nevrálgico sem contestação. Cumpria-se uma escrita do Itamaraty segundo a qual as convicções políticas dos diplomatas se tornam irrelevantes quando se trata de preencher posições fora do eixo Roma-Paris-Londres-Nova York. Ele trocara Londres por Luanda, nas terras do fim do mundo. Antes de seguir para o posto, procurara aprender alguma coisa sobre Angola enfurnando-se nos arquivos do Itamaraty. Afora livros de referência, encontrou apenas telegramas que refletiam décadas de apoio ao colonialismo português e desprezo pela luta dos nativos.[46]



Ovídio Melo

Chegou a Luanda em março, quando o MPLA e a FNLA já tinham começado a se matar pelo controle da cidade. Faltava comida, o porto estava semiparalisado e o comércio, quase inativo. Perto de 300 mil brancos haviam fugido do país, desestruturando a economia e a máquina do Estado. O consulado brasileiro expedia 5 mil vistos por mês.[47]

A guerra civil traçara uma linha divisória na discussão do futuro de Angola. De um lado ficava o MPLA, apoiado pelos russos. De outro, os outros. O general Spínola escreveu a Geisel, alertando-o: “O controlo do poder (...) pelos comunistas será fatalmente uma ameaça à segurança, à independência e à liberdade de todas as Nações do Atlântico Sul”.[48] Por “comunistas”, devia-se ler o MPLA.

Carlos Lacerda, transformado em porta-voz do colonialismo português exilado no Brasil, ia no mesmo caminho: “Uma nova nação está surgindo que pode ser nossa amiga ou nossa perigosa inimiga, nossa vizinha do outro lado da rua atlântica, porta que se abre para um grande Brasil chegar à África ou trampolim comunista para o salto sobre o Brasil — o trampolim que faltou em 1964 mas desta vez está sendo preparado sem que aqui se deem conta”.[49]

Lacerda sugeria algum tipo de apoio a uma aliança da FNLA e da Unita contra o MPLA. Juntos, seriam mais fortes, tanto numa eleição como numa guerra. Mostrava simpatia pela Unita do imenso Jonas Savimbi, filho de um ferroviário, diplomado em ciência política pela Universidade de Lausanne: “Embora suspeitado de ter apoio da África do Sul, o dr. Savimbi tem da

nova nação angolana uma concepção muito próxima da do Brasil, da convivência plurirracial, de brancos, mulatos e negros".[50] Nada a ver com Agostinho Neto, que chegara a assombrar o embaixador brasileiro em Lisboa com a notícia de que a nova nação aboliria o uso da língua portuguesa.[51]

A proposta de Savimbi tinha aliados. Dizendo que falava em nome de quatro governantes africanos (era mentira), o presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, defendera a ideia de uma aliança da FNLA com a Unita, colocando-se Savimbi na chefia do novo governo. Expusera o plano em abril ao presidente americano Gerald Ford. Parecia um caso clássico de dois contra um, e a perspectiva de afastar o MPLA (com sua urucubaca soviética) encantara o secretário de Estado, Henry Kissinger.[52] Desde 1971, quando se lançara na reaproximação dos Estados Unidos com a China, o ex-professor de Harvard tornara-se uma personalidade hollywoodiana na política internacional. Ele mandou dois diplomatas ao Zaire e, quando voltaram, perguntou-lhes:

— Dá para ganhar?
— Eles acham que dá.[53]

Em julho, com o apoio das favelas e de mais armamento soviético, o MPLA expulsou a FNLA de Luanda. A cidade já não tinha serviços de limpeza pública, sofria cortes de energia e de água. Como todos os outros chefes de consulado (salvo o inglês), Ovídio manteve-se no posto, cuidando de evacuar os nacionais que viviam no país. Saíram trinta brasileiros, mas ficaram uns poucos. Em Luanda, vivia o filho do grande folclorista nordestino Câmara Cascudo, Fernando, que chefiara o escritório da Agência Nacional no Recife nos primeiros dias do regime. Chegara à cidade como orientador do jornal da FNLA, que adaptaria à guerra angolana um dos mais conhecidos slogans da ditadura brasileira: "Angola, ame-a ou deixe-a".[54] O

chefe de uma força-tarefa da Central Intelligence Agency, John Stockwell, encontrou brasileiros em Ambriz, no quartel-general da FNLA. Dois eram mercenários. O terceiro fardava-se como major do Exército.[55] Havia também *Falstaff*, um jornalista que, segundo Stockwell, estivera na folha de pagamento da CIA.[56]

Os Estados Unidos tinham todas as razões para supor que o Brasil acompanharia sua política em Angola. Chegaram a mandar um emissário a Brasília, solicitando algum tipo de cooperação militar. Queriam sargentos negros, pois tinham a virtude de falar português. Geisel recusou o pedido.[57] Stockwell recordou esses dias:

> O que o Brasil estava nos dizendo, essencialmente, era que simpatizava com o nosso programa, com a FNLA e com a nossa solução para Angola. Ao mesmo tempo, o cônsul-geral brasileiro em Luanda era claramente favorável ao MPLA e nós — a CIA — estávamos pressionando o governo brasileiro e o Departamento de Estado para que pressionassem o cônsul brasileiro ou o retirassem, colocando alguém que cooperasse conosco.[58]

Ovídio convencera-se de que a FNLA era uma maquinação americana e a Unita, um condomínio de sul-africanos com portugueses salazaristas. Defendera o reconhecimento do MPLA, cujo predomínio testemunhava. Era isso ou "tirar o time de campo", em memorável vexame. Advertia que faltava espaço para astúcias. Em Moçambique tentara-se manter o consulado aberto, sem formalizar o reconhecimento do novo governo, e o resultado fora a expulsão do encarregado de negócios.[59]

Não se sabe a data precisa, nem o percurso, das pressões americanas pela retirada de Ovídio. Dificilmente elas aconteceram antes da primeira quinzena de julho de 1975, pois até então o Departamento de Estado não se lançara abertamente na política concebida por Kissinger. No final de agosto,

numa rápida passagem por Luanda, Zappa quisera fechar o consulado e sair daquela briga. Numa discussão que avançou pela madrugada, Ovídio insistiu em permanecer.[60] Viajou em seguida para Brasília em busca de instruções, mas vagou por duas semanas pelo Itamaraty, sem que Silveira o recebesse. Quando o fez, de pé, limitou-se a dizer-lhe: “Vai chover em Angola”.[61]

A ação dos Estados Unidos na encrenca angolana provinha de dois impulsos: uma antiga ligação com o general Mobutu, ditador do Zaire, e a recente oportunidade de bater os soviéticos juntando as forças da FNLA às da Unita. Kissinger seguiu esse curso contrariando o parecer dos africanistas do Departamento de Estado e até mesmo a visão da chefe da estação da CIA em Luanda.[62] O governo americano entregou 14 milhões de dólares em armas e dinheiro às duas organizações, esperando que capturassem a capital antes do dia marcado para a independência.[63] A FNLA tentou, mas sua ofensiva parou a 24 quilômetros da cidade. Por volta de agosto passara pelo Brasil e pela rede de amizades de Carlos Lacerda a poética figura de Dominique de Roux, editor de Ezra Pound em Paris. Trazia consigo a ideia do apoio brasileiro à aliança anti-MPLA.[64] O plano havia engordado. Desde julho a África do Sul fustigava a fronteira angolana, armando e treinando a Unita. Tropas sul-africanas tinham entrado em Angola sob o pretexto de garantir a segurança da hidrelétrica de Cunene, um projeto binacional financiado pelo governo de Pretória.[65]

Em outubro, De Roux sabia que a FNLA e a Unita tentariam novamente a tomada de Luanda. Uma tropa viria do norte e a outra, do sul. Capturariam a cidade antes do dia 11 de novembro.[66]

Parecia fácil. O Zaire hospedava a FNLA e pusera 1.200 homens em Angola.[67] A África do Sul associara-se à Unita. Pela lógica, o MPLA estava frito. Era o mais fraco dos três movimentos e juntava contra si não só os dois outros, mas todos os países vizinhos. Da Zâmbia obtinha pouco além da passagem inocente para os comboios de tropas. Contava com o apoio

russo, mas era difícil entender como Moscou poderia suprir regularmente um aliado tão distante. Havia recebido a promessa de ajuda cubana, mas o internacionalismo castrista vagara de discursos a fracassos. Ademais, Luanda ficava a 10 mil quilômetros de Havana.

Em outubro de 1975 deu-se em Angola uma das grandes surpresas da política mundial. No dia 14, uma coluna blindada sul-africana, composta de ex-oficiais do Exército português e mil angolanos, invadiu a colônia pelo sudeste. Seu codinome era *Zulu*. Uma semana depois, 1.500 soldados sul-africanos, apoiados por helicópteros de combate, entraram pelo sul.[68] Avançavam setenta quilômetros por dia.[69]

Uma semana antes do vencimento da promissória de independência angolana, a CIA informava:

> As armas dos nossos programas foram uma peça-chave, bem como a participação de pequenas unidades de combate do Zaire e, depois, do exército sul-africano. O MPLA controla a capital, mas só seis das quinze capitais de províncias. O MPLA perdeu a oportunidade de conseguir uma vitória rápida, e a FNLA e a Unita sustentaram seu pleito de participar do governo de Angola que substituirá o regime português. O objetivo imediato das operações clandestinas dos Estados Unidos foi atingido.[70]

Cercado, o MPLA chegou a considerar a possibilidade de abandonar Luanda, mas ainda lhe restava a última carta.[71] Chamava-se Fidel Castro.

O *Comandante* tinha planos em Angola. Em maio a CIA detectara a chegada ao país de um pequeno contingente de tropas cubanas.[72] Em meados de agosto começara-se a planejar em Havana uma operação de grande envergadura para desembarcar no além-mar.[73] Os veteranos da Sierra Maestra estavam de volta. Victor Schueg Colás, o *Ziwa*, que em 1965, aos 29 anos, fizera a humilhante travessia do lago Tanganica ao lado

do Che, passara por Luanda em julho e retornara em setembro, como chefe do estado-maior cubano.[74]

Como observa Fernando Andresen Guimarães, metódico e competente analista do episódio, “o calendário da intervenção cubana e sul-africana tornou-se um dos aspectos mais disputados da guerra civil angolana”.[75] Quem chegou primeiro? A melhor resposta parece ser simples: todos. O que diferenciou as diversas intervenções estrangeiras foi a determinação de cada uma. A maior foi a cubana.

Fica a impressão de que as aventuras latino-americanas levaram Fidel a sonhar, aos 48 anos, com uma guerra de verdade. Sem dúvida ele se preparou para ela. Na estimativa conservadora, em agosto havia 230 conselheiros militares cubanos em Angola.[76] Em duas semanas, a partir de 31 de outubro (dezessete dias depois da invasão sul-africana), a União Soviética mandou vinte aviões-cargueiros para Brazzaville e Luanda. Entregaram cerca de duzentos veículos blindados, entre os quais algo como cinquenta tanques, lançadores de foguetes, artilharia pesada e mais de 20 mil rifles.[77] Não se sabe quantos soldados de Fidel havia em Angola antes do dia 11 de novembro. Talvez só os 230 da primeira leva. Talvez 1.500.[78] É certo que no dia 3 de novembro eles combateram, sem sucesso, a coluna invasora nas proximidades de Benguela.[79] A presença cubana foi denunciada na segunda quinzena de outubro por jornais franceses.[80] Embora inesperada, a expedição castrista não tinha o tamanho da invasão sul-africana.

Em 1975 deu-se em Angola uma das grandes excentricidades da política mundial. Fidel Castro surpreendeu americanos e russos, botando seus soldados para brigar junto com os combatentes do MPLA de Agostinho Neto (também no cartaz), um médico que nunca tinha segurado uma arma. Aos 48 anos, *El Comandante* sonhava com uma guerra. No final do ano havia 5 mil expedicionários cubanos na África.

À coluna de blindados *Zulu*, Fidel respondeu com a *Operação Carlota*. Armou uma ponte aérea, cujo primeiro avião decolou de Havana no dia 7 de novembro. Em uma semana desembarcou em Luanda 650 combatentes do batalhão de elite do Ministério do Interior.[81] Seus aviões viram-se proibidos de pousar em Barbados para se reabastecer. Tentaram parar em Georgetown, mas lá a Texaco não lhes vendia combustível. Acabaram fazendo voos temerários, indo de Havana a Cabo Verde, aonde chegavam com os tanques praticamente vazios.[82] A preocupação de Fidel Castro concentrara-se na imediata defesa das instalações petrolíferas (americanas) do litoral de Cabinda, um pequeno enclave em terras do Zaire, a poucos quilômetros da fronteira entre os dois países. Ele armou o MPLA local com instrutores, mísseis e blindados.[83] O *Comandante* passou a ter dois expedientes. Um, caribenho, ia até o início da tarde. Daí em diante tornava-

se um combatente africano.[84] O estado-maior expedicionário tinha ordens de enviar-lhe dois relatórios por dia, mesmo que fosse para comunicar que nada havia de novo.[85] "Não havia ponto no mapa de Angola que ele não identificasse, nem acidente geográfico que não tivesse memorizado. (…) Ele falava das cidades, dos costumes e do povo de Angola como se tivesse passado a vida por lá", lembraria o seu amigo Gabriel García Márquez.[86] Diferentemente do que acontecera em todas as outras internacionalizações dos conflitos militares africanos, dessa vez um país socialista estava mandando combatentes. Foi Fidel quem arrastou a União Soviética para a guerra, e não o contrário. Os aviões russos decolaram de Havana sem que Moscou soubesse.[87]

Certos de que a entrada de suas tropas em Luanda significaria um contrassenso político, os sul-africanos pararam a marcha, esperando que a FNLA, vinda do norte, tomasse a capital. Aquartelada a quinze quilômetros da cidade, a tropa de Holden Roberto jogou-se num audacioso ataque. A coluna desintegrou-se diante de baterias cubanas que operavam lança-foguetes soviéticos, os chamados "órgãos de Stalin".[88]

Quem mandava em Angola, não se sabia, mas o MPLA mandava em Luanda. Estava combinado que à meia-noite de 10 de novembro os portugueses arriariam sua bandeira e, cinco séculos depois da chegada das caravelas, tomariam o caminho de volta. Aos poucos, todos os consulados estrangeiros fecharam suas portas. O francês deixou apenas o adido comercial que vendera os vinhos para a festa da independência.[89] Essa debandada, associada ao tom da imprensa mundial, sinalizava o desejo de não reconhecer o MPLA. Pressupunha que Angola se transformaria num campo de batalha, até que surgisse um vencedor.[90] No Brasil, *O Estado de S. Paulo* advertia: "É evidente que o Kremlin está interessado em criar, em breve, um fato consumado em Angola".[91]

Dez quilos mais magro, Ovídio de Melo continuou em Luanda. Não tinha comida nem cigarros. A Varig acabara de fechar seu escritório na

cidade, deixando-o sem notícias do Brasil. Ele se informava ouvindo a BBC. Desde janeiro, quando chegara, reunira-se com todos os chefes de facções, vendera fardamentos ao MPLA e à Unita. Fora mantido ao largo das pressões americanas. Nunca soubera do pedido de sargentos negros. Também não tivera notícia da presença de *Falstaff* na periferia do estado-maior da FNLA. Estava pronto para sair de Luanda. Já queimara os arquivos do consulado.[92] No dia 9 de novembro, recebeu um telegrama do Itamaraty autorizando-o a apresentar-se ao novo governo, no primeiro minuto do dia 11. Alguém poderia chegar junto, ninguém antes.

A República Popular de Angola foi proclamada numa praça, e Agostinho Neto empossou-se na sua presidência. Ovídio de Melo era um dos poucos chefes de missão estrangeira em Luanda. Os diplomatas acreditados junto ao regime colonial haviam partido, e o avião que decolara de Lisboa no início da tarde, trazendo as delegações de países socialistas, regressara por falta de condições de pouso. O motorista do cônsul, que esperara um passageiro no aeroporto, apavorou-se no caminho de volta à cidade. Cruzou com um comboio de tropas e convenceu-se de que os sul-africanos haviam desembarcado em Luanda. Era a *Carlota*.[93]

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a nova república antes mesmo do bloco socialista. Nenhuma grande nação ocidental, nem sequer africana, acompanhou o gesto. Numa conversa com Silveira, Zappa dissera que aquele fora o maior feito da diplomacia brasileira nos últimos trinta anos.[94] [*Veja o documento*]

A decisão de reconhecer o governo de Agostinho Neto fora tomada por Geisel no dia 6. Nesse mesmo dia a cabeça de Ovídio começara a descolar do pescoço.[95] Seria transferido por conta dos ressentimentos provocados pela tenacidade com que defendera sua posição dentro da burocracia do Itamaraty. Por enquanto, só isso, porque o pior estava por vir.

Geisel aceitara o argumento do Itamaraty de que, havendo um cônsul-geral em Luanda, não reconhecer a nova república seria um ato de

hostilidade. Tratava-se, na essência, de capitalizar ou não a política que se concebera para a África. Se o cônsul tivesse partido uma semana antes da proclamação da República Popular, o Brasil teria se comportado como as demais nações ocidentais. Ficando em Luanda, assumia uma posição de independência, sobretudo em relação aos Estados Unidos. Sair depois de ter ficado seria acovardar-se ou, na melhor das hipóteses, admitir um erro.

O etnocentrismo do Estado brasileiro deformara a sua posição na África. A aproximação com os movimentos nativos que passariam a governar o ultramar português parecia um ato de generosidade. Vista da África, era uma incerta correção de rumo de uma diplomacia colonialista fracassada. Os dirigentes dos movimentos vitoriosos queriam cobrar ao Brasil a frustração que ele lhes impusera ao aliar-se, desnecessariamente, aos portugueses. Em fevereiro, numa carta protocolar a Geisel, Agostinho Neto lembrara que Angola estava a um passo da independência "conquistada ao longo duma dura luta armada contra o regime colonialista e fascista português e seus aliados".[96]

Três tentativas de aproximação com os moçambicanos, feitas em 1974, resultaram em nada.[97] Numa delas, Samora Machel dissera a Zappa que saudava a nova posição do Itamaraty mas se sentia obrigado a registrar a natureza tardia do gesto.[98] Duas outras, do próprio Ovídio, tiveram o mesmo desfecho. Numa, o Itamaraty solicitara que o governo dos guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) lhe mandasse uma lista dos produtos e equipamentos de que necessitava. Bastaria pedir, e o governo brasileiro veria em que podia ajudar. Marcelino dos Santos, ministro das Relações Exteriores, recusou-se a fornecer listas, informando que esse hábito se acabara. Num segundo encontro o Itamaraty trazia dois agrados: queria estabelecer uma missão especial junto à Frelimo antes das cerimônias da independência e oferecia a visita de uma delegação da Escola Superior de Guerra, que cancelara a passagem pela África do Sul e gostaria de visitar Moçambique. Dessa vez, Marcelino foi mais claro.

Recordou que o Brasil também vivera como colônia portuguesa e que Tomás Antônio Gonzaga, por ter lutado pela liberdade de seu país, morrera desterrado em Moçambique. Ovídio lembraria que ele falou devagar, escandindo as sílabas: “As mentes e os corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra, depois de verem durante todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal — não estavam acostumados a considerar o Brasil como um país amigo”.[99]

Não aceitava a visita da ESG, muito menos a missão especial. Em 1963, com permissão do presidente João Goulart, a Frelimo abrira um escritório no Rio. Deposto o governo, os militares a tinham varejado, e seus funcionários foram presos e espancados. Viram-se ameaçados de expulsão para Portugal, onde seriam entregues à polícia política. Isso só não acontecera graças à intercessão do presidente do Senegal, Léopold Senghor.[100]

Machel não convidou o governo brasileiro para as cerimônias da independência e, para deixar as coisas mais claras, recebeu com honras o ex-governador pernambucano Miguel Arraes, que vivia exilado na Argélia. A malquerença do governo de Moçambique haveria de durar. Em junho de 1977 o presidente Samora Machel receberia em Maputo o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, que viajava com passaporte cubano.[101]

No dia da independência de Angola, Ivony Melo, mulher de Ovídio, testemunhara o tamanho do contencioso africano com o Brasil. Chegara a uma cerimônia e soubera que ficaria ao lado da viúva de Amílcar Cabral, o chefe do movimento pela libertação da Guiné-Bissau, assassinado a tiros na porta de sua casa, em 1973. Quando a senhora percebeu que teria a companhia da mulher do representante brasileiro, levantou-se, praguejou e foi embora: “Odeio essa gente”.[102]

Agostinho Neto mal começara a governar e o secretário de Estado Henry Kissinger denunciou-o como um títere dos soviéticos, sustentado

pelas armas de Fidel Castro. Apesar de a presença de cubanos em Angola ter sido exposta por Savimbi e pela imprensa europeia, essa carta não fora levada em conta no processo de decisão de Geisel. O Itamaraty não dera importância às denúncias, e Ovídio não vira cubanos em Luanda.[103] A partir da independência, a intervenção tornara-se ostensiva. No final de novembro havia 5 mil expedicionários de Fidel em Angola.[104] Uma coisa era a ditadura brasileira reconhecer o MPLA, a despeito da oposição americana e do apoio soviético. Outra, associar-se a um governo que se mantinha no poder com a ajuda dos legionários de Havana.

O Estado de S. Paulo atacou a posição brasileira. Chamando-a de "antinacional", acusou-a de ter significado "um voto a favor de Cuba", contra os Estados Unidos, a "cujos valores e objetivos maiores a Revolução de 1964 deu adesão básica". Num raciocínio geopolítico, vislumbrou a possibilidade do estabelecimento de bases navais soviéticas no Atlântico Sul, deixando o Brasil "ao alcance de aviões de longo raio de ação e de foguetes que os russos, sem dúvida alguma, instalarão nas bases aéreas de Angola".[105]

Da forte oposição dos generais brasileiros ao gesto de Geisel sobreviveram suas memórias, críticas anônimas e uma, pública, revelada mais tarde pelo general Frota, quando se queixou do "reconhecimento precipitado do governo comunista de Angola, só explicável pela ânsia ideológica de prestigiá-lo".[106] Um panfleto viria a dizer que o presidente, iludido na sua "ingenuidade teutônica de colonão crente", estava desprestigiando os "órgãos de segurança" ao mesmo tempo que reconhecia um governo comunista em Angola, entregando equipamentos e treinando suas "hordas vermelhas".[107]

Vivia-se um paradoxo. Quanto mais forte o MPLA ficasse, maior a maldição do apoio cubano. Quanto mais fraco, maior a prova de que reconhecê-lo fora um erro.

Silveira, preocupado, mandou Zappa reunir-se com oficiais da Comunidade de Informações e sugeriu a Ovídio que se mantivesse em casa, evitando contatos com o governo junto ao qual estava acreditado.[108] Geisel recusou-se a assinar o decreto que criava a embaixada do Brasil em Angola.[109] Sem notícias do tamanho da crise em que se metera, e sem saber que o Planalto já discutia o nome de seu substituto, Ovídio enfureceu-se.[110] Não admitiu ficar trancado em casa. Um telegrama do dia 20 de novembro confirma sua zanga. Classificava a coluna *Zulu* como uma "aventura" resultante de uma "associação espúria com Pides e brancos mercenários de toda espécie", verdadeiro "exército de Brancaleone". Negava-lhe eficácia e dava combate discutindo a essência do problema:

> Não terão certos governantes aprendido pelo menos alguma coisa no processo de descolonização que vai pelo mundo? No desespero que tem pela sobrevivência do seu regime de *apartheid*, a África do Sul parece disposta a qualquer loucura, mesmo que isso apresse seu fim. Da mesma forma agem os colonialistas portugueses que agora pretendem retomar a colônia. Mas que outros países mais responsáveis sejam levados de roldão, na defesa dos interesses da África do Sul, ou dos ultras portugueses, é incompreensível. (...)[111]

Nesse mesmo telegrama o diplomata assinou sua sentença de morte. Minimizou a presença soviética, dizendo que havia onze russos no hotel Trópico, e ridicularizou a cubana, dizendo que ela não fora notada "nem pelos boateiros portugueses".[112] Um mês depois, com uma vara de pescar na bagagem, embarcou para Lisboa. No texto do seu telegrama o general Figueiredo anotou: "É de lascar!".[113] [*Veja o documento*]

Brasília empacotara os personagens do conflito angolano na moldura dos grandes esquemas da política mundial, transferindo para suas terras conceitos estratégicos e ideológicos que não existiam naquele canto

africano. Numa ditadura que militava na Guerra Fria, não fazia sentido o governo brasileiro apoiar o MPLA, a menos que as coisas de Angola fossem diversas, por primitivas ou, mesmo, por simples.

Eram. Um general cubano viu-se interceptado numa estrada por um grupo de angolanos, e um deles se acercou, apontando-lhe uma flecha. Queria um "sheruto".[114] Dominique de Roux queixava-se de que o vice-ministro das Relações Exteriores da Unita telefonava para ele em Paris, procurando pelo seu chefe, quando ambos estavam hospedados no mesmo hotel de Lusaka.[115] Os Estados Unidos armavam a FNLA, mas a Gulf Oil, estabelecida em Cabinda, colaborava com o MPLA.[116] Fidel lutava contra o imperialismo, mas recomendava aos seus expedicionários que não interferissem no trabalho dos americanos dos poços de petróleo.[117] Um Estado socialista na costa atlântica e as bases navais soviéticas eram fantasias de outro mundo, pernósticos e inúteis exercícios geopolíticos.[118]

Aquilo que parecera um decisivo envolvimento americano para conter russos e cubanos revelara-se uma aventura. Kissinger não tinha a menor ideia do que acontecia na África. Desprezara os africanistas do Departamento de Estado e acreditara numa lorota de Kenneth Kaunda. Deixara-se influenciar pela repercussão de uma vitória do MPLA sobre os conservadores, de quem Ford precisava para a eleição de novembro. Provocara a demissão do secretário de Estado assistente e não tinha a quem delegar o serviço. Tudo isso, mais falta de tempo. Passara quase todo o mês de agosto voando pelo Oriente Médio e em outubro fora à China.[119]

A trapalhada começou a acabar no dia 2 de dezembro, quando se arquivou a ideia de remeter conselheiros militares a Angola, escalando o conflito.[120] Explodiu em seguida. O *New York Times* publicou uma reportagem expondo a extensão do apoio da CIA à FNLA e à Unita.[121] A aventura custara 32 milhões de dólares.[122] A revelação acordou o fantasma do desastre vietnamita, no qual os americanos tinham entrado trinta anos

antes com um punhado de conselheiros militares e saído havia poucos meses com 50 mil mortos.

Três dias depois da revelação, Azeredo da Silveira reuniu-se com Kissinger. O secretário de Estado reclamou da posição brasileira, e *Silveirinha* rebateu, dizendo-lhe que os americanos não tinham informado ao Brasil que havia cubanos no MPLA, muito menos que "estavam tendo participação indireta no conflito desde julho", apoiando a FNLA. Xeque. Kissinger admitiu que houvera uma falha nas comunicações com o colega brasileiro.[123]

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger (no centro), reclamou da ação brasileira em Angola com Azeredo da Silveira (à direita). O chanceler respondeu que não lhe devia contas. À esquerda está o embaixador americano John Crimmins.

No dia 19 de dezembro, por 54 votos contra 22, o Senado dos Estados Unidos aprovou uma resolução proibindo que se botasse mais dinheiro no conflito angolano. Pouco depois percebeu-se que a expedição *Zulu*, mesmo tendo sido autorizada pelo primeiro-ministro sul-africano, fora

desencadeada sem o conhecimento de seu serviço diplomático.[124] Em fevereiro, reclamando do Congresso, Kissinger considerou “arquivada” a questão.[125]

A maior potência do mundo e a mais poderosa nação africana haviam se metido numa encrenca porque acreditaram que a disputa angolana, como todas as outras, deveria ser estudada dentro de uma construção geopolítica. As duas desprezaram a opinião de seus diplomatas. O Brasil, país governado por militares, evitara o erro graças à audácia de dois funcionários do Itamaraty (Ovídio e Zappa), à tenacidade de Azeredo da Silveira e à mistura de teimosia e antiamericanismo de Geisel.

Se o Acordo Nuclear foi uma coisa que pareceu certa e terminou dando errado, a política africana pareceu errada e acabou certa. O MPLA manteve-se no poder. A Organização da Unidade Africana reconheceu o governo de Agostinho Neto em fevereiro de 1976. O presidente da nova nação morreu em 1979 e foi substituído por seu primeiro-ministro, José Eduardo dos Santos, que em 2013 continuava no cargo. Isabel, sua filha, tornou-se a mulher mais rica da África, com uma fortuna estimada em 2 bilhões de dólares, e o Brasil, um dos maiores parceiros comerciais de Angola, com investimentos e obras da Petrobras e de grandes empreiteiras.[126]

A ditadura militar, cuja máquina de repressão política tivera por norma executar todos os brasileiros que viessem das centrais cubanas de treinamento guerrilheiro, deu em Angola um ousado e solitário passo diplomático. Sem saber, aliara-se à mais bem-sucedida operação militar do castrismo depois da derrubada do general Fulgencio Batista.* Pelo menos dois comandantes cubanos em Angola haviam circulado clandestinamente pelo Brasil durante a fase foquista de Fidel Castro. Raúl Menéndez Tomassevich passara pelo Rio a caminho de Paris, fugindo de uma guerrilha fracassada na Venezuela. Era o chefe da missão militar cubana em Luanda.[127] O outro, *Pombo*, entrara em Havana no carro do Che, estivera

com ele no Congo e passara por São Paulo, a caminho da Bolívia, preparando a guerrilha que terminaria no combate de Quebrada del Yuro, onde o Che foi capturado e ele conseguiu escapar.[128] Em Luanda havia mais que cubanos. Lá trabalhavam, como humildes colaboradores do novo governo, Chizuo Osava, o *Mário Japa*, que provocara o sequestro do cônsul japonês em São Paulo, em 1970, e sua mulher, Maria do Carmo Brito, a *Lia* da VPR, amiga e colaboradora próxima de Carlos Lamarca.[129] Ao contrário do que sucederia com o programa nuclear, Geisel sempre teve orgulho do que seu governo fez em Angola.[130]

Um dos maiores êxitos diplomáticos da história do Brasil acabou festejado na teoria, porém amaldiçoado na prática. Italo Zappa tornou-se o único de sua espécie a jamais receber a Ordem do Mérito Militar. Deixou o Itamaraty, em 1995, sem ter servido como embaixador num país onde pudesse comprar creme de barbear no comércio local.* Ovídio de Melo foi desterrado para a Tailândia, onde ficou por seis anos, e de lá para a Jamaica. Mesmo estando no topo do quadro de acesso para a promoção ao posto de ministro de primeira classe, tomou noventa caronas. Foi promovido em 1985, aos sessenta anos, depois do restabelecimento do poder civil.

Zappa morreu em 1997. Sua última arte foi quebrar uma vida de silêncio para condenar a transformação da política externa brasileira num departamento de vendas e o Itamaraty numa agência de relações-públicas das empresas exportadoras. Ovídio viveu o suficiente para ler as memórias de Henry Kissinger, publicadas em 1999.

Primeiro a respeito da sua geração: “Os diplomatas brasileiros perseguem os objetivos quase no anonimato, com tanta tenacidade e charme, que seus interlocutores correm sempre o risco de ser induzidos a esquecer que estão diante de uma dura e paciente busca de interesse nacional”.

Depois, a respeito da época em que ele e Zappa se meteram no caminho da política externa americana: “Considerando a maneira como tudo acabou,

perguntei-me várias vezes — mais recentemente, quando escrevia estas páginas — se devíamos mesmo ter tomado aquela iniciativa. (...) O erro básico não esteve na decisão de tentar impedir que os comunistas tomassem o poder em Angola, mas na forma como pusemos tal política em prática”.[131]

1 Para uma minuciosa análise do Acordo Nuclear e de sua negociação, Norman Gall, “Atoms for Brazil, dangers for all”, *Foreign Policy* (23) e *Bulletin of the Atomic Scientists*, junho de 1976, tradução brasileira nas edições de 13 (pp. 96-7) e 20 de junho de 1976 (pp. 80-1) de *O Estado de S. Paulo*. Para a visita dos físicos, *O Globo* de 4 de fevereiro de 1969, p. 5. Para a usina, transmissão da Rádio Nacional de 11 de fevereiro de 1969.

2 Luiz Pinguelli Rosa, Fernando de Souza Barros e Suzana Ribeiro Barreiros, *A política nuclear no Brasil*, pp. 16-7. Armando Falcão, *Geisel*, p. 198.

3 Tania Malheiros, *Brasil, a bomba oculta*, p. 29.

4 Para a frase, *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de setembro de 1973.

5 Armando Falcão, *Geisel*, p. 199, diz nove. Dwight Porter, diretor de assuntos internacionais da Westinghouse, em *Nonproliferation issues*, p. 130, diz oito.

6 *Nonproliferation issues*, depoimento de Dwight Porter, p. 125.

7 Para o mês, idem. Para a cifra, Armando Falcão, *Geisel*, p. 200.

8 Maço de dezoito folhas intitulado *Minuta — Subsídios para Reunião do Alto-Comando*, carimbado “secreto” e anotado por Heitor Ferreira: “Proposta do Gabinete Militar”. APGCS/HF.

9 Maço de quarenta folhas, com a transcrição da fala de Geisel na reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, de 10 de junho de 1974. APGCS/HF.

10 *Nonproliferation issues*, depoimento de Dwight Porter, p. 125.

11 II PND, p. 96.

12 Treze folhas, com a proposta do Gabinete Militar para a fala de Geisel na 2ª reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, anotadas por Heitor Ferreira: “Do Hugo, ± 10 Jan 75”. APGCS/HF.

13 Duncan Burn, *Nuclear power and the energy crisis*, pp. 25 e 82-3.

14 Idem, pp. 25-8. Ver também Christian Lohbauer, *Brasil Alemanha 1964-1999*, pp. 64-71.

15 *Die Zeit*, 20 de junho de 1975, citado em Kurt Rudolf Mirow, *A loucura nuclear*, p. 28.

16 *Nonproliferation issues*, depoimento de Dwight Porter, p. 133, e Christian Lohbauer, *Brasil Alemanha 1964-1999*, p. 67.

17 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de janeiro e 19 de fevereiro de 1975.

18 Robert Gillette, “Nuclear exports: a US firm’s troublesome flirtation with Brazil”, revista *Science*, citado em *Nonproliferation issues*, pp. 180-3.

19 Idem, p. 182.

20 Para a Bechtel, idem, pp. 180-3. Para o pedido de adiamento, depoimento de George S. Vest, do Departamento de Estado, em *Nonproliferation issues*, p. 175.

21 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 22 de maio de 1975. APGCS/HF.

22 2ª reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, de junho de 1975. APGCS/HF.

23 Nota de três folhas, sem data nem timbre, anotada por Geisel: "Lido pelo Emb EU para o Silveira, em audiência". APGCS/HF. A nota é de 17 de junho de 1975.

24 Norman Gall, "Atoms for Brazil, dangers for all", *Foreign Policy* (23) e *Bulletin of the Atomic Scientists*, junho de 1976, tradução brasileira nas edições de 13 (pp. 96-7) e 20 de junho de 1976 (pp. 80-1) de *O Estado de S. Paulo*.

25 Memorando da conversa de Kissinger com Gromyko, 11 de julho de 1975, em William Burr, *The Kissinger transcripts*, pp. 363-4.

26 Luiz Pinguelli Rosa, Fernando de Souza Barros e Suzana Ribeiro Barreiros, *A política nuclear no Brasil*, p. 52.

27 Nota manuscrita de Geisel, de 30 de junho de 1975. AA.

28 *Manchete*, 19 de julho de 1975, citado em Armando Falcão, *Geisel*, p. 207.

29 Sebastião C. Velasco e Cruz, *O presente como história*, p. 72.

30 Para a declaração de Geisel, Tania Malheiros, *Brasil, a bomba oculta*, p. 58.

31 Anotação de Geisel na carta que recebeu de Shigeaki Ueki, de 16 de julho de 1975. APGCS/HF.

32 Delfim Netto, julho de 1998.

33 B. R. Mitchell, *International historical statistics*, p. 413. Tomando-se o índice 100 para 1963, a produção industrial de 1973 ficou em 170, a de 1974 em 167 e a de 1975 em 158.

34 Christian Lohbauer, *Brasil Alemanha 1964-1999*, pp. 69-70.

35 Luiz Pinguelli Rosa, *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*, p. 41. A capacidade instalada em 2002 era de 82,5 mil megawatts, *Ministério de Minas e Energia*, "Balanço Energético Nacional 2003", <http://www.mme.gov.br>.

36 Luiz Pinguelli Rosa, *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*, pp. 33 e 42.

37 Dez folhas, encaminhadas por Silveira a Geisel em fevereiro de 1973. APGCS/HF. O outro nome listado era o do ministro Paulo Cotrim.

* A piada foi inventada pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro.

38 Telegrama de Sergio Corrêa da Costa, embaixador em Londres, ao Itamaraty, de 24 de maio de 1974. APGCS/HF.

39 Inge Tvedten, *Angola*, pp. 82-3. Para o café, Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 20.

40 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 48.

41 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 99-100.

42 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 100.

43 John Stockwell, *In search of enemies*, p. 54. Em janeiro a CIA deu à FNLA 265 mil dólares. Para os 300 mil dólares, Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 795.

44 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 159.
45 Idem, p. 131. Para o dinheiro português, Piero Gleijeses, *Conflicting missions*, p. 239.
46 Ovídio de Melo, dezembro de 1975.
47 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, pp. 35-6 e 39-40. AA.
48 Carta do general Antônio de Spínola a Geisel, de 26 de março de 1975. APGCS/HF.
49 *O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1975, p. 7.
50 Idem.
51 Cartão do secretário-geral do Itamaraty, Ramiro Guerreiro, a Geisel, acompanhando um telegrama do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, de 4 de fevereiro de 1975. APGCS/HF.
52 Segundo Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 795-7, Kaunda dizia falar em seu nome e nos de Julius Nyerere (Tanzânia), Joseph Mobutu (Zaire) e Samora Machel (Moçambique). Kissinger mesmo reconhece que Kaunda forçou a mão (p. 798).
53 Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 805. A resposta é de Sheldon Vance.
54 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, p. 37. AA.
55 Entrevista de John Stockwell a José Antonio Nascimento Brito, "O espião desiludido", *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1978, Caderno Especial, p. 3. Stockwell esclareceu que em nenhum momento esse brasileiro fardado se declarou oficial do Exército. O embaixador Ovídio de Melo disse ao autor, em dezembro de 1998, que durante sua permanência em Angola nunca soube da presença de oficiais junto às tropas da FNLA. A presença desse major está registrada em John Stockwell, *In search of enemies*, p. 126. Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 813, informa que a CIA recrutou mercenários no Brasil, em Portugal e em alguns países africanos.
56 John Stockwell, *In search of enemies*, p. 121. *Falstaff* nunca foi identificado.
57 Entrevista de John Stockwell a José Antonio Nascimento Brito, "O espião desiludido", *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1978, Caderno Especial, p. 3. Ernesto Geisel, abril de 1995.
58 Entrevista de John Stockwell a José Antonio Nascimento Brito, "O espião desiludido", *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1978, Caderno Especial, p. 3.
59 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, pp. 50-1. AA.
60 Idem, p. 45.
61 Ovídio de Melo, janeiro de 1999.
62 Entre 1975 e 1974 Kissinger teve quatro diferentes secretários de Estado assistentes para a África. Dois deles foram afastados porque denunciavam sua política. Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, pp. 129-30. Para a chefe da estação da CIA, John Stockwell, *In search of enemies*, p. 67.
63 Para a cifra, Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 144.
64 Dominique de Roux, agosto de 1975.
65 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 109.
66 Dominique de Roux, outubro de 1975.
67 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 105.

68 Idem, p. 110.
69 Discurso de Fidel Castro, 7 de junho de 1976, <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1976/19760607.html>.
70 Relatório da CIA ao Comitê dos 40, de 5 de novembro de 1976, em Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 814-5. Segundo Kissinger (p. 820), a África do Sul não informou aos Estados Unidos que invadiria Angola. No dia 31 de outubro a CIA acreditava que a coluna *Zulu* envolvia apenas cem ou 150 conselheiros sul-africanos, anexos às tropas de Savimbi.
71 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 110.
72 Robert M. Gates, *From the shadows*, p. 66.
73 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 144.
74 Depoimento do general Victor Schueg Colás, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 206.
75 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 143.
76 Idem, p. 145.
77 Relatório da CIA, de 18 de novembro de 1974, em Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 815.
78 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 146.
79 Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 227.
80 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 146.
81 Idem, p. 147.
82 Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, pp. 227-8.
83 Para a preocupação de Fidel com Cabinda, ver o depoimento do general Ramón Espinosa Martín, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 522. Ver também Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 228.
84 Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 229.
85 Depoimento do general Rogelio Acevedo González, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 366.
86 Citado em Leycester Coltman, *The real Fidel Castro*, pp. 242-3.
87 Anatoly Dobrynin, *In confidence*, p. 362. Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 816-7, com o testemunho de Georgy Korniyenko, vice-ministro das Relações Exteriores soviético. Fidel contou ao primeiro-ministro jamaicano, Michael Manley, que agiu em segredo e, com isso, enfureceu os russos. Leycester Coltman, *The real Fidel Castro*, p. 243.
88 Depoimento do general Alvaro López Miera, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 41. Ver também Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 112.
89 Ovídio de Melo, dezembro de 1998.
90 *The Economist*, em *O Estado de S. Paulo* de 2 de novembro de 1975, p. 2.
91 *O Estado de S. Paulo*, 7 de novembro de 1975, p. 3.
92 Ovídio de Melo, janeiro de 1999.
93 Idem, dezembro de 1998.
94 Cartão do embaixador Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de 6 de novembro de 1975. APGCS/HF.
95 Idem.

96 Carta de Agostinho Neto a Geisel, de 7 de fevereiro de 1975. APGCS/HF.

97 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, p. 11. AA.

98 Italo Zappa, 1976.

99 Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, p. 26. AA.

100 Idem, p. 28.

101 *Informação nº 1.225*, do CIE, em Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp. 375-9.

102 Ovídio de Melo, janeiro de 1999.

103 Documentadamente, por fontes cubanas, em setembro Victor Schueg Colás tornara-se chefe do estado-maior expedicionário em Luanda (Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 206). No final de outubro estava em Angola o general Leopoldo Cintra Frias, o *Polo* (idem, p. 556). Fontes documentais do MPLA reconhecem que em agosto já estavam em Angola os conselheiros militares comandados pelo general Raúl Díaz Argüelles (Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 145).

104 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 147.

105 *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1975, p. 3.

106 *Nota para a Imprensa*, oito folhas datilografadas, rubricadas pelo general Sylvio Frota, de 12 de outubro de 1977. APGCS/HF.

107 Duas folhas de telex da Agência Rio do SNI, de 9 de março de 1976. APGCS/HF.

108 Italo Zappa, 1976, e carta de Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de 10 de dezembro de 1975. APGCS/HF.

109 Ovídio de Melo, dezembro de 1998.

110 Para o substituto, quatro folhas de Heitor Ferreira, de 10 de novembro de 1975. APGCS/HF.

111 Telegrama de Ovídio de Melo ao Itamaraty, de 20 de novembro de 1975. APGCS/HF. Quatro meses depois desse telegrama havia 36 mil soldados cubanos em Angola. Claudia Furiati, *Fidel Castro*, vol. 2, p. 230.

112 Telegrama de Ovídio de Melo ao Itamaraty, de 20 de novembro de 1975. APGCS/HF.

113 Anotação de Figueiredo no telegrama de Ovídio de Melo ao Itamaraty, de 20 de novembro de 1975. APGCS/HF.

114 Depoimento do general Alberto Colomé Ibarra, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 29.

115 Dominique de Roux, 1975.

116 Para a Gulf, depoimento do presidente da subsidiária de exploração da Gulf, Melvin Hill, em Walter Isaacson, *Kissinger*, p. 683.

117 Para as instruções cubanas, depoimento do general Ramón Espinosa Martín, em Luis Báez, *Secretos de generales*, p. 520.

118 George W. Ball, *Diplomacy for a crowded world*, p. 225.

119 Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 792, 807 e 811.

120 John Stockwell, *In search of enemies*, pp. 19-23.

121 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, p. 112.

122 Kenneth Maxwell, *The making of Portuguese democracy*, p. 144.

123 Duas folhas com telex secreto exclusivo de Azeredo da Silveira a Geisel sobre sua entrevista com Henry Kissinger, de 16 de dezembro de 1975. APGCS/HF. Esse encontro está narrado também em Kissinger, *Years of renewal*, p. 742.

124 Fernando Andresen Guimarães, *The origins of the Angolan Civil War*, pp. 195 e 129.

125 *Folha de S.Paulo*, 4 de fevereiro de 1976, p. 8. Para uma crítica da posição de Kissinger em Angola, George W. Ball, *Diplomacy for a crowded world*, pp. 217-25.

126 *Forbes*, 23 de janeiro de 2013, <http://www.forbes.com/sites/kerryadolan/2013/01/23/isabel-dos-santos-daughter-of-angolas-president-is-africas-first-woman-billionaire/>.

* Vinte anos depois, Geisel surpreendeu-se ao ouvir que seu maior êxito diplomático fora conseguido numa aliança com as armas de Fidel. A associação, nessa intensidade, nunca lhe ocorrera.

127 Depoimento do general Raúl Menéndez Tomassevich, em Luis Báez, *Secretos de generales*, pp. 123-4.

128 Depoimento do general Harry Villegas Tamayo, em Luis Báez, *Secretos de generales*, pp. 540, 543 e 546.

129 Martha Vianna, *Uma tempestade como a sua memória*, pp. 150-1.

130 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp. 364-5.

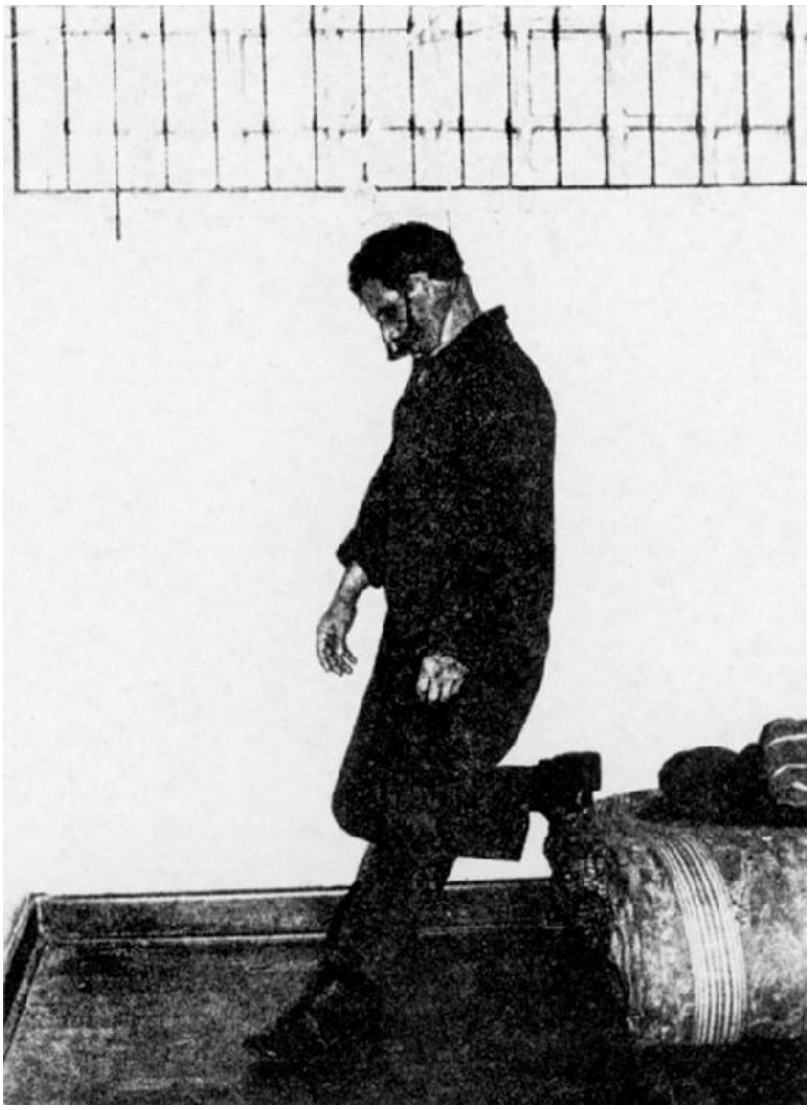
* Zappa foi embaixador em Maputo, Pequim, Havana e Ho Chi Minh.

131 Henry Kissinger, *Years of renewal*, pp. 738, 809 e 811.

Mataram o Vlado

Enquanto Golbery lutava pela vida em Barcelona, a ofensiva sobre o PCB chegara a um veio rico e inesperado. Descobrira-se uma base do Partidão dentro da Polícia Militar paulista. Ela estivera invicta desde sua montagem, em 1946. Funcionava sob as rígidas normas de segurança do Setor Mil, ligando-se diretamente a um representante pessoal do secretário-geral do PC. Segundo o CIE, conseguira infiltrar um sargento no DOI por dois anos. Na sua liquidação, prenderam-se 63 policiais. Entre eles, nove oficiais da ativa e doze da reserva.[1] Um tenente-coronel foi esmurrado por um sargento durante um interrogatório.[2]

O tenente reformado José Ferreira de Almeida, o *Piracaia*, tinha 64 anos e mais de vinte de militância. Foi preso no dia 7 de julho. No princípio de agosto, deitado num colchão da carceragem do DOI, despediu-se de um capitão: “Eu não aguento mais. (...) Vou morrer”.[3] Acareado com um cabo, pediu-lhe “pelo amor de Deus” que contasse o que sabia. “Deus está de férias, vá tomar no...”, corrigiu um dos interrogadores.[4] O II Exército informou que no dia 8 de agosto *Piracaia* se enforcara. Teria amarrado uma tira de pano à grade da cela, de forma que seu corpo pendeu com as pernas dobradas e os pés no chão.[5]



José Ferreira de Almeida, o *Piracaia*.

Segundo o SNI, *Piracaia* se matara “quando havia indícios de que iria nomear os prováveis contatos em outras áreas militares”.[6] Oficialmente, era o 36º preso a se suicidar dentro de uma prisão da ditadura, o 16º enforcado, sétimo a fazê-lo sem vão livre.[7] A morte do velho tenente e os relatos das torturas haviam chocado os oficiais da PM, reabrindo o conflito entre Paulo Egydio Martins e o general Ednardo D’Avila Mello. Diante da ameaça de um novo arrastão na tropa, o governador se recusara a entregar os policiais suspeitos ao DOI, exigindo que os interrogassem nos quartéis da

corporação. Apoiado pelo Planalto, prevalecera.[8] Era odiado no comando do II Exército. O CIE convencera-se de que tinha 29 subversivos em sua administração. Entre eles, dois eram secretários de governo (Planejamento e Gabinete Civil); nove seriam (ou teriam sido) militantes do PCB; e dois, da VAR-Palmares.[9] Suspeitavam que se pretendia montar um serviço de informações estadual (na realidade, um banco de dados estatísticos).[10]

* * *

Com o "Discurso da Pá de Cal", Geisel fortalecera a "tigrada". Não só redefinira a palavra *distensão*, associando-a à regularização do abastecimento de gêneros alimentícios, como reerguera a bandeira da infiltração comunista na imprensa, nos sindicatos, na administração "e também nos partidos políticos".[11] Atribuíra a "agentes subversivos" três dias de quebra-quebras de trens e um grave acidente, com catorze mortos e 370 feridos, ocorridos no Rio de Janeiro. Uma paralisação de seis horas em dois grandes ramais da Central do Brasil exasperara a população. Foram quebradas onze estações. Numa delas a PM foi posta a correr. Deram-se tumultos até mesmo em estações próximas à da Vila Militar, guarnecidas por tropas do Exército. O presidente da Rede Ferroviária, um general, reagira pelo manual do regime: "A única medida a ser tomada a curto prazo é o reforço da segurança, uma vez que nada pode ser feito para melhorar o serviço".[12]

Geisel não tinha prova de que houvesse o dedo da subversão nos quebra-quebras dos trens. Pelo contrário, sabia que havia o dedo da incompetência. Muito antes dos distúrbios, previra que o general colocado no comando da ferrovia "ia enterrar a Rede".[13] Em junho, ao saber de uma depredação, queixara-se de que a ferrovia era um cabide de empregos e de composições obsoletas: "O Exército tomou conta, e se desmoralizou".[14] (A Central do Brasil tinha 819 carros, metade no conserto.)[15] O ministro dos

Transportes levantara a hipótese de sabotagem, mas nada se apurou.[16] O general Hugo Abreu sugerira a supressão da referência: “Talvez não tenha sido bem comprovada a sabotagem: é mais uma hipótese”. Geisel marcou a advertência com um ponto de interrogação e manteve a denúncia.[17]

O SNI via o pior:

> Os atos comprovados de sabotagem nos trens dos subúrbios da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, aqueles com subsequentes depredações, os frequentes roubos de armas, munições e explosivos de casas especializadas, em diversas partes do território nacional (…) as cartas e panfletos ameaçadores lançados em diversas áreas foram os últimos principais atos, ao que tudo indica, desencadeados pela subversão, para criar um clima de insegurança e intranquilidade.
>
> Completando este quadro, foram feitas ameaças de explosão de bombas, sequestros e outros atos de terrorismo contra edifícios, casas comerciais e pessoas, particularmente militares, configurando, assim, uma situação anormal que já está influindo no estado de espírito da população.[18]

Em setembro de 1975 passaram 1 42 pessoas pelos DOIs de todo o país.[19] Os desaparecidos do ano já eram sete. Os casos de tortura haviam triplicado em relação a 1974.[20] Apesar da crise paulista, o general Ednardo e seu DOI não eram os “senhores dos cárceres”. Pelo contrário. Naquele mês, no II Exército fizeram-se menos prisões (vinte) que na jurisdição do III (39).[21] Quatro dos sete desaparecidos tinham sido capturados no Rio e dois em São Paulo.[22] Um deles foi visto vivo no cárcere da Barão de Mesquita.[23] No dia 17, o DOI do Ceará divulgou uma nota informando que o vendedor Pedro Jerônimo de Souza, militante do PCB e membro do

diretório do MDB de Fortaleza, se suicidara. Tinha 61 anos. Era o 37º suicida do regime, o 17º a se enforcar. No caso, com uma toalha de rosto.[24]

* * *

A ofensiva da Comunidade expandira-se, indo além da alavancagem da rede de conexões do PCB com a qual forçava a reabertura do ciclo punitivo no Congresso. Desentocava inimigos alcançando oposicionistas prestigiosos. O Centro de Informações da Aeronáutica pedira ao Ministério da Justiça a abertura de um processo para a suspensão dos direitos políticos do professor Fernando Henrique Cardoso, que acabara de publicar o livro *Autoritarismo e democratização* . Trabalho de leitura bem mais árdua do que dava a entender seu título, condenava a teoria esquerdista de que a América Latina estava numa encruzilhada, entre o socialismo e o fascismo. Quando ia longe, advertia do risco de "a Oposição se limitar a servir como massa de manobra do setor 'liberalizante' do Regime".[25]

O processo contra Cardoso tramitou em segredo na burocracia do Ministério da Justiça e só foi conhecido 25 anos depois. Ele ilustra a distância que separava das normas da própria máquina punitiva da ditadura o radicalismo primitivo e oportunista da Comunidade. O CISA chamava o professor de "fiel súdito de Moscou e Cuba", cambondo da "bitolagem aos dogmas marxistas, manipulando fatos históricos na suposta evidência de que a acumulação do capital se faz através da mais-valia, pela compressão dos salários".[26] O Centro de Informações da Polícia Federal classificava-o como "Fernando Henrique Cardoso, comunista". Para o SNI, era "reconhecidamente comunista".[27] [*Veja o documento*]

O livro do professor Cardoso fora denunciado com base numa análise da Secretaria de Segurança de São Paulo repassada à Aeronáutica e à Polícia Federal. Com onze páginas, a resenha acusava-o de ter um espírito tomado pelo "fanatismo". Concluía: "Ele defende expressamente, e sub-

repticiamente recomenda a violência".[28] [*Veja o documento*] Uma segunda análise, feita pelo SNI, chegava a conclusões idênticas. É improvável que seu autor tenha lido o livro. Ele colou do trabalho da polícia paulista.[29] Três opiniões a respeito da obra (a da FAB, a da seção de informações da Polícia Federal e a do SNI) eram cópias ou cola de um só documento, o da Secretaria de Segurança. Todos acusavam Cardoso de "instigar a violência". Logo ele, que acusara alguns oposicionistas de subestimar os efeitos benéficos do Milagre sobre as massas urbanas, sugerindo que elas fossem estimuladas a reivindicar mais na educação, na moradia e "até na praia, se for o caso".[30]

Uma só análise, da funcionária Josélia de Oliveira Gouvea, da Polícia Federal, indicava leitura do livro. Ia na direção contrária. Qualificava-o como "proficiente e bem-estruturado" e o autor como "reconhecidamente capacitado (...) pela sua erudição e técnico-cientificismo". Concluía: "Em que pesem as críticas (contundentes muitas das vezes) endereçadas à cúpula governamental e ao sistema pós-64, a abordagem é, linearmente, muito técnica, sem características dogmáticas. Não contém apelos ou incitamentos alarmantes. É um livro de difícil consumo pela grande massa".[31]

Armando Falcão determinou que o processo seguisse os trâmites. Em apenas 21 dias, o encarregado do caso recomendou a apreensão do livro e a suspensão dos direitos políticos do professor.[32] O diretor-geral da Polícia Federal concordou em apreender a obra, sugeriu que Cardoso fosse responsabilizado criminalmente, mas esquivou-se de opinar a respeito de sua cassação, admitindo que "algo precisa ser feito para evitar que Fernando Henrique Cardoso continue a participar de encontros, congressos e a frequentar (...) estabelecimentos de ensino, sindicatos e entidades de classe".[33] Falcão mostrou-se pronto para agir: "Venha o ato de proibição e instaure-se o inquérito".[34] O ato veio. Bastava datá-lo e assiná-lo, mas o chefe de gabinete do ministro achou que faltaria base legal à medida.[35] Num parecer de oito páginas, o consultor jurídico do ministério, Ronaldo

Poletti, desaconselhou a apreensão. Temia "um revés no Judiciário", advertindo que dele resultaria "um triunfo do autor, que saberá extrair do episódio os seus proveitos pessoais".[36] O processo de cassação do professor e o de apreensão do seu livro perderam velocidade.[37]

* * *

O general Ednardo adquirira um desembaraço surpreendente para os camaradas que o conheciam por tímido, até desatento. Abrira sua agenda em São Paulo, oferecendo um almoço ao diretor-geral da TV Globo e um jantar ao ex-presidente Médici.[38] O *Relatório Parcial de Informações* do seu estado-maior listara as "vulnerabilidades no Campo Psicossocial, que afetam a manutenção das Instituições", e "os fatores que afetam o prestígio das autoridades Federais e Estaduais". Reclamava da alta dos aluguéis, da falta de açúcar, do atraso numa obra rodoviária e da administração de um hospital de Taubaté. Metia-se até em briga de médico com a Santa Casa de Santos.[39] Contrariando a praxe dos pares, que chegavam a Brasília na véspera das reuniões do Alto-Comando, Ednardo desembarcara quatro dias antes, para a reunião de junho.[40] Para Moraes Rego, era candidato a presidente.[41] Tornara-se um discursivo porta-voz do emparedamento. Sua lógica podia ser percebida na progressão de duas falas, de um mesmo dia: "O Exército brasileiro é um só, onde não existe nem grupo duro nem grupo mole. É uma unidade coesa sob as ordens do general Geisel".[42]

Logo depois disse que a necessidade de uma distensão era uma "balela" e lembrou: "A subversão está presente. Graças, porém, à ação dos homens que cuidam da segurança, nós estamos conseguindo manter este País em tranquilidade".[43]

Repetia o ardil da retórica da indisciplina, manipulando o conceito de coesão para justificar o próprio divisionismo: é Geisel quem manda. A distensão é uma balela. Logo, Geisel acha que a distensão é uma balela. No

sentido contrário: é Geisel quem manda. A distensão é uma balela. Logo, se Geisel acha que se deve prosseguir com a distensão, aqui ele não manda.

O presidente tinha um encontro marcado com a política no dia 21 de setembro. Deveria discursar na Convenção da Arena, e a redação do texto coube a Golbery. Em silêncio desde março, o escriba reassumira suas funções.

Como já acontecera no preparo de outros discursos, deu-se o diálogo das supressões com os acréscimos. Geisel cortou um terço do texto que recebeu. Na verdade, desossou-o. Além de usar a expressão maldita ("distensão política"), o rascunho de Golbery propunha um salto à frente:

> Estamos alcançando (...) novo estágio mais elevado na evolução social e particularmente política do país, fundamentado, como se impõe, num consenso de base muito mais amplo, sólido e firmado que, somente ele, poderá oferecer-nos possibilidades reais à institucionalização do regime democrático mais aperfeiçoado e verdadeiro a que a grande maioria do nosso povo indiscutivelmente aspira de fato.
>
> A distensão (...) propiciando o clima de todo indispensável à criatividade, parece-nos preliminar essencial a uma tal institucionalização que nunca poderá traduzir-se na simples adoção do ponto de vista da minoria como não se poderá impor, também, o ponto de vista da maioria. A conciliação honesta, feita de boa-fé, entre posições inicialmente diversas (...) constitui toda a chave do problema (...). Parece-me que será esforço que merece ser tentado num país como o nosso (...). A ele só não ajudam as ironias que mal escondem a grosseria, a ofensa gratuita ou provocações que só não seriam deliberadas se fossem de uma ingenuidade inacreditável.[44]

No convite à conciliação ia embutida uma resposta ao parágrafo africano de Ulysses, mas Geisel não quis uma coisa nem outra. Cortou tudo. Pela segunda vez, teve de cortar uma referência de Golbery à "caçada às bruxas" dos primeiros meses do regime.[45]

Havia uma divergência mais profunda. Em janeiro de 1974, diante da mesma feitiçaria, Geisel explicara: "Eu não vou dizer isso. Eu não vou dizer que eles agora estão caçando as bruxas. A interpretação é que o Médici está caçando as bruxas. Isso é uma verdade, mas não se deve pôr".[46] Um ano e meio depois de sua posse, já não podia culpar Médici pela caçada. Mudara a situação. Antes de sua posse Geisel não quisera ir adiante. Em setembro de 1975 queria recuar.

Golbery fizera uma homenagem aos "inauditos esforços" e aos "sacrifícios cruentos" dos agentes da segurança interna, mas desinflara-lhes o balão: "A experiência adquirida, o acervo de informações e conhecimentos coligidos sobre métodos, táticas e técnicas da subversão, o indiscutível apoio da quase totalidade da população, tanto rural como urbana, levam-me a predizer um futuro próximo de tensões decrescentes e maior tranquilidade social".[47]

Geisel passou a faca e disse o contrário: "O adversário (...) embora neutralizado, não foi destruído. É continuamente realimentado, inclusive com meios vindos do exterior e com a utilização de insidiosa propaganda e, assim, continua em atividade, exigindo que se lhe anteponha persistente ação preventiva e mesmo repressiva, para manter o clima de ordem e trabalho indispensável ao nosso desenvolvimento".[48]

Essa formulação, além de exagerada, contradizia o que ele dissera em março, quando registrara a existência de um "ambiente mais tranquilo de ordem, tanto aparente como real".[49] Contradizia também o que viria a dizer a Figueiredo três dias depois. Num dos documentos mais significativos de sua presidência, manuscrito numa folha de bloco do SNI, Geisel reagiu a um relatório vindo do Ministério do Exército:

Peço que você converse na área do Exército — Frota e Confucio — dizendo que não concordo com os termos deste relatório, citadamente com a conclusão final do item 1-1. Será que o inimigo é tão forte? Será que somos tão fracos? Não estão vendo fantasmas?, etc. etc.

Também não concordo com a orientação que prevalece ainda, de sempre se resolver o problema através de prisões. Na realidade não se resolve nada e, na maioria dos casos, o processo acaba sendo contraproducente. É preciso usar um pouco mais a inteligência e ser menos apaixonado. Há uma inércia de procedimento que vem desde a atuação parcial de 1964 e que persevera, qual um realejo que só sabe tocar uma música.

Se o comunismo está tão forte como dizem — forte e ameaçador — e se vem sendo combatido tenazmente há mais de dez anos, força é convir que esse combate tem sido ineficaz. Não será o caso de fazer um honesto exame crítico, rever o que está errado e imaginar novos e melhores procedimentos?[50]

Com tinta vermelha informou: “Falei com o Frota”. [*Veja o documento*]

* * *

Desde janeiro, a caçada ao PCB levara aos cárceres mais de duzentas pessoas. Em junho de 1974 o DOI paulista fizera apenas uma prisão. No mesmo mês de 1975, elas foram 38.[51] No final de setembro, de acordo com a documentação oficial do II Exército, havia doze presos na carceragem do DOI de São Paulo. Pelo menos dois prisioneiros estavam em outra escrita, a dos calabouços clandestinos. José Montenegro de Lima, encarregado da reconstrução do aparelho gráfico onde se voltaria a imprimir a *Voz Operária*, foi capturado na Bela Vista. Viram-no no DOI.[52] Transferido

para o sítio do CIE na rodovia Castello Branco, assassinaram-no.[53] Edwaldo Alves da Silva, o *Ramos*, segundo homem na hierarquia do PCB em São Paulo, foi sequestrado no fim da tarde do dia 30 e trancado numa casa de dois andares, a cerca de duas horas de viagem. Torturaram-no por mais de dez horas. Seis dias depois mandaram-no para o DOI.[54]

A quantidade de informações armazenadas pelo CIE a respeito do PCB ultrapassava, pela amplitude, o conhecimento que sua própria direção tinha a respeito de seus quadros. Haviam identificado em torno de quinhentos militantes no estado de São Paulo.[55] De cada dez capas-pretas clandestinos, nove estavam presos ou escondidos, isolados da máquina contaminada do partido. João Guilherme Vargas Neto, um dos principais dirigentes do aparelho paulista, refugiara-se no pequeno apartamento de um amigo, no Centro do Rio.[56] O secretário-geral, Giocondo Dias, vivia numa casa de Vila Kosmos, sem contato direto com quem quer que fosse. Falava apenas com *Maria Paletó*, a veterana e fiel comunista que o abrigava.*

Em Paris, desde o início do ano, Armênio Guedes, José Salles e o casal Dora e Ailton Henrique da Costa maquinavam um meio de tirar Giocondo Dias do Brasil. Tratava-se de fazer isso sem que a polícia e o próprio partido soubessem. Salles voou para Buenos Aires, onde mobilizou três militantes do Partido Comunista Argentino para virem buscá-lo. Dora, que morava em Grenoble, seguiu para o Rio e achou a filha de *Maria Paletó* . Entregou-lhe um envelope lacrado, destinado a Dias. Nele havia um manuscrito de Armênio, relembrando cenas da infância baiana. Era a prova de que seu amigo estava na operação. Um bilhete informava que, caso quisesse sair do país, poderia escolher um entre três endereços. Na hora e dia marcados, alguém o resgataria. Não devia ter nada nas mãos, nem sacola. Dias aceitou a proposta e marcou o encontro diante do portão da Universidade Gama Filho, em Piedade. Dora passou numa Brasília marrom, abriu a porta, e ele entrou. Ao vê-la, o secretário-geral do PCB teve um instante de paz: “Eu suspeitava de que era você, mas não tinha certeza”. Em

abril, depois de esconder-se em Volta Redonda e viajar de carro para Buenos Aires como se fosse turista, desembarcou no aeroporto de Genebra um cidadão argentino identificado em seu passaporte como Pablo Dias. Era Giocondo, o *Neves*.[57]

* * *

Se a "tigrada" quisera desmantelar o PCB, já o conseguira. Se queria outra coisa, outra coisa era o que queria.

Outubro começou com uma nova onda de prisões. Ela atingiu primeiro as bases universitárias paulistas do PCB. Em seguida, os jornalistas. Ednardo sabia o que estava acontecendo. Às duas da madrugada do dia 17 chegou ao DOI a estudante de história Sarita D'Avila Mello. Prima em segundo grau do general, era a *Cristiana* do PCB no aparelho da Universidade de São Paulo. Foi interrogada até o amanhecer. Torturaram-na com choques elétricos nas mãos.[58] Ednardo viria a se orgulhar da maneira equânime como tratava os presos: "Aqui ninguém tem privilégios. (...) Ela é comunista, está presa e acabou".[59] Depois de torturarem um preso por dez horas, "penduraram" sua mulher, despindo-a e espancando-a. Sabiam que ela não era comunista e nada tinha a contar.[60]

Derrotado nas palavras, Golbery estava derrotado também diante dos fatos. Caiu no pessimismo. Retornara de Barcelona com um olho perdido, amarrado a uma nova rotina. Almoçava no Planalto (de marmita, pois Esmeralda o convencera que era melhor não correr riscos), dormia pouco mais de meia hora no sofá de sua sala. Para um leitor voraz, passava pelo constrangimento de ter de recorrer a uma lupa para ler textos com tipologia pequena. Via uma marcha a ré na distensão: "Tratamos os estudantes a pau, depois queremos que votem na Arena. Não votam, aí a culpa é do Petrônio".[61]

Julho de 1975. De braço dado com Esmeralda do Couto e Silva, Golbery, restabelecido, deixa o hospital, no Rio. Americo Mourão, seu médico, contou: “Dois sujeitos me disseram, mais ou menos com as mesmas palavras: ‘Deixa ele morrer’. Era gente da linha dura. Não digo os nomes”.

Do Petrônio, não, do Golbery. No DOI de São Paulo os presos ouviam o seguinte: “Você sabe onde é que você está? Aqui é o porão do regime! Agora, seu filho da puta, sai daqui e vai falar lá com aquele comunista de Brasília, aquele puto do Golbery! Vai se queixar lá com aquele comuna, porque a gente não vê a hora de pendurar ele aqui também!”.[62]

Avisado por Paulo Egydio de que já haviam sido feitas oitenta prisões em São Paulo, Geisel reagiu dizendo que era necessário demitir o general Confucio da chefia do CIE e, depois, retomou seu mote: “O Brasil tinha que ser uma ditadura. Arranjavam um ditador e eu ia embora daqui”.[63] No dia seguinte, falando para o público externo, foi na direção contrária:

> Há muitos anos o Brasil não tem tanta liberdade política como tem hoje. Os jornais escrevem o que querem, os políticos dizem o que querem, fazem os discursos que bem entendem. Todo mundo é livre no Brasil.

> Só não é livre aquele que quer perturbar a ordem. Este vai para a cadeia, para o processo. (...) A principal abertura que está faltando, e faltando muito, é a oposição abrir a janela e olhar para fora, olhar para o mundo, ver como o mundo vive, ver o que há de terrorismo, o que há de assassinatos, o que há de crimes, o que há de perturbações pelo mundo afora.[64]

As portas da carceragem do DOI já se haviam aberto ao limite de sua capacidade. Trancavam em torno de 95 presos, que superlotavam o prédio.[65] Por falta de lugar nas celas, mais de uma dezena de prisioneiros passavam dias inteiros sentados num banco de madeira, num corredor.[66] Os jornalistas eram onze, todos comunistas.

* * *

O PCB tinha trinta jornalistas nas grandes redações de São Paulo.[67] Qualquer repórter medianamente curioso seria capaz de identificar metade deles. Os comunistas formavam uma casta singular. Eram ao mesmo tempo dissidentes e disciplinados. Em muitos casos, ocupavam cargos de chefia intermediária. Para os patrões, eram um fator de moderação. Para a direção do partido, fonte de notícias e instrumento para denúncias. Tinham saído de uma vitória em abril. Uma chapa frentista organizada pelo PCB conquistara o sindicato da classe. Em 1971, os jornalistas do estado de São Paulo haviam se tornado exemplo raro no mundo. Os pelegos que controlavam o sindicato derrotaram uma chapa cuja bandeira era a luta contra a censura. Em 1975 a esquerda vencera por dezessete votos de diferença, numa eleição de que participaram menos de metade dos 4 mil associados. Isso numa classe de 10 mil profissionais.

A blitz do DOI concentrou-se num segmento da militância do Partidão. Atingiu a revista *Visão* e a TV Cultura (Canal 2). Uma era publicação de

pouca influência. A outra, emissora de audiência irrelevante, vinculada ao governo de São Paulo. Estava sob a jurisdição de Paulo Egydio Martins, nêmesis do DOI e do general Ednardo. Em setembro, numa *Apreciação* encaminhada a Geisel, o SNI incluíra uma breve análise da infiltração do PCB na imprensa. Não mencionou a TV Cultura e, quando tratou da revista *Visão*, listou apenas um comunista. Era Zuenir Ventura, que nunca militou no PCB.[68]

O DOI avançou sobre a TV Cultura associado a estímulos externos. No final de agosto, fora derrubado da direção de jornalismo da emissora um professor que, segundo o SNI, cooperava com os serviços de segurança.[69] Para o lugar, voltou ao Canal 2 o jornalista Vladimir Herzog, demitido um ano antes. Seu nome tivera o beneplácito do governador e da agência paulista do Serviço.[70]

Herzog assumiu no dia 1º de setembro. Dois dias depois, sem que ele tivesse participado da decisão, a Cultura transmitiu um documentário inglês de sete minutos sobre o falecido chefe comunista vietnamita Ho Chi Minh. Mesmo tratando-se de uma televisão semiestatal, a primeira reação não veio da Censura, mas da imprensa. “Eu acho que o pessoal do PC da TV Cultura pensa que isto aqui virou o fio...”, escreveu o jornalista Cláudio Marques, cuja coluna no *Shopping News* era uma privilegiada fonte de informações sobre o meio militar.[71] Seguiu-se uma estocada de Lenildo Tabosa Pessoa, porta-voz do catolicismo ultramontano e colunista do *Jornal da Tarde* . Acusava a Cultura de falar da “opressão capitalista até em programas sobre arte medieval”.[72] Dois deputados da Arena engordaram o comboio. Um se queixara de que o Brasil, “um verdadeiro oásis no mundo de hoje”, era mostrado pela emissora como uma terra de miséria, pobreza e desgraça. Outro pedira a apuração das denúncias contra a TV.[73]

Vlado Herzog tinha 38 anos. Até as pedras sabiam que militava no PCB. Fosse qual fosse o partido em que militasse, isso teria pouca importância. Não desenvolvia atividade clandestina nem era propriamente

um quadro.[74] Vivera dois anos na Inglaterra, trabalhando na BBC, e levava uma vida pacata, com mulher e dois filhos pequenos. Tipo reflexivo, mais preocupado com a cultura do que com a política, seus sentimentos eram maiores que as paixões. O negócio dele era cinema, música e teatro. Na juventude, chegara a aceitar uma figuração, no papel de soldado romano, para assistir a uma ópera no Municipal.[75]

Para esse homem tímido e miúdo confluíam três crises, todas carregadas de ódio. Uma era o choque da Comunidade com Geisel. Outra, a caçada do CIE ao Partidão. A terceira, mais virulenta, era o conflito do general Ednardo com o governador Paulo Egydio Martins. A prisão de Vlado Herzog servia a todas.

Vlado Herzog (na foto, com sua mulher, Clarice) tinha 38 anos. Para esse homem tímido e miúdo confluíam três crises, todas carregadas de ódio. Uma era o choque da Comunidade de Informações com Geisel. Outra, a caçada do CIE ao Partidão. A terceira, mais virulenta, era o conflito do general Ednardo D'Avila Mello com o governador Paulo Egydio Martins. A prisão de Vlado Herzog servia a todas.

A intensidade do avanço sobre as redações contrariava a lógica, pois estava-se às vésperas de uma reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa e de um congresso dos agentes de viagens americanos. Juntos, esses eventos trariam a São Paulo e ao Rio algo como quatrocentos jornalistas estrangeiros. O general Ednardo, contudo, estava ocupado com sua guerra particular.

Sabendo-se que o DOI já comprovara a presença de comunistas na TV Cultura (um deles dirigindo o Departamento de Telejornalismo), entende-se melhor o que o general quis dizer na quinta-feira, dia 23 de outubro. Atacou os "maníacos", "exploradores da democracia", "que aceitam gostosamente a colaboração [dos comunistas] e dão cobertura a suas intrigas e mentiras". "A esses dois tipos, traidores da pátria, os fascistas vermelhos e os ambiciosos de consciência acomodada, não agrada a nossa união, a nossa unidade de propósitos."[76]

Herzog fora informado de que seu nome estava na lista das próximas prisões e que os interrogadores "sabiam tudo".[77] Preferiu preservar a legalidade política e sua rotina pessoal. Na noite de sexta-feira, foram prendê-lo, na redação. Disse aos agentes que estava terminando a edição de um telejornal, pediu tempo e prontificou-se a comparecer ao DOI na manhã seguinte. Surpreendentemente, a proposta foi aceita. Vlado Herzog não quis fugir.

Às 11h25 do sábado, o aparelho de telex da Agência Central do SNI recebeu uma mensagem, mandada pela sucursal paulista:

> Às 0800 hs de hoje, dia 25 out, apresentou-se no DOI/CODI/II EX o jornalista Vladimir Herzog, atual diretor do departamento de jornalismo da TV Cultura-Canal 2, para prestar esclarecimentos. Após ser ouvido, confessou ser militante do PCB, colaborador e promotor de reuniões em proveito da mesma organização.
>
> O nominado permaneceu detido naquele órgão de segurança.[78] [*Veja o documento*]

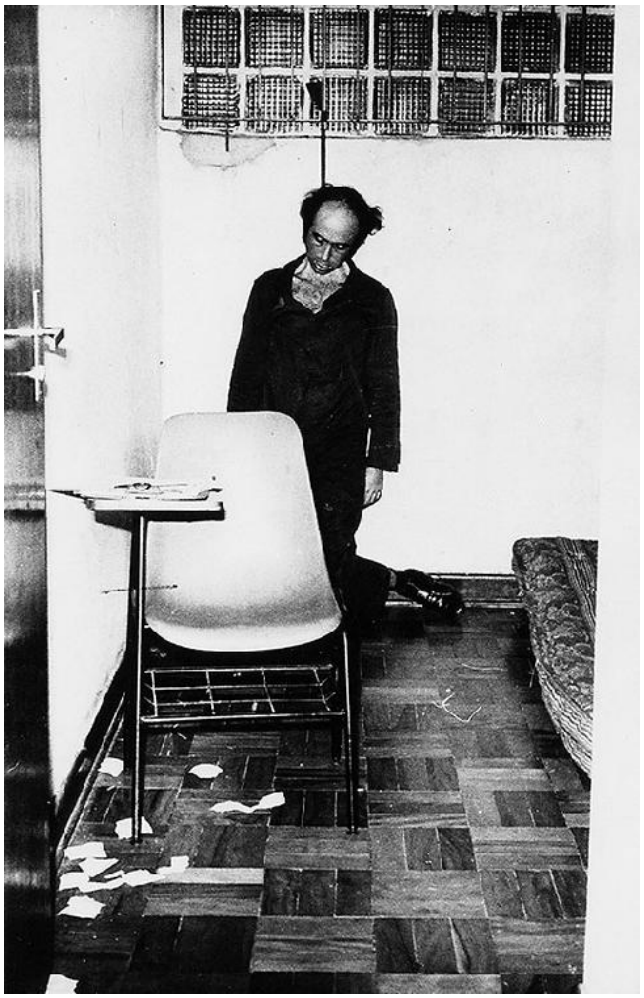
Depois que entrou no DOI, Vlado trocou as roupas e vestiu o macacão dos presos. Pela manhã, foi acareado com dois colegas. Negou que pertencesse ao PCB e ficou a sós com um interrogador numa sala do andar térreo. Os dois colegas, num corredor contíguo, ouviram seus gritos e a ordem para que fosse trazida a máquina de choques elétricos. Um rádio, em volume alto, abafava os sons. A certa altura, o noticiário informou que o generalíssimo Francisco Franco, ditador da Espanha desde 1936, recebera a extrema-unção. Um dos presos foi levado à sala e viu Herzog, encapuzado, com as mãos trêmulas e a voz débil.[79] Em algum momento, provavelmente posterior a esse encontro e anterior à hora em que se transmitiu a mensagem à Agência Central do SNI, Vladimir Herzog redigiu uma confissão reconhecendo três ou quatro anos de militância, o pagamento de mensalidades de cem cruzeiros e a realização de algumas reuniões em sua casa.[80] Das sete horas que Vlado ficou no DOI, só se sabe o que lhe aconteceu numa faixa de tempo que pode ir de uma a duas horas. Elas estão magnificamente contadas no livro que o amigo Fernando Pacheco Jordão escreveu sobre o episódio.[81] No meio da tarde fez-se um grande silêncio na carceragem.[82]

Às 22h08 a Agência Central do SNI recebeu uma nova mensagem: “Info que hoje, dia 25 out, cerca das 15 hs, o jornalista Vladimir Herzog suicidou-se no DOI/CODI/II Exército (...)”.[83] [*Veja o documento*]

O DOI levou por volta de duas horas para chamar a Polícia Técnica.[84] O SNI paulista, que levara três horas e 25 minutos para notificar uma detenção rotineira, demorara sete horas e oito minutos para informar que acabara de morrer mais um preso. Era o 38º suicida, 18º a enforcar-se, dessa vez com uma "tira de pano".[85]

Segundo a comunicação feita pelo comandante do DOI, a tira de pano era a "cinta do macacão que usava".[86] Os macacões do DOI não tinham cinto.[87] Herzog teria se enforcado amarrando o nó na primeira barra da grade, a 1,63 metro do piso, e ficara sem espaço para que seu corpo pendesse.[88] Tinha os pés no chão e as pernas curvadas. Suicídios desse tipo são possíveis, porém raros. Na história da repressão política brasileira o mais remoto fora o do inconfidente Cláudio Manuel da Costa, em 1789.[89] No porão, tornaram-se maioria. O último, em São Paulo, havia sido o de *Piracaia*, na mesma cela.[90] Dos dezessete casos anteriores de suicídio por enforcamento, oito não tiveram vão livre. Em dois, os presos teriam morrido sentados.

Herzog não precisava ter amarrado a tira de pano na grade inferior. Na cela especial nº 1 havia uma cadeira. Poderia ter subido nela e feito o nó na barra superior, projetando-se em vão livre.[91] Morrera de macacão, mas fora mandado ao Instituto Médico-Legal com as roupas de sua chegada ao DOI.[92]



Vladimir Herzog

* * *

Mais ou menos na mesma hora que a notícia da morte de Herzog chegou a Brasília, a mulher do jornalista, Clarice, viu chegar à sua casa o presidente da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura. Trazia cinco ou seis pessoas. Todas caladas. Sentaram-se na sala. Diziam que “as coisas se complicaram”.

“De repente, não sei como”, lembraria Clarice, “me veio à mente uma certeza e eu gritei: ‘Mataram o Vlado!’”.[93]

Essa frase iria adiante.

“Mataram o Vlado”, disse, chorando, Fernando Pacheco Jordão a Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas. Passava pouco da meia-noite.[94]

“Mataram o Vlado”, repetiu Jordão a d. Paulo Evaristo Arns. “Não sei se não é a hora de um protesto mais forte. Quem sabe, sair pela rua”, respondeu o cardeal.[95]

“General, o senhor me desculpe, mas a notícia é má. Parece que mataram — e foi a polícia ou o Exército que matou — o diretor da nossa TV Cultura de São Paulo”, disse d. Paulo Evaristo no telefone. “Essa gente desgraçada está trabalhando contra nós para destruir o governo”, reagiu Golbery, descontrolado.[96]

“Vá ao Paulo Egydio”, recomendou Golbery ao jornalista Mino Carta, diretor da revista *Veja*, que lhe dava a mesma notícia. Soava enfurecido. Disse que aquilo era uma tentativa de golpe contra Geisel.[97]

Quando Mino Carta ficou a sós com Paulo Egydio, na ala residencial do palácio dos Bandeirantes, o governador chorava.[98]

Desde o assassínio do ex-deputado Rubens Paiva no quartel da PE do Rio de Janeiro, em 1971, era a primeira vez que morria no porão da ditadura um quadro da elite, com vida legal, cuja atividade política tinha pouco relevo até mesmo no seu cotidiano. À diferença do corpo de Paiva, que desapareceu, o de Herzog incrustara-se no DOI e no regime. Horas depois da confirmação de sua morte, começou um daqueles processos em que reações individuais e desarticuladas desembocam em comportamentos que, sem coordenação ou planejamento, constroem os grandes fatos históricos. Em todos os casos, teve-se de decidir por onde passava a linha a partir da qual o medo reprime a revolta. O medo era tanto que foi desafiado. “O medo quase entrou em pânico”, escreveu o jornalista Mylton Severiano da Silva.[99]

A primeira reação veio de Clarice Herzog. Morena de olhos grandes e enorme sorriso, tinha 34 anos, onze de casamento, estudara sociologia e

tivera um tio de 32 anos assassinado no Estado Novo. Ainda na noite de sábado, o medo chegou à sua casa. Pensou-se em apressar o sepultamento. Se possível, no domingo. Clarice prevaleceu, marcando-o para segunda-feira.[100] Disso resultaram um domingo de velório e um enterro em dia útil. Estava quebrada a norma pela qual os cadáveres do DOI eram sepultados em poucas horas, só pela família, em silêncio.

Clarice tentou uma nova autópsia, mas só conseguiu um médico disposto a examinar o cadáver. Seriam necessários três. Procurou a solidariedade da Sociedade Cemitério Israelita, a Chevra Kadisha, encarregada do ritual fúnebre judaico. Encontrou pressa e medo. Ameaçou levar o corpo para casa, mas foi intimidada pela carteira de um agente dos órgãos de segurança.[101] O cadáver chegou ao velório do hospital Albert Einstein num caixão fechado. Ela só lhe viu o rosto. Na manhã de domingo, quando o cardeal Arns desceu de seu carro e caminhou para o salão, foi avisado de que não deveria falar.

> — Não vim falar. Vim rezar. Apenas alguns Salmos. Será a voz de Deus.
> — Por favor, nem oração. São os responsáveis que lhe pedem isso.[102]

D. Paulo postou-se em silêncio diante do caixão. A seu lado, estava Franco Montoro. Era a primeira vez que um arcebispo e um senador velavam um morto do regime. O franciscano Paulo Evaristo e o porão sabiam que tinham um encontro marcado. O dia começara a chegar. Esse foi o cenário em que surgiu a figura do repórter Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas. Nacionalmente conhecido e respeitado, fizera fama mundial com uma reportagem baseada no diário de uma favelada, dando uma nova dimensão à vida nos quartos de despejo da miséria

brasileira.* Calmo e senatorial, Audálio decidiu divulgar uma nota convidando os jornalistas ao sepultamento. Havia quem considerasse o convite uma imprudência.[103] A indignação prevaleceu. Formava-se outra vez a grande frente. Ia do cardeal ao PCB. Entrincheirado no legalismo, o sindicato não discutia as circunstâncias da morte de Herzog, o que levaria a um confronto com a palavra do II Exército. Denunciava a prisão de cidadãos com domicílio certo e emprego sabido. Reclamava que, em certos casos, a incomunicabilidade excedia os dez dias permitidos pelo AI-5 e atava a "tigrada" na própria desenvoltura: "Trata-se de uma situação, pelas suas peculiaridades, capaz de conduzir a desfechos trágicos, como a morte do jornalista Vladimir Herzog".[104] Foi o melhor momento da estratégia do embaraço. Fingindo-se que o homicídio não era a questão central, encurralava-se o DOI na metodologia que praticava.

* * *

Nessa mesma noite de domingo, estavam reunidos num apartamento do bairro de Pinheiros os sete integrantes da célula do Grupo Outubro, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, a ECA. Eram jovens com pouco mais de vinte anos. Politicamente, trotskistas, radicais da ocasião. Buscavam sua ideologia no Comitê de Organização para a Reconstrução da IV Internacional, sediado em Paris. No Brasil inteiro, não passavam de trinta. Eram um novo tipo de militante. Detestavam a mitologia que dominava o patrimônio histórico-político da esquerda. Para eles, João Goulart era um personagem do passado; a União Soviética, ditadura que mandara os tanques à Tchecoslováquia; Che Guevara e a luta armada, modalidades de aventureirismo. À política de frentes, contrapunham uma visão popular-insurrecionista, segundo a qual a ditadura sairia por uma porta e a revolução socialista entraria por outra, como parecera ter acontecido em Portugal. Desprezavam os ícones que

simbolizavam trinta anos de hegemonia do Partidão na cultura brasileira. Portinari era um mau pintor. Jorge Amado, escritor banal. Ao sambão preferiam o rock, à poesia engajada do CPC da UNE, a lírica de Mário Faustino. O horror ao "nacional-popular" levava-os a ver na canção "Caminhando", de Geraldo Vandré, mera demagogia. O título do jornal que imprimiam refletia a essência de suas ideias: *Avesso*.[105] Com variados graus de simpatia, relacionavam-se com cerca de uma dezena de outros grupos. Juntos, não somavam quinhentos militantes.

As diversas denominações trotskistas formavam o primeiro grupo de militantes políticos que defendiam o socialismo ao mesmo tempo que combatiam a luta armada e o Partidão. Vinham de uma geração que não sofrera as crises vividas pelos pais e entraram na idade adulta assistindo à derrota do regime nas eleições de 1974.

Era inevitável que essa nova geração de militantes políticos aparecesse, mas não se sabia como isso aconteceria, nem onde. Ocupavam nas universidades as vagas deixadas pelos jovens de 1968. Num bilhete a Geisel, Heitor Ferreira já lhe lembrara que, no final de seu governo, teriam dezoito anos as crianças que tinham três na época da deposição de Goulart: "Desejarão ver funcionarem certos princípios liberais, não compreendendo a origem de restrições". "E daí? O que fazer?", respondera o general.[106]

Em abril de 1975, enquanto o DOI caçava a militância do Partidão, os trotskistas desencadearam uma greve na ECA. Exigiam a renúncia do diretor da escola, onde novecentos alunos padeciam num curso anacrônico. O PCB tentou conter o movimento, fracassou, e viu-se deposto da direção do centro acadêmico. Tentou negociar com o diretor, e viu-se expulso do quadro social da entidade. Por duas vezes, os trotskistas conseguiram parar outras escolas. Resistiram até o fim do semestre, mas foram derrotados. Fora a primeira greve prolongada desde 1968, e, pela primeira vez desde 1968, realizou-se uma assembleia de estudantes nos gramados da USP.[107]

A greve da ECA parecera uma excentricidade. A direção do PCB não lhe dera importância.[108] A máquina do regime nem a entendera. Em junho, o SNI classificou-a como mais uma exploração das "conhecidas deficiências existentes em nossas Universidades".[109] Um ano depois, o DOI-CODI de São Paulo ainda veria naquele movimento, em que o Partidão fora batido e repudiado pelos estudantes, apenas o exemplo do que seria uma tática de doutrinação nas salas de aula, com greves rápidas.[110] Procurando atribuir aos comunistas tudo o que acontecia no meio universitário, o CIE e o SNI não percebiam o aparecimento de uma nova militância esquerdista, radical, anti-PCB, sem ligações com as antigas organizações de luta armada.[111] Renato Cancian pesquisou o texto de 128 *Apreciações Sumárias* preparadas pelo SNI entre 1974 e 1977 para manter o presidente da República informado. Nelas, 63 mencionam o movimento estudantil. Em oito ocasiões associam suas agitações ao Partidão e numa ao Movimento Comunista Internacional.*

Na manhã de segunda-feira, duas gerações estavam mobilizadas pela morte de Herzog. Na primeira vinham os trezentos automóveis que seguiram o cortejo fúnebre até o cemitério israelita. Na segunda, os estudantes da USP. Uma testava o próprio medo. A outra testava o medo alheio.

No cemitério, a sociedade religiosa encarregada do funeral, aterrorizada, apressou a cerimônia de tal forma que a mãe de Herzog perdeu o momento em que o caixão de seu filho começou a ser coberto pela terra.[112] Quatro jornalistas que estavam presos no DOI chegaram para assistir ao sepultamento. Um se afastara, chorando. Dizia: "Eles matam, eles matam! Não pergunte nada. Não podemos dizer nada. Eles matam mesmo". Falava-se baixo. Ouviram-se dois curtos discursos. O primeiro, da atriz Ruth Escobar: "Até quando vamos suportar tanta violência? Até quando vamos continuar enterrando nossos mortos em silêncio?".

No segundo, Audálio Dantas recitou o “Navio negreiro”, de Castro Alves:

Senhor Deus dos desgraçados,
Dizei-me Vós, Senhor Deus,
Se é mentira, se é verdade,
Tanto horror perante os céus.

Antes que a multidão se dissolvesse, alguém gritou: “Reunião no sindicato à noite”.[113] Estudantes haviam distribuído panfletos convocando o povo para uma concentração, no dia seguinte, em frente à reitoria da Universidade de São Paulo.[114]

O funeral terminara. Na USP, os jovens que testavam o medo alheio estavam começando a parar a universidade. Organizara-se uma assembleia de 1.200 pessoas, e, às dezesseis horas, nada mais funcionava na escola. O general Castro informara ao Planalto que na Faculdade de Filosofia invadira-se o anfiteatro, na ECA puseram-se duas faixas e na Economia e Administração alunos estranhos aos cursos percorreram as classes, puxando a suspensão das aulas. No fim da tarde pararam também a PUC e a Fundação Getulio Vargas. O número de estudantes em greve aproximava-se dos 30 mil.[115] Os líderes do movimento queriam marchar pela cidade. Brotou um receio: os jornalistas poderiam se juntar à garotada. Castro avisou a Brasília: “O chefe do Estado-Maior do II Exército, general Marques, tenta dialogar com jornalistas influentes buscando obter condições para que o sindicato não apoie a concentração prevista no panfleto dos estudantes”.[116]

Essa ideia não passara pela cabeça dos jornalistas. Os estudantes já haviam posto medo no general. A diretoria do sindicato fora chamada ao QG do Ibirapuera, e Marques recebeu-a no salão de visitas do comando. O dono do encontro não era ele, mas o coronel José Barros Paes, um homem

alto, magro, com um cachimbo e um tique nervoso que lhe repuxava o pescoço. Comandava a 2ª Seção do Estado-Maior, à qual estava subordinado o DOI. Foi ele quem mostrou aos jornalistas a primeira coleção de fotografias da cena da morte de Herzog, bem como a autópsia que ratificava o seu enforcamento. Queria cautela.[117]

No comportamento de Paes não transparecera que "o pessoal do DOI havia passado um susto muito grande".[118] Tão grande que reuniram os presos para uma preleção em que um cidadão desenvolveu a teoria de que o PCB era dirigido por um triunvirato ultraclandestino e insuspeito: "Pode ser um cardeal... um governador de estado... um general. (...) Eles é que nós queremos pegar". Vladimir Herzog entrava nessa história porque seria um agente soviético, transformado em braço direito de Paulo Egydio. Matara-se para não confessar. Depois, explicaram que os choques elétricos costumeiramente aplicados à plateia não faziam mal à saúde. Pediram a um preso que girasse a manivela, enquanto o chefe de uma equipe de interrogadores demonstrava sua tese segurando com os dedos as pontas dos fios desencapados.[119]

* * *

Geisel soubera da morte de Herzog no domingo. Na segunda-feira manteve-se num silêncio atemorizante. Foi ao Rio e abriu a reunião dos agentes de viagens com um discurso redigido dias antes. Falou numa "civilização da cordialidade" e mais no seguinte: "Quando a violência e o ódio marcam sua presença na história dos nossos dias, o Brasil contrapõe a esse quadro, o espetáculo de sua compreensão humanística da vida".[120]

A defesa do governo coube a Petrônio Portella, seu líder no Senado. Enfrentou com acrobática dissimulação os discursos do MDB. Sustentou a versão do suicídio, mas afiançou que "todas as providências serão tomadas", pois "quem mais interesse tem em que o fato se elucide e as

razões se apurem é o governo". "Tudo será feito visando que a Nação conheça as razões do ato de desespero."[121] Como ocorria havia algum tempo, os debates parlamentares relacionados com a tortura e os assassinatos davam-se num clima de dissimulação, no qual a oposição evitava palavras fortes e a liderança da Arena contornava as denúncias. Ambos cuidavam de que o Congresso não fosse contaminado pelo radicalismo do porão. Quando alguém saía do tom, fingia-se não ouvir. Saiu do tom o senador Leite Chaves, do MDB do Paraná, um parlamentar ativo, moderado. Aparteando um colega, no final da sessão de terça-feira, com o plenário vazio, afirmou: "É muito grave colocar-se o Exército, uma organização muito séria, que deveria ser intocável, em meio a tanto abuso. Hitler, quando desejava praticar atos tão ignominiosos como os que estamos presenciando, não se utilizava do Exército, mas sim das forças da SS".[122] Assim como sucedera em 1968 ao discurso de Marcio Moreira Alves, o aparte passara despercebido.

O senador Leite Chaves disse num discurso que Hitler não usava o Exército para ações policiais. Alimentou uma crise que levou Geisel a um confronto com o ministro Sylvio Frota.

* * *

À noite, a sede do Sindicato dos Jornalistas estava repleta. Audálio Dantas preservava a todo custo sua conduta legalista. Evitava complicações chamando a assembleia de “reunião de informação”. Mantinha os comunicados em linguagem seca, sem adjetivos. Não dava seguimento às sugestões de passeatas nem ouvidos aos estudantes. Até que aconteceu o inevitável: um jornalista propôs que o sindicato convocasse a população para um ato religioso pela memória de Herzog. A cerimônia foi marcada para a sexta-feira. Não se sabia onde, mas na manhã seguinte o cardeal Arns tomou a iniciativa. Ofereceu a catedral da Sé e informou que lá estaria.

De acordo com os costumes da ditadura, o cadáver de Herzog deveria ter sido esquecido na tarde de domingo, depois de um rápido e silencioso enterro. A viúva estendera a crise até segunda-feira. Pelo que acontecia em São Paulo, a mobilização duraria no mínimo mais quatro dias.

O tom dos editoriais da imprensa indicava uma ofensiva do embaraço. Não discutiam a procedência das acusações do DOI, muito menos as circunstâncias da morte de Herzog. Punham em xeque o conjunto da obra da “tigrada”. “Interessa-nos saber a responsabilidade por esse clima de terrorismo; pois é de terrorismo que se trata”, dizia *O Estado de S. Paulo*, referindo-se aos “porões da administração”. O *Jornal do Brasil* desafiava o conceito de repressão preventiva que Geisel expusera semanas antes: “A guerra seria mais facilmente vencida se utilizasse métodos mais compatíveis com as normas sociais. (...) Em nome da repressão preventiva podem ser atingidos, indistintamente, inocentes e culpados”.[123]

O medo recuara. De certa maneira, parecia até que mudara de lado. O tonitruante secretário de Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, dotado de singular percepção política, anunciara que “guerra é guerra” e advertira: “Nós almoçaremos essa gente antes que ela nos jante”.[124]

* * *

Na quarta-feira, pouco antes do início de uma reunião rotineira do Alto-Comando do Exército, o general Sylvio Frota recebera uma cópia da nota taquigráfica da sessão do Senado, com o aparte de Leite Chaves.[125]

A crise voara para Brasília, buscando a nascente do regime. Como sempre sucedera, desde 1964 a anarquia militar evitava o confronto direto com a sociedade. Preferia tentar o emparedamento do presidente. Transformava o poder republicano enfraquecido em símbolo da força da indisciplina, assegurando-lhe proteção hierárquica e até mesmo legitimidade funcional. Fizera assim em 1965 com Castello, na edição do AI-2, e em 1968 com Costa e Silva, produzindo o AI-5. Faria de novo.

1 *Relatório Parcial de Informações nº 08/75*, do CIE, de 10 de setembro de 1975, p. 20. AA.

2 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp. 251-4, transcrevendo o roteiro da reunião do Alto-Comando do Exército de 22 de janeiro de 1976.

3 Depoimento do capitão reformado Manoel Lopes em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 886.

4 Depoimento do cabo Ezequiel Sanchez em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 892.

5 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 211. Para o cinto, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 333.

6 *Apreciação Sumária nº 03/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 8 de setembro de 1975, para o presidente Ernesto Geisel. AEG/CPDoc.

7 Levantamento do autor, baseado em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*.

8 Paulo Egydio Martins, junho de 1988, e *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 14 de agosto de 1975. APGCS/HF.

9 O CIE informava que Jorge Wilheim, secretário de Planejamento, pertencera ao PCB e que Luís Arrobas Martins, chefe do Gabinete Civil, militara na Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. Em *Relatório Especial nº 2*, do CIE, de novembro de 1975, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 98. Ver também Ayrton Baffa, idem, p. 99.

10 *Relatório Especial nº 2*, do CIE, de novembro de 1975, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 98.

11 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, p. 151.

12 *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*, ambos de 11 de julho de 1975, citados em "A revolta dos suburbanos ou 'Patrão, o trem atrasou'", de José Alvaro Moisés e Verena Martinez-Allier, em José Alvaro Moisés e outros, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, pp. 36 e 39.

13 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de maio de 1975.

14 Idem, 24 de junho de 1975.

15 José Alvaro Moisés e Verena Martinez-Allier, "A revolta dos suburbanos ou 'Patrão, o trem atrasou'", em José Alvaro Moisés e outros, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, p. 24.

16 Bilhete de Figueiredo a Geisel, 18 de julho de 1975. APGCS/HF.

17 Maço de papéis referentes ao discurso, com as sugestões de Hugo Abreu e Figueiredo. APGCS/HF.

18 *Apreciação Sumária nº 01/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 25 de agosto de 1975. AEG/CPDoc.

19 *Resumo do Movimento dos DOI/CODI no Mês de Setembro de 1975*, em Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 92.

20 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 64. Em 1974 as denúncias de tortura foram 67. Em 1975, 585. Essa estimativa é conservadora, baseia-se na suposição de que nos três primeiros trimestres ocorreram menos de metade dos casos do ano.

21 Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 92.

22 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, pp. 265, 289, 302, 310, 312, 326, 358, 360.

23 Trata-se de Armando Frutuoso, do PC do B, visto por Gildásio Westin Cosenza. *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 52.

24 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 212.

25 Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e democratização*, pp. 38 e 221.

26 *Informação nº 579/75*, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, de 2 de setembro de 1975, referindo-se à *Informação nº 320 A-2/IV Comar*, de 18 de agosto de 1975, em *O Estado de S. Paulo* de 5 de abril de 1998. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

27 *Informação nº 204/16/AC/75*, da Agência Central do SNI, de 25 de agosto de 1975, originária de sua agência em São Paulo. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

28 *Autoritarismo e Democratização*, sem autor nem data, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Desse documento há três cópias no processo. Uma, com o carimbo da SSP. Outra, com o carimbo da SSP e do IV Comar, da FAB. A terceira, com o carimbo da SSP e do Serviço de Informações da Polícia Federal. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

29 *Informação nº 204/16/AC/75*, da Agência Central do SNI, de 25 de agosto de 1975. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

30 Fernando Henrique Cardoso, "Os mitos da oposição — 1", *Opinião*, 19 a 26 de fevereiro de 1973, p. 8.

31 Parecer de Josélia de Oliveira Gouvea, da SI/GAB/DPF, de 16 de setembro de 1975. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

32 *Informação nº 579/75-DSI/MJ*, da Assessoria Especial do Ministério da Justiça, assinada pelo delegado Jesuan de Paula Xavier, da Polícia Federal, à disposição do gabinete do ministro, de 9 de setembro de 1976. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

33 *Ofício nº 0243/75-CCP/DPF*, do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacyr Coelho, ao ministro Armando Falcão, de 25 de setembro de 1975. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

34 Despacho de Armando Falcão, de 26 de setembro de 1975, ao *Ofício nº 060/75-SIGAB/DG/DPF*, do coronel Moacyr Coelho, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, de 24 de setembro de 1975. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

35 Nota manuscrita de Alberto Rocha, chefe de gabinete de Falcão, de 1º de outubro de 1975. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

36 *Parecer 11/75*, do consultor jurídico do Ministério da Justiça, Ronaldo Rebello de Britto Poletti, de 20 de outubro de 1975. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

37 Em 27 de abril de 1978 o assessor do ministro, José Carlos Silva de Meira Mattos, propôs o arquivamento do processo. *Processo nº 65 022*, Arquivo Nacional.

38 Para Médici, *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1976, Caderno Especial *Dois anos de Geisel: cronologia*, p. 3. Para Walter Clark, Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, p. 258.

39 *Relatório Parcial de Informações nº 06/75*, do II Exército, rubricado pelo general Ednardo. AA.

40 *O Estado de S. Paulo*, 21 de junho de 1975, p. 5.

41 Nota de Heitor Ferreira, 22 de agosto de 1975. APGCS/HF.

42 *O Estado de S. Paulo*, 1º de abril de 1975, p. 7.

43 Idem.

44 Maço de doze páginas manuscritas de Golbery. APGCS/HF.

45 A primeira esteve no projeto de discurso que Golbery redigiu para a eleição de Geisel, em janeiro de 1974. APGCS/HF.

46 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 10 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

47 Maço de doze páginas manuscritas de Golbery. APGCS/HF.

48 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, p. 175.

49 Idem, p. 16.

50 Uma folha manuscrita, de Geisel, de 24 de setembro de 1975. Não se conhece o texto do relatório a que Geisel se refere. APGCS/HF.

51 *Relatórios Parciais de Informações nºs 06/75* e *06/74*, ambos do II Exército. APGCS/HF.

52 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 326.

53 Montenegro foi preso no dia 29 de setembro. Entrevista do sargento Marival Chaves Dias do Canto a Expedito Filho em *Veja* de 18 de novembro de 1992, p. 25.

54 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 806.

55 Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, p. 135. Um relatório do CIE de 1976 informa que durante todo o ano de 1975 foram presos em São Paulo 347 militantes, ouvidos mais 145 e relacionados outros 719, perfazendo 1.211 nomes.

56 João Guilherme Vargas Neto, dezembro de 1998.

* *Maria Paletó* era o apelido de Maria Benedita da Silva.

57 Dora Henrique da Costa, novembro de 2003.

58 Para o codinome, *Folha de S.Paulo*, 13 de março de 1976, p. 4. Depoimentos de Sarita D'Avila Mello em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 696, e em Paulo Markum (org.), *Vlado*, p. 177.

59 Para a frase, depoimento de Audálio Dantas, em Paulo Markum (org.), *Vlado*, pp. 175-6.

60 Depoimento de Frederico Pessoa da Silva, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 135.

61 *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de outubro de 1975.

62 Depoimento de Frederico Pessoa da Silva, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 194.

63 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de outubro de 1975.

64 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, pp. 236-7. APGCS/HF.

65 Para o número, Paulo Markum (org.), *Vlado*, p. 10.

66 Depoimento de Anthony de Christo, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 125. Ele passou seis dias nessa situação. Para a superlotação, ver também o depoimento de Gildásio Westin Cosenza, em Ronaldo Costa Couto, *História indiscreta da ditadura e da abertura*, p. 183.

67 João Guilherme Vargas Neto, dezembro de 1998. O DOI paulista, numa lista com poucos exageros, arrolou 34 nomes. *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do DOI-CODI do II Exército, pp. 98-9. AA. Ver também "Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática", em Alzira Alves de Abreu e outros, *Mídia e política no Brasil*, p. 42. Após entrevistas com 55 jornalistas de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília nos anos 1990, constatou-se que, em 1975, 43% estavam ligados a alguma organização de esquerda e que, destes, 60% atuavam no PCB.

68 Segundo o SNI, a militância de Zuenir Ventura fazia dele "coordenador das campanhas que o PCB desencadeia na imprensa e também do remanejamento dos jornalistas esquerdistas nos órgãos de divulgação do país". *Apreciação Sumária nº 02/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 1º de setembro de 1975. AEG/CPDoc.

69 *Informação nº 2.112/S-102-A11-CIE*, de 4 de novembro de 1975. Assunto: *TV Cultura — Canal 2 — S. Paulo/SP*: "Durante o tempo em que João Walter Sampaio Smolka ficou à frente do telejornalismo do Canal 2, procurou cooperar com os Órgãos de Segurança, cooperação essa que se estendia até sua função na ECA — Escola de Comunicação e Artes da USP". AA.

70 Paulo Egydio Martins, junho de 1988, e *Informe 247*, do SNI, intitulado *Reflexos da Morte de Wladimir Herzog — Carlos Lousada, Paulo Sawaya*, de 29 de outubro de 1975. AA.

71 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 177.

72 Idem.

73 Discurso do deputado Wadih Helú, da Arena, no dia 7 de outubro de 1975, e aparte do deputado José Maria Marin a Wadih Helú, em Paulo Markum (org.), *Vlado*, pp. 84-6.

74 Essa era a opinião de amigos, como Fernando Pacheco Jordão, dirigentes do PCB, como João Guilherme Vargas Neto, e interlocutores do SNI, como Paulo Sawaya. Para Sawaya, ver *Informe 247*, do SNI, de 29 de outubro de 1975. AA.

75 Depoimento de Luis Weiss em Paulo Markum (org.), *Vlado*, p. 41.

76 *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1975, p. 2.

77 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 43.

78 *Telex 3.193/02/ASP/75*, da agência do SNI em São Paulo à Agência Central, de 25 de outubro de 1975. APGCS/HF.

79 Depoimento de Rodolfo Konder em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 359.

80 Nota manuscrita de Vladimir Herzog, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 184.

81 Trata-se de *Dossiê Herzog — Prisão, tortura e morte no Brasil*.

82 Depoimento de George Duque Estrada em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 83.

83 *Telex 3.195/02/ASP/75*, da agência do SNI em São Paulo à Agência Central, de 25 de outubro de 1975. APGCS/HF.

84 *Laudo de Encontro de Cadáver*, citado em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 86.

85 Nota oficial do comando do II Exército, transmitida pela agência do SNI em São Paulo à Agência Central, de 25 de outubro de 1975. APGCS/HF.

86 Comunicação do DOI ao chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército, de 25 de outubro de 1975, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 95, e *Laudo de Encontro de Cadáver*, do Instituto de Polícia Técnica. Íntegra em Hamilton Almeida Filho, *A sangue quente*, p. 55.

87 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 94-5.

88 Para a posição do corpo, foto anexada ao *Laudo de Encontro de Cadáver*, Instituto Médico-Legal, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 52. Para a altura, *Laudo de Perícia*, citado em Evanize Sydow e Marilda Ferri, *Dom Paulo Evaristo Arns*, p. 194.

89 Para a descrição da cena, *Corpo de Delito e Exame Feito no Corpo do Dr. Cláudio Manuel da Costa*, Casa do Contrato, 4 de julho de 1789, em *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 2, pp. 136-8. Para a falta de vão, José dos Santos Lúcio, *A Inconfidência Mineira*, pp. 227 e 240. O laudo de Herzog é bem mais sucinto que o de Cláudio.

90 Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, p. 333.

91 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 51. Para a cópia xerox da fotografia onde se vê a segunda barra da grade, pasta com seis folhas e nota do general Newton Cruz a Figueiredo, de 23 de janeiro de 1976, APGCS/HF. A foto está no Caso nº 7.338-75 da Divisão de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

92 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 96. Essas roupas nunca foram devolvidas. O corpo foi entregue nu à família.

93 Depoimento de Clarice Herzog em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 28.

94 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 30.

95 Idem, p. 36.

96 Evanize Sydow e Marilda Ferri, *Dom Paulo Evaristo Arns*, pp. 185-6.

97 Depoimento de Mino Carta em Paulo Markum (org.), *Vlado*, p. 167.

98 Idem.

99 Hamilton Almeida Filho, *A sangue quente*, p. XI.

100 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 31.

101 Idem, p. 34.

102 Paulo Markum (org.), *Vlado*, pp. 211-2.

* Intitulado *Quarto de despejo*, o diário de Carolina de Jesus foi editado em diversos países, além de ter servido de roteiro pa ra um documentário de uma emissora de telev isão alemã.

103 Audálio Dantas, janeiro de 1999, e Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 40.

104 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 49.

105 Mario Sergio Conti, José Américo Dias e Rodrigo Naves, dezembro de 1998.

106 Nota manuscrita de Heitor Ferreira a Geisel, que a respondeu. Sem data, provavelmente de 1973. APGCS/HF.

107 Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

108 João Guilherme Vargas Neto, dezembro de 1975.

109 *Apreciação Sumária nº 10/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 17 de junho de 1975. AEG/CPDoc.

110 *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado "reservado" e datado de abril de 1976, p. 92. AA.

111 Numa reunião da Comunidade de Segurança realizada em 3 de setembro de 1974, o representante do CISA mencionou a existência no Brasil de cinco organizações ligadas à IV Internacional. Elas tinham bases em São Paulo, Porto Alegre e Paris. Primeira Reunião Quinzenal sobre Segurança Interna, SNI, Agência Central, marcado "confidencial". AEG/CPDoc.

* No conjunto das 128 *Apreciações* o PCB é mencionado 23 vezes. Há duas referências ao PC do B e outras duas ao M ovimento de Emancipação do Proletariado, o MEP. Há uma referência, genérica, aos "trotskistas". Nenhuma outra organização é mencionada pelo SNI.

112 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 45.

113 Idem, pp. 44-6.

114 Uma folha manuscrita em papel do gabinete do chefe do SNI intitulada *Telefonema do General Castro, 18.45/27 Out*. APGCS/HF.

115 Para o número de estudantes em greve, Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 60.

116 Uma folha manuscrita em papel do gabinete do chefe do SNI intitulada *Telefonema do General Castro, 18.45/27 Out*. APGCS/HF.

117 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 49-50.

118 Informação dada ao SNI por Paulo Sawaya, *Informe 247*, de 29 de outubro de 1975. AA.

119 Paulo Markum (org.), *Vlado*, p. 147.

120 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, p. 239.

121 *Diário do Congresso Nacional*, 28 de outubro de 1975, seção II, p. 6101, com os debates de 27 de outubro de 1975. Ata da 174ª Sessão, em 27 de outubro de 1975.

122 A íntegra do aparte está em Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 109.

123 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 58.

124 Paulo Markum (org.), *Vlado*, p. 190, e Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 62.

125 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp. 170-1.

“Merda! Merda!”

Na noite do sábado em que morreu Herzog, por coincidência, havia festa na casa do ministro do Exército, Sylvio Frota. Durante o jantar, fizera-se um brinde ao “futuro presidente da República”.[1] Não era o primeiro. Poucos meses depois da ascensão do general ao ministério, Humberto Barreto contara a Geisel que os copos se tinham levantado com o mesmo augúrio. “Mas já?”, admirara-se o presidente.[2] (Um dos brindes fora erguido pelo ministro da Justiça, Armando Falcão.)*

Frota tornara-se um vitorioso. Não fanfarronava, mas prevalecia. Golbery tivera duas conversas desalentadas com Heitor Ferreira. Convencera-se de que, à maneira de Costa e Silva dez anos antes, o ministro do Exército estava arrastando as fichas: “Frota vai ser, se não sair. E não sai”.[3]

Em torno das nove da manhã de quarta-feira, dia 29 de outubro, o ministro Sylvio Frota presidia uma reunião de rotina do Alto-Comando do Exército e passou aos nove generais o aparte do senador Leite Chaves, com sua frase fatídica (“quando Hitler praticava crimes tão ignominiosos como esses, ele não usava o Exército: para tanto criou a SS”).*

Nas suas memórias, o general contou:

> Foi unânime o assessoramento dos generais presentes: o ministro deveria ir, imediatamente, ao presidente da República e descrever-lhe, em minúcias, os fatos, analisando-lhes as possíveis

> consequências. Além disso, solicitaria a cassação do referido senador, considerado por todos um inimigo do Exército e do regime revolucionário. Concordei com a sugestão e os generais, reunidos, mantiveram-se no quartel-general, à espera da decisão presidencial.[4]

Num telefonema a Armando Falcão, Frota recusara uma solução de compromisso, pela qual o senador seria enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e avisara que a situação poderia agravar-se rapidamente, com "a tropa indo para a rua".[5]

Para quem queria criar caso, a oportunidade era única. As palavras de Leite Chaves superavam a retórica de Marcio Moreira Alves no seu discurso de 1968, e o general foi ao ataque, mantendo o Alto-Comando na retaguarda em clima de assembleia permanente.

Frota chegou ao gabinete de Geisel e, antes que pudesse falar, viu o presidente bater várias vezes na mesa com a mão direita espalmada:

"Merda! Merda! Vocês querem criar um problema! Eu não quero ser ditador! A ser ditador, que seja um de vocês!"[6]

Geisel não usaria o AI-5 contra Leite Chaves. Também não aceitava que os generais fizessem uma representação ao Judiciário. E se o ministro da Justiça tomasse a iniciativa? Também não. Nada. Leite Chaves podia até ser Marcio Moreira Alves, mas ele não era Costa e Silva. Pior: ameaçou o ministro com uma ordem pela qual só se poderiam fazer prisões com sua autorização.[7] Em resumo: "A área que mais me devia ajudar é a que mais me cria caso".[8] Referia-se à morte de Herzog.

Tendo fracassado a ofensiva, o ministro voltou ao Alto-Comando, contou a decisão do presidente e anunciou que assim não poderia continuar no cargo. "Vou-me embora."[9] Descobriu então que nem retaguarda tinha. Que fosse.

O consenso dos generais, sempre exibido nos golpes vitoriosos, raramente existe antes do momento da vitória. Frota não o tivera ao partir

para o ataque. Em suas memórias, quatro páginas depois de afirmar a unanimidade da decisão queixa-se do Alto-Comando dizendo que, dos nove generais, “dois ou três, irados, pediram a cabeça do detrator”. Houve até um comandante de Exército que clamou pela cassação, de qualquer maneira.[10] Armando Falcão contou quatro membros do Alto-Comando que haviam condicionado qualquer decisão a uma consulta ao presidente. Três comandavam mesas, mas Reynaldo Mello de Almeida chefiava o I Exército e era amigo de Geisel desde os tempos de cadete.[11]

Havia algo de blefe na carga de cavalaria de Frota, mas Geisel, que jogava pôquer desde a juventude sem jamais blefar por medo da vergonha de ser apanhado, falava sério. Estava disposto a ir-se embora, desde que o outro lado baixasse na mesa as cartas de uma quartelada. Ademais, em 1965, vira o emparedamento do presidente Castello Branco por um ministro da Guerra que desejava ser presidente. Sempre se queixava de que faltara ao marechal a disposição para ir ao confronto com Costa e Silva.

Frota estava batido. Se horas antes houvera a possibilidade de a tropa sair para a rua, no meio do dia ele marchava para casa, sozinho, ao encontro de Falcão. O condestável das nove da manhã transformou-se em vítima às duas e meia da tarde. Reclamou da rispidez do presidente, viu-se desautorizado: “Fiquei numa posição dificílima. (...) Não tenho mais condições para ficar. Devo ter perdido a confiança dos meus companheiros. Não posso continuar ministro do Exército”.[12] Falcão correu ao Planalto e propôs a Geisel uma nova conversa, a três. Ela durou no mínimo uma hora. O presidente recebeu-o artilhado: “O que é isto, Frota? Você está com cócegas?”.[13] “Você não tem o direito de ser intransigente. (...) Então não posso deixar de aceitar uma proposta de um ministro meu?”.[14]

Começou tudo de novo e terminou tudo da mesma forma. O presidente não aceitou o processo contra o senador. Afinal, todos sabiam: Leite Chaves seria o réu e ele, a vítima. Surgiu uma fórmula: Frota oficiaria a Falcão, consultando-o sobre a viabilidade de uma punição legal. Era uma

armadilha, mas o presidente chutou-a: “Não acho bom. O ministro Falcão não vai fazer nada de concreto e, em consequência, o Exército vai exigir a cabeça dele”.[15]

Desde a manhã o senador Petrônio Portella costurava uma solução. A velha raposa garantia que o *Diário do Congresso* circularia sem o trecho de Leite Chaves. Era um truque, mas amparava-se na praxe que dá aos oradores o direito não só de rever os textos, como de suprimir linhas de discursos e apartes. Petrônio tinha amizade por Leite Chaves, um advogado paraibano que se elegera pelo Paraná. Moravam no mesmo prédio, e suas mulheres eram amigas.[16] Se fosse necessário, conseguiria uma retratação pública do senador.

Nessas sete horas de crise, Geisel agiu sozinho. Se contou a Golbery a primeira conversa, certamente não contou a segunda.[17] Não contou, portanto, que o ministro do Exército manipulara a própria demissão. Heitor Ferreira registrou que o presidente tivera um “arranca-rabo grande com Frota” e falara em demiti-lo.[18] Heitor não soube que Geisel tivera a chance e deixara de fazê-lo. O desemparedamento do presidente tinha um derrotado (Frota), mas não tinha vencedor. O choque ficara em segredo. Fora os três interlocutores da reunião do Planalto, ninguém soube do tamanho desse confronto. Muito mais tarde, Frota relembraria: “Ele conhecia bem os generais do Alto-Comando, eu é que não os conhecia...”.[19]

* * *

Tanto em Brasília como em São Paulo, temia-se que a outra ponta do problema fosse para a rua. A garotada das universidades em greve assustara o regime, que, por sua vez, assustava a oposição. Quem planejasse um confronto dispunha de uma oportunidade com dia e hora marcados: a tarde de sexta-feira, quando a catedral da Sé abriria as portas para a cerimônia em memória de Herzog. O Sindicato dos Jornalistas e a Arquidiocese

informavam que haveria um culto ecumênico, mas os estudantes espalharam pela cidade cerca de mil cartazes impressos em papel de embrulho convocando a população para um “ato público em repúdio ao assassinato de Vladimir Herzog”.[20] Os temores agravavam-se porque Geisel deveria desembarcar em São Paulo na véspera, para uma permanência de dois dias. Golbery resumiu seus receios: “Tem gente dos dois lados querendo botar a procissão na rua”.[21]

O SNI distribuiu à imprensa uma nota lançando-se em defesa do porão (“Não há ‘prisões em massa’ e sim prisões legais”). Repetiu a essência da palestra feita dias antes aos presos do DOI: “Por que não considerar que [Herzog] teria fatos muito mais comprometedores a revelar e que preferiu, com grandeza militante, ocultar pelo silêncio que a morte acarreta?”. Fingia onipotência, mas mostrava medo: “Por que não considerar que (...) se suicidou consciente de que a agitação nacional e internacional que se seguiria fosse, talvez, o último e grande trabalho que prestaria ao partido?”.[22]

O texto foi distribuído com a exigência de que não houvesse referência à sua origem. Falhou. A *Folha de S.Paulo* publicou a nota com o lembrete de que aquilo era o que “dizem as autoridades”. *O Globo* identificou-a como “considerações” dos “órgãos de segurança”. A TV Globo transmitiu-a a seco. O SNI acusaria o golpe, culpando o locutor Cid Moreira: “A Nota referente ao ‘affaire’ Herzog, lida no *Jornal Nacional*, de 29 out 75, por aquele mesmo apresentador, além de merecer restrições quanto à leitura, provocou, nos telespectadores, indagações e dúvidas, pela falta de expressão do intérprete, que não citou o nome do suicida”.[23]

Geisel recusou uma proposta para que cancelasse a viagem a São Paulo.[24] Desembarcaria com uma agenda que incluía a visita à Bienal de Artes Plásticas. Confirmou que ficaria hospedado na ala residencial do palácio dos Bandeirantes, onde morava o governador Paulo Egydio. Expediu na frente o seu secretário de Imprensa, Humberto Barreto, para que

buscasse contatos com jornalistas. Na noite de quarta-feira, numa mesa do hotel Hilton, Barreto sentou-se com o repórter Marcos Sá Corrêa, da revista *Veja*, e narrou-lhe a contrariedade do presidente: “O homem está puto”. Surpreendeu-o, descartando a hipótese do suicídio de Herzog, e assegurou que, como já dissera em conversas anteriores, Geisel pretendia acabar com a tortura.[25]

Humberto Barreto

Durante o desembarque do presidente em Congonhas, refletiu-se na pérgola da pista do aeroporto o constrangimento dos hierarcas. Estavam divididos em blocos. De um lado, os militares. De outro, os civis. Só Geisel transitou pelos dois.[26] No palácio, trancou-se com os comandantes. Perguntou a Ednardo em que pé estava o IPM destinado a investigar a morte de Herzog. Não havia, inclusive porque o ministro Frota determinara que não houvesse. Pois haveria. Geisel explicou que a morte do jornalista ocorrera numa repartição militar e, portanto, a investigação era imperativa. Mandou que comunicasse sua decisão a Frota e que, desde logo, lhe dissesse que o encarregado do inquérito deveria ser um general.

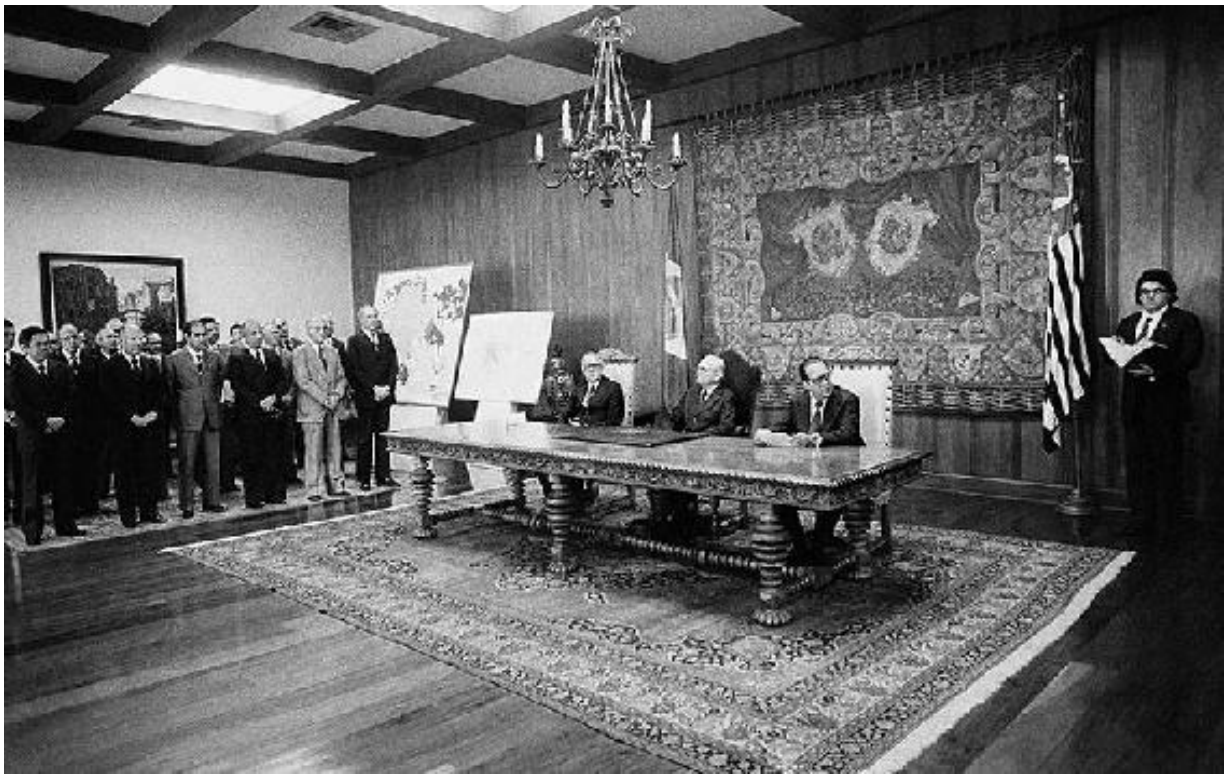
Testemunha da cena, Moraes Rego contou:

> Quando Geisel deu a ordem, Ednardo ficou assustado (…). Falou com o Frota e voltou insistindo: “Mas, presidente, o meu pessoal de informações vai ficar descoberto, porque vai ter que parar o trabalho para depor”.

Geisel: “Você coloca outros nessas funções. Mas tem que haver um inquérito. Não pode haver crime, ou morte, dentro de uma organização militar sem ser apurado”.[27]

(Em 1940, o capitão Geisel presidira um IPM destinado a apurar “as causas determinantes do acidente do qual resultou a morte do cavalo nº 500 do Departamento de Equitação”.)[28]

Numa conversa a sós, Ednardo voltou ao assunto. Argumentou que o inquérito policial-militar revelaria a identidade dos oficiais, sargentos e soldados que serviam no DOI, queimando-os. Nada. Geisel sugeriu-lhe que, se fosse o caso, trocasse a equipe. Queria o inquérito. Para contrariedade de Frota e de Figueiredo, que encampou a defesa do anonimato dos torturadores, o IPM foi instaurado.[29]



No dia 30 de outubro, durante a crise da morte de Herzog, Geisel fez questão de permanecer em São Paulo, onde se reuniu com hierarcas do governo do estado, no palácio Bandeirantes. Só regressou a Brasília depois da realização do culto da Sé.

Não se destinava a apurar as causas determinantes da morte do preso da cela especial nº 1, mas "as circunstâncias em que ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog".[30]

A parcialidade arrogante do IPM refletia o medo que a "tigrada" impunha, mas também o medo que sentia. Na sugestão da inocuidade do inquérito, estava o temor da investigação. Ele foi enunciado por um agente do DOI, ao deixar um preso sozinho numa sala: "Vê lá o que vai fazer, hein? Se aparecer mais um cadáver aqui, os homens fecham a nossa quitanda".[31]

A ditadura tinha outro medo, o das passeatas. Vocalizava-o ameaçando. "Observadores militares" ouvidos pel'*O Estado de S. Paulo* avisavam que o governo usaria "todo o rigor contra a desordem". Mais específico, o secretário de Segurança pedia "cuidado com as minorias ativistas do Partido Comunista, atuando no sentido de querer transformar inocentes úteis em pavio de dinamite".[32] O SNI viria a se convencer de que a ação dos estudantes "guardou proporção com as atividades para o desmantelamento do PCB".[33] Tratava-se de uma das maiores demonstrações de incompetência da Comunidade de Informações desde a sua criação. Confirmava a macumba segundo a qual os generais estão sempre planejando as batalhas da guerra passada. O PCB nada tivera a ver com as passeatas que os estudantes tentavam organizar. Pelo contrário: quem organizava as manifestações era a esquerda de um novo tempo, anticomunista. Os generais já não sabiam em que guerra estavam.

O Sindicato dos Jornalistas mantivera-se na linha de formalidade e intransigência de Audálio Dantas. Ele nunca ouvira falar nas siglas trotskistas. Reconhecia os estudantes radicais pelas propostas. Já derrubara a ideia de uma passeata e dissera a um grupo de jovens que deveriam chegar ao culto normalmente, sem manifestação.[34] À noite, tranquilizara-se ao saber que os alunos da USP haviam decidido, em assembleia, que seriam

presença silenciosa na catedral.[35] Passados 24 anos, ele lembraria que nesses dias “caminhava sobre as nuvens, flutuando na tensão”.[36] Testava o próprio medo. A solidariedade que recebera parecia o sentimento do mundo, mas refletia o medo das gentes. Chegaram-lhe algumas dezenas de telegramas. Todos de entidades. De sindicatos, só cinco ou seis, todos de jornalistas. Dos outros, nem telefonema.[37]

À noite, Paulo Egydio abriu os salões do palácio para 1.500 convidados, em homenagem a Geisel. Contrariando a opinião da direção nacional do MDB, toda a bancada oposicionista atendeu ao convite do governador. Até o deputado Alberto Goldman, líder do partido na Assembleia, militante do PCB, Alvo 37 do serviço de escuta telefônica do SNI, citado em pelo menos 23 ocasiões por onze presos do DOI paulista.[38]

> — Presidente, o MDB está apreensivo com o que vem acontecendo em São Paulo, quanto ao respeito dos direitos humanos — disse Goldman, quando conseguiu acercar-se de Geisel.
> — Não pensem que eu não entendo o significado de suas presenças aqui, neste momento — respondeu o general.[39]

No dia seguinte, Geisel resolveu retardar sua partida. Só regressaria a Brasília depois que o culto ecumênico na Sé terminasse. Pela manhã, a Censura proibiu que as rádios e televisões mencionassem a cerimônia.[40] No início da tarde, dois secretários de Paulo Egydio procuraram o cardeal Arns em sua casa. Levavam-lhe um apelo para que não comparecesse à catedral:

> — Pode haver tiroteio, mortes, o senhor será o responsável.
> — Lá estarei, para evitar mortes. O Pastor não abandona as ovelhas, quando ameaçadas — respondeu d. Paulo.

— Haverá mais de quinhentos policiais na praça com ordem de atirar, ao primeiro grito — informaram os secretários.[41]

Com 385 barreiras espalhadas pela cidade, a polícia armou-se para impedir a marcha das passeatas que temia. Produziu um dos maiores engarrafamentos da história de São Paulo. Não houve passeatas. Oito mil pessoas chegaram em silêncio à praça da Sé, transbordando pelas escadarias da catedral. A maioria eram jovens universitários. Antes da entrada dos celebrantes, um padre pedia ao público que repetisse as preces do culto, nas quais havia um refrão: "Nas minhas dores, ó senhor, fica a meu lado!".[42]

Entraram o cardeal, o rabino Henry Sobel, mais vinte sacerdotes, entre eles d. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife.

D. Paulo Evaristo chegara ao seu encontro com a ditadura:

Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor.

Não matarás. Quem matar, se entrega a si próprio nas mãos do Senhor da história e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.

No fim da cerimônia, o cardeal recomendou: "Os estudantes da Universidade de São Paulo pedem para avisar que não imprimiram nenhuma espécie de documento e que não se responsabilizam por qualquer publicação que porventura correr neste recinto. Esta casa é de Deus e por isso peço que este culto ecumênico seja revestido apenas de caráter religioso".[43]

A um repórter que lhe pediu algumas palavras, d. Helder respondeu: "Para que falar em voz alta, meu filho, se todos nós estamos conversando em silêncio?".[44]

A multidão calada e altiva se dissolveu na praça. Levava consigo um sentimento de superioridade, de civilização.

Na praça da Sé, naquela tarde de 31 de outubro de 1975, a oposição brasileira passou a encarnar a ordem e a decência. A ditadura, com sua “tigrada” e seu aparato policial, revelara-se um anacronismo que procurava na anarquia um pretexto para a própria reafirmação.

Na praça da Sé, na tarde de 31 de outubro de 1975, a oposição brasileira passou a encarnar a ordem e a decência. A ditadura, com sua “tigrada” e seu aparato policial, revelara-se um anacronismo.

O SNI registrou “a calma com que transcorreu o culto ecumênico em São Paulo”. Ouviu o silêncio e comentou-o em sua *Apreciação Sumária*:

> Se tranquiliza no que se refere à manutenção da ordem pública, não deixa de causar apreensão relativamente ao aspecto contestador. Igreja, imprensa e a classe estudantil — só para mencionar as áreas atualmente mais agitadas — comprovaram a possibilidade de se aliarem, sem desordem, numa posição comum de contestação ao governo ou, mais precisamente, aos militares.[45] [*Veja o documento*]

No final da tarde de segunda-feira chegou ao Planalto a notícia de que a edição de 28 de outubro do *Diário do Congresso* começara a circular. Continha o aparte do senador Leite Chaves. Nunca se comprovou de quem foi a mão misteriosa que providenciou não só o seu reaparecimento, mas também a impressão dos debates em apenas quatro dias úteis, quando isso levava até duas semanas.[46] A reação de Petrônio Portella foi imediata. Ele articulou a retenção dos exemplares que estavam na gráfica e coordenou o recolhimento das cópias mandadas aos gabinetes dos senadores. Heitor Ferreira anotou: "Ordem para recolher, suspender, destruir o *Diário*".[47] Escaparam 150 exemplares, e um deles foi entregue ao general Sylvio Frota.[48]

A molecagem que poderia reacender a crise militar foi novamente dissolvida pelo desembaraço de Petrônio Portella, que providenciou uma reimpressão expurgada do *Diário do Congresso*. Petrônio reuniu-se com Leite Chaves e mostrou-lhe que só havia um caminho: a retratação imediata, pública. Percebendo que fora empurrado para o papel de espoleta, Leite Chaves aceitou a humilhação. Petrônio ajudou-o a escrever uma nota acrobática, na qual se retratava sem se referir a uma só palavra do que dissera.[49]

Leite Chaves falou no dia seguinte, diante de um plenário lotado:

> Reconheço que a cada dia cresce em todos os países o papel do Exército e das Forças Armadas no Setor de Segurança. Exaltamos a

> indispensabilidade de sua atuação para preservar a ordem e a paz social. (...) O Exército e as Forças Armadas credenciaram-se no passado e credenciam-se no presente ao respeito dos brasileiros, acionando, sempre que necessário, os mecanismos de segurança para manter a paz.[50]

Acabou sob aplausos. Assim como sucedera na praça da Sé, a oposição parlamentar passara a encarnar a ordem. A humilhação de Leite Chaves expulsara do Congresso a mandinga destinada a envolvê-lo na crise militar provocada por uma declaração que nenhum órgão de imprensa publicara e que vagava por Brasília em cópias de uns poucos exemplares de um *Diário do Congresso* que fora recolhido. Teotônio Vilela, um arenista que se distanciara da ditadura, festejaria: "Volta-se a respirar normalmente em Brasília e no Brasil. O circo dos histriões desarmou-se. Nas rodas dos tristes, a face contraída abriu-se com sinais de alívio".[51]

1 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975, referindo-se a um informe levado a Geisel pelo general Hugo Abreu.

2 Humberto Barreto, fevereiro de 1999, e Ernesto Geisel, março de 1995. Ver também *O Estado de S. Paulo* de 11 de outubro de 1977, p. 5.

* Humberto Barreto repetiu ao autor, em diversas ocasiões, que Falcão brindou a Frota pouco tempo depois de sua ida para o Ministério do Exército. Em dezembro de 1998 e fevereiro de 2003, recapitulando o episódio, insistiu na época do brinde, mas disse não lembrar se ele partiu de Falcão. Estava certo de que o episódio se dera durante um jantar na casa do ministro da Justiça. O general Reynaldo Mello de Almeida, em agosto de 1998, informou que foi testemunha da cena em que Falcão ergueu o brinde a Frota. Não lembrava, contudo, a época. Chega-se assim a uma certeza e a uma dúvida: é certo que Falcão brindou ao futuro de Frota, mas não se sabe se ele fez isso logo depois da posse do general, em 1974, ou no jantar de outubro de 1975.

3 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

* Na transcrição distribuída por Frota havia uma pequena alteração. Leite Chaves dissera "crimes ignominiosos como esses que estamos presenciando". Suprimiu-se "que estamos presenciando".

4 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 171.

5 “Diário de Armando Falcão”, em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 386.

6 Frota não usou a palavra “merda” nas suas memórias. Narrou a cena referindo-se à “famosa palavra de Cambronne” — “*merde*” —, pronunciada por um general de Napoleão durante a batalha de Waterloo. Segundo Frota, a palavra foi repetida várias vezes, a cada pancada na mesa. Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 171. No mesmo dia, Geisel narrou o encontro a Heitor Ferreira, e sua frase teria sido “Vocês escolham lá um presidente e venham me substituir” (*Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975). Segundo o diário de Armando Falcão, o general Frota contou-lhe que “o presidente disse que se quisessem insistir no caso tratassem de ir arranjando outro para colocar em seu lugar”. Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 387.

7 “Diário de Armando Falcão”, em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 387.

8 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

9 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 172.

10 Idem, p. 175.

11 Os outros três eram Euler Bentes Monteiro (chefe do Material Bélico), Dilermando Gomes Monteiro (chefe de Ensino e Pesquisa) e Fernando Belfort Bethlem (comandante militar da Amazônia). “Diário de Armando Falcão”, em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 387.

12 “Diário de Armando Falcão”, em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 387.

13 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 174.

14 “Diário de Armando Falcão”, em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 388.

15 Idem, p. 388.

16 Leite Chaves, janeiro de 1999.

17 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

18 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 29 de outubro de 1975. APGCS/HF.

19 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 173.

20 Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975.

22 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 88-9.

23 *Apreciação Sumária nº 12/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada “secreto”, de 10 de novembro de 1975. AEG/CPDoc.

24 Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 370.

25 Humberto Barreto e Marcos Sá Corrêa, fevereiro de 1999.

26 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

27 Depoimento do general Moraes Rego, em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 66.

28 *Livro de Assentamentos* de Geisel, com folhas soltas colecionadas numa capa dura. AA.

29 Depoimento do general Moraes Rego, em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (org.), *A volta aos quartéis*, p. 65. Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 20 e 103.

30 *Portaria nº 03-SJ*, do general comandante do II Exército, de 30 de outubro de 1975, em *Caso Herzog*, p. 24.

31 Depoimento de Rodolfo Konder, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 44.

32 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 64.

33 *Apreciação Sumária nº 11*, marcada "secreto", de 3 de novembro de 1975. AEG/CPDoc.

34 Audálio Dantas, janeiro de 1999. Depoimento de Audálio Dantas em Paulo Markum (org.), *Vlado*, p. 179.

35 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 70.

36 Audálio Dantas, janeiro de 1999.

37 Idem, e depoimento de Audálio Dantas em Paulo Markum (org.), *Vlado*, p. 184.

38 Para a interceptação telefônica, bilhete de Heitor Ferreira a Figueiredo, 29 de julho de 1975. APGCS/HF. Para os depoimentos, *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado "reservado" e datado de abril de 1976. AA.

39 Alberto Goldman, *Caminhos de luta*, p. 138.

40 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 294.

41 Carta de d. Paulo Evaristo Arns a Fernando Pacheco Jordão, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 10.

42 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp. 70 e 72.

43 Evanize Sydow e Marilda Ferri, *Dom Paulo Evaristo Arns*, p. 201.

44 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 69.

45 *Apreciação Sumária nº 11/Gab/75*, carimbada "secreto", de 3 de novembro de 1975. AEG/CPDoc. Essa *Apreciação* registra: "Vem, então, a triste conclusão, que o analista aponta a contragosto: a opinião pública, na sua maioria, não acreditou na palavra oficial".

46 Para os prazos de impressão do *Diário do Congresso Nacional*, José Sarney, novembro de 1975.

47 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de novembro de 1975.

48 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 110.

49 Leite Chaves, fevereiro de 1999.

50 *Diário do Congresso Nacional*, 5 de novembro de 1975, seção II, p. 6435. Ata da 183ª Sessão, em 4 de novembro de 1975.

51 Discurso de Teotônio Vilela (Arena-AL), em *Diário do Congresso Nacional*, 7 de novembro de 1975, seção II, p. 6544. Ata da 187ª Sessão, em 6 de novembro de 1975.

Mágica besta

Durante todo o recuo de 1975, Geisel tentou contemporizar com a indisciplina do porão e com o radicalismo de Frota. Desde 1964, quando chefiara a missão mandada por Castello Branco ao Nordeste para investigar casos de tortura, tentava reproduzir o estratagema da pedra limpa. Aceitava o que tivesse acontecido, desde que não voltasse a acontecer. A cada concessão feita, vira-se diante de nova exigência. Na crise de outubro encarara a crueza de seu emparedamento público. Escapara por pouco. Consumira perto de dois anos de mandato procurando articular uma coesão militar assentada na racionalidade de um projeto político. Em vez de se fortalecer na busca de uma saída para a ditadura, vira produzir-se uma alternativa para sua continuidade: Sylvio Frota.

O general que supusera ser "mais soldado" adquirira voo próprio. Frota era um oficial obediente e reservado. Não fazia, em nenhum aspecto, o gênero do ministro militar que tutela o governo. Distanciava-se de Geisel numa questão de fundo. Para ele, tanto o presidente como o ministro do Exército desempenhavam funções delegadas pela Revolução, cujo poder constituinte emanava das Forças Armadas. Em nome da tropa, oferecia "apoio franco e irrestrito" ao "intérprete maior e fiel executor" dos "propósitos renovadores e saneadores da Revolução de 1964".[1]

Era uma percepção oposta à de Geisel, que via o seu governo amparado "pelo povo, pela Aliança Renovadora Nacional e pelas Forças Armadas", nessa ordem: "Eu fui eleito pelo Congresso. Não vou ficar no poder sustentado pelas baionetas do Frota".[2]

Descontadas enormes diferenças de comportamento, Frota estava para Geisel assim como Costa e Silva estivera para Castello. Tornando-se candidato, o ministro cavalgaria o futuro. Foi esse desdobramento que o presidente quis obstruir, advertindo Armando Falcão: “Não admito que haja mosca azul de ministro do Exército, e comigo não vai ser como o Costa e Silva com o Castello”. Falcão sugeriu-lhe que tivesse “mais contatos” com Frota. “Ele é que deve ter comigo”, respondeu.[3] Ironia da ditadura. O político a quem o general recomendara que frequentasse os ministros militares via-se na posição de aconselhá-lo a conversar mais com seu ministro do Exército.[4] Talvez Falcão estivesse conversando demais, talvez Geisel estivesse conversando de menos, mas, com certeza, estavam conversando sobre assuntos distintos.

* * *

O presidente decidiu tirar Ednardo do comando do II Exército. Dependendo dos remanejamentos militares do fim do ano, poderia fazê-lo em dezembro, se não em março.[5] Resolveu transferir o coronel Paes da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército e proibir os DOIs de prender suspeitos sem a aprovação de uma autoridade superior.[6] Isso no campo das providências imediatas. Pensando um pouco adiante, decidiu nomear Moraes Rego, que acabara de ser promovido a general, para o comando da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, aquartelada em Campinas. Era um procedimento natural e foi recebido por Frota sem objeções.

Chamado à casa do ministro do Exército, o novo general não acreditava no que ouvia: “Você vai se dar muito mal em Campinas! Você é amigo do governador de São Paulo, de Campinas você vai falar com ele pelo telefone, eu vou saber o que vocês falam, e você vai se dar muito mal. (...) Pode ir para Campinas, mas conte essa conversa ao presidente”.[7]

Moraes Rego contou, e foi além: “O Castello tinha muito receio de cindir o Exército, mas às vezes tem que haver ação, e correr-se o risco”.

“O Frota é burro. Então ele não vê...”, respondeu Geisel.

Foi uma reação fria, sem exasperação, quase perplexa. O presidente preparou-se para a hipótese de demiti-lo. Evitando turbulências, seu substituto seria o chefe do Estado-Maior. A essa altura, Golbery achava que Armando Falcão devia ir junto.[8]

Heitor Ferreira anotou em seu *Diário*: “Bem, podem vir tempos interessantes aí”.[9]

* * *

Frota foi chamado ao Alvorada no dia 24 de novembro. À tarde, Golbery e Heitor advertiram Geisel do risco de uma esquiva. Queriam que a conversa tivesse o propósito da demissão, pois, se ela evoluísse para um esclarecimento, poderia acabar repetindo o desfecho da crise de outubro.

“Não, não. Eu tenho que conversar francamente com ele. Se ele não se acomodar, não fica como ministro!”, rebateu Geisel.

“*Quod est* o que achamos, vai se acomodar... (...) Saí pessimista e vim tomar estas notas. Não vai acontecer nada”, registrou Heitor.[10]

Acertou. Em suas memórias, relembrando o episódio, Frota confirmaria essa conclusão: “Falhara mais uma cilada”.[11] O registro seguinte de Heitor informa:

> A conversa durou 40 minutos. Diz o Humberto que o PR deu uns gritos com o Frota. Mas no fim aconteceu o que não queríamos e que já previámos: ficou naquela do mal-entendido, do desculpe, etc.
>
> Queríamos a demissão do Frota. Quem? Figueiredo, Golbery, Moraes Rego, Humberto, eu, e até certo ponto o Hugo.
>
> Mas que nada! Agora, o Frota está:

1) alertado e

2) magoado.

Mágica besta...

O que o PR nos contou: “Ele entregou os pontos. (...) Ele se apresentou inteiramente desarmado... (...) Estava admirado de eu estar zangado... (...) Ficou nisso. (...) Eu disse a ele, vamos tirar o Ednardo de São Paulo. (...) Não falei certas coisas que sabia pelo SNI... Ele caiu das nuvens.(...)”.

Hugo comentou que foi melhor ter sido assim, sem demissão. O PR respondeu que não sabia, não... “talvez não... Eu não pude levar até o ponto que queria”.

Silêncio. Longo silêncio. “Bom, esta está resolvida. Vamos ver agora a outra... Deus queira que não haja outra. (...)”

A verdade é que o PR perdeu a parada. Nós perdemos. (...)

Um péssimo dia hoje.[12]

O dia seguinte também.

Moraes Rego contou a Heitor em segredo que, enquanto Geisel e Frota conversavam, Hugo Abreu o chamara ao seu gabinete e, trancando a porta, dissera-lhe que havia um “elemento complicador no problema: o Golbery estava muito contra o Frota, para abrir caminho para o Figueiredo ser presidente”.[13]

* * *

Estranho num ninho de amigos, Hugo Abreu deu esse salto misturando ingenuidade e audácia. Geisel nunca lhe dissera palavra sobre a sucessão. Hugo tinha motivos para supor que ela estivesse aberta. Conhecendo a lealdade canina de Moraes Rego ao presidente, ele só poderia ver na candidatura de Figueiredo uma manobra exclusiva de Golbery se o chefe do

Gabinete Civil estivesse trabalhando sem o estímulo ou, pelo menos, o conhecimento de Geisel. Só poderia ter essa conversa com Moraes Rego se fosse possível tê-lo como aliado contra o chefe do SNI. Nenhuma das duas proposições fazia nexo. Em agosto, conversando com Heitor Ferreira a respeito da sucessão, Moraes Rego considerara Figueiredo uma solução natural: “É ele mesmo”.[14]

* * *

O recuo de 1975 fora um fracasso. Faltara-lhe consistência à direita porque não levara ao único desfecho eficaz: a neutralização de Golbery. Geisel teve o pretexto da debilidade física. Poderia ter conseguido isso numa só conversa, informando-o de que o projeto de abertura estava abandonado. É certo que assim provocaria o pedido de demissão do chefe do Gabinete Civil. Essa conversa não aconteceu porque o projeto não estava abandonado. O presidente, ao contrário de seu amigo, julgava possível conduzi-lo sem expor ao país fraturas da ordem militar. Tendo vivido num Exército dividido, temia acabar com o “milagre” que supunha ter se estabelecido em 1964 .

Ao mesmo tempo que condenava os generais, Geisel tinha uma obsessão disciplinar. Via-se como comandante das Forças Armadas, mas gostava de lembrar a frase de Floriano Peixoto em que ele se considerava “a ovelha do regimento”, a mascote que acompanha a tropa para onde quer que ela vá. Nas suas palavras: “Antes de mais nada eu sou homem da minha classe”.[15]

O comandante e a ovelha não eram figuras contraditórias, mas complementares. Floriano, a quem Geisel muito admirava, havia sido um marechal sucedido na Presidência por um civil, e também o governante brasileiro em cujo mandato foram mortos mais oficiais rebelados. Reprimindo a revolta da Armada e a insurreição federalista de 1893, suas

tropas levaram ao pelotão de fuzilamento um marechal-barão e dezessete oficiais da ativa. Em combate, mataram um almirante.[16] A "ovelha do regimento" segue a tropa por fidelidade, não por conformismo.

Geisel mantinha separadas, quase estanques, suas duas militâncias. Agia como se houvesse dois presidentes. Um encarregado dos quartéis; outro, da política. O chefe de um consulado militar queria restabelecer o primado do poder da Presidência. O chefe político procurava atribuir ao consulado uma legitimidade constitucional capaz de assegurar a ordem militar. Manobra difícil, sua precondição era a disciplina da máquina repressiva. Sem isso, ele não teria autoridade para os passos seguintes.

O presidente supôs que poderia cumprir essa precondição valendo-se do estratagema segundo o qual seriam esquecidas as desordens passadas em troca do bom comportamento no futuro. Na contraface desse acordo, Golbery pedira a d. Paulo Evaristo Arns que se deixasse para trás o passado. A manobra fracassara. Em seu governo haviam desaparecido cerca de sessenta pessoas e tivera três suicidas (todos presos pelos DOIs, todos enforcados sem vão livre). Se com tudo isso nada acontecera, faltavam motivos ao porão para acreditar que algo pudesse acontecer.

Fora do porão, o pacto não fazia nexo. Como a tortura prosseguia, passado não havia. Os debates parlamentares e a relativa liberdade de imprensa encareciam a hipoteca, tirando as denúncias da clandestinidade. Entre 1972 e 1973, dois generais e um coronel viram os filhos desaparecer e não puderam expor publicamente sua dor.* Em 1975, o general Pedro Celestino tentara ser ouvido pelo presidente do governo que apoiara. Quando não conseguiu, entregou uma carta ao MDB. Um veterano conservador como o jurista Caio Mário da Silva Pereira, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e chefe de gabinete de dois ministros durante o mandato de Castello Branco, dissera que não denunciava torturas porque nunca obtivera "especificações objetivas". Foi apanhado pela palavra. Do presídio Tiradentes, em São Paulo, recebeu um documento

listando 21 modalidades de suplícios e 151 nomes ou apelidos de torturadores, assinado por 35 presos.[17] Caio Mário remeteu-o a Golbery, lembrando a "origem divina" do "respeito aos direitos da pessoa humana, que a civilização ocidental levou milênios a proclamar".[18] Com os papéis na mão, o Serviço Nacional de Informações tomou duas providências: pediu à Polícia Federal um exame grafotécnico das 35 assinaturas, pois suspeitava que elas "foram feitas pela mesma pessoa", e procurou entrevistar os presos, para saber se realmente haviam assinado a denúncia. Quanto às torturas e aos torturadores listados, silêncio.[19]

* * *

Herzog foi assassinado pela segunda vez no IPM que investigou as causas de sua morte. Apesar de o coronel Paes e dois carcereiros terem dito que os presos do DOI vestiam "roupas especiais", o encarregado do inquérito não teve a curiosidade de perguntar se vinham com cinto. Não se cuidou apenas de evitar a verdade. Impediu-se que ela aparecesse. Quando um preso disse que ouvira os gritos de Vlado durante a sessão de torturas, o procurador que acompanhava o inquérito se recusou a registrar a informação: "Ouvir é subjetivo". Quando a mãe do jornalista disse que, ao perder o filho único, tivera vontade de morrer, o procurador ditou ao escrivão que "naquele momento [ela] sentiu vontade de suicidar-se, também".[20] Nomeado para "apurar em que circunstâncias ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog", o general Fernando Guimarães de Cerqueira Lima concluiu que ele se suicidara exatamente nas circunstâncias descritas, desde a primeira hora, pelo comando do II Exército.

Ednardo D'Avila Mello festejou: "O resultado do inquérito é a melhor resposta para aqueles que intrigam, mentem, que se baseiam em boatos e que procuram jogar o povo contra o Exército. Enfim, uma resposta aos irresponsáveis e aos nazistas vermelhos".[21]

O Centro de Informações da Aeronáutica foi mais longe. Enviou a todos os oficiais-generais da Força Aérea um *Documento de Informação* . Alertava os brigadeiros para o fato de que as "organizações subversivas" dominavam "o MDB, o Clero, o ensino e, praticamente, todos os meios de comunicação social". Responsabilizava Geisel por um possível "retorno à situação existente no início da década de 60". Concluía que "se o governo não se dispuser, ou não puder usar os instrumentos adequados à neutralização dessas organizações é possível que, em futuro próximo, repressão violenta tenha de ser empregada, sob condições ainda mais adversas — como aconteceu no Chile (...)".[22] [*Veja o documento*]

Era de golpe que se tratava. A ofensiva contra o PCB rendera ao CIE provas abundantes de que havia comunistas na máquina administrativa e, sobretudo, no MDB paulista. Para quem estava na caçada, o silêncio do governo parecia tolerância. O coronel Erasmo Dias chegou a desafiar o coronel Wilberto Lima, assessor especial de Geisel, que lhe encaminhara uma denúncia de arbitrariedades cometidas pelo comandante da PM de São Paulo: "Porque não se dá atenção às informações em relação aos deputados comunistas (...) como se dá às denúncias de colegas de farda inatacáveis (...)?".[23]

No dia 28 de dezembro, o presidente encontrou-se com o governador Paulo Egydio e discutiu o caso dos deputados comunistas. Dias depois, assinou o decreto cassando dois deles — Marcelo Gatto (federal) e Nelson Fabiano (estadual). O DOI comprovara com pelo menos oito depoimentos suas militâncias e seus contatos. Geisel reteve o papel em duas ocasiões. Temeu que o episódio se transformasse em bola de neve. Determinou que os dois deputados não fossem chamados pela polícia para depor.[24]

Era a primeira vez que o presidente usava o AI-5 para uma punição política. Em Brasília, os boatos antecipavam a existência de uma lista com sessenta outros nomes.[25] Os cassados não foram chamados para depor, nem pelo Exército nem pelo DOPS. Chamou-os a Polícia Federal, subordinada a

Armando Falcão.[26] O general Ednardo, novamente vitorioso, comemorou o seu segundo aniversário no comando do II Exército com a pompa habitual da tropa formada e de uma missa, sem a presença de Paulo Egydio, mas com a companhia do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. O major-capelão agradeceu a Deus "pela tranquilidade e segurança que a comunidade dos irmãos não fardados tem experimentado". A proeminência do general era tamanha que uma cerimônia inexpressiva como a posse de seu secretário no comando do CPOR foi enfeitada pelo presidente regional da Arena e porquatro secretários de governo.[27] Paulo Egydio já informara que "não é hora de falar. (...) Quando for a hora de falar, eu aviso".

Falaria o senador Dinarte Mariz, vivandeiro rancoroso e apocalíptico: "Estamos no limiar de uma luta encarniçada, daí porque acredito na hipótese de mudanças radicais no panorama político".[28]

* * *

O DOI do II Exército retomara a ofensiva contra o PCB. Já não havia dirigentes para prender. Estavam exilados, presos ou escondidos, até mesmo dos outros comunistas. O DOI caçava o que podia, simples militantes, operários com emprego e domicílio certo. Puxando um humilde fio, prenderam um escriturário, um enfermeiro e Sebastião de Almeida, o *Deco*, vendedor de bilhetes de loteria, semianalfabeto.[29] Fazia ponto em frente a uma fábrica de autopeças, a Metal Arte. Lá ele recolhia contribuições para o PCB e distribuía três exemplares da *Voz Operária* .[30]

O enfermeiro Geraldo Castro da Silva recebeu golpes de palmatória nas mãos e nos pés, choques na barriga e nas pernas. Quando pediu por Deus que não lhe batessem mais, ouviu: "Aqui não adianta pedir nem a Deus nem ao diabo, se eles caírem aqui também entram no pau". O vendedor de bilhetes levou pancadas e choques. Seus interrogadores queriam os nomes da rede de recepção clandestina da *Voz Operária* . Souberam que Manoel

Fiel Filho, do setor de prensas metálicas da Metal Arte, estava nela. Na manhã de 16 de janeiro, uma sexta-feira, havia dezenove presos na rua Tutoia.[31] Manoel Fiel foi tirado do serviço. Tinha 49 anos e era um pau de arara típico. Viera do interior de Alagoas nos anos 1950, começara como padeiro e cobrador de ônibus. Tornara-se metalúrgico e, com dezenove anos na empresa, chegara a chefe de setor. Ganhava 3.300 cruzeiros de salário e tinha um sobrado, a mulher, Tereza, e duas filhas.[32]

Faltava pouco para a hora do almoço quando ele apareceu inesperadamente em casa. Vinha escoltado por dois homens que carregavam submetralhadoras embrulhadas em papel de jornal. Revistaram a casa, procurando um "jornalzinho". Não o acharam. Disseram a sua mulher que ficasse calada. O marido voltaria à noite, talvez no dia seguinte.

> — O que vou dizer pra minha filha quando ela chegar e perguntar pelo pai? — perguntou Tereza.
> — A senhora diz pra ela que o Manoel teve que fazer um trabalho extra na fábrica.
> — Mas meu marido não faz hora extra à noite. Nunca fez e a menina não vai acreditar.
> — Então a senhora fala pra ela o que bem entender.
> — Não chora, nega, que eu vou voltar logo.
>
> Fiel abraçou a mulher e deu-lhe um beijo na testa e acompanhou a escolta. Também chorava.
>
> Tereza Fiel foi à delegacia de seu bairro para dar queixa do sequestro do marido. Ninguém se dispôs a ajudá-la.[33]

Não se sabe o que sucedeu a Fiel durante a sexta-feira. Na manhã de sábado, ao ser acareado com o vendedor de bilhetes, teria admitido que recebera três exemplares da *Voz* .[34] Tomou uma cotovelada no ventre, curvou-se e gemeu. Retiraram-no da sala. Além do nome das pessoas a

quem entregava os dois exemplares restantes, é difícil que Manoel tivesse muito a contar.

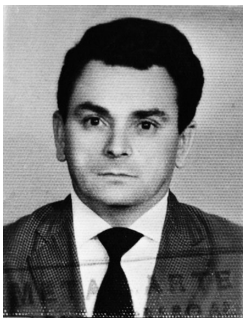
Do andar de cima, onde era interrogado por um senhor grisalho, com uma pedra azul num anel, Geraldo Castro da Silva ouviu a voz de um preso: “Pelo amor de Deus não me judiem tanto que vocês me matam”.

Passava pouco do meio-dia quando a porta da sala em que o enfermeiro estava se abriu e ele pôde ouvir: “Chefe, o omelete está feito”.[35]

Às 22h20 um Dodge Dart parou em frente ao sobrado de Fiel, na Vila Guarani. Desceu um cidadão e disse a Tereza Fiel: “Vim avisar que seu marido suicidou-se. Aqui estão suas roupas”.

Num saco plástico de lixo estavam a calça, o blusão, os sapatos, o cinto e uma nota de dez cruzeiros. Faltavam as meias azuis de náilon.[36]

Manoel Fiel Filho fora o 39º suicida do regime, o 19º a se enforcar. Como Cláudio Manuel da Costa, com as meias, sem vão livre.



Manoel Fiel Filho foi o 39º suicida do regime, 19º a enforcar-se, 10º a fazê-lo sem vão livre.

O primeiro oficial a ser informado da morte de Fiel foi o subcomandante do DOI, major Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, o *Dr. Flávio*, *Major Hermenegildo*, *Lúcio* e *Garcia* .[37] Dos 522 majores da artilharia só dez tinham a Medalha do Pacificador, com palma. Ele era um.[38] Seu nome estivera na primeira lista de torturadores recebida por Golbery em 1972.[39] E também na última, remetida ao Planalto pelo presidente da OAB.

O corpo do operário foi entregue à sua mulher na noite de sábado por agentes do II Exército que se faziam passar por funcionários do Instituto

Médico-Legal.[40] O velório não deveria durar mais de duas horas, e não se poderia avisar ninguém além da família. Durou hora e meia. Alguns parentes de Fiel diziam aos amigos que ele morrera "de doença". Ao contrário do que sucedera em outubro com Vladimir Herzog, a morte do metalúrgico Manoel Fiel foi encapsulada. O II Exército não emitiu nota oficial. Um policial recomendara aos familiares que ficassem calados, e Tereza levou as filhas para fora da cidade.

Os serviços de informação do governo, que prendiam vendedores de bilhetes de loteria em nome da segurança nacional, mantiveram no escuro o presidente da República e o ministro do Exército. O chefe do CIE, general Confucio, não avisou Frota, porque seus informantes paulistas lhe pediram "boca de siri".[41] O chefe do SNI, general Figueiredo, também recebeu a notícia, mas não a comunicou ao presidente.[42]

Entre as nove e as dez horas da noite de domingo, quando Geisel se preparava para dormir, tocou o telefone da granja do Riacho Fundo.[43] Era o governador Paulo Egydio:

> — Presidente, desculpe incomodá-lo. Morreu outro preso no DOI, outro enforcamento. Eu procurei o Figueiredo e o Golbery, mas não os achei.
>
> — Paulo, não tome providência nenhuma. Você terá notícias minhas.[44]

1 *Jornal do Brasil*, 23 de dezembo de 1975, pp..

2 Para o apoi o, E r nes to Geisel, *Discursos*, vol. 2: *1975*, pp.01. Para a le g itimidade, *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de dezembro de 1975.

3 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 e 5 de novembro de 1975.

4 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, pp.25.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de novembro de 1975.

6 Idem, 4 de novembro de 1975.

7 Depoimento do general Moraes Rego em Maria Celina d' Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, pp.2.

8 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 e 23 de novembro de 1975. O chefe do EME era o general Fritz Manso.

9 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 e 23 de novembro de 1975.

10 Idem, 24 de novembro de 1975.

11 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp.15.

12 *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de novembro de 1975.

13 Idem, 26 de novembro de 1975.

14 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, de 22 de agosto de 1975. APGCS/HF. Essa é a única referência conhecida de Moraes Moraes a respeito da sucessão até 1978, quan do ele assume a chefia do Gabinete Militar. Em seu depoimento ao CPDoc, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, pp.5, sus te nta que, até o assassinato de Herzog, Geisel não tinha candidato .

15 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp.37.

16 Fábio Luz e Davi Carneir o, *Floriano*, vol. 6: *A invasão federalista em Santa Catarina e Paraná*, pp.1. Foi fuzilado o marechal Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, barão de Batovi.

* Desapareceram: Paulo César Botelho Massa, filho do general Cristovão Massa; Paulo Costa Ribeiro Bastos, filho do gene ral Othon Bastos; e Sônia Maria de Moraes Angel Jones, filha do coronel João Luiz de Moraes.

17 Carta de 28 folhas dos presos políticos do Presídio da Justiça Militar Federal de São Paulo a Caio Mário da Silva Pereira, outubro de 1975. APGCS/HF.

18 Carta de Caio Mário da Silva Pereira a Golbery, 26 de novembro de 1975. APGCS/HF.

19 *Memo nº 2.917/SI-Gab*, marcado "c onfidencial", de 12 de dezembro de 1975. APGCS/HF.

20 Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, pp.08.

21 Idem, pp.10.

22 *Documento de Informações nº 046/CISA*, do CISA, de 24 de novembro de 1975. APGCS/HF.

23 Ayrton Baffa, *Nos porões do SNI*, pp.4.

24 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de janeiro de 1976.

25 Marco Aurélio Borba, "Avançar ou recuar, eis a questão", *Opinião*, 16 de janeiro de 1976, pp..

26 *Diário de Heitor Ferreira*, 7 de janeiro de 1976.

27 *Folha de S.Paulo*, 16 de janeiro de 1976, pp..

28 Idem, pp..

29 O escriturário é Antonio d'Albuquerque, *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, pp.47. O assistente de enfermagem, Geraldo Castro da Silva, e o vendedor de bilhetes, Sebastião de Almeida. Para esses dois últimos casos, Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, pp. 63 e 54, respectivamente. Para a educação do vendedor, seu depoimento, idem, pp.68.

30 Para o ponto, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*, pp.50.

31 Depoimento de Geraldo Castro da Silva e de Sebastião de Almeida, em Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, pp. 64-8.

32 Ricardo Kotscho, "Manoel, da fábrica da Mooca para a morte", *O Estado de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1976, p.16. Ver também Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, pp.1.

33 Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, pp.0.

34 Idem, pp.9.

35 Depoimento de Geraldo Castro da Silva, em Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, pp. 64-5.

36 Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, pp.6.

37 Para o *Dr. Flávio*, informação dada pelo sargento Marival Chaves Dias do Canto ao reporter Expedito Filho, em dezembro de 1991. Para os demais, carta dos presos paulistas a Caio Mário da Silva Pereira, outubro de 1975. APGCS/HF.

38 *Almanaque do pessoal militar do Exército*, de 1975, p.265. A concessão da palma destina-se, geralmente, a reconhecer atos de bravura, e na maioria dos casos ela foi concedida por motivos inteiramente estranhos às atividades do porão. Entre os outros nove condecorados, mais três passaram pelo porão: Lício Augusto Ribeiro Maciel, do CIE, Carlos Alberto Brilhante Ustra e Enio Pimentel da Silveira, do DOI-SP.

39 Uma folha de papel rasgada, manuscrita por pessoa desconhecida, e uma folha de bloco, com notas de Golbery e Heitor Ferreira. Sem data, cerca de setembro de 1972. APGCS/HF.

40 Para a verdadeira identidade, nota do capitão Nelson Dias Dourado, assistente de Figueiredo, de 19 de janeiro de 1976, em sete folhas de bloco manuscritas, intituladas *Caso Demissão Ednardo*, anotadas por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

41 Depoimento do general Enio Pinheiro em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, pp.30.

42 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de janeiro de 1976.

43 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp.74. Ernesto Geisel, outubro de 1985.

44 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.

PARTE II
O MURRO NA MESA

II Exército tem novo comandante

NAS FOTOS ANTERIORES:

O golpe argentino animou a dissidência militar
O general Hugo Abreu, surge um dissidente
O ministro Sylvio Frota, fardado, festejado no Congresso
Geisel com o professor Henry Kissinger
A morte de um operário liquidou o general Ednardo

Uma noite de cão

O general Ernesto Geisel não dormiu: “Passei uma noite de cão. (...) irritado, pensando em como iria agir. Não falei com ninguém. Fiquei deitado, me virando na cama e matutando no que iria fazer. E vi que a solução era tirar o Ednardo do comando do II Exército”.[1]

Suspeitando que o assassinato do operário Manoel Fiel Filho no DOI de São Paulo tivesse sido premeditado, tomou-o como um desafio. Nunca se estabeleceu uma prova conclusiva de que a morte de Fiel tenha sido uma provocação, mas o aparecimento de outro suicida, novamente enforcado, na mesma carceragem onde Vladimir Herzog fora pendurado 84 dias antes, dava à sequência um inevitável caráter de confronto.

Geisel nunca enumerou as conjeturas que o acompanharam nas horas de insônia que viveu no Riacho Fundo. A decisão central — demitir Ednardo D’Avila Mello —, tomou-a em menos de meia hora.[2] Até o amanhecer, tomou outras. A mais surpreendente foi manter Golbery longe da crise. Poderia ter lhe telefonado à noite, ou mesmo pela manhã. Nas primeiras horas do dia, mandou que o ajudante de ordens convocasse os generais Figueiredo, Hugo Abreu e Sylvio Frota. Durante o verão não despachava no Planalto nas manhãs de segunda-feira. Recebeu-os no Alvorada (aonde Golbery não foi chamado).

O presidente lançou-se ao primeiro choque frontal e público com um chefe militar. Era o choque que evitara em 1964, quando fizera vista grossa às torturas que haviam sido praticadas em quartéis do Nordeste, e que evitara nos primeiros anos de governo, quando se vira encurralado por Frota

no caso da prisão do ex-deputado Marco Antônio Coelho. Foi ao choque sem deixar espaço de negociação, nem mesmo para salvar aparências. Sumária, a demissão negou a Ednardo o direito de argumentar que passara o fim de semana fora de São Paulo. Imediata, estabeleceu a relação de causa e efeito com a morte do operário. No depoimento a Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, Geisel comparou a punição imposta ao comandante do II Exército ao hábito do marechal francês Joffre de transferir para a cidade de Limoges os comandantes ineptos da frente na Primeira Guerra Mundial: "No combate, quando você tem um chefe que é inepto, você afasta. E às vezes afasta de uma maneira ostensiva para servir de exemplo aos outros. Como se dissesse: 'Vocês tenham cuidado no procedimento, senão vai acontecer o mesmo com vocês'".[3]

Geisel exemplou o general para restabelecer a autoridade da Presidência. Evitou personalizar o episódio, poupando a figura de Ednardo, para quem sempre teve boas palavras, chamando-o até de "amigo". No mesmo depoimento a Maria Celina d'Araujo e Celso Castro, numa construção que só as memórias verbais estimulam, ele disse: "Eu não puni o comandante, eu procurei resolver um problema do Exército!".[4]

O regime acumulara em torno de trezentos mortos e cerca de 6 mil denúncias de tortura, mas naquela noite o problema do general Ernesto Geisel relacionara-se com a disciplina militar, não com os direitos humanos. Entendia a ditadura como uma modalidade de governo às vezes necessária e, no caso brasileiro, conveniente. Aceitara a tortura e os assassinatos porque vira neles recursos lógicos para a defesa do Estado. Seu limite era a anarquia militar. Perdera quase dois anos de mandato buscando um caminho que lhe permitisse restaurar o primado da Presidência da República sem golpear colegas de farda. Sabia que, se chegasse a esse ponto, estaria levando água ao monjolo da oposição, que, havia onze anos, vinha pedindo a punição dos torturadores. O DOI não lhe deixara alternativa. Era o Exército que tinha um problema, e ele o estava resolvendo.

Figueiredo foi à reunião do Alvorada acompanhado por seu assistente, o capitão Dias Dourado. Dourado tivera dois primos mortos no Araguaia. Um em tiroteio, outro fuzilado, mas evitava falar no assunto.[5] Às nove da manhã, anotou um recado vindo do SNI:

> Manoel Fiel Filho
> — Operário da Metal Arte — S. Paulo.
> — Cometeu suicídio no sábado dia 17 de janeiro nas dependências do DOI/II Exército, aproximadamente às 13:30 hs.
> — Perícia feita pela equipe do DOPS concluiu que o nominado cometera autossuicídio por estrangulamento usando uma meia de nylon.
> — Segundo laudo pericial o corpo não apresentava quaisquer sinais de violência.[6] [*Veja o documento*]

O presidente recebeu Frota na biblioteca e o colocou diante de um caso encerrado: Ednardo seria imediatamente demitido e substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro. Mais: Frota deveria exonerar o chefe do Centro de Informações do Exército, general Confucio Danton de Paula Avelino.[7] O ministro reagiu de forma exemplar. Expediu um radiograma urgentíssimo ao comando do II Exército registrando seu "grande aborrecimento e tristeza" com a notícia do "suicídio" de Fiel e ordenando:

> Repetição sistemática esse fato vg pois é terceira vez que acontece vg deve ser apurada em rigoroso inquérito vg visando a levantar vg não somente causas e responsabilidades no caso específico de Manoel Fiel Filho vg como também as razões e circunstâncias vg entre elas comportamento dos elementos de vigilância de presos vg

que teriam concorrido vg de uma maneira ou outra vg para estes atos de desespero pt[8]

Ednardo estava no QG do Ibirapuera, presidindo uma reunião dos generais sob seu comando. Foi chamado ao telefone. Era Frota. Demorou-se pouco e voltou à sala: “Fui exonerado”.

O general Dilermando Gomes Monteiro foi nomeado para o comando do II Exército. Uma das primeiras pessoas que visitou foi o cardeal Paulo Evaristo Arns.

Ia recomeçando os trabalhos, mas o comandante da 2ª Região Militar, Ariel Pacca da Fonseca, seu substituto legal, ofereceu-se educadamente

para tomar-lhe o lugar.[9]

Às 11h45, o capitão Dias Dourado recebeu um segundo relato:

> (...) — Nominado era casado com dois filhos e não há qualquer sinal de violência no corpo.
> — Foi encontrado estrangulado com uma meia de nylon de homem. Não está caracterizado suicídio.[10] [*Veja o documento*]

Virou o jogo. Entre as 9h e as 11h45 estrangulara-se o suicídio.

Chegando ao Planalto, Figueiredo encontrou-se com Heitor Ferreira: "O Golbery tinha razão. Agora só falta fazer Bum!!".[11] "Bum", para Golbery, significava a explosão de Frota, mas o ministro tivera uma conduta impecável. Aborrecera-se por não ter sido avisado da morte do preso, aceitara a exoneração de Ednardo e concordara com a demissão do chefe do CIE.

No meio da tarde, Geisel perguntou a Heitor Ferreira: "Não pode deixar de divulgar, não é?".[12] Até as 18h ninguém soubera que Ednardo havia sido defenestrado. A morte de Fiel fora noticiada, mas, ao contrário da de Herzog, não moveu procissões. O governador Paulo Egydio, seguindo a recomendação recebida na noite anterior, permaneceu calado. O secretário de Imprensa, Humberto Barreto, convocou os jornalistas e leu uma nota lacônica comunicando que o general Ednardo fora demitido do comando do II Exército e transferido para o Departamento de Ensino e Pesquisa, cujo chefe, Dilermando Gomes Monteiro, iria para a guarnição de São Paulo. Assombrados e estupefatos, os comandos militares ouviram a notícia pelos programas informativos das rádios.[13]

* * *

No dia seguinte, produziu-se um silêncio aterrorizante. Quem perdeu não reclamou. Quem ganhou não festejou. Dos quatro grandes jornais, apenas a *Folha de S.Paulo* divulgou a demissão com algum destaque, um título em três colunas, no alto da capa. Só *O Estado de S. Paulo*, numa curta nota de primeira página, associou a queda de Ednardo à morte de Fiel. O Congresso estava em férias, o que desobrigava os parlamentares oposicionistas de usar a tribuna. Ulysses Guimarães, que terminava uma viagem de doze dias a cinco estados do Norte e do Nordeste, evitou o assunto.[14]

Ednardo resignou-se e decidiu requerer sua transferência para a reserva. Queixou-se da ação imperial do presidente, que considerou uma "deselegância".[15] Desarmado de argumentos para discutir a resolução, colocou-a no campo das boas maneiras. À falta de outra, essa viria a ser a trincheira do descontentamento. "Isso não se faz", dissera, a portas fechadas, o comandante da 9ª Região Militar, general Gentil Marcondes Filho.[16] Nenhuma autoridade civil ou militar defendeu Ednardo publicamente. O discreto cardeal Sales, do Rio de Janeiro, telefonou a Geisel, solidarizando-se com a providência.[17]

O mutismo da oposição significava respeitoso resguardo. Estava-se diante de uma crise militar de proporções desconhecidas. Geisel tomara uma decisão solitária, aceitando todos os riscos que ela trazia. Quanto a isso, parecia haver consenso. O senador Gilvan Rocha, do MDB, diria que "a política brasileira está no fim de um ciclo", sem que se arriscasse a prever "aonde ela vai dar". Seu oposto, Dinarte Mariz, acreditava que o país estava "dentro de um processo político cujos rumos ainda não pude, por mais esforços que tenha feito, alcançar. Não tenho noção do que possa acontecer".[18]

Nas primeiras 48 horas a demissão pareceu ter saído a preço de custo. Ao contrário do que sucedera com Herzog, quando o velório e o culto ecumênico engrandeceram o episódio, a morte do operário Fiel — um católico praticante — não mobilizou a Igreja. O cardeal continuou em

férias, e o bispo da região leste foi encarregado de rezar a missa do sétimo dia, não na Sé, mas na pequena paróquia de Vila Guarani. A Arquidiocese informou que a escolha beneficiava os vizinhos de Fiel, favorecendo-lhes o acesso ao templo.[19] De volta a São Paulo, Ulysses Guimarães disse que "o remanejamento de comandantes militares é uma decisão íntima do presidente da República e uma intromissão de nossa parte nesse setor não teria cabimento".[20]

Era uma paz de comédia. Fingia-se que a exoneração de Ednardo fora um "remanejamento", quando fora punição. Se era impossível acreditar que Fiel tivesse se suicidado, muito mais difícil seria fazer crer que Ednardo perdera o comando num ato de rotina, sem relação com a morte do operário. A associação feita pelo *Estadão* soara incômoda. Como sempre acontecia nesses casos, tentou-se transferir o problema do seu centro para algum lugar da periferia. Houvera um assassinato no DOI, e o presidente da República demitira o comandante do II Exército, mas nada disso teria importância. Grave mesmo seria ligar uma coisa à outra. Numa conversa telefônica com um repórter d'*O Estado de S. Paulo*, Humberto Barreto vocalizara o óbvio: Ednardo fora demitido porque Fiel morrera. O telefone estava grampeado, e o diálogo, circulando pelo palácio, demonstrava que um dos mais próximos colaboradores de Geisel violara a coreografia da crise.

Heitor Ferreira mandou um bilhete ao presidente:

> No dragão Humberto x *Estadão*, acho que ele (Humberto) fez muito bem em — *off record* — chamar o foco para a ligação dos fatos "morte do preso" "demissão do comandante".
>
> A ligação havia.
>
> Era a chave da força de sua atuação.
>
> Disfarçá-lo poderia ser bom para o General comandante, mas não para o Presidente.[21]

Na quarta-feira, num audacioso editorial, o *Estado* disse o que Geisel gostaria de ter dito:

> O gesto destemido do presidente Ernesto Geisel marca uma situação histórica: a reversão imposta à avalancha de descalabros (...). Não começa, nem termina na pessoa do general Ednardo D'Avila Mello. Feito em nome das instituições, é na restauração destas que parece destinado a se consumar. No que tange à responsabilidade imediata do general Ednardo D'Avila Mello, duas hipóteses são verossímeis: ou permitia os excessos que não podia desconhecer ou lhe faltaram condições, internas ou externas, de coibi-los.[22]

Heitor Ferreira registraria em seu *Diário*: "Falcão preocupado. Ele e o Frota estão excitados com os jornais". O ministro mudara de posição. Convocara uma reunião do Alto-Comando do Exército para a manhã seguinte. "Para que o Frota convocou essa reunião?! Vai haver debate!", reclamou Geisel.[23]

* * *

Ia. Em outubro, no episódio do aparte de Leite Chaves, o Alto-Comando reunira-se rotineiramente e podia-se dizer que a tentativa de emparedamento do presidente resultara de uma coincidência. Agora, parecia-se mais com uma reunião extraordinária do Comitê Central. Hugo Abreu expôs o raciocínio que levara Frota a chamar os generais: "O Sr. Ministro ficou em dúvida sobre o acerto da decisão tomada, com seu apoio, e convocou o Alto-Comando para dar explicações".[24] Era um estímulo à desordem. Não competia ao ministro discutir o acerto de uma determinação do presidente, muito menos explicar-se a subordinados.

O Alto-Comando do Exército adquirira existência formal em 1952 e metera-se em política pela primeira vez na crise que acabou no suicídio de Getulio Vargas. Sua importância vagara ao sabor da personalidade dos ministros. O general Henrique Lott, condestável da segunda metade dos anos 1950, reunira-o no dia seguinte à posse e nunca mais. Depois de 1964, coubera-lhe a tarefa de organizar as listas de promoções ao generalato, o que determinava a realização de três encontros anuais. Orlando Geisel, ministro por cinco anos, convocou-o em quinze ocasiões, o mínimo indispensável.

Em dezenove meses, Frota reunira os generais pelo menos dezesseis vezes. Rompendo a praxe, desligara o gravador durante as discussões estranhas ao temário profissional.[25] Dera aos encontros do Alto-Comando uma competência estapafúrdia e marota. Estapafúrdia por transformar um plenário técnico em conselho de administração da República. Marota, por investi-lo de poderes que a hierarquia não lhe dava mas a desordem permitia fingir que tinha. Ritualizara a racionalização da indisciplina. Havia uma Revolução, as Forças Armadas eram o seu poder constituinte e o presidente da República, seu delegado. Assim, o Alto-Comando do Exército, presidido pelo ministro, seria uma instância de poder suprarrepublicana.

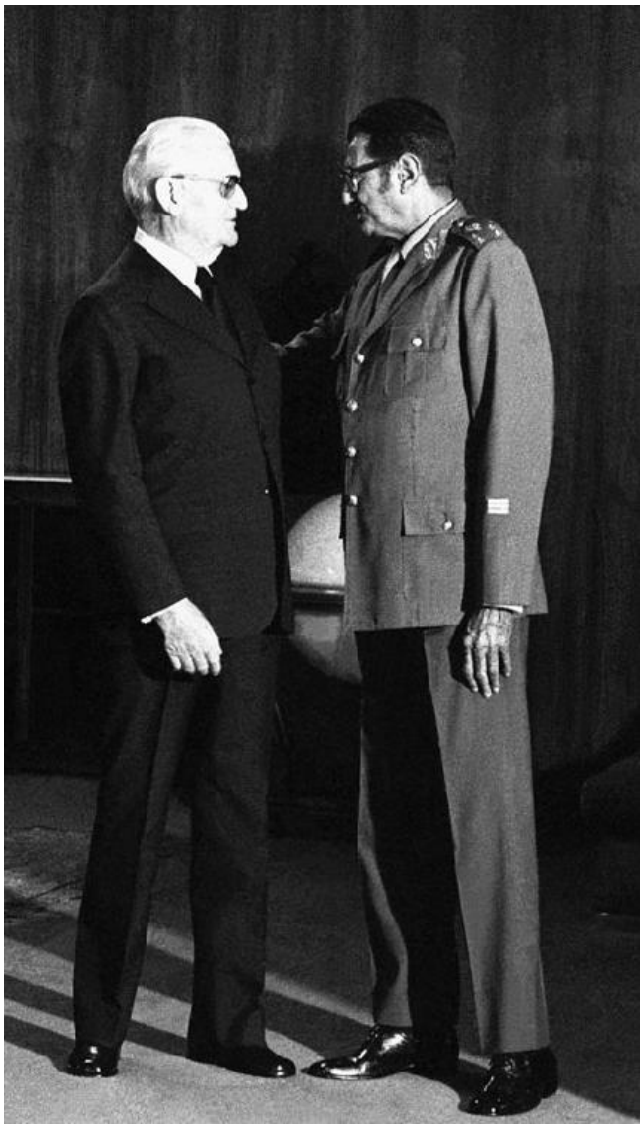
Ao contrário de Costa e Silva, que durante o consulado de Castello Branco usara construções semelhantes para manipular a indisciplina, Frota acreditava nessa proposição. Em vez de representar o governo no Exército, representaria o Exército no governo.[26] Posição conveniente, mas embaraçosa, pois, se pressupunha a existência de um poder supremo, ele não conseguia impô-lo ao presidente. Movia-se num paradoxo, desempenhando o duplo papel de ministro e comissário. Com um capacete, encarnava a disciplina do imaginário das ditaduras militares. Com outro, a anarquia da vida real do regime. Quando prevaleceu como comissário, foi um ministro fraco. Quando se fortaleceu como ministro, cumprindo as

determinações de Geisel, tornou-se comissário frouxo. Foi o que lhe aconteceu nos dias seguintes à demissão do comandante do II Exército.

Frota preparara o roteiro dos debates do Alto-Comando com um telegrama aos comandantes militares, no qual lhes pediu que relatassem a repercussão do defenestramento de Ednardo. Levou à reunião um documento escrito e o texto de uma mensagem que recebera do Sindicato dos Metalúrgicos do município de São Paulo exigindo a "punição rigorosa" dos responsáveis pela morte de Fiel.[27] Pretendia solicitar a Falcão que punisse o sindicato.

Dois dos quatro comandantes de tropa estavam descontentes. Um era o general Oscar Luiz da Silva, do III Exército.[28] O outro, Moacyr Barcellos Potyguara, da guarnição do Nordeste, respondera ao telegrama de Frota com um quadro ameaçador: "Pessoal militar sentiu grande frustração em ver um alto chefe ex servir pasto subversivos infiltrados política e imprensa, sem meio defesa; órgãos segurança apreensivos podendo ter sua eficiência diminuída no combate à subversão".[29]

Difícil. Potyguara estava em Brasília. Não se pode saber quais comandantes de tropa consultou. Mesmo que tenha consultado todos, não refletiu nem registrou a opinião do general José Maria de Andrada Serpa, o *Serpa Preto*, da 7ª Região Militar e da 7ª Divisão de Exército. Oficial respeitado, era o comandante de tropa com maior poder de fogo no Nordeste. Sua família vinha dos Andrada da Independência, e seu avô fora um dos grandes chefes militares do Império. Oficial reservado, faltava-lhe a notoriedade exuberante do irmão Antonio Carlos (o *Serpa Louro*, também general). Os dois estiveram nas conspirações contra Vargas e Goulart, bem como no radicalismo dos primeiros anos da ditadura. Suas ligações com o presidente eram nulas. Uma discreta rivalidade separara os irmãos Serpa dos Geisel.



Em janeiro de 1976, o general José Maria de Andrada Serpa tornou-se o primeiro comandante militar a negar solidariedade à máquina repressiva dos DOIs. Fez isso formalmente.

Serpa respondera ao telegrama de Potyguara no mesmo dia:

> Informo Vossa Excelência que os fatos ocorridos em São Paulo, praticamente não tiveram repercussão nas Organizações Militares da 7ª RM/DE. (...)
>
> Tomo, entretanto, a liberdade, face as minhas responsabilidades de comando, de alertar a Vossa Excelência sobre a possibilidade de

> criação de crises artificiais. Também julgo oportuno tratar no presente expediente do problema dos DOI. Com cerca de sete anos de existência prestaram, evidentemente, grandes serviços ao Exército e coletividade, com sacrifício de vidas, tomando a seu cargo, inclusive missões policiais. Creio todavia que atualmente devia sofrer uma reformulação, no sentido de se voltarem particularmente para as atividades específicas de informações, fundamentais para a segurança, deixando as ações de natureza policial, sob nossa orientação, a cargo das polícias federal e estaduais.[30] [*Veja o documento*]

A crise artificial foi destruída antes do começo dos trabalhos. Logo que Frota declarou aberta a sessão, o comandante do I Exército, Reynaldo Mello de Almeida, pediu a palavra e chamou a atenção dos colegas para o fato de que não iria discutir a decisão de Geisel, "pois o Alto-Comando não tinha competência para isso". Não foi rebatido. Outros quatro generais o acompanharam.[31] Reynaldo acabara de dissolver a reunião do comitê do comissário Sylvio Frota.

* * *

Estranho personagem. Circunspecto e formal, sempre atrás de óculos escuros de fundo de garrafa, o general Reynaldo tinha tudo para ser uma celebridade, mas o temperamento retraído transformara-o numa pessoa desprovida de vaidade. Filho de José Américo de Almeida, encarnação civil da Revolução de 1930 no Nordeste, nada devia ao pai. Fizera uma carreira militar impecável e ganhara a quarta estrela pelo voto unânime do Alto-Comando.[32] Fora do quartel, ocupava-se como radioamador ou consertando televisões. Era uma das poucas pessoas a quem Geisel se referia como amigo.[33]

Conheceram-se nos anos 1930. Um, cadete de Realengo, em férias na Paraíba. O outro, tenente e sete anos mais velho. O herdeiro do senhor da terra vira no filho de um imigrante alemão o modelo de oficial que pretendia vir a ser. Decidira-se pela arma da artilharia porque essa era a de Geisel. Octogenário, haveria de lembrar-se com afeto dos dias em que o tenente deixava que montasse seu alazão Ambolê. Serviram juntos pela primeira vez em 1934 e, um ano depois, atiraram contra os comunistas rebelados na Escola de Aviação.[34] Em 1961, o coronel Reynaldo chefiava o Estado-Maior de Geisel durante a crise da renúncia de Jânio Quadros. Em 1964, quando foi promovido a general, recebeu a espada das mãos de seu amigo. Chamava-o de “chefe”. Nem “presidente”, nem “Ernesto”.

Na formação do governo, Geisel pensara em colocá-lo na Vice-Presidência, no Ministério do Exército ou no Gabinete Militar. Por conta de uma hostilidade que lhe dedicava seu irmão Orlando, resolveu nomeá-lo para o comando do I Exército.[35] Ao comunicar a decisão ao general Dale Coutinho, percebeu que a proposta caíra mal. “Eu sei, ô Coutinho (...) eu quero botar lá por uma questão de segurança, viu. É um camarada que é meu amigo e que eu confio cem por cento”, encerrou Geisel.[36] Reynaldo estabelecera boas relações com o cardeal Sales e cultivava o empresariado carioca com estudada reserva. Frota tinha-lhe ciúmes.[37] Via nele um eventual substituto. Ia ao Rio de Janeiro quase toda semana, mas dispensara-o de recebê-lo no aeroporto. Nomeava comandantes de tropa para a jurisdição do I Exército sem a gentileza da consulta ao general.[38]

Reynaldo era um comandante rigoroso. A lealdade ao Exército projetava-o como um dos mandarins da ditadura. A lealdade a Geisel somada à distância que o separava de Frota fazem de sua posição diante da demissão de Ednardo um reflexo da problemática imposta pela tortura e pela anarquia à disciplina militar.

Desde março de 1974, quando assumira o comando do I Exército, haviam desaparecido seis pessoas na sua área. Duas foram vistas, vivas, no

DOI da Barão de Mesquita.[39] Os aparelhos que o CIE mantivera em Petrópolis e no Alto da Boa Vista tinham sido desativados, mas a máquina de torturas do quartel da PE continuava a funcionar.[40] Passaram por ela tanto Marco Antônio Coelho como o jornalista Sergio Gomes da Silva.

Durante a reunião do Alto-Comando, Reynaldo entregou a Frota um documento de três páginas. Reconhecera a autoridade do presidente, mas mostrou-se preocupado com o "desprestígio" imposto a Ednardo e com o "surgimento, no consenso dos militares, da ideia de que o governo dá maior prioridade aos problemas relacionados com a distensão política do que os ligados à Segurança Nacional". Temia que, por "desmotivação e falta de confiança", o aparelho de repressão se retraísse. Propunha um surto repressivo: "Fazer o Sistema de Segurança Interna funcionar e operar, a curto prazo, com os cuidados indispensáveis, objetivando demonstrar que a repressão às ações subversivas e contestatórias ao regime continuarão a serem realizadas com firmeza e decisão".

Prender esquerdistas era a parte fácil. O general preocupava-se com a parte difícil: "[A] radicalização da ação anticomunista fora do controle militar, determinando reaparecimento de organizações paralelas, atualmente inativas (...). Estas organizações irão constituir-se, seguramente, em elementos perturbadores da ordem pública em grandeza imprevisível, podendo ser dado início a lutas incontroláveis e altamente danosas à nacionalidade".[41] [*Veja o documento*]

O general Reynaldo Mello de Almeida era um dos poucos amigos de Geisel no Exército. Chamava-o de “chefe”. Nem “presidente”, nem “Ernesto”.

Sabia do que estava falando. Em 1968, o Rio de Janeiro havia sido o principal foco e base de operações do terrorismo militar. Temia que voltasse a sê-lo. Alguns veteranos estavam na reserva, outros em Brasília. Vinham combatendo com o mimeógrafo em que imprimiam panfletos contra o governo. Depois da demissão de Ednardo retomaram o bombardeio postal. Dispararam um simulacro de anúncio fúnebre dando conta do “enterro do Exmo. Sr. Gen. Ex. Sylvio Frota”, “falecido no despacho Presidencial do dia 19 de janeiro de 1976, quando foi apunhalado covardemente o Cmt. do II Exército que sucumbiu na defesa dos ideais da nossa revolução”.[42] [*Veja o documento*]

O ministro recebera uma cópia do anúncio e abatera-se. Tomava esse tipo de ataque como reflexo da debilidade de sua liderança. Circulou o murmúrio de que perdera o sono e tivera um ligeiro desmaio.[43] Assim como não procurara identificar os autores dos panfletos que meses antes chamavam Golbery de “advogado dos comunistas” e “lacaio da Dow Chemical”, o ministro do Exército não teve interesse em identificar os agentes de seu funeral.[44]

Levou o panfleto a Geisel, causando-lhe má impressão. Nervoso e inseguro, em nada lembrara ao presidente o ministro que, na manhã do dia 19, surpreendido pela notícia da morte de Fiel, parecera um comandante enérgico.[45] A ambiguidade de Frota reabriu a discussão da conveniência de sua demissão. Hugo Abreu achava que "a linha de ação mais segura será procurar mantê-lo no cargo, pelo menos temporariamente, para não criar um novo problema".[46] Geisel consultou Reynaldo. Mesmo sabendo que poderia vir a ser o substituto de Frota, o amigo desestimulou-o, argumentando que o Exército não aguentaria mais um choque.[47] Convinha pisar no freio.

Puxou-se o freio de mão entregando-se o IPM que investigaria a morte de Manoel Fiel Filho ao coronel Murillo Alexander, um paraquedista de 51 anos que chefiava o estado-maior da 2ª Divisão de Exército. Numa patifaria do acaso, Alexander tornou-se o oficial que, tendo sido mobilizado na tentativa de dissimulação do primeiro assassinato documentadamente ocorrido num quartel da ditadura, foi chamado para presidir o último inquérito que dissimulou um suicídio de preso ocorrido num cárcere do Exército.*

No dia 22 de novembro de 1969, cumprindo ordens do tenente-coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, do CIE, ele partira do quartel da PE de Deodoro com destino ao Hospital Central do Exército. Levava o cadáver do estudante de medicina Chael Charles Schreier, o *Joaquim* da VAR-Palmares, um ex-estudante de medicina de 23 anos.[48] Chael tinha dez costelas quebradas e uma extensa hemorragia interna. Morrera de pancada.[49] O Centro de Informações do Exército queria simular sua internação, mas fora repelido pelo general-diretor do hospital. Alexander era sócio fundador do CIE e de seu braço terrorista, o grupo responsável por dezoito dos vinte atentados a bomba ocorridos no Rio de Janeiro em 1968. Ele mesmo explodira uma carga de dinamite no escritório do príncipe herdeiro da Coroa imperial, em Petrópolis,[50] e participara de um atentado malsucedido à embaixada da Polônia.[51] Em 36 dias, o coronel tomou

dezesseis depoimentos, colecionou cinco laudos e informou ao país que Manoel Fiel Filho se suicidara.[52]

* * *

Ednardo fora-se, mas faltava a cabeça do chefe do CIE. Frota, que no primeiro dia da crise concordara em demiti-lo, remanchou. Além disso, ganhara um aliado: o general Hugo Abreu. Nenhum dos dois sabia o tamanho da conta de Confucio com o presidente. Geisel considerava-o um mau oficial, não o quisera no CIE e amargava o arrependimento de ter cedido a um apelo sentimental de Dale Coutinho. Diante de uma gestão do chefe do Gabinete Militar, Geisel rebateu: "Não senhor. Não me venha com coisinhas. O Confucio sai. Eu não tenho confiança nele, é o quanto basta de motivo para ele sair. Está bem que não seja amanhã de manhã, embora eu o devesse ter tirado no dia! Mas que ele sai, sai".[53]

Não saiu. Hugo Abreu pedia cautela, até porque Confucio vinha dizendo que a sua queda significaria a desmoralização de Frota. Geisel estourou: "Você está sempre na psicologia do verde-oliva. Não me interessa a opinião do verde-oliva. (...) Não me interessa a moçada da Vila. (...) Falta chefe nessa droga".[54]

Dois dias depois, seria menos candente, porém mais específico: "Façam as ilações que quiserem. Se eu não posso tirar um general de brigada, não posso mais nada! Ele tem que ir embora. (...) O ministro não pode ter duas amarras! A lealdade dele é com o presidente! O Confucio é incapaz para a função! Foi um dos erros que cometi. (...) Devia ter feito pé firme. Daqui a uns dias vou mandar um recado para ele (Frota): 'Peço que me mande pelo portador o decreto de exoneração do Confucio'".[55]

Durante um despacho, Geisel levantou o assunto com o ministro do Exército e foi surpreendido pela resposta. Ele disse que ia "pensar".[56] Heitor Ferreira, que se habituara a prever as reações de Frota, anotou:

"Termina engolindo".[57] Passada uma semana, o *Diário Oficial* publicou a exoneração de Confucio Danton de Paula Avelino da chefia do Centro de Informações do Exército.

1 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp. 374-5.
2 Ernesto Geisel, outubro de 1985.
3 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp. 375-6.
4 Idem.
5 São os irmãos José Lima Piauhy Dourado, o *Ivo* ou *José*, e Nelson Lima Piauhy Dourado, o *Nelito*. Nelson Dias Dourado, fevereiro de 1987. Dourado revelou que um de seus primos recebeu ordem para correr e foi metralhado. É provável que tenha sido José, morto no dia 25 de janeiro de 1974.
6 Nota assinada pelo capitão Dias Dourado, às 9h, em sete folhas de bloco, manuscritas e anotadas por Heitor Ferreira, intituladas *Caso Demissão Ednardo*. APGCS/HF. Para sua presença no Alvorada, tenente-coronel Nelson Dias Dourado, fevereiro de 1987.
7 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de janeiro de 1976.
8 *Radiograma nº 54*, do ministro Sylvio Frota ao comandante do II Exército, de 19 de janeiro de 1976, em sete folhas de bloco intituladas *Caso Demissão Ednardo*. APGCS/HF.
9 General Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1984.
10 Nota em duas folhas, do capitão Dias Dourado, intitulada *Manoel Fiel Filho*, de 19 de janeiro de 1976, às 11h45, em sete folhas de bloco intituladas *Caso Demissão Ednardo*. APGCS/HF.
11 *Diário de Heitor Ferreira*, 19 de janeiro de 1976.
12 Idem.
13 Para "estupefação" e "assombro", *Apreciação Sumária nº 05/Gab/76 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 2 de fevereiro de 1976. AEG/CPDoc.
14 *Folha de S.Paulo*, 20 de janeiro de 1976, p. 3.
15 Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, p. 25.
16 General Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1984.
17 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de janeiro de 1976.
18 *Folha de S.Paulo*, 24 de janeiro de 1976, p. 5, e 10 de fevereiro de 1976, p. 4.
19 *O Estado de S. Paulo*, 22 de janeiro de 1976, p. 20.
20 *Folha de S.Paulo*, 22 de janeiro de 1976, p. 4.
21 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Geisel, que o visou. Sem data, marcado "confidencial". APGCS/HF.
22 *O Estado de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1976, p. 3. Essa veio a ser a formulação pública de Geisel, vinte anos depois.
23 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 e 22 de janeiro de 1976.

24 *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, intitulada *Exoneração do Comandante do II Exército*, carimbada "secreto", sem data, de janeiro de 1976. APGCS/HF.

25 *Aspectos Históricos do Alto-Comando do Exército*, organizado pelo general Octavio Costa, de 26 de julho de 1979. Entre sua posse, em julho de 1974, e junho de 1976, Frota convocou 21 reuniões do Alto-Comando, da 66ª à 86ª. Para o gravador, p. 15. APGCS/HF.

26 Walder de Góes, *O Brasil do general Geisel*, p. 78.

27 Para o texto do telegrama, Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, p. 19. O presidente do sindicato era Joaquim dos Santos Andrade, o *Joaquinzão*. Para a leitura durante a reunião, *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, marcada "secreto", sem data, de janeiro de 1976. APGCS/HF.

28 *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, intitulada *Exoneração do Comandante do II Exército*, de janeiro de 1976, e duas folhas de xerox, datilografadas, carimbadas "secreto", sem assinatura, datadas "Rio, 25/1/1976", com a anotação de Geisel: "Do Falcão (conversa com Reynaldo)". APGCS/HF.

29 Telegrama do general Moacyr Barcellos Potyguara, comandante do IV Exército, ao general José Maria de Andrada Serpa, comandante da 7ª Região Militar, 21 de janeiro de 1976, às 13h50. APGCS/HF.

30 *Mensagem de Serviço nº 05-E/2*, da 7ª Região Militar — 7ª Divisão de Exército, ao comandante do IV Exército, 21 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

31 *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, intitulada *Exoneração do Comandante do II Exército*, marcada "secreto", sem data, de janeiro de 1976. APGCS/HF. Eram os generais Euler Bentes Monteiro (chefe do Departamento de Material Bélico), Venitius Nazareth Notare (chefe do Departamento de Comunicações), Dilermando Gomes Monteiro (chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, nomeado para o comando do II Exército) e o general Ariel Pacca da Fonseca (comandante interino do II Exército). Segundo Hugo Abreu, mostraram-se descontentes os generais Moacyr Barcellos Potyguara (IV Exército), Oscar Luiz da Silva (III Exército) e Ramiro Tavares Gonçalves (Departamento Geral do Pessoal).

32 Conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 21 de novembro de 1973. APGCS/HF.

33 Conversa de Geisel com o general Dilermando Gomes Monteiro, 19 de fevereiro de 1974: "De todos os generais, o mais meu amigo é o Reynaldo". APGCS/HF.

34 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

35 Para a Vice-Presidência, *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de abril de 1973. Para o Ministério do Exército e a hostilidade de Orlando Geisel, Ernesto Geisel, novembro de 1994.

36 Telefonema de Geisel a Dale Coutinho, 20 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

37 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 226.

38 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

39 Desapareceram: Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Jayme Amorim de Miranda, Itair José Veloso, Armando Frutuoso e Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto. Os dois últimos foram vistos no DOI. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, pp. 265 e 392.

40 Para a desativação das casas de Petrópolis e do Alto da Boa Vista, general Leonidas Pires Gonçalves, março de 1999.

41 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, de 21 de janeiro de 1976, assinado por Reynaldo Mello de Almeida e marcado "confidencial", intitulado *Exoneração do Comandante do II Exército e sua passagem para reserva*. APGCS/HF.

42 Uma folha com cópia xerox do anúncio fúnebre, de 22 de janeiro de 1976, datada por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

43 Duas folhas de xerox, datilografadas, carimbadas "secreto", sem assinatura, datadas "Rio, 25/1/1976", com a anotação de Geisel: "Do Falcão (conversa com Reynaldo)". APGCS/HF.

44 *Manifesto dos Voluntários da Pátria*, obtido pela Agência Rio do SNI em 19 de março de 1975, e *Novela da Traição*, quarto capítulo, agosto de 1975. APGCS/HF.

45 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro de 1976.

46 *Informação para o Senhor Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Exoneração do Comandante do II Exército*, marcada "secreto", sem data, de janeiro de 1976. APGCS/HF.

47 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998. O general lembrava-se de ter tratado do assunto com Geisel durante uma conversa que tiveram, logo depois da demissão de Ednardo, em Minas Gerais. Geisel foi a Minas no dia 17 de fevereiro.

* Fiel teve o último inquérito, mas não foi o último suicida. De acordo com o trabalho da comissão presidida pelo advogado Miguel Reale Júnior, o último suicida do regime foi o taxista carioca Lourenço Camelo de Mesquita, militante do PCB. Segundo a versão oficial ele se enforcou, em julho de 1977, sentado num vaso sanitário, usando uma cueca e a corda da descarga. Lourenço morreu numa cela da 1ª Companhia de Polícia do Exército, o mesmo quartel onde morrera o estudante de medicina Chael Charles Schreier. Não se instalou inquérito para apurar as circunstâncias de sua morte. Assim, os suicidas foram 41, vinte deles enforcados, onze sem vão livre.

48 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985. Helvecio revelou que foi o autor da ordem para que Alexander fosse à Vila Militar.

49 Necropsia de Chael Charles Schreier em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 4: *Os mortos*, p. 81.

50 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 261-2. O atentado contra o escritório do príncipe foi uma forma de protesto contra a enfiteuse que a família real cobra aos proprietários de imóveis em Petrópolis.

51 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 238.

52 Carlos Alberto Luppi, *Manoel Fiel Filho*, p. 21.

53 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro de 1976.

54 Idem, 3 de fevereiro de 1976.

55 Idem, 5 de fevereiro de 1976.

56 Idem, 10 de fevereiro de 1976.

57 Idem, 11 de fevereiro de 1976.

A campanha do regresso

Parecia restabelecida a autoridade do presidente sobre os quartéis, mas não era bem assim. Dias depois da demissão de Ednardo, o *Jornal do Brasil* noticiara que “Geisel tem todo apoio do Alto-Comando do Exército”. Heitor Ferreira mandou-lhe um bilhete perguntando: “Verdade ou fofoca?”.

“±”, respondeu o presidente.

Heitor passou a questão a Golbery.

“Mais + que –”, escreveu o general.[1]

A punição do comandante do II Exército resultara na afirmação do poder de Geisel e também na criação de novos embaraços para exercê-lo. Firmara sua chefia, mas esse prestígio não lhe ampliava o raio de ação. A oposição queria mais, e mais ele não queria dar. Além disso, mantinha-se aferrado a uma conduta pela qual não misturava políticos às suas maquinações militares. Comandava a política dos “casacas” e a dos generais como mundos separados.

A caminho da metade do mandato, o presidente estava com a autoridade e o projeto de distensão empacotados na própria sucessão. Passaria o governo no dia 15 de março de 1979. Médici, conduzindo a mais imperial das sucessões republicanas, desencapuzara Ernesto Geisel nove meses antes da posse. Fizera isso com a proteção da Censura, e, mesmo assim, ela tivera de reiterar em pelo menos oito ocasiões que, “de ordem superior”, era proibido tocar no assunto.[2] Sem dispor desse modelo para a troca de guarda, num cálculo conservador, Geisel deveria desencapuzar seu candidato no início de 1978.

Desde dezembro de 1973, via o general Figueiredo como “uma das hipóteses de ser o futuro presidente”.[3]

Até junho de 1975, sempre com o nome do chefe do SNI à mão, mantivera dois civis na lista. Um, Paulo Egydio Martins, parecera-lhe intempestivo: “Se ele em São Paulo é tão assustado, imagina como presidente do Brasil!”. O outro era o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, cuja administração admirava.[4] O resultado eleitoral de 1974, no qual Aureliano e Paulo Egydio haviam sido derrotados pelo MDB, somado às dificuldades com Frota, levaram-no à certeza de que precisava de outro general. Os dois nomes fardados formavam um delicado estratagema. Frota, o candidato de oposição ao governo, encarnava um projeto de radicalização do regime. Figueiredo, o candidato do presidente, era parte dessa mesma ditadura. De um lado, Geisel trazia o chefe do SNI na manga. De outro, estava o ministro do Exército, candidato natural desde maio de 1974, quando assumira o cargo.

O presidente sabia que não legaria um Milagre Econômico ao seu sucessor. Fechara 1975 com um crescimento de 4,2% do PIB e a inflação em 29,4% (5,1 pontos abaixo da de 1974). Aumentara as exportações em 8% num ano em que o comércio mundial se expandira 5%.[5] Baixara o déficit comercial de 4,7 bilhões de dólares para 3,5 bilhões de dólares.[6] Até que não foi mal, mas dos tempos de Delfim Netto restava apenas saudade. O II PND, de Reis Velloso, tornava-se vaga esperança. O quadro econômico aconselhava cautela política.[7] Num artigo de jornal em que se defendia o deslocamento da preferência pelas exportações para uma maior preocupação com o consumo interno, capaz de permitir uma ampliação das “bases de legitimação política”, Golbery sublinhara essas quatro palavras.[8] Queria legitimação, mas não havia de onde tirá-la.

Tratava-se de fabricar um candidato sem que houvesse candidatura. Como chefe do SNI, o general Figueiredo já não vestia farda. Usava paletós apertados e óculos escuros. Parecia muito mais um delegado de polícia que

um projeto de presidente, sobretudo quando se comparava sua postura à circunspecção de Médici e à marcialidade de Geisel. Não conversava com políticos e aparecia pouco em público. Desde as primeiras semanas de governo, Heitor Ferreira passara a abastecê-lo de livros. Um dos primeiros foi *Como se faziam presidentes*, trabalho sobre as sucessões da República Velha lido por Geisel em 1973.[9]

> — Já leu? — perguntou Heitor.
> — Não li. Vou lê-lo. Mas não creio que eu e tu possamos lucrar alguma coisa...[10]

Até o final de 1976, Heitor mandou-lhe pelo menos vinte volumes de bibliografia presidencial. Dois — uma biografia do general americano George Marshall e o clássico de Robert Sherwood sobre as relações de Franklin Roosevelt com seu amigo e assessor Harry Hopkins — saídos da biblioteca pessoal de Geisel. Além deles, ia desde *El Guarani a su alcance* até o relato d'*Os mil dias* do governo Kennedy. Autor brasileiro contemporâneo, só um: os dois volumes d'*Os donos do poder*, de Raymundo Faoro. Ficção, *Ardil 22*, do americano Joseph Heller, e nada mais. Leitura para o chefe do SNI, três: um trabalho do vice-diretor da CIA, uma biografia do almirante Canaris, chefe do serviço de informações militares do Terceiro Reich, e outra do representante dos serviços ingleses junto à Casa Branca durante a guerra. Heitor divertia-se fazendo circular pelo Planalto papéis, artigos e livros. Remetia até tiras de Charlie Brown, mas havia cálculo tanto nas brincadeiras como na seleção. Faoro, por exemplo, trocaria a posição de inconspícuo autor de um clássico da historiografia brasileira pela notoriedade de presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Em maio de 1975, Heitor Ferreira distribuiu uma de suas melhores (e mais sibilinas) criações. Coubera numa folha de papel e se

chamava *A Sucessão — Drama em Três Atos — Produção e Direção de Ernesto Geisel*.

Dizia o seguinte:

> 1º Ato: Econômico
> 2º Ato: Militar
> 3º Ato: Político
>
> A peça, que vem sendo representada com altos e baixos desde 1891, exige cuidadosa montagem e cenários atualizados e a criação de efeitos especiais para cada um dos atos. A escolha inicial do elenco e a distribuição de papéis ocupa vitalmente o diretor.
>
> O 1º Ato é o mais longo e cria o clima, 3 anos.
>
> O 2º Ato é chave, tenso. Demanda direção enérgica. Dois anos.
>
> O 3º Ato é breve e apoteótico, nas últimas versões. Sete meses.
>
> O produtor-diretor, uma vez decidido a levar a peça à cena, tem, de início, grande liberdade de ação, na preparação dos cenários, na escolha dos atores, nos retoques no roteiro; essa liberdade vai diminuindo, chegando a um ponto em que os três cenários já estão prontos, os atores já ocupam o palco e as coxias, e o drama tem que se desenrolar como está.
>
> O atual produtor-diretor foi assistente de produção na versão de 1966, levada à cena em produção curtíssima, de Castello Branco, mas sob a direção nos 2º e 3º atos de Costa e Silva; conhece a fundo as dez últimas versões.[11]

Em junho, Heitor mandou uma cópia da peça a Figueiredo, que aceitou o jogo sério embutido na brincadeira:

Com referência à peça *A Sucessão* em que você, com muito espírito e com a autoridade de "contrarregra" da peça de 1966, coloca a questão diante do "produtor-diretor" — seria bom ter presentes os seguintes pontos:

1ª — A primeira fase (econômica) é básica e preparatória da fase seguinte. Seu desenrolar até um bom êxito depende, entretanto, da atuação de "atores estrangeiros", peças-chave em teatros extrafronteiras, em particular de além-mar... Esse "1º ato" tem o seu bom sucesso na dependência, também e particularmente da crise internacional e, em primeiro plano, da questão do petróleo.

2ª — A 2ª fase é por demais delicada pois que, consoante o desenrolar da 1ª, a capacidade de decisão do "produtor-diretor" pode ficar tolhida pela limitação dos futuros atores fardados a nomes que não tenham capacidade para atuar de forma a garantir um aplauso da "plateia" ao ato final.

3ª — Há que se ter em vista o "ensaio" dessa mesma peça pelo "grupo concorrente", inclusive usando atores com "contrato permanente" com o grupo do nosso produtor-diretor, mas que podem se transferir de palco caso lhes seja oferecido o papel de "estrelas" (...)[12] [*Veja o documento*]

O general temia que Frota levasse o palco para os quartéis, representando um novo e aplaudido papel. Seu chefe de gabinete, Newton Cruz, chegou à mesma ansiedade, por outro caminho: "Fico também muito preocupado com o produtor-diretor sendo aplaudido e vaiados os atores, todos por ele escolhidos. Podem os atores rebelar-se contra o papel ou contra a direção... A rebeldia, por sua vez, poderá ser ostensiva — o que implicará mudança de atores ou cancelamento de papéis — ou velada — do que poderão resultar apresentações simultâneas, com outro roteiro, sobre o mesmo tema".[13] [*Veja o documento*]

Tradução: é política arriscada encurralar Frota e os órgãos de segurança. Podem derrubar o governo ou, no mínimo, insubordinar-se.

* * *

O maior obstáculo diante de Figueiredo era a saúde, abatida por dois padecimentos. O primeiro, imperceptível, sua cardiopatia. O coronel Americo Mourão, médico de Geisel e chefe do serviço de saúde do Planalto, vira uma anomalia num eletrocardiograma feito em outubro de 1974.[14] Novo exame, seis meses depois, indicara que seu coração não ia muito bem.[15] O outro, excruciante, era uma hérnia de disco. Ela não o incomodava havia seis anos, até que em fevereiro de 1975 uma crise o levou ao hospital. Em três semanas, o general começara a perder a sensibilidade numa perna.[16] Geisel visitou-o na granja do Torto e assombrou-se. Encontrou-o gessado da virilha ao pescoço.[17] Convencera-o a voar para o Rio de Janeiro, onde deveria ser operado.[18] Um ano depois, Figueiredo assegurava: "Não sinto absolutamente nada! Estou completamente recuperado e com mais energia que muito tenente...".[19] Era a saúde dos candidatos.

O segundo obstáculo estava na hierarquia militar. Frota achava-o "muito moderno", expressão da caserna que distingue os oficiais de acordo com a antiguidade na patente.[20] Em tese, o candidato João Baptista Figueiredo precisava ter quatro estrelas nas dragonas até outubro de 1978 para ser eleito presidente. Continuaria "moderno", mas não obrigaria o Alto-Comando a "bater continência para baixo", expressão criada em 1969 para carbonizar a candidatura do três-estrelas Albuquerque Lima.

Figueiredo assumira o SNI como general de brigada e fora promovido a general de divisão em julho de 1974. No *Almanaque do Exército* de 1975 era o 33º da fila. Estava entalado. Dos dez generais de divisão à sua frente, cinco eram fortes candidatos à promoção.* Dos dez seguintes, só um.**

Geisel estimara que dificilmente conseguiria promovê-lo antes de novembro de 1978.[21] (Pelo ritual, as promoções se davam em março, julho ou novembro.)

Em 1973, ainda na Petrobras, o coronel Moraes Rego produzira um mapa com a projeção do quadro de generais do futuro governo. Nele, Figueiredo chegaria à quarta estrela em março de 1979.[22] Tarde demais. Talvez em novembro de 1978, dias depois da eleição, mas também seria tarde. "Vão ficar os quatro-estrelas espinhados", observaria Geisel.[23] [*Veja o documento*] Achava necessário promovê-lo "pelo menos" em julho. Melhor mesmo em março, mas então só poderia fazê-lo passando aquilo que Heitor Ferreira denominara "limpa-trilho".[24] Os trilhos poderiam ser limpos de duas maneiras: caroneando-se generais de divisão ou oferecendo-lhes cargos fora do Exército.

Se Geisel condicionasse sua vontade à margem de manobra do *Almanaque*, teria de esperar até 1979 para resolver o problema. Deveria aceitar uma influência ainda que indireta do Alto-Comando, reconhecendo-lhe o poder de anular o candidato ao obstruir sua promoção à quarta estrela. Seria um erro palmar. Num fim de semana de julho de 1976, conversando com Heitor Ferreira na piscina do Riacho Fundo, dissera-lhe: "Vai ser como general de divisão mesmo".[25] Essa frase pressupunha que terminaria o mandato com força suficiente para enquadrar os quatro-estrelas espinhados.

Figueiredo duvidava que pudesse chegar a tempo. Uma projeção do SNI, feita no início de 1975, colocara-o como 18º da fila na composição de uma mesa onde havia quinze lugares.[26] No final do ano seguinte, ele próprio compusera dois mapas. Num, "com a 'Cousa'", poderia ser promovido em março de 1978. No outro, "sem a 'Cousa'", não tinha chances. A "Cousa", no código de Heitor Ferreira, era a demissão de Frota e a consequente abertura de mais uma vaga.[27]

* * *

Se Figueiredo sabia como era difícil apressar sua quarta estrela, Frota sabia como era fácil retardá-la. Por mais que o presidente tivesse liberdade para escolher entre os nomes remetidos pelo Alto-Comando, não podia afrontá-lo.* Em alguns casos, Geisel promovera generais que preferia ver na reserva. Em novembro de 1976 dera a quarta estrela a Carlos Alberto Cabral Ribeiro. Gordo, avermelhado e agressivo, fora personagem decisivo na mobilização do II Exército pela derrubada de João Goulart. Veterano da linha dura, estivera na repressão paramilitar às passeatas de 1968.[28] Tornara-se censor-geral do I Exército durante os primeiros meses do governo Médici. Desse período, Geisel guardara um juízo: "Esse é que é o maluco". Moraes Rego dizia que era "mau mesmo, mau". Estimara que seria preterido.[29] Figueiredo não queria sua promoção.[30] Hugo Abreu nunca pensara em vê-lo com quatro estrelas. Avaliara-o assim: "Sempre foi muito definido como revolucionário. Não parece ter condições para ser promovido a general de exército: não é muito inteligente, faltam-lhe condições físicas e capacidade de liderança. É muito radical e é duvidoso que se possa contar com sua lealdade".[31]

Geisel intuíra: "O Frota vai querer fazer o Carlos Alberto Cabral Ribeiro".[32] Fez.

Às manobras do ministro do Exército, Figueiredo contrapunha, ainda com cautela, o peso do SNI. Senhor do sistema de escuta telefônica do governo, ouvia quem queria. Recebia uma seleta dos DGs, ou "dragões" (nome dado pelo Serviço aos grampos). Em média, dez por dia. Os "dragões" tornaram-se o principal corpo de tropa de sua campanha presidencial. Era um candidato que não falava, ouvia. Diante de uma proposta para que se suspendesse a escuta no telefone de um coronel recém-chegado ao generalato, já que não ficava bem o governo ouvir um oficial que acabara de promover, Figueiredo respondeu: "Não! Agora é que vai botar as unhas de fora!".[33] Conhecem-se trinta indicações documentadas de escutas que passaram por ele nos três primeiros anos de governo.[34]

* * *

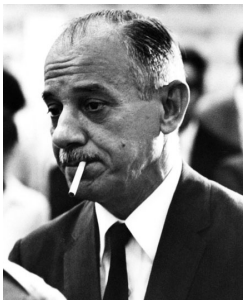
Por menos que a sucessão fosse discutida em público, em 1976 a relativa liberdade de imprensa permitira o aparecimento de palpites ocasionais. Em julho, um artigo do jornalista Silvio Leite, do *Jornal de Brasília*, listara três possíveis candidatos: o novo comandante do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro, Figueiredo e Euler Bentes. O primeiro, por simpático. O segundo, pela confiança de Geisel. Euler, o quatro-estrelas que chefiava o Departamento de Material Bélico, por pretender mudar a política econômica.[35]

Um mês depois, baseado em "dragões" e oitivas do que dizia o governador de Goiás, Irapuan Costa Jr., o chefe da Agência Central do SNI informava:

> Prezado chefe General Figueiredo
>
> Aí vai uma informação sobre a atuação do General Euler e que confirma os "DG" recentes e o acompanhamento das atividades do Governador Irapuan.
>
> — o General Euler está muito preocupado com seu futuro político;
>
> — julga que o Governo está com alguma manobra preparada;
>
> — considera que se não contar com o apoio de Governadores e da imprensa estará liquidado politicamente;
>
> — pensa que após as eleições de novembro haverá reformulação ministerial e que poderá, então, obter um ministério com base política;
>
> — tem a ideia de que o General Médici e o Presidente Geisel têm um acordo firmado em torno do nome do General Figueiredo para PR e, em consequência, para frustrar esse acordo, considera que é vital antagonizar o Pres Geisel com o General Médici.[36]

* * *

Euler tinha 59 anos e, por conta de uma carreira rápida, iria para a reserva em março de 1977. Nas reuniões seguintes à morte de Vladimir Herzog e à demissão de Ednardo, quando Frota tentara vocalizar uma sublevação do Alto-Comando, mantivera-se ao lado do presidente. Em janeiro, o coronel Alacid Nunes, ex-governador do Pará, lembrara numa conversa que "já andam os nomes por aí" e o incluíra entre os prováveis sucessores de Geisel.[37]



Euler Bentes

Já em 1972, o general fora o primeiro nome mencionado pelo próprio Geisel para a sua sucessão. Cogitara entregar-lhe o Ministério do Interior: "Uma excelente posição para ele ser o seguinte, no fim de cinco anos. Eu admito isso".[38]

Até fevereiro de 1974, o general Euler Bentes foi lembrança frequente nas conversas do largo da Misericórdia, onde se cozinhara a estrutura do governo. Geisel pensara em nomeá-lo chefe do Estado-Maior do Exército, ministro do Interior e dos Transportes.[39] Moraes Rego sugerira que lhe dessem a presidência da Petrobras.[40] Heitor Ferreira chegara a listá-lo para a chefia do Gabinete Militar e, também, como provável interventor para comandar a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. O presidente decidiu colocá-lo no futuro Ministério da Previdência, resultante

de um desmembramento da pasta do Trabalho. Como isso dependia de um rápido processo legislativo, garantira: “O Euler vai ser ministro em abril”.[41]

Durante um encontro com Figueiredo assegurara que o nomearia, mas recebera de volta uma cautelosa restrição. “Eu me dou muito bem com ele, nunca tive atrito nenhum com ele, mas ele é difícil de tratar, e só prevalece a opinião dele, e ele fica naquele negócio, ele ganha pelo cansaço”, respondeu o general.[42]

Heitor Ferreira, que presenciara a conversa, anotou: “O Euler ministro civil — não será a determinação do sucessor? Mesmo inconsciente?”.[43]

Seria ministro na certa, se para tantas alternativas tantos inimigos não tivera. O marechal Cordeiro de Farias dizia que era muito bom “moralmente”, “mas está num nacionalismo façanho”.[44] Orlando Geisel não o julgara pronto para uma cadeira de ministro: “É bom, trabalhador, mas radical”.[45]

Golbery atirou em Euler com uma argumentação diversa e indireta. Retornando de um almoço, atribuiu ao seu interlocutor a seguinte especulação: “Suponha (...) o Euler num ministério. Bom, então esse é o sucessor. (...) É o sentimento que eu tenho”.[46]

O general voltou a ser uma alternativa para a chefia do Estado-Maior do Exército. Discutindo com Dale Coutinho a formação da cúpula do ministério, Geisel disse-lhe:

> — Eu não sei que juízo você tem dele, nem sei se o meu juízo está certo em relação ao Euler. Ele fez carreira muito rápida, muita gente não gosta dele. Muita gente diz que ele não foi revolucionário, mas que ele é um camarada trabalhador, e capaz, eu acho que não há dúvida.
>
> — A capacidade dele não discuto. (...) gosta de impor as ideias dele, meio ranheta, e sempre comandou fácil, porque sempre comandou negócio de construção (...). Agora, realmente, nessa parte da

> Diretoria Geral de Economia e Finanças no tempo do Orlando, ele foi um grande auxiliar — respondeu Dale Coutinho, acrescentando que pensara em seu nome para a chefia do Departamento de Material Bélico.[47]

Quando os dois se despediram, o comandante do I Exército, general Sylvio Frota, estava escolhido para o Estado-Maior.

No Ministério do Interior, Geisel pôs um técnico inexpressivo, sugerido na última hora. Nenhum nome frequentara as listas ministeriais com a versatilidade de Euler. Ainda assim, ele ficara sem convite algum. Golbery chamou-o de "o mais ex-quase".[48] Levando-se em conta que Geisel nomeara três ministros de quem nunca ouvira falar e um cujo nome não lembrara, resta uma pergunta: por que Euler acabara comandando a mesa da chefia do Departamento de Material Bélico?

Fora congelado pela distância que o separava do grupo de conselheiros do largo da Misericórdia e pelos juízos ambivalentes que esses conselheiros fizeram a seu respeito. Era menos nacionalista que Geisel, menos radical que Dale Coutinho e Frota, menos ranheta que Orlando. Dirigira a Sudene no início do governo Costa e Silva e se demitira, atacando o ministro Delfim Netto, quando o general Albuquerque Lima saiu do Ministério do Interior. Voltara à farda e passara pelo Departamento de Economia e Finanças, pondo em ordem as contas do Exército. Acabara com o expediente da "economia administrativa", pelo qual os comandantes podiam poupar recursos com destinações específicas, gastando-os como quisessem. Fora acusado de pretender transformar o Exército numa empresa. Era um mudo. Em seu disciplinado e eficiente retorno à tropa ecoava o regresso do tenente Geisel à Vila Militar, em 1934.

Pelas divisórias convencionais do Exército, o general tinha uma biografia desalinhada. Pertencera à diretoria do Clube Militar que derrotara os "fritadores de bolinhos" em 1950, mas se demitira quando sua revista

tomou posição antiamericana na Guerra da Coreia.[49] No dia 31 de março de 1964 comandava a Escola de Comunicações e recusara equipamentos aos revoltosos, mas depois de 1º de abril incorporara-se ao grupo de oficiais-engenheiros ligados a Albuquerque Lima.[50]

Ao contrário de quase todos os similares desse grupo, nunca se associara a pronunciamentos liberticidas, muito menos à repressão política. Geisel admirava-lhe o profissionalismo. Cogitara colocá-lo em tantas posições por considerá-lo um "pé de boi".[51] Acreditara que, pondo-o no Estado-Maior, afastaria da função a urucubaca da descontinuidade administrativa. A média de permanência dos chefes do EME era de pouco mais de doze meses. Ele poderia ocupar o posto por três anos. No Ministério do Interior, por trabalhador, tocaria projetos. No dos Transportes, sua figura austera faria conveniente contraponto à exuberância do antecessor, Mário Andreazza. No da Previdência, provavelmente repetiria a gestão racionalizadora que impusera às finanças do Exército.

Homem de poucas encrencas, nunca tivera contato, direto ou indireto, com o "grupo do nosso produtor-diretor". Não o procuraram, nem ele os procurou. Raramente foi visto fora de sua rotina, que se resumia ao gabinete, à casa e ao sítio do Pica-Pau Amarelo, em São Pedro da Aldeia. Esse administrador renomado concluía a carreira militar na edificação de mais um dos grandes projetos da ditadura: a indústria de material bélico. Recebera o cargo com os anacronismos e as megalomanias da época. O Exército vinha estudando a construção de um morteiro fazia mais de vinte anos. Tinha o protótipo, mas não tinha o propelente. Sustentava um parque fabril parasita que comera 231 milhões de cruzeiros entre 1971 e 1973.[52] Uma fábrica do Exército em Bonsucesso, montada para fazer máscaras, fez bandejas e panelas, e aceitou uma encomenda da Petrobras para produzir 16 mil tonéis de gasolina, mas só conseguiu entregar 2.500. Outra, em Curitiba, devia montar viaturas e montou fogões. Planejou chegar aos 4 mil,

ficou em 250.[53] Em julho de 1975, reciclara-se o problema, criando-se uma nova empresa estatal, a Indústria de Material Bélico, Imbel.

Limitada ao ministro do Exército e ao chefe do SNI, a sucessão presidencial estava envenenada pelo risco do regresso. Toda sucessão fechada é, por definição, uma manobra destinada a manter no poder quem nele está. Costa e Silva, Médici e Geisel preservaram a essência da grande coligação que amparara seus antecessores. O arco de interesses que tomou o poder em abril de 1964 continuava mandando em 1976 e pretendia mandar até 1984, quando terminaria o governo do sucessor de Geisel. Nesse sentido, Frota e Figueiredo tinham bases com propósitos idênticos.

Frota encarnava uma indefinida ideia restauradora. Em tese, poderia até concordar com a distensão, mas seria incapaz de conviver com suas consequências. Na conduta, guardava leve semelhança com Costa e Silva, que primeiro consolidara a posição nos quartéis, para só depois pensar no que ia fazer. Tornara-se estuário da hostilidade militar a Golbery e convencera-se — com razão — de que o chefe do Gabinete Civil trabalhava para tirá-lo do ministério.

Refletia paixões militares difusas, mas, à diferença de Costa e Silva, não estimulava indisciplinas. Somava à força do cargo o apoio de civis que, mesmo concordando com suas ideias, afluiriam (ou refluiriam) de acordo com a certeza do êxito. Armando Falcão, por exemplo, afluíra durante o recuo de 1975. Refluíra em fevereiro do ano seguinte, depois de testemunhar o predomínio de Geisel nas crises provocadas pelas duas mortes no DOI paulista, e dera a substituição do ministro por “inevitável e necessária”.[54] Como ela não aconteceu, voltaria a afluir.

No dia 2 de setembro de 1976, Frota deu um daqueles passos aparentemente protocolares e ingênuos que marcam os rituais das ditaduras. Acompanhado por cinquenta oficiais-generais, foi à sessão conjunta do Congresso convocada para homenagear a Semana de Caxias. Sessões desse tipo não eram comuns. Também não era comum convidar o ministro para

sentar-se junto à Mesa Diretora.[55] O general conversou amistosamente com senadores da oposição e chamou dois deles para a cerimônia de posse do comandante do IV Exército. No dia seguinte sua fotografia estava na primeira página do *Jornal de Brasília*.[56] Era coreografia de candidato.

Sem a mobilidade de Frota, Figueiredo dispunha do SNI, da preferência de Geisel e de um trunfo quase mágico. Sua candidatura costurava o passado ao futuro. O chefe do Gabinete Militar de Médici tornara-se a única ponte com o ex-presidente e alguns de seus melhores amigos, marginalizados desde 1974. Poucos governantes foram tão diferentes no estilo e nos propósitos quanto Médici e Geisel. Uma virtuosa característica dos militares disciplinados, pela qual um ex-comandante não se mete nos assuntos do sucessor assim como o sucessor não presta vassalagem ao antecessor, mantinha-os afastados. Médici magoara-se porque o presidente não o procurava, mas lembrava: "O João sempre que vem ao Rio me procura, e essa ligação é verdadeira".[57]

A candidatura de Figueiredo costurava o passado ao futuro. O chefe do Gabinete Militar de Médici (acima) tornara-se a ponte com o ex-presidente e alguns de seus melhores amigos, marginalizados desde 1974. O chefe do SNI não foi um candidato que se fortaleceu pelo que falou, mas pelo que ouviu. Recebia em média dez escutas telefônicas por dia.

Se as lealdades políticas pudessem ser medidas apenas pelo exercício da prerrogativa de nomear e demitir, Geisel fora fiel ao antecessor. Conservara no cargo 66% dos 87 mandarins de Médici. (Médici ficara com 50% da alta burocracia de Costa e Silva.)[58] Predominava uma amarga distância entre os dois. Ela sempre existira, ditada sobretudo pela separação geográfica.

Médici passara quase toda a carreira no Rio Grande do Sul. Geisel, no Rio de Janeiro. Ambos ocupavam parte do tempo livre jogando buraco, mas nunca jogaram juntos. À falta de convívio, somaram-se cautelas. Geisel evitava que se criasse a falsa impressão de que buscava conselhos e Médici, que se pensasse que pretendia dá-los. Desde a posse, os generais encontraram-se duas vezes, sempre cerimoniosamente. A principal queixa que o presidente tinha do antecessor era impessoal, pois incluía o próprio irmão: "Não preparou nada. Ele e o Orlando ficaram sentados em cima do tacape".[59]

Médici dividia seu tempo entre a fazenda de Bagé e o apartamento do Rio de Janeiro. Mantinha-se em penitente silêncio público, mas, nas conversas reservadas, mostrava-se amargurado. "Se arrependimento matasse, eu já estaria morto", dissera ao filho.[60] "Há dois anos e meio que estou debaixo de pau", queixara-se ao jornalista Roberto Marinho.[61]

Quando a imprensa passou por um surto de noticiário sobre escândalos da administração anterior (nenhum deles envolvendo o ex-presidente), Figueiredo foi ao Rio de Janeiro com um roteiro manuscrito de 22 tópicos, informando que Geisel mandava dizer-lhe, entre outras coisas, o seguinte:

> Jamais teve iniciativa de mandar investigar qualquer fato. Sempre determinou que o SNI e o ministério da Justiça tomassem medidas para evitar o que está acontecendo. (...)
>
> O PR não tem saída (...). Não pode, ostensivamente, ser contra sejam os fatos apurados.[62] [*Veja o documento*]

Mário Andreazza, príncipe do Milagre e ministro dos Transportes de Médici, já arregaçara as mangas pela candidatura de Figueiredo. Tinha experiência, pois em 1965, como coronel, fora um dos articuladores do marechal Costa e Silva. Num documento preparado no segundo semestre de 1976, concebeu o que deveria ser "a nossa linha de ação". Tratava-se de

insistir em caracterizar a candidatura do chefe do SNI como resultado da vontade de Geisel e torcer para que a "Cousa" acontecesse, "estimulando, ao máximo, a divulgação de manifestações favoráveis ao general Frota". Feito isso, convinha criar "o consenso de que o futuro Presidente terá de ser ainda um militar, não necessariamente um general do Exército, levando em conta que somente um Militar poderá bem avaliar os limites permissíveis pela Revolução em termos de sua institucionalização".[63]

O que significava essa institucionalização, Andreazza não dizia, nem sabia. Se soubesse, talvez não dissesse. Figueiredo tampouco. Sua candidatura tinha os contornos indefinidos das maquinações das ditaduras. Era certo que, comparado com Frota, ele se alinhara com a política de abertura de Geisel, mas isso derivava muito mais do interesse que das convicções. Não há registro de nenhuma ação do chefe do SNI pelo avanço da distensão. Seu Serviço chegava a ser um agitador da anarquia, sustentando que "no interesse de sua própria sobrevivência" a Revolução "delegou" ao presidente o poder de resolver as questões políticas nacionais.[64] A análise das 128 *Apreciações Sumárias* preparadas pelo Serviço entre 1974 e 1977 para leitura de Geisel e disseminação na cúpula do governo mostra que Figueiredo foi um aliado do porão até a véspera de todos os momentos decisivos, transformando-se num corajoso colaborador do presidente e de sua distensão no dia seguinte a todas as paradas decididas. O general costumava comparar a distensão aos elásticos: "A gente estica e encolhe, conforme a coisa. Depende da habilidade de quem vai esticar. Não esticar muito para não arrebentar, nem afrouxar, para não ficar franzido".[65]

1 Uma folha com cópia de notícias do *Jornal do Brasil*, de 21 de janeiro de 1976, com anotações manuscritas de Heitor Ferreira, Geisel e Golbery. APGCS/HF.

2 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, pp. 243, 244, 248, 249, 255, 256 e 257. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1978, Caderno Especial, pp. 2 e 3.

3 Conversa de Geisel, Golbery e Heitor Ferreira, 10 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

4 Para ambos, *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de junho de 1975 e 22 de janeiro de 1976.

5 Esses números estavam subestimados. Revistos, o crescimento do PIB ficou em 5,2%, a inflação em 29,3% e o crescimento das exportações foi de 9%. *Banco Central*, "Economia e finanças", "Séries temporais", <http://www.bc.gov.br>, Séries 7.326 e 2.303.

6 Ernesto Geisel, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1976, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1337/000014.html>.

7 Geisel a Heitor Ferreira, em novembro de 1975: "Não tem sentido acabar com o AI-5 neste quadro econômico". *Diário de Heitor Ferreira*, 25 de novembro de 1975.

8 Anotação de Golbery em Marcílio Marques Moreira, "Continuamos plantando", *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1976, Caderno Especial *Economia 76*. APGCS/HF.

9 Para a leitura de Geisel, bilhete a Heitor Ferreira, 20 de outubro de 1973. APGCS/HF.

10 Nota manuscrita de Heitor Ferreira a Figueiredo (que a respondeu), 22 de julho de 1974. APGCS/HF.

11 Uma folha manuscrita de Heitor Ferreira, de 31 de maio de 1975 e outra, endereçada a Figueiredo, de junho do mesmo ano. APGCS/HF.

12 Duas folhas manuscritas, de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 4 de junho de 1976. APGCS/HF.

13 Carta de Newton Cruz a Heitor Ferreira, 11 de junho de 1975. APGCS/HF.

14 Coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

15 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de março de 1975.

16 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 13 de janeiro de 1975, APGCS/HF,e *Diário de Heitor Ferreira*, 30 de janeiro de 1975.

17 Coronel-médico Americo Mourão, fevereiro de 1998.

18 *Diário de Heitor Ferreira*, 31 de janeiro de 1975.

19 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Figueiredo (que o respondeu), 27 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

20 Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 192.

* José Fragomeni (comandante da 2ª Divisão de Exército), Antonio Carlos de Andrada Serpa, Hugo Abreu, Walter Pires de Carvalho (comandante da Vila Militar) e general Ernani Ayrosa da Silva.

** O general Milton Tavares de Souza.

21 Resposta manuscrita de Geisel a um bilhete de Heitor Ferreira, de 17 de outubro de 1974, APGCS/HF,e *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1974.

22 Uma folha, de Moraes Rego, intitulada por Heitor Ferreira *Primeira Versão do Quadro — Petrobras, 1973*. APGCS/HF.

23 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1974.

24 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Geisel (que o respondeu), 17 de outubro de 1974. APGCS/HF.

25 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 11 de julho de 1976. APGCS/HF.

26 Duas folhas do SNI intituladas *Generais de Exército a partir de 25 Nov 78*, de 8 de abril de 1975, com um bilhete de Newton Cruz a Heitor Ferreira, encaminhando-lhe o "trabalho" a pedido de Figueiredo. APGCS/HF.

27 Duas folhas de bloco do SNI, de 20 de outubro de 1976, manuscritas por Figueiredo e tituladas e datadas por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

* O Alto-Comando votava e remetia ao presidente uma lista. Para a primeira vaga, iam três nomes. Para cada vaga seguinte, mais dois.

28 Capitão Sérgio Miranda de Carvalho, março de 1985.

29 Para "maluco" e "mau", conversa de Geisel com Moraes Rego, 20 de dezembro de 1973. Para a estimativa, uma folha com um quadro de promoções, anotada por Heitor Ferreira "Do Moraes Rego, fevereiro de 1976". APGCS/HF.

30 Nota de Heitor Ferreira, de 6 de fevereiro de 1976. APGCS/HF.

31 Conjunto de cinco folhas, duas grampeadas e três soltas, com dados para a promoção de dois generais à quarta estrela em 31 de julho de 1976. São papéis enviados por Hugo Abreu a Geisel e carimbados "confidencial". APGCS/HF.

32 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de janeiro de 1976.

33 Bilhete manuscrito de Heitor Ferreira a Figueiredo (que o respondeu), 29 de março de 1976. APGCS/HF. Era o telefone do general Rubens Resstel.

34 Estão documentadas da seguinte maneira: bilhetes de Heitor Ferreira a Figueiredo, sem data, provavelmente de abril e junho de 1974, e de 29 de março, 31 de agosto e 29 de novembro de 1976; bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, de cerca de junho de 1974; bilhete de Newton Cruz a Heitor Ferreira, sob a remessa de quatro dragões "por recomendação do general Figueiredo", 12 de maio de 1975; conversas de Figueiredo com Heitor Ferreira, de maio e junho de 1975; bilhete de Ari Carracho a Heitor Ferreira, agosto de 1975; bilhete de Newton Cruz a Heitor Ferreira, 21 de agosto de 1975; bilhete de autoria desconhecida a Newton Cruz, 27 de agosto de 1975; nota de Figueiredo a Heitor Ferreira, setembro de 1975; nota de Geisel a Figueiredo, 25 de novembro de 1975; nota de Figueiredo a Heitor Ferreira, 29 de dezembro de 1975; nota de Heitor Ferreira a Figueiredo, 13 de fevereiro de 1976; nota de Heitor Ferreira a Figueiredo, março de 1976. APGCS/HF. *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de junho de 1976. Apesar dessa profusão de documentos relacionados com a escuta, não há "dragões" propriamente ditos, com transcrições brutas, no arquivo de Golbery. Acham-se alguns originais no arquivo do tenente-coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite.

35 Silvio Leite, "A sucessão de Geisel!", *Jornal de Brasília*, 12 de julho de 1976.

36 Uma folha do SNI, com bilhete do general Sebastião José Ramos de Castro a Figueiredo, marcada "confidencial", de 31 de agosto de 1976, visado por Golbery. APGCS/HF.

37 Nota de Heitor Ferreira a Geisel (que a visou), 13 de janeiro de 1976. APGCS/HF. A nota relata uma conversa com Armando Falcão.

38 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972.

39 Para o Estado-Maior e a Previdência, conversa de Geisel com Dale Coutinho, 16 de fevereiro de 1974. Para os Transportes, conversa de Geisel com Moraes Rego, 9 de janeiro de 1974. Para o Interior, conversa de Geisel com Golbery e Heitor Ferreira, 23 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

40 Para a sugestão de Moraes Rego, *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de janeiro de 1972.

41 Reunião de Geisel com Figueiredo, 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

42 Idem.

43 Uma folha manuscrita de Heitor Ferreira, intitulada *Da Conversa EG & Figueiredo na Noite de 9 de Fevereiro de 1974*. APGCS/HF.

44 *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1972.

45 Idem, 15 de agosto de 1972.

46 Conversa de Golbery com Heitor Ferreira, 7 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

47 Conversa de Geisel com Dale Coutinho, 16 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

48 Recorte do *Jornal de Brasília*, de 1974, sem data, anotado por Golbery e Heitor Ferreira. APGCS/HF.

49 Nelson Werneck Sodré, *Do Estado Novo à ditadura militar*, p. 30.

50 Observação feita por Geisel em *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de março de 1972. Carta de Heitor Herrera a Heitor Ferreira, 15 de agosto de 1978. APGCS/HF.

51 Conversa de Heitor Ferreira com Geisel, 23 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

52 O general Sylvio Frota disse que esse parque vivia "parasitariamente". *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

53 *Segunda Reunião do Alto-Comando das Forças Armadas*, 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF.

54 Nota de Heitor Ferreira a Geisel (que a visou), 2 de fevereiro de 1976. APGCS/HF. A nota narra uma conversa com Armando Falcão.

55 *Jornal de Brasília*, p. 1, e *O Estado de S. Paulo*, p. 5, ambos de 3 de setembro de 1976.

56 *Jornal de Brasília*, p. 1, e *Jornal do Brasil*, p. 15, ambos de 3 de setembro de 1976.

57 Cinco folhas datilografadas, sem assinatura, intituladas *Conversa no Apartamento de Médici, na Rua Julio de Castilhos. Dia 30 de Agosto de 1976, das 16 às 18:45 Horas*, visadas por Geisel e marcadas por Heitor Ferreira como "Roberto Marinho". APGCS/HF.

58 Ben Ross Schneider, *Politics within the State*, p. 31.

59 *Diário de Heitor Ferreira*, 17 de maio de 1975.

60 Roberto Nogueira Médici, *Médici*, p. 34.

61 Cinco folhas datilografadas, sem assinatura, intituladas *Conversa no Apartamento de Médici, na Rua Julio de Castilhos. Dia 30 de Agosto de 1976, das 16 às 18:45 Horas*, visadas por Geisel e marcadas por Heitor Ferreira como "Roberto Marinho". APGCS/HF.

62 Cinco folhas de bloco manuscritas por Figueiredo, intituladas por Heitor Ferreira *Roteiro de Figueiredo para Conversa com Médici no Rio na Noite de 3 de Setembro de 1975*. APGCS/HF.

63 Duas folhas datilografadas, de Mário Andreazza, remetidas a Figueiredo em 25 de janeiro de 1978 com a seguinte anotação: "Este papel foi feito faz dois anos, aproximadamente". APGCS/HF.

64 *Apreciação Sumária nº 15*, do SNI, de 26 de abril de 1976. AEG/CPDoc.

65 Conversa de Figueiredo com Heitor Ferreira, 28 de maio de 1975. APGCS/HF.

O terror de casa

Geisel esticou o elástico logo depois da demissão de Ednardo, preparando-se para a eleição municipal de novembro de 1976. Foi uma ação deliberada, cujo objetivo era dobrar a espinha da oposição. Tratava-se de “balizar limites às ações adversárias permitidas”. Anos depois, Golbery explicaria a tática:

> Algumas valiosas regras de ação poderão ser apontadas para uma manobra dessas (...):
>
> 1. Cada par de ações (contra a direita e contra a esquerda) deve desencadear-se em prazo curto, uma seguindo-se logo à outra, para que se crie a convicção geral de sua solidariedade e se evidencie não estar o poder central agindo sob a influência de qualquer delas — reforço de posição própria, independente;
>
> 2. Intervalos entre pares solidários de ações devem ser dos mais variados, garantindo-se-lhes efeitos de surpresa;
>
> 3. as sequências esquerda-direita e direita-esquerda devem suceder-se sem qualquer regularidade perceptível;
>
> 4. as ações devem ser as mais distantes possíveis entre si, quanto a seu espaço social de aplicação, isto é, alvos preferenciais deverão ser as extremas da direita ou esquerda, permitindo-se aos elementos mais moderados delas desvincularem-se.[1]

Era uma versão complicada da técnica do cravo e da ferradura. Sua aplicação imediata fora sugerida pelo general Reynaldo Mello de Almeida na reunião do Alto-Comando, três dias depois da demissão de Ednardo. Golpeada a direita, queria que se golpeasse a esquerda. Ele mesmo cuidaria disso.

No início de março foram presos no Rio de Janeiro dois professores (um deles, economista do Conselho Interministerial de Preços, do Ministério da Fazenda) e um jornalista.[2] Todos acusados de militância no PCB. Seguiram-se mais de uma dezena de intimações. Era a *Operação Grande Rio* . Pouco tinha a ver com os arrastões do DOI do II Exército sob o comando de Ednardo. As prisões feitas no Rio foram prontamente reconhecidas.[3]

Era no propósito que a operação diferia dos arrastões paulistas. Enquanto o DOI de São Paulo superlotara a carceragem, buscando conexões entre os comunistas da cidade e o MDB, além de suas arcanas articulações com o próprio governo, houvera no Rio uma ação de "guerra psicológica". Destinara-se a tirar proveito político da intimidação "para fazer face ao crescimento da propaganda adversa e da ação comunista". Pretendera expor as "falsas lideranças", "desmascarando-as e desmoralizando-as", "para comprometer suas atividades profissionais atuais ou futuras".[4] Com esse objetivo, exibiram o vídeo do depoimento de um preso a três dos mais poderosos dirigentes dos meios de comunicação nacionais: Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, Walter Clark, diretor de sua televisão, e Armando Nogueira, chefe da central de jornalismo da emissora.[5]

Por mais temores que a *Operação Grande Rio* tenha espalhado, não chegou a abalar a posição de um dos jornalistas que mais procurou atingir. Henrique Caban, aos 36 anos, era o segundo homem da redação d'*O Globo* . Filho de um barbeiro comunista polonês, nunca tivera partido além do PCB. Os militares obtiveram vários depoimentos que o incriminavam. Pior:

conseguiram o cheque, no valor de um salário mínimo, com que pagara sua última contribuição ao Partidão e o mostraram a Roberto Marinho.

> — Caban, você deu dinheiro ao Partido Comunista? — perguntou-lhe o patrão.
> — Dr. Roberto, durante o Estado Novo meu pai esteve preso e minha família foi sustentada pelo Socorro Vermelho. Sempre que me pedirem dinheiro para ajudar famílias de presos, eu vou dar.
> — Mas em cheque, Caban? — respondeu Marinho.[6]

As prisões da *Operação Grande Rio* deram-se na última semana das férias parlamentares, que haviam amortecido tanto o assassinato de Manoel Fiel Filho como a demissão do general Ednardo. Reaberto o Congresso, estaria reaberta a Casa sobre a qual sempre caíam os raios. Em novembro, seriam escolhidos 3.790 prefeitos. Esse seria o primeiro grande teste da ditadura depois do naufrágio de 1974. Armando Falcão informou que a subversão passara a se "fingir de morta".[7] O líder do governo na Câmara defendeu a radicalização da campanha, em nome do interesse dos cidadãos por disputas mais aguerridas.[8] Num lance inédito, no dia 31 de março o presidente almoçou na Vila Militar, intitulou-se "velho soldado" e disse que não havia lugar melhor para comemorar o aniversário da Revolução que "um quartel de nosso Exército". Lembrou que os militares "souberam se sobrepor à intriga, à incompreensão, à calúnia e à injúria", dando ao país doze anos de estabilidade.[9]

De volta, o Planalto recebia acenos de paz. Ulysses Guimarães divulgara uma nota suave, referindo-se ao "triunfalismo messiânico" e ao "erro filosófico" da Revolução. Seu tom era diferente do que usara no ano anterior: "Não lhe faço a injustiça de negar acertos, bem como a inatacável honradez de intenções e de comportamento pessoal e de homem público, de que o Presidente Geisel é exemplo".[10]

Ulysses Guimarães

* * *

Assim como a Revolução Portuguesa de 1974 assustara os militares e encantara a oposição, havia um incêndio em Buenos Aires, produzindo ventos idênticos, com sinal contrário. O governo civil argentino desmanchava-se. A ordem democrática, restabelecida em 1973, ao cabo de um Gran Acuerdo Nacional conduzido pela ditadura militar instalada desde 1966, resultara na volta de Juan Perón à Casa Rosada. Agora, o Estado agonizava nas mãos de sua viúva, María Estela, a Isabelita, que assumira a presidência em julho do ano seguinte, depois da morte do raposão. Ex-bailarina de cabaré panamenho, governava uma catástrofe havia dezesseis meses sob estado de sítio.[11]

María Estela Martínez foi de bailarina de café panamenho, nos anos 1950, a Isabelita, viúva do general Perón e presidente da Argentina em julho de 1974. Em março de 1976 estava deposta e presa.

O peso sofrera sete reformas ministeriais em treze meses e duas brutais desvalorizações em menos de um ano, a inflação fechara 1975 em 738% e, projetando-se os resultados do primeiro trimestre, poderia terminar 1976 em 3.000%. O país estava praticamente sem reservas.[12] A partir da posse da senhora, o terrorismo matara duas pessoas por dia.[13] A esquerda fizera um total de 687 vítimas nos últimos cinco anos. A direita, artilhada na Aliança Anticomunista Argentina (AAA), eliminara em torno de mil, 549 nos três meses anteriores.[14] Entre eles, dois brasileiros. Um era o pianista Tenório Jr., que acompanhava Vinicius de Moraes num show na casa Gran Rex.[15] Em dois sequestros de empresários o terrorismo esquerdista amealhara 66 milhões de dólares.[16]

Desde outubro de 1975, os militares tinham ordens para “aniquilar” os “elementos subversivos”. Logo depois foram autorizados a usar “métodos especiais de interrogatório”, e o comandante do Exército, general Jorge Rafael Videla, advertira: “Na Argentina deverão morrer todas as pessoas que seja necessário para que volte a reinar a paz”.[17]

A decomposição do governo atingira proporções inauditas, e a destituição de Isabelita tornara-se fava tão contada que, no dia 5 de março de 1976, o embaixador brasileiro em Buenos Aires fora procurado por um emissário do golpe. Estava interessado em articular uma campanha de defesa internacional da imagem da futura ordem. Informou que a Casa Rosada cairia antes do dia 17. Tomaram-na no dia 24.[18] [*Veja o documento*]

Os militares empossaram uma junta encabeçada pelo general Videla, trancaram Isabelita numa mansão e fizeram terra arrasada das instituições do país, dando início a um período que chamaram de “Proceso de Reorganización Nacional”. Uma “ordem de batalha” comunicara que “a Argentina é um dos campos de combate da Terceira Guerra Mundial”.[19] O general Iberico Saint Jean, ex-adido do Exército no Rio, nomeado governador da província de Buenos Aires, avisou: “Primeiro vamos matar

todos os subversivos. Depois vamos matar seus colaboradores, depois os simpatizantes e os indecisos. Finalmente, vamos matar os indiferentes".[20]

Fechando um ciclo que começara no Brasil em 1964, os generais governavam toda a América situada abaixo da linha do equador.* Os cravos de Lisboa haviam dado à oposição brasileira o direito de sonhar com uma revolta dos quartéis que derrubasse a ditadura. Agora, a vez de sonhar era da direita. Pouco depois do início do "Proceso", uma comitiva de oficiais argentinos foi recepcionada pelo comandante do DOI do Rio.

Passando por Brasília, o secretário de Estado americano Henry Kissinger viu uma parte desse sonho: "Uma confiável fonte brasileira descreveu um acordo Brasil-Argentina segundo o qual os dois países caçam e eliminam terroristas que tentam fugir da Argentina para o Brasil. Unidades militares brasileiras e argentinas já teriam operado conjuntamente e dentro das fronteiras do outro [país] quando necessário".[21]

* * *

O Brasil já não tinha terrorismo de esquerda, Geisel não era Perón, mas os tanques de Buenos Aires estimularam a esperança de radicalização do regime. Ela se manifestou dias depois, num panfleto que trazia a marca registrada das produções de 1975 , a vinheta de Golbery na forca:

> Temos ao nosso lado e ainda bem vivo na memória o exemplo da Argentina (...). Queriam "devolver o governo ao povo", "entregá-lo a quem fosse maioria". Prepararam às escondidas a traição às Forças Armadas desse país irmão e entregaram o governo ao corrupto Perón. (...)
>
> Que os usurpadores do poder em Brasília não sejam tão debiloides a ponto de pensarem que entregarão o país ao comunismo sem levar o Brasil a uma guerra civil ou a uma guerrilha sem quartel

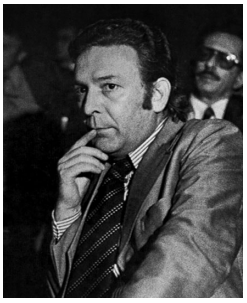
> onde, por certo, milhares de inocentes pagariam com suas vidas a traição e a vilania de uns poucos corruptos aliados de comunistas e de pseudoliberais desonestos!
>
> Geisel — ainda é tempo de te libertares do jugo desse novo Rasputin, traidor maquiavélico, que a continuar com suas patranhas, poderá levar-te, tal qual Getulio, a uma autojustiça! (...)
>
> Geisel, nós te pedimos por tudo que nos é sagrado — livra-te desse caolho maldito![22]

O radicalismo militar não chegou a esboçar um projeto argentino. Articulou-se, como sempre, na construção de surtos arbitrários baseados na magnificação de pequenos incidentes. Tratava-se de buscar crises na esquerda. Mais precisamente, na ala combativa do MDB, que se denominava grupo Autêntico. Seu núcleo era formado por 23 deputados federais (numa bancada de 158).[23] Denunciando prisões e tomando riscos, eram eles que davam ao partido o tom oposicionista, e isso lhes assegurava 31 das cadeiras no Diretório Nacional, onde a ala moderada detinha a maioria, com 36.[24] De um lado, os parlamentares mais ativos legitimavam a atuação conciliadora. De outro, embaraçavam a prudência. Essa cumplicidade objetiva assegurava a harmonia interna do MDB, mas não refreava paixões. Um dos mais destacados “autênticos”, o pernambucano Jarbas Vasconcelos, evitava cumprimentar seu colega e conterrâneo Thales Ramalho, secretário-geral do partido.[25]

O ritmo dos golpes “esquerda-direita e direita-esquerda” sugeria um passo contra a oposição. Ele deveria vir antes do início da campanha eleitoral. A oportunidade apareceu na segunda metade de março, no Cine Gaúcho, em Palmeira das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul. Num comício de noite de sexta-feira, com o desembaraço típico dessas situações, dois deputados do grupo Autêntico mandaram suas brasas.

Primeiro falou Nadyr Rossetti. Tinha 3 8 anos e estava no terceiro mandato. Elegera-se com o apoio do PCB e 73 mil votos. Sua audácia já levara Ulysses Guimarães a procurá-lo para pedir-lhe moderação nos debates parlamentares, pois poderia acabar provocando o fechamento do Congresso.[26] No trecho mais agressivo do discurso, disse que “a queda do regime é coisa certa. Se não for por podre, pela corrupção”.[27]

Pouco depois, foi a vez de Amaury Müller. Chegara à Câmara em 1970, com duas cadeias na biografia. Tivera o voto comunista de Porto Alegre, mas dissociara-se do PCB, aproximando-se dos grupos à esquerda. Não pretendia ir à manifestação. Trocava o pneu do carro num posto de gasolina quando encontrou um veterano das cassações de 1964. Ele lhe disse que fora aconselhado a não ir ao comício, pois poderia parecer provocação. Müller esquentou-se. Levou-o à reunião e inscreveu-se como orador.[28]



Amaury Müller

O deputado homenageou o amigo cassado e pronunciou o nome proibido: Leonel Brizola, o ex-governador exilado cuja sombra se projetava na política do Rio Grande, sobressaltando o governo. Disse mais:

> Estamos num regime de golpe, não de revolução, dominados pela aristocracia fardada. (...)
>
> O que houve em primeiro de abril foi uma quartelada com fuzis e metralhadoras compradas com dinheiro de quem paga impostos. (...)

Chegou a hora de pôr um fim à ditadura.[29]

Nenhum deles disse nada de novo, mas Müller viria a se assustar, dias depois, com a manchete do *Correio do Povo* , de Porto Alegre: “MDB critica o regime e homenageia cassados”.[30]

Com a publicação de trechos dos discursos armou-se a crise em Brasília. O líder do governo na Câmara, José Bonifácio, chamou-os de “energúmenos” e lembrou que “o AI-5 é para ser aplicado”.[31] Em seguida, o Alto-Comando do Exército se reuniu. Era sessão de rotina, mas o comandante das tropas do Sul, general Oscar Luiz da Silva, tinha uma gravação do comício do Cine Gaúcho. Não se conhece documento capaz de assegurar que o assunto foi discutido pelos generais. No mesmo dia, contudo, Golbery estava a favor da cassação de Müller e Rossetti.[32]

Nadyr Rossetti

Geisel permaneceu em silêncio por toda a semana. Recebeu um estudo onde se analisavam três linhas de ação.

A primeira — “Nada Fazer” — tinha a grande vantagem de proteger a imagem do governo, e seis inconvenientes. O pior deles estava no risco de “acirrar a campanha eleitoral de modo a comprometer a realização das próprias eleições”.

A segunda — “Aplicar a Lei de Segurança Nacional” — prestigiaria o Poder Judiciário, mas obrigaria o governo a esperar pela decisão e, novamente, “estimularia a ação de grupos radicais de direita”.

A terceira — “Aplicar o Ato Institucional nº 5” — prejudicaria a imagem do governo, porém “fortaleceria a confiança das Forças Armadas e dos setores revolucionários” e “tranquilizaria o meio empresarial”. “Imporia ao MDB definir-se como partido democrático, ou apoiar pronunciamentos de parlamentares de nítida conotação revanchista e comuno-subversiva.” Finalmente, “evitaria o surgimento de possíveis ações de grupos de radicais de direita”.[33]

O líder do MDB na Câmara, deputado Laerte Vieira, chamou os dois deputados ao seu gabinete e sugeriu que se retratassem preparando um texto curto, cauteloso.

> — De maneira nenhuma — respondeu Müller.
> — Olha, Laerte, eu prefiro perder o meu mandato, se é que vou perdê-lo, pela mão da ditadura, do que pela mão dos meus eleitores — disse Rossetti.[34]

Além de não quererem retratar-se, não acreditavam que seriam cassados. “Éramos lambaris em água de peixe gordo”, recordaria Müller.[35] Enganara-se.

No dia 29 de março, doze dias depois do comício de Palmeira das Missões, Geisel cassou os dois. Era a primeira vez que usava o AI-5 para punir cidadãos por terem expressado juízos políticos.

* * *

O MDB reagiu com cautela, mas um dos peixes gordos do grupo Autêntico subiu à tribuna e disse o que pensava. Denunciou as cassações, pediu um “basta” e discorreu sobre a manipulação do medo como forma de preservação do regime. Nas notas taquigráficas, expurgadas, afirmou: “Estamos nos acostumando à falta de liberdade. (...) Estamos nos

acostumando com o desaparecimento de brasileiros". Na realidade, dissera mais: "Estamos nos acostumando com o desaparecimento de brasileiros (sua tortura, sua morte presumida!)". Concluíra denunciando: "Estamos quase que inermes diante desses grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem cassar! Podem torturar!, podem até matar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história de qualquer povo: o Tempo e a História".

Na versão pública, foi desidratado: "Estamos quase que inermes. Podem cassar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história política de qualquer povo: o Tempo e a História!".[36] Lysâneas Maciel sabia o tamanho de seus desafios. Era um deputado que recitava nomes de torturadores. Chamava de "assassinos" os assassinos e de "maluco" o brigadeiro João Paulo Burnier, condestável da repressão na FAB até a primeira metade do governo Médici. Classificava de "energúmenos" o comandante Clemente José Monteiro, suserano da central de torturas da ilha das Flores, e o capitão José de Ribamar Zamith, condômino do DOI carioca.[37]

Lysâneas Maciel

Estava no segundo mandato. Caso raro de evangélico com militância na esquerda, não era quadro do PCB, mas dele recebera apoio. Sua militância em defesa de presos políticos, uma campanha bem-feita e o entusiasmo da juventude universitária deram-lhe 98 mil votos, tornando-o o terceiro mais votado da bancada carioca. Refletindo a extensão da vitória do MDB no estado, nenhum arenista o igualara. Geisel sabia, havia pelo menos dois anos, que o Partidão apoiava Lysâneas. Desde 1974 o SNI censurava-lhe a correspondência e acompanhava seus passos.[38]

Geisel resolveu cassá-lo. Queria um golpe "a quente".[39] O SNI acusara-o de produzir folhetos com "sub-reptício convite à resistência e ao terrorismo nos meios universitários".[40] Vigiavam-no com volúpia. Quando uma universidade do Paraná pediu autorização ao comando da 5ª Região Militar para que o deputado fizesse uma palestra aos alunos, ela foi concedida "só para poder gravar".[41] Feita a gravação, Figueiredo atacava-o por ter dito "imundices", "incitando os estudantes contra as Forças Armadas".[42] Por ter batalhado pela formação de uma CPI para investigar o paradeiro dos desaparecidos, ganhara a qualificação de "lacaio do imperialismo vermelho" no segundo capítulo da panfletagem da *Novela da Traição* .[43]

Lysâneas foi cassado no fim da tarde de 1º de abril de 1976, 72 horas depois do discurso de solidariedade aos dois gaúchos. Informado da sentença, subiu à tribuna e começou um discurso de despedida: "Esta Casa perdeu a altivez e a compostura...".

O vice-líder da Arena, Cantídio Sampaio, interrompeu-o, protestando. Lysâneas disse-lhe que não daria apartes a um "assassino, torturador de estudantes, membro do Esquadrão da Morte".[44] Cantídio devolveu: "Subversivo, agitador, antibrasileiro e comunista". O presidente da Mesa desligou os microfones e encerrou a sessão. Faltou pouco para que os dois saíssem no braço. Quando deixava o plenário, quiseram carregá-lo em triunfo, mas Lysâneas dispensou a coreografia.[45] Passou em casa, fez as

malas e foi para o aeroporto. O pneu do avião furou, e ele teve de esperar por duas horas. Descobriu depois que tinham varejado sua bagagem, furtando-lhe papéis, entre os quais uma carta de Danielle Mitterrand, mulher do chefe socialista francês François Mitterrand.[46]

O MDB levou seis dias e pelo menos seis reuniões para redigir a nota de protesto contra a cassação de Lysâneas. Somente às cinco da manhã de 5 de abril chegou-se a um texto consensual. Pela banda moderada, o negociador fora Tancredo Neves. Ele já dormia quando um deputado o procurou para comunicar-lhe mais uma alteração no texto. Haveriam de viver um dos grandes diálogos da esperteza política nacional.

> — Dr. Tancredo, eu estou aqui porque o grupo reuniu-se e entendeu ser indispensável retirar uma expressão...
> — Retirar pode; não pode é colocar — respondeu Tancredo.[47]

A cautela fazia sentido. No mesmo dia o SNI propagava sua análise rotineira da situação política e avisava: “A aplicação do AI-5 a Lysâneas Maciel seria apenas uma dentro de uma série ainda por desenvolver-se, longa e imprevisível”.[48]

Diante da nota moderada, o Serviço mostrava seu descontentamento:

> Pressente-se, na redação do documento, uma pálida tentativa de conciliar. No mesmo texto, as tendências dos moderados e radicais. Tentativa inútil, pois no seu todo, a nota oficial — Do MDB à Nação — é efetivamente contestatária e contestador, além de mistificador, se apresenta o MDB, numa posição friamente decidida. (…) Admite-se difícil, talvez impossível, a convivência harmônica do MDB com os termos e as regras revolucionárias.[49]

No mesmo surto que levou Lysâneas, Geisel praticou uma das mais surpreendentes violências de seu governo. Foi um episódio rápido.

Quando os papéis que tratavam do assunto passaram pela mesa do general Newton Cruz, ele disse: “Xiii”.[50] O coronel José Maria de Toledo Camargo, assessor especial de Geisel, telefonou-lhe logo que soube do veto. O presidente mandou que discutisse o caso com o ministro Armando Falcão. Toledo Camargo demorou a achá-lo. Anos mais tarde, contaria: “Quando ele me ouviu, respondeu que era isso mesmo, que ia ser proibido e que os comunas precisavam aprender. Era coisa do pessoal dos serviços”.[51]

Estava feito. O governo proibira a TV Globo de transmitir a peça *Romeu e Julieta* , dançada pelo corpo de baile do teatro russo Bolshoi. A gravação era de janeiro e iria ao ar numa rede mundial de emissoras, liderada pela CBS americana, atingindo 112 países e 300 milhões de pessoas. Comemorava os duzentos anos do Bolshoi.[52]

Não se via coisa igual desde 1942, quando a Censura do Estado Novo vetara o noticiário cinematográfico da chegada de Winston Churchill a Moscou.[53] Dois anos antes o Bolshoi fora impedido de dançar em Belém.[54] No governo Médici negara-se licença para a entrada no Brasil da Filarmônica de Moscou, mas permitira-se a apresentação do balé Moisseiev.[55] Ademais, o Kirov já dançara no Rio.[56] Proibira-se a transmissão do enlatado depois que a Globo começara a anunciá-lo. Por quê?

Responde Armando Falcão: “No ano de 1976, organizara-se um extenso programa de comemoração da passagem da Revolução Russa de 1917. (...) Ora, naquela altura dos acontecimentos, tudo que cheirasse a propaganda da União Soviética era combatido com radicalismo”.[57]

Ideia de quem?

“Do Falcão”, informaria Geisel.[58]

“Chegou-me às mãos, então, uma nota do SNI, solicitando a proibição da transmissão do espetáculo”, explicaria Falcão, em suas memórias.[59]

“Você junta o Castro* com o Falcão e dá balé Bolshoi”, lembraria Newton Cruz.[60]

No dia seguinte Geisel recebeu um bilhete de Heitor Ferreira, que acabara de voltar de uma visita à Vila Militar do Rio:

> Uma lástima que o senhor não cheque mais certas coisas sem importância com seus amigos. Ao que me consta, nem mais com Golbery.
>
> A proibição do ballet teve a pior repercussão que o senhor possa imaginar. De início, pensei que — como sempre — eram apenas eu e meia dúzia de gente mais chegada que, incompreensiva para os grandes problemas da subversão, se surpreendera desagradavelmente com o que nos pareceu “o extremo”.
>
> Mas hoje, na Vila Militar, me encheram com esse negócio. Que foi obscurantismo, que perdemos votos, que era videotape sem perigo. Até o Pires* (...)!
>
> Então me animei a lhe transmitir uma opinião que não é mais minha — eu não tenho mais opinião — de que foi um desastre. Quem fez, não sei: Que razões inteligentes terá havido, não é para meu bico. A opinião é péssima. Desculpe.
>
> Se o senhor ficar brabo (...) ou perguntar se eu quero sentar na sua cadeira — as razões que me ocorrem — desculpe duas vezes; não desejo amolá-lo; quero que o senhor passe sempre muito bem e contente. Interpreto como obrigação lhe dizer o que todos me falaram. Não me dá o menor gosto aporrinhá-lo.

Geisel reconheceu: “De acordo. Mas de vez em quando se pode errar. Não é?”.[61] [*Veja o documento*]

* * *

O erro do Bolshoi não teve a banalidade que a visão retrospectiva sugere. Geisel não era um primitivo, capaz de supor que um balé enlatado ameaçasse o regime. Também não era um distraído, capaz de pensar que a proibição do espetáculo passaria despercebida. O erro estivera no uso exorbitado da força. Cassara três deputados em menos de uma semana, golpeara a esquerda do MDB e, como diria mais tarde, dera "um pouco de pasto às feras".[62]

Essa expressão sugere uma benévola premeditação, em que uma violência menor se justifica diante de um objetivo maior. Um caso, ocorrido na rotina repressiva da ditadura, mostra a naturalidade com que Geisel e Golbery davam pasto às suas feras. Em dezembro de 1975, num processo instruído por Armando Falcão e acompanhado pelo chefe do Gabinete Civil, o presidente determinou a expulsão da estudante Marie Hélène Russi, uma suíça de 28 anos, do país. Ela fora presa no arrastão de Ibiúna e posta para fora da Faculdade de História da Universidade Federal da Bahia. Militara no radicalismo esquerdista e, depois de mais uma prisão, pagara dois anos de cadeia. Reorganizara sua vida, trabalhando como secretária de um curso de pós-graduação, e preparava-se para prestar outro vestibular. A jovem viera para o Brasil com quatro anos de idade, alfabetizara-se em português, nunca estivera na Suíça. Nenhum desses argumentos sensibilizou o governo. Em maio de 1976, com amparo numa decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, a polícia colocou-a num avião com destino a Genebra.[63]

Episódios como esses ensinavam que não havia pasto que chegasse, pois às feras não bastava expulsar uma estudante que tinha tantos vínculos com a Suíça quanto Geisel com a Alemanha, proibir um vídeo de balé russo ou cassar deputados. Queriam o poder. O presidente, que fora um defensor de todas as radicalizações institucionais da ditadura, percebia que o tacape

do AI-5 se transformara no oposto do que pretendera ser. Os instrumentos ditatoriais davam força ao fraco e fraqueza ao forte: “Com os poderes excepcionais você ficava numa situação difícil. Se não os usasse, era chamado de frouxo. Se os usasse, era acusado de ter cedido às pressões”.*

* * *

Montado no ressentimento da “tigrada”, o ministro do Exército vivia num mundo de tenebrosas fantasias. No mesmo dia em que o *Diário Oficial* circulara com a demissão do general Confucio, o CIE recebera um informe dando conta de que “grupos de dois e quatro indivíduos estranhos têm sido vistos no eixo Marabá-São João do Araguaia-São Domingos-Palestina, os quais procuram não se aproximar das cidades”.[64] A guerra do CIE não acabara. Um cidadão incapaz de explicar de onde vinha e para onde ia havia sido capturado no sul do Pará. Interrogado pelo *Major Curió* , o famoso veterano do Araguaia, confessara-se guerrilheiro. Levado ao Rio, durante o percurso do Galeão ao DOI reconhecera o prédio de um hospital. O capitão que o escoltara mandou fotografá-lo e pesquisar os hospícios da cidade. O homem era freguês do Hospital Pinel. Confessara-se guerrilheiro para safar-se dos espancamentos a que o submetiam, queixava-se até de um fuzilamento simulado.[65] O CIE captara a armação de mais dois focos. Um, em Roraima. Outro, articulado por cubanos e soviéticos, na fronteira peruana. (Na versão do SNI, esse foco tinha treinamento de portugueses e angolanos.) Temia-se que entre os hippies vindos do Caribe estivessem pombos-correios de Fidel Castro.

A subversão amazônica descoberta pela “tigrada” poderia ser coisa muito maior que o fracassado projeto de guerra popular do PC do B no Araguaia. Segundo o Centro de Informações do Exército, havia cinco bispos, 28 religiosos e nove freiras metidos em maquinações sediciosas na Região Norte. O CIE acreditava que a ação desses religiosos era

coordenada, de Roma, pelo cardeal Sebastiano Baggio, núncio apostólico no Brasil de 1964 a 1967.[66] Prefeito da Congregação dos Bispos do Vaticano, Baggio era um dos homens mais poderosos da Cúria e, àquela altura, possível sucessor do papa Paulo VI.

Uma guerrilha na Amazônia traria vantagens diretas a quem fosse escalado para combatê-la. A *Operação Sucuri* , que engoliu o PC do B no Araguaia, teve um orçamento de 157 .360 cruzeiros. O pagamento das diárias ficava com 80% das despesas.[67]

As exorbitâncias, o tempo e os fatos deram um ar farsesco, quase folclórico, aos fantasmas do CIE. Contudo, inúmeras ameaças enfrentadas pela direita militar tiveram base real. Em 1976, contudo, combatiam a guerra de 1969. Um coronel que tivesse suspeitado da intenção de chineses e cubanos de fabricar uma guerrilha na Amazônia e assegurasse que o PCB, subsidiado por Moscou, estava infiltrado no MDB e na imprensa, poderia parecer um conspiromaníaco. Na realidade, o PCB estava infiltrado no MDB e na imprensa, e o "Ouro de Moscou" existia. Fidel Castro efetivamente treinara e subsidiara o surto terrorista do final dos anos 1960 e início dos 1970, e a China dera instrução militar a três turmas de militantes do PC do B.[68]

Em 1976 não havia cubanos montando uma guerrilha na Amazônia, mas, três anos antes, um de seus destacados comandantes militares, o general Arnaldo Ochoa, concebera uma versão guerrilheira do filme *Fitzcarraldo* . Planejara descer o rio Amazonas num barco artilhado por cem experimentados combatentes cubanos, inclusive ele.[69] Padres de esquerda trabalhando na região, decerto havia. As fantasias do CIE podem ser vistas como um risco inerente à atividade de um serviço de informações. Desbastados os exageros, verifica-se que se ia além. Se em 1969 a máquina repressiva da ditadura fora apanhada de surpresa, em 1976 a situação era diversa.

Num fenômeno comum à hipertrofia dos aparelhos repressivos, passara-se ao fabrico de ameaças. O CIE desinformava seu público quando encorpava a conspiração clérigo-esquerdista enxertando-lhe a coordenação do moderado Baggio. Desinformava também quando sustentava, em 1976, que o PCB aderira à luta armada, tendo treinado pelo menos mil militantes por meio de seus serviços especiais.[70]

Ecoando a "ordem de batalha" argentina, o CIE dizia que "o Movimento Comunista Internacional terá de fazer enfrentamento direto com o Brasil". Isso indicava que o perigo era maior do que se supunha: "A infiltração nos órgãos de governo, na imprensa, instituições internacionais, criam condições favoráveis ao trabalho de massa em toda a população brasileira, montando uma imagem de incredulidade das ações comunistas e a proteção de seus militantes".[71]

Mais: "O infiltrado é antes de tudo um legalista, procura agir sempre dentro da Lei e da Ordem. Em nome da lei, ou nos desvãos da lei, dá pareceres que facilitam a atuação dos subversivos, e, em nome da lei, os absolve. Condena com veemência as supostas ilegalidades praticadas no combate à subversão".[72]

Não havia saída. Se a esquerda se movia, era acusada de mover-se. Se recuava, era acusada de fingir-se de morta. A "tigrada" precisava da desordem. Como ela não existia, tinha de providenciá-la.

A transformação do PCB numa organização pronta para a militarização era mentira deliberada. A afirmação resultava de uma colagem desonesta de antigos documentos.[73] O CIE sabia que o Partido Comunista, desarticulado, nem secretário-geral tinha.[74] Giocondo Dias estava em Moscou desde maio de 1976.

* * *

Por mais desonestidade que houvesse nas montagens, havia gente disposta a acreditar em bruxas guerrilheiras, esquerdistas e episcopais. O general Sylvio Frota, por certo, acreditava. Tudo seria uma questão de boa-fé malbaratada se, ao lado disso, não estivesse em curso outro processo, novo.

Entre agosto e setembro de 1976 o CIE listara 46 "ações e atentados terroristas". Informava: "A tentativa de retomada de ações terroristas no país que ora se assiste, enquadra-se na estratégia do Movimento Comunista Internacional, permanecendo válida a conceituação de Lenin sobre a guerra: 'A paz é a continuação da guerra por outros meios'". Depois de citar Mao e Trotsky, lembrava que se estava diante de uma guerra "permanente, indivisível e global".[75]

Debulhados, os 46 episódios resultavam no seguinte: 31 referiam-se a ameaças, nove das quais telefônicas, duas produzidas por "onda de boatos". Restavam quinze. Descontando-se ocorrências em que nunca foram comprovadas motivações políticas, tais como a explosão de uma carga de dinamite num caminhão, de três engenhos caseiros, de uma granada numa residência e de três elevadores numa indústria, sobravam nove. Subtraindo-se uma granada achada intacta, um assalto e uma depredação, tinham sido seis os atentados de verdade.[76]

Todos os seis derivavam de uma nova modalidade de terrorismo. Era o "reaparecimento de organizações paralelas" de que falara o general Reynaldo na reunião de janeiro do Alto-Comando. Dias depois desse alerta, conversando com Armando Falcão, fizera uma sibilina profecia: "Não é absurdo imaginar que a extrema esquerda planeje praticar atentado ou sequestro, na área da OAB ou da ABI, e atribuir a autoria à extrema direita". Mais: "Há possibilidade de agressão a elementos dos meios de comunicação social, a pretexto de desagravar o Exército, se não pararem certos comentários mais ácidos".[77] [*Veja o documento*]

As bombas chegaram à sede da Ordem dos Advogados do Brasil e à da Associação Brasileira de Imprensa no dia 19 de agosto. Não vinham da

esquerda. Depois de seis anos de silêncio, o terrorismo de direita voltara a ser ouvido.[78] Na OAB o pavio apagou. Na ABI explodiu num banheiro, danificando quase todo o sétimo andar. Ambas eram acompanhadas por manifestos assinados pela Aliança Anticomunista Brasileira (saídos da mesma máquina de escrever),[79] e um deles informava: “A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), totalmente dominada pelos comunistas, foi escolhida para esta primeira advertência. De agora em diante, tomem cuidado, seus ‘lacaios de Moscou’. Não daremos trégua. Já que as autoridades recolhem-se covardemente, nós passaremos a agir”.[80]

Num mesmo dia, a Aliança Anticomunista Brasileira botou bombas na OAB e na ABI. A da OAB não explodiu. A da ABI destruiu um banheiro. Um manifesto ameaçava: “Tomem cuidado, seus ‘lacaios de Moscou’. Não daremos trégua. Já que as autoridades recolhem-se covardemente, nós passaremos a agir”.

No dia 26 de setembro, o bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hypólito, deixou o prédio da Cúria levando em seu Volks um jovem casal. Três veículos encurralaram-no. Encapuzado e algemado, foi posto no banco de trás de um Chevrolet vermelho. Vagaram por 45 minutos, até que pararam num descampado. Tentaram obrigá-lo a beber cachaça, tiraram sua roupa e borrifaram-lhe um líquido frio pelo corpo.

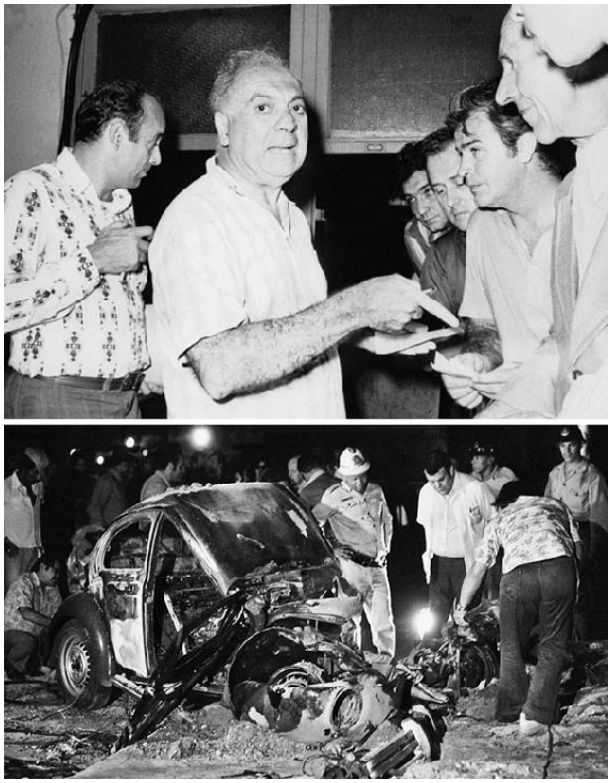
“Bispo vermelho, chegou a tua hora. (...) Chegou a hora da vingança, traidor da pátria”, disse um dos sequestradores.

Abandonaram-no numa esquina de Jacarepaguá, nu, amarrado como um quadrúpede.

Socorrido, d. Adriano pediu uma calça.

“Mas o senhor está sangrando”, informou o cidadão que o desamarrara.[81]

“Pegamos ele e pintamos de vermelho. Ficou todo vermelhinho”, contaria mais tarde o coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite. Autor de pelo menos oito atentados a bomba em 1968, Helvecio fora sócio fundador do CIE, participara da tentativa de ocultação do assassinato de Chael Charles Schreier e estava no núcleo de redatores de panfletos contra o governo. Fazia tudo isso no exercício da função de subchefe da Agência Central do SNI.[82]

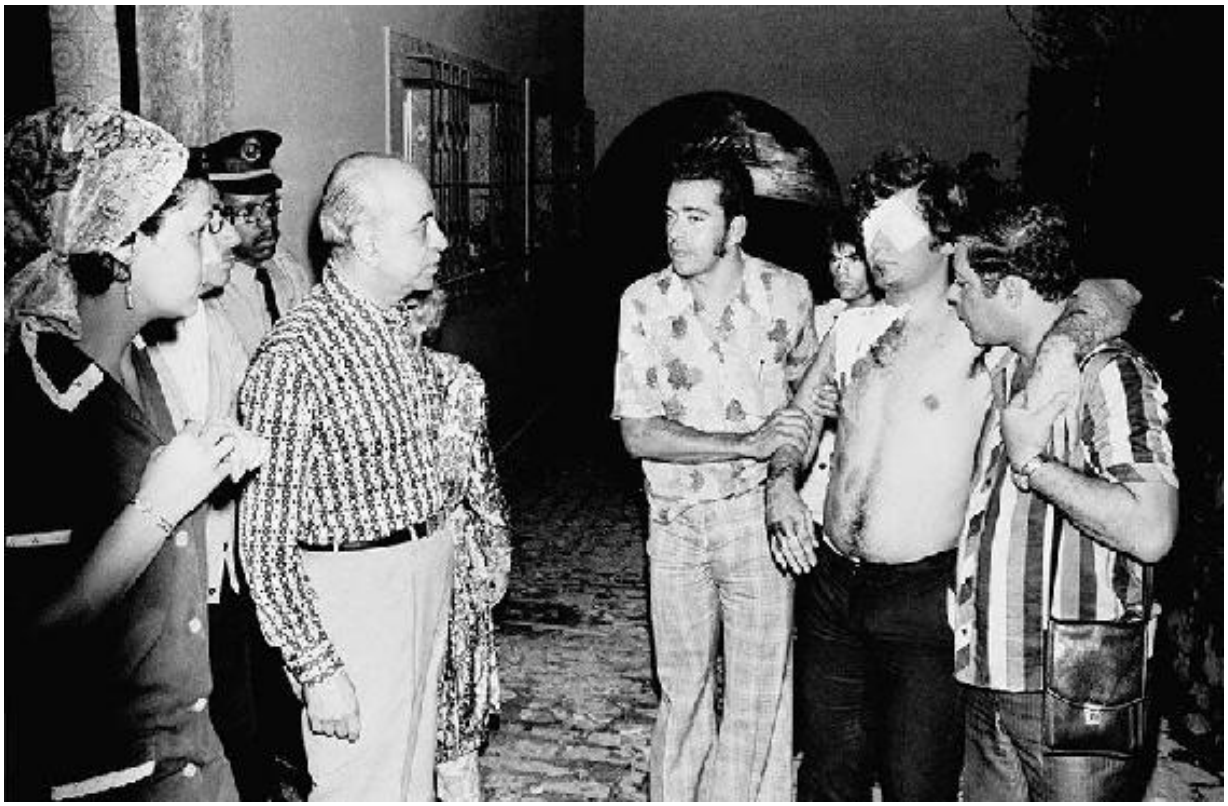


D. Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu (acima, apontando), foi sequestrado por um grupo de militares. Pintaram-no de vermelho e deixaram-no nu à beira de uma estrada. Seu carro foi explodido na Glória, em frente à sede da CNBB. “Bispo vermelho, chegou a tua hora”, disse um dos sequestradores.

Enquanto d. Adriano contava sua história numa delegacia, deram-se duas outras explosões. Uma na Glória, em frente à CNBB. Haviam

detonado o carro do bispo.[83] A segunda foi no Cosme Velho, no pátio interno da casa de Roberto Marinho, debaixo do quarto de dormir do jornalista mais poderoso do país. Ele lia, na cama. Foi protegido pelo pesado cortinado da janela, mas ainda assim o impacto jogou-o ao chão. Um copeiro feriu-se. Anos mais tarde Marinho contaria que no ataque estivera um ex-repórter d'*O Globo* , demitido depois de servir, por muito tempo, como elo entre o jornal e a Comunidade de Informações. Perdera o emprego porque se recusara a cumprir uma cobertura rotineira de manobras militares.[84]

Um detetive particular, contratado por Marinho, levou três meses para identificar a equipe que pusera a bomba na mansão. Comprovou que, tanto no carro do bispo como na casa do jornalista, usara-se o mesmo tipo de explosivo. Cronometrando distâncias, concluiu que o sequestro de d. Adriano, a destruição do Volks e a bomba do Cosme Velho foram obra de um só grupo. Relatou tudo isso ao coronel que chefiava a seção de informações do I Exército.[85] O SNI explicou o atentado culpando a vítima: "Admite-se que a causa principal seja a presença de comunistas em diversos setores das empresas que dirige".[86]



Um comando paramilitar explodiu uma bomba na parede da casa do jornalista Roberto Marinho (de calça clara, à esquerda), dono das Organizações Globo. Ele estava na cama e foi atirado ao chão. Um copeiro feriu-se. Três meses depois Marinho sabia quem eram os autores do atentado.

* * *

O SNI e o CIE reconheciam que os atentados podiam ter saído da direita. O CIE dizia: “É lícito no entanto supor que, pelas características apresentadas, algumas das ações terroristas levadas a cabo não tenham suas origens no Movimento Comunista Internacional e, sim, em grupos radicais que por seus atos pretendem levar o atual governo a refrear os mecanismos de distenção* ou levá-la a um impasse”.[87] [*Veja o documento*]

No caso do sequestro de d. Adriano, considerando os danos políticos causados ao governo, concluiu que se podia atribuir sua autoria também “a extremistas de esquerda, interessados na subversão genérica”.

Certo mesmo é que, para o CIE, o bispo não prestava:

> A atuação costumeira do bispo de Nova Iguaçu/RJ, D. Adriano Mandarino Hypólito, permite qualificá-lo como um consciente ativista da esquerda clerical, permanentemente engajado em atividades típicas dos seguidores da chamada "teologia da libertação". (...) Suas atividades caracterizam-se por uma contumaz propaganda contestatória e uma doutrinação ideológica de fundo nitidamente marxista. (...) Insere-se em um quadro de verdadeira guerra psicológica adversa.[88]

O SNI dizia a mesma coisa: "D. Adriano Mandarino Hypólito, que usa em seu brasão uma foice e uma cruz (…) obteve extraordinária projeção no País e fora dele, graças à cobertura da imprensa e às manifestações de apoio de elementos interessados em mobilizar o povo brasileiro, avesso ao terrorismo, em favor das causas esquerdistas que defendem".[89]

Previsto com oito meses de antecedência, o surto terrorista de direita conseguira o beneplácito que lhe fora dado em 1968, durante a anarquia do consulado de Costa e Silva. Seu núcleo era o mesmo, as bases funcionais continuavam na Comunidade. Dizer que seus militantes eram desconhecidos seria atribuir aos comandantes militares da época exagerada incompetência. Descontando-se o fato de que Roberto Marinho identificou os autores do atentado que o alvejara, tanto os panfletos como as bombas tinham autoria conhecida. Fingia-se que havia uma ameaça terrorista de esquerda, e se fazia de conta que o terrorismo de direita era um mistério.

Havia desinteresse em denunciar publicamente os detonadores. Num panfleto de 1975, Figueiredo e Newton Cruz deram-se a um debate com aquilo que viria a ser chamado pelo jornalista José Amaral Argolo de "a direita explosiva".[90] Eles responderam, com notas manuscritas, ao texto de uma transcrição que lhes chegara do Rio.

O PANFLETO: Vários são os comunistas, “corruptos e negocistas” que se acham nos mais altos postos do governo, participando da administração nefasta que aí se encontra.

FIGUEIREDO: E muitos são os “corruptos e negocistas” que pululam entre “revolucionários autênticos”...

O PANFLETO: A “distensão” está levando civis e militares a posições incômodas de meros expectadores * (...).

FIGUEIREDO: Que merda!

NEWTON CRUZ: Sempre a “distensão”... O maior inimigo da Revolução hoje é a burrice...

O PANFLETO: Filiem-se, como nós, ao “Movimento de Recuperação”.

FIGUEIREDO: Não, obrigado! (...) Vocês são uns “filhos da puta”![91] [*Veja o documento*]

Providência para identificá-los, nenhuma. Três meses depois, Newton Cruz receberia uma mensagem anônima. Era pessoal. Numa folha em que se reproduzira uma das fotografias da cela onde Vladimir Herzog pendia, morto, escreveram: “Herzog fez isso porque merecia. Faça-o também”. E mais: “Traidor, cachaceiro”.[92] O general examinou o material e percebeu que a fotografia, tirada de baixo para cima, não fora publicada na época da morte do jornalista. Ele a vira num documento enviado pelo CIE aos comandos do Exército, aos outros Centros de Informações militares e à Agência Central do SNI.

Sua conclusão: “Para mim, até prova em contrário, o meu detrator ou os meus detratores *pertencem ao CIE ou à Agência Central do SNI* ”.[93]

Sua reação: “Liguei para o Helvecio. Ele negou que fosse o autor. Eu lhe disse: ‘Helvecio, você é um filho da puta. Só não vou aí quebrar sua cara porque não tenho prova’”.[94]

Os autores dos atentados não eram identificados porque o governo temia o embaraço. Imaginando-se que uma ação fulminante resultasse na descoberta do núcleo paramilitar que sequestrara d. Adriano, de duas uma: ou o caso ia adiante ou simulava-se uma investigação. Se fosse adiante, seus responsáveis iriam para a cadeia. O coronel Helvecio era um revolucionário da tarde de 31 de março de 1964, arquivo vivo do CIE, colecionador de documentos internos do SNI. O teatrinho do mistério aprofundava a cumplicidade que protegia os terroristas. Os comandos militares e a cúpula do governo estavam presos num processo de intimidação próximo da chantagem. Nada faziam porque tinham medo de um desfecho cruel para o regime, e, como nada faziam, mais fariam os terroristas.

Em setembro, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, onde Fernando Henrique Cardoso liderava a produção de um grupo de acadêmicos expulsos da USP, explodiu uma bomba. Coisa pequena, sem a intenção de fazer vítimas. Passadas duas semanas, o SNI, que tinha antiga implicância com a instituição, levou ao presidente um exame do trabalho dos professores e, sem se referir à bomba, acusou-os de participar do "planejamento e condução das atividades político-partidárias do MDB".[95]

Numa madrugada de novembro, na casa onde funcionava o semanário *Opinião* , explodiu outra bomba. Um panfleto deixado no quintal informava: "Da próxima vez ajustaremos contas pessoais com esses excrementos humanos!".[96]

* * *

Entre o final de 1976 e o início de 1977 o núcleo de panfleteiros de Brasília discutiu o mais audacioso plano terrorista concebido no país. Queriam matar Geisel. Há duas versões do que se conversou. Uma, revelada em 1996, é do coronel Alberto Fortunato, que pusera bombas em alvos

esquerdistas durante o surto de 1968: “Estudamos a possibilidade de obter um foguete (desses portáteis, de ombro) e, com ele, abater o helicóptero no qual viajava diariamente. (...) Um dos nossos subiria ao terraço de um dos ministérios, aguardaria o momento da decolagem, efetuaria o disparo e desceria calmamente (...) misturando-se aos demais funcionários”.[97]

A outra, contada em 1985, é do tenente-coronel Helvecio: “Pessoas que estavam na guarda pessoal de Geisel, comandada pelo Pedrozo,* vieram me procurar. Eles se propunham a executá-lo. ‘Chefe, é só o senhor marcar o dia que a gente queima o homem.’ Eu não concordei e disse a eles que não poderíamos fazer isso porque o Brasil não era nenhum país africano”.[98]

“Então, quer dizer que escapei de boa”, comentou Geisel, anos depois.[99]

Golbery deu um toque de piada ao seu comentário: “Não há como se crer ou deixar de crer nisso. Uma coisa, porém, eu não perco de vista. Eu não confiava no Pedrozo. Essa desconfiança não tem origem na política, mas no fato de que ele, depois de um dia de trabalho, ia para casa e ficava meia hora plantando bananeira, numa posição de ioga. Eu não confio em gente que faz essas coisas”.[100]

A parolagem de Fortunato foi, no mínimo, uma secreta bravata. Pode-se duvidar que seus parceiros fossem capazes de operar um lançador de foguetes. Ou, ainda, que fossem capazes de se arriscar a algumas dezenas de anos na cadeia. O fato de haver oficiais da reserva (um deles ocupando cargo de chefia no SNI) dispostos a discutir o assassinato do presidente da República indica apenas o grau de exasperação e indisciplina em que viviam.

A fanfarronice poderia ser vista como prova definitiva da existência de um “aparelho autônomo”, bode expiatório usado depois para encobrir a responsabilidade dos chefes militares nos assassinatos e na tortura de presos políticos. Não era o caso. Ainda que independentes, a *Operação Grande Rio* e os atentados faziam parte de um processo de intimidação da sociedade e de neutralização da militância oposicionista. No jargão da Comunidade,

eram lances de uma “guerra psicológica”. Não se coordenavam, mas resultavam complementares. Condenando o sequestro do bispo, o CIE descreveu esse processo:

> O principal combate a esse tipo de subversão só pode ser realizado eficazmente também no campo psicológico, tendo por base a identificação e o desmascaramento dos ativistas da esquerda clerical (...). Além disso, esse combate, para conduzir aos objetivos desejados, exige o planejamento e a execução de operações psicológicas adequadas, em que se leve em conta a natureza específica da ameaça a neutralizar, as singularidades da instituição em que seus agentes se acobertam e, particularmente, a probabilidade de reação favorável do público-alvo disputado. O desrespeito a esses e a outros fatores igualmente importantes conduz a resultados precários, quando não inteiramente contrários aos que se deseja alcançar.[101]

Um oficial terrorista que lesse a análise do CIE veria nela muito mais uma crítica operacional do que uma condenação disciplinar. O documento não caracterizou o sequestro como crime, mas como episódio “radical” e “danoso”, cujos “resultados negativos” permitiram à oposição “exigir do Governo rapidez e energia na apuração dos fatos e insinuar que as naturais dificuldades inerentes a essa ação resultam de um favorecimento das autoridades a grupos radicais de direita”.[102]

Nada mais verdadeiro.

* * *

O terrorismo militar de 1976 guardava alguma semelhança com o que sucedera em 1968, quando o braço clandestino do CIE estimulara a

radicalização política e aprofundara a anarquia nos quartéis. No governo de Costa e Silva as bombas nos teatros, os sequestros e os panfletos eram parte de um confronto que tanto os generais como Carlos Marighella chamavam de “guerra revolucionária”.

Oito anos depois, essa modalidade de confronto desaparecera. O radicalismo da ditadura prendera-se na obsessão do contrário. Só havia um tipo de terrorismo no Brasil, o dos militares indisciplinados. A subversão da ordem migrara da plataforma da esquerda para a agenda da direita.

A despeito das violências políticas que praticava, Geisel firmara a posição do governo como fiel de um processo em que conviviam eleições, Congresso e imprensa. A distensão obrigava o regime a conviver com um novo tipo de problema. Médici orgulhava-se de que, à diferença de Geisel, governara cinco anos sem suspender um só mandato parlamentar. Só em 1976 seu sucessor cassara quatro deputados federais. A mudança estava em outra contabilidade. As denúncias de tortura, em todo o ano, ficaram em 156. Com Médici, oscilaram entre 736 e 1.20 6.[103]

1 Uma cópia xerox de folha datilografada, anotada por Golbery e Heitor Ferreira, de 1980. APGCS/HF. Esse papel se relaciona com a conferência que Golbery fez na Escola Superior de Guerra em julho de 1980. Não consta do texto da edição da conferência, publicado em Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica e poder*, pp. 497-8.

2 *Folha de S.Paulo*, 8 de março de 1976, p. 3, e 10 de março de 1976, p. 4.

3 Para o reconhecimento das três prisões, *Folha de S.Paulo*, 9 de março de 1976, p. 4.

4 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, de 23 de março de 1976, em Fernando Molica, “Estado promovia guerra psicológica contra adversários”, *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1994, Caderno Especial *30 anos depois*, p. B9.

5 Walter Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, p. 224.

6 Henrique Caban, abril de 1999.

7 *Folha de S.Paulo*, 9 de março de 1976, pp. 1 e 4.

8 Idem, 12 de março de 1976, p. 3.

9 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 3: *1976*, pp. 47-8.

10 Ulysses Guimarães, *Rompendo o cerco*, p. 149. *Folha de S.Paulo*, 24 de março de 1976, p. 3.

11 Para a bailarina, Maria Sáenz Quesada, *Isabel Perón*, pp. 37-8.

12 William C. Smith, *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*, p. 230. Para as reformas ministeriais, Maria Sáenz Quesada, *Isabel Perón*, p. 337.

13 Entre a posse de Isabelita e sua deposição, mataram-se 284 pessoas. "Evolution of terrorist delinquency in Argentina", 1979. Sem autor nem editora, texto guardado na Biblioteca da Escola de Assuntos Internacionais da Universidade Columbia.

14 Iain Guest, *Behind the disappearances*, pp. 20 e 454. Guest cita dados da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, Conadep.

15 Para o desaparecimento de Tenório, no dia 18 de março, ver Frederico Mendonça de Oliveira, *O crime contra Tenório*. O outro brasileiro é Sidney Fix Marques dos Santos, desaparecido em fevereiro de 1976. *O Globo*, 28 de maio de 2000, p. 41.

16 Maria Sáenz Quesada, *Isabel Perón*, p. 303. O Exército Revolucionário do Povo teria cobrado 5 milhões de dólares à Esso para libertar um de seus diretores, e os montoneros, 61 milhões de dólares pelo resgate do empresário Jorge Born.

17 Maria Sáenz Quesada, *Isabel Perón*, p. 363, e Horacio Verbitsky, *El vuelo*, pp. 85-6.

18 Telegrama do embaixador João Batista Pinheiro ao Itamaraty, 5 de março de 1976. APGCS/HF.

19 Donald C. Hodges, *Argentina's "dirty war"*, p. 128.

20 Marguerite Feitlowitz, *A lexicon of terror*, p. 32.

* No Uruguai, mesmo havendo uma ditadura militar, continuava na presidência o fazendeiro Juan María Bordaberry. Seria dispensado em junho.

21 Telegrama de Kissinger aos embaixadores americanos em Santiago, Brasília, Buenos Aires, Montevidéu e Assunção, 20 de agosto de 1976, em Marcio Aith e Marcelo Starobinas, "Ação antissubversão uniu Brasil e Argentina", *Folha de S.Paulo*, 22 de agosto de 2002, p. A11.

22 Cópia de um panfleto endereçado a Gastão Fuhr, residente no Setor Militar Urbano, SMU, recebida pelo SNI em 9 de abril de 1976. APGCS/HF.

23 Para o número, Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 16.

24 *Apreciação Sumária nº 05/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 22 de setembro de 1975. AEG/CPDoc.

25 Thales Ramalho, outubro de 1999.

26 Depoimento de Nadyr Rossetti em Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 329.

27 *Zero Hora*, 30 de março de 1976, p. 10.

28 Amaury Müller, abril de 1999.

29 *Apreciação Sumária nº 12*, do SNI, 29 de março de 1976, AEG/CPDoc, e *Zero Hora*, 30 de março de 1976, p. 10.

30 Amaury Müller, abril de 1999.

31 *Folha de S.Paulo*, 25 e 26 de março de 1976, p. 3 para as duas edições.

32 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 26 de março de 1976. APGCS/HF.

33 Duas folhas com um estudo de linhas de ação política para o governo, encapadas. Geisel visou a capa. APGCS/HF.
34 Amaury Müller, abril de 1999.
35 Idem.
36 Transcrição do discurso de Lysâneas Maciel, em seu depoimento a Marieta de Moraes Ferreira, Américo Freire, Marly Silva da Motta e Carlos Eduardo Sarmento, em Marieta de Moraes Ferreira e outros, *Vozes da oposição*, p. 22.
37 Depoimento de Lysâneas Maciel em Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 287. Para "assassinos", bilhete de Hélio Bernd a Heitor Ferreira, março de 1976. APGCS/HF. Para Clemente José Monteiro, ver *Projeto Brasil: nunca mais*, denúncia nº 1.302, tomo V, vol. 3: *As torturas*, pp. 153-4. Para Zamith, denúncias nºs 1.786 (idem, tomo V, vol. 3: *As torturas*, p. 869) e 1.027 (idem, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 649).
38 *Sumário Informativo*, do SNI, de 20 de junho de 1974. *Apreciação Sintética da Situação Interna*, de 12 de junho de 1975. AEG/CPDoc.
39 Para a decisão expressa de cassá-lo, *Diário de Heitor Ferreira*, 20 de junho de 1975. Para a busca da ocasião, idem, 26 de maio e 2 de junho de 1975.
40 *Sumário Informativo*, da Agência Rio de Janeiro do SNI, de 20 de junho de 1974, enviado à Agência Central. APGCS/HF.
41 Informação dada a Geisel por Figueiredo. *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de maio de 1975.
42 Figueiredo a Heitor Ferreira, junho de 1975. APGCS/HF. Ver também *Apreciação Sumária nº 10/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 17 de junho de 1975. AEG/CPDoc.
43 *Novela da Traição*, segundo capítulo, cerca de março de 1975. Pasta enviada pelo SNI a Heitor Ferreira, com um cartão de Newton Cruz. Contém onze panfletos. APGCS/HF.
44 Thomaz Coelho, *À sombra do sistema* (*De Castelo a Geisel*), p. 122.
45 *Folha de S.Paulo*, 2 de abril de 1976, p. 3.
46 Depoimento de Lysâneas Maciel em Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 286.
47 Thomaz Coelho, *À sombra do sistema* (*De Castelo a Geisel*), p. 123.
48 *Apreciação Sumária nº 13*, do SNI, de 5 de abril de 1976. AEG/CPDoc.
49 *Apreciação Sumária nº 14*, do SNI, de 12 de abril de 1976. AEG/CPDoc.
50 General Newton Cruz, março de 1988.
51 General José Maria de Toledo Camargo, janeiro de 1986.
52 *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1976, p. 29.
53 Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*, p. 185.
54 *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1976, pp. 1 e 29.
55 Telegrama da Agence France-Presse, 23 de maio de 1970. AA.
56 Nota de Heitor Ferreira a Golbery, 1974. APGCS/HF.
57 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 374.
58 Ernesto Geisel, 1984.

59 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 374.

* General Sebastião José Ramos de Castro, chefe da Agência Central do SNI.

60 General Newton Cruz, março de 1988.

* General Walter Pires de Carvalho, co mandante da Vila Militar.

61 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, 31 de março de 1976, com anotação de Geisel. APGCS/HF.

62 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 390.

63 *Processo nº 5.422*, de 28 de janeiro de 1976, Supremo Tribunal Federal. Dois casos semelhantes, ocorridos no governo Castello Branco, foram mandados ao arquivo pelo ministro da Justiça, Carlos Medeiros Silva. Marie Hélène Russi nunca regressou ao Brasil. Na Suíça, dirigiu um serviço público de atendimento a idosos, com 2 mil clientes e seiscentos colaboradores. Entrevista de Marie Hélène Russi a Renato Cancian, março de 2003.

* Esse raciocínio foi repetido por Geisel ao autor em diversas ocasiões.

64 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do CIE, de 1º de julho de 1976, p. 27. AA. O SNI já achara guerrilhas e projetos guerrilheiros no Araguaia, no Ceará, no Maranhão e na fronteira com o Peru. *Apreciação Sintética da Situação Interna*, de 12 de junho de 1975, e *Apreciações Sumárias* de 15 de julho de 1974 e 3 de novembro de 1975. AEG/CPDoc.

65 Informação dada por um oficial que servia no DOI do Rio, cuja identidade fica preservada, abril de 2002.

66 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do CIE, de 1º de julho de 1976, pp. 27-35. AA.

67 *Relatório da Operação de Informações Realizada no Sudeste do Pará — Operação Sucuri*, do capitão Sebastião Rodrigues de Moura, o *Major Curió*, de 24 de maio de 1974. AA.

68 Para uma lista de dezoito pessoas treinadas na China, ver Edson Flosi, "China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país", *Folha de S.Paulo*, 22 de novembro de 1968, p. 10.

69 Denise Rollemberg, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 62.

70 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do CIE, de 1º de julho de 1976. *Relatório Especial de Informações nº 1/76*, do DOI-CODI do II Exército, intitulado *A Subversão Comunista em São Paulo*, carimbado "reservado" e datado de abril de 1976. AA.

71 *Relatório Especial de Informações nº 01/76*, do CIE, de 1º de julho de 1976, p. 37. AA.

72 Maço de 25 folhas, do *Relatório Especial de Informações*, do CIE, de novembro de 1975, sem assinatura. Documento guardado no arquivo do coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, em poder do jornalista Ayrton Baffa em 1987. Baffa se refere a esse documento em *Nos porões do SNI*, p. 98.

73 O CIE capturara documentos relacionados ao funcionamento da Seção de Trabalhos Especiais do PCB. Eles descreviam um plano elaborado no início dos anos 1970, que previa a intervenção dos comunistas numa crise político-militar semelhante à de 1961. Nada a ver com guerrilha ou ações terroristas. Givaldo Siqueira, janeiro de 1999.

74 No *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, de 10 de outubro de 1976, o CIE registra que Dias está no exterior. AA.

75 *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, do CIE, rubricado pelo general Antonio da Silva Campos, marcado "confidencial", de 10 de outubro de 1976, do arquivo do coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, em poder do jornalista Ayrton Baffa.

76 Idem.

77 Duas folhas de xerox, datilografadas, carimbadas "secreto", sem assinatura, datadas "Rio, 25/1/1976", com a anotação de Geisel: "Do Falcão (conversa com Reynaldo)". APGCS/HF.

78 O último atentado ocorrera em maio de 1970, contra a redação do semanário *O Pasquim*. Flavio Deckes, *Radiografia do terrorismo no Brasil*, p. 132. Seus autores foram militares lotados no CIE. José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 261.

79 Flavio Deckes, *Radiografia do terrorismo no Brasil*, pp. 99 e 103.

80 *Folha de S.Paulo*, 20 de agosto de 1976, p. 4.

81 Narrativas de d. Adriano Hypólito em *Repórter*, dezembro de 1977, nº 1, transcritas em Flavio Deckes, *Radiografia do terrorismo no Brasil*, pp. 100-2. Para a marca do carro, José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 284, e Fernando Prandini, Victor A. Petrucci e frei Romeu Dale, O. P. (orgs.), *As relações Igreja-Estado no Brasil*, vol. 4, pp. 240-50.

82 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985. O coronel morava em Brasília e não participou do atentado. Segundo o coronel Pedro Maciel Braga, estava no sequestro de d. Adriano Hypólito o coronel José Goulart Camara. Em 1968 ele comandava o 1º Batalhão de Comunicações, no Rio de Janeiro, onde provavelmente foram torturados e mantidos em cativeiro por catorze dias os irmãos Rogério e Ronaldo Duarte, sequestrados no Centro da cidade. Para o depoimento do coronel Maciel Braga, José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 234.

83 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 284.

84 Roberto Marinho, agosto de 1987, detetive Bechara Jalkh, abril de 1999, e Evandro Carlos de Andrade, setembro de 1987 e abril de 1999.

85 Bechara Jalkh, abril de 1999. Em seu depoimento a José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 234-84, o coronel Alberto Fortunato revelou que soube dos detalhes do sequestro de d. Adriano Hypólito por um de seus participantes, o coronel Goulart Camara. Assegurou também que a equipe era integrada por paraquedistas.

86 *Apreciação Sumária nº 38/Gab/76 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 4 de outubro de 1976. AEG/CPDoc.

* Grafia do original.

87 *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, do CIE, de 10 de outubro de 1976. AA.

88 Idem.

89 *Apreciação Sumária nº 38/Gab/76 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 4 de outubro de 1976. AEG/CPDoc.

90 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*.

* Grafia do original.

91 Cópia xerox do *Telex RJ-061 UG AC 4819/71/ARJ/75*, de 6 de outubro de 1975, anotada por Sebastião Ramos de Castro e Newton Cruz, com duas folhas manuscritas de Figueiredo e uma de Newton Cruz. APGCS/HF.

92 Pasta do SNI, do general Newton Cruz a Figueiredo, datada de 23 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

93 Carta de Newton Cruz a Figueiredo (com a ênfase), encaminhando-lhe a pasta com o documento anônimo e uma cópia da fotografia, de 23 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

94 General Newton Cruz, março de 1996.

95 *Apreciação Sumária nº 36/Gab/75 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 21 de setembro de 1976. AEG/CPDoc.

96 *Opinião*, 19 de novembro de 1976, pp. 1 e 3.

97 José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, p. 306.

* O tenente-coronel Germano Arnoldi Pedro zo, chefe da segurança de Geisel.

98 Coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, maio de 1985. Helvecio ressalvou nessa conversa que não foi procurado por oficiais.

99 Ernesto Geisel, 1985.

100 Golbery do Couto e Silva, 1985.

101 *Relatório Parcial de Informações nº 09/76*, rubricado pelo general Antonio da Silva Campos, chefe do CIE, de 10 de outubro de 1976. AA.

102 Idem.

103 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 64, quadro 114.

O buraco negro

Geisel decidiu viajar para a França e para a Inglaterra. Seria a primeira visita de um governante brasileiro à Europa democrática desde 1963, quando João Goulart fora ao funeral do papa João XXIII. Fugia à escrita, pois o costume levava os presidentes antes aos Estados Unidos. Num encontro com o secretário de Estado, Henry Kissinger, Geisel dissera-lhe que só iria a Washington quando o governo americano retirasse sobretaxas impostas a produtos brasileiros.[1] Entendia que "nossa política deve ser com os americanos (...) mas para tornar essa associação mais frutuosa, é preciso tratar com os outros".[2]

Não queria passear por castelos nem ver plataformas de petróleo. Cumpriu uma programação de caixeiro-viajante. Embarcou em abril para a França, no dia 26, decolou de volta no dia 28, passou uma semana no Brasil, voou para Londres no dia 4 de maio e regressou no dia 7. Essas viagens, aplaudidas pelo MDB, pretendiam quebrar o complexo de inferioridade da ditadura, sempre assombrada pela condenação internacional da tortura e da intimidação política. Temiam-se manifestações, má imprensa e até violências. Tamanho era o medo do mundo que, numa visita que fizera a Londres e a Paris nesse período, o chanceler Azeredo da Silveira levara consigo seis guarda-costas.[3]

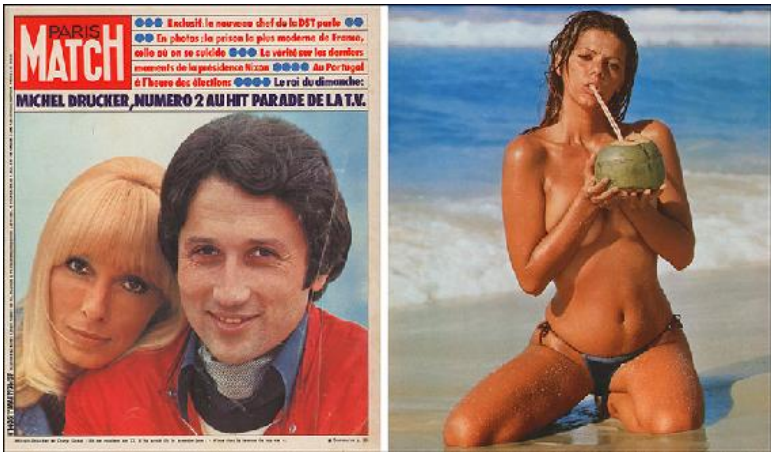
As viagens transcorreram sem sobressaltos. Isso se deveu ao real abrandamento do regime, associado ao interesse dos anfitriões em vender equipamentos ao Brasil. As dificuldades da economia mundial produziram excesso de dinheiro nos bancos e falta de encomendas nas grandes nações.

Em 1975, a França e a Inglaterra haviam sofrido a maior queda de produção industrial desde 1946. Os franceses estavam no sétimo ano de déficit comercial, a caminho do maior desequilíbrio dos últimos dez anos. A Inglaterra entrara no quinto ano consecutivo de déficit na balança, e seu governo recorrera ao Fundo Monetário Internacional para defender a cotação da libra. Num artigo intitulado “O Brasil traz suas contas para a Europa”, a revista inglesa *The Economist* resumira os motivos de Geisel:

> A visita é mais do que uma operação de relações-públicas de uma ditadura militar. Ele também quer dinheiro ou, pelo menos, a confiança necessária para levantá-lo no mercado de capitais da Europa. (...) O governo pretende injetar 23 bilhões de libras — na última estimativa — em programas de autossuficiência que vão de hoje a 1980. Até lá, espera parar de importar aço, papel, fertilizantes e produtos petroquímicos, reduzindo drasticamente a compra de metais não ferrosos e de inseticidas. Tudo o que ele precisa é de dinheiro.[4]

A revista *The Economist* explicou a viagem de Geisel à Inglaterra: “A visita é mais do que uma operação de relações-públicas de uma ditadura militar. Ele também quer dinheiro”.

Quando o presidente desceu em Orly, a revista *Paris-Match* dedicava dezesseis páginas ao Brasil, “o maior empreendimento aberto aos pioneiros do mundo”. Tinha até um perfil, escrito pelo repórter Jean Manzon, que estivera com Geisel na granja do Riacho Fundo e submetera o texto à revisão de Heitor Ferreira.[5] Manzon fizera sua fama e fortuna na glorificação do governo de JK. Era um artista do jornalismo colorido e oficialista. Misturou estradas, pássaros e, em página inteira, uma garota (a linda modelo Rose di Primo) com uma das menores tangas da época. Parecia uma reportagem, mas não constava do índice da revista.[6] Era matéria paga, pelo Banco do Brasil.[7] Sem o mesmo sucesso, chegara a ser negociada uma edição especial do *Le Monde Diplomatique*. [*Veja o documento*] O agente do jornal francês pedira o apoio do governo para vender páginas de publicidade a 80 mil francos cada uma. Segundo a embaixada em Paris, ele se propunha a passar dez dias no Brasil “a fim de encontrar-se com autoridades brasileiras, com vistas à redação de artigos de natureza econômica e coleta de dados sobre o crescimento industrial do país, que apareceriam em edições de *Le Monde* quotidiano”.[8]



Quando Geisel desceu em Orly, a revista *Paris-Match* dedicava dezesseis páginas ao Brasil. Tinha um perfil do presidente e, numa página inteira, uma garota (a linda modelo Rose di Primo) com uma das menores tangas da época. Parecia jornalismo, mas era matéria paga, pelo Banco do Brasil.

Geisel levou na comitiva cinco ministros e doze guarda-costas.[9] Foi recebido com as salvas tradicionais da esquerda. Houve uma manifestação de comunistas diante da prefeitura de Paris, um protesto dos dominicanos no *Le Monde*, jornal que o chamou de “frio, austero, solitário”, e um comentário do *Le Nouvel Observateur* registrando que, durante sete anos, contrapusera-se à tortura um sucesso econômico que agora naufragava. Isso era irrelevante para a grandiloquência com que o presidente Valéry Giscard d’Estaing aplaudiu o visitante. De acordo com ele, depois da Segunda Guerra, ao lado da ressurreição francesa, “o Brasil emergiu como uma potência mundial”.[10]

Geisel levou na comitiva cinco ministros e doze guarda-costas. Foi recebido com as salvas tradicionais da esquerda. Houve uma manifestação de comunistas diante da prefeitura de Paris e um protesto dos dominicanos no *Le Monde*, jornal que o chamou de “frio, austero, solitário”.

A despeito da pompa e dos elogios, a colheita francesa foi magra. Deixou-se para depois a assinatura de um pacote de 2,5 bilhões de dólares destinados à construção de usinas hidrelétricas, um dos principais itens da agenda presidencial.[11] Naqueles dias, as peças do quebra-cabeça do que aconteceu em Paris foram poucas e imperceptíveis.

* * *

Uma bela e jovem pianista que trabalhava no setor cultural da embaixada fora demitida em janeiro.[12] O adido do Exército deixaria o posto em maio.[13] A pianista chamava-se Mariza Tupinambá e era protegida de Roberto Campos, embaixador em Londres, que comparava suas curvas às da ponte de São Francisco.[14] O adido era o coronel Raimundo Saraiva. Ele transmitira, no dia 9 de abril, um telex de sete páginas ao Estado-Maior do Exército.[15] Relatava um encontro, testemunhado por dois diplomatas lotados na embaixada, com o banqueiro Jacques de la Broissia, cunhado do presidente francês, conde e vice-presidente do Crédit Commercial de France. Broissia era figurinha carimbada na grã-finagem financeira do Brasil. Estivera em São Paulo em novembro de 1974, às vésperas da eleição. Deixou vestígio por conta do jantar que lhe foi oferecido por ricaços paulistas.[16] Denunciava que seu banco, depois de ter intermediado uma comissão de 6 milhões de dólares na venda de equipamentos para a usina de Água Vermelha, fora colocado na lista negra da embaixada em Paris por ter se recusado a tirar 60 milhões de dólares aos fornecedores de Tucuruí.[17]

No dia 12, o chefe do Estado-Maior, general Fritz Manso, levou o relatório de Saraiva ao ministro Sylvio Frota. Ele cumpriu os trâmites e remeteu o assunto ao SNI.[18]

O Serviço conhecia a folhagem que Saraiva sacudira. Pouco mais de dois anos antes, quando se armara o bloqueio à candidatura de Delfim Netto ao governo de São Paulo, o general Figueiredo endossara uma denúncia segundo a qual o então ministro da Fazenda dissera a um grupo financeiro francês que a barragem de Água Vermelha seria construída pela empreiteira Camargo Corrêa. “Antes da concorrência”, explicava Figueiredo.[19] Bloqueada a ambição política de Delfim, o assunto foi relegado ao mundo das maledicências.

O embaixador de 1976 não era o *Gordo* de 1974. Se Delfim tivesse feito algo de errado em Paris, tisnaria o governo de Geisel. Se tivesse feito antes,

tisnaria o de Médici. Se tivesse feito antes e depois, tisnaria ambos. Nos três casos, embaraçaria a ditadura e atrapalharia a candidatura de Figueiredo. Com os papéis na gaveta, Frota ficara a montante. No dia 22 de abril, menos de uma semana antes do embarque de Geisel para a França, o chefe do SNI informou a Heitor Ferreira:

> 1) Já falei com o General Bento* (...) para que este determinasse o afastamento (alheamento) do Coronel Saraiva do assunto.
> 2) Penso que o mesmo deveria ser feito pelo Ministro Silveira em relação a alguns de seus auxiliares na embaixada em Paris.
> 3) É guerra de grupos. Pode haver verdades, mas também pode ser fofoca de interesses.
> 4) Que tal uma ação direta sobre o Delfim?[20]

O papel foi a Geisel, e ele o visou. Ao lado do item 4, pôs um ponto de interrogação.

Acabara de nascer o "Relatório Saraiva".

Enxotada da embaixada em Paris, Mariza Tupinambá mudou-se para a Inglaterra. Fora ela quem apresentara Broissia aos diplomatas brasileiros que promoveram seu encontro com o coronel.[21] (Dois anos depois, Tupinambá foi presa no aeroporto de Atenas com três cigarros de maconha na bolsa. Voltaria a Londres, onde se manteria com uma ajuda de setecentas libras mensais, dada pela empreiteira Odebrecht.)[22] Raimundo Saraiva regressara ao Brasil e, aos poucos, sua acusação haveria de se tornar um segredo de polichinelo.*

* * *

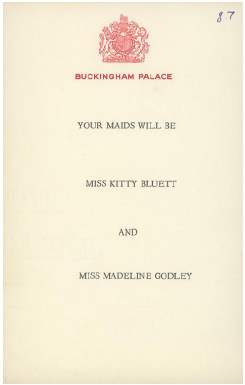
A temporada inglesa de Geisel foi um sucesso. A Grã-Bretanha tinha banqueiros regurgitando petrodólares e industriais precisando de encomendas.[23] O presidente reuniu-se com os dois grupos. Primeiro vieram os banqueiros. Disse-lhes que, a despeito do déficit de conta-corrente (6,9 bilhões de dólares), o Brasil tinha de continuar crescendo, "porque é difícil aceitarmos uma recessão por motivos políticos". Reconheceu que carregava uma dívida externa de 22 bilhões de dólares, mas mostrou-lhes que, descontadas as reservas (4 bilhões), ela equivalia a apenas duas vezes o valor da estimativa das exportações naquele ano.[24] Crédito havia. Para a banca londrina, emprestar dinheiro ao Brasil era um dos bons negócios da praça. Para o governo, cada dólar emprestado que entrava compensava outro dólar que faltava para o equilíbrio das contas externas. Comprava o que pudesse, desde que fosse a prazo. Depois da banca, o presidente recebeu os industriais. Queriam vender material ferroviário, turbinas, usinas siderúrgicas, explorar petróleo e até urânio.[25] Negociaram-se créditos que somaram por volta de 1,5 bilhão de dólares.

Em tese, eram novos investimentos estrangeiros, confirmação da saúde financeira do governo e do prestígio do país. Enfim, o reconhecimento da potência emergente. Era um pouco de tudo isso, mas também uma busca obsessiva por dinheiro, para tapar os ralos da administração. O noticiário oficial informava que a viagem rendera um empréstimo de cerca de 200 milhões de libras para o sistema ferroviário nacional. Metade seria gasta na compra de máquinas britânicas. A outra metade viria em dinheiro. Os ingleses tentaram, sem êxito, vincular o desembolso da segunda metade ao cronograma das obras de montagem do material importado. No ano seguinte, o ministro dos Transportes pediu uma parte desse capital para pagar contas em atraso com empreiteiras nacionais.[26]

A pompa inglesa impressionara o general. Para quem não queria ver castelos, o presidente chegou ao palácio da rainha de carruagem e cartola (apertada).[27] Passou pela propriedade dos duques de Marlborough, viu

Oxford e foi à Abadia de Westminster homenagear em seu túmulo o almirante Cochrane, soldado da fortuna que combatera pelo Brasil na guerra da Independência. O prefeito de Londres surpreendeu-o tomando uma caipirinha no salão renascentista do Guildhall.[28] A rainha-mãe encantou sua mulher presenteando-a com uma manta de lã, "muito boa para cobrir as pernas quando a senhora tomar chá no jardim".[29] Durante o banquete que Elisabeth II lhe ofereceu no grande salão de Buckingham, o tenente Ernesto Geisel, com a grã-cruz da Ordem do Banho espetada na casaca, virou-se para a noiva, a quem 37 anos antes prometera uma vida de "miséria dourada", e disse-lhe: "Quem diria, dona Lucy, nós aqui no meio deste soçaite".[30]

Durante o banquete que Elisabeth II lhe ofereceu no grande salão do palácio de Buckingham, Geisel virou-se para dona Lucy e disse-lhe: "Quem diria, dona Lucy, nós aqui no meio deste soçaite".



Cartão do Palácio de Buckingham com indicação das camareiras que estariam à disposição de Geisel.

É do embaixador Roberto Campos a perfeita descrição do sucesso da viagem:

> Se a captação de recursos financeiros (...) foi útil sob o ponto de vista do balanço de pagamentos — pois que atravessávamos a grave crise cambial que sucedeu ao primeiro choque do petróleo — seu significado político não foi menos importante. (...) Uma visita oficial à Inglaterra, com hospedagem pela rainha no palácio de Buckingham, significava se não um selo de aprovação, pelo menos uma diferenciação entre a revolução modernizante do Brasil e as pitorescas ditaduras latino-americanas. A imagem que se projetaria no rádio e na televisão seria a de um país executor de uma revolução modernizante, e não apenas vítima de uma quartelada.[31]

A discussão da quartelada estava vencida. O MDB aceitara a realidade e passara a explorar as contradições da lógica do regime. Não se tratava mais de insistir na falta de legitimidade da ditadura, mas de buscar a demonstração de sua ineficácia. As dificuldades econômicas haviam desmontado o mito do êxito do arbítrio. A oposição se beneficiava com a exibição das anomalias que a onipotência transmitira ao cotidiano dos poderosos. Invertia-se a lógica do Milagre. Se a ditadura fora conveniente pelo bom desempenho, o mau desempenho tornava-a inconveniente.

Tomando-se apenas os indicadores arrolados pelo SNI nas *Apreciações Sumárias*, que chegavam regularmente à mesa de Geisel, em 1975 a alta do custo de vida ficara pouco acima de 30%. (Fecharia 1976 em 46%, o maior índice desde 1964.) O país crescera 4% e perdera 1,6 bilhão de dólares das reservas internacionais (uma queda de 30% em relação a 1974). Temia-se um racionamento de gasolina.[32] Quando o governo anunciou um corte de 2% nos investimentos públicos, o SNI valeu-se da opinião de “alguns grupos econômicos” e alertou para os “efeitos prováveis da desaceleração

brusca — o aumento da capacidade ociosa das indústrias e a possibilidade de desemprego".[33]

O regime que em 1972 congestionara as impressoras de passaportes da gráfica Harrisons de Londres teve de enfrentar o déficit comercial criando um empréstimo compulsório para quem viajasse para o exterior. A classe média alta, que conhecera o mundo do Milagre, via-se obrigada a jejuar cosmopolitismo.

Assim como a capacidade punitiva do AI-5 produzira uma força que enfraquecia o presidente, a centralização do poder banalizava suas decisões. Depois de uma longa reunião interministerial, Golbery, encabulado, contaria: "Acabo de sair de uma discussão na qual se decidiu o aumento dos táxis em Curitiba. Não ando de táxi há três anos e não vou a Curitiba há mais de dez. O que é que eu posso dizer a respeito desse assunto? Estamos mandando tanto que não mandamos mais nada. Concentramos o poder de tal forma que produzimos um buraco negro, capaz de absorver qualquer energia".[34]

O governo mandava tanto que o ministro da Agricultura ocupou duas páginas do *Diário Oficial* regulamentando "a padronização, classificação e comercialização interna" do pepino. Poderia ser "comum" ou "caipira", longo, médio e curto. Seu comprimento tinha de ser medido "no eixo que vai da base de inserção do pedúnculo ao ápice do fruto". As caixas de comercialização deveriam ter 495 milímetros x 230 milímetros x 355 milímetros, não sendo permitida a mistura de pepinos comuns com caipiras. Quem quisesse embalar pepinos de forma diversa precisava requerer licença ao Ministério da Agricultura.[35]

A "revolução modernizante" produzira uma nobiliarquia de altos funcionários. Denominando-se tecnocratas, sugeriam impessoalidade e distanciamento político. Diferiam das nobiliarquias anteriores pela durabilidade do sistema que os mantinha. Haviam se habituado ao conforto urbano que Brasília dá à classe média alta. Acumularam privilégios numa

cidade onde o poder é a forma suprema de diferenciação. O automóvel, o endereço e o círculo de relações sociais eram determinados pela posição de cada um numa hierarquia que lhes parecia eterna.

Por mais que tentasse, o presidente não conseguia saber quantos funcionários tinha o governo federal.[36] Estimava-se que fossem 600 mil, com uma frota de 7.200 carros oficiais.[37] O diretor do DASP suspeitava que, fora das normas, gastava-se uma quantia superior à da folha do funcionalismo. Golbery descobrira nichos onde havia trezentas pessoas ganhando indevidamente em gabinetes ministeriais. Capturara folhas de pagamento paralelas no Serpro e no IPEA, com as quais se complementavam salários de hierarcas do Executivo.[38] Sem sucesso, baixara três normas administrativas, tentando restringir as despesas de cama e mesa às casas dos ministros.[39]

Geisel exercitava o repertório da moralidade militar dos anos 1950, mas tinha sob suas ordens uma máquina segura de si, poderosa e esquiva. Livrara-se do palácio Laranjeiras doando-o ao governo do Rio de Janeiro, mas não pudera suspender a construção de uma residência oficial para o vice-presidente. Mandara desligar a rede de 650 telefones oficiais que os correios mantinham no Rio, mas não conseguira enxugar as representações dos ministérios na ex-capital. Reduzira o número de funcionários da Presidência de 1.458 para 1.258, mas essa contração exigia que se acreditasse que na granja do Torto, onde vivia Figueiredo, não havia funcionários. (No Ipê, Golbery era servido por trinta. Geisel, por 76 no Alvorada e 31 no Riacho Fundo.)[40]

O Planalto viria a descobrir que era impotente para disciplinar uma funcionária cuja camionete fora vista transportando um cão dálmata pelas ruas do Rio. Diante de uma denúncia publicada na imprensa, Golbery acionara a máquina de informações do governo. A investigação concluíra que o animal fora atropelado e que sua dona não conseguia que um táxi a atendesse. A funcionária passava no carro oficial, vira a cena e se dispusera

a levar a mulher e o cão a um veterinário. Confrontado com a inverossimilhança da explicação, o general reconheceu que o haviam enrolado e anotou: “Veja que romance... Mas vale o alerta”.[41]

A ditadura que aceitava um romance de comiseração por um cachorro haveria de ouvir uma novela de crueldade com um trabalhador. Os personagens eram impecáveis. A autora da denúncia, Iris Coelho, modelo de lealdade ao governo, ex-secretária do marechal Castello Branco, funcionária do arquivo do SNI, depositária de alguns dos maiores segredos da República. A vítima, Antonio Medeiros de Oliveira, porteiro de um edifício de Ipanema, com onze anos de serviço e quatro filhos. Ele fora levado pela polícia depois que, na garagem do prédio, nove automóveis foram arrombados e seus rádios roubados. Ficara 24 horas preso. Na volta, Iris Coelho o viu e, em carta ao general Golbery, assim descreveu o sucedido:

> O pobre estava todo machucado, os tímpanos perfurados. Aplicaram-lhe choque, bateram-lhe a cabeça contra a parede. Foi fichado como ladrão de automóveis e arrombador. (...)
>
> Só porque é uma pessoa humilde e não tem nada, acham que pode servir de bode expiatório. (...)
>
> Se lhe escrevo, General, é porque sempre o tive em alta conta.[42]

Golbery mandou que se investigasse o caso.

A delegacia para onde tinham levado o preso informou que ele nada sofrera, pois lá não se praticavam violências. Reinterrogado, Antonio negou que tivesse passado por constrangimentos. A senhora foi chamada a depor. Confirmou o que escrevera ao general e disse que vira o porteiro com inchaços no rosto e no torso.[43] Acarearam-nos. Do que disse o porteiro a respeito das queixas feitas a Iris, lavrou-se o seguinte:

> [Estava] chorando, muito nervoso, quando falou com D. Iris, razão pela qual acredita que a mesma tenha interpretado mal as suas palavras; que o declarante já escutara falar em outras ocasiões, que em casos de furtos a Polícia costumava submeter os suspeitos a torturas, com espancamentos e choques, perfuração de tímpano etc., razão pela qual temeroso de vir a passar por isto, falou sobre tal fato com D. Iris, acreditando que a mesma tenha entendido erroneamente o que falou, pensando que o declarante tivesse sido submetido a tais atos, o que em verdade de forma alguma ocorreu; que não sofreu qualquer espécie de lesão corporal.

E os inchaços?

"Eram provenientes de alergia que possui e lhe ataca sempre que fica bastante nervoso."

Diante disso, conforme o registro da polícia, Iris deu por "insubsistente a denúncia que efetuou (...) visto que não passou de um mal-entendido, face a dificuldade de expressão do Sr. Antonio Medeiros de Oliveira".[44]

O episódio terminou com um bilhete de Iris Coelho a Heitor Ferreira: "Sinto muito, acredite que lastimo realmente ter sido causa de tanto trabalho e perda de tempo. Do modo como o processo se encaminhava, achei que a melhor solução seria aquela que foi dada na acareação com o porteiro. Creia-me, aprendi uma grande lição".[45]

Não havia no palácio do Planalto quem acreditasse que Iris Coelho, aos 45 anos, fosse incapaz de reproduzir corretamente uma conversação. O marechal Castello Branco ditava-lhe a memória das audiências com diplomatas estrangeiros. Em 1973, Heitor Ferreira propusera seu nome para secretariar os trabalhos do largo da Misericórdia.[46]

* * *

Geisel assumira reclamando dos confortos que seu irmão dera aos generais.[47] Tinham casa, dois carros e, no mínimo, três empregados.[48] Dois anos depois, carregava uma urucubaca desmoralizante. Orlando estava fora do governo desde março de 1974 e continuava morando no palácio da Laguna, a mansão tijucana dos ministros do Exército. Hospedara-se por alguns dias, enquanto esperava a pintura de seu apartamento no Leme, mas quebrara uma perna e permanecera. Vivia numa cadeira de rodas e respirava mal. Usufruía um abuso. Em 1969, Costa e Silva recebera emprestado o palácio Laranjeiras, numa gentileza que beneficiava um ex-presidente entrevado. Além disso, tivera amparo legal, num Ato Complementar. Orlando Geisel tornara-se um constrangimento, mas nem o ministro do Exército nem — muito menos — o irmão estavam dispostos a dizer-lhe que deveria se mudar.

Surpreso ao saber que os ministros eram obrigados a viajar em jatinhos da Força Aérea, Heitor Ferreira tentara descobrir a origem da exigência. Não conseguiu. Chegou à suposição de que a ordem datava de 1969 e do receio de que fossem sequestrados. Numa só semana, colecionou seis pedidos de ministros requisitando aviões para a mesma manhã de sexta-feira, com o mesmo destino: Rio de Janeiro.[49] Quando Geisel voltou de Londres, um fiscal da Receita, de plantão na alfândega do aeroporto de Brasília, fora impedido de abrir a bagagem da comitiva.[50]

Os abusos abalavam a mitologia da ditadura. Capaz de exonerar generais e cassar deputados, ela nada podia diante das mumunhas da meganha carioca e dos pequenos prazeres dos burocratas. É verdade que os regimes anteriores (e os seguintes) conviveram, cada um à sua maneira, com malfeitorias semelhantes. A diferença estava na pretensão da onipotência. Expostos pela imprensa, os abusos envergonhavam o governo. Em julho de 1976, numa memorável série de reportagens, Ricardo Kotscho mostrou ao país o significado de um termo do cotidiano de Brasília: *mordomia*.

Três edições sucessivas d'*O Estado de S. Paulo* contaram que o ministro do Trabalho tinha um plantel de 28 empregados, o de Minas e Energia, piscina térmica. A mulher de um diretor do Banco do Brasil mandara trocar uma geladeira com dois meses de uso porque o trinco enguiçara. Na casa do governador de Brasília compraram-se, num só dia, dezessete quilos de melão, catorze de ameixas, 280 litros de leite e 6.825 pãezinhos. Numa só encomenda, 47 frascos de laquê. Isso no campo da conservação do corpo. Para o espírito, os mandarins requisitavam à Censura filmes proibidos. Tanto da produção pornográfica light, como *Emmanuelle* com seu contorcionismo num banheiro de avião, como da excomunhão política, no caso de *Estado de sítio*, do grego Costa-Gavras. Nele havia uma cena em que oficiais do Exército brasileiro ensinavam, em presos, modalidades de tortura (era a aula do "tenente Ailton", dada na Vila Militar do Rio em 1969).[51]

A palavra *mordomia* incorporou-se ao vocabulário nacional designando privilégios indevidos, mas, no início da campanha eleitoral de 1976, foi recebida com irritação pelo governo e furor pelo seu líder na Câmara: "O Ministro não pode ficar, numa recepção indagando: 'Quanto custa esta leitoa? Qual foi o preço deste peru?' (...). Há um conjunto de forças conspirando contra o Brasil. Mas, na raiz de tudo, pode ser que esteja o comunismo internacional".[52]

Poucas vezes uma reação parlamentar cristalizou com tamanho realismo o esgotamento de uma proposta política. Num governo em que o "Relatório Saraiva" descansava nas gavetas de Frota e Figueiredo, a exposição das mordomias pulverizara-lhe o monopólio da moralidade. Atribuindo a denúncia da própria lassidão ao fantasma do comunismo, José Bonifácio associava o anticomunismo à defesa da mordomia. Doze anos depois da chegada do marechal Castello Branco ao Planalto, subversão já não havia. O combate à corrupção deixara de ser uma bandeira do regime. Passara à sala de troféus da oposição.

A última reportagem de Kotscho estava nas bancas no dia em que o SNI capturou em Brasília a letra de uma marchinha que Ulysses Guimarães pretendia usar na campanha. Dizia assim:

Vote no MDB.
Você sabe por quê.[53]

O governo ia para o seu segundo teste eleitoral.

1 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 337.
2 *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de janeiro de 1976.
3 Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 950. Para Paris, Antonio Delfim Netto, 1996.
4 *The Economist*, 1º de maio de 1976.
5 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, de março de 1976, referindo-se à edição de *Paris-Match* que estaria nas bancas no dia 26 de abril. Para a ida ao Riacho Fundo, *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 21 de março de 1976. APGCS/HF.
6 *Paris-Match*, 1º de maio de 1976. Devo ao embaixador Marcos de Azambuja a localização desse suplemento. AA.
7 Anotação de Humberto Barreto no *Telegrama 032858 AIG/DE I Confidencial — Urgente*, da embaixada do Brasil em Paris. APGCS/HF.
8 *Telegrama 032858 AIG/DE I Confidencial — Urgente*, da embaixada do Brasil em Paris. APGCS/HF.
9 *Lista Final Oficiosa* da comitiva de Geisel, datada de 5 de abril de 1976. APGCS/HF.
10 *Folha de S.Paulo*, 25 de abril de 1976, pp. 1 e 5.
11 Para a questão das hidrelétricas, *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 1976, pp. 1 e 9, e *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1976, pp. 1, 18, 21 e 25.
12 Mariza Tupinambá, *Eu fui testemunha*, p. 29.
13 Depoimento do coronel Raimundo Saraiva Martins à CPI da Dívida Externa Brasileira, em 15 de setembro de 1983, citado em Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, p. 39.
14 Mariza Tupinambá, *Eu fui testemunha*, p. 9. Cartão-postal de Roberto Campos a Mariza Tupinambá, manuscrito, em Mariza Tupinambá, idem, Anexo II, p. 177.
15 Informação do general Sylvio Frota, transmitida ao coronel Dickson M. Grael pelo general Adyr Fiúza de Castro, em Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, pp. 28 e 52. Ver também *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1983, p. 5.

16 *Folha de S.Paulo*, 15 de novembro de 1974, coluna “Tavares de Miranda”, p. 34, também para o título e o parentesco.

17 Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, pp. 56 e 68, com o segundo depoimento do coronel Raimundo Saraiva à CPI da Dívida Externa. A hidrelétrica de Água Vermelha, na bacia do rio Paraná, foi construída pela empreiteira Camargo Corrêa para a Companhia Energética de São Paulo, CESP, entre 1973 e 1979. Com potência instalada de 1.400 megawatts, teve um financiamento de 248 milhões de dólares de um consórcio de bancos organizado pelo Crédit Commercial de France. *O Estado de S. Paulo*, 1º de março de 1973.

18 *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1983, p. 5. Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, p. 62, transcrevendo uma informação dada pelo deputado Flávio Bierrenbach, baseada no depoimento prestado pelo general Frota.

19 Telefonema de Figueiredo a Golbery, 18 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

* Bento Bandeira de Mello, chefe de gabinete de Frota.

20 Bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, 22 de abril de 1976, visado por Geisel. APGCS/HF.

21 Depoimento do coronel Raimundo Saraiva em Dickson M. Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, p. 56.

22 Mariza Tupinambá, *Eu fui testemunha*, pp. 43 e 57.

* As denúncias contra Delfim Netto nunca foram apresentadas publicamente por seus acusadores. Saraiva preservou o sigilo de seu relatório, e o Estado-Maior do Exército nunca o divulgou. Broissia e os diplomatas que participaram do encontro com o coronel se calaram. Figueiredo, eleito presidente, nomeou Delfim para o Ministério da Agricultura e, depois, para o do Planejamento.

23 Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 970.

24 Nove folhas manuscritas da intérprete Ulla Schneider, intituladas *Reunião do Presidente & Ministros e Altos Representantes dos Bancos Federais com um Grupo de Banqueiros Ingleses*, de 6 de maio de 1976. APGCS/HF.

25 Nove folhas manuscritas da intérprete Ulla Schneider, intituladas *Reunião com Industriais, Chefiados pelo Ministro Varley* (*Indústria*), de 6 de maio de 1976. APGCS/HF.

26 Maço de dezoito folhas enviadas pelo ministro Dyrceu de Araujo Nogueira a Golbery, de 17 de outubro de 1976. APGCS/HF. Ver também Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 971, e Lafayette Prado, *Transportes e corrupção*, p. 89.

27 Para a cartola, Ernesto Geisel, 1994.

28 De volta ao Brasil, Geisel presenteou-o com doze garrafas de cachaça. Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp. 356-7.

29 Lucy Geisel, 1994. Ver também Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 358.

30 Humberto Barreto, 1977, e Ernesto Geisel, 1994.

31 Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 972.

32 *Apreciações Sumárias nº 12/Gab/75*, do SNI, de 10 de novembro de 1975 (para a inflação), e *nº 06/Gab/76*, de 9 de fevereiro de 1976 (para o crescimento e o consumo de combustível). AEG/CPDoc.

33 *Apreciação Sumária nº 46/Gab/76 — Campo Interno*, do SNI, carimbada "secreto", de 29 de novembro de 1976. AEG/CPDoc.

34 Golbery do Couto e Silva, 1977.

35 *Portaria nº 494*, de 15 de julho de 1976, no *Diário Oficial da União*, parte I, seção I, de 6 de agosto de 1976, pp. 10430-2.

36 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel (que o respondeu), de 1976. APGCS/HF.

37 Entrevista do coronel Darcy Siqueira, diretor do DASP, a Álvaro Pereira, "O governo e a mordomia", *Veja*, 25 de agosto de 1976, pp. 3-6.

38 Conversas de Heitor Ferreira com Golbery, abril e junho de 1974. APGCS/HF.

39 Em 1º de agosto de 1975, o Gabinete Civil baixou o *Aviso-Circular nº 683*, *Reservado*, determinando que se coibissem as "despesas de mordomia" fora das casas dos ministros. Em 1º de maio de 1976 baixou a *Circular nº 1*, reiterando a ordem. Em 17 de julho de 1976, Geisel baixou o Decreto nº 78.077, regulando o assunto. Ver Paulo Brossard, *O ballet proibido*, pp. 43-58.

40 Mapa dos funcionários da Presidência, visado por Geisel, julho de 1975. APGCS/HF.

41 "Coluna do Zózimo", *Jornal do Brasil*, 7 de março de 1975, com anotações de Heitor Ferreira e Golbery, e quatro folhas com o processo de investigação, com a *Info 6*, do delegado do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, de 11 de março de 1975. APGCS/HF.

42 Carta de Iris Coelho a Golbery, 22 de maio de 1976. APGCS/HF.

43 Depoimento de Iris Coelho na 14ª DP, 27 de julho de 1976. APGCS/HF.

44 Maço de 34 páginas do que foi o resultado da investigação em torno do caso de tortura do vigia Antonio Medeiros de Oliveira, com o auto de sua acareação com Iris Coelho, de 16 de agosto de 1976. Carta do governador Floriano Faria Lima a Golbery, acompanhando o processo instaurado na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. APGCS/HF.

45 Carta de Iris Coelho a Heitor Ferreira, 1º de novembro de 1976. APGCS/HF.

46 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, 21 de agosto de 1973. APGCS/HF.

47 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de dezembro de 1971.

48 Conversa de Geisel com o general Reynaldo Mello de Almeida, 17 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

49 Bilhete de Hélio Bernd a Heitor Ferreira, 14 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

50 *Folha de S.Paulo*, 9 de maio de 1976, p. 5.

51 Ricardo Kotscho, *A prática da reportagem*, pp. 54-5.

52 Idem, p. 53.

53 *Informe nº 4.638/31/AC/76*, do SNI, de 4 de agosto de 1976, carimbado "confidencial". AA.

Abaixo a ditadura

Dias depois da derrota eleitoral de 1974, o Conselho de Desenvolvimento Econômico reuniu-se no Planalto. Saiu uma discussão sobre o baixo preço dos cavacos de madeira. Geisel aborreceu-se: “Eu não quero saber de cavacos. Quero saber de eleição”.[1] Mas quando o Gabinete Militar criticou a “falta de comunicação popular” num de seus discursos, ele disse: “O presidente não é nenhum demagogo! (...) Não pretendo ir à massa. Não sou Getulio nem Médici!”.[2] [*Veja o documento*] Acreditara que poderia cuidar da eleição seguinte como um gerente, mantendo-se longe dos palanques.

Em 1976, jogou-se na campanha. O quadro do poder nos municípios refletia um resultado de 1972, obtido pouco depois dos festejos do Sesquicentenário da Independência, no esplendor do Milagre. A Arena controlava 88% das prefeituras e 91% das câmaras de vereadores. Tinha mais prefeitos em Minas (638) que o MDB em todo o país (463). Era um predomínio insustentável, mas havia espaço para o êxito, a despeito de um crescimento da oposição.

O governo jogou com a pessoa do presidente, a máquina da administração e a força do regime.

No dia 1º de maio Geisel estava num palanque. Ao estilo de Vargas, chegou a Volta Redonda depois de ter assinado o aumento do salário-mínimo e começou seu discurso dirigindo-se aos “trabalhadores do Brasil”.[3] Criticado por sua desenvoltura, rebateria: “Já me chamaram de camelô da Arena... Mas eu não ligo”.[4]

O SNI monitorou a campanha eleitoral em cada estado como se fora um serviço de informações da Arena. Mobilizou-se até a rede capilar do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral. Em Campinas, o comandante da guarnição, general Moraes Rego, participou, fardado, de reuniões para coletar reivindicações comunitárias. Apressara, para "obter o efeito", um financiamento da Caixa Econômica ao Guarani, um dos clubes de futebol da cidade.[5]

No primeiro grande golpe casuístico sobre a legislação eleitoral, alterou-se o formato da propaganda gratuita na televisão. Desde que ela fora instituída, dez anos antes, os candidatos dispunham de algumas dezenas de segundos para passar mensagens verbais. Com a mudança, que viria a ser conhecida como "Lei Falcão", emudeceu-se a disputa. Só se podiam mostrar fotografias, acompanhadas de pequenos currículos, nada mais. Além disso, as estações de rádio e televisão viram-se proibidas de transmitir discursos de candidatos. Essa providência, equânime na aparência, dava ao governo o monopólio da comunicação.

Geisel modificara seu discurso político. Valia-se do arbítrio do regime para intimidar a oposição, mas dissociava-se da eternização e do aprofundamento da ditadura. Numa visita a Vitória, conversara com políticos da Arena, e um deles, ao relatar o encontro à imprensa, disse que o general lhes pedira que se mobilizassem para a campanha eleitoral, pois queria "vencer e aumentar o percentual democrático, evitando a possibilidade de uma ditadura".[6] Tradução: se o governo perdesse, corria-se o risco de uma virada de mesa. Corolário: para quem quiser virar a mesa, será melhor perder a eleição do que ganhá-la.

O presidente havia dito mais ou menos isso, e tanto seus interlocutores como os jornalistas sabiam que nessas ocasiões um coronel carregava um gravador para eventuais confrontos do que o general dizia com o que se publicava. Bastava conferir. Geisel atropelou a gravação e explodiu a esperteza. Chamou Humberto Barreto, mandou que se esquecesse da

existência da fita e lhe passou um desmentido. Dissera que o país precisava seguir um processo democrático normal. “As palavras são textuais: a ditadura não é a opção”, informou Humberto.[7]

Dias depois, em seu gabinete, o presidente teve o primeiro encontro formal com jornalistas. Recebeu, por uma hora, cinco repórteres políticos, sob o compromisso de que a conversa não seria divulgada. Repetiu suas velhas queixas da imprensa, mas retomou o ponto: “Nunca uma ditadura é melhor que a pior democracia. Sei que não existe a perfeição com que sonhamos, mas, que diabo, por que vamos desistir de querer o melhor. Ditadura nunca é melhor do que outra solução. (...) A ditadura é a corrupção generalizada e impune”.[8]

Restava saber o que era a “ditadura”. Para a oposição, era o regime do AI-5. Para Geisel, uma radicalização punitiva. Para ambos, a interrupção da política de distensão. Nessa equação cabia quase tudo, menos o radicalismo militar. Faltavam pouco mais de três meses para a eleição, e, inesperadamente, o presidente reencontrou-o.

* * *

Ao anoitecer do domingo 22 de agosto de 1976, na curva do quilômetro 165 da via Dutra, uma carreta carregada de gesso seguia a caminho de São Paulo, e um Opala, com um passageiro no banco de trás, ia para o Rio. Depois dele vinha um ônibus da Viação Cometa. Tocou-lhe a traseira esquerda. Num átimo, desgovernado, o Opala saiu da pista, chocando-se com a carreta, uma Scania-Vabis de doze rodas. Ela o arrastou por trinta metros, destroçando-o.[9] O passageiro do Opala ficou irreconhecível. Quando a polícia viu a carteira de identidade do cadáver do banco de trás, o Brasil começou a saber que Juscelino Kubitschek estava morto. Na beira da estrada, alguns viajantes choravam.

Quem era aquele morto, isso não se sabia direito.

O construtor de Brasília era um cassado, banido da vida pública havia doze anos, intimidado por um processo em que a ditadura o acusava de enriquecimento ilícito. Sentia-se "exilado no seu próprio país".[10] Mantinha um diário onde registrava segredos da vida pessoal, mas evitava transcrever conversas políticas.* Ninguém julgou necessário incomodar Geisel na granja do Riacho Fundo para levar-lhe a notícia do desastre.

JK era um homem marcado pelo sorriso, mas havia um sofredor escondido na exuberância. Em meados de junho, batizara em casa a neta Júlia. Num breve discurso, dizendo-se feliz, saudara a presença dos pais da menina, sua filha Márcia e o empresário Baldomero (*Bê*) Barbará, de quem fora sócio num banco. Tinha ao lado a mulher, Sarah. Anunciou: "Aqui, no cimo desta pequena colina, pretendo construir uma ermida, que se chamará Ermida Santa Júlia".[11]

Horas antes, anotara em seu diário as amargas emoções que carregava. Júlia nascera depois da separação de Márcia e Baldomero. Essa situação agoniara Juscelino, sobretudo porque, a seu ver, Sarah Kubitschek mostrara-se leniente em relação ao genro. Sentia-se encurralado: "JK é o bandido, o mentiroso, o traidor etc. etc. Como se não bastassem os 46 anos de interminável incompreensão e convivência insuportável".[12]

Na raiz do desentendimento estava uma paixão de 28 anos por Lúcia Pedroso, loura bela, mulher de um ex-deputado. JK registrava os encontros no diário como "Audiência", "Espanhol" ou "Constantino".[13] Viam-se, em geral, uma vez a cada três dias. Sarah Kubitschek sabia do caso fazia pelo menos quinze anos, mas, desde julho, a relação do casal se deteriorara. Aos 74 anos, Juscelino fugia do ambiente "terrível", "irrespirável" e "pavoroso" que o afligia: "Não aceito o tratamento de campo de Treblinka em que se transformou a minha casa".[14] [*Veja o documento*]

Passava a maior parte do tempo numa fazenda, em Luziânia, nos arrabaldes de Brasília. Era diabético. Os médicos assustaram-no dizendo que tinha lesões na retina direita e uma suspeita de cirrose hepática.[15] Seis

anos antes, submetera-se a uma cirurgia radical para extirpar um câncer de próstata. Saíra com duas sequelas que o deprimiam. Uma era a incontinência urinária. A outra lhe afetara o desempenho sexual. Compensava o declínio físico com reposições hormonais.[16] Achava que não duraria muito.

Esse JK entristecido e recluso só existia em sua própria introspecção. Juscelino produzia grandiosidades como se precisasse delas para manter um ritmo agitado, custoso, porém frugal. Fizera assim com a prefeitura de Belo Horizonte e com o Brasil. No fim da vida, sua grandiosidade cabia numa última obra, a fazenda JK. Eram trezentos alqueires de cerrado goiano. Naquela terra ácida, de cupins e formigas, Juscelino via florestas, bosques e belvederes. Projetava estradas e ermidas. Inventava um cultivo de 200 mil pés de café e uma criação de gado de raça. Cortava o mundo em cavalgadas matinais. Chamava olho-d'água de fonte e morrote de monte. Dava a um o nome do neto e ao outro, o de Sinai. O homem em cujo governo surgira a indústria automobilística e a produção de aço duplicara, enquanto a renda *per capita* dos brasileiros crescera 4% ao ano, queixava-se: "A minha escala de grandeza se reduziu. Em lugar de planejar a prosperidade do Brasil, planejo a construção de uma cocheira na fazenda".[17]

No meio da madrugada, quando o caixão de Juscelino chegou ao saguão da Editora Bloch, na Glória, restava saber quem seria sepultado naquela segunda-feira. Ao amanhecer, havia pouco mais de dez pessoas no salão de mármore. Era o velório do proscrito, condenado ao silêncio do cerrado.

A cena continha um detalhe romântico, saído do mundo benevolente e generoso que JK construíra. Os caixões, idênticos, eram dois. As filas de cadeiras destinadas aos familiares, alinhadas diante dos catafalcos, também eram duas. Numa sentavam-se os Kubitschek. Na outra, os Ribeiro, parentes do motorista Geraldo, o *Platão*. Os dois amigos morreram juntos, 36 anos depois de terem se conhecido. Por ordem de Sarah Kubitschek, juntos seriam velados.

De manhãzinha, das ruas centenárias de Diamantina, vieram os primeiros sinais da última grandiosidade de JK, a única de que participaria sem tê-la projetado. O alto-falante da catedral de Santo Antônio informou que a Associação Comercial pedia que as lojas não abrissem as portas. Os sinos davam a cada hora o dobre de finados. Despontaram panos pretos nas janelas do casario colonial. Em Belo Horizonte, o governador Aureliano Chaves decretou luto por três dias. Na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, os mastros do Supremo Tribunal Federal e do MEC hastearam as bandeiras a meio pau. O comércio não funcionou. Só as floriculturas aceitavam encomendas.[18]

Geisel chegou ao Planalto às nove horas. Reclamou por não ter sido avisado à noite. Acenou para um grupo de sindicalistas que o esperava na base da rampa, disse-lhes que era "um prazer vê-los" e subiu para o gabinete. Lá comemoraria, sem a presença dos jornalistas, o 65º aniversário de Golbery. Pouco depois começou a discutir o tratamento que o governo daria ao adversário morto. A bandeira do Planalto estava hasteada no topo do mastro. Era um mau sinal. O Supremo e os ministérios que as haviam baixado ergueram-nas.[19]

No Rio, a manhã chegou com um sol de rachar, coisa rara no fim de agosto. Ao pé do morro da Glória, num lugar que sempre se vê, aonde dificilmente se vai e por onde nunca se passa a pé, o bloco de vidro negro da editora não atraía transeuntes. JK estava fora de mão. O último grande velório da cidade — o do estudante Edson Luis de Lima Souto, em 1968 — tinha acontecido no Centro, na Assembleia Legislativa.*

Pouco depois das nove o romancista Josué Montello mal conseguiu entrar no saguão. Lá tinha estado o teatrólogo Guilherme Figueiredo, irmão do chefe do SNI. Da janela de um prédio uma faixa dizia: "JK: o Sol veio dar adeus". As pessoas saltavam dos ônibus e iam para a fila. Curvado, chegou o marechal Cordeiro de Farias, veterano de todas as conspirações de seus 75 anos de vida, ministro de Castello e amigo de Geisel.[20] O arquiteto

Lucio Costa, que traçara a cruz de Brasília, retirou-se com duas palavras: “Morte adequada”.[21]

Geisel convocou ao seu gabinete os ministros Armando Falcão e Sylvio Frota.

> — Tanto pedi a Deus que esse homem não morresse no meu governo! Agora, vamos enfrentar o caso. Acho que devemos decretar luto oficial, por três dias. Entendo que é de direito o luto oficial — disse o presidente.
>
> — Sou contra qualquer homenagem do governo a esse homem. Era um contrarrevolucionário, que foi cassado, punido pela Revolução. Posso informar a Vossa Excelência que a repercussão no Exército será negativa.[22]

Frota falava como um ministro forte diante do cadáver de um proscrito fraco. Saíra do Rio de manhã, muito provavelmente indo de sua casa, no Grajaú, ao Galeão. Nesse percurso suburbano aquela segunda-feira parecera um dia qualquer. Não era. Na hora em que se discutia no Planalto o cerimonial da morte de Kubitschek, no Rio a questão era outra. JK deveria ser levado para o aeroporto Santos Dumont. Como?

Sarah Kubitschek aceitou a proposta da rua: “Se o povo quer levá-lo (...) isso deverá ser feito”. Antes que o caixão partisse, tirou uma saudade do arranjo que o enfeitava, quebrou-lhe a haste e colocou a flor na lapela do costume preto.[23] JK seguiu no sentido contrário ao de Edson Luis em 1968. De mãos dadas, a família ia à frente de um coro de 3 mil pessoas:

> *Como pode*
> *O peixe vivo*
> *Viver fora*
> *Da água fria?*
> *Como poderei viver,*

Como poderei viver
Sem a tua, sem a tua,
Sem a tua companhia?

Ou ainda:

Já podeis, da Pátria filhos,
Ver contente a mãe gentil.
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.

Em Brasília, o presidente do Senado, Magalhães Pinto, adversário de JK, mandara baixar a meio pau sua bandeira. Embaixadas, empresas e universidades já tinham feito a mesma coisa. Parecia um ato natural. Dois meses antes, na Bolívia, Hugo Banzer decretara luto pela morte do general que depusera. Geisel, Falcão e Frota continuavam reunidos:

— Eu sei, Frota, mas compreenda a posição do governo, que tem de ver o quadro geral. Honras militares, de modo algum. Também ponto facultativo, não. Mas luto oficial, devemos conceder.
— Presidente, não discuto suas ordens. Cumpro-as. Só quis dar-lhe uma opinião. Meu voto — repito — é contrário.[24]

Frota não estava sozinho. O general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar, também discordava do luto oficial: “Inimigo é inimigo”.[25]

Às 13h08 a bandeira do palácio do Planalto desceu a meio mastro.

Às 16h05 Juscelino Kubitschek retornou a Brasília à frente da maior manifestação popular da história da cidade. A imprensa estimaria em 350

mil pessoas a soma das multidões e dos cortejos que confluíram para o aeroporto, a catedral e o cemitério do Campo da Esperança. A catedral, onde seria rezada uma missa de corpo presente, estava lotada havia mais de uma hora. A aglomeração espichava-se até a praça dos Três Poderes.[26]

JK entrou na igreja nos braços do povo e nos braços do povo voltou à rua. O ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, acompanhou o cortejo em seu carro oficial. O presidente da Eletrobras, Antonio Carlos Magalhães, no de um amigo. Petrônio Portella estivera na catedral: "O clima era de forte hostilidade ao governo. Cumprimentei a viúva, que se portou bem, e retirei-me".[27]

Era uma hostilidade cruel. A de quem sofre. Foram poucos os gritos de "Abaixo a ditadura" e muitas as entoações de "Peixe vivo". O lamento da modinha dava a Juscelino Kubitschek afeto e saudade, sentimentos afastados da política brasileira desde 1964. JK foi sepultado quase à meia-noite, sob a luz dos holofotes do Corpo de Bombeiros. Produzira sua última grandiosidade. Oito anos depois da edição do AI-5, trouxera o povo de volta às ruas.

Juscelino Kubitschek retornou a Brasília à frente da maior manifestação popular da história da cidade. Calculou-se em 350 mil pessoas a soma das multidões e dos cortejos que confluíram para o aeroporto, a catedral e o cemitério do Campo da Esperança. JK entrou e nos braços do povo tomou a rua. Produziu sua última grandiosidade: oito anos depois da edição do AI-5, trouxe os brasileiros de volta às ruas.

Frota exagerara a amplitude e a profundidade do ódio político com que se perseguia Juscelino. O luto foi entendido como o que era, um luto. O general exagerara também a consistência de suas próprias convicções. Dois dias depois daquele surpreendente funeral, leria uma ordem do dia comemorativa do Dia do Soldado em que dizia: “O Brasil depende da união de todos nós, quaisquer que sejam nossos caminhos, destinos, origens e idades”.[28]

A rua despertara em Frota os sentimentos de congraçamento e tolerância que ele reprovara dois dias antes. Se o general acreditasse no que disse na quarta-feira, não teria tentado negar ao Estado brasileiro, na segunda, a expressão do luto pela morte de um ex-presidente.

Deve-se ao coronel Argos Gomes de Oliveira, que servia na 5ª Região Militar, no Paraná, a única manifestação de desagrado pelo reconhecimento prestado a JK. Durante o governo Castello Branco colecionara acusações contra o ex-presidente e reclamava, numa carta ao general Figueiredo: "Estamos assistindo à 'choradeira' nacional pela morte de JK, muito bem urdida e explorada pelos comunas e seus eternos aliados irresponsáveis, os corruptos (...). Isto está acontecendo (...) porque o 'herói' não foi para a cadeia".

O protesto do coronel Argos vale mais pela resposta que Geisel escreveu à sua margem: "O lamentável é que as provas não eram provas de qualquer valor jurídico. Na realidade, eram indícios, embora todos soubéssemos da ladroeira consumada. Eu penso [que] não houve, nem haveria condenação".[29] [*Veja o documento*]

O presidente retomaria o bordão: "A única solução para satisfazer o coronel é ir para a ditadura. Será que ele quer? Quem vai ser o ditador?".[30]

* * *

Os últimos meses da campanha eleitoral de 1976 revelaram um Geisel diverso daquele que presidira o pleito de 1974. O "camelô da Arena" lançara-se num desempenho de chefe político que jamais desejara. A coletânea de suas falas de 1974 traz a íntegra de cinco discursos feitos nos dois meses anteriores à eleição. Neles, referiu-se duas vezes à Revolução e outras duas ao povo.[31] Na coletânea de 1976 listaram-se 21 falas. Nelas, mencionou a Revolução em dezessete ocasiões e o povo, em cinquenta.[32] A formulação mais sintética dessa mudança deu-se em Campinas, quando ele disse: "Povo e Governo caminham juntos, são uma coisa só. O Governo é um governo do povo e para o povo. Assim como a Revolução é uma revolução do povo". A intenção, explicitou-a em Nova Iguaçu: "É preciso que o povo nos compreenda, que o povo nos ajude e que o povo nos apoie".

Estava nos palanques pedindo apoio. Em Teresina, doze dias antes da eleição, foi adiante: “Nós temos que aperfeiçoar o nosso regime político, vale dizer, aperfeiçoar a nossa democracia, essa tão sonhada democracia, tão decantada no papel por muitos, esquecidos, entretanto, da nossa realidade”.[33]

Abertas as urnas da eleição municipal de 15 de novembro, a Arena proclamou-se vitoriosa. Elegera 3.176 prefeitos, contra 614 do MDB. Refinando-se os números, prosseguia vitoriosa. Nos municípios onde houvera disputa, prevalecera em 2.079 e perdera em 499.[34] Dissolvera-se o receio de um avanço maciço do MDB. O partido do governo conseguira preservar a solidez de sua base municipal.

Em 1974 o oficialismo errara nas previsões por otimista. Dois anos depois, errara-as por pessimismo. Em outubro, o SNI assegurara à Arena apenas 2.460 prefeituras, deixando 777 indefinidas. Feitas as contas, o governo levara quase todos os municípios onde o Serviço não arriscara palpite.[35]

Consumiram-se semanas na vã tentativa de comparar os números da eleição parlamentar de 1974 com os votos municipais de novembro. Heitor Ferreira expôs a Geisel a única comparação que lhe parecia possível: a dos votos dados a cada partido na composição das câmaras de vereadores com aqueles dados dois anos antes para a Câmara dos Deputados. Resultava que em 1974 o governo tivera 11,9 milhões de votos, contra 11 milhões. Vinha ganhando as eleições para as câmaras de vereadores por 11,3 milhões a 9 milhões. Heitor concluía que a Arena, além de majoritária, era um partido ascendente.[36]

Já a Agência Central do SNI, embora reconhecesse a recuperação da Arena, listava maus augúrios:

1. O MDB tivera 1,4 milhão de votos a mais que a Arena nas eleições para as câmaras de vereadores das capitais e vencera em dez delas.*

Sofrera duas derrotas surpreendentes, em Curitiba e no Recife, mas prevalecera em todas as outras capitais com mais de 350 mil eleitores.

2. Elegera os prefeitos em dez das catorze cidades com mais de 100 mil eleitores.

3. Nas 67 cidades com mais de 40 mil eleitores, tivera 94 mil votos a mais que a Arena.

O Serviço advertia: “Fica evidenciado o êxito alcançado pelo MDB nos centros de maior expressão eleitoral, inclusive nas capitais (...); além disso, é preciso que se leve em conta que o MDB não concorreu às eleições em 1.339 municípios”.[37]

As análises divergentes do SNI e de Heitor Ferreira refletiam desejos e objetivos diversos. Um gostaria de frear. O outro, de acelerar.

* * *

Os votos ainda estavam sendo apurados e o senador Petrônio Portella anunciou que o governo estava pronto para abrir uma rodada de negociações com o MDB, em busca de um acordo que permitisse a aprovação, pelo Congresso, das emendas constitucionais necessárias para uma reforma do Judiciário. Dizia isso com a autoridade de quem havia sido escolhido por Geisel para presidir o Senado. A raposa saíra da toca.

Petrônio Portella (de terno escuro) contornou o MDB e negociou o fim do AI-5 com a sociedade civil. Detestado pelo radicalismo militar e pela esquerda, parecia um projeto de fracasso. Raymundo Faoro deu-lhe legitimidade política. Queria que o governo admitisse o restabelecimento do *habeas corpus*.

Responsabilizado pelo desastre de 1974, Petrônio passara os últimos dois anos num paciente trabalho de bastidores. Deixara a presidência da Arena para um protegido, fixara-se na liderança da bancada do governo no Senado e, sobretudo, no gabinete do general Golbery. Camaleônico e cauteloso, movia-se sem rastros. Salvo na costura do resgate do senador Leite Chaves, encobrira quase todos os seus movimentos. Sabia-se desprezado por uma parte da imprensa, detestado pela direita da Arena e vigiado pelos militares. Ganhara a confiança de Geisel e a estima de Golbery. Não cultivava generais, e só foi à sala do general Figueiredo no final de 1976.[38] Tinha boas relações na oposição e um amigo no secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho. Viam-se quase toda semana.[39]

Pernambucano apaixonado pelo idioma e sem outro ofício além da política, Thales parecia-se, no elitismo e na frieza, com os marqueses do Império. Era um caso raro de anticomunista ostensivo no MDB. Valendo-se de uma fraternal amizade com o marechal Cordeiro de Farias, planejara, e presenciara, o encontro de Golbery com Ulysses Guimarães, em 1975. Verdadeiro mago na previsão de resultados eleitorais e embates parlamentares, movimentava-se, como Petrônio, na alma do Congresso.[40] Eram antigos conhecidos, do tempo em que, no Rio de Janeiro, militavam no movimento estudantil. (Petrônio, agora na Arena, outrora na esquerda. Thales, agora no MDB, então à direita.)[41] Na noite da edição do AI-5 Petrônio o procurara em casa, certo de que seria cassado. Compartilharam suas ansiedades numa mesa do restaurante Xadrezinho.[42]

Thales sempre estivera convencido de que a ditadura não seria derrubada, iria embora. Conversara com Juscelino pouco antes de sua morte e contara-lhe o segredo do encontro com Golbery. O ex-presidente surpreendera-se ao verificar que aquilo acontecera e que levara tanto tempo para saber. Estimulou-o a buscar mais contatos: “Só há um meio de sair disso, é conversando com esse pessoal. Se tentarmos sair militarmente, seremos destroçados”.[43] JK pediu-lhe que organizasse uma reunião com Ulysses e Tancredo, para que discutissem o assunto. Duas semanas depois, numa estrada dos arrabaldes do Recife, Thales quebrou a bacia num desastre de automóvel. No mês seguinte, JK morreu na Dutra.

Thales Ramalho negociava com Petrônio Portella o caminho que o resultado da eleição de 1974 congelara: uma nova ordem constitucional, sem o AI-5. A reforma do Judiciário era seu disfarce.

Petrônio teve no secretário-geral do MDB, Thales Ramalho (abaixo), seu grande aliado. Thales parecia-se, no elitismo e na frieza, com os marqueses do Império.

* * *

Na madrugada de 6 de dezembro de 1976 Maria Thereza Goulart dormia ao lado do marido no quarto da fazenda La Villa, em Corrientes, na Argentina. Tinham almoçado na cidade de Paso de los Libres. Viram mais uma vez a ponte que leva a Uruguaiana e ao Brasil, uma paisagem que lhes causava sofrida melancolia.[44] Jango conversara até tarde com o capataz, tomara um caldo e deitara-se. Sua mulher acordou com o barulho de uma janela e foi fechá-la: “Acendi a luz e fui ver. Voltei e apaguei a luz. Mas senti que ele estava respirando diferente e acendi a luz. Ele parecia sem ar e soltou a cabeça. Pensei que tivesse desmaiado. Chamei, sacudi e aí comecei a gritar. Saí correndo pelo mato de pijama para chamar o capataz. Ele veio armado pensando que era assalto. Pedi que ele pegasse o carro e chamasse um médico”.[45] Não havia mais nada a fazer. Aos 58 anos, João Goulart morrera. Vestido com um pijama e coberto por uma mortalha branca, o único presidente brasileiro morto fora de sua terra teve um curto velório na sede de sua fazenda.

Durante doze anos de exílio, Goulart tentara negociar seu retorno inúmeras vezes. Um primo de Getulio Vargas conversara com Orlando Geisel e Golbery. Um antigo ajudante de ordens escrevera a Figueiredo.[46] O ex-presidente queria apenas viver em paz, sem ser humilhado. A ditadura sabia que ele pusera para correr os enviados de um grupo ultraesquerdista argentino.[47] Purgara dez anos de cassação, passara incólume por uma dezena de inquéritos, mantivera-se afastado das últimas eleições municipais, nunca ofendera os governantes brasileiros, nem se colocara na primeira linha das denúncias contra os crimes da ditadura. Vivia como um próspero estancieiro, cuidando de uma grande fazenda na Argentina, duas no Uruguai e no Paraguai. Coisa de 20 mil hectares. A elas se somavam 14 mil hectares em São Borja e outros 48 mil no Pantanal mato-grossense.[48] Pode-se estimar que as propriedades rurais, urbanas e os capitais investidos de Jango totalizassem um patrimônio de 30 milhões de dólares.

Em setembro, diante da notícia de que ele estava disposto a arriscar a travessia, o general Frota determinara: “João Goulart deverá ser imediatamente preso e conduzido ao quartel da PM, onde ficará em rigorosa incomunicabilidade, à disposição da Polícia Federal”.[49]

A ditadura espezinhava João Goulart, como se quisesse chamá-lo para a briga que ele evitara em abril de 1964. Jango morreu sem chão. Seus últimos meses de vida foram tensos e sofridos. Tentara obter um visto de residência permanente no Uruguai, para livrar-se dos constrangimentos impostos aos asilados, mas fora rechaçado. Não queria mais ficar na Argentina. Sentia-se ameaçado pela pistolagem das ditaduras. Pretendia passar um tempo na Europa, em Londres, com os filhos, ou em Paris, num pequeno apartamento.[50] Emagrecera, parara de beber, mas continuava fumando (dois maços por dia). Com um passado de cardiopata relapso já atingido por dois enfartes, seu fôlego não resistia a uma caminhada.* Morto, Jango não era o que fora. Transformara-se naquilo que se temia que fosse. A ditadura fabricou uma alucinação, associando o temor que tivera

das colunas esquerdistas de 1964 ao medo que teve da multidão que carregou o caixão de JK pelas ruas.

A ditadura espezinhava João Goulart, como se quisesse chamá-lo para a briga que ele evitou em abril de 1964. Seus últimos meses de vida foram tensos e sofridos. Não queria mais ficar na Argentina. Sentia-se ameaçado pela pistolagem das ditaduras.

Fala a Censura: “De ordem superior, fica proibida a divulgação, através do rádio e da televisão, de comentários sobre a vida e a atuação política do Sr. João Goulart. A simples notícia do falecimento é permitida, desde que não seja repetida sucessivamente”.[51]

O corpo do ex-presidente ainda estava no quarto de dormir de La Villa quando, em Uruguaiana, o comandante da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, general Mário Galvão Carneiro da Cunha, acordou o delegado da Polícia Federal e transmitiu-lhe a ordem recebida do Ministério do Exército: o cortejo não poderia passar. Sylvio Frota determinara que se a família quisesse levar o corpo de Jango para São Borja, deveria fazê-lo de avião.

Um representante da família ligou para o superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Era o coronel Solon d’Avila, que consultou o vice-presidente, Adalberto Pereira dos Santos, seu amigo do tempo da guerra. O general consultou Geisel: “O pedido era para que o corpo entrasse

por Uruguaiana e eu concordei, desde que o séquito fosse margeando até São Borja. Não podia ficar passeando pelas cidades do Rio Grande".[52]

No início da tarde uma garoa abafava o ar quente em Paso de los Libres. O carro com o caixão de Goulart tomou o caminho da ponte que ele vira na véspera. Parou na alfândega, e lá receberam as notícias de Brasília. Deveriam seguir pela Argentina, até San Tomé. Atravessariam o rio Uruguai numa balsa e alcançariam São Borja. Isso triplicaria a duração da viagem. Havia poucos dias Jango dissera a um amigo que não aceitava voltar ao Brasil "como boi de contrabando".[53] Era o que o governo tentava impor ao ex-presidente morto.

Depois de cerca de uma hora de negociações, decidiu-se que João Goulart poderia entrar em Uruguaiana, desde que acompanhasse um veículo da Polícia Federal e os 180 quilômetros de estrada fossem percorridos sem parada. Quando a viúva quis parar por alguns minutos, disseram-lhe que devia pedir que aumentassem a velocidade do carro em que estava, ganhando tempo para juntar-se novamente ao cortejo quando ele passasse. Em Brasília, Geisel negou a Jango o luto oficial que dera três meses antes a Juscelino Kubitschek. Mais uma vez, a bandeira do Congresso, depois de ter sido hasteada a meio pau, foi obrigada a arrepender-se.[54]

No final da tarde, os sinos da igreja de São Francisco de Borja anunciaram a entrada de João Goulart na cidade onde nascera. Atrás dele vinham quinhentos veículos. Era o segundo filho da terra que, tendo chegado à Presidência da República, regressava morto, num cenário de sacrifício. O outro fora Getulio Vargas, seu amigo e protetor. Havia mil pessoas na praça, debaixo de chuva. "Um silêncio e um medo pavorosos", lembraria Cláudio Braga, secretário de Goulart desde 1967. Ainda assim, deram-se alguns gritos a "Jango".[55] O velório duraria toda a noite, esperando por seus filhos, que viviam na Inglaterra.

Denise Goulart chegou à igreja pouco depois das onze da manhã. Veio com o irmão, João Vicente. O caixão estava coberto pela bandeira

brasileira, e um grupo de senhoras pediu a Denise que o cobrisse também com uma faixa branca onde se lia, em letras vermelhas: “Anistia”.

Pelo plano da Polícia Federal, o caixão iria para o cemitério no carro fúnebre que o trouxera. Uma multidão calculada em 30 mil pessoas levou Jango nos braços. Foi um percurso de menos de um quilômetro por ruas enlameadas. Perto do jazigo onde discursara em 1954 diante do esquife de Getulio Vargas, Tancredo Neves voltou a falar: “Na mensagem solene que se traduz nesta cerimônia de hoje, há uma advertência que se reflete em todas as consciências: ‘É que ainda existem brasileiros que esperam voltar à Pátria’”.[56]

A tolerância do governo com o funeral de JK converteu-se em malvadeza no de Jango. A tentativa de impedir que o cortejo do ex-presidente se transformasse numa coluna do oposicionismo gaúcho produziu uma manifestação humilhada e triste. A ditadura quis tirar qualquer conteúdo político do funeral de Goulart. Quase conseguiu. Com a faixa de letras vermelhas que colocou sobre o caixão do pai, Denise Goulart deu à morte de Jango uma grandeza imprevista. No dia seguinte a palavra *anistia* estava na primeira página do *Jornal do Brasil*.[57]

A ditadura quis tirar qualquer conteúdo político do funeral de Goulart. Quase conseguiu. Com a faixa de letras vermelhas que colocou sobre o caixão do pai, Denise Goulart deu à morte de Jango uma grandeza imprevista. No dia seguinte a palavra *anistia* estava na primeira página do *Jornal do Brasil*.

* * *

Em dezembro de 1976 a campanha pela anistia tinha as características do gênero: era ao mesmo tempo uma conquista remota, mas inevitável. Dois anos antes, quando Therezinha Godoy Zerbine e outras nove senhoras criaram em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia, parecera coisa de parentes de militares cassados. Ela era a mulher de um dos oficiais mais prestigiosos do "dispositivo" janguista. Em menos de quatro meses levara a Brasília um manifesto com 12 mil assinaturas.[58] Juntava-se à luta do marechal Pery Bevilaqua, persistente defensor da anistia desde 1966.

Na conta de Therezinha Zerbine, havia 5 mil brasileiros exilados e trezentos presos.[59] Nas contas do governo, cerca de 7 mil pessoas haviam sido cassadas, banidas, aposentadas ou atingidas por outra modalidade de arbítrio.[60] [*Veja o documento*] Ela foi de porta em porta, do gabinete de Golbery à presidência da CNBB. Conseguiu que o senador Franco Montoro lesse seu manifesto da tribuna. O SNI achou-a em julho de 1976, colando cartazes na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belo Horizonte, e viu-a como parte da "especial atenção do Movimento Comunista Internacional" para com o Brasil.[61]

1 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de dezembro de 1976.

2 Uma pasta com dois maços de papéis, de 30 de dezembro de 1974. Num, um expediente do Conselho de Segurança. Noutro, notas manuscritas de Geisel. APGCS/HF.

3 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 3: *1976*, p. 89.

4 Relatório de Rubem de Azevedo Lima a Cláudio Abramo, narrando a conversa reservada de Geisel com cinco jornalistas, no palácio do Planalto, ocorrida no dia 20 de julho de 1976. APGCS/HF.

5 Para o Mobral, depoimento do general Moraes Rego, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 64. Para o financiamento ao Guarani,

bilhete de Heitor Ferreira a Golbery, que o respondeu. Sem data, provavelmente de outubro/novembro de 1976. APGCS/HF.

6 *Folha de S.Paulo*, 12 de junho de 1976, pp. 1 e 3.

7 Idem, p. 1.

8 Relatório de Rubem de Azevedo Lima a Cláudio Abramo, narrando a conversa reservada de Geisel com cinco jornalistas, no palácio do Planalto, ocorrida no dia 20 de julho de 1976. APGCS/HF.

9 *Correio Braziliense*, 23 de agosto de 1976, p. 1. Claudio Bojunga, *JK, o artista do impossível*, p. 701, e Ronaldo Costa Couto, *Brasília Kubitschek de Oliveira*, pp. 319-20. Para a controvérsia sobre o episódio, *Relatório final — Comissão Externa destinada a esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976, em acidente rodoviário ocorrido na Rodovia Presidente Dutra, Quilômetro 165, no município de Resende*, Câmara dos Deputados, Brasília, 2001.

10 *Diário de JK*, 26 de julho de 1976.

* JK, muito provavelmente, encontrou-se com o general Vernon Walters, vice-diretor da Central Intelligence Agency (20 de julho de 1974). Encontrou-se no dia 11 de fevereiro de 1975 com o ex-embaixador americano no Brasil John Moors Cabot. Almoçou com o ex-ministro Mário Andreazza (31 de maio de 1976) e jantou com o general Affonso Albuquerque Lima (15 de junho de 1976). Além disso, encontrou-se quatro vezes com o deputado Tancredo Neves (15 de outubro de 1973, 25 de março, 3 e 18 de junho de 1976). Em nenhum dos casos detalhou as conversas.

11 *Correio Braziliense*, 24 de agosto de 1976, 2º Caderno, p. 16.

12 *Diário de JK*, 17 de julho de 1976.

13 Claudio Bojunga, *JK, o artista do impossível*, p. 669.

14 *Diário de JK*, 1º, 6 e 14 de julho de 1976.

15 Para a retina, *Diário de JK*, 19 de fevereiro de 1976. Para o fígado, idem, 30 de abril de 1976.

16 Para as sequelas da cirurgia, depoimento do médico José Bolívar Brant Dumont, em Ronaldo Costa Couto, *Brasília Kubitschek de Oliveira*, pp. 299-301.

17 *Diário de JK*, 5 de agosto de 1976.

18 *Correio Braziliense*, pp. 4, 5 e 13, e *Folha de S.Paulo*, pp. 1, 10 e 11, ambos de 24 de agosto de 1976.

19 *Folha de S.Paulo*, 24 de agosto de 1976, p. 12.

* Na época a Assembleia funcionava na Cinelândia, onde hoje funciona a Câmara dos Vereadores.

20 *O Globo*, p. 8, e *Jornal de Brasília*, p. 8, ambos de 24 de agosto de 1976.

21 *Folha de S.Paulo*, 24 de agosto de 1976, p. 5.

22 "Diário de Armando Falcão, 23 de agosto de 1976", em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 391.

23 *Folha de S.Paulo*, 24 de agosto de 1976, p. 5.

24 "Diário de Armando Falcão, 23 de agosto de 1976", em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 391.

25 José Maria de Toledo Camargo, *A espada virgem*, p. 182.

26 *Correio Braziliense*, 24 de agosto de 1976, pp. 10-1.

27 “Diário de Armando Falcão, 23 de agosto de 1976”, em Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 121.
28 *Folha de S.Paulo*, 25 de agosto de 1976, pp. 1 e 4.
29 Carta do coronel Argos Gomes de Oliveira a Figueiredo, de 24 de agosto de 1976, anotada por Geisel. No dia 11 de outubro de 1982 esse mesmo coronel mandou outra carta a Figueiredo, criticando-o. O chefe do SNI escreveu: “É louco!”. APGCS/HF.
30 Anotação de Geisel numa carta do coronel Argos Gomes de Oliveira a Figueiredo, de 24 de agosto de 1976. APGCS/HF.
31 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 1: *1974*. Desprezaram-se os discursos feitos no exterior e aqueles pronunciados no Brasil durante a visita de governantes estrangeiros.
32 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 3: *1976*.
33 Idem, pp. 269, 294 e 314.
34 Uma folha, com os dados eleitorais de 1976, anotada por Heitor Ferreira, e *Apreciação Especial*, do SNI, de 20 de novembro de 1976. APGCS/HF.
35 *Informação nº 280/15/AC*, do SNI, de outubro de 1976. APGCS/HF.
36 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, 21 de novembro de 1976. APGCS/HF.
* Os prefeitos das capitais não eram eleitos, mas escolhidos pelo governador do estado.
37 *Apreciação Especial* do SNI, de 20 de novembro de 1976. APGCS/HF.
38 Dois bilhetes de Heitor Ferreira a Figueiredo, um pedindo-lhe que receba Petrônio, e outro em que o encontro é agendado para 25 de novembro de 1976, ambos sem data. APGCS/HF.
39 Thales Ramalho, julho de 1999.
40 Thales Ramalho acertou todas as vitórias do MDB na eleição de 1974 para o Senado. Errou apenas com a previsão de vitória para Mato Grosso. *Folha de S.Paulo*, 8 de novembro de 1974, p. 4.
41 Para a posição de Petrônio e Thales no movimento estudantil nos últimos anos da década de 1940, Roberto Gusmão, maio de 1999. Petrônio foi secretário da revista *Movimento*, da União Metropolitana dos Estudantes.
42 Thales Ramalho, maio de 1999.
43 Idem. Thales localiza essa conversa no dia 4 de julho de 1976. JK registra um encontro com ele, durante um jantar, no dia 23 de maio de 1976.
44 Depoimento de Eva de León Gimenez à Comissão Externa da Câmara.
45 *Folha de S.Paulo*, 23 de novembro de 1997, p. 16.
46 Conversa de Golbery com Ernesto Geisel, 6 de dezembro de 1974, e carta do tenente-coronel Ernani Correa de Azambuja a Figueiredo, de 11 de outubro de 1974. APGCS/HF.
47 *Diário de Heitor Ferreira*, nota apensa à entrada de 13 de fevereiro de 1973, intitulada *Resumo da Conversa com Cordeiro*. Conversa de Golbery com Geisel, 30 de janeiro de 1974. APGCS/HF. Nessa ocasião Jango foi procurado pelo ERP.
48 Cláudio Braga, dezembro de 2003. Depoimento de Deoclécio Barros Motta à Comissão Externa da Câmara. Em seu depoimento à Comissão, João Vicente Goulart refere-se a duas fazendas no Uruguai.

49 Telegrama do ministro Sylvio Frota ao Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em Luís Antonio Ryff e Mário Magalhães, "Telegrama revela plano contra Goulart", *Folha de S.Paulo*, 21 de maio de 2000, p. A14.

50 Para a decisão de ir morar em Londres, entrevista de Maria Thereza Goulart a Maurício Dias, "O último dia de Jango", *Jornal do Brasil*, 19 de maio de 2000, p. 12. Para a decisão de passar alguns meses em Paris, depoimento de João Vicente Goulart à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, destinada a esclarecer em que circunstâncias se deu a morte do ex-presidente João Goulart.

* O primeiro enfarte de Jango ocorreu em 1963, durante uma visita oficial ao México. O segundo, em 1964, no Uruguai, de acordo com o depoimento de seu filho à Comissão Especial da Câmara, junho de 2000.

51 *Jornal do Brasil*, 7 de dezembro de 1976, p. 18.

52 Ernesto Geisel, dezembro de 1986.

53 Entrevista de Cláudio Braga em *Jornal do Brasil*, 20 de maio de 2000, p. 11.

54 José Mitchel, "Destino de Jango detonou crise", *Jornal do Brasil*, 7 de maio de 2000, p. 21.

55 *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1976, p. 17.

56 Idem.

57 *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1976.

58 Therezinha Godoy Zerbine, *Anistia*, p. 7.

59 Em 2003 tramitavam no Ministério da Justiça 20 mil ações de cidadãos que pediam reparações ao governo. *O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 2003, p. A6.

60 Duas folhas, sem assinatura, de 31 de dezembro de 1978. Esse levantamento totaliza 5.396 punições num quadro, ressalvando que podem ocorrer casos de dupla ou de tripla contagem. Noutro quadro, somam 1.387 punições militares. APGCS/HF.

61 *Apreciações Sumárias nos 29 e 14*, do SNI, de 2 de agosto e 12 de abril de 1976. AEG/CPDoc.

PARTE III
A CAMA DE ALICE

PELA LIBERTAÇÃO DOS COMPANHEIROS
LIBERDADE PARA OS
PRESOS POLITICOS
FIM AS PRISÕES
TORTURAS E ASSASSINATO

MOBILIZAÇÃO POPULAR
COM ANISTIA.

NAS FOTOS ANTERIORES:

Em 1977 uma nova juventude brasileira voltou às ruas.
Começou defendendo as “Liberdades Democráticas”,
passou a condenar as torturas
e, em seguida, lutava pela anistia

A surpresa de Alice[1]

Golbery costumava comparar a política de abertura à “cama de Alice, que está num lugar quando ela vai dormir e noutro quando ela acorda”. Tratava-se da seguinte passagem de *Alice no País das Maravilhas*: “Como tudo está esquisito hoje! E ontem as coisas aconteciam exatamente como de costume. Será que fui trocada durante a noite? Deixe-me pensar: eu *era* a mesma quando me levantei esta manhã? Tenho uma ligeira lembrança de que me senti um bocadinho diferente. Mas, se não sou a mesma, a próxima pergunta é: ‘Afinal de contas quem sou eu?’ Ah, *este* é o grande enigma!”.[2]

Quem era quem no final de 1976? Três anos de abertura haviam mudado a cena política. Como Alice, a ditadura e a oposição sentiam-se diferentes.

A capacidade desmobilizadora do regime refluía. Se de 1964 a 1973 cada mudança da ditadura correspondera a um novo grau de desmobilização, depois das eleições de 1974, em apenas dois anos, dera-se o inverso. A sociedade mobilizava-se, de forma lenta, gradativa e segura. Nem o governo nem a oposição sabiam com que velocidade e em que direção ela seguiria. A distensão passara por surtos de autoritarismo, mas Geisel conseguira preservar seu principal objetivo: jamais avançar até um ponto de onde fosse necessário abandonar uma posição demarcada. De um lado, a oposição queria mais. De outro, as mudanças haviam sido suficientes para que o ministro do Exército acreditasse que a ditadura sofria influências socialistas. Não estava só. O general Milton Tavares de Souza, poderoso chefe do CIE no mandato de Médici, a quem Geisel via como um

radical disciplinado e respeitável, advertia: “Há uma poeira vermelha nos olhos do povo e de grande parte das autoridades brasileiras”.[3]

O MDB impusera-se como partido oposicionista e começava a se apresentar como alternativa de poder. Dissolvidas, as siglas ultraesquerdistas dos primeiros anos da década haviam se convertido em redes de relações pessoais, fonte de denúncias dos crimes do regime. O que sobrou, até de nome mudara. A AP e um pedaço do MR-8 transformaram-se num grupo denominado Refazendo. O PC do B, tendo se aproximado de uma facção esquerdista da Igreja, embutira-se no movimento Caminhando.

Pode-se estimar que houvesse nessa época entre 2 mil e 5 mil exilados, quase todos espalhados pela Europa. Eles já não aguardavam a hora do retorno triunfal, mas uma anistia ainda implausível, cuja negociação passava necessariamente pelo governo. O desterro que lhes assegurara a liberdade inibira a militância. *Joana*, exilada desde 1974, quando abandonou a clandestinidade, contava: “Cheguei a sonhar várias vezes com companheiros que tinham sido assassinados e que me diziam em sonho: ‘Puxa, que legal, você está aí, você está continuando, está tudo bem’. De repente você não está mais nada, não está continuando nada, está lavando as fraldas!”.[4] Exilado desde 1968, o ex-deputado Marcio Moreira Alves antecipava com frieza o futuro da diáspora: “A luta desenvolveu-se sem eles e (...) o comando dessa luta provavelmente não lhes será oferecido numa bandeja de prata. Poderão até voltar nos braços do povo, mas esses braços serão de acolhida e não braços que os levantem como estandartes”.[5]

Em 1967, o cineasta Glauber Rocha vocalizara sua simpatia premonitória pela luta armada. Paulo, o intelectual de *Terra em transe*, amaldiçoara: “Este povo, cuja tristeza apodreceu o sangue, precisa da morte mais do que se possa supor”.[6] Dez anos depois, foi a poesia quem melhor captou um país diferente. O grupo Nuvem Cigana, que publicava livretos com os versos de autores cariocas desconhecidos, lançou o *Almanaque Biotônico Vitalidade*, em cuja apresentação informava:

CONTRAINDICAÇÃO
não deve ser ministrado
àqueles que propõem a
morte como única forma
de vida.[7]

Muitas coisas tinham acontecido. A mais profunda fora uma inexorabilidade demográfica. O Brasil tinha 110 milhões de habitantes. Sua população urbana estava em torno de 70 milhões. Nela havia cerca de 7 milhões de jovens entre os dezenove e os 23 anos.[8] Eles eram a maioria numa população de 1 milhão de estudantes universitários.

Tinham entre sete e onze anos quando João Goulart foi deposto; entre onze e quinze na noite do AI-5. Para eles, a Revolução de 1964 era algo tão distante quanto fora o fim da Primeira Guerra para o tenente Geisel. Cresceram longe da mitologia do poder bolchevique. Seus pais tinham visto a entrada do Exército Vermelho em Berlim e ouvido os bips do Sputnik em órbita ao redor da Terra. Os filhos viram a entrada das tropas russas de Leonid Brejnev em Praga e o passeio de um americano na Lua. Ouviam o silêncio dos dissidentes da ditadura do proletariado. As livrarias vendiam *Arquipélago Gulag*, do escritor Alexander Soljenitsin, um mapeamento dos campos de concentração comunistas, contrabandeado para o Ocidente. A lenda cubana partira-se em duas lascas. Numa ficara o fracasso do Che na Bolívia. Na outra, a ditadura de Fidel em Havana. A Guerra do Vietnã terminara, e os encantadores vietcongues tornaram-se algozes de um povo que fugia do país em jangadas de junco. A juventude de 1976 associava a ditadura de esquerda à de direita, que lhe impunha o "sufoco". Na expressão cruel do jovem filósofo francês André Glucksmann: "Brejnev c'est Pinochet".

O pedaço dessa mocidade que se alinhava com a oposição não carregava derrotas. Adolescentes durante o surto terrorista, votaram pela

primeira vez em 1974 e presenciaram a vitória do MDB. Era a ditadura que tinha medo deles, não eles dela. Em maio de 1975, ao saber da greve da Escola de Comunicações e Artes da USP, Geisel perguntara: “Como é que está o negócio dos estudantes? Estão buscando solidariedade, temos que liquidar o foco”.[9]

A lógica do regime fazia supor que houvesse alguma semelhança entre esse movimento estudantil e o de 1968. Analisando a greve na ECA e outra, de universitários baianos, o CISA atribuíra exigências absurdas aos “líderes estudantis comunistas” e explicara o fato de os jovens não terem saído às ruas com a hipótese de que “as lideranças (...) tenham julgado não haver chegado, ainda, o momento propício a um confronto”.

Avisara:

> Parece não haver dúvidas de que o que está ocorrendo, na área universitária, é um teste de comando comunista (...). É possível que novas agitações (...) sejam desfechadas, e níveis mais elevados de agressividade sejam intencionalmente atingidos. (...) Se um ou mais estudantes for vitimado (e ninguém saberá ao certo por quem), haverá excelente motivo a ser explorado pela propaganda comunista mundial, contra o Governo brasileiro, sob a regência do Movimento Comunista Internacional, ou dizendo, às claras, sob a batuta do governo soviético, comandando o Partido Comunista da União Soviética e, através deste, os demais Partidos Comunistas (...).[10]

Engano completo. Em 1968, uma parte da juventude estudantil divergira do PCB, mas tivera-o como aliado anacrônico. Em 1976, o Partidão, aliado ao MDB, era um suspeito para a militância radical, ativa e predominante das universidades.

* * *

Sucedera uma mudança no meio intelectual brasileiro. Nela, silenciosamente, o Partido Comunista perdera a hegemonia cultural que mantinha desde 1945. Ou, para usar uma expressão de Daniel Pécaut, perdera a chave do "acesso à modernidade".[11] Uma mistura de talento, compadrismo e sacralização associara ao Partidão os maiores nomes da inteligência nacional. O melhor exemplo dessa anomalia, e de sua conexão com a cultura oficial, esteve na glorificação da arquitetura de Oscar Niemeyer, contemporânea da esquecida suavidade funcional de Affonso Eduardo Reidy (criador do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro). Havia menos espaço para o lirismo de Alberto Guignard do que para o miserê chique de Candido Portinari, ou para as repetitivas marinhas do pintor-marujo José Pancetti. A seca nordestina, dominada pela obra de Graciliano Ramos, não deixava lugar para *O quinze*, de Rachel de Queiroz. *Os donos do poder*, a construção weberiana de Raymundo Faoro, tornara-se obra rara logo depois do esgotamento da primeira edição, no final dos anos 1950. Esperara dezessete anos pela segunda e chegara à terceira em dois. Já a historiografia marxista de Nelson Werneck Sodré era sistematicamente republicada. Festejava-se o trânsito da direita para a esquerda, como ocorrera com Alceu Amoroso Lima, mas não se tolerava a mutação de Gilberto Freyre do centro para a direita. Mesmo censurado, Nelson Rodrigues nunca recebera da esquerda a solidariedade que ela cobrava na defesa de seus intelectuais, às vezes perseguidos por uma militância de todo estranha à produção cultural. Pelo contrário. Em 1950, Nelson foi chamado de "cloaca do que a classe dominante tem de mais podre e escatológico".[12] Em 1966, os comunistas guardaram silêncio quando se proibiu a venda do romance *O casamento*.[13]

A natureza autoritária dessa nobiliarquia esquerdista não estava só na imposição dos eleitos, mas no controle da pluralidade. Os abençoados do PCB eram sacrários da rosa do povo. Quanto aos outros, viviam sob a suspeita da alienação. A influência do partido, e daquilo que se poderia

chamar de esquerda tradicional, não bastava para anular intelectuais. Apenas os abafava. Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto não se diferenciavam pela poesia, mas porque um fora amigo do rei, comensal do presidente Castello Branco, enquanto o outro escrevera *Morte e vida severina* e sofrera por uma breve militância comunista. A maior editora do país, a Civilização Brasileira, pertencia ao comunista Ênio Silveira. Foi dela a iniciativa de traduzir (durante a ditadura) quase toda a obra do pensador comunista italiano Antonio Gramsci, tornando-o um autor mais publicado no Brasil que nos Estados Unidos e, provavelmente, na França. Tudo isso numa moldura que não apreciava o novo cinema francês, o romance de Marcel Proust, as angústias de Franz Kafka, a arte abstrata (com indulgência para Pablo Picasso), o rock'n'roll e a psicanálise.

O moralismo estatutário dos comunistas os havia afastado das bandeiras de 1968 que, tendo sobrevivido à restauração conservadora, impuseram-se à cultura ocidental: a liberdade sexual, a descriminação moral da droga e o experimentalismo artístico. Como observou Gilberto Velho, documentando a mudança de rumo de um grupo de 25 jovens adultos da elite carioca, quase todos com curso superior: "Ser marxista passa a ser, progressivamente, um estigma (...) demonstração insofismável de 'caretice'".[14] Nos gramados da Universidade de São Paulo, a cautela e a postura de militância heroica dos comunistas valeram-lhes dois apelidos: *Cuecão* e *Meia Oito*.[15]

Indo além do PCB, as ortodoxias marxistas perderam influência. Iniciara-se o declínio da cultura de engajamento, na qual a vitória da revolução significava objetivo e clímax das existências. Se ao fim da ditadura de Vargas correspondeu o sucesso d'*Os subterrâneos da liberdade*, romance em que Jorge Amado esculpira o mulato comunista Carlos (Marighella) desafiando torturadores, em 1977 lia-se *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, onde havia um personagem oposto: "Sabe, tem gente que tem neurose de guerra. Ele tem neurose de heroísmo".[16] A nova geração

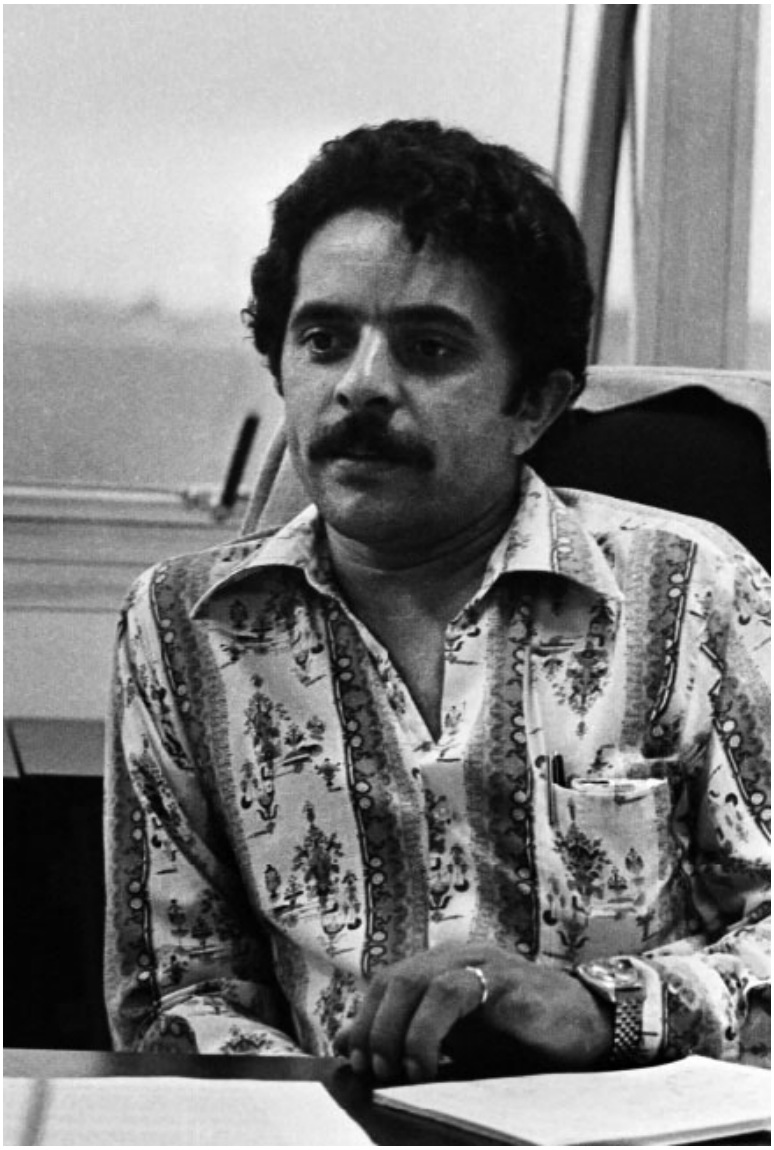
suspeitava da estética da resistência. Aos 24 anos, a poeta Ana Cristina Cesar, aluna do curso de letras da PUC carioca, reclamava da "literatura de solidariedade" e do "realismo populista" que espargia "simpatia por qualquer produto 'perseguido'".[17] Numa carta de junho de 1976, ela explicitaria um dos aspectos da perplexidade de Alice: "Teve época que eu piamente acreditei que bastava ter opiniões de esquerda pra ser de esquerda. A ideologia vinha primeiro. É a política alucinatória".[18]

* * *

Terminava a época das alianças automáticas. Pensava-se que se poderia fundar um partido de esquerda juntando veteranos de 1964, mas o professor Antonio Candido de Mello e Souza surpreendeu-se ao ver que seu amigo Fernando Henrique Cardoso, fugaz militante do PCB nos anos 1950, mostrava-se "bastante crítico em relação a nós, antigos socialistas, que visivelmente lhe parecíamos saudosistas".[19] Em 1977, no ABC paulista, militantes da Liga Operária* foram ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo pedir que os trabalhadores organizassem um protesto contra a prisão de três de seus quadros. Foram recebidos pelo presidente, eleito dois anos antes com 97% dos votos dos operários. Ele lhes mostrou que não misturaria sindicato com socialismo.

Chamava-se Luiz Inácio da Silva, Lula. Tinha 31 anos, língua presa e sotaque nordestino. Descera de Garanhuns, com a mãe, num pau de arara. Chegaram a São Paulo em 1952, buscando o pai, que carregava sacos de café no porto de Santos.[20] Vendera amendoim e doces nas ruas, e aprendera a ler aos dez anos.[21] Tornara-se metalúrgico aos catorze, mas só entrara na sede do sindicato aos 22.[22] Vivera a expansão industrial paulista, durante a qual, num raro processo histórico, a classe operária triplicara.[23] Em apenas dezoito anos, a indústria automobilística brasileira saíra da irrelevância para a lista das dez maiores do mundo. Em 1976, o ABC produzia perto de 1

milhão de veículos por ano. Para muita gente, o jovem presidente do Sindicato de São Bernardo ainda era o irmão do militante comunista José Ferreira da Silva, apelidado *Frei Chico* por conta de uma calva que parecia tonsura. Lula devera sua entrada na diretoria do sindicato ao irmão, mas era um personagem mais complexo, novo.



Dissociando-se do corporativismo varguista, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era uma novidade. Chamavam-no de Lula.

Tivera um dedo decepado por uma prensa. Uma hepatite matara-lhe a mulher, grávida. Casara-se com a viúva de um motorista de táxi assassinado.[24] Na noite de 4 de novembro de 1969, quando os locutores que transmitiam o jogo Corinthians x Santos anunciaram que a polícia havia matado Carlos Marighella, sua preocupação continuou onde estivera: na vitória do *Timão*, que fechara o primeiro tempo em 2 x 0. Queimara o rosto estourando rojões na comemoração da conquista da Copa, em 1970. No tempo do Milagre a vida do trabalhador parecera-lhe "um sonho": "As empresas disputavam os empregados nas portas das fábricas, oferecendo condições e salários melhores".[25] A oferta de empregos para metalúrgicos em São Bernardo crescia uma média de 8,3% ao ano.[26] É dessa época a primeira viagem internacional de Lula. Vinte anos depois de ter vindo para o Sul de caminhão, foi para o Japão de jato. Passou pelos Estados Unidos e deixou lembranças no programa de sindicalismo da Universidade Johns Hopkins.[27] Conseguira que a Justiça do Trabalho obrigasse as empresas a computar as horas extras no cálculo do 13º salário e das férias, e expandisse a estabilidade das gestantes por dois meses além do parto.[28] Tivera o governador de São Paulo na posse e numa festa do sindicato. Afastava-se prudentemente do radicalismo esquerdista.[29] Nessa articulação, a professora Maria Hermínia Tavares de Almeida já percebera que os operários de São Bernardo construíam uma "nova corrente sindical": "Algo próximo do 'sindicalismo de negócios' (*business union*) norte-americano: combativo, 'apolítico', solidamente plantado na empresa, tecnicamente preparado para enfrentar e resolver os problemas gerais e específicos de seus representados".[30]

Dissociando-se do corporativismo trabalhista deixado pelo Estado Novo e das clivagens políticas trazidas pela ditadura, era uma novidade.

* * *

Até a praia mudara. Esvaziara-se a esquina da rua Montenegro,* derradeira sede da nobreza esquerdista próxima ao PCB. Em 1976, a "praia" ficava algumas centenas de metros adiante, na frente do hotel Sol Ipanema. Lá estavam "garotas de batom vermelho com sovacos e pernas cabeludas e pentelhos, muitos pentelhos, escapando dos biquínis compostos de cuecas zazá e sutiãs de lenços indianos, além de desejos de inaugurar novos comportamentos".[31]

O general Milton Tavares de Souza achava que "nada de importante acontece no país sem a ação dos comunistas", mas a direção do PCB, reunida em Moscou, numa das dachas de Stalin, já começava a duvidar de sua influência política no Brasil.[32] A garotada havia ido para a rua, e o Partidão estava fora dessa. Os jovens tinham a praia do Sol Ipanema na cabeça, a graça do *Pasquim* no repertório e os artigos de *Opinião* na bolsa de couro cru.

Os estudantes voltaram à vida política nacional logo depois do início do ano letivo de 1977. A PUC do Rio juntou 5 mil debaixo dos seus pilotis e fez uma greve de dois dias.[33] Em seguida, a Universidade de São Paulo resolveu sair à rua. Planejavam uma passeata que cortaria a cidade, terminando no Centro. O governo respondeu com um bloqueio que mobilizou milhares de policiais e produziu um engarrafamento monumental. A moçada contentou-se em marchar até um largo próximo à escola. Calculou-se que a passeata juntou 2.500 pessoas. Uma faixa que pedia mais verbas para a educação ia à frente. Outras, atrás, revelavam o verdadeiro propósito da manifestação: queriam "liberdades democráticas".[34] "Parecia um sonho. Estávamos novamente na rua", contaria mais tarde a jornalista Renata Rangel.[35]

1 Uma versão deste capítulo foi publicada em Heloisa Buarque de Hollanda, Zuenir Ventura e Elio Gaspari, *Cultura em trânsito 70/80*, pp. 12-37.

2 Lewis Carroll, *Alice*, pp. 20-1.

3 *O Estado de S. Paulo*, 2 de outubro de 1976, p. 14.

4 Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciúncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, *Memórias das mulheres no exílio*, p. 337. (O depoimento de *Joana* é de julho de 1977.)

5 Marcio Moreira Alves, em Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos (orgs.), *De muitos caminhos*, p. 236. (A primeira edição dessa obra é de novembro de 1976.)

6 Ismail Xavier, *Alegorias do subdesenvolvimento*, p. 59.

7 Heloisa Buarque de Hollanda, *Impressões de viagem*, p. 116.

8 *Anuário estatístico do Brasil — 1977*, p. 122.

9 *Diário de Heitor Ferreira*, 22 de maio de 1975.

10 *Documento de Informações nº 046/CISA*, de 24 de novembro de 1975. APGCS/HF.

11 Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil*, pp. 143 e 145.

12 Artigo assinado por O. M. na revista *Para Todos*, nº 3, abril de 1950, citado em Dênis de Moraes, *O imaginário vigiado*, p. 153.

13 Ruy Castro, *O Anjo Pornográfico*, p. 352.

14 Gilberto Velho, *Nobres & anjos*, p. 103.

15 Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

16 Renato Franco, *Itinerário político do romance pós-64*, p. 124.

17 Ana Cristina Cesar, "Malditos marginais hereges, beijo", 1977, em Ana Cristina Cesar, *Escritos no Rio*, pp. 109-19.

18 Carta de Ana Cristina Cesar a Maria Cecilia Londres Fonseca, 21 de junho de 1976, em Heloisa Buarque de Hollanda e Armando Freitas Filho (orgs.), *Ana C.*, p. 115.

19 Antonio Candido de Mello e Souza, em Ricardo de Azevedo e Flamarion Maués (orgs.), *Rememória*, p. 42. Para a militância de Fernando Henrique Cardoso no PCB, *Folha de S.Paulo*, 5 de fevereiro de 2000, coluna "Painel", p. 4: "Em jantar no Alvorada, FHC surpreendeu o ministro Aloysio Nunes Ferreira, Roberto Freire (PPS) e Paulo Hartung (PPS) ao contar passagens de sua militância no PCB, nos anos 50. 'Estamos em casa. Aqui só tem quadro formado no velho Partidão', exclamou Ferreira".

* Anos depois a Liga tomaria o nome de Convergência Socialista.

20 Para um depoimento autobiográfico de Luiz Inácio Lula da Silva, ver Denise Paraná, *Lula, o filho do Brasil*, pp. 47-50. Frei Betto, *Lula*, p. 17. Para o primeiro emprego como metalúrgico, Soraya Aggege, "O primeiro patrão", *O Globo*, 28 de outubro de 2002, Caderno Especial *Lula presidente do Brasil*, p. 5.

21 Emir Sader e Ken Silverstein, *Without fear of being happy*, p. 39.

22 Frei Betto, *Lula*, pp. 18 e 23.

23 John Humphrey, *Capitalist control and worker's struggle in the Brazilian auto industry*, p. 34. São Paulo tinha 456.671 operários em 1949 e 1.411.396 em 1974.

24 Para a morte da mulher e o casamento, Emir Sader e Ken Silverstein, *Without fear of being happy*, p. 40.

25 Luiz Inácio Lula da Silva, abril de 1993.

26 Essa taxa deu-se entre 1972 e 1978. John Humphrey, *Capitalist control and worker's struggle in the Brazilian auto industry*, p. 139.

27 Para a viagem ao Japão, Emir Sader e Ken Silverstein, *Without fear of being happy*, p. 41. Para a passagem pelos Estados Unidos, Mario Garnero, *Jogo duro*, p. 130.

28 Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, p. 88.

29 O governador Paulo Egydio Martins compareceu à festa durante a qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ganhou da prefeitura um terreno para a construção de seu clube de campo. *Tribuna Metalúrgica*, julho de 1977, p. 6.

30 Maria Hermínia Tavares de Almeida, "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", revista *Debate e Crítica*, nº 6, 1975, citada em Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, p. 144.

* Hoje Vinicius de Moraes.

31 Scarlet Moon de Chevalier, *Areias escaldantes*, p. 26.

32 João Falcão, *Giocondo Dias*, p. 332.

33 Heloisa Buarque de Hollanda e Armando Freitas Filho (orgs.), *Ana C.*, p. 145.

34 *Folha de S.Paulo*, 31 de março de 1977, pp. 24-30.

35 Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

A tortura da pessoa jurídica

Antonio Gallotti, presidente da Light, estava na sala de sua mansão da rua São Clemente. Convidara algumas dezenas de amigos para homenagear o jornalista John Oakes, ex-chefe da página editorial do *New York Times*. Velho liberal, Oakes fora um dos responsáveis pela marca de tolerância política do jornal da família. Não gostava de ditaduras. Gallotti estivera à frente do IPÊS, o consórcio de plutocratas e militares que ajudara a derrubar João Goulart em 1964. Desde então, era um dos mais poderosos empresários brasileiros, parceiro de cartas de Costa e Silva e interlocutor de Golbery, conselheiro da PUC e do Chase Manhattan Bank. Sozinho, *Tony* tinha mais senso de humor que todo o patronato nacional reunido. Resumindo a situação do país para seu convidado, disse-lhe: "O governo passado torturava pessoas físicas. O atual tortura as pessoas jurídicas".[1]

Típica da graça de Gallotti, a piada era melhor que a realidade. Quando o governo torturara pessoas físicas, tivera-o como defensor. Em Toronto, sede da matriz da Light, alguns estudantes compraram ações da empresa para exercer o direito de voz na assembleia dos acionistas e condenaram-na por investir no Brasil da ditadura. Gallotti e o presidente mundial da Light rebateram as acusações. Ele próprio narrou o episódio a Golbery, lembrando que dera "adequadas respostas" às "perguntas provocadoras". Acrescentou: "O presidente da Companhia, no Canadá, enfrentou-os com energia e propriedade, impedindo que os ataques pudessem impressionar o grande número de acionistas presentes (mais de 400), não obstante o sentido

demagógico e a veemência com que falaram em falta de liberdade, torturas etc. etc. (...)".[2]

O que torturava os empresários era o grau de incerteza imposto por Geisel às relações entre eles e o governo. Num jantar com o coronel José Maria de Toledo Camargo, chefe da Comunicação Social do Planalto, um grupo de homens de negócio paulistas enumerara padecimentos. Na escala administrativa, reclamavam das posições divergentes de alguns ministros.[3] De fato, Simonsen e Velloso não se entendiam. Por motivos diferentes, alternavam-se em brigas com Severo Gomes, da Indústria e Comércio.

O dinheiro do BNDE, mesmo sendo barato, atrelara a indústria privada às grandes estatais. Os projetos siderúrgicos dependiam da Siderbras e, em certos casos, da Vale do Rio Doce, que se lançara na produção de alumínio e celulose. A petroquímica dependia da Petrobras, cuja subsidiária passara a controlar o maior complexo de produção de fertilizantes. O empresário Carlos Villares, um dos barões do setor de máquinas pesadas, migrara de uma "posição de otimismo, de confiança" em 1974 para a de cobrança em 1976: "É preciso que o governo defina com urgência as regras do jogo, delimitando o campo de atuação das empresas estatais e privadas".[4]

O governo atraíra a indústria pesada para um programa de investimentos do qual recuara. Em 1976, tanto a Petrobras quanto a siderurgia estatal tiveram taxas de crescimento negativas.[5] Outro barão da indústria, Cláudio Bardella, lastimava que o programa de investimentos de 43 bilhões de dólares do II PND tivesse encalhado e se queixava da ambiguidade de Brasília: "Num dia o governo defende a indústria nacional, no outro importa um terminal açucareiro da França".[6] Reis Velloso, despido da bata de profeta do desenvolvimentismo, classificara a taxa de crescimento de 10,6% observada nos dez primeiros meses de 1976 de "surpreendente e indesejada".[7]

O panfletarismo do II PND, o dinheiro do BNDE, os abundantes empréstimos internacionais e a decisão de empurrar a economia para a

frente haviam criado a fantasia de um novo modelo de desenvolvimento. Ela terminara. Tentara-se uma articulação de elementos incompatíveis, viciada pela componente imediatista que embutira. Geisel não associara o crescimento econômico a um destino manifesto do "Brasil Potência". Pretendera realizar os sonhos de tenente de 1930 e de coronel do Conselho Nacional do Petróleo, mas procurara sobretudo proteger seu mandato das consequências políticas que lhe seriam impostas por uma recessão. Formara a caixa bilionária do BNDE buscando uma fonte de fortalecimento do poder econômico do Planalto. Quisera induzir a iniciativa privada a crescer sob a liderança das grandes estatais não só porque não confiava no empresariado, mas também porque o estatismo de sua geração (à esquerda e à direita) derivava de uma visão autoritária do poder. Tinha preferência pelas empresas do governo porque, ao robustecê-las, poderia infundir hierarquia e ordem ao mercado. Hierarquia e ordem eram dois conceitos essenciais à sua maneira de pensar. O que diferenciou os generais-presidentes brasileiros de tantos outros ditadores do Terceiro Mundo nesse período de créditos fáceis foi a impessoalidade de suas obsessões e projetos. Autoritário, estatista e nacionalista, Geisel via no autoritarismo, no estatismo e no nacionalismo o caminho certo para o Brasil.

* * *

Para crescer, superando os constrangimentos impostos à economia pela crise do petróleo, o governo endividava o país. Em três anos, captara 11,8 bilhões de dólares.[8] Entre 1974 e 1976, a relação entre o serviço da dívida e as exportações passara de 33% para 47%.[9] Os empréstimos tomados em 1977 fariam da dívida brasileira, que se aproximaria dos 30 bilhões de dólares, a maior do mundo subdesenvolvido. Falando a um grupo de jovens que iniciavam carreira no Citibank, Walter Wriston, seu presidente, dava uma ideia do significado dessa situação: "A previsão para a operação

brasileira no ano que vem é produzir lucros maiores que toda a operação internacional do banco na época em que eu comecei a trabalhar nela”.[10]

A importação do terminal açucareiro francês de que se queixara Bardella era consequência da fome de dólares. Quando os empresários brasileiros tentaram impedir que se comprassem equipamentos ferroviários ingleses, alegando que a lei protegia os similares nacionais, Geisel baixou um decreto isentando-os dos impostos de importação. Para preservar um financiamento de 410 milhões de dólares, recorreu a um casuísmo: bloqueou o acesso da indústria nacional a 24 milhões em encomendas.[11]

A economia, cada vez mais dependente da entrada de recursos externos, perdera fôlego industrial e ganhara ânimo financeiro. Os empresários reclamavam dos juros, mas o dinheiro caro era uma fatalidade. Sem pagar taxas superiores às do mercado internacional, seria impossível captar os petrodólares. Sem eles, impossível crescer. Havia um tóxico na bonança. Tornara-se preferível tomar dinheiro emprestado no exterior e aplicá-lo no mercado financeiro nacional a investi-lo na produção. Num único semestre, o Bradesco conseguira um lucro equivalente ao seu capital.[12] Em 1976, as multinacionais instaladas no Brasil captaram no exterior 1,51 bilhão de dólares, quase o dobro do que captaram em 1973.[13] Os balanços de 49 grandes empresas revelaram que 39 haviam lucrado mais no papelório que no chão das fábricas.[14] Nas palavras do ex-ministro do Planejamento Hélio Beltrão: “O sistema atualmente vigente está inconscientemente transformando todos nós em uma espécie de agiotas do desenvolvimento. E, afinal, o desenvolvimento nacional precisa mais de sócios do que de credores”.[15]

* * *

Marcos Vianna, o presidente do BNDE, que em 1975 se orgulhava de movimentar uma carteira de investimentos superior à do xá do Irã, propôs a

Velloso uma inversão de rumo. Pressentiu um "quadro de grande perplexidade (...) que começa a introduzir, no âmbito do setor privado, sérios reflexos em termos de posicionamento político dessa categoria econômica".[16] Pretendendo conter a expansão do poder das empresas estatais, ofereceu um plano de desenvolvimento para a iniciativa privada. [*Veja o documento*] Produziu um documento tão sintético quanto revolucionário. Inexequível, foi uma audaciosa tentativa de redefinição do pacto de poder da economia nacional.

O trabalho, sigiloso, fora encaminhado por Vianna a Velloso em 22 de março. [*Veja o documento*] No início de abril Golbery soubera que ele circulava em São Paulo. [*Veja o documento*] O SNI capturara uma cópia, sem assinatura, no dia 20 de maio, e, seis dias depois, o plano estava publicado no *Jornal de Brasília*. [*Veja o documento*]

Propunha-se a "reverter o processo" de avanço do Estado, retirando-o de todas as atividades econômicas mas deixando-lhe o monopólio do petróleo, a extração de minério de ferro e minerais estratégicos, bem como a fabricação de aeronaves, a produção de vacinas e as comunicações internacionais. Era a maior iniciativa desestatizante da história nacional desde a infância da República. Deu em nada.

Vianna listara 36 grupos a serem convocados para tocar os projetos de desestatização (a palavra *privatização* ainda não entrara no léxico do poder). Incluíra os maiores bancos (Bradesco, Itaú, Unibanco e Bozano), grandes empreiteiras (Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Odebrecht), companhias mineradoras (Antunes e Ermirio de Moraes) e grupos industriais (Ultra, Klabin, Matarazzo e Villares). Era uma relação preliminar. Retratava o patronato nacional. Das 36 empresas, pelo menos trinta eram familiares.

As estatais seriam compradas com os recursos de empréstimos do BNDE vinculados aos lucros dos empreendimentos, portanto, sem prazo de

resgate. O estratagema foi imediatamente exposto pelo economista Paul Singer:

> A iniciativa privada nacional continua tão incapaz como antes de concentrar capital e de aplicá-lo nas dimensões e pelos prazos requeridos nas novas áreas de inversão que se abrem. (...) Pelo jeito, a inventiva brasileira celebra mais um de seus triunfos: acabamos de descobrir a acumulação de capital por geração espontânea! O cidadão se apresenta, recebe uma companhia estatal ou paraestatal (grande, se possível) e a vai comprando com os seus próprios lucros.[17]

Nesse período circulara no governo a primeira minuta do que viria a ser um texto intitulado *Ação para a empresa privada nacional*. Fora redigido por Velloso e pretendera demarcar os limites do Estado. Sem a amplitude e o detalhamento cartorial da proposta de Vianna, estabelecia que a iniciativa privada atuaria complementarmente nas concessões de serviços públicos, firmando o compromisso de que a produção de equipamentos seria entregue às forças do mercado.[18] Opinando sobre a proposta, o general Hugo Abreu condenara a ideia: “Parece mais uma rendição do governo e o pior é que uma rendição desnecessária”.[19]

Severo Gomes foi menos categórico, porém mais analítico. A seu juízo, nada havia a discutir:

> As pressões emergentes na campanha “antiestatizante” atuam no sentido de reduzir a ação do Estado como empresário ou como disciplinador das atividades privadas, para a ampliação do livre jogo das forças econômicas.

> Ora, se a liberdade até hoje praticada conduziu à concentração da renda em termos sociais e regionais, tanto quanto à desnacionalização da economia, fácil é imaginar-se as consequências de sua ampliação.[20]

Diante do dilema, Geisel equilibrou-se sem o apoio de seus dois principais colaboradores: o chefe do Gabinete Civil e o ministro da Fazenda. Simonsen sempre desprezara o PND. Conversando com Golbery, fora mais longe. Condenara a lei que proibia a importação de produtos capazes de concorrer com similares nacionais, base da política protecionista sobre a qual se edificara a indústria brasileira. Argumentara, com humor, que "duas mulheres são sempre iguais" mas ninguém está disposto a deixar de diferenciá-las.[21] Golbery estava de acordo. Achava que se chegara a um ponto em que o regime praticava a política do governo Castello Branco "multiplicada por menos um".[22]

De certa maneira, passados três anos do dia em que Golbery — então presidente da Dow Química — sentara com Geisel para rever seu primeiro discurso como futuro presidente da República, ecoava no Planalto uma pequena frase da proposta que levara: "[As] grandes empresas multinacionais cujo potencial, para o bem, ou talvez para o mal é, e sê-lo-á, em escala maior talvez, condição essencial ao próprio Desenvolvimento da Nação".

Geisel descarnara o juízo prospectivo. Ficara apenas com a dúvida: "As grandes empresas multinacionais cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não nos é dado avaliar".[23]

* * *

Diferenças tão profundas só não se refletiram no cotidiano do poder por conta da lealdade de Golbery e da disciplina filial com que Simonsen

acompanhava o presidente. Ao cosmopolitismo de Simonsen contrapunha-se, numa escala menor, o nacionalismo de Severo Gomes. Desde os primeiros dias de governo, ele fora um defensor das facilidades de crédito para a empresa nacional. Numa de suas conversas com Geisel, impressionara-o expondo o estrangulamento financeiro a que havia sido submetido o empresariado brasileiro. “Ele acha que a gente tem que botar um negócio mostrando que, sem combater esse capital estrangeiro e sem entravar a economia da empresa estatal, o governo deve fazer um esforço para neste processo de levar a empresa privada para diante e para permitir que ela se expanda e etc. Eu acho uma ideia. Como fazer, é outra guerra…”, observara o general.[24]

Severo compartilhava uma teoria de Velloso segundo a qual as crises davam à economia brasileira impulsos que a levavam a melhorar de qualidade. “Bendita a crise”, dizia.[25] Tivera a coragem de louvar JK, dizendo que ele livrara o Brasil do “entorpecente fatalismo, colonial, tropical, racial e subdesenvolvimentista”.[26] Em 1974, acreditara que o choque do petróleo (mercadoria que, a seu ver, estaria destinada a desaparecer em dez ou vinte anos)[27] coincidira com o fim do “colonialismo político”[28] e poderia produzir “uma nova etapa, agora de cunho essencialmente econômico, na história das lutas pela emancipação dos povos”. Dois anos depois, queixara-se de que “todo o peso da crise dramática do petróleo, que ameaçava a renda das nações mais ricas do mundo, foi silenciosamente transferido para um grande número de países pobres”.[29] Queria mais controles para o capital estrangeiro e mais liberdade para as estatais: “O Estado, no Brasil (...) realiza investimentos onde (...) a iniciativa privada nacional seja impotente e a estrangeira desinteressada ou indesejável”.[30]

Rápido no raciocínio, cáustico nas respostas, era um interlocutor temido. Numa reunião social, o presidente do Banco Central, Paulo Lira,

tentou alfinetá-lo, chamando de “gente burra” quem defendia o nacionalismo econômico e as empresas estatais.

“Então você está na obrigação de provar que é inteligente, o que é difícil”, respondeu-lhe o ministro.[31]

Vivaz e elegante, Severo circulava tanto pela esquerda paulista quanto pela noite de Brasília. Velloso reclamava que ele não o procurava, tratando diretamente com Geisel.[32] Simonsen considerava-o primitivo em matéria de teoria econômica. Golbery tinha-o como uma peça descartável, mas apreciava-lhe a irreverência e a capacidade de informar-se. Severo ia além das divergências em torno do crédito. Em 1974, anotara a narrativa que dois pesquisadores do Cebrap lhe fizeram das torturas sofridas por eles no DOI do II Exército. Negociara a ida dos demais professores (entre os quais estava Fernando Henrique Cardoso) à rua Tutoia, tomando o compromisso de liberá-los ao anoitecer, livres de qualquer violência física. Intercedera pela libertação da professora Maria da Conceição Tavares.[33] Vocalizava as reivindicações de um pedaço da indústria paulista, mas não refletia, nem de longe, seu comportamento. Depois de uma série de discursos cuja pimenta econômica embaraçara o governo, mencionara a existência de “forças de extrema direita que impedem uma maior abertura política”.[34]

Haviam se passado dois anos da suspensão da censura aos grandes jornais e um ano da demissão do general Ednardo D’Avila Mello, mas até janeiro de 1977 nenhum empresário de porte fizera reparo algum à ditadura. Tratava-se de atraso ditado não pelo receio da reação do Planalto, mas pelo medo do quartel-general do Exército. Lá, costurava-se a candidatura do general Sylvio Frota. A plutocracia mantinha-se inerte porque não sabia para que direção a bandeira tremularia. Buscava certezas naquilo que Golbery chamaria de um “ambiente de incerteza essencial”.[35]

Poucas vezes a obstinação caudatária do patronato brasileiro refletiu-se com tanta clareza quanto numa entrevista de Laerte Setubal Filho, diretor da Fiesp e vice-presidente da indústria de placas Duratex. Ele reclamou: “O

governo tem o dever de informar quais são as suas prioridades na área política; se a sucessão presidencial; se o problema de uma provável maioria oposicionista no Congresso; se a composição dos governadores; se a forma das eleições. Atualmente, o empresariado, os políticos estão aturdidos, pois não sabem o que o governo pretende".[36]

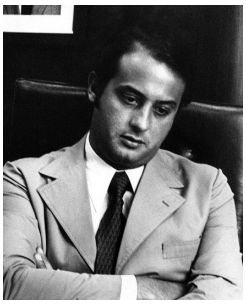
Queria uma ordem do dia.

O governismo da cúpula do empresariado durante os três primeiros anos do mandato de Geisel torna-se mais revelador quando se leva em conta que o MDB criticava a política do governo nos seus aspectos macroeconômicos, denunciando a má distribuição da renda, ou nos casos de microgestão que resultavam em escândalos financeiros, mas apoiava-a no projeto de financiamento da indústria nacional. Seu mais credenciado parlamentar, o senador Roberto Saturnino (saído da nata da burocracia do BNDE), defendera a concessão de empréstimos oficiais a juros negativos.[37]

A primeira manifestação de uma liderança patronal em defesa das liberdades democráticas, ainda que tardia, seria periférica e fracassada.[38]

* * *

José Papa Júnior, presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, tinha 36 anos e um pequeno banco. Ascendera ao cargo em 1969, quando o empresariado estivera mobilizado no estímulo à repressão política. Naquela época, dissera que "temos o indeclinável dever de apoiar as autoridades constituídas, no empenho de preservar a paz", homenageando as "Forças Armadas, que se cobriram de glórias nas trincheiras e nos céus da Europa".[39]



José Papa Júnior

Ele discursou brevemente, no dia 1º de fevereiro de 1977, na reunião plenária da Federação do Comércio. Festejava-se o presidente do Banespa por ter privatizado a empresa de turismo do banco. Desse discurso há um registro, feito pelo SNI: “Papa Júnior disse, em resumo, que o empresariado também pensa em discutir eleições diretas a governador e adequação do estado de direito, desde que não significasse a anarquia, insegurança e que fossem respeitados os princípios da segurança interna”.[40]

Nada de mais. Terminada a cerimônia, Papa Júnior foi jantar na casa do banqueiro Rodolpho Bonfiglioli. O dono do Banco Auxiliar de São Paulo e da fábrica de alimentos Cica reunira duzentos casais em seu palacete paulista. Um festão. Mulheres de vestidos longos, algumas lindas. Homens com sobrenomes listados na história da cidade ou nos projetos do BNDE (Vidigal, Mellão, Bardella, Ermirio de Moraes). *Rudy* abriu o pavilhão de caça, ornamentado com as cabeças dos bichos que matara em safáris pelo mundo. Era uma noite para o bom gosto. Severo Gomes chegara com a mulher, Henriqueta. Retomou o discurso em defesa da abertura, argumentando que o empresariado devia entrar no debate.

> — Quais garantias o senhor nos dá? — perguntou um dos convidados.
> — Ninguém precisa de garantias, todos têm que aprender a arriscar. Não há garantia alguma — respondeu o ministro.[41]

Noutra roda, Papa Júnior instou-o a prosseguir na sua luta: “Peço-lhe isso de joelhos”. E ajoelhou-se.[42]

A festa estava chegando ao fim, e Severo preparava-se para ir embora quando um dos convidados, Carlos D’Alamo Lousada, interpelou-o.

Lousada era um veterano ativista daquela categoria que o marechal Castello Branco denominara “vivandeiras”. Andara pelo IPÊS, onde deixara fama de leviano.[43] Fora oficial de gabinete de Costa e Silva e futricava o governo paulista com coronéis da Presidência e torturadores do DOI do II Exército. Informava ao SNI. Em outubro de 1975, levara ao Serviço uma denúncia contra um secretário de Paulo Egydio que, segundo ele, chamava o ex-presidente Médici de “ladrão”. Dizia que o funcionário “tinha que estar preocupado com os comunas que estão lá [na Secretaria] e não com Médici”.[44]

Há três versões do encontro de Lousada com Severo. Duas foram redigidas 48 horas depois do incidente. Dessas, uma é do SNI e a outra, do próprio Lousada.

Segundo o Serviço, acontecera o seguinte:

> Ao fim do jantar, já na porta de saída, quando se despedia de Rodolpho Bonfiglioli (...) o ministro foi interrompido por Carlos d’Alamo Lousada, que acusou o atual governo de se preocupar exclusivamente com o ocorrido durante o governo Médici, deixando de realizar coisas construtivas. Como a interpelação foi feita em termos bastante altos, mais algumas pessoas, inclusive jornalistas, se achegaram ao local. Aí, o ministro, respondendo a Lousada, chamou-o de “coroinha”. Este retrucou dizendo que não era “coroinha” e que o ministro não passava de um esquerdista festivo. O ministro, em termos de baixo calão, chamou Lousada de fascistoide. O ministro e Lousada ofenderam-se mutuamente, sendo separados pelos circunstantes. Em seguida o ministro acompanhado

> por Papa Jr. e Bonfiglioli foi levado até o carro, tendo deixado a reunião.[45] [*Veja o documento*]

Segundo Lousada, a coisa fora bem pior:

> Passava de 00:00 hora, o ministro já sob o efeito da bebida fazia comentários sobre o governo Médici, taxando-o de facista, assim como criticando de militaristas àqueles que apoiavam o AI-5. Disse ainda que o mundo estava caminhando pela adoção da linha socialista para melhor distribuição de rendas. Foi interpelado pelo Sr. Lousada que disse não concordar que o Brasil viesse a ser socializado, e não saber porque o ministro defendia a ideia de um estado socialista no Brasil e porque ele (ministro) se preocupava tanto com o governo Médici e não com as esquerdas dentro do seu ministério. O ministro respondeu: "Porque o Médici é facista e você [Lousada] também é facista, militarista a favor do AI-5". Lousada retrucou dizendo ser a favor do AI-5 e que o ministro era da esquerda festiva e incompetente, razão pela qual foi afastado, pelo seu irmão, da fábrica do Vale do Paraíba porque quando lá esteve, a fábrica quase quebrou. A discussão foi violentíssima, inclusive com o uso de palavras de baixo calão. O "bateboca" prolongou-se, com o ministro perdendo totalmente o controle de suas palavras, recebendo e fazendo ofensas inúteis. O "affaire" terminou quando o Sr. Severo Gomes foi retirado do grupo pelos Srs. Pecora e Papa Jr., e com muito jeito colocado em seu carro, tomando destino desconhecido.[46]

A terceira versão apareceu no *Jornal do Brasil* e n'*O Estado de S. Paulo*, oito dias depois. Curiosamente, os dois jornais, em reportagens próprias, narraram o incidente com as mesmas palavras. Nessa narrativa,

como na do SNI, não há referência às ocasiões em que Severo teria chamado o ex-presidente Médici de “fascista”. O *Estado* foi mais longe. Esclareceu que o insulto estava embutido numa “versão divulgada em Brasília”.[47]

A versão que correu mais rápido foi a de Lousada, pois no meio da madrugada ele telefonou a Roberto Médici, filho do ex-presidente.[48] Na manhã seguinte a notícia chegou a Brasília e, mais tarde, a Geisel. Essa circunstância encurralara o ministro. Se tivesse chamado Médici de “fascista”, estaria perdido, mas também estaria perdido se desmentisse a acusação.

* * *

Nos dias seguintes o incidente noturno de Severo ficara fora dos jornais. Já o discurso que Papa Júnior fizera na Federação do Comércio antes de ir para o jantar estrelou o espaço político. Uma verdadeira surpresa. Sua assessoria de imprensa divulgara uma nota oficial transcrevendo o que teria dito o empresário: “Abre-se, agora, [o ciclo] da instauração e consolidação das franquias democráticas, do sistema representativo, da participação popular na vida nacional”.[49] Mais: “O País deve iniciar a retomada do pleno Estado de Direito. Queríamos um regime democrático, e não um regime espúrio quando preparávamos o movimento de 31 de março”.[50]

A última frase soava troncha, mas era deliberadamente ambígua. Fora redigida por Rui Nogueira Martins, um amigo de Papa, dado às letras e ministro do Tribunal de Contas. “Espúrio” podia ser tanto o regime de 1977 como o de João Goulart.[51] A primeira manifestação de rebeldia empresarial ocorrera numa cerimônia em que uma das primeiras privatizações do aparelho do Estado era comemorada. Era plausível que algum empresário dissesse coisa parecida. Não se esperava que esse empresário fosse *Zizinho* Papa.

O SNI, de imediato, procurou associar o inesperado a uma construção mais complexa. Dias antes, Reis Velloso estivera na Fiesp, falando para um plenário quase vazio. Juntando os dois fatos, o Serviço informou:

> Alguns meios empresariais de São Paulo e Rio de Janeiro vêm apresentando esses acontecimentos como coisa articulada pelas duas Federações em favor da candidatura de Delfim Netto à presidência da República, que seria colocada em termos irreversíveis após um violento processo de desmoralização do Presidente da República e de todo o sistema militar. Essa reação seria a maneira de impedir que o governo federal continuasse a promover as medidas que visam à redistribuição da riqueza nacional. É voz corrente nos meios empresariais a existência de uma "caixinha" com a finalidade de financiar a candidatura do Sr. Delfim Neto à sucessão presidencial.[52]

O patronato repudiou a posição de Papa Júnior. O presidente da Fiesp, Theobaldo de Nigris, viu nela "um pouco de sofreguidão".[53] O industrial Luis Eulalio Bueno Vidigal Filho, cuja candidatura à sucessão de De Nigris vinha sendo articulada pela grande indústria em nome de uma renovação, condenou o teor da nota.[54] O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Paulo Maluf, solidarizou-se com Geisel e informou que "o empresariado paulista está coeso em torno de sua Excelência, de seu governo e do regime".[55] O banqueiro Olavo Setubal, prefeito de São Paulo, recusou-se a comentá-la.[56] Calados ficaram o presidente da Comissão Nacional das Bolsas de Valores e as Federações das Indústrias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.[57] A de Pernambuco ofereceu seu apoio à "lucidez e firmeza" de Geisel, lembrando "o caos anterior a março de 1964".[58] Só o presidente da Associação Comercial da Bahia o defendeu.[59] Entre os empresários paulistas, a voz dissonante veio de Dilson Funaro, o

dono da fábrica de brinquedos Trol: “O Ato 5 é um instrumento desnecessário. (...) O país está pronto para a normalização”.[60]

No dia seguinte à divulgação da nota, Papa foi ao Rio de Janeiro, onde deveria ser empossado no conselho da Interbrás, a recém-nascida estatal de comércio exterior. Não lhe deram posse nem satisfações: “Senti-me como um leproso”. Retornando a São Paulo, percebeu a confusão que armara e se viu acuado. Em poucos dias, alguns grandes correntistas de seu banco sacaram em torno de 7 milhões de cruzeiros, dinheiro equivalente a 15% dos depósitos. Um só cliente sacara 2 milhões. Temendo a escuta do governo, os amigos passaram a não conversar sobre política quando lhe telefonavam. Chegou a ler na imprensa a notícia de sua provável cassação.[61]

Os aplausos vieram dos defensores da democracia, de quem não se podia esperar outra coisa. O senador Paulo Brossard chamou a nota de “o mais importante documento da história política brasileira atual”.[62] Ulysses Guimarães foi além, considerando-a o mais importante acontecimento ocorrido desde 1964.[63] O cartunista Ziraldo, do *Jornal do Brasil*, retratou um cidadão ajoelhado, no caminho de Damasco, enquanto um observador comentava: “Habemus Papa”.[64] A repercussão que a imprensa dera à nota de Papa Júnior em apenas quatro dias, levara-a a acumular 165 pontos na tabulação com que o Planalto monitorava as três principais notícias publicadas nas primeiras páginas de 48 jornais de treze cidades. Cada manchete valia 10 pontos e os outros textos, 5. Naquele período, destaque maior só havia sido dado à controvérsia em torno do Acordo Nuclear que o Brasil assinara com a Alemanha (530 pontos).[65] [*Veja o documento*]

Dias depois do início da crise, José Papa Júnior subiu a uma suíte do hotel Hilton de São Paulo, para se encontrar reservadamente com o ministro da Fazenda. Eram amigos. Mario Henrique Simonsen foi rápido: “Que cagada, *Zizinho*. Você tem que ir embora. Vá para Paris”.[66]

Presidindo uma federação que reunia pequenos comerciantes, vindo de uma família modesta, Papa Júnior não cabia no modelo da plutocracia queixosa. Não cabia por duas razões. Primeiro, porque agira como um franco-atirador. Segundo, porque o grande empresariado não queria se queixar. Pelo contrário, preferia ficar calado.

Recuando, Papa Júnior visitara o governador Paulo Egydio Martins e reformulara a qualificação do regime, chamando-o de "maravilhoso".[67] Almoçara com um informante do SNI em São Paulo e, com ele, embarcara para Brasília. Esteve com o chefe da Agência Central, Sebastião Ramos de Castro. O general foi polido, porém constrangedor. Pouco adiantou que Papa Júnior argumentasse com o sentido ambíguo dado em sua nota ao adjetivo *espúrio*.[68]

Passados poucos dias, acompanhado da mulher, do filho de seis anos e da babá, viajou para Nova York. Passeou durante uma semana, seguindo depois para a Disney, onde se divertiu por outros dez dias com o filho.

Enquanto a crise provocada pela nota do regime "espúrio" ocupava espaço na imprensa, o efeito da breve discussão de Severo Gomes com D'Alamo Lousada dominava os bastidores. O "coroinha" conseguira seu objetivo. Transformara o ministro num símbolo do surdo antagonismo que separava Geisel do antecessor.

Severo sentou-se com Golbery para examinar a situação. Tinha-o como um interlocutor frequente, mas não sabia que, em dezembro, o general o colocara numa lista de hierarcas a serem substituídos numa eventual manobra de "reforço do governo".[69] Disse-lhe:

> — Eu acho que há dois caminhos. O primeiro é eu pedir demissão.
> — Também acho — concordou Golbery.[70]

Severo levou ao Planalto a carta na qual devolvia o cargo. Geisel respondeu-a com uma ponta de afeto e sinceridade. Lembrou-lhe que

deixava o ministério, “em face de acontecimentos recentes, de outra ordem”, “em benefício do próprio governo”. Registrava que via nisso uma “prova de amizade que muito me desvanece”.[71]

Aos 52 anos, Severo Gomes começava a viver sua maturidade como oposicionista ao regime que o fizera ministro por duas vezes. Nos anos seguintes, emoldurou a demissão na paisagem das divergências ideológicas que tivera com o burocratismo de Reis Velloso e, sobretudo, com o cosmopolitismo de Simonsen. Essas divergências eram reais e poderiam vir a expeli-lo do governo, mas sua demissão, em fevereiro de 1977, foi resultado do que aconteceu na casa dos Bonfiglioli.

Uma cena de fim de noite derrubara do ministério um provável porta-voz do empresariado industrial paulista, e o primeiro choque de um dirigente patronal com a ditadura resultara no isolamento e exílio momentâneo de José Papa Júnior. Vitorioso, Simonsen socorreu-o. Diante do murmúrio de que ele teria seus direitos políticos suspensos, o ministro informou: “Chegaram a dizer que o Governo pretende castigar o empresariado paulista. Ora, isto significaria uma forma de masoquismo quase absoluto. Imagine se vamos fazer uma retaliação contra São Paulo. Isto seria cuspir para o alto”.[72]

1 Antonio Gallotti, 1977.

2 Carta de Antonio Gallotti a Golbery, 17 de junho de 1974. APGCS/HF.

3 Nota do coronel José Maria de Toledo Camargo a Geisel, 18 de outubro de 1976. APGCS/HF.

4 *Negócios em Exame*, outubro de 1974, e *Veja*, 21 de abril de 1976, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, pp. 140 e 109, para as duas citações, respectivamente. Para a Petroquisa, *Nota Confidencial ao Ministro Reis Velloso*, de Marcos Vianna, de 22 de março de 1976, transcrita pelo SNI em 20 de maio e publicada no *Jornal de Brasília*, 26 de maio, p. 6.

5 Henri Philippe Reichstul e Luciano G. Coutinho, “Investimento estatal — 1974/80: Ciclo e crise”, em Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, vol. 2, pp. 57 e 60.

6 *Negócios em Exame*, 26 de maio de 1976, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 146.

7 *Negócios em Exame*, 27 de outubro de 1976, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 176.

8 Paulo Davidoff Cruz, "Notas sobre o endividamento brasileiro nos anos setenta", em Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, vol. 2, p. 75.

9 Para a relação da dívida com as exportações, Luciano G. Coutinho e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, "Política econômica, inflexões e crise: 1974/1981", em Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, vol. 1, p. 214.

10 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 619 e 429.

11 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, p. 197.

12 Bilhete de Paulo Belotti a Heitor Ferreira, de 13 de julho de 1976. APGCS/HF.

13 Paulo Davidoff Cruz, "Notas sobre o endividamento brasileiro nos anos setenta", em Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (orgs.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, vol. 2, p. 86. Ver também Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 191.

14 *IstoÉ*, 11 de outubro de 1978, citada em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 191.

15 *Negócios em Exame*, 22 de dezembro de 1976, em Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, pp. 241-2.

16 *Nota Confidencial ao Ministro Reis Velloso*, de Marcos Vianna, de 22 de março de 1976, transcrita pelo SNI em 20 de maio de 1976. APGCS/HF.

17 Paul Singer, "A opinião da Imprensa", *Opinião*, 14 de maio de 1976, p. 10.

18 Carlos Lessa, *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976*, p. 106.

19 *Informação para o Sr. Presidente da República, Documento sobre o Problema de Estatização da Economia*, anotado por Geisel: "Parecer do Hugo sobre a 1ª minuta". APGCS/HF.

20 Documento anotado por Geisel intitulado *Parecer do Severo sobre a Primeira Minuta*. APGCS/HF.

21 Conversa de Simonsen com Golbery, 5 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

22 Golbery do Couto e Silva, 1977.

23 Dois maços, um sem data e com folhas datilografadas, e outro de agosto de 1973 e com folhas manuscritas por Golbery, com versões para a fala de Geisel na Convenção da Arena. APGCS/HF.

24 Conversa de Geisel com Golbery e Moraes Rego, 6 de março de 1974. APGCS/HF.

25 "Coluna do Castello", em "A ceia do governo", *Jornal do Brasil*, 22 de dezembro de 1975, p. 2.

26 Severo Gomes, *Tempo de mudar*, p. 86.

27 Idem, p. 141.

28 Idem, p. 11.

29 Idem, p. 62.

30 Idem, p. 132.

31 André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, *A segunda guerra*, p. 63.

32 *Diário de Heitor Ferreira*, 14 de abril de 1975.

33 Francisco de Oliveira, fevereiro e abril de 1998, e José Arthur Giannotti, fevereiro de 1998. Maria da Conceição Tavares, novembro de 1994.

34 *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1977, pp. 1 e 19.

35 Golbery do Couto e Silva, junho de 1980, na apresentação do volume *Tempo de Congresso*, p. X.

36 Ricardo Bueno, "A abertura empresarial", *Opinião*, 11 de fevereiro de 1977, p. 8.

37 Discurso de Roberto Saturnino no Senado, de 8 de abril de 1975, em Roberto Saturnino, *Política econômica e estatização*, p. 36.

38 Sebastião C. Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, pp. 237-75.

39 *Folha de S.Paulo*, 23 de julho de 1969, p. 3.

40 *Operação "Garoa" — Relatório*, da Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI, de 4 de fevereiro de 1977. Numa anotação do general Sebastião Ramos de Castro para o general Figueiredo, ele informa que essa mensagem é "resultado do processamento feito diretamente em SP". APGCS/HF.

41 *Jornal do Brasil*, 9 de fevereiro de 1977, p. 15.

42 José Papa Júnior, dezembro de 1999.

43 Depoimento de Jorge Oscar de Mello Flôres em Maria Celina d'Araujo, Ignez Cordeiro de Farias e Lucia Hippolito (orgs.), *Na periferia da história*, p. 169.

44 Uma folha do SNI, de 22 de setembro de 1975, intitulada *Carlos Lousada* e marcada "confidencial". Para outro exemplo de informações levadas ao Serviço, duas folhas do SNI, de 29 de outubro de 1975, intituladas *Reflexos da Morte de Vladimir Herzog*, marcadas "confidencial". AA.

45 Cópia do *Telex RJ063 UU AC 650/30/ARJ/77 04FEV/0040*, da Agência Rio do SNI, intitulado *Operação "Garoa" — Relatório*. APGCS/HF.

46 Narrativa de Carlos D'Alamo Lousada ao SNI, inserida na transmissão do texto da *Operação "Garoa"*. APGCS/HF. Respeitada a ortografia do documento.

47 *Jornal do Brasil*, p. 15, e *O Estado de S. Paulo*, pp. 4 e 5, ambos de 9 de fevereiro de 1977.

48 Para o telefonema de Lousada a Roberto Médici, *Veja*, 16 de fevereiro de 1977, pp. 25-6.

49 Ricardo Bueno, "A abertura empresarial", *Opinião*, 11 de fevereiro de 1977, p. 7.

50 Nota do Serviço de Imprensa da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, de 3 de fevereiro de 1977. AA.

51 Na sua *Apreciação Sumária* entregue a Geisel uma semana depois, o SNI resolveu o problema trocando o tempo do verbo. Papa Júnior teria dito "Quereríamos um regime democrático". *Apreciação Sumária nº 6*, do SNI, de 9 de fevereiro de 1977. AEG/CPDoc.

52 Cópia do *Telex RJ063 UU AC 650/30/ARJ/77 04FEV/0040*, da Agência Rio do SNI, intitulado *Operação "Garoa" — Relatório*. APGCS/HF.

53 *Jornal de Brasília*, 5 de fevereiro de 1977, p. 2.

54 *O Estado de S. Paulo*, 9 de fevereiro de 1977, p. 5.

55 *Opinião*, 18 de fevereiro de 1977, p. 7.

56 *Folha de S.Paulo*, 8 de fevereiro de 1977, p. 4.

57 Para a Comissão Nacional das Bolsas de Valores e para as Federações das Indústrias, *Jornal de Brasília*, 5 de fevereiro de 1977, p. 2.

58 Telex de Tulio Brandão Matos, presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, a Geisel, de 7 de fevereiro de 1977. O telegrama é assinado também pelos presidentes das seguintes organizações empresariais de Pernambuco: Associação Comercial, Centro das Indústrias, Sindicato dos Bancos, Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool e Sindicato da Indústria do Açúcar. APGCS/HF.

59 *O Popular*, 6 de fevereiro de 1977.

60 *Opinião*, 11 de fevereiro de 1977, p. 12.

61 José Papa Júnior, dezembro de 1999. Para uma referência ao risco de cassação, *O Estado de S. Paulo*, 9 de fevereiro de 1977, p. 5.

62 *O Estado de Minas*, 5 de fevereiro de 1977, p. 1.

63 *Folha de S.Paulo*, 7 de fevereiro de 1977, p. 2.

64 *Jornal do Brasil*, 6 de fevereiro de 1977, p. 10.

65 *Manchetes dos Jornais como Veículo de Ação Psicológica*, dias 3, 4, 5, 7 e 8 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

66 José Papa Júnior, dezembro de 1999.

67 "Coluna do Castello", em "Com peso específico", *Jornal do Brasil*, 6 de fevereiro de 1977, p. 2, e *Veja*, 16 de fevereiro de 1977, pp. 20-34.

68 José Papa Júnior, dezembro de 1999.

69 Uma folha manuscrita de Golbery, provavelmente de dezembro de 1976. Ao lado de Severo Gomes, Golbery listara o ministro de Minas e Energia, o presidente do Banco Central e o superintendente da Sudene. APGCS/HF.

70 Golbery do Couto e Silva, abril de 1977.

71 Carta de Geisel a Severo Gomes, 8 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

72 *Folha de S.Paulo*, 12 de fevereiro de 1977, p. 1.

Um país empacotado

Desde a eleição de 1974, que negara à Arena a maioria de dois terços no Congresso, condição necessária para a aprovação de quaisquer emendas constitucionais, a ditadura perdera a capacidade de produzir um projeto autônomo de reforma política. Mais que isso: pusera em risco a permanência no poder do arco de interesses que capturara o governo em 1964. Geisel reconhecera, cinco meses depois do desastroso resultado eleitoral, que "um projeto nosso de reforma custaria muito, pois o MDB, para concordar, teria forte poder de barganha".[1] Em janeiro de 1975, referindo-se ao impacto que uma derrota na eleição parlamentar de 1978 teria sobre a de seu sucessor, foi claro: "Se essa hipótese de perdermos se verificar, eu não vou contra a vontade do povo". Golbery rebateu: "O Colégio Eleitoral vai eleger quem o presidente determinar".[2]

Durante dois anos, Geisel contemplou o enigma. Chegou a sondar a hipótese da dissolução dos partidos.[3] Parecera uma fórmula milagrosa. Bastaria usar o Ato Institucional, permitir a criação de uma ou duas siglas, melar a composição do Congresso e começar tudo de novo. O presidente abandonou-a e explicou a Heitor Ferreira: "Ah, meu caro, se eu tiver que fazer isso, vou fazer muito mais coisas nesse Ato que extinguir os partidos".[4]

Para sobreviver, o regime precisava do "muito mais". Respeitando as regras que ele próprio estabelecera, a hegemonia da Arena tinha data marcada para acabar: no dia 15 de novembro de 1978 seriam realizadas eleições diretas para a escolha dos governadores e para a renovação de dois

terços do Senado, de toda a Câmara dos Deputados e de todas as assembleias legislativas. Num cálculo conservador, a oposição era favorita no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em maio de 1975, Geisel achara possível conviver com três dos maiores estados do país sob a administração do MDB. Conhecendo o grau de dependência que o governo federal impunha aos governadores, considerava-se "o papaizinho deles".[5] A eventual docilidade dos governadores oposicionistas era apenas um lado da questão. O outro, a natureza do mandato de todos eles, inclusive os da Arena, era bem mais complexo. Em fevereiro de 1977, lidando com esse lado do problema, Geisel já percebera a armadilha em que o governo caíra e vislumbrava uma saída: "Vão terminar o MDB me obrigando a ir para um Ato. (...) Não abro mão da indireta. 22 governadores eleitos pelo povo, o único poder do presidente indireto será o dinheiro".[6]

Havia ainda o problema do Senado. Figueiredo explicara-o: "Para um total de 66 senadores, o MDB já tem garantidos vinte (...); para que tenha a maioria (34) bastará que eleja 14 novos senadores dos 44 a serem eleitos nos 22 estados, o que me parece fácil, já que será comum a eleição, em alguns estados, de um senador de cada partido".[7]

Uma ditadura em que a oposição tivesse a maioria no Senado e governasse os estados onde se concentravam quase dois terços do Produto Interno Bruto seria uma contradição em termos. O general começou a cuidar do "muito mais" no final de fevereiro. No dia 23, Heitor Ferreira anotou: "Geisel conversa com Golbery no Alvorada: 'reformas, sucessão, Figueiredo'".[8]

Quando Petrônio Portella anunciou que pretendia discutir com a oposição o projeto de reforma do Judiciário, buscava uma maneira de avançar mudanças que desmontassem as armadilhas em que a ditadura estava presa, preservando-a. Tentava um compromisso que, de saída,

liquidasse a eleição direta dos governadores. Não enunciava o desejo nem trazia propostas, apenas metáforas.

Mestre das hipérboles, o senador chamou Ulysses Guimarães para uma conversa fiada no fundo do plenário da Câmara e contou-lhe que se lembrara dele havia pouco tempo, quando Golbery lhe expusera sua teoria das "sístoles e diástoles". Era uma das construções preferidas do general. Mapeava a história do Brasil como uma sucessão de períodos em que se alternaram regimes centralizadores e regimes descentralizadores. Coisa simples: o poder nacional contraíra-se no Império, irradiara-se na República Velha, voltara a se contrair no Estado Novo e a irradiar-se na redemocratização de 1945. Em 1977, vivia-se o ocaso da sístole iniciada em 1964, prenunciando-se a diástole da redemocratização.[9]

Num de seus melhores momentos, narrado a Luiz Gutemberg, Ulysses manteve o nível metafórico da conversa e lembrou a Petrônio que, além de ser um termo da biologia, "sístole" é também uma expressão da gramática. Denomina o deslocamento do acento tônico de um vocábulo para a sílaba anterior. Depois de uma sístole, *Darío* vira *Dário*. "[Sístoles e diástoles] ajustavam o ritmo dos versos, mas não alteravam o significado das palavras", explicou.[10]

O presidente do MDB não queria negociar. Petrônio procurou-o formalmente no dia 9 de março. Conversaram por quase duas horas. No dia seguinte, Ulysses reuniu o Diretório Nacional, contou que lhe fora oferecido o sacrifício das eleições diretas dos governadores e o início de entendimentos que pudessem levar a uma reforma política. Pediu aos quinze pares que opinassem. Resultou o óbvio: o sacrifício foi repudiado por 15 x 0.[11] Ele repetira, com rapidez e método, o golpe que aplicara ao encontro secreto que tivera com Golbery, em 1975. De novo, transferia ao governo o risco de uma crise que estava nele e não no MDB. Era Geisel quem não conseguia aceitar o MDB com maioria no Senado, governando o

Rio, São Paulo ou o Rio Grande do Sul. Como em 1975, Ulysses contrariava a opinião do secretário-geral do partido.

Principal defensor da conciliação, Thales achava necessário conjurar o confronto. Separava-os uma diferença de propósitos derivada de uma compreensão diversa do presente e diversa, sobretudo, da visão do futuro. Refletiam a própria crise interna do MDB.

Thales queria negociar o fim da ditadura. Ulysses queria o passo seguinte: o poder. Uma vitória em 1978, com a eleição de governadores do MDB nos principais estados, poderia tirar das mãos do regime o controle da sucessão presidencial. Nas palavras de Carlos Castello Branco, o mais respeitado colunista político do período, mesmo que o governo não fosse para o MDB, poderia acontecer o seguinte: "Como a disputa entre os militares é muito intensa, e o general Figueiredo que é o mais forte está sendo contido pelo Alto-Comando e dificilmente chegará a general de quatro estrelas (o grau hierárquico pra se chegar a presidente), a coisa pode embaralhar e saírem para a solução civil".[12]

* * *

No Planalto, queria se preservar o poder. Por mais diversas que fossem as opiniões dos conselheiros de Geisel e por mais variadas que fossem as fórmulas disponíveis, não há registro de uma só voz no governo em defesa da manutenção das regras constitucionais fixadas sete anos antes, pela Junta Militar, as quais prenunciavam a vitória oposicionista.

Da posição de Golbery entre o final de 1976 e o início de 1977, conhecem-se duas folhas de bloco, com anotações garatujadas, sem data, feitas provavelmente em dezembro de 1976. Ele listara ideias intituladas *Institucionalização Política — Processo*.

Para logo, defendia a antecipação da eleição presidencial, trazendo-a de janeiro de 1979 para outubro de 1978. (Com isso aceleraria a escolha de

Figueiredo. Sagrando-o um mês antes da eleição geral de novembro, turbinaria a campanha eleitoral da Arena.)

Numa lista de providências de longo prazo, buscava a maioria no Senado, trabalhando com diversas fórmulas. Numa, recriava o instituto da sublegenda, pelo qual se permitia que os partidos lançassem vários candidatos, ficando a cadeira para quem tivesse mais votos na legenda mais votada. (O recurso destinava-se a absorver as divergências internas da Arena, que a haviam paralisado em 1974.) Noutra, estabelecia que tanto os governadores como os senadores seriam escolhidos por voto indireto. Implodia o bipartidarismo, admitindo a existência de até quatro siglas. Os deputados seriam eleitos por meio de um sistema distrital misto, e o voto seria vinculado, obrigando o eleitor a alguma forma de fidelidade partidária.

Numa fase seguinte, que denominara *Institucionalização*, o destino do AI-5 está num rabisco: "AI-5 (cassação, recesso) x Constituição de Castello Branco (salvar a face, legitimidade)". O significado do x permitiria supor que Golbery estivesse opondo uma ideia à outra. Nesse caso, desejava eliminar o AI-5.[13]

Em janeiro de 1977, o general Hugo Abreu entregou a Geisel seu projeto de reforma. Partia da premissa de que a ascensão do MDB ao governo era "inaceitável" e se ia para um "beco sem saída". Propunha a supressão das eleições diretas para governador e a prorrogação dos mandatos parlamentares, estendendo o dos deputados de quatro para cinco anos e o dos senadores de oito para dez. (A manobra preservava a maioria no Colégio Eleitoral e adiava o problema da maioria no Senado para 1982.) Sugeria a dissolução dos partidos, que seriam substituídos por duas novas siglas ou, se fosse o caso, quatro. Para chegar a isso, via três caminhos: o uso do AI-5, a votação pelo Congresso e um referendo popular. Preferia o referendo e pedia pressa. A seu ver, a reforma política deveria estar na rua até março.[14]

* * *

O governo tinha um projeto de emenda constitucional em tramitação no Congresso. Tratava da reforma do Judiciário e vinha sendo discutido desde o final de 1975. A emenda mudava a estrutura da Justiça, mas preservava dois dispositivos de força: negava o instituto do *habeas corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional e mantinha o poder do Executivo de remover e aposentar juízes. O combate a essa prerrogativa era chamado de "restauração dos predicamentos da magistratura".

Geisel já obtivera o apoio do MDB para aprovar três emendas banais. Dessa vez, precisava que a oposição aceitasse discutir a reforma do Judiciário, liberando os votos de seus parlamentares. Pela lei da fidelidade partidária, instrumento do regime destinado a acorrentar a bancada governista, ficava sem o mandato o parlamentar que desafiasse uma questão fechada pelo Diretório Nacional. Se o MDB não fechasse a questão, o governo aprovava a emenda. O presidente sabia que dispunha dos 39 votos necessários para completar os dois terços requeridos pela Constituição. Se não conseguisse, já avisara a Petrônio: "Colocarei o Congresso Nacional em recesso e decretarei a reforma".[15]

Petrônio, que vinha conversando em segredo com Thales Ramalho, recebera a garantia de que o caminho seria desobstruído. Thales tinha a palavra dos moderados do MDB. A bancada do partido no Senado já se definira pela abertura da questão. A da Câmara votara contra, mas trinta deputados haviam se manifestado publicamente pelo acordo.[16] A decisão seria sacramentada na manhã de 25 de março, numa reunião do Diretório Nacional.

Na noite anterior, um pedaço da cúpula do MDB encontrara-se no apartamento que Ulysses dividia com um colega.[17] Tancredo Neves sustentara a conveniência de se permitir a reforma. Ele era um oráculo da ala moderada do partido, mas nesse caso seu raciocínio frio mostrava a

sensibilidade do ex-ministro de Getulio Vargas e do ex-presidente do Conselho dos Ministros na experiência parlamentarista do início dos anos 1960. Tancredo não via motivo para se ir a um choque por conta de um tema (os “predicamentos da magistratura”) incompreensível para a opinião pública. Ademais, não fazia sentido lutar por um Judiciário que sempre decidira em favor do regime. Queria transferir o combate para outro campo, noutra ocasião. Era inevitável que o governo propusesse a emenda constitucional cancelando as eleições diretas para os governos estaduais. O líder da ala moderada acreditava que essa seria a hora e o lugar certos para brigar. Às cinco da manhã, quando a conversa terminou, Ulysses apoiara a tática. Combinaram até a coreografia da reunião do Diretório, que começaria quatro horas depois. Caberia a Tancredo o encaminhamento de proposta de liberação da bancada. Em seguida, falaria o senador Franco Montoro, endossando-a.

O ex-primeiro-ministro fez um bonito discurso. Analisou o projeto valendo-se de um dos recursos de retórica que mais apreciava, agressivo na condenação do acessório, suave na defesa do essencial. Criticou a emenda e concluiu propondo que o partido votasse livremente. Repetiu o argumento da madrugada: “O confronto, se um dia tivermos que travá-lo, há de ser num instante em que tenhamos ao nosso lado a opinião pública, a imprensa e a consciência democrática da Nação. (...) Ainda não chegou a hora de nos lançarmos ao teste do confronto”.[18]

No plenário, o senador Paulo Brossard estava disposto a ficar calado. Quando Tancredo terminou, diversos colegas pediram-lhe que falasse. Presidindo a sessão, Ulysses saiu do trato. Em vez de chamar Montoro, chamou Brossard.

O senador gaúcho desarticulou a construção dos moderados. Citou as críticas que Tancredo fizera ao projeto, elogiou sua biografia e argumentou que, tendo dito o que dissera e sendo quem era, não podia propor que a questão ficasse aberta. Quanto ao confronto, argumentou que o projeto do

governo era parte de algo maior, destinado a emparedar a oposição: “Se uma alcateia falasse, não teria outra linguagem”.[19]

Brossard ainda não terminara quando Tancredo percebeu que fora logrado. Levantou-se de sua cadeira, na primeira fila do plenário, e acercou-se de Thales Ramalho: “Vamos votar pelo fechamento da questão, senão vamos sair daqui apedrejados”.[20] Por unanimidade, o Diretório fechou a questão.

Desfeita a reunião, Ulysses procurou Thales. Tinham combinado almoçar em sua casa, com Tancredo. Ouviu o seguinte: “Na minha casa não tem mais almoço”. Thales e Tancredo comeram a sós, num pequeno restaurante. A partir desse dia as relações de Tancredo Neves com Ulysses Guimarães jamais foram as mesmas. Tão elegantes quanto dissimulados, eles conviveram por mais onze anos sem atritos públicos e sem nenhuma confiança. Distanciaram-se porque seus projetos já não dispunham do nível de fraternidade que a fraqueza política soldara. O futuro de Tancredo dependia de uma saída negociada da ditadura. O de Ulysses, do colapso.[21] Tancredo precisava de Ulysses para que suas manobras não fossem apedrejadas. Ulysses precisava de Tancredo para evitar que o radicalismo dos quartéis voltasse a mutilar a oposição. Na sessão do Diretório, ambos perceberam que os projetos se neutralizavam. Naquela manhã, Ulysses neutralizou Tancredo.

* * *

Chegara-se ao “beco sem saída”. A bancada do MDB estava obrigada a derrubar a reforma do Judiciário. Derrotou-a nos dois turnos de votação. Num, por 237 x 155. No outro, por 241 x 157. Faltaram quarenta votos para completar os dois terços, e o projeto foi ao arquivo. Poucos minutos depois da proclamação do resultado um jornalista telefonou a Golbery e perguntou-lhe o que ia acontecer.

— O Congresso será fechado — respondeu o general.
— Quando?
— Nas próximas 48 horas.[22]

Às oito da manhã de 1º de abril, 13º aniversário da "Revolução Redentora de 31 de Março de 1964", Geisel reuniu o Conselho de Segurança Nacional. Valendo-se dos poderes do AI-5, fechou o Congresso por tempo indeterminado.

Era o terceiro recesso imposto pelo regime. Deu-se sem a tropa de 1966 e sem a onda de prisões de 1968. Faltou-lhe até a histeria da Censura de todas as crises anteriores. Os poderes legislativos foram transferidos a um núcleo de seis pessoas, depreciativamente denominado de "Constituinte do Alvorada".[23] Depois de catorze dias de deliberações, produziram o texto da Emenda Constitucional nº 8, que entraria para a vida política e a história brasileira com o apelido de "Pacote de Abril".

Houve premeditação no golpe, mas não houve coordenação. Geisel passara a chave no Congresso sem um projeto definido de reforma política. A reunião do Conselho de Segurança, da qual participaram todos os ministros e os três chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, fora tão inexpressiva que, 23 anos depois, o general não se lembrava de tê-la convocado.[24]

Assim como sucedera na edição do AI-5, a sessão do Conselho foi assombrada por duas obsessões. Numa, atribuiu-se a culpa da crise à oposição. Armando Falcão condenou a "frouxidão, a covardia e a confusão" da cúpula do MDB. Azeredo da Silveira atacou-lhe a "intransigência". Noutra, alguns ministros defenderam a legalidade do que se estava fazendo, como se isso fosse necessário ou tivesse alguma importância. Mario Henrique Simonsen lembrou que o recesso era coisa normal nos regimes constitucionais e chamou de "ditadura da minoria" o comportamento do

MDB. Ney Braga sustentou que o recesso estava previsto no Ato 5, “aprovado pela Constituição”.[25]

Ainda que distendida, a reunião teve dois ecos da missa negra de 1968. O general Frota apoiou o recesso com o boné de comissário: “Três dias atrás, no dia que foi rejeitada a proposta do presente projeto, eu entrei em ligação com todos os comandantes de área (...) e todos eles estavam de acordo e davam a Vossa Excelência irrestrito apoio e que o caminho era esse que Vossa Excelência citou (...) de modo que me credenciaram para dizer isso a Vossa Excelência (...)”. O general Dyrceu Nogueira, ministro dos Transportes, lembrou que “seria o caso, também, de limpar também a casa do Congresso”. (Dias antes, Hugo Abreu propusera ao presidente a cassação do mandato dos “elementos radicais do MDB”.)[26] Quatro outros ministros pediram que o recesso fosse breve.*

* * *

Se o marechal Costa e Silva reunira o Conselho em 1968 para teatralizar uma votação, Geisel teatralizava não só a votação, mas também o propósito. Na sua breve exposição, tratou apenas da crise provocada pela derrota da emenda de reforma do Judiciário. Admitindo-se que o objetivo do recesso tivesse sido somente esse, bastaria sancioná-la, ali mesmo, e a questão estaria resolvida. O Congresso não fora fechado para que se reformasse o Judiciário. O que se queria era o “muito mais”, a liberdade para emendar dispositivos político-eleitorais da Constituição. Quase todos os ministros defenderam a conveniência de se aproveitar a ocasião para avançar essas mudanças. Reis Velloso, num voto analítico, mostrou que o governo tinha três caminhos: fazer só a reforma do Judiciário, baixar o quórum constitucional de dois terços necessário para as emendas constitucionais, destravando a porta para novas reformas depois da reabertura do Parlamento, ou fazer tudo de uma vez, aproveitando o recesso.

Golbery falou pouco. Retomou os conceitos que garatujara em dezembro. Sustentou a necessidade de uma reforma profunda “para que se institucionalize o processo revolucionário de uma vez por todas e não se venha fazendo, para empregar a frase dos nossos economistas, levando sempre o governo com a barriga. Quer dizer, resolvendo a cada dia crises que se sucedem sem ter a oportunidade de apresentar ao país uma perspectiva de longo prazo, um panorama de estabilidade e ordem pela evolução natural do sistema implantado”. Achava que se devia usar o recesso para fazer todas as mudanças desejadas: “Por um motivo doutrinário e por um motivo prático de poder andar ligeiro, e em segurança, eu creio que nós temos que aproveitar a oportunidade de fazer tudo o que for necessário para assegurar uma perspectiva mais ampla à evolução política do país”.

Terminada a colheita da unanimidade, a reunião se dissolveu num bate-papo. A certa altura, Simonsen falou em “normalização da vida política do país”. Cortaram-no: “Aperfeiçoamento...”. Discutiram o cerimonial da divulgação, e ficou entendido que o presidente faria um pronunciamento ao país. Numa brincadeira, um dos ministros sugeriu que, ao estilo de Falcão, deixassem o Planalto anunciando que não havia “nada a declarar”.

Nos dias seguintes, trabalhou-se. Como fizera em outras crises políticas, Golbery abriu um “Minimax” para orientar-se. Era uma folha dividida em três colunas. A da esquerda intitulava-se “Mínimo” e a da direita, “Máximo”, cada uma com dezenove itens. As duas listas tinham quinze pontos comuns.[27] Na do meio, os compromissos. Os conceitos mediam a profundidade das modificações, não as preferências do general.

Numa hipótese (a do esforço mínimo), preservava o texto da Constituição de 1969. Na outra (do esforço máximo), admitia um retorno à Carta de 1967. Nos dois casos, incorporava dispositivos essenciais do AI-5, preservando o poder do presidente de cassar mandatos e decretar o recesso

do Congresso enquanto vigorasse o estado de emergência, durante o qual seriam suspensas as garantias individuais. Restabelecia o *habeas corpus*.

Tomada pela hipótese da Carta de 1967 (a melhor), a proposta de Golbery era uma variante pobre do projeto que, oito anos antes, Costa e Silva não chegara a assinar. O marechal pretendera incorporar todo o AI-5, reservando-se o direito de suprimir seus dispositivos por decreto. O estratagema de 1969 poderia levar, em tese, à revogação completa do Ato. A variante do "Minimax", não.

Dois depoimentos — de Geisel e de Armando Falcão — sustentam que Golbery defendeu o fim do AI-5 durante os trabalhos da "Constituinte do Alvorada".[28] Ao longo dos vinte anos seguintes, Geisel argumentou que, na época, faltava-lhe força militar para revogar o Ato. Pelo mesmo motivo, congelou duas outras propostas do general: o abrandamento da Lei de Segurança e a mudança da Lei de Imprensa, que a tornava mais simples e expedita. (Confirmando uma implicância de Golbery com a distribuição de patacas pelos ministros e governadores, num canto do "Minimax" ele anotou: "condecorações".)

* * *

O "Pacote de Abril" foi anunciado no dia 14. Pela primeira vez desde 1823, quando d. Pedro I dissolveu a Constituinte, o Executivo legislou com a colaboração dos presidentes das duas Casas do Congresso fechado. O do Senado, Petrônio Portella, era o principal conselheiro de Golbery. O da Câmara, deputado Marco Maciel, despachava no Gabinete Civil e cruzava suas salas carregando pastas de papelão de cujo interior transbordavam tiras de documentos com pedaços da legislação estripada na produção da nova ordem política e eleitoral.*

Geisel pôs de lado a ideia da revisão constitucional e o conceito de institucionalização defendido por Golbery. Limitou-se ao necessário para a

preservação da maioria da Arena e da vitalidade eleitoral do regime. Não era pouca coisa:

1. Tornou indiretas as eleições dos governadores e alterou a composição do colégio eleitoral nos estados, incluindo uma percentagem de representações dos municípios. Fez isso calculadamente, para evitar que o MDB capturasse, pelo voto indireto, o governo de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Deixou-o com aquilo que sempre tivera, o Rio de Janeiro.[29]

2. Assegurou a maioria no Senado tornando indireta a escolha de um dos dois senadores que seriam eleitos em 1978. Com um só voto — o seu — deu à Arena 21 cadeiras. Enquanto esse artifício existiu, seus beneficiários foram conhecidos como "senadores biônicos". O apelido ecoava um personagem cibernético de seriado de televisão. (Pelo "Minimax", Golbery dava essas cadeiras aos governadores, cujo mandato terminaria em 1978.)

3. Aplacou as facções da Arena nos estados e municípios restabelecendo a sublegenda na eleição de um dos senadores.

4. Alterou o sistema de cálculo das representações dos estados na Câmara dos Deputados. As bancadas passaram a ser formadas de acordo com a população, não mais com base no eleitorado. Abandonou-se a escala regressiva para a determinação do tamanho das representações. Nenhum estado teria menos que seis deputados, ou mais que 55. Pelo cálculo antigo, São Paulo, que se tornara um reduto do MDB, teria 81 cadeiras.

5. Dividiu em dois o estado de Mato Grosso. (Na estimativa de um deputado da região, a bancada federal, que tinha seis deputados da Arena e dois do MDB, ficaria com treze para a Arena, enquanto a oposição continuaria com dois.)[30]

6. Estendeu para seis anos o mandato dos seus sucessores e alterou a composição do Colégio Eleitoral que escolheria o futuro presidente, reduzindo a influência das representações dos estados mais populosos. Entre outras utilidades, a ampliação do mandato ressaltava o problema da

idade do general Frota, que, se escolhido, deixaria o governo aos 75 anos, contra 66 de Figueiredo.

O mandato de seis anos teve a oposição expressa do general Hugo Abreu, que propusera encurtá-lo para quatro: “Não me parece vantajoso estender-se para seis anos o mandato do Presidente da República. Há vantagens na renovação periódica da equipe presidencial (...). É preciso notar que não poderemos abandonar a hipótese de um Presidente que se revele menos apto ao exercício do cargo”.[31]

Essas eram as mudanças esperadas. Assim como acontecera em 1968, quando, no vácuo do AI-5, todos os restaurantes foram obrigados a incluir no cardápio um prato popular (apelidado *Sunabão*), amarrou-se o pacote numa laçada de demagogia. Geisel abrandou a essência draconiana da “denúncia vazia”, que permitia aos senhorios expulsar os inquilinos. Além disso, estendeu as férias dos trabalhadores de vinte para trinta dias. Essas duas medidas foram suficientes para dar ao pacote uma inédita popularidade.

Preparando-se outro pedaço do futuro, baixara-se o quórum das reformas constitucionais de dois terços para maioria absoluta do Congresso. Na reunião do Conselho de Segurança esse dispositivo fora defendido por seis ministros.* Era a limpeza dos trilhos obstruídos desde 1974, prenúncio de novas propostas de emendas. Mudado o quórum, o governo recuperava a capacidade de impor à oposição um projeto autônomo de reformas constitucionais.

* * *

No dia em que o pacote foi anunciado, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil elegeu, por diferença de dois votos, um novo presidente para a instituição. Era o advogado Raymundo Faoro, um enorme gaúcho de 52 anos. Sua personalidade retraída juntava um humor cáustico e

três sólidas formações. Uma, jurídica, como procurador do Estado do Rio de Janeiro. Outra, histórica. Nos anos 1950, escrevera *Os donos do poder*, um clássico no qual sustentara que o país vivera, desde a Colônia, sob o mando de um patronato resultante da associação da burocracia do Estado com os interesses da plutocracia. A terceira, literária. Tinha acabado de publicar *A pirâmide e o trapézio*, um estudo da obra de Machado de Assis. Nunca fizera política, e chegara à presidência da OAB porque os advogados não queriam que o cargo fosse ocupado por personalidades que tivessem militância partidária. Em contrapartida, muitos dos seus colegas viam com reserva a eleição de um servidor público para a presidência da Ordem.

Depois de ler o texto do pacote, Faoro surpreendeu seus pares. Disse que a redução do quórum para a votação de emendas constitucionais era uma "porta entreaberta".[32] Aonde ela levava, não sabia.

Quatro dias depois da reabertura do Congresso, Golbery começou a trabalhar naquilo que Heitor Ferreira denominara de "Plano Mestre", a sagração do general João Baptista Figueiredo como sucessor de Ernesto Geisel.

1 Anotação de Geisel, de 6 de abril de 1976, respondendo a um bilhete de Heitor Ferreira. APGCS/HF.

2 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de janeiro de 1975. O Colégio Eleitoral que escolheu o sucessor de Geisel teve 581 pessoas. Eram os senadores, os deputados e representantes das assembleias legislativas estaduais.

3 Anotação de Heitor Ferreira de 14 de abril de 1975 depois de uma conversa com Humberto Barreto. APGCS/HF.

4 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de abril de 1976.

5 Idem, 7 de maio de 1975.

6 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, de 21 de fevereiro de 1977, sobre uma conversa que tivera com Geisel na véspera, no Riacho Fundo. APGCS/HF.

7 Nota de Figueiredo a Heitor Ferreira, 28 de agosto de 1975. APGCS/HF.

8 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 21 e 23 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

9 Para uma versão completa dessa teoria, ver Golbery do Couto e Silva, "Sístoles e diástoles", em Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica e poder*, pp. 478-500.

10 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 157.

11 *Folha de S.Paulo*, 10 de março de 1977, p. 4, e 11 de março de 1977, pp. 1 e 4.

12 *Informação nº 0027/19-A/AC/SNI/1977*, da Agência Central do SNI, de 25 de janeiro de 1977, citando um trecho de uma entrevista de Carlos Castello Branco a *O Pasquim*, transcrito no semanário goiano *Opção* de 9 a 15 de janeiro de 1977. APGCS/HF.

13 Duas folhas de bloco com manuscrito de Golbery, dos primeiros dias de abril de 1977. APGCS/HF.

14 Oito folhas do general Hugo Abreu para Geisel, intituladas *Estudo para o Sr. Presidente da República — Reforma Política — Sugestões*, carimbadas "confidencial", de 10 de janeiro de 1977. APGCS/HF. A proposta prorrogava também os mandatos de prefeitos e vereadores.

15 Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 351.

16 Para a bancada no Senado, Maria d'Alva Gil Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 177. Para os trinta deputados, rádio Aparecida, 24 de março de 1977.

17 Era o apartamento do senador Nelson Carneiro. Thales Ramalho, julho de 1999.

18 Maria d'Alva Gil Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 176.

19 Paulo Brossard, junho de 1999.

20 Thales Ramalho, julho de 1999.

21 Devo essa percepção (e muito mais) ao deputado Thales Ramalho, que a formulou da seguinte maneira: "Ambos eram candidatos à Presidência. Um sabia que só a levaria numa eleição indireta. O outro sabia que só a levaria numa eleição direta". Thales Ramalho, julho de 1999.

22 Golbery do Couto e Silva, março de 1977.

23 Eram os integrantes: Geisel, Golbery, Falcão, Petrônio Portella (presidente do Senado), Marco Maciel (presidente da Câmara) e Francelino Pereira (presidente da Arena). Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 352.

24 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 394.

25 As referências à reunião baseiam-se no conteúdo de duas fitas cassete intituladas *Pacote de Abril* por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

26 *Informação para o Sr. Presidente*, intitulada *Situação Política*, carimbada "confidencial", de 29 de março de 1977. APGCS/HF.

* Azeredo da Silveira, Simonsen, Quandt de Oliveira e Luiz Gonzaga do Nascimento Silva.

27 Uma folha manuscrita de Golbery, datada de 14 de abril de 1977 por Heitor Ferreira, que anotou: "Papel original em que Golbery lançou o 'minimax' do que depois se chamou Pacote de Abril". APGCS/HF.

28 Ernesto Geisel, abril de 1995, e Armando Falcão, *Tudo a declarar*, p. 353.

* Cena presenciada pelo autor.

29 Para uma análise do Pacote e dos casuísmos eleitorais da ditadura, David Fleischer, "Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou Como usualmente o feitiço vira contra o

feiticeiro", em Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina d'Araujo (orgs.), *21 anos de regime militar*, pp. 175-7.

30 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, de 29 de abril de 1977, transmitindo um cálculo do deputado Benedito Canelas. APGCS/HF.

31 *Informação para o Sr. Presidente*, intitulada *Emenda Constitucional*, de 6 de abril de 1977, anotada por Heitor Ferreira: "Do Hugo". APGCS/HF.

* Armando Falcão, Mario Henrique Simonsen, Araripe de Macedo, Ney Braga, Ângelo Calmon e Reis Velloso.

32 Raymundo Faoro, 1999. Ver também a entrevista de Faoro a Marcelo Coelho, em *Folha de S.Paulo*, 14 de maio de 2000, caderno *Mais!*, pp. 4-13.

Bye, bye, brother

Durante a euforia da assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, em meados de 1975, ninguém deu grande atenção ao surgimento de um candidato a presidente dos Estados Unidos. Chamava-se Jimmy Carter. Dentuço inexpressivo e esquisito, vinha de Plains, vilarejo de um pequeno estado sulista. Nunca tivera cozinheira em casa.[1] Mal conseguia arrecadar os fundos necessários para que sua campanha decolasse. Tinha dificuldades para juntar 75 mil dólares por mês.[2] Caipira no aspecto, apresentava-se como um plantador de amendoim, estranho ao mundo das tramas políticas. Era governador da Geórgia e, desde a Guerra Civil, nenhum sulista presidira a União. Nunca trabalhara em Washington, e, desde 1913, nenhum americano chegara à Casa Branca sem ter passado pelo Congresso ou pela burocracia federal.

Despercebido, estivera no Brasil em 1972, comboiando uma delegação de homens de negócios pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Segundo o general Arthur Moura, adido militar americano na época, o governador apreciara os esforços do regime brasileiro no combate ao terrorismo e viajara por conta da fabricante de aviões Lockheed.[3]

Filho de um pequeno fazendeiro, Carter tinha uma religiosidade cívica. Vivia numa região onde, entre 1961 e 1962, queimaram-se seis igrejas de negros. Vinha da elite branca segregacionista, mas tangenciava a linha da simpatia pelo movimento em defesa dos direitos civis dos negros. Recusara-se a participar do Conselho dos Homens Brancos do lugarejo.[4] Junto com a mãe, ajudara a campanha de Andrew Young, um jovem pastor, amigo de

Martin Luther King, que viria a ser o primeiro deputado negro eleito no Sul desde 1870. Em março de 1976, no meio da campanha presidencial, o deputado ajudara-o a vencer a prévia da Flórida, na qual poderia ter sepultado sua candidatura. O apoio de Young o associara à mística da militância pelos direitos civis.

Dias depois dessa vitória, Jimmy Carter trouxera uma novidade ao debate: o tema dos direitos humanos. Propusera uma política externa que restabelecesse a autoridade ideológica dos Estados Unidos, afastando-os das ditaduras. Tratava-se de requalificar a questão da democracia dentro da grande aliança anticomunista. Num país de fortes raízes religiosas, propenso a acreditar em sua superioridade moral, porém abalado pela renúncia do presidente Richard Nixon e pela derrota no Vietnã, a ideia era pelo menos conveniente. Pareceu conversa fiada, formulação genérica de um candidato que evitava controvérsias. Nem sequer ganhara espaço na imprensa.[5]

Antes de se meter em política, Carter fora oficial de Marinha. Trabalhara nos primórdios do projeto de construção de submarinos nucleares. Em 1952, estivera numa equipe mandada ao Canadá com a tarefa de ajudar a desmontar um reator que derretera. Fizera seu serviço em noventa segundos, submetido ao máximo de radiação suportável por um ser humano.[6] Atribuía-se, sem nenhuma titulação acadêmica, a condição de "físico nuclear". Em maio, discursando numa conferência das Nações Unidas, defendera uma moratória internacional na compra e venda de usinas de enriquecimento e reprocessamento de combustível atômico.[7] De novo, pareceu promessa de campanha.

Dois temas genéricos, declaratórios, indicavam o aparecimento de um candidato capaz de tumultuar as boas relações do governo dos Estados Unidos com a ditadura brasileira. Finava-se o tempo em que o presidente Richard Nixon recebera o general Médici nos jardins da Casa Branca dizendo: "Nós sabemos que para onde o Brasil for, para lá irá o resto do

continente latino-americano”.[8] A administração republicana de Gerald Ford fizera uma suave oposição ao Acordo Nuclear e começara a se afastar, sem estridência, dos regimes ditatoriais. Podia-se dar a esse luxo. Passados três anos da derrubada do presidente chileno Salvador Allende, a América do Sul já não estava sob a ameaça da subversão comunista. Pelo contrário, padecia do choque da quimioterapia das ditaduras. Os generais controlavam o governo em oito de seus doze países.* O continente, que desde 1850 celebrara em média quarenta eleições presidenciais por década, fecharia a de 1970 com apenas catorze.[9]

Em 1973, com Allende no governo e Nixon na Casa Branca, o secretário de Estado, Kissinger, defendera uma “política pragmática e gradualista”: “Se as violações de direitos humanos não forem tão ofensivas a ponto de não podermos conviver com elas, vamos fazer o que pudermos para aumentar nossa influência no país”.[10] Em 1976, quando a junta argentina já tinha começado a maior matança ocorrida na América do Sul durante o século XX, o professor disse ao almirante-chanceler César Augusto Guzzetti: “Eu tenho um ponto de vista fora de moda, que é apoiar os amigos. (...) Quanto mais depressa vocês triunfarem, melhor”.[11] Numa reunião com o general Pinochet, em Santiago, Kissinger adiantou-lhe pontos de um discurso em que defenderia os direitos humanos, mas esclareceu: “Não me referirei ao Chile. (...) Minha avaliação é que vocês são a vítima de todos os grupos esquerdistas do mundo”.[12]

Para o público, a conversa do secretário de Estado americano era outra. Lembrava que “a necessidade de proteger e ampliar os direitos fundamentais da humanidade é um dos temas mais importantes do nosso tempo”.[13] Geisel incomodava-se com esse tipo de formulação. Tinha uma antiga e expressa má vontade contra a natureza “imperialista” dos governos dos Estados Unidos.[14] Um ano antes, autorizara o SNI a discutir com um representante do serviço secreto alemão os planos do general Antônio de Spínola para invadir Portugal. Agora, ao saber que o chefe da estação da

CIA em Brasília tentara um contato com Heitor Ferreira e que o professor Kissinger gostaria de conversar com Golbery durante sua passagem pelo Brasil, em fevereiro, respondera: “Nem uma coisa, nem outra. Conversa é comigo. (...) E esse país vem falar em direitos humanos e criticar o Brasil... Eu fico com pena de ver os Estados Unidos assim. Era um país que devia estar firme como líder”.[15]

Kissinger estava longe de ser uma fonte de problemas. Descera em Brasília, conversara 55 minutos com Geisel. Estivera com Golbery e contaria que viu nele um professor de matemática que falava como um filósofo.[16] Repetira o bordão dos estrangeiros que desejavam agradar à ditadura (“O Brasil é um País que surge como potência mundial”) e assinara um memorando de entendimento que parecia refletir um novo poderio. Estabelecia que o secretário de Estado e o ministro das Relações Exteriores do Brasil deveriam se reunir a cada seis meses para discutir temas relevantes de interesse mútuo e da ordem universal.[17] Deu em nada. Dois meses depois, o Planalto foi informado, sem aviso prévio, de que o governo americano impusera uma sobretaxa às exportações de sapatos brasileiros. Isso numa relação comercial em que o Brasil acumulara, em quatro anos sucessivos, um déficit de 4,65 bilhões de dólares.[18]

O problema viria a se chamar Jimmy Carter. O avanço de sua candidatura tornara-se uma sucessão de maus sinais. Em setembro, já como candidato oficial do Partido Democrata, foi à convenção da B’nai B’rith, a mais ativa organização judaica de defesa dos direitos humanos, e disse: “Não podemos olhar para o outro lado quando um governo tortura pessoas ou as encarcera por causa de suas crenças, ou quando nega às minorias tratamento justo ou o direito de emigrar. (...) É preciso ficar entendido que o fato de uma nação (...) negar a seu povo os direitos humanos básicos influenciará a atitude de nosso povo em relação ao governo desse país”.[19]

Era fácil identificar o alvo. Carter transformara a grandeza moral das bandeiras dos negros do Sul num instrumento de afirmação da política

externa dos Estados Unidos sobre a da União Soviética. O conceito vinha dos anos 1960, mas sua funcionalidade fora reciclada pelo professor Zbigniew Brzezinski, principal formulador da agenda de política externa do candidato. Nobre polonês, chegara à América como refugiado. Era professor da Universidade Columbia e rival obsessivo de Kissinger. Entendia que a causa dos direitos humanos era justa e invencível, pois colocaria a União Soviética e o bloco comunista numa eterna e inglória defensiva. Além disso, seria uma política de baixo custo.

Baratíssima. Carter deu a primeira pancada no governo brasileiro numa entrevista a *Playboy*, onde explicou a ideia da moralidade de sua política externa:

> Quando Kissinger diz, como fez há pouco, que o Brasil tem um tipo de governo compatível com o nosso, bem, aí está o tipo de coisa que nós queremos mudar. O Brasil não tem um governo democrático. É uma ditadura militar. Em muitos aspectos é altamente repressiva para os presos políticos. Nosso governo deve corresponder ao caráter e aos princípios morais do povo americano e nossa política externa não pode contorná-los em troca de vantagens temporárias.[20]

O governo Geisel reagiu a todos os sinais de adversidade com uma mistura de frieza e soberba. Por frio, nunca lhes dera resposta, até porque o republicano Gerald Ford poderia vencer o pleito, reelegendo-se. Por soberbo, insistira na crença de que, na eventualidade de uma vitória democrata, uma coisa era a verbosidade do candidato e outra seriam os atos do presidente.

Na madrugada de 3 de novembro, Jimmy Carter elegeu-se presidente dos Estados Unidos. Em frente ao hotel em que estava hospedado, uma banda tocava “Happy days are here again” (“Os dias felizes voltaram”). A bandeira americana, que desde 1964 tremulara na direção do regime, tinha

trocado de vento. Mantendo-se na defesa, Geisel saudou o resultado, prevendo que seria benéfico para as relações do Brasil com Washington.

Jimmy Carter assumiu a presidência dos Estados Unidos com dois antagonismos em relação à ditadura: o Acordo Nuclear que Geisel assinara com a Alemanha e os direitos humanos. De uma hora para outra, os professores que batalhavam contra a tortura brasileira estavam na Casa Branca. O novo embaixador na ONU, Andrew Young, assinara um manifesto contra a ditadura. Seu assessor, Brady Tyson, fora expulso do país.

* * *

Elas começaram a piorar em menos de quinze dias. Carter anunciou sua disposição de evitar que o Acordo Nuclear prosperasse, e a equipe de transição informou à embaixada alemã que a futura administração se

opunha à entrega das usinas nucleares ao Brasil. A revista *Der Spiegel* atribuiu ao chanceler Helmut Schmidt o comentário de que já havia encontrado uma saída honrosa para o caso.[21] Em Brasília, saiu da casca o embaixador John Crimmins. Comemorou abertamente a vitória democrata e aproveitou uma cerimônia na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para dizer coisas que nem Lincoln Gordon, nos piores momentos de hostilidade a João Goulart, ousara: "Quando os governos deixam de satisfazer aos propósitos para os quais foram criados, ou negam os direitos inalienáveis dos cidadãos aos quais devem a sua razão de ser, eles podem ser mudados ou, em última instância, depostos".[22]

Geisel não o estimava. Diria mais tarde que ele "era contra nós".[23] Era, fazia tempo. Saíra da Universidade Harvard para o Exército e chegara a tenente-coronel na frente italiana. Fizera carreira no Departamento de Estado lidando com informações e tendo por especialidade a América Latina. Falava português com fluência. Em 1970, participara de um grupo de trabalho do Conselho de Segurança Nacional, encarregado de formular uma linha de ação para a política americana no Brasil. Do estudo resultara a recomendação de um "apoio seletivo", capaz de "evitar um envolvimento excessivo", sem "sacrificar a influência que temos sobre o governo".[24] Chegara a Brasília em 1973, substituindo um colega conservador e recluso. Num gesto simbólico, dera uma entrevista anódina ao semanário *Opinião*, que vivia sob severa censura prévia do governo.[25]

* * *

Antes mesmo da posse de Carter, dera-se uma reviravolta no comportamento da diplomacia americana no Brasil. Nela misturaram-se os novos tempos e as convicções religiosas de Frederic Chapin, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo. Filho de um funcionário da diplomacia americana, tinha 42 anos e decidira-se pelo Departamento de Estado depois

de pensar em entrar para o ministério da Igreja episcopal. Entre 1973 e novembro de 1976 ele enviara pelo menos treze telegramas a Washington, mencionando torturas, paus de arara, choques elétricos e assassinatos.[26] Na segunda semana de dezembro Chapin procurou o cardeal Arns. Pediu que conversassem a sós.[27] Contou-lhe que um grupo de dirigentes do PC do B ia se reunir secretamente na cidade. O encontro havia sido delatado, e eles seriam presos. Convinha mandar um recado aos capa-pretas. O cardeal valeu-se de uma professora da PUC e soltou o aviso. Supunham tratar-se de evitar mais prisões. Desde janeiro de 1976, quando assumira o comando do II Exército, o general Dilermando Gomes Monteiro não tivera mortos no DOI nem tiroteios nas ruas.

Chapin substituíra o cônsul Robert Corrigan, que recebera em casa o comandante do DOI paulista. Chefiava um consulado que anos antes mantivera um plantonista no cárcere da rua Tutoia, lendo depoimentos obtidos sob tortura. Em 1970, seus funcionários mandavam a Washington notícias falsas, sinalizando um abrandamento da tortura. A máquina do governo americano, que em 1964 acertara com Golbery uma troca sistemática de informações sobre atividades subversivas, já não batia só à porta do SNI e do DOI. Ia também à Arquidiocese.

O cônsul tinha razão. A reunião do comitê central do PC do B estava vendida. Errara quanto às intenções da “tigrada”. Na manhã de 16 de dezembro, um comando do Centro de Informações do Exército, reforçado por tropa do DOI paulista, atacou a casa 767 da rua Pio XI, no Alto da Lapa. Ângelo Arroyo, único sobrevivente da comissão militar da guerrilha do Araguaia, foi atingido no peito ao sair do banheiro. Pedro Pomar, veterano de três cadeias e dois levantes, morreu em seguida. No fim da operação, acompanhado de agentes que chupavam laranjas, apareceu o delegado Sérgio Fleury.[28]

Episódio inesperado, o “Massacre da Lapa” reapresentava a brutalidade das operações militares do início dos anos 1970. O comando do II Exército

endossou a matança. Em Brasília, Figueiredo mandou uma *Informação* a Geisel, relatando o ocorrido.[29] Repetia, em linhas gerais, a versão oficial:

> 1. O DOI do IIº Ex. acompanhava há três meses atividades do Comitê Nacional do PC do B desenvolvidas em ligação com a USP. [Falso. A operação fora montada pelo CIE. De Brasília, vieram o chefe de sua seção de operações, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, e algo como quatro homens. Outra equipe viera do Rio e se aquartelara no II Exército.][30]
> 2. O local das reuniões (...) [era] uma casa da rua Pio XI na Lapa.
> 3. Foi planejada uma entrada nesse aparelho para apreensão da documentação, de vez que havia levantamento completo das pessoas que entravam e saíam do "aparelho". [Certo. Depois de segui-los, o DOI prendera seis dos oito comunistas que deixaram a casa.][31]
> 4. Foi planejada a ação para a madrugada de hoje quando não se esperava haver elementos em seu interior. [Falso. Dois dias antes o chefe do Estado-Maior do II Exército oficiou ao secretário de Segurança de São Paulo pedindo que desviasse o trânsito vizinho e montasse um sistema de apoio para tranquilizar os moradores, pois a operação destinava-se à "detenção de militantes".][32]
> 5. Ao haver a penetração estavam, entretanto, três elementos que reagiram a bala e foram mortos, já identificados como Ângelo Arroyo e Pedro Bento Ventura Pomar, dirigentes do PC do B, sendo o último o articulador da guerrilha do Araguaia. [Mentira. Pomar e Arroyo estavam desarmados.]
> 6. O terceiro elemento tentou fugir pela caixa-d'água, tendo entretanto caído à rua, fraturado o crânio e sido atropelado por um automóvel, falecendo em consequência. [Falso. O terceiro morto, o economista João Batista Franco Drummond, fora preso à noite, depois de ter sido deixado perto da avenida Nove de Julho, e

morrera horas antes do ataque, no DOI. A casa da Lapa não tinha caixa-d'água elevada. O DOI tinha. A simulação pretendia fabricar um suicida fora do DOI. Ela livrou o general Dilermando Gomes Monteiro do estigma que acompanhou o general Ednardo D'Avila Mello até sua morte, em 1984.][33]

Ao meio-dia, Chapin foi à Cúria Metropolitana. Abatido, narrou a chacina ao cardeal. Disse-lhe que tinha os nomes de diversos militantes do PC do B presos nas últimas 24 horas.[34]

Um deles era Aldo Arantes, ex-presidente da UNE. Seus interrogadores divertiam-se dizendo que não havia torturas no Brasil, pois faltava pouco para a posse de Jimmy Carter e "o embaixador dos Estados Unidos no Brasil estava fazendo grande pressão sobre o governo brasileiro em relação à questão dos Direitos Humanos". Era o sinal para o início de mais uma sessão de suplícios.[35] Quando seus dois advogados conseguiram vê-lo, Aldo Arantes chegou à sala do delegado Fleury amparado em dois policiais. Os choques que tomara na Cadeira do Dragão o impediam de sentar-se.[36]

* * *

Por mais pessoais que tenham sido os motivos de Chapin e por mais primitiva que fosse a ironia do torturador, ambos faziam parte de uma nova ordem, na qual se acabara a simpatia que a elite democrata americana tivera pela ditadura brasileira. Um dos mais diligentes especialistas em América Latina do circuito de Washington, Sol Linowitz, divulgara um conjunto de propostas ao presidente eleito. Entre elas, estava o congelamento do Acordo Nuclear e a lembrança de que o Brasil é um dos países que "violam sistemática e flagrantemente os direitos humanos, onde a tortura se tornou uma prática comum e até mesmo institucionalizada".[37]

Tendo sido presidente do conselho da Xerox e embaixador na OEA, Linowitz tivera uma relação cordial com o governo Costa e Silva. Homem elegante, vivia na casta de poderosos de Washington, uma fauna que o presidente eleito mal conhecia e, de certa forma, desprezava. Quem Carter conhecia, ia mais longe. Andrew Young, escolhido para chefiar a representação americana nas Nações Unidas, queria que o governo impusesse sanções comerciais às ditaduras do Brasil e do Chile. Em 1970, ele fora um dos signatários da carta aberta que servira de introdução ao dossiê *Terror in Brazil*, organizado pelo professor Ralph Della Cava, a quem o Itamaraty negava visto de entrada. Apresentando depoimentos de presos supliciados, a carta dizia que "o terror e a tortura são usados em seu país como um instrumento de governo".[38] Outro signatário era Brady Tyson, uma das molas mestras das denúncias disseminadas nos Estados Unidos. Tyson viria a ser um destacado colaborador de Young.

Era como se um pedaço da Passeata dos Cem Mil tivesse chegado à Casa Branca. "Cem mil na passeata? Não sei, pode ter sido a metade", dissera, em 1969, o general Carlos de Meira Mattos.[39] A passeata de Carter pegara o general em Washington. Com três estrelas no ombro, era a maior patente militar no exterior. Representava o governo brasileiro na Junta Interamericana de Defesa. Fizera uma das mais completas carreiras de sua geração. Estivera na FEB como capitão, prendera oficiais legalistas em 1961 e três anos depois marchara sobre o nada, tomando Goiânia. Comandara a força expedicionária que coadjuvara a invasão americana da República Dominicana. Em 1966, cumprindo ordens do marechal Castello Branco, vestindo um uniforme de campanha e intitulando-se "um servidor do poder militar", fechara o Congresso.[40]

Meira via no governo Carter a influência de um "grupo de 'jovens liberais'". "Pleiteiam para os EUA uma posição de grande defensor da paz, não pela dissuasão, mas pelo exemplo de boa-fé." Contava ao chefe do EMFA que Young, "negro, nomeado embaixador", "iniciou suas atividades

em Nova York, sede da ONU, participando de uma cerimônia fúnebre pela alma de um guerrilheiro negro rodesiano morto no choque contra as forças de segurança do governo da Rodésia".[41]

A nova administração dissociava-se da ditadura brasileira exatamente nos dias em que o *Jornal do Brasil* publicava, em três edições sucessivas, cerca de cinquenta documentos da biblioteca do último presidente democrata, Lyndon Johnson.[42] [*Veja o documento*] Revelavam a extensão da interferência da Casa Branca na deposição de João Goulart. Com doze anos de atraso, a *Operação Brother Sam* entrava na historiografia das relações Brasil-Estados Unidos. Fora o codinome da força-tarefa composta de um porta-aviões e sete navios, com 110 toneladas de munição e 552 mil barris de combustível. Criada na tarde de 31 de março de 1964, deveria seguir em direção ao litoral paulista para socorrer a revolta. Por desnecessária, fora desarticulada três dias depois. Sobrevivera apenas como documentação, apesar de ter surgido uma pista em 1967, quando Carlos Lacerda foi entrevistado na televisão americana por William Buckley Jr. Na ocasião, um ouvinte revelou que em março em 1964 estava a bordo de contratorpedeiro que foi despachado em direção ao Brasil. Estava perto da linha do Equador quando receberam ordens para retornar, pois a "a revolução fora bem-sucedida"[43]. Um ano depois, essa informação foi divulgada pelo jornal *Última Hora*, mas caiu no esquecimento.[44] A frota americana entrou na percepção dos brasileiros por uma porta, enquanto, pela outra, saía a política externa que ajudara a sustentar a ditadura.

* * *

Para os militares que haviam derrubado Goulart, a conduta de Carter era incompreensível. Combatiam na Guerra Fria ao lado dos americanos. Tinham derrotado o terrorismo e as guerrilhas comunistas, estavam abrandando o regime e, de uma hora para outra, sentiam-se isolados,

confundidos com Pinochet. Viam como excentricidade aquilo que viria a ser uma profunda mudança de rumo da política americana. O anticomunismo, industrializado pela associação de Washington com a direita mundial, jogara uma pesada hipoteca sobre os Estados Unidos. Dos 46 países em que mantinham programas de ajuda militar, só dez eram considerados livres pelos observadores da organização Freedom House. Entre os 36 aliados americanos estavam algumas das piores ditaduras do mundo: o Irã do xá Reza Pahlevi, o Zaire de Joseph Mobutu e o Chile de Pinochet.[45]

O próprio Pinochet, que em 1973 se beneficiara do apoio concedido pelos americanos aos generais que derrubavam governos de esquerda, tornara-se ditador condenado e audacioso. Duas semanas depois do golpe, solicitara a Washington o envio de um técnico para colaborar na escolha de uma localidade onde se pudesse erguer, no menor tempo possível, um presídio para 3 mil pessoas. Pedira barracas infláveis e lençóis.[46] Agora, tinha o FBI no encalço de seu serviço de segurança.[47] O general estendera o terror político de sua ditadura a outros países, indo inclusive ao território dos Estados Unidos. Em setembro de 1976, sua polícia secreta explodira, a quinze minutos da Casa Branca, o carro em que estavam uma cidadã americana e o economista Orlando Letelier, ex-chanceler de Allende. Em Buenos Aires, os agentes de Pinochet haviam explodido o carro em que se encontrava o general Carlos Prats, comandante do Exército durante o governo de Allende. Em Roma, um pistoleiro baleara na cabeça um dirigente do Partido Democrata Cristão.

Uma semana depois do assassinato de Letelier, a embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires revelara ao Departamento de Estado a existência da *Operação Condor*.[48] Resultava de uma articulação iniciada entre o final de 1974 e o início de 1975. Juntava formalmente as “tigradas” chilena, argentina, uruguaia e paraguaia. A brasileira compareceu à primeira reunião da quadrilha como observadora. Pinochet pretendeu montar, em Santiago, um Escritório de Coordenação e Segurança encarregado de manter um

arquivo “semelhante ao que a Interpol tem em Paris, mas dedicado à subversão”.[49] Na sua face clandestina, destinava-se a formar uma versão internacional do Esquadrão da Morte.[50]

Em janeiro de 1975, Geisel mostrara-se contrário a um envolvimento direto do SNI com os chilenos: “Eles que venham aqui ver a EsNI”.[51] Nessa época já existia uma sólida relação de intercâmbio do SNI com os serviços de informação do Chile, do Paraguai e da Argentina. Ia além de “ver a EsNI”. O chefe da DINA, general Manuel Contreras, contou anos mais tarde que funcionava em Manaus um centro de treinamento antiguerrilheiro ao qual remetia turmas de oficiais a cada dois meses. Um dos instrutores do centro era o adido militar francês em Brasília, general Paul Aussaresses, veterano da guerra da Indochina e autointitulado “maestro” do dispositivo de torturas dos paraquedistas do general Jacques Massu na Argélia, em 1957.[52]

Segundo os dados colhidos pelos americanos na Argentina, até 1976 a participação do Brasil na *Operação Condor* restringira-se à troca de informações.[53] Agentes brasileiros interrogaram presos no Chile e no Paraguai.[54] Um telegrama da CIA de agosto de 1976 revelou que Brasília cooperava com as operações de inteligência da *Condor*. Chegou a oferecer-lhe equipamento de telecomunicações, mas mantivera-se longe do Esquadrão da Morte.[55] O atentado a Letelier criminalizou Pinochet e permitiu que a nova administração americana pressionasse as chamadas “tiranias amigas”.

* * *

O governo brasileiro deixara de ser um aliado preferencial para a preservação das áreas de influência regional da nova administração americana. Em relação à América Latina, a suposição de que o presidente Carter esqueceria as promessas de candidato se mostrara vã. Num dos mais

significativos trechos de seu discurso de posse, informara que “nosso compromisso com os direitos humanos precisa ser absoluto”.[56]

Faltava lidar com o “físico nuclear”. Em pouco mais de um ano, os interesses comerciais associados ao projeto haviam feito progresso. Assinaram-se os contratos para a construção dos reatores de Angra 2 e 3, ao preço de 873 milhões de dólares, e a abertura de uma linha de crédito no valor de outros 4,3 bilhões.[57] A Nuclebrás prometia encomendas de 1,2 bilhão de dólares à indústria nacional nos dez anos seguintes. Seu presidente assegurava que a primeira recarga das usinas de Angra 2 e 3 seria feita com combustível produzido no Brasil.

A crítica de Carter ao Acordo Brasil-Alemanha parecera coisa de diletante, mas era a posição de um dos mandarins da diplomacia do Partido Democrata. George Ball, um ex-banqueiro de investimentos que estivera no olho do furacão da crise de 1964, considerara o Acordo uma “irresponsabilidade” da Alemanha. A seu juízo, não havia sistema de salvaguardas capaz de impedir que o Brasil desenvolvesse um programa nuclear próprio.[58] Logo ele, que no dia 2 de abril, como subsecretário de Estado, transmitira ao embaixador Lincoln Gordon um “boa-noite e parabéns”, felicitando-o pelo trabalho que fizera durante a derrubada de Jango.

A ação contra o Acordo foi fulminante. Mal começou a trabalhar no Salão Oval, Carter mandou a Bonn o vice-presidente, Walter Mondale. Ameaçava o chanceler Helmut Schmidt com a suspensão do fornecimento de urânio aos reatores alemães.[59] Na primeira entrevista coletiva, o secretário de Estado, Cyrus Vance, propôs que o Acordo fosse congelado, até quando o governo americano pudesse oferecer alternativas aos seus dois pontos nevrálgicos: a construção das usinas de enriquecimento e de reprocessamento de urânio. Pelo texto do Acordo, ambas dariam ao Brasil a capacidade de participar, em seu território, da produção de combustível atômico. A primeira usina dependia do avanço de uma tecnologia que a

Alemanha ainda não tinha desenvolvido no nível industrial. A segunda, mais barata e mais acessível, poderia operar logo que os novos reatores de Angra entrassem em funcionamento. A usina de reprocessamento foi sedada em poucas semanas. O governo de Bonn adiou a entrega do projeto e dos dados necessários para a construção.[60]

Geisel receara que a Alemanha cedesse publicamente às pressões. Pensou em denunciar o governo americano em cadeia nacional de rádio e televisão.[61] Cogitou reunir o ministério e quis ouvir os ministros da área econômica para antever, de um lado, as possíveis pressões comerciais e, de outro, "o que se poderia 'barganhar'".[62] Quis saber a opinião de Heitor Ferreira e recebeu de volta a sugestão extrema de "algumas medidas de demonstração": "Pedir a saída do pessoal da CIA, mandar embora os da Comissão [Militar] Mista".[63] Havia tempo o presidente cultivava a ideia de defenestrar a delegação militar, mas achou que era muito.[64] A seu ver, não se devia "abrir uma guerra contra o americano". "O que eu quero é que (...) as centrais venham e não se deteriore com os Estados Unidos."[65]

Às 16h30 da sexta-feira 4 de março, o conselheiro político da embaixada americana em Brasília foi ao Itamaraty cumprir uma formalidade. Levava consigo o texto de um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Era a cópia de um documento enviado pela Casa Branca ao Capitólio, no cumprimento de uma lei sancionada em junho do ano anterior pelo presidente Gerald Ford. Ela obrigava o Executivo a informar ao Congresso em que grau os direitos humanos eram respeitados pelo governo nos países aos quais os Estados Unidos davam algum tipo de assistência militar. Era um relatório interno, mas o Congresso tinha poderes para divulgá-lo. O embaixador Crimmins acabara de receber o texto pela mala diplomática e achou melhor encaminhá-lo ao Itamaraty, temendo que seu conteúdo vazasse em Washington durante o fim de semana.[66] Geisel soube da notícia na granja do Riacho Fundo. Equilibrado na análise, embaraçoso na linguagem, o relatório, de 29 parágrafos, era devastador no

tom. Grafava *Revolução* entre aspas, dizia que desde 1964 o governo estivera "sob o controle real dos militares". Mencionava "poucos" casos recentes de "abusos" de presos políticos, mas reclamava da tortura de presos comuns. Reconhecia lisamente que Geisel liberalizara o regime, apesar da oposição existente em "várias organizações de segurança". Concedia ao governo o abrandamento da censura e qualificava as eleições de 1974 como "as mais livres do Brasil, em mais de uma década". Salvo algumas referências a relatórios da Anistia Internacional (exigidas pela lei), nos quais se denunciava que até 1975 a tortura era uma prática generalizada, não dizia muito mais do que já se podia escrever na imprensa nacional. Retrato sincero para um cidadão americano, atrevido para um general brasileiro, nada tinha a ver com a equipe de Carter. Fora concluído em dezembro, na embaixada em Brasília, durante a presidência de Ford, e ninguém lhe tocara uma vírgula em Washington.[67]

O mesmo governo que acolhia com satisfação as análises laudatórias de Kissinger, exasperou-se com o texto entregue ao Itamaraty. No início da noite a embaixada recebeu o documento de volta, com a observação de que havia nele "comentários e conclusões tendenciosas e inaceitáveis", tornando-se "impróprio para nossos arquivos".[68] O embaraço viera da publicidade, não do procedimento. O porta-voz do governo brasileiro reconheceria, dias depois, que "pelo fato de não ser classificado como secreto", o relatório "já continha, em si, o germe de sua publicação".[69] Na manhã de sábado, Heitor Ferreira passou um recado a Figueiredo: "Formou-se um grande bolo entre ontem e hoje nas relações com os EUA. Um pouco na área em que o Golbery temia. E já estamos revidando e preparando mais respostas, sobre as quais o Presidente ainda vai decidir. Mas todas fortes".[70]

A decisão veio em poucas horas, e Geisel mandou convocar Crimmins ao Itamaraty. Às nove da manhã, o embaixador foi recebido pelo secretário-geral, que lhe entregou uma nota em que o governo brasileiro rejeitava, a partir daquele momento, qualquer assistência militar que "dependa, direta

ou indiretamente", de julgamentos do governo americano em assuntos de sua "exclusiva competência".[71]

Recusava-se um crédito de 50 milhões de dólares para compra de armas e uma ajuda de 100 mil para programas de treinamento. Um crédito semelhante, dado no ano anterior, não fora usado. Uma semana depois, Geisel mandou que Crimmins fosse chamado de novo ao Itamaraty. Dessa vez, informaram-no de que o governo decidira denunciar toda a legislação que regulava as relações militares com os Estados Unidos. Estava morto o Acordo de Assistência Militar assinado pelos dois países em 1952. A Comissão Militar Mista, que funcionava no Rio de Janeiro, seria fechada. Acabava-se também o programa de intercâmbio pelo qual, entre 1970 e 1975, as Forças Armadas americanas haviam treinado 8.500 militares brasileiros.[72]

Típico exercício da Guerra Fria, o Acordo Militar nascera no rastro de uma negociação fracassada, na qual os americanos buscavam o envio de uma divisão de infantaria brasileira para a Guerra da Coreia. Passados 25 anos, tornara-se um pastel de vento.[73]

Para Geisel, era "nada", mero canal de aquisições de armamento obsoleto, enfeitado por um esquema de mordomias. Antes de sua posse, o general que chefiava a missão americana tivera a ousadia de mandar a Lucy Geisel uma carteirinha para que pudesse comprar comida e bugigangas no duty-free que mantinha no Rio.[74] [*Veja o documento*]

Para os americanos, pouco mais que nada. Em 1970 o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos classificara-o como uma "acomodação política", pois "nenhuma ameaça à segurança do Brasil ou dos EUA justifica qualquer assistência ao Brasil".[75] Entre 1966 e 1972 Washington reduzira a sua representação militar no país em 47% e chegara a pensar em cortar, de sessenta para 25 pessoas, o contingente do Rio de Janeiro. Desde 1972, os Estados Unidos haviam fornecido anualmente, em

média, 31 milhões de dólares em armas e gastado 710 mil treinando militares brasileiros.[76]

O efeito da resposta foi ruidoso, mas emocional, pois as duas burocracias militares produziram uma acomodação paralela. O Brasil manteve sua Comissão de Compras em Washington. As manobras navais conjuntas prosseguiram. Preservou-se o intercâmbio entre as escolas de comando e estado-maior dos dois exércitos, bem como a cadeira de Português na Academia Militar de West Point.[77]

Nunca um presidente brasileiro praticara tamanho ato de hostilidade contra os Estados Unidos. Apanhado de surpresa na sexta-feira, Geisel rebatera no sábado. Dera uma resposta lógica, a única que poderia tirá-lo da defensiva. Como a ajuda militar dependia da avaliação, eliminando-se o essencial, caducava o acessório. Não havendo acordo, nada haveria a relatar. O general manteve-se ao largo das patriotadas, desestimulando aplausos nacionalistas. Golbery chegara a ironizar: "Se aceitarmos apoio político, acabam fazendo uma passeata que começará na Cinelândia, aplaudindo o presidente. Quando chegar à Presidente Vargas, estará gritando 'Abaixo o imperialismo'. Na praça Mauá incorporará uma faixa pedindo a legalidade do Partido Comunista".[78]

Geisel cassara o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. À diferença do que acontecia aos deputados que perdiam o mandato e voltavam emudecidos às suas cidades, o embaixador Crimmins perseverou no enunciado básico da política de Carter: "O ponto de vista do governo dos Estados Unidos é de que a preocupação pelos direitos humanos transcende as fronteiras nacionais".[79]

Cristalizara-se uma divergência muito mais ideológica do que prática. Em 1977, o declínio da repressão política brasileira tornava despropositada qualquer comparação com a brutalidade instalada nos países próximos. A Argentina vivia um massacre que provocaria o desaparecimento de pelo menos 8.900 pessoas.[80] Presos sedados eram embarcados em aviões e

jogados em alto-mar. Chamava-se a isso “El vuelo”.[81] (O Centro de Informações da Aeronáutica via a coisa assim: “Dado que o lançamento de cadáveres no estuário do rio da ‘Plata’ causa, vez por outra, problemas no Uruguai, com o aparecimento de corpos mutilados nas praias, estão sendo empregados fornos crematórios de hospitais estatais para cremação de subversivos abatidos”.)[82] A ditadura uruguaia vinha construindo a estatística que resultaria no exílio de um em cada dez cidadãos, na detenção de um em cada cinquenta e na condenação de um em cada quinhentos.[83] No Brasil, pela primeira vez desde a deposição de Goulart, um ano, o de 1977, haveria de terminar sem que o governo fosse diretamente acusado da morte de dissidentes políticos.[84]

* * *

Geisel carregava, inteiro, o saco de maldades da ditadura. O que o distanciava de Carter, aproximando-o dos generais Videla e Pinochet (que também recusaram a ajuda militar americana), não era apenas uma visão diversa da questão dos direitos humanos, mas uma compreensão antagônica da democracia. O paradoxo era produto do poder, não do equívoco. Geisel acreditava que os americanos não tinham de se meter nos assuntos de seu governo. Convencera-se de que os Estados Unidos enfraqueciam os aliados que combatiam o comunismo. Acima de tudo, não se poderia instalar no Brasil um regime com os pré-requisitos que Jimmy Carter considerava básicos para a existência de um estado de direito. No seu tradicional discurso de 31 de Março, lastimou as divergências com Washington, louvando as relações com as ditaduras próximas, “que hoje em dia são melhores do que em qualquer outra época”.[85]

Dialogando com o texto de um discurso do secretário de Estado, Cyrus Vance, Geisel e Golbery expressaram a perplexidade política que Carter lhes provocara.

Vance, um elegante quadro da elite do Partido Democrata, participara da inauguração das negociações que haviam levado ao fim da Guerra do Vietnã. Dissera, num discurso: “Gostaria de definir o que entendemos por ‘Direitos Humanos’. Em primeiro lugar está o direito dos cidadãos de não terem a sua integridade pessoal violada pelo governo”.

Geisel respondeu: “Só da violação governamental? E a violação por parte de outros?”.

> VANCE: (...) todos os signatários da Carta das Nações Unidas comprometeram-se a observar e respeitar os direitos humanos básicos. Assim sendo, nenhum membro das Nações Unidas pode reivindicar como assunto exclusivamente seu os maus-tratos aos seus cidadãos (...).
> GOLBERY: !! Que dedução?!
> VANCE: Nossa política está de acordo com nossa tradição, nossas obrigações internacionais e nossas leis.
> GEISEL: Que tradição? Com os índios e negros?
> VANCE: Nossa tarefa é manter esta fé, pelo nosso exemplo e nosso estímulo.
> GEISEL: A intenção é boa! A realidade pode ser diferente![86]

Tudo teria sido fácil se a realidade fosse diferente e o governo pudesse ter reconhecido a ocorrência de milhares de casos de tortura e de centenas de assassinatos, informando que essa página começara a ser virada antes mesmo que o nome de Jimmy Carter tivesse saído da Geórgia. Mas o caminho estava obstruído à esquerda e à direita. À esquerda, pela possibilidade de a oposição pedir a punição dos torturadores (no máximo) ou a anistia das vítimas (no mínimo). À direita, pelas convicções de Geisel. Se elas não bastassem, havia as do general Frota, que oferecia sua “gratidão” aos “anônimos e abnegados defensores da ordem pública”,

vítimas da “calúnia e da perfídia” de “insidiosa campanha da subversão internacional”.[87]

Sem saída, o governo protegia-se com formulações acrobáticas. Azeredo da Silveira propunha que, diante do “espírito de cruzada internacional pró-direitos humanos que parece dominar a política externa norte-americana”, se abandonasse a posição “dominantemente defensiva”, partindo para o ataque. Como?

> No plano conceitual, caberia acentuar, em todos os foros em que isto fosse pertinente, que a conceituação clássica, que identifica direitos humanos com liberdades civis, está ultrapassada. Hoje, o atendimento de certas necessidades socioeconômicas do indivíduo, tais como alimentação, educação, assistência à saúde e à velhice etc., constituem parte tão essencial dos direitos do homem quanto a garantia de suas liberdades individuais contra eventuais desmandos de autoridades governamentais.[88]

Em reuniões reservadas, o chanceler acusava os Estados Unidos de atiçar a oposição, sobretudo na sua campanha pela restauração do *habeas corpus*.[89]

Já o general Ivan de Souza Mendes, ex-colaborador de Geisel na Petrobras e comandante da Escola de Comando e Estado-Maior, queixava-se: “Parece que os americanos estão agindo exatamente ao contrário do que seria desejável, fazendo mesmo admitir como possível uma infiltração de elementos comunistas, ou pelo menos esquerdistas, nas altas esferas do Governo. Quem perde, afinal de contas, é todo o Bloco Ocidental”.[90]

Uma América do Norte associada a ditadores amigos e torturas, desejável para os generais brasileiros, tornara-se uma obsolescência em Washington. O chanceler soviético Andrei Gromyko via na campanha de Carter uma manobra de “subversão ideológica contra a URSS”. Um

documento do governo húngaro, capturado pela CIA, revelava que a liderança russa estava “mortalmente preocupada com o que tende a ser uma genuína tentativa de derrubar o regime soviético”.[91]

Os embaraços impostos aos ditadores anticomunistas davam a Carter autoridade para golpear o inimigo principal. Assim como informara ao embaixador russo Anatoly Dobrynin que apoiaria ostensivamente os dissidentes soviéticos, escrevera a Geisel dizendo que “tivemos desentendimentos no passado, e vamos tê-los de novo”.[92]

* * *

Partiu da Casa Branca a iniciativa do próximo desentendimento. Carter anunciou que sua mulher, Rosalynn, passaria pelo Brasil durante uma visita de duas semanas a sete países da América Latina. Apelidaram-na *Magnólia de Aço*. Jimmy fora o primeiro namorado (na verdade, ela se apaixonara por uma fotografia, antes de conhecê-lo). Tinha a aparência de uma professora de primário, vestia-se com a simplicidade de vendedora de armarinho e parecia nunca ter ido a um cabeleireiro. Desde Eleanor Roosevelt, nenhuma mulher de presidente americano tivera tanto poder político na Casa Branca. À diferença dela, alavancava o marido sem construir uma personalidade própria. Carter chamava-a de “parceira”.

“Os latinos são machos. Detestam gringos e mulheres. O que mais a senhora quer saber?”, disse-lhe um deputado, no meio de uma das aulas preparatórias para a viagem.[93]

Na mosca. O presidente da Costa Rica recebeu-a acompanhado da mulher e de assessores. Respondia-lhe olhando para a plateia masculina, mas rendeu-se quando ela passou a fazer perguntas consultando um caderno.[94]

Muitas seriam as más lembranças que Geisel guardaria de Carter. Nenhuma foi mais funda que o constrangimento de obrigá-lo a discutir

assuntos de Estado com sua mulher.[95] Nunca tratara de política com Lucy ou com a filha. Aborrecia-se quando a irmã, Amália, que ajudara a educá-lo, arriscava simples palpites. Entendia que Jimmy fora eleito presidente mas Rosalynn, coisa nenhuma. Incomodara-se com a decisão de Richard Nixon de mandar a mulher, Pat, a sua posse, mesmo sabendo que não conversariam nada além de banalidades.

Rosalynn Carter desceu em Brasília no dia 6 de junho de 1977. Conversou duas vezes com Geisel, numa audiência matutina e durante o jantar que ele lhe ofereceu no Alvorada. Desses encontros de constrangida cordialidade sobrevivem três registros, as memórias dos dois e as notas da tradutora brasileira.

Carter mandou sua mulher, Rosalynn, ao Brasil em 1977. (Ela é a senhora à esquerda.) Geisel recebeu-a, ofendido: “Ela sentava, abria o caderno e apresentava sucessivamente os itens de nossa conversa”. Recebeu-a porque se considerou obrigado a isso. Em 1984, quando ambos haviam deixado o poder, Carter veio ao Brasil e procurou-o. Geisel contou: “Como cidadão, não recebi nem ele nem ela. Era meu direito”. Carter tentou conversar com ele pelo telefone. Não o atendeu.

“Ela tinha um professor que veio junto, o Sr. Pastor, que a instruía”, lembrou Geisel.[96] O general Meira Mattos já informara ao EMFA que “Pastore”, um professor de trinta anos, pertencia ao “grupo liberal” que

cercava Carter.[97] Atrevido, rápido e cruelmente irônico, Robert Pastor, da Universidade da Geórgia, era um feliz militante da causa da redemocratização continental. Poucas vezes um especialista em assuntos latino-americanos teve tanto acesso ao presidente dos Estados Unidos.

Robert Pastor no Planalto.

“Bob Pastor, nosso assessor de Segurança Nacional para Assuntos Latino-Americanos, tinha estudado a região durante anos. Ele me ajudou muito. Parecia ter todas as respostas”, contaria Rosalynn.

“Ela sentava, abria o caderno e apresentava sucessivamente os itens da nossa conversa”, recordaria Geisel, que redigira, numa folha de bloco, um esquema de sete pontos para a reunião.

“Antes de sair de casa, fiz um resumo das posições diplomáticas do nosso governo. (...) Toda vez que encontrava com um chefe de Estado, repassava esse sumário. Isso me tomava uns cinco ou dez minutos, dava uma ideia da visão de Jimmy sobre a região e fazia com que o governante percebesse que eu estava informada”, esclareceria Rosalynn.

Quando se reuniram, Geisel ouviu-a recitar “o compromisso decidido de seu marido com a causa dos direitos humanos”: “A política exterior americana deve representar o que há de melhor nos Estados Unidos e (...), por isso mesmo, não seria possível aceitar, fora de suas fronteiras, o que tampouco aprovava internamente”. Rosalynn admitiu que a posição americana “poderia talvez gerar certos mal-entendidos a curto prazo”, mas mostrou-se convicta de que “acabariam por prevalecer os princípios morais”.[98] [*Veja o documento*]

Enquanto falava, deu-se conta de que o presidente se valia da intérprete mas entendia inglês. Estava certa.

Geisel entrincheirou-se. Expôs-lhe sua visão socioeconômica dos direitos humanos: “Trata-se de problema com implicações que não podem ser solucionadas, plena e milagrosamente, da noite para o dia. Num país pobre, como o é o Brasil, sua total solução depende de um esforço progressivo. (...) Grandes esforços foram feitos no setor de habitação, alimentos, educação, saúde e outros”.

Daí em diante foi ao ataque. Segundo as notas da tradutora, lembrou um discurso em que Carter considerara anacrônica a “fobia anticomunista” e enunciou sua discordância:

> O Sr. Carter teria razão no que diz respeito à posição de seu próprio país face ao comunismo, mas (...) tal atitude não se poderia generalizar (...). Países como o Brasil (...) onde persistem sérias deficiências nos setores econômico e social, são mais vulneráveis, havendo solo fértil para a proliferação de tais ideias. A nação precisa, portanto, estar alerta para evitar sua propagação. O Brasil já passara por duas experiências dolorosas e não desejaria vê-las repetidas. Embora a índole de seu povo seja basicamente contrária a ideias comunistas devido ao sistema econômico em vigor e a sua formação religiosa, não podemos perder de vista as deficiências básicas de nossa estrutura social.

Rosalynn endureceu:

> Solicitou a palavra para esclarecer que julgava tratar-se de um mal-entendido. O que dissera o presidente Carter fora que, no passado, os EUA apoiavam de forma irrestrita todo e qualquer regime, por mais repressivo que fosse, pelo simples fato de ser anticomunista. Atualmente, apesar do relaxamento de tensões, persiste a concorrência ferrenha entre os dois sistemas. Frisou, no entanto, que o Sr. Carter julga que as democracias industriais são livres, não por serem fortes, mas que sua força se deve à liberdade econômica e social de que desfrutam. (...) A História apoia as democracias.

Geisel respondeu que tinha entendido perfeitamente a posição de Carter, “sobretudo em relação à fobia anticomunista, surgida, afinal, nos próprios EUA, berço do ‘Macartismo’ e de várias políticas exageradas de repressão às ideias de esquerda”. Ademais, enquanto os Estados Unidos enfrentavam “o imperialismo soviético, cujo perigo permanece”, o que se desejava evitar

no Brasil era “a infiltração interna”. “Trata-se de problema enfrentado pelo Brasil e não pelos Estados Unidos.”

Rosalynn recuou meio passo. Elogiou as medidas liberalizadoras que o presidente tomara, fazendo questão (duas vezes) de fixá-las no tempo: “no decorrer do ano passado”. Tradução: noves fora o “Pacote de Abril”. Em seguida, avançou dois. Pediu ao general que ajudasse a “levar à Justiça elementos da Polícia e funcionários do Governo” que interferiam no livre exercício dos direitos humanos. Depois, pediu que assinasse a Convenção Americana de Direitos Humanos. Geisel lembrou-lhe que a Convenção previa o funcionamento de uma corte supranacional, o que para ele significava um atentado à soberania brasileira. Não assinaria.

A conversa ia para o seu final. Geisel já tinha espetado o alfinete do “berço do ‘Macartismo’”, mas faltava outro: “[O] que caracteriza melhor (...) o respeito profundo do Brasil e dos brasileiros pelos direitos humanos [é] a ausência de preconceitos raciais e religiosos. O Brasil seria talvez realmente um exemplo para o mundo, com sua sociedade multirracial convivendo em harmonia. Com uma legislação que data de muitos anos e que pune severamente quaisquer tendências racistas”.

Rosalynn respondeu que “nos EUA de fato permaneciam problemas dessa índole, embora muito tivesse sido feito em anos recentes para corrigi-los”.

Foram setenta minutos de desentendimento. Despediram-se combinando que discutiriam a questão nuclear no jantar. À noite, no Alvorada, cada um tinha uma ponta de dúvida sobre a própria conduta durante a manhã. Geisel perguntou-lhe o que achara do encontro, marcado pelo que chamou de “extrema franqueza”. Rosalynn disse-lhe que esperava “não ter se excedido”.

Recomeçaram polidamente. Geisel dizendo que não havia divergências de fundo na posição dos dois países sobre o uso da energia nuclear. Rosalynn respondendo que seu marido “compreendia a posição brasileira”.

Se a conversa continuasse assim, poderiam ter passado ao capítulo das banalidades, mas os registros da tradutora informam:

> O Presidente discordou, em vista da classificação feita pelo Sr. Carter, de “processos sensíveis”.
>
> Seguiu-se uma discussão durante a qual a Sra. Carter procurava convencer o Presidente de que, de fato, representa um perigo para todo o hemisfério a possibilidade de se utilizar os subprodutos da geração de energia nuclear para a fabricação de armas.

Era a usina de reprocessamento. Ambos estavam de acordo no essencial: tendo os reatores e a usina, o Brasil poderia desenvolver uma tecnologia própria. Discordavam no desfecho. Segundo Geisel, o combustível reprocessado produziria energia. Na insinuação da sra. Carter, a bomba. Foi discussão mesmo. Rosalynn lembraria que “não consegui levá-lo a reconhecer que poderia ter energia nuclear sem ter a usina de reprocessamento. Sem dúvida, ele sabia disso”. Veladamente, ameaçou-o com um boicote euro-americano de fornecimento de urânio enriquecido. A certa altura, Geisel acusou-a de estar “abordando um problema baseada apenas em suposições”. Mostrou-lhe que o governo americano condenava a corrida armamentista e a proliferação nuclear enquanto vendia armas e continuava explodindo bombas em testes subterrâneos. Rosalynn disse que seu marido suspendera as explosões.

“Perdoe (...). Está aqui. O jornal de ontem deu a notícia de uma experiência no deserto de Nevada”, respondeu Geisel. (O general estava certo. Ela não sabia do teste.) [*Veja o documento*]

Rosalynn percebeu um sinal de sua secretária. Sugeria-lhe que fossem ao banheiro. Trancaram-se, e aos sussurros (tinham sido instruídas em Washington para não dizer nada, em país algum, que não quisessem ouvir gravado) ela lhe deu um recado do embaixador Crimmins, que estava à

mesa. Pedia-lhe que amenizasse a conversa, pois pressionara demais o presidente. Voltou disposta a falar de crianças e criados, mas Geisel quis continuar a discussão.

"A noite terminou cordialmente, com o entendimento de que nós havíamos concordado em discordar", escreveria Rosalynn.

Ela partiu para o Recife, com uma agenda sentimental. Visitaria uma família que conhecera durante sua viagem de 1972. A truculência da polícia pernambucana, a falta de respeito do governo pelos direitos alheios e a inépcia dos hierarcas de Brasília haveriam de incorporar um novo item ao programa da mulher do presidente dos Estados Unidos.

Três semanas antes, a polícia detivera dois americanos malvestidos que puxavam uma carroça em direção ao bairro de Afogados. Eram o padre católico Lawrence Rosebaugh e o menonita Thomas Capuano. Viviam com os mendigos do Mercado São José e recolhiam xepas de feira para cozinhar uma sopa que juntava pivetes, pobres e prostitutas numa prece noturna. "Vocês devem ser comunistas para fazer isso", disse-lhes um agente. Os religiosos ficaram incomunicáveis durante 72 horas na carceragem da Delegacia de Roubos e Furtos, onde homens e mulheres eram mantidos nus. Apanharam da polícia e de outros presos, assistiram a uma sessão de palmatória. Libertados, contaram ao cônsul americano o que lhes acontecera.[99]

Rosalynn Carter foi para o Recife e lá, nos jardins do consulado, encontrou-se com dois religiosos americanos que conviviam com os mendigos da cidade. Haviam sido presos e maltratados. Contaram seu caso, e no dia seguinte a cena estava na primeira página dos principais jornais americanos. Rosalynn escreveria: “Tínhamos alcançado o nosso objetivo a respeito dos direitos humanos”.

Quando Rosalynn Carter decolou de Washington, o Departamento de Estado já sabia o que sucedera no Recife. Chegara-se a admitir o cancelamento da escala, como forma de protesto, mas um funcionário do governo americano vira a coisa de outro jeito: “O incidente só demonstra a utilidade da viagem”. O Itamaraty fora notificado pela embaixada dos Estados Unidos em Brasília. O governador de Pernambuco, sabendo do desconforto, determinou a abertura de um inquérito e temperou o caso com uma nota fatalista: “O ideal mesmo era que não houvesse ladrões nem prisões”.[100] *Veja* narrara todo o incidente, mostrando que ele poderia ser astuciosamente associado à viagem. A edição da revista estava nas bancas cinco dias antes do desembarque de Rosalynn. Ninguém moveu um dedo para dar explicações aos missionários, e muito menos aos brasileiros.

Segundo as memórias da sra. Carter, ela chegou ao Recife sem saber do caso. Foi informada pelo cônsul de que Rosebaugh e Capuano queriam vê-

la. Pesou o tamanho da encrenca e telefonou ao marido. Queria encontrá-los: “Era nossa gente sendo maltratada”.[101] Carter concordou. Parecia uma decisão natural, mas ia no sentido contrário ao da tradição do Departamento de Estado no Brasil. A embaixada silenciara em 1970, quando foram presos três professores e um fotógrafo americano, em ocasiões diferentes, sem justificativa alguma.[102] Os dois religiosos foram à casa do cônsul vestindo as roupas modestas que costumavam usar. Um calçava sandálias Havaianas. Rosalynn Carter os recebeu por vinte minutos e os acompanhou ao jardim. À noite, a cena foi longamente mostrada pelo principal noticiário de televisão americano. Na manhã seguinte, a fotografia da mulher do presidente dos Estados Unidos com os missionários barbudos estava no alto da primeira página do *New York Times* e do *Washington Post*. Ela transformara em acontecimento internacional uma viagem que o governo brasileiro empacotara no formalismo do protocolo e quase conseguira esterilizar.

“Tínhamos alcançado o nosso objetivo a respeito dos direitos humanos”, escreveria mais tarde.[103]

De Washington, o general Meira Mattos confirmava o êxito de Rosalynn Carter. Considerava “desastrosa” a repercussão da viagem e assegurava: “Este ‘show’ saiu preparado daqui, para ser como foi”. Tudo coisa de um “grupo de jovens” interessado em “afastar cada vez mais os EUA dos países governados por militares”. “Em suma, não se trata de um governo sério.”[104]

1 Rosalynn Carter, *First lady from Plains*, p. 160.

2 Peter G. Bourne, *Jimmy Carter*, p. 273.

3 Carta de Arthur S. Moura a Jimmy Carter, 21 de setembro de 1976. APGCS/HF. O texto da carta está em português, e nela Moura não se identifica como general do Exército americano. Nessa época ele trabalhava na empreiteira Mendes Júnior.

4 Jimmy Carter, *Why not the best?*, p. 73.

5 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 113.

6 Jimmy Carter, *Why not the best?*, pp. 59-60.

7 *Folha de S.Paulo*, 14 de maio de 1976, p. 10.

8 *The New York Times*, 31 de dezembro de 1971. A frase, em inglês: “We know that as Brazil goes so will go the rest of the Latin-American continent”.

* Havia ditaduras militares no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, no Chile, na Bolívia, no Peru e no Equador.

9 Enrique Ochoa, “The rapid expansion of voter participation in Latin American presidential elections, 1845-1986”, citado em Brian Loveman, *For la patria*, p. 174.

10 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 110.

11 Transcrição da conversa de Kissinger com o almirante César Guzzetti, de 7 de outubro de 1976. *Clarín* e *The Miami Herald*, 4 de dezembro de 2003.

12 Transcrição da reunião de Kissinger com o general Pinochet, de 8 de junho de 1976. Peter Kornbluh, *The Pinochet file*, documento 14, p. 3.

13 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 111.

14 Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 342.

15 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de fevereiro de 1976. Para a busca de contato da CIA com Heitor Ferreira, carta de Joseph Kiyonaga a ele, 26 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

16 Henry Kissinger, *Years of renewal*, p. 740.

17 *Folha de S.Paulo*, 20 de fevereiro de 1976, p. 5, e 22 de fevereiro de 1976, pp. 4-5.

18 *O Globo*, 1º de outubro de 1977, p. 20.

19 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 113.

20 *Playboy* (edição americana), novembro de 1976, pp. 74-5. O texto da entrevista tornou-se conhecido no dia 20 de setembro. Elizabeth Drew, *American Journal*, p. 430. *A Revista do Homem* (título que a edição brasileira tinha na época) publicou a entrevista como um encarte especial no seu número 15, de outubro de 1976, mas suprimiu a referência ao Brasil.

21 *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1976, p. 4.

22 Alzira Alves de Abreu e outros (coord.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2, p. 1005.

23 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de fevereiro de 1976, e Maria Celina d’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 336.

24 *Decision Memorandum 69*, do National Security Council — Interdepartmental Group for Inter-American Affairs, marcado “secreto”, de 14 de agosto de 1970. DEEUA.

25 *Opinião*, 1º de julho de 1974, p. 5.

26 Telegramas de Chapin ao Departamento de Estado, 26 de abril e 8 de maio de 1973, 8 de fevereiro, 13 de abril e 10 de maio de 1974, 9 e 20 de janeiro e 3 de setembro de 1975, 27 de janeiro, 11 de março, 2 de agosto, 27 de outubro e 5 de novembro de 1976. National Archives, <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=22305&dt=2082&dl=1345>.

27 Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, pp. 20 e 46. Entrevista de d. Paulo Evaristo Arns a Kenneth Serbin, 29 de julho de 1999, cedida ao autor.

28 Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, pp. 17-21.

29 *Informação*, do SNI, encaminhada por Heitor Ferreira num bilhete a Geisel, que o anotou. APGCS/HF.

30 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, junho de 1988. Ver também o depoimento do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto à Comissão Externa de Desaparecidos Políticos Pós 1964, da Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas da sessão de 19 de novembro de 1992, p. 71.

31 Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, p. 33.

32 Ofício do general Carlos Xavier de Miranda ao secretário Erasmo Dias, de 14 de dezembro de 1976, em Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, anexo fotográfico.

33 *Folha de S.Paulo*, 1º de agosto de 1993, p. 19, com a sentença da juíza Marianina Galante, da 5ª Vara Federal de São Paulo, e Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, p. 19.

34 Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, p. 20.

35 Carta manuscrita de Aldo Arantes em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, pp. 216-21.

36 Marcelo Cerqueira, 1976.

37 *Jornal do Brasil*, 21 de dezembro de 1976, pp. 1 e 8.

38 *Terror in Brazil, a dossier*, opúsculo publicado em Nova York, em abril de 1970, por The American Committee for Information on Brazil.

39 Entrevista do general Carlos de Meira Mattos a Raimundo Rodrigues Pereira em *Veja*, 1º de outubro de 1969, p. 6.

40 Para "servidor do poder militar", *Veja*, 18 de dezembro de 1968, p. 20.

41 Cartas do general Carlos de Meira Mattos ao chefe do EMFA, general Moacyr Barcellos Potyguara, 1º de janeiro e 10 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

42 *Jornal do Brasil*, 18 de dezembro de 1976, pp. 19-22, 19 de dezembro de 1976, Caderno Especial, e 20 de dezembro de 1976, pp. 12-3.

43 *Firing line with William F. Buckley Jr.*, episódio 77 (The Struggle for Democracy in Brazil), gravado em Nova York em 13 de novembro de 1967.

44 *Última Hora*, 3 de setembro de 1968, em Hélio Silva, *A vez e a voz dos vencidos*.

45 Para a lista dos países, *U.S. Overseas Loans and Grants, Obligations and Loan Authorizations July 1, 1945 — September 30, 2009*, da U.S. Agency for International Development (Usaid): <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADT555.pdf>. Para a classificação, Raymond Gastil (ed.), *Freedom in the world*, pp. 10-3.

46 Telegrama da embaixada americana em Santiago para o Departamento de Estado, 28 de setembro de 1973. DEEUA. Para as relações do governo americano com a junta chilena, ver Peter Kornbluh, *The Pinochet file*, e John Dinges, *The Condor years*. National Security Archive, <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>, é uma fonte inestimável de documentos.

47 O FBI investigava a morte de Orlando Letelier. Em agosto de 1977, o Bureau montou uma operação para fotografar os passaportes dos 56 agentes da Central Nacional de Informações (ex-DINA) que iriam aos Estados Unidos acompanhando o general Pinochet e nas viagens precursoras da

visita. Telegrama do escritório do FBI em Buenos Aires para Washington, 31 de agosto de 1977. DEEUA.

48 Telegrama da embaixada americana em Buenos Aires, 28 de setembro de 1976. DEEUA.

49 *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*, 29 de outubro de 1975. DEEUA.

50 Telegrama da embaixada americana em Buenos Aires, 28 de setembro de 1976. DEEUA.

51 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de janeiro de 1975.

52 Para o centro de Manaus, John Dinges, *The Condor years*, p. 107. Para a participação de Aussaresses, mencionada por Contreras, roteiro de *Esquadrões da Morte, a escola francesa*, documentário de Marie-Monique Morin, de 2003. AA. Aussaresses esteve no Brasil entre 1973 e 1975.

53 Para a limitação da participação brasileira, telegrama da embaixada americana em Buenos Aires, 28 de setembro de 1976. Para a confirmação de que o Brasil participara da *Condor*, memorando americano de cerca de abril de 1977. DEEUA.

54 John Dinges, *The Condor years*, pp. 66 e 97.

55 Telegrama da CIA, 12 de agosto de 1976. National Security Archive: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20010306/>.

56 Lars Schoultz, *Human rights and United States policy toward Latin America*, p. 113.

57 *O Estado de S. Paulo*, 23 de julho de 1976, pp. 1 e 35.

58 George W. Ball, *Diplomacy for a crowded world*, p. 266.

59 Helmut Schmidt, *Men and powers*, p. 187.

60 *O Estado de S. Paulo*, 5 de março de 1977, pp. 1 e 14.

61 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, sem data, provavelmente de 2 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

62 Nota manuscrita de Geisel, sem data, anterior a 31 de janeiro de 1977. APGCS/HF.

63 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, sem data, provavelmente de 2 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

64 Para a ideia de fechar a Comissão Militar Mista, *Diário de Heitor Ferreira*, 7 de maio de 1975.

65 Nota de Heitor Ferreira, de 21 de fevereiro de 1977, referente a uma conversa que teve com Geisel no Riacho Fundo. APGCS/HF.

66 Timothy J. Power, “Brazil and the Carter human rights policy”, p. 93.

67 Entrevista do embaixador John Crimmins a Timothy J. Power, em Timothy J. Power, “Brazil and the Carter human rights policy”, p. 85.

68 Timothy J. Power, “Brazil and the Carter human rights policy”, p. 93.

69 Entrevista do coronel José Maria de Toledo Camargo em *Folha de S.Paulo*, 11 de março de 1977, p. 8.

70 Nota de Heitor Ferreira, sem data, provavelmente de 5 de março de 1977. APGCS/HF.

71 Duas folhas do Itamaraty, intituladas *À Embaixada dos Estados Unidos da América*, de 4 de março de 1977, revistas e alteradas por Geisel. APGCS/HF.

72 Timothy J. Power, “Brazil and the Carter human rights policy”, pp. 98 e 104.

73 Para o desejo americano do envio de tropa brasileira para a Coreia, Sonny B. Davis, *A brotherhood of arms*, pp. 124-32. Para o Acordo, pp. 132-5.

74 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, pp. 350-1, "Privilege and cigarette ration card nº 310, em nome de Mrs. Ernesto Geisel" e carta do general Maurice Kendall a Geisel, 27 de março de 1974. APGCS/HF. Geisel anotou: "Não pretendo usar!".

75 *Analytical Summary — Brazil Program Analysis* (*NSSM* 67), p. 5. DEEUA.

76 Sonny B. Davis, *A brotherhood of arms*, pp. 197, 225 e 228. Na percentagem estão excluídos os adidos e os guardas da embaixada, no apêndice "Economic Support", p. 1, em *Analytical Sumary — Brazil Program Analysis* (*NSSM* 67). DEEUA.

77 Sonny B. Davis, *A brotherhood of arms*, p. 204.

78 Golbery do Couto e Silva, abril de 1977.

79 *Folha de S.Paulo*, 6 de março de 1977, p. 9.

80 *Nunca más — Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, p. 16.

81 Horacio Verbitsky, *El vuelo*, pp. 29-30, 32 e 58-60.

82 *Informe nº 013/A-2*, do III Comar, escrito num formulário do CISA, de 11 de agosto de 1977, em Mário Magalhães, "Argentinos eram jogados em rio, diz Aeronáutica", *Folha de S.Paulo*, 24 de maio de 2000, p. A4.

83 Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, p. 93.

84 Segundo o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, p. 224, em 1977 foi assassinado no Paraná o mecânico José Soares dos Santos. O advogado Décio Freitas atribuiu esse crime a "agentes de segurança, aparentemente desligados dos órgãos oficiais".

85 Ernesto Geisel, *Discursos*, vol. 4: *1977*, pp. 72 e 74.

86 Treze folhas intituladas *Discurso do Secretário de Estado dos EUA Cyrus Vance na Universidade da Geórgia, Dia 30 de Abril de 1977*, e nota de Heitor Ferreira: "Com anotações de G & G". APGCS/HF.

87 *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1977, p. 2.

88 Três folhas com *Informação* de Azeredo da Silveira a Geisel, intitulada *Direitos Humanos. Atuação Brasileira em Organismos Internacionais*, de 8 de março de 1977. APGCS/HF.

89 Voto de Azeredo da Silveira na sessão do Conselho de Segurança Nacional que discutiu o recesso do Congresso, em abril de 1977. APGCS/HF.

90 Carta de Ivan de Souza Mendes a Heitor Ferreira, 16 de março de 1977. APGCS/HF.

91 Robert M. Gates, *From the shadows*, p. 90. Ver também Anatoly Dobrinyn, *In confidence*, p. 388.

92 Duas folhas com a transcrição, pela embaixada americana, de uma carta de Carter a Geisel, de 30 de março de 1977. APGCS/HF.

93 Rosalynn Carter, *First lady from Plains*, p. 198.

94 Idem, pp. 206-7.

95 Quando o casal Carter visitou o Brasil em 1984, Geisel recusou-se a receber o ex-presidente. Carter procurou alcançá-lo por telefone, em sua casa de Teresópolis. Geisel não o atendeu. "Eu recebi a senhora Carter porque, como presidente, não podia me recusar. Como cidadão, não recebi nem ele nem ela. Era meu direito." Ernesto Geisel, 1984.

96 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 351.

97 Carta do general Carlos de Meira Mattos ao general Moacyr Barcellos Potyguara, chefe do EMFA, de 1º de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

98 *Lembrete nº 146*, do Itamaraty, marcado "secreto", intitulado *Registro da Conversa entre a Senhora Rosalynn Carter e o Presidente Ernesto Geisel, segundo Anotação da Intérprete, Senhora Ulla Schneider*, de 7 de junho de 1977, e *Lembrete nº 151*, marcado "secreto", intitulado *Registro da Conversa da Senhora Rosalynn Carter com o Presidente Ernesto Geisel por ocasião do Jantar Oferecido no Palácio da Alvorada, segundo Anotações da Intérprete, Sra. Ulla Schneider*, de 10 de junho de 1977. APGCS/HF.

99 *Veja*, 1º de junho de 1977, p. 22. Ver também Marcos de Castro, *Dom Helder*, pp. 170-5.

100 *Veja*, 1º de junho de 1977, p. 22.

101 Rosalynn Carter, *First lady from Plains*, p. 218.

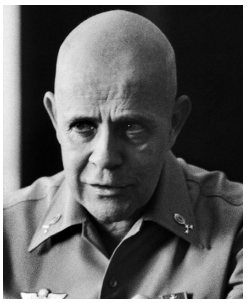
102 Foram presos os professores Werner Baer, da Fundação Ford, Carlos Manuel Pelaez e Riordan Roett, ambos da Universidade Vanderbilt, e o fotógrafo Allen Kobrin. *United States policies and programs in Brazil*, pp. 302-3.

103 Rosalynn Carter, *First lady from Plains*, p. 218.

104 Carta do general Carlos de Meira Mattos ao general Moacyr Barcellos Potyguara, chefe do EMFA, 23 de junho de 1977. APGCS/HF.

A rachadura do Planalto

Pouco depois da edição “Pacote de Abril”, o general Hugo Abreu encaminhou a Geisel mais um de seus documentos intitulados *Informação para o Sr. Presidente*. Propunha a cassação do mandato de três deputados federais e dois estaduais do MDB. Todos tinham algum envolvimento com o PCB ou o PC do B.[1]



Hugo Abreu

Nele, Golbery anotou um pedido a Heitor Ferreira: “O Hugo voltará à carga algum dia, com suas aleivosias. Convém preparar um arquivo com documentos como este”.[2]

O palácio do Planalto estava em guerra. O *Satânico Dr. Go* artilhava-se contra o chefe do Gabinete Militar. Nunca haviam sido íntimos. Via-o como um estranho. Começara a considerá-lo um adversário quando percebeu que patrocinava a promoção a general de dois coronéis a quem dedicava seu raro sentimento de rancor e vingança. Um era Amerino Raposo. Estivera na linha dura e trabalhara nos primeiros anos do SNI. Durante a disputa pela sucessão de Castello Branco, ajudara a equipe do general Costa e Silva.[3]

Golbery tinha-o na pontaria: “Esse aí, nós vamos arrebentar com ele depois”.[4]

Quando Hugo Abreu pôs Amerino Raposo na lista de coronéis por cuja promoção o Planalto poderia ter simpatia, Heitor Ferreira reclamou com Geisel, lembrando-lhe a antiga desavença.

> — Eu sei, mas isso são julgamentos subjetivos dele e seus — respondeu o presidente.
> — Subjetivo não, o meu é muito objetivo, com base na sacanagem que ele fez quando estava no Serviço (...) — rebateu Heitor.
> — Bem, o Hugo não sabe disso, e você acha sacanagem, mas o Amerino podia achar que fazia isso pelo bem do Brasil, contra nós.[5]

Quando chegou a hora das promoções, Geisel fulminou o coronel dizendo a Hugo Abreu: “O Amerino é um fofoqueiro contra nós e nós vamos promovê-lo?”.[6]

O coronel encalhou, mas havia outro.

Era Rubens Resstel. Combatera na FEB e, na noite de 31 de março de 1964, fora um dos principais responsáveis pela rebelião do II Exército. Oficial de boa estampa, tinha relações qualificadas no meio civil. Golbery levara-o para a chefia da seção econômica do SNI. Vendo o coronel no radicalismo da linha dura, pusera-o para fora. Figueiredo o detestava. Geisel afastara o seu nome na composição do Gabinete Militar.[7]

Hugo Abreu recomendou a promoção de Resstel com três fortes argumentos: “Esteve na FEB e recebeu a Cruz de Combate de 1ª Classe; teve ação destacada na Revolução; possui valor profissional”.[8]

Figueiredo jogou bruto. Dias antes das promoções de março de 1976, o SNI mandou a Geisel um “dragão” futricando sobre a duração do expediente da mulher de Resstel, procuradora da Superintendência de Seguros Privados.[9]

Geisel conhecia a má opinião que Golbery e Figueiredo tinham do coronel. Mesmo assim, promoveu-o. Pesou na sua decisão o desempenho de Resstel na guerra, testemunhado pelo marechal Castello Branco, que o estimava. Segundo Heitor Ferreira, esse episódio, com um travo de desfeita pessoal, marcou o pior momento das relações de Golbery com seu velho amigo. É possível que o presidente lhe tenha aplicado a manobra política que com tanto gosto recomendava: "Cada par de ações (contra a direita e contra a esquerda) deve desencadear-se em prazo curto, uma seguindo-se logo à outra". Se a demissão do general Ednardo D'Avila Mello, em janeiro, fora uma pancada no cravo, capaz de incentivar a ideia do predomínio do chefe do Gabinete Civil, a promoção de Resstel, dois meses depois, representara, dentro do Exército, o golpe na ferradura.

* * *

Com o beneplácito de Geisel, o chefe do Gabinete Militar avançara sobre a jurisdição do general da Casa Civil, assumindo funções de interlocutor do governo com os donos de órgãos de comunicação. Não era pouca coisa. Golbery transformara suas relações com a imprensa num poderoso instrumento político. Ao contrário da lenda que gostava de propagar, era acessível e loquaz. Conversava com inúmeros jornalistas que lhe pediam audiência, desde que aceitassem as regras de seu jogo: não podiam citá-lo nem atribuir o que dele ouviam as "fontes" do governo, do palácio ou fosse lá de onde fossem.

Hugo Abreu recebeu quase todos os donos de jornais. Em alguns casos concordou que designassem interlocutores para conversas mais frequentes. Oficial vivido na tropa, procurou enquadrar numa moldura lógica, hierárquica e disciplinada as relações do Planalto com empresas proprietárias de meios de comunicação. Sua intervenção no *Jornal do Brasil* está documentada. Foi uma ofensiva intimidadora. Num primeiro

lance, Geisel determinou a suspensão de toda a publicidade oficial que se dava à organização. O dreno equivalia a 5% do faturamento, num ano em que o periódico esperava conseguir uma margem de lucro de 3%.[10] Em seguida, impôs o general como negociador do governo.

Numa reunião que durou duas horas e meia, Manoel Francisco do Nascimento Brito, dono do *JB*, ouviu do chefe do Gabinete Militar que o jornal estava no limite da subversão. Mencionou a "consideração do governo", lembrando-lhe a concessão recente de isenção tributária para a compra de máquinas no exterior.

Narrando a conversa a Geisel, contou: "Para encerrar, disse a ele, textualmente: 'Considero, hoje, o *JB* como inimigo. Gostaria de poder considerá-lo como amigo'. Respondeu-me estar certo de que tal iria acontecer".[11]

O general não queria se queixar. Queria controle. Informou a Nascimento Brito que o Gabinete Militar monitoraria o jornal e que um coronel "ligar-se-ia com ele sobre qualquer coisa que julgássemos conveniente". De volta ao Rio, Nascimento Brito recomendou aos seus colaboradores: "Vamos baixar os flaps".[12]

Hugo Abreu concebera um sistema inepto de controle. Exercitou seu poder obtendo editoriais favoráveis ao governo, mas escaparam-lhe entre os dedos notícias que acabavam por exasperá-lo. (Num exemplo desse desequilíbrio, ele podia conseguir que um jornal fizesse um editorial contra a linguagem de alguns deputados do MDB, mas não podia impor uma norma pela qual não se publicariam trechos de discursos desses mesmos deputados.) Em janeiro, o general sugeriu a Geisel um pacote de "medidas contra o *Jornal do Brasil*".[13] [*Veja o documento*] Lamentou a "absoluta falta de escrúpulos" de Nascimento Brito e arquitetou um ataque progressivo. Iria da suspensão do crédito e da radicalização do corte da publicidade oficial à pressão sobre os anunciantes privados, passando por uma devassa fiscal e pelo descredenciamento em órgãos governamentais de todos os jornalistas

do *JB*. Finalmente, cogitava a hipótese de abrir um processo, amparado na Lei de Segurança Nacional, que colocasse o periódico sob intervenção.

Em apenas quatro meses, lidando com um astucioso dono de jornal, Hugo Abreu revelara-se um negociador crispado no método e anacrônico nos objetivos. Propunha uma ofensiva típica dos manuais militares, inviável no quadro político da ocasião.[14] O desfecho intervencionista era um absurdo. Só tivera similar durante o Estado Novo, quando Getulio Vargas confiscara a propriedade d'*O Estado de S. Paulo* à família Mesquita. Além disso, o general não tinha retaguarda. Golbery continuava conversando com jornalistas do *JB*, Mario Henrique Simonsen mantivera intactas suas relações com a cúpula do jornal, e o presidente da Eletrobras, Antonio Carlos Magalhães, recusara-se a cumprir a primeira ordem de boicote publicitário. Se isso fosse pouco, Nascimento Brito tornara-se um interlocutor de Sylvio Frota.

As limitações pessoais de Hugo Abreu eram somente um aspecto da questão. Sua contrariedade com a candidatura de Figueiredo à Presidência transformara-o num cliente preferencial da vigilância do SNI e da marcação de Golbery. Ao menor erro, seus movimentos eram mostrados a Geisel. Horas depois da reunião do Conselho de Segurança, quando se decidira o fechamento do Congresso, o tenente-coronel Kurt Pessek, assistente-secretário de Hugo, encontrou-se com um repórter da revista *Veja* e contou-lhe os bastidores da crise. A narrativa que o jornalista atribuiu a Pessek foi essencialmente correta, com uma só demasia: "Ele admite que o Conselho de Segurança analisou a possibilidade de iniciar imediatamente a 'temporada de caça', com exame de uma lista inicial de parlamentares (...). Chegou mesmo a situar a época das cassações: depois das reformas (jurídica e política), mas antes do final do recesso".[15]

Durante a reunião ninguém discutira lista de cassações. A conversa de Pessek, transmitida por telex pela sucursal de *Veja* em Brasília à sua sede, em São Paulo, foi interceptada e acabou na mesa de Heitor Ferreira. Ele

mostrou o telex a Pessek e remeteu-o a Geisel com uma proposta: “Não acha o senhor que convém dar este telex ao general Hugo?”.

O presidente respondeu: “Já falei — e diz ele — que agora está cortado”.[16]

Meses depois de ter-lhe aberto o espaço, Geisel mudou de ideia: “Vou deixar passar mais uns tempos e tirar do Hugo esse assunto com jornais”.[17]

* * *

Hugo Abreu marcaria sua permanência no governo e na política pela tenacidade com que combateu a escolha do general João Baptista Figueiredo para a Presidência da República. Segundo a memória de Geisel, havia aí um envenenamento que remontava até mesmo a um desencontro de mordomias ocorrido em fevereiro de 1974. O general fora notificado de que não viveria nos 48 mil metros quadrados da granja do Torto, onde Figueiredo se instalara em 1969, montando cavalariças e uma pista de saltos.[18] De acordo com a norma administrativa, ao trocar o Gabinete Militar pela chefia do SNI, Figueiredo deveria ter se mudado para uma das mansões da Península dos Ministros e entregado o Torto ao sucessor.

Por força do cargo, Hugo Abreu cultivava boas relações com Sylvio Frota. Visitava-o duas ou três vezes por mês. Defendera sua demissão durante a crise da morte de Herzog, mas mudara de ideia, convencido de que o ministro do Exército se subordinaria ao presidente. Numa iniciativa ingênua, chegara a buscar o apoio de Golbery para manter o general Confucio na chefia do CIE. Heitor Ferreira começou a estranhá-lo no início de 1976 e anotou em seu *Diário*: “Os pontos de vista do Hugo coincidem normalmente com os do Frota”.[19]

Em suas conversas com Frota, Hugo Abreu dera por entendido que o ministro do Exército “passara a não aceitar que se impusesse ao país um candidato inventado”.[20] Aproximaram-se pela oposição que faziam à

candidatura de Figueiredo e àquilo que ambos viriam a chamar de “grupo palaciano”.

Para o chefe do Gabinete Militar, a escolha do general do SNI era produto de uma teia de intrigas e maquinações comandada por Golbery, a qual se ramificava nos gabinetes de Heitor Ferreira e Humberto Barreto, que acabara de trocar a Assessoria de Imprensa do Planalto pela presidência da Caixa Econômica Federal. Estava certo. Todos os três trabalhavam por Figueiredo, e ele atrapalhava o “Plano Mestre”.

Hugo supunha que Geisel estivesse fora da manobra. Estava errado. O presidente nunca o chamara para discutir os nomes da sucessão, mas queria ser substituído por Figueiredo. Voltara a tratar do assunto com Golbery, em fevereiro de 1977, numa de suas raras conversas políticas no Alvorada.[21] Dois meses depois, no Riacho Fundo, confirmara a Heitor Ferreira o que lhe dissera em julho do ano anterior: “O Figueiredo pode ser, mesmo como general de divisão. Desde quando quatro estrelas é regra?”.[22]

Havia um “grupo palaciano”, mas Hugo Abreu não percebera (ou não quisera perceber) que Geisel fazia parte dele. O general não se dera conta, mas era ele quem estava fora do time. Flutuava na própria independência. Durante o funcionamento da “Constituinte do Alvorada” (para a qual não foi convidado), propusera a prorrogação do mandato dos parlamentares e lembrara que seria necessário “conseguir um artifício capaz de fazer com que o Partido do Governo pudesse crescer, em detrimento da Oposição, que teria suas hostes reduzidas”. Acreditava que o governo precisava controlar, “no mínimo”, 70% da representação parlamentar. Golbery anotou ao lado: “Como?”. Temendo que o artifício atraísse parlamentares, sem trazer eleitores, o general preferira a extinção dos partidos existentes, com a formação de dois novos. Golbery voltou a marcar o documento: “E daí?”.[23] Dias depois, o chefe do Gabinete Militar examinou o projeto do pacote, e nele não aparecia nenhuma das suas sugestões.

Hugo Abreu movia-se no mundo político com o radicalismo voluntarista dos oficiais que fizeram a carreira no quartel. Dando ordens aos subordinados e recebendo-as dos superiores, eles vivem num quadro intelectual em que o inimigo, uma vez identificado, deve ser neutralizado pela força. A natureza anárquica da ditadura brasileira transformara essa característica do poder militar numa justificativa para salvacionismos ingênuos (no caso do *JB*) ou delinquentes (no caso da política de extermínio). O general comandara os paraquedistas que combateram a guerrilha do Araguaia em 1973. Lá, sua tropa não fizera prisioneiros. Em 1977, no palácio do Planalto, cercado e vigiado, o prisioneiro era ele.

1 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Atividades Subversivas de Deputados*, visada por Geisel, marcada "confidencial", de 13 de junho de 1977. Eram os deputados federais Marcos Tito, Airton Soares e Santilli Sobrinho, e os estaduais Edson Khair (RJ) e Alberto Goldman (SP). APGCS/HF.

2 Bilhete de Golbery a Heitor Ferreira, juntado à *Informação para o Sr. Presidente* de 13 de junho de 1977. APGCS/HF.

3 *Diário de Heitor Ferreira*, 21 de julho de 1972, e conversa de Figueiredo com Geisel, de 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

4 Nota apensa ao *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de setembro de 1973, registrando uma conversa com Figueiredo. Para a fala de Golbery, conversa com Heitor Ferreira, 27 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

5 *Diário de Heitor Ferreira*, 11 de janeiro de 1975.

6 Idem, 31 de março de 1975.

7 Conversa de Geisel com o general Dilermando Gomes Monteiro, 19 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

8 Uma folha com manuscrito de Hugo, intitulada *Observações*, sem data. APGCS/HF.

9 Nota de Geisel a Figueiredo, de 25 de março de 1976. APGCS/HF.

10 Depoimento de Walder de Góes, chefe da sucursal do *JB* na época, em Maurício Maia de Souza, "Henfil e a censura", p. 143.

11 Duas folhas de Hugo Abreu, intituladas *Conversa com o Diretor do JB*, datadas de 8 de setembro de 1976, visadas por Geisel. APGCS/HF.

12 Manoel Francisco do Nascimento Brito, setembro de 1976.

13 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Medidas contra o Jornal do Brasil*, carimbada "secreto", de 3 de janeiro de 1977. APGCS/HF.

14 Para uma visão do estilo de Hugo Abreu nessa negociação, ver o depoimento de Walder de Góes em Anne-Marie Smith, *Um acordo forçado*, p. 80.

15 Duas folhas de telex da revista *Veja*, com texto do repórter Carlos Henrique, transmitido às 23h45 de 1º de abril de 1977. APGCS/HF.

16 Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel, que o visou, de 17 de agosto de 1977. APGCS/HF. Para outra referência a esse episódio, ver José Maria de Toledo Camargo, *A espada virgem*, p. 204.

17 Quatro folhas de Heitor Ferreira, de maio de 1977, listando trechos de conversas com Geisel anteriores a esse dia. APGCS/HF.

18 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 272. Essa versão está também no depoimento do general Octavio Costa, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, pp. 114-5. Quando convidou Hugo Abreu para o cargo, no dia 7, Geisel se esqueceu de avisá-lo de que Figueiredo continuaria na granja. Mais tarde, Moraes Rego contou-lhe que iria para outra casa. Três dias depois, na presença de Hugo, o general Ivan de Souza Mendes criticou a permanência de Figueiredo no Torto. Telefonema de Moraes Rego a Heitor Ferreira, 10 de março de 1974. APGCS/HF.

19 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 e 28 de janeiro de 1976.

20 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 118.

21 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 23 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

22 Bilhete datilografado de Heitor Ferreira a Geisel, de 16 de maio de 1977, referindo-se a uma conversa de 20 de abril. Nessa entrada de sua *Cronologia*, Heitor registrou: "É o Figueiredo. Mesmo como general de divisão". APGCS/HF.

23 *Informação para o Sr. Presidente da República*, de Hugo Abreu, intitulada *Reforma Política*, de 2 de abril de 1977, com anotações de Golbery. APGCS/HF.

A geração de 1977 vai para a rua

Depois do “Pacote de Abril”, o ronco dos estudantes fez-se ouvir novamente. Pediam a libertação dos presos políticos, o restabelecimento das liberdades democráticas, e distribuíam uma carta aberta à população: “Hoje, consente quem cala”. Na primeira semana de maio a Universidade de São Paulo iniciou uma greve que tirou 60 mil jovens das salas de aula, levando 10 mil às ruas, onde se viram aplaudidos pela população. Quando começou a chuva de papel picado, os jovens se abraçavam. Alguns choravam.[1]

A movimentação irradiou-se, com graus variáveis de mobilização, por Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. Um silêncio mostrava que aquela garotada era mais esperta do que se pensava e estava mais organizada do que se supunha. Ninguém gritava “Abaixo a ditadura”. De maneira geral, a imprensa respeitava um código de cumplicidade: não se fotografavam rostos e não se identificavam líderes.[2]

A geração de 1977 foi para a rua (na foto, no viaduto do Chá, em São Paulo). Para eles, a Revolução de 1964 era uma coisa distante.

Os estudantes marchavam ao largo da oposição legal. Sempre superestimando a influência dos comunistas, o SNI apontava a existência de "uma dissenção* entre ativistas do PCB e da linha trotskista". Dizia que o Partidão recomendava moderação e informava que ele tinha "o apoio da maioria".[3] Em São Paulo, uma das molas dessas manifestações chamava-se Liberdade e Luta, quintessência do trotskismo. Apelidada *Libelu*, batizou a chapa com que os militantes da clandestina Organização Socialista Internacionalista disputaram (e perderam) a primeira eleição do DCE-Livre da USP. Não eram majoritários nem hegemônicos, eram simbólicos. Nas suas festas havia pessoas bonitas, maconha e Rolling Stones. A *Libelu* tinha oitocentos militantes em todo o país, mais da metade na Universidade de São Paulo, cinquenta no Rio Grande do Sul e uma ninharia no Rio de Janeiro e em Salvador. Mal haviam sido percebidos como grupo organizado

em 1975, quando tentaram sair em passeata para o culto em memória de Vladimir Herzog. Acusavam o MDB de “complementar a repressão direta”, na busca da “continuidade da política da burguesia, num momento em que a repressão pura e simples não consegue mais sufocar as contradições sociais”.[4]

As passeatas juntavam dois tipos de estudantes. Na primeira categoria estavam as lideranças das organizações surgidas nas universidades e algumas centenas de seguidores. Na USP predominava o grupo Refazendo. Na Federal da Bahia, o PC do B. Na Universidade de Brasília, ninguém. Só no Rio de Janeiro se percebia a influência do Partido Comunista. Os militantes aparelhados eram severos, hostis à maconha, apenas tolerantes com a liberação sexual. Na segunda categoria estava a multidão. Eram jovens que tinham incorporado aos seus costumes algumas das bandeiras de 1968. Em menos de uma década as mulheres haviam tomado um pedaço da política e do mercado de trabalho. Todos compartilhavam com os trotskistas o refinamento cultural e o horror à ditadura e ao Partidão, nessa ordem. Nas assembleias estava a vanguarda de uma parte da mocidade, unida no seu desprezo pelos hábitos conservadores e pelas alianças táticas da esquerda tradicional. Ana Cristina Cesar escreveu a uma amiga: “Você sabe que o país está começando a se sacudir, há manifestações pelo menos estudantis nas capitais, apoio escrito de professores, MDB, mães de presos... (...) Mal ou bem estou lá, me cagando de medo”.[5]

A poeta Ana Cristina Cesar, aluna da PUC-Rio, escreveu a uma amiga: “Você sabe que o país está começando a se sacudir, há manifestações pelo menos estudantis nas capitais, apoio escrito de professores, MDB, mães de presos. (…) Mal ou bem estou lá, me cagando de medo”.

* * *

Diante das primeiras agitações nas universidades, os generais Figueiredo e Hugo Abreu, bem como o ministro Armando Falcão, acharam que poderiam enfrentar a questão intimidando a moçada com o recurso ao tacape do Decreto nº 477. Editado em 1969, permitia a expulsão dos alunos envolvidos em atividades políticas.[6] Ao lado da sigla do AI-5, era um dos símbolos da legislação ditatorial. Caminho radical, pressupunha represálias imediatas e, por definição, arriscava-se a ampliar o problema. Figueiredo e Hugo não prevaleceram, e sua tática ficou na geladeira. O ministro da Educação, Ney Braga, foi à televisão pedir “paz” aos estudantes.[7] Armando Falcão determinou aos governadores que tomassem “medidas preventivas, apropriadas e efetivas” para impedir a realização de manifestações contra o governo.[8] Nenhum dos dois mencionou a centena 477.

Se o governo não queria radicalizar, a oposição não queria produzir pretextos. Os caciques do MDB davam à garotada uma solidariedade simbólica. O cardeal Arns, de São Paulo, chegou a enunciar seu receio de que o movimento estudantil estivesse se desviando para a radicalização.[9] Sabia do que estava falando. Pelo menos uma organização esquerdista clandestina deslocava estudantes para o chão das fábricas. Na madrugada de 28 de abril a polícia prendeu três deles, todos empregados em metalúrgicas do ABC, quando saíam para uma panfletagem que convocava o povo para manifestações durante o Primeiro de Maio.[10] Em seguida, deteve outros cinco militantes, todos universitários. A confusão estava feita. As manifestações pela libertação dos oito presos espalharam-se pelas universidades. Aconteceram em Brasília, no Rio de Janeiro, em Ribeirão Preto e São Carlos. Representantes de diversas tendências reuniram-se num

auditório da PUC paulista e criaram um comitê. Reapareceu a palavra maldita: “Anistia”.

Do outro lado das passeatas, o general Frota convocara o Alto-Comando do Exército para mais uma reunião e tratara de dois assuntos estranhos à administração do Exército: “problemas estudantis, [e] indícios de infiltração de extremistas nos Ministérios”.[11]

* * *

O frotismo se movia.

O CIE vinha colecionando denúncias de infiltração comunista no governo e acabara de levar o assunto aos generais de quatro estrelas. Falando ao público externo, Frota mostrara mais uma vez sua gratidão “aos companheiros que, engajados mais diretamente na árdua missão de informações e segurança, velam pela tranquilidade geral, a despeito das incompreensões, levadas, muitas vezes, aos extremos da calúnia e da perfídia”.[12]

Vigiando-o, o SNI compusera o que supunha ser o esquema de campanha de Frota. Com o pé atrás, Heitor Ferreira passou-o a Geisel:

> E lhe confesso que minha vontade é não passar, porque a meu ver — eu tenho cá minhas convicções — o senhor está começando a ficar zangado com quem lhe fala nisto, no Frota. Paciência. A partir deste 1º de junho só lhe encaminho o que for inevitável. Meu computador de segunda classe continua dando, por mais cartões que coloque nele: “Substituindo o ministro da Guerra o seu Presidente vai até o último dia fortíssimo. Não substituindo, pode entrar bem”.[13]

No dia seguinte, Heitor mandou ao presidente um bilhete informando-o de que o mais celebrado colunista social de Brasília fora convidado para

uma conversa com coronéis do gabinete de Frota. Ele ouvira:

> — É para já. Temos que tornar irreversível a candidatura. Vamos criar um sistema de apoio que ninguém resista.[14]
> — Vamos conversar — respondeu Geisel.

A oportunidade surgiu dois dias depois. Heitor era uma das poucas companhias habituais durante o fim de semana, na granja do Riacho Fundo. Estavam na varanda da casa quando veio um telefonema do general Hugo Abreu para o presidente. Foram para o quarto do ajudante de ordens e Geisel atendeu a ligação. Hugo Abreu falou das manifestações na Universidade de Brasília. Havia dezesseis estudantes presos. A certa altura o presidente exasperou-se, chegou mesmo a ser ríspido. Terminada a conversa, Geisel e Heitor retornaram à varanda. Nova chamada, dessa vez do general Sylvio Frota. O assunto era o mesmo, mas Geisel tratou o ministro com alguma delicadeza. Heitor reclamou: “O senhor esculhambou o Hugo e fala macio com o Frota”. Geisel atirou-lhe o telefone.[15]

1 Renata Rangel, fevereiro de 2000.

2 Para um exemplo desse tipo de edição, *Jornal da Tarde*, 6 de maio de 1977.

* Grafia do original.

3 *Apreciação Sumária nº 18*, do SNI, de 18 de maio de 1977. AEG/CPDoc.

4 *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP*, folheto. AA. Para os costumes e a estimativa do tamanho da *Libelu*, Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.

5 Heloisa Buarque de Hollanda e Armando Freitas Filho (orgs.), *Ana C.*, pp. 250-1.

6 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Movimento Estudantil*, narrando uma reunião da qual participaram, além dele, o general Figueiredo e o ministro Ney Braga, da Educação. APGCS/HF.

7 *O Estado de S. Paulo*, 18 de maio de 1977, pp. 1 e 14.

8 Nota oficial do Ministério da Justiça, de 9 de maio de 1977. APGCS/HF.

9 *Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1977, p. 24.

10 Arquivo do Deops, Série Dossiês: N. 50-Z-O-15 381. Agradeço essa pesquisa a Renato Cancian. Foram presos os estudantes-metalúrgicos Celso Brambilla (Mercedes-Benz), José Maria de Almeida (Laminação S/A) e Márcia Basseto Paes (Auto Metal).

11 Resumo da reunião de 26 de maio de 1977, na pasta *História do Alto-Comando do Exército*, escrita em 16 de julho de 1979, a propósito da 100ª reunião do Alto-Comando do Exército. APGCS/HF.

12 *Jornal do Brasil*, 27 de maio de 1977, pp. 1-2.

13 Bilhete datilografado de Heitor Ferreira a Geisel, que o visou, 1º de junho de 1977. APGCS/HF.

14 Nota de Heitor Ferreira a Geisel (que a anotou), 1º de junho de 1977. APGCS/HF. Heitor narrou a Geisel uma conversa que tivera com o jornalista Sérgio Ross, da revista *Manchete*. O jornalista almoçara com o cronista social Gilberto Amaral.

15 Nota manuscrita de Heitor Ferreira, sobre um bilhete que mandou a Geisel no dia 1º de junho de 1977 ("O PR e eu tivemos uma discussão acalorada, quase briga"), e *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 4 de junho de 1977 ("Tempestade com Geisel no Riacho Fundo. Estudantes"). APGCS/HF. O telefone, preso à parede por um fio, caiu no chão. O barulho chamou a atenção do ajudante de ordens, que veio para o quarto. Geisel e Heitor voltaram para a varanda e, pouco depois, almoçaram juntos. Heitor Ferreira, abril de 2004, e Ernesto Geisel, 1994.

O jogo da tensão

O papel do SNI que Heitor Ferreira passara a Geisel antes que ele lhe jogasse o telefone era uma análise do "plano de ação" de Frota. Segundo esse documento, os assessores do ministro do Exército pretendiam aproximá-lo da Comunidade de Informações e dos políticos, divulgando uma imagem de bom administrador. O general deveria mover-se no meio militar inaugurando obras e, no meio civil, comparecendo a cerimônias em que lhe oferecessem títulos de cidadania honorária de estados.

O palácio rastreava os movimentos dos colaboradores do ministro. Seu amigo Adyr Fiúza de Castro, comandante da 6ª Região Militar, com sede em Salvador, soubera que o SNI lhe grampeara os telefones.[1] O secretário-geral do ministério fora plotado em São Paulo.[2] O assessor jurídico articulara no Rio a programação de uma homenagem da Associação Comercial a Frota.[3] O próprio ministro tratava de banalidades com uns poucos parlamentares. Um encontro com quatro deputados, por exemplo, derivara de uma paixão comum pelo Vasco da Gama.[4] Convidara os senadores da Comissão de Agricultura da Câmara para uma palestra a respeito das obras do Exército no interior do país, com direito a almoço no *Forte Apache*. Estivera num coquetel de deputado e permitira que os generais lotados em Brasília organizassem uma cerimônia comemorativa de seu terceiro ano no ministério. Eram indicações ralas, até mesmo viciadas, porém convincentes para quem já estava convencido.

Um lembrete secreto do ministro Armando Falcão informara Geisel de que Frota conversara durante duas horas e meia com o dono do *Jornal do*

Brasil, Nascimento Brito. Junto, estivera o empresário carioca Armando Daudt d'Oliveira. Conhece-se o registro da reação de Heitor Ferreira, que o leu:

> Então o Nascimento Brito, o Daudt e o Frota "conversaram duas horas e meia" e eram aqueles itens?
>
> Quem é que quer engolir essa? É forte, não?
>
> Outra inocente pergunta: por que iria o ministro do Exército dizer "a quem obedece é ao presidente da República". Como terá o assunto chegado a isso? Elementar, Watson.[5]

Nascimento Brito guardou na memória vários encontros com o general, sempre no salão de reuniões do Alto-Comando. Frota o impressionara por tomar chá com queijo de minas. Numa dessas ocasiões, o ministro do Exército declarou-se candidato. Mais: convidou Nascimento Brito para o Ministério das Relações Exteriores. (Armando Daudt fora chamado para a chefia do Gabinete Civil.)[6] Segundo Falcão contaria a Heitor Ferreira, o engajamento de Nascimento Brito na candidatura de Frota levara-o a Paris no final de 1975, para uma conversa com Delfim Netto, na qual se sugeria que a nova ordem reservaria a ele o cobiçado governo de São Paulo, que lhe fora negado por Geisel em 1974.[7]

* * *

Geisel reclamava que Frota lhe era apresentado como um "espantalho".[8] Durante todo o primeiro semestre de 1977 os movimentos de candidato do ministro foram pífios. Ele não dependia de cerimônias nem do noticiário da imprensa, muito menos de conversas com parlamentares. Seu futuro estava associado a uma questão de método. Seria o próximo presidente da

República se a sucessão viesse a ser amarrada a qualquer uma das seguintes condições (ou a ambas):

1. O nome do candidato deveria passar pelo Alto-Comando (como o de Médici).

2. Um surto de desordem neutralizaria o presidente (como a desordem militar de 1965 beneficiara Costa e Silva).

Nos dois casos, com graus diversos de pressão, Geisel terminava emparedado.

As condições pressupunham um nível acentuado de tensão política. Até por convicção, era isso que Frota buscava. Em fevereiro, o comandante do III Exército, general Fernando Belfort Bethlem, anunciara a descoberta de um projeto de infiltração subversiva nas Forças Armadas e na imprensa. Denúncia requentada, dizia o seguinte: “O Exército merece atenção maior e de mais duração. As gerações antigas não têm salvação já que, com raras exceções, estão comprometidas com a ditadura. O que se faz necessário é uma infiltração profunda nas novas gerações de Oficiais, nos tenentes e capitães de hoje que, por muitos motivos, inclusive o da idade, sejam sensíveis a uma pregação revolucionária”.[9]

Bethlem queixava-se do governo de Jimmy Carter, dizendo que “vivemos numa luta constante e ferrenha contra o comunismo. Muitas vezes, nessas lutas, sofremos a incompreensão de nossos aliados”.[10]

Os aliados os compreendiam e queriam distância. Do Rio de Janeiro, o cônsul americano avisava Washington de que comprovara um episódio em que “as polícias federais argentina e brasileira estariam investigando cidadãos argentinos no Brasil e possivelmente cooperando para a sua repatriação”. Chegara ao cônsul o caso do líder estudantil Guillermo Torres Castaños, capturado na avenida Atlântica e torturado por policiais argentinos e brasileiros.[11] Em outubro de 1976 o CIE distribuiu à “tigrada” uma lista com os nomes de 149 argentinos procurados em seu país “por

terem praticado ações subversivas". Pedia que prendessem os que não tivessem papéis em ordem, "vigilância cerrada" para os demais.[12]

Essa comunhão das ditaduras era antiga. Em dezembro de 1974, agentes do CIE sequestraram três exilados paraguaios que viviam na região de Foz do Iguaçu. Descobrira-se um plano para assassinar o presidente Alfredo Stroessner, ditador do país desde 1954.[13] Com as confissões dos prisioneiros, Geisel determinou a Figueiredo que as fizesse chegar às mãos do presidente paraguaio. Foi claro: só às dele, nem às do general Andrés Rodríguez, comandante da 1ª Divisão de Cavalaria e pai da futura nora de Stroessner.[14] Nos anos seguintes o governo paraguaio fuzilou o suposto arquiteto do plano e desapareceu com quatro dos conspiradores envolvidos na trama.[15]

* * *

Ninguém esperava que Bethlem dissesse coisa diferente. Ele era um general sem maior identificação com a política de distensão. Já o comandante do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro, que desceu em São Paulo para substituir Ednardo D'Avila Mello, tomara um curso imprevisto. Além de referendar o "Massacre da Lapa", parecia reencarnar o antecessor. Diante da notícia de que se torturava um preso, reagiu classificando-a de "aleivosia" inventada por "falsos patriotas". Denunciou "o intuito de lançar a opinião pública contra órgãos de segurança — cujo único interesse é a manutenção da paz e da tranquilidade geral".[16] O preso era Aldo Arantes, ex-presidente da UNE. Passara pelo menos cinco dias na cela inglesa do DOI carioca, "nu, algemado, de mãos para trás, de capuz, sem comer e sem dormir, fazendo as necessidades fisiológicas dentro da cela", submetido a "sons diabólicos, alguns dos quais pareciam penetrar no cérebro como um saca-rolhas". Depois disso, amarraram-no a uma cadeira e deram-lhe choques elétricos.[17] [*Veja o documento*]

No Congresso, o frotismo formara uma pequena bancada. Era composta de deputados audaciosos, porém na sua maioria ligados àquela massa inexpressiva que se denomina baixo clero. O mais exaltado era o mineiro Sinval Boaventura. Um dia depois de encontrar-se com Frota, denunciara a infiltração esquerdista no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, onde a AAB pusera uma bomba um mês antes.[18]

Figueiredo parecia imobilizado pela própria base de sua candidatura, o pedestal do palácio. Mantinha-se recluso, mas valia-se de um poderoso comitê de campanha. Em conversas reservadas, Golbery e Heitor Ferreira asseguravam que a escolha estava feita e se chamava Figueiredo. Foi o repórter Villas-Bôas Corrêa quem primeiro contou boa parte do que ouvia. Em abril, anunciou n'*O Estado de S. Paulo* que "o candidato do governo é, indubitavelmente, o general João Baptista Figueiredo".[19] Atribuiu a especulação a Thales Ramalho, secretário-geral do MDB. Em maio, na revista *IstoÉ*, Villas-Bôas foi adiante: "Nas rodas do palácio não se guarda mais qualquer cerimônia. O candidato é mesmo o general João Baptista Figueiredo, escolhido e sagrado".[20] Nos dois casos, o principal informante fora Golbery. Viam-se regularmente, sempre sob a norma de silêncio em relação ao nome do general. "O Golbery nunca me disse categoricamente que ia ser o Figueiredo. Ele encaminhava o raciocínio e, ao final, só havia uma conclusão possível, a de que ia ser o Figueiredo", contaria Villas.[21] Entre os interlocutores do repórter estava Heitor Ferreira. Escrevia, sem rodeios: "Não adianta espernear, fazer cálculos, provar que não dá etc.: o próximo presidente é o Figueiredo. Isso tenho mandado dizer a muita gente".[22] O secretário de Geisel ia além. Já cuidava da silhueta do candidato e o aconselhava:

> — Acho que o senhor reconsideraria os óculos escuros, que acha? Pode fixar a imagem (sei do problema dos olhos vermelhos).

O general respondeu:

— Meu problema não é fixar imagem! É não piorar da minha conjuntivite...

Heitor mandou-lhe um colírio e reabriu a questão:

— Três gotas em cada olho, “dois olhos claros e bonitos...”
Figueiredo agradeceu:
— Vejo que o amigo está muito preocupado com a minha imagem... O que adiantará melhorar o “figurino” e a fisionomia se a alma continua a mesma? Ficará um contraste chocante entre o exterior e o interior!... Melhor será deixar eu ficar como sempre fui. De qualquer forma vou pingar de acordo com a sua recomendação.[23]

* * *

Às notícias que davam o chefe do SNI como fava contada, contrapunham-se outras. De um lado, informava-se que a sucessão presidencial ainda era um assunto fechado e, portanto, Figueiredo seria apenas um nome numa lista de generais. De outro, pensava-se que a disputa poderia ser alterada, com o aparecimento de um candidato militar apoiado pela oposição.

Na primeira linha, uma “alta fonte da presidência” passara adiante a informação de que o presidente não fizera escolha alguma. Mais: a rotina das promoções dos generais não seria modificada. Heitor remeteu a notícia ao chefe do SNI, perguntando: “Hugo?”.

“Não sei... está com cheiro... Mas não posso garantir”, respondeu Figueiredo.

Dias depois surgiu a notícia de que Geisel poderia escolher o substituto entre “seus assessores mais próximos, o ministro do Exército, o chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, ou o chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu”.

Heitor sublinhou o nome de Hugo e devolveu o papel a Figueiredo: “É ele! Elementar...”.[24]

Na segunda linha, a do candidato da oposição, o SNI listara artigos de jornal indicando que o MDB poderia vir a lançar o nome do general Euler Bentes Monteiro. Era coisa preocupante:

> É fácil concluir que, caso arenistas e emedebistas se congreguem em torno do nome de um oficial-general e o apresentem como candidato de conciliação, não será fácil ao Governo apresentar outro candidato, mormente se for militar, pois isso poderá criar a imagem de um divisionismo no seio das Forças Armadas. Ademais, a opinião pública terá dificuldades em aceitar e compreender por que razões o Governo apresentará candidato também militar para se opor a um nome apresentado como de conciliação nacional.

Dizia mais: “Verifica-se, portanto, que está em curso uma hábil manobra política destinada a tentar ultrapassar o Sr. Presidente da República, arrebatando-lhe a condução do processo sucessório, concorrendo, ademais para provocar cisões nas Forças Armadas”.

Como lhe convinha, oferecia uma sugestão que beneficiava Figueiredo: “Vê-se, assim, que, na medida em que o governo retarde sua decisão quanto à indicação do seu candidato à sucessão presidencial, aumenta o risco do MDB apresentar seu candidato militar de ‘conciliação nacional’, concretizando sua estratégia de colocar o Governo em situação difícil quanto ao problema”.[25]

* * *

O aparecimento dos estudantes nas ruas adicionara um ingrediente inesperado ao jogo político. Com eles, 1977 poderia lembrar 1968. Salvo

em São Paulo, a agitação universitária circunscrevera-se, deliberadamente, às escolas. Em termos de organização, ela se movia com dois objetivos. Num, marcava datas para o que denominava Dia Nacional de Luta. No outro, pretendia organizar, em Belo Horizonte, o que seria um Encontro Nacional dos Estudantes, disfarce para um relançamento da UNE. Era coisa coordenada, mas desligada da oposição partidária. Em menos de um mês as manifestações, em diversas cidades, mobilizaram 50 mil jovens.[26]

Havia se restabelecido a mística do movimento estudantil. Desde o final do século XVIII, os universitários brasileiros sempre foram a vanguarda da elite. Assim sucedeu na derrubada do Estado Novo e na crise de 1961. Dividiram-se em 1964, viram-se derrotados em 1968, mas nunca estiveram numa posição em que associassem sua militância ao atraso imposto ao país pela elite que reabasteciam a cada geração. Em São Paulo, ao som da "Marcha fúnebre" de Chopin e carregando velas roxas, um grupo de estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco enterrara a Constituição, pedindo a volta ao estado de direito.[27] Era um sinal. De 1967 a 1974 o Ministério da Justiça dos generais Costa e Silva e Médici fora ocupado por dois ex-diretores da escola, os professores Luiz Antonio da Gama e Silva (redator do AI-5) e Alfredo Buzaid.

O regime enfrentou a crise das universidades com cautela. Beneficiou-se da presença de Paulo Egydio Martins, ex-líder estudantil, no governo de São Paulo, e da de Ney Braga, um hábil político paranaense, protegido pela remota condição de coronel da reserva, no Ministério da Educação. Tendo se aguentado até o final de maio sem maiores conflitos, faltava só um mês para que a maré refluísse, desmobilizada pelas férias escolares de julho.

Foi quando alguém teve a ideia de sabotar a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, marcada para a segunda semana de julho, em Fortaleza. Com 12.500 sócios, a SBPC fazia do seu congresso anual uma festa da cultura, demonstração da vitalidade acadêmica do país. No ano anterior, juntara 7.500 participantes em Brasília. O SNI

contabilizara que, entre 33 moções aprovadas pela comunidade universitária, onze tinham "caráter nitidamente político e contestatório". Uma delas falava em anistia.[28] Golbery supunha que o governo podia se livrar do embaraço negando verbas e retirando o amparo logístico que sempre dava aos encontros da Sociedade.[29] Quase conseguiu. Sem o apoio dos governos estaduais e tendo perdido três dos quatro patrocinadores oficiais, o físico Oscar Sala, presidente da SBPC, tentou tirar o evento da jurisdição federal. A Universidade de São Paulo pareceu-lhe boa escolha, mas o reitor, Orlando Marques de Paiva, não quis receber os professores. A reunião foi cancelada.

A comunidade científica, que parecera impotente, desencadeou a maior mobilização da história da academia brasileira. D. Paulo Evaristo Arns resolveu o problema da sede, oferecendo a PUC paulista. Professores e alunos, carregando cartazes com uma fala de Galileu ("*Eppur si muove*"),* foram pedir dinheiro na rua. A reunião realizou-se. O governo conseguiu apenas radicalizá-la, levando ao ridículo os administradores universitários que obedeceram à sua orientação. A Universidade Federal de Santa Catarina, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica proibiram seus professores de enviar trabalhos à Sociedade. O reitor da Universidade Estadual Paulista comunicou que "é permitido, mas não é autorizado ir ao congresso".[30] O SNI, que chegara a comemorar a suspensão do encontro, passou recibo do fracasso da manobra: "O clima de euforia observado leva a concluir que as esquerdas sentem-se fortalecidas com a realização do conclave, pelo excepcional apoio recebido, particularmente, da imprensa".[31]

* * *

O movimento estudantil e a ditadura precisavam de um duelo. A tolerância das reitorias inibira a ação da polícia, contendo a agitação nos limites da

universidade. A militância paulista conseguiu uma bandeira mobilizadora no dia 1º de maio, a prisão de oito integrantes da Liga Operária.[32] Daí em diante, seguiu o manual dos agitprop. Começa-se pedindo a libertação dos que acabaram de ser presos, passa-se a pedir a soltura de todos os outros. A cada concessão, uma nova reivindicação. Os estudantes tiveram a simpatia de boa parte da sociedade. Dez mil manifestantes marcharam pelo viaduto do Chá. Andaram apenas quinhentos metros e viram-se obrigados a recuar, bloqueados por um forte aparato policial. No caminho, foram saudados pelo povo das calçadas e do alto dos edifícios de escritórios. Como em 1968.

O duelo aconteceu em Brasília. Lá, os estudantes acharam no reitor José Carlos Azevedo o dragão de que necessitavam. Oficial da reserva da Marinha, doutor pelo Massachusetts Institute of Technology, o *Capitão* era um administrador competente e um quadro dos bastidores do regime. Dava-se mal com Ney Braga e, numa eventual restauração, parecia aposta segura para o seu lugar. Os estudantes da UnB e Azevedo encrencaram em dois pontos. Queriam rever a política de jubilamento dos maus alunos (em oito anos haviam sido desligados 1.753 jovens) e rediscutir as taxas administrativas cobradas pela universidade, cujos cursos eram gratuitos. Quando a agitação começou, 450 dos 5 mil alunos exigiram a realização de um plebiscito para decidir a respeito da propriedade dessas práticas.[33] Era coisa pequena.

Azevedo respondeu informando que puniria dezenove alunos envolvidos numa manifestação ocorrida no campus em meados de maio. Nenhum outro reitor tomara esse caminho. Dois mil estudantes reuniram-se em assembleia e decretaram greve. Como em 1968, cantou-se "Caminhando".[34]

No sábado em que Geisel jogou o telefone em Heitor Ferreira o governo tinha de um lado a radicalização da UnB e, de outro, a possível realização, em Belo Horizonte, do Encontro Nacional dos Estudantes. O problema de Minas Gerais foi resolvido com 348 detenções e o bloqueio das estradas

que levavam à cidade. O de Brasília foi agravado com a invasão da universidade por uma tropa de 2 mil PMs. A essa altura haviam sido detidos cerca de oitocentos estudantes, e paralisadas as atividades de três das maiores universidades públicas do país (UnB, UFRJ e USP), além das duas grandes escolas católicas (as PUCs do Rio e de São Paulo).

Em todas as cidades, o governo persistia na sua política de repressão acautelada, evitando que as lideranças estudantis buscassem em ações repressivas a energia capaz de realimentar as manifestações. Duas passeatas organizadas em São Paulo, bem como o reaparecimento da garotada na avenida Rio Branco, nove anos depois das jornadas de 1968, haviam sido contidas sem providências que estimulassem a radicalização. Essa regra só não valia em Brasília, onde os estudantes se mantinham dentro dos limites da escola. Lá, os universitários e o reitor estimulavam a tensão. Uns estendendo a greve. O outro, perseverando e ampliando as punições disciplinares.

No pano de fundo da crise, por delegação que recebera de Geisel, estava Hugo Abreu. Valendo-se do título de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, assumira as funções de coordenador das ações do governo. Era a ele que respondia o reitor Azevedo. O general mandou ocupar a universidade.[35] Foi nesses dias que Hugo Abreu propôs a Geisel a cassação de cinco parlamentares do MDB.

Vistas separadamente, a atuação do general na crise da UnB e a proposta de cassações tinham origens e objetivos diversos. Juntas, exemplificavam a estratégia da tensão. Petrônio Portella pressentia dificuldades. Tentara negociar os conflitos da Universidade de Brasília e nada conseguira além do temor de uma crise hipertensiva. Uma enfermeira foi ao seu gabinete medir-lhe a pressão e constatou o sangue-frio de Petrônio: 14 x 9.[36] Senadores da Arena e do MDB chegaram a fechar um acordo de bastidores, cancelando os debates do Senado por dois dias, para evitar que discursos agressivos pusessem mais lenha na fogueira. Ao

contrário do que supunha a máquina de informações do governo, os estudantes e a oposição parlamentar podiam se entender numa ou noutra iniciativa, mas não estavam articulados. Como em 1968, a liderança universitária desprezava a oposição consentida. É dessa época um comentário de Petrônio, registrado pelo jornalista Evandro Paranaguá: "Quando vocês entrarem no camburão do Frota, já vão me encontrar lá dentro".[37]

Já tinham entrado no camburão, e sido levados para o cárcere da rua Barão de Mesquita, seis estudantes cariocas acusados de militar no clandestino Movimento de Emancipação do Proletariado, o MEP. Em dois meses, o número de jovens que dormiram na cadeia talvez tenha chegado a uma centena, mas nenhum deles se queixara de torturas. O arrastão do MEP conduziu os estudantes para as celas inglesas e para a rotina de choques elétricos do DOI do I Exército.[38]

* * *

Na noite de 27 de junho, amparados em decisão judicial, Ulysses Guimarães, os líderes do MDB nas duas Casas do Congresso e o presidente da fundação de estudos políticos do partido falaram ao país em rede nacional de rádio e televisão. Denunciaram as arbitrariedades do governo. Lastimaram a cassação do mandato de um deputado federal (Marcos Tito, de Minas Gerais), que lera como seu, da tribuna, o texto de um editorial da *Voz Operária*, o jornal clandestino do PCB. Examinando-se os quatro discursos com o propósito de buscar pretextos para um incidente, pouco se consegue. Ulysses Guimarães recorrera às suas frases de efeito: "O AI-5 é forte para cassar mandatos conferidos pelo povo, mas é fraco para cassar a inflação que flagela o povo".

O deputado Alencar Furtado fora além. Dissera o seguinte:

> Sempre defendemos os direitos humanos. Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, prisões injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana, para que não haja lares em prantos, filhos órfãos de pais vivos — quem sabe? — mortos, talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvam com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez.[39]

Alencar Furtado

Alencar simbolizava a maior vitória obtida pelos “autênticos” dentro do MDB. Em fevereiro, numa votação surpreendente, derrotara o moderado Laerte Vieira, por nove votos de diferença, tomando-lhe a liderança do partido na Câmara. Cearense de 52 anos, fizera política no noroeste do Paraná, para onde se mudara em 1952. Chegara à Câmara em 1971 e, quatro anos depois, o CIE o colocara na relação dos deputados contaminados por ligações com o PCB.[40] Diante do “Pacote de Abril” fora para a tribuna e dissera que o Brasil, em vez de ser governado pelo povo, era governado por “um homem com importância olímpica de um Zeus”.[41] Achou que seria cassado, mas nada lhe aconteceu.[42] O SNI listava-o entre os parlamentares do MDB que tinham simpatia por uma candidatura militar oposicionista.[43] Sua conduta como líder da bancada era a de um político cauteloso.

Às onze horas da manhã seguinte ao programa de televisão, o general Sylvio Frota teve seu despacho quinzenal com Geisel. Era uma terça-feira. No final da tarde, Heitor Ferreira remeteu a Golbery uma papeleta onde estavam arroladas as audiências do dia. Marcou uma flecha na direção do nome do ministro e perguntou ao amigo:

"G.?"

"?", respondeu Golbery, num sintético "sei lá".[44]

Isso é tudo o que se sabe desse encontro.

Quando jornalistas perguntaram a Figueiredo se vira o programa, ele respondeu: "Vi. Não gostei e acho que ninguém gostou. É desta maneira que eles querem o diálogo?".[45] No início da tarde da quarta-feira, Petrônio Portella telefonou para Thales Ramalho:

— Thales, vamos ter uma reação.
— Uma?
— Uma.
— De quem?
— Do líder.

Petrônio pediu ao amigo que mantivesse o segredo, mas Thales mostrou-lhe que tinha o dever moral de avisar Ulysses. "Não lhe conte nada dentro do prédio do Congresso", disse o senador. A notícia só foi dada ao presidente do MDB na sala do apartamento de Thales.

— Vamos ter a cassação do Alencar.
— Só do Alencar? — perguntou Ulysses.[46]

Brasília estava tomada por boatos de que a lista teria dez nomes, e certamente o de Ulysses, mas quando ele deixara a casa de Thales, por volta

da meia-noite, levara a palavra de Petrônio de que haveria uma só vítima.

Alencar Furtado foi cassado na quinta-feira, menos de 72 horas depois de seu discurso. Era o 548º cidadão punido pelo regime com a cassação de seu mandato, coroando um confisco de mais de 5 milhões de votos.[47] Na reconstituição de Thales Ramalho verifica-se que no dia 29, antes mesmo da 48ª hora, Geisel já decidira cassar o líder do MDB na Câmara, e permitira que o senador Petrônio Portella soubesse de sua decisão.

Essas datas são relevantes para a análise de um telegrama que o ministro Sylvio Frota enviou aos quartéis na mesma quinta-feira, dia 30:

> Comunico a Vossa Excelência que ontem, através do chefe do gabinete militar da presidência da República, reafirmei senhor presidente repercussão negativa área militar pronunciamentos líderes oposição pela TV e reiterei expectativa Exército pela pronta resposta aquele ataque Revolução. Ainda ontem recebi, do chefe do Gabinete Militar da presidência da República, seguintes informações: réplica imediata sendo feita através Congresso Nacional; resposta oficial Arena pela TV não pode ser instantânea por motivos burocráticos junto Justiça Eleitoral; Ministro da Justiça está agindo sentido responsabilizar e processar os quatro políticos MDB fizeram uso palavra durante programa TV; Sr. Presidente República revogará lei propiciou programa após resposta Arena, valendo-se mesmos meios utilizados para promulgá-la. Manifesto V. E. minha convicção tratar-se ação comunista para atacar brios Forças Armadas e colocá-las oposição governo, razão pela qual renovo recomendações sentido necessidade manter coesão comandos torno seus chefes. Presente mensagem é extensiva subordinados.[48]

O telegrama — um manifesto à tropa — é um primor de ambiguidade a serviço da anarquia. Frota informava que pedira, em nome do Exército, uma "pronta resposta" mas não a obtivera. Deduzira que a "ação comunista", tendo ofendido os "brios" dos militares para colocá-los em "oposição" ao governo, criara uma situação que o levava a recomendar a "coesão [dos] comandos [em] torno [dos] seus chefes". A tortura (sujeito oculto da fala de Alencar Furtado) alimentava uma crise militar, estimulando a desordem e sugerindo o emparedamento do presidente da República. De novo, a crise não tinha nenhum componente relacionado com políticas públicas. Nada a ver com nada, só com a violência política, metabolizada pela anarquia militar. Até a demissão de Ednardo a ditadura havia sido prisioneira de uma tortura presente. Depois dela, tornava-se refém da tortura passada. No final do expediente, quando registrava os principais acontecimentos do dia, Heitor Ferreira anotou: "Geisel diz a Golbery que tira Frota".[49]

Era a quarta vez que chegava a essa decisão.[50]

1 *Folha de S.Paulo*, 12 de julho de 1987, p. A6.

2 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, de 1º de junho de 1977. APGCS/HF.

3 Três folhas, sem assinatura, de 8 de junho de 1977. APGCS/HF.

4 Uma folha com cópia de um telex e um recorte, anotada pelo general Castro: "Para conhecimento do Chefe do SNI", de 10 de junho de 1977. No recorte estava uma notícia da coluna "Decálogo" do *Jornal de Brasília* de 9 de junho de 1977. APGCS/HF.

5 Nota de Heitor Ferreira, do início de 1976. APGCS/HF.

6 Manoel Francisco do Nascimento Brito, outubro de 2000. Brito localizou essa conversa nos "meses anteriores a outubro de 1977". Há uma referência ao convite em Tulio Teixeira, "Foi assim", *Tribuna de Petrópolis*, 3 de dezembro de 2000, p. 9. No artigo, o coronel relata um encontro na casa de Armando Daudt d'Oliveira. O anfitrião revelou que também ocuparia um cargo relevante na administração. Nascimento Brito, em sua entrevista, disse que seria a chefia do Gabinete Civil.

7 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, que a visou, de 2 de fevereiro de 1977. APGCS/HF.

8 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 30 de abril de 1974. APGCS/HF.

9 *O Estado de S. Paulo*, 25 de fevereiro de 1977, p. 13. *Veja*, 2 de março de 1977, p. 23, informa que esse documento havia sido lido, parcialmente, vários meses antes, pelo deputado José Bonifácio de Andrada.

10 *O Globo*, 6 de abril de 1977, p. 8, e 4 de maio de 1977, p. 9.

11 Telegrama do cônsul americano no Rio, narrando o caso de Castaños, sequestrado no dia 24 de julho de 1977 (sem ter sido recambiado), Marcelo Starobinas, "Argentino relata tortura em praia do Rio", *Folha de S.Paulo*, 1º de setembro de 2002, p. A14.

12 "Brasil 'caçou' argentinos no país", *Folha de S.Paulo*, 20 de maio de 2000, p. A10.

13 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 e 6 de dezembro de 1974, e exposição de Geisel na 2ª reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, de 20 de janeiro de 1975. APGCS/HF. Para o plano do assassinato, Marcelo Bauer e Jayme Brener, "A sombra do Condor", *IstoÉ*, 10 de março de 1993, p. 55. Ver também *Folha de S.Paulo*, 22 de maio de 2000, p. A10.

14 *Diário de Heitor Ferreira*, 9 de dezembro de 1974. Em 1989 o general Rodríguez depôs Stroessner.

15 Marcelo Bauer e Jayme Brener, "A sombra do Condor", *IstoÉ*, 10 de março de 1993, p. 57.

16 Nota do general Dilermando Gomes Monteiro ao auditor da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, de 3 de fevereiro de 1977, em Pedro Estevam da Rocha Pomar, *Massacre na Lapa*, pp. 40-1.

17 Carta manuscrita de Aldo Arantes, em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, pp. 216-21. *O Globo*, 2 de setembro de 1977, p. 8. As denúncias de Aldo Arantes foram tornadas públicas pelo seu advogado, Marcelo Cerqueira.

18 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 28 de outubro de 1976. APGCS/HF.

19 *O Estado de S. Paulo*, 16 de abril de 1977, p. 3.

20 Villas-Bôas Corrêa, "O futuro já tem nome", *IstoÉ*, 11 de maio de 1977, p. 9.

21 Villas-Bôas Corrêa, dezembro de 1999.

22 Bilhete de Heitor Ferreira ao autor, de 27 de abril de 1977. APGCS/HF.

23 Recorte de jornal anotado e bilhete, ambos de Heitor Ferreira a Figueiredo, e suas respostas, de 19 de maio de 1975. APGCS/HF.

24 Nota de Figueiredo a Heitor Ferreira e dois recortes de *O Estado de S. Paulo*, anotados por Heitor, sem data, de cerca de junho de 1977. APGCS/HF.

25 *Apreciação Especial*, do SNI, intitulada *Sucessão Presidencial*, rubricada pelo general Sebastião Ramos de Castro, marcada "confidencial", de 16 de maio de 1977. APGCS/HF.

26 *Veja*, 25 de maio de 1977, pp. 26-31.

27 Goffredo Silva Telles Junior, *A folha dobrada*, p. 926.

28 *Apreciação Sumária nº 27*, do SNI, de 19 de julho de 1976. AEG/CPDoc.

29 Golbery do Couto e Silva, junho de 1977.

* "No entanto, ela [a Terra] se move."

30 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: <http://www.sbpcnet.org.br/>.

31 *Apreciação Sumária nº 26*, do SNI, de 13 de julho de 1977. AEG/CPDoc.

32 *Veja*, 11 de maio de 1977, p. 20.

33 Idem, 27 de abril de 1977, pp. 67-8.

34 Idem, 8 de junho de 1977, pp. 23-4.

35 Para a ordem, José Carlos Azevedo, janeiro de 2000. Para uma narrativa de Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, pp. 63-8.

36 Para a pressão de Petrônio, *Veja*, 15 de junho de 1977, p. 20.

37 Evandro Paranaguá, "Virgílio, bipontos: Adeus", em Vários Autores, *Virgílio Távora, pt para sempre*, pp. 77-9.

38 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, com as denúncias de André Teixeira Moreira (pp. 296-301), Claudio da Rocha Roquete (pp. 652-5), Fernanda Duclos Carisio (p. 921); vol. 2: *As torturas*, com as denúncias de José Mendes Ribeiro (pp. 591-2) e Luiz Arnaldo Dias Campos (pp. 812-5); e vol. 3: *As torturas*, com a denúncia de Maria de Fátima Martins Pereira (pp. 103-5).

39 *Veja*, 6 de julho de 1977, p. 28.

40 *Informação nº 0362/S-102-A5-CIE*, do CIE, sobre a *Participação do PCB no Pleito de Nov 74*, de 11 de março de 1975. AA.

41 *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1977, p. 20.

42 Ana Beatriz Nader, *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*, p. 51.

43 *Apreciação Especial*, do SNI, de 16 de maio de 1977, intitulada *Sucessão Presidencial*. APGCS/HF.

44 Uma folha de *Audiências do Sr. Presidente*, de 28 de junho de 1977, anotada por Heitor Ferreira e Golbery. APGCS/HF.

45 *Folha de S.Paulo*, 29 de junho de 1977, p. 1. Na *Apreciação Sumária nº 25*, do SNI, de 29 de junho, o programa de TV foi mencionado superficialmente, sem adjetivos, e a fala de Alencar Furtado coube em treze palavras anódinas. AEG/CPDoc.

46 Thales Ramalho, julho de 1999.

47 Para 548º, Lucia Klein e Marcus F. Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964*, p. 150. Nessa pesquisa registraram-se 540 cassações antes do governo Geisel. Nele, as cassações foram oito. Calculando-se uma média de 10 mil votos para cada cassado, confiscaram-se 5,5 milhões. Um documento de 1978 estima que as cassações de mandatos com suspensão de direitos políticos foram 581. *Punições por Atos Revolucionários de 9 de Abril de 1964 a 31 de Dezembro de 1978*. APGCS/HF.

48 *Telegrama 665/Min Ex*, de 30 de junho de 1977. APGCS/HF.

49 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 30 de junho de 1977. APGCS/HF.

50 A primeira, na crise provocada pela reação de Frota ao discurso do senador Leite Chaves, depois da morte de Vladimir Herzog, está registrada no *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de outubro de 1975. A segunda, quando Frota tentou impedir a ida do general Moraes Rego para Campinas, está no *Diário de Heitor Ferreira*, 23 de novembro de 1975. A terceira, quando Frota convocou o Alto-Comando para discutir a demissão do general Ednardo D'Avila Mello, está no *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de janeiro, 3 e 7 de fevereiro de 1976. APGCS/HF.

PARTE IV
A HORA DE ERNESTO GEISEL

TRIBUNA METALÚRGICA

GREVE

O PRIMEIRO TESTE FOI POSITIVO

NAS FOTOS ANTERIORES:

O general Bethlem recebe o cargo de ministro do Exército de Frota
Dias depois, Frota fora da farda, recolhido ao Grajaú
Petrônio Portella com Raymundo Faoro, presidente da OAB
Petrônio com Ulysses Guimarães, presidente do MDB
Petrônio com seu protetor, o general Golbery
Figueiredo parecia um desportista, era um cardiopata
Uma nova força política: os metalúrgicos do ABC

Figa mostra um rosto

A candidatura do general Figueiredo foi para a rua na primeira semana de julho de 1977. Na saída de uma missa do sétimo dia, o chefe do SNI falou com os jornalistas. Perguntaram-lhe se era candidato a presidente da República. Respondeu que a questão dependia de três requisitos: "O primeiro é o presidente Geisel querer. O segundo é eu querer". O terceiro: "Desde que haja um movimento entre militares e políticos". No dia seguinte, a resposta estava na manchete do *Jornal de Brasília*: "Figueiredo admite candidatura se Geisel e políticos apoiarem".[1]

Em seguida, conversando com o repórter Carlos Henrique, da revista *Veja*, o presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Barreto, ditou-lhe: "Pode botar em letra de forma. Assim que o presidente abrir a temporada, eu estarei ao lado da candidatura do Figueiredo a candidato".[2] A frase foi publicada na edição que começou a circular no domingo, 10 de julho. Dois dias depois, numa entrevista a *O Estado de S. Paulo*, Humberto decidiu ser mais claro: "Estou convencido de que o general João Baptista Figueiredo constitui a melhor solução para o Brasil, como futuro presidente. Uma das razões para minha crença é a perspectiva de maior abertura democrática, com ele".[3]

Barreto era o mais próximo dos colaboradores de Geisel. Com 44 anos, fora colega do filho do presidente e era seu parceiro de biriba desde os anos 1950. O melhor amigo, quase um familiar. Se dizia uma coisa dessas, refletia o pensamento do general. A frase agitara o mundo político, insinuando o beneplácito presidencial ao lançamento público da candidatura

do chefe do SNI. Não houvera combinação, e Geisel chegara a se aborrecer com o gesto de Barreto sem que viesse a repreendê-lo.[4] Limitara-se a informar, por meio do porta-voz do Planalto, que o debate da sucessão só seria aberto em 1978.

Humberto Barreto foi ao palácio do Planalto para conversar com Golbery e encontrou-o com "um sorriso que ia de orelha a orelha". "Só você podia fazer isso, e nenhum de nós podia pedir, mas saiba de uma coisa, o *Alemão* está furioso. Enfim, quem entende de Geisel é você", disse-lhe o general. Com sua calma sertaneja, Barreto absorveu a advertência, conversou e foi-se embora. Quando entrou no pequeno elevador privativo dos mandarins do Planalto, cruzou com Figueiredo.

— Seu filho da puta... — disse-lhe o chefe do SNI.
— Para com isso. Você não quer outra coisa — respondeu Barreto.

Os dois foram para um canto da garagem do palácio. Confabularam por quase meia hora.[5]

No decorrer da semana, Heitor Ferreira entregou a jornalistas de sua confiança em pelo menos quatro redações (*Veja*, *IstoÉ*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*) um maço de fotografias e textos que viria a ser chamado "Pacote de Julho".[6] O resultado ficou visível no domingo. Os jornais traziam extensos perfis do general e as duas revistas, sua fotografia na capa. Desencapuzara-se o candidato.

O país aprendeu que o chefe do SNI nascera numa casa de vila do bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, tinha uma irmã e quatro irmãos (o teatrólogo Guilherme Figueiredo, dois generais e um dentista). Sua primeira professora chamara-se Zulmira e a primeira neta, Tatiana. Fora o primeiro de turma nos três principais cursos do Exército, e o nome de sua mulher era Dulce. Divertia-se montando cavalos e resolvendo problemas matemáticos. (Era capaz de demonstrar a fórmula da equação de segundo grau, mas

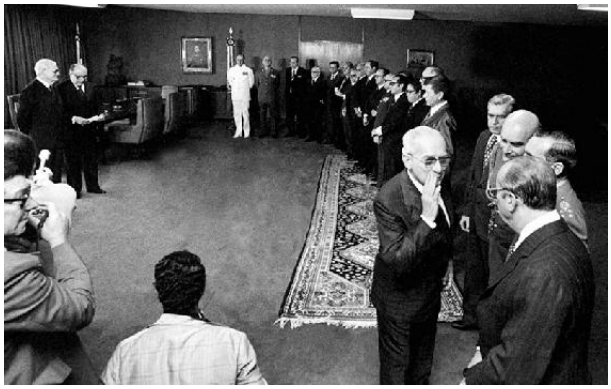
atrapalhava-se para provar que os ângulos internos de um triângulo somam 180 graus.)[7] Fumava cigarros Max (americanos). Fazia versos ruins:

> *Fecha a guarda ao picareta.*
> *De tantos a profissão,*
> *Falso, se usando a caneta,*
> *A fala ou a educação.*[8]

O noticiário ressaltava três traços de seu perfil político. De um lado, a herança paterna da luta do general Euclydes Figueiredo contra o poder pessoal e a ditadura de Getulio Vargas. De outro, a ligação com Golbery, a quem conhecera em 1958 e que em 1964 o levara para o SNI. Finalmente, a disciplinada fidelidade a Geisel e ao projeto de distensão. Fixava o retrato de um militar austero e reservado, avesso à política e ao alpinismo social. Fazia sete anos que estava no Planalto, e era praticamente desconhecido.

Figueiredo, o *Figa*, cavalgava um tipo, não uma personalidade. Castello Branco fizera o gênero do oficial de estado-maior francês. O chefe do SNI encarnava o cavalariano estourado, vulgar, enfeitado por um senso de humor autoderrogatório. Ao escolher um codinome, intitulara-se *Bagual*, sinônimo gaúcho de "chucro".[9] Geisel apreciava-lhe a capacidade de "dar botinadas". Suas histórias eram preciosas, baseadas sempre na memória de incidentes com personagens já mortos, sem testemunhas vivas. Contava que, como aspirante, desafiara Getulio Vargas. Por primeiro aluno, recebera o espadim das mãos do ditador, que lhe desejara uma carreira brilhante, tal qual a do pai. "Obrigado, presidente. O único perigo é que eu termine preso, como meu pai."[10] Ainda era tenente, dizia, quando mandara o major Castello Branco "à merda".[11] Coronel, dissera a João Goulart que seu governo seria derrubado.[12] Era um interlocutor direto. O general queixava-se do próprio temperamento: "Eu tenho um gênio (...) eu sou um sujeito

impulsivo que de vez em quando faço besteiras e depois me arrependo e sou meio violento”.[13]



Figueiredo (no canto direito, ouvindo um cochicho de Golbery durante uma cerimônia no Planalto) cavalgava um tipo, não uma personalidade. O cavalariano era cardiopata. O general de dura estampa fizera a carreira longe dos quartéis. Tornara-se o ministro com mais tempo de serviço no gabinete presidencial em todo o período republicano. A assiduidade dera-lhe intimidade com o poder, mas a sua transposição para o domínio dos assuntos de Estado confundia presença com participação. Em funções de assessoria, conhecera o poder, porém não o exercera.

Ao contrário das personalidades de Médici e Geisel, que passaram inalteradas pelo poder, a de Figueiredo fora reciclada, nem tanto por sua iniciativa, mas com sua concordância. Oito das dezenove fotografias em que aparecera nas revistas *Veja* e *IstoÉ* o mostravam na companhia de cavalos. O cavaleiro atlético escondia um cardiopata teimoso. Agravava os padecimentos da coluna ao persistir no exercício do hipismo. O general severo também era uma construção. Uma ex-funcionária do SNI, Edine Souza Correia, viria a acusá-lo de tê-la seduzido nas cavalariças do Torto, em 1971. Ela era menor de idade. Quatro anos depois, tornou-se auxiliar de censura na Polícia Federal e, em 1976, acabara de ser transferida para o SNI. (Essa relação foi escandalosamente divulgada em 1988 pela senhora. Ela pedia dinheiro a Figueiredo, acusando-o — falsamente — de ser o pai de seu filho. Dois telefonemas gravados, uma ordem de pagamento e um bilhete manuscrito do general permitem afirmar que quando ela estava com dezessete anos ele já a conhecia e que lhe mandou um cartão de boas-festas

dizendo: “Meu jardim tem muitas folhas caídas, mas tem uma flor…”. Num telefonema disse-lhe que “te amei”. Em juízo, sempre negando que tivesse intimidade com a senhora, reconheceu que ela frequentava a granja do Torto.)[14]

João Baptista Figueiredo monta Torveliño.

O militar profissional, com estampa e mitologia de *troupier*, estava no Exército havia mais de quarenta anos, mas passara apenas cinco fora do circuito de uma ajudância de ordens, dos cursos e das mesas. Somara mais tempo nos serviços de informação do que em comando de tropa. Não fora à guerra. Mantivera-se ao largo do radicalismo verbal dos oficiais indisciplinados. Como chefe do Gabinete Militar de Médici, estivera na montagem da máquina que entregara ao Exército o comando das operações de polícia política.[15] Segundo um oficial do DOI do Rio de Janeiro, em pelo menos uma ocasião vira um preso ser torturado.[16] Quando o Ministério Público paulista encurralou o delegado Sérgio Fleury, ele se preocupou: “Se esse camarada falar, é um perigo para uma porção de gente”.[17] Havia sido um precoce, leal e ativo defensor da escolha de Geisel para a Presidência.

Tinha com ele uma relação disciplinada e respeitosa. Chamava-o de "senhor". Nos meses que antecederam a formação do governo, fora um operador qualificado, abastecendo o presidente da Petrobras com fatos, opiniões e conselhos.

Geisel pusera-o na chefia do SNI acreditando que fosse capaz de conter as intrigas contra Médici e de regenerar o Serviço. Dissera-lhe: "Você sabe que o SNI, como está, é melhor fechar (...). Ou nós consertamos o SNI (...) ou então vamos acabar com esse troço, porque como está, não vai. Não processa coisa nenhuma, só veicula boato".[18] Pouco mudara o Serviço. Pelo contrário. Manteve-o como caudatário dos sentimentos, temores e inquietações do porão.

Alguns meses antes, Figueiredo telefonara ao ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, dizendo-lhe que acabara de fechar um dossiê incriminando, por corrupto, um diretor do Banco do Brasil. Queria sua demissão. Simonsen pediu-lhe que mandasse o papelório, para que o examinasse. Golbery entrou no circuito, ordenando-lhe que preparasse a demissão pois era desnecessário examinar os documentos. Simonsen recordaria: "Fui-me embora para casa, onde escrevi uma carta de demissão. À noite o Golbery foi lá em casa, e eu o recebi com a carta pronta. O Geisel telefonou, e eu mandei dizer que não estava. Botei os cachorros na rua. Avisei ao Golbery que no dia seguinte entregava a carta e que assim ficava tudo mais fácil, para o SNI, para o Velloso e para a inflação".

Geisel deu-lhe razão. A leitura do dossiê revelou que se denunciava por ilícita a simples concessão de um financiamento. Como a documentação mostrava que o empréstimo fora contratado em condições costumeiras, a acusação mudou de figura. O caso não seria de corrupção, mas de favorecimento, uma vez que a empresa não poderia ter feito a dívida (que quitara). Simonsen ligou para o diretor do Banco do Brasil e perguntou-lhe quem aconselhara a concessão do empréstimo. "Foi o Figueiredo", respondeu o funcionário. Simonsen concluiu que o chefe do SNI dera

andamento ao processo sem tê-lo lido. (Ou o lera e deixara o protegido entregue à má sorte.)[19]

No SNI de Figueiredo conviviam um comitê de escuta eleitoral e as piores manobras contra Golbery. Ele navegava na ambiguidade. Tinha como colaborador direto o general Sebastião Ramos de Castro, um radical. A relação com o subordinado permitira que Castro lhe enviasse uma carta criticando a ligação do chefe do Gabinete Civil com lideranças da Igreja e lastimando que a imprensa associasse a figura do general com o prosseguimento da distensão: "O senhor dirá — 'São fofocas e falsidades'. Está bem, porém o certo é que concorrem para o clima de desconfiança e que mina a confiança no Presidente Geisel". Era uma reflexão "para seu conhecimento exclusivo".[20] Figueiredo passou-a a Golbery.

A admiração de Geisel por Figueiredo era sincera. Em 1972, pensara em carregá-lo como vice.[21] Apesar disso, tinha na memória dois episódios cinzentos, ambos remontando ao período anterior a sua posse. Num, Figueiredo esquivara-se de levar a Médici um pedido para que desmontasse a pretensão de Orlando Geisel, interessado em continuar no Ministério do Exército.[22] Noutro, teria assegurado a Médici que seu provável sucessor estava afastado de Golbery.[23] Essa mentira, por utilitária, não teve importância na época, assim como Geisel e Golbery não se incomodaram com as gestões de Figueiredo, no início de 1974, solicitando-lhes que dessem a Médici a impressão de que relutava em participar do novo governo.[24] Quando seu nome surgiu nas listas de ministros, dissera ao presidente: "Estão me botando em campo sem eu ter assinado contrato".[25] Falso. Fora convidado mais de um mês antes, e aceitara. Sabia até que fracassara uma tentativa de desalojá-lo da granja do Torto.[26]

A capacidade de Figueiredo de representar o tipo do militar enquadrado, dissimulando as manhas políticas do candidato, chegou ao exagero quando, dois dias depois do aparecimento do "Pacote de Julho" na imprensa, escreveu a Heitor Ferreira que houvera uma "onda publicitária em torno do

meu nome".[27] Pelo menos catorze fotografias publicadas nas reportagens de *Veja* e *IstoÉ* haviam saído de seu álbum familiar.

A dissimulação do general nunca foi levada em conta por Geisel. As principais críticas que o presidente fazia ao chefe do SNI, em raros momentos de insatisfação, relacionavam-se com o seu desempenho. Valendo-se do livro *Peter principle*, um sucesso da época, dissera que ele atingira a fase da "incompetência criativa".[28] Criticava-o, ora por "displicente", ora pela associação dos problemas de saúde à disposição pessoal. Anotando trechos de uma conversa com Geisel, em junho de 1976, Heitor Ferreira registrou: "Com esse problema de coluna e sobretudo com problema de coronárias... E eu não vejo no Figueiredo... sinceramente... eu aliás já disse isso várias vezes a você... apetite pra... pra essa coisa...".[29]

Pelo seu depoimento público, Geisel escolheu Figueiredo por motivos que, mesmo sendo verdadeiros, juntam opiniões mas não formam um ponto de vista.

O primeiro: "A solução ainda teria que ser um militar. E dentro da área militar quem se sobressaía era o Figueiredo".[30]

A partir do surgimento da candidatura de Frota e da hostilidade de uma parte dos comandantes militares à distensão, é certo que Geisel não poderia ter escolhido um civil. Para que a seleção recaísse sobre os governadores Paulo Egydio Martins ou Aureliano Chaves, o presidente precisaria ter uma base política unida e solidamente popular. Não a tinha. Nenhum dos dois dispunha sequer da Arena dos seus estados. A Paulo Egydio faltava o apoio do ex-governador Laudo Natel, bem como o do ex-prefeito Paulo Maluf e do ex-ministro Delfim Netto. A Aureliano faltava o amparo do ex-governador Magalhães Pinto (ele próprio candidato). Ademais, ambos haviam perdido a eleição de 1974, e nada indicava que vencessem a de 1978.

Em janeiro de 1975, o presidente entendera que "enquanto as forças armadas não forem enquadradas, enquarteladas, não será possível um civil

na presidência".[31] Um ano depois, vendo Figueiredo "encolhido e afetando grossura", Geisel voltara a mencionar o nome de Aureliano Chaves, mas a simpatia pelo governador submergiu.[32]

Restrita aos militares, a escolha entrava num funil. O militar tinha de ser um general de exército. Frota não servia. Pelo menos dois outros generais poderiam competir com Figueiredo. Um era Reynaldo Mello de Almeida. O outro, Euler Bentes Monteiro, que Geisel julgara habilitado para o cargo, num comentário superficial feito em 1972.

Segundo Geisel, Figueiredo foi o ungido pelo seguinte:

> Ele tinha assistido a boa parte do governo do Castello, pois desde o começo foi levado pelo Golbery para a Agência Central do SNI. Depois (...) foi servir com o Médici e o acompanhou no governo como chefe da Casa Militar. Acompanhou também o meu governo do primeiro ao último dia. Quer dizer, acompanhou três governos, sendo que dois no dia a dia. Tinha uma experiência e uma visão muito grande das coisas, da estrutura governamental, dos problemas nacionais. Inclusive, tinha conhecimento dos homens. Sua chefia no SNI lhe permitiu acompanhar a atuação dos remanescentes da subversão e de grande parte dos homens públicos do país. A pessoa mais qualificada, do ponto de vista de conhecimento dos problemas nacionais, era portanto o Figueiredo. Não havia ninguém que tivesse tanta identificação com o governo do Brasil.[33]

Essa explicação, repetida em diversas ocasiões, ampara-se em dados factuais. Figueiredo chegara ao Planalto em setembro de 1969. Desde então, participava de reuniões diárias com o presidente, durante as quais se reviam os principais problemas da administração e da política. Eram os despachos conjuntos com os chamados "ministros da Casa".* Estimando-se que, em

quase oito anos, essas reuniões tivessem durado apenas uma hora, Figueiredo tornara-se o cidadão brasileiro de nível ministerial com mais tempo de serviço acumulado no gabinete do presidente em todo o período republicano. (Em 1976, os encontros dos “ministros da Casa” somaram 324 horas.)[34]

A assiduidade dera ao general uma inédita intimidade com o poder, mas a sua transposição para o domínio dos assuntos de Estado confunde presença com participação. Mantendo-se em funções de assessoria, conhecera o poder, porém não o exercera. Nesse sentido, a ação do general Euler Bentes, que reformara o sistema de contabilidade do Exército, tivera sobre a instituição um impacto muito maior que a atuação de Figueiredo no Gabinete Militar e no SNI. Uma coisa era estar no Planalto enquanto Orlando Geisel chefiava o Exército e Delfim Netto comandava a economia. Outra era participar, de forma relevante, nas decisões do governo. Em cinco anos de convivência, Figueiredo e Delfim sentaram-se a sós, por mais de quinze minutos, em menos de cinco ocasiões.[35]

Uma coisa era saber dos hábitos e das conversas de um político grampeando-lhe o telefone e lendo informes do SNI a seu respeito, sem jamais tê-lo visto. Outra bem diversa seria lidar com ele. Até meados de março de 1975 Figueiredo não estivera pessoalmente com o deputado Marco Maciel, que viria a presidir a Câmara.[36]

Do enunciado de Geisel pode-se entender que, como assessor, Figueiredo adquirira um cabedal de conhecimentos que o habilitaria ao exercício da Presidência. Nos registros do governo, vê-se que não há decisão política relevante de que tenha participado na condição de formulador engajado. De um lado isso era consequência de seu virtuoso recato. De outro, poderia ser resultado de um vicioso despreparo na lide das grandes questões nacionais.

Nas entrelinhas da argumentação de Geisel (e de Golbery), a qualificação de Figueiredo estava na sua capacidade de preservar o poder

do conjunto de pessoas e de interesses que governava o Brasil desde 1964. Admitindo-se o critério da exclusividade militar, o general Euler Bentes já não preenchia esse segundo requisito, mas Reynaldo poderia preenchê-lo. O que diferenciou um do outro foi a existência de uma articulação, dentro do palácio, para levar Figueiredo à Presidência. As características arroladas por Geisel e repetidas com frequência por Golbery não fizeram do candidato um favorito. Justo o contrário, serviram para transformar o favorito em candidato.

Geisel ungiu Figueiredo porque supunha estar fazendo o certo, mas também porque cedeu ao impulso dos governantes que desejam ser sucedidos por um amigo a quem possam influenciar. Nesse sentido, faltou-lhe a simplicidade de Médici, capaz de escolhê-lo sem que tivessem relações pessoais e sem sequer trocarem opiniões a respeito do futuro do país.

Golbery tramou a candidatura do chefe do SNI não só porque a julgava funcional, mas também porque assim se colocaria na Presidência um oficial que sempre o tivera por chefe, tratava-o de “senhor” e, de certa maneira, conforme percebera, nele projetava a figura paterna.[37] Trabalhou por Figueiredo supondo que continuaria a ser o ministro mais poderoso do governo.

Heitor Ferreira chamava a sucessão de “a segunda guerra”, numa referência oblíqua à “primeira”, vencida em 1965 por Costa e Silva. Derrotado, o jovem capitão fora para o quartel de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Demitira-se do Exército e trabalhara por três anos no Projeto Jari, do milionário americano Daniel Ludwig, até ser convidado por Geisel para cuidar dos “meus assuntos”, na Petrobras. Com *Figa* na Presidência, era provável que fosse nomeado ministro. Mesmo que isso não acontecesse, continuaria a ser uma das sombras mais poderosas de Brasília. Nenhum secretário de presidente tivera por tanto tempo poder igual ao seu, nem voltaria a tê-lo.

Os motivos dos três, e de boa parte dos defensores da candidatura do chefe do SNI, juntavam à continuidade do poder o pressuposto da continuidade de uma abertura gradual capaz de ir longe, desde que não alterasse o arco de interesses estabelecido desde 1964. Com seis anos de mandato, Figueiredo deveria preservar essa coligação até os festejos dos vinte anos da Revolução. Fora das ditaduras comunistas e afro-asiáticas, longevidade semelhante só ocorrera no regime mexicano e nas duas ditaduras ibéricas.

Acontecimentos posteriores levariam todos os criadores do candidato a procurar se dissociar de sua administração. Tanto Geisel quanto Golbery se aferraram à teoria psicológica de que o general teve a personalidade transformada durante o exercício da Presidência. “Esse não é o Figueiredo que eu conheci”, diria Golbery quatro anos depois.[38] “Naquela época o Figueiredo era outro, não era o Figueiredo que surgiu no governo”, explicaria Geisel.[39]

Jamais houve dois Figueiredo. Houvera um general trancado no Gabinete Militar e no SNI, protegido ora pela Censura, ora pela trama destinada a torná-lo presidente. Retirado das funções militares e da redoma, expôs-se. Expondo-se, mostrou-se um primitivo. Em julho de 1977, ainda trancado num gabinete, esse Figueiredo estava protegido pela blindagem do cargo. Seu primitivismo era um segredo. De um lado parecia folclórico, de outro, lapidável. Em todos os casos, como a saúde precária, as limitações intelectuais tornavam-se uma irrelevância diante do objetivo central da preservação dos interesses que a ditadura cultivava desde 1964.

1 *Jornal de Brasília*, 7 de julho de 1977.

2 *Veja*, 13 de julho de 1977, p. 16.

3 Entrevista à repórter Leda Flora, citada em Carlos Chagas, *A guerra das estrelas* (*1964-1984*), p. 246.

4 Humberto Barreto, dezembro de 1999.

5 Idem, dezembro de 1999 e fevereiro de 2003.

6 Para uma descrição da operação por meio da qual foi distribuído o material, ver André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, *A segunda guerra*, p. 46. O autor, que na época chefiava a editoria política do *Jornal do Brasil*, vinha pedindo semelhante material a Heitor Ferreira e recebeu um de seus envelopes.

7 João Baptista Figueiredo, janeiro de 1978.

8 *Veja*, 20 de julho de 1977, p. 20.

9 Nota manuscrita de Figueiredo a Heitor Ferreira, 22 de junho de 1973. APGCS/HF.

10 *Veja*, 20 de julho de 1977, p. 23. Não há registro de que Figueiredo tenha contado essa história antes de 1977.

11 Conversa de Figueiredo com o jornalista Orlando Brito, 5 de janeiro de 1991. Transcrição dada por Brito ao autor. Também não há registro anterior desse incidente.

12 André G. Stumpf e Armando Salem, "Figueiredo candidato", *IstoÉ*, 20 de julho de 1977; "Sempre o primeiro da classe", p. 8. Na época o jornalista Raul Ryff, ex-assessor de Imprensa de Goulart, assegurou ao autor que, de acordo com a lembrança de um ajudante de ordens de Jango, presente ao encontro, essa afirmação era falsa.

13 Narrativa de Geisel, de uma conversa com Figueiredo, 18 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

14 Para um registro do caso, *Veja*, 20 de julho de 1988 (pp. 40-4) e 17 de outubro de 1990 (p. 41); *O Globo*, 17 (pp. 1 e 3), 18 (p. 5), 19 (p. 6), 20 de julho (p. 6); e 17 (p. 6) e 18 de agosto de 1988 (p. 6); *Jornal do Brasil*, 17 (pp. 1 e 3) e 20 de julho de 1988 (p. 5), 20 de junho de 1990 (p. 12) e 14 de maio de 1991 (p. 7); e *O Dia*, 11 de janeiro de 1990, p. 9. Ver também o depoimento do coronel Alberto Fortunato, em José Amaral Argolo e outros, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 313-4. Edine Souza Correia perdeu na Justiça o processo de paternidade que moveu contra Figueiredo.

15 Circular secreta aos governadores, de 10 de novembro de 1970. Cópia recebida pelo governador José Sarney, do Maranhão. AA.

16 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, p. 38.

17 Moraes Rego, narrando um encontro com Figueiredo em conversa com Geisel, Golbery e Heitor Ferreira, 3 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

18 Conversa de Geisel com Golbery, narrando o convite a Figueiredo para chefiar o SNI, 18 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

19 Mario Henrique Simonsen, fevereiro de 1985.

20 Carta do general Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, 4 de junho de 1975. APGCS/HF.

21 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de outubro de 1972.

22 Conversas de Figueiredo com Heitor Ferreira e Golbery, de 20, 21, 23 e 28 de dezembro de 1973, APGCS/HF, e *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de dezembro de 1973.

23 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 433.

24 Relato de Heitor Ferreira a Geisel e Golbery, 21 de janeiro de 1974. APGCS/HF.

25 Telefonema de Figueiredo a Heitor Ferreira, 1º de fevereiro de 1974. APGCS/HF.

26 Para a data do convite, uma folha datilografada, de Heitor Ferreira, intitulada *Ordem Cronológica dos Convites para o Governo Geisel*. Para a granja, telefonema de Heitor a Figueiredo, 18 de

fevereiro de 1974, no qual o general trata do caso, e conversa de Golbery com Heitor, 21 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

27 Bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, 20 de julho de 1977. APGCS/HF.

28 *Peter principle*, de autoria de Laurence J. Peter e Raymond Hull, foi traduzido por Heitor Ferreira e lançado no Brasil pela editora José Olympio, em 1970, com o título *Todo mundo é incompetente, inclusive você — As leis da incompetência*. *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 2 de agosto de 1975. APGCS/HF.

29 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 e 25 de junho de 1976.

30 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 412.

31 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de janeiro de 1975.

32 Nota de Heitor Ferreira a Geisel, 22 de janeiro de 1976. APGCS/HF.

33 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 412.

* Os "ministros da Casa" eram os chefes do Gabinete Civil, do Gabinete Militar e do SNI. No governo Médici reuniam-se com o presidente pela manhã. Com Geisel, duas vezes por dia. O ministro do Planejamento participava da reunião matutina.

34 *Controle dos Despachos com os Ministros de Estado*, de 1976. APGCS/HF.

35 Delfim Netto, fevereiro de 2000.

36 Nota manuscrita de Heitor Ferreira a Figueiredo (que a respondeu), de 11 de março de 1975. APGCS/HF.

37 Golbery do Couto e Silva, novembro de 1981.

38 Golbery do Couto e Silva, 1981.

39 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 435.

Habeas Faoro

Petrônio Portella estava na pequena sala de seu apartamento, na rua Joaquim Nabuco, em Copacabana. Contava ao jornalista Antônio Carbone, d'*O Estado de S. Paulo*, como recomeçaria a rodada de conversas com a oposição. Era um cansativo relato de intenções fracassadas.

O presidente do Senado tentara um entendimento com o MDB no início do ano e tivera de suspendê-lo. Parecera desmoralizado pelo "Pacote de Abril", mas logo que o Congresso foi reaberto, voltara a apresentar-se como interlocutor para uma grande negociação política. Vira-se novamente desmoralizado pela violência da cassação de Alencar Furtado. Reerguera-se pela terceira vez e fora prontamente ridicularizado pelo líder da Arena na Câmara, José Bonifácio de Andrada: "Não sou contra o diálogo, o que acho é que ele não levará a coisa nenhuma".[1]

Petrônio estava bloqueado à direita por um pedaço da bancada governista que, por não acreditar na abertura e também por não querê-la, esperava pelo desfecho do antagonismo que separava Geisel de Frota. Estava bloqueado à esquerda pelo alicate em que Ulysses Guimarães prendia as negociações com o regime. Conversava com Thales Ramalho, transitava em boa parte da bancada do MDB, mas seu caminho acabava na porta do presidente do partido. Podia-se pensar que era um voluntário sem destino.

Antônio Carbone perguntou ao senador: "O senhor pretende conversar com a sociedade civil?".

Petrônio respondeu que sim.*

“Sociedade civil” era uma expressão mágica, saída do acervo dos conceitos hegelianos e reciclada no Brasil pela divulgação da obra do filósofo comunista italiano Antonio Gramsci. No seu significado clássico, designava o conjunto de forças políticas e sociais sem ligação orgânica com a máquina do Estado. No significado presente, encarnava um truque retórico. Surgia um ente que, por civil, não era militar e, por representar a sociedade, também não era partidário. Na sociedade civil cabia de tudo. O *Jornal do Brasil* perguntara a 41 ex-ministros da ditadura se julgavam necessária a reforma das instituições políticas. Afastados da máquina do Estado e, portanto, integrados à sociedade civil, dezessete defenderam as mudanças e 24 não quiseram opinar, mas nenhum sustentara que as coisas deviam continuar como estavam.[2]

Dias depois, Carbone revelou que Petrônio Portella pretendia conversar com a Igreja, as lideranças empresariais e a Ordem dos Advogados do Brasil.[3] O senador já falara com alguns políticos, sem detalhar a expansão da agenda. É provável que tivesse essa ideia, mas nunca a explicitara. Uma vez enunciada, sua essência era óbvia: Petrônio Portella contornaria o MDB.

O primeiro sinal vindo da Igreja, imediato, dificultou-lhe o caminho. O cardeal Arns, de São Paulo, informou que, de parte do clero, deveria procurar a CNBB, “único canal oficial de diálogo para assuntos nacionais”.[4] Para quem conhecia, como d. Arns, a aspereza das relações de Geisel com a cúpula do episcopado, o que se mostrava ao senador era uma porta travada. Petrônio tentaria destravá-la, reunindo-se com d. Ivo Lorscheiter, secretário-geral da Conferência dos Bispos. Sem a Igreja, poderia tentar o empresariado. Para quem conhecia o peleguismo das organizações e das lideranças patronais, não seria ali que ele encontraria interlocutores. Surpreendentemente, uma porta escancarou-se. Raymundo Faoro, presidente da OAB, não só aceitou a ideia, mas anunciou que, mesmo sem ter sido procurado pelo senador, dispunha-se a recebê-lo.[5]

* * *

Cinco meses depois de ter visto uma “porta entreaberta” na redução do quórum das reformas constitucionais, Faoro começava a desempenhar um papel solitário e intelectualmente criativo na política brasileira. Petrônio (a quem a princípio tinha em má conta)[6] queria contornar o MDB, e Faoro entendera ser necessário inverter a agenda oposicionista.

Por suas convicções, expostas n’*Os donos do poder*, era um crítico dos processos de conciliação na história nacional. Acabara de escrever o prefácio da edição venezuelana d’*Um estadista do Império*. Definindo a conciliação que serviu de pedestal ao monumento literário que Joaquim Nabuco dedicara ao pai, Faoro lembrou:

> Patrocinada pelo governo, a Conciliação por meio das influências familiares, locais, pela via dos partidos, deve integrar a ordem conservadora. Essa função legitimará por meio das instituições a monarquia, evitando o debate, o dissídio e a opção em torno das liberdades políticas. Sai desse estado, não o governo representativo, mas o governo tradicional, afirmado pelo jogo, pelo aparelhamento parlamentar, sem as aferições de confiança de baixo para cima.[7]

Para o pensamento e as intenções políticas de Geisel e Golbery, o tom ácido dessa observação era irrelevante. Interessava-lhes, como à monarquia, a função legitimadora. A Faoro interessava iniciar um processo viável de conciliação. Apresentou-o simples, compreensível e quase livre de contradita. Entrincheirou-se na defesa do restabelecimento do *habeas corpus*, suspenso desde dezembro de 1968.

> O *habeas corpus* não é só uma reclamação da sociedade civil, mas uma necessidade do próprio governo, pois a boa autoridade só pode vigiar a má autoridade pelo controle das prisões, proporcionado pelo *habeas corpus*.[8]
>
> Nos fixamos no *habeas corpus* como medida imediata, pois entendemos que a garantia da liberdade física leva à libertação do medo. Este é o primeiro passo para que se obtenha um consenso da nação que é o pressuposto do estado de direito e da legitimidade das instituições.[9]

Parecia pouco, mas era tudo. O minimalismo da proposição embutia uma identidade com a manobra de Petrônio. Faoro afastara-se das principais bandeiras da propaganda oposicionista, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma anistia. A primeira surgira em 1971, durante um seminário do MDB no Recife. Servia mais para demarcar a divisão entre "autênticos" (que a defendiam) e moderados (que a condenavam) do que para mobilizar o partido. Já a anistia ganhava corpo desde que Therezinha Zerbine organizara os primeiros núcleos do Movimento Feminino pela Anistia, em março de 1975. Ao contrário da Constituinte, tinha a força da rua.

Colocadas como premissas, anistia e Constituinte pressupunham a queda ou a radical transformação do regime. O presidente da OAB transferiu-as para o elenco dos objetivos: "A Constituinte é um dos caminhos. Mas não é o único. (...) A anistia é um passo desta pacificação. Não é, talvez, um passo prévio".[10] Pedia o mínimo múltiplo comum.

A agenda enxuta do presidente da OAB retomava a "estratégia incremental" proposta em setembro de 1973 pelo professor Wanderley Guilherme dos Santos, a qual fora duramente criticada no meio acadêmico e pelos "autênticos" do MDB.[11] Sugeria que a ordem política fosse descomprimida por etapas, buscando-se evitar os riscos de uma

“recompressão”. Passados quatro anos, o caminho mostrava-se não apenas funcional, mas também inevitável. O “Pacote de Abril” e a cassação de Lysâneas Maciel e Alencar Furtado haviam neutralizado a vanguarda oposicionista. Um dos primeiros críticos do professor fora o próprio Lysâneas. Ele, como todo o bloco da esquerda parlamentar, supusera possível um restabelecimento da democracia semelhante àquele que, a seu juízo, ocorrera em 1945, com as Forças Armadas derrubando a ditadura.[12] Em 1977 ficara claro que, se os quartéis se movessem, o general Sylvio Frota derrubaria Geisel.

Faoro reconhecia que, “graças ao decoro das autoridades, já foram dados passos muito significativos para o respeito dos direitos humanos”.[13] Poderia ser tomado por conciliador, mas no início de setembro dera um passo de combatente. Entregara a um repórter d’*O Globo* dois longos relatos de torturas. Neles, Aldo Arantes e Haroldo Lima, do PC do B, narravam o que lhes havia acontecido nos DOIs de São Paulo e do Rio de Janeiro entre dezembro e janeiro. Espancamentos, fome e choques elétricos.[14]

O Globo publicara os relatos, na íntegra, em quase uma página.[15] Era um desafio, pois o comandante do II Exército não só negara a tortura de Aldo, como encaminhara à Justiça Militar laudos assinados pelo chefe do serviço médico da 2ª RM e por um legista civil, atestando sua incolumidade. Baseada nessas opiniões, a 1ª Auditoria de Guerra rejeitara a denúncia feita pelos presos. Estava-se diante de mais um episódio da estratégia do embaraço. O governo não tinha como aprofundar a investigação, pois colocaria os torturadores do DOI no banco de testemunhas.

* * *

O general Sylvio Frota atirou de volta seis dias depois da publicação das duas denúncias. Divulgou uma nota oficial condenando os artigos que visavam “atingir o Exército”, com “referências depreciativas e, não raro, insultuosas contra seus integrantes (...) enodoando-lhes a imagem”. Soava como se Frota tratasse das torturas (ou das denúncias) de Aldo Arantes, mas o ministro não queria discutir o porão: “Esta escalada de divulgação de injúrias e falsidades tomou caminhos inaceitáveis, enveredando pela afronta, pública e clara, à cultuada figura do duque de Caxias, acinte vomitado sobre a farda e a espada, símbolo da honra do Exército Nacional. Os militares repelem, indignados, tais ultrajes e provocações descabidas”.[16]

Frota queria repetir 1968. Não deu combate às denúncias de Aldo Arantes e Haroldo Lima. Também não se lançou contra *O Globo*, braço impresso do mais poderoso conglomerado de comunicações do país, aliado e defensor do regime. Pelo contrário, classificou de “contristador” o fato de que “periódicos de reconhecidos conceito e equilíbrio agasalhem declarações de indivíduos condenados por delitos previstos na legislação comum e especial”. Anunciou que processaria os jornais que atacassem o Exército, mas individualizou um alvo livre de embaraços. Sem consultar Geisel, artilhou-se contra uma crônica do jornalista Lourenço Diaféria, publicada uma semana antes na *Folha de S.Paulo*.[17]

Era um comentário romântico. Louvava a conduta de um sargento que morrera em Brasília depois de se lançar num poço de ariranhas do jardim zoológico para salvar uma criança. Contrapunha seu gesto humano à pompa da delirante estátua do duque de Caxias (obra de Victor Brecheret) existente no Centro da cidade. “Prefiro esse sargento herói (...). O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal.”[18]

Diaféria foi preso. A direção da *Folha* decidiu protestar, e o jornal circulou com o espaço do cronista em branco. Ao pé da coluna, informava que o jornalista estava encarcerado. Armara-se a crise com um periódico que por muitos anos evitara embaraçar o governo mas em cuja redação se

cultivavam ódios internos profundos. Desde 1967 a *Folha de S.Paulo* era chefiada pelo jornalista Cláudio Abramo, um intelectual trotskista e telúrico, mestre da técnica de edição, irreverente e elegante, respeitado pelo dono do jornal, Octavio Frias de Oliveira. Abramo dizia que num regime bolchevique nomearia Frias seu ministro da Fazenda ou da Indústria.[19] Frias estimulou-o a reformar o matutino, buscando um caminho que o tornasse pluralista e singular.

Naquele monstruoso prédio da rua Barão de Limeira onde se alternaram terroristas e policiais, Abramo tivera um aliado no filho de Frias — Otavinho —, 33 anos mais jovem que ele. Passara a publicar artigos da nobiliarquia acadêmica oposicionista, abrindo para intelectuais como Marilena Chaui e Fernando Henrique Cardoso um espaço ocupado por assinaturas governistas como a do dignitário frotista Jorge Boaventura, da Escola Superior de Guerra. A *Folha* tinha em sua equipe nomes ilustres como Paulo Francis (fundador do *Pasquim*), Alberto Dines (renovador do *Jornal do Brasil*) e, na ocasião, Mino Carta (criador de *Veja*). Produzira-se aquilo que Otavio Frias Filho viria a chamar de “saco de gatos”.

Alguns gatos, como Abramo, Francis, Carta e Dines, circulavam na redação e escreviam para os leitores. Outros, para o SNI. Uma análise intitulada *O Problema da Infiltração de Esquerda nos Meios de Comunicação de Massa em SP* informara que a contaminação do jornal superava a das outras publicações e que isso se devia ao “integral controle do jornalista comunista Cláudio Abramo que há alguns anos desempenha na empresa um papel de eminência parda”. Acusava-o de esconder as notícias que denunciavam as ditaduras comunistas e de “derrubar os editores de formação democrática”.[20]

Abramo considerara imprudente a decisão de se deixar em branco o espaço da coluna de Diaféria: “Não temos armas para resistir”. Estava certo. O general Hugo Abreu telefonou a Frias no mesmo dia. Sacou munição do plano de combate contra o *Jornal do Brasil* e ameaçou processar a *Folha*

com base na Lei de Segurança Nacional, suspendendo-lhe a circulação por dois meses, prorrogáveis por mais dois.[21] Frias recuou. Retirou seu nome do cabeçalho do jornal, exonerou Abramo da chefia da redação, cancelou a coluna de Dines e suspendeu a publicação dos editoriais. Ao receber o substituto, o jornalista Boris Casoy, Abramo disse-lhe: “Meu caro, assuma o cargo, salve o jornal”.[22]

* * *

A estratégia da tensão começava a determinar os rumos da política nacional. Na tarde de 22 de setembro de 1977, nove anos depois da captura de 693 jovens acampados num sítio de Ibiúna, onde pretendiam realizar um congresso da UNE, os estudantes e o regime reencontraram-se num confronto de grandes proporções. Todos os governos militares e todas as gerações da esquerda juvenil viveram fixados no fantasma da recriação da UNE, dissolvida em 1964. Debaixo desse antagonismo estivera a pretensão megalomaníaca da ditadura, que, já no governo do marechal Castello Branco, supusera possível desmobilizar os estudantes. Inicialmente, o preço do equívoco fora o transbordo de um pedaço da militância universitária para as organizações armadas e, em centenas de casos, para o terrorismo. Em 1970, o chefe do Estado-Maior do Exército calculara que havia no país quinhentos presos políticos. Deles, 56% eram estudantes com uma média de idade de 23 anos.[23] Dos 380 mortos produzidos pela ditadura, pelo menos 114 foram jovens que passaram da política das escolas para a clandestinidade, indo daí à luta armada. Entre os mortos estavam um ex-presidente e quatro ex-vice-presidentes da UNE, mais dezesseis dirigentes de diretórios.[24]

A recriação da UNE, em São Paulo, assombrara o trovejante secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias. Ele se vangloriava: “Tenho 72 mil policiais nas ruas e a possibilidade dos estudantes se manifestarem é

nenhuma”.[25] Os universitários tinham alojado em São Paulo vinte delegações daquilo que deveria ser o III Encontro Nacional dos Estudantes. Na véspera, quiseram organizar um ato público na Faculdade de Medicina da USP, mas Erasmo lhes bloqueara o caminho. A mocidade que começou a chegar à PUC, vinda de outras faculdades, ia tentar de novo. Ocuparam um salão, e havia 2 mil estudantes em frente ao teatro da escola. Apareceu um jovem e anunciou que os delegados estaduais da UNE, reunidos em outro prédio, haviam escolhido a comissão que faria ressurgir a entidade. Chamavam os policiais de “ratos”, e havia perto de mil soldados nas cercanias da PUC.

O secretário de Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, valia pelo que dizia: “Nós almoçaremos essa gente antes que ela nos jante”. (Dias antes do culto em memória de Vladmir Herzog, na Sé.)

As bombas de gás lacrimogêneo fumegaram nos jardins e na rua. Já era noite. A tropa começou uma monumental operação de cerco. Tangia os estudantes para dentro do prédio, encurralando-os. Arrombou e varejou trinta salas de aula. O incêndio de algumas árvores dava um ar de fim de mundo ao episódio. Feriram quatro estudantes, dois deles com sérias queimaduras. Com a intermediação de professores, acertou-se que os jovens desceriam à rua. Quem não fosse da PUC seria preso. A garotada desceu num cordão, de mãos dadas.

Os jovens deixaram a PUC-SP de mãos dadas. Na rua, a polícia deteve 1.700 estudantes. A cena da PUC foi coisa que só acontece de vez em quando: aquela garotada era elite e vanguarda.

Inspecionando-os, Erasmo divertia-se: “Quero ver quem grita ‘Abaixo a ditadura’”. (Esse grito era recente. A obstinação e o radicalismo da *Libelu* tinham arquivado o conveniente e quase bem-comportado “Pelas liberdades democráticas”.)

Assim como em Ibiúna, em 1968, a invasão da PUC tinha na retaguarda uma frota de ônibus e camburões. Detiveram 1.700 estudantes, levaram quinhentos para um quartel da PM e selecionaram 92, que foram remetidos ao DOPS.[26]

Aquilo que parecera repetição de 1968 fora uma provocação inútil. Ao contrário do que ocorrera em Ibiúna, o projeto radical não vinha dos estudantes, mas da polícia. Erasmo assegurava que a UNE não seria recriada quando, por clandestina, sabia que ela podia renascer a qualquer momento, em qualquer lugar, numa assembleia, numa padaria ou numa sala de aula, como sucedeu. Na própria noite da invasão, confrontado com a notícia de que os estudantes haviam criado a comissão organizadora da entidade, o coronel reconheceu o óbvio: “Podem até dizer que instauraram uma República Socialista no Brasil”.[27] A invasão da PUC tivera a tensão por propósito e 1968 por modelo. Os jovens levados para a triagem do quartel da PM tiveram de responder a um questionário com 23 perguntas. Duas delas diziam o seguinte: “Tem conhecimento do movimento estudantil de 1968 e de 1971, que resultou em atos de terrorismo, assalto a banco etc.?”; “Sabe que o atual movimento estudantil está caminhando nos moldes dos movimentos de 1968/71?”.[28]

Os jovens foram obrigados a assinar uma promissória de bom comportamento: “Estou ciente de que se for apanhado novamente, em passeatas, atos ou manifestações de protesto contra o regime, serei enquadrado na Lei de Segurança Nacional”.[29]

A pirotecnia do movimento estudantil amedrontava a ditadura, incapaz de ver nele uma nova manifestação do velho camaleonismo da elite brasileira, mestra na percepção da hora de separar-se das formações políticas decadentes. Todos os jovens detidos na PUC queriam o fim do regime. Muitos queriam o socialismo, mas, assim como se dera em 1945, eram apenas uma minoria barulhenta e significativa numa dissidência transitória do andar de cima da vida nacional. Entre os 693 presos de 1968

no arrastão do Congresso da UNE, em Ibiúna, havia centenas de militantes de organizações esquerdistas convencidos de que a luta armada derrubaria os generais. Deles, 21 (3%) perderam a vida nos calabouços da ditadura e nas matas do Araguaia. Entre os 1.700 detidos na PUC é provável que não houvesse nenhum defensor de guerrilhas urbanas ou rurais. Em alguns casos, a militância de 1968 deixara marcas na vida dos jovens que só viriam a ser apagadas mais de dez anos depois, com a anistia. A militância de 1977 não deixaria marca alguma. Os presos desse ano começariam a integrar a elite dirigente do país já na segunda metade da década de 1980. Em 1968, em Ibiúna, os estudantes eram a desordem. Em 1977, na PUC de São Paulo, a desordem era a polícia.

No dia seguinte à invasão da PUC, o coronel Erasmo Dias proclamava: "Não há mais dúvida de que está de volta a guerra subversiva. (...) O Partido Comunista Brasileiro está agindo". Desde 1975 o Partidão era um espectador ou, em poucos casos, um coadjuvante na agitação estudantil. Um exame do material apreendido na universidade mostraria quão distantes aquelas manifestações estavam do PCB: coletados cerca de 40 mil impressos de 167 títulos, só um deles (três volumes d'*A Revolução de Outubro e a pátria dos comunistas russos*, de Josef Stalin) tinha algo a ver com a ortodoxia bolchevique. Os estudantes liam *O avesso* (com um artigo intitulado "O discurso e o tesão"), *Movimento*, *Porandubas*, *A semente* e até o *Programa de transição de Leon Trotsky* (274 exemplares). Essa pode ter sido a primeira grande apreensão de material considerado subversivo sem as assinaturas fáceis de Lenin, Fidel Castro e Che Guevara.[30]

* * *

Até o arrastão de Ibiúna, a ditadura reprimira prontamente o movimento operário, mas fora tolerante com os estudantes. Em 1977, reprimia o movimento estudantil e subestimava os sinais de mudança que vinham dos

sindicatos do ABC paulista. Combatendo o passado (o fantasma de 1968), não entendia o presente. A ideia de que seria possível uma agitação estudantil sem o dedo dos comunistas não fazia sentido. Menos sentido fazia imaginar que pudesse surgir um movimento sindical vigoroso sem o patrocínio de uma liderança esquerdista.

Em julho a *Folha de S.Paulo* publicara um relatório sigiloso do Banco Mundial, de cinquenta páginas, com três anexos, um dos quais sobre os salários pagos aos trabalhadores. Lá, duas tabelas informavam que, para o Banco, a inflação de 1973 havia sido de 22,5%.[31] Nada a ver com os 15,5% do crepúsculo do delfinato. A Fundação Getulio Vargas (responsável pelo índice) anunciara que refizera a conta, chegando a 20,5%, mas um documento preparado por Mario Henrique Simonsen pouco antes da posse de Geisel pusera outro número no debate: 26,6%.[32] Com o selo do Banco Mundial, a taxa de 22,5% reabria ao mesmo tempo uma discussão econômica e uma campanha sindical. Assim como Faoro contornara os temas genéricos do MDB, Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, contornaria os métodos convencionais de negociação. A fraude de 1973 indicara a extensão do êxito da ditadura na sua política de desmobilização da sociedade. A luta pela "reposição" marcava o início do esgotamento da manipulação e da política que permitia contas mágicas como as da FGV.

A reivindicação de Lula amparava-se numa operação de lógica de ferro. Se a inflação de 1973 fora de 22,5%, os aumentos salariais calculados com base no índice de 15,5% haviam subtraído parte do dinheiro devido aos trabalhadores. Nesse caso, os patrões estariam obrigados a repor o que embolsaram. Nas contas do Dieese, deviam 34,1% sobre os salários de 1976. "Reposição": esse foi o ponto de apoio da alavanca que trouxe os operários de volta à vida política nacional.

Em agosto formou-se uma comissão de trabalhadores em São Bernardo. Distribuíram-se 80 mil panfletos convocando uma assembleia geral, e, na

noite de 2 de setembro, cerca de 5 mil metalúrgicos lotaram o auditório do sindicato, assinaram o livro de presença e engarrafaram o trânsito nas vizinhanças.[33] Na *Tribuna Metalúrgica*, o colunista *João Ferrador*, numa de suas cartas aos ministros do "Brasil grande e potente", chamava os 15,5% de "fajutamento". Ao lado de *Ferrador*, Luiz Inácio da Silva argumentava: "Nossa pretensão se firma em fato e é reconhecidamente justa".[34] [*Veja o documento*] Como o governo impediu que a reposição fosse discutida na Delegacia Regional do Trabalho, ele reclamava que "não podemos ficar sabendo o que os patrões estão pensando sobre o assunto". Ia além: "Nossa discussão é com os patrões e não com o governo".[35] Pela primeira vez desde 1964, uma comissão de sindicalistas era recebida por quatro ministros (Fazenda, Planejamento, Trabalho e Indústria e Comércio). Reuniram-se durante três horas e meia. Era também a primeira vez que o Lula de São Bernardo via um ministro da Fazenda em carne e osso. Os ministros responderam aos sindicatos dizendo que "o governo nem ao menos cogita examinar tal reivindicação".[36] Simonsen e Velloso estavam diante de um novo tipo de líder sindical. Lula dizia: "Se houver possibilidade e se seus associados assim o decidirem, os sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano decretarão greve".[37] O Planalto não temia greves no ABC. Receava apenas que os operários se juntassem aos estudantes, e o SNI mostrou-se aliviado quando Lula, numa de suas primeiras entrevistas à imprensa nacional, dissociou-se da garotada: "O estudante mantém o idealismo por quatro anos, depois passa a explorar a classe operária. Os estudantes estão de parabéns pelo que estão fazendo, seu papel na sociedade é este mesmo, mas não aceito a ideia de tentar envolver a classe operária".[38]

Uma semana depois da invasão da PUC, Petrônio Portella telefonou para Raymundo Faoro. Marcaram um encontro para a tarde de 3 de outubro. Conversaram por pouco mais de duas horas. Na saída, o presidente da OAB tornara-se um admirador da raposa. Quando perguntaram a ele se Petrônio

lhe fizera alguma proposta, protegeu-o: “Se houvesse uma proposta concreta haveria rigidez de comportamento e isso poderia, então, ser confundido até com imposição”.

Constituinte?

“Não se faz uma Constituinte sem a plena vigência do *habeas corpus*, das prerrogativas da magistratura e do direito de reunião.”

Haviam discutido o fim do AI-5: “Não houve divergência quanto às concepções que a OAB faz e ele também para o retorno ao Estado de Direito. É ponto comum a eliminação do arbítrio”.[39]

Só a audácia de Petrônio (e as informações de que dispunha) poderia tê-lo levado a dar semelhante passo. O presidente do Senado preocupava-se com o avanço do apoio à candidatura do general Frota no meio político. Haveria de discutir a questão com familiares e amigos, confessando que se o ministro do Exército prevalecesse sobre Geisel, deveria cogitar a hipótese de asilar-se numa embaixada. Em casa, chegou a mostrar preferência por países de língua espanhola.[40]

1 *Folha de S.Paulo*, 23 de agosto de 1977, p. 4.

* Cena presenciada pelo autor.

2 *Jornal do Brasil*, 28 de agosto de 1977, pp. 1 e 12-5.

3 *O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1977, p. 3.

4 Idem, 9 de setembro de 1977, p. 5.

5 Idem.

6 Raymundo Faoro, junho de 1999.

7 “Informe JB, Lição”, *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1977, p. 6.

8 *Folha de S.Paulo*, 15 de junho de 1977, p. 6.

9 *Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1977, pp. 1 e 14.

10 *Jornal da Tarde*, 12 de setembro de 1977, p. 14.

11 Wanderley Guilherme dos Santos, “Estratégias de descompressão política”, em Wanderley Guilherme dos Santos, *Poder & política*, parte III, pp. 145-211.

12 Idem, p. 182.

13 *Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1977, pp. 1 e 14.

14 Raymundo Faoro e Marcelo Cerqueira, setembro de 1977.

15 *O Globo*, 2 de setembro de 1977, p. 8.
16 *Jornal do Brasil*, 9 de setembro de 1977, pp. 1-2.
17 Para o fato de Frota não ter consultado Geisel, Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 122.
18 *Folha de S.Paulo*, 1º de setembro de 1977, p. 44.
19 Otavio Frias Filho, setembro de 2003.
20 *Informe 1190/31/AC/76 SC1*, do SNI, intitulado *O Problema da Infiltração de Esquerda nos Meios de Comunicação de Massa em SP*, sem autor, de 9 de abril de 1976. AA.
21 Mario Sergio Conti, *Notícias do Planalto*, p. 351.
22 Idem, p. 352.
23 Entrevista do general Antonio Carlos Muricy ao *Jornal do Brasil*, 19 de julho de 1970, p. 5.
24 Levantamento feito com base em Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *Dos filhos deste solo*.
25 Telegrama da Agence France-Presse, de 16 de junho de 1977.
26 *Folha de S.Paulo*, 23 de setembro de 1977, pp. 11-4. Para a invasão da PUC, Renata Rangel, Mario Sergio Conti e Roberto Melo, fevereiro de 2000.
27 *Folha de S.Paulo*, 23 de setembro de 1977, p. 21. A futilidade do uso de tamanho aparato policial para impedir a "recriação" de uma entidade estudantil pode ser mais bem entendida quando se recorda que no governo Kubitschek, durante a visita do secretário de Estado, John Foster Dulles, a diretoria da UNE anunciou que não permitiria sua passagem pela frente da entidade, cuja sede ficava na praia do Flamengo, caminho entre o aeroporto e a residência do embaixador americano. Armou-se um poderoso dispositivo policial, Foster Dulles passou, e o governo sentiu-se vitorioso, até que a UNE declarou que vencera, pois uma hora antes da passagem da caravana de automóveis pela praia do Flamengo transferira sua sede para o prédio da reitoria da Universidade do Brasil, na enseada de Botafogo.
28 *Folha de S.Paulo*, 23 de setembro de 1977, p. 21.
29 Idem, 24 de setembro de 1977, p. 13.
30 *Análise das Manifestações Estudantis de 22 de Setembro Último e da Atuação Policial*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Segurança Pública, outubro de 1977. Arquivo do Deops.
31 *Folha de S.Paulo*, 31 de julho de 1977, encarte *O relatório secreto do BIRD sobre a economia brasileira*, p. 3.
32 Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, p. 92. Ver também depoimento de Mario Henrique Simonsen em *Jornal do Brasil*, 3 de março de 1996, Caderno Especial *Simonsen, o mago da economia*, p. 3.
33 Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, pp. 93-4, e *Folha de S.Paulo*, 3 de setembro de 1977, p. 15.
34 *Tribuna Metalúrgica*, setembro de 1977, p. 3.
35 Bernardo Lerer, "Um bom começo de conversa", *IstoÉ*, 12 de outubro de 1977, p. 10.
36 *Folha de S.Paulo*, 7 e 9 de setembro de 1977, p. 23 para as duas edições. Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo, 1977-1979*, p. 181.

37 *O Estado de S. Paulo*, 7 de setembro de 1977, em Kátia Rodrigues Paranhos, *Era uma vez em São Bernardo*, p. 100.

38 *Apreciação nº 38*, do SNI, marcada "secreto", de 5 de outubro de 1977. Entrevista de Lula a Anamárcia Vaisencher e Bernardo Lerer, "Abertura, para quem?", *IstoÉ*, 21 de setembro de 1977, p. 34.

39 *Jornal do Brasil*, 4 de outubro de 1977, p. 4.

40 Sonia Portella, dezembro de 2002, e André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, *A segunda guerra*, p. 129.

“Um dos dois vai ter que sair”

Duas semanas antes das festas do Dia do Soldado, Geisel dissera a Frota que pretendia ler com antecedência a Ordem do Dia que o ministro divulgaria para a tropa na ocasião. O ministro recusou-se:

“O senhor não confia em mim, se o senhor não tem confiança em mim, exonere-me”.

O presidente ouviu calado e, pouco depois, o general despediu-se:

“O senhor tem mais alguma ordem? Então, com licença!”[1]

Nada adiantaram os argumentos do general Hugo Abreu tentando convencer o presidente a revogar a ordem, uma “enormidade”. Hugo também não convenceu o ministro de que seria melhor obedecer, pois por trás da solicitação indelicada poderia haver uma manobra para levá-lo a um confronto e, dele, à demissão.[2]

Desde o início de julho, Geisel emitira pelo menos um sinal de que pretendia demitir o ministro. Quando Humberto Barreto lançou a candidatura de Figueiredo, a única reprovação que ouviu foi: “Com isso você me dificultou a demissão do Frota”.[3] É certo que até o dia 18 de agosto Golbery não estava persuadido de que ele o faria. A prova disso é que pediu a Antonio Carlos Magalhães que levantasse o caso durante uma viagem em que acompanharia Geisel à Amazônia. O presidente da Eletrobras esperou uma oportunidade, foi à cabine do avião e abriu a conversa. Teve uma resposta enfurecida: “Tiro na hora que quiser. Você não me conhece”.[4]

Frota achava que o presidente já não tinha força para tirá-lo. Tanto não a tinha, que não lhe mandara o texto da ordem do dia e nada lhe sucedera. O general estava no palanque do desfile militar do Dia do Soldado, e Geisel comportava-se como se nada tivesse acontecido.

Quando a cerimônia terminou, o presidente disse ao ministro:

"Gostei muito de sua Ordem do Dia."

"E... o senhor esperava de mim outra coisa?", respondeu Frota.[5]

O general conseguira a demissão de cinco funcionários do governo do estado do Paraná que seus colaboradores classificavam como esquerdistas.[6] Estavam numa lista que entregara ao SNI identificando 96 subversivos infiltrados na máquina do Estado. Quarenta, na esfera federal.[7] No governo gaúcho estava Dilma Rousseff, estagiária da Fundação de Economia e Estatística do governo do Rio Grande do Sul. Libertada no ano anterior, recomeçara a vida em Porto Alegre matriculando-se no curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi demitida.[8] Na fileira das personalidades que seriam agraciadas com a Medalha do Pacificador, Frota incluíra o médico Harry Shibata, o legista que atestara a integridade física de Marco Antônio Coelho e o suicídio de Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e de pelo menos oito pessoas assassinadas no DOI de São Paulo.

Geisel achava que tirava. Tanto tirava que três dias antes o ministro obedecera à sua ordem e lhe mandara o texto que pedira. Viera com um cartão de Hugo Abreu informando: "O general Frota enviou-me, agora, a Ordem do Dia para 25 de agosto. Apressei-me em remetê-la porque sei que o senhor deseja vê-la".[9] (Salvo um erro de datilografia percebido por Geisel, a ordem do dia nada tivera de anormal.)

Um achava que o outro havia cedido quando, na realidade, ambos haviam sido enganados. Eram dramáticos personagens de uma comédia. O texto fora contrabandeado pelo chefe de gabinete de Frota e remetido a Hugo Abreu. O general mentira a Geisel. A essa altura, de acordo com uma lista de incidentes que Heitor Ferreira e Figueiredo viriam a enumerar, o

presidente da República e o ministro do Exército estavam no 17º choque. Nos dois maiores (a demissão dos generais Ednardo do II Exército e Confucio do CIE), Geisel prevalecera. Em nenhum deles Frota se impusera publicamente.[10]

Brasília, 25 de agosto de 1977. A cordialidade de Geisel e de Frota escondia a vitória de um sobre o outro. O presidente achava que disciplinaria seu ministro, obrigando-o a mostrar-lhe com antecedência a ordem do dia que acabara de ler. Frota achava que se impusera ao presidente. Dissera que não mostraria o discurso, e não o mostrou. Os dois estavam enganados.

Jantando em Salvador com o governador Roberto Santos, Frota ocupara o tempo com reminiscências de passagens pela Bahia e com opiniões a respeito do candomblé, sem deixar que o dono da casa levasse a conversa para a sucessão.[11] Movia-se dentro da burocracia militar. Fora ao Rio Grande do Sul para empossar o general Fernando Belfort Bethlem no comando do III Exército e demorara-se quatro dias, recebendo homenagens e visitando quartéis. Durante as idas semanais ao Rio de Janeiro, passara a frequentar a tropa. Inaugurara o Centro de Processamento de Dados e a nova sede (inacabada) do Clube do Exército em Brasília. Tivera 58 dos 147 generais da ativa a cantar-lhe parabéns pelo seu 67º aniversário.[12]

Pode-se comprovar que, até o início de setembro, Frota estava em campanha contra Figueiredo, a abertura e o perigo comunista, mas não

soltou palavra ou insinuação pública que o colocasse como um candidato ostensivo à Presidência. É certo que a destruição da candidatura do chefe do SNI, uma inflexão política e uma caça aos subversivos levariam ao inevitável emparedamento de Geisel e, por gravidade, poderiam conduzi-lo ao Planalto. O limite de sua militância contra Figueiredo foi mostrado mais tarde por Roberto Médici, filho do ex-presidente:

> — General, o senhor tem coragem de assumir um movimento contra Geisel, na sua determinação de fazer Figueiredo seu sucessor?
> Respondeu-me:
> — Não, Roberto, tenho coragem de, na conversa que provocarei envolvendo o nome de Figueiredo no tema sucessão, se desacatado, dar-lhe uma bofetada. Até um tiro. Mas conspirar contra ele, minha formação militar me impede.[13]

Segundo o general Adyr Fiúza de Castro, amigo de Frota e fundador do CIE, o ministro havia estado com Geisel e dissera-lhe que achava inconveniente a escolha de Figueiredo. “De modo algum isso passa pela minha cabeça. Você pode se tranquilizar. Eu só vou cogitar da sucessão em 1978”, teria respondido o presidente.[14] Geisel dissera a mesma coisa a Hugo Abreu.

No Planalto, as notícias eram inquietantes. Um documento de nove folhas informava que Médici se afastara do chefe do SNI, passando a uma posição de neutralidade, e alertava para o risco de se romper a “unidade da Revolução”. Dizia ainda que “o general Frota identifica-se cada vez mais com as aspirações da tropa”, e o chefe do SNI com uma “‘abertura’ impossível”. O documento trazia um aviso: os partidários do ministro do Exército anteviam “uma crise militar que imporia a necessidade de um endurecimento em face das possibilidades de um retorno a uma situação idêntica à de 1968”.[15] O SNI, mantendo-se no hábito de atribuir suas

opiniões aos outros, encaminhava o que seria a análise de diversos jornalistas:

> Revelando certo conhecimento da situação predominante no Alto-Comando do Exército, consideram que em seu seio há divergências de opinião, com altos chefes que apoiarão quem for indicado pelo Sr. Presidente da República, outros simpáticos à pessoa do Ministro do Exército e outros ainda francamente contrários ao Ministro do Exército como candidato presidencial.
>
> (...) Há comentários generalizados de que o noticiário feito pela imprensa, atingindo a oficialidade e mesmo aos sargentos, poderá levar a um divisionismo das Forças Armadas, em particular no seio do Exército.[16]

Circulava no Congresso o texto de um *Relatório Especial de Informações* assinado pelo comandante do III Exército, general Fernando Bethlem.[17] Concluía que a abertura política era coisa inviável. Denunciava a existência de uma conspiração de banidos, intelectuais, jornalistas, padres e empresários que pediam a "volta ao Estado de Direito" e a "redemocratização do país" com o objetivo de devolvê-lo "aos idos de 61-62 e 63, onde predominaram os desmandos administrativos, a corrupção moral, a inversão de valores, a quebra da disciplina, a desmoralização da autoridade, a demagogia, o 'peleguismo', o avanço dos comunistas e dos corruptos". Ao governo, "delegado da Revolução Democrática", caberia cuidar de que isso não acontecesse.[18] [*Veja o documento*] Má notícia. Não só porque alinhava o comandante da mais poderosa unidade militar do país com a retórica frotista, mas porque Geisel sempre respeitara Bethlem. Em 1974, quando teve de substituir às pressas o general Dilermando Gomes Monteiro, que fraturara uma perna andando de bicicleta, cogitara colocá-lo

no Gabinete Militar. No início de 1976, Hugo Abreu chegara a incluí-lo numa lista das prováveis alternativas para ministro do Exército.[19]

Heitor Ferreira registrara: “Petrônio meio em pânico com Frota no Congresso”.[20] A ansiedade do senador refletia a movimentação da base parlamentar do ministro. Numa bancada de 204 cadeiras, os frotistas acreditavam contar com noventa deputados. Deles, quarenta seriam votos certos e cinquenta, simpatizantes.[21] A candidatura do general fora lançada na Câmara por Siqueira Campos, um parlamentar subalterno, quase pitoresco por sua obsessão de criar o estado de Tocantins. Outro deputado reforçara o gesto. Avisava que, em outubro, Frota viajaria pelo país, aceitando homenagens de diversas câmaras de vereadores.

Na segunda metade de setembro, aparecera nas articulações do frotismo um eterno personagem das conspirações militares. Era o general Jayme Portella de Mello. Paraibano miúdo e audacioso, tinha 66 anos, conspirava desde 1950, mas estava na reserva desde 1973. Fora do esplendor ao ocaso entre agosto e setembro de 1969, como chefe do Gabinete Militar da Presidência, nos dias seguintes à isquemia cerebral de Costa e Silva. Parira e embalara uma junta militar, e vira-se fulminado pela ascensão de Orlando Geisel ao Ministério do Exército. Humilhado pelo oferecimento de uma função equivalente à de chefe da mordomia do marechal entrevado, caíra para um comando de segunda (a 10ª Região Militar, com sede em Fortaleza) e acabara no “canil” da 3ª Subchefia do Departamento Geral de Serviços. Ernesto Geisel conhecia-o desde os anos 1930, quando fora seu comandado na Paraíba. Detestavam-se desde a década de 1950. Em 1964, o general pusera-o para fora do Conselho de Segurança Nacional. Era uma velha e profunda inimizade, que ressurgia num cenário assombroso. Tudo aquilo que o ex-chefe do Gabinete Militar do marechal Castello Branco não queria que lhe sucedesse (ser enquadrado pelo ministro do Exército) parecia estar acontecendo. Com o general Portella no elenco adversário, revivia um pesadelo. Em dezembro de 1965 a candidatura de Costa e Silva fora lançada

por um inexpressivo deputado goiano (Anísio Rocha), levado por Jayme Portella ao gabinete do marechal. Em setembro de 1977, outro inexpressivo deputado goiano (Siqueira Campos) lançara a de Frota.

O general Portella procurara o repórter Tarcísio Holanda, do *Jornal do Brasil*, seu antigo conhecido, proporcionando-lhe a oportunidade de entrevistar o marechal Odylio Denys (ministro da Guerra de Jânio Quadros) e os dois sobreviventes do comando revolucionário de 1964. Eram o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco Correia de Mello. Fósforos riscados, úteis apenas para armar a protofonia de uma sucessão de pronunciamentos de ex-dignitários do regime. Jayme Portella pretendia replicar a manobra de janeiro de 1966, quando Costa e Silva firmara sua posição de candidato almoçando publicamente, no Museu de Arte Moderna, com os marechais Mascarenhas de Moraes (ex-comandante da FEB) e o mesmo Odylio Denys.

O general e o jornalista encontraram-se num apartamento da Superquadra Sul 107, em Brasília. A presença de parlamentares dava aparência de comitê eleitoral ao lugar. Alguns telefones de campanha, ar de aparelho. Chamavam-no "A Empresa". Enquanto aguardava, Tarcísio viu que Portella estivera reunido com uma comitiva parlamentar. Nela havia notórios frotistas, mas também figuras de maior peso, como dois vice-líderes da Arena (Marcelo Linhares e Cantídio Sampaio) e o senador Jarbas Passarinho, ex-ministro de Costa e Silva e Médici.[22]

Um deputado governista sugerira a Ulysses Guimarães que visitasse Portella, para "ouvir as ofertas que o grupo do general Frota queria fazer à oposição". O presidente do MDB disse que ia pensar e foi cuidar da sua vida.[23] Num espetáculo de inédita maturidade política, nenhum oposicionista, com ou sem mandato parlamentar, metera-se na encrenca. Ao contrário do que sucedera desde a proclamação da República, não havia vivandeiras da oposição nos bivaques da crise. A extravagância a que

chegara o poder militar era assunto exclusivo dos granadeiros que a sustentavam.

O general Portella disse a Tarcísio Holanda que Geisel e Golbery estavam destruindo a Revolução e se fazia necessária uma resposta. Por isso, sugeria-lhe que entrevistasse o almirante e o brigadeiro. Queria sigilo. Com mais de vinte anos de experiência e uma doce nostalgia esquerdista, Tarcísio telefonou para o marechal Cordeiro de Farias, seu velho amigo. No dia seguinte tomaram café juntos. Com mais de meio século de conspirações na biografia, sobrevivente da Coluna Prestes e profeta do deslizamento de Costa e Silva para a ditadura, Cordeiro anotou pontos da conversa, sobretudo nomes. Foi ao Planalto e contou tudo a Golbery.[24] Estava-se nos primeiros dias de outubro.

Brasília passava por um novo surto de panfletagem. Os *Voluntários da Pátria*, mudos desde julho de 1975, fizeram três disparos. No primeiro, informaram que "o propósito da camarilha Geisel-Golbery, é acabar com a Revolução". No segundo, denunciavam: "A escolha palaciana geisel-golberyana representa uma clara subversão dos métodos de escolha revolucionária. Os militares que arriscam suas vidas pelo bem do país serão postos de lado para que o trabalho dos corruptos não seja prejudicado".

No terceiro alvejavam Figueiredo: "Repudiamos a compra de estrelas com a cobertura da corrupção. As promoções militares têm de continuar sendo o resultado dos méritos acumulados na vida de caserna e no serviço desinteressado ao país e não o instrumento para a satisfação de ambições pessoais".[25]

É desses dias um informe guardado por Heitor Ferreira:

Questão sucessória

Notícias de três áreas diferentes — Brasília, Rio de Janeiro e Fortaleza/CE. Fonte: oficiais-generais

— Aumentam, em rápida progressão, os indícios de que o Exército está se dividindo por causa do debate sobre a sucessão.

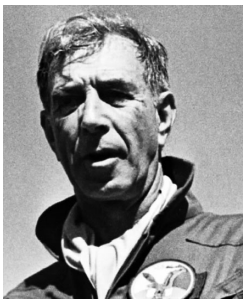
— O general Figueiredo é apontado, por aqueles que não veem nele uma boa solução, como um risco de favorecimento do retorno das esquerdas. (Haja vista a infiltração nos órgãos públicos.)

— O ministro do Exército é visto, por adeptos de sua candidatura, como o melhor remédio contra essa ameaça. Ele próprio vai se convencendo disso.

— O general Frota tem ainda a seu favor a tese da hierarquia.

— Preservação da hierarquia, em hora de crise, e combate às esquerdas, em qualquer situação, são duas teses que sensibilizam positivamente a grande maioria do Exército. Poderão influenciar preferências por uma candidatura que as assegure, e com elas a união dentro do Exército, mesmo que o candidato não exiba as melhores qualificações para a presidência da República. (...)

— O general Jayme Portella de Mello é um importante articulador da candidatura Frota, com atuação já registrada entre parlamentares, no Rio de Janeiro e em Brasília.[26]



Délio Jardim de Mattos

Anotando um informe que recebera de São Paulo, no qual se dizia que "o ministro do Exército está sensibilizando a área militar", Figueiredo escrevera: "Parte". À afirmação de que "o Chefe do SNI só conta com o apoio efetivo do presidente", respondera: "Também não é tanto assim".[27]

* * *

No dia 4 de outubro, quando os jornais noticiavam o encontro de Petrônio Portella com Raymundo Faoro, Frota deu um passo inexplicado. Era uma terça-feira, dia de despacho rotineiro com o presidente, e o ministro não apareceu. Pior: sua assessoria informou que ele não comparecera ao despacho porque "não tinha nenhum assunto a tratar com o presidente". "Como é possível que com esse embrulho todo ele não tenha o que tratar comigo?", perguntou Geisel a Hugo Abreu.[28]

À noite, o presidente recebeu no Alvorada seu amigo Délio Jardim de Mattos. O brigadeiro não comandava mais nada. Estava no Superior Tribunal Militar. Calmo e irreverente, passava pelas crises como se elas fossem coquetéis. Na véspera, dissera a Golbery que Frota lhe tirara o sono. No palácio, foi direto: "Substitua o ministro enquanto é tempo".[29] No dia seguinte, Délio assegurou a Heitor Ferreira: "Geisel tira o Frota até dia 15".[30] Quarenta e oito horas depois, Geisel reuniu-se com o general Reynaldo Mello de Almeida. Ele também estava no STM. Um ano antes, como comandante do I Exército, dissuadira o presidente da ideia de demitir o ministro. Temera uma crise militar capaz de derrubar o governo. Agora, não via alternativa.[31] Depois dessa conversa, Geisel não conseguiu dormir.[32]

"As coisas se aceleram", avisou Golbery a Heitor Ferreira.[33]

As coisas se aceleravam também na "Empresa". Depois de passar pelo gabinete de Frota, o deputado Marcelo Linhares divulgara uma nota acusando o partido governista de marginalizar o Alto-Comando do Exército na sucessão presidencial.[34] Em seguida, discursou outro deputado, dessa vez pedindo a Geisel que considerasse o nome do ministro do Exército quando fosse escolher seu substituto. Era o quinto a subir à tribuna para dizer a mesma coisa.[35] A essa altura, o general Hugo Abreu sabia (mas não contara ao presidente) que Frota expusera a dois interlocutores, um no Rio e

outro em Brasília, a tese de que o Exército não aceitaria nem ficar à margem dos acontecimentos, nem que a hierarquia fosse ultrapassada.[36] O Exército, acreditava Frota, era ele.

Geisel reuniu-se no Alvorada com Golbery na sexta-feira, dia 7.[37] Tudo indica que discutiram a demissão do ministro. À noite, durante um jantar, Golbery revelou um segredo a Humberto Barreto: "Fique quieto. Até quarta-feira o assunto estará liquidado".[38] De novo, Geisel não dormiu.[39]

O dia seguinte foi um sábado ensolarado. Hugo Abreu preparava-se para jogar uma partida de futebol de salão, quando foi chamado ao Alvorada. Geisel recebeu-o na biblioteca: estava resolvido a demitir Frota. Era coisa para logo, mas não lhe disse quando, assim como não disse quem poria no lugar.

Dessa conversa há duas narrativas.

Hugo Abreu sustentou que "lembrei ao Presidente a delicadeza da decisão a ser tomada, a possibilidade de estar-se baseando em dados não corretos e fabricados pela paixão dos acontecimentos", pedindo-lhe "tempo para analisar o problema em profundidade".[40]

Geisel contou-a assim: "Eu lhe disse 'Vou tirar o Frota'. Ele ainda ponderou: 'Não faça isso...' Respondi: 'Já está resolvido, não adianta você falar porque eu vou tirar'".[41]

Hugo sabia-se derrotado. Nos últimos meses fizera o possível para preservar o ministro. Não era partidário de sua candidatura, mas via nele um obstáculo à de Figueiredo. Marcaram uma nova conversa para a segunda-feira, quando viajariam juntos para o Rio. Hugo Abreu acreditou que lhe caberia a responsabilidade da montagem do esquema militar que ampararia a providência.

À noite, Brasília tinha uma grande celebração. Era o casamento de Tatiana, filha de Lilian e Humberto Barreto. A presença do general Moraes Rego, comandante da guarnição de Campinas, passara despercebida. Amigo dos pais da noiva, nada mais natural que estivesse ali. Na verdade, viera

porque sua mulher lhe contara que Lucy Geisel insistira muito no convite. “Eu disse: ‘Isso é fumaça de cacique’. Pedi licença com desconto nas férias, paguei a passagem do meu bolso e fomos.”[42] No domingo, o general e o presidente caminhavam em volta da piscina do Riacho Fundo. Geisel revelou-lhe aquilo que talvez só Golbery soubesse: “Vou tirar o Frota quarta-feira, dia 12, feriado. Você vai voltar a São Paulo amanhã para avisar ao Dilermando. Vai dizer-lhe também que ele não será o novo ministro. Vai ser o Bethlem”.[43] Estavam protegidos o bispo e a torre do rei: o III Exército, com a escolha de Bethlem, e o II, com o alerta a Dilermando.

Na segunda-feira, o presidente viajou para o Rio. Só então contou a Hugo Abreu a data da demissão de Frota e o nome do novo ministro. Na pérgola das autoridades da Base Aérea do Galeão, levou para uma sala o general José Pinto de Araujo Rabello, comandante do I Exército. Tinham servido juntos nos anos 1930, um como capitão e o outro como tenente. Geisel fizera questão de promovê-lo à quarta estrela, e o chefe do Gabinete Militar registrara: “Pode-se contar com sua lealdade”.[44] Numa ditadura que transformava o generalato em ribalta, o tímido José Pinto fora um dos primeiros oficiais a chegar à quarta estrela sem que nada se soubesse de sua vida ou de suas ideias.

José Pinto Rabello

— Vou tirar o Frota agora, dia 12, de modo que você se prepare — disse-lhe o presidente.

— Já vai tarde, já deveria ter tirado há muito tempo. Não há problema. Isso aqui está garantido, é área minha — respondeu o general.[45]

Defendera a rainha.

Enquanto Geisel estava no Rio, o SNI registrara a presença de três senadores e um deputado no gabinete de Frota. Um deles, Francisco Rollemberg, fora chamado pelo ministro logo depois de concluir um discurso na Câmara. O Serviço narrou o que sucedera no gabinete: "Lá [Rollemberg] encontrou Paulo Salim Maluf. Conversaram duas horas... Ambiente muito tranquilo. Disse [Frota] que não era candidato, mas esperava que o sr. presidente o indicasse em janeiro de 1978. Disse, ainda, que se for presidente governará com políticos e não com partidos. (...) A 'Empresa' continua".[46]

No início da tarde de terça-feira, o general Hugo Abreu mostrou a Geisel seu plano de ação. Frota seria chamado às nove da manhã seguinte. Exatamente àquela hora, um general levaria a notícia a José Pinto (que já a sabia). Um coronel do Gabinete Militar falaria pessoalmente com Dilermando (que também sabia). Um terceiro iria a Bethlem, cuidando de manter um jatinho HS no Galeão, pronto para levá-lo a Brasília. Bethlem estava de férias no Rio. Outros dois coronéis iriam aos comandantes do IV Exército e da Amazônia. Por via das dúvidas, Kurt Pessek, o assistente-secretário de Hugo, deveria notificar o comandante da Brigada Paraquedista, na Vila Militar. Se fosse o caso, a Brigada poderia ser deslocada para qualquer ponto do país.[47] Geisel não lhe contou que montara um dispositivo paralelo.

O senador José Sarney almoçava no Centro do Rio com dois jornalistas. Estava tenso e contido. "É. Um dos dois vai ter que sair."[48]

Golbery avisara ao pessoal de serviço na Imprensa Nacional que no dia seguinte, mesmo sendo feriado, rodariam uma edição do *Diário Oficial*.[49]

Hugo Abreu chamara ao palácio o comandante militar do Planalto, general Heitor Furtado Arnizaut de Mattos. Comunicara-lhe que o ministro seria demitido na manhã seguinte e pedira a ele que alertasse o comandante da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, uma das principais unidades do Distrito Federal. Era o general França Domingues. Casado com a filha de Orlando Geisel. Ele também já sabia, pois fora instruído pelo presidente. França convocou uma reunião com seus oficiais para as oito da manhã e moveu suas tropas, colocando duas companhias de infantaria nas proximidades da residência oficial de Frota.[50] Era a defesa do rei.

Frota fechou o expediente e foi para casa. Levou no carro o amigo Armando Daudt d'Oliveira, que o visitava em Brasília.[51] À noite, foi ao cinema. Uma festa de black-tie, na sala restaurada do Cine Brasília, onde se comemorava a abertura da semana do cinema americano. Frota viu *007, o espião que me amava*.[52]

1 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 469.

2 Para o episódio, Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 121. Para a data, *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 10 de agosto de 1977. APGCS/HF.

3 Humberto Barreto, dezembro de 1999.

4 Antonio Carlos Magalhães, janeiro de 2000.

5 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 471.

6 *Jornal do Brasil*, 26 de novembro de 1977, p. 8.

7 Para a lista, *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1977, pp. 22-3, e Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 364.

8 Ricardo Batista Amaral, *A vida quer é coragem*, pp. 90-1.

9 Xerox de um cartão manuscrito de Hugo Abreu a Geisel, de 22 de agosto de 1977, anotado por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

10 Uma folha de Heitor Ferreira, visada por Geisel, e um bilhete de Figueiredo, sem data, posteriores a 12 de outubro de 1977. Heitor intitulou-o *A Cousa ou A Guerra das Oportunidades Perdidas*. APGCS/HF.

11 Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, comandante da 6ª RM, presente ao jantar, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 195.

12 Para os generais, Walder de Góes, "Crise na cidade desarmada", *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1977, Caderno Especial, p. 3.

13 Roberto Nogueira Médici, *Médici*, p. 63.

14 Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 193.

15 Nove folhas, do segundo semestre de 1977, sem assinatura. Para Heitor Ferreira, o autor desse documento pode ter sido o ex-ministro Costa Cavalcanti, que na época presidia a binacional Itaipu. APGCS/HF.

16 *Apreciação Especial nº 04/15/AC/77*, rubricada pelo general Sebastião Ramos de Castro e marcada "secreto", de 22 de julho de 1977. APGCS/HF.

17 Para o fato de esse relatório estar circulando no Congresso em outubro, Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, pp. 134-5.

18 *Relatório Especial de Informações — Confidencial nº 01/77 — E2*, intitulado *Apreciação da Área Política Nacional*, de 5 de setembro de 1977. APGCS/HF.

19 *Informação para o Sr. Presidente*, de Hugo Abreu, intitulada *Problemas do Exército*, carimbada "secreto", sem data, do início de 1976. APGCS/HF.

20 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 23 de setembro de 1977. APGCS/HF.

21 Uma folha, marcada "confidencial", do general Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, de 12 de dezembro de 1977, narrando uma conversa com o deputado frotista Francisco Rollemberg. APGCS/HF.

22 *Sete Dias da Semana*, 30 de outubro de 1996.

23 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 160.

24 Tarcísio Holanda, em *Sete Dias da Semana*, 30 de outubro de 1996. Tarcísio Holanda, janeiro de 2004.

25 Três panfletos. Um deles, com o envelope, postado em 3 de outubro de 1977, endereçado a Lurdes Pena Maciel, secretária de Golbery. APGCS/HF.

26 Uma folha, sem data nem assinatura, possivelmente do SNI. APGCS/HF.

27 Duas folhas, sem autor, de 5 de outubro de 1977, anotadas por Figueiredo. APGCS/HF.

28 *Veja*, 14 de março de 1979, p. 51.

29 *O Estado de S. Paulo*, 6 de novembro de 1977, p. 5.

30 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 5 de outubro de 1977. APGCS/HF.

31 General Reynaldo Mello de Almeida, agosto de 1998.

32 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 128.

33 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 6 de outubro de 1977. APGCS/HF.

34 Walder de Góes, *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1977, Caderno Especial *Antes e depois da queda de Frota*, p. 1.

35 *Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1977, p. 3.

36 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 127.

37 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 7 e 8 de outubro de 1977. APGCS/HF.

38 Humberto Barreto, abril de 2000.

39 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 128.

40 Idem.

41 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 406.

42 General Gustavo Moraes Rego, dezembro de 1993.

43 Depoimento do general Moraes Rego em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 67.

44 Conjunto de cinco folhas, duas grampeadas e três soltas, com dados para a promoção de dois generais à quarta estrela em 31 de julho de 1976, enviadas por Hugo Abreu a Geisel e carimbadas "confidencial". APGCS/HF.

45 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 406. Ernesto Geisel, outubro de 1985.

46 Uma folha do coronel Hélio Bernd, do SNI, a Heitor Ferreira, de 11 de outubro de 1977. APGCS/HF.

47 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, pp. 132-3.

48 José Sarney, outubro de 1977.

49 Walder de Góes, em *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1977, Caderno Especial *Antes e depois da queda de Frota*, p. 2.

50 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 134. Ver também o depoimento de Geisel e do general Roberto França Domingues em Ronaldo Costa Couto, *História indiscreta da ditadura e da abertura*, pp. 225 e 229. Para a hora da reunião convocada pelo general, Armando Falcão, *Geisel*, p. 243. Para o deslocamento das duas companhias de infantaria, Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 508.

51 Armando Daudt d'Oliveira, maio de 1988.

52 Para o filme, *Correio Braziliense*, 11 de outubro de 1977, 2º Caderno, p. 7. Para sua presença, José Maria de Toledo Camargo, *A espada virgem*, p. 221.

Um saiu

Em Brasília o dia 12 de outubro de 1977 era feriado em louvor a Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil e da cidade. Exceto a consagração dos quatro sinos do campanário da catedral, distante um quilômetro do palácio do Planalto, nada se esperava que sucedesse naquela quarta-feira. Era Dia da Criança. O Eixão, a grande avenida que corta a capital, estava fechado ao trânsito para que a garotada pudesse brincar. Às 8h30, logo depois de chegar ao palácio, o presidente da República, Ernesto Geisel, mandou comunicar ao ministro do Exército, Sylvio Frota, que desejava vê-lo ainda naquela manhã.[1]

Os dois sentaram-se à mesa de reuniões do salão de despachos do presidente.

> — Frota, nós não estamos mais nos entendendo. A sua administração no ministério não está seguindo o que combinamos. Além disso você é candidato a presidente e está em campanha. Eu não acho isso certo. Por isso preciso que você peça demissão.
> — Eu não peço demissão — respondeu Frota.
> — Bem, então vou demiti-lo. O cargo de ministro é meu, e não deposito mais em você a confiança necessária para mantê-lo. Se você não vai pedir demissão, vou exonerá-lo.[2]

Em menos de cinco minutos a audiência estava encerrada. Frota levantou-se, ficou em posição de sentido por um instante e foi-se embora.

Ele batalhou. Passou em casa para pegar uns papéis e seguiu para seu gabinete, no quartel-general. De lá, convocou uma reunião do Alto-Comando. Chamou os três comandantes de exércitos que estavam em seus postos e, também, três generais de quatro estrelas que aproveitavam em outras cidades o feriado de Brasília. O chefe do Estado-Maior, Fritz Manso, estava no Piauí. Os comandantes de três dos quatro exércitos viriam em voos comerciais e chegariam no meio da tarde.*

O primeiro telefonema foi para o general Dilermando Gomes Monteiro.

— Oh! Mas como foi isto, ministro? — disse-lhe o comandante do II Exército. (Ele já fora avisado, havia pouco, por um dos emissários de Hugo Abreu e, pelo menos um dia antes, pelo general Moraes Rego.)[3]

Em seguida, Dilermando avisou ao Planalto que Frota convocara o Alto-Comando. Começava a batalha de telefonemas, com Frota esperando sua tropa, enquanto Hugo Abreu e Geisel chamavam os generais ao Planalto. O combate, cerimonioso, seria travado no aeroporto de Brasília.

O oficial de permanência do Centro de Informações do Exército telefonou para o chefe da sua seção de operações, tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, convocando-o ao *Forte Apache* para ordenar-lhe a única missão de movimento de tropa do dia dada por Frota.

Treze anos antes, na tarde de 31 de março de 1964, o capitão Ustra recebera a missão de sair da Vila Militar do Rio de Janeiro com uma bateria do 8º Grupo de Canhões Automáticos de 90 milímetros, na direção das montanhas mineiras, onde estavam as tropas rebeldes do general Olympio Mourão Filho. Deveria lutar pelo mandato de João Goulart. Não tinha disposição de fazê-lo, nem foi preciso. Jango caiu na tarde de 1º de abril. Entre outubro de 1969 e dezembro de 1973 Ustra comandara o DOI do II Exército, em São Paulo. Nesse período, aproximadamente 2 mil pessoas passaram pelo pior cárcere da ditadura.[4] Delas, 502 denunciaram torturas e

pelo menos quarenta foram assassinadas.[5] Desde dezembro de 1974, o tenente-coronel Ustra chefiava a seção de operações do CIE, onde serviam dez oficiais e por volta de cinquenta sargentos e cabos. Nos últimos tempos tivera poucos guerrilheiros para perseguir. Fazia inimigos enfrentando alguns oficiais que descobriam guerrilhas na Amazônia ou no Rio Grande do Sul, com o propósito de abandonar a rotina de Brasília e embolsar diárias de viagem.[6]

O *Major Tibiriçá* do DOI recebeu do chefe do CIE, general Antonio da Silva Campos, a missão de ir ao aeroporto de Brasília garantir a segurança dos quatro-estrelas que voavam para a capital.[7] Ele sabia que Frota e Geisel estavam desentendidos, mas, conforme recordaria onze anos depois, não lhe disseram que o ministro fora exonerado: "Eu achava que o Alto-Comando ia decidir". Pelo que lhe contaram no CIE, a tropa da Polícia do Exército já tomara o aeroporto. A equipe do tenente-coronel somava doze homens. Um deles era o major Sebastião Rodrigues de Moura, o *Curió* do Araguaia. Ustra tornara-se exemplo de oficial do Exército que exterminara a esquerda armada nas cidades. *Curió* simbolizava a tropa que, em menos de dois anos, matara cerca de sessenta guerrilheiros do PC do B nas matas do sul do Pará. À frieza de um correspondia a teatralidade do outro. Enquanto Ustra se recolhera à rotina do CIE, *Curió* começava a despontar como o senhor das terras e das águas do Araguaia, onde distribuía prebendas, lotes e ameaças.

A tropa do CIE deveria esperar os generais na pista. Informariam que estavam ali para levá-los à reunião do Alto-Comando, no *Forte Apache*. Ustra surpreendeu-se ao verificar que a Polícia do Exército não tomara o aeroporto. Da tropa prometida, apareceram só alguns soldados. Dispensou-os: "Para que meter soldadinhos naquilo?". O saguão tinha a placidez dos feriados brasilienses, salvo pela presença de agentes do SNI e de quadros da Escola Nacional de Informações (onde o tenente-coronel servira como instrutor) fotografando e filmando a delegação do CIE. Era o dispositivo de Hugo Abreu. Começara a batalha.

Os primeiros generais a chegar a Brasília, no mesmo voo, foram Dilermando Gomes Monteiro e Arnaldo Calderari, diretor do Material Bélico. Ustra acercou-se de Dilermando e informou-o de que estava lá para facilitar sua ida ao *Forte Apache*, onde Frota o esperava. Caminhavam, quando veio um major do Gabinete Militar. O comandante do II Exército afastou-se para conversar com ele. Na volta, avisou:

> — Ustra, você diga ao Frota que vou atender a um chamado do presidente e depois telefono.
> — O senhor está bem? Não está lhe acontecendo nada? — perguntou o tenente-coronel.
> — Nada.[8]

Ustra aproximou-se de Calderari, um amigo de Frota: "Ele saiu do avião, andou toda a pista e quando estava no portão do aeroporto, em frente ao carro, eu já tinha dito umas dez vezes que havia uma reunião do Alto-Comando. Ele ouvia e não dizia nada. Até que o genro dele, um coronel da reserva, me disse: 'Ustra, ele vai falar com o presidente'".[9]

José Pinto, comandante do I Exército, passou batido, sem dar atenção aos mensageiros.[10] Argus Lima, comandante da tropa do Nordeste, foi alcançado por um telefonema de Frota no Recife e por outro de Geisel, no avião.[11] Também foi para o Planalto.

Tibiriçá estava sentado num dos bancos do aeroporto. Tinha *Curió* ao lado. Cada um na sua função, em épocas e lugares diferentes, ambos haviam participado das principais ações, êxitos e crimes da "tigrada". *Curió* reclamou. Achou que *Tibiriçá* deixava barato para os generais.

"Se você quiser, se revolte e arque com as consequências", respondeu Ustra.[12]

A "tigrada" do CIE estocara uns trezentos coquetéis-molotovs num depósito do quartel-general.[13] A manhã de sol do feriado da crise levara

para o QG um general em uniforme de campanha e um coronel de bermudas.

Quem quisesse se revoltar, que se revoltasse, mas arcaria com as consequências. Afora algumas fanfarronadas que Frota não incentivou e muito menos permitiu que prosperassem, ninguém se revoltou.

A indisciplina militar não tinha cartas.

O ministro demitido divulgou um manifesto denunciando a "complacência criminosa com a infiltração comunista e a propaganda esquerdista" num cenário em que "via ruir, fragorosamente, o edifício revolucionário".[14]

Mostrava provas:

> — O estabelecimento de relações com a República Popular da China, que defende, precisamente, valores antagônicos aos nossos.
> — O reconhecimento precipitado do governo comunista de Angola, só explicável pela ânsia ideológica de prestigiá-lo.
> — A criação de uma revista socialista em Paris, editada em português e destinada à difusão no Brasil.
> — As investidas constantes para destruir e tornar inócua a estrutura da segurança nacional. (...) Permitem-se maldosas campanhas de descrédito dos órgãos de informações e segurança, visando apresentar seus componentes como bestiais torturadores.

O manifesto de Frota soou anacrônico. Ao contrário das peças do gênero, ele não refletia um argumento de ocasião, mas a sincera convicção do general. Ele estava seguro de que Ernesto Geisel era um esquerdista e que seu governo levava o Brasil para o socialismo.[15] Em suas memórias, repete isso pelo menos onze vezes.[16] Via no presidente uma pessoa de "tendências socialistas", e em seu governo um "governo comprometido espiritualmente com as correntes de esquerda"[17] em "obsessiva marcha para

a esquerda”.[18] O general suspeitava que Geisel “escondia (...) uma vocação socialista” num ambiente “criptossocialista”. Lembrava-se de ter ouvido o próprio presidente afirmar que sentia “simpatia pelas correntes de esquerda”[19] e, textualmente: “Eu não sou infenso às esquerdas...”[20] Muitas vezes os textos e discursos dos generais refletiam a astúcia do momento, como se pode ver em inúmeros discursos de Geisel. A simetria existente entre o que Frota falava quando estava no governo e o que escreveu quando ficou fora dele informam que acreditava no que dizia.

No Congresso ninguém se animou a comentar a proclamação. Um entendimento entre as lideranças mantivera o Legislativo fora da briga. Pouco depois da hora do almoço, o presidente da OAB, Raymundo Faoro, dormia num quarto de hotel de Olinda e foi acordado por Petrônio Portella: “Cuidado com suas andanças. O trânsito está muito ruim, perigoso”. Faoro estranhou, pois nada vira de anormal, nem sabia o que estava acontecendo em Brasília.[21] Petrônio, mais uma vez, temia terminar o dia asilado numa embaixada.

Entre a audiência em que foi demitido por Geisel e a cerimônia em que transmitiu o cargo ao general Fernando Bethlem, passaram-se cerca de dez horas. Nelas, Frota esperou que a anarquia desse um golpe disciplinado, hierárquico.

A documentação conhecida e mais de trinta anos de memórias de militares não produziram uma só prova de que, até a hora em que saiu demitido do palácio, Frota tivesse planejado um golpe militar. Pelo contrário, quem moveu tropas, acautelando-se, foi Geisel. Assim como acreditava que o presidente e seu governo tivessem tendências socialistas, Frota achava que o Alto-Comando do Exército, com uma simples reunião, possuía legitimidade para emparedar o presidente. Supôs que com esse mandato repetiria o que sucedera a Castello Branco e, de certa maneira, a Costa e Silva.

A crise de 1977 não poderia ter outro desfecho. Geisel sempre sustentou que o ministro do Exército jamais tivera a menor chance de escapar do cadeado em que ele o prendeu.

O comportamento de um general — Antonio Bandeira, comandante da 4ª Divisão de Exército, sediada em Minas Gerais — ensina que o dia 12 de outubro teve interrogações que a ordem vitoriosa preferiu deixar para trás. Bandeira, um paraibano de 61 anos, fora um dos comandantes da primeira campanha contra a guerrilha do Araguaia. Assistira à tortura de um combatente.[22] Como diretor da Polícia Federal de maio de 1973 a março de 1974, assinara 110 proibições da Censura, uma a cada 72 horas.[23] Explicara o seu critério a Fernando Gasparian, dono do semanário *Opinião*: "Minha ordem é a seguinte, na dúvida: corta".[24] Ao diretor-geral da TV Globo, mostrara o tamanho de suas suspeitas: "O que eu digo, seu Walter Clark, é que esse Roberto Marinho ainda não me convenceu!".[25]

Há três versões para o comportamento de Bandeira durante a manhã de 12 de outubro.

Numa, dele, teria dito a Frota: "General, isso é golpe. Entre as ordens do comandante supremo das Forças Armadas e as de um ministro já demitido, fico com as do presidente".[26]

Noutra, o secretário-geral do ministério, Enio Pinheiro, conta que falou com o general e ouviu o seguinte: "Diz ao ministro que as tropas daqui estão à disposição para ele fazer o que quiser. Diz que nós o convidamos para assumir o governo em Belo Horizonte".[27]

Antonio Bandeira

Talvez a narrativa de Frota seja a mais confiável. Semanas antes, num encontro em Minas Gerais, Bandeira lhe dissera: “Ministro, se houver alguma coisa com o senhor em Brasília, venha para cá que eu o apoiarei”. (Blá-blá-blá, pois Bandeira tinha tropa pequena e, se estivesse falando sério, seria ele quem deveria marchar com seus soldados sobre Brasília.) Depois da audiência com Geisel, Frota telefonou ao general, que concordou com a ideia da convocação do Alto-Comando, no qual não tinha assento. Pouco depois, querendo falar de novo com Bandeira, soube que ele deixara a sede do comando da 4ª Divisão de Exército e estava no palácio da Liberdade, com o governador Aureliano Chaves.[28]

Durante o dia 12 de outubro deram-se apenas duas mobilizações militares ostensivas e explícitas em apoio a Frota. Uma foi individual. O general Lauro Rocca Dieguez, que não comandava tropa, chegou ao quartel-general em uniforme de campanha, oferecendo-se para liderar um ataque ao QG da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada. A segunda mobilizou os oficiais que estavam no Centro de Informações do Exército. Algo como sessenta militares ofereciam-se para atacar o palácio do Planalto. O general dissuadiu-os.[29] Vale registrar que essa cena, ainda que cinematograficamente pitoresca, era militarmente implausível. O palácio estava defendido pela tropa do Regimento de Cavalaria de Guardas e pelo dispositivo do coronel Germano Arnoldi Pedrozo, e a Brigada estava em regime de prontidão.

Geisel conhecia o comportamento dos generais. À noite, quando chegou ao Alvorada, encontrou um pequeno saco de batatas, com um cartão de Heitor Ferreira: “Ao vencedor…”. Completara meio século de participação nas desordens militares. O presidente que recebeu as batatas pela demissão de Frota era o tenente que em 1930 saíra de Santo Ângelo encantado com a revolta que colocou Getulio Vargas na Presidência da República. Era também o capitão que, em 1935, bombardeara os rebeldes da Escola de Aviação e, dois anos depois, artilhado na mesma posição, estivera pronto

para canhonear a Escola, caso ela resistisse ao golpe que instituiria o Estado Novo. Passados oito anos, o major Geisel atravessou a cidade com seus blindados e cercou o palácio Guanabara para tirar o ditador Getulio Vargas da Presidência. Como general, quisera enfrentar as tropas do III Exército que defendiam a posse de João Goulart, mas fez respeitar o compromisso parlamentarista e acompanhou o novo presidente do aeroporto até a granja do Torto. Era um notável da geração de oficiais que deixaram a marca da desordem militar na história do século XX brasileiro. Treze anos depois da noite de abril de 1964, aquela em que o general Arthur da Costa e Silva anunciara que iria “assumir essa coisa toda”, Ernesto Geisel restabelecera a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas.

O general era um notável da geração de oficiais que deixaram a marca da desordem militar na história do século XX brasileiro. Treze anos depois da noite de abril de 1964, aquela em que Arthur da Costa e Silva anunciara que iria “assumir essa coisa toda”, Ernesto Geisel restabeleceu a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas.

1 A demissão do general Frota está contada na Introdução d’*A ditadura envergonhada*, da qual se extraíram trechos para este capítulo.

2 Ernesto Geisel, 1982 e julho de 1992. Há duas versões semelhantes para esse diálogo. Uma, de Geisel, em seu depoimento a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 406. A

versão de Frota está em sua “Nota para a imprensa”, oito páginas datilografadas, rubricadas e assinadas, de 12 de outubro de 1977. Ver também Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp. 511-3.

* Argus Lima, do IV Exército, estava em Brasília. Frota não sabia que havia um jato à disposição de Bethlem.

3 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 514. Para o aviso de Moraes Rego, Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, *A volta aos quartéis*, p. 67.

4 A monografia “O Destacamento de Operações e Informações”, preparada pelo coronel Fredie Perdigão Pereira na Escola de Comando e Estado-Maior, informa que, de 1969 a maio de 1977, 2.541 presos passaram pelo DOI paulista. Os mortos foram 51. *O Globo*, 9 de janeiro de 2000, p. 13.

5 *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 1: *A tortura*, p. 93.

6 Carlos Alberto Brilhante Ustra, setembro de 1988.

7 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, pp. 250-3.

8 Carlos Alberto Brilhante Ustra, setembro de 1988.

9 Idem.

10 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 523.

11 Idem, p. 516.

12 Carlos Alberto Brilhante Ustra, setembro de 1988.

13 Depoimento do general Enio Pinheiro em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p.238.

14 “Nota para a imprensa”, de Sylvio Frota, 12 de outubro de 1977. APGCS/HF.

15 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp. 122 e 364.

16 Idem, pp. 133-5 e 364.

17 Idem, p. 88.

18 Idem, p. 118.

19 Idem, p. 558.

20 Idem, pp. 237 e 367.

21 Raymundo Faoro, junho de 1999.

22 Depoimento de José Genoino Neto em *Projeto Brasil: nunca mais*, tomo V, vol. 2: *As torturas*, p. 548.

23 *Veja*, 6 de junho de 1990, p. 39.

24 José Antonio Pinheiro Machado, *Opinião x Censura*, p. 86.

25 Walter Clark e Gabriel Priolli, *O campeão de audiência*, p. 257.

26 *O Globo*, 5 de abril de 1998, p. 12.

27 Depoimento do general Enio Pinheiro em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 239.

28 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 517-8.

29 Idem, pp. 520 e 522.

APÊNDICE

Breve nomenclatura militar

1 Patentes

São as seguintes as patentes dos oficiais das Forças Armadas:

MARECHAL (CINCO ESTRELAS)
Patente honorífica, extinta no governo Castello.

Ao passarem para a reserva, os generais de exército eram promovidos ao marechalato. Em 1975 eles eram 73.*

GENERAL DE EXÉRCITO (QUATRO ESTRELAS)
É a patente mais alta dos oficiais da ativa.

Em 1964 o Exército tinha catorze quatro-estrelas. Quatro em comandos de exércitos, um na chefia do Estado-Maior e outros quatro na chefia dos departamentos administrativos. Juntos, formavam o Alto-Comando.

Um oficial pode ter quatro estrelas e ficar sem função, assim como pode ter função (o comando da Escola Superior de Guerra, por exemplo) e não pertencer ao Alto-Comando.

(Essa patente corresponde à de almirante de esquadra na Marinha e tenente-brigadeiro na Força Aérea.)

GENERAL DE DIVISÃO (TRÊS ESTRELAS)

Em 1964 eram 31.* Em 1975, 42.

Os três-estrelas comandam as divisões de tropas (a 1ª Divisão de Infantaria, da Vila Militar, por exemplo). Ocupam as vice-chefias do Estado-Maior e dos departamentos. Também chefiam as Regiões Militares.

(Corresponde ao vice-almirante e ao major-brigadeiro.)

GENERAL DE BRIGADA (DUAS ESTRELAS)

Em 1964 eram 73. Em 1975, 93.

Um general de duas estrelas pode comandar uma unidade importante, como a Brigada Paraquedista, ou uma diretoria burocrática.

Em 1964 a idade média dos generais de brigada ficava em pouco menos de 54 anos. (Corresponde ao contra-almirante e ao brigadeiro.)

Pela reforma de 1967, implementada pelo presidente Castello Branco, nenhum oficial pode permanecer mais de doze anos na ativa como general. Além disso, cada uma das patentes deve ter 25% de seu quadro renovado a cada ano. Essas normas vigoram até hoje.

CORONEL

Em 1964 o Exército tinha 340 coronéis em funções consideradas militares. Em 1975, 408.

Na tropa, o coronel comanda um regimento.

(Corresponde ao capitão de mar e guerra da Marinha.)

Pela reforma de Castello nenhum coronel pode permanecer menos de sete e mais de nove anos na patente.

TENENTE-CORONEL

Comanda um batalhão.

Patente em que se ficava em torno de cinco anos.

A etiqueta militar dá aos tenentes-coronéis o tratamento de “coronel”.

(Corresponde ao capitão de fragata da Marinha.)

MAJOR

Comanda um batalhão.

(Corresponde ao capitão de corveta da Marinha.)

CAPITÃO

Comanda uma companhia.

Em 1975 o Exército tinha cerca de 2 mil capitães.

TENENTE

Comanda um pelotão.

Na média, de cada cem tenentes, seis chegam a general.

2 Estrutura

No Exército convivem duas estruturas. Uma, diretamente relacionada com as tropas de combate, é bastante simples. Outra, na qual está a burocracia, é mais complexa.

É a seguinte a estrutura de uma tropa de combate, vista de baixo para cima:

PELOTÃO
Tem um efetivo que pode variar entre trinta e cinquenta homens. É comandado por um tenente.

COMPANHIA
Três pelotões formam uma companhia. Tem de cem a 150 homens. É comandada por um capitão.

BATALHÃO
Três companhias formam um batalhão. Seu efetivo oscila de trezentos a 450 homens, comandados por um major ou tenente-coronel.

REGIMENTO
Três batalhões formam um regimento. Tem entre mil e 1.500 homens e é comandado por um coronel.

BRIGADA
É uma unidade de composição mista, sempre comandada por um general de duas estrelas. Seu efetivo pode variar entre 5 mil e 10 mil homens.

DIVISÃO
Um número variável de brigadas e regimentos agrupam-se numa divisão.

Essa é a principal unidade combatente. Reúne tropas das diferentes Armas. Nelas, as tropas de infantaria e de artilharia ficavam sob o comando de generais numa Infantaria Divisionária (ID) e numa Artilharia Divisionária (AD).

EXÉRCITO
Conhecido como “grande comando”, agrupa todas as tropas de uma determinada região geográfica.

Os exércitos estavam assim divididos:

I Exército, com jurisdição sobre as tropas do Rio de Janeiro (onde ficava o seu comando), Minas Gerais e Espírito Santo;

II Exército, incluindo São Paulo (sede do comando) e Mato Grosso;

III Exército, incluindo o Rio Grande do Sul (sede do comando, em Porto Alegre), Santa Catarina e Paraná; e

IV Exército, com sede no Recife, englobando todos os estados do Nordeste.

Além desses grandes comandos ocupados por quatro-estrelas, havia dois outros, sob as ordens de generais de divisão:

Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus; e

Comando Militar do Planalto, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e Goiás.

Existiam também onze Regiões Militares, comandadas por generais de divisão.

A região cuida essencialmente do apoio logístico ao Exército em cuja área se situa.

Eram as seguintes as Regiões Militares:

1ª RM, com sede no Rio de Janeiro;
2ª RM, com sede em São Paulo;
3ª RM, com sede em Porto Alegre;
4ª RM, com sede em Juiz de Fora;
5ª RM, com sede em Curitiba;
6ª RM, com sede em Salvador;
7ª RM, com sede no Recife;
8ª RM, com sede em Belém;
9ª RM, com sede em Campo Grande;
10ª RM, com sede em Fortaleza; e
11ª RM, com sede em Brasília.

* Até 1968, quando morreu, o marechal Mascarenhas de Moraes foi mantido no serviço ativo, por decisão do Congresso. Era uma homenagem ao comandante da Força Expedicionária Brasileira.

* Computaram-se os engenheiros militares (dois), médicos (um), veterinários (um) e intendentes (um).

Cronologia

1974

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO Geisel está decidido a colocar Armando Falcão no Ministério da Justiça e Azeredo da Silveira no Itamaraty, a despeito das restrições dos “puristas”.

Golbery manda dizer a Roberto Campos que pare de escrever por algum tempo.

Circula na família de Geisel a frase: “O Orlando cuida do Exército, e o Ernesto cuida do resto”.

FEVEREIRO Geisel diz a seu irmão Orlando que não o manterá no ministério. Nunca mais falaram de política. Orlando nunca mais o visitou.

Geisel cede a um apelo do general Dale Coutinho e aceita que o coronel Confucio Danton vá para o CIE. Detesta-o.

Golbery almoça com d. Paulo Evaristo Arns.

MARÇO Geisel diz a Heitor Ferreira que deve retrair sua atividade externa, limitando-se a funcionar como secretário do presidente.

Orlando Geisel tem uma isquemia cerebral, cai e quebra a perna. Continua morando na residência oficial de ministro, no Rio de Janeiro.

Glauber Rocha surpreende a esquerda: “Acho que o general Geisel tem tudo na mão para fazer do Brasil um país forte, justo e livre”. Chama Golbery de “gênio da raça”.

ABRIL Heitor Ferreira se queixa: não tem o que fazer.

Golbery diz que o governo precisa mandar o delegado Sérgio Fleury para longe.

JUNHO A Censura proíbe que se publique a declaração de um deputado contando que Golbery lhe disse, durante uma audiência, que se vai acabar com a censura.

AGOSTO Golbery reúne-se em Brasília com familiares de desaparecidos, levados por d. Paulo Evaristo Arns.

SETEMBRO Misteriosos telefonemas para a casa de Golbery no Rio de Janeiro. Diante de uma ameaça de sequestro, sua mulher, Esmeralda, viaja para Brasília.

NOVEMBRO Heitor Ferreira depois da eleição, prevendo o seu futuro e o de Golbery: “Vamos cuidar do jardim”.

Golbery: “Ir embora, eu não devo ir”.

POLÍTICA

JANEIRO O Congresso elege Ernesto Geisel. Por via das dúvidas, seu irmão Orlando deixa duas companhias de prontidão em Brasília.

FEVEREIRO JK aplaudido por oitocentas pessoas que cantam “Peixe vivo” numa festa do conde Matarazzo.

MARÇO Geisel explicita a Heitor Ferreira sua preferência por João Baptista Figueiredo como seu sucessor.

Geisel não admite que Delfim Netto dispute o governo de São Paulo.

Desaparecem David Capistrano da Costa e José Roman, do PCB.

Paulo Egydio Martins escolhido governador de São Paulo.

Caducam as cassações de 1964 (as de Jango e Jânio, entre outros).

MAIO Morre o general Dale Coutinho. Sylvio Frota assume o Ministério do Exército.

JUNHO Reduzida a autonomia do CIE.

D. Eugênio Sales, cardeal do Rio de Janeiro, trata com Geisel dos desaparecidos.

Delfim encontra-se com Golbery. É a reaproximação que o levará a Paris.

O CIE justifica a ofensiva contra o PCB.

O MDB divulga uma nota levantando o caso dos desaparecidos, que àquela altura parecem ser onze.

AGOSTO Geisel discursa e anuncia “lenta, gradativa e segura distensão”.

SETEMBRO Prisões no Cebrap. Pela primeira vez o DOI é enquadrado.

OUTUBRO Eleição indireta dos governadores.

O Supremo condena Chico Pinto.

O Exército mata o último guerrilheiro do Araguaia. É Walquíria Afonso Costa, de 27 anos, ex-aluna da Faculdade de Artes e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

NOVEMBRO Eleição. A Arena é surrada. O MDB elege dezesseis em 22 senadores. Teve 72,75% dos votos. Aumenta sua bancada na Câmara de 87 para 160 deputados, mas não faz maioria.

JK em seu *Diário*: “Não esperava. Agradeço a Deus me ter concedido vida até hoje”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

O Brasil tem 104,2 milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, 4,7 milhões; São Paulo, 6,9 milhões; e Porto Alegre, em torno de 1 milhão.
O Brasil tem 8,7 milhões de aparelhos de TV.
Vinton Cerf, cientista da MCI Communications Corp, usa uma palavra nova: “internet”.
Com os novos preços do petróleo, os países da OPEP recebem uma receita bruta de US$ 90 bilhões. É a maior transferência de capital já ocorrida na história em tempo de paz.
A dívida americana chega a US$ 100 bilhões, a maior em 24 anos.

JANEIRO Simonsen acha possível fechar o ano com 20% de inflação e 10% de crescimento do PIB.

MARÇO Inaugurada a ponte Rio-Niterói.

ABRIL No final de 1973 o litro de leite custava Cr$ 0,90. Custa Cr$ 1,20. O litro da gasolina dobra de preço, para Cr$ 1,61.

Geisel intervém no Banco Halles, onde tinha parte de sua poupança.

A Censura proíbe que se fale em recessão.

MAIO Falta óleo de soja.

JUNHO Geisel diz a Heitor Ferreira que a inflação não o deixa dormir.

O governo americano sobretaxa as importações de calçados brasileiros.

Fundidos os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

JULHO Começa uma epidemia de meningite em São Paulo.

SETEMBRO Geisel lança o II PND.

Inaugurado o metrô de São Paulo.

OUTUBRO O presidente do Banco Central, Paulo Lira, diz que o Brasil é "uma ilha de tranquilidade".

Quebra-quebra de ônibus em Brasília e de trens no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Criada a Nuclebrás.

Do início de agosto ao fim de outubro a meningite mata 731 pessoas em São Paulo. Há uma média de 2 mil pessoas internadas.

NOVEMBRO Geisel anuncia a descoberta da bacia petrolífera de Campos. Pouca gente acredita.

MUNDO

JANEIRO Terroristas argentinos sequestram os irmãos Juan e Jorge Born. Cobram US$ 61 milhões de resgate.

FEVEREIRO Sai em Lisboa o livro *Portugal e o futuro*, do general Antônio de Spínola. Diz que a questão colonial não tem solução militar.

MARÇO Três colaboradores diretos de Nixon são indiciados no processo do caso Watergate.

Instala-se em Roma o Tribunal Bertrand Russell para julgar as ditaduras chilena e brasileira.

ABRIL Golpe militar em Portugal. O presidente, Américo Thomaz, e o primeiro-ministro, Marcello Caetano, são mandados para o Brasil. O Partido Comunista surge como uma força política. De capa e monóculo, o general Antônio de Spínola assume a presidência.

Richard Nixon entrega à Justiça as gravações que fazia em seu gabinete.

MAIO A Índia explode sua primeira bomba atômica.

Valéry Giscard d'Estaing é eleito presidente da França.

JULHO Juan Perón morre. Assume sua mulher, Isabelita. O terrorismo já matou 284 pessoas na Argentina.

A Alemanha derrota a Holanda (2 X 1) e ganha a Copa do Mundo de futebol.

Cai a ditadura grega. A junta de coronéis é presa e os civis retornam ao poder.

AGOSTO A URSS manda armas para o MPLA, em Angola.

Brasil e China anunciam o reatamento de suas relações diplomáticas.

O presidente Richard Nixon renuncia. Assume Gerald Ford.

SETEMBRO O general Spínola tenta um golpe, fracassa, renuncia e vem para o Brasil.

O braço terrorista da ditadura chilena mata em Buenos Aires o ex-ministro da Defesa general Carlos Prats e sua mulher.

NOVEMBRO O governador da Geórgia, Jimmy Carter, anuncia que é candidato a presidente dos EUA.

1975

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO Geisel cobra a minuta das diretrizes para o combate à subversão: “Essa fórmula das prisões indiscriminadas tem que mudar”.

Geisel reúne o Alto-Comando das Forças Armadas e diz que a ordem política do país tem que mudar.

Golbery acredita que Geisel vai mandar investigar o caso dos desaparecidos. Na época pensava-se que fossem 22.

FEVEREIRO Circula o primeiro panfleto da série *Novela da Traição*, contra a abertura de Geisel e a atuação de Golbery.

Golbery faz uma nota para o caso dos desaparecidos. Armando Falcão e os generais Sylvio Frota e Hugo Abreu discordam. Geisel recua.

Geisel a Frota: “Em vez de pegar mil no inquérito da *Voz Operária*, pegar dois ou três”.

MARÇO Circula o segundo capítulo do panfleto *Novela da Traição*.

Geisel, diante de uma carta que denunciava prisão arbitrária: “Têm que acabar esses DOIs, CODIs. São organizações espúrias”.

Derrotado no caso dos desaparecimentos, Golbery diz: “Não sou mais governo”.

Geisel faz um discurso duro: “Fui e continuo a ser um dos participantes responsáveis por esta Revolução. E desejo sinceramente reafirmar-lhes que ela continuará”.

ABRIL Figueiredo: “Continua a carga dos generais contra o Golbery”.

Golbery descola a retina do olho esquerdo.

MAIO Golbery volta ao Planalto.

Golbery encontra-se com Ulysses Guimarães e Thales Ramalho.

JUNHO Golbery descola a retina de novo. Sofre uma parada renal e é levado para Barcelona.

JULHO Golbery retorna e interna-se no Rio de Janeiro.

AGOSTO Geisel redefine o significado da distensão. É a fala da “Pá de Cal”.

SETEMBRO Geisel manda a Figueiredo um bilhete pedindo a revisão nas ações contra a subversão comunista: “Não estão vendo fantasmas?”.

NOVEMBRO Golbery a Heitor Ferreira e Humberto Barreto: Frota tem de sair.

POLÍTICA

Em 1974 as denúncias de tortura haviam sido 67, número parecido com os de 1966 (66) e 1967 (cinquenta). Em 1975 retorna-se ao padrão do início da década: 585 (o maior número exclusive os dos cinco anos de Médici).

JANEIRO Termina a censura n’*O Estado de S. Paulo*.

Estourada a gráfica clandestina do PCB no Rio de Janeiro, onde se imprimia a *Voz Operária*.

É preso o dirigente comunista e ex-deputado Marco Antônio Coelho.

FEVEREIRO Greve de fome de presos políticos em São Paulo.

MARÇO Empossados os 22 governadores, todos escolhidos por Geisel.

ABRIL Greve na Escola de Comunicações e Artes da USP. Os estudantes ligados ao movimento trotskista expulsam o PCB do quadro social.

JULHO Geisel cassa o senador Wilson Campos, que pedira dinheiro a um empresário para ajudá-lo a conseguir um empréstimo no Banco do Estado de Pernambuco.

AGOSTO Ulysses Guimarães responde ao discurso de Geisel e inclui um parágrafo em que se refere a Idi Amin Dada, ditador de Uganda.

Morre no DOI de São Paulo o tenente reformado da PM José Ferreira de Almeida. O II Exército diz que foi suicídio, por enforcamento.

OUTUBRO Onda de prisões de militantes do PCB em São Paulo. Segundo a Arquidiocese, foram detidas 61 pessoas.

25 Vladimir Herzog apresenta-se ao DOI. Horas depois está morto. Há 95 pessoas presas em São Paulo.

27 Herzog é sepultado. A USP, a PUC e a FGV entram em greve.

28 O senador Leite Chaves discursa e condena as ações policiais do Exército.

29 Sylvio Frota pede providências contra Leite Chaves. Geisel não aceita e desafia: arranjem outro.

31 Culto na Sé pela memória de Herzog.

DEZEMBRO O SNI antevê um “impasse político-institucional”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Surgem os jeans de grife.

A CNBB cria a Pastoral da Terra.

O Citibank decide emprestar ao Brasil acima do tradicional limite de 5% sobre o total de sua carteira internacional.

JANEIRO Iniciada a construção da hidrelétrica de Itaipu.

O ministro da Educação, Ney Braga, encontra-se com Chico Buarque de Hollanda.

FEVEREIRO *O Estado de S. Paulo* começa a publicar sua série de onze artigos intitulada *Os caminhos da estatização*.

ABRIL Bill Gates e Paul Allen fundam a Microsoft e licenciam a linguagem de programação Basic, que rodara nos computadores Altair, vendidos sob a forma de kits.

MAIO Greve de meia hora dos duzentos operários da seção de pintura da GM, no ABC.

Cinco trens e uma estação depredados no Rio. Um em São Paulo.

Realiza-se em Salzburgo o Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil.

JUNHO Brasil e Alemanha assinam o Acordo Nuclear.

JULHO O governo baixa medidas restritivas para as importações.

SETEMBRO O Citibank começa a operar seis máquinas de saques automáticos em suas agências de Nova York.

OUTUBRO Geisel anuncia sua decisão de permitir que a Petrobras assine contratos de risco de exploração com empresas estrangeiras.

Pressionada pelo governo, a Academia Brasileira de Letras nega assento a JK. Elege Bernardo Élis.

DEZEMBRO O governo expande a proibição à importação de computadores. Qualquer compra tem que ser autorizada por Brasília, e o país não pode importar mais de US$ 100 milhões por ano.
Números do fim do ano:
crescimento do PIB: 5%;
inflação: 30%;
dívida externa: US$ 22 bilhões.

MUNDO
A Anistia Internacional denuncia: um em cada cinquenta cidadãos uruguaios já foi interrogado por motivos políticos. Um em cada cinco exilou-se.
Morrem 276 pessoas no mundo em consequência de atos terroristas. Em 1974 foram 344, e em 1976 serão 415.
Fidel Castro discursa revendo o seu ideal de revolução continental.

JANEIRO Ovídio de Melo passa por Angola. No mês seguinte é nomeado cônsul em Luanda, representando o Brasil junto aos três movimentos pela libertação da colônia: o MPLA, a FNLA e a Unita.

A CIA pede ao governo americano US$ 300 mil para ajudar a FNLA em Angola.

FEVEREIRO O Partido Conservador inglês, na oposição, elege uma nova líder: Margaret Thatcher.

MARÇO O ex-presidente português Antônio de Spínola tenta um golpe, fracassa, foge para a Espanha e se asila no Brasil.

ABRIL Os americanos evacuam a embaixada em Saigon. O Vietcongue toma o palácio presidencial. Termina a Guerra do Vietnã.

Os moderados vencem a eleição portuguesa. Os socialistas conseguem 38% dos votos. Os comunistas, 12,5%.

MAIO Começa a guerra civil em Angola.

AGOSTO Saddam Hussein compra dos franceses o reator nuclear Osirak, apelidado de *O'Chirac*.

NOVEMBRO Proclamada a independência de Angola. Fidel Castro manda tropas por avião e por navio e garante a sobrevivência do governo do presidente Agostinho Neto, do MPLA.

Na ONU, o Brasil vota com a maioria e condena o sionismo como forma de racismo.

Morre em Madri o general Francisco Franco.

A DINA, polícia secreta chilena, cria a *Operação Condor*.

O general Ramalho Eanes, moderado, assume o controle da anarquia militar portuguesa.

1976

GEISEL E GOLBERY

JANEIRO Geisel tem 50% de aprovação em São Paulo e 60% no Rio de Janeiro.

Geisel cassa os deputados paulistas Nelson Fabiano e Marcelo Gatto.

Geisel demite o general Ednardo D'Avila Mello do comando do II Exército. Dias depois decide demitir o ministro do Exército, general Sylvio Frota.

FEVEREIRO O general Reynaldo Mello de Almeida recomenda a Geisel, de quem é amigo, que não demita o ministro Frota.

MARÇO Ulysses Guimarães elogia "a inatacável honradez de intenções" de Geisel.

Geisel cassa o mandato dos deputados federais Amaury Müller e Nadyr Rossetti, do MDB.

ABRIL Geisel visita a França. O presidente francês diz que o Brasil "emergiu como uma potência mundial".

Circula um novo panfleto contra Golbery. Chama-o de "Gregório Branco".

Geisel cassa Lysâneas Maciel.

MAIO Circula a notícia falsa de que Golbery teve um novo descolamento de retina.

Discursando em Volta Redonda, Geisel anuncia o novo salário-mínimo. Começa seu discurso como Vargas: "Trabalhadores do Brasil". O mínimo vai a Cr$ 768. Geisel ganha Cr$ 31 mil.

Geisel expulsa do Brasil a estudante suíça Marie Hélène Russi.

Geisel viaja para a Inglaterra.

JULHO Geisel a Heitor: “Figueiredo. (…) Vai ser como general de divisão mesmo”.

AGOSTO Amália Lucy Geisel é operada de um aneurisma próximo à hipófise.

Geisel: “Já me chamaram de camelô da Arena... Mas eu não ligo”.

SETEMBRO Geisel rabisca uma conta calculando quantos votos precisa para fazer maioria absoluta no Congresso (211), quantos tem (247) e qual a sua folga (36).

Geisel vai ao Japão.

DEZEMBRO Golbery faz um rascunho listando reformas políticas.

POLÍTICA

JANEIRO O metalúrgico Manoel Fiel é preso e morto no DOI do II Exército.

O general José Maria de Andrada Serpa propõe o enquadramento dos DOIs.

MARÇO Greve de estudantes na Bahia e em Minas Gerais.

Armando Falcão proíbe a apresentação, na TV, do enlatado de um espetáculo de dança do balé Bolshoi.

ABRIL Greve de estudantes no Rio de Janeiro.

MAIO Apedrejamento de trens em São Paulo.

JUNHO Suspensa a censura prévia na revista *Veja*.

Doze anos depois de sua deposição, Jango recebe um passaporte brasileiro.

JULHO A SBPC aprova uma moção em favor da anistia.

AGOSTO *O Estado de S. Paulo* publica a série de três reportagens denunciando as mordomias.

Bombas na ABI e na OAB.

JK morre num acidente, na via Dutra. Seu funeral traz o povo de volta para as ruas do Rio de Janeiro e de Brasília.

SETEMBRO Acompanhado por cinquenta generais, Frota vai ao Congresso.

Bomba no Cebrap.

Sequestro de d. Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu. Seu carro é explodido em frente à CNBB. Na mesma noite explode uma bomba na casa do jornalista Roberto Marinho, dono do jornal *O Globo*.

NOVEMBRO Eleição municipal. O MDB prevalece nas grandes cidades.

Bomba no semanário *Opinião*.

DEZEMBRO Bomba na Editora Civilização Brasileira.

Morre João Goulart.

O CIE, apoiado pelo II Exército, mata três dirigentes do PC do B em São Paulo. É o “Massacre da Lapa”.

O ano termina com 156 denúncias de tortura. Em 1975 foram 585.

ECONOMIA E SOCIEDADE
Sonia Braga no filme *Dona Flor e seus dois maridos*, de Bruno Barreto.
Zezé Motta no filme *Xica da Silva*, de Cacá Diegues.
Novo ponto na praia: o trecho em frente ao hotel Sol Ipanema.
O Brasil tem 11,6 milhões de aparelhos de TV.

FEVEREIRO Os empresários do setor de bens de capital pedem isenção de ICMS e de IPI para as mercadorias destinadas a concorrências internacionais.

Inaugurado o DDI a partir de São Paulo. Cobre oito países americanos, inclusive os EUA.

ABRIL Steve Jobs e Steve Wozniak fundam a Apple Computers. Pouco antes haviam montado o primeiro computador pessoal dessa marca.

O governo brasileiro altera sua legislação e cria um conselho por meio do qual funda o equivalente a um cartório de concessões para fabricação de computadores nacionais.

Os EUA sobretaxam as importações de calçados brasileiros.

Geisel visita uma plantação de soja no cerrado, estimulada pelos financiamentos oficiais.

Divulgado o plano de desestatização preparado pelo presidente do BNDES, Marcos Vianna.

JUNHO Instituído o depósito prévio de Cr$ 12 mil para quem viaja para o exterior. É um empréstimo compulsório por um ano.

Seca no Nordeste. Saques na Paraíba e no Ceará.

O semanário *Opinião* circula com uma reportagem de capa sobre os novos poetas. Entre eles, Ana Cristina Cesar, a Ana C., e Antonio Carlos de Brito, o Cacaso.

Glauber Rocha regressa ao Brasil.

DEZEMBRO Proibido o conto “Feliz ano-novo”, de Rubem Fonseca.
A inflação fecha o ano em 46%, a maior taxa desde 1974. O PIB cresceu 10,2%.

MUNDO

FEVEREIRO O secretário de Estado, Henry Kissinger, chega a Brasília e saúda a ditadura: “O Brasil é um país que surge como potência mundial”.

MARÇO Discursando em Chicago, o candidato democrata Jimmy Carter fala do compromisso dos EUA com o respeito aos direitos humanos.

Deposta e presa a presidenta argentina, Isabelita Perón. Assume uma junta.

O governo de Angola convida a Gulf Oil para retornar ao país.

ABRIL Promulgada a Constituição portuguesa. Os socialistas ganham a eleição parlamentar.

MAIO São sequestrados e mortos em Buenos Aires um senador e um deputado uruguaios. Eram amigos de João Goulart, que vivia na cidade. Ele pensa em se mudar para a França.

JUNHO Sequestrado e assassinado em Buenos Aires o ex-presidente boliviano Juan José Torres.

O general moderado, sisudo e disciplinador Antônio Ramalho Eanes é eleito presidente de Portugal.

JULHO Tropas especiais de Israel atacam o aeroporto de Entebe, em Uganda, e libertam 256 passageiros de um avião sequestrado.

O socialista Mário Soares torna-se primeiro-ministro de Portugal.

AGOSTO Kissinger registra que o Brasil e a Argentina têm operações conjuntas para caçar inimigos dos dois regimes.

SETEMBRO Numa entrevista à *Playboy*, Jimmy Carter condena a ditadura brasileira.

Morre Mao Zedong.

A DINA chilena mata, em Washington, Orlando Letelier, ex-ministro de Allende. É a *Operação Condor*.

OUTUBRO Começam as prisões dos radicais na China.

NOVEMBRO Jimmy Carter eleito presidente dos EUA.

DEZEMBRO Cuba tem 36 mil homens em Angola.

1977

GEISEL E GOLBERY

INÍCIO DO ANO Militares ligados ao CIE e ao SNI discutem um atentado contra Geisel, com um míssil portátil.

FEVEREIRO Geisel a Heitor Ferreira: “Vão terminar o MDB me obrigando a ir para um Ato. (…) Não abro mão da [eleição] indireta”.

MARÇO Por conta de um relatório do governo americano a respeito da situação dos direitos humanos no Brasil, Geisel rompe o Acordo Militar com os EUA.

Geisel sobe o tom e diz que o MDB deve apoiar seu projeto de reforma do Judiciário, pois não admitirá desafios. O MDB vota contra.

ABRIL Geisel fecha o Congresso, reúne aquilo que se denominou “Constituinte do Alvorada” e baixa o “Pacote de Abril”.

Geisel a Heitor Ferreira: “É o Figueiredo. Mesmo como general de divisão”.

JUNHO Morre Alzira, mulher do general Orlando Geisel.

Geisel cassa o líder do MDB, deputado Alencar Furtado. Depois dessa crise, diz que demitirá o ministro Sylvio Frota.

AGOSTO Geisel a Heitor Ferreira: “Posso acabar com o AI-5”.

OUTUBRO

4 O brigadeiro Délio Jardim de Mattos a Geisel: “Substitua o ministro [Frota] enquanto é tempo”.

A assessoria de Sylvio Frota diz que ele não despachou com Geisel porque não tinha o que tratar.

5 Délio diz a Heitor Ferreira que Geisel demite Frota até o dia 15.

7 Geisel conversa com Golbery no Alvorada. Golbery diz a Humberto Barreto: “Até quarta-feira o assunto estará liquidado”.

12 Frota é demitido. O general Fernando Bethlem é o novo ministro.

POLÍTICA

FEVEREIRO José Papa Júnior, presidente da Federação e Centro do Comércio de São Paulo, chama o regime de “espúrio”. O empresariado condena o seu discurso.

Severo Gomes deixa o Ministério da Indústria e Comércio.

MARÇO Estudantes nas ruas de São Paulo. É a primeira passeata desde 1968.

Petrônio Portella reúne-se com Ulysses Guimarães.

ABRIL Raymundo Faoro é eleito presidente da OAB.

O repórter Villas-Bôas Corrêa escreve n’*O Estado de S. Paulo* que o candidato do governo a presidente está escolhido e é João Baptista Figueiredo.

MAIO Presos em São Paulo oito militantes da Liga Operária. Oitenta mil estudantes entram em greve em todo o país.

Morre Carlos Lacerda.

JUNHO Dois mil policiais ocupam a Universidade de Brasília.

Rosalynn Carter no Brasil.

JULHO Humberto Barreto lança o general Figueiredo à sucessão de Geisel.

SETEMBRO Invasão da PUC-SP, 1.700 estudantes detidos.

Sylvio Frota manda prender o jornalista Lourenço Diaféria, da *Folha de S.Paulo*.

OUTUBRO Petrônio Portella encontra-se com Raymundo Faoro.

Grande remanejamento militar posterior à demissão de Frota. Mudam o chefe do CIE e os comandantes de 22 batalhões de infantaria.

DEZEMBRO Depois de sete anos de silêncio, d. Helder discursa na Faculdade de Direito do Recife.

O governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, defende a anistia parcial.

Geisel chama Figueiredo e comunica que ele será o presidente da República.

O ano termina com 214 denúncias de tortura de presos políticos.

ECONOMIA E SOCIEDADE

A Theory Net liga mais de 100 pesquisadores via e-mail. É a primeira lista de discussões na rede.

A dívida externa brasileira chega a US$ 30 bilhões. É a maior do mundo subdesenvolvido. No final dos anos 1960 o Citibank lucrava US$ 2 milhões ao ano no Brasil. Em 1977 lucra US$ 74 milhões.

JANEIRO Na lista dos livros mais vendidos, *O Esquadrão da Morte*, de Hélio Bicudo (1º); *A Ilha*, de Fernando Morais (3º); *Um olhar sobre a cidade*, de d. Helder Câmara (6º); e *Prefácio à nova economia política*, de Celso Furtado (10º). Mil intelectuais pedem a liberação do conto "Feliz ano-novo", de Rubem Fonseca.

Inaugurado o novo aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

MARÇO Circula o último número de *Opinião*. O semanário publicou 5.796 páginas. Para cada uma delas, teve outra censurada.

MAIO O salário-mínimo vai de Cr$ 768 a Cr$ 1.106. Aumento de 44,06%.

JUNHO Instituído o divórcio.

Estrangulada por falta de verbas, a SBPC arrisca não realizar sua reunião anual, marcada para Fortaleza. Um movimento de solidariedade faz com que ela se realize na PUC de São Paulo.

JULHO A *Folha de S.Paulo* divulga um estudo do Banco Mundial em que a inflação de 1973 é estimada em 22,5% contra os 15,5% oficiais. Lula mobiliza os metalúrgicos de São Bernardo do Campo pedindo reposição salarial de 34%.

SETEMBRO Simonsen, com três outros ministros, reúne-se com dirigentes sindicais do ABC e avisa que "nem ao menos cogita" da reposição salarial. Nessa reunião pronuncia-se a palavra "greve".

DEZEMBRO O ano fecha com o Terceiro Mundo devendo US$ 244 bilhões, quase o triplo do que devia em 1972.
O Brasil deve US$ 32 bilhões, seu PIB cresceu 4,9%, e a inflação ficou em 38,8%.

MUNDO

NO ANO Do general argentino Ibérico Saint Jean: "Primeiro vamos matar todos os subversivos. Depois vamos matar seus colaboradores, depois os simpatizantes e os indecisos. Finalmente, vamos matar os indiferentes".

Início da guerra civil em Moçambique.

JANEIRO Jimmy Carter assume a presidência dos EUA e anistia os americanos que se recusaram a combater no Vietnã.

O embaixador americano na ONU, Andrew Young, defende a aplicação de sanções contra os governos do Brasil, do Chile e da África do Sul.

Carter manda o seu vice, Walter Mondale, a Bonn, na Alemanha, para congelar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

FEVEREIRO O governo inglês reconhece que usou cinco modalidades de tortura nos interrogatórios de suspeitos de terrorismo na Irlanda. Compromete-se a suspender essas práticas.

MARÇO Começam a aparecer cadáveres de presos políticos argentinos no rio da Prata.

MAIO D. Paulo Evaristo Arns recebe o título de *doutor honoris causa* de Notre Dame junto com Jimmy Carter.

JULHO Criada formalmente a Clamor, entidade destinada a proteger refugiados políticos argentinos, chilenos, uruguaios e paraguaios. Tem o apoio dos cardeais d. Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, e Eugênio Sales, do Rio de Janeiro. A polícia argentina prendeu pelo menos um refugiado no Rio.

Tropas cubanas desembarcam na Etiópia.

AGOSTO Jimmy Carter chega a um acordo com o Panamá e anuncia que vai assinar um novo tratado para o canal.

SETEMBRO O ditador argentino, general Jorge Videla, vai a Washington e é recebido por Jimmy Carter. Secretamente, aceita soltar 4 mil presos.

OUTUBRO O grupo terrorista alemão Baader Meinhof executa o empresário Hanns-Martins Schleyer, sequestrado em 5 de setembro.

DEZEMBRO A Anistia Internacional ganha o Prêmio Nobel da Paz.

Fontes e bibliografia consultada

1 Obras de referência

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vols. 1 a 5. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDoc, 2001.

Almanaque do pessoal militar do Exército — Oficiais. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, Departamento Geral de Pessoal, Diretoria de Cadastro e Avaliação, 1975.

Anuário estatístico do Brasil — 1977. Brasília/Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República/Fundação IBGE, 1978.

Dados estatísticos. Vol. 11: *Eleições estaduais e federais realizadas no Brasil em 1974*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral/Departamento de Imprensa Nacional, 1977.

Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2003.

2 Fontes primárias

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS

Arquivo de Ernesto Geisel/CPDoc
Arquivo do Autor
Arquivo do Deops
Arquivo Nacional
Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
Biblioteca Lyndon B. Johnson
Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

INFORMANTES

Amaury Müller
Americo Mourão
Antonio Carlos Magalhães
Antonio Delfim Netto
Antonio Gallotti
Armando Daudt d’Oliveira

Armênio Guedes
Audálio Dantas
Bechara Jalkh
Carlos Alberto Brilhante Ustra
Célio Borja
Cláudio Braga
Dominique de Roux
Dora Henrique da Costa
Ernesto Geisel
Evandro Carlos de Andrade
Expedito Filho
Francisco de Oliveira
Francisco Leite Chaves
Franco Montoro
Frank Carlucci
Givaldo Siqueira
Golbery do Couto e Silva
Gustavo Moraes Rego
Heitor Ferreira
Henrique Caban
Henrique Cordeiro
Humberto Barreto
Italo Zappa
João Baptista Figueiredo
João Guilherme Vargas Neto
Josaphat Marinho
José Américo Dias
José Arthur Giannotti
José Augusto de Aguiar
José Carlos Azevedo
José Carlos Brant Aleixo
José Maria de Toledo Camargo
José Papa Júnior
José Roberto Afonso
José Sarney
Leonidas Pires Gonçalves
Lucy Geisel
Luiz Helvecio da Silveira Leite
Luiz Inácio Lula da Silva
Luiz Mário Gazzaneo
Manoel Francisco do Nascimento Brito

Marcelo Cerqueira
Marco Antônio Coelho
Marcos de Azambuja
Marcos Sá Corrêa
Maria da Conceição Tavares
Mario Henrique Simonsen
Mario Sergio Conti
Miro Teixeira
Nelson Dias Dourado
Newton Cruz
Otavio Frias Filho
Ovídio de Melo
Paulo Brossard
Paulo Cunha
Paulo Egydio Martins
Pedro Paulo de Sena Madureira
Raul Ryff
Raymundo Faoro
Renata Rangel
Reynaldo Mello de Almeida
Roberto Gusmão
Roberto Marinho
Roberto Melo
Rodrigo Naves
Sérgio Miranda de Carvalho
Sonia Portella
Tarcísio Holanda
Thales Ramalho
Villas-Bôas Corrêa

PERIÓDICOS

DIÁRIOS

Clarín
Correio Braziliense
Correio do Povo
Folha de S.Paulo
Jornal da Tarde
Jornal de Brasília
Jornal do Brasil
Le Monde

O Estado de Minas
O Estado de S. Paulo
O Globo
O Popular
The Miami Herald
The New York Times
Tribuna da Imprensa
Zero Hora

SEMANAIS

Época
IstoÉ
Paris-Match
The Economist
Veja

OUTROS

A Revista do Homem (versão brasileira da revista *Playboy*, de 1975 a 1978)
Diário do Congresso Nacional
Diário Oficial da União
Opinião
Playboy (edição americana)
Sete Dias da Semana
Tribuna Metalúrgica

SÉRIES DOCUMENTAIS, DOSSIÊS

ALMEIDA, Candido Mendes de; BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira de Justiça e Paz — 1969-1995 (Empenho e memória)*. Rio de Janeiro: Educam, 1996.

Autos de devassa da Inconfidência Mineira. Vol. 2. Brasília/Belo Horizonte: Câmara dos Deputados/Governo do Estado de Minas Gerais, 1978.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI — O retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BURR, William. *The Kissinger transcripts*. Nova York: The New Press, 1998. National Security Archive Book.

Caso Herzog — A sentença. Íntegra do processo movido por Clarice, Ivo e André Herzog contra a União. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978.

Coletivo das Edições Avante!. *"Dossier" terrorismo*. Lisboa: Edições Avante!, 1977.

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Preparado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE) e

Grupo Tortura Nunca Mais (RJ e PE). Recife: Companhia Editora de Pernambuco/Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975-78. 4 vols.

____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1977.

KORNBLUH, Peter. *The Pinochet file — A declassified dossier on atrocity and accountability*. Nova York: The New Press, 2003.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo — Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999.

NEWFARMER, Richard S.; MUELLER, Willard F. *Multinational corporations in Brazil and Mexico — Structural sources of noneconomic power*. Report to the Subcommittee on Multinational Corporations of the Committee on Foreign Relations, US Senate. Washington: US Government Printing Office, 1975.

Nonproliferation issues. Hearings before the Subcommittee on Arms Control, International Organizations and Security Agreements of the Committee on Foreign Relations, US Senate. Washington: US Government Printing Office, 1977.

Nunca más — Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1984.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa — Como o Exército liquidou o comitê central do PC do B — São Paulo, 1976*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, O. P., frei Romeu. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1987. 6 vols.

Projeto Brasil: nunca mais. Tomo I: *O regime militar*. Tomo II, vol. 1: *A pesquisa BNM*; vol. 2: *Os atingidos*; vol. 3: *Os funcionários*. Tomo III: *Perfil dos atingidos*. Tomo IV: *As leis repressivas*. Tomo V, vol. 1: *A tortura*; vol. 2: *As torturas*; vol. 3: *As torturas*; vol. 4: *Os mortos*. Tomo VI, vol. 1: *Índice dos anexos*; vol. 2: *Inventário dos anexos*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 6 tomos.

Seminário de Salzburgo. São Paulo: Anfavea, 1975.

United States policies and programs in Brazil. Hearings before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Relations, US Senate. Washington: US Government Printing Office, 1971.

DEPOIMENTOS, ENTREVISTAS, DIÁRIOS, MEMÓRIAS

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. Coleção Brasil — Século 20.

ACCIOLY NETTO. *O império de papel — Os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

ALBERTI, Verena; ROCHA, Dora; SARMENTO, Carlos Eduardo (orgs.). *Mário Henrique Simonsen — Um homem e seu tempo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AZEVEDO, Ricardo de; MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória — Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

CAMARGO, José Maria de Toledo. *A espada virgem — Os passos de um soldado*. São Paulo: Ícone, 1995.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa — Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARTER, Jimmy. *Why not the best?*. Nova York: Bantam Books, 1973.

CARTER, Rosalynn. *First lady from Plains*. Fayetteville: The University of Arkansas Press, 1994.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (orgs.). *De muitos caminhos*. São Paulo: Livramento, 1978. Coleção Memórias do Exílio — Brasil 1964/19??.

CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência — Uma autobiografia*. São Paulo: Best Seller, 1991.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho — As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *A volta aos quartéis — A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

____; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

____; FARIAS, Ignez Cordeiro de; HIPPOLITO, Lucia (orgs.). *Na periferia da história — Jorge Oscar de Mello Flôres — Depoimento prestado ao CPDoc*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Sul América Seguros, 1998.

DOBRYNIN, Anatoly. *In confidence — Moscow's ambassador to America's six Cold War presidents*. Nova York: Times Books/Random House, 1995.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes et alii. *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro: Grafline, 2001.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GATES, Robert M. *From the shadows — The ultimate insider's story of five presidents and how they won the Cold War*. Nova York: Simon & Schuster, 1996.

GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção, terrorismo — À sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

KISSINGER, Henry. *Years of renewal*. Nova York: Simon & Schuster, 1999.

LOBO, Amilcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989. Coleção Memória dos Vencidos.

MÉDICI, Roberto Nogueira. *Médici — O depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SIMAS, Mário. *Gritos de justiça — Brasil 1963-1979*. São Paulo: FTD, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Do Estado Novo à ditadura militar — Memórias de um soldado*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

STOCKWELL, John. *In search of enemies — A CIA story*. Nova York: W. W. Norton & Company, 1978.

TELLES JUNIOR, Goffredo Silva. *A folha dobrada — Lembranças de um estudante*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THATCHER, Margaret. *The path to power*. Nova York: Harper Collins, 1995.

TUPINAMBÁ, Mariza. *Eu fui testemunha*. Petrópolis: Vozes, 1984.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio — OBAN-DOI/CODI/29 SET. 70-23 JAN. 74*. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

3 Fontes secundárias

BRASIL

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil — Jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente — A morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem — A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.). *De JK a FHC — A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

ARGOLO, José Amaral et alii. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BARRETO, Carlos Eduardo Paes. *A saga do petróleo brasileiro — A "farra do boi"*. São Paulo: Nobel, s. d.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaios sobre a crise*. Campinas: Unicamp, 1998. 2 vols.

BITTENCOURT, Getulio. *A quinta estrela — Como se tenta fazer um presidente no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

BOJUNGA, Claudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BROSSARD, Paulo. *O ballet proibido*. Porto Alegre: L&PM, s. d.

CANTARINO, Geraldo. *1964 — A revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Marcos de. *Dom Helder — Misticismo e santidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico — A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CESAR, Ana Cristina. *Escritos no Rio*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora UFRJ/Brasiliense, 1993.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984) — Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHAVES, Leite. *Por um amanhã de justiça*. Brasília: s. ed., 1981.

CHEVALIER, Scarlet Moon de. *Areias escaldantes — Inventário de uma praia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COELHO, Thomaz. *À sombra do sistema (De Castelo a Geisel)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COES, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil — 1964-90*. Washington: The World Bank, 1995.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto — A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COUTINHO, Luciano G.; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "Política econômica, inflexões e crise: 1974/1981". In BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaios sobre a crise*. Vol. 1. Campinas: Unicamp, 1998. 2 vols.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura — Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

____. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CRUZ, Paulo Davidoff. "Notas sobre o endividamento brasileiro nos anos setenta". In BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaios sobre a crise*. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 1998. 2 vols.

DAVIS, Sonny B. *A brotherhood of arms — Brazil-United States military relations, 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

DECKES, Flavio. *Radiografia do terrorismo no Brasil — 66/80*. São Paulo: Ícone, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado — Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda — A vida de um lutador*. Vol. 2: *1960-1977*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 2 vols.

FALCÃO, Armando. *Geisel — Do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FALCÃO, João. *Giocondo Dias — A vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FLEISCHER, David. "Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou Como usualmente o feitiço vira contra o feiticeiro". In SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64 — A festa*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário — 1964-1984*. Vol. 1: *A resistência à ditadura — 1964/1971*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

FREI BETTO. *Lula — Biografia política de um operário*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

GARNERO, Mario. *Jogo duro — O caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas*. São Paulo: Best Seller, 1988.

GÓES, Walder de. *O Brasil do general Geisel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GOLDMAN, Alberto. *Caminhos de luta — Peripécias de um político na democracia relativa*. São Paulo: Núcleo de Divulgação Editorial, 1978.

GOMES, Severo. *Tempo de mudar*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GUIMARÃES, José Celso Macedo Soares. *Temos pressa*. S. l.: s. ed., cerca de 1976.

GUIMARÃES, Ulysses. *Rompendo o cerco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GUTEMBERG, Luiz. *Moisés, codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HILTON, Stanley E. *Brazil and the Soviet challenge — 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem — CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

____; FREITAS FILHO, Armando (orgs.). *Ana C. — Correspondência incompleta*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

____; VENTURA, Zuenir; GASPARI, Elio. *Cultura em trânsito 70/80 — Da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

HUMPHREY, John. *Capitalist control and worker's struggle in the Brazilian auto industry*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog — Prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

KINZO, Maria d'Alva Gil. *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil — The case of the MDB, 1966-79*. Nova York: St. Martin's Press, 1988.

KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 1995.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976 — Sonho e fracasso*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1998.

LOHBAUER, Christian. *Brasil Alemanha 1964-1999 — Fases de uma parceria*. São Paulo: Edusp/Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000.

LOPES, Roberto. *Rede de intrigas — Os bastidores do fracasso da indústria bélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

LÚCIO, José dos Santos. *A Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

LUPPI, Carlos Alberto. *Manoel Fiel Filho — Quem vai pagar por este crime?*. São Paulo: Escrita, 1980.

LUZ, Fábio; CARNEIRO, Davi. *Floriano — Memórias e documentos*. Vol. 6: *A Invasão Federalista em Santa Catarina e Paraná*. S. l.: Ministério da Educação, Imprensa Nacional, 1941. 20 vols.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. *Opinião x Censura — Momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MALHEIROS, Tania. *Brasil, a bomba oculta — O programa nuclear brasileiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1991.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*. São Paulo: Global, 1980.

MARKUM, Paulo (org.). *Vlado — Retrato da morte de um homem e de uma época*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MINELLA, Ari Cesar. *Banqueiros — Organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Anpocs, 1988.

MIROW, Kurt Rudolf. *A loucura nuclear — Os enganos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MOISÉS, José Alvaro; MARTINEZ-ALLIER, Verena. "A revolta dos suburbanos ou 'Patrão, o trem atrasou'". In MOISÉS, José Alvaro et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

____ et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado — A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil — As histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB, semeadores da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma — Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Frederico Mendonça de. *O crime contra Tenório — Saga e martírio de um gênio do piano brasileiro*. S. l.: Atenas Editorial, s. d.

PAIM, Antonio. *A querela do estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

PARANAGUÁ, Evandro. "Virgílio, bipontos: Adeus". In VÁRIOS AUTORES. *Virgílio Távora, pt para sempre*. Brasília: Comitê de Imprensa do Senado Federal/Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Coleção Senador Henrique de La Rocque.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*. Campinas: Unicamp, 1999.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil — Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO NETO, João. *Juscelino — Uma história de amor*. Rio de Janeiro: Mauad, 1994.

POWER, Timothy Joseph. "Brazil and the Carter human rights policy". Dissertação de mestrado apresentada à Graduate School da Universidade da Flórida, 1986.

PRADO, Lafayette. *Transportes e corrupção — Um desafio à cidadania*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo, 1977-1979*. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

REICHSTUL, Henri Philippe; COUTINHO, Luciano G. "Investimento estatal — 1974/80: Ciclo e crise". In BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil — Ensaios sobre a crise*. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 1998. 2 vols.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio — Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil — O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ROSA, Luiz Pinguelli. *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

____; BARROS, Fernando de Souza; BARREIROS, Suzana Ribeiro. *A política nuclear no Brasil*. São Paulo: Greenpeace, 1991.

SADER, Emir; SILVERSTEIN, Ken. *Without fear of being happy — Lula, the workers party and Brazil*. Londres/Nova York: Verso, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder & política — Crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SATURNINO, Roberto. *Política econômica e estatização — Debates parlamentares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SCARTEZINI, Antonio Carlos. *Dr. Ulysses — Uma biografia*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SCHNEIDER, Ben Ross. *Politics within the State — Elite bureaucrats & industrial growth in authoritarian Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SILVA, Hélio. *1964 — Golpe ou contragolpe?*. Colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

____. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 87.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado — O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar — Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

SOUZA, Maurício Maia de. "Henfil e a censura — O papel dos jornalistas". Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, mai. 1999.

STUMPF, André Gustavo; PEREIRA FILHO, Merval. *A segunda guerra — A sucessão de Geisel*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SÜSSEKIND, Flora (org.). *Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns — Um homem amado e perseguido*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

Tempo de Congresso — Coletânea de discursos parlamentares de Petrônio Portella. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

VÁRIOS AUTORES. *Virgílio Távora, pt para sempre*. Brasília: Comitê de Imprensa do Senado Federal/Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Coleção Senador Henrique de La Rocque.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na transição brasileira — Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Editora da Unicamp, 1995.

____. *O presente como história — Economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp, 1997.

VELHO, Gilberto. *Nobres & anjos — Um estudo de tóxicos e de hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

VENTURA, Zuenir. *3 Antonios e 1 Jobim — Histórias de uma geração: o encontro de Antonio Callado, Antonio Candido, Antonio Houaiss, Antonio Carlos Jobim por Zuenir Ventura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

VIANA, Gilney A.; CIPRIANO, Perly. *Fome de liberdade — Relato dos presos políticos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória — A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

WELCH, John H. *Capital markets in the development process — The case of Brazil*. Pittsburgh/Londres: University of Pittsburgh Press/MacMillan Press, 1993.

XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento — Cinema Novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia — Sementes da liberdade*. São Paulo: s. ed., 1979.

GERAL

BÁEZ, Luis. *Secretos de generales*. Barcelona: Losada, 1997.

BALL, George W. *Diplomacy for a crowded world — An American foreign policy*. Boston: Atlantic-Little, Brown, 1976.

BOURNE, Peter G. *Jimmy Carter — A comprehensive biography from Plains to post Presidency*. Nova York: Scribner, 1997.

BURN, Duncan. *Nuclear power and the energy crisis — Politics and the atomic industry*. Londres: MacMillan/Trade Policy Research Centre, 1978.

CARPOZI JUNIOR, George. *Andrew Young, the impossible man*. Nova York: Manor Books, 1978.

CARROLL, Lewis. *Alice — Edição comentada, Aventuras de Alice no país das maravilhas & Através do espelho*. Introd. e notas Martin Gardner. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

COLTMAN, Leycester. *The real Fidel Castro*. New Haven: Yale University Press, 2003.

DENHAM, Andrew; GARNETT, Mark. *Keith Joseph*. Londres: Acumen, 2001.

DINGES, John. *The Condor years — How Pinochet and his allies brought terrorism to three continents*. Nova York: The New Press, 2004.

DREW, Elizabeth. *American journal — The events of 1976*. Nova York: Random House, 1977.

EBENSTEIN, Alan. *Friedrich Hayek — A biography*. Nova York: Palgrave, 2001.

EDWARDS, Lee. *The power of ideas — The Heritage Foundation at 25 years*. Ottawa/Illinois: Jameson Books, 1997.

FEITLOWITZ, Marguerite. *A lexicon of terror — Argentina and the legacies of torture*. Nova York: Oxford University Press, 1998.

FERREIRA, Hugo Gil; MARSHALL, Michael W. *Portugal's Revolution — Ten years on*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FURIATI, Claudia. *Fidel Castro — Uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 2 vols.

GASTIL, Raymond (ed.). *Freedom in the world — Political rights and civil liberties*. Boston/Nova York: A Freedom House Book, 1978.

GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions — Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapell Hill/Londres: The University of North Carolina Press, 2002.

GUEST, Iain. *Behind the disappearances — Argentina's dirty war against human rights and the United Nations*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1990.

GUIMARÃES, Fernando Andresen. *The origins of the Angolan Civil War — Foreign intervention and domestic political conflict*. Nova York: St. Martin's Press, 1998.

HODGES, Donald C. *Argentina's "dirty war" — An intellectual biography*. Austin: University of Texas Press, 1991.

ISAACSON, Walter. *Kissinger — A biography*. Nova York: Simon & Schuster, 1992.

JENKINS, Peter. *Mrs. Thatcher revolution — The ending of the Socialist Era*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

JUDIS, John B. *The paradox of American democracy — Elites, special interests, and the betrayal of public trust*. Nova York: Pantheon Books, 2000.

KISSINGER, Henry. *Crisis — The anatomy of two major foreign policy crises*. Nova York: Simon & Schuster, 2003.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. *Latin American debt*. Baltimore/Londres: Twentieth Century Fund/The Johns Hopkins University Press, 1988.

LOVEMAN, Brian. *For la patria — Politics and the armed forces in Latin America*. Wilmington: SR Books, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *The making of Portuguese democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 1995.

MITCHELL, B. R. *International historical statistics — Europe 1750-1988*. Londres: MacMillan Press, 1992.

QUESADA, Maria Sáenz. *Isabel Perón — La Argentina en los años de María Estela Martínez*. Buenos Aires: Planeta, 2003.

SCHMIDT, Helmut. *Men and powers — A political retrospective*. Nova York: Random House, 1989.

SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy toward Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

SMITH, William C. *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

TVEDTEN, Inge. *Angola — Struggle for peace and recognition*. Colorado: Westview Press, 1997.

VERBITSKY, Horacio. *El Vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo — O acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WOOTEN, James. *Dasher — The roots and the rising of Jimmy Carter*. Nova York: Summit Books, 1978.

YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. *Commanding heights — The battle between government and the marketplace that is remaking the world*. Nova York: Simon & Schuster, 1998.

ZWEIG, Phillip L. *Wriston — Walter Wriston, Citibank, and the rise and fall of American financial supremacy*. Nova York: Crown, 1995.

INTERNET *

Banco Central do Brasil — <http://www.bcb.gov.br/>

CASTRO, Fidel. Discurso de 7 de junho de 1976 — <http://lanic.utexas.edu/project/castro/db/1976/19760607.html>

GALL, Norman. *Atoms for Brazil, Dangers for All* — <http://www.normangall.com/brazil_art18eng.htm>

GEISEL, Ernesto. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1975 — <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1336/>

____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1976 — <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1337/>

GRECO, Antônio do Monte; COUTINHO, Carlos Sidnei. *Anais do X Seminário de Economia Mineira*. "Açominas: um exemplo polêmico de privatização" — <http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D49.pdf>

Ipeadata — <http://www.ipeadata.gov.br/>

Ministério de Minas e Energia — <http://www.mme.gov.br/>

National Security Archive — <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>

National Archives — <http://aad.archives.gov/aad/>

NOGUEIRA, L. A. Horta. “Produção e processamento de petróleo e gás natural no Brasil: perspectivas e sustentabilidade nos próximos 20 anos” — <http://libdigi.unicamp.br/document/?view=18>

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — <http://www.sbpcnet.org.br>

U.S. Overseas Loans and Grants, Obligations and Loan Authorizations July 1, 1945 — September 30, 2009, da U.S. Agency for International Development (Usaid) — <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADT555.pdf>

* Até julho de 2013 verificou-se o acesso aos sítios mencionados.

O Estado de São Paulo, 03/01/1975. O último poema.

D. Aloísio destaca o exemplo do "Estado"

ABL lembra atuação nas causas nacionais

No DF, ato terá a participação de governadores

Os Lusíadas

Missa no novo prédio marca o começo das comemorações

Os Lusíadas

Canto terceiro

Luís de Camões

DSV monta plano especial de tráfego

UM EMPREGO JOIA

Os condubras elétricos CONDUBRÁS arranjaram um novo emprego, agradável e lucrativo. • O de conduzirem através de seus fios, as mensagens de felicidades, paz e festas, para o ano novo, para sempre!

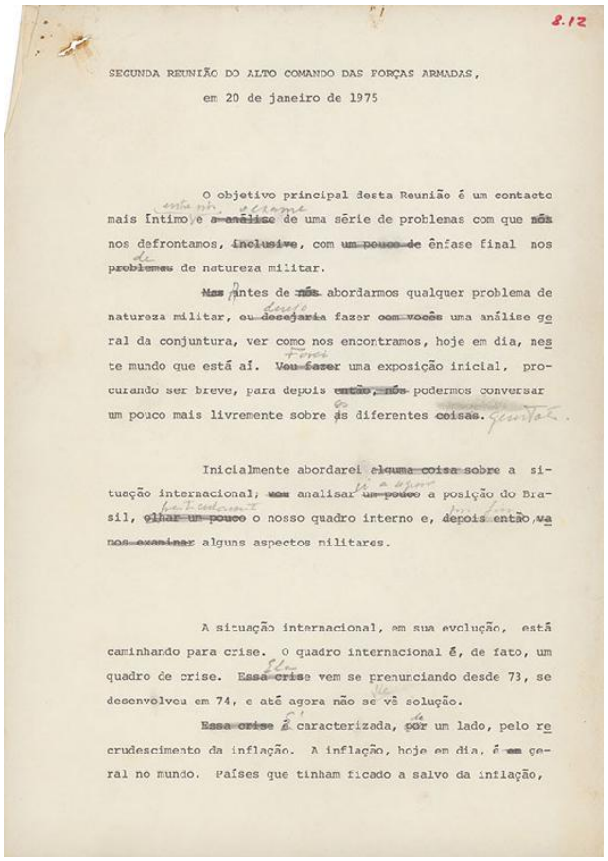
FELIZ 75

CONDUBRÁS

[Voltar] | [Transcrição]

Segunda reunião do Alto Comando das Forças Armadas – 20 de janeiro de 1975

[O trecho mencionado está na página 34. O debate aberto por Geisel começa na página 26]



SEGUNDA REUNIÃO DO ALTO COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS,
em 20 de janeiro de 1975

O objetivo principal desta Reunião é um contacto mais íntimo e ~~a análise~~ de uma série de problemas com que ~~nós~~ nos defrontamos, ~~inclusive~~, com ~~um pouco de~~ ênfase final nos ~~problemas~~ de natureza militar.

~~Mas~~ antes de ~~nós~~ abordarmos qualquer problema de natureza militar, ~~eu desejaria~~ fazer ~~com vocês~~ uma análise geral da conjuntura, ver como nos encontramos, hoje em dia, neste mundo que está aí. ~~Vou fazer~~ uma exposição inicial, procurando ser breve, para depois ~~então, nós~~ podermos conversar um pouco mais livremente sobre as diferentes coisas.

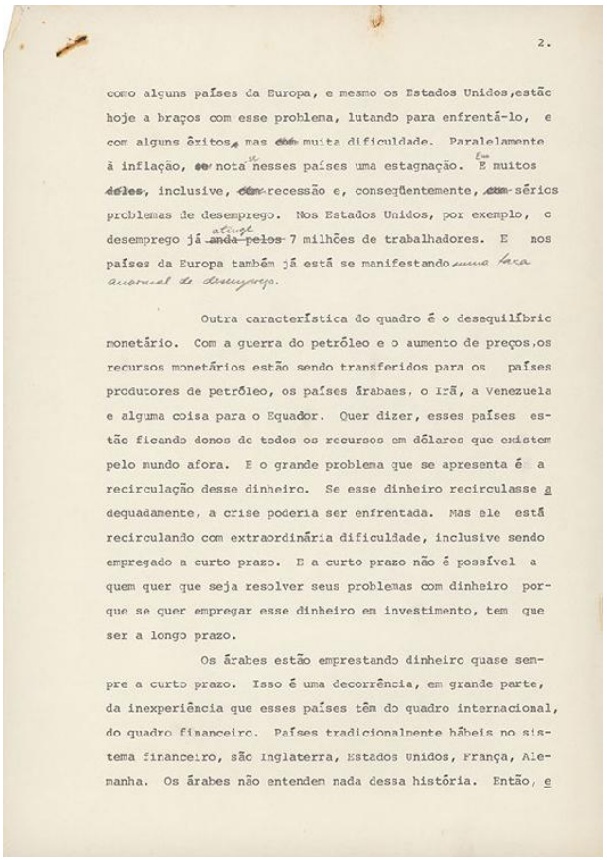
Inicialmente abordarei ~~alguma coisa sobre~~ a situação internacional, ~~vou~~ analisar ~~um pouco~~ a posição do Brasil, ~~olhar um pouco~~ o nosso quadro interno e, ~~depois então~~, ~~vamos~~ ~~examinar~~ alguns aspectos militares.

A situação internacional, em sua evolução, está caminhando para crise. O quadro internacional é, de fato, um quadro de crise. ~~Essa crise~~ vem se prenunciando desde 73, se desenvolveu em 74, e até agora não se vê solução.

~~Essa crise é~~ caracterizada, ~~por~~ um lado, pelo recrudescimento da inflação. A inflação, hoje em dia, é ~~em~~ geral no mundo. Países que tinham ficado a salvo da inflação,

Página 1 de 65

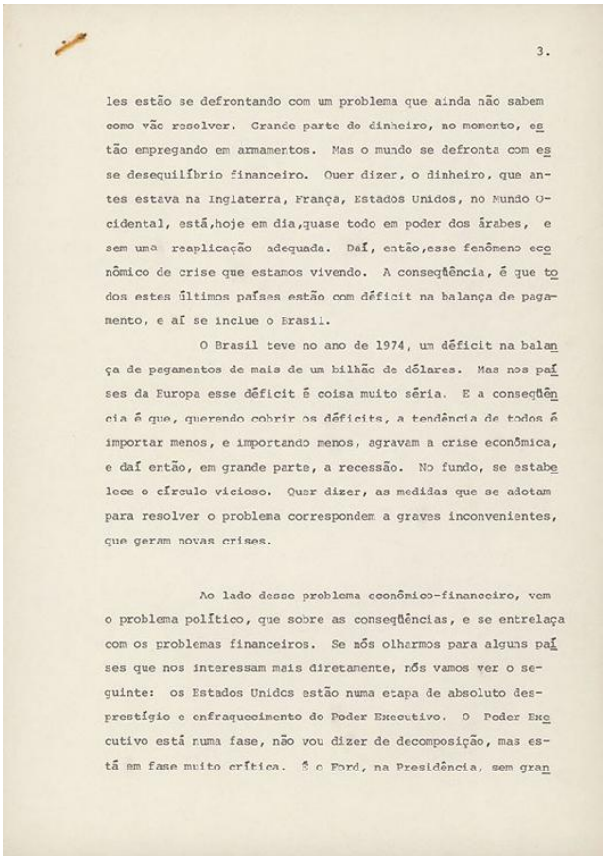
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



como alguns países da Europa, e mesmo os Estados Unidos, estão hoje a braços com esse problema, lutando para enfrentá-lo, e com alguns êxitos, mas com muita dificuldade. Paralelamente à inflação, se nota nesses países uma estagnação. E muitos deles, inclusive, com recessão e, conseqüentemente, com sérios problemas de desemprego. Nos Estados Unidos, por exemplo, o desemprego já atinge ~~ainda pelos~~ 7 milhões de trabalhadores. E nos países da Europa também já está se manifestando uma taxa acentuada de desemprego.

Outra característica do quadro é o desequilíbrio monetário. Com a guerra do petróleo e o aumento de preços, os recursos monetários estão sendo transferidos para os países produtores de petróleo, os países árabes, o Irã, a Venezuela e alguma coisa para o Equador. Quer dizer, esses países estão ficando donos de todos os recursos em dólares que existem pelo mundo afora. E o grande problema que se apresenta é a recirculação desse dinheiro. Se esse dinheiro recirculasse adequadamente, a crise poderia ser enfrentada. Mas ele está recirculando com extraordinária dificuldade, inclusive sendo empregado a curto prazo. E a curto prazo não é possível a quem quer que seja resolver seus problemas com dinheiro porque se quer empregar esse dinheiro em investimento, tem que ser a longo prazo.

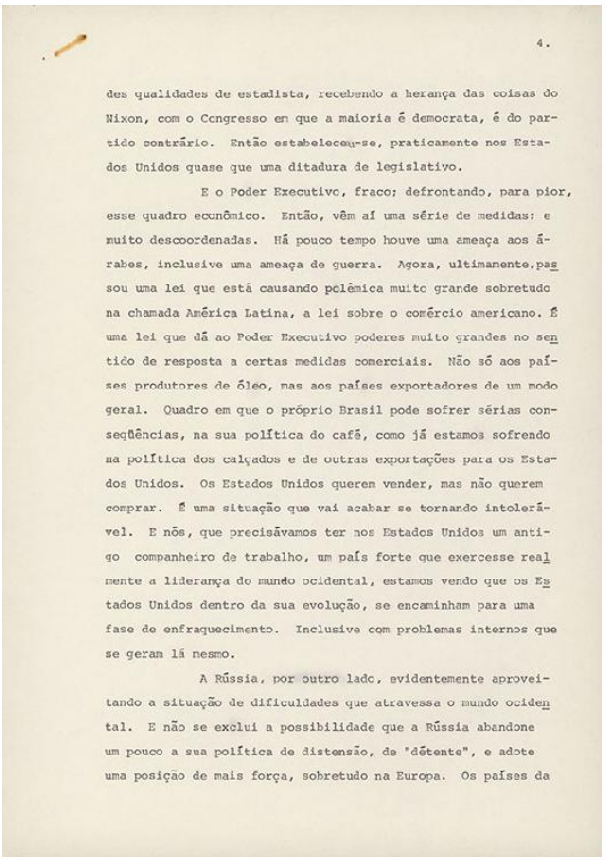
Os árabes estão emprestando dinheiro quase sempre a curto prazo. Isso é uma decorrência, em grande parte, da inexperiência que esses países têm do quadro internacional, do quadro financeiro. Países tradicionalmente hábeis no sistema financeiro, são Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha. Os árabes não entendem nada dessa história. Então, e



les estão se defrontando com um problema que ainda não sabem como vão resolver. Grande parte do dinheiro, no momento, estão empregando em armamentos. Mas o mundo se defronta com esse desequilíbrio financeiro. Quer dizer, o dinheiro, que antes estava na Inglaterra, França, Estados Unidos, no Mundo Ocidental, está,hoje em dia,quase todo em poder dos árabes, e sem uma reaplicação adequada. Daí, então,esse fenômeno econômico de crise que estamos vivendo. A conseqüência, é que todos estes últimos países estão com déficit na balança de pagamento, e aí se inclue o Brasil.

O Brasil teve no ano de 1974, um déficit na balança de pegamentos de mais de um bilhão de dólares. Mas nos países da Europa esse déficit é coisa muito séria. E a conseqüência é que, querendo cobrir os déficits, a tendência de todos é importar menos, e importando menos, agravam a crise econômica, e daí então, em grande parte, a recessão. No fundo, se estabelece o círculo vicioso. Quer dizer, as medidas que se adotam para resolver o problema correspondem a graves inconvenientes, que geram novas crises.

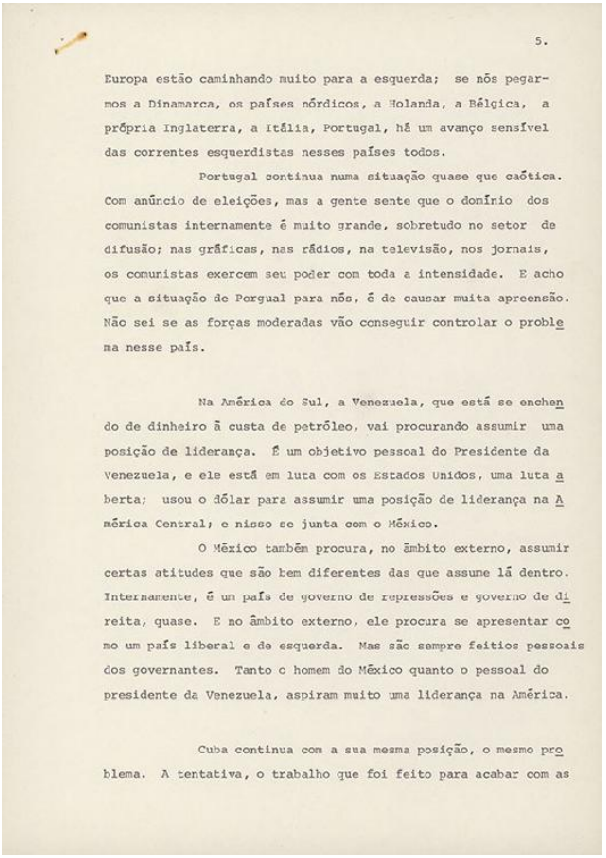
Ao lado desse problema econômico-financeiro, vem o problema político, que sobre as conseqüências, e se entrelaça com os problemas financeiros. Se nós olharmos para alguns países que nos interessam mais diretamente, nós vamos ver o seguinte: os Estados Unidos estão numa etapa de absoluto desprestígio e enfraquecimento do Poder Executivo. O Poder Executivo está numa fase, não vou dizer de decomposição, mas está em fase muito crítica. É o Ford, na Presidência, sem gran



des qualidades de estadista, recebendo a herança das coisas do Nixon, com o Congresso em que a maioria é democrata, é do partido contrário. Então estabelecem-se, praticamente nos Estados Unidos quase que uma ditadura de legislativo.

E o Poder Executivo, fraco; defrontando, para pior, esse quadro econômico. Então, vêm aí uma série de medidas: e muito descoordenadas. Há pouco tempo houve uma ameaça aos árabes, inclusive uma ameaça de guerra. Agora, ultimamente, passou uma lei que está causando polêmica muito grande sobretudo na chamada América Latina, a lei sobre o comércio americano. É uma lei que dá ao Poder Executivo poderes muito grandes no sentido de resposta a certas medidas comerciais. Não só aos países produtores de óleo, mas aos países exportadores de um modo geral. Quadro em que o próprio Brasil pode sofrer sérias conseqüências, na sua política do café, como já estamos sofrendo na política dos calçados e de outras exportações para os Estados Unidos. Os Estados Unidos querem vender, mas não querem comprar. É uma situação que vai acabar se tornando intolerável. E nós, que precisávamos ter nos Estados Unidos um antigo companheiro de trabalho, um país forte que exercesse realmente a liderança do mundo ocidental, estamos vendo que os Estados Unidos dentro da sua evolução, se encaminham para uma fase de enfraquecimento. Inclusive com problemas internos que se geram lá mesmo.

A Rússia, por outro lado, evidentemente aproveitando a situação de dificuldades que atravessa o mundo ocidental. E não se exclui a possibilidade que a Rússia abandone um pouco a sua política de distensão, de "détente", e adote uma posição de mais força, sobretudo na Europa. Os países da



Europa estão caminhando muito para a esquerda; se nós pegarmos a Dinamarca, os países nórdicos, a Holanda, a Bélgica, a própria Inglaterra, a Itália, Portugal, há um avanço sensível das correntes esquerdistas nesses países todos.

Portugal continua numa situação quase que caótica. Com anúncio de eleições, mas a gente sente que o domínio dos comunistas internamente é muito grande, sobretudo no setor de difusão; nas gráficas, nas rádios, na televisão, nos jornais, os comunistas exercem seu poder com toda a intensidade. E acho que a situação de Portugal para nós, é de causar muita apreensão. Não sei se as forças moderadas vão conseguir controlar o problema nesse país.

Na América do Sul, a Venezuela, que está se enchendo de dinheiro à custa de petróleo, vai procurando assumir uma posição de liderança. É um objetivo pessoal do Presidente da Venezuela, e ele está em luta com os Estados Unidos, uma luta aberta; usou o dólar para assumir uma posição de liderança na América Central; e nisso se junta com o México.

O México também procura, no âmbito externo, assumir certas atitudes que são bem diferentes das que assume lá dentro. Internamente, é um país de governo de repressões e governo de direita, quase. E no âmbito externo, ele procura se apresentar como um país liberal e de esquerda. Mas são sempre feitios pessoais dos governantes. Tanto o homem do México quanto o pessoal do presidente da Venezuela, aspiram muito uma liderança na América.

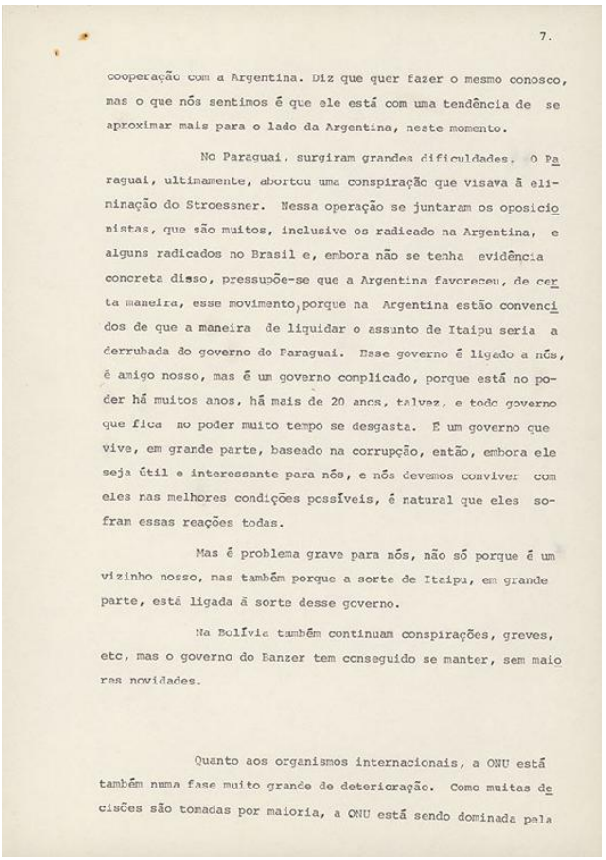
Cuba continua com a sua mesma posição, o mesmo problema. A tentativa, o trabalho que foi feito para acabar com as

sanções a Cuba, não conseguiu êxito na reunião de Quito, porque precisava ter 2/3 de votos para que as sanções fossem suspensas. Cogita-se, agora, de modificar as disposições que regem a matéria, para que as decisões sejam tomadas por maioria. O que é lógico, porque hoje, para aplicar sanções, precisa 2/3; para eliminar as sanções também precisa de 2/3. Isso significa que no fim um pouco mais de 1/3 é que domina. Quer dizer, se para aplicar uma sanção precisa 2/3, não é lógico que ainda se exijam os 2/3 para acabar com as sanções. Para acabar com as sanções, a maioria é que poderia tomar uma decisão! Mas de qualquer maneira, países como a Venezuela, Colômbia, estão já reatando suas relações com Cuba.

Por outro lado, não há indício nenhum de que Cuba tenha melhorado ou mudado sua orientação num sentido mais ponderado. Ainda na reunião que houve em Lima, comemorando a Batalha de Ayacucho, compareceu o Ministro das Relações Exteriores, o Roa, que se portou de maneira altamente inconveniente.

Bom, a Argerina; o país continua em dificuldades, sobretudo de ordem interna. A governanta, a Presidenta, se mantêm, inclusive, como elemento de equilíbrio entre as evidentes forças que conjugam. Mas a oposição está se tornando mais ativa e, apesar do estado de sítio, ainda não conseguiram dominar a subversão, as guerrilhas.

O Chile, também continua com grandes dificuldades econômicas e sobretudo pela propaganda externa. Nota-se uma tendência, no mundo, para boicotar o Chile. O Uruguai, acredito que do ponto-de-vista de ordem interna esteja relativamente bem, mas ele, na sua posição pendular, e dada a proximidade da Argentina, ultimamente tem se orientado muito para uma maior



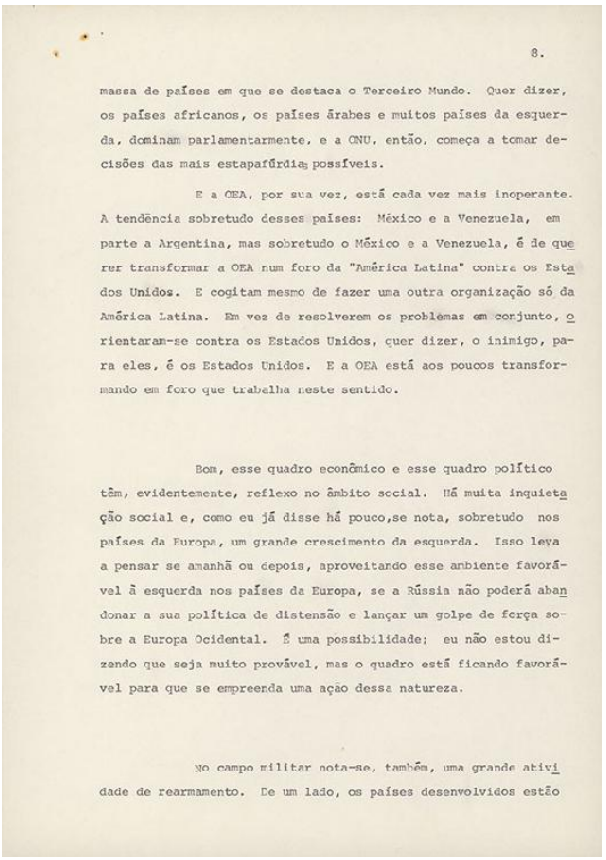
cooperação com a Argentina. Diz que quer fazer o mesmo conosco, mas o que nós sentimos é que ele está com uma tendência de se aproximar mais para o lado da Argentina, neste momento.

No Paraguai, surgiram grandes dificuldades. O Paraguai, ultimamente, abortou uma conspiração que visava à eliminação do Stroessner. Nessa operação se juntaram os oposicionistas, que são muitos, inclusive os radicado na Argentina, e alguns radicados no Brasil e, embora não se tenha evidência concreta disso, pressupõe-se que a Argentina favoreceu, de certa maneira, esse movimento, porque na Argentina estão convencidos de que a maneira de liquidar o assunto de Itaipu seria a derrubada do governo do Paraguai. Esse governo é ligado a nós, é amigo nosso, mas é um governo conplicado, porque está no poder há muitos anos, há mais de 20 anos, talvez, e todo governo que fica no poder muito tempo se desgasta. É um governo que vive, em grande parte, baseado na corrupção, então, embora ele seja útil e interessante para nós, e nós devemos conviver com eles nas melhores condições possíveis, é natural que eles sofram essas reações todas.

Mas é problema grave para nós, não só porque é um vizinho nosso, mas também porque a sorte de Itaipu, em grande parte, está ligada à sorte desse governo.

Na Bolívia também continuam conspirações, greves, etc, mas o governo do Banzer tem conseguido se manter, sem maiores novidades.

Quanto aos organismos internacionais, a ONU está também numa fase muito grande de deterioração. Como muitas decisões são tomadas por maioria, a ONU está sendo dominada pela

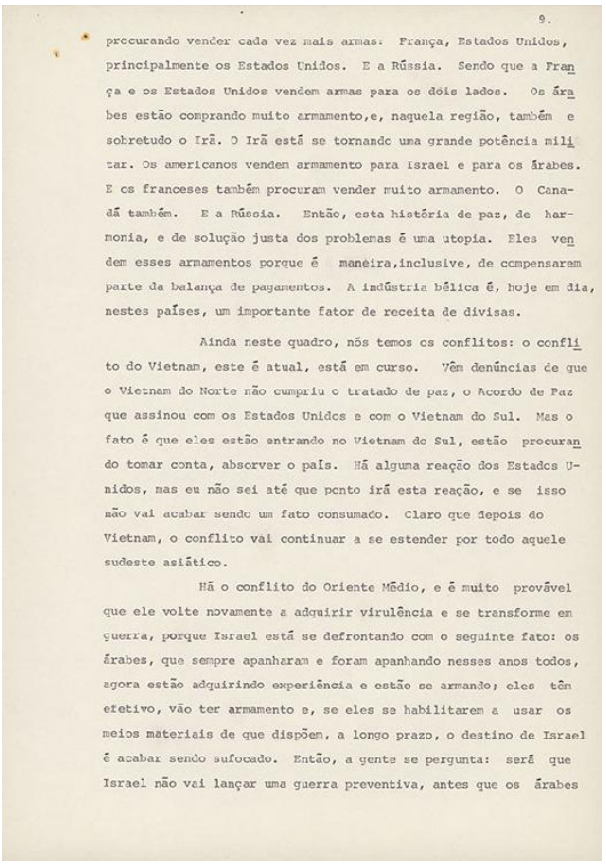


massa de países em que se destaca o Terceiro Mundo. Quer dizer, os países africanos, os países árabes e muitos países da esquerda, dominam parlamentarmente, e a ONU, então, começa a tomar decisões das mais estapafúrdias possíveis.

E a OEA, por sua vez, está cada vez mais inoperante. A tendência sobretudo desses países: México e a Venezuela, em parte a Argentina, mas sobretudo o México e a Venezuela, é de querer transformar a OEA num foro da "América Latina" contra os Estados Unidos. E cogitam mesmo de fazer uma outra organização só da América Latina. Em vez de resolverem os problemas em conjunto, orientaram-se contra os Estados Unidos, quer dizer, o inimigo, para eles, é os Estados Unidos. E a OEA está aos poucos transformando em foro que trabalha neste sentido.

Bom, esse quadro econômico e esse quadro político têm, evidentemente, reflexo no âmbito social. Há muita inquietação social e, como eu já disse há pouco,se nota, sobretudo nos países da Europa, um grande crescimento da esquerda. Isso leva a pensar se amanhã ou depois, aproveitando esse ambiente favorável à esquerda nos países da Europa, se a Rússia não poderá abandonar a sua política de distensão e lançar um golpe de força sobre a Europa Ocidental. É uma possibilidade; eu não estou dizendo que seja muito provável, mas o quadro está ficando favorável para que se empreenda uma ação dessa natureza.

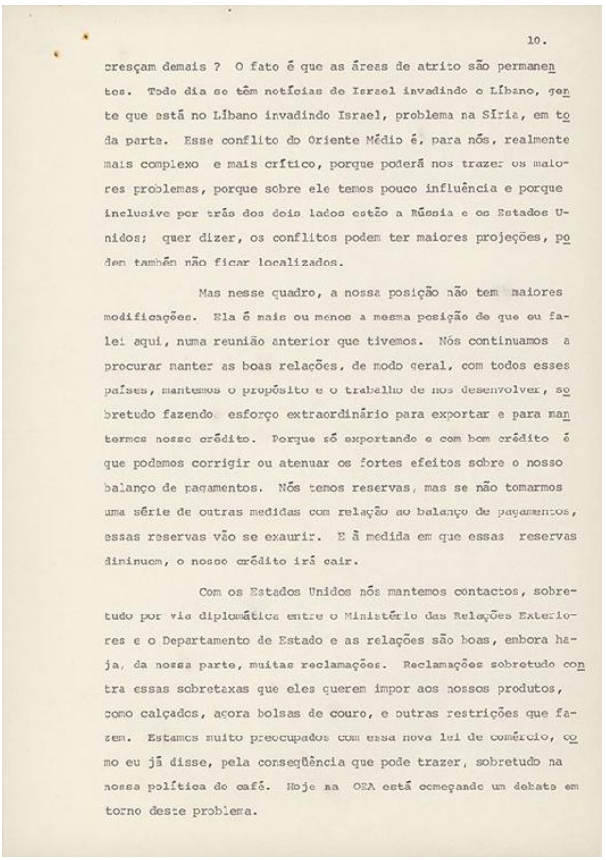
No campo militar nota-se, também, uma grande atividade de rearmamento. De um lado, os países desenvolvidos estão



procurando vender cada vez mais armas. França, Estados Unidos, principalmente os Estados Unidos. E a Rússia. Sendo que a França e os Estados Unidos vendem armas para os dois lados. Os árabes estão comprando muito armamento,e, naquela região, também e sobretudo o Irã. O Irã está se tornando uma grande potência militar. Os americanos venden armamento para Israel e para os árabes. E os franceses também procuram vender muito armamento. O Canadá também. E a Rússia. Então, esta história de paz, de harmonia, e de solução justa dos problemas é uma utopia. Eles vendem esses armamentos porque é maneira,inclusive, de compensaram parte da balança de pagamentos. A indústria bélica é, hoje em dia, nestes países, um importante fator de receita de divisas.

Ainda neste quadro, nós temos os conflitos: o conflito do Vietnan, este é atual, está em curso. Vêm denúncias de que o Vietnam do Norte não cumpriu o tratado de paz, o Acordo de Paz que assinou com os Estados Unidos e com o Vietnam do Sul. Mas o fato é que eles estão entrando no Vietnam do Sul, estão procurando tomar conta, absorver o país. Há alguma reação dos Estados Unidos, mas eu não sei até que ponto irá esta reação, e se isso não vai acabar sendo um fato consumado. Claro que depois do Vietnam, o conflito vai continuar a se estender por todo aquele sudeste asiático.

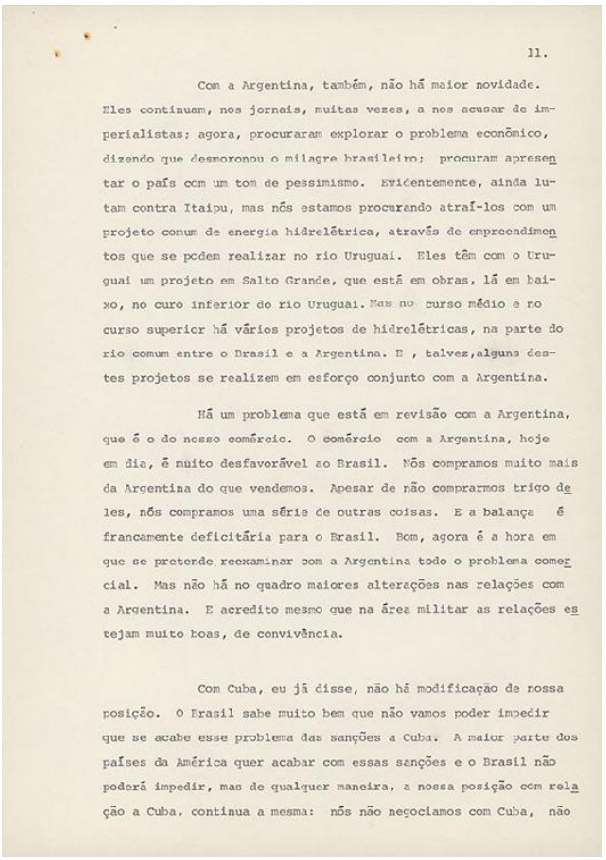
Há o conflito do Oriente Médio, e é muito provável que ele volte novamente a adquirir virulência e se transforme em guerra, porque Israel está se defrontando com o seguinte fato: os árabes, que sempre apanharam e foram apanhando nesses anos todos, agora estão adquirindo experiência e estão se armando; eles têm efetivo, vão ter armamento e, se eles se habilitarem a usar os meios materiais de que dispõem, a longo prazo, o destino de Israel é acabar sendo sufocado. Então, a gente se pergunta: será que Israel não vai lançar uma guerra preventiva, antes que os árabes



presçam demais ? O fato é que as áreas de atrito são permanentes. Todo dia se têm notícias de Israel invadindo o Líbano, gente que está no Líbano invadindo Israel, problema na Síria, em toda parte. Esse conflito do Oriente Médio é, para nós, realmente mais complexo e mais crítico, porque poderá nos trazer os maiores problemas, porque sobre ele temos pouco influência e porque inclusive por trás dos dois lados estão a Rússia e os Estados Unidos; quer dizer, os conflitos podem ter maiores projeções, podem também não ficar localizados.

Mas nesse quadro, a nossa posição não tem maiores modificações. Ela é mais ou menos a mesma posição de que eu falei aqui, numa reunião anterior que tivemos. Nós continuamos a procurar manter as boas relações, de modo geral, com todos esses países, mantemos o propósito e o trabalho de nos desenvolver, sobretudo fazendo esforço extraordinário para exportar e para mantermos nosso crédito. Porque só exportando e com bom crédito é que podemos corrigir ou atenuar os fortes efeitos sobre o nosso balanço de pagamentos. Nós temos reservas, mas se não tomarmos uma série de outras medidas com relação ao balanço de pagamentos, essas reservas vão se exaurir. E à medida em que essas reservas diminuem, o nosso crédito irá cair.

Com os Estados Unidos nós mantemos contactos, sobretudo por via diplomática entre o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Estado e as relações são boas, embora haja, da nossa parte, muitas reclamações. Reclamações sobretudo contra essas sobretaxas que eles querem impor aos nossos produtos, como calçados, agora bolsas de couro, e outras restrições que fazem. Estamos muito preocupados com essa nova lei de comércio, como eu já disse, pela conseqüência que pode trazer, sobretudo na nossa política do café. Hoje na OEA está começando um debate em torno deste problema.



Com a Argentina, também, não há maior novidade. Eles continuem, nos jornais, muitas vezes, a nos acusar de imperialistas; agora, procuraram explorar o problema econômico, dizendo que desmoronou o milagre brasileiro; procuram apresentar o país com um tom de pessimismo. Evidentemente, ainda lutam contra Itaipu, mas nós estamos procurando atraí-los com um projeto comum de energia hidrelétrica, através de empreendimentos que se podem realizar no rio Uruguai. Eles têm com o Uruguai um projeto em Salto Grande, que está em obras, lá em baixo, no curo inferior do rio Uruguai. Mas no curso médio e no curso superior há vários projetos de hidrelétricas, na parte do rio comum entre o Brasil e a Argentina. E , talvez, alguns destes projetos se realizem em esforço conjunto com a Argentina.

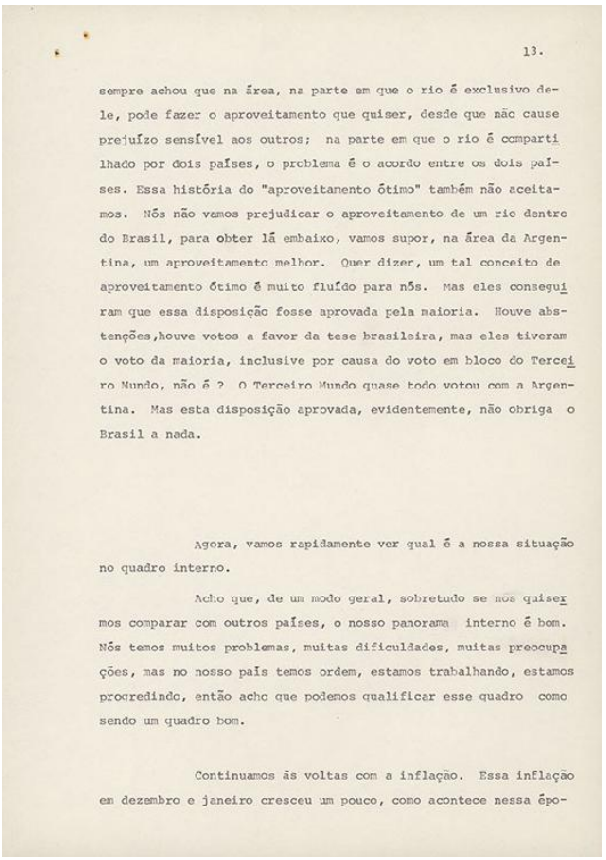
Há um problema que está em revisão com a Argentina, que é o do nosso comércio. O comércio com a Argentina, hoje em dia, é muito desfavorável ao Brasil. Nós compramos muito mais da Argentina do que vendemos. Apesar de não comprarmos trigo deles, nós compramos uma série de outras coisas. E a balança é francamente deficitária para o Brasil. Bom, agora é a hora em que se pretende reexaminar com a Argentina todo o problema comercial. Mas não há no quadro maiores alterações nas relações com a Argentina. E acredito mesmo que na área militar as relações estejam muito boas, de convivência.

Com Cuba, eu já disse, não há modificação de nossa posição. O Brasil sabe muito bem que não vamos poder impedir que se acabe esse problema das sanções a Cuba. A maior parte dos países da América quer acabar com essas sanções e o Brasil não poderá impedir, mas de qualquer maneira, a nossa posição com relação a Cuba, continua a mesma: nós não negociamos com Cuba, não

comerciamos, e não temos relações. Enquanto a posição de Cuba não se modificar, nós também não temos porque modificar a nossa posição. Agora, acontece que a posição de Cuba, no mundo, de um modo geral, está melhorando muito. Há poucos dias assinaram um acordo com a França, inclusive a França proporcionando financiamento a Cuba. No outro dia eles restabeleceram as relações com a Alemanha Ocidental. Eles estão ativos e estão, no mundo todo, se colocando bem. De um lado, é possível que seja a influência das esquerdas; de outro lado, pode ser também influência do mercado de açúcar, não é ? Esses países todos estão comprando açúcar por um preço caríssimo e, então, têm interesse, em contrapartida, em vender sua produção de manufaturados, etc, para outros países; e Cuba, possivelmente, é um mercado interessante para eles. O fato é que a posição internacional de Cuba não só na América como no Mundo Ocidental está melhorando.

A nossa posição na CEA e na ONU também se caracteriza muito pela atitude relativamente discreta, em que nós realmente procuramos sempre defender nossos interesses. Na ONU, numa carta de direitos econômicos, a Argentina conseguiu introduzir uma cláusula num artigo relacionado com o aproveitamento dos rios internacionais e dos rios que são partilhados por vários países. E aí, conseguiu colocar dois argumentos contra os quais o Brasil sempre reagiu: um é o da consulta prévia no aproveitamento desses rios, estabelecendo a condição de ter que consultar todos os países que fazem parte da bacia; e o outro, é o do "aproveitamento ótimo", em vez de se aproveitar o rio no interesse de um determinado país, ele deve ser aproveitado de modo a obter um resultado ótimo para o conjunto.

São duas teses que o Brasil não aceitou. O Brasil

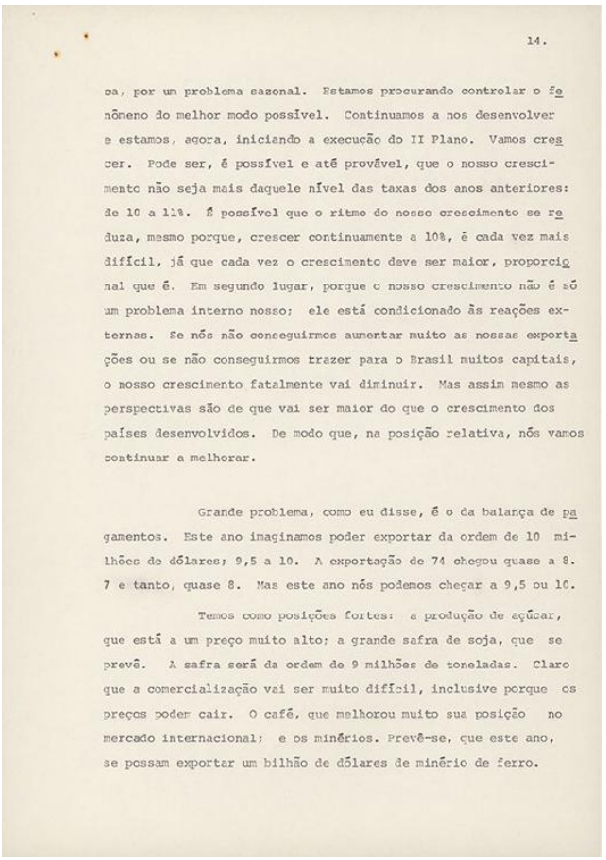


sempre achou que na área, na parte em que o rio é exclusivo dele, pode fazer o aproveitamento que quiser, desde que não cause prejuízo sensível aos outros; na parte em que o rio é compartilhado por dois países, o problema é o acordo entre os dois países. Essa história do "aproveitanento ótimo" também não aceitamos. Nós não vamos prejudicar o aproveitamento de um rio dentro do Brasil, para obter lá embaixo, vamos supor, na área da Argentina, um aproveitamento melhor. Quer dizer, um tal conceito de aproveitamento ótimo é muito fluído para nós. Mas eles conseguiram que essa disposição fosse aprovada pela maioria. Houve abstenções,houve votos a favor da tese brasileira, mas eles tiveram o voto da maioria, inclusive por causa do voto em bloco do Terceiro Mundo, não é ? O Terceiro Mundo quase todo votou com a Argentina. Mas esta disposição aprovada, evidentemente, não obriga o Brasil a nada.

Agora, vamos rapidamente ver qual é a nossa situação no quadro interno.

Acho que, de um modo geral, sobretudo se nós quisermos comparar com outros países, o nosso panorama interno é bom. Nós temos muitos problemas, muitas dificuldades, muitas preocupações, mas no nosso país temos ordem, estamos trabalhando, estamos procredindo, então acho que podemos qualificar esse quadro como sendo um quadro bom.

Continuamos às voltas com a inflação. Essa inflação em dezembro e janeiro cresceu um pouco, como acontece nessa épo-



pa, por um problema sazonal. Estamos procurando controlar o fe nômeno do melhor modo possível. Continuamos a nos desenvolver e estamos, agora, iniciando a execução do II Plano. Vamos cres cer. Pode ser, é possível e até provável, que o nosso crescimento não seja mais daquele nível das taxas dos anos anteriores: de 10 a 11%. É possível que o ritmo do nosso crescimento se re duza, mesmo porque, crescer continuamente a 10%, é cada vez mais difícil, já que cada vez o crescimento deve ser maior, proporcio nal que é. Em segundo lugar, porque o nosso crescimento não é só um problema interno nosso; ele está condicionado às reações ex- ternas. Se nós não conseguirmos aumentar muito as nossas exporta ções ou se não conseguirmos trazer para o Brasil muitos capitais, o nosso crescimento fatalmente vai diminuir. Mas assim mesmo as perspectivas são de que vai ser maior do que o crescimento dos países desenvolvidos. De modo que, na posição relativa, nós vamos continuar a melhorar.

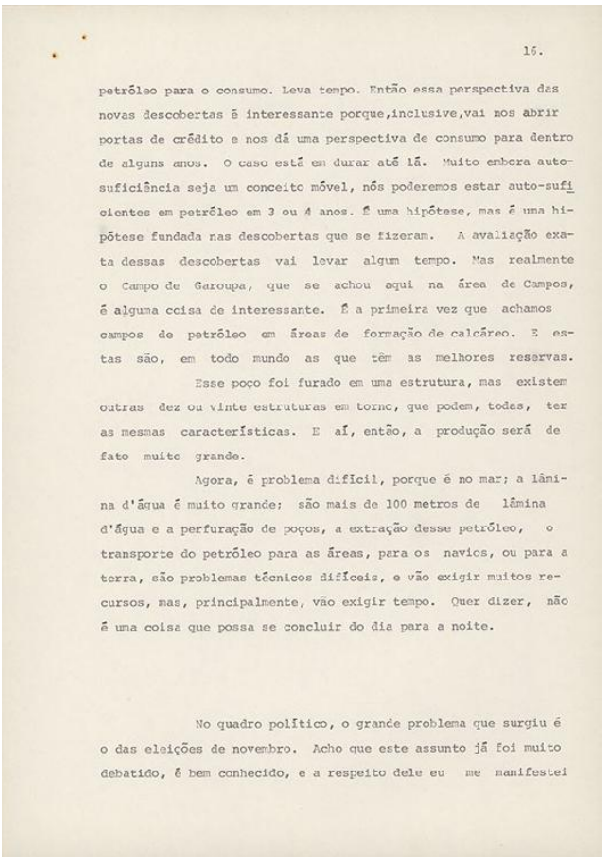
Grande problema, como eu disse, é o da balança de pa gamentos. Este ano imaginamos poder exportar da ordem de 10 mi- lhões de dólares; 9,5 a 10. A exportação de 74 chegou quase a 8. 7 e tanto, quase 8. Mas este ano nós podemos chegar a 9,5 ou 10.

Temos como posições fortes: a produção de açúcar, que está a um preço muito alto; a grande safra de soja, que se prevê. A safra será da ordem de 9 milhões de toneladas. Claro que a comercialização vai ser muito difícil, inclusive porque os preços podem cair. O café, que melhorou muito sua posição no mercado internacional; e os minérios. Prevê-se, que este ano, se possam exportar um bilhão de dólares de minério de ferro.

Por outro lado, estamos empenhados em começar a controlar as importações. Há uma série de medidas, sobretudo junto aos Órgãos governamentais, para reduzir as importações ao mínimo necessário. E aí vem uma séria preocupação para o governo: temos que reduzir as despesas no exterior. Porque tudo isso vai entrar negativamente na balança de pagamento. Por outro lado, estamos procurando créditos, não é ? E créditos, sobretudo com prazos mais longos, porque créditos a curto prazo podem resolver momentaneamente uma situação, mas criam o problema quase imediato do retorno do pagamento.

Como elemento favorável, nós temos as recentes descobertas de petróleo. O petróleo é para nós, realmente a maior vulnerabilidade que o país tem, no meu modo de ver. Acho que de todos os problemas, é o mais agudo, porque todo o nosso sistema de transportes está baseado, praticamente, no petróleo. Se nós podemos gerar energia de outras fontes, a hidrelétrica ou a nuclear, não precisamos de petróleo para gerar energia, mas precisamos - e muito - para o sistema de transporte. São os transportes, são as máquinas agrícolas, está tudo dependurado no petróleo.

As descobertas que se fizeram no nordeste, mas principalmente no Estado do Rio, são realmente alvissareiras, e podemos ter esperanças de que esse quadro melhore substancialmente. O problema é que essa melhoria não vai ser imediata. Quer dizer, o trabalho de pegar um campo de petróleo desses e delimitá-lo e desenvolvê-lo, é um trabalho para 3 ou 4 anos pelo menos. Principalmente no mar. No mar, o problema é realmente muito complexo. Não se pode dizer que se descobriu um campo hoje e que amanhã vai se ter

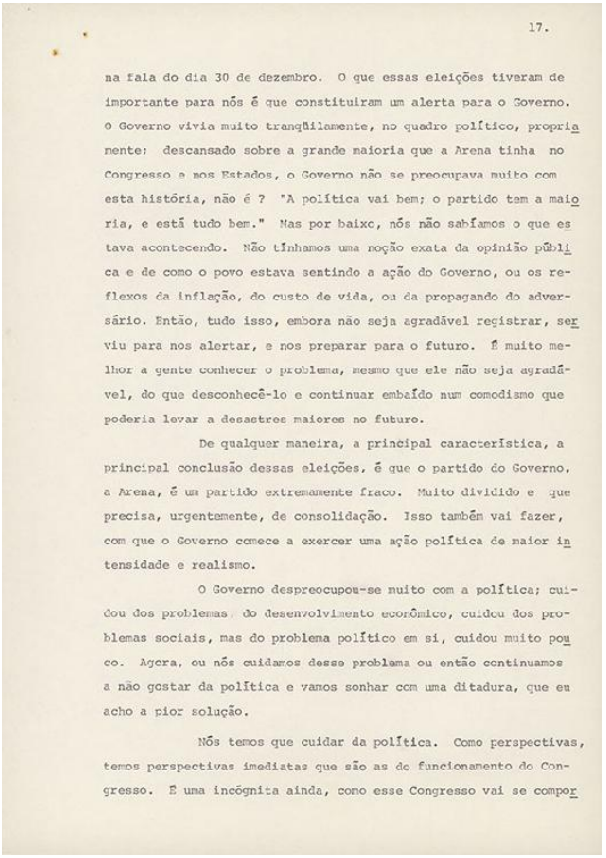


petróleo para o consumo. Leva tempo. Então essa perspectiva das novas descobertas é interessante porque,inclusive,vai nos abrir portas de crédito e nos dá uma perspectiva de consumo para dentro de alguns anos. O caso está em durar até lá. Muito embora auto-suficiência seja um conceito móvel, nós poderemos estar auto-suficientes em petróleo em 3 ou 4 anos. É uma hipótese, mas é uma hipótese fundada nas descobertas que se fizeram. A avaliação exata dessas descobertas vai levar algum tempo. Mas realmente o Campo de Garoupa, que se achou aqui na área de Campos, é alguma ccisa de interessante. É a primeira vez que achamos campos de petróleo em áreas de formação de calcáreo. E estas são, em todo mundo as que têm as melhores reservas.

Esse poço foi furado em uma estrutura, mas existem outras dez ou vinte estruturas em torno, que podem, todas, ter as mesmas características. E aí, então, a produção será de fato muito grande.

Agora, é problema difícil, porque é no mar; a lâmina d'água é muito grande; são mais de 100 metros de lâmina d'água e a perfuração de poços, a extração desse petróleo, o transporte do petróleo para as áreas, para os navios, ou para a terra, são problemas técnicos difíceis, e vão exigir muitos recursos, mas, principalmente, vão exigir tempo. Quer dizer, não é uma coisa que possa se concluir do dia para a noite.

No quadro político, o grande problema que surgiu é o das eleições de novembro. Acho que este assunto já foi muito debatido, é bem conhecido, e a respeito dele eu me manifestei



na fala do dia 30 de dezembro. O que essas eleições tiveram de importante para nós é que constituíram um alerta para o Governo. O Governo vivia muito tranqüilamente, no quadro político, propriamente: descansado sobre a grande maioria que a Arena tinha no Congresso e nos Estados, o Governo não se preocupava muito com esta história, não é ? "A política vai bem; o partido tem a maioria, e está tudo bem." Mas por baixo, nós não sabíamos o que estava acontecendo. Não tínhamos uma noção exata da opinião pública e de como o povo estava sentindo a ação do Governo, ou os reflexos da inflação, do custo de vida, ou da propaganda do adversário. Então, tudo isso, embora não seja agradável registrar, serviu para nos alertar, e nos preparar para o futuro. É muito melhor a gente conhecer o problema, mesmo que ele não seja agradável, do que desconhecê-lo e continuar embalado num comodismo que poderia levar a desastres maiores no futuro.

De qualquer maneira, a principal característica, a principal conclusão dessas eleições, é que o partido do Governo, a Arena, é um partido extremamente fraco. Muito dividido e que precisa, urgentemente, de consolidação. Isso também vai fazer, com que o Governo comece a exercer uma ação política de maior intensidade e realismo.

O Governo despreocupou-se muito com a política; cuidou dos problemas do desenvolvimento econômico, cuidou dos problemas sociais, mas do problema político em si, cuidou muito pouco. Agora, ou nós cuidamos desse problema ou então continuamos a não gostar da política e vamos sonhar com uma ditadura, que eu acho a pior solução.

Nós temos que cuidar da política. Como perspectivas, temos perspectivas imediatas que são as do funcionamento do Congresso. É uma incógnita ainda, como esse Congresso vai se compor

tar. O Governo, ou a Arena, o partido do Governo, tem a maioria tanto no Senado como na Câmara. Na Câmara, a maioria é de cerca de 40 deputados, mas nós temos que ver como é que esse Congresso vai se comportar, como é que, inclusive, o partido da Oposição vai se comportar. Se o partido da Oposição vai ficar sob o controle dos moderados, se vai fazer uma oposição construtiva, ou se o partido da Oposição vai se entregar a exaltados e radicais. Este é um tema político imediato, que nós vamos ter em março, e em março vamos ver o quê vai dar esta história, com o funcionamento do Congresso.

Agora, a longo prazo, a maior prazo, nós temos dois problemas: um, as eleições municipais em 1976; e outro, as eleições gerais em 1978. Quer dizer, em 78 vai haver a renovação da Câmara, Senado, Assembléias Estaduais e governadores, possivelmente. Então, este é um problema a longo prazo.

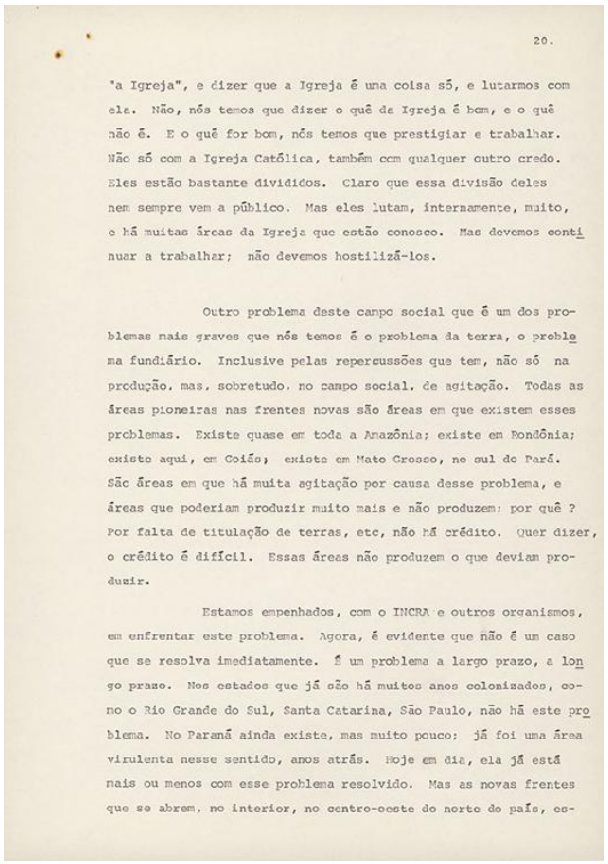
Com relação a este problema duplo das eleições municipais e das eleições gerais, o Governo tem que se preparar. Vai ter que se preparar, vai ter que atuar, vai ver as falhas que foram exploradas nestas eleições de agora, para que não se reproduzam e para que a gente assegure uma adequada vitória nessas eleições. Há algum tempo, e é possível trabalhar muito neste sentido.

Claro que os militares não têm nada com este problema; vão ficar olhando. Mas eu, pessoalmente, que não sou político, passei a ser por dever de ofício, e vou ter que olhar muito bem para isso. Quer dizer, uma das minhas preocupações desde já, são essas eleições; o que vai haver em 76, o que vai

haver em 78. Acho que não tenho o direito de me omitir e ficar quieto, deixar que as coisas aconteçam. Não, vamos, no Partido, trabalhar, vamos arregaçar as mangas, e vamos fazer força para ganhar. Por quê o MDB pode ganhar e nós não vamos ganhar ? É uma questão de trabalho e preparação. Agora, os homens são difíceis; de um modo geral, os políticos são todos muito difíceis, têm seus interesses locais, têm suas idiossincrasias, têm suas amizades, inimizades. Quer dizer, é uma massa difícil de trabalhar, mas vou ter que trabalhar com ela porque é a que existe.

Aí vem outro problema, o nosso problema psico-social geral, que é um dos problemas mais sérios que nós temos, pelo menos ao que essa eleição mostrou: os efeitos da inflação sobre o custo de vida, sobre os salários, não é ? Diz-se muito que há falta de esclarecimento popular. Talvez o Governo tenha que desenvolver uma campanha maior de esclarecimento, o que é difícil, inclusive, pela imprensa, que nós temos. A nossa imprensa toda é muito infiltrada. E a tendência dos jornalistas é se colocar na Oposição. Criticar. É uma coisa tão fácil!

Temos problemas com a Igreja. A Igreja continua dividida sobretudo com as correntes dos progressistas, mas há muita gente na Igreja, que hoje em dia se entende com o Governo, e eu acredito que as relações, de um modo geral, com a Igreja, tenham melhorado bastante. Eu tenho tido um bom entendimento com o Núncio Apostólico, alguns Cardeais, muitos Bispos, e há uma outra área que é francamente contra nós. Mas eu acho que vale a pena cultivar isso. Nós não podemos pegar e dizer simplesmente



"a Igreja", e dizer que a Igreja é una coisa só, e lutarmos com ela. Não, nós temos que dizer o quê da Igreja é bom, e o quê não é. E o quê for bom, nós temos que prestigiar e trabalhar. Não só com a Igreja Católica, também com qualquer outro credo. Eles estão bastante divididos. Claro que essa divisão deles nem sempre vem a público. Mas eles lutam, internamente, muito, e há muitas áreas da Igreja que estão conosco. Mas devemos continuar a trabalhar; não devemos hostilizá-los.

Outro problema deste campo social que é um dos problemas mais graves que nós temos é o problema da terra, o problema fundiário. Inclusive pelas repercussões que tem, não só na produção, mas, sobretudo, no campo social, de agitação. Todas as áreas pioneiras nas frentes novas são áreas em que existem esses problemas. Existe quase em toda a Amazônia; existe em Rondônia; existe aqui, em Goiás; existe em Mato Grosso, no sul do Pará. São áreas em que há muita agitação por causa desse problema, e áreas que poderiam produzir muito mais e não produzem: por quê ? Por falta de titulação de terras, etc, não há crédito. Quer dizer, o crédito é difícil. Essas áreas não produzem o que deviam produzir.

Estamos empenhados, com o INCRA e outros organismos, em enfrentar este problema. Agora, é evidente que não é um caso que se resolva imediatamente. É um problema a largo prazo, a longo prazo. Nos estados que já são há muitos anos colonizados, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, não há este problema. No Paraná ainda existe, mas muito pouco: já foi uma área virulenta nesse sentido, anos atrás. Hoje em dia, ela já está mais ou menos com esse problema resolvido. Mas as novas frentes que se abrem, no interior, no centro-oeste do norte do país, es-

tão aí em franca ebulição. Mas é um setor que nós temos que trabalhar muito.

Outro setor que também é motivo de muita preocupação, é o da previdência social. O Ministério da Previdência está trabalhando muito, está procurando corrigir muitas coisas. O drama nesse terreno é que ninguém faz comparação: ninguém olha o que era e o que é; o sujeito só vive o presente. "Ah, eu estive numa fila e tive que ficar tantas horas numa fila! Fui lá e não fui atendido! O outro hospital tal não atendeu o doente qual." Quer dizer, qualquer fato desse é sempre usado para desprestígio do Órgão, mas, na realidade, a Previdência Social tem avançado muito. Quer dizer, a área abrangida pela Previdência cresceu muito, sobretudo porque se estendeu à zona rural. O número de brasileiros, hoje em dia, assistidos, multiplicou-se em relação ao que era anos atrás. A assistência é muito melhor. Agora, tem, evidentemente, muitas deficiências. E só com o tempo se poderão corrigir. E o que acontece é justamente por falta de comunicação, ou por falta de critério, as coisas ruins saem sempre; as coisas boas que se fazem, dessas ninguém fala.

A mesma coisa acontece no setor da Saúde. No setor da Saúde está se organizando num vasto programa, mas a solução que se procurou, foi atender os problemas do imediato. E o grande problema que existe aí é o da meningite. A meningite vinha crescendo no Brasil, nesses últimos anos, de ano a ano aumentando, e só se começou, realmente, a enfrentar este problema com alguma seriedade no ano passado, 1974. É este programa de vacinação,

que está se desenvolvendo, e que pretende este ano vacinar 60 milhões de brasileiros. Só através da vacina nós temos possibilidades de minorar ou de deter o crescimento da epidemia. Agora está se procedendo uma vacinação em massa no Rio de Janeiro. Mas os resultados não têm sido o quê se esperava. Quer dizer, a população não demonstrou interesse que deveria demonstrar. Parece que o número de vacinados está muito abaixo do programa previsto. E a idéia era fazer a vacinação de modo a imunizar essa gente antes do carnaval, para evitar epidemia no carnaval. Mas está se fazendo um grande trabalho nesse sentido. O importante é que, com este II Plano Nacional de Desenvolvimento, vai-se dar bastante ênfase ao aspecto social. A ênfase, que estava na área econômica, vai se deslocar um pouco mais para a área social: problema da saúde, problema da previdência, problema da educação, em todos esses problemas, vamos ver se nestes anos, nós conseguiremos introduzir uma melhora substancial.

Agora, no que se refere propriamente, neste quadro, ao problema militar, acho que a possibilidade, ou a probabilidade, de nós termos uma ação externa de emprego de forças armadas é muito pouco provável, a curto prazo. Quer dizer, nós não temos nenhuma situação propriamente nossa, que possa, a curto prazo nos envolver numa ação militar externa. Temos, sim, que estabelecer previsões, sobretudo para a hipótese de uma guerra no Oriente Médio. Mas essas previsões serão, principalmente, de ordem econôni

ca, não é ? Porque é possível que as correntes de suprimento de óleo e outras sejam cortadas.

Devemos, entretanto, continuar com o nosso planejamento, sobretudo na hipótese Delta, que foi hipótese já aprovada, proposta pelo EMFA, e que é a hipótese de maior interesse para nós, no momento. Mas, torno a dizer, a mim me parece que, a curto prazo, ou a um prazo médio, nós não teremos que considerar um conflito externo em que o Brasil viesse a participar.

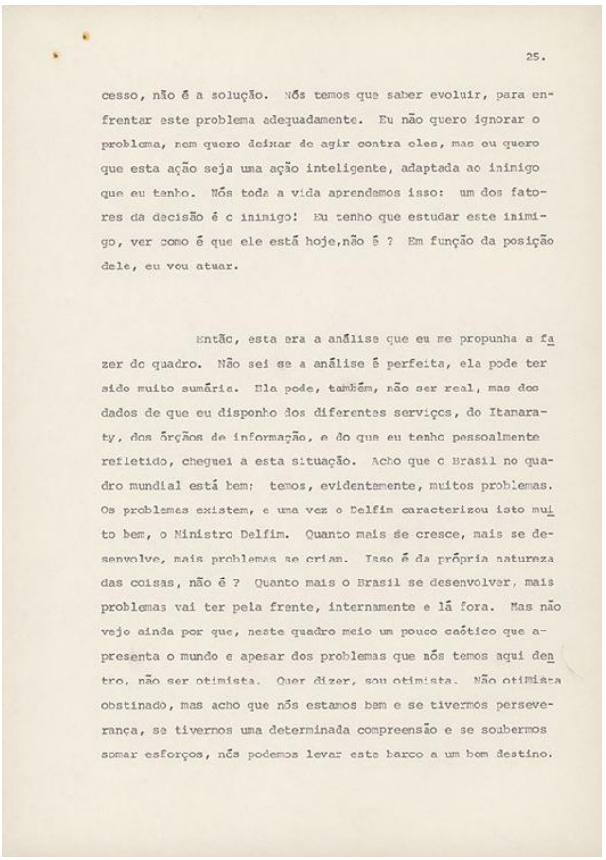
Resta a ação interna, e aí temos o problema da subversão. Neste problema da subversão nós estamos engajados há vários anos; é um problema extremamente difícil, mas acredito que temos tido êxito.

Aquela área de Xambioá praticamente está liquidada. Ministro Frota confirma. Quer dizer, não existe nenhum foco no país de subversão interna; ativa, vamos dizer. Existe, evidentemente, trabalho; eu acho que o pessoal da esquerda continua a trabalhar, e o que é grave para nós, é uma área que se realimenta. Quer dizer, ela faz proselitismo, ela cresce. Não sei se, hoje em dia, sobretudo tendo em vista esse resultado das eleições, etc, se a esquerda está ainda empenhada em subversão propriamente dita, subversão armada. Acredito que a ação dela seja muito mais, agora, no campo de formar proselitismo e de ação psico-social, no sentido de atrair elementos para a esquerda. Acredito, também, que eles participaram muito nessas eleições, sobretudo com candidatos, com recursos orientados para o MDB.

Acho que nós devíamos, inclusive, fazer uma nova análise completa de todo este problema da esquerda, para ver se há mudanças ou não.

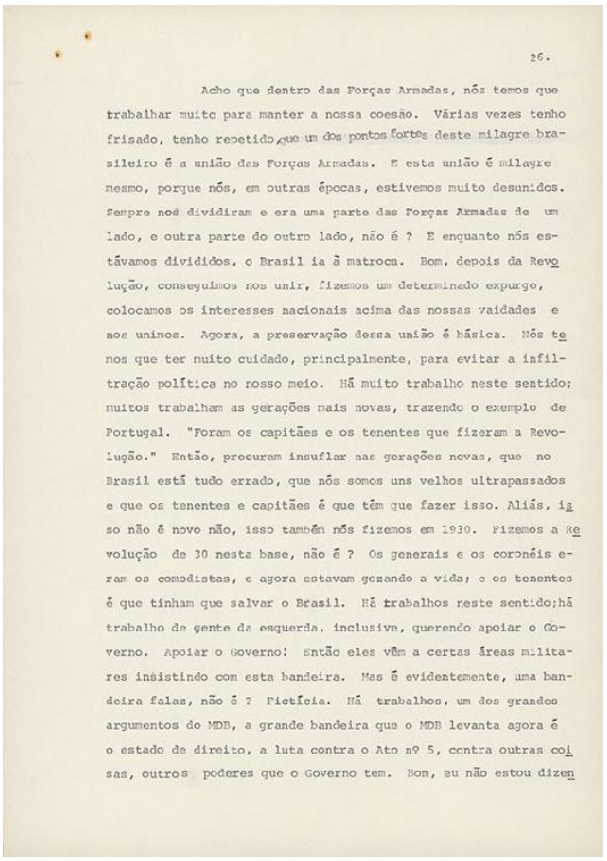
Porque se houver mudanças, nós também devemos mudar. Nós devemos, com inteligência, encontrar os métodos, os processos para combatê-los, de acordo com a orientação que eles seguem. Nós não podemos cristalizar o nosso sistema de repressão. Quer dizer, no ano de 1969 foi feito isso; no ano de 1970 foi feito isto; não quer dizer que em 75 e 76 se continue a fazer aquilo! Nós temos que fazer as coisas em função da atuação do inimigo. A nossa manobra não pode ser a mesma, qualquer que seja o modo do inimigo proceder. Temos que ver como o inimigo está agindo hoje, para nos adaptarmos adequadamente a isso. Acho que nós vamos ter que trabalhar nesse sentido, e principalmente de obter melhor coordenação do serviço de informações. Nós continuamos a ter um grande fator negativo, sobretudo no âmbito interno, que são alguns setores internos que nos acusam de arbitrariedade, de torturas, de procedimentos ilegais. Isto é extremamente negativo para o Governo, e nós temos que examinar, e ver até onde nós podemos ir para atender a este problema que se apresenta aí, dos direitos da pessoa humana. Eu não sou um fetichista nesta matéria, mas também acho que nós temos que ter cuidado para que isso não vire um "bumerangue" contra nós.

Bom, para esta análise toda, existe prevista no Plano de Segurança Interna, uma Comissão, que chamaram de Comissão de Alto Nível. Eu pretendo, proximamente, reunir esta Comissão, para a gente começar a estudar este quadro de segurança interna. Vamos ver em que pé estamos. Vamos ver, o quê sabemos do nosso adversário, como é que ele está agindo. E, em conseqüência, vamos montar o nosso plano de ação. Pode ser este que está aí, mas pode ser este evoluído, em determinado sentido. Acho que a gente ficar imóvel nesta história, ficar sempre com o mesmo método e o mesmo pro-

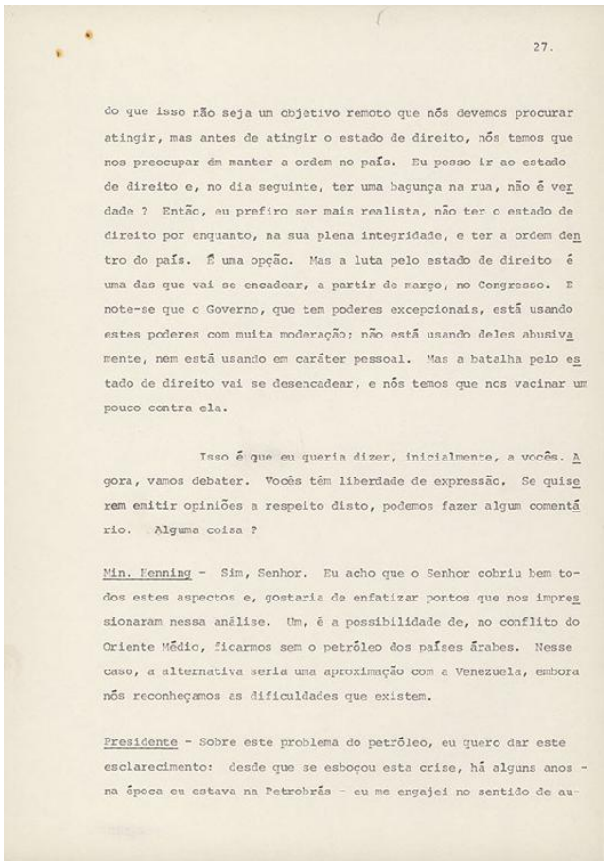


cesso, não é a solução. Nós temos que saber evoluir, para enfrentar este problema adequadamente. Eu não quero ignorar o problema, nem quero deixar de agir contra eles, mas eu quero que esta ação seja uma ação inteligente, adaptada ao inimigo que eu tenho. Nós toda a vida aprendemos isso: um dos fatores da decisão é o inimigo: Eu tenho que estudar este inimigo, ver como é que ele está hoje,não é ? Em função da posição dele, eu vou atuar.

Então, esta era a análise que eu me propunha a fazer do quadro. Não sei se a análise é perfeita, ela pode ter sido muito sumária. Ela pode, também, não ser real, mas dos dados de que eu disponho dos diferentes serviços, do Itamaraty, dos órgãos de informação, e do que eu tenho pessoalmente refletido, cheguei a esta situação. Acho que o Brasil no quadro mundial está bem; temos, evidentemente, muitos problemas. Os problemas existem, e uma vez o Delfim caracterizou isto muito bem, o Ministro Delfim. Quanto mais se cresce, mais se desenvolve, mais problemas se criam. Isso é da própria natureza das coisas, não é ? Quanto mais o Brasil se desenvolver, mais problemas vai ter pela frente, internamente e lá fora. Mas não vejo ainda por que, neste quadro meio um pouco caótico que apresenta o mundo e apesar dos problemas que nós temos aqui dentro, não ser otimista. Quer dizer, sou otimista. Não otimista obstinado, mas acho que nós estamos bem e se tivermos perseverança, se tivermos uma determinada compreensão e se soubermos somar esforços, nós podemos levar este barco a um bom destino.



Acho que dentro das Forças Armadas, nós temos que trabalhar muito para manter a nossa coesão. Várias vezes tenho frisado, tenho repetido, que um dos pontos fortes deste milagre brasileiro é a união das Forças Armadas. E esta união é milagre mesmo, porque nós, em outras épocas, estivemos muito desunidos. Sempre nos dividiram e era uma parte das Forças Armadas de um lado, e outra parte do outro lado, não é ? E enquanto nós estávamos divididos, o Brasil ia à matroca. Bom, depois da Revolução, conseguimos nos unir, fizemos um determinado expurgo, colocamos os interesses nacionais acima das nossas vaidades e nos unimos. Agora, a preservação dessa união é básica. Nós temos que ter muito cuidado, principalmente, para evitar a infiltração política no nosso meio. Há muito trabalho neste sentido; muitos trabalham as gerações mais novas, trazendo o exemplo de Portugal. "Foram os capitães e os tenentes que fizeram a Revolução." Então, procuram insuflar nas gerações novas, que no Brasil está tudo errado, que nós somos uns velhos ultrapassados e que os tenentes e capitães é que têm que fazer isso. Aliás, isso não é novo não, isso também nós fizemos em 1930. Fizemos a Revolução de 30 nesta base, não é ? Os generais e os coronéis eram os comodistas, e agora estavam gozando a vida; e os tenentes é que tinham que salvar o Brasil. Há trabalhos neste sentido;há trabalho de gente da esquerda, inclusive, querendo apoiar o Governo. Apoiar o Governo! Então eles vêm a certas áreas militares insistindo com esta bandeira. Mas é evidentemente, uma bandeira falsa, não é ? Fictícia. Há trabalhos, um dos grandes argumentos do MDB, a grande bandeira que o MDB levanta agora é o estado de direito, a luta contra o Ato nº 5, contra outras coisas, outros poderes que o Governo tem. Bom, eu não estou dizen

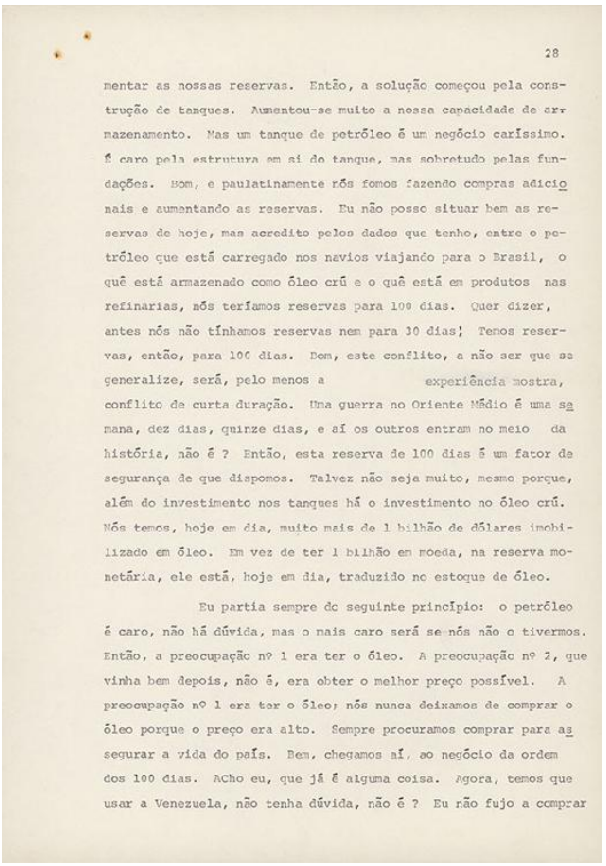


do que isso não seja um objetivo remoto que nós devemos procurar atingir, mas antes de atingir o estado de direito, nós temos que nos preocupar em manter a ordem no país. Eu posso ir ao estado de direito e, no dia seguinte, ter uma bagunça na rua, não é verdade ? Então, eu prefiro ser mais realista, não ter o estado de direito por enquanto, na sua plena integridade, e ter a ordem dentro do país. É uma opção. Mas a luta pelo estado de direito é uma das que vai se encadear, a partir de março, no Congresso. E note-se que o Governo, que tem poderes excepcionais, está usando estes poderes com muita moderação; não está usando deles abusivamente, nem está usando em caráter pessoal. Mas a batalha pelo estado de direito vai se desencadear, e nós temos que nos vacinar um pouco contra ela.

Isso é que eu queria dizer, inicialmente, a vocês. Agora, vamos debater. Vocês têm liberdade de expressão. Se quiserem emitir opiniões a respeito disto, podemos fazer algum comentário. Alguma coisa ?

Min. Henning - Sim, Senhor. Eu acho que o Senhor cobriu bem todos estes aspectos e, gostaria de enfatizar portos que nos impressionaram nessa análise. Um, é a possibilidade de, no conflito do Oriente Médio, ficarmos sem o petróleo dos países árabes. Nesse caso, a alternativa seria uma aproximação com a Venezuela, embora nós reconheçamos as dificuldades que existem.

Presidente - Sobre este problema do petróleo, eu quero dar este esclarecimento: desde que se esboçou esta crise, há alguns anos - na época eu estava na Petrobrás - eu me engajei no sentido de au-



mentar as nossas reservas. Então, a solução começou pela construção de tanques. Aumentou-se muito a nessa capacidade de armazenamento. Mas um tanque de petróleo é um negócio caríssimo. É caro pela estrutura em si do tanque, mas sobretudo pelas fundações. Bom, e paulatinamente nós fomos fazendo compras adicionais e aumentando as reservas. Eu não posso situar bem as reservas de hoje, mas acredito pelos dados que tenho, entre o petróleo que está carregado nos navios viajando para o Brasil, o quê está armazenado como óleo crú e o quê está em produtos nas refinarias, nós teríamos reservas para 100 dias. Quer dizer, antes nós não tínhamos reservas nem para 30 dias! Temos reservas, então, para 100 dias. Bem, este conflito, a não ser que se generalize, será, pelo menos a experiência mostra, conflito de curta duração. Uma guerra no Oriente Médio é uma semana, dez dias, quinze dias, e aí os outros entram no meio da história, não é ? Então, esta reserva de 100 dias é um fator de segurança de que dispomos. Talvez não seja muito, mesmo porque, além do investimento nos tanques há o investimento no óleo crú. Nós temos, hoje em dia, muito mais de 1 bilhão de dólares imobilizado em óleo. Em vez de ter 1 bilhão em moeda, na reserva monetária, ele está, hoje em dia, traduzido no estoque de óleo.

Eu partia sempre do seguinte princípio: o petróleo é caro, não há dúvida, mas o mais caro será se nós não o tivermos. Então, a preocupação nº 1 era ter o óleo. A preocupação nº 2, que vinha bem depois, não é, era obter o melhor preço possível. A preocupação nº 1 era ter o óleo; nós nunca deixamos de comprar o óleo porque o preço era alto. Sempre procuramos comprar para assegurar a vida do país. Bem, chegamos aí, ao negócio da ordem dos 100 dias. ACho eu, que já é alguma coisa. Agora, temos que usar a Venezuela, não tenha dúvida, não é ? Eu não fujo a comprar

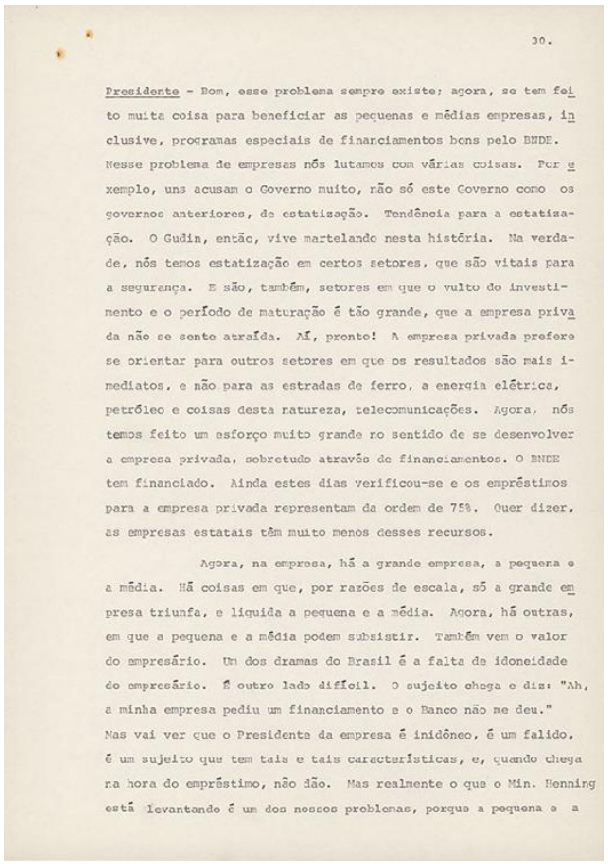
da Venezuela: acho que ela vai nos explorar, porque o óleo da Venezuela é ainda mais caro do que o óleo do Oriente Médio. E é um óleo quase todo comprometido com os Estados Unidos. Quer dizer, o mercado natural do óleo da Venezuela são os Estados Unidos. Mas é claro que devemos trabalhar neste sentido; nós compramos alguma coisa de lá, mas não muito.

Min. Henning - No campo interno, o que se sente é que os meios de divulgação estão sendo usados no sentido de desfigurar o Governo, diminuir a importância do Poder Executivo e dar a impressão mesmo de inversão de posições, isto é, o Executivo seria corrupto e a moralização estaria no Poder Legislativo. E na parte psico-social, nós sentimos um fator no setor muito vulnerável, que é o da educação, onde a ação esquerdista é a mais eficaz, e onde se sente urgência de uma remodelação do ensino. O setor Judiciário, este é outro ponto muito vulnerável. Nós sentimos que a Lei de Segurança Nacional precisava ser revista para dar flexibilidade maior aos tribunais militares, permitindo um maior rigor porque o que se sente, ultimamente, é um abrandamento das punições aos que conspiram contra a Segurança Nacional. E, também, ao abrandamento da censura à Imprensa deveria corresponder um rigor maior na aplicação da Lei da Imprensa.

Presidente - É.

Min, Henning-Outro ponto que nos parece muito perigoso, e que deveria ser examinado com um maior rigor, era o combate aos tóxicos.

No setor econômico, nós sentimos uma tendência de reforçar as grandes empresas em detrimento da pequena e média empresa, o que nos parece um risco e, também, um perigo.



Presidente - Bom, esse problema sempre existe; agora, se tem feito muita coisa para beneficiar as pequenas e médias empresas, inclusive, programas especiais de financiamentos bons pelo BNDE. Nesse problema de empresas nós lutamos com várias coisas. Por exemplo, uns acusam o Governo muito, não só este Governo como os governos anteriores, de estatização. Tendência para a estatização. O Gudin, então, vive martelando nesta história. Na verdade, nós temos estatização em certos setores, que são vitais para a segurança. E são, também, setores em que o vulto do investimento e o período de maturação é tão grande, que a empresa privada não se sente atraída. Aí, pronto! A empresa privada prefere se orientar para outros setores em que os resultados são mais imediatos, e não para as estradas de ferro, a energia elétrica, petróleo e coisas desta natureza, telecomunicações. Agora, nós temos feito um esforço muito grande no sentido de se desenvolver a empresa privada, sobretudo através de financiamentos. O BNDE tem financiado. Ainda estes dias verificou-se e os empréstimos para a empresa privada representam da ordem de 75%. Quer dizer, as empresas estatais têm muito menos desses recursos.

Agora, na empresa, há a grande empresa, a pequena e a média. Há coisas em que, por razões de escala, só a grande empresa triunfa, e liquida a pequena e a média. Agora, há outras, em que a pequena e a média podem subsistir. Também vem o valor do empresário. Um dos dramas do Brasil é a falta de idoneidade do empresário. É outro lado difícil. O sujeito chega e diz: "Ah, a minha empresa pediu um financiamento e o Banco não me deu." Mas vai ver que o Presidente da empresa é inidôneo, é um falido, é um sujeito que tem tais e tais características, e, quando chega na hora do empréstimo, não dão. Mas realmente o que o Min. Henning está levantando é um dos nossos problemas, porque a pequena e a

média empresas têm a característica de constituir o empresariado nacional. Essas, realmente não são empresas estrangeiras.

"Está bem" - diz o Presidente ao Ajudante-de-Ordens, que entra com notícias sobre Cubatão.

Min. Henning - Finalmente, Presidente, no setor militar, a observação que nós temos, é de que ainda há uma insatisfação, principalmente nos oficiais mais jovens, quanto ao nível salarial.

Presidente - É.

Min. Henning - Porque as perspectivas de casa própria, por exemplo, são quase que inexistentes. De modo que isto ainda cria uma certa insatisfação; é também, um certo achatamento nos vencimentos, que existe. Às vezes, uma promoção traz apenas mais encargos e maiores ônus financeiros. Isso é um aspecto que é material, que foge, em geral, do nosso feitio, que é de servir sem olhar esses aspectos de benefícios próprios, mas que deve ser reconhecido.

Presidente - É.

Min. Henning - Obrigado.

Presidente - Quem quer dizer mais alguma coisa ?

- Eu gostaria ...

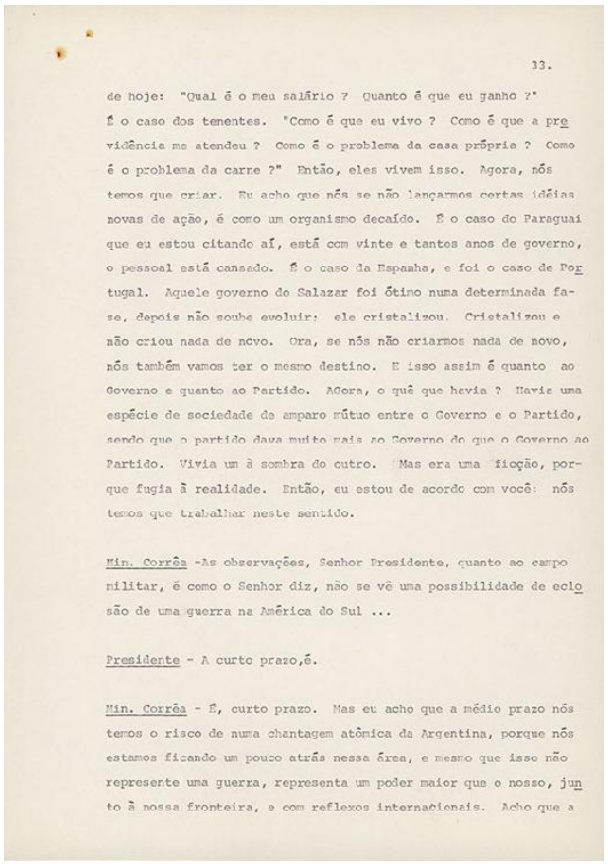
Presidente - Ah, pois não.

- No campo político Vossa Excelência se referiu às eleições. Está nos parecendo que o partido que se mantém 10 anos no Governo à sombra do poder revolucionário, está falho. Além disso, os líderes estão envelhecidos, estão acomodados. O próprio problema da Arena-e essa eleição serviu para assustar um pouco - mas é a renovação. E a mocidade está votando.

Presidente - Depois é o seguinte: os mais velhos trancam as portas para os novos não poderem subir, para não disputarem os lugares deles. É! Eles trancam; criam todas as dificuldades para que os novos possam subir. Que trancam, trancam! Agora, você tem razão. Um partido que está no governo há dez anos, e o próprio governo, um governo de 10 anos, se ele não tiver muita imaginação para se renovar, ele cansa. Quer dizer, é possível que muitos elementos do povo tenham votado contra a Arena porque já estão cansados em ouvir falar em Revolução.

- Exato.

Presidente -"Revolução, Revolução, Revolução", bom mas qual é a idéia nova que nós trazemos ? O quê nós queremos realmente ? Não podemos viver com o quadro de dez anos atrás que nós sentimos, mas que a massa do povo não sentiu. Quantos jovens estão aí, que são eleitores, que votam, que não viveram o regime do Jango, não viveram o regime daquela inflação galopante, que não viveram os desregramentos que se praticaram ? Então, falar sobre isso a eles, não adianta nada. Ele está vivendo o problema

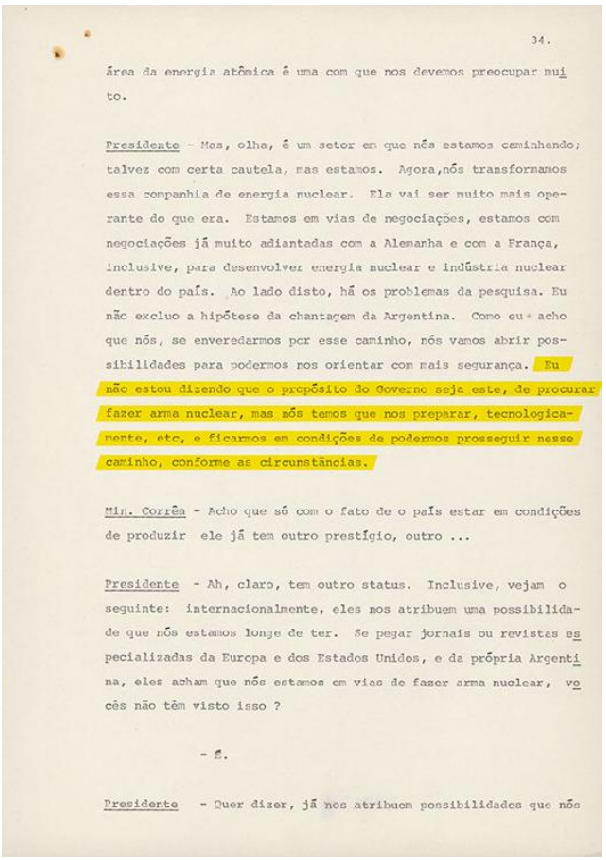


de hoje: "Qual é o meu salário ? Quanto é que eu ganho ?" É o caso dos tenentes. "Como é que eu vivo ? Como é que a previdência me atendeu ? Como é o problema da casa própria ? Como é o problema da carne ?" Então, eles vivem isso. Agora, nós temos que criar. Eu acho que nós se não lançarmos certas idéias novas de ação, é como um organismo decaído. É o caso do Paraguai que eu estou citando aí, está com vinte e tantos anos de governo, o pessoal está cansado. É o caso da Espanha, e foi o caso de Portugal. Aquele governo do Salazar foi ótimo numa determinada fase, depois não soube evoluir: ele cristalizou. Cristalizou e não criou nada de novo. Ora, se nós não criarmos nada de novo, nós também vamos ter o mesmo destino. E isso assim é quanto ao Governo e quanto ao Partido. Agora, o quê que havia ? Havia uma espécie de sociedade de amparo mútuo entre o Governo e o Partido, sendo que o partido dava muito mais ao Governo do que o Governo ao Partido. Vivia um à sombra do outro. Mas era uma fiação, porque fugia à realidade. Então, eu estou de acordo com você: nós temos que trabalhar neste sentido.

Min. Corrêa -As observações, Senhor Presidente, quanto ao campo militar, é como o Senhor diz, não se vê uma possibilidade de eclosão de uma guerra na América do Sul ...

Presidente - A curto prazo,é.

Min. Corrêa - É, curto prazo. Mas eu acho que a médio prazo nós temos o risco de numa chantagem atômica da Argentina, porque nós estamos ficando um pouco atrás nessa área, e mesmo que isso não represente uma guerra, representa um poder maior que o nosso, junto à nossa fronteira, e com reflexos internacionais. Acho que a



Área da energia atômica é uma com que nos devemos preocupar muito.

Presidente - Mas, olha, é um setor em que nós estamos caminhando; talvez com certa cautela, mas estamos. Agora,nós transformamos essa companhia de energia nuclear. Ela vai ser muito mais operante do que era. Estamos em vias de negociações, estamos com negociações já muito adiantadas com a Alemanha e com a França, inclusive, para desenvolver energia nuclear e indústria nuclear dentro do país. Ao lado disto, há os problemas da pesquisa. Eu não excluo a hipótese da chantagem da Argentina. Como eu acho que nós, se enveredarmos por esse caminho, nós vamos abrir possibilidades para podermos nos orientar com mais segurança. Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc, e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias.

Min. Corrêa - Acho que só com o fato de o país estar em condições de produzir ele já tem outro prestígio, outro ...

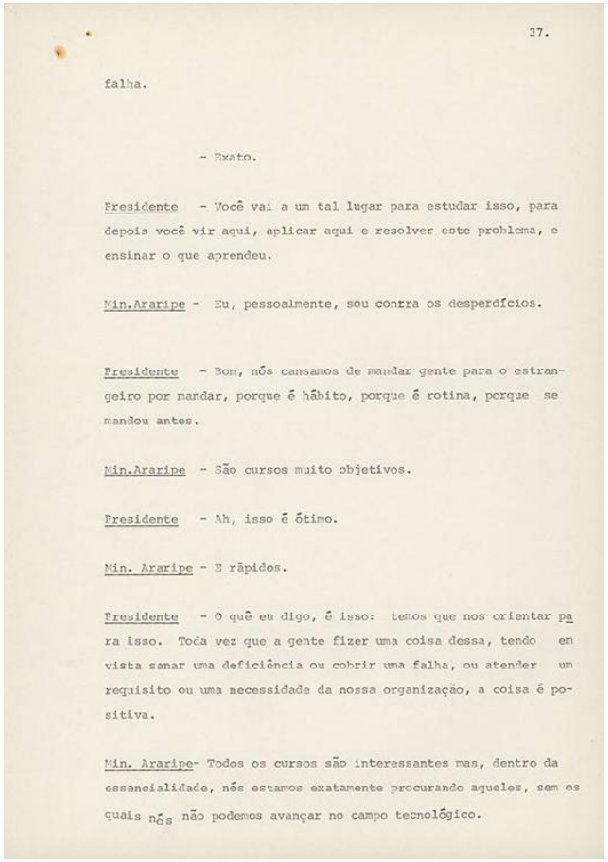
Presidente - Ah, claro, tem outro status. Inclusive, vejam o seguinte: internacionalmente, eles nos atribuem uma possibilidade que nós estamos longe de ter. Se pegar jornais ou revistas especializadas da Europa e dos Estados Unidos, e da própria Argentina, eles acham que nós estamos em vias de fazer arma nuclear, vocês não têm visto isso ?

- S.

Presidente - Quer dizer, já nos atribuem possibilidades que nós

não temos. Mas que poderemos ter. Acho que sim. Se nós desenvolvermos bastante a nossa tecnologia nuclear, nós vamos facilmente chegar a isso.

Min.Araripe - Presidente, eu gostaria de fazer, também, algumas observações no campo militar, evidentemente, orientadas para o setor da Força Aérea. O fortalecimento da indústria bélica é sempre um objetivo permanente, mas com as restrições de importação que a conjuntura nos impõe, nós não podemos deixar de dar um cuidado todo especial e urgente a este programa. A Força Aérea tem procurado evitar abrir em leque. Nosso campo é muito vasto. Nós temos nos concentrado nas indústrias das aeronaves, dos aviões tipos militares, produção do Xavante e agora, proposto, o C-X, que está com vossa Excelência; como também no campo dos foguetes, no campo de propelentes, principalmente propelentes, e da indústria eletrônica. Mas não se poderá dar um incremento maior a essa indústria, se nós descuidarmos da importação de "know-how". Nós temos, evidentemente, que manter a atualização tecnológica nesse setor, que evolui muito rápido, e, daí, a importância que nós damos não só à pesquisa e ao desenvolvimento, como, sobretudo, a esses estágios rápidos no exterior. Nós podemos ficar muito atrasados no campo material, mas no conhecimento tecnológico, da indústria aeronáutica, da indústria eletrônica e propelentes, nós não podemos nos distanciar, senão o distanciamento dos meios para conseguirmos realmente uma indústria bélica de primeira qualidade, vai aumentando cada vez mais. De modo que, neste plano de restrições de importação, nós temos evidentemente, que resguardar este setor da atualização técnica. Vamos fazer todo esforço para nacionalizar realmente aqueles aviões militares que são mais essenciais, principalmente olhando



falha.

- Exato.

Presidente - Você vai a um tal lugar para estudar isso, para depois você vir aqui, aplicar aqui e resolver este problema, e ensinar o que aprendeu.

Min.Araripe - Eu, pessoalmente, sou contra os desperdícios.

Presidente - Bom, nós cansamos de mandar gente para o estrangeiro por mandar, porque é hábito, porque é rotina, porque se mandou antes.

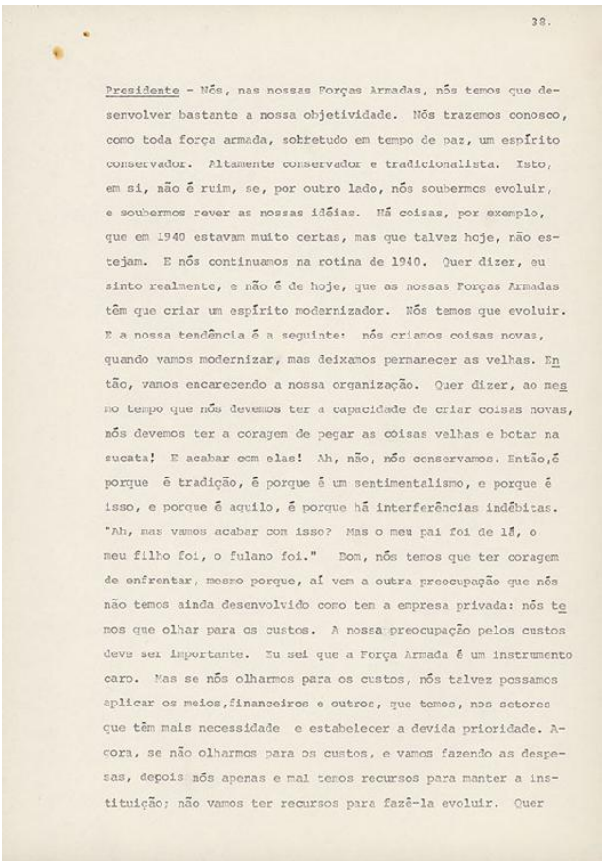
Min.Araripe - São cursos muito objetivos.

Presidente - Ah, isso é ótimo.

Min. Araripe - E rápidos.

Presidente - O que eu digo, é isso: temos que nos orientar para isso. Toda vez que a gente fizer uma coisa dessa, tendo em vista sanar uma deficiência ou cobrir uma falha, ou atender um requisito ou uma necessidade da nossa organização, a coisa é positiva.

Min. Araripe- Todos os cursos são interessantes mas, dentro da essencialidade, nós estamos exatamente procurando aqueles, sem os quais nós não podemos avançar no campo tecnológico.



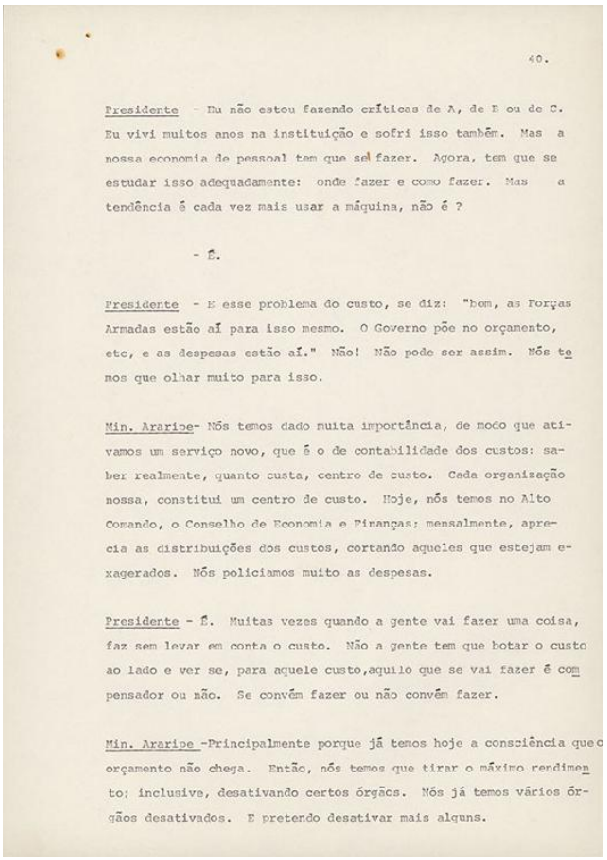
Presidente - Nós, nas nossas Forças Armadas, nós temos que desenvolver bastante a nossa objetividade. Nós trazemos conosco, como toda força armada, sobretudo em tempo de paz, um espírito conservador. Altamente conservador e tradicionalista. Isto, em si, não é ruim, se, por outro lado, nós soubermos evoluir, e soubermos rever as nossas idéias. Há coisas, por exemplo, que em 1940 estavam muito certas, mas que talvez hoje, não estejam. E nós continuamos na rotina de 1940. Quer dizer, eu sinto realmente, e não é de hoje, que as nossas Forças Armadas têm que criar um espírito modernizador. Nós temos que evoluir. E a nossa tendência é a seguinte: nós criamos coisas novas, quando vamos modernizar, mas deixamos pernanecer as velhas. Então, vamos encarecendo a nossa organização. Quer dizer, ao mesmo tempo que nós devemos ter a capacidade de criar coisas novas, nós devemos ter a coragem de pegar as coisas velhas e botar na sucata! E acabar com elas! Ah, não, nós conservamos. Então, é porque é tradição, é porque é um sentimentalismo, e porque é isso, e porque é aquilo, é porque há interferências indébitas. "Ah, mas vamos acabar com isso? Mas o meu pai foi de lá, o meu filho foi, o fulano foi." Bom, nós temos que ter coragem de enfrentar, mesmo porque, aí vem a outra preocupação que nós não temos ainda desenvolvido como tem a empresa privada: nós temos que olhar para os custos. A nossa preocupação pelos custos deve ser importante. Eu sei que a Força Armada é um instrumento caro. Mas se nós olharmos para os custos, nós talvez possamos aplicar os meios, financeiros e outros, que temos, nos setores que têm mais necessidade e estabelecer a devida prioridade. Agora, se não olharmos para os custos, e vamos fazendo as despesas, depois nós apenas e mal temos recursos para manter a instituição; não vamos ter recursos para fazê-la evoluir. Quer

dizer, a evolução exige emprego de meios. Esses meios nem sempre são fáceis de obter. Mas nós temos que olhar onde é que se pode fazer economia, onde é que se pode diminuir os custos. Onde é que podemos eliminar coisas velhas, que não valem mais nada, e fazer uma conversão para as coisas novas ? Eu acho que as Forças Armadas têm que evoluir nesse sentido modernizador. Olhem, um dos grandes problemas que nós temos, evidentemente, porque é a alma da organização, é o problema de pessoal. O Ministro Mennimy ainda agora mesmo falou do problema de remuneração e certos aspectos do problema de pessoal. Aí, nos enveredamos para soluções de planos de carreira, um acesso regular, há uma série de coisas dessas que são preocupações fundamentais nossas; mas nós temos que olhar, por outro lado, a economia de pessoal. Nós temos que ver onde é que podemos reduzir pessoal e botar máquina. Todo mundo faz isso! Quer dizer, a máquina é um instrumento para reduzir efetivos e meios de pessoal. Não é assim que se faz na indústria privada ? Quer dizer, vem a automatização e vem uma série de coisas. Eu sei que nas Forças Armadas o homem é a peça chave. Como é em qualquer lugar. Nós temos que olhar para o homem e temos que ver, mas nós temos,também, que ter esta grande preocupação de fazer economia em pessoal e jogar esses recursos em coisas materiais.

Min. Araripe - Vossa Excelência sabe que a Força Aérea tem um déficit de pessoal civil de 20.000 funcionários. Se não fosse a máquina, nós não estaríamos ...

Presidente - Ah, pois é. Então a FAB pode cortar 10, que não precisa deles.

- Todos riem.



Presidente - Eu não estou fazendo críticas de A, de E ou de C. Eu vivi muitos anos na instituição e sofri isso também. Mas a nossa economia de pessoal tem que se fazer. Agora, tem que se estudar isso adequadamente: onde fazer e como fazer. Mas a tendência é cada vez mais usar a máquina, não é ?

- É.

Presidente - E esse problema do custo, se diz: "bom, as Forças Armadas estão aí para isso mesmo. O Governo põe no orçamento, etc, e as despesas estão aí." Não! Não pode ser assim. Nós temos que olhar muito para isso.

Min. Araripe- Nós temos dado muita importância, de modo que ativamos um serviço novo, que é o de contabilidade dos custos: saber realmente, quanto custa, centro de custo. Cada organização nossa, constitui um centro de custo. Hoje, nós temos no Alto Comando, o Conselho de Economia e Finanças; mensalmente, aprecia as distribuições dos custos, cortando aqueles que estejam exagerados. Nós policiamos muito as despesas.

Presidente - É. Muitas vezes quando a gente vai fazer uma coisa, faz sem levar em conta o custo. Não a gente tem que botar o custo ao lado e ver se, para aquele custo,aquilo que se vai fazer é compensador ou não. Se convém fazer ou não convém fazer.

Min. Araripe -Principalmente porque já temos hoje a consciência que o orçamento não chega. Então, nós temos que tirar o máximo rendimento; inclusive, desativando certos órgãos. Nós já temos vários órgãos desativados. E pretendo desativar mais alguns.

Presidente - O Exército está, agora, caminhando dentro do problema da indústria bélica para uma racionalização, porque o quê nós temos é uma série de fábricas, dentro do Exército, obsoletas, com deficiências de pessoal e vivendo é muita gente se esforça para trabalhar, mas vivendo na rotina.

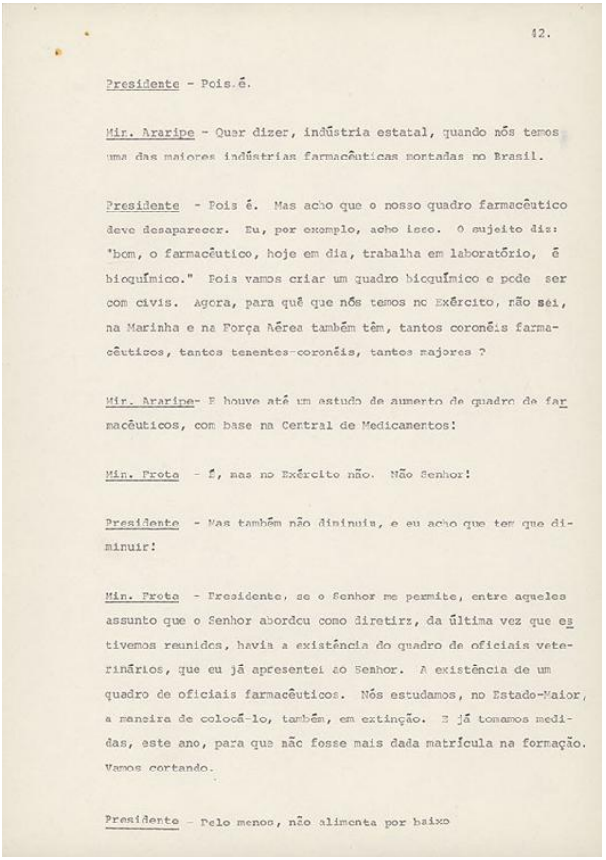
Min. Frota - Vivem parasitariamente.

Presidente - Pois é. O Exército tinha fábricas de calçados. Bom, fechou-as. Fechou porque, naturalmente, foi botar o custo da fábrica de calçados em comparação com o preço do calçado aqui fora e viu que não era negócio. Mas isso se devia ter visto quando se resolveu montar a fábrica de calçados. Aí é que deviam ter estudado a história, não é verdade ? Eu acho que se nós conseguíssemos transmitir às Forças Armadas este espírito renovador ...
Eu não quero, também, abandonar tudo o quê foi feito, não; nós temos que ter idéia de inovação, porque as coisas evoluem. O mundo evolui muito rapidamente.

Min. Frota - Nós temos, dois exemplos: o quadro veterinário e o problema das unidades motorizadas ainda com cavalos.

Presidente - Pois é. O Exército cada vez se motorizando mais, e o quadro veterinário crescendo. Aí tem o lado sentimentalismo, não é ? É o amigo, é o companheiro, é isso, é aquilo, dá-se um jeito. Não, nós temos que ter um pouco de frieza nisso.

Min. Araripe- Mas Presidente, evidentemente, não é uma crítica, é uma observação: para aumentar o quadro de farmacêuticos, criou-se a Central de Medicamentos.



Presidente - Pois é.

Mir. Araripe - Quer dizer, indústria estatal, quando nós temos uma das maiores indústrias farmacêuticas portadas no Brasil.

Presidente - Pois é. Mas acho que o nosso quadro farmacêutico deve desaparecer. Eu, por exemplo, acho isso. O sujeito diz: "bom, o farmacêutico, hoje em dia, trabalha em laboratório, é bioquímico." Pois vamos criar um quadro bioquímico e pode ser com civis. Agora, para quê que nós temos no Exército, não sei, na Marinha e na Força Aérea também têm, tantos coronéis farmacêuticos, tantos tenentes-coronéis, tantos majores ?

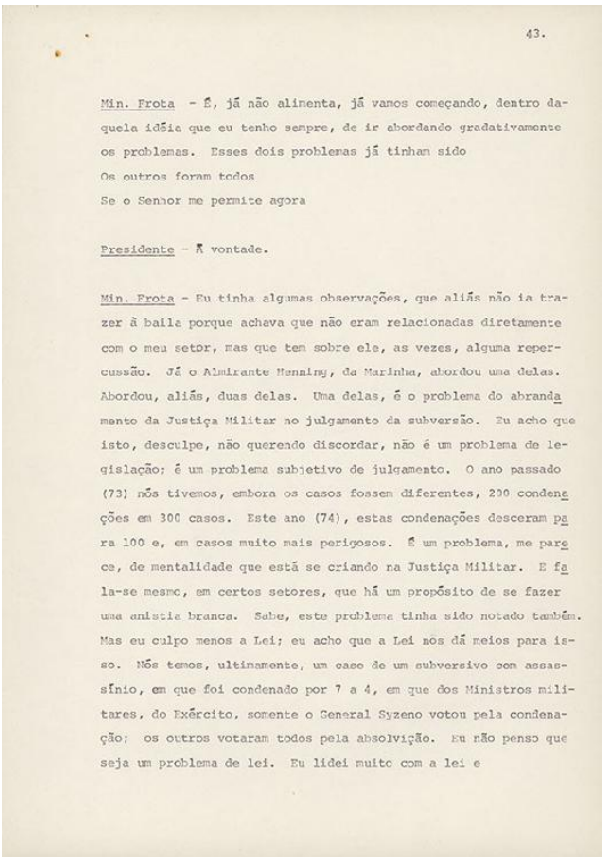
Mir. Araripe- E houve até um estudo de aumento de quadro de farmacêuticos, com base na Central de Medicamentos:

Min. Frota - É, mas no Exército não. Não Senhor!

Presidente - Mas também não diminuiu, e eu acho que tem que diminuir:

Min. Frota - Presidente, se o Senhor me permite, entre aqueles assunto que o Senhor abordou como diretriz, da última vez que estivemos reunidos, havia a existência do quadro de oficiais veterinários, que eu já apresentei ao Senhor. A existência de um quadro de oficiais farmacêuticos. Nós estudamos, no Estado-Maior, a maneira de colocá-lo, também, em extinção. E já tomamos medidas, este ano, para que não fosse mais dada matrícula na formação. Vamos cortando.

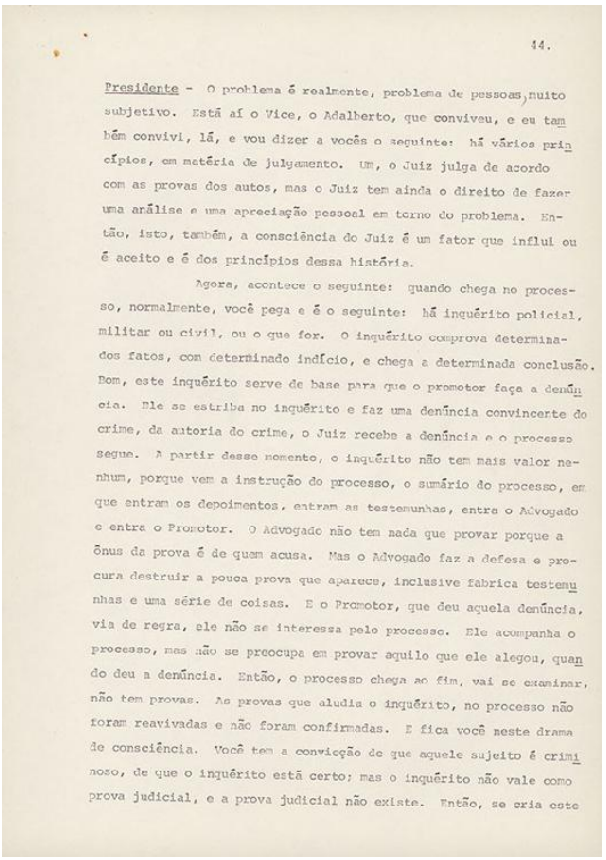
Presidente - Pelo menos, não alimenta por baixo



Min. Frota - É, já não alimenta, já vamos começando, dentro daquela idéia que eu tenho sempre, de ir abordando gradativamente os problemas. Esses dois problemas já tinham sido
Os outros foram todos
Se o Senhor me permite agora

Presidente - À vontade.

Min. Frota - Eu tinha algumas observações, que aliás não ia trazer à baila porque achava que não eram relacionadas diretamente com o meu setor, mas que tem sobre ele, as vezes, alguma repercussão. Já o Almirante Hennimy, da Marinha, abordou uma delas. Abordou, aliás, duas delas. Uma delas, é o problema do abrandamento da Justiça Militar no julgamento da subversão. Eu acho que isto, desculpe, não querendo discordar, não é um problema de legislação; é um problema subjetivo de julgamento. O ano passado (73) nós tivemos, embora os casos fossem diferentes, 230 condenações em 300 casos. Este ano (74), estas condenações desceram para 100 e, em casos muito mais perigosos. É um problema, me parece, de mentalidade que está se criando na Justiça Militar. E fala-se mesmo, em certos setores, que há um propósito de se fazer uma anistia branca. Sabe, este problema tinha sido notado também. Mas eu culpo menos a Lei; eu acho que a Lei nos dá meios para isso. Nós temos, ultimamente, um caso de um subversivo com assassínio, em que foi condenado por 7 a 4, em que dos Ministros militares, do Exército, somente o General Syzeno votou pela condenação; os outros votaram todos pela absolvição. Eu não penso que seja um problema de lei. Eu lidei muito com a lei e



Presidente - O problema é realmente, problema de pessoas, muito subjetivo. Está aí o Vice, o Adalberto, que conviveu, e eu também convivi, lá, e vou dizer a vocês o seguinte: há vários princípios, em matéria de julgamento. Um, o Juiz julga de acordo com as provas dos autos, mas o Juiz tem ainda o direito de fazer uma análise e uma apreciação pessoal em torno do problema. Então, isto, também, a consciência do Juiz é um fator que influi ou é aceito e é dos princípios dessa história.

Agora, acontece o seguinte: quando chega no processo, normalmente, você pega e é o seguinte: Há inquérito policial, militar ou civil, ou o que for. O inquérito comprova determinados fatos, com determinado indício, e chega a determinada conclusão. Bom, este inquérito serve de base para que o promotor faça a denúncia. Ele se estriba no inquérito e faz uma denúncia convincente do crime, da autoria do crime, o Juiz recebe a denúncia e o processo segue. A partir desse momento, o inquérito não tem mais valor nenhum, porque vem a instrução do processo, o sumário do processo, em que entram os depoimentos, entram as testemunhas, entra o Advogado e entra o Promotor. O Advogado não tem nada que provar porque a ônus da prova é de quem acusa. Mas o Advogado faz a defesa e procura destruir a pouca prova que aparece, inclusive fabrica testemunhas e uma série de coisas. E o Promotor, que deu aquela denúncia, via de regra, ele não se interessa pelo processo. Ele acompanha o processo, mas não se preocupa em provar aquilo que ele alegou, quando deu a denúncia. Então, o processo chega ao fim, vai se examinar, não tem provas. As provas que aludia o inquérito, no processo não foram reavivadas e não foram confirmadas. E fica você neste drama de consciência. Você tem a convicção de que aquele sujeito é criminoso, de que o inquérito está certo; mas o inquérito não vale como prova judicial, e a prova judicial não existe. Então, se cria este

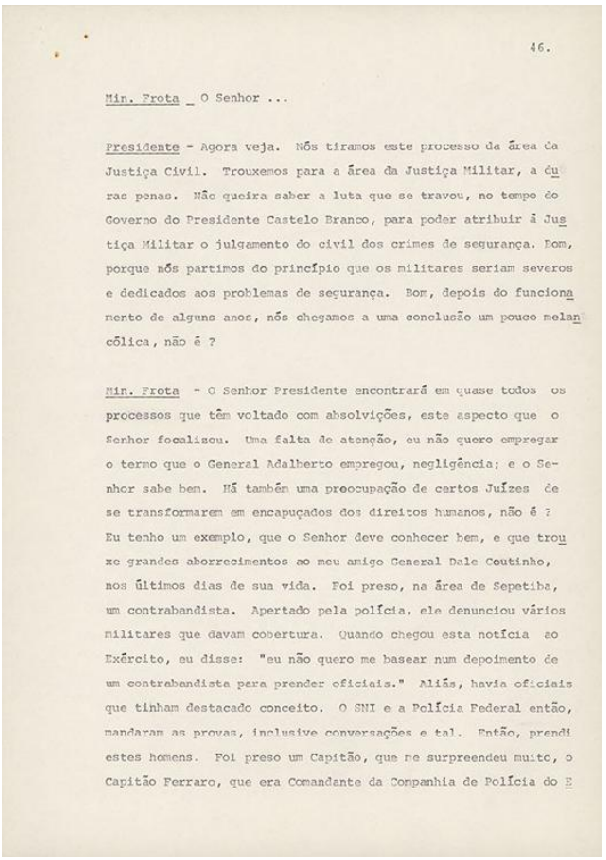
grande drama de julgar o processo ... Não sei se você (Adalberto) passou por isso. Eu tive vários casos assim. Houve casos em que eu condenei. Tal era a minha convicção, apesar da deficiência de provas do processo, que eu condenei. Mas há outros que você não pode condenar, a não ser que você que você queira ser irracional, mas é errado. Agora, então, a coisa no fim fica de fato no lado subjetivo e fica no temperamento, na tendência do Juiz, não é ?

Min. Frota - E um pouco também, Senhor Presidente, se o Senhor me permite, pelo o que o Senhor disse, na pouca atenção, já não chega ao descaso do Promotor ...

Presidente - Ah, é ! Esse é que é o grande problema.

Min. Frota - Porque os chavões apresentados pelos defensores dos subversivos, são sempre os mesmo, e são aceitos com uma ingenuidade que eu não posso compreender, e isso traz, realmente, no Exército, não digo uma descrença, uma irritabilidade contra um desencanto.

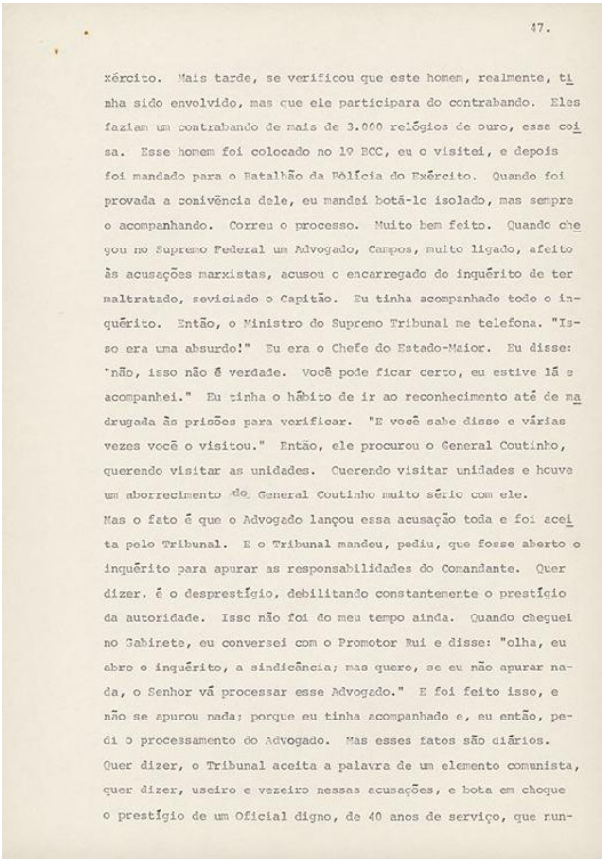
Adalberto - Eu pediria, já que o Senhor Presidente me citou como Ex-Ministro, viu, general, e ele focalizou muito bem a questão do Promotor, que tem que provar aquilo que ele denunciou. É muito comum mesmo, o Promotor não procurar fazer isso. Mas a Procuradoria é um Órgão independente da Justiça; ele não é da Justiça; ele é um Órgão do Poder Executivo. Mas é muito comum o Tribunal chamar a atenção dos promotores. Quer dizer, na sentença (ele não pode punir promotores) mas na sentença ele chama a atenção dos promotores por essa negligência. É muito comum lá no Tribunal:



Mir. Frota _ O Senhor ...

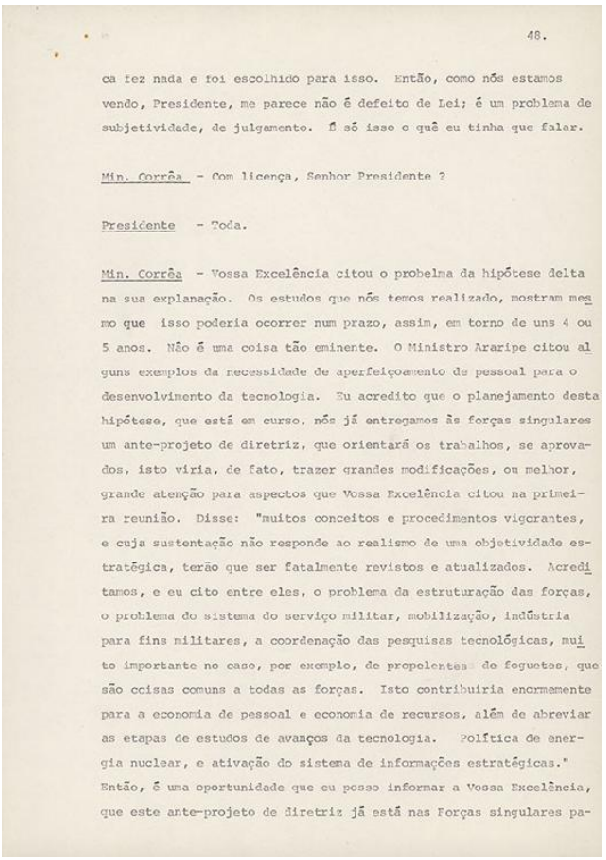
Presidente - Agora veja. Nós tiramos este processo da área da Justiça Civil. Trouxemos para a área da Justiça Militar, a cujas penas. Não queira saber a luta que se travou, no tempo do Governo do Presidente Castelo Branco, para poder atribuir à Justiça Militar o julgamento do civil dos crimes de segurança. Bom, porque nós partimos do princípio que os militares seriam severos e dedicados aos problemas de segurança. Bom, depois do funcionamento de alguns anos, nós chegamos a uma conclusão um pouco melancólica, não é ?

Mir. Frota - O Senhor Presidente encontrará em quase todos os processos que têm voltado com absolvições, este aspecto que o Senhor focalizou. Uma falta de atenção, eu não quero empregar o termo que o General Adalberto empregou, negligência; e o Senhor sabe bem. Há também uma preocupação de certos Juízes de se transformarem em encapuçados dos direitos humanos, não é ? Eu tenho um exemplo, que o Senhor deve conhecer bem, e que trouxe grandes aborrecimentos ao meu amigo General Dale Coutinho, nos últimos dias de sua vida. Foi preso, na área de Sepetiba, um contrabandista. Apertado pela polícia, ele denunciou vários militares que davam cobertura. Quando chegou esta notícia ao Exército, eu disse: "eu não quero me basear num depoimento de um contrabandista para prender oficiais." Aliás, havia oficiais que tinham destacado conceito. O SNI e a Polícia Federal então, mandaram as provas, inclusive conversações e tal. Então, prendi estes homens. Foi preso um Capitão, que me surpreendeu muito, o Capitão Ferraro, que era Comandante da Companhia de Polícia do E



47.

xército. Mais tarde, se verificou que este homem, realmente, ti
nha sido envolvido, mas que ele participara do contrabando. Eles
faziam um contrabando de mais de 3.000 relógios de ouro, esse coi
sa. Esse homem foi colocado no 1º BCC, eu o visitei, e depois
foi mandado para o Batalhão da Polícia do Exército. Quando foi
provada a conivência dele, eu mandei botá-lo isolado, mas sempre
o acompanhando. Correu o processo. Muito bem feito. Quando che
gou no Supremo Federal um Advogado, Campos, muito ligado, afeito
às acusações marxistas, acusou o encarregado do inquérito de ter
maltratado, seviciado o Capitão. Eu tinha acompanhado todo o in-
quérito. Então, o Ministro do Supremo Tribunal me telefona. "Is-
so era uma absurdo!" Eu era o Chefe do Estado-Maior. Eu disse:
'não, isso não é verdade. Você pode ficar certo, eu estive lá e
acompanhei." Eu tinha o hábito de ir ao reconhecimento até de ma
drugada às prisões para verificar. "E você sabe disse e várias
vezes você o visitou." Então, ele procurou o General Coutinho,
querendo visitar as unidades. Querendo visitar unidades e houve
um aborrecimento do General Coutinho muito sério com ele.
Mas o fato é que o Advogado lançou essa acusação toda e foi acei
ta pelo Tribunal. E o Tribunal mandou, pediu, que fosse aberto o
inquérito para apurar as responsabilidades do Comandante. Quer
dizer, é o desprestígio, debilitando constantemente o prestígio
da autoridade. Isso não foi do meu tempo ainda. Quando cheguei
no Gabinete, eu conversei com o Promotor Rui e disse: "olha, eu
abro o inquérito, a sindicância; mas quero, se eu não apurar na-
da, o Senhor vá processar esse Advogado." E foi feito isso, e
não se apurou nada; porque eu tinha acompanhado e, eu então, pe-
di o processamento do Advogado. Mas esses fatos são diários.
Quer dizer, o Tribunal aceita a palavra de um elemento comunista,
quer dizer, useiro e vezeiro nessas acusações, e bota em choque
o prestígio de um Oficial digno, de 40 anos de serviço, que run-

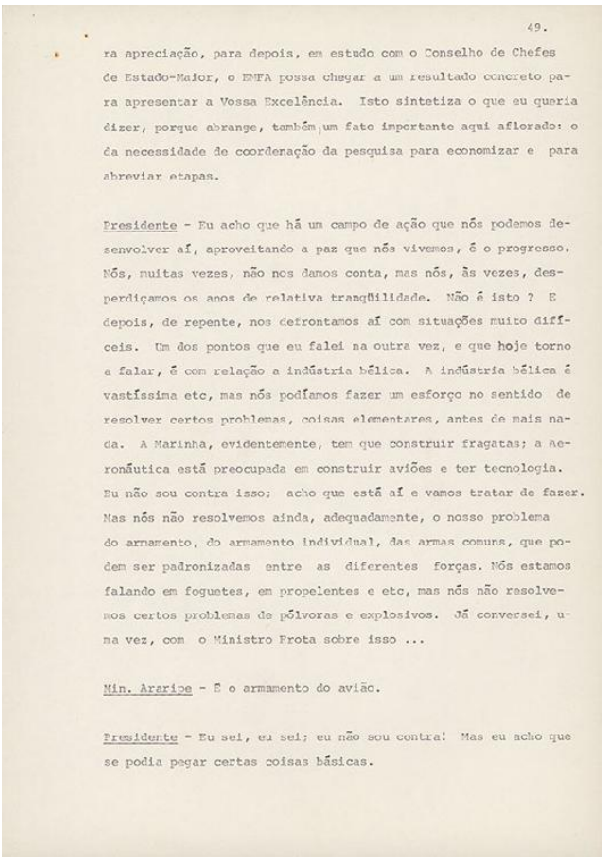


ca fez nada e foi escolhido para isso. Então, como nós estamos vendo, Presidente, me parece não é defeito de Lei; é um problema de subjetividade, de julgamento. É só isso o quê eu tinha que falar.

Min. Corrêa - Com licença, Senhor Presidente ?

Presidente - Toda.

Min. Corrêa - Vossa Excelência citou o probelma da hipótese delta na sua explanação. Os estudos que nós temos realizado, mostram mesmo que isso poderia ocorrer num prazo, assim, em torno de uns 4 ou 5 anos. Não é uma coisa tão eminente. O Ministro Araripe citou alguns exemplos da necessidade de aperfeiçoamento do pessoal para o desenvolvimento da tecnologia. Eu acredito que o planejamento desta hipótese, que está em curso, nós já entregamos às forças singulares um ante-projeto de diretriz, que orientará os trabalhos, se aprovados, isto viria, de fato, trazer grandes modificações, ou melhor, grande atenção para aspectos que Vossa Excelência citou na primeira reunião. Disse: "muitos conceitos e procedimentos vigorantes, e cuja sustentação não responde ao realismo de uma objetividade estratégica, terão que ser fatalmente revistos e atualizados. Acreditamos, e eu cito entre eles, o problema da estruturação das forças, o problema do sistema do serviço militar, mobilização, indústria para fins militares, a coordenação das pesquisas tecnológicas, muito importante no caso, por exemplo, de propelentes de foguetes, que são coisas comuns a todas as forças. Isto contribuiria enormemente para a economia de pessoal e economia de recursos, além de abreviar as etapas de estudos de avanços da tecnologia. Política de energia nuclear, e ativação do sistema de informações estratégicas." Então, é uma oportunidade que eu posso informar a Vossa Excelência, que este ante-projeto de diretriz já está nas Forças singulares pa-

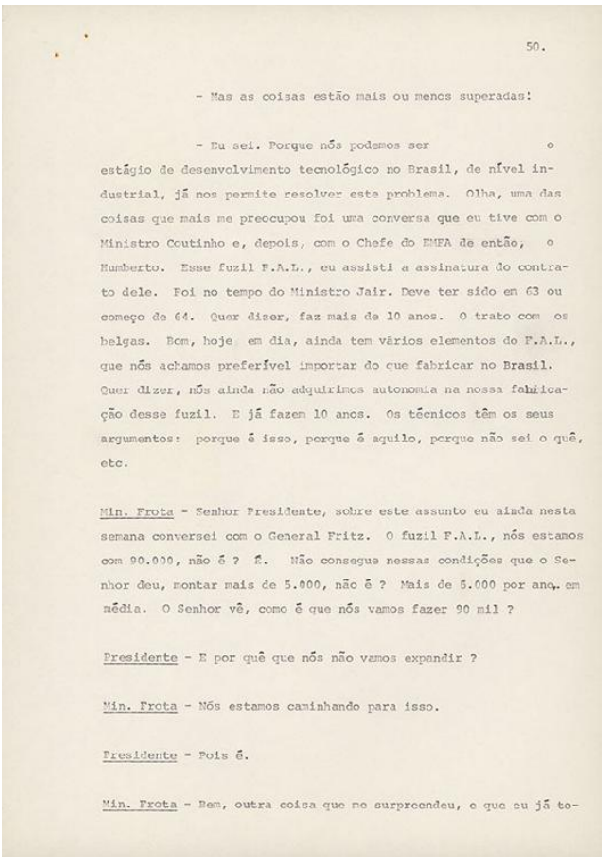


ra apreciação, para depois, em estudo com o Conselho de Chefes de Estado-Maior, o EMFA possa chegar a um resultado concreto para apresentar a Vossa Excelência. Isto sintatiza o que eu queria dizer, porque abrange, também um fato importante aqui aflorado: o da necessidade de coordenação da pesquisa para economizar e para abreviar etapas.

Presidente - Eu acho que há um campo de ação que nós podemos desenvolver aí, aproveitando a paz que nós vivemos, é o progresso. Nós, muitas vezes, não nos damos conta, mas nós, às vezes, desperdiçamos os anos de relativa tranqüilidade. Não é isto ? E depois, de repente, nos defrontamos aí com situações muito difíceis. Um dos pontos que eu falei na outra vez, e que hoje torno a falar, é com relação a indústria bélica. A indústria bélica é vastíssima etc, mas nós podíamos fazer um esforço no sentido de resolver certos problemas, coisas elementares, antes de mais nada. A Marinha, evidentemente, tem que construir fragatas; a Aeronáutica está preocupada em construir aviões e ter tecnologia. Eu não sou contra isso; acho que está aí e vamos tratar de fazer. Mas nós não resolvemos ainda, adequadamente, o nosso problema do armamento, do armamento individual, das armas comuns, que podem ser padronizadas entre as diferentes forças. Nós estamos falando em foguetes, em propelentes e etc, mas nós não resolvemos certos problemas de pólvoras e explosivos. Já conversei, uma vez, com o Ministro Frota sobre isso ...

Min. Araripe - É o armamento do avião.

Presidente - Eu sei, eu sei; eu não sou contra! Mas eu acho que se podia pegar certas coisas básicas.



- Mas as coisas estão mais ou menos superadas!

- Eu sei. Porque nós podemos ser o estágio de desenvolvimento tecnológico no Brasil, de nível industrial, já nos permite resolver esta problema. Olha, uma das coisas que mais me preocupou foi uma conversa que eu tive com o Ministro Coutinho e, depois, com o Chefe do EMFA de então, o Humberto. Esse fuzil F.A.L., eu assisti a assinatura do contrato dele. Foi no tempo do Ministro Jair. Deve ter sido em 63 ou começo de 64. Quer dizer, faz mais de 10 anos. O trato com os belgas. Bem, hoje em dia, ainda tem vários elementos do F.A.L., que nós achamos preferível importar do que fabricar no Brasil. Quer dizer, nós ainda não adquirimos autonomia na nossa fabricação desse fuzil. E já fazem 10 anos. Os técnicos têm os seus argumentos: porque é isso, porque é aquilo, porque não sei o quê, etc.

Min. Frota - Senhor Presidente, sobre este assunto eu ainda nesta semana conversei com o General Fritz. O fuzil F.A.L., nós estamos com 90.000, não é ? É. Não consegue nessas condições que o Senhor deu, montar mais de 5.000, não é ? Mais de 5.000 por ano, em média. O Senhor vê, como é que nós vamos fazer 90 mil ?

Presidente - E por quê que nós não vamos expandir ?

Min. Frota - Nós estamos caminhando para isso.

Presidente - Pois é.

Min. Frota - Bem, outra coisa que me surpreendeu, e que eu já to-

mai providências, eu e o General Euler, é o problema do tal morteiro 120. Há 22 anos está o morteiro sendo estudado. Quer dizer, eu admito que seja ...

Presidente - Bem e tem aí um canhão sem recuo, não sei o quê ...

Min. Frota - É o 106.

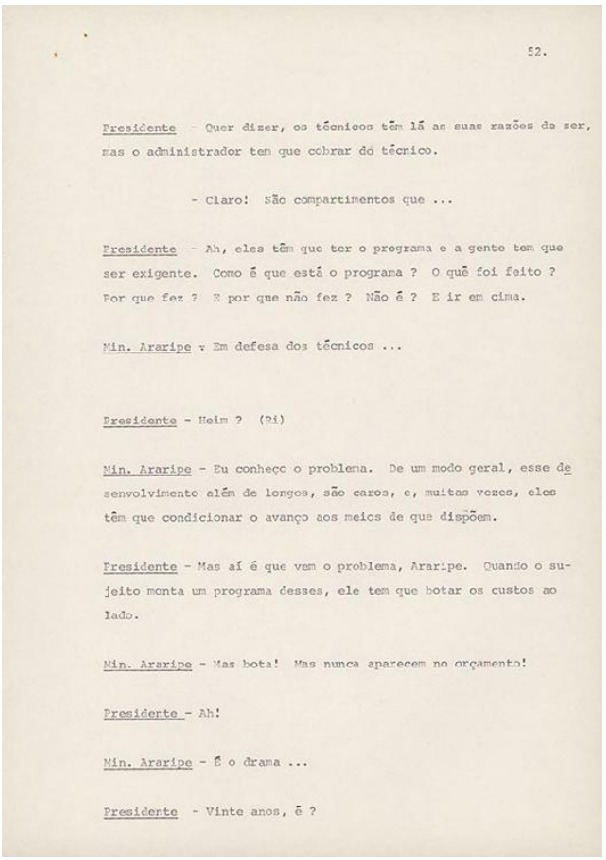
Presidente - Tem o morteiro, que está fabricado, fabricado há não sei quanto. Não funciona por quê ? Não se resolveu o problema da pólvora. Quer dizer, o problema do propelente não está resolvido!

Min. Frota - É. Então tivemos que ...

Presidente - Bom, convenhamos, não é ? Se isto fosse uma empresa privada estava falida há muito tempo, não estava ?

Todos - É.

Min. Frota - Não há dúvida. Foi o quê eu disse. Então, vocês levam 20 anos para levantar um tipo de morteiro, 21 anos, o Exército fica parado, esperando que vocês preparem isso ? A mesma coisa é o canhão 106. Eu já estive lá. Ele tem um dispositivo de controle do tiro, que é um projetivo traçante, que dá o tiro para ver se a pontaria está certa. Pois bem este projétil não tem, porque falta propelente. Os canhões estão parados. Temos que comprar isso na fábrica. E vamos usar os canhões. Não vamos aguardar mais 10 anos ou 12 anos ...



Presidente - Quer dizer, os técnicos têm lá as suas razões de ser, mas o administrador tem que cobrar do técnico.

- Claro! São compartimentos que ...

Presidente - Ah, eles têm que ter o programa e a gente tem que ser exigente. Como é que está o programa ? O quê foi feito ? Por que fez ? E por que não fez ? Não é ? E ir em cima.

Min. Araripe - Em defesa dos técnicos ...

Presidente - Heim ? (Pi)

Min. Araripe - Eu conheço o problema. De um modo geral, esse desenvolvimento além de longos, são caros, e, muitas vezes, eles têm que condicionar o avanço aos meios de que dispõem.

Presidente - Mas aí é que vem o problema, Araripe. Quando o sujeito monta um programa desses, ele tem que botar os custos ao lado.

Min. Araripe - Mas bota! Mas nunca aparecem no orçamento!

Presidente - Ah!

Min. Araripe - É o drama ...

Presidente - Vinte anos, é ?

Min. Frota - Mas o Senhor há de concordar comigo, Brigadeiro, que não há nenhun Exército que espere 20 anos para ter um morteiro!

Min. Araripe - Bom, 20 anos é um protótipo obsoleto!

Min. Frota - Aí o Senhor veja: corroborando e robustecendo esta tese do Presidente, as fábricas, não é ? Estou com dois problemas de fábricas que estou investigando. Eu tenho uma fábrica de Curitiba, e tinha uma fábrica de Bonsucesso. A fábrica de Bonsucesso foi feita para fazer máscaras; acabou fazendo bandejas. Bem ...

General Fritz - E panelas ...

Min. Frota - É, e panelas. E, ultimamente, resolveu fazer camburões. Estava certo.Então, nós no princípio do ano demos 1 milhão e 200 mil para fazer 16.000 camburões.

Presidente - De gasolina ?

Min. Frota - É. Camburões de gasolina. Tudo acertado. E quando chegamos agora, no final do ano, eu pedi as contas dos camburões. Bem, só tinham feito 2.500 dos 16.000 e, o dinheiro, que era certo, recolheram. Sobrou o dinheiro! De modo que, como diz o Presidente, comercialmente como empresa, já tinha falido. Ninguém aceitava isso!

Presidente - Que faz a fábrica de Curitiba ? Faz fogões de campanha ?

Min. Frota - É, de fazer fogões. Também foi o caso. Era fazer fogões.

Presidente - Ela era fábrica de viaturas ?

Min. Frota - É, mas também era de fazer fogões. Mas tinha um total, parece que de 3.000 ou 4.000 fogões para fazer e só fez 250. Então, não está funcionando, dentro do meu ponto-de-vista !

Presidente - É melhor comprar fogão na indústria civil.

Min. Frota - Pois é. É melhor. Aliás, o Senhor conhece bem o meu ponto-de-vista.

Presidente - Inclusive é o seguinte: as Forças Armadas, não vamos ter ilusões, caminham paralelamente com a economia do país. Querer ter, por exemplo, um determinado tipo de Forças Armadas, como tem o Xá do Irã, dissociadas do nível de desenvolvimento econômico e industrial do país, é um absurdo. Pode servir para uma guerrinha, mas isso não dura. As Forças têm que caminhar em conjunção com a economia do país.

Min. Frota - Exato.

Presidente - E têm que se apoiar na economia do país. Veja, por exemplo, o seguinte: a medida em que o cavalo, por exemplo, deixa de ser um instrumento de grande utilidade na agricultura e na pecuária, o Exército tem que abrir mão do cavalo, porque ele não pode querer ter uma criação de cavalos própria; ele tem que mostrar o cavalo na atividade civil. Assim, é a mesma coisa com a indústria. Quer dizer, nós temos que nos apoiar na indústria. Agora, se no meio civil, o sujeito tem uma fábrica de camburões, o Exército não deve ter. Se tem uma fábrica de cozinhas, o Exér-

cito não deve ter. Quer dizer, nós temos é que, ao contrário, procurar dar vida à indústria civil, nestas coisas, e nos limitarmos, na nossa indústria, a uma indústria especializada.

- E ter um bom plano de mobilização.

Presidente - Ah, claro! Bom,a ilusão de dizer: as Forças Armadas são auto-suficientes. Num quadro de guerra elas fabricam tudo o quê precisam! Não, é uma ilusão! O país só pode fazer guerra se ele tiver, realmente, um apoio adequado na indústria civil.

Min. Frota - Eu julgo capital.

Presidente - E tem que começar em tempo de paz!

Min. Frota - E a gente faz um plano já nem digo secundário, terciário! Abandonado, completamente abandonado.

Min. Henning - Temos que independer das importações.

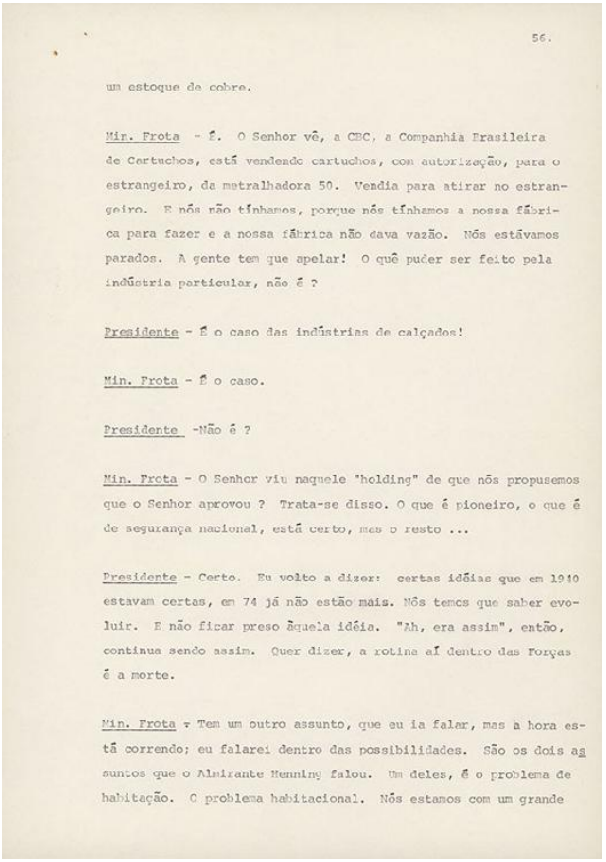
Presidente - Claro. Ah, isso é ! Tanto quanto possível!

- É.

Presidente - E aí vamos até a admitir certa estocagem.

- É.

Presidente - Por exemplo, nós precisamos de cobre. Vamos fazer



um estoque de cobre.

Min. Frota - É. O Senhor vê, a CBC, a Companhia Brasileira de Cartuchos, está vendendo cartuchos, com autorização, para o estrangeiro, da metralhadora 50. Vendia para atirar no estrangeiro. E nós não tínhamos, porque nós tínhamos a nossa fábrica para fazer e a nossa fábrica não dava vazão. Nós estávamos parados. A gente tem que apelar! O que puder ser feito pela indústria particular, não é ?

Presidente - É o caso das indústrias de calçados!

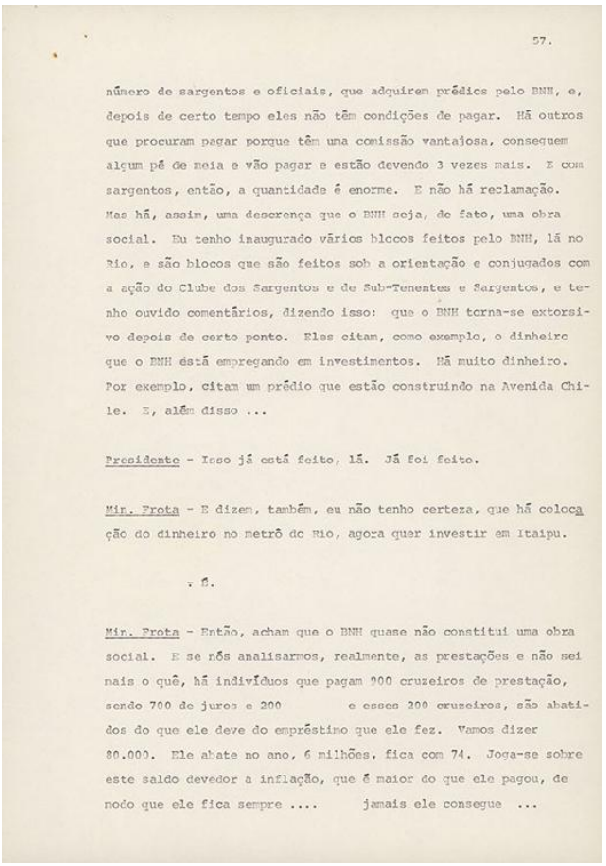
Min. Frota - É o caso.

Presidente -Não é ?

Min. Frota - O Senhor viu naquele "holding" de que nós propusemos que o Senhor aprovou ? Trata-se disso. O que é pioneiro, o que é de segurança nacional, está certo, mas o resto ...

Presidente - Certo. Eu volto a dizer: certas idéias que em 1940 estavam certas, em 74 já não estão mais. Nós temos que saber evoluir. E não ficar preso àquela idéia. "Ah, era assim", então, continua sendo assim. Quer dizer, a rotina aí dentro das Forças é a morte.

Min. Frota - Tem um outro assunto, que eu ia falar, mas a hora está correndo; eu falarei dentro das possibilidades. São os dois assuntos que o Almirante Henning falou. Um deles, é o problema de habitação. O problema habitacional. Nós estamos com um grande



número de sargentos e oficiais, que adquiren prédios pelo BNH, e, depois de certo tempo eles não têm condições de pagar. Há outros que procuram pagar porque têm una comissão vantajosa, conseguem alçum pé de meia e vão pagar e estão devendo 3 vezes mais. E com sargentos, então, a quantidade é enorme. E não há reclamação. Mas há, assim, uma descrença que o BNH seja, de fato, uma obra social. Eu tenho inaugurado vários blocos feitos pelo BNH, lá no Rio, e são blocos que são feitos sob a orientação e conjugados com a ação do Clube dos Sargentos e de Sub-Tenentes e Sargentos, e tenho ouvido comentários, dizendo isso: que o BNH torna-se extorsivo depois de certo ponto. Eles citam, como exemplo, o dinheiro que o BNH está empregando em investimentos. Há muito dinheiro. Por exemplo, citam um prédio que estão construindo na Avenida Chile. E, além disso ...

Presidente - Isso já está feito, lá. Já foi feito.

Mir. Frota - E dizem, também, eu não tenho certeza, que há colocação do dinheiro no metrô do Rio, agora quer investir em Itaipu.

. 8.

Mir. Frota - Então, acham que o BNH quase não constitui uma obra social. E se nós analisarmos, realmente, as prestações e não sei mais o quê, há indivíduos que pagam 900 cruzeiros de prestação, sendo 700 de juros e 200 e esses 200 cruzeiros, são abatidos do que ele deve do empréstimo que ele fez. Vamos dizer 80.000. Ele abate no ano, 6 milhões, fica com 74. Joga-se sobre este saldo devedor a inflação, que é maior do que ele pagou, de modo que ele fica sempre .... jamais ele consegue ...

Presidente - Oh, Frota, está bem, mas a culpa não é do BNH, a culpa é da inflação. Quer dizer, nós não podemos voltar àquele sistema do Jango, em que a Caixa Econômica emprestava dinheiro sem correção monetária! Então, era uma corrupção danada para conseguir empréstimo na Caixa Econômica. O sujeito comprava uma casa na Caixa Econômica e, no fim ele devia uma prestação de 1 cruzeiro por nós. Lembra-se disso ?

Min. Frota - Sei.

Presidente - Porque o Jango dava e ia assinando de favor ...

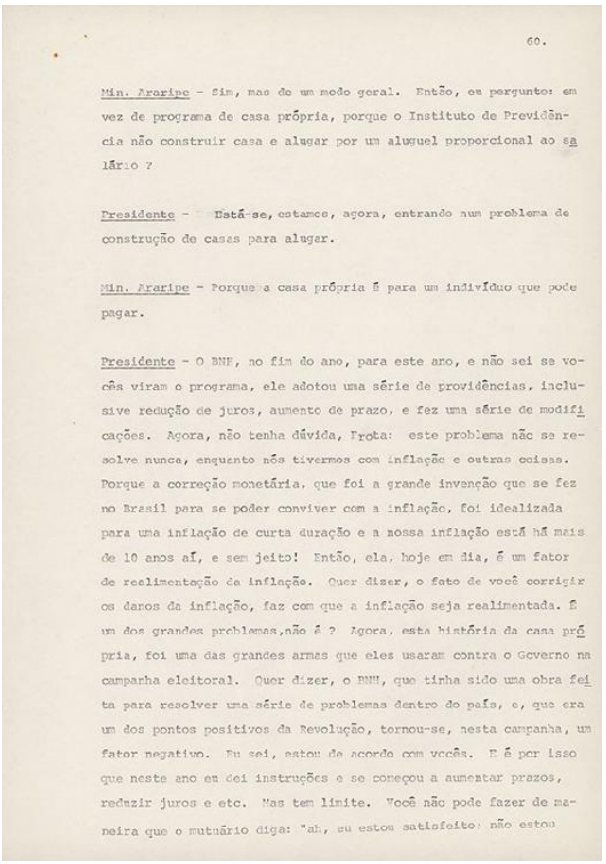
Min. Frota - Sim, mas o indivíduo paga o juro e a inflação!

Presidente - Eu sei, eu sei! Agora, isso em grande parte, se procurou atenuar ou modificar com essas medidas que se adotaram faz pouco tempo. Mas o que é preciso olharmos bem, é o seguinte: o BNH é depositário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Quer dizer, o dinheiro que as empresas pagam para garantir o empregado que é despedido,ou o empregado que se aposenta, ou garantir o pecúlio dos assalariados do Brasil, está no BNH! Quer dizer, o BNH tem que remunerar esse dirheiro, com correção monetária e com juros. Quer dizer, cada empregado de empresa que for despedido, ou for aposentado, ou que morreu, ou que não sei o quê, ele terá o seu pecúlio que ele retira. E este pecúlio vence correção monetária e vence juros. Então, o BNH apenas o que ele faz, é, movimentar este dinheiro. Ele não pode dispensar a correção monetária e um determinado juro, porque aí, o empregado

entra no buraco. Aquele dinheiro não é dele, do BNH; ele é um depositário para aplicar aquele dinheiro. Agora, o que aconteceu este ano foi o seguinte: nós vínhamos trabalhando dentro de um sistema de inflação decrescente. Quer dizer, da inflação que nós herdamos de 64 até a inflação a que se chegou em 72, a inflação foi diminuindo. Quando chegou em 73, ela diminuiu aparentemente, porque o Delfim fez uma ficção, disse que a inflação era de 12%. Quando não era! Ele represou, não é, e fez os seus registros para ficar em 12%, o que era uma mentira. Quando chegou em 74, nós fomos a mais de 40%. Tivemos meses de 5%, 4 ou 5% ao mês. Daí, vem este aumento de salários, que vai haver no mês de janeiro. Quer dizer, uma inflação que vinha baixando, de repente, ela pegou uma reversão e cresceu de novo. Este impacto deste crescimento é que causou todo este quadro, e, inclusive, eu vou dizer: em grande parte, o resultado da eleição é uma conseqüência disso. Entendeu ? Então, a grande guerra é a da inflação, e, toda vez que a gente quer fazer artifício em matéria de inflação, a gente se sai mal.Este foi o quadro do nosso Ministro Delfim: ele chegou no fim e ele quis entrar no artifício; quis dar uma imagem que não era imagem real. Então, mais adiante, evidentemente, este pecado nós pagamos com uma pena dobrada.

Min. Araripe - Presidente, a inflação existirá, diminuída ou não, é hoje um fenômeno mundial. A correção monetária, eu acho justíssima. É a realidade! Então, este problema da casa própria, na realidade, o funcionário de baixo salário, nunca terá casa própria, pelo menos, ele estará sempre devendo.

Presidente - Mas ele está citando de Sargentos e Tenentes que não têm salários tão baixos!



Min. Araripe - Sim, mas de um modo geral. Então, eu pergunto: em vez de programa de casa própria, porque o Instituto de Previdência não construir casa e alugar por um aluguel proporcional ao salário ?

Presidente - Está-se, estamos, agora, entrando num problema de construção de casas para alugar.

Min. Araripe - Porque a casa própria é para um indivíduo que pode pagar.

Presidente - O BNH, no fim do ano, para este ano, e não sei se vocês viram o programa, ele adotou uma série de providências, inclusive redução de juros, aumento de prazo, e fez uma série de modificações. Agora, não tenha dúvida, Prota: este problema não se resolve nunca, enquanto nós tivermos com inflação e outras coisas. Porque a correção monetária, que foi a grande invenção que se fez no Brasil para se poder conviver com a inflação, foi idealizada para uma inflação de curta duração e a nossa inflação está há mais de 10 anos aí, e sem jeito! Então, ela, hoje em dia, é um fator de realimentação da inflação. Quer dizer, o fato de você corrigir os danos da inflação, faz com que a inflação seja realimentada. É um dos grandes problemas,não é ? Agora, esta história da casa própria, foi uma das grandes armas que eles usaram contra o Governo na campanha eleitoral. Quer dizer, o BNH, que tinha sido uma obra feita para resolver uma série de problemas dentro do país, e, que era um dos pontos positivos da Revolução, tornou-se, nesta campanha, um fator negativo. Eu sei, estou de acordo com vocês. E é por isso que neste ano eu dei instruções e se começou a aumentar prazos, reduzir juros e etc. Mas tem limite. Você não pode fazer de maneira que o mutuário diga: "ah, eu estou satisfeito; não estou

pagando mais nada." O ideal para o sujeito era não pagar nada. Agora, você diz: "bom, eu devia 100 e, agora, estou devendo 130." Não, é preciso ver que no valor real da moeda, ela não aumentou. Ele aumentou no valor nominal, mas o salário dele também aumentou.

– Ah, isso é que ele não conta, não é ? O que ele sente é o outro.

Presidente – Heim ?

– O que ele sente ...

Presidente – Ah, esse do salário, ele não conta! Não, ele depois diz: eu devia 100 e, agora, devo 130. Paguei tanto e devo 130. Mas não é, não! Os 130 que ele deve, é uma moeda diferente daquela moeda anterior dos 100. Houve uma variação de moeda.

Min. Frota – Mas o ...

Presidente – Ele não pode pegar o valor nominal! Tem que ver o valor real!

Min. Araripe – A própria moeda pela qual ele é pago.

– Mas o que eu tenho a impressão, Presidente,

Presidente – Que há coisas, há.

Min. Frota – O ponto dolente da questão é esta da tabela, que é

a aplicada para juros; nem é a "price"!

Presidente - É.

Min. Frota - É uma tabela ... O indivíduo pagando muito mais em cada prestação do que amortiza, pagando os juros mais a correção, a amortização vai ser pequena sobre o saldo devedor. Jamais ..

Presidente - Mas é por causa do prazo!

Min. Frota - Ah, mas paga duas coisas, paga-se o juros e paga-se a inflação.

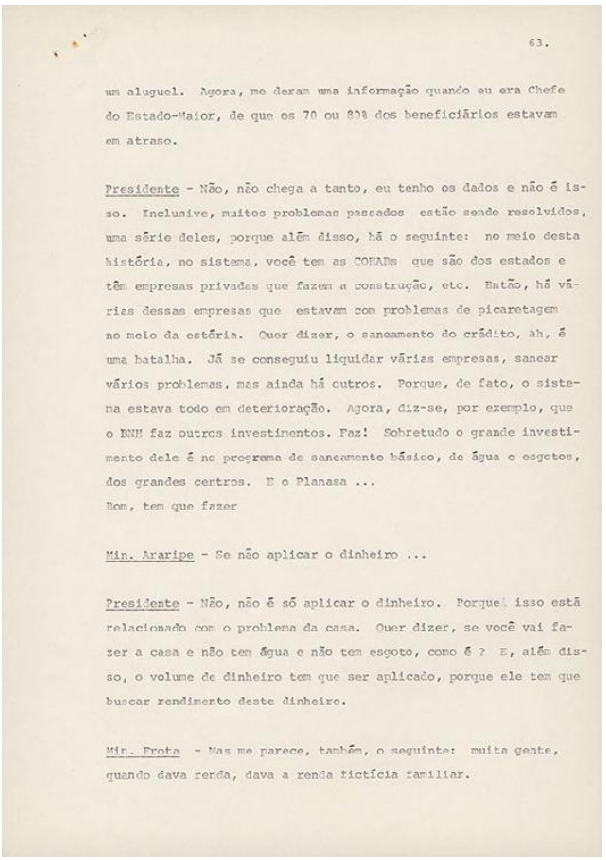
Min. Araripe - Mas é a correção monetária.

Min. Frota - Mas a correção monetária entra no saldo.

Adalberto - Mas uma ocasião eu fiz uma pergunta, porque esta conversa é do Brasil inteiro. Então, eu fiz uma pergunta para os que estavam se queixando: "E se não fosse o BNH, você estava em condições de ter sua casa?" Ah, não estava!

Presidente - Claro, todo mundo continua naquela história do tempo do Jango. Eu, por exemplo, nunca tive acesso à Caixa Econômica. Eu não ia pedir um financiamento porque não conseguiria. Mas um financiamento na Caixa Econômica era uma beleza! O sujeito pedia 50.000 contos e, daqui a pouco, o quê ia pagar era um cruzeiro.

Min. Frota - O que o sujeito paga é realmente menos do que seria



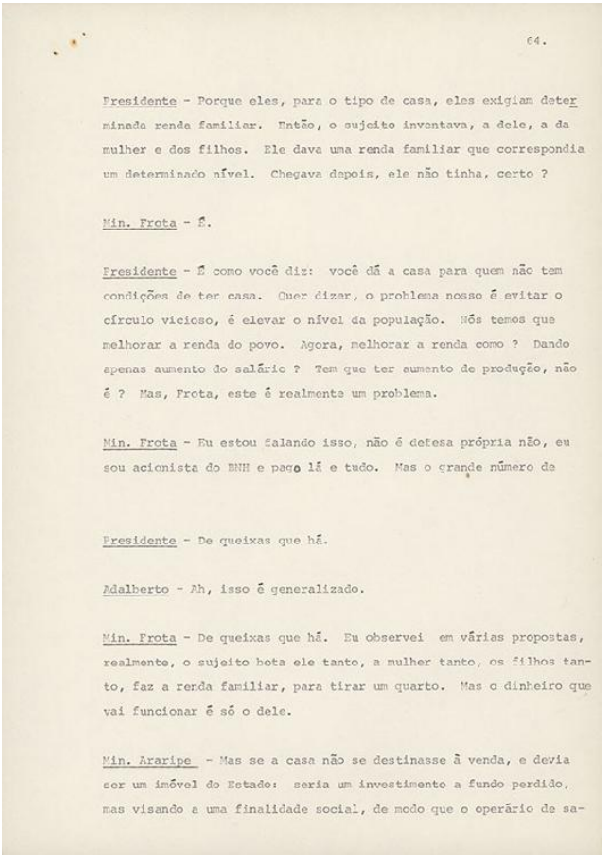
um aluguel. Agora, me deram uma informação quando eu era Chefe do Estado-Maior, de que os 70 ou 80% dos beneficiários estavam em atraso.

Presidente - Não, não chega a tanto, eu tenho os dados e não é isso. Inclusive, muitos problemas passados estão sendo resolvidos, uma série deles, porque além disso, há o seguinte: no meio desta história, no sistema, você tem as COHABs que são dos estados e têm empresas privadas que fazem a construção, etc. Então, há várias dessas empresas que estavam com problemas de picaretagem no meio da estória. Quer dizer, o saneamento do crédito, ah, é uma batalha. Já se conseguiu liquidar várias empresas, sanear vários problemas, mas ainda há outros. Porque, de fato, o sistema estava todo em deterioração. Agora, diz-se, por exemplo, que o BNH faz outros investimentos. Faz! Sobretudo o grande investimento dele é no programa de saneamento básico, de água e esgotos, dos grandes centros. E o Planasa ...
Bom, tem que fazer

Min. Araripe - Se não aplicar o dinheiro ...

Presidente - Não, não é só aplicar o dinheiro. Porque isso está relacionado com o problema da casa. Quer dizer, se você vai fazer a casa e não tem água e não tem esgoto, como é ? E, além disso, o volume de dinheiro tem que ser aplicado, porque ele tem que buscar rendimento deste dinheiro.

Min. Prota - Mas me parece, também, o seguinte: muita gente, quando dava renda, dava a renda fictícia familiar.



Presidente - Porque eles, para o tipo de casa, eles exigiam determinada renda familiar. Então, o sujeito inventava, a dele, a da mulher e dos filhos. Ele dava uma renda familiar que correspondia um determinado nível. Chegava depois, ele não tinha, certo ?

Min. Frota - É.

Presidente - É como você diz: você dá a casa para quem não tem condições de ter casa. Quer dizer, o problema nosso é evitar o círculo vicioso, é elevar o nível da população. Nós temos que melhorar a renda do povo. Agora, melhorar a renda como ? Dando apenas aumento do salário ? Tem que ter aumento de produção, não é ? Mas, Frota, este é realmente um problema.

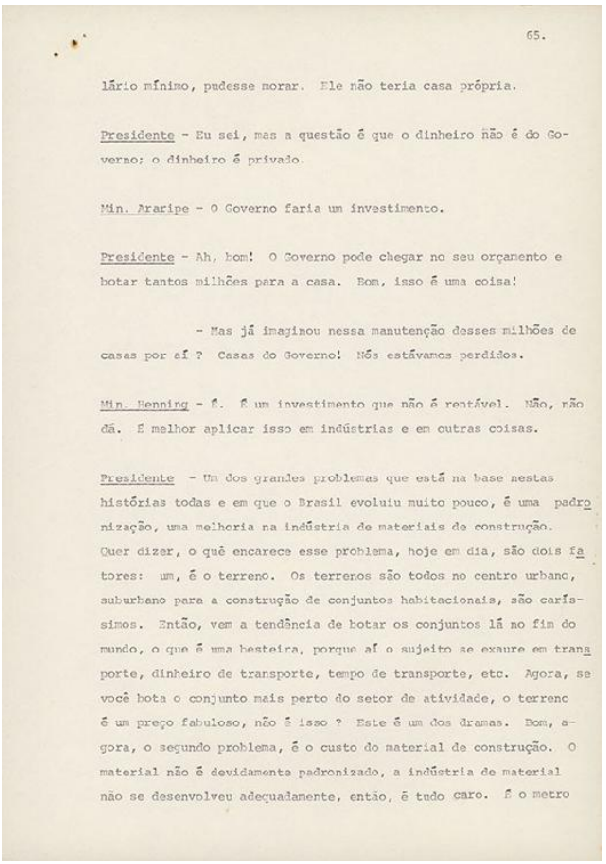
Min. Frota - Eu estou falando isso, não é defesa própria não, eu sou acionista do BNH e pago lá e tudo. Mas o grande número de

Presidente - De queixas que há.

Adalberto - Ah, isso é generalizado.

Min. Frota - De queixas que há. Eu observei em várias propostas, realmente, o sujeito bota ele tanto, a mulher tanto, os filhos tanto, faz a renda familiar, para tirar um quarto. Mas o dinheiro que vai funcionar é só o dele.

Min. Araripe - Mas se a casa não se destinasse à venda, e devia ser um imóvel do Estado: seria um investimento a fundo perdido, mas visando a uma finalidade social, de modo que o operário de sa-



lário mínimo, pudesse morar. Ele não teria casa própria.

Presidente - Eu sei, mas a questão é que o dinheiro não é do Governo; o dinheiro é privado.

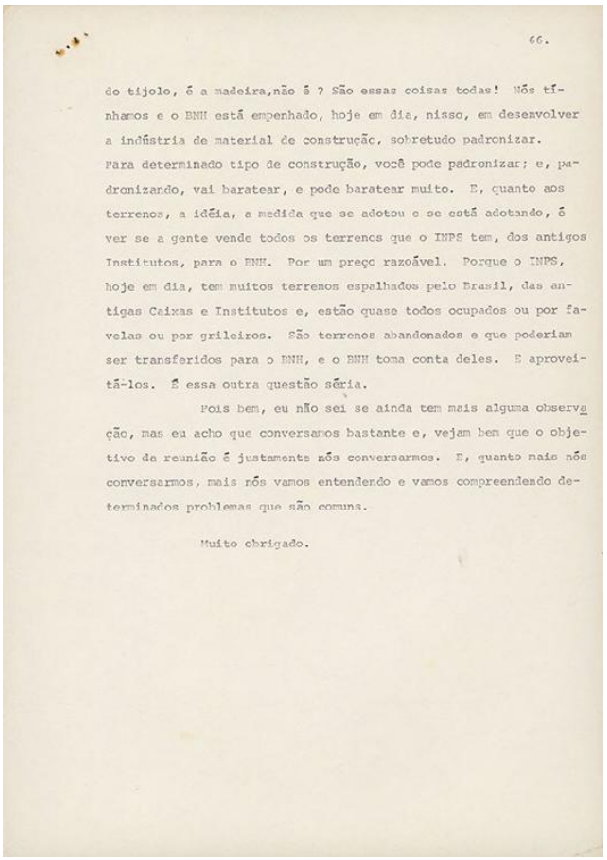
Min. Araripe - O Governo faria um investimento.

Presidente - Ah, bom! O Governo pode chegar no seu orçamento e botar tantos milhões para a casa. Bom, isso é uma coisa!

- Mas já imaginou nessa manutenção desses milhões de casas por aí ? Casas do Governo! Nós estávamos perdidos.

Min. Henrique - É. É um investimento que não é rentável. Não, não dá. É melhor aplicar isso em indústrias e em outras coisas.

Presidente - Um dos grandes problemas que está na base destas histórias todas e em que o Brasil evoluiu muito pouco, é uma padronização, uma melhoria na indústria de materiais de construção. Quer dizer, o quê encarece esse problema, hoje em dia, são dois fatores: um, é o terreno. Os terrenos são todos no centro urbano, suburbano para a construção de conjuntos habitacionais, são caríssimos. Então, vem a tendência de botar os conjuntos lá no fim do mundo, o que é uma besteira, porque aí o sujeito se exaure em transporte, dinheiro de transporte, tempo de transporte, etc. Agora, se você bota o conjunto mais perto do setor de atividade, o terreno é um preço fabuloso, não é isso ? Este é um dos dramas. Bom, agora, o segundo problema, é o custo do material de construção. O material não é devidamente padronizado, a indústria de material não se desenvolveu adequadamente, então, é tudo caro. É o metro



do tijolo, é a madeira,não é ? São essas coisas todas! Nós tínhamos e o BNH está empenhado, hoje em dia, nisso, em desenvolver a indústria de material de construção, sobretudo padronizar. Para determinado tipo de construção, você pode padronizar; e, padronizando, vai baratear, e pode baratear muito. E, quanto aos terrenos, a idéia, a medida que se adotou e se está adotando, é ver se a gente vende todos os terrenos que o INPS tem, dos antigos Institutos, para o BNH. Por um preço razoável. Porque o INPS, hoje em dia, tem muitos terrenos espalhados pelo Brasil, das antigas Caixas e Institutos e, estão quase todos ocupados ou por favelas ou por grileiros. São terrenos abandonados e que poderiam ser transferidos para o BNH, e o BNH toma conta deles. E aproveitá-los. É essa outra questão séria.

Pois bem, eu não sei se ainda tem mais alguma observação, mas eu acho que conversamos bastante e, vejam bem que o objetivo da reunião é justamente nós conversarmos. E, quanto mais nós conversarmos, mais nós vamos entendendo e vamos compreendendo determinados problemas que são comuns.

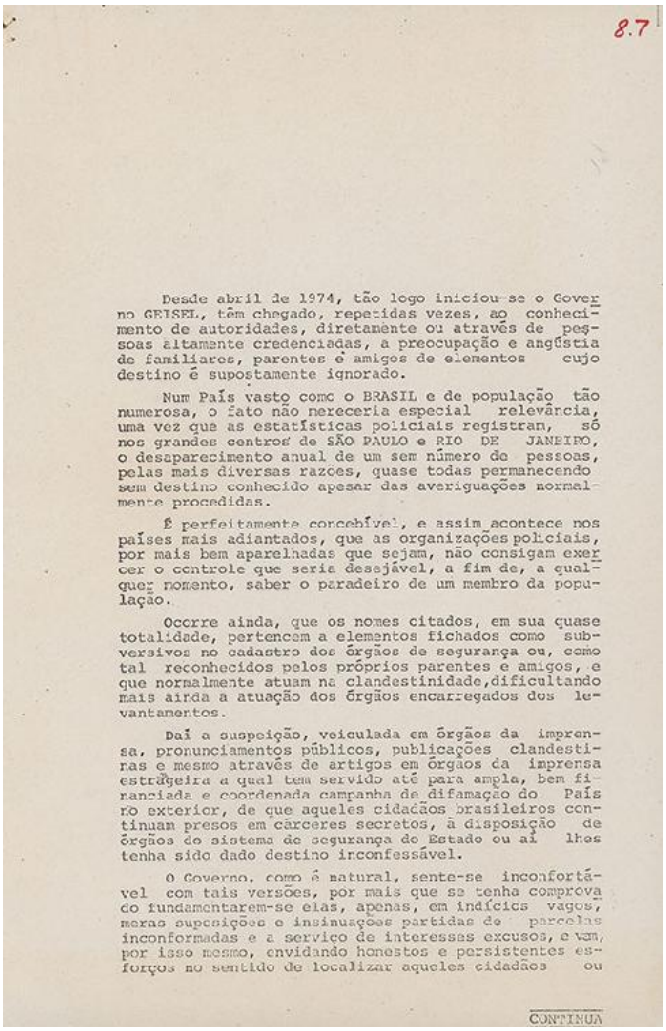
Muito obrigado.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Documento produzido por Golbery sobre a questão dos desaparecidos

[Os trechos mencionados estão nas páginas 2 e 5]



8.7

Desde abril de 1974, tão logo iniciou-se o Governo GEISEL, têm chegado, repetidas vezes, ao conhecimento de autoridades, diretamente ou através de pessoas altamente credenciadas, a preocupação e angústia de familiares, parentes e amigos de elementos cujo destino é supostamente ignorado.

Num País vasto como o BRASIL e de população tão numerosa, o fato não mereceria especial relevância, uma vez que as estatísticas policiais registram, só nos grandes centros de SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO, o desaparecimento anual de um sem número de pessoas, pelas mais diversas razões, quase todas permanecendo sem destino conhecido apesar das averiguações normalmente procedidas.

É perfeitamente concebível, e assim acontece nos países mais adiantados, que as organizações policiais, por mais bem aparelhadas que sejam, não consigam exercer o controle que seria desejável, a fim de, a qualquer momento, saber o paradeiro de um membro da população.

Ocorre ainda, que os nomes citados, em sua quase totalidade, pertencem a elementos fichados como subversivos no cadastro dos órgãos de segurança ou, como tal reconhecidos pelos próprios parentes e amigos, e que normalmente atuam na clandestinidade, dificultando mais ainda a atuação dos órgãos encarregados dos levantamentos.

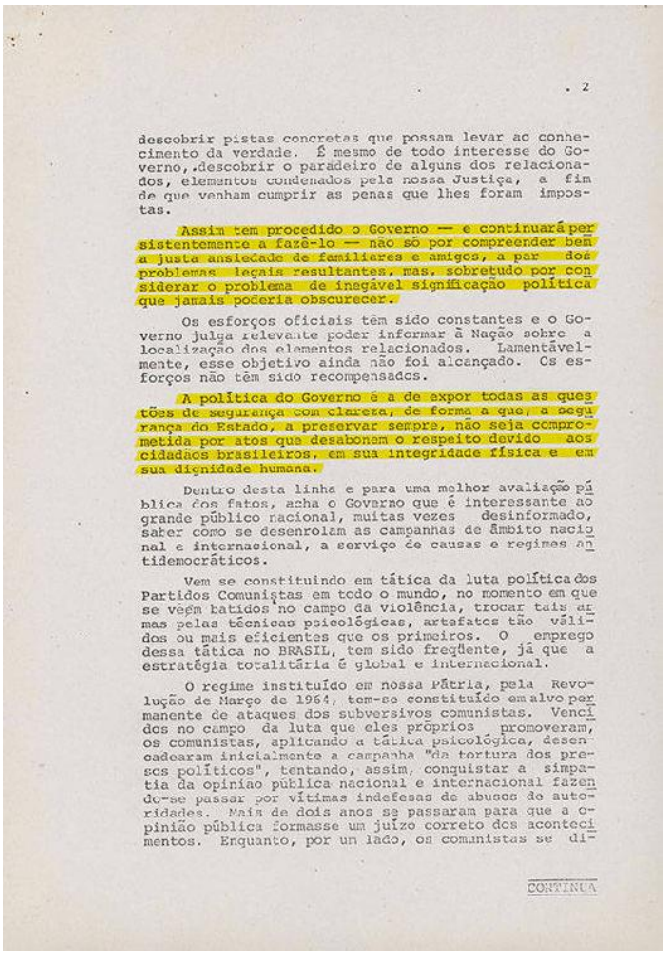
Daí a suspeição, veiculada em órgãos da imprensa, pronunciamentos públicos, publicações clandestinas e mesmo através de artigos em órgãos da imprensa estrangeira a qual tem servido até para ampla, bem financiada e coordenada campanha de difamação do País no exterior, de que aqueles cidadãos brasileiros continuam presos em cárceres secretos, à disposição de órgãos do sistema de segurança do Estado ou aí lhes tenha sido dado destino inconfessável.

O Governo, como é natural, sente-se inconfortável com tais versões, por mais que se tenha comprovado fundamentarem-se elas, apenas, em indícios vagos, meras suposições e insinuações partidas de parcelas inconformadas e a serviço de interesses excusos, e vão, por isso mesmo, envidando honestos e persistentes esforços no sentido de localizar aqueles cidadãos ou

CONTINUA

Página 1 de 8

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



descobrir pistas concretas que possam levar ao conhecimento da verdade. É mesmo de todo interesse do Governo, descobrir o paradeiro de alguns dos relacionados, elementos condenados pela nossa Justiça, a fim de que venham cumprir as penas que lhes foram impostas.

Assim tem procedido o Governo — e continuará persistentemente a fazê-lo — não só por compreender bem a justa ansiedade de familiares e amigos, a par dos problemas legais resultantes, mas, sobretudo por considerar o problema de inegável significação política que jamais poderia obscurecer.

Os esforços oficiais têm sido constantes e o Governo julga relevante poder informar à Nação sobre a localização dos elementos relacionados. Lamentàvelmente, esse objetivo ainda não foi alcançado. Os esforços não têm sido recompensados.

A política do Governo é a de expor todas as questões de segurança com clareza, de forma a que, a segurança do Estado, a preservar sempre, não seja comprometida por atos que desabonam o respeito devido aos cidadãos brasileiros, em sua integridade física e em sua dignidade humana.

Dentro desta linha e para uma melhor avaliação pública dos fatos, acha o Governo que é interessante ao grande público nacional, muitas vezes desinformado, saber como se desenrolam as campanhas de âmbito nacional e internacional, a serviço de causas e regimes antidemocráticos.

Vem se constituindo em tática da luta política dos Partidos Comunistas em todo o mundo, no momento em que se vêem batidos no campo da violência, trocar tais armas pelas técnicas psicológicas, artefatos tão válidos ou mais eficientes que os primeiros. O emprego dessa tática no BRASIL, tem sido freqüente, já que a estratégia totalitária é global e internacional.

O regime instituído em nossa Pátria, pela Revolução de Março de 1964, tem-se constituído em alvo permanente de ataques dos subversivos comunistas. Vencidos no campo da luta que eles próprios promoveram, os comunistas, aplicando a tática psicológica, desencadearam inicialmente a campanha "da tortura dos presos políticos", tentando, assim, conquistar a simpatia da opinião pública nacional e internacional fazendo-se passar por vítimas indefesas de abusos de autoridades. Mais de dois anos se passaram para que a opinião pública formasse um juízo correto dos acontecimentos. Enquanto, por un lado, os comunistas se di-

CONTINUA

ziam vítimas de excessos autoritários, por outro prepa
ravam solertemente quadros e pessoal para a batalha de
cisiva que pretendiam travar nos sertões brasileiros
através da decantada guerrilha rural.

A partir de 1970, vários focos de guerrilha foram
intentados pelos subversivos em ermos rincões do País.
CAPARAÓ, OESTE DO PARANÁ, VALE LA RIBEIRA e XAMBIOÁ as
sinalaram vitórias das Forças de Segurança contra as
chamadas colunas guerrilheiras, frustrando aqueles que,
a todo custo, queriam transformar o BRASIL em um no-
vo VIETNAME.

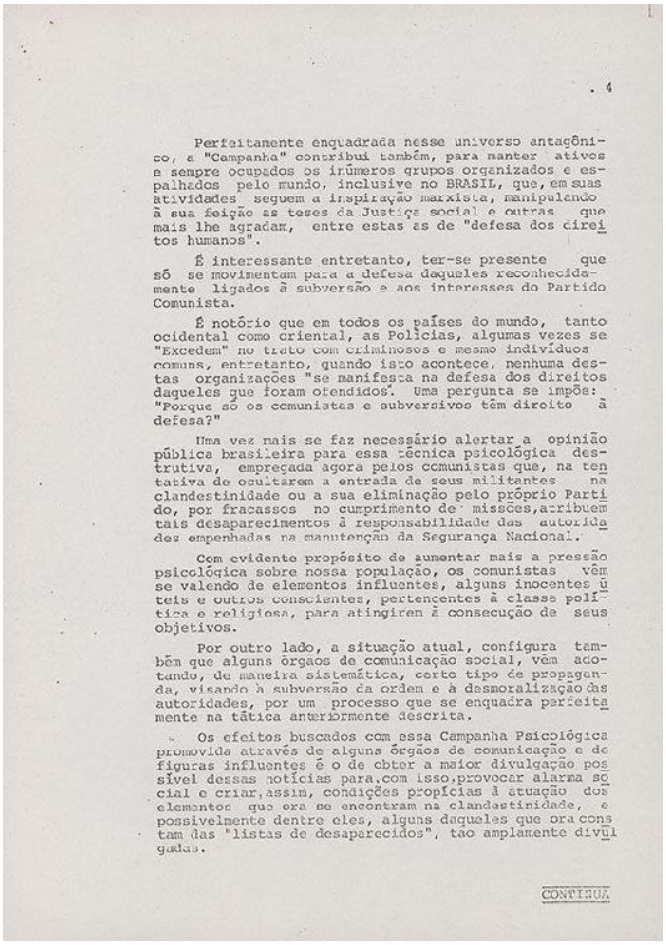
Assim vencido, o inimigo retroagiu ao processo da
luta psicológica, fazendo desencadear com o máximo de
alarde uma campanha visando a uma vez mais denegrir as
autoridades responsáveis pela manutenção da ordem, lan
çando sobre os integrantes dos nossos órgãos de Segu-
rança a pecha de "assassinos de humildes e pacíficos
cidadãos".

Mas não findam aí as maquinações impatrióticas dos
subversivos. Ultimamente, vêm se utilizando de meios,
os mais diversos, para levar à opinião pública, as
suas supostas reivindicações. Utilizam-se da classe po
lítica, de religiosos, da imprensa nacional e estran-
geira, como foi o caso da publicação no PRAVDA, em de
zembro de 1974, onde aquele jornal indagou sobre pre-
sos políticos brasileiros e publicou uma relação de
supostos desaparecidos.

São utilizadas, para a campanha difamatória con-
tra o BRASIL no exterior, como parte integrante da
Guerra Psicológica planejada pelo Movimento Comunista
Internacional, várias organizações, entre outras a
Frente Brasileira de Informações (FBI) sob a direção
de MIGUEL ARRAES e MÁRCIO MOREIRA ALVES e com comitês
em vários países europeus; a AMNESTY INTERNATIONAL (AI),
organização privada cujo objetivo declarado é de "Aju
dar os prisioneiros condenados por motivos de suas con
vicções políticas ou religiosas", com sede em LONDRES
e patrocinadora de conferências e artigos de elementos
brasileiros banidos e cassados ora residentes no exte
rior, e o Tribunal BERTRAND RUSSEL, criado pelo intelec
tual esquerdista inglês BERTRAND RUSSEL e que a partir
de fevereiro de 1973, aliou-se à campanha de difamação
contra o BRASIL.

A campanha contra o BRASIL no exterior é um segui
mento da Guerra Psicológica movida pelo Movimento Comu
nista Internacional, em decorrência de um conflito i-
deológico representado por duas doutrinas sociais irre
conciliavelmente distintas.

CONTINUA



. 4

Perfeitamente enquadrada nesse universo antagônico, a "Campanha" contribui também, para manter ativos e sempre ocupados os inúmeros grupos organizados e espalhados pelo mundo, inclusive no BRASIL, que, em suas atividades seguem a inspiração marxista, manipulando à sua feição as teses da Justiça social e outras que mais lhe agradam, entre estas as de "defesa dos direitos humanos".

É interessante entretanto, ter-se presente que só se movimentam para a defesa daqueles reconhecidamente ligados à subversão e aos interesses do Partido Comunista.

É notório que em todos os países do mundo, tanto ocidental como oriental, as Polícias, algumas vezes se "Excedem" no trato com criminosos e mesmo indivíduos comuns, entretanto, quando isto acontece, nenhuma destas organizações "se manifesta na defesa dos direitos daqueles que foram ofendidos". Uma pergunta se impõe: "Porque só os comunistas e subversivos têm direito à defesa?"

Uma vez mais se faz necessário alertar a opinião pública brasileira para essa técnica psicológica destrutiva, empregada agora pelos comunistas que, na tentativa de ocultarem a entrada de seus militantes na clandestinidade ou a sua eliminação pelo próprio Partido, por fracassos no cumprimento de missões, arribuem tais desaparecimentos à responsabilidade das autoridades empenhadas na manutenção da Segurança Nacional.

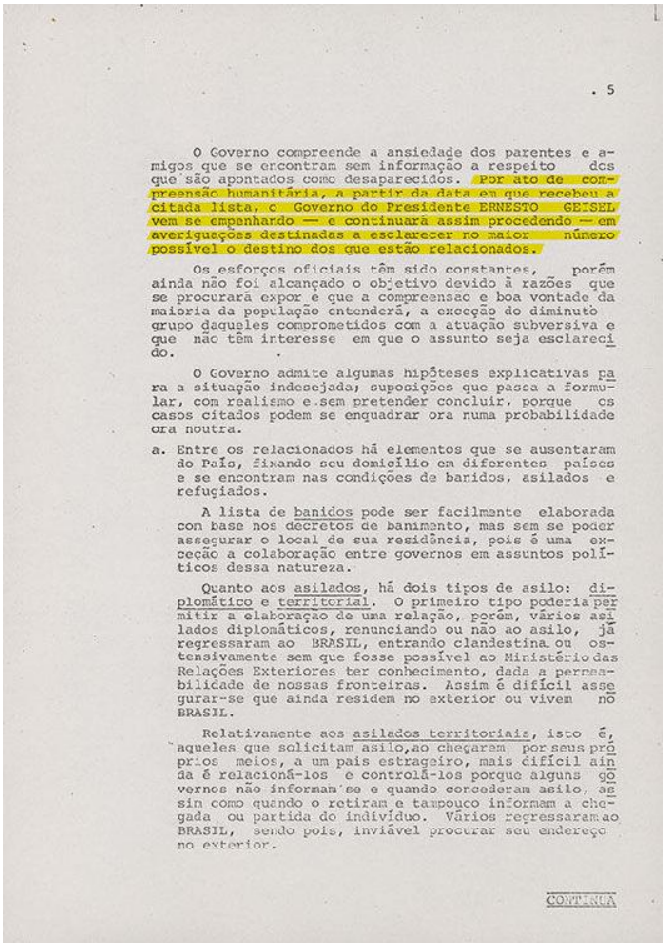
Com evidente propósito de aumentar mais a pressão psicológica sobre nossa população, os comunistas vêm se valendo de elementos influentes, alguns inocentes úteis e outros conscientes, pertencentes à classe política e religiosa, para atingirem à consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a situação atual, configura também que alguns órgãos de comunicação social, vêm adotando, de maneira sistemática, certo tipo de propaganda, visando à subversão da ordem e à desmoralização das autoridades, por um processo que se enquadra perfeitamente na tática anteriormente descrita.

Os efeitos buscados com essa Campanha Psicológica promovida através de alguns órgãos de comunicação e de figuras influentes é o de obter a maior divulgação possível dessas notícias para, com isso, provocar alarma social e criar, assim, condições propícias à atuação dos elementos que ora se encontram na clandestinidade, e possivelmente dentre eles, alguns daqueles que ora constam das "listas de desaparecidos", tão amplamente divulgadas.

CONTINUA

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



O Governo compreende a ansiedade dos parentes e amigos que se encontram sem informação a respeito dos que são apontados como desaparecidos. Por ato de compreensão humanitária, a partir da data em que recebeu a citada lista, o Governo do Presidente ERNESTO GEISEL vem se empenhando — e continuará assim procedendo — em averiguações destinadas a esclarecer no maior número possível o destino dos que estão relacionados.

Os esforços oficiais têm sido constantes, porém ainda não foi alcançado o objetivo devido à razões que se procurará expor e que a compreensão e boa vontade da maioria da população entenderá, a exceção do diminuto grupo daqueles comprometidos com a atuação subversiva e que não têm interesse em que o assunto seja esclarecido.

O Governo admite algumas hipóteses explicativas para a situação indesejada; suposições que passa a formular, com realismo e sem pretender concluir, porque os casos citados podem se enquadrar ora numa probabilidade ora noutra.

a. Entre os relacionados há elementos que se ausentaram do País, fixando seu domicílio em diferentes países e se encontram nas condições de banidos, asilados e refugiados.

A lista de banidos pode ser facilmente elaborada com base nos decretos de banimento, mas sem se poder assegurar o local de sua residência, pois é uma exceção a colaboração entre governos em assuntos políticos dessa natureza.

Quanto aos asilados, há dois tipos de asilo: diplomático e territorial. O primeiro tipo poderia permitir a elaboração de uma relação, porém, vários asilados diplomáticos, renunciando ou não ao asilo, já regressaram ao BRASIL, entrando clandestina ou ostensivamente sem que fosse possível ao Ministério das Relações Exteriores ter conhecimento, dada a permeabilidade de nossas fronteiras. Assim é difícil assegurar-se que ainda residem no exterior ou vivem no BRASIL.

Relativamente aos asilados territoriais, isto é, aqueles que solicitam asilo, ao chegarem por seus próprios meios, a um país estrangeiro, mais difícil ainda é relacioná-los e controlá-los porque alguns governos não informam se e quando concederam asilo, assim como quando o retiram e tampouco informam a chegada ou partida do indivíduo. Vários regressaram ao BRASIL, sendo pois, inviável procurar seu endereço no exterior.

CONTINUA

Finalmente os refugiados, cujo próprio conceito é demasiado elástico. É o indivíduo que se auto-define refugiado. Os governos estrangeiros não fornecem listagem dessas pessoas, nem os rotulan como refugiados. É portanto impraticável saber onde essas pessoas residem ou acompanhar seus atos.

Por outro lado, os brasileiros que presentemente se encontram no exterior, nas condições apontadas, viajam constantemente de um país para outro, muitas vezes indo para países da Cortina de Ferro, CUBA ou REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, onde se torna praticamente impossível acompanhar seus passos e saber o seu destino final.

Inúmeros deles, segundo informes colhidos pelas áreas de segurança, retornaram ao BRASIL, portando documentos falsificados e se encontram na clandestinidade, em ações subversivas.

b. Entre os relacionados, provavelmente, alguns estarão escondidos voluntariamente, ou por ordem das chefias das organizações subversivas a que pertencem. Esta situação visa a permitir que escapem das forças de segurança ou permite que desempenhem o papel de vítimas, com a finalidade de perturbar as relações bem intencionadas do Estado com os escalões intermediários da sociedade brasileira.

c. Entre os elementos citados no rol dos desaparecidos, algum poderá ter sido eliminado em choques entre as várias facções partidárias, ou entre grupos subversivos antagônicos. É público e notório que inexiste unidade entre os vários grupos do comunismo internacional, os quais se degladiam de forma feroz e implacável, em busca de uma liderença, atribuindo normalmente as mortes dos adversários às forças de segurança.

d. Há ainda um fato comum nas hostes da subversão. A eliminação de elementos considerados fracos ou supostos como delatores é freqüente nos subterrâneos da luta subversiva, como no do crime. Não são poucos os casos em que para aterrorizar e "justiçar" os próprios camaradas se proclama uma dita "Justiça revolucionária implacável".

Cumpre lembrar ainda, que alguns dos elementos citados, estiveram detidos e seus companheiros jamais souberam o que eles relataram às autoridades de segurança. Entretanto, ao serem soltos, inexplicavelmente desaparecem.

CONTINUA

O Governo do BRASIL segue a política de exposição franca e de responsabilidade que determine a causa ou as causas do desaparecimento de cidadãos brasileiros. Entretanto, é necessário que se compreenda estar fora de seu alcance ocorrências remotas que fujam ao controle normal ou que resultem de propósitos relacionados com a própria tática da luta subversiva.

Para uma melhor avaliação, importa registrar que, entre os nomes relacionados, constam elementos comprovadamente subversivos, envolvidos em ações terroristas, alguns já ordenados, outros submetidos a processo ou inquérito policial-militar e que se sabe, positivamente, terem fugido para o exterior. Entre eles, um — DAVID CAPISTRANO — sob o qual se tem informação de que teria viajado para a TCHECOSLOVAQUIA onde, em 1974, trabalhava na "Revista INTERNATIONAL" em PRAGA. Tem-se, ainda, a informação de que teria viajado a URSS, de onde viria para o BRASIL clandestinamente, com identidade falsificada. Ainda não foi assinalada sua presença no Território Nacional, presumindo-se que esteja, por ordem do PC, desenvolvendo atividades clandestinas.

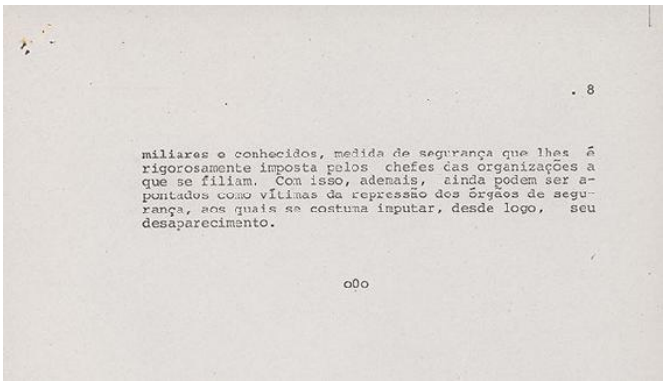
Outro, JOÃO BATISTA RITA PEREDA, elemento subversivo, de alta periculosidade, participante de vários assaltos a bancos e que, em 1970, teve seu nome incluído na relação dos que foram trocados pelo Embaixador da SUIÇA. As últimas notícias que se tem de sua pessoa são aquelas do jornal "Última Hora", LA PAZ, BOLÍVIA, onde foi publicado terem sido mortos 4 guerilheiros, em choque com as Forças Bolivianas e entre eles, figurava o elemento com o nome de JOÃO BATISTA RITA ...

Ainda outra das relacionadas, MARIA MARGARIDA SHERING DA ROCHA MELO, encontrava-se presa, tendo sido libertada em setembro de 1974. A última informação existente nos Órgãos de Segurança é de que se encontrava no TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ.

Pelos exemplos citados pode-se verificar como é difícil definir a situação atual dos envolvidos, pois além de se deslocarem com freqüência, normalmente usam identidade falsa, codinomes e até mesmo recurso de cirurgia plástica, o que torna extremamente improvável a sua localização.

Por outro lado, é amplamente sabido que muitos subversivos, em particular os que se vêem obrigados a recorrer a tais disfarces, recebem missões clandestinas e suas atividades subterrâneas levam-os naturalmente a cortar toda e qualquer ligação com seus fa-

CONTINUA



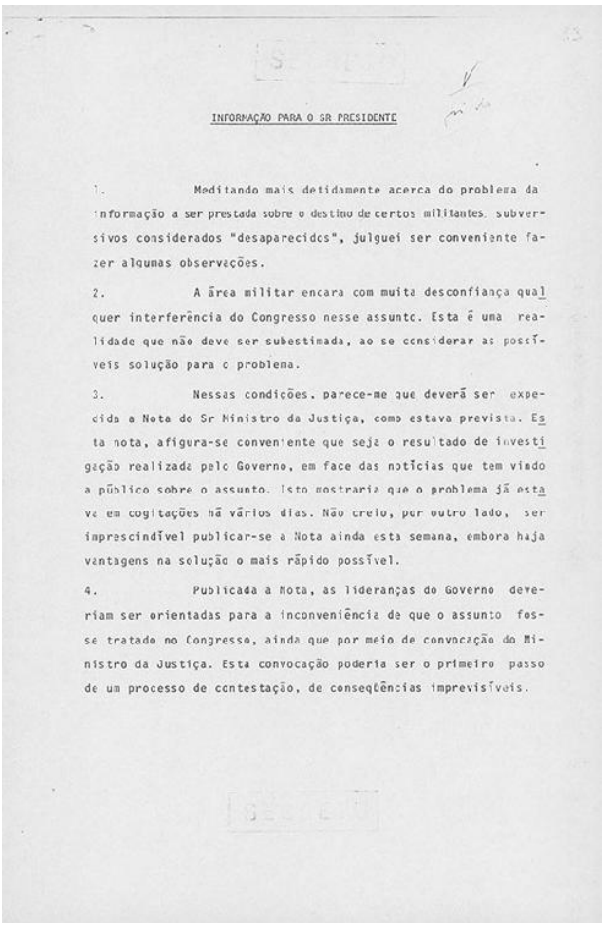
miliares e conhecidos, medida de segurança que lhes é rigorosamente imposta pelos chefes das organizações a que se filiam. Com isso, ademais, ainda podem ser apontados como vítimas da repressão dos órgãos de segurança, aos quais se costuma imputar, desde logo, seu desaparecimento.

oOo

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Documento enviado pelo general Hugo Abreu a Geisel sobre a questão dos desaparecidos



INFORMAÇÃO PARA O SR PRESIDENTE

1. Meditando mais detidamente acerca do problema da informação a ser prestada sobre o destino de certos militantes subversivos considerados "desaparecidos", julguei ser conveniente fazer algumas observações.

2. A área militar encara com muita desconfiança qualquer interferência do Congresso nesse assuntc. Esta é uma realidade que não deve ser subestimada, ao se considerar as possíveis solução para c problema.

3. Nessas condições, parece-me que deverá ser expedida a Nota do Sr Ministro da Justiça, como estava prevista. Esta nota, afigura-se conveniente que seja o resultado de investigação realizada pelc Governo, em face das notícias que tem visdo a público sobre o assunto. Isto mostraria que o problema já estave em cogitações há vários dias. Não creiu, por outro lado, ser imprescindível publicar-se a Nota ainda esta semana, embora haja vantagens na solução o mais rápido possível.

4. Publicada a Nota, as lideranças do Governo deveriam ser orientadas para a inconveniência de que o assunto fosse tratado no Congresso, ainda que por meio de convocação do Ministro da Justiça. Esta convocação poderia ser o primeiro passo de um processo de contestação, de conseqüências imprevisíveis.

[Voltar] | [Transcrição]

A carta de Terezinha Coelho a Geisel em *O Estado de S. Paulo*

Padre-deputado também vai propor divórcio

Governo afirma que não torturou

AN mostra que Joel está bem

Procurador diz que a subversão está controlada

Hoje a reunião com o MDB

Relatório propõe mudanças na CLT

Decreto modifica áreas indígenas

A Ibrasa vem pedalar com a Caloi

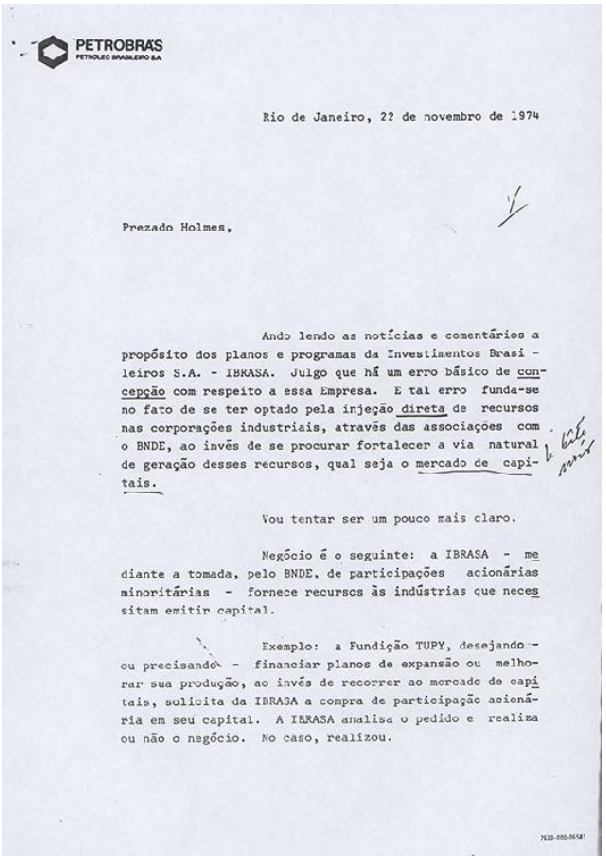
Bicicletas Caloi s/a.

IBRASA- interesse nacional no pedal brasileiro

[Voltar] | [Transcrição]

Carta enviada a Heitor Ferreira (a quem chama de Holmes), por Sérgio Barcelos (Watson), diretor da Petrobras

[Os trechos mencionados estão nas páginas 1 e 2]



PETROBRÁS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1974

Prezado Holmes,

Ando lendo as notícias e comentários a propósito dos planos e programas da Investimentos Brasileiros S.A. - IBRASA. Julgo que há um erro básico de concepção com respeito a essa Empresa. E tal erro funda-se no fato de se ter optado pela injeção direta de recursos nas corporações industriais, através das associações com o BNDE, ao invés de se procurar fortalecer a via natural de geração desses recursos, qual seja o mercado de capitais.

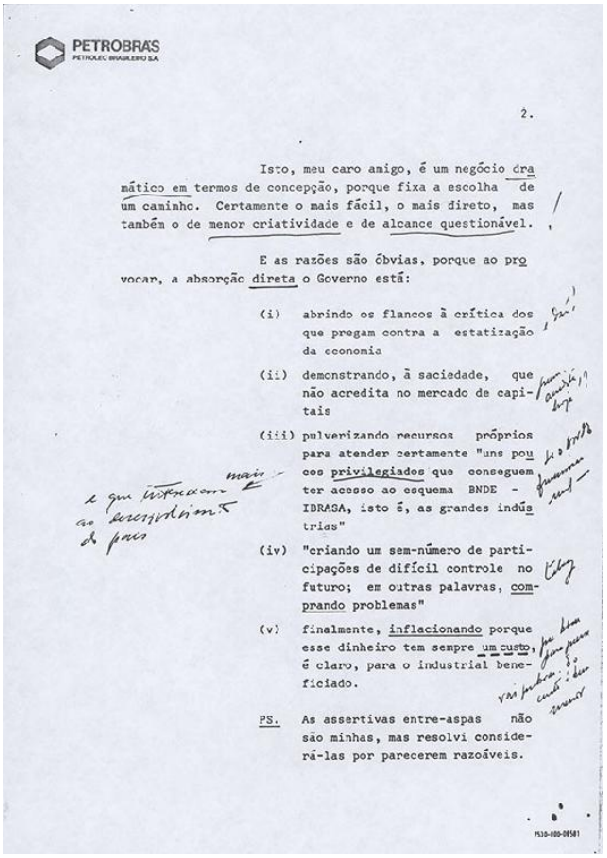
Vou tentar ser um pouco mais claro.

Negócio é o seguinte: a IBRASA - mediante a tomada, pelo BNDE, de participações acionárias minoritárias - fornece recursos às indústrias que necessitam emitir capital.

Exemplo: a Fundição TUPY, desejando - ou precisando - financiar planos de expansão ou melhorar sua produção, ao invés de recorrer ao mercado de capitais, solicita da IBRASA a compra de participação acionária em seu capital. A IBRASA analisa o pedido e realiza ou não o negócio. No caso, realizou.

Página 1 de 5

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



PETROBRAS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Isto, meu caro amigo, é um negócio dramático em termos de concepção, porque fixa a escolha de um caminho. Certamente o mais fácil, o mais direto, mas também o de menor criatividade e de alcance questionável.

E as razões são óbvias, porque ao provocar, a absorção direta o Governo está:

(i) abrindo os flancos à crítica dos que pregam contra a estatização da economia

(ii) demonstrando, à sociedade, que não acredita no mercado de capitais

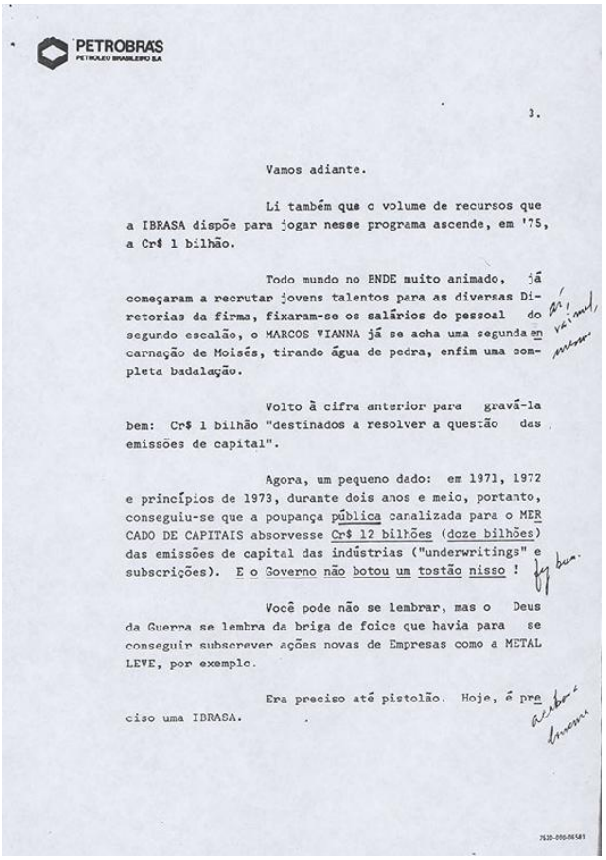
(iii) pulverizando recursos próprios para atender certamente "uns poucos privilegiados que conseguem ter acesso ao esquema BNDE - IBRASA, isto é, as grandes indústrias"

(iv) "criando um sem-número de participações de difícil controle no futuro; em outras palavras, comprando problemas"

(v) finalmente, inflacionando porque esse dinheiro tem sempre um custo, é claro, para o industrial beneficiado.

PS. As assertivas entre-aspas não são minhas, mas resolvi considerá-las por parecerem razoáveis.

1530-100-00581



PETROBRÁS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

3.

Vamos adiante.

Li também que o volume de recursos que a IBRASA dispõe para jogar nesse programa ascende, em '75, a Cr$ 1 bilhão.

Todo mundo no ENDE muito animado, já começaram a recrutar jovens talentos para as diversas Diretorias da firma, fixaram-se os salários do pessoal do segundo escalão, o MARCOS VIANNA já se acha uma segunda encarnação de Moisés, tirando água de pedra, enfim uma completa badalação.

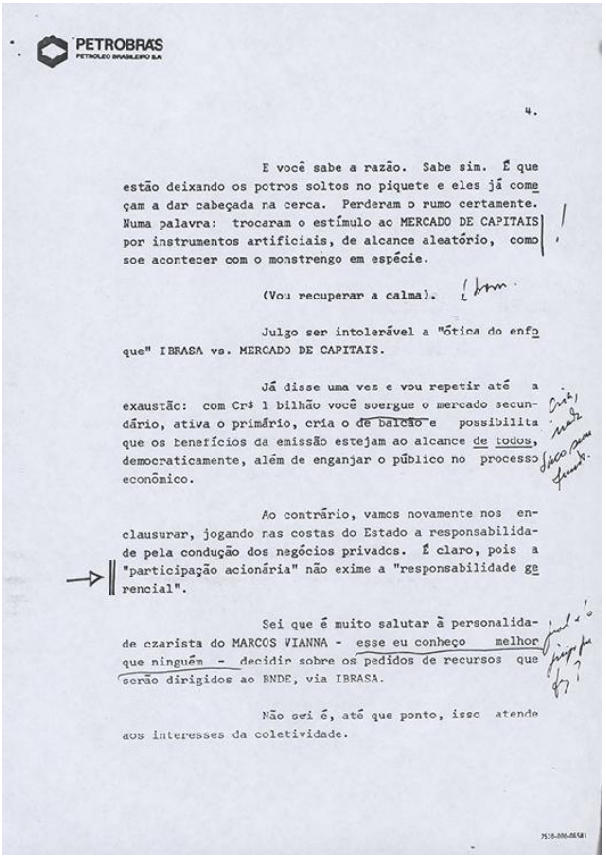
Volto à cifra anterior para gravá-la bem: Cr$ 1 bilhão "destinados a resolver a questão das emissões de capital".

Agora, um pequeno dado: em 1971, 1972 e princípios de 1973, durante dois anos e meio, portanto, conseguiu-se que a poupança pública canalizada para o MERCADO DE CAPITAIS absorvesse Cr$ 12 bilhões (doze bilhões) das emissões de capital das indústrias ("underwritings" e subscrições). E o Governo não botou um tostão nisso !

Você pode não se lembrar, mas o Deus da Guerra se lembra da briga de foice que havia para se conseguir subscrever ações novas de Empresas como a METAL LEVE, por exemplo.

Era preciso até pistolão. Hoje, é preciso uma IBRASA.

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



PETROBRAS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

E você sabe a razão. Sabe sim. É que estão deixando os potros soltos no piquete e eles já começam a dar cabeçada na cerca. Perderam o rumo certamente. Numa palavra: trocaram o estímulo ao MERCADO DE CAPITAIS por instrumentos artificiais, de alcance aleatório, como soe acontecer com o monstrengo em espécie.

(Vou recuperar a calma).

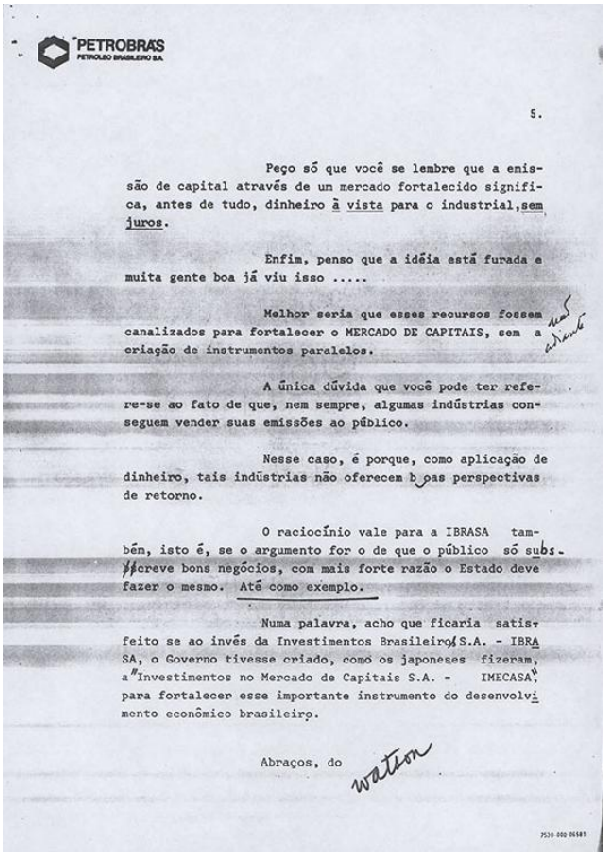
Julgo ser intolerável a "ótica do enfoque" IBRASA vs. MERCADO DE CAPITAIS.

Já disse uma vez e vou repetir até a exaustão: com Cr$ 1 bilhão você soergue o mercado secundário, ativa o primário, cria o de balcão e possibilita que os benefícios da emissão estejam ao alcance de todos, democraticamente, além de enganjar o público no processo econômico.

Ao contrário, vamos novamente nos enclausurar, jogando nas costas do Estado a responsabilidade pela condução dos negócios privados. É claro, pois a "participação acionária" não exime a "responsabilidade gerencial".

Sei que é muito salutar à personalidade czarista do MARCOS VIANNA - esse eu conheço melhor que ninguém - decidir sobre os pedidos de recursos que serão dirigidos ao BNDE, via IBRASA.

Não sei o, até que ponto, isso atende aos interesses da coletividade.



PETROBRAS
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A.

5.

Peço só que você se lembre que a emissão de capital através de un mercado fortalecido significa, antes de tudo, dinheiro à vista para o industrial, sem juros.

Enfim, penso que a idéia está furada e muita gente boa já viu isso .....

Melhor seria que esses recursos fossem canalizados para fortalecer o MERCADO DE CAPITAIS, sem a criação de instrumentos paralelos.

A única dúvida que você pode ter refere-se ao fato de que, nem sempre, algumas indústrias conseguem vender suas emissões ao público.

Nesse caso, é porque, como aplicação de dinheiro, tais indústrias não oferecem boas perspectivas de retorno.

O raciocínio vale para a IBRASA também, isto é, se o argumento for o de que o público só subscreve bons negócios, com mais forte razão o Estado deve fazer o mesmo. Até como exemplo.

Numa palavra, acho que ficaria satisfeito se ao invés da Investimentos Brasileiro S.A. - IBRASA, o Governo tivesse criado, como os japoneses fizeram, a "Investimentos no Mercado de Capitais S.A. - IMECASA", para fortalecer esse importante instrumento do desenvolvimento econômico brasileiro.

Abraços, do

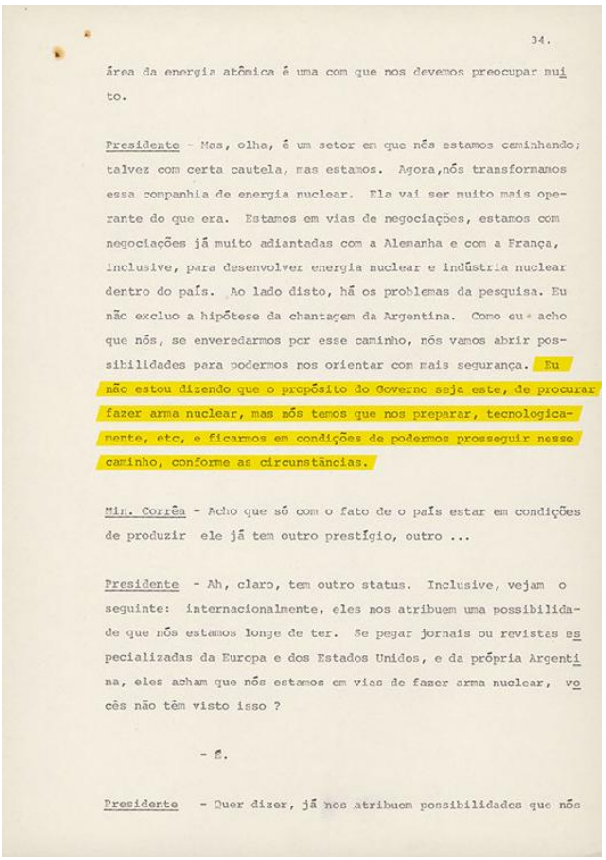
Walton

7531 000 06581

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Trecho da ata da Segunda Reunião do Alto Comando das Forças Armadas em que é tratada a questão nuclear



34.

Área da energia atômica é uma com que nos devemos preocupar mui to.

Presidente - Mas, olha, é um setor em que nós estamos caminhando; talvez com certa cautela, mas estamos. Agora,nós transformamos essa companhia de energia nuclear. Ela vai ser muito mais operante do que era. Estamos em vias de negociações, estamos com negociações já muito adiantadas com a Alemanha e com a França, inclusive, para desenvolver energia nuclear e indústria nuclear dentro do país. Ao lado disto, há os problemas da pesquisa. Eu não excluo a hipótese da chantagem da Argentina. Como eu acho que nós, se enveredarmos por esse caminho, nós vamos abrir possibilidades para podermos nos orientar com mais segurança. Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc, e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias.

Min. Corrêa - Acho que só com o fato de o país estar em condições de produzir ele já tem outro prestígio, outro ...

Presidente - Ah, claro, tem outro status. Inclusive, vejam o seguinte: internacionalmente, eles nos atribuem uma possibilidade que nós estamos longe de ter. Se pegar jornais ou revistas especializadas da Europa e dos Estados Unidos, e da própria Argentina, eles acham que nós estamos em vias de fazer arma nuclear, vocês não têm visto isso ?

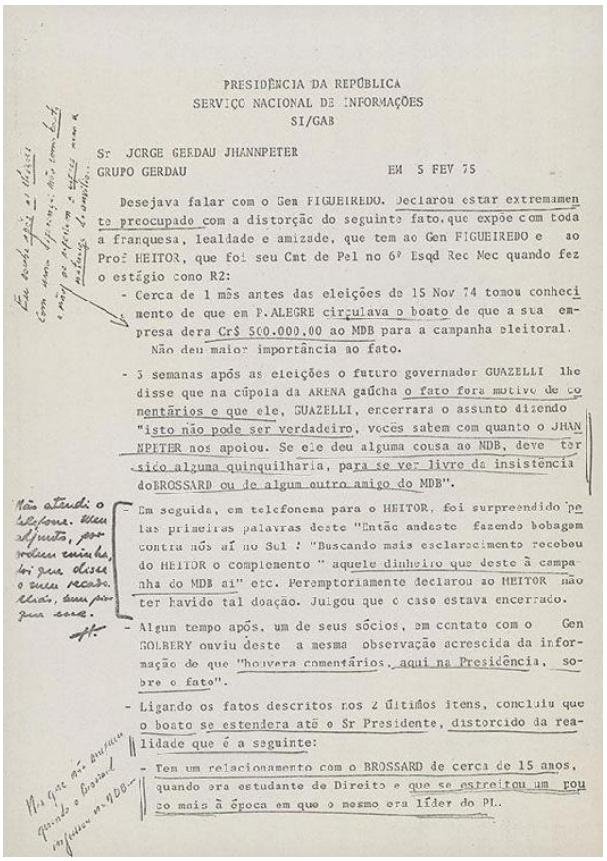
- 6.

Presidente - Quer dizer, já nos atribuem possibilidades que nós

[Voltar] | [Transcrição]

Documento do depoimento de Jorge Gerdau ao SNI anotado por Geisel, Figueiredo e Heitor Ferreira

[O trecho mencionado está na página 3]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
SI/GAB

Sr JORGE GERDAU JHANNPETER
GRUPO GERDAU EM 5 FEV 75

Desejava falar com o Gen FIGUEIREDO. Declarou estar extremamente preocupado com a distorção do seguinte fato, que expõe com toda a franqueza, lealdade e amizade, que tem ao Gen FIGUEIREDO e ao Prof HEITOR, que foi seu Cmt de Pel no 6º Esqd Rec Mec quando fez o estágio como R2:

- Cerca de 1 mês antes das eleições de 15 Nov 74 tomou conhecimento de que em P.ALEGRE circulava o boato de que a sua empresa dera Cr$ 500.000,00 ao MDB para a campanha eleitoral. Não deu maior importância ao fato.

- 3 semanas após as eleições o futuro governador GUAZELLI lhe disse que na cúpola da ARENA gaúcha o fato fora motivo de comentários e que ele, GUAZELLI, encerrara o assunto dizendo "isto não pode ser verdadeiro, vocês sabem com quanto o JHANNPETER nos apoiou. Se ele deu alguma cousa ao MDB, deve ter sido alguma quinquilharia, para se ver livre da insistência do BROSSARD ou de algum outro amigo do MDB".

- Em seguida, em telefonema para o HEITOR, foi surpreendido pelas primeiras palavras deste "Então andaste fazendo bobagem contra nós aí no Sul ? "Buscando mais esclarecimento recebeu do HEITOR o complemento " aquele dinheiro que deste à campanha do MDB aí" etc. Peremptoriamente declarou ao HEITOR não ter havido tal doação. Julgou que o caso estava encerrado.

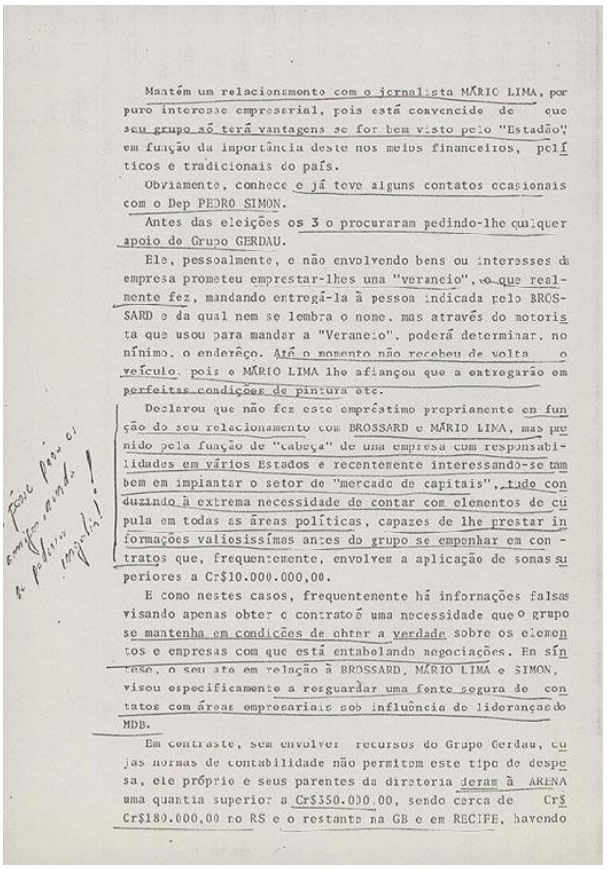
- Algum tempo após, um de seus sócios, em contato com o Gen ROLBERY ouviu deste a mesma observação acrescida da informação de que "houvera comentários, aqui na Presidência, sobre o fato".

- Ligando os fatos descritos nos 2 últimos itens, concluiu que o boato se estendera até o Sr Presidente, distorcido da realidade que é a seguinte:

- Tem um relacionamento com o BROSSARD de cerca de 15 anos, quando era estudante de Direito e que se estreitou um pouco mais à época em que o mesmo era líder do PL.

Página 1 de 3

[Voltar] | [Transcrição]



Mantém um relacionamento com o jornalista MÁRIO LIMA, por puro interesse empresarial, pois está convencido de que seu grupo só terá vantagens se for bem visto pelo "Estadão", em função da importância deste nos meios financeiros, políticos e tradicionais do país.

Obviamente, conhece e já teve alguns contatos ocasionais com o Dep PEDRO SIMON.

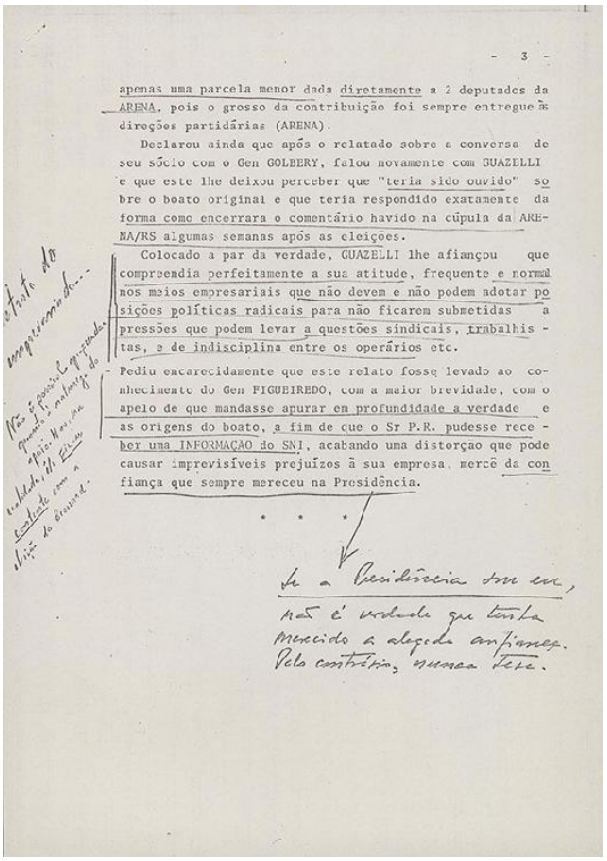
Antes das eleições os 3 o procuraram pedindo-lhe qualquer apoio do Grupo GERDAU.

Ele, pessoalmente, e não envolvendo bens ou interesses da empresa prometeu emprestar-lhes uma "veraneio", o que realmente fez, mandando entregá-la à pessoa indicada pelo BROSSARD e da qual nem se lembra o nome, mas através do motorista que usou para mandar a "Veraneio", poderá determinar, no mínimo, o endereço. Até o momento não recebeu de volta o veículo, pois o MÁRIO LIMA lhe afiançou que a entregarão em perfeitas condições de pintura etc.

Declarou que não fez este empréstimo propriamente em função do seu relacionamento com BROSSARD e MÁRIO LIMA, mas premido pela função de "cabeça" de uma empresa com responsabilidades em vários Estados e recentemente interessando-se também em implantar o setor de "mercado de capitais", tudo conduzindo à extrema necessidade de contar com elementos de cúpula em todas as áreas políticas, capazes de lhe prestar informações valiosíssimas antes do grupo se empenhar em contratos que, frequentemente, envolvem a aplicação de somas superiores a Cr$10.000.000,00.

E como nestes casos, frequentemente há informações falsas visando apenas obter o contrato é uma necessidade que o grupo se mantenha em condições de obter a verdade sobre os elementos e empresas com que está entabolando negociações. Em síntese, o seu ato em relação à BROSSARD, MÁRIO LIMA e SIMON, visou especificamente a resguardar uma fonte segura de contatos com áreas empresariais sob influência de lideranças do MDB.

Em contraste, sem envolver recursos do Grupo Gerdau, cujas normas de contabilidade não permitem este tipo de despesa, ele próprio e seus parentes da diretoria deram à ARENA uma quantia superior a Cr$350.000.00, sendo cerca de Cr$ Cr$180.000,00 no RS e o restante na GB e em RECIFE, havendo



- 3 -

apenas uma parcela menor dada diretamente a 2 deputados da ARENA, pois o grosso da contribuição foi sempre entregue às direções partidárias (ARENA).

Declarou ainda que após o relatado sobre a conversa de seu sócio com o Gen GOLBERY, falou novamente com GUAZELLI e que este lhe deixou perceber que "teria sido ouvido" sobre o boato original e que teria respondido exatamente da forma como encerrara o comentário havido na cúpula da ARENA/RS algumas semanas após as eleições.

Colocado a par da verdade, GUAZELLI lhe afiançou que compreendia perfeitamente a sua atitude, frequente e normal nos meios empresariais que não devem e não podem adotar posições políticas radicais para não ficarem submetidas a pressões que podem levar a questões sindicais, trabalhistas, e de indisciplina entre os operários etc.

Pediu encarecidamente que este relato fosse levado ao conhecimento do Gen FIGUEIREDO, com a maior brevidade, com o apelo de que mandasse apurar em profundidade a verdade e as origens do boato, a fim de que o Sr P.R. pudesse receber uma INFORMAÇÃO do SNI, acabando uma distorção que pode causar imprevisíveis prejuízos à sua empresa, merecê da confiança que sempre mereceu na Presidência.

. . .

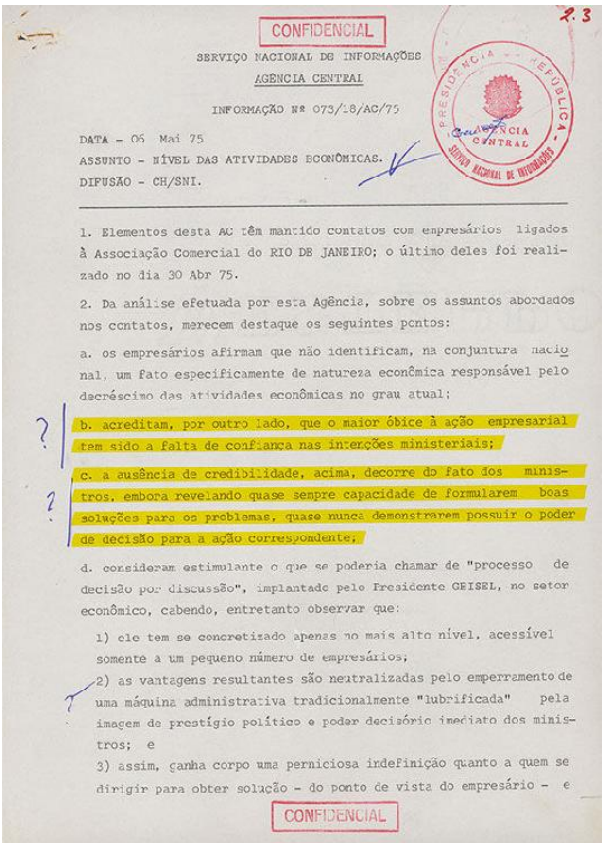
Se a Presidência tem ca,
não é verdade que tenha
merecido a alegada confiança.
Pelo contrário, nunca teve.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Informe do SNI sobre reunião na Associação Comercial do Rio de Janeiro de 6 de maio de 1975

[Os trechos mencionados estão nas páginas 1 e 2]



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 073/78/AC/75

DATA - 06 Mai 75
ASSUNTO - NÍVEL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.
DIFUSÃO - CH/SNI.

1. Elementos desta AC têm mantido contatos com empresários ligados à Associação Comercial do RIO DE JANEIRO; o último deles foi realizado no dia 30 Abr 75.

2. Da análise efetuada por esta Agência, sobre os assuntos abordados nos contatos, merecem destaque os seguintes pontos:

a. os empresários afirmam que não identificam, na conjuntura nacional, um fato especificamente de natureza econômica responsável pelo decréscimo das atividades econômicas no grau atual;

b. acreditam, por outro lado, que o maior óbice à ação empresarial tem sido a falta de confiança nas intenções ministeriais;

c. a ausência de credibilidade, acima, decorre do fato dos ministros, embora revelando quase sempre capacidade de formularem boas soluções para os problemas, quase nunca demonstrarem possuir o poder de decisão para a ação correspondente;

d. consideram estimulante o que se poderia chamar de "processo de decisão por discussão", implantado pelo Presidente GEISEL, no setor econômico, cabendo, entretanto observar que:

1) ele tem se concretizado apenas no mais alto nível, acessível somente a um pequeno número de empresários;

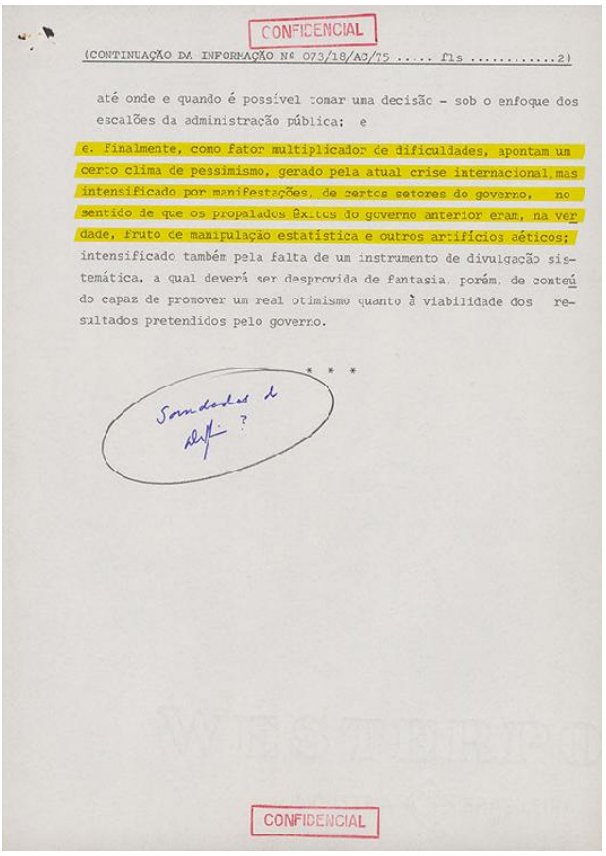
2) as vantagens resultantes são neutralizadas pelo emperramento de uma máquina administrativa tradicionalmente "lubrificada" pela imagem de prestígio político e poder decisório imediato dos ministros; e

3) assim, ganha corpo uma perniciosa indefinição quanto a quem se dirigir para obter solução - do ponto de vista do empresário - e

CONFIDENCIAL

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]



CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 073/18/AJ/75 ..... fls .....2)

até onde e quando é possível tomar uma decisão - sob o enfoque dos escalões da administração pública; e

e. finalmente, como fator multiplicador de dificuldades, apontam um certo clima de pessimismo, gerado pela atual crise internacional mas intensificado por manifestações de certos setores do governo, no sentido de que os propalados êxitos do governo anterior eram, na verdade, fruto de manipulação estatística e outros artifícios aéticos; intensificado também pela falta de um instrumento de divulgação sistemática, a qual deverá ser desprovida de fantasia, porém, de conteú do capaz de promover um real otimismo quanto à viabilidade dos resultados pretendidos pelo governo.

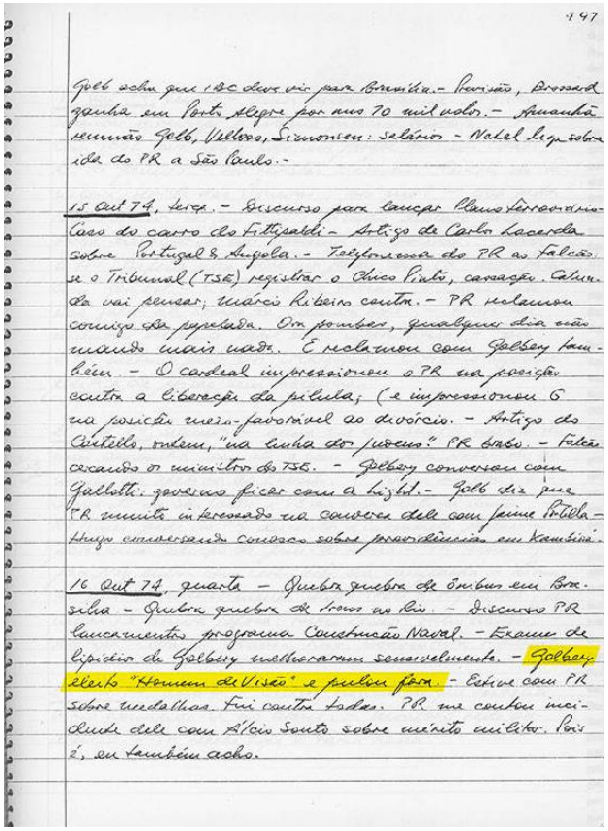
* * *

CONFIDENCIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Página do diário de Heitor Ferreira com anotação sobre recusa de Golbery ao prêmio “Homem de Visão”



147

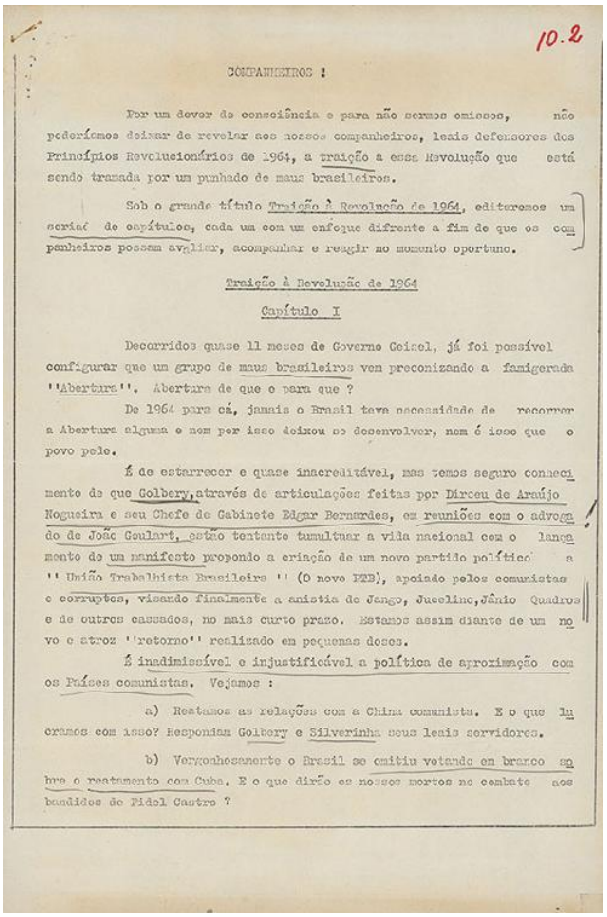
Golb acha que JBC deve vir para Brasília. - Reunião, Brossard gaúcha em Porto Alegre por uns 70 mil votos. - Amanhã reunião Golb, Velloso, Simonsen, Salário - Natal. Impressão ida do PR a São Paulo. -

15 Out 74, terça. - Discurso para lançar Plano Ferroviário. Caso do carro do Fittipaldi - Artigo de Carlos Lacerda sobre Portugal & Angola. - Fotografia do PR ao falcão. se o Tribunal (TSE) registrar o Chico Pinto, cassação. Caluniado vai pensar; Márcio Ribeiro contra. - PR reclamou comigo da imprensa. Um pombeiro, qualquer dia vão mandar mais nada. E reclamou com Golbery também. - O cardeal impressionou o PR na posição contra a liberação da pílula; (e impressionou G na posição mais favorável ao divórcio. - Artigo do Castello, também, "na linha do processo" PR bate. - Fotos cercados o ministro do TSE. - Golbery conversou com Galhotti: gostaria ficar com a bizu. - Golb diz que PR muito interessado na conversa dele com Jaime Portela - Hugo conversando coisas sobre presidência em Namíbia.

16 Out 74, quarta - Quebra quebra de ônibus em Brasília - Quebra quebra de trens no Rio. - Discurso PR lançamentos programa Construção Naval. - Exame de lipídios de Golbery melhoraram sensivelmente. - Golbery eleito "Homem de Visão" e prêmio fora. - Estive com PR sobre medalhas. Fui contra todas. PR me contou incidente dele com Alcir Santos sobre mérito militar. Pois é, eu também acho.

[Voltar] | [Transcrição]

Primeiro capítulo da *Novela da Traição*



10.2

COMPANHEIROS !

Por um dever de consciência e para não sermos omissos, não poderíamos deixar de revelar aos nossos companheiros, leais defensores dos Princípios Revolucionários de 1964, a traição a essa Revolução que está sendo tramada por um punhado de maus brasileiros.

Sob o grande título Traição à Revolução de 1964, editaremos uma seriad de capítulos, cada um com um enfoque difrente a fim de que os companheiros possam avaliar, acompanhar e reagir ao momento oportuno.

Traição à Revelução de 1964

Capítulo I

Decorridos quase 11 meses de Governo Geisel, já foi possível configurar que um grupo de maus brasileiros vem preconizando a famigerada "Abertura". Abertura de que e para que ?

De 1964 para cá, jamais o Brasil teve necessidade de recorrer a Abertura alguma e nem por isso deixou de desenvolver, nem é isso que o povo pede.

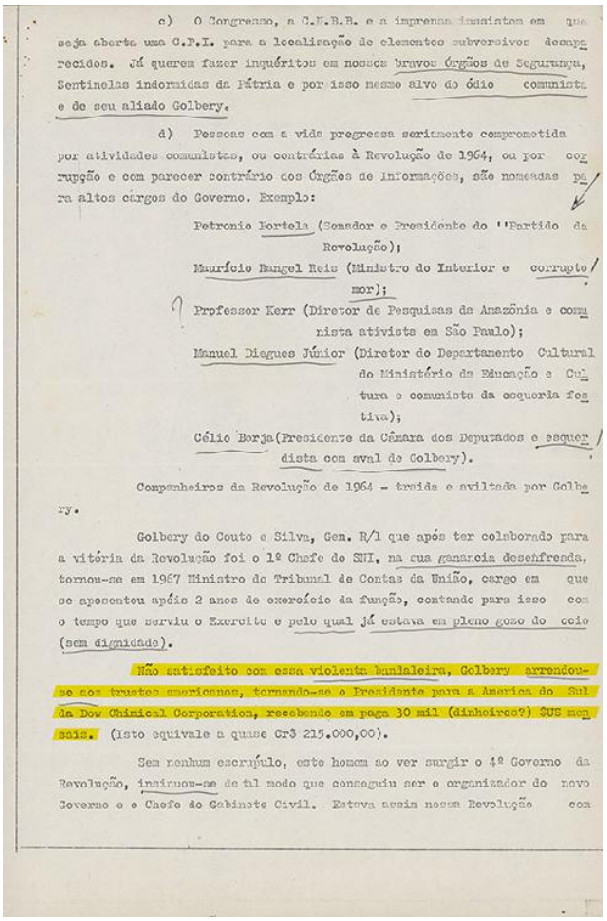
É de estarrecer e quase increditável, mas temos seguro conhecimento de que Golbery, através de articulações feitas por Dirceu de Araújo Nogueira e seu Chefe de Gabinete Edgar Bernardes, em reuniões com o advogado de João Goulart, estão tentando tumultuar a vida nacional com o lançamento de um manifesto propondo a criação de um novo partido político a " União Trabalhista Brasileira " (O novo PTB), apoiado pelos comunistas e corruptos, visando finalmente a anistia de Jango, Juscelino, Jânio Quadros e de outros cassados, no mais curto prazo. Estamos assim diante de um novo e atroz "retorno" realizado em pequenas doses.

É inadimissível e injustificável a política de aproximação com os Países comunistas. Vejamos :

a) Reatamos as relações com a China comunista. E o que lucramos com isso? Respondam Golbery e Silverinha seus leais servidores.

b) Vergonhosamente o Brasil se omitiu votando em branco sobre o reatamento com Cuba. E o que dirão os nossos mortos no combate aos bandidos de Fidel Castro ?

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



c) O Congresso, a C.N.B.B. e a imprensa insistem em que seja aberta uma C.P.I. para a localização de elementos subversivos desaparecidos. Já querem fazer inquéritos em nossos bravos Órgãos de Segurança, Sentinelas indormidas da Pátria e por isso mesmo alvo do ódio comunista e de seu aliado Golbery.

d) Pessoas com a vida pregressa seriamente comprometida por atividades comunistas, ou contrárias à Revolução de 1964, ou por corrupção e com parecer contrário dos Órgãos de Informações, são nomeadas para altos cargos do Governo. Exemplo:

Petronio Portela (Senador e Presidente do "Partido da Revolução);

Maurício Rangel Reis (Ministro do Interior e corruptomor);

Professor Kerr (Diretor de Pesquisas da Amazônia e comunista ativista em São Paulo);

Manuel Diegues Júnior (Diretor do Departamento Cultural do Ministério da Educação e Cultura e comunista da ocgueria festiva);

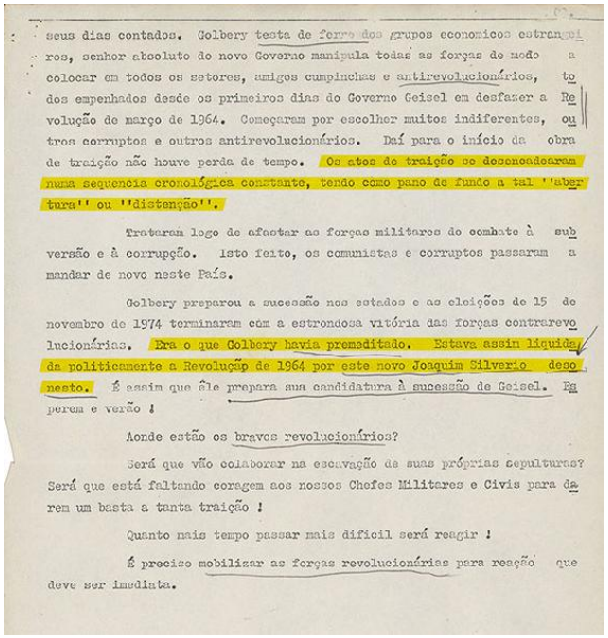
Célio Borja (Presidente da Câmara dos Deputados e esquerdista com aval de Golbery).

Companheiros da Revolução de 1964 - traída e aviltada por Golbery.

Golbery do Couto e Silva, Gen. R/1 que após ter colaborado para a vitória da Revolução foi o 1º Chefe do SNI, na sua ganancia desenfreada, tornou-se em 1967 Ministro do Tribunal de Contas da União, cargo em que se aposentou após 2 anos de exercício da função, contando para isso com o tempo que serviu o Exercito e pelo qual já estava em pleno gozo do ócio (sem dignidade).

Não satisfeito com essa violenta banalaleira, Golbery arrendou-se aos trustes americanos, tornando-se o Presidente para a America do Sul da Dow Chimical Corporation, recebendo em paga 30 mil (dinheiro?) $US mensais. (Isto equivale a quase Cr$ 215.000,00).

Sem nenhum escrúpulo, este homem ao ver surgir o 4º Governo da Revolução, insinuou-se de tal modo que conseguiu ser o organizador do novo Governo e o Chefe do Gabinete Civil. Estava assim nossa Revolução com



seus dias contados. Golbery tenta de ferro dos grupos economicos estrangeiros, senhor absoluto do novo Governo manipula todas as forças de modo a colocar em todos os setores, amigos cumpinchas e antirevolucionários, todos empenhados desde os primeiros dias do Governo Geisel em desfazer a Revolução de março de 1964. Começaram por escolher muitos indiferentes, outros corruptos e outros antirevolucionários. Daí para o início da obra de traição não houve perda de tempo. Os atos de traição se desencadearam numa sequência cronológica constante, tendo como pano de fundo a tal ''abertura'' ou ''distenção''.

Trataram logo de afastar as forças militares do combate à subversão e à corrupção. Isto feito, os comunistas e corruptos passaram a mandar de novo neste País.

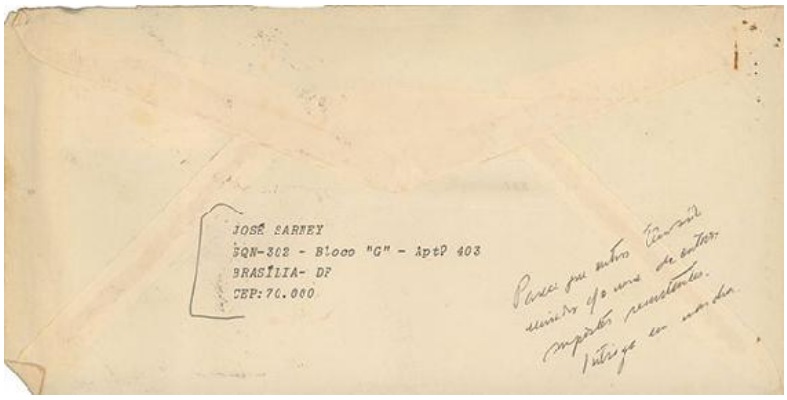
Golbery preparou a sucessão nos estados e as eleições de 15 de novembro de 1974 terminaram com a estrondosa vitória das forças contrarevolucionárias. Pra o que Golbery havia premeditado. Estava assim liquidada politicamente a Revolução de 1964 por este novo Joaquim Silvério desonesto. É assim que êle prepara sua candidatura à sucessão de Geisel. Pra perem e verão !

Aonde estão os bravos revolucionários?

Será que vão colaborar na escavação de suas próprias sepulturas? Será que está faltando coragem aos nossos Chefes Militares e Civis para darem um basta a tanta traição !

Quanto mais tempo passar mais difícil será reagir !

É preciso mobilizar as forças revolucionárias para reação que deve ser imediata.

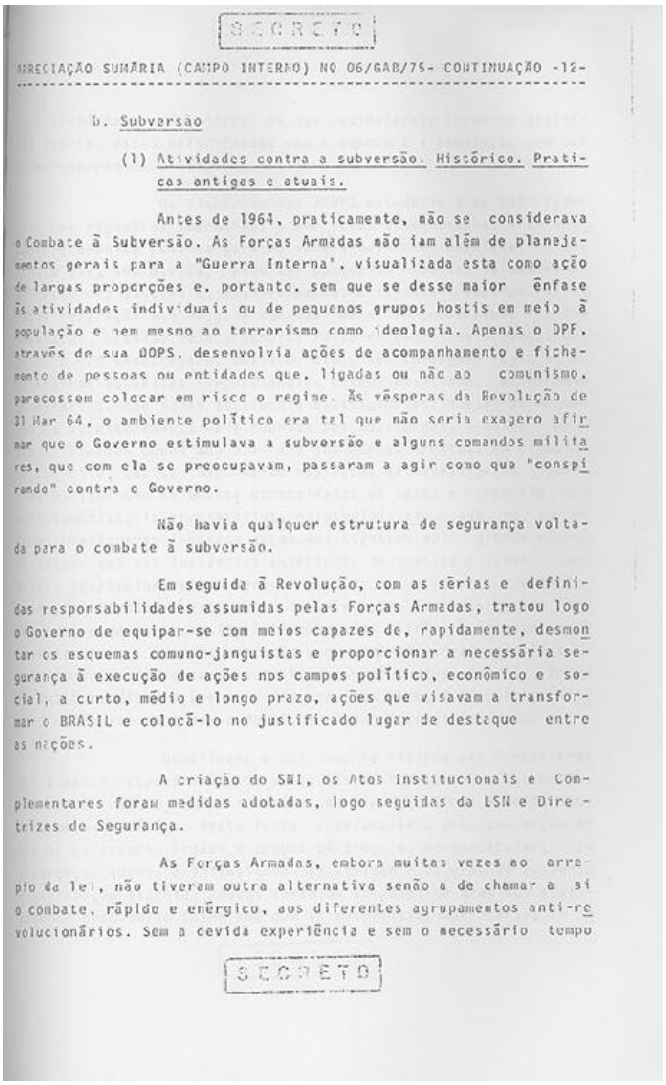

JOSÉ SARNEY
SQN-302 - Bloco "G" - Aptº 403
BRASÍLIA- DF
CEP:70.860

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Documento do SNI apontando indisciplina nos DOIs

[O trecho mencionado está nas páginas 4 e 5]



SECRETO

APRECIAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 06/GAB/75- CONTINUAÇÃO -12-

b. Subversão

(1) Atividades contra a subversão. Histórico. Práticas antigas e atuais.

Antes de 1964, praticamente, não se considerava o Combate à Subversão. As Forças Armadas não iam além de planejamentos gerais para a "Guerra Interna", visualizada esta como ação de largas proporções e, portanto, sem que se desse maior ênfase às atividades individuais ou de pequenos grupos hostis em meio à população e nem mesmo ao terrorismo como ideologia. Apenas o DPF, através de sua DOPS, desenvolvia ações de acompanhamento e fichamento de pessoas ou entidades que, ligadas ou não ao comunismo, parecessem colocar em risco o regime. Às vésperas da Revolução de 31 Mar 64, o ambiente político era tal que não seria exagero afirmar que o Governo estimulava a subversão e alguns comandos militares, que com ela se preocupavam, passaram a agir como que "conspirando" contra o Governo.

Não havia qualquer estrutura de segurança voltada para o combate à subversão.

Em seguida à Revolução, com as sérias e definidas responsabilidades assumidas pelas Forças Armadas, tratou logo o Governo de equipar-se com meios capazes de, rapidamente, desmontar os escuemas comuno-janguistas e proporcionar a necessária segurança à execução de ações nos campos político, econômico e social, a curto, médio e longo prazo, ações que visavam a transformar o BRASIL e colocá-lo no justificado lugar de destaque entre as nações.

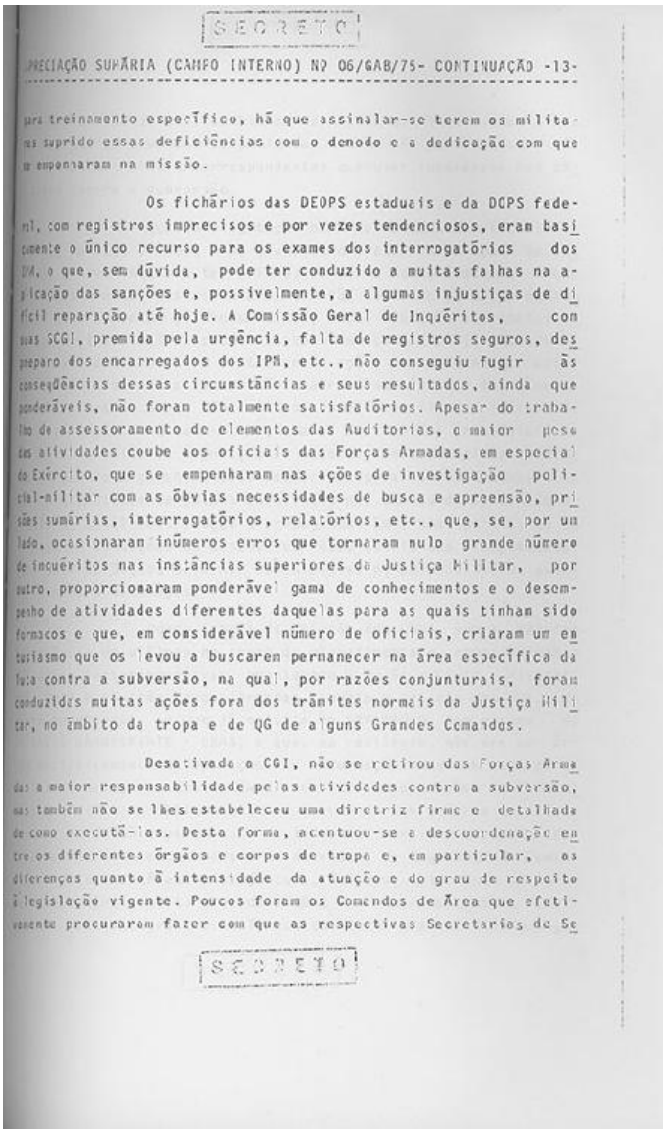
A criação do SNI, os Atos Institucionais e Complementares foram medidas adotadas, logo seguidas da LSN e Diretrizes de Segurança.

As Forças Armadas, embora muitas vezes ao arrepio da lei, não tiveram outra alternativa senão a de chamar a si o combate, rápido e enérgico, aos diferentes agrupamentos anti-revolucionários. Sem a cevida experiência e sem o necessário tempo

SECRETO

Página 1 de 7

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETO

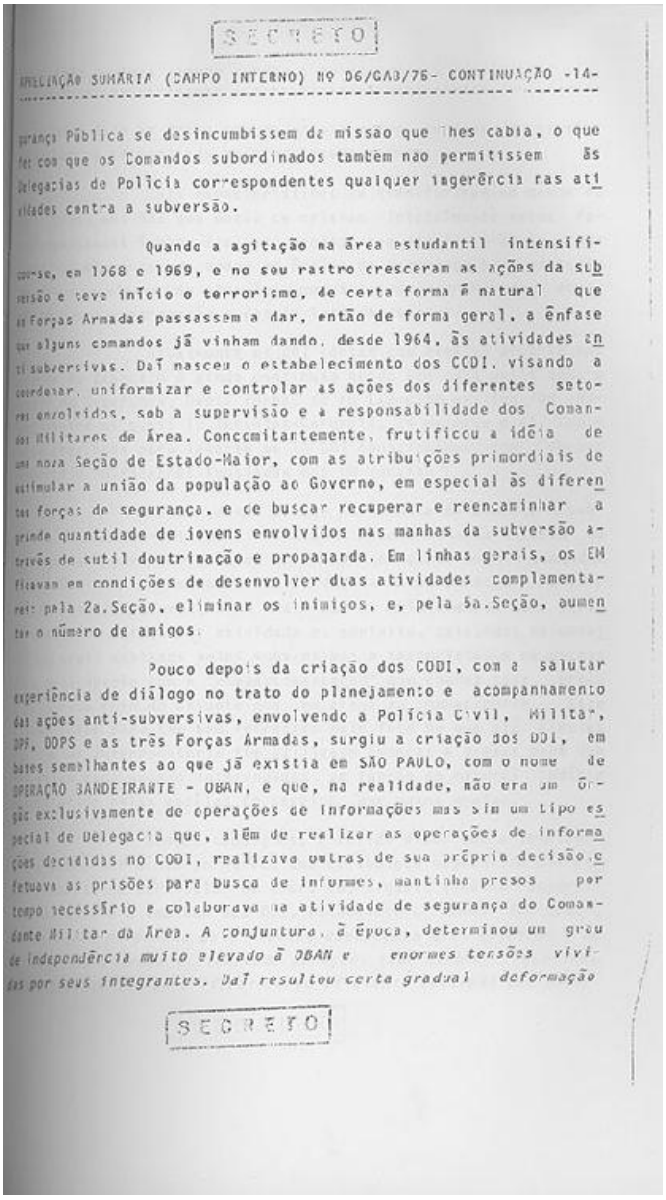
APRECIAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 06/GAB/75- CONTINUAÇÃO -13-

para treinamento específico, há que assinalar-se terem os militares suprido essas deficiências com o denodo e a dedicação com que se empenharam na missão.

Os fichários das DEOPS estaduais e da DCPS federal, com registros imprecisos e por vezes tendenciosos, eram basicamente o único recurso para os exames dos interrogatórios dos IPM, o que, sem dúvida, pode ter conduzido a muitas falhas na aplicação das sanções e, possivelmente, a algumas injustiças de difícil reparação até hoje. A Comissão Geral de Inquéritos, com suas SCGI, premida pela urgência, falta de registros seguros, despreparo dos encarregados dos IPM, etc., não conseguiu fugir às consequências dessas circunstâncias e seus resultados, ainda que ponderáveis, não foram totalmente satisfatórios. Apesar do trabalho de assessoramento de elementos das Auditorias, o maior peso das atividades coube aos oficiais das Forças Armadas, em especial do Exército, que se empenharam nas ações de investigação policial-militar com as óbvias necessidades de busca e apreensão, prisões sumárias, interrogatórios, relatórios, etc., que, se, por um lado, ocasionaram inúmeros erros que tornaram nulo grande número de incuéritos nas instâncias superiores da Justiça Militar, por outro, proporcionaram ponderável gama de conhecimentos e o desempenho de atividades diferentes daquelas para as quais tinham sido formados e que, em considerável número de oficiais, criaram um entusiasmo que os levou a buscarem permanecer na área específica da luta contra a subversão, na qual, por razões conjunturais, foram conduzidas muitas ações fora dos trâmites normais da Justiça Militar, no âmbito da tropa e de QG de alguns Grandes Comandos.

Desativado o CGI, não se retirou das Forças Armadas a maior responsabilidade pelas atividades contra a subversão, mas também não se lhes estabeleceu uma diretriz firme e detalhada de como executá-las. Desta forma, acentuou-se a descoordenação entre os diferentes órgãos e corpos de tropa e, em particular, as diferenças quanto à intensidade da atuação e do grau de respeito à legislação vigente. Poucos foram os Comandos de Área que efetivamente procuraram fazer com que as respectivas Secretarias de Se

SECRETO



SECRETO

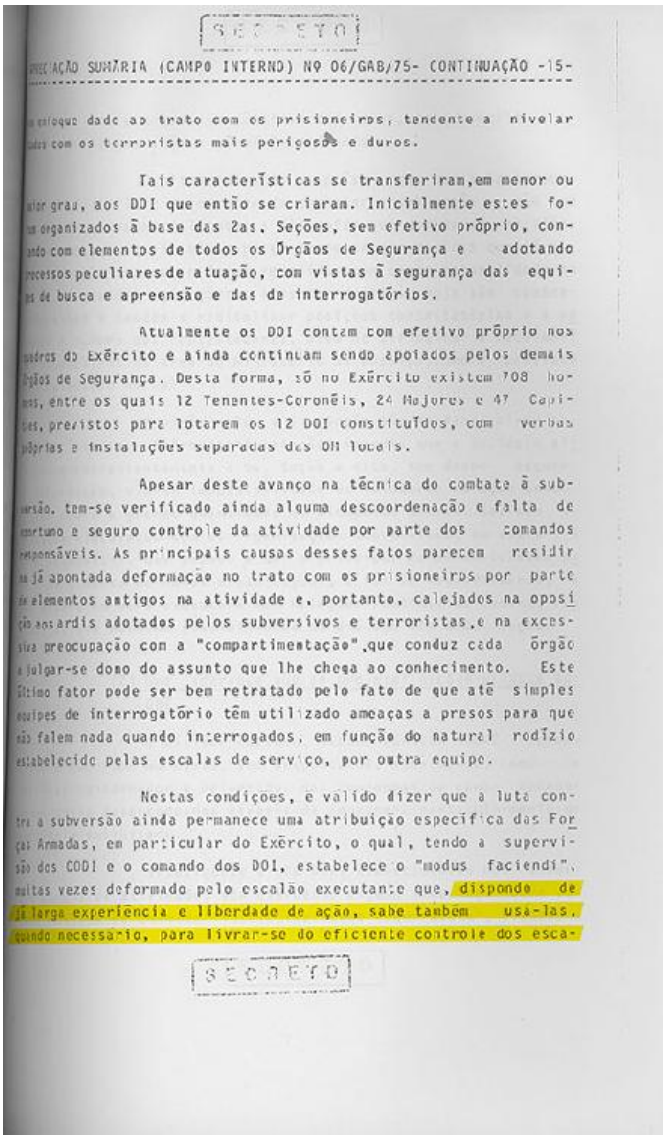
APELAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 06/GAB/76- CONTINUAÇÃO -14-

gurança Pública se desincumbissem da missão que lhes cabia, o que fez com que os Comandos subordinados também não permitissem às Delegacias de Polícia correspondentes qualquer ingerência nas atividades contra a subversão.

Quando a agitação na área estudantil intensificou-se, em 1968 e 1969, e no seu rastro cresceram as ações da subversão e teve início o terrorismo, de certa forma é natural que as Forças Armadas passassem a dar, então de forma geral, a ênfase que alguns comandos já vinham dando, desde 1964, às atividades anti subversivas. Daí nasceu o estabelecimento dos CODI, visando a coordenar, uniformizar e controlar as ações dos diferentes setores envolvidos, sob a supervisão e a responsabilidade dos Comandos Militares de Área. Concomitantemente, frutificou a idéia de uma nova Seção de Estado-Maior, com as atribuições primordiais de estimular a união da população ao Governo, em especial às diferentes forças de segurança, e de buscar recuperar e reencaminhar a grande quantidade de jovens envolvidos nas manhas da subversão através de sutil doutrinação e propaganda. Em linhas gerais, os EM ficavam em condições de desenvolver duas atividades complementares: pela 2a.Seção, eliminar os inimigos, e, pela 5a.Seção, aumentar o número de amigos.

Pouco depois da criação dos CODI, com a salutar experiência de diálogo no trato do planejamento e acompanhamento das ações anti-subversivas, envolvendo a Polícia Civil, Militar, DPF, DOPS e as três Forças Armadas, surgiu a criação dos DOI, em bases semelhantes ao que já existia em SÃO PAULO, com o nome de OPERAÇÃO BANDEIRANTE - OBAN, e que, na realidade, não era um órgão exclusivamente de operações de informações mas sim um tipo especial de Delegacia que, além de realizar as operações de informações decididas no CODI, realizava outras de sua própria decisão, efetuava as prisões para busca de informes, mantinha presos por tempo necessário e colaborava na atividade de segurança do Comandante Militar da Área. A conjuntura, à época, determinou um grau de independência muito elevado à OBAN e enormes tensões vividas por seus integrantes. Daí resultou certa gradual deformação

SECRETO



SECRETO

...ESPECIFICAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 06/GAB/75- CONTINUAÇÃO -15-

...o enfoque dado ao trato com os prisioneiros, tendente a nivelar todos com os terroristas mais perigosos e duros.

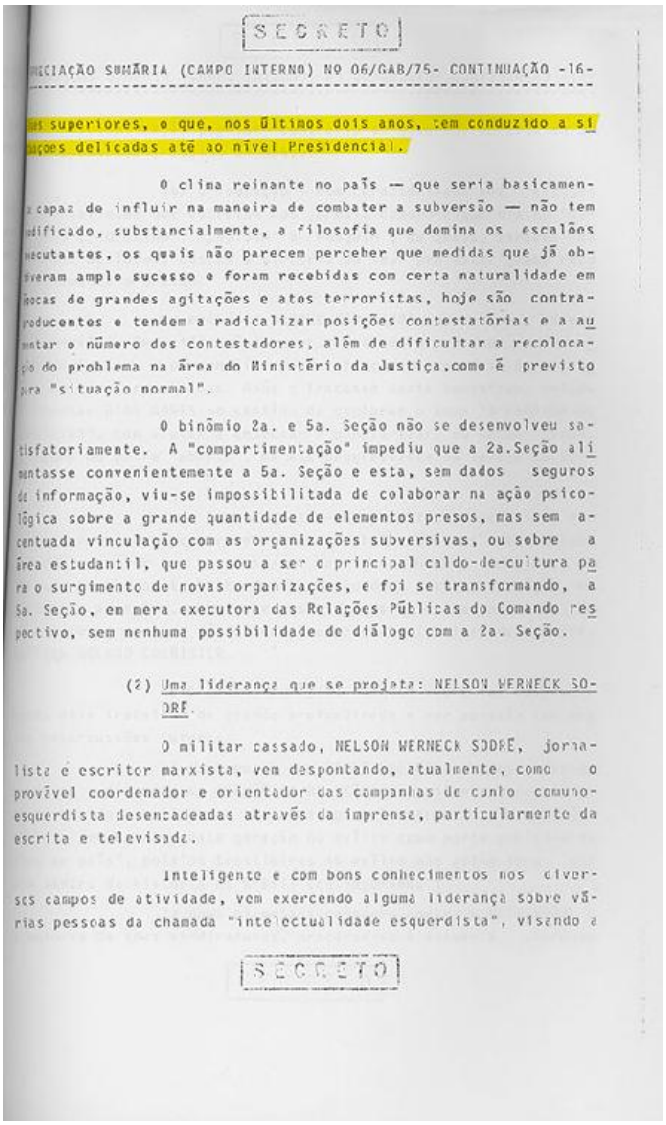
Tais características se transferiram, em menor ou maior grau, aos DOI que então se criaram. Inicialmente estes foram organizados à base das 2as. Seções, sem efetivo próprio, contando com elementos de todos os Órgãos de Segurança e adotando processos peculiares de atuação, com vistas à segurança das equipes de busca e apreensão e das de interrogatórios.

Atualmente os DOI contam com efetivo próprio nos quadros do Exército e ainda continuam sendo apoiados pelos demais Órgãos de Segurança. Desta forma, só no Exército existem 708 homens, entre os quais 12 Tenentes-Coronéis, 24 Majores e 47 Capitães, previstos para lotarem os 12 DOI constituídos, com verbas próprias e instalações separadas dos OBI locais.

Apesar deste avanço na técnica do combate à subversão, tem-se verificado ainda alguma descoordenação e falta de oportuno e seguro controle da atividade por parte dos comandos responsáveis. As principais causas desses fatos parecem residir na já apontada deformação no trato com os prisioneiros por parte de elementos antigos na atividade e, portanto, calejados na oposição aos ardis adotados pelos subversivos e terroristas, e na excessiva preocupação com a "compartimentação", que conduz cada órgão a julgar-se dono do assunto que lhe chega ao conhecimento. Este último fator pode ser bem retratado pelo fato de que até simples equipes de interrogatório têm utilizado ameaças a presos para que não falem nada quando interrogados, em função do natural rodízio estabelecido pelas escalas de serviço, por outra equipe.

Nestas condições, é válido dizer que a luta contra a subversão ainda permanece uma atribuição específica das Forças Armadas, em particular do Exército, o qual, tendo a supervisão dos CODI e o comando dos DOI, estabelece o "modus faciendi", muitas vezes deformado pelo escalão executante que, dispondo de já larga experiência e liberdade de ação, sabe também usá-las, quando necessário, para livrar-se do eficiente controle dos esca-

SECRETO



SECRETO

INFORMAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 06/GAB/75- CONTINUAÇÃO -16-

dos superiores, o que, nos últimos dois anos, tem conduzido a si tuações delicadas até ao nível Presidencial.

O clima reinante no país — que seria basicamente capaz de influir na maneira de combater a subversão — não tem modificado, substancialmente, a filosofia que domina os escalões executantes, os quais não parecem perceber que medidas que já obtiveram amplo sucesso e foram recebidas com certa naturalidade em épocas de grandes agitações e atos terroristas, hoje são contraproducentes e tendem a radicalizar posições contestatórias e a aumentar o número dos contestadores, além de dificultar a recolocação do problema na área do Ministério da Justiça,como é previsto para "situação normal".

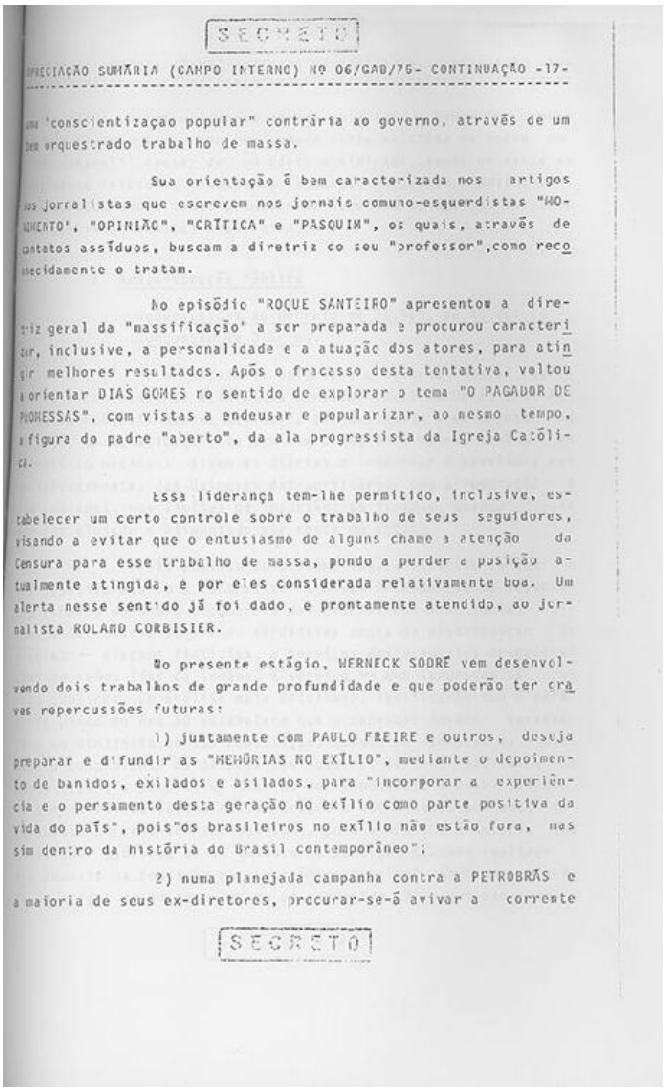
O binômio 2a. e 5a. Seção não se desenvolveu satisfatoriamente. A "compartimentação" impediu que a 2a.Seção alimentasse convenientemente a 5a. Seção e esta, sem dados seguros de informação, viu-se impossibilitada de colaborar na ação psicológica sobre a grande quantidade de elementos presos, mas sem acentuada vinculação com as organizações subversivas, ou sobre a área estudantil, que passou a ser o principal caldo-de-cultura para o surgimento de novas organizações, e foi se transformando, a 5a. Seção, em mera executora das Relações Públicas do Comando respectivo, sem nenhuma possibilidade de diálogo com a 2a. Seção.

(2) Uma liderança que se projeta: NELSON WERNECK SODRÉ.

O militar cassado, NELSON WERNECK SODRÉ, jornalista e escritor marxista, vem despontando, atualmente, como o provável coordenador e orientador das campanhas de canto comuno-esquerdista desencadeadas através da imprensa, particularmente da escrita e televisada.

Inteligente e com bons conhecimentos nos diversos campos de atividade, vem exercendo alguma liderança sobre várias pessoas da chamada "intelectualidade esquerdista", visando a

SECRETO



SECRETO

APRECIAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 06/GAB/76- CONTINUAÇÃO -17-

uma 'conscientizaçao popular" contrária ao governo, através de um bem orquestrado trabalho de massa.

Sua orientação é bem caracterizada nos artigos dos jornalistas que escrevem nos jornais comuno-esquerdistas "MOVIMENTO", "OPINIÃO", "CRÍTICA" e "PASQUIM", os quais, através de contatos assíduos, buscam a diretriz do seu "professor",como reconhecidamente o tratam.

No episódio "ROQUE SANTEIRO" apresentou a diretriz geral da "massificação" a ser preparada e procurou caracterizar, inclusive, a personalidade e a atuação dos atores, para atingir melhores resultados. Após o fracasso desta tentativa, voltou a orientar DIAS GOMES no sentido de explorar o tema "O PAGADOR DE PROMESSAS", com vistas a endeusar e popularizar, ao mesmo tempo, a figura do padre "aberto", da ala progressista da Igreja Católica.

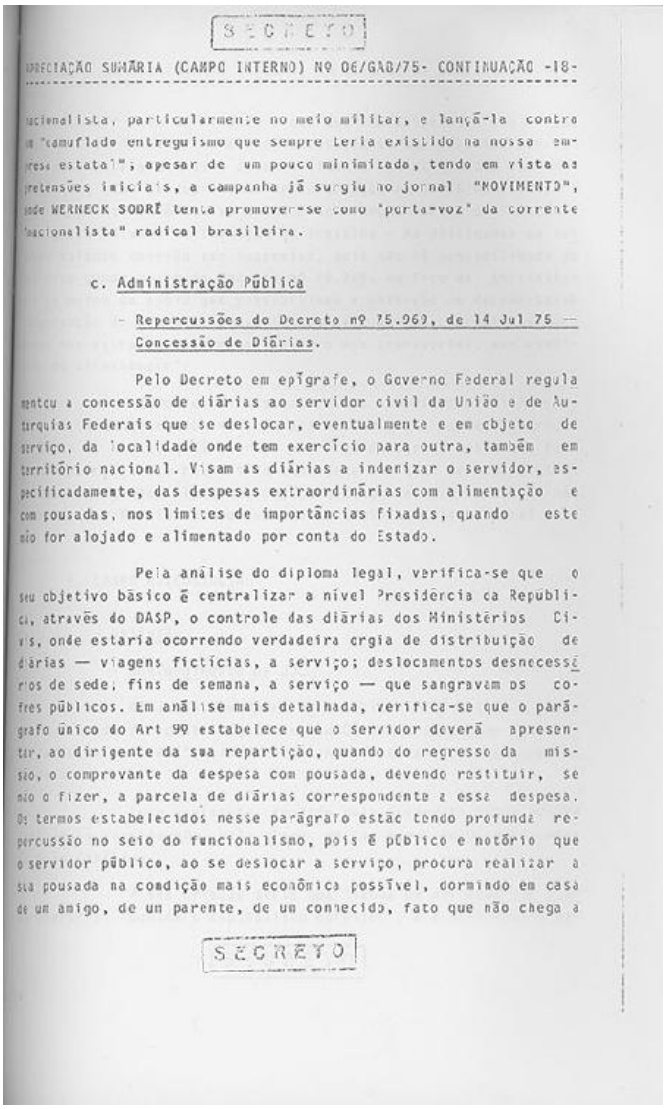
Essa liderança tem-lhe permitido, inclusive, estabelecer um certo controle sobre o trabalho de seus seguidores, visando a evitar que o entusiasmo de alguns chame a atenção da Censura para esse trabalho de massa, podendo a perder a posição atualmente atingida, e por eles considerada relativamente boa. Um alerta nesse sentido já foi dado, e prontamente atendido, ao jornalista ROLAND CORBISIER.

No presente estágio, WERNECK SODRÉ vem desenvolvendo dois trabalhos de grande profundidade e que poderão ter graves repercussões futuras:

1) juntamente com PAULO FREIRE e outros, deseja preparar e difundir as "MEMÓRIAS NO EXÍLIO", mediante o depoimento de banidos, exilados e asilados, para "incorporar a experiência e o persamento desta geração no exílio como parte positiva da vida do país", pois"os brasileiros no exílio não estão fora, mas sim dentro da história do Brasil contemporâneo";

2) numa planejada campanha contra a PETROBRÁS e a maioria de seus ex-diretores, procurar-se-á avivar a corrente

SECRETO



SECRETO

APRECIAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 06/GAB/75- CONTINUAÇÃO -18-

nacionalista, particularmente no meio militar, e lançá-la contra o "camuflado entreguismo que sempre teria existido na nossa empresa estatal"; apesar de um pouco minimizado, tendo em vista as pretensões iniciais, a campanha já surgiu no jornal "MOVIMENTO", onde WERNECK SODRÉ tenta promover-se como "porta-voz" da corrente "nacionalista" radical brasileira.

c. Administração Pública

- Repercussões do Decreto nº 75.963, de 14 Jul 75 — Concessão de Diárias.

Pelo Decreto em epígrafe, o Governo Federal regulamentou a concessão de diárias ao servidor civil da União e de Autarquias Federais que se deslocar, eventualmente e em objeto de serviço, da localidade onde tem exercício para outra, também em território nacional. Visam as diárias a indenizar o servidor, especificadamente, das despesas extraordinárias com alimentação e com pousadas, nos limites de importâncias fixadas, quando este não for alojado e alimentado por conta do Estado.

Pela análise do diploma legal, verifica-se que o seu objetivo básico é centralizar a nível Presidência da República, através do DASP, o controle das diárias dos Ministérios Civis, onde estaria ocorrendo verdadeira orgia de distribuição de diárias — viagens fictícias, a serviço; deslocamentos desnecessários de sede, fins de semana, a serviço — que sangravam os cofres públicos. Em análise mais detalhada, verifica-se que o parágrafo único do Art 9º estabelece que o servidor deverá apresentar, ao dirigente da sua repartição, quando do regresso da missão, o comprovante da despesa com pousada, devendo restituir, se não o fizer, a parcela de diárias correspondente a essa despesa. Os termos estabelecidos nesse parágrafo estão tendo profunda repercussão no seio do funcionalismo, pois é público e notório que o servidor público, ao se deslocar a serviço, procura realizar a sua pousada na condição mais econômica possível, dormindo em casa de um amigo, de um parente, de um conhecido, fato que não chega a

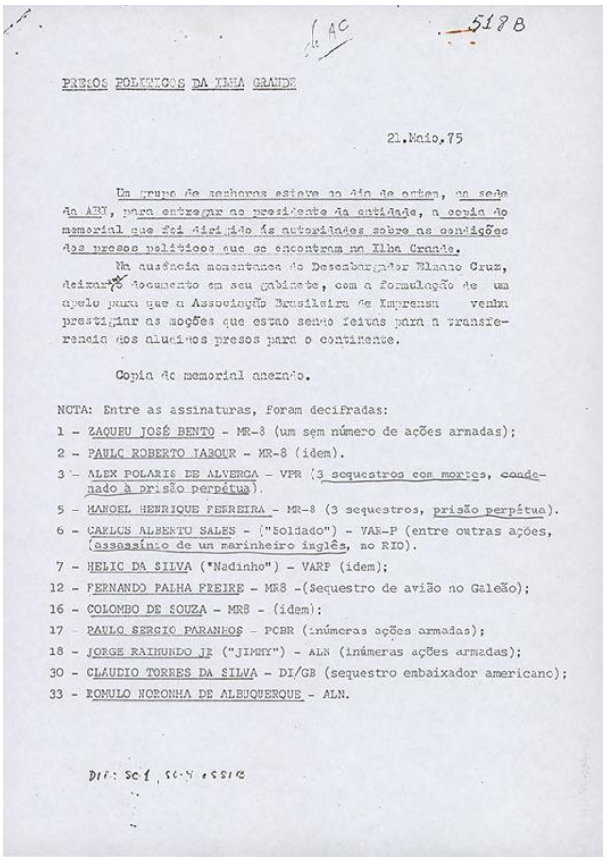
SECRETO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Conjunto de documentos sobre a situação dos presos políticos em Ilha Grande

[Os trechos mencionados estão na página 5]



PRESOS POLITICOS DA ILHA GRANDE

21.Maio.75

Um grupo de senhoras esteve no dia de ontem, na sede da ABI, para entregar ao presidente da entidade, a cópia do memorial que foi dirigido às autoridades sobre as condições dos presos políticos que se encontram na Ilha Grande.

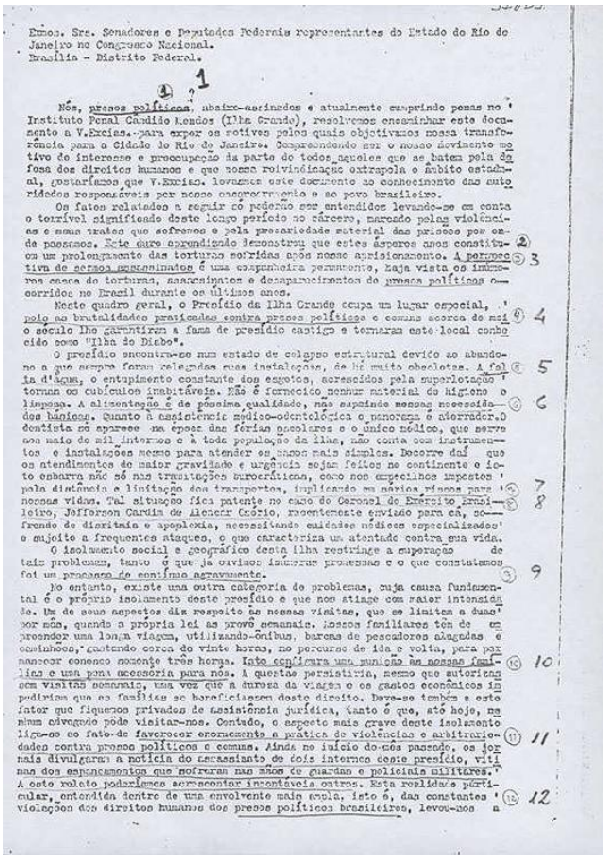
Na ausência momentanea do Desembargador Elmano Cruz, deixaram o documento em seu gabinete, com a formulação de um apelo para que a Associação Brasileira de Imprensa venha prestigiar as moções que estão sendo feitas para a transferencia dos alunos presos para o continente.

Copia do memorial anexado.

NOTA: Entre as assinaturas, foram decifradas:

1 - ZAQUEU JOSÉ BENTO - MR-8 (um sem número de ações armadas);
2 - PAULO ROBERTO JABOUR - MR-8 (idem).
3 - ALEX POLARIS DE ALVERGA - VPR (3 sequestros com mortes, condenado à prisão perpétua).
5 - MANOEL HENRIQUE FERREIRA - MR-8 (3 sequestros, prisão perpétua).
6 - CARLOS ALBERTO SALES - ("Soldado") - VAR-P (entre outras ações, assassínio de um marinheiro inglês, no RIO).
7 - HELIO DA SILVA ("Nadinho") - VARP (idem);
12 - FERNANDO PALHA FREIRE - MR8 -(Sequestro de avião no Galeão);
16 - COLOMBO DE SOUZA - MR8 - (idem);
17 - PAULO SERGIO PARANHOS - PCBR (inúmeras ações armadas);
18 - JORGE RAIMUNDO JR ("JIMMY") - ALN (inúmeras ações armadas);
30 - CLAUDIO TORRES DA SILVA - DI/GB (sequestro embaixador americano);
33 - ROMULO NORONHA DE ALBUQUERQUE - ALN.

Abaixo-assinado dos presos reclamando das condições do presídio



Ilmos. Srs. Senadores e Deputados Federais representantes do Estado do Rio de Janeiro no Congresso Nacional.
Brasília - Distrito Federal.

Nós, presos políticos, abaixo-assinados e atualmente cumprindo penas no Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande), resolvemos encaminhar este documento a V.Excias. para expor os motivos pelos quais objetivamos nossa transferência para o Estado do Rio de Janeiro. Compreendendo ser o nosso movimento motivo de interesse e preocupação da parte de todos aqueles que se batem pela defesa dos direitos humanos e que nossa reivindicação extrapola o âmbito estadual, gostaríamos que V.Excias. levassem este documento ao conhecimento das autoridades responsáveis por nossa consciência e ao povo brasileiro.

Os fatos relatados a seguir só podem ser entendidos levando-se em conta o terrível significado deste longo período de cárcere, marcado pelas violências e maus tratos que sofremos e pela precariedade material das prisões por onde passamos. Este duro aprendizado demonstrou que estes ásperos anos constituem um prolongamento das torturas sofridas após nosso aprisionamento. A perspectiva de serem exterminados é uma companheira permanente, haja vista os inúmeros casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos ocorridos no Brasil durante os últimos anos.

Neste quadro geral, o Presídio da Ilha Grande ocupa um lugar especial, pois as brutalidades praticadas contra presos políticos e comuns acorre do mais o século lhe garantiram a fama de presídio castigo e tornaram este local conhecido como "Ilha do Diabo".

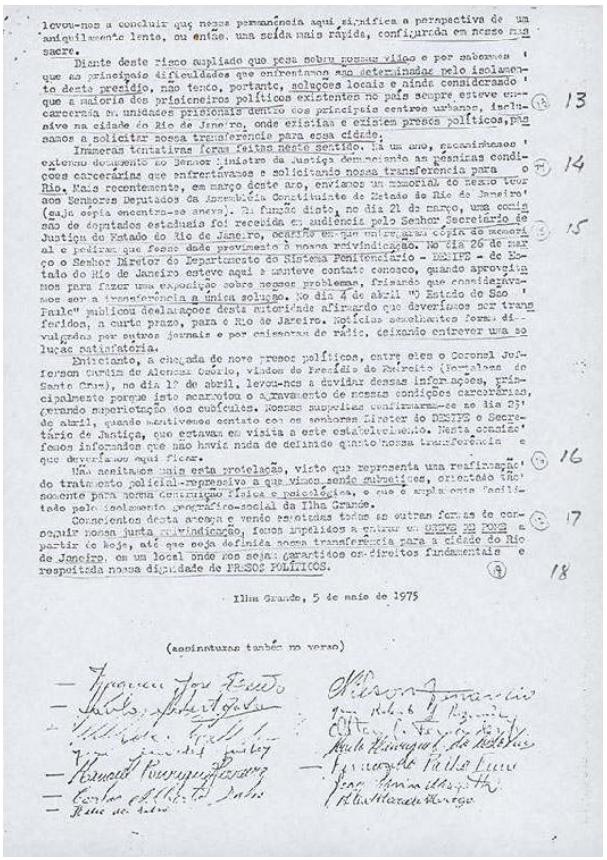
O presídio encontra-se num estado de colapso estrutural devido ao abandono a que sempre foram relegadas suas instalações, de há muito obsoletas. A falta d'água, o entupimento constante dos esgotos, acrescidos pela superlotação tornam as celas inabitáveis. Não é fornecido nenhum material de higiene e limpeza. A alimentação é de péssima qualidade, não suprindo nossas necessidades básicas. Quanto à assistência médico-odontológica é nenhuma e aterradora. O dentista só aparece nas épocas das férias escolares e o único médico, que serve aos mais de mil internos e à toda população da ilha, não conta com instrumentos e instalações mesmo para atender os casos mais simples. Decorre daí que os atendimentos de maior gravidade e urgência sejam feitos no continente e isto encontra não só nas burocráticas, como nos empecilhos impostos pela distância e limitação dos transportes, implicando em graves riscos para nossas vidas. Tal situação fica patente no caso do Coronel do Exército brasileiro, Jafferson Cardim de Alencar Cedrio, recentemente enviado para cá, sofrendo de diabetes e apoplexia, necessitando cuidados médicos especializados e sujeito a frequentes ataques, o que caracteriza um atentado contra sua vida.

O isolamento social e geográfico desta ilha restringe a superação de tais problemas, tanto o que já obtivemos demonstra progresso e o que constatamos foi um processo de contínuo agravamento.

No entanto, existe uma outra categoria de problemas, cuja causa fundamental é o próprio isolamento deste presídio e que nos atinge com maior intensidade. Um de seus aspectos diz respeito às nossas visitas, que se limitam a duas por mês, quando a própria lei as prevê semanais. Nossos familiares têm de empreender uma longa viagem, utilizando-ônibus, barcas de pescadores alagadas e caminhões, gastando cerca de vinte horas, no percurso de ida e volta, para permanecer conosco somente três horas. Isto compromete um montão as nossas famílias e uma pena acessória para nós. A questão persistiria, mesmo que autorizassem visitas semanais, uma vez que a dureza da viagem e os gastos econômicos impedirão que as famílias se beneficiassem deste direito. Devemos também a este fator que fiquemos privados de assistência jurídica, tanto o que, até hoje, nenhum advogado pode visitar-nos. Contudo, o aspecto mais grave deste isolamento liga-se ao fato de favorecer enormemente a prática de violências e arbitrariedades contra presos políticos e comuns. Ainda no início do mês passado, os jornais divulgaram a notícia do assassinato de dois internos deste presídio, vitimados pelos espancamentos que sofreram nas mãos de guardas e policiais militares.

A este relato poderíamos acrescentar incontáveis outros. Esta realidade particular, entretanto dentro de uma envolvente mais ampla, isto é, das constantes violações dos direitos humanos dos presos políticos brasileiros, levou-nos a

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



levou-nos a concluir que nossa permanência aqui significa a perspectiva de um aniquilamento lento, ou então, uma saída mais rápida, configurada em nosso massacre.

Diante deste risco ampliado que pesa sobre nossas vidas e por sabermos que as principais dificuldades que enfrentamos são determinadas pelo isolamento deste presídio, não tendo, portanto, soluções locais e ainda considerando que a maioria dos prisioneiros políticos existentes no país sempre esteve encarcerada em unidades prisionais dentro dos principais centros urbanos, inclusive na cidade do Rio de Janeiro, onde existiam e existem presos políticos, passamos a solicitar nossa transferência para essa cidade.

Inúmeras tentativas foram feitas neste sentido. Há um ano, encaminhamos extenso documento ao Senhor Ministro da Justiça denunciando as péssimas condições carcerárias que enfrentávamos e solicitando nossa transferência para o Rio. Mais recentemente, em março deste ano, enviamos um memorial do mesmo teor aos Senhores Deputados da Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro (cuja cópia encontra-se anexa). Na função dinto, no dia 21 de março, uma comissão de deputados estaduais foi recebida em audiência pelo Senhor Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ocasião em que entregamos cópia do memorial e pedimos que fosse dada providência à nossa reivindicação. No dia 26 de março o Senhor Diretor do Departamento do Sistema Penitenciário - DESIPE - do Estado do Rio de Janeiro esteve aqui e manteve contato conosco, quando aproveitamos para fazer uma exposição sobre nossos problemas, frisando que considerávamos ser a transferência a única solução. No dia 4 de abril "O Estado de São Paulo" publicou declarações desta autoridade afirmando que deveríamos ser transferidos, a curto prazo, para o Rio de Janeiro. Notícias semelhantes foram divulgadas por outros jornais e por emissoras de rádio, deixando entrever uma solução satisfatória.

Entretanto, a chegada de nove presos políticos, entre eles o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, vindos do Presídio da Ilha Grande (Penitenciária de Santo Cruz), no dia 1º de abril, levou-nos a duvidar dessas informações, principalmente porque isto ocorreu após o agravamento de nossas condições carcerárias, gerando superlotação das cubículas. Nossas suspeitas confirmaram-se no dia 23 de abril, quando mantivemos contato com os senhores Diretor do DESIPE e Secretário de Justiça, que estavam em visita a este estabelecimento. Nesta ocasião fomos informados que não havia nada de definido quanto nossa transferência e que deveríamos aqui ficar.

Não aceitamos mais esta protelação, visto que representa uma reafirmação do tratamento policial-repressivo a que vimos sendo submetidos, orientado tão somente para nossa destruição física e psicológica, e que é amplamente facilitado pelo isolamento geográfico-social da Ilha Grande.

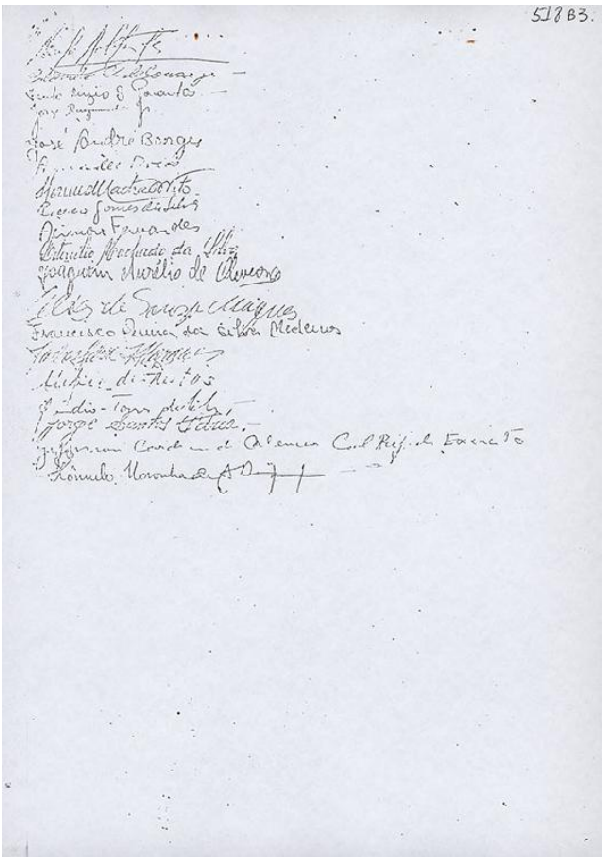
Conscientes desta ameaça e vendo esgotadas todas as outras formas de conquistar nossa justa reivindicação, fomos impelidos a entrar em GREVE DE FOME a partir de hoje, até que seja definida nossa transferência para a cidade do Rio de Janeiro, em um local onde nos sejam garantidos os direitos fundamentais e respeitada nossa dignidade de PRESOS POLÍTICOS.

Ilha Grande, 5 de maio de 1975

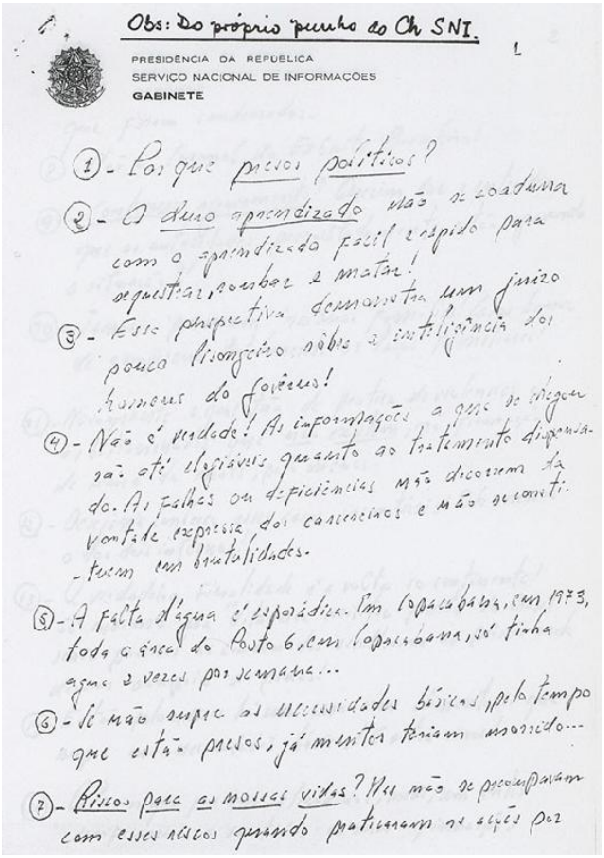
(assinaturas também no verso)

Página 3 de 5

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



Comentários de Figueiredo rebatendo o manifesto de presos políticos de Ilha Grande



Obs: Do próprio punho do Ch SNI.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

1

(1) - Por que presos políticos?

(2) - O duro aprendizado não se coaduna com o aprendizado fácil e rápido para sequestrar, roubar e matar!

(3) - Essa perspectiva demonstra um juízo pouco lisonjeiro sobre a inteligência dos homens do governo!

(4) - Não é verdade! As informações a que se refere são até elogiosas quanto ao tratamento dispensado. As falhas ou deficiências não dizem da vontade expressa dos carcereiros e não se constituem em brutalidades.

(5) - A falta d'água é esporádica. Em Copacabana, em 1973, toda a área do Posto 6, em Copacabana, só tinha água 2 vezes por semana...

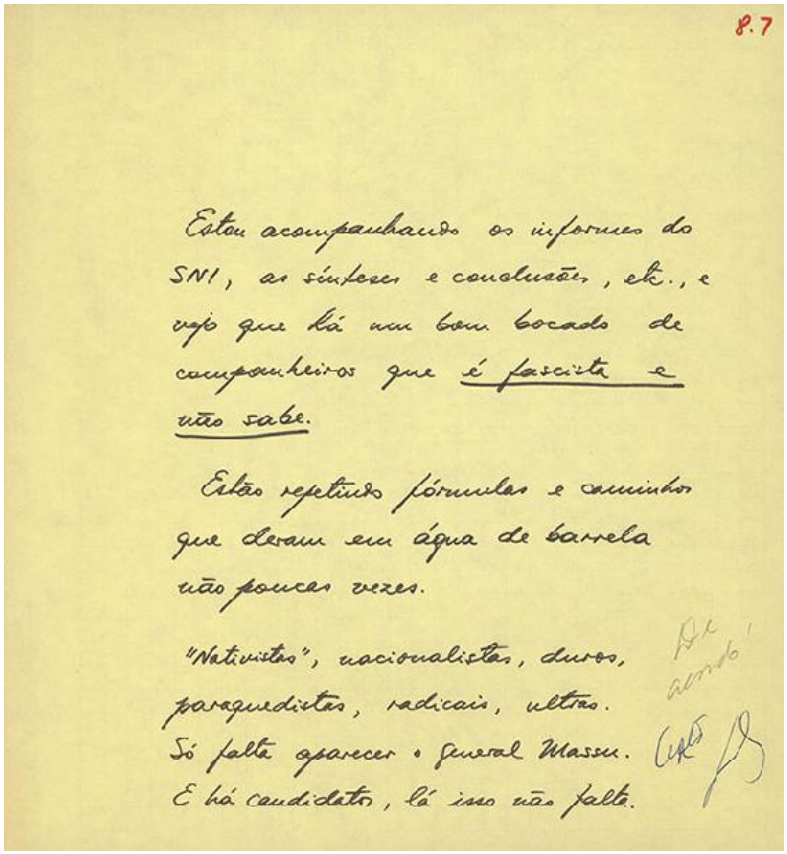
(6) - Se não supre as necessidades básicas pelo tempo que estão presos, já mereceu tecer comentário...

(7) - Riscos para os nossos vidas? Nós não nos preocupamos com esses riscos quando praticamos as ações por

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Nota de Heitor Ferreira a Geisel e Golbery criticando informes do SNI


8.7

Estou acompanhando os informes do SNI, as sínteses e conclusões, etc., e vejo que há um bom bocado de companheiros que é fascista e não sabe.

Estão repetindo fórmulas e caminhos que deram em água de barrela não poucas vezes.

"Nativistas", nacionalistas, duros, paraquedistas, radicais, ultras. Só falta aparecer o general Massu. E há candidato, lá isso não falta.

De acordo

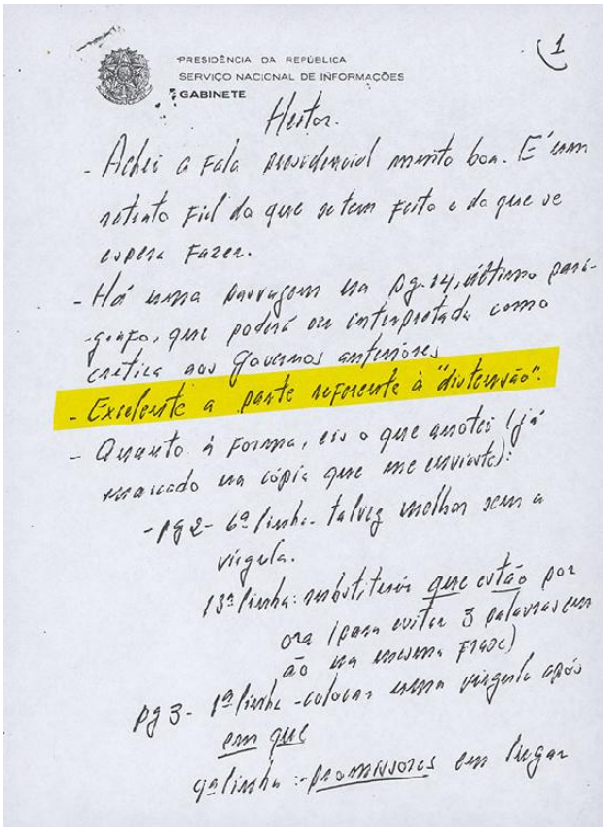
[Voltar] | [Transcrição]

Sexto capítulo da *Novela da Traição* com a caricatura de Golbery enforcado

[Voltar]

Anotações manuscritas de Figueiredo sobre pronunciamento de Geisel ao país

[O trechos mencionados estão nas páginas 1 e 3]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

1

Heitor.

- Achei a fala perfeitamente muito boa. É um retrato fiel do que se tem feito e do que se espera fazer.

- Há uma passagem na pg. 14, último parágrafo, que poderá ser interpretada como crítica aos governos anteriores.

- Excelente a parte referente à "distensão".

- Quanto à forma, eis o que anotei (já assinalado na cópia que me enviaste):

- pg 2 - 6ª linha - talvez melhor sem a vírgula.

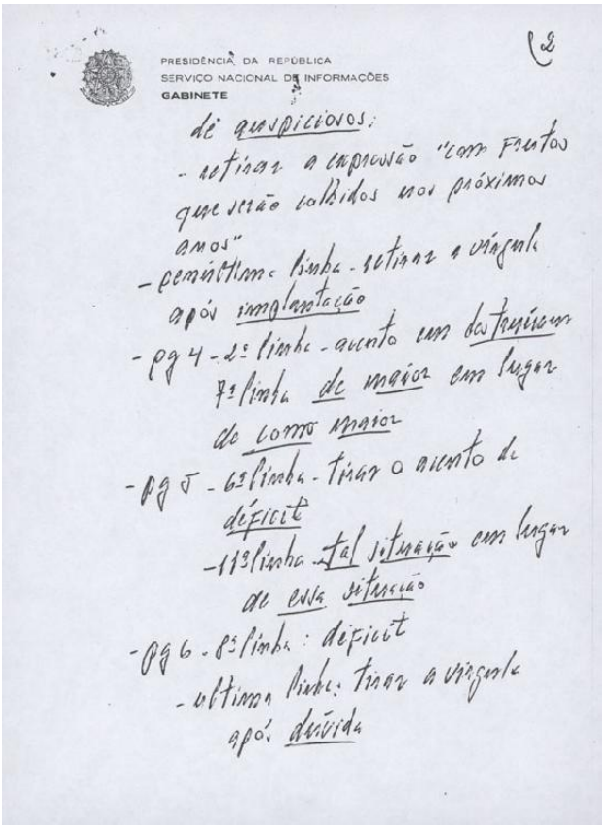
13ª linha: substituir que estão por ora (para evitar 3 palavras em ão na mesma frase)

pg 3 - 1ª linha - colocar uma vírgula após em que

9ª linha - pronunciados em lugar

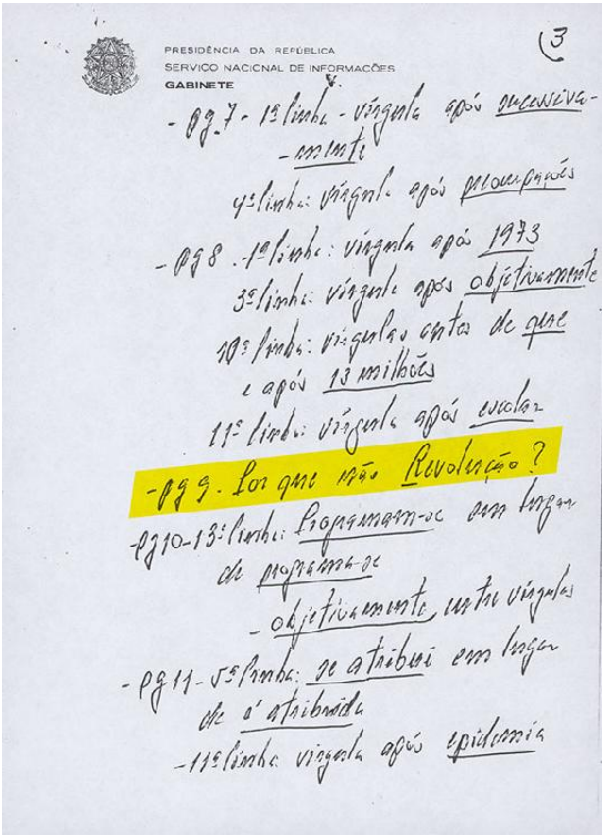
Página 1 de 6

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

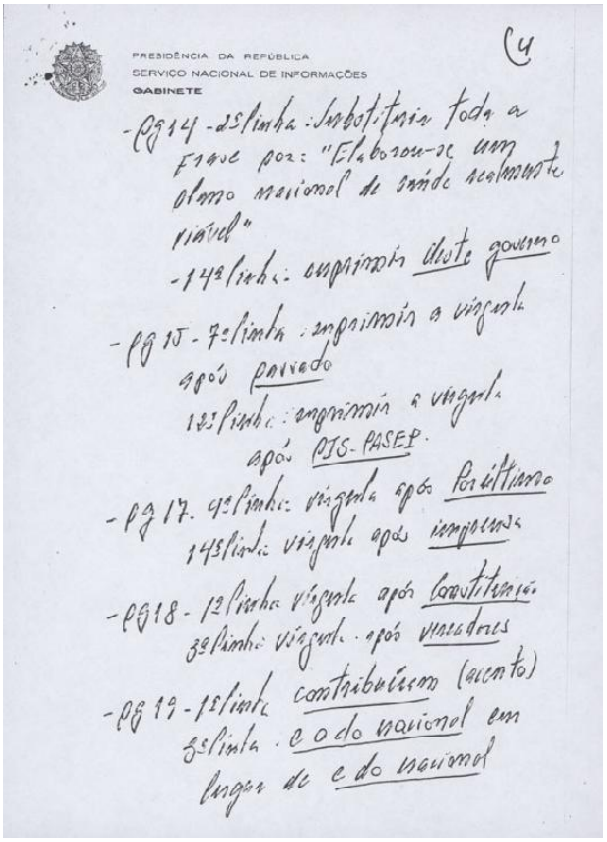
de auspiciosos:
- retirar a expressão "com fatos que serão colhidos nos próximos anos"
- penúltima linha - retirar a vírgula após implantação
- pg 4 - 2ª linha - acento em das funções
7ª linha de maior em lugar de como maior
- pg 5 - 6ª linha - tirar o acento de déficit
- 11ª linha - tal situação em lugar de essa situação
- pg 6 - 8ª linha: déficit
- última linha: tirar a vírgula após dívida



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

(3)

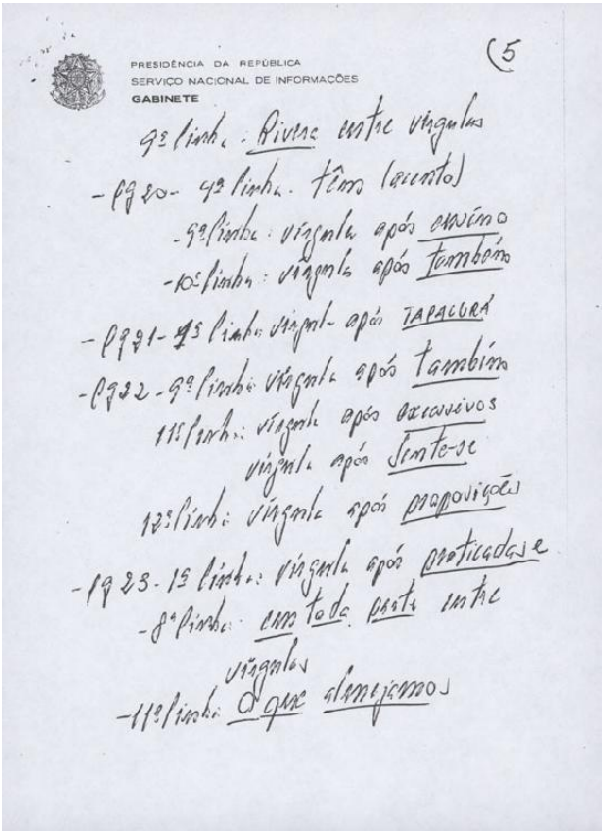
- pg 7 - 13ª linha - vírgula após sucessivamente
- 15ª linha: vírgula após paralelepípedos
- pg 8 - 1ª linha: vírgula após 1973
3ª linha: vírgula após objetivamente
10ª linha: vírgulas antes de que e após 13 milhões
11ª linha: vírgula após escolas
- pg 9 - Por que não Revolução?
- pg 10 - 13ª linha: Propagaram-se em lugar de propagam-se
- objetivamente, entre vírgulas
- pg 11 - 5ª linha: se atribui em lugar de é atribuída
- 11ª linha vírgula após epidemia



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

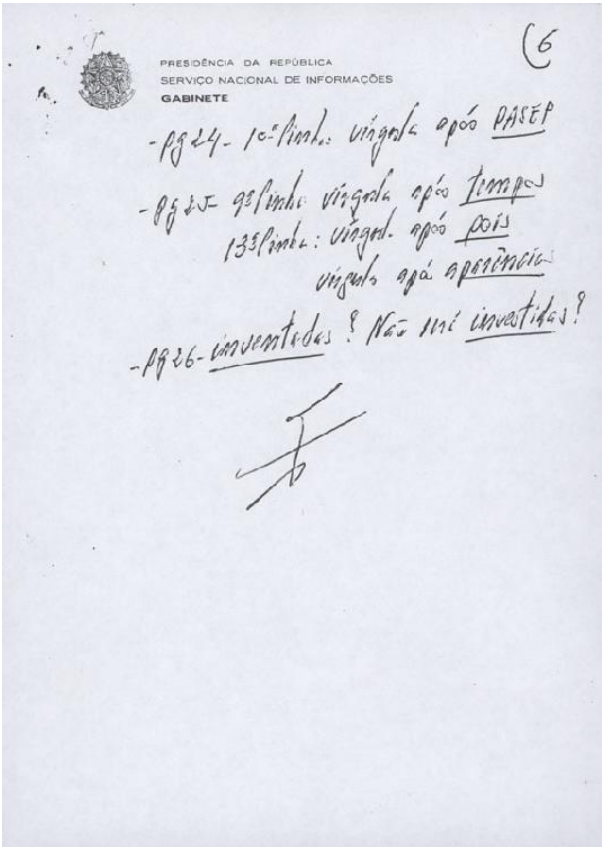
(4

- pg 14 - 2ª linha: substituir toda a frase por: "Elaborou-se um plano nacional de saúde realmente viável"
- 14ª linha: suprimir deste governo
- pg 15 - 7ª linha: suprimir a vírgula após passado
- 18ª linha: suprimir a vírgula após PIS-PASEP.
- pg 17. 4ª linha: vírgula após Portuguesa
- 14ª linha: vírgula após imposto
- pg 18 - 12ª linha vírgula após Constituição
- 23ª linha vírgula após trabalhadores
- pg 19 - 1ª linha contribuírem (acento)
- 2ª linha. e o do nacional em lugar de e do nacional


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

(5

9ª linha - Rivas entre vírgulas
- pg 20 - 9ª linha - têm (acento)
- 9ª linha - vírgula após ainda
- 10ª linha - vírgula após também
- pg 21 - 9ª linha - vírgula após TAPAJUBÁ
- pg 22 - 9ª linha - vírgula após também
11ª linha - vírgula após excessivos
vírgula após Sente-se
12ª linha - vírgula após proporções
- pg 23 - 13ª linha - vírgula após praticadas e
- 8ª linha - em toda parte entre vírgulas
- 11ª linha - O que almejamos


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

(6

-pg24- 1ª linha: vírgula após PASEP

-pg25- 9ª linha vírgula após tempo
13ª linha: vírgula após pois
vírgula após aparência

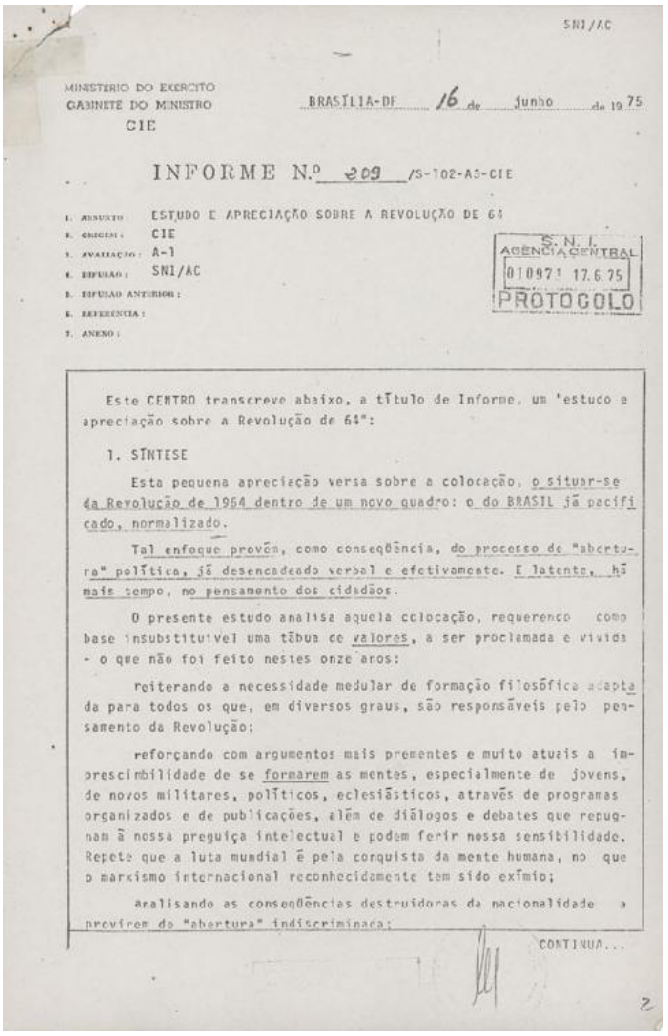
-pg26- inventadas ? Não mil investidas ?

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Informe do Centro de Informações do Exército de 16 de junho de 1975

[O trecho mencionado está nas páginas 4 e 5]



SNI/AC

MINISTERIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASILIA-DF 16 de junho de 1975

INFORME N.º 209 /S-102-AS-CIE

1. ASSUNTO: ESTUDO E APRECIAÇÃO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 64
2. ORIGEM: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-1
4. DIFUSÃO: SNI/AC
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERÊNCIA:
7. ANEXO:

S.N.I. AGÊNCIA CENTRAL 010971 17.6.75 PROTOCOLO

Este CENTRO transcreve abaixo, a título de Informe, um 'estudo e apreciação sobre a Revolução de 64":

1. SÍNTESE

Esta pequena apreciação versa sobre a colocação, o situar-se da Revolução de 1964 dentro de um novo quadro: o do BRASIL já pacificado, normalizado.

Tal enfoque provém, como conseqüência, do processo de "abertura" política, já desencadeado verbal e efetivamente. É latente, há mais tempo, no pensamento dos cidadãos.

O presente estudo analisa aquela colocação, requerendo como base insubstituível uma tábua de valores, a ser proclamada e vivida - o que não foi feito nestes onze anos:

reiterando a necessidade medular de formação filosófica adaptada para todos os que, em diversos graus, são responsáveis pelo pensamento da Revolução;

reforçando com argumentos mais prementes e muito atuais a imprescindibilidade de se formarem as mentes, especialmente de jovens, de novos militares, políticos, eclesiásticos, através de programas organizados e de publicações, além de diálogos e debates que repugnam à nossa preguiça intelectual e podem ferir nossa sensibilidade. Repete que a luta mundial é pela conquista da mente humana, no que o marxismo internacional reconhecidamente tem sido exímio;

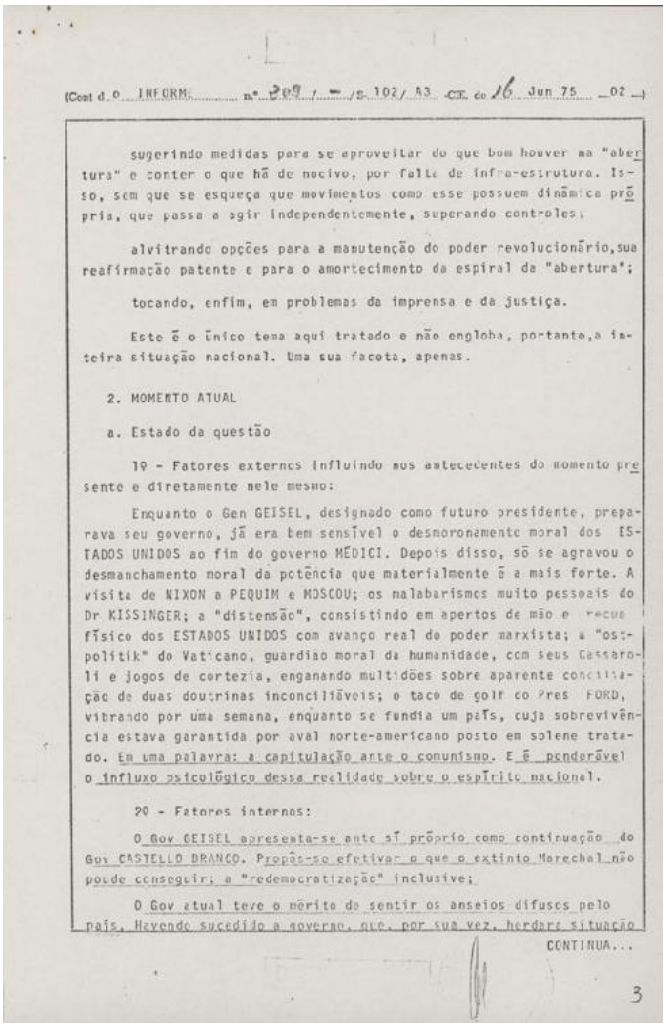
analisando as conseqüências destruidoras da nacionalidade [illegible] provirem do "abertura" indiscriminada;

CONTINUA...

2

Página 1 de 19

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont d o INFORM nº 209 / - /S 102/ A3 CH de 16 Jun 75 02)

sugerindo medidas para se aproveitar do que bom houver na "abertura" e conter o que há de nocivo, por falta de infra-estrutura. Isso, sem que se esqueça que movimentos como esse possuem dinâmica própria, que passa a agir independentemente, superando controles;

alvitrando opções para a manutenção do poder revolucionário, sua reafirmação patente e para o amortecimento da espiral da "abertura";

tocando, enfim, em problemas da imprensa e da justiça.

Este é o único tema aqui tratado e não engloba, portanto, a inteira situação nacional. Uma sua faceta, apenas.

2. MOMENTO ATUAL

a. Estado da questão

1º - Fatores externos influindo sus antecedentes do momento presente e diretamente nele mesmo:

Enquanto o Gen GEISEL, designado como futuro presidente, preparava seu governo, já era bem sensível o desmoronamento moral dos ESTADOS UNIDOS ao fim do governo MÉDICI. Depois disso, só se agravou o desmanchamento moral da potência que materialmente é a mais forte. A visita de NIXON a PEQUIM e MOSCOU; os malabarismos muito pessoais do Dr KISSINGER; a "distensão", consistindo em apertos de mão e recuo físico dos ESTADOS UNIDOS com avanço real do poder marxista; a "ostpolitik" do Vaticano, guardião moral da humanidade, com seus Cassaroli e jogos de cortezia, enganando multidões sobre aparente conciliação de duas doutrinas inconciliáveis; o taco de golf co Pres FORD, vibrando por uma semana, enquanto se fundia um país, cuja sobrevivência estava garantida por aval norte-americano posto em solene tratado. Em uma palavra: a capitulação ante o comunismo. E é ponderável o influxo psicológico dessa realidade sobre o espírito nacional.

2º - Fatores internos:

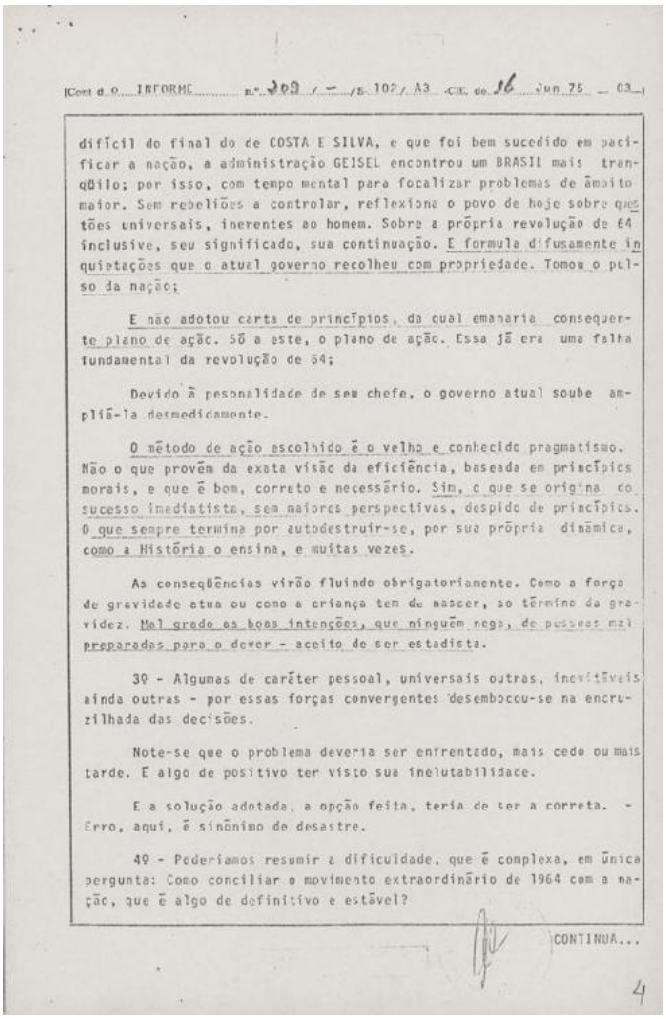
O Gov GEISEL apresenta-se ante si próprio como continuação do Gov CASTELLO BRANCO. Propôs-se efetivar o que o extinto Marechal não pode conseguir: a "redemocratização" inclusive;

O Gov atual teve o mérito de sentir os anseios difusos pelo país. Havendo sucedido a governo que, por sua vez, herdara situação

CONTINUA...

3

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont. d.O. INFORME n.º 209 / - /S. 102 / A3 - CIE. de 16 Jun 75 - 03)

difícil do final do de COSTA E SILVA, e que foi bem sucedido em pacificar a nação, a administração GEISEL encontrou um BRASIL mais tranqüilo; por isso, com tempo mental para focalizar problemas de âmbito maior. Sem rebeliões a controlar, reflexiona o povo de hoje sobre questões universais, inerentes ao homem. Sobre a própria revolução de 64 inclusive, seu significado, sua continuação. E formula difusamente inquietações que o atual governo recolheu com propriedade. Tomou o pulso da nação;

E não adotou carta de princípios, da qual emanaria consequente plano de ação. Só a este, o plano de ação. Essa já era uma falha fundamental da revolução de 64;

Devido à personalidade de seu chefe, o governo atual soube ampliá-la desmedidamente.

O método de ação escolhido é o velho e conhecido pragmatismo. Não o que provém da exata visão da eficiência, baseada em princípios morais, e que é bom, correto e necessário. Sim, o que se origina do sucesso imediatista, sem maiores perspectivas, despido de princípios. O que sempre termina por autodestruir-se, por sua própria dinâmica, como a História o ensina, e muitas vezes.

As conseqüências virão fluindo obrigatoriamente. Como a força de gravidade atua ou como a criança tem de nascer, ao término da gravidez. Mal grado as boas intenções, que ninguém nega, de pessoas mal preparadas para o dever - aceito de ser estadista.

3º - Algumas de caráter pessoal, universais outras, inevitáveis ainda outras - por essas forças convergentes desembocou-se na encruzilhada das decisões.

Note-se que o problema deveria ser enfrentado, mais cedo ou mais tarde. É algo de positivo ter visto sua inelutabilidade.

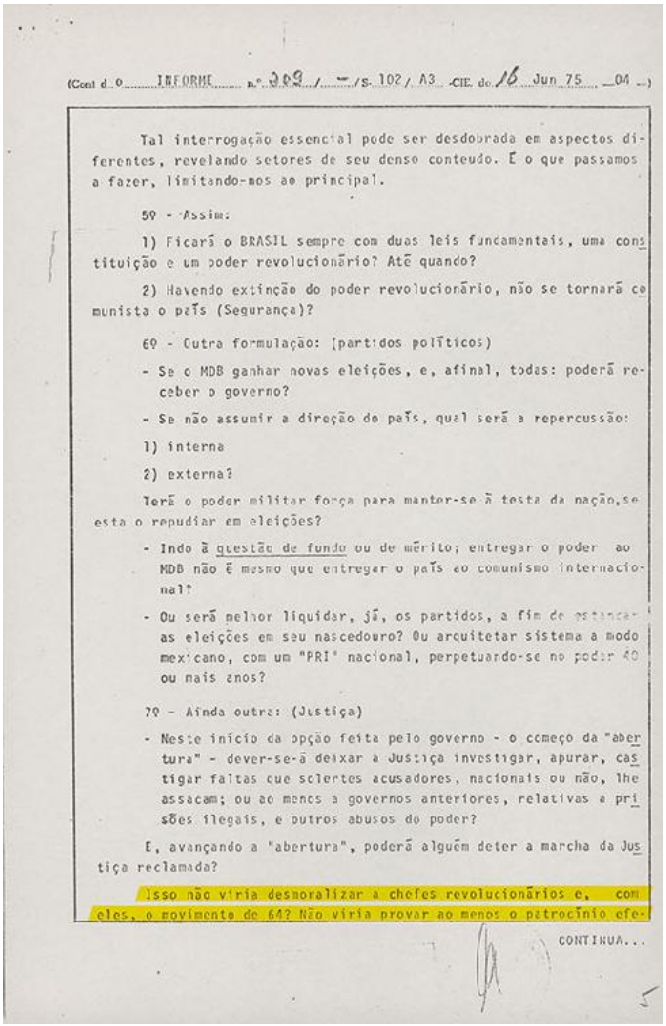
E a solução adotada, a opção feita, teria de ser a correta. - Erro, aqui, é sinônimo de desastre.

4º - Poderíamos resumir a dificuldade, que é complexa, em única pergunta: Como conciliar o movimento extraordinário de 1964 com a nação, que é algo de definitivo e estável?

CONTINUA...

4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont d_o INFORME n.º 209 / - /S. 102 / A3 CIE. de 16 Jun 75 04)

Tal interrogação essencial pode ser desdobrada em aspectos diferentes, revelando setores de seu denso conteúdo. É o que passamos a fazer, limitando-nos ao principal.

5º - Assim:

1) Ficará o BRASIL sempre com duas leis fundamentais, uma constituição e um poder revolucionário? Até quando?

2) Havendo extinção do poder revolucionário, não se tornará comunista o país (Segurança)?

6º - Outra formulação: (partidos políticos)

- Se o MDB ganhar novas eleições, e, afinal, todas: poderá receber o governo?

- Se não assumir a direção do país, qual será a repercussão:

1) interna

2) externa?

Terá o poder militar força para manter-se à testa da nação,se esta o repudiar em eleições?

- Indo à questão de fundo ou de mérito; entregar o poder ao MDB não é mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?

- Ou será melhor liquidar, já, os partidos, a fim de estiolar as eleições em seu nascedouro? Ou arquitetar sistema a modo mexicano, com um "PRI" nacional, perpetuando-se no poder 40 ou mais anos?

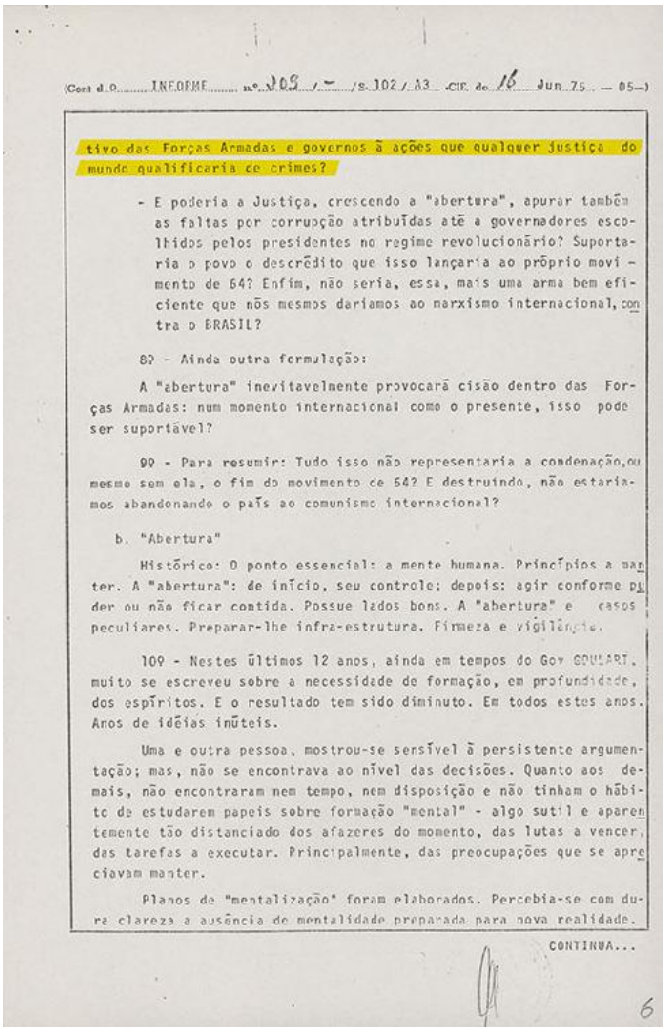
7º - Ainda outra: (Justiça)

- Neste início da opção feita pelo governo - o começo da "abertura" - dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que sclertes acusadores, nacionais ou não, lhe assacam; ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais, e outros abusos do poder?

E, avançando a "abertura", poderá alguém deter a marcha da Justiça reclamada?

Isso não viria desmoralizar a chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 64? Não viria provar ao menos o patrocínio efe-

CONTINUA...



(Cont d.O. INFORME nº 305 / - /S 102 / 83 CIE de 16 Jun 75 - 05-)

tivo das Forças Armadas e governos à ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes?

- E poderia a Justiça, crescendo a "abertura", apurar também as faltas por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos pelos presidentes no regime revolucionário? Suportaria o povo o descrédito que isso lançaria ao próprio movimento de 64? Enfim, não seria, essa, mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional, contra o BRASIL?

8º - Ainda outra formulação:

A "abertura" inevitavelmente provocará cisão dentro das Forças Armadas: num momento internacional como o presente, isso pode ser suportável?

9º - Para resumir: Tudo isso não representaria a condenação, ou mesmo sem ela, o fim do movimento de 64? E destruindo, não estaríamos abandonando o país ao comunismo internacional?

b. "Abertura"

Histórico: O ponto essencial: a mente humana. Princípios a manter. A "abertura": de início, seu controle; depois: agir conforme poder ou não ficar contida. Possue lados bons. A "abertura" e casos peculiares. Preparar-lhe infra-estrutura. Firmeza e vigilância.

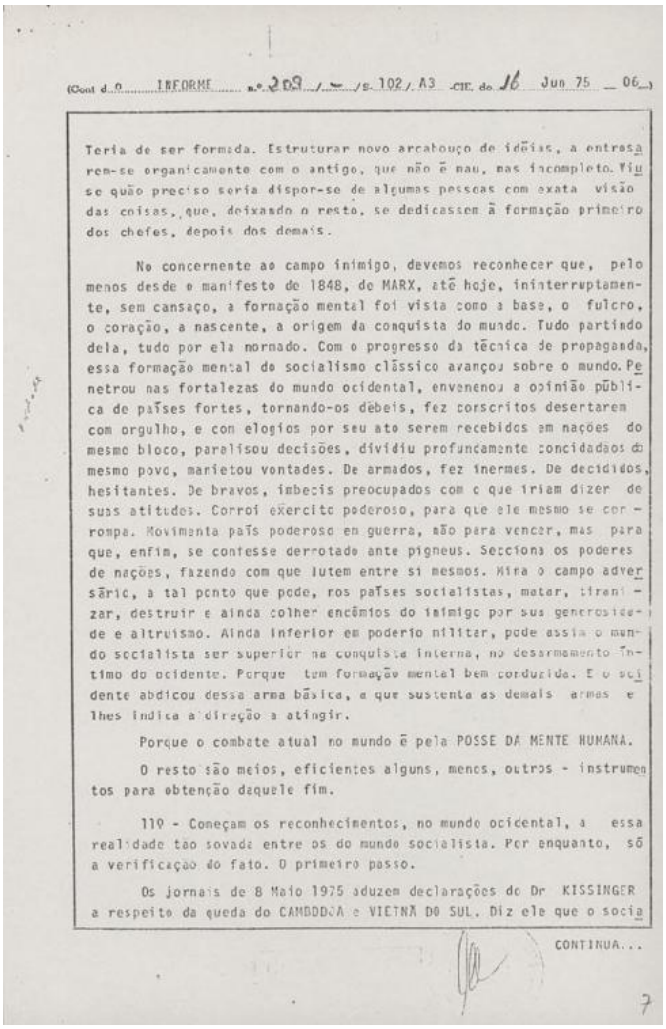
10º - Nestes últimos 12 anos, ainda em tempos do Gov GOULART, muito se escreveu sobre a necessidade de formação, em profundidade, dos espíritos. E o resultado tem sido diminuto. Em todos estes anos. Anos de idéias inúteis.

Uma e outra pessoa, mostrou-se sensível à persistente argumentação; mas, não se encontrava ao nível das decisões. Quanto aos demais, não encontraram nem tempo, nem disposição e não tinham o hábito de estudarem papeis sobre formação "mental" - algo sutil e aparentemente tão distanciado dos afazeres do momento, das lutas a vencer, das tarefas a executar. Principalmente, das preocupações que se apreciavam manter.

Planos de "mentalização" foram elaborados. Percebia-se com dura clareza a ausência de mentalidade preparada para nova realidade.

CONTINUA...

6



(Cont d.o INFORME n.º 209 / 75 /S. 102/ A3 CIE. de 16 Jun 75 - 06 -)

Teria de ser formida. Estruturar novo arcabouço de idéias, a entrosarem-se organicamente com o antigo, que não é mau, mas incompleto. Viu-se quão preciso seria dispor-se de algumas pessoas com exata visão das coisas, que, deixando o resto, se dedicassem à formação primeiro dos chefes, depois dos demais.

No concernente ao campo inimigo, devemos reconhecer que, pelo menos desde o manifesto de 1848, de MARX, até hoje, ininterruptamente, sem cansaço, a formação mental foi vista como a base, o fulcro, o coração, a nascente, a origem da conquista do mundo. Tudo partindo dela, tudo por ela normado. Com o progresso da técnica de propaganda, essa formação mental do socialismo clássico avançou sobre o mundo. Penetrou nas fortalezas do mundo ocidental, envenenou a opinião pública de países fortes, tornando-os débeis, fez conscritos desertarem com orgulho, e com elogios por seu ato serem recebidos em nações do mesmo bloco, paralisou decisões, dividiu profundamente concidadãos do mesmo povo, marietou vontades. De armados, fez inermes. De decididos, hesitantes. De bravos, imbecis preocupados com o que iriam dizer de suas atitudes. Corroi exército poderoso, para que ele mesmo se corrompa. Movimenta país poderoso em guerra, não para vencer, mas para que, enfim, se confesse derrotado ante pigneus. Seccionou os poderes de nações, fazendo com que lutem entre si mesmos. Mira o campo adversário, a tal ponto que pode, nos países socialistas, matar, liranizar, destruir e ainda colher encômios do inimigo por sua generosidade e altruísmo. Ainda inferior em poderio militar, pode assim o mundo socialista ser superior na conquista interna, no desarmamento íntimo do ocidente. Porque tem formação mental bem cordurida. E o ocidente abdicou dessa arma básica, a que sustenta as demais armas e lhes indica a direção a atingir.

Porque o combate atual no mundo é pela POSSE DA MENTE HUMANA.

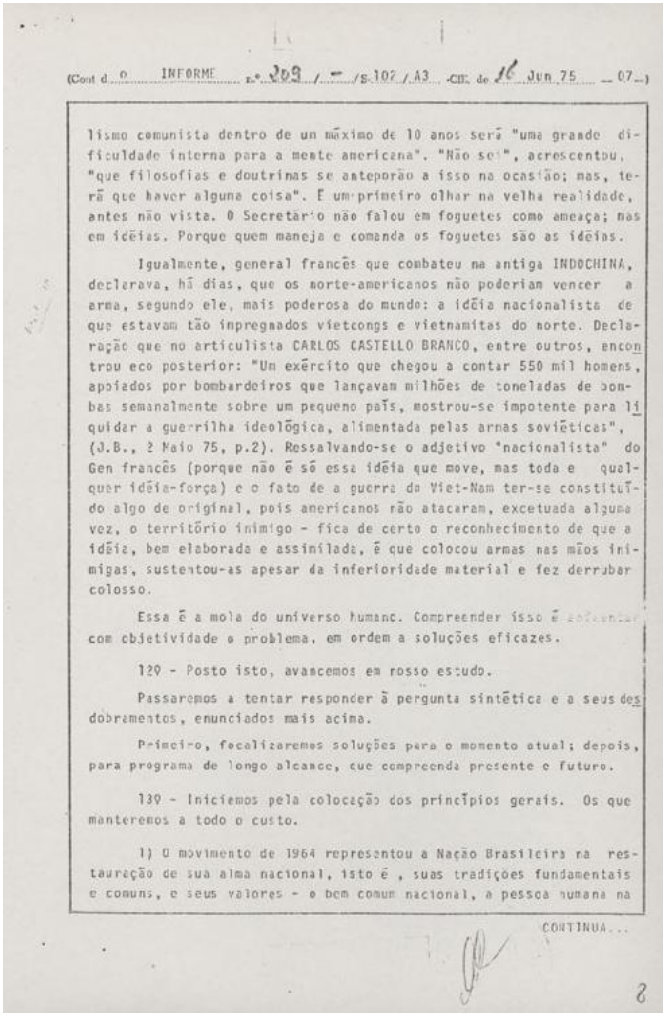
O resto são meios, eficientes alguns, menos, outros - instrumentos para obtenção daquele fim.

119 - Começam os reconhecimentos, no mundo ocidental, a essa realidade tão sovada entre os do mundo socialista. Por enquanto, só a verificação do fato. O primeiro passo.

Os jornais de 8 Maio 1975 aduzem declarações do Dr KISSINGER a respeito da queda do CAMBODJA e VIETNÃ DO SUL. Diz ele que o socia

CONTINUA...

7



(Cont d o INFORME nº 209 / - /S-102 / A3 -Cm. de 16 Jun 75 - 07 -)

lismo comunista dentro de un máximo de 10 anos será "uma grande dificuldade interna para a mente americana". "Não sei", acrescentou, "que filosofias e doutrinas se anteporão a isso na ocasião; mas, terá que haver alguma coisa". É um primeiro olhar na velha realidade, antes não vista. O Secretário não falou em foguetes como ameaça; mas em idéias. Porque quem maneja e comanda os foguetes são as idéias.

Igualmente, general francês que combateu na antiga INDOCHINA, declarava, há dias, que os norte-americanos não poderiam vencer a arma, segundo ele, mais poderosa do mundo: a idéia nacionalista de que estavam tão impregnados vietcongs e vietnamitas do norte. Declaração que no articulista CARLOS CASTELLO BRANCO, entre outros, encontrou eco posterior: "Um exército que chegou a contar 550 mil homens, apoiados por bombardeiros que lançavam milhões de toneladas de bombas semanalmente sobre um pequeno país, mostrou-se impotente para liquidar a guerrilha ideológica, alimentada pelas armas soviéticas", (J.B., 2 Maio 75, p.2). Ressalvando-se o adjetivo "nacionalista" do Gen francês (porque não é só essa idéia que move, mas toda e qualquer idéia-força) e o fato de a guerra do Viet-Nam ter-se constituído algo de original, pois americanos não atacaram, excetuada alguma vez, o território inimigo - fica de certo o reconhecimento de que a idéia, bem elaborada e assimilada, é que colocou armas nas mãos inimigas, sustentou-as apesar da inferioridade material e fez derrubar colosso.

Essa é a mola do universo humano. Compreender isso é [illegible] com objetividade o problema, em ordem a soluções eficazes.

12º - Posto isto, avancemos em nosso estudo.

Passaremos a tentar responder à pergunta sintética e a seus desdobramentos, enunciados mais acima.

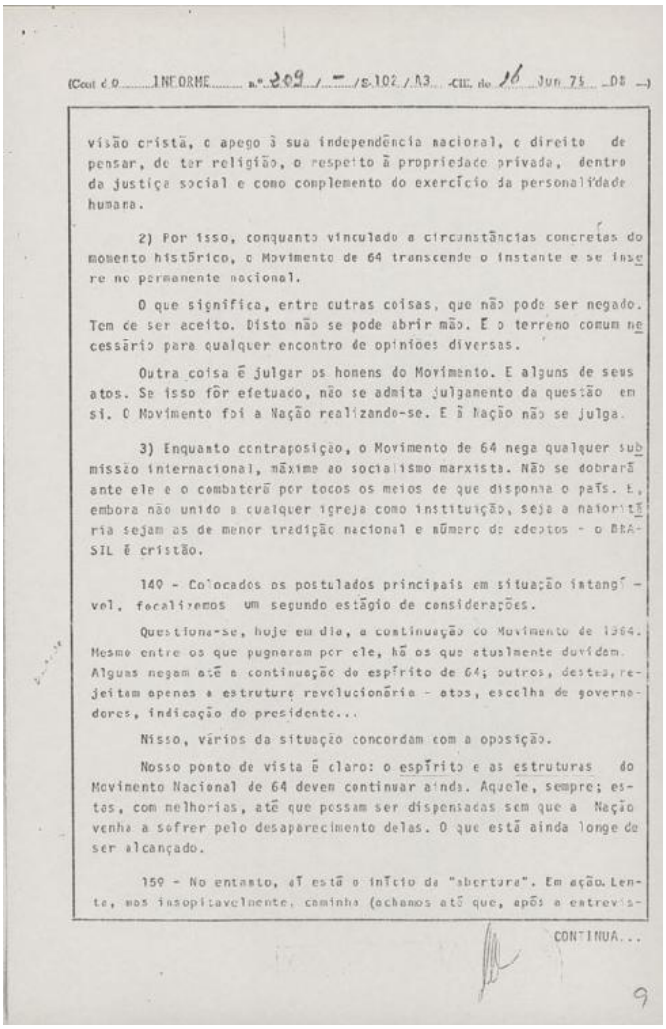
Primeiro, focalizaremos soluções para o momento atual; depois, para programa de longo alcance, que compreenda presente e futuro.

13º - Iniciemos pela colocação dos princípios gerais. Os que manteremos a todo o custo.

1) O movimento de 1964 representou a Nação Brasileira na restauração de sua alma nacional, isto é , suas tradições fundamentais e comuns, e seus valores - o bem comum nacional, a pessoa humana na

CONTINUA...

8



(Cont. d.o INFORME n.º 209 / - /S.102 / 83 -CIE. de 16 Jun 75 -DS -)

visão cristã, o apego à sua independência nacional, o direito de pensar, de ter religião, o respeito à propriedade privada, dentro da justiça social e como complemento do exercício da personalidade humana.

2) Por isso, conquanto vinculado a circunstâncias concretas do momento histórico, o Movimento de 64 transcende o instante e se insere no permanente nacional.

O que significa, entre outras coisas, que não pode ser negado. Tem de ser aceito. Disto não se pode abrir mão. É o terreno comum necessário para qualquer encontro de opiniões diversas.

Outra coisa é julgar os homens do Movimento. E alguns de seus atos. Se isso for efetuado, não se admita julgamento da questão em si. O Movimento foi a Nação realizando-se. E a Nação não se julga.

3) Enquanto contraposição, o Movimento de 64 nega qualquer submissão internacional, máxime ao socialismo marxista. Não se dobrará ante ele e o combaterá por todos os meios de que disponha o país. E, embora não unido a qualquer igreja como instituição, seja a maioritária sejam as de menor tradição nacional e número de adeptos - o BRASIL é cristão.

14º - Colocados os postulados principais em situação intangível, focalizemos um segundo estágio de considerações.

Questiona-se, hoje em dia, a continuação do Movimento de 1964. Mesmo entre os que pugnaram por ele, há os que atualmente duvidam. Alguns negam até a continuação do espírito de 64; outros, destes, rejeitam apenas a estrutura revolucionária - atos, escolha de governadores, indicação do presidente...

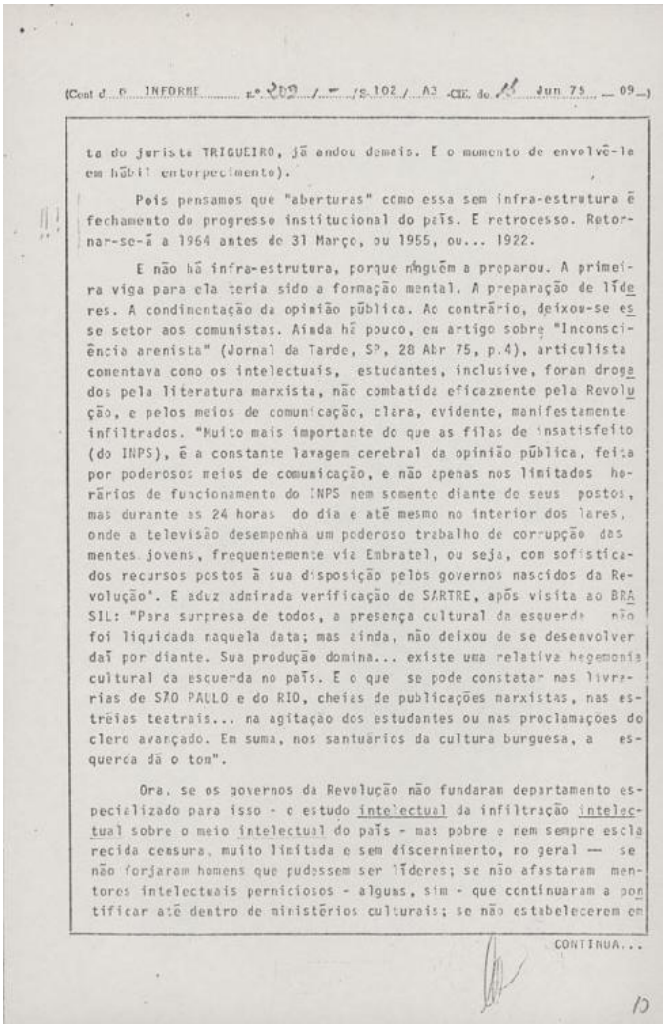
Nisso, vários da situação concordam com a oposição.

Nosso ponto de vista é claro: o espírito e as estruturas do Movimento Nacional de 64 devem continuar ainda. Aquele, sempre; estas, com melhorias, até que possam ser dispensadas sem que a Nação venha a sofrer pelo desaparecimento delas. O que está ainda longe de ser alcançado.

15º - No entanto, aí está o início da "abertura". Em ação. Lenta, mas inopitavelmente, caminha (achamos até que, após a entrevis-

CONTINUA...

9



(Cont d p INFORME n.º 203 / - /S 102 / A2 -CIE. de 15 Jun 75 — 09—)

ta do jurista TRIGUEIRO, já andou demais. É o momento de envolvê-lo em hábil entorpecimento).

Pois pensamos que "aberturas" como essa sem infra-estrutura é fechamento do progresso institucional do país. É retrocesso. Retornar-se-á a 1964 antes de 31 Março, ou 1955, ou... 1922.

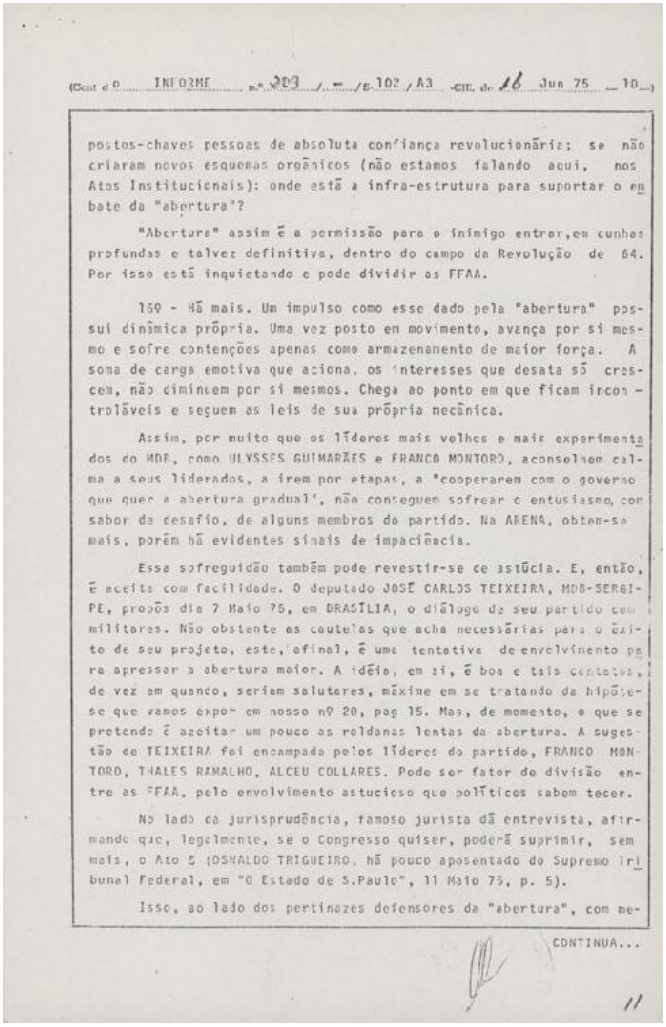
E não há infra-estrutura, porque ninguém a preparou. A primeira viga para ela teria sido a formação mental. A preparação de líderes. A condimentação da opinião pública. Ao contrário, deixou-se esse setor aos comunistas. Ainda há pouco, em artigo sobre "Inconsciência arenista" (Jornal da Tarde, SP, 28 Abr 75, p.4), articulista comentava como os intelectuais, estudantes, inclusive, foram drogados pela literatura marxista, não combatida eficazmente pela Revolução, e pelos meios de comunicação, clara, evidente, manifestamente infiltrados. "Muito mais importante do que as filas de insatisfeito (do INPS), é a constante lavagem cerebral da opinião pública, feita por poderosos meios de comunicação, e não apenas nos limitados horários de funcionamento do INPS nem somente diante de seus postos, mas durante as 24 horas do dia e até mesmo no interior dos lares, onde a televisão desempenha um poderoso trabalho de corrupção das mentes jovens, frequentemente via Embratel, ou seja, com sofisticados recursos postos à sua disposição pelos governos nascidos da Revolução'. E aduz admirada verificação de SARTRE, após visita ao BRASIL: "Para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data; mas ainda, não deixou de se desenvolver daí por diante. Sua produção domina... existe uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país. É o que se pode constatar nas livrarias de SÃO PAULO e do RIO, cheias de publicações marxistas, nas estréias teatrais... na agitação dos estudantes ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa, a esquerda dá o tom".

Ora, se os governos da Revolução não fundaram departamento especializado para isso - o estudo intelectual da infiltração intelectual sobre o meio intelectual do país - mas pobre e nem sempre esclarecida censura, muito limitada e sem discernimento, ro geral — se não forjaram homens que pudessem ser líderes; se não afastaram mentores intelectuais perniciosos - alguns, sim - que continuaram a pontificar até dentro de ministérios culturais; se não estabelecerem em

CONTINUA...

10

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont. d.º INFORME nº 203 /- - /E.102 / A3 -CIE, de 16 Jun 75 - 10 -)

postos-chaves pessoas de absoluta confiança revolucionária; se não criaram novos esquemas orgânicos (não estamos falando aqui, nos Atos Institucionais): onde está a infra-estrutura para suportar o embate da "abertura"?

"Abertura" assim é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitiva, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as FFAA.

159 - Há mais. Um impulso como esse dado pela "abertura" possui dinâmica própria. Uma vez posto em movimento, avança por si mesmo e sofre contenções apenas como armazenamento de maior força. A soma de carga emotiva que aciona, os interesses que desata só crescem, não cimentam por si mesmos. Chega ao ponto em que ficam incontroláveis e seguem as leis de sua própria mecânica.

Assim, por muito que os líderes mais velhos e mais experimentados do MDB, como ULYSSES GUIMARÃES e FRANCO MONTORO, aconselhem calma a seus liderados, a irem por etapas, a "cooperarem com o governo que quer a abertura gradual", não conseguem sofrear o entusiasmo, com sabor de desafio, de alguns membros do partido. Na ARENA, obtem-se mais, porém há evidentes sinais de impaciência.

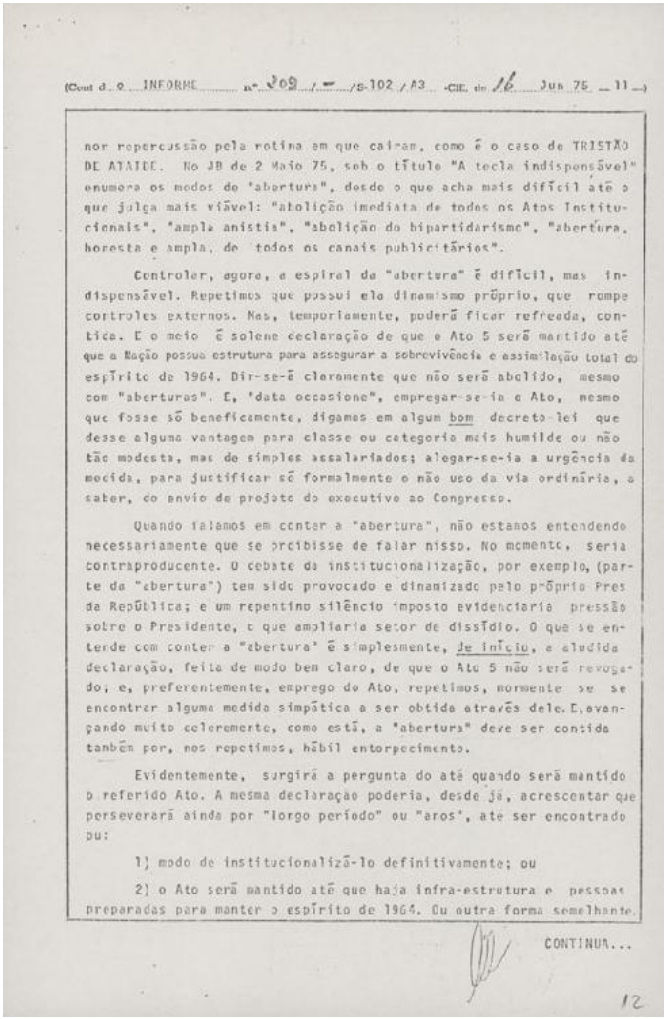
Essa sofreguidão também pode revestir-se de astúcia. E, então, é aceita com facilidade. O deputado JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, MDB-SERGIPE, propôs dia 7 Maio 75, em BRASÍLIA, o diálogo de seu partido com militares. Não obstante as cautelas que acha necessárias para o êxito de seu projeto, este, afinal, é uma tentativa de envolvimento para apressar a abertura maior. A idéia, em si, é boa e tais contatos, de vez em quando, seriam salutares, máxime em se tratando da hipótese que vamos expor em nosso nº 20, pag 15. Mas, de momento, o que se pretende é aceitar um pouco as roldanas lentas da abertura. A sugestão de TEIXEIRA foi encampada pelos líderes do partido, FRANCO MONTORO, THALES RAMALHO, ALCEU COLLARES. Pode ser fator de divisão entre as FFAA, pelo envolvimento astucioso que políticos sabem tecer.

No lado da jurisprudência, famoso jurista dá entrevista, afirmando que, legalmente, se o Congresso quiser, poderá suprimir, sem mais, o Ato 5 (OSWALDO TRIGUEIRO, há pouco aposentado do Supremo Tribunal Federal, em "O Estado de S.Paulo", 11 Maio 75, p. 5).

Isso, ao lado dos pertinazes defensores da "abertura", com me-

CONTINUA...

11



(Cont d.o INFORME nº 309 / - /S-102 / A3 - CIE, de 16 Jun 75 - 11 -)

nor repercussão pela rotina em que caíram, como é o caso de TRISTÃO DE ATAIDE. No JB de 2 Maio 75, sob o título "A tecla indispensável" enumera os modos de "aberturas", desde o que acha mais difícil até o que julga mais viável: "abolição imediata de todos os Atos Institucionais", "ampla anistia", "abolição do bipartidarismo", "abertura, honesta e ampla, de todos os canais publicitários".

Controlar, agora, a espiral da "abertura" é difícil, mas indispensável. Repetimos que possui ela dinamismo próprio, que rompe controles externos. Mas, temporiamente, poderá ficar refreada, contida. E o meio é solene declaração de que o Ato 5 será mantido até que a Nação possua estrutura para assegurar a sobrevivência e assimilação total do espírito de 1964. Dir-se-á claramente que não será abolido, mesmo com "aberturas". E, "data occasione", empregar-se-ia o Ato, mesmo que fosse só beneficamente, digamos em algum bom decreto-lei que desse alguma vantagem para classe ou categoria mais humilde ou não tão modesta, mas de simples assalariados; alegar-se-ia a urgência da medida, para justificar só formalmente o não uso da via ordinária, a saber, co envio de projeto do executivo ao Congresso.

Quando falamos em conter a "abertura", não estamos entendendo necessariamente que se percibisse de falar nisso. No momento, seria contraproducente. O debate da institucionalização, por exemplo, (parte da "abertura") tem sido provocado e dinamizado pelo próprio Pres da República; e um repentino silêncio imposto evidenciaria pressão sobre o Presidente, o que ampliaria setor de dissídio. O que se entende com conter a "abertura" é simplesmente, de início, a aludida declaração, feita de modo bem claro, de que o Ato 5 não será revogado; e, preferentemente, emprego do Ato, repetimos, mormente se se encontrar alguma medida simpática a ser obtida através dele. E, avançando muito celeremente, como está, a "abertura" deve ser contida também por, nos repetimos, hábil entorpecimento.

Evidentemente, surgirá a pergunta do até quando será mantido o referido Ato. A mesma declaração poderia, desde já, acrescentar que perseverará ainda por "longo período" ou "anos", até ser encontrado ou:

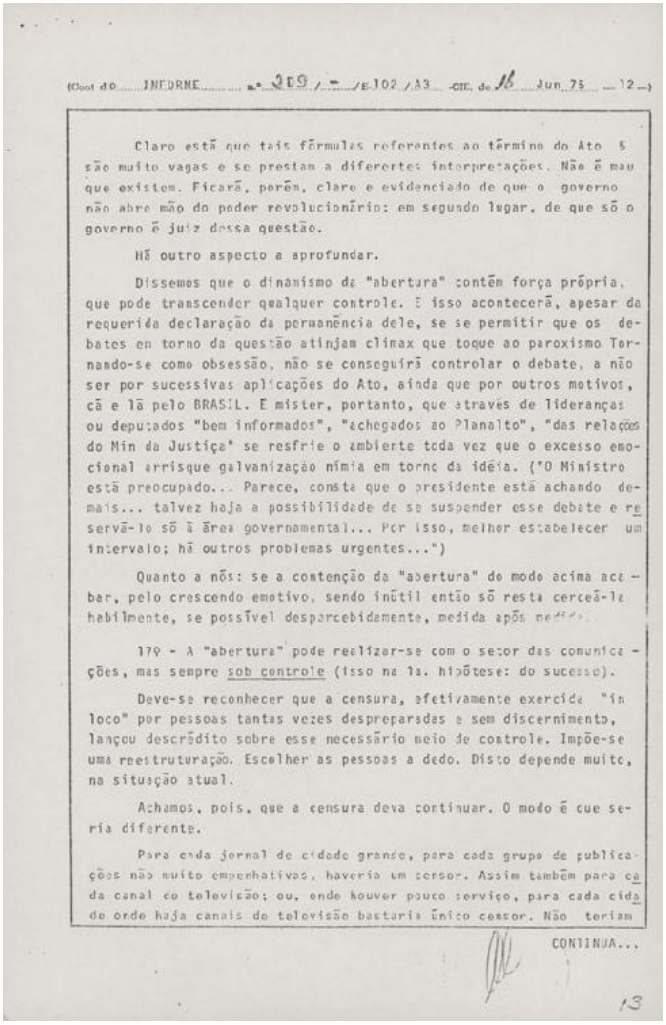
1) modo de institucionalizá-lo definitivamente; ou

2) o Ato será mantido até que haja infra-estrutura e pessoas preparadas para manter o espírito de 1964. Ou outra forma semelhante.

CONTINUA...

12

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont do INFORME nº 209 / - /E-102 /83 - CIE. de 16 Jun 83 - 12 -)

Claro está que tais fórmulas referentes ao término do Ato 5 são muito vagas e se prestam a diferentes interpretações. Não é mau que existam. Ficará, porém, claro e evidenciado de que o governo não abre mão do poder revolucionário: em segundo lugar, de que só o governo é juiz dessa questão.

Há outro aspecto a aprofundar.

Dissemos que o dinamismo da "abertura" contém força própria, que pode transcender qualquer controle. E isso acontecerá, apesar da requerida declaração da permanência dele, se se permitir que os debates em torno da questão atinjam clímax que toque ao paroxismo Tornando-se como obsessão, não se conseguirá controlar o debate, a não ser por sucessivas aplicações do Ato, ainda que por outros motivos, cá e lá pelo BRASIL. É mister, portanto, que através de lideranças ou deputados "bem informados", "achegados ao Planalto", "das relações do Min da Justiça" se resfrie o ambiente toda vez que o excesso emocional arrisque galvanização nímia em torno da idéia. ("O Ministro está preocupado... Parece, consta que o presidente está achando demais... talvez haja a possibilidade de se suspender esse debate e reservá-lo só à área governamental... Por isso, melhor estabelecer um intervalo; há outros problemas urgentes...")

Quanto a nós: se a contenção da "abertura" do modo acima acabar, pelo crescendo emotivo, sendo inútil então só resta cerceá-la habilmente, se possível despercebidamente, medida após medida.

17º - A "abertura" pode realizar-se com o setor das comunicações, mas sempre sob controle (isso na 1a. hipótese: do sucesso).

Deve-se reconhecer que a censura, efetivamente exercida "in loco" por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação. Escolher as pessoas a dedo. Disto depende muito, na situação atual.

Achamos, pois, que a censura deva continuar. O modo é que seria diferente.

Para cada jornal de cidade grande, para cada grupo de publicações não muito empenhativas, haveria um censor. Assim também para cada canal de televisão; ou, onde houver pouco serviço, para cada cidade onde haja canais de televisão bastaria único censor. Não teriam

CONTINUA...

13

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

(Cont d O ..... INFORME n.º 393 / 75 /S-102 / A3 -CIE. de 16 Jun 75 — 13 —)

sua sede no órgão de comunicação, a não ser que fosse impossível outro modo. E nem visitariam o órgão.

Designadas as pessoas, o chefe local ou o representante do Ministério da Justiça ou quem for, que tenha autoridade para isso, convocaria aos diretores dos órgãos de comunicação. Em entrevista quanto possível amena e sem exibições de autoritarismo, dir-se-ia claro a todos que competiria a cada órgão auto-censurar-se. Como critério básico, a segurança nacional. E como esse termo pode ser compreendido de múltiplas maneiras, dar-se-iam exemplos do que se entende, no caso, por segurança nacional. Assim mesmo, publicando o órgão algo que atente contra aquela exigência, caberia ao censor, "a posteriori", pois, prevenir ao diretor; na décima (quinta?) admoestação, o censor passaria a trabalhar dentro do órgão comunicador e fazendo censura prévia.

Havendo algum órgão comunicador que recuse colaborar e autocensurar-se (será talvez o caso de "O Estado de São Paulo"), a mecânica será a mesma. Na reunião dos diretores com o representante do Ministério, este responderia que confiava no patriotismo dos dirigentes da publicação (da TV...) e esperava que não fossem atentar contra o país; mas, que havendo alguma transgressão seriam feitas as advertências e, caso prosseguisse o atentado à segurança, igualmente um censor se instalaria outra vez dentro do órgão de comunicação. Como para os demais. Só que, garantia-se, seria censor inteligente e bem dotado, incapaz de mesquinharias, e culto.

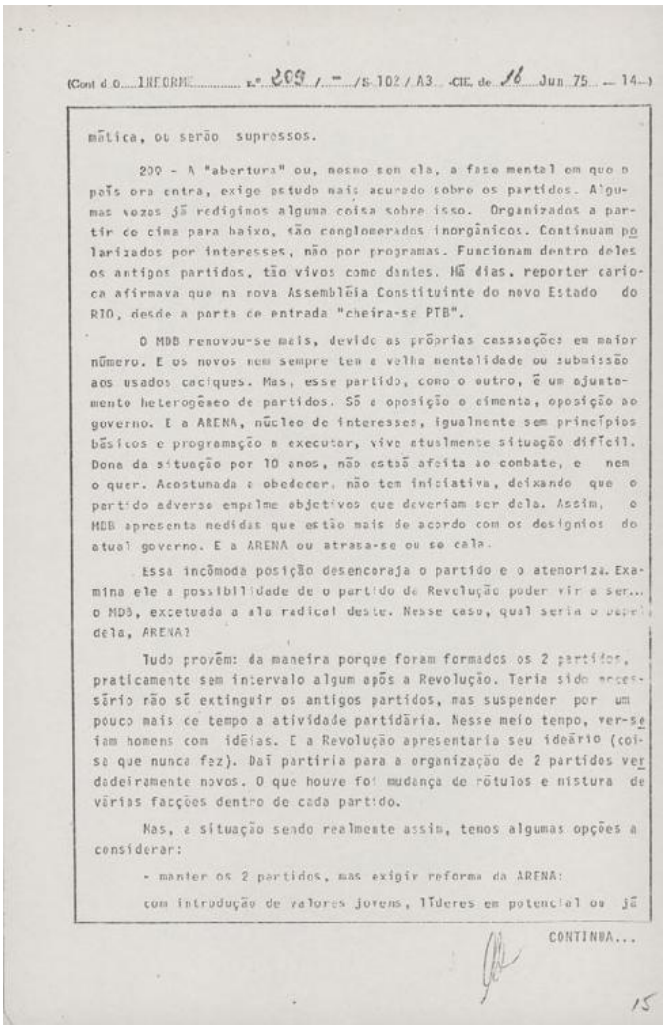
189 - Por fim, não é demasiado observar a imensa importância dos órgãos de comunicação na formação da opinião pública. Se ficarem largados a si mesmos, podem destruir uma Nação. Podem também alimentar com novo dinamismo a força intrínseca da "abertura", a tal ponto que, afinal, ela supere qualquer controle e chegue a destruir governos, ante eleições livres convocadas expressamente, e julgar todo o Movimento de 1964 como ilegítimo.

"Abertura" vigiada dos meios de comunicação, sim.

190 - Ao mesmo tempo que se reorganiza esse setor, este seria o momento de impedir a publicação de jornais só de títulos e muitos crimes, vergonha nacional e energia para a imaginação de pessoas ignorantes ou mórbidas. - Um ultimatum: ou tais jornais mudam de siste-

CONTINUA...

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(Cont d o INFORM x.º 209 /-- /S 102 / A3 -CIE. de 16 Jun 75 -- 14--)

mática, ou serão supressos.

200 - A "abertura" ou, mesmo sem ela, a fase mental em que o país ora entra, exige estudo mais acurado sobre os partidos. Algumas vezes já redigimos alguma coisa sobre isso. Organizados a partir de cima para baixo, são conglomerados inorgânicos. Continuam polarizados por interesses, não por programas. Funcionam dentro deles os antigos partidos, tão vivos como dantes. Há dias, repórter carioca afirmava que na nova Assembléia Constituinte do novo Estado do RIO, desde a porta de entrada "cheira-se PTB".

O MDB renovou-se mais, devido às próprias cassações em maior número. E os novos nem sempre têm a velha mentalidade ou submissão aos usados caciques. Mas, esse partido, como o outro, é um ajuntamento heterogêneo de partidos. Só a oposição o cimenta, oposição ao governo. E a ARENA, núcleo de interesses, igualmente sem princípios básicos e programação a executar, vive atualmente situação difícil. Dona da situação por 10 anos, não está afeita ao combate, e nem o quer. Acostumada a obedecer, não tem iniciativa, deixando que o partido adverso empalme objetivos que deveriam ser dela. Assim, o MDB apresenta medidas que estão mais de acordo com os desígnios do atual governo. E a ARENA ou atrasa-se ou se cala.

Essa incômoda posição desencoraja o partido e o atenoriza. Examina ele a possibilidade de o partido da Revolução poder vir a ser... o MDB, excetuada a ala radical deste. Nesse caso, qual seria o papel dela, ARENA?

Tudo provém: da maneira porque foram formados os 2 partidos, praticamente sem intervalo algum após a Revolução. Teria sido necessário não só extinguir os antigos partidos, mas suspender por um pouco mais de tempo a atividade partidária. Nesse meio tempo, ver-se-iam homens com idéias. E a Revolução apresentaria seu ideário (coisa que nunca fez). Daí partiria para a organização de 2 partidos verdadeiramente novos. O que houve foi mudança de rótulos e mistura de várias facções dentro de cada partido.

Mas, a situação sendo realmente assim, temos algumas opções a considerar:

- manter os 2 partidos, mas exigir reforma da ARENA:

com introdução de valores jovens, líderes em potencial ou já

CONTINUA...

15

(Cont d 0 INFORME n.º 289 /-/S-102/AS -CIE. de 16 Jun 75 - 15-)

realizados (JOSE BONIFACIO, por exemplo, foi constituinte em 1934); ideário e programação claros e exequíveis; tentar fusão das heterogeneidades excessivas; libertar a ARENA de tutela exagerada, fazendo-se com que se sinta maior de idade; dar pequenos cursos intensivos de formação político-partidária, criando-se assim não bem uma "mística", mas uma consciência comum entre arenistas; para o MDB: o que for aplicável - apelo a que formem bem seus membros, pois o BRASIL precisa de todos seus filhos; que se aglutinem mais homogeneamente, conservando, embora, as legítimas diferenças acidentais; ressaltar o quanto o governo espera da crítica construtiva e colaboração da oposição;

- deixar com que a ARENA se esfacele por debilidade, sem sobressaltos, que se "apague" lentamente. Neste caso, chegará o momento em que o governo terá que criar novo(s) partido(s). E apresentará tal criação como conseqüência necessária aste a liquescência da ARENA. Haveria a vantagem de que, assim, se sepultariam alguns dos velhos pagés, mas não se deve esquecer que lideranças não se improvisam e alguns têm de ser utilizados mesmo na nova organização.

Numa reorganização, o MDB também apresentaria mais evidentes seus aspectos de dissolução. Seria, então, preciso um novo "ordenamento" partidário no BRASIL; outra opção seria a de criar um 3º partido, ou deixar que ele apareça. Provavelmente seria um partido de tipo "socialista".

A propósito, este é o lugar para uma digressão. O vocábulo "socialismo" é hoje usado em sentido contraditório. Ora, como sinônimo de totalitarismo ideológico-econômico-político; ora como equivalente a democracia e a "justiça social". Esta última palavra foi usada pelo Código de Malines, há décadas, e nasceu diretamente da Igreja Católica, que vem orientando a solução da "questão social" desde 1891. Pois bem. Socialismo, de fato, é um sistema absolutamente, quer dizer, integralmente totalitário; compreende as fontes de produção, todas, na mão do Estado, e, enfim, o pensamento dos cidadãos. O comunismo é legítimo socialismo, diferindo dele só nos métodos, pois prefere a rápida tomada do poder, por qualquer meio. Mas, o ideário e o programa de ação é idêntico. Daí vem que o fraseário russo só fala em mundo socialista, repúblicas socialistas, implantar o socialismo. Porque realmente se refere ao genuíno socialismo. MARI é socialista., marxismo é socialismo puro. A partir do conceito de " so-

CONTINUA...

16

cial' e "sociedade", foi-se formando outro conteúdo para o vocábulo. Indicaria a melhor repartição de riquezas, a maior participação nos bens, a justiça social dentro de um país e no mundo. São significados contraditórios, pois este último não compreende o totalitarismo radical e absoluto do primeiro. E é uma lástima que se use de termo com dupla significação. Essa ambiguidade também é propaganda do socialismo verdadeiro, do qual a RÚSSIA e CHINA são baluartes. Daí vem o complexo de inferioridade do socialismo ante o comunismo: porque parece não ter a coragem de ser lógico e assumir os métodos do comunismo, que é o socialismo pleno.

Aqui, o 3º partido seria mais provavelmente do tipo "socialista", de um socialismo "democrático", em que pese o paradoxo evidente. Como nas monarquias nórdicas, ou na ALEMANHA OCIDENTAL, ou INGLATERRA. Um "socialismo" caboclo, com larga margem demagógica, dado o assunto e metas que se proporia. Também quereria monopolizar a luta pela justiça social, como se fosse só sua. Mas, seria uma opção a se considerar. E tornar-se-ia o maior partido nacional. Há um óbice, porém, a ser cuidadosamente estudado: dada sua ambiguidade e indecisão de contornos, tal partido seria o mais sujeito a infiltrações de vulto;

- salvo melhor juízo, parece que, de momento, a melhor opção seria conservar os 2 partidos existentes, e reformulando a ARENA, mais com auxílio de elementos capazes, escolhidos dentro cela mesma. Reforma de dentro para fora. Deveria, depois, passar a ter iniciativas. A convidar, ela mesma: cavalheirescamente, a Ministros de pastas digamos "indiferentes" a exporem seus planos, êxitos e dificuldades ao Congresso (não "convocação" obrigatória: convites). A crer naquilo que tiver de debater (formação!). A ser um tanto ousada na disputa com o MDB. Firmando pouco a pouco, sua nova imagem, poderia até convidar inclusive a outras autoridades do Executivo (excetuado sempre o Presidente, que deve ficar acima disso) a fazerem palestras (evitar sempre o debate) no Congresso sobre alguns pontos de interesse geral. No aniversário da Revolução, poderia ela promover, para o fim das sessões de trabalho, por uns 10 dias ou semana exposições sobre o Movimento de 1964 feitas por chefes militares da época. Coisas assim para colocar o Executivo e o governo com o fato com o Congresso e povo em geral. Portanto, também com o MDB.

Isso, feito em BRASÍLIA, poderia acontecer, em nível menor, por

CONTINUA....

17

todo o BRASIL. Por que não, um contacto direto de militares bem convictos dos princípios que vão expor e bem preparados para os comunicar, nas cidades onde residem? (Vir de fora, só ocasionalmente, pois provoria plano previamente arquitetado para todo o país). Não entrariam em política partidária, mas consequentemente se valorizaria o partido do governo, pela própria propaganda discreta ou ao menos, pela só presença de um membro de setor executivo do governo, informalmente;

- outra opção: fazer com os 2 partidos assinassem compromisso com o governo (a Revolução) e permitir que se alternassem no poder (não na Presidência). Acordo: no essencial: oposição acidental à vontade.

21? - Outro ponto é examinar como serão designados os futuros governadores. Em eleições diretas, como programado, há grande perigo. O povo geralmente vota contra, porque que deseja, com ou sem razão, tudo o que julga dever possuir e não tem; e atribui tal carência ao governo existente. Modificar o critério, já estabelecido, para a designação dos futuros governadores antes das eleições de 76, é perigoso, pois os eleitores iriam às urnas sob o impacto da frustração. Cremos melhor esperar para após 1976. Poderia aí parecer manobra do governo, máxime se perder as eleições de 76; mas se deve suportar esse risco, en face a um bem maior.

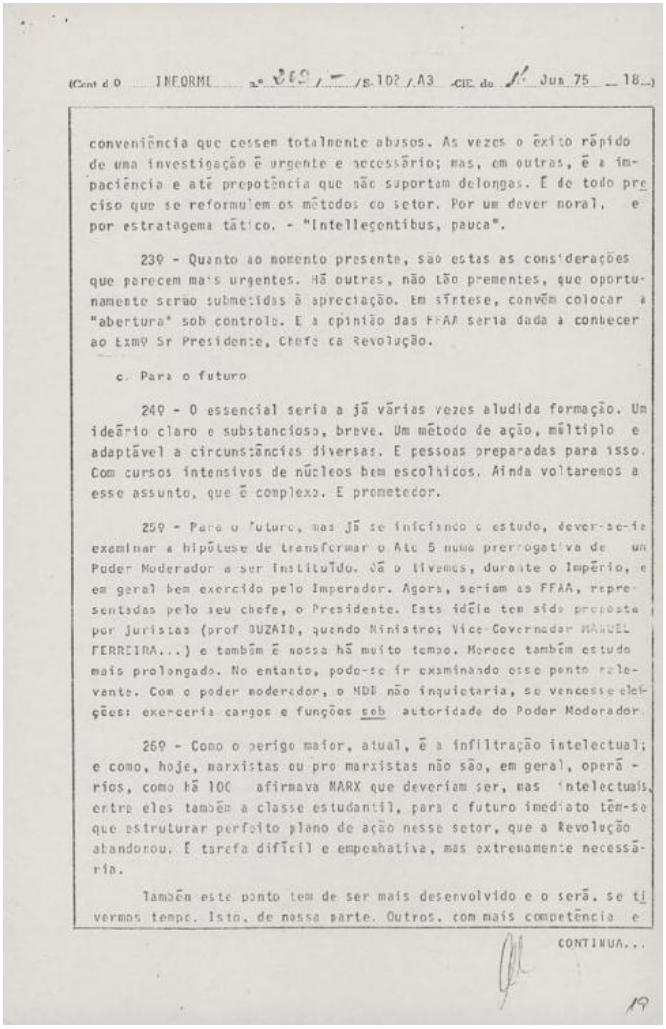
Talvez por falta de conhecimento das pessoas, as escolhas de governadores têm sido, em muitos casos, infelizes. Nem sempre as pessoas mais dóceis são as mais competentes. É mister que se aprimorem os critérios da escolha. Basta de fracassos nesse importante setor.

Realmente, a crise do material humano, não só para o preenchimento do cargo de governador, é intensa em nosso meio. Devemos reconhecê-lo. Só a formação do material humano pode fazer o BRASIL emergir da massa comum de pequenos países. Não há outra receita de elevação, de grandeza merecida.

22? - A "abertura" no tocante ao setor da Justiça poderá ainda manter-se sob relativo controle, nos casos mais agudos. No entanto, não haja ilusões: a Justiça permanece através de regimes. Ela julgará tais casos no futuro, seja quando for. Poderão ser explicados pelo ambiente de "guerra" do momento em que existiram, mas é de suma

CONTINUA...

18



(Cont d O INFORME nº 202 / - /S.102 / A3 CIE. de 1º Jun 75 - 18...)

conveniência que cessem totalmente abusos. As vezes o êxito rápido de uma investigação é urgente e necessário; mas, em outras, é a impaciência e até prepotência que não suportam delongas. É de todo preciso que se reformulem os métodos co setor. Por um dever moral, e por estratagema tático. - "Intelleçentibus, pauca".

239 - Quanto ao momento presente, são estas as considerações que parecem mais urgentes. Há outras, não tão prementes, que oportunamente serão submetidas à apreciação. Em síntese, convém colocar a "abertura" sob controle. E a opinião das FFAA seria dada a conhecer ao Exmº Sr Presidente, Chefe da Revolução.

c. Para o futuro

249 - O essencial seria a já várias vezes aludida formação. Um ideário claro e substancioso, breve. Um método de ação, múltiplo e adaptável a circunstâncias diversas. E pessoas preparadas para isso. Com cursos intensivos de núcleos bem escolhidos. Ainda voltaremos a esse assunto, que é complexo. E prometedor.

259 - Para o futuro, mas já se iniciando o estudo, dever-se-ia examinar a hipótese de transformar o Ato 5 numa prerrogativa de um Poder Moderador a ser instituído. Já o tivemos, durante o Império, e em geral bem exercido pelo Imperador. Agora, seriam as FFAA, representadas pelo seu chefe, o Presidente. Esta idéia tem sido proposta por juristas (prof DUZAID, quando Ministro; Vice-Governador MANUEL FERREIRA...) e também é nossa há muito tempo. Merece também estudo mais prolongado. No entanto, pode-se ir examinando esse ponto relevante. Com o poder moderador, o MDB não inquietaria, se vencesse eleições: exerceria cargos e funções sob autoridade do Poder Moderador.

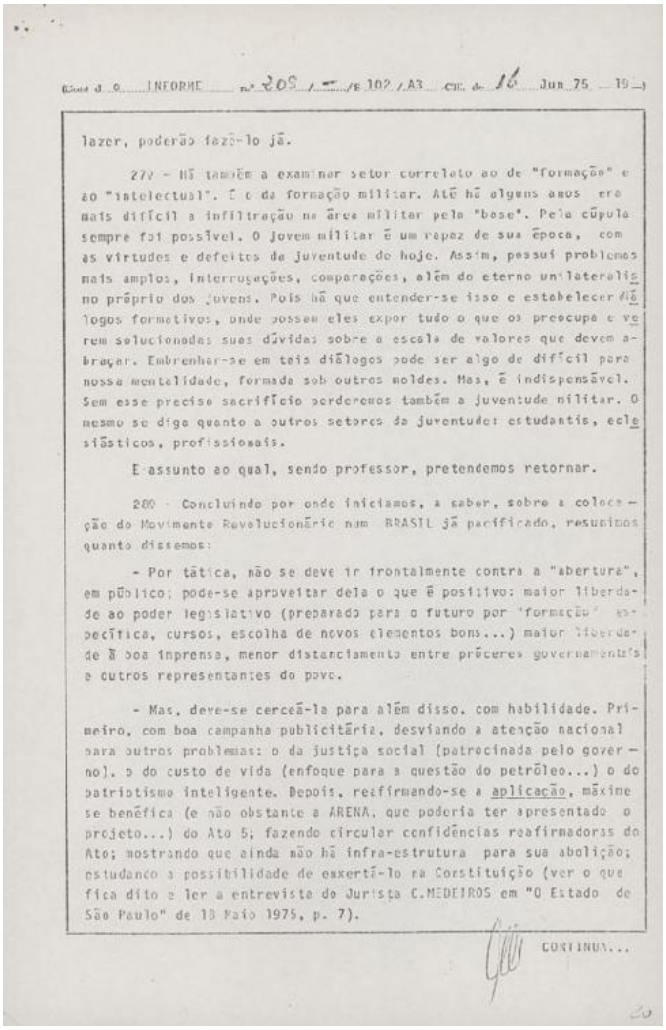
269 - Como o perigo maior, atual, é a infiltração intelectual; e como, hoje, marxistas ou pro marxistas não são, em geral, operários, como há 100 afirmava MARX que deveriam ser, mas intelectuais, entre eles também a classe estudantil, para o futuro imediato tem-se que estruturar perfeito plano de ação nesse setor, que a Revolução abandonou. É tarefa difícil e empenhativa, mas extremamente necessária.

Também este ponto tem de ser mais desenvolvido e o será, se tivermos tempo. Isto, de nossa parte. Outros, com mais competência e

CONTINUA...

19

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



Cont. d. 0 INFORME nº 209 / - /E 102 / A3 cic. de 16 Jun 75 19 -)

lazer, poderão fazê-lo já.

277 - Há também a examinar setor correlato ao de "formação" e ao "intelectual". É o da formação militar. Até há alguns anos era mais difícil a infiltração na área militar pela "base". Pela cúpula sempre foi possível. O jovem militar é um rapaz de sua época, com as virtudes e defeitos da juventude de hoje. Assim, possui problemas mais amplos, interrogações, comparações, além do eterno unilateralismo próprio dos jovens. Pois há que entender-se isso e estabelecer diálogos formativos, onde possam eles expor tudo o que os preocupa e verem solucionadas suas dúvidas sobre a escala de valores que devem abraçar. Embrenhar-se em tais diálogos pode ser algo de difícil para nossa mentalidade, formada sob outros moldes. Mas, é indispensável. Sem esse preciso sacrifício perderemos também a juventude militar. O mesmo se diga quanto a outros setores da juventude: estudantis, eclesiásticos, profissionais.

É assunto ao qual, sendo professor, pretendemos retornar.

280 - Concluindo por onde iniciamos, a saber, sobre a colocação do Movimento Revolucionário num BRASIL já pacificado, resumimos quanto dissemos:

- Por tática, não se deve ir frontalmente contra a "abertura", em público; pode-se aproveitar dela o que é positivo: maior liberdade ao poder legislativo (preparado para o futuro por "formação" específica, cursos, escolha de novos elementos bons...) maior liberdade à boa imprensa, menor distanciamento entre próceres governamentais e outros representantes do povo.

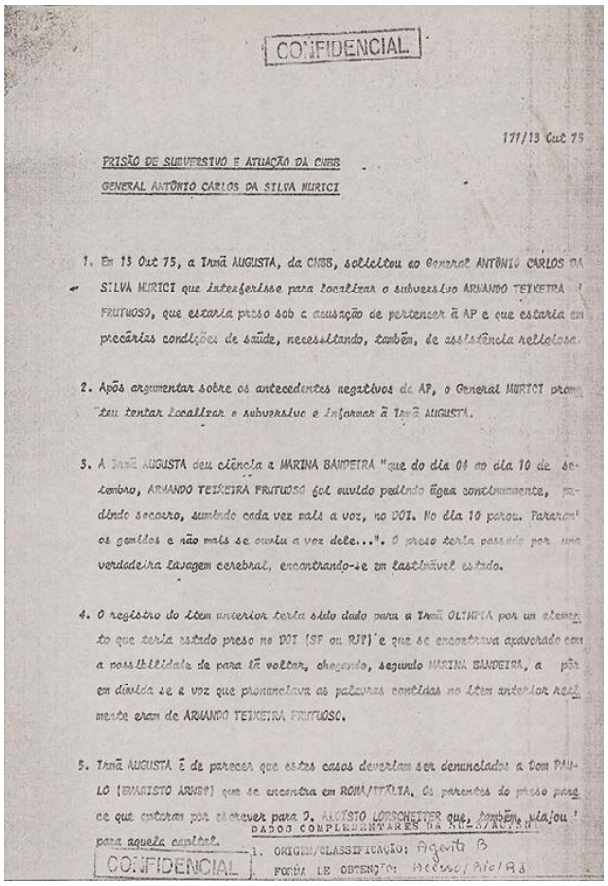
- Mas, deve-se cerceá-la para além disso, com habilidade. Primeiro, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas: o da justiça social (patrocinada pelo governo), o do custo de vida (enfoque para a questão do petróleo...) o do patriotismo inteligente. Depois, reafirmando-se a aplicação, máxime se benéfica (e não obstante a ARENA, que poderia ter apresentado o projeto...) do Ato 5; fazendo circular confidências reafirmadoras do Ato; mostrando que ainda não há infra-estrutura para sua abolição; estudando a possibilidade de exercê-lo na Constituição (ver o que fica dito e ler a entrevista do Jurista C.MEDEIROS em "O Estado de São Paulo" de 18 Maio 1975, p. 7).

CONTINUA...

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Conversas grampeadas pelo Centro de Informações da Aeronáutica sobre presos políticos



CONFIDENCIAL

177/13 Out 75

PRISÃO DE SUBVERSIVO E ATUAÇÃO DA CNBB
GENERAL ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICI

1. Em 13 Out 75, a Irmã AUGUSTA, da CNBB, solicitou ao General ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICI que interferisse para localizar o subversivo ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO, que estaria preso sob a acusação de pertencer à AP e que estaria em precárias condições de saúde, necessitando, também, de assistência religiosa.

2. Após argumentar sobre os antecedentes negativos da AP, o General MURICI prometeu tentar localizar o subversivo e informar à Irmã AUGUSTA.

3. A Irmã AUGUSTA deu ciência a MARINA BANDEIRA "que do dia 08 ao dia 10 de setembro, ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO foi ouvido pedindo água continuamente, pedindo socorro, sumindo cada vez mais a voz, no DOI. No dia 10 parou. Pararam os gemidos e não mais se ouviu a voz dele...". O preso teria passado por uma verdadeira lavagem cerebral, encontrando-se em lastimável estado.

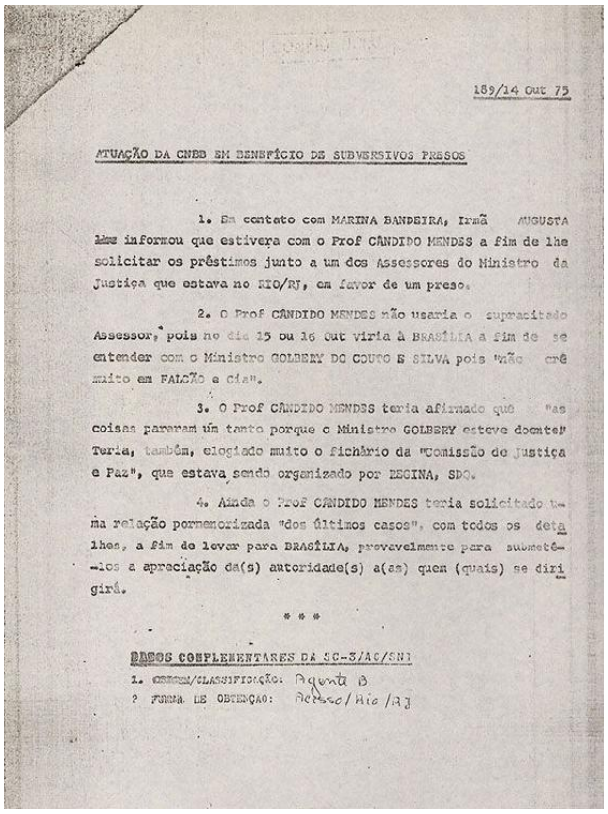
4. O registro do item anterior teria sido dado para a Irmã OLIMPIA por um elemento que teria estado preso no DOI (SP ou RJ) e que se encontrava avançado com a possibilidade de para lá voltar, chegando, segundo MARINA BANDEIRA, a pôr em dúvida se a voz que pronunciava as palavras contidas no item anterior realmente eram de ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO.

5. Irmã AUGUSTA é de parecer que estes casos deveriam ser denunciados a Dom PAULO [EVARISTO ARNS] que se encontra em ROMA/ITÁLIA. Os parentes do preso parece que estariam por escrever para D. ALOYSIO LORSCHEITER que, também, viajou para aquela capital.

DADOS COMPLEMENTARES DA REQUISIÇÃO
1. ORIGEM/CLASSIFICAÇÃO: Agente B
FORMA DE OBTENÇÃO: Acesso/Pic/Aç

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição]



189/14 Out 75

ATUAÇÃO DA CNBB EM BENEFÍCIO DE SUBVERSIVOS PRESOS

1. Em contato com MARINA BANDEIRA, Irmã AUGUSTA informou que estivera com o Prof CÂNDIDO MENDES a fim de lhe solicitar os prêstimos junto a um dos Assessores do Ministro da Justiça que estava no RIO/RJ, em favor de um preso.

2. O Prof CÂNDIDO MENDES não usaria o supracitado Assessor, pois no dia 15 ou 16 Out viria à BRASÍLIA a fim de se entender com o Ministro GOLBERY DO COUTO E SILVA pois "não crê muito em FALCÃO e cia".

3. O Prof CÂNDIDO MENDES teria afirmado que "as coisas pararam um tanto porque o Ministro GOLBERY esteve doente" Teria, também, elogiado muito o fichário da "Comissão de Justiça e Paz", que estava sendo organizado por REGINA, SDO.

4. Ainda o Prof CÂNDIDO MENDES teria solicitado uma relação pormenorizada "dos últimos casos", com todos os detalhes, a fim de levar para BRASÍLIA, provavelmente para submetê-los a apreciação da(s) autoridade(s) a(as) quem (quais) se dirigirá.

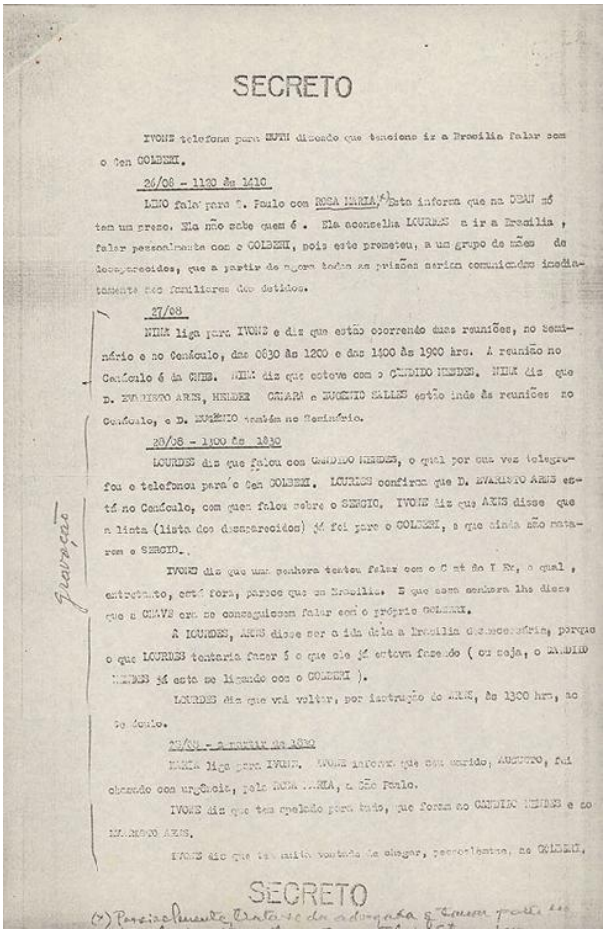
* * *

DADOS COMPLEMENTARES DA SC-3/AC/SNI

1. ORIGEM/CLASSIFICAÇÃO: Agente B

2 FORMA DE OBTENÇÃO: Pessoal/Rio/RJ

[Voltar] | [Transcrição]



SECRETO

IVONE telefona para RUTH dizendo que tencionc ir a Brasília falar com o Gen GOLBERI.

26/08 - 1130 às 1410

LEDO fala para S. Paulo com ROSA MARIA,(*) esta informa que na OBAN só tem um preso. Ela não sabe quem é. Ela aconselha LOURDES a ir a Brasília, falar pessoalmente com o GOLBERI, pois este prometeu, a um grupo de mães de desaparecidos, que a partir de agora todas as prisões seriam comunicadas imediatamente aos familiares dos detidos.

27/08

MIMA liga para IVONE e diz que estão ocorrendo duas reuniões, no Seminário e no Cenáculo, das 0830 às 1200 e das 1400 às 1900 hrs. A reunião no Cenáculo é da CNBB. MIMA diz que esteve com o CÂNDIDO MENDES. MIMA diz que D. EVARISTO ARNS, HELDER CÂMARA e LUCENIO ALVES estão inde às reuniões no Cenáculo, e D. LUCENIO também no Seminário.

28/08 - 1300 às 1830

LOURDES diz que falou com CÂNDIDO MENDES, o qual por sua vez telegrafou e telefonou para o Gen GOLBERI. LOURDES confirma que D. EVARISTO ARNS está no Cenáculo, com quem falou sobre o SERGIO. IVONE diz que ARNS disse que a lista (lista dos desaparecidos) já foi para o GOLBERI, e que ainda não notaram o SERGIO..

IVONE diz que uma senhora tentou falar com o C mt do I Ex, o qual, entretanto, está fora, porque que em Brasília. E que esta senhora lhe disse que a CNBB em se conseguiram falar com o próprio GOLBERI.

A LOURDES, ARNS disse ser a ida dela a Brasília desnecessária, porque o que LOURDES tentaria fazer já o que ele já estava fazendo (ou seja, o CÂNDIDO MENDES já está se ligando com o GOLBERI).

LOURDES diz que vai voltar, por instrução de ARNS, às 1300 hrs, ao Cenáculo.

29/8 - A PARTIR DE 1830

MIMA liga para IVONE. IVONE informa que seu irmão, AUGUSTO, foi chamado com urgência, pela MÃE ...NHA, a SÃO Paulo.

IVONE diz que tem rezado para tudo, que forem ao CÂNDIDO MENDES e ao LUCENIO ALVES.

IVONE diz que tem muita vontade de chegar, pessoalmente, ao GOLBERI.

SECRETO

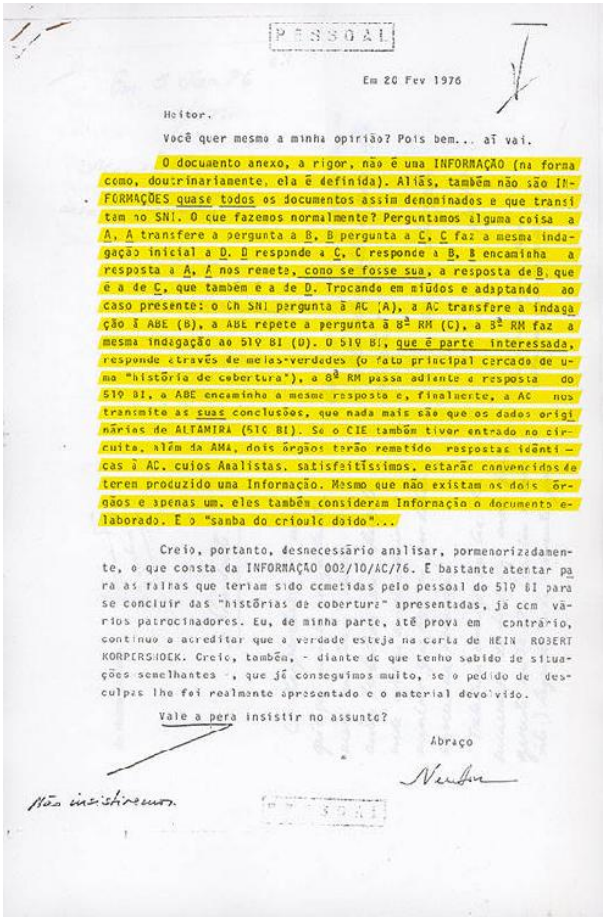
(*) Provavelmente Tereza de Almeida Queiroz [illegible]

Prisão

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Carta do general Newton Cruz a Heitor Ferreira em que explica o procedimento de apuração do SNI



PESSOAL

Em 20 Fev 1976

Heitor.

Você quer mesmo a minha opirião? Pois bem... aí vai.

O documento anexo, a rigor, não é uma INFORMAÇÃO (na forma como, doutrinariamente, ela é definida). Aliás, também não são INFORMAÇÕES quase todos os documentos assim denominados e que transitam no SNI. O que fazemos normalmente? Perguntamos alguma coisa a A, A transfere a pergunta a B, B pergunta a C, C faz a mesma indagação inicial a D. D responde a C, C responde a B, B encaminha a resposta a A, A nos remete, como se fosse sua, a resposta de B, que é a de C, que também é a de D. Trocando em miúdos e adaptando ao caso presente: o Ch SNI pergunta à AC (A), a AC transfere a indagação à ABE (B), a ABE repete a pergunta à 8ª RM (C), a 8ª RM faz a mesma indagação ao 51º BI (D). O 51º BI, que é parte interessada, responde através de meias-verdades (o fato principal cercado de uma "história de cobertura"), a 8ª RM passa adiante a resposta do 51º BI, a ABE encaminha a mesma resposta e, finalmente, a AC nos transmite as suas conclusões, que nada mais são que os dados originários de ALTAMIRA (51º BI). Se o CIE também tiver entrado no circuito, além da AMA, dois órgãos terão remetido respostas idênticas à AC, cujos Analistas, satisfeitíssimos, estarão convencidos de terem produzido uma Informação. Mesmo que não existam os dois órgãos e apenas um, eles também consideram Informação o documento elaborado. É o "samba do crioulo doido"...

Creio, portanto, desnecessário analisar, pormenorizadamente, o que consta da INFORMAÇÃO 002/10/AC/76. É bastante atentar para as falhas que teriam sido cometidas pelo pessoal do 51º BI para se concluir das "histórias de cobertura" apresentadas, já com vários patrocinadores. Eu, de minha parte, até prova em contrário, continuo a acreditar que a verdade esteja na carta de HEIN ROBERT KORPERSHOEK. Creio, também, - diante do que tenho sabido de situações semelhantes -, que já conseguimos muito, se o pedido de desculpas lhe foi realmente apresentado e o material devolvido.

Vale a pena insistir no assunto?

Abraço

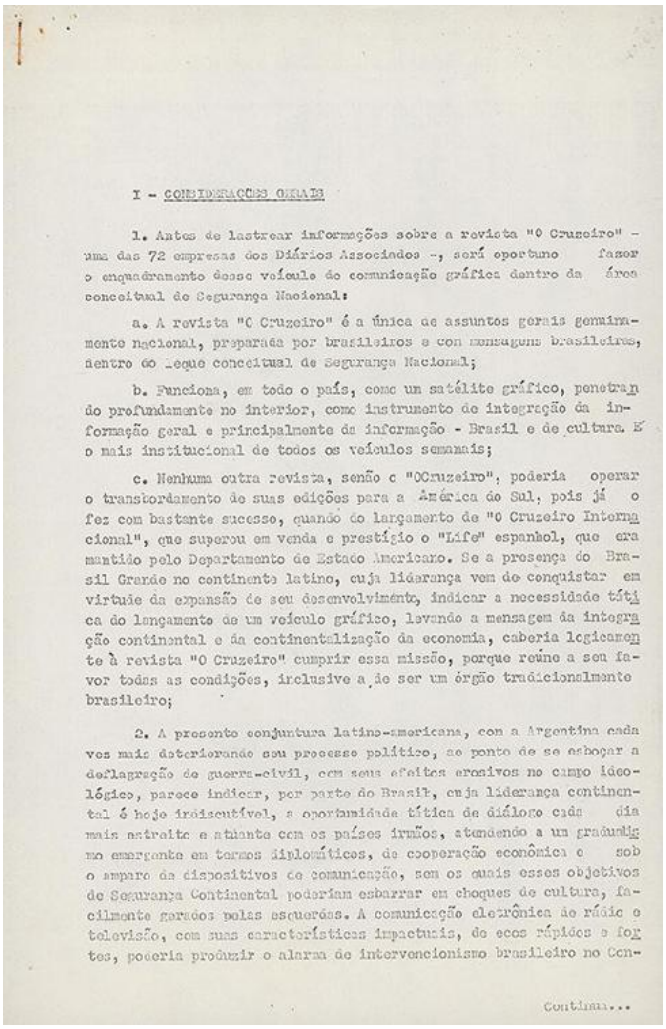
Newton

Não insistiremos.

[Voltar] | [Transcrição]

Plano do SNI para ressuscitar a revista ”O Cruzeiro”

[O trecho mencionado está nas páginas 6 e 7]



I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Antes de lastrear informações sobre a revista "O Cruzeiro" - uma das 72 empresas dos Diários Associados -, será oportuno fazer o enquadramento desse veículo de comunicação gráfica dentro da área conceitual de Segurança Nacional:

a. A revista "O Cruzeiro" é a única de assuntos gerais genuinamente nacional, preparada por brasileiros e com mensagens brasileiras, dentro do leque conceitual de Segurança Nacional;

b. Funciona, em todo o país, como um satélite gráfico, penetrando profundamente no interior, como instrumento de integração da informação geral e principalmente de informação - Brasil e de cultura. É o mais institucional de todos os veículos semanais;

c. Nenhuma outra revista, senão o "OCruzeiro", poderia operar o transbordamento de suas edições para a América do Sul, pois já o fez com bastante sucesso, quando do lançamento de "O Cruzeiro Internacional", que superou em venda e prestígio o "Life" espanhol, que era mantido pelo Departamento de Estado Americano. Se a presença do Brasil Grande no continente latino, cuja liderança vem de conquistar em virtude da expansão de seu desenvolvimento, indicar a necessidade tática do lançamento de um veículo gráfico, levando a mensagem da integração continental e da continentalização da economia, caberia logicamente à revista "O Cruzeiro" cumprir essa missão, porque reúne a seu favor todas as condições, inclusive a de ser um órgão tradicionalmente brasileiro;

2. A presente conjuntura latino-americana, com a Argentina cada vez mais deteriorando seu processo político, ao ponto de se esboçar a deflagração de guerra-civil, com seus efeitos erosivos no campo ideológico, parece indicar, por parte do Brasil, cuja liderança continental é hoje irôiscutível, a oportunidade tática de diálogo cada dia mais estreito e atuante com os países irmãos, atendendo a um gradualismo emergente em termos diplomáticos, de cooperação econômica e sob o amparo de dispositivos de comunicação, sem os quais esses objetivos de Segurança Continental poderiam esbarrar em choques de cultura, facilmente gerados pelas escuerdas. A comunicação eletrônica do rádio e televisão, com suas características impactuais, de ecos rápidos e fortes, poderia produzir o alarma de intervencionismo brasileiro no Con-

Continua...

tinente, ou de alienação cultural com vistas a uma ação imperialista-irreversível sim, mas de envolvimento necessariamente discreto -ao passo que a aplicação de instrumento gráfico, macio mas de apossamento firme, em termos de mensagens brasileiras, insere as vantagens de integração psico-cultural silenciosa de consequencias estratificantes, tal é a " personalidade" desse tipo de comunicação. Levando-se em conta que o veículo comunicador a ser aplicado no continente é a revista "O Cruzeiro" que, durante muitos anos, circulou em todos os países latino-americanos com simpatia e sucesso editorial, porque produzia gama de formalismo do gosto latino, e oferecia o Brasil.

3. Em sendo profundamente integrada na comunidade nacional, com raízes atravessando três gerações, a revista "O Cruzeiro" sempre se colocou na defesa da Liberdade, da Democracia, dos nossos costumes,de nossas tradições, em suma, de todos os sentimentos e valores cívicos da Pátria, voltando sua guerra editorial contra o Commismo e suas larvas de desagregação sócio-econômica;

4. Foi a revista "O Cruzeiro" que atacou e destruiu a imagem anti Brasil de Dom Helder Câmara, quem se levantou, em âmbito nacional, contra esse deturpador do Cristianismo, que enxovalhava no exterior o nome do Brasil;

5. Também foi a revista "O Cruzeiro", porque amplamente motivada pela sua natividade, que frontalizou o caos do Governo João Goulart, atacando de frente a Leonel Brizola, desse modo gerando opinião pública favorável ao movimento libertador e renovador de março de 64.

6. É a "O Cruzeiro" que, voluntariamente, em todas as suas edições - agora por iniciativa de Theophilo de Andrade, Instrategista de Athaide, Ubiratan de Lemos, José Amádio, Leão Gordin, Manoel Maranhão e Martinho Lima de Alencar, - vem dando apoio pátrio e forte aos gestos administrativos da Revolução;

7. Quando alguns órgãos de importância editorial 'das mais degtacadas, estão minados pelas esquerdas internacionais ou pelas lêndeas de um revanchismo sebastianista, inseriam mensagens antirevolucionárias em suas páginas, senão mesmo subliminar ou frontalmente faziam o elogio"verdades" marxistas, de origem chinesa ou soviética, conforme é de conhecimento dos instrumentos de contra-informação, a revista "O Cruzeiro" se firmava na sua vanguarda democrática, leal às origens da Pátria, por força de seu próprio instinto de brasilidade. A posição de passiva neutralidade em relação ao extinto terrorismo,em nossa Pátria, exercida pela maioria dos órgãos gráficos de comunicação inclusive os mais poderosos, nunca teve guarida em "O Cruzeiro", que, pelo contrário, enfrentando o risco das próprias ações terroris-

Continua...

tas contra seu patrimônio e seus redatores, deu combate forte contra o terror, através de ampla e torrencial campanha jornalística.

8. Esses fatos e evidências levam à formulação de perguntas:

- O fechamento da revista "O Cruzeiro", sumariamente, em virtude de velhos erros e de enfoque empresarial falso, estaria de acordo com os interesses de Segurança Nacional, na malha de sua ampla hermenêutica?

- Esse fechamento quase certo, não poderia desencadear, dentro dos Diários Associados, a demolição em cadeia de todos os veículos de comunicação, desta modo daimando ao desamparo social alguns milhares de dependentes?

- Em suma: a revista "O Cruzeiro", com sua ampla penetração no território nacional, em espaços de comunicação ainda não cobertos pelas telecomunicações e com possibilidade de continentalizar sua circulação, estaria em condições de continuar prestando, através da informação cultural e do Brasil, bons serviços à sociedade brasileira?

9. Se estas indagações obtiverem respostas afirmativas é natural que se conheça um pouco, por enquanto, da realidade empresarial da revista "O Cruzeiro", do seu status financeiro, de sua debacle, de seus problemas cumulativos, de sua antiga poluição gerencial, em termos de processo gradativo - quadro de informações sem o qual não será possível entrever soluções recuperativas

II - RETRATO DE HOJE DA REVISTA "O CRUZEIRO"

1. Uma empresa próspera, de lucratividade crescente - eis o que era a Empresa Gráfica "O Cruzeiro" S.A. até a década de 60 - foi minguando progressivamente, em virtude de desvios de gerenciação: os lucros não eram drenados para a natural e óbvia expansão da empresa. Não houve política de reinvestimento dos lucros, para renovação de parque gráfico moderno, capaz de aceitar os métodos de custos de economia de escala e enfrentar efeitos competitivos.

2. Com um parque gráfico obsoleto, atrasado de 30 anos - melhor seria dizer um museu de ferro velho -, a empresa ia perdendo as opções de contratos no mercado gráfico, tão rico de ofertas, tendo como único amparo o faturamento de anúncios e matérias pagas da revista. A doutrina empresarial evidencia que, numa gráfica, as chamadas obras gráficas são o principal meio de sustentação, e os veículos, embora lucrativos, servem para ocupar faixas de ociosidade. A inversão desse princípio acabou por afundar a empresa, que gozava de relativa liber

Continua...

dade dentro do Grupo Associado. Assim, para sobreviver, o "O Cruzeiro" entregou-se ao império associado, perdeu a sua soberania, seus movimentos livres, aceitando participar intimamente de uma comunidade de empresas quase todas deficitárias, viciadas no atraso de pagamentos ao pessoal, bancos e fornecedores. Foi aí que o destino da "maior revista da América do Sul" se tornou mais trágico.

3. Não comportaria, aqui, maximizar, com abundância de detalhes ou minudente análise de processo, a situação empresarial de "O Cruzeiro". Contudo, para aferição do drama, bastaria mencionar alguns fatos:

a. O "O Cruzeiro" deve a bancos, fornecedores e empregados cerca de 70 milhões de cruzeiros;

b. Deve quase 1 milhão e meio de cruzeiros ao Fundo de Garantia do Ministério do Trabalho;

c. Deve alguns milhões de cruzeiros ao INPS, que vem pagando lentamente;

d. Desde novembro do ano passado suspendeu os pagamentos normais aos empregados, exceção das Oficinas, favorecendo pequenos "vales" à Redação e à Administração, com isso provocando o envazamento nas duas áreas - a Administrativa, que debilita a Gerenciação, e a Editorial, que enfraquece o produto;

e. Há um déficit mensal da ordem de 1 milhão e meio de cruzeiros;

f. Há comprovada ociosidade de 65% na mão-de-obra da empresa, isto é, 65% dos funcionários simplesmente não trabalham por ausência de demanda, e a empresa não os dispensa porque não tem dinheiro para pagar o fundo de garantia, onde se enquadram quase todos;

g. O doutor Martinho de Luna Alencar, atual Superintendente do "O Cruzeiro", que, por duas vezes, em curto tempo, aceitou a responsabilidade de recuperar uma empresa praticamente destruída, administrativa e graficamente, chegou a emprestar de suas próprias economias quase um milhão de cruzeiros à empresa, empenhando sua própria casa e oito apartamentos no desespero de encontrar solução financeira, detalhe que evidencia até onde vai a real situação da Revista.

4. A empresa tem ampla potencialidade para normalizar sua situação, em duas etapas:

a. Com 4 milhões de cruzeiros demitiria o pessoal excedente, ocioso, com isso quase equilibrando as paralelas despesa - receita, com o restante implantaria novas estruturas no setor administrativo, dotando o Departamento Comercial de planejamento e de meios para executar os planos; do igual modo proveria a Redação, dando-lhe recursos para

Continua...

melhor produção editorial e consequente melhoria da Revista em termos de procura no mercado;

b. A etapa definitiva do soerguimento, entretanto, repousa na montagem do novo parque gráfico, financiamento a longo prazo (amplamente facilitado) e carência de até 3 anos. A produção de obras gráficas diversificadas será a meta de uma administração voltada, objetivamente, para a solução dos problemas financeiros.

5. A Redação e todos os departamento sofrem a erosão empresarial. Muitos funcionários deixam a empresa para sobreviver noutros empregos. Permanecem, apenas, os mais antigos, num gesto de estoicismo.

6. Não há gasolina para os carros, disso resultando, entre outras coisas, a estagnação no setor de reportagem de campo;

7. Não há drogas no laboratório para a revelação dos filmes e o equipamento fotográfico, em poder dos profissionais, é velho e desgastado;

8. Desde novemero de ano passado o pessoal da Redação e Administração vem recebendo, por vales, na base de até 150 cruzeiros por semana; a empresa não pagou o 13º salário e está devendo o fundo de garantia há 5 ou 10 meses;

9. Como ninguém paga a ninguém, caiu o nível disciplinar, a própria moralidade administrativa. Desabou o caos, a bagunça. A autoridade departamental desmoronou. Situação, guardando as devidas proporções, muito semelhante a do Brasil no tempo de Jango;

10. Repórteres e fotógrafos largam-se à rua, desesperados, em busca de "bicos" para sobreviver. As chefias nada podem fazer, moralmente desgastadas, e daí, sem dúvida, a dispersão nos rumos do fim;

11. Nos setores da Redação e Administração - os mais atingidos, já que as oficinas são pagas em dia, com apenas duas semanas de atraso -, os dramas enchem os corredores. Casos de despejo e até de fome. Os filhos que deixam de frequentar o colégio por falta de pagamento. E vai por aí esse capítulo de justas lamentações;

12. A produção editorial, como é fácil prever, sofreu súbita retração - perdeu quantitvativa e qualitativamente. Matérias frias enchem a revista. O esvaziamento jornalístico. A consequente queda do produto nas bancas do Brasil. Mesmo assim o O Cruzeiro sai, às 3as. feiras, por milagre. Uma espécie de Patrulha de Batman do jornalismo brasileiro;

13. Fecharam as sucursais de Belo Horizonte, praticamente Brasília. A de São Paulo continua respirando com dificuldade. Com seu chefe e dois repórteres, com salários atrasados e vivendo de expedientes;

14. Esse tipo de sobrevivência, na selva da competição com órgãos amplamente amparados por capital de giro e moderna tecnologia, vem se mantendo por dois anos. Somente o folego da Revista poderia resistir a essa guerra desigual. É grande o poder das potencialidades de "O Cruzeiro".

15. Seus velhos funcionários, seu povo de muitos anos de batalha editorial, quer qualquer tipo de solução. Desde a mais macia para os culpados, até a mais drástica, se for o caso. O importante é que O Cruzeiro - tio caboclo, tio Brasil - continue na guerra em favor da Liberdade em suas páginas.

16. Acha-se em curso uma Operação para venda dos quadros da Fortinari, integrantes do patrimônio da revista e que estão penhorados por 3 milhões de cruzeiros, incluindo juros; a idéia fixa do Senador João Calmon, presidente do Conselho Acionário dos DA, de fechar a revista, tendo procurado, nesse sentido, o apoio de vários condôminos. Defende a opinião que chegou ao fim a comunicação gráfica, do tipo revista, negando-se a ceder a argumentos mais sérios, amplamente comprovados, que indicam o contrário. Entretanto, em termos lógicos, não se conseguia o principal: o mínimo de 4 ou 5 milhões de cruzeiros para equilibrar receita-despesa e colocar a máquina para funcionar, gerando lucratividade para atendimento da dívida de bancos, fornecedores e empregados.

III - COMO O GOVERNO PODERIA AJUDAR

1. Através do Ministério da Fazenda - escalonamento suave das dívidas dos bancos, as mais pesadas; financiamento pelo Banco do Brasil de, pelo menos, 4 ou 5 milhões, para que seja possível nivelar despesa - receita e esta superar aquela por intermédio de planos, recursos e estímulos no preparo da Revista e na produção de faturamento de anúncios e matérias pagas; inserir na cúpula do sistema de administração, dois ou três funcionários do Ministério da Fazenda ou do Banco de Desenvolvimento Econômico, com a função de fiscalizar a aplicação dos recursos e influenciar os rumos gerenciais exatos, evitando que a administração associada de métodos ainda patriarcais, sob a regência de alguns elementos, possa aluir os esforços recuperativos;

2. Através dos Serviços de Segurança - fazer sentir às agências de publicidade, por meios diretos ou indiretos, e até diretamente aos grandes clientes das agências, a necessidade de programar campanhas publicitárias para "O Cruzeiro", ao invés de só o fazerem para revistas de origens não nacionais. É preciso observar que muitos profissionais esquerdistas, banidos da imprensa diária e semanal, estão nas agências e não vêm com bons olhos a revista "O Cruzeiro", em virtude de sua linha editorial, e isso oferece influência negativa contra o veículo,

Continua...

sob falsas alegações; alguns desses jornalistas transformados em publicitários compõem a máquina decisória. Não seria necessário, aqui, enfatizar a eficiência do sistema de boicote das esquerdas, eficiência presente também no seu sistema promocional;

3. Estimular Governos Estaduais, órgãos federais, Ministérios - pelo menos por certo período necessário à recuperação prevista - a darem preferencia a "O Cruzeiro" no caso de terem de divulgar quaisquer eventos impessoais de ordem administrativa;

4. Se forem considerados válidos os argumentos a favor da circulação continental de "O Cruzeiro"; mensalmente, como mecanismo de mensagens brasileiras, estudar, através do Ministério das Relações Exteriores, a maneira de amparar a iniciativa;

5. Na impossibilidade de dar ajuda, por intermédio dos ítens expostos, então só restaria a medida extrema de intervenção do Governo, (tal vem de ocorrer com o "Jornal do Comércio" de Pernambuco), medida lonvada nas dívidas de 'O Cruzeiro" para com o Governo, emissão de títulos frios em administrações anteriores à do dr. Martinho de Luna Alencar, que jamais omitiu um só deles.

6. Será lícito, ainda, advertir que, o desmoronamento de "O Cruzeiro" trará, no seu arrasto, o de todo império associado; que os inimigos do Brasil, no exterior, sempre capazes de qualquer tipo de vilania e sordidez, desde que possam atingir seus fins escabrosos, poderão simplesmente transformar um desastre da área exclusivamente privada - tão somente da responsabilidade dos administradores associados, "num gesto de esmagamento da imprensa livre, no Brasil", frase-carimbo de sua propaganda anti-Brasil. Por outro lado, a salvação de "O Cruzeiro", se possível sem intervenção, como acautelamento político, poderá contar, pelo exemplo, e pela própria coersão dos condôminos associados bons contra os maus condôminos, as falências sucessivas no império criado pela grandeza de Assis Chateaubriand - o maior complexo de comunicação gráfico-visual da América Latina, instrumento de Integração e Segurança Nacional.

Achamos do nosso dever o encaminhamento desta peça expositiva às autoridades de Segurança no setor das comunicações. A solução, entretanto, fica além do alcance de nossas mãos. Fica com o próprio Brasil, representado pelas inteligências que produzem a Segurança Nacional e pelo firme equilíbrio de seu comportamento.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. As soluções ora encaminhadas não são do conhecimento do Senhor João Calmon, o qual, segundo consta, por todos os meios e modos procurou fechar a revista "O Cruzeiro", sob a alegação de que a comu-

Continua...

nização gráfica semanal não teria condições empresariais de sobrevivência;

2. Pleiteia a Direção da Revista, que qualquer solução do Governo deverá ter no seu enquadramento, como condição "sine qua non", o desligamento administrativo de O Cruzeiro do condomínio acionário dos Diários Associados - seja por intermédio de contrato entre o BNDE e a empresa financiada, seja por quaisquer outros meios, pois é certo que qualquer interferência no Condomínio aluirá - por mecanismo direto ou indireto - o esforço de recuperação. Há muitas modalidades de evitar a interferência do Senador;

3. Em respondendo pela empresa, a sua Diretoria - da qual João Calmon não faz parte - poderá firmar qualquer tipo de contrato de validade jurídica;

4. É bastante válido insistir na colocação de um funcionário do Governo - BNDE ou Ministério da Fazenda - junto à Diretoria de O Cruzeiro, cuja missão será a de fiscalizar a aplicação dos recursos e dar assessoria administrativa à Superintendência;

5. Será oportuno, a partir do começo do ano, o lançamento da edição continental da Revista, circulação mensal. O último número de O Cruzeiro teria, assim, circulação definida em todo o Continente, levando direta ou indiretamente a mensagem do Brasil;

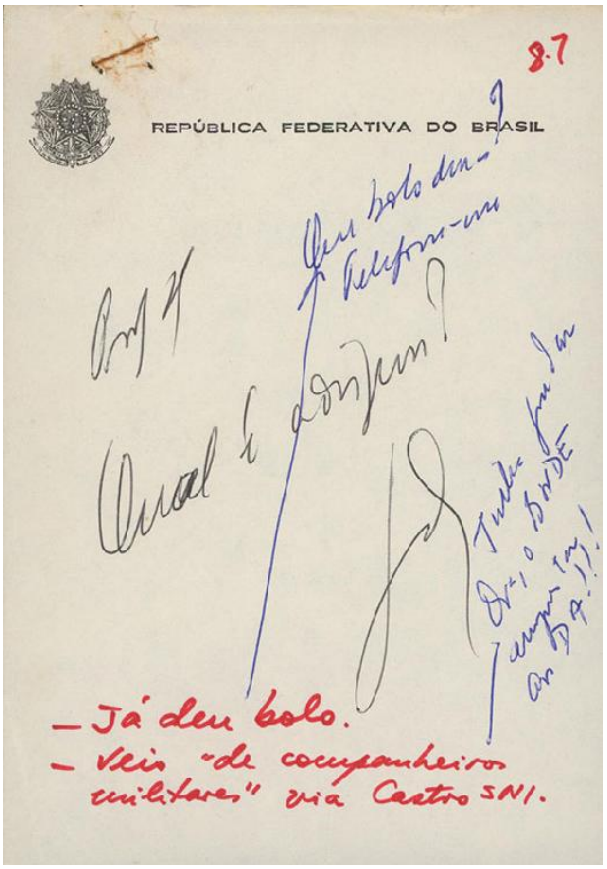
6. O advogado Jorge Belo Lira, residente em Brasília, onde tem sua banca de advocacia, ex-funcionário de O Cruzeiro, atendendo a apelo de companheiros, tomou a iniciativa de procurar diretores do BNDE, aos quais contou o drama financeiro da empresa, solicitando ajuda. O apelo foi muito bem recebido pelos diretores do BNDE, que vêem a possibilidade de empréstimo a prazo em verbas do PIS. As demarches prosseguem, sendo solicitado, agora, se for o caso, o apoio do Governo. Se o empréstimo, seja colocado à altura das necessidades reais de O Cruzeiro, poderá conjurar a crise da empresa, mas está esbarrando no fato da sede da Revista estar penhorada, para pagamento de dívida junto ao INPS, devendo ser esclarecido que a maior parte de tal dívida pertence a "O JORNAL", que recentemente deixou de circular. Assim, o que pleiteia a atual Direção é a desvinculação do débito que não é da responsabilidade da Revista e o escalonamento da que lhe cabe, como é normal o INPS fazer.

?

[Fim do documento]

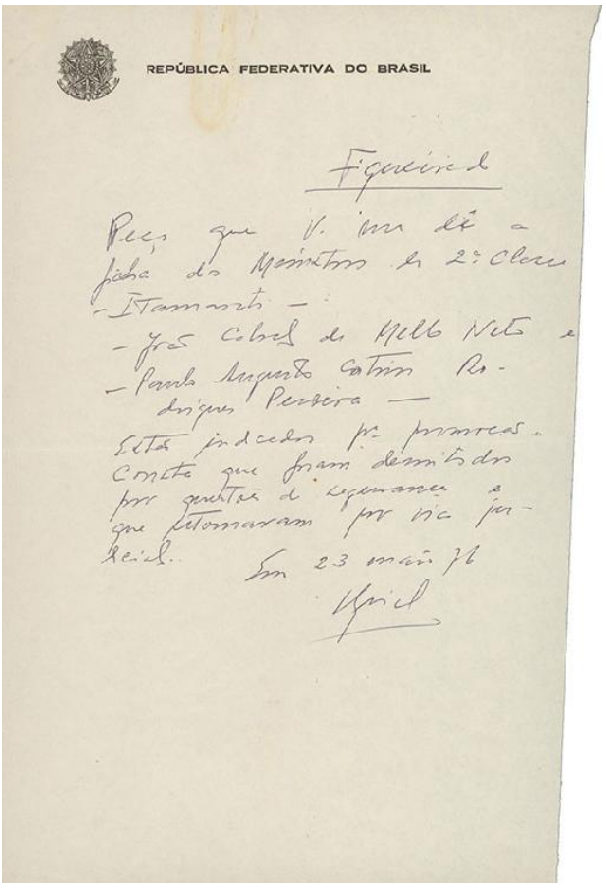
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Bilhete com anotação de Golbery sobre plano para ressuscitar revista ”O Cruzeiro”



[Voltar] | [Transcrição]

Bilhete de Geisel a Figueiredo pedindo a ficha dos ministros João Cabral de Melo Neto e Paulo Cotrim



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Figueiredo

Peço que V. me dê a ficha dos Ministros de 2ª Classe
- Itamaraty -
- João Cabral de Melo Neto e
- Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira -

Estão incluídos os nomes que foram demitidos por ocasião da eclosão da revolução e que retornaram por ocasião do Geisel.

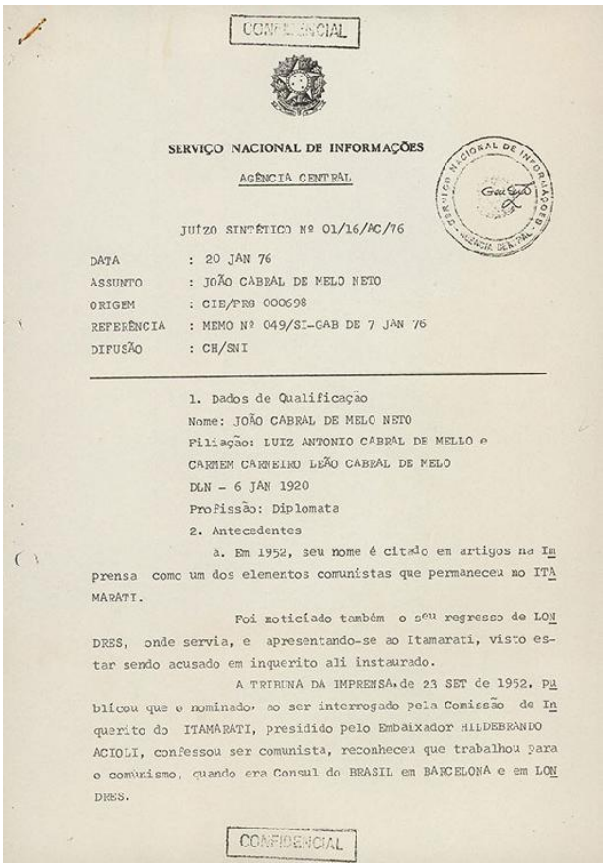
Em 23 maio 76

Geisel

[Voltar] | [Transcrição]

Ficha de João Cabral de Melo Neto no SNI

[Os trechos mencionados estão nas páginas 3, 4 e 5]



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

JUÍZO SINTÉTICO Nº 01/16/AC/76

DATA : 20 JAN 76
ASSUNTO : JOÃO CABRAL DE MELO NETO
ORIGEM : CIE/FRS 000698
REFERÊNCIA : MEMO Nº 049/SI-GAB DE 7 JAN 76
DIFUSÃO : CH/SNI

1. Dados de Qualificação
Nome: JOÃO CABRAL DE MELO NETO
Filiação: LUIZ ANTONIO CABRAL DE MELLO e
CARMEM CARNEIRO LEÃO CABRAL DE MELO
DLN - 6 JAN 1920
Profissão: Diplomata
2. Antecedentes

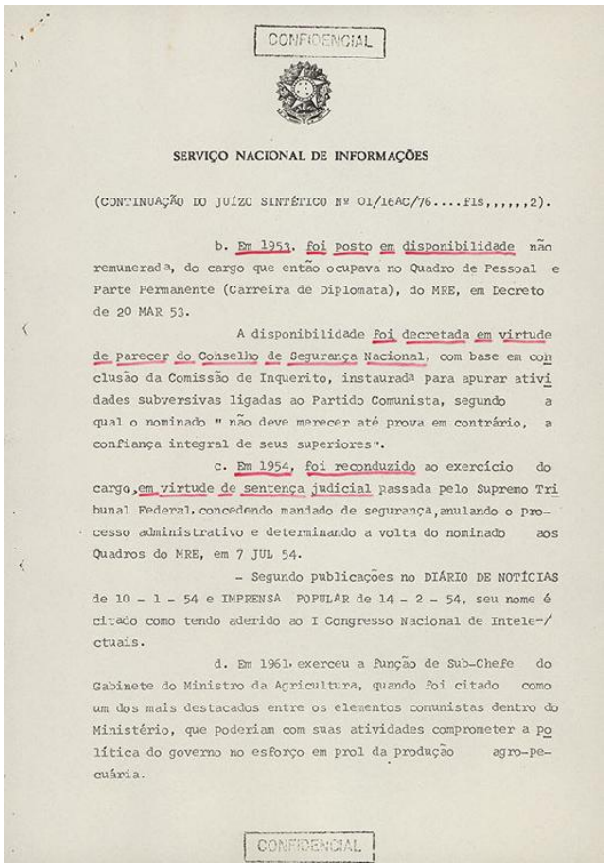
a. Em 1952, seu nome é citado em artigos na Imprensa como um dos elementos comunistas que permaneceu no ITAMARATI.

Foi noticiado também o seu regresso de LONDRES, onde servia, e apresentando-se ao Itamarati, visto estar sendo acusado em inquerito ali instaurado.

A TRIBUNA DA IMPRENSA, de 23 SET de 1952, Publicou que o nominado, ao ser interrogado pela Comissão de Inquerito do ITAMARATI, presidido pelo Embaixador HILDEBRANDO ACIOLI, confessou ser comunista, reconheceu que trabalhou para o comunismo, quando era Consul do BRASIL em BARCELONA e em LONDRES.

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

(CONTINUAÇÃO DO JUÍZO SINTÉTICO Nº 01/16AC/76....Fls,,,,,,2).

b. Em 1953, foi posto em disponibilidade não remunerada, do cargo que então ocupava no Quadro de Pessoal e Parte Permanente (Carreira de Diplomata), do MRE, em Decreto de 20 MAR 53.

A disponibilidade foi decretada em virtude de parecer do Conselho de Segurança Nacional, com base em conclusão da Comissão de Inquerito, instaurada para apurar atividades subversivas ligadas ao Partido Comunista, segundo a qual o nominado " não deve merecer até prova em contrário, a confiança integral de seus superiores".

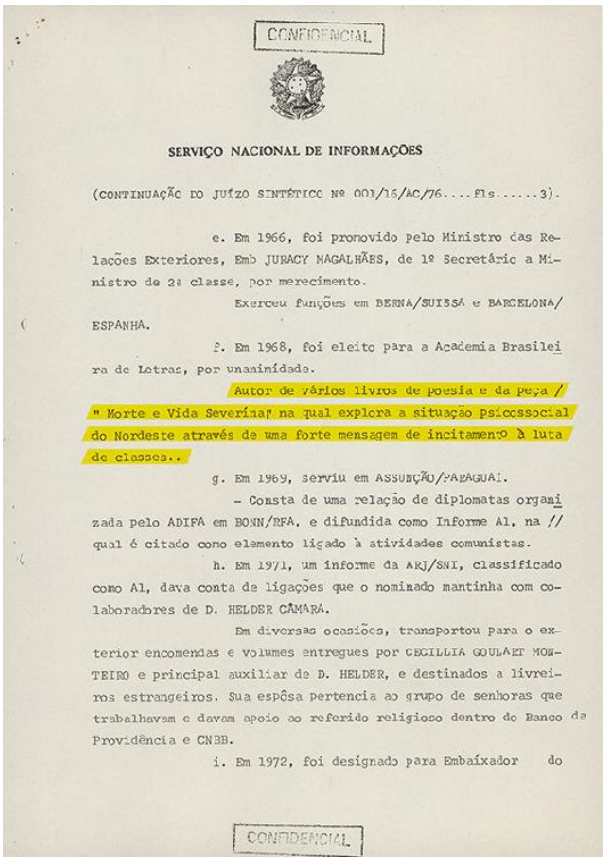
c. Em 1954, foi reconduzido ao exercício do cargo, em virtude de sentença judicial passada pelo Supremo Tribunal Federal, concedendo mandado de segurança, anulando o processo administrativo e determinando a volta do nominado aos Quadros do MRE, em 7 JUL 54.

- Segundo publicações no DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 10 - 1 - 54 e IMPRENSA POPULAR de 14 - 2 - 54, seu nome é citado como tendo aderido ao I Congresso Nacional de Intelectuais.

d. Em 1961, exerceu a função de Sub-Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, quando foi citado como um dos mais destacados entre os elementos comunistas dentro do Ministério, que poderiam com suas atividades comprometer a política do governo no esforço em prol da produção agro-pecuária.

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

(CONTINUAÇÃO DO JUÍZO SINTÉTICO Nº 003/15/AC/76....fls.....3).

e. Em 1966, foi promovido pelo Ministro das Relações Exteriores, Emb JURACY MAGALHÃES, de 1º Secretário a Ministro de 2ª classe, por merecimento.

Exerceu funções em BERNA/SUISSA e BARCELONA/ESPANHA.

f. Em 1968, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, por unanimidade.

Autor de vários livros de poesia e da peça / " Morte e Vida Severina", na qual explora a situação psicossocial do Nordeste através de uma forte mensagem de incitamento à luta de classes..

g. Em 1969, serviu em ASSUNÇÃO/PARAGUAI.

- Consta de uma relação de diplomatas organizada pelo ADIFA em BONN/RFA, e difundida como Informe A1, na // qual é citado como elemento ligado à atividades comunistas.

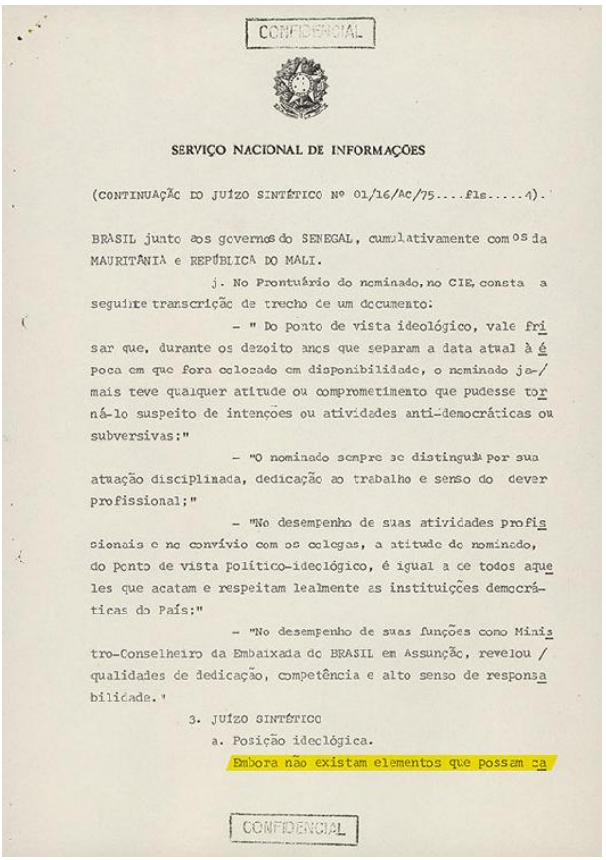
h. Em 1971, um informe da AERJ/SNI, classificado como A1, dava conta de ligações que o nominado mantinha com colaboradores de D. HELDER CÂMARA.

Em diversas ocasiões, transportou para o exterior encomendas e volumes entregues por CECILIA GOULART MONTEIRO e principal auxiliar de D. HELDER, e destinados a livreiros estrangeiros. Sua espôsa pertencia ao grupo de senhoras que trabalhavam e davam apoio ao referido religioso dentro do Banco da Providência e CNBB.

i. Em 1972, foi designado para Embaixador do

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

(CONTINUAÇÃC DO JUÍZO SINTÉTICO Nº 01/16/Ac/75....fls.....4).

BRASIL junto aos governos do SENEGAL, cumulativamente com os da MAURITÂNIA e REPÚBLICA DO MALI.

j. No Prontuário do nominado, no CIE, consta a seguinte transcrição de trecho de um documento:

- " Do ponto de vista ideológico, vale frisar que, durante os dezoito anos que separam a data atual à época em que fora colocado em disponibilidade, o nominado jamais teve qualquer atitude ou comprometimento que pudesse torná-lo suspeito de intenções ou atividades anti-democráticas ou subversivas:"

- "O nominado sempre se distinguiu por sua atuação disciplinada, dedicação ao trabalho e senso do dever profissional;"

- "No desempenho de suas atividades profissionais e no convívio com os colegas, a atitude do nominado, do ponto de vista político-ideológico, é igual a de todos aqueles que acatam e respeitam lealmente as instituições democráticas do País;"

- "No desempenho de suas funções como Ministro-Conselheiro da Embaixada do BRASIL em Assunção, revelou / qualidades de dedicação, competência e alto senso de responsabilidade."

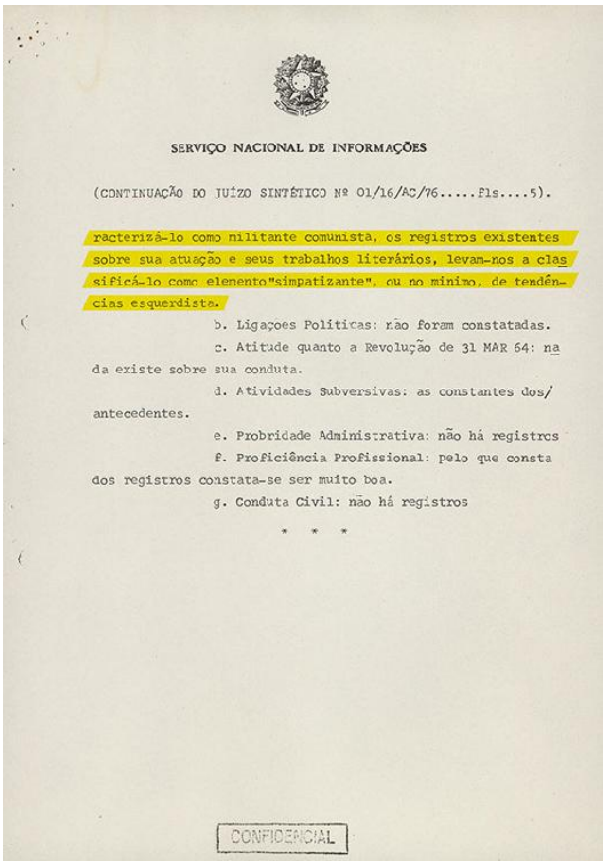
3. JUÍZO SINTÉTICO

a. Posição ideológica.

Embora não existam elementos que possam ca

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

(CONTINUAÇÃO DO JUÍZO SINTÉTICO Nº 01/16/AC/76.....Fls....5).

racterizá-lo como militante comunista, os registros existentes sobre sua atuação e seus trabalhos literários, levam-nos a classificá-lo como elemento "simpatizante", ou no mínimo, de tendências esquerdista.

b. Ligações Políticas: não foram constatadas.

c. Atitude quanto a Revolução de 31 MAR 64: nada existe sobre sua conduta.

d. Atividades Subversivas: as constantes dos/ antecedentes.

e. Probridade Administrativa: não há registros

f. Proficiência Profissional: pelo que consta dos registros constata-se ser muito boa.

g. Conduta Civil: não há registros

* * *

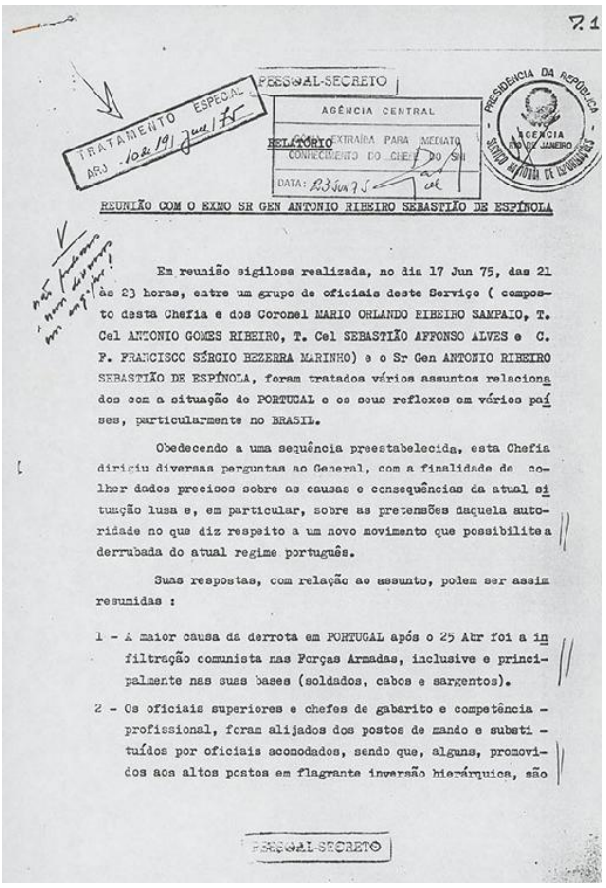
CONFIDENCIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Relatório do SNI sobre encontro de generais brasileiros com o general Antônio de Spínola

[A anotacão de Geisel está na página 1 e os trechos mencionados, nas páginas 2 e 3]



7.1

TRATAMENTO ESPECIAL

ARJ - 10 de 19 Jun 75

PESSOAL-SECRETO

AGÊNCIA CENTRAL

RELATÓRIO EXTRAÍDA PARA MEIATO CONHECIMENTO DO CIE / DO/SN

DATA: 23 Jun 75

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

REUNIÃO COM O EXMO SR GEN ANTONIO RIBEIRO SEBASTIÃO DE ESPÍNOLA

Em reunião sigilosa realizada, no dia 17 Jun 75, das 21 às 23 horas, entre um grupo de oficiais deste Serviço (composto desta Chefia e dos Coronel MARIO ORLANDO RIBEIRO SAMPAIO, T. Cel ANTONIO GOMES RIBEIRO, T. Cel SEBASTIÃO AFFONSO ALVES e C. F. FRANCISCO SÉRGIO BEZERRA MARINHO) e o Sr Gen ANTONIO RIBEIRO SEBASTIÃO DE ESPÍNOLA, foram tratados vários assuntos relacionados com a situação de PORTUGAL e os seus reflexos em vários países, particularmente no BRASIL.

Obedecendo a uma sequência preestabelecida, esta Chefia dirigiu diversas perguntas ao General, com a finalidade de colher dados precisos sobre as causas e consequências da atual situação lusa e, em particular, sobre as pretensões daquela autoridade no que diz respeito a um novo movimento que possibilite a derrubada do atual regime português.

Suas respostas, com relação ao assunto, podem ser assim resumidas :

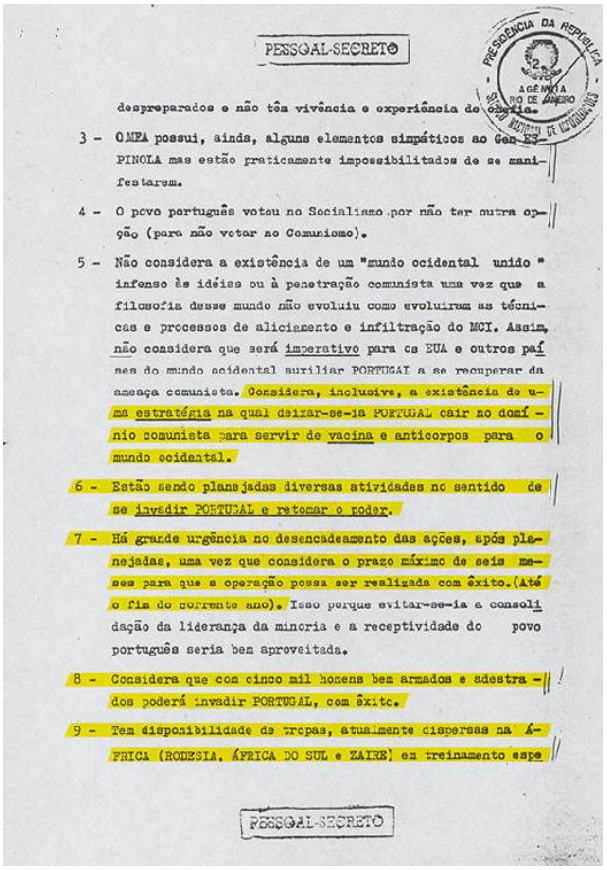
1 - A maior causa da derrota em PORTUGAL após o 25 Abr foi a infiltração comunista nas Forças Armadas, inclusive e principalmente nas suas bases (soldados, cabos e sargentos).

2 - Os oficiais superiores e chefes de gabarito e competência profissional, foram alijados dos postos de mando e substituídos por oficiais acomodados, sendo que, alguns, promovidos aos altos postos em flagrante inversão hierárquica, são

PESSOAL-SECRETO

Página 1 de 5

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



PESSOAL-SECRETO

despreparados e não têm vivência e experiência de ação.

3 - O MFA possui, ainda, alguns elementos simpáticos ao Gen ESPINOLA mas estão praticamente impossibilitados de se manifestarem.

4 - O povo português votou no Socialismo por não ter outra opção (para não votar ao Comunismo).

5 - Não considera a existência de um "mundo ocidental unido" infenso às idéias ou à penetração comunista uma vez que a filosofia desse mundo não evoluiu como evoluiram as técnicas e processos de aliciamento e infiltração do MCI. Assim, não considera que será imperativo para os EUA e outros países do mundo ocidental auxiliar PORTUGAL a se recuperar da ameaça comunista. Considera, inclusive, a existência de uma estratégia na qual deixar-se-ia PORTUGAL cair no domínio comunista para servir de vacina e anticorpos para o mundo ocidental.

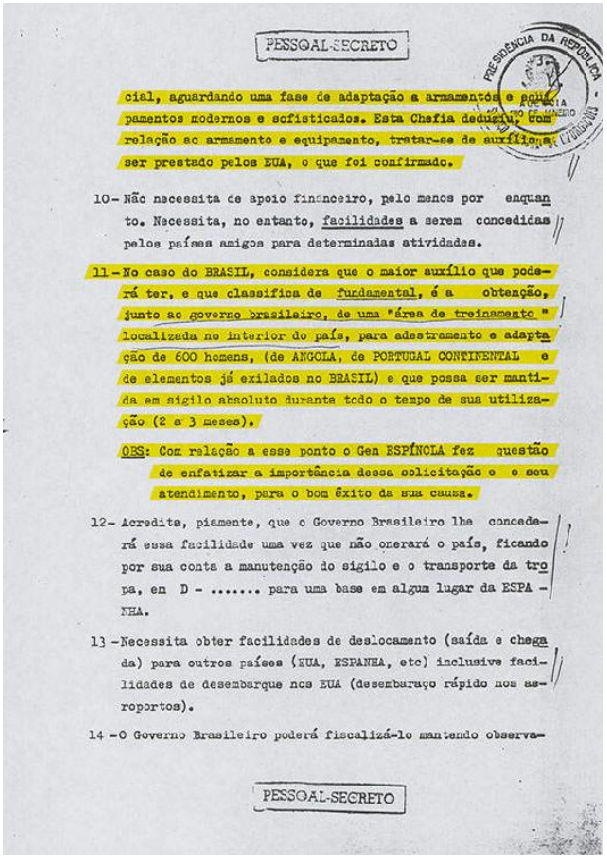
6 - Estão sendo planejadas diversas atividades no sentido de se invadir PORTUGAL e retomar o poder.

7 - Há grande urgência no desencadeamento das ações, após planejadas, uma vez que considera o prazo máximo de seis meses para que a operação possa ser realizada com êxito. (Até o fim do corrente ano). Isso porque evitar-se-ia a consolidação da liderança da minoria e a receptividade do povo português seria bem aproveitada.

8 - Considera que com cinco mil homens bem armados e adestrados poderá invadir PORTUGAL, com êxito.

9 - Tem disponibilidade de tropas, atualmente dispersas na ÁFRICA (RODESIA, ÁFRICA DO SUL e ZAIRE) em treinamento espe

PESSOAL-SECRETO



PESSOAL-SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ciel, aguardando uma fase de adaptação a armamentos e equipamentos modernos e sofisticados. Esta Chefia deduziu, com relação ao armamento e equipamento, tratar-se de auxílio a ser prestado pelos EUA, o que foi confirmado.

10- Não necessita de apoio financeiro, pelo menos por enquanto. Necessita, no entanto, facilidades a serem concedidas pelos países amigos para determinadas atividades.

11- No caso do BRASIL, considera que o maior auxílio que poderá ter, e que classifica de fundamental, é a obtenção, junto ao governo brasileiro, de uma "área de treinamento" localizada no interior do país, para adestramento e adaptação de 600 homens, (de ANGOLA, de PORTUGAL CONTINENTAL e de elementos já exilados no BRASIL) e que possa ser mantida em sigilo absoluto durante todo o tempo de sua utilização (2 a 3 meses).

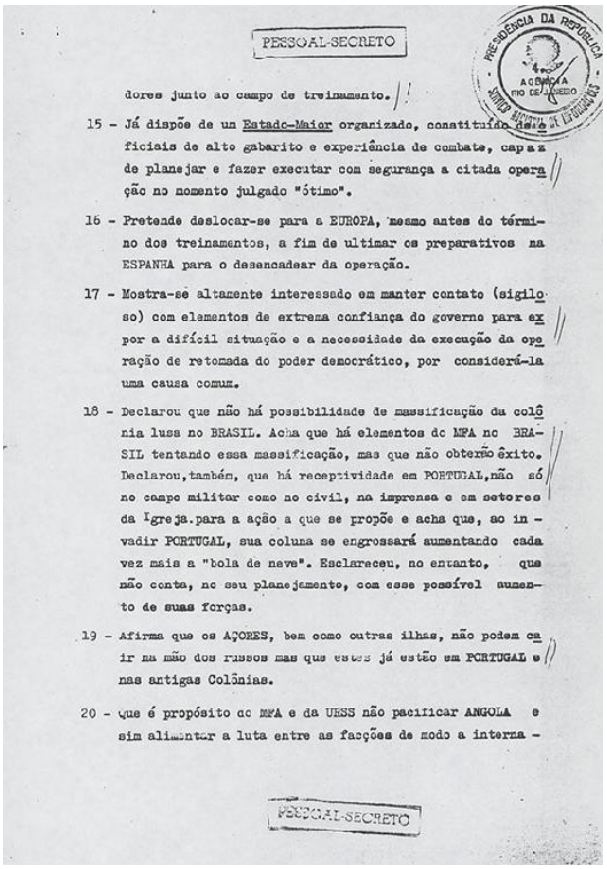
OBS: Com relação a esse ponto o Gen ESPÍNOLA fez questão de enfatizar a importância dessa solicitação e o seu atendimento, para o bom êxito da sua causa.

12- Acredita, piamente, que o Governo Brasileiro lhe concederá essa facilidade uma vez que não onerará o país, ficando por sua conta a manutenção do sigilo e o transporte da tropa, en D - ..... para uma base em algum lugar da ESPANHA.

13- Necessita obter facilidades de deslocamento (saída e chegada) para outros países (EUA, ESPANHA, etc) inclusive facilidades de desembarque nos EUA (desembaraço rápido nos aeroportos).

14- O Governo Brasileiro poderá fiscalizá-lo mantendo observa-

PESSOAL-SECRETO



PESSOAL-SECRETO

dores junto ao campo de treinamento.

15 - Já dispõe de um Estado-Maior organizado, constituído de oficiais de alto gabarito e experiência de combate, capaz de planejar e fazer executar com segurança a citada operação no momento julgado "ótimo".

16 - Pretende deslocar-se para a EUROPA, mesmo antes do término dos treinamentos, a fim de ultimar os preparativos na ESPANHA para o desencadear da operação.

17 - Mostra-se altamente interessado em manter contato (sigiloso) com elementos de extrema confiança do governo para expor a difícil situação e a necessidade da execução da operação de retomada do poder democrático, por considerá-la uma causa comum.

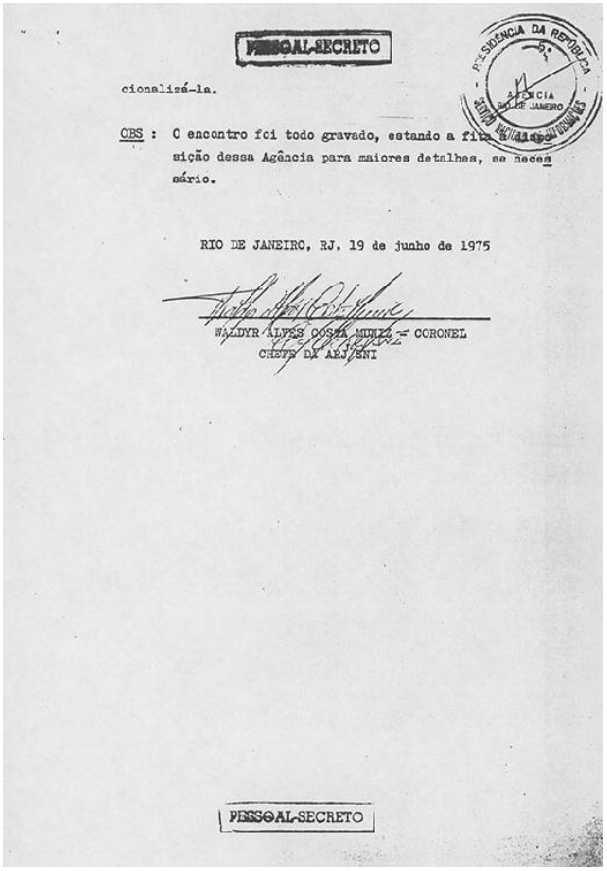
18 - Declarou que não há possibilidade de massificação da colônia luso no BRASIL. Acha que há elementos do MFA no BRASIL tentando essa massificação, mas que não obterão êxito. Declarou,também, que há receptividade em PORTUGAL,não só no campo militar como no civil, na imprensa e em setores da Igreja.para a ação a que se propõe e acha que, ao invadir PORTUGAL, sua coluna se engrossará aumentando cada vez mais a "bola de neve". Esclareceu, no entanto, que não conta, no seu planejamento, com esse possível aumento de suas forças.

19 - Afirma que os AÇORES, bem como outras ilhas, não podem cair na mão dos russos mas que estes já estão em PORTUGAL e nas antigas Colônias.

20 - Que é propósito do MFA e da UESS não pacificar ANGOLA e sim alimentar a luta entre as facções de modo a interna -

PESSOAL-SECRETO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



PESSOAL-SECRETO

cionalizá-la.

OBS : O encontro foi todo gravado, estando a fita à disposição dessa Agência para maiores detalhes, se necessário.

RIO DE JANEIRO, RJ, 19 de junho de 1975

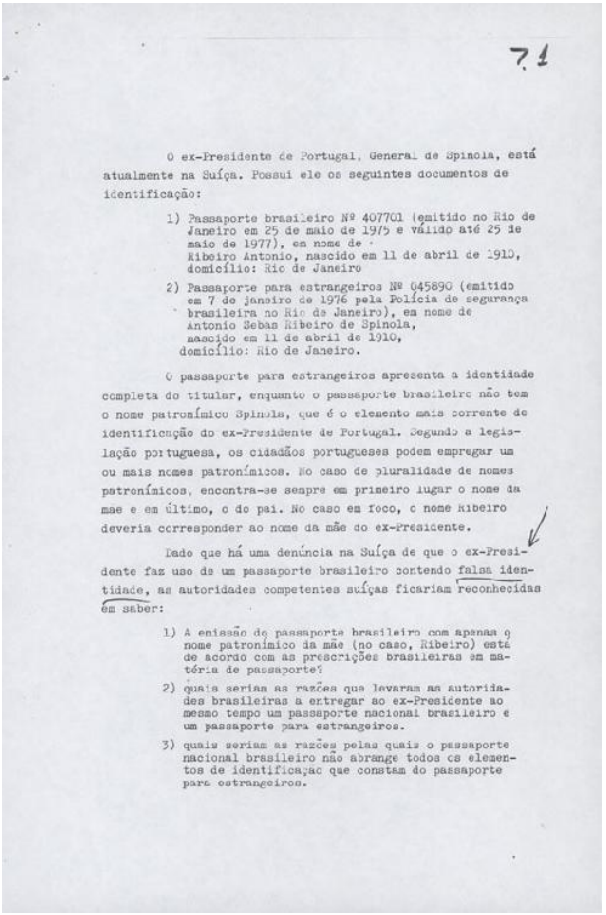
WALDYR ALVES COSTA MUNIZ - CORONEL
CHEFE DA AEJ/SNI

PESSOAL-SECRETO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Nota da embaixada da Suíça questionando sobre passaporte do ex-presidente de Portugal Antônio de Spínola



71

O ex-Presidente de Portugal, General de Spinola, está atualmente na Suíça. Possui ele os seguintes documentos de identificação:

1) Passaporte brasileiro Nº 407701 (emitido no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1975 e válido até 25 de maio de 1977), em nome de Ribeiro Antonio, nascido em 11 de abril de 1910, domicílio: Rio de Janeiro
2) Passaporte para estrangeiros Nº 045890 (emitido em 7 de janeiro de 1976 pela Polícia de segurança brasileira no Rio de Janeiro), em nome de Antonio Sebas Ribeiro de Spinola, nascido em 11 de abril de 1910, domicílio: Rio de Janeiro.

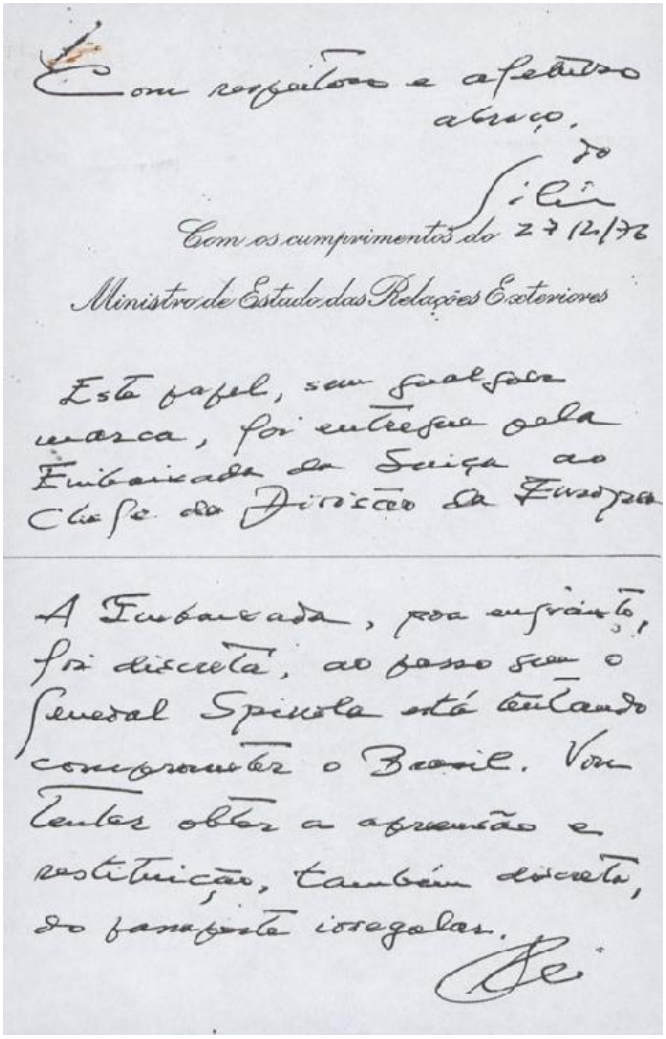
O passaporte para estrangeiros apresenta a identidade completa do titular, enquanto o passaporte brasileiro não tem o nome patronímico Spinola, que é o elemento mais corrente de identificação do ex-Presidente de Portugal. Segundo a legislação portuguesa, os cidadãos portugueses podem empregar um ou mais nomes patronímicos. No caso de pluralidade de nomes patronímicos, encontra-se sempre em primeiro lugar o nome da mae e em último, o do pai. No caso em foco, o nome Ribeiro deveria corresponder ao nome da mãe do ex-Presidente.

Dado que há uma denúncia na Suíça de que o ex-Presidente faz uso de um passaporte brasileiro portendo falsa identidade, as autoridades competentes suíças ficariam reconhecidas em saber:

1) A emissão de passaporte brasileiro com apenas o nome patronímico da mãe (no caso, Ribeiro) está de acordo com as prescrições brasileiras em matéria de passaporte?
2) quais seriam as razões que levaram as autoridades brasileiras a entregar ao ex-Presidente ao mesmo tempo um passaporte nacional brasileiro e um passaporte para estrangeiros.
3) quais seriam as razões pelas quais o passaporte nacional brasileiro não abrange todos os elementos de identificação que constam do passaporte para estrangeiros.

[Voltar] | [Transcrição]

Bilhete de Azeredo da Silveira ao presidente Geisel avisando que tentaria obter “apreensão discreta do passaporte”



Com renovados e afetuosos
abraços,
do
Silveira

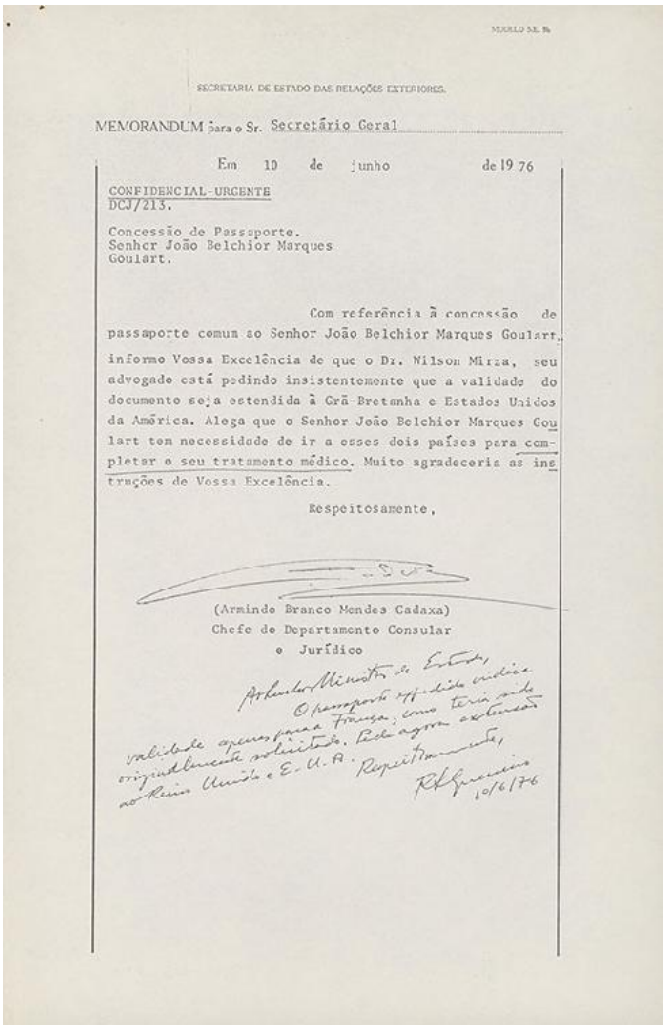
Com os cumprimentos do 2 ? 12/76
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Este papel, sem qualquer
marca, foi entregue pela
Embaixada da Suiça ao
Chefe da Divisão da Europa

A Embaixada, por enquanto,
foi discreta, ao passo que o
General Spínola está tentando
comprometer o Brasil. Vou
tentar obter a apreensão e
restituição, também discreta,
do passaporte irregular.
Ge

[Voltar] | [Transcrição]

Memorando do Ministério das Relações Exteriores sobre pedido de extensão da validade do passaporte de Jango



SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

MEMORANDUM para o Sr. Secretário Geral

Em 10 de junho de 1976

CONFIDENCIAL-URGENTE
DCJ/213.

Concessão de Passaporte.
Senhor João Belchior Marques
Goulart.

Com referência à concessão de passaporte comum ao Senhor João Belchior Marques Goulart, informo Vossa Excelência de que o Dr. Wilson Mirza, seu advogado está pedindo insistentemente que a validade do documento seja estendida à Grã-Bretanha e Estados Unidos da América. Alega que o Senhor João Belchior Marques Goulart tem necessidade de ir a esses dois países para completar o seu tratamento médico. Muito agradeceria as instruções de Vossa Excelência.

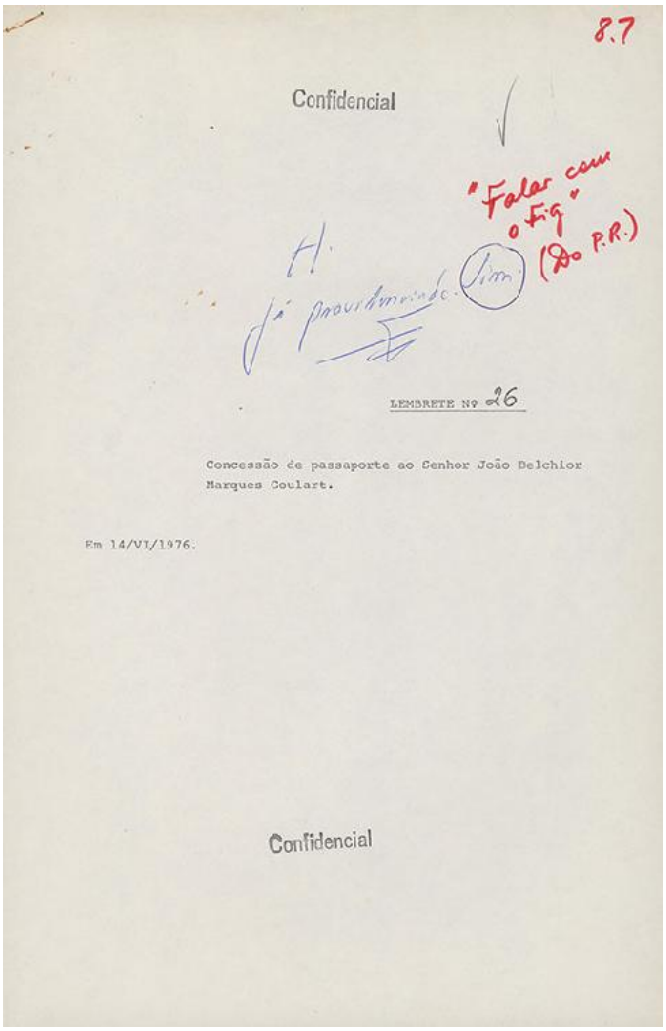
Respeitosamente,

(Armindo Branco Mendes Cadaxa)
Chefe de Departamento Consular
e Jurídico

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]

Anotações de Heitor Ferreira e Figueiredo sobre concessão de passaporte a Jango


8.7

Confidencial

"Falar com o Fig" (Do P.R.)

H.

Já providenciado. Sim

LEMBRETE Nº 26

Concessão de passaporte ao Senhor João Belchior Marques Goulart.

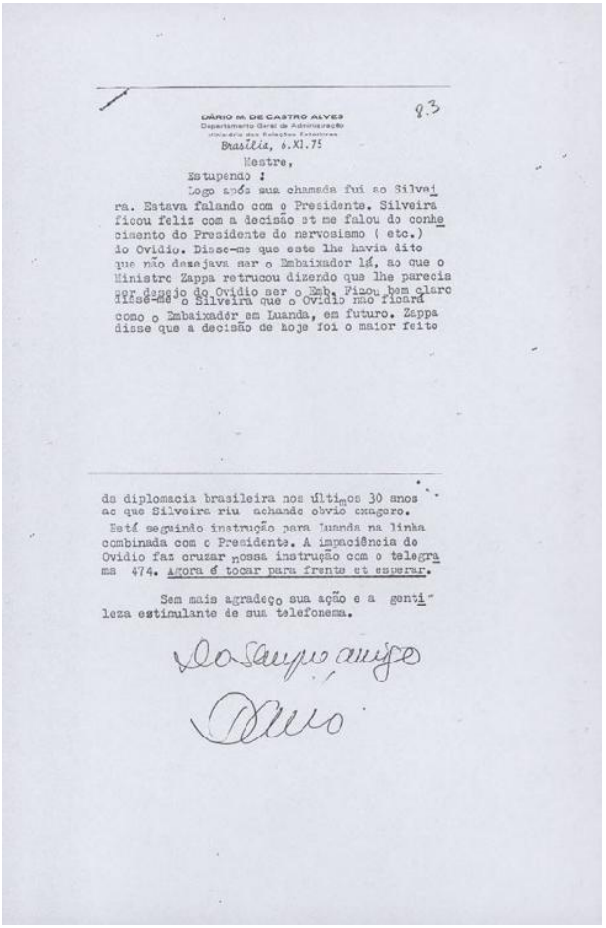
Em 14/VI/1976.

Confidencial

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Cartão do embaixador Dario Castro Alves a Heitor Ferreira mencionando “o maior feito da diplomacia brasileira”



DARIO M. DE CASTRO ALVES
Departamento Geral de Administração
Ministério das Relações Exteriores

83

Brasília, 6.XI.75

Mestre,

Estupendo !

Logo após sua chamada fui ao Silveira. Estava falando com o Presidente. Silveira ficou feliz com a decisão e me falou do conhecimento do Presidente do nervosismo (etc.) do Ovidio. Disse-me que este lhe havia dito que não desejava ser o Embaixador lá, ao que o Ministro Zappa retrucou dizendo que lhe parecia ser desejo do Ovidio ser o Emb. Ficou bem claro disse-me o Silveira que o Ovidio não ficará como o Embaixador em Luanda, em futuro. Zappa disse que a decisão de hoje foi o maior feito da diplomacia brasileira nos últimos 30 anos ao que Silveira riu achando obvio exagero.

Está seguindo instrução para Luanda na linha combinada com o Presidente. A impaciência do Ovidio faz cruzar nossa instrução com o telegrama 474. Agora é tocar para frente e esperar.

Sem mais agradeço sua ação e a gentileza estimulante de sua telefonema.

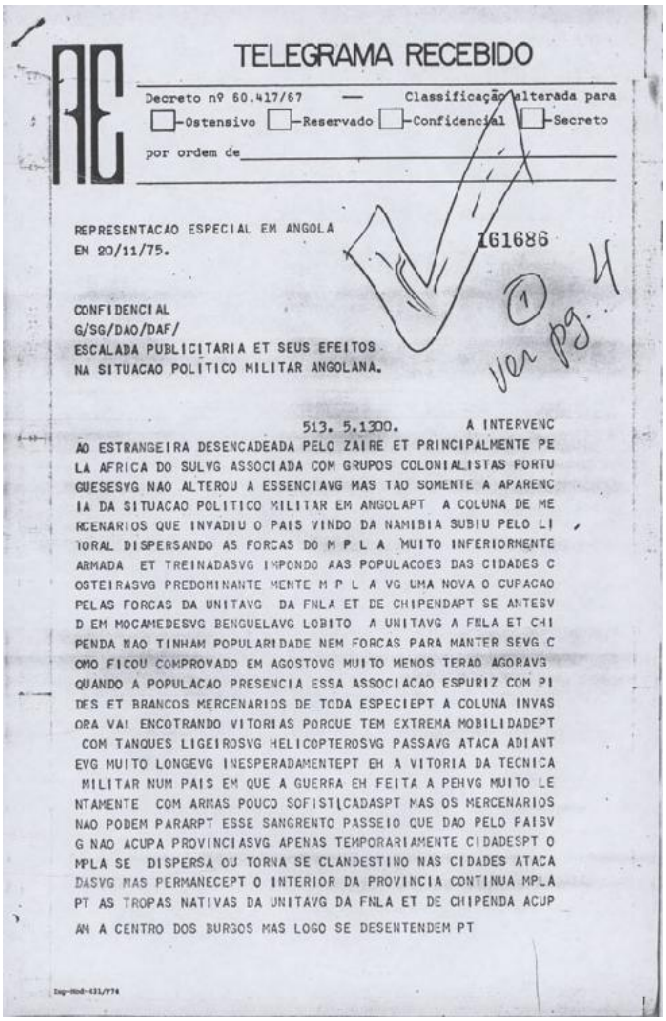
Do sempre amigo

Dario

[Voltar] | [Transcrição]

Telegrama do diplomata Ovídio de Melo ao Itamaraty minimizando presença de cubanos em Angola

[O trecho mencionado está na página 4]



TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
☐-Ostensivo ☐-Reservado ☐-Confidencial ☐-Secreto
por ordem de

REPRESENTACAO ESPECIAL EM ANGOLA
EM 20/11/75.

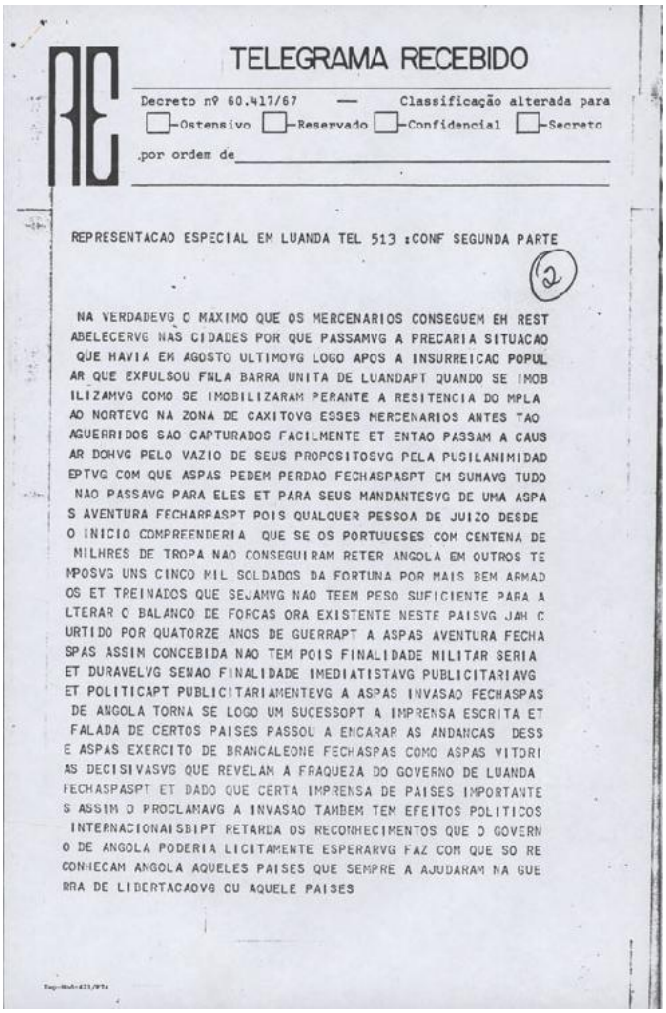
161686

CONFIDENCIAL
G/SG/DAO/DAF/
ESCALADA PUBLICITARIA ET SEUS EFEITOS
NA SITUACAO POLITICO MILITAR ANGOLANA.

513. 5.1300. A INTERVENC
AO ESTRANGEIRA DESENCADEADA PELO ZAIRE ET PRINCIPALMENTE PE
LA AFRICA DO SULVG ASSOCIADA COM GRUPOS COLONIALISTAS PORTU
GUESESVG NAO ALTEROU A ESSENCIAVG MAS TAO SOMENTE A APARENC
IA DA SITUACAO POLITICO MILITAR EM ANGOLAPT A COLUNA DE ME
RCENARIOS QUE INVADIU O PAIS VINDO DA NAMIBIA SUBIU PELO LI
TORAL DISPERSANDO AS FORCAS DO M P L A MUITO INFERIORMENTE
ARMADA ET TREINADASVG IMPONDO AAS POPULACOES DAS CIDADES C
OSTEIRASVG PREDOMINANTE MENTE M P L A VG UMA NOVA O CUPACAO
PELAS FORCAS DA UNITAVG DA FNLA ET DE CHIPENDAPT SE ANTESV
D EM MOCAMEDESVG BENGUELAVG LOBITO A UNITAVG A FELA ET CHI
PENDA NAO TINHAM POPULARIDADE NEM FORCAS PARA MANTER SEVG C
OMO FICOU COMPROVADO EM AGOSTOVG MUITO MENOS TERAO AGORAVG
QUANDO A POPULACAO PRESENCIA ESSA ASSOCIACAO ESPURIZ COM PI
DES ET BRANCOS MERCENARIOS DE TODA ESPECIEPT A COLUNA INVAS
ORA VAI ENCOTRANDO VITORIAS PORQUE TEM EXTREMA MOBILIDADEPT
COM TANQUES LIGEIROSVG HELICOPTEROSVG PASSAVG ATACA ADIANT
EVG MUITO LONGEVG INESPERADAMENTEPT EM A VITORIA DA TECNICA
MILITAR NUM PAIS EM QUE A GUERRA EM FEITA A PEHVG MUITO LE
NTAMENTE COM ARMAS POUCO SOFISTICADASPT MAS OS MERCENARIOS
NAO PODEM PARARPT ESSE SANGRENTO PASSEIO QUE DAO PELO PAISV
G NAO ACUPA PROVINCIASVG APENAS TEMPORARIAMENTE CIDADESPT O
MPLA SE DISPERSA OU TORNA SE CLANDESTINO NAS CIDADES ATACA
DASVG MAS PERMANECEPT O INTERIOR DA PROVINCIA CONTINUA MPLA
PT AS TROPAS NATIVAS DA UNITAVG DA FNLA ET DE CHIPENDA ACUP
AM A CENTRO DOS BURGOS MAS LOGO SE DESENTENDEM PT

Dsg-Mod-631/774

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



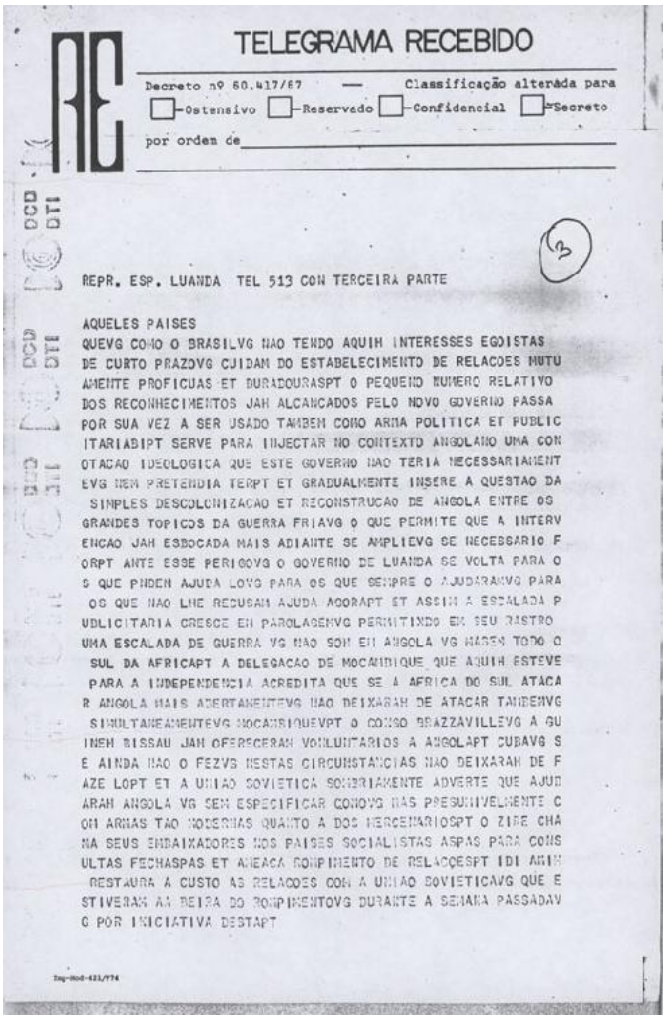
TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
☐-Ostensivo ☐-Reservado ☐-Confidencial ☐-Secreto
por ordem de

REPRESENTACAO ESPECIAL EM LUANDA TEL 513 :CONF SEGUNDA PARTE

(2)

NA VERDADEVG O MAXIMO QUE OS MERCENARIOS CONSEGUEM EM REST
ABELECERVG NAS CIDADES POR QUE PASSAMVG A PRECARIA SITUACAO
QUE HAVIA EM AGOSTO ULTIMOVG LOGO APOS A INSURREICAO POPUL
AR QUE EXPULSOU FNLA BARRA UNITA DE LUANDAPT QUANDO SE IMOB
ILIZAMVG COMO SE IMOBILIZARAM PERANTE A RESITENCIA DO MPLA
AO NORTEVG NA ZONA DE CAXITOVG ESSES MERCENARIOS ANTES TAO
AGUERRIDOS SAO CAPTURADOS FACILMENTE ET ENTAO PASSAM A CAUS
AR DOHVG PELO VAZIO DE SEUS PROPOSITOSVG PELA PUSILANIMIDAD
EPTVG COM QUE ASPAS PEDEM PERDAO FECHASPASPT EM SUMAVG TUDO
NAO PASSAVG PARA ELES ET PARA SEUS MANDANTESVG DE UMA ASPA
S AVENTURA FECHARPASPT POIS QUALQUER PESSOA DE JUIZO DESDE
O INICIO COMPREENDERIA QUE SE OS PORTUGUESES COM CENTENA DE
MILHRES DE TROPA NAO CONSEGUIRAM RETER ANGOLA EM OUTROS TE
MPOSVG UNS CINCO MIL SOLDADOS DA FORTUNA POR MAIS BEM ARMAD
OS ET TREINADOS QUE SEJAMVG NAO TEEM PESO SUFICIENTE PARA A
LTERAR O BALANCO DE FORCAS ORA EXISTENTE NESTE PAISVG JAH C
URTIDO POR QUATORZE ANOS DE GUERRAPT A ASPAS AVENTURA FECHA
SPAS ASSIM CONCEBIDA NAO TEM POIS FINALIDADE NILITAR SERIA
ET DURAVELVG SENAO FINALIDADE IMEDIATISTAVG PUBLICITARIAVG
ET POLITICAPT PUBLICITARIAMENTEVG A ASPAS INVASAO FECHASPAS
DE ANGOLA TORNA SE LOGO UM SUCESSOPT A IMPRENSA ESCRITA ET
FALADA DE CERTOS PAISES PASSOU A ENCARAR AS ANDANCAS DESS
E ASPAS EXERCITO DE BRANCALEONE FECHASPAS COMO ASPAS VITORI
AS DECISIVASVG QUE REVELAM A FRAQUEZA DO GOVERNO DE LUANDA
FECHASPASPT ET DADO QUE CERTA IMPRENSA DE PAISES IMPORTANTE
S ASSIM O PROCLAMAVG A INVASAO TAMBEM TEM EFEITOS POLITICOS
INTERNACIONAISBIPT RETARDA OS RECONHECIMENTOS QUE O GOVERN
O DE ANGOLA PODERIA LICITAMENTE ESPERARVG FAZ COM QUE SO RE
CONHECAM ANGOLA AQUELES PAISES QUE SEMPRE A AJUDARAM NA GUE
RRA DE LIBERTACAOVG OU AQUELE PAISES



TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
☐-Ostensivo ☐-Reservado ☐-Confidencial ☐-Secreto
por ordem de

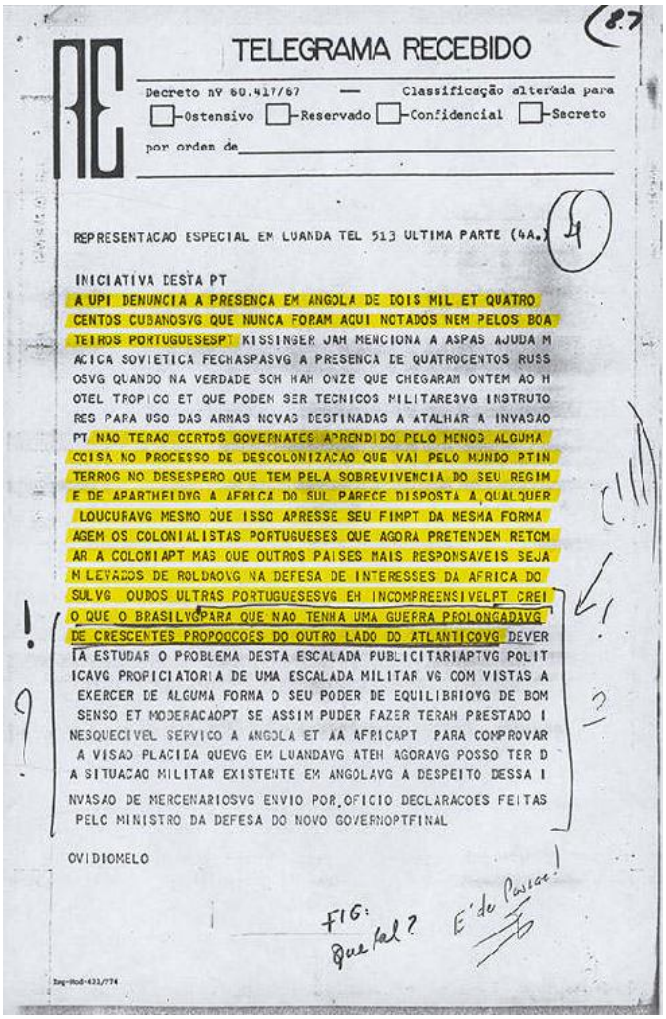
DCD DTI

(3)

REPR. ESP. LUANDA TEL 513 CON TERCEIRA PARTE

AQUELES PAISES
QUEVG COMO O BRASILVG NAO TENDO AQUIH INTERESSES EGOISTAS
DE CURTO PRAZOVG CUIDAM DO ESTABELECIMENTO DE RELACOES MUTU
AMENTE PROFICUAS ET DURADOURASPT O PEQUENO NUMERO RELATIVO
DOS RECONHECIMENTOS JAH ALCANCADOS PELO NOVO GOVERNO PASSA
POR SUA VEZ A SER USADO TAMBEM COMO ARMA POLITICA ET PUBLIC
ITARIABIPT SERVE PARA INJECTAR NO CONTEXTO ANGOLANO UMA CON
OTACAO IDEOLOGICA QUE ESTE GOVERNO NAO TERIA NECESSARIAMENT
EVG NEM PRETENDIA TERPT ET GRADUALMENTE INSERE A QUESTAO DA
SIMPLES DESCOLONIZACAO ET RECONSTRUCAO DE ANGOLA ENTRE OS
GRANDES TOPICOS DA GUERRA FRIAVG O QUE PERMITE QUE A INTERV
ENCAO JAH ESBOCADA MAIS ADIANTE SE AMPLIEVG SE NECESSARIO F
ORPT ANTE ESSE PERIGOVG O GOVERNO DE LUANDA SE VOLTA PARA O
S QUE PODEM AJUDA LOVG PARA OS QUE SEMPRE O AJUDARAMVG PARA
OS QUE NAO LHE RECUSAM AJUDA AGORAPT ET ASSIM A ESCALADA P
UBLICITARIA CRESCE EM PAROLAGEMVG PERMITINDO EM SEU RASTRO
UMA ESCALADA DE GUERRA VG NAO SOH EM ANGOLA VG MAGEM TODO O
SUL DA AFRICAPT A DELEGACAO DE MOCAMBIQUE QUE AQUIH ESTEVE
PARA A INDEPENDENCIA ACREDITA QUE SE A AFRICA DO SUL ATACA
R ANGOLA MAIS ADIANTEMENTEVG NAO DEIXARAH DE ATACAR TAMBEMVG
SIMULTANEAMENTEVG MOCAMBIQUEVPT O CONGO BRAZZAVILLEVG A GU
INEH BISSAU JAH OFERECERAM VOLUNTARIOS A ANGOLAPT CUBAVG S
E AINDA NAO O FEZVG NESTAS CIRCUNSTANCIAS NAO DEIXARAH DE F
AZE LOPT ET A UNIAO SOVIETICA SOMBRIAMENTE ADVERTE QUE AJUD
ARAH ANGOLA VG SEM ESPECIFICAR COMOVG MAS PRESUMIVELMENTE C
OM ARMAS TAO MODERNAS QUANTO A DOS MERCENARIOSPT O ZIRE CHA
MA SEUS EMBAIXADORES NOS PAISES SOCIALISTAS ASPAS PARA CONS
ULTAS FECHASPAS ET AMEACA ROMPIMENTO DE RELACOESPT IDI AMIN
RESTAURA A CUSTO AS RELACOES COM A UNIAO SOVIETICAVG QUE E
STIVERAM AH BEIRA DO ROMPIMENTOVG DURANTE A SEMANA PASSADAV
G POR INICIATIVA DESTAPT

Inq-Doc-421/974



TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
☐-Ostensivo ☐-Reservado ☐-Confidencial ☐-Secreto
por ordem de

REPRESENTACAO ESPECIAL EM LUANDA TEL 513 ULTIMA PARTE (4A.)

INICIATIVA DESTA PT
A UPI DENUNCIA A PRESENCA EM ANGOLA DE DOIS MIL ET QUATRO CENTOS CUBANOSVG QUE NUNCA FORAM AQUI NOTADOS NEM PELOS BOA TEIROS PORTUGUESESPT KISSINGER JAH MENCIONA A ASPAS AJUDA M ACICA SOVIETICA FECHASPASVG A PRESENCA DE QUATROCENTOS RUSS OSVG QUANDO NA VERDADE SCH HAH ONZE QUE CHEGARAM ONTEM AO H OTEL TROPICO ET QUE PODEM SER TECNICOS MILITARESVG INSTRUTO RES PARA USO DAS ARMAS NOVAS DESTINADAS A ATALHAR A INVASAO PT NAO TERAO CERTOS GOVERNANTES APRENDIDO PELO MENOS ALGUMA COISA NO PROCESSO DE DESCOLONIZACAO QUE VAI PELO MUNDO PTIN TERROG NO DESESPERO QUE TEM PELA SOBREVIVENCIA DO SEU REGIM E DE APARTHEIDVG A AFRICA DO SUL PARECE DISPOSTA A QUALQUER LOUCURAVG MESMO QUE ISSO APRESSE SEU FIMPT DA MESMA FORMA AGEM OS COLONIALISTAS PORTUGUESES QUE AGORA PRETENDEM RETOM AR A COLONIAPT MAS QUE OUTROS PAISES MAIS RESPONSAVEIS SEJA M LEVADOS DE ROLDAOVG NA DEFESA DE INTERESSES DA AFRICA DO SULVG OUDOS ULTRAS PORTUGUESESVG EH INCOMPREENSIVELPT CREI O QUE O BRASILVG PARA QUE NAO TENHA UMA GUERRA PROLONGADAVG DE CRESCENTES PROPOCCOES DO OUTRO LADO DO ATLANTICOVG DEVER IA ESTUDAR O PROBLEMA DESTA ESCALADA PUBLICITARIAPTVG POLIT ICAVG PROFICIATORIA DE UMA ESCALADA MILITAR VG COM VISTAS A EXERCER DE ALGUMA FORMA O SEU PODER DE EQUILIBRIOVG DE BOM SENSO ET MODERACAOPT SE ASSIM PUDER FAZER TERAH PRESTADO I NESQUECIVEL SERVICO A ANGOLA ET AA AFRICAPT PARA COMPROVAR A VISAO PLACIDA QUEVG EM LUANDAVG ATEH AGORAVG POSSO TER D A SITUACAO MILITAR EXISTENTE EM ANGOLAVG A DESPEITO DESSA I NVASAO DE MERCENARIOSVG ENVIO POR OFICIO DECLARACOES FEITAS PELO MINISTRO DA DEFESA DO NOVO GOVERNOPTFINAL

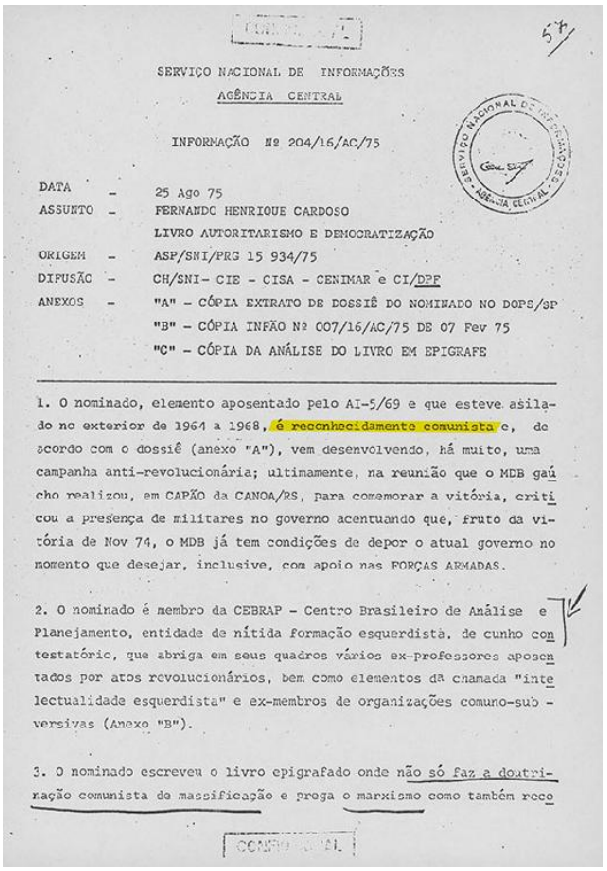
OVIDIOMELO

FIG: Qual? É de Paris!

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Ficha de Fernando Henrique Cardoso no SNI



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 204/16/AC/75

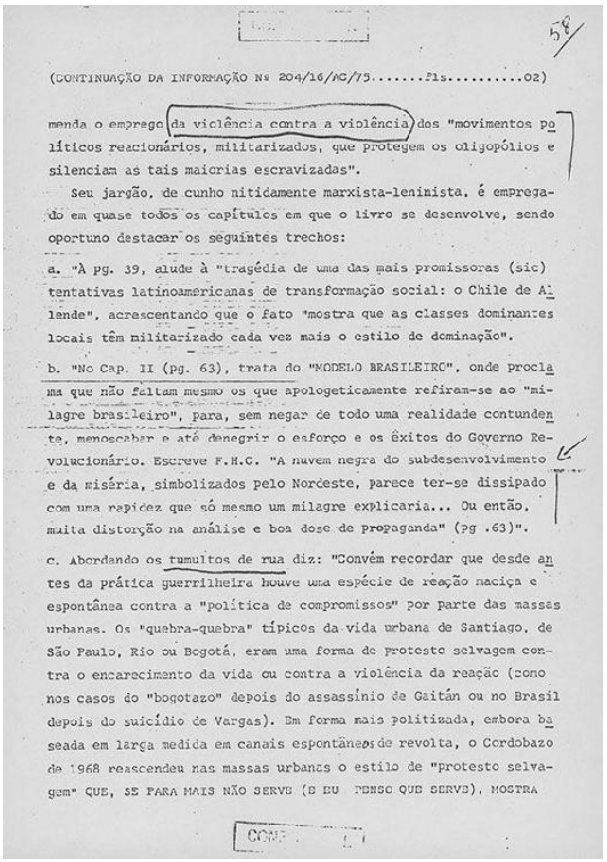
DATA - 25 Ago 75
ASSUNTO - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
LIVRO AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
ORIGEM - ASP/SNI/PRS 15 934/75
DIFUSÃO - CH/SNI - CIE - CISA - CENIMAR e CI/DPF
ANEXOS - "A" - CÓPIA EXTRATO DE DOSSIÊ DO NOMINADO NO DOPS/SP
"B" - CÓPIA INFÃO Nº CO7/16/AC/75 DE 07 Fev 75
"C" - CÓPIA DA ANÁLISE DO LIVRO EM EPIGRAFE

1. O nominado, elemento aposentado pelo AI-5/69 e que esteve asilado no exterior de 1964 a 1968, é reconhecidamente comunista e, de acordo com o dossiê (anexo "A"), vem desenvolvendo, há muito, uma campanha anti-revolucionária; ultimamente, na reunião que o MDB gaúcho realizou, em CAPÃO da CANOA/RS, para comemorar a vitória, criticou a presença de militares no governo acentuando que, fruto da vitória de Nov 74, o MDB já tem condições de depor o atual governo no momento que desejar, inclusive, com apoio nas FORÇAS ARMADAS.

2. O nominado é membro da CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, entidade de nítida formação esquerdista, de cunho contestatório, que abriga em seus quadros vários ex-professores aposentados por atos revolucionários, bem como elementos da chamada "intelectualidade esquerdista" e ex-membros de organizações comuno-subversivas (Anexo "B").

3. O nominado escreveu o livro epigrafado onde não só faz a doutrinação comunista de massificação e prega o marxismo como também reco

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 204/16/AC/75.....Fls.....02)

menda o emprego da violência contra a violência dos "movimentos políticos reacionários, militarizados, que protegem os oligopólios e silenciam as tais maiorias escravizadas".

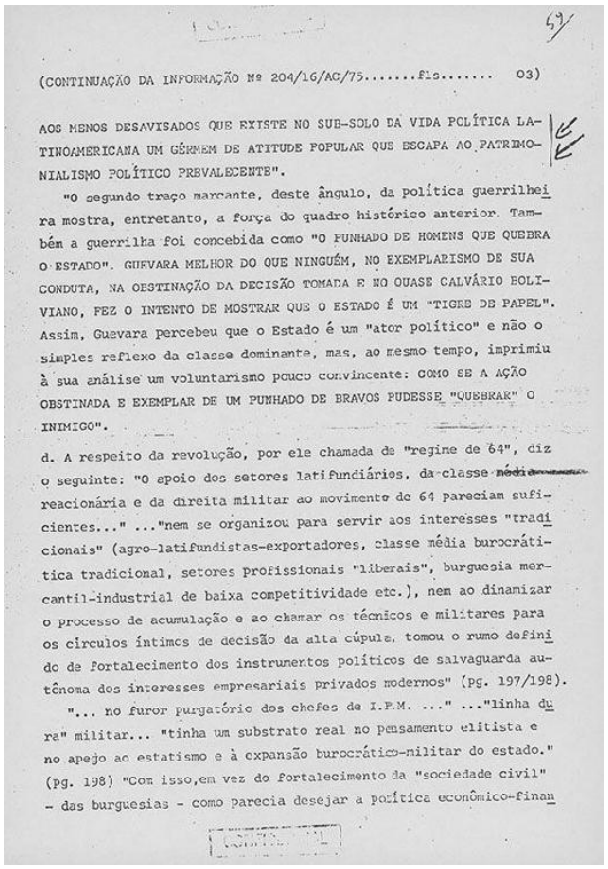
Seu jargão, de cunho nitidamente marxista-leninista, é empregado em quase todos os capítulos em que o livro se desenvolve, sendo oportuno destacar os seguintes trechos:

a. "À pg. 39, alude à "tragédia de uma das mais promissoras (sic) tentativas latinoamericanas de transformação social: o Chile de Allende", acrescentando que o fato "mostra que as classes dominantes locais têm militarizado cada vez mais o estilo de dominação".

b. "No Cap. II (pg. 63), trata do "MODELO BRASILEIRO", onde proclama que não faltam mesmo os que apologeticamente referam-se ao "milagre brasileiro", para, sem negar de todo uma realidade contundente, menoscabar e até denegrir o esforço e os êxitos do Governo Revolucionário. Escreve F.H.C. "A nuvem negra do subdesenvolvimento e da miséria, simbolizados pelo Nordeste, parece ter-se dissipado com uma rapidez que só mesmo um milagre explicaria... Ou então, muita distorção na análise e boa dose de propaganda" (pg .63)".

c. Abordando os tumultos de rua diz: "Convém recordar que desde antes da prática guerrilheira houve uma espécie de reação naciça e espontânea contra a "política de compromissos" por parte das massas urbanas. Os "quebra-quebra" típicos da vida urbana de Santiago, de São Paulo, Rio ou Bogotá, eram uma forma de protesto selvagem contra o encarecimento da vida ou contra a violência da reação (como nos casos do "bogotazo" depois do assassínio de Gaitán ou no Brasil depois do suicídio de Vargas). Em forma mais politizada, embora baseada em larga medida em canais espontâneos de revolta, o Cordobazo de 1968 reascendeu nas massas urbanas o estilo de "protesto selvagem" QUE, SE PARA MAIS NÃO SERVE (E EU PENSO QUE SERVE), MOSTRA

CONF



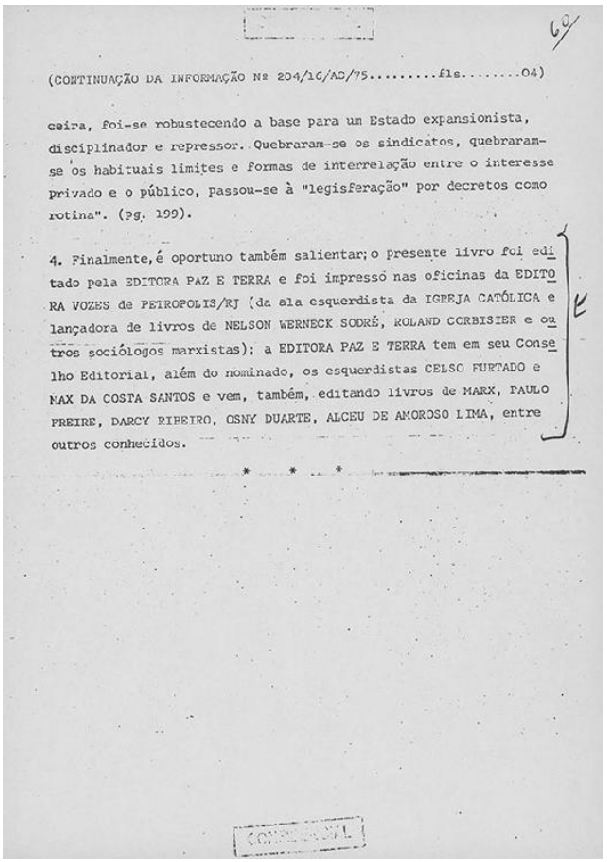
(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 204/16/AC/75.....fls..... 03)

AOS MENOS DESAVISADOS QUE EXISTE NO SUB-SOLO DA VIDA POLÍTICA LATINO-AMERICANA UM GÉRMEM DE ATITUDE POPULAR QUE ESCAPA AO PATRIMONIALISMO POLÍTICO PREVALECENTE".

"O segundo traço marcante, deste ângulo, da política guerrilheira mostra, entretanto, a força do quadro histórico anterior. Também a guerrilha foi concebida como "O PUNHADO DE HOMENS QUE QUEBRA O ESTADO". GUEVARA MELHOR DO QUE NINGUÉM, NO EXEMPLARISMO DE SUA CONDUTA, NA OBSTINAÇÃO DA DECISÃO TOMADA E NO QUASE CALVÁRIO BOLIVIANO, FEZ O INTENTO DE MOSTRAR QUE O ESTADO É UM "TIGRE DE PAPEL". Assim, Guevara percebeu que o Estado é um "ator político" e não o simples reflexo da classe dominante, mas, ao mesmo tempo, imprimiu à sua análise um voluntarismo pouco convincente: COMO SE A AÇÃO OBSTINADA E EXEMPLAR DE UM PUNHADO DE BRAVOS PUDESSE "QUEBRAR" O INIMIGO".

d. A respeito da revolução, por ele chamada de "regime de 64", diz o seguinte: "O apoio dos setores latifundiários, da classe média reacionária e da direita militar ao movimento de 64 pareciam suficientes..." ..."nem se organizou para servir aos interesses "tradicionais" (agro-latifundistas-exportadores, classe média burocrática tradicional, setores profissionais "liberais", burguesia mercantil-industrial de baixa competitividade etc.), nem ao dinamizar o processo de acumulação e ao chamar os técnicos e militares para os círculos íntimos de decisão da alta cúpula, tomou o rumo definido de fortalecimento dos instrumentos políticos de salvaguarda autônoma dos interesses empresariais privados modernos" (pg. 197/198).

"... no furor purgatório dos chefes do I.P.M. ..." ..."linha dura" militar... "tinha um substrato real no pensamento elitista e no apego ao estatismo e à expansão burocrático-militar do estado." (pg. 198) "Com isso,em vez do fortalecimento da "sociedade civil" - das burguesias - como parecia desejar a política econômico-finan



(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 204/16/AC/75.....fls.....04)

caira, foi-se robustecendo a base para um Estado expansionista, disciplinador e repressor. Quebraram-se os sindicatos, quebraram-se os habituais limites e formas de interrelação entre o interesse privado e o público, passou-se à "legisferação" por decretos como rotina". (pg. 199).

4. Finalmente, é oportuno também salientar; o presente livro foi editado pela EDITORA PAZ E TERRA e foi impresso nas oficinas da EDITORA VOZES de PETROPOLIS/RJ (da ala esquerdista da IGREJA CATÓLICA e lançadora de livros de NELSON WERNECK SODRÉ, ROLAND CORBISIER e outros sociólogos marxistas); a EDITORA PAZ E TERRA tem em seu Conselho Editorial, além do nominado, os esquerdistas CELSO FURTADO e MAX DA COSTA SANTOS e vem, também, editando livros de MARX, PAULO FREIRE, DARCY RIBEIRO, OSNY DUARTE, ALCEU DE AMOROSO LIMA, entre outros conhecidos.

* * *

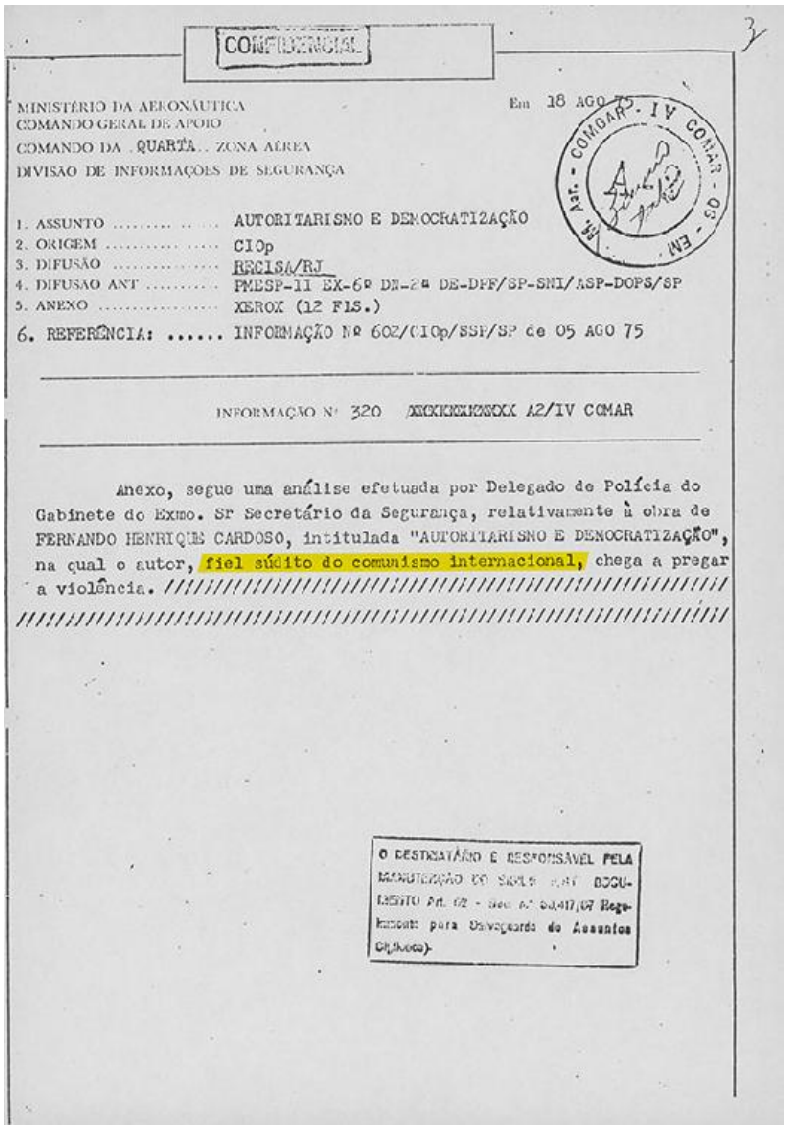
CONFIDENCIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Análise do livro “Autoritarismo e democratização”, de Fernando Henrique Cardoso

[Os trechos mencionados estão nas páginas 1, 3 e 6]



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
COMANDO GERAL DE APOIO
COMANDO DA QUARTA ZONA AÉREA
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

Em 18 AGO 75

1. ASSUNTO ..... AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
2. ORIGEM ..... CIOp
3. DIFUSÃO ..... RECISA/RJ
4. DIFUSÃO ANT ..... PMESP-II EX-6ª DR-2ª DE-DPF/SP-SNI/ASP-DOPS/SP
5. ANEXO ..... XEROX (12 FLS.)
6. REFERÊNCIA: ..... INFORMAÇÃO Nº 602/CIOp/SSP/SP de 05 AGO 75

INFORMAÇÃO Nº 320 XXXXXXXXXXX A2/IV COMAR

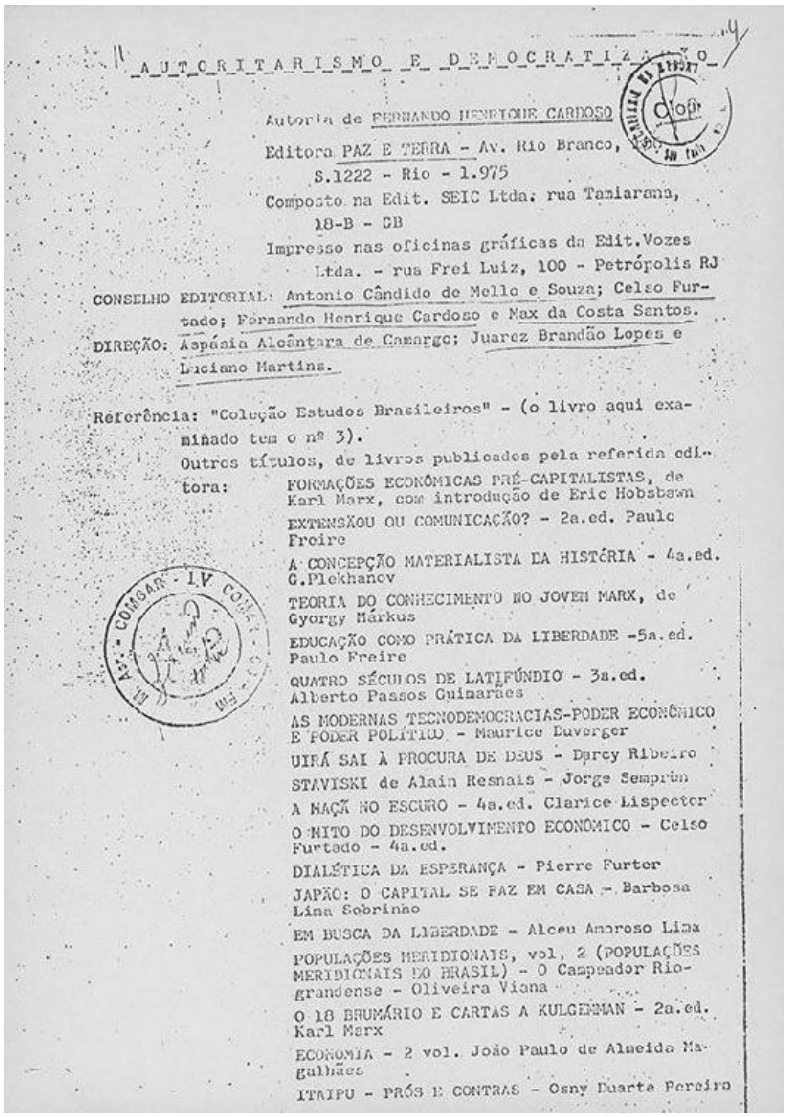
Anexo, segue uma análise efetuada por Delegado de Polícia do Gabinete do Exmo. Sr Secretário da Segurança, relativamente à obra de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, intitulada "AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO", na qual o autor, fiel súdito do comunismo internacional, chega a pregar a violência. //

//

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DO DOCUMENTO Art. 02 - Dec. nº 60.417/67 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

Página 1 de 12

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO

Autoria de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Editora PAZ E TERRA - Av. Rio Branco, S.1222 - Rio - 1.975

Composto na Edit. SEIC Ltda. rua Tamarana, 18-B - GB

Impresso nas oficinas gráficas da Edit. Vozes Ltda. - rua Frei Luiz, 100 - Petrópolis RJ

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Cândido de Mello e Souza; Celso Furtado; Fernando Henrique Cardoso e Nax da Costa Santos.

DIREÇÃO: Aspásia Alcântara de Camargo; Juarez Brandão Lopes e Luciano Martins.

Referência: "Coleção Estudos Brasileiros" - (o livro aqui examinado tem o nº 3).

Outros títulos, de livros publicados pela referida editora:

FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS, de Karl Marx, com introdução de Eric Hobsbawm

EXTENSÃOU OU COMUNICAÇÃO? - 2a.ed. Paulo Freire

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA - 4a.ed. G.Plekhanov

TEORIA DO CONHECIMENTO NO JOVEM MARX, de Gyorgy Márkus

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE -5a.ed. Paulo Freire

QUATRO SÉCULOS DE LATIFÚNDIO - 3a.ed. Alberto Passos Guimarães

AS MODERNAS TECNODEMOCRACIAS-PODER ECONÔMICO E PODER POLÍTICO - Maurice Duverger

UIRÁ SAI À PROCURA DE DEUS - Darcy Ribeiro

STAVISKI de Alain Resnais - Jorge Semprún

A MAÇÃ NO ESCURO - 4a.ed. Clarice Lispector

O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Celso Furtado - 4a.ed.

DIALÉTICA DA ESPERANÇA - Pierre Furter

JAPÃO: O CAPITAL SE FAZ EM CASA - Barbosa Lima Sobrinho

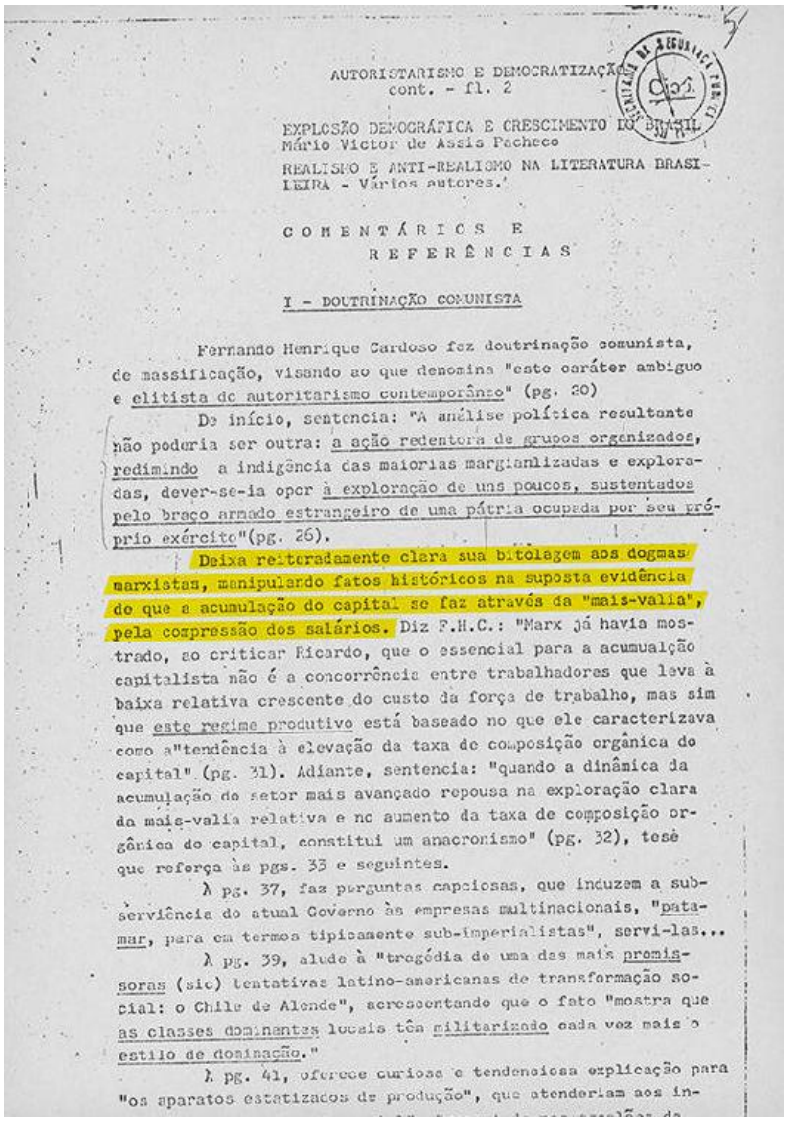
EM BUSCA DA LIBERDADE - Alceu Amoroso Lima

POPULAÇÕES MERIDIONAIS, vol. 2 (POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL) - O Campeador Rio-grandense - Oliveira Viana

O 18 BRUMÁRIO E CARTAS A KULGENMAN - 2a.ed. Karl Marx

ECONOMIA - 2 vol. João Paulo de Almeida Magalhães

ITAIPU - PRÓS E CONTRAS - Osny Duarte Pereira



AUTORISTARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
cont. - fl. 2

EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA E CRESCIMENTO DO BRASIL
Mário Victor de Assis Pacheco

REALISMO E ANTI-REALISMO NA LITERATURA BRASILEIRA - Vários autores.

COMENTÁRIOS E
REFERÊNCIAS

I - DOUTRINAÇÃO COMUNISTA

Fernando Henrique Cardoso fez doutrinação comunista, de massificação, visando ao que denomina "este caráter ambiguo e elitista do autoritarismo contemporâneo" (pg. 20)

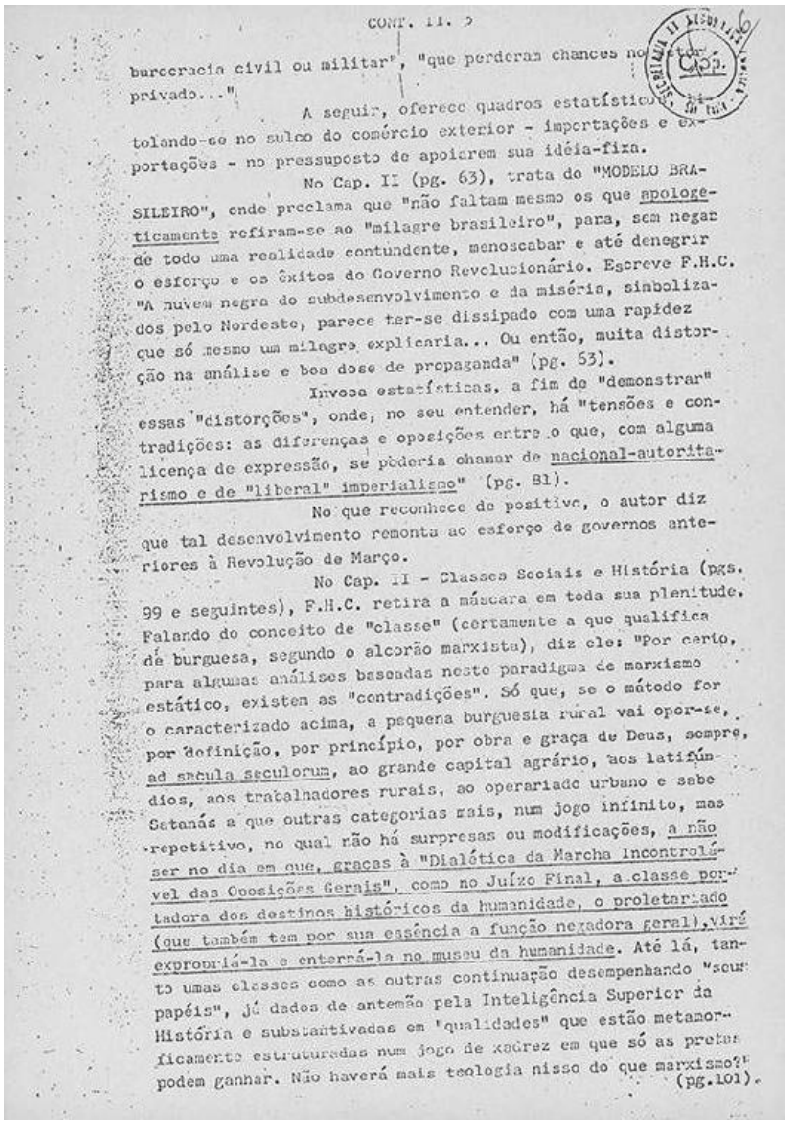
De início, sentencia: "A análise política resultante não poderia ser outra: a ação redentora de grupos organizados, redimindo a indigência das maiorias marginalizadas e exploradas, dever-se-ia opor à exploração de uns poucos, sustentados pelo braço armado estrangeiro de uma pátria ocupada por seu próprio exército"(pg. 26).

Deixa reiteradamente clara sua bitolagem aos dogmas marxistas, manipulando fatos históricos na suposta evidência de que a acumulação do capital se faz através da "mais-valia", pela compressão dos salários. Diz F.H.C.: "Marx já havia mostrado, ao criticar Ricardo, que o essencial para a acumulação capitalista não é a concorrência entre trabalhadores que leva à baixa relativa crescente do custo da força de trabalho, mas sim que este regime produtivo está baseado no que ele caracterizava como a"tendência à elevação da taxa de composição orgânica do capital" (pg. 31). Adiante, sentencia: "quando a dinâmica da acumulação do setor mais avançado repousa na exploração clara da mais-valia relativa e no aumento da taxa de composição orgânica do capital, constitui um anacronismo" (pg. 32), tese que reforça às pgs. 33 e seguintes.

À pg. 37, faz perguntas capciosas, que induzem a subserviência do atual Governo às empresas multinacionais, "patamar, para em termos tipicamente sub-imperialistas", servi-las...

À pg. 39, alude à "tragédia de uma das mais promissoras (sic) tentativas latino-americanas de transformação social: o Chile de Allende", acrescentando que o fato "mostra que as classes dominantes locais têm militarizado cada vez mais o estilo de dominação."

À pg. 41, oferece curiosa e tendenciosa explicação para "os aparatos estatizados de produção", que atenderiam aos in-



CONT. II. 2

burocracia civil ou militar", "que perderam chances no [illegible] privado..."

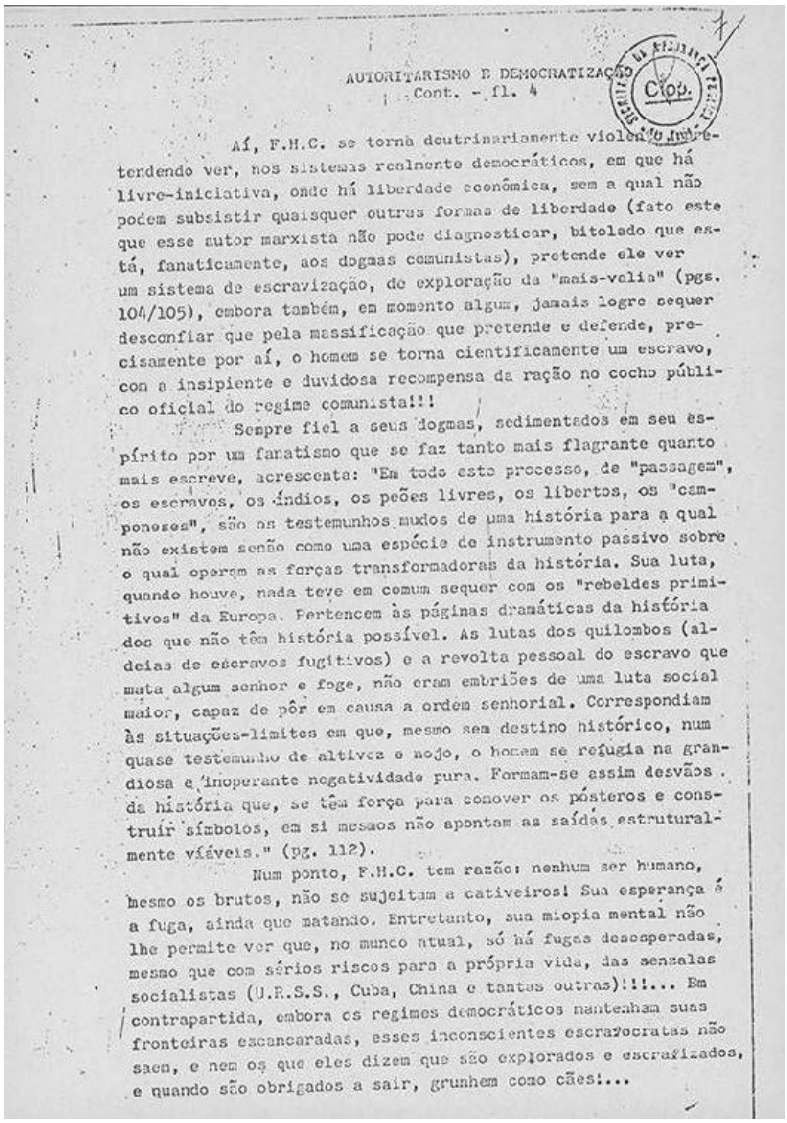
A seguir, oferece quadros estatísticos tolando-se no sulco do comércio exterior - importações e exportações - no pressuposto de apoiarem sua idéia-fixa.

No Cap. II (pg. 63), trata do "MODELO BRASILEIRO", onde proclama que "não faltam mesmo os que apologeticamente refiram-se ao "milagre brasileiro", para, sem negar de todo uma realidade contundente, menoscabar e até denegrir o esforço e os êxitos do Governo Revolucionário. Escreve F.H.C. "A nuvem negra do subdesenvolvimento e da miséria, simbolizados pelo Nordeste, parece ter-se dissipado com uma rapidez que só mesmo um milagre explicaria... Ou então, muita distorção na análise e boa dose de propaganda" (pg. 53).

Invoca estatísticas, a fim de "demonstrar" essas "distorções", onde, no seu entender, há "tensões e contradições: as diferenças e oposições entre o que, com alguma licença de expressão, se poderia chamar de nacional-autoritarismo e de "liberal" imperialismo" (pg. 81).

No que reconhece de positivo, o autor diz que tal desenvolvimento remonta ao esforço de governos anteriores à Revolução de Março.

No Cap. II - Classes Sociais e História (pgs. 99 e seguintes), F.H.C. retira a máscara em toda sua plenitude. Falando do conceito de "classe" (certamente a que qualifica de burguesa, segundo o alcorão marxista), diz ele: "Por certo, para algumas análises baseadas neste paradigma de marxismo estático, existem as "contradições". Só que, se o método for o caracterizado acima, a pequena burguesia rural vai opor-se, por definição, por princípio, por obra e graça de Deus, sempre, ad saecula seculorum, ao grande capital agrário, aos latifúndios, aos tratalhadores rurais, ao operariado urbano e sabe Satanás a que outras categorias mais, num jogo infinito, mas repetitivo, no qual não há surpresas ou modificações, a não ser no dia em que, graças à "Dialética da Marcha Incontrolável das Oposições Gerais", como no Juízo Final, a classe portadora dos destinos históricos da humanidade, o proletariado (que também tem por sua essência a função negadora geral), virá expropriá-la e enterrá-la no museu da humanidade. Até lá, tanto umas classes como as outras continuação desempenhando "seus papéis", Já dados de antemão pela Inteligência Superior da História e substantivadas em 'qualidades" que estão metamorficamente estruturadas num jogo de xadrez em que só as pretas podem ganhar. Não haverá mais teologia nisso do que marxismo?" (pg.101).

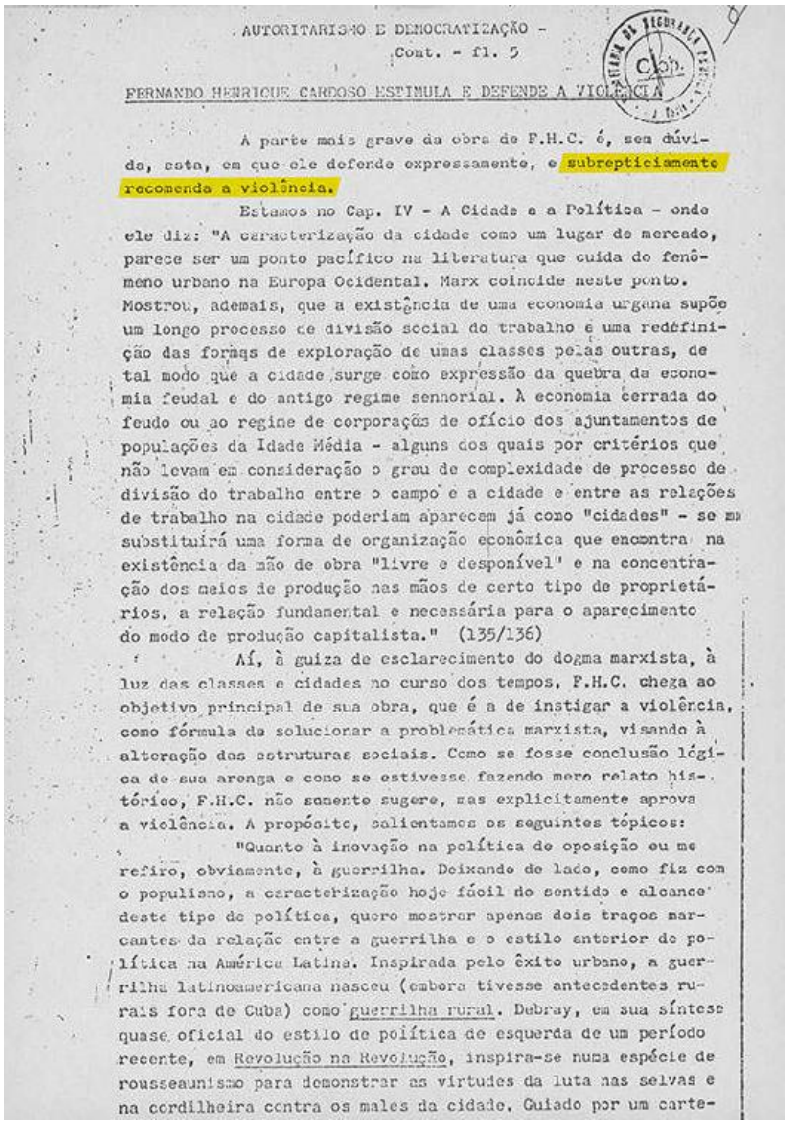


AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
Cont. - fl. 4

Aí, F.H.C. se torna doutrinariamente violento, pretendendo ver, nos sistemas realmente democráticos, em que há livre-iniciativa, onde há liberdade econômica, sem a qual não podem subsistir quaisquer outras formas de liberdade (fato este que esse autor marxista não pode diagnosticar, bitolado que está, fanaticamente, aos dogmas comunistas), pretende ele ver um sistema de escravização, de exploração da "mais-valia" (pgs. 104/105), embora também, em momento algum, jamais logre sequer desconfiar que pela massificação que pretende e defende, precisamente por aí, o homem se torna cientificamente um escravo, com a insipiente e duvidosa recompensa da ração no cocho público oficial do regime comunista!!!

Sempre fiel a seus dogmas, sedimentados em seu espírito por um fanatismo que se faz tanto mais flagrante quanto mais escreve, acrescenta: "Em todo este processo, de "passagem", os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os "camponeses", são os testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os "rebeldes primitivos" da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível. As lutas dos quilombos (aldeias de escravos fugitivos) e a revolta pessoal do escravo que mata algum senhor e foge, não eram embriões de uma luta social maior, capaz de pôr em causa a ordem senhorial. Correspondiam às situações-limites em que, mesmo sem destino histórico, num quase testemunho de altivez e nojo, o homem se refugia na grandiosa e inoperante negatividade pura. Formam-se assim desvãos da história que, se têm força para comover os pósteros e construir símbolos, em si mesmos não apontam as saídas estruturalmente viáveis." (pg. 112).

Num ponto, F.H.C. tem razão: nenhum ser humano, mesmo os brutos, não se sujeitam a cativeiros! Sua esperança é a fuga, ainda que matando. Entretanto, sua miopia mental não lhe permite ver que, no mundo atual, só há fugas desesperadas, mesmo que com sérios riscos para a própria vida, das senzalas socialistas (U.R.S.S., Cuba, China e tantas outras)!!!... Em contrapartida, embora os regimes democráticos mantenham suas fronteiras escancaradas, esses inconscientes escravocratas não saem, e nem os que eles dizem que são explorados e escravizados, e quando são obrigados a sair, grunhem como cães!...



AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO -
Cont. - fl. 5

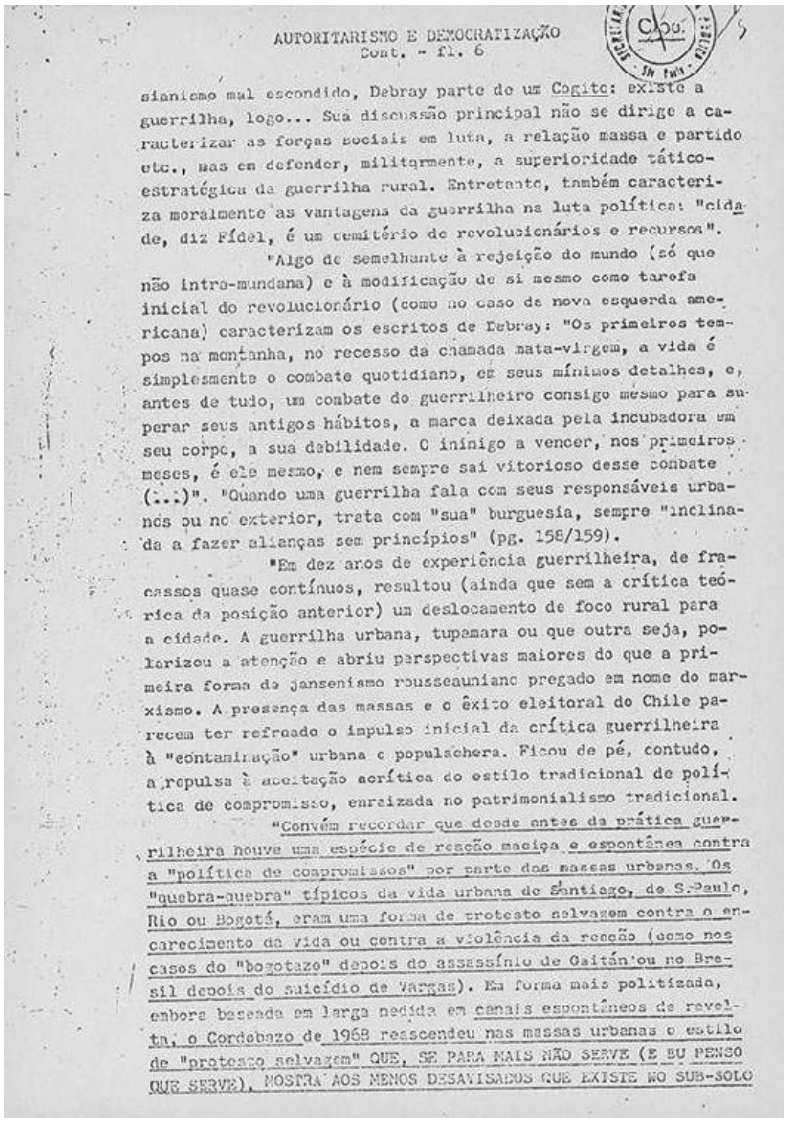
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO ESTIMULA E DEFENDE A VIOLÊNCIA

A parte mais grave da obra de F.H.C. é, sem dúvida, esta, em que ele defende expressamente, e subrepticiamente recomenda a violência.

Estamos no Cap. IV - A Cidade e a Política - onde ele diz: "A caracterização da cidade como um lugar de mercado, parece ser um ponto pacífico na literatura que cuida do fenômeno urbano na Europa Ocidental. Marx coincide neste ponto. Mostrou, ademais, que a existência de uma economia urbana supõe um longo processo de divisão social do trabalho e uma redefinição das formas de exploração de umas classes pelas outras, de tal modo que a cidade surge como expressão da quebra da economia feudal e do antigo regime senhorial. À economia cerrada do feudo ou ao regime de corporações de ofício dos ajuntamentos de populações da Idade Média - alguns dos quais por critérios que não levam em consideração o grau de complexidade de processo de divisão do trabalho entre o campo e a cidade e entre as relações de trabalho na cidade poderiam aparecem já como "cidades" - se substituirá uma forma de organização econômica que encontra na existência da mão de obra "livre e desponível" e na concentração dos meios de produção nas mãos de certo tipo de proprietários, a relação fundamental e necessária para o aparecimento do modo de produção capitalista." (135/136)

Aí, à guiza de esclarecimento do dogma marxista, à luz das classes e cidades no curso dos tempos, F.H.C. chega ao objetivo principal de sua obra, que é a de instigar a violência, como fórmula de solucionar a problemática marxista, visando à alteração das estruturas sociais. Como se fosse conclusão lógica de sua arenga e como se estivesse fazendo mero relato histórico, F.H.C. não somente sugere, mas explicitamente aprova a violência. A propósito, salientamos os seguintes tópicos:

"Quanto à inovação na política de oposição ou me refiro, obviamente, à guerrilha. Deixando de lado, como fiz com o populismo, a caracterização hoje fácil do sentido e alcance deste tipo de política, quero mostrar apenas dois traços marcantes da relação entre a guerrilha e o estilo anterior de política na América Latina. Inspirada pelo êxito urbano, a guerrilha latinoamericana nasceu (embora tivesse antecedentes rurais fora de Cuba) como guerrilha rural. Debray, em sua síntese quase oficial do estilo de política de esquerda de um período recente, em Revolução na Revolução, inspira-se numa espécie de rousseaunismo para demonstrar as virtudes da luta nas selvas e na cordilheira contra os males da cidade. Guiado por um carte-



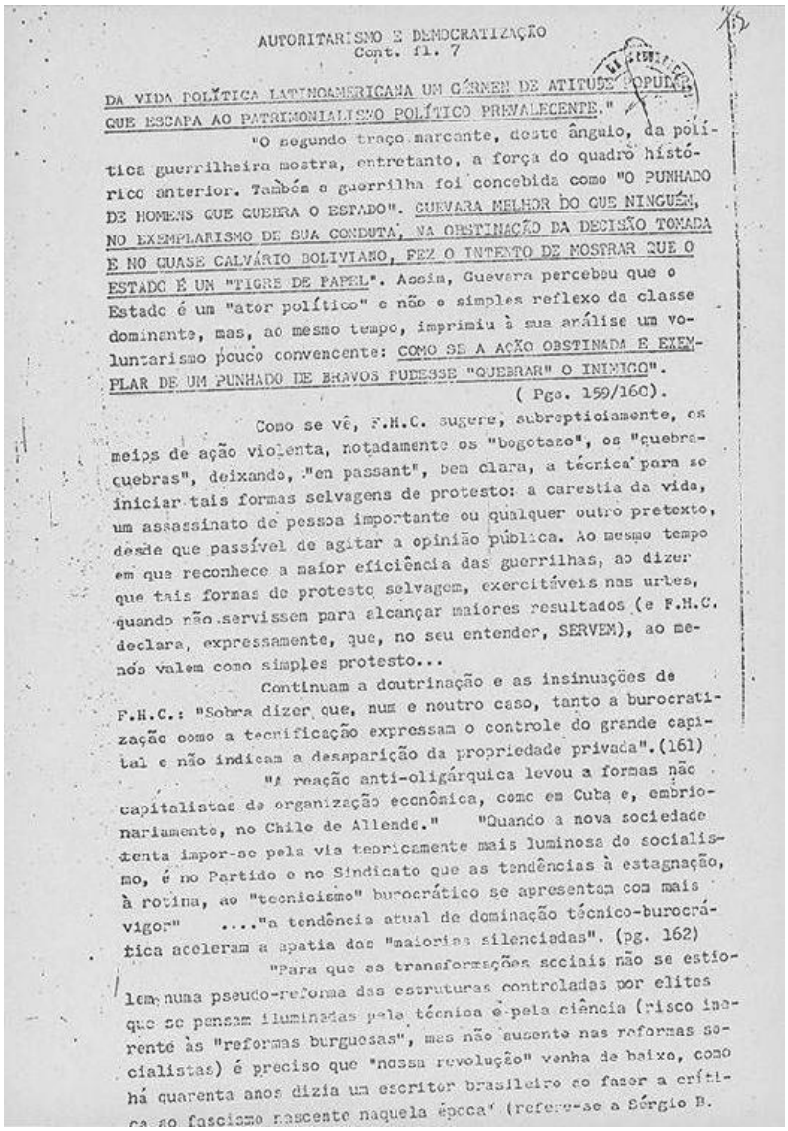
AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
Cont. - fl. 6

sianismo mal escondido, Debray parte de um Cogito: existe a guerrilha, logo... Sua discussão principal não se dirige a caracterizar as forças sociais em luta, a relação massa e partido etc., mas em defender, militarmente, a superioridade tático-estratégica da guerrilha rural. Entretanto, também caracteriza moralmente as vantagens da guerrilha na luta política: "cidade, diz Fidel, é um cemitério de revolucionários e recursos".

"Algo de semelhante à rejeição do mundo (só que não intra-mundana) e à modificação de si mesmo como tarefa inicial do revolucionário (como no caso da nova esquerda americana) caracterizam os escritos de Debray: "Os primeiros tempos na montanha, no recesso da chamada mata-virgem, a vida é simplesmente o combate quotidiano, em seus mínimos detalhes, e, antes de tudo, um combate do guerrilheiro consigo mesmo para superar seus antigos hábitos, a marca deixada pela incubadora em seu corpo, a sua debilidade. O inimigo a vencer, nos primeiros meses, é ele mesmo, e nem sempre sai vitorioso desse combate (...)". "Quando uma guerrilha fala com seus responsáveis urbanos ou no exterior, trata com "sua" burguesia, sempre "inclinada a fazer alianças sem princípios" (pg. 158/159).

"Em dez anos de experiência guerrilheira, de fracassos quase contínuos, resultou (ainda que sem a crítica teórica da posição anterior) um deslocamento de foco rural para a cidade. A guerrilha urbana, tupamara ou que outra seja, polarizou a atenção e abriu perspectivas maiores do que a primeira forma de jansenismo rousseauniano pregado em nome do marxismo. A presença das massas e o êxito eleitoral do Chile parecem ter refreado o impulso inicial da crítica guerrilheira à "contaminação" urbana e populachera. Ficou de pé, contudo, a repulsa à aceitação acrítica do estilo tradicional de política de compromisso, enraizada no patrimonialismo tradicional.

"Convém recordar que desde antes da prática guerrilheira houve uma espécie de reação maciça e espontânea contra a "política de coapromissos" por parte das massas urbanas. Os "quebra-quebra" típicos da vida urbana de Santiago, de S.Paulo, Rio ou Bogotá, eram uma forma de protesto selvagem contra o encarecimento da vida ou contra a violência da reação (como nos casos do "bogotazo" depois do assassínio de Gaitán ou no Brasil depois do suicídio de Vargas). Em forma mais politizada, embora baseada em larga medida em canais espontâneos de revolta, o Cordobazo de 1968 reascendeu nas massas urbanas o estilo de "protesto selvagem" QUE, SE PARA MAIS NÃO SERVE (E EU PENSO QUE SERVE), MOSTRA AOS MENOS DESAVISADOS QUE EXISTE NO SUB-SOLO



AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
Cont. fl. 7

DA VIDA POLÍTICA LATINOAMERICANA UM GÉRMEN DE ATITUDES POPULARES QUE ESCAPA AO PATRIMONIALISMO POLÍTICO PREVALECENTE."

"O segundo traço marcante, deste ângulo, da política guerrilheira mestra, entretanto, a força do quadro histórico anterior. Também a guerrilha foi concebida como "O PUNHADO DE HOMENS QUE QUEBRA O ESTADO". GUEVARA MELHOR DO QUE NINGUÉM, NO EXEMPLARISMO DE SUA CONDUTA, NA OBSTINAÇÃO DA DECISÃO TOMADA E NO QUASE CALVÁRIO BOLIVIANO, FEZ O INTENTO DE MOSTRAR QUE O ESTADO É UM "TIGRE DE PAPEL". Assim, Guevara percebeu que o Estado é um "ator político" e não o simples reflexo da classe dominante, mas, ao mesmo tempo, imprimiu à sua análise um voluntarismo pouco convencente: COMO SE A AÇÃO OBSTINADA E EXEMPLAR DE UM PUNHADO DE BRAVOS PUDESSE "QUEBRAR" O INIMIGO".

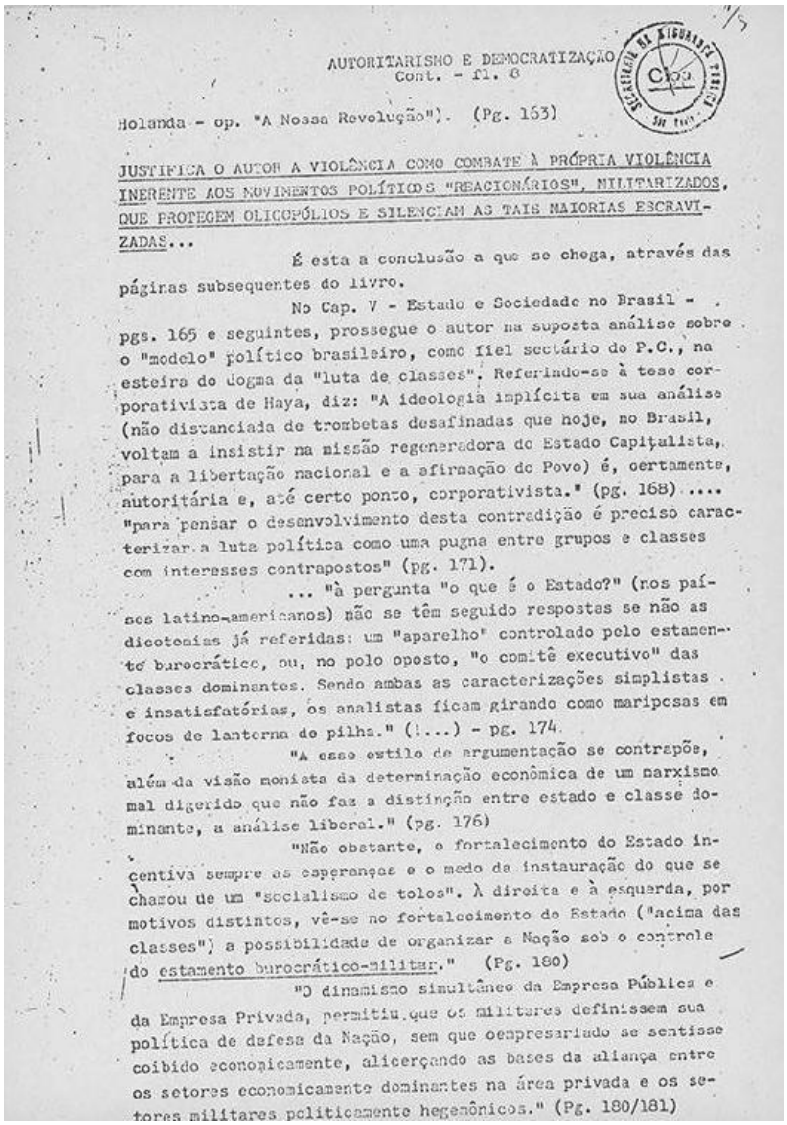
(Pgs. 159/160).

Como se vê, F.H.C. sugere, subrepticiamente, os meios de ação violenta, notadamente os "bogotazo", os "quebra-quebras", deixando, "en passant", bem clara, a técnica para se iniciar tais formas selvagens de protesto: a carestia da vida, um assassinato de pessoa importante ou qualquer outro pretexto, desde que passível de agitar a opinião pública. Ao mesmo tempo em que reconhece a maior eficiência das guerrilhas, ao dizer que tais formas de protesto selvagem, exercitáveis nas urbes, quando não servissem para alcançar maiores resultados (e F.H.C. declara, expressamente, que, no seu entender, SERVEM), ao menos valem como simples protesto...

Continuam a doutrinação e as insinuações de F.H.C.: "Sobra dizer que, num e noutro caso, tanto a burocratização como a tecnificação expressam o controle do grande capital e não indicam a desaparição da propriedade privada".(161)

"A reação anti-oligárquica levou a formas não capitalistas de organização econômica, como em Cuba e, embrionariamente, no Chile de Allende." "Quando a nova sociedade tenta impor-se pela via tecnicamente mais luminosa do socialismo, é no Partido e no Sindicato que as tendências à estagnação, à rotina, ao "tecnicismo" burocrático se apresentam com mais vigor" ..."a tendência atual de dominação técnico-burocrática aceleram a apatia das "maiorias silenciadas". (pg. 162)

"Para que as transformações sociais não se estiolem numa pseudo-reforma das estruturas controladas por elites que se pensam iluminadas pela técnica e pela ciência (risco inerente às "reformas burguesas", mas não ausente nas reformas socialistas) é preciso que "nossa revolução" venha de baixo, como há quarenta anos dizia um escritor brasileiro ao fazer a crítica ao fascismo nascente naquela época" (refere-se a Sérgio B.



AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
Cont. - fl. 8

Holanda - op. "A Nossa Revolução"). (Pg. 153)

JUSTIFICA O AUTOR A VIOLÊNCIA COMO COMBATE À PRÓPRIA VIOLÊNCIA INERENTE AOS MOVIMENTOS POLÍTICOS "REACIONÁRIOS", MILITARIZADOS, QUE PROTEGEM OLIGOPÓLIOS E SILENCIAM AS TAIS MAIORIAS ESCRAVIZADAS...

É esta a conclusão a que se chega, através das páginas subsequentes do livro.

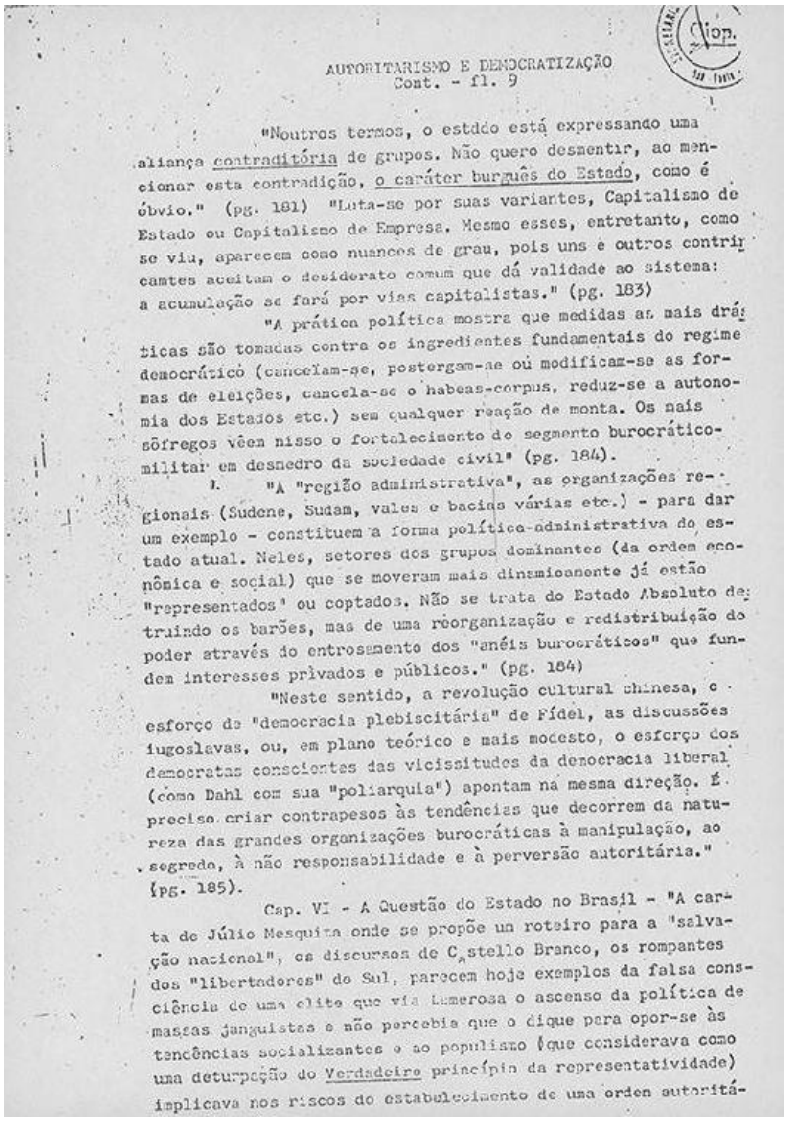
No Cap. V - Estado e Sociedade no Brasil - pgs. 165 e seguintes, prossegue o autor na suposta análise sobre o "modelo" político brasileiro, como fiel sectário do P.C., na esteira do dogma da "luta de classes". Referindo-se à tese corporativista de Haya, diz: "A ideologia implícita em sua análise (não distanciada de trombetas desafinadas que hoje, no Brasil, voltam a insistir na missão regeneradora do Estado Capitalista, para a libertação nacional e a afirmação do Povo) é, certamente, autoritária e, até certo ponto, corporativista." (pg. 168) .... "para pensar o desenvolvimento desta contradição é preciso caracterizar a luta política como uma pugna entre grupos e classes com interesses contrapostos" (pg. 171).

... "à pergunta "o que é o Estado?" (nos países latino-americanos) não se têm seguido respostas se não as dicotomias já referidas: um "aparelho" controlado pelo estamento burocrático, ou, no polo oposto, "o comitê executivo" das classes dominantes. Sendo ambas as caracterizações simplistas e insatisfatórias, os analistas ficam girando como maripcsas em focos de lanterna de pilha." (!...) - pg. 174.

"A esse estilo de argumentação se contrapõe, além da visão monista da determinação econômica de um marxismo mal digerido que não faz a distinção entre estado e classe dominante, a análise liberal." (pg. 176)

"Não obstante, o fortalecimento do Estado incentiva sempre as esperanças e o medo da instauração do que se chamou de um "socialismo de tolos". À direita e à esquerda, por motivos distintos, vê-se no fortalecimento do Estado ("acima das classes") a possibilidade de organizar a Nação sob o controle do estamento burocrático-militar." (Pg. 180)

"O dinamismo simultâneo da Empresa Pública e da Empresa Privada, permitiu que os militares definissem sua política de defesa da Nação, sem que o empresariado se sentisse coibido economicamente, alicerçando as bases da aliança entre os setores economicamente dominantes na área privada e os setores militares politicamente hegemônicos." (Pg. 180/181)



AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
Cont. - fl. 9

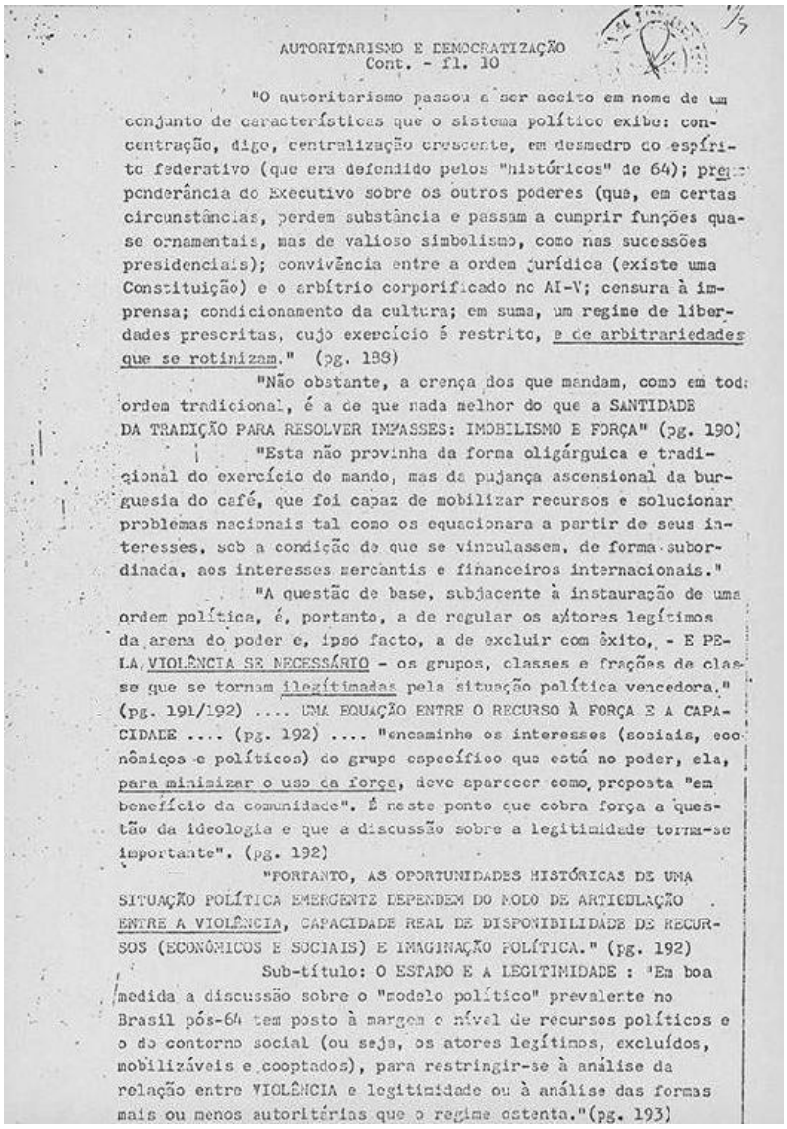
"Noutros termos, o estdo está expressando uma aliança contraditória de grupos. Não quero desmentir, ao mencionar esta contradição, o caráter burguês do Estado, como é óbvio." (pg. 181) "Luta-se por suas variantes, Capitalismo de Estado ou Capitalismo de Empresa. Mesmo esses, entretanto, como se viu, aparecem como nuances de grau, pois uns e outros contrincantes aceitam o desiderato comum que dá validade ao sistema: a acumulação se fará por vias capitalistas." (pg. 183)

"A prática política mostra que medidas as mais drásticas são tomadas contra os ingredientes fundamentais do regime democrático (cancelam-se, postergam-se ou modificam-se as formas de eleições, cancela-se o habeas-corpus, reduz-se a autonomia dos Estados etc.) sem qualquer reação de monta. Os mais sôfregos vêem nisso o fortalecimento do segmento burocrático-militar em desmedro da sociedade civil" (pg. 184).

"A "região administrativa", as organizações regionais (Sudene, Sudam, vales e bacias várias etc.) - para dar um exemplo - constituem a forma política-administrativa do estado atual. Neles, setores dos grupos dominantes (da ordem econômica e social) que se moveram mais dinamicamente já estão "representados" ou coptados. Não se trata do Estado Absoluto destruindo os barões, mas de uma reorganização e redistribuição do poder através do entrosamento dos "anéis burocráticos" que fundem interesses privados e públicos." (pg. 184)

"Neste sentido, a revolução cultural chinesa, o esforço da "democracia plebiscitária" de Fidel, as discussões iugoslavas, ou, em plano teórico e mais modesto, o esforço dos democratas conscientes das vicissitudes da democracia liberal (como Dahl com sua "poliarquia") apontam na mesma direção. É preciso criar contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária." (pg. 185).

Cap. VI - A Questão do Estado no Brasil - "A carta de Júlio Mesquita onde se propõe um roteiro para a "salvação nacional", os discursos de Castello Branco, os rompantes dos "libertadores" do Sul, parecem hoje exemplos da falsa consciência de uma elite que via temerosa o ascenso da política de massas janguistas e não percebia que o dique para opor-se às tendências socializantes e ao populismo (que considerava como uma deturpação do Verdadeiro princípio da representatividade) implicava nos riscos do estabelecimento de uma ordem autoritá-



AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
Cont. - fl. 10

"O autoritarismo passou a ser aceito em nome de um conjunto de características que o sistema político exibe: concentração, digo, centralização crescente, em desmedro do espírito federativo (que era defendido pelos "históricos" de 64); preponderância do Executivo sobre os outros poderes (que, em certas circunstâncias, perdem substância e passam a cumprir funções quase ornamentais, mas de valioso simbolismo, como nas sucessões presidenciais); convivência entre a ordem jurídica (existe uma Constituição) e o arbítrio corporificado no AI-V; censura à imprensa; condicionamento da cultura; em suma, um regime de liberdades prescritas, cujo exercício é restrito, e de arbitrariedades que se rotinizam." (pg. 188)

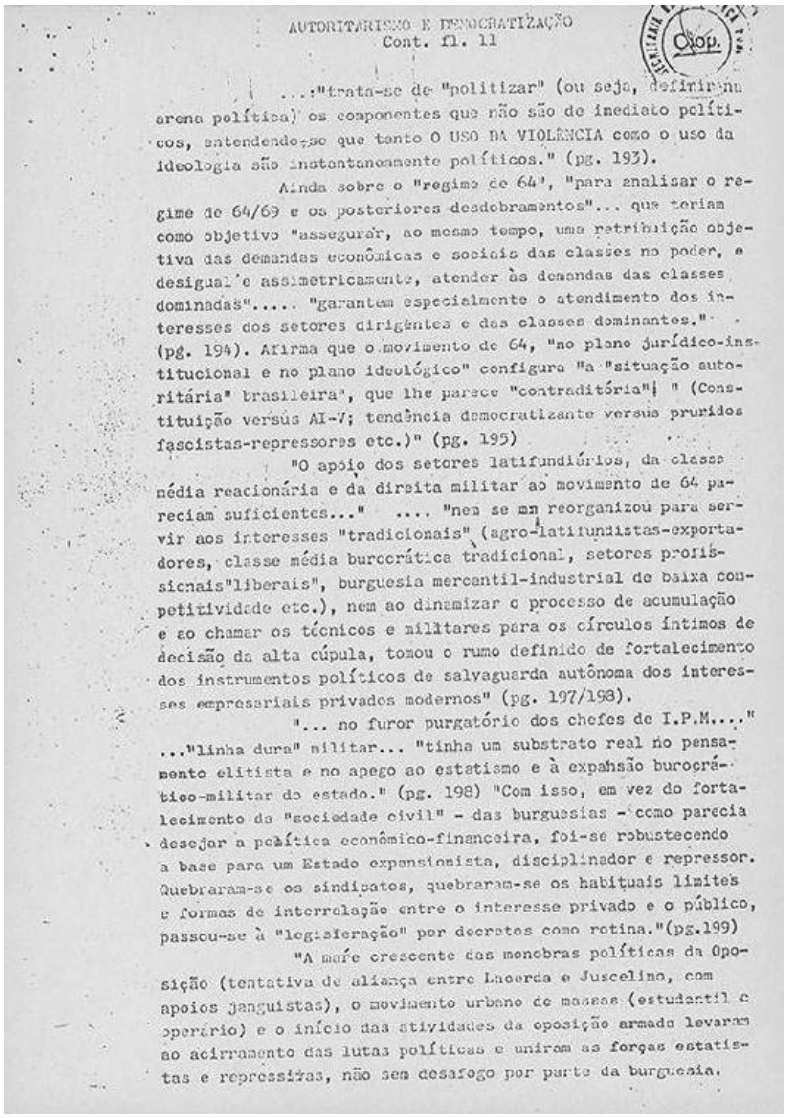
"Não obstante, a crença dos que mandam, como em toda ordem tradicional, é a de que nada melhor do que a SANTIDADE DA TRADIÇÃO PARA RESOLVER IMPASSES: IMOBILISMO E FORÇA" (pg. 190)

"Esta não provinha da forma oligárquica e tradicional do exercício do mando, mas da pujança ascensional da burguesia do café, que foi capaz de mobilizar recursos e solucionar problemas nacionais tal como os equacionara a partir de seus interesses, sob a condição de que se vinculassem, de forma subordinada, aos interesses mercantis e financeiros internacionais."

"A questão de base, subjacente à instauração de uma ordem política, é, portanto, a de regular os atores legítimos da arena do poder e, ipso facto, a de excluir com êxito, - E PELA VIOLÊNCIA SE NECESSÁRIO - os grupos, classes e frações de classe que se tornam ilegítimadas pela situação política vencedora." (pg. 191/192) .... UMA EQUAÇÃO ENTRE O RECURSO À FORÇA E A CAPACIDADE .... (pg. 192) .... "encaminhe os interesses (sociais, econômicos e políticos) do grupo específico que está no poder, ela, para minimizar o uso da força, deve aparecer como proposta "em benefício da comunidade". É neste ponto que cobra força a questão da ideologia e que a discussão sobre a legitimidade torna-se importante". (pg. 192)

"PORTANTO, AS OPORTUNIDADES HISTÓRICAS DE UMA SITUAÇÃO POLÍTICA EMERGENTE DEPENDEM DO MODO DE ARTICULAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA, CAPACIDADE REAL DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS (ECONÔMICOS E SOCIAIS) E IMAGINAÇÃO POLÍTICA." (pg. 192)

Sub-título: O ESTADO E A LEGITIMIDADE : "Em boa medida a discussão sobre o "modelo político" prevalente no Brasil pós-64 tem posto à margem o nível de recursos políticos e o do contorno social (ou seja, os atores legítimos, excluídos, mobilizáveis e cooptados), para restringir-se à análise da relação entre VIOLÊNCIA e legitimidade ou à análise das formas mais ou menos autoritárias que o regime ostenta."(pg. 193)



AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
Cont. fl. 11

...:"trata-se de "politizar" (ou seja, definir na arena política) os componentes que não são de imediato políticos, entendendo-se que tanto O USO DA VIOLÊNCIA como o uso da ideologia são instantaneamente políticos." (pg. 193).

Ainda sobre o "regime de 64", "para analisar o regime de 64/69 e os posteriores desdobramentos"... que teriam como objetivo "assegurar, ao mesmo tempo, uma retribuição objetiva das demandas econômicas e sociais das classes no poder, e desigual e assimetricamente, atender às demandas das classes dominadas"..... "garantem especialmente o atendimento dos interesses dos setores dirigentes e das classes dominantes." (pg. 194). Afirma que o movimento de 64, "no plano jurídico-institucional e no plano ideológico" configura "a "situação autoritária" brasileira", que lhe parece "contraditória" " (Constituição versus AI-7; tendência democratizante versus pruridos fascistas-repressores etc.)" (pg. 195)

"O apoio dos setores latifundiários, da classe média reacionária e da direita militar ao movimento de 64 pareciam suficientes..." .... "nem se mm reorganizou para servir aos interesses "tradicionais" (agro-latifundistas-exportadores, classe média burocrática tradicional, setores profissionais"liberais", burguesia mercantil-industrial de baixa competitividade etc.), nem ao dinamizar o processo de acumulação e ao chamar os técnicos e militares para os círculos íntimos de decisão da alta cúpula, tomou o rumo definido de fortalecimento dos instrumentos políticos de salvaguarda autônoma dos interesses empresariais privados modernos" (pg. 197/198).

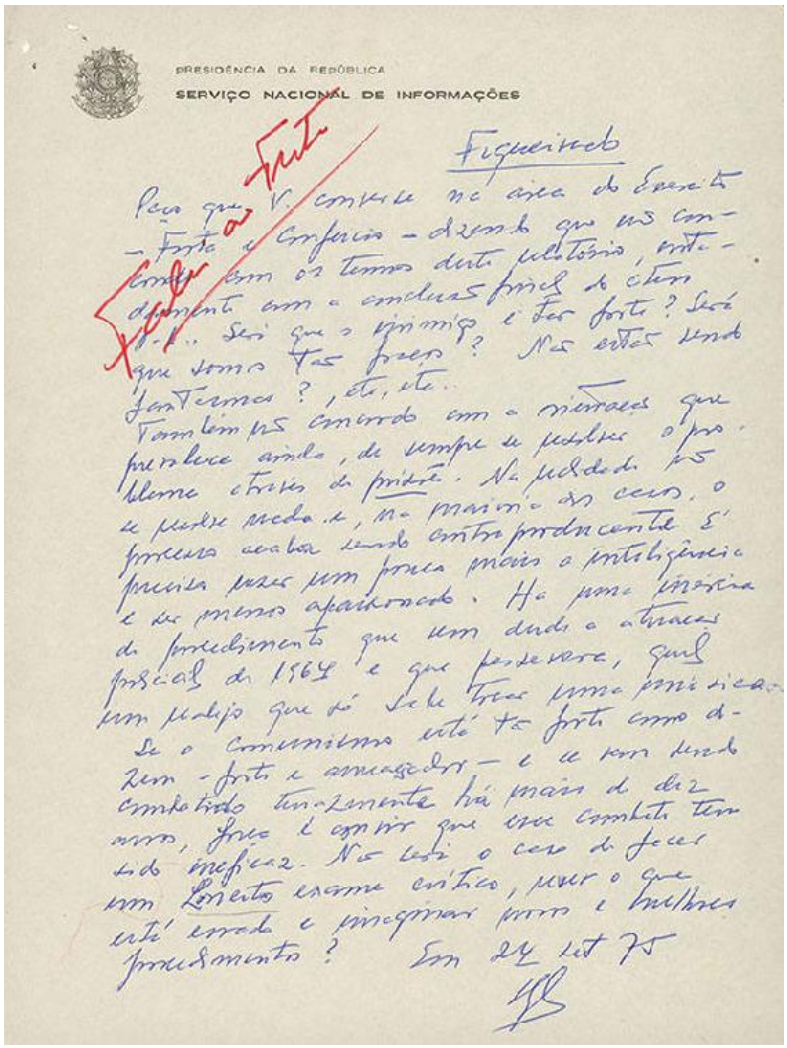
"... no furor purgatório dos chefes de I.P.M...."
..."linha dura" militar... "tinha um substrato real no pensamento elitista e no apego ao estatismo e à expansão burocrático-militar do estado." (pg. 198) "Com isso, em vez do fortalecimento da "sociedade civil" - das burguesias - como parecia desejar a política econômico-financeira, foi-se robustecendo a base para um Estado expansionista, disciplinador e repressor. Quebraram-se os sindicatos, quebraram-se os habituais limites e formas de interrelação entre o interesse privado e o público, passou-se à "legislferação" por decretos como rotina."(pg.199)

"A maré crescente das manobras políticas da Oposição (tentativa de aliança entre Lacerda e Juscelino, com apoios janguistas), o movimento urbano de massas (estudantil e operário) e o início das atividades da oposição armada levaram ao acirramento das lutas políticas e uniram as forças estatistas e repressivas, não sem desafogo por parte da burguesia.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Folha manuscrita por Geisel em reação a relatório do Ministério do Exército



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

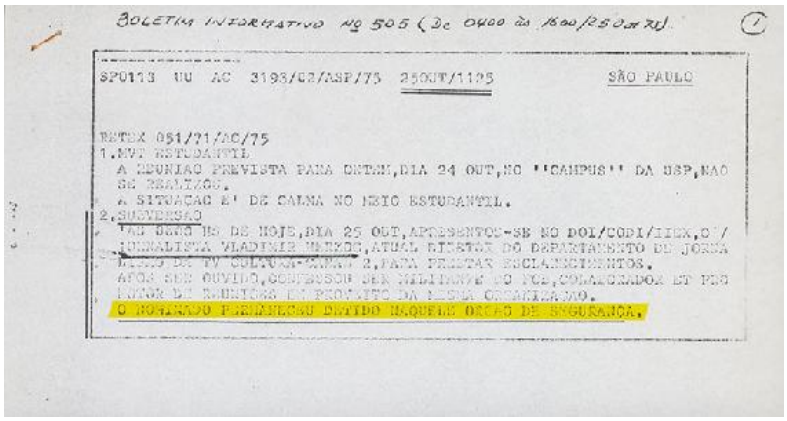
Figueiredo

Peço que V. converse na área do Exército
- forte e confiante - dizendo que me con-
corda com os termos deste relatório, inte-
gralmente com a conclusão final do item
1.1. Será que o inimigo é tão forte? Será
que somos tão fracos? Não estão sendo
tomadas providências? Etc, etc.

Também me concordo com a mineração que
prevalece ainda, de tempos a tempos o pro-
blema étnico do preto. Não pelo fato de
se poder medir, no mínimo do caso, o
processo acaba sendo contraproducente. É
preciso fazer um preto mais e mais inteligente
e de menos agressividade. Há uma mentira
de procedimento que um dado a branco
foi cai de 1964 e que perdeu para, qual
um malejo que só sabe fazer uma política.
Se o comunismo está tão forte como di-
zem - forte e ameaçador - e se nos tenho
combatido tão eficientemente há mais de dez
anos, force é concluir que esse combate tem
sido ineficaz. Não cabe o caso de fazer
um balanço crítico, para o que
está errado e imaginar meios e melhores
procedimentos? Em 24 set 75

[Voltar] | [Transcrição]

Telex da agência do SNI em São Paulo à Agência Central informando sobre a prisão de Vladimir Herzog



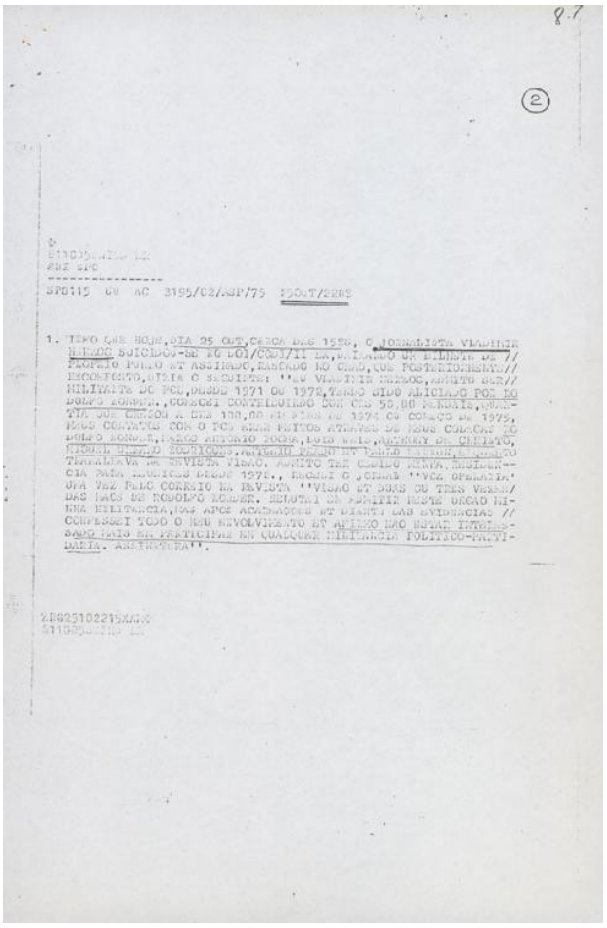
BOLETIM INFORMATIVO Nº 505 (DE 0400 ÀS 1800/25 OUT 75) (1)

SP0113 UU AC 3193/CI/ASP/75 250UT/1125 SÃO PAULO

TELEX 051/71/AC/75
1.MVT ESTUDANTIL
A REUNIAO PREVISTA PARA ONTEM,DIA 24 OUT,NO ''CAMPUS'' DA USP,NAO SE REALIZOU.
A SITUACAO E' DE CALMA NO MEIO ESTUDANTIL.
2.SUBVERSAO
TAL DATA DE HOJE,DIA 25 OUT,APRESENTOU-SE NO DOI/CODI/IIEX,O JORNALISTA VLADIMIR HERZOG,ATUAL DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA TV CULTURA-CANAL 2,PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS.
APOS SER OUVIDO,CONFESSOU SER MILITANTE DO PCB,COLABORADOR DO PARTIDO E MEMBRO DO COMITE DE SETORISTAS DA ZONA OESTE.
O MESMO PERMANECEU DETIDO NAQUELE ORGAO DE SEGURANÇA.

[Voltar] | [Transcrição]

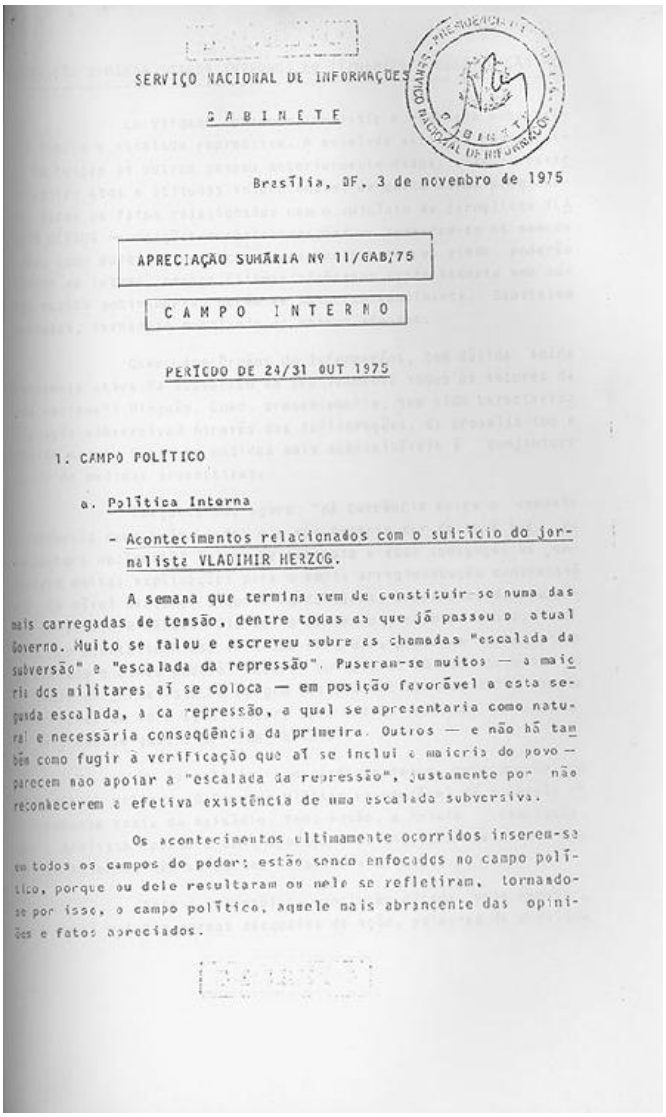
Telex da agência do SNI em São Paulo à Agência Central com a informação que Herzog se suicidara



[Voltar] | [Transcrição]

Apreciação Sumária do SNI com registro do culto ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog

[O trecho mencionado está na página 4]



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

GABINETE

Brasília, DF, 3 de novembro de 1975

APRECIAÇÃO SUMÁRIA Nº 11/GAB/75

CAMPO INTERNO

PERÍODO DE 24/31 OUT 1975

1. CAMPO POLÍTICO

a. Política Interna

- Acontecimentos relacionados com o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG.

A semana que termina vem de constituir-se numa das mais carregadas de tensão, dentre todas as que já passou o atual Governo. Muito se falou e escreveu sobre as chamadas "escalada da subversão" e "escalada da repressão". Puseram-se muitos — a maioria dos militares aí se coloca — em posição favorável a esta segunda escalada, a da repressão, a qual se apresentaria como natural e necessária conseqüência da primeira. Outros — e não há também como fugir à verificação que aí se inclui a maioria do povo — parecem não apoiar a "escalada da repressão", justamente por não reconhecerem a efetiva existência de uma escalada subversiva.

Os acontecimentos ultimamente ocorridos inserem-se em todos os campos do poder; estão todos enfocados no campo político, porque ou dele resultaram ou nele se refletiram, tornando-se por isso, o campo político, aquele mais abrangente das opiniões e fatos apreciados.

Página 1 de 19

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Em verdade, parecem inexistir a escalada subversiva e também a escalada repressiva. A escalada seria um passo acima, em função de outros passos anteriormente dados; nela se caracterizariam atos e atitudes intencionais, de certa forma programados. Todos os fatos relacionados com o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG -- reações e contra-reações -- passaram-se na semana findа, como poderiam ter ocorrido anteriormente ou ainda poderão ocorrer no futuro, nessas últimas hipóteses evidentemente sob outras razões motivadoras, porém de natureza semelhante. Subsistem as causas, tornam-se possíveis os mesmos efeitos.

Quem, dos Órgãos de Informações, tem dúvida sobre a presença ativa da subversão em praticamente todos os setores da vida nacional? Ninguém. Como, presentemente, tem sido caracterizada a ação subversiva? Através das infiltrações, do proselitismo e ação de massa. Quais as medidas mais aconselháveis à conjuntura atual? As medidas preventivas.

Pergunta-se, agora: "Há coerência entre o combate à subversão como hoje se faz e o que deveria ser feito à luz da conjuntura nacional?" Talvez na resposta a essa indagação se encontrem muitas explicações para a ampla arregimentação contestatória, de nível nacional e quase instantânea, a pretexto do suicídio de VLADIMIR HERZOG. Diz-se "a pretexto", como se disse, antes, que acontecimentos, de mesma natureza, poderiam ter ocorrido no passado e ainda poderão ocorrer no futuro. Não se atribui, ao suicídio do jornalista, a origem dos acontecimentos; deles teria sido apenas um meio aglutinador, como outros poderiam ter existido na presente quadra da vida nacional.

Um jornalista, comunista confesso, suicidou-se em dependência militar. O Comando Militar responsável dá a versão rigorosamente exata do episódio. Vem, então, a triste conclusão, que o analista aposta a contragosto: a opinião pública, na sua grande maioria, não acreditou na palavra oficial.

Ante a melancólica conclusão citada, vale repetir, para dela extrair normas adequadas de ação, palavras do Presiden

te da República pronunciadas a 31 de março de 1974, no décimo aniversário da Revolução:

" O povo, através de suas mais autênticas expressões - a Igreja de Cristo, a imprensa responsável, autênticas lideranças políticas, associações de classe e associações de cultura - e as Forças Armadas que são povo também — irmanaram-se afinal para a cruzada da redenção. Os militares, naturalmente muito mais alertas e sensíveis — por vocação e dever de ofício — aos perigos que se avolumavam, embora já profundamente atingidos pela indisciplina e subversão da hierarquia fomentadas pelo Governo, souberam aguardar, em tensa expectativa, manifestações inconfundíveis da vontade popular, para que não se lhes imputassem desvarios de prepotência, nem ilegítimas ambições de poder.

Confiaram nas virtudes patrióticas de nosso povo, generoso e ordeiro. O povo, de seu lado, confiava nas Forças Armadas, consciente de que elas não o atenderiam ao cataclismo devastador do totalitarismo comunista. Chegamos, assim, à madrugada de 31 de março: ao triunfo total, surpreendentemente rápido, sobre as forças cassinadas da anarquia; às grandes procissões de massa, exultantes em sua liberação do tremendo pesadelo.

Foi o momento supremo da comunhão entre Povo e Forças Armadas que nos tem sustentado ao longo deste árduo decênio, apesar de todos os inevitáveis percalços, de sérios obstáculos a vencer, por vezes irremovíveis, de naturais erros cometidos até de boa-fé e, sobretudo, da subversão multiforme, sempre à espreita.

Foi momento fulgurante que nos ilumina até hoje, culminância de um consenso quase geral que, brusca e decisivamente, se sobrepôs, como um raio de verdade e de fé, à polarização entre doutrinas e crenças normalmente antagônicas. "

Não há, porém, nas atuais circunstâncias, como desconhecer ou minimizar sinais da reprovação popular. Não importa que minorias subversivas ativistas se encontrem atentas aos acontecimentos, explorando-os e até mesmo conduzindo as reações. Importa, isto sim, reconhecer que existe e se amplia uma predisposição em aceitar as teses divulgadas por essas minorias.

No caso particular do suicídio de VLADIMIR HERZOG,

o que mais se lamenta é o descrédito, que se mostrou de certa forma generalizado, na palavra oficial, circunstancialmente a do próprio Exército. A partir daí as repercussões puderam facilmente atingir outras classes sociais, em particular,— o que não causa surpresa —, a dos estudantes. As reações da classe política, em que pese a algumas posições pessoais extremadas, foram até, no seu conjunto, mais conciliatórias que de contestação. Não vai daí, porém, o reconhecimento de uma regra geral, normativa, por parte da Oposição, e sim de uma posição tática no quadro de uma estratégia global que é sem dúvida contestatória.

A calma com que transcorreu o culto ecumênico em SÃO PAULO, a que compareceram milhares de pessoas, estudantes em sua maioria, por intenção de VLADIMIR HERZOG — a intenção nada mais foi que o eufemismo no qual se abrigou a convocação a um ato político — se tranqüiliza no que se refere à manutenção da ordem pública, não deixa de causar apreensão relativamente ao aspecto contestador. Igreja, imprensa e a classe estudantil — só para mencionar as áreas atualmente mais agitadas — comprovaram a possibilidade de se aliarem, sem desordem, numa posição comum de contestação ao Governo ou, mais precisamente, aos militares.

De algumas palavras de Dom PAULO EVARISTO ARNS, pode-se extrair o verdadeiro sentido do ato dito ecumênico:

> " Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão. "
>
> " E, no meio do Decálogo, aparece a ordem como imperativo inarredável, princípio universal indiscutível: Não matarás. Quem matar se entrega a si próprio nas mãos do Senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus. "
>
> " Neste momento, a Deus da esperança nos conclama para a solidariedade e para a luta pacífica mas persistente, crescente, corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolos os filhos de VLADIMIR HERZOG, sua esposa e sua mãe. "

As palavras de Dom EVARISTO se inserem no contexto de um dos documentos do Encontro de ITAICI, realizado de 27 a 30 de outubro — mais uma das reuniões a consagrar a intromissão in-

débita da Igreja em assuntos de Estado — de cujo documento se transcrevem algumas passagens:

" ... erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, seqüestros, assaltos e diante, sobretudo, dos graves acontecimentos que vêm estarrecendo e inquietando a população de SÃO PAULO.

Assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, imagem de Deus Criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam a forma de verdadeiros seqüestros, pelo recrudescimento das torturas, acompanhadas até de mortes, algumas das quais chegam ao conhecimento público, por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive de autoridades. O mais grave é que muitos destes atos, que levam a um clima de insegurança, são praticados sob pretexto de defender e manter o bem e a tranqüilidade da sociedade, alegando, seus patrocinadores, estarem alicerçados em princípios cristãos. "

" Não é lícito efetuar prisões da forma como estão sendo feitas entre nós, sem identificação de autoridade constar nem dos agentes que as executam, sem comunicação ao juiz competente dentro do prazo legal. "

" Não é lícito utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até à mutilações, à queda da saúde e até à morte, como tem acontecido. "

Afora os exageros propagados por pessoas definitivamente comprometidas com a subversão — como, por exemplo, é o caso de Dom PAULO EVARISTO ARNS, Cardeal Arcebispo de SÃO PAULO — não há como deixar de reconhecer os excessos, inúteis e contraproducentes em sua maioria, que muitas vezes têm sido praticados pelos Órgãos de Segurança. Não parece sem razão que, das referências lidas sobre o DOI — onde VLADIMIR HERZOG se suicidou —, em nenhuma delas corretamente se gravou o nome do Órgão: Destacamento de Operações de Informações, ao invés de Destacamento de Operações Internas, como normalmente se registrou. Talvez aí já se encontre uma visão distorcida do órgão e de suas finalidades.

Seria faltar à verdade deixar de reconhecer que prisões têm sido feitas sob a forma aparente de seqüestros, mas

tratos têm sido aplicados aos prisioneiros, prazos legais não têm sido obedecidos, comunicações sobre as prisões não têm sido feitas como recomenda a lei.

Há os que reconhecem na forma de proceder descrita a única maneira adequada de combater os comunistas. Em verdade, assim agindo, numericamente, são eles momentaneamente reduzidos — embora sua atuação, na presente conjuntura, não esteja a exigir tratamento diferente do que prescrevem os dispositivos legais, nem são os executantes da política de segurança interna os intérpretes da adequabilidade desses dispositivos — mas, em termos de opinião pública, perde-se progressivamente o apoio transferido às "vítimas de autoridades arbitrárias".

Uniformizar procedimentos, no combate à subversão, compactuá-los à estrita observância dos dispositivos legais, parece constituir um imperativo da hora presente. Até onde tem sido possível acompanhar a resposta ao processo subversivo, é válida a conclusão de que os CODI não têm cumprido integralmente a missão de coordenação que lhes é atribuída, do que, em parte, têm resultado distorções nas atividades dos DOI. Ao se ditarem as características dos Destacamentos de Operações de Informações — reação instantânea, permanência, especialização e agressividade —, desde que lhes faltem a coordenação dos CODI e uma precisa orientação dos Comandantes de Defesa Interna, o controle operacional estará evidentemente sujeito a uma autonomia demasiada. Nela poderão, talvez, ser encontradas as razões de muitos excessos cometidos.

As repercussões do suicídio de VLADIMIR HERZOG ainda não se extinguiram, embora ultrapassada se considere a fase crítica decorrente. Tais repercussões ainda deverão fazer-se sentir nas atitudes contestatórias (aos militares, em particular) e, muito possivelmente, em algumas retificações na forma de combater a subversão, com vistas a obter também maior solidariedade da opinião pública, cujo apoio é dos mais importantes objetivos do regime em que vivemos.

Cabe ainda registrar que, no acesso dos acontecí-

mentos em SÃO PAULO, visitou o Presidente da República, sem qualquer anormalidade, a Capital paulista. As respeitosas e até carinhosas atenções com que S.Exª foi recebido — enquanto se desenrolavam os fatos culminantes vinculados ao suicídio de VLADIMIR HERZOG — estão a demonstrar uma faceta especial da opinião pública que, sem dúvida contrária a alguns setores governamentais, em sua generalidade respeita e apóia a pessoa do Presidente da República. Por que? Talvez porque em S.Exª reconheça inabalável força moral — que o povo sabe pressentir — escorada em inquestionável coerência de atitudes e de propósitos, capaz de sobrepor-se a episódios, nos quais a tendência natural é deles desvincular o Presidente, sem,todavia,— aí está o aspecto de mais difícil explicação —, pôr em dúvica a posição de comando do Presidente.

b. Subversão

O incremento da agitação no 2º semestre do corrente ano, confirmando previsão dos Órgãos de Informações, aumentou de intensidade durante os últimos dias, particularmente no setor estudantil.

Já há algum tempo, vinha sendo observada uma efervescência em várias universidades, onde o levantamento de bandeiras reivindicatórias, que pudessem arregimentar as massas, serviam de cobertura para engrossar as fileiras do Movimento Estudantil.

As Universidades de SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO e BAHIA foram as que apresentaram melhor "caldo de cultura" para a exploração subversiva.

Na BAHIA, a bandeira do jubilamento quase leva toda a Universidade a uma greve geral, impedida graças à firmeza de atitude das autoridades, que garantiram a presença dos não grevistas, provocando o esvaziamento do movimento.

No RIO, cerca de 800 alunos fizeram uma passeata, não autorizada, pelas ruas da cidade até a Assembléia Legislativa, onde as reivindicações estudantis foram substituídas, nos discursos, por conhecidos temas de contestação. A passeata, como tes

SIGILOSO

te de arregimentação, pode ser considerada bem sucedida. Dela resultou uma reunião do Comandante do I Ex com as autoridades responsáveis pela segurança na área. Posteriormente, uma Nota do Ministério da Justiça aos Governadores dos Estados e Territórios, sobre a proibição de passeatas e concentrações que visem à agitação, deu continuidade às medidas preventivas acauteladoras.

Em SÃO PAULO, a agitação da ECA, que já parecia contornada, recebeu nova impulsão e se alastrou por várias Faculdades com o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG — comunista confesso, responsável pela infiltração na TV-2/CULTURA, do Governo do Estado, e também professor da ECA —, e propiciou ambiente extraordinariamente favorável a explorações políticas e generalização do clima de agitação.

Verifica-se que o aumento da agitação, no meio estudantil, guardou proporção com as atividades para o desmantelamento do PCB, particularmente nos Estados da BAHIA e SÃO PAULO. A pressão estudantil paulista, ao entrar em greve geral pela libertação dos estudantes presos, fere legislação específica.

Enquanto isso, a aparente calma das atividades subversivas foi quebrada pelo assalto à Casa de Móveis HAMILTON, no RIO DE JANEIRO, que denunciou, também, o atual processo de "expropriação revolucionária".

Desgastados com os assaltos, tendo em vista a reação da opinião pública e a repressão dos Órgãos de Segurança, os subversivos adotavam um novo método que não causa alarde: vinham praticando a extorsão e ameaçavam a vítima de "justiçamento", caso ela denunciasse o assalto. Isso evitava que os Órgãos de Segurança tomassem conhecimento do problema, facilitando as ações futuras e a apropriação de grandes quantias.

No caso mencionado, o assalto foi feito por dois elementos banidos do território nacional, que regressaram clandestinamente e que, usando rádios portáteis e auxiliados por mais três subversivos, levaram Cr$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros) - haviam pedido Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) - e ainda ameaça-

ram "justiçar", posteriormente, um General da ativa do Exército, vizinho e conhecido da vítima.

Além disso, embora ainda sem comprovação, os assaltos a duas firmas no RIO DE JANEIRO,-entre as quais a Associação dos Agentes de Informações do BRASIL, de onde foram levados Cr$ 2.633.000,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e três mil cruzeiros) -,apresentam fortes indícios de terem sido praticados por subversivos, tendo em vista a forma como se executou o planejamento. Os assaltantes, dos quais um deles estava fardado de PM, portavam metralhadoras, tendo tomado as armas dos vigilantes e a carteira de identidade de um policial.

Complementando este quadro: foram feitas ameaças de explosões de bombas em repartições da ECT, em SÃO PAULO, e na Escola Técnica Federal da BAHIA; em BRASÍLIA, GOIÂNIA e SÃO PAULO foram distribuídos os panfletos "A DITADURA ENTREGA O PETRÓLEO", atacando os chamados contratos-de-risco e a posição "entreguista" do Governo e conclamando o povo à luta para "destruir o estado neofascista e instaurar um regime democrático e revolucionário".

É provável, portanto, que a subversão incremente as suas atividades, tendo em vista o êxito que vem obtendo no Movimento Estudantil e o apoio de setores da Igreja Católica, da ala política contestatória e de jornalistas, com repercussão provavelmente favorável na opinião pública.

A tática de dar vida legal aos seus militantes fez com que o desmantelamento do PCB, particularmente dos elementos infiltrados na ala jovem do MDB, provocasse a reação das classes supostamente atingidas, que os têm apresentado como políticos, jornalistas e estudantes perseguidos, procurando minimizar suas vinculações com o Partido Comunista.

Além disso, a JUNTA DE COORDENAÇÃO REVOLUCIONÁRIA — JCR, que pretende apoiar organizações subversivas latino-americanas partidárias da luta armada, já começou a financiar os comunistas brasileiros, pretendendo enquadrá-los no seu contexto, tão logo eles tenham condições para desencadear uma luta de guerrilha.

Verbas para viagens de contatos e as primeiras providências já foram fornecidas a JOSÉ MARIA CRISPIM, da ALN - AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, havendo indícios de que elementos subversivos pretendem criar uma área de guerrilha na fronteira com o PERU, nela empregando pessoal treinado em PORTUGAL e ANGOLA.

Existe quem pretenda afastar o Exército do combate à subversão, que ficaria totalmente entregue à Polícia. Essa idéia já foi objeto de sugestões de Deputados oposicionistas. Evidentemente, é um conceito distorcido do real papel das Forças Armadas, cuja ação - mesmo dentro da atitude preventiva hoje recomendada - também se realiza em concomitância com a das Forças Policiais, sem que, do combate à subversão, as Forças Armadas percam, em qualquer hipótese, o controle e a supervisão.

c. Administração Pública

- Inabilitação de ex-Diretores do BANDECE.

Remonta a 20 Ago 73 a operação de financiamento realizada, em condições manifestamente irregulares, entre o Banco de Desenvolvimento do Estado do CEARÁ - BANDECE e a Construtora e Pavimentadora S/A, localizada em SALVADOR/BA, na importância de Cr$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), para a aplicação em obras de estradas de rodagem.

A obtenção desse empréstimo foi bastante explorada pela imprensa, em razão de denúncias formuladas por um ex-funcionário do BANDECE, nas quais se fizeram alusões à distribuição de propinas a membros da diretoria e a pessoas a eles ligadas por laços de parentesco, que teriam servido como intermediárias.

Em 02 Ago 74, a Delegacia Regional do Banco Central, em FORTALEZA, após sindicar a respeito, já se manifestava sobre a ilicitude desse empréstimo, caracterizando-o, em termos bancários, como uma "operação triangular", modalidade expressa e formalmente vedada pelas autoridades monetárias.

A sindicância, encaminhada à Inspetoria do Banco

Central, em BRASÍLIA, para efeito de julgamento por parte da Presidência do referido órgão fiscalizador, ganhou logo manifesta mo rosidade, dando margem, então, a comentários e especulações, atra vés da inprensa desta Capital e do Centro-Sul do País, além de servir a parlamentares para marcar a sua política de oposição ao Governo do CEARÁ.

Decorridos um ano e três meses da data de instauração do processo de sindicância, somente agora o Banco Central vem de se pronunciar sobre o assunto, concluindo pela aplicação de pena de inabilitação, por 5 (cinco) anos, dos ex-Diretores do BANDECE, FERNANDO JOSÉ ARAUJO PERDIGÃO, DALTON COSTA LIMA e PERIPEDES FRANKLIN CHAVES, de exercerem cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras, com base no Art 44, inciso IV, da Lei nº 4.595, de 31 Dez 64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias.

É oportuno ressaltar, com respeito à aplicabilidade das penalidades impostas, que os três ex-Diretores, agora punidos, dispõem do prazo de 15 (quinze) dias para interporem recurso próprio, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional, contados do recebimento da notificação.

Atualmente, o economista FERNANDO JOSÉ ARAUJO PERDIGÃO exerce a função em Comissão Símbolo 3, de Coordenador de Projetos Especiais, junto ao Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil S/A, o Sr PERIPEDES FRANKLIN MAIA CHAVES ocupa cargo no Tribunal Regional Eleitoral/CE, enquanto que o Coronel R/1 DALTON COSTA LIMA VIEIRA exerce a função de Presidente da Ceará Pescas S/A, empresa de economia mista cearense.

Verifica-se, assim, que a pena cominada aos três ex-Diretores do BANDECE, além de lhes permitir, depois de 5 (cinco) anos, o retorno ao exercício de direção na administração ou gerência em instituições financeiras, admite, ainda, para ser cumprida, de recurso próprio, com efeito suspensivo, a ser utilizado pelos elementos agora punidos.

A não aplicação de qualquer multa pecuniária ou

SECRETO

outra penalidade em grau maior, pelo ilícito causado à economia do Estado do CEARÁ, como prevê a Lei nº 4.595/64, conjugada à suspensão dos efeitos dessa penalidade, circunscrita que está a uma série de protelações e procrastinações de ordem processual e administrativa, propiciará aos três ex-Diretores a permanência no exercício de suas atuais funções públicas, fato que deverá repercutir negativamente na opinião pública, uma vez que a pena aplicada passará a refletir apenas uma sanção de efeito moral.

2. CAMPO PSICOSSOCIAL

- Esquerda Clerical e os Movimentos Estudantil e Operário.

1) O Movimento Estudantil - ME, concretizando as aspirações de suas lideranças e as estimativas dos Órgãos de Informações, atingiu, neste segundo semestre, um dos pontos mais agudos, desde os acontecimentos de 1968/69.

2) Já no ano passado, na Universidade de SÃO PAULO, foram feitas tentativas de "demonstração de força", com a mobilização estudantil em torno do Comitê de Defesa dos Presos Políticos - CDPP, as quais não obtiveram maiores êxitos, em virtude da ação das autoridades. Nessa oportunidade, evidenciou-se o envolvimento do clero esquerdista e de elementos do MDB, no Movimento Estudantil.

3) A "explosão de lutas" do corrente ano, conforme os agitadores definem a eclosão simultânea ou sucessiva de movimentos de agitação, em várias universidades, é fruto de intensa e persistente "conscientização" ou "trabalho de massa", a que são submetidos os estudantes, mobilizados para reivindicarem melhor nível de ensino, substituição de professores e diretores, revogação dos Dec-Lei 228 e 477, liberdade de expressão e reunião, e participação na vida política nacional, através de entidades de representação estudantil.

4) A seguir, destacam-se os movimentos estudantis a-

tuais de maior vulto:

FACULDADE/ UNIVERSIDADE	DISCRIMINAÇÃO/FATOS
UFBA (BAHIA)	Problema: Após trinta e cinco dias com as atividades paralisadas, os alunos da UFBA vêm lenta, mas progressivamente, retornando às aulas. Os alunos do Curso de Jornalismo deixaram de comparecer às aulas ao tomarem conhecimento do suicídio, em SÃO PAULO/SP, do jornalista VLADIMIR HERZOG. Houve tentativas dos estudantes no sentido de conseguirem adesões ao seu movimento, na área sindical baiana, sem, contudo, lograrem êxito. Apoio Externo: MDB/Jovem; "Centro de Estudos e Ação Social - CEAS" -, entidade dirigida por padres italianos marxistas. Líderes do Movimento: FRANCISCO FONTES DIAS NETO, JOSÉ ALOISIO COUTO DE RESENDE, JOSÉ ALBERTINO CORDELO e TELMA MARIA DE OLIVEIRA. Expectativa: O movimento estudantil, no Estado da BAHIA, apesar de retraído, em face da iminência de os estudantes serem reprovados por faltas e implicações da recente Circular do Ministro da Justiça, poderá prosseguir por outras formas, através de panfletagem e "doutrinamento" em salas de aulas.
USP (SÃO PAULO)	Problema: Na Universidade de SÃO PAULO, o Movimento Estudantil, que tem permanecido em estado latente, voltou a agitar a Universidade, sob pretexto, agora, das prisões de estudantes por órgãos de segurança. A situação foi agravada pelo suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG, em torno do qual giraram as manifestações. Os alunos, em plenário, e em "desobediência consciente" à Circular do Ministro da Justiça, resolveram "conceder" prazo às autoridades, para, até o dia 28 Out, liberarem todos os "presos políticos"; caso contrário entrariam em greve. Atualmente, treze (13) cursos da USP têm suas aulas paralisadas. Apoio Externo: Escola de Sociologia e Política de SÃO PAULO e Universidade Federal de SÃO CARLOS/SP. Outras quatro entidades de ensino têm reuniões marcadas para "tomada de posição". Observa-se, também, um grande movimento de união entre estudantes, sindicato de jornalistas, clero e políticos do MDB.
[Continua...]	

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

FACULDADE/ UNIVERSIDADE	DISCRIMINAÇÃO/FATOS
USP (SÃO PAULO) (Continuação)	Expectativa: Recrudescimento do ME, na USP, à medida que se intensificarem novas ações de exploração sobre o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG.
UFF (RIO DE JANEIRO)	Problema: Realização, de 03 a 07 Nov 75, da comemoração da "Semana dos Direitos Humanos", pelo DCE da Universidade Federal Fluminense, cujas lideranças já demonstraram sua desobediência ao Reitor da referida Universidade. Apoio Externo: A programação do DCE/UFF já conta com notável apoio da Universidade Estadual do RIO DE JANEIRO, Universidade Federal do RIO DE JANEIRO, PUC/RJ, Faculdade de Medicina de TERESÓPOLIS e PETRÓPOLIS. Expectativa: Os estudantes do RIO DE JANEIRO poderão, usando como "bandeira" o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG, em SÃO PAULO, e, através da "Semana dos Direitos Humanos", desenvolver um processo de agitação, em escala crescente, visando a conscientizar a opinião pública sobre a "luta estudantil" e levar o Governo Federal a reprimir o movimento, fato que, sem dúvida, renderá dividendos ao ME, dando à causa um sentido nacional.
UnB (BRASÍLIA)	Problema: A organização do Diretório Universitário, na UnB, tem servido como pretexto inicial para todas as movimentações estudantis naquela Universidade, que, posteriormente, extrapolam para outras reivindicações. Atualmente, o ME, na Universidade de BRASÍLIA, está sob o controle das autoridades; entretanto, continuam, sistematicamente, sendo realizadas panfletagens. Apoio Externo: Parlamentares do MDB. Líderes: DAVID EMERICH, NEY MOURA, JOSÉ HUMBERTO RODRIGUES, ARLINDO CHINAGLIA JUNIOR e EDJARDO ALMEIDA NETO. Expectativa: Qualquer pretexto, que sensibilize a massa estudantil, será aproveitado para nova mobilização dos estudantes, em torno da criação do Diretório Universitário, segundo suas pretensões.
UFMG (MINAS GERAIS) (Continua...)	Problema: Panfletagem e reuniões. Trabalho conjunto e intenso das lideranças estudantis (DCEs) da Universidade Federal de MINAS GERAIS e da Universidade Católica/MG, visando a sensibilizar o meio estudantil sobre os contratos de risco e o suicídio do jornalista V. HERZOG.

FACULDADE/ UNIVERSIDADE	DISCRIMINAÇÃO/FATOS
(Continuação) UFMG (MINAS GERAIS)	Apoio Externo: Foram convidados a participarem do movimento. MARCOS GOMES, do semanário "Crítica"; FERNANDO GASPARIAN, do semanário "Opinião"; e MUNIZ BANDEIRA, professor de Sociologia. Expectativa. Aderir, através da sensibilização dos estudantes de MG. às manifestações estudantis ora verificadas no Estado de SÃO PAULO, procurando dar ao movimento um caráter nacional.
OUTROS ESTADOS	Além da BAHIA, RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, o meio estudantil do País, em outros Estados, vem, sistematicamente, sendo trabalhado pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais-IEPES, fundado pelo MDB. O IEPES e os Diretórios do MDB/Jovem têm possibilitado, ao partido oposicionista, uma aproximação cada vez maior com a mocidade, através de ciclos de debates, onde políticos oposicionistas,como o Deputado Federal JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO (MDB/RJ),Dep Fed FERNANDO SOARES LIRA (MDB/PE), Dep Fed LYSÂNEAS MACIEL (MDB/RJ), Dep Est MARCELO GATO (MDB/SP), Dep Est CÍCERO PORTO (MDB/GO) fazem palestras, visando ao recrutamento e à mobilização das lideranças estudantis.

5) Ressalta-se, entretanto, que o condicionamento ao calendário escolar constitui, para o Movimento Estudantil, uma significativa deficiência. Isto porque as provas e as férias de fim de ano prejudicam a mobilização permanente. Entretanto, observa-se que a retomada do ME, a cada ano, vem apresentando sinais de recrudescimento, como resultado das experiências anteriormente adquiridas.

Uma das soluções, para manter a mobilização permanente, seria a de promover a união do Movimento Operário com o Movimento Estudantil, objetivo que vem sendo insistentemente perseguido pelas esquerdas. Esse objetivo tem encontrado dificuldades em sua concretização, em face da resistência do operariado, que, tradicionalmente, não aceita a liderança estudantil.

6) Provavelmente, essa falta de receptividade do operário seria uma das razões que teria levado o Cardeal ARNS a ex-

plicar aos estudantes, segundo notícia publicada em "O ESTADO DE SÃO PAULO", de 23 Out 75, que as mobilizações de massa não serão feitas imediatamente, pois a situação exige que se criem meios de mobilização permanente.

Justamente em busca dessa mobilização — no que se destaca o incentivo a líderes estudantis, notadamente na USP e na UFBA — vem se empenhando a esquerda clerical que, para isso, conta com o apoio acessório de políticos do MDB.

7) Considera-se que, se realizada essa união, tornar-se-ia possível a eclosão de movimentos simultaneos de estudantes e operários, o que viria a constituir ponderável força de pressão, com resultados extremamente prejudiciais à tranqüilidade e à ordem pública.

8) Em decorrência do suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG, admite-se que se intensificarão trabalhos e ações, no sentido de se efetivarem ligações entre políticos do MDB, esquerda clerical, áreas estudantil e trabalhista do País, contando,agora, com o apoio "excitado" de jornalistas esquerdistas.

9) Ressalta-se que, por ocasião do enterro do mencionado jornalista, o Dep Est DEL BOSCO AMARAL (MDB/SP), ao declarar pela imprensa que "estou também autorizado a pedir aos estudantes e trabalhadores do meu País que se abstenham de qualquer manifestação nos próximos dias até que a situação se aclare...", pretenderia, na realidade, incentivar, subliminarmente, a realização de movimentos de massa.

Enquanto isso, Dom ANGÉLICO SÂNDALO BERNARDINO, Bispo Auxiliar de SÃO PAULO, falando sobre o tema principal da reunião dos Bispos de SÃO PAULO, que se realizou em ITAICI/SP, afirmou: "...a ação da Igreja nos próximos anos será de animar a classe dos trabalhadores, funcionando como elemento de libertação

do povo, já que, segundo pesquisa recente, num confronto entre trabalho e capital, este último é o que sai ganhando".

3. CAMPO ECONÔMICO

- Projeto Carajás

O projeto de exploração do minério de CARAJÁS/PARÁ e a conseqüente implantação de uma usina siderúrgica tem sido objeto, nos últimos meses, de freqüentes comentários e discussões, no noticiário da imprensa dos Estados do PARÁ e do MARANHÃO, e também, mais recentemente, de polêmicas no Congresso Nacional.

É sabido que o consórcio Amazônia Mineração S.A.-AMZA, desde 1973, já havia se definido, após estudos técnicos e de viabilidade, pelo transporte ferroviário do minério até o Porto de ITAQUI, em SÃO LUÍS/MA, em detrimento do escoamento do minério por hidrovia e a decorrente construção de um porto na ilha dos Guarás ou Espadarte, na foz do Pará.

Tal definição havia gerado um clima de grande euforia nos maranhenses, aguçando-lhes o sentimento regionalista com projeções que visualizavam o seu Estado como um grande pólo irradiador de desenvolvimento para todo o Norte-Nordeste.

Era voz corrente, naquele Estado, não existir, no atual Governo, plano para o desenvolvimento do MARANHÃO e sim o Projeto CARAJÁS, localizando um complexo siderúrgico em SÃO LUÍS e arrastando todo um caudal de empreendimentos e realizações capazes de, pelo seu efeito multiplicador, impulsionar todos os setores da economia maranhense.

Aguardava-se, assim, para o ano de 1975, a execução do Projeto, iniciando-se pela construção da grande ferrovia de 900 km, cuja fase de estudos já teria sido concluída.

Foi, portanto, nesse quadro de grande otimismo, escorado constantemente pelas lideranças do Estado, que começaram a

surgir as primeiras contestações à alternativa de utilização do Porto de ITAQUI.

Assim, em fins de setembro do corrente ano, o Senador CATTETE PINHEIRO (ARENA/PA) contrabatia à exposição do Senador ALEXANDRE COSTA (ARENA/MA), intransigente defensor da usina siderúrgica no MARANHÃO, alegando que as afirmações de "impraticabilidade e inviabilidade da construção de um porto em ESPADARTE eram de responsabilidade apenas da AMZA, pois estas têm sido refutadas por opiniões do Instituto Nacional de Pesquisa Hidroviária e do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis".

Por seu turno, o Senador JARBAS PASSARINHO (ARENA/PA) declarava "que se no meu Estado pudermos ficar com algo mais do que apenas um buraco de mineração, lutaremos por isso e devemos lutar". Argumentou, ainda, aquele parlamentar, que dois novos fatos vieram favorecer a alternativa do Porto de ESPADARTE:

- o aproveitamento do desnível de ITAIPÚ para a construção da hidrelétrica de TUCURUÍ, resultando na regularização da navegação do Rio TOCANTINS; e

- o aumento dos custos do aço no mundo.

No início do mês de outubro, em BRASÍLIA, o Sr OTCHIRO MIKI, Chefe da Delegação da NIPPON STEEL CORPORATION, que concluiu com a SIDERBRÁS os estudos de pré-viabilidade do Projeto ITAQUI, declarou à imprensa: "O JAPÃO considera a implantação da ferrovia em CARAJÁS uma incógnita". Com isso, pretendia enfatizar que a entrada em operação da usina siderúrgica de ITAQUI, no MARANHÃO, prevista para o final de 1983, poderá sofrer um atraso considerável se o Governo não decidir, logo, pela construção da estrada de ferro.

Numa intensificação dos debates, foi realizado nesta semana, nos dias 28 e 29 Out, no Clube de Engenharia no RIO DE JANEIRO, o Simpósio da AMAZÔNIA. Durante os trabalhos foram expostas teses de engenheiros paraenses e do Dep Fed GABRIEL HERMES (ARENA/PA). Tais teses analisavam a opção entre o Porto de TUCUCA, no ESPADARTE, utilizando o transporte hidroviário pelo Rio TO

CANTINS, e o Porto de ITAQUI que exige a construção de uma ferrovia.

A conclusão do Simpósio foi no sentido de recomendar:

- o transporte hidroviário para o Porto de TIJOCA, no ESPADARTE; e

- uma moção propondo ao Governo a criação de uma companhia mineradora para o Vale do TOCANTINS e ARAGUAIA, à semelhança da CIA VALE DO RIO DOCE, cujo êxito recomenda tal solução.

Estima-se, como conseqüência, que os constantes debates em torno do assunto, caracterizando polêmica regionalista, tendam a se incrementar e a se tornar cada vez mais acalorados.

Pode-se esperar, igualmente, que os debates, já agora em nível nacional, estimulem a Oposição no sentido de explorar o retardo da decisão final como resultado do interesse de empresas multinacionais partícipes do empreendimento. Não seria difícil, para a Oposição, relacionar este problema com os "contratos-de-risco" e alguns fatos relatados na CPI das Multinacionais.

oooooooooooooo

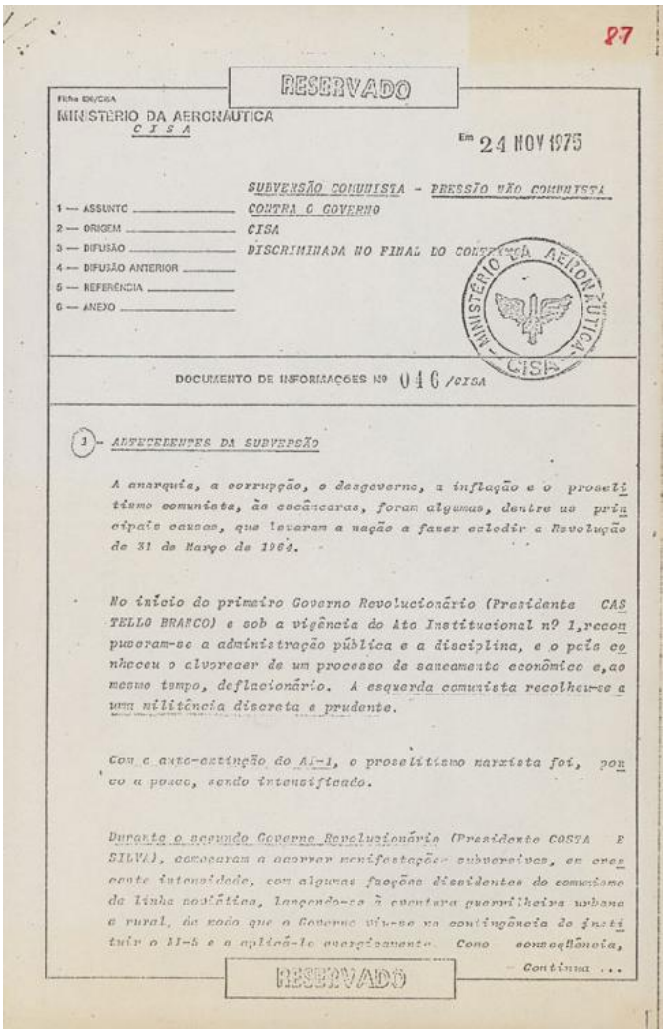
SECRETO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Documento do Centro de Informações da Aeronáutica admitindo emprego de “repressão violenta”

[Os trechos mencionados estão nas páginas 3, 7 e 8]



27

RESERVADO

Ficha EM/CISA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
C I S A

Em 24 NOV 1975

1 — ASSUNTO — SUBVERSÃO COMUNISTA - PRESSÃO NÃO COMUNISTA CONTRA O GOVERNO
2 — ORIGEM — CISA
3 — DIFUSÃO — DISCRIMINADA NO FINAL DO CONTEÚDO
4 — DIFUSÃO ANTERIOR
5 — REFERÊNCIA
6 — ANEXO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA - CISA

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA

1 - ANTECEDENTES DA SUBVERSÃO

A anarquia, a corrupção, o desgoverno, a inflação e o proselitismo comunista, às escâncaras, foram algumas, dentre as principais causas, que levaram a nação a fazer eclodir a Revolução de 31 de Março de 1964.

No início do primeiro Governo Revolucionário (Presidente CASTELLO BRANCO) e sob a vigência do Ato Institucional nº 1, reconquistaram-se a administração pública e a disciplina, e o país conheceu o alvorecer de um processo de saneamento econômico e, ao mesmo tempo, deflacionário. A esquerda comunista recolheu-se a uma militância discreta e prudente.

Com a auto-extinção do AI-1, o proselitismo marxista foi, pouco a pouco, sendo intensificado.

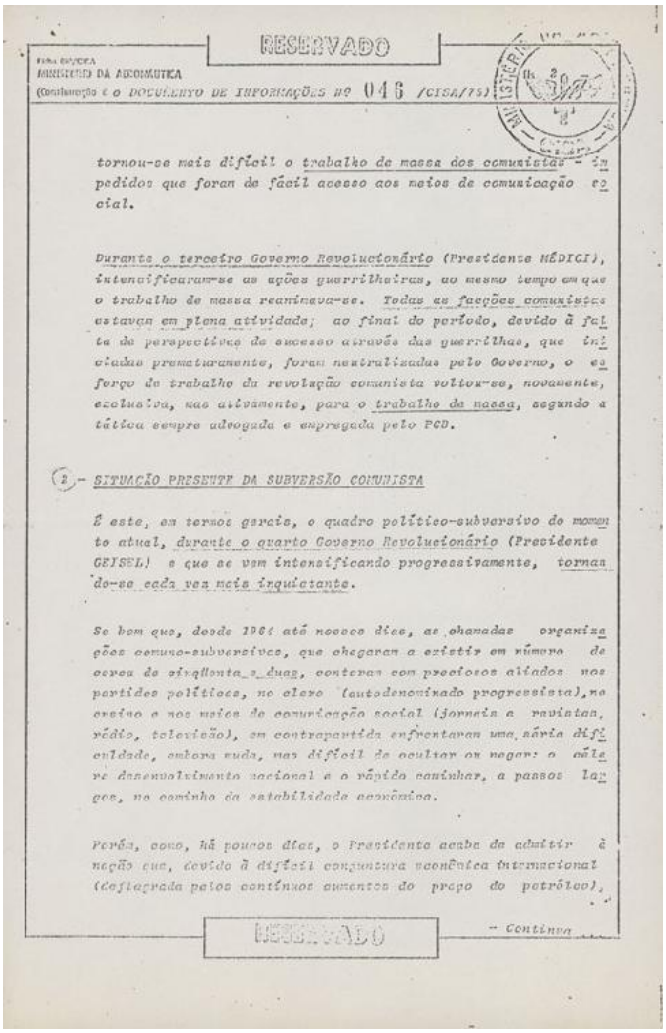
Durante o segundo Governo Revolucionário (Presidente COSTA E SILVA), começaram a ocorrer manifestações subversivas, de crescente intensidade, com algumas facções dissidentes do comunismo de linha soviética, lançando-se à aventura guerrilheira urbana e rural, de modo que o Governo viu-se na contingência de instituir o AI-5 e o aplicá-lo exaustivamente. Como consequência,

Continua ...

RESERVADO

Página 1 de 10

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



RESERVADO

FORÇA AÉREA
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
(Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/75)

tornou-se mais difícil o trabalho de massa dos comunistas - impedidos que foram de fácil acesso aos meios de comunicação social.

Durante o terceiro Governo Revolucionário (Presidente MÉDICI), intensificaram-se as ações guerrilheiras, ao mesmo tempo em que o trabalho de massa reaninava-se. Todas as facções comunistas estavam em plena atividade; ao final do período, devido à falta de perspectivas de sucesso através das guerrilhas, que iniciadas prematuramente, foram neutralizadas pelo Governo, o esforço do trabalho da revolução comunista voltou-se, novamente, exclusiva, mas ativamente, para o trabalho de massa, segundo a tática sempre advogada e empregada pelo PCB.

(2) - SITUAÇÃO PRESENTE DA SUBVERSÃO COMUNISTA

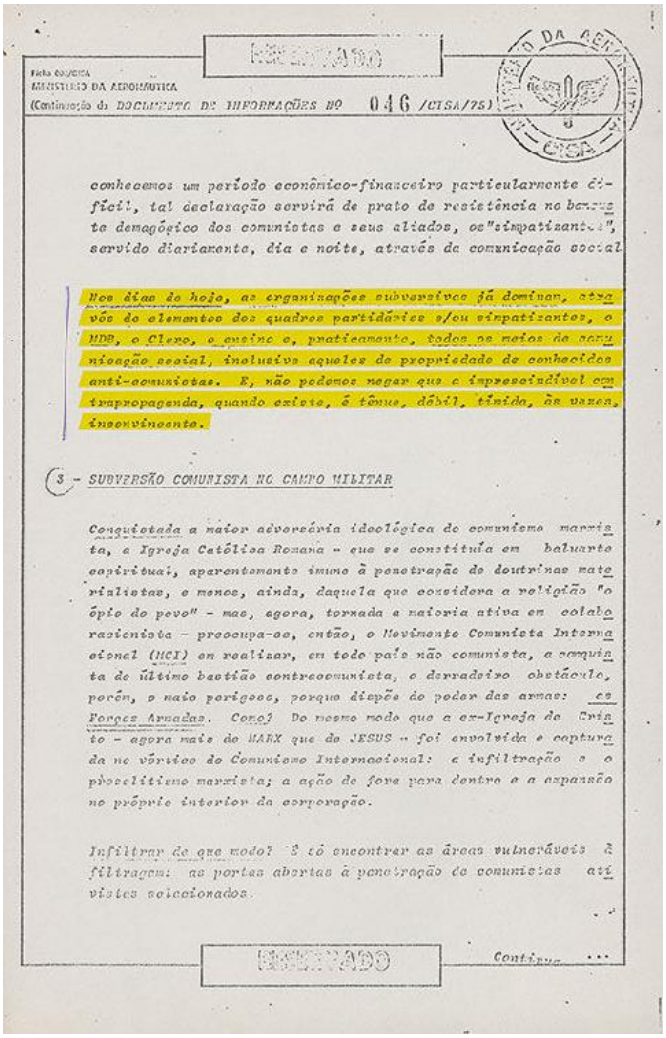
É este, em termos gerais, o quadro político-subversivo do momento atual, durante o quarto Governo Revolucionário (Presidente GEISEL) e que se vem intensificando progressivamente, tornando-se cada vez mais inquietante.

Se bem que, desde 1964 até nossos dias, as chamadas organizações comuno-subversivas, que chegaram a existir em número de cerca de sessenta e duas, contaram com preciosos aliados nos partidos políticos, no clero (autodenominado progressista), no ensino e nos meios de comunicação social (jornais e revistas, rádio, televisão), em contrapartida enfrentaram uma série dificuldade, embora ruda, mas difícil de ocultar ou negar: o ótimo desenvolvimento nacional e o rápido caminhar, a passos largos, no caminho da estabilidade econômica.

Porém, como, há poucos dias, o Presidente acaba de admitir à nação que, devido à difícil conjuntura econômica internacional (desfechada pelos contínuos aumentos do preço do petróleo),

- Continua -

RESERVADO



Ficha Técnica
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
(Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/75)

RESERVADO

conhecemos um período econômico-financeiro particularmente difícil, tal declaração servirá de prato de resistência no banquete demagógico dos comunistas e seus aliados, os "simpatizantes", servido diariamente, dia e noite, através da comunicação social.

Nos dias de hoje, as organizações subversivas já dominam, através de elementos dos quadros partidários e/ou simpatizantes, o MDB, o Clero, o ensino e, praticamente, todos os meios de comunicação social, inclusive aqueles de propriedade de conhecidos anti-comunistas. E, não podemos negar que a imprescindível contrapropaganda, quando existe, é tímida, débil, tíbia, às vezes, inconveniente.

3 - SUBVERSÃO COMUNISTA NO CAMPO MILITAR

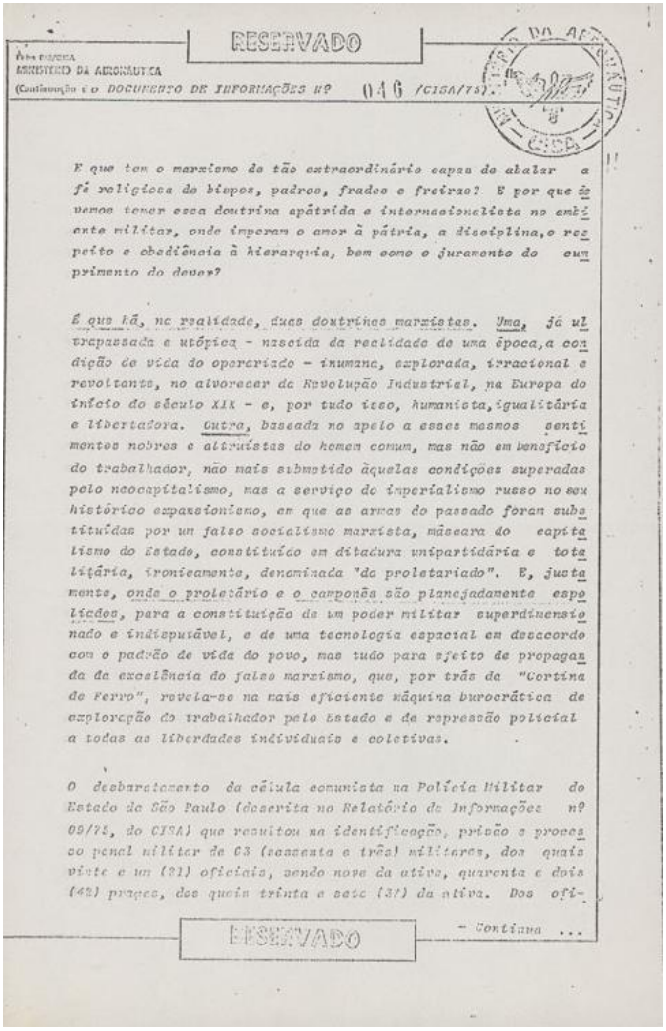
Conquistada a maior adversária ideológica do comunismo marxista, a Igreja Católica Romana - que se constitui em baluarte espiritual, aparentemente imune à penetração de doutrinas materialistas, e menos, ainda, daquela que considera a religião "o ópio do povo" - mas, agora, tornada a maioria ativa em colaboracionista - preocupa-se, então, o Movimento Comunista Internacional (MCI) em realizar, em todo país não comunista, a conquista do último bastião contracomunista, o derradeiro obstáculo, porém, o mais perigoso, porque dispõe do poder das armas: as Forças Armadas. Como do mesmo modo que a ex-Igreja de Cristo - agora mais de MARX que de JESUS - foi envolvida e capturada no vórtice do Comunismo Internacional: a infiltração e o proselitismo marxista; a ação de fora para dentro e a expansão no próprio interior da corporação.

Infiltrar de que modo? É só encontrar as áreas vulneráveis à filtragem: as portas abertas à penetração de comunistas ativistas selecionados.

RESERVADO

Continua ...

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



RESERVADO

Área restrita
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
(Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/75).

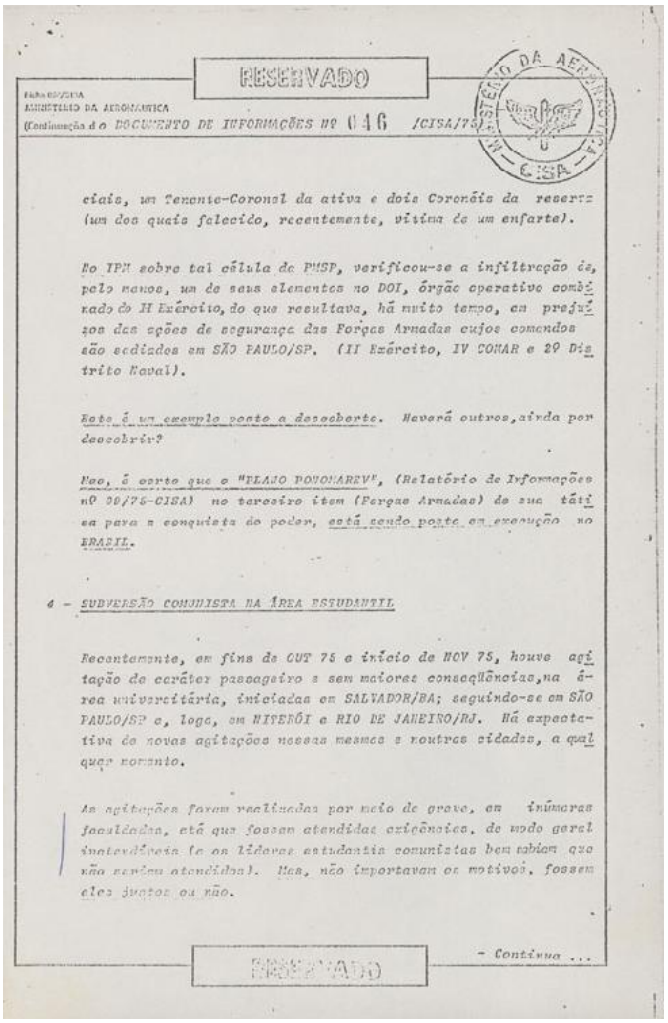
É que tem o marxismo de tão extraordinário capaz de abalar a fé religiosa de bispos, padres, frades e freiras? E por que iremos temer essa doutrina apátrida e internacionalista no ambiente militar, onde imperam o amor à pátria, a disciplina, o respeito e obediência à hierarquia, bem como o juramento do cumprimento do dever?

É que há, na realidade, duas doutrinas marxistas. Uma, já ultrapassada e utópica - nascida da realidade de uma época, a condição de vida do operariado - inumana, explorada, irracional e revoltante, no alvorecer da Revolução Industrial, na Europa do início do século XIX - e, por tudo isso, humanista, igualitária e libertadora. Outra, baseada no apelo a esses mesmos sentimentos nobres e altruístas do homem comum, mas não em benefício do trabalhador, não mais submetido àquelas condições superadas pelo neocapitalismo, mas a serviço do imperialismo russo no seu histórico expansionismo, em que as armas do passado foram substituídas por um falso socialismo marxista, máscara do capitalismo do Estado, constituído em ditadura unipartidária e totalitária, ironicamente, denominada "do proletariado". E, justamente, onde o proletário e o camponês são planejadamente espoliados, para a constituição de um poder militar superdimensionado e indiscutível, e de uma tecnologia espacial em desacordo com o padrão de vida do povo, mas tudo para efeito de propaganda da excelência do falso marxismo, que, por trás da "Cortina de Ferro", revela-se na mais eficiente máquina burocrática de exploração do trabalhador pelo Estado e de repressão policial a todas as liberdades individuais e coletivas.

O desbaratamento da célula comunista na Polícia Militar do Estado de São Paulo (descrita no Relatório de Informações nº 09/75, do CISA) que resultou na identificação, prisão e processo penal militar de 63 (sessenta e três) militares, dos quais vinte e um (21) oficiais, sendo nove da ativa, quarenta e dois (42) praças, dos quais trinta e seis (36) da ativa. Dos ofi-

RESERVADO

- Continua ...



RESERVADO

Fls. 05/10
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
(Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/75

ciais, um Tenente-Coronel da ativa e dois Coronéis da reserva (um dos quais falecido, recentemente, vítima de um enfarte).

No IPM sobre tal célula do PMSP, verificou-se a infiltração de, pelo menos, um de seus elementos no DOI, órgão operativo combinado do II Exército, do que resultava, há muito tempo, em prejuízos das ações de segurança das Forças Armadas cujos comandos são sediados em SÃO PAULO/SP. (II Exército, IV COMAR e 2º Distrito Naval).

Este é um exemplo posto a descoberto. Haverá outros, ainda por descobrir?

Isso, é certo que o "PLANO POVONAREV", (Relatório de Informações nº 20/76-CISA) no terceiro item (Forças Armadas) de sua tática para a conquista do poder, está sendo posto em execução no BRASIL.

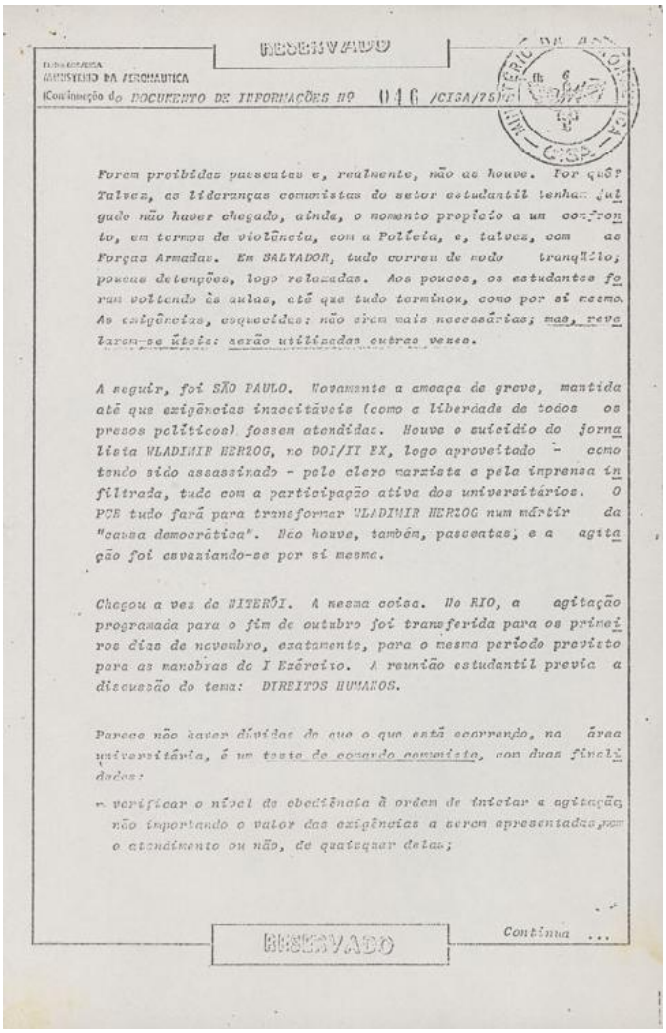
4 - SUBVERSÃO COMUNISTA NA ÁREA ESTUDANTIL

Recentemente, em fins de OUT 75 e início de NOV 75, houve agitação de caráter passageiro e sem maiores conseqüências, na área universitária, iniciadas em SALVADOR/BA; seguindo-se em SÃO PAULO/SP e, logo, em NITERÓI e RIO DE JANEIRO/RJ. Há expectativa de novas agitações nessas mesmas e outras cidades, a qualquer momento.

As agitações foram realizadas por meio de greve, em inúmeras faculdades, até que fossem atendidas exigências, de modo geral inatendíveis (e os líderes estudantis comunistas bem sabiam que não seriam atendidas). Mas, não importavam os motivos, fossem eles justos ou não.

- Continua ...

RESERVADO



RESERVADO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

(Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/75)

Foram proibidas passeatas e, realmente, não as houve. Por quê? Talvez, as lideranças comunistas do setor estudantil tenham julgado não haver chegado, ainda, o momento propício a um confronto, em termos de violência, com a Polícia, e, talvez, com as Forças Armadas. Em SALVADOR, tudo correu de modo tranqüilo; poucas detenções, logo relaxadas. Aos poucos, os estudantes foram voltando às aulas, até que tudo terminou, como por si mesmo. As exigências, esquecidas: não eram mais necessárias; mas, revelaram-se úteis: serão utilizadas outras vezes.

A seguir, foi SÃO PAULO. Novamente a ameaça de greve, mantida até que exigências inaceitáveis (como a liberdade de todos os presos políticos) fossem atendidas. Houve o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG, no DOI/II EX, logo aproveitado - como tendo sido assassinado - pelo clero marxista e pela imprensa infiltrada, tudo com a participação ativa dos universitários. O PCB tudo fará para transformar VLADIMIR HERZOG num mártir da "causa democrática". Não houve, também, passeatas, e a agitação foi esvaziando-se por si mesma.

Chegou a vez de NITERÓI. A mesma coisa. No RIO, a agitação programada para o fim de outubro foi transferida para os primeiros dias de novembro, exatamente, para o mesmo período previsto para as manobras do I Exército. A reunião estudantil prévia a discussão do tema: DIREITOS HUMANOS.

Parece não haver dúvidas de que o que está ocorrendo, na área universitária, é um teste de comando comunista, com duas finalidades:

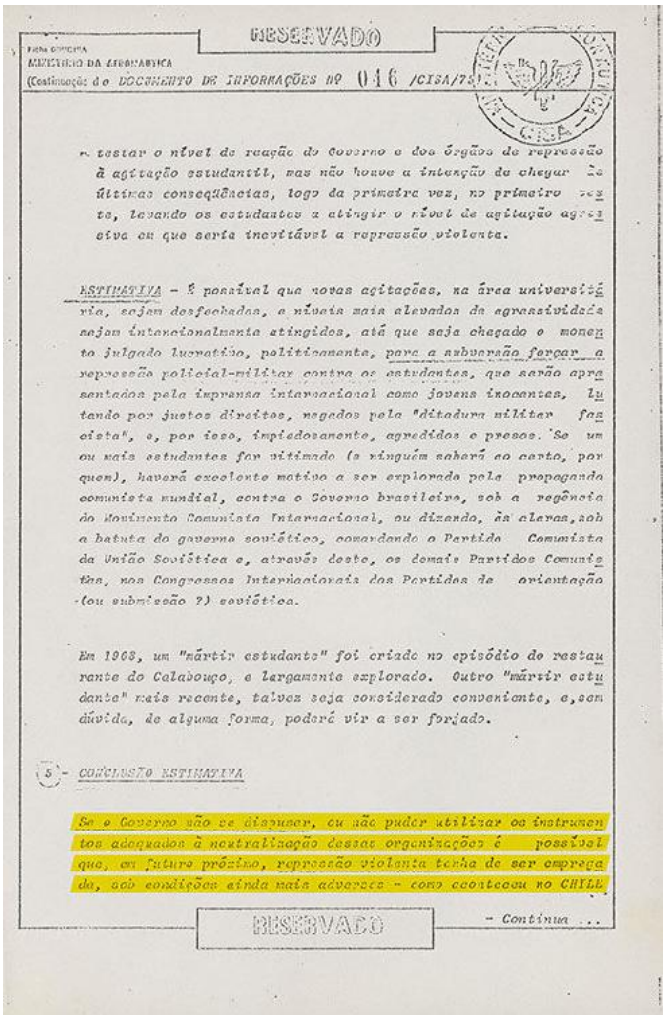
- verificar o nível de obediência à ordem de iniciar a agitação, não importando o valor das exigências a serem apresentadas, nem o atendimento ou não, de qualquer delas;

Continua ...

RESERVADO

Página 6 de 10

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



RESERVADO

Folha Oficial
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
(Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/7

testar o nível de reação do Governo e dos órgãos de repressão à agitação estudantil, mas não houve a intenção de chegar às últimas conseqüências, logo da primeira vez, no primeiro teste, levando os estudantes a atingir o nível de agitação agressiva em que seria inevitável a repressão violenta.

ESTIMATIVA - É possível que novas agitações, na área universitária, sejam desfechadas, a níveis mais elevados de agressividade sejam intencionalmente atingidos, até que seja chegado o momento julgado lucrativo, politicamente, para a subversão forçar a repressão policial-militar contra os estudantes, que serão apresentados pela imprensa internacional como jovens inocentes, lutando por justos direitos, negados pela "ditadura militar fascista", e, por isso, impiedosamente, agredidos e presos. Se um ou mais estudantes for vitimado (e ninguém saberá ao certo, por quem), haverá excelente motivo a ser explorado pela propaganda comunista mundial, contra o Governo brasileiro, sob a regência do Movimento Comunista Internacional, ou dizendo, às claras, sob a batuta do governo soviético, comandando o Partido Comunista da União Soviética e, através deste, os demais Partidos Comunistas, nos Congressos Internacionais dos Partidos de orientação (ou submissão ?) soviética.

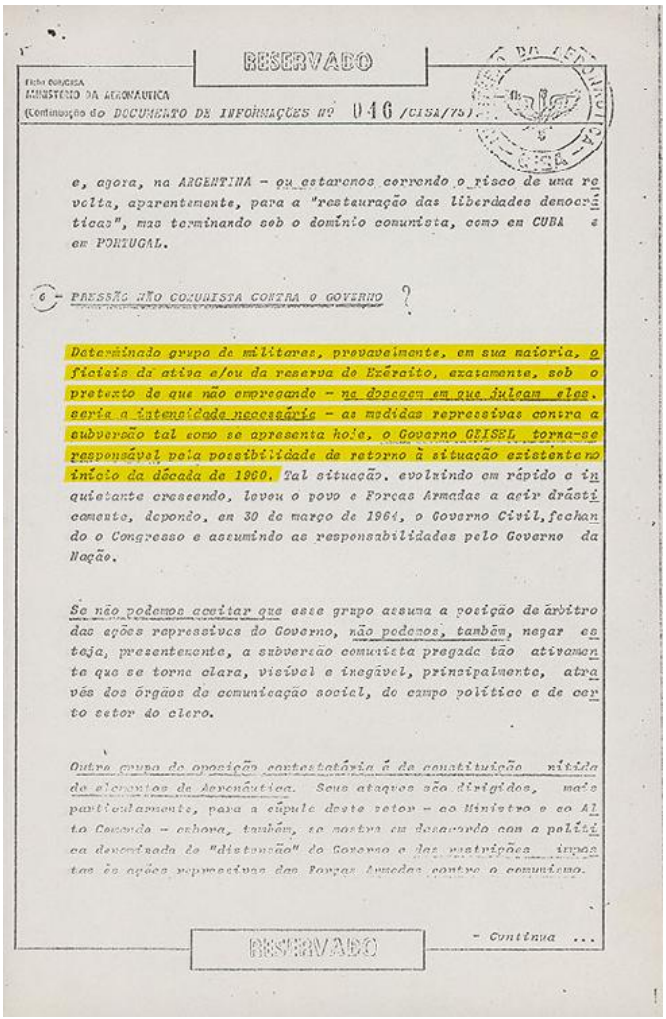
Em 1968, um "mártir estudante" foi criado no episódio do restaurante do Calabouço, e largamente explorado. Outro "mártir estudante" mais recente, talvez seja considerado conveniente, e, sem dúvida, de alguma forma, poderá vir a ser forjado.

5 - CONCLUSÃO ESTIMATIVA

Se o Governo não se dispuser, ou não puder utilizar os instrumentos adequados à neutralização dessas organizações é possível que, em futuro próximo, repressão violenta tenha de ser empregada, sob condições ainda mais adversas - como ocorreu no CHILE

RESERVADO

- Continua ...



RESERVADO

Ficha CI/CISA
MINISTÉRIO DA AERONAUTICA
(Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/75)

e, agora, na ARGENTINA - ou estaremos correndo o risco de uma revolta, aparentemente, para a "restauração das liberdades democráticas", mas terminando sob o domínio comunista, como em CUBA e em PORTUGAL.

6 - PRESSÃO NÃO COMUNISTA CONTRA O GOVERNO ?

Determinado grupo de militares, provavelmente, em sua maioria, oficiais da ativa e/ou da reserva do Exército, exatamente, sob o pretexto de que não empregando - na dosagem em que julgam elas, seria a intensidade necessária - as medidas repressivas contra a subversão tal como se apresenta hoje, o Governo GEISEL, torna-se responsável pela possibilidade de retorno à situação existente no início da década de 1960. Tal situação, evoluindo em rápido e inquietante crescendo, levou o povo e Forças Armadas a agir drásticamente, depondo, em 30 de março de 1964, o Governo Civil, fechando o Congresso e assumindo as responsabilidades pelo Governo da Nação.

Se não podemos aceitar que esse grupo assuma a posição de árbitro das ações repressivas do Governo, não podemos, também, negar esteja, presentemente, a subversão comunista pregada tão ativamente que se torne clara, visível e inegável, principalmente, através dos órgãos de comunicação social, do campo político e de certo setor do clero.

Outro grupo de oposição contestatória é de constituição nítida de elementos de Aeronáutica. Seus ataques são dirigidos, mais particularmente, para a cúpule deste setor - ao Ministro e ao Alto Comando - embora, também, se mostre em desacordo com a política decorrente da "distensão" do Governo e das restrições impostas às ações repressivas das Forças Armadas contra o comunismo.

- Continua ...

RESERVADO

RESERVADO

Ministério da Aeronáutica

Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/75)

Tal tipo de oposição tem sido processada através de panfletagem, difundida através do Correio, e dirigida, principalmente, a oficiais-generais e superiores. É vazada em termos, às vezes, nominalmente, ofensivos, mas, na sua fase atual, não representa vulto significativo. Pode-se admitir, no entanto, que sendo - a agravar-se mais a situação econômico-financeira do país, com a conseqüência fatal da aceleração inflacionária, somada tal situação com a ampliação crescente, a cada eleição, das áreas de influência política da oposição emedebista, onde existe ativo setor contestatório sob comprovada identificação com o PCB - tal oposição, mesmo à revelia dos seus iniciadores, poderá vir a assumir proporção, então, significativa, por adesões maciças tanto no campo militar, como na área civil. -.

DIFUSÃO:

Ten Brig JOELMIR CAMPOS DE ARARIPE MACEDO; Ten Brig CARLOS ALBERTO HUET DE OLIVEIRA SAMPAIO; Ten Brig JAIR AMERICO DOS REIS; Ten Brig PAULO SOBRAL RIBEIRO GONÇALVES; Ten Brig ROBERTO FARIA LIMA; Ten Brig DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA; Ten Brig EVERTON FRITSCH; Ten Brig HONÓRIO PINTO PEREIRA DE MAGALHÃES NETTO; Ten Brig DÉLIO JARDIM DE MATTOS; Ten Brig FABER CINTRA; Maj Brig JOÃO CAMARÃO TELES RIBEIRO; Maj Brig CLOVIS LABRE DE LEMOS; Maj Brig ALFREDO GONÇALVES CORRÊA; Maj Brig JOSÉ MARIA MENDES COUTINHO MARQUES; Maj Brig SYLVIO GOMES PIRES; Maj Brig MARIO PAGLIOLI DE LUCENA; Maj Brig PAULO DE VASCONCELLOS SOUSA E SILVA; Maj Brig MARIO GINO FRANCESCUTTI; Maj Brig HUGO DE MIRANDA E SILVA; Maj Brig ALBERTO COSTA MATTOS; Maj Brig ANTONIO GERALDO PEIXOTO; Maj Brig VICTOR DIETRICH IEIG; Maj Brig LEONARDO TEIXEIRA COLLARES; Maj Brig EDUARDO CALDAS SANCTOS; Maj Brig Int MILTON DE LEMOS CAMARGO; Maj Brig ROBERTO AUGUSTO CARRÃO DE ANDRADE; Maj Brig PAULO VICTOR DA SILVA; Maj Brig Med ANTONIO BERTINO FILHO; Maj Brig Eng JOSÉ VICENTE CABRAL CHECCHIA; Maj Brig PAULO DE ABREU COUTINHO; Maj Brig ISMAEL DA MOTTA PAES; Maj Brig RODOLFO BECKER REIFSCHNEIDER; Maj Brig Eng THEODOSIO PEREIRA DA SILVA; Brig Int CELSO VIEGAS DE CARVALHO; Brig SIETISON MACHADO DE CARVALHO; Brig JOAQUIM VESPASIANO RAMOS; Brig EVERALDO BREVES; Brig OSWALDO TERRA DE FARIA; Brig [illegible] DE SOUZA MENDES; Brig JOSÉ EVARISTO JUNIOR; Brig PROTÁSIO LOPES DE OLIVEIRA; Brig CLOVIS PAVAN;

- Continua ...

RESERVADO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

RESERVADO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Continuação do DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 046 /CISA/75

Brig GUIDO JORGE MOASSAB; Brig WALTER TELIU TAVARES; Brig JOSÉ LUIZ DA FONSECA PEVON; Brig ETIENNE ANDRADE BUSSIÈRE; Brig PEDRO FRAZÃO DE MEDEIROS LIMA; Brig LUIZ CARLOS ALIANDRO; Brig NOGOPIANO DE AZEVEDO BARCALHO; Brig Med SYLLA MACEDO GERMANO; Brig CYRO DE SOUZA VALENTE; Brig Eng JOSUÉ RUBENS HIL-HOMENS COSTA; Brig GERTHOLINO JOAQUIM GONÇALVES NETO; Brig Int GUILHERME MORAT RODRIGUES JUNIOR; Brig Med FRANCISCO LOMBARDI; Brig Med PLINIO RICCIARDI; Brig LUIZ CAVALCANTI DE GUSMÃO; Brig WALDIR DE VASCONCELOS; Brig EDILIO RAMOS FIGUEIREDO; Brig Brig ALFREDO HENRIQUE DE BERENGUER CESAR; Brig VINICIUS JOSÉ KRAEMER ALVARES; Brig SAULO DE MATTOS MACEDO; Brig Med ANTONIO LOURENÇO ROSA RANGEL; Brig Int EDGARD PINTO FERREIRA; Brig ALBERTO BINS NETO; Brig NELSON OSÓRIO DE CASTRO; Brig RUBENS CARNEIRO DE CAMPOS; Brig OCTAVIO JULIO MOREIRA LIMA; Brig MARION DE OLIVEIRA PEIXOTO; Brig GODOFREDO PEREIRA DOS PASSOS; Brig CLOVIS DE ATHAYDE BOHRER; Brig Int JORGE FRANCO BITTENCOURT; Brig Eng PAULO BELTRÃO DO VALLE; e Brig Eng ROBERTO DÓRIA LEUSINGER. - CH/AC/SNI; CH/CENIMAR; CH/CIE; CH/DSI/MJ e CH/SG/CSN. -.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

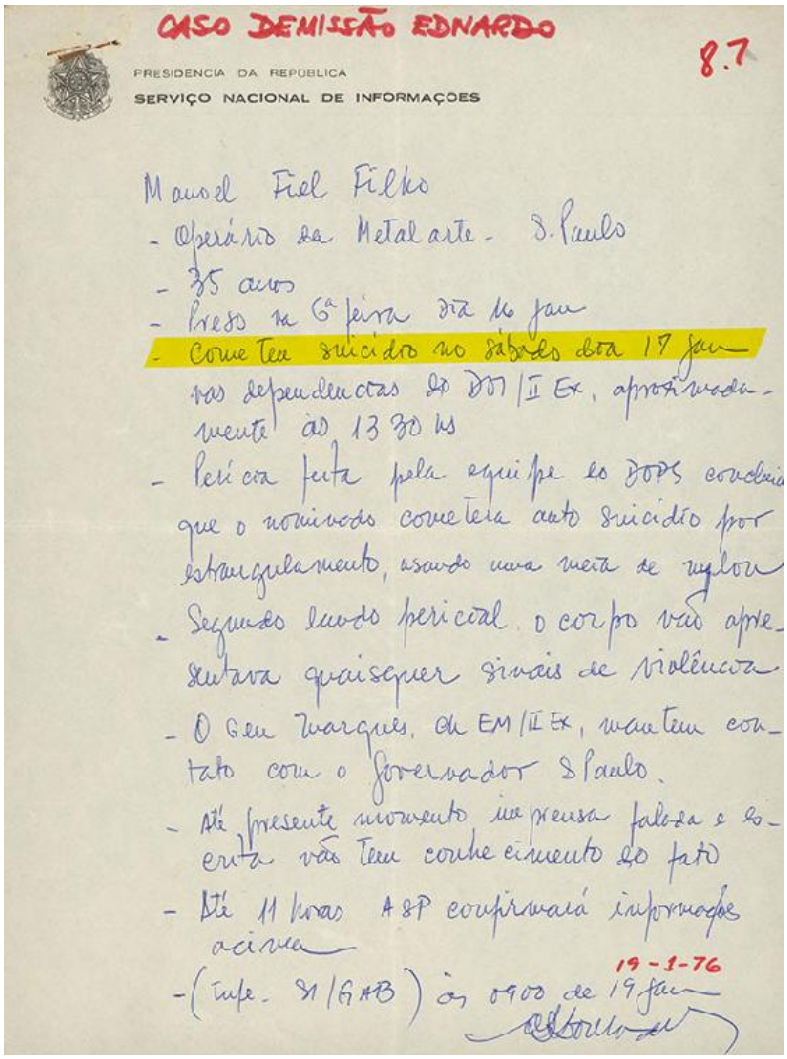
-.-

RESERVADO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Nota do capitão Nelson Dias Dourado, assistente de Figueiredo, em folhas de bloco manuscritas anotadas por Heitor Ferreira



CASO DEMISSÃO EDNARDO

8.7

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

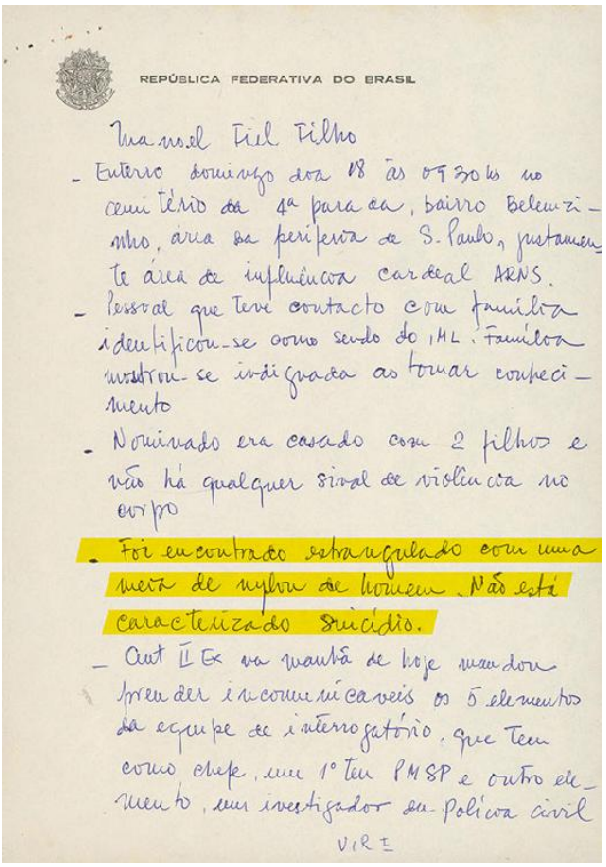
Manoel Fiel Filho
- Operário da Metal arte - S. Paulo
- 35 anos
- Preso na 6ª feira dia 16 jan
- Teria suicidado no sábado dia 17 jan nas dependências do DOI/II Ex, aproximadamente às 13 30 hs
- Perícia feita pela equipe do DOPS concluiu que o nominado cometeu auto suicídio por estrangulamento, usando uma meia de nylon
- Segundo laudo pericial, o corpo não apresentava quaisquer sinais de violência
- O Gen Marques, do EM/II Ex, mantem contato com o governador S Paulo.
- Até presente momento imprensa falada e escrita não tem conhecimento do fato
- Até 11 horas A SP confirmará informações acima

19-1-76

-(Info. 91/GAB) às 0900 de 19 jan

[Voltar] | [Transcrição]

Segundo relato com informe do SNI assinado pelo capitão Dias Dourado sobre o caso Manoel Fiel Filho



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

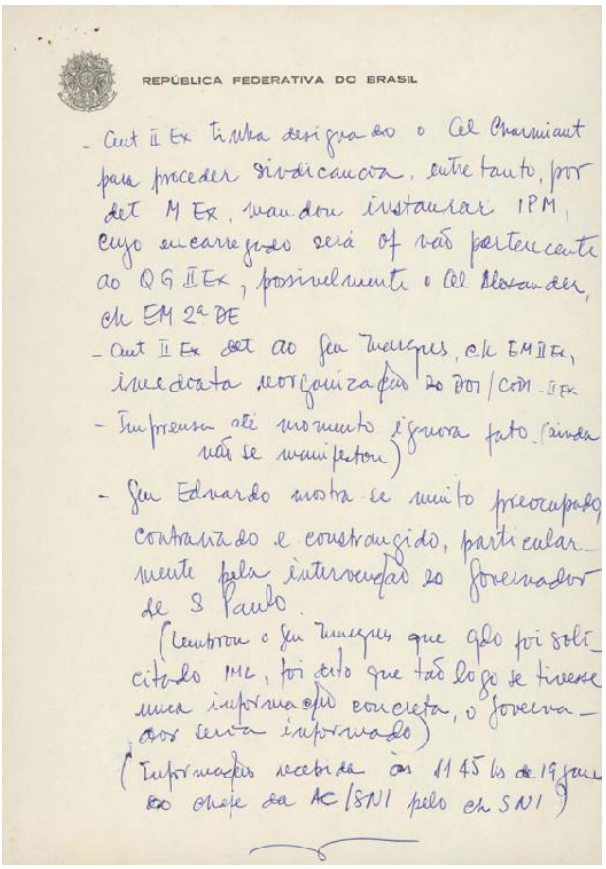
Manoel Fiel Filho

- Enterro domingo dia 18 às 07:30 hs no cemitério da 4ª parada, bairro Belenzinho, área da periferia de S. Paulo, justamente área de influência cardeal ARNS.
- Pessoal que teve contacto com família identificou-se como sendo do IML. Família mostrou-se indignada ao tomar conhecimento
- Nominado era casado com 2 filhos e não há qualquer sinal de violência no corpo
- Foi encontrado estrangulado com uma meia de nylon de homem. Não está caracterizado suicídio.
- Cmt II Ex vai mandar prender incomunicáveis os 5 elementos da equipe de interrogatório, que tem como chefe, um 1º Ten PMSP e outro elemento, um investigador da Polícia civil

VIR I

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

- Cmt II Ex tinha designado o Cel Charmiant para proceder sindicância, entretanto, por det M Ex, mandou instaurar IPM, cujo encarregado será Of não pertencente ao QG II Ex, possivelmente o Cel Alexander, ch EM 2ª DE
- Cmt II Ex det ao seu Imediato, ch EM II Ex, imediata mobilização do DOI/CODI - II Ex
- Imprensa até momento ignora fato (ainda não se manifestou)
- Sen Edvardo mostra-se muito preocupado, contrariado e constrangido, particularmente pela intervenção do Governador de S Paulo.

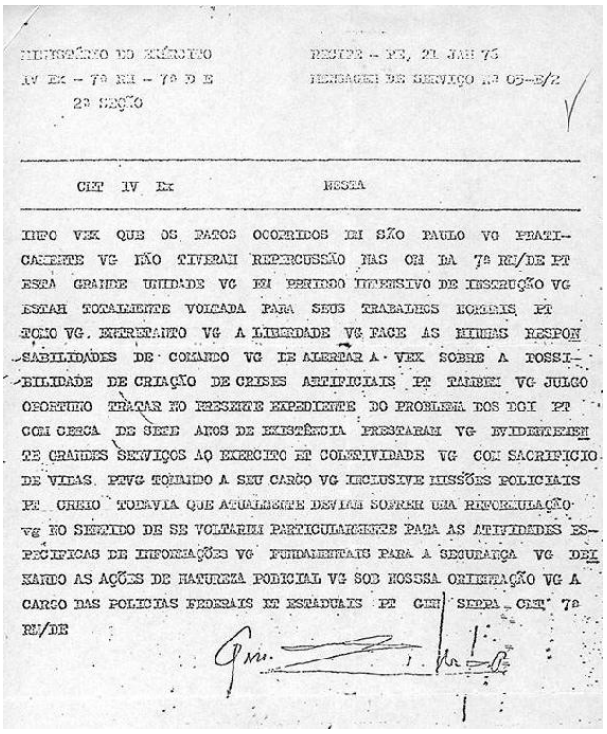
(Lembrou o Sen Tancredo que após foi solicitado MRE, foi dito que tão logo se tivesse uma informação concreta, o governador seria informado)

(Informações recebidas às 11.45 hs de 19 junho do chefe da AC/SNI pelo ch SNI)

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Telegrama do general Andrada Serpa ao comandante do IV Exército, de 21 de janeiro de 1976



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV EX - 7ª RM - 7ª D E
2ª SEÇÃO

RECIFE - PE, 21 JAN 76
MENSAGEM DE SERVIÇO Nº 05-E/2

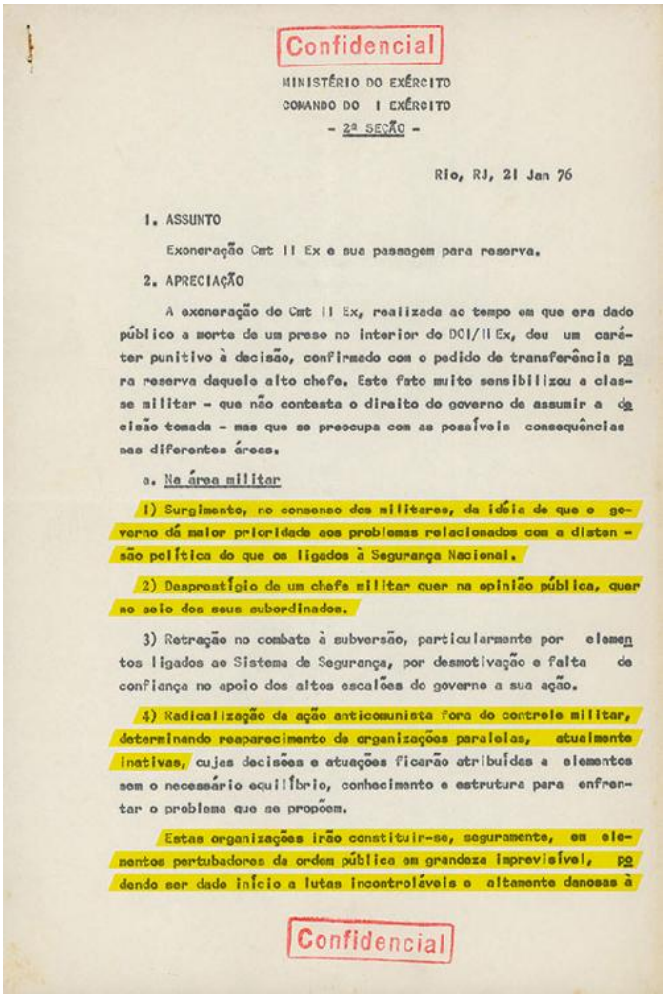
CMT IV Ex MENSA

INFO VEX QUE OS FATOS OCORRIDOS EM SÃO PAULO VG PRATICAMENTE VG NÃO TIVERAM REPERCUSSÃO NAS OM DA 7ª RM/DE PT ESTA GRANDE UNIDADE VG EM PERIODO INTENSIVO DE INSTRUÇÃO VG ESTAH TOTALMENTE VOLCADA PARA SEUS TRABALHOS NORMAIS PT FICO VG. ENTRETANTO VG A LIBERDADE VG FACE AS MINHAS RESPONSABILIDADES DE COMANDO VG DE ALERTAR A VEX SOBRE A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE CRISES ARTIFICIAIS PT TAMBEM VG JULGO OPORTUNO TRATAR NO PRESENTE EXPEDIENTE DO PROBLEMA DOS DCI PT COM CERCA DE DEZ ANOS DE EXISTÊNCIA PRESTARAM VG EVIDENTEMENTE GRANDES SERVIÇOS AO EXERCITO EM COESIVIDADE VG COM SACRIFICIO DE VIDAS PTVG TENDO A SEU CARGO VG INCLUSIVE MISSÕES POLICIAIS PT CREIO TODAVIA QUE ATUALMENTE DEVAM SOFRER UMA REFORMULAÇÃO VG NO SENTIDO DE SE VOLTAREM PARTICULARMENTE PARA AS ATIVIDADES ESPECIFICAS DE INFORMAÇÕES VG FUNDAMENTAIS PARA A SEGURANÇA VG DEIXANDO AS AÇÕES DE NATUREZA POLICIAL VG SOB NOSSA ORIENTAÇÃO VG A CARGO DAS POLICIAS FEDERAIS E ESTADUAIS PT CMT SERRA - CMT 7ª RM/DE

[Voltar] | [Transcrição]

Relatório Especial de Informações assinado por Reynaldo Mello de Almeida propondo surto repressivo

[Os trechos mencionados estão nas páginas 1, 2 e 3]



Confidencial

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO DO I EXÉRCITO
- 2ª SEÇÃO -

Rio, RJ, 21 Jan 76

1. ASSUNTO

Exoneração Cmt II Ex e sua passagem para reserva.

2. APRECIAÇÃO

A exoneração do Cmt II Ex, realizada ao tempo em que era dado público a morte de um preso no interior do DOI/II Ex, deu um caráter punitivo à decisão, confirmado com o pedido de transferência para reserva daquele alto chefe. Este fato muito sensibilizou a classe militar - que não contesta o direito do governo de assumir a decisão tomada - mas que se preocupa com as possíveis consequências nas diferentes áreas.

a. Na área militar

1) Surgimento, no consenso dos militares, da idéia de que o governo dá maior prioridade aos problemas relacionados com a distensão política do que os ligados à Segurança Nacional.

2) Desprestígio de um chefe militar quer na opinião pública, quer no seio dos seus subordinados.

3) Retração no combate à subversão, particularmente por elementos ligados ao Sistema de Segurança, por desmotivação e falta de confiança no apoio dos altos escalões do governo a sua ação.

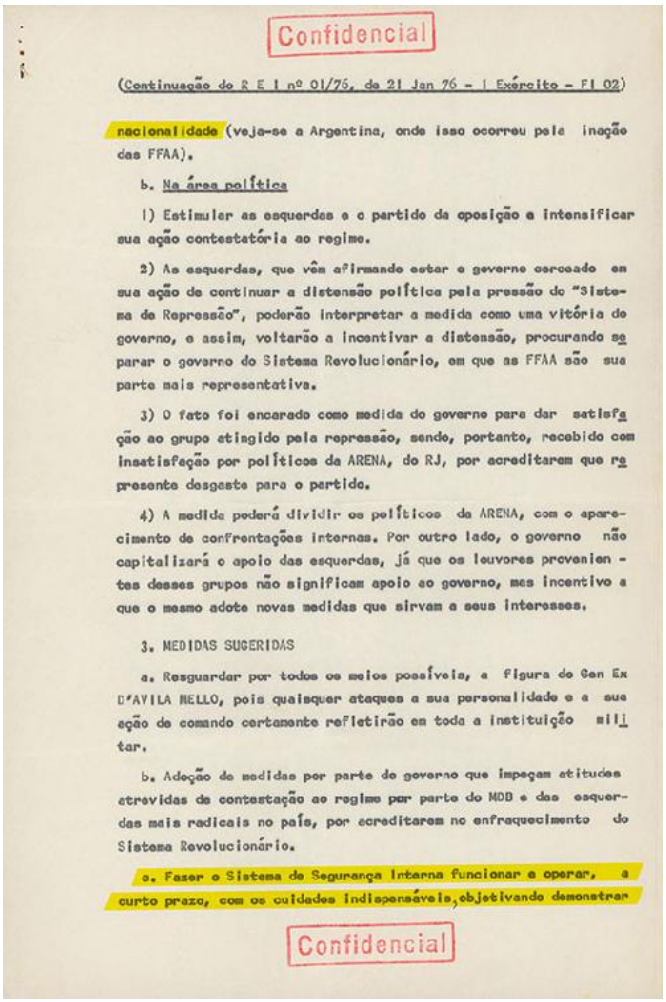
4) Radicalização da ação anticomunista fora do controle militar, determinando reaparecimento de organizações paralelas, atualmente inativas, cujas decisões e atuações ficarão atribuídas a elementos sem o necessário equilíbrio, conhecimento e estrutura para enfrentar o problema que se propõem.

Estas organizações irão constituir-se, seguramente, em elementos perturbadores da ordem pública em grandeza imprevisível, podendo ser dado início a lutas incontroláveis e altamente danosas à

Confidencial

Página 1 de 3

[Voltar] | [Transcrição]



Confidencial

(Continuação do R E I nº 01/76, de 21 Jan 76 - I Exército - Fl 02)

nacionalidade (veja-se a Argentina, onde isso ocorreu pela inação das FFAA).

b. Na área política

1) Estimular as esquerdas e o partido da oposição a intensificar sua ação contestatória ao regime.

2) As esquerdas, que vêm afirmando estar o governo cercado em sua ação de continuar a distensão política pela pressão do "Sistema de Repressão", poderão interpretar a medida como uma vitória do governo, e assim, voltarão a incentivar a distensão, procurando separar o governo do Sistema Revolucionário, em que as FFAA são sua parte mais representativa.

3) O fato foi encarado como medida do governo para dar satisfação ao grupo atingido pela repressão, sendo, portanto, recebido com insatisfação por políticos da ARENA, do RJ, por acreditarem que representa desgaste para o partido.

4) A medida poderá dividir os políticos da ARENA, com o aparecimento de confrontações internas. Por outro lado, o governo não capitalizará o apoio das esquerdas, já que os louvores provenientes desses grupos não significam apoio ao governo, mas incentivo a que o mesmo adote novas medidas que sirvam a seus interesses.

3. MEDIDAS SUGERIDAS

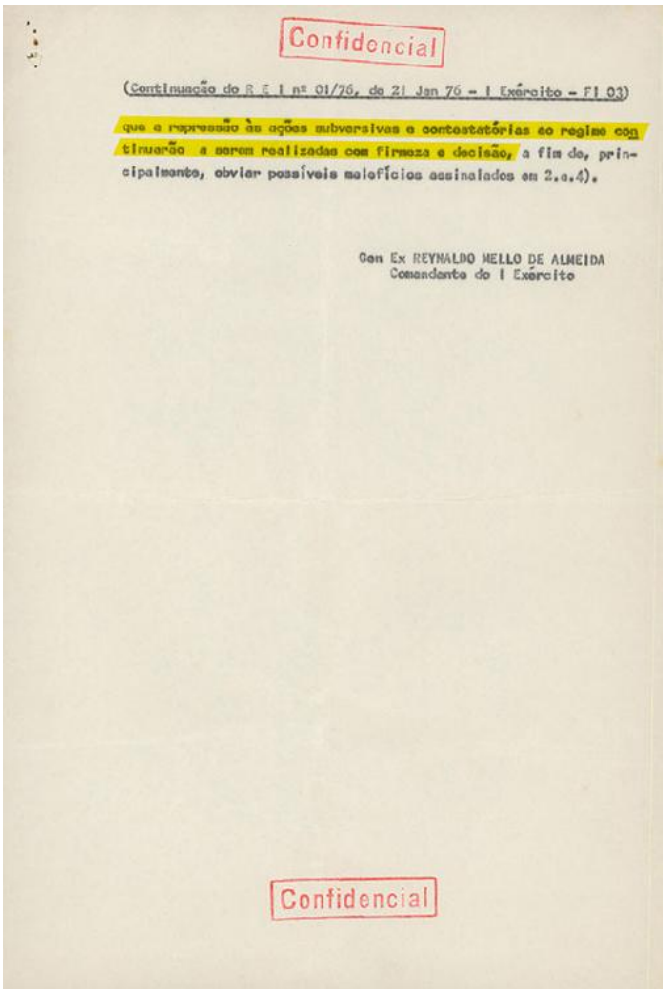
a. Resguardar por todos os meios possíveis, a figura do Gen Ex D'AVILA MELLO, pois quaisquer ataques a sua personalidade e a sua ação de comando certamente refletirão em toda a instituição militar.

b. Adoção de medidas por parte do governo que impeçam atitudes atrevidas de contestação ao regime por parte do MDB e das esquerdas mais radicais no país, por acreditarem no enfraquecimento do Sistema Revolucionário.

c. Fazer o Sistema de Segurança Interna funcionar e operar, a curto prazo, com os cuidados indispensáveis, objetivando demonstrar

Confidencial

[Voltar] | [Transcrição]



Confidencial

(Continuação do R E I nº 01/76, de 21 Jan 76 - I Exército - Fl 03)

que a repressão às ações subversivas e contestatórias ao regime continuarão a serem realizadas com firmeza e decisão, a fim de, principalmente, obviar possíveis malefícios assinalados em 2.a.4).

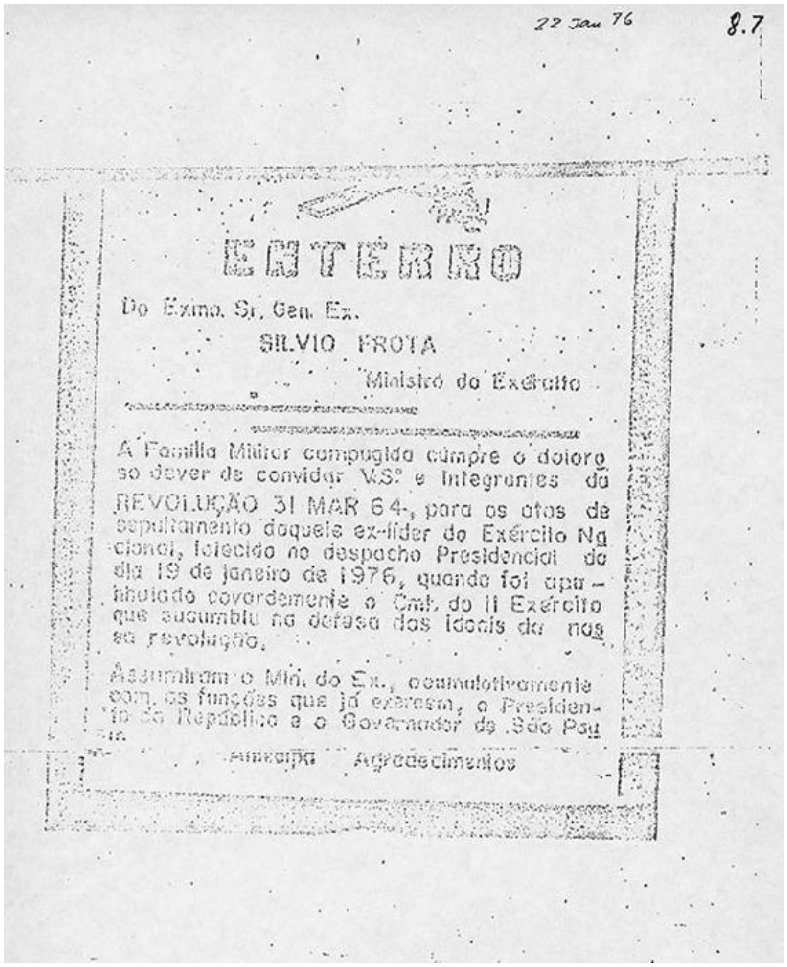
Gen Ex REYNALDO MELLO DE ALMEIDA
Comandante do I Exército

Confidencial

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Simulacro de anúncio fúnebre do ministro Sylvio Frota



22 Jan 76

8.7

ENTERRO

Do Exmo. Sr. Gen. Ex.

SILVIO FROTA

Ministro do Exército

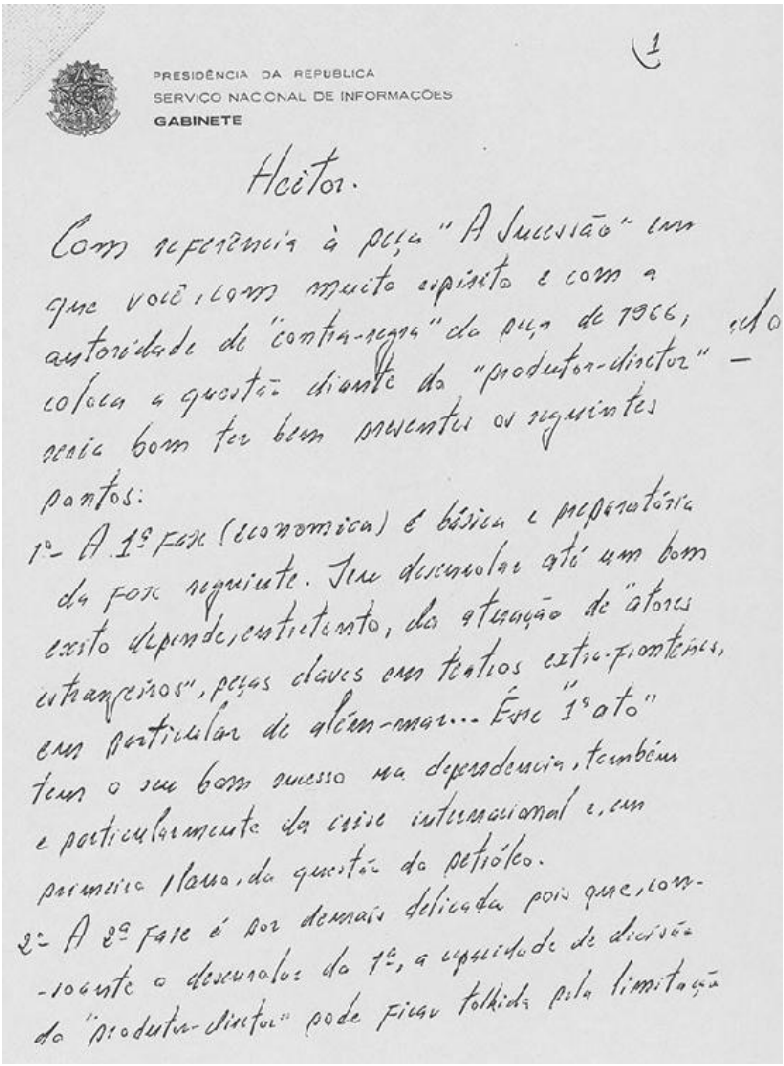
A Família Militar compungida cumpre o doloroso dever de convidar V.S.ª e Integrantes da REVOLUÇÃO 31 MAR 64-, para os atos de sepultamento daquele ex-líder do Exército Nacional, falecido no despacho Presidencial de dia 19 de janeiro de 1976, quando foi apunhalado covardemente o Cmt. do II Exército que sucumbiu na defesa dos ideais da nossa revolução.

Assumiram o Min. do Ex., cumulativamente com as funções que já exercem, o Presidente da República e o Governador de São Paulo.

Agradecimentos

[Voltar] | [Transcrição]

Resposta de Figueiredo à peça *A Sucessão – Drama em três atos*, de Heitor Ferreira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

1

Heitor.

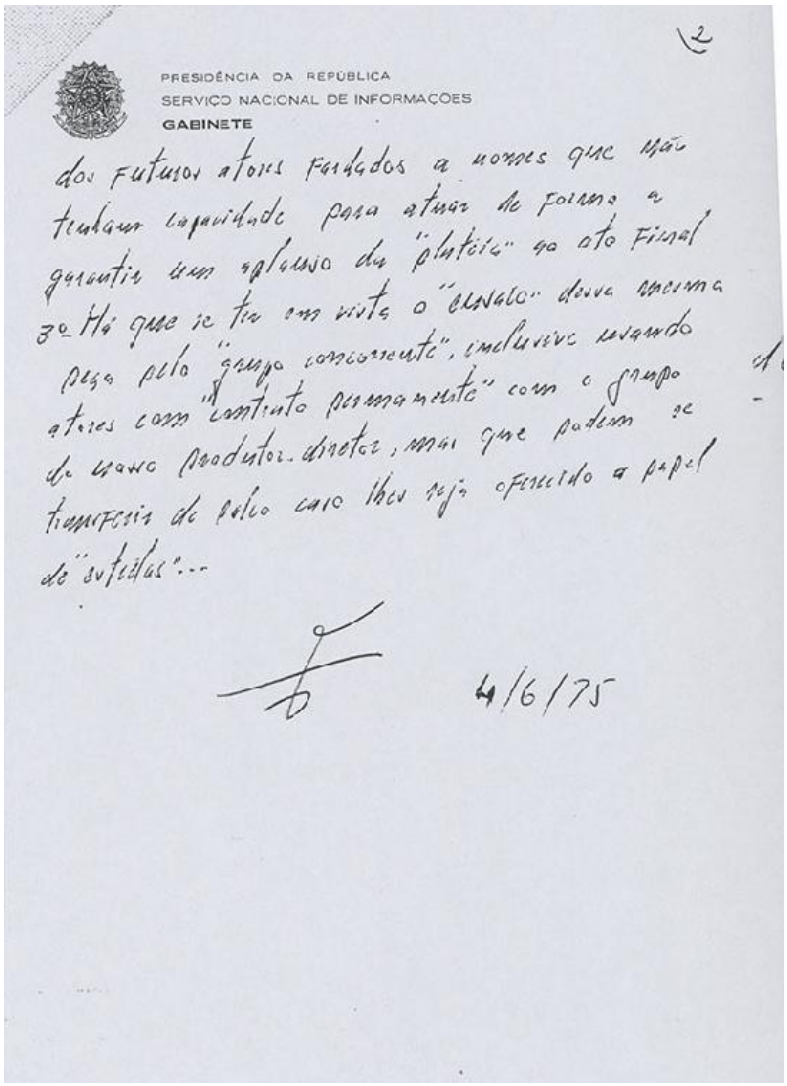
Com referência à peça "A Sucessão" em que você, com muito espírito e com a autoridade de "contra-regra" da peça de 1966, ocupa a questão diante do "produtor-diretor" — acho bom ter bem presentes os seguintes pontos:

1º - A 1ª fase (econômica) é básica e preparatória da fase seguinte. Seu desenrolar até um bom êxito depende, certamente, da atenção de "atores estrangeiros", peças claves em teatros extra-fronteiras, em particular de além-mar... Êste "1º ato" tem o seu bom sucesso na dependência, também e particularmente da crise internacional e, em primeiro plano, da questão do petróleo.

2º - A 2ª fase é por demais delicada pois que, com-locante o desenrolar da 1ª, a capacidade de decisão do "produtor-diretor" pode ficar tolhida pela limitação

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]

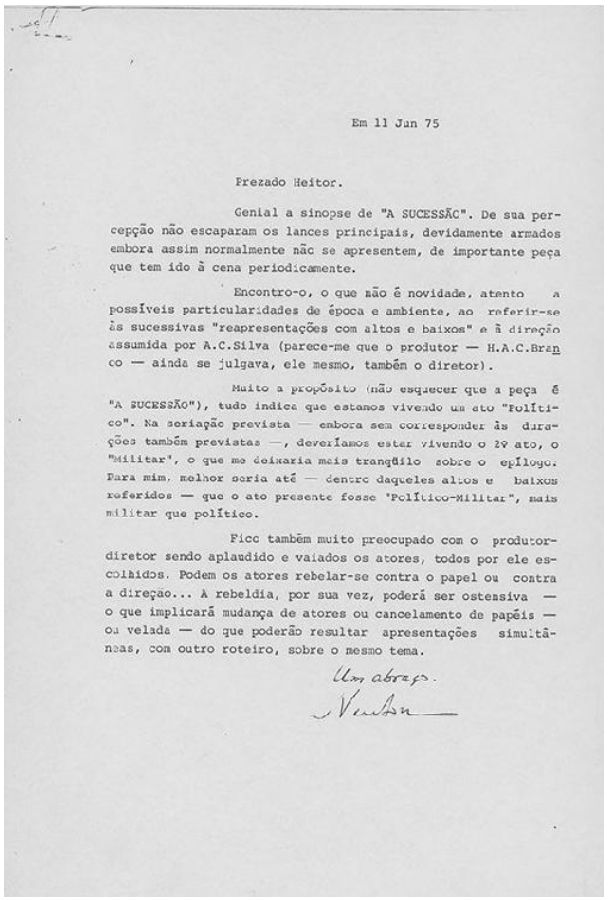


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

dos futuros atores fardados a nomes que não
tenham capacidade para atuar de forma a
garantir um aplauso da "platéia" ao ato final
3º Há que se ter em vista o "elenco" deve encarna
pelo "grupo consorciante", inclusive usando
atores com "contrato permanente" com o grupo
do mesmo produtor-diretor, mas que podem se
transferir de pelo caso lhes seja oferecido o papel
de "vedetes"...

4/6/75

Comentários de Newton Cruz à peça *A Sucessão – Drama em três atos*, de Heitor Ferreira



Em 11 Jun 75

Prezado Heitor.

Genial a sinopse de "A SUCESSÃC". De sua percepção não escaparam os lances principais, devidamente armados embora assim normalmente nãc se apresentem, de importante peça que tem ido à cena periodicamente.

Encontro-o, o que não é novidade, atento a possíveis particularidades de época e ambiente, ao referir-se às sucessivas "reapresentações com altos e baixos" e à direção assumida por A.C.Silva (parece-me que o produtor — H.A.C.Branco — ainda se julgava, ele mesmo, também o diretor).

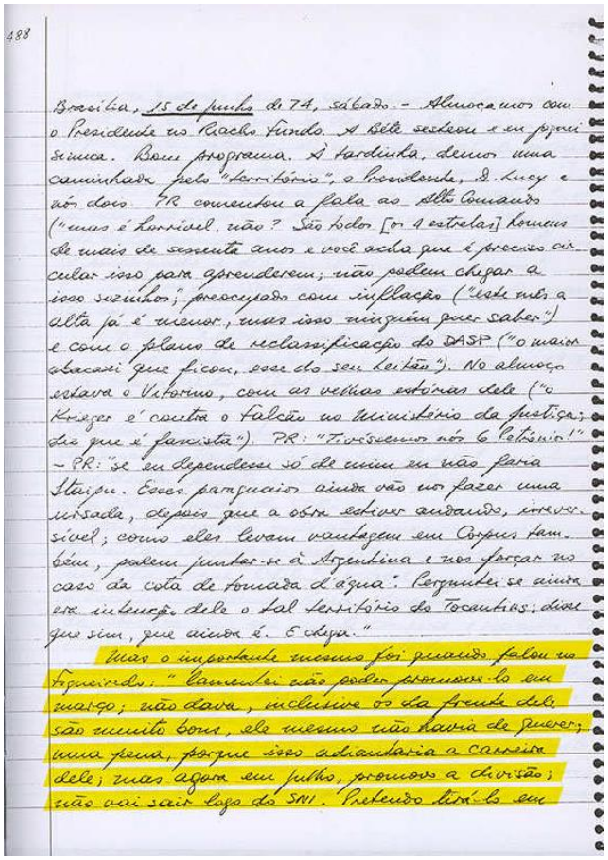
Muito a propósito (não esquecer que a peça é "A SUCESSÃO"), tudo indica que estamos vivendo um ato "Político". Na seriação prevista — embora sem corresponder às durações também previstas —, deveríamos estar vivendo o 2º ato, o "Militar", o que me deixaria mais tranqüilo sobre o epílogo. Para mim, melhor seria até — dentre daqueles altos e baixos referidos — que o ato presente fosse "Político-Militar", mais militar que político.

Fico também muito preocupado com o produtor-diretor sendo aplaudido e vaiados os atores, todos por ele escolhidos. Podem os atores rebelar-se contra o papel ou contra a direção... A rebeldia, por sua vez, poderá ser ostensiva — o que implicará mudança de atores ou cancelamento de papéis — ou velada — do que poderão resultar apresentações simultâneas, com outro roteiro, sobre o mesmo tema.

Um abraço.
Newton

[Voltar] | [Transcrição]

Páginas do diário de Heitor Ferreira de 15 de junho de 1974 com diálogo sobre promoção do general Figueiredo a quatro estrelas



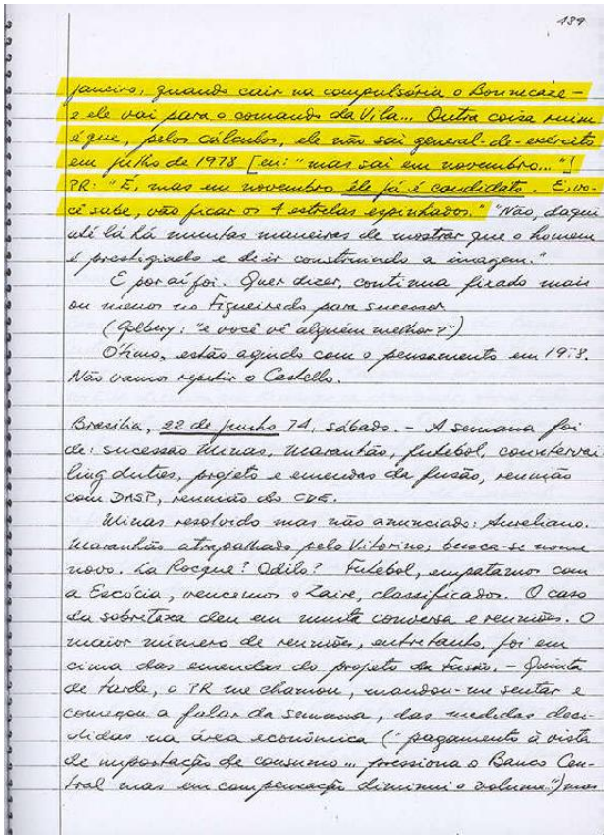
488

Brasília, 15 de junho de 74, sábado. – Almoçamos com o Presidente no Riacho Fundo. A Bete sentou-se em pé na única. Bom programa. À tardinha, demos uma caminhada pelo "latifúndio", o Bandeira, D. Lucy e nós dois. PR começou a falar ao Alto Comando ("mas é horrível, não? São todos [os 4 estrelas] homens de mais de sessenta anos e você acha que é preciso circular isso para aprenderem; não podem chegar a isso sozinhos"; preocupado com inflação ("este mês a alta já é menor, mas isso ninguém quer saber") e com o plano de reclassificação do DASP ("o maior abacaxi que ficou, esse do seu Leitão"). No almoço estava o Veloso, com as velhas estórias dele ("o Krieger é contra o Falcão no Ministério da Justiça; diz que é fascista"). PR: "Tivéssemos nós 6 Petrônio!" – PR: "se eu dependesse só de mim eu não saía daqui. Esses pamparcos ainda vão me fazer uma besteira, depois que a obra estiver andando, irreversível; como eles levam vantagem em Corpus tambem, podem juntar-se à Argentina e nos forçar no caso da cota de tomada d'água". Perguntei se ainda era intenção dele o Sul Territórios; disse que sim, que ainda é. E chega."

Mas o importante mesmo foi quando falou no Figueiredo: "Lamento não poder promovê-lo em março; não dava, inclusive os da frente dele são muito bons, ele mesmo não havia de querer; uma pena, porque isso adiantaria a carreira dele; mas agora em julho, promovo a divisão; não vai sair logo do SNI. Pretendo tirá-lo em

Página 1 de 2

[Voltar] | [Transcrição]

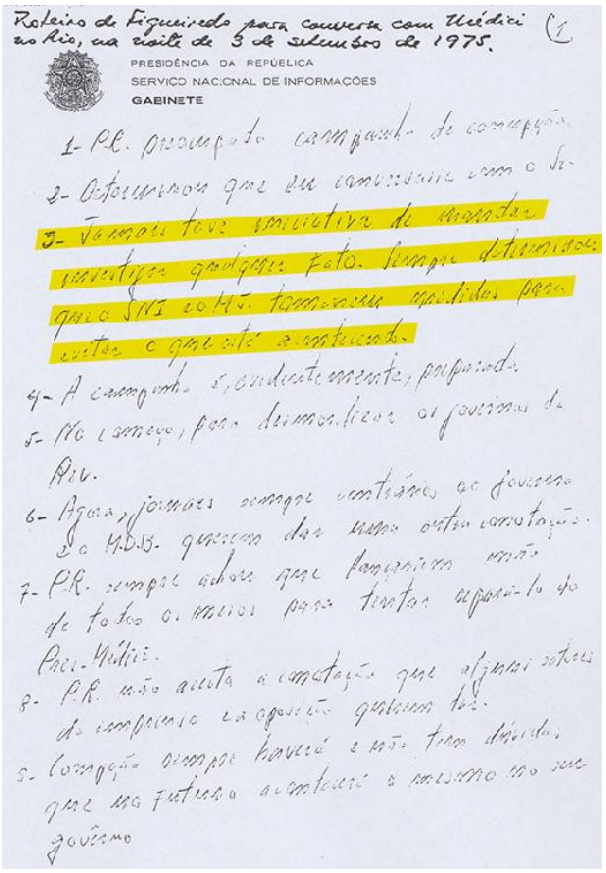


[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Roteiro de Figueiredo para conversa com Médici em 3 de setembro de 1975

[Os trechos mencionados estão nas páginas 1 e 4]



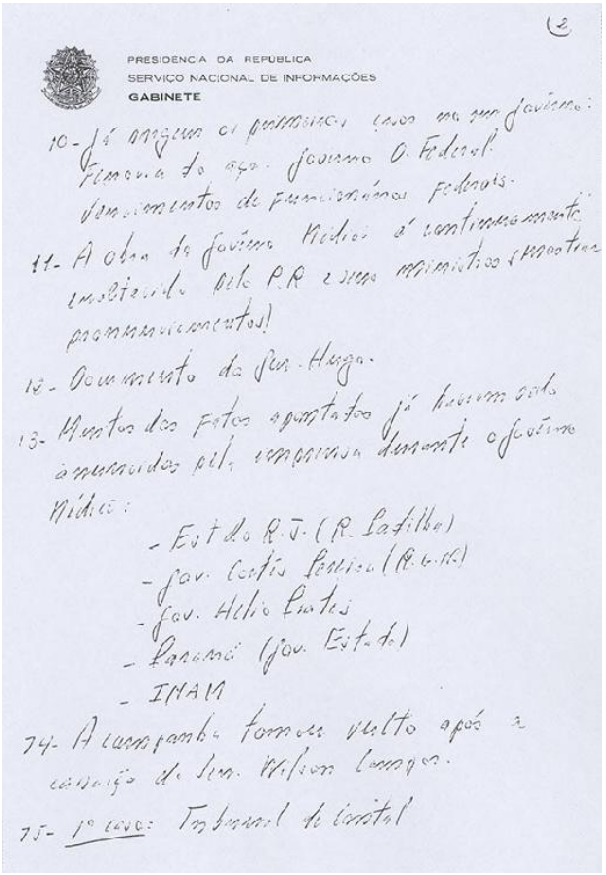
Roteiro de Figueiredo para conversa com Médici no Rio, na noite de 3 de setembro de 1975. (1

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

1- PR. preocupado campanha de corrupção.
2- Esforçamos que ela conversasse com o Sr.
3- Vamos tive emotiva de mostrar
inverdade grotesca fato. Sempre determinado
que o SNI como formações capacidade para
evitar o que está acontecendo.
4- A campanha é, evidentemente, preparada.
5- No começo, para desmoralizar os governos da
Rev.
6- Agora, jornais sempre contrários ao governo
e M.D.B. querem dar mesma ostra conotação.
7- PR. sempre achou que bandeira única
de todos os meios para tentar apoio do
Prec. Médici.
8- PR. não aceita a conotação que alguns setores
do empresariado e oposição gostariam dar.
9- Corrupção sempre haverá e não fomos diferentes
que no futuro aconteça o mesmo no nosso
governo

Página 1 de 5

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(2)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

10- Já surgem os primeiros casos de jovens: Semana do esp. jovens O Federal. Vencimentos de funcionários Federais.

11- A obra da favela Nebio é continuamente incentivada pelo P.R e seus ministros e repetem pronunciamentos!

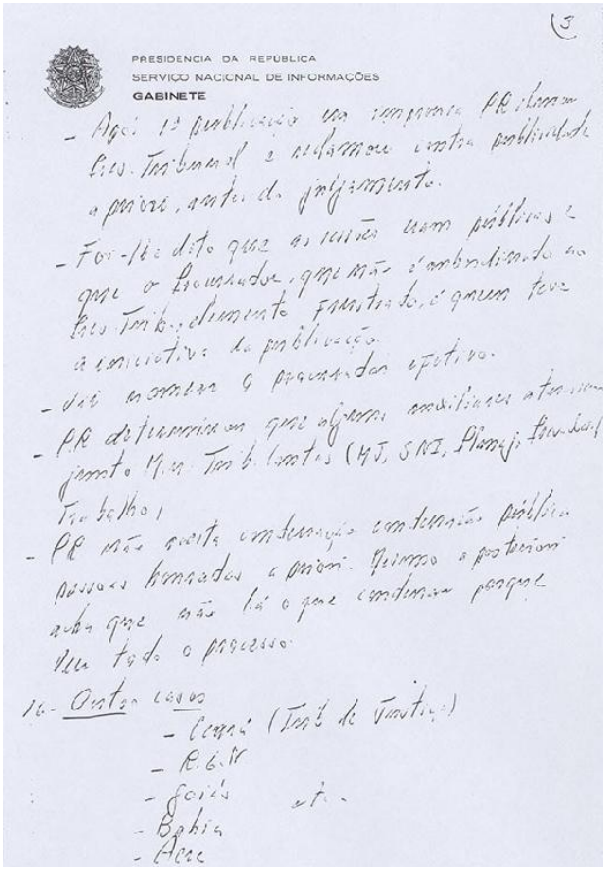
12- Comunista da Sra. Hugo.

13- Muitos dos fatos apontados já haviam sido apurados pela comissão durante o favelamento:

- Estado R.J. (R. Lafaiete)
- Gov. Carlos Lacerda (R.G.N.)
- Gov. Hélio Gomes
- Paraná (Gov. Estado)
- IPAM

14- A campanha tomou vulto após a renúncia do Sr. Wilson Campos.

15- 1º caso: Tribunal de Contas!

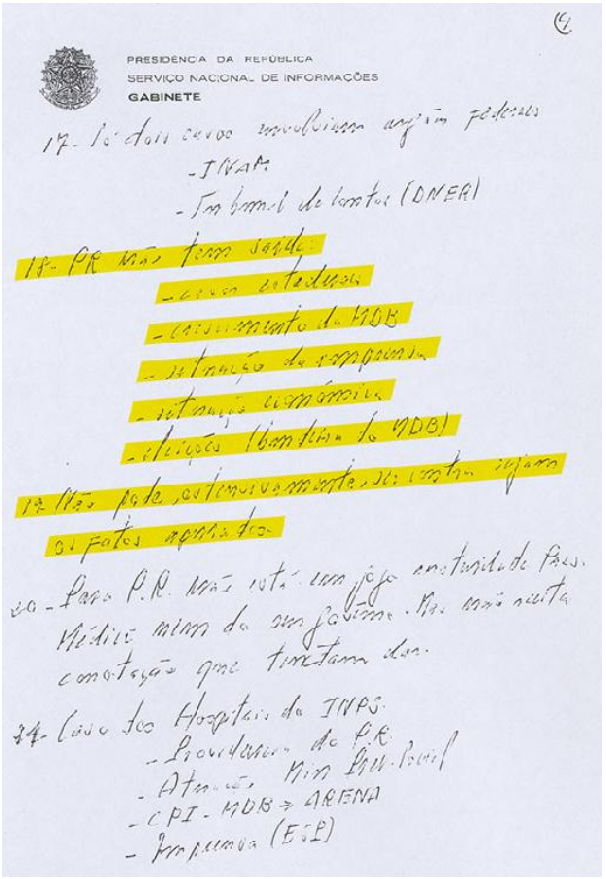


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

(3)

- Agoi 1ª publicação ou somente PR ouvem Sec. Tribunal e reclamou contra publicidade a priori, antes do julgamento.
- Foi-lhe dito que as razões eram políticas - que o Procurador-geral não estabelecido ao Sec. Trib. claramente fundamentação, e quem teve a iniciativa da publicação.
- Vai encaminhar o processo em epígrafe.
- PR determinou que sejam consultados ao parecer M.a Trib. Contas (MJ, SNI, Planej. Fazenda, Trabalho)
- PR não quer contestação contenciosa política passou bonzinho a prioi. Quer o posterior sabe que não há o que continua porque vem todo o processo.

16- Outros casos
- Ceará (Trib. de Justiça)
- R.G.N.
- Goiás etc.
- Bahia
- Acre



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

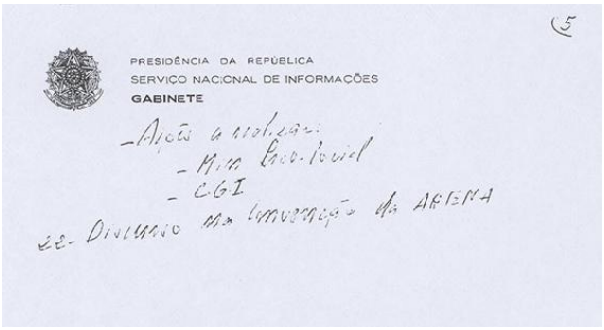
17- Todos estes envolvem órgãos federais
- INAMPS
- Fundação de Saúde (DNERu)

18- PR não tem saúde
- Casas estaduais
- Casamento do MDB
- Atuação de empresários
- Atuação comunitária
- Eleições (bandeira do MDB)

19- Não pode, estritamente, ser contra alguns dos fatos apontados.

20- Para P.R. não está em jogo a entidade de Saúde. Médio mais do que isso. Não são meras contagens que fundamentam isso.

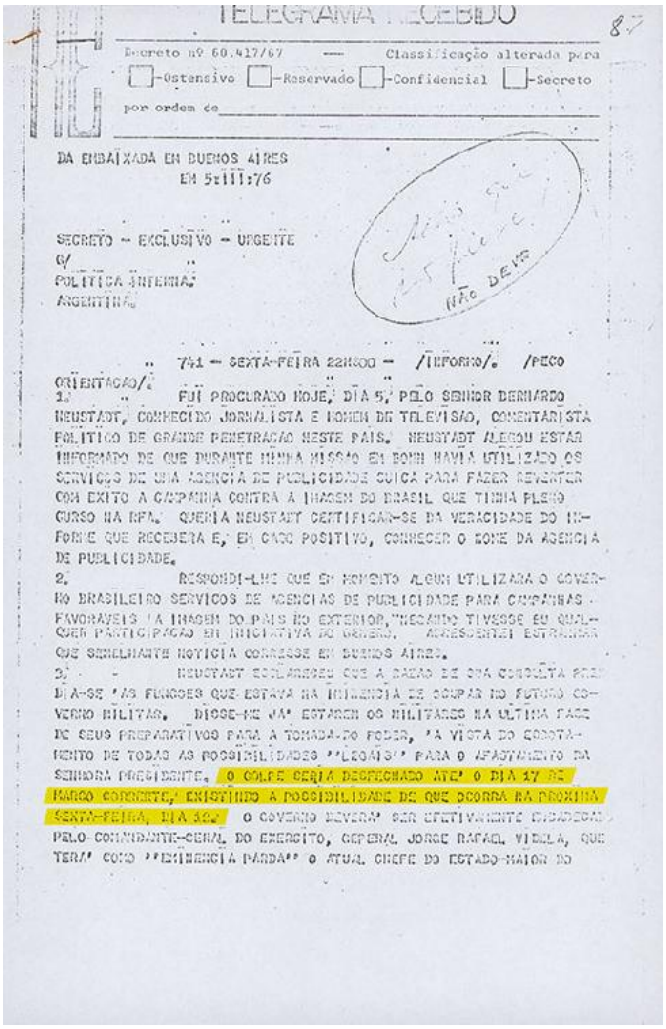
21- Caso dos Hospitais do INPS
- Promessas de P.R.
- Atuação Min Saúde/Previd
- CPI - MDB → ARENA
- Propaganda (ESE)


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Telegrama do embaixador na Argentina ao Itamaraty, de 5 de março de 1976, sobre data de golpe contra Isabelita Péron



TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
☐-Ostensivo ☐-Reservado ☐-Confidencial ☐-Secreto
por ordem de

DA EMBAIXADA EM BUENOS AIRES
EM 5:III:76

SECRETO - EXCLUSIVO - URGENTE
O/
POLITICA INTERNA
ARGENTINA

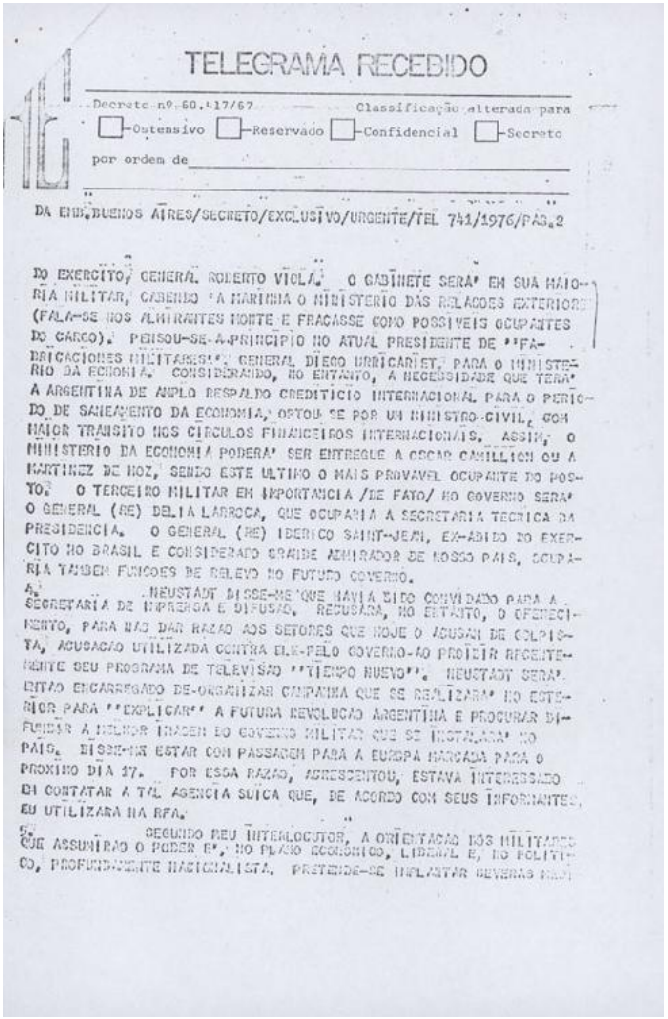
741 - SEXTA-FEIRA 22H30 - /INFORMO/. /PEÇO ORIENTAÇÃO/.

1. FUI PROCURADO HOJE, DIA 5, PELO SENHOR BERNARDO NEUSTADT, CONHECIDO JORNALISTA E HOMEM DE TELEVISÃO, COMENTARISTA POLITICO DE GRANDE PENETRAÇÃO NESTE PAIS. NEUSTADT ALEGOU ESTAR INFORMADO DE QUE DURANTE MINHA MISSÃO EM BONN HAVIA UTILIZADO OS SERVIÇOS DE UMA AGENCIA DE PUBLICIDADE SUIÇA PARA FAZER REVERTER COM EXITO A CAMPANHA CONTRA A IMAGEM DO BRASIL QUE TINHA PLENO CURSO NA RFA. QUERIA NEUSTADT CERTIFICAR-SE DA VERACIDADE DO INFORME QUE RECEBERA E, EM CASO POSITIVO, CONHECER O NOME DA AGENCIA DE PUBLICIDADE.

2. RESPONDI-LHE QUE EU IGNORAVA ALGUM UTILIZARA O GOVERNO BRASILEIRO SERVIÇOS DE AGENCIAS DE PUBLICIDADE PARA CAMPANHAS FAVORAVEIS À IMAGEM DO PAIS NO EXTERIOR, "MESMO QUE TIVESSE EU QUALQUER PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVA DO GENERO. ACRESCENTEI ESTRANHAR QUE SEMELHANTE NOTICIA CORRESSE EM BUENOS AIRES.

3. NEUSTADT ESCLARECEU QUE A BASE DE UMA CONSULTA FEITA DIA-SE "AS FUNDOES QUE ESTAVA NA IMINENCIA DE OCUPAR NO FUTURO GOVERNO MILITAR. DISSE-ME JA' ESTAREM OS MILITARES NA ULTIMA FASE DE SEUS PREPARATIVOS PARA A TOMADA DO PODER, "A VISTA DO ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES "LEGAIS" PARA O AFASTAMENTO DA SENHORA PRESIDENTE. O GOLPE SERIA DESFECHADO ATE' O DIA 17 DE MARÇO CORRENTE, EXISTINDO A POSSIBILIDADE DE QUE OCORRA NA PROXIMA SEXTA-FEIRA, DIA 12." O GOVERNO DEVERA' SER EFETIVAMENTE EXERCIDO PELO COMANDANTE-GERAL DO EXERCITO, GENERAL JORGE RAFAEL VIDELA, QUE TERA' COMO "EMINENCIA PARDA" O ATUAL CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO

[Voltar] | [Transcrição]



TELEGRAMA RECEBIDO

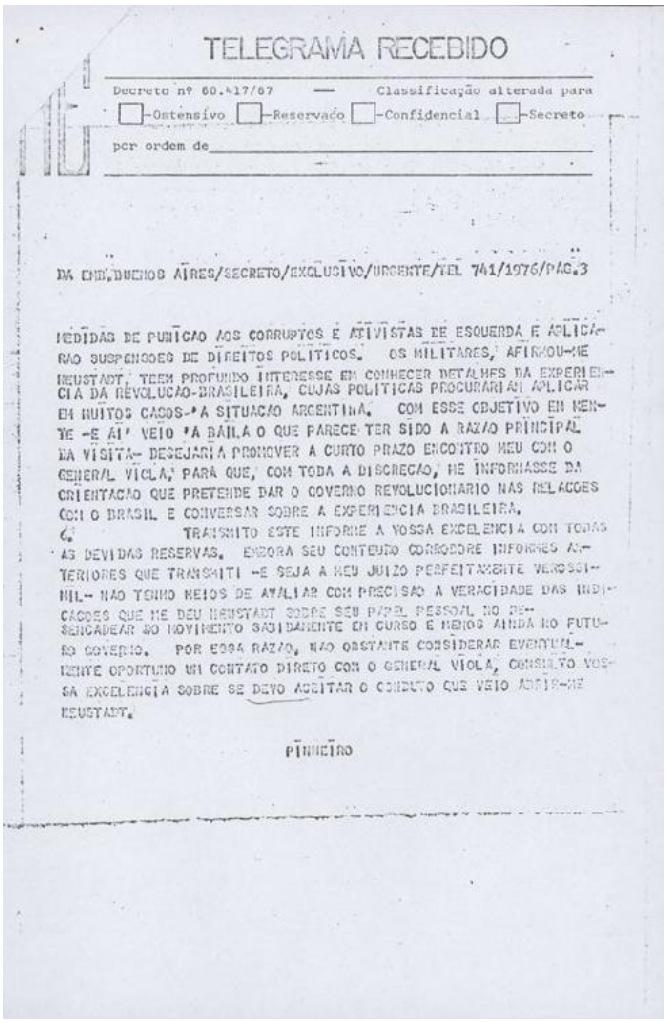
Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
☐-Ostensivo ☐-Reservado ☐-Confidencial ☐-Secreto
por ordem de

DA EMB.BUENOS AIRES/SECRETO/EXCLUSIVO/URGENTE/TEL 741/1976/PAG.2

DO EXERCITO, GENERAL ROBERTO VIOLA. O GABINETE SERA' EM SUA MAIORIA MILITAR, CABENDO A MARINHA O MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES (FALA-SE NOS ALMIRANTES MONTE E FRACASSE COMO POSSIVEIS OCUPANTES DO CARGO). PENSOU-SE A PRINCIPIO NO ATUAL PRESIDENTE DE "FABRICACIONES MILITARES", GENERAL DIEGO URRICARIET, PARA O MINISTERIO DA ECONOMIA. CONSIDERANDO, NO ENTANTO, A NECESSIDADE QUE TERA' A ARGENTINA DE AMPLO RESPALDO CREDITICIO INTERNACIONAL PARA O PERIODO DE SANEAMENTO DA ECONOMIA, OPTOU-SE POR UM MINISTRO-CIVIL, COM MAIOR TRANSITO NOS CIRCULOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS. ASSIM, O MINISTERIO DA ECONOMIA PODERA' SER ENTREGUE A OSCAR CAMILLION OU A MARTINEZ DE HOZ, SENDO ESTE ULTIMO O MAIS PROVAVEL OCUPANTE DO POSTO. O TERCEIRO MILITAR EM IMPORTANCIA /DE FATO/ NO GOVERNO SERA' O GENERAL (RE) DELIA LARROCA, QUE OCUPARIA A SECRETARIA TECNICA DA PRESIDENCIA. O GENERAL (RE) IBERICO SAINT-JEAN, EX-ADIDO DO EXERCITO NO BRASIL E CONSIDERADO GRANDE ADMIRADOR DE NOSSO PAIS, OCUPARIA TAMBEM FUNCOES DE RELEVO NO FUTURO GOVERNO.

4. NEUSTADT DISSE-ME QUE HAVIA SIDO CONVIDADO PARA A SECRETARIA DE IMPRENSA E DIFUSAO, RECUSARA, NO ENTANTO, O OFERECIMENTO, PARA NAO DAR RAZAO AOS SETORES QUE HOJE O ACUSAM DE COLPISTA, ACUSACAO UTILIZADA CONTRA ELE PELO GOVERNO AO PROIBIR RECENTEMENTE SEU PROGRAMA DE TELEVISAO "TIEMPO NUEVO". NEUSTADT SERA' ENTAO ENCARREGADO DE ORGANIZAR CAMPANHA QUE SE REALIZARA' NO EXTERIOR PARA "EXPLICAR" A FUTURA REVOLUCAO ARGENTINA E PROCURAR DIFUNDIR A MELHOR IMAGEM DO GOVERNO MILITAR QUE SE INSTALARA' NO PAIS. DISSE-ME ESTAR COM PASSAGEM PARA A EUROPA MARCADA PARA O PROXIMO DIA 27. POR ESSA RAZAO, ACRESCENTOU, ESTAVA INTERESSADO EM CONTATAR A TAL AGENCIA SUICA QUE, DE ACORDO COM SEUS INFORMANTES, EU UTILIZARA NA RFA.

5. SEGUNDO MEU INTERLOCUTOR, A ORIENTACAO DOS MILITARES QUE ASSUMIRAO O PODER E', NO PLANO ECONOMICO, LIBERAL E, NO POLITICO, PROFUNDAMENTE NACIONALISTA. PRETENDE-SE INFLANTAR REFORMAS [illegible]



TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
☐-Ostensivo ☐-Reservado ☐-Confidencial ☐-Secreto
por ordem de

DA EMB/BUENOS AIRES/SECRETO/EXCLUSIVO/URGENTE/TEL 741/1976/PAG.3

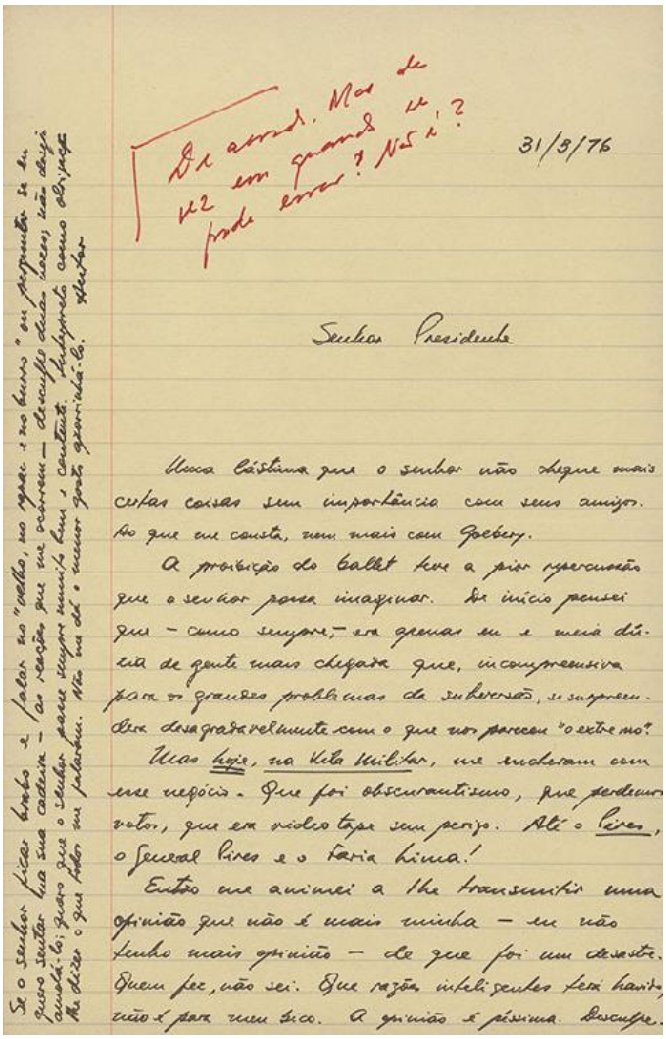
MEDIDAS DE PURIGAO AOS CORRUPTOS E ATIVISTAS DE ESQUERDA E APLICA-
RAO SUSPENSOES DE DIREITOS POLITICOS. OS MILITARES, AFIRMOU-ME
GEUSTADT, TEEM PROFUNDO INTERESSE EM CONHECER DETALHES DA EXPERIEN-
CIA DA REVOLUCAO-BRASILEIRA, CUJAS POLITICAS PROCURARAO APLICAR
EM MUITOS CASOS-A SITUACAO ARGENTINA. COM ESSE OBJETIVO EM MEN-
TE -E AI' VEIO A BAILA O QUE PARECE TER SIDO A RAZAO PRINCIPAL
DA VISITA- DESEJARIA PROMOVER A CURTO PRAZO ENCONTRO MEU COM O
GENERAL VIOLA, PARA QUE, COM TODA A DISCREGAO, ME INFORMASSE DA
ORIENTACAO QUE PRETENDE DAR O GOVERNO REVOLUCIONARIO NAS RELACOES
COM O BRASIL E CONVERSAR SOBRE A EXPERIENCIA BRASILEIRA.
4. TRANSMITO ESTE INFORME A VOSSA EXCELENCIA COM TODAS
AS DEVIDAS RESERVAS. EMBORA SEU CONTEUDO CORROBORE INFORMES AN-
TERIORES QUE TRANSMITI -E SEJA A MEU JUIZO PERFEITAMENTE VEROSSI-
MIL- NAO TENHO MEIOS DE AVALIAR COM PRECISAO A VERACIDADE DAS INDI-
CACOES QUE ME DEU GEUSTADT SOBRE SEU PAPEL PESSOAL NO DE-
SENCADEAR DO MOVIMENTO SABIDAMENTE EM CURSO E MENOS AINDA NO FUTU-
RO CONCRETO. POR ESSA RAZAO, NAO OBSTANTE CONSIDERAR EVENTUAL-
MENTE OPORTUNO UM CONTATO DIRETO COM O GENERAL VIOLA, CONSULTO VOS-
SA EXCELENCIA SOBRE SE DEVO ACEITAR O CONVITE QUE VEIO AGORA-ME
GEUSTADT.

PINHEIRO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Bilhete de Heitor Ferreira a Geisel protestando contra a censura ao Bolshoi com resposta anotada pelo presidente



Se o senhor [illegible] brabo e falou na "velha, no geral + no bairro" em pergunta de se. quiser soltar sua cadeira — ao ensejo que vai passar — devemos dizer isso; não deixa aumentar-lhe; juro que o senhor passa muito bem + contente. Pedagogia, acima de tudo. Não na dê + vamos gentil-la. Ernesto

31/3/76

Senhor Presidente

Uma tristeza que o senhor não ligue mais certas coisas sem importância com seus amigos. Ao que me consta, nem mais com Goebbels.

A proibição do ballet teve a pior repercussão que o senhor possa imaginar. De início pensei que — como suspeito — era apenas eu e meia dúzia de gente mais chegada que, incompreensivelmente às grandes problemas de subversão, se surpreendesse desagradavelmente com o que nos parecem "os extremos".

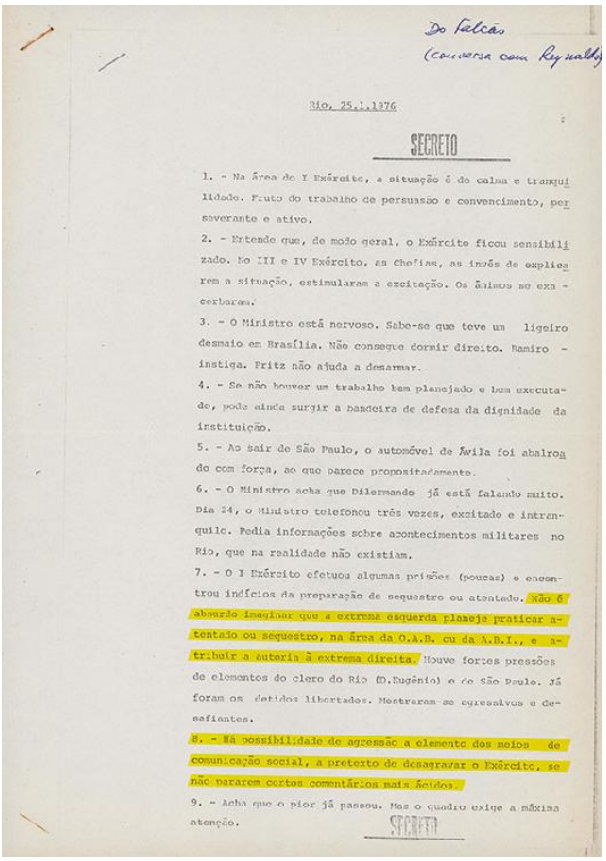
Mas hoje, na Vila Militar, me cercaram com esse negócio. Que foi obscurantismo, que perderemos votos, que era risco [illegible] sem perigo. Até o Peixoto, o General Peixoto e o Faria Lima!

Então me animei a lhe transmitir uma opinião que não é mais minha — eu não tenho mais opinião — de que foi um desastre. Quem fez, não sei. Que razão inteligente terá havido não é para mim. A opinião é péssima. Desculpe.

Do atual. Mas de 42 em grande 42, pode errar? Não é?

[Voltar] | [Transcrição]

Relato de conversa entre o general Reynaldo Mello de Almeida e Armando Falcão



Do Falcão
(conversa com Reynaldo

Rio, 25.1.1976

SECRETO

1. - Na Área do I Exército, a situação é de calma e tranquilidade. Fruto do trabalho de persuasão e convencimento, perseverante e ativo.

2. - Entende que, de modo geral, o Exército ficou sensibilizado. No III e IV Exército, as Chefias, ao invés de explicarem a situação, estimularam a excitação. Os ânimos se exacerbaram.

3. - O Ministro está nervoso. Sabe-se que teve um ligeiro desmaio em Brasília. Não consegue dormir direito. Ramiro instiga. Fritz não ajuda a desarmar.

4. - Se não houver um trabalho bem planejado e bem executado, pode ainda surgir a bandeira de defesa da dignidade da instituição.

5. - Ao sair de São Paulo, o automóvel de Ávila foi abalroado com força, ao que parece propositadamente.

6. - O Ministro acha que Dilermando já está falando muito. Dia 24, o Ministro telefonou três vezes, excitado e intranquilo. Pedia informações sobre acontecimentos militares no Rio, que na realidade não existiam.

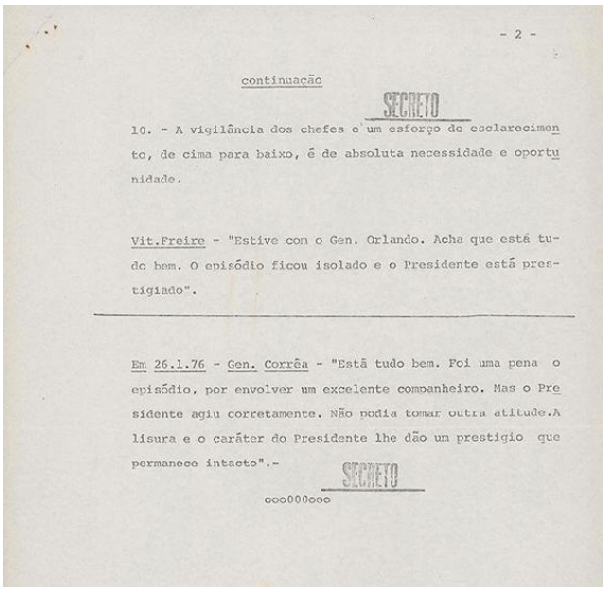
7. - O I Exército efetuou algumas prisões (poucas) e encontrou indícios da preparação de sequestro ou atentado. Não é absurdo imaginar que a extrema esquerda planeja praticar atentado ou sequestro, na área da O.A.B. ou da A.B.I., e atribuir a autoria à extrema direita. Houve fortes pressões de elementos do clero do Rio (D.Eugênio) e de São Paulo. Já foram os detidos libertados. Mostraram-se cuidadosos e desafiantes.

8. - Há possibilidade de agressão a elementos dos meios de comunicação social, a pretexto de desagravar o Exército, se não pararem certos comentários mais ácidos.

9. - Acha que o pior já passou. Mas o quadro exige a máxima atenção.

SECRETO

[Voltar] | [Transcrição]



continuação

SECRETO

10. - A vigilância dos chefes é um esforço de esclarecimento, de cima para baixo, é de absoluta necessidade e oportunidade.

Vit.Freire - "Estive con o Gen. Orlando. Acha que está tudo bem. O episódio ficou isolado e o Presidente está prestigiado".

Em 26.1.76 - Gen. Corrêa - "Está tudo bem. Foi uma pena o episódio, por envolver um excelente companheiro. Mas o Presidente agiu corretamente. Não podia tomar outra atitude.A lisura e o caráter do Presidente lhe dão um prestigio que permanece intacto".-

SECRETO

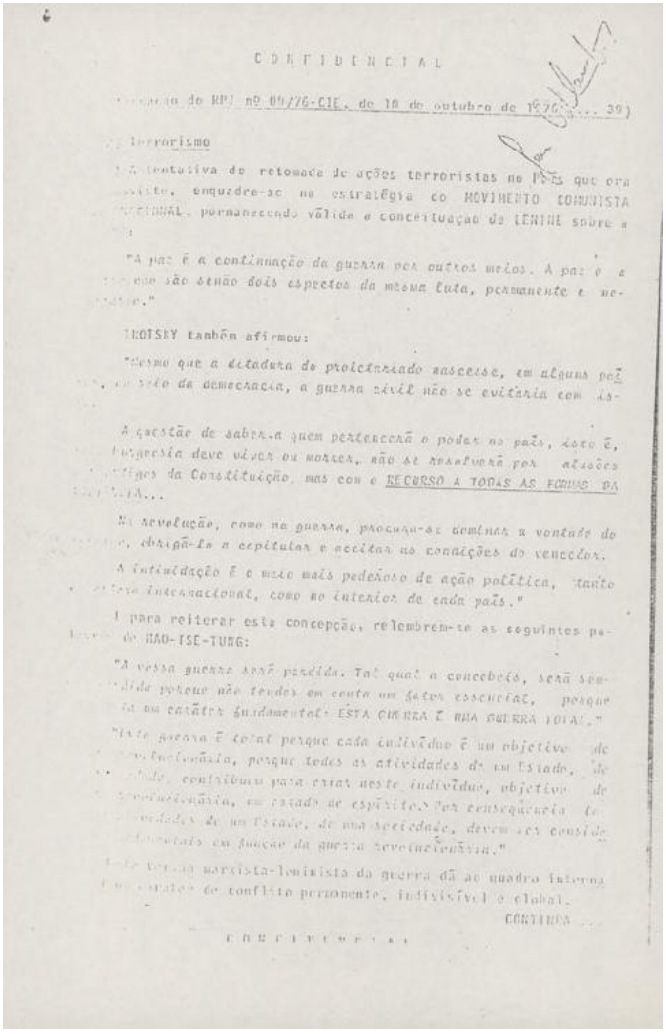
ooo000ooo

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Relatório do Centro de Informações do Exército de 10 de outubro de 1976

[O trecho mencionado está na página 2]



CONFIDENCIAL

[illegible] do IPM nº 09/76-CIE, de 10 de outubro de 1976 [illegible] 39)

1. Terrorismo

1.1. A tentativa de retomada de ações terroristas no País que ora existe, enquadre-se na estratégia do MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL, permanecendo válida a conceituação de LENINE sobre a [illegible]:

"A paz é a continuação da guerra por outros meios. A paz e a [illegible] são apenas dois aspectos da mesma luta, permanente e ne[illegible]."

TROTSKY também afirmou:

"Mesmo que a ditadura do proletariado nascesse, em alguns país[illegible], no seio da democracia, a guerra civil não se evitaria com is[illegible]

A questão de saber a quem pertencerá o poder no país, isto é, [illegible] burguesia deve viver ou morrer, não se resolverá por ataques [illegible] legais da Constituição, mas com o RECURSO A TODAS AS FORMAS DA [illegible]...

"A revolução, como na guerra, procura-se dominar a vontade do [illegible], dirigi-la a capitular e aceitar as condições do vencedor.

A intimidação é o meio mais poderoso de ação política, tanto [illegible] internacional, como no interior de cada país."

1.2. Para reiterar esta concepção, relembremo-nos as seguintes pa[illegible] de MAO-TSE-TUNG:

"A vossa guerra será perdida. Tal qual a concebeis, será sem[illegible]dida porque não tendes em conta um fator essencial, porque [illegible] de um caráter fundamental: ESTA GUERRA É UMA GUERRA TOTAL."

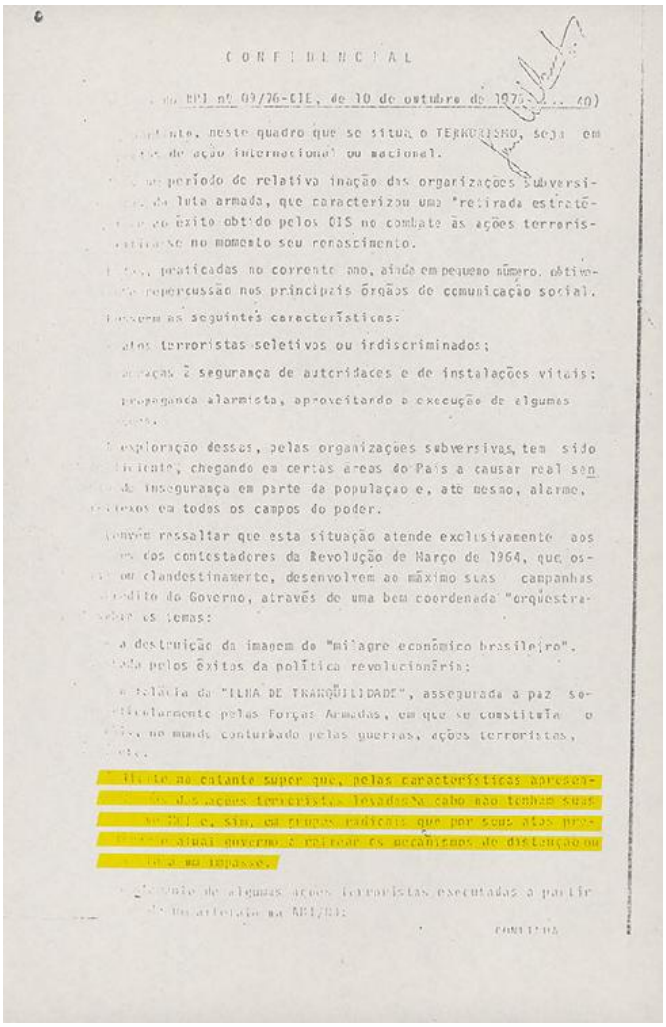
"Esta guerra é total porque cada indivíduo é um objetivo de [illegible] revolucionária, porque todas as atividades de um Estado, de [illegible] contribuem para criar neste indivíduo, objetivo de [illegible] revolucionária, um estado de espírito. Por conseqüência to[illegible] as atividades de um Estado, de uma sociedade, devem ser consid[illegible] fundamentais em função da guerra revolucionária."

1.3. A teoria marxista-leninista da guerra dá ao quadro interna[illegible] um estado de conflito permanente, indivisível e global.

CONTINUA ...

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição]



CONFIDENCIAL

...ão EPJ nº 09/76-CIE, de 10 de outubro de 1976 ... 60)

...nte, neste quadro que se situa o TERRORISMO, seja em ... de ação internacional ou nacional.

... período de relativa inação das organizações subversi... da luta armada, que caracterizou uma "retirada estratê... ...o êxito obtido pelos CIS no combate às ações terroris... ...se no momento seu renascimento.

... praticadas no corrente ano, ainda em pequeno número, obtive... repercussão nos principais órgãos de comunicação social.

...em as seguintes características:

...atos terroristas seletivos ou indiscriminados;

...ações à segurança de autoridades e de instalações vitais;

...propaganda alarmista, aproveitando a execução de algumas ...

...exploração desses, pelas organizações subversivas, tem sido ...iente, chegando em certas áreas do País a causar real sen... ...insegurança em parte da população e, até mesmo, alarme, ...exos em todos os campos do poder.

...convém ressaltar que esta situação atende exclusivamente aos ... dos contestadores da Revolução de Março de 1964, que os... ...ou clandestinamente, desenvolvem ao máximo suas campanhas ...édito do Governo, através de uma bem coordenada "orquestra... ...os temas:

... a destruição da imagem do "milagre econômico brasileiro", ...pela pelos êxitos da política revolucionária;

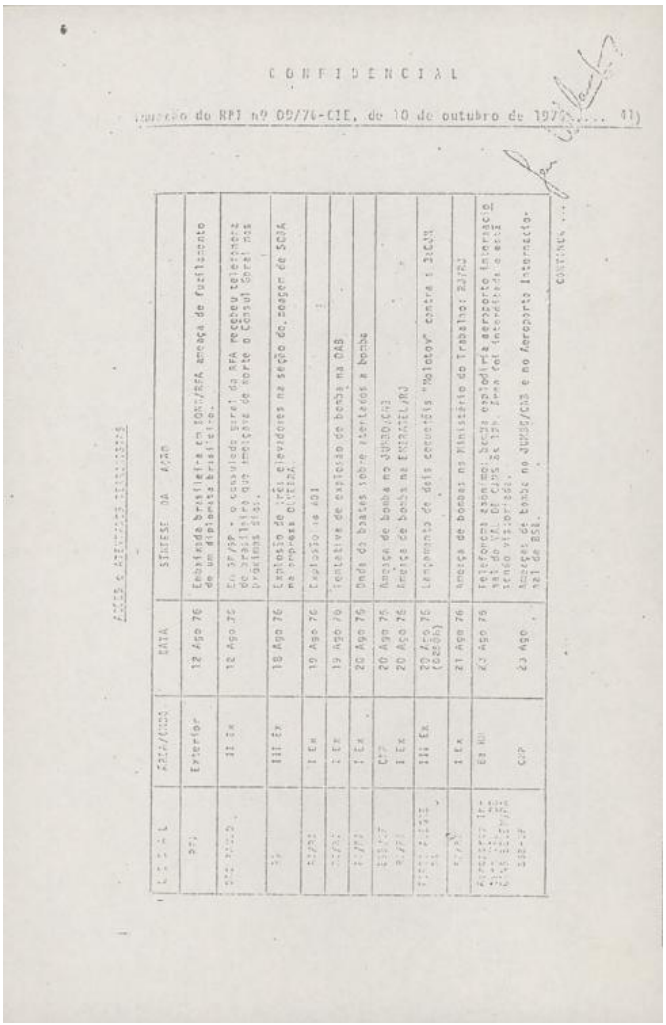
... a ilusão da "ILHA DE TRANQÜILIDADE", assegurada a paz so... ...ialmente pelas Forças Armadas, em que se constituía o ... ...no mundo conturbado pelas guerras, ações terroristas, ...etc.

...[redacted]... no entanto supor que, pelas características apresen... ...das ações terroristas levadas a cabo não tenham suas ... no [redacted], sim, os grupos radicais que por seus atos pre... ...o atual governo a retirar os mecanismos de distensão ou ... ...do no impasse.

...lusão de algumas ações terroristas executadas a partir ... ...articulação na [redacted]:

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição]



CONFIDENCIAL

(Anexo do RPI nº 09/76-CIE, de 10 de outubro de 1976) 41)

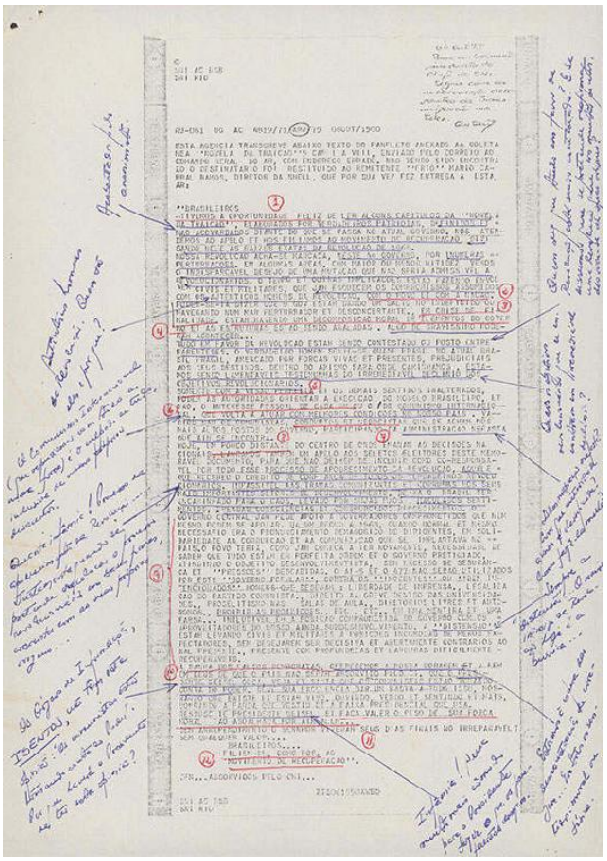
LOCAL	ORIG/DEST	DATA	SÍNTESE DA AÇÃO
SFO	Exterior	12 Ago 76	Embaixada brasileira em SOMÁLIA ameaça de rompimento de um diplomata brasileiro.
	12 Ex	12 Ago 76	Ex-SF/SP - ex-cônsul-geral do BRA regressa temporariamente ao país (não indicada a data de saída) para ser submetido a exame médico.
	III Ex	18 Ago 76	Explosão de três granadas na seção de cargas da SCAA na empresa ORTENSA.
	1 Ex	19 Ago 76	Explosão no JOI
	1 Ex	19 Ago 76	Tentativa de explosão de bomba na OAB
	1 Ex	20 Ago 76	Onda de boatos sobre cartazes e bomba
	C/P 1 Ex	20 Ago 76 20 Ago 76	Ameaça de bomba no JUNDIAÍ Ameaça de bomba na EMBRATEL/RJ
	III Ex	20 Ago 76 (2250)	Lançamento de dois coquetéis "Molotov" contra o DOPS
	1 Ex	21 Ago 76	Ameaça de bomba no Ministério do Trabalho: RJ/RJ
	Ex RO C/P	22 Ago 76 23 Ago	Telefonema anônimo para a polícia aeroporto Internacional [illegible] de que seria explodida a aeronave [illegible] vindo [illegible] às 13h. Para tal interditado o setor [illegible] Ameaça de bomba no JUNDIAÍ e no Aeroporto Internacional do RJ.

CONTINUA ...

[Fim do documento]

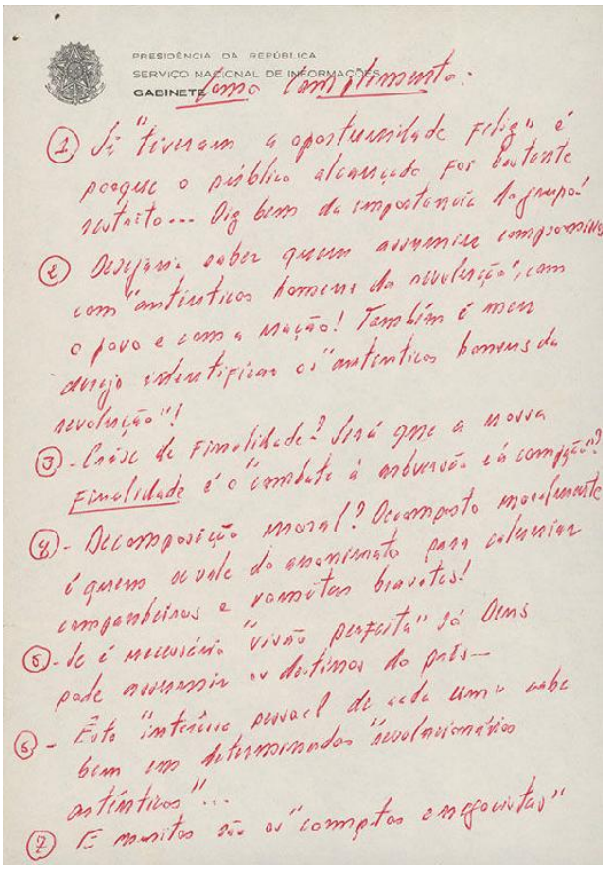
[Voltar] | [Transcrição]

“Diálogo” de Figueiredo e Newton Cruz com panfleto anônimo



Página 1 de 3

[Voltar] | [Transcrição]



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

Como (com elemento)

(1) Se "tiveram a oportunidade Frigo" é porque o público alcançado foi bastante restrito... Diz bem da importância do grupo!

(2) Desejaria saber quem assumiria compromisso com "autênticos homens da revolução", com o povo e com a nação! Também é meu amigo identificar os "autênticos homens da revolução"!

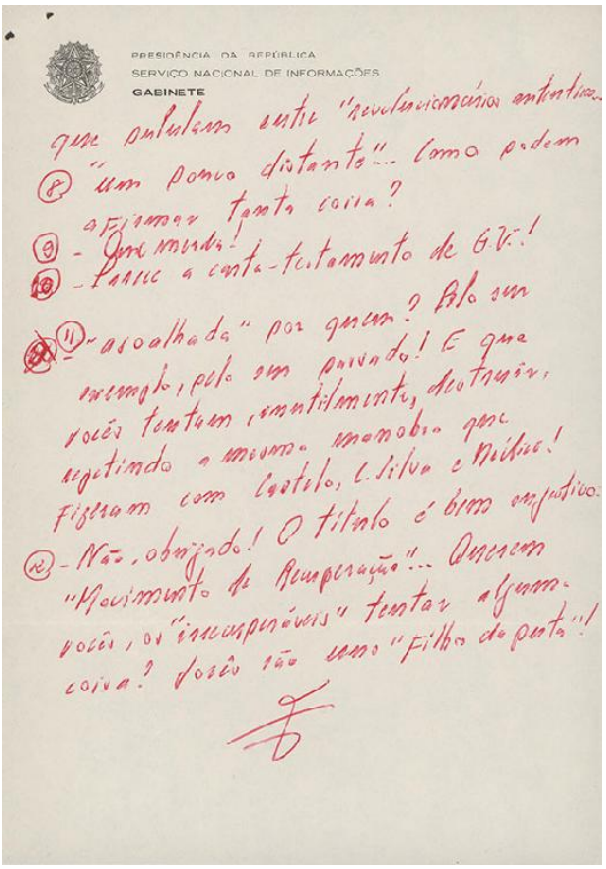
(3) - Caixa de Finalidade? Será que a nossa Finalidade é o "combate à subversão e à corrupção"?

(4) - Decomposição moral? O composto moralmente é quem se vale do anonimato para caluniar companheiros e vomitar bravatas!

(5) - E é necessária "visão perfeita" p/ Deus pode assumir os destinos do país—

(6) - Este "interesse pessoal de cada um" sabe bem os determinados "revolucionários autênticos"...

(7) E muitos são os "comptas engravatas"

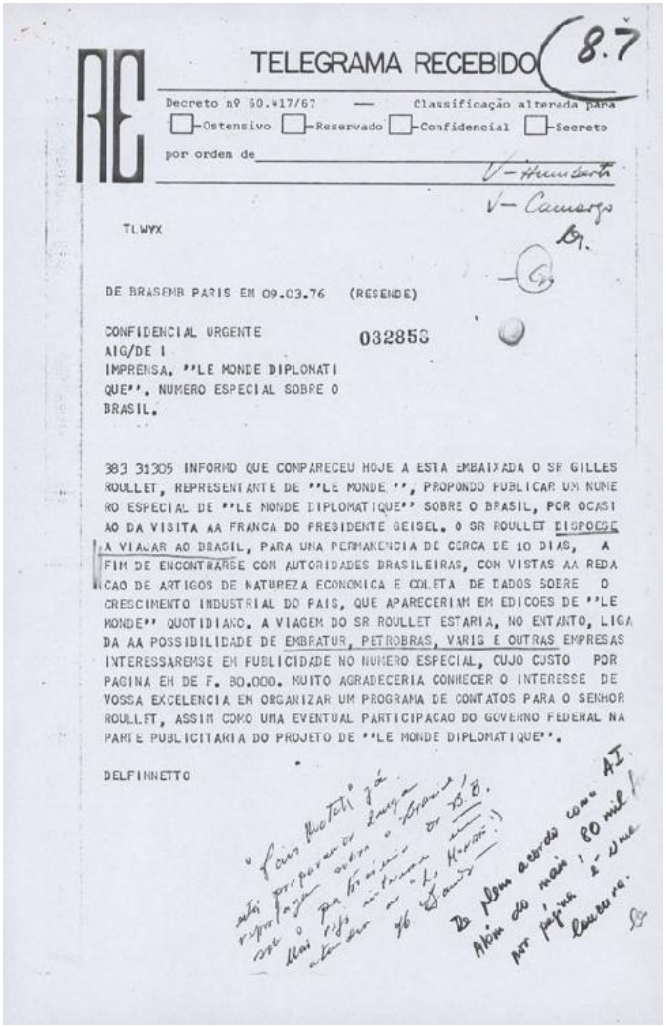

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

que outrora eram "revolucionários autênticos"
(8) "um povo distante"... Como podem
afirmar tanta coisa?
(9) - Que mundo!
(10) - Fazer a conta-testamento de G.V.!
(11) - "acolhida" por quem? Pelo seu
inimigo, pelo seu privado! E que
vocês tentam, simultâneamente, destruir,
repetindo a mesma manobra que
fizeram com Castelo, C. Silva e Médici!
(12) - Não, obrigado! O título é bem sugestivo.
"Movimento de Recuperação"... Querem
vocês, os "insubmersíveis" tentar alguma
coisa? Vocês são uns "Filhos da puta"!

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Telegrama da embaixada do Brasil em Paris com proposta de matéria paga sobre o Brasil no *Le Monde Diplomatique*



TELEGRAMA RECEBIDO 8.7

Decreto nº 50.417/67 — Classificação alterada para
☐-Ostensivo ☐-Reservado ☐-Confidencial ☐-Secreto
por ordem de V – Humberto
V – Camargo
09.

TLWYX

DE BRASEMB PARIS EM 09.03.76 (RESENDE)

CONFIDENCIAL URGENTE 032853
AIG/DE I
IMPRENSA. ''LE MONDE DIPLONATI
QUE''. NUMERO ESPECIAL SOBRE O
BRASIL.

383 31305 INFORMO QUE COMPARECEU HOJE A ESTA EMBAIXADA O SR GILLES ROULLET, REPRESENTANTE DE ''LE MONDE'', PROPONDO PUBLICAR UM NUME RO ESPECIAL DE ''LE MONDE DIPLOMATIQUE'' SOBRE O BRASIL, POR OCASI AO DA VISITA AA FRANCA DO PRESIDENTE GEISEL. O SR ROULLET DISPOESE A VIAJAR AO BRASIL, PARA UMA PERMANENCIA DE CERCA DE 10 DIAS, A FIM DE ENCONTRARSE CON AUTORIDADES BRASILEIRAS, CON VISTAS AA REDA CAO DE ARTIGOS DE NATUREZA ECONOMICA E COLETA DE DADOS SOBRE O CRESCIMENTO INDUSTRIAL DO PAIS, QUE APARECERIAM EM EDICOES DE ''LE MONDE'' QUOTIDIANO. A VIAGEM DO SR ROULLET ESTARIA, NO ENTANTO, LIGA DA AA POSSIBILIDADE DE EMBRATUR, PETROBRAS, VARIG E OUTRAS EMPRESAS INTERESSAREMSE EM PUBLICIDADE NO NUMERO ESPECIAL, CUJO CUSTO POR PAGINA EM DE F. 80.000. MUITO AGRADECERIA CONHECER O INTERESSE DE VOSSA EXCELENCIA EM ORGANIZAR UM PROGRAMA DE CONTATOS PARA O SENHOR ROULLET, ASSIM COMO UMA EVENTUAL PARTICIPACAO DO GOVERNO FEDERAL NA PARTE PUBLICITARIA DO PROJETO DE ''LE MONDE DIPLOMATIQUE''.

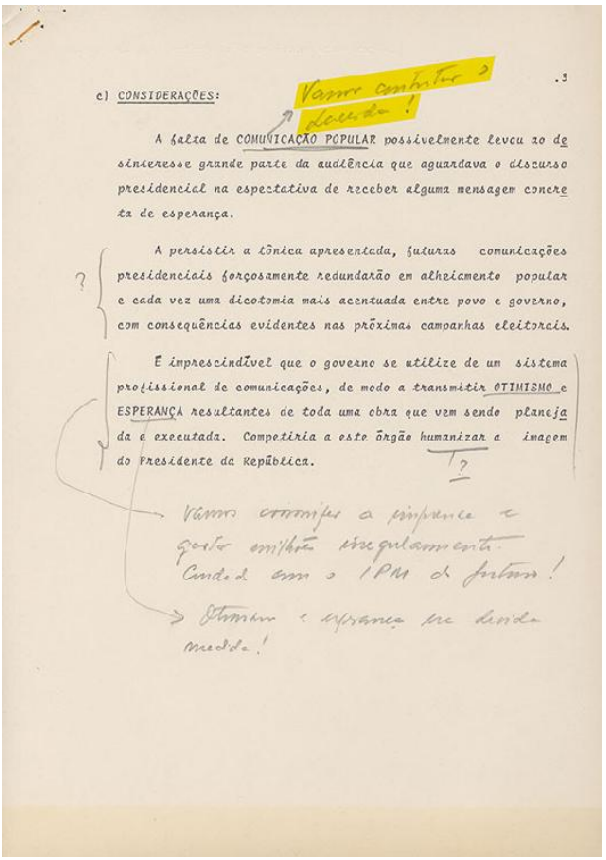
DELFIMNETTO

AI

[Voltar] | [Transcrição]

Críticas do gabinete militar a discurso de Geisel

[O trecho mencionado está na página 2]



c) CONSIDERAÇÕES:

Vamos combater o Leão!

.3

A falta de COMUNICAÇÃO POPULAR possivelmente levou ao desinteresse grande parte da audiência que aguardava o discurso presidencial na espectativa de receber alguma mensagem concreta de esperança.

A persistir a tônica apresentada, futuras comunicações presidenciais forçosamente redundarão em alheiamento popular e cada vez uma dicotomia mais acentuada entre povo e governo, com consequências evidentes nas próximas campanhas eleitorais.

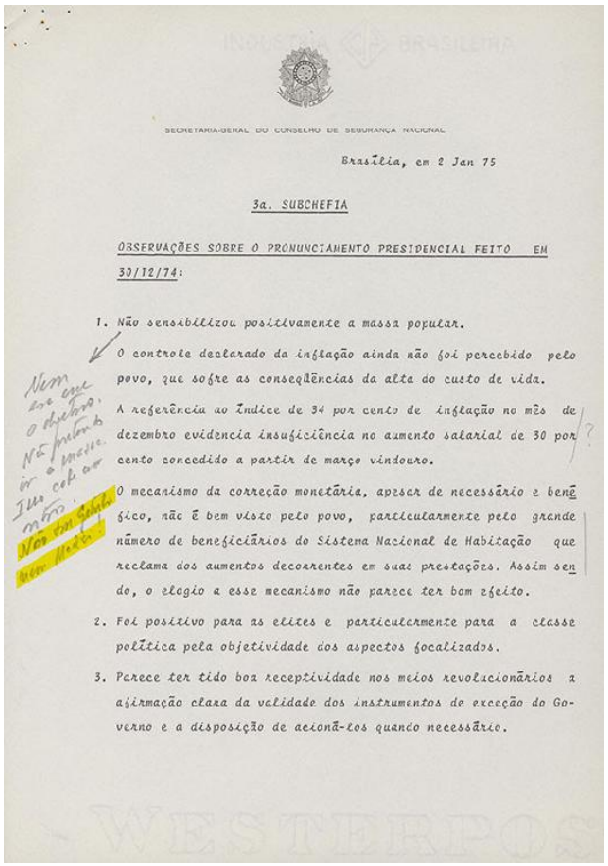
É imprescindível que o governo se utilize de um sistema profissional de comunicações, de modo a transmitir OTIMISMO e ESPERANÇA resultantes de toda uma obra que vem sendo planejada e executada. Competiria a este órgão humanizar a imagem do Presidente da República.

Vamos combater a impunidade e gosto amargo irregularmente. Contra com o IPM de Furnas!

Otimismo e esperança em doses medidas!

Página 1 de 9

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Brasília, em 2 Jan 75

3a. SUBCHEFIA

OBSERVAÇÕES SOBRE O PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL FEITO EM 30/12/74:

1. Não sensibilizou positivamente a massa popular.

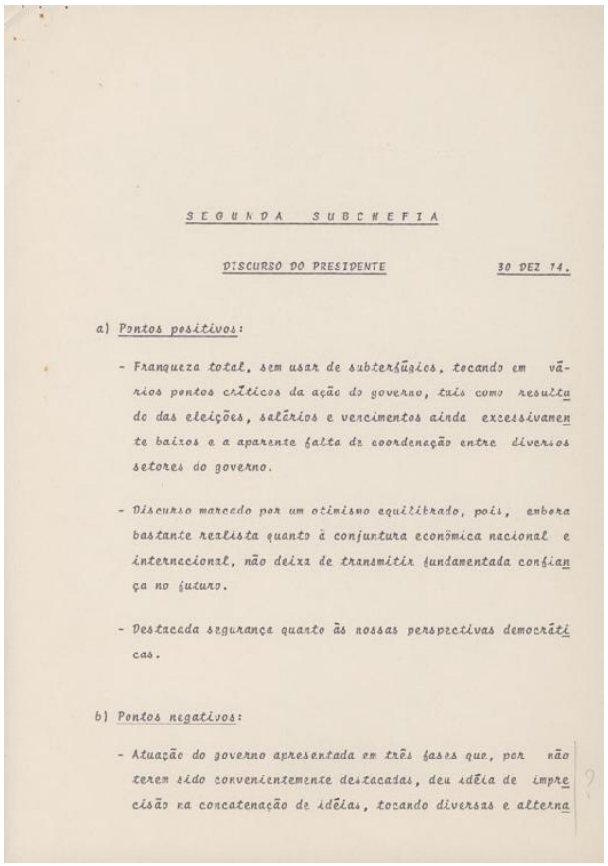
O controle declarado da inflação ainda não foi percebido pelo povo, que sofre as conseqüências da alta do custo de vida.

A referência ao índice de 34 por cento de inflação no mês de dezembro evidencia insuficiência no aumento salarial de 30 por cento concedido a partir de março vindouro.

O mecanismo da correção monetária, apesar de necessário e benéfico, não é bem visto pelo povo, particularmente pelo grande número de beneficiários do Sistema Nacional de Habitação que reclama dos aumentos decorrentes em suas prestações. Assim sendo, o elogio a esse mecanismo não parece ter bom efeito.

2. Foi positivo para as elites e particularmente para a classe política pela objetividade dos aspectos focalizados.

3. Parece ter tido boa receptividade nos meios revolucionários a afirmação clara da validade dos instrumentos de exceção do Governo e a disposição de acioná-los quando necessário.



S E G U N D A S U B C H E F I A

DISCURSO DO PRESIDENTE 30 DEZ 74.

a) Pontos positivos:

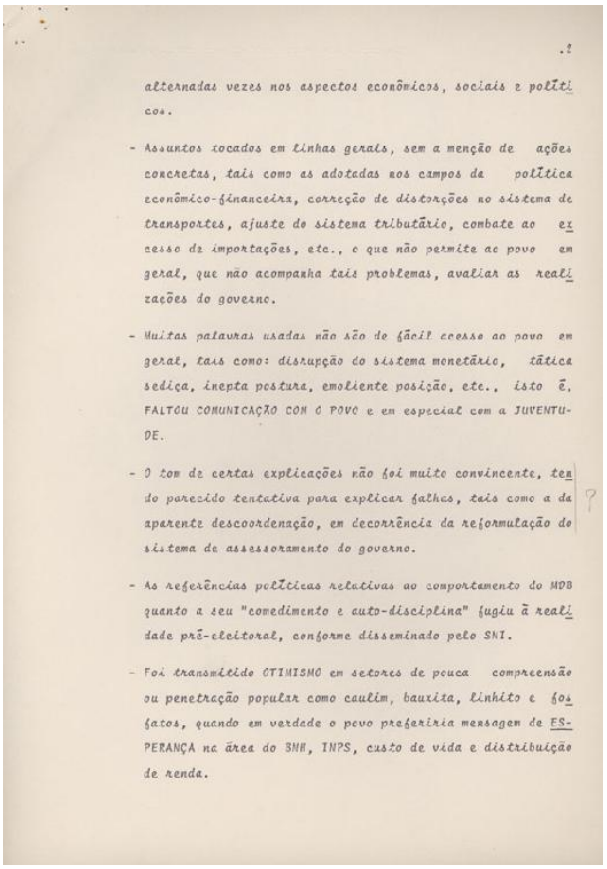
- Franqueza total, sem usar de subterfúgios, tocando em vários pontos críticos da ação do governo, tais como resultado das eleições, salários e vencimentos ainda excessivamente baixos e a aparente falta de coordenação entre diversos setores do governo.

- Discurso marcado por um otimismo equilibrado, pois, embora bastante realista quanto à conjuntura econômica nacional e internacional, não deixa de transmitir fundamentada confiança no futuro.

- Destacada segurança quanto às nossas perspectivas democráticas.

b) Pontos negativos:

- Atuação do governo apresentada em três fases que, por não terem sido convenientemente destacadas, deu idéia de imprecisão na concatenação de idéias, tocando diversas e alterna



.2

alternadas vezes nos aspectos econômicos, sociais e políti-
cos.

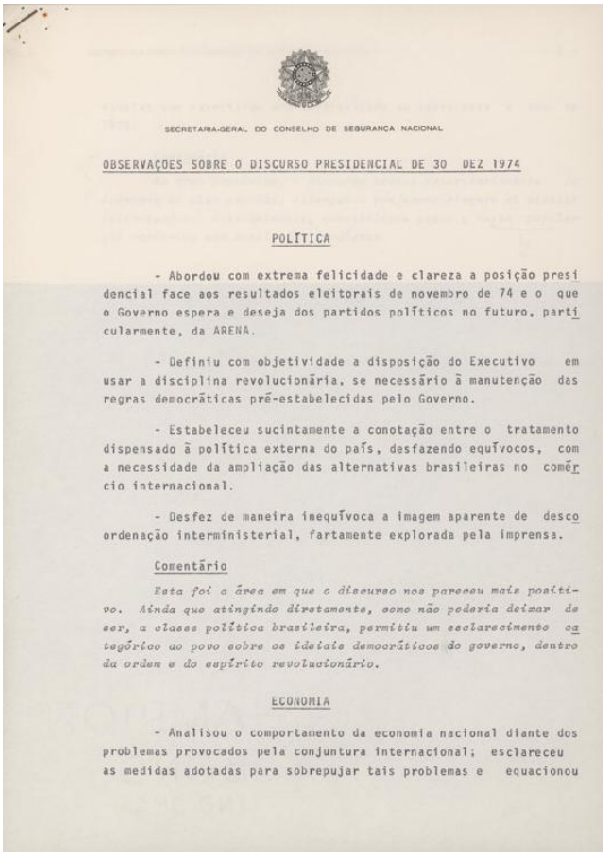
- Assuntos tocados em linhas gerais, sem a menção de ações concretas, tais como as adotadas nos campos da política econômico-financeira, correção de distorções no sistema de transportes, ajuste do sistema tributário, combate ao ex-cesso de importações, etc., o que não permite ao povo em geral, que não acompanha tais problemas, avaliar as reali-zações do governo.

- Muitas palavras usadas não são de fácil acesso ao povo em geral, tais como: disrupção do sistema monetário, tática sediça, inepta postura, emoliente posição, etc., isto é, FALTOU COMUNICAÇÃO COM O POVO e em especial com a JUVENTU-DE.

- O tom de certas explicações não foi muito convincente, tendo parecido tentativa para explicar falhas, tais como a da aparente descoordenação, em decorrência da reformulação do sistema de assessoramento do governo.

- As referências políticas relativas ao comportamento do MDB quanto a seu "comedimento e auto-disciplina" fugiu à reali-dade pré-eleitoral, conforme disseminado pelo SNI.

- Foi transmitido OTIMISMO em setores de pouca compreensão ou penetração popular como caulim, bauxita, linhito e fos-fatos, quando em verdade o povo preferiria mensagem de ES-PERANÇA na área do SNH, INPS, custo de vida e distribuição de renda.



SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

OBSERVAÇÕES SOBRE O DISCURSO PRESIDENCIAL DE 30 DEZ 1974

POLÍTICA

- Abordou com extrema felicidade e clareza a posição presidencial face aos resultados eleitorais de novembro de 74 e o que o Governo espera e deseja dos partidos políticos no futuro, particularmente, da ARENA.

- Definiu com objetividade a disposição do Executivo em usar a disciplina revolucionária, se necessário à manutenção das regras democráticas pré-estabelecidas pelo Governo.

- Estabeleceu sucintamente a conotação entre o tratamento dispensado à política externa do país, desfazendo equívocos, com a necessidade da ampliação das alternativas brasileiras no comércio internacional.

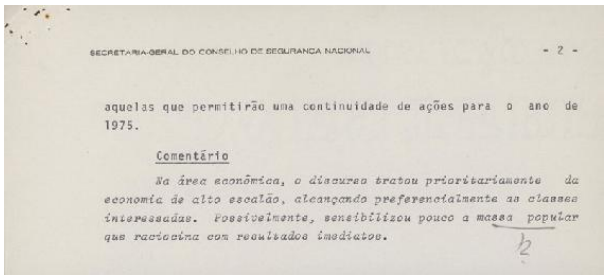
- Desfez de maneira inequívoca a imagem aparente de desordenação interministerial, fartamente explorada pela imprensa.

Comentário

Esta foi a área em que o discurso nos pareceu mais positivo. Ainda que atingindo diretamente, como não poderia deixar de ser, a atuação política brasileira, permitiu um esclarecimento categórico ao povo sobre os ideiais democráticos do governo, dentro da ordem e do espírito revolucionário.

ECONOMIA

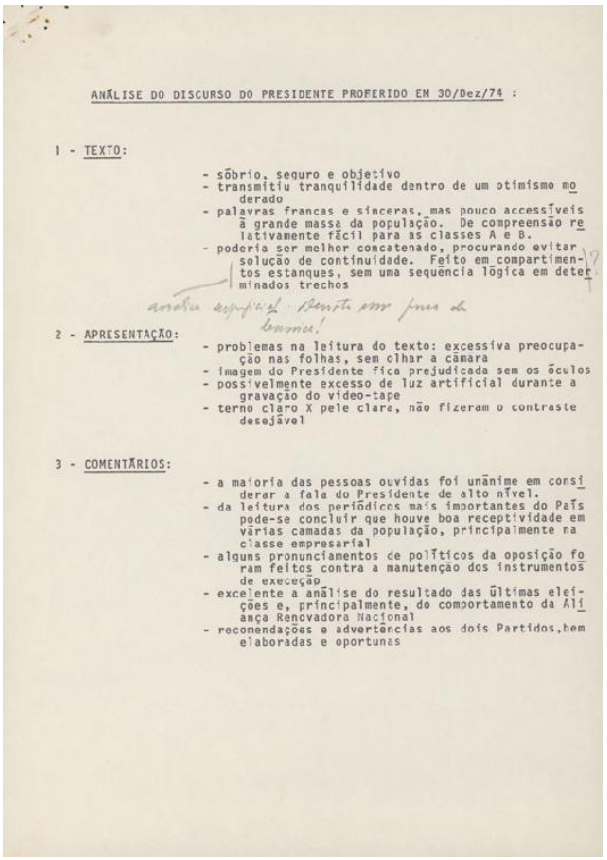
- Analisou o comportamento da economia nacional diante dos problemas provocados pela conjuntura internacional; esclareceu as medidas adotadas para sobrepujar tais problemas e equacionou



aquelas que permitirão uma continuidade de ações para o ano de 1975.

Comentário

Na área econômica, o discurso tratou prioritariamente da economia de alto escalão, alcançando preferencialmente as classes interessadas. Possivelmente, sensibilizou pouco a massa popular que raciocina com resultados imediatos.



ANÁLISE DO DISCURSO DO PRESIDENTE PROFERIDO EM 30/Dez/74 :

1 - TEXTO:

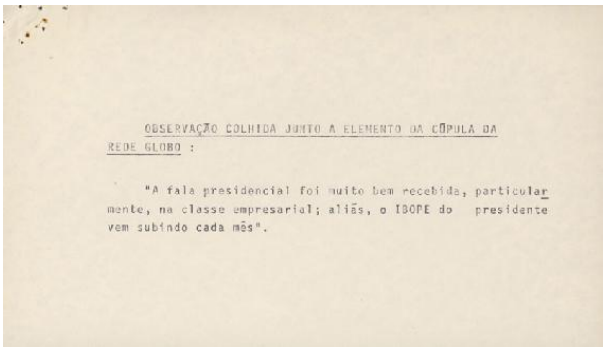
- sóbrio, seguro e objetivo
- transmitiu tranquilidade dentro de um otimismo moderado
- palavras francas e sinceras, mas pouco accessíveis à grande massa da população. De compreensão relativamente fácil para as classes A e B.
- poderia ser melhor concatenado, procurando evitar solução de continuidade. Feito em compartimentos estanques, sem uma sequencia lógica em determinados trechos

2 - APRESENTAÇÃO:

- problemas na leitura do texto: excessiva preocupação nas folhas, sem olhar a câmara
- imagem do Presidente fica prejudicada sem os óculos
- possivelmente excesso de luz artificial durante a gravação do video-tape
- terno claro X pele clara, não fizeram o contraste desejável

3 - COMENTÁRIOS:

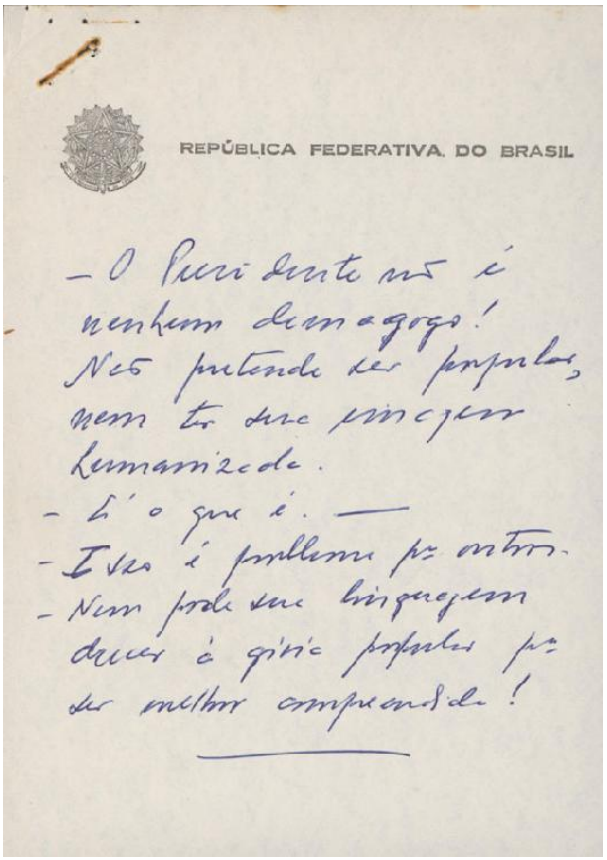
- a maioria das pessoas ouvidas foi unânime em considerar a fala do Presidente de alto nível.
- da leitura dos periódicos mais importantes do País pode-se concluir que houve boa receptividade em várias camadas da população, principalmente na classe empresarial
- alguns pronunciamentos de políticos da oposição foram feitos contra a manutenção dos instrumentos de exceção
- excelente a análise do resultado das últimas eleições e, principalmente, do comportamento da Aliança Renovadora Nacional
- recomendações e advertências aos dois Partidos, bem elaboradas e oportunas



OBSERVAÇÃO COLHIDA JUNTO A ELEMENTO DA CÚPULA DA REDE GLOBO :

"A fala presidencial foi muito bem recebida, particularmente, na classe empresarial; aliás, o IBOPE do presidente vem subindo cada mês".

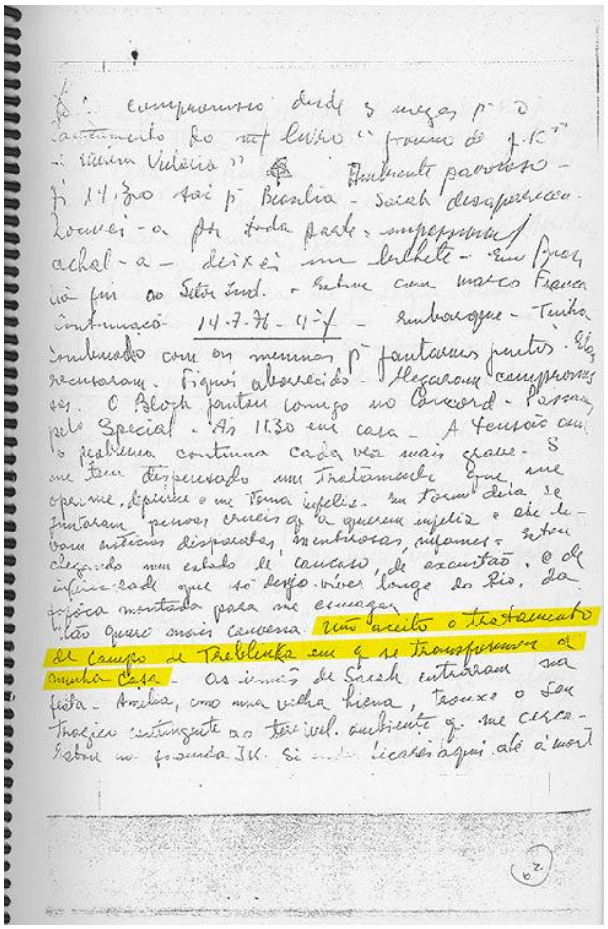
Notas manuscritas por Geisel em reação às críticas ao seu discurso



[Fim do documento]

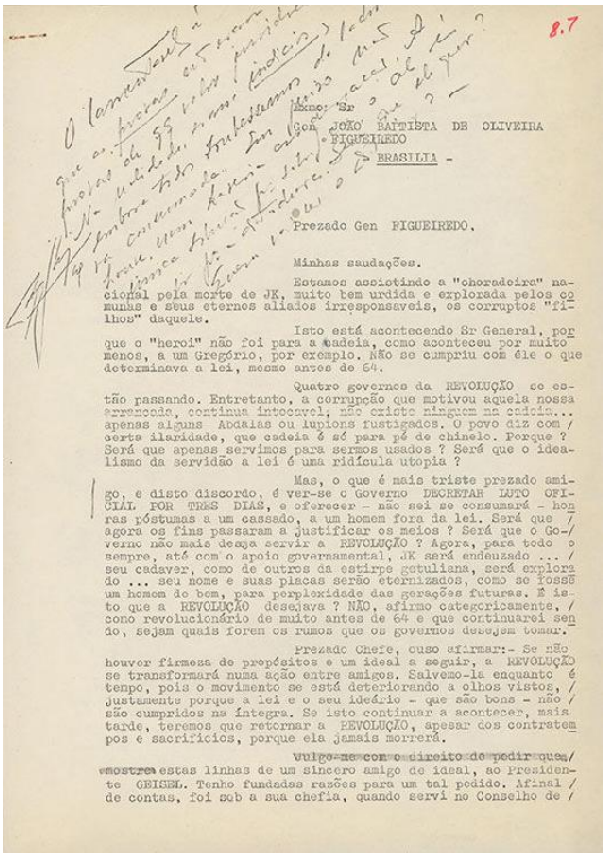
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Página do Diário de JK de 14 de julho de 1976



[Voltar] | [Transcrição]

Geisel responde ao coronel insatisfeito com o luto oficial dado a JK



8.7

Exmo. Sr
Gen JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA
FIGUEIREDO
BRASILIA -

Prezado Gen FIGUEIREDO.

Minhas saudações.

Estamos assistindo a "choradeira" nacional pela morte de JK, muito tem urdida e explorada pelos comunas e seus eternos aliados irresponsaveis, os corruptos "filhos" daquele.

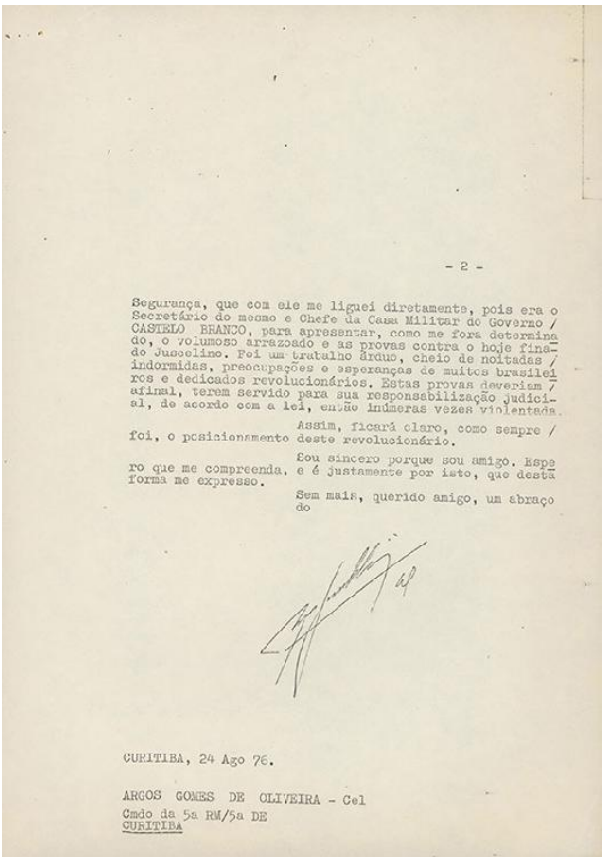
Isto está acontecendo Sr General, por que o "heroi" não foi para a cadeia, como aconteceu por muito menos, a um Gregório, por exemplo. Não se cumpriu com êle o que determinava a lei, mesmo antes de 64.

Quatro governos da REVOLUÇÃO se estão passando. Entretanto, a corrupção que motivou aquela nossa arrancada, continua intocavel, não existe ninguem na cadeia... apenas alguns Abdalas ou lupions fustigados. O povo diz com / certa ilaridade, que cadeia é só para pé de chinelo. Porque ? Será que apenas servimos para sermos usados ? Será que o idealismo da servidão a lei é uma ridícula utopia ?

Mas, o que é mais triste prezado amigo, e disto discordo, é ver-se o Governo DECRETAR LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS, e oferecer - não sei se consumará - honras póstumas a um cassado, a um homem fora da lei. Será que / agora os fins passaram a justificar os meios ? Será que o Governo não mais deseja servir a REVOLUÇÃO ? Agora, para todo o sempre, até com o apoio governamental, JK será endeusado ... / seu cadaver, como de outros da estirpe getuliana, será explorado ... seu nome e suas piscas serão eternizados, como se fosse um homem do bem, para perplexidade das gerações futuras. É isto que a REVOLUÇÃO desejava ? NÃO, afirmo categoricamente, / como revolucionário de muito antes de 64 e que continuarei sendo, sejam quais forem os rumos que os governos desejam tomar.

Prezado Chefe, cuso afirmar:- Se não houver firmeza de propósitos e um ideal a seguir, a REVOLUÇÃO se transformará numa ação entre amigos. Salvemo-la enquanto é tempo, pois o movimento se está deteriorando a olhos vistos, / justamente porque a lei e o seu idealio - que são bons - não / são cumpridos na íntegra. Se isto continuar a acontecer, mais tarde, teremos que retomar a REVOLUÇÃO, apesar dos contratempos e sacrifícios, porque ela jamais morrerá.

Vulgo-me com o direito de pedir que / mostre estas linhas de um sincero amigo de ideal, ao Presidente GEISEL. Tenho fundadas razões para um tal pedido. Afinal / de contas, foi sob a sua chefia, quando servi no Conselho de /



Segurança, que com ele me liguei diretamente, pois era o Secretário do mesmo e Chefe da Casa Militar do Governo / CASTELO BRANCO, para apresentar, como me fora determinado, o volumoso arrazoado e as provas contra o hoje finado Juscelino. Foi um trabalho árduo, cheio de noitadas / indormidas, preocupações e esperanças de muitos brasileiros e dedicados revolucionários. Estas provas deveriam / afinal, terem servido para sua responsabilização judicial, de acordo com a lei, então inúmeras vezes violentada.

Assim, ficará claro, como sempre / foi, o posicionamento deste revolucionário.

Sou sincero porque sou amigo. Espero que me compreenda, e é justamente por isto, que desta forma me expresso.

Sem mais, querido amigo, um abraço do

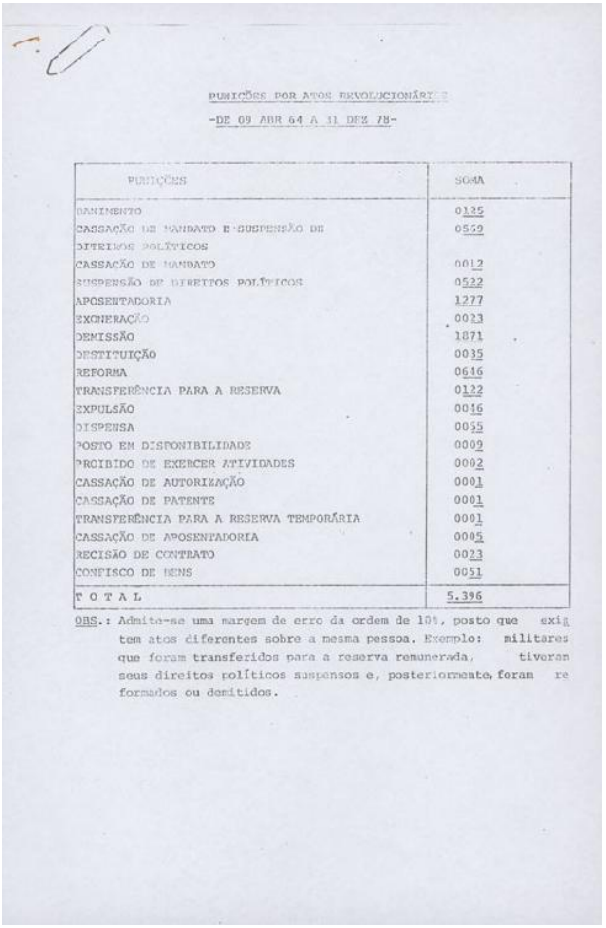
CURITIBA, 24 Ago 76.

ARGOS GOMES DE OLIVEIRA - Cel
Cmdo da 5a RM/5a DE
CURITIBA

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Levantamento do governo sobre punições a vítimas da ditadura



PUNIÇÕES POR ATOS REVOLUCIONÁRIOS
-DE 09 ABR 64 A 31 DEZ 78-

PUNIÇÕES	SOMA
BANIMENTO	0135
CASSAÇÃO DE MANDATO E SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS	0559
CASSAÇÃO DE MANDATO	0012
SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS	0522
APOSENTADORIA	1277
EXONERAÇÃO	0023
DEMISSÃO	1871
DESTITUIÇÃO	0035
REFORMA	0616
TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA	0122
EXPULSÃO	0016
DISPENSA	0055
POSTO EM DISPONIBILIDADE	0009
PROIBIDO DE EXERCER ATIVIDADES	0002
CASSAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO	0001
CASSAÇÃO DE PATENTE	0001
TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA TEMPORÁRIA	0001
CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA	0005
RECISÃO DE CONTRATO	0023
CONFISCO DE BENS	0051
T O T A L	5.396

OBS.: Admite-se uma margem de erro da ordem de 10%, posto que existem atos diferentes sobre a mesma pessoa. Exemplo: militares que foram transferidos para a reserva remunerada, tiveram seus direitos políticos suspensos e, posteriormente, foram reformados ou demitidos.

[Voltar]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ATINGIDOS PELOS AI/1, 2 e 5

	E B	MAR	AER	TOTAL
GEN	31	14	10	55
OF	318	100	117	535
PRAÇAS	312	143	309	764
TOTAL	661	257	436	1.354

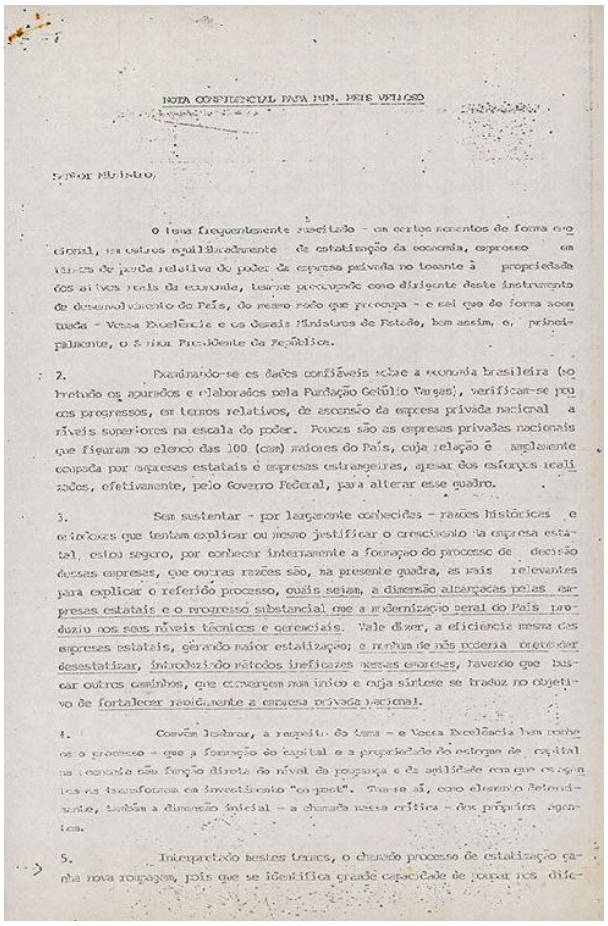
Mas PM

Oficiais	23
Praças	10
Total	33

[Fim do documento]

[Voltar]

O primeiro plano de privatizações saído em 1976, do BNDE



NOTA CONFIDENCIAL PARA EXM. SRS. MINISTROS

Senhor Ministro,

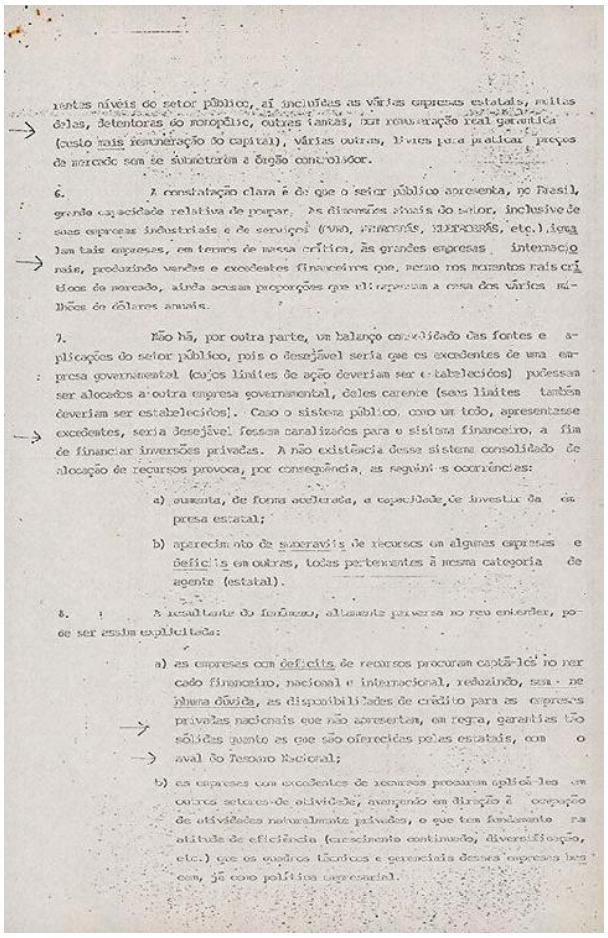
1. Tem sido frequentemente suscitado - em certos momentos de forma ostensiva, em outros equilibradamente - da estatização da economia, expresso em termos de perda relativa do poder da empresa privada no tocante à propriedade dos ativos reais da economia, tema de preocupação como dirigente deste instrumento de desenvolvimento do País, do mesmo modo que preocupa - e sei que de forma acentuada - Vossa Excelência e os demais Ministros de Estado, bem assim, e, principalmente, o Senhor Presidente da República.

2. Examinando-se os dados confiáveis sobre a economia brasileira (no período os apurados e elaborados pela Fundação Getúlio Vargas), verificam-se pouco progressos, em termos relativos, de ascensão da empresa privada nacional a níveis superiores na escala do poder. Poucas são as empresas privadas nacionais que figuram no elenco das 100 (cem) maiores do País, cuja relação é amplamente ocupada por empresas estatais e empresas estrangeiras, apesar dos esforços realizados, efetivamente, pelo Governo Federal, para alterar esse quadro.

3. Sem sustentar - por largamente conhecidas - razões históricas e estruturais que tentam explicar ou mesmo justificar o crescimento da empresa estatal, estou seguro, por conhecer internamente a formação do processo de decisão dessas empresas, que outras razões são, na presente quadra, as mais relevantes para explicar o referido processo, cuais sejam, a dimensão alcançada pelas empresas estatais e o progresso substancial que a modernização geral do País produziu nos seus níveis técnicos e gerenciais. Vale dizer, a eficiência mesma das empresas estatais, gerando maior estatização; e nenhum de nós poderia pretender desestatizar, introduzindo métodos ineficazes nessas empresas, havendo que buscar outros caminhos, que comecem num início e cuja síntese se traduz no objetivo de fortalecer radicalmente a empresa privada nacional.

4. Convém lembrar, a respeito do tema - e Vossa Excelência bem conhece o processo - que a formação do capital e a propriedade do estoque de capital na economia são função direta do nível da poupança e da aplicação em que os agentes as transformam em investimento "ex-post". Tem-se aí, como elemento determinante, também a dimensão inicial - a chamada massa crítica - dos próprios agentes.

5. Interpretado nestes termos, o chamado processo de estatização ganha nova roupagem, pois que se identifica grande capacidade de poupar nos dife-



rentes níveis do setor público, aí incluídas as várias empresas estatais, muitas delas, detentoras do monopólio, outras tantas, com remuneração real garantida (custo mais remuneração do capital), várias outras, livres para praticar preços de mercado sem se submeterem a órgão controlador.

6. A constatação clara é de que o setor público apresenta, no Brasil, grande capacidade relativa de poupar. As dimensões atuais do setor, inclusive de suas empresas industriais e de serviços (CVRD, SIDERBRÁS, PETROBRÁS, etc.) ligadas tais empresas, em termos de massa crítica, às grandes empresas internacionais, produzindo vendas e excedentes financeiros que, nesses momentos mais críticos do mercado, ainda assim proporções que ultrapassam a casa dos vários bilhões de dólares anuais.

7. Não há, por outra parte, um balanço consolidado das fontes e aplicações do setor público, pois o desejável seria que os excedentes de uma empresa governamental (cujos limites de ação deveriam ser estabelecidos) pudessem ser alocados a outra empresa governamental, dele carente (seus limites também deveriam ser estabelecidos). Caso o sistema público, como um todo, apresentasse excedentes, seria desejável fossem canalizados para o sistema financeiro, a fim de financiar inversões privadas. A não existência desse sistema consolidado de alocação de recursos provoca, por conseqüência, as seguintes ocorrências:

a) aumenta, de forma acelerada, a capacidade de investimento da empresa estatal;

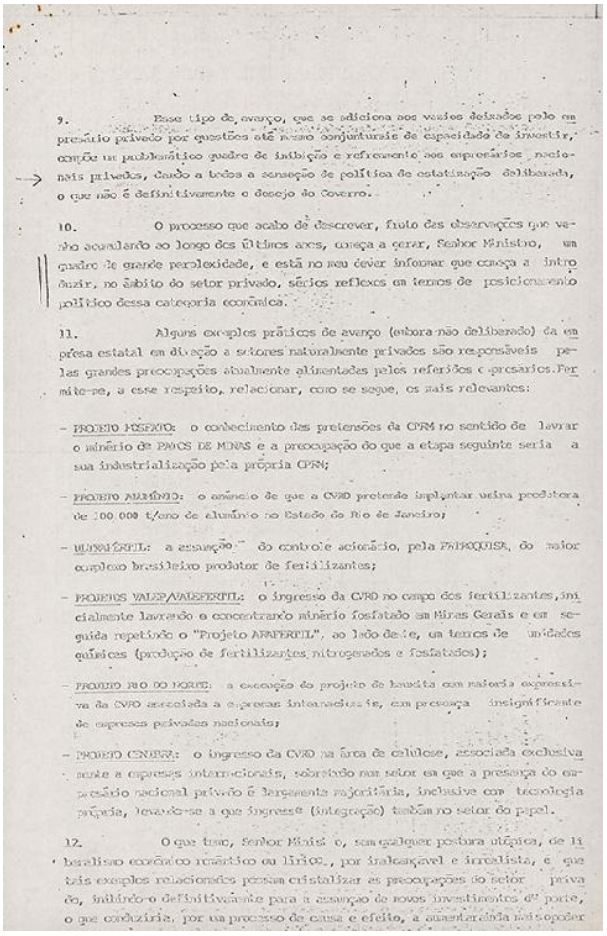
b) aparecimento de superavits de recursos em algumas empresas e deficits em outras, todas pertencentes à mesma categoria de agente (estatal).

8. A resultante do fenômeno, altamente perverso no meu entender, pode ser assim explicitada:

a) as empresas com deficits de recursos procuram captá-los no mercado financeiro, nacional e internacional, reduzindo, sem nenhuma dúvida, as disponibilidades de crédito para as empresas privadas nacionais que não apresentam, em regra, garantias tão sólidas quanto as que são oferecidas pelas estatais, com o aval do Tesouro Nacional;

b) as empresas com excedentes de recursos procuram aplicá-los em outros setores de atividade, avançando em direção à ocupação de atividades naturalmente privadas, o que tem fundamento na atitude de eficiência (crescimento continuado, diversificação, etc.) que os quadros técnicos e gerenciais dessas empresas levam, já como política empresarial.

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



9. Esse tipo de avanço, que se adiciona aos vazios deixados pelo empresário privado por questões até mesmo conjunturais de capacidade de investir, ação um problemático quadro de inibição e refreamento nos empresários nacionais privados, dando a todos a sensação de política de estatização deliberada, o que não é definitivamente o desejo do Governo.

10. O processo que acabo de descrever, fruto das observações que venho acumulando ao longo dos últimos anos, começa a gerar, Senhor Ministro, um quadro de grande perplexidade, e está no meu dever informar que começa a introduzir, no âmbito do setor privado, sérios reflexos em termos de posicionamento político dessa categoria econômica.

11. Alguns exemplos práticos de avanço (embora não deliberado) da empresa estatal em direção a setores naturalmente privados são responsáveis pelas grandes preocupações atualmente alimentadas pelos referidos empresários. Permite-me, a esse respeito, relacionar, como se segue, os mais relevantes:

- PROJETO FOSFATO: o conhecimento das pretensões da CPRM no sentido de lavrar o minério de PRAIAS DE MINAS e a preocupação do que a etapa seguinte seria a sua industrialização pela própria CPRM;

- PROJETO ALUMÍNIO: o anúncio de que a CVRD pretende implantar usina produtora de 100.000 t/ano de alumínio no Estado do Rio de Janeiro;

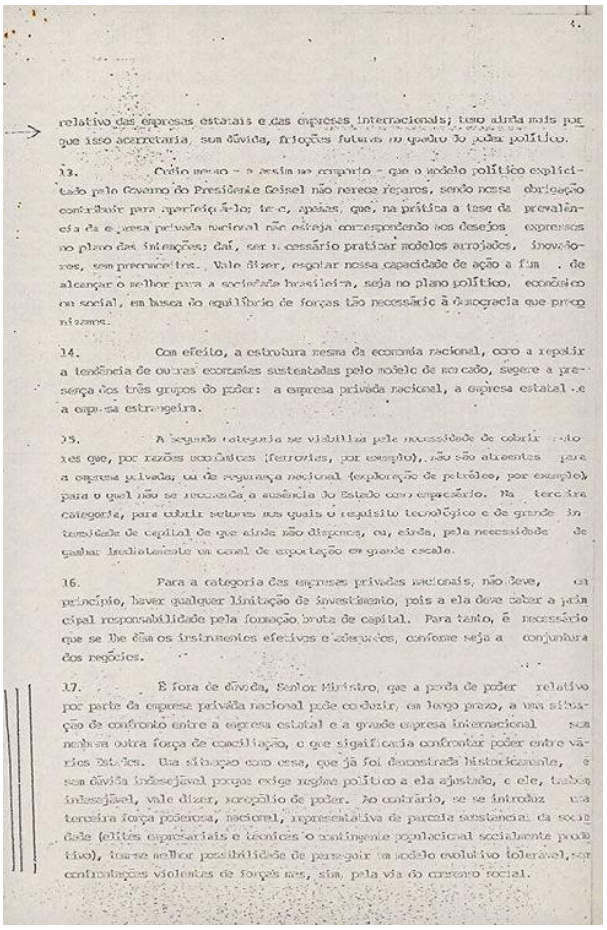
- ULTRAFÉRTIL: a assunção do controle acionário, pela PETROQUISA, do maior complexo brasileiro produtor de fertilizantes;

- PROJETOS VALEP/VALEFERTIL: o ingresso da CVRD no campo dos fertilizantes, inicialmente lavrando e concentrando minério fosfatado em Minas Gerais e em seguida repetindo o "Projeto ARAFERTIL", ao lado de ele, em terras de unidades químicas (produção de fertilizantes nitrogenados e fosfatados);

- PROJETO RIO DO NORTE: a execução do projeto de lavra com maioria expressiva da CVRD associada a empresas internacionais, com presença insignificante de empresas privadas nacionais;

- PROJETO CENIBRA: o ingresso da CVRD na área de celulose, associada exclusivamente a empresas internacionais, sobrando no setor em que a presença do empresário nacional privado é largamente majoritária, inclusive com tecnologia própria, levando-se a que ingresse (integração) também no setor do papel.

12. O que teme, Senhor Ministro, sem qualquer postura utópica, de liberalismo econômico romântico ou liriço, por inalcançável e irrealista, é que tais exemplos relacionados possam cristalizar as preocupações do setor privado, inibindo-o definitivamente para a assunção de novos investimentos de porte, o que conduziria, por um processo de causa e efeito, a aumentar ainda mais o poder



relativo das empresas estatais e das empresas internacionais; tanto ainda mais porque isso acarretaria, sem dúvida, fricções futuras no quadro do poder político.

13. Cabe notar - e assim no tocante - que o modelo político explicitado pelo Governo do Presidente Geisel não merece reparos, sendo nossa obrigação contribuir para aperfeiçoá-lo; temos, apenas, que, na prática a tese da prevalência da empresa privada nacional não esteja correspondendo aos desejos expressos no plano das intenções; daí, ser necessário praticar modelos arrojados, inovadores, sem preconceitos. Vale dizer, esgotar nossa capacidade de ação a fim de alcançar o melhor para a sociedade brasileira, seja no plano político, econômico ou social, em base do equilíbrio de forças tão necessário à democracia que preconizamos.

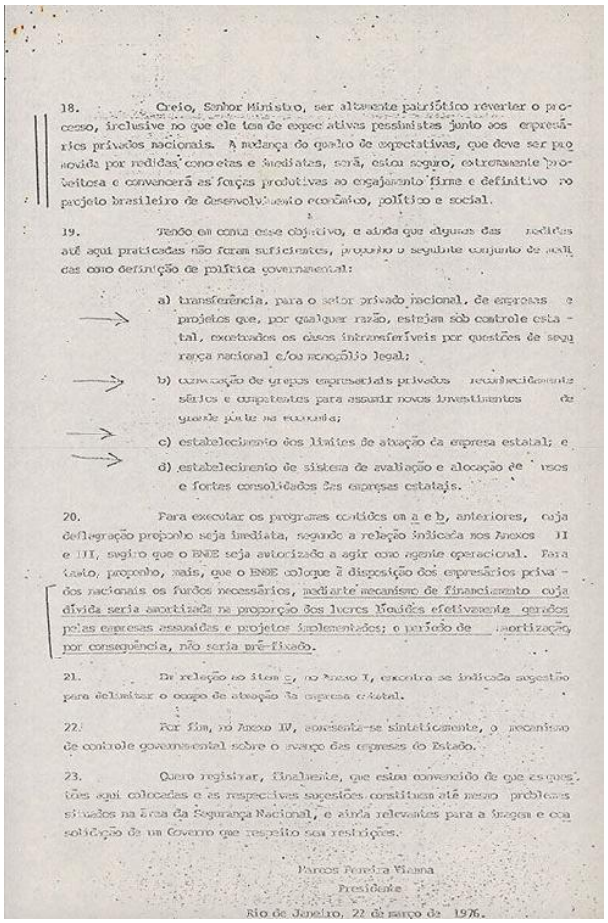
14. Com efeito, a estrutura mesma da economia nacional, como a repetir a tendência de outras economias sustentadas pelo modelo de mercado, segere a presença dos três grupos do poder: a empresa privada nacional, a empresa estatal e a empresa estrangeira.

15. A segunda categoria se viabiliza pela necessidade de cobrir setores que, por razões econômicas (ferrovias, por exemplo), não são atraentes para a empresa privada, ou de segurança nacional (exploração de petróleo, por exemplo) para o qual não se recomenda a ausência do Estado como empresário. Na terceira categoria, para obter setores nos quais o requisito tecnológico e de grande intensidade de capital de que ainda não dispomos, ou, ainda, pela necessidade de ganhar imediatamente um canal de exportação em grande escala.

16. Para a categoria das empresas privadas nacionais, não deve, em princípio, haver qualquer limitação de investimento, pois a ela deve caber a principal responsabilidade pela formação bruta de capital. Para tanto, é necessário que se lhe dêem os instrumentos efetivos e adequados, conforme seja a conjuntura dos negócios.

17. É fora de dúvida, Senhor Ministro, que a perda de poder relativo por parte da empresa privada nacional pode conduzir, em longo prazo, a uma situação de confronto entre a empresa estatal e a grande empresa internacional sem nenhuma outra força de conciliação, o que significaria confrontar poder entre vários Estados. Uma situação como essa, que já foi demonstrada historicamente, é sem dúvida indesejável porque exige regime político a ela ajustado, e ele, também indesejável, vale dizer, monopólio de poder. Ao contrário, se se introduz uma terceira força poderosa, nacional, representativa de parcela substancial da sociedade (elites empresariais e técnicas o contingente populacional socialmente produtivo), teremos melhor possibilidade de perseguir um modelo evolutivo tolerável, sem confrontações violentas de forças mas, sim, pela via do consenso social.

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



18. Creio, Senhor Ministro, ser altamente patriótico reverter o processo, inclusive no que ele tem de expectativas pessimistas junto aos empresários privados nacionais. A mudança do quadro de expectativas, que deve ser provida por medidas concretas e imediatas, será, estou seguro, extremamente proveitosa e convencerá as forças produtivas ao engajamento firme e definitivo no projeto brasileiro de desenvolvimento econômico, político e social.

19. Tendo em conta esse objetivo, e ainda que algumas das medidas até aqui praticadas não foram suficientes, proponho o seguinte conjunto de medidas como definição de política governamental:

a) transferência, para o setor privado nacional, de empresas e projetos que, por qualquer razão, estejam sob controle estatal, excetuados os casos intransferíveis por questões de segurança nacional e/ou monopólio legal;

b) capacitação de grupos empresariais privados realmente sérios e competentes para assumir novos investimentos de grande porte na economia;

c) estabelecimento dos limites de atuação da empresa estatal; e

d) estabelecimento de sistema de avaliação e alocação de recursos e fortes consolidados às empresas estatais.

20. Para executar os programas contidos em a e b, anteriores, cuja deflagração proponho seja imediata, segundo a relação indicada nos Anexos II e III, sugiro que o BNDE seja autorizado a agir como agente operacional. Para tanto, proponho, mais, que o BNDE coloque à disposição dos empresários privados nacionais os fundos necessários, mediante mecanismo de financiamento cuja dívida seria amortizada na proporção dos lucros líquidos efetivamente gerados pelas empresas assumidas e projetos implementados; o período de amortização, por conseqüência, não seria pré-fixado.

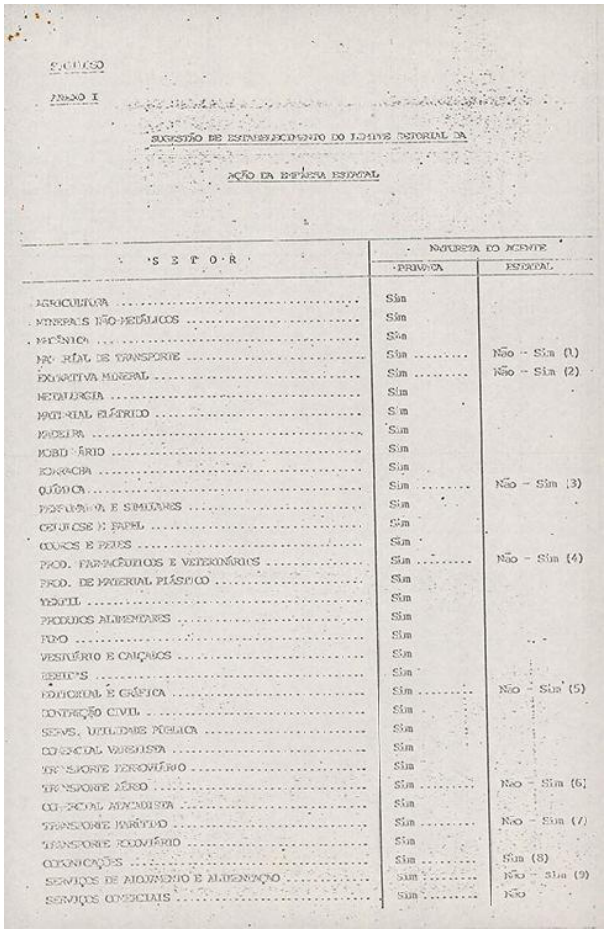
21. Em relação ao item c, no Anexo I, encontra-se indicada sugestão para delimitar o campo de atuação da empresa estatal.

22. Por fim, no Anexo IV, apresenta-se sintèticamente, o mecanismo de controle governamental sobre o avanço das empresas do Estado.

23. Quero registrar, finalmente, que estou convencido de que as questões aqui colocadas e as respectivas sugestões constituem até mesmo problemas situados na área da Segurança Nacional, e ainda relevantes para a imagem e consolidação de um Governo que respeito suas restrições.

Paulo Pereira Vianna
Presidente

Rio de Janeiro, 22 de março de 1976.

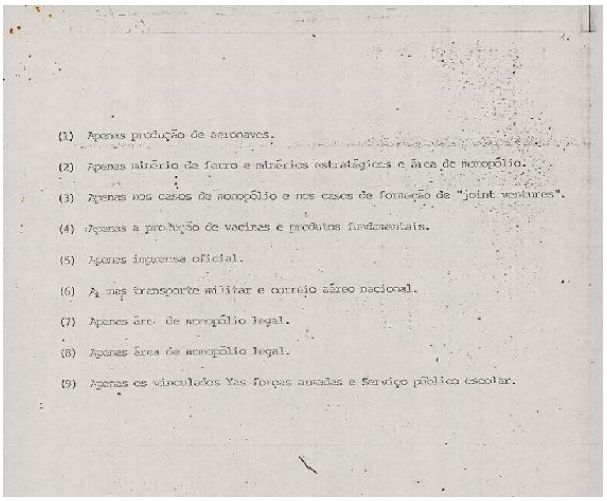


ANEXO I

SUGESTÃO DE ESTABELECIMENTO DO LIMITE SETORIAL DA

AÇÃO DA ESFERA ESTADUAL

S E T O R	NATUREZA DO AGENTE	
	PRIVADA	ESTATAL
AGRICULTURA	Sim	
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	Sim	
METÁLICA	Sim	
MATERIAL DE TRANSPORTE	Sim	Não - Sim (1)
EXTRATIVA MINERAL	Sim	Não - Sim (2)
METALURGIA	Sim	
MATERIAL ELÉTRICO	Sim	
MADEIRA	Sim	
MOBILIÁRIO	Sim	
BORRACHA	Sim	
QUÍMICA	Sim	Não - Sim (3)
PERFUMARIA E SIMILARES	Sim	
CELULOSE E PAPEL	Sim	
COUROS E PELES	Sim	
PROD. FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	Sim	Não - Sim (4)
PROD. DE MATERIAL PLÁSTICO	Sim	
TÊXTIL	Sim	
PRODUTOS ALIMENTARES	Sim	
FUMO	Sim	
VESTUÁRIO E CALÇADOS	Sim	
DIVERSOS	Sim	
EDITORIAL E GRÁFICA	Sim	Não - Sim (5)
CONSTRUÇÃO CIVIL	Sim	
SERVS. UTILIDADE PÚBLICA	Sim	
COMERCIAL VAREJISTA	Sim	
TRANSPORTE FERROVIÁRIO	Sim	
TRANSPORTE AÉREO	Sim	Não - Sim (6)
COMERCIAL ATACADISTA	Sim	
TRANSPORTE MARÍTIMO	Sim	Não - Sim (7)
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Sim	
COMUNICAÇÕES	Sim	Sim (8)
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	Sim	Não - Sim (9)
SERVIÇOS OFICIAIS	Sim	Não



(1) Apenas produção de aeronaves.

(2) Apenas minério de ferro e minérios estratégicos e área de monopólio.

(3) Apenas nos casos de monopólio e nos casos de formação de "joint ventures".

(4) Apenas a produção de vacinas e produtos fundamentais.

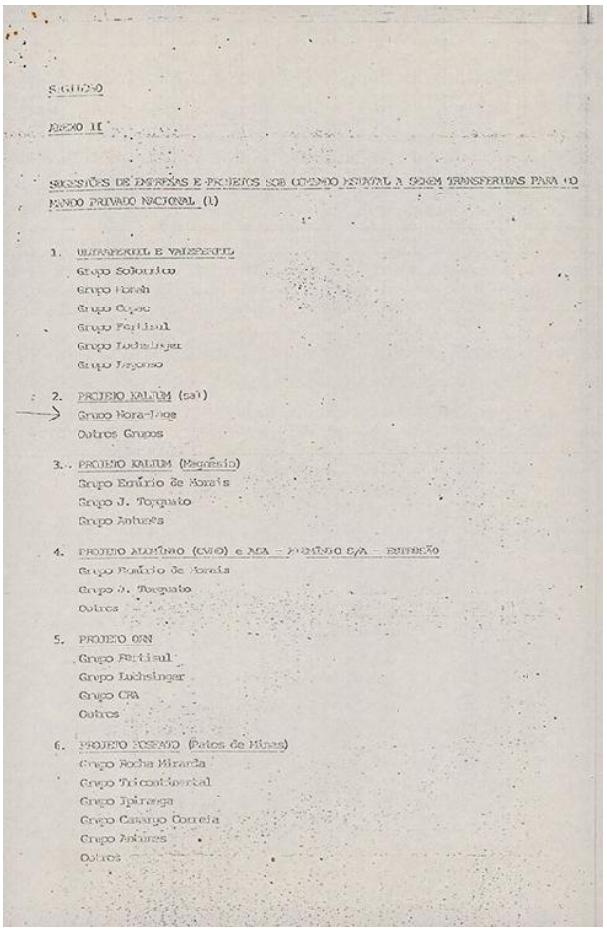
(5) Apenas imprensa oficial.

(6) Apenas transporte militar e correio aéreo nacional.

(7) Apenas área de monopólio legal.

(8) Apenas área de monopólio legal.

(9) Apenas os vinculados às forças armadas e serviço público escolar.



S.GE/59

ANEXO II

SOCIEDADES DE EMPRESAS E PROJETOS SOB CONTROLE ESTATAL A SEREM TRANSFERIDAS PARA O SETOR PRIVADO NACIONAL (1)

1. ULTRAFERTIL E VALEFERTIL
   - Grupo Solorrico
   - Grupo Norah
   - Grupo Cupec
   - Grupo Fertisul
   - Grupo Ludwigsen
   - Grupo Ingesa

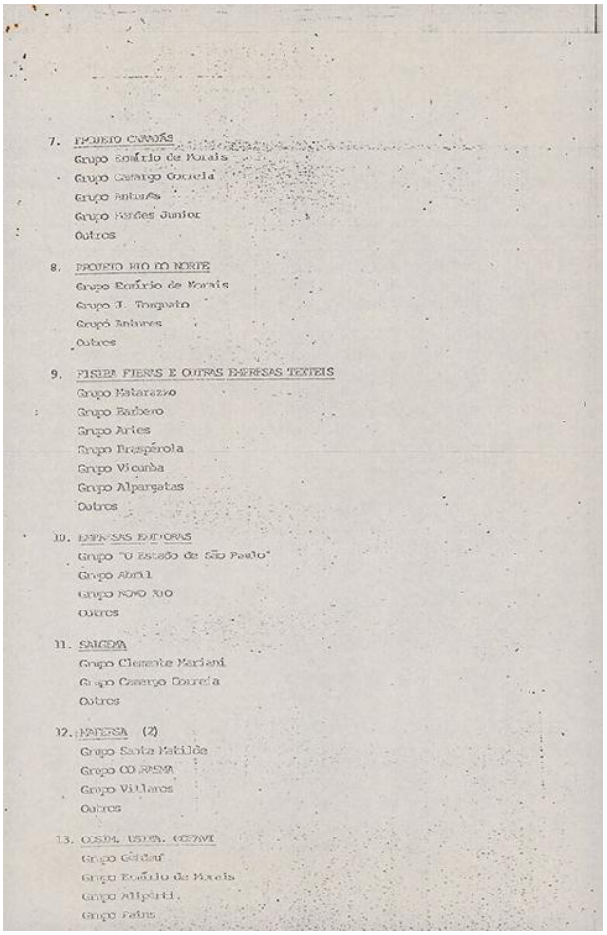
2. PROJETO KALIUM (sal)
   - Grupo Mora-Lage
   - Outros Grupos

3. PROJETO KALIUM (Magnésio)
   - Grupo Emílio de Morais
   - Grupo J. Toquato
   - Grupo Andrade

4. PROJETO ALUMÍNIO (CBA) e ALCA - ALUMÍNIO S/A - EXPANSÃO
   - Grupo Emílio de Morais
   - Grupo J. Toquato
   - Outros

5. PROJETO ORN
   - Grupo Fertisul
   - Grupo Ludwigsen
   - Grupo CPA
   - Outros

6. PROJETO SOCAVO (Patos de Minas)
   - Grupo Rocha Miranda
   - Grupo Tricontinental
   - Grupo Ipiranga
   - Grupo Camargo Correia
   - Grupo Andrade
   - Outros



7. PROJETO CANAÃS
Grupo Emílio de Morais
Grupo Camargo Corrêa
Grupo Antunes
Grupo Mendes Junior
Outros

8. PROJETO RIO MADEIRA
Grupo Emílio de Morais
Grupo J. Torgueto
Grupo Andrade
Outros

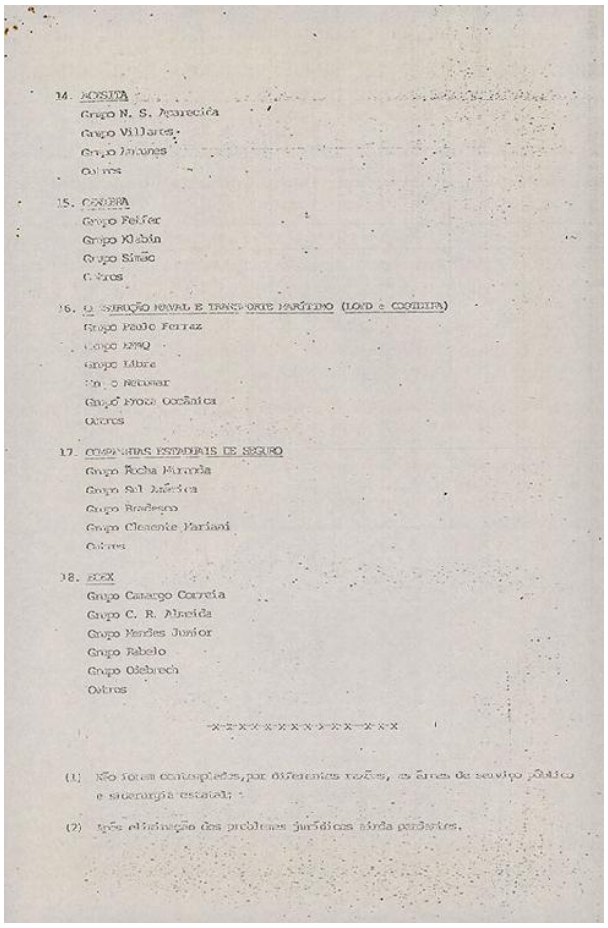
9. FIBRAS FIOS E OUTRAS EMPRESAS TEXTEIS
Grupo Matarazzo
Grupo Barbero
Grupo Aries
Grupo Próspérola
Grupo Vicunha
Grupo Alpargatas
Outros

10. EMPRESAS EDITORAS
Grupo "O Estado de São Paulo"
Grupo Abril
Grupo NOVO RIO
Outros

11. SAIDERA
Grupo Clemente Mariani
Grupo Camargo Corrêa
Outros

12. PAPELSA (2)
Grupo Santa Matilde
Grupo COPESMA
Grupo Villares
Outros

13. OSDA, USIPA, CESAMI
Grupo Gerdau
Grupo Emílio de Morais
Grupo Allperti
Grupo Faria



14. MOBRA
Grupo N. S. Aparecida
Grupo Villares
Grupo Ipiranga
Outros

15. COBRA
Grupo Feffer
Grupo Klabin
Grupo Simão
Outros

16. NAVEGAÇÃO NAVAL E TRANSPORTE MARÍTIMO (LOYD e COBRA)
Grupo Paulo Ferraz
Grupo ERMO
Grupo Libra
Grupo Netumar
Grupo Frota Oceânica
Outros

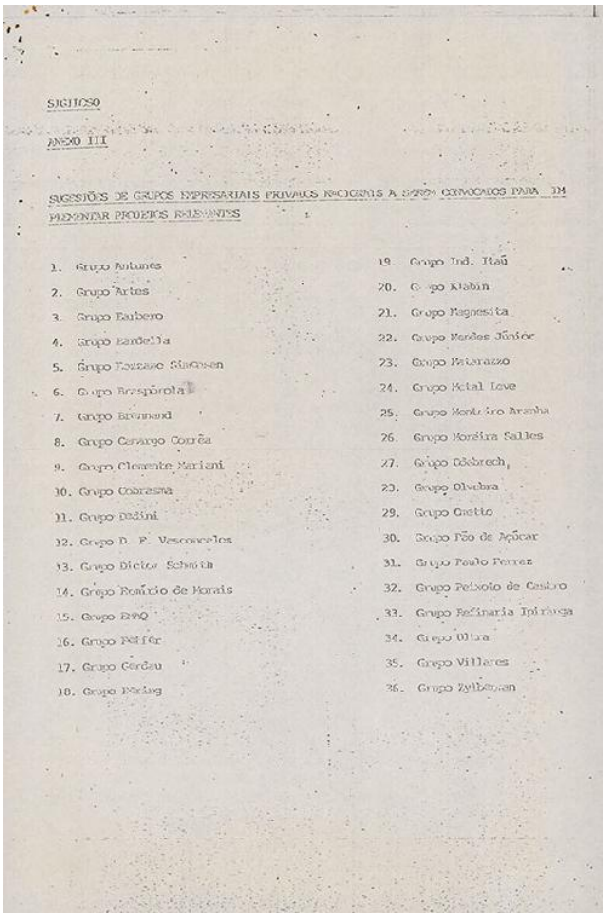
17. COMPANHIAS ESTADUAIS DE SEGURO
Grupo Rocha Miranda
Grupo Sul América
Grupo Bradesco
Grupo Clemente Mariani
Outros

18. BOEX
Grupo Camargo Correia
Grupo C. R. Almeida
Grupo Mendes Junior
Grupo Rabelo
Grupo Odebrech
Outros

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

(1) Não foram contempladas, por diferentes razões, as áreas de serviço público e soberania estatal;

(2) após eliminação dos problemas jurídicos ainda pendentes.

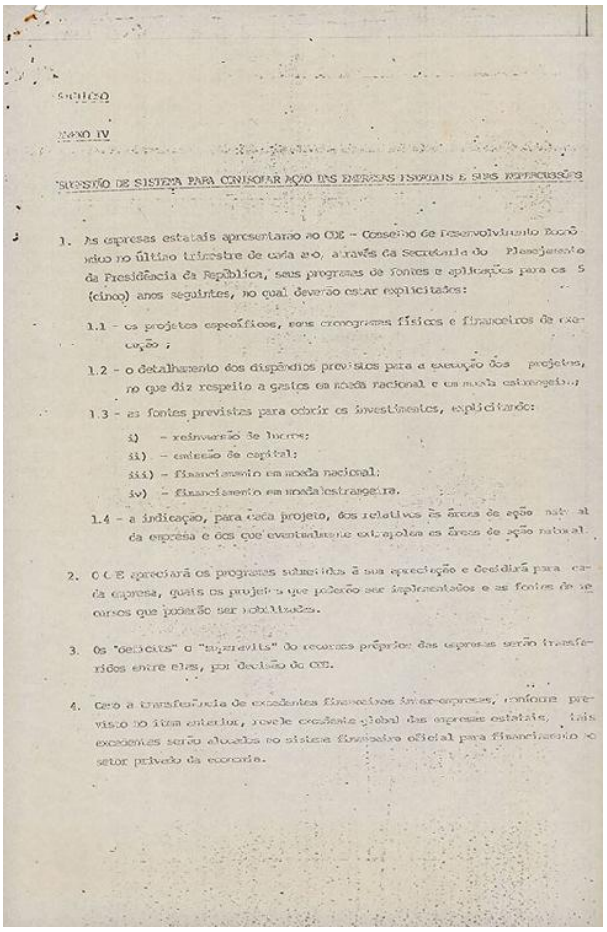


SIGILOSO

ANEXO III

SUGESTÕES DE GRUPOS EMPRESARIAIS PRIVADOS NACIONAIS A SEREM CONVOCADOS PARA IM
PLEMENTAR PROJETOS RELEVANTES

1. Grupo Antunes
2. Grupo Artes
3. Grupo Barbero
4. Grupo Bardella
5. Grupo Camargo Corrêa
6. Grupo Bresphorte
7. Grupo Brumado
8. Grupo Cavalcanti Correa
9. Grupo Clemente Mariani
10. Grupo Coimbra
11. Grupo Dedini
12. Grupo D. F. Vasconcelos
13. Grupo Dicto Schmidt
14. Grupo Drummond de Morais
15. Grupo EMQ
16. Grupo Feffer
17. Grupo Gerdau
18. Grupo Haring
19. Grupo Ind. Itaú
20. Grupo Klabin
21. Grupo Magnesita
22. Grupo Mendes Júnior
23. Grupo Matarazzo
24. Grupo Metal Leve
25. Grupo Monteiro Aranha
26. Grupo Moreira Salles
27. Grupo Odebrecht
28. Grupo Oliveira
29. Grupo Ometto
30. Grupo Pão de Açúcar
31. Grupo Paulo Ferraz
32. Grupo Peixoto de Castro
33. Grupo Refinaria Ipiranga
34. Grupo Ultra
35. Grupo Villares
36. Grupo Zivi Hercan



SIGILO

ANEXO IV

SUGESTÃO DE SISTEMA PARA CONSOLIDAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS E SUAS REPERCUSSÕES

1. As empresas estatais apresentarão ao CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico no último trimestre de cada ano, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, seus programas de fontes e aplicações para os 5 (cinco) anos seguintes, no qual deverão estar explicitados:

   1.1 - os projetos específicos, seus cronogramas físicos e financeiros de execução;

   1.2 - o detalhamento dos dispêndios previstos para a execução dos projetos, no que diz respeito a gastos em moeda nacional e em moeda estrangeira;

   1.3 - as fontes previstas para cobrir os investimentos, explicitando:

      i) - reinversão de lucros;
      ii) - emissão de capital;
      iii) - financiamento em moeda nacional;
      iv) - financiamento em moeda estrangeira.

   1.4 - a indicação, para cada projeto, dos relativos às áreas de ação natural da empresa e dos que eventualmente extrapolem as áreas de ação natural.

2. O C D E apreciará os programas submetidos à sua apreciação e decidirá para cada empresa, quais os projetos que poderão ser implementados e as fontes de recursos que poderão ser mobilizadas.

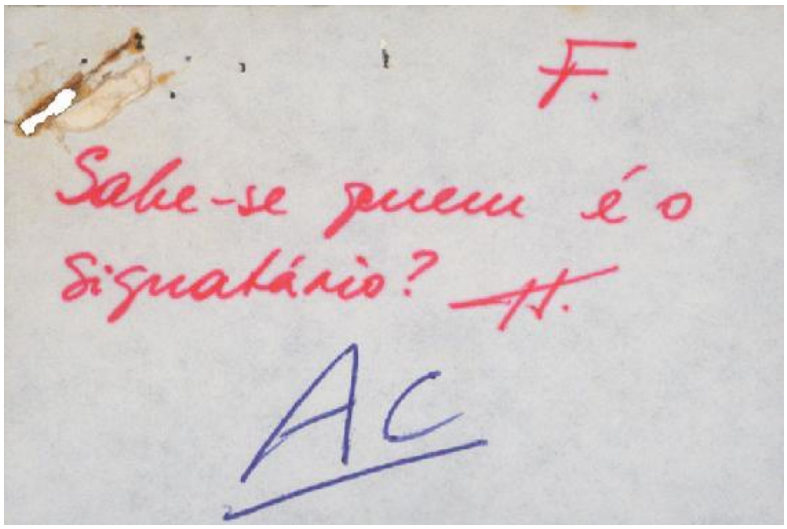
3. Os "deficits" e "superavits" de recursos próprios das empresas serão transferidos entre elas, por decisão do CDE.

4. Caso a transferência de excedentes financeiros inter-empresas, conforme previsto no item anterior, revele excedente global das empresas estatais, tais excedentes serão alocados no sistema financeiro oficial para financiamento do setor privado da economia.

[Fim do documento]

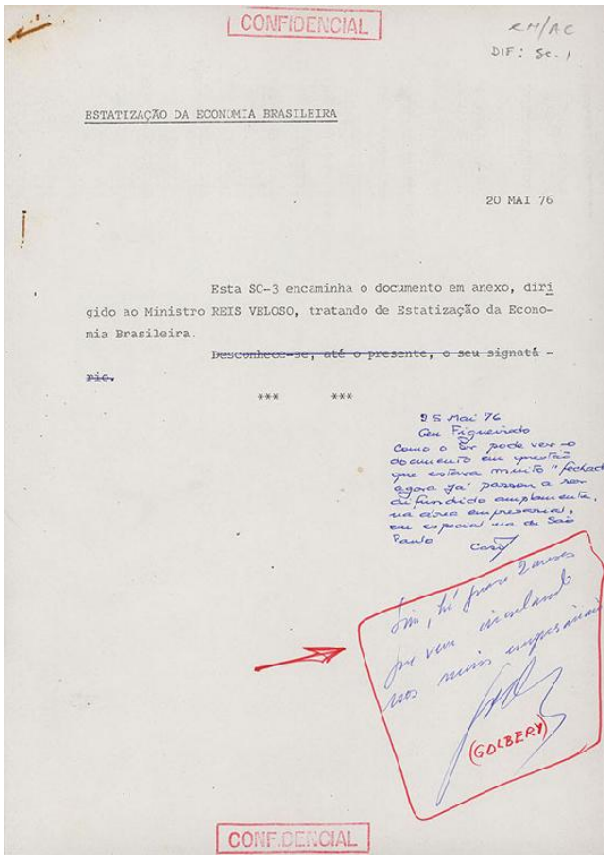
[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Bilhete de Heitor Ferreira a Figueiredo indagando sobre signatário do documento



[Voltar] | [Transcrição]

Anotação de Golbery informando que já sabia que o documento circulava em SP


CONFIDENCIAL

CH/AC
DIF: Se. I

ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

20 MAI 76

Esta SC-3 encaminha o documento em anexo, dirigido ao Ministro REIS VELOSO, tratando de Estatização da Economia Brasileira.

~~Desconhece-se, até o presente, o seu signatá - rio.~~

*** ***

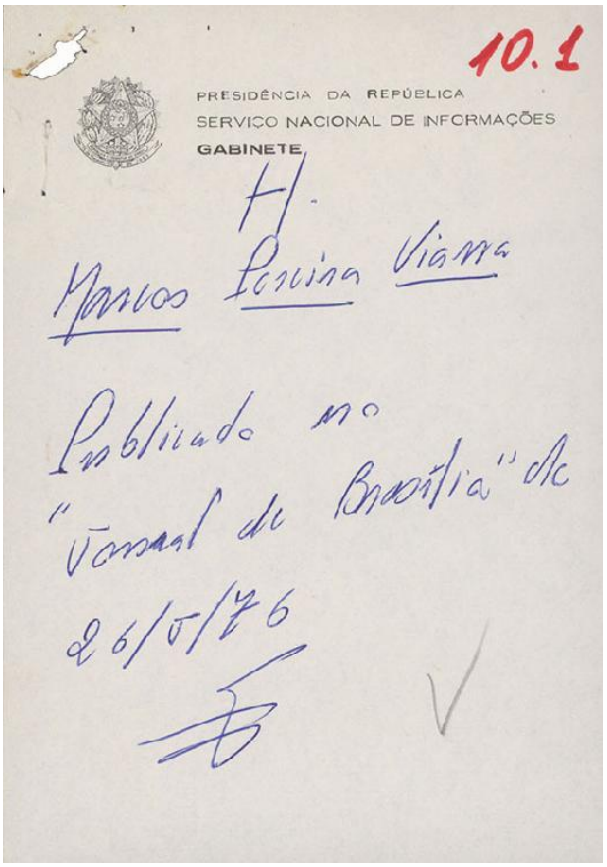
25 mai 76
Gen Figueiredo
Como o Sr pode ver o documento em questão que estava muito "fechado" agora já passou a ser difundido amplamente, na esfera empresarial, em especial na de São Paulo
Cordy

Sim, há quase 2 meses já vem circulando nos meios empresariais
(GOLBERY)

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição]

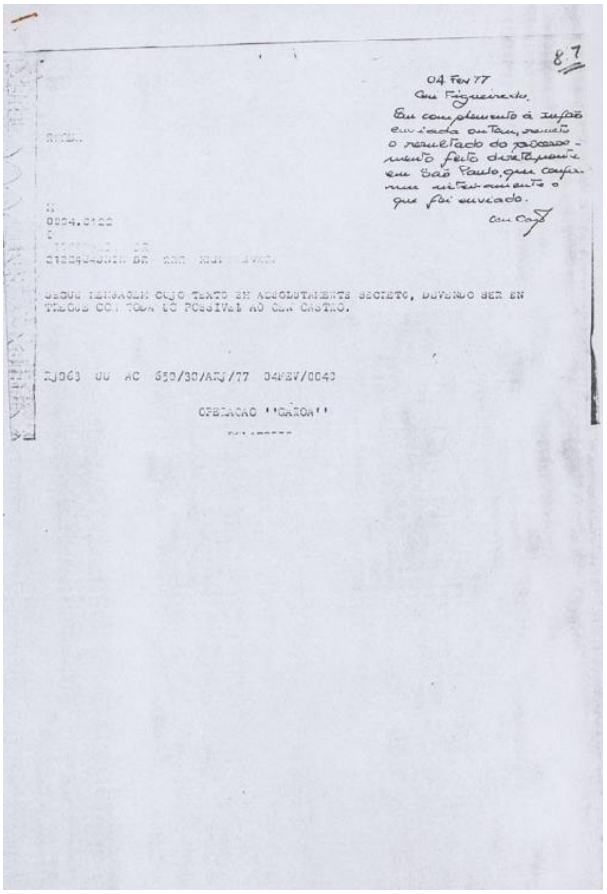
Bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira informando sobre a autoria do documento e sua publicação no *Jornal de Brasília*



[Voltar] | [Transcrição]

Telex do SNI, intitulado Operação Garoa, com o relato da discussão entre o ministro Severo Gomes e Carlos D'Alamo Lousada

[Os trechos mencionados estão nas páginas 2 e 3]



04 Fev 77
Caro Figueiredo,
Em complemento à informação enviada anteriormente, remeto o resultado do processamento feito diretamente em São Paulo, que confirma integralmente o que foi enviado.
Um abraço

0804.0102

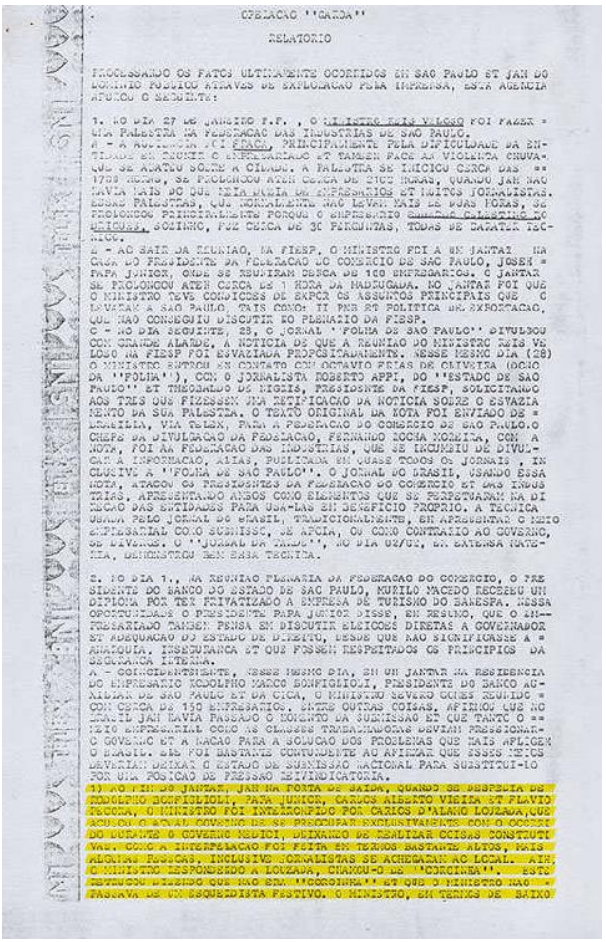
SIGILOSA MENSAGEM CUJO TEXTO EH ABSOLUTAMENTE SECRETO, DEVENDO SER EM TRELOS COM TODA CS POSSIVEL AO CLA CASTRO.

ZJDC3 UU AC 850/30/ARJ/77 04FEV/0040

OPERACAO ''GAROA''

Página 1 de 4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



OPERACAO ''GARDA''

RELATORIO

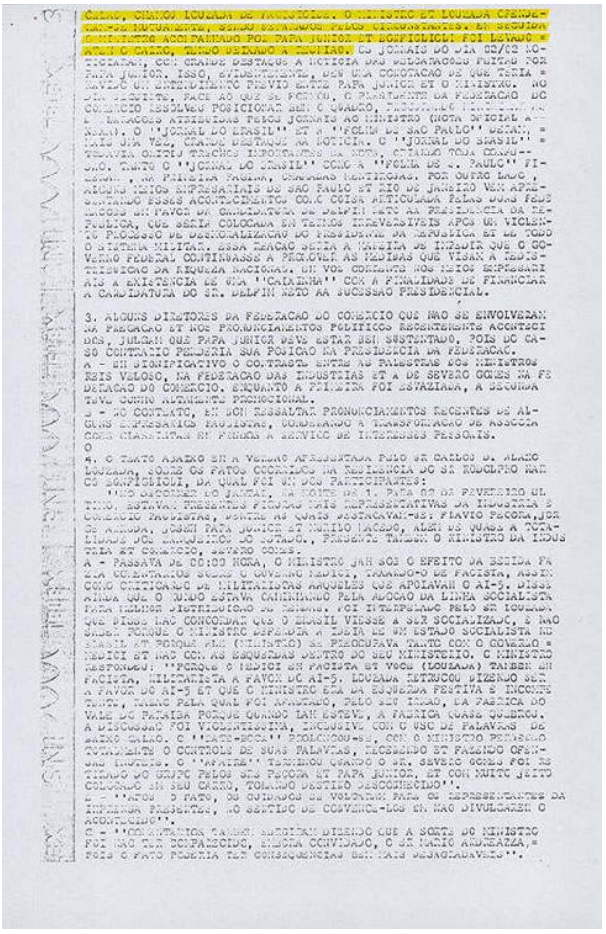
PROCESSANDO OS FATOS ULTIMAMENTE OCORRIDOS EM SAO PAULO ET JAN DO DOMINIO PUBLICO ATRAVES DE EXPLORACAO PELA IMPRENSA, ESTA AGENCIA APURCU O SEGUINTE:

1. NO DIA 27 DE JANEIRO P.P. , O MINISTRO FOLA VELOSO FOI FAZER A UMA PALESTRA NA FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DE SAO PAULO.
A - A PALESTRA FOI ADIADA, PRINCIPALMENTE PELA DIFICULDADE DA ENTIDADE EM PROMOVER O ESTACIONAMENTO ET TAMBEM PACE AS VIOLENTA CHUVAS QUE SE ABATEU SOBRE A CIDADE. A PALESTRA SE INICIOU CERCA DAS 17:30 HORAS, SE PROLONGOU ATEH CERCA DE CINCO HORAS, QUANDO JAH NAO HAVIA MAIS DO QUE MEIA DUZIA DE EMPRESARIOS ET POUCOS JORNALISTAS. ESSAS PALESTRAS, QUE NORMALMENTE DAO LUGAR A MAIS DE DUAS HORAS, SE PROLONGOU PRINCIPALMENTE PORQUE O EMPRESARIO CARLOS CALMON DE MELLO, SOZINHO, FEZ CERCA DE 30 PERGUNTAS, TODAS DE CARATER TECNICO.

B - AO SAIR DA REUNIAO, NA FIESP, O MINISTRO FOI A UM JANTAR NA CASA DO PRESIDENTE DA FEDERACAO DO COMERCIO DE SAO PAULO, JOSEH PAPA JUNIOR, ONDE SE REUNIRAM CERCA DE 150 EMPRESARIOS. O JANTAR SE PROLONGOU ATEH CERCA DE 1 HORA DA MADRUGADA. NO JANTAR FOI QUE O MINISTRO TEVE CONHECIMENTO DE EXPOR OS ASSUNTOS PRINCIPAIS QUE O LEVARAM A SAO PAULO, TAIS COMO: II PND ET POLITICA DE EXPORTACAO, QUE NAO CONSEGUIU DISCUTIR NO PLENARIO DA FIESP.
C - NO DIA SEGUINTE, 28, O JORNAL ''FOLHA DE SAO PAULO'' DIVULGOU COM GRANDE ALARDE, A NOTICIA DE QUE A REUNIAO DO MINISTRO REIS VE LOSO NA FIESP FOI ESVAZIADA PROPOSITADAMENTE. NESSE MESMO DIA (28) O MINISTRO ENTROU EM CONTATO COM OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA (DONO DA ''FOLHA''), COM O JORNALISTA ROBERTO APPI, DO ''ESTADO DE SAO PAULO'' ET THEOBALDO DE NIGRIS, PRESIDENTE DA FIESP, SOLICITANDO AOS TRES QUE FIZESSEM UMA RETIFICACAO DA NOTICIA SOBRE O ESVAZIAMENTO DA SUA PALESTRA. O TEXTO ORIGINAL DA NOTA FOI ENVIADO DE BRASILIA, VIA TELEX, PARA A FEDERACAO DO COMERCIO DE SAO PAULO.O CHEFE DA DIVULGACAO DA FEDERACAO, FERNANDO ROCHA MOREIRA, COM A NOTA, FOI AA FEDERACAO DAS INDUSTRIAS, QUE SE INCUMBIU DE DIVULGAR A INFORMACAO, AIAS, PUBLICADA EM QUASE TODOS OS JORNAIS , INCLUSIVE A ''FOLHA DE SAO PAULO''. O JORNAL DO BRASIL, USANDO ESSA NOTA, ATACOU OS PRESIDENTES DA FEDERACAO DO COMERCIO ET DAS INDUSTRIAS, APRESENTANDO AMBOS COMO ELEMENTOS QUE SE PROPORTARAM NA DEFESA DAS ENTIDADES PARA USA-LAS EM BENEFICIO PROPRIO. A TECNICA USADA PELO JORNAL DO BRASIL, TRADICIONALMENTE, EM APRESENTAR O MEIO EMPRESARIAL COMO SUBMISSO, SE APOIA, OU COMO CONTRARIO AO GOVERNO, SE DIVERSOS. O ''JORNAL DA TARDE'', NO DIA 02/02, EM EXTENSA MATERIA, DEMONSTROU BEM BAIXA TECNICA.

2. NO DIA 1., NA REUNIAO PLENARIA DA FEDERACAO DO COMERCIO, O PRESIDENTE DO BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO, MURILO MACEDO RECEBEU UM DIPLOMA POR TER PRIVATIZADO A EMPRESA DE TURISMO DO BANESPA. NESSA OPORTUNIDADE O PRESIDENTE PAPA JUNIOR DISSE, EM RESUMO, QUE O EMPRESARIADO TAMBEM PENSA EM DISCUTIR ELEICOES DIRETAS A GOVERNADOR ET ADEQUACAO DO ESTADO DE DIREITO, DESDE QUE NAO SIGNIFIQUEM A ANARQUIA. INSEGURANCA ET QUE FOSSEM RESPEITADOS OS PRINCIPIOS DA SEGURANCA INTERNA.
A - COINCIDENTEMENTE, NESSE MESMO DIA, EM UM JANTAR NA RESIDENCIA DO EMPRESARIO RODOLFHO MARCO SONFIGLIOLI, PRESIDENTE DO BANCO AGRARIA DE SAO PAULO ET DA CICA, O MINISTRO SEVERO GOMES REUNIDO COM CERCA DE 150 EMPRESARIOS, ENTRE OUTRAS COISAS, APONTOU QUE NO BRASIL JAH HAVIA PASSADO O MOMENTO DA SUBMISSAO ET QUE TANTO O MEIO EMPRESARIAL COMO AS CLASSES TRABALHADORAS DEVIAM PRESSIONAR O GOVERNO ET A NACAO PARA A SOLUCAO DOS PROBLEMAS QUE MAIS AFLIGEM O BRASIL. ELE FOI BASTANTE CONTUNDENTE AO AFIRMAR QUE ESSES MEIOS DEVERIAM DEIXAR O ESTADO DE SUBMISSAO NACIONAL PARA SUBSTITUI-LO POR UMA POSTURA DE PESSOAS REIVINDICATORIA.
B) AO FIM DO JANTAR, JAH NA PORTA DE SAIDA, QUANDO SE DESPEDIA DE RODOLFHO SONFIGLIOLI, PAPA JUNIOR, CARLOS ALBERTO VIEIRA ET FLAVIO TEIXEIRA, O MINISTRO FOI INTERCEPTADO POR CARLOS D'ALANO LOUZADA,QUE ACUSOU O ATUAL GOVERNO DE SE PREOCUPAR EXCLUSIVAMENTE COM O OCCRRIDO DURANTE O GOVERNO MEDICI, DEIXANDO DE REALIZAR COISAS CONSTRUTIVAS COMO A INTERLIGACAO FOI FEITA EM TEMPOS PASSADOS ALEGOU, PAIS MUITOS POUCOS, INCLUSIVE JORNALISTAS SE ACHEGARAM AO LOCAL. ENTAO O MINISTRO RESPONDEDO A LOUZADA, CHAMOU-O DE ''CORONINHA''. ESTE RETRUCOU DIZENDO QUE NAO ERA ''CORONINHA'' ET QUE O MINISTRO NAO PASSAVA DE UM ESQUERDISTA FESTIVO. O MINISTRO, EM TERMOS DE BAIXO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



CARLOS, CHAMOU LOUZADA DE FASCISTA. O MINISTRO ET LOUZADA OPERARAM-SE IMEDIATAMENTE, SENDO SEPARADOS PELOS CIRCUNSTANTES. EM SEGUIDA O MINISTRO ACOMPANHADO POR PAPA JUNIOR ET BONFIGLIOLI FOI EMBORA E O CARIO, ALMEJO DEIXADO A DEVIDO.

2. OS JORNAIS DO DIA 05/02 NOTICIARAM, COM GRANDE DESTAQUE A NOTICIA DAS DECLARACOES PRESTADAS POR PAPA JUNIOR. ISSO, EVIDENTEMENTE, DEU UMA CONOTACAO DE QUE TERIA HAVIDO UM ENTENDIMENTO PREVIO ENTRE PAPA JUNIOR ET O MINISTRO. NO DIA SEGUINTE, FACE AO QUE SE PENSOU, O PRESIDENTE DA FEDERACAO DO COMERCIO RESOLVEU POSICIONAR-SE. O QUADRO, PRESUMIVELMENTE DESFAVORAVEL AS DECLARACOES ATRIBUIDAS PELOS JORNAIS AO MINISTRO (NOTA OFICIAL A SEGUIR). O ''JORNAL DO BRASIL'' ET A ''FOLHA DE SAO PAULO'' NESTE MESMO DIA VOLTARAM A DESTACAR A NOTICIA. O ''JORNAL DO BRASIL'' NOVAMENTE OMITIU TRECHOS IMPORTANTES DA NOTA, OMISSAO ESTA QUE NAO OCORREU NO ''FOLHA DE S. PAULO'' FIGURANDO, NA PRIMEIRA PAGINA, CHAMADAS REFERINDO-SE. POR OUTRO LADO, ALGUNS GRUPOS EMPRESARIAIS DE SAO PAULO ET RIO DE JANEIRO VEM APRESENTANDO ESSES ACONTECIMENTOS COMO UMA ARTICULACAO PELOS QUAIS SERIA CRIADO UM CLIMA FAVORAVEL DE DELFIM NETO AO PLANALTO, QUE SERIA COLOCADA EM TERMOS IRREVERSIVEIS APOS UM VIOLENTO PROCESSO DE DESMORALIZACAO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA ET DE TODO O SISTEMA MILITAR. ESSA MANOBRA SERIA A TENTATIVA DE INDUZIR QUE O GOVERNO FEDERAL CONTINUASSE A PROMOVER AS MEDIDAS QUE VISAM A LIBERALIZACAO DA ECONOMIA NACIONAL EM VOGA, CORRENTE NOS MEIOS EMPRESARIAIS A EXISTENCIA DE UMA ''CAIXINHA'' COM A FINALIDADE DE FINANCIAR A CANDIDATURA DO SR. DELFIM NETO AA SUCESSAO PRESIDENCIAL.

3. ALGUNS DIRETORES DA FEDERACAO DO COMERCIO QUE NAO SE ENVOLVERAM NA FABRICADA ET NOS PRONUNCIAMENTOS POLITICOS RESSENTEM-SE ACENTUADAMENTE DA SITUACAO QUE PAPA JUNIOR VEM CRIANDO PARA SI E PARA A FEDERACAO. ESTES DIRETORES ACREDITAM QUE PAPA JUNIOR DEVE ESTAR BEM SUSTENTADO, POIS DO CONTRARIO PERDERIA SUA POSICAO NA PRESIDENCIA DA FEDERACAO.

4 - EM SIGNIFICATIVO O CONTRASTE ENTRE AS PALESTRAS DOS MINISTROS REIS VELOSO, NA FEDERACAO DAS INDUSTRIAS ET A DE SEVERO GOMES NA FEDERACAO DO COMERCIO. ENQUANTO A PRIMEIRA FOI ESVAZIADA, A SEGUNDA TEVE GRANDE MOVIMENTO PROMOCIONAL.

5 - AO CONTRARIO, EM QUE PESSOALMENTE PRONUNCIAMENTOS RECENTES DE ALGUNS EMPRESARIOS PAULISTAS, DEMONSTRANDO A TRANSFORMACAO DE ASSOCIACOES CLASSISTAS EM FERRAMENTAS A SERVICO DE INTERESSES PESSOAIS.

O

6. O FATO ABAIXO EM A VERSAO APRESENTADA PELO SR CARLOS D. ALENCAR LOUZADA, SOBRE OS FATOS OCORRIDOS NA RESIDENCIA DO SR RODOLFO HAR CO BONFIGLIOLI, DA QUAL FOI UM DOS PARTICIPANTES:

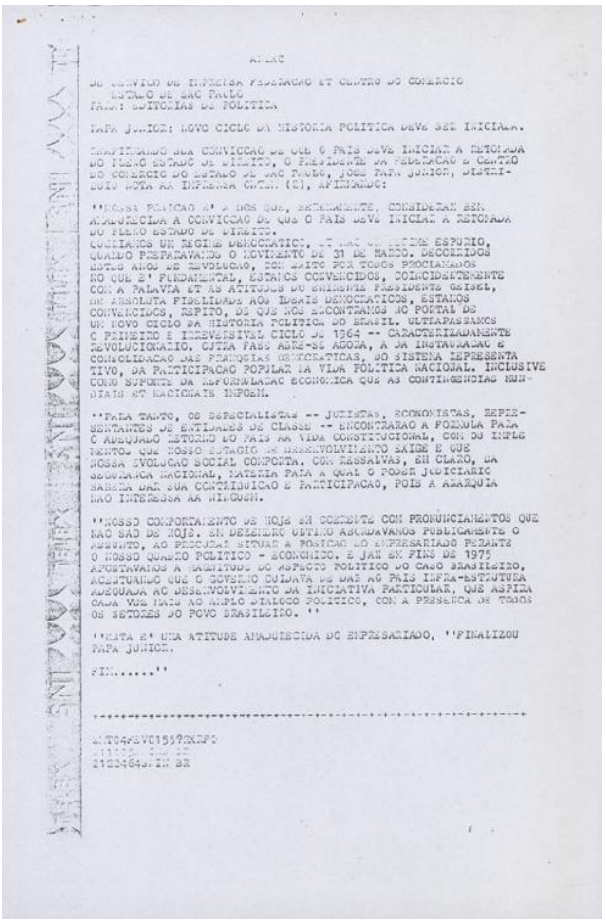
''NO DECORRER DO JANTAR, NA NOITE DE 1. PARA 02 DE FEVEREIRO ULTIMO, ESTIVAM PRESENTES PESSOAS TAIS REPRESENTATIVAS DA INDUSTRIA E COMERCIO PAULISTAS, DENTRE AS QUAIS DESTACAVAM-SE: FLAVIO PECORA, JOSE ALMEIDA, JOSEH PAPA JUNIOR ET ROMEU MACEDO, ALEM DE QUASE A TOTALIDADE DOS DIRETORES DO ESTADO, PRESENTE TAMBEM O MINISTRO DA INDUSTRIA ET COMERCIO, SEVERO GOMES.

A - PASSAVA DE 00:00 HORA, O MINISTRO JAH SOB O EFEITO DA BEBIDA FAZIA COMENTARIOS SOBRE O GOVERNO MEDICI, TACHANDO-O DE FACISTA, ASSIM COMO CRITICANDO DE MILITARISTAS AQUELES QUE APOIAVAM O AI-5. DISSE AINDA QUE O MUNDO ESTAVA CAMINHANDO PELA ADOCAO DA LINHA SOCIALISTA PARA MELHOR DISTRIBUICAO DE RENDA. FOI INTERPELADO PELO SR LOUZADA QUE DISSE NAO CONCORDAR QUE O BRASIL VIESSE A SER SOCIALIZADO, E NAO SABER PORQUE O MINISTRO DEFENDIA A IDEIA DE UM ESTADO SOCIALISTA NO BRASIL ET PORQUE ELE (MINISTRO) SE PREOCUPAVA TANTO COM O CONCEITO MEDICI ET NAO COM AS BAGUNCAS DENTRO DO SEU MINISTERIO. O MINISTRO RESPONDEU: ''PORQUE O MEDICI EH FACISTA ET VOCE (LOUZADA) TAMBEM EH FACISTA, MILITARISTA A FAVOR DO AI-5. LOUZADA RETRUCOU DIZENDO SER A FAVOR DO AI-5 ET QUE O MINISTRO ERA UM BAGUNCEIRO POR ESTAR E PROMOVER FESTAS E ENCONTROS NOTURNOS, NUMERO PELO QUAL FOI APARTADO, PELO SEU AMIGO, DA FABRICA DO VALE DO PARAIBA PORQUE QUANDO LAH ESTEVE, A FABRICA QUASE QUEBROU. A DISCUSSAO FOI VIOLENTISSIMA, INCLUSIVE COM O USO DE PALAVRAS DE BAIXO CALAO. O ''CACETE-ROCA'' PROLONGOU-SE, COM O MINISTRO PERDENDO TOTALMENTE O CONTROLE DE SUAS PALAVRAS, RECEBENDO ST FACEIRO OFENSAS INUTEIS. O ''APARTE'' TERMINOU QUANDO O SEN SEVERO GOMES FOI RETIRADO AO COLO PELOS SEUS PROPRIOS AA PAPA JUNIOR, EH COM MUITO JEITO COLOCADO EM SEU CARRO, TOMANDO DESTINO DESCONHECIDO''.

B - ''ATOS - O FATO, DE CUIDADOS DE VIZINHOS PARA OS REPRESENTANTES DA IMPRENSA PRESENTES, AO SENTIDO DE CONVENCE-LOS EM NAO DIVULGAREM O ACONTECIDO''.

C - ''CONSIDERA TAMBEM ANORMAL DIZENDO QUE A SORTE DO MINISTRO FOI NAO TER SOFRIDO ACIDENTE, PESSOA CONVIDADA, O SR MARIO ANDREAZZA, POIS O FATO PODERIA TER CONSEQUENCIAS BEM MAIS DESAGRADAVEIS''.

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



ANEXO

DE SERVIÇO DE IMPRENSA FEDERAÇÃO ET CENTRO DO COMERCIO
ESTADO DE SÃO PAULO
PARA: EDITORIAS DE POLITICA

PAPA JUNIOR: NOVO CICLO DA HISTORIA POLITICA DEVE SER INICIADA.

REAFIRMANDO SUA CONVICÇÃO DE QUE O PAIS DEVE INICIAR A RETOMADA DO PLENO ESTADO DE DIREITO, O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO E CENTRO DO COMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, JOSÉ PAPA JUNIOR, DISTRIBUIU NOTA AO IMPRENSA OFICIAL (S), AFIRMANDO:

''NOSSA POSIÇÃO É A DOS QUE, SERENAMENTE, CONSIDERAM SEM AJUSTIÇA A CONVICÇÃO DE QUE O PAIS DEVE INICIAR A RETOMADA DO PLENO ESTADO DE DIREITO.
CUMPRIMOS UM PAPEL DEMOCRATICO. AT [illegible] ESPURIO, QUANDO PREPARAVAMOS O MOVIMENTO DE 31 DE MARÇO. DECORRIDOS ESTES ANOS DE REVOLUÇÃO, COM ÊXITO POR TODOS PROCLAMADOS NO QUE É FUNDAMENTAL, ESTAMOS CONVENCIDOS, DOMICILIARMENTE COM A PALAVRA ET AS ATITUDES DO EMINENTE PRESIDENTE GEISEL, DE ABSOLUTA FIDELIDADE AOS IDEAIS DEMOCRATICOS, ESTAMOS CONVENCIDOS, REPITO, DE QUE NOS ENCONTRAMOS NO PORTAL DE UM NOVO CICLO DA HISTORIA POLITICA DO BRASIL. ULTRAPASSAMOS O PRIMEIRO E IRREVERSIVEL CICLO DE 1964 -- CARACTERIZADAMENTE REVOLUCIONARIO. CUJA FASE ABRE-SE AGORA, A DA INSTAURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS FRANQUIAS DEMOCRATICAS, DO SISTEMA REPRESENTATIVO, DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA VIDA POLITICA NACIONAL, INCLUSIVE COMO SUPORTE DA REFORMULAÇÃO ECONOMICA QUE AS CONTINGENCIAS MUNDIAIS AT NACIONAIS IMPOEM.

''PARA TANTO, OS SOCIALISTAS -- JURISTAS, ECONOMISTAS, REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE CLASSE -- ENCONTRARÃO A FORMULA PARA O ANSEIADO RETORNO AO PAIS AO VIDA CONSTITUCIONAL, COM OS INPLEMENTOS QUE NOSSO ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO EXIGE E QUE NOSSA EVOLUÇÃO SOCIAL COMPORTA. COM RESSALVAS, EM CLARO, DA SEGURANÇA NACIONAL, MATERIA PARA A QUAL O PODER JUDICIARIO SABERÁ DAR SUA CONTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO, POIS A ANARQUIA NÃO INTERESSA AS NINGUEM.

''NOSSO COMPORTAMENTO DE HOJE EM CORRETTE CON PRONUNCIAMENTOS QUE NÃO SÃO DE HOJE. EM DEZEMBRO ÚLTIMO ASSINALAVAMOS PUBLICAMENTE O ASSUNTO, AO PROCURAR SITUAR A POSIÇÃO DO EMPRESARIADO PERANTE O NOSSO QUADRO POLITICO - ECONÔMICO. E JÁ EM FINS DE 1975 APONTAVAMOS A NECESSIDADE DO ASPECTO POLITICO DO CASO BRASILEIRO, ACENTUANDO QUE O GOVERNO DUTRA DE MAIS NO PAIS INFRA-ESTRUTURA ANSEIAVA AO DESENVOLVIMENTO DA INICIATIVA PARTICULAR, QUE ASPIRA CADA VEZ MAIS AO AMPLO DIALOGO POLITICO, COM A PRESENÇA DE TODOS OS SETORES DO POVO BRASILEIRO. ''

''ESTA É UMA ATITUDE ANSEIOSA DO EMPRESARIADO, ''FINALIZOU PAPA JUNIOR.

FIM.....''

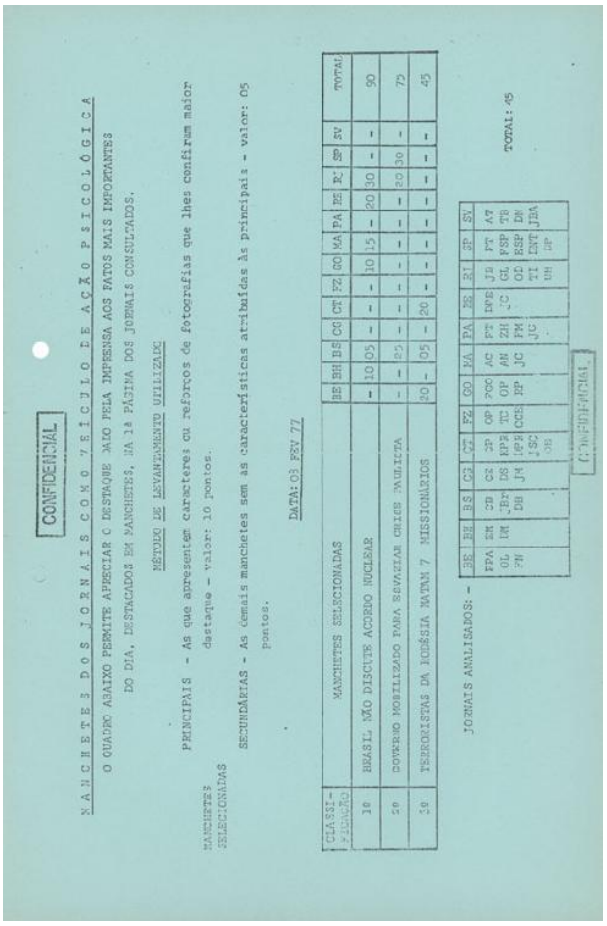
+++

[illegible]

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

“Manchetes dos jornais como veículo de ação psicológica”



CONFIDENCIAL

MANCHETES DOS JORNAIS COMO VEÍCULO DE AÇÃO PSICOLÓGICA

O QUADRO ABAIXO PERMITE APRECIAR O DESTAQUE DADO PELA IMPRENSA AOS FATOS MAIS IMPORTANTES DO DIA, DESTACADOS EM MANCHETES, NA 1a PÁGINA DOS JORNAIS CONSULTADOS.

MÉTODO DE LEVANTAMENTO UTILIZADO

MANCHETES SELECIONADAS

PRINCIPAIS - As que apresentem caracteres ou reforços de fotografias que lhes confiram maior destaque - valor: 10 pontos.

SECUNDÁRIAS - As demais manchetes sem as características atribuídas às principais - valor: 05 pontos.

DATA: 03 FEV 77

CLASSIFICAÇÃO	MANCHETES SELECIONADAS	BE	BH	BS	CO	CR	FZ	GO	MA	PA	PE	PI	RJ	SP	SV	TOTAL
1o	BRASIL NÃO DISCUTE ACORDO NUCLEAR	-	10	05	-	-	-	10	15	-	20	30	-	-	-	90
2o	GOVERNO MOBILIZADO PARA SALVAR CRISE HAITIANA	-	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	20	30	-	75
3o	TERRORISTAS DA KODÉSIA MATAM 7 MISSIONÁRIOS	20	-	05	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45

JORNAIS ANALISADOS: -

BE	BH	BS	CO	CR	FZ	GO	MA	PA	PE	PI	SP	SV
FPA	EM	CB	CZ	DP	CAP	ZOC	AC	PT	DPE	JB	PT	AT
OG	IM	JBr	DS	RPB	TC	OP	AN	ZH	GL	JC	PB	PB
PN		DB	JM	(EP	CCB	PP	JC	PM	CD		ESP	DN
				JSC				JC	TI		DNT	JBA
				DB					MM		DP	

TOTAL: 45

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Veja no site]

CONFIDENCIAL

MANCHETES DOS JORNAIS COMO VEÍCULO DE AÇÃO PSICOLÓGICA

O QUADRO ABAIXO PERMITE APRECIAR O DESTAQUE DADO PELA IMPRENSA AOS FATOS MAIS IMPORTANTES DO DIA. DESTACADOS EM MANCHETES, NA 1ª PÁGINA DOS JORNAIS CONSULTADOS.

MÉTODO DE LEVANTAMENTO UTILIZADO

PRINCIPAIS - As que apresentem caracteres ou reforços de fotografias que lhes confiram maior destaque - valor: 10 pontos

MANCHETES SELECIONADAS

SECUNDÁRIAS - As demais manchetes sem as características atribuídas às principais - valor: 05 pontos.

DATA: 07 Fev 77

CLASSIFICAÇÃO	MANCHETES SELECIONADAS	BE	BH	BS	CG	CT	FZ	GO	MA	PA	RE	RJ	SP	SV	TOTAL
1ª	VITÓRIA DA SELEÇÃO BRASILEIRA	25	20	10		25	10		30	20	15		05	30	190
2ª	CHUVAS E ENCHENTES NO BRASIL	20				20	30	10					20		100
3ª	ACORDO NUCLEAR		10								10	10		25	55

JORNAIS ANALISADOS: -

FE	BH	BS	CG	CT	FZ	GO	MA	PA	RE	RJ	SP	SV			
JCVA	EM	CB	CE	GP	OP	FCO	AC	FZ	DPE	JB	ST	AT			
CL	DM		JM	EPE	TC	JP	AM	ZH	JC	GL	FSP	TB			
FM	JN			DPE	CCE	GPC	JT	JC	DWT	UH	JT	DN			
	DT			JSC		JM				TI	DNT	JBA			
				DE							EP				
				JL											

TOTAL: 45.

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Veja no site]

CONFIDENCIAL

MANCHETES DOS JORNAIS COMO VEÍCULO DE AÇÃO PSICOLÓGICA

O QUADRO ABAIXO PERMITE APRECIAR O DESTAQUE DADO PELA IMPRENSA AOS FATOS MAIS IMPORTANTES DO DIA, DESTACADOS EM MANCHETES, NA 1ª PÁGINA DOS JORNAIS CONSULTADOS.

MÉTODO DE LEVANTAMENTO UTILIZADO

PRINCIPAIS - As que apresentam caracteres ou reforços de fotografias que lhes confiram maior destaque - valor: 10 pontos.

MANCHETES SELECIONADAS

SECUNDÁRIAS - As demais manchetes sem as características atribuídas às principais - valor: 05 pontos.

DATA: 05 DEZ 77

CLASSIFICAÇÃO	MANCHETES SELECIONADAS	BE	BH	BS	CG	CT	FZ	GO	MA	PA	RE	RJ	SP	SV	TOTAL
1º	ACORDO NUCLEAR BRASIL-ALEMANHA	-	60	30	-	30	-	15	-	15	15	20	35	35	255
2º	APOIO POLÍTICO AO MANIFESTO DOS EMPRESÁRIOS	-	10	20	-	-	-	-	-	-	05	-	25	30	90
3º	ASSESSOR SUGERE MUDAR MINISTÉRIO	-	10	15	-	-	-	-	-	-	-	-	05	-	30

JORNAIS ANALISADOS: -

BE	BH	BS	CG	CT	FZ	GO	MA	PA	RE	RJ	SP	SV
P'A	EM	GB	CB	SP		RGO	AC	FT	DPE	JB	FT	AT
CL	JM	JBr	DS	RPR		OP	AN	ZH	JC	GL	P'SP	TB
FN		DB		IPE			JC	FM	DMT	OD	BSP	DN
				JC				CP		TT		JT
				DN				DN		UH		JBA
												IP

TOTAL: 42

[Voltar] | [Veja no site]

CONFIDENCIAL

MANCHETES DOS JORNAIS COMO VEÍCULO DE AÇÃO PSICOLÓGICA

O QUADRO ABAIXO PERMITE APRECIAR O DESTAQUE DADO PELA IMPRENSA AOS FATOS MAIS IMPORTANTES DO DIA, DESTACADOS EM MANCHETES, NA 1a PÁGINA DOS JORNAIS CONSULTADOS.

MÉTODO DE LEVANTAMENTO UTILIZADO

MANCHETES SELECIONADAS

PRINCIPAIS - As que apresentem caracteres ou reforços de fotografias que lhes confiram maior destaque - valor: 10 pontos.

SECUNDÁRIAS - As demais manchetes sem as características atribuídas às principais - valor: 05 pontos.

DATA: 04 Fev 77

CLASSIFICAÇÃO	MANCHETES SELECIONADAS	BE	BH	BS	CG	CT	FZ	GO	MA	PA	RE	RJ	SP	SV	TOTAL
1º	GOLPE MILITAR NA ETIÓPIA	20		10		25	15	05	10		20	20		30	155
2º	ACIDENTE NUCLEAR			15	10	20				10	10	25		40	130
3º	FALCÃO RESPONDE A INTELECTUAIS			20	25	35						25		25	130

JORNAIS ANALISADOS: -

BE	BH	BS	CG	CT	FZ	GO	MA	PA	RE	RJ	SP	SV
FPA	EM	CH	CS	CP	CP	FOG	AC	DN	DPR	JF	JT	AT
OL	DM	JBr	DS	EPE	TC	OP	AN	ZH	JC	GZ	FSP	TB
JN	JM	DB	JM	JCB	CCB		JC	FM	DNT	OD	ESP	DM
				JBC				CP		TI	JT	JMA
				CE				JC		UH	DP	
				FL								

TOTAL: 48

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Veja no site]

CONFIDENCIAL

MANCHETES DOS JORNAIS COMO VEÍCULO DE AÇÃO PSICOLÓGICA

O QUADRO ABAIXO PERMITE APRECIAR O DESTAQUE DADO PELA IMPRENSA AOS FATOS MAIS IMPORTANTES DO DIA, DESTACADOS EM MANCHETES, NA 1ª PÁGINA DOS JORNAIS CONSULTADOS.

MÉTODO DE LEVANTAMENTO UTILIZADO

MANCHETES SELECIONADAS

PRINCIPAIS - As que apresentem caracteres ou reforços de fotografias que lhes confiram maior destaque - valor: 10 pontos.

SECUNDÁRIAS - As demais manchetes sem as características atribuídas às principais - valor: 05 pontos.

DATA: 03/02/77

CLASSIFICAÇÃO	MANCHETES SELECIONADAS	BE	BH	BS	CB	CT	FZ	GO	MA	PA	PE	RJ	SP	SV	TOTAL
1º	CASSALO VEREADOR GAÚCHO DO MDB	25	-	20	15	45	20	10	25	30	20	30	-	40	280
2º	BRASIL E SUA AMPLIAÇÃO INÍCIOU	-	30	15	-	30	-	-	-	-	10	25	10	-	120
3º	GOVERNO ABRE EXCEÇÕES NA RACIONALIZAÇÃO	-	20	10	-	40	15	-	-	-	-	-	-	-	85

JORNAIS ANALISADOS: -

BE	BH	BS	CB	CT	FZ	GO	MA	PA	PE	RJ	SP	SV
JPA	PM	CR	GR	GP	OP	PGO	AC	PT	DPR	JB	PT	AT
OL	IM	JBr	DS	EP2	TC	OP	AN	ZH	JC	GL	FSP	TB
FN	JM		JM	LP2	CDE		JC	JC	DMT	OD	ESP	IN
				JSC						TI	IP	JBA
				OE						UH	JT	
				PL								

TOTAL: 45

CONFIDENCIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Veja no site]

Jornal do Brasil, 18 de dezembro de 1976

JORNAL DO BRASIL

Madri recusa anistia pela vida de Oriol

URSS troca preso político com Chile

Bonn confirma que sustentará acordo nuclear

Cisão na OPEP não convence Simonsen

EUA liberam seus papéis sobre a queda de Goulart

Soares crê que Espanha siga rumo português

Governo vai elevar juro do crédito rural

Convite

Papai Noel estará hoje, às 16 horas, em Novo Leblon.
Traga seus filhos. Todos também estão convidados a conhecer e passar horas muito agradáveis no mais novo bairro do Rio: Novo Leblon.

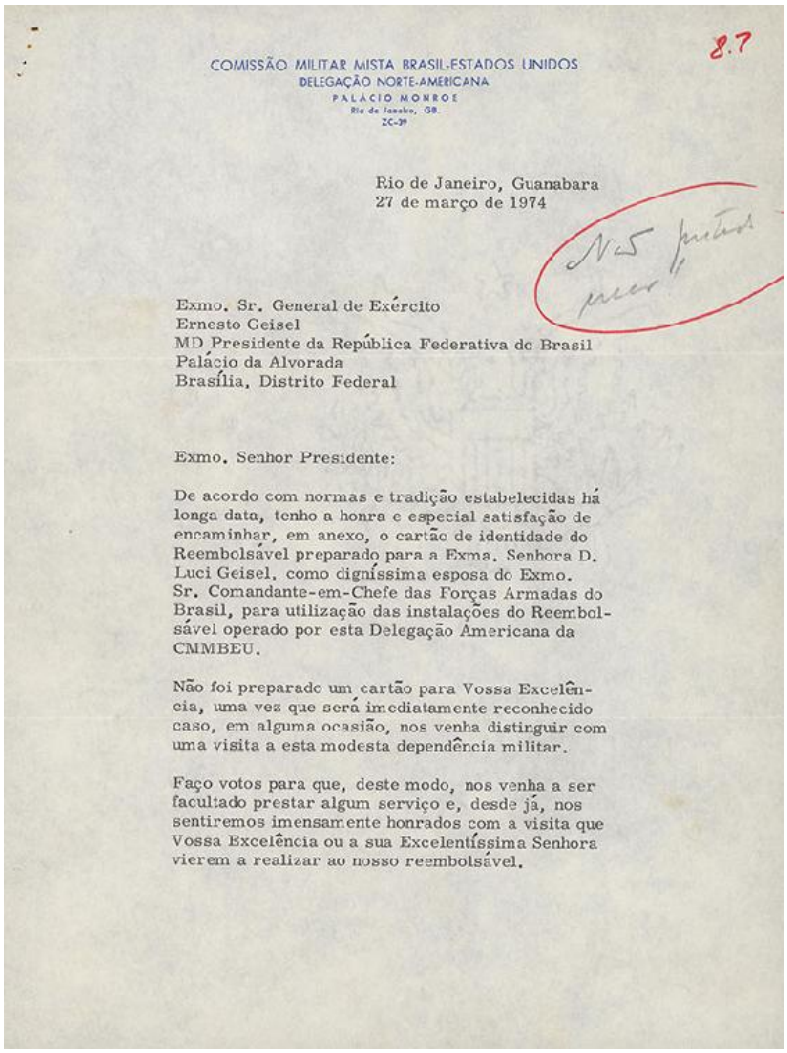
- passeios de bike e aos caminhos arborizados.
- brindes e brincadeiras no Parquinho.
- a maior maquete da América do Sul, com iluminação dia e noite.
- show permanente em audiovisual.
- vistas ao mirante e às grandes estações de tratamento d'água.

NOVO LEBLON
Um bairro pronto e urbanizado

Depois de Novo Ipanema e do Corrêa Dutra, passando a ponte sobre a Via 11, lado de mar
(Maiores informações às pags. 4, 5e 11 deste caderno)

[Voltar] | [Transcrição]

Oferta da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos de carteirinha para Dona Lucy Geisel, com anotação do presidente



8.7

COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS
DELEGAÇÃO NORTE-AMERICANA
PALÁCIO MONROE
Rio de Janeiro, GB.
ZC-39

Rio de Janeiro, Guanabara
27 de março de 1974

N5 juntar
ver

Exmo. Sr. General de Exército
Ernesto Geisel
MD Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio da Alvorada
Brasília, Distrito Federal

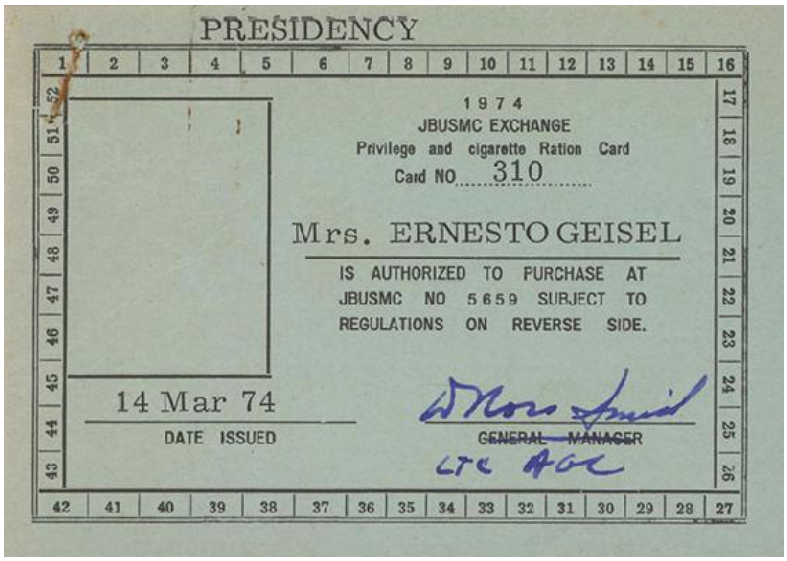
Exmo. Senhor Presidente:

De acordo com normas e tradição estabelecidas há longa data, tenho a honra e especial satisfação de encaminhar, em anexo, o cartão de identidade do Reembolsável preparado para a Exma. Senhora D. Luci Geisel, como digníssima esposa do Exmo. Sr. Comandante-em-Chefe das Forças Armadas do Brasil, para utilização das instalações do Reembolsável operado por esta Delegação Americana da CMMBEU.

Não foi preparado um cartão para Vossa Excelência, uma vez que será imediatamente reconhecido caso, em alguma ocasião, nos venha distinguir com uma visita a esta modesta dependência militar.

Faço votos para que, deste modo, nos venha a ser facultado prestar algum serviço e, desde já, nos sentiremos imensamente honrados com a visita que Vossa Excelência ou a sua Excelentíssima Senhora vierem a realizar ao nosso reembolsável.

Carteirinha ofertada a Dona Lucy Geisel pela Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos para fazer compras em duty-free do órgão


PRESIDENCY

1974
JBUSMC EXCHANGE
Privilege and cigarette Ration Card
Card NO 310

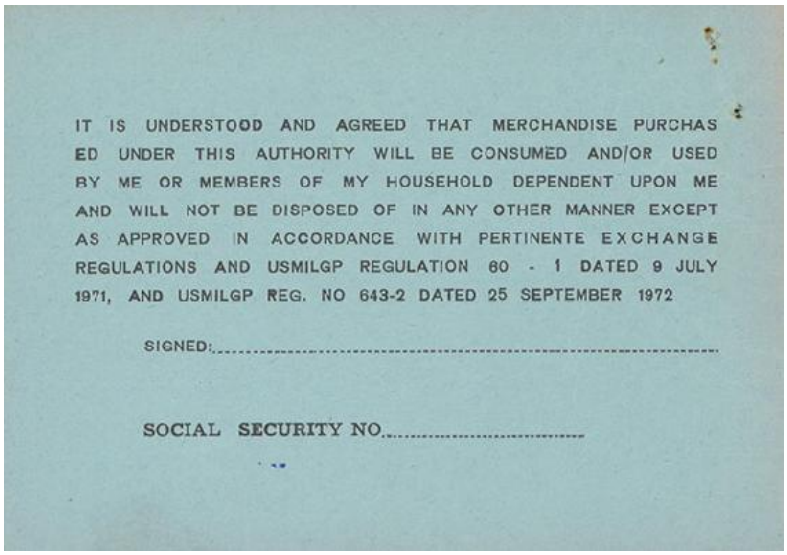
Mrs. ERNESTO GEISEL

IS AUTHORIZED TO PURCHASE AT
JBUSMC NO 5659 SUBJECT TO
REGULATIONS ON REVERSE SIDE.

14 Mar 74
DATE ISSUED

GENERAL MANAGER

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]



IT IS UNDERSTOOD AND AGREED THAT MERCHANDISE PURCHAS
ED UNDER THIS AUTHORITY WILL BE CONSUMED AND/OR USED
BY ME OR MEMBERS OF MY HOUSEHOLD DEPENDENT UPON ME
AND WILL NOT BE DISPOSED OF IN ANY OTHER MANNER EXCEPT
AS APPROVED IN ACCORDANCE WITH PERTINENTE EXCHANGE
REGULATIONS AND USMILGP REGULATION 60 - 1 DATED 9 JULY
1971, AND USMILGP REG. NO 643-2 DATED 25 SEPTEMBER 1972

SIGNED:.....

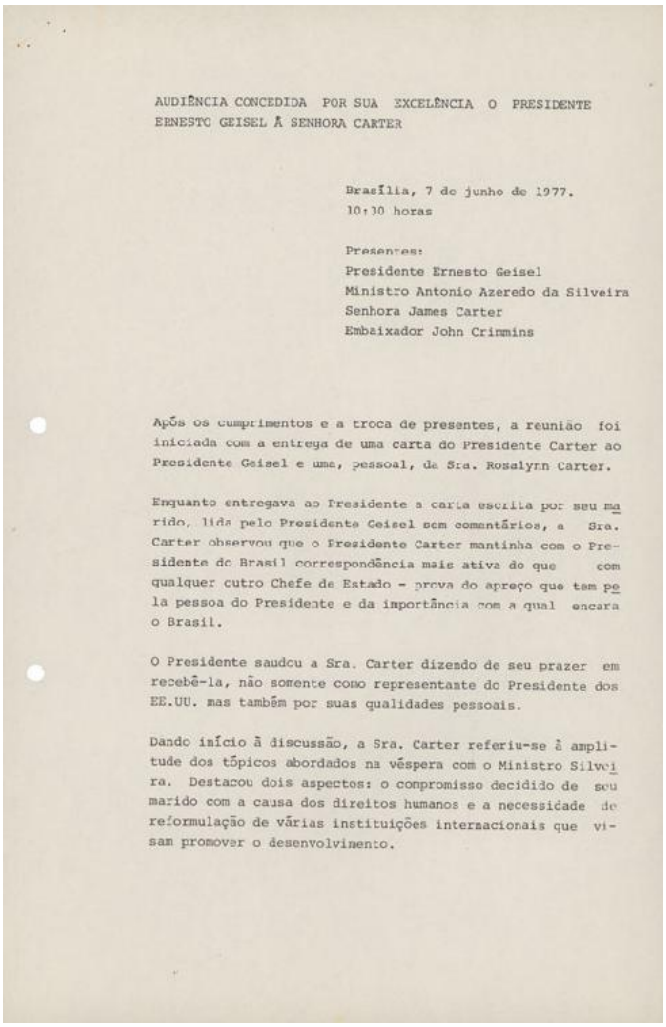
SOCIAL SECURITY NO.....

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Tradução]

Transcrição da audiência entre Rosalynn Carter e Geisel no Planalto

[Os trechos mencionados estão nas páginas 2, 5, 6, 7, 9 e 10]



AUDIÊNCIA CONCEDIDA POR SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE ERNESTO GEISEL À SENHORA CARTER

Brasília, 7 de junho de 1977.
10:30 horas

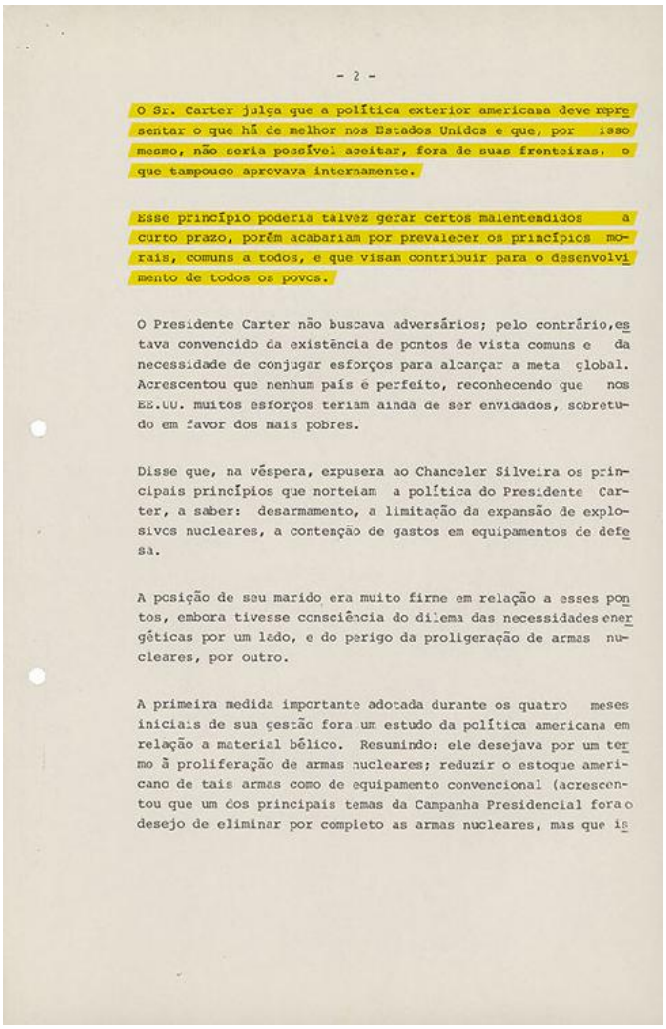
Presentes:
Presidente Ernesto Geisel
Ministro Antonio Azeredo da Silveira
Senhora James Carter
Embaixador John Crimmins

Após os cumprimentos e a troca de presentes, a reunião foi iniciada com a entrega de uma carta do Presidente Carter ao Presidente Geisel e uma, pessoal, da Sra. Rosalynn Carter.

Enquanto entregava ao Presidente a carta escrita por seu marido, lida pelo Presidente Geisel sem comentários, a Sra. Carter observou que o Presidente Carter mantinha com o Presidente do Brasil correspondência mais ativa do que com qualquer outro Chefe de Estado - prova do apreço que tem pela pessoa do Presidente e da importância com a qual encara o Brasil.

O Presidente saudou a Sra. Carter dizendo de seu prazer em recebê-la, não somente como representante do Presidente dos EE.UU. mas também por suas qualidades pessoais.

Dando início à discussão, a Sra. Carter referiu-se à amplitude dos tópicos abordados na véspera com o Ministro Silveira. Destacou dois aspectos: o compromisso decidido de seu marido com a causa dos direitos humanos e a necessidade de reformulação de várias instituições internacionais que visam promover o desenvolvimento.



O Sr. Carter julga que a política exterior americana deve representar o que há de melhor nos Estados Unidos e que, por isso mesmo, não seria possível aceitar, fora de suas fronteiras, o que tampouco aprovava internamente.

Esse princípio poderia talvez gerar certos malentendidos a curto prazo, porém acabariam por prevalecer os princípios morais, comuns a todos, e que visam contribuir para o desenvolvimento de todos os povos.

O Presidente Carter não buscava adversários; pelo contrário, estava convencido da existência de pontos de vista comuns e da necessidade de conjugar esforços para alcançar a meta global. Acrescentou que nenhum país é perfeito, reconhecendo que nos EE.UU. muitos esforços teriam ainda de ser envidados, sobretudo em favor dos mais pobres.

Disse que, na véspera, expusera ao Chanceler Silveira os principais princípios que norteiam a política do Presidente Carter, a saber: desarmamento, a limitação da expansão de explosivos nucleares, a contenção de gastos em equipamentos de defesa.

A posição de seu marido era muito firme em relação a esses pontos, embora tivesse consciência do dilema das necessidades energéticas por um lado, e do perigo da proligeração de armas nucleares, por outro.

A primeira medida importante adotada durante os quatro meses iniciais de sua gestão fora um estudo da política americana em relação a material bélico. Resumindo: ele desejava por um termo à proliferação de armas nucleares; reduzir o estoque americano de tais armas como de equipamento convencional (acrescentou que um dos principais temas da Campanha Presidencial fora o desejo de eliminar por completo as armas nucleares, mas que is

isso representa um compromisso que não poderia ser cumprido da noite para o dia); reduzir as vendas de material bélico; jamais serem os primeiros a introduzir equipamento bélico sofisticado onde quer que fosse; agir junto a fornecedores e compradores de armas visando reduzir o volume de suas transações.

Passando à política hemisférica, a Sra. Carter declarou estar baseada em três metas fundamentais:

1. um compromisso decidido com os direitos humanos
2. o respeito pela soberania dos países
3. o reconhecimento da natureza individual de cada nação.

Abordou em seguida um ponto julgado crítico pelo Presidente Carter, ou seja, que muitas instituições internacionais, criadas logo após a Segunda Guerra Mundial já não seriam adequadas às aspirações de muitas nações emergentes. Na última década assistimos a importantes mudanças no cenário mundial, com a crescente importância de países como a Indonésia, Irã, Nigéria, Venezuela e Brasil que exigem participação mais ativa no sistema internacional e que precisariam ajudar a moldar e reformular essas instituições para que possam cumprir melhor seus objetivos.

Disse que a filosofia do Sr. Carter era, talvez, mais flexível do que as anteriores, norteada por um espírito mais aberto, mais humano; que considerava imprescindível um amplo sistema de consultas aos países da América Latina e do Caribe visando o desenvolvimento de uma política global que fosse, ao mesmo tempo, ajustada às necessidades individuais de cada país.

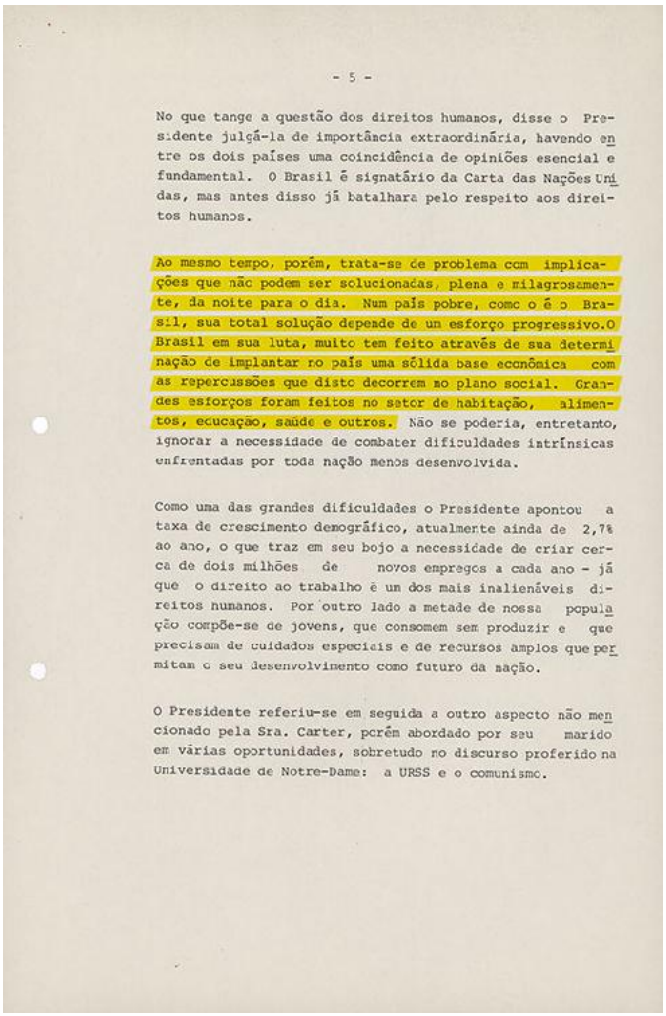
A Sra. Carter reafirmou estar no Brasil para ter uma oportunidade de discutir, de primeira mão, esses assuntos e ouvir os pontos de vista e as preocupações de seu Governo.

O Brasil, como potência mundial, merecia do Sr. Carter a maior atenção e o maior respeito. Nesse sentido o Secretário Vance havia já reafirmado ao Chanceler Silveira que continua em vigência o Memorando de Entendimento, e a Sra. Carter expressou sua esperança de que seus subgrupos pudessem reunir-se em breve, sobretudo os de Comércio e Energia. Acrescentou ser intenção do Secretário Vance visitar o Brasil ainda no decorrer deste ano.

O Presidente Geisel agradeceu a exposição muito completa apresentada pela Sra. Carter, a qual cuvira com muito interesse. Disse ser sua opinião, compartilhada por praticamente todos os brasileiros que, como nações amigas, seu objetivo era o de fortalecer esta amizade. Tal fora a filosofia no passado e tal deveria ser no presente e no futuro.

Jamais houvera, no Brasil, campanhas anti-americanas; jamais as divergências que porventura pudessem ter existido, tinham sido exploradas para provocar ressentimentos. Pelo contrário, todos os esforços visaram sempre amortecer os efeitos de diferenças de opinião, já que os brasileiros consideravam que a única base sólida para um relacionamento entre dois países era a amizade.

Acompanhara com atenção os pronunciamentos do Presidente Carter, sobretudo o discurso apresentado na OEA por ocasião do Dia Pan-Americano, onde repetia que cada nação deve ser tratada em base individual, um princípio que o Presidente Geisel considerava de suma importância. Frisou que, nesse sentido, era preciso conhecer profundamente o país para poder compreendê-lo e analisá-lo, sem se deixar influenciar por informações mais ou menos corretas, tendenciosas e de fontes pouco fidedignas. Sob esse prisma considerava muito útil a visita da Primeira Dama dos EE.UU., dada a oportunidade de ver com seus próprios olhos como pensam, vivem e agem os brasileiros.

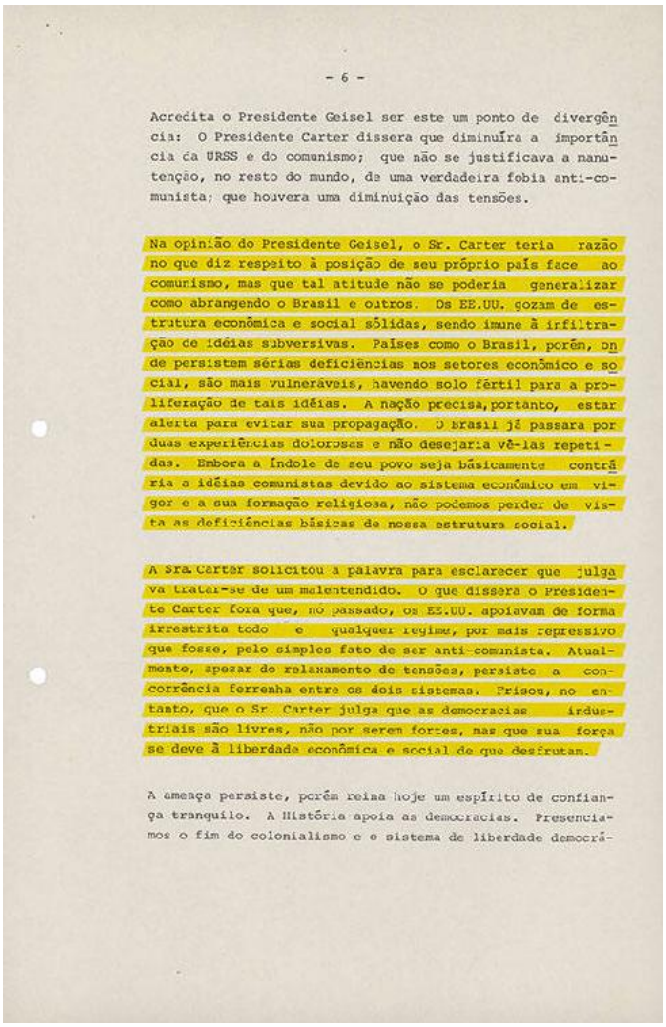


No que tange a questão dos direitos humanos, disse o Presidente julgá-la de importância extraordinária, havendo entre os dois países uma coincidência de opiniões esencial e fundamental. O Brasil é signatário da Carta das Nações Unidas, mas antes disso já batalhara pelo respeito aos direitos humanos.

Ao mesmo tempo, porém, trata-se de problema com implicações que não podem ser solucionadas, plena e milagrosamente, da noite para o dia. Num país pobre, como o é o Brasil, sua total solução depende de un esforço progressivo. O Brasil em sua luta, muito tem feito através de sua determinação de implantar no país uma sólida base econômica com as repercussões que disto decorrem no plano social. Grandes esforços foram feitos no setor de habitação, alimentos, ecucação, saúde e outros. Não se poderia, entretanto, ignorar a necessidade de combater dificuldades intrínsicas enfrentadas por toda nação menos desenvolvida.

Como uma das grandes dificuldades o Presidente apontou a taxa de crescimento demográfico, atualmente ainda de 2,7% ao ano, o que traz em seu bojo a necessidade de criar cerca de dois milhões de novos empregos a cada ano - já que o direito ao trabalho é un dos mais inalienáveis direitos humanos. Por outro lado a metade de nossa população compõe-se de jovens, que consomem sem produzir e que precisam de cuidados especiais e de recursos amplos que permitam o seu desenvolvimento como futuro da nação.

O Presidente referiu-se em seguida a outro aspecto não mencionado pela Sra. Carter, porém abordado por seu marido em várias oportunidades, sobretudo no discurso proferido na Universidade de Notre-Dame: a URSS e o comunismo.

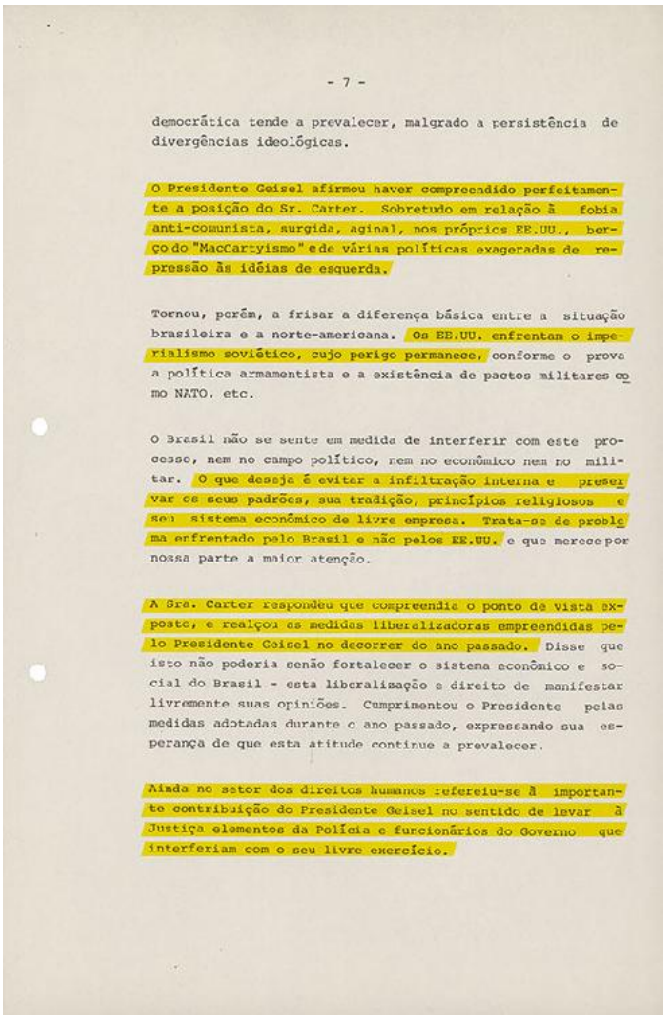


Acredita o Presidente Geisel ser este um ponto de divergência: O Presidente Carter dissera que diminuíra a importância da URSS e do comunismo; que não se justificava a manutenção, no resto do mundo, de uma verdadeira fobia anti-comunista; que houvera uma diminuição das tensões.

Na opinião do Presidente Geisel, o Sr. Carter teria razão no que diz respeito à posição de seu próprio país face ao comunismo, mas que tal atitude não se poderia generalizar como abrangendo o Brasil e outros. Os EE.UU. gozam de estrutura econômica e social sólidas, sendo imune à infiltração de idéias subversivas. Países como o Brasil, porém, onde persistem sérias deficiências nos setores econômico e social, são mais vulneráveis, havendo solo fértil para a proliferação de tais idéias. A nação precisa, portanto, estar alerta para evitar sua propagação. O Brasil já passara por duas experiências dolorosas e não desejaria vê-las repetidas. Embora a índole de seu povo seja basicamente contrária a idéias comunistas devido ao sistema econômico em vigor e a sua formação religiosa, não podemos perder de vista as deficiências básicas de nossa estrutura social.

A Sra Carter solicitou a palavra para esclarecer que julgava tratar-se de um malentendido. O que dissera o Presidente Carter fora que, no passado, os EE.UU. apoiavam de forma irrestrita todo e qualquer regime, por mais repressivo que fosse, pelo simples fato de ser anti-comunista. Atualmente, apesar do relaxamento de tensões, persiste a concorrência ferrenha entre os dois sistemas. Frisou, no entanto, que o Sr. Carter julga que as democracias industriais são livres, não por serem fortes, mas que sua força se deve à liberdade econômica e social de que desfrutam.

A ameaça persiste, porém reina hoje um espírito de confiança tranquilo. A História apoia as democracias. Presenciamos o fim do colonialismo e o sistema de liberdade democrá-



democrática tende a prevalecer, malgrado a persistência de divergências ideológicas.

O Presidente Geisel afirmou haver compreendido perfeitamente a posição do Sr. Carter. Sobretudo em relação à fobia anti-comunista, surgida, aginal, nos próprios EE.UU., berço do "MacCartyismo" e de várias políticas exageradas de repressão às idéias de esquerda.

Tornou, porém, a frisar a diferença básica entre a situação brasileira e a norte-americana. Os EE.UU. enfrentam o imperialismo soviético, cujo perigo permanece, conforme o prova a política armamentista e a existência de pactos militares como NATO, etc.

O Brasil não se sente em medida de interferir com este processo, nem no campo político, nem no econômico nem no militar. O que deseja é evitar a infiltração interna e preservar os seus padrões, sua tradição, princípios religiosos e seu sistema econômico de livre empresa. Trata-se de problema enfrentado pelo Brasil e não pelos EE.UU. e que merece por nossa parte a maior atenção.

A Sra. Carter respondeu que compreendia o ponto de vista exposto, e realçou as medidas liberalizadoras empreendidas pelo Presidente Geisel no decorrer do ano passado. Disse que isto não poderia senão fortalecer o sistema econômico e social do Brasil - esta liberalisação e direito de manifestar livremente suas opiniões. Cumprimentou o Presidente pelas medidas adotadas durante o ano passado, expressando sua esperança de que esta atitude continue a prevalecer.

Ainda no setor dos direitos humanos referiu-se à importante contribuição do Presidente Geisel no sentido de levar à Justiça elementos da Polícia e funcionários do Governo que interferiam com o seu livre exercício.

Acrescentou que, como o Brasil era o quinto país visitado, gostaria de referir-se às conversações mantidas com os países nos quais estivera anteriormente.

Em Jamaica encontrara-se com o Primeiro-Ministro Manley, que se manifestara francamente a favor do contexto mais amplo possível para a discussão dos direitos humanos e suas repercussões em termos de liberdade política, econômica e social. Declarara expressamente seu desejo de firmar a Convenção Americana de Direitos Humanos. Em julho seria realizada reunião dos países membros do Mercado Comum do Caribe e ele esperava que todos firmassem a Convenção. Mesmo que isto não ocorresse, a Jamaica seria signatária.

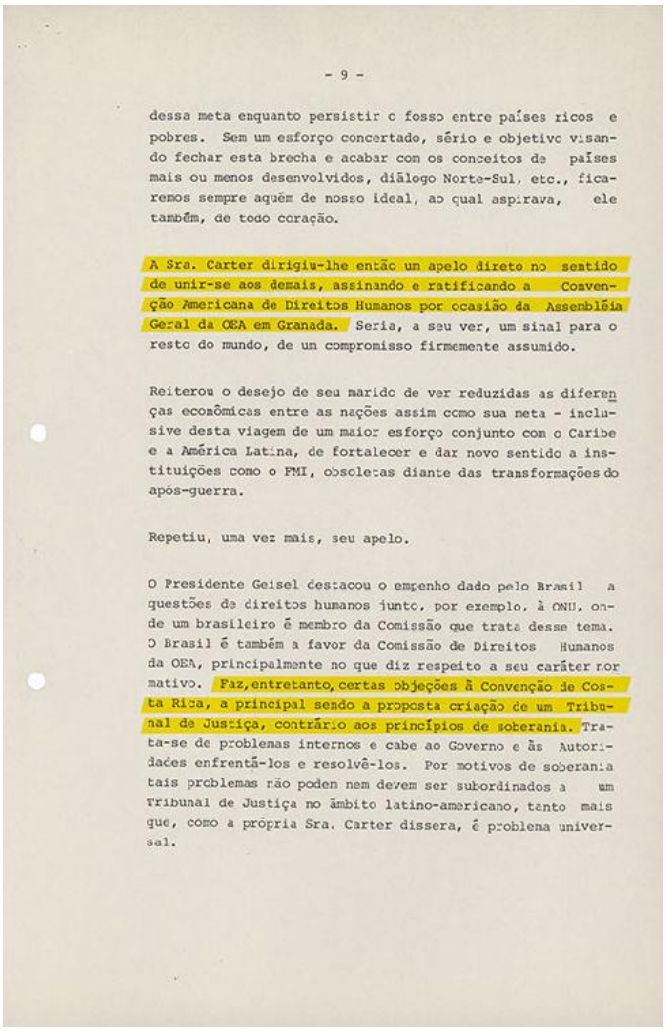
Em Costa Rica, onde foram negociados os termos da Convenção, o Presidente expressou seu desejo de colaborar da forma mais ampla possível para a proteção dos direitos humanos.

Em Equador e no Peru, onde estão instalados governos militares, os respectivos Governantes comprometeram-se a reestabelecer governos civis e democráticos no decorrer dos próximos anos. Ambos consideravam da maior importância para as relações inter-americanas a ratificação da Convenção, assim como um trabalho mais ativo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Em suma, nessas viagens assim como na viagem a Londres do Sr. Carter, sentia-se um espírito novo, a disposição autêntica de ajudar os mais necessitados.

O Brasil, acrescentou a Sra. Carter, como potência emergente, respeitada tanto pelos países em vias de desenvolvimento como pelos desenvolvidos, teria um papel importante a desempenhar neste esforço global, como signatário que é da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trata-se de problema que transcende fronteiras nacionais e permite que todos vivam vidas mais completas, mais livres.

Em sua resposta, o Presidente, embora concordando com a importância do tema, disse ser cético quanto à plena realização des



dessa meta enquanto persistir o fosso entre países ricos e pobres. Sem um esforço concertado, sério e objetivo visando fechar esta brecha e acabar com os conceitos de países mais ou menos desenvolvidos, diálogo Norte-Sul, etc., ficaremos sempre aquém de nosso ideal, ao qual aspirava, ele também, de todo coração.

A Sra. Carter dirigiu-lhe então um apelo direto no sentido de unir-se aos demais, assinando e ratificando a Convenção Americana de Direitos Humanos por ocasião da Assembléia Geral da OEA em Granada. Seria, a seu ver, um sinal para o resto do mundo, de um compromisso firmemente assumido.

Reiterou o desejo de seu marido de ver reduzidas as diferenças econômicas entre as nações assim como sua meta - inclusive desta viagem de um maior esforço conjunto com o Caribe e a América Latina, de fortalecer e dar novo sentido a instituições como o FMI, obsoletas diante das transformações do após-guerra.

Repetiu, uma vez mais, seu apelo.

O Presidente Geisel destacou o empenho dado pelo Brasil a questões de direitos humanos junto, por exemplo, à ONU, onde um brasileiro é membro da Comissão que trata desse tema. O Brasil é também a favor da Comissão de Direitos Humanos da OEA, principalmente no que diz respeito a seu caráter normativo. Faz, entretanto, certas objeções à Convenção de Costa Rica, a principal sendo a proposta criação de um Tribunal de Justiça, contrário aos princípios de soberania. Trata-se de problemas internos e cabe ao Governo e às Autoridades enfrentá-los e resolvê-los. Por motivos de soberania tais problemas não podem nem devem ser subordinados a um Tribunal de Justiça no âmbito latino-americano, tanto mais que, como a própria Sra. Carter dissera, é problema universal.

Inclusive tendo em vista as afirmações do Presidente Carter de que o Hemisfério, o Caribe e a América Latina não podem ser dissociados de seu contexto global, a Convenção de Costa Rica não se constitui em solução adequada.

Continuou, relembrando um fato que caracteriza melhor, talvez, do que qualquer outro, o respeito profundo do Brasil e dos brasileiros pelos direitos humanos: a ausência de preconceitos raciais e religiosos. O Brasil seria talvez realmente um exemplo para o mundo, com sua sociedade multi-racial convivendo em harmonia. Com uma legislação que data de muitos anos e que pune severamente quaisquer tendências racistas. Um povo livre, enfim, e que respeita essas liberdades.

A Sra. Carter retrucou que nos EE.UU. de fato permaneciam problemas dessa índole, embora muito tivesse sido feito em anos recentes para corrigi-los.

Em vista do adiantado da hora, ambos lamentaram a impossibilidade de continuarem a discussão; decidiram retomá-la durante o jantar, abordando principalmente o problema da proliferação de armas nucleares.

Consideraram a visita valiosa, por ter demonstrado que apenas através do conhecimento recíproco pode advir harmonia e convieram que, no fundo, havia acordo quanto aos princípios básico levantados.

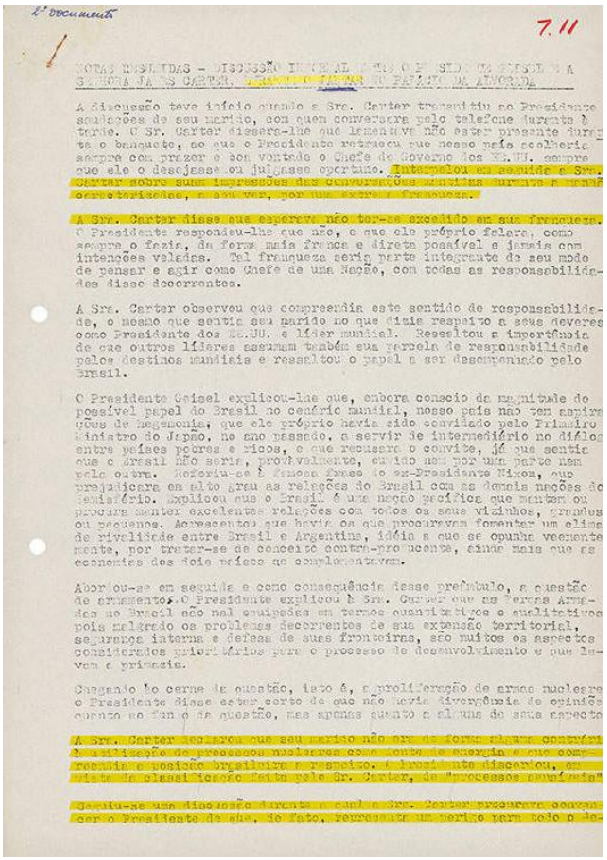
A audiência foi encerrada às 11:40 horas.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

Transcrição do jantar de Rosalynn Carter com Geisel no Palácio da Alvorada

[Os trechos mencionados estão nas páginas 1, 2 e 3]



2º documento

7.11

NOTAS RESERVADAS - DISCUSSÃO INICIAL [illegible] SR. PRESIDENTE E A SENHORA JAMES CARTER, [illegible] NO PALÁCIO DA ALVORADA

A discussão teve início quando a Sra. Carter transmitiu os Presidente saudações de seu marido, com quem conversara pelo telefone durante a tarde. O Sr. Carter dissera-lhe que lamentava não estar presente durante o banquete, ao que o Presidente retrucou que nosso país acolheria sempre com prazer e sob vontade o Chefe do Governo dos E.U.A. sempre que ele o desejasse ou julgasse oportuno. Interpelou em seguida o Sr. Carter sobre suas impressões das conversações mantidas durante a manhã com [illegible], ao que, por sua vez, foi respondido.

A Sra. Carter disse que esperava não ter-se excedido em sua franqueza. O Presidente respondeu-lhe que não, e que ele próprio falara, como sempre o fazia, da forma mais franca e direta possível e jamais com intenções veladas. Tal franqueza seria parte integrante de seu modo de pensar e agir como Chefe de uma Nação, com todas as responsabilidades daí decorrentes.

A Sra. Carter observou que compreendia este sentido de responsabilidade, o mesmo que sentia seu marido no que diz respeito a seus deveres como Presidente dos E.U.A. e líder mundial. Ressaltou a importância de que outros líderes assumam também sua parcela de responsabilidade pelos destinos mundiais e ressaltou o papel a ser desempenhado pelo Brasil.

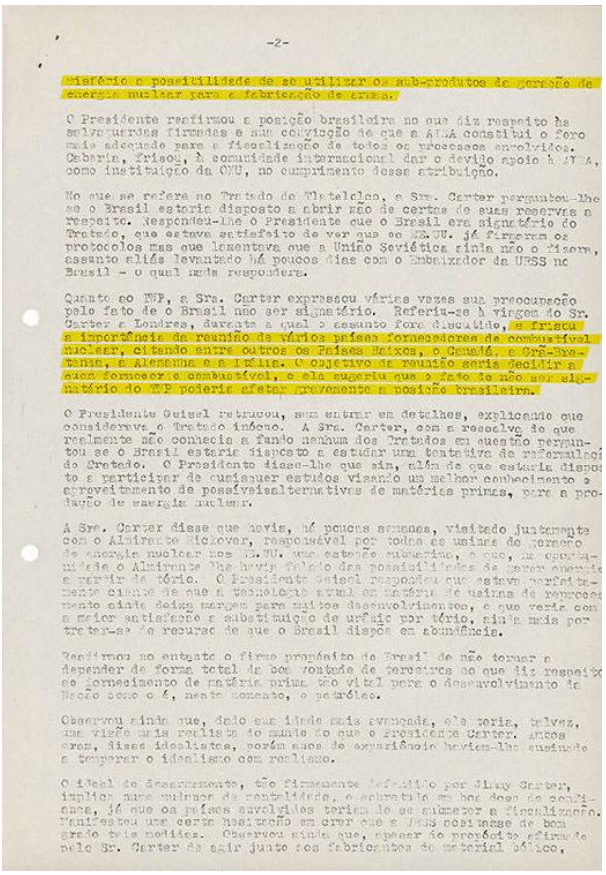
O Presidente Geisel explicou-lhe que, embora consciente da magnitude do possível papel do Brasil no cenário mundial, nosso país não tem aspirações de hegemonia, que ele próprio havia sido convidado pelo Primeiro Ministro do Japão, no ano passado, a servir de intermediário no diálogo entre países pobres e ricos, o que recusara o convite, já que sentia que o Brasil não seria, proficuamente, capaz de um tal papel num plano mundial. Lembrou-se a Senhora Carter do ex-Presidente Nixon, que prejudicara em alto grau as relações do Brasil com as demais nações do hemisfério. Explicou que o Brasil é uma nação profícua que mantem ou procura manter excelentes relações com todos os seus vizinhos, grandes ou pequenos. Acrescentou que havia os que procuravam fomentar um clima de rivalidade entre Brasil e Argentina, idéia a que se opunha veementemente, por tratar-se de conceito contra-producente, sendo mais que as economias dos dois países se complementavam.

Abordou-se em seguida e como consequência desse preâmbulo, a questão de armamentos. O Presidente explicou à Sra. Carter que as Forças Armadas no Brasil são mal equipadas em termos quantitativos e qualitativos pois malgrado os problemas decorrentes de sua extensão territorial, segurança interna e defesa de suas fronteiras, são muitos os aspectos considerados prioritários para o processo de desenvolvimento e que levam a prioridade.

Chegando ao cerne da questão, isto é, a proliferação de armas nucleares o Presidente disse estar certo de que não havia divergências de opiniões quanto ao fundo da questão, mas apenas quanto a alguns de seus aspectos.

A Sra. Carter declarou que seu marido não era de forma alguma contrário à utilização de processos nucleares como fonte de energia e que compreendia a posição brasileira a respeito. O Presidente discordou, em [illegible] feita pelo Sr. Carter, de "processos proibidos".

Seguiu-se uma discussão direta [illegible] Sra. Carter procurou acentuar que o Presidente de fato, representava um perigo para todo o de-



-2-

mistério a possibilidade de se utilizar os sub-produtos do processo de energia nuclear para a fabricação de armas.

O Presidente reafirmou a posição brasileira no que diz respeito às salvaguardas firmadas e sua convicção de que a AIEA constitui o foro mais adequado para a fiscalização de todos os processos envolvidos. Cabendo, frisou, à comunidade internacional dar o devido apoio à AIEA, como instituição da ONU, no cumprimento dessa atribuição.

No que se refere ao Tratado de Tlatelolco, o Sra. Carter perguntou-lhe se o Brasil estaria disposto a abrir mão de certas de suas reservas a respeito. Respondeu-lhe o Presidente que o Brasil era signatário do Tratado, que estava satisfeito de ver que os EE.UU. já firmaram os protocolos mas que lamentava que a União Soviética ainda não o fizera, assunto aliás levantado há poucos dias com o Embaixador da URSS no Brasil - o qual ainda responderá.

Quanto ao TNP, a Sra. Carter expressou várias vezes sua preocupação pelo fato de o Brasil não ser signatário. Referiu-se à viagem do Sr. Carter a Londres, durante a qual o assunto fora discutido, e frisou a importância da reunião de vários países fornecedores de combustível nuclear, citando entre outros os Países Baixos, o Canadá, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália. O objetivo da reunião seria decidir a quem fornecer o combustível, e ela sugeriu que o fato de não ser signatário do TNP poderia afetar provavelmente a posição brasileira.

O Presidente Geisel retrucou, sem entrar em detalhes, explicando que considerava o Tratado inócuo. A Sra. Carter, com a ressalva de que realmente não conhecia a fundo nenhum dos Tratados em questão perguntou se o Brasil estaria disposto a estudar uma tentativa de reformulação do Tratado. O Presidente disse-lhe que sim, além de que estaria disposto a participar de quaisquer estudos visando um melhor conhecimento e aproveitamento de possíveisalternativas de matérias primas, para a produção de energia nuclear.

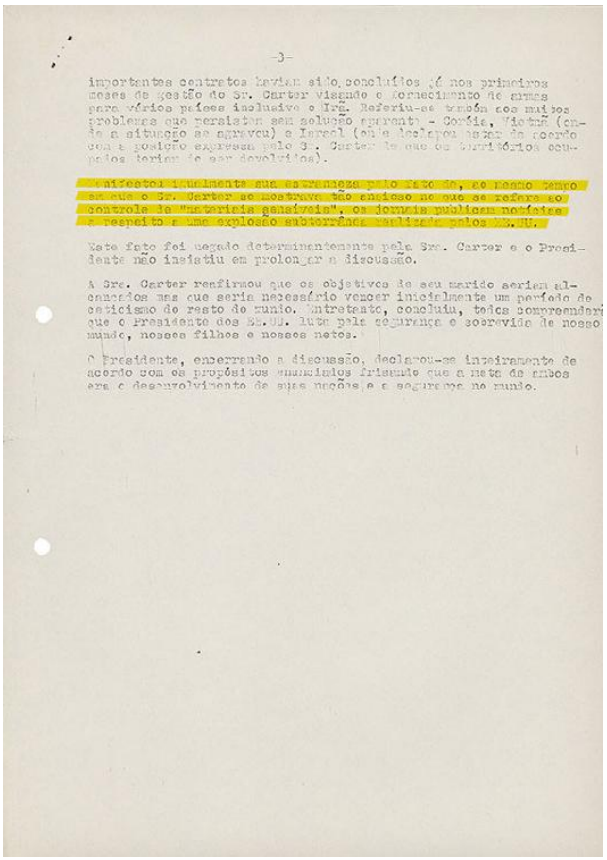
A Sra. Carter disse que havia, há poucas semanas, visitado juntamente com o Almirante Rickover, responsável por todos os assuntos de energia nuclear nos EE.UU. que estação eletronica, e que, na oportunidade o Almirante lhe havia falado das possibilidades de novas energias a partir do tório. O Presidente Geisel respondeu que estava perfeitamente ciente de que a tecnologia atual em matéria de usinas de reprocessamento ainda deixa margem para muito desenvolvimento, e que veria com a maior satisfação a substituição de urânio por tório, ainda mais por tratar-se de recurso de que o Brasil dispõe em abundância.

Reafirmou no entanto o firme propósito do Brasil de não tornar a depender de forma total da boa vontade de terceiros no que diz respeito ao fornecimento de matéria prima tão vital para o desenvolvimento da Nação como o é, neste momento, o petróleo.

Observou ainda que, dado sua idade mais avançada, ele seria, talvez, um pouco mais realista do mundo do que o Presidente Carter. Ambos eram, disse idealistas, porém anos de experiência haviam-lhe ensinado a temperar o idealismo com realismo.

O ideal de desarmamento, tão firmemente defendido por Jimmy Carter, implica numa mudança de mentalidade, e obviamente em boa dose de confiança, já que os países envolvidos teriam de se submeter a fiscalização. Manifestou uma certa hesitação em crer que a URSS assinasse de boa grado tais medidas. Observou ainda que, apesar do propósito afirmado pelo Sr. Carter de agir junto aos fabricantes de material bélico,

[Voltar] | [Transcrição]



-3-

importantes contratos haviam sido concluídos já nos primeiros meses de gestão do Sr. Carter visando o fornecimento de armas para vários países inclusive o Irã. Referiu-se também aos muitos problemas que persistem sem solução aparente - Corréia, Vietnã (onde a situação se agravou) e Israel (onde declarou haver-se acordo com a posição expressa pelo Sr. Carter de que os territórios ocupados teriam de ser devolvidos).

Manifestou igualmente sua estranheza pelo fato de, ao longo tempo em que o Sr. Carter se mostrava tão incisivo no que se refere ao controle de "materiais sensíveis", os jornais publicam notícias a respeito [illegible] uma explosão subterrânea realizada pelos EE.UU.

Este fato foi negado determinantemente pelo Sr. Carter e o Presidente não insistiu em prolongar a discussão.

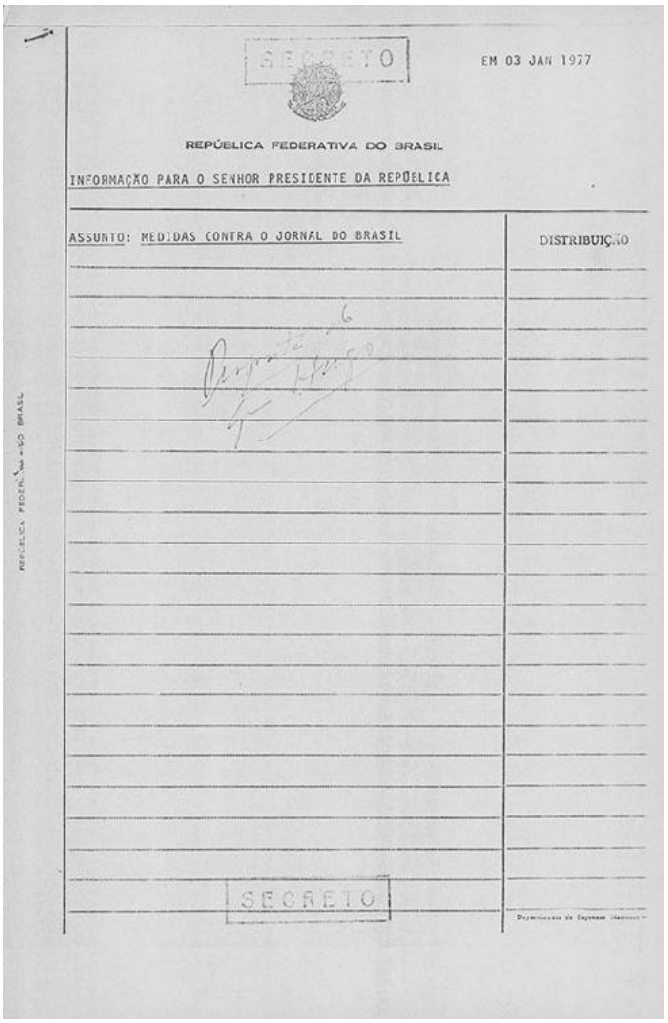
A Sra. Carter reafirmou que os objetivos de seu marido seriam alcançados mas que seria necessário vencer inicialmente um período de ceticismo do resto do mundo. Entretanto, concluiu, todos compreendem que o Presidente dos EE.UU. luta pela segurança e sobrevida de nosso mundo, nossos filhos e nossos netos.

O Presidente, encerrando a discussão, declarou-se inteiramente de acordo com os propósitos enunciados frisando que a meta de ambos era o desenvolvimento de suas nações e a segurança no mundo.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Pacote de medidas contra o *Jornal do Brasil* sugerido pelo general Hugo Abreu



SECRETO

EM 03 JAN 1977

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

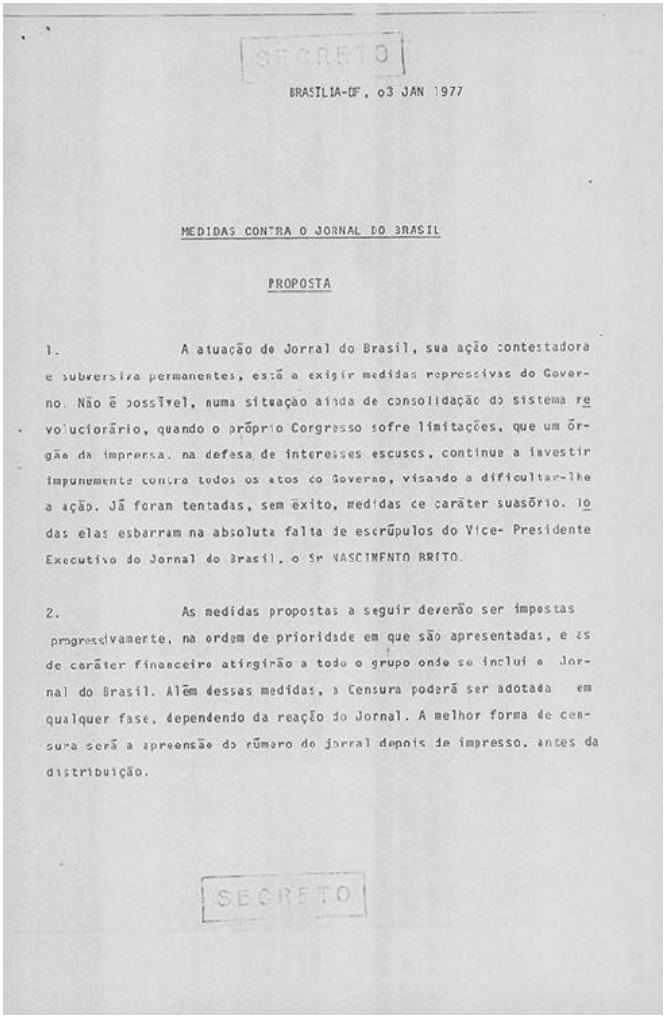
INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ASSUNTO: MEDIDAS CONTRA O JORNAL DO BRASIL

DISTRIBUIÇÃO

SECRETO

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



SECRETO

BRASILIA-DF, 03 JAN 1977

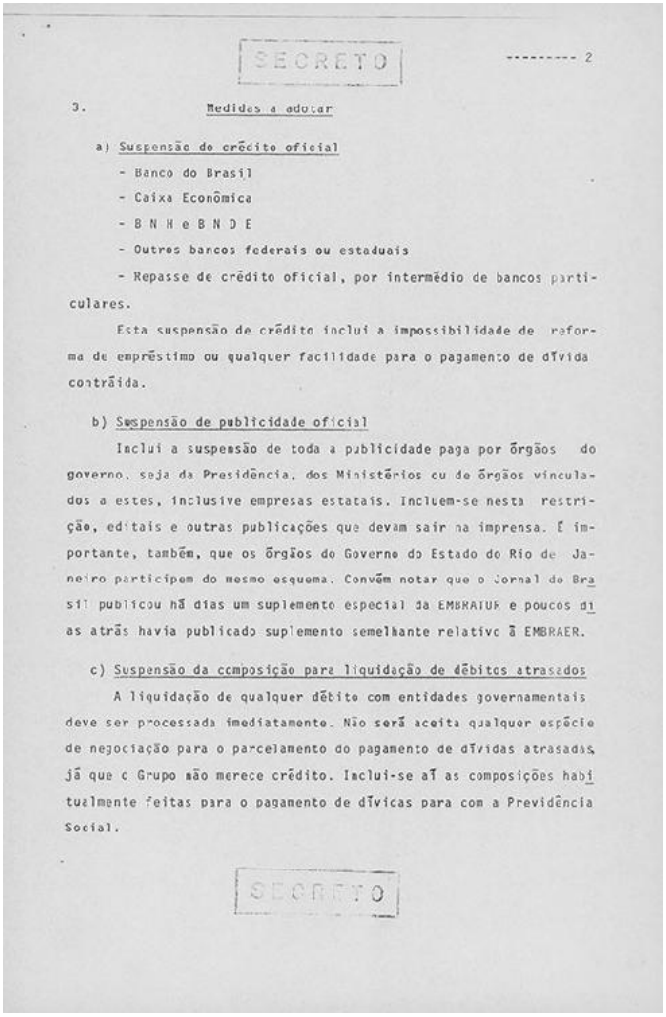
MEDIDAS CONTRA O JORNAL DO BRASIL

PROPOSTA

1. A atuação do Jornal do Brasil, sua ação contestadora e subversiva permanentes, está a exigir medidas repressivas do Governo. Não é possível, numa situação ainda de consolidação do sistema revolucionário, quando o próprio Congresso sofre limitações, que um órgão da imprensa, na defesa de interesses escusos, continue a investir impunemente contra todos os atos do Governo, visando a dificultar-lhe a ação. Já foram tentadas, sem êxito, medidas de caráter suasório. Todas elas esbarram na absoluta falta de escrúpulos do Vice- Presidente Executivo do Jornal do Brasil, o Sr NASCIMENTO BRITO.

2. As medidas propostas a seguir deverão ser impostas progressivamente, na ordem de prioridade em que são apresentadas, e as de caráter financeiro atingirão a todo o grupo onde se inclui o Jornal do Brasil. Além dessas medidas, a Censura poderá ser adotada em qualquer fase, dependendo da reação do Jornal. A melhor forma de censura será a apreensão do número do jornal depois de impresso, antes da distribuição.

SECRETO



SECRETO

3. Medidas a adotar

a) Suspensão do crédito oficial

- Banco do Brasil
- Caixa Econômica
- B N H e B N D E
- Outros bancos federais ou estaduais
- Repasse de crédito oficial, por intermédio de bancos particulares.

Esta suspensão de crédito inclui a impossibilidade de reforma de empréstimo ou qualquer facilidade para o pagamento de dívida contraída.

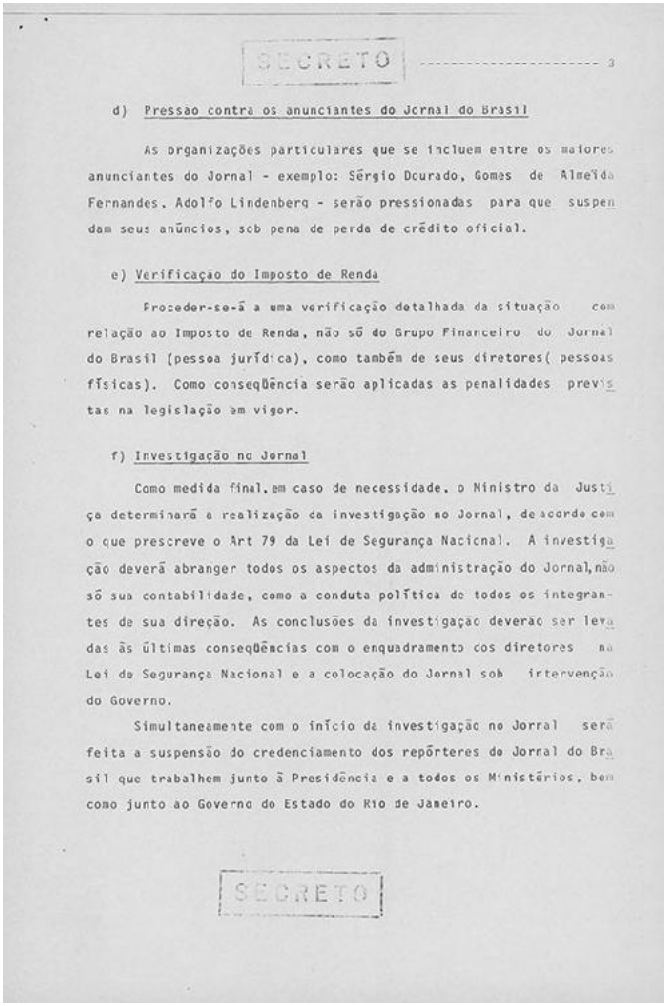
b) Suspensão de publicidade oficial

Inclui a suspensão de toda a publicidade paga por órgãos do governo, seja da Presidência, dos Ministérios ou de órgãos vinculados a estes, inclusive empresas estatais. Incluem-se nesta restrição, editais e outras publicações que devam sair na imprensa. É importante, também, que os órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro participem do mesmo esquema. Convém notar que o Jornal do Brasil publicou há dias um suplemento especial da EMBRAIUR e poucos dias atrás havia publicado suplemento semelhante relativo à EMBRAER.

c) Suspensão da composição para liquidação de débitos atrasados

A liquidação de qualquer débito com entidades governamentais deve ser processada imediatamente. Não será aceita qualquer espécie de negociação para o parcelamento do pagamento de dívidas atrasadas, já que o Grupo não merece crédito. Inclui-se aí as composições habitualmente feitas para o pagamento de dívicas para com a Previdência Social.

SECRETO



SECRETO ---------- 3

d) Pressão contra os anunciantes do Jornal do Brasil

As organizações particulares que se incluem entre os maiores anunciantes do Jornal - exemplo: Sérgio Dourado, Gomes de Almeida Fernandes, Adolfo Lindenberg - serão pressionadas para que suspendam seus anúncios, sob pena de perda de crédito oficial.

e) Verificação do Imposto de Renda

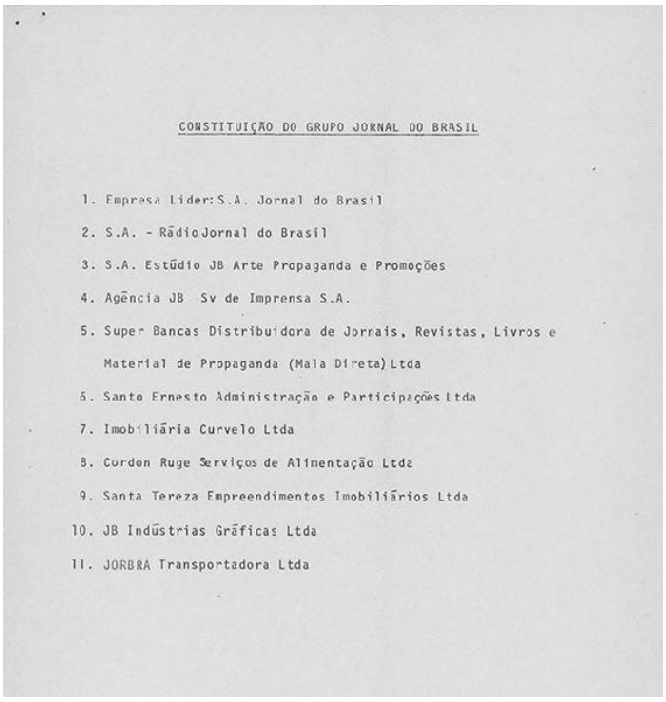
Proceder-se-á a uma verificação detalhada da situação com relação ao Imposto de Renda, não só do Grupo Financeiro do Jornal do Brasil (pessoa jurídica), como também de seus diretores(pessoas físicas). Como conseqüência serão aplicadas as penalidades previstas na legislação em vigor.

f) Investigação no Jornal

Como medida final, em caso de necessidade, o Ministro da Justiça determinará a realização da investigação no Jornal, de acordo com o que prescreve o Art 79 da Lei de Segurança Nacional. A investigação deverá abranger todos os aspectos da administração do Jornal, não só sua contabilidade, como a conduta política de todos os integrantes de sua direção. As conclusões da investigação deverão ser levadas às últimas conseqüências com o enquadramento dos diretores na Lei de Segurança Nacional e a colocação do Jornal sob intervenção do Governo.

Simultaneamente com o início da investigação no Jornal será feita a suspensão do credenciamento dos repórteres do Jornal do Brasil que trabalhem junto à Presidência e a todos os Ministérios, bem como junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

SECRETO



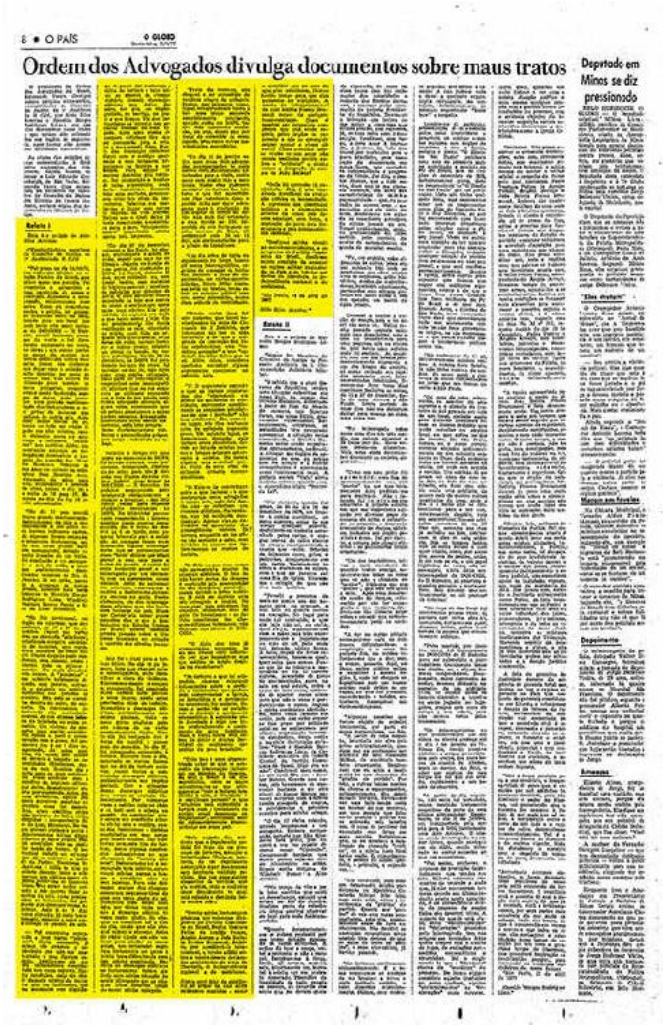
CONSTITUIÇÃO DO GRUPO JORNAL DO BRASIL

1. Empresa Lider: S.A. Jornal do Brasil
2. S.A. - Rádio Jornal do Brasil
3. S.A. Estúdio JB Arte Propaganda e Promoções
4. Agência JB Sv de Imprensa S.A.
5. Super Bancas Distribuidora de Jornais, Revistas, Livros e Material de Propaganda (Mala Direta) Ltda
6. Santo Ernesto Administração e Participações Ltda
7. Imobiliária Curvelo Ltda
8. Cordon Ruge Serviços de Alimentação Ltda
9. Santa Tereza Empreendimentos Imobiliários Ltda
10. JB Indústrias Gráficas Ltda
11. JORBRA Transportadora Ltda

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

O Globo, 2 de setembro de 1977

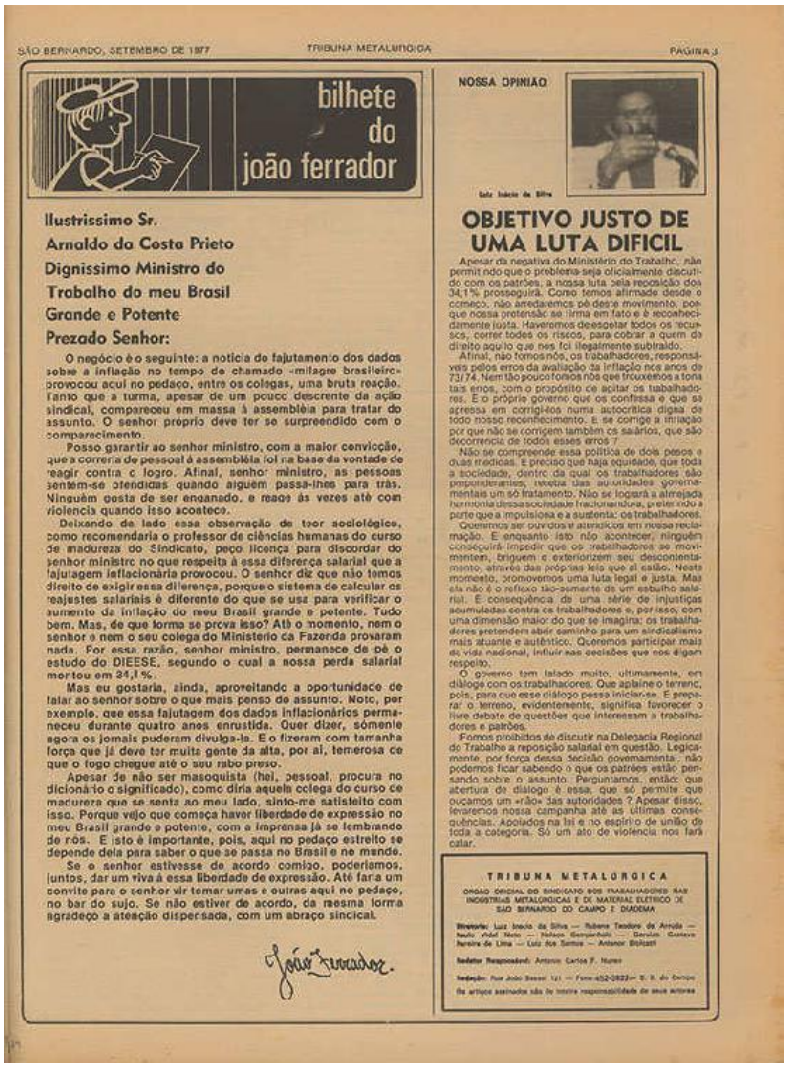


Ordem dos Advogados divulga documentos sobre maus tratos

Deputado em Minas se diz pressionado

[Voltar] | [Transcrição]

Página da *Tribuna Metalúrgica* de setembro de 1977



SÃO BERNARDO, SETEMBRO DE 1977 — TRIBUNA METALÚRGICA — PÁGINA 3

Ilustríssimo Sr.
Arnaldo da Costa Prieto
Digníssimo Ministro do
Trabalho do meu Brasil
Grande e Potente
Prezado Senhor:

O negócio é o seguinte: a notícia de fajutamento dos dados sobre a inflação no tempo de chamado «milagre brasileiro» provocou aqui no pedaço, entre os colegas, uma brute reação. Tanto que a turma, apesar de um pouco descrente da ação sindical, compareceu em massa à assembléia para tratar do assunto. O senhor próprio deve ter se surpreendido com o comparecimento.

Posso garantir ao senhor ministro, com a maior convicção, que a correria de pessoal à assembléia foi na base da vontade de reagir contra o logro. Afinal, senhor ministro, as pessoas sentem-se ofendidas quando alguém passa-lhes para trás. Ninguém gosta de ser enganado, e reage às vezes até com violência quando isso acontece.

Deixando de lado essa observação de teor sociológico, como recomendaria o professor de ciências humanas do curso de madureza do Sindicato, peço licença para discordar do senhor ministro no que respeita à essa diferença salarial que a fajutagem inflacionária provocou. O senhor diz que não temos direito de exigir essa diferença, porque o sistema de calcular os reajustes salariais é diferente do que se usa para verificar o aumento da inflação do meu Brasil grande e potente. Tudo bem. Mas, de que forma se prova isso? Até o momento, nem o senhor e nem o seu colega do Ministério da Fazenda provaram nada. Por essa razão, senhor ministro, permanece de pé o estudo do DIEESE, segundo o qual a nossa perda salarial montou em 34,1%.

Mas eu gostaria, ainda, aproveitando a oportunidade de falar ao senhor sobre o que mais penso de assunto. Note, por exemplo, que essa fajutagem dos dados inflacionários permaneceu durante quatro anos enrustida. Quer dizer, somente agora os jornais puderam divulgá-la. E o fizeram com tarrafna força que já deve ter muita gente da alta, por aí, temerosa de que o fogo chegue até o seu rabo preso.

Apesar de não ser masoquista (hei, pessoal, procure no dicionário o significado), como diria aquele colega do curso de maturera que se senta ao meu lado, sinto-me satisfeito com isso. Porque vejo que começa haver liberdade de expressão no meu Brasil grande e potente, com a imprensa já se lembrando de nós. E isto é importante, pois, aqui no pedaço estreito se depende dela para saber o que se passa no Brasil e no mundo.

Se o senhor estivesse de acordo comigo, poderíamos, juntos, dar um viva à essa liberdade de expressão. Até fara um convite para o senhor vir tomar umas e outras aqui no pedaço, no bar do sujo. Se não estiver de acordo, da mesma forma agradeço a atenção dispensada, com um abraço sincical.

João Ferrador.

NOSSA OPINIÃO

Luiz Inácio da Silva

OBJETIVO JUSTO DE UMA LUTA DIFICIL

Apesar da negativa do Ministério do Trabalho, não permitindo que o problema seja oficialmente discutido com os patrões, a nossa luta pela reposição dos 34,1% prosseguirá. Como temos afirmado desde o começo, não arredaremos pé desse movimento, porque nossa pretensão se firma em fato e é reconhecidamente justa. Haveremos de esgotar todos os recursos, correr todos os riscos, para cobrar a quem de direito aquilo que nos foi ilegalmente subtraído.

Afinal, não somos nós, os trabalhadores, responsáveis pelos erros da avaliação da inflação nos anos de 73/74. Nem tão pouco fomos nós que trouxemos a tona tais erros, com o propósito de acitar os trabalhadores. É o próprio governo que os confessa e que se apressa em corrigi-los numa autocrítica digna de todo nosso reconhecimento. E se corrige a inflação por que não se corrigem também os salários, que são decorrencia de todos esses erros ?

Não se compreende essa política de dois pesos e duas medidas. É preciso que haja equidade, que toda a sociedade, dentro da qual os trabalhadores são preponderantes, receba das autoridades governamentais um só tratamento. Não se logrará a almejada harmonia despassionalizada (racionalizada, preferimos) a parte que a impulsiona e a sustenta: os trabalhadores.

Queremos ser ouvidos e atendidos em nossa reclamação. E enquanto isto não acontecer, ninguém conseguirá impedir que os trabalhadores se movimentem, briguem e exteriorizem seu descontentamento, através das próprias leis que aí estão. Nesse momento, promovemos uma luta legal e justa. Mas ela não é o reflexo tão-somente de um estouro salarial. É consequência de uma série de injustiças acumuladas contra os trabalhadores e, porisso, com uma dimensão maior do que se imagina: os trabalhadores pretendem abrir caminho para um sindicalismo mais atuante e autêntico. Queremos participar mais da vida nacional, influir nas decisões que nos digam respeito.

O governo tem falado muito, ultimamente, em diálogo com os trabalhadores. Que aplaine o terreno, pois, para que esse diálogo possa iniciar-se. E preparar o terreno, evidentemente, significa favorecer o livre debate de questões que interessam a trabalhadores e patrões.

Fomos proibidos de discutir na Delegacia Regional do Trabalho a reposição salarial em questão. Logicamente, por força dessa decisão governamental, não podemos ficar sabendo o que os patrões estão pensando sobre o assunto. Perguntamos, então: que abertura de diálogo é essa, que só permite que ouçamos um «não» das autoridades ? Apesar disso, levaremos nossa campanha até as últimas consequências. Apoiados na lei e no espírito de união de toda a categoria. Só um ato de violência nos fará calar.

TRIBUNA METALÚRGICA
ORGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA

Diretoria: Luiz Inácio da Silva — Roberto Teodoro de Arruda — Paulo Vidal Neto — Nelson Campanholi — Benedito Gonçalves Ferreira de Lima — Luiz dos Santos — Antenor Stolcatt

Redator Responsável: Antonio Carlos F. Nunes

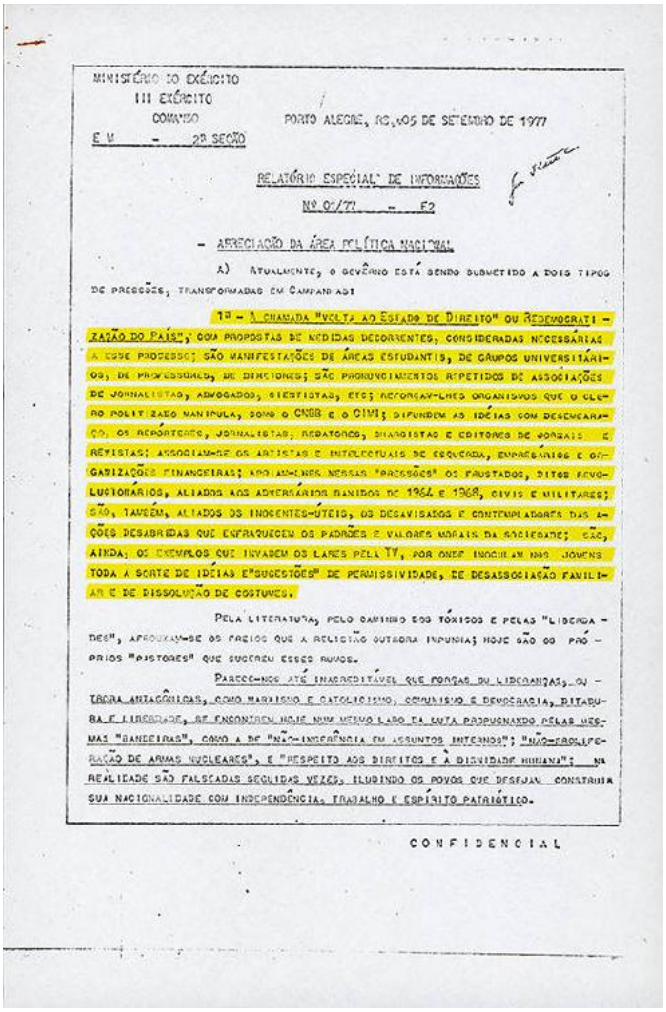
Redação: Rua João Basso, 141 — Fone 452-0822 — S. B. do Campo

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

[Voltar] | [Transcrição]

Documento confidencial intitulado *Relatório Especial de Informações* assinado pelo General Fernando Bethlem

[Os trechos mencionados estão nas páginas 1, 3 e 4]



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
COMANDO
E M - 2ª SEÇÃO

PORTO ALEGRE, RS, 05 DE SETEMBRO DE 1977

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES
Nº 0/77 - E2

- APRECIAÇÃO DA ÁREA POLÍTICA NACIONAL

A) Atualmente, o governo está sendo submetido a dois tipos de pressões, transformadas em campanhas:

1ª - A chamada "Volta ao Estado de Direito" ou Redemocratização do País", com propostas de medidas decorrentes, consideradas necessárias a esse processo; são manifestações de áreas estudantis, de grupos universitários, de profissionais, de dimensões; são pronunciamentos repetidos de associações de jornalistas, advogados, cientistas, etc; acrescem-lhes organismos que o clero político manipula, como o CNBB e o CIMI; difundem as idéias com desembaraço, os repórteres, jornalistas, redatores, diagramistas e editores de jornais e revistas; associam-se os artistas e intelectuais de segunda, empresários e organizações financeiras; apoiam-lhes nessas "pressões" os frustados, bitos revolucionários, aliados aos aderemários banidos de 1964 e 1968, civis e militares; são, também, aliados os inocentes-úteis, os desavisados e contemplacionistas das ações desabridas que enfraquecem os padrões e valores morais da sociedade; são, ainda, os exemplos que invadem os lares pela TV, por onde inoculam nos jovens toda a sorte de idéias e "sugestões" de permissividade, de desassociação familiar e de dissolução de costumes.

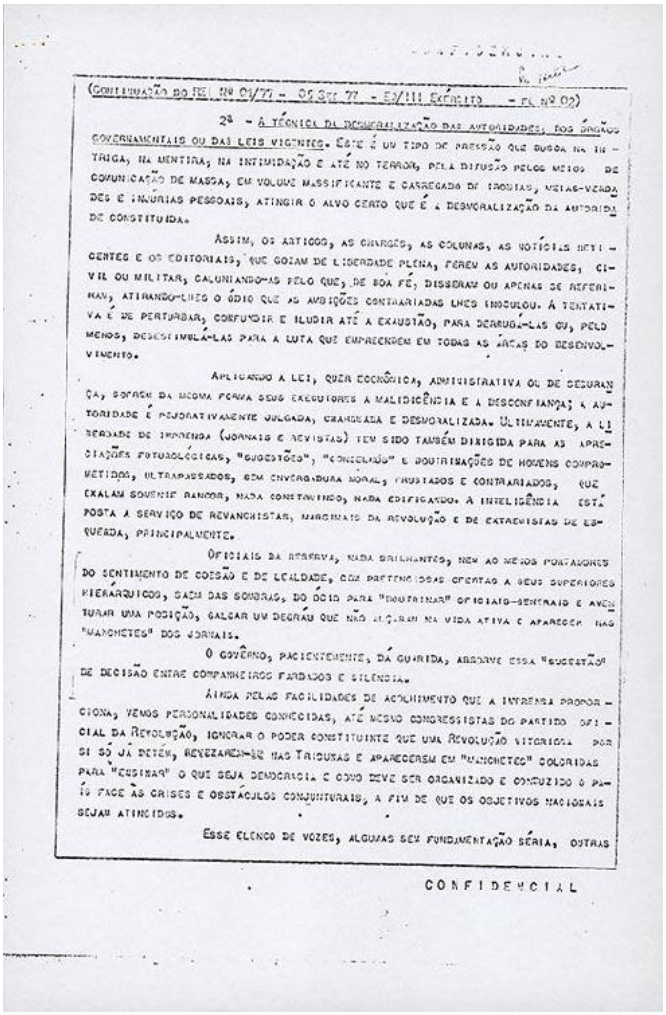
Pela literatura, pelo caminho dos tóxicos e pelas "lideranças", arrocham-se os laços que a religião outrora impunha; hoje são os próprios "pastores" que sucedeu esses ruins.

Parecem-nos até inacreditável que forças ou liderenças, ou teorias antagônicas, como marxismo e catolicismo, comunismo e democracia, ditadura e liberdade, se encontrem hoje num mesmo laço de luta propugnados pelas mesmas "bandeiras", como a de "não-ingerência em assuntos internos"; "não-proliferação de armas nucleares", e "respeito aos direitos e à dignidade humana"; na realidade são falseadas seculas vezes, iludindo os povos que desejam construir sua nacionalidade com independência, trabalho e espírito patriótico.

CONFIDENCIAL

Página 1 de 4

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(CONTINUAÇÃO DO INF. Nº 04/77 - SC Sec 77 - EX/III EXÉRCITO - FL Nº 02)

2ª - A TÉCNICA DA DESMORALIZAÇÃO DAS AUTORIDADES, DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS OU DAS LEIS VIGENTES. Este é um tipo de pressão que busca na intriga, na mentira, na intimidação e até no terror, pela difusão pelos meios de comunicação de massa, em volume massificante e carregado de injúrias, meias-verdades e insurias pessoais, atingir o alvo certo que é a desmoralização da autoridade constituída.

Assim, os artigos, as charges, as colunas, as notícias inteligentes e os editoriais, que gozam de liberdade plena, ferem as autoridades, civil ou militar, caluniando-as pelo que, de boa fé, dissoram ou apenas se referiram, atirando-lhes o ódio que as ambições contrariadas lhes inoculou. A tentativa é de perturbar, confundir e iludir até a exaustão, para derrubá-las ou, pelo menos, desestimulá-las para a luta que empreendem em todas as áreas do desenvolvimento.

Aplicando a lei, quer econômica, administrativa ou de segurança, sofrem da mesma feriva seus executores a maledicência e a desconfiança; a autoridade é pejorativamente julgada, chamuscada e desmoralizada. Ultimamente, a liberdade de imprensa (jornais e revistas) tem sido também dirigida para as aprecitações futurológicas, "sugestões", "conselhos" e doutrinações de homens comprometidos, ultrapassados, sem envergadura moral, frustados e contrariados, que exalam somente rancor, nada construtivo, nada edificante. A inteligência está posta a serviço de revanchistas, marginais da revolução e de extremistas de esquerda, principalmente.

Oficiais da reserva, nada brilhantes, nem ao menos portadores do sentimento de coesão e de lealdade, com pretenciosas ofertas a seus superiores hierárquicos, saem das sombras, do ócio para "doutrinar" oficiais-generais e aventurar uma posição, galgar um degrau que não alcançam na vida ativa e aparecer nas "manchetes" dos jornais.

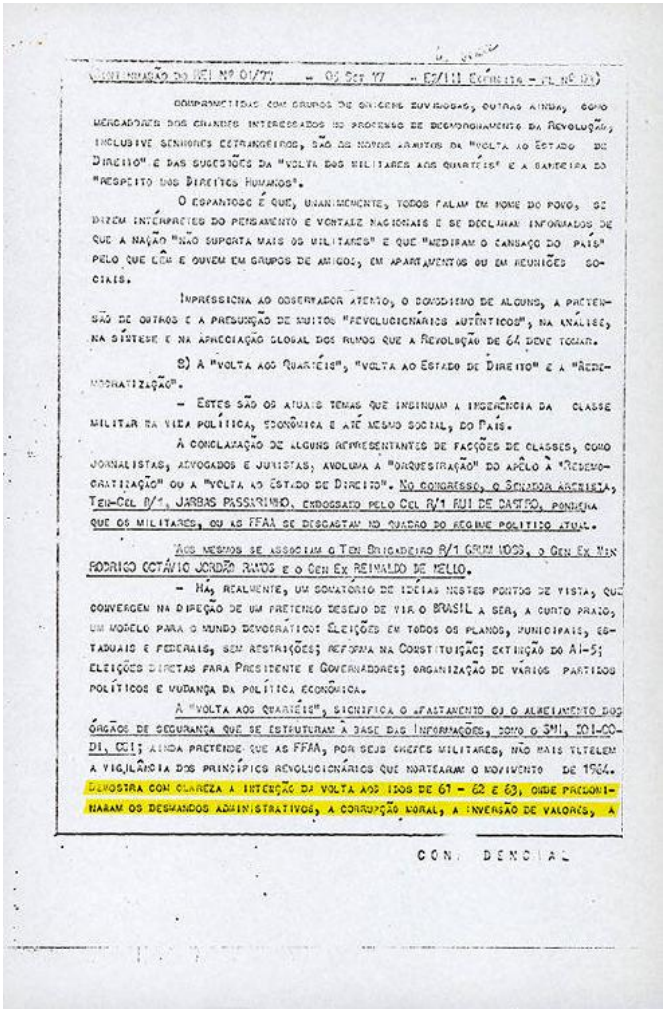
O governo, pacientemente, dá guarida, absorve essa "sugestão" de decisão entre companheiros fardados e silenciosa.

Ainda pelas facilidades de acolhimento que a imprensa proporciona, vemos personalidades conhecidas, até mesmo congressistas do partido oficial da Revolução, ignorar o poder constituinte que uma Revolução vitoriosa por si só já detém, revezarem-se nas tribunas e aparecerem em "manchetes" coloridas para "ensinar" o que seja democracia e como deve ser organizado e conduzido o país face às crises e obstáculos conjunturais, a fim de que os objetivos nacionais sejam atingidos.

Esse elenco de vozes, algumas sem fundamentação séria, outras

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



COMPROMETIDAS COM GRUPOS DE ORIGENS DUVIDOSAS, OUTRAS AINDA, COMO MERCADORES DOS GRANDES INTERESSADOS NO PROSSEGUIMENTO DA REVOLUÇÃO, INCLUSIVE SENHORES ESTRANGEIROS, SÃO DE NOVOS ARAUTOS DA "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" E DAS SUGESTÕES DA "VOLTA DOS MILITARES AOS QUARTÉIS" E A BANDEIRA DO "RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS".

O ESPANTOSO É QUE, UNANIMEMENTE, TODOS FALAM EM NOME DO POVO, SE DIZEM INTÉRPRETES DO PENSAMENTO E VONTADE NACIONAIS E SE DECLARAM INFORMADOS DE QUE A NAÇÃO "NÃO SUPORTA MAIS OS MILITARES" E QUE "MEDIRAM O CANSAÇO DO PAÍS" PELO QUE LÊM E OUVEM EM GRUPOS DE AMIGOS, EM APARTAMENTOS OU EM REUNIÕES SOCIAIS.

IMPRESSIONA AO OBSERVADOR ATENTO, O DOGMATISMO DE ALGUNS, A PRETENSÃO DE OUTROS E A PRESUNÇÃO DE MUITOS "REVOLUCIONÁRIOS AUTÊNTICOS", NA ANÁLISE, NA SÍNTESE E NA APRECIAÇÃO GLOBAL DOS RUMOS QUE A REVOLUÇÃO DE 64 DEVE TOMAR.

2) A "VOLTA AOS QUARTÉIS", "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" E A "REDEMOCRATIZAÇÃO".

- ESTES SÃO OS ATUAIS TEMAS QUE INSINUAM A INGERÊNCIA DA CLASSE MILITAR NA VIDA POLÍTICA, ECONÔMICA E ATÉ MESMO SOCIAL, DO PAÍS.

A CONCLAMAÇÃO DE ALGUNS REPRESENTANTES DE FACÇÕES DE CLASSES, COMO JORNALISTAS, ADVOGADOS E JURISTAS, AVOLUMA A "ORQUESTRAÇÃO" DO APELO À "REDEMOCRATIZAÇÃO" OU A "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO". NO CONGRESSO, O SENADOR ARENISTA, TEN-CEL R/1, JARBAS PASSARINHO, ENDOSSADO PELO CEL R/1 RUI DE CASTRO, PONDERA QUE OS MILITARES, OU AS FFAA SE DESGASTAM NO QUADRO DO REGIME POLÍTICO ATUAL.

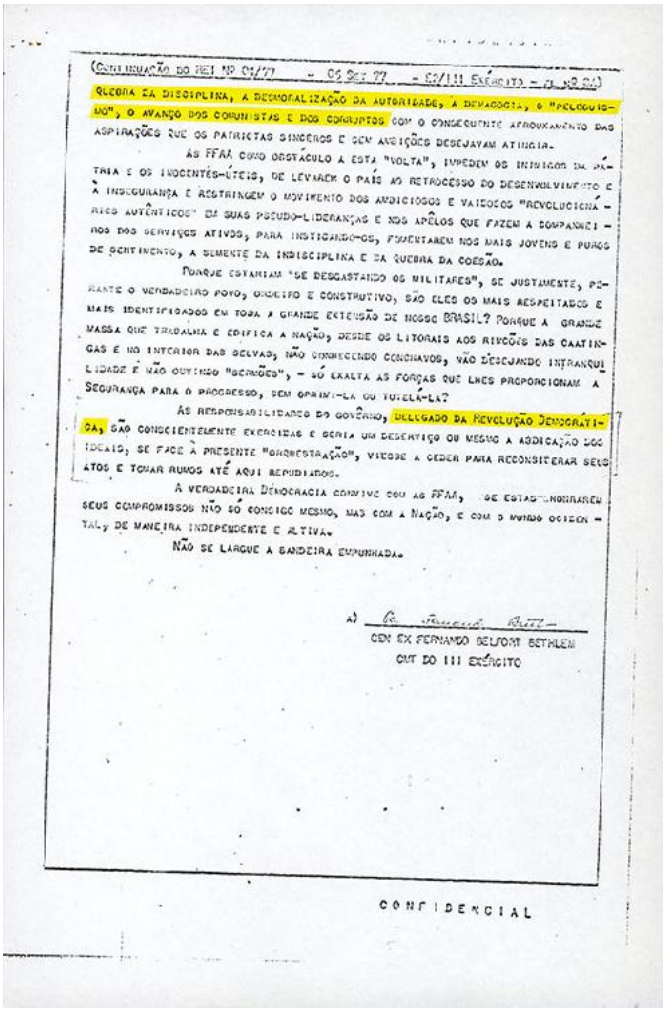
AOS MESMOS SE ASSOCIAM O TEN BRIGADEIRO R/1 GRUM 1003, O GEN EX NEN RODRIGO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS E O GEN EX REINALDO DE MELLO.

- HÁ, REALMENTE, UM SONATÓRIO DE IDÉIAS NESTES PONTOS DE VISTA, QUE CONVERGEM NA DIREÇÃO DE UM PRETENSO DESEJO DE VER O BRASIL A SER, A CURTO PRAZO, UM MODELO PARA O MUNDO DEMOCRÁTICO: ELEIÇÕES EM TODOS OS PLANOS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, SEM RESTRIÇÕES; REFORMA NA CONSTITUIÇÃO; EXTINÇÃO DO AI-5; ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE E GOVERNADORES; ORGANIZAÇÃO DE VÁRIOS PARTIDOS POLÍTICOS E MUDANÇA DA POLÍTICA ECONÔMICA.

A "VOLTA AOS QUARTÉIS", SIGNIFICA O AFASTAMENTO OU O ALIJAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA QUE SE ESTRUTURAM À BASE DAS INFORMAÇÕES, COMO O SNI, CIE-CODI, CIE; AINDA PRETENDE QUE AS FFAA, POR SEUS CHEFES MILITARES, NÃO MAIS TUTELEM A VIGILÂNCIA DOS PRINCÍPIOS REVOLUCIONÁRIOS QUE NORTEARAM O MOVIMENTO DE 1964. DEMONSTRA COM CLAREZA A INTENÇÃO DA VOLTA AOS IDOS DE 61 - 62 E 63, ONDE PREDOMINARAM OS DESMANDOS ADMINISTRATIVOS, A CORRUPÇÃO MORAL, A INVERSÃO DE VALORES, A

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]



(CONTINUAÇÃO DO REL Nº 01/77 - 05 DEZ 77 - CI/III EXÉRCITO - fl. Nº 02)

QUEBRA DA DISCIPLINA, A DESMORALIZAÇÃO DA AUTORIDADE, A DEMAGOGIA, O "PELEGUISMO", O AVANÇO DOS COMUNISTAS E DOS CORRUPTOS COM O CONSEQUENTE AFROUXAMENTO DAS ASPIRAÇÕES QUE OS PATRIOTAS SINCEROS E DE BOAS INTENÇÕES DESEJAVAM ATINGIR.

AS FFAA COMO OBSTÁCULO A ESTA "VOLTA", IMPEDEM OS INTUITOS DE MALTRATA E OS INOCENTES-ÚTEIS, DE LEVAREM O PAÍS AO RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO E À INSEGURANÇA E RESTRINGEM O MOVIMENTO DOS AMBICIOSOS E VAIDOSOS "REVOLUCIONÁRIOS AUTÊNTICOS" DE SUAS PSEUDO-LIDERANÇAS E NOS APÊLOS QUE FAZEM A COMPANHEIROS DOS SERVIÇOS ATIVOS, PARA INSTIGANDO-OS, FOMENTAREM NOS MAIS JOVENS E PUROS DE DENTRE ELES, A SEMENTE DA INDISCIPLINA E DA QUEBRA DA COESÃO.

PORQUE ESTARIAM "SE DESGASTANDO OS MILITARES", SE JUSTAMENTE, PERANTE O VERDADEIRO POVO, ORDEIRO E CONSTRUTIVO, SÃO ELES OS MAIS RESPEITADOS E MAIS IDENTIFICADOS EM TODA A GRANDE EXTENSÃO DE NOSSO BRASIL? PORQUE A GRANDE MASSA QUE TRABALHA E EDIFICA A NAÇÃO, DESDE OS LITORAIS AOS RINCÕES DAS CAATINGAS E NO INTERIOR DAS SELVAS, NÃO CONHECENDO CONCHAVOS, NÃO DESEJANDO INTRANQUILIDADE E NÃO OUVINDO "SEREIAS", - SÓ EXALTA AS FORÇAS QUE LHES PROPORCIONAM A SEGURANÇA PARA O PROGRESSO, SEM QUERÊ-LA OU TUTELÁ-LA?

AS RESPONSABILIDADES DO GOVÊRNO, DELEGADO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, SÃO CONCIENTEMENTE EXERCIDAS E SERIA UM DESSERVIÇO OU MESMO A ABDICAÇÃO DOS IDEAIS, SE FACE À PRESENTE "ORQUESTRAÇÃO", VIESSE A CEDER PARA RECONSITERAR SEUS ATOS E TOMAR RUMOS ATÉ AQUI REPUDIADOS.

A VERDADEIRA DEMOCRACIA CONVIVE COM AS FFAA, DE ESTAS HONRAREM SEUS COMPROMISSOS NÃO SÓ CONSIGO MESMO, MAS COM A NAÇÃO, E COM O MUNDO OCIDENTAL, DE MANEIRA INDEPENDENTE E ATIVA.

NÃO SE LARGUE A BANDEIRA EMPUNHADA.

A) Ex Fernando Belfort Bethlem
GEN EX FERNANDO BELFORT BETHLEM
CMT DO III EXÉRCITO

CONFIDENCIAL

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição] | [Veja no site]

[Voltar]

Os Lusíadas
Canto terceiro
Luiz de Camões

Continuação

Feros vos
amostrais e
cavaleiros?

131 Qual contra a
linda moça
Polycena.
Consolação extrema
da mãe velha,
Porque a sombra de
Aquiles a condena,
Co ferro o duro
Pirro se aparelha;
Mas ela, os olhos,
com que o ar
serena
(Bem como
paciente e mansa
ovelha),
na mísera mãe
postos, que
endoudece,
Ao duro sacrifício
se oferece:

continua

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SEGUNDA REUNIÃO DO ALTO-COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS,
em 20 de janeiro de 1975

O objetivo principal desta Reunião é um contacto mais íntimo **[À MÃO: entre nós]** e **[RASURADO: a análise]** o exame de uma série de problemas com que **[RASURADO: nós]** nos defrontamos, **[RASURADO: inclusive,]** com **[RASURADO: um pouco de]** ênfase final nos **[RASURADO: problemas]** de natureza militar.

[RASURADO: Mas] Antes de **[RASURADO: nós]** abordarmos qualquer problema de natureza militar, **[RASURADO: eu desejaria]** desejo fazer **[RASURADO: com vocês]** uma análise geral da conjuntura, ver como nos encontramos, hoje em dia, neste mundo que está aí. **[RASURADO: Vou fazer]** Farei uma exposição inicial, procurando ser breve, para depois **[RASURADO: então, nós]** podermos conversar um pouco mais livremente sobre **[RASURADO: as]** as diferentes **[RASURADO: coisas]** questões.

Inicialmente abordarei **[RASURADO: alguma coisa sobre]** a situação internacional; **[RASURADO: vou analisar]** analisarei **[RASURADO: um pouco]** a seguir a posição do Brasil, **[RASURADO: olhar um pouco]** particularmente o nosso quadro interno e, **[RASURADO: depois então, vamos examinar]** por fim, alguns aspectos militares.

A situação internacional, em sua evolução, está caminhando para crise. O quadro internacional é, de fato, um quadro de crise. **[RASURADO: Essa crise]** Ela vem se prenunciando desde 73, se desenvolveu em 74, e até agora não se **[À MÃO: lhe]** vê solução.

[RASURADO: Essa crise é] É caracterizada, **[RASURADO: por]** de um lado, pelo recrudescimento da inflação. A inflação, hoje em dia, é **[RASURADO: em]** geral no mundo. Países que tinham ficado a salvo da inflação, como alguns países da Europa, e mesmo os Estados Unidos, estão hoje a braços com esse problema, lutando para enfrentá-lo, e com alguns êxitos **[RASURADO: vírgula]** mas **[RASURADO: com]** muita dificuldade. Paralelamente à inflação, **[RASURADO: se]** nota-se nesses países uma estagnação. **[RASURADO: E]** Em muitos **[RASURADO: deles]**, inclusive, **[RASURADO: com]** recessão e, consequentemente, sérios problemas de desemprego. Nos Estados Unidos, por exemplo, o desemprego já **[RASURADO: anda pelos]** atinge 7 milhões de trabalhadores. E nos países da Europa também já está se manifestando **[À MÃO: uma taxa anormal de desemprego]**.

Outra característica do quadro é o desequilíbrio monetário. Com a guerra do petróleo e o aumento de preços, os recursos monetários estão sendo transferidos para os países produtores de petróleo, os

países árabes, o Irã, a Venezuela e alguma coisa para o Equador. Quer dizer, esses países estão ficando donos de todos os recursos em dólares que existem pelo mundo afora. E o grande problema que se apresenta é a recirculação desse dinheiro. Se esse dinheiro recirculasse adequadamente, a crise poderia ser enfrentada. Mas ele está recirculando com extraordinária dificuldade, inclusive sendo empregado a curto prazo. E a curto prazo não é possível a quem quer que seja resolver seus problemas com dinheiro porque se quer empregar esse dinheiro em investimento, tem que ser a longo prazo.

Os árabes estão emprestando dinheiro quase sempre a curto prazo. Isso é uma decorrência, em grande parte, da inexperiência que esses países têm do quadro internacional, do quadro financeiro. Países tradicionalmente hábeis no sistema financeiro são Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha. Os árabes não entendem nada dessa história. Então, eles estão se defrontando com um problema que ainda não sabem como vão resolver. Grande parte do dinheiro, no momento, estão empregando em armamentos. Mas o mundo se defronta com esse desequilíbrio financeiro. Quer dizer, o dinheiro, que antes estava na Inglaterra, França, Estados Unidos, no Mundo Ocidental, está, hoje em dia, quase todo em poder dos árabes, e sem uma reaplicação adequada. Daí, então, esse fenômeno econômico de crise que estamos vivendo. A consequência é que todos estes últimos países estão com déficit na balança de pagamento, e aí se inclui o Brasil.

O Brasil teve, no ano de 1974, um déficit na balança de pagamentos de mais de um bilhão de dólares. Mas nos países da Europa esse déficit é coisa muito séria. E a consequência é que, querendo cobrir os déficits, a tendência de todos é importar menos, e importando menos, agravam a crise econômica, e daí então, em grande parte, a recessão. No fundo, se estabelece o círculo vicioso. Quer dizer, as medidas que se adotam para resolver o problema correspondem a graves inconvenientes, que geram novas crises.

Ao lado desse problema econômico-financeiro, vem o problema político, que sofre as consequências, e se entrelaça com os problemas financeiros. Se nós olharmos para alguns países que nos interessam mais diretamente, nós vamos ver o seguinte: os Estados Unidos estão numa etapa de absoluto desprestígio e enfraquecimento do Poder Executivo. O Poder Executivo está numa fase, não vou dizer de decomposição, mas está em fase muito crítica. É o Ford, na Presidência, sem grandes qualidades de estadista, recebendo a herança das coisas do Nixon, com o Congresso em que a maioria é democrata, é do partido contrário. Então estabeleceu-se praticamente nos Estados Unidos quase que uma ditadura de legislativo.

E o Poder Executivo, fraco; defrontando, para pior, esse quadro econômico. Então, vem aí uma série de medidas; e muito descoordenadas. Há pouco tempo houve uma ameaça aos árabes, inclusive uma ameaça de guerra. Agora, ultimamente, passou uma lei que está causando polêmica muito grande sobretudo na chamada América Latina, a lei sobre o comércio americano. É uma lei que dá ao Poder Executivo poderes muito grandes no sentido de resposta a certas medidas comerciais. Não só aos países produtores de óleo, mas aos países exportadores de um modo geral. Quadro em que o próprio Brasil pode sofrer sérias consequências, na sua política do café, como já estamos sofrendo na política dos calçados e de outras exportações para os Estados Unidos. Os Estados Unidos querem vender, mas não querem comprar. É uma situação que vai acabar se tornando intolerável. E nós, que

precisávamos ter nos Estados Unidos um antigo companheiro de trabalho, um país forte que exercesse realmente a liderança do mundo ocidental, estamos vendo que os Estados Unidos, dentro da sua evolução, se encaminham para uma fase de enfraquecimento. Inclusive com problemas internos que se geram lá mesmo.

A Rússia, por outro lado, evidentemente aproveitando a situação de dificuldades que atravessa o mundo ocidental. E não se exclui a possibilidade de que a Rússia abandone um pouco a sua política de distensão, de "détente", e adote uma posição de mais força, sobretudo na Europa. Os países da Europa estão caminhando muito para a esquerda; se nós pegarmos a Dinamarca, os países nórdicos, a Holanda, a Bélgica, a própria Inglaterra, a Itália, Portugal, há um avanço sensível das correntes esquerdistas nesses países todos.

Portugal continua numa situação quase que caótica. Com anúncio de eleições, mas a gente sente que o domínio dos comunistas internamente é muito grande, sobretudo no setor de difusão; nas gráficas, nas rádios, na televisão, nos jornais, os comunistas exercem seu poder com toda a intensidade. E acho que a situação de Portugal, para nós, é de causar muita apreensão. Não sei se as forças moderadas vão conseguir controlar o problema nesse país.

Na América do Sul, a Venezuela, que está se enchendo de dinheiro à custa de petróleo, vai procurando assumir uma posição de liderança. É um objetivo pessoal do Presidente da Venezuela, e ele está em luta com os Estados Unidos, uma luta aberta; usou o dólar para assumir uma posição de liderança na América Central; e nisso se junta com o México.

O México também procura, no âmbito externo, assumir certas atitudes que são bem diferentes das que assume lá dentro. Internamente, é um país de governo de repressões e governo de direita, quase. E no âmbito externo, ele procura se apresentar como um país liberal e de esquerda. Mas são sempre feitios pessoais dos governantes. Tanto o homem do México quanto o pessoal do presidente da Venezuela aspiram muito a uma liderança na América.

Cuba continua com a sua mesma posição, o mesmo problema. A tentativa, o trabalho que foi feito para acabar com as sanções a Cuba, não conseguiu êxito na reunião de Quito, porque precisava ter 2/3 de votos para que as sanções fossem suspensas. Cogita-se, agora, de modificar as disposições que regem a matéria, para que as decisões sejam tomadas por maioria. O que é lógico, porque hoje, para aplicar sanções, precisa de 2/3; para eliminar as sanções também precisa 2/3. Isso significa que no fim um pouco mais de 1/3 é que domina. Quer dizer, se para aplicar uma sanção precisa 2/3, não é lógico que ainda se exijam os 2/3 para acabar com as sanções. Para acabar com as sanções, a maioria é que poderia tomar uma decisão! Mas, de qualquer maneira, países como a Venezuela, Colômbia, estão já reatando suas relações com Cuba.

Por outro lado, não há indício nenhum de que Cuba tenha melhorado ou mudado sua orientação num sentido mais ponderado. Ainda na reunião que houve em Lima, comemorando a Batalha de Ayacucho, compareceu o Ministro das Relações Exteriores, o Roa, que se portou de maneira altamente inconveniente.

Bom, a Argentina; o país continua em dificuldades, sobretudo de ordem interna. A governanta, a Presidenta, se mantém, inclusive, como elemento de equilíbrio entre as evidentes forças que conjugam. Mas a oposição está se tornando mais ativa, e, apesar do estado de sítio, ainda não conseguiram dominar a subversão, as guerrilhas.

O Chile também continua com grandes dificuldades econômicas e sobretudo pela propaganda externa. Nota-se uma tendência, no mundo, para boicotar o Chile. O Uruguai acredito que, do ponto de vista de ordem interna, esteja relativamente bem, mas ele, na sua posição pendular, e dada a proximidade da Argentina, ultimamente tem se orientado muito para uma maior cooperação com a Argentina. Diz que quer fazer o mesmo conosco, mas o que nós sentimos é que ele está com uma tendência de se aproximar mais para o lado da Argentina, neste momento.

No Paraguai, surgiram grandes dificuldades. O Paraguai, ultimamente, abortou uma conspiração que visava à eliminação do Stroessner. Nessa operação se juntaram os oposicionistas, que são muitos, inclusive os radicados na Argentina, e alguns radicados no Brasil, e, embora não se tenha evidência concreta disso, pressupõe-se que a Argentina favoreceu, de certa maneira, esse movimento, porque na Argentina estão convencidos de que a maneira de liquidar o assunto de Itaipu seria a derrubada do governo do Paraguai. Esse governo é ligado a nós, é amigo nosso, mas é um governo complicado, porque está no poder há muitos anos, há mais de 20 anos, talvez, e todo governo que fica no poder muito tempo se desgasta. É um governo que vive, em grande parte, baseado na corrupção, então, embora ele seja útil e interessante para nós, e nós devemos conviver com eles nas melhores condições possíveis, é natural que eles sofram essas reações todas.

Mas é problema grave para nós, não só porque é um vizinho nosso, mas também porque a sorte de Itaipu, em grande parte, está ligada à sorte desse governo.

Na Bolívia também continuam conspirações, greves, etc., mas o governo do Banzer tem conseguido se manter, sem maiores novidades.

Quanto aos organismos internacionais, a ONU está também numa fase muito grande de deterioração. Como muitas decisões são tomada por maioria, a ONU está sendo dominada pela massa de países em que se destaca o Terceiro Mundo. Quer dizer, os países africanos, os países árabes e muitos países da esquerda dominam parlamentarmente, e a ONU, então, começa a tomar decisões das mais estapafúrdias possíveis.

E a OEA, por sua vez, está cada vez mais inoperante. A tendência sobretudo desses países: México e a Venezuela, em parte a Argentina, mas sobretudo o México e a Venezuela, é de querer transformar a OEA num foro da “América Latina” contra os Estados Unidos. E cogitam mesmo de fazer uma outra organização só da América Latina. Em vez de resolverem os problemas em conjunto, orientaram-se contra os Estados Unidos, quer dizer, o inimigo, para eles, é os Estados Unidos. E a OEA está aos poucos transformando em foro que trabalha neste sentido.

Bom, esse quadro econômico e esse quadro político têm, evidentemente, reflexo no âmbito social. Há muita inquietação social e, como eu já disse há pouco, se nota, sobretudo nos países da Europa, um grande crescimento da esquerda. Isso leva a pensar se amanhã ou depois, aproveitando esse ambiente favorável à esquerda nos países da Europa, se a Rússia não poderá abandonar a sua

política de distensão e lançar um golpe de força sobre a Europa Ocidental. É uma possibilidade; eu não estou dizendo que seja muito provável, mas o quadro está ficando favorável para que se empreenda uma ação dessa natureza.

No campo militar nota-se, também, uma grande atividade de rearmamento. De um lado, os países desenvolvidos estão procurando vender cada vez mais armas: França, Estados Unidos, principalmente os Estados Unidos. E a Rússia. Sendo que a França e os Estados Unidos vendem armas para os dois lados. Os árabes estão comprando muito armamento, e, naquela região, também e sobretudo o Irã. O Irã está se tornando uma grande potência militar. Os americanos vendem armamento para Israel e para os árabes. E os franceses também procuram vender muito armamento. O Canadá também. E a Rússia. Então, essa história de paz, de harmonia e de solução justa dos problemas é uma utopia. Eles vendem esses armamentos porque é maneira, inclusive, de compensarem parte da balança de pagamentos. A indústria bélica é, hoje em dia, nesses países, um importante fator de receita de divisas.

Ainda nesse quadro, nós temos os conflitos: o conflito do Vietnã, este é atual, está em curso. Vêm denúncias de que o Vietnã do Norte não cumpriu o tratado de paz, o Acordo de Paz que assinou com os Estados Unidos e com o Vietnã do Sul. Mas o fato é que eles estão entrando no Vietnã do Sul, estão procurando tomar conta, absorver o país. Há alguma reação dos Estados Unidos, mas eu não sei até que ponto irá essa reação, e se isso não vai acabar sendo um fato consumado. Claro que depois do Vietnã o conflito vai continuar a se estender por todo aquele sudeste asiático.

Há o conflito do Oriente Médio, e é muito provável que ele volte novamente a adquirir virulência e se transforme em guerra, porque Israel está se defrontando com o seguinte fato: os árabes, que sempre apanharam e foram apanhando nesses anos todos, agora estão adquirindo experiência e estão se armando; eles têm efetivo, vão ter armamento, e, se eles se habilitarem a usar os meios materiais de que dispõem, a longo prazo, o destino de Israel é acabar sendo sufocado. Então, a gente se pergunta: será que Israel não vai lançar uma guerra preventiva, antes que os árabes cresçam demais? O fato é que as áreas de atrito são permanentes. Todo dia se tem notícias de Israel invadindo o Líbano, gente que está no Líbano invadindo Israel, problema na Síria, em toda parte. Esse conflito do Oriente Médio é, para nós, realmente mais complexo e mais crítico, porque poderá nos trazer os maiores problemas, porque sobre ele temos pouca influência e porque inclusive por trás dos dois lados estão a Rússia e os Estados Unidos; quer dizer, os conflitos podem ter maiores projeções, podem também não ficar localizados.

Mas, nesse quadro, a nossa posição não tem maiores modificações. Ela é mais ou menos a mesma posição de que eu falei aqui, numa reunião anterior que tivemos. Nós continuamos a procurar manter as boas relações, de modo geral, com todos esses países, mantemos o propósito e o trabalho de nos desenvolver, sobretudo fazendo esforço extraordinário para exportar e para mantermos nosso crédito. Porque só exportando e com bom crédito é que podemos corrigir ou atenuar os fortes efeitos sobre o nosso balanço de pagamentos. Nós temos reservas, mas se não tomarmos uma série de outras medidas com relação ao balanço de pagamentos, essas reservas vão se exaurir. E, à medida que essas reservas diminuem, o nosso crédito irá cair.

Com os Estados Unidos nós mantemos contatos, sobretudo por via diplomática entre o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Estado, e as relações são boas, embora haja, da nossa parte, muitas reclamações. Reclamações sobretudo contra essas sobretaxas que eles querem impor aos nossos produtos, como calçados, agora bolsas de couro, e outras restrições que fazem. Estamos muito preocupados com essa nova lei de comércio, como eu já disse, pela consequência que pode trazer, sobretudo na nossa política do café. Hoje na OEA está começando um debate em torno desse problema.

Com a Argentina, também, não há maior novidade. Eles continuam, nos jornais, muitas vezes, a nos acusar de imperialistas; agora, procuraram explorar o problema econômico, dizendo que desmoronou o milagre brasileiro; procuram apresentar o país com um tom de pessimismo. Evidentemente, ainda lutam contra Itaipu, mas nós estamos procurando atraí-los com um projeto comum de energia hidrelétrica, através de empreendimentos que se podem realizar no rio Uruguai. Eles têm com o Uruguai um projeto em Salto Grande, que está em obras, lá em baixo, no curso inferior do rio Uruguai. Mas no curso médio e no curso superior há vários projetos de hidrelétricas, na parte do rio comum entre o Brasil e a Argentina. E, talvez, alguns desses projetos se realizem em esforço conjunto com a Argentina.

Há um problema que está em revisão com a Argentina, que é o do nosso comércio. O comércio com a Argentina, hoje em dia, é muito desfavorável ao Brasil. Nós compramos muito mais da Argentina do que vendemos. Apesar de não comprarmos trigo deles, nós compramos uma série de outras coisas. E a balança é francamente deficitária para o Brasil. Bom, agora é a hora em que se pretende reexaminar com a Argentina todo o problema comercial. Mas não há no quadro maiores alterações nas relações com a Argentina. E acredito mesmo que na área militar as relações estejam muito boas, de convivência.

Com Cuba, eu já disse, não há modificação de nossa posição. O Brasil sabe muito bem que não vamos poder impedir que se acabe esse problema das sanções a Cuba. A maior parte dos países da América quer acabar com essas sanções e o Brasil não poderá impedir, mas, de qualquer maneira, a nossa posição com relação a Cuba continua a mesma: nós não negociamos com Cuba, não comerciamos, e não temos relações. Enquanto a posição de Cuba não se modificar, nós também não temos por que modificar a nossa posição. Agora, acontece que a posição de Cuba, no mundo, de um modo geral, está melhorando muito. Há poucos dias assinaram um acordo com a França, inclusive a França proporcionando financiamento a Cuba. No outro dia eles restabeleceram as relações com a Alemanha Ocidental. Eles estão ativos e estão, no mundo todo, se colocando bem. De um lado, é possível que seja a influência das esquerdas; de outro lado, pode ser também influência do mercado de açúcar, não é? Esses países todos estão comprando açúcar por um preço caríssimo e, então, têm interesse, em contrapartida, em vender sua produção de manufaturados, etc., para outros países; e Cuba, possivelmente, é um mercado interessante para eles. O fato é que a posição internacional de Cuba não só na América como no Mundo Ocidental está melhorando.

A nossa posição na OEA e na ONU também se caracteriza muito pela atitude relativamente discreta, em que nós realmente procuramos sempre defender nossos interesses. Na ONU, numa carta de direitos econômicos, a Argentina conseguiu introduzir uma cláusula num artigo relacionado com o

aproveitamento dos rios internacionais e dos rios que são partilhados por vários países. E aí, conseguiu colocar dois argumentos contra os quais o Brasil sempre reagiu: um é o da consulta prévia no aproveitamento desses rios, estabelecendo a condição de ter que consultar todos os países que fazem parte da bacia; e o outro é o do "aproveitamento ótimo"; em vez de se aproveitar o rio no interesse de um determinado país, ele deve ser aproveitado de modo a obter um resultado ótimo para o conjunto.

São duas teses que o Brasil não aceitou. O Brasil sempre achou que na área, na parte em que o rio é exclusivo dele, pode fazer o aproveitamento que quiser, desde que não cause prejuízo sensível aos outros; na parte em que o rio é compartilhado por dois países, o problema é o acordo entre os dois países. Essa história do "aproveitamento ótimo" também não aceitamos. Nós não vamos prejudicar o aproveitamento de um rio dentro do Brasil para obter lá embaixo, vamos supor, na área da Argentina, um aproveitamento melhor. Quer dizer, um tal conceito de aproveitamento ótimo é muito fluido para nós. Mas eles conseguiram que essa disposição fosse aprovada pela maioria. Houve abstenções, houve votos a favor da tese brasileira, mas eles tiveram o voto da maioria, inclusive por causa do voto em bloco do Terceiro Mundo, não é? O Terceiro Mundo quase todo votou com a Argentina. Mas essa disposição aprovada, evidentemente, não obriga o Brasil a nada.

Agora, vamos rapidamente ver qual é a nossa situação no quadro interno.

Acho que, de um modo geral, sobretudo se nos quisermos comparar com outros países, o nosso panorama interno é bom. Nós temos muitos problemas, muitas dificuldades, muitas preocupações, mas no nosso país temos ordem, estamos trabalhando, estamos progredindo, então acho que podemos qualificar esse quadro como sendo um quadro bom.

Continuamos às voltas com a inflação. Essa inflação em dezembro e janeiro cresceu um pouco, como acontece nessa época, por um problema sazonal. Estamos procurando controlar o fenômeno do melhor modo possível. Continuamos a nos desenvolver e estamos, agora, iniciando a execução do II Plano. Vamos crescer. Pode ser, é possível e até provável, que o nosso crescimento não seja mais daquele nível das taxas dos anos anteriores: de 10 a 11%. É possível que o ritmo do nosso crescimento se reduza, mesmo porque crescer continuamente a 10% é cada vez mais difícil, já que cada vez o crescimento deve ser maior, proporcional que é. Em segundo lugar, porque o nosso crescimento não é só um problema interno nosso; ele está condicionado às reações externas. Se nós não conseguirmos aumentar muito as nossas exportações ou se não conseguirmos trazer para o Brasil muitos capitais, o nosso crescimento fatalmente vai diminuir. Mas assim mesmo as perspectivas são de que vai ser maior do que o crescimento dos países desenvolvidos. De modo que, na posição relativa, nós vamos continuar a melhorar.

Grande problema, como eu disse, é o da balança de pagamentos. Este ano imaginamos poder exportar da ordem de 10 milhões de dólares; 9,5 a 10. A exportação de 74 chegou quase a 8. Sete e tanto, quase 8. Mas este ano nós podemos chegar a 9,5 ou 10.

Temos como posições fortes: a produção de açúcar, que está a um preço muito alto; a grande safra de soja, que se prevê. A safra será da ordem de 9 milhões de toneladas. Claro que a comercialização

vai ser muito difícil, inclusive porque os preços podem cair. O café, que melhorou muito sua posição no mercado internacional; e os minérios. Prevê-se que, este ano, se possa exportar um bilhão de dólares de minério de ferro.

Por outro lado, estamos empenhados em começar a controlar as importações. Há uma série de medidas, sobretudo junto aos Órgãos governamentais, para reduzir as importações ao mínimo necessário. E aí vem uma séria preocupação para o governo: temos que reduzir as despesas no exterior. Porque tudo isso vai entrar negativamente na balança de pagamento. Por outro lado, estamos procurando créditos, não é? E créditos, sobretudo com prazos mais longos, porque créditos a curto prazo podem resolver momentaneamente uma situação, mas criam o problema quase imediato do retorno do pagamento.

Como elemento favorável, nós temos as recentes descobertas de petróleo. O petróleo é para nós, realmente, a maior vulnerabilidade que o país tem, no meu modo de ver. Acho que, de todos os problemas, é o mais agudo, porque todo o nosso sistema de transportes está baseado, praticamente, no petróleo. Se nós podemos gerar energia de outras fontes, a hidrelétrica ou a nuclear, não precisamos de petróleo para gerar energia, mas precisamos – e muito – para o sistema de transporte. São os transportes, são as máquinas agrícolas, está tudo dependurado no petróleo.

As descobertas que se fizeram no nordeste, mas principalmente no Estado do Rio, são realmente alvissareiras, e podemos ter esperanças de que esse quadro melhore substancialmente. O problema é que essa melhoria não vai ser imediata. Quer dizer, o trabalho de pegar um campo de petróleo desses e delimitá-lo e desenvolvê-lo é um trabalho para 3 ou 4 anos pelo menos. Principalmente no mar. No mar, o problema é realmente muito complexo. Não se pode dizer que se descobriu um campo hoje e que amanhã se vai ter petróleo para o consumo. Leva tempo. Então essa perspectiva das novas descobertas é interessante porque, inclusive, vai nos abrir portas de crédito e nos dá uma perspectiva de consumo para dentro de alguns anos. O caso está em durar até lá. Muito embora autossuficiência seja um conceito móvel, nós poderemos estar autossuficientes em petróleo em 3 ou 4 anos. É uma hipótese, mas é uma hipótese fundada nas descobertas que se fizeram. A avaliação exata dessas descobertas vai levar algum tempo. Mas realmente o Campo de Garoupa, que se achou aqui na área de Campos, é alguma coisa de interessante. É a primeira vez que achamos campos de petróleo em áreas de formação de calcário. E estas são, em todo o mundo, as que têm as melhores reservas.

Esse poço foi furado em uma estrutura, mas existem outras dez ou vinte estruturas em torno que podem, todas, ter as mesmas características. E aí, então, a produção será de fato muito grande.

Agora, é problema difícil, porque é no mar; a lâmina d’água é muito grande; são mais de 100 metros de lâmina d’água, e a perfuração de poços, a extração desse petróleo, o transporte do petróleo para as áreas, para os navios ou para a terra são problemas técnicos difíceis, e vão exigir muitos recursos, mas, principalmente, vão exigir tempo. Quer dizer, não é uma coisa que possa se concluir do dia para a noite.

No quadro político, o grande problema que surgiu é o das eleições de novembro. Acho que este assunto já foi muito debatido, é bem conhecido, e a respeito dele eu me manifestei na fala do dia 30 de dezembro. O que essas eleições tiveram de importante para nós é que constituíram um alerta para

o Governo. O Governo vivia muito tranquilamente, no quadro político, propriamente; descansado sobre a grande maioria que a Arena tinha no Congresso e nos Estados, o Governo não se preocupava muito com esta história, não é? “A política vai bem; o partido tem a maioria, e está tudo bem.” Mas por baixo nós não sabíamos o que estava acontecendo. Não tínhamos uma noção exata da opinião pública e de como o povo estava sentindo a ação do Governo, ou os reflexos da inflação, do custo de vida, ou da propaganda do adversário. Então, tudo isso, embora não seja agradável registrar, serviu para nos alertar, e nos preparar para o futuro. É muito melhor a gente conhecer o problema, mesmo que ele não seja agradável, do que desconhecê-lo e continuar embaído num comodismo que poderia levar a desastres maiores no futuro.

De qualquer maneira, a principal característica, a principal conclusão dessas eleições, é que o partido do Governo, a Arena, é um partido extremamente fraco. Muito dividido e que precisa, urgentemente, de consolidação. Isso também vai fazer com que o Governo comece a exercer uma ação política de maior intensidade e realismo.

O Governo despreocupou-se muito com a política; cuidou dos problemas do desenvolvimento econômico, cuidou dos problemas sociais, mas do problema político em si cuidou muito pouco. Agora, ou nós cuidamos desse problema ou então continuamos a não gostar da política e vamos sonhar com uma ditadura, que eu acho a pior solução.

Nós temos que cuidar da política. Como perspectivas, temos perspectivas imediatas que são as do funcionamento do Congresso. É uma incógnita ainda, como esse Congresso vai se comportar. O Governo, ou a Arena, o partido do Governo, tem a maioria tanto no Senado como na Câmara. Na Câmara, a maioria é de cerca de 40 deputados, mas nós temos que ver como é que esse Congresso vai se comportar, como é que, inclusive, o partido da Oposição vai se comportar. Se o partido da Oposição vai ficar sob o controle dos moderados, se vai fazer uma oposição construtiva, ou se o partido da Oposição vai se entregar a exaltados e radicais. Este é um tema político imediato, que nós vamos ter em março, e em março vamos ver o que vai dar esta história, com o funcionamento do Congresso.

Agora, a longo prazo, a maior prazo, nós temos dois problemas: um, as eleições municipais em 1976; e outro, as eleições gerais em 1978. Quer dizer, em 78 vai haver a renovação de Câmara, Senado, Assembleias estaduais e governadores, possivelmente. Então, este é um problema a longo prazo.

Com relação a este problema duplo das eleições municipais e das eleições gerais, o Governo tem que se preparar. Vai ter que se preparar, vai ter que atuar, vai ver as falhas que foram exploradas nestas eleições de agora, para que não se reproduzam e para que a gente assegure uma adequada vitória nessas eleições. Há algum tempo, e é possível trabalhar muito neste sentido.

Claro que os militares não têm nada com este problema; vão ficar olhando. Mas eu, pessoalmente, que não sou político, passei a ser por dever de ofício, e vou ter que olhar muito bem para isso. Quer dizer, uma das minhas preocupações desde já são essas eleições; o que vai haver em 76, o que vai haver em 78. Acho que não tenho o direito de me omitir e ficar quieto, deixar que as coisas aconteçam. Não, vamos, no Partido, trabalhar, vamos arregaçar as mangas, e vamos fazer força para ganhar. Por que o MDB pode ganhar e nós não vamos ganhar? É uma questão de trabalho

e preparação. Agora, os homens são difíceis; de um modo geral, os políticos são todos muito difíceis, têm seus interesses locais, têm suas idiossincrasias, têm suas amizades, inimizades. Quer dizer, é uma massa difícil de trabalhar, mas vou ter que trabalhar com ela porque é a que existe.

Aí vem outro problema, o nosso problema psicossocial geral, que é um dos problemas mais sérios que nós temos, pelo menos ao que essa eleição mostrou: os efeitos da inflação sobre o custo de vida, sobre os salários, não é? Diz-se muito que há falta de esclarecimento popular. Talvez o Governo tenha que desenvolver uma campanha maior de esclarecimento, o que é difícil, inclusive, pela imprensa que nós temos. A nossa imprensa toda é muito infiltrada. E a tendência dos jornalistas é se colocar na Oposição. Criticar. É uma coisa tão fácil!

Temos problemas com a Igreja. A Igreja continua dividida sobretudo com as correntes dos progressistas, mas há muita gente na Igreja, que hoje em dia se entende com o Governo, e eu acredito que as relações, de um modo geral, com a Igreja tenham melhorado bastante. Eu tenho tido um bom entendimento com o Núncio Apostólico, alguns Cardeais, muitos Bispos, e há uma outra área que é francamente contra nós. Mas eu acho que vale a pena cultivar isso. Nós não podemos pegar e dizer simplesmente “a Igreja”, e dizer que a Igreja é uma coisa só, e lutarmos com ela. Não, nós temos que dizer o que da Igreja é bom, e o que não é. E o que for bom nós temos que prestigiar e trabalhar. Não só com a Igreja Católica, também com qualquer outro credo. Eles estão bastante divididos. Claro que essa divisão deles nem sempre vem a público. Mas eles lutam, internamente, muito, e há muitas áreas da Igreja que estão conosco. Mas devemos continuar a trabalhar; não devemos hostilizá-los.

Outro problema deste campo social que é um dos problemas mais graves que nós temos é o problema da terra, o problema fundiário. Inclusive pelas repercussões que tem, não só na produção, mas, sobretudo, no campo social, de agitação. Todas as áreas pioneiras nas frentes novas são áreas em que existem esses problemas. Existe quase em toda a Amazônia; existe em Rondônia; existe aqui, em Goiás; existe em Mato Grosso, no sul do Pará. São áreas em que há muita agitação por causa desse problema, e áreas que poderiam produzir muito mais e não produzem; por quê? Por falta de titulação de terras, etc., não há crédito. Quer dizer, o crédito é difícil. Essas áreas não produzem o que deviam produzir.

Estamos empenhados, com o INCRA e outros organismos, em enfrentar este problema. Agora, é evidente que não é um caso que se resolva imediatamente. É um problema a largo prazo, a longo prazo. Nos estados que já são há muitos anos colonizados, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, não há este problema. No Paraná ainda existe, mas muito pouco; já foi uma área virulenta nesse sentido, anos atrás. Hoje em dia, ela já está mais ou menos com esse problema resolvido. Mas as novas frentes que se abrem, no interior, no centro-oeste do norte do país, estão aí em franca ebulição. Mas é um setor que nós temos que trabalhar muito.

Outro setor que também é motivo de muita preocupação é o da previdência social. O Ministério da Previdência está trabalhando muito, está procurando corrigir muitas coisas. O drama nesse terreno é que ninguém faz comparação; ninguém olha o que era e o que é; o sujeito só vive o presente. “Ah,

eu estive numa fila e tive que ficar tantas horas numa fila! Fui lá e não fui atendido! O outro hospital tal não atendeu o doente qual." Quer dizer, qualquer fato desse é sempre usado para desprestígio do Órgão, mas, na realidade, a Previdência Social tem avançado muito. Quer dizer, a área abrangida pela Previdência cresceu muito, sobretudo porque se estendeu à zona rural. O número de brasileiros, hoje em dia, assistidos multiplicou-se em relação ao que era anos atrás. A assistência é muito melhor. Agora, tem, evidentemente, muitas deficiências. E só com o tempo se poderão corrigir. E o que acontece é justamente por falta de comunicação, ou por falta de critério, as coisas ruins saem sempre; as coisas boas que se fazem, dessas ninguém fala.

A mesma coisa acontece no setor da Saúde. No setor da Saúde está se organizando num vasto programa, mas a solução que se procurou foi atender os problemas do imediato. E o grande problema que existe aí é o da meningite. A meningite vinha crescendo no Brasil, nestes últimos anos, de ano a ano aumentando, e só se começou, realmente, a enfrentar esse problema com alguma seriedade no ano passado, 1974. É este programa de vacinação, que está se desenvolvendo, e que pretende este ano vacinar 60 milhões de brasileiros. Só através da vacina nós temos possibilidades de minorar ou de deter o crescimento da epidemia. Agora está se procedendo a uma vacinação em massa no Rio de Janeiro. Mas os resultados não têm sido o que se esperava. Quer dizer, a população não demonstrou interesse que deveria demonstrar. Parece que o número de vacinados está muito abaixo do programa previsto. E a ideia era fazer a vacinação de modo a imunizar essa gente antes do carnaval, para evitar epidemia no carnaval. Mas está se fazendo um grande trabalho nesse sentido. O importante é que, com este II Plano Nacional de Desenvolvimento, vai-se dar bastante ênfase ao aspecto social. A ênfase, que estava na área econômica, vai se deslocar um pouco mais para a área social: problema da saúde, problema da previdência, problema da educação, em todos esses problemas vamos ver se, nestes anos, nós conseguiremos introduzir uma melhora substancial.

Agora, no que se refere propriamente, neste quadro, ao problema militar, acho que a possibilidade, ou a probabilidade, de nós termos uma ação externa de emprego de forças armadas é muito pouco provável, a curto prazo. Quer dizer, nós não temos nenhuma situação propriamente nossa, que possa, a curto prazo, nos envolver numa ação militar externa. Temos, sim, que estabelecer previsões, sobretudo para a hipótese de uma guerra no Oriente Médio. Mas essas previsões serão, principalmente, de ordem econômica, não é? Porque é possível que as correntes de suprimento de óleo e outras sejam cortadas.

Devemos, entretanto, continuar com o nosso planejamento, sobretudo na hipótese Delta, que foi hipótese já aprovada, proposta pelo EMFA, e que é a hipótese de maior interesse para nós, no momento. Mas, torno a dizer, a mim me parece que, a curto prazo, ou a um prazo médio, nós não teremos que considerar um conflito externo em que o Brasil viesse a participar.

Resta a ação interna, e aí temos o problema da subversão. Neste problema da subversão nós estamos engajados há vários anos; é um problema extremamente difícil, mas acredito que temos tido êxito.

Aquela área de Xambioá praticamente está liquidada. Ministro Frota confirma. Quer dizer, não existe nenhum foco no país de subversão interna; ativa, vamos dizer. Existe, evidentemente, trabalho; eu acho que o pessoal da esquerda continua a trabalhar, e, o que é grave para nós, é uma área que se realimenta. Quer dizer, ela faz proselitismo, ela cresce. Não sei se, hoje em dia, sobretudo tendo em vista esse resultado das eleições, etc., se a esquerda está ainda empenhada em subversão propriamente dita, subversão armada. Acredito que a ação dela seja muito mais, agora, no campo de formar proselitismo e de ação psicossocial, no sentido de atrair elementos para a esquerda. Acredito, também, que eles participaram muito nessas eleições, sobretudo com candidatos, com recursos orientados para o MDB.

Acho que nós devíamos, inclusive, fazer uma nova análise completa de todo este problema da esquerda, para ver se há mudanças ou não.

Porque, se houver mudanças, nós também devemos mudar. Nós devemos, com inteligência, encontrar os métodos, os processos para combatê-los, de acordo com a orientação que eles seguem. Nós não podemos cristalizar o nosso sistema de repressão. Quer dizer, no ano de 1969 foi feito isso; no ano de 1970 foi feito isto; não quer dizer que em 75 e 76 se continue a fazer aquilo! Nós temos que fazer as coisas em função da atuação do inimigo. A nossa manobra não pode ser a mesma, qualquer que seja o modo do inimigo proceder. Temos que ver como o inimigo está agindo hoje, para nos adaptarmos adequadamente a isso. Acho que nós vamos ter que trabalhar nesse sentido, e principalmente de obter melhor coordenação do serviço de informações. Nós continuamos a ter um grande fator negativo, sobretudo no âmbito interno, que são alguns setores internos que nos acusam de arbitrariedade, de torturas, de procedimentos ilegais. Isto é extremamente negativo para o Governo, e nós temos que examinar, e ver até onde nós podemos ir para atender a este problema que se apresenta aí, dos direitos da pessoa humana. Eu não sou um fetichista nessa matéria, mas também acho que nós temos que ter cuidado para que isso não vire um “bumerangue” contra nós.

Bom, para esta análise toda, existe prevista no Plano de Segurança Interna uma Comissão, que chamaram de Comissão de Alto Nível. Eu pretendo, proximamente, reunir esta Comissão, para a gente começar a estudar este quadro de segurança interna. Vamos ver em que pé estamos. Vamos ver o que sabemos do nosso adversário, como é que ele está agindo. E, em consequência, vamos montar o nosso plano de ação. Pode ser este que está aí, mas pode ser este evoluído, em determinado sentido. Acho que a gente ficar imóvel nesta história, ficar sempre com o mesmo método e o mesmo processo, não é a solução. Nós temos que saber evoluir, para enfrentar este problema adequadamente. Eu não quero ignorar o problema, nem quero deixar de agir contra eles, mas eu quero que esta ação seja uma ação inteligente, adaptada ao inimigo que eu tenho. Nós toda a vida aprendemos isso: um dos fatores da decisão é o inimigo! Eu tenho que estudar este inimigo, ver como é que ele está hoje, não é? Em função da posição dele, eu vou atuar.

Então, esta era a análise que eu me propunha a fazer do quadro. Não sei se a análise é perfeita, ela pode ter sido muito sumária. Ela pode, também, não ser real, mas dos dados de que eu disponho dos diferentes serviços, do Itamaraty, dos órgãos de informação, e do que eu tenho pessoalmente refletido, cheguei a esta situação. Acho que o Brasil no quadro mundial está bem; temos,

evidentemente, muitos problemas. Os problemas existem, e uma vez o Delfim caracterizou isso muito bem, o Ministro Delfim. Quanto mais se cresce, mais se desenvolve, mais problemas se criam. Isso é da própria natureza das coisas, não é? Quanto mais o Brasil se desenvolver, mais problemas vai ter pela frente, internamente e lá fora. Mas não vejo ainda por que, neste quadro meio um pouco caótico que apresenta o mundo e apesar dos problemas que nós temos aqui dentro, não ser otimista. Quer dizer, sou otimista. Não otimista obstinado, mas acho que nós estamos bem, e se tivermos perseverança, se tivermos uma determinada compreensão e se soubermos somar esforços, nós podemos levar este barco a um bom destino.

Acho que dentro das Forças Armadas nós temos que trabalhar muito para manter a nossa coesão. Várias vezes tenho frisado, tenho repetido que um dos pontos fortes deste milagre brasileiro é a união das Forças Armadas. E esta união é milagre mesmo, porque nós, em outras épocas, estivemos muito desunidos. Sempre nos dividiram e era uma parte das Forças Armadas de um lado, e outra parte do outro lado, não é? E enquanto nós estávamos divididos, o Brasil ia à matroca. Bom, depois da Revolução, conseguimos nos unir, fizemos um determinado expurgo, colocamos os interesses nacionais acima das nossas vaidades e nos unimos. Agora, a preservação dessa união é básica. Nós temos que ter muito cuidado, principalmente, para evitar a infiltração política no nosso meio. Há muito trabalho neste sentido; muitos trabalham as gerações mais novas, trazendo o exemplo de Portugal. “Foram os capitães e os tenentes que fizeram a Revolução.” Então, procuram insuflar nas gerações novas que no Brasil está tudo errado, que nós somos uns velhos ultrapassados e que os tenentes e capitães é que têm que fazer isso. Aliás, isso não é novo não, isso também nós fizemos em 1930. Fizemos a Revolução de 30 nesta base, não é? Os generais e os coronéis eram os comodistas, e agora estavam gozando a vida; e os tenentes é que tinham que salvar o Brasil. Há trabalhos nesse sentido; há trabalho de gente da esquerda, inclusive, querendo apoiar o Governo. Apoiar o Governo! Então eles vêm a certas áreas militares insistindo com esta bandeira. Mas é, evidentemente, uma bandeira falaz, não é? Fictícia. Há trabalhos, um dos grandes argumentos do MDB, a grande bandeira que o MDB levanta agora é o estado de direito, a luta contra o Ato n.º 5, contra outras coisas, outros poderes que o Governo tem. Bom, eu não estou dizendo que isso não seja um objetivo remoto que nós devemos procurar atingir, mas antes de atingir o estado de direito nós temos que nos preocupar em manter a ordem no país. Eu posso ir ao estado de direito e, no dia seguinte, ter uma bagunça na rua, não é verdade? Então, eu prefiro ser mais realista, não ter o estado de direito por enquanto, na sua plena integridade, e ter a ordem dentro do país. É uma opção. Mas a luta pelo estado de direito é uma das que vai se encadear, a partir de março, no Congresso. E note-se que o Governo, que tem poderes excepcionais, está usando estes poderes com muita moderação; não está usando deles abusivamente, nem está usando em caráter pessoal. Mas a batalha pelo estado de direito vai se desencadear, e nós temos que nos vacinar um pouco contra ela.

Isso é que eu queria dizer, inicialmente, a vocês. Agora, vamos debater. Vocês têm liberdade de expressão. Se quiserem emitir opiniões a respeito disso, podemos fazer algum comentário. Alguma coisa?

Min. Henning – Sim, Senhor. Eu acho que o Senhor cobriu bem todos estes aspectos, e gostaria de enfatizar pontos que nos impressionaram nessa análise. Um, é a possibilidade de, no conflito do Oriente Médio, ficarmos sem o petróleo dos países árabes. Nesse caso, a alternativa seria uma aproximação com a Venezuela, embora nós reconheçamos as dificuldades que existem.

Presidente – Sobre esse problema do petróleo, eu quero dar este esclarecimento: desde que se esboçou esta crise, há alguns anos – na época eu estava na Petrobrás – eu me engajei no sentido de aumentar as nossas reservas. Então, a solução começou pela construção de tanques. Aumentou-se muito a nossa capacidade de armazenamento. Mas um tanque de petróleo é um negócio caríssimo. É caro pela estrutura em si do tanque, mas sobretudo pelas fundações. Bom, e paulatinamente nós fomos fazendo compras adicionais e aumentando as reservas. Eu não posso situar bem as reservas de hoje, mas acredito, pelos dados que tenho, entre o petróleo que está carregado nos navios viajando para o Brasil, o que está armazenado como óleo cru e o que está em produtos nas refinarias, nós teríamos reservas para 100 dias. Quer dizer, antes nós não tínhamos reservas nem para 30 dias. Temos reservas, então, para 100 dias. Bom, este conflito, a não ser que se generalize, será, pelo menos a experiência mostra, conflito de curta duração. Uma guerra no Oriente Médio é uma semana, dez dias, quinze dias, e aí os outros entram no meio da história, não é? Então, essa reserva de 100 dias é um fator de segurança de que dispomos. Talvez não seja muito, mesmo porque, além do investimento nos tanques, há o investimento no óleo cru. Nós temos, hoje em dia, muito mais de 1 bilhão de dólares imobilizado em óleo. Em vez de ter 1 bilhão em moeda, na reserva monetária, ele está, hoje em dia, traduzido no estoque de óleo.

Eu partia sempre do seguinte princípio: o petróleo é caro, não há dúvida, mas o mais caro será se nós não o tivermos. Então, a preocupação n.º 1 era ter o óleo. A preocupação n.º 2, que vinha bem depois, era obter o melhor preço possível. A preocupação n.º 1 era ter o óleo; nós nunca deixamos de comprar o óleo porque o preço era alto. Sempre procuramos comprar para assegurar a vida do país. Bem, chegamos aí, ao negócio da ordem dos 100 dias. Acho eu que já é alguma coisa. Agora, temos que usar a Venezuela, não tenha dúvida, não é? Eu não fujo a comprar da Venezuela; acho que ela vai nos explorar, porque o óleo da Venezuela é ainda mais caro do que o óleo do Oriente Médio. E é um óleo quase todo comprometido com os Estados Unidos. Quer dizer, o mercado natural do óleo da Venezuela são os Estados Unidos. Mas é claro que devemos trabalhar neste sentido; nós compramos alguma coisa de lá, mas não muito.

Min. Henning – No campo interno, o que se sente é que os meios de divulgação estão sendo usados no sentido de desfigurar o Governo, diminuir a importância do Poder Executivo e dar a impressão mesmo de inversão de posições, isto é, o Executivo seria corrupto e a moralização estaria no Poder Legislativo. E na parte psicossocial, nós sentimos um fator no setor muito vulnerável, que é o da educação, onde a ação esquerdista é a mais eficaz, e onde se sente urgência de uma remodelação do ensino. O setor Judiciário, este é outro ponto muito vulnerável. Nós sentimos que a Lei de Segurança Nacional precisava ser revista para dar flexibilidade maior aos tribunais militares, permitindo um maior rigor porque o que se sente, ultimamente, é um abrandamento das punições aos que conspiram

contra a Segurança Nacional. E, também, ao abrandamento da censura à imprensa deveria corresponder um rigor maior na aplicação da Lei da Imprensa.

Presidente – É.

Min. Henning – Outro ponto que nos parece muito perigoso, e que deveria ser examinado com um maior rigor, é o combate aos tóxicos.

No setor econômico, nós sentimos uma tendência de reforçar as grandes empresas em detrimento da pequena e média empresa, o que nos parece um risco e, também, um perigo.

Presidente – Bom, esse problema sempre existe; agora, se tem feito muita coisa para beneficiar as pequenas e médias empresas, inclusive programas especiais de financiamentos bons pelo BNDE. Nesse problema de empresas nós lutamos com várias coisas. Por exemplo, uns acusam o Governo muito, não só este Governo como os governos anteriores, de estatização. Tendência para a estatização. O Gudin, então, vive martelando nesta história. Na verdade, nós temos estatização em certos setores, que são vitais para a segurança. E são, também, setores em que o vulto do investimento e o período de maturação são tão grandes que a empresa privada não se sente atraída. Aí, pronto! A empresa privada prefere se orientar para outros setores em que os resultados são mais imediatos, e não para as estradas de ferro, a energia elétrica, petróleo e coisas desta natureza, telecomunicações. Agora, nós temos feito um esforço muito grande no sentido de se desenvolver a empresa privada, sobretudo através de financiamentos. O BNDE tem financiado. Ainda estes dias verificou-se e os empréstimos para a empresa privada representam a ordem de 75%. Quer dizer, as empresas estatais têm muito menos desses recursos.

Agora, na empresa, há a grande empresa, a pequena e a média. Há coisas em que, por razões de escala, só a grande empresa triunfa, e liquida a pequena e a média. Agora, há outras em que a pequena e a média podem subsistir. Também vem o valor do empresário. Um dos dramas do Brasil é a falta de idoneidade do empresário. É outro lado difícil. O sujeito chega e diz: “Ah, a minha empresa pediu um financiamento e o banco não me deu.” Mas vai ver que o presidente da empresa é inidôneo, é um falido, é um sujeito que tem tais e tais características, e, quando chega na hora do empréstimo, não dão. Mas realmente o que o Min. Henning está levantando é um dos nossos problemas, porque a pequena e a média empresas têm a característica de constituir o empresariado nacional. Essas, realmente, não são empresas estrangeiras.

“Está bem”, diz o Presidente ao Ajudante de Ordens, que entra com notícias sobre Cubatão.

Min. Henning – Finalmente, Presidente, no setor militar, a observação que nós temos é de que ainda há uma insatisfação, principalmente nos oficiais mais jovens, quanto ao nível salarial.

Presidente – É.

Min. Henning – Porque as perspectivas de casa própria, por exemplo, são quase que inexistentes. De modo que isto ainda cria uma certa insatisfação; é, também, um certo achatamento nos vencimentos, que existe. Às vezes, uma promoção traz apenas mais encargos e maiores ônus financeiros. Isso é um aspecto que é material, que foge, em geral, do nosso feitio, que é de servir sem olhar esses aspectos de benefícios próprios, mas que deve ser reconhecido.

Presidente – É.

Min. Henning – Obrigado.

Presidente – Quem quer dizer mais alguma coisa?

– Eu gostaria ...

Presidente – Ah, pois não.

– No campo político Vossa Excelência se referiu às eleições. Está nos parecendo que o partido que se mantém 10 anos no Governo, à sombra do poder revolucionário, está falho. Além disso, os líderes estão envelhecidos, estão acomodados. O próprio problema da Arena – e essa eleição serviu para assustar um pouco – mas é a renovação. E a mocidade está votando.

Presidente – Depois é o seguinte: os mais velhos trancam as portas para os novos não poderem subir, para não disputarem os lugares deles. É! Eles trancam; criam todas as dificuldades para que os novos não possam subir. Que trancam, trancam! Agora, você tem razão. Um partido que está no governo há dez anos, e o próprio governo, um governo de 10 anos, se ele não tiver muita imaginação para se renovar, ele cansa. Quer dizer, é possível que muitos elementos do povo tenham votado contra a Arena porque já estão cansados de ouvir falar em Revolução.

– Exato.

Presidente – “Revolução, Revolução, Revolução”, bom, mas qual é a ideia nova que nós trazemos? O que nós queremos realmente? Não podemos viver com o quadro de dez anos atrás que nós sentimos, mas que a massa do povo não sentiu. Quantos jovens estão aí, que são eleitores, que votam, que não viveram o regime do Jango, não viveram o regime daquela inflação galopante, que não viveram os desregramentos que se praticaram? Então, falar sobre isso a eles não adianta nada. Ele está vivendo o problema de hoje: “Qual é o meu salário? Quanto é que eu ganho?” É o caso dos tenentes. “Como é que eu vivo? Como é que a previdência me atendeu? Como é o problema da casa própria? Como é o problema da carne?” Então, eles vivem isso. Agora, nós temos que criar. Eu acho que nós, se não lançarmos certas ideias novas de ação, é como um organismo decaído. É o caso do Paraguai que eu estou citando aí, está com vinte e tantos anos de governo, o pessoal está cansado. É o caso da Espanha, e foi o caso de Portugal. Aquele governo do Salazar foi ótimo numa determinada fase,

depois não soube evoluir; ele cristalizou. Cristalizou e não criou nada de novo. Ora, se nós não criarmos nada de novo, nós também vamos ter o mesmo destino. E isso assim é quanto ao Governo e quanto ao Partido. Agora, o que que havia? Havia uma espécie de sociedade de amparo mútuo entre o Governo e o Partido, sendo que o Partido dava muito mais ao Governo do que o Governo ao Partido. Vivia um à sombra do outro. Mas era uma ficção, porque fugia à realidade. Então, eu estou de acordo com você: nós temos que trabalhar nesse sentido.

Min. Corrêa – As observações, Senhor Presidente, quanto ao campo militar, é como o senhor diz, não se vê uma possibilidade de eclosão de uma guerra na América do Sul ...

Presidente – A curto prazo, é.

Min. Corrêa – É, curto prazo. Mas eu acho que a médio prazo nós temos o risco de numa chantagem atômica da Argentina, porque nós estamos ficando um pouco atrás nessa área, e, mesmo que isso não represente uma guerra, representa um poder maior que o nosso, junto à nossa fronteira, e com reflexos internacionais. Acho que a área da energia atômica é uma com que nos devemos preocupar muito.

Presidente – Mas, olha, é um setor em que nós estamos caminhando; talvez com certa cautela, mas estamos. Agora, nós transformamos essa companhia de energia nuclear. Ela vai ser muito mais operante do que era. Estamos em vias de negociações, estamos com negociações já muito adiantadas com a Alemanha e com a França, inclusive, para desenvolver energia nuclear e indústria nuclear dentro do país. Ao lado disso, há os problemas da pesquisa. Eu não excluo a hipótese da chantagem da Argentina. Como eu acho que nós, se enveredarmos por esse caminho, nós vamos abrir possibilidades para podermos nos orientar com mais segurança. **Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc, e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias.**

Min. Corrêa – Acho que só com o fato de o país estar em condições de produzir ele já tem outro prestígio, outro ...

Presidente – Ah, claro, tem outro status. Inclusive, vejam o seguinte: internacionalmente, eles nos atribuem uma possibilidade que nós estamos longe de ter. Se pegar jornais ou revistas especializadas da Europa e dos Estados Unidos, e da própria Argentina, eles acham que nós estamos em vias de fazer arma nuclear, vocês não têm visto isso?

– É.

Presidente – Quer dizer, já nos atribuem possibilidades que nós não temos. Mas que poderemos ter. Acho que sim. Se nós desenvolvermos bastante a nossa tecnologia nuclear, nós vamos facilmente

chegar a isso.

Min. Araripe – Presidente, eu gostaria de fazer, também, algumas observações no campo militar, evidentemente, orientadas para o setor da Força Aérea. O fortalecimento da indústria bélica é sempre um objetivo permanente, mas com as restrições de importação que a conjuntura nos impõe nós não podemos deixar de dar um cuidado todo especial e urgente a este programa. A Força Aérea tem procurado evitar abrir em leque. Nosso campo é muito vasto. Nós temos nos concentrado nas indústrias das aeronaves, dos aviões tipo militares, produção do Xavante e agora, proposto, o C-X, que está com Vossa Excelência; como também no campo dos foguetes, no campo de propelentes, principalmente propelentes, e da indústria eletrônica. Mas não se poderá dar um incremento maior a essa indústria, se nós descuidarmos da importação de "know-how". Nós temos, evidentemente, que manter a atualização tecnológica nesse setor, que evolui muito rápido, e, daí, a importância que nós damos não só à pesquisa e ao desenvolvimento, como, sobretudo, a esses estágios rápidos no exterior. Nós podemos ficar muito atrasados no campo material, mas no conhecimento tecnológico, da indústria aeronáutica, da indústria eletrônica e propelentes nós não podemos nos distanciar, senão o distanciamento dos meios para conseguirmos realmente uma indústria bélica de primeira qualidade vai aumentando cada vez mais. De modo que, nesse plano de restrições de importação, nós temos evidentemente que resguardar esse setor da atualização técnica. Vamos fazer todo esforço para nacionalizar realmente aqueles aviões militares que são mais essenciais, principalmente olhando a guerra revolucionária e outros problemas sul-americanos. Podemos rivalizar em nossos meios de produção bélica. E no desenvolvimento de propelentes e foguetes. Isto se traduz em alguns estágios no exterior, rápidos, de semanas, numerosos, porque, ao mesmo tempo que uma equipe vai se especializar em foguetes, a outra vai em eletrônica, coisas que, naturalmente, nós não temos aqui. São muito numerosas. Vossa Excelência tem um plano de cursos no exterior, que eu vou pedir para retornar, para um reexame, porque ele foi com algumas falhas, e nós queremos enquadrar dentro das despesas do ano passado, mas especulando melhor na natureza desses cursos, que são essenciais para nós levarmos avante um programa sério de nacionalização das armas militares.

Presidente – Eu estou de acordo consigo. Apenas o que eu quero caracterizar é que nós temos que, nesses cursos, nessas coisas todas, ter muita objetividade. Eu quero recordar, por exemplo, o que aconteceu uma vez comigo, para mostrar como nós estávamos errados e como, possivelmente, hoje em dia, nós temos que evoluir. Eu servia num estado-maior, naquela ocasião, era durante a guerra, me consultaram se eu queria fazer um curso. Evidentemente, aceitei. Fui aos Estados Unidos. Fiz lá um determinado curso. Depois fiz um outro curso. Dois cursos nos Estados Unidos e, seis meses depois, voltei para o Brasil. Quando eu cheguei e me apresentei no Estado-Maior do Exército, me disseram: "E você onde é que servia antes?" "Eu servia em Porto Alegre." "Então, volta para Porto Alegre." Quer dizer, eu passei quase seis meses estudando nos Estados Unidos, e ninguém quis saber o que eu aprendi, o que eu fiz, qual foi o resultado! E o curso que eu fui fazer não tinha objetividade. Quer dizer, o curso deve ser escolhido, ser escalado para atender a uma necessidade nossa, uma deficiência, uma falha.

– Exato.

Presidente – Você vai a um tal lugar para estudar isso, para depois você vir aqui, aplicar aqui e resolver este problema, e ensinar o que aprendeu.

Min. Araripe – Eu, pessoalmente, sou contra os desperdícios.

Presidente – Bom, nós cansamos de mandar gente para o estrangeiro por mandar, porque é hábito, porque é rotina, porque se mandou antes.

Min. Araripe – São cursos muito objetivos.

Presidente – Ah, isso é ótimo.

Min. Araripe – E rápidos.

Presidente – O que eu digo, é isso: temos que nos orientar para isso. Toda vez que a gente fizer uma coisa dessa, tendo em vista sanar uma deficiência ou cobrir uma falha, ou atender um requisito ou uma necessidade da nossa organização, a coisa é positiva.

Min. Araripe – Todos os cursos são interessantes mas, dentro da essencialidade, nós estamos exatamente procurando aqueles, sem os quais nós não podemos avançar no campo tecnológico.

Presidente – Nós, nas nossas Forças Armadas, nós temos que desenvolver bastante a nossa objetividade. Nós trazemos conosco, como toda força armada, sobretudo em tempo de paz, um espírito conservador. Altamente conservador e tradicionalista. Isto, em si, não é ruim, se, por outro lado, nós soubermos evoluir, e soubermos rever as nossas ideias. Há coisas, por exemplo, que em 1940 estavam muito certas, mas que talvez hoje não estejam. E nós continuamos na rotina de 1940. Quer dizer, eu sinto realmente, e não é de hoje, que as nossas Forças Armadas têm que criar um espírito modernizador. Nós temos que evoluir. E a nossa tendência é a seguinte: nós criamos coisas novas, quando vamos modernizar, mas deixamos permanecer as velhas. Então, vamos encarecendo a nossa organização. Quer dizer, ao mesmo tempo que nós devemos ter a capacidade de criar coisas novas, nós devemos ter a coragem de pegar as coisas velhas e botar na sucata! E acabar com elas! Ah, não, nós conservamos. Então, é porque é tradição, é porque é um sentimentalismo, e porque é isso, e porque é aquilo, é porque há interferências indébitas. “Ah, mas vamos acabar com isso? Mas o meu pai foi de lá, o meu filho foi, o fulano foi.” Bom, nós temos que ter coragem de enfrentar, mesmo porque, aí vem a outra preocupação que nós não temos ainda desenvolvido como tem a empresa privada: nós temos que olhar para os custos. A nossa preocupação pelos custos deve ser importante. Eu sei que a Força Armada é um instrumento caro. Mas se nós olharmos para os cursos, nós talvez possamos aplicar os meios, financeiros e outros, que temos, nos setores que têm mais necessidade e estabelecer a devida prioridade. Agora, se não olharmos para os custos, e vamos

fazendo as despesas, depois nós apenas e mal temos recursos para manter a instituição; não vamos ter recursos para fazê-la evoluir. Quer dizer, a evolução exige emprego de meios. Esses meios nem sempre são fáceis de obter. Mas nós temos que olhar onde é que se pode fazer economia, onde é que se pode diminuir os custos. Onde é que podemos eliminar coisas velhas, que não valem mais nada, e fazer uma conversão para as coisas novas? Eu acho que as Forças Armadas têm que evoluir nesse sentido modernizador. Olhem, um dos grandes problemas que nós temos, evidentemente, porque é a alma da organização, é o problema de pessoal. O Ministro Henning ainda agora mesmo falou do problema de remuneração e certos aspectos do problema de pessoal. Aí, nos enveredamos para soluções de planos de carreira, um acesso regular, há uma série de coisas dessas que são preocupações fundamentais nossas; mas nós temos que olhar, por outro lado, a economia de pessoal. Nós temos que ver onde é que podemos reduzir pessoal e botar máquina. Todo mundo faz isso! Quer dizer, a máquina é um instrumento para reduzir efetivos e meios de pessoal. Não é assim que se faz na indústria privada? Quer dizer, vem a automatização e vem uma série de coisas. Eu sei que nas Forças Armadas o homem é a peça chave. Como é em qualquer lugar. Nós temos que olhar para o homem e temos que ver, mas nós temos, também, que ter esta grande preocupação de fazer economia em pessoal e jogar esses recursos em coisas materiais.

Min. Araripe – Vossa Excelência sabe que a Força Aérea tem um déficit de pessoal civil de 20.000 funcionários. Se não fosse a máquina, nós não estaríamos ...

Presidente – Ah, pois é. Então a FAB pode cortar 10, que não precisa deles.

– Todos riem.

Presidente – Eu não estou fazendo críticas de A, de B ou de C. Eu vivi muitos anos na instituição e sofri isso também. Mas a nossa economia de pessoal tem que se fazer. Agora, tem que se estudar isso adequadamente: onde fazer e como fazer. Mas a tendência é cada vez mais usar a máquina, não é?

– É.

Presidente – E esse problema do custo, se diz: “bom, as Forças Armadas estão aí para isso mesmo. O Governo põe no orçamento, etc, e as despesas estão aí.” Não! Não pode ser assim. Nós temos que olhar muito para isso.

Min. Araripe – Nós temos dado muita importância, de modo que ativamos um serviço novo, que é o de contabilidade dos custos: saber realmente, quanto custa, centro de custo. Cada organização nossa constitui um centro de custo. Hoje, nós temos no Alto-Comando o Conselho de Economia e Finanças; mensalmente, aprecia as distribuições dos custos, cortando aqueles que estejam exagerados. Nós policiamos muito as despesas.

Presidente – É. Muitas vezes quando a gente vai fazer uma coisa, faz sem levar em conta o custo. Não a gente tem que botar o custo ao lado e ver se, para aquele custo, aquilo que se vai fazer é compensador ou não. Se convém fazer ou não convém fazer.

Min. Araripe – Principalmente porque já temos hoje a consciência que o orçamento não chega. Então, nós temos que tirar o máximo rendimento; inclusive, desativando certos órgãos. Nós já temos vários órgãos desativados. E pretendo desativar mais alguns.

Presidente – O Exército está, agora, caminhando dentro do problema da indústria bélica para uma racionalização, porque o que nós temos é uma série de fábricas, dentro do Exército, obsoletas, com deficiências de pessoal e vivendo é muita gente se esforça para trabalhar, mas vivendo na rotina.

Min. Frota – Vivem parasitariamente.

Presidente – Pois é. O Exército tinha fábricas de calçados. Bom, fechou-as. Fechou porque, naturalmente, foi botar o custo da fábrica de calçados em comparação com o preço do calçado aqui fora e viu que não era negócio. Mas isso se devia ter visto quando se resolveu montar a fábrica de calçados. Aí é que deviam ter estudado a história, não é verdade? Eu acho que se nós conseguíssemos transmitir às Forças Armadas este espírito renovador...

Eu não quero, também, abandonar tudo o que foi feito, não; nós temos que ter ideia de inovação, porque as coisas evoluem. O mundo evolui muito rapidamente.

Min. Frota – Nós temos dois exemplos: o quadro veterinário e o problema das unidades motorizadas ainda com cavalos.

Presidente – Pois é. O Exército cada vez se motorizando mais, e o quadro veterinário crescendo. Aí tem o lado sentimentalismo, não é? É o amigo, é o companheiro, é isso, é aquilo, dá-se um jeito. Não, nós temos que ter um pouco de frieza nisso.

Min. Araripe – Mas Presidente, evidentemente, não é uma crítica, é uma observação: para aumentar o quadro de farmacêuticos, criou-se a Central de Medicamentos.

Presidente – Pois é.

Min. Araripe – Quer dizer, indústria estatal, quando nós temos uma das maiores indústrias farmacêuticas montadas no Brasil.

Presidente – Pois é. Mas acho que o nosso quadro farmacêutico deve desaparecer. Eu, por exemplo, acho isso. O sujeito diz: “bom, o farmacêutico, hoje em dia, trabalha em laboratório, é bioquímico.” Pois vamos criar um quadro bioquímico e pode ser com civis. Agora, para que que nós temos no

Exército, não sei, na Marinha e na Força Aérea também têm, tantos coronéis farmacêuticos, tantos tenentes-coronéis, tantos majores?

Min. Araripe – E houve até um estudo de aumento de quadro de farmacêuticos, com base na Central de Medicamentos!

Min. Frota – É, mas no Exército não. Não Senhor!

Presidente – Mas também não diminuiu, e eu acho que tem que diminuir!

Min. Frota – Presidente, se o Senhor me permite, entre aqueles assuntos que o Senhor abordou como diretriz, da última vez que estivemos reunidos, havia a existência do quadro de oficiais veterinários, que eu já apresentei ao Senhor. A existência de um quadro de oficiais farmacêuticos. Nós estudamos, no Estado-Maior, a maneira de colocá-lo, também, em extinção. E já tomamos medidas, este ano, para que não fosse mais dada matrícula na formação. Vamos cortando.

Presidente – Pelo menos, não alimenta por baixo

Min. Frota – É, já não alimenta, já vamos começando, dentro daquela ideia que eu tenho sempre, de ir abordando gradativamente os problemas. Esses dois problemas já tinham sido

Os outros foram todos

Se o Senhor me permite agora

Presidente — À vontade.

Min. Frota – Eu tinha algumas observações, que aliás não ia trazer à baila porque achava que não eram relacionadas diretamente com o meu setor, mas que tem sobre ele, às vezes, alguma repercussão. Já o Almirante Henning, da Marinha, abordou uma delas. Abordou, aliás, duas delas. Uma delas, é o problema do abrandamento da Justiça Militar no julgamento da subversão. Eu acho que isto, desculpe, não querendo discordar, não é um problema de legislação; é um problema subjetivo de julgamento. O ano passado (73) nós tivemos, embora os casos fossem diferentes, 200 condenações em 300 casos. Este ano (74), estas condenações desceram para 100 e, em casos muito mais perigosos. É um problema, me parece, de mentalidade que está se criando na Justiça Militar. E fala-se mesmo, em certos setores, que há um propósito de se fazer uma anistia branca. Sabe, este problema tinha sido notado também. Mas eu culpo menos a Lei; eu acho que a Lei nos dá meios para isso. Nós temos, ultimamente, um caso de um subversivo com assassínio, em que foi condenado por 7 a 4, em que dos Ministros militares, do Exército, somente o General Syzeno votou pela condenação; os outros votaram todos pela absolvição. Eu não penso que seja um problema de lei. Eu lidei muito com a lei e

Presidente – O problema é realmente, problema de pessoas, muito subjetivo. Está aí o Vice, o Adalberto, que conviveu, e eu também convivi, lá, e vou dizer a vocês o seguinte: há vários princípios, em matéria de julgamento. Um, o Juiz julga de acordo com as provas dos autos, mas o Juiz tem ainda o direito de fazer uma análise e uma apreciação pessoal em torno do problema. Então, isto, também, a consciência do Juiz é um fator que influi ou é aceito e é dos princípios dessa história.

Agora, acontece o seguinte: quando chega no processo, normalmente, você pega e é o seguinte: há inquérito policial, militar ou civil, ou o que for. O inquérito comprova determinados fatos, com determinado indício, e chega a determinada conclusão. Bom, este inquérito serve de base para que o promotor faça a denúncia. Ele se estriba no inquérito e faz uma denúncia convincente do crime, da autoria do crime, o Juiz recebe a denúncia e o processo segue. A partir desse momento, o inquérito não tem mais valor nenhum, porque vem a instrução do processo, o sumário do processo, em que entram os depoimentos, entram as testemunhas, entra o Advogado e entra o Promotor. O Advogado não tem nada que provar porque o ônus da prova é de quem acusa. Mas o Advogado faz a defesa e procura destruir a pouca prova que aparece, inclusive fabrica testemunhas e uma série de coisas. E o Promotor, que deu aquela denúncia, via de regra, ele não se interessa pelo processo. Ele acompanha o processo, mas não se preocupa em provar aquilo que ele alegou, quando deu a denúncia. Então, o processo chega ao fim, vai se examinar, não tem provas. As provas que aludia o inquérito, no processo não foram reavivadas e não foram confirmadas. E fica você neste drama de consciência. Você tem a convicção de que aquele sujeito é criminoso, de que o inquérito está certo; mas o inquérito não vale como prova judicial, e a prova judicial não existe. Então, se cria este grande drama de julgar o processo ... Não sei se você (Adalberto) passou por isso. Eu tive vários casos assim. Houve casos em que eu condenei. Tal era a minha convicção, apesar da deficiência de provas do processo, que eu condenei. Mas há outros que você não pode condenar, a não ser que você queira ser irracional, mas é errado. Agora, então, a coisa no fim fica de fato no lado subjetivo e fica no temperamento, na tendência do Juiz, não é?

Min. Frota – E um pouco também, Senhor Presidente, se o Senhor me permite, pelo que o Senhor disse, na pouca atenção, já não chega ao descaso do Promotor ...

Presidente – Ah, é! Esse é que é o grande problema.

Min. Frota – Porque os chavões apresentados pelos defensores dos subversivos são sempre os mesmo, e são aceitos com uma ingenuidade que eu não posso compreender, e isso traz, realmente, no Exército, não digo uma descrença, uma irritabilidade contra um desencanto.

Adalberto – Eu pediria, já que o Senhor Presidente me citou como Ex-Ministro, viu, general, e ele focalizou muito bem a questão do Promotor, que tem que provar aquilo que ele denunciou. É muito comum mesmo o Promotor não procurar fazer isso. Mas a Procuradoria é um Órgão do Poder Executivo. Mas é muito comum o Tribunal chamar a atenção dos promotores. Quer dizer, na sentença

(ele não pode punir promotores) mas na sentença ele chama a atenção dos promotores por essa negligência. É muito comum lá no Tribunal!

Min. Frota – O Senhor ...

Presidente – Agora veja. Nós tiramos este processo da área da Justiça Civil. Trouxemos para a área da Justiça Militar, a duras penas. Não queira saber a luta que se travou, no tempo do Governo do Presidente Castelo Branco, para poder atribuir à Justiça Militar o julgamento do civil dos crimes de segurança. Bom, porque nós partimos do princípio que os militares seriam severos e dedicados aos problemas de segurança. Bom, depois do funcionamento de alguns anos, nós chegamos a uma conclusão um pouco melancólica, não é?

Min. Frota – O Senhor Presidente encontrará em quase todos os processos que têm voltado com absolvições, este aspecto que o Senhor focalizou. Uma falta de atenção, eu não quero empregar o termo que o General Adalberto empregou, negligência; e o Senhor sabe bem. Há também uma preocupação de certos Juízes de se transformarem em encapuzados dos direitos humanos, não é? Eu tenho um exemplo, que o Senhor deve conhecer bem, e que trouxe grandes aborrecimentos ao meu amigo General Dale Coutinho, nos últimos dias de sua vida. Foi preso, na área de Sepetiba, um contrabandista. Apertado pela polícia, ele denunciou vários militares que davam cobertura. Quando chegou esta notícia ao Exército, eu disse: “eu não quero me basear num depoimento de um contrabandista para prender oficiais.” Aliás, havia oficiais que tinham destacado conceito. O SNI e a Polícia Federal então mandaram as provas, inclusive conversações e tal. Então, prendi estes homens. Foi preso um Capitão, que me surpreendeu muito, o Capitão Ferraro, que era Comandante da Companhia de Polícia do Exército. Mais tarde, se verificou que este homem, realmente, tinha sido envolvido, mas que ele participara do contrabando. Eles faziam um contrabando de mais de 3.000 relógios de ouro, essa coisa. Esse homem foi colocado no 1º BCC, eu o visitei, e depois foi mandado para o Batalhão da Polícia do Exército. Quando foi provada a conivência dele, eu mandei botá-lo isolado, mas sempre o acompanhando. Correu o processo. Muito bem feito. Quando chegou no Supremo Federal um Advogado, Campos, muito ligado, afeito às acusações marxistas, acusou o encarregado do inquérito de ter maltratado, seviciado o Capitão. Eu tinha acompanhado todo o inquérito. Então, o Ministro do Supremo Tribunal me telefona. “Isso era um absurdo!” Eu era o Chefe do Estado-Maior. Eu disse: “não, isso não é verdade. Você pode ficar certo, eu estive lá e acompanhei.” Eu tinha o hábito de ir ao reconhecimento até de madrugada às prisões para verificar. “E você sabe disso e várias vezes você o visitou.” Então, ele procurou o General Coutinho, querendo visitar as unidades. Querendo visitar unidades e houve um aborrecimento do General Coutinho muito sério com ele.

Mas o fato é que o Advogado lançou essa acusação toda e foi aceita pelo Tribunal. E o Tribunal mandou, pediu, que fosse aberto o inquérito para apurar as responsabilidades do Comandante. Quer dizer, é o desprestígio, debilitando constantemente o prestígio da autoridade. Isso não foi do meu tempo ainda. Quando cheguei no Gabinete, eu conversei com o Promotor Rui e disse: “olha, eu abro

o inquérito, a sindicância; mas quero, se eu não apurar nada, o Senhor vá processar esse Advogado." E foi feito isso, e não se apurou nada; porque eu tinha acompanhado e, eu então, pedi o processamento do Advogado. Mas esses fatos são diários. Quer dizer, o Tribunal aceita a palavra de um elemento comunista, quer dizer, useiro e vezeiro nessas acusações, e bota em choque o prestígio de um Oficial digno, de 40 anos de serviço, que nunca fez nada e foi escolhido para isso. Então, como nós estamos vendo, Presidente, me parece não é defeito de Lei; é um problema de subjetividade, de julgamento. É só isso o que eu tinha que falar.

Min. Corrêa – Com licença, Senhor Presidente?

Presidente – Toda.

Min. Corrêa – Vossa Excelência citou o problema da hipótese delta na sua explanação. Os estudos que nós temos realizado mostram mesmo que isso poderia ocorrer num prazo, assim, em torno de uns 4 ou 5 anos. Não é uma coisa tão eminente. O Ministro Araripe citou alguns exemplos da necessidade de aperfeiçoamento de pessoal para o desenvolvimento da tecnologia. Eu acredito que o planejamento desta hipótese, que está em curso, nós já entregamos às forças singulares um anteprojeto de diretriz, que orientará os trabalhos, se aprovados, isto viria, de fato, trazer grandes modificações, ou melhor, grande atenção para aspectos que Vossa Excelência citou na primeira reunião. Disse: "muitos conceitos e procedimentos vigorantes, e cuja sustentação não responde ao realismo de uma objetividade estratégica, terão que ser fatalmente revistos e atualizados. Acreditamos, e eu cito entre eles, o problema da estruturação das forças, o problema do sistema do serviço militar, mobilização, indústria para fins militares, a coordenação das pesquisas tecnológicas, muito importantes no caso, por exemplo, de propelentes de foguetes, que são coisas comuns a todas as forças. Isto contribuiria enormemente para a economia de pessoal e economia de recursos, além de abreviar as etapas de estudos de avanços da tecnologia. Política de energia nuclear, e ativação do sistema de informações estratégicas." Então, é uma oportunidade que eu posso informar a Vossa Excelência, que este anteprojeto de diretriz já está nas Forças singulares para apreciação, para depois, em estudo com o Conselho de Chefes de Estado-Maior, o EMFA possa chegar a um resultado concreto para apresentar a Vossa Excelência. Isto sintetiza o que eu queria dizer, porque abrange, também, um fato importante aqui aflorado: o da necessidade de coordenação da pesquisa para economizar e para abreviar etapas.

Presidente – Eu acho que há um campo de ação que nós podemos desenvolver aí, aproveitando a paz que nós vivemos, é o progresso. Nós, muitas vezes, não nos damos conta, mas nós, às vezes, desperdiçamos os anos de relativa tranquilidade. Não é isto? E depois, de repente, nos defrontamos aí com situações muito difíceis. Um dos pontos que eu falei na outra vez, e que hoje torno a falar, é com relação à indústria bélica. A indústria bélica é vastíssima etc, mas nós podíamos fazer um esforço no sentido de resolver certos problemas, coisas elementares, antes de mais nada. A Marinha, evidentemente, tem que construir fragatas; a Aeronáutica está preocupada em construir aviões e ter tecnologia. Eu não sou contra isso; acho que está aí e vamos tratar de fazer. Mas nós não resolvemos

ainda, adequadamente, o nosso problema do armamento, do armamento individual, das armas comuns, que podem ser padronizadas entre as diferentes forças. Nós estamos falando em foguetes, em propelentes e etc, mas nós não resolvemos certos problemas de pólvoras e explosivos. Já conversei, uma vez, com o Ministro Frota sobre isso ...

Min. Araripe – É o armamento do avião.

Presidente – Eu sei, eu sei; eu não sou contra! Mas eu acho que se podia pegar certas coisas básicas.

– Mas as coisas estão mais ou menos superadas!

– Eu sei. Porque nós podemos ser o estágio de desenvolvimento tecnológico no Brasil, de nível industrial, já nos permite resolver este problema. Olha, uma das coisas que mais me preocupou foi uma conversa que eu tive com o Ministro Coutinho e, depois, com o Chefe do EMFA de então, o Humberto. Esse fuzil F.A.L., eu assisti à assinatura do contrato dele. Foi no tempo do Ministro Jair. Deve ter sido em 63 ou começo de 64. Quer dizer, faz mais de 10 anos. O trato com os belgas. Bom, hoje em dia, ainda tem vários elementos do F.A.L., que nós achamos preferível importar do que fabricar no Brasil. Quer dizer, nós ainda não adquirimos autonomia na nossa fabricação desse fuzil. E já fazem 10 anos. Os técnicos têm os seus argumentos: porque é isso, porque é aquilo, porque não sei o quê, etc.

Min. Frota – Senhor Presidente, sobre este assunto eu ainda nesta semana conversei com o General Fritz. O fuzil F.A.L., nós estamos com 90.000, não é? É. Não consegue, nessas condições que o Senhor deu, montar mais de 5.000, não é? Mais de 5.000 por ano, em média. O Senhor vê, como é que nós vamos fazer 90 mil?

Presidente – E por que que nós não vamos expandir?

Min. Frota – Nós estamos caminhando para isso.

Presidente – Pois é.

Min. Frota – Bem, outra coisa que me surpreendeu, e que eu já tomei providências, eu e o General Euler, é o problema do tal morteiro 120. Há 22 anos está o morteiro sendo estudado. Quer dizer, eu admito que seja ...

Presidente – Bem e tem aí um canhão sem recuo, não sei o quê ...

Min. Frota – É o 106.

Presidente – Tem o morteiro, que está fabricado, fabricado há não sei quanto. Não funciona por quê? Não se resolveu o problema da pólvora. Quer dizer, o problema do propelente não está resolvido!

Min. Frota – É. Então tivemos que...

Presidente – Bom, convenhamos, não é? Se isto fosse uma empresa privada estava falida há muito tempo, não estava?

Todos – É.

Min. Frota – Não há dúvida. Foi o que eu disse. Então, vocês levam 20 anos para levantar um tipo de morteiro, 21 anos, o Exército fica parado, esperando que vocês preparem isso? A mesma coisa é o canhão 106. Eu já estive lá. Ele tem um dispositivo de controle do tiro, que é um projetivo traçante, que dá o tiro para ver se a pontaria está certa. Pois bem este projétil não tem, porque falta propelente. Os canhões estão parados. Temos que comprar isso na fábrica. E vamos usar os canhões. Não vamos aguardar mais 10 anos ou 12 anos...

Presidente – Quer dizer, s técnicos têm lá as suas razões de ser, mas o administrador tem que cobrar do técnico.

– Claro! São compartimentos que...

Presidente – Ah, eles têm que ter o programa e a gente tem que ser exigente. Como é que está o programa? O que foi feito? Por que fez? E por que não fez? Não é? E ir em cima.

Min. Araripe – Em defesa dos técnicos ...

Presidente – Hein? (Ri)

Min. Araripe – Eu conheço o problema. De um modo geral, esse desenvolvimento além de longos, são caros, e, muitas vezes, eles têm que condicionar o avanço aos meios de que dispõem.

Presidente – Mas aí é que vem o problema, Araripe. Quando o sujeito monta um programa desses, ele tem que botar os custos ao lado.

Min. Araripe – Mas bota! Mas nunca aparecem no orçamento!

Presidente – Ah!

Min. Araripe – É o drama ...

Presidente – Vinte anos, é?

Min. Frota – Mas o Senhor há de concordar comigo, Brigadeiro, que não há nenhum Exército que espere 20 anos para ter um morteiro!

Min. Araripe – Bom, 20 anos é um protótipo obsoleto!

Min. Frota – Aí o Senhor veja: corroborando e robustecendo esta tese do Presidente, as fábricas, não é? Estou com dois problemas de fábricas que estou investigando. Eu tenho uma fábrica, de Curitiba, e tinha uma fábrica de Bonsucesso. A fábrica de Bonsucesso foi feita para fazer máscaras; acabou fazendo bandejas. Bem ...

General Fritz – E panelas ...

Min. Frota – É, e panelas. E, ultimamente, resolveu fazer camburões. Estava certo. Então, nós no princípio do ano demos 1 milhão e 200 mil para fazer 16.000 camburões.

Presidente – De gasolina?

Min. Frota – É. Camburões de gasolina. Tudo acertado. E quando chegamos agora, no final do ano, eu pedi as contas dos camburões. Bem, só tinham feito 2.500 dos 16.000 e, o dinheiro, que era certo, recolheram. Sobrou o dinheiro! De modo que, como diz o Presidente, comercialmente como empresa, já tinha falido. Ninguém aceitava isso!

Presidente – Que faz a fábrica de Curitiba? Faz fogões de campanha?

Min. Frota – É, de fazer fogões. Também foi o caso. Era fazer fogões.

Presidente – Ela era fábrica de viaturas?

Min. Frota – É, mas também era de fazer fogões. Mas tinha um total, parece que de 3.000 ou 4.000 fogões para fazer e só fez 250. Então, não está funcionando, dentro do meu ponto de vista!

Presidente – É melhor comprar fogão na indústria civil.

Min. Frota – Pois é. É melhor. Aliás, o Senhor conhece bem o meu ponto de vista.

Presidente – Inclusive é o seguinte: as Forças Armadas, não vamos ter ilusões, caminham paralelamente com a economia do país. Querer ter, por exemplo, um determinado tipo de Forças Armadas, como tem o Xá do Irã, dissociadas do nível de desenvolvimento econômico e industrial do

país, é um absurdo. Pode servir para uma guerrinha, mas isso não dura. As Forças têm que caminhar em conjunção com a economia do país.

Min. Frota – Exato.

Presidente – E têm que se apoiar na economia do país. Veja, por exemplo, o seguinte: à medida em que o cavalo, por exemplo, deixa de ser um instrumento de grande utilidade na agricultura e na pecuária, o Exército tem que abrir mão do cavalo, porque ele não pode querer ter uma criação de cavalos própria; ele tem que mostrar o cavalo na atividade civil. Assim, é a mesma coisa com a indústria. Quer dizer, nós temos que nos apoiar na indústria. Agora, se no meio civil o sujeito tem uma fábrica de camburões, o Exército não deve ter. Se tem uma fábrica de cozinhas, o Exército não deve ter. Quer dizer, nós temos é que, ao contrário, procurar dar vida à indústria civil, nestas coisas, e nos limitarmos, na nossa indústria, a uma indústria especializada.

– E ter um bom plano de mobilização.

Presidente – Ah, claro! Bom, a ilusão de dizer: as Forças Armadas são autossuficientes. Num quadro de guerra elas fabricam tudo o que precisam! Não, é uma ilusão! O país só pode fazer guerra se ele tiver, realmente, um apoio adequado na indústria civil.

Min. Frota – Eu julgo capital.

Presidente – E tem que começar em tempo de paz!

Min. Frota – E a gente faz um plano já nem digo secundário, terciário! Abandonado, completamente abandonado.

Min. Henning – Temos que independer das importações.

Presidente – Claro. Ah, isso é! Tanto quanto possível!

– É.

Presidente – E aí vamos até admitir certa estocagem.

– É

Presidente – Por exemplo, nós precisamos de cobre. Vamos fazer um estoque de cobre.

Min. Frota – É. O Senhor vê, a CBC, a Companhia Brasileira de Cartuchos, está vendendo cartuchos, com autorização, para o estrangeiro, da metralhadora 50. Vendia para atirar no estrangeiro. E nós não

tínhamos, porque nós tínhamos a nossa fábrica para fazer e a nossa fábrica não dava vazão. Nós estávamos parados. A gente tem que apelar! O que puder ser feito pela indústria particular, não é?

Presidente – É o caso das indústrias de calçados!

Min. Frota – É o caso.

Presidente – Não é?

Min. Frota – O Senhor viu naquele "holding" de que nós propusemos que o Senhor aprovou? Trata-se disso. O que é pioneiro, o que é de segurança nacional, está certo, mas o resto ...

Presidente – Certo. Eu volto a dizer: certas ideias que em 1940 estavam certas, em 74 já não estão mais. Nós temos que saber evoluir. E não ficar preso àquela ideia. "Ah, era assim", então, continua sendo assim. Quer dizer, a rotina aí dentro das Forças é a morte.

Min. Frota – Tem um outro assunto, que eu ia falar, mas a hora está correndo; eu falarei dentro das possibilidades. São os dois assuntos que o Almirante Henning falou. Um deles, é o problema de habitação. O problema habitacional. Nós estamos com um grande número de sargentos e oficiais que adquirem prédios pelo BNH, e, depois de certo tempo eles não têm condições de pagar. Há outros que procuram pagar porque têm uma comissão vantajosa, conseguem algum pé de meia e vão pagar e estão devendo 3 vezes mais. E com sargentos, então, a quantidade é enorme. E não há reclamação. Mas há, assim, uma descrença que o BNH seja, de fato, uma obra social. Eu tenho inaugurado vários blocos feitos pelo BNH, lá no Rio, e são blocos que são feitos sob a orientação e conjugados com a ação do Clube dos Sargentos e de Sub-Tenentes e Sargentos, e tenho ouvido comentários, dizendo isso: que o BNH torna-se extorsivo depois de certo ponto. Eles citam, como exemplo, o dinheiro que o BNH está empregando em investimentos. Há muito dinheiro. Por exemplo, citam um prédio que estão construindo na Avenida Chile. E, além disso ...

Presidente – Isso já está feito, lá. Já foi feito.

Min. Frota – E dizem, também, eu não tenho certeza, que há colocação do dinheiro no metrô do Rio, agora quer investir em Itaipu.

– É.

Min. Frota – Então, acham que o BNH quase não constitui uma obra social. E se nós analisarmos, realmente, as prestações e não sei mais o quê, há indivíduos que pagam 900 cruzeiros de prestação, sendo 700 de juros e 200 e esses 200 cruzeiros são abatidos do que ele deve do empréstimo que ele fez. Vamos dizer 80.000. Ele abate, no ano, 6 milhões, fica com 74. Joga-se sobre este saldo devedor a inflação, que é maior do que ele pagou, de modo que ele fica sempre ... jamais ele consegue ...

Presidente – Oh, Frota, está bem, mas a culpa não é do BNH, a culpa é da inflação. Quer dizer, nós não podemos voltar àquele sistema do Jango, em que a Caixa Econômica emprestava dinheiro sem correção monetária! Então, era uma corrupção danada para conseguir empréstimo na Caixa Econômica. O sujeito comprava uma casa na Caixa Econômica e, no fim, ele devia uma prestação de 1 cruzeiro por mês. Lembra-se disso?

Min. Frota – Sei.

Presidente – Porque o Jango dava e ia assinando de favor ...

Min. Frota – Sim, mas o indivíduo paga o juro e a inflação!

Presidente – Eu sei, eu sei! Agora, isso, em grande parte, se procurou atenuar ou modificar com essas medidas que se adotaram faz pouco tempo. Mas o que é preciso olharmos bem é o seguinte: o BNH é depositário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Quer dizer, o dinheiro que as empresas pagam para garantir o empregado que é despedido, ou o empregado que se aposenta, ou garantir o pecúlio dos assalariados do Brasil, está no BNH! Quer dizer, o BNH tem que remunerar esse dinheiro, com correção monetária e com juros. Quer dizer, cada empregado de empresa que for despedido, ou for aposentado, ou que morreu, ou que não sei o quê, ele terá o seu pecúlio que ele retira. E este pecúlio vence correção monetária e vence juros. Então, o BNH apenas o que ele faz é movimentar este dinheiro. Ele não pode dispensar a correção monetária e um determinado juro, porque aí o empregado entra no buraco. Aquele dinheiro não é dele, do BNH; ele é um depositário para aplicar aquele dinheiro. Agora, o que aconteceu este ano foi o seguinte: nós vínhamos trabalhando dentro de um sistema de inflação decrescente. Quer dizer, da inflação que nós herdamos de 64 até a inflação a que se chegou em 72, a inflação foi diminuindo. Quando chegou em 73, ela diminuiu, aparentemente porque o Delfim fez uma ficção, disse que a inflação era de 12%. Quando não era! Ele represou, não é, e fez os seus registros para ficar em 12%, o que era uma mentira. Quando chegou em 74, nós fomos a mais de 40%. Tivemos meses de 5%, 4 ou 5% ao mês. Daí, vem este aumento de salários, que vai haver no mês de janeiro. Quer dizer, uma inflação que vinha baixando, de repente ela pegou uma reversão e cresceu de novo. Este impacto deste crescimento é que causou todo este quadro, e, inclusive, eu vou dizer: em grande parte, o resultado da eleição é uma consequência disso. Entendeu? Então, a grande guerra é a da inflação, e, toda vez que a gente quer fazer artifício em matéria de inflação, a gente se sai mal. Este foi o quadro do nosso Ministro Delfim: ele chegou no fim e ele quis entrar no artifício; quis dar uma imagem que não era imagem real. Então, mais adiante, evidentemente, este pecado nós pagamos com uma pena dobrada.

Min. Araripe – Presidente, a inflação existirá, diminuída ou não, é hoje um fenômeno mundial. A correção monetária, eu acho justíssima. É a realidade! Então, este problema da casa própria, na realidade, o funcionário de baixo salário nunca terá casa própria, pelo menos ele estará sempre devendo.

Presidente – Mas ele está citando de Sargentos e Tenentes que não têm salários tão baixos!

Min. Araripe – Sim, mas de um modo geral. Então, eu pergunto: em vez de programa de casa própria, porque o Instituto de Previdência não construir casa e alugar por um aluguel proporcional ao salário?

Presidente – Está-se, estamos, agora, entrando num problema de construção de casas para alugar.

Min. Araripe – Porque a casa própria é para um indivíduo que pode pagar.

Presidente – O BNH, no fim do ano, para este ano, e não sei se vocês viram o programa, ele adotou uma série de providências, inclusive redução de juros, aumento de prazo, e fez uma série de modificações. Agora, não tenha dúvida, Frota: este problema não se resolve nunca, enquanto nós tivermos com inflação e outras coisas. Porque a correção monetária, que foi a grande invenção que se fez no Brasil para se poder conviver com a inflação, foi idealizada para uma inflação de curta duração e a nossa inflação está há mais de 10 anos aí, e sem jeito! Então, ela, hoje em dia, é um fator de realimentação da inflação. Quer dizer, o fato de você corrigir os danos da inflação faz com que a inflação seja realimentada. É um dos grandes problemas, não é? Agora, esta história da casa própria foi uma das grandes armas que eles usaram contra o Governo na campanha eleitoral. Quer dizer, o BNH, que tinha sido uma obra feita para resolver uma série de problemas dentro do país, e que era um dos pontos positivos da Revolução, tornou-se, nesta campanha, um fator negativo. Eu sei, estou de acordo com vocês. E é por isso que neste ano eu dei instruções e se começou a aumentar prazos, reduzir juros e etc. Mas tem limites. Você não pode fazer de maneira que o mutuário diga: “ah, eu estou satisfeito; não estou pagando mais nada.” O ideal para o sujeito era não pagar nada. Agora, você diz: “bom, eu devia 100 e, agora, estou devendo 130.” Não, é preciso ver que, no valor real da moeda, ele não aumentou. Ele aumentou no valor nominal, mas o salário dele também aumentou.

– Ah, isso é que ele não conta, não é? O que ele sente é o outro.

Presidente – Hein?

– O que ele sente ...

Presidente – Ah, esse do salário, ele não conta! Não, ele depois diz: eu devia 100 e, agora, devo 130. Paguei tanto e devo 130. Mas não é, não! Os 130 que ele deve, é uma moeda diferente daquela moeda anterior dos 100. Houve uma variação de moeda.

Min. Frota – Mas o ...

Presidente – Ele não pode pegar o valor nominal! Tem que ver o valor real!

Min. Araripe – A própria moeda pela qual ele é gago.

– Mas o que eu tenho a impressão, Presidente,

Presidente – Que há coisas, há.

Min. Frota – O ponto dolente da questão é este da tabela que é a aplicada para juros; nem é a “price”!

Presidente – É.

Min. Frota – É uma tabela ... O indivíduo pagando muito mais em cada prestação do que amortiza, pagando os juros mais a correção, a amortização vai ser pequena sobre o saldo devedor. Jamais ...

Presidente – Mas é por causa do prazo!

Min. Frota – Ah, mas paga duas coisas, paga-se o juro e paga-se a inflação.

Min. Araripe – Mas é a correção monetária.

Min. Frota – Mas a correção monetária entra no saldo.

Adalberto – Mas uma ocasião eu fiz uma pergunta, porque esta conversa é do Brasil inteiro. Então, eu fiz uma pergunta para os que estavam se queixando: “E se não fosse o BNH, você estava em condições de ter sua casa?” Ah, não estava!

Presidente – Claro, todo mundo continua naquela história do tempo do Jango. Eu, por exemplo, nunca tive acesso à Caixa Econômica. Eu não ia pedir um financiamento porque não conseguiria. Mas um financiamento na Caixa Econômica era uma beleza! O sujeito pedia 50.000 contos e, daqui a pouco, o que ia pagar era um cruzeiro.

Min. Frota – O que o sujeito paga é realmente menos do que seria um aluguel. Agora, me deram uma informação quando eu era Chefe do Estado-Maior, de que os 70 ou 80% dos beneficiários estavam em atraso.

Presidente – Não, não chega a tanto, eu tenho os dados e não é isso. Inclusive, muitos problemas passados estão sendo resolvidos, uma série deles, porque, além disso, há o seguinte: no meio desta história, no sistema, você tem as COHABs, que são dos estados, e têm empresas privadas, que fazem a construção, etc. Então, há várias dessas empresas que estavam com problemas de picaretagem no meio da estória. Quer dizer, o saneamento do crédito, ah, é uma batalha. Já se conseguiu liquidar várias empresas, sanear vários problemas, mas ainda há outros. Porque, de fato, o sistema estava todo

em deterioração. Agora, diz-se, por exemplo, que o BNH faz outros investimentos. Faz! Sobretudo o grande investimento dele é no programa de saneamento básico, de água e esgotos, dos grandes centros. E o Planasa ... Bom, tem que fazer

Min. Araripe – Se não aplicar o dinheiro ...

Presidente – Não, não é só aplicar o dinheiro. Porque isso está relacionado com o problema da casa. Quer dizer, se você vai fazer a casa e não tem água e não tem esgoto, como é? E, além disso, o volume de dinheiro tem que ser aplicado, porque ele tem que buscar rendimento deste dinheiro.

Min. Frota – Mas me parece, também, o seguinte: muita gente, quando dava renda, dava a renda fictícia familiar.

Presidente – Porque eles, para o tipo de casa, eles exigiam determinada renda familiar. Então, o sujeito inventava, a dele, a da mulher e dos filhos. Ele dava uma renda familiar que correspondia a um determinado nível. Chegava depois, ele não tinha, certo?

Min. Frota – É.

Presidente – É como você diz: você dá a casa para quem não tem condições de ter casa. Quer dizer, o problema nosso é evitar o círculo vicioso, é elevar o nível da população. Nós temos que melhorar a renda do povo. Agora, melhorar a renda como? Dando apenas aumento do salário? Tem que ter aumento de produção, não é? Mas, Frota, este é realmente um problema.

Min. Frota – Eu estou falando isso, não é defesa própria não, eu sou acionista do BNH e pago lá e tudo. Mas o grande número de

Presidente – De queixas que há.

Adalberto – Ah, isso é generalizado.

Min. Frota – De queixas que há. Eu observei em várias propostas, realmente, o sujeito bota ele tanto, a mulher tanto, os filhos tanto, faz a renda familiar, para tirar um quarto. Mas o dinheiro que vai funcionar é só o dele.

Min. Araripe – Mas se a casa não se destinasse à venda, e devia ser um imóvel do Estado: seria um investimento a fundo perdido, mas visando a uma finalidade social, de modo que o operário de salário mínimo pudesse morar. Ele não teria casa própria.

Presidente – Eu sei, mas a questão é que o dinheiro não é do Governo; o dinheiro é privado.

Min. Araripe – O Governo faria um investimento.

Presidente – Ah, bom! O Governo pode chegar no seu orçamento e botar tantos milhões para a casa. Bom, isso é uma coisa!

– Mas já imaginou nessa manutenção desses milhões de casas por aí? Casas do Governo! Nós estávamos perdidos.

Min. Henning – É. É um investimento que não é rentável. Não, não dá. É melhor aplicar isso em indústrias e em outras coisas.

Presidente – Um dos grandes problemas que está na base nestas histórias todas e em que o Brasil evoluiu muito pouco, é uma padronização, uma melhoria na indústria de materiais de construção. Quer dizer, o que encarece esse problema, hoje em dia, são dois fatores: um, é o terreno. Os terrenos são todos no centro urbano, suburbano para a construção de conjuntos habitacionais, são caríssimos. Então, vem a tendência de botar os conjuntos lá no fim do mundo, o que é uma besteira, porque aí o sujeito se exaure em transporte, dinheiro de transporte, tempo de transporte, etc. Agora, se você bota o conjunto mais perto do setor de atividade, o terreno é um preço fabuloso, não é isso? Este é um dos dramas. Bom, agora, o segundo problema é o custo do material de construção. O material não é devidamente padronizado, a indústria de material não se desenvolveu adequadamente, então, é tudo caro. É o metro do tijolo, é a madeira, não é? São essas coisas todas! Nós tínhamos e o BNH está empenhado, hoje em dia, nisso, em desenvolver a indústria de material de construção, sobretudo padronizar. Para determinado tipo de construção, você pode padronizar; e, padronizando, vai baratear, e pode baratear muito. E, quanto aos terrenos, a ideia, a medida que se adotou e se está adotando é ver se a gente vende todos os terrenos que o INPS tem, dos antigos Institutos, para o BNH. Por um preço razoável. Porque o INPS, hoje em dia, tem muitos terrenos espalhados pelo Brasil, das antigas Caixas e Institutos, e estão quase todos ocupados ou por favelas ou por grileiros. São terrenos abandonados e que poderiam ser transferidos para o BNH, e o BNH toma conta deles. E aproveitá-los. É essa outra questão séria.

Pois bem, eu não sei se ainda tem mais alguma observação, mas eu acho que conversamos bastante, e vejam bem que o objetivo da reunião é justamente nós conversarmos. E, quanto mais nós conversarmos, mais nós vamos entendendo e vamos compreendendo determinados problemas que são comuns.

Muito obrigado.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Desde abril de 1974, tão logo iniciou-se o Governo GEISEL, têm chegado, repetidas vezes, ao conhecimento de autoridades, diretamente ou através de pessoas altamente credenciadas, a preocupação e angústia de familiares, parentes e amigos de elementos cujo destino é supostamente ignorado.

Num País vasto como o BRASIL e de população tão numerosa, o fato não mereceria especial relevância, uma vez que as estatísticas policiais registram, só nos grandes centros de SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO, o desaparecimento anual de um sem número de pessoas, pelas mais diversas razões, quase todas permanecendo sem destino conhecido apesar das averiguações normalmente procedidas.

É perfeitamente concebível, e assim acontece nos países mais adiantados, que as organizações policiais, por mais bem aparelhadas que sejam, não consigam exercer o controle que seria desejável, a fim de, a qualquer momento, saber o paradeiro de um membro da população.

Ocorre ainda, que os nomes citados, em sua quase totalidade, pertencem a elementos fichados como subversivos no cadastro dos órgãos de segurança ou, como tal reconhecidos pelos próprios parentes e amigos, e que normalmente atuam na clandestinidade, dificultando mais ainda a atuação dos órgãos encarregados dos levantamentos.

Daí a suspeição, veiculada em órgãos da imprensa, pronunciamentos públicos, publicações clandestinas e mesmo através de artigos em órgãos da imprensa estrangeira a qual tem servido até para ampla, bem-financiada e coordenada campanha de difamação do País no exterior, de que aqueles cidadãos brasileiros continuam presos em cárceres secretos, à disposição de órgãos do sistema de segurança do Estado ou aí lhes tenha sido dado destino inconfessável.

O Governo, como é natural, sente-se inconfortável com tais versões, por mais que se tenha comprovado fundamentarem-se elas, apenas, em indícios vagos, meras suposições e insinuações partidas de parcelas inconformadas e a serviço de interesses excusos, e vem, por isso mesmo, envidando honestos e persistentes esforços no sentido de localizar aqueles cidadãos ou descobrir pistas concretas que possam levar ao conhecimento da verdade. É mesmo de todo interesse do Governo, descobrir o paradeiro de alguns dos relacionados, elementos condenados pela nossa Justiça, a fim de que venham cumprir as penas que lhes foram impostas.

Assim tem procedido o Governo – e continuará persistentemente a fazê-lo – não só por compreender bem a justa ansiedade de familiares e amigos, a par dos problemas legais resultantes, mas, sobretudo por considerar o problema de inegável significação política que jamais poderia obscurecer.

Os esforços oficiais têm sido constantes e o Governo julga relevante poder informar à Nação sobre a localização dos elementos relacionados. Lamentavelmente, esse objetivo ainda não foi alcançado. Os esforços não têm sido recompensados.

A política do Governo é a de expor todas as questões de segurança com clareza, de forma a que, a segurança do Estado, a preservar sempre, não seja comprometida por atos que desabonem o respeito devido aos cidadãos brasileiros, em sua integridade física e em sua dignidade humana.

Dentro desta linha e para uma melhor avaliação pública dos fatos, acha o Governo que é interessante ao grande público nacional, muitas vezes desinformado, saber como se desenrolam as campanhas de âmbito nacional e internacional, a serviço de causas e regimes antidemocráticos.

Vem se constituindo em tática da luta política dos Partidos Comunistas em todo o mundo, no momento em que se veem batidos no campo da violência, trocar tais armas pelas técnicas psicológicas, artefatos tão válidos ou mais eficientes que os primeiros. O emprego dessa tática no BRASIL, tem sido frequente, já que a estratégia totalitária é global e internacional.

O regime instituído em nossa Pátria, pela Revolução de Março de 1964, tem-se constituído em alvo permanente de ataques dos subversivos comunistas. Vencidos no campo da luta que eles próprios promoveram, os comunistas, aplicando a tática psicológica, desencadearam inicialmente a campanha “da tortura dos presos políticos”, tentando, assim, conquistar a simpatia da opinião pública nacional e internacional fazendo-se passar por vítimas indefesas de abusos de autoridades. Mais de dois anos se passaram para que a opinião pública formasse um juízo correto dos acontecimentos. Enquanto, por um lado, os comunistas se diziam vítimas de excessos autoritários, por outro preparavam solertemente quadros e pessoal para a batalha decisiva que pretendiam travar nos sertões brasileiros através da decantada guerrilha rural.

A partir de 1970, vários focos de guerrilha foram intentados pelos subversivos em ermos rincões do País. CAPARAÓ, OESTE DO PARANÁ, VALE DA RIBEIRA e XAMBIOÃ assinalaram vitórias das Forças de Segurança contra as chamadas colunas guerrilheiras, frustrando aqueles que, a todo custo, queriam transformar o BRASIL em um novo VIETNAME.

Assim vencido, o inimigo retroagiu ao processo da luta psicológica, fazendo desencadear com o máximo de alarde uma campanha visando a uma vez mais denegrir as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem, lançando sobre os integrantes dos nossos Órgãos de Segurança a pecha de “assassinos de humildes e pacíficos cidadãos”.

Mas não findam aí as maquinações impatrióticas dos subversivos. Ultimamente, vêm se utilizando de meios, os mais diversos, para levar à opinião pública, as suas supostas reivindicações. Utilizam-se da classe política, de religiosos, da imprensa nacional e estrangeira, como foi o caso da publicação no PRAVDA, em dezembro de 1974, onde aquele jornal indagou sobre presos políticos brasileiros e publicou uma relação de supostos desaparecidos.

São utilizadas, para a campanha difamatória contra o BRASIL no exterior, como parte integrante da Guerra Psicológica planejada pelo Movimento Comunista Internacional, várias organizações, entre outras a Frente Brasileira de Informações (FBI) sob a direção de MIGUEL ARRAES e MÁRCIO MOREIRA ALVES e com comitês em vários países europeus; a AMNESTY INTERNATIONAL (AI), organização privada cujo objetivo declarado é de “Ajudar os prisioneiros condenados por motivos de suas convicções políticas ou religiosas”, com sede em LONDRES e patrocinadora de conferências e artigos de elementos brasileiros banidos e cassados ora residentes no

exterior, e o Tribunal BERTRAND RUSSEL, criado pelo intelectual esquerdista inglês BERTRAND RUSSEL e que a partir de fevereiro de 1973, aliou-se à campanha de difamação contra o BRASIL.

A campanha contra o BRASIL no exterior é um seguimento da Guerra Psicológica movida pelo Movimento Comunista Internacional, em decorrência de um conflito ideológico representado por duas doutrinas sociais irreconciliavelmente distintas.

Perfeitamente enquadrada nesse universo antagônico, a "Campanha" contribui também, para manter ativos e sempre ocupados os inúmeros grupos organizados e espalhados pelo mundo, inclusive no BRASIL, que, em suas atividades seguem a inspiração marxista, manipulando à sua feição as teses da Justiça social e outras que mais lhe agradam, entre estas as de "defesa dos direitos humanos".

É interessante entretanto, ter-se presente que só se movimentam para a defesa daqueles reconhecidamente ligados à subversão e aos interesses do Partido Comunista.

É notório que em todos os países do mundo, tanto ocidental como oriental, as Polícias, algumas vezes se "Excedem" no trato com criminosos e mesmo indivíduos comuns, entretanto, quando isto acontece, nenhuma destas organizações "se manifesta na defesa dos direitos daqueles que foram ofendidos". Uma pergunta se impõe: "Porque só os comunistas e subversivos têm direito à defesa?"

Uma vez mais se faz necessário alertar a opinião pública brasileira para essa técnica psicológica destrutiva, empregada agora pelos comunistas que, na tentativa de ocultarem a entrada de seus militantes na clandestinidade ou a sua eliminação pelo próprio Partido, por fracassos no cumprimento de missões, atribuem tais desaparecimentos à responsabilidade das autoridades empenhadas na manutenção da Segurança Nacional.

Com evidente propósito de aumentar mais a pressão psicológica sobre nossa população, os comunistas vêm se valendo de elementos influentes, alguns inocentes úteis e outros conscientes, pertencentes à classe política e religiosa, para atingirem à consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a situação atual, configura também que alguns órgãos de comunicação social, vêm adotando, de maneira sistemática, certo tipo de propaganda, visando à subversão da ordem e à desmoralização das autoridades, por um processo que se enquadra perfeitamente na tática anteriormente descrita.

Os efeitos buscados com essa Campanha Psicológica promovida através de alguns órgãos de comunicação e de figuras influentes é o de obter a maior divulgação possível dessas notícias para, com isso, provocar alarma social e criar, assim, condições propícias à atuação dos elementos que ora se encontram na clandestinidade, e possivelmente dentre eles, alguns daqueles que ora constam das "listas de desaparecidos", tão amplamente divulgadas.

O Governo compreende a ansiedade dos parentes e amigos que se encontram sem informação a respeito dos que são apontados como desaparecidos. **Por ato de compreensão humanitária, a partir da data em que recebeu a citada lista, o Governo do Presidente ERNESTO GEISEL vem se empenhando – e continuará assim procedendo – em averiguações destinadas a esclarecer no maior número possível o destino dos que estão relacionados.**

Os esforços oficiais têm sido constantes, porém ainda não foi alcançado o objetivo devido à razões que se procurará expor e que a compreensão e boa vontade da maioria da população

entenderá, a exceção do diminuto grupo daqueles comprometidos com a atuação subversiva e que não têm interesse em que o assunto seja esclarecido.

O Governo admite algumas hipóteses explicativas para a situação indesejada; suposições que passa a formular, com realismo e sem pretender concluir, porque os casos citados podem se enquadrar ora numa probabilidade ora noutra.

a. Entre os relacionados há elementos que se ausentaram do País, fixando seu domicílio em diferentes países e se encontram nas condições de banidos, asilados e refugiados.

A lista de banidos pode ser facilmente elaborada com base nos decretos de banimento, mas sem se poder assegurar o local de sua residência, pois é uma exceção a colaboração entre governos em assuntos políticos dessa natureza.

Quanto aos asilados, há dois tipos de asilo: diplomático e territorial. O primeiro tipo poderia permitir a elaboração de uma relação, porém, vários asilados diplomáticos, renunciando ou não ao asilo, já regressaram ao BRASIL, entrando clandestina ou ostensivamente sem que fosse possível ao Ministério das Relações Exteriores ter conhecimento, dada a permeabilidade de nossas fronteiras. Assim é difícil assegurar-se que ainda residem no exterior ou vivem no BRASIL.

Relativamente aos asilados territoriais, isto é, aqueles que solicitam asilo, ao chegarem por seus próprios meios, a um país estrangeiro, mais difícil ainda é relacioná-los e controlá-los porque alguns governos não informam se e quando concederam asilo, assim como quando o retiram e tampouco informam a chegada ou partida do indivíduo. Vários regressaram ao BRASIL, sendo pois, inviável procurar seu endereço no exterior.

Finalmente os refugiados, cujo próprio conceito é demasiado elástico. É o indivíduo que se autodefine refugiado. Os governos estrangeiros não fornecem listagem dessas pessoas, nem os rotulam como refugiados. É portanto impraticável saber onde essas pessoas residem ou acompanhar seus atos.

Por outro lado, os brasileiros que presentemente se encontram no exterior, nas condições apontadas, viajam constantemente de um país para outro, muitas vezes indo para países da Cortina de Ferro, CUBA ou REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, onde se torna praticamente impossível acompanhar seus passos e saber o seu destino final.

Inúmeros deles, segundo informes colhidos pelas áreas de segurança, retornaram ao BRASIL, portando documentos falsificados e se encontram na clandestinidade, em ações subversivas.

b. Entre os relacionados, provavelmente, alguns estarão escondidos voluntariamente, ou por ordem das chefias das organizações subversivas a que pertencem. Esta situação visa a permitir que escapem das forças de segurança ou permite que desempenhem o papel de vítimas, com a finalidade de perturbar as relações bem-intencionadas do Estado com os escalões intermediários da sociedade brasileira.

c. Entre os elementos citados no rol dos desaparecidos, algum poderá ter sido eliminado em choques entre as várias facções partidárias, ou entre grupos subversivos antagônicos. É público e notório que inexiste unidade entre os vários grupos do comunismo internacional, os quais se

degladiam de forma feroz e implacável, em busca de uma liderança, atribuindo normalmente as mortes dos adversários às forças de segurança.

d. Há ainda um fato comum nas hostes da subversão. A eliminação de elementos considerados fracos ou supostos como delatores é frequente nos subterrâneos da luta subversiva, como na do crime. Não são poucos os casos em que para aterrorizar e "justiçar" os próprios camaradas se proclama uma dita "Justiça revolucionária implacável".

Cumpre lembrar ainda, que alguns dos elementos citados, estiveram detidos e seus companheiros jamais souberam o que eles relataram às autoridades de segurança. Entretanto, ao serem soltos, inexplicavelmente desaparecem.

O Governo do BRASIL segue a política de exposição franca e de responsabilidade que determine a causa ou as causas de desaparecimento de cidadãos brasileiros. Entretanto, é necessário que se compreenda estar fora de seu alcance ocorrências remotas que fujam ao controle normal ou que resultem de propósitos relacionados com a própria tática da luta subversiva.

Para uma melhor avaliação, importa registrar que, entre os nomes relacionados, constam elementos comprovadamente subversivos, envolvidos em ações terroristas, alguns já condenados, outros submetidos a processo ou inquérito policial-militar e que se sabe, positivamente, terem fugido para o exterior. Entre eles, um – DAVID CAPISTRANO – sob o qual se tem informação de que teria viajado para a TCHECOSLOVAQUIA onde, em 1974, trabalhava na "Revista INTERNATIONAL" em PRAGA. Tem-se, ainda, a informação de que teria viajado a URSS, de onde viria para o BRASIL clandestinamente, com identidade falsificada. Ainda não foi assinalada sua presença no Território Nacional, presumindo-se que esteja, por ordem do PC, desenvolvendo atividades clandestinas.

Outro, JOÃO BATISTA RITA PEREDA, elemento subversivo, de alta periculosidade, participante de vários assaltos a bancos e que, em 1970, teve seu nome incluído na relação dos que foram trocados pelo Embaixador da SUIÇA. As últimas notícias que se tem de sua pessoa são aquelas do jornal "Última Hora", LA PAZ, BOLÍVIA, onde foi publicado terem sido mortos 4 guerrilheiros, em choque com as Forças Bolivianas e entre eles, figurava o elemento com o nome de JOÃO BATISTA RITA...

Ainda outra das relacionadas, MARIA MARGARIDA SHERING DA ROCHA MELO, encontrava-se presa, tendo sido libertada em setembro de 1974. A última informação existente nos Órgãos de Segurança é de que se encontrava no TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ.

Pelos exemplos citados pode-se verificar como é difícil definir a situação atual dos envolvidos, pois além de se deslocarem com frequência, normalmente usam identidade falsa, codinomes e até mesmo recurso da cirurgia plástica, o que torna extremamente improvável a sua localização.

Por outro lado, é amplamente sabido que muitos subversivos, em particular os que se veem obrigados a recorrer a tais disfarces, recebem missões clandestinas e suas atividades subterrâneas leva-os naturalmente a cortar toda e qualquer ligação com seus familiares e conhecidos, medida de segurança que lhes é rigorosamente imposta pelos chefes das organizações a que se filiam. Com isso, ademais, ainda podem ser apontados como vítimas da repressão dos órgãos de segurança, aos quais se costuma imputar, desde logo, seu desaparecimento.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

INFORMAÇÃO PARA O SR PRESIDENTE

1. Meditando mais detidamente acerca do problema da informação a ser prestada sobre o destino de certos militantes subversivos considerados “desaparecidos”, julguei ser conveniente fazer algumas observações.

2. A área militar encara com muita desconfiança qualquer interferência do Congresso nesse assunto. Esta é uma realidade que não deve ser subestimada, ao se considerar as possíveis solução para o problema.

3. Nessas condições, parece-me que deverá ser expedida a Nota do Sr. Ministro da Justiça, como estava prevista. Esta nota, afigura-se conveniente que seja o resultado de investigação realizada pelo Governo, em face das notícias que tem vindo a público sobre o assunto. Isto mostraria que o problema já estava em cogitações já vários dias. Não creio, por outro lado, ser imprescindível publicar-se a Nota ainda esta semana, embora haja vantagens na solução o mais rápido possível.

4. Publicada a Nota, as lideranças do Governo deveriam ser orientadas para a inconveniência de que o assunto fosse tratado no Congresso, ainda que por meio de convocação do Ministro da Justiça. Esta convocação poderia ser o primeiro passo de um processo de contestação, de consequências imprevisíveis.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CARTA A GEISEL

Esta é a íntegra da carta que dona Terezinha de Castro Tavares Coelho, residente em Belo Horizonte, escreveu ao presidente da República e que foi entregue ao general Golbery do Couto e Silva pelo deputado Célio Borja:

“Senhor presidente: Após um mês de aflições e insegurança, período durante o qual eu, meus filhos, advogados e amigos, batemos às portas dos Ministérios da Justiça e do Exército, do Congresso, de guarnições e de delegacias do Rio e de S. Paulo na busca desesperada de uma informação correta sobre o paradeiro e a verdadeira situação de meu marido, o ex-deputado federal Marcos Antonio Tavares Coelho – após tudo isso, Senhor Presidente, rompeu-se afinal o silêncio desumano e por 10 minutos foi levantado, no DOI em S. Paulo, o regime de incomunicabilidade em que ele se acha preso. E eu pude vê-lo.

Mas, Senhor, o que vi foi o bagaço de um homem descarnado pela tortura e os maus tratos. Meu marido perdeu em um mês cerca de 30 quilos; seus braços – que os algozes nem me procuraram esconder, como se houvesse o propósito de aniquilar-me com uma exibição de força ao mesmo tempo esmagadora e feroz, indubitável e impune – apresentam-se roxos e inchados, tais e tantas marcas visíveis dos golpes e picadas da tortura; estão desarticulados e as mãos insensibilizadas pelos choques elétricos que lhe aplicam... (três palavras ilegíveis)... limitados às suas mãos agora insensíveis – mas também aos ouvidos, fato sem dúvida capaz de levar qualquer ser humano à loucura ou, na melhor das hipóteses, à surdez.

Isto, Senhor Presidente, o que me foi dado ver nos dez minutos que me concederam o II Exército e as autoridades do DOI, em São Paulo.

E debaixo de ameaças tais como: seu marido sabe muito senhora, e ele vai ter que contar tudo o que sabe; a senhora não diga nada lá fora para não ficar pior. Com veladas ameaças, também a mim e a meus filhos.

E assim, Senhor Presidente, estamos diante, nós – vítimas e o senhor – governante – de exercício pleno e desafiador da tortura na pessoa de meu marido, o ex-deputado Marco Antonio Tavares Coelho, um homem que sempre pôs a sua luta em termos de ideologia e princípios, de convicções e de idealismos. Um homem que jamais empunhou armas contra regime ou outro qualquer que após cassado e condenado, só tem feito tentar a sobrevivência nas condições, infelizmente de clandestinidade, que lhe foram impostas e que jamais foram de sua eleição ou escolha.

Conhecera-o V. Exa. E estou certa que o Senhor, um homem também respeitável, dirá dele: O senhor Marco Antonio Tavares Coelho é, por suas convicções um inimigo nosso. Sim, é um homem para matarmos em combate ou para um dia fuzilarmos após um julgamento. Mas nunca jamais uma pessoa que mereça o aviltamento.

Apelo, pois, Senhor Presidente, à sua dignidade e consciência de homem que dirige um País que levanta a cabeça diante do mundo. Não consinta nisso, Senhor. Não permita que a sombra de seu

nome, que se quer honrado, se pratiquem crimes como este, que enxovalham o País, denigrem a sua imagem e cobrem de vergonha a nossa própria condição humana.

Matem o meu marido, mas não o torturem! Não o aviltem, pelo amor de Deus! Peço a V. Exa. uma providência urgentíssima no sentido de fazer cessar a tortura, confiá-lo à Justiça, levantar o silêncio e a incomunicabilidade que sofre, uma providência que faça conforme o que disse em seu pronunciamento pela televisão o senhor ministro da Justiça, isto é: que os presos políticos seriam processados e condenados legalmente pela Justiça do País. E apresse-se, senhor presidente, se apresse ou a Justiça e o mundo passarão pelo dissabor de vir a saber que a violência e a intolerância fizeram neste País mais um cadáver. Respeitosamente, Terezinha de Castro Tavares Coelho".

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

PETROBRÁS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1974

Prezado Holmes,

Ando lendo as notícias e comentários a propósito dos planos e programas da Investimentos Brasileiros S.A. – IBRASA. Julgo que há um erro básico de concepção com respeito a essa Empresa. E tal erro funda-se no fato de se ter optado pela injeção direta de recursos nas corporações industriais, através das associações com o BNDE, ao invés de se procurar fortalecer a via natural de geração desses recursos, qual seja, o mercado de capitais.**[À MÃO: la bête noir]**

Vou tentar ser um pouco mais claro.

Negócio é o seguinte: a IBRASA – mediante a tomada, pelo BNDE, de participações acionárias minoritárias – fornece recursos às indústrias que necessitam emitir capital.

Exemplo: a Fundição TUPY, desejando – ou precisando – financiar planos de expansão ou melhorar sua produção, ao invés de recorrer ao mercado de capitais, solicita da IBRASA a compra de participação acionária em seu capital. A IBRASA analisa o pedido e realiza ou não o negócio. No caso, realizou.

Isto, meu caro amigo, é um negócio dramático em termos de concepção, porque fixa a escolha de um caminho. Certamente o mais fácil, o mais direto, mas também o de menor criatividade e de alcance questionável. **[À MÃO: !]**

E as razões são óbvias, porque ao provocar a absorção direta o Governo está:

(i) abrindo os flancos à crítica dos que pregam contra a estatização da economia **[À MÃO: e daí?]**

(ii) demonstrando, à saciedade, que não acredita no mercado de capitais **[À MÃO: [ILEGÍVEL] hoje?]**

(iii) pulverizando recursos próprios para atender certamente “uns poucos privilegiados **[À MÃO: e que interessam mais ao desenvolvimento do país]** que conseguem **[À MÃO: ILEGÍVEL]** ter acesso ao esquema BNDE – IBRASA, isto é, as grandes indústrias”

(iv) “criando um sem-número de participações de difícil controle no futuro; em outras palavras, comprando problemas” **[À MÃO: talvez]**

(v) finalmente, inflacionando, porque esse dinheiro tem sempre um custo, é claro, para o industrial beneficiado. **[À MÃO: talvez]**

PS. As assertivas entre aspas não são minhas, mas resolvi considerá-las por parecerem razoáveis. **[À MÃO: [ILEGÍVEL] E o custo é bem menor]**

Vamos adiante.

Li também que o volume de recursos de que a Ibrasa dispõe para jogar nesse programa ascende, em ’75, a Cr$ 1 bilhão.

Todo mundo no BNDE muito animado, já começaram a recrutar jovens talentos para as diversas Diretorias da firma, fixaram-se os salários do pessoal do segundo escalão, o MARCOS VIANNA já se acha uma segunda encarnação de Moisés, tirando água de pedra, enfim uma completa badalação. **[À MÃO: aí, vai mal mesmo]**

Volto à cifra anterior para gravá-la bem: Cr$ 1 bilhão “destinados a resolver a questão das emissões de capital”.

Agora, um pequeno dado: em 1971, 1972 e princípios de 1973, durante dois anos e meio, portanto, conseguiu-se que a poupança pública canalizada para o MERCADO DE CAPITAIS absorvesse Cr$ 12 bilhões (doze bilhões) das emissões de capital das indústrias (“underwritings” e subscrições). E o Governo não botou um tostão nisso! **[À MÃO: ILEGÍVEL]**

Você pode não se lembrar, mas o Deus da Guerra se lembra da briga de foice que havia para se conseguir subscrever ações novas de Empresas como a METAL LEVE, por exemplo.

Era preciso até pistolão. Hoje, é preciso uma IBRASA. **[À MÃO: acabou a loucura]**

E você sabe a razão. Sabe sim. É que estão deixando os potros soltos no piquete e eles já começam a dar cabeçada na cerca. Perderam o rumo certamente. Numa palavra: trocaram o estímulo ao MERCADO DE CAPITAIS por instrumentos artificiais, de alcance aleatório, como sói acontecer com o monstrengo em espécie. **[À MÃO: !]**

(Vou recuperar a calma.) **[À MÃO: é bom.]**

Julgo ser intolerável a “ótica do enfoque” IBRASA vs. MERCADO DE CAPITAIS.

Já disse uma vez e vou repetir até a exaustão: com Cr$ 1 bilhão você soergue o mercado secundário, ativa o primário, cria o de balcão e possibilita que os benefícios da emissão estejam ao alcance de todos, democraticamente, além de engajar o público no processo econômico. **[À MÃO: cria [ILEGÍVEL] saco sem fundo]**

Ao contrário, vamos novamente nos enclausurar, jogando nas costas do Estado a responsabilidade pela condução dos negócios privados. É claro, pois a “participação acionária” não exime a “responsabilidade gerencial”. **[À MÃO: seta]**

Sei que é muito salutar à personalidade czarista do MARCOS VIANNA – esse eu conheço melhor que ninguém – decidir sobre os pedidos de recursos que serão dirigidos ao BNDE, via IBRASA. **[À MÃO: qual é o [ILEGÍVEL]]**

Não sei é até que ponto isso atende aos interesses da coletividade.

Peço só que você se lembre que a emissão de capital através de um mercado fortalecido significa, antes de tudo, dinheiro à vista para o industrial, sem juros.

Enfim, penso que a ideia está furada e muita gente boa já viu isso ...

Melhor seria que esses recursos fossem canalizados para fortalecer o MERCADO DE CAPITAIS, sem a criação de instrumentos paralelos. **[À MÃO: não adianta]**

A única dúvida que você pode ter refere-se ao fato de que, nem sempre, algumas indústrias conseguem vender suas emissões ao público.

Nesse caso, é porque, como aplicação de dinheiro, tais indústrias não oferecem boas perspectivas de retorno.

O raciocínio vale para a IBRASA também, isto é, se o argumento for o de que o público só subscreve bons negócios, com mais forte razão o Estado deve fazer o mesmo. Até como exemplo.

Numa palavra, acho que ficaria satisfeito se ao invés da Investimentos Brasileiros S.A. – IBRASA o Governo tivesse criado, como os japoneses fizeram, a "Investimentos no Mercado de Capitais S.A. – IMECASA", para fortalecer esse importante instrumento do desenvolvimento econômico brasileiro.

Abraços, do

[À MÃO: Watson]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

área da energia atômica é uma com que nos devemos preocupar muito.

Presidente – Mas, olha, é um setor em que nós estamos caminhando; talvez com certa cautela, mas estamos. Agora, nós transformamos essa companhia de energia nuclear. Ela vai ser muito mais operante do que era. Estamos em vias de negociações, estamos com negociações já muito adiantadas com a Alemanha e com a França, inclusive, para desenvolver energia nuclear e indústria nuclear dentro do país. Ao lado disso, há os problemas da pesquisa. Eu não excluo a hipótese da chantagem da Argentina. Como eu acho que nós, se enveredarmos por esse caminho, nós vamos abrir possibilidades para podermos nos orientar com mais segurança. **Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc, e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias.**

Min. Corrêa – Acho que só com o fato de o país estar em condições de produzir ele já tem outro prestígio, outro ...

Presidente – Ah, claro, tem outro status. Inclusive, vejam o seguinte: internacionalmente, eles nos atribuem uma possibilidade que nós estamos longe de ter. Se pegar jornais ou revistas especializadas da Europa e dos Estados Unidos, e da própria Argentina, eles acham que nós estamos em vias de fazer arma nuclear, vocês não têm visto isso?

– É.

Presidente – Quer dizer, já nos atribuem possibilidades que nós

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
SI/GAB

Sr. JORGE GERDAU JHANNPETER
GRUPO GERDAU

EM 5 FEV 75

Desejava falar com o Gen FIGUEIREDO. Declarou estar extremamente preocupado com a distorção do seguinte fato, que expõe com toda a franquesa, lealdade e amizade, que tem ao Gen FIGUEIREDO e ao Prof HEITOR, que foi seu Cmt de Pel no 6º Esqd Rec Mec quando fez o estágio como R2:

– Cerca de 1 mês antes das eleições de 15 Nov 74 tomou conhecimento de que em P. ALEGRE circulava o boato de que a sua empresa dera Cr$ 500.000,00 ao MDB para a campanha eleitoral. Não deu maior importância ao fato.

[À MÃO: Eu soube após as eleições com uma diferença: não como boato e não se referiram a cifras nem a natureza do auxílio.]

– 3 semanas após as eleições o futuro governador GUAZELLI lhe disse que na cúpola da ARENA gaúcha o fato fora motivo de comentários e que ele, GUAZELLI, encerrara o assunto dizendo “isto não pode ser verdadeiro, vocês sabem com quanto o JHANNPETER nos apoiou. Se ele deu alguma cousa ao MDB, deve ter sido alguma quinquilharia, para se ver livre da insistência do BROSSARD ou de algum outro amigo do MDB”.

– Em seguida, em telefonema para o HEITOR, foi surpreendido pelas primeiras palavras deste “Então andaste fazendo bobagem contra nós aí no Sul!” Buscando mais esclarecimento recebeu do HEITOR o complemento “aquele dinheiro que deste à campanha do MDB ai” etc. Peremptoriamente declarou ao HEITOR não ter havido tal doação. Julgou que o caso estava encerrado.

[À MÃO: Não atendi o telefone. Meu adjunto, por ordens minhas, foi que disse o meu recado. Aliás, bem pior que esse.]

– Algum tempo após, um de seus sócios, em contato com o Gen GOLBERY ouviu deste a mesma observação acrescida da informação de que “houvera comentários, aqui na Presidência, sobre o fato”.

– Ligando os fatos descritos nos 2 últimos itens, concluiu que o boato se estendera até o Sr. Presidente, distorcido da realidade que é a seguinte:

– Tem um relacionamento com o BROSSARD de cerca de 15 anos, quando era estudante de Direito e que se estreitou um pouco mais à época em que o mesmo era líder do PL.

[À MÃO: Mas que não arrefeceu quando o Brossard ingressou no MDB]

Mantém um relacionamento com o jornalista MÁRIO LIMA, por puro interesse empresarial, pois está convencido de que seu grupo só terá vantagens se for bem visto pelo "Estadão", em função da importância deste nos meios financeiros, políticos e tradicionais do país.

Obviamente, conhece e já teve alguns contatos ocasionais com o Dep. PEDRO SIMON.

Antes das eleições os 3 o procuraram pedindo-lhe qualquer apoio do Grupo GERDAU.

Ele, pessoalmente, e não envolvendo bens ou interesses da empresa prometeu emprestar-lhes uma "veraneio", o que realmente fez, mandando entregá-la à pessoa indicada pelo BROSSARD e da qual nem se lembra o nome, mas através do motorista que usou para mandar a "Veraneio", poderá determinar, no mínimo, o endereço. Até o momento não recebeu de volta o veículo, pois o MÁRIO LIMA lhe afiançou que a entregarão em perfeitas condições de pintura etc.

Declarou que não fez este empréstimo propriamente em função do seu relacionamento com BROSSARD e MÁRIO LIMA, mas premido pela função de "cabeça" de uma empresa com responsabilidades em vários Estados e recentemente interessando-se também em implantar o setor de "mercado de capitais", tudo conduzindo à extrema necessidade de contar com elementos de cúpula em todas as áreas políticas, capazes de lhe prestar informações valiosíssimas antes do grupo se empenhar em contratos que, frequentemente, envolvem a aplicação de somas superiores a Cr$ 10.000.000,00.

[À MÃO: [ILEGÍVEL] pois os amigos, ainda se poderia engolir!]

E como nestes casos, frequentemente há informações falsas visando apenas obter o contrato é uma necessidade que o grupo se mantenha em condições de obter a verdade sobre os elementos e empresas com que está entabolando negociações. Em síntese, o seu ato em relação à BROSSARD, MÁRIO LIMA e SIMON, visou especificamente a resguardar uma fonte segura de contatos com áreas empresariais sob influência de lideranças do MDB.

Em contraste, sem envolver recursos do Grupo Gerdau, cujas normas de contabilidade não permitem este tipo de despesa, ele próprio e seus parentes da diretoria deram à ARENA uma quantia superior a Cr$ 350.000,00, sendo cerca de Cr$ 180.000,00 no RS e o restante na GB e em RECIFE, havendo apenas uma parcela menor dada diretamente a 2 deputados da ARENA, pois o grosso da contribuição foi sempre entregue às direções partidárias (ARENA).

Declarou ainda que após o relatado sobre a conversa de seu sócio com o Gen. GOLBERY, falou novamente com GUAZELLI e que este lhe deixou perceber que "teria sido ouvido" sobre o boato original e que teria respondido exatamente da forma como encerrara o comentário havido na cúpula da ARENA/RS algumas semanas após as eleições.

[À MÃO: Retrato do arrependimento...]

Colocado a par da verdade, GUAZELLI lhe afiançou que compreendia perfeitamente a sua atitude, frequente e normal nos meios empresariais que não devem e não podem adotar posições políticas radicais para não ficarem submetidas a pressões que podem levar a questões sindicais, trabalhistas, e de indisciplina entre os operários etc.

[À MÃO: Não é possível aprofundar quanto à natureza do apoio. Mas, na realidade, ele ficou contente com a eleição do Brossard.]

Pediu encarecidamente que este relato fosse levado ao conhecimento do Gen. FIGUEIREDO, com a maior brevidade, com o apelo de que mandasse apurar em profundidade a verdade e as origens

do boato, a fim de que o Sr. P.R. pudesse receber uma INFORMAÇÃO DO SNI, acabando uma distorção que pode causar imprevisíveis prejuízos à sua empresa, mercê da confiança que sempre mereceu na Presidência.
[À MÃO: Se a Presidência for eu, não é verdade que tenha merecido a alegada confiança. Pelo contrário, nunca teve.]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CONFIDENCIAL

AGÊNCIA CENTRAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 073/18/AC/75

DATA – 06 Mai 75
ASSUNTO – NÍVEL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS
DIFUSÃO – CH/SNI

1. Elementos desta AC têm mantido contatos com empresários ligados à Associação Comercial do RIO DE JANEIRO; o último deles foi realizado no dia 30 Abr 75.

2. Da análise efetuada por esta Agência, sobre os assuntos abordados nos contatos, merecem destaque os seguintes pontos:

a. os empresários afirmam que não identificam, na conjuntura nacional, um fato especificamente de natureza econômica responsável pelo decréscimo das atividades econômicas no grau atual;

b. acreditam, por outro lado, que o maior óbice à ação empresarial tem sido a falta de confiança nas intenções ministeriais;

c. a ausência de credibilidade, acima, decorre do fato dos ministros, embora revelando quase sempre capacidade de formularem boas soluções para os problemas, quase nunca demonstrarem possuir o poder de decisão para a ação correspondente;

d. consideram estimulante o que se poderia chamar de “processo de decisão por discussão”, implantado pelo Presidente GEISEL, no setor econômico, cabendo, entretanto observar que:

1) ele tem se concretizado apenas no mais alto nível, acessível somente a um pequeno número de empresários;
2) as vantagens resultantes são neutralizadas pelo emperramento de uma máquina administrativa tradicionalmente “lubrificada” pela imagem de prestígio político e poder decisório imediato dos ministros; e

3) assim, ganha corpo uma perniciosa indefinição quanto a quem se dirigir para obter solução – do ponto de vista do empresário – e até onde e quando é possível tomar uma decisão – sob o enfoque dos escalões da administração pública; e

e. finalmente, como fator multiplicador de dificuldades, apontam um certo clima de pessimismo, gerado pela atual crise internacional, mas intensificado por manifestações, de certos setores do governo, no sentido de que os propalados êxitos do governo anterior eram, na verdade, fruto de manipulação estatística e outros artifícios aéticos; intensificado também pela falta de um instrumento de divulgação sistemática, a qual deverá ser desprovida de fantasia, porém, de conteúdo capaz de promover um real otimismo quanto à viabilidade dos resultados pretendidos pelo governo.

[À MÃO: Saudades do Delfim?]

CONFIDENCIAL

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Golb acha que IBC deve vir para Brasília. – Previsão, Brossard ganha em Porto Alegre por mês 10 mil notas. – Amanhã reunião Golb, Velloso, Simonsen: salários – Natel liga sobre ida do PR a São Paulo.

15 Out 74, terça. – Discurso para lançar plano ferroviário. Caso do carro do Fittipaldi – Artigo de Carlos Lacerda sobre Portugal & Angola – Telefonema do PR ao Falcão se o Tribunal (TSE) registrar o Chico Pinto, cassação. Catunda vai pensar; Márcio Ribeiro contra. – PR reclamou comigo da papelada. Ora pombas, qualquer dia não mando mais nada. E reclamou com Golbery também. – O cardeal impressionou o PR na posição contra a liberação da pílula; (e impressionou G na posição meio-favorável ao divórcio. – Artigo do Castello, ontem, “na linha dos jovens”. PR brabo. – Falcão cercando os ministro do TSE. – Golbery conversou com Gallotti: governo ficar com a Light. – Golb diz que PR muito interessado na conversa dele com Jaime Portella – Hugo conversando conosco sobre providências em Xambioá.

16 Out 74, quarta – Quebra quebra de ônibus em Brasília – Quebra quebra de trens no Rio. – Discurso PR lançamento programa Construção Naval. – Exame de lipídios de Golbery melhoraram sensivelmente. – **Golbery eleito “Homem de Visão” e pulou fora.** – Estive com PR sobre medalhas. Fui contra todas. PR me contou incidente dele com Álcio Souto sobre mérito militar. Pois é, eu também acho.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

COMPANHEIROS

Por um dever de consciência e para não sermos omissos, não poderíamos deixar de revelar aos nossos companheiros, leais defensores dos Princípios Revolucionários de 1964, a traição a essa Revolução que está sendo tramada por um punhado de maus brasileiros.

Sob o grande título Traição à Revolução de 1964, editaremos um seriado de capítulos, cada um com um enfoque diferente a fim de que os companheiros possam avaliar, acompanhar e reagir no momento oportuno.

Traição à Revolução de 1964
Capítulo I

Decorridos quase 11 meses de Governo Geisel, já foi possível configurar que um grupo de maus brasileiros vem preconizando a famigerada "Abertura". Abertura de que e para que?

De 1964 para cá, jamais o Brasil teve necessidade de recorrer a Abertura alguma e nem por isso deixou se desenvolver, nem é isso que o povo pede.

É de estarrecer e quase inacreditável, mas temos seguro conhecimento de que Golbery, através de articulações feitas por Dirceu de Araújo Nogueira e seu Chefe de Gabinete Edgar Bernardes, em reuniões com o advogado de João Goulart **[À MÃO: !]**, estão tentando tumultuar a vida nacional com o lançamento de um manifesto propondo a criação de um novo partido político a "União Trabalhista Brasileira" (O novo PTB), apoiado pelos comunistas e corruptos, visando finalmente a anistia de Jango, Jucelino, Jânio Quadros e de outros cassados, no mais curto prazo. Estamos assim diante de um novo e atroz "retorno" realizado em pequenas doses.

É inadmissível e injustificável a política de aproximação com os Países comunistas. Vejamos:

a) Reatamos as relações com a China comunista. E o que lucramos com isso? Respondam Golbery e Silverinha seus leais servidores.

b) Vergonhosamente o Brasil se omitiu votando em branco sobre o reatamento com Cuba. E o que dirão os nossos mortos no combate aos bandidos de Fidel Castro?

c) O Congresso, a C.N.B.B. e a imprensa insistem em que seja aberta uma C.P.I. para a localização de elementos subversivos desaparecidos. Já querem fazer inquéritos em nossos bravos Órgãos de Segurança, Sentinelas indormidas da Pátria e por isso mesmo alvo do ódio comunista e de seu aliado Golbery.

d) Pessoas com a vida pregressa seriamente comprometida por atividades comunistas, ou contrárias à Revolução de 1964, ou por corrupção e com parecer contrário dos Órgãos de Informações, são nomeadas para altos cargos do Governo. Exemplo:

Petronio Portela (Senador e Presidente do “Partido da Revolução);
Maurício Rangel Reis (Ministro do Interior e **corrupto mor**); **[À MÃO: !]**
Professor Kerr (Diretor de Pesquisas da Amazônica e comunista ativista em São Paulo); **[À MÃO: ?]**
Manuel Diegues Júnior (Diretor do Departamento Cultural do Ministério da Educação e Cultura e comunista da esquerda festiva);
Célio Borja (Presidente da Câmara dos Deputados e esquerdista com aval de Golbery). **[À MÃO: !]**

Companheiros da Revolução de 1964 – traída e aviltada por Golbery.

Golbery do Couto e Silva, Gen. R/1 que após ter colaborado para a vitória da Revolução foi o 1º Chefe do SNI, na sua ganância desenfreada, tornou-se em 1967 Ministro do Tribunal de Contas da União, cargo em que se aposentou após 2 anos de exercício da função, contando para isso com o tempo que serviu o Exército e pelo qual já estava em pleno gozo do ócio (sem dignidade).

Não satisfeito com essa violenta bandaleira, Golbery arrendou-se aos trustes americanos, tornando-se o Presidente para a América do Sul da Dow Chimical Corporation, recebendo em paga 30 mil (dinheiro?) $US mensais. (Isto equivale a quase Cr$ 215.000,00).

Sem nenhum escrúpulo, este homem ao ver surgir o 4º Governo da Revolução, insinuou-se de tal modo que conseguiu ser o organizador do novo Governo e o Chefe do Gabinete Civil. Estava assim nossa Revolução com seus dias contados. Golbery testa de ferro dos grupos econômicos estrangeiros, senhor absoluto do novo Governo manipula todas as forças de modo a colocar em todos os setores, amigos cumpinchas e antirrevolucionários, todos empenhados desde os primeiros dias do Governo Geisel em desfazer a Revolução de março de 1964. Começaram por escolher muitos indiferentes, outros corruptos e outros antirevolucionários. Daí para o início da obra de traição não houve perda de tempo. **Os atos de traição se desencadearam numa sequência cronológica constante, tendo como pano de fundo a tal “abertura” ou “distenção”.**

Trataram logo de afastar as forças militares do combate à subversão e à corrupção. Isto feito, os comunistas e corruptos passaram a mandar de novo neste País.

Golbery preparou a sucessão nos estados e as eleições de 15 de novembro de 1974 terminaram com a estrondosa vitória das forças contrarevolucionárias. **Era o que Golbery havia premeditado. Estava assim liquidada politicamente a Revolução de 1964 por este novo Joaquim Silverio desonesto**. É assim que ele prepara sua candidatura à sucessão de Geisel. Esperem e verão!

Aonde estão os bravos revolucionários?

Será que vão colaborar na escavação de suas próprias sepulturas? Será que está faltando coragem aos nossos Chefes Militares e Civis para darem um basta a tanta traição!

Quanto mais tempo passar mais difícil será reagir!

É preciso mobilizar as forças revolucionárias para reação que deve ser imediata.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

JOSÉ SARNEY
SQN – 302 – Bloco “G” – Aptº 403
BRASÍLIA – DF
CEP: 70.000
[À MÃO: Parece que outros tem sido enviados com o nome de outros supostos remetentes. Intriga em marcha.]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Ilmo. Sr.
Cel. EDGARD BARRETO BERNARDES
GABINETE DO MINISTRO
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BRASÍLIA – DF.
CEP: 70.000

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

APRECIAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 06/GAB/75

b. Subversão

(1) Atividades contra a subversão. Histórico. Práticas antigas e atuais.

Antes de 1964, praticamente, não se considerava a Combate à Subversão. As Forças Armadas não iam além de planejamentos gerais para a "Guerra Interna", visualizada esta como ação de largas proporções e, portanto, sem que se desse maior ênfase às atividades individuais ou de pequenos grupos hostis em meio à população e nem mesmo ao terrorismo como ideologia. Apenas o DPF, através de sua DOPS, desenvolvia ações de acompanhamento e fichamento de pessoas ou entidades que, ligadas ou não ao comunismo, parecessem colocar em risco o regime. Às vésperas da Revolução de 31 Mar 64, o ambiente político era tal que não seria exagero afirmar que o Governo estimulava a subversão e alguns comandos militares, que com ela se preocupavam, passaram a agir como que "conspirando" contra o Governo.

Não havia qualquer estrutura de segurança voltada para o combate à subversão.

Em seguida à Revolução, com as sérias e definidas responsabilidades assumidas pelas Forças Armadas, tratou logo o Governo de equipar-se com meios capazes de, rapidamente, desmontar os esquemas comuno-janguistas e proporcionar a necessária segurança À execução de ações nos campos político, econômico e social, a curto, médio e longo prazo, ações que visavam a transformar o BRASIL e colocá-lo no justificado lugar de destaque entre as nações.

A criação do SNI, os Atos Institucionais e Complementares foram medidas adotadas, logo seguidas da LSN e Diretrizes de Segurança.

As Forças Aramadas, embora muitas vezes ao arrepio da lei, não tiveram outra alternativa senão a de chamar a si o combate, rápido e enérgico, aos diferentes agrupamentos antirrevolucionários. Sem a devida experiência e sem o necessário tempo para treinamento específico, há que assinalar-se terem os militares suprido essas deficiências com o denodo e a dedicação com que se empenharam na missão.

Os fichários das DEOPS estaduais e da DOPS federal, com registros imprecisos e por vezes tendenciosos, eram basicamente o único recurso para os exames dos interrogatórios dos IPM, o que, sem dúvida, pode ter conduzido a muitas falhas na aplicação das sanções e, possivelmente, a algumas injustiças de difícil reparação até hoje. A Comissão Geral de Inquéritos, com suas SCGI, premida pela urgência, falta de registros seguros, despreparo dos encarregados dos IPM, etc., não conseguiu fugir às consequências dessas circunstâncias e seus resultados, ainda que ponderáveis, não foram totalmente satisfatórios. Apesar do trabalho de assessoramento de elementos das Auditorias, o maior

peso das atividades coube aos oficiais das Forças Armadas, em especial do Exército, que se empenharam nas ações de investigação policial-militar com as óbvias necessidades de busca e apreensão, prisões sumárias, interrogatórios, relatórios, etc., que, se, por um lado, ocasionaram inúmeros erros que tornaram nulo grande número de inquéritos nas instâncias superiores da Justiça Militar, por outro, proporcionaram ponderável gama de conhecimentos e o desempenho de atividades diferentes daquelas para as quais tinham sido formados e que, em considerável número de oficiais, criaram um entusiasmo que os levou a buscarem permanecer na área específica da luta contra a subversão, na qual, por razões conjunturais, foram conduzidas muitas ações fora dos trâmites normais da Justiça Militar, no âmbito da tropa e de QG de alguns Grandes Comandos.

Desativada a CGI, não se retirou das Forças Armadas a maior responsabilidade pelas atividades contra a subversão, mas também não se lhes estabeleceu uma diretriz firme e detalhada de como executá-las. Desta forma, acentuou-se a descoordenação entre os diferentes órgãos e corpos de tropa e, em particular, as diferenças quanto à intensidade da atuação e do grau de respeito a legislação vigente. Poucos foram os Comandos de Área que efetivamente procuraram fazer com que as respectivas Secretárias de Segurança Pública se desincumbissem da missão que lhes cabia, o que faz com que os Comandos subordinados também não permitissem às Delegacias de Polícia correspondentes qualquer ingerência nas atividades contra a subversão.

Quando a agitação na área estudantil intensificou-se, em 1968 e 1969, e no seu rastro cresceram as ações da subversão e teve início o terrorismo, de certa forma é natural que as Forças Armadas passassem a dar, então de forma geral a ênfase que alguns comandos já vinham dando, desde 1964, às atividades anti-subversivas. Daí nasceu o estabelecimento dos CODI, visando a coordenar, uniformizar e controlar as ações dos diferentes setores envolvidos, sob a supervisão e a responsabilidade dos Comandos Militares de Área. Concomitantemente, frutificou a idéia de uma nova Seção de Estado-Maior, com as atribuições primordiais de estimular a união da população ao Governo, em especial às diferentes forças de segurança, e de buscar recuperar e reencaminhar a grande quantidade de jovens envolvidos nas manhas da subversão através de sutil doutrinação e propaganda. Em linhas gerais, os EM ficavam em condições de desenvolver duas atividades complementares pela 2ª Seção, eliminar os inimigos, e, pela 5ª Seção, aumentar o número de amigos.

Pouco depois da criação dos CODI, com a salutar experiência de diálogo no trato do planejamento e acompanhamento as ações anti-subversivas, envolvendo a Polícia Civil, Militar, DPF, DOPS e as três Forças Armadas, surgiu a criação dos DOI, em bases semelhantes ao que já existia em SÃO PAULO, com o nome de OPERAÇÃO BANDEIRANTE – OBAN, e que, na realidade, não era um órgão exclusivamente de operações de informações mas sim um tipo especial de Delegacia que, além de realizar as operações de informações decididas no CODI, realizavam outras de sua própria decisão, efetuava as prisões para busca de informes, mantinha presos por tempo necessário e colaborava na atividade de segurança do Comandante Militar da Área. A conjuntura, à época, determinou um grau de independência muito elevado à OBAN e enormes tensões vividas por seus integrantes. Daí resultou certa gradual deformação no enfoque dado ao trato com os prisioneiros, tendente a nivelar todos com os terroristas mais perigosos e duros.

Tais características se transferiram, em menor ou maior grau, aos DOI que então se criaram. Inicialmente estes foram organizados à base das 2as. Seções, sem efetivo próprio, contando com

elementos de todos os Órgãos de Segurança e adotando processos peculiares de atuação, com vistas à segurança das equipes de busca e apreensão e das de interrogatórios.

Atualmente os DOI contam com efetivo próprio nos quadros do Exército e ainda continuam sendo apoiados pelos demais Órgãos de Segurança. Desta forma, só no Exército existem 708 homens, entre os quais 12 Tenentes-Coronéis, 24 Majores e 47 Capitães, previstos para lotarem os 12 DOI constituídos, com verbas próprias e instalações separadas das OM locais.

Apesar deste avanço na técnica do combate à subversão, tem-se verificado ainda alguma descoordenação e falta de oportuno e seguro controle da atividade por parte dos comandos responsáveis. As principais causas desses fatos parecem residir na já apontada deformação no trato com os prisioneiros por parte de elementos antigos na atividade e, portanto, calejados na oposição aos ardis adotados pelos subversivos e terroristas, e na excessiva preocupação com a "compartimentação", que conduz cada órgão a julgar-se dono do assunto que lhe chega ao conhecimento. Este último fator pode ser bem retratado pelo fato de que até simples equipes de interrogatório têm utilizado ameaças a presos para que não falem nada quando interrogados, em função do natural rodízio estabelecido pelas escalas de serviço, por outra equipe.

Nestas condições, é válido dizer que a luta contra a subversão ainda permanece uma atribuição específica das Forças Armadas, em particular do Exército, o qual, tendo a supervisão dos CODI e o comando dos DOI, estabelece o "modus faciendi", muitas vezes deformado pelo escalão executante que, **dispondo de já larga experiência e liberdade de ação, sabe também usá-las, quando necessário, para livrar-se do eficiente controle dos escalões superiores, o que, nos últimos dois anos, tem conduzido a situações delicadas até ao nível Presidencial.**

O clima reinante no país – que seria basicamente capaz de influir na maneira de combater a subversão – não tem modificado, substancialmente, a filosofia que domina os escalões executantes, os quais não parecem perceber que medidas que já obtiveram amplo sucesso e foram recebidas com certa naturalidade em épocas de grandes agitações e atos terroristas, hoje são contraproducentes e tendem a radicalizar posições contestatórias e a aumentar o número dos contestadores, além de dificultar a recolocação do problema na área do Ministério da Justiça, como é previsto para "situação normal".

O binômio 2ª e 5ª Seção não se desenvolveu satisfatoriamente. A "compartimentação" impediu que a 2ª Seção alimentasse convenientemente a 5ª Seção e esta, sem dados seguros de informação, viu-se impossibilitada de colaborar na ação psicológica sobre a grande quantidade de elementos presos, mas sem acentuada vinculação com as organizações subversivas, ou sobre a área estudantil, que passou a ser o principal caldo-de-cultura para o surgimento de novas organizações, e foi se transformando, a 5ª Seção, em mera executora das Relações Públicas do Comando respectivo, sem nenhuma possibilidade de diálogo com a 2ª Seção.

(2) <u>Uma liderança que se projeta: NELSON WERNECK SODRÉ.</u>

O militar cassado, NELSON WERNECK SODRÉ, jornalista e escritor marxista, vem despontando, atualmente, como o provável coordenador e orientador das campanhas de cunho comuno-esquerdista desencadeadas através da imprensa, particularmente da escrita e televisada.

Inteligente e com bons conhecimentos nos diversos campos de atividade, vem exercendo alguma liderança sobre várias pessoas da chamada “intelectualidade esquerdista”, visando a uma “conscientização popular” contrária ao governo, através de um bem orquestrado trabalho de massa.

Sua orientação é bem caracterizada nos artigos dos jornalistas que escrevem nos jornais comuno-esquerdistas “MOVIMENTO”, “OPINIÃO”, “CRÍTICA” e “PASQUIM”, os quais, através de contatos assíduos, buscam a diretriz do seu “professor”, como reconhecidamente o tratam.

No episódio “ROQUE SANTEIRO” apresentou a diretriz geral da “massificação” a ser preparada e procurou caracterizar, inclusive, a personalidade e a atuação dos atores, para atingir melhor resultados. Após o fracasso desta tentativa, voltou a orientar DIAS GOMES no sentido de explorar o tema “O PAGADOR DE PROMESSAS”, com vistas a endeusar e popularizar, ao mesmo tempo, a figura do padre “aberto”, da ala progressista da Igreja Católica.

Essa liderança tem-lhe permitido, inclusive, estabelecer um certo controle sobre o trabalho de seus seguidores, visando a evitar que o entusiasmo de alguns chame a atenção da Censura para esse trabalho de massa, pondo a perder a posição atualmente atingida, e por eles considerada relativamente boa. Um alerta nesse sentido já foi dado, e prontamente atendido, ao jornalista ROLAND CORBISIER.

No presente estágio, WERNECK SODRÉ vem desenvolvendo dois trabalhos de grande profundidade e que poderão ter graves repercussões futuras:

1) juntamente com PAULO FREIRE e outros, deseja preparar e difundir as “MEMÓRIAS NO EXÍLIO”, mediante o depoimento de banidos, exilados e asilados, para “incorporar a experiência e o pensamento desta geração no exílio como parte positiva da vida do país”, pois “os brasileiros no exílio não estão fora, mas sim dentro da história do Brasil contemporâneo”;

2) numa planejada campanha contra a PETROBRÁS e a maioria de seus ex-diretores, procurar-se-á avivar a corrente nacionalista, particularmente no meio militar, e lançá-la contra um “camuflado entreguismo que sempre teria existido na nossa empresa estatal”; apesar de um pouco minimizada, tendo em vista as pretensões iniciais, a campanha já surgiu no jornal “MOVIMENTO”, onde WERNECK SODRÉ tenta promover-se como “porta-voz” da corrente “nacionalista” radical brasileira.

c. Administração Pública

– Repercussões do Decreto nº 75.969, de 14 Jul 75 – Concessão de Diárias.

Pelo Decreto em epígrafe, o Governo Federal regulamentou a concessão de diárias ao servidor civil da União e de Autarquias Federais que se deslocar, eventualmente e em objeto de serviço, da localidade onde tem exercício para outra, também em território nacional. Visam as diárias a indenizar o servidor, especificadamente, das despesas extraordinárias com alimentação e com pousadas, nos limites de importâncias fixadas, quando este não for alojado e alimentado por conta do Estado.

Pela análise do diploma legal, verifica-se que o seu objetivo básico é centralizar a nível Presidência da República, através do DASP, o controle das diárias dos Ministérios Civis, onde estaria ocorrendo verdadeira orgia de distribuição de diárias – viagens fictícias, a serviço; deslocamentos

desnecessários de sede; fins de semana, a serviço – que sangravam os cofres públicos. Em análise mais detalhada, verifica-se que o parágrafo único do Art. 9º estabelece que o servidor deverá apresentar, ao dirigente da sua repartição, quando do regresso da missão, o comprovante da despesa com pousada, devendo restituir, se não o fizer, a parcela de diárias correspondente a essa despesa. Os termos estabelecidos nesse parágrafo estão tendo profunda repercussão no seio do funcionalismo, pois é público e notório que o servidor público, ao se deslocar a serviço, procura realizar a sua pousada na condição mais econômica possível, dormindo em casa de um amigo, de um parente, de um conhecido, fato que não chega a

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

PRESOS POLÍTICOS DA ILHA GRANDE

21.Maio, 75

Um grupo de senhores esteve no dia de ontem, na sede da ABI, para entregar ao presidente da entidade, a copia do memorial que foi dirigido às autoridades sobre as condições dos presos políticos que se encontram na Ilha Grande.

Na ausência momentânea do Desembargador Elmano Criz, deixaram o documento em seu gabinete, com a formulação de um apelo para que a Associação Brasileira de Imprensa venha prestigiar as moções que estão sendo feitas para a transferência dos aludidos presos para o continente.

Cópia do memoria anexado.
Nota: Entre as assinaturas, foram decifradas:
1 – ZAQUEU JOSÉ BENTO – MR-8 (um sem número de ações armadas)
2 – PAULO ROBERTO JABOUR – MR-8 (idem).
3 – ALEX POLARIS DE ALVERGA - VPR (3 sequestros com mortes, condenado à prisão perpétua).
5 – MANOEL HENRIQUE FERREIRA – MR-8 (3 sequestros, prisão perpétua).
6 – CARLOS ALBERTO SALES – (“Soldado”) – VAR-P (entre outras ações, assassínio de uma marinheiro inglês, no RIO).
7 – HELIO DA SILVA (“Nandinho”) – VARP (idem);
12 – FERNANDO PALHA FREIRE – MR8 - (Sequestro de avião no Galeão);
16 – COLOMBO DE SOUZA – MR8 – (idem);
17 – PAULO SERGIO PARANHOS – PCBR (inúmeras ações armadas);
18 – JORGE RAIMUNDO JR (“JIMMY”) – ALN (inúmeras ações armadas);
30 – CLAUDITO TORRES DA SILVA – DI/GB (sequestro embaixador americano);
33 – ROMULO NORONHA DE ALBUQUERQUE – ALN.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Exmos. Srs. Senadores e Deputados Federais representantes do Estado do Rio de Janeiro no Congresso Nacional.
Brasília Distrito Federal.

Nós, presos políticos, **[À MÃO: ? 1]** abaixo-assinados e atualmente cumprindo penas no Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande), resolvemos encaminhar este documento a V.Excias. para expor os motivos pelos quais objetivamos nossa transferência para a Cidade do Rio de Janeiro. Compreendendo ser o nosso movimento motivo de interesse preocupação da parte de todos aqueles que se batem pela defesa dos direitos humanos e que nossa reivindicação extrapola o âmbito estadual, gostaríamos de V.Excias. levassem este documento ao conhecimento das autoridades responsáveis por nosso encarceramento e ao povo brasileiro.

Os fatos relatados a seguir só poderão ser entendidos levando-se em conta o terrível significado deste longo período de cárcere, marcado pelas violências e mais tratos que sofremos e pela precariedade material das prisões por onde passamos. Este duro aprendizado **[À MÃO: 2]** demonstrou que estes ásperos anos constituem um prolongamento das torturas sofridas após nosso aprisionamento. A perspectiva de sermos assassinados **[À MÃO: 3]** é uma companheira permanente, haja vista os inúmeros casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos ocorridos no Brasil nos últimos anos.

Neste quadro geral, o Presídio da Ilha Grande ocupa um lugar especial, pois as brutalidades praticadas contra presos políticos **[À MÃO: 4]** e comuns acerca de meio século lhe garantiram a fama de presídio castigo e ternaram este local conhecido como “Ilha do Diabo”.

O presídio encontra-se num estado de colapso estrutural devido ao abandono a que sempre foram relegadas suas instalações, de há muito obsoletas. A falta d’água, **[À MÃO: 5]** o entupimento constante dos esgotos, acrescidos pela superlotação tornam os cubículos inabitáveis. Não é fornecido nenhuma material de higiene e limpeza. A alimentação é de péssima qualidade, não suprindo nossas necessidades básicas. **[À MÃO: 6]** Quanto à assistência médico-odontológica o panorama é aterrador. O dentista só aparece na época das férias escolares e o único médico, que serve aos mais de mil internos e à toda população da ilha, não consta com instrumentos e instalações mesmo para atender aos casos mais simples. Decorre daí que os atendimentos de maior gravidade e urgência sejam feitos no continente e isto esbarra não só nas tramitações burocráticas, como nos empecilhos impostos pela distância e limitação dos transportes, implicando em sérios riscos para nossas vidas. **[À MÃO: 7]** Tal situação fica patente no caso do Coronel do Exército Brasileiro, Jefferson Cardim de Alencar Osório, **[À MÃO: 8]** recentemente enviado para cá, sofrendo de disritmia e apoplexia, necessitando cuidados médicos especializados e sujeito a frequentes ataques, o que caracteriza um atentado contra sua vida.

O isolamento social e geográfico desta ilha restringe a superação de tais problemas, tanto é que já ouvimos inúmeras promessas e o que constatamos foi um processo de contínuo agravamento. **[À MÃO: 9]**

No entanto, existe uma outra categoria de problemas, cuja causa fundamental é o próprio isolamento deste presídio e que nos atinge com maios intensidade. Um de seus aspectos diz respeito às nossas visitas, que se limitam a duas por mês, quando a própria lei as prevê semanais. Nossos familiares têm de empreender uma longa viagem, utilizando ônibus, barcas de pescadores alugadas e caminhões, gastando cerca de vinte horas, no percurso de ida e volta, para permanecer conosco somente por três horas. Isto configura uma punição às nossas famílias e uma pena acessória para nós. **[À MÃO: 10]** A questão persistiria , mesmo que autorizassem visitas semanais, uma vez que a dureza da viagem e os gastos econômicos impediriam que as famílias se beneficiassem dente direito. Deve-se também a este fator que fiquemos privados da assistência jurídica, tanto é que, até hoje, nenhum advogado pôde visitar-nos. Contudo, o aspecto mais grave deste isolamento liga-se aos fato de favorecer enormemente a prática de violências e arbitrariedades contra presos políticos e comuns. **[À MÃO: 11]** Ainda no início do mês passado, os jornais divulgaram a notícia do assassinato de dois internos deste presídio, vitimas dos espancamentos que sofreram nas mãos de guardas e policiais militares. A este relato poderíamos acrescentar incontáveis outros. **[À MÃO: 12]** Esta realidade particular, entendida dentro de uma envolvente mais ampla, isto é, das constantes violações dos direitos humanos dos presos políticos brasileiros, levou-nos a concluir que nossa permanência aqui significa a perspectiva de um aniquilamento lento, ou então, uma saída mais rápida, configurada em nosso massacre.

Diante deste risco ampliado que pensa sobre nossas vidas e por sabermos que as principais dificuldades que enfrentamos são determinadas pelo isolamento deste presídio, não tendo, portanto, soluções locais e ainda considerando que a maioria dos prisioneiros políticos existentes no país esteve encarcerada em unidades prisionais dentro dos principais centros urbanos, inclusive na cidade do Rio de Janeiro, **[À MÃO: 13]** onde existiam e existem presos políticos, passamos a solicitar nossa transferência para essa cidade.

Inúmeras tentativas foram feitas neste sentido. Há um ano, encaminhamos extenso documento ao Senhor Ministro da Justiça denunciando as péssimas condições carcerárias que enfrentávamos e solicitando nossas transferências para o Rio. **[À MÃO: 14]** Mais recentemente, em março deste ano, enviamos um memorial de mesmo teor aos Senhores Deputados da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro (cuja cópia encontra-se anexa). Em função disto, no dia 21 de março, uma comissão de deputados estaduais foi recebida em audiência pelo Senhor Secretário de Justiça do Rio de Janeiro, **[À MÃO: 15]** ocasião em que entregaram cópia memorial e pediram que fosse dado provimento à nossa reivindicação. No dia 26 de março o Senhor Diretor do Departamento do Sistema Penitenciário – DESIPE – doo Estado do Rio de Janeiro esteve aqui e manteve contato conosco, quando aproveitamos para fazer uma exposição sobre nossos problemas, frisando que considerávamos ser a transferência a única solução. No dia 4 de abril “O Estado de São Paulo” publicou declarações desta autoridade afirmando que deveríamos ser transferidos, a curto prazo, para o Rio de Janeiro. Notícias semelhantes foram divulgadas por outros jornais e por emissoras de rádio, deixando entrever uma solução satisfatória.

Entretanto, a chegada de nove presos políticos, entre eles o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, vindos do Presídio do Exército (Fortaleza de Santa Cruz), no dia 12 de abril, levou-nos a duvidas dessas informações, principalmente porque isto acarretou o agravamento de nossas condições carcerárias, gerando superlotação dos cubículos. Nossas suspeitas confirmam-se no dia 23 de abril, quando mantivemos contato com os senhores Diretor do DESIPE e Secretário de Justiça, que estavam em visita a este estabelecimento. Neste ocasião fomos informados que não havia nada de definido quanto nossa transferência e que deveríamos aqui ficar.

Não aceitamos mais esta protelação, **[À MÃO: 16]** visto que representa uma reafirmação do treinamento policial-repressivo a que vemos sendo submetidos, orientado tão somente para nossa destruição física e psicológica, o que é amplamente facilitado pelo isolamento geográfico-social da Ilha Grande.

Conscientes desta ameaça e vendo esgotadas todas as outras formas de conseguir nossa justa reivindicação, **[À MÃO: 17]** fomos impelidos a entrar em GREVE DE FOME a partir de hoje, até que seja definida nossa transferência para a cidade do Rio de Janeiro, em um local onde nos sejam garantidos os direitos fundamentais e respeitada nossa dignidade de PRESOS POLÍTICOS. [À MÃO: 18]

Ilha Grande, 5 de maio de 1975

(ASSINATURAS TAMBÉM NO VERSO)

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

OBS.: Do próprio punho do Ch. SNI

1 – Por que presos políticos?

2 – O duro aprendizado não se coaduna com o aprendizado fácil e rápido para sequestra, roubar e matar!

3 – Essa perspectiva demonstra um juízo pouco lisonjeiro sobre a inteligência dos homens do Governo!

4 – Não é verdade! As informações a que se chegou são até elogiáveis quanto ao tratamento dispensado. As falhas ou deficiências não decorrem da vontade expressa dos carcereiros e não se constituem em brutalidade.

5 – A falta d'água é esporádica. Em Copacabana, em 1973, toda a área do Posto 6, em Copacabana, só tinha água 2 vezes por semana...

6 – Se não supre as necessidades básicas , pelo tempo que estão presos, já muitos teriam morrido...

7 – Riscos para as nossas vidas? Mas não se preocupavam com esses riscos quando praticaram as ações por

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Estou acompanhando os informes do SNI, as sínteses e conclusões, etc., e vejo que há um bom bocado de companheiros que é fascista e não sabe.

Estão repetindo fórmulas e caminhos que deram em água de barrela não poucas vezes.

"Nativistas", nacionalistas, duros, paraquedistas, radicais, ultras. Só falta aparecer o General Massu. E há candidatos, lá isso não falta. **[À MÃO: de acordo]**

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

Heitor.

– Achei a fala presidencial muito boa. É um retrato fiel do que se tem feito e do que se espera fazer.
– Há uma passagem na pg. 14, último parágrafo, que poderá ser interpretada como crítica aos governos anteriores
– Excelente a parte referente à "distensão".
– Quanto à forma, eis o que anotei (já marcado na cópia que me enviaste):
– pg. 2 – 6.ª linha – talvez melhor sem a vírgula.
13.ª linha – substituir que estão por ora (para evitar 3 palavras em ão na mesma frase)
pg. 3 – 1.ª linha – colocar uma vírgula após em que
4.ª linha – promissores em lugar de auspiciosos;
– retirar a expressão "com frutos que serão colhidos nos próximos anos"
– penúltima linha – retirar a vírgula após implantação
– pg 4 – 2.ª linha – acento em destruíram
7.ª linha de maior em lugar de como maior
– pg 5 – 6.ª linha – tirar o acento de déficit
– 11.ª linha – tal situação em lugar de essa situação
– pg 6 – 8.ª linha – deficit
– última linha: tirar a vírgula após dúvida
– pg 7 – 1.ª linha – vírgula após sucessivamente
4ª linha: vírgula após preocupações
– pg 8 – 1.ª linha: vírgula após 1973
3.ª linha: vírgula após objetivamente
10.ª linha: vírgulas antes de que e após 13 milhões
11.ª linha: vírgula após escolar
– pg 9 – Por que não Revolução?
– pg 10 – 13.ª linha: Programam-se em lugar de programa-se
– objetivamente entre vírgulas
– pg 11 – 5.ª linha: se atribui em lugar de é atribuída
– 11.ª linha: vírgula após epidemia

– pg 14 – 2.ª linha: substituir toda a frase por: “Elaborou-se um plano nacional de saúde realmente viável”

– 14.ª linha: suprimir deste governo

– pg 15 – 7.ª linha: suprimir a vírgula após passado

12.ª linha: suprimir a vírgula após PIS-PASEP

– pg 17 – 4.ª linha: vírgula após Por último

14.ª linha: vírgula após imprensa

– pg 18 – 1.ª linha: vírgula após Constituição

3.ª linha: vírgula após vereadores

– pg 19 – 1.ª linha: contribuíram (acento)

3.ª linha: e o do nacional em lugar de e do nacional

9.ª linha: Rivera entre vírgulas

– pg 20 – 4.ª linha: têm (acento)

– 9.ª linha: vírgula após casuísmo

– 10.ª linha: vírgula após também

– pg 21 – 1.ª linha: vírgula após TAPACURÁ

– pg 22 – 9.ª linha: vírgula após também

– 11.ª linha: vírgula após excessivos

vírgula após Sente-se

12.ª linha: vírgula após proposições

– pg. 23 – 1.ª linha: vírgula após praticadas e

8.ª linha: em toda parte entre vírgulas

11.ª linha: O que almejamos

– pg 24 – 1.ª linha: vírgula após PASEP

– pg 25 – 9.ª linha: vírgula após tempos

13.ª linha: vírgula após pois

vírgula após aparência

– pg 26 – inventadas? Não será investidas?

[À MÃO: assinatura]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SNI/AC

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA-DF 16 de junho de 1975

INFORME Nº 209 S-102-A3-CIE

1. ASSUNTO: ESTUDO E APRECIAÇÃO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 64
2. ORIGEN: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-1
4. DIFUSÃO: SNI/AC
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERÊNCIA:
7. ANEXO:

Este CENTRO transcreve abaixo, a título de Informe, um "estudo e apreciação sobre a Revolução de 64":

1. SÍNTESE

Esta pequena apreciação versa sobre a colocação, o situar-se da Revolução de 1964 dentro de um novo quadro: o do BRASIL já pacificado, normalizado.

Tal enfoque provém, como consequência, do processo de "abertura" política, já desencadeado verbal e efetivamente. E latente, há mais tempo, no pensamento dos cidadãos.

O presente estudo analisa aquela colocação, requerendo como base insubstituível uma tábua de valores, a ser proclamada e vivida – o que não foi feito nestes onze anos:

reiterando a necessidade medular de formação filosófica adaptada para todos os que, em diversos graus, são responsáveis pelo pensamento da Revolução;

reforçando com argumentos mais prementes e muito atuais a imprescimbilidade de se formarem as mentes, especialmente de jovens, de novos militares, políticos, eclesiásticos, através de programas organizados e de publicações, além de diálogos e debates que repugnam à nossa preguiça intelectual e podem ferir nossa sensibilidade. Repete que a luta mundial é pela conquista da mente humana, no que o marxismo internacional reconhecidamente tem sido exímio;

analisando as consequências destruidoras da nacionalidade a provirem de “abertura” indiscriminada;

sugerindo medidas para se aproveitar do que bom houver na “abertura” e conter o que há de nocivo, por falta de infraestrutura. Isso, sem que se esqueça que movimentos como esse possuem dinâmica própria, que passa a agir independentemente, superando controles;

alvitrando opções para a manutenção do poder revolucionário, sua reafirmação patente e para o amortecimento da espiral da “abertura”;

tocando, enfim, em problemas da imprensa e da justiça.

Este é o único tema aqui tratado e não engloba, portanto, a inteira situação nacional. Uma sua faceta, apenas.

2. MOMENTO ATUAL

a. Estado da questão

1º – Fatores externos influindo nos antecedentes do momento presente e diretamente nele mesmo:

Enquanto o Gen GEISEL, designado como futuro presidente, preparava seu governo, já era sensível o desmoronamento moral dos ESTADOS UNIDOS ao fim do governo MÉDICI. Depois disso, só se agravou o desmanchamento moral da potência que materialmente é a mais forte. A visita de NIXON a PEQUIM e MOSCOU; os malabarismos muito pessoais do Dr KISSINGER; a “distensão”, consistindo em apertos de mão e recuo físico dos ESTADOS UNIDOS com avanço real do poder marxista; a “ostpolitik” do Vaticano, guardião moral da humanidade, com seus Cassaroli e jogos de cortesia, enganando multidões sobre aparente conciliação de duas doutrinas inconciliáveis; o taco de golf do Pres FORD, vibrando por uma semana, enquanto se fundia um país, cuja sobrevivência estava garantida por aval norte-americano posto em solene tratado. Em uma palavra: a capitulação antes o comunismo. E é ponderável o influxo psicológico dessa realidade sobre o espírito nacional.

2º – Fatores internos:

O Gov GEISEL apresenta-se ante si próprio como continuação da Gov CASTELLO BRANCO. Propôs-se efetivar o que o extinto Marechal não pode conseguir; a “redemocratização” inclusive;

O Gov atual teve o mérito de sentir os anseios difusos pelo país. Havendo sucedido a governo, que, por sua vez, herdara situação difícil do final do de COSTA E SILVA, e que foi bem sucedido em pacificar a nação, a administração GEISEL encontrou um BRASIL mais tranquilo; por isso, com tempo mental para focalizar problemas de âmbito maior. Sem rebeliões a controlar, reflexiona o povo de hoje sobre questões universais, inerentes ao homem. Sobre a própria revolução de 64 inclusive, seu significado, sua continuação. E formula difusamente inquietações que o atual governo recolheu com propriedade. Tomou o pulso da nação;

E não adotou carta de princípios, da qual emanaria consequente plano de ação. Só a este, o plano de ação. Essa já era uma falha fundamental da revolução de 64;

Devido à personalidade de seu chefe, o governo atual soube ampliá-la desmedidamente.

O método de ação escolhido é o velho e conhecido pragmatismo. Não o que provém da exata visão da eficiência, baseada em princípios morais, e que é bom, correto e necessário. Sim, o que se origina do sucesso imediatista, sem maiores perspectivas, despido de princípios. O que sempre termina por autodestruir-se, por sua própria dinâmica, como a História o ensina, e muitas vezes.

As consequências virão fluindo obrigatoriamente. Como a força de gravidade atua ou como a criança tem de nascer, ao término da gravidez. Mal grado as boas intenções, que ninguém nega, de pessoas mal preparadas para o dever – aceito de ser estadista.

3º – Algumas de caráter pessoal, universais outras, inevitáveis ainda outras – por essas forças convergentes desembocou-se na encruzilhada das decisões.

Note-se que o problema deveria ser enfrentado, mais cedo ou mais tarde. É algo de positivo ter visto sua inelutabilidade.

E a solução adotada, a opção feita, teria de ser a correta. Erro, aqui, é sinônimo de desastre.

4º – Poderíamos resumir a dificuldade, que é complexa, em única pergunta: Como conciliar o movimento extraordinário de 1964 com a nação, que é algo de definitivo e estável?

Tal interrogação essencial pode ser desdobrada em aspectos diferentes, revelando setores de seu denso conteúdo. É o que passamos a fazer, limitando-nos ao principal.

5º – Assim:

1) Ficará o BRASIL sempre com duas leis fundamentais, uma constituição e um poder revolucionário? Até quando?

2) Havendo extinção do poder revolucionário, não se tornará comunista o país (Segurança)?

6º – Outra formulação: (partidos políticos)

– Se o MDB ganhar novas eleições, e, afinal, todas: poderá receber o governo?

– Se não assumir a direção do país, qual será a repercussão:

1) interna

2) externa?

Terá o poder militar força manter-se à teste da nação, se esta o repudiar em eleições?

– Indo à questão de fundo ou de mérito; entregar o poder ao MDB não é mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?

– Ou será melhor liquidar, já, os partidos, a fim de estancar as eleições em seu nascedouro? Ou arquitetar sistema a modo mexicano, com um “PRI” nacional, perpetuando-se no poder 40 ou mais anos?

7º – Ainda outra: (Justiça)

– Neste início da opção feita pelo governo – o começo da “abertura” – dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que solertes acusadores, nacionais ou não, lhe assacam; ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais, e outros abusos do poder?

E, avançando a “abertura”, poderá alguém deter a marcha da Justiça reclamada?

Isso não viria desmoralizar a chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 64? Não viria provar ao menos o patrocínio efeivo das Forças Armadas e governos à ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes?

– E poderia a Justiça, crescendo a "abertura", apurar também as faltas por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos pelos presidentes no regime revolucionário? Suportaria o povo o descrédito que isso lançaria ao próprio movimento de 64? Enfim, não seria, essa, mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional, contra o BRASIL?

8º – Ainda outra formulação:

A "abertura" inevitavelmente provocará cisão dentro das Forças Armadas: num momento internacional como o presente, isso pode ser suportável?

9º – Para resumir: Tudo isso não representaria a condenação, ou mesmo sem ela, o fim do movimento de 64? E destruindo, não estaríamos abandonando o país ao comunismo internacional?

b. "Abertura"

Histórico: O ponto essencial: a mente humana. Princípios a manter. A "abertura": de início, seu controle; depois: agir conforme puder ou não ficar contida. Possui lados bons. A "abertura" e casos peculiares. Preparar-lhe infraestrutura. Firmeza e vigilância.

10º – Nestes últimos 12 anos, ainda em tempos do Gov GOULART, muito se escreveu sobre a necessidade de formação, em profundidade, dos espíritos. E o resultado tem sido diminuto. Em todos estes anos. Anos de ideias inúteis.

Uma e outra pessoa, mostrou-se sensível à persistente argumentação; mas, não se encontrava ao nível das decisões. Quanto aos demais, não encontraram nem tempo, nem disposição e não tinham o hábito de estudarem papéis sobre formação "mental" – algo sutil e aparentemente tão distanciado dos afazeres do momento, das lutas a vencer, das tarefas a executar. Principalmente, das preocupações que se apreciavam manter.

Planos de "mentalização" foram elaborados. Percebia-se com dura clareza a ausência de mentalidade preparada para nova realidade. Teria de ser formada. Estruturar noivo arcabouço de ideias, a entrosarem-se organicamente com o antigo, que não é mau, mas incompleto. Viu-se quão preciso seria dispor-se de algumas pessoas com exata visão das coisas, que, deixando o resto, se dedicassem à formação primeiro dos chefes, depois dos demais.

No concernente ao campo inimigo, devemos reconhecer que, pelo menos desde o manifesto de 1848, de MARX, até hoje, ininterruptamente, sem cansaço, a formação mental foi vista como a base, o fulcro, o coração, a nascente, a origem da conquista do mundo. Tudo partindo dela, tudo por ela normado. Com o progresso da técnica de propaganda, essa formação mental do socialismo clássico avançou sobre o mundo. Penetrou nas fortalezas do mundo ocidental, envenenou a opinião pública de países fortes, tornando-os débeis, fez conscritos desertarem com orgulho, e com elogios por seu ato serem recebidos em nações do mesmo bloco, paralisou decisões, dividiu profundamente concidadãos do mesmo povo, manietou vontades. De armados, fez inermes. De decididos, hesitantes. De bravos, imbecis preocupados com o que iriam dizer de suas atitudes. Corroi exército poderoso, para que ele

mesmo se corrompa. Movimenta país poderoso em guerra, não para vencer, mas para que, enfim, se confesse derrotado ante pigmeus. Secciona os poderes de nações, fazendo com que lutem entre si mesmos. Nina o campo adversário, a tal ponto que pode, nos países socialistas, matar, tiranizar, destruir e ainda colher encômios do inimigo por sua generosidade e altruismo. Ainda inferior em poderio militar, pode assim o mundo socialista ser superior na conquista interna, no desarmamento íntimo do ocidente. Porque tem formação mental bem conduzida. E o ocidente abdicou dessa arma básica, a que sustenta as demais armas e lhes indica a direção a atingir.

Porque o combate atual no mundo é pela POSSE DA MENTE HUMANA.

O resto são meios, eficientes alguns, menos, outros – instrumentos para obtenção daquele fim.

11º – Começam os reconhecimentos, no mundo ocidental, a essa realidade tão sovada entre os do mundo socialista. Por enquanto, só a verificação do fato. O primeiro passo.

Os jornais de 8 Maio 1975 aduzem declarações do Dr KISSINGER a respeito da queda do CAMBODJA e VIETNÃ DO SUL. Diz ele que o socialismo comunista dentro de um máximo de 10 anos será “uma grande dificuldade interna para a mente americana”. “Não sei”, acrescentou, “que filosofias e doutrinas se anteporão a isso na ocasião; mas, terá que haver alguma coisa”. É um primeiro olhar na velha realidade, antes não vista. O Secretário não falou em foguetes como ameaça; mas em ideias. Porque quem maneja e comanda os foguetes são as ideias.

Igualmente, general francês que combateu na antiga INDOCHINA, declarava, há dias, que os norte-americanos não poderiam vencer a arma, segundo ele, mais poderosa do mundo; a ideia nacionalista de que estavam tão impregnados vietcongs e vietnamitas do norte. Declaração que no articulista CARLOS CASTELLO BRANCO, entre outros, encontrou eco posterior: “Um exército que chegou a contar 550 mil homens, apoiados por bombardeiros que lançavam milhões de toneladas de bombas semanalmente sobre um pequeno país, mostrou-se impotente para liquidar a guerrilha ideológica, alimentada pelas armas soviéticas”, (J. B., 2 Maio 75, p.2). Ressalvando-se o adjetivo “nacionalista” do Gen francês (porque não é só essa ideia que move, mas toda e qualquer ideia-força) e o fato de a guerra do Viet-Nam ter-se constituído algo de original, pois americanos não atacaram, excetuadas alguma vez, o território inimigo – fica de certo o reconhecimento de que a ideia, bem elaborada e assimilada, é que colocou armas nas mãos inimigas, sustentou-as apesar da inferioridade material e fez derrubar colosso.

Essa é a mola do universo humano. Compreender isso é enfrentar com objetividade o problema, em ordem a soluções eficazes.

12º – Posto isto, avancemos em nosso estudo.

Passaremos a tentar responder à pergunta sintética e a seus desdobramentos, enunciados mais acima.

Primeiro, focalizaremos soluções para o momento atual; depois, para programa de longo alcance, que compreenda presente e futuro.

13º – Iniciemos pela colocação dos princípios gerais. Os que manteremos a todo o custo.

1) O movimento de 1964 representou a Nação Brasileira na restauração de sua alma nacional, isto é, suas tradições fundamentais e comuns, e seus valores – o bem comum nacional, a pessoa humana na visão cristã, o apego à sua independência nacional, o direito de pensar, de ter religião, o respeito à propriedade privada, dentro da justiça social e como complemento do exercício da personalidade humana.

2) Por isso, conquanto vinculado a circunstâncias concretas do momento histórico, o Movimento de 64 transcende o instante e se insere no permanente nacional.

O que significa, entre outras coisas, que não pode ser negado. Tem de ser aceito. Disto não se pode abrir mão. É o terreno comum necessário para qualquer encontro de opiniões diversas.

Outra coisa é julgar os homens do Movimento. E alguns de seus atos. Se isso for efetuado, não se admita julgamento da questão em si. O Movimento foi a Nação realizando-se. E à Nação não se julga.

3) Enquanto contraposição, o Movimento de 64 nega qualquer submissão internacional, máxime ao socialismo marxista. Não se dobrará ante ele e o combaterá por todos os meios de que disponha o país. É, embora não unido a qualquer igreja como instituição, seja a majoritária sejam as de menor tradição nacional e número de adeptos – o BRASIL é cristão.

14º – Colocados os postulados principais em situação intangível, focalizemos um segundo estágio de considerações.

Questiona-se, hoje em dia, a continuação do Movimento de 1964. Mesmo entre os que pugnaram por ele, há os que atualmente duvidam. Alguns negam até a continuação do espírito de 64; outros, destes, rejeitam apenas a estrutura revolucionária – atos, escolha de governadores, indicação do presidente...

Nisso, vários da situação concordam com a oposição.

Nosso ponto de vista é claro: o espírito e as estruturas do Movimento Nacional de 64 devem continuar ainda. Aquele, sempre; estas, com melhorias, até que possam ser dispensadas sem que a Nação venha a sofrer pelo desaparecimento delas. O que está ainda longe de ser alcançado.

15º – No entanto, aí está o início da “abertura”. Em ação. Lenta, mas insopitavelmente, caminha (achamos até que, após a entrevista do jurista TRIGUEIRO, já andou demais. É o momento de envolvê-la em hábil entorpecimento).

Pois pensamos que “aberturas” como essa sem infraestrutura é fechamento do progresso institucional do país. É retrocesso. Retornar-se-á a 1964 antes de 31 Março, ou 1955, ou... 1922.

E não há infraestrutura, porque ninguém a preparou. A primeira viga para ela teria sido a formação mental. A preparação de líderes. A condimentação da opinião pública. Ao contrário, deixou-se esse setor aos comunistas. Ainda há pouco, em artigo sobre “Inconsciência arenista” (Jornal da Tarde, SP, 28 Abr 75, p. 4), articulista comentava como os intelectuais, estudantes, inclusive, foram drogados pela literatura marxista, não combatida eficazmente pela Revolução, e pelos meios de comunicação, clara, evidente, manifestamente infiltrados. “Muito mais importante do que as filas de insatisfeito (do INPS), é a constante lavagem cerebral da opinião pública, feita por poderosos meios de comunicação, e não apenas nos limitados horários de funcionamento do INPS

nem somente diante de seus postos, mas durante as 24 horas do dia e até mesmo no interior dos lares, onde a televisão desempenha um poderoso trabalho de corrupção das mentes jovens, frequentemente via Embratel, ou seja, com sofisticados recursos postos à sua disposição pelos governos nascidos da Revolução". E aduz admirada verificação de SARTRE, após visita ao BRASIL: "Para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data; mas ainda, não deixou de se desenvolver daí por diante. Sua produção domina... existe uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país. É o que se pode constatar nas livrarias de SÃO PAULO e do RIO, cheias de publicações marxistas, nas estreias teatrais... na agitação dos estudantes ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa, a esquerda dá o tom".

Ora, se os governos da Revolução não fundaram departamento especializado para isso – o estudo intelectual da infiltração intelectual sobre o meio intelectual do país – mas pobre e nem sempre esclarecida censura, muito limitada e sem discernimento, no geral – se não forjaram homens que pudessem ser líderes; se não afastaram mentores intelectuais perniciosos – alguns, sim – que continuaram a pontificar até dentro de ministérios culturais; se não estabelecerem em postos-chaves pessoas de absoluta confiança revolucionária; se não criaram novos esquemas orgânicos (não estamos falando aqui, nos Atos Institucionais): onde está a infraestrutura para suportar o embate da "abertura"?

"Abertura" assim é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitivas, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as FFAA.

16º – Há mais. Um impulso como esse dado pela "abertura" possui dinâmica própria. Uma vez posto em movimento, avança por si mesmo e sofre contenções apenas como armazenamento de maior força. A soma de carga emotiva que aciona, os interesses que desata só crescem, não diminuem por si mesmos. Chega ao ponto em que ficam incontroláveis e seguem as leis de sua própria mecânica.

Assim, por muito que os líderes mais velhos e mais experimentados do MDB, como ULYSSES GUIMARÃES e FRANCO MONTORO, aconselhem calma a seus liderados, a irem por etapas, a "cooperarem com o governo que quer a abertura gradual", não conseguem sofrear o entusiasmo, com sabor de desafio, de alguns membros do partido. Na ARENA, obtêm-se mais, porém há evidentes sinais de impaciência.

Essa sofreguidão também pode revestir-se de astúcia. E, então, é aceita com facilidade. O deputado JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, MDB-SERGIPE, propôs dia 7 Maio 75, em BRASÍLIA, o diálogo de seu partido com militares. Não obstante as cautelas que acha necessárias para o êxito de seu projeto, este, afinal, é uma tentativa de envolvimento para apressar a abertura maior. A ideia, em si, é boa e tais contatos, de vez em quando, seriam salutares, máxime em se tratando da hipótese que vamos expor em nosso nº 20, pag. 15. Mas, de momento, o que se pretende é azeitar um pouco as roldanas lentas de abertura. A sugestão de TEIXEIRA foi encampada pelos líderes do partido, FRANCO MONTORO, THALES RAMALHO, ALCEU COLLARES. Pode ser fator de divisão entre as FFAA, pelo envolvimento astucioso que políticos sabem tecer.

No lado da jurisprudência, famoso jurista dá entrevista, afirmando que, legalmente, se o Congresso quiser, poderá suprimir, sem mais, o Ato 5 (OSWALDO TRIGUEIRO, há pouco

aposentado do Supremo Tribunal Federal, em “O Estado de S. Paulo”, 11 Maio 75, p. 5).

Isso, ao lado dos pertinazes defensores de “abertura”, com menor repercussão pela rotina em que cairam, como é o caso de TRISTÃO DE ATAIDE. No JB de 2 Maio 75, sob o título “A tecla indispensável” enumera os modos de “abertura”, desde o que acha mais difícil até o que julga mais viável: “abolição imediata de todos os Atos Institucionais”, “ampla anistia”, “abolição do bipartidarismo”, “abertura, honesta e ampla, de todos os canais publicitários”.

Controlar, agora, a espiral da “abertura” é difícil, mas indispensável. Repetimos que possui ela dinamismo próprio, que rompe controles externos. Mas, temporiamente, poderá ficar refreada, contida. E o meio é solene declaração de que o Ato 5 será mantido até que a Nação possua estrutura para assegurar a sobrevivência e assimilação total do espírito de 1964. Dir-se-á claramente que não será abolido, mesmo com “aberturas”. E, “data occasione”, empregar-se-ia o Ato, mesmo que fosse só beneficamente, digamos em algum bom decreto-lei que desse alguma vantagem para classe ou categoria mais humilde ou não tão modesta, mas de simples assalariados; alegar-se-ia a urgência da medida, para justificar só formalmente o não uso da via ordinária, a saber, do envio de projeto do executivo ao Congresso.

Quando falamos em conter a “abertura”, não estamos entendendo necessariamente que se proibisse de falar nisso. No momento, seria contraproducente. O debate da institucionalização, por exemplo, (parte da “abertura”) tem sido provocado e dinamizado pelo próprio Pres. da República: e um repentino silêncio imposto evidenciaria pressão sobre o Presidente, o que ampliaria setor de dissídio. O que se entende com conter a “abertura” é simplesmente, de início, a aludida declaração, feita de modo bem claro, de que o Ato 5 não será revogado; e, preferentemente, emprego do Ato, repetimos, mormente se se encontrar alguma medida simpática a ser obtida através dele. E, avançando muito celermente, como está, a “abertura” deve ser contida também por, nos repetimos, hábil entorpecimento.

Evidentemente, surgirá a pergunta do até quando será mantido o referido Ato. A mesma declaração poderia, desde já, acrescentar que perseverará ainda por “longo período” ou “anos”, até ser encontrado ou:

1) modo de institucionalizá-lo definitivamente; ou

2) o Ato será mantido até que haja infraestrutura e pessoas preparadas para manter o espírito de 1964. Ou outra forma semelhante.

Claro está que tais fórmulas referentes ao término do Ato 5 são muito vagas e se prestam a diferentes interpretações. Não é mau que existem. Ficará, porém, claro e evidenciado de que o governo não abre mão do poder revolucionário; em segundo lugar, de que só o governo é juiz dessa questão.

Há outro aspecto a aprofundar.

Dissemos que o dinamismo de “abertura” contém força própria, que pode transcender qualquer controle. E isso acontecerá, apesar de requerida declaração da permanência dele, se se permitir que os debates em torno da questão atinjam clímax que toque ao paroxismo. Tornando-se como obsessão, não se conseguirá controlar o debate, a não ser por sucessivas aplicações do Ato, ainda que por outros motivos, cá e lá pelo BRASIL. É mister, portanto, que através de lideranças ou deputados “bem informados”, “achegados ao Planalto”, “das relações do Min da Justiça” se resfrie o ambiente

toda vez que o excesso emocional arrisque galvanização nímia em torno da ideia. (“O Ministro está preocupado... Parece, consta que o presidente está achando demais... talvez haja a possibilidade de se suspender esse debate e reservá-lo só à área governamental... Por isso, melhor estabelecer um intervalo; há outros problemas urgentes...”)

Quanto a nós: se a contenção da “abertura” do modo acima acabar, pelo crescendo emotivo, sendo inútil então só resta cerceá-la habilmente, se possível despercebidamente, medida após medida.

17º – A “abertura” pode realizar-se com o setor das comunicações, mas sempre sob controle (isso na 1ª hipótese: do sucesso).

Deve-se reconhecer que a censura, efetivamente exercida “in loco” por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação. Escolher as pessoas a dedo. Disto depende muito, na situação atual.

Achamos, pois, que a censura deva continuar. O modo é que seria diferente.

Para cada jornal de cidade grande, para cada grupo de publicações não muito empenhativas, haveria um censor. Assim também para cada canal de televisão; ou, onde houver pouco serviço, para cada cidade onde haja canais de televisão bastaria único censor. Não teriam sua sede no órgão de comunicação, a não ser que fosse impossível outro modo. E nem visitariam o órgão.

Designadas as pessoas, o chefe local ou o representante do Ministério da Justiça ou quem for, que tenha autoridade para isso, convocaria aos diretores dos órgãos de comunicação. Em entrevista quanto possível amena e sem exibições de autoritarismo, dir-se-ia claro a todos que competiria a cada órgão autocensurar-se. Como critério básico, a Segurança nacional. E como esse termo pode ser compreendido de múltiplas maneiras, dar-se-iam exemplos do que se entende, no caso, por segurança nacional. Assim mesmo, publicando o órgão algo que atente contra aquela exigência, caberia ao censor, “a posteriori”, pois, prevenir ao diretor; na décima (quinta?) admoestação, o censor passaria a trabalhar dentro do órgão comunicador e fazendo censura prévia.

Havendo algum órgão comunicador que recuse colaborar e autocensurar-se (será talvez o caso de “O Estado de São Paulo”), a mecânica será a mesma. Na reunião dos diretores com o representante do Ministério, este responderia que confiava no patriotismo dos dirigentes da publicação (da TV...) e esperava que não fossem atentar contra o país; mas, que havendo alguma transgressão seriam feitas as advertências e, caso prosseguisse o atentado à segurança, igualmente um censor se instalaria outra vez dentro do órgão de comunicação. Como para os demais. Só que, garantia-se, seria censor inteligente e bem-dotado, incapaz de mesquinharias, e culto.

18º – Por fim, não é demasiado observar a imensa importância dos órgãos de comunicação na formação da opinião pública. Se ficarem largados a si mesmos, podem destruir uma Nação. Podem também alimentar com novo dinamismo a força intrínseca da “abertura”, a tal ponto que, afinal, ela supere qualquer controle e chegue a destruir governos, ante eleições livres convocadas expressamente, e julgar todo o Movimento de 1964 como ilegítimo.

“Abertura” vigiada dos meios de comunicação, sim.

19º – Ao mesmo tempo que se reorganiza esse setor, este seria o momento de impedir a publicação de jornais só de títulos e muitos crimes, vergonha nacional e energia para a imaginação de pessoas ignorantes ou mórbidas. – Um ultimatum: ou tais jornais mudam de sistemática, ou serão supressos.

20º – A "abertura" ou, mesmo sem ela, a fase mental em que o país ora entra, exige estudo mais acurado sobre os partidos. Algumas vezes já redigimos alguma coisa sobre isso. Organizados a partir de cima para baixo, são conglomerados inorgânicos. Continuam polarizados por interesses, não por programas. Funcionam dentro deles os antigos partidos, tão vivos como dantes. Há dias, repórter carioca afirmava que na nova Assembleia Constituinte do novo Estado do RIO, desde a porta de entrada "cheira-se PTB".

O MDB renovou-se mais, devido as próprias cassações em maior número. E os novos nem sempre tem a velha mentalidade ou submissão aos usados caciques. Mas, esse partido, como o outro, é um ajuntamento heterogêneo de partidos. Só a oposição o cimenta, oposição ao governo. E a ARENA, núcleo de interesses, igualmente sem princípios básicos e programação a executar, vive atualmente situação difícil. Dona da situação por 10 anos, não estaá afeita ao combate, e nem o quer. Acostumada a obedecer, não tem iniciativa, deixando que o partido adverso empalme objetivos que deveriam ser dela. Assim, o MDB apresenta medidas que estão mais de acordo com os desígnios do atual governo. E a ARENA ou atrasa-se ou se cala.

Essa incômoda posição desencoraja o partido e o atemoriza. Examina ele a possibilidade de o partido da Revolução poder vir a ser... o MDB, excetuada a ala radical deste. Nesse caso, qual seria o papel dela, ARENA?

Tudo provém: da maneira porque foram formados os 2 partidos, praticamente sem intervalo algum após a Revolução. Teria sido necessário não só extinguir os antigos partidos, mas suspender por um pouco mais de tempo a atividade partidária. Nesse meio tempo, ver-se-iam homens com ideias. E a Revolução apresentaria seu ideário (coisa que nunca fez). Daí partiria para a organização de 2 partidos verdadeiramente novos. O que houve foi mudança de rótulos e mistura de várias facções dentro de cada partido.

Mas, a situação sendo realmente assim, temos algumas opções a considerar:

– manter os 2 partidos, mas exigir reforma da ARENA:

com introdução de valores jovens, líderes em potencial ou já realizados (JOSÉ BONIFÁCIO, por exemplo, foi constituinte em 1934); ideário e programação claros e exequíveis; tentar fusão das heterogeneidades excessivas; libertar a ARENA de tutela exagerada, fazendo-se com que se sinta maior de idade; dar pequenos cursos intensivos de formação político-partidária, criando-se assim não bem uma "mística", mas uma consciência comum entre arenistas; para o MDB: o que for aplicável – apelo a que formem bem seus membros, pois o BRASIL precisa de todos seus filhos; que se aglutinem mais homogeneamente, conservando, embora, as legítimas diferenças acidentais; ressaltar o quanto o governo espera da crítica construtiva e colaboração da oposição;

– deixar com que a ARENA se esfacele por debilidade, sem sobressaltos, que se "apague" lentamente. Neste caso, chegará o momento em que o governo terá que criar novo(s) partido(s). E apresentará tal criação como consequência necessária ante a liquescência da ARENA. Haveria a

vantagem de que, assim, se sepultariam alguns dos velhos pagés, mas não se deve esquecer que lideranças não se improvisam e alguns têm de ser utilizados mesmo na nova organização.

Numa reorganização, o MDB também apresentaria mais evidentes seus aspectos de dissolução. Seria, então, preciso um novo "ordenamento" partidário no BRASIL; outra opção seria a de criar um 3º partido, ou deixar que ele apareça. Provavelmente seria um partido de tipo "socialista".

A propósito, este é o lugar para uma digressão. O vocábulo "socialismo" é hoje usado em sentido contraditório. Ora, como sinônimo de totalitarismo ideológico-econômico-político; ora como equivalente a democracia e a "justiça social". Esta última palavra foi usada pelo Código de Malines, há décadas, e nasceu diretamente da Igreja Católica, que vem orientando a solução da "questão social" desde 1891. Pois bem. Socialismo, de fato, é um sistema absolutamente, quer dizer, integralmente totalitário; compreende as fontes de produção, todas, na mão do Estado, e, enfim, o pensamento dos cidadãos. O comunismo é legítimo socialismo, diferindo dele só nos métodos, pois prefere a rápida tomada do poder, por qualquer meio. Mas, o ideário e o programa de ação é idêntico. Daí vem que o fraseário russo só fala em mundo socialista, repúblicas socialistas, implantar o socialismo. Porque realmente se refere ao genuíno socialismo. MARK é socialista... marxismo é socialismo puro. A partir do conceito de "social" e "sociedade", foi-se formando outro conteúdo para o vocábulo. Indicaria a melhor repartição de riquezas, a maior participação nos bens, a justiça social dentro de um país e no mundo. São significados contraditórios, pois este último não compreende o totalitarismo radical e absoluto do primeiro. E é uma lástima que se use de termo com dupla significação. Essa ambiguidade também é propaganda do socialismo verdadeiro, do qual a RÚSSIA e CHINA são baluartes. Daí vem o complexo de inferioridade do socialismo ante o comunismo: porque parece não ter a coragem de ser lógico e assumir os métodos do comunismo, que é o socialismo pleno.

Aqui, o 3º partido seria mais provavelmente do tipo "socialista", de um socialismo "democrático", em que pese o paradoxo evidente. Como nas monarquias nórdicas, ou na ALEMANHA OCIDENTAL, ou INGLATERRA. Um "socialismo" caboclo, com larga margem demagógica, dado o assunto e metas que se proporia. Também quereria monopolizar a luta pela justiça social, como se fosse só sua. Mas, seria uma opção a se considerar. E tornar-se-ia o maior partido nacional. Há um óbice, porém, a ser cuidadosamente estudado: dada sua ambiguidade e indecisão de contornos, tal partido seria o mais sujeito a infiltrações de vulto:

– salvo melhor juizo, parece que, de momento, a melhor opção seria conservar os 2 partidos existentes, e reformulando a ARENA, mais com auxílio de elementos capazes, escolhidos dentro dela mesma. Reforma de dentro para fora. Deverá, depois, passar a ter iniciativas. A convidar, ela mesma; cavalheirescamente, a Ministros de pastas digamos "indiferentes" a exporem seus planos, êxitos e dificuldades ao Congresso (não "convocação" obrigatória: convites). A crer naquilo que tiver de debater (formação!). A ser um tanto ousada na disputa com o MDB. Firmando, pouco a pouco, sua nova imagem, poderia até convidar inclusive a outras autoridades do Executivo (excetuado sempre o Presidente, que deve ficar acima disso) a fazerem palestras (evitar sempre o debate) no Congresso sobre alguns pontos de interesse geral. No aniversário da Revolução, poderia ela promover, para o fim das sessões de trabalho, por uns 10 dias ou semana exposições sobre o Movimento de 1964 feitas

por chefes militares da época. Coisas assim para colocar o Executivo e o governo com o tato com o Congresso e povo em geral. Portanto, também com o MDB.

Isso, feito em BRASÍLIA, poderia acontecer, em nível menor, por todo o BRASIL Por que não, um contato direto de militares bem convictos dos princípios que vão expor e bem preparados para os comunicar, nas cidades onde residem? (Vir de fora, só ocasionalmente, pois provaria plano previamente arquitetado para todo o país). Não entrariam em política partidária, mas consequentemente se valorizaria o partido do governo, pela própria propaganda discreta ou ao menos, pela só presença de um membro de setor executivo do governo, informalmente;

– outra opção: fazer com os 2 partidos assinassem compromisso com o governo (a Revolução) e permitir que se alternassem no poder (não na Presidência). Acordo: no essencial, oposição acidental à vontade.

21º – Outro ponto é examinar como serão designados os futuros governadores. Em eleições diretas, como programado, há grande perigo. O povo geralmente vota contra, porque que deseja, com ou sem razão, tudo o que julga dever possuir e não tem; e atribui tal carência ao governo existente. Modificar o critério, já estabelecido, para a designação dos futuros governadores antes das eleições de 76, à perigoso, pois os eleitores iriam às urnas sob o impacto da frustração. Cremos melhor esperar para após 1976. Poderia ai parecer manobra do governo, máxime se perder as eleições de 76; mas se deve suportar esse risco, em face a um bem maior.

Talvez por falta de conhecimento das pessoas, as escolhas dos governadores tem sido, em muitos casos, infelizes. Nem sempre as pessoas mais dóceis são as mais competentes. É mister que se aprimorem os critérios da escolha. Basta de fracassos nesse importante setor.

Realmente, a crise do material humano, não só para o preenchimento do cargo de governador, é intensa em nosso meio. Devemos reconhecê-lo. Só a formação do material humano pode fazer o BRASIL emergir da massa comum de pequenos países. Não há outra receita de elevação, de grandeza merecida.

22º – A “abertura” no tocante ao setor da Justiça poderá ainda manter-se sob relativo controle, nos casos mais agudos. No entanto, não haja ilusões: a Justiça permanece através de regimes. Ela julgará tais casos no futuro, seja quando for. Poderão ser explicados pelo ambiente de “guerra” do momento em que existiram, mas é de suma conveniência que cessem totalmente abusos. As vezes o êxito rápido de uma investigação é urgente e necessário; mas, em outras, é a impaciência e até prepotência que não suportam delongas. É de todo preciso que se reformulem os métodos do setor. Por um dever moral, e por estratagema tático. – “Intellegentibus, pauca”.

23º – Quanto ao momento presente, são estas as considerações que parecem mais urgentes. Há outras, não tão prementes, que oportunamente serão submetidas à apreciação. Em síntese, convém colocar a “abertura” sob controle. E a opinião das FFAA seria dada a conhecer ao Exmº Sr. Presidente, Chefe da Revolução.

c. Para o futuro

24º O essencial seria a já várias vezes aludida formação. Um ideário claro e substancioso, breve. Um método de ação, múltiplo e adaptável a circunstâncias diversas. E pessoas preparadas para isso. Com cursos intensivos de núcleos bem escolhidos. Ainda voltaremos a esse assunto, que é complexo. E prometedor.

25º – Para o futuro, mas já se iniciando o estudo, dever-se-ia examinar a hipótese de transformar o Ato 5 numa prerrogativa de um Poder Moderador a ser instituído. Já o tivemos, durante o Império, e em geral bem exercido pelo Imperador. Agora, seriam as FFAA, representadas pelo seu chefe, o Presidente. Esta ideia tem sido proposta por juristas (prof BUZAID, quando Ministro; Vice-Governador MANUEL FERREIRA...) e também é nossa há muito tempo. Merece também estudo mais prolongado. No entanto, pode-se ir examinando esse ponto relevante. Com o poder moderador, o MDB não inquietaria, se vencesse eleições: exerceria cargos e funções sob autoridade do Poder Moderador.

26º – Como o perigo maior, atual, é a infiltração intelectual; e como, hoje, marxistas ou pro marxistas não são, em geral, operários, como há 100 afirmava MARX que deveriam ser, mas intelectuais, entre eles também a classe estudantil, para o futuro imediato têm-se que estruturar perfeito plano de ação nesse setor, que a Revolução abandonou. É tarefa difícil e empenhativa, mas extremamente necessária.

Também este ponto tem de ser mais desenvolvido e o será, se tivermos tempo. Isto, de nossa parte. Outros, com mais competência e lazer, poderão fazê-lo já.

27º – Há também a examinar setor correlato ao de “formação” e ao “intelectual”. É o da formação militar. Até há alguns anos era mais difícil a infiltração na área militar pela “base”. Pela cúpula sempre foi possível. O jovem militar é um rapaz de sua época, com as virtudes e defeitos da juventude de hoje. Assim, possui problemas mais amplos, interrogações, comparações, além do eterno unilateralismo próprio dos jovens. Pois há que entender-se isso e estabelecer diálogos formativos, onde possam eles expor tudo o que os preocupa e verem solucionadas suas dúvidas sobre a escala de valores que devem abraçar. Embrenhar-se em tais diálogos pode ser algo de difícil para nossa mentalidade, formada sob outros moldes. Mas, é indispensável. Sem esse preciso sacrifício perderemos também a juventude militar. O mesmo se diga quanto a outros setores da juventude: estudantis, eclesiásticos, profissionais.

É assunto ao qual, sendo professor, pretendemos retornar.

28º – Concluindo por onde iniciamos, a saber, sobre a colocação do Movimento Revolucionário num BRASIL já pacificado, resumimos quanto dissemos:

– Por tática, não se deve ir frontalmente contra a “abertura”, em público; pode-se aproveitar dela o que é positivo: maior liberdade ao poder legislativo (preparado para o futuro por “formação” específica, cursos, escolha de novos elementos bons...) maior liberdade à boa imprensa, menor distanciamento entre próceres governamentais e outros representantes do povo.

– Mas, deve-se cerceá-la para além disso, com habilidade. Primeiro, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas: o da justiça social (patrocinada pelo governo), o do custo de vida (enfoque para a questão do petróleo...) o do patriotismo inteligente. Depois, reafirmando-se a aplicação, máxime se benéfica (e não obstante a ARENA, que poderia ter apresentado o projeto...) do Ato 5; fazendo circular confidências reafirmadoras do Ato; mostrando que ainda não há infraestrutura para sua abolição; estudando a possibilidade de enxertá-lo na Constituição (ver o que fica dito e ler a entrevista do Jurista C. MEDEIROS em “O Estado de São Paulo” de 18 Maio 1975, p. 7).

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CONFIDENCIAL

177/13 Out 75

PRISÃO DE SUBVERSIVO E ATUAÇÃO DA CNBB
GENERAL ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICI

1. Em 13 Out 75, a Irmã AUGUSTA, da CNBB, solicitou ao General ANTÔNIO CARLOS SILVA MURICI que interferisse para localizar o subversivo ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO, que estaria preso sob a acusação de pertencer à AP e que estaria precárias condições de saúde, necessitando, também, de assistência religiosa.

2. Após argumentar sobre os antecedentes negativos da AP, o General MURICI prometeu tentar localizar o subversivo e informa à Irmã AUGUSTA.

3. A Irmã AUGUSTA deu ciência a MARINA BANDEIRA "que do dia 04 ao dia 10 de setembro, ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO foi ouvido pedindo água continuamente, pedindo socorro, sumindo cada vez mais a voz, no DOI. No dia 10 parou. Pararam os gemidos e não mais se ouviu a voz dele...". O preso teria passado por uma verdadeira lavagem cerebral, encontrando-se em lastimável estado.

4. O registro do item anterior teria sido dado para a Irmã OLIMPIA por um elemento que teria estado preso no DOI (SP ou RJ?) e que se encontrava apavorado com a possibilidade de para lá voltar, chegando, segundo MARINA BANDEIRA, a pôr em dúvida se a voz que pronunciava as palavras contidas no item anterior realmente eram de ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO.

5. Irmã AUGUSTA é de parecer que estes casos deveriam ser denunciados a Dom PAULO (EVARISTO ARNS?) que se encontra em ROMA/ITÁLIA. Os parentes do preso parece que optaram por escrever para D. ALOÍSIO LORSCHEITER que, também, viajou para aquela capital.

CONFIDENCIAL

DADOS COMPLEMENTARES DA SC – 3/AC/SNI
1. ORIGEM/CLASSIFICAÇÃO: Agente B
2. FORMA DE OBTENÇÃO: Acesso / Rio / RJ

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CONFIDENCIAL

189/14 Out 75

ATUAÇÃO DA CNBB EM BENEFÍCIO DE SUBVERSIVOS PRESOS

1. Em contato com MARINA BANDEIRA, Irmã AUGUSTA informou que estivera com o Prof. CÂNDIDO MENDES a fim de lhe solicitar os préstimos junto a um dos Assessores do Ministro da Justiça que estava no RIO/RJ, em favor de um preso.

2. O Prof. CÂNDIDO MENDES não usaria o supracitado Assessor, pois no dia 15 ou 16 Out viria à BRASÍLIA a fim de se entender com o Ministro GOLBERY DO COUTO E SILVA pois "não crê muito em FALCÃO e Cia".

3. O Prof. CÂNDIDO MENDES teria afirmado que "as coisas pararam um tanto porque o Ministro GOLBERY esteve doente". Teria, também, elogiado muito o fichário da "Comissão de Justiça e Paz", que estava sendo organizado por REGINA, SDQ.

4. Ainda o Prof. CÂNDIDO MENDES teria solicitado uma relação pormenorizada "dos últimos casos", com todos os detalhes, a fim de levar para BRASÍLIA, provavelmente para submetê-los a apreciação da(s) autoridade(s) a(s) quem (quais) se dirigirá.

DADOS COMPLEMENTARES DA SC-3/AC/SNI

1. ORIGEM/CLASSIFICAÇÃO: Agente B
2. FORMA DE OBTENÇÃO: Acesso / Rio / RJ

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

SECRETO

IVONE telefona para RUTH dizendo que tenciona ir a Brasília falar com o Gen GOLBERI.

26/08 – 11:20 às 14:10

LINO fala para S. Paulo com ROSA MARIA. Esta informa que na OBAN só tem um preso. Ela não sabe quem é. Ela aconselha LOURDES a ir a Brasília, falar pessoalmente com o GOLBERI, pois este prometeu, a um grupo de mães de desaparecidos, que a partir de agora todas as prisões seriam comunicadas imediatamente aos familiares dos detidos.

27/08

NINA liga para IVONE e diz que estão ocorrendo duas reuniões, no Seminário e no Cenáculo, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 19:00 hrs. A reunião no Cenáculo é da CNBB. NINA diz que esteve com o CÂNDIDO MENDES. NINA diz que D. EVARISTO ARNS, HELDER CÂMARA e EUGÊNIO SALLES estão indo às reuniões no Cenáculo, e D. EUGÊNIO também no Seminário.

28/08 – 13:00 às 18:30

LOURDES diz que falou com CÂNDIDO MENDES, o qual por sua vez telegrafou e telefonou para o Gen GOLBERI. LOURDES confirma que D. EVARISTO ARNS está no Cenáculo, com quem falou sobre o SÉRGIO, IVONE diz que ARNS disse que a lista (lista dos desaparecidos) já foi para o GOLBERI, e que ainda não mataram o SÉRGIO.

IVONE diz que uma senhora tentou falar com o Cmt do I Ex, o qual, entretanto, está fora, parece que em Brasília. E que essa senhora lhe disse que a CHAVE era se conseguissem falar com o próprio GOLBERI.

A LOURDES, ARNS disse ser a ida dele a Brasília desnecessária, porque o que LOURDES tentaria fazer é o que ele já estava fazendo (ou seja, o CÂNDIDO MENDES já está se ligando com o GOLBERI).

LOURDES diz que vai voltar, por instrução de ARNS, às 13:00 hrs, ao Cenáculo.

28/08 – a partir da 18:30

MARIA liga para IVONE. IVONE informa que seu marido, AUGUSTO, foi chamado com urgência, pela ROSA MARIA, a São Paulo.

IVONE diz que tem apelado para tudo, que foram ao CÂNDIDO MENDES e ao EVARISTO ARNS.

IVOME diz que tem muita vontade de chegar, pessoalmente ao GOLBERI.

SECRETO

[À MÃO: gravação]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Em 20 Fev 1976

Heitor.

Você quer mesmo a minha opinião? Pois bem... aí vai.

O documento anexo, a rigor, não é uma INFORMAÇÃO (na forma como, doutrinariamente, ela é definida). Aliás, também não são INFORMAÇÕES quase todos os documentos assim denominados e que transitam no SNI. O que fazemos normalmente? Perguntamos alguma coisa a A, A transfere a pergunta a B, B pergunta a C, C faz a mesma indagação inicial a D. D responde a C, C responde a B, B encaminha a resposta a A, A nos remete, como se fosse sua, a resposta de B, que é a de C, que também é a de D. Trocando em miúdos e adaptando ao caso presente: o Ch SNI pergunta à AC (A), a AC transfere a indagação à ABE (B), a ABE repete a pergunta à 8ª RM (C), a 8ª RM faz a mesma indagação ao 51º BI (D). O 51º BI, que é parte interessada, responde através de meias-verdades (o fato principal cercado de uma "história de cobertura"), a 8ª RM passa adiante a resposta do 51º BI, a ABE encaminha a mesma resposta e, finalmente, a AC nos transmite as suas conclusões, que nada mais são que os dados originários de ALTAMIRA (51º BI). Se o CIE também tiver entrado no circuito, além da AMA, dois órgãos terão remetido respostas idênticas à AC, cujos Analistas, satisfeitíssimos, estarão convencidos de terem produzido uma informação. Mesmo que não existam os dois órgãos e apenas um, eles também consideram Informação o documento elaborado. É o "samba do crioulo doido"...

Creio, portanto, desnecessário analisar, pormenorizadamente, o que consta da INFORMAÇÃO 002/10/AC/76. É bastante atentar para as falhas que teriam sido cometidas pelo pessoal do 51º BI para se concluir das "histórias de cobertura" apresentadas, já com vários patrocinadores. Eu, de minha parte, até prova em contrário, continuo a acreditar que a verdade esteja na carta de HEIN ROBERT KORPERSHOEK. Creio, também, – diante do que tenho sabido de situações semelhantes –, que já conseguimos muito, se o pedido de desculpas lhe foi realmente apresentado e o material devolvido.

Vale a pena insistir no assunto?

Abraço

[ASSINATURA]

[À MÃO: Não insistiremos]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

I – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Antes de lastrear informações sobre a revista “O Cruzeiro” – uma das 72 empresas dos Diários Associados –, será oportuno fazer o enquadramento desse veículo de comunicação gráfica dentro da área conceitual de Segurança Nacional:

a. A revista “O Cruzeiro” é a única de assuntos gerais genuinamente nacional, preparada por brasileiros e com mensagens brasileiras, dentro do leque conceitual de Segurança Nacional;

b. Funciona, em todo o país, como um satélite gráfico, penetrando profundamente no interior, como instrumento de integração da informação geral e principalmente da informação – Brasil e de cultura. É o mais institucional de todos os veículos semanais;

c. Nenhuma outra revista, senão o “O Cruzeiro”, poderia operar o transbordamento de suas edições para a América do Sul, pois já o fez com bastante sucesso, quando do lançamento de “O Cruzeiro Internacional”, que superou em venda e prestígio o “Life” espanhol, que era mantido pelo Departamento de Estado Americano. Se a presença do Brasil Grande no continente latino, cuja liderança vem de conquistar em virtude da expansão de seu desenvolvimento, indicar a necessidade tática do lançamento de um veículo gráfico, levando a mensagem da integração continental e da continentalização da economia, caberia logicamente à revista “O Cruzeiro” cumprir essa missão, porque reúne a seu favor todas as condições, inclusive a de ser um órgão tradicionalmente brasileiro;

2. A presente conjuntura latino-americana, com a Argentina cada vez mais deteriorando seu processo político, ao ponto de se esboçar a deflagração de guerra-civil, com seus efeitos erosivos no campo ideológico, parece indicar, por parte do Brasil, cuja liderança continental é hoje indiscutível, a oportunidade tática de diálogo cada dia mais estreito e atuante com os países irmãos, atendendo a um gradualismo emergente em termos diplomáticos, de cooperação econômica e sob o amparo de dispositivos de comunicação, sem os quais esses objetivos de Segurança Continental poderiam esbarrar em choques de cultura, facilmente gerados pelas esquerdas. A comunicação eletrônica de rádio e televisão, com suas características impactuais, de ecos rápidos e fortes, poderia produzir o alarme de intervencionismo brasileiro no Continente, ou de alienação cultural com vistas a uma ação imperialista irreversível sim, mas de envolvimento necessariamente discreto – ao passo que a aplicação de instrumento gráfico, macio mas de apossamento firme, em termos de mensagens brasileiras, insere as vantagens de integração psicocultural silenciosa de consequências estratificantes, tal é a “personalidade” desse tipo de comunicação. Levando-se em conta que o veículo comunicador a ser aplicado ao continente é a revista “O Cruzeiro” que, durante muitos anos, circulou em todos os países latino-americanos com simpatia e sucesso editorial, porque produzia gama de jornalismo do gosto latino, e oferecia o Brasil.

3. Em sendo profundamente integrada na comunidade nacional, com raízes atravessando três gerações, a revista “O Cruzeiro” sempre se colocou na defesa da Liberdade, da Democracia, dos nossos costumes, de nossas tradições, em suma, de todos os sentimentos e valores cívicos da Pátria, voltando sua guerra editorial contra o Comunismo e suas larvas de desagregação socioeconômica;

4. Foi a revista “O Cruzeiro” que atacou e destruiu a imagem anti-Brasil de Dom Helder Câmara, quem se levantou, em âmbito nacional, contra esse deturpador do Cristianismo, que enxovalhava no exterior o nome do Brasil;

5. Também foi a revista “O Cruzeiro”, porque amplamente motivada pela sua natividade, que frontalizou o caos do Governo João Goulart, atacando de frente a Leonel Brizola, desse modo gerando opinião pública favorável ao movimento libertador e renovador de março de 64.

6. É a “O Cruzeiro” que, voluntariamente, em todas as suas edições – agora por iniciativa de Theophilo de Andrade, Austragesilo de Athaide, Ubiratan de Lemos, José Amádio, Leão Gondim, Manoel Maranhão e Martinho Luna de Alencar, – vem dando apoio nítido e forte aos gestos administrativos da Revolução;

7. Quando alguns órgãos de importância editorial das mais destacadas, estão minados pelas esquerdas internacionais ou pelas lêndeas de um revanchismo sebastianista, inseriam mensagens antirrevolucionárias em suas páginas, senão mesmo subliminar ou frontalmente faziam o elogio de “verdades” marxistas, de origem chinesa ou soviética, conforme é de conhecimento dos instrumentos de contrainformação, a revista “O Cruzeiro” se firmava na sua vanguarda democrática, leal às origens da Pátria, por força de seu próprio instinto de brasilidade. A posição de passiva neutralidade em relação ao extinto terrorismo, em nossa Pátria, exercida pela maioria dos órgãos gráficos de comunicação inclusive os mais poderosos, nunca teve guarida em “O Cruzeiro”, que, pelo contrário, enfrentando o risco das próprias ações terroristas contra seu patrimônio e seus redatores, deu combate forte contra o terror, através de ampla e torrencial campanha jornalística.

8. Esses fatos e evidências levam à formulação de perguntas:

– O fechamento da revista “O Cruzeiro”, sumariamente, em virtude de velhos erros e de enfoque empresarial falso, estaria de acordo com os interesses de Segurança Nacional, na malha de sua ampla hermenêutica?

– Esse fechamento quase certo, não poderia desencadear, dentro dos Diários Associados, a demolição em cadeia de todos os veículos de comunicação, deste modo deixando ao desamparo social alguns milhares de dependentes?

– Em suma: a revista “O Cruzeiro”, com sua ampla penetração no território nacional, em espaços de comunicação ainda não cobertos pelas telecomunicações e com possibilidade de continentalizar sua circulação, estaria em condições de continuar prestando, através da informação cultural e de Brasil, bons serviços à sociedade brasileira?

9. Se estas indagações obtiveram respostas afirmativas é natural que se conheça um pouco, por enquanto, da realidade empresarial da revista “O Cruzeiro”, do seu status financeiro, de sua debacle, de seus problemas cumulativos, de sua antiga poluição gerencial, em termos de processo gradativo – quadro de informações sem o qual não será possível antever soluções recuperativas.

II – RETRATO DE HOJE DA REVISTA “O CRUZEIRO”

1. Uma empresa próspera, de lucratividade crescente – eis o que era a Empresa Gráfica “O Cruzeiro” S.A. até a década de 60 – Foi minguando progressivamente, em virtude de desvios de gerenciação: os lucros não eram drenados para a natural e óbvia expansão da empresa. Não houve política de reinvestimento dos lucros, para renovação de parque gráfico moderno, capaz de aceitar os métodos de custos de economia de escala e enfrentar efeitos competitivos.

2. Com um parque gráfico obsoleto, atrasado de 30 anos – melhor seria dizer um museu de ferro velho –, a empresa ia perdendo as opções de contratos no mercado gráfico, tão rico de ofertas, tendo como único amparo e faturamento de anúncios e matérias pagas da revista. A doutrina empresarial evidencia que, numa gráfica, as chamadas obras gráficas são o principal meio de sustentação, e os veículos, embora lucrativos, servem para ocupar faixas de ociosidade. A inversão desse princípio acabou por afundar a empresa, que gozava de relativa líberdade dentro do Grupo Associado. Assim, para sobreviver, o “O Cruzeiro” entregou-se ao império associado, perdeu a sua soberania, seus movimentos livres, aceitando participar intimamente de uma comunidade de empresas quase todas deficitárias, viciadas no atraso de pagamentos ao pessoal, bancos e fornecedores. Foi aí que o destino de “maior revista da América do Sul” se tornou mais trágico.

3. Não comportaria, aqui, maximizar, com abundância de detalhes ou minudente análise de processo, a situação empresarial de “O Cruzeiro”. Contudo, para aferição do drama, bastaria mencionar alguns fatos:

a. O “O Cruzeiro” deve a bancos, fornecedores e empregados cerca de 70 milhões de cruzeiros;

b. Deve quase 1 milhão e meio de cruzeiros ao Fundo de Garantia do Ministério do Trabalho;

c. Deve alguns milhões de cruzeiros ao INPS, que vem pagando lentamente;

d. Desde novembro do ano passado suspendeu os pagamentos normais aos empregados, exceção das oficinas, favorecendo pequenos “vales” à Redação a à Administração, com isso provocando o esvaziamento nas duas áreas – a Administrativa, que debilita a Gerenciação, e a Editorial, que enfraquece o produto;

e. Há um déficit mensal da ordem de 1 milhão e meio de cruzeiros;

f. Há comprovada ociosidade de 65% na mão de obra da empresa, isto é, 65% dos funcionários simplesmente não trabalham por ausência de demanda, e a empresa não os dispensa porque não tem dinheiro para pagar o fundo de garantia, onde se enquadram quase todos;

g. O doutor Martinho de Luna Alencar, atual Superintendente de “O Cruzeiro”, que, por suas vezes, em curto tempo, aceitou a responsabilidade de recuperar uma empresa praticamente destruída, administrativa e graficamente, chegou a emprestar de suas próprias economias quase um milhão de cruzeiros à empresa, empenhando sua própria casa e oito apartamentos no desespero de encontrar solução financeira, detalhe que evidencia até onde vai a real situação da Revista.

4. A empresa tem ampla potencialidade para normalizar sua situação, em duas etapas:

a. Com 4 milhões de cruzeiros demitiria o pessoal excedente, ocioso, com isso quase equilibrando as paralelas despesa – receita, com o restante implantaria novas estruturas no setor administrativo, dotando o Departamento Comercial de planejamento e de meios para executar os planos; de igual modo proveria a Redação, dando-lhe recursos para melhor produção editorial e consequente melhoria da Revista em termos de procura no mercado;

b. A etapa definitiva do soerguimento, entretanto, repousa na montagem de novo parque gráfico, financiamento a longo prazo (amplamente facilitado) e carência de até 3 anos. A produção de obras gráficas diversificadas será a meta de uma administração voltada, objetivamente, para a solução dos problemas financeiros.

5. A Redação e todos os departamentos sofrem a erosão empresarial. Muitos funcionários deixam a empresa para sobreviver noutros empregos. Permanecem, apenas, os mais antigos, num gesto de estoicismo.

6. Não há gasolina para os carros, disso resultando, entre outras coisas, a estagnação no setor de reportagem de campo;

7. Não há drogas no laboratório para a revelação dos filmes e o equipamento fotográfico, em poder dos profissionais, é velho e desgastado;

8. Desde novembro do ano passado o pessoal da Redação e Administração vem recebendo, por vales, na base de até 150 cruzeiros por semana; a empresa não pagou o 13º salário e está devendo o fundo de garantia há 8 ou 10 meses;

9. Como ninguém paga a ninguém, caiu o nível disciplinar, a própria moralidade administrativa. Desabou o caos, a bagunça. A autoridade departamental desmoronou. Situação, guardando as devidas proporções, muito semelhante a do Brasil no tempo de Jango;

10. Repórteres e fotógrafos largam-se à rua, desesperados, em busca de “bicos” para sobreviver. As chefias nada podem fazer, moralmente desgastadas, e daí, sem dúvida, a disparada nos rumos do fim;

11. Nos setores da Redação e Administração – os mais atingidos, já que as oficinas são pagas em dia, com apenas duas semanas de atraso –, os dramas enchem os corredores. Casos de despejo e até de fome. Os filhos que deixam de frequentar o colégio por falta de pagamento. E vai por ai esse capítulo de justas lamentações;

12. A produção editorial, como é fácil prever, sofreu súbita retração – perdeu quantitativa e qualitativamente. Matérias frias enchem a revista. O esvaziamento jornalístico. A consequente queda do produto nas bancas do Brasil. Mesmo assim o O Cruzeiro sai, às 3as feiras, por milagre. Uma espécie de Patrulha de Bathaan do jornalismo brasileiro;

13. Fecharam as sucursais de Belo Horizonte, praticamente Brasília. A de São Paulo continua respirando com dificuldade. Com seu chefe e dois repórteres, com salários atrasados e vivendo de expedientes;

14. Esse tipo de sobrevivência, na selva da competição com órgãos amplamente amparados por capital de giro e moderna tecnologia, vem se mantendo por dois anos. Somente o folego da Revista poderia resistir a essa guerra desigual. É grande o poder das potencialidades de “O Cruzeiro”.

15. Seus velhos funcionários, seu povo de muitos anos de batalha editorial, quer qualquer tipo de solução. Desde a mais macia para os culpados, até a mais drástica, se for o caso. O importante é que O Cruzeiro – tão caboclo, tão Brasil – continue na guerra em favor da Liberdade em suas páginas.

16. Acha-se em curso uma Operação para venda dos quadros de Portinari, integrantes do patrimônio da revista e que estão penhorados por 3 milhões de cruzeiros, incluindo juros; a ideia fixa do Senador João Calmon, presidente do Condomínio Acionário dos DA, de fechar a revista, tendo procurado, nesse sentido, o apoio de vários condôminos. Defende a opinião que chegou ao fim a

comunicação gráfica, do tipo revista, negando-se a ceder a argumentos mais sérios, amplamente comprovados, que indicam o contrário. Entretanto, em termos lógicos, não se conseguia o principal: o mínimo de 4 ou 5 milhões de cruzeiros para equilibrar receita-despesa e colocar a máquina para funcionar, gerando lucratividade para atendimento da dívida de bancos, fornecedores e empregados.

III – COMO O GOVERNO PODERIA AJUDAR

1. Através do Ministério da Fazenda – escalonamento suave das dívidas dos bancos, as mais pesadas; financiamento pelo Banco do Brasil de, pelo menos, 4 ou 5 milhões, para que seja possível nivelar despesa – receita e esta superar aquela por intermédio de planos, recursos e estímulos no preparo da Revista e na produção de faturamento de anúncios e matérias pagas; inserir na cúpula do sistema de administração, dois ou três funcionamentos do Ministério da Fazenda ou do Banco de Desenvolvimento Econômico, com a função de fiscalizar a aplicação dos recursos e influenciar os rumos gerenciais exatos, evitando que a administração associada de métodos ainda patriarcais, sob a regência de alguns elementos, possa aluir os esforços recuperativos;

2. Através dos Serviços de Segurança – fazer sentir às agências de publicidade, por meios diretos ou indiretos, e até diretamente aos grandes clientes das agências, a necessidade de programar campanhas publicitárias para "O Cruzeiro", ao invés de só o fazerem para revistas de origens não nacionais. É preciso observar que muitos profissionais esquerdistas, banidos da imprensa diária e semanal, caíram nas agências e não vêm com bons olhos a revista "O Cruzeiro", em virtude de sua linha editorial, e isso exercem influência negativa contra o veículo, sob falsas alegações; alguns desses jornalistas transformados em publicitários compõem a máquina decisória. Não seria necessário, aqui, enfatizar a eficiência do sistema de boicote das esquerdas, eficiência presente também no seu sistema promocional;

3. Estimular Governos Estaduais, órgãos federais, Ministérios – pelo menos por certo período necessário à recuperação prevista – a darem preferência a "O Cruzeiro" no caso de terem de divulgar quaisquer eventos impessoais de ordem administrativa;

4. Se forem considerados válidos os argumentos a favor da circulação continental de "O Cruzeiro", mensalmente, como mecanismo de mensagens brasileiras, estudar, através do Ministério das Relações Exteriores, a maneira de amparar a iniciativa;

5. Na impossibilidade de dar ajuda, por intermédio dos itens expostos, então só restaria a medida extrema de intervenção do Governo, (tal vem de ocorrer com o "Jornal do Comércio" de Pernambuco), medida louvada nas dívidas de "O Cruzeiro" para com o Governo, emissão de títulos frios em administrações anteriores à do dr. Martinho de Luna Alencar, que jamais emitiu um só deles.

6. Será lícito, ainda, advertir que, o desmoronamento de "O Cruzeiro" trará, no seu arrasto, o de todo império associado; que os inimigos do Brasil, no exterior, sempre capazes de qualquer tipo de vilania e sordidez, desde que possam atingir seus fins escabrosos, poderão simplesmente transformar um desastre da área exclusivamente privada – tão somente da responsabilidade dos administradores associados –, "num gesto de esmagamento da imprensa livre, no Brasil", frase-carimbo de sua propaganda anti-Brasil. Por outro lado, a salvação de "O Cruzeiro", se possível sem intervenção, como acautelamento político, poderá contar, pelo exemplo, e pela própria coersão dos condôminos

associados bons contra os maus condôminos, as falências sucessivas no império criado pela grandeza de Assis Chateaubriand – o maior complexo de comunicação gráfico-visual da América Latina, instrumento de Integração e Segurança Nacional.

Achamos do nosso dever o encaminhamento desta peça expositiva às autoridades de Segurança no setor das comunicações. A solução, entretanto, fica além do alcance de nossas mãos. Fica com o próprio Brasil, representado pelas inteligências que produzem a Segurança Nacional e pelo firme equilíbrio de seu comportamento.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. As soluções ora encaminhadas não são do conhecimento do Senador João Calmon, o qual, segundo consta, por todos os meios e modos procurou fechar a revista "O Cruzeiro", sob a alegação de que a comunicação gráfica semanal não teria condições empresariais de sobrevivência;

2. Pleiteia a Direção da Revista, que qualquer solução do Governo deverá ter no seu enquadramento, como condições "sine qua non", o desligamento administrativo de O Cruzeiro do condomínio acionário dos Diários Associados – seja por intermédio de contrato entre o BNDE e a empresa financiada, seja por quaisquer outros meios, pois é certo que qualquer interferência no Condomínio aluirá – por mecanismo direto ou indireto – o esforço de recuperação. Há muitas modalidades de evitar a interferência do Senador;

3. Em respondendo pela empresa, a sua Diretoria – da qual João Calmon não faz parte – poderá firmar qualquer tipo de contrato de validade jurídica;

4. É bastante válido insistir na colocação de um funcionário do Governo – BNDE ou Ministério da Fazenda – junto à Diretoria de O Cruzeiro, cuja missão será a de fiscalizar a aplicação dos recursos e dar assessoria administrativa à Superintendência;

5. Será oportuno, a partir do começo do ano, o lançamento da edição continental da Revista, circulação mensal. O último número de O Cruzeiro teria, assim, circulação definida em todo o Continente, levando direta ou indiretamente a mensagem do Brasil;

6. O advogado Jorge Belo Lira, residente em Brasília, onde tem sua banca de advocacia, ex-funcionário de O Cruzeiro, atendendo a apelo de companheiros, tomou a iniciativa de procurar diretores do BNDE, aos quais contou o drama financeiro da empresa, solicitando ajuda. O apelo foi muito bem recebido pelos diretores do BNDE, que veem a possibilidade de empréstimo apoiado em verbas do PIS. As demarches prosseguem, sendo solicitado, agora, se for o caso, o apoio do Governo. Esse empréstimo, seja colocado à altura das necessidades reais de O Cruzeiro, poderá conjurar a crise da empresa, mas está esbarrando no fato de sede da Revista estar penhorada, para pagamento de dívida junto ao INPS, devendo ser esclarecido que a maior parte de tal dívida pertence a "O JORNAL", que recentemente deixou de circular. Assim, o que pleiteia a atual Direção e a desvinculação do débito que não é da responsabilidade da Revista e o escalonamento da que lhe cabe, como é normal o INPS fazer.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Qual é a origem?

– Já deu bolo.
– Veio “de companheiros militares” via Castro SNI

Que bolo deu? Telefone-me

Tinha que dar. Ora, o BNDE emprestar ao D.A.!!

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Figueiredo

Peço que V. me dê a ficha dos Ministros de 2ª classe – Itamarati – João Cabral de Mello Neto e Paulo Augusto Cotim Rodrigues Pereira.

Estão indicados por promoção. Consta que foram demitidos por questões de segurança e que retornaram por via judicial.

Em 23 maio 76

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

JUÍZO SINTÉTICO Nº 01/16/AC/76

DATA: 20 JAN 76
ASSUNTO: JOÃO CABRAL DE MELO NETO
ORIGEM: CIE/PRG 000698
REFERÊNCIA: MEMO Nº 049/SI-GAB DE 7 JAN 76
DIFUSÃO: CH/SNI

1. Dados de Qualificação
Nome: JOÃO CABRAL DE MELO NETO
Filiação: LUIZ ANTONIO CABRAL DE MELLO e
CARMEM CARNEIRO LEÃO CABRAL DE MELO
DLN – 6 JAN 1920
Profissão: Diplomata

2. Antecedentes

a. Em 1952, seu nome é citado em artigos na Imprensa como um dos elementos comunistas que permaneceu no ITAMARATI.

Foi noticiado também o seu regresso de LONDRES, onde servia, e apresentando-se ao Itamarati, visto estar sendo acusado em inquérito ali instaurado.

A TRIBUNA DA IMPRENSA, de 23 SET de 1952, publicou que o nominado, ao ser interrogado pela Comissão de Inquérito do ITAMARATI, presidido pelo Embaixador HILDEBRANDO ACIOLI, confessou ser comunista, reconheceu que trabalhou para o comunismo, quando era Consul do BRASIL em BARCELONA e em LONDRES.

b. Em 1953, foi posto em disponibilidade não remunerada, do cargo que então ocupava no Quadro de Pessoal e Parte Permanente (Carreira de Diplomata), do MRE, em Decreto de 20 MAR 53.

A disponibilidade foi decretada em virtude de parecer do Conselho de Segurança Nacional, com base em conclusão da Comissão de Inquérito, instaurada para apurar atividades subversivas ligadas

ao Partido Comunista, segundo a qual o nominado "não deve merecer até prova em contrário, a confiança integral de seus superiores".

c. Em 1954, foi reconduzido ao exercício do cargo, em virtude de sentença judicial passada pelo Supremo Tribunal Federal, concedendo mandado de segurança, anulando o processo administrativo e determinando a volta do nominado aos Quadros do MRE, em 7 JUL 54.

– Segundo publicações no DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE 10 – 1 – 54 e EMPRESA POPULAR de 14 – 2 – 54, seu nome é citado como tendo aderido ao I Congresso Nacional de Intelectuais.

d. Em 1961, exerceu a função de Subchefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, quando foi citado como um dos mais destacados entre os elementos comunistas dentro do Ministério, que poderiam com suas atividades comprometer a política do governo no esforço em prol da produção agropecuária.

e. Em 1966, foi promovido pelo Ministro das Relações Exteriores, Emb JURACY MAGALHÃES, de 1º Secretário a Ministro de 2ª classe, por merecimento.

Exerceu funções em BERNA/SUISSA e BARCELONA/ESPANHA.

f. Em 1968, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, por unanimidade.

Autor de vários livros de poesia e da peça "Morte e Vida Severina", na qual explora a situação psicossocial do Nordeste através de uma forte mensagem de incitamento à luta de classes..

g. Em 1969, serviu em ASSUNÇÃO/PARAGUAI.

– Consta de uma relação de diplomatas organizada pelo ADIFA em BONN/RFA, e difundida como Informe A1, na qual é citado como elemento ligado à atividades comunistas.

h. Em 1971, um informe da ARJ/SNI, classificado como A1, dava conta de ligações que o nominado mantinha com colaboradores de D. HELDER CÂMARA.

Em diversas ocasiões, transportou para o exterior encomendas e volumes entregues por CECILLIA GOULART MONTEIRO e principal auxiliar de D. HELDER, e destinados a livreiros estrangeiros. Sua esposa pertencia ao grupo de senhoras que trabalhavam e davam apoio ao referido religioso dentro do Banco da Providência e CNBB.

i. Em 1972, foi designado para Embaixador do BRASIL junto aos governos do SENEGAL, cumulativamente com os da MAURITÂNIA e REPÚBLICA DO MALI.

j. No Prontuário do nominado, no CIE, consta a seguinte transcrição de trecho de um documento:

– "Do ponto de vista ideológico, vale frisar que, durante os dezoito anos que separam a data atual à época em que fora colocado em disponibilidade, o nominado jamais teve qualquer atitude ou

comprometimento que pudesse torná-lo suspeito de intenções ou atividades antidemocráticas ou subversivas";

– "O nominado sempre se distinguiu por sua atuação disciplinada, dedicação ao trabalho e senso do dever profissional";

– "No desempenho de suas atividades profissionais e no convívio com os colegas, a atitude do nominado, do ponto de vista político-ideológico, é igual a de todos aqueles que acatam e respeitam lealmente as instituições democráticas do País";

– "No desempenho de suas funções como Ministro-Conselheiro da Embaixada do BRASIL em Assunção, revelou qualidades de dedicação, competência e alto senso de responsabilidade".

3. JUÍZO SINTÉTICO

a. Posição ideológica.

Embora não existam elementos que possam caracterizá-lo como militante comunista, os registros existentes sobre sua atuação e seus trabalhos literários, levam-nos a classificá-lo como elemento "simpatizante", ou no mínimo, de tendências esquerdista.

b. Ligações Políticas: não foram constatadas.

c. Atitude quanto a Revolução de 31 MAR 64: nada existe sobre sua conduta.

d. Atividades Subversivas: as constantes dos antecedentes.

e. Probidade Administrativa: não há registros

f. Proficiência Profissional: pelo que consta dos registros constata-se ser muito boa.

g. Conduta Civil: não há registros

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

REUNIÃO COM O EXMO SR GEN ANTONIO RIBEIRO SEBASTIÃO DE ESPÍNOLA

[À MÃO: Não podemos e nem devemos nos engajar!]

Em reunião sigilosa realizada, no dia 17 Jun 75, das 21 às 23 horas, entre um grupo de oficiais deste Serviço (composto desta Chefia e dos Coronel MARIO ORLANDO RIBEIRO SAMPAIO, T. Cel. ANTONIO GOMES RIBEIRO, T. Cel. SEBASTIÃO AFFONSO ALVES e C. F. FRANCISCO SÉRGIO BEZERRA MARINHO) e o Sr Gen ANTONIO RIBEIRO SEBASTIÃO DE ESPÍNOLA, foram tratados vários assuntos relacionados com a situação de PORTUGAL e os seus reflexos em vários países, particularmente no BRASIL.

Obedecendo a uma sequência preestabelecida, esta Chefia dirigiu diversas perguntas ao General, com a finalidade de colher dados precisos sobre as causas e consequências da atual situação lusa e, em particular, sobre as pretensões daquela autoridade no que diz respeito a um novo movimento que possibilite a derrubada do atual regime português.

Suas respostas, com relação ao assunto, podem ser assim resumidas:

1 – A maior causa da derrota em PORTUGAL após o 25 Abr foi a infiltração comunista nas Forças Armadas, inclusive e principalmente nas suas bases (soldados, cabos e sargentos).

2 – Os oficiais superiores e chefes de gabarito e competência profissional, foram alijados dos postos de mando e substituídos por oficiais acomodados, sendo que, alguns, promovidos aos altos postos em flagrante inversão hierárquica, são despreparados e não têm vivência e experiência de chefia.

3 – O MFA possui, ainda, alguns elementos simpáticos ao Gen ESPINOLA mas estão praticamente impossibilitados de se manifestarem.

4 – O povo português votou no Socialismo por não ter outra opção (para não votar no Comunismo).

5 – Não considera a existência de um “mundo ocidental unido” infenso às idéias ou à penetração comunista uma vez que a filosofia desse mundo não evoluiu como evoluíram as técnicas e processos de aliciamento e infiltração do MCI. Assim, não considera que será imperativo para os EUA e outros países do mundo ocidental auxiliar PORTUGAL a se recuperar da ameaça comunista. **Considera, inclusive, a existência de uma estratégia na qual deixar-se-ia PORTUGAL cair no domínio comunista para servir de vacina e anticorpos para o mundo ocidental.**

6 – Estão sendo planejadas diversas atividades no sentido de se invadir PORTUGAL e retomar o poder.

7 – Há grande urgência no desencadeamento das ações, após planejadas, uma vez que considera o prazo máximo de seis meses para que a operação possa ser realizada com êxito. (Até o fim do corrente ano). Isso porque evitar-se-ia a consolidação da liderança da minoria e a receptividade do povo português seria bem aproveitada.

8 – Considera que com cinco mil homens bem armados e adestrados poderá invadir PORTUGAL, com êxito.

9 – Tem disponibilidade de tropas, atualmente dispersas na ÁFRICA (RODESIA, ÁFRICA DO SUL e ZAIRE) em treinamento especial, aguardando uma fase de adaptação a armamentos e equipamentos modernos e sofisticados. Esta Chefia deduziu, com relação ao armamento e equipamento, tratar-se de auxílio a ser prestado pelos EUA, o que foi confirmado.

10 – Não necessita de apoio financeiro, pelo menos por enquanto. Necessita, no entanto, facilidades a serem concedidas pelos países amigos para determinadas atividades.

11 – No caso do BRASIL, considera que o maior auxílio que poderá ter, e que classifica de fundamental, é a obtenção, junto ao governo brasileiro, de uma "área de treinamento" localizada no interior do país, [À MÃO: !] para adestramento e adaptação de 600 homens, (de ANGOLA, de PORTUGAL CONTINENTAL e de elementos já exilados no BRASIL) e que possa ser mantida em sigilo absoluto durante todo o tempo de sua utilização (2 a 3 meses).

OBS: Com relação a esse ponto o Gen ESPÍNOLA fez questão de enfatizar a importância dessa solicitação e o seu atendimento, para o bom êxito da sua causa.

12 – Acredita, piamente, que o Governo Brasileiro lhe concederá essa facilidade uma vez que não onerará o país, ficando por sua conta a manutenção do sigilo e o transporte da tropa, em D – ..... para uma base em algum lugar da ESPANHA. **[À MÃO: !]**

13 – Necessita obter facilidades de deslocamento (saída e chegada) para outros países (EUA, ESPANHA, etc) inclusive facilidades de desembarque nos EUA (desembaraço rápido nos aeroportos).

14 – O Governo Brasileiro poderá fiscalizá-lo mantendo observadores junto ao campo de treinamento.

15 – Já dispõe de um Estado-Maior organizado, constituído de oficiais de alto gabarito e experiência de combate, capaz de planejar e fazer executar com segurança a citada operação no momento julgado

“ótimo”.

16 – Pretende deslocar-se para a EUROPA, mesmo antes do término dos treinamentos, a fim de ultimar os preparativos na ESPANHA para o desencadear da operação.

17 – Mostra-se altamente interessado em manter contato (sigiloso) com elementos de extrema confiança do governo para expor a difícil situação e a necessidade da execução da operação de retomada do poder democrático, por considerá-la uma causa comum.

18 – Declarou que não há possibilidade de massificação da colônia lusa no BRASIL. Acha que há elementos do MFA no BRASIL tentando essa massificação, mas que não obterão êxito. Declarou, também, que há receptividade em PORTUGAL, não só no campo militar como no civil, na imprensa e em setores da Igreja, para a ação a que se propõe e acha que, ao invadir PORTUGAL, sua coluna se engrossará aumentando cada vez mais a “bola de neve”. Esclareceu, no entanto, que não conta, no seu planejamento, com esse possível aumento de suas forças.

19 – Afirma que os AÇORES, bem como outras ilhas, não podem cair na mão dos russos mas que estes já estão em PORTUGAL e nas antigas Colônias.

20 – Que é propósito do MFA e da URSS não pacificar ANGOLA e sim alimentar a luta entre as facções de modo a internacionalizá-la.

OBS: O encontro foi todo gravado, estando a fita à disposição dessa Agência para maiores detalhes, se necessário.

RIO DE JANEIRO, RJ, 19 de junho de 1975

WALDYR ALVES COSTA MUNIZ – CORONEL
CHEFE DA ARJ/SNI

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

O ex-Presidente de Portugal, General de Spinola, está atualmente na Suíça. Possui ele os seguintes documentos de identificação:

1) Passaporte brasileiro N.º 407701 (emitido no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1975 e válido até 25 de maio de 1977), em nome de Ribeiro Antonio, nascido em 11 de abril de 1910, domicílio: Rio de Janeiro.

2) Passaporte para estrangeiros N.º 045890 (emitido em 7 de janeiro de 1976 pela Polícia de segurança brasileira no Rio de Janeiro), em nome de Antonio Sebas Ribeiro de Spinola, nascido em 11 de abril de 1910, domicílio: Rio de Janeiro.

O passaporte para estrangeiros apresenta a identidade completa do titular, enquanto o passaporte brasileiro não tem o nome patronímico Spinola, que é o elemento mais corrente de identificação do ex-Presidente de Portugal. Segundo a legislação portuguesa, os cidadãos portugueses podem empregar um ou mais nomes patronímicos. No caso de pluralidade de nomes patronímicos, encontra-se sempre em primeiro lugar o nome da mãe e em último, o do pai. No caso em foco, o nome Ribeiro deveria corresponder ao nome da mãe do ex-Presidente.

Dado que há uma denúncia na Suíça de que o ex-Presidente faz uso de um passaporte brasileiro contendo falsa identidade, as autoridades competentes suíças ficariam reconhecidas em saber:

1) A emissão do passaporte brasileiro com apenas o nome patronímico da mãe (no caso, Ribeiro) está de acordo com as prescrições brasileiras em matéria de passaporte?

2) quais seriam as razões que levaram as autoridades brasileiras a entregar ao ex-Presidente ao mesmo tempo um passaporte nacional brasileiro e um passaporte para estrangeiros.

3) quais seriam as razões pelas quais o passaporte nacional brasileiro não abrange todos os elementos de identificação que constam do passaporte para estrangeiros.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Com respeitoso e afetuoso abraço, do Silveira

27/12/76

Com os cumprimentos do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Este papel, sem qualquer marca, foi entregue pela Embaixada da Suíça ao Chefe da Divisão da Europa.

A Embaixada, por enquanto, foi discreta, ao passo que o General Spínola está tentando comprometer o Brasil. Vou tentar obter a apreensão e restituição, também discreta, do passaporte irregular.

[À MÃO: assinatura]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

MEMORANDUM para o Sr. Secretário Geral

Em 10 de junho de 1976

CONFIDENCIAL-URGENTE
DCJ/213.
Concessão de Passaporte.
Senhor João Belchior Marques
Goulart.

Com referência à concessão de passaporte comum ao Senhor João Belchior Marques Goulart, informo Vossa Excelência de que o Dr. Wilson Mirza, seu advogado, está pedindo insistentemente que a validade do documento seja estendida à Grã-Bretanha e Estados Unidos da América. Alega que o Senhor João Belchior Marques Goulart tem necessidade de ir a esses dois países para completar o seu tratamento médico. Muito agradeceria as instruções de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

[À MÃO: assinatura]
(Armindo Branco Mendes Cadaxa)
Chefe do Departamento Consular
e Jurídico

[À MÃO: Ao Senhor Ministro de Estado, O passaporte expedido indica validade apenas para a França, como teria sido originalmente solicitado. Pede agora extensão ao Reino Unido e E.U.A. Respeitosamente, [assinatura], 10/6/76]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Confidencial

[À MÃO: H. Já providenciado. Sim]
[À MÃO: “Falar com o Fig” (Do P.R.)]

LEMBRETE Nº 26

Concessão de passaporte ao Senhor João Belchior Marques Goulart.

Em 14/VI/1976.

Confidencial

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

DÁRIO M. DE CASTO ALVES
Departamento Geral de Administração
Ministério das Relações Exteriores
Brasília, 6.XI.75

Mestre,

Estupendo!

Logo após sua chamada fui ao Silveira. Estava falando com o Presidente. Silveira ficou feliz com a decisão et me falou do conhecimento do Presidente do nervosismo (etc.) do Ovidio. Disse-me que este lhe havia dito que não desejava ser o Embaixador lá, ao que o Ministro Zappa retrucou dizendo que lhe parecia ser desejo do Ovidio ser o Emb. Ficou bem claro disse-me o Silveira que o Ovidio não ficará como o Embaixador em Luanda, em futuro. Zappa disse que a decisão de hoje foi o maior feito da diplomacia brasileira nos últimos 30 anos ao que Silveira riu achando obvio exagero.

Está seguindo instrução para Luanda na linha combinada com o Presidente. A impaciência do Ovidio faz cruzar nossa instrução com o telegrama 474. Agora é tocar para frente et esperar.

Sem mais agradeço sua ação e a gentileza estimulante de sua telefonema.

[À MÃO: Do sempre amigo
Dário]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM ANGOLA
EM 20/11/75.

CONFIDENCIAL
G/SG/DAO/DAF/
ESCALADA PUBLICITARIA ET SEUS EFEITOS
NA SITUAÇÃO POLÍTICO MILITAR ANGOLANA.

[À MÃO: Ver pág. 4]

513. 5.1300. A INTERVENCAO ESTRANGEIRA DESENCADEADA PELO ZAIRE ET PRINCIPALMENTE PELA AFRICA DO SUL VG ASSOCIADA COM GRUPOS COLONIALISTAS PORTUGUESES VG NÃO ALTEROU A ESSENCIA VG MAS TÃO SOMENTE A APARÊNCIA DA SITUAÇÃO POLÍTICO MILITAR EM ANGOLA PT A COLUNA DE MERCENÁRIOS QUE INVADIU O PAÍS VINDO DA NAMÍBIA SUBIU PELO LITORAL DISPERSANDO AS FORÇAS DO M P L A MUITO INFERIORMENTE ARMADA ET TREINADAS VG IMPONDO AAS POPULAÇÕES DAS CIDADES COSTEIRAS VG PREDOMINANTE MENTE M P L A VG UMA NOVA OCUPAÇÃO PELAS FORÇAS DA UNITA VG DA FNLA ET DE CHIPENDA PT SE ANTES VD EM MOCAMEDES VG BENGUELA VG LOBITO A UNITA VG A FNLA ET CHIPENDA NÃO TINHAM POPULARIDADE NEM FORÇAS PARA MANTER-SE VG COMO FICOU COMPROVADO EM AGOSTO VG MUITO MENOS TERÃO AGORA VG QUANDO A POPULAÇÃO PRESENCIA ESSA ASSOCIAÇÃO ESPURIZ COM PIDES ET BRANCOS MERCENÁRIOS DE TODA ESPÉCIE PT A COLUNA INVASORA VAI ENCOTRANDO VITÓRIAS PORQUE TEM EXTREMA MOBILIDADE PT COM TANQUES LIGEIROS VG HELICOPTEROS VG PASSA VG ATACA ADIANTE VG MUITO LONGE VG INESPERADAMENTE PT EH A VITÓRIA DA TÉCNICA MILITAR NUM PAÍS EM QUE A GUERRA EH FIETA A PEH VG MUITO LENTAMENTE COM ARMAS POUCO SOFISTICADAS PT MAS OS MERCENÁRIOS NÃO PODEM PARAR PT ESSE SANGRENTO PASSEIO QUE DÃO PELO PAÍS VG NÃO ACUPA PROVICIAS VG APENAS TEMPORARIAMENTE CIDADES PT O MPLA SE DISPERSA OU TORNA-SE CLANDESTINO NAS CIDADES ATACADAS VG MAS PERMANECE PT O INTERIOR DA PROVÍNCIA CONTINUA MPLA PT AS TROPAS NATIVAS DA UNITA VG DA FNLA ET DE CHIPENDA ACUPAM A CENTRO DOS BURGOS MAS LOGO SE DESENTENDEM PT

NA VERDADE VG O MÁXIMO QUE OS MERCENÁRIOS CONSEGUEM EH REST ABELECER VG NAS CIDADES POR QUE PASSAM VG A PRECARIA SITUAÇÃO QUE

HAVIA EM AGOSTO ÚLTIMO VG LOGO APÓS A INSURREIÇÃO POPULAR QUE EXPULSOU FNLA BARRA UNITA DE LUANDA PT QUANDO SE IMOBILIZAM VG COMO SE IMOBILIZARAM PERANTE A RESISTÊNCIA DO MPLA AO NORTE VG NA ZONA DE CAXITO VG ESSES MERCENÁRIOS ANTES TÃO AGUERRIDOS SÃO CAPTURADOS FACILMENTE ET ENTÃO PASSAM A CAUSAR DOH VG PELO VAZIO DE SEUS PROPOSITOS VG PELA PUSILANIMIDADE PT VG COM QUE ASPAS PEDEM PERDÃO FECHASPAS PT EM SUMA VG TUDO NÃO PASSA VG PARA ELES ET PARA SEUS MANDANTES VG DE UMA ASPAS AVENTURA FECHARPASPT POIS QUALQUER PESSOA DE JUIZO DESDE O INÍCIO COMPREENDERIA QUE SE OS PORTUGUESES COM CENTENA DE MILHARES DE TROPA NÃO CONSEGUIRAM RETER ANGOLA EM OUTROS TEMPOS VG UNS CINCO MIL SOLDADOS DA FORTUNA POR MAIS BEM ARMADOS ET TREINADOS QUE SEJAM VG NÃO TEEM PESO SUFICIENTE PARA ALTERAR O BALANÇO DE FORÇAS ORA EXISTENTE NESTE PAÍS VG JAH CURTIDO POR QUATORZE ANOS DE GUERRA PT A ASPAS AVENTURA FECHA SPAS ASSIM CONCEBIDA NÃO TEM POIS FINALIDADE MILITAR SERIA ET DURÁVEL VG SENÃO FINALIDADE IMEDIATISTA VG PUBLICITÁRIA VG ET POLITICA PT PUBLICITARIAMENTE VG A ASPAS INVASÃO FECHASPAS DE ANGOLA TORNA SE LOGO UM SUCESSO PT A IMPRENSA ESCRITA ET FALADA DE CERTOS PAÍSES PASSOU A ENCARAR AS ANDANÇAS DESSE ASPAS EXÉRCITO DE BRANCALEONE FECHASPAS COMO ASPAS VITORIAS DECISIVAS VG QUE REVELAM A FRANQUE DO GOVERNO DE LUANDA FECASPAS PT ET DADO QUE CERTA IMPRENSA DE PAÍSES IMPORTANTES ASSIM O PROCLAMA VG A INVASÃO TAMBÉM TEM EFEITOS POLÍTICOS INTERNACIONAIS BIPT RETARDA OS RECONHECIMENTOS QUE O GOVERNO DE ANGOLA PODERIA LICITAMENTE ESPERAR VG FAZ COM QUE SO RECONHEÇAM ANGOLA AQUELES PAÍSES QUE SEMPRE A AJUDARAM NA GUERRA DE LIBERTAÇÃO VG OU AQUELE PAÍSES QUE VG COMO O BRASIL VG NÃO TENDO AQUIH INTERESSES EGOISTAS DE CURTO PRAZO VG CUIDAM DO ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES MUTUAMENTE PROFÍCUAS ET DURADOURAS PT O PEQUENO NÚMERO RELATIVO DOS RECONHECIMENTOS JAH ALCANÇADOS PELO NOVO GOVERNO PASSA POR SUA VEZ A SER USADO TAMBÉM COMO ARMA POLÍTICA ET PUBLICITARIA BIPT SERVE PARA INJECTAR NO CONTEXTO ANGOLANO UMA CONOTAÇÃO IDEOLOGICA QUE ESTE GOVERNO NÃO TERIA NECESSARIAMENTE VG NEM PRETENDIA TER PT WT GRADUALMENTE INSERE A QUESTÃO DA SIMPLES DESCOLONIZAÇÃO ET RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA ENTRE OS GRANDES TÓPICOS DA GUERRA FRIA VG O QUE PERMITE QUE A INTERVENÇÃO JAH ESBOCADA MAIS ADIANTE SE AMPLIE VG SE NECESSÁRIO FOR PT ANTE ESSE PERIGO VG O GOVERNO DE LUANDA SE VOLTA PARA OS QUE PEDEM AJUDA LOVG PARA OS QUE SEMPRE O AJUDARAM VG PARA OS QUE NÃO LHE RECUSAM AJUDA AGORA PT ET ASSIM A ESCALADA PUBLICITARIA CRESCE EM PAROLAGEM VG PERMITINDO EM SEU RASTRO UMA ESCALADA DE GUERRA VG NÃO SOH EM ANGOLA VG HASEM TODO O SUL DA AFRICA PT A DELEGAÇÃO DE MOCAMBIQUE QUE AQUIH ESTEVE PARA A INDEPENDÊNCIA ACREDITA QUE SE A ÁFRICA DO SUL

ATACAR ANGOLA MAIS ABERTAMENTE VG NÃO DEIXARAM DE ATACAR TAMBÉM VG SIMULTANEAMENTE VG MOCAMBIQUE VPT O CONGO BRAZZAVILLE VG A GUINEH BISSAU JAH OFERECERAM VOLUNTÁRIOS A ANGOLA PT CUBA VG SE AINDA NÃO O FEZ VG NESTAS CIRCUNSTÂNCIAS NÃO DEIXARAM DE FAZE LOPT ET A UNIÃO SOVIÉTICA SOMBRIAMENTE ADVERTE QUE AJUDARAH ANGOLA VG SEM ESPECIFICAR COMO VG MAS PRESUMIVELMENTE COH ARMAS TÃO MODERNAS QUANTO A DOS MERCENÁRIOS PT O ZIRE CHAMA SEUS EMBAIXADORES NOS PAÍSES SOCIALISTAS ASPAS PARA CONSULTAS FECHASPAS ET AMEAÇA ROMPIMENTO DE RELAÇÕES PT IDI AMIM RESTAURA A CUSTO AS RELAÇÕES COM A UNIÃO SOVIÉTICA VG QUE ESTIVERAM AA BEIRA DO ROMPIMENTO VG DURANTE A SEMANA PASSADA VG POR INICIATIVA DESTA PT

A UPI DENUNCIA A PRESENÇA EM ANGOLA DE DOIS MIL ET QUATROCENTOS CUBANOS VG QUE NUNCA FORAM AQUI NOTADOS NEM PELOS BOATEIROS PORTUGUESES PT KISSINGER JAH MENCIONA ASPAS AJUDA MACIÇA SOVIÉTICA FECHASPAS VG A PRESENÇA DE QUATROCENTOS RUSSOS VG QUANDO NA VERDADE SOH HAH ONZE QUE CHEGARAM ONTEM AO HOTEL TRÓPICO ET QUE PODEM SER TÉCNICOS MILITARES VG INSTRUTORES PARA USO DAS ARMAS NOVAS DESTINADAS A ATALHAR A INVASÃO PT **NÃO TERÃO CERTOS GOVERNATES APRENDIDO PELO MENOS ALGUMA COISA NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO QUE VAI PELO MUNDO PTINTERROG NO DESESPERO QUE TEM PELA SOBREVIVÊNCIA DO SEU REGIME DE APARTHEID VG A ÁFRICA DO SUL PARECE DISPOSTA A QUALQUER LOUCURA VG MESMO QUE ISSO APRESSE SEU FIM PT DA MESMA FORMA AGEM OS COLONIALISTAS PORTUGUESES QUE AGORA PRETENDEM RETOMAR A COLONIA PT MAS QUE OUTROS PAÍSES MAIS RESPONSÁVEIS SEJAM LEVADOS DE ROLDÃO VG NA DEFESA DE INTERESSES DA ÁFRICA DO SUL VG OU DOS ULTRAS PORTUGUESES VG EH INCOMPREENSÍVEL PT CREIO QUE O BRASIL VG PARA QUE NÃO TENHA UMA GUERRA PROLONGADA VG DE CRESCENTES PROPORÇÕES DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO [À MÃO: !?]** VG DEVERIA ESTUDAR O PROBLEMA DESTA ESCALADA PUBLICITÁRIA PT VG POLÍTICA VG PROPICIATÓRIA DE UMA ESCALADA MILITAR VG COM VISTAS A EXERCER DE ALGUMA FORMA O SEU PODER DE EQUILÍBRIO VG DE BOM SENSO ET MODERAÇÃO PT SE ASSIM PUDER FAZER TERAH PRESTADO INESQUECÍVEL SERVIÇO A ANGOLA ET AA ÁFRICA PT PARA COMPROVAR A VISÃO PLÁCIDA QUE VG EM LUANDA VG ATEH AGORA VG POSSO TER DA SITUAÇÃO MILITAR EXISTENTE EM ANGOLA VG A DESPEITO DESSA INVASÃO DE MERCENÁRIOS VG ENVIO POR OFÍCIO DECLARAÇÕES FEITAS PELO MINISTRO DA DEFESA DO NOVO GOVERNO PTFINAL

OVIDIOMELO

[À MÃO: Fig: Que tal?]
[À MÃO: É de lascar!]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 204/16/AC/75

DATA – 25 Ago 75
ASSUNTO – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
LIVRO AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
ORIGEM – ASP/SNI/PRG 15 934/75
DIFUSÃO – CH/SNI – CIE – CISA – CENIMAR e CI/DPF
ANEXOS – "A" – CÓPIA EXTRATO DE DOSSIÊ DO NOMINADO NO DOPS/SP
"B" – CÓPIA INFÃO Nº 007/16/AC/75 DE 07 Fev 75
"C" – CÓPIA DA ANÁLISE DO LIVRO EM EPIGRAFE

1. O nominado, elemento aposentado pelo AI-5/69 e que esteve asilado no exterior de 1964 a 1968, **é reconhecidamente comunista** e, de acordo com o dossiê (anexo "A"), vem desenvolvendo, há muito, uma campanha antirrevolucionária; ultimamente, na reunião que o MDB gaúcho realizou, em CAPÃO da CANOA/RS, para comemorar a vitória, criticou a presença de militares no governo acentuando que, fruto da vitória de Nov 74, o MDB já tem condições de depor o atual governo no momento que desejar, inclusive, com apoio nas FORÇAS ARMADAS.

2. O nominado é membro da CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, entidade de nítida formação esquerdista, de cunho contestatório, que abriga em seus quadros vários ex-professores aposentados por atos revolucionários, bem como elementos da chamada "intelectualidade esquerdista" e ex-membros de organizações comuno-subversivas (Anexo "B").

3. O nominado escreveu o livro epigrafado onde não só faz a doutrinação comunista de massificação e prega o marxismo como também recomenda o emprego da violência contra a violência dos "movimentos políticos reacionários, militarizados, que protegem os oligopólios e silenciam as tais maiorias escravizadas".

Seu jargão, de cunho nitidamente marxista-leninista, é empregado em quase todos os capítulos em que o livro se desenvolve, sendo oportuno destacar os seguintes trechos:

a. “À pg. 39, alude à “tragédia de uma das mais promissoras (sic) tentativas latino-americanas de transformação social: o Chile de Allende”, acrescentando que o fato “mostra que as classes dominantes locais têm militarizado cada vez mais o estilo de dominação”.

b. “No Cap. II (pg. 63), trata do ‘MODELO BRASILEIRO’, onde proclama que não faltam mesmo os que apologeticamente refiram-se ao “milagre brasileiro”, para, sem negar de todo uma realidade contundente, menoscabar e até denegrir o esforço e os êxitos do Governo Revolucionário. Escreve F.H.C. “A nuvem negra do subdesenvolvimento e da miséria, simbolizados pelo Nordeste, parece ter-se dissipado com uma rapidez que só mesmo um milagre explicaria... Ou então, muita distorção na análise e boa dose de propaganda” (pg. 63).

c. Abordando os tumultos de rua diz: “Convém recordar que desde antes da prática guerrilheira houve uma espécie de reação maciça e espontânea contra a ‘política de compromissos’ por parte das massas urbanas. Os ‘quebra-quebra’ típicos da vida urbana de Santiago, de São Paulo, Rio ou Bogotá, eram uma forma de protesto selvagem contra o encarecimento da vida ou contra a violência da reação (como nos casos do ‘bogotazo’ depois do assassínio de Gaitán ou no Brasil depois do suicídio de Vargas). Em forma mais politizada, embora baseada em larga medida em canais espontâneos de revolta, o Cordobazo de 1968 reacendeu nas massas urbanas o estilo de ‘protesto selvagem’ QUE, SE PARA MAIS NÃO SERVE (E EU PENSO QUE SERVE), MOSTRA AOS MENOS DESAVISADOS QUE EXISTE NO SUBSOLO DA VIDA POLÍTICA LATINO-AMERICANA UM GÉRMEN DE ATITUDE POPULAR QUE ESCAPA AO PATRIMONIALISMO POLÍTICO PREVALECENTE”.

“O segundo traço marcante, deste ângulo, da política guerrilheira mostra, entretanto, a força do quadro histórico anterior. Também a guerrilha foi concebida como ‘O PUNHADO DE HOMENS QUE QUEBRA O ESTADO’. GUEVARA MELHOR DO QUE NINGUÉM, NO EXEMPLARISMO DE SUA CONDUTA, NA OBSTINAÇÃO DA DECISÃO TOMADA E NO QUASE CALVÁRIO BOLIVIANO, FEZ O INTENTO DE MOSTRAR QUE O ESTADO É UM ‘TIGRE DE PAPEL’. Assim, Guevara percebeu que o Estado é um ‘ator político’ e não o simples reflexo da classe dominante, mas, ao mesmo tempo, imprimiu à sua análise um voluntarismo pouco convincente: COMO SE A AÇÃO OBSTINADA E EXEMPLAR DE UM PUNHADO DE BRAVOS PUDESSE ‘QUEBRAR’ O INIMIGO”.

d. A respeito da revolução, por ele chamada de “regime de 64”, diz o seguinte: “O apoio dos setores latifundiários, da classe média reacionária e da direita militar ao movimento de 64 pareciam suficientes...” ...“nem se organizou para servir aos interesses ‘tradicionais’ (agro-latifundistas-exportadores, classe média burocrática tradicional, setores profissionais ‘liberais’, burguesia mercantil-industrial de baixa competitividade etc.), nem ao dinamizar o processo de acumulação e ao chamar os técnicos e militares para os círculos íntimos de decisão da alta cúpula, tomou o rumo definido de fortalecimento dos instrumentos políticos de salvaguarda autônoma dos interesses empresariais privados modernos” (pg. 197/198).

“... no furor purgatório dos chefes de I.P.M. ...” ...“linha dura” militar... “tinha um substrato real no pensamento elitista e no apego ao estatismo e à expansão burocrático-militar do estado.” (pg. 198) “Com isso, em vez do fortalecimento da ‘sociedade civil’ – das burguesias – como parecia desejar a política econômico-financeira, foi-se robustecendo a base para um Estado expansionista, disciplinador e repressor. Quebraram-se os sindicatos, quebraram-se os habituais limites e formas de inter-relação entre o interesse privado e o público, passou-se à ‘legisferação’ por decretos como rotina”. (pg. 199).

4. Finalmente, é oportuno também salientar; o presente livro foi editado pela EDITORA PAZ E TERRA e foi impresso nas oficinas da EDITORA VOZES de PETRÓPOLIS/RJ (da ala esquerdista da IGREJA CATÓLICA e lançadora de livros de NELSON WERNECK SODRÉ, ROLAND CORBISIER e outros sociólogos marxistas); a EDITORA PAZ E TERRA tem em seu Conselho Editorial, além do nominado, os esquerdistas CELSO FURTADO e MAX DA COSTA SANTOS e vem, também, editando livros de MARX, PAULO FREIRE, DARCY RIBEIRO, OSNY DUARTE, ALCEU DE AMOROSO LIMA, entre outros conhecidos.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA Em 18 AGO 75
COMANDO GERAL DE APOIO
COMANDO DA QUARTA ZONA AÉREA
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

1. ASSUNTO AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO
2. ORIGEM CIOp
3. DIFUSÃO RECISA/RJ
4. DIFUSÃO ANT PMESP-II EX-6º DN-2ª DE-DPF/SP-SNI/ASP-DOPS/SP
5. ANEXO XEROX (12 FLS.)
6. REFERÊNCIA: INFORMAÇÃO Nº 602/CIOp/SSP/SP de 05 AGO 75

INFORMAÇÃO Nº 320 A2/IV COMAR

Anexo, segue uma análise efetuada por Delegado de Polícia do Gabinete do Exmo. Sr. Secretário da Segurança, relativamente à obra de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, intitulada "AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO", na qual o autor, **fiel súdito do comunismo internacional**, chega a pregar a violência.

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento Art 62 – Dec nº
[ILEGÍVEL] Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos

* * *

CONFIDENCIAL

A U T O R I T A R I S M O E D E M O C R A C I A

Autoria de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Editora PAZ E TERRA – Av. Rio Branco, 156 S. 1222 – Rio – 1975
Composto na Edit. SEIC Ltda. Rua Tamiarana, 18-B – GB
Impresso nas oficinas gráficas da Edit. Vozes Ltda. – rua Frei Luiz, 100 – Petrópolis RJ

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Cândido de Mello e Souza; Celso Furtado; Fernando Henrique Cardoso e Max da Costa Santos.
DIREÇÃO: Aspásia Alcântara de Camargo; Juarez Brandão Lopes e Luciano Martins.

Referência: "Coleção Estudos Brasileiros" – (o livro aqui examinado tem o nº 3).

Outros títulos de livros publicados pela referida editora:
FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS, de Karl Marx, com introdução de Eric Hobsbawn
EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO? – 2ª ed. Paulo Freire
A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA – 4ª ed. G. Plekhanov
TEORIA DO CONHECIMENTO NO JOVEM MARX, de Gyorgy Márkus
EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE – 5ª ed. Paulo Freire
QUATRO SÉCULOS DE LATIFÚNDIO – 3ª ed. Alberto Passos Guimarães
AS MODERNAS TECNODEMOCRACIAS – PODER ECONÔMICO E PODER POLÍTICO – Maurice Duverger
UIRÁ SAI À PROCURA DE DEUS – Darcy Ribeiro
STAVISKI de Alain Resnais – Jorge Semprun
A MAÇÃ NO ESCURO – 4ª ed. Clarice Lispector
O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – Celso Furtado – 4ª ed.
DIALÉTICA DA ESPERANÇA – Pierre Furter
JAPÃO: O CAPITAL SE FAZ EM CASA – Barbosa Lima Sobrinho
EM BUSCA DA LIBERDADE – Alceu Amoroso Lima
POPULAÇÕES MERIDIONAIS, vol. 2 (POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL) – O Campeador Riograndense – Oliveira Viana
O 18 BRUMÁRIO E CARTAS A KULGEMMAN – 2ª ed. Karl Marx
ECONOMIA – 2 vol. João Paulo de Almeida Magalhães
ITAIPU – PRÓS E CONTRAS – Osny Duarte Pereira
EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA E CRESCIMENTO DO BRASIL
Mário Victor de Assis Pacheco
REALISMO E ANTI-REALISMO NA LITERATURA BRASILEIRA – Vários autores.

COMENTÁRIOS
E REFERÊNCIAS

I – DOUTRINAÇÃO COMUNISTA

Fernando Henrique Cardoso faz doutrinação comunista, de massificação, visando ao que denomina "este caráter ambíguo e elitista do autoritarismo contemporâneo" (pg. 20)

De início, sentencia: "A análise política resultante não poderia ser outra: a ação redentora de grupos organizados, redimindo a indigência das maiorias marginalizadas e exploradas, dever-se-ia

por à exploração de uns poucos, sustentados pelo braço armado estrangeiro de uma pátria ocupada por seu próprio exército" (pg 26).

Deixa reiteradamente clara sua bitolagem aos dogmas marxistas, manipulando fatos históricos na suposta evidência de que a acumulação do capital se faz através da "mais-valia", pela compressão dos salários. Diz F.H.C.: "Marx já havia mostrado, ao criticar Ricardo, que o essencial para a acumulação capitalista não é a concorrência entre trabalhadores que leva à baixa relativa crescente do custo da força de trabalho, mas sim que este regime produtivo está baseado no que ele caracterizava como a 'tendência à elevação da taxa de composição orgânica do capital'" (pg. 31). Adiante, sentencia: "quando a dinâmica da acumulação do setor mais avançado repousa na exploração clara da mais-valia relativa e no aumento da taxa de composição orgânica do capital, constitui um anacronismo" (pg. 32), tese que reforça às pgs. 33 e seguintes.

À pg. 37, faz perguntas capciosas, que induzem a subserviência do atual Governo às empresas multinacionais, "patamar, para em termos tipicamente subimperialistas", servi-las...

À pg. 39, alude à "tragédia de uma das mais promissoras (sic) tentativas latino-americanas de transformação social: o Chile de Alende", acrescentando que o fato "mostra que as classes dominantes locais têm militarizado cada vez mais o estilo de dominação".

À pg. 41, oferece curiosa e tendenciosa explicação para "os aparatos estatizados de produção", que atenderiam aos interesses **[ILEGÍVEL]** escalões da burocracia civil ou militar", "que perderam chances no setor privado..."

A seguir, oferece quadros estatísticos, bitolando-se no sulco do comércio exterior – importações e exportações – no pressuposto de apoiarem sua ideia-fixa.

No Cap. II (pg. 63), trata do "MODELO BRASILEIRO", onde proclama que "não faltam mesmo os que apologeticamente refiram-se ao 'milagre brasileiro'", para, sem negar de todo uma realidade contundente, menoscabar e até denegrir o esforço e os êxitos do Governo Revolucionário. Escreve F.H.C. "A nuvem negra do subdesenvolvimento e da miséria, simbolizados pelo Nordeste, parece ter-se dissipado com uma rapidez que só mesmo um milagre explicaria... Ou então, muita distorção na análise e boa dose de propaganda" (pg. 63).

Invoca estatísticas, a fim de "demonstrar" essas "distorções", onde, no seu entender, há "tensões e contradições: as diferenças e oposições entre o que, com alguma licença de expressão, se poderia chamar de nacional-autoritarismo e de 'liberal' imperialismo" (pg. 81).

No que reconhece de positivo, o autor diz que tal desenvolvimento remonta ao esforço de governos anteriores à Revolução de Março.

No Cap. II – Classes Sociais e História (pgs. 99 e seguintes), F.H.C. retira a máscara em toda sua plenitude. Falando do conceito de "classe" (certamente a que qualifica de burguesa, segundo o alcorão marxista), diz ele: "Por certo, para algumas análises baseadas neste paradigma de marxismo estático, existem as 'contradições'. Só que, se o método for o caracterizado acima, a pequena burguesia rural vai opor-se, por definição, por princípio, por obra e graça de Deus, sempre, ad secula seculorum, ao grande capital agrário, aos latifúndios, aos trabalhadores rurais, ao operariado urbano e sabe Satanás a que outras categorias mais, num jogo infinito, mas repetitivo, no qual não há surpresas ou modificações, a não ser no dia em que, graças à 'Dialética da Marcha Incontrolável das Oposições

Gerais', como no Juízo Final, a classe portadora dos destinos históricos da humanidade, o proletariado (que também tem por sua essência a função negadora geral), virá expropriá-la e enterrá-la no museu da humanidade. Até lá, tanto umas classes como as outras continuarão desempenhando 'seus papéis, já dados de antemão pela Inteligência Superior da História e substantivadas em 'qualidades' que estão metamorficamente estruturadas num jogo de xadrez em que só as pretas podem ganhar. Não haverá mais teologia nisso do que marxismo?" (Pg. 101).

Aí, F.H.C. se torna doutrinariamente violento, pretendendo ver, nos sistemas realmente democráticos, em que há livre-iniciativa, onde há liberdade econômica, sem a qual não podem subsistir quaisquer outras formas de liberdade (fato este que esse autor marxista não pode diagnosticar, bitolado que está, fanaticamente, aos dogmas comunistas), pretende ele ver um sistema de escravização, de exploração da "mais-valia" Opgs. 104/105), embora também, em momento algum, jamais logre sequer desconfiar que pela massificação que pretende e defende, precisamente por aí, o homem se torna cientificamente um escravo, com a insipiente e duvidosa recompensa da ração no cocho público oficial do regime comunista!!!

Sempre fiel a seus dogmas, sedimentados em seu espírito por um fanatismo que se faz tanto mais flagrante quanto mais escreve, acrescenta: "Em todo este processo, de "passagem", os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os "camponeses", são os testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os "rebeldes primitivos" da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível. As lutas dos quilombos (aldeias de escravos fugitivos) e a revolta pessoal do escravo que mata algum senhor e foge, não eram embriões de uma luta social maior, capaz de por em causa a ordem senhorial. Correspondiam às situações-limites em que, mesmo sem destino histórico, num quase testemunho de altivez e nojo, o homem se refugia na grandiosa e inoperante negatividade pura. Formam-se assim desvãos da história que, se têm força para comover os pósteros e construir símbolos, em si mesmos não apontam as saídas estruturalmente viáveis." (pg. 112).

Num ponto, F.H.C. tem razão: nenhum ser humano, mesmo os brutos, não se sujeitam a cativeiros! Sua esperança é a fuga, ainda que matando. Entretanto, sua miopia mental não lhe permite ver que, no mundo atual, só há fugas desesperadas, mesmo que com sérios riscos para a própria vida, das senzalas socialistas (U.R.S.S., Cuba, China e tantas outras)!!!... Em contrapartida, embora os regimes democráticos mantenham suas fronteiras escancaradas, esses inconscientes escravocratas não saem, e nem os que eles dizem que são explorados e escravizados, e quando são obrigados a sair, grunhem como cães!...

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO ESTIMULA E DEFENDE A VIOLÊNCIA

A parte mais grave da obra de F.H.C. é, sem dúvida, esta, em que ele defende expressamente, e **subrepticiamente recomenda a violência.**

Estamos no Cap. IV – A Cidade e a Política – onde ele diz: "A caracterização da cidade como um lugar de mercado, parece ser um ponto pacífico na literatura que cuida do fenômeno urbano na Europa Ocidental. Marx coincide neste ponto. Mostrou, ademais, que a existência de uma economia

urbana supõe um longo processo de divisão social do trabalho e uma redefinição das formas de exploração de umas classes pelas outras, de tal modo que a cidade surge como expressão da quebra da economia feudal e do antigo regime senhorial. À economia cerrada do feudo ou ao regime de corporação de ofício dos ajuntamentos de populações da Idade Média – alguns dos quais por critérios que não levam em consideração o grau de complexidade de processo de divisão do trabalho entre o campo e a cidade e entre as relações de trabalho na cidade poderiam aparecem já como “cidades” – se substituirá uma forma de organização econômica que encontra na existência da mão de obra “livre e disponível” e na concentração dos meios de produção nas mãos de certo tipo de proprietários, a relação fundamental e necessária para o aparecimento do modo de produção capitalista.” (135/136)

Aí, à guiza de esclarecimento do dogma marxista, à luz das classes e cidades no curso dos tempos, F.H.C. chega ao objetivo principal de sua obra, que é a de instigar a violência, como fórmula de solucionar a problemática marxista, visando à alteração das estruturas sociais. Como se fosse conclusão lógica de sua arenga e como se estivesse fazendo mero relato histórico, F.H.C. não somente sugere, mas explicitamente aprova a violência. A propósito, salientamos os seguintes tópicos:

“Quanto à inovação na política de oposição eu me refiro, obviamente, à guerrilha. Deixando de lado, como fiz com o populismo, a caracterização hoje fácil do sentido e alcance deste tipo de política, quero mostrar apenas dois traços marcantes da relação entre a guerrilha e o estilo anterior de política na América Latina. Inspirada pelo êxito urbano, a guerrilha latinoamericana nasceu (embora tivesse antecedentes rurais fora de Cuba) como guerrilha rural. Debray, em sua síntese quase oficial do estilo de política de esquerda de um período recente, em Revolução na Revolução, inspira-se numa espécie de rousseaunismo para demonstrar as virtudes da luta nas selvas e na cordilheira contra os males da cidade. Guiado por um cartesianismo mal escondido, Debray parte de um Cogito: existe a guerrilha, logo... Sua discussão principal não se dirige a caracterizar as forças sociais em luta, a relação massa e partido etc., mas em defender, militarmente, a superioridade tático-estratégica da guerrilha rural. Entretanto, também caracteriza moralmente as vantagens da guerrilha na luta política: “cidade, diz Fídel, é um cemitério de revolucionários e recursos”.

“Algo de semelhante à rejeição do mundo (só que não intra-mundana) e à modificação de si mesmo como tarefa inicial do revolucionário (como no caso da nova esquerda americana) caracterizam os escritos de Debray: “Os primeiros tempos na montanha, no recesso da chamada mata-virgem, a vida é simplesmente o combate quotidiano, em seus mínimos detalhes, e, antes de tudo, um combate do guerrilheiro consigo mesmo para superar seus antigos hábitos, a marca deixada pela incubadora em seu corpo, a sua debilidade. O inimigo a vencer, nos primeiros meses, é ele mesmo, e nem sempre sai vitorioso desse combate (...)”. “Quando uma guerrilha fala com seus responsáveis urbanos ou no exterior, trata com “sua” burguesia, sempre “inclinada a fazer alianças sem princípios” (pg. 158/159).

“Em dez anos de experiência guerrilheira, de fracassos quase contínuos, resultou (ainda que sem a crítica teórica da posição anterior) um deslocamento de foco rural para a cidade. A guerrilha urbana, tupamara ou que outra seja, polarizou a atenção e abriu perspectivas maiores do que a primeira forma de jansenismo rousseauniano pregado em nome do marxismo. A presença das massas e o êxito eleitoral do Chile parecem ter refreado o impulso inicial da crítica guerrilheira à

“contaminação” urbana e populachera. Ficou de pé, contudo, a repulsa à aceitação acrítica do estilo tradicional de política de compromisso, enraizada no patrimonialismo tradicional.

“Convém recordar que desde antes da prática guerrilheira houve uma espécie de reação maciça e espontânea contra a “política de compromissos” por parte das massas urbanas. Os “quebra-quebra” típicos da vida urbana de Santiago, de S. Paulo, Rio ou Bogotá, eram uma forma de protesto selvagem contra o encarecimento da vida ou contra a violência da reação (como nos casos do “bogotazo” depois do assassínio de Gaitán ou no Brasil depois do suicídio de Vargas). Em forma mais politizada, embora baseada em larga medida em canais espontâneos de revolta, o Cordobazo de 1968 reascendeu nas massas urbanas o estilo de “protesto selvagem” QUE, SE PARA MAIS NÃO SERVE (E EU PENSO QUE SERVE), MOSTRA AOS MENOS DESAVISADOS QUE EXISTE NO SUB-SOLO DA VIDA POLÍTICA LATINOAMERICANA UM GÉRMEN DE ATITUDE POPULAR QUE ESCAPA AO PATRIMONIALISMO POLÍTICO PREVALECENTE.”

“O segundo traço marcante, deste ângulo, da política guerrilheira mostra, entretanto, a força do quadro histórico anterior. Também a guerrilha foi concebida como “O PUNHADO DE HOMENS QUE QUEBRA O ESTADO”. GUEVARA MELHOR DO QUE NINGUÉM, NO EXEMPLARISMO DE SUA CONDUTA, NA OBSTINAÇÃO DA DECISÃO TOMADA E NO QUASE CALVÁRIO BOLIVIANO, FEZ O INTENTO DE MOSTRAR QUE O ESTADO É UM “TIGRE DE PAPEL”. Assim Guevara percebeu que o Estado é um “ator político” e não o simples reflexo da classe dominante, mas, ao mesmo tempo, imprimiu à sua análise um voluntarismo pouco convincente: COMO SE A AÇÃO OBSTINADA E EXEMPLAR DE UM PUNHADO DE BRAVOS PUDESSE “QUEBRAR” O INIMIGO”.

(Pgs. 159/160).

Como se vê, F.H.C. sugere, subrepticiamente, os meios de ação violenta, notadamente os “bogotazo”, os “quebra-quebras”, deixando, “en passant”, bem clara, a técnica para se iniciar tais formas selvagens de protesto: a carestia da vida, um assassinato de pessoa importante ou qualquer outro pretexto, desde que passível de agitar a opinião pública. Ao mesmo tempo em que reconhece a maior eficiência das guerrilhas, ao dizer que tais formas de protesto selvagem, exercitáveis nas urbes, quando não servissem para alcançar maiores resultados (e F.H.C. declara, expressamente, que, no seu entender, SERVEM), ao menos valem como simples protesto...

Continuam a doutrinação e as insinuações de F.H.C.: “Sobra dizer que, num e noutro caso, tanto a burocratização como a tecnificação expressam o controle do grande capital e não indicam a desaparição da propriedade privada”. (161)

“A reação anti-oligárquica levou a formas não capitalistas de organização econômica, como em Cuba e, embrionariamente, no Chile de Allende.” “Quando a nova sociedade tenta impor-se pela via teoricamente mais luminosa do socialismo, é no Partido e no Sindicato que as tendências à estagnação, à rotina, ao “tecnicismo” burocrático se apresentam com mais vigor”... “a tendência atual de dominação técnico-burocrática aceleram a apatia das “maiorias silenciadas”. (pg. 162)

“Para que as transformações sociais não se estiolem numa pseudo-reforma das estruturas controladas por elites que se pensam iluminadas pela técnica é pela ciência (risco inerente às “reformas burguesas”, mas não ausente nas reformas socialistas) é preciso que “nossa revolução”

venha de baixo, como há quarenta anos dizia um escritor brasileiro ao fazer a crítica ao fascismo nascente naquela época" (refere-se a Sérgio B. Holanda – op. "A Nossa Revolução"). (Pg. 163)

JUSTIFICA O AUTOR A VIOLÊNCIA COMO COMBATE À PRÓPRIA VIOLÊNCIA INERENTE AOS MOVIMENTOS POLÍTICOS "REACIONÁRIOS", MILITARIZADOS, QUE PROTEGEM OLIGOPÓLIOS E SILENCIAM AS TAIS MAIORIAS ESCRAVIZADAS...

É esta a conclusão a que se chega, através das páginas subsequentes do livro.

No Cap. V – Estado e Sociedade no Brasil – pgs. 165 e seguintes, prossegue o autor na suposta análise sobre o "modelo" político brasileiro, como fiel sectário do P.C., na esteira do dogma da "luta de classes". Referindo-se à tese corporativista de Haya, diz: "A ideologia implícita em sua análise (não distanciada de trombetas desafinadas que hoje, no Brasil, voltam a insistir na missão regeneradora do Estado Capitalista, para a libertação nacional e a afirmação do Povo) é, certamente, autoritária e, até certo ponto, corporativista." (pg. 168) ... "para pensar o desenvolvimento desta contradição é preciso caracterizar a luta política como uma pugna entre grupos e classes com interesses contrapostos" (pg. 171).

... "à pergunta "o que é o Estado?" (nos países latino-americanos) não se têm seguido respostas se não as dicotomias já referidas: um "aparelho" controlado pelo estamento burocrático, ou, no pólo oposto, "o comitê executivo" das classes dominantes. Sendo ambas as caracterizações simplistas e insatisfatórias, os analistas ficam girando como mariposas em focos de lanterna de pilha." (...) – pg. 174.

"A esse estilo de argumentação se contrapõe, além da visão monista da determinação econômica de um marxismo mal digerido que não faz a distinção entre estado e classe dominante, a análise liberal." (pg. 176)

"Não obstante, o fortalecimento do Estado incentiva sempre as esperanças e o medo da instauração do que se chamou de um "socialismo de tolos". À direita e à esquerda, por motivos distintos, vê-se no fortalecimento do Estado ("acima das classes") a possibilidade de organizar a Nação sob o controle do estamento burocrático-militar." (Pg. 180)

"O dinamismo simultâneo da Empresa Pública e da Empresa Privada, permitiu que os militares definissem sua política de defesa da Nação, sem que o empresariado se sentisse coibido economicamente, alicerçando as bases da aliança entre os setores economicamente dominantes na área privada e os setores militares politicamente hegemônicos." (Pg. 180/181)

"Noutros termos, o estado está expressando uma aliança contraditória de grupos. Não quero desmentir, ao mencionar esta contradição, o caráter burguês do Estado, como é óbvio." (pg. 181) "Luta-se por suas variantes, Capitalismo de Estado ou Capitalismo de Empresa. Mesmo esses, entretanto, como se viu, aparecem como nuances de grau, pois uns e outros **[ILEGÍVEL]** aceitam o desiderato comum que dá validade ao sistema: a acumulação se fará por vias capitalistas." (pg. 183)

"A prática política mostra que medidas as mais drásticas são tomadas contra os ingredientes fundamentais do regime democrático (cancelam-se, postergam-se ou modificam-se as formas de eleições, cancela-se o habeas-corpus, reduz-se a autonomia dos Estados etc.) sem qualquer reação de

monta. Os mais sôfregos vêem nisso o fortalecimento do segmento burocrático-militar em desmedro da sociedade civil" (pg. 184).

"A "região administrativa", as organizações regionais (Sudene, Sudam, vales e bacias várias etc.) – para dar um exemplo – constituem a forma política-administrativa do estado atual. Neles, setores dos grupos dominantes (da ordem econômica e social) que se moveram mais dinamicamente já estão "representados" ou coptados. Não se trata do Estado Absoluto destruindo os barões, mas de uma reorganização e redistribuição do poder através do entrosamento dos "anéis burocráticos" que fundem interesses privados e públicos." (pg. 184)

"Neste sentido, a revolução cultural chinesa, o esforço de "democracia plebiscitária" de Fídel, as discussões iugoslavas, ou, em plano teórico e mais modesto, o esforço dos democratas conscientes das vicissitudes da democracia liberal (como Dahl com sua "poliarquia") apontam na mesma direção. É preciso criar contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária." (pg. 185).

Cap. VI – A Questão do Estado no Brasil – "A carta de Júlio Mesquita onde se propõe um roteiro para a "salvação nacional", os discursos de Castello Branco, os rompantes dos "libertadores" do Sul, parecem hoje exemplos da falsa consciência de uma elite que via temerosa o ascenso da política de massas janguistas e não percebia que o dique para opor-se às tendências socializantes e ao populismo (que considerava como uma deturpação do Verdadeiro princípio da representatividade) implicava nos riscos do estabelecimento de uma ordem autoritária.

"O autoritarismo passou a ser aceito em nome de um conjunto de características que o sistema político exibe: concentração, digo, centralização crescente, em desmedro do espírito federativo (que era defendido pelos "históricos" de 64); preponderância do Executivo sobre os outros poderes (que, em certas circunstâncias, perdem substância e passam a cumprir funções quase ornamentais, mas de valioso simbolismo, como nas sucessões presidenciais); convivência entre a ordem jurídica (existe uma Constituição) e o arbítrio corporificado no AI-V; censura à imprensa; condicionamento da cultura; em suma, um regime de liberdades prescritas, cujo exercício é restrito, e de arbitrariedades que se rotinizam." (pg. 188)

"Não obstante, a crença dos que mandam, como em toda ordem tradicional, é a de que nada melhor do que a SANTIDADE DA TRADIÇÃO PARA RESOLVER IMPASSES: IMOBILISMO E FORÇA" (pg. 190)

"Esta não provinha da forma oligárquica e tradicional do exercício do mando, mas da pujança ascensional da burguesia do café, que foi capaz de mobilizar recursos e solucionar problemas nacionais tal como os equacionara a partir de seus interesses, sob a condição de que se vinculassem, de forma subordinada, aos interesses mercantis e financeiros internacionais."

"A questão de base, subjacente à instauração de uma ordem política, é, portanto, a de regular os autores legítimos da arena do poder e, ipso facto, a de excluir com êxito, – E PELA VIOLÊNCIA SE NECESSÁRIO – os grupos, classes e frações de classe que se tornam ilegítimadas pela situação política vencedora." (pg. 191/192) ... UMA EQUAÇÃO ENTRE O RECURSO À FORÇA E A CAPACIDADE ... (pg. 192) ... "encaminhe os interesses (sociais, econômicos e políticos) do grupo específico que está no poder, ela, para minimizar o uso da força, deve aparecer como proposta "em

benefício da comunidade". É neste ponto que cobra força a questão da ideologia e que a discussão sobre a legitimidade torna-se importante". (pg. 192)

"PORTANTO, AS OPORTUNIDADES HISTÓRICAS DE UMA SITUAÇÃO POLÍTICA EMERGENTE DEPENDEM DO MODO DE ARTICULAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA, CAPACIDADE REAL DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS (ECONÔMICOS E SOCIAIS) E IMAGINAÇÃO POLÍTICA." (pg. 192)

Sub-título: O ESTADO E A LEGITIMIDADE: "Em boa medida a discussão sobre o "modelo político" prevalente no Brasil pós-64 tem posto à margem o nível de recursos políticos e o de contorno social (ou seja, os atores legítimos, excluídos, mobilizáveis e cooptados), para restringir-se à análise da relação entre VIOLÊNCIA e legitimidade ou à análise das formas mais ou menos autoritárias que o regime ostenta." (pg. 193)

...: "trata-se de "politizar" (ou seja, definir na arena política) os componentes que não são de imediato políticos, entendendo-se que tanto O USO DA VIOLÊNCIA como o uso da ideologia são instantaneamente políticos." (pg. 193).

Ainda sobre o "regime de 64", "para analisar o regime de 64/69 e os posteriores desdobramentos"... que teriam como objetivo "assegurar, ao mesmo tempo, uma retribuição objetiva das demandas econômicas e sociais das classes no poder, e desigual e assimetricamente, atender às demandas das classes dominadas"... "garantem especialmente o atendimento dos interesses dos setores dirigentes e das classes dominantes." (pg. 194). Afirma que o movimento de 64, "no plano jurídico-institucional e no plano ideológico" configura "a "situação autoritária" brasileira", que lhe parece "contraditória" (Constituição versus AI-V; tendência democratizante versus pruridos fascistas-repressores etc.)" (pg. 195)

"O apoio dos setores latifundiários, da classe média reacionária e da direita militar ao movimento de 64 pareciam suficientes..." ... "nem se reorganizou para servir aos interesses "tradicionais" (agro-latifundistas-exportadores, classe média burocrática tradicional, setores profissionais "liberais", burguesia mercantil-industrial de baixa competitividade etc.), nem ao dinamizar o processo de acumulação e ao chamar os técnicos e militares para os círculos íntimos de decisão da alta cúpula, tomou o rumo definido de fortalecimento dos instrumentos políticos de salvaguarda autônoma dos interesses empresariais privados modernos" (pg. 197/198).

"... no furor purgatório dos chefes de I.P.M..." ... "linha dura" militar... "tinha um substrato real no pensamento elitista e no apego ao estatismo e à expansão burocrático-militar do estado." (pg. 198) "Com isso, em vez do fortalecimento da "sociedade civil" – das burguesias – como parecia desejar a política econômico-financeira, foi-se robustecendo a base para um Estado expansionista, disciplinador e repressor. Quebraram-se os sindicatos, quebraram-se os habituais limites e formas de interrelação entre o interesse privado e o público, passou-se à "legisferação" por decretos como rotina." (pg. 199)

"A maré crescente das manobras políticas da Oposição (tentativa de aliança entre Lacerda e Juscelino, com apoios janguistas), o movimento urbano de massas (estudantil e operário) e o início das atividades da oposição armada levaram ao acirramento das lutas políticas e uniram as forças estatistas e repressivas, não sem desafogo por parte da burguesia.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Confidencial

Presidência da República
Serviço Nacional de Informações

[À MÃO: Falei com o Frota]

Figueiredo

Peço que v. converse na área do Exército – Frota e Confucio – dizendo que não concorda com os termos deste relatório, citadamente com a conclusão final do item 1-1. Será que o inimigo é tão forte? Será que somos tão fracos? Não estão vendo fantasmas?, etc, etc...

Também não concordo com a orientação que prevalece ainda, de sempre de resolver o problema através de prisões. Na realidade não se resolve nada e, na maioria dos casos, o processo acaba sendo contraproducente. É preciso usar um pouco mais a inteligência e ser menos apaixonado. Há uma inércia de procedimento que vem desde a atuação policial de 1964 e que persevera, qual um realejo que só sabe tocar uma música,

Se o comunismo está tão forte como dizem – forte e ameaçador – e se vem sendo combatido tenazmente há mais de dez anos, força é convir que esse combate tem sido ineficaz. Não será o caso de fazer um honesto exame crítico, rever o que está errado e imaginar novos e melhores procedimentos?

Em 24 set 75
[ASSINATURA]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: Boletim informativo nº503 (de 0400 às 1600/2500 75)]

SPAO113 UU AC 3193/02/ASP/75 25OUT75 SÃO PAULO

RETEX 051/71/AC/75

1. MVT ESTUDANTIL

A REUNIÃO PREVISTA PARA ONTEM, DIA 24 OUT, NO "CAMPUS" DA USP, NÃO SE REALIZOU.

A SITUAÇÃO É DE CALMA NO MEIO ESTUDANTIL.

2. SUBVERSÃO

AS 0800 HS DE HOJE, DIA 25 OUT, APRESENTOU-SE NO DOI/CODI/IIEX O JORNALISTA VLADMIR HERZOG, ATUAL DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA TV CULTURA-CANAL 2, PARA PRESTAR ESCLARCIMENTOS.

APÓS SER OUVIDO CONFESSOU SER MILITANTE DO PCB, COLABORADOR BT PRO MOTOR DE REUNIÕES EM PROVEITA DA MESMA ORGANIZAÇÃO.

O NOMINADO PERMANCEU DETIDO NAQUELE ORGÃO DE SEGURANÇA.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

SNI SPO
SPO115 OU AC 3195/02/ASP/75 25OUT/2208

1. INFO QUE HOJE, DIA 25 OUT, CERCA DAS 15HS, O JORNALISTA VLADMIR HERZOG SUICIDOU-SE NO DOI/CODI/II EX, DEIXANDO UM BILHETE DE PRÓPRIO PUNHO E ASSINADO, RASGADO NO CHÃO, QUE POSTERIORMENTE RECOMPOSTO, DIZIA O SEGUINTE: “EU VLADMIR HERZOG ADMITO SER MILITANTE DO PCB, DESDE 1971 OU 1972, TENDO SIDO ALICIADO POR RODOLFO KONDER. COMECEI CONTRIBUINDO COM CR$ 50,00 MENSAIS, QUANTIA QUE CHEGOU A CR$ 100,00 EM FINS DE 1974 OU COMEÇO DE 1975, MEUS CONTATOS COM O PCB ERAM FEITOS ATRAVÉS DE MEUS COLEGAS RODOLFO KONDER, MARCO ANTONIO ROCHA, LUIS WEIS, ANTHONY DE CHRISTO, MIGUEL URBANO RODRIGUES, ANTONIO PRADO ET PAULO MARKUN, ENQUANTO TRABALHAVA NA REVISTA VISÃO. ADMITO TER CEDIDO MINHA RESIDÊNCIA PARA REUNIÕES DESDE 1972. RECEBI O JORNAL “VOZ OPERÁRIA” UMA VEZ PELO CORREIO NA REVISTA “VISÃO” ET DUAS OU TRÊS VEZES DAS MÃOS DE RODOLFO KONDER. RELUTEI EM ADMITIR NESTE ÓRGÃO MINHA MILITÂNCIA, MAS APÓS ACAREAÇÕES ET DIANTE DAS EVIDÊNCIAS CONFESSEI TODO O MEU ENVOLVIMENTO ET AFIRMO NÃO ESTAR INTERESSADO MAIS EM PARTICPAR EM QUALQUER MILITÂNCIA POLITICO PARTIDÁRIA. ASSINATURA”.

2RG25102215XAMD
6110058NIND BR

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

Brasília, DF, 3 de novembro de 1975

APRECIAÇÃO SUMÁRIA Nº `/GAB/75
CAMPO INTERNO
PERÍODO DE 24/31 OUT 1975

1. CAMPO POLÍTICO

a. Política Interna

– Acontecimentos relacionados com o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG.

A semana que termina vem de constituir-se numa das mais carregadas de tensão, dentre todas as que já passou o atual Governo. Muito se falou e escreveu sobre as chamadas "escalada da subversão" e "escalada da repressão". Puseram-se muitos – a maioria dos militares aí se coloca – em posição favorável a esta segunda escalada, a da repressão, a qual se apresentaria como natural e necessária consequência da primeira. Outros – e não há também como fugir à verificação que aí se inclui a maioria do povo – parecem não apoiar a "escalada da repressão", justamente por não reconhecerem a efetiva existência de uma escalada subversiva.

Os acontecimentos ultimamente ocorridos inserem-se em todos os campos do poder; estão sendo enfocados no campo político, porque ou dele resultaram ou nele se refletiram, tornando-se por isso, o campo político, aquele mais abrangente das opiniões e fatos apreciados.

Em verdade, parecem inexistir a escalada subversiva e também a escalada repressiva. A escalada seria um passo acima, em função de outros passos anteriormente dados; nela se caracterizariam atos e atitudes intencionais, de certa forma programados. Todos os fatos relacionados com o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG – reações e contra-reações – passaram-se na semana finda, como poderiam ter ocorrido anteriormente ou ainda poderão ocorrer no futuro, nessas últimas hipóteses evidentemente sob outras razões motivadoras, porém de natureza semelhante. Subsistem as causas, tornam-se possíveis os mesmos efeitos.

Quem, dos Órgãos de Informações, tem dúvida sobre a presença ativa da subversão em praticamente todos os setores da vida nacional? Ninguém. Como, presentemente, tem sido caracterizada a ação subversiva? Através das infiltrações, do proselitismo e ação de massa. Quais as medidas mais aconselháveis à conjuntura atual? As medidas preventivas.

Pergunta-se, agora: “Há coerência entre o combate à subversão como hoje se faz e o que deveria ser feito à luz da conjuntura nacional?” Talvez na resposta a essa indagação se encontrem muitas explicações para a ampla arregimentação contestatória, de nível nacional e quase instantânea, a pretexto do suicídio de VLADIMIR HERZOG. Diz-se “a pretexto”, como se disse, antes, que acontecimentos, de mesma natureza, poderiam ter ocorrido no passado e ainda poderão ocorrer no futuro. Não se atribui, ao suicídio do jornalista, a origem dos acontecimentos; deles teria sido apenas um meio aglutinador, como outros poderiam ter existido na presente quadra da vida nacional.

Um jornalista, comunista confesso, suicidou-se em dependência militar. O Comando Militar responsável dá a versão rigorosamente exata do episódio. Vem, então, a triste conclusão, que o analista aponta a contragosto: a opinião pública, na sua grande maioria, não acreditou na palavra oficial.

Ante a melancólica conclusão citada, vale repetir, para deles extrair normas adequadas de ação, palavras do Presidente da República pronunciadas a 31 de março de 1974, no décimo aniversário da Revolução:

> “O povo, através de suas mais autênticas expressões – a Igreja de Cristo, a imprensa responsável, autênticas lideranças políticas, associações de classe e associações de cultura – e as Forças Armadas que são povo também – irmanaram-se afinal para a cruzada da redenção. Os militares, naturalmente muito mais alertas e sensíveis – por vocação e dever de ofício – aos perigos que se avolumavam, embora já profundamente atingidos pela indisciplina e subversão de hierarquia fomentadas pelo Governo, souberam aguardar, em tensa expectativa, manifestações inconfundíveis de vontade popular, para que não se lhes imputassem desvarios de prepotência, nem ilegítimas ambições de poder.
>
> Confiaram nas virtudes patrióticas de nosso povo, generoso e ordeiro. O povo, de seu lado, confiava nas Forças Armadas, consciente de que elas não o abandonariam ao cataclismo devastador do totalitarismo comunista. Chegamos, assim, à madrugada de 31 de março; ao triunfo total, surpreendentemente rápido, sobre as forças desatinadas da anarquia; às grandes procissões de massa, exultantes em sua liberação do tremendo pesadelo.
>
> Foi o momento supremo da comunhão entre Povo e Forças Armadas que nos tem sustentado ao longo deste árduo decênio, apesar de todos os inevitáveis percalços, de sérios obstáculos a vencer, por vezes irremovíveis, de naturais erros cometidos até de boa-fé e, sobretudo, da subversão multiforme, sempre à espreita.
>
> Foi momento fulgurante que nos ilumina até hoje, culminância de um consenso quase geral que, brusca e decisivamente, se sobrepõe, como um raio de verdade e de fé, à polarização entre doutrinas e crenças normalmente antagônicas.”

Não há, porém, nas atuais circunstâncias, como desconhecer ou minimizar sinais da reprovação popular. Não importa que minorias subversivas ativistas se encontrem atentas aos acontecimentos,

explorando-os e até mesmo conduzindo as reações. Importa, isto sim, reconhecer que existe e se amplia uma predisposição em aceitar as teses divulgadas por essas minorias.

No caso particular do suicídio de VLADIMIR HERZOG, o que mais se lamenta é o descrédito, que se mostrou de certa forma generalizado, na palavra oficial, circunstancialmente a do próprio Exército. A partir daí as repercussões puderam facilmente atingir outras classes sociais, em particular, – o que não causa surpresa –, a dos estudantes. As reações da classe política, em que pese a algumas posições pessoais extremadas, foram até, no seu conjunto, mais conciliatórias que de contestação. Não vai daí, porém, o reconhecimento de uma regra geral, normativa, por parte da Oposição, e sim de uma posição tática no quadro de uma estratégia global que é sem dúvida contestatória.

A calma com que transcorreu o culto ecumênico em SÃO PAULO, a que compareceram milhares de pessoas, estudantes em sua maioria, por intenção de VLADIMIR HERZOG – a intenção nada mais foi que o eufemismo no qual se abrigou a convocação a um ato político – **se tranquiliza no que se refere à manutenção da ordem pública, não deixa de causar apreensão relativamente ao aspecto contestador. Igreja, imprensa e a classe estudantil – só para mencionar as áreas atualmente mais agitadas – comprovaram a possibilidade de se aliarem, sem desordem, numa posição comum de contestação ao Governo ou, mais precisamente, aos militares;**

De algumas palavras de Dom PAULO EVARISTO ARNS, pode-se extrair o verdadeiro sentido do ato dito ecumênico:

> “Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão.”
>
> “E, no meio do Decálogo, aparece a ordem como imperativo inarredável, princípio universal indiscutível: Não matarás. Quem matar se entrega a si próprio nas mãos do Senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.”
>
> “Neste momento, o Deus da esperança nos conclama para a solidariedade e para a luta pacífica mas persistente, crescente, corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolos os filhos de VLADIMIR HERZOG, sua esposa e sua mãe.”

As palavras de Dom EVARISTO se inserem no contexto de um dos documentos do Encontro de ITAICI, realizado de 27 a 30 de outubro – mais uma das reuniões a consagrar a intromissão indébita da Igreja em assuntos do Estado – de cujo documento se transcrevem algumas passagens:

> “... erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos e diante, sobretudo, dos graves acontecimentos que vêm estarrecendo e inquietando a população de SÃO PAULO.
>
> Assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, imagem de Deus Criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam a forma de verdadeiros sequestros, pelo

> recrudescimento das torturas, acompanhadas até de mortes, alguma das quais chegam ao conhecimento público, por ameaças públicas a particulares, partindo inclusive de autoridades. O mais grave é que muitos destes atos, que levam a um clima de insegurança, são praticados sob pretexto de defender e manter a paz e a tranquilidade da sociedade, alegando, seus patrocinadores, estarem alicerçados em princípios cristãos."
>
> "Não é lícito efetuar prisões da forma como estão sendo feitas entre nós, sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que as executam, sem comunicação ao juiz competente dentro do prazo legal."
>
> "Não é lícito utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até à mutilações, à queda da saúde e até à morte, como tem acontecido."

Afora os exageros propagados por pessoas definitivamente comprometidas com a subversão – como, por exemplo, é o caso de Dom PAULO EVARISTO ARNS, Cardeal Arcebispo de SÃO PAULO – não há como deixar de reconhecer os excessos, inúteis e contraproducentes em sua maioria, que muitas vezes têm sido praticados pelos Órgãos de Segurança. Não parece sem razão que, das referências lidas sobre o DOI – onde VLADIMIR HERZOG se suicidou –, em nenhuma delas corretamente se gravou o nome do Órgão: Destacamento de Operações de Informações, ao invés de Destacamento de Operações Internas, como normalmente se registrou. Talvez aí já se encontre uma visão distorcida do órgão e de suas finalidades.

Seria faltar à verdade deixar de reconhecer que prisões têm sido feitas sob a forma aparente de sequestros, maus tratos têm sido aplicados aos prisioneiros, prazos legais não têm sido obedecidos, comunicações sobre as prisões não têm sido feitas como recomenda a lei.

Há os que reconhecem na forma de proceder descrita a única maneira adequada de combater os comunistas. Em verdade, assim agindo, numericamente, são eles momentaneamente reduzidos – embora sua atuação, na presente conjuntura, não esteja a exigir tratamento diferente do que prescrevem os dispositivos legais, nem são os executantes da política de segurança interna os intérpretes da adequabilidade desses dispositivos – mas, em termos de opinião pública, perde-se progressivamente o apoio transferido às "vítimas de autoridades arbitrárias".

Uniformizar procedimentos, no combate à subversão, compactuá-los à estrita observância dos dispositivos legais, parece constituir um imperativo da hora presente. Até onde tem sido possível acompanhar a resposta ao processo subversivo, é válida a conclusão de que os CODI não têm cumprido integralmente a missão de coordenação que lhes é atribuída, do que, em parte, têm resultado distorções nas atividades dos DOI. Ao se ditarem as características dos Destacamentos de Operações de Informações – reação instantânea, permanência, especialização e agressividade –. Desde que lhes faltem a coordenação dos CODI e uma precisa orientação dos Comandantes de Defesa Interna, o controle operacional estará evidentemente sujeito a uma autonomia demasiada. Nela poderão, talvez, ser encontradas as razões de muitos excessos cometidos.

As repercussões do suicídio de VLADIMIR HERZOG ainda não se extinguiram, embora ultrapassada se considere a fase crítica decorrente. Tais repercussões ainda deverão fazer-se sentir nas atitudes contestatórias (aos militares, em particular) e, muito possivelmente, em algumas retificações na forma de combater a subversão, com vistas a obter também maior solidariedade da opinião pública, cujo apoio é dos mais importantes objetivos do regime em que vivemos.

Cabe ainda registrar que, no acesso dos acontecimentos em SÃO PAULO, visitou o Presidente da República, sem qualquer anormalidade, a Capital paulista. As respeitosas e até carinhosas atenções com que S. Exª foi recebido – enquanto se desenrolavam os fatos culminantes vinculados ao suicídio de VLADIMIR HERZOG – estão a demonstrar uma faceta especial da opinião pública que, sem dúvida contrária a alguns setores governamentais, em sua generalidade respeita e apóia a pessoa do Presidente da República. Por que? Talvez porque em S. Exª reconheça inabalável força moral – que o povo sabe pressentir – escorada em inquestionável coerência de atitudes e de propósitos, capaz de sobrepor-se a episódios, nos quais a tendência natural é deles desvincular o Presidente, sem, todavia, – aí está o aspecto de mais difícil explicação –, por em dúvida a posição de comando do Presidente.

b. <u>Subversão</u>

O incremento da agitação no 2º semestre do corrente ano, confirmando previsão dos Órgãos de Informações, aumentou de intensidade durante os últimos dias, particularmente no setor estudantil.

Já há algum tempo, vinha sendo observada uma efervescência em várias universidades, onde o levantamento de bandeiras reivindicatórias, que pudessem arregimentar as massas, serviam de cobertura para engrossar as fileiras do Movimento Estudantil.

As Universidades de SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO e BAHIA foram as que apresentaram melhor “caldo de cultura” para a exploração subversiva.

Na BAHIA, a bandeira do jubilamento quase leva toda a Universidade a uma greve geral, impedida graças à firmeza de atitude das autoridades, que garantiram a presença dos não grevistas, provocando o esvaziamento do movimento.

No RIO, cerca de 800 alunos fizeram uma passeata, não autorizada, pelas ruas da cidade até a Assembleia Legislativa, onde as reivindicações estudantis foram substituídas, nos discursos, por conhecidos temas de contestação. A passeata, como teste de arregimentação, pode ser considerada bem sucedida. Dela resultou um reunião do Comandante do I Ex com as autoridades responsáveis pela segurança na área. Posteriormente, uma Nota do Ministério da Justiça aos Governadores dos Estados e Territórios, sobre a proibição de passeatas e concentrações que visem à agitação, deu continuidade às medidas preventivas acauteladoras.

Em SÃO PAULO, a agitação da ECA, que já parecia contornada, recebeu nova impulsão e se alastrou por várias Faculdades com o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG – comunista confesso, responsável pela infiltração na TV-2/CULTURA, do Governo do Estado, e também professor da ECA –, e propiciou ambiente extraordinariamente favorável a explorações políticas e generalizado clima de agitação.

Verifica-se que o aumento da agitação, no meio estudantil, guardou proporção com as atividades para o desmantelamento do PCB, particularmente nos Estados da BAHIA e SÃO PAULO. A pressão

estudantil paulista, ao entrar em greve geral pela libertação dos estudantes presos, fere legislação específica.

Enquanto isso, a aparente calma das atividades subversivas foi quebrada pelo assalto à Casa de Móveis HAMILTON, no RIO DE JANEIRO, que denunciou, também, o atual processo de "expropriação revolucionária".

Desgastados com os assaltos, tendo em vista a reação da opinião pública e a repressão dos Órgãos de Segurança, os subversivos adotavam um novo método que não causa alarde: vinham praticando a extorsão e ameaçavam a vítima de "justiçamento", caso ela denunciasse o assalto. Isso evitava que os Órgãos de Segurança tomassem conhecimento do problema, facilitando as ações futuras e a apropriação de grandes quantias.

No caso mencionado, o assalto foi feito por dois elementos banidos do território nacional, que regressaram clandestinamente e que, usando rádios portáteis e auxiliados por mais três subversivos, levaram Cr$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros) – haviam pedido Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) – e ainda ameaçaram "justiçar", posteriormente, um General da ativa do Exército, vizinho e conhecido da vítima.

Além disso, embora ainda sem comprovação, os assaltos a duas firmas no RIO DE JANEIRO – entre as quais a Associação dos Agentes de Informações do BRASIL, de onde foram levados Cr$ 2.633.000,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e três mil cruzeiros) –, apresentam fortes indícios de terem sido praticados por subversivos, tendo em vista a forma como se executou o planejamento. Os assaltantes, dos quais um deles estava fardado de PM, portavam metralhadoras, tendo tomado as armas dos vigilantes e a carteira de identidade de um policial.

Complementando este quadro: foram feitas ameaças de explosões de bombas em repartições da ECT, em SÃO PAULO, e na Escola Técnica Federal da BAHIA; em BRASÍLIA, GOIÂNIA e SÃO PAULO foram distribuídos os panfletos "A DITADURA ENTREGA O PETRÓLEO", atacando os chamados contratos-de-risco e a posição "entreguista" do Governo e conclamando o povo à luta para "destruir o estado neofascista e instaurar um regime democrático e revolucionário".

É provável, portanto, que a subversão incremente as suas atividades, tendo em vista o êxito que vem obtendo no Movimento Estudantil e o apoio de setores da Igreja Católica, da ala política contestatória e de jornalistas, com repercussão provavelmente favorável na opinião pública.

A tática de dar vida legal aos seus militantes fez com que o desmantelamento do PCB, particularmente dos elementos infiltrados na ala jovem do MDB, provocasse a reação das classes supostamente atingidas, que os têm apresentado como políticos, jornalistas e estudantes perseguidos, procurando minimizar suas vinculações com o Partido Comunista.

Além disso, a JUNTA DE COORDENAÇÃO REVOLUCIONÁRIA – JCR, que pretende apoiar organizações subversivas latino-americanas partidárias da luta armada, já começou a financiar os comunistas brasileiros, pretendendo enquadrá-los no seu contexto, tão logo eles tenham condições para desencadear uma luta de guerrilha.

Verbas para viagens de contatos e as primeiras providências já foram fornecidas a JOSÉ MARIA CRISPIM, da ALN – AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, havendo indícios de que elementos subversivos pretendem criar uma área de guerrilha na fronteira com o PERU, nela empregando pessoal treinado em PORTUGAL e ANGOLA.

Existe quem pretenda afastar o Exército do combate à subversão, que ficaria totalmente entregue à Polícia. Essa idéia já foi objeto de sugestões de Deputados oposicionistas. Evidentemente, é um conceito distorcido do real papel das Forças Armadas, cuja ação – mesmo dentro da atitude preventiva hoje recomendada – também se realiza em concomitância com a das Forças Policiais, sem que, do combate à subversão, as Forças Armadas percam, em qualquer hipótese, o controle e a supervisão.

c. Administração Pública

– Inabilitação de ex-Diretores do BANDECE.

Remonta a 20 Ago 73 a operação de financiamento realizada, em condições manifestamente irregulares, entre o Banco de Desenvolvimento do Estado do CEARÁ – BANDECE e a Construtora e Pavimentadora S/A, localizada em SALVADOR/BA, na importância de Cr$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), para a aplicação em obras de estradas de rodagem.

A obtenção desse empréstimo foi bastante explorada pela imprensa, em razão de denúncias formuladas por um ex-funcionário do BANDECE, nas quais se fizeram alusões à distribuição de propinas a membros da diretoria e a pessoas a eles ligadas por laços de parentesco, que teriam servido como intermediárias.

Em 02 Ago 74, a Delegacia Regional do Banco Central, em FORTALEZA, após sindicar a respeito, já se manifestava sobre a ilicitude desse empréstimo, caracterizando-o, em termos bancários, como uma "operação triangular", modalidade expressa a formalmente vedada pelas autoridades monetárias.

A sindicância, encaminhada à Inspetoria do Banco Central, em BRASÍLIA, para efeito de julgamento por parte da Presidência do referido órgão fiscalizador, ganhou logo manifesta morosidade, dando margem, então, a comentários e especulações, através da imprensa desta Capital e do Centro-Sul do País, além de servir a parlamentares para marcar a sua política de oposição ao Governo do CEARÁ.

Decorridos um ano e três meses da data de instauração do processo de sindicância, somente agora o Banco Central vem de se pronunciar sobre o assunto, concluindo pela aplicação da pena de inabilitação, por 5 (cinco) anos, dos ex-Diretores do BANDECE, FERNANDO JOSÉ ARAÚJO PERDIGÃO, DALTON COSTA LIMA e PERIPEDES FRANKLIN CHAVES, de exercerem cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras, com base no Art. 44, inciso IV, da Lei nº 4.595, de 31 Dez 64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias.

É oportuno ressaltar, com respeito à aplicabilidade das penalidades impostas, que os três ex-Diretores, agora punidos, dispõem do prazo de 15 (quinze) dias para interporem recurso próprio, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional,contados do recebimento da notificação.

Atualmente, o economista FERNANDO JOSÉ ARAUJO PERDIGÃO exerce a função em Comissão Símbolo 3, de Coordenador de Projetos Especiais, junto ao Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil S/A, o Sr. PERIPEDES FRANKLIN MAIA CHAVES ocupa cargo no

Tribunal Regional Eleitoral/CE, enquanto que o Coronel R/1 DALTON COSTA LIMA VIEIRA exerce a função de Presidente da Ceará Pescas S/A, empresa de economia mista cearense.

Verifica-se, assim, que a pena cominada aos três ex-Diretores do BANDECE, além de lhes permitir, depois de 5 (cinco) anos, o retorno ao exercício de direção na administração ou gerência em instituições financeiras, admite, ainda, para ser cumprida, de recurso próprio, com efeito suspensivo, a ser utilizado pelos elementos agora punidos.

A não aplicação de qualquer multa pecuniária ou outra penalidade em grau maior, pelo ilícito causado à economia do Estado do CEARÁ, como prevê a Lei nº 4.595/64, conjugada à suspensão dos efeitos dessa penalidade, circunscrita que está a uma série de protelações e procrastinações de ordem processual e administrativa, propiciará aos três ex-Diretores a permanência no exercício de suas atuais funções públicas, fato que deverá repercutir negativamente na opinião pública, uma vez que a pena aplicada passará a refletir apenas uma sanção de efeito moral.

2. CAMPO PSICOSSOCIAL

– Esquerda Clerical e os Movimentos Estudantil e Operário.

1) O Movimento Estudantil – ME, concretizando as aspirações de suas lideranças e as estimativas dos Órgãos de Informações, atingiu, neste segundo semestre, um dos pontos mais agudos, desde os acontecimentos de 1968/69.

2) Já no ano passado, na Universidade de SÃO PAULO, foram feitas tentativas de "demonstração de força", com a mobilização estudantil em torno do Comitê de Defesa dos Presos Políticos – CDPP, as quais não obtiveram maiores êxitos, em virtude da ação das autoridades. Nessa oportunidade, evidenciou-se o envolvimento do clero esquerdista e de elementos do MDB, no Movimento Estudantil.

3) A "explosão de lutas" do corrente ano, conforme os agitadores definem a eclosão simultânea ou sucessiva de movimentos de agitação, em várias universidades, é fruto de intensa e persistente "conscientização" ou "trabalho de massa", a que são submetidos os estudantes, mobilizados para reivindicarem melhor nível de ensino, substituição de professores e diretores, revogação dos Dec-Lei 228 e 477, liberdade de expressão e reunião, e participação na vida política nacional, através de entidades de representação estudantil.

4) A seguir, destacam-se os movimentos estudantis atuais de maior vulto:

FACULDADE / UNIVERSIDADE
UFBA (BAHIA)
USP (SÃO PAULO)
DISCRIMINAÇÃO / FATOS

Problema: Após trinta e cinco dias com as atividades paralisadas, os alunos da UFBA vêm lenta, mas progressivamente, retornando às aulas.

Os alunos do Curso de Jornalismo deixaram de comparecer às aulas ao tomarem conhecimento do suicídio, em SÃO PAULO/SP, do jornalista VLADIMIR HERZOG.

Houve tentativas dos estudantes no sentido de conseguirem adesões ao seu movimento, na área sindical baiana, sem, contudo, lograrem êxito.

Apoio Externo: MDB/Jovem; "Centro de Estudos e Ação Social – CEAS" –, entidade dirigida por padres italianos marxistas.

Líderes do Movimento: FRANCISCO FONTES DIAS NETO, JOSÉ ALOÍSIO COUTO DE RESENDE, JOSÉ ALBERTINO LORDELO e TELMA MARIA DE OLIVEIRA.

Expectativa: O movimento estudantil, no Estado da BAHIA, apesar de retraído, em face da iminência de os estudantes serem reprovados por faltas e implicações da recente Circular do Ministro da Justiça, poderá prosseguir por outras formas, através de panfletagem e "doutrinamento" em salas de aulas.

Problema: Na Universidade de SÃO PAULO, o Movimento Estudantil, que tem permanecido em estado latente, voltou a agitar a Universidade, sob pretexto, agora, das prisões de estudantes por órgãos de segurança. A situação foi agravada pelo suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG, em torno do qual giraram as manifestações.

Os alunos, em plenário, e em "desobediência consciente" à Circular do Ministro da Justiça, resolveram "conceder" prazo às autoridades, para, até o dia 28 Out, liberarem todos os "presos políticos"; caso contrário entrariam em greve. Atualmente, treze (13) cursos da USP têm suas aulas paralisadas.

Apoio Externo: Escola de Sociologia e Política de SÃO PAULO e Universidade Federal de SÃO CARLOS/SP. Outras quatro entidades de ensino têm reuniões marcadas para "tomada de posição".

Observa-se, também, um grande movimento de união entre estudantes, sindicato de jornalistas, clero e políticos do MDB.

FACULDADE/UNIVERSIDADE

USP/(SÃO PAULO) (Continuação)

UFF (RIO DE JANEIRO)

UnB (BRASÍLIA)

UFMG (MINAS GERAIS)

(Continua...)

DISCRIMINAÇÃO/FATOS

Expectativa: Recrudescimento do ME, na USP, à medida que se intensificarem novas ações de exploração sobre o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG.

Problema: Realização, de 03 a 07 Nov 75, da comemoração da "Semana dos Direitos Humanos", pelo DCE da Universidade Federal Fluminense, cujas lideranças já demonstraram sua desobediência ao Reitor da referida Universidade.

Apoio Externo: A programação do DCE/UFF já conta com notável apoio da Universidade Estadual do RIO DE JANEIRO, Universidade Federal do RIO DE JANEIRO, PUC/RJ, Faculdade de Medicina de TERESÓPOLIS e PETRÓPOLIS.

Expectativa: Os estudantes do RIO DE JANEIRO poderão, usando como "bandeira" o suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG, em SÃO PAULO, e, através da "Semana dos Direitos Humanos", desenvolver um processo de agitação, em escala crescente, visando a conscientizar a

opinião pública sobre a “luta estudantil” e levar o Governo Federal a reprimir o movimento, fato que, sem dúvida, renderá dividendos ao ME, dando à causa um sentido nacional.

Problema: A organização do Diretório Universitário, na UnB, tem servido como pretexto inicial para todas as movimentações estudantis naquela Universidade, que, posteriormente, extrapolam para outras reivindicações.

Atualmente, o ME, na Universidade de BRASÍLIA, está sob o controle das autoridades; entretanto, continuam, sistematicamente, sendo realizadas panfletagens.

Apoio Externo: Parlamentares do MDB.

Líderes: DAVID EMERICH, NEY MOURA, JOSÉ HUMBERTO RODRIGUES, ARLINDO CHINAGLIA JUNIOR e EDUARDO ALMEIDA NETO.

Expectativa: Qualquer pretexto, que sensibilize a massa estudantil, será aproveitado para nova mobilização dos estudantes, em torno da criação do Diretório Universitário, segundo suas pretensões.

Problema: Panfletagem e reuniões. Trabalho conjunto e intenso das lideranças estudantis (DCEs) da Universidade Federal de MINAS GERAIS e da Universidade Católica/MG, visando a sensibilizar o meio estudantil sobre os contratos de risco e o suicídio do jornalista V. HERZOG.

FACULDADE/UNIVERSIDADE

(Continuação)

UFMG (MINAS GERAIS)

OUTROS ESTADOS

DISCRIMINAÇÃO/FATOS

Apoio Externo: Foram convidados a participarem do movimento: MARCOS GOMES, do semanário “Crítica”; FERNANDO GASPARIAN, do semanário “Opinião”; e MUNIZ BANDEIRA, professor de Sociologia.

Expectativa: Aderir, através da sensibilização dos estudantes de MG, às manifestações estudantis ora verificadas no Estado de SÃO PAULO, procurando dar ao movimento um caráter nacional.

Além da BAHIA, RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, o meio estudantil do País, em outros Estados, vem, sistematicamente, sendo trabalhado pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais-IEPES, fundado pelo MDB. O IEPES e os Diretórios do MDB/Jovem têm possibilitado, ao partido oposicionista, uma aproximação cada vez maior com a mocidade, através de ciclos de debates, onde políticos oposicionistas, como o Deputado Federal JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO (MDB/RJ), Dep Fed FERNANDO SOARES LIRA (MDB/PE), Dep Fed LYSÂNEAS MACIEL (MDB/RJ), Dep Est MARCELO GATO (MDB/SP), Dep Est CÍCERO PORTO (MDB/GO) fazem palestras, visando ao recrutamento e à mobilização das lideranças estudantis.

5) Ressalta-se, entretanto, que o condicionamento ao calendário escolar constitui, para o Movimento Estudantil, uma significativa deficiência. Isto porque as provas e as férias de fim de ano prejudicam a mobilização permanente. Entretanto, observa-se que a retomada do ME, a cada ano, vem apresentando sinais de recrudescimento, como resultado das experiências anteriormente adquiridas.

Uma das soluções, para manter a mobilização permanente, seria a de promover a união do Movimento Operário com o Movimento Estudantil, objetivo que vem sendo insistentemente

perseguido pelas esquerdas. Esse objetivo tem encontrado dificuldades em sua concretização, em face da resistência do operariado, que, tradicionalmente, não aceita a liderança estudantil.

6) Provavelmente, essa falta de receptividade do operário seria uma das razões que teria levado o Cardeal ARNS a explicar aos estudantes, segundo notícia publicada em "O ESTADO DE SÃO PAULO", de 23 Out 75, que as mobilizações de massa não serão feitas imediatamente, pois a situação exige que se criem meios de mobilização permanente.

Justamente em busca dessa mobilização – no que se destaca o incentivo a líderes estudantis, notadamente na USP e na UFBA – vem se empenhando a esquerda clerical que, para isso, conta com o apoio acessório de políticos do MDB.

7) Considera-se que, se realizada essa união, tornar-se-ia possível a eclosão de movimentos simultâneos de estudantes e operários, o que viria a constituir ponderável força de pressão, com resultados extremamente prejudiciais à tranqüilidade e à ordem pública.

8) Em decorrência do suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG, admite-se que se intensificarão trabalhos e ações, no sentido de se efetivarem ligações entre políticos do MDB, esquerda clerical, áreas estudantil e trabalhista do País, contando, agora, com o apoio "excitado" de jornalistas esquerdistas.

9) Ressalta-se que, por ocasião do enterro do mencionado jornalista, o Dep Est DEL BOSCO AMARAL (MDB/SP), ao declarar pela imprensa que "estou também autorizado a pedir aos estudantes e trabalhadores do meu País que se abstenham de qualquer manifestação nos próximos dias até que a situação se aclare...", pretenderia, na realidade, incentivar, subliminarmente, a realização de movimentos de massa.

Enquanto isso, Dom ANGÉLICO SÂNDALO BERNARDINO, Bispo Auxiliar de SÃO PAULO, falando sobre o tema principal da reunião dos Bispos de SÃO PAULO, que se realizou em ITAICI/SP, afirmou: "...a ação da Igreja nos próximos anos será de animar a classe dos trabalhadores, funcionando como elemento de libertação do povo, já que, segundo pesquisa recente, num confronto entre trabalho e capital, este último é o que sai ganhando".

3. CAMPO ECONÔMICO

– Projeto Carajás

O projeto de exploração do minério de CARAJÁS/PARÁ e a consequente implantação de uma usina siderúrgica tem sido objeto, nos últimos meses, de freqüentes comentários e discussões, no noticiário da imprensa dos Estados do PARÁ e do MARANHÃO, e também, mais recentemente, de polêmicas no Congresso Nacional.

É sabido que o consórcio Amazônia Mineração S.A. – AMZA, desde 1973, já havia se definido, após estudos técnicos e de viabilidade, pelo transporte ferroviário do minério até o Porto de ITAQUI, em SÃO LUÍS/MA, em detrimento do escoamento do minério por hidrovia e a decorrente construção de um porto na ilha dos Guarás ou Espadarte, na foz do Pará.

Tal definição havia gerado um clima de grande euforia nos maranhenses, aguçando-lhes o sentimento regionalista com projeções que visualizavam o seu Estado como um grande pólo irradiador de desenvolvimento para todo o Norte-Nordeste.

Era voz corrente, naquele Estado, não existir, no atual Governo, plano para o desenvolvimento do MARANHÃO e sim o Projeto CARAJÁS, localizando um complexo siderúrgico em SÃO LUÍS e arrastando todo um caudal de empreendimentos e realizações capazes de, pelo seu efeito multiplicador, impulsionar todos os setores da economia maranhense.

Aguardava-se, assim, para o ano de 1975, a execução do Projeto, iniciando-se pela construção da grande ferrovia de 900 km, cuja fase de estudos já teria sido concluída.

Foi, portanto, nesse quadro de grande otimismo, escorvado constantemente pelas lideranças do Estado, que começaram a surgir as primeiras contestações à alternativa de utilização do Porto de ITAQUI.

Assim, em fins de setembro do corrente ano, o Senador CATTETE PINHEIRO (ARENA/PA) contrabatia a exposição do Senador ALEXANDRE COSTA (ARENA/MA), intransigente defensor da usina siderúrgica no MARANHÃO, alegando que as afirmações de "impraticabilidade e inviabilidade da construção de um porto em ESPADARTE eram de responsabilidade apenas da AMZA, pois estas têm sido refutadas por opiniões do Instituto Nacional de Pesquisa Hidroviária e do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis".

Por seu turno, o Senador JARBAS PASSARINHO (ARENA/PA) declarava "que se no meu Estado pudermos ficar com algo mais do que apenas um buraco de mineração, lutaremos por isso e devemos lutar". Argumentou, ainda, aquele parlamentar, que dois novos fatos vieram favorecer a alternativa do Porto de ESPADARTE:

– o aproveitamento do desnível de ITABOCA para a construção da hidrelétrica de TUCURUÍ, resultando na regularização da navegação do Rio TOCANTINS; e

– o aumento dos custos do aço no mundo.

No início do mês de outubro, em BRASÍLIA, o Sr. OTOHIRO MIKI, Chefe da Delegação da NIPPON STEEL CORPORATION, que concluiu com a SIDERBRÁS os estudos de pré-viabilidade do Projeto ITAQUI, declarou à imprensa: "O JAPÃO considera a implantação da ferrovia em CARAJÁS uma incógnita". Com isso, pretendia enfatizar que a entrada em operação da usina siderúrgica de ITAQUI, no MARANHÃO, prevista para o final de 1980, poderá sofrer um atraso considerável se o Governo não decidir, logo, pela construção da estrada de ferro.

Numa intensificação dos debates, foi realizado nesta semana, nos dias 28 er 29 Out, no Clube de Engenharia no RIO DE JANEIRO, o Simpósio da AMAZÔNIA. Durante os trabalhos foram expostas teses de engenheiros paraenses e do Dep Fed GABRIEL HERMES (ARENA/PA). Tais teses analisavam a opção entre o Porto de TIJOCA, no ESPADARTE, utilizando o transporte hidroviário pelo Rio TOCANTIS, e o Porto de ITAQUI que exige a construção de uma ferrovia.

A conclusão do Simpósio foi no sentido de recomendar:

– o transporte hidroviário para o Porto de TIJOCA, no ESPADARTE; e

– uma moção propondo ao Governo a criação de uma companhia mineradora para o Vale do TOCANTINS e ARAGUAIA, à semelhança da CIA VALE DO RIO DOCE, cujo êxito recomenda tal solução.

Estima-se, como consequência, que os constantes debates em torno do assunto, caracterizando polêmica regionalista, tendam a se incrementar e a se tornar cada vez mais acalorados.

Pode-se esperar, igualmente, que os debates, já agora em nível nacional, estimulem a Oposição no sentido de explorar o retardo da decisão final como resultado do interesse de empresas multinacionais partícipes do empreendimento. Não seria difícil, para a Oposição, relacionar este problema com os “contratos-de-risco” e alguns fatos relatados na CPI das Multinacionais.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

RESERVADO

Ministério da Aeronáutica CISA

24 NOV 1975

1 – Assunto: Subversão comunista – pressão comunista contra o governo
2 – Origem: CISA
3 – Difusão: Discriminada no final do conteúdo
4 – Difusão anterior
5 – Referência
6 – Anexo

Documento de Informações nº 046/CISA

1 – ANTECEDENTES DA SUBVERSÃO

A anarquia, a corrupção, o desgoverno, a inflação e o proselitismo comunista, às escancaras, foram algumas, dentre as principais causas, que levaram a nação a fazer eclodir a Revolução de 31 de março de 1964.

No início do primeiro Governo Revolucionário (Presidente CASTELLO BRANCO) e sob a vigência do Ato Institucional nº 1, recompuseram-se a administração pública e a disciplina, e o país conheceu o alvorecer de um processo de saneamento econômico e, ao mesmo tempo, deflacionário. A esquerda comunista recolheu-se a uma militância discreta e prudente.

Com a autoextinção do AI-1, o proselitismo marxista foi, pouco a pouco, sendo intensificado.

Durante o segundo Governo Revolucionário (Presidente COSTA E SILVA), começaram a ocorrer manifestações subversivas, em crescente intensidade, com algumas facções dissidentes do comunismo da linha soviética, lançando-se à aventura guerrilheira urbana e rural, de modo que o Governo viu-se na contingência de instituir o AI-5 e a aplica-lo energicamente. Como consequência tornou-se mais difícil o trabalho de massa dos comunistas – impedido que foram de fácil acesso aos meios de comunicação social.

Durante o terceiro Governo Revolucionário (Presidente MÉDICI), intensificaram-se as ações guerrilheiras, ao mesmo tempo em que o trabalho de massa reanimava-se. Todas as facções comunistas estavam em plena atividade; ao final do período, devido à falta de perspectivas de sucesso através das guerrilhas, que iniciadas prematuramente, foram neutralizadas pelo Governo, o

esforço de trabalho da revolução comunista voltou-se, novamente, exclusiva, mas ativamente, para o trabalho de massa, segundo a tática sempre advogada e empregada pelo PCB.

2 – SITUAÇÃO PRESENTE DA SUBVERSÃO COMUNISTA

É este, em termos gerais, o quadro político-subversivo do momento atual, durante o quarto Governo Revolucionário (Presidente GEISEL) e que se vem intensificando progressivamente, tornando-se cada vez mais inquietante.

Se bem que, desde 1964 até nossos dias, as chamadas organizações comuno-subversivas, que chegaram a existir em número de cerca de cinquenta e duas, contaram com preciosos aliados nos partidos políticos, no clero (autodenominado progressista), no ensino e nos meios de comunicação social (jornais e revistas, rádio, televisão), em contrapartida enfrentaram uma séria dificuldade, embora muda, mas difícil de ocultar ou negar, o célere desenvolvimento nacional e o rápido caminhar, a passos largos, no caminho da estabilidade econômica.

Porém, como, há poucos dias, o Presidente acaba de admitir à nação que, devido à difícil conjuntura econômica internacional (deflagrada pelos contínuos aumentos do preço do petróleo), conhecemos um período econômico-financeiro particularmente difícil, tal declaração servirá de prato de resistência no banquete demagógico dos comunistas e seus aliados, os "simpatizantes", servido diariamente, dia e noite, através da comunicação social.

Nos dias de hoje, as organizações subversivas já dominam, através de elementos dos quadros partidários e/ou simpatizantes, o MDB, o Clero, o ensino e, praticamente, todos os meios de comunicação social, inclusive aqueles de prioridade de conhecidos anticomunistas. E, não podemos negar que a imprescindível contrapropaganda, quando existe, é tênue, débil, tímida, às vezes, inconveniente.

3 – SUBVERSÃO COMUNISTA NO CAMPO MILITAR

Conquistada a maior adversária ideológica do comunismo marxista, a Igreja Católica Romana – que se constituía em baluarte espiritual, aparentemente imune à penetração de doutrinas materialistas, e menos, ainda, daquela que considera a religião "o ópio do povo" – mas, agora, tornada a maioria ativa e colaboracionista – preocupa-se, então, o Movimento Comunista Internacional (MCI) em realizar, em todo país não comunista, a conquista do último bastião contracomunista, o derradeiro obstáculo, porém, o mais perigoso, porque dispõe do poder das armas: as Forças Armadas. Como? Do mesmo modo que a ex-igreja de Cristo – agora mais de MARX que de JESUS – foi envolvida e capturada no vórtice do Domunismo Internacional: a infiltração e o proselitismo marxista; a ação de fora para dentro e a expansão no próprio interior da corporação.

Infiltrar de que modo? É só encontrar as áreas vulneráveis à filtragem: as portas abertas à penetração de comunistas ativistas selecionados.

E que tem o marxismo de tão extraordinário capaz de abalar a fé religiosa de bispos, padres, frades e freiras: E por que devemos temer essa doutrina apátrida e internacionalista no ambiente

familiar, onde imperam o amor à pátria, a disciplina, o respeito e obediência à hierarquia, bem como o juramento do cumprimento do dever.

É que há, na realidade, duas doutrinas marxistas. Uma, já ultrapassada e utópica – nascida da realidade de uma época, a condição de vida do operariado – inumana, explorada, irracional e revoltante, no alvorecer da Revolução Industrial, na Europa do início do século XIX – e, por tudo isso, humanista, igualitária e libertadora. Outra, baseada no apelo a esses mesmos sentimentos nobres e altruístas do homem comum, mas não em benefício do trabalhador, não mais submetido àquelas condições superadas pelo neocapitalismo, mas a serviço do imperialismo russo no seu histórico expansionismo, em que as armas do passado foram substituídas por um falso socialismo marxista, máscara do capitalismo do Estado, constituído em ditadura unipartidária e totalitária, ironicamente, denominada "do proletariado". E, justamente, onde o proletário e o camponês são planejadamente espoliados, para a constituição de um poder militar superdimensionado e indisputável, e de uma tecnologia espacial em desacordo com o padrão de vida do povo, mas tudo para efeito de propagando da excelência do falso marxismo, que, por trás da "Cortina de Ferro", revela-se na mais eficiente máquina burocrática de exploração do trabalhador pelo Estado e de repressão policial a todas as liberdades individuais e coletivas.

O desdobramento da célula comunista na Polícia Militar do Estado de São Paulo (descrita no Relatório de Informações nº09/75, do CISA) que resultou na identificação, prisão e processo penal militar de 63 (sessenta e três militares, dos quais vinte e um (21) oficiais, sendo nove da ativa, quarente e dois (43) praças, dos quais trinta e sete (37) da ativa. Dos oficiais, um Tenente-Coronel da ativa e dois Coronéis da reserva (um dos quais falecido, recentemente, vítima de um enfarte).

No IPM sobre tal célula da PMSP, verificou-se a infiltração da, pelo menos, um de seus elementos no DOI, órgão operativo combinado no II Exército, do que resultava, há muito tempo, em prejuízos das ações de seguranças das Forças Armadas cujos comandos são sediados em SÃO PAULO/SP; (II Exército, IV COMAR e 2º Distrito Naval).

Este é um exemplo posto a descoberto. Haverá outros, ainda por descobrir?

Mas, é certo que o "PLANO PONOMAREV", (Relatório de Informações nº 09/75-CISA) no terceiro item (Forças Armadas) de sua tática paa a conquista do poder, está sendo posto em execução no Brasil.

4 – SUBVERSÃO COMUNISTA NA ÁREA ESTUDANTIL

Recentemente, em fins de OUT 75 e início de NOV 75, houve agitação de caráter passageiro e sem maiores consequências, na área universitária, iniciadas em SALVADOR/BA; seguindo-se em SÃO PAULO/SP e, logo, em NITERÓI e RIO DE JANEIRO/RJ. Há expectativa de novas agitações nessas mesmas e noutras cidades, a qualquer momento.

As agitações foram realizadas por meio de grave, em inúmeras faculdade, até que fossem atendidas exigências, de modo geral entendíveis (e os líderes estudantis comunistas bem sabiam que seriam atendidos). Mas, não importavam os motivos, fossem eles justou ou não.

Foram proibidas passeatas e, realmente, não as houve. Por quê? Talvez, as liderança comunistas do setor estudantil tenham julgado não haver chegado, ainda, o momento propício a um confronto,

em termos de violência, com a Polícia, e, talvez, com as Forças Armadas. Em SALVADOR, tudo correu de modo tranquilo; poucas detenções, logo relaxadas. Aos poucos, os estudantes foram voltando às aulas, até que tudo terminou, como por si mesmo. As exigências, esquecidas: não eram mais necessárias; mas, revelaram-se úteis: serão utilizadas outras vezes.

A seguir, foi SÃO PAULO. Novamente a ameaça de greve, mantida até que exigências inaceitáveis (como a liberdade de todos os presos políticos) fossem atendidas. Houve o suicídio do jornalista VLADMIR HERZOG, no DOI/II EX, logo aproveitado – como tendo sido assassinado – pelo clero marxista e pela imprensa infiltrada, tudo com participação ativa dos universitários. O PCB tudo fará para transformar WLADMIR HERZOG num mártir da "causa democrática". Não houve, também, passeatas; e a agitação foi esvaziando-se por si mesma.

Chegou a vez de NITERÓI. A mesma coisa. No RIO, a agitação programada para o fim de outubro foi transferida para os primeiros dias de novembro, exatamente, para o mesmo período previsto para as manobras do I Exército. A reunião estudantil previa a discussão do tema: DIREITOS HUMANOS.

Parece não haver dúvidas de que o que estão ocorrendo, na área universitária, é um teste de comando comunista, com duas finalidades:

- verificar o nível de obediência à ordem de iniciar a agitação, não importando o valor das exigências a serem apresentadas, nem o atendimento ou não de quaisquer delas;

- testar o nível de reação do Governo e dos órgão de repressão à agitação estudantil, mas não houve intenção de chegar às últimas consequências, logo da primeira vez, no primeiro teste, levando os estudantes a atingir o nível de agitação agressiva em que seria inevitável a repressão violenta.

ESTIMATIVA – É possível que novas agitações, na área universitária, sejam desfechadas, e níveis mais elevados de agressividade sejam intencionalmente atingido, até que seja chegado o momento julgado lucrativo, politicamente, para a subversão forçar a repressão policial-militar contra os estudantes, que serão apresentados pela imprensa internacional como jovens inocentes, litando por justos direitos, negados pela "ditadura militar fascista", e , por isso, impiedosamente, agredidos e presos. Se um ou mais estudantes for vitimado (e ninguém saberá ao certo, por quem), haverá excelente motivo a ser explorado pela propaganda comunista mundial, contra o Governo brasileiro, sob a regência do Movimento Comunista Internacional, ou dizendo, às claras, sob a batuta do governo soviético, comandando o Partido Comunista da União Soviética e, através deste, os demais Partidos Comunistas, nos Congressos Internacionais dos Partidos de orientação (ou submissão?) soviética.

Em 1968, um "mártir estudante" foi criado no episódio do restaurante do Calabouço, e largamente explorado. Outro "mártir estudante" mais recente, talvez seja considerado conveniente, e, sem dúvida, de alguma forma, poderá vir a ser forjado.

5 – CONCLUSÃO ESTIMATIVA

Se o Governo não se dispuser, ou não puder utilizar os instrumentos adequados à neutralização dessas organizações é possível que, em futuro próximo, repressão violenta tenha de ser empregada, sob condições ainda mais adversas – como aconteceu no CHILE e, agora, na

ARGENTINA – ou estaremos correndo o risco de uma revolta, aparentemente, para a "restauração das liberdades democráticas", mas terminando sob domínio comunista, como em CUBA e em PORTUGAL.

6 – PRESSÃO NÃO COMUNISTA CONTRA O GOVERNO **[À MÃO: ?]**

Determinado grupo de militares, provavelmente, em sua maioria, oficiais da ativa e/ou da reserva do Exército, exatamente, sob o pretexto de que não empregando – na dosagem em que julgam eles, seria a intensidade necessária – as medidas repressivas contra a subversão tal como se apresenta hoje, o Governo GEISEL torna-se responsável pela possibilidade de retorno à situação existente no inpicio da década de 1960. Tal situação, evoluindo em rápido e inquietante crescendo, levou o povo e Forças Armadas a agir drasticamente, depondo, em 30 de março de 1964, o Governo Civil, fechando o Congresso e assumindo as responsabilidades pelo Governo da Nação.

Se não podemos citar que esse grupo assuma a posição de árbitro das ações repressivas do Governo, não podemos , também, negar esteja, presentemente, a subversão comunista pregada tão ativamente que se torna clara, visível e inegável, principalmente, através dos órgãos de comunicação social, do campo político e de certo setor do clero.

Outro grupo de oposição contestatória é de constituição nítida de elementos da Aeronáutica. Seus ataques não dirigidos, mais particularmente, para a cúpula deste setor – ao Ministro e ao Alto Comando – embora, também, se mostra em desacordo com a política denominada de "distensão" de Governo e das restrições impostas às ações repressivas das Forças Armadas contra o comunismo.

Tal tipo de oposição twm sido processada através de limitada panfletagem, difundida através de Correio, e dirigida, principalmente, e oficiais-generais e superiores. É vasada em termos, às vezes, nominalmente, ofensivos, mas, na sua fase atual, não representa vulto significativo. Pode-se admitir, no entanto, que vindo – a agravar-se mais a situação econômico-financeira do país, com a consequência fatal da aceleração inflacionária, somada tal situação, com ampliação crescente, a cada eleição, das áreas de influencia política da oposição emedebista, onde existe ativo setor contestatório sob comprovada identificação com o PCB – tal oposição, mesmo à revelia dos seus iniciadores, poderá vir a assumir proporção, então, significativa, por adesões maciças tanto no campo militar, como na área civil.

DIFUSÃO:

Tem Brig Joelmi Campos de Araripe Macedo; Tem Brig Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio; Tem Brig Jair Americano dos Reis; Tem Brig Paulo Sobral Ribeiro Gonçalves; Tem Brig Roberto Faria Lima; Tem Brig Deoclécio Lima de Siqueira; Tem Brig Ewerton Fritsch; Tem Brig Honório Pinto Pereira de Magalhães Pinto; Tem Brig Délio Jardim de Mattos; tem Brig Faber Cintra; Maj Brig João Camarão Teles Ribeiro; Maj brig Clovis Labre de Lemos; Maj Brig Alfredo Gonçaves Corrêa; Maj Brig José Maria Mendes Countinho Marques; Maj Brig Sylvio Gomes Pires; Maj Brig Mario Paglioli de Lucena; Maj Brig Paulo de Vasconcellos Sousa e Silva; Maj Brig Mario gino Francescutti; Maj Brig Hugo de Miranda e Silva; Maj Brig Alberto Costa Mattos; Maj Brig Antonio Geraldo Peixoto; Maj Brig Victor Didrich Leig; Maj brig Leonardo Teixeira Collares; Maj Brig

Edivio Caldas Santos; Maj Brig Int Milton de Lemos Camarco; Maj Brig Roberto Augusto Carrão de Andrade; Maj Brig Eng José Vicente Cabral Chechia; Maj Brig Paulo de Abreu Coutinho; Maj Brig Ismael da Motta Paes; Maj Brig Rodolfo Becker Reifschneider; Maj Brig Eng Theodosto Pereira da Silva; Brig Joaquim Vespasiano Ramos; brig Everaldo breves; Brig Oswaldo terra de Faria; Brig Nelson Dias de Souza Mendes; Brig José Evaristo Junior, Brig Protasio Lopes de Oliveira; Brig Clovis Pavan; Brig Cuido Jorge Moassab; Brig Walter Feliu Tavares; Brig José Luiz da Fonseca Peyon; Brig Ettenne Andrade Bussière; Brig Pedro Frazão de Medeiros Lima; Brig Luiz carlos Aliandro; Brig Rodopiano de Azevedo Barbalho; Brig Med Sylla Macedo Germano; Brig Cyro de Souza Valente; Brig Rubens Mil-Homens CVosta; Brig Bertholino Joaquim Gonçalves neto; Brig Int Guilherme Howat Rodrigues Junior; Brig Med Francisco Lombardi; Brig Med Plinio Ricciardi; Brig Luiz Cavalcanti de Gusmão; Brig Waldir de Vasconcelos; Brig Edilio Ramos Figueiredo; Brig Alfredo Henrique de Berengher Cesar; brig vinicius José Kraemer Alvares; Brig Saulo de Mattos Macedo; Brig Med Antonio Lourenço Rosa Rangel; Brig Int Edgard Pinto Ferreira; Brig Alberto Bins Neto; Brig Nelson Osório de Castro; Brig Marton de Oliveira Peixoto; Brig Pedro Frazão de Medeiros Lima; Brig Luiz Carlos Aliandro; Brig Eng Beltrão do Valle; e Brig eng Roberto Dória Leustinger. – CH/AC/SNI; CH/CENIMAR; CH/CIE; CH/DSI/MJ e Ch/SG/CSN.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CASO DEMISSÃO EDNARDO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Manoel Fiel Filho
– Operário da Metal arte – S. Paulo.
– 35 anos.
– Preso na 6º feira Dia 16 de jan.
– Cometeu suicídio no sábado dia 17 jan nas dependências do DOI/II Ex, aproximadamente às 13:30hs.
– Perícia feita pela equipe do DOPS concluiu que o nominado cometera auto suicídio por estrangulamento, usando uma meia de nylon.
– Segundo laudo pericial, o corpo não apresentava quaisquer sinais de violência.
– O Gen Marques, ch EM/II Ex, mantém contato com o governador S Paulo.
– Até presente momento imprensa falada e escrita não tem conhecimento do fato.
– Até 11 horas ASP confirmará informações acima.
– (Tufe – SP/GAB) às 09:00 de 19 jan

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Manoel Fiel Filho

– Enterro domingo dia 18 às 09h30 no cemitério da 4ª parada, bairro Belenzinho, área da periferia de S. Paulo, justamente área de influência cardeal ARNS.

– Pessoal que teve contato com família identificou-se como sendo do IML. Família mostrou-se indignada ao tomar conhecimento.

– Nominado era casado com 2 filhos e não há qualquer sinal de violência no corpo.

– Foi encontrado estrangulado com uma meia de náilon de homem. Não está caracterizado suicídio.

– Cmt II Ex na manhã de hoje mandou prender incomunicáveis os 5 elementos da equipe de interrogatório, que tem como chefe, um 1º tem PMSP e outro elemento, um investigador da Polícia Civil.

– Cmt II Ex tinha designado o Cel Charmiant para proceder sindicância, entretanto, por det M Ex, mandou instaurar IPM, cujo encarregado será of não pertencente ao QG II Ex, possivelmente o Cel Alexander, ch EM 2ª DE.

– Cmt II Ex det ao Gen Marques, ch EM II Ex, imediata reorganização do DOI/Codi II Ex.

– Imprensa até momento ignora fato (ainda não se manifestou).

– Gen Eduardo mostra-se muito preocupado,contrariado e constrangido, particularmente pela intervenção do Governador de S Paulo.

(Lembrou o Gen Marques que, quando foi solicitado IML, foi dito que, tão logo se tivesse uma informação concreta, o governador seria informado.)

(Informação recebida às 11h45 de 19 jan do chefe da AC/SNI pelo ch SNI.)

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV EX – 7º RM – 7º D E
2ª SEÇÃO

RECIFE – PE, 21 JAN 76
MENSAGEM DE SERVIÇO Nº 05-E/2

CIET IV Ex NESTA

INFO VEX QUE OS FATOS OCORRIDOS EM SÃO PAULO VG PRATICAMENTE NÃO TIVERAM REPERCUSSÃO NAS OM DA 7º RM/DE PT ESTA GRANDE UNIDADE VG EM PERÍODO INTENSIVO DE INSTRUÇÃO VG ESTAH TOTALMENTE VOLTADA PARA SEUS TRABALHOS NORMAIS PT TOMO VG ENTRETANTO VG A LIBERDADE VG FACE AS MINHAS RESPONSABILIDADES DE COMANDO VG DE ALERTAR A VEX SOBRE A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE CRISES ARTIFICIAIS PT TAMBÉM JULGO OPORTUNO TRATAR NO PRESENTE EXPEDIENTE DO PROBLEMA DOS DOI PT COM CERCA DE SETE ANOS DE EXISTÊNCIA PRESTARAM VG EVIDENTEMENTE VG GRANDES SERVIÇOS AO EXÉRCITO ET COLETIVIDADE VG COM SACRIFÍCIO DE VIDAS VG TOMANDO A SEU CARGO VG INCLUSIVE MISSÕES POLICIAIS PT CREIO TODAVIA QUE ATUALMENTE DEVIA SOFRER UMA REFORMULAÇÃO VG NO SENTIDO DE SE VOLTAREM PARTICULARMENTE PARA AS ATIVIDADES ESPECÍFICAS DE INFORMAÇÕES VG FUNDAMENTAIS PARA A SEGURANÇA VG DEIXANDO AS AÇÕES DE NATUREZA POLICIAL VG SOB NOSSA ORIENTAÇÃO VG A CARGO DAS POLÍCIAS FEDERAL ET ESTADUAIS PT GEN SERPA CMT 7º RM/DE

[À MÃO: assinatura]
Recebido em **[ILEGÍVEL]**/76

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO DO I EXÉRCITO
2ª SEÇÃO

Rio, RJ, 21 Jan 76

1. ASSUNTO

Exoneração Cmt II Ex e sua passagem para reserva.

2. APRECIAÇÃO

A exoneração do Cmt II Ex., realizada ao tempo em que era dado público a morte de um preso no interior do DOI/II Ex., deu um caráter punitivo à decisão, confirmado com o pedido de transferência para reserva daquele alto chefe. Este fato muito sensibilizou a classe militar – que não contesta o direito do governo de assumir a decisão tomada – mas que se preocupa com as possíveis conseqüências nas diferentes áreas.

a. Na área militar

1) Surgimento, no consenso dos militares, da ideia de que o governo dá maior prioridade aos problemas relacionados com a distensão política do que os ligados à Segurança Nacional.

2) Desprestígio de um chefe militar quer na opinião pública, quer no meio dos seus subordinados.

3) Retração no combate à subversão, particularmente por elementos ligados ao Sistema de Segurança, por desmotivação e falta de confiança no apoio dos altos escalões do governo a sua ação.

4) Radicalização da ação anticomunista fora do controle militar, determinando reaparecimento de organizações paralelas, atualmente inativas, cujas decisões e atuações ficarão atribuídas a elementos sem o necessário equilíbrio, conhecimento e estrutura para enfrentar o problema que se propõem.

Estas organizações irão constituir-se, seguramente, em elementos perturbadores da ordem pública em grandeza imprevisível, podendo ser fado início a lutas incontroláveis e altamente danosas à nacionalidade (veja-se a Argentina, onde isso ocorreu pela inação das FFAA).

b. Na área política

1) Estimular as esquerdas e o partido da oposição e intensificar sua ação contestatória ao regime.

2) As esquerdas, que vêm afirmando estar o governo cerceado em sua ação de continuar a distensão política pela pressão do “Sistema de Repressão”, poderão interpretar a medida como uma vitória do governo, e assim, voltarão a incentivar a distensão, procurando separar o governo do Sistema Revolucionário, em que as FFAA são sua parte mais representativa.

3) O fato foi encarado como medida do governo para dar satisfação ao grupo atingido pela repressão, sendo, portanto, recebido com insatisfação por políticos da ARENA, do RJ, por acreditarem que represente desgaste para o partido.

4) A medida poderá dividir os políticos da ARENA, com o aparecimento de confrontações internas. Por outro lado, o governo não capitalizará o apoio das esquerdas, já que os louvores provenientes desses grupos nãos significam apoio ao governo, mas incentivo a que o mesmo adota novas medidas que sirvam a seus interesses.

3. MEDIDAS SUGERIDAS

a. Resguardar por todos os meios possíveis, a figura do Gen Ex D’AVILA MELLO, pois quaisquer ataques a sua personalidade e a sua ação de comando certamente refletirão em toda a instituição militar.

b. Adoção de medidas por parte do governo que impeçam atitudes atrevidas de contestação ao regime por parte do MDB e das esquerdas mais radicais no país, por acreditarem no enfraquecimento do Sistema Revolucionário.

c. Fazer o Sistema de Segurança interna funcionar e operar, a curto prazo, com os cuidados indispensáveis, objetivando demonstrar que a repressão às ações subversivas e contestatórias ao regime continuarão a serem realizadas com firmeza e decisão, a fim de, principalmente, obviar possíveis malefícios assinalados em 2.a.4).

Gen Ex REYNALDO MELLO DE ALMEIDA
Comandante do I Exército

CONFIDENCIAL

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

ENTERRO
Do Exmo. Sr. Gen. Ex.
SILVIO FROTA
Ministro do Exército

A Família Militar compungida cumpre o doloroso dever de convidar V.Sª e integrantes da REVOLUÇÃO 31 MAR 64, para os atos de sepultamento daquele ex-líder do Exército Nacional, falecido no despacho Presidencial do dia 19 de janeiro de 1976, quando foi apunhalado covardemente o Cmt, do II Exército que sucumbiu na defesa dos ideais da nossa revolução.

Assumiram o Min. do Ex., **[ILEGÍVEL]** com as funções que já exercem, o Presidente da República e o Governador de São Paulo.

[ILEGÍVEL] Agradecimentos

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Heitor.

Com referência à peça “A Sucessão” em que você, com muito espírito e com a autoridade “ contra-regra” da peça de 1966, coloca a questão diante do “produtor-diretor” seria bom ter bem presentes os seguintes pontos:

1º – A 1ª fase (econômica) é básica e preparatória da fase seguinte. Seu desenrolar até um bom êxito depende, entretanto, da atuação de “atores estrangeiros”, peças chaves em teatros extra-fronteiras, em particular de além-mar... Esse “1º ato” tem o seu bom sucesso na dependência, também e particularmente da crise internacional e, em primeiro plano, da questão do petróleo.

2º – A 2ª fase é por demais delicada pois que, consoante o desenrolar da 1ª, a capacidade de decisão do “produtor-diretor” pode ficar tolhida pela limitação dos futuros atores fardados a nomes que não tenham capacidade para atuar de forma a garantir um aplauso da “platéia” ao ato final.

3º – Há que se ter em vista o “ensaio” dessa mesma peça pelo “grupo concorrente”, inclusive usando atores com “contrato permanente” com o grupo do nosso produtor-diretor, mas que podem se transferir de palco caso lhes seja oferecido o papel de “estrelas”.

FIGUEIREDO

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Em 11 Jun 75

Prezado Heitor.

Genial a sinopse de “A SUCESSÃO”. De sua percepção não escaparam os lances principais, devidamente armados embora assim normalmente não se apresentem, de importante peça que tem ido à cena periodicamente.

Encontro-o, o que não é novidade, atento a possíveis particularidades de época e ambiente, ao referir-se às sucessivas “reapresentações com altos e baixos” e à direção assumida por A. C. Silva (parece-me que o produtor – H. A. C. Branco – ainda se julgavam, ele mesmo, também o diretor).

Muito a propósito (não esquecer que a peça é “A SUCESSÃO”), tudo indica que estamos vivendo um ato “Político”. Na seriação prevista – embora sem corresponder às durações também previstas –, deveríamos estar vivendo o 2º ato, o “Militar”, o que me deixaria mais tranqüilo sobre o epílogo. Para mim, melhor seria até – dentro daqueles altos e baixos referidos – que o ato presente fosse “Político-Militar”, mais militar que o político.

Fico também muito preocupado com o produtor-diretor sendo aplaudido e vaiados os atores, todos por ele escolhidos. Podem os atores rebelar-se contra o papel ou contra a direção... A rebeldia, por sua vez, poderá ser ostensiva – o que implicará mudança de atores ou cancelamento de papéis – ou velada – do que poderão resultar apresentações simultâneas, com outro roteiro, sobre o mesmo tema.

Um abraço.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Brasília, 15 de junho de 74, sábado – Almoçamos com o Presidente no Riacho Fundo. A Béte sesteou e eu joguei sinuca. Bom programa. À tardinha, demos uma caminhada pelo "território", o Presidente, D. Lucy e nós dois PR comentou a fala ao Alto Comando ("mais é horrível, não?" São Todos [os 4 estrelas] homem de mais de sessenta anos e você acha que é preciso circular isso para aprenderem; não podem chegar a isso sozinhos"; preocupado com inflação ("este mês a alta já é menor, mas isso ninguém quer saber") e com o plano de reclassificação do DASP ("o maior abacaxi que ficou, esse do seu Leitão"). No almoço estava o Vitorino, com as velhas estórias dele ("o Krieger é contra o Falcão no Ministério da Justiça; diz que é fascista"). PR: "Tivéssemos nós 6 Petrônios!" – PR: "se eu dependesse só de mim eu não faria Itaipu. Esses paraguaios ainda vão nos fazer uma ursada, depois que a obra estiver andando, irreversível; como eles levam vantagem em Corpus também, podem juntar-se à Argentina e nos forçar no caso da cota de tomada d'água". Perguntei se ainda era intenção dele o tal território do Tocantins; disse que sim, que ainda é. E chega."

Mas o importante mesmo foi quando falou no Figueiredo: "lamentei não poder promovê-lo em março; não dava, inclusive os da frente dele são muito bons, ele mesmo não havia de querer; uma pena, porque isso adiantaria a carreira dele; mas agora em julho, promovo a divisão; não vai sair logo do SNI. Pretendo tirá-lo em janeiro, quando cair na compulsória o Bonnecaze – e ele vai para o comando da Vila... Outra coisa ruim é que, pelos cálculos, ele não sai general-de-exército em julho de 1978 [eu: "mas sai em novembro..."] PR: "É, mas em novembro ele já é candidato. E, você sabe, vão ficar os 4 estrelas espinhados." "Não, daqui até lá há muitos maneiras de mostrar que o homem é prestigiado e de ir construindo a imagem."

E por aí foi. Quer dizer, continua fixado mais ou menos no Figueiredo para sucessor.

(Golbery: "e você vê alguém melhor?")

Ótimo, estão agindo com o pensamento em 1978. Não vamos repetir o Castello.

Brasília, 22 de junho 74, sábado – A semana foi de: sucessão Minas, Maranhão, futebol, countervailing duties, projeto e emendas da fusão, reunião com DASP, reunião do CDE.

Minas resolvido mas não anunciado: Aureliano. Maranhão atrapalhado pelo Vitorino; busca-se nome novo. La Rocque? Odilo? Futebol, empatamos com a Escócia, vencemos o Zaire, classificados. O caso da sobretaxa deu em muita conversa e reuniões. O maior número de reuniões, entretanto, foi em cima das emendas do projeto da Fusão. – Quinta de tarde, o PR me chamou, mandou-me sentar e começou a falar da semana, das medidas decididas na área econômica ("pagamento à vista de importação de consumo... pressiona o Banco Central mas em compensação diminui o volume...") mas

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

Roteiro de Figueiredo para conversa com Médici no Rio, na visita de 3 de setembro de 1975.

1 – P.R. preocupado campanha de corrupção.

2 – Determinou que eu conversaria com o Sr.

3 – Jamais teve iniciativa de mandar investigar qualquer fato. Sempre determinou que o SNI do MJ. tomassem medidas para evitar o que está acontecendo.

4 – A campanha é, evidentemente, preparada.

5 – No começo, para desmoralizar os governos da Rev.

6 – Agora, jornais sempre contrários ao governo e o MDB querem dar uma outra conotação.

7 – P.R. sempre achou que lançariam mão de todos os meios para tentar repará-lo do Pres. Médici.

8 – P.R. não aceita a conotação que alguns autores da imprensa e a oposição querem dar.

9 – Corrupção sempre haverá e não tenha dúvidas que no futuro acontecerá o mesmo no governo.

10 – Já **[ILEGÍVEL]** os primeiros casos no seu governo. Ferrovia do aço. Governo O. Federal. Vencimentos de Funcionários Federais.

11 – A obra do Governo Médici é continuamente enaltecida pelo P.R. e seus ministros (manteve pronunciamentos).

12 – Documento do gen. Hugo.

13 – Muito dos fatos apontados já haviam sido anunciados pela imprensa durante o governo Médici.
- – Est. do R.J. (R. Padilha)
- – Gov. Cortês Pereira (R.G.M.)
- – Gov. Helio Prates
- – Paraná (Gov. Estado)
- – INAM

14 – A campanha tomou vulto após cassação do Sem. Wiliam Campos.

15 – 1º caso: Tribunal de Contas

– Após 1ª publicação na imprensa Pr **[ILEGÍVEL]** Pres. Tribunal e reclamou contra possibilidade a priori, antes do julgamento.

– Foi-lhe dito que as missões eram públicas e que o Procurador, que não é subordinado ao Pres. Trib. Elemento frustrado é quem teve a iniciativa da publicação.

– Vir nomear o procurador efetivo.

– PR determinou que alguns militares **[ILEGÍVEL]** junto Mn. Trib. Contas (MJ, SNI, Planej. **[ILEGÍVEL]** Trabalho)

– PR não aceita condenação pública pessoas honradas a priori. Mesmo a posteriori acha que não há o que condenar porque deu todo o processo.

16 – Outros casos

– Ceará (Trib. De Justiça)

– R.G.M.

– Goiás

– Bahia

– Acre

17 – Só dois casos envolviam alguns federais

– INAM

– Tribunal de Contas (ONER)

18 – PR não tem saída

– casos estaduais

– casamento do MDB

– estimação da imprensa

– estimação econômica

– eleição (bandeira do MDB)

19 – Não pode, extensivamente, [ILEGÍVEL] sejam os fatos apurados.

20 – Para P.R. não está em jogo autoridade Pres. Médici nem do seu governo. Mas não aceita conotação que tentam dar.

21 – Caso dos Hospitais do INPS

– Providência do P.R.

– Atenção Min. Pres. Social.

– CPI – MDB Arena

– Imprensa (ESP)
– Ações a realizar
– Min. Prev-Social
– C.G.I.

22 – Discurso na Comunicação da ARENA

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 – Classificação alterada para
– Ostensivo – Reservado – Confidencial – Secreto
por ordem de

DA EMBAIXADA EM BUENOS AIRES
EM 5:III:76

SECRETO – EXCLUSIVO – URGENTE
G/
POLÍTICA INTERNA.
ARGENTINA.

741 – SEXTA-FEIRA 22HS00 – /INFORMO/. /PEÇO ORIENTAÇÃO/.

1. FUI PROCURADO HOJE, DIA 5, PELO SENHOR BERNARDO NEUSTADT, CONHECIDO JORNALISTA E HOMEM DE TELEVISÃO, COMENTARISTA POLÍTICO DE GRANDE PENETRAÇÃO NESTE PAÍS. NEUSTADT ALEGOU ESTAR INFORMADO DE QUE DURANTE MINHA MISSÃO EM BONN HAVIA UTILIZADO OS SERVIÇOS DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE SUÍÇA PARA FAZER REVERTER COM ÊXITO A CAMPANHA CONTRA A IMAGEM DO BRASIL QUE TINHA PLENO CURSO NA RFA. QUERIA NEUSTADT CERTIFICAR-SE DA VERACIDADE DO INFORME QUE RECEBERA E, EM CASO POSITIVO, CONHECER O NOME DA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE.

2. RESPONDI-LHE QUE EM MOMENTO ALGUM UTILIZARA O GOVERNO BRASILEIRO SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE PARA CAMPANHAS FAVORÁVEIS À IMAGEM DO PAÍS NO EXTERIOR, NEGANDO TIVESSE EU QUALQUER PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVA DO GÊNERO. ACRESCENTEI ESTRANHAR QUE SEMELHANTE NOTÍCIA CORRESSE EM BUENOS AIRES.

3. NEUSTADT ESCLARECEU QUE A RAZÃO DE SUA CONSULTA PRENDIA-SE ÀS FUNÇÕES QUE ESTAVA NA IMINÊNCIA DE OCUPAR NO FUTURO GOVERNO MILITAR. DISSE-ME JÁ ESTAREM OS MILITARES NA ÚLTIMA FASE DE SEUS PREPARATIVOS PARA A TOMADA DO PODER. À VISTA DO ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES “LEGAIS” PARA O AFASTAMENTO DA SENHORA PRESIDENTE, **O GOLPE SERIA DESFECHADO ATÉ O DIA 17 DE MARCO CORRENTE, EXISTINDO A POSSIBILIDADE DE QUE OCORRA NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA, DIA 12**. O GOVERNO DEVERÁ SER EFETIVAMENTE ENCABEÇADO PELO COMANDANTE-GERAL DO EXÉRCITO, GENERAL JORGE RAFAEL VIDELA, QUE TERÁ COMO “EMINÊNCIA PARDA”

O ATUAL CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, GENERAL ROBERTO VIOLA. O GABINETE SERÁ EM SUA MAIORIA MILITAR, CABENDO À MARINHA O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (FALA-SE NOS ALMIRANTES MONTE E FRACASSE COMO POSSÍVEIS OCUPANTES DO CARGO). PENSOU-SE A PRINCÍPIO NO ATUAL PRESIDENTE DE "FABRICACIONES MILITARES", GENERAL DIEGO URRICARIET, PARA O MINISTÉRIO DA ECONOMIA. CONSIDERANDO, NO ENTANTO, A NECESSIDADE QUE TERÁ A ARGENTINA DE AMPLO RESPALDO CREDITÍCIO INTERNACIONAL PARA O PERÍODO DE SANEAMENTO DA ECONOMIA, OPTOU-SE POR UM MINISTRO CIVIL, COM MAIOR TRÂNSITO NOS CÍRCULOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS. ASSIM, O MINISTÉRIO DA ECONOMIA PODERÁ SER ENTREGUE A OSCAR CAMILLION OU A MARTÍNEZ DE HOZ, SENDO ESTE ÚLTIMO O MAIS PROVÁVEL OCUPANTE DO POSTO. O TERCEIRO MILITAR EM IMPORTÂNCIA/DE FATO/NO GOVERNO SERÁ O GENERAL (RE) DELIA LARROCA, QUE OCUPARIA A SECRETARIA TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA. O GENERAL (RE) IBERICO SAINT-JEAN, EX-ADIDO DO EXÉRCITO NO BRASIL E CONSIDERADO GRANDE ADMIRADOR DE NOSSO PAÍS, OCUPARIA TAMBÉM FUNÇÕES DE RELEVO NO FUTURO GOVERNO.

4. NEUSTADT DISSE-ME QUE HAVIA SIDO CONVIDADO PARA A SECRETARIA DE IMPRENSA E DIFUSÃO. RECUSARA, NO ENTANTO, O OFERECIMENTO, PARA NÃO DAR RAZÃO AOS SETORES QUE HOJE O ACUSAM DE GOLPISTA, ACUSAÇÃO UTILIZADA CONTRA ELE PELO GOVERNO AO PROIBIR RECENTEMENTE SEU PROGRAMA DE TELEVISÃO "TIEMPO NUEVO". NEUSTADT SERÁ ENTÃO ENCARREGADO DE ORGANIZAR CAMPANHA QUE SE REALIZARÁ NO EXTERIOR PARA "EXPLICAR" A FUTURA REVOLUÇÃO ARGENTINA E PROCURAR DIFUNDIR A MELHOR IMAGEM DO GOVERNO MILITAR QUE SE INSTALARÁ NO PAÍS. DISSE-ME ESTAR COM PASSAGEM PARA A EUROPA MARCADA PARA O PRÓXIMO DIA 17. POR ESSA RAZÃO, ACRESCENTOU, ESTAVA INTERESSADO EM CONTATAR A TAL AGÊNCIA SUÍÇA QUE, DE ACORDO COM SEUS INFORMANTES, EU UTILIZARA NA RFA.

5. SEGUNDO MEU INTERLOCUTOR, A ORIENTAÇÃO DOS MILITARES QUE ASSUMIRÃO O PODER É, NO PLANO ECONÔMICO, LIBERAL E NO POLÍTICO, PROFUNDAMENTE NACIONALISTA. PRETENDE-SE IMPLANTAR SEVERAS MEDIDAS DE PUNIÇÃO AOS CORRUPTOS E ATIVISTAS DE ESQUERDA E APLICARÃO SUSPENSÕES DE DIREITOS POLÍTICOS. OS MILITARES, AFIRMOU-ME NEUSTADT, TÊM PROFUNDO INTERESSE EM CONHECER DETALHES DA EXPERIÊNCIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA, CUJAS POLÍTICAS PROCURARIAM APLICAR EM MUITOS CASOS À SITUAÇÃO ARGENTINA. COM ESSE OBJETIVO EM MENTE – E AÍ VEIO À BAILA O QUE PARECE TER SIDO A RAZÃO PRINCIPAL DA VISITA – DESEJARIA PROMOVER A CURTO PRAZO ENCONTRO MEU COM O GENERAL VIOLA, PARA QUE, COM TODA A DISCRIÇÃO, ME INFORMASSE DA ORIENTAÇÃO QUE PRETENDE DAR O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO NAS RELAÇÕES COM O BRASIL E CONVERSAR SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.

6. TRANSMITO ESTE INFORME A VOSSA EXCELÊNCIA COM TODAS AS DEVIDAS RESERVAS. EMBORA SEU CONTEÚDO CORROBORE INFORMES ANTERIORES QUE TRANSMITI – E SEJA A MEU JUÍZO PERFEITAMENTE VEROSSÍMIL – NÃO TENHO MEIOS DE AVALIAR COM PRECISÃO A VERACIDADE DAS INDICAÇÕES QUE ME DEU NEUSTADT SOBRE SEU PAPEL PESSOAL NO DESENCADEAR DO MOVIMENTO SABIDAMENTE EM CURSO E MENOS AINDA NO FUTURO GOVERNO. POR ESSA RAZÃO, NÃO OBSTANTE CONSIDERAR EVENTUALMENTE OPORTUNO UM CONTATO DIRETO COM O GENERAL VIOLA, CONSULTO VOSSA EXCELÊNCIA SOBRE SE DEVO ACEITAR O CONDUTO QUE VEIO ABRIR-ME NEUSTADT.

PINHEIRO

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: De acordo. Mas de vez em quando se pode errar? Não é?]

31/3/76

Senhor Presidente

Uma lástima que o senhor não cheque mais certas coisas sem importância com seus amigos. Ao que me consta, nem mais com Golbery.

A proibição do ballet teve a pior repercussão que o senhor possa imaginar. De início pensei que – como sempre, – era apenas eu e meia dúzia de gente mais chegada que, incompreensiva para os grandes problemas de subversão, se surpreendera desagradavelmente com o que nos pareceu "o extremo".

Mas hoje, *na Vila Militar*, me encheram com esse negócio. Que foi obscurantismo, que perdemos votos, que era vídeo tape sem perigo. Até o Pires, o General Pires e o Faria Lima!

Então me animei a lhe transmitir uma opinião que não é mais minha – eu não tenho mais opinião – de que foi um desastre. Quem fez, não sei. Que razões inteligentes terá havido, não é para meu bico. A opinião é péssima. Desculpe.

[PARÁGRAFO À MARGEM ESQUERDA: Se o senhor ficar brabo e falar no "velho, no rapaz e no burro" ou perguntar se eu quero sentar na sua cadeira – as reações que me ocorrem – desculpe duas vezes; não desejo amolá-lo; quero que o senhor passe sempre muito bem e contente. Interpreto como obrigação lhe dizer o que todos me falaram. Não me dá o menor gosto aporrinhá-lo. Heitor

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Do Falcão
(conversa com Reynaldo)

Rio, 25.1.1976

SECRETO

1. – Na área do I Exército, a situação é de calma e tranquilidade. Fruto do trabalho de persuasão e convencimento, perseverante e ativo.

2. – Entende que, de modo geral, o Exército ficou sensibilizado. No III e IV Exército, as Chefias, as invés de explicarem a situação, estimularam a excitação. Os ânimos se exacerbaram.

3. – O Ministro está nervoso. Sabe-se que teve um ligeiro desmaio em Brasília. Não consegue dormir direito. Ramiro – instiga. Fritz não ajuda a desarmar.

4. – Se não houver um trabalho bem planejado e bem executado, pode ainda surgir a bandeira de defesa da dignidade da instituição.

5. – Ao sair de São Paulo, o automóvel de Ávila foi abalroado com força, ao que parece propositadamente.

6. – O Ministro acha que Dilermando já está falando muito. Dia 24, o Ministro telefonou três vezes, excitado e intranquilo. Pedia informações sobre acontecimentos militares no Rio, que na realidade não existiam.

7. – O I Exército efetuou algumas prisões (poucas) e encontrou indícios da preparação de seqüestro ou atentado. **Não é absurdo imaginar que a extrema esquerda planeje praticar atentado ou sequestro, na área da O.A.B. ou da A.B.I., e atribuir a autoria à extrema direita**. Houve fortes pressões de elementos do clero do Rio (D. Eugênio) e de São Paulo. Já fora os detidos libertados. Mostraram-se agressivos e desafiantes.

8. – Há possibilidade de agressão a elemento dos meios de comunicação social, a pretexto de desagravar o Exército, se não pararem certos comentários mais ácidos.

9. – Acha que o pior já passou. Mas o quadro exige a máxima atenção.

10. – A vigilância dos chefes e um esforço de esclarecimento, de cima para baixo, é de absoluta necessidade e oportunidade.

Vit. Freire – “Estive com o Gen. Orlando. Acha que está tudo bem. O episódio ficou isolado e o Presidente está prestigiado”.

Em 26.1.76 – Gen. Corrêa – “Está tudo bem. Foi uma pena o episódio, por envolver um excelente companheiro. Mas o Presidente agiu corretamente. Não podia tomar outra atitude. A lisura e o caráter do Presidente lhe dão um prestígio que permanece intacto”.

SECRETO

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[ILEGÍVEL] do RPI nº 09/76-CIE, de 10 de outubro de 1976 .... 39)

[ILEGÍVEL] Terrorismo

[ILEGÍVEL] A tentativa de retomada de ações terroristas no País que era **[ILEGÍVEL]**, enquadra-se na estratégia do MOVIMENTO COMUNISTA NACIONAL, permanecendo válida a conceituação de LENINE sobre a **[ILEGÍVEL]**:

"A paz é a continuação da guerra por outros meios. A paz e a **[ILEGÍVEL]** não são senão dois aspectos da mesma luta, permanente e **[ILEGÍVEL]**."

TROTSKY também afirmou:

"Mesmo que a ditadura do proletariado nascesse, em alguns países **[ILEGÍVEL]** seio da democracia, a guerra civil não se evitaria com isso.

A questão de saber a quem pertencerá o poder no país, isto é, **[ILEGÍVEL]** burguesia deve viver ou morrer, não se resolverá por alusões **[ILEGÍVEL]** da Constituição, mas com o RECURSO A TODAS AS FORMAS DA **[ILEGÍVEL]**...

Na revolução, como na guerra, procurar-se dominar a vontade do **[ILEGÍVEL]**, obrigá-lo a capitular e aceitar as condições do vencedor.

A intimidação é o meio mais poderoso de ação política, tanto **[ILEGÍVEL]** internacional, como no interior de cada país."

[ILEGÍVEL] para reiterar esta concepção, relembrem-se as seguintes palavras de MAO-TSE-TUNG:

"A vossa guerra será perdida. Tal qual a concebeis, será **[ILEGÍVEL]** porque não tendes em conta um fator essencial, porque **[ILEGÍVEL]** um caráter fundamental: ESTA GUERRA É UMA GUERRA TOTAL."

"Esta guerra é total porque cada indivíduo é um objetivo de **[ILEGÍVEL]** revolucionária, porque todas as atividades de um Estado, de **[ILEGÍVEL]**, contribuem para criar neste indivíduo, objetivo de **[ILEGÍVEL]** revolucionária, um estado de espírito. Por consequência **[ILEGÍVEL]** de um Estado, de uma sociedade, devem ser **[ILEGÍVEL]** em função da guerra revolucionária."

[ILEGÍVEL] marxista-leninista da guerra dá ao quadro interna **[ILEGÍVEL]** de conflito permanente, indivisível e global.

[ILEGÍVEL] neste quadro que se situa o TERRORISMO, seja em **[ILEGÍVEL]** de ação internacional ou nacional.

[ILEGÍVEL] período de relativa inação das organizações subversivas **[ILEGÍVEL]** da luta armada, que caracterizou uma "retirada estratégica **[ILEGÍVEL]** do êxito obtido pelos OIS no combate às ações terrroristas **[ILEGÍVEL]** no momento seu renascimento.

[ILEGÍVEL] praticadas no corrente ano, ainda em pequeno número, obtiveram **[ILEGÍVEL]** repercussão nos principais órgãos de comunicação social.

[ILEGÍVEL] as seguintes características:

atos terroristas seletivos ou indiscriminados;

ameaças à segurança de autoridades e de instalações vitais;

propaganda alarmista, aproveitando a execução de algumas **[ILEGÍVEL]**.

A exploração dessas, pelas organizações subversivas, tem sido **[ILEGÍVEL]**, chegando em certas áreas do País a causar real **[ILEGÍVEL]** de insegurança em parte da população e, até mesmo, alarme, reflexos em todos os campos do poder.

Convém ressaltar que esta situação atende exclusivamente aos **[ILEGÍVEL]** dos contestadores da Revolução de Março de 1964, que, **[ILEGÍVEL]** ou clandestinamente, desenvolvem ao máximo suas campanhas **[ILEGÍVEL]** do Governo, através de uma bem coordenada **[ILEGÍVEL]** os temas:

[ILEGÍVEL] a destruição da imagem do "milagre econômico brasileiro", **[ILEGÍVEL]** pelos êxitos da política revolucionária;

[ILEGÍVEL] a falácia da "ILHA DE TRANQUILIDADE", assegurada a paz **[ILEGÍVEL]** pelas Forças Armadas, em que se constituía o **[ILEGÍVEL]** no mundo conturbado pelas guerras, ações terroristas, **[ILEGÍVEL]**.

[ILEGÍVEL] no entanto supor que, pelas características [ILEGÍVEL] das ações terroristas levadas a cabo não tenham suas [ILEGÍVEL] e, sim, em grupos radicais que por seus atos [ILEGÍVEL] atual governo a refrear os mecanismos de distenção ou [ILEGÍVEL] um impasse.

[ILEGÍVEL] de algumas ações terroristas a partir **[ILEGÍVEL]** na ABI/RJ:

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

SNI AC BSB
SNI RIO

[GENERAL CASTRO: 06 Out 75. Para conhecimento imediato do chefe do SNI. Segue com as incorreções decorrentes da transmissão via Telex. Gen Castro]

RJ-061 UG AC 4819/71/ARJ/75 06 OUT/1500

ESTA AGENCIA TRANSCREVE ABAIXO TEXTO DO PANFLETO ANEXADO AA COLETA NA “NOVELA DA TRAICAO” 5 CAP I A VIII, ENVIADO PELO CORREIO AO COMANDO GERAL DO AR, COM ENDERECO ERRADO. NAO TENDO SIDO ENCONTRADO O DESTINATARIO FOI RESTITUIDO AO REMETENTE “FRIO” MARIO CABRAL RAMOS, DIRETOR DA SHELL, QUE POR SUA VEZ FEZ ENTREGA A ESTA AR:

“BRASILEIROS

TIVEMOS A OPORTUNIDADE FELIZ **[FIGUEIREDO: 1]** DE LER ALGUNS CAPITULOS DA “NOVELA DA TRAICAO”, ELABORADOS POR VERDADEIROS PATRIOTAS, DEFINIDOS E NAO ACOVARDOS **[NEWTON CRUZ: Acobertado pelo anonimato.]** DIANTE DO QUE SE PASSA NO ATUAL GOVERNO. NÓS ATENDEMOS AO APELO ET NOS FILIAMOS AO MOVIMENTO DE RECUPERACAO, DIVISANDO NELE AS RAIZES EXATAS DA REVOLUCAO DE 1964.

NOSSA REVOLUCAO ACHA-SE MARCADA, NESTE 4º GOVERNO, POR INUMERAS PERTUBACOES. EM ALGUMAS ÁREAS, COM MAIOR OU MENOR NITIDEZ, VEMOS O INDISFARÇÁVEL DESEJO DE UMA MUTAÇÃO QUE NÃO SERIA ADMISSIVEL A REVOLUCIONARIOS. O TEMPO ET OUTRAS IMPLICACOES ESTAO FAZENDO ENVOLVER CIVIS ET MILITARES, QUE JAH ESQUECEM OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COMO OS AUTENTICOS HOMENS DA REVOLUCAO **[NEWTON CRUZ: Autênticos homens da Revolução. Quem são eles e por que?]**, COM O POVO ET COM A NACAO **[FIGUEIREDO: 2]**. PODER-SE-IA DIZER QUE O GOV ESTAH DANDO UM SALTO NO INDEFINIDO OU NAVEGANDO NUM MAR PERTURBADOR ET DESCONCERTANTE, EM CRISE DE FINALIDADE. **[FIGUEIREDO: 3]** ESTAH HAVENDO UMA DECOMPOSICAO MORAL DE ELEMENTOS DO GOVERNO **[FIGUEIREDO: 4]** ET AS ESTRUTURAS ESTAO SENDO ABALADAS. ALGO DE GRAVÍSSIMO PODERÁ ACONTECER...

TUDO EM FAVOR DA REVOLUCAO ESTAH SENDO CONTESTADO OU POSTO ENTRE PARENTESES **[NEWTON CRUZ: Quem diz que tudo em favor da Revolução está sendo**

contestado? E se dissermos que se pretende reafirmar uma Revolução que em muitos pontos desviou-se das suas origens?]. O VERDADEIRO HOMEM SENTE-SE QUASE FRAGIL NO ATUAL BRASIL FRAGIL, AMEACADO FOR FORCAS VIVAS ET PRESENTES, PREJUDICIAIS AOS SEUS DESTINOS. DENTRO DO ABISMO PARA ONDE CAMINHAMOS, ESTAMOS SENDO LAMENTAVEIS TESTEMUNHAS DO IRREMEDIAVEL DECLINIO DOS OBJETIVOS REVOLUCIONARIOS **[NEWTON CRUZ: Quais os objetivos revolucionários que se encontram em irreversível declínio?]**.

SOMENTE COM A VISAO PERFEITA **[FIGUEIREDO: 5]** ET OS DEMAIS SENTIDOS INALTERADOS, PODEM AS AUTORIDADES ORIENTAR A EXECUCAO, DO MODELO BRASILEIRO, ET NAO O INTERESSE PESSOAL DE CADA UM **[FIGUEIREDO: 6]** OU O DO COMUNISMO INTERNACIONAL **[NEWTON CRUZ: O Comunismo Internacional que repudiamos com toda nossa força [ILEGÍVEL] é o culpado de tudo, inclusive de nossos [ILEGÍVEL] próprios desacertos.]**, QUE VOLTA A ATUAR COM MELHORES CONDICOES AO NOSSO PAIS. VARIOS SAO OS COMUNISTAS, CORRUPTOS ET NEGOCISTAS **[FIGUEIREDO: 7]** QUE SE ACHAM NOS MAIS ALTOS POSTOS DO GOVERNO, PARTICIPANDO DA ADMINISTRACAO NEFASTA **[NEWTON CRUZ: Administração nefasta? Com que autoridade assim é classificada? Como fazê-la melhor?]** QUE AI SE ENCONTRA.

HOJE, UM POUCO DISTANTE **[FIGUEIREDO: 8]** DO CENTRO DE ONDE EMANAM AS DECISOES NACIONAIS, LANÇAMOS TAMBEM UM APELO AOS SELETOS ELEITORES DESTE MEMORAVEL DOCUMENTO, PARA QUE NAO DEIXEM DE INCLUIR COMO CO-RESPONSAVEL POR TODO ESSE PROCESSO DE APODRECIMENTO DA REVOLUCAO, AQUELE QUE RECEBEU O CREDITO DE CONFIANCA DE TODOS OS VERDDEIROS REVOLUCIONARIOS **[NEWTON CRUZ: Quanta infâmia! Processo de apodrecimento da Revolução... Justamente quando se pretende recolocar o processo revolucionário em fases firmes, coerentes com as suas próprias origens [ILEGÍVEL].]**. IMPASSIVEL AAS TRAMAS COMUNIZANTES ET CORRUPTAS NOS SEUS MAIS IMPORTANTES SETORES DE DESENVOLVIMENTO, DEIXA O BRASIL SER ENCAMINHADO PARA O CAOS, LEVADO POR SUJAS MAOS, MACULADOS SENTIMENTOS, READAS CONSCIENCIAS ET CONSPURCADOS PROCEDIMENTOS. O GOVERNO CENTRAL JAH PEDE APOIO A GOVERNADORES COMPROMETIDOS QUE NEM MESMO PODEM SE APOIAR. HA UM RECUO A 1963, QUANDO NORMAL ET MESMO NECESSARIO ERA O PRONUNCIAMENTO DEMAGOGICO DE DIRIGENTES, EM SOLIDARIEDADE AA CORRUPCAO ET AA COMUNICACAO QUE SE IMPLANTAVA NO PAIS. O POVO TERIA, COMO JAH COMECA A TER NOVAMENTE, NECESSIDDE DE SABER QUE TUDO ESTAH EM PERFEITA ORDEM ET O GOVERNO PRETIGIADO, ATINGINDO O OBJETIVO DESENVOLVIMENTISTA, SEM EXCESSO DE SEGURANÇA ET “PRESSÕES” DESCABIDAS. O AI-5 ET O 477 NAO SERAO UTILIZADOS POR ESTE “GOVERNO POPULAR”, CONTRA OS “INOCENTES” OU “BEM INTENCIONADOS” HOMENS QUE DESEJAM: LIBERDADE DE IMPRENSA,

LEGALIZACAO DO PARTIDO COMUNISTA, DIREITO AA GREVE DENTRO DAS UNIVERSIDADES, PROSELITISMO NAS SALAS DE AULA., DIRETORIOS LIVRES ET AUTONOMOS., PROIBIR AS PROIBIÇÕES, ETC. EM UMA MENTIRA ET UMA FARSA... INILUDIVEL EH A POSIÇÃO COMPROMETIDA DO GOVERNO COM OS APROVEITADORES DO NOSSO AINDA SUBDESELVOLVIMENTO. A "DISTENSAO" **[NEWTON CRUZ: Sempre a "distensão"... O maior inimigo da Revolução hoje é a burrice...]** ESTAH LEVANDO CIVIS ET MILITARES A POSICOES INCOMODAS DE MEROS EXPECTADORES, SEM DESEJAREM SER DECISIVA ET ABERTAMENTE CONTRARIOS AO MAL PRESENTE, PRESENTE COM PROFUNDEZAS ET LARGURAS DIFICILMENTE RECUPERAVEIS. **[FIGUEIREDO: 9]**

A SANHA DOS FALSOS DEMOCRATAS, **[FIGUEIREDO: 10]**, OFERECEMOS A NOSSA CORAGEM[NEWTON CRUZ: Estamos à espera das demonstrações de coragem... Em todos os sentidos: moral ou físico.] ET A FEH EM DEUS DE QUE O PAIS NAO SERAH ABSORVIDO PELO CI. QUE O PRESIDENTE GEISEL OUÇA, VEJA ET SINTA QUE OS COMUNISTAS ESTAO TOMANDO CONTA DO PODER **[NEWTON CRUZ: Os Orgãos de Informações, <u>ISENTOS</u>, não têm esta opinião: "os comunistas estão tomando conta do Poder". Por que haverá o Presidente de ter esta opinião?]**. DEVE SUA EXCELENCIA DAR UM BASTA A TUDO ISSO, MOSTRANDO QUE EXISTE ET ESTAH VIVO, OUVINDO, VENDO ET SENTINDO ET MAIS, HONRANDO A FARDA QUE VESTIU ET A FAIXA PRESIDENCIAL QUE USA. RESSUSCITE PRESIDENTE GEISEL **[NEWTON CRUZ: Infâmia! Seria muito mais cômodo para o Presidente fazer o que os panfletistas desejam.]** ET FACA VALER O PESO DE SUA FORCA MORAL TAO ASOALHADA POR ALEM ALEM... **[FIGUEIREDO: 11]**

SEM ARREPENDIMENTO O SENHOR VIVERAH SEUS DIAS FINAIS NO IRREPARAVEL SEM QUALQUER VALOR...

BRASILEIROS...

FILIEM-SE, COMO NOS, AO MOVIMENTO DE RECUPERACAO". **[FIGUEIREDO: 12]**

CFM... ABSORVIDOS PELO CMI...

ZTSO61550XWB

SNI AC RSB
SNI RIO

* * *

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

[FIGUEIREDO: Como Complemento:

1 – Se “tiveram a oportunidade feliz” é porque o público alcançado foi bastante restrito... Diz bem da importância do grupo!

2 – Desejaria saber quem assumiu compromisso com “autênticos homens da revolução”, com o povo e com a nação! Também é meu desejo identificar os “autênticos homens da revolução”!

3 – Crise de finalidade? Será que a nossa finalidade é o combate à subversão e à corrupção?

4 – Decomposição moral? Decomposto moralmente é quem se vale do anonimato para caluniar companheiros e vomitar bravatas!

5 – Se é necessário “visão perfeita” já tens pode assumir os destinos do país

6 – Este “interesse pessoal de cada um” cabe bem em determinados “revolucionárias autênticos”...

7 – E muitos são os “corruptos e negocistas” que [ILEGÍVEL] entre “revolucionários autênticos...

8 – “um pouco distante”... como podem afirmar tanta coisa?

9 – Que merda!

10 – Parece a carta-testamento de G.V.!

11 – “asoalhada” por quem? Pelo seu exemplo, pelo seu privado! E que vocês tentam, inutilmente, destruir, repetindo a mesma manobra que fizeram com Castelo, C. Silva e Médici!

12 – Não, obrigado! O título é bem sugestivo. “Movimento de Recuperação”... Querem vocês, os “irrecuperáveis” tentar alguma coisa? Vocês são uns “filhos da puta”!]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

TELEGRAMA RECEBIDO

DE BRASEMB PARIS EM 09.03.76 (RESENDE)

CONFIDENCIAL URGENTE
AIG/DE
IMPRENSA. “LE MONDE DIPLOMATIQUE”.
NÚMERO ESPECIAL SOBRE O BRASIL

383 31305 INFORMO QUE COMPARECEU HOJE A ESTA EMBAIXADA O SR GILLES ROULLET, REPRESENTANTE DE “LE MONDE”, PROPONDO PUBLICAR UM NÚMERO ESPECIAL DE “LE MONDE DIPLOMATIQUE” SOBRE O BRASIL, POR OCASIÃO DA VISITA AA FRANCA DO PRESIDENTE GEISEL. O SR ROULLET DISPOESE A VIAJAR AO BRASIL, PARA UMA PERMANÊNCIA DE CERCA DE 10 DIAS, A FIM DE ENCONTRARSE COM AUTORIDADES BRASILEIRAS, COM VISTAS AA REDAÇÃO DE ARTIGOS DE NATUREZA ECONÔMICA E COLETA DE DADOS SOBRE O CRESCIMENTO INDUSTRIAL DO PAÍS, QUE APARECERIAM EM EDIÇÕES DE “LE MONDE” QUOTIDIANO. A VIAGEM DO SR ROULLET ESTARIA, NO ENTANTO, LIGADA AA POSSIBILIDADE DE EMBRATUR, PETROBRÁS, VARIG E OUTRAS EMPRESAS INTERESSAREMSE EM PUBLICIDADE NO NÚMERO ESPECIAL, CUJO CUSTO POR PÁGINA EH DE F. 80.000, MUITO AGRADECERIA CONHYECER O INTERESSE DE VOSSA EXCELÊNCIA EM ORGANIZAR UM PROGRAMA DE CONTATOS PARA O SENHOR ROULLET, ASSIM COMO UMA EVENTUAL PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA PARTE PUBLICITÁRIA DO PROJETO DE “LE MONDE DIPLOMATIQUE”.

DELFIM NETTO

[À MÃO: “Paris Match” já está preparando longa reportagem sobre o Brasil, sob o patrocínio do B.B. Mas vejo interesse em atender ao “Le Monde”!]

[À MÃO: De pleno acordo com a AI. Além do mais, 80 mil por página é uma loucura.]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

c) CONSIDERAÇÕES:

A falta de COMUNICAÇÃO POPULAR **[À MÃO: vamos contratar o Lacerda!]** possivelmente levou ao desinteresse grande parte da audiência que aguardava o discurso presidencial na espectativa de receber alguma mensagem concreta de esperança.

A persistir a tônica apresentada, futuras comunicações presidenciais forçosamente redundarão em alheiamento popular e cada vez uma dicotomia mais acentuada entre povo e governo, com consequências evidentes nas próximas campanhas eleitorais. **[à mão, abrangendo todo o parágrafo: um ponto de interrogação]**

É imprescindível que o governo se utilize de um sistema profissional de comunicações, de modo a transmitir OTIMISMO e ESPERANÇA **[À MÃO: Otimismo e esperança na devida medida!]** resultantes de toda uma obra que vem sendo planejada e executada. Competiria a este órgão humanizar **[À MÃO: ponto de interrogação embaixo da palavra "humanizar"]** a imagem do Presidente da República. **[À MÃO, abrangendo todo o parágrafo: Vamos [ILEGÍVEL] a imprensa e gastar milhões irregularmente. Cuidado com o IPM do futuro!]**

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Brasília, em 2 Jan 75

3.ª SUBCHEFIA

OBSERVAÇÕES SOBRE O PRONUNCIAMENTO PRESIDENCIAL FEITO EM 30/12/74:

1. Não sensibilizou positivamente a massa popular. **[À MÃO: Nem era esse o objetivo. Não pretendo ir à massa. Isso cabe aos outros. Não sou Getulio nem Medici!]**

O controle declarado da inflação ainda não foi percebido pelo povo, que sofre as consequências da alta do custo de vida.

A referência ao índice de 34 por cento de inflação no mês de dezembro evidencia insuficiência no aumento salarial de 30 por **[À MÃO: ?]** cento concedido a partir de março vindouro.

O mecanismo da correção monetária, apesar de necessário e benéfico, não é bem visto pelo povo, particularmente pelo grande número de beneficiários do Sistema Nacional de Habitação que reclama dos aumentos decorrentes em suas prestações. Assim sendo, o elogio a esse mecanismo não parece ter bom efeito.

2. Foi positivo para as elites e particularmente para a classe política pela objetividade dos aspectos focalizados.

3. Parece ter tido boa receptividade nos meios revolucionários a afirmação clara da validade dos instrumentos de exceção do Governo e a disposição de acioná-los quando necessário.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SEGUNDA SUBCHEFIA

DISCURSO DO PRESIDENTE 30 DEZ 74.

a) Pontos positivos:

– Franqueza total, sem usar de subterfúgios, tocando em vários pontos críticos da ação do governo, tais como resultado das eleições, salários e vencimentos ainda excessivamente baixos e a aparente falta de coordenação entre diversos setores do governo.

– Discurso marcado por um otimismo equilibrado, pois, embora bastante realista quanto à conjuntura econômica nacional e internacional, não deixa de transmitir fundamentada confiança no futuro.

– Destacada segurança quanto às nossas perspectivas democráticas.

b) Pontos negativos:

– Atuação do governo apresentada em três fases que, por não terem sido convenientemente destacadas, deu ideia de imprecisão na concatenação de ideias, tocando diversas e alternadas vezes nos aspectos econômicos, sociais e políticos. **[À MÃO: ?]**

– Assuntos tocados em linhas gerais, sem a menção de ações concretas, tais como as adotadas nos campos da política econômico-financeira, correção de distorções no sistema de transportes, ajuste do sistema tributário, combate ao excesso de importações, etc., o que não permite ao povo em geral, que não acompanha tais problemas, avaliar as realizações do governo.

– Muitas palavras usadas não são de fácil acesso ao povo em geral, tais como: disrupção do sistema monetário, tática sediça, inepta postura, emoliente posição, etc., isto é, FALTOU COMUNICAÇÃO COM O POVO e em especial com a JUVENTUDE.

– O tom de certas explicações não foi muito convincente, tendo parecido tentativa para explicar falhas, tais como a da aparente descoordenação, em decorrência da reformulação do sistema de assessoramento do governo. **[À MÃO: ?]**

– As referências políticas relativas ao comportamento do MDB quanto a seu “comedimento e autodisciplina” fugiram à realidade pré-eleitoral, conforme disseminado pelo SNI.

– Foi transmitido OTIMISMO em setores de pouca compreensão ou penetração popular como caulim, bauxita, linhito e fosfatos, quando em verdade o povo preferiria mensagem de ESPERANÇA na área do BNH, INPS, custo de vida e distribuição de renda.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

OBSERVAÇÕES SOBRE O DISCURSO PRESIDENCIAL DE 30 DEZ 1974

POLÍTICA

– Abordou com extrema felicidade e clareza a posição presidencial face aos resultados eleitorais de novembro de 74 e o que o Governo espera e deseja dos partidos políticos no futuro, particularmente, da Arena.

– Definiu com objetividade a disposição do Executivo em usar a disciplina revolucionária, se necessário à manutenção das regras democráticas pré-estabelecidas pelo Governo.

– Estabeleceu sucintamente a conotação entre o tratamento dispensado à política externa do país, desfazendo equívocos, com a necessidade da ampliação das alternativas brasileiras no comércio internacional.

– Desfez de maneira inequívoca a imagem aparente de descoordenação interministerial, fartamente explorada pela imprensa.

Comentário

Esta foi a área em que o discurso nos pareceu mais positivo. Ainda que atingindo diretamente, como não poderia deixar de ser, a classe política brasileira, permitiu um esclarecimento categórico ao povo sobre os ideais democráticos do governo, dentro da ordem e do espírito revolucionário.

ECONOMIA

– Analisou o comportamento da economia nacional diante dos problemas provocados pela conjuntura internacional; esclareceu as medidas adotadas para sobrepujar tais problemas e equacionou aquelas que permitirão uma continuidade de ações para o ano de 1975.

Comentário

Na área econômica, o discurso tratou prioritariamente da economia de alto escalão, alcançando preferencialmente as classes interessadas. Possivelmente, sensibilizou pouco a massa popular que raciocina com resultados imediatos.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

ANÁLISE DO DISCURSO DO PRESIDENTE PROFERIDO EM 30/Dez/74:

1 – TEXTO:

– sóbrio, seguro e objetivo

– transmitiu tranquilidade dentro de um otimismo moderado

– palavras francas e sinceras, mas pouco accessíveis à grande massa da população. De compreensão relativamente fácil para as classes A e B.

– poderia ser melhor concatenado, procurando evitar solução de continuidade. Feito em compartimentos estanques, sem uma sequência lógica em determinados trechos **[À MÃO: Análise superficial. Denota um pouco de burrice!]**

2 – APRESENTAÇÃO:

– problemas na leitura do texto: excessiva preocupação nas folhas, sem olhar a câmara

– imagem do Presidente fica prejudicada sem os óculos

– possivelmente excesso de luz artificial durante a gravação do vídeo-teipe

– terno claro X pele clara, não fizeram o contraste desejável

3 – COMENTÁRIOS:

– a maioria das pessoas ouvidas foi unânime em considerar a fala do Presidente de alto nível

– da leitura dos periódicos mais importantes do País pode-se concluir que houve boa receptividade em várias camadas da população, principalmente na classe empresarial

– alguns pronunciamentos de políticos da oposição foram feitos contra a manutenção dos instrumentos de exceção

– excelente a análise do resultado das últimas eleições e, principalmente, do comportamento da Aliança Renovadora Nacional

– recomendações e advertências aos dois Partidos, bem-elaboradas e oportunas

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

OBSERVAÇÃO COLHIDA JUNTO A ELEMENTO DA CÚPULA DA REDE GLOBO:

"A fala presidencial foi muito bem recebida, particularmente, na classe empresarial; aliás, o IBOPE do presidente vem subindo cada mês."

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

República Federativa do Brasil

– O Presidente não é nenhum demagogo! Não pretende ser popular, nem ter sua imagem humanizada.

– É o que é.

– Isso é problema para outros.

– Nem pode sua linguagem descer à gíria popular para ser melhor compreendida!

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Tinha compromisso desde 3 meses para o lançamento do **[ILEGÍVEL]** livro “Governo de J.K.” **[legível]**. Ambiente pavoroso – **[ILEGÍVEL]** 14:30 sai p Brasília – Sarah desapareceu. Procurei-a por toda parte. Impossível achá-la – deixei um bilhete – Em Brasília fui ao Setor Ind. – Estive com Marco França. Continuação 14-7-76 – 4ª f. – Embarque – Tinha combinado com as mesmas p jantarmos juntos. Elas recusaram. Fiquei aborrecido – Alegaram compromissos. O Bloch jantou comigo no Concord – Passamos pelo Special. Ás 11:30 em casa – A tensão com o problema continua cada vez mais grave. S me tem dispensado um tratamento que me oprime, deprime e me torna infeliz. Em torno dela se juntaram pessoas cruéis que a querem infeliz e lhe levam notícias disparatadas, mentirosas, infames. Estou chegando num estado de cansaço, de exaustão e de infelicidade que só desejo viver longe do Rio, da fofoca montada para me esmagar.

Não quero mais conversa. **Não aceito o tratamento de campo de Treblinka em q se transformou a minha casa** – as irmãs de Sarah entraram na festa – Amélia, como uma velha hiena, trouxe o seu trágico contingente ao terrível ambiente q me cerca – Estou na fazenda J.K. Si **[ILEGÍVEL]** ficarei aqui até à mor

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: O lamentável é que as <u>provas</u> não eram provas de qq valor jurídico. Na realidade, eram <u>indícios</u>, embora todos soubéssemos [ILEGÍVEL]. [ILEGÍVEL] não houve, nem haveria condenação. A única solução [ILEGÍVEL] e para a ditadura. Será que ele quer? [ILEGÍVEL]]

Exmo. Sr.
Gen. JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
<u>BRASÍLIA</u>

Prezado Gen FIGUEIREDO,

Minhas saudações.

Estamos assistindo a "choradeira" nacional pela morte de JK, muito bem urdida e explorada pelos comunas e seus eternos aliados irresponsáveis, os corruptos "filhos" daquele.

Isto está acontecendo, Sr. General, porque o "herói" não foi para a cadeia, como aconteceu por muito menos, a um Gregório, por exemplo. Não se cumpriu com ele o que determinava a lei, mesmo antes de 64.

Quatro governos da REVOLUÇÃO se estão passando. Entretanto, a corrupção que motivou aquela nossa arrancada, continua intocável, não existe ninguém na cadeia... apenas alguns Abdalas ou lupions fustigados. O povo diz, com certa ilaridade, que cadeia é só para pé de chinelo. Por quê? Será que apenas servimos para sermos usados? Será que o idealismo da servidão a lei é uma ridícula utopia?

Mas, o que é mais triste prezado amigo, e disto discordo, é ver-se o Governo DECRETAR LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS, e oferecer – não sei se consumará – honras póstumas a um cassado, a um homem fora da lei. Será que agora os fins passaram a justificar os meios? Será que o Governo não mais deseja servir a REVOLUÇÃO? Agora, para todo o sempre, até com o apoio governamental, JK será endeuzado... seu cadáver, como de outros da estirpe getuliana, será explorado... seu nome e suas placas serão eternizados, como se fosse um homem de bem, para perplexidade das gerações futuras. É isso que a REVOLUÇÃO desejava? NÃO, afirmo categoricamente, como revolucionário de muito antes de 64 e que continuarei sendo, sejam quais forem os rumos que os governos desejem tomar.

Prezado Chefe, ouso afirmar: – Se não houver firmeza de propósitos e um ideal a seguir, a REVOLUÇÃO se transformará numa ação entre amigos. Salvemo-la enquanto é tempo, pois o movimento se está deteriorando a olhos vistos, justamente porque a lei e o seu ideário – que são bons – não são cumpridos na íntegra. Se isto continuar a acontecer, mais tarde, teremos que retornar a REVOLUÇÃO, apesar dos contratempos e sacrifícios, porque ela jamais morrerá.

Julgo-me com o direito de pedir que mostre estas linhas de um sincero amigo de ideal, ao Presidente GEISEL. Tenho fundadas razões para um tal pedido. Afinal de contas, foi sob a sua

chefia, quando servi no Conselho de Segurança, que com ele me liguei diretamente, pois era o Secretário do mesmo e Chefe da Casa Militar do Governo CASTELO BRANCO, para apresentar, como me fora determinado, o volumoso arrazoado e as provas contra o hoje finado Juscelino. Foi um trabalho árduo, cheio de noitadas indormidas, preocupações e esperanças de muitos brasileiros e dedicados revolucionários. Estas provas deveriam afinal, terem servido para sua responsabilização judicial, de acordo com a lei, então inúmeras vezes violentada.

Assim, ficará claro, como sempre foi, o posicionamento deste revolucionário.

Sou sincero porque sou amigo. Espero que me compreenda, e é justamente por isto, que desta forma me expresso.

Sem mais, querido amigo, um abraço do

CURITIBA, 24 Ago 76.

ARGOS GOMES DE OLIVEIRA – Cel
Cmdo da 5ª RM/5ª DE
CURITIBA

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

NOTA CONFIDENCIAL PARA MIN. REIS VELOSO

Senhor Ministro,

O tema frequentemente suscitado – em certos momentos de forma emocional, em outros equilibradamente – de estatização da economia, expresso em termos de perda relativa do poder de empresa privada no tocante à propriedade dos ativos reais da economia, tem-me preocupado como dirigente deste instrumento de desenvolvimento do País, do mesmo modo que preocupa – o sei que de forma acentuada – Vossa Excelência e os demais Ministros de Estado, bem assim, e, principalmente, o Senhor Presidente da República.

2. Examinando-se os dados confiáveis sobre a economia brasileira (sobretudo os apurados e elaborados pela Fundação Getúlio Vargas), verificam-se poucos progressos, em termos relativos, de ascensão da empresa privada nacional a níveis superiores na escala do poder. Poucas são as empresas privadas nacionais que figuram no elenco das 100 (cem) maiores do País, cuja relação é amplamente ocupada por empresas estatais e empresas estrangeiras, apesar dos esforços realizados, efetivamente, pelo Governo Federal, para alterar esse quadro.

3. Sem sustentar – por largamente conhecidas – razões históricas e ortodoxas que tentam explicar ou mesmo justificar o crescimento da empresa estatal, estou seguro, por conhecer internamente a formação do processo de decisão dessas empresas, que outras razões são, na presente quadra, as mais relevantes para explicar o referido processo, quais sejam, a dimensão alcançadas pelas empresas estatais e o progresso substancial que a modernização geral do País produziu nos seus níveis técnicos e gerenciais. Vale dizer, a eficiência mesma das empresas estatais, gerando maior estatização; e nenhum de nós poderia pretender desestatizar, introduzindo métodos ineficazes nessas empresas, havendo que buscar outros caminhos, que convergem num único e cuja síntese se traduz no objetivo de fortalecer rapidamente a empresa privada nacional.

4. Convém lembrar, a respeito do tema – e Vossa Excelência bem conhece o processo – que a formação do capital e a propriedade do estoque de capital da economia são função direta do nível de poupança e da agilidade com que os agentes as transformam em investimento “on post”. Tem-se aí, como elemento determinante, também a dimensão inicial – a chamada massa crítica – dos próprios agentes.

5. Interpretado nestes temas, o chamado processo de estatização ganha nova roupagem, pois que se identifica grande capacidade de poupar nos diferentes níveis do setor público, aí incluídas as várias empresas estatais, muitas deles, detentoras do monopólio, outras tantas, com remuneração real garantida (custo mais remuneração do capital), várias outras, livres para praticar preços de mercado sem se submeterem a órgão controlador.

6. A constatação clara é de que o setor público apresenta, no Brasil, grande capacidade relativa de poupar. As dimensões atuais do setor, inclusive de suas empresas industriais e de serviços (CVRD, PETROBRÁS, ELETROBRÁS, etc.), igualam tais empresas, em termos de massa crítica, às grandes empresas internacionais, produzindo vendas e excedentes financeiros que, mesmo nos momentos mais críticos de mercado, ainda acusam proporções que ultrapassam a casa dos vários milhões de dólares anuais.

7. Não há, por outra parte, um balanço consolidado das fontes e aplicações do setor público, pois o desejável seria que os excedentes de uma empresa governamental (cujos limites de ação deveriam ser estabelecidos) pudessem ser alocados a outra empresa governamental, deles carente (Seus limites também deveriam ser estabelecidos). Caso o sistema público, como um todo, apresentasse excedentes, seria desejável fossem canalizados para o sistema financeiro, a fim de financiar inversões privadas. A não existência desse sistema consolidado de alocação de recursos provoca, por conseqüência, as seguintes ocorrências:

a) aumenta, de forma acelerada, a capacidade de investir da empresa estatal;

b) aparecimento de superávits de recursos em algumas empresas e déficits em outras, todas pertencentes à mesma categoria de agente (estatal).

8. A resultante do fenômeno, altamente perversa no meu entender, pode ser assim explicitada:

a) as empresas com déficits de recursos procuram captá-los no mercado financeiro, nacional e internacional, reduzindo, sem nenhuma dúvida, as disponibilidades de crédito para as empresas privadas nacionais que não apresentam, em regra, garantias tão sólidas quanto as que são oferecidas pelas estatais, com o aval do Tesouro Nacional;

b) as empresas com excedentes de recursos procuram aplicá-los em outros setores de atividade, avançando em direção à ocupação de atividades naturalmente privadas, o que tem fundamento na atitude de eficiência (crescimento continuação, diversificação, etc.) que os quadros técnicos e gerenciais dessas empresas buscam, já como política empresarial.

9. Esse tipo de avanço, que se adiciona aos vazios deixados pelo empresário privado por questões até mesmo conjunturais de capacidade de investir, compõe um problemático quadro de inibição e refreamento aos empresários nacionais privados, dando a todos a sensação de política de estatização deliberada, o que não é definitivamente o desejo do Governo.

10. O processo que acabo de descrever, fruto das observações que venho acumulando ao longo dos últimos anos, começa a gerar, Senhor Ministro, um quadro de grande perplexidade, e está no meu dever informar que começa a introduzir, no âmbito do setor privado, sérios reflexos em termos de posicionamento político dessa categoria econômica.

11. Alguns exemplos práticos de avanço (embora não deliberado) da empresa estatal em direção a setores naturalmente privados são responsáveis pelas grandes preocupações atualmente alimentadas pelos referidos empresários. Permite-me, a esse respeito, relacionar, como se segue, os mais relevantes:

– PROJETO FOSFATO: o conhecimento das pretensões da CPRM no sentido de lavrar o minério de PATOS DE MINAS e a preocupação do que a etapa seguinte seria a sua industrialização pela própria CPRM;

– PROJETO ALUMÍNIO: o anúncio de que a CVRD pretende implantar usina produtora de 100.000 t/ano de alumínio no Estado do Rio de Janeiro;

– ULTRAFÉRTIL: a assunção do controle acionário, pela PETROQUISA, do maior complexo brasileiro produtor de fertilizantes;

– PROJETOS VALEP/VALEFERTIL: o ingresso da CVRD no campo dos fertilizantes, inicialmente lavrando e concentrando minério fosfatado em Minas Gerais e em seguida repetindo o "Projeto ARAFERTIL", ao lado deste, em termos de unidades químicas (produção de fertilizantes nitrogenados e fosfatados);

– PROJETO RIO DO NORTE: a execução do projeto de bauxita com maioria expressiva da CVRD associada a empresas internacionais, com presença insignificante de empresas privadas nacionais;

– PROJETO CENIBRA: o ingresso da CVRD na área de celulose, associada exclusivamente a empresas internacionais, sobretudo num setor em que a presença do empresário nacional privado é largamente majoritária, inclusive com tecnologia própria, levando-se a que ingresse (integração) também no setor do papel.

12. O que temo, Senhor Ministro, sem qualquer postura utópica, de liberalismo econômico romântico ou lírico, por inalcançável e irrealista, é que tais exemplos relacionados possam cristalizar as preocupações do setor privado, inibindo-o definitivamente para a assunção de novos investimentos de porte, o que conduziria, por um processo de causa e efeito, a aumentar ainda mais o poder relativo das empresas estatais e das empresas internacionais; temo ainda mais porque isso acarretaria, sem dúvida, fricções futuras no quadro do poder político.

13. Creio mesmo – e assim me comporto – que o modelo político explicitado pelo Governo do Presidente Geisel não merece reparos, sendo nossa obrigação contribuir para aperfeiçoá-lo; temo, apenas, que, na prática, a tese da prevalência da empresa privada nacional não esteja correspondendo aos desejos expressos no plano das intenções; daí ser necessário praticar modelos arrojados, inovadores, sem preconceitos. Vale dizer, esgotar nossa capacidade de ação a fim de alcançar o melhor para a sociedade brasileira, seja no plano político, econômico ou social, em busca do equilíbrio de forças tão necessário à democracia que preconizamos.

14. Com efeito, a estrutura mesma da economia nacional, como a repetir a tendência de outras economias sustentadas pelo modelo de mercado, sugere a presença dos três grupos do poder: a empresa privada nacional, a empresa estatal e a empresa estrangeira.

15. A segunda categoria se viabiliza pela necessidade de cobrir setores que, por razões econômicas (ferrovias, por exemplo), não são atraentes para a empresa privada; ou de segurança nacional (exploração de petróleo, por exemplo), para o qual não se recomenda a ausência do Estado como empresário. Na terceira categoria, para cobrir setores nos quais o requisito tecnológico e de

grande intensidade de capital de que ainda não dispomos, ou, ainda, pela necessidade de ganhar imediatamente um canal de exportação em grande escala.

16. Para a categoria das empresas privadas nacionais, não deve, em princípio, haver qualquer limitação de investimento, pois a ela deve caber a principal responsabilidade pela formação bruta de capital. Para tanto, é necessário que se lhe deem os instrumentos efetivos e adequados, conforme seja a conjuntura dos negócios.

17. É fora de dúvida, Senhor Ministro, que a perda de poder relativo por parte da empresa privada nacional pode conduzir, em longo prazo, a uma situação de confronto entre a empresa estatal e a grande empresa internacional sem nenhuma outra força de conciliação, o que significaria confrontar poder entre vários Estados. Uma situação como essa, que já foi denominada historicamente, é, sem dúvida, indesejável porque exige regime político a ela ajustado, e ele, também indesejável, vale dizer, monopólio de poder. Ao contrário, se se introduz uma terceira força poderosa, nacional, representativa de parcela substancial da sociedade (elites empresariais e técnicas, o contingente populacional socialmente produtivo), tem-se melhor possibilidade de perseguir um modelo evolutivo tolerável, sem confrontações violentas de forças mas, sim, pela via do consenso social.

18. Creio, Senhor Ministro, ser altamente patriótico reverter o processo, inclusive no que ele tem de expectativas pessimistas junto aos empresários privados nacionais. A mudança do quadro de expectativas, que deve ser promovida por medidas concretas e imediatas, será, estou seguro, extremamente proveitosa e convencerá as forças produtivas ao engajamento firme e definitivo no projeto brasileiro de desenvolvimento econômico, político e social.

19. Tendo em conta esse objetivo, e ainda que algumas das medidas até aqui praticadas não foram suficientes, proponho o seguinte conjunto de medidas até aqui praticadas não foram suficientes, proponho o seguinte conjunto de medidas como definição de política governamental:

a) transferência, para o setor privado nacional, de empresas e projetos que, por qualquer razão, estejam sob controle estatal, excetuados os casos intransferíveis por questões de segurança nacional e/ou monopólio legal;

b) convocação de grupos empresariais privados reconhecidamente sérios e competentes para assumir novos investimentos de grande porte na economia;

c) estabelecimento dos limites de atuação da empresa estatal; e

d) estabelecimento de sistema de avaliação e alocação de usos e fontes consolidados das empresas estatais.

20. Para executar os programas contidos em a e b, anteriores, cuja deflagração proponho seja imediata, segundo a relação indicada nos Anexos II e III, sugiro que o BNDE seja autorizado a agir como agente operacional. Para tanto, proponho, mais, que o BNDE coloque à disposição dos empresários privados nacionais os fundos necessários, mediante mecanismo de financiamento cuja dívida seria amortizada na proporção dos lucros líquidos efetivamente gerados pelas empresas assumidas e projetos implementados; o período de amortização, por consequência, não seria pré-fixado.

21. Em relação ao item c, no Anexo I, encontra-se indicada sugestão para delimitar o campo de atuação de empresa estatal.

22. Por fim, no Anexo IV, apresenta-se sinteticamente, o mecanismo de controle governamental sobre o avanço das empresas do Estado.

23. Quero registrar, finalmente, que estou convencido de que as questões aqui colocadas e as respectivas sugestões constituem até mesmo problemas situados na área da Segurança Nacional, e ainda relevantes para a imagem e consolidação de um Governo que respeito sem restrições.

Marcos Pereira Vianna
Presidente

Rio de Janeiro, 22 de março de 1976.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SIGILOSO

ANEXO I

SUGESTÃO DE ESTABELECIMENTO DO LIMITE SETORIAL DA AÇÃO DA EMPRESA ESTATAL

SETOR
AGRICULTURA
MINERAIS NÃO METÁLICOS
MECÂNICA
MATERIAL DE TRANSPORTE
EXTRATIVA MINERAL
METALURGIA
MATERIAL ELÉTRICO
MADEIRA
MOBILIÁRIO
BORRACHA
QUÍMICA
PERFUMARIA E SIMILARES
CELULOSE E PAPEL
COUROS E PELES
PROD. FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS
PROD. DE MATERIAL PLÁSTICO
TÊXTIL
PRODUTOS ALIMENTARES
FUMO
VESTUÁRIO E CALÇADOS
BEBIDAS
EDITORIAL E GRÁFICA
CONSTRUÇÃO CIVIL
SERVS. UTILIDADE PÚBLICA
COMERCIAL VAREJISTA
TRANSPORTE FERROVIÁRIO
TRANSPORTE AÉREO

COMERCIAL ATACADISTA
TRANSPORTE MARÍTIMO
TRANSPORTE RODOVIÁRIO
COMUNICAÇÕES
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
SERVIÇOS COMERCIAIS

NATUREZA DO AGENTE

PRIVADA

Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim
Sim

Sim
Sim
Sim
Sim

ESTATAL

Não – Sim (1)
Não – Sim (2)

Não – Sim (3)

Não – Sim (4)

Não – Sim (5)

Não – Sim (6)

Não – Sim (7)

Sim (8)
Não – Sim (9)
Não

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

(1) Apenas produção de aeronaves.

(2) Apenas minério de ferro e minérios estratégicos e área de monopólio.

(3) Apenas nos casos de monopólio e nos casos de formação de “joint ventures”.

(4) Apenas a produção de vacinas e produtos fundamentais.

(5) Apenas imprensa oficial.

(6) Apenas transporte militar e correio aéreo nacional.

(7) Apenas área de monopólio legal.

(8) Apenas área de monopólio legal.

(9) Apenas os vinculados às forças armadas e Serviço público escolar.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SIGILOSO

ANEXO II

SUGESTÕES DE EMPRESAS E PROJETOS SOB COMANDO ESTATAL A SEREM TRANSFERIDAS PARA COMANDO PRIVADO NACIONAL (1)

1. ULTRAFERTIL E VALFERTIL
Grupo Solorrico
Grupo Monah
Gruo Copac
Grupo Fertisul
Grupo Doschsinger
Grupo Lagonso

2. PROJETO KALJUM (sal)
Grupo Nora-Lage
Outros Grupos

3. PROJETO KALIUM (Magnésio)
Grupo Ermírio de Morais
Grupo J. Torquato
Grupo Antunes

4. PROJETO ALUMÍNIO (CVRD) e ASA – ALUMÍNIO S/A – **[ILEGÍVEL]**
Grupo Ermírio de Morais
Grupo J. Torquato
Outros

5. PROJETO ORN
Grupo Fertisul
Grupo Luchsinger
Grupo CRA
Outros

6. PROJETO FOSFATO (Patos de Minas)
Grupo Rocha Miranda
Grupo Tricontinental
Grupo Ipiranga
Grupo Camargo Correia
Grupo Antunes
Outros

7. PROJETO CARAJÁS
Grupo Ermírio de Morais
Grupo Camargo Correia
Grupo Antunes
Grupo Mendes Junior
Outros

8. PROJETO RIO DO NORTE
Grupo Ermírio de Morais
Grupo J. Torquato
Grupo Antunes
Outros

9. FISIBA FIBRAS E OUTRAS EMPRESAS TÊXTEIS
Grupo Matarazzo
Grupo Barbero
Grupo Artes
Grupo Braspérola
Grupo Vicunha
Grupo Alpargatas
Outros

10. EMRESAS EDITORAS
Grupo “O Estado de São Paulo”
Grupo Abril
Grupo NOVO RIO
Outros

11. SALGEMA
Grupo Clemente Mariani
Grupo Camargo Correia
Outros

12. **[ILEGÍVEL]** (2)
Grupo Santa Matilde
Grupo COBRASMA
Grupo Villaros
Outros

13. **[ILEGÍVEL]**
Grupo Gerdau
Grupo Ermírio de Morais
Grupo Aliperti
Grupo Pains
Outros

14. ACESITA
Grupo N. S. Aparecida
Grupo Villares
Grupo Antunes
Outros

15. CENIBRA
Grupo Feifer
Grupo Klabin
Grupo Simão
Outros

16. CONSTRUÇÃO NAVAL E TRANSPORTE MARÍTIMO (LOYD e COSTEIRA)
Grupo Paulo Ferraz
Grupo EMAQ
Grupo Libra
Grupo Netumar
Grupo Frota Oceânica
Outros

17. COMPANHIAS ESTADUAIS DE SEGURO
Grupo Rocha Miranda
Grupo Sul América
Grupo Bradesco
Grupo Clemente Mariani
Outros

18. ECEX

Grupo Camargo Correia
Grupo C. R. Almeida
Grupo Mendes Júnior
Grupo Rabelo
Grupo Odebrech
Outros

(1) Não foram contempladas, por diferentes razões, as áreas de serviço público e siderurgia estatal;
(2) Após eliminação dos problemas jurídicos ainda pendentes.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SIGILOSO

ANEXO III

SUGESTÕES DE GRUPOS EMPRESARIAIS PRIVADOS NACIONAIS A SEREM CONVOCADOS PARA IMPLEMENTAR PROJETOS RELEVANTES

1. Grupo Antunes
2. Grupo Artes
3. Grupo Barbero
4. Grupo Bardella
5. Grupo Bozzano Simonsen
6. Grupo Braspérola
7. Grupo Brennand
8. Grupo Camargo Corrêa
9. Grupo Clemente Mariani
10. Grupo Cobrasma
11. Grupo Dedini
12. Grupo D. F. Vasconcelos
13. Grupo Dictor Schmith
14. Grupo Ermírio de Morais
15. Grupo EMAQ
16. Grupo Feffer
17. Grupo Gerdau
18. Grupo Bering
19. Grupo Ind. Itaú
20. Grupo Klabin
21. Grupo Magnesita
22. Grupo Mendes Júnior
23. Grupo Matarazzo
24. Grupo Metal Leve
25. Grupo Monteiro Aranha
26. Grupo Moreira Salles
27. Grupo Odebrecht
28. Grupo Olvebra

29. Grupo Onetto
30. Grupo Pão de Açúcar
31. Grupo Paulo Ferraz
32. Grupo Peixoto de Castro
33. Grupo Refinaria Ipiranga
34. Grupo Ultra
35. Grupo Villares
36. Grupo Zylberman

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

SIGILOSO

ANEXO IV

SUGESTÃO DE SISTEMA PARA CONTROLAR AÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS E SUAS REPERCUSSÕES

1. As empresas estatais apresentarão ao CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico no último trimestre de cada ano, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, seus programas de fontes e aplicações para os 5 (cinco) anos seguintes, no qual deverão estar explicitados:

1.1 – os projetos específicos, seus cronogramas físicos e financeiros de execução;

1.2 – o detalhamento dos dispêndios previstos para a execução dos projetos, no que diz respeito a gastos em moeda nacional e em moeda estrangeira;

1.3 – as fontes previstas para cobrir os investimentos, explicitado:

i) – reinversão de lucros;

ii) – emissão de capital;

iii) – financiamento em moeda nacional;

iv) – financiamento em moeda estrangeira.

1.4 – a indicação, para cada projeto, dos relativos às áreas de ação natural da empresa e dos que eventualmente extrapolam as áreas de ação natural.

2. O CDE apreciará os programas submetidos à sua apreciação e decidirá, para cada empresa, quais os projetos que poderão ser implementados e as fontes de recursos que poderão ser mobilizadas.

3. Os “déficits”, o “superávits” dos recursos próprios das empresas serão transferidos entre elas, por decisão do CDE.

4. Caso a transferência de excedentes financeiros interempresas, conforme previsto no item anterior, revela excedente global das empresas estatais, tais excedentes serão alocados ao sistema financeiro oficial para financiamento do setor privado da economia.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

F.

Sabe-se quem é o signatário?

AC

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

CONFIDENCIAL

ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

20 MAI 76

Esta SC-3 encaminha o documento em anexo, dirigido ao Ministro REIS VELOSO, tratando de Estatização da Economia Brasileira.

~~Desconhece-se, até o presente, o seu signatário.~~

[À MÃO: 25 Mai 76
Gen Figueiredo
Como o Sr pode ver o documento em questão que estava muito "fechado" agora já passou a ser difundido amplamente, na área empresarial, em especial na de São Paulo.]

[À MÃO: Sim, há quase 2 meses que vem circulando nos meios empresariais (GOLBERY)]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

H.

Marcos Pereira Viana

Publicado no “Jornal de Brasília” de 26/5/76

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

[À MÃO]
04 Fev 77
Gen Figueiredo.
Em complemento à [ILEGÍVEL] enviada ontem, remeto o resultado do processamento feito diretamente em São Paulo, que confirma inteiramente o que foi enviado.
[ASSINATURA]

SEGUE MENSAGEM CUJO TEXTO EH ABSOLUTAMENTE SECRETO, DEVENDO SER ENTREGUE COM TODA UC POSSIVEL AO GEN CASTRO.

RJ063 06 AC 650/30/ARJ/77 04FEV/0040

OPERACÃO “GAROA”

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

OPERACAO “GAROA”

RELATORIO

PROCESSANDO OS FATOS UTIMAMENTE OCORRIDOS EM SAO PAULO ET JAH DO DOMINIO PUBLICO ATRAVES DE EXPLORACAO PELA IMPRENSA, ESTA AGENCIA APUROU O SEGUINTE:

1. NO DIA 27 DE JANEIRO P.P., O MINISTRO REIS VELOSO FOI FAZER UMA PALESTRA NA FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DE SÃO PAULO.

A – A AUDITORIA FOI FRACA, PRINCIPALMENTE PELA DIFICULDADE DA ENTIDADE EM REUINIR O EMPRESARIADO ET TAMBÉM FACE A VIOLENTA CHUVA QUE SE ABATEU SOBRE A CIDADE. A PALESTRA SE INICIOU CERCA DAS 1700 HORAS, SE PROLONGOU ATEH CERCA DE 2100 HORAS, QUANDO JAH NAO HAVIA MAIS DO QUE MEIA DUZIA DE EMPRESARIOS ET MUITOS JORNALISTAS. ESSAS PALESTRAS, QUE NORMALMENTE NÃO LEVAM MAIS DE DUAS HORAS, SE PROLONGOU PRINCIPALMENTE PORQUE O EMPRESARIO EDUARDO CELESTINO RODRIGUES, SOZINHO, FEZ CERCA DE 30 PERGUNTAS, TODAS DE CARATER TECNICO.

B – AO SAIR DA REUNIAO, NA FIESP, O MINISTRO FOI A UM JANTAR NA CASA DO PRESIDENTE DA FEDERACAO DO COMERCIO DE SAO PAULO, JOSEH PAPA JUNIOR, ONDE SE REUNIRAM CERCA DE 100 EMPRESARIOS. O JANTAR SE PROLONGOU ATEH CERCA DE 1 HORA DA MADRUGADA. NO JANTAR FOI QUE O MINISTRO TEVE CONDICOES DE EXPOR OS ASSUNTOS PRINCIPAIS QUE O LEVARAM A SAO PAULO, TAIS COMO: II PNB ET POLITICA DE EXPORTACAO, QUE NAO CONSEGUIU DISCUTIR NO PLENARIO DA FIESP.

C – NO DIA SEGUINTE, 28, O JORNAL “FOLHA DE SAO PAULO” DIVULGOU COM GRANDE ALARDE, A NOTICIA DE QUE A REUNIAO DO MINISTRO REIS VELOSO NA FIESP FOI ESVAZIADA PROPOSITADAMENTE. NESSE MESMO DIA (28) O MINISTRO ENTROU EM CONTATO COM OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA (DONO DA “FOLHA”), COM O JORNALISTA ROBERTO APPI, DO “ESTADO DE SÃO PAULO” ET THEOBALDO DE NIGRIS, PRESIDENTE DA FIESP, SOLICITANDO AOS TRES QUE FIZESSEM UMA RETIFICACAO DA NOTICIA SOBRE O ESVAZIAMENTO DA SUA PALESTRA, O TEXTO ORIGINAL DA NOTA FOI ENVIADO DE BRASILIA, VIA TELEX, PARA A FEDERACAO DO COMERCIO DE SAO PAULO. O CHEFE DA DIVULGACAO DA FEDERACAO, FERNANDO ROCHA MOREIRA, COM A NOTA, FOI AA FEDERACAO DAS INDUSTRIAS, QUE SE INCUMBIU DE DIVULGAR A INFORMACAO, ALIAS, PUBLICADA EM QUASE TODOS OS

JORNAIS, INCLUSIVE A “FOLHA DE SÃO PAULO”, O JORNAL DO BRASIL, USANDO ESSA NOTA, ATACOU OS PRESIDENTES DA FEDERACAO DO COMERCIO ET DAS INDUSTRIAS, APRESENTANDO AMBOS COMO ELEMENTOS QUE SE PERPETUARAM NA DIRECAO DAS ENTIDADES PARA USA-LAS EM BENEFÍCIO PROPRIO. A TECNICA USADA PELO JORNAL DO BRASIL, TRADICIONALMENTE, EH APRESENTAR O MEIO EMPRESARIAL COMO SUBMISSO, SE APOIA, OU COMO CONTRARIO AO GOVERNO, SE DIVERGE, O “JORNAL DA TARDE”, NO DIA 02/02, EM EXTENSA MATERIA, DEMONSTROU BEM ESSA TECNICA.

2. NO DIA 1., NA REUNIAO PLENARIA DA FEDERACAO DO COMERCIO, O PRESIDENTE DO BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO, MURILO MACEDO RECEBEU UM DIPLOMA POR TER PRIVATIZADO A EMPRESA DE TURISMO DO BANESPA. NESSA OPORTUNIDADE O PRESIDENTE PAPA JUNIOR DISSE, EM RESUMO, QUE O EMPRESARIADO TAMBEM PENSA EM DISCUTIR ELEICOES DIRETAS A GOVERNADOR ET ADEQUACAO DO ESTADO DE DIREITO, DESDE QUE NÃO SIGNIFICASSE A ANARQUIA, INSEGURANCA ET QUE FOSSEM RESPEITADOS OS PRINCIPIOS DA SEGURANÇA INTERNA.

A – COINCIDENTEMENTE, NESSE MESMO DIA, EM UM JANTAR NA RESIDENCIA DO EMPRESARIO RODOLPHO MARCO BONFIGLIOLI, PRESIDENTE DO BANCO AUXILIAR DE SAO PAULO ET DA CICA, O MINISTRO SEVERO GOMES REUNIDO COM CERCA DE 150 EMPRESARIOS, ENTRE OUTRAS COISAS, AFIRMOU QEU NO BRASIL JAH HAVIA PASSADO O MOMENTO DA SUBMISSAO ET QUE TANTO O MEIO EMPRESARIAL COMO AS CLASSES TRABALHADORAS DEVIAM PRESSIONAR O GOVERNO ET A NACAO PARA A SOLUCAO DOS PROBLEMAS QUE MAIS AFLIGEM O BRASIL. ELE FOI BASTANTE CONTUNDENTE AO AFIRMAR QUE ESSES MEIOS DEVERIAM DEIXAR O ESTADO DE SUBMISSAO NACIONAL PARA SUBSTITUI-LO POR UMA POSICAO DE PRESSAO REIVINDICATORIA.

1) AO FIM DO JANTAR, JAH NA PORTA DE SAIDA, QUANDO SE DESPEDIA DE RODOLPHO BONFIGLIOLI, PAPA JUNIOR, CARLOS ALBERTO VIEIRA ET FLAVIO PECORA, O MINISTRO FOI INTERROMPIDO POR CARLOS D’ALANO LOUZADA, QUE ACUSOU O ATUAL GOVERNO DE SE PREOCUPAR EXCLUSIVAMENTE COM O OCORRIDO DURANTE O GOVERNO MEDICI, DEIXANDO DE REALIZAR COISAS CONSTRUTIVAS. COMO A INTERPELAÇÃO FOI FEITA EM TERMOS BASTANTE ALTOS, MAIS ALGUMAS PESSOAS, INCLUSIVE JORNALISTAS SE ACHEGARAM AO LOCAL. AIH, O MINISTRO RESPONDENDO A LOUZADA, CHAMOU-O DE “COROINHA”. ESTE RETRUCOU DIZENDO QUE NAO ERA “COROINHA” ET QUE O MINISTRO NAO PASSAVA DE UM ESQUERDISTA FESTIVO. O MINISTRO, EM TERMOS DE BAIXO CALAO, CHAMOU LOUZADA DE FACISTOIDE, O MINISTRO ET LOUZADA OFENDERAM-SE MUTUALMENTE, SENDO SEPARADOS PELOS CIRCUNSTANTES. EM SEGUIDA O MINISTRO ACOMPANHADO POR PAPA JUNIOR ET BONFIGLIOLI FOI LEVANDO ATEH O CARRO, TENDO DEIXADO A REUNIAO. OS

JORNAIS DO DIA 02/02 NOTICIARAM, COM GRANDE DESTAQUE A NOTICIA DAS DECLARACOES FEITAS POR PAPA JUNIOR. ISSO, EVIDENTEMENTE, DEU UMA CONOTACAO DE QUE TERIA HAVIDO UM ENTENDIMENTO PREVIO ENTRE PAPA JUNIOR ET O MINISTRO. NO DIA SEGUINTE, FACE AO QUE SE FORMOU, O PRESIDENTE DA FEDERACAO DO COMERCIO RESOLVEU POSICIONAR BEM O QUADRO, PROCURANDO **[ILEGÍVEL]** AS DECLARACOES ATRIBUIDAS PELOS JORNAIS AO MINISTRO (NOTA OFICIAL ANEXA). O “JORNAL DO BRASIL” ET A “FOLHA DE SAO PAULO” DEIXAM, MAIS UMA VEZ, GRANDE DESTAQUE AA NOTÍCIA. O “JORNAL DO BRASIL” TODAVIA OMITIU TRECHOS IMPORTANTES DA NOTA, CRIANDO TODA CONFUSÃO. TANTO O “JORNAL DO BRASIL” COMO A “FOLHA DE S. PAULO” FIZERAM, NA PRIMEIRA PÁGINA, CHAMADAS MENTIROSAS. POR OUTRO LADO, ALGUNS MEIOS EMPRESARIAIS DE SAO PAULO ET RIO DE JANEIRO VEM APRESENTANDO ESSES ACONTECIMENTOS COMO COISA ARTICULADA PELAS DUAS FEDERACOES EM FAVOR DA CANDIDATURA DE DELFIM NETO AA PRESIDENCIA DA REPUBLICA, QUE SERIA COLOCADA EM TERMOS IRREVERSIVEIS APOS UM VIOLENTO PROCESSO DE DESMORALIZACAO DO PRESIDENTE DA REPUBLIA ET DE TODO O SISTEMA MILITAR. ESSA REACAO SERIA A MANEIRA DE IMPEDIR QUE O GOVERNO FEDERAL CONTINUASSE A PROMOVER AS MEDIDAS QUE VISAM A REDISTRIBUICAO DA RIQUEZA NACIONAL. EH VOZ CORRENTE NOS MEIOS EMPRESSARIAIS A EXISTENCIA DE UMA “CAIXINHA” COM A FINALIDADE DE FINANCIAR A CANDIDATURA DO SR. DELFIM NETO AA SUCESSAO PRESIDENCIAL.

3. ALGUNS DIRETORES DA FEDERAÇÃO DO COMERCIO QUE NAO SE ENVOLVERAM NA PREGACAO ET NOS PRONUNCIAMENTOS POLITICOS RECENTEMENTE ACONTECIDOS, JULGAM QUE PAPA JUNIOR DEVE ESTAR BEM SUSTENTADO, POIS DO CASO CONTRARIO PERDERIA SUA POSIÇÃO NA PRESIDENCIA DA FEDERACAO.

A – EH SIGNIFICATIVO O CONTRASTE ENTRE AS PALESTRAS DOS MINISTROS REIS VELOSO, NA FEDERACAO DAS INDUSTRIAS ET A DE SEVERO GOMES NA FEDERACAO DO COMERCIO. ENQUANTO A PRIMEIRA FOI ESVAZIADA, A SEGUNDA TEVE CUNHO ALTAMENTE PROMOCIONAL.

B – NO CONTEXTO, EH BOM RESSALTAR PRONUNCIAMENTOS RECENTES DE ALGUNS EMPRESARIOS PAULISTAS, CONDENANDO A TRANSFORMACAO DE ASSOCIACOES CLASSISTAS EM FEUDOS A SERVIÇO DE INTERESSES PESSOAIS.

4. O TEXTO ABAIXO EH A VERSAO APRESENTADA PELO SR. CARLOS D. ALAMO LOUZADA, SOBRE OS FATOS OCORRIDOS NA RESIDENCIA DO SR. RODOLPHO MARCO BONFIGLIOLI, DA QUAL FOI UM DOS PARTICIPANTES:

“NO DECORRER DO JANTAR, NA NOITE DE 1. PARA 02 DE FEVEREIRO ULTIMO, ESTAVAM PRESENTES FIGURAS MAIS REPRESENTATIVAS DA INDÚSTRIA E COMERCIO PAULISTAS, DENTRE AS QUAIS DESTACAVAM-SE: FLAVIO PECORA, JORGE ARRUDA,

JOSEH PAPA JUNIOR ET MURILO MACEDO, ALEM DE QUASE A TOTALIDADE DOS BANQUEIROS DO ESTADO., PRESENTE TAMBÉM O MINISTRO DA INDUSTRIA ET COMÉRCIO, SEVERO GOMES.

A – PASSAVA DE 00:00 HORA, O MINISTRO JAH SOB O EFEITO DA BEBIDA FAZIA COMENTARIOS SOBRE O GOVERNO MEDICI, TAXANDO-O DE FACISTA, ASSIM COMO CRITICANDO DE MILITARISTAS DAQUELES QUE APOIAVAM O AI-5. DISSE AINDA QUE O MUNDO ESTAVA CAMINHANDO PELA ADOCAO DA LINHA SOCIALISTA PARA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS. FOI INTERPELADO PELO SR. LOUZADA QUE DISSE NÃO CONCORDAR QUE O BRASIL VIESSE A SER SOCIALIZADO, E NAO SABEM PORQUE O MINISTRO DEFENDIA A IDEIA DE UM ESTADO SOCIALISTA NO BRASIL ET PORQUE ELE (MINISTRO) SE PREOCUPAVA TANTO COM O GOVERNO MEDICI ET NAO COM AS ESQUERDAS DENTRO DO SEU MINISTERIO. O MINISTRO RESPONDEU: “PORQUE O MEDICI EH FACISTA ET VOCE (LOUZADA) TAMBEM EH FACISTA, MILITARISTA A FAVOR DO AI-5. LOUZADA RETRUCOU DIZENDO SER A FAVOR DO AI-5 ET QUE O MINISTRO ERA DA ESQUERDA FESTIVA E INCOMPETENTE, RAZAO PELA QUAL FOI AFASTADO, PELO SEU IRMAO, DA FABRICA DO VALE DO PARAIBA PORQUE QUANDO LAH ESTEVE, A FABRICA QUASE QUEBROU. A DISCUSSAO FOI VIOLENTISSIMA, INCLUSIVE COM O USO DE PALAVRAS DE BAIXO CALAO. O “BATE-BOCA” PROLONGOU-SE, COM O MINISTRO PERDENDO TOTALMENTE O CONTROLE DE SUAS PALAVRAS, RECEBENDO ET FAZENDO OFENSAS INUTEIS. O “AFAIRE” TERMINOU QUANDO O SR. SEVERO GOMES FOI RETIRADO DO GRUPO PELOS SRS. PECORA ET PARA JUNIOR, ET COM MUITO JEITO COLOCADO EM SEU CARRO, TOMANDO DESTINO DESCONHECIDO”.

B – “APOS O FATO, OS CUIDADOS SE VOLTARAM PARA OS REPRESENTANTES DA IMPRENSA PRESENTES, NO SENTIDO DE CONVENCE-LOS EM NAO DIVULGAREM O ACONTECIDO”.

C – “COMENTARIOS TAMBEM SURGIRAM DIZENDO QUE A SORTE DO MINISTRO FOI NAO TER COMPARECIDO, EMBORA CONVIDADO, O SR. MARIO ANDREAZZA, POIS O FATO PODERIA TER CONSEQUÊNCIAS BEM MAIS DESAGRADAVEIS”.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

ANEXO

DE SERVICO DE IMPRENSA FEDERACAO ET CENTRO DO COMERCIO ESTADO DE SAO PAULO
PARA: EDITORIAS DE POLITICA.

PAPA JUNIOR: NOVO CICLO DA HISTORIA POLITICA DEVE SER INICIADA.

REAFIRMANDO SUA CONVICCAO DE QUE O PAIS DEVE INICIAR A RETOMADA DO PLENO ESTADO DE DIREITO, O PRESIDENTE DA FEDERACAO E CENTRO DO COMERCIO DO ESTADO DE SAO PAULO, JOSE PAPA JUNIOR, DISTRIBUIU NOTA AA IMRENSA ONTEM. (2), AFIRMANDO:

"NOSSA POSICAO É A DOS QUE, SERENAMENTE, CONSIDERAM BEM AMADURECIDA A CONVICCAO DE QUE O PAIS DEVE INICIAR A RETOMADA DO PLENO ESTADO DE DIREITO.

QUERIAMOS UM REGIME DEMOCRATICO, ET NAO UM REGIME ESPURIO, QUANDO PREPARAVAMOS O MOVIMENTO DE 31 DE MARÇO. DECORRIDOS ESTES ANOS DE REVOLUÇÃO, COM EXITO POR TODOS PROCLAMADOS NO QUE É FUNDAMENTAL, ESTAMOS CONVENCIDOS, COINCIDENTEMENTE COM A PALAVRA ET AS ATITUDES DO EMINENTE PRESIDENTE GEISEL, DE ABSOLUTA FIDELIDADE AOS IDEAIS DEMOCRATICOS, ESTAMOS CONVENCIDOS, REPITO, DE QUE NOS ENCONTRAMOS NO PORTAL DE UM NOVO CICLO DA HISTORIA POLITICA DO BRASIL. ULTRAPASSAMOS O PRIMEIRO E IRREVERSIVEL CICLO DE 1964 – CARACTERIZADAMENTE REVOLUCIONARIO. OUTRA FASE ABRE-SE AGORA, A DA INSTAURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS FRANQUIAS DEMOCRATICAS, DO SISTEMA REPRESENTATIVO, DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA VIDA POLÍTICA NACIONAL. INCLUSIVE COMO SUPORTE DA REFORMULAÇÃO ECONOMICA QUE AS CONTINGENCIAS MUNDIAIS ET NACIONAIS IMPOEM.

"PARA TANTO, OS ESPECIALISTAS – JURISTAS, ECONOMISTAS, REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE CLASSE – ENCONTRARAO A FORMULA PARA O ADEQUADO RETORNO DO PAIS AA VIDA CONSTITUCIONAL, COM OS IMPLEMENTOS QUE NOSSO ESTAGIO DE DESENVOLVIMENTO EXIGE E QUE NOSSA EVOLUCAO SOCIAL COMPORTA. COM RESSALVAS, EH CLARO, DA SEGURANCA NACIONAL, MATERIA PARA A QUAL O PODER JUDICIARIO SABERA DAR SUA CONTRIBUICAO E PARTICIPACAO, POIS A ANARQUIA NAO INTERESSA AA NINGUEM.

“NOSSO COMPORTAMENTO DE HOJE EH COERENTE COM PRONUNCIAMENTOS QUE NAO SAO DE HOJE. EM DEZEMBRO ULTIMO ABORDAVAMOS PUBLICAMENTE O ASSUNTO, AO PROCURAR SITUAR A POSICAO DO EMPRESARIADO PERANTE O NOSSO QUADRO POLITICO – ECONOMICO. E JAH EM FINS DE 1975 APONTAVAMOS A MAGNITUDE DO ASPECTO POLITICO DO CASO BRASILEIRO, ACENTUANDO QUE O GOVERNO CUIDAVA DE DAR AO PAIS INFRAESTRUTURA ADEQUADA AO DESENVOLVIMENTO DA INICIATIVA PARTICULAR, QUE ASPIRA CADA VEZ MAIS AO AMPLO DIALOGO POLITICO, COM A PRESENCA DE TODOS OS SETORES DO POVO BRASILEIRO.”

“ESTA É UMA ATITUDE AMADURECIDA DO EMPRESARIADO, “FINALIZOU PAPA JUNIOR.

FIM...”

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

EUA liberam seus papéis sobre a queda de Goulart

Chamava-se *Brother Sam* a operação militar “destinada a assegurar a presença dos Estados Unidos” no litoral brasileiro, à altura de Santos, durante os primeiros dias de abril de 1964. Ela mobilizou o porta-aviões *Forrestal*, seis destroieres e quatro petroleiros que traziam diesel, querosene e 136 milhões de litros de gasolina.

A operação está registrada em 17 documentos existentes nas oito caixas relacionas com o Brasil na Biblioteca Lyndon Johnson, no Texas, onde estão guardados os papéis mandados à Casa Branca entre 1963 e 1969. Foram liberados pelo Governo americano, e cada cópia pode ser obtida por 15 centavos de dólar.

O JORNAL DO BRASIL inicia hoje a publicação dos principais documentos liberados, pesquisados pelo repórter Marcos Sá Correa. Nas páginas 19, 20, 21 e 22 estão os 17 papéis da operação *Brother Sam*, desde 31 de março, quando ela começou, até 2 de abril, quando foi cancelada. Publica-se também a íntegra do relatório onde o Embaixador Lincoln Gordon traçou, em linhas gerais, com quatro dias de antecedência, o quadro da Revolução que depôs João Goulart.

Amanhã o *Caderno Especial* publicará o texto liberado das teleconferências entra a Embaixada no Rio e a Casa Branca entre 31 de março e 2 de abril, além dos perfis de personalidades brasileiras redigidos pela CIA para informação da equipe do Presidente Lyndon Johnson. A série será encerrada na segunda-feira.

[Voltar]

[Voltar]

COMISSÃO MILITAR MISTA BRASIL ESTADOS UNIDOS
DELEGAÇÃO NORTE-AMERICANA
PALÁCIO MONROE
Rio de Janeiro, GB.
ZC-39

Rio de Janeiro, Guanabara
27 de março de 1974

[À MÃO: Não pretendo usar!]

Exmo. Sr. General de Exército
Ernesto Geisel
MD Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio da Alvorada
Brasília, Distrito Federal

Exmo. Senhor Presidente:

De acordo com normas e tradição estabelecidas há longa data, tenho a honra e especial satisfação de encaminhar, em anexo, o cartão de identidade do Reembolsável preparado para a Exma. Senhora D. Luci Geisel, como digníssima esposa do Exmo. Sr. Comandante em Chefe das Forças Armadas do Brasil, para utilização das instalações do Reembolsável operado por esta Delegação Americana da CMMBEU.

Não foi preparado um cartão para Vossa Excelência, uma vez que será imediatamente reconhecido caso, em alguma ocasião, nos venha distinguir com uma visita a esta modesta dependência militar.

Faço votos para que, deste modo, nos venha a ser facultado prestar algum serviço e, desde já, nos sentiremos imensamente honrados com a visita que Vossa Excelência ou a sua Excelentíssima Senhora vierem a realizar ao nosso reembolsável.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

PRESIDENCY

1974
JBUSMC EXCHANGE
Privilege and cigarette Ration Card
Card Nº 310

Mrs. ERNESTO GEISEL
IS AUTHORIZED TO PURCHASE AT JBUSMC Nº 5659 SUBJECT TO REGULATIONS ON REVERSE SIDE.

14 Mar 74
DATE ISSUED

[À MÃO: assinatura]

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

IT IS UNDERSTOOD AND AGREED THAT MERCHANDISE PURCHAS ED UNDER THIS AUTHORITY WILL BE CONSUMED AND/OR USED BY ME OR MEMBERS OF MY HOUSEHOLD DEPENDENT UPON ME AND WILL NOT BE DISPOSED OF IN ANY OTHER MANNER EXCEPT AS APPROVED IN ACCORDANCE WITH PERTINENTE EXCHANGE REGULATIONS AND USMILGP REGULATION 60 – 1 DATED 9 JULY 1971, AND USMILGP REG. Nº 643-2 DATED 25 SEPTEMBER 1972

SIGNED:……

SOCIAL SECURITY Nº…….

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

AUDIÊNCIA CONCEDIDA POR SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE ERNESTO GEISEL À SENHORA CARTER

Brasília, 7 de junho de 1977.
10:30 horas
Presentes:
Presidente Ernesto Geisel
Ministro Antonio Azeredo da Silveira
Senhora James Carter
Embaixador John Crimmins

Após os cumprimentos e a troca de presentes, a reunião foi iniciada com a entrega de uma carta do Presidente Carter ao Presidente Geisel e uma, pessoal, da Sra. Rosalynn Carter.

Enquanto entregava ao Presidente a carta escrita por seu marido, lida pelo Presidente Geisel sem comentários, a Sra. Carter observou que o Presidente Carter mantinha com o Presidente do Brasil correspondência mais ativa do que com qualquer outro Chefe de Estado – prova do apreço que tem pela pessoa do Presidente e da importância com a qual encara o Brasil.

O Presidente saudou a Sra. Carter dizendo de seu prazer em recebê-la, não somente como representante do Presidente dos EE.UU. mas também por suas qualidades pessoais.

Dando início à discussão, a Sra. Carter referiu-se à amplitude dos tópicos abordados na véspera com o Ministro Silveira. Destacou dois aspectos: o compromisso decidido de seu marido com a causa dos direitos humanos e a necessidade de reformulação de várias instituições internacionais que visam promover o desenvolvimento.

O Sr. Carter julga que a política exterior americana deve representar o que há de melhor nos Estados Unidos e que, por isso mesmo, não seria possível aceitar, fora de suas fronteiras, o que tampouco aprovava internamente.

Esse princípio poderia talvez gerar certos mal-entendidos a curto prazo, porém acabariam por prevalecer os princípios morais, comuns a todos, e que visam contribuir para o desenvolvimento de todos os povos.

O Presidente Carter não buscava adversários: pelo contrário, estava convencido da existência de pontos de vista comuns e da necessidade de conjugar esforços para alcançar a meta global. Acrescentou que nenhum país é perfeito, reconhecendo que nos EE.UU. muitos esforços teriam ainda de ser envidados, sobretudo em favor dos mais pobres.

Disse que, na véspera, expusera ao Chanceler Silveira os principais princípios que norteiam a política do Presidente Carter, a saber: desarmamento, a limitação da expansão de explosivos

nucleares, a contenção de gastos em equipamentos de defesa.

A posição de seu marido era muito firme em relação a esses pontos, embora tivesse consciência do dilema das necessidades energéticas, por um lado, e do perigo da proliferação de armas nucleares, por outro.

A primeira medida importante adotada durante os quatro meses iniciais de sua gestão fora um estudo da política americana em relação a material bélico. Resumindo: ele desejava pôr um termo à proliferação de armas nucleares; reduzir o estoque americano de tais armas como de equipamento convencional (acrescentou que um dos principais temas da Campanha Presidencial fora o desejo de eliminar por completo as armas nucleares, mas que isso representa um compromisso que não poderia ser cumprido da noite para o dia); reduzir as vendas de material bélico; jamais serem os primeiros a introduzir equipamento bélico sofisticado onde quer que fosse; agir junto a fornecedores e compradores de armas visando reduzir o volume de suas transações.

Passando à política hemisférica, a Sra. Carter declarou estar baseada em três metas fundamentais:

1. um compromisso decidido com os direitos humanos
2. o respeito pela soberania dos países
3. o reconhecimento da natureza individual de cada nação.

Abordou em seguida um ponto julgado crítico pelo Presidente Carter, ou seja, que muitas instituições internacionais, criadas logo após a Segunda Guerra Mundial já não seriam adequadas às aspirações de muitas nações emergentes. Na última década assistimos a importantes mudanças no cenário mundial, com a crescente importância de países como a Indonésia, Irã, Nigéria, Venezuela e Brasil, que exigem participação mais ativa no sistema internacional e que precisariam ajudar a moldar e reformular essas instituições para que possam cumprir melhor seus objetivos.

Disse que a filosofia do Sr. Carter era, talvez, mais flexível do que as anteriores, norteada por um espírito mais aberto, mais humano; que considerava imprescindível um amplo sistema de consultas aos países da América Latina e do Caribe visando o desenvolvimento de uma política global que fosse, ao mesmo tempo, ajustada às necessidades individuais de cada país.

A Sra. Carter reafirmou estar no Brasil para ter uma oportunidade de discutir, de primeira mão, esses assuntos e ouvir os pontos de vista e as preocupações de seu Governo.

O Brasil, como potência mundial, merecia do Sr. Carter a maior atenção e o maior respeito. Nesse sentido o Secretário Vance havia já reafirmado ao Chanceler Silveira que continua em vigência o Memorando de Entendimento, e a Sra. Carter expressou sua esperança de que seus subgrupos pudessem reunir-se em breve, sobretudo os de Comércio e Energia. Acrescentou ser intenção do Secretário Vance visitar o Brasil ainda no decorrer deste ano.

O Presidente Geisel agradeceu a exposição muito completa apresentada pela Sra. Carter, a qual ouvira com muito interesse. Disse ser sua opinião, compartilhada por praticamente todos os brasileiros, que, como nações amigas, seu objetivo era o de fortalecer essa amizade. Tal fora a filosofia no passado e tal deveria ser no presente e no futuro.

Jamais houvera, no Brasil, campanhas antiamericanas; jamais as divergências que porventura pudessem ter existido tinham sido exploradas para provocar ressentimentos. Pelo contrário, todos os

esforços visaram sempre amortecer os efeitos de diferenças de opinião, já que os brasileiros consideravam que a única base sólida para um relacionamento entre dois países era a amizade.

Acompanhara com atenção os pronunciamentos do Presidente Carter, sobretudo o discurso apresentado na OEA por ocasião do Dia Pan-Americano, onde repetia que cada nação deve ser tratada em base individual, um princípio que o Presidente Geisel considerava de suma importância. Frisou que, nesse sentido, era preciso conhecer profundamente o país para poder compreendê-lo e analisá-lo, sem se deixar influenciar por informações mais ou menos corretas, tendenciosas e de fontes pouco fidedignas. Sob esse prisma considerava muito útil a visita da Primeira- Dama dos EE.UU., dada a oportunidade de ver com seus próprios olhos como pensam, vivem e agem os brasileiros.

No que tange a questão dos direitos humanos, disse o Presidente julgá-la de importância extraordinária, havendo entre os dois países uma coincidência de opiniões essencial e fundamental. O Brasil é signatário da Carta das Nações Unidas, mas antes disso já batalhara pelo respeito aos direitos humanos.

Ao mesmo tempo, porém, trata-se de problema com implicações que não podem ser solucionadas, plena e milagrosamente, da noite para o dia. Num país pobre, como o é o Brasil, sua total solução depende de um esforço progressivo. O Brasil, em sua luta, muito tem feito através de sua determinação de implantar no país uma sólida base econômica com as repercussões que disso decorrem no plano social. Grandes esforços foram feitos no setor de habitação, alimentos, educação, saúde e outros. Não se poderia, entretanto, ignorar a necessidade de combater dificuldades intrínsecas enfrentadas por toda nação menos desenvolvida.

Como uma das grandes dificuldades o Presidente apontou a taxa de crescimento demográfico, atualmente ainda de 2,7% ao ano, o que traz em seu bojo a necessidade de criar cerca de dois milhões de novos empregos a cada ano – já que o direito ao trabalho é um dos mais inalienáveis direitos humanos. Por outro lado, a metade de nossa população compõe-se de jovens, que consomem sem produzir e que precisam de cuidados especiais e de recursos amplos que permitam o seu desenvolvimento como futuro da nação.

O Presidente referiu-se em seguida a outro aspecto não mencionado pela Sra. Carter, porém abordado por seu marido em várias oportunidades, sobretudo no discurso proferido na Universidade de Notre-Dame: a URSS e o comunismo.

Acredita o Presidente Geisel ser este um ponto de divergência: o Presidente Carter dissera que diminuíra a importância da URSS e do comunismo; que não se justificava a manutenção, no resto do mundo, de uma verdadeira fobia anticomunista; que houvera uma diminuição das tensões.

Na opinião do Presidente Geisel, o Sr. Carter teria razão no que diz respeito à posição de seu próprio país face ao comunismo, mas que tal atitude não se poderia generalizar como abrangendo o Brasil e outros. Os EE.UU. gozam de estrutura econômica e social sólidas, sendo imunes à infiltração de ideias subversivas. Países como o Brasil, porém, onde persistem sérias deficiências nos setores econômico e social, são mais vulneráveis, havendo solo fértil para a proliferação de tais ideias. A nação precisa, portanto, estar alerta para evitar sua propagação. O Brasil já passara por duas experiências dolorosas e não desejaria vê-las repetidas. Embora a índole de seu povo seja basicamente contrária a ideias comunistas devido ao sistema econômico

em vigor e a sua formação religiosa, não podemos perder de vista as deficiências básicas de nossa estrutura social.

A Sra. Carter solicitou a palavra para esclarecer que julgava tratar-se de um mal-entendido. O que dissera o Presidente Carter fora que, no passado, os EE.UU. apoiavam de forma irrestrita todo e qualquer regime, por mais repressivo que fosse, pelo simples fato de ser anticomunista. Atualmente, apesar do relaxamento de tensões, persiste a concorrência ferrenha entre os dois sistemas. Frisou, no entanto, que o Sr. Carter julga que as democracias industriais são livres, não por serem fortes, mas que sua força se deve à liberdade econômica e social de que desfrutam.

A ameaça persiste, porém reina hoje um espírito de confiança tranquilo. A História apoia as democracias. Presenciamos o fim do colonialismo e o sistema de liberdade democrática tende a prevalecer, malgrado a persistência de divergências ideológicas.

O Presidente Geisel afirmou haver compreendido perfeitamente a posição do Sr. Carter. Sobretudo em relação à fobiaanticomunista, surgida, afinal, nos próprios EE.UU., berço do "MacCartyismo" e de várias políticas exageradas de repressão às ideias de esquerda.

Tornou, porém, a frisar a diferença básica entre a situação brasileira e a norte-americana. **Os EE.UU. enfrentam o imperialismo soviético, cujo perigo permanece**, conforme o provam a política armamentista e a existência de pactos militares como NATO **[OTAN]**, etc.

O Brasil não se sente em medida de interferir com este processo, nem no campo político, nem no econômico nem no militar. **O que deseja é evitar a infiltração interna e preservar os seus padrões, sua tradição, princípios religiosos e seu sistema econômico de livre empresa. Trata-se de problema enfrentado pelo Brasil e não pelos EE.UU.** e que merece por nossa parte a maior atenção.

A Sra. Carter respondeu que compreendia o ponto de vista exposto, e realçou as medidas liberalizadoras empreendidas pelo Presidente Geisel no decorrer do ano passado. Disse que isto não poderia senão fortalecer o sistema econômico e social do Brasil – esta liberalização e direito de manifestar livremente suas opiniões. Cumprimentou o Presidente pelas medidas adotadas durante o ano passado, expressando sua esperança de que esta atitude continue a prevalecer.

Ainda no setor dos direitos humanos, referiu-se à importante contribuição do Presidente Geisel no sentido de levar à Justiça elementos da Polícia e funcionários do Governo que interferiam com o seu livre exercício.

Acrescentou que, como o Brasil era o quinto país visitado, gostaria de referir-se às conversações mantidas com os países nos quais estivera anteriormente.

Em Jamaica encontrara-se com o Primeiro-Ministro Manley, que se manifestara francamente a favor do contexto mais amplo possível para a discussão dos direitos humanos e suas repercussões em termos de liberdade política, econômica e social. Declarara expressamente seu desejo de firmar a Convenção Americana de Direitos Humanos. Em julho seria realizada reunião dos países membros do Mercado Comum do Caribe e ele esperava que todos firmassem a Convenção. Mesmo que isto não ocorresse, a Jamaica seria signatária.

Em Costa Rica, onde foram negociados os termos da Convenção, o Presidente expressou seu desejo de colaborar da forma mais ampla possível para a proteção dos direitos humanos.

Em Equador e no Peru, onde estão instalados governos militares, os respectivos Governantes comprometeram-se a restabelecer governos civis e democráticos no decorrer dos próximos anos. Ambos consideravam da maior importância para as relações interamericanas a ratificação da Convenção, assim como um trabalho mais ativo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Em suma, nessas viagens assim como na viagem a Londres do Sr. Carter, sentia-se um espírito novo, a disposição autêntica de ajudar os mais necessitados.

O Brasil, acrescentou a Sra. Carter, como potência emergente, respeitada tanto pelos países em vias de desenvolvimento como pelos desenvolvidos, teria um papel importante a desempenhar neste esforço global, como signatário que é da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trata-se de problema que transcende fronteiras nacionais e permite que todos vivam vidas mais completas, mais livres.

Em sua resposta, o Presidente, embora concordando com a importância do tema, disse ser cético quanto à plena realização dessa meta enquanto persistir o fosso entre países ricos e pobres. Sem um esforço concertado, sério e objetivo visando fechar essa brecha e acabar com os conceitos de países mais ou menos desenvolvidos, diálogo Norte-Sul, etc., ficaremos sempre aquém de nosso ideal, ao qual aspirava, ele também, de todo coração.

A Sra. Carter dirigiu-lhe então um apelo direto no sentido de unir-se aos demais, assinando e ratificando a Convenção Americana de Direitos Humanos por ocasião da Assembleia Geral da OEA em Granada. Seria, a seu ver, um sinal para o resto do mundo de um compromisso firmemente assumido.

Reiterou o desejo de seu marido de ver reduzidas as diferenças econômicas entre as nações assim como sua meta – inclusive desta viagem – de um maior esforço conjunto com o Caribe e a América Latina, de fortalecer e dar novo sentido a instituições como o FMI, obsoletas diante das transformações do após-guerra.

Repetiu, uma vez mais, seu apelo.

O Presidente Geisel destacou o empenho dado pelo Brasil a questões de direitos humanos junto, por exemplo, à ONU, onde um brasileiro é membro da Comissão que trata desse tema. O Brasil é também a favor da Comissão de Direitos Humanos da OEA, principalmente no que diz respeito a seu caráter normativo. **Faz, entretanto, certas objeções à Convenção da Costa Rica, a principal sendo a proposta criação de um Tribunal de Justiça, contrário aos princípios de soberania.** Trata-se de problemas internos, e cabe ao Governo e às Autoridades enfrentá-los e resolvê-los. Por motivos de soberania tais problemas não podem nem devem ser subordinados a um Tribunal de Justiça no âmbito latino-americano, tanto mais que, como a própria Sra. Carter dissera, é problema universal.

Inclusive tendo em vista as afirmações do Presidente Carter de que o Hemisfério, o Caribe e a América Latina não podem ser dissociados de seu contexto global, a Convenção da Costa Rica não se constitui em solução adequada.

Continuou, relembrando um fato que caracteriza melhor, talvez, do que qualquer outro, o respeito profundo do Brasil e dos brasileiros pelos direitos humanos: a ausência de preconceitos raciais e religiosos. O Brasil seria talvez realmente um exemplo para o mundo, com sua sociedade multirracial convivendo em harmonia. Com uma legislação que data de muitos anos

e que pune severamente quaisquer tendências racistas. Um povo livre, enfim, e que respeita essas liberdades.

A Sra. Carter retrucou que nos EE.UU. de fato permaneciam problemas dessa índole, embora muito tivesse sido feito em anos recentes para corrigi-los.

Em vista do adiantado da hora, ambos lamentaram a impossibilidade de continuarem a discussão; decidiram retomá-la durante o jantar, abordando principalmente o problema da proliferação de armas nucleares.

Consideraram a visita valiosa, por ter demonstrado que apenas através de conhecimento recíproco pode advir harmonia e convieram que, no fundo, havia acordo quanto aos princípios básicos levantados.

A audiência foi encerrada às 11:40 horas.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

NOTAS RESUMIDAS – DISCUSSÃO INFORMAL ENTRE O PRESIDENTE GEISEL E A SENHORA JAMES CARTER, DURANTE O JANTAR NO PALÁCIO DA ALVORADA

A discussão teve início quando a Sra. Carter transmitiu ao Presidente saudações de seu marido, com quem conversara pelo telefone durante a tarde. O Sr. Carter dissera-lhe que lamentava não estar presente durante o banquete, ao que o Presidente retrucou que nosso país acolheria sempre com prazer e boa vontade o Chefe de Governo dos EE.UU. sempre que ele o desejasse ou julgasse oportuno. **Interpelou em seguida a Sra. Carter sobre suas impressões das conversações mantidas durante a manhã caracterizadas, a seu ver, por uma extrema franqueza.**

A Sra. Carter disse que esperava não ter-se excedido em sua franqueza. O Presidente respondeu-lhe que não, e que ele próprio falara, como sempre o fazia, da forma mais franca e direta possível e jamais com intenções veladas. Tal franqueza seria parte integrante de seu modo de pensar e agir como Chefe de uma Nação, com todas as responsabilidades disso decorrentes.

A Sra. Carter observou que compreendia este sentido de responsabilidade, o mesmo que sentia seu marido no que dizia respeito a seus deveres como Presidente dos EE.UU. e líder mundial. Ressaltou a importância de que outros líderes assumam também sua parcela de responsabilidade pelos destinos mundiais e ressaltou o papel a ser desempenhado pelo Brasil.

O Presidente Geisel explicou-lhe que, embora cônscio da magnitude do possível papel do Brasil no cenário mundial, nosso país não tem aspirações de hegemonia; que ele próprio havia sido convidado pelo Primeiro Ministro do Japão, no ano passado, a servir de intermediário no diálogo entre países pobres e ricos, e que recusara o convite, já que sentia que o Brasil não seria, provavelmente, ouvido nem por uma parte nem pela outra. Referiu-se à famosa frase do ex-Presidente Nixon, que prejudicara em alto grau as relações do Brasil com as demais nações do Hemisfério. Explicou que o Brasil é uma nação pacífica que mantém ou procura manter excelentes relações com todos os seus vizinhos, grandes ou pequenos. Acrescentou que havia os que procuravam fomentar um clima de rivalidade entre Brasil e Argentina, ideia a que se opunha veementemente, por tratar-se de conceito contraproducente, ainda mais que as economias dos dois países se complementavam.

Abordou-se em seguida e como consequência desse preâmbulo, a questão de armamentos. O Presidente explicou à Sra. Carter que as Forças Armadas no Brasil são mal equipadas em termos quantitativos e qualitativos, pois malgrado os problemas decorrentes de sua extensão territorial, segurança interna e defesa de suas fronteiras, são muitos os aspectos considerados prioritários para o processo de desenvolvimento e que levam a primazia.

Chegando ao cerne da questão, isto é, a proliferação de armas nucleares, o Presidente disse estar certo de que não havia divergência de opiniões quanto ao fundo da questão, mas apenas quanto a alguns de seus aspectos.

A Sra. Carter declarou que seu marido não era de forma alguma contrário à utilização de processos nucleares como fonte de energia e que compreendia a posição brasileira a respeito. O Presidente discordou, em vista da classificação feita pelo Sr. Carter, de "processos sensíveis".

Seguiu-se uma discussão durante a qual a Sra. Carter procurava convencer o Presidente de que, de fato, representa um perigo para todo o hemisfério a possibilidade de se utilizar os subprodutos da geração de energia nuclear para a fabricação de armas.

O Presidente reafirmou a posição brasileira no que diz respeito às salvaguardas firmadas e sua convicção de que a AIEA constitui o foro mais adequado para a fiscalização de todos os processos envolvidos. Caberia, frisou, à comunidade internacional dar o devido apoio à AIEA, como instituição da ONU, no cumprimento dessa atribuição.

No que se refere ao Tratado de Tlatelolco, a Sra. Carter perguntou-lhe se o Brasil estaria disposto a abrir mão de certas de suas reservas a respeito. Respondeu-lhe o Presidente que o Brasil era signatário do Tratado, que estava satisfeito de ver que os EE.UU. já firmaram os protocolos mas que lamentava que a União Soviética ainda não o fizera, assunto aliás levantado há poucos dias com o Embaixador da URSS no Brasil – o qual nada respondera.

Quanto ao TNP, a Sra. Carter expressou várias vezes sua preocupação pelo fato de o Brasil não ser signatário. Referiu-se à viagem do Sr. Carter a Londres, durante a qual o assunto fora discutido, **e frisou a importância da reunião de vários países fornecedores de combustível nuclear, citando entre outros os Países Baixos, o Canadá, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália. O objetivo da reunião seria decidir a quem fornecer o combustível, e ela sugeriu que o fato de não ser signatário do TNP poderia afetar gravemente a posição brasileira.**

O Presidente Geisel retrucou, sem entrar em detalhes, explicando que considerava o Tratado inócuo. A Sra. Carter, com a ressalva de que realmente não conhecia a fundo nenhum dos Tratados em questão perguntou se o Brasil estaria disposto a estudar uma tentativa de reformulação do Tratado. O Presidente disse-lhe que sim, além de que estaria disposto a participar de quaisquer estudos visando um melhor conhecimento e aproveitamento de possíveis alternativas de matérias primas, para a produção de energia nuclear.

A Sra. Carter disse que havia, há poucas semanas, visitado juntamente com o Almirante Rickover, responsável por todas as usinas de geração de energia nuclear nos EE.UU. uma estação submarina, e que, na oportunidade o Almirante lhe havia falado das possibilidades de gerar energia a partir de tório. O Presidente Geisel respondeu que estava perfeitamente ciente de que a tecnologia atual em matéria de usinas de reprocessamento ainda deixa margem para muitos desenvolvimentos, e que veria com a maior satisfação a substituição de urânio por tório, ainda mais por tratar-se de recurso de que o Brasil dispõe em abundância.

Reafirmou, no entanto, o firme propósito do Brasil de não tornar a depender de forma total da boa vontade de terceiros no que diz respeito ao fornecimento de matéria prima tão vital para o desenvolvimento da Nação como o é, neste momento, o petróleo.

Observou ainda que, dado sua idade mais avançada, ele teria, talvez, uma visão mais realista do mundo do que o Presidente Carter. Ambos eram, disse, idealistas, porém anos de experiência haviam-lhe ensinado a temperar o idealismo com realismo.

O ideal de desarmamento, tão firmemente defendido por Jimmy Carter, implica numa mudança de mentalidade, e sobretudo em boa dose de confiança, já que os países envolvidos teriam de se submeter a fiscalização. Manifestou uma certa hesitação em crer que a URSS aceitasse de bom grado tais medidas. Observou ainda que, apesar do propósito afirmado pelo Sr. Carter de agir junto aos fabricantes de material bélico, importantes contratos haviam sido concluídos, já nos primeiros meses de gestão do Sr. Carter, visando o fornecimento de armas para vários países, inclusive o Irã. Referiu-se também aos muitos problemas que persistem sem solução aparente – Coréia, Vietnã (onde a situação se agravou) e Israel (onde declarou estar de acordo com a posição expressa pelo Sr. Carter de que os territórios ocupados teriam de ser devolvidos).

Manifestou igualmente sua estranheza pelo fato de, ao mesmo tempo em que o Sr. Carter se mostrava tão ansioso no que se refere ao controle de "materiais sensíveis", os jornais publicam notícias a respeito a uma explosão subterrânea realizada pelos EE.UU.

Este fato foi negado determinantemente pela Sra. Carter e o Presidente não insistiu em prolongar a discussão.

A Sra. Carter reafirmou que os objetivos de seu marido seriam alcançados mas que seria necessário vencer inicialmente um período de ceticismo do resto do mundo. Entretanto, concluiu, todos compreenderão que o Presidente dos EE.UU. luta pela segurança e sobrevida de nosso mundo, nossos filhos e nossos netos.

O Presidente, encerrando a discussão, declarou-se inteiramente de acordo com os propósitos enunciados, frisando que a meta de ambos era o desenvolvimento de suas nações e a segurança no mundo.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

EM 03 JAN 1977

SECRETO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ASSUNTO: MEDIDAS CONTRA O JORNAL DO BRASIL
DISTRIBUIÇÃO

[À MÃO: Proposta General Hugo]

* * *

SECRETO

BRASÍLIA, 03 JAN 1977

MEDIDAS CONTRA O JORNAL DO BRASIL

PROPOSTA

1. A atuação do Jornal do Brasil, sua ação contestadora e subversiva permanentes, está a exigir medidas repressivas do Governo. Não é possível, numa situação ainda de consolidação do sistema revolucionário, quando o próprio Congresso sofre limitações, que um órgão da imprensa, na defesa de interesses escusos, continue a investir impunemente contra todos os atos do Governo, visando a dificultar-lhe a ação. Já foram tentadas, sem êxito, medidas de caráter suasório. Todas elas esbarram na absoluta falta de escrúpulos do Vice-Presidente Executivo do Jornal do Brasil, o Sr NASCIMENTO BRITO.

2. As medidas propostas a seguir deverão ser impostas progressivamente, na ordem de prioridade em que são apresentadas, e as de caráter financeiro atingirão a todo o grupo onde se inclui o Jornal do Brasil. Além dessas medidas, a Censura poderá ser adotada em qualquer fase, dependendo da reação do Jornal. A melhor forma de censura será a apreensão do número do jornal depois de impresso, antes da distribuição.

3. Medidas a adotar

a) Suspensão do crédito oficial

– Banco do Brasil

– Caixa Econômica

– BNH e BNDE

– Outros bancos federais ou estaduais

– Repasse de crédito oficial, por intermédio de bancos particulares.

Esta suspensão de crédito inclui a impossibilidade de reforma de empréstimo ou qualquer facilidade para o pagamento de dívida contraída.

b) Suspensão de publicidade oficial

Inclui a suspensão de toda a publicidade paga por órgãos do governo, seja da Presidência, dos Ministérios ou de órgãos vinculados a estes, inclusive empresas estatais. Incluem-se nesta restrição editais e outras publicações que devam sair na imprensa. É importante, também, que os órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro participem do mesmo esquema. Convém notar que o Jornal do Brasil publicou há dias um suplemento especial da EMBRATUR e poucos dias atrás havia publicado suplemento semelhante relativo à EMBRAER.

c) Suspensão da composição para liquidação de débitos atrasados

A liquidação de qualquer débito com entidades governamentais deve ser processada imediatamente. Não será aceita qualquer espécie de negociação para o parcelamento do pagamento de dívidas atrasadas, já que o Grupo não merece crédito. Incluem-se aí as composições habitualmente feitas para o pagamento de dívidas para com a Previdência Social.

d) Pressão contra os anunciantes do Jornal do Brasil

As organizações particulares que se incluem entre os maiores anunciantes do Jornal – exemplo: Sérgio Dourado, Gomes de Almeida Fernandes, Adolfo Lindenberg – serão pressionadas para que suspendam seus anúncios, sob pena de perda de crédito oficial.

e) Verificação do Imposto de Renda

Proceder-se-á a uma verificação detalhada da situação com relação ao Imposto de Renda, não só do Grupo Financeiro do Jornal do Brasil (pessoa jurídica), como também de seus diretores (pessoas físicas). Como consequência serão aplicadas as penalidades previstas na legislação em vigor.

f) Investigação no Jornal

Como medida final, em caso de necessidade, o Ministro da Justiça determinará a realização da investigação no Jornal, de acordo com o que prescreve o Art 79 da Lei de Segurança Nacional. A investigação deverá abranger todos os aspectos da administração do Jornal, não só sua contabilidade, como a conduta política de todos os integrantes de sua direção. As conclusões da investigação deverão ser levadas às últimas consequências com o enquadramento dos diretores na Lei de Segurança Nacional e a colocação do Jornal sob intervenção do Governo.

Simultaneamente com o início da investigação no Jornal será feita a suspensão do credenciamento dos repórteres do Jornal do Brasil que trabalhem junto à Presidência e a todos os Ministérios, bem como junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO JORNAL DO BRASIL

1. Empresa Lider: S.A. Jornal do Brasil
2. S.A. – Rádio Jornal do Brasil
3. S.A. Estúdio JB Arte Propaganda e Promoções
4. Agência JB Sv de Imprensa S.A.
5. Super Bancas Distribuidora de Jornais, Revistas, Livros e Material de Propaganda (Mala Direta) Ltda
6. Santo Ernesto Administração e Participações Ltda
7. Imobiliária Curvelo Ltda
8. Cordon Ruge Serviços de Alimentação Ltda
9. Santa Tereza Empreendimentos Imobiliários Ltda
10. JB Indústrias Gráficas Ltda
11. JORBRA Transportadora Ltda

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]

Relato I

Esta é a petição de Aldo Silva Arantes:

"Excelentíssimos membros do Conselho de Justiça da 1ª Auditoriada II CJM

"Fui preso no dia 15/12/76, por volta das 22h30m, na estação Paraíso do Metrô, sem saber quem me prendia. Fui arrastado e submetido a uma saraivada de socos e pontapés. Algemado e encapuçado, colocaram-me num carro. Como eu protestasse contra a prisão, fui golpeado inúmeras vezes na boca, levado para um local que mais tarde vim saber tratar-se do DOI-CODI – II Exército, recebi inúmeras ameaças de morte e fui duramente espancado no rosto, no tórax e em outras partes do corpo. Os murros que foram desferidos contra meu peito foram tão violentos que fiquei com o pulmão direito dolorido por mais de quinze dias. Um alicate foi utilizado para apertar os meus polegares, enquanto estava sendo torturado, mesmo de capuz, pude perceber uma grande movimentação dos torturadores e ouvi gritos de torturas que vinham de outra sala. Após ficar muito de pé, tendo ao lado um rádio ligado em alto volume, recebi violentos socos no estômago e inúmeros "telefonemas" nos ouvidos. Além das constantes ameaças os torturadores ironizavam a respeito da questão dos Direitos Humanos. Falavam de sua gana em colocar as mãos sobre Dom Evaristo Arns. Algemado, de mãos para trás, encapuçado e sentado no chão, passei o dia 16 e a noite de 16 para 17. Somente no fim do dia 16 recebi alimentação.

"No dia 17 pela manhã houve grande movimentação. Retiraram-me da cela e conduziram-me a um pátio onde haviam inúmeros carros. As algemas foram retiradas e amarrado fortemente, um fio em meus pulsos. Sempre encapuçado, deitado na frente de um Volks, fui conduzido a um aeroporto e daí, de avião, a local que posteriormente disseram-me tratar-se do Rio de Janeiro. Já no avião, percebi a presença de outros presos, sabendo mais tarde tratar-se de Harolo Borges Rodrigues Lima, Wladimir Ventura Torres Pomar e Elza de Lima Monnerat.

"No Rio permaneci, em órgão de segurança que desconheço, de 17 a 27 de dezembro. Fiquei por vários dias na chamada "geladeira", sofisticada máquina eletrônica de torturas, uma verdadeira máquina de fazer loucos. Diante daquilo pude confirmar, com clareza, como a técnica pode se colocar à serviço das mais abomináveis causas. "A geladeira" é um cubículo totalmente fechado, sem janelas, entrando o oxigênio por orifícios existentes nas paredes de Eucatex. Esta cela se encontra dentro da outra, de concreto. Os movimentos do torturado são controlados através de um circuns interno de televisão ou coisa parecida. Um sistema de som serve para emitir estridentes ruídos e para a comunicação com o preso. Ali permaneci por 5 ou 6 dias nu, algemado, de mãos para trás, de capuz, sem comer ou dormir e fazendo as necessidades fisiológicas dentro da cela. Durante dia e noite sons os mais estridentes eram emitidos com o objetivo de, segundo afirmação deles, desestruturar minha personalidade. Além dos sons diabólicos, alguns dos quais pareciam penetrar no cérebro como um saca-rolhas, eram emitidos gritos com palavras de baixo calão, dirigidos à

companheira Elza de Lima Monnerat. De vez em quando abriam a porta e jogavam-me baldes d'água e jarras de água gelada.. nestas condições não se podia ter noção do tempo. O torturador insistia em afirmar que ali se utilizava o método de Pavlov. Tentavam induzir-me à ideia de que eu estaria ficando louco e afirmavam que tinham como objetivo matar-me ou fazer-me louco. Por estar muito cansado e não querer ficar no centro da cela, como pretendiam os torturados, fui golpeado por diversas vezes na cabeça. Após 5 ou 6 dias nesta situação, já meio transtornado, comecei a bater com a cabeça na parede da cela.

– Fui novamente espancado e levei vários telefonemas. Neste momento, já estava tão cansado e sonâmbulo que não sei exatamente o que fizeram comigo. Lembro-me de um dos torturadores empoleirado nos meus ombros. Nestas condições, exigi do chefe daquele centro de torturas que me fuzilassem, que me matassem com dignidade. A partir daí mudaram a tática de tortura e teve início as sessões de choque elétrico. Recebi descargas elétricas nos dedos das mãos, dos pés, nos órgãos genitais, na barriga, no peito e nos braços. Um dos torturadores se divertia em arrancar mechas do meu bigode. Após uma sessão de choques elétricos tive que ser carregado para a cela, tal o meu estado físico. Farto das descargas elétricas, fiquei com o umbigo queimado e com inúmeros hematomas na barriga e nos braços. Para apagar as marcas deixadas pela tortura, fui submetido a banhos de ultravioleta, onde havia hematoma. Durante todo esse período, procuraram criar um clima de terrorismo. Falavam em matar-me e jogar meu corpo na represa de Três Marias. Diziam que o chefe deles já havia assegurado a cobertura para o meu "desaparecimento" anunciando minha morte pela imprensa.

"No dia 27 de dezembro, retornei a São Paulo. Ao chegar, encapuçado e ainda no avião, recebi um soco no estômago. Jogado no fundo de uma perua, fui conduzido ao DOPS. Lá fiquei, durante 37 dias, num cubículo nu, sem tomar banho, sem material de higiene pessoal e recebendo refeições por debaixo da porta. O vaso sanitário ficava encostado na laje que servia de cama e exalava um constante mau cheiro. Um sujo colchão de espuma era tudo o que havia sobre a laje. Como praticamente não havia ventilação na cela, sobretudo no início, senti falta de ar. Quase que diariamente, altas horas da noite, haviam torturas a outros presos, criando um clima de tensão, de tortura psicológica. No dia 28 de dezembro, no DOPS, fui pendurado no pau de arara. Lá também no dia 30, logo após estar com minha advogada, desci para ser interrogado. O responsável pelo interrogatório afirmou que eu me enganava se estivesse pensando que o fato de ter estado com minha advogada alteraria alguma coisa, acentuando que ele estava acostumado a acompanhar enterros. Em seguida determinou nova sessão de torturadores e generalizados golpes pelo corpo e sobretudo na cabeça.

Durante o tempo em que estive na masmorra do DOPS fui levado diversas vezes por semana, encapuçado, algemado de mãos para trás deixado nos fundos de uma viatura policial, para depor no DOI-CODI – II Exército. Os policiais responsáveis pelo transporte obrigavam-me a abaixar e levantar, a dar inúmeras voltas para superar obstáculos inexistentes no DOPS. No DOI-CODI permanecia respondendo a interrogatórios quase sempre encapuçado, das 9 horas da manhã às 6 da tarde, com pequeno intervalo para refeição. As ameaças foram num crescendo. Alguns interrogadores que se apresentavam como "bons" diziam que iriam passar o meu caso para a turma da pesada. A partir de certo momento passei a ser interrogado por um elemento que se apresentou como violento.

Além de extremar nas ameaças, amarrou-me à cadeira e desferiu-me inúmeros murros no peito. Posteriormente, um dos interrogadores afirmou que não havia mais torturas no país. Disse que Carter iria tomar posse naqueles dias e que o Embaixador dos estados Unidos no Brasil estava fazendo grande pressão sobre o Governo brasileiro em relação à questão dos direitos humanos.

Este foi o sinal para a tortura física. No dia 24 de janeiro, logo que cheguei para o interrogatório, pude identificar o clima de violência. Fizeram-me despir as roupas e, encapuçado, fui amarrado numa cadeira pelas pernas e pelos braços, sendo estes amarrados atrás da cadeira. Submetido a descargas elétricas, particularmente nos órgãos genitais, tinha os meus gritos abafados pelo alto volume de um rádio constantemente ligado. Neste dia fui torturado das 9 horas da manhã a pouco mais do meio-dia. No dia 27, fui submetido à tortura. Durante todo o dia, amarrado da mesma forma que no dia da tortura anterior, recebi fortes e e continuadas descargas elétricas, particularmente nos órgãos genitais. Com a aplicação destas descargas elétricas meu corpo se contraía violentamente. Por inúmeras vezes a cadeira caiu no chão e eu bati com a cabeça na parede. As contrações provocavam um constante e forte atrito com a cadeira, causa dos hematomas e feridas constatadas em meu corpo pelo laudo médico. Não contentes em este tipo de tortura, meus algozes resolveram submeter-me ao que chamaram de “tortura chinesa”. Deixaram-me nu e encapuçado num colchão, amarrara, minhas pernas e braços e prendiam estes ao meu pescoço. Para não deixarem marcas dos choques colocaram pequenas tiras de gase nos meus dedos do pé, molharam meu corpo com água por várias vezes para que a descarga elétrica tivesse maior efeito. Os choques se sucediam até o fim do dia, sendo que não cheguei sequer a almoçar. Além do rádio ligado em alto volume para abafar os meus gritos, um torturador segurava fortemente um pano à minha boca dificultando com isso minha respiração. Durante as descargas elétricas os torturadores faziam galhofa com minha situação de saúde afirmando que os choques iriam fazer-me louco ou curar minha epilepsia.

“Farto das torturas, não cheguei a ser acometido de nenhum ataque de epilepsia. Porém, por inúmeras vezes, fiquei completamente tonto e tive meu braço esquerdo completamente paralisado, quando estive no DOPS. Tenho tido constantes ausências, ou seja, desde que por força de sucumbir da consciência, bem como outras manifestações secundárias.

“No dia 28 de janeiro estive com meus dois advogados, acompanhados de mais outros dois, devidamente autorizados para a visita, assim como minha mãe e meu irmão. Todos eles puderam constatar as marcas das torturas a que fui submetido nos dias anteriores. Com o pedido feito por meus advogados para a realização de um exame de corpo de delito, não mais fui torturado e nem levado ao DOI. Removido da cela forte para as celas comuns do Dops, ali permanecei mais 10 ou 12 dias, até ser transferido para a prisão do hipódromo.

“Um dia antes do início do depoimento no Dops, houve ali novos interrogatórios, seguidos de ameaças de torturas. Durante a fase do depoimento, em várias oportunidades, foram feitas ameaças sutis ou diretas, tendo estado na sala um policial com uma arma automática, numa clara atitude de intimidação.

“Diante destes fatos foi com surpresa que tomei conhecimento da nota do Comando do II Exército, que informava não ter eu sido torturado e de que a exigência da apuração dos fatos representava uma “insidiosa acusação” e uma “calúnia”. Os fatos falam por si só. Além deles, considero oportuno contestar alguns argumentos suscitados na referida nota.

“1) O argumento segundo o qual as marcas constatadas são “admissíveis em presos da qualidade do examinado, mormente considerando as condições patológicas de que é portador” não tem cabimento. Em primeiro lugar, não tive nenhuma crise de epilepsia enquanto preso. Em segundo lugar, os hematomas deixados pela tortura eram simétricos, devido ao fato de minhas pernas e braços estarem amarrados à cadeira. De forma alguma uma eventual queda fruto de uma crise de epilepsia deixaria marcas simétricas.

“2) fala-se de contradição entre o que declarei e o que declararam meus advogados e minha mãe, pelo fato destes não se referirem aos choques elétricos. Na verdade, não há nenhuma contradição. Apenas eles se detiveram na apreciação das consequências visíveis da tortura enquanto eu me ative não somente a estas, mas também às causas que determinaram as marcas de tortura.

“3) Fala-se que meu corpo não apresentava marcas de choques elétricos. O fato de não haver marca de que choques é explicado pela preocupação de não deixa-las, particularmente quando o preso político já está em contato com seu advogado e família. No meu caso, para atingirem tal objetivo, utilizaram tiras de gaze. Os hematomas e as feridas resultantes dos choques elétricos, felizmente não estavam nos planos do DOI-CODI.

“4) Além dos fatos já apresentados, pergunto: se eu não tivesse sido torturado por que impedia-se que um médico de minha família me examinasse?

“As torturas a que fui submetido visavam extorquir informações sobre o partido e declarações que pudessem comprometer a Igreja, os jornalistas e o movimento estudantil. No entanto, foram e serão vãs as tentativas de destruir o movimento democrático. A aspiração pela liberdade é algo que toca profundamente o sentimento do povo brasileiro. Nem a força bruta será capaz de deter o avanço inevitável do sentimento democrático do povo brasileiro.

“Tudo isso é uma demonstração cabal de que os preceitos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da qual o Brasil é um dos signatários, entre os quais encontram-se os que afirmam que “todo homem tem direito à vida, à liberdade e a segurança pessoal” e que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”, continuam sendo sistematicamente desrespeitados em nosso país.

“Pelo exposto fica evidente que o depoimento policial foi fruto de um processo de torturas, ameaças e intimidações. Trata-se, portanto, de um depoimento extorquido e por isso mesmo sem nenhuma validade jurídica. Em que pese alguns elementos de verdade que ele contém, nego o conjunto desse depoimento no qual está calcada a denúncia feita contra mim.

“presto minha homenagem póstuma os valorosos dirigentes do Partido Comunista do Brasil, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drumond. Rejeito, por considera-la inverossímil, a versão oficial sobre a morte desses destacados combatentes da causa da liberdade, da independência nacional e do socialismo.

Nunca ouvi falar da existência de armas na casa onde estávamos reunidos e custo a acreditar que no caso de que elas existissem, tivesse havido tempo para que elas pudessem ser utilizadas. A versão do “atropelamento” de João Batista Franco Drummond carece de qualquer fundamentação. Como é possível ser atropelada uma pessoa que está sendo seguida pelos órgãos de repressão e não se conseguir sequer anotar a chapa do carro? Como acreditar nessa versão se nos autos não consta nenhuma perícia sobre o “acidente” e muito menos a fotografia do corpo de João batista?

“Onde há opressão há resistência. Esta é uma tendência inevitável da evolução política da humanidade. A supressão das liberdades políticas e a dependência externa de nosso país fazem emergir, com força, a aspiração do povo pela democracia e pela independência nacional.

“Reafirmo minha adesão ao marxismo-leninismo, e ao programa do Partido Comunista do Brasil. Reafirmo minha condição de opositor ao regime militar implantado no país e de lutador em defesa da liberdade, da independência nacional e do socialismo.

“São Paulo, 14 de abril de 1977”

Aldo Silva Arantes.

[Voltar]

[Voltar]

Ilustríssimo Sr.
Arnaldo da Costa Prieto
Digníssimo Ministro do
Trabalho do meu Brasil
Grande e Potente
Prezado Senhor:

O negócio é o seguinte: a notícia do fajutamento dos dados sobre a inflação no tempo do chamado “milagre brasileiro” provocou aqui no pedaço, entre os colegas, uma bruta reação. Tanto que a turma, apesar de um pouco descrente da ação sindical, compareceu em massa à assembleia para trata do assunto. O senhor próprio deve ter se surpreendido com o comparecimento.

Posso garantir ao senhor ministro, com a maior convicção, que a correria do pessoal à assembleia foi na base da vontade de reagir contra o logro. Afinal, senhor ministro, as pessoas sentem-se ofendidas quando alguém passa-lhes para trás. Ninguém gosta de ser enganado, e reage às vezes até com violência quando isso acontece.

Deixando de lado essa observação de teor sociológico, como recomendaria o professor de ciências humanas do curso de madureza do Sindicato, peço licença para discordar do senhor ministro no que respeita à essa diferença salarial que a fajutagem inflacionária provocou. O senhor diz que não temos direito de exigir essa diferença, porque o sistema de calcular os reajustes salariais é diferente do que se usa para verificar o aumento da inflação do meu Brasil grande e potente. Tudo bem. Mas, de que forma se prova isso? Até o momento, nem o senhor e nem o seu colega do Ministério da Fazenda provaram nada. Por essa razão, senhor ministro, permanece de pé o estudo do DIEESE, segundo o qual a nossa perda salarial montou em 34,1%.

Mas eu gostaria, ainda, aproveitando a oportunidade de falar ao senhor sobre o que mais penso do assunto. Noto, por exemplo, que essa fajutagem dos dados inflacionários permaneceu durante quatro anos enrustida. Quer dizer, somente agora os jornais puderam divulgá-la. E o fizeram com tamanha força que já deve ter muita gente da alta, por aí, temerosa de que o fogo chegue até o seu rabo preso.

Apesar de não ser masoquista (hei, pessoal, procura no dicionário o significado), como diria aquela colega do curso de madureza que se senta ao meu lado, sinto-me satisfeito com isso. Porque vejo que começa haver liberdade de expressão no meu Brasil grande e potente, com a imprensa já se lembrando de nós. E isto é importante, pois, aqui no pedaço estreito se depende dela para saber o que se passa no Brasil e no mundo.

Se o senhor estivesse de acordo comigo, poderíamos, juntos, dar um viva a essa liberdade de expressão. Até faria um convite para o senhor vir tomar umas e outras aqui no pedaço, no bar do sujo. Se não estiver de acordo, da mesma forma agradeço a atenção dispensada, com um abraço sindical.

OBJETIVO JUSTO DE UMA LUTA DIFÍCIL

Apesar da negativa do Ministério do Trabalho, não permitindo que o problema seja oficialmente discutido com os patrões, a nossa luta pela reposição dos 34,1% prosseguirá. Como temos afirmado desde o começo, não arredaremos pé deste movimento, porque nossa pretensão se firma em fato e é reconhecidamente justa. Haveremos de esgotar todos os recursos, correr todos os riscos, para cobrar a quem de direito aquilo que nos foi ilegalmente subtraído.

Afinal, não fomos nós, os trabalhadores, responsáveis pelos erros da avaliação da inflação nos anos de 73/74. Nem tão pouco fomos nós que trouxemos a tona tais erros, com o propósito de agitar os trabalhadores. É o próprio governo que os confessa e que se apressa em corrigi-los numa autocrítica digna de todo nosso reconhecimento. E se corrige a inflação por que não se corrigem também os salários, que são decorrência de todos esses erros?

Não se compreende essa política de dois pesos e duas medidas. É preciso que haja equidade, que toda a sociedade, dentro da qual os trabalhadores são preponderantes, receba das autoridades governamentais um só tratamento. Não se logrará a almejada harmonia dessa sociedade fracionando-a, preterindo a parte que a impulsiona e a sustenta: os trabalhadores.

Queremos ser ouvidos e atendidos em nossa reclamação. E enquanto isto não acontecer, ninguém conseguirá impedir que os trabalhadores se movimentem, briguem e exteriorizem seu descontentamento, através das próprias leis que aí estão. Neste momento, promovemos uma luta legal e justa. Mas ela não é o reflexo tão-somente de um esbulho salarial. É consequência de uma série de injustiças acumuladas contra os trabalhadores e, por isso, com uma dimensão maior do que se imagina: os trabalhadores pretendem abrir caminho para um sindicalismo mais atuante e autêntico. Queremos participar mais da vida nacional, influir nas decisões que nos digam respeito.

O governo tem falado muito, ultimamente, em diálogo com os trabalhadores. Que aplaine o terreno, pois, para que esse diálogo possa iniciar-se. E preparar o terreno, evidentemente, significa favorecer o livre debate de questões que interessam a trabalhadores e patrões.

Fomos proibidos de discutir na Delegacia Regional do Trabalho a reposição salarial em questão. Logicamente, por força dessa decisão governamental, não podemos ficar sabendo o que os patrões estão pensando sobre o assunto. Perguntamos, então: que abertura de diálogo é essa, que só permite que ouçamos um “não” das autoridades? Apesar disso, levaremos nossa campanha até as últimas consequências. Apoiados na lei e no espírito de união de toda a categoria. Só um ato de violência nos fará calar.

TRIBUNA METALÚRIGICA

Órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema

Diretoria: Luiz Inácio da Silva – Rubens Teodoro de Arruda – Paulo Vidal Neto – Nelson Campanholo – Geraldo Cestavo Pereira de Lima – Luiz dos Santos – Antenor Biolcatti

Redator Responsável: Antonio Carlos F. Nunes

Redação: Rua João Basso, 121 – Fone: 452-3922 – S. B. do Campo

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

Transcrição: Fátima Penha

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado só aqui ou na última página do texto]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
COMANDO

PORTO ALEGRE, RS, 05 DE SETEMBRO DE 1977.

E M - 2ª SEÇÃO

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES
Nº01-77 - E2

- APRECIAÇÃO DA ÁREA POLÍTICA NACIONAL

A) ATUALMENTE, O GOVERNO ESTÁ SENDO SUBMETIDO A DOIS TIPOS DE PRESSÕES, TRANSFORMADAS EM CAMPANHAS:

1ª- A CHAMADA "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" OU "REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS", COM PROPOSTAS DE MEDIDAS DECORRENTES, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A ESSE PROCESSO; SÃO MANIFESTAÇÕES DE ÁREAS ESTUDANTIS, DE GRUPOS UNIVERSITÁRIOS, DE PROFESSORES, DE DIRETORES; SÃO PRONUNCIAMENTOS REPETIDOS DE ASSOCIAÇÕES DE JORNALISTAS, ADVOGADOS, CIENTISTAS, ETC; REFORÇAM-LHES ORGANISMOS QUE O CLERO POLITIZADO MANIPULA, COMO O CNBB E O CIMI; DIFUNDEM AS IDEIAS COM DESEMBARAÇO, OS REPÓRTERES, JORNALISTAS, REDATORES, CHARGISTAS E EDITORES DE JORNAIS E REVISTAS; ASSOCIAM-SE OS ARTISTAS E INTELECTUAIS DE ESQUERDA, EMPRESÁRIOS E ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS; APOIAM-LHES NESSAS "PRESSÕES" OS FRUSTADOS, DITOS REVOLUCIONÁRIOS, ALIADOS AOS ADVERSÁRIOS BANIDOS DE 1964 E 1968, CIVIS E MILITARES; SÃO, TAMBÉM, ALIADOS OS INOCENTES-ÚTEIS, OS DESAVISADOS E CONTEMPLADORES DAS AÇÕES DESABRIDAS QUE ENFRAQUECEM OS PADRÕES E VALORES MORAIS DA SOCIEDADE; SÃO, AINDA, OS EXEMPLOS QUE INVADEM OS LARES PELA TV, POR ONDE INOCULAM NOS JOVENS TODA A SORTE DE IDÉIAS E "SUGESTÕES" DE PERMISSIVIDADE, DE DESASSOCIAÇÃO FAMILIAR E DE DISSOLUÇÃO DE COSTUMES.

PELA LITERATURA, PELO CAMINHO DOS TÓXICOS E PELAS "LIBERDADES", AFROUXAM-SE OS FREIOS QUE A RELIGIÃO OUTRORA IMPUNHA; HOJE SÃO OS PRÓPRIOS "PASTORES" QUE SUGEREM ESSES RUMOS.

PARECE-NOS ATÉ INACREDITÁVEL QUE FORÇAS OU LIDERANÇAS, OUTRORA ANTAGÔNICAS, COMO MARXISMO E CATOLICISMO, COMUNISMO E DEMOCRACIA,

DITADURA E LIBERDADE, SE ENCONTREM HOJE NUM MESMO LADO DA LUTA PROPUGNANDO PELAS MESMAS "BANDEIRAS", COMO A DE "NÃO-INGERÊNCIA EM ASSUNTOS INTERNOS"; "NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES", E "RESPEITO AOS DIREITOS E À DIGNIDADE HUMANA"; NA REALIDADE SÃO FALSEADAS SEGUIDAS VEZES, ILUDINDO OS POVOS QUE DESEJAM CONSTRUIR SUA NACIONALIDADE COM INDEPENDÊNCIA, TRABALHO E ESPÍRITO PATRIÓTICO.

2ª - A TÉCNICA DA DESMORALIZAÇÃO DAS AUTORIDADES, DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS OU DAS LEIS VIGENTES. ESTE É UM TIPO DE PRESSÃO QUE BUSCA NA INTRIGA, NA MENTIRA, NA INTIMIDAÇÃO E ATÉ NO TERROR, PELA DIFUSÃO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, EM VOLUME MASSIFICANTE E CARREGADO DE IRONIAS, MEIAS-VERDADES E INJÚRIAS PESSOAIS, ATINGIR O ALVO CERTO QUE É A DESMORALIZAÇÃO DA AUTORIDADE CONSTITUÍDA.

ASSIM, OS ARTIGOS, AS CHARGES, AS COLUNAS, AS NOTÍCIAS RETICENTES E OS EDITORIAIS, QUE GOZAM DE LIBERDADE PLENA, FEREM AS AUTORIDADES, CIVIL OU MILITAR, CALUNIANDO-AS PELO QUE, DE BOA FÉ, DISSERAM OU APENAS SE REFERIRAM, ATIRANDO-LHES O ÓDIO QUE AS AMBIÇÕES CONTRARIADAS LHES INOCULOU. A TENTATIVA É DE PERTURBAR, CONFUNDIR E ILUDIR ATÉ A EXAUSTÃO, PARA DERRUBÁ-LA OU, PELO MENOS, DESESTIMULÁ-LAS PARA A LUTA QUE EMPREENDEM EM TODAS AS ÁREAS DO DESENVOLVIMENTO.

APLICANDO A LEI, QUER ECONÔMICA, ADMINISTRATIVA OU DE SEGURANÇA, SOFREM DA MESMA FORMA SEUS EXECUTORES A MALEDICÊNCIA E A DESCONFIANÇA; A AUTORIDADE É PEJORATIVAMENTE JULGADA, CHARGEADA E DESMORALIZADA. ULTIMAMENTE, A LIBERDADE DE IMPRENSA (JORNAIS E REVISTAS) TEM SIDO TAMBÉM DIRIGIDA PARA AS APRECIAÇÕES FUTUROLÓGICAS, "SUGESTÕES", "CONSELHOS" E DOUTRINAÇÕES DE HOMENS COMPROMETIDOS, ULTRAPASSADOS, SEM ENVERGADURA MORAL, FRUSTADOS E CONTRARIADOS, QUE EXALAM SOMENTE RANCOR, NADA CONSTRUINDO, NADA EDIFICANDO. A INTELIGÊNCIA ESTÁ POSTA A SERVIÇO DE REVANCHISTAS, MARGINAIS DA REVOLUÇÃO E DE EXTREMISTAS DE ESQUERDA, PRINCIPALMENTE.

OFICIAIS DA RESERVA, NADA BRILHANTES, NEM AO MENOS PORTADORES DO SENTIMENTO DE COESÃO E DE LEALDADE, COM PRETENCIOSAS OFERTAS A SEUS SUPERIORES HIERÁRQUICOS, SAEM DAS SOMBRAS, DO ÓCIO PARA "DOUTRINAR" OFICIAIS-GENERAIS E AVENTURAR UMA POSIÇÃO, GALGAR UM DEGRAU QUE NÃO ALÇARAM NA VIDA ATIVA E APARECER NAS "MANCHETES" DOS JORNAIS.

O GOVERNO, PACIENTEMENTE, DÁ GUARIDA, ABSORVE ESSA "SUGESTÃO" DE DECISÃO ENTRE COMPANHEIROS FARDADOS E SILENCIA.

AINDA PELAS FACILIDADES DE ACOLHIMENTO QUE A IMPRENSA PROPORCIONA, VEMOS PERSONALIDADES CONHECIDAS, ATÉ MESMO CONGRESSISTAS DO PARTIDO OFICIAL DA REVOLUÇÃO, IGNORAR O PODER CONSTITUINTE QUE UMA REVOLUÇÃO VITORIOSA POR SI SÓ JÁ DETÉM, REVEZAREM-SE NAS TRIBUNAS E APARECEREM EM "MANCHETES" COLORIDAS PARA "ENSINAR" O QUE SEJA DEMOCRACIA E COMO

DEVE SER ORGANIZADO E CONDUZIDO O PAÍS FACE ÀS CRISES E OBSTÁCULOS CONJUNTURAIS, A FIM DE QUE OS OBJETIVOS NACIONAIS SEJAM ATINGIDOS.

ESSE ELENCO DE VOZES, ALGUMAS SEM FUNDAMENTAÇÃO SÉRIA, OUTRAS COMPROMETIDAS COM GRUPOS DE ORIGENS DUVIDOSAS, OUTRAS AINDA, COMO MERCADORES DOS GRANDES INTERESSADOS NO PROCESSO DE DESMORONAMENTO DA REVOLUÇÃO, INCLUSIVE SENHORES ESTRANGEIROS, SÃO OS NOVOS ARAUTOS DA "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" E DAS SUGESTÕES DA "VOLTA DOS MILITARES AOS QUARTÉIS" E A BANDEIRA DO "RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS".

O ESPANTOSO É QUE, UNANIMEMENTE, TODOS FALAM EM NOME DO POVO, SE DIZEM INTÉRPRETES DO PENSAMENTO E VONTADE NACIONAIS E SE DECLARAM INFORMADOS DE QUE A NAÇÃO "NÃO SUPORTA MAIS OS MILITARES" E QUE "MEDIRAM O CANSAÇO DO PAÍS" PELO QUE LÊM E OUVEM EM GRUPOS DE AMIGOS, EM APARTAMENTOS OU EM REUNIÕES SOCIAIS.

IMPRESSIONA AO OBSERVADOR ATENTO, O COMODISMO DE ALGUNS, A PRETENSÃO DE OUTROS E A PRESUNÇÃO DE MUITOS "REVOLUCIONÁRIOS AUTÊNTICOS", NA ANÁLISE, NA SÍNTESE E NA APRECIAÇÃO GLOBAL DOS RUMOS QUE A REVOLUÇÃO DE 64 DEVE TOMAR.

B) A "VOLTA AOS QUARTÉIS", "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO" E A "REDEMOCRATIZAÇÃO".

- ESTES SÃO OS ATUAIS TEMAS QUE INSINUAM A INGERÊNCIA DA CLASSE MILITAR NA VIDA POLÍTICA, ECONÔMICA E ATÉ MESMO SOCIAL, DO PAÍS.

A CONCLAMAÇÃO DE ALGUNS REPRESENTANTES DE FACÇÕES DE CLASSES, COMO JORNALISTAS, ADVOGADOS E JURISTAS, AVOLUMA A "ORQUESTRAÇÃO" DO APELO À "REDEMOCRATIZAÇÃO" OU A "VOLTA AO ESTADO DE DIREITO". NO CONGRESSO, O SENADOR ARSNISTA, TEL-CEL R/1, JARBAS PASSARINHO, ENDOSSADO PELO CEL R/1 RUI DE CASTRO, PONDERA QUE OS MILITARES, OU AS FFAA SE DESGASTAM NO QUADRO DO REGIME POLÍTICO ATUAL.

AOS MESMOS SE ASSOCIAM O TEN BRIGADEIRO R/1 GRUM MOSS, O GEN EX MIN RODRIGO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS E O GEN EX REINALDO DE MELLO.

- HÁ, REALMENTE, UM SOMATÓRIO DE IDEIAS NESTES PONTOS DE VISTA, QUE CONVERGEM NA DIREÇÃO DE UM PRETENSO DESEJO DE VIR O BRASIL A SER, A CURTO PRAZO, UM MODELO PARA O MUNDO DEMOCRÁTICO: ELEIÇÕES EM TODOS OS PLANOS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, SEM RESTRIÇÕES; REFORMA NA CONSTITUIÇÃO; EXTINÇÃO DO AI-5; ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE E GOVERNADORES; ORGANIZAÇÃO DE VÁRIOS PARTIDOS POLÍTICOS E MUDANÇA DA POLÍTICA ECONÔMICA.

A "VOLTA AOS QUARTÉIS", SIGNIFICA O AFASTAMENTO OU O ALHEIAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA QUE SE ESTRUTURAM À BASE DAS INFORMAÇÕES, COMO O SNI, DOI-CODI, CGI; AINDA PRETENDE QUE AS FFAA, POR SEUS CHEFES MILITARES, NÃO MAIS TUTELEM A VIGILÂNCIA DOS PRINCÍPIOS REVOLUCIONÁRIOS QUE NORTEARAM O MOVIMENTO DE 1964. **DEMONSTRA COM CLAREZA A INTENÇÃO DA**

VOLTA AOS IDOS DE 61-62 E 63, ONDE PREDOMINARAM OS DESMANDOS ADMINISTRATIVOS, A CORRUPÇÃO MORAL, A INVERSÃO DE VALORES, A QUEBRA DA DISCIPLINA, A DESMORALIZAÇÃO DA AUTORIDADE, A DEMAGOGIA, O "PELEGUISMO", O AVANÇO DOS COMUNISTAS E DOS CORRUPTOS COM O CONSEQUENTE AFROUXAMENTO DAS ASPIRAÇÕES QUE OS PATRIOTAS SINCEROS E SEM AMBIÇÕES DESEJAVAM ATINGIR.

AS FFAA COMO OBSTÁCULO A ESTA "VOLTA", IMPEDEM OS INIMIGOS DA PÁTRIA E OS INOCENTES-ÚTEIS, DE LEVAREM O PAÍS AO RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO E À INSEGURANÇA E RESTRINGEM O MOVIMENTO DOS AMBICIOSOS E VAIDOSOS "REVOLUCIONÁRIOS AUTÊNTICOS" EM SUAS PSEUDO-LIDERANÇAS E NOS APELOS QUE FAZEM A COMPANHEIROS DOS SERVIÇOS ATIVOS, PARA INSTIGANDO-OS, FOMENTAREM NOS MAIS JOVENS E PUROS DE SENTIMENTO, A SEMENTE DA INDISCIPLINA E DA QUEBRA DE COESÃO.

PORQUE ESTARIAM "SE DESGASTANDO OS MILITARES", SE JUSTAMENTE, PERANTE O VERDADEIRO POVO, ORDEIRO E CONSTRUTIVO, SÃO ELES OS MAIS RESPEITADOS E MAIS IDENTIFICADOS EM TODA A GRANDE EXTENSÃO DE NOSSO BRASIL? POR QUE A GRANDE MASSA QUE TRABALHA E EDIFICA A NAÇÃO, DESDE OS LITORAIS AOS RINCÕES DAS CAATINGAS E NO INTERIOR DAS SELVAS, NÃO CONHECENDO CONCHAVOS, NÃO DESEJANDO INTRANQUILIDADE E NÃO OUVINDO "SERMÕES", - SÓ EXALTA AS FORÇAS QUE LHES PROPORCIONAM A SEGURANÇA PARA O PROGRESSO, SEM OPRIMI-LA OU TUTELÁ-LA?

AS RESPONSABILIDADES DO GOVERNO, **DELEGADO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA**, SÃO CONSCIENTEMENTE EXERCIDAS E SERIA UM DESERVIÇO OU MESMO A ABDICAÇÃO DOS IDEAIS, SE FACE À PRESENTE "ORQUESTRAÇÃO", VIESSE A CEDER PARA RECONSIDERAR SEUS ATOS E TOMAR RUMOS ATÉ AQUI REPUDIADOS.

A VERDADEIRA DEMOCRACIA CONVIVE COM AS FFAA, SE ESTAS HONRAREM SEUS COMPROMISSOS NÃO SÓ CONSIGO MESMO, MAS COM A NAÇÃO, E COM O MUNDO OCIDENTAL, DE MANEIRA INDEPENDENTE E ALTIVA.

NÃO SE LARGUE A BANDEIRA EMPUNHADA.

GEN EX FERNANDO BELFORT BETHLEM
CTM DO III EXÉRCITO

CONFIDENCIAL

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

PRESIDÊNCIA

1974
JBUSMC EXCHANGE
Cartão para Benefícios e cigarros
Cartão Nº 310

Sra. ERNESTO GEISEL
TEM AUTORIZAÇÃO PARA FAZER COMPRAS NO JBUSMC Nº 5659 SUJEITA ÀS REGRAS DESCRITAS NO OUTRO LADO.
14 Mar 74
DATA DE EMISSÃO

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

[Voltar]

COMPREENDO E CONCORDO QUE A MERCADORIA ADQUIRIDA SOB ESSA AUTORIDADE SERÁ CONSUMIDA E/OU UTILIZADA POR MIM OU POR MEUS DEPENDENTES E NÃO SERÁ EMPREGADA DE NENHUMA OUTRA FORMA ALÉM DAQUELAS APROVADAS DE ACORDO COM AS REGULAMENTAÇÕES COMERCIAIS PERTINENTES E A REGRA 60 DO EXÉRCITO DOS EUA – DE 9 DE JULHO DE 1971, E A REGRA 643-2 DO EXÉRCITO DOS EUA, DE 25 DE SETEMBRO DE 1972.

ASSINADO……

Nº DO SEGURO SOCIAL …….

Tradução: Edmundo Barreiros

[Voltar]

Créditos das imagens

Todas as imagens contidas nesta obra são parte do acervo de Elio Gaspari, exceto:

Capa (da esquerda para a direita): Sérgio Sade/Editora Abril; Luis Humberto/Editora Abril; Editora Abril.

Aberturas

Parte I: Orlando Brito/Agência O Globo; APGCS/HF; Silvaldo Leung, Fundo DEOPS/APESP; Antonio Moreno/Agência O Globo; Corbis; Orlando Brito/Agência O Globo.

Parte II: Epaphotos; Antonio Moreno/Agência O Globo; Antonio Moreno/Agência O Globo; Orlando Brito/Agência O Globo; Iconographia; Folhapress.

Parte III: Alberto Jacob/Agência O Globo; Agência Estado; Iconographia; Silvio Correa/Agência O Globo.

Parte IV: Agência Estado; Agência Estado; Alberto Jacob/Agência O Globo; Orlando Brito/Agência O Globo; Alencar Monteiro/Agência Estado; Orlando Brito/Obritonews; Cedem/Unesp.

Imagens

Editora Abril: 1;

Luis Humberto/Editora Abril: 1, 2, 3;

Sérgio Sade/ Editora Abril: 1, 2;

Irmo Celso/Editora Abril: 1;

Salomon Cytrynowicz/Editora Abril: 1;

Leonid Streliaev/Editora Abril: 1;

João Bittar/Editora Abril: 1;

Ricardo Chaves/Editora Abril: 1, 2;

Clodomir Bezerra/Editora Abril: 1;

Yllen Kerr/Editora Abril: 1 (à esquerda);

Carlos Namba/Editora Abril: 1, 2;

Olívio Lamas/Editora Abril: 1;

Robert Stuckert/ Editora Abril: 1 (à direita);

Agência O Globo: 1, 2, 3, 4, 5, 6 (à direita), 7 (ambas), 8, 9, 10; 11;

Luiz Antonio/Agência O Globo: 1;

Paulo Moreira/Agência O Globo: 1;

Manoel Soares/Agência O Globo: 1;

Luiz Pinto/Agência O Globo: 1;

Agência Estado: 1 (à esquerda), 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 (à esquerda);

Alencar Monteiro/Agência Estado: 1;

Claudine Petroli/Agência Estado: 1;

Álbum de família: 1 (à direita), 2;

APGCS/HF: 1, 2, 3, 4;

Orlando Brito: 1, 2;

Jair Cardoso/Agência JB: 1;

J. P. Guimarães/Agência JB: 1;

Sipa Press/Keystone: 1, 2;

Presidencia de La Nación/ Secretaría de Prensa y Difusión: 1;

CPDocJB: 1;

Almir Veiga/CPDocJB: 1;

Sonja Rego/CPDocJB: 1, 2;

Jair Cardoso/CPDocJB: 1, 2;

Ariovaldo Santos/CPDocJB: 1;

J. P. Guimarães/CPDocJB: 1, 2 (meio);

W. Sabino/CPDocJB: 1;

Iconographia: 1;

Reprodução: 1;

Reprodução/Paris-Match: 1 (ambas);

AP: 1, 2;

Fundo DEOPS APESP: 1;

Silvano Leung/Fundo DEOPS APESP: 1;

ObrittoNews: 1;

Agradecimentos da edição de 2014

Onze anos depois da primeira edição estes livros reaparecem, pela editora Intrínseca. Em tão pouco tempo, mudaram as regras do idioma. Ele foi defendido por Kathia Ferreira e Leonardo Alves, vigiando também os trechos que foram acrescentados. Cada nova nota de pé de página foi conferida por Paula Sacchetta. Todos, coordenados por Bruno Porto e Livia de Almeida.

O projeto gráfico desta reedição é de Victor Burton. Algumas imagens foram inseridas, como sempre, com a ajuda do olho atento de Vladimir Sacchetta.

Agradecimentos da edição de 2004

São muitas as gratidões que estão no caminho deste livro. É um prazer percorrê-las.

Devo à generosidade de Amaury Müller, Antonio Carlos Magalhães, Antonio Delfim Netto, Célio Borja, Franco Montoro, José Papa Júnior, José Sarney, Leite Chaves, M. F. do Nascimento Brito, Miro Teixeira, Ovídio de Melo, Paulo Brossard, Paulo Egydio Martins, Raymundo Faoro e Thales Ramalho a reconstrução de inúmeros episódios do período. Americo Mourão, médico de Castello Branco, Golbery e Geisel, confiou-me lembranças cuja importância sempre soube medir.

Meus amigos Dora Henrique da Costa (mulher de meu saudoso companheiro Ailton), Armênio Guedes, Givaldo Siqueira, João Guilherme Vargas Neto e Luiz Mário Gazzaneo permitiram-me entender a situação do PCB entre 1974 e 1977. Os generais Gustavo Moraes Rego, Leonidas Pires Gonçalves, Newton Cruz e Reynaldo Mello de Almeida ajudaram-me a conhecer alguns aspectos da questão militar. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra explicou-me a ação do Centro de Informações do Exército em 1977. Ayrton Baffa cedeu-me cópias de reveladores documentos do SNI.

Devo a Mario Sergio Conti o entendimento da questão estudantil a partir de 1975, ao professor Kenneth Serbin indicações que enriqueceram a pesquisa e ao seu colega Timothy Power o acesso ao seu excepcional estudo sobre a crise diplomática Brasil-Estados Unidos de 1977. Carlos Heitor Cony cedeu-me uma cópia do *Diário de JK* e Dirceu Brisola deu-me uma

coleção da *Tribuna Metalúrgica*, o jornal do Sindicato de São Bernardo. José Aníbal conseguiu-me uma coleção da *Conjuntura Brasileira*, que editou em Paris a partir de 1974.

Lili Schwarcz, Maria Emília Bender, Claudio Haddad, Fernando Lottenberg, Márcio Thomaz Bastos, Marco Antonio Villa, Mário Magalhães e Wanderley Guilherme dos Santos leram os originais com a vista de mestres.

Um livro que dependeu de pesquisas em acervos públicos e privados deve muito aos profissionais que passam seus dias preservando-os. Quase sempre eles estão ameaçados por predadores, certos de que seus planos de cortes de custos valem alguma coisa e o passado do país onde vivem, nada. Neste caso, a dívida está com o Dedoc da Editora Abril e com os arquivos da *Folha de S.Paulo*, d'*O Estado de S. Paulo*, d'*O Globo* e do *Jornal do Brasil*. Também com os do Arquivo Nacional, do Estado de São Paulo, da Biblioteca Nacional, do CPDoc da FGV e do IBGE.

Vladimir Sacchetta, Carlito de Campos e Ricardo Pereira são os responsáveis pela qualidade dos cadernos de fotografia. Com o livro pronto, fica-se com a impressão de que a coisa foi fácil. A escolha de 81 fotos exigiu que os pesquisadores de Vladimir percorressem pastas onde havia pelo menos 4 mil imagens. (Dispuseram de uma mãozinha de Orlando Brito, um fotógrafo que registrou a ditadura com o fino olhar de um democrata.) Na primeira seleção, sobraram perto de mil. Raul Loureiro foi o autor do projeto gráfico do livro e da paginação dos álbuns. Rita da Costa Aguiar colaborou na organização desse trabalho.

Miguel Said Vieira, Luiz Henrique Ligabue F. Silva, Michely Jabala Mamede Vogel e Aline Montenegro conferiram cada nota de pé de página. Yumi Hirai especializou-se na checagem de estatísticas econômicas. Renato Cancian esclareceu dúvidas no arquivo do DOPS paulista e foi atrás do destino de 1.205 estudantes presos nos arrastões de Ibiúna, em 1968, e da PUC paulista, em 1977. Sabendo-se que houve casos em que a nota de pé

de página indicava que a notícia estava numa edição de jornal de 2 de agosto de 1975 e acabaram achando-a na edição de 3 de agosto de 1976, percebe-se o tamanho da encrenca. Todos estudantes, é de justiça que recebam crédito público pelo seu trabalho. E também para que se possa dar o justo valor à qualificação dos jovens alunos das universidades públicas brasileiras.

Na equipe que acompanhou a edição do texto, o principal agradecimento é devido a Márcia Copola, responsável pela ordem e pela disciplina do trabalho. Durante mais de um ano ela releu os originais pelo menos cinco vezes. A cada nova versão e novas emendas, sugeriu novas correções. Deve ter feito umas mil. Além disso, coordenou todos os assuntos relacionados com a escrita, das mudanças nas notas de pé de página à grafia certa dos nomes. Depois de tudo isso, é dela o seguinte lembrete: em todas as citações de documentos fizeram-se apenas correções ortográficas. A pontuação ficou por conta dos autores. Os erros só foram mantidos quando se tornaram informativos. O uso da palavra “distenção”, por exemplo.

Essas facilidades foram-me dadas por Luiz Schwarcz e pela Companhia das Letras. Mencioná-los é uma obrigação, mas, acima de tudo, um reconhecimento ao profissionalismo da editora e de cada um dos colaboradores metidos na empreitada.

Com tanta ajuda, ainda sobram erros e defeitos. São todos meus.

Finalmente, devo à paciência e ao rigor de Dorrit Harazim o melhor curso para diversos momentos da pesquisa. A sua perseverante indignação continua sendo uma baliza que o tempo não abate.

Elio Gaspari

5. A Ditadura Acabada

Elio Gaspari

5. A Ditadura Acabada

Copyright © 2016 by Elio Gaspari

PREPARAÇÃO
Kathia Ferreira

REVISÃO
Eduardo Carneiro
Vania Santiago

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Porviroscópio Projetos e Conteúdos
Coordenador: Vladimir Sacchetta

PESQUISA
Paula Sacchetta
Vinícius de Melo Justo

CHECAGEM DO EPÍLOGO
Rosana Agrella da Silveira

CAPA
Victor Burton

TRATAMENTOS DE IMAGENS
Anderson Junqueira
ô de casa

TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Bruna Cezário
Carolina Ferreira
Rayana Faria
Thadeu Santos
Thais Lima

REVISÃO DA TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS
Carolina Ferreira
Thais Lima

GERAÇÃO DE EPUB
Intrínseca

REVISÃO DE EPUB
Rodrigo Rosa

Visite o site www.arquivosdaditadura.com.br

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.
Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar
22451-041 – Gávea
Rio de Janeiro – RJ
Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br

Veja como funciona seu e-book

• Para ler as **notas**, toque uma vez nos números. Para voltar ao ponto da leitura de onde partiu, toque novamente no número.

• As imagens (**fotos** e **documentos**) podem ser ampliadas. Basta dar dois toques na tela.

• Toque na instrução [*Veja o documento*] para ser direcionado ao material correspondente.

• Os **documentos** foram transcritos. Quando estão em outros idiomas, há também uma tradução. O conteúdo está disponível por meio dos links [Transcrição] e [Tradução], presentes em todas as páginas de cada sequência destes documentos. Para retornar ao ponto do livro de onde partiu, basta seguir o link [Voltar].

Para Ibrahim Sued

Sumário

Capa
Créditos
Abreviaturas e siglas
Introdução

Parte I Geisel ganhou todas

Uma nova divisão
O fator Jimmy Carter
Lula, o metalúrgico
Sete dias de maio
A costura de Petrônio
A missa de Geisel
O “futuro presidente”
A máquina de Figueiredo
A anistia
Maluf derrota dois presidentes
A demolição de Euler
O ronco da “tigrada”
O mar de lama
O vencedor

Parte II A explosão da economia

O ministério “dialético”
Vila Euclides
Teerã e Washington

Um novo país

Parte III A explosão do Planalto

Bombas na rua
Riocentro
Baumgarten

Parte IV A explosão da rua

1982, a eleição que muda tudo
Tancredo
Ulysses
A rua vai ao palácio
Figueiredo

Parte V A construção de Tancredo

Diretas Já
A hora de Tancredo
Bruxarias militares
Uma festa e três problemas

Epílogo 500 vidas

Agradecimentos

Apêndice

Cronologia
Fontes e bibliografia citadas
Documentos
Transcrições dos documentos
Tradução do documento

Créditos das imagens

Sobre o autor
Mídias sociais

Abreviaturas e siglas

AA Arquivo do Autor

AEG/CPDoc Arquivo de Ernesto Geisel/CPDoc

APGCS/HF Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira

Arquivo Médici/IHGB Arquivo Médici do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FBIS Foreign Broadcast Information Service (EUA)

Siglas gerais

ABI Associação Brasileira de Imprensa
Acnur Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ALN Ação Libertadora Nacional
Arena Aliança Renovadora Nacional
Cebrade Centro Brasil Democrático
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CNV Comissão Nacional da Verdade
Colina Comando de Libertação Nacional
CPC Centro Popular de Cultura
CPDoc/FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas
CPI Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT Central Única dos Trabalhadores
Fiesp Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI Fundo Monetário Internacional
IBAD Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPÊS Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JCR Junta de Coordenação Revolucionária
MAM Museu de Arte Moderna
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MFPA Movimento Feminino pela Anistia
MIR Movimiento de Izquierda Revolucionaria (Chile)
MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola
MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB Ordem dos Advogados do Brasil
ONU Organização das Nações Unidas
PC do B Partido Comunista do Brasil
PCB Partido Comunista Brasileiro
PCBR Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDS Partido Democrático Social

PDT Partido Democrático Trabalhista
PIB Produto Interno Bruto
PM Polícia Militar
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP Partido Popular
PPS Partido Popular Socialista
PSD Partido Social Democrático
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL Partido Socialismo e Liberdade
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PUC Pontifícia Universidade Católica
PV Partido Verde
PVP Partido da Vitória do Povo (Uruguai)
Sinfavea Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Automóveis
UDN União Democrática Nacional
UNE União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR Vanguarda Popular Revolucionária

Siglas governamentais

ABIN Agência Brasileira de Inteligência
AI Ato Institucional
Banespa Banco do Estado de São Paulo
BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEME Central de Medicamentos
CIA Central Intelligence Agency (EUA)
CIEP Centro Integrado de Educação Pública
CIEX Centro de Informações do Exterior
CNP Conselho Nacional do Petróleo
Cosipa Companhia Siderúrgica Paulista
Deops Departamento Estadual de Ordem Política e Social
Detran Departamento Estadual de Trânsito
DOPS Delegacia de Ordem Política e Social
DPPS Departamento de Polícia Política e Social
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FED Federal Reserve (EUA)
GAE Grupo de Assessoramento Especial
HSE Hospital dos Servidores do Estado
IAPC Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna
Infraero Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Interpol International Criminal Police Organization
KGB Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti (URSS)
MEC Ministério da Educação e Cultura
MP Ministério Público
MPF Ministério Público Federal
Nuclebras Empresas Nucleares Brasileiras S.A.
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.

PND Plano Nacional de Desenvolvimento
Riotur Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
Seplan Secretaria de Planejamento
SFICI Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI Serviço Nacional de Informações
STM Superior Tribunal Militar
Sudene Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS Sistema Único de Saúde
TRT Tribunal Regional do Trabalho
UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unicamp Universidade Estadual de Campinas
Unifesp Universidade Federal de São Paulo
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP Universidade de São Paulo
VASP Viação Aérea São Paulo

Siglas militares

AMAN Academia Militar das Agulhas Negras
Cenimar Centro de Informações da Marinha
CIE Centro de Informações do Exército
CISA Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CMA Comando Militar da Amazônia
CODI Centro de Operações de Defesa Interna
DOI Destacamento de Operações de Informações
EMFA Estado-Maior das Forças Armadas
EsNI Escola Nacional de Informações
ESG Escola Superior de Guerra
FAB Força Aérea Brasileira
FEB Força Expedicionária Brasileira
IPM Inquérito Policial-Militar
PE Polícia do Exército
PIC Pelotão de Investigações Criminais
PM Polícia Militar
RecMec 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado

Introdução

Quando a notícia da rebelião do general Olympio Mourão Filho chegou à Vila Militar do Rio de Janeiro, na manhã de 31 de março de 1964, o capitão Heitor Ferreira e o tenente Freddie Perdigão encontravam-se no quartel do 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado, o famoso RecMec. Tinham cursado juntos a Academia Militar das Agulhas Negras. Perdigão, de 26 anos, era um oficial comum, corpulento, bom atirador, e mantinha-se longe das movimentações políticas daqueles dias. Um ano mais velho, Heitor era um capitão napoleônico. Primeiro aluno de sua turma na AMAN, combatera na guerra de telefonemas da crise da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e gravitava em torno dos coronéis e generais hostis ao governo do presidente João Goulart. Ao meio-dia, a tropa do I Exército foi colocada de prontidão.

Ambos seguiram para o Ministério da Guerra. Heitor saiu de jipe. Alistado na revolta, foi ao encontro do general Golbery do Couto e Silva, seu mentor.[1] Perdigão, cumprindo ordens, saiu de tanque para defender a legalidade, protegendo o quartel-general.[2] À noite, à frente de cinco blindados M-41, ele guarnecia a entrada do palácio Laranjeiras, onde estava o presidente João Goulart.[3] Seus tanques simbolizavam a força do dispositivo militar que defenderia o governo.[4] [*Veja o documento*] A pouco mais de um quilômetro, no palácio Guanabara, sede do governo do estado, estava Carlos Lacerda, o principal adversário de João Goulart. Defendendo-o, havia centenas de pessoas mal armadas, com lenços azuis no pescoço, temerosas de um ataque das tropas legalistas.

O governo João Goulart e seu dispositivo militar ruíram como um castelo de cartas no início da tarde de 1º de abril. Perdigão abandonou o posto, pois o I Exército capitulara. Também nada havia a defender. Goulart fora-se embora para Brasília. Às quatro da tarde, a coluna do tenente parou diante do Guanabara, simbolizando o triunfo militar da sublevação.[5] Puseram-lhe um lenço azul e fizeram-lhe alguma festa, mas esse personagem discreto sumiu. Nunca mais se ouviu falar em Freddie Perdigão. O episódio só era rememorado numa fotografia emoldurada que ele mantinha em sua sala de trabalho.[6] Heitor Ferreira rodara pela cidade e vira os festejos pela vitória da revolta, com rojões e papéis picados: "Creio que foi a mais nítida sensação de felicidade da minha vida".[7]

Dezessete anos depois, na noite de 30 de abril de 1981, Heitor completara uma década de poderes palacianos. O capitão do RecMec fora assistente do general Golbery, que fundara o Serviço Nacional de Informações (SNI). Mais tarde, tornara-se o poderoso secretário particular dos presidentes Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. A extensão de seu prestígio podia ser medida por sua moradia oficial: vivia na granja do Riacho Fundo, que fora a residência predileta dos generais Emílio Médici e Geisel. O capitão de 1964 saíra do Exército para o poder. Aos 45 anos, mandava mais que a maioria dos ministros e tinha assento na Executiva Nacional do partido do governo. A ditadura produziu poucos quadros que, tirando a farda, tiveram semelhante desempenho na política.

Perdigão não sumiu de todo. Também foi um dos notáveis quadros da geração de tenentes que conheceu o poder em 1964. Ficou no Exército e chegou a tenente-coronel. Fez a carreira no porão da ditadura e nos desvãos de sua anarquia militar. Pelo nome, era um desconhecido. Evitava fotografias e, passados cinquenta anos, não se conhecia sua fisionomia. Sua fama era a dos *Doutores* do Centro de Informações do Exército, do SNI e dos DOI. Na "Casa da Morte" de Petrópolis (RJ) era o *Doutor Roberto*, na Agência do SNI do Rio, o *Doutor Flávio*.[8] Em 1968 estivera nas volantes

de oficiais do CIE que punham bombas em teatros e livrarias do Rio de Janeiro.[9] Num tiroteio com militantes da Ação Libertadora Nacional foi baleado numa perna e no peito. Uma bala ficou alojada no seu tórax e ele contava que a extraíra numa sessão espírita. Mancava, padecendo de dormências.[10] "Era a intempestividade em pessoa", segundo o major Paulo Malhães, seu colega do CIE.[11]

Na noite de 30 de abril de 1981, o tenente-coronel Perdigão era *Aloisio Reis* e atirou uma bomba na direção da casa de força do Riocentro.[12] Lá, uma organização de fachada do Partido Comunista realizava um espetáculo musical para uma plateia de 10 mil pessoas.[13] Pouco antes, explodira outra bomba no estacionamento, dentro de um Puma. Detonada acidentalmente, matara *Wagner*, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que a tinha no colo, e estripara *Doutor Marcos*, o capitão Wilson Machado, chefe da seção de operações do DOI carioca.

Desde 1977 dezenas de bombas já haviam explodido em diversas cidades. Na maioria dos casos, danificaram bancas de jornal. No único atentado letal, em 1980, uma carta-bomba matou a secretária do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.[14] Semanas antes da explosão do Riocentro, colocaram bombas no carro e na casa do deputado oposicionista Marcelo Cerqueira, numa gráfica do Rio e em bancas de jornal de Belém. Na reunião da tarde da cúpula do governo, no dia 27 de abril, o general Golbery, chefe do Gabinete Civil do presidente João Figueiredo, mencionara "um atentado contra a filha do marechal Cordeiro de Farias".[15] [*Veja o documento*] Veterano de insurreições militares desde 1924, Cordeiro comandara a artilharia da Força Expedicionária Brasileira, governara Pernambuco e o Rio Grande do Sul. Ministro do Interior na infância da ditadura, tornara-se um defensor da abertura do regime.

Na manhã seguinte à explosão no Riocentro, Heitor Ferreira telefonou para Figueiredo, informando-o do "fato gravíssimo". O presidente disse-lhe: "Até que enfim os comunistas fizeram uma bobagem". Logo soube que

se enganara. A bobagem não fora dos comunistas.[16] Nas explosões do Riocentro comprovou-se materialmente que havia um núcleo terrorista dentro do regime, na estrutura militar da repressão política. Freddie Perdigão, símbolo da vitória de 1964, estava na cena final da desmoralização da ditadura e do governo de João Figueiredo, um general que chegara ao Planalto convivendo com as duas faces do regime. A bomba do DOI dividiria as Forças Armadas e provocaria o rompimento de Golbery com Figueiredo. Depois dela, o presidente e o regime não seriam mais os mesmos.

* * *

Nos quatro volumes anteriores desta série tratei do amanhecer do regime (*A ditadura envergonhada*), da sua radicalização (*A ditadura escancarada*), do início da abertura política (*A ditadura derrotada*) e do seu declínio (*A ditadura encurralada*). Este volume, o último, trata do seu final. Nele, vão contadas duas histórias. Uma, a dos últimos catorze meses do governo de Ernesto Geisel, do dia seguinte à demissão do ministro do Exército, general Sylvio Frota, em outubro de 1977, a março de 1979, quando a Presidência foi entregue a Figueiredo. Na outra, tratarei do governo de Figueiredo com suas três explosões: a da bancarrota econômica, que começou em 1979; a do Riocentro, de 1981; e a da rua, com a campanha das Diretas Já, iniciada dois anos depois. Finalmente, com seu grande final, a construção da candidatura de Tancredo Neves e sua eleição para a Presidência da República. Distintos, esses episódios se superpuseram e em março de 1985 a ditadura estava econômica, militar e politicamente acabada. Num Epílogo, irão contadas as vidas de quinhentas pessoas que nela viveram e viram seu final.

Nesse período Figueiredo é um personagem central. Patético e errático, o último dos generais deixou o poder pedindo que o esquecessem.

Conseguiu, e a narrativa dos seus seis anos de governo acumula fracassos para os quais contribuiu a figura folclórica que ajudou a construir. São raros os casos em que um gesto constrói, ou destrói, a imagem de um político. Na manhã de 24 de agosto de 1954, Getulio Vargas saiu da vida e entrou para a história matando-se. Noutra manhã, a de 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros destruiu-se renunciando à Presidência. Numa decisão tomada entre a noite de 14 de março de 1985 e a manhã seguinte, Figueiredo faltou à cena final de seu governo. Num gesto infantil, recusou-se a passar a faixa presidencial a José Sarney e deixou o palácio do Planalto por uma porta lateral. Embaçou seu melhor momento, a entrega do poder a um civil. O cavalariano estourado mutilou a biografia do presidente. Devem-se a ele a condução da anistia de 1979, a lisura das eleições diretas para os governos estaduais de 1982 e o desfecho de um processo atabalhoado que encerrou o consulado militar. Não foi pouca coisa.

1 Cinco folhas com registros de Heitor Ferreira, de 1964. APGCS/HF.

2 Freddie Perdigão, em José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato, *A direita explosiva no Brasil*, p. 245.

3 Para “à noite”, Abelardo Jurema, *Sexta-feira, 13*, p. 189.

4 Nos registros do RecMec, seu comandante elogiou Perdigão por ter seguido ordens para guarnecer o palácio Guanabara, o que era falso. Omitiu que, por ordem do comando, guarnecera o Laranjeiras. *Alterações* do tenente Perdigão, 1º de janeiro de 1965, folhas 359 e 360. AA.

5 Depoimento de Freddie Perdigão em José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 246-7; e Hernani D’Aguiar, *A revolução por dentro*, pp. 162-3.

6 Cláudio Guerra em depoimento a Rogério Medeiros e Marcelo Netto, em *Memórias de uma guerra suja*, p. 76.

7 Cinco folhas com registros de Heitor Ferreira, de 1964. APGCS/HF.

8 Para *Doutor Roberto* e *Doutor Flávio*, depoimentos de Cláudio Guerra e de Inês Etienne Romeu, em *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vol. 1, pp. 521 e 541, <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>.

9 Segundo depoimento do coronel Alberto Fortunato, em José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato, *A direita explosiva no Brasil*, p. 251, Perdigão dirigiu o carro da equipe que colocou uma bomba no depósito do *Jornal do Brasil*.

10 Para o tiro no tórax e as dormências, Carlos Alberto Brilhante Ustra, maio de 2012.

11 Depoimento de Paulo Malhães a Nadine Borges e Marcelo Auler, da Comissão da Verdade do Rio, 18 de fevereiro de 2014. AA.
12 Para *Aloisio Reis*, *Folha de S.Paulo*, 21 de novembro de 1999, com base no IPM presidido pelo general Sérgio Conforto, em 1999.
13 *O Globo*, 4 de julho de 1999: “Coronel Perdigão, o terceiro nome no caso do Riocentro”, de Amaury Ribeiro Jr. e Chico Otávio; e “Nome do encarregado do novo IPM sai até quarta-feira”, de Ascânio Seleme.
14 Para uma relação dos atentados ocorridos entre o ano de 1980 e maio de 1981, coronel Dickson Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, pp. 79-81.
15 Uma folha manuscrita do general Octavio Medeiros, de 27 de abril de 1981, com os tópicos da reunião do dia. APGCS/HF. O incidente teria envolvido uma neta, não a filha do marechal.
16 *O Globo*, 3 de janeiro de 2000, citando uma reportagem de Geneton Moraes Neto que foi ao ar no programa *Fantástico*, da TV Globo, com uma gravação de Figueiredo feita em setembro de 1987.

PARTE I
GEISEL GANHOU TODAS

NÃO
QUEREMOS
LIBERDADE
PELA
METADE
ANISTIA
AMPLA, GERAL E IRRESTRITA
MOVIMENTO
GEISEL NUM
MAR DE LAMA
INÉDITO: O PAU-DE-ARARA

NAS FOTOS ANTERIORES:

O general Figueiredo, do SNI para a Presidência
Lula, o metalúrgico, surgiu como uma nova liderança
Anistia, uma nova palavra no vocabulário político
O general Euler Bentes Monteiro, o candidato do MDB
Capa do semanário *Movimento*, o eterno “mar de lama”
Ernesto Geisel em sua casa de Teresópolis

Uma nova divisão

O presidente Ernesto Geisel queria evitar que a demissão de seu ministro do Exército, general Sylvio Frota, dividisse as Forças Armadas, mas também não estava para brincadeira. No dia seguinte à defenestração do general, quando soube que o secretário-geral do Ministério do Exército convidara os generais baseados em Brasília a comparecer ao aeroporto para o embarque de Frota para o Rio de Janeiro, mandou desfazer a cortesia. Iria quem quisesse, mas sem farda. Aquilo que poderia ter sido uma demonstração de prestígio tornou-se uma comprovação da volatilidade do poder. Dois meses antes, Frota tivera sessenta generais no almoço de seu 67º aniversário. Embarcou de volta ao seu apartamento do Grajaú com pouco mais de uma dezena deles no saguão do aeroporto.[1]

A maior delegação de oficiais viera do "meu CIE", o Centro de Informações do Exército, cujo chefe já fora dispensado.[2] O general Adyr Fiúza de Castro, seu criador e amigo pessoal de Frota, fora tirado do comando da Região Militar da Bahia e mandado para a diretoria de Inativos e Pensionistas, "o último canil do Exército".[3] O tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI de São Paulo e chefe da seção de operações do CIE, viu-se transferido para o Grupo de Artilharia de Campanha de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.[4] Em um mês, foram remanejados sessenta comandos, entre os quais os de 22 batalhões de infantaria.[5]

Frota caiu porque era candidato à Presidência da República mas não era o candidato de Ernesto Geisel. O presidente se decidira, havia anos, pelo

general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações.[6] Consolidara essa decisão num processo gradual. Até a eleição de 1974, tivera como curingas civis os governadores Paulo Egydio Martins, de São Paulo, e Aureliano Chaves, de Minas Gerais. Derrotados durante a ruína que levou para o Senado dezesseis candidatos oposicionistas, Geisel abandonou a alternativa civil para a sua sucessão.

Cinco anos antes, o presidente Emílio Garrastazu Médici escolhera seu sucessor num ato imperial, sem paralelo na história da República. De certa maneira, tivera facilidades. Geisel tinha as credenciais da hierarquia militar (quatro estrelas), da administração civil (presidira a Petrobras) e era irmão do ministro do Exército.

Dessa vez não havia um curinga militar. Seria necessário construí-lo. Talvez Euler Bentes Monteiro, a quem Geisel admirava, mas ele nunca se aproximara do Planalto. Talvez Reynaldo Mello de Almeida, seu amigo pessoal, que comandara o I Exército e lhe fora fiel em momentos decisivos, inclusive durante a dissidência de Frota. A ambos faltava a cumplicidade do general Golbery do Couto e Silva, chefe do seu Gabinete Civil e principal articulador político do governo. Essa foi a maior qualificação de Figueiredo. Ele fora subordinado de Golbery em três ocasiões e havia quatro anos trabalhava a seu lado, chamando-o sempre de “senhor”.[7]

Figueiredo tornara-se o cidadão brasileiro de nível ministerial com mais tempo de serviço acumulado no gabinete presidencial. Nas palavras de Geisel:

> Ele tinha assistido a boa parte do governo do Castello, pois desde o começo foi levado pelo Golbery para a Agência Central do SNI. Depois (…) foi servir com o Médici e o acompanhou no governo como chefe da Casa Militar. Acompanhou também o meu governo do primeiro ao último dia. Quer dizer, acompanhou três governos, sendo que dois no dia a dia.[8]

Como chefe do SNI, Figueiredo participava de duas reuniões diárias "dos ministros da Casa"[9] com o presidente. Em 1976, essas reuniões totalizaram 324 horas, enquanto os demais ministros haviam conseguido entre 8h54 (Saúde) e 45h16 (Justiça).[10] Presença não significava necessariamente experiência. Delfim Netto, que conviveu com Figueiredo durante o governo Médici, recordava que, como ministro da Fazenda, sentara-se com ele a sós, por mais de quinze minutos, em apenas cinco ocasiões.[11]

Durante o governo de Médici (à esquerda), Figueiredo, que chefiava seu Gabinete Militar, era um típico general de óculos escuros.

Pelas características do Exército brasileiro, a experiência militar de Figueiredo assemelhava-se às de Geisel e Golbery, que passaram mais tempo em gabinetes do que em quartéis. Em mais de 41 anos de serviço, esteve apenas cinco fora do circuito das ajudâncias de ordens, dos cursos e das mesas. Enquanto Golbery integrou a Força Expedicionária Brasileira e Geisel foi mandado para um curso no Estado-Maior americano, Figueiredo viveu a Segunda Guerra Mundial na rotina da cavalaria ao tempo em que as batalhas eram decididas por blindados.

Por qualquer critério, quem quisesse escolher um militar para ocupar a Presidência da República teria de colocar o chefe do SNI na sua lista. As limitações de Figueiredo foram desconsideradas. Faltava-lhe a quarta estrela e, respeitando-se o calendário das promoções, ele não a conseguiria a tempo. Padecia de problemas na coluna, já passara por uma cirurgia e era um cardiopata sexagenário e indisciplinado, mas podia-se arriscar. Ademais, Geisel daria a Vice-Presidência ao ex-governador mineiro Aureliano Chaves, com cinquenta anos e saúde de touro.

Geisel acreditava ter feito a escolha certa. Recebera a Presidência de Médici sem pedidos nem diretrizes e, mesmo dispondo-se a sair do proscênio, via-se como patrono de seu sucessor. Ele nada deveu a Médici em sua carreira militar, mas Figueiredo fora seu colaborador direto e fiel. As razões de Golbery eram mais objetivas. Por saber que continuaria no governo e expandiria seu poder, via no tenente-coronel de 1964 um discípulo. Sem Geisel, Figueiredo jamais teria sido escolhido para sucedê-lo, mas sem Golbery dificilmente o presidente teria persistido nessa escolha. Em graus variáveis, os dois tinham o mesmo objetivo: manter o poder e o regime.

Até a demissão de Frota, em outubro de 1977, a candidatura Figueiredo foi vista como o prolongamento do projeto de seus patronos. Para quem via na abertura de Geisel uma alternativa ao regime do AI-5, Frota era uma ostensiva promessa de retrocesso. Coadjuvante da abertura, Figueiredo somava a essa característica o comando da máquina do Serviço Nacional de Informações. Era a um só tempo o herdeiro da política de distensão e o síndico do aparelho policial da ditadura.

Poucas vezes uma brincadeira política teve um desfecho tão contundente e inesperado quanto a identificação de Figueiredo com o herói intergaláctico Luke Skywalker, de *Star wars*. Depois do sucesso do primeiro filme da série, circulou no palácio do Planalto uma brincadeira segundo a qual Figueiredo seria o cavaleiro Luke Skywalker, protegido e

orientado pelo sábio Obi-Wan-Kenobi (Golbery) e pelo robô R2D2 (Heitor Ferreira), na sua luta contra Darth Vader (Frota, com as forças malignas do radicalismo militar). O primeiro filme chegou aos cinemas meses antes da demissão do ministro do Exército. O segundo, que apareceu em 1980, com Figueiredo na Presidência, revelou que Luke Skywalker era filho de Darth Vader, o Príncipe das Trevas.

O quinto general-presidente seria eleito em outubro de 1978 por 581 parlamentares e delegados das assembleias legislativas, um Colégio Eleitoral em que o governo tinha maioria assegurada. Geisel dissera que só trataria do assunto depois de janeiro daquele ano, mas seus colaboradores mais próximos já trabalhavam publicamente pelo chefe do SNI. Humberto Barreto, ex-assessor de imprensa do Planalto e presidente da Caixa Econômica, a quem Geisel estimava como se fosse o filho que perdeu, já tinha dado uma entrevista defendendo a candidatura de Figueiredo.[12] Heitor Ferreira batalhava ostensivamente pelo general.

Dias depois do afastamento de Frota, chegou às mãos de Golbery uma folha manuscrita do general Sebastião Ramos de Castro, chefe da Agência Central do SNI, em que narrava uma conversa do chefe do Gabinete Militar de Geisel, general Hugo Abreu, com um jornalista. Hugo opunha-se à candidatura de Figueiredo e chamava de “esquema palaciano” os seus articuladores.[13] Ao contrário dos frotistas, Hugo não era um adversário da abertura. Chegara por acaso ao governo, porque o escolhido fraturara uma perna. Paraquedista, comandara tropas que caçaram guerrilheiros do PC do B nas matas do Araguaia. Geisel mal o conhecia e, ao convidá-lo para o cargo, esquecera-se de mencionar que ele não ocuparia a residência oficial da granja do Torto, pois Figueiredo, que chefiara o Gabinete Militar de Médici, continuaria vivendo nos seus cinquenta hectares, com sala de cinema, cavalariças e pistas de montaria.[14]

Já os personagens do “esquema palaciano” conheciam-se havia décadas. Durante o governo Castello Branco, Geisel, Golbery e Heitor dividiram a

mesma sala no palácio Laranjeiras, o primeiro como chefe da Casa Militar, o outro, do SNI, cuja Agência Central era dirigida por Figueiredo. Heitor fora levado para o Serviço em 1964, e depois de se demitir do Exército empregou-se num projeto amazônico de um bilionário americano. Em 1972 foi para a Petrobras, como assistente de Geisel. Nesse ninho, Hugo Abreu era um estranho.

Militar profissional, miúdo e atlético, Abreu tinha a cabeça inteiramente raspada e, pelo seu formato, ganhara os apelidos de "Pinduca" e "Chupeta". Estivera na FEB, de onde trouxe a Cruz de Combate de Primeira Classe. Comandou e disciplinou a Brigada Aeroterrestre da Vila Militar, uma fábrica de encrencas nas rebeldias de 1965, 68 e 69. Em 1974 sequer tinha os uniformes adequados para circular no palácio. Conseguiu-os num alfaiate de subúrbio.[15] Sua relação com o presidente era formal. Todas as vezes que tratou da sucessão presidencial com Geisel, o presidente fingia que a escolha não estava feita. Hugo se comportava como se acreditasse que Figueiredo ainda não estava escolhido. Repetia o que ouvia de Geisel e supunha que a partir de janeiro de 1978 seria iniciado um processo de consultas a militares e políticos. Numa reunião em sua casa, quando disse que Figueiredo não estava escolhido, sua mulher, Consuelo, ironizou: "Só você ainda acredita nisso".[16]

Consuelo tinha razão. No final de novembro de 1977 o presidente já discutira com Heitor Ferreira a melhor época para o anúncio da decisão.[17] Golbery havia apresentado um cronograma recomendando que isso ocorresse logo, em janeiro.[18] E assim foi. O processo que deveria ter começado em 1978 terminou no dia 29 de dezembro de 1977, quando Geisel chamou Figueiredo e, reservadamente, comunicou-lhe que ele seria o próximo presidente da República.[19]

No primeiro dia útil do novo ano, Hugo Abreu mandou a Geisel uma *Informação* de cinco páginas denunciando o que seria "uma bem urdida manobra no sentido de impor ao presidente da República, como fato

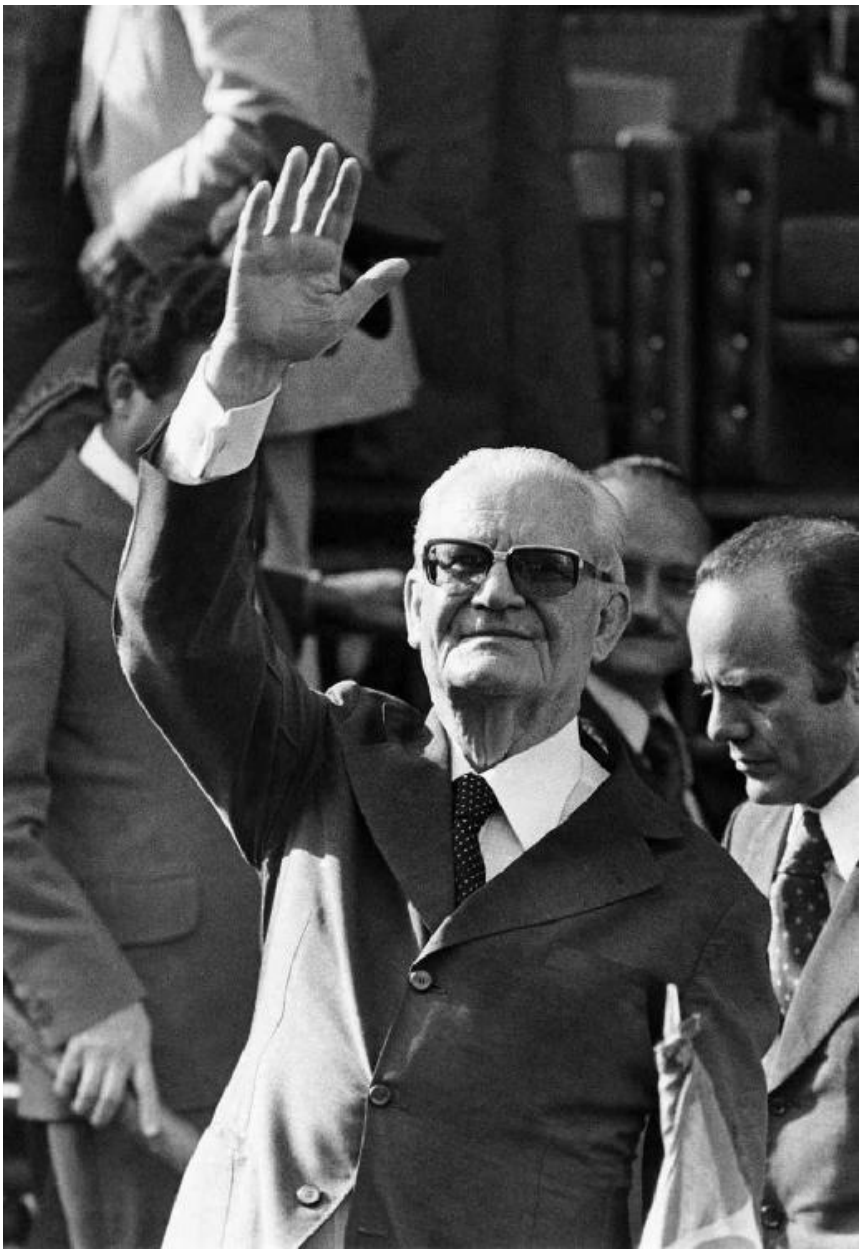
consumado, o nome de determinado candidato, (...) dando-o como participante de uma grande farsa".[20] Listava quatro generais e dois civis como possíveis candidatos. Excluiu Figueiredo, pois o general de divisão "nos levaria a descer na escala hierárquica". [*Veja o documento*] Geisel chamou-o ao Alvorada e comunicou-lhe que o chefe do SNI estava escolhido. O general voltou ao Planalto e assinou seu pedido de demissão. No dia seguinte, ao apresentar seus colaboradores ao novo chefe do Gabinete Militar, o general Gustavo de Moraes Rego, teve uma crise de choro.[21] (Moraes Rego, ex-assessor especial de Geisel no Planalto, trabalhara com ele durante todo o governo Castello Branco e fora seu chefe de gabinete na Petrobras.)

Por mais que Hugo Abreu estivesse contrariado, em poucos meses seria promovido a general de exército. Para articuladores frios como Geisel e Golbery, não era de esperar que sacrificasse 44 anos de carreira militar. Suas posições políticas, movidas pela paixão, haviam lhe valido períodos de permanência em canis, mas nunca o levaram ao caminho da militância pública. Pois foi exatamente a paixão que contrariou a suposição de que ele absorveria a derrota. Ele vira em Geisel um chefe paternal e reagiu como discípulo traído. Detestava o "esquema palaciano" e haveria de detestá-lo ainda mais. Se em algum momento acreditou que bloquearia a indicação de Figueiredo, enganou-se. Daí em diante acreditaria apaixonadamente em qualquer coisa, inclusive na possibilidade de ele mesmo vir a ser o candidato militar.[22]

Acautelando-se, Geisel pediu a Heitor Ferreira que organizasse "um dossier de tudo o que vem sendo publicado com relação à demissão do Hugo e suas consequências".[23] [*Veja o documento*] Golbery chegara antes. Seis meses atrás, depois de ler um expediente do chefe do Gabinete Militar, fizera um pedido semelhante: "O Hugo voltará à carga com suas aleivosias. Convém preparar um arquivo com documentos como este".[24] [*Veja os documentos*]

* * *

O último ano de governo de Ernesto Geisel seria o mais agitado e também o mais profícuo. O país de 1978 não se parecia com o que recebera em 1974, quando toda a imprensa estava sob censura e a direção do Partido Comunista e os guerrilheiros do Araguaia estavam sendo exterminados. As denúncias de tortura, que em 1975 haviam chegado a 585, caíram para 214. Pela primeira vez, desde o início do regime, o ano terminara sem que nenhum brasileiro morresse ou desaparecesse nos cárceres políticos. O Ato Institucional nº 5, a caminho de seu décimo aniversário, estava com os dias contados, pois Geisel anunciara o propósito de revogá-lo ao fim de um processo de negociação de “salvaguardas eficazes”.



Ernesto Geisel impôs o general Figueiredo para a sua sucessão, concluiu seu projeto de abertura "lenta, segura e gradual" e foi para Teresópolis.

Nos meses seguintes, o partido do governo escolheria os candidatos para 21 governos estaduais, bem como igual número de senadores "biônicos", que seriam eleitos indiretamente em setembro. Em seguida seria ungido o presidente e, em novembro, realizadas eleições gerais. O ferrolho do "Pacote de Abril", baixado em 1977, assegurara ao partido oficial a

Presidência da República, os governos de todos os estados, salvo o do Rio de Janeiro, e a maioria no Senado.[25] Garantido o controle do Poder Executivo, restava à oposição disputar a composição da Câmara dos Deputados. Ainda assim, a propaganda eleitoral gratuita nas televisões e nos rádios restringira-se à apresentação das fotografias e dos currículos dos candidatos. Contudo, restara uma janela. Em 1982, os governadores seriam eleitos diretamente, com a prerrogativa de nomear os prefeitos das capitais. Isso significava que o MDB poderia aspirar ao poder em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais e em Pernambuco, talvez.

Existia um projeto de poder. O arco de interesses que dominava o país desde 1964 entrava no seu décimo quarto ano assegurando-se do controle do Executivo e do Congresso até 1984. O sistema indireto de eleição do presidente da República permitia supor que o regime produzisse o sucessor de Figueiredo, prorrogando esse domínio até 1990. Nesse caso, com suas idas e vindas, duraria pelo menos 26 anos, uma longevidade superior à experiência democrática de 1946 (dezoito anos).

A oposição de 1978 já não era a mesma. Extinguira-se havia anos o surto terrorista iniciado em 1966. Nenhuma organização clandestina defendia mais a luta armada e o último dos 63 fuzis do arsenal roubado em 1969 num quartel de Quitaúna (SP) pelo capitão Carlos Lamarca fora encontrado em janeiro — enterrado num terreno baldio —, graças à captura de Adilson Ferreira da Silva, que fora o *Ari* da VAR-Palmares. Veterano da Universidade Patrice Lumumba de Moscou e da central de treinamento de guerrilha de Cuba, ele foi preso na região dos Jardins de São Paulo. Só e sem ocupação, vivia do roubo de carros, até que um corretor de imóveis atracou-se com ele.[26] Esse seria o último e melancólico enfrentamento de um militante da luta armada.

Em compensação, a oposição política à ditadura ampliara sua base. O cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, tornaram-se porta-vozes de

reivindicações de um conceito ressurreto: a sociedade civil. Estudantes e trabalhadores haviam voltado à cena: uns iam às ruas pedindo a revogação do Decreto nº 477, que permitia a expulsão de universitários envolvidos em atividades consideradas subversivas; outros mobilizavam-se pela reposição salarial de 34,1%, para compensar as perdas provocadas pela maquiagem dos índices de inflação em 1973. “Anistia” e “Constituinte” entraram no vocabulário político. Algumas dessas reivindicações, como a volta do *habeas corpus* e a revogação do 477, uniam. Outras, como a Constituinte e uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, separavam. Em muitos casos, um bloco fazia de conta que não ouvia a bandeira do outro. Nenhum deles, contudo, achava que derrubaria o regime. Eram personagens em busca de uma negociação.

Mudara também o empresariado. Órfãos de Delfim Netto havia quatro anos, os empresários continuavam a se queixar da falta de um interlocutor capaz de falar, sozinho, em nome do governo. A desaceleração do crescimento de 10,6% em 1976 para 4,9% em 1977, a concentração do crédito e dos grandes investimentos nas mãos do governo e o naufrágio das ambições do II Plano Nacional de Desenvolvimento indicavam que o Milagre Brasileiro acabara. Era um patronato cartorial e retrógrado. A indústria pesada combatia a instalação no país de uma fábrica de tubos da Mannesmann alemã, a eletroeletrônica escorava-se no governo para proibir a importação de trezentos minicomputadores da IBM, porque ela ultrapassaria o teto anual de 30 milhões de dólares, e a associação dos supermercados chegaria a expulsar de seu quadro o grupo francês Carrefour por aceitar pagamentos com cartões de crédito.[27]

Os empresários foram os últimos a chegar à mesa onde se debatiam as liberdades democráticas. Vieram aos poucos. Primeiro, os industriais do setor de bens de capital. Depois, cautelosamente, chegaram outros. Banqueiros, poucos. Empreiteiros, nunca. Defendiam mais a livre-iniciativa (deles) do que a liberdade (dos outros), mas havia nesses personagens um

impulso renovador, ainda que retardatário. O jornal *Gazeta Mercantil* consultara 5 mil empresas para enumerar as maiores lideranças privadas; 825 responderam, e a lista não tinha um só nome da hierarquia do sindicalismo patronal.[28] Semanas depois da queda de Frota, um pedaço do empresariado chegou a se reunir num Congresso das Classes Produtoras e, depois de quarenta horas de debates, não conseguiu ir além de um consenso pela defesa do "pluralismo político". Resumindo o encontro, o industrial Laerte Setúbal gracejou: "Houve o desejo de dizer ao governo que o empresário ainda não pensa, mas existe".[29]

Por maiores que fossem as queixas dos empresários contra o governo, o que a maioria deles temia eram os trabalhadores. Mesmo um empresário que defendia mais diálogo político, como Americo Campiglia, da Associação de Empresas de Crédito e Financiamento, receava: "Vamos mudar, se voltar a baderna, faremos outra revolução e voltamos ao estado de exceção".[30]

Só não mudara a ortodoxia do pensamento militar que via nos acontecimentos de 1964 uma "Revolução"; nas Forças Armadas, a base legítima de sustentação do regime; no presidente da República, um delegado da tropa; no MDB, um partido que abrigava comunistas; e nas vozes dissonantes, tentativas de "contestação" ao regime. A ditadura criara um dialeto, no qual diferenciava a "oposição" aceitável da "contestação" subversiva. Ia-se para o décimo quarto ano do regime sem que se soubesse onde terminava uma e onde começava a outra. Num período de cinco meses, em suas *Apreciações Sumárias* semanais e na análise do noticiário da imprensa, o SNI, dirigido por Figueiredo, usara a palavra ameaçadora pelo menos 23 vezes e carimbara como "contestatórios" um congresso de bancários, um seminário da Associação Brasileira de Imprensa, a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o compositor Chico Buarque de Hollanda.[31] [*Veja o documento*]

Desde 1965, quando a anarquia militar emparedou o presidente Castello Branco, todas as vezes que ela desafiou o poder ou a ordem legal, prevaleceu. Assim fora em 1968, com a edição do AI-5, e em 1969, com o impedimento do vice-presidente, Pedro Aleixo. Geisel rompera essa escrita, restabelecendo o primado da Presidência ao demitir Frota, mas não desmobilizou a "tigrada" nem fechou as centrais de tortura dos DOI. Congelou o gesto por dois motivos: primeiro, porque não queria, pois acreditava na eficácia e na necessidade de um aparelho repressivo; finalmente, porque não lhe convinha aprofundar uma divisão militar que estimulasse uma dissidência capaz de flertar com a oposição. Afinal, oficiais da "linha dura" de 1965 haviam se aproximado de alguns parlamentares do MDB em 1968 e no início de 1978 voltavam a fazê-lo.

O radicalismo militar estava em todos os lugares e em lugar nenhum. Produto da anarquia, roncava. Confrontado, recuava. Um mês antes de aceitar o lugar de Frota, o general Fernando Bethlem, então comandante do III Exército, assinara um *Relatório Especial de Informações* dizendo que "a chamada 'Volta ao Estado de Direito' ou 'Redemocratização do país'" eram produto de uma campanha de jornalistas, "intelectuais de esquerda", do "clero politizado" e de empresários "frustados".[32] O general lembrava que o governo era "delegado da Revolução democrática" e sustentava que a "volta aos quartéis" significaria o "afastamento ou o alheiamento" do SNI e dos DOI-CODI, permitindo "a volta aos idos de 61-62 e 63", com "a demagogia, o peleguismo, o avanço dos comunistas e dos corruptos".[33] Uma vez escolhido para o lugar de Frota, Bethlem atribuiria o texto a oficiais de sua área de informações.

O *Doutor Roberto* do aparelho que o Centro de Informações do Exército mantivera em Petrópolis saíra do porão. Fardado, o major Freddie Perdigão estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde produziu o único documento conhecido que leva sua assinatura, a monografia *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) no Exército brasileiro*

— *Histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas*.[34] Nas palavras finais, queixava-se das autoridades militares que julgavam seus quadros "indisciplinados, desenquadrados e sem espírito militar". Lembrava que, em três anos, noventa componentes do DOI do II Exército haviam recebido a Medalha do Pacificador. (Ele inclusive.)

Um panfleto distribuído em quartéis denunciava Geisel e Golbery como protetores de "subversivos notórios, exilados escafedidos (...) aquinhoados com importantes cargos públicos".[35] [*Veja o documento*] O CIE fez chegar à imprensa uma lista de 96 subversivos aninhados em órgãos públicos. Iam do arquiteto Jorge Wilheim, secretário de Economia e Planejamento do governo de São Paulo, à jovem Dilma Rousseff, de 25 anos, a *Estela* da VAR-Palmares, que ralara 35 meses no DOI, no DOPS e na "Torre das Donzelas" do presídio Tiradentes, na capital paulista. Libertada, recomeçara a vida em Porto Alegre, como estagiária da Fundação de Economia e Estatística.[36]

O radicalismo militar persistia porque continuava invicto pela impunidade da tortura e da indisciplina.

1 Para o almoço, *O Estado de S. Paulo*, 27 de agosto de 1977. Para o embarque, Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 530.

2 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, pp. 529-30.

3 Depoimento de Adyr Fiúza de Castro em Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 197.

4 Carlos Alberto Brilhante Ustra, 28 de setembro de 1988.

5 Para sessenta comandos, *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1977. Para os batalhões, *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1977; e "Ministro substitui 22 oficiais da Infantaria", *O Estado de S. Paulo*, 31 de outubro de 1977.

6 Em março de 1974, três dias antes de sua posse, Geisel disse a Heitor Ferreira que "se esse troço não evoluir para outra posição, o único homem que eu vejo aí em condições de ser o futuro presidente é o Figueiredo". Conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 12 de março de 1974. APGCS/HF.

7 Depois da posse, num raro bilhete de 21 palavras, tratou-o duas vezes por "presidente". Bilhete de Golbery a Figueiredo, que o visou, de 22 de fevereiro de 1980. APGCS/HF.

8 Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 412.
9 Eram "ministros da Casa": os chefes dos gabinetes Civil e Militar, do SNI e da Secretaria de Planejamento.
10 Controle dos despachos com os ministros de Estado, de 1976. APGCS/HF.
11 Delfim Netto, fevereiro de 2000.
12 *Veja*, 11 de julho de 1977.
13 Uma folha manuscrita do general Sebastião Ramos de Castro, de 19 de outubro de 1977. APGCS/HF.
14 Maria Celina d'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 272. Para a granja, *Veja*, 13 de agosto de 1980.
15 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 31.
16 *Veja*, 11 de janeiro de 1978.
17 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira. APGCS/HF.
18 Quatro folhas manuscritas de Golbery e *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira. APGCS/HF.
19 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira. APGCS/HF.
20 *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, 2 de janeiro de 1978. APGCS/HF.
21 Toledo Camargo, *A espada virgem*, p. 247.
22 "Hugo Abreu poderá ser o candidato militar do MDB", *O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1978.
23 Bilhete manuscrito de Geisel a Heitor Ferreira, 10 de janeiro de 1978. APGCS/HF.
24 Bilhete de Golbery a Heitor Ferreira, 13 de junho de 1977. E três folhas marcadas "confidencial", de Hugo Abreu. Nelas, Abreu sugere a cassação do mandato de três deputados federais. APGCS/HF.
25 No Rio de Janeiro, o MDB elegeria indiretamente o governador e um senador. Em 1978, seriam eleitos 46 senadores. Com o "Pacote", assegurou-se a eleição indireta de 23 deles, 22 dos quais da Arena. Numa estimativa precária, feita a partir dos resultados do pleito municipal de 1976, Heitor Ferreira projetara que numa eleição direta, pelas regras anteriores, o governo elegeria 22 senadores. Se isso acontecesse, o MDB ficaria com maioria de quarenta senadores contra 29. Uma folha de Heitor Ferreira de 3 de dezembro de 1976. APGCS/HF.
26 Para o codinome, *Informação nº 17/69-IPM-OPM, Relação Alfabética de Codinomes: Colina, VPR, VAR-Palmares*, de 10 de dezembro de 1969. AA. Para a prisão, *Folha de S.Paulo*, 19 e 20 de janeiro de 1978; *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1978; e *Veja*, 22 de fevereiro de 1978.
27 Para a Mannesmann, *O Estado de S. Paulo*, 16 e 19 de fevereiro de 1978. Para os computadores, *O Estado de S. Paulo*, 4 de julho de 1978. Para os cartões, *Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1978.
28 *Veja*, 21 de setembro de 1977. Eram os seguintes os dez empresários citados na lista: Claudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Antonio Ermírio de Moraes, Paulo Villares, Augusto Trajano Azevedo Antunes, Paulo Velhinho, Laerte Setúbal, Jorge Gerdau e Amador Aguiar. Todos industriais, salvo Amador Aguiar, dono do Bradesco.
29 *Veja*, 31 de outubro de 1977.

30 *O Estado de S. Paulo*, 4 de setembro de 1979.
31 *Apreciações Sumárias nºs 4, 5, 6 e 8 GAB/78*, de 25 de janeiro, 1º e 15 de fevereiro e 1º de março de 1978, marcadas “secreto”. CPDoc. *Apreciações* do Grupo de Assessoramento Especial (GAE), de janeiro a maio de 1978. APGCS/HF.
32 Grafia do original: *frustado* e, mais adiante, *alheiamento*.
33 *Relatório Especial de Informações nº 1/77*, marcado “confidencial”, de 5 de setembro de 1977. APGCS/HF.
34 Rogério Medeiros e Marcelo Netto, *Memórias de uma guerra suja*, pp. 259-91.
35 Uma folha, de março de 1978, que Geisel mandou ao SNI. APGCS/HF.
36 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 365; e *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1977. O governador Paulo Egydio Martins manteve Wilheim no cargo. Seu colega gaúcho, Amaral de Souza, demitiu os denunciados.

O fator Jimmy Carter

O mundo também mudara. Na Presidência dos Estados Unidos não estava mais Richard Nixon, um defensor convicto das ditaduras militares anticomunistas. Seu sucessor, Jimmy Carter, empunhava a bandeira dos direitos humanos, atritando-se com tiranos perplexos diante da nova conduta do aliado de ontem. Geisel detestava-o. A origem da malquerença estava também na militância do presidente americano contra o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Havia outro ingrediente, pessoal. Em 1977 Carter mandara sua mulher, Rosalynn, em visita oficial ao Brasil, uma atitude vista pelo general como impertinente, por obrigá-lo a receber uma senhora sem mandato nem função pública.

Quando os generais uruguaios anunciaram a expulsão de Leonel Brizola, asilado ali desde 1964, o então ministro Sylvio Frota e Geisel discutiram onde o prenderiam. Supondo que ele seria mandado de volta ao Brasil, passaram a tratar do seu confinamento nas ilhas de Fernando de Noronha ou Trindade. Foi quando receberam a notícia de que o presidente Carter lhe concedera asilo e que o exilado gaúcho estava de partida para os Estados Unidos.[1] Em vez de ir para o silêncio do desterro, Brizola foi para uma suíte do Hotel Roosevelt, em Nova York, e lá reinventou-se. O trovejante adversário dos americanos em 1964 e aliado de Fidel Castro em anos seguintes renasceria como um social-democrata de tintas europeias.

Carter desceu em Brasília em março de 1978 com a mulher e a filha de dez anos para tirar o maior proveito possível de um programa protocolarmente frio, sem grandes recepções ou atos públicos. Era a

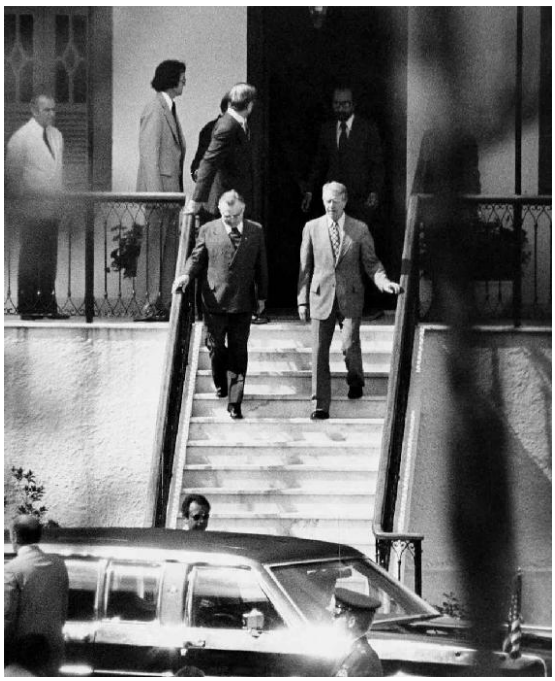
primeira visita de um presidente americano ao Brasil desde 1960, e em nada se parecia com a passagem do general Dwight Eisenhower pelo Rio, desfilando em carro aberto na avenida Rio Branco. Carter não queria encrencas. O desmanche do Acordo Nuclear seria conseguido em Bonn, não em Brasília. Também não lhe interessava um atrito na questão dos direitos humanos, em relação à qual achava que "vêm sendo feitos progressos".[2]

O Brasil diferenciara-se das demais ditaduras do Cone Sul. As arquidioceses de São Paulo e do Rio de Janeiro haviam se tornado abrigo para centenas de fugitivos da Argentina, do Uruguai e do Chile.[3] Em apenas dois anos, na mais sanguinária das ditaduras latino-americanas, o governo do general argentino Jorge Rafael Videla transformara o desaparecimento de pessoas num instrumento de terror. No dia da chegada de Carter a Brasília, seu embaixador em Buenos Aires estimara que "muitos milhares foram mortos" e duvidava que fosse possível chegar a um número preciso.[4] Numa conta obtida pela base do serviço de informações chileno com militares argentinos, entre 1975 e o início de 1978 haviam morrido 22 mil pessoas.[5] Carter não podia equiparar os regimes.

Geisel tinha horror ao presidente americano Jimmy Carter, porque ele se opunha ao Acordo Nuclear, defendia os direitos humanos e mandara a mulher ao Brasil em missão oficial, obrigando-o a recebê-la. Encontrou-o em Brasília com fria cordialidade. Anos depois, fora do poder, não quis vê-lo.

Batendo no cravo, o presidente americano substituíra o embaixador John Crimmins, cuja relação com o governo azedara.[6] Batendo na ferradura, programou uma reunião com seis representantes da sociedade civil. Acautelou-se, marcando-a para o último dia da visita, quando já teria encerrado seus contatos com Geisel. Na lista de convidados incluiu o cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns (assim não o veria a sós), o cardeal do Rio, d. Eugênio Sales, o presidente da OAB, Raymundo Faoro, o jornalista Julio Mesquita Neto, o empresário José Mindlin e, como tempero oficial, o presidente do BNDE, Marcos Vianna. Na saída, ofereceu uma carona a d. Paulo (assim o viu a sós). O MDB, astuciosamente excluído

pelos americanos do encontro no Rio, também evitou constrangimentos. Carter foi saudado no Congresso por um deputado oposicionista e um senador governista. O Itamaraty redigiu os dois discursos.[7]



Carter (à direita) reuniu-se com líderes da sociedade civil no Rio de Janeiro. Incluiu na lista o cardeal Paulo Evaristo Arns, para não vê-lo a sós, e levou-o como carona ao aeroporto, vendo-o a sós.

Os presidentes conversaram três vezes, durante seis horas, mantendo-se no campo das altas generalidades. Trataram de tudo, menos de direitos humanos, e concordaram em divergir na questão nuclear. Quando Geisel (setenta anos) perguntou pela saúde do governante soviético Leonid Brejnev (71 anos), Carter respondeu que o marechal Tito (85 anos) lhe dissera que os boatos sobre sua senilidade lhe pareciam exagerados. Num dos encontros com Geisel, Carter mencionou ter reconhecido a existência de discordâncias entre os dois países, mas esperava que o colega tivesse considerado suas palavras “satisfatórias”. Geisel respondeu que “se fosse repórter teria feito as mesmas perguntas” e “seria absurdo que se sentisse constrangido”, visto que ambos “eram favoráveis ao respeito pelos direitos

humanos e (...) julgavam imprescindível a eliminação de quaisquer armas nucleares”.[8] [*Veja o documento*]

No seu diário, Carter anotou que Geisel era um “cavalheiro idoso, militar, franco, honesto, direto”. As melhores palavras foram para o cardeal Arns: “Um bom homem, eu gostaria de vê-lo como Papa. Extremamente corajoso. (...) Meu palpite é que a atenção que lhe demos não nos ajudará com Geisel, mas acho que é importante para mim, no Brasil e no mundo, não recuar nesse assunto”.[9]

Não ajudou. Anos depois Carter veio ao Brasil, tentou marcar um encontro com o ex-presidente e não conseguiu. Telefonou-lhe para casa e não foi atendido.

1 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 489.

2 Jimmy Carter, *White House Diary*, 28 de março a 3 de abril de 1978.

3 *O Estado de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 1978; e entrevista de d. Eugênio Sales a Fritz Utzeri, *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 2000. Para a ação da Arquidiocese de São Paulo, ver Samarone Lima, *Clamor*.

4 Telegrama do embaixador Raul Castro a Washington, 28 de março de 1978. National Security Archive.

5 John Dinges, *The Condor years*, p. 139.

6 *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 11 de fevereiro de 1978.

7 O discurso do senador Eurico Resende foi escrito pelo diplomata Ronaldo Sardenberg; o do deputado Erasmo Martins Pedro, pelo colega Carlos Augusto Santos Neves. Carlos Augusto Santos Neves, março de 1990.

8 Maço de trinta folhas marcadas “secreto-exclusivo”, com as três conversas dos presidentes. APGCS/HF. Para as seis horas, Timothy Power, “Brazil and the Carter human rights policy”.

9 Jimmy Carter, *White House Diary*, p. 182.

Lula, o metalúrgico

Foi coincidência. No dia seguinte à demissão de Frota, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, chegou à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, no ABC paulista, subiu à sala de Luiz Inácio da Silva, o Lula, e reuniram-se por quatro horas. Discutiram o percentual de aumento salarial da categoria. Lula pedia a reposição dos 34,1%. Sabia que era uma proposta inviável, mas colocava os patrões e o governo na defensiva.[1] Luis Eulálio já havia dito que houvera um "erro de cálculo" e reconhecia que "não há por que deixar de conversar".[2] Era tudo o que o sindicalista queria: quebrar o anel de ferro do Estado, negociando diretamente com as empresas.

Luis Eulálio tinha 36 anos de idade e quatrocentos de sobrenome. Era um Bueno, cujas raízes familiares vinham do século XVII, e um Vidigal, cujo poder vinha do início do XX. Seu avô fora ministro da Fazenda; seu pai, diretor da Faculdade de Direito do largo de São Francisco; o tio, "Doutor Gastão", era o senhor do Banco Mercantil de São Paulo, símbolo de prestígio financeiro na primeira metade do século.[3] Em 1969, reunira a plutocracia paulista para um almoço destinado a arrecadar fundos para a *Operação Bandeirante*, o embrião dos DOI.[4] Luis Eulálio herdara e dirigia uma fábrica de equipamentos ferroviários que operava com 80% de capacidade ociosa.[5] Estava em campanha para substituir Theobaldo de Nigris, irrelevante concessionário de revenda de veículos, na presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, no mais duradouro mandarinato da história da instituição.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos era um retirante pernambucano de 32 anos que chegara a São Paulo em 1952 com a mãe, abandonada no sertão quando estava grávida dele. Encontrara o pai, alcoólatra, com uma nova família. Das muitas mulheres com quem o velho Aristides se acasalara estima-se que tenha tido vinte filhos.[6] Luiz Inácio tivera uma infância de maus-tratos paternos, pobreza e vergonhas. Fumara guimbas de cigarro e chicletes mascados por amigos. Engraxara sapatos na rua, mas conseguira empregar-se como metalúrgico. Persuadido e ajudado por um irmão que militava no Partido Comunista, tornara-se diretor de Previdência Social do Sindicato de São Bernardo. Sua experiência de trabalhador com carteira assinada durara treze anos. Passou de “Baiano” e “Taturana” a Lula. Tendo sofrido a pobreza do Brasil rural e as misérias da periferia das grandes cidades, parecia encaminhado para a vida de um bem-sucedido operário do ABC. Tinha casa, carro e uma mulher tecelã. Grávida de nove meses, ela foi internada com uma hepatite mal diagnosticada. Os médicos disseram que ia tudo bem e que ele deveria voltar no dia seguinte com as roupinhas do bebê. Quando retornou, ambos estavam mortos.[7]

Em 1975, numa cerimônia à qual comparecera o governador Paulo Egydio Martins, Lula assumira a presidência do sindicato. Mesmo com um índice elevado de sindicalização (50%), muito acima da média nacional (18%), a capacidade de mobilização do operariado de São Bernardo era pífia.[8] Incapaz de reunir associados em assembleias, a guilda só conseguia audiência quando ameaçava cortar a assistência médica dos absenteístas.[9] Havia em São Paulo 1 milhão de operários.[10] Pela estimativa de um dirigente da época, para cada cem trabalhadores, no máximo cinco militavam nos sindicatos.[11] A participação direta dos empregados nas fábricas resumia-se à eleição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, as Cipas.

Com as pernas bambas, Lula fizera seu primeiro discurso lendo um texto redigido pelo advogado do sindicato, militante da esquerda católica:

“De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido em seus mais comezinhos ideais de liberdade (...). E, no reverso da medalha, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico”.[12] “Ideologia marxista”, “tolhido”, “comezinhos” e “reverso” não faziam parte do seu universo vocabular, nem daquele dos trabalhadores de São Bernardo.

Pela idade, pela origem e pela inexperiência, parecia um urso de circo, simpático e obediente, mas já comera um dono. (O irmão, que pensara em fazer dele um quadro auxiliar ao PCB.) Dois anos depois comeria seu antecessor, que ficara com a secretaria-geral do sindicato, certo de que manipularia o “Baiano”. Para a oposição, parecia um capital disponível. Uma parte do governo suspeitava que tivesse dono. Analistas do SNI acreditavam que, “projetado do obscurantismo para o ‘vedetismo’ jornalístico”, ele era produto da manipulação de “pessoas extrassindicais”.[13] O consulado americano em São Paulo, contudo, percebeu que seu sindicato rejeitara a presença solidária de parlamentares do MDB numa assembleia e que se recusava a participar de manifestações estudantis.[14]

Seu mundo era outro. Repetia a frase de Joãozinho Trinta — “quem gosta de miséria é intelectual” — e ensinava: “Você sabe que na maioria das empresas há um cartão para controle de quantas vezes um trabalhador vai ao banheiro? (…) Que a demora superior a dez minutos é considerada falta grave?”.[15] Lula não tinha dono, raízes, muito menos conexões com ninguém, com nada além da peãozada de São Bernardo. Não tinha projeto político, não queria derrubar o governo, muito menos o regime, nem se fale em criar uma sociedade socialista. Avulso, permitia-se defender posições surpreendentes, sempre contornando as divisões da agenda política.

Reforma institucional?

“O estado de direito para o trabalhador vai muito além de coisas genéricas como liberdade de imprensa e *habeas corpus*. Eles precisam ter autonomia e liberdade sindical.”[16]

Arena ou MDB para os governos estaduais?

“Estou em um jogo de dois times para os quais não torço.”[17] “Em festa de nhambu, jacu não entra. (...) Existem tão bons políticos no MDB como na Arena. Mas os dois partidos são farinha do mesmo saco.”[18]

Repressão?

“Se eu disser que sofri repressão, estou mentindo, sabe. Nunca me prenderam. (...) Chamaram, quando uma empresa me denunciou como subversivo. Fui lá com o diretor do DOPS e fui muito bem-tratado. (...) Agora fui na Polícia Federal (...) mas também fui muito bem-tratado.”[19]

(Num arrastão em cima do Partido Comunista, seu irmão foi preso e torturado. Ficou 48 dias no cárcere. A prisão de “Frei Chico” se deveu à sua própria militância, mas seus interrogadores buscaram elementos para incriminar Lula.)[20]

Em abril de 1978, três militantes da Convergência Socialista foram presos em São Bernardo distribuindo panfletos. Um deles foi torturado. Quando pediram a Lula que protestasse, ele fez uma nota solidária, mas deixou claro que ninguém fora para a cadeia por atividade sindical. Isso na versão pública. Noutra, “eles vieram me procurar para fazer um ato de protesto e eu mandei eles tomarem no cu, porque deviam ter procurado a gente antes da confusão, não depois”.[21]

Pouco depois de sua posse na presidência do sindicato, Lula viajou para o Japão e os Estados Unidos, numa expedição patrocinada por entidades desses países.[22] Suas propostas eram modernas, radicais diante de um sistema estrutural e financeiramente amarrado ao governo. Pedia “um sindicalismo livre, autônomo”.[23] Defendia até mesmo as negociações salariais por empresa.[24]

A Consolidação das Leis do Trabalho, vinda do Estado Novo, determinava que cada categoria tivesse um só sindicato numa área geográfica e que eles se agrupassem em federações estaduais, às quais caberiam as negociações dos dissídios coletivos. Esse monopólio da

representação era remunerado pela partilha do imposto sindical (um dia de trabalho anual, cobrado a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não), repassado exclusivamente às organizações reconhecidas pelo governo. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Ary Campista, estava no cargo desde 1964 e acumulava-o com uma posição de juiz do Tribunal Superior do Trabalho. Parecia um lorde e dizia que "não é necessário ir às fábricas, porque tenho contato com os dirigentes". (Campista estava na caderneta de telefones do general Golbery já nos primeiros meses do regime.)[25]

Do exílio em que vivia desde que fora banido do Brasil, José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, quadro da Vanguarda Popular Revolucionária e líder de uma greve em 1968, estranhou o novo personagem:

> O Lula está oficialmente no sindicato desde 1969. (...) Então, não entendo um dirigente sindical não comprometido com os interesses dos patrões e que tenha passado despercebido como o Lula passou, de 1969 até 1977. Durante esse período o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo permaneceu totalmente desmobilizado.[26]

Diferentemente de Lula, Ibrahim aceitava a existência do imposto sindical.

Desvinculado das correntes políticas, Lula tornou-se uma celebridade, encarnando o "antipelego".[27] Para o cônsul americano em São Paulo, era "a estrela da facção democrática militante do movimento sindical".[28] A abertura de Geisel, a ida dos estudantes às ruas no ano anterior e a bandeira da reposição salarial estimularam o renascimento do sindicalismo em diversos estados. Lula era um dos poucos dirigentes dessa nova safra sem outros vínculos. Alguns dirigentes tinham militância católica, outros, vinculações com o PCB, o PC do B, o MR-8 ou organizações trotskistas. O

presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, por exemplo, era candidato a deputado federal pelo MDB, apoiado pela Convergência Socialista.[29]

Aqui e ali, ressurgia a palavra esquecida: “greve”. Na voz de Ary Campista, “a maior arma dos trabalhadores é a greve, que só vale como ameaça. Depois de deflagrada, traz prejuízos para todos”.[30] Lula formularia a questão de outra maneira, também tranquilizadora:

> Aquele sindicalismo fechado em seus próprios problemas, que lança mão a torto e a direito da maior arma que o trabalhador possui, a greve — a sua sagrada arma —, já vai longe. Sei que no Brasil a hora é de diálogo. Deve-se ir ao extremo, à exaustão para que cada um possa se conhecer e, portanto, se respeitar.[31]

Pouco depois, subiria o tom: “Conversar com patrão, já conversamos. Conversar com autoridade? Já conversamos. (...) Então, vamos dar um tempo aí, está chegando o momento, eu sinto”.[32] O SNI também sentia. Em abril, informava que “a recusa ao dissídio coletivo levará, inevitavelmente, à greve”.[33]

1 Com o restabelecimento do valor da moeda ocorrido a partir de 1994, perdeu-se a percepção dos valores monetários dessa época. A inflação levou o salário mínimo de 1.560 cruzeiros, em 1978, para 2.268 cruzeiros, em 1979, para 2.932 cruzeiros no ano seguinte, e para 4.149 cruzeiros em 1980. Em 1985, quando terminou o governo Figueiredo, estava em 166.560 cruzeiros, <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>.

2 *Veja*, 8 de outubro de 1977; e *Jornal do Brasil*, 1º de janeiro de 1977.

3 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, v. 1, pp. 570-1.

4 Gastão Vidigal, novembro de 1995.

5 *Jornal do Brasil*, 8 de fevereiro de 1978.

6 Segundo o depoimento de Marinete Leite Cerqueira, irmã de Lula, em Denise Paraná, *Lula, o filho do Brasil*, p. 247.

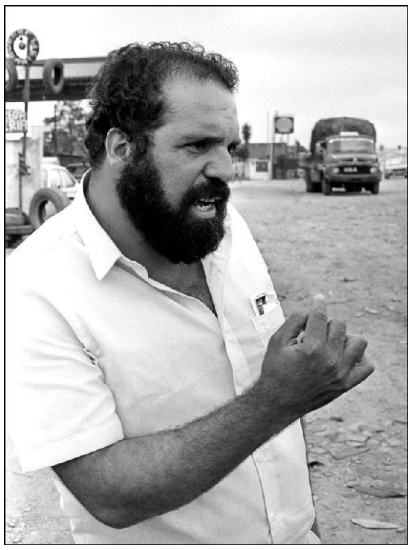
7 Denise Paraná, *Lula, o filho do Brasil*, pp. 91-2.

8 Para os índices, *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1978.
9 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, p. 32.
10 *Veja*, 8 de março de 1978.
11 Hugo Perez, 23 de julho de 2004.
12 *Folha de S.Paulo*, 19 de abril de 2005.
13 *Apreciação nº 25*, do GAE, de 4 de abril de 1978. APGCS/HF.
14 Telegrama do consulado americano em São Paulo, de 22 de setembro de 1977, <http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=219668&dt=2532&dl=1629>.
15 *Jornal do Brasil*, 27 de fevereiro de 1978.
16 *Veja*, 7 de setembro de 1977.
17 *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1978.
18 Idem, 27 de fevereiro de 1978.
19 *O Pasquim*, 24 de março de 1978.
20 Entrevista de "Frei Chico" a Denise Paraná, *Lula, o filho do Brasil*, pp. 177-89.
21 *O Estado de S. Paulo*, 5 de maio de 1977; e Lula, Nova York, 19 de abril de 1993.
22 Mario Garnero, *Jogo duro*, p. 130; e Denise Paraná, *Lula, o filho do Brasil*, p. 128.
23 *Jornal do Brasil*, 17 de fevereiro de 1978; e *Visão*, 3 de abril de 1978.
24 *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1978.
25 *Lista que Serviu de Base à Primeira Escala de Telefonemas*, uma folha manuscrita de Heitor Ferreira, de 20 de abril de 1964. APGCS/HF.
26 *Veja*, 12 de abril de 1978. Para VPR, Marco Aurélio Garcia, *Em Tempo*, 9 de janeiro de 1980.
27 *IstoÉ*, 1º de fevereiro de 1978.
28 Telegrama do cônsul Frederic Chapin ao Departamento de Estado, de 18 de novembro de 1977.
29 Paulo Markun, *O sapo e o príncipe*, p. 109.
30 *O Estado de S. Paulo*, 4 de janeiro de 1979.
31 *O Pasquim*, 24 de março de 1978.
32 Idem.
33 *Relatório nº 25*, do GAE, de 5 de abril de 1978. APGCS/HF.

Sete dias de maio

Entre os dias 8 e 14 de maio de 1978 aconteceram dois fatos inesperados. Um, no chão das fábricas do ABC paulista; outro, na cúpula das articulações oposicionistas. Dia 8 era uma segunda-feira e Gilson Menezes, um ferramenteiro corpulento da fábrica de caminhões Scania, em São Bernardo, teve uma ideia e contou-a a apenas três pessoas. Na terça, já falara com vinte. Na quarta, ampliou a confidência, recomendando que só se tocasse no assunto nos ônibus e desde que não houvesse chefes por perto. Na quinta, foi ao sindicato, entrou na sala de Lula e disse-lhe que a Scania ia parar. “Ele balançou a cabeça e continuou mexendo com uns papéis. Não perguntou nada. Ele estava sozinho na sala, mexendo numa gaveta.”[1]

Na manhã de sexta, dia 12, Gilson não ligou sua máquina. Nem ele nem os trinta colegas de sua seção. Havia operários por perto, esperando o sinal. Eles ouviram o silêncio dos tornos e partiram de bicicleta para outros setores. Meia hora depois a fábrica estava parada. Um supervisor supôs que houvera uma interrupção no fornecimento de energia.[2] A Scania era pioneira da indústria automotiva, com 3 mil operários. Numa categoria que tinha, em média, 25% de trabalhadores sindicalizados, a Scania tinha 50%. Os comunistas não passavam de meia dúzia.[3]



Gilson Menezes, o ferramenteiro que parou a Scania.

Gilson fazia parte da elite de operários da indústria automobilística, cujos salários oscilavam entre 2,5 e 3,7 salários mínimos.[4] Em dez anos de profissão, completara seis cursos de aperfeiçoamento. Tinha mulher, filha, televisão e casa de dois quartos, banheiro e cozinha. Metia-se em agitações operárias desde os doze anos e, em 1968, aos dezenove, fora à manifestação oficial do 1º de Maio na praça da Sé, na capital, prestigiada pelo Partido Comunista. Queria apenas manifestar-se, mas quando militantes de esquerda, liderados por José Ibrahim, expulsaram o governador Abreu Sodré do local, Gilson ajudou a destruir e incendiar o palanque das autoridades. Nos últimos meses chegara a diretor de base do sindicato e fizera manifestações em portas de fábrica, colava o balanço da Scania, com seus lucros, no banheiro da empresa e, no almoço, puxava conversa com os colegas referindo-se ao papel que fingia ter lido na privada.

Haviam ocorrido outras paralisações. Em janeiro parara a fábrica de produtos eletrônicos Maxwell, em São Paulo, que atrasava pagamentos e pedia dinheiro ao BNDE. No ABC, outras greves, na Ford e na Mercedes, haviam sido parciais e breves, mas na Scania pararam todos. Até onde se

pode dizer que uma greve foi espontânea, foi isso que se deu. Há uma década, greve em fábrica era uma ideia, nada mais. Para os trabalhadores, um desejo. Para os empresários, uma ameaça. Para o governo, um risco. Diante dela, nenhum dos três sabia exatamente o que fazer.

A empresa operou pelo manual e pediu aos trabalhadores que formassem uma comissão (tratava-se de criar a figura dos responsáveis pelo que era um ato ilegal). Eles se recusaram. Às dez horas chegaram o representante da Delegacia Regional do Trabalho (o governo) e um agente do DOPS (a polícia). Ambos insistiram na necessidade de se formar uma comissão. Nada. Ao meio-dia a Scania aceitou conversar, desde que a reunião ocorresse fora da empresa, longe do sindicato. Foram para o hotel Holliday Inn e convidaram Lula. Ele abraçou Gilson, sem uma palavra. A Scania anunciou que negociaria, desde que os operários voltassem ao trabalho. Lula, como presidente do sindicato, esclareceu que nada fizera para que houvesse a paralisação e, portanto, nada faria para mandá-los de volta às máquinas. Ninguém pronunciava a palavra “greve”. A conversa deu em nada. Esses dias de maio de 1978 mudariam a história política brasileira.

No dia 12 de maio de 1978, inesperadamente, as máquinas da fábrica de caminhões da Scania silenciaram. Foi a primeira grande greve do ABC paulista.

* * *

Na esfera das articulações políticas convencionais, havia meses sucediam-se notícias segundo as quais uma parte da oposição buscava um candidato militar para disputar a Presidência com o general Figueiredo. No sábado, dia 13, o jornalista Carlos Chagas contou ao general Hugo Abreu que publicaria na edição d'*O Estado de S. Paulo* do dia seguinte: "Euler será o candidato do MDB".[5] O SNI temera que o general entrasse na disputa, mas acalmara-se, registrando que os esforços dos dissidentes civis e militares haviam se revelado inúteis: "Não é de se esperar o surgimento de heróis fardados".[6]

Na ativa, Euler foi um oficial disciplinado e rigoroso. Antes de tomar posse, Geisel chegara a pensar nele como um provável sucessor.

Euler Bentes Monteiro tinha 61 anos e estava na reserva desde março de 1977. Era um homem calmo, dirigira a Sudene e por onde passara deixara uma lembrança de seriedade e rigor. Isso para os admiradores. Para os críticos, andava num "nacionalismo façanho", "difícil de tratar", "meio ranheta".[7] Como Figueiredo, era filho de general e "tríplice coroado": primeiro de turma na Academia Militar, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior. Em 1954 assinara o *Manifesto dos Coronéis*, que expôs a fragilidade militar de Getulio Vargas, mas ficara longe da conspiração contra João Goulart. Geisel admirava-o. Em 1972, admitira que pudesse ser "o seguinte".[8] Na formação do governo, decidiu colocá-lo na chefia do Estado-Maior do Exército. ("Meu caro, ele vai arrumar aquela casa.")[9]

Geisel cogitou também colocar Euler no Ministério dos Transportes, depois decidiu-se pelo da Previdência. Segundo seu filho, o general preferiu continuar na carreira.[10] Da burocracia do Alto-Comando Euler foi para o

silêncio do pijama no seu apartamento de Copacabana e para o sítio do Pica-Pau Amarelo, em São Pedro da Aldeia, no litoral fluminense.

Aqui e ali seu nome entrava nas listas de prováveis sucessores de Geisel. Numa pesquisa feita pela revista *Veja* durante o Congresso das Classes Produtoras, tivera 23,6% das preferências entre 318 empresários, enquanto Figueiredo conseguira 12,9%.[11] Hugo Abreu listara-o entre quatro possíveis candidatos militares, no seu derradeiro e inútil esforço para barrar o chefe do SNI.[12]

O telefone de Euler não estava grampeado, mas os de Hugo Abreu e de Severo Gomes, ex-ministro da Indústria e Comércio, estavam. No dialeto da época, grampo chamava-se "dragão".[13] O SNI ouvira que Euler limitava-se a dizer que "a situação é nada boa".[14] Severo Gomes, mais falador, conversara com Fernando Henrique Cardoso. Evitavam nomes. O professor contou que conversara com "nosso amigo" e Severo lhe narrara que o senador Teotônio Vilela estivera com "o sujeito". Ele deveria conversar com "o tribuno" e Severo avisou que "até o final de semana a gente lança uma coisa aí".[15] Sem muito esforço o SNI decifrou que "o sujeito" era Euler, "tribuno" era o senador Paulo Brossard e "nosso amigo", Ulysses Guimarães, presidente do MDB.

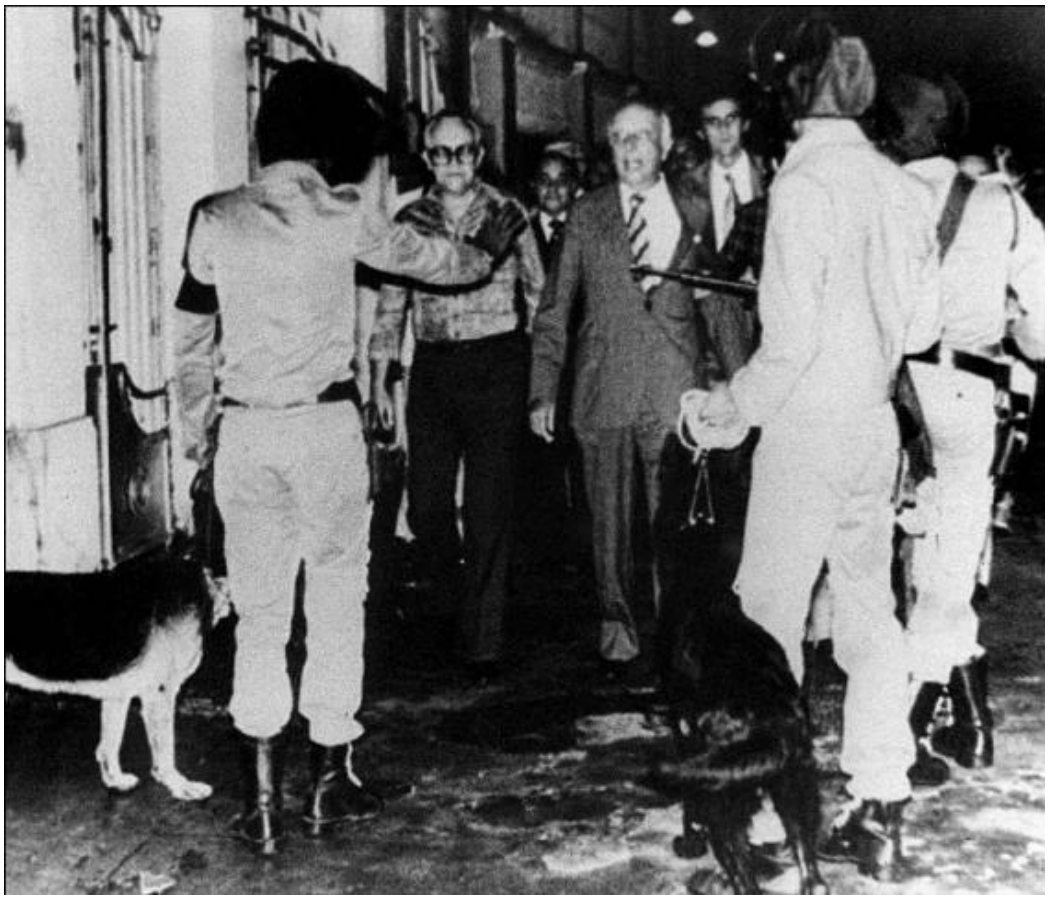
No domingo, dia 14, Carlos Chagas mostrou "a coisa": "O general Euler Bentes Monteiro aceitou que seu nome seja levado ao MDB como candidato à Presidência da República".[16] O SNI se enganara e o Palácio via-se diante de uma situação inédita: um candidato militar respeitado, disposto a aceitar as regras do jogo.

* * *

A greve no ABC e a candidatura militar também não estavam na agenda da cúpula do MDB. Ulysses Guimarães, presidente do partido, e Tancredo Neves, líder de sua bancada na Câmara, não gostavam da ideia de um

candidato-general e acreditavam que uma eventual mobilização popular não teria operários em cena. Ulysses esperava que, quando chegasse a vez da oposição, o presidente fosse ele. Tancredo, que vira a derrocada de 1954, como ministro da Justiça de Getulio Vargas, e a de 1964, como líder do governo de João Goulart, tinha horror a divisões militares. Seu objetivo imediato era a conquista de uma cadeira no Senado na eleição de novembro de 1978 e, talvez, o governo de Minas Gerais, em 1982.

Entre a sexta-feira do início da greve de São Bernardo e a noite de domingo, o repórter Jorge Bastos Moreno esteve ao lado de Ulysses e não ouviu dele a palavra “Scania”. Viajavam pelo Nordeste e, quando chegaram a Salvador, a única curiosidade do presidente do MDB em relação a acontecimentos de São Paulo fora sobre o resultado do jogo do Santos com o Anapolina, de Goiás.[17] Acompanhado por Tancredo, ele lançaria a candidatura do economista Rômulo de Almeida ao Senado pela Bahia. Foram informados de que a Polícia Militar não permitiria a concentração programada para Campo Grande e que o Centro da cidade estava ocupado pela tropa de choque da PM. Esperava-se que se repetisse o que sucedera em outros estados: fariam uma nota de protesto e iriam embora. Fizeram o contrário. Foram para a sede do partido. No caminho, encontraram uma barreira de policiais, com cães, soldados e baionetas. Tancredo ficou um pouco para trás, mas quando um soldado fez sinal para que Ulysses parasse, ele avançou: “Respeitem o líder da oposição!”. Passaram todos, a manifestação realizou-se e os dois discursaram. A cena da praça foi registrada pelo fotógrafo Luciano Andrade. Nela Ulysses aparece desafiador, com passos largos e dedo em riste, dando uma nova dimensão à relação dos oposicionistas com as ruas.[18]



13 de maio de 1978: em Salvador, um PM ordena a Ulysses Guimarães (ao centro) que pare sua caminhada. Ele desafia, pede respeito e avança em direção ao local onde discursaria.

* * *

Pelo manual do patronato, tratava-se de esperar que a Justiça do Trabalho declarasse ilegal a greve da Scania para que as coisas voltassem ao normal. A surpresa veio no início da tarde de segunda-feira: pararam mais 7 mil operários da Ford. Na Scania, três dias antes da greve houvera um princípio de articulação na ferramentaria. Na Ford, nem isso.[19] Ao fim do dia pararam também ferramenteiros da Volkswagen.[20] Na manhã seguinte, representantes de patrões e empregados reuniram-se na Delegacia Regional do Trabalho. Havia mais de 10 mil trabalhadores parados, mas nessa reunião falaram-se línguas diferentes, de tempos diversos.[21]

Newton Chiaparini, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Automóveis (Sinfavea) e diretor da Ford:

> O que está em causa no caso presente é uma tentativa do dispositivo sindical de ampliar um movimento surgido inicialmente na Scania (...) no sentido de fazer contestação à política salarial atualmente em vigor, ampliando se possível o movimento contestatório a nível nacional. (...) Querem eles agora, no molde do que acontecia antes de 1964, uma nova revisão salarial.[22]

Lula: “Mais uma vez a classe empresarial tenta usar o governo como escudo”.[23]

Até onde se pode dizer que uma greve foi espontânea, esse foi o caso da Scania. A paralisação ocorreu sem discursos, muito menos piquetes.

O ronco de Chiaparini parecia uma ameaça aos grevistas, mas na realidade cobrava força do governo. Quebrara-se o encanto do sistema de controle das relações trabalhistas. Tudo funcionara bem enquanto o patronato tivera à sua disposição o poder dissuasório da ditadura, mas agora ele lhe faltava. Lula estranhou a presença na reunião do industrial Jorge Duprat Figueiredo, vice-presidente da Fiesp e herdeiro de uma fábrica de vidros. Desde 1971 um dos diretores de sua empresa, em nome da Fiesp, fizera mais de cem visitas ao DOPS.[24] Ele era o contato do patronato paulista com o porão.

Chiaparini fingia que a política salarial não era da Ford nem da Scania, mas do governo, e Lula fingia que a greve não era problema do sindicato, mas dos patrões. Pela lembrança do governador Paulo Egydio Martins, nenhum empresário lhe pediu que pusesse a polícia em cena. Se alguém quisesse pedir, deveria fazê-lo por escrito.[25] O comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, informou: “Ainda não encontrei ambiente suscetível de causar preocupações”.[26]

João Batista Leopoldo de Figueiredo, presidente da Scania, a quem o general chamava de “primo rico”.

A Scania decidiu negociar. O presidente do seu conselho de administração era João Batista Leopoldo de Figueiredo, “primo rico” do chefe do SNI, ex-presidente do Banco do Brasil e do IPÊS, a central aglutinadora do empresariado na conspiração contra João Goulart. Ele informara ao SNI que “a greve é superorganizada, sem violência”.[27] Chegou-se a um acordo verbal: 20% de aumento para quem ganhava até dez salários mínimos, remuneração igual para quem fizesse o mesmo serviço, redução de trabalho noturno e pagamento dos dias parados.[28] Lula levou a proposta a uma assembleia realizada dentro da fábrica e a greve acabou. O acerto feito com a Scania dava à empresa três dias para formalizar a proposta. Lula caíra numa armadilha.

Liderado pela Ford, o patronato fechou-se em copas. Seus sindicatos e associações não aceitavam negociações bilaterais e tanto a Scania quanto a Mercedes, que haviam feito propostas aos trabalhadores, retiraram-nas. A greve foi declarada ilegal e entrou em ação a censura das emissoras de rádio e televisão, primeiro com telefonemas do ministro da Justiça, Armando Falcão, depois com ordens da Polícia Federal: “De ordem superior, recomenda não divulgarem noticiário referente a movimentos grevistas”.[29] Para a TV Globo a ordem era dar notícias breves, sem som ambiente nem voz dos líderes sindicais. Em geral, ia ao ar uma nota de vinte segundos.[30] Uma camionete da emissora já havia sido atacada por grevistas no ABC.

O governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, não reprimiu a greve. Para fazê-lo, queria pedidos por escrito.

Os velhos manuais falharam novamente. Uma longa entrevista de Lula, concedida ao programa *Vox Populi*, da TV Cultura (do governo de São Paulo), chegou a ser anunciada, mas foi suspensa. Paulo Egydio telefonou a Geisel, argumentou que a iniciativa serviria apenas para acirrar os ânimos e mandou que Lula fosse ao ar.

O que se viu na telinha foi um sindicalista inesperado:

> — Você tem alguma pretensão política?
> — A única coisa que aprendi a fazer na minha vida foi ser torneiro mecânico e estou tentando aprender a ser um bom dirigente sindical. (...) Eu não sirvo para político.
>
> — Como os estudantes podem se integrar ao movimento operário?
> — (...) Eu só tenho curso de torneiro mecânico, talvez essa minha desinformação me leve a ser assim — mas eu acho que a melhor maneira de os estudantes ajudarem a classe trabalhadora seria eles ficarem dentro das universidades.
>
> — Como Lula vê a possibilidade de impedir que haja infiltração (de ideologias extremistas) nos sindicatos operários? (Pergunta enviada pelo general Dilermando Gomes Monteiro.)
> — (...) Eu gostaria que o comandante do II Exército nos ajudasse a brigar pela liberdade sindical, e me desse o direito, não só a mim mas a todos os dirigentes sindicais que não têm compromissos ideológicos, de lutar contra qualquer um dos dois extremos.[31]

Num jantar onde estiveram o ex-ministro Mário Andreazza e Antonio Carlos Magalhães, então presidente da Eletrobras, o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, monstro sagrado da plutocracia nacional, se

dispôs a unir sua classe para debelar essa "'crise' presumida". Seu primeiro objetivo seria "amenizar essas distorções da imprensa".[32] Como dizia Antonio Gallotti, outro ícone do empresariado, tratava-se de "costurar por dentro". Mola mestra da articulação empresarial de 1964, "Doutor Antunes" não tinha mais a influência que oferecia. Assistindo à entrevista de Lula no *Vox Populi*, Ruy Mesquita, diretor de *O Estado de S. Paulo*, porta-voz do conservadorismo paulista, contaria o que viu:

> O Lula que me surgiu no vídeo, lúcido, objetivo, com uma clareza de raciocínio que se refletia na incrível facilidade de expressão, parecia o produto de um ambiente político totalmente diferente daquele que têm produzido as nossas atuais lideranças (ou pseudolideranças) políticas, eclesiásticas, intelectuais ou estudantis.[33]

Vendo-se enganados com o recuo da Scania, os trabalhadores tentaram recomeçar a greve, mas a empresa isolou seções colocando tapumes, proibiu a comunicação durante o serviço, calou os ramais telefônicos e postou guardas nos corredores e nos banheiros.[34] A fábrica voltou a trabalhar sem ceder um centavo. Do ponto de vista do patronato, a batalha estava ganha. Se o recuo prevalecesse, Lula seria mais um dirigente desmoralizado por uma greve fracassada: "O pessoal achou que nós tínhamos traído eles".[35]

Supunha-se, com razão, que o colapso da greve da Scania abalaria as outras. Deu-se o contrário. A paralisação espalhou-se, transformando-se na maior greve já ocorrida no país. Em quatro semanas pararam cerca de 100 mil trabalhadores em 55 empresas e Lula tornou-se o símbolo desse movimento.[36]

A capitulação dos empresários começou pela Ford, em segredo. A empresa negociou durante dois dias, chegou a um acordo preliminar e pediu

uma semana de prazo para estudar a proposta.[37] Ao fim de maio, dezenove dias depois da parada da Scania, Lula e o sindicato das montadoras assinaram um acordo que encerrava a greve em quase todas as grandes indústrias de São Bernardo. Os operários conseguiram 11% de aumento, dividido em duas parcelas, menos do que oferecera a Scania antes do recuo.[38] Mas conseguiram o precedente da negociação direta entre as empresas e o sindicato. Um mês depois, assinaram-se 166 acordos, envolvendo 280 mil trabalhadores.[39]

A greve como forma de reivindicação dos trabalhadores retornara ao cenário político, com eficácia, projetando um personagem estranho ao sistema que vinha do Estado Novo. Lula não cabia nos formulários do MDB, da Igreja nem dos partidos de esquerda. Geisel e Golbery não gostavam de greves, mas seu adversário da hora não eram trabalhadores mobilizados por uma liderança apartidária, era a oposição, que se preparava para a eleição de novembro. Afinal, os senadores oposicionistas Franco Montoro e Orestes Quércia haviam sido vaiados no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e o SNI vira na cena um sinal de fraqueza do MDB.[40]

Dois dias antes da greve da Scania, circulara nos meios empresariais o rascunho de um manifesto ameaçador: “Em 1978, quando as próprias democracias europeias mal resistem à pressão comunista, poderá o Brasil dar-se ao luxo de diminuir de modo impressionante as medidas de prudência que se revelaram indispensáveis e eficazes em 1964?”.[41] Tinha 32 assinaturas e pouca representatividade — haviam aderido apenas os presidentes da Confederação Nacional da Indústria e da federação de Minas Gerais, além de Jorge Duprat Figueiredo. Depois da greve do ABC, com um novo texto, teria 102 signatários, com mais dez presidentes de federações industriais (faltavam os de São Paulo e do Rio de Janeiro), muitos usineiros e o “primo rico” de Figueiredo. A pergunta ameaçadora fora suprimida e no seu lugar entrara uma nova formulação: “Quanto à

denominada abertura política, certa imprensa tem dado excessivo realce a opiniões que não representam o empresariado nacional e tem procurado dar vida ao que se poderia bem chamar de contestação empresarial".[42] Denunciava "o clima de agitação demagógica" e uma "volta ao clima anterior a 1964".

Alguns dos ventos que sopraram em 1964 agora iam noutra direção. O SNI acusava o cônsul americano em São Paulo, Robert Bentley, de estar "atuando ativamente e agitando" em benefício da greve.[43] (Bentley não era um diplomata qualquer. Na madrugada de 2 de abril de 1964, quando se deu a cerimônia de posse do deputado Ranieri Mazzilli, sacramentando a deposição de João Goulart, o palácio do Planalto estava às escuras e a pequena comitiva subiu as escadas iluminando-a com fósforos. Um deputado surpreendeu-se: a seu lado estava o jovem secretário Robert Bentley.)[44]

O general Golbery frequentemente dizia que "muitas alianças são tácitas e, se forem explicitadas, se destroem".[45] Para quem estava a caminho de uma eleição geral, na qual os signatários de manifestos empresariais apocalípticos apoiariam o governo por gravidade, um movimento de trabalhadores sem articulação partidária era uma benfazeja novidade.

1 Gilson Menezes, setembro de 2004. Em depoimento a Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho*, p. 23, Lula contou: "Dias antes o Gilson, numa reunião da diretoria, falou que a Scania parava no dia 12 de maio".

2 *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1978; e Laís Wendel Abramo, *O resgate da dignidade*, p. 209.

3 Para o número de comunistas, Gilson Menezes, setembro de 2004.

4 Para os salários médios do setor em 1976, John Humphrey, *Capitalist control and worker's struggle in the Brazilian auto industry*, p. 52.

5 *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1978. Para a conversa de Carlos Chagas com Hugo Abreu, Hugo Abreu, *Tempo de crise*, p. 40.

6 *Apreciação Sumária nº 3*, de 18 de janeiro de 1978, CPDoc/FGV; e *Apreciação Especial no 8*, do Grupo de Assessoramento Especial do SNI, de 3 de fevereiro de 1978. APGCS/HF.

7 Cordeiro de Farias a Geisel, *Diário de Heitor Ferreira*, 18 de fevereiro de 1972; Figueiredo a Heitor Ferreira, 9 de fevereiro de 1974; e Dale Coutinho a Geisel, 16 de fevereiro de 1974.

APGCS/HF.

8 *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de março de 1972. APGCS/HF.

9 Conversa de Geisel com Golbery, 10 de dezembro de 1972. APGCS/HF.

10 Yvan Bentes Monteiro, agosto de 2012.

11 *Veja*, 31 de outubro de 1977.

12 *Informação para o Senhor Presidente*, do general Hugo Abreu, 2 de fevereiro de 1978. APGCS/HF.

13 A expressão vinha de "D.G.", distribuidor geral da telefônica.

14 Sete folhas do SNI, com a anotação "secreto", visadas por Geisel, de 4 de maio de 1978. APGCS/HF.

15 Conversa de Fernando Henrique Cardoso com Severo Gomes, em 11 de maio de 1978. Quatro folhas do SNI, marcadas "secreto", visadas por Geisel e anotadas por Golbery. APGCS/HF.

16 Carlos Chagas, *A guerra das estrelas (1964-1984)*, p. 305.

17 Jorge Bastos Moreno, maio de 2012.

18 Idem; e *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1978.

19 Para o princípio de articulação, Jair Meneguelli, em ABC de Luta, <http://www.abcdeluta.org.br>. Para 7 mil, *O Estado de S. Paulo*, 15 e 16 de maio de 1978.

20 *O Estado de S. Paulo*, 21 de maio de 1978.

21 Para "mais de 10 mil", *Jornal do Brasil*, 19 de maio de 1978.

22 *O Estado de S. Paulo*, 17 de maio de 1978.

23 *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1978.

24 *O Estado de S. Paulo*, 17 de fevereiro de 2013; e Chico Otávio e José Casado, "O elo da Fiesp com o porão da ditadura", *O Globo*, 9 de março de 2013.

25 Paulo Egydio Martins, 1988; e *Veja*, 31 de maio de 1978.

26 *Jornal do Brasil*, 19 de maio de 1978.

27 Para "primo rico", bilhete manuscrito do general Figueiredo a Heitor Ferreira, de 18 de julho de 1976. Para a opinião sobre a greve, três folhas marcadas "secreto", do SNI, rubricadas pelo general Sebastião Ramos de Castro, de 19 de maio de 1978. APGCS/HF.

28 Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho*, p. 23.

29 *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, 18 de maio de 1978. Para a censura, *O Estado de S. Paulo*, 16 de maio; e *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1978.

30 *Jornal Nacional — A notícia faz história*, p. 81.

31 Luiz Inácio da Silva, *Lula — Entrevistas e discursos*, pp. 53-83.

32 Duas folhas do SNI, intituladas *Jantar de Empresários*, de 30 de maio de 1978. APGCS/HF.

33 Paulo Markun, *O sapo e o príncipe*, p. 130, citando a revista *Senhor*.

34 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo*, p. 71; e *A greve na voz dos trabalhadores — Da Scania a Itu*, p. 10.

35 Depoimento de Lula ao ABC de Luta, <http://www.abcdeluta.org.br>.

36 Laís Wendel Abramo, *O resgate da dignidade*, p. 216.

37 *Jornal do Brasil*, 23 e 31 de maio de 1978.
38 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo*, p. 75. A Scania oferecera 20% para quem ganhava até dez salários mínimos, em Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo*, p. 70.
39 Gilson Menezes, *O operário prefeito*, p. 18.
40 Para o SNI, *Apreciação Sumária nº 17*, de 10 de maio de 1978. APGCS/HF. Para o registro das vaias, *O Estado de S. Paulo*, 2 de maio de 1978; e *Veja*, 10 de maio de 1978.
41 *Jornal do Brasil*, 10 de maio de 1978.
42 Idem, 2 de junho de 1978.
43 Três folhas do SNI, marcadas “secreto”, do general Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, de 19 de maio de 1978. APGCS/HF.
44 Luis Viana Filho, *O governo Castello Branco*, p. 46.
45 Golbery do Couto e Silva, 1978.

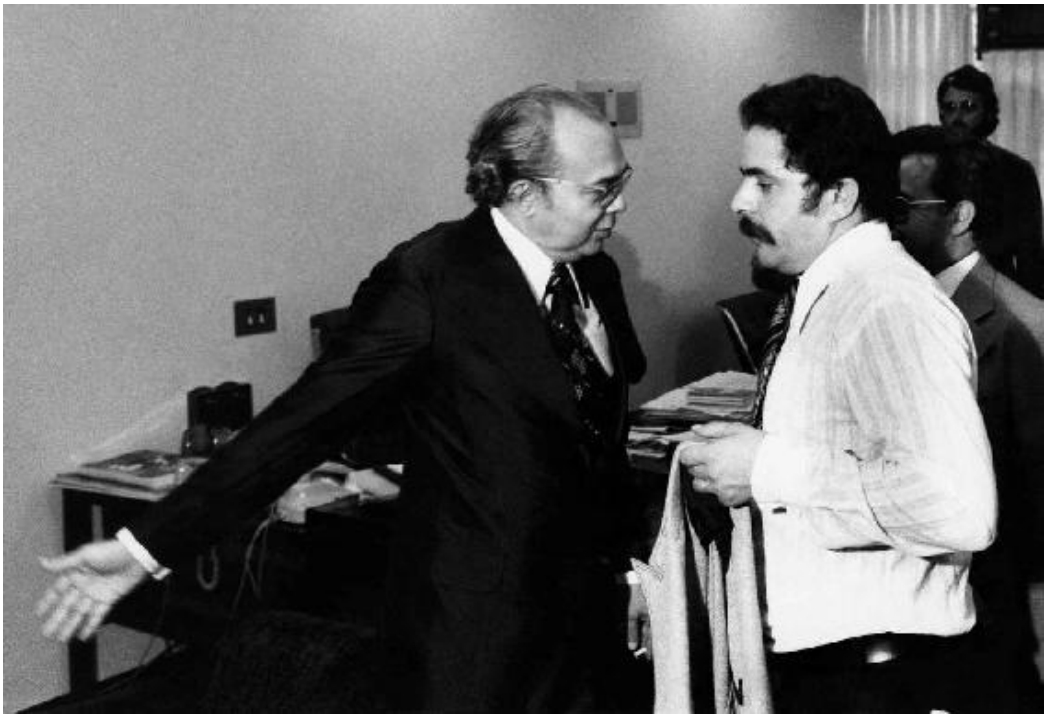
A costura de Petrônio

Para quem discutira com a família a possibilidade de vir a pedir asilo numa embaixada (de língua espanhola), caso o general Frota emparedasse Geisel, o senador Petrônio Portella renascera das cinzas.[1] Esse piauiense de 54 anos era um audaz sobrevivente, colecionador de êxitos implausíveis. Líder da oposição na Assembleia, casara-se com a filha do governador. Tendo condenado o levante militar de 1964 com um manifesto em que anunciara seu "firme propósito de defender, sem medir sacrifícios, e indo às últimas consequências, a ordem democrática", sobrevivera e criara a Arena do Piauí.[2] Em 1973, quando o senador Filinto Müller, presidente do partido, morreu num desastre de avião e Petrônio, seu vice, ascendeu à posição, Geisel comentou: "O Petrônio, presidente do partido da Revolução...".[3]

Conhecendo-o melhor, Geisel equilibraria o juízo com uma analogia histórica, comentando uma biografia do presidente Rodrigues Alves: "Ele não era revolucionário, como o Petrônio. Era conselheiro do Império".[4] Tendo-o como operador político, iria adiante: "Tivéssemos seis Petrônios".[5]

O senador não fazia confidências inúteis nem tratava de assunto sério ao telefone. Às vezes telegrafava, marcando um encontro pessoal.[6] Escrever, nem pensar. Guardar papéis, muito poucos.[7] Geisel já o conhecia havia quatro anos e ainda não era capaz de reconhecer sua caligrafia, muito menos a assinatura garranchuda.[8] Mantinha prudente distância dos militares e só tratara de assuntos políticos com Figueiredo, em 1976, num encontro em que se valera da intermediação de Heitor Ferreira.[9]

Sua iniciativa de conversar com líderes da sociedade civil levando a moldura de um projeto de salvaguardas que permitisse a revogação do AI-5 tirara da oposição o monopólio das propostas de mudança. Com o poder simbólico de presidente do Senado e com o poder real de delegado de Geisel e Golbery, ia de um lado a outro do espectro político. Cultivou contatos com Raymundo Faoro, presidente da OAB, e foi à casa do jurista Prado Kelly, um dos expoentes do liberalismo conservador, que ocupara o Ministério da Justiça no governo Café Filho. Esteve com o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, d. Ivo Lorscheiter, e com seu oposto, o cardeal Eugênio Sales, do Rio de Janeiro; com o presidente da Fiesp, Theobaldo de Nigris, e com seu adversário, Luis Eulálio Vidigal; com Ary Campista e com Lula. Quem melhor resumiu a essência desse parlatório foi Prado Kelly: “Não sei até hoje o que Petrônio veio fazer na minha casa. Não me disse nada, não me perguntou nada. E o pior: não me deixou falar nada”.[10]



Em 1978, o senador Petrônio Portella (à esquerda) conversava com todo mundo para costurar o fim do AI-5. Falava muito e dizia pouco. Lula, o metalúrgico do ABC, foi vê-lo, mas não vestiu paletó. Levou-o na mão.

Petrônio era loquaz, esbanjador de advérbios de modo e de expressões como “fundamental”, “essencial” e “básico”. Faoro percebeu o truque: “Defendia-se com a prolixidade”.[11] Embrulhava conceitos definitivos em construções vagas: “Eu posso dourar as coisas, mas, mesmo dourando, deixar em termos peremptórios”.[12] Nunca expôs suas conversas com Geisel e Golbery. Ocupou espaço abrindo uma agenda cenográfica. Ao fazê-lo, adquiriu tamanho desembaraço que recebeu em seu gabinete, com direito a presença de fotógrafos, a atriz holandesa Sylvia Kristel, que, desde 1974, fazia sucesso mundial no papel de Emmanuelle, um pornô leve que incluía fornicações no banheiro de um avião. “Achei-a melhor na tela”, comentou o senador.[13] (O filme estava proibido no Brasil.)

O presidente da OAB, Raymundo Faoro (à direita), foi um dos primeiros a acreditar em Petrônio. Ele exigia o restabelecimento do *habeas corpus*.

Geisel invertera o jogo. Livre de Frota, oferecendo o fim do AI-5 e seis anos de governo de um general que prometia mais abertura, encurralava a

oposição. Por astúcia, e por não ter suficiente conhecimento dos detalhes de um projeto que estava em construção, Petrônio não dizia como as "salvaguardas" substituiriam o AI-5. Aceitava sugestões. Já o MDB mantinha-se preso à bandeira da convocação de uma Constituinte que presumia a queda do regime.

O jornalista Carlos Castello Branco resumiria esse discurso da paralisia voluntária:

> O fato é que o Partido do Sr. Ulysses Guimarães deixou-se isolar, vinculado a uma campanha pela Constituinte, a qual, tendo fundamento ético, não se revelou politicamente válida. O resultado é que hoje nem há campanha pela Constituinte, nem há teses definidas como teses do MDB. O programa do MDB está parcialmente adotado pelo governo sem que o MDB tire disso qualquer proveito.[14]

Ulysses dizia que "se não temos uma democracia, vamos convocar a nação, através dos seus representantes, para dizer o que vamos escrever numa Constituição democrática".[15] A linha absolutista tinha a simpatia da esquerda, com a ala dos "autênticos" do partido, mas não ia longe. Mesmo um oposicionista como o professor Fernando Henrique Cardoso, para quem o regime dava mostras de que estava "implodindo", admitia que a Constituinte não devia ser "a palavra de ordem inicial".[16]

Tratava-se de um dilema antigo, exposto ainda em 1974, quando o professor Wanderley Guilherme dos Santos sustentara uma "estratégia incremental" para desmanchar a ditadura.[17] "Descompressão", "distensão" e "abertura" pressupunham gradualismo. "Constituinte", "revogação do Pacote de Abril", "anistia ampla geral e irrestrita" pressupunham a capitulação de um regime que não tinha contra si o povo nas ruas e já não padecia de uma ameaçadora divisão.

Para civis e militares que viveram a paz armada da vigência do AI-5, a restauração do *habeas corpus* para pessoas acusadas de subverter a ordem pública parecia um anátema. Havia um ano, Raymundo Faoro abrira suas conversas com Petrônio dizendo-lhe que a medida de qualquer reforma seria a volta plena daquele instituto. Mesmo governistas comprometidos com a abertura, como o ministro da Educação, Ney Braga (coronel da reserva), não queriam que se desse o passo inteiro. Ele propunha que, entre as salvaguardas, houvesse um dispositivo que permitisse ao governo decretar o estado de emergência, suspendendo o *habeas corpus* e colocando em recesso o Parlamento.[18] Já o deputado Marco Maciel condenava a extensão da garantia "a terroristas, por exemplo, aos que praticam atentados".[19] Passados quatro meses, o governo trabalhava com essa válvula, suspendendo o *habeas corpus* só para casos de terrorismo durante o período de vigência da excepcionalidade.[20] A essa altura, o brigadeiro Délio Jardim de Mattos, um militar com amplo acesso a Geisel, defendia o restabelecimento pleno do instituto.[21] Golbery tratava com Petrônio Portella tendo à mão a folha de papel almaço em que escrevera o "Minimax" durante as celebrações do "Pacote de Abril".[22] Dividida em colunas, na da extrema direita listava os seus objetivos mínimos, na do meio, ideias e propostas intermediárias, na da esquerda, os objetivos máximos. Inicialmente, não considerava a questão do *habeas corpus*. Um ano depois, aceitava-o.

Em nome da ordem, a ditadura produzira uma balbúrdia constitucional, e nela, desde 1964, fazia-se de tudo. Primeiro criaram-se as eleições indiretas, com o presidente e os governadores eleitos pelo Congresso e pelas assembleias. Quando a oposição avançou, expandiram-se os colégios, e quando nem isso bastou, ocupou-se um terço do Senado com os "biônicos", eleitos indiretamente. Buscando algum tipo de legitimidade eleitoral pela manipulação da seleção dos eleitores, valia tudo. Golbery, uma espécie de caixa postal de propostas, chegou a receber um plano que

sugeria que os deputados fossem transformados em viveiro de cargos. Entre eles, o presidente escolheria os governadores e um dos três senadores, cabendo às bancadas eleger os outros dois. Golbery anotou: “Autor — Um congressista eleito...”. A sugestão fora considerada “uma fórmula interessante” por Figueiredo.[23]

1 Sonia Portella, 2002.
2 Nota de Petrônio Portella, cópia fornecida por Sonia Portella.
3 *Diário de Heitor Ferreira*, 16 de julho de 1973. APGCS/HF.
4 Conversa de Geisel com Moraes Rego e Heitor Ferreira, 23 de novembro de 1973. APGCS/HF.
5 *Diário de Heitor Ferreira*, 15 de junho de 1974. APGCS/HF.
6 Thales Ramalho, 15 de maio de 1999.
7 Sonia Portella, junho de 2012.
8 Cartão manuscrito de Petrônio Portella a Heitor, que, enviado a Geisel, levou-o a perguntar de quem era a assinatura; e bilhete de Heitor a Golbery, de 12 de abril de 1977. APGCS/HF.
9 Bilhete de Heitor Ferreira a Figueiredo, de 25 de novembro de 1976. APGCS/HF.
10 *O Estado de S. Paulo*, 12 de novembro de 1986.
11 Raymundo Faoro, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, 15 de maio de 2005.
12 Conversa de Geisel e Golbery com Petrônio Portella, 15 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
13 *O Estado de S. Paulo*, 20 de outubro de 1977.
14 *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1978.
15 Idem, 16 de fevereiro de 1978.
16 Idem, 6 de março de 1978 e 25 de novembro de 1977.
17 Wanderley Guilherme dos Santos, “Estratégias de descompressão política”, em *Poder & Política*, pp. 145-211.
18 Maço de 24 folhas de Ney Braga a Golbery, que o enviou a Geisel em 24 de janeiro de 1978. APGCS/HF.
19 *Jornal do Brasil*, 8 de maio de 1978.
20 Idem, 6 de maio de 1978.
21 Idem, 7 de maio de 1978.
22 Uma folha manuscrita de Golbery na qual Heitor Ferreira anotou “usado também em maio de 1978”. APGCS/HF.
23 Cinco folhas de xerox, anotadas por Golbery, sem data; e outras cinco originais, com bilhete manuscrito de Figueiredo a Heitor Ferreira. APGCS/HF.

A missa de Geisel

Antes de discutir seu projeto de reforma política e as salvaguardas com o Conselho de Segurança Nacional durante uma reunião realizada em junho, Geisel resumiu-o numa folha manuscrita:

a - Restabelecimento das garantias constitucionais ou legais da vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade.

b - Restabelecimento do instituto do *habeas corpus* em casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social.

c - Extinção, entre outras, da competência atribuída ao presidente da República para:

1 - decretar o recesso de órgãos legislativos e, em consequência, de o Poder Executivo correspondente legislar em todas as matérias.

2 - decretar a intervenção nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição.

3 - decretar e prorrogar o estado de sítio sem aprovação do Congresso Nacional.

4 - suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos e cassar mandatos eletivos.

5 - banir brasileiros.

6 - demitir, remover, aposentar, pôr em disponibilidade membros da magistratura, funcionários públicos e de empresas

> governamentais.
> 7 - demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou policiais militares.[1]

Era o expurgo da ossatura do AI-5.

A reunião com os 24 membros do Conselho[2] diferiu da ocorrida nove anos antes, quando o marechal Costa e Silva reuniu o mesmo plenário para a missa negra durante a qual escancarara-se a ditadura e baixara-se o AI-5, repetindo-se dezenove vezes a palavra “democracia”. Dessa vez a palavra apareceu só nove vezes (cinco no longo voto do ministro do Planejamento, Reis Velloso).[3]

Geisel fez uma breve introdução informando que o projeto de emenda constitucional vinha “em nome” da Arena. (Falso, a proposta vinha dele.) Informou que lhe pareceu “mais adequado” encaminhar o projeto ao Congresso e que convocara a reunião “para ouvir as manifestações e os pontos de vista que cada um dos senhores pode ter ou queira apresentar a respeito”. (O caminho da emenda não era apenas “mais adequado”, sinalizava que a reforma não seria um ato unilateral da ditadura, como fora o “Pacote de Abril”, baixado por ele havia um ano.) Também não indicou que submeteria a proposta à votação do Conselho. Repetiu duas vezes que o projeto dependia da aprovação do Congresso.

O ministro do Exército, general Fernando Bethlem, tinha duas dúvidas. Estranhou o sumiço da palavra “corrupção” entre os fatores que poderiam determinar a decretação do estado de sítio. Geisel explicou:

> A questão, no meu modo de ver, não tem grande relevância. (...) A corrupção existe na França, na Alemanha, nos Estados Unidos, como existe no Brasil. Creio que é um fenômeno próprio da natureza humana. (...) A corrupção não vai ter, nunca terá, um

> quadro tão geral que implique a decretação do Estado de Sítio. (...) Qual era o outro problema?

Bethlem achou que se criava uma limitação quando se estabelecia que o estado de emergência poderia durar noventa dias, prorrogáveis por mais noventa. “Será que não haverá, em alguns casos, necessidade de prorrogar por mais tempo?”

Geisel: “Eu acho que se o quadro for tão grave que tiver que prorrogar por mais tempo, será o caso de se apelar para o Estado de Sítio. Não é verdade?”.

O ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, não entendera a diferença entre estado de emergência e medidas de emergência. Geisel:

> São coisas diferentes. Porque o que vai caracterizar as Medidas de Emergência é a necessidade de aplicação, mas em locais determinados e restritos. Quer dizer, eu posso amanhã ter um problema dentro da cidade de São Paulo. Então decreto Medidas de Emergência para aquela área. A característica das medidas é que elas sempre são prontas, rápidas. (...) Em 48 horas tenho que comunicar ao Congresso e dizer quais são as medidas. (...) Eu, durante muito tempo, achava que era redundante ter Medidas de Emergência e o Estado de Emergência, mas depois eu me rendi, aceitei isso. Acho que foi bom (...). O Estado de Emergência é coisa mais grave, é de maior duração, é mais drástico. (...) Quer dizer, o Estado de Sítio, o Estado de Emergência ficam mais como espantalho.

Ainda assim, Simonsen achou que, havendo as medidas de emergência, talvez fosse redundante ter o estado de emergência.

“Eu sei!”, respondeu Geisel. “É preciso que a situação no país se torne muito grave, ou que nós sejamos muito incapazes em enfrentar o problema para ter que ir às outras medidas.”

“Apenas a mim me parece”, voltou Simonsen, “que o mais importante não é o Estado de Emergência, são as Medidas de Emergência, porque não há limitação numérica, não há limitação quanto a prazo.”

Geisel explicou: “Elas ficam limitadas no espaço”.

Simonsen: “No espaço...”.

Geisel: “Sendo que isso é um pouco vago”.

Simonsen deu a única nota de humor da reunião: “É um pouco vago porque o espaço pode ser tudo, menos vago”.

Geisel aproveitou uma pergunta sobre o calendário eleitoral para explicar que o projeto quebrava o sistema bipartidário estabelecido em 1965. Seria “uma nova fórmula que possibilita a criação de novos partidos, mas também adotou-se um dispositivo que evita a proliferação de pequenos partidos”. O projeto criava cláusulas de barreira para a sobrevivência dos partidos. Seriam nulos os votos dados a candidatos de uma sigla que não conseguisse 5% do eleitorado nacional. “É um processo que foi imaginado para evitar que, amanhã, o Brasil tenha 10, 12, 14 partidos e aí, através da corrupção, ele começasse a vender legendas.”

O ministro da Previdência, Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, levantou a única questão conceitual relevante. Como estava, o projeto permitia que “um Congresso adverso ao governo” aprovasse “imediatamente (...) um projeto de lei modificando os efeitos produzidos pelos Atos Institucionais, dando anistia plena, reintegrando funcionários, reintegrando militares”. Gonzaga sabia do que falava, pois era um notável advogado.

Geisel: “O senhor argumentou com um Legislativo adverso, mas o presidente tem poder de veto e esse poder só pode ser derrubado por dois terços [do Congresso]. (...) Se amanhã, comigo, ou com o novo presidente

da República, houver qualquer problema que implique praticamente numa anistia, existe o veto".

O último a falar, o brigadeiro Mário Paglioli de Lucena, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, fez a pergunta decisiva: "Qual a segurança que temos que esta proposta passe tranquilamente no Congresso, sem acréscimos, com vistas à anistia ampla e irrestrita?".

De fato, tramitavam na Câmara catorze projetos de anistia.[4]

O presidente reconheceu: "Não posso ter certeza de que o projeto passe no Congresso como ele está". Expôs o controle do governo sobre a maioria da Arena e os trâmites parlamentares, impedindo que a emenda fosse fatiada. Numa hipótese catastrófica de rebelião dos deputados e senadores, tinha um plano B: "Eu lhes peço que guardem sigilo sobre isso. (...) Eu retiro o projeto". (Não foi necessário. Em setembro a emenda constitucional foi aprovada por 241 votos contra 145.)

Geisel não falou como representante de um poder revolucionário, mas como chefe do Poder Executivo. Em três ocasiões disse que a aprovação do projeto dependia do voto do Legislativo. Reunira-se no Alvorada com os ministros militares, mas não lhes submetera o texto.[5] Dos três ministros, só o da Aeronáutica, brigadeiro Joelmir Araripe de Macedo, velho amigo seu, mostrou-se inteiramente favorável. O almirante Geraldo Henning temia o regresso dos banidos e a revisão das punições políticas. Bethlem e o general Ariel Pacca, chefe do seu estado-maior, acharam excessiva a "amplitude" da abertura.[6] Ficaram só nisso. Durante a reunião trataram de outros assuntos e o voto de Henning foi um dos mais curtos: "De acordo".

O caráter soberano do Congresso na aprovação da emenda fora uma figura de retórica, tanto que na hipótese catastrófica, a de retirada do projeto, seria inevitável um confronto com o Legislativo. O horizonte demarcado por Geisel tinha um prazo de validade implícito. O novo ordenamento valeria para o governo de seu sucessor. Mesmo conhecendo as articulações da campanha do general Euler Bentes e os movimentos de

Hugo Abreu, em nenhum momento o general mencionou a disputa no Colégio Eleitoral. Pelo contrário, referiu-se a Figueiredo como “futuro presidente”. A reforma não foi apresentada como algo que se esperava duradouro. A última vez que a ditadura fizera isso, com a Constituição de 1967, ela durara um ano, atropelada pelo AI-5, que seria transitório, mas durara nove. Era uma mudança à espera de uma negociação.

Heitor Ferreira receberia uma carta do deputado Marco Maciel: “Conversei ontem muito com o líder Tancredo Neves a respeito do projeto de reformas. Ele demonstrou estar de acordo com o projeto e deve ser um valiosíssimo aliado”.[7] Tancredo era o líder do MDB na Câmara. Uma semana antes, o senador Franco Montoro apresentara um projeto de emenda constitucional restabelecendo imediatamente as eleições diretas para os governos estaduais e a extinção da figura dos senadores “biônicos”. A oposição parlamentar falava dois idiomas. Com um negociava o presente; com outro, demarcava posições futuras.[8] Outra oposição falava mais claro: o semanário *Em Tempo* chegou às bancas com uma lista de 233 torturadores.[9]

1 Uma folha manuscrita de Geisel, de 23 de junho de 1978, datada por Heitor Ferreira. APGCS/HF.

2 O Conselho era formado pelos vinte ministros, pelo chefe do EMFA e pelos três chefes de estados-maiores.

3 Todas as citações referentes a essa reunião estão na Ata da 50ª Reunião do Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, <http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013096_2729.pdf>.

4 Para projetos de anistia, *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1978.

5 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 11 de maio de 1978. APGCS/HF.

6 Depoimento de Moraes Rego, em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, pp. 74-5.

7 Carta de Marco Maciel a Heitor Ferreira, 29 de junho de 1978. APGCS/HF.

8 Para a emenda Montoro, *O Estado de S. Paulo*, 23 de junho de 1978.

9 *Em Tempo*, 26 de junho de 1978.

O “futuro presidente”

Com o projeto de reformas na rua, o general João Figueiredo voou para o Rio, onde se encontrou com quarenta estudantes. Não acontecia coisa parecida desde 1968, quando o marechal Costa e Silva teve uma reunião desastrosa com uma comitiva de universitários e professores.[1] Não só os estudantes disseram o que quiseram, como deram seus nomes.

> — O que vocês temem mais? O 477 ou a Lei de Segurança Nacional? — perguntou Figueiredo.
> — Ambos. Toda a legislação repressiva do governo. A Lei de Segurança como está é pior que o 477. É pior do que qualquer lei existente na face da Terra. (Anísio Khader, 25 anos, estudante de direito da UERJ.)
> — Vocês por acaso conhecem todas as leis do mundo?
> — Conheço a Declaração Universal dos Direitos Humanos.[2]

> — Presidente, o que nós sentimos falta é do potencial de crítica da universidade. Ela não é exercida. Os professores vivem constantemente ameaçados de delação. Se ele teve alguma ideia nova, o aluno leva para o pai, que a encaminha para o SNI. (Carlos Eduardo Castello Branco, 21 anos, estudante de economia da Faculdade Candido Mendes, parente afastado do marechal-

presidente. Ele se referia a denúncias feitas por pais de alunos contra professores.)

— SNI, não. Isso não é verdade, posso garantir. O SNI tem sido acusado de tudo de ruim que existe no país, e isso não me parece justo.

(Havia poucas semanas passara por Figueiredo uma *Apreciação* do SNI que informava a realização de um congresso estudantil na Universidade Federal da Bahia para discutir a reforma universitária, que "deverá contar com a participação de professores, em consonância com o preconizado na Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro".)[3]

— Por que o senhor é contra a anistia ampla, geral e irrestrita? (André Martins, vinte anos, estudante de direito da UFRJ.)

— Porque eu não aceito a afirmação de que uma pessoa assalte um banco e depois venha dizer que fez isso para arrecadar dinheiro para o Partido Comunista. Assalto é crime comum no Brasil...[4]

De certa maneira, essa conversa remediara o vexame de uma entrevista que dera aos repórteres Getúlio Bittencourt e Haroldo Cerqueira Lima em abril. O general já conversara com diversos jornalistas, sempre sem gravador. Com sua prodigiosa memória, Getúlio reconstituiu fielmente mais de uma hora de conversa, preservando o coloquialismo desabusado de Figueiredo. Um desastre:

— General, temos lido os pronunciamentos do senhor e sua concepção de democracia não está muito clara. (...)

— Vejam só, nós temos a laranja-lima, a laranja-pera, a laranja-baía, que têm sabores diferentes, mas nem por isso deixam de ser laranjas.

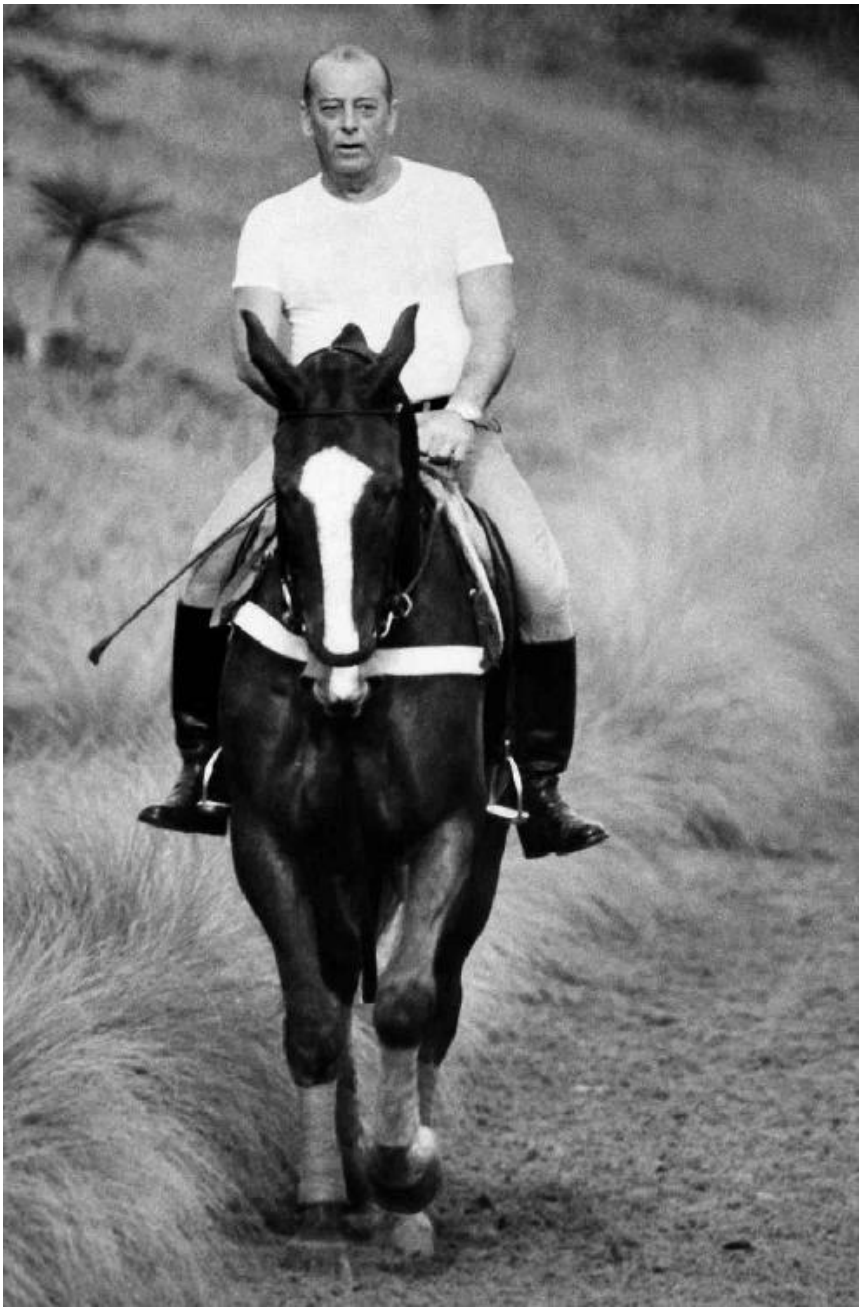
(...)

— A impressão que fica, general, é que para o senhor o povo não está preparado para votar.
— E vocês me respondam, o povo está preparado para votar? (...) Vejam se em muitos lugares do Nordeste o brasileiro pode votar bem, se ele não conhece noções de higiene? Aqui mesmo, em Brasília, eu encontrei outro dia, num quartel, um soldado de Goiás que nunca escovara os dentes e outro que nunca usara um banheiro. E por aí vocês me digam se o povo está preparado para eleger o presidente da República. (...)

— Considerando que só caminharemos para a abertura com a vitória da Arena, então se pode considerar que o povo pode votar em quem quiser, desde que seja com a Maria?
— Não, o MDB é que está radicalizando e aceita o diálogo desde que ele comece com o casamento da Maria. Vejam bem, se o MDB vencer, e somar a isso essa questão da Constituinte, bem, os militares não estão preparados para isso. E aí a coisa explode; ou eu expludo junto ou me componho com eles e vamos para um regime muito pior que este.[5]

Os presidentes brasileiros sempre foram formais em suas conversas, ou tiveram-nas formalizadas pelos jornalistas que se encontravam com eles. Só Jânio Quadros, um professor de português encantado pelas mesóclises, dava-se ao luxo dos diálogos livres, que lhe valeram enorme anedotário. Geisel era formal em qualquer situação. Às vezes, privadamente, dizia que alguém tinha “merda na cabeça”, soltava um “sacripanta” (referindo-se ao cardeal Paulo Evaristo Arns), ou “patetas” (referindo-se à Junta Militar que

governou o país em setembro de 1969).[6] Figueiredo, contudo, era desbocado até por escrito, em papéis de serviço. Quando a Associação de Docentes da Unicamp lhe telegrafou protestando contra a expulsão de um professor, ele despachou: “Vão à merda”.[7] [*Veja o documento*]

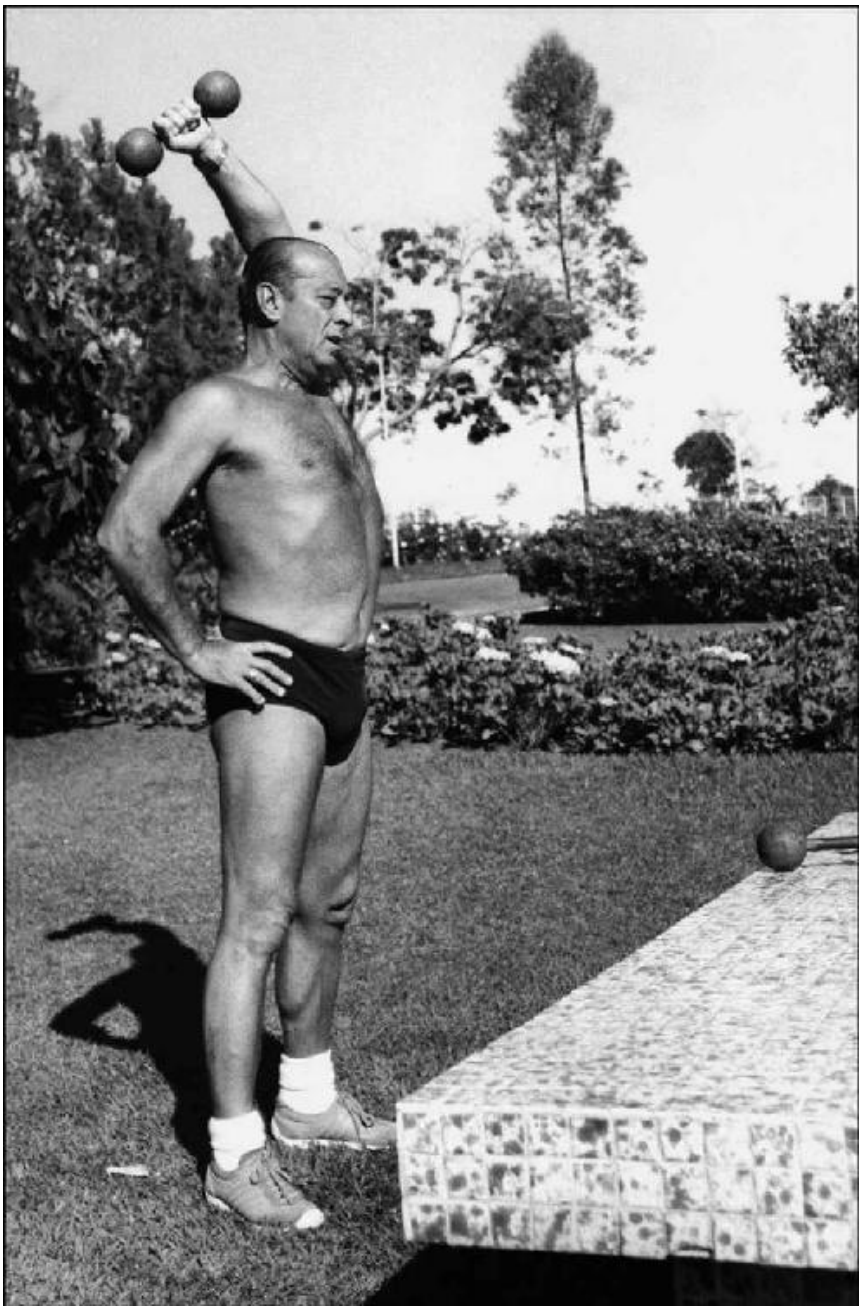


Em 1978, o chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, escolhido por Geisel para sucedê-lo, poliu a própria imagem pública de general durão mostrando-se como um atleta. A montaria e os saltos arruinavam sua coluna vertebral e ele sabia disso.

O coloquialismo desabusado acompanharia o general pela vida. Teve a persegui-lo a frase “prefiro o cheiro de cavalo ao cheiro do povo”. Numa visita ao interior de São Paulo, um repórter lhe perguntara: “E o cheiro de povo, como o senhor está sentindo?”. E ele respondeu: “Para mim era melhor o cheiro de cavalo, o cheirinho de cavalo era melhor”.[8] Anos depois, explicando-se, o general disse: “Aquilo só pode ter sido uma maldade dos jornalistas que ouviram o que eu disse. Eu disse que gosto mais do cheiro de cavalo, para não dizer outra coisa que deveria ter dito e ele compreendeu maldosamente”.

Tempos depois, quando o país se habituou, entendeu e apreciou o coloquialismo desabusado de outro presidente, a expansividade de Figueiredo merece um novo olhar. Na mesma entrevista em que relacionou o direito de voto com o hábito de escovar os dentes, tratou de uma palavra que voltava ao vocabulário político: privatização.

> — O senhor topa [privatizar a Petrobras]?
>
> — Eu topo. Mas relacionem aí quatro ou cinco grupos privados brasileiros que tenham dinheiro para comprar a Petrobras. E não é só a Petrobras, não. Quem é que tem dinheiro neste país para comprar a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional? Quem tiver que se apresente. Que eu saiba, não há ninguém. Mas o empresário brasileiro é engraçado: a privatização de que ele tanto fala é na verdade doação.[9]



O sexagenário desportista era cardiopata. Fugia dos exames médicos, fumava (Parliament) e desrespeitava dietas. Enfartou em 1981 e, anos depois, passou por uma cirurgia e implantou duas pontes de safena e uma mamária.

O general montava um tipo, não uma personalidade. Fazia o gênero do cavalariano rude. Por trás do oficial atlético que se exibia saltando obstáculos, havia um cardiopata sexagenário, já enfartado, que padecia de

crises na coluna e, em 1974, passara por uma delicada cirurgia.[10] (Em dezembro, seu exame de sangue revelaria que o indicador de colesterol estava “bem pouco aumentado” e o de triglicerídeos “bastante aumentado”. Seu cardiologista reclamava que ele “havia fugido do exame clínico e do eletrocardiograma”.)[11] Atrás do hierarca de um regime moralista havia um ancião promíscuo que seduzira uma jovem de dezesseis anos frequentadora das pistas de montaria da granja do Torto.[12]

Figueiredo com Dulce, sua mulher.

Saindo da redoma do palácio, Figueiredo expusera um novo personagem, real. Na Presidência da República, Castello Branco, Médici e Geisel se pareceram com o que haviam sido desde os primeiros anos da carreira militar. De certa maneira, Costa e Silva também. Figueiredo surpreendia o país e até mesmo pessoas que o conheciam pela convivência palaciana. Desempenhava dois papéis, o do chefe político destinado a prosseguir uma abertura política que não formulara, mas na qual acreditava, e o do chefe militar formado no Planalto e no SNI durante o governo de dois presidentes amparados pela força do AI-5, que ia embora.

1 Zuenir Ventura, *O ano que não terminou*, pp. 167 e segs.
2 Este diálogo e o próximo estão em *O Estado de S. Paulo*, 27 de junho de 1978.
3 *Apreciação Sumária no 21*, de 7 de junho de 1978, marcada “secreto”. CPDoc/FGV.
4 *O Estado de S. Paulo*, 27 de junho de 1978.
5 *Folha de S.Paulo*, 5 de abril de 1978.
6 Para Arns, Ernesto Geisel, 11 e 24 de abril de 1995 e 7 de junho de 2001. Para o general Lyra Tavares, o almirante Rademaker e o brigadeiro Márcio de Souza Mello, “os três patetas”, conversa de Geisel com Heitor Ferreira, 11 de novembro de 1973. Ulysses Guimarães usou a mesma expressão em 1988, *O Estado de S. Paulo*, 18 de fevereiro de 1988.
7 Telegrama de Eliezer Rizzo de Oliveira a Figueiredo, de 4 de agosto de 1982. AA.
8 A frase foi dita no dia 21 de agosto de 1978; *O Estado de S. Paulo*, 22 de agosto de 1978. Para a explicação, *Jornal do Brasil*, <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=29211>.
9 *Folha de S.Paulo*, 6 de abril de 1978.
10 Américo Mourão, fevereiro de 1998. APGCS/HF.
11 Carta do médico Franklin Veríssimo a Figueiredo, de 7 de janeiro de 1979. APGCS/HF.
12 *Veja*, 20 de julho de 1988. Edine Souza Correa sustentou que teve um longo romance com Figueiredo e documentou-se com depósitos bancários. Para um registro do caso, *Veja*, 17 de outubro de 1990; *O Globo*, 17, 18, 19 e 20 de julho e 17 e 18 de agosto de 1988; *Jornal do Brasil*, 17 e 20 de julho de 1988, 20 de junho de 1990 e 14 de maio de 1991; e *O Dia*, 11 de janeiro de 1990. Edine perdeu na Justiça o processo de paternidade que moveu contra Figueiredo.

A máquina de Figueiredo

O Serviço Nacional de Informações de Figueiredo tinha mais de 2 mil funcionários e irradiava por estados, ministérios e empresas estatais.[1] Em 1964, quando o general Golbery o criara, recrutara vinte oficiais em todo o Exército. Em 1978, só no Planalto o SNI tinha catorze, três dos quais generais da ativa.[2]

Essa rede foi colocada a serviço de Figueiredo. Ela era atemorizadora, às vezes implacável, mas quase sempre inepta. Sua disfunção vinha da própria origem, pois em vez de ser um serviço de informações para atender ao Estado, tornara-se uma assessoria política do palácio do Planalto.

O SNI preocupava-se mais em propagar o pensamento de seus funcionários do que em analisar o dos outros. Durante o mês de maio, cinco documentos do Serviço que passaram por Geisel ou Figueiredo registraram vinte interceptações telefônicas relacionadas com articulações oposicionistas.[3] Nesse período, o general Euler permitiu que sua candidatura fosse anunciada, e Hugo Abreu (grampeado em doze telefonemas) reuniu-se numa noite com a cúpula do MDB. As escutas foram inúteis nos dois casos. Como ninguém (nem Figueiredo) falava coisa séria ao telefone, por meio deles o SNI ouviu tudo, ficou sabendo de nada e descobriu que Euler seria candidato lendo a reportagem de Carlos Chagas.[4]

Em seu apartamento no Rio, o general Sylvio Frota convenceu-se de que não só o SNI o escutava, como fazia questão de mostrar que seu telefone estava sendo vigiado, pois atendiam-se chamadas em que se passavam informações falsas a seu respeito.[5]

A crônica do período informa que o general Reynaldo Mello de Almeida foi descarrilado por grampos de conversas pessoais. Dessa manobra há dois registros, um deles feito pelo jornalista Carlos Castello Branco numa entrevista à *Playboy*: "[Ele] não foi presidente por causa de gravações que o SNI fez de seus casos com mulheres".[6] A mesma intriga foi exposta pelo repórter Luiz Gutemberg no *roman a clef O jogo da gata-parida*. (A lolita que Figueiredo seduzira anos antes nas cavalariças do Torto conseguira um emprego na Escola Nacional de Informações.)[7]

A imprensa escrita, livre da censura havia pouco tempo, era uma permanente causa de desconforto, vista pelo Serviço como uma fonte de estímulo para a oposição ao regime, com esquerdistas em todas as redações, sobretudo "nos postos de segundo escalão". Entre todos, para o SNI, a *Folha de S.Paulo* tivera "o mais bem montado esquema marxista da imprensa".[8]

O Serviço confundia contatos com conspirações, exacerbando as adversidades. Só isso explica o fato de o general Sebastião Ramos de Castro, chefe da Agência Central do SNI, ter listado Octavio Frias de Oliveira, dono da *Folha de S.Paulo*, e Ruy Mesquita, do *Estadão*, entre as doze conexões civis e militares de um coronel assistente de Hugo Abreu numa lista de 31 ramificações intitulada *Atuação do Grupo Militar Descontente*.[9] Num período de seis meses, caíram nessa rede os movimentos de nove generais, dez coronéis, três majores e cinco capitães.[10]

Quando o SNI suspeitou que Hugo Abreu estivesse articulando dissidências na Brigada Para-Quedista, um coronel da reserva foi à Agência Rio do SNI, autorizado pelo comandante da unidade, general Fernando Pamplona, para desfazer o que seria uma rede de intrigas tecendo outra. Ele narrou duas reuniões com oficiais e informou que Pamplona comunicara aos subordinados que, apesar de sua amizade com o ex-chefe do Gabinete Militar, discordava de suas posições e proibia "taxativamente" novos encontros. O coronel foi adiante: "Posteriormente, a nora do general Hugo

telefonou para a residência do general Pamplona, destratando sua esposa e ofendendo-o moralmente, chamando-o inclusive de traidor".[11]

O SNI tornou-se um comitê de campanha de Figueiredo. O general Octavio Medeiros, diretor da Escola Nacional de Informações, criou um Grupo de Assessoramento Especial, composto por um coronel, três professores e um analista. Ganharam uma sala e tinham como função produzir uma *Apreciação* diária do noticiário nacional e estrangeiro. Esses documentos não podiam ser copiados e eram distribuídos a pelo menos sete clientes, entre eles o presidente da República (codinome *José*) e o candidato (*Pedro*).[12]

O trabalho dessa assessoria pouco diferiu dos similares que, em qualquer tempo, foram produzidos nas antessalas de candidatos. O que havia nele de mais revelador era a sua visão do processo político, da oposição, do país e do mundo. O radicalismo militar, que estava em todos os lugares e, quase sempre, em nenhum, aparece (e desaparece) nas suas *Apreciações*.

O GAE disse logo a que veio:

> Sob o aspecto de conteúdo político-ideológico, dois assuntos têm merecido o destaque de jornais e revistas brasileiros: um criando exagerada expectativa em torno dos primeiros atos do futuro presidente, que, segundo o noticiário, tem missão especial de revogar, imediata e simplesmente, toda a legislação revolucionária, incluindo a premissa de que "o AI-5 será revogado pela mesma caneta que servirá para a assinatura da posse".[13]

Analisando um discurso de Geisel, o GAE dizia que "reforçou a compreenção da estratégia governamental de que o retorno à democracia deverá ser gradual e sob a tutela do poder revolucionário".[14] Se o presidente lesse a palavra "tutela", haveria de se aborrecer mais do que com a cedilha.

O GAE dizia isso, mas dizia também o contrário: “(...) a sucessão de Geisel é vivida exatamente no momento mais propício para a evolução das instituições brasileiras, em que a vontade militar subordinou-se ao interesse essencialmente político da Nação (...)”.[15]

Em dois textos, os analistas da EsNI chamaram os exilados de “apátridas”.[16] Numa *Apreciação* louvaram uma nota do governo negando que estivesse estudando fórmulas para conceder uma anistia, pois assim perseguiam-se “os objetivos marcados desde 1964”.[17] Noutra, quando a CNBB manifestou-se a favor de uma “anistia restrita”, registraram que ela “se aproximou politicamente do pensamento governamental, que estaria propenso a estudar uma solução para os punidos pela Revolução”.[18]

Havia no SNI quem acreditasse na existência de um “eixo Washington-Moscou-Vaticano”.[19] O GAE transcreveu longamente um artigo do jornalista Alexandre von Baumgarten “demonstrando o negativismo da intromissão direta da Igreja na política e o vínculo que existiria entre Moscou e o Vaticano para favorecer os interesses comuns e multinacionais de ambos”.[20] No caso, ecoava a própria voz, pois Baumgarten tinha negócios com o Serviço. O general Castro sugerira que o governo amparasse a tentativa de Baumgarten de ressurreição da revista *O Cruzeiro*; ela foi rebarbada, mas o jornalista conseguiu reanimá-la com periodicidade irregular.[21]

1 Um trabalho do general Ivan de Souza Mendes, mencionado numa entrevista do general José Luiz Coelho Netto ao CPDoc, informa que em 1984, antes de ele assumir a chefia do SNI, o órgão tinha 2.300 funcionários. *José Luiz Coelho Netto (Depoimento, 1993)*, disponível em <www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista634.pdf>.

2 Para 1964, *Relação dos Militares* (Exército) *Colocados à Disposição do SNI a Partir de Setembro de 1964*. Para 1978, *Lista Telefônica — Autoridades*, de agosto, marcada “reservado”. APGCS/HF.

3 Sete folhas de 4 de maio e quatro folhas de 15 de maio de 1978, todas do SNI, marcadas “secreto” e visadas por Geisel; três folhas de 19 de maio, três folhas de 20 de maio e uma de 22 de maio de 1978, todas rubricadas pelo general Sebastião Ramos de Castro, do SNI, e endereçadas ao general Figueiredo. APGCS/HF.

4 Bilhete de Figueiredo a Geisel, de 5 de agosto de 1977. APGCS/HF. Para a reunião, Hugo Abreu, *Tempo de crise*, p. 44.
5 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 560.
6 *Playboy*, março de 1990.
7 Consultor Jurídico, 16 de outubro de 2004, <http://www.conjur.com.br/2004-out-16/ex-servidora_nao_esquece_figueiredo_voltar_cargo>. Edine foi à Justiça para que Figueiredo reconhecesse como seu um filho nascido em 1982, quando ela já tinha 23 anos. No processo, apresentou documentos e gravações. Ela perdeu a ação.
8 *Retrospecto de 1977 com Perspectivas para 1978*, do SNI, de 2 de janeiro de 1978, marcado "secreto". CPDoc/FGV.
9 Uma folha manuscrita do general Sebastião Ramos de Castro, de 30 de abril de 1978. APGCS/HF.
10 Idem; e duas folhas marcadas "confidencial", de Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, de 1º de fevereiro de 1978. APGCS/HF.
11 Duas folhas datilografadas para *Dr. Linhares (Cópia para Dr. Avelar)*, encaminhadas pelo general Sebastião Ramos de Castro, em 20 de abril de 1978, narrando a ida do coronel R/1 Gilberto Azevedo Silva ao SNI. APGCS/HF.
12 Livro intitulado *Grupo de Assessoramento Especial*, período de 16 de janeiro a 15 de maio de 1978, SNI, marcado "secreto". APGCS/HF.
13 *Apreciação*, GAE, de 18 de janeiro de 1978. APGCS/HF.
14 *Apreciação*, GAE, de 27 de janeiro de 1978. APGCS/HF.
15 *Apreciação nº 8*, GAE, de 1o de fevereiro de 1978. APGCS/HF.
16 *Apreciações nºs 10 e 15*, GAE, de 14 de fevereiro e 2 de março de 1978. APGCS/HF.
17 *Apreciação nº 13*, GAE, de 23 de fevereiro de 1978. APGCS/HF.
18 *Apreciação nº 32*, GAE, de 27 de abril de 1978. APGCS/HF.
19 *Apreciação nº 3*, GAE, de 23 de janeiro de 1978. APGCS/HF.
20 *Apreciação nº 22*, GAE, de 22 de março de 1978. APGCS/HF.
21 Uma folha do general Sebastião Ramos de Castro a Heitor Ferreira, de 4 de setembro de 1974. APGCS/HF.

A anistia

Quando o marechal Ademar de Queirós assumiu a presidência da Petrobras, em abril de 1964, recomendou que se suspendessem as demissões sumárias de comunistas pois eles acabariam reintegrados nas asas de uma anistia. Como eram procurados pela polícia, deveriam ser demitidos por abandono de emprego. Aos 64 anos, o "Tico-Tico" sabia do que estava falando. Sua geração já vira seis anistias. Elas favoreceram comunistas, oficiais rebelados, guerrilheiros da Coluna Prestes e sequestradores de avião do levante de Aragarças. Um dos expoentes do radicalismo na FAB, o coronel João Paulo Burnier, exilara-se na Bolívia depois do fracasso da quartelada e só recuperara a patente graças a uma anistia. Entre os beneficiados por pacificações anteriores estiveram o pai de Figueiredo e o oficial comunista Agildo Barata, amigo de juventude de Ernesto Geisel.[1] A próxima, o marechal sabia, seria uma questão de tempo.

Nas contas do Planalto, em catorze anos a ditadura cassara os mandatos e/ou suspendera os direitos políticos de 1.088 cidadãos e três ex-presidentes da República; afastara do serviço público 3.215 civis, entre os quais três ministros do Supremo Tribunal Federal e um do Superior Tribunal Militar; excluíra do serviço ativo 1.387 militares, inclusive 55 oficiais-generais. Além dessas punições, banira 125 brasileiros, condenara 11 mil pessoas, pusera na cadeia dezenas de milhares de cidadãos e mantinha 213 encarcerados.[2] Deles, 82 cumpriam penas superiores a dez anos de prisão por assaltos praticados com motivação política.[3]

Pode-se estimar que houvesse entre 3 mil e 5 mil brasileiros exilados, fugidos, ou apenas precavidos. D. Paulo Evaristo Arns dissera a Jimmy Carter que eram 10 mil, mas esse número era exagerado.[4] Um documento do SNI estimava-os em 2.692.[5] Muitos deles eram vigiados pelo Centro de Informações do Exterior, o CIEX, braço do aparelho repressivo dentro do Itamaraty. Quase todos estavam arrolados no *Fichário de Pessoas com Registro de Atividades Nocivas à Segurança Nacional*, não podiam receber passaportes e se tentassem renová-lo ficariam sem ele.[6] Esse aparelho não era um simples subsidiário do SNI ou da Justiça Militar, pois às vezes mostrava-se mais rigoroso que eles. No caso do engenheiro Carlos Eduardo Sena Figueiredo e de sua mulher, Maria Regina, o CIEX negava-lhes passaporte sem justificativa legal. Eles viviam no exterior desde que fora descoberto um grupo que enviava notícias sobre torturas à Europa. Haviam sido absolvidos, mas o Itamaraty não recuou. Quando o secretário-geral Dario Castro Alves encaminhou uma gestão de Heitor Ferreira pedindo-lhe que lhes desse passaportes, recebeu um expediente informando que a imprensa noticiara a sentença, porém, "não tem o Itamaraty confirmação oficial desse fato". Heitor resolveu o problema recorrendo ao SNI e os passaportes foram liberados.[7] Os diplomatas negavam registros até as crianças dos "apátridas". Liszt Vieira, ex-militante da VPR, sequestrador do cônsul japonês em São Paulo, banido em 1970 em troca do embaixador alemão, passara por Argélia, Cuba, Chile, Argentina e Portugal, sem conseguir registrar sua filha, Elise, em diversos consulados brasileiros na Europa.[8]

* * *

Uma mulher obstinada, Therezinha de Godoy Zerbini, deu a partida na mobilização política pela conquista da anistia. Em 1975 ela e outras quatro senhoras fundaram em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia.

Advogada, teve o cuidado de organizar o grupo dentro da absoluta legalidade. Registraram-se num cartório, reuniam-se com atas, expediam ofícios, pediam audiências e formavam núcleos estaduais.[9] Aquela senhora que vinha de lugar nenhum inspirava receios na esquerda — "ela quer que a gente mostre a cara, para nos prenderem".[10] O MFPA ainda engatinhava quando o SNI viu no grupo "vinculações do movimento feminista no Brasil com o Movimento Comunista Internacional".[11] Foi uma de suas militantes, Mila Cauduro, quem entregou a Denise Goulart, filha de Jango, a faixa com a inscrição "Anistia", que a jovem colocou sobre o caixão do pai, em dezembro de 1976.[12]

Onde aparecia um espaço, lá estava dona Therezinha. Ora pedindo para ser recebida por Golbery, ora mobilizando a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ou mesmo ocupando o espaço nobre da entrevista semanal publicada pelo *Pasquim*. Em janeiro de 1978, o Serviço reconhecia nela uma "figura de projeção nacional" e registrava que o Movimento criara sete bases estaduais e ampliara "extraordinariamente as suas atividades".[13]

Aquela senhora que parecia uma burguesona da elite paulista, morando numa boa casa do Pacaembu, era mulher do general Euryale de Jesus Zerbini, uma das peças do fracassado "dispositivo militar" de João Goulart. Quando tenente, levara dinheiro de jovens oficiais ao pai de Figueiredo, asilado na Argentina.[14] O casal aproximara-se dos dominicanos do convento paulista de Perdizes e ela fora presa em 1970, condenada a dois anos de prisão. Passara pela "Torre das Donzelas" do presídio Tiradentes, onde estava Dilma Rousseff, que cumpria pena de dois anos e seis meses.[15] As duas reencontraram-se em 1975, quando a ex-*Estela* da VAR-Palmares foi a São Paulo para discutir a organização do MFPA no Rio Grande do Sul.

O Movimento de Therezinha Zerbini procurava manter-se longe das demais bandeiras e da própria militância política. Depois dele, surgiu outra organização, o Comitê Brasileiro pela Anistia, guarda-chuva sob o qual se

abrigariam militantes do MDB e de organizações clandestinas. Presidindo-o estava o marechal Pery Bevilaqua, de 79 anos, um adversário do sindicalismo esquerdista em 1964 e da tortura que se instalara nos anos seguintes. Afastado da tropa por uma designação astuciosa, fora para o Superior Tribunal Militar, onde se tornou um estorvo. Propunha uma anistia e concedia generosamente *habeas corpus* para presos e perseguidos. Beneficiara professores como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso e estudantes esquerdistas que, nos anos seguintes, iriam para organizações envolvidas na luta armada. Em 1968, quando estava a três meses da compulsória, foi cassado numa das primeiras fornadas do AI-5. Tomaram-lhe até mesmo as condecorações militares.

Pery Bevilaqua, o marechal da anistia.

Na sua expressão mais simples, a anistia parecia significar o esquecimento do passado. Era muito mais que isso. Ela redesenharia o futuro político para o país. As reformas de Geisel, o fim da censura à imprensa escrita e a revogação do AI-5 seriam mudanças na estrutura do regime, mas a anistia significaria seu desfecho, devolvendo à política personagens que dela estavam banidos. Essa mudança afetaria tanto o governo quanto a oposição, abrindo espaço para velhas lideranças, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, e para uma geração de jovens radicais de esquerda que viviam na clandestinidade ou no exílio. José Dirceu, líder estudantil de 1968, passara por Cuba e vivia na cidade paranaense de

Cruzeiro do Oeste, convertido no comerciante Carlos Henrique Gouvea de Melo; o jornalista Fernando Gabeira, sequestrador do embaixador americano em 1969, trabalhava como maquinista no metrô de Estocolmo. Concedida a anistia, o jogo político seria outro. Tratava-se de negociar sua calibragem, no tempo e no alcance.

Em 1975 Golbery tivera um encontro secreto com Ulysses e mencionara que o processo da anistia viria gradualmente, começando pela revisão de alguns casos de "inegáveis injustiças".[16] Raymundo Faoro mostrou que esse caminho, aparentemente generoso e racional, era inviável, "roça a quadratura do círculo": "A revisão de caso por caso seria politicamente desastrosa. Na medida em que fossem reveladas as injustiças cometidas e os motivos absurdos para muitas punições, a revisão converter-se-ia num contraprocesso político do regime".[17] Por exemplo: em 1964 Geisel batalhara sem sucesso para impedir a cassação do economista Jesus Soares Pereira, seu ex-colega no Conselho Nacional do Petróleo. Sempre que relembrava o caso, o general culpava os plutocratas da refinaria de Capuava, contra cujos interesses ele e Jesus atuaram no CNP.

Geisel não pretendia assinar uma anistia e acreditava que seu sucessor deveria concedê-la por partes.[18] Golbery informava que "quem vai dar o bombom é o Figueiredo".[19] Figueiredo, por sua vez, aceitava a ideia, mas não queria tratar do assunto antes da eleição.[20] Era a calibragem do tempo.

O futuro presidente não admitia que o benefício trouxesse de volta políticos como Leonel Brizola. Além disso, excluía aqueles que "assaltaram bancos, assassinaram e sequestraram".[21] Essa era também a opinião do general Euler: "Em tese, sou a favor da revisão dos processos, mas não para aqueles sequestradores e assaltantes de bancos".[22] Na Igreja, a anistia seletiva era defendida tanto pelo cardeal conservador Vicente Scherer, de Porto Alegre ("[É] um contrassenso jurídico e medida inteiramente antissocial pleitear pura e universal anistia para os autores de atentados a direitos alheios ou danos irreparáveis") quanto por Aloísio Lorscheider,

presidente da CNBB, um bispo malquisto pela ditadura (“a anistia não se destina aos que cometeram crimes comuns”).[23] Tancredo Neves ia na mesma linha: “Por exemplo, de quem assassinou, por paixão política, um soldado na guarita, ou assaltou bancos. Isso é outro caso, é caso para a Justiça”.[24] A própria Therezinha Zerbini dissera que “a gente fala em anistia ampla e irrestrita, mas nunca descartamos a possibilidade de uma anistia parcial”.[25]

O advogado Marcelo Cerqueira e o senador Teôtonio Vilela (de óculos) visitando presos políticos.

Os punidos formavam um arco que ia da simples injustiça praticada contra inocentes à imposição de penas a pessoas que praticaram crimes capitulados no Código Penal. Num extremo estava a madre Maurina Borges da Silveira, que vivia no México, banida, porque em 1969 os sequestradores do cônsul japonês em São Paulo puseram seu nome na lista de presos a serem libertados. Não tivera militância política, pois seu contato com jovens esquerdistas de Ribeirão Preto não implicara militância, nem quisera deixar o país.[26] O capitão Sérgio Miranda de Carvalho, o *Sérgio Macaco*,

fora expulso da Força Aérea porque desafiara ordens ilegais do brigadeiro Burnier. O ex-deputado Marcio Moreira Alves estava exilado em Lisboa por causa de um discurso feito na Câmara e tinha uma pena de dois anos e três meses.[27] Luiz Carlos Prestes, dirigente de um partido comunista que se mantivera longe da luta armada, estava condenado a 25 anos e vivia em Moscou. Em Paris, tocando violão no metrô, estava Carlos Eugenio Sarmento da Paz, o *Clemente*, ex-comandante militar da ALN que, na sua conta, matara perto de dez pessoas, entre elas um companheiro que pretendia deixar a organização. Carregava uma sentença de quinze anos.[28] Rholine Sonde, do PCBR, encarcerado no presídio de Itamaracá (PE), fora condenado à prisão perpétua, acusado de ter participado do assalto em que foi morto um gerente da Souza Cruz. Admitida a diferenciação, madre Maurina, *Sérgio Macaco*, Moreira Alves e Prestes seriam anistiados. *Clemente* e Rholine, não.

Num ano eleitoral, eram raras e irrelevantes as vozes contrárias a uma anistia, tratava-se apenas de qualificá-la. Deixada para o ano seguinte, tudo seria negociado.

O obstáculo dos passaportes foi vencido aos poucos. O Tribunal Federal de Recursos determinara que o consulado do Brasil em Buenos Aires revalidasse o documento do teatrólogo Augusto Boal. Nos meses seguintes, dezenas de exilados conseguiram ordens judiciais. O SNI sustentava que havia uma orquestração da "imprensa comprometida com a contestação", pois só os 128 banidos estavam proibidos de voltar.[29] Era mentira. O consulado em Genebra recusara-se a renovar o passaporte do ex-deputado Lysâneas Maciel, cassado em 1976.[30]

Therezinha Zerbini fundou o MPFA com meia dúzia de mulheres na sua casa. Em fevereiro de 1978, quando o Comitê Brasileiro pela Anistia foi criado, tinha trinta associados. Em maio, 3 mil pessoas reuniram-se no largo de São Francisco, em São Paulo, pedindo uma "Anistia Ampla Geral e Irrestrita".[31] Não era muita gente, mas prenunciava a relevância do tema.

Três personagens do desenhista Henfil na sua campanha pela anistia: a Graúna, o Zeferino e o Bode Orelana.

Além do alcance do benefício dos perseguidos, havia outra questão. Como ficariam os agentes do Estado que, a seu serviço, praticaram crimes que também podiam ser considerados comuns, como a tortura, os assassinatos e os desaparecimentos? Nas palavras de um estudo do Centro de Informações do Exército, "ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crime".[32] [*Veja o documento*] Como lembrara o major Freddie Perdigão, em apenas três anos noventa componentes do DOI de São Paulo haviam recebido do Exército a Medalha do Pacificador.

Ao governo e à própria oposição, interessava que os exilados aguardassem. Passando por Paris, Leonel Brizola (condenado a dez anos de prisão e réu em 32 processos no STM) dissera que se o seu retorno fosse um obstáculo, abandonaria a política.[33] Na verdade, pensava em recriar o Partido Trabalhista Brasileiro e reunira-se com os presidentes de Portugal, Venezuela e México, bem como com o primeiro-ministro alemão, Willy Brandt.[34] Em Nova York, recebera um recado de Golbery: se voltasse, seria preso.[35] Duvidou e informou que retornaria em abril de 1979. Dessa vez o

recado veio de Figueiredo: iria do aeroporto para a prisão.[36] Nos últimos dias do governo Geisel, Brizola almoçou num restaurante de carnes de Nova York com Thales Ramalho, secretário-geral do MDB, e jogou sobre a mesa uma passagem aérea, pois pretendia embarcar de volta. “O senhor não tira a cabeça do avião”, avisou-lhe Thales. Aborrecido, Brizola foi-se embora, mas adiou a viagem.[37]

Desde agosto havia nos aeroportos manuais de oito folhas renovando as normas para lidar com exilados. Os banidos, os condenados e aqueles contra os quais houvesse ordem de prisão deveriam ser detidos. Aqueles que nada devessem, cujos nomes constassem de uma lista do SNI como “terrorista, subversivo, com curso de guerrilha ou que exerceu atividades difamatórias no exterior, particularmente o que vive ou viveu em países de governo comunista”, deveriam fornecer seus endereços e seriam intimados a prestar declarações. Se fosse o caso, poderiam ser abertos inquéritos contra eles.

O SNI já não chamava os exilados de “apátridas”, mas de “repatriados”. Ainda assim, eles deveriam responder a um questionário de 36 perguntas. Algumas impertinentes, outras policialescas, muitas impossíveis de serem respondidas. Alguns exemplos:

> - Qual o local ou locais de residência no estrangeiro? (Rua, número, cidade, país, apresentar comprovante)
> - Que sabe sobre cada brasileiro exilado? Qual a situação econômica de cada um?
> - Ouviu críticas ao Brasil, seu regime, seu governo? Da parte de quem?
> - Que acha da filosofia marxista?
> - Citar cantores, artistas e intelectuais que vivem no exterior e que exercem atividade pública.
> - Onde e como os conheceu?

> - Qual desses citados promovem ou fazem campanha contra o Brasil, de que forma, ostensiva ou velada? Qual o veículo de comunicação utilizado? Como fazem essa campanha?[38]

O formulário fora concebido por algum oficial onipotente, com a cabeça no radicalismo militar. Muitos brasileiros haviam deixado o país exatamente para não terem de responder a esse tipo de perguntas. Num caso exemplar, Chico Buarque de Hollanda foi chamado a depor depois de retornar de uma viagem a Havana. Submetido a um questionário semelhante, deu respostas que indicavam um novo quadro político:

> Estou sendo obrigado a prestar essas declarações em lugar de trabalhar. Trabalho dez horas por dia e estou perdendo um tempo precioso vindo à polícia.

Encerrou o depoimento de forma desafiadora:

> No dia 27 de fevereiro de 1978, nas dependências do DPPS, quando estava sendo ouvido, neguei-me a responder às perguntas que me eram formuladas.

Nove anos antes, por precaução, Chico Buarque deixara o país, indo morar em Roma. Em janeiro de 1979 a Censura liberou uma de suas canções, que se tornara um hino de protesto. Em 1971, quando a proibiram, Chico avisara:

> *Apesar de você*
> *Amanhã há de ser*

Outro dia.[39]

O dia era outro. Ao final de 1978, pelo menos cinco exilados já haviam regressado ao Brasil.[40] Nenhum tinha sentença pendente. Maria Nazareth Cunha da Rocha havia sido banida em 1971, depois do sequestro do embaixador suíço. Vivia em Paris, onde cuidava de um quiosque de artesanato. Avisou que voltaria, foi detida no aeroporto, mas, semanas depois, acabou libertada.[41] Quando ela partiu, a "tigrada" matava os banidos que capturasse.

1 Nos anos 1930, o comunista Agildo Barata servira na Paraíba com Geisel.

2 Para 213, cálculo do presidente do Comitê Executivo da Anistia Internacional, *O Estado de S. Paulo*, 15 de novembro de 1977.

3 *O Estado de S. Paulo*, 24 de dezembro de 1978.

4 Para 11 mil condenados, *Veja*, 1o de março de 1978. Para os demais, duas folhas com a estatística das 5.396 punições aplicadas com base nos Atos Institucionais, de 31 de dezembro de 1978. APGCS/HF. Para d. Paulo Evaristo Arns, Jimmy Carter, *White House Diary*.

5 *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vol. 2, p. 41, <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>.

6 *Circular Postal 04261*, do Itamaraty, de 22 de outubro de 1975, referente a Antonio Carlos Pinto Peixoto e Valentina Rocha Lima. APGCS/HF.

7 Carta de Lauro Abranches a Heitor Ferreira, de 14 de novembro de 1978; *Informação para o Sr. Secretário-Geral*, de 22 de novembro de 1978; carta de Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de 23 de novembro de 1978; cartão de Heitor a Newton Cruz, de 24 de novembro de 1978; e bilhete de Newton Cruz a Heitor, de 5 de dezembro de 1978, juntando o expediente enviado pelo SNI ao Itamaraty. Um cartão de Dario Castro Alves a Heitor, do dia 6 de dezembro de 1978, informou que já fora expedida a ordem para a entrega dos passaportes. APGCS/HF.

8 Liszt Vieira, *A busca*, p. 130.

9 *Livro de Atas do Comitê Feminino Pró-Anistia*. AA.

10 Therezinha Zerbini, outubro de 2004.

11 *Apreciação Sumária no 29*, do SNI, marcado "secreto", de 2 de agosto de 1976. CPDoc/FGV.

12 Therezinha Zerbini, outubro de 2004.

13 *Retrospecto de 1977 com Perspectivas para 1978*, do SNI. CPDoc/FGV.

14 Para o dinheiro, Therezinha Zerbini, outubro de 2004.

15 Paulo Moreira Leite, *A mulher que era o general da casa*, pp. 26-7; *Folha de S.Paulo*, 1o de julho de 2012.
16 Thales Ramalho, 21 de julho de 1999. Thales esteve no encontro.
17 *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1978; e *Veja*, 1o de março de 1978.
18 Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 398.
19 *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1979.
20 Said Farhat, agosto de 1999.
21 João Baptista Figueiredo, 1978; e *Veja*, 11 de janeiro de 1978.
22 *Jornal do Brasil*, 29 de julho de 1978.
23 Para d. Vicente, *Jornal do Brasil*, 4 de abril de 1978; para d. Aloísio, *Veja*, 1o de março de 1978.
24 *Jornal do Brasil*, 4 de março de 1978.
25 *Veja*, 1o de março de 1978.
26 Entrevista a Luís Eblak, *Folha de S.Paulo*, 7 de junho de 1998.
27 Para a pena, *Jornal do Brasil*, 7 de março de 1978.
28 Entrevista de Carlos Eugenio Sarmento da Paz a Expedito Filho, *Veja*, 28 de julho de 1996. Para a pena, mandado de prisão expedido em 26 de setembro de 1973 pela 2ª Auditoria do Exército, Arquivo Público do Estado de São Paulo, <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P001246_01.pdf>.
29 *Apreciação Sumária no 07*, do SNI, de 13 a 19 de fevereiro de 1978. CPDoc/FGV.
30 *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1978.
31 *Brasil dia-a-dia*, p. 39.
32 Maço de vinte folhas com *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 1964*, incompleto, de 16 de junho de 1975, do CIE, marcado "confidencial". AA.
33 *Jornal do Brasil*, 6 de março de 1978; e *Veja*, 8 de março de 1978. Para os processos no STM, *Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1978; e para as condenações, *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1978.
34 *Veja*, 10 de maio de 1978.
35 Idem, 2 de agosto de 1978.
36 *Folha de S.Paulo*, 23 de agosto de 1999.
37 Thales Ramalho, agosto de 1999.
38 Oito folhas com *Instruções Particulares, Procedimentos a Serem Adotados pelos Órgãos de Segurança e Informações*, de 15 de agosto de 1978. APGCS/HF.
39 Simões Inimá, *Salas de cinema*, p. 144. *Apesar de você* foi composta e lançada por Chico Buarque em 1970 na versão compacto simples, pela Philips. Com duração de 3min52s, a canção estourou nas rádios e acabou sendo censurada em 1971.
40 O primeiro exilado a regressar foi Carlos de Figueiredo Sá, em março. *Jornal do Brasil*, 8 de março de 1978.
41 *Jornal do Brasil*, 11 de agosto e 1o de setembro de 1978.

Maluf derrota dois presidentes

Geisel não repetiu em 1978 o erro do início de 1974, quando a autoconfiança levou-o a estilhaçar a unidade da Arena, abrindo caminho para a vitória do MDB. Em 1974, por qualquer critério, Delfim Netto, recém-saído do Ministério da Fazenda, seria escolhido pelo partido para governar São Paulo. Não só Geisel vetara-o, como também impusera Paulo Egydio Martins. Em 1978, deu espaço para que houvesse disputa nas convenções que escolheriam os próximos governadores.

Em 1978, Geisel e o governador Paulo Egydio (à esquerda) não acreditavam que Maluf pudesse vencer a convenção da Arena, elegendo-se governador. Enganaram-se. Ele seria candidato à Presidência da República.

Paulo Egydio queria ser sucedido por Olavo Setubal, um quatrocentão vindo da cepa da baronesa de Campinas, prefeito de São Paulo e criador do banco Itaú. Geisel chegara a enviar um recado por intermédio do general Moraes Rego: a escolha estava feita e Setubal seria o governador.

Figueiredo preferia o ex-governador Laudo Natel, em cuja administração comandara a Força Pública do estado. O general tinha razões para supor que, como em 1974 a escolha fora de Geisel, agora seria sua. Paulo Egydio já havia combinado um foguetório em cidades do interior para comemorar a vitória do seu candidato quando o mesmo Moraes Rego pediu-lhe um novo encontro, às sete da manhã, em São Paulo. O jogo virara. Figueiredo prevalecera e o governador seria Natel.[1]

Maluf deu à convenção da Arena tintas de reunião partidária dos Estados Unidos.

Boa parte dos convencionais da Arena no interior do estado iria para qualquer lado, menos para Natel. Foram para Paulo Maluf, cuja candidatura não era levada a sério por Brasília. Aos 46 anos, industrial e milionário, fora presidente da Caixa Econômica e prefeito de São Paulo. Formara uma imagem de administrador dinâmico, tocador de obras. Estava espetado num escândalo de financiamento do BNDE à tecelagem do sogro e era detestado pelo presidente, por seu sucessor e pela velha plutocracia paulista. Figueiredo chegara a acreditar que ele sairia da disputa se recebesse um telefonema “incisivo” do ministro da Justiça, Armando Falcão.[2]

Paulo Maluf (no alto da escada) era apenas um milionário quando o marechal Costa e Silva (à frente) deu-lhe a prefeitura de São Paulo.

Maluf cortejou Médici (ao centro) na festa de bodas de ouro do ex-presidente, em 1981. A senhora de estola é Scylla, mulher de Médici, que gostava de Maluf mas não o apoiou.

Maluf aproximara-se perigosamente do general Frota e, até bem pouco tempo, defendera a inclusão do AI-5 na Constituição.[3] Sua tenacidade parecia insuficiente para levá-lo a uma dissidência desafiadora. Dias antes da convenção, Figueiredo dissera a Delfim Netto que se afastasse de Maluf, pois ele perderia e, se porventura ganhasse, Geisel interviria no processo.[4] O azarão teve 617 votos contra 589 dados a Natel. Temendo que a urna fosse sequestrada, correu em sua direção e abraçou-se a ela.[5] Maluf mostrara que entendia de convenção. Tão surpreendente quanto sua vitória foi a rapidez com que Geisel e Figueiredo aceitaram-na, em menos de 24 horas. Heitor Ferreira registrou-a como “absorção de Maluf”.[6]

Vitorioso, Maluf tentou o apoio de Laudo Natel, seu adversário. Chegou a constrangê-lo, mas foi inútil.

Não tinham simpatia por ele, mas um golpe contra o resultado da convenção paulista avacalharia o projeto que se desenhara. Se uma decisão do partido do governo no maior estado do país fosse desrespeitada, tudo não passaria de uma farsa. Geisel, Golbery e Figueiredo sabiam que o governador de São Paulo é sempre um forte candidato a presidente da República. De 1926 a 1960, os ocupantes do palácio dos Campos Elíseos haviam disputado cinco das sete eleições presidenciais e venceram três.[7] Geisel vetara Delfim Netto exatamente por isso. Contra Maluf, esse caminho foi abandonado. O problema, se surgisse, seria resolvido depois, por Figueiredo.

1 Paulo Egydio Martins, junho de 2012.

2 Notas manuscritas de Figueiredo, visadas por Geisel, de 22 de julho de 1977. APGCS/HF.

3 *Informe*, do SNI, de 10 de outubro de 1977, APGCS/HF; e *O Globo*, 29 de novembro de 1977.

4 Delfim Netto, junho de 2012.

5 Para a urna, Paulo Egydio Martins, junho de 2012.

6 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 5 de junho de 1978. APGCS/HF.

7 Venceram Washington Luís, Júlio Prestes (que não tomou posse) e Jânio Quadros.

A demolição de Euler

A candidatura do general Euler Bentes à Presidência precisava do apoio do MDB, de uma divisão militar e de uma cisão na Arena para enfraquecer Figueiredo. Além disso, o senador mineiro Magalhães Pinto, que desde o ano anterior declarava-se candidato, deveria deixar a disputa, apoiando-o. Em maio, quando Euler assombrou o Planalto e aceitou que seu nome fosse discutido, as quatro condições pareciam alcançáveis.

A cúpula do MDB, contudo, mostrou-se arisca. Ulysses Guimarães não gostava da ideia de uma candidatura militar: “Isso dá besteira”.[1] Ele acreditava no rompimento do regime por dentro, e quando isso acontecesse teria chegado a sua vez. Tancredo Neves mantinha sua aversão epidérmica a manobras nos quartéis.

A candidatura militar saíra da esquerda do partido. Inicialmente, tivera o senador Roberto Saturnino como articulador e fortalecera-se com a adesão do senador Paulo Brossard. A força dos “autênticos”, contudo, era menor do que parecia. Tancredo mostrara isso em março, ao eleger-se líder do partido na Câmara. Quando Hugo Abreu apresentou-lhe o nome de Euler, Ulysses condicionou a eficácia da manobra à desistência de Magalhães Pinto.[2] O general assegurou que ela viria, mas Ulysses conhecia a raposa mineira. Falando com o filho, Magalhães dizia: “Querem conversar comigo, dizem que eu tenho um grande papel a desempenhar no país. É levantar a candidatura do Euler. Eles estão pensando que eu vou nessa”.[3]

Em 1978, o MDB lançou a candidatura do general Euler Bentes Monteiro (ao centro) à Presidência. A manobra agradava à esquerda do partido (Paulo Brossard e Roberto Saturnino — à direita), mas não encantava os moderados (Tancredo Neves e Ulysses Guimarães — à esquerda).

O senador disputava a Presidência desde 1963. Era um mineiro de fala mansa e calva inesquecível. Dono do Banco Nacional, tinha muitos amigos e poucos inimigos. Mestre da costura silenciosa, articulava-se à esquerda e à direita. Como governador de Minas Gerais, nos últimos meses do governo João Goulart tentara uma aliança com Miguel Arraes e, na manhã de 31 de março, telefonara ao colega pernambucano informando-o que rebelara o estado.[4] No dia seguinte, ele festejava a vitória ao lado dos generais e o outro estava preso, a caminho de Fernando de Noronha. No governo Costa e Silva, ocupara o Ministério das Relações Exteriores e, nessa posição, defendera, "constrangido", a edição do AI-5. Na reunião do palácio Laranjeiras que o instituiu, dissera que a "Revolução precisa chegar ao fim", mas na ata sua fala foi reescrita: "A Revolução precisa atingir seus

objetivos”.[5] Golbery queixava-se de que nas conversas com ele “é difícil saber o assunto principal” e Geisel dizia que “eu (o) recebo de boca fechada”.[6] A “manhosidade mineira” prejudicava-o quando a disputa dependia da força da rua ou da tropa.[7] Antes de 1964, faltara-lhe carisma para competir com Carlos Lacerda ou Juscelino Kubitschek. Depois, faltaram-lhe os tanques para disputar com Castello, Costa e Silva, Médici e Geisel. Se um general aceitasse o posto de vice em sua chapa, essa carência seria minorada. Ofereceu-a a Euler, mas ele a recusou: “Não fui convidado e se fosse, não aceitaria”.[8]

A entrada do general na disputa desidratou a costura de Magalhães, retirando-lhe o sonho da base militar e o apoio do MDB. Meses depois, o senador mostrava que não o apoiaria, dizendo que “nesse empurra ninguém me leva”. Queria ser empurrado na direção oposta. Lançara pelo menos duas pontes na direção do governo e trocara sinais pacificadores com o Planalto, admitindo um encontro com Figueiredo.[9] Ao perceber um dos sinais, Heitor Ferreira anotou: “Está maduro”.[10] Em agosto, Magalhães teve uma conversa com o poderoso empresário Antonio Gallotti, presidente da Light. Queixou-se do comportamento de Euler (“desleal”, “miserável”), dos aliados da Arena e da esquerda do MDB. Elogiou Geisel (“um homem altamente inteligente, determinado, mas muito rígido”) e teve uma boa palavra para Figueiredo (“entre os militares, excelente”). Em resumo: “Jamais poderei apoiar Euler”.

Magalhães sabia que a conversa com Gallotti, pedida por ele, chegaria ao Planalto e perguntou: “Por que, estando eu disponível, o presidente, num gesto de grandeza (...) não me convoca para uma audiência?”. O encontro poderia ser público, a três, incluindo-se Figueiredo, “o que seria melhor ainda”. Queria apenas uma “combinação, a fim de ficar desde logo estabelecido o que dizer à imprensa”.[11]

Magalhães capitulara. Em seguida encontrou-se secretamente com Figueiredo.[12] Semanas depois reuniu-se em público com o general e acabou

candidato a deputado federal. A dissidência arenista, com a qual Magalhães e Euler sonharam, não existia.

Restava a Euler a esperança de uma cisão militar. Pelo menos um general de quatro estrelas, Ayrton Tourinho, não simpatizava com a sagração do chefe do SNI, mas comandava uma mesa do Departamento Geral de Pessoal. Eram muitos os oficiais que estranhavam a ideia de se entregar o comando do país a um general de divisão. O chefe do SNI era o quinto colocado na lista dos generais de três estrelas e tinha à frente colegas cuja ultrapassagem soaria desonrosa. Geisel chegara a pensar que poderia carregá-lo sem a patente.[13] Mudou de ideia e decidiu promovê-lo. Em março, o Alto-Comando apresentou-lhe a lista dos generais que poderiam receber a quarta estrela.[14] Figueiredo encabeçava-a. Esse movimento, que parecera impensável, refletia o domínio de Geisel sobre a cúpula militar.

Conhecem-se dezenas de documentos produzidos pelo SNI e pelas centrais de maledicências que chegaram a Geisel, Golbery, Figueiredo e Heitor Ferreira durante os nove meses em que o Planalto temeu uma inquietação nos quartéis. Computando-se os nomes arrolados, listaram-se as movimentações, reais ou supostas, de 31 oficiais da ativa, entre eles cinco generais (num quadro de 123), doze coronéis e tenentes-coronéis, mais catorze majores e capitães. A esse grupo juntava-se a infantaria da dissidência, que o jornalista Carlos Castello Branco chamou de “Glorioso Exército da Reserva”.[15] Somavam, na ativa, um general e oito coronéis. Ao longo da história, muitas articulações militares triunfaram com núcleos menores que esse, mas tudo dependia de uma clareza de propósitos capaz de atrair o grosso da tropa e da indispensável audácia, decisivas em 1889 e 1964.

O bloco da dissidência fardada diferenciava-se do perfil profissional de Euler e de Hugo Abreu, dois oficiais que não se envolveram nas indisciplinas militares ocorridas depois de 1964.[16] Eram quadros da “linha dura” que infernizaram o governo Castello Branco. Voluntaristas, buscavam

relevância política. Defenderam surtos autoritários, mas, salvo a passagem de Hugo Abreu pelo combate à guerrilha do PC do B no Araguaia, nenhum estivera na "tigrada"[17] do Centro de Informações do Exército e dos DOI-CODI. Três oficiais haviam passado pelo SNI, entre eles o mais destacado assessor de Euler, coronel Amerino Raposo. Na FEB, como tenente, recebera a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã.[18] Sócio fundador do Serviço, fora afastado por Golbery, que o detestava.[19] Figueiredo também, pois acreditava que, na grande divisão ocorrida durante o governo Castello, Amerino repassava segredos ao grupo de Costa e Silva.[20] Como capitão, o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira, comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindado, a tropa mais poderosa do Paraná, estivera na revolta de Aragarças contra o presidente Juscelino Kubitschek.[21] Em 1969, Dickson Grael, comandante do Grupo de Artilharia da Divisão de Para-Quedistas da Vila Militar, recusara-se a desfilar com sua tropa na parada de Sete de Setembro, protestando contra a troca de quinze presos políticos pelo embaixador americano Charles Elbrick.[22] O major Adalto Lupi Barreiros, que deixou o palácio do Planalto depois da demissão de Hugo Abreu, estivera no grupo de oficiais que pensaram em impedir a decolagem do avião que levou os prisioneiros ao México.[23] O coronel Francisco Boaventura tomara uma cadeia por ter divulgado um manifesto desafiando o presidente Castello Branco. Em 1969, numa vindita, fora colocado na reserva por ter se reunido com dois deputados do MDB e promovido pequenas assembleias de militares.[24]

A relevância política fora negada a esse grupo de oficiais por Costa e Silva, Médici e Geisel. Eles anexaram-se ao círculo de Euler, envenenando-o. Generais como Hugo Abreu e Ayrton Tourinho podiam ter seguidores na tropa, mas coronéis cujas carreiras foram destruídas pela atividade política eram, em si, um fator de risco.

Havia coronéis da velha "linha dura" dos anos 1960 no entorno de Euler, mas, partindo-se de uma lista de 34 oficiais do Exército qualificados

como radicais pelo general Moraes Rego num depoimento ao CPDoc, verifica-se que seis deles — todos na reserva — apoiavam abertamente o general, enquanto outros sete — todos na ativa — alinhavam-se com Figueiredo.[25] Em 1978 a "linha dura", que se associara à máquina repressiva do regime, estava no SNI, comandado por Figueiredo, e nos DOI-CODI. Ela jamais se acercou de Euler.

A movimentação militar que apoiava o general do MDB produziu planos visionários e boatos.[26] Em apenas dois dias, Geisel foi informado de que ele próprio havia sido preso em Marabá (PA), que Euler estava a caminho de Brasília para comandar atos de força e que oficiais paraquedistas prenderiam o comandante da brigada. Em Brasília, a notícia era outra, vinda de parlamentares do MDB: "O presidente iria continuar no governo e prender todo o pessoal".[27] O Planalto reprimiu a dissidência militar com poucos incidentes: cinco transferências e apenas dez prisões disciplinares, impostas a seis oficiais da ativa.[28]

A candidatura de Euler continha ingredientes de indisciplina militar, mas o general cumpriu seu papel sem incentivar soluções extraconstitucionais. Pelo contrário, tendo aceitado um convite para falar na Universidade de Brasília, preferiu cancelar o evento depois que a reitoria da escola comunicou-lhe que o ato seria ilegal. Outra era a posição de alguns de seus adversários. Em maio ou junho, o general Samuel Alves Correa, comandante do III Exército, entregou ao ministro do Exército quatro folhas intituladas *Reflexões sobre a Candidatura do General Euler*, marcadas "pessoal/secreto". Era claro:

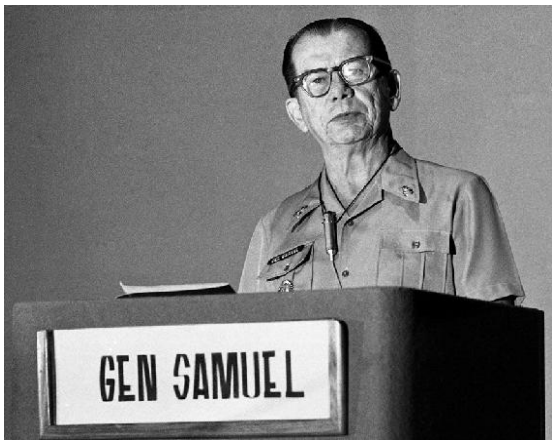
> A Revolução deve continuar a ser. [Ela] tem sido combatida de modo duro, acerbo e afrontoso pela oposição sintonizada com a contestação. Todas as tentativas feitas pelos governos revolucionários, desde o presidente Castello Branco, até o presidente Geisel, no sentido do aperfeiçoamento institucional

> democrático não tem tido êxito. (…) Já existe a candidatura apresentada pelo presidente Geisel. (…) é, portanto, a candidatura da Revolução, outra que houver não será da Revolução.[29]

Diante da campanha de Euler, o general via dois desfechos. Num, Euler perderia e tudo bem. E se ganhasse?

> Quem pode garantir que não possa haver essa vitória? (…) Pode-se correr o risco de perder? (…) Pode a Revolução correr o risco de ser colocada no banco dos réus? Queremos ter uma repetição de Allende e Perón?

O radicalismo militar estava em todos os lugares e em lugar nenhum. O general Samuel não assinou seu documento.



O general Samuel Alves Correa, comandante do III Exército, tornou-se mais tarde embaixador no Iraque.

Sem o apoio de Magalhães Pinto e dos dissidentes da Arena e à falta da crise militar, restava a Euler o MDB, mas nem isso ele teve. Figueiredo conseguira 97% dos votos na convenção da Arena (775 em 802) e ele ficara com 71% no MDB (352 em 497).[30] A ala moderada do partido dividira-se

entre a indiferença e um apoio teatral. O senador Itamar Franco chegou a ironizar seu comportamento: “Ele é muito enquadrado para ser da oposição. Dos dois generais candidatos, até parece que o nosso é que foi lançado pelo governo. O outro, pelo menos de vez em quando, tem rompantes oposicionistas”.[31] Restava a Euler apenas aquilo que fora seu capital ao lançar-se na disputa: o próprio prestígio.

No topo das desordens militares do século XX houve três figuras de chefes derrotados em campanhas presidenciais: o brigadeiro Eduardo Gomes e os marechais Juarez Távora e Henrique Lott, batidos por Getulio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Durante suas campanhas, todos pairaram acima dos oficiais ativistas e das vivandeiras civis. Euler Bentes parecia-se mais com esses três do que Figueiredo. Era formal, mau orador e avesso a conversas fiadas. Jamais atacou pessoalmente Ernesto Geisel, nunca atiçou radicalizações e distanciou-se das tentativas de ressurreição da tática do “mar de lama” estimuladas por Hugo Abreu. Tratava jornalistas de “senhor” ou “senhorita”.

Enquanto Figueiredo oferecia a seus aliados seis anos de prorrogação do poder e uma negociação para o gradual abrandamento do regime, Euler tinha uma complexa plataforma. Prometia um retorno à Constituição de 1967 “expurgada de seus excessos”, a imediata “revogação dos Atos Institucionais e leis que impedem as liberdades de organização e de reunião, assim como as liberdades individuais”.[32] Paralelamente, propunha a discussão da anistia. Esta poderia ser a parte compreensível.

A complexidade surgia quando Euler se apresentava como candidato a um mandato de seis anos, mas aceitava transformar-se em chefe de um “governo de transição” que duraria três, ao fim dos quais seriam realizadas eleições diretas para a escolha do presidente da República. No primeiro ano seriam convocadas eleições diretas para substituir todos os governadores e os senadores eleitos indiretamente. O Congresso eleito em novembro seria transformado em Assembleia Constituinte um ano depois. Noutra hipótese,

Câmara e Senado funcionariam normalmente e seria convocada uma outra eleição, para a escolha da Assembleia: “É preciso esperar um ano, no mínimo, para que possam aflorar certos problemas estruturais da sociedade brasileira, que precisam ser considerados e equacionados na Constituinte”. Conceitualmente, defendia “um Poder Executivo forte”.

1º de julho de 1978: em São Paulo, centenas de pessoas ouviram o discurso de Ulysses a favor da candidatura de Euler Bentes Monteiro.

Era a plataforma de uma promessa democrática que pressupunha o fim do regime sem que houvesse povo na rua. Parecia um plano de estado-maior. Na análise de Carlos Castello Branco, havia nele um componente “idealista”, pois “o problema já não se põe em termos de vanguarda, mas de retaguarda”.[33] Alguns de seus ingredientes só fariam sentido se o país estivesse num clima de instabilidade política. O Brasil já tivera sete governos de transição, sempre resultantes do colapso da ordem estabelecida ou da instalação de breves períodos de anarquia.[34] Euler propunha decapitar o poder do presidente, dos governadores e de um terço do Senado. Semelhante projeto dependeria de um expressivo triunfo do MDB na eleição geral de novembro. À época em que o general anunciou sua proposta, essa possibilidade não existia. Os pleitos de 1978 estavam presos ao cadeado do “Pacote de Abril”. Em setembro seriam eleitos indiretamente

os 21 governadores e, em outubro, o presidente, o que definiria, antes da eleição geral de novembro, o poder nos estados pelos quatro anos seguintes e na Federação, por seis. O Senado, viciado pela escolha indireta dos "biônicos" criados pelo "Pacote de Abril", teria maioria da Arena. Para a expressão da vontade popular restava a eleição para a Câmara, onde seriam disputadas todas as 420 cadeiras. Ela prenunciava-se apertada.

Ainda assim, o governo acautelara-se contra uma possível mobilização popular. Censurou a transmissão de um evento da campanha de Euler e negou-lhe o acesso ao horário gratuito das emissoras de televisão e rádio, alegando que eleição indireta não previa essa modalidade de propaganda.[35] Num bilhete a Geisel, Antonio Carlos Magalhães, o governador escolhido da Bahia, propunha que os comandantes militares fossem alertados para impedir passeatas.[36]

A vigilância do SNI mantinha seu cerco a Euler. Vigiava os telefones de sua equipe e acusava-o de desempenhar "o papel de porta-voz antirrevolucionário". Não só estaria cercado por "comunistas, esquerdistas e militares frustrados", como nele havia também um "esquerdismo (...) que apenas agora obtém contornos mais nítidos".[37] O Centro de Informações do Exército panfletara artigos contra o general em sua rede de comunicação com a tropa, mas vários comandantes devolveram um deles.[38]

Num último esforço para levar a campanha de Euler aos quartéis, o general Hugo Abreu mandou a 120 oficiais uma carta denunciando o governo. Era o esperado *Relatório Hugo Abreu*, a respeito do qual se falava desde janeiro. Nele estariam graves denúncias de corrupção contra o governo. Publicado, foi anticlimático. Com mais de 3 mil palavras, referia-se à "corrupção mais desenfreada", dedicando apenas 26 a referências nominais a empresas: "Queremos, enfim, que o Brasil não caia nas mãos de uma oligarquia espúria, perigosamente comprometida com interesses escusos de multinacionais, como Jari, Dow Chemical e outros".[39]

O sujeito oculto da referência ao Projeto Jari era Heitor Ferreira. Entre 1968 e 1973, depois de ter se demitido do Exército, trabalhara no empreendimento do bilionário americano Daniel Ludwig. Era uma Fordlândia 2.0. Numa área quase do tamanho de Sergipe, o misantrópico americano planejara uma floresta de gamelinas e pínus que seriam transformados em celulose numa plataforma que importara do Japão. Durante o governo de Geisel, Ludwig teve quase todos os seus pleitos desatendidos, inclusive um convite para que o presidente visitasse o empreendimento, como fizera seu antecessor.[40]

"Dow Chemical" queria dizer Golbery. Ele fora contratado pela filial brasileira da petroquímica americana em 1968 e presidira-a de 1971 ao início de 1974. Sua migração para o mundo das corporações internacionais custara-lhe não só o apelido de "Genedow", como estimulara malquerenças. O ex-presidente Médici dizia que o general, que "conhecia o direito e o avesso de todos os homens importantes do país", não poderia ter assumido a direção de uma empresa estrangeira.[41] Já no primeiro panfleto da *Novela da Traição* — série em que oficiais combatiam a abertura —, dizia-se que ele "arrendou-se aos trustes americanos". Daí em diante, outros nove mencionaram-no como "trânsfuga", "serviçal" e até mesmo "doublê de lacaio da Dow Chemical e agente de Moscou".[42]

A mais específica das denúncias de Hugo Abreu relacionava-se com a espionagem telefônica do SNI. Ele a conhecia e, como dissidente, tornara-se sua vítima. Na manhã de 20 de maio, falando ao telefone com o genro, disse que Golbery continuava recebendo dinheiro da Dow Chemical. No mesmo dia a conversa estava transcrita num relatório anotado por Figueiredo. Ao lado da acusação contra Golbery ele marcou: "! FP".[43]

Segundo a narrativa de Hugo, "na primeira quinzena de setembro, comecei a remeter os primeiros exemplares da carta. Essas primeiras cartas foram dirigidas a amigos em quem eu podia confiar e entregues em mão". Não podia. No seu registro cronológico do governo, Heitor Ferreira anotou,

no dia 6 de setembro: “Geisel me chama e me mostra o *Relatório Hugo Abreu*”.[44]

O governo respondeu prendendo o general por vinte dias, limitando-lhe as visitas a familiares e militares. O general Tourinho encontrou-o por duas horas, mas um major que foi vê-lo tomou quatro dias de cadeia por ter deixado seu posto em Mato Grosso.[45]

No dia 15 de outubro, o general Figueiredo foi eleito por 355 votos contra 226. Euler despediu-se da disputa com um discurso em que denunciou a falta de legitimidade do regime — pois “uma Nação de 120 milhões de pessoas não pode ser governada por um presidente escolhido por um único brasileiro e referendado por mais alguns poucos” — e lembrou que “jamais admiti que minha pregação se transformasse em fato militar”.[46] Dito isso, afastou-se da política, regressando à sua rotina e dividindo o tempo com a família entre Copacabana e o sítio de São Pedro da Aldeia.[47] Nunca fora, nem se tornaria, uma celebridade. Sua passagem pela política não deixou divisões militares e, sem dúvida, serviu de contraponto a Figueiredo, obrigando-o a buscar mais alianças ao centro.

Eleito, o ex-chefe do SNI foi à televisão e anunciou: “Quero apresentar ao povo (...) a minha mão estendida em conciliação”. Na sua primeira entrevista coletiva, a formulação foi refraseada, ao estilo da cavalaria: “É para abrir mesmo e quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento. A minha reação agora vai ser contra os que não quiserem abertura”.[48]

1 Celia Solbeimann Melhem e Sonia Morgenstern Russo (orgs.), *Dr. Ulysses*, pp. 126-7.

2 Para a reunião com Ulysses, Hugo Abreu, *Tempo de crise*, p. 44.

3 Uma folha do SNI, marcada “secreto”, de 19 de maio de 1978, rubricada pelo general Sebastião Ramos de Castro. APGCS/HF. Esse texto parece ser a transcrição de uma interceptação telefônica, e um trecho (“eu estou com simpatia com o Figueiredo”) sugere que o senador falava para o grampo.

4 Violeta Arraes, maio de 1991.

5 Áudio da reunião do Conselho de Segurança Nacional de 13 de dezembro de 1968; e Ata da 43ª Reunião do CSN. APGCS/HF.

6 *Diário de Heitor Ferreira*, 10 de abril e 24 de novembro de 1975. APGCS/HF.

7 Para “manhosidade”, *Estimativa nº 2*, do SNI, de Golbery do Couto e Silva, 15 de dezembro de 1964. APGCS/HF.
8 *O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1978; e *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1978. No *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 28 de janeiro e 29 de junho de 1978.
9 *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 11 de julho de 1978.
10 Bilhete de Heitor Ferreira, de julho de 1978. APGCS/HF.
11 Carta de Antonio Gallotti a Golbery, de 30 de agosto de 1978, narrando o encontro de 25 de agosto. APGCS/HF.
12 *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 15 de setembro de 1978.
13 Para a posição de Figueiredo, Hugo Abreu, *Tempo de crise*, p. 68.
14 Para a decisão, *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 17 de fevereiro de 1978. APGCS/HF. Para a lista, 100ª reunião do Alto-Comando do Exército, de 23 de março de 1978. APGCS/HF.
15 *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 24 de junho de 1978.
16 Euler assinou o *Manifesto dos Coronéis*, que, em 1954, derrubou João Goulart do Ministério do Trabalho. Em 1964, comandando a Escola de Comunicações, recusou-se a fornecer equipamentos de comunicação aos revoltosos.
17 Expressão cunhada por Delfim Netto.
18 Portal Segunda Guerra, <http://portalsegundaguerra.blogspot.com.br/2012/01/90-anos-do-cel-amerinoraposo-filho-seu.html>.
19 Telefonema de Heitor Ferreira a Golbery, de 27 de dezembro de 1973. APGCS/HF.
20 Conversa de Figueiredo com Geisel, de 9 de fevereiro de 1974. APGCS/HF.
21 *O Estado de S. Paulo*, 15 de dezembro de 1959.
22 Rogério Daflon, *Bons ventos*, p. 41.
23 Depoimento de Adalto Lupi Barreiros, em Aricildes de Moraes Motta (org.), *1964 — 31 de março*, t. 14, pp. 266-8.
24 Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, pp. 69-71.
25 Para a lista dos 34, depoimento do general Gustavo de Moraes Rego em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *Visões do golpe*, p. 55.
26 Para planos visionários, depoimento do general Moraes Rego em Maria Celina d’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 95.
27 Cartão do general Octavio Medeiros, chefe da Agência Central do SNI, a Geisel, que o visou, de 12 de outubro de 1978. APGCS/HF. Rádio Guaíba, no FBIS, de 14 de outubro de 1978, para o desmentido oficial de que Geisel tivesse sido preso em Santarém.
28 Os seis oficiais: general Hugo Abreu; os tenentes-coronéis Tarcísio Nunes Ferreira, quatro vezes, e Nivaldo Dias; major Adalto Barreiros, duas vezes; capitão Barbosa Franco, por ter visitado Frota; e o capitão Itamar Perenha. *Movimento*, 30 de outubro de 1978. Para Barbosa Franco, ver Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 567.

29 Quatro folhas sem data nem assinatura, onde Geisel anotou: “Documento do general Samuel entregue ao ministro em reunião do Alto-Comando de junho ou maio”. APGCS/HF.
30 Para Euler, *Folha de S.Paulo*, 24 de agosto de 1978.
31 *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1978.
32 Entrevista a Getúlio Bittencourt, em *A quinta estrela*, pp. 126-37; *Folha de S.Paulo*, 7 de julho de 1978.
33 *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 9 de julho de 1978.
34 Em 1831, 1889, 1930, 1945, 1961, 1964 e 1969.
35 Para a censura de transmissões, *Jornal do Brasil*, 4 de julho de 1978; e *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 8 de julho de 1978.
36 Uma folha de Antonio Carlos Magalhães, visada por Geisel e anotada por Golbery, de julho de 1978. APGCS/HF.
37 Dois bilhetes do general Octavio Medeiros a Heitor Ferreira, de setembro de 1978; e duas folhas do SNI, anotadas pelo general Newton Cruz, de 28 de setembro de 1978. APGCS/HF. *Apreciações Semanais*, do SNI, de 14, 21 de agosto e 16 de setembro de 1978. CPDoc/FGV.
38 *O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1978; e *Última Hora*, 13 de setembro de 1978, em FBIS, de 14 de setembro de 1978.
39 Carlos Chagas, *A guerra das estrelas (1964-1984)*, pp. 292-8.
40 Carta de Francisco Andrade e Avertano Rocha a Geisel, que a anotou, de 23 de setembro de 1976. APGCS/HF.
41 Entrevista de Roberto Médici a Fernando Molica, *Folha de S.Paulo*, 16 de junho de 1995.
42 *Novela da Traição*, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º capítulos, abril a julho de 1975. Panfleto dos Voluntários da Pátria, com a referência a “agente de Moscou”, de julho de 1975. Quatro folhas com cópias de panfletos. Uma cópia, do início de 1975, endereçada ao general Sylvio Frota, chegou a Geisel. Três panfletos sem título, dois deles coletados pelo SNI, de 9 de março e 9 de abril de 1976 e de março de 1978. APGCS/HF.
43 Três folhas do general Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo, de 20 de maio de 1978. APGCS/HF. É provável que, ao acusar Golbery, o general estivesse falando para o grampo, pois pouco antes reclamara de interceptação telefônica.
44 *Jornal do Brasil*, 11 de outubro de 1978; e Hugo Abreu, *Tempo de crise*, pp. 149-50. *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, 6 de setembro de 1978. APGCS/HF.
45 Hugo Abreu, *Tempo de crise*, pp. 156 e segs.
46 Quinze páginas com o discurso de Euler, anotadas por Geisel. Ele sublinhou os trechos citados. APGCS/HF.
47 O general Euler morreu em sua casa do Rio, aos 85 anos. No dia seguinte, faleceu a porta-bandeira Mocinha, da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Ela teve um necrológio de 268 palavras. Ele, de 131. *O Globo*, 25 de julho de 2002.
48 *Jornal do Brasil*, 16 de outubro de 1978.

O ronco da “tigrada”

Figueiredo sabia a quem estava se dirigindo quando disse que “é para abrir mesmo e quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento. A minha reação agora vai ser contra os que não quiserem abertura”.[1] A “tigrada” continuava invicta. A Comunidade de Informações, que trabalhava em seu benefício, não desvendara um só dos atentados que ocorriam no país. Em seis meses, haviam explodido 26 bombas em redações de pequenos jornais, diretórios estudantis, igrejas e residências.[2] O semanário *Em Tempo*, que divulgara uma lista de 233 torturadores, sofrera quatro ataques, um deles em Curitiba, na área de comando do general Samuel Alves Correa.[3] O Comando de Caça aos Comunistas invadira o Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie, em São Paulo, destruindo seu arquivo.[4] Em Belo Horizonte, explodira uma bomba ao lado da casa onde estava Therezinha Zerbini. Outro explosivo foi desativado no colégio em que ela deveria fazer uma palestra. Junto, havia um panfleto assinado pelo GAC, Grupo Anti-Comunista.[5]

O SNI racionalizava os acontecimentos, torcendo para que, como em 1968, prevalecesse a tensão. Lembrava ao governo que a “tendência é para a radicalização de posições — de direita e de esquerda — através de ações comandadas de forma centralizada, sejam apenas de efeito moral, sejam atentados terroristas”.[6]

Geograficamente, a abertura brasileira era uma excentricidade. Afinal, Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia eram governados por generais que não se mostravam dispostos a abrir coisa alguma. Quando

comandava o III Exército, o general Fernando Bethlem disse que o Uruguai era “um exemplo de democracia para o mundo”.[7] Desde o golpe militar de 1973 no país, 73 cidadãos haviam desaparecido. Lá, um general proclamara: “Não é com clemência que tornaremos o Uruguai mais digno”.[8]

Figueiredo conhecia a máquina em que estivera como chefe da Casa Militar de Médici e do SNI de Geisel. Desde 1964 os militares e policiais brasileiros mantinham relações promíscuas com seus vizinhos. Trocavam informações e prisioneiros. Em 1978 o Centro de Informações do Exército monitorava 130 pessoas em território brasileiro, supondo que aqui se formavam “tropas especiais de agitação” e de “infantaria”.[9] Com a cumplicidade do aparelho argentino, um comando brasileiro sequestrara em Buenos Aires o ex-major Joaquim Pires Cerveira. Aos 51 anos, com militância em várias organizações, fora preso em 1970 e libertado na troca pelo embaixador alemão Von Holleben. Passara por Cuba, vivia na Argentina e era vigiado pelos militares e pelo Itamaraty. Uma equipe brasileira capturou-o em dezembro de 1973. Cerveira foi visto no DOI do Rio e desapareceu. O SNI sabia do episódio, pois o chefe da Agência Central, Sebastião Ramos de Castro, contou-o a Geisel.[10] Depois da anistia, os militares brasileiros já não caçavam a diáspora nacional, mas, com a ajuda da “tigrada”, agentes argentinos e uruguaios continuavam a agir clandestinamente no país.

A essa rede contrapôs-se a atividade pública dos cardeais Paulo Evaristo Arns e Eugênio Sales, que montaram centrais de amparo a centenas de fugitivos de ditaduras da região.[11] Os dois mantinham uma discreta relação com o Alto-Comissariado da ONU para Refugiados, que funcionava no Brasil com a cumplicidade do governo. Seu cadastro registrava cerca de cem argentinos, mas o chefe do programa brasileiro acreditava que esse número podia chegar a 2 mil.[12]

O ramo paulista da teia conseguira libertar em setembro o engenheiro argentino Carlos Alfredo Claret, que vivia em Passo Fundo (RS). Preso na rua, fora levado para um quartel e transferido, incomunicável, para a Polícia Federal de Porto Alegre. Tudo mudou depois que sua prisão foi noticiada e a arquidiocese mandou-lhe um funcionário do Acnur, informando-o de que o melhor a fazer seria pedir asilo, imediatamente. Podia escolher entre a Holanda e a Suécia. Claret preencheu um formulário e semanas depois estava em Estocolmo, com a mulher e os dois filhos.[13] Em outro caso, foram presos em São Paulo dois argentinos que participavam de uma reunião da Convergência Socialista brasileira. A prisão foi pública e o consulado americano moveu-se junto ao DOPS, conseguindo que eles fossem discretamente recambiados para um terceiro país. Um deles seria um "peixe gordo".[14] Era Hugo Miguel Brassano, ou *Nahuel Moreno*, um dos dirigentes do trotskismo argentino. Norberto Habegger não teve a mesma sorte. Católico, peronista e montonero, tinha 37 anos, vivia no México com identidade falsa. Em setembro de 1978, decidiu voltar à Argentina e sumiu no Aeroporto do Galeão, de onde teria sido levado para um cárcere de Buenos Aires.[15] Quando sua viúva veio ao Brasil para tentar localizá-lo, d. Eugênio Sales avisou-a que mandaria um sacerdote esperá-la no aeroporto para levá-la a uma casa de freiras, pois "há elementos da polícia argentina aqui".[16]

Semanas depois do "prendo e arrebento" de Figueiredo chegaram a Porto Alegre dois majores e três capitães do Exército uruguaio. Estavam atrás de dois militantes do Partido da Vitória do Povo que viviam na cidade e disseminavam notícias sobre a violência da ditadura em seu país.[17] Universindo Díaz, de 27 anos, e a professora Lilián Celiberti, de 28, viviam num apartamento do bairro de Menino Deus com os dois filhos dela, Camilo, de nove anos, e Francesca, de três. Buscando contatos, estiveram com jornalistas, com a presidente do Movimento Feminino pela Anistia e com o líder sindical bancário Olívio Dutra.[18]

Em 1978, os uruguaios Universindo Díaz e Lilián Celiberti foram sequestrados por um comando do Exército uruguaio em Porto Alegre que tinha o apoio logístico do DOPS.

Lilián foi sequestrada na manhã do domingo 12 de novembro, na rodoviária, e Universindo ao sair de casa, à tarde. Foram levados para um prédio da polícia gaúcha e torturados por um capitão uruguaio. As capturas, inclusive das crianças, foram dirigidas pelo DOPS.[19] À noite estavam todos no Uruguai. Num novo interrogatório, Lilián disse que tinha um encontro marcado para a sexta-feira, em seu apartamento de Porto Alegre. A informação pareceu valiosa e os militares resolveram levá-la de volta, montando uma ratoeira. A ratoeira era dela.

Desde janeiro haviam desaparecido doze uruguaios que viviam na Argentina e pelo menos um deles teria sido localizado no quartel de La Tablada, em Buenos Aires.[20] Jamais ocorrera caso semelhante com o Brasil. Pelo contrário, meses antes uma discreta ação diplomática associada à pressão interna levara Geisel a obter do governo uruguaio a libertação do jornalista brasileiro Flávio Tavares, banido do Brasil em 1969 e preso em

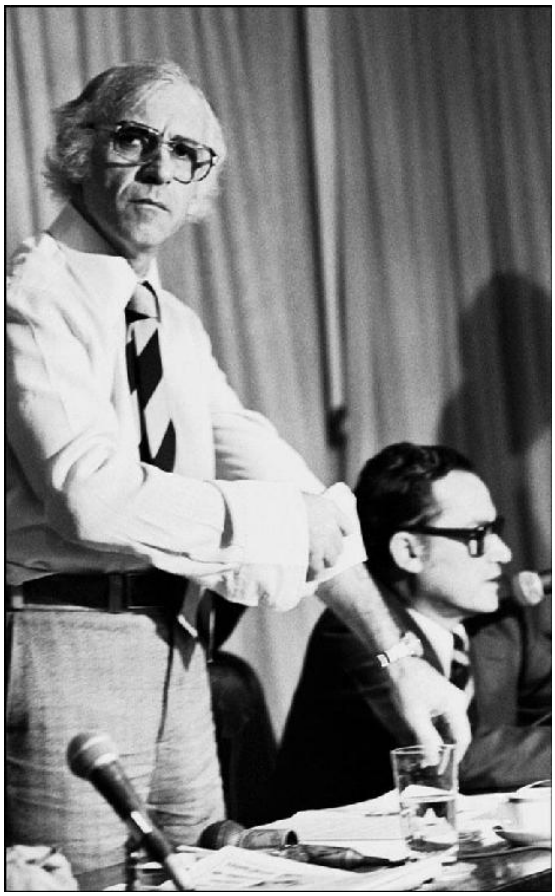
Montevidéu, aonde chegara a serviço do jornal mexicano *Excelsior*.[21] Como não podia voltar ao seu país, voou para Lisboa.

Escoltada, Celiberti voltou ao seu apartamento. Pelos seus cálculos, como não telefonara para os contatos do PVP, sinalizara que estava presa. Eles mobilizariam a imprensa e a rede de d. Paulo Evaristo. Assim foi feito. Na sexta-feira, Luiz Cláudio Cunha, chefe da sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre, com quem ela estivera semanas antes, recebeu um telefonema informando-o de que um casal de uruguaios e duas crianças que moravam na rua Botafogo 621 estavam desaparecidos havia uma semana: "*Por favor, necesitamos que alguien vea lo que se pasa*". Horas depois, a mesma denúncia chegou ao advogado gaúcho Omar Ferri. Cunha foi ao endereço em companhia do fotógrafo João Baptista Scalco, um veterano de coberturas esportivas. Apertou a campainha e a porta foi entreaberta por uma morena miúda, "com dois olhos arregalados, negros como um par de jaboticabas".[22]

Era Lilián. Seu plano dera certo: "No primeiro momento sinto uma grande euforia".[23] Foi empurrada de volta para um quarto e os visitantes viram o cano de uma pistola. Rendidos, com as mãos na cabeça e voltados para a parede, foram interrogados por um brasileiro. Identificando-se como jornalistas, foram liberados. Flagrada, a equipe escafedeu-se, levando a prisioneira. Celiberti supunha que quando saísse à rua haveria "fotógrafos e o resto da imprensa". "Não aconteceu nada do que eu esperava."[24] Levaram-na de volta para Montevidéu.

O plano dos uruguaios e de sua escolta brasileira também dera errado. Primeiro, quando perceberam que sequestrariam duas crianças. Mas isso seria apenas um embaraço. A visita de dois jornalistas é que fora coisa mais perigosa. Para piorar, Scalco saiu do apartamento suspeitando que já vira o agente que empunhava um revólver. Era o atacante "Didi Pedalada", que até 1971 jogara no Internacional.

Omar Ferri, que durante três dias fora cinco vezes ao endereço e não encontrara ninguém, denunciou o desaparecimento dos quatro uruguaios, falando em nome do Alto-Comissariado da ONU para Refugiados. Na sua edição de quarta-feira a *Folha de S.Paulo* noticiou o episódio, publicando uma fotografia de Celiberti e a palavra "sequestro".[25] Em seguida, chegou a Porto Alegre a mãe de Lilián, pedindo que lhe devolvessem os netos.



Em nome de um organismo da ONU, o advogado gaúcho Omar Ferri denunciou à imprensa o sequestro dos uruguaios.

Lilián e Universindo não eram tupamaros que planejavam assaltos e sequestros, mas militantes que denunciavam assassinatos e torturas. Vistos pela onipotente ditadura uruguaia, eram os "sediciosos" de sempre. Ir buscá-los em Porto Alegre poderia ser um serviço rápido, semelhante aos que se faziam na Argentina. Voltar a Porto Alegre com Lilián foi um gesto

audacioso, mas, na lógica de Montevidéu, seria apenas um detalhe operacional.

Os generais uruguaios e o governo brasileiro viram-se numa ratoeira desmoralizante que os levou a comportamentos ridículos na forma e intimidadores na essência. O secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, irritado com uma pergunta sobre o sequestro das crianças, respondeu: "O senhor tem prova disso? Eu lhe levo agora na Polícia Federal para o senhor dar isso por escrito".[26] Diante da chegada a Montevidéu da mãe de Lilián, protegida pela imprensa internacional, a polícia uruguaia entregou-lhe os netos e informou que o "matrimônio sedicioso" fora capturado, numa inspeção de rotina, na região de Aceguá, quando entrou no país. Uma versão da Polícia Federal brasileira, contudo, dizia que o casal e as crianças foram vistos num ônibus, indo de Bagé (RS) para a cidade uruguaia de Melo, a sessenta quilômetros de Aceguá.[27] Além disso, o menino Camilo contara que, em Porto Alegre, o haviam levado para "um prédio grande, que ficava na frente de um riozinho, com duas ruas, uma de cada lado". Descrevera a sede do DOPS. Finalmente, Scalco e Cunha identificaram "Didi Pedalada" na edição de Natal da revista *Veja*.[28] Dias depois, Orandir Portassi Lucas, funcionário da Secretaria de Segurança, matrícula 1-193295-3, deixou a barba crescer.[29] Não queria mais ser reconhecido como "Didi Pedalada".

Policiais do DOPS, acusados de envolvimento no sequestro dos dois uruguaios: o delegado Pedro Seelig, João da Rosa, o "Irno", e "Didi Pedalada".

As versões implausíveis foram endossadas pelo silêncio de Brasília e pelo desembaraço do comandante do III Exército. Lilián Celiberti e Universindo Díaz ficaram cinco anos nos cárceres uruguaios. A "tigrada" passara por um enorme constrangimento, mas saíra impune, novamente invicta. Ao contrário das bombas, que podiam ser atribuídas a atos de voluntarismo de militares insatisfeitos, o sequestro de Porto Alegre tivera a colaboração da máquina e a cumplicidade da hierarquia.

A apuração de um só dos atentados dos últimos anos teria permitido a Geisel sinalizar um risco ao aparelho repressivo. Não fez isso, mantendo-se a doutrina do acobertamento que, desde 1964, dava aos torturadores a garantia da impunidade. A abertura política resultara, pouco antes, no reconhecimento, pela Justiça Federal, de que a União fora responsável pela morte de Vladimir Herzog. Não porque o tivessem matado, mas porque morrera sob a guarda do Estado. Era pouco, mas isso jamais tinha acontecido. Responsabilizava-se um ente, a União. No caso do casal de uruguaios e das dezenas de explosões, poderiam ser responsabilizadas pessoas. "Prendo e arrebento", quem? Este seria um problema para Figueiredo.

1 *Jornal do Brasil*, 16 de outubro de 1978.

2 Idem, 1º de outubro de 1978.

3 Para a lista de torturadores, *Em Tempo*, 26 de junho de 1978. Para os ataques, *Brasil: nunca mais*, t. I, p. 45; *Jornal do Brasil*, 29 de julho de 1978; rádio Guaíba de 18 de agosto, em FBIS, de 22 de agosto de 1978; e Cadeia Verde-Amarela, em FBIS, de 15 de setembro de 1978.

4 *Apreciação Sumária nº 17*, do SNI, de maio de 1978. CPDoc/FGV.

5 Paulo Moreira Leite, *A mulher que era o general da casa*, pp. 58-9.

6 *Apreciação Sumária nº 39*, do SNI (Campo Interno), de 7 de outubro de 1978. APGCS/HF.

7 *O Globo*, 6 de abril de 1977; em FBIS de 8 de abril de 1977.

8 J. Victor, *Confissões de um ex-torturador*, p. 98.

9 Chico Otávio e Raphael Kapa, "O elo perdido da Condor", *O Globo*, 23 de novembro de 2014.

10 *Diário de Heitor Ferreira*, 13 de fevereiro de 1975. APGCS/HF.

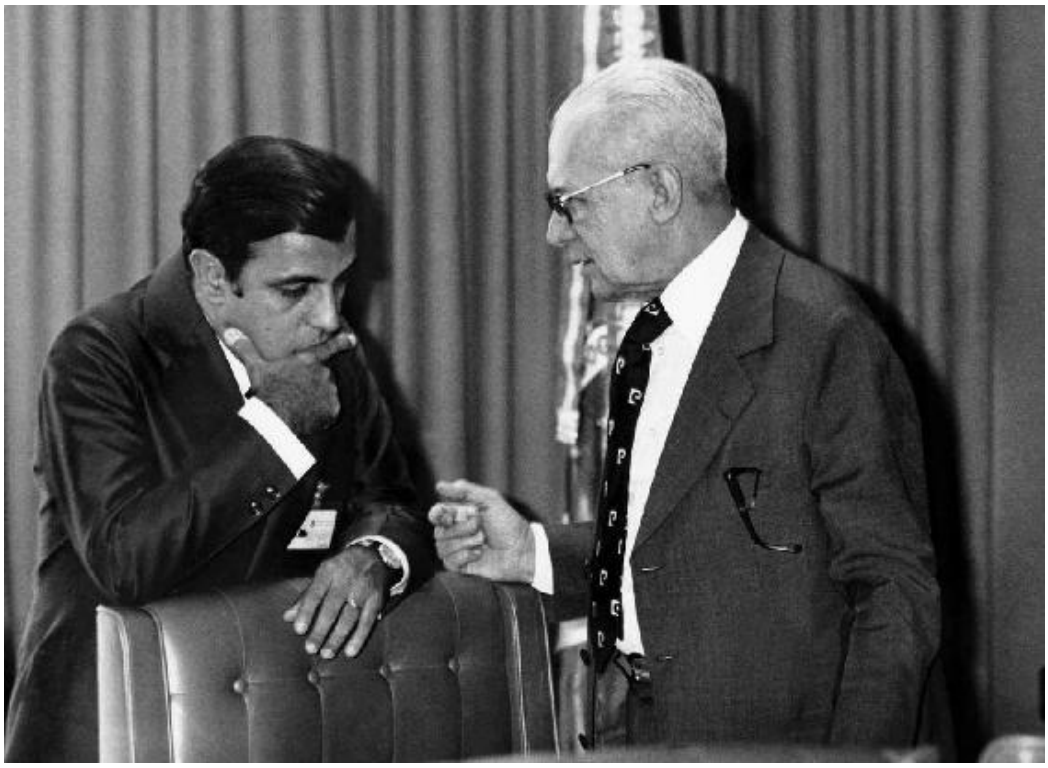
11 Entrevista de d. Eugênio Sales em *O Estado de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 1978; e Fritz Utzeri, "Rua da Glória 446, a esperança", *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 2000.

12 Jamil Chade, “Regime militar exigiu que a ONU operasse no Brasil na clandestinidade”, *O Estado de S. Paulo*, 5 de novembro de 2012. Para a tolerância do governo, telegramas da embaixada americana em Brasília ao Departamento de Estado, de 13 de maio, 16 e 24 de junho e 29 de julho de 1977. A estimativa de 2 mil é conservadora, talvez porque seja baseada numa contagem de chefes de família. Num caso, vinham sete crianças. O número de refugiados pode ter chegado a 4 mil. José Casado, “O general do papa”, *O Globo*, 2 de março de 2008.
13 Reportagem de Felipe Bachtold, *Folha de S.Paulo*, 7 de janeiro de 2013. A prisão de Claret foi noticiada pela Agence France-Presse em 21 de setembro de 1978, em FBIS, de 27 de setembro de 1978.
14 Telegrama da embaixada dos Estados Unidos em Brasília para o Departamento de Estado, de 29 de agosto de 1978. Arquivo Nacional. Para a identidade do preso, *Apreciação Semanal nº 33*, do SNI, de 18 a 26 de agosto de 1978. CPDoc.
15 Sylvia Colombo, “Argentina pede ajuda à Comissão da Verdade”, *Folha de S.Paulo*, 10 de junho de 2012.
16 *IstoÉ*, 10 de março de 1993.
17 Para os militares uruguaios, J. Victor, *Confissões de um ex-torturador*, pp. 43-5.
18 Para os contatos, Ramiro José Reis em Lilián Celiberti e Lucy Garrido, *Meu quarto, minha cela*, p. 18.
19 Lilián Celiberti e Lucy Garrido, *Meu quarto, minha cela*, pp. 12-6.
20 Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos, <http://www.desaparecidos.org/uru/doc/tomo1.pdf>.
21 Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, p. 261.
22 Luiz Cláudio Cunha, *Operação Condor*, p. 28.
23 Lilián Celiberti e Lucy Garrido, *Meu quarto, minha cela*, p. 25.
24 Idem.
25 *Folha de S.Paulo*, 22 de novembro de 1978.
26 Omar Ferri, *Sequestro no Cone Sul*, p. 55.
27 Luiz Cláudio Cunha, *Operação Condor*, p. 224; e *O Estado de S. Paulo*, 3 de dezembro de 1978.
28 *Veja*, 27 de dezembro de 1978.
29 Luiz Cláudio Cunha, *Operação Condor*, p. 160.

O mar de lama

Ao chegar ao poder, em 1964, Golbery listou seis itens para orientar a "missão a cumprir pelo governo". Catorze anos depois, Heitor Ferreira mandou-lhe o papel em que confrontava a esperança com o presente. Ele desejara "reintegrar, desde logo, as Forças Armadas no seu papel constitucional". Em 1978, reconheceu: "Como é difícil".[1]

No item seguinte, propusera: "Implantar severos padrões de austeridade e moralidade públicas, acabando com a corrupção". Em 1978, admitiu: "Também".



Heitor Ferreira (à esquerda), secretário de Figueiredo, e Golbery do Couto e Silva, chefe de seu Gabinete Civil, foram os principais articuladores da campanha de Figueiredo.

Quatro generais e uma Junta Militar haviam produzido um período de inédita anarquia nos quartéis e o presidente da República via-se acusado de acobertar esbanjamentos, nepotismos, favores financeiros, concorrências fraudadas e "caixinhas". Às vésperas da votação do Colégio Eleitoral, o semanário *Movimento,* com 34 mil exemplares de tiragem, circulou com a manchete "Geisel num mar de lama".[2] No dia de sua prisão, o general Hugo Abreu estava acompanhado de um oficial que carregava sua pasta e um exemplar do semanário da semana anterior. A denúncia mais grave era atribuída ao ex-chefe do Gabinete Militar: "Multis fizeram 'caixinha' de 600 milhões para Figueiredo".[3]

A expressão "mar de lama" vinha da crise que levou Getulio Vargas ao suicídio. O feitiço que até 1964 servira aos generais virara-se contra os feiticeiros. Dessa vez, agravando-a, a suspeição era levantada por hierarcas

que até pouco tempo atrás estavam no coração da ditadura. Em seu manifesto de despedida, Frota denunciara o governo pela

> ausência de uma resposta incisiva e imediata às acusações abertas, lançadas através de órgãos de comunicação, sobre irregularidade e corrupção, na máquina administrativa do Estado, deixando pairar dúvidas sobre a honestidade dos revolucionários e sua firmeza em combatê-las.[4]

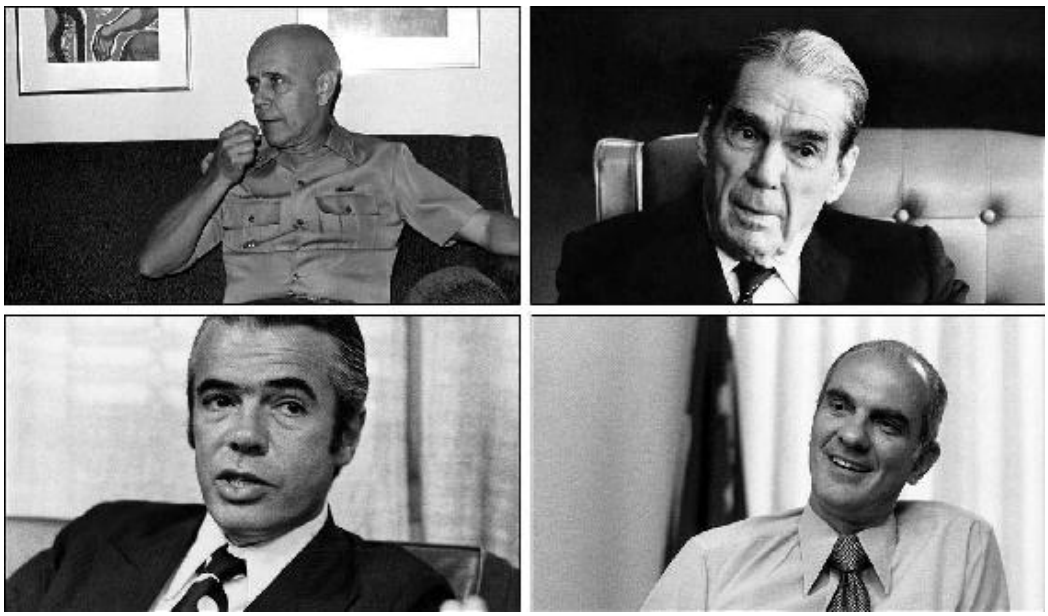
Hugo Abreu fora mais agressivo: “A verdade é que temos institucionalizado o arbítrio e, com ele, a corrupção mais desenfreada”.[5]

Para um governo que se instalara em 1974 com toda a imprensa sob controle, proibindo até mesmo que se mencionasse o nome de d. Helder Câmara, o fim da censura a jornais e revistas significava um choque semelhante ao de 1945, depois da queda do Estado Novo.[6] Com uma diferença: enquanto Getulio Vargas deixou o palácio e foi para a sua fazenda em São Borja, Geisel continuou no Planalto convivendo com uma liberdade de imprensa que não apreciava, mas para a qual verificara que não dispunha de alternativa. Quando lhe foi mostrada uma frase atribuída ao general De Gaulle — “jornal, ou a gente não lê, ou o escreve” — ele anotou que, lendo-os, “me enveneno continuamente”.[7]

Ao final de seu mandato, com a imprensa livre, Geisel era acusado de presidir um governo corrupto.

Era um veneno forte, produzido pelo represamento das críticas num regime que, desde a primeira hora, apresentara-se como paladino da moralidade. Havia denúncias para todos os gostos. Um dos dois filhos de Figueiredo dirigiria uma cadeia de boates de má fama no Rio de Janeiro. Na realidade, de 1972 a março de 1978, ambos exploraram um *drive-in* concedido pelo governador de Brasília.[8] Geisel teria especulado com ações do setor petroquímico.[9] Heitor Ferreira, além de ter trabalhado com Daniel Ludwig, seria sócio milionário de um ex-governador de Mato Grosso.[10] O filho de Golbery, funcionário de uma corretora de valores do Rio, faria negócios com ações da Petrobras.[11] Esses eram os ataques às pessoas físicas. Na esfera das pessoas jurídicas, empreiteiras brigavam por causa dos contratos de obras na Bahia, no Rio Grande do Norte e na Usina Nuclear de Angra 2.[12] Instalara-se no Senado uma CPI para investigar um desvio de 296 milhões de dólares nos projetos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. O empresário Antonio Ermírio de Moraes, descontente com a

fatia de 33% dada à indústria nacional para a compra de equipamentos da siderúrgica de Tubarão, dizia que “falta ao atual governo um pouco mais de ética”.[13]



ACIMA, À ESQUERDA: General Hugo Abreu. ACIMA, À DIREITA: Daniel Ludwig, do Projeto Jari. ABAIXO, À ESQUERDA: Marcos Vianna, do BNDES. ABAIXO, À DIREITA: Senador Roberto Saturnino.

A principal acusação contra Golbery partia do presidente do BNDE, Marcos Vianna, que só a assumiria publicamente anos depois. Ele contava que o general visitara-o no fim de 1973, quando já dava expediente no escritório do presidente eleito, levando-lhe um projeto da Dow Chemical, em que se solicitava apoio institucional e financeiro para um empreendimento petroquímico na Bahia.[14] O senador Roberto Saturnino, que à época trabalhava no banco, tornou a acusação pública, revelando que o general não fora atendido nem “bem-recebido”: “Isso se chama falta de escrúpulos, pelo menos no meu código de ética”.[15]

As menções de Hugo Abreu à Dow eram genéricas insinuações. O aparte de Saturnino foi específico: Golbery fora ao BNDE com dois chapéus, o de conselheiro de Geisel e o de presidente da empresa. O general respondeu com uma carta de dezoito páginas, repelindo o ataque com

“indignação, veemência e náusea”.[16] Sua argumentação centrava-se em dois pontos. No primeiro, informava que fora ao BNDE no dia 17 de setembro de 1973, quando presidia a Dow, mas Geisel ainda não se instalara no gabinete do largo da Misericórdia. Contudo, ele fora eleito dois dias antes e a posição de relevo de Golbery no novo governo era fava contada. No segundo ponto, mostrou que sua gestão fora oficial e documentada, pois levara a Marcos Vianna uma cópia da carta-consulta com que a Dow tratava do assunto no Conselho de Desenvolvimento Industrial, datada de 24 de agosto.

Restava a alma do encontro de Golbery com Vianna. Pela lembrança do presidente do BNDE, sua resposta foi “dura, quase brutal”: “O Golbery encarou-me (…) e disse que aguardava minha resposta formal, sugerindo que eu refletisse melhor, tendo em vista a perspectiva de mudanças que poderiam ser introduzidas pelo novo governo”.[17] Golbery contestava essa versão e apresentou trechos da carta em que Vianna registrou “satisfação pela gentileza de sua visita” e “em razão dessa mesma gentileza e espírito de franqueza”, reiterou-lhe que o BNDE recusava o financiamento.

Certo mesmo é que se produziu uma inimizade. Quando Geisel discutiu a concentração de recursos oficiais no caixa do BNDE, Golbery observou que não ficava “confortável em ter lá o ‘seu’ Marcos Vianna. (…) Eu acho que o presidente do BNDE tem que ser um homem seu”. “Mas o problema é que ele é, o Marcos Vianna”, respondeu Geisel.[18] (Os dois haviam trabalhado juntos na montagem do modelo da indústria petroquímica.)[19]

Geisel conviveu com os ataques sem exacerbações públicas, absorvendo críticas que até bem pouco não toleraria. Suas participações acionárias haviam sido corriqueiras. Ele aplicara 200 mil cruzeiros da cota de incentivos fiscais dedutíveis do imposto de renda na empresa Oxiteno do Nordeste. Esse tipo de aplicação ficava indisponível por dois anos.[20] O general tornara-se um presidente comandando uma campanha eleitoral. Respondia com outra voz, a de um político:

> O governo está cheio de corruptos; eu sou ladrão, meus auxiliares são ladrões; todos nós somos corrompidos. Mas não apontam um fato, não têm condições de apontar nada de concreto que possa ser investigado e esclarecido pelo governo.[21]

No final da campanha, quando uma parte do MDB incentivava a tática do "mar de lama", partiu de seu secretário-geral, Thales Ramalho, uma palavra de cautela. Ele era a um só tempo moderado e um dos parlamentares mais bem-informados do Congresso. A esquerda do partido detestava-o, sobretudo por sua capacidade de articulação.

> Eu já disse, repito: sou de uma geração que participou da luta contra a ditadura Vargas. (…) Aquela geração de estudantes se habituou, enquanto a ditadura caía, que Vargas e todo o seu ministério eram um valhacouto. As coisas que começavam a sair nos jornais nos ensinaram isso. Assim, homens como o próprio ditador, o Agamenon Magalhães, Souza Costa, o Oswaldo Aranha, o Gustavo Capanema, eram tidos e havidos por locupletadores do dinheiro do país. (…) Muitos morreram pobres.[22]

Thales previra a devastadora vitória do MDB na eleição de 1974. Estimara uma bancada de dezessete senadores e elegeram-se dezesseis.[23] Havia meses, assegurava publicamente que a oposição faria pequena maioria na Câmara.[24] Precisando de 211 cadeiras, conseguiria até 220. Num levantamento feito pelo SNI, a previsão de Thales era mais modesta: o MDB elegeria pelo menos 204 deputados (abaixo da maioria) e, no máximo, 212.[25]

1 Uma folha de Golbery, escrita pouco depois da deposição de João Goulart, que lhe foi mandada em 1978 por Heitor Ferreira com o comentário: “Lembra?”. No original, “tb”. APGCS/HF.
2 *Movimento*, 9 de outubro de 1978. Dias depois o jornal foi processado pelo governo com base na Lei de Segurança Nacional. Para a tiragem, Raimundo Rodrigues Pereira, fevereiro de 2013.
3 *Movimento*, 9 de outubro de 1978. APGCS/HF.
4 Sylvio Frota, *Ideais traídos*, p. 548.
5 Hugo Abreu, *O outro lado do poder*, p. 184.
6 O fim da censura foi noticiado com grande destaque em todos os jornais do dia 9 de junho de 1978. D. Helder foi o entrevistado das “Páginas Amarelas” de *Veja* na edição de 13 de setembro daquele ano.
7 Anotação de Geisel num bilhete de Heitor Ferreira, de 20 de setembro de 1978. APGCS/HF.
8 Xerox de um exemplar do *Latin America Report*, anotado por Figueiredo em 17 de janeiro de 1978. APGCS/HF. Para o *drive-in*, denúncia do deputado José Costa, *O Estado de S. Paulo*, 14 de outubro de 1978; e *Movimento*, 30 de outubro de 1978.
9 *Jornal de Brasília*, 3 de novembro de 1978. APGCS/HF.
10 A acusação teria partido do deputado Waldomiro Gonçalves (Arena-MT) e teria sido ouvida pelo senador Mendes Canale (Arena-MT). Canale desmentiu a informação em carta a Petrônio Portella de 15 de março de 1978. Bilhete de Heitor Ferreira a Petrônio Portella, oferecendo uma procuração a Canale e cedendo-lhe quaisquer negócios ou terras que tivesse em Mato Grosso, de 18 de março de 1978. APGCS/HF.
11 Uma folha sem assinatura, de 7 de abril de 1978, enviada por Heitor Ferreira a Golbery. O general perguntou a origem, mas Heitor desconhecia. APGCS/HF.
12 Para a briga em torno da obra de Pedra do Cavalo, denunciando o “Clube da Barragem”, *Jornal do Brasil*, 24 de setembro de 1978. Para a disputa pela barragem do Rio Grande do Norte, uma folha de agosto de 1978, anotada por Geisel. APGCS/HF. Para Angra 2, *Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1978.
13 *O Estado de S. Paulo*, 15 de agosto de 1978.
14 Marcos Vianna, novembro de 1997.
15 *O Estado de S. Paulo*, 6 de outubro de 1978.
16 Carta de Golbery ao senador Jarbas Passarinho, de 10 de outubro de 1978, que a leu no Senado no dia 12. APGCS/HF.
17 Marcos Vianna, mensagem de 12 de novembro de 2003.
18 Conversa de Geisel com Golbery, 23 de janeiro de 1974.
19 Marcos Vianna, mensagem de 12 de novembro de 2003.
20 Rascunho de uma nota oficial do Planalto, emendada por Geisel, sem data. APGCS/HF.
21 *O Estado de S. Paulo*, 1º de novembro de 1978.
22 *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1978. Agamenon Magalhães foi governador de Pernambuco durante o Estado Novo; Souza Costa, ministro da Fazenda, de 1934 a 1945; Oswaldo Aranha, da Fazenda e das Relações Exteriores; e Gustavo Capanema, da Educação, de 1935 a 1945.

23 *Folha de S.Paulo*, 8 de novembro de 1974.
24 *Jornal do Brasil*, 22 de março, 23 de abril e 26 de outubro de 1978.
25 *Previsão Empírica dos Resultados das Eleições de 15 de novembro de 1978 para a Câmara*, do SNI, anotada por Geisel. APGCS/HF.

O vencedor

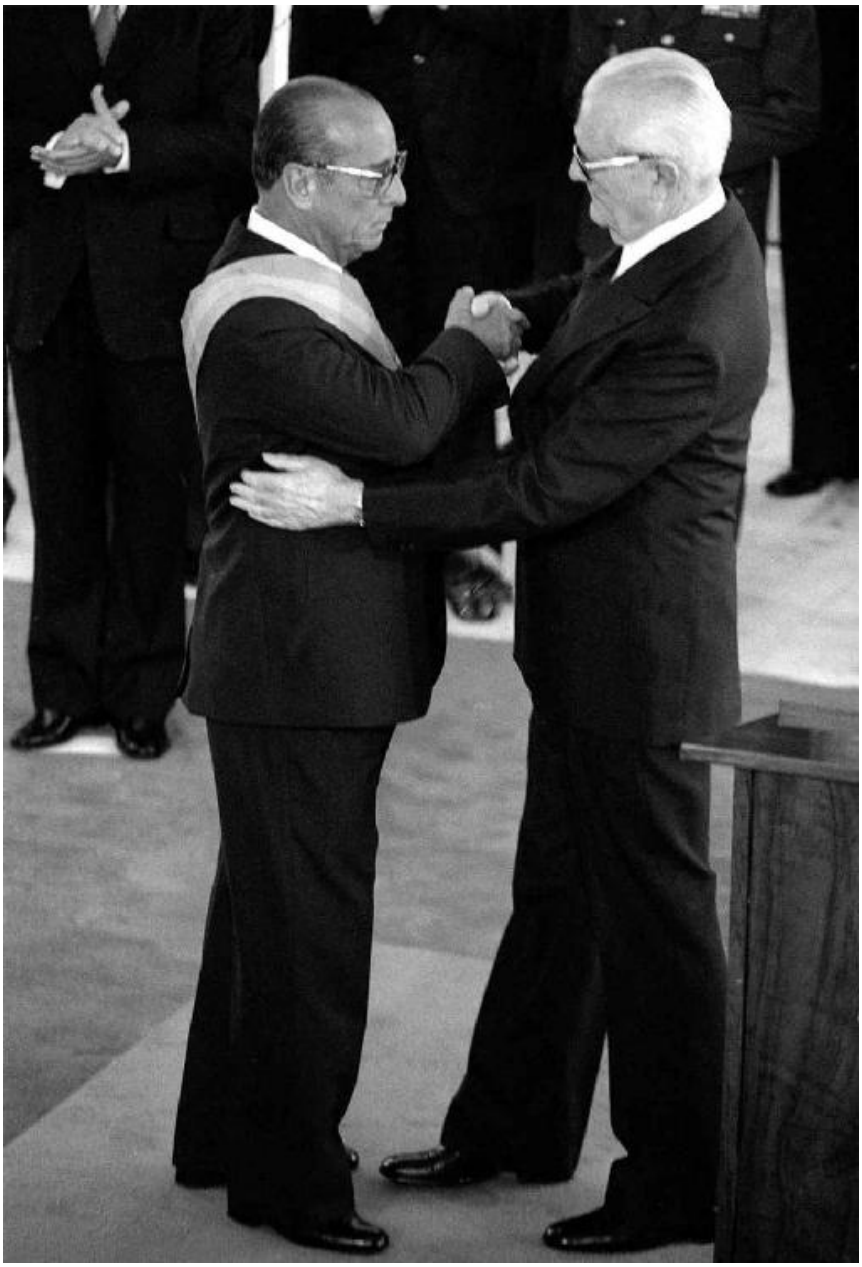
Geisel foi votar tendo concluído a parte principal de seu projeto. Elegera o sucessor e colocara na Vice-Presidência Aureliano Chaves, o governador de Minas Gerais que um dia chegara a pensar que pudesse ser uma das alternativas civis à sua sucessão.[1] Garantira a maioria no Senado e marcara a data da revogação do AI-5. Faltava só a Câmara e ganhou com folga. Elegeu 231 deputados contra 189 do MDB, ficando com uma maioria de 42 votos. Ao contrário do que sucedera em 1974, as previsões do palácio revelaram-se corretas e as do SNI tiveram uma margem de erro desprezível. O Serviço festejou, mas quando sua *Apreciação Semanal* chegou ao presidente, ele conteve a euforia: o SNI dizia que "a Arena ampliou a maioria obtida em 1974".

Geisel anotou: "Em números absolutos, sim, mas em termos relativos — já que o número de deputados aumentou — houve um real avanço do MDB". (Percentualmente, o MDB crescera de 37,8% para 39,3%.)[2]

Para o SNI, "finalmente (...) verifica-se que a Arena deverá obter votação superior à do MDB nas eleições para deputados federais". Geisel: "Se chegar a ter, será muito menor que em 1974".[3] (Tinha razão, a diferença ficou em apenas 250 mil votos.)

O Serviço exagerava e esquecia-se de que, semanas antes, jogara na crise, especulando que se a oposição prevalecesse o caminho seria o golpe: "Não se poderá fugir a uma posição de caráter revolucionário, pois não se acredita que o Governo, na atual conjuntura política, possa conviver com a Oposição majoritária na Câmara Federal".[4]

O resultado eleitoral garantira quatro anos de paz ao governo no Congresso, mas a contenção de Geisel se justificava. Os candidatos do MDB ao Senado tiveram 17,5 milhões de votos, contra 13,2 milhões dados à Arena. A oposição prevalecera em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Paraíba. Esses oito estados concentravam 69% do eleitorado. Ademais, os candidatos do MDB haviam sido os mais votados em vinte das 23 capitais.[5] Em São Paulo, a oposição tivera 68,2% dos votos, contra 9,6% da Arena na disputa pelo Senado e 61,5% contra 18,3% no pleito para a Câmara.[6] A ditadura fora derrotada nos estados mais populosos e nos grandes centros urbanos. O resultado aritmético mostrou ao regime a erosão de sua base popular, mas assegurou-lhe o controle da velocidade das futuras mudanças, e era disso que ele precisava.



Geisel (à direita) passou a faixa a Figueiredo e foi para sua casa de Teresópolis. Aos poucos, afastaram-se. Geisel morreu em 1996 admitindo que fizera má escolha.

Geisel foi para os últimos meses do seu mandato com uma inédita coleção de êxitos políticos. Como Médici, escolhera o sucessor. Impusera um general a quem inicialmente faltava a quarta estrela. Superara a hostilidade do ministro do Exército e o surgimento de um adversário militar. Prevalecera numa eleição realizada num ano em que, com o movimento

sindical ressurreto, tivera as maiores greves operárias desde 1964. Quando soube da especulação segundo a qual planejava a convocação de uma "Constituinte com Geisel", anotou: "Muita besteira".[7] O lance seguinte seria a reorganização política, com a criação de novos partidos, mas essa engenharia ficaria por conta de Figueiredo, Golbery e Petrônio Portella.

Eles deveriam redesenhar o cenário político do país. Ninguém poderia prever o que seria a campanha eleitoral de 1982, com um novo quadro partidário e eleições diretas para os governos estaduais, muito menos o reflexo desse resultado na sucessão presidencial de 1984. Além disso, a demissão de Frota e a neutralização de Hugo Abreu haviam demonstrado o predomínio de Geisel sobre as Forças Armadas, mas essa força viera dele. Documentos como o do general Samuel Alves Correa e a *Apreciação* apocalíptica do SNI às vésperas da eleição mostravam que persistiam concepções radicais e indisciplinadas nos quartéis.[8] O comandante do III Exército tivera um parente afastado preso em 1975 e, ao mesmo tempo em que negava a existência de torturas, recusara-se a ajudá-lo.[9] Sob seu comando na 5ª Região Militar, depois da demissão de Frota, foram presas 105 pessoas no Paraná e em Santa Catarina. A Justiça Militar condenou dezesseis delas e o promotor argumentou: "Se apanharam ou não, não importa. O fato é que contaram a verdade".[10] Em fevereiro de 1978, um professor denunciou ter passado por sessões de tortura no DOPS de Curitiba e um mês depois uma jornalista foi sequestrada pelo Comando de Caça aos Comunistas na cidade.[11]

Os interesses de Geisel pareciam outros. Quando recebeu um bilhete em que Figueiredo dizia que o nomearia "para qualquer função, depende dele", respondeu: "Está muito bem, mas eu vou mesmo descansar! Já estou muito velho e, com a experiência, imprestável".[12] Oficialmente, tinha 69 anos, mas eram setenta, pois seu pai produzira uma certidão falsa para permitir que ele entrasse no Colégio Militar. Acompanhava a construção de uma

casa nas montanhas de Teresópolis (RJ), vizinha à de seu amigo Humberto Barreto. Nela pretendia passar seus dias depois que deixasse Brasília.

Seus contatos com Figueiredo, diários desde 1974, tornaram-se ocasionais depois que o general deixou o SNI e o palácio. Ficavam amarrados pela formalidade que Geisel impunha à sua rotina. Como sempre, não se visitavam e não conversavam ao telefone. O presidente tratava o general de "você" e era chamado por ele de "senhor". Nos seis meses seguintes encontraram-se sete vezes, numa delas, num domingo à tarde, para que Geisel preservasse seu banho de sol matutino.[13] Não há registro conhecido de que Figueiredo tenha submetido a Geisel seu ministério. É quase certo que o tenha feito cerimonialmente, pois enviou uma lista de nomes ao ex-presidente Médici, afirmando que só os divulgaria após sua aprovação, apesar de já ter feito todos os convites.[14] Num caso, o da nomeação de Shigeaki Ueki para a presidência da Petrobras, Geisel mostrou sua contrariedade numa conversa com Humberto Barreto. (Quando Humberto estranhou a reação, pois Ueki fora ministro de Minas e Energia durante todo o governo de Geisel, ele respondeu: "Você sabe que não é a mesma coisa".)[15]

Figueiredo mandou ao presidente um projeto de discurso no qual prometia eliminar o teto dos incentivos fiscais para investimentos no Nordeste concedidos a sociedades de economia mista e o presidente advertiu: "Cuidado com a promessa! Haverá maior redução da renda da União!".

O candidato queria dizer que o crescimento do Nordeste apenas acompanhava o do país, tornando-o "um atleta que precisa correr muito". Geisel anotou: "Ao que me consta, o índice de crescimento do Nordeste tem sido maior que o do resto do país! Convém verificar!".[16]

Desestimulou triunfalismos para marcar o fim do governo e quando lhe mandaram uma programação de uma homenagem de 3 mil empresários e trabalhadores da indústria automotiva, respondeu com um seco "não".[17]

Também não fez testamento. Tinha tudo pronto para criar um território federal na região do Araguaia, achava a ideia boa, mas congelou-a, deixando o caso para Figueiredo.[18]

JORNAL DO BRASIL

Regime do AI-5 acaba à meia-noite de hoje

Xá vai para o "exílio" pelo menos por 18 meses

EUA deixam hoje Formosa e amanha reatam com Pequim

Moscou tem frio recorde. 36,2 abaixo de zero

Exportadores querem incentivo à produtividade

Gallotti declara em N. Iorque que vendeu o que podia

A partir de meia-noite

Alimentos no Rio sobem mais que a inflação

Construtores pedem apoio à casa popular

"Caderno Especial"

"Caderno 3"

Exilados retornam

Jornal do Brasil, 31 de dezembro de 1978.

No dia 31 de dezembro de 1979, o *Jornal do Brasil* estampava numa manchete: "Regime do AI-5 termina à meia-noite de hoje". Muita gente

surpreendeu-se, inclusive Ulysses Guimarães.[19] O mais duradouro instrumento ditatorial da história brasileira extinguira-se dez anos e dezoito dias depois de sua edição. Acabara-se numa mistura de suspiro (para quem queria se livrar dele) e de gemido (para quem o defendia). A rigor, não havia novidade na manchete, pois a data estava anunciada desde junho, quando Geisel divulgara seu cronograma de reformas constitucionais. A distensão lenta, segura e gradual de Geisel chegara vitoriosa ao final, preservando sua essência. O arco de interesses políticos e econômicos surgido em 1964 continuaria no poder até 1984.

O tenente de 1930, nascido num país que importava manteiga, numa casa onde a mãe costurava as roupas dos quatro filhos, testemunhara um progresso sem paralelo. Em 1913, quando ele era uma criança de seis anos, o Brasil tinha 0,7% da economia mundial. Em 1979, 3%. Nesse período, as economias da China, da Índia e da Argentina reduziram sua participação no PIB mundial. O economista Angus Maddison, celebrado estudioso das estatísticas mundiais, estimou que, na época, o desempenho brasileiro pode ter sido o melhor do mundo. O Produto Interno Bruto cresceu a uma média anual de 5,9% e a renda *per capita* quintuplicou.[20] O general costumava desenhar um gráfico ilustrando a trajetória do país — uma linha sinuosa subia e descia, mas a resultante era uma ascensão de 45 graus.[21]

Geisel recebeu seu último contracheque de salário integral (39.107 cruzeiros líquidos, equivalentes a cerca de 1.800 dólares da época) e pediu que cuidassem da transferência do pagamento de março para Teresópolis, onde construíra sua casa, a quinze minutos do Centro da cidade.[22] Chamou-a de Recanto dos Cinamomos. Era espaçosa, com piscina e jardim. Pela localização, refletia o isolamento familiar que cultivava. Pela planta, era um equívoco. Tinha dois pavimentos, ligados apenas por escadas. Isso para abrigar um septuagenário, mais a irmã, nove anos mais velha, que se apoiava numa bengala. Só mais tarde ele abriria um acesso que levasse ao piso dos aposentos.

Cinco anos antes, eleito presidente, tivera que dar o número do telefone de sua residência oficial no Rio a amigos e listara, além da família, catorze pessoas. Políticos, só três. Deixou a Presidência levando consigo uma nova lista, a dos telefones que eventualmente precisaria em Teresópolis. Dessa vez eram trinta. Quatro, de parentes. Amigos sem cargos em Brasília, sete. Ministros, cinco, três dos quais servindo no palácio. Nenhum general em comando de tropa, empresário ou parlamentar.[23] Depois de entregar a faixa presidencial a Figueiredo, já instalado na serra, permitiu que jornalistas entrassem na propriedade. Tirou primeiro a gravata, depois o paletó, e anunciou que conquistara o "direito de fazer o que quiser".[24] Pretendia ficar na serra, indo ao seu apartamento de Ipanema, no Rio de Janeiro, só quando bem entendesse.

Não demorou e Ernesto Geisel descobriu que não estava preparado para o ócio. Desde a adolescência tivera a vida ordenada pela rotina militar. Somara a isso uma personalidade metódica, frugal, que dividia seu tempo entre a casa e o trabalho. Raramente recebia amigos ou fazia visitas fora do pequeno círculo familiar. Havia décadas seus fins de semana eram ocupados por longas partidas de biriba (ou pôquer), sempre com os mesmos parceiros. No alto da serra, descobriria que se enganara no planejamento do *far niente*. Acordava, lia os jornais, fazia caminhadas, tomava chimarrão, almoçava e dormia a sesta. Passava as tardes com livros e música. (Uma de suas primeiras leituras foi *The Third World War*,[25] um exercício de futurologia para uma guerra que ocorreria em 1985.) Depois do chá, quando havia parceiros, ia ao biriba. Essa rotina seria para ele uma receita de tédio. Afora o convívio nos fins de semana com a filha, Amália Lucy, e com o amigo Humberto Barreto, seus visitantes habituais contavam-se nos dedos de uma mão. Mario Henrique Simonsen e Armando Falcão, que tinham casa por perto, eram os mais frequentes. Às vezes, Shigeaki Ueki. Era raro que telefonasse para alguém. Um dia ligou para Figueiredo e ele não devolveu a chamada. Nunca mais. Golbery e Heitor Ferreira foram parcos em suas

visitas. O amigo com quem Ernesto Geisel mais convivia em Teresópolis era José Biale, um anônimo corretor de imóveis da cidade. Um velho companheiro do general comentaria: “Eu nunca consegui entender o que é que o Ernesto e o Biale podem conversar”.[26]

O retraimento de Geisel era parte de sua personalidade, mas a recíproca também era verdadeira: as pessoas evitavam aproximar-se dele devido à imagem pública que projetara. Num episódio, Jô Soares comprovou que havia algo de lenda na reclusão do ex-presidente. Passava em sua motocicleta pelo Recanto dos Cinamomos quando lhe veio a ideia de visitar o castelão. O segurança disse-lhe que isso era impossível, mas aceitou ficar com o cartão de Jô, “caso o general possa me receber”. Ao chegar em casa havia uma ligação de Ernesto Geisel. Falaram-se e o ex-presidente convidou-o para uma conversa no dia seguinte, às seis da manhã. Jô conseguiu remarcá-la para as nove. Conversaram durante duas horas, tempo superior ao total de seus encontros oficiais com jornalistas durante todo o governo.[27]

No palácio do Planalto, Ernesto mandara no país. Em Teresópolis, mandava Lucy, sua mulher. Com 41 anos de matrimônio, restabeleceram as regras que vigoravam ao tempo em que viviam no apartamento do Leblon. Sofrendo com viagens de avião, multidões e companhias que julgava incômodas, ela fora uma companheira disciplinada. Agora seria a vez dele. Quando um ex-ministro mostrou-se desejoso de comprar um terreno na vizinhança, ela cortou-o: “Aqui não”. Fechou o portão da casa e poucas foram as vezes em que o marido chamou-a para voar. Resumindo a nova vida, Geisel explicaria: “Aqui é dona Lucy quem manda. Estamos conversando neste escritório, mas se vier a arrumadeira mandando a gente sair para que ela passe o aspirador, vamos sair, porque foi ela quem mandou”.[28]

Dois anos depois, Geisel tornou-se presidente da Norquisa, empresa controladora do Polo Petroquímico de Camaçari. Com um amplo gabinete

na praia de Botafogo, saiu do isolamento e do tédio.

1 Humberto Barreto, fevereiro de 2013.
2 Para o crescimento percentual, Maria D'Alva G. Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 63.
3 Pasta com doze páginas do SNI e uma folha de bloco de notas manuscritas de Geisel, de 12 de dezembro de 1978. APGCS/HF.
4 *Apreciação Semanal*, do SNI, marcada "secreto", de 4 de novembro de 1978. AEG/CPDoc.
5 Maria D'Alva G. Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 200.
6 Bolivar Lamounier (org.), "O voto em São Paulo", em *Voto de desconfiança*, p. 21.
7 Anotação de Ernesto Geisel num recorte de jornal de setembro de 1978. APGCS/HF.
8 Quatro folhas sem data nem assinatura, onde Geisel anotou: "Documento do general Samuel entregue ao ministro em reunião do Alto-Comando de junho ou maio". APGCS/HF. *Apreciações Semanais*, do SNI, de 14, 21 de agosto e 16 de setembro de 1978. CPDoc/FGV.
9 Pedro Paulo de Sena Madureira, 1990.
10 Para o promotor, *Veja*, 15 de fevereiro de 1978.
11 *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1978; e *Veja*, 22 de março de 1978.
12 Bilhete de Heitor Ferreira a Figueiredo, com as respostas dele e de Geisel, *circa* outubro de 1978. APGCS/HF.
13 Segundo a *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira, os dois encontraram-se em 11 e 19 de julho, 2 de agosto, 30 de setembro, 16 de outubro e 12 e 28 de novembro de 1978. APGCS/HF. Para o tratamento, Humberto Barreto, janeiro de 2013.
14 Carta de Figueiredo a Médici, de 16 de janeiro de 1979. Arquivo Médici/IHGB.
15 Humberto Barreto, janeiro de 2014.
16 Dezesseis folhas com o texto de um discurso de Figueiredo para sua visita à Sudene, com uma nota manuscrita de Geisel. APGCS/HF. Segundo dados da Sudene, depois de ter crescido a taxas inferiores às do país durante a década de 1960, o Nordeste cresceu 8,7% ao ano na década de 1970, contra 8,6% do conjunto da economia.
17 Três folhas com o detalhamento do programa, de 17 de janeiro de 1979. APGCS/HF.
18 Maço de quarenta folhas e carta do ministro Rangel Reis, anotada por Geisel em 18 de janeiro de 1979. APGCS/HF.
19 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 177.
20 De acordo com dados de Angus Maddison, <http://www.ggdc.net/maddison/Historical_Statistics/horizontal-file_02-2010.xls>.
21 Ernesto Geisel. AA.
22 Contracheque de Ernesto Geisel de fevereiro de 1979 e bilhete de Geisel a Heitor Ferreira. APGCS/HF.

23 Os sete amigos eram: Humberto Barreto; Américo Mourão, seu médico; Moraes Rego, que, pela relação pessoal que mantinha com o casal, não poderia ser classificado como general; Henrique Soares; o coronel da reserva Mário da Purificação; José Biale, corretor de Teresópolis; e o marechal Ademar de Queirós. Os ministros eram Golbery, Petrônio Portella, Danilo Venturini, Octavio Medeiros e Mario Henrique Simonsen, de quem levava o número do telefone de sua casa em Teresópolis. Três números eram de pessoas que cuidavam de seus interesses burocráticos e bancários. Outros oito eram de colaboradores que estiveram em seu governo ou serviam no SNI. A essa lista juntavam-se o ex-presidente Médici, o número de Figueiredo na granja do Torto e o geral do Planalto: 225-7755.

24 *Jornal do Brasil* e O *Estado de S. Paulo*, 16 de março de 1979.

25 Livro de Sir John Hackett.

26 Humberto Barreto, janeiro de 2013.

27 Jô Soares, junho de 2014.

28 Ernesto Geisel, 1980.

PARTE II
A EXPLOSÃO DA ECONOMIA

FERNANDO
GABEIRA
O que é isso
companheiro?

NAS FOTOS ANTERIORES:
Delfim Netto, da Agricultura para o Planejamento
Mario Henrique Simonsen, o fugaz czar da economia
Capa do grande sucesso editorial de Fernando Gabeira
Assembleia de grevistas do ABC em Vila Euclides
O aiatolá Khomeini derrubou o xá do Irã

O ministério “dialético”

Figueiredo assumiu a Presidência com o discurso de um novo tempo:

> Reafirmo: É meu propósito inabalável (…) fazer deste país uma democracia. (…).
> Reafirmo: Não descansarei até estar plenamente assegurado — sem sobressaltos — o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão.
> Reafirmo o meu gesto: A mão estendida em conciliação.

Seu ministério parecia ter a marca da continuidade. Golbery continuava na Casa Civil e Mario Henrique Simonsen trocara a Fazenda pelo Planejamento, de onde comandaria a política econômica do governo. As duas permanências, contudo, significavam menos do que pareciam. Figueiredo tentara tirar Golbery do Gabinete Civil talvez para colocá-lo na Secretaria de Planejamento, ou até mesmo em um ministério sem pasta. Pedira a Antonio Carlos Magalhães que sondasse o general, mas a raposa baiana recusou-se: “Essa é uma conversa que só você pode ter com ele”.[1] Geisel chegou a contar-lhe que ele iria para a Secretaria de Planejamento.[2] Na pequena *Cronologia* organizada por Heitor Ferreira, há o registro de que Golbery lhe disse, em novembro de 1978: “Só fico como ministro de Estado”.[3] [*Veja o documento*] O próprio Heitor, sem saber de seu destino, armara-se para retornar à Petrobras, da qual era funcionário.[4]

A cogitação do remanejamento de Golbery, tirando-o do Gabinete Civil, revelava um desejo de Figueiredo de desmanchar a ideia de que seria uma criação do "grupo palaciano". Surpreendentemente, no dia seguinte à sua eleição, o velho general passara a chamá-lo de "senhor". Para Golbery, era uma questão de etiqueta, pois achava impróprio chamar o presidente de "você". Para Figueiredo, foi um choque. A despeito da formalidade, Golbery via-se como superministro. Ao saber que Figueiredo pretendia manter o organograma do ministério, não criando novas pastas, comentou: "É, mas o papai aqui quer".[5]

O Ministério de Figueiredo explodiu em poucos meses. Simonsen (ao centro) achava que comandaria a economia. Enganou-se. Karlos Rischbieter (à direita) pensava que era ministro da Fazenda, outro engano. Delfim arrastou as fichas.

Simonsen, o segundo pilar da continuidade, tentara sair do governo. Aos 43 anos, não tinha gosto por pompa, poder ou fortuna. Era homem rico, sócio de um banco que levava seu sobrenome. Sabia que os números da economia eram ruins e haveriam de piorar. Tendo fechado o ano de 1977 com um crescimento de 4,93% do PIB, fecharia 1978 com 4,97%, as menores taxas desde 1967, e uma inflação de 40,8%. Isso e mais um movimento sindical renascido.

Em duas conversas com Golbery, Simonsen havia recusado o convite, colocando condições que julgava intransponíveis e até mesmo impertinentes. Aceitaria continuar na equipe se fosse colocado na Secretaria de Planejamento, dirigindo a política econômica do governo:

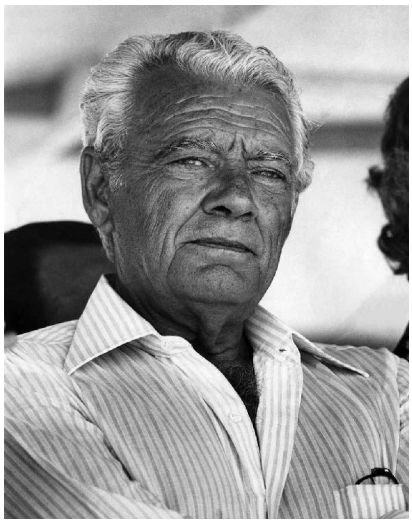
> Sob o ponto de vista da unidade e coerência de comando, o sistema atual é provavelmente pior do que aquele que funcionou até março de 1974. (…) A divisão das responsabilidades da condução da política econômica geral entre dois ministérios, a Seplan e o Ministério da Fazenda, é uma peculiaridade da estrutura administrativa brasileira que não encontra paralelo na maioria dos países dignos de imitação. A manutenção dos dois ministérios é aceitável desde que se definam mais precisamente as atribuições de cada um, caracterizando-se a Seplan como de Estado-Maior e o Ministério da Fazenda como órgão executivo.[6]

Seria ministro se o governo decidisse apertar a economia ao preço de uma recessão que duraria até dois anos, com uma equipe comprometida com essa diretriz, sobretudo na Fazenda e nos ministérios gastadores (Agricultura, Minas e Energia, Indústria e Comércio e Transportes). Queria poder de veto contra ministros e políticas expansionistas. Imaginava um governo capaz de resistir aos empresários, à imprensa e às greves. Oferecia um cenário de dificuldades só comparável aos primeiros anos do regime,

quando as reformas de Roberto Campos e Octavio Bulhões contraíram a economia para reformá-la.

Suas condições exigiam que ele fosse transformado no grão-vizir que não conseguira ser durante cinco anos. Ele sabia que a origem dos descontroles dos últimos anos não estivera em seus colegas, mas em Geisel. A relação quase filial que mantinha com o presidente reprimiria essa crítica por todo o tempo. Fulanizando sua ansiedade, mostrou-se preocupado com as notícias segundo as quais o ex-ministro Delfim Netto, que hibernara como embaixador em Paris, poderia ser convidado para a Agricultura. Impunha-lhe um veto suave: "Por que não Educação?".[7] [*Veja o documento*] Entre sua primeira conversa com Golbery e a hora em que aceitou ir para a Secretaria de Planejamento, sabendo que Delfim iria para o Ministério da Agricultura, passaram-se apenas onze dias. Simonsen acreditava que Figueiredo na Presidência teria um comportamento parecido com o do chefe do SNI: disciplinado, colegial e submetido à influência de Golbery.

Enganara-se, mas Figueiredo não o enganou. Trouxe de volta a Brasília não só Delfim (na Agricultura), mas também Mário Andreazza, o grande tocador de obras do "Brasil Grande". O retorno ao poder dos dois influentes ministros de Médici mostrava que Figueiredo e Golbery pretendiam soldar fissuras abertas em 1974, quando foram colocados na geladeira.



Mário Andreazza era um tocador de obras. Para Simonsen, “um andreazza” custava 1 bilhão de cruzeiros.

Andreazza fizera a Transamazônica, expandira a malha rodoviária federal e construíra a ponte Rio-Niterói. Embora o “Italiano” ou “Gringo” cobiçasse o Ministério de Minas e Energia, iria para o do Interior, com sua constelação de projetos de desenvolvimento.[8] Além disso, Figueiredo teria no Ministério dos Transportes o mineiro Eliseu Resende, um aliado de Andreazza que comandara o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem durante o governo Médici. Nas discussões para a formação da equipe, a menção a seu nome veio acompanhada da observação: “Golbery vacinado contra maledicência sobre pessoas. Mas verificar Eliseu no SNI”.[9]

Ex-companheiro do novo presidente desde as agitações dos anos 1950 no Clube Militar e desde a época do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações no governo Jânio Quadros, Andreazza tinha com ele uma relação pessoal. Aos sessenta anos, com fina estampa, olhos verdes e sempre bronzeado, era um coronel de hábitos simples e enérgico. Durante o governo Costa e Silva fora um cortesão; com Médici, um engenheiro, quindim das grandes empreiteiras. Colocado na geladeira por Geisel, tivera uma ação politicamente discreta desde que migrara para a iniciativa privada, como vice-presidente da Atlântica Boavista, um braço do Bradesco

no mercado de seguros. Era perseguido por acusações de corrupção, cristalizadas na compra de um apartamento na Lagoa Rodrigo de Freitas, erguido por uma imobiliária que pertencia a um estaleiro. O edifício Garça Branca tinha 44 apartamentos de 170 metros quadrados, com quatro quartos e sala. Uma denúncia chegada ao Planalto informara que a construtora do edifício tinha como sócio um ex-diretor financeiro da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (que financiava a construção naval). Um dos apartamentos fora comprado por um hierarca do Ministério dos Transportes. Dois outros, por Andreazza.[10]

Delfim Netto era outra história. Durante o governo Médici, mandara como poucos na economia brasileira. Mandara como Simonsen jamais conseguira mandar. Para alegria do empresariado, o mago do Milagre renascera das cinzas. Numa cerimônia oficial, ainda como chefe do SNI, Figueiredo tratara-o com ostensiva frieza. (Segundo Antonio Carlos Magalhães, recusara-lhe o cumprimento, mas, segundo Delfim, "cumprimentou de cara fechada, mas cumprimentou".) A essa época, ressentido pela derrota que Paulo Maluf lhe impusera em São Paulo, o general dizia que "do Delfim não espero mais nada, só pensa nele".[11] Seu prestígio diferenciava-o de Andreazza. Enquanto o coronel da Transamazônica poderia tocar obras em várias pastas, Delfim era um tocador de ideias e de pessoas, com uma personalidade muito maior que a dos eternos e subsidiários ministros da Agricultura. Deixara o poder em 1973 com crescimento alto e inflação baixa, retornava com crescimento baixo e inflação alta.

Se a política econômica teria em Simonsen um comandante, o "Gordo" seria certamente um contraponto. Estariam juntos naquilo que Heitor Ferreira chamaria de "o governo dialético". De um lado, o "Grupo A", com Simonsen e Golbery; de outro, o "B", com Delfim e Andreazza.[12]

Nos ministérios militares, Figueiredo colocou sua marca pessoal. Entregou o Exército, o SNI e o Gabinete Militar a três amigos. Os generais

Walter Pires, um chefe duro, ex-diretor da Polícia Federal e comandante da Vila Militar no dia da demissão de Frota; Octavio Medeiros, um veterano da comunidade de informações; e Danilo Venturini, uma sombra, apelidado por Heitor Ferreira de C-3PO, o robô dourado e elegante da série *Star wars*. Como o presidente, todos haviam passado pela comunidade de informações.[13]

Afora Simonsen, a única estrela do ministério diretamente ligada a Golbery era Petrônio Portella, colocado na pasta da Justiça para coordenar as ações políticas do governo. Caberia ao mago piauiense a negociação da anistia e a armação de uma reforma que romperia o bipartidarismo da Arena e do MDB, rearrumando as divisões parlamentares. Petrônio tornara-se o político civil mais prestigiado do país. Era a face pública das articulações para o desmanche do AI-5, liderava a maioria da Arena e conversava com uma parte do MDB. Produziria o ordenamento político que garantiria seis anos de paz parlamentar a Figueiredo. Nas suas especulações, Heitor Ferreira já listava os prováveis candidatos à Presidência em 1984. Em primeiro lugar, ia o vice, Aureliano Chaves. Em segundo, Golbery. Adiante, Petrônio, Andreazza e Delfim. Nono e último da lista, Paulo Maluf.[14] Meses depois, Heitor passou Maluf para o terceiro lugar e, entre quinze nomes, entrou o de Tancredo Neves, do MDB.[15]

1 Antonio Carlos Magalhães, início de 1979. Há uma referência a esse desejo de Figueiredo nas memórias do general Sylvio Frota (*Ideais traídos*, p. 596), mas ele não cita suas fontes militares.

2 *Cronologia do Governo Geisel*, de Heitor Ferreira. APGCS/HF.

3 Nota de Heitor Ferreira, 19 de novembro de 1978. APGCS/HF.

4 Bilhete de Heitor Ferreira a Golbery, de 3 de janeiro de 1979. APGCS/HF.

5 Golbery do Couto e Silva, 1979.

6 Nove folhas de um trabalho sobre a gestão econômica, sem data, de Mario Henrique Simonsen, para ser entregue a Figueiredo. APGCS/HF.

7 Maço de papéis intitulado *Affaire Simonsen* por Heitor Ferreira, contendo notas manuscritas de Golbery relativas a uma reunião de 16 de dezembro de 1978 e notas de Heitor Ferreira sobre outra reunião, do dia 20. No dia 27, Heitor Ferreira anotou que Simonsen aceitara ficar no ministério com Delfim Netto. APGCS/HF.

8 Nota de Heitor Ferreira a Golbery, de 2 de fevereiro de 1978. APGCS/HF. Ver também carta de Andreazza a Figueiredo, do final de 1978, anotada por Geisel. Nela, o coronel trata longamente da questão energética. APGCS/HF.
9 Uma pasta intitulada *Reuniões com Figueiredo no Torto, Fim do Ano*, com notas de Heitor Ferreira. Uma observação refere-se a uma reunião de Golbery com o general Danilo Venturini e Heitor, de 29 de dezembro de 1978. APGCS/HF.
10 Carta manuscrita do comandante João Carlos Palhares, presidente da Docenave, a Heitor Ferreira, de 18 de fevereiro de 1978. APGCS/HF. Palhares trabalhara com Geisel no Gabinete Militar de Castello Branco.
11 Antonio Carlos Magalhães, julho de 1978; Delfim Netto, novembro de 1988; e anotação de Figueiredo num bilhete de Heitor Ferreira, de 8 de junho de 1978. APGCS/HF.
12 Uma folha com um mapa de nomes, de Heitor Ferreira, do final de 1978. APGCS/HF.
13 Walter Pires estivera no SFICI durante o governo Jânio Quadros; Medeiros era o titular do SNI; e Venturini dirigia a Escola Nacional de Informações.
14 Uma folha de Heitor Ferreira, de 7 de janeiro de 1979. APGCS/HF. Eram os seguintes os candidatos com mais chances: “Aureliano, Golbery, Petrônio, Andreazza, Delfim, Jair Soares [ministro da Previdência], Antonio Carlos Magalhães, Ney Braga e Paulo Maluf”.
15 Anotação de Heitor Ferreira, sem data, iniciada antes de janeiro de 1980. Essa nova lista tinha a seguinte ordem: Petrônio, Delfim, Maluf, Aureliano, Antonio Carlos Magalhães, Ney Braga, Marco Maciel, Jarbas Passarinho. Provavelmente, quatro nomes foram incluídos depois de janeiro de 1980: Ibrahim Abi-Ackel, Andreazza, Tancredo Neves e Costa Cavalcanti. Numa ordem separada, três militares: Golbery, Danilo Venturini e Octavio Medeiros. APGCS/HF.

Vila Euclides

O novo governo começou tendo que lidar com uma crise na porta das fábricas. Os metalúrgicos de São Bernardo estavam parados havia dois dias e dessa vez a greve nascia com alguma organização. O SNI avisara:

> O novo Governo, por ocasião de sua instalação, em março de 1979, deverá defrontar-se com cerca de 500 mil metalúrgicos em plena campanha salarial, que se prenuncia sob clima de radicalização por parte de empregados e empresários, já que estes, reunidos, no dia 8 de janeiro, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, decidiram adotar uma base mais forte para enfrentar as paralisações futuras.[1]

Desde as greves de maio do ano anterior, não houve mês sem paralisações. Depois de mais de uma década de controle dos salários por meio de uma fórmula originalmente concebida por Mario Henrique Simonsen, todos os assalariados do país passaram a achar que uma greve poderia melhorar sua vida.[2] Pararam até dubladores, coveiros e delegados de polícia. Na fábrica de lingeries De Millus, as operárias rebelaram-se contra a revista. Durante o auge da campanha eleitoral de 1978, 100 mil trabalhadores haviam cruzado os braços em São Paulo, Osasco e Guarulhos.[3] Algumas paralisações tiveram êxito, outras fracassaram, mas o empresariado aprendera a lição de maio. A Scania demitira 450 operários

nos dois meses seguintes à greve, entregara ao DOPS uma lista de 344 nomes e informara que infiltrara o encarregado de seu serviço de segurança numa reunião política. A Volkswagen levou à polícia uma lista de nomes de operários demitidos e de militantes de organizações de esquerda.[4] A Fiat chamou a PM em Betim (MG) e dispensou 160 em São Paulo.[5] A Villares demitiu 310.[6] Na fábrica de fogões Alpha, o advogado Cassio Scatena matara com quatro tiros o operário Nelson Pereira de Jesus, de 21 anos.[7]

O patronato articulou-se. Diante do anúncio das paralisações, algumas indústrias fecharam as portas. O Planalto foi avisado de que os grevistas seriam suspensos e os sindicatos de empresas de São Paulo sugeriram a seus associados que estocassem a produção.[8] Uma cartilha da Fiesp recomendava que se tentasse, "de todas as formas", manter os grevistas fora das fábricas para "envolver o poder público". No coração dessa estratégia ficava a recusa do pagamento dos dias de quem parasse. Esse seria o preço de uma greve prolongada.[9] Uma semana de paralisação custaria ao trabalhador, nos doze meses seguintes, pelo menos o equivalente a dois pontos percentuais de um eventual reajuste.[10]

Os dois lados estavam preparados para o confronto. Os metalúrgicos pediam (de novo) a reposição de 34,1% da inflação escamoteada a partir de 1973 e mais os 43% do índice oficial de 1978.[11] Era apenas uma bandeira. Além disso, queriam que fosse criada a figura do delegado sindical, eleito nas fábricas, com direito a estabilidade no emprego. O patronato ofereceu uma escala decrescente de aumentos que iam de 63% a 44%, embutindo um dispositivo convencional: no cálculo dos novos salários não seriam computados os aumentos anteriores, como aqueles concedidos depois das greves de maio. Isso significava que os metalúrgicos do ABC pouco teriam a ganhar.[12] Para os sindicatos que ficaram fora das primeiras greves, a proposta era boa, e 29 entre 34 entidades a aceitaram.[13] Eles abandonaram a reivindicação do delegado sindical, mas Lula, cujo carisma liderava o movimento, dizia que esse era o "ponto de honra de nossa campanha".[14]

O empresariado buscava a desforra. Dividira o movimento, isolando o ABC.[15] A greve foi declarada ilegal e a polícia foi para a rua, dissolvendo piquetes e fazendo algumas prisões. No governo do estado havia um novo personagem, Paulo Maluf, disposto a mostrar a que vinha, e seu secretário de Segurança argumentava: “O espancamento às vezes é uma atitude enérgica, mas não tem nada de exagerado”.[16] No terceiro dia da greve havia cerca de 210 mil trabalhadores parados.[17] Os empresários conversavam, mas não cediam. Num dos encontros com Lula, num hotel, a negociação foi distraída por duas turistas francesas que estavam na piscina sem a parte superior do biquíni.[18] O presidente da federação estadual de trabalhadores, que aceitara a proposta patronal, informou que se o ABC conseguisse mais que ele, pararia suas bases.[19] A greve se tornara onerosa para os milhares de trabalhadores que haviam aderido sem sacar o pagamento da primeira quinzena de março.

Na manhã do décimo dia, diante da ameaça explícita de intervenção nos sindicatos, Lula e os demais dirigentes do ABC aceitaram levar à assembleia um protocolo com o resultado das últimas negociações. Admitiam uma escala modesta de aumentos, esqueciam a demanda do delegado de fábrica e estabeleciam uma trégua de 45 dias, durante os quais seria discutido o remanejamento dos aumentos obtidos nas greves de maio. Não haveria punições e os dias parados seriam descontados em cinco parcelas.[20] Aritmeticamente, a greve havia sido derrotada.

No manual das empresas e do governo, uma proposta levada aos trabalhadores pela diretoria do sindicato tendia a ser aceita, sobretudo se Lula a sancionasse. Desde o segundo dia da greve ocorrera uma novidade: as assembleias não eram mais realizadas no sindicato, transbordando milhares de peões para as ruas vizinhas, mas no estádio municipal de São Bernardo, em Vila Euclides. O governo, os patrões e até mesmo os líderes sindicais supunham que essas reuniões tinham uma essência cenográfica,

pois habitualmente chancelavam as propostas que lhes eram levadas. A assembleia de Vila Euclides inverteu inesperadamente esse quadro.

Lula, o “antipelego”, liderou duas grandes greves de metalúrgicos no ABC paulista. Ambas terminaram sem alcançar seus objetivos, mas sua liderança firmou-se.

Ao chegar ao estádio, Lula sentiu que a peãozada queria o prosseguimento da greve. Leu o protocolo, fez um discurso em que expôs o risco da intervenção, mas não defendeu o acordo que, a princípio, aceitara.[21] Vila Euclides rejeitou a trégua. No dia seguinte foi decretada a intervenção nos sindicatos e, com a polícia cercando o prédio, Lula deixou-o. Foi para a casa de parentes. Temendo que aquilo fosse o início de uma escalada repressiva, desapareceram também outros dirigentes dos sindicatos. Os que continuaram articulados não sabiam do paradeiro do líder da greve.[22] Seus temores tinham base, pois Paulo Maluf sugerira ao Planalto que Lula fosse preso.[23] Lula não foi à assembleia do dia seguinte convocada para o Paço Municipal. Nela havia 20 mil pessoas.[24]

Os trabalhadores haviam decidido prolongar a greve sem que os sindicatos tivessem formado um fundo de reserva para socorrê-la. Havia gente sem dinheiro para a feira e o movimento parecia solto no ar,

dependendo da solidariedade alheia. Teve-a. Ela veio primeiro do bispo de Santo André, d. Cláudio Hummes, um frade de 44 anos. Calado, não tinha a notoriedade do cardeal Paulo Evaristo Arns. Abrira uma assembleia no sindicato de Santo André dizendo que "os metalúrgicos sabem o que fazem".[25] Logo depois, ofereceu suas paróquias para servirem de centro de recolhimento de comida e, quando a intervenção tornou-se iminente, aceitou que os mantimentos estocados no sindicato fossem transferidos para a igreja matriz de São Bernardo.[26] Havia simbolismo no gesto, mas nessa fase a arrecadação foi rala: 55 mil cruzeiros e três toneladas de alimentos.[27]

De Brasília, via-se um cenário de êxito. De olho na inflação, Mario Henrique Simonsen cuidava dos números e Golbery buscava a derrota do movimento. Do resto, cuidava o novo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, um suave mineiro que presidira o Banco do Estado de São Paulo e ocupara a Secretaria da Fazenda no governo de Paulo Egydio. Conversava, chegando a se reunir com sindicalistas em sua casa, mas não cedia. O patronato dizia que pelo menos 40% dos operários já haviam voltado ao trabalho. Mesmo que fosse verdade, metade estava parada.

O empresário Paulo Francini, presidente do sindicato patronal da indústria de ar-condicionado, destacado liberal do núcleo de negociadores da Fiesp, estava almoçando e foi chamado ao telefone. Era o ministro Macedo, pedindo-lhe que negociasse com Lula o fim da intervenção no sindicato. Estava-se no décimo terceiro dia da greve, o terceiro depois da intervenção. Francini chamou Lula para uma conversa no escritório do industrial Claudio Bardella, um dos barões da indústria pesada. Um carro iria buscá-lo, identificando-se apenas pelo nome do motorista. Lula entrou pela garagem e a conversa durou três horas. Quando Bardella ofereceu-lhe uma bebida, esclarecendo que não tinha cachaça, ouviu: "Que pinga nada, eu quero uísque".[28]

Estava encerrada a greve. O acordo foi resumido em três folhas de bloco por Bardella: o sindicato seria devolvido em quinze ou 45 dias, não haveria

demissões, a CNBB seria a avalista da renegociação e o salário de março não teria desconto imediato dos dias parados, mas eles seriam negociados durante os 45 dias seguintes ao fim da greve. Ao pé das anotações, as quatro palavras essenciais: “Antes: volta ao trabalho”.[29] [*Veja o documento*]

Para quem acompanhava a greve com uma máquina de calcular, ela fora batida. Os dias parados seriam descontados parceladamente e viriam a ser chamados de “carnê Lula”.

Enquanto estavam reunidos, Bardella foi chamado ao telefone. Era seu filho Claudio, que, ao saber que o pai estava com Lula na sala, pediu-lhe que conseguisse um autógrafo do líder sindical. Lula atendeu-o e, numa folha do mesmo bloco em que seu pai listava as bases do acordo, escreveu: “Ao querido amigo Claudinho, um abraço do amigo Lula”.[30] [*Veja o documento*]

O industrial Claudio Bardella negociou com Lula a capitulação da greve de 1979, mas seu filho pediu um autógrafo ao líder operário.

Esse simples episódio mostra o paradoxo da greve de 1979. Matematicamente, ela foi uma ruína. Fizeram melhor negócio os sindicatos que ficaram fora dela. Politicamente, o patrão pedia um autógrafo do operário para seu filho.

Lula voltou a Vila Euclides com d. Cláudio Hummes, cantou o *Hino nacional*, rezou o padre-nosso e disse as cinco palavras essenciais: “Companheiros, vamos voltar a trabalhar”.

1 *Apreciação Semanal*, do SNI, de 13 de janeiro de 1979. CPDoc.

2 Para a fórmula de Simonsen, John W.F. Dulles, *Castello Branco*, p. 49.

3 *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1978.
4 Idem, 21 de julho, 11 de agosto e 25 de dezembro de 1978.
5 Idem, 25 de outubro de 1978; e *O Estado de S. Paulo*, 31 de outubro e 6 de dezembro de 1978.
6 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, p. 115.
7 *O Estado de S. Paulo*, 12 e 15 de outubro de 1978.
8 Idem, 1o de novembro de 1978; e nota do coronel Gleuber Vieira a Heitor Ferreira, de 30 de outubro, transmitindo a Heitor Ferreira um recado de Luis Eulálio Bueno Vidigal. APGCS/HF. Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, p. 118.
9 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, p. 213.
10 Paulo Francini, 15 de dezembro de 2005.
11 Em 1973, o índice oficial da inflação fora de 15,5%. Segundo um estudo do Banco Mundial, o número real era 22,5%.
12 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, p. 215.
13 Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho*, pp. 43-4; Almir Pazzianotto, *100 anos de sindicalismo*, p. 124; e *O Estado de S. Paulo*, 13 de março de 1979.
14 *O Estado de S. Paulo*, 13 de março de 1979.
15 Pararam também 35 mil metalúrgicos de São José dos Campos (SP) e Jundiaí (SP).
16 Declaração do secretário de Segurança Octávio Gonzaga Jr., *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, 18 de março de 1979.
17 *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1979.
18 Paulo Francini, 15 de dezembro de 2005.
19 Sindicalista Argeu Egidio dos Santos, *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1979.
20 Para a íntegra desse protocolo, Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, pp. 217 e segs.; Almir Pazzianotto, *100 anos de sindicalismo*, pp. 127-8; e *Jornal do Brasil*, 22 e 23 de março de 1979. Em seu depoimento a Denise Paraná, *Lula, o filho do Brasil*, p. 141, Lula se refere a esse "acordo que eu considerava, se não extraordinário, um bom acordo". Na narrativa, confunde-se com datas e aspectos da negociação.
21 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, p. 217.
22 Idem, p. 138.
23 *Veja*, 9 de abril de 1980.
24 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, pp. 138-9. Depoimento de Lula ao projeto ABC de Luta, <http://www.abcdeluta.org.br/_depoimento_historiadevida_frame.asp?id_DEP=100>.
25 *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1979.

26 Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, p. 129.
27 *O Estado de S. Paulo*, 20 de março de 1979. No final de maio, o sindicato informou que foram recolhidas 76,6 toneladas de alimentos e 1,5 milhão de cruzeiros, atendendo a 6.384 famílias de trabalhadores que tinham uma média salarial de 4.384 cruzeiros. Luís Flávio Rainho e Osvaldo Martines Bargas, *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, p. 170.
28 Paulo Francini e Claudio Bardella, 26 de março de 1979.
29 Xerox de três folhas de bloco manuscritas, de Claudio Bardella. AA.
30 Xerox de uma folha de bloco manuscrita, de Lula, datada 29 de março de 1979. AA.

Teerã e Washington

Para Mario Henrique Simonsen, Vila Euclides era um detalhe. Uma nova crise vinha do Irã, onde o aiatolá Ruhollah Khomeini, um clérigo de aparência serena e língua de fogo, depusera o xainxá Reza Pahlevi, o "Rei dos Reis", "Luz dos Arianos". O xá era o maior exportador de petróleo depois da Arábia Saudita e simbolizava as megalomanias das ditaduras modernizadoras da época. Nadava em dinheiro e julgava-se dotado de conhecimentos divinos ou, pelo menos, de poderes para receber mensagens do Padre Eterno.[1] Em 1965, quando visitou o Brasil, fincara pé para que o presidente Castello Branco o hospedasse no palácio da Alvorada.[2] Partira deixando para o marechal um esplêndido e enorme tapete de seda que, provavelmente, tornou-se o objeto mais valioso de seu patrimônio.[3]

Ashraf, a irmã gêmea do xá, estivera no Brasil em agosto de 1978 e seu porta-voz dissera que os distúrbios que ocorriam no Irã eram coisa de fanáticos religiosos tirando proveito de uma liberdade para a qual o povo não estava preparado.[4] Duas semanas depois Reza Pahlevi colocou o país sob lei marcial. Em janeiro de 1979, o monarca abandonou seus palácios e exilou-se no Egito.

Khomeini era um ancião de 78 anos, com uma enorme barba branca e turbante preto. Prometia criar uma República Islâmica, mas ninguém sabia direito o que era isso, e quem sabia não acreditava que ele conseguisse, pois descera em Teerã apoiado por uma coligação na qual juntavam-se de comunistas ateus a liberais seculares. O embaixador americano na ONU, Andrew Young, dissera que ele seria recebido como "um santo". Um

professor de Princeton escrevera no *New York Times* que “seu círculo de assessores compõe-se de pessoas progressistas, moderadas”, antevendo “um modelo de governança humana”.[5] Aparecia para o mundo sentado na grama do jardim da casa em que vivia, nos subúrbios de Paris. Poucas semanas depois de seu desembarque foram fuzilados quatro poderosos generais e Amir Hoveyda, o ex-primeiro-ministro que, por mais de uma década, com excêntricas orquídeas espetadas na lapela, simbolizara o cosmopolitismo e a prosperidade do país.

Ao contrário de 1973, quando o choque do petróleo derivou de um conflito antigo que envolvia povos e nações, em 1979, o segundo choque, imprevisto, foi produzido por uma só pessoa: Khomeini. A oposição ao xá paralisara as refinarias iranianas, a chegada do aiatolá ao Irã desorganizara os contratos internacionais de fornecimento, a perplexidade dos governos das nações importadoras adicionara ansiedade ao mercado e a especulação fez o resto. O preço do barril de petróleo passou de 14 dólares para um pico de 34.[6] Para o conjunto dos países em desenvolvimento importadores de combustíveis, isso significava que uma conta equivalente ao valor de 15% de suas exportações em 1978 passaria a custar 23%.[7] Antes da encrenca iraniana, Simonsen encaminhara ao general Figueiredo um estudo secreto no qual antevira dificuldades, caso o barril chegasse a 30 dólares. Estimara que isso poderia ocorrer em 1985. Se a conta do petróleo ultrapassasse os 7 bilhões de dólares, “o déficit comercial, o déficit em conta-corrente e a dívida externa” chegariam a “níveis perigosos”.[8]

O choque do petróleo de 1973 abatera as economias de países importadores e abrira um ciclo recessivo na Europa, no Japão e nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, patrocinara uma bonança para as nações exportadoras e a banca internacional, que captava seus petrodólares. A essa época toda a dívida externa da América Latina ia a 42,8 bilhões de dólares. Em 1978, o Brasil, sozinho, passou de uma dívida de 12,6 bilhões para 43,5 bilhões de dólares.[9] Os empréstimos já não eram tomados só para projetos,

mas também para refinanciar o que se devia. O jogo era outro. Continuava a ser financeiramente lucrativo para a banca, mas trazia uma inquietação intelectual. O novo diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, fez circular um memorando perguntando se não havia o risco de a dívida externa do Terceiro Mundo sair do controle. Ouviu que não.[10] No calor da crise iraniana, com o petróleo a 18 dólares, o assunto foi discutido no Federal Reserve, o Banco Central americano.[11] Em todas as ocasiões o risco foi considerado desprezível. Como acontecia desde o século XIX, os riscos eram dois: da banca que emprestou e poderia não receber e dos devedores que tomaram o que não poderiam pagar.

O primeiro colapso dos empréstimos internacionais à América Latina dera-se na primeira metade do século XIX. É dessa época a ruína dos papéis lançados no mercado de Londres pelo aventureiro Gregor McGregor, que financiava a colonização do reino de Poyais, com seus bulevares, uma catedral e um teatro de ópera. Seus papéis valiam mais que os chilenos e rendiam tanto quanto os argentinos. Poyais simplesmente não existia, era uma mata virgem tomada pela malária nas terras que hoje estão entre Nicarágua e Honduras.[12] Poyais foi de uma vigarice emblemática, mas em todos os tempos os períodos de expansão do crédito internacional embutiram irresponsabilidades. No centro da questão sempre ficou a análise, pela banca, dos riscos que assumiam. Entre 1925 e 1981, dezessete nações latino-americanas haviam caloteado ou reestruturado suas dívidas. O Brasil renegociara em quatro ocasiões: 1931, 1937, 1961 e 1964.[13]

Três personagens da crise da dívida externa, no sentido horário: Paul Volcker, do FED, e os banqueiros Antony Gebauer e William Rhodes.

A mãe de todas as crises viria de Washington, aos poucos. O presidente Jimmy Carter decidira trocar seu secretário do Tesouro, deslocando para o seu lugar o presidente do Federal Reserve. A primeira escolha de Carter para o lugar vago foi o banqueiro David Rockefeller, mas ele não aceitou e sugeriu Paul Volcker. O presidente sequer o conhecia. Era uma figura imponente, com 2,1 metros. Para Volcker, o novo emprego seria o pior negócio de sua vida. Cuidaria do valor de uma moeda que desde março estava sendo corroída por uma inflação acima de 10% ao ano. Perderia metade da renda (toda vinda do salário) e deveria viver com 19 mil dólares mensais líquidos. Iria para Washington sozinho, instalando-se numa quitinete de estudante. Sua mulher, obrigada a arrumar um emprego, alugaria um dos quartos do apartamento do casal em Nova York.[14] Volcker

não entrou no FED com uma ideia clara a respeito do que deveria fazer para derrubar a inflação, até mesmo porque o Banco Central americano opera como um colegiado.

* * *

Mario Henrique Simonsen levou menos de um mês para descobrir que não seria o superministro da Economia. O governo estava no seu vigésimo dia e o general Octavio Medeiros registrou o resumo de uma fala do professor durante a reunião matutina presidida pelo presidente no Planalto: “Inflação: quem cuida de quê? Simonsen, Rischbieter,[15] Delfim”.[16] Tratavam dos preços agrícolas. Dias depois, o ministro queixou-se de “divergências na imprensa entre pessoas dos altos escalões”. Karlos Rischbieter ilustrou com uma piada a situação em que estava seu Ministério da Fazenda — comparou-o à Santíssima Trindade, com um ocupante involuntário (ele), outro que não desencarnara (Simonsen) e um terceiro aspirando à reencarnação (Delfim).[17]

De um lado, Simonsen era atacado porque, depois de três pacotes de mudanças na economia, a inflação continuava renitente (4,4% no mês de julho). O economista que chamara o II PND de “obra de ficção”, recuperara a verve. Quando o ministro de Minas e Energia defendeu um programa que aproveitasse o metano do esterco, perguntou-lhe: “Vamos criar a Bostobras?”. Mais que isso: inventou uma unidade monetária de despesas do governo, o “andreazza”. Um “andreazza” equivaleria à unidade dos recursos pedidos pelo ministro do Interior e valeria 1 trilhão de cruzeiros.[18] No ministério dialético, a busca da unidade dos contrários produziria apenas falta de comando.

Numa audiência com um deputado, Figueiredo disse que “se me trouxerem um nome capaz de resolver o problema econômico, eu exonero Simonsen e nomeio a pessoa indicada”.[19] Era apenas mais uma das frases

do general, mas, no dia 2 de agosto de 1979, Heitor Ferreira registrou em seu diário:

Meio-dia e pouco, estou chegando de uma incrível conversa com o Simonsen. Ele simplesmente disse-me nas bochechas que vai embora! (…) Ele quer abreviar o trabalho "para não ser quem vai apresentar a inflação de 50% ao presidente".

Mas "o que falta, Mario?", perguntou Heitor.

> — Falta alguém que dê esporro nos ministros. Eu não posso dar. O Golbery faz alguma coordenação, mas na base da ascendência e do prestígio pessoal. O Médici designou o Leitão para isso.[20] No governo, agora, ninguém faz. O Geisel dava, puxava orelhas.
> — E a inflação foi a 40%.
> — Pois é, governo eclético, com puxão de orelha, a inflação vai a 40%; governo eclético, sem puxão de orelha, a inflação vai a 80%. (…)
> — Mas a tua análise tem implícita uma crítica ao Figueiredo.
> — É. Você não concorda com a minha análise?

Heitor mudou de assunto.[21]

Simonsen decidiu sair e na sua última audiência, quando se despediu de Figueiredo, o general perguntou-lhe:

> — Mario, você acha que o meu governo está uma merda, não?
> — Presidente, eu estou indo embora…[22]

Mario Henrique Simonsen (à direita) pediu demissão e foi para a praia, no Leblon. Quando se despediu de Figueiredo, ele lhe perguntou: “Você acha que meu governo está uma merda, não?”. Acertara.

Dias depois, Heitor registrou: “Golbery indicou o nome do Delfim para o Planejamento e conversou-se muito em torno das derivadas disso”.[23]

A primeira derivada apareceu na posse de Delfim. Euforia do empresariado. O salão estava tão cheio que o presidente da Arena de São Paulo, Claudio Lembo, encurtou caminho passando acrobaticamente por cima de uma mesa. Delfim entrou ao seu estilo. Detonou o presidente do Banco Central e o do IBGE, além do diretor de operações do Banco do Brasil, preenchendo os lugares com amigos provados durante seu mandarinato anterior. Para o Ministério da Agricultura, promoveu seu secretário-geral. Foi a um congresso de economistas onde estavam alguns de seus principais críticos, botou a plateia para cantar o *Hino nacional* e deu

um recado teatral: “O mundo não vai acabar. Logo, podemos afirmar que o Brasil também não vai acabar”.[24] Meses depois, detonou Rischbieter.

A euforia do empresariado e dos políticos com a ida de Delfim para o lugar de Simonsen foi tamanha que o presidente da Arena de São Paulo, Claudio Lembo (de terno claro), fez uma manobra acrobática para furar a fila de cumprimentos. Era a volta do mago do “Milagre Brasileiro”.

À perspectiva de baixo crescimento de Simonsen, Delfim contrapôs um salto para a frente. Desvalorizou a moeda em 30% (o que ajudava as exportações) e, em dois lances, prefixou a correção monetária em 45% e a variação cambial em 40%. Essas medidas pretendiam segurar a expectativa inflacionária. Enriqueceram quem tinha dívidas indexadas, num dos maiores episódios de transferência de renda já ocorridos no país. Em 1979 o Produto Interno Bruto cresceu 6,8%. No ano seguinte, expandiu em 9,2%. O Brasil parecia ter retornado aos tempos do Milagre.

A aposta de Delfim foi ruinosa. As prefixações da correção monetária e do câmbio pressupunham que a inflação ficasse abaixo de 50%. Deu-se o contrário: ela ficou em 77,25% em 1979, saltando para 110,24% em 1980. Pela primeira vez na história, a carestia chegava aos três dígitos. As

medidas contracionistas necessárias para conter uma explosão trouxeram a conta em 1981 e o PIB contraiu-se em 4,25%. Não só o vinho do novo Milagre virara vinagre, como a economia brasileira entrara num novo ciclo histórico.[25] O crescimento de 9,2% jamais voltaria a se repetir.

O ferrolho em que estava aprisionada a economia brasileira foi assim descrito por Figueiredo a seu colega venezuelano Herrera Campins, quando se reuniu com ele em Caracas para conseguir (sem sucesso) mais petróleo:

> Um país como o Brasil, por exemplo, que já despende 7 bilhões de dólares com importação de petróleo, poderia, em muito curto prazo, dobrar essas despesas para 14 bilhões, o que corresponde exatamente à nossa receita de exportação. O Brasil terá, ainda, um serviço de dívida externa da ordem de 10 bilhões de dólares — isso lhe permite fazer uma projeção talvez pessimista da ordem de um dispêndio de 24 bilhões de dólares, para cobrir apenas duas parcelas das contas externas do país. (…) A crise do Brasil é imediata e é problema para os próximos seis meses, e, da forma pela qual a mesma está se manifestando, a economia nacional não terá condições de resistir.[26]

* * *

A projeção pessimista de Figueiredo ganharia outro complicador. Paul Volcker decidira-se pelo combate à inflação através do remédio da alta dos juros. (Como sempre acontece em situações semelhantes, economistas como Milton Friedman sustentavam que o remédio correto seria uma política de encarecimento do custo da moeda associada à contração das despesas públicas. O déficit orçamentário dos Estados Unidos estava em 1,6% do PIB.) No fim de 1980, os juros americanos, que influenciavam a taxa móvel da dívida brasileira, chegaram a 21%. A economia nacional

estava presa num alicate. De um lado, a conta do petróleo arruinava a balança de pagamentos. De outro, a taxa de juros obrigava o país a gastar mais no serviço da dívida para comprar coisa nenhuma. A cada ponto percentual de elevação da taxa de juros americana, a amortização da dívida custava mais 500 milhões de dólares. Uma parte dessa dívida era de empresas privadas. Dobrando a aposta, o governo tranquilizou os bancos, tornando-se avalista de todos os papagaios.

Em tese, a explosão da dívida brasileira, como muitas outras, não era uma inevitabilidade. Nações asiáticas passaram por isso sem maiores crises. As ruínas ocorreram quando devedores e credores juntaram-se no financiamento de projetos que não teriam a rentabilidade esperada em países que faziam mágicas com o câmbio. Como sempre, essa miopia derivava do interesse dos bancos (pela qualidade dos balanços), de seus executivos (pelo volume das comissões) e, em algumas ocasiões, pelo risco que adviria do reconhecimento de maus empréstimos. Naquela crise juntaram-se todos esses fatores.

A banca internacional continuava pedalando. Em outubro de 1979 o Brasil conseguiu um crédito de 1 bilhão de dólares de casas americanas, europeias e japonesas. O governo dizia que o dinheiro iria para o programa de produção de álcool, mas o ministro da Indústria e Comércio, que não sabia de nada, ironizou: “Será que posso passar pelo caixa e pegar o bilhão de dólares?”.[27] Tinha razão, era apenas uma rolagem. Os novos empréstimos destinavam-se a saldar velhas dívidas, preservando a saúde dos balanços dos bancos.

Numa rápida viagem a Nova York e Londres, Delfim reuniu-se com a elite da banca e defendeu sua política com a mesma teatralidade de sua teoria segundo a qual, como o mundo não ia acabar, o Brasil não acabaria: “O Brasil é um país curioso. Muitos brasileiros que não são nem banqueiros estão mais preocupados com a saúde dos banqueiros americanos do que eles próprios”.[28] Nas versões públicas, a banca estava em paz. Não era bem

assim e a própria viagem do ministro sinalizava isso. Do banco Morgan já partira um sinal de alerta, com uma suave recomendação de que o Brasil buscasse um empréstimo do Fundo Monetário Internacional para garantir suas contas externas.[29]

1 Entrevista do xá a Oriana Fallaci, 1o de dezembro de 1973, <http://www.newrepublic.com/article/world/92745/shah-iran-mohammad-reza-pahlevi-oriana-fallaci>.
2 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 29 de abril de 1965.
3 Paulo Castello Branco, 1973.
4 *O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1978.
5 Daniel Yergin, *The prize*, p. 680.
6 Idem, p. 784.
7 *Silent Revolution: the IMF 1979-1989*, 1o de outubro de 2001, Chapter 8 — The crisis erupts, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001/ch08.pdf>.
8 Maço de dezoito páginas de Mario Henrique Simonsen, intitulado *Notas sobre uma Política Energética para o Brasil*. APGCS/HF.
9 Dionísio Dias Carneiro, em Persio Arida (org.), *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural*, p. 95.
10 Phillip L. Zweig, *Wriston*, p. 577. O francês Jacques de Larosière pertencia a uma família normanda que, durante o reinado de Luís XIV, solicitou isenções de impostos por descender de Essomeriq, um príncipe levado para a França no século XVI pelo navegador normando Binot de Gonneville. Essomeriq chamara-se Açá-Mirim e era filho de um cacique carijó da ilha de Santa Catarina. Sobre a isenção de impostos, Leyla Perrone-Moisés, *Vinte luas*, pp. 109-3.
11 Phillip L. Zweig, *Wriston*, p. 627.
12 David Sinclair, *The land that never was*; e Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart, *This time is different*, pp. 93-4.
13 Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart, *This time is different*, p. 96.
14 Joseph B. Treaster, *Paul Volcker*, p. 122.
15 Karlos Rischbieter era o ministro da Fazenda.
16 Uma folha com o resumo da reunião, de Octavio Medeiros, de 5 de abril de 1979. Nos primeiros dias do governo, Heitor Ferreira pedira ao chefe do SNI que registrasse brevemente, em folhas padronizadas de um bloco, os temas discutidos na reunião das nove e na das quinze horas, quando se encontravam com o presidente seus chefes dos gabinetes Civil e Militar, bem como o do SNI e o da Secretaria de Planejamento. Ao longo do governo, Medeiros preencheu 475 dessas folhas. APGCS/HF.
17 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 16 de maio de 1979.
18 *Veja*, 15 de agosto de 1979.

19 Idem.
20 João Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil durante todo o governo do general Médici, de 1969 a 1974.
21 *Diário de Heitor Ferreira*, 2 de agosto de 1979.
22 *Veja*, 20 de março de 1985.
23 *Diário de Heitor Ferreira*, 6 de agosto de 1979.
24 *Veja*, 22 de agosto de 1979.
25 Em seu poema *Jogos florais*, o poeta Cacaso avisara: *"Ficou moderno o Brasil/ ficou moderno o milagre:/ a água já não vira vinho,/ vira direto vinagre"* (*Lero-lero (1967-1985)*, Rio de Janeiro/São Paulo: Sete Letras/Cosac Naify, 2002, p. 157).
26 A importação de petróleo custou 6,3 bilhões de dólares em 1979 e nunca passou de 10,6 bilhões, em 1981. Luiz Aranha Correa do Lago, em Persio Arida (org.), *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural*, p. 58. Nove folhas rubricadas por Ramiro Guerreiro, *Entrevista do Presidente João Baptista Figueiredo com o Presidente Herrera Campins. Palácio Miraflores*, de 6 de novembro de 1979. APGCS/HF. No original, erradamente, o serviço da dívida é dado como se fosse de "10 milhões", o que levaria a soma para 14,1 bilhões de dólares.
27 *Gazeta Mercantil*, 19 de outubro de 1979.
28 *Veja*, 5 de março de 1980.
29 Antony Gebauer, junho de 1993.

Um novo país

Durante os anos de chumbo o Brasil vivia o Milagre Econômico, com um crescimento médio de 11,4% ao ano entre 1969 e 1973. A repressão política (mais de 1,8 mil casos de tortura e mais de quatrocentos mortos e desaparecidos)[1] era abafada pela censura. No primeiro ano de Figueiredo, a liberdade política e a conquista da anistia abafavam, sem censura, as dificuldades da economia. O general presidia um novo Brasil. O livro *Mil razões para viver*, de d. Helder Câmara, permaneceu 24 semanas na lista dos mais vendidos.[2] Terminara o tempo em que a censura ordenara: "Nenhuma referência, contra ou a favor de d. Helder Câmara".[3] Mudara até o verão. O livro *O que é isso, companheiro?*, com as memórias do jornalista Fernando Gabeira, ficou 61 semanas seguidas na lista, tornando-se o maior sucesso editorial da década. Em apenas dois anos, Gabeira passara do radicalismo juvenil de 1968 para a função de guardião do cativeiro do embaixador americano sequestrado. Baleado, preso e banido, vagara por Argel, Havana, Paris, Estocolmo e Lisboa. De volta ao posto 9 de Ipanema, chocara os velhos militantes vestindo uma tanga de crochê de uma prima.[4]

Figueiredo sancionou a Lei da Anistia em agosto de 1979. Semanas depois voltaram ao país Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luiz Carlos Prestes. Em Paris, o dirigente comunista *Julio* voltou a ser Armênio Guedes, cujo irmão fora assassinado em 1972. Em Cruzeiro do Oeste (PR), Carlos Henrique Gouvea de Melo jogou no milhar da Lei da Anistia (6.683) e ganhou o suficiente para convidar sua mulher, Clara Becker, para jantar. Contou-lhe que era José Dirceu de Oliveira e Silva e seguiria outro rumo.[5]

Famílias que estiveram diante das portas de prisões para visitar seus parentes tornaram-se grupos alegres nos aeroportos, onde iam buscá-los na volta do exílio.

A anistia que Figueiredo mandou ao Congresso foi menor do que pedia a praça. O presidente insistira em não estendê-la a “terroristas” e cuidou para que isso ficasse expresso no projeto. Recebera, e guardara, uma carta de Edyla Mangabeira Unger, cuja filha, Nancy, estudava filosofia e fora presa no Recife, em 1970. Militara no PCBR, e no aparelho em que foi capturada achou-se um plano para sequestrar o cônsul americano.[6] Havia sido banida na troca de presos depois do sequestro do embaixador suíço. Edyla escreveu ao general:

> Ao dirigir-me ao senhor neste momento tenho diante de mim, presente como se vivos fossem, a imagem de dois homens que se encontravam presos na então chamada “Sala da Capela” da Casa de Correção do RJ.
>
> Nós, os seus familiares, nos encontrávamos semanalmente à porta daquele presídio no dia em que nos era permitido visitá-los.
>
> Tenho diante de mim, repito, presentes como se vivos fossem, esses dois presos políticos irmanados pelo mesmo ideal. Um deles era seu pai, o general Euclides Figueiredo. O outro era meu pai, Otavio Mangabeira.[7]
>
> (…) Meu pai, através da palavra inflamada do orador — do tribuno —, denunciando as injustiças, as violências cometidas pela ditadura de Vargas.
>
> E o general Euclides Figueiredo, fiel à defesa dos direitos de que haviam privado nosso povo, através das armas, que empunhou na Revolução de São Paulo.
>
> As mesmas armas que empunharam, na guerra aqui travada, tantos anos depois, alguns dos jovens revolucionários, combatentes

> que foram por um Brasil melhor. Por um Brasil mais justo. Esses que o seu governo injustamente qualificou de terroristas e que foram, por isso, excluídos do Projeto de Anistia. Projeto este, de tal modo parcial — a tal ponto restrito —, que excluiria também, se vivo fosse, o general Euclides Figueiredo.
>
> Terrorismo, senhor general, é o que ocorreu nas tristes salas de tortura, nos porões dos quartéis, numa das fases mais negras da nossa História.[8]

Edyla Mangabeira apontara duas questões centrais: a amplitude da anistia, à esquerda, e a responsabilização criminal dos torturadores, à direita. Golbery e Petrônio Portella trabalharam inicialmente na primeira anistia, "ampla, mas nos pontos fundamentais, restrita".[9] Só o Executivo poderia mandar o projeto ao Congresso e a oposição, minoritária, pouco poderia fazer. Como observou o jornalista Carlos Castello Branco ao registrar o apoio dos dois líderes do MDB na Câmara, Tancredo Neves (no exercício do cargo) e Freitas Nobre (eleito para a legislatura seguinte), "seria um contrassenso recusar o bom e insistir no ótimo".[10]

O assunto foi tratado em nove reuniões do palácio do Planalto. Numa, de 4 de abril, Golbery levou "ideias gerais apresentadas por Petrônio". Noutras, de maio e junho, Figueiredo e o chefe do Gabinete Militar, general Danilo Venturini, trataram do "projeto de anistia".[11] É provável que no período que separa essas reuniões tenham sido produzidos os dois rascunhos conhecidos do projeto. O primeiro está fortemente emendado por Golbery.

Toda a questão girava em torno do artigo 1º, que definia a essência e o alcance da iniciativa. O texto original dizia:

> "É concedida anistia a todos quantos praticaram crimes políticos (…)"

Golbery emendou:

> "É concedida anistia a todos quantos praticaram crimes políticos **por motivação política ou ideológica no quadro da segurança nacional** (…)"

O general tratava da segunda questão, a responsabilidade da "tigrada". Numa nova emenda, foi mais sucinto:

> "É concedida anistia a todos quantos praticaram **crimes políticos relacionados com a segurança nacional** (…)"

Riscou. Parecia querer dizer mais alguma coisa e chegou ao seguinte:

> "É concedida anistia a todos aqueles que praticaram **crimes políticos, contra a segurança nacional, ou por motivação política ou ideológica** (…)"

No que pode ter sido a última emenda escreveu:

> "É concedida anistia a todos aqueles que praticaram **crimes políticos, assim considerados os crimes contra a segurança nacional ou a ordem política e social e os motivados pela radicalização política e ideológica.**"

No projeto seguinte apareceu a palavra que Golbery parecia procurar:

> “É concedida anistia a todos quantos (…) cometeram crimes políticos ou **conexos.**”[12] [*Veja os documentos*]

“Conexos” eram os atos dos servidores civis e militares cujo futuro inquietava os generais. O Centro de Informações do Exército previra essa ameaça, lembrando que nos cárceres da ditadura haviam ocorrido, com o “patrocínio efetivo das Forças Armadas e governo (…), ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crime”.[13] Era a anistia da tortura e de sua linha de comando.

O bloqueio da anistia a pessoas condenadas pela prática de crimes de sangue ocorridos durante o surto terrorista foi descosturado pontual e habilmente na Justiça Militar. Em janeiro, estimava-se que houvesse no país 268 presos.[14] Em agosto, na conta do STM, haveria 52 pessoas presas e dezessete seriam libertadas imediatamente.[15] Não só os tribunais desconheciam quantos eram os condenados, como o próprio palácio do Planalto não fora além de uma estimativa. Havia também incongruências. A professora Glenda Mezarobba mostrou uma delas: tomando-se o caso de quarenta pessoas condenadas por terem militado na Ação Libertadora Nacional, dezesseis que estavam presas não teriam direito à anistia, mas treze, que haviam sido banidas, teriam.[16] Manuel Cirilo de Oliveira, que participara do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969 e fora preso logo depois, continuaria na cadeia. Fernando Gabeira, que estivera na mesma ação e fora banido em 1972, seria anistiado. Nancy Mangabeira, trocada pelo embaixador suíço, poderia retornar ao Brasil. Entre os presos estava José Sales de Oliveira, um ex-seminarista cearense que militara no PCBR e fora condenado por ter participado em 1970 de um assalto, durante o qual morrera um comerciante, continuaria cumprindo sua pena.[17]

À primeira vista a incongruência era insolúvel. Contudo, por meio de uma série de expedientes, como a redução das penas e a concessão de

liberdades condicionais, as cadeias esvaziaram-se. No dia 7 de outubro de 1980, passados catorze meses da promulgação da anistia, Sales de Oliveira, o último preso da ditadura a ganhar a liberdade, deixou o quartel do Corpo de Bombeiros de Fortaleza.[18] Apesar de suas limitações, a anistia de Figueiredo beneficiou, de imediato, cerca de 5 mil pessoas.[19] Foi a maior da história do país.

29 de agosto de 1979: Paulo Roberto Jabour, o *Ricardo* do MR-8, que havia sido condenado à prisão perpétua, reencontra o filho e deixa o presídio da Frei Caneca, no Rio de Janeiro.

* * *

Para Figueiredo, num documento preparado para ser discutido numa reunião com as cúpulas do governo e da Arena,

> concluída a etapa da anistia, o clima está criado e a necessidade é evidente de acertar-se o quadro partidário de maneira permanente e que aumente as possibilidades de conservarmos o poder efetivo até 1991, com mais um período presidencial assegurado para o partido do governo.

Golbery anotou no documento: “Em último caso, fazendo concessões e acordos (quem sabe, até união nacional) com um partido de oposição democrática confiável”.

Era o projeto de poder, e nesse documento há uma surpreendente revelação de Figueiredo:

> Finalmente, como guia confidencial de longo prazo, conforme os resultados [da eleição] de 1982, contemplo coroar a ação política de meu governo promovendo uma transformação do Congresso Nacional em Constituinte, em 1983.[20] [*Veja o documento*]

Golbery reescreveu: “(…) contemplo coroar a ação política de meu governo promovendo uma reforma (consolidação) da Constituição. (Congresso Nacional como Constituinte, em 1983)”.

Anistia, reorganização partidária ou mesmo uma Constituinte pressupunham um nível de distensão política que Figueiredo almejava, em tese. Na prática, semanas depois da apresentação dessa minuta, o general descontrolara-se durante uma cerimônia em Florianópolis. Da sacada do velho palácio acenara para a multidão e rira para uma pequena manifestação organizada por estudantes com faixas dizendo “Abaixo a fome” e gritos de “Abaixo Figueiredo, o povo quer dinheiro”. Isso jamais lhe acontecera. Quando ouviu uma variante do grito de torcida (“Um, dois, três/ quatro, cinco mil…”), desvencilhou-se da comitiva, desceu do salão e foi para a rua

bater boca: “Eu gostaria de perguntar por que a minha mãe está em pauta. Vocês ofenderam minha mãe. (…) Se é esse o argumento que vocês têm, podem ir para a Rússia. No meu país, não”.[21] Foram presas sete pessoas, libertadas dias depois e absolvidas em 1981.[22] (Cinco anos antes o deputado Francisco Pinto fora condenado pelo Supremo Tribunal Federal a seis meses de prisão por ter chamado o general Augusto Pinochet de “sangrento personagem” e “fascista”.)

Antes de completar um ano de governo, o temperamento de Figueiredo explodiu em Florianópolis. Diante de uma manifestação em frente ao palácio do governo…

… ele foi para a rua e bateu boca com jovens que gritavam “um, dois, três, quatro, cinco mil…”.

No projeto de Golbery, o tamanho da população anistiada tinha um valor quase simbólico. Seu interesse estava, no máximo, numa dezena deles. Voltariam ao cenário Jânio Quadros, em São Paulo, Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, em Pernambuco. Cada anistiado que resolvesse recomeçar sua vida política disputaria espaço na oposição. Desde 1975 Golbery pensava em quebrar o bipartidarismo, criando novas siglas que funcionariam como fiéis de uma nova balança de poder. Conseguiu.

Leonel Brizola voltou ao Brasil, tendo-se reinventado.

Havia sonhos para tudo. Golbery e Petrônio Portella acreditavam que o MDB se desintegraria.[23] Ulysses Guimarães queria preservá-lo. À esquerda, uma corrente tentava formar um partido socialista. Leonel Brizola quis refundar o Partido Trabalhista Brasileiro, mas a deputada Ivete Vargas (combinada com Golbery) passou-lhe a perna, registrando a legenda.

O MDB não se desintegrou, mas surgiu a terceira força, o Partido Popular, liderado por Tancredo Neves. O reordenamento garantiu ao novo Partido Democrático Social a maioria no Senado. Na Câmara, ficou a apenas cinco votos de distância da maioria. A velha Arena perdeu 37 deputados, enquanto o MDB teve 79 baldeações. Nos dois casos, a maior parte da migração deu-se para o partido de Tancredo. Figueiredo via em Tancredo "o chefe do partido de oposição moderada e independente". Golbery não ia tão longe e corrigiu: "O possível chefe".[24] A poderosa

bancada esquerdista revelou-se apenas um sonho. O Partido Democrático Trabalhista de Brizola juntou dez deputados e o PTB de Ivete, quatro.[25]

* * *

O governo conseguira na política um controle muito superior ao que dispunha na economia. Diante dos resultados obtidos com a anistia e a reordenação partidária, Heitor Ferreira reavaliou o ministro da Justiça. Em outubro anotou num recorte de jornal: "*Petrônio for president*".[26]

Diabético, hipertenso, atazanado por uma hérnia de hiato, Petrônio Portella achava que devia viver cada dia como se fosse uma dádiva. Sobrevivera a um câncer no pulmão e fumava. Depois do Réveillon de 1980, sentiu-se enjoado e atribuiu o desconforto a um copo de vinho e duas mangas, mas cumpriu o compromisso de uma viagem a Santa Catarina. Não quis cancelá-lo porque o destempero de Figueiredo em Florianópolis estava na memória de todos.

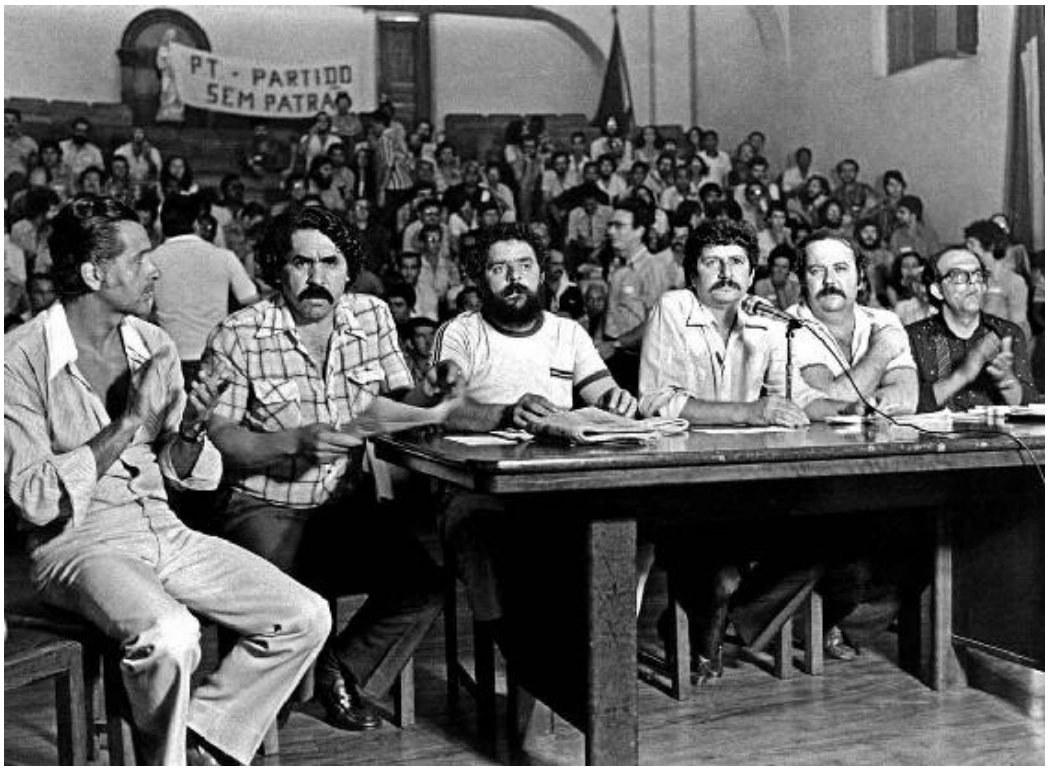
Petrônio chegou a Santa Catarina numa quinta-feira, abatido. Dormira mal e vomitara. Na madrugada de sábado um médico foi chamado ao seu hotel.[27] Ao final da manhã, o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, telefonou a um amigo: "O Petrônio enfartou em Santa Catarina".[28]

O ministro da Justiça voltou a Brasília, passou discretamente por uma casa de saúde e seguiu para casa, tomando soro. No domingo entrou em estado de choque e morreu.[29] A demissão de Mario Henrique Simonsen, quatro meses antes, fora previsível e havia um Delfim para substituí-lo. A morte de Petrônio, inteiramente imprevista, quebrou a perna do comando parlamentar do governo. Antes de completar o primeiro ano de mandato, Figueiredo perdeu dois de seus três ministros mais importantes. Restava apenas Golbery. Ele e o presidente perderam também uma das principais cartas para o projeto de "conservarmos o poder efetivo até 1991".[30] Na sua

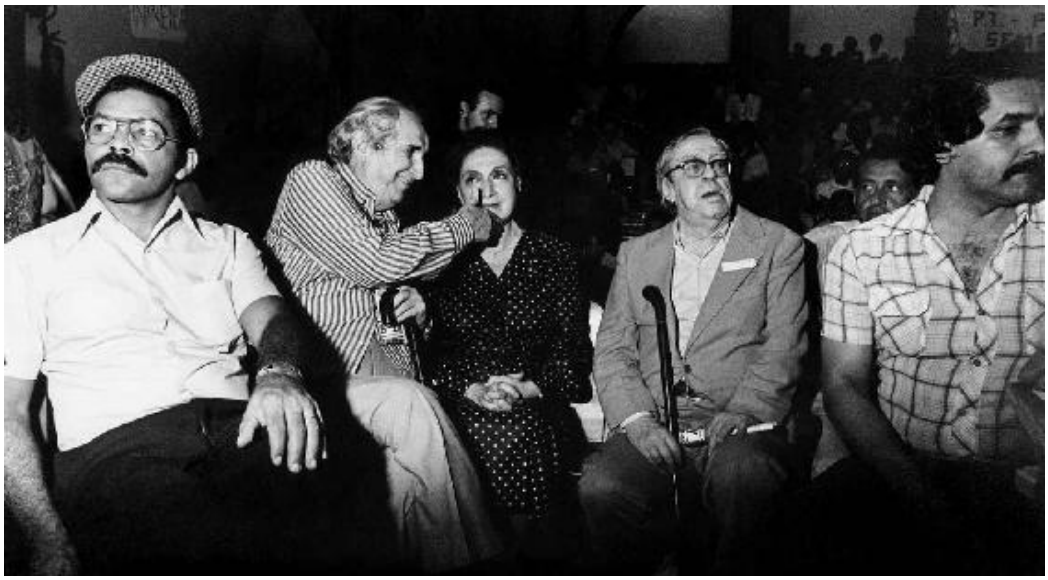
lista de prováveis sucessores de Figueiredo, Heitor riscou Petrônio. Encabeçando-a, ficou Delfim Netto, sucedido por Paulo Maluf e o vice-presidente, Aureliano Chaves.[31] [*Veja os documentos*] O futuro de Delfim e do projeto dependeriam do desempenho da economia.

* * *

No projeto do Planalto pouca importância tivera a reunião que formalizou a criação do Partido dos Trabalhadores, realizada no Colégio Sion, em São Paulo, um mês depois da morte de Petrônio. Ele tiraria parlamentares e votos do arco oposicionista. Juntaram-se intelectuais socialistas, como o historiador Sérgio Buarque de Holanda e o professor Antonio Candido, comunistas, como Apolônio de Carvalho, e ex-trotskistas, como o crítico de arte Mário Pedrosa. Parecia mais um agrupamento frentista da esquerda, mas havia ali algo de original. Pela primeira vez na história política brasileira o personagem central da criação de um partido de trabalhadores era um trabalhador, Lula. Ademais, ao lado dos notáveis, estavam sindicalistas provados nas greves dos últimos anos. Olívio Dutra, de 39 anos e inesquecíveis bigodões, presidira o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, fizera a greve de servidores, perdera o mandato e passara pela cadeia; Henos Amorina, de 51 anos, liderava os metalúrgicos de Osasco; Jacó Bittar, de quarenta anos, fundara o Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (SP). Nesse partido agrupavam-se militantes católicos e também pequenas organizações esquerdistas que agiam clandestinamente. O PT formaria uma bancada de apenas seis deputados federais.[32] Um deles chegou a acusar o governo de trabalhar contra o novo partido e Heitor Ferreira sugeriu a Golbery: “Devemos agir”. O general respondeu: “Acho que não, agora”.[33]



Em 1980, Lula (de barba) fundou o Partido dos Trabalhadores. Ao seu lado estão o bancário Olívio Dutra e o petroleiro Jacó Bittar. Pela primeira vez um partido era comandado por trabalhadores.



A atriz Lélia Abramo, ladeada pelo crítico de arte Mário Pedrosa e pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda: intelectuais que lutaram pela formação do partido de operários.

O governo planejara o terceiro confronto com Lula e os operários do ABC. Em 1978, mantivera-se longe da greve iniciada na Scania. Em 1979 respondera com uma mistura de força (intervindo nos sindicatos de metalúrgicos) e conciliação (devolvendo-os em troca do retorno ao trabalho). Em março de 1980, para perplexidade do SNI, o governo cedera aos grevistas do Porto de Santos.[34] Dias depois, Golbery traçou a linha onde esperava os metalúrgicos paulistas: teriam apenas 3% de aumento acima da inflação.[35]

Os sindicatos começaram a conversar pedindo uma escala proporcional que ia de 6,5% a 15%, mais um ano de estabilidade para os trabalhadores. Baixaram os índices para 7% e 4%, mas nada conseguiram.[36] A greve estourou no dia 1º de abril de 1980. Além do governador Paulo Maluf, havia um novo personagem na cena. O general Milton Tavares de Souza, poderoso e implacável chefe do Centro de Informações do Exército durante o governo Médici, era o novo comandante da guarnição paulista. Franzino, cardíaco, discreto e tenaz, "Miltinho" nunca dera entrevistas. Começada a greve, chamou a imprensa ao QG do Ibirapuera e informou que a reivindicação dos metalúrgicos era "inviável do ponto de vista econômico e financeiro". Quando lhe perguntaram se o movimento poderia acarretar um retrocesso político, respondeu:

> Quem está interessado em destruir a democracia que a Revolução está querendo implantar é o eterno inimigo da democracia, o Movimento Comunista Internacional, que, tranquilamente, paulatinamente, aspira conquistar o domínio do mundo.[37]

Com a greve iniciada e 320 mil trabalhadores parados, cada lado seguiu seu protocolo. Os empresários anunciaram que não tinham o que conversar e Lula chamou os peões para o estádio de Vila Euclides. A assembleia mal começara quando o general marcou presença. Helicópteros artilhados e

tripulados por tropa do Exército fizeram sucessivos voos rasantes sobre a multidão.[38]

Na greve de 1980, helicópteros do Exército sobrevoaram a assembleia dos grevistas para intimidá-los.

O Tribunal Regional do Trabalho julgou o litígio e tomou duas decisões surpreendentes: recusou-se a discutir a legalidade da greve e concedeu um aumento de até 7%.[39] Seria um bom desfecho, mas Lula acrescentou uma nova surpresa: não abria mão da estabilidade por um ano.[40] A greve prosseguiu, o general alertou Brasília de que o governo estava sendo ultrapassado e o chefe do SNI, Octavio Medeiros, desceu em São Paulo. O TRT reapreciou o caso, declarou a greve ilegal e os sindicatos foram novamente colocados sob intervenção. Dessa vez não haveria volta.

Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, Lula foi preso e colocado numa solitária do DOPS. Grevistas foram para a rua e a polícia também, dessa vez com um aparato de 2 mil homens. Noutro gesto, quarenta viaturas do Exército alinharam-se na Via Dutra.[41] A maior greve do movimento operário brasileiro estava batida.

Quando esse desfecho ficou claro, d. Cláudio Hummes puxava caminhadas por São Bernardo, carregando uma cruz, e parlamentares oposicionistas iam à praça da Matriz levar solidariedade, buscando saídas. Uma delas veio do deputado Marcelo Cerqueira: o Tribunal Superior do Trabalho suspenderia a ilegalidade da greve abrindo uma trégua e os trabalhadores voltariam às fábricas. A proposta chegou a Golbery. Ao ouvi-la, expôs a própria tática: "É uma fórmula engenhosa, mas não atende ao meu objetivo. Cedemos na greve de Santos para travar a batalha no campo e na hora adequados. O objetivo é quebrar a espinha dorsal do movimento do ABC".[42]

Depois de 42 dias parados os trabalhadores voltaram às fábricas sem nada, devendo às empresas os dias parados, que foram descontados parceladamente. No ano seguinte não houve greve no ABC.

Aquilo que pareceu o predomínio do governo foi o predomínio de uma das facções que conviviam no palácio de Figueiredo. Se na economia tinha havido uma clivagem radical separando Simonsen de Delfim Netto e Andreazza, na política havia mais nuances. Golbery articulara a derrota da greve, mas a vitória não era só sua. Surgira um novo polo.

Liderava-o o general Octavio Medeiros, chefe do SNI. Como Figueiredo, era de outra geração e, como ele, começara a servir ao regime no Serviço que Golbery fundara em 1964. Cuidava da SC-4, encarregada de sovietologia.[43] Durante o governo do general Costa e Silva, Medeiros fora para o canil do comando do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva de Belo Horizonte. Lá, fez fama. Foi o primeiro chefe de Inquérito Policial-Militar que conseguiu desbaratar uma organização com propósitos

terroristas.[44] Era o Comando de Libertação Nacional, Colina. O quartel do coronel Medeiros tornou-se um centro de torturas. Jovens do Colina, levados para o Rio, foram cobaias na aula de suplícios ministrada pelo "tenente Ailton" nas dependências da Polícia do Exército da Vila Militar.

Medeiros era um dos bons amigos de Figueiredo, que o tirara do canil, levando-o para o Planalto quando assumiu a chefia do Gabinete Militar, no governo Médici. À época, Golbery sentiu "um gosto tamanho", ao ver seus discípulos de volta ao palácio.[45] Em 1978, Figueiredo passara a Medeiros a direção do SNI e manteve-o depois que assumiu a Presidência. O "Serviço" do general perseverou na rotina de prenúncio do fim do mundo. Via a situação social do país num quadro de "ilegalidade consentida" — desordem, em português claro.

Perto da meia-noite de 29 de abril, o delegado Romeu Tuma, chefe do DOPS de São Paulo, tirou Lula da cela e levou-o para uma sala. "Achei que ia apanhar."[46] Havia mais um cidadão (e um grampo) na sala. Sua missão era tirar a limpo uma dúvida. O general Milton Tavares de Souza fora a Brasília e denunciara que Golbery e Heitor Ferreira comunicavam-se secretamente com Lula. Medeiros contraditou-o e desentenderam-se, mas, para rever o caso, um oficial do SNI foi mandado ao DOPS. Essa conversa deve ter durado mais de duas horas. Dela existe apenas uma transcrição, na qual o agente é designado como *Tarc*. Ele se apresentou como assessor da Secretaria de Segurança:

> — Como você se sente?
> — Eu me sinto como vítima. Acho que no Brasil tem muita gente que devia estar presa no meu lugar, porém está solta.
> — Você poderia relacionar as autoridades federais [com] quem você falou?
> — Durante esse processo ninguém falou com mais autoridade do que eu. (…)[47]

— Você teve contato com Golbery alguma vez?
— Não. Não. (…)
— Você nunca procurou o ministro Golbery?
— Eu tentei ligar para o ministro Golbery quando passou o helicóptero em São Bernardo.
— Foi a única vez?
— A única vez. Tentei ligar. Ele não estava, disse que estava no rancho, sei lá. (…)
— Nunca te falaram no doutor Heitor?
— Não. Não vi. Eu sei quem é o Heitor! Heitor Aquino, né…?
— Nunca falou contigo, nunca te mandou nenhum recado?
— Não, nunca.[48]

(Noutro tempo, em 1975, durante o interrogatório de um preso no DOI de São Paulo, disseram-lhe: "Você sabe onde está? Aqui é o porão do regime! Agora, seu filho da puta, sai daqui e vai falar com aquele comunista de Brasília, aquele puto do Golbery!".)[49]

* * *

No seu segundo ano de mandato, Figueiredo equilibrava-se entre a ruína econômica e o êxito político. O salto para a frente de Delfim Netto garantira um crescimento de 6,8% em 1979 e fecharia 1980 com um eco do Milagre: 9,2%. A inflação do governo "eclético" ultrapassara os 80% da maldição deixada por Simonsen. Com o mecanismo da correção monetária, contratos e salários eram periodicamente reajustados e os trabalhadores reivindicavam aumentos trimestrais. Figueiredo já se queixara de que "ninguém está vivendo a crise econômica brasileira com os pés no chão".[50] [*Veja o documento*] Nem ele.

A renitente inflação americana levara o FED a contrair o crédito de tal forma que a taxa de juros chegou a um pico de 20% em abril de 1980, levando a dívida externa brasileira para 52,3 bilhões de dólares. Até o fim do ano seu serviço custaria 12,5 bilhões.[51] Se isso e mais o aiatolá Khomeini fossem pouco, em setembro nove divisões do Exército iraquiano invadiram o Irã e o barril de petróleo, que baixara para 14 dólares, chegaria a 35.[52] Passando por Londres, Delfim Netto começou a ouvir com mais insistência a pergunta: como o Brasil captaria 12 bilhões de dólares sem pedir socorro e aval ao Fundo Monetário Internacional? “Temos que esperar”, respondeu.[53] De volta, contou na reunião ministerial das nove da manhã que o ambiente em Londres fora hostil e narrou a existência de “pressões para entrar no FMI”.[54] As pressões tornaram-se públicas e o representante do banco Morgan no Brasil foi claro: “O país terá que recorrer ao FMI para merecer o nosso voto de confiança”.[55]

As três letras, malditas desde o governo Kubitschek, significavam simultaneamente uma elegante bancarrota e a necessária submissão do governo a um receituário de austeridade fiscal do Fundo. Numa palavra, recessão. Ela viria em 1981.

* * *

Aquilo que seria chamado de Crise da Dívida do Terceiro Mundo, ou Crise da Dívida Latino-Americana, era um problema de duas pontas. De um lado, estavam os países devedores de 400 bilhões de dólares à banca internacional. De outro, essa mesma banca que emprestara o dinheiro, muitas vezes irresponsavelmente.[56] Desde a alta dos juros americanos em 1980, o risco do colapso desse crédito rondava o mundo financeiro. Os bancos, interessados em preservar seus balanços, continuaram rolando seus empréstimos em condições cada vez mais duras, por prazos cada vez menores. Entre dezembro de 1979 e dezembro de 1981, a exposição dos

bancos subiu de 28,8 bilhões para 44,8 bilhões de dólares no Brasil. Triplicou na Argentina e duplicou no México.[57] Em 1980, a carteira de empréstimos do Citibank ao Brasil passara de 3,2 bilhões para 4 bilhões de dólares.[58] No ano seguinte, 19% do lucro líquido do banco viera de negócios com o Brasil.[59] Seu presidente, Walter Wrinston, tornara-se o oráculo do otimismo: "Sou muito cético a respeito do Apocalipse. (…) O Brasil talvez possa tomar empréstimos em proporções ainda maiores".[60] Não era bem assim. Henry Wallich, do Federal Reserve Bank, achava que o giro não iria longe:

> Deve-se evitar uma situação na qual um país começa a acreditar numa rolagem indefinida de sua dívida. A rolagem pode se tornar um jogo de Ponzi,[61] na qual os bancos estarão emprestando os juros para não terem que enfrentar o calote.[62]

A distância entre as declarações públicas e os temores privados refletia uma queda de braço. De quem era o problema? De quem emprestou ou de quem não teria como pagar? Ou dos dois? Delfim Netto era claro: "Temos que cortar tudo o que for supérfluo para pagar a nossa dívida. É a nossa necessidade de saldá-la, e não outra coisa, que está na raiz dos nossos problemas".

A dívida poderia ser refinanciada, mantendo-se algum fluxo nos créditos e mudando-se os prazos das amortizações. Isso poderia ser feito de duas formas. Novos empréstimos permitiriam aos bancos manter os créditos em seus balanços, mas teriam o efeito de um narcótico. Noutra hipótese, a dívida seria reestruturada, espichando-se os prazos de amortização e reduzindo-se a carga do serviço. Essa alternativa não convinha aos bancos, pois exigiria que reconhecessem a má qualidade dos créditos. Desde 1956 onze nações, inclusive o Brasil, haviam percorrido o caminho da

reestruturação.[63] Todos os parceiros da crise sabiam que ela desembocaria ali, só não sabiam quando isso aconteceria.

Ao final de 1981 todos os indicadores da economia mundial haviam piorado. O barril de petróleo, que ao final de 1978 custava 14 dólares, estava a 34.[64] As exportações dos países devedores, fonte do dinheiro para pagar o que deviam, sofreram uma retração. Os juros americanos, que encareciam o serviço das dívidas, estavam em 15,75%. Além disso, a economia americana entrara em recessão.[65] A brasileira ia na mesma direção; em julho, as reservas reais do país haviam secado e os dólares que o país captava eram insuficientes para pagar o serviço da dívida.[66] O deputado Herbert Levy, um dos porta-vozes da plutocracia paulista, mandara uma carta a Figueiredo antevendo "a insolvência externa". Heitor Ferreira sugeriu ao general duas respostas protocolares, mas ele anotou: "Melhor não responder (…). Por que esse camarada não ficou na oposição?".[67] O Banco do Brasil segurava as contas externas captando dinheiro no mercado por 180 dias e emprestando à União por dez anos.[68]

Em abril de 1982, a maior empresa do México anunciou que não tinha como honrar seus compromissos de 2,3 bilhões de dólares. Era o fim da ilusão do refinanciamento, ou do "jogo de Ponzi". Discretamente, foi socorrida pelo Citibank, amortecendo-se o impacto da notícia. Faltavam três meses para a eleição presidencial mexicana e outros sete para a brasileira, na qual seriam renovados o Congresso, as assembleias legislativas e, sobretudo, seriam eleitos diretamente os governadores dos 22 estados. Longe dos holofotes, o ministro da Fazenda, Jesus Silva Herzog, vinha se encontrando com Paul Volcker em Nova York. Seu país estava literalmente quebrado. No final de abril, o presidente do FED deu-lhe um crédito secreto, trocando 600 milhões de dólares por pesos mexicanos. Não deu. Em junho, foram necessários mais 200 milhões de dólares. Um mês depois, mais 700 milhões. Nada. Em agosto, Silva Herzog avisou Volcker que não tinha mais reservas. O governo americano adiantou pagamentos, recrutou

bancos europeus e levantaram-se 3,5 bilhões de dólares. Também não deu. O ministro, quase sempre chamado de “Chucho” (para evitar que alguém dissesse que falou com Jesus), desceu em Nova York e, ajudado por Volcker, pediu uma moratória no pagamento de 10 bilhões.[69] Em Brasília, ao receber a notícia, o diretor de Operações nas reservas internacionais do Banco Central, Carlos Alberto Soares de Freitas, resumiu a situação: “Fudeu!”.[70]

Como diria mais tarde o secretário do Tesouro americano Donald Regan, “não houve nenhum Toscanini. Não houve um Beethoven. Foi mais parecido com Arnold Schoenberg, improvisando na medida em que compunha”.[71] A banca ouviu a proposta mexicana e foi afinar seus instrumentos na sede do Citibank. As dez maiores casas americanas haviam emprestado ao México o equivalente a algo entre 25% e 73% de seu capital.[72] Um calote mexicano seria a espoleta de uma crise financeira nos Estados Unidos. A moratória, com esse nome, seria um mau precedente. Ofereceram a Herzog uma estia de noventa dias, condicionada a um acerto do governo mexicano com o Fundo Monetário Internacional.

Nascia, assim, a partitura da negociação dos países com o FMI, que tinha duas virtudes: transferia os interesses da banca e a primeira linha de qualquer negociação para a vitrine do FMI, sob a proteção do prestígio supranacional da instituição. Contornando a clareza, o cartel de bancos que negociava com os governos trocou de nome. Em vez de Comitê de Reestruturação, passou a chamar-se Comitê Assessor.[73] O que poderia vir a ser uma crise financeira da banca ficou conhecido como Crise da Dívida do Terceiro Mundo, ou Crise da Dívida Latino-Americana. Na verdade, a crise era dos dois. Vinte e seis anos depois, quando os bancos e os cidadãos americanos que tomaram empréstimos irresponsáveis provocaram a maior crise financeira ocorrida desde 1929, ninguém a atribuiu exclusivamente aos devedores.

Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebras, estava na Alemanha negociando um crédito no Commerzbank quando o banqueiro saiu da sala para receber um recado e voltou, lívido, com um telex que noticiava a proposta da moratória mexicana: “Veja como esses americanos são irresponsáveis. Ontem estiveram aqui representantes do Citi armando um consórcio para emprestar ao México”.[74]

O vice-diretor do FMI já considerara “sinistro” o futuro do Brasil, mas era preciso que todos se comportassem com naturalidade até a eleição de novembro.[75] Silenciosamente, o governo americano patrocinou a entrada de 2,7 bilhões de dólares nas contas brasileiras. Não adiantou. A posição do Banco do Brasil em Nova York tornara-se uma caixa-preta, fechando suas contas catando dinheiro aqui e ali.[76] Nessa xepa o governo armou uma ponte aérea ligando a mina de ouro a céu aberto de Serra Pelada, no coração da Amazônia, ao Rio de Janeiro e Nova York. Como os lingotes de Serra Pelada não tinham certificação internacional, um agente do banco Morgan presenciava a decolagem do avião que os levaria para os Estados Unidos, telefonava para Nova York e depositava-se o equivalente a 85% do valor da carga na conta do Banco do Brasil. Essa operação rendeu ao Morgan cerca de 25 milhões de dólares.[77]

A gestão econômica do governo Figueiredo pode ter explodido quando o aiatolá Khomeini chegou a Terrã, quando Simonsen foi-se embora, ou mesmo quando Paul Volcker subiu os juros americanos, mas o certo é que ela se acabou quando o México estourou. A partir daí, ao colapso financeiro somou-se um processo de desmoralização. Havia um problema e o governo, perplexo, dizia tudo, menos a verdade.

É natural que em momentos difíceis os discursos públicos se distanciem dos fatos, mas poucas vezes esse hiato foi tamanho. O presidente do Banco Central dizia que “o Brasil não é o México” e atribuía as dificuldades nacionais a uma “crise de liquidez” de raízes domésticas nos Estados Unidos.[78] Delfim Netto classificava de “antinacionais” as notícias de que o

Brasil estava sem crédito e classificava como “fato desprovido de maior significado” um saque de 260 milhões de dólares feito com o FMI.[79] Ernane Galvêas, ministro da Fazenda, ia mais longe: “O FMI é uma obsessão atávica da imprensa. O problema da dívida externa é meu”.[80] Delfim era mais preciso: “O importante é não deixar ninguém com um papagaio na mão, se o setor privado deve e não pode pagar, o governo paga. Depois nós acertamos as contas dentro de casa”.[81] Era o que a banca precisava ouvir.

Tratando desse “depois”, realizou-se na PUC do Rio de Janeiro um seminário interno para discutir a crise. Dele participaram catorze jovens professores do Departamento de Economia. Lá, era outra a conversa. Pedro Malan ia contra o principal argumento oficial. Segundo ele, a crise “não é de caráter conjuntural e portanto não estará ‘superada’ a partir de 1983, como sugerem os mal-informados, malformados, ingênuos e engenhosos otimistas-por-dever-de-ofício”.[82] Marcelo de Paiva Abreu e Winston Fritsch denunciavam “a catequese, ora em curso, nos centros financeiros internacionais, com relação à ‘naturalidade’ da adoção desta alternativa pelos países em desenvolvimento”.[83] André Lara Resende garantia: “Nenhuma demonstração de austeridade ou mesmo autoimolação poderá restabelecer o fluxo de empréstimos externos de longo prazo”, antevendo “uma depressão profunda e prolongada”.[84] Francisco Lopes lembrava que “não se pode descartar a renegociação da dívida como opção para a economia brasileira. (…) O importante é não tentarmos obter nota dez em disciplina, às custas de uma reprovação em aritmética”.[85] Todos tinham menos de quarenta anos. Malan, o mais velho, completara 39.

É impossível precisar a data em que Figueiredo ilustrou sua situação com a frase “o Geisel fez um plano para uma galinha botar um ovo de avestruz, ela botou o ovo e eu tenho que costurá-la”.[86] Sem a imagem gráfica, ao ser confrontado com a quebra, Figueiredo queixou-se: “Largaram os Quatro Cavaleiros do Apocalipse em cima do meu governo!”.

Ou ainda: “Puta que pariu! E o filho da puta do Geisel me botou aqui por seis anos!”.[87] Nessa linha de raciocínio, a culpa era de seu antecessor. Quando Galvêas expôs-lhe a situação, Figueiredo foi mais preciso: “Você e o Delfim só fazem coisas para arrasar com meu governo!”.[88]

Figueiredo sabia o tamanho do problema, mas seu governo procurava se comportar como se ele não existisse, ou, pelo menos, fosse menor do que diziam. Andreazza prometia a duplicação das obras contra as secas, a Força Aérea testava o motor do primeiro míssil brasileiro e os ministérios militares recebiam 170 bilhões de cruzeiros em menos de seis meses.[89]

O governo brasileiro recorreu ao Fundo Monetário Internacional, onde De Larosière montara um sistema de duas caixas. Quando os bancos se comprometessem a refinanciar uma determinada quantia, o Fundo entraria com sua parcela, desde que o governo brasileiro apresentasse programas de metas para suas contas. Esses compromissos denominavam-se carta de intenção e os créditos, “empréstimos-ponte”. Não eram nem uma coisa nem outra. Delfim Netto assinou sete delas, prometendo ajustes e resultados. Na primeira, comprometia-se a baixar a inflação de 100% para 78% em 1983, e para 40% em 1984. Fechou 1983 com 211%; e 1984, com 224%. Nesses dois anos a economia ficou estagnada.[90]

Mais tarde Delfim comentaria: “Você pode achar que não cumpri a primeira porque fiz uma avaliação equivocada, não cumpri a segunda porque sou teimoso. Não cumpri a terceira porque sou mentiroso, mas, a partir daí, não é o caso de achar que era tudo encenação?”.[91]

Os “empréstimos-ponte” seriam créditos destinados a tirar o devedor de uma margem do problema, onde estava momentaneamente sem fundos, em direção a outro ponto, em que estaria sólido. Essas pontes iam do nada a coisa nenhuma. O país quebrara, quebrado continuava, faria outra carta de intenção, receberia outro empréstimo, e assim por diante. Em apenas dois anos o Brasil transferiu para o exterior o equivalente a 9% do seu PIB.[92]

O regime que dera ao país o Milagre Brasileiro dos anos 1970 colocara-o nas cabeceiras do que viria a ser a Década Perdida.

1 Para os casos de tortura, *Projeto Brasil: nunca mais*; para mortos e desaparecidos, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*.
2 *Veja*, 4 de abril de 1979.
3 Paolo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira*, p. 247.
4 Para a tanga, *Veja*, 17 de janeiro de 1995.
5 Otávio Cabral, *Dirceu*, pp. 111-2.
6 *The New York Times*, 10 de agosto de 1970.
7 O coronel Euclides Figueiredo (1882-1963) foi preso depois da Revolução de 1930 e novamente em 1932, por combater na Revolta Constitucionalista de São Paulo. Exilou-se na Argentina até 1934, quando retornou ao país, beneficiado por uma anistia. Voltou a ser preso em 1938. Libertado, exilou-se em Portugal, regressando com a anistia de 1945. Otavio Mangabeira (1886-1960) foi o último chanceler da República Velha. Foi preso, viveu no exílio até 1934. Em 1938 foi novamente preso e, uma vez libertado, voltou a exilar-se, retornando ao Brasil em 1945. Para a condenação a dez anos, bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 9 de novembro de 1981. APGCS/HF.
8 Cópia de duas folhas manuscritas de Edyla Mangabeira Unger a Figueiredo, de 8 de agosto de 1979. APGCS/HF.
9 Uma folha datilografada, provavelmente vinda de Petrônio Portella, datada por Heitor Ferreira e anotada por Figueiredo. APGCS/HF.
10 *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1979. Carta de Alexandre Garcia a Figueiredo, de 4 de setembro de 1979, narrando um encontro com Freitas Nobre. APGCS/HF.
11 Notas do general Octavio Medeiros, de 4 de abril, 23, 28 e 29 de maio, 18, 19, 20, 21 e 26 de junho de 1979. APGCS/HF.
12 Cinco folhas datilogradas, sem datas, anotadas por Golbery. Duas com um texto do projeto e outras três, com um novo texto, resultante de mudanças feitas no primeiro e de novas emendas. APGCS/HF.
13 Centro de Informações do Exército, *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 1964*, de 16 de junho de 1975. APGCS/HF.
14 *Veja*, 8 de fevereiro de 1979.
15 Ver <http://atlas.fgv.br/verbete/2016>.
16 Glenda Mezarobba, *Um acerto de contas com o futuro*, p. 38.
17 Para o assalto, Ternuma, <http://www.ternuma.com.br/index.php/memorial/27-memorial-1964-primeira-parte>. Para a libertação, *Veja*, 15 de outubro de 1980.
18 *Veja*, 20 de fevereiro de 1980; e Glenda Mezarobba, *Um acerto de contas com o futuro*, pp. 53-4.

19 Almanaque da Folha de S.Paulo, “Cronologia da ditadura”, disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm>.
20 Oito folhas datilografadas, intituladas *Considerações e Diretriz do Presidente para a Reforma Partidária*, anotadas por Golbery, de 21 de setembro de 1979. APGCS/HF. Não há registro público de que esse documento tenha sido lido. Pelo estilo e pelas anotações de Golbery, não foi ele quem o escreveu. Em março de 2014, o ex-presidente José Sarney, que está listado entre os participantes da reunião, não se lembrava de que isso tivesse acontecido, assim como afirmava nunca ter ouvido Figueiredo defender uma Constituinte. É possível que essa reunião não tenha acontecido ou que, tendo sido escrito o documento, não tenha sido lido. Nela deveriam estar Figueiredo, Golbery, Danilo Venturini, Octavio Medeiros, Petrônio Portella, Sarney e os líderes da Arena na Câmara e no Senado.
21 Novembrada, <https://www.youtube.com/watch?v=45tv7ZllWOs>.
22 René Dotti, “As lições da rebeldia popular”, *Gazeta do Povo*, 2 de dezembro de 2004, <http://www.dotti.adv.br/artigosgdp_085.htm>.
23 Duas folhas de Heitor Ferreira, de 23 e 28 de maio de 1979, em que estima que os novos partidos seriam quatro: o do “governo”, um “independente”, outro “trabalhista populista” e o quarto, “esquerdista”. Na segunda folha, com a mesma divisão, em que estima “quem vai para onde” no Senado, Heitor anotou: “Feita com Petrônio”. APGCS/HF.
24 Oito folhas datilografadas, intituladas *Considerações e Diretriz do Presidente para a Reforma Partidária*, anotadas por Golbery, de 21 de setembro de 1979. APGCS/HF.
25 Maria D’Alva G. Kinzo, *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil*, p. 209, números de janeiro de 1982. Num levantamento de 25 de julho, quando ainda havia três senadores e seis deputados federais indecisos, o SNI estimou que o PDS teria 222 deputados e o PMDB, apenas 102. *Informação nº 44*, de 25 de julho de 1980. APGCS/HF.
26 Anotação de Heitor Ferreira numa reportagem intitulada “O triângulo Golbery-Petrônio-Delfim Netto”, *O Globo*, 29 de outubro de 1979. APGCS/HF.
27 *Veja*, 16 de janeiro de 1980; e Zózimo Tavares, *Petrônio Portella*, pp. 21-35.
28 Antonio Carlos Magalhães, 5 de janeiro de 1980.
29 *Veja*, 16 de janeiro de 1980; e Zózimo Tavares, *Petrônio Portella, grandes vultos que honraram o Senado*, pp. 21-35.
30 Oito folhas datilografadas, intituladas *Considerações e Diretriz do Presidente para a Reforma Partidária*, anotadas por Golbery, de 21 de setembro de 1979. APGCS/HF. Cinco meses depois da morte de Petrônio, na Apresentação de uma coletânea póstuma de seus escritos, Golbery escreveu que ele estava em “plena marcha ascencional à suprema magistratura da Nação”. Petrônio Portella, *Tempo de Congresso*, Centro Gráfico do Senado Federal, p. VIII.
31 Uma folha com nota de Heitor Ferreira, intitulada *Início de 1980*, sem data. APGCS/HF.
32 *Informação nº 44*, com a estimativa do SNI de 25 de julho de 1980, quando ainda havia parlamentares indecisos. APGCS/HF.
33 Recorte de jornal anotado por Heitor e Golbery, *circa* novembro de 1980. APGCS/HF.
34 *Apreciação Semanal nº 11*, do SNI, de 22 de março de 1980. APGCS/HF.

35 Uma folha com os temas da reunião da manhã de 27 de março de 1981, no Planalto, do general Octavio Medeiros. APGCS/HF.
36 *Jornal do Brasil*, 1o de abril de 1980.
37 Idem.
38 Idem, 3 de abril de 1980. Os operários parados eram 410 mil, segundo os sindicatos, e 328 mil, segundo a Delegacia Regional do Trabalho.
39 *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 1980.
40 *Veja*, 9, 16 e 23 de abril de 1980.
41 Idem, 23 de abril de 1980.
42 Golbery do Couto e Silva, abril de 1980.
43 Lista dos oficiais lotados no SNI, de 1o de setembro de 1964; e *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de março de 1965. APGCS/HF.
44 *Jornal da Tarde*, 30 de maio de 1969; e *Veja*, 4 de junho de 1969. Nesse inquérito, Medeiros não conseguiu associar o Colina ao seu mais espetacular atentado, o assassinato do major alemão Ernst von Westernhagen, que os matadores julgavam ser o capitão boliviano Gary Prado, um dos comandantes da operação que capturou Che Guevara.
45 Carta de Golbery a Heitor Ferreira, de 10 de novembro de 1969. APGCS/HF.
46 Lula, Nova York, abril de 1993.
47 Lula mencionou que se encontrou rapidamente com Geisel e que se reuniu com o então governador Paulo Egydio Martins, com Petrônio Portella, Delfim Netto, Murilo Macedo e Karlos Rischbieter, além dos ex-ministros Reis Velloso, Ângelo Calmon, Arnaldo Prieto.
48 Maço de vinte folhas datilografadas, encaminhadas por Newton Cruz a Heitor Ferreira. Na primeira folha, são identificados *Tum*, que seria o delegado Romeu Tuma, e *Tarc*, cuja identidade é desconhecida. APGCS/HF. Não se conhece o áudio que teria gerado essa transcrição. É certo que ela circulou também no CIE. Segundo o delegado Romeu Tuma, *Tarc* era um coronel. Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 412.
49 Depoimento de Frederico Pessoa da Silva, em Fernando Pacheco Jordão, *Dossiê Herzog*, p. 194.
50 Bilhete de Figueiredo a Heitor Ferreira, de 19 de julho de 1979. APGCS/HF.
51 Declarações do diretor da área externa do Banco Central à *Gazeta Mercantil*, de 14 de julho de 1980.
52 De acordo com os números levantados por James L. Williams, em <http://www.wtrg.com/prices.htm>.
53 Matias Molina, *Gazeta Mercantil*, 24 de outubro de 1980.
54 Nota do general Octavio Medeiros, reunião de 3 de novembro de 1980. AA.
55 *Gazeta Mercantil*, 3 de dezembro de 1980.
56 Para 400 bilhões de dólares, William Greider, *Secrets of the temple*, p. 433.
57 Jeffrey Sachs, *Developing country debt and the world economy*, p. 9.
58 *Gazeta Mercantil*, 3 de dezembro de 1980.
59 *Veja*, 8 de setembro de 1982.

60 Pedro-Pablo Kuczynski, *Latin American debt*, p. 51; e entrevista de Walter Wrinston a *Veja*, 14 de outubro de 1981.
61 O jogo de Ponzi é uma modalidade de pirâmide em que o pagamento dos compromissos depende da entrada de novos clientes. Inevitavelmente, a pirâmide desaba. Charles Ponzi foi um vigarista que criou nos Estados Unidos uma gigantesca pirâmide financeira, prometendo retornos de 50% em 45 dias. Lesou milhares de investidores. Foi condenado a sete anos de cadeia. Morreu no Rio de Janeiro em 1949, aposentado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, o IAPC. Desde então, chama-se de "jogo de Ponzi" a manobra de pagar dívidas com mais dívidas.
62 William Greider, *Secrets of the temple*, p. 546.
63 Phillip L. Zweig, *Wriston*, pp. 386, 508 e 569. No final de 1981, a banca refinanciara a pequena dívida (582 milhões de dólares) do governo sandinista da Nicarágua, espichando por doze anos o pagamento dos juros e das amortizações. William Rhodes, *Banker of the world*.
64 Daniel Yergin, *The prize*, p. 680.
65 William Greider, *Secrets of the temple*, p. 430.
66 Carlos Alberto Soares de Freitas, chefe do Departamento de Operações nas reservas internacionais, a Claudia Safatle, em "A mãe de todas as crises do Brasil", *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012.
67 Carta de Herbert Levy a Figueiredo, de 14 de abril de 1982. APGCS/HF.
68 Carlos Alberto Soares de Freitas, chefe do Departamento de Operações nas reservas internacionais, a Claudia Safatle, em "A mãe de todas as crises do Brasil", *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012.
69 William Greider, *Secrets of the temple*, pp. 483-6 e 517-8.
70 Claudia Safatle, em "A mãe de todas as crises do Brasil", *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012.
71 Tim Congdon, *The debt threat*, p. 131.
72 William Greider, *Secrets of the temple*, pp. 485-6 e 518. Silber, *Volcker*, p. 220.
73 William Rhodes, *Banker of the world*, p. 67.
74 Paulo Nogueira Batista, março de 1990.
75 Para "sinistro", Claudia Safatle, "A mãe de todas as crises do Brasil", *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012.
76 Delfim Netto, 1989.
77 Antony Gebauer, 1992.
78 *Veja*, 15 de dezembro de 1982.
79 Delfim Netto, setembro de 1982; e *Veja*, 15 de dezembro de 1982.
80 *Veja*, 17 de novembro de 1982.
81 Idem, 2 de setembro de 1982.
82 Pedro Malan, "Recessão e renegociação", em Persio Arida (org.), *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural*, p. 108.
83 Marcelo de Paiva Abreu e Winston Fritsch, "As lições da história: 1929-33 e 1979-8?", em Persio Arida (org.), *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural*, p. 37.

84 André Lara Resende, “A ruptura no mercado internacional de crédito”, em Persio Arida (org.), *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural*, p. 53.
85 Francisco Lopes, “A crise do endividamento externo: alguns números e suas consequências”, em Persio Arida (org.), *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural*, pp. 105-6.
86 Segundo Delfim Netto em depoimentos prestados décadas depois, Figueiredo fez esse comentário em 1979, ao convidá-lo para o lugar de Simonsen.
87 Ernane Galvêas a Claudia Safatle, “A mãe de todas as crises do Brasil”, *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012.
88 Claudia Safatle, “A mãe de todas as crises do Brasil”, *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012.
89 *Veja*, 15 de dezembro de 1982.
90 Sobre a sexta dessas cartas, *Folha de S.Paulo*, 29 de setembro de 1984.
91 Delfim Netto, 2000.
92 Claudia Safatle, “A mãe de todas as crises do Brasil”, *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012.

PARTE III
A EXPLOSÃO DO PLANALTO

SHOW
1º DE
MAIO
MAIOR ACONTECIMENTO
Tribuna Operária
FIGUEIREDO
ENGOLE A BOMBA

NAS FOTOS ANTERIORES:
O general Octavio Medeiros, do SNI, com Golbery
Atentados terroristas em bancas de jornal e redações
Propaganda do show de música popular no Riocentro
O carro do capitão do DOI explodido no Riocentro
Capa do jornal *Tribuna Operária* sobre o Riocentro

Bombas na rua

Ao “governo dialético” na gestão da economia correspondeu outro “governo dialético” nas relações com o aparelho repressivo. Tanto Figueiredo quanto os generais Golbery, Octavio Medeiros e o ministro do Exército, Walter Pires, sabiam o que acontecera no porão. Se não sabiam quem tinha estado por trás dos catorze atentados terroristas ocorridos entre 1976 e 1978, o que é implausível, sabiam quem distribuía panfletos nos quartéis contra a abertura.[1] Alguns desses oficiais praticavam atos terroristas desde 1962, quando explodiram uma bomba no pavilhão de uma exposição comercial soviética, no Rio de Janeiro.[2]

Até a criação do Centro de Informações do Exército, em 1967, esse grupo era avulso; com ele, ganhou uma base operacional. Saiu do CIE a militância que explodiria vinte bombas em teatros e livrarias no ano seguinte.[3] Alguns de seus quadros, como o major Luiz Helvecio da Silveira Leite, chefe da seção de contrainformações do CIE, eram veteranos de antigas conspirações. Outros eram jovens oficiais, recém-chegados ao que se denominava “comunidade de informações”. O capitão Freddie Perdigão tinha 31 anos quando foi para o CIE. Tivera uma carreira banal, marcada com duas cadeias por desordens. Ninguém se lembrava da marcha de seus tanques na tarde de 1º de abril de 1964, quando deixara a defesa da legalidade, protegendo o palácio Laranjeiras, para guarnecer a insurreição no Guanabara. Era um oficial de tropa blindada, mas não tirara o curso de motomecanização. No CIE, Perdigão foi lotado na seção do major Luiz

Helvecio. Nos anos seguintes tornou-se um dos *Doutores* dos DOIs do Rio e de São Paulo, voltou ao CIE e de lá migrou para o SNI.

O CIE foi o cérebro e a mola da repressão da ditadura, respondendo diretamente ao ministro do Exército. O presidente Castello Branco opusera-se às primeiras propostas para sua criação. Entendia que a coleta de informações deveria continuar no Estado-Maior do Exército, a instituição militar tradicionalmente encarregada desse serviço e do planejamento de operações. Temia que um novo organismo, anexo ao gabinete do ministro, fortalecesse seu poder político e pessoal.[4] Foi o que aconteceu. Em 1969, o general Milton Tavares de Souza acumulou a chefia do CIE com a do gabinete do ministro Orlando Geisel. Tornou-se o mais poderoso entre seus pares. Isso se fosse possível haver um general poderoso sob o comando daquele ministro. Monástico nos hábitos, "Miltinho" fora um radical disciplinado. Destruíra o surto terrorista urbano e comandara o extermínio da guerrilha do Araguaia. Figueiredo entregara-lhe o comando do II Exército. Ao seu subchefe no CIE, general José Luiz Coelho Netto, o presidente deu a 4ª Divisão de Exército, com sede em Minas Gerais. Como "Miltinho", era também um oficial retraído. Quando lhe perguntaram se fora ferido nos combates da Força Expedicionária Brasileira, Coelho Netto respondeu: "Levemente". Mencionando-se sua condição de tríplice coroado nas escolas militares, ressalvava: "Isso aí é maneira de dizer". Parente do escritor Coelho Neto, chamado de "Príncipe dos Prosadores"? "Não. É outra família completamente diferente."[5]

"Miltinho" e Coelho Netto foram implacáveis no combate à esquerda. Contudo, nem o seu CIE nem o SNI de Figueiredo e de Medeiros responsabilizaram um só autor de atentados, nem mesmo de panfletos. O próprio Coelho Netto sustentaria que "atentado sem morte não é atentado".[6] Num caso, o general Newton Cruz provara que o traque saíra do Serviço e interpelara pessoalmente o coronel Luiz Helvecio, chamando-o de "filho da puta".[7]

Houve uma diferença entre o uso da tortura como política de Estado e o envolvimento de oficiais em atentados terroristas. A primeira saiu da hierarquia. Torturadores foram elogiados e condecorados. A violência chegou a ser defendida por Médici e Geisel.[8] No caso dos oficiais envolvidos em atos terroristas não houve esse estímulo, mas complacência, cumplicidade mesmo. A migração de uma parte da "tigrada" para o terror seguiu o precedente histórico da conduta do Exército francês na Argélia dos anos 1950. A diferença deu-se na chefia. O general De Gaulle, que chegara ao poder com o apoio dos radicais, encarcerou-os e fuzilou-os quando se tornaram terroristas.[9]

Durante o primeiro ano do governo Figueiredo, o terrorismo de direita praticou pelo menos doze atentados. A sucursal de Belo Horizonte do semanário *Em Tempo*, que publicara uma lista com os nomes de torturadores, foi depredada pela terceira vez. No Rio de Janeiro, colocaram uma bomba no carro do jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, o último diário a ter sua censura prévia suspensa. Foram atacados três diretórios acadêmicos, um teatro, uma livraria, uma reunião de sindicalistas e duas igrejas.[10] Em pelo menos um episódio, o da bomba que explodiu no altar da catedral de Santo Antônio, em Nova Iguaçu (RJ), a origem do atentado foi identificada e denunciada. O coronel José Ribamar Zamith, veterano militante da "tigrada" na Baixada Fluminense, que viu seu nome associado ao ataque, contaria que procurou o general Coelho Netto e ameaçou "botar o carnaval na rua". Zamith soubera que a bomba da igreja havia sido colocada por gente da Secretaria de Segurança, dirigida pelo general Waldyr Muniz, que chefiara a Agência Rio do SNI.[11]

À ESQUERDA: Em 1979, o semanário *Em Tempo* listou 233 militares e civis acusados de terem torturado presos. À DIREITA: A redação de *Em Tempo* depredada. No final do governo Geisel, o terrorismo de direita praticou pelo menos 26 atentados.

Os atentados contra *Em Tempo* ecoavam uma obsessão da "comunidade" com a imprensa alternativa. Os dois semanários mais populares, *O Pasquim* e *Opinião*, já haviam recebido três bombas.[12] O general Sebastião Ramos de Castro, chefe da Agência Central do SNI, culpara as vítimas, associando sutilmente "assaltos a agências da Caixa Econômica" à "desabrida atuação da imprensa alternativa ou 'nanica', contando com recursos que não são, evidentemente, oriundos da publicidade".[13] Em março de 1980, o SNI reclamava: "As Forças Armadas sofrem ataques constantes, a partir, em especial, de uma intensa orquestração da 'imprensa nanica', que livremente circula. Criminosos de ontem são as vítimas de hoje, a cobrar punição pelas 'injustiças' sofridas e 'abusos' cometidos".[14] [*Veja o documento*] Nessa *Apreciação*, o Serviço listou o semanário *Hora do Povo* entre as publicações que "difamam as autoridades". Passada uma semana, sua redação foi atacada.[15] Dois meses

depois, Medeiros levou impertinências do “nanico” para a reunião matutina do Planalto.[16] Em seguida, Golbery pediu que o SNI verificasse onde o jornal vinha sendo impresso.[17] Dias depois, explodiram duas bombas na redação do *Hora do Povo*. Em maio, mais duas.[18]

Pode-se estimar que foram explodidas ou incendiadas mais de cem bancas de jornal em uma dezena de cidades. As distribuidoras e os jornaleiros recebiam listas com os nomes das publicações que não deveriam vender. A intimidação foi eficaz. O semanário *Movimento*, que chegara a uma tiragem de 20 mil exemplares no final de 1978, vendia menos de 5 mil no final de 1980.[19] A dona de uma banca no Itaim Bibi, em São Paulo, recebeu um bilhete ameaçador e levou-o ao Deops. Seu ponto foi explodido. Quando perguntaram ao general Milton Tavares de Souza qual seria a origem desses atentados, ele respondeu que era coisa de “um bando de alucinados dessa chamada imprensa nanica”. (Passados alguns minutos, desmaiou. Socorrido pelo cardiologista Adib Jatene, reanimou-se. Tivera sua penúltima parada cardíaca.)[20]

Não se investigou sequer o caso da explosão de uma banca em Campinho, no Rio de Janeiro. Um transeunte viu quando um senhor grisalho desceu de uma camionete vermelha e colocou um pacote debaixo de sua estrutura. Logo depois a banca explodiu. O cidadão anotou a placa do carro, foi à 28ª Delegacia e comunicou o fato. Posteriormente, soube-se que o veículo pertencia ao DOI do I Exército. Essas informações foram mandadas ao presidente Figueiredo numa carta em que seu autor se identifica como um detetive lotado naquela repartição. Ele revelou o nome do inspetor que recebeu a denúncia e o do delegado a quem a comunicou. Golbery encaminhou a carta a Heitor Ferreira, com uma anotação: “Para seus arquivos implacáveis”.[21] [*Veja o documento*]

As explosões desse período indicavam uma tática intimidatória. Num só caso, em Salvador, houve feridos. Assemelhavam-se aos atentados de 1968, quando se destruiu o Teatro Opinião, no Rio, e os atores da peça *Roda viva*

foram agredidos. Naquela época, havia grupos à esquerda e à direita querendo fabricar um clima de radicalização política. Em 1980, os assaltantes de bancos haviam se abrigado no PMDB ou no Partido dos Trabalhadores, que acabara de ser formado. À esquerda, ninguém mais defendia a luta armada, nem mesmo os pequenos grupos de organizações clandestinas. Não tendo adversário real, o radicalismo da direita buscava inventá-lo. Num nível, precisava disso para explicar temores políticos. Noutro, era necessário justificar a existência da máquina repressiva. Ela encolhera, talvez à metade, mas ainda assim faltava-lhe serviço. Se durante o surto terrorista um oficial que acompanhava a militância clandestina podia evitar um assalto a banco ou um sequestro, em 1981 esse mesmo oficial ocupava seu tempo lendo publicações trotskistas vendidas em livrarias e em bancas de jornal. O veterano *Doutor Diogo*, controlador de informantes do DOI do I Exército, reconheceria: "Havia uma apatia (…) iam ao cinema ou iam para casa".[22] No DOI de São Paulo, a mesma coisa: "Aquilo passou a ser um marasmo".[23] A própria composição dos DOI mudara; os veteranos dos anos 1970 haviam sido mandados para outros quartéis. No DOI do Rio, em cuja carceragem não havia mais "nem baratas", a seção de operações fora entregue ao capitão Wilson Machado, sem qualquer experiência no setor de informações.[24]

O SNI tirou do arquivo sua velha clientela: o PCB e o Movimento Comunista Internacional. Numa só *Apreciação*, listou 63 problemas da "sonhada democracia brasileira". O terrorismo do qual era condômino não foi mencionado e a dívida externa teve uma referência perfunctória. Já o PCB teve sete. O Serviço identificou no Centro Brasil Democrático, o Cebrade, um "comando nacional de manifestações e campanhas do interesse do partido", mobilizando intelectuais, como Oscar Niemeyer, e artistas, como Milton Nascimento e Chico Buarque de Hollanda.[25] (Em março de 1980, quando esse documento foi escrito, o PCB estava implodido. Luiz Carlos Prestes continuava na secretaria-geral por astúcia

cerimonial. Havia sido derrotado por uma maioria moderada do comitê central e seu herdeiro presuntivo, José Salles, fora afastado da direção, acusado de envolvimento num rocambolesco episódio de tráfico de drogas. Segundo Anita Leocádia, filha de Prestes, a operação destinava-se a "angariar recursos financeiros para o trabalho de reorganização do partido no Brasil e, certamente, para fortalecer sua posição dentro do comitê central".)[26]

O perigo comunista iria além. O SNI perseguia uma multinacional terrorista latino-americana, a Junta de Coordenação Revolucionária, JCR. Apontava a presença de brasileiros treinando guerrilha no Líbano, de terroristas latino-americanos atuando no país e alertava: "O processo de abertura poderá transformar o Brasil em palco de atividades terroristas internacionais".[27] Essa *Apreciação* poderia parecer mais uma coleção de disparates da Comunidade, mas o "Serviço" sabia mais. A certa altura, o documento menciona "vários incidentes com argentinos ligados ao grupo subversivo Montoneros, que é filiado à Junta de Coordenação Revolucionária". Entre eles, "o suicídio de um casal" no Rio Grande do Sul. Figueiredo marcou todo esse trecho.

Figueiredo soube o que acontecera ao casal Liliana Inés Goldemberg, de 27 anos, e Eduardo Gonzalo Escabosa, de trinta. Eram montoneros, estavam no Brasil e embarcaram numa balsa em Foz do Iguaçu. Quando a barca aproximou-se do ancoradouro argentino, dois agentes brasileiros que estavam a bordo sacaram suas armas e mandaram que o piloto parasse. Havia policiais argentinos na outra margem. Os jovens perceberam e pediram ajuda aos outros passageiros. Estavam cercados. Mataram-se com as pastilhas de cianureto que carregavam.[28] (Ao ouvir uma descrição dessa cena durante uma audiência, Figueiredo manteve-se em silêncio, rodando os polegares.)[29]

Apesar da humilhação imposta ao governo Geisel pelo desembaraço com que o Exército uruguaio sequestrara Lilián Celiberti e Universindo

Díaz, o CIE e o SNI continuavam colaborando com a política de extermínio da ditadura argentina. Ela mantinha duas bases de operações no Brasil, uma em São Paulo, outra no Rio, e encaminhava pedidos de captura ao CIE, que repassava à polícia gaúcha nomes e roteiros de montoneros que tentavam retornar ao seu país.[30] O major Enio Pimentel da Silveira, o *Doutor Ney*, da ofensiva do início da década, chefiava a seção de operações do CIE e montara um aparelho em São Paulo para vigiar refugiados. Tinha a ajuda de um agente infiltrado e de dois militares argentinos.[31] Três exilados foram sequestrados na cidade de Uruguaiana e dois outros no Aeroporto do Galeão, capturados com a ajuda do CIE por um coronel que trouxera sua tropa num avião militar.[32] (Três anos depois do sequestro, a embaixada do Brasil em Londres pediria o "pronto repatriamento" para a Argentina do capitão de fragata argentino Alfredo Astiz, que se rendera à tropa inglesa durante a Guerra das Malvinas.[33] Conhecido como "O Anjo Louro da Morte", Astiz foi repatriado. Em 2011 a Justiça argentina condenou-o à prisão perpétua pelos crimes cometidos durante a ditadura.)

Semanas depois da *Apreciação* do SNI que expusera a ameaça do Cebrade, o chefe da seção de operações do DOI do I Exército, o então major Romeu Antonio Ferreira (*Doutor Fábio*), recebeu do capitão Edson Sá Rocha (*Doutor Silvio*) um plano de duas páginas para "sacanear" o show que a entidade promoveria em 1º de maio. A energia do pavilhão do Riocentro seria cortada e pregos seriam espalhados no estacionamento. *Doutor Fábio* vetou a iniciativa.[34] Jogou-se apenas uma bomba contra um posto de vendas de ingressos para o show.[35]

O terrorismo mudou de patamar no dia 27 de agosto de 1980. A Associação Brasileira de Imprensa programara a abertura de uma série de conferências a partir do dia 1º de setembro. Elas se realizariam no seu auditório e no da Ordem dos Advogados do Brasil, a esta altura presidida por Eduardo Seabra Fagundes. Falariam Seabra, governistas, como Célio Borja, e oposicionistas, como o deputado Marcelo Cerqueira, tenaz

defensor de presos e divulgador de casos comprovados de tortura.[36] Um mês antes uma bomba explodira em seu automóvel.

O presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, recebeu um telefonema informando: “Aqui fala o Comando de Caça aos Comunistas (…), há uma bomba nesse edifício, que deverá explodir às 17 hs”. Quarenta minutos depois veio outra notícia: explodira uma carta-bomba nas mãos de Lyda Monteiro da Silva, secretária do presidente da OAB, matando-a.[37] Outro envelope, mandado a um vereador da Câmara do Rio de Janeiro, amputou o braço do assessor que o abriu. O telefonema para a ABI estava certo. No dia seguinte encontrou-se uma bomba, que não explodira, no banheiro do oitavo andar do prédio. Até então os atentados contra bancas, escritórios ou livrarias indicavam a preocupação de evitar danos físicos. Poderiam ocorrer acidentes, ferindo-se transeuntes, mas as cartas-bomba inevitavelmente mutilariam quem as abrisse. O terrorismo mudara de patamar.

Figueiredo reagiu a esses atentados com teatralidade. Reafirmou seu compromisso com a restauração democrática “a despeito de quatro, vinte, ou mil bombas”, acrescentando: “Eu peço a esses facínoras que desviem suas mãos criminosas sobre minha pessoa, mas que deixem de matar inocentes”.[38] Uma coisa era o que dizia. Outra, o seu imobilismo. O empresário carioca João Fortes escreveu-lhe uma carta apontando que “o desdobramento das operações do governo parece estar indicando o conhecimento das fontes de inspiração de tais atos”, permitindo prever “avanços nessa busca”. Figueiredo sublinhou o trecho e anotou: “Falso”.[39] [*Veja o documento*] (Admitindo-se que os atentados fossem crimes sem pistas, uma semana depois chegou ao Planalto a carta do policial carioca tratando da bomba da banca de Campinho.) Golbery, numa de suas raras aparições públicas, alertou para o risco de atentados mais graves, “se, por acaso, não se conseguir descobrir os autores em prazo curto”.[40]

Um mês antes da explosão das bombas no Rio, o deputado estadual mineiro Genival Tourinho denunciara, numa entrevista a uma rádio de

Montes Claros, a existência de “um esquema de direita, violento, desfechado através de uma chamada *Operação Cristal*”. Denunciara também um episódio durante o qual furaram-se pneus de carros e explodira-se uma bomba nas proximidades de um evento onde Leonel Brizola discursava. O deputado acusava um policial mineiro, visto ao lado de um automóvel minutos antes de sua explosão. Referindo-se a informações que recebera, Tourinho disse que a *Operação Cristal* era comandada por três generais: José Luiz Coelho Netto, Milton Tavares de Souza e Antonio Bandeira, ex-diretor da Polícia Federal e veterano comandante do extermínio da guerrilha do Araguaia. Em sua entrevista, o deputado protegeu-se: “Eu gostaria de ver um desmentido. (…) Deus é grande e esses homens vão desmentir isso”.[41]

Havia um paralelo entre a fala de Tourinho e o célebre discurso do deputado Marcio Moreira Alves, de setembro de 1968. Ambos foram pronunciamentos irrelevantes, um em entrevista radiofônica no interior de Minas, o outro numa sessão deserta da Câmara. Um tivera breve repercussão, o outro, nenhuma. Ambos foram incisivos, porém Moreira Alves fixara-se numa dura generalidade: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”. Tourinho fora específico, mencionando três generais, escorando-se numa informação de terceira pessoa. Os dois episódios fundem-se nos desdobramentos. Em 1968, o presidente Costa e Silva levou 47 dias para pedir a abertura de um processo contra Moreira Alves. Em 1980, o ministro do Exército, general Walter Pires, pediu a abertura de um processo contra Tourinho 51 dias depois da entrevista e catorze dias após o assassinato de Lyda Monteiro na sede da OAB.

O general Walter Pires reagia a outro problema, inesperado: Inês Etienne Romeu, a *Olga* da VAR-Palmares, que estivera presa em 1971 e fora levada para a casa de Petrópolis onde funcionava um aparelho alternativo do CIE, invadira o consultório, no Rio de Janeiro, do ex-tenente Amilcar Lobo, que, em 1971, servira no DOI do I Exército, identificando-o

publicamente como o médico (*Doutor Cordeiro*) do aparelho. Ele suturara seus ferimentos depois que Inês tentara se matar, atirando-se debaixo de um ônibus. Plantonista do DOI, Lobo vira o ex-deputado Rubens Paiva agonizando numa cela do quartel da Barão de Mesquita, na Tijuca. Fora protegido pelas sociedades de psicanalistas e pelo general Sylvio Frota, ao ser denunciado pela médica Helena Besserman Vianna.[42] Dessa vez, diante da exposição que lhe foi imposta por Inês, Lobo foi chamado ao gabinete do ministro Walter Pires, que lhe pediu silêncio.[43] Mas *Olga* tinha mais uma carta. Com a ajuda de Marcelo Cerqueira, juntando pedaços de conversas e um número de telefone que ouvira na casa de Petrópolis, ela levou uma comitiva de parlamentares, advogados e jornalistas ao endereço (rua Artur Barbosa, 668). O ministro reagiu à descoberta repelindo "energicamente as malévolas insinuações (…) que procuram lançar à execração pública aqueles que se bateram, em verdadeiras operações de guerra". Foi acompanhado por seus colegas da Marinha e da Aeronáutica.[44]

Walter Pires tornara-se patrono do porão, um radical em busca de outro radicalismo, inexistente. Seu comportamento ecoava o do ministro Aurélio de Lyra Tavares em 1968. Com uma diferença: Pires era amigo pessoal de Figueiredo, jamais fizera poesias com o pseudônimo de "Adelita" e era chefe respeitado e enérgico. Punira os generais Euler Bentes (da reserva) e Antonio Carlos de Andrada Serpa (da ativa) por terem assinado um manifesto com críticas à política econômica.[45] Logo depois da denúncia de Inês Etienne, uma bomba estourou na varanda da casa de Marcelo Cerqueira.[46]

Esse foi um dos vinte atentados ocorridos entre as explosões de agosto e a noite de 30 de abril de 1981. Três dias antes, Golbery levara uma denúncia à reunião vespertina do Planalto e o general Medeiros a resumiu: "Atentado contra a filha do marechal Cordeiro de Farias".[47] O velho militar, amigo de Golbery, morrera havia pouco. Estivera em quase todas as revoltas da anarquia do século, fora ministro no governo de Castello

Branco, fechara o tempo no DOI do Rio em 1970, quando foi impedido de visitar uma presa, e em 1977 acelerara a demissão do general Sylvio Frota.[48]

1 Pelo menos no episódio da bomba colocada na casa do jornalista Roberto Marinho, em setembro de 1976, em apenas três meses o detetive particular Bechara Jalkh desvendou o caso, identificou os autores e descobriu a origem do explosivo. As informações foram repassadas por Roberto Marinho ao general Reynaldo Mello de Almeida. Bechara Jalkh, 1999.
2 Para a participação de oficiais no atentado, José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato, *A direita explosiva no Brasil*, p. 204.
3 Para o surto terrorista de direita em 1968, ver Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, pp. 305-33.
4 Para essa discussão, ver Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, pp. 262-6.
5 Entrevista do general José Luiz Coelho Netto ao CPDoc, <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista634.pdf>.
6 *Veja*, 10 de setembro de 1980.
7 General Newton Cruz, 1996.
8 Para Médici, ver Antonio Carlos Scartezini, *Segredos de Medici*; para Geisel, Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*.
9 Para o paralelo com o caso franco-argelino, ver Elio Gaspari, *A ditadura escancarada*, pp. 34-8.
10 *Em Tempo*, 21 a 27 de julho de 1980.
11 Depoimento do coronel José Ribamar Zamith ao Ministério Público em 2014, <http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-riocentro-integra-de-audios-de-depoimentos-colhidos-pelo-mpf/depoimento-de-zamith/view>.
12 Para as bombas em *O Pasquim* de 12 de março e 10 de maio de 1970, José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato, *A direita explosiva no Brasil*, pp. 260-1; para a lançada contra o *Opinião* em 15 de novembro de 1976, ver *Opinião* de 19 de novembro de 1976.
13 Pasta com treze folhas do SNI, de 3 de maio de 1978, acompanhadas por um cartão de Sebastião Ramos de Castro a Figueiredo. APGCS/HF.
14 *Apreciação Semanal*, do SNI, de 15 a 22 de março de 1980. APGCS/HF.
15 *CartaCapital*, 27 de julho de 2010.
16 Notas do general Octavio Medeiros da reunião de 13 de maio de 1980. AA.
17 Notas do general Octavio Medeiros da reunião de 21 de maio de 1980. AA.
18 Ministério Público.
19 Carlos Azevedo, *Jornal Movimento*, p. 294.
20 *O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1980. Para a parada cardíaca, Paulo Maluf, 1980.
21 Carta anônima de duas folhas, de 20 de setembro de 1980, enviada a Figueiredo e anotada por Golbery. APGCS/HF.

22 Depoimento do coronel PM José Crispiniano Beltrão Lessa ao Ministério Público.
23 Marcelo Godoy, *A Casa da Vovó*, p. 152.
24 Depoimento do coronel Wilson Machado ao Ministério Público, em 22 de fevereiro de 2014.
25 *Apreciação Semanal*, do SNI, de 22 de março de 1980. APGCS/HF.
26 Anita Leocádia Prestes, *Luiz Carlos Prestes*, p. 228. A autora esclarece que uma comissão encarregada de apurar a denúncia não chegou a conclusão alguma.
27 *Apreciação Semanal*, do SNI, de 23 de agosto de 1980. APGCS/HF.
28 Aluizio Palmar, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*; e Colectivo Ex Presos Politicos y Sobrevivientes, <http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/g/goldenbergl/>.
29 Cena presenciada pelo autor.
30 *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 1992; *Informação no 05 S/2*, do CIE, de 30 de abril de 1979; e *O Globo*, 3 de janeiro de 1999.
31 Marcelo Godoy, *A Casa da Vovó*, p. 494.
32 O sequestro de Horacio Campiglia e Mónica Suzana Pinus de Binstock por um comando militar argentino foi narrado minuciosamente no telegrama da embaixada americana em Buenos Aires, de 7 de abril de 1980; e em Fabio Murakawa, "O infiltrado", *Playboy*, 30 de outubro de 2008. Para os demais sequestrados, Léo Gerchmann, "Argentinos pedem indenização ao Brasil", *Folha de S.Paulo*, 16 de fevereiro de 1998.
33 João Carlos Magalhães e Rubens Valente, "Brasil ajudou 'Anjo da Morte' argentino", *Folha de S.Paulo*, 16 de outubro de 2011.
34 José Casado, *O Globo*, 30 de março de 2014. IPM do general Sérgio Conforto, folha 783 e segs. Para "sacanear", entrevista do coronel Romeu Antonio Ferreira ao *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 2004; e depoimento do coronel Romeu Antonio Ferreira, chefe de operações do DOI, ao Ministério Público em 2014, <http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-riocentro-integra-de-audios-de-depoimentos-colhidos-pelo-mpf/depoimento-romeu-antonio-ferreira-1-2/view>.
35 *Em Tempo*, 21 a 27 de julho de 1980. Entrevista do coronel Dickson Grael, de 2 de julho de 1981, apensa ao IPM de 1981, vol. 5.
36 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 27 de agosto de 1980.
37 Barbosa Lima Sobrinho, "A época das bombas", *Jornal do Brasil*, 5 de maio de 1991.
38 *Jornal do Brasil*, 29 e 30 de agosto de 1980.
39 Carta de João Fortes a Figueiredo, de 13 de setembro de 1980. APGCS/HF.
40 *Jornal do Brasil*, 29 de agosto de 1980.
41 Defesa de Genival Tourinho, apresentada ao relator do processo que lhe foi movido no Supremo Tribunal Federal. AA. Genival Tourinho, *Baioneta calada, baioneta falada*, pp. 476 e segs.
42 Helena Besserman Vianna, *Não conte a ninguém*, pp. 52 e 106.
43 Amilcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro*, pp. 17-8.
44 *Veja*, 18 de fevereiro de 1981.
45 *O Estado de S. Paulo*, 27 de dezembro de 1980.

46 Ministério Público.
47 Nota do general Octavio Medeiros, de 27 de abril de 1981. AA. O episódio relacionava-se a uma neta do marechal.
48 Para o episódio do DOI, Thales Ramalho, 1989.

Riocentro[1]

Às 21h15 de 30 de abril de 1981, uma bomba explodiu dentro de um Puma no estacionamento do Riocentro, onde o Cebrade realizava mais um show comemorativo do 1º de Maio.[2] No carro estavam o capitão Wilson Machado, *Doutor Marcos*, chefe da seção de operações do DOI do I Exército, e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, o *Wagner*, que carregava o explosivo. O sargento morreu na hora, com a bomba no colo. O capitão, estripado, sobreviveu. Haviam passado pelas catracas de acesso ao show 9.892 pessoas.[3] A jovem Andrea Neves da Cunha chegara atrasada e ia para o corredor que dava acesso à plateia quando viu um homem ferido que pedia ajuda para ser levado a um hospital. Ele tentara abandonar o local num táxi, mas o motorista recusara-se a transportá-lo.[4] Neta de Tancredo Neves, Andrea socorreu-o. *Doutor Marcos* estava lúcido. Ele dizia que não sabia o que acontecera e falava de sua filha de seis meses. Ao chegar ao hospital, pediu a um bombeiro que telefonasse para o número 208-7742. Atendeu uma pessoa que se identificou como *Aloisio Reis*.[5] Era o tenente-coronel Freddie Perdigão Pereira, lotado na Agência Rio do SNI.[6]

O carro em que estavam um sargento e um capitão do DOI do Rio de Janeiro explodiu no estacionamento do Riocentro, matando o primeiro e ferindo o segundo.

O presidente Figueiredo contou que soube da explosão na manhã seguinte, num telefonema de Heitor Ferreira, e alegrou-se: “Até que enfim os comunistas fizeram uma bobagem”. Meia hora depois chegou-lhe uma nova informação: “Presidente, há indícios de que foi gente do nosso lado”.[7]

Cinco anos antes, na granja do Riacho Fundo, o general Ernesto Geisel atendera a um telefonema do governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins:

> — Presidente, desculpe incomodá-lo. Morreu outro preso no DOI. Outro enforcamento.

— Paulo, não tome providência nenhuma. Você terá notícias minhas — disse-lhe Geisel.[8]

O “outro preso” era o operário Manuel Fiel Filho, que, segundo o DOI, se suicidara, como Vladimir Herzog. Geisel não conseguiu dormir.

— Pensando no que fazer?
— Não. Não dormi pensando nas consequências.[9]

A decisão de demitir o comandante do II Exército, general Ednardo D’Avila Mello, Geisel tomou-a em pouco tempo. Já as consequências da exoneração abrupta de um chefe militar por causa da morte de um metalúrgico acusado de pertencer ao Partido Comunista eram coisa de tirar o sono.

No seu romance *Lord Jim*, o escritor Joseph Conrad mergulha na alma do capitão de um barco que transportava peregrinos. No meio de uma tempestade, convencido de que a embarcação iria a pique, o capitão pula na água e chega a uma praia. O navio não afundara e Jim passou a vida tentando provar a si mesmo e aos outros que era a pessoa que parecera ser. “Talvez ele não tivesse medo da morte, mas, acredite, ele tinha medo da emergência”, escreveu Conrad.[10] A emergência tirara o sono de Geisel, e na manhã seguinte Ednardo D’Avila Mello estava sem o comando.

Até o fim de seus dias, Figueiredo cultivou a imagem de destemido. Contava que, ao receber a espada de aspirante das mãos do ditador Getulio Vargas, ouvira dele palavras gentis mencionando seu pai. O general Euclides Figueiredo lutara ao lado dos rebeldes de 1932 e opunha-se ao governo, que acabara de fechar o Congresso. Getulio desejara-lhe uma carreira brilhante, como a do general. “Obrigado, presidente. O único perigo é que eu termine preso, como meu pai”, respondeu o aspirante.[11]

Contada décadas depois, essa cena não tivera testemunhas. Durante o governo de Jango, Figueiredo fora chamado para uma conversa com o presidente e lhe teria dito que seu governo seria derrubado. O ajudante de ordens de Jango, presente ao encontro, não ouviu essa observação.[12] Noutro episódio, contado em 1991, ainda tenente, Figueiredo teria mandado o major Humberto Castello Branco "à merda".[13] Novamente, não se sabe de testemunhas.

Diante da emergência, o cavalariano estourado do "prendo e arrebento" boiou na corrente de sua cúpula militar. Todos sabiam de onde vinham as bombas. Não quiseram saber a identidade do cidadão de cabelos grisalhos que explodira a banca de jornal de Campinho, mas sabiam o que estava acontecendo. Um ano antes o comandante do DOI do I Exército vetara um atentado semelhante contra o mesmo evento. Em março, o general Octavio Medeiros contara a Figueiredo que se planejara um atentado contra o novo show do Cebrade no Riocentro.[14]

Ainda na noite da explosão, o ministro Walter Pires mandou um general ao Rio com uma mensagem reservada. Não se conhece o seu teor, apenas seu efeito. Na tarde do dia seguinte, o comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho, foi ao hospital onde estava o *Doutor Marcos*. Dali seguiu para o enterro do sargento *Wagner*, ajudou a carregar seu caixão, prestou-lhe honras militares e determinou a abertura de um Inquérito Policial-Militar para que se apurasse o que acontecera com os dois militares "que se encontravam em missão de serviço no Riocentro".[15] Estava dado o sinal de cima.

Generais ajudaram a conduzir o caixão do sargento morto, sinalizando a posição do governo.

O sinal de baixo viera durante a noite. O tenente Divany Carvalho Barros, o *Doutor Áureo* do DOI, foi ao estacionamento do Riocentro e limpou o Puma explodido. Retirou a caderneta de telefones do sargento (que só seria periciada dezenove anos depois), uma granada e um revólver.[16] Placas de sinalização rodoviária estavam pichadas com a sigla VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). O coronel Julio Molinas, comandante do DOI como *Doutor Fernando*, rascunhou um texto arrolando "alguns fatos que comprovam a intenção das esquerdas em atingir os órgãos de segurança, em especial os DOIs".[17]

O acobertamento do atentado produziu impactos muito superiores ao da explosão do Puma. A cena do crime apontava para os militares, e para mais ninguém. A bomba explodira no colo do sargento. Uma outra, que danificaria a casa de força do pavilhão, explodira sem causar danos.

O segundo choque deu-se em duas semanas, quando o coronel encarregado do IPM para investigar o atentado pediu demissão por "razões de saúde".[18] Seu substituto fez um serviço rápido. Assumiu tratando o Puma como um "carro sabotado".[19] Antes de remeter o inquérito à Justiça Militar, produziu um relatório de dezenove páginas para conhecimento dos generais do I Exército. Segundo o coronel Job Lorena de Sant'Anna,

houvera um atentado, vindo da esquerda, e outro, vindo da imprensa, que criou um "ambiente de mentira e hostilidade": "Os dois militares foram vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada por terceiros no carro do capitão". Quem? Talvez a Vanguarda Popular Revolucionária (a VPR não existia mais). Conclusão: "Há vários grupos radicais interessados em fazer uso do terrorismo, procurando, mesmo, enfrentar ou comprometer os órgãos de segurança".[20] Jamais se conseguiu achar um só suspeito, mas o SNI registrava que parlamentares da oposição continuavam a tratar do atentado "com a finalidade de desestabilizar o regime", e Golbery sublinhou essas sete palavras.[21]

Passados mais de trinta anos, acumularam-se versões que tentaram explicar o episódio do Riocentro. De todas, a mais absurda é aquela produzida e sustentada pelos comandantes militares. Ela viria a ser desmontada por um IPM do próprio Exército, arquivado em 1999 pelo Superior Tribunal Militar. Ao longo do tempo, foi desacreditada também por Figueiredo e pelos generais Octavio Medeiros, Coelho Netto e Newton Cruz, então chefe da Agência Central do SNI.[22] Embora tenha ficado sem padrinhos, a versão oficial permanece chancelada pelo Estado brasileiro. Disso decorreu uma natural proliferação de versões, baseadas em circunstâncias. A mais devastadora é a de que a bomba do Puma (ou outras, que jamais foram encontradas) explodiriam dentro do pavilhão, que estaria às escuras. Nesse cenário, o número de mortos poderia chegar à centena. Ela é implausível.

Diversos fatos alimentam a hipótese catastrófica. A PM, comandada pelo general Nilton Cerqueira, negara ao show de 30 de abril o policiamento que rotineiramente mandava aos eventos do Riocentro. (A PM policiara um espetáculo doze dias antes.)[23] Os organizadores haviam pedido três sargentos, um cabo e 28 soldados.[24]

Cerqueira estivera na cena da morte de Carlos Lamarca nos matos da Bahia e comandara tropas no Araguaia durante os meses decisivos de 1973

e 1974, quando se praticou a política de extermínio dos guerrilheiros do PC do B. Mataram cerca de quarenta jovens, inclusive os que atenderam à oferta de rendição honrosa feita em panfletos do Exército.

O secretário de Segurança do Rio de Janeiro era o coronel Waldyr Coelho. Ele chefiara a agência local do SNI. Nela estava lotado Perdigão, que atirara a bomba contra a casa de força. Coube-lhe informar, no dia seguinte, por meio de uma nota ridícula, que, antes da explosão, o capitão ouvira do sargento que "há uma bomba aqui".[25] O sargento estava morto e o capitão, entubado no Hospital Miguel Couto.

O diretor administrativo e financeiro do Riocentro, coronel Dickson Grael, denunciou que dos trinta portões de saída do pavilhão, 28 estavam fechados.[26] Os depoimentos de quatro pessoas que lá trabalhavam naquela noite informaram que, à hora das explosões, quando o show começara, havia portas de saída fechadas, mas não todas.[27]

Na reserva, Dickson estivera na melhor cepa do radicalismo militar de sua geração. No dia 1º de abril de 1964, participara do assalto ao QG da Artilharia de Costa, junto ao forte de Copacabana.[28] Meses depois, levara ao general Golbery uma sugestão para que um comando fosse ao Uruguai e sequestrasse Leonel Brizola.[29] Em 1969, liderara um comando de paraquedistas revoltados com a decisão do governo de ceder aos sequestradores do embaixador americano Charles Elbrick e que tentaram impedir a decolagem do avião no Rio que levaria quinze presos para o México. Foram barrados, seguiram para a avenida Brasil e tomaram o transmissor da rádio Nacional, de onde leram um manifesto.[30] Era um radical que se expunha, nunca passara pelo aparelho repressivo dos DOI nem do CIE, cujos quadros escondiam-se atrás de codinomes.

Na sua denúncia, Dickson traçou um cenário em que associava a escuridão provocada pelo corte da energia às portas fechadas: "O efeito pretendido deve ter sido o de levar o pânico a cerca de 18 mil jovens que

assistiam ao espetáculo (…). Na procura dos dois portões abertos, haveria natural pisoteamento com muitos mortos e feridos".[31]

A bomba da casa de força explodira entre dois transformadores sem causar dano algum.[32] Admitindo-se que a energia fosse cortada, o Riocentro não ficaria às escuras. Quem planejou o atentado não levou em conta que o pavilhão tinha um gerador que entraria em funcionamento imediatamente. Uma pane ocorrida num evento anterior mostrara a eficácia desse mecanismo e a plateia sequer se dera conta do que sucedeu.[33]

Noutro cenário, o da carnificina, com a energia cortada, uma ou mais bombas explodiriam dentro de um pavilhão às escuras onde havia 10 mil pessoas atrapadas. Esse cenário é implausível. A bomba de *Wagner* explodiu quando ele ainda estava no Puma. A da casa de força foi lançada, no máximo, trinta minutos depois. As duas ações estavam coordenadas. Persiste o mistério em torno do que faria o sargento. Seu explosivo tinha um mecanismo de retardo. A ação seria temerária, caso quisesse deixar a bomba dentro do pavilhão lotado. Seria mais plausível que tivesse plantado o explosivo antes do início do espetáculo. O tempo que separa os dois episódios permite supor que ele pretendesse provocar a explosão em algum ponto do estacionamento. Ela poderia estourar antes ou depois do corte da energia.[34] Estourando antes, dificilmente faria vítimas. Estourando depois, quando as pessoas estivessem deixando o show interrompido, certamente mataria quem estivesse perto do local onde fora deixada. Além da bomba lançada contra a casa de força e daquela que matou o sargento, nenhuma outra foi detonada nem encontrada. Resta a granada retirada do Puma durante a madrugada.[35] O que *Wagner* ou o capitão poderiam fazer com ela permanece no campo das conjecturas. Fica a hipótese de que os militares, como pelo menos um oficial do CIE, tivessem a granada como arma defensiva diante de um eventual ataque.

(Na plateia havia dois agentes do DOI com a missão oficial de acompanhar o espetáculo. Também estava lá o filho do coronel Cerqueira,

um jovem interessado em música.)[36]

A hipótese da explosão no estacionamento, num local próximo ou distante das portas, seria uma variante letal da proposta levada um ano antes ao *Doutor Fábio* no DOI. No primeiro projeto, de abril de 1980, pretendia-se "sacanear" o show com o corte de luz e pregos espalhados no estacionamento. No seguinte, substituíram-se os pregos pela bomba.[37] As cartas-bomba que oito meses antes, em agosto, mataram Lyda Monteiro da Silva e amputaram o braço de um funcionário da Câmara Municipal, indicam que os terroristas haviam mudado de patamar, planejando atentados que certamente fariam vítimas. O do Riocentro se enquadra nessa tendência.

Passados 34 anos, estabeleceu-se uma conexão direta entre o atentado do Riocentro e o da OAB, ocorrido sete meses antes. Em 2015, a pesquisadora Denise de Assis, da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, localizou uma pessoa que trabalhava no andar da presidência da Ordem e que reconheceu o cidadão que deixou na sala de Lyda Monteiro da Silva o envelope que continha a carta-bomba. Era o sargento Magno Cantarino da Silva, o *Guarany* da seção de operações do DOI do I Exército.[38] Ela o reconheceu a partir de uma fotografia feita na madrugada de 1º de maio. Ele estava diante do Puma destruído, com o cadáver do sargento ainda no banco do veículo. Três outros militares ouvidos por Denise de Assis também incriminaram *Guarany*. Informações adicionais indicam que a bomba da OAB fora confeccionada pelo agente *Wagner* e a operação, concebida pelo tenente-coronel Freddie Perdigão Pereira.

A relação entre os dois sargentos do DOI ia além da convivência funcional. Eram compadres e até mais que isso. Depondo ao Ministério Público, Sueli José do Rosário, viúva de *Wagner*, revelou que seu marido era amante da mulher de *Guarany*.

O atentado do Riocentro entrou para a história com uma capa de mistério e suspeitas alimentadas pela versão absurda que os comandantes

militares impuseram ao país. Se há conjecturas, todas, inclusive a da carnificina, têm mais plausibilidade do que as conclusões do relatório do coronel Job.

Golbery achava que um dia o capitão Wilson Machado contaria o que houve. Mantido no Exército, chegou a coronel. Na reserva, tornou-se funcionário celetista contratado pela Força, facilidade oferecida a poucos oficiais. Em 2014, depondo ao Ministério Público, manteve o núcleo de sua versão, distanciando-se do sargento:

> — Chegando ao estacionamento eu disse que queria fazer xixi. (…) Fechei o carro, saí e fiz xixi. (…) Quando eu estava dando ré... (…) Eu achava que tinha estourado o motor do carro. (…)
> — *Wagner* estava com alguma coisa na mão quando voltou para o carro?
> — Não me lembro, não sei te dizer. Não me recordo. Não sei.[39]

Com esse simples "não sei", dito décadas depois, Machado dissociou-se cautelosamente da versão oficial, segundo a qual "alguma coisa" fora colocada no carro por terceiros.

O atentado do Riocentro foi um desastre tanto no planejamento (o pavilhão tinha gerador) quanto na operação (a bomba explodiu no colo do sargento). Entrou para a crônica dos fracassos do terrorismo mundial. Em 1969, dois militantes da ALN morreram em São Paulo quando explodiu a carga que transportavam num carro. Dois anos depois, outra militante teve a mão amputada por uma bomba caseira.[40] Em 1970, dois militantes do grupo Weather Underground morreram no Greenwich Village quando montavam uma bomba. Em 1972, o editor italiano Giangiacomo Feltrinelli explodiu em Milão, quando tentava dinamitar uma torre distribuidora de energia. Em 2014, um mestre de explosivos do grupo islâmico ISIS morreu em Bagdá, enquanto lecionava o manuseio de uma bomba, matando seus 21 alunos.[41]

A bomba do capitão Wilson racharia a estrutura do palácio do Planalto.

* * *

As dificuldades da economia nacional, o início da recessão americana e as tensões inerentes ao exercício da Presidência num país que mudara cobravam seu preço a Figueiredo. Ele sucedera dois generais que mediam as palavras e evitavam posturas folclóricas. Sua máquina publicitária tentara transformá-lo num simples "João", um homem comum. Qualquer João seria capaz de dizer a um deputado que "se me trouxerem um nome capaz (…) eu exonero o Simonsen e nomeio a pessoa indicada". Na essência, a frase não queria dizer nada, até porque ele já a dissera na presença do ministro.[42] Contudo, a frase fora a espoleta da saída de Simonsen do ministério. O incidente de Florianópolis, quando o general foi para a rua bater boca com manifestantes, indicava que seu pavio estava curto. Mesmo em ocasiões avulsas, soltava observações que ecoavam a do "cheiro de cavalo": "Não falo sobre a política. Tenho raiva de política".[43]

O cavalariano atlético voltara a padecer de dores numa perna (um estiramento radicular, com consequente neurite no nervo crural) e num joelho (artrose).[44] Sua irascibilidade e o caráter errático de suas explosões já haviam levado Golbery, Heitor e o general Octavio Medeiros a se reunirem em abril de 1980, antes mesmo do atentado do Riocentro. Desse encontro sobreviveu um resumo, intitulado por Heitor Ferreira de *Fase de Segurar o PR*. Combinaram que formariam um grupo para filtrar as questões que seriam levadas a ele.

> Nos assuntos realmente vitais, ou nos que degenerarem em crise forte, buscarão, em conjunto e insistentemente, uma decisão de N.[45] Essa decisão será discutida com N. para que fiquem claras dificuldades, consequências e reações. Uma vez nítida a decisão,

> frente única em formação de elefantes em linha, para evitar um recuo, sobretudo barrando caminho do apelo sentimental ou a anulação por explosão emocional.[46]

Devido a uma nomeação, o irmão mais velho do presidente brigara com ele. Guilherme Figueiredo era um teatrólogo de algum brilho. Em 1964, substituíra o pintor Di Cavalcanti, nomeado para a função de adido cultural em Paris, e ganhara simpática notoriedade ao dizer que João Baptista deveria mudar o nome da granja do Torto para granja do Direito. Numa nota, elogiou "a boa fé e o espírito democrático" do irmão, acrescentando: "Receio, porém, que as esmaguem os interesses e ambições de outras pessoas que o cercam".[47] Em seguida, num artigo intitulado "O cerco", o jornalista Luis Alberto Bahia, amigo de Guilherme, mencionou a existência de uma trama destinada a levar o general Octavio Medeiros à Presidência da República. Heitor Ferreira remeteu uma cópia a Golbery, anotando: "O Bahia estragou tudo".[48]

O estrago seria maior. Numa discussão com Medeiros, Golbery explodiria: "Vocês pensam que vão controlar o país cometendo crimes e encobrindo seus autores, mas estão enganados. Vão ser postos daqui para fora com um pé na bunda".[49] Medeiros estava em "formação de elefantes em linha", mas, depois do Riocentro, Figueiredo e ele iam numa direção. Golbery, em outra.

Para uma raposa como José Sarney, presidente do partido do governo, isso ficara claro em poucos dias. Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Leonel Brizola, Ivete Vargas e Lula reuniram-se com ele e os presidentes da OAB e da ABI para fixar uma linha de união nacional. Produziram uma ata, oferecendo a Figueiredo não só solidariedade, mas apoio para conter o terrorismo. O presidente do PDS foi ao general, mostrou-lhe o documento e perguntou-lhe a quem deveria entregá-lo. "Ao Medeiros", respondeu Figueiredo. "Então, vi que a coisa não estava boa. Ainda assim, entreguei-o

ao Golbery.” A coisa realmente não estava boa. Tendo-o recebido, Golbery mandou-o a Figueiredo. O presidente limitou-se a rubricá-lo.[50]

Para um vidente como o médium Luis Carlos Pirajá, de Teresina, que dizia ter recebido uma mensagem do monge russo Rasputin, Golbery corria o risco de “desencarnar” antes do fim do governo, por excesso de “energias fluídicas”. O general anotou na carta que Pirajá lhe mandara: “Heitor, chama correndo o Rasputin”.[51] [*Veja o documento*]

Depois da divulgação das conclusões do IPM do Riocentro, Golbery chamou Heitor Ferreira à sua sala. Heitor registrou em seu diário:

> [GOLBERY] Disse-me que depois da sesta vai terminar de rabiscar o negócio e me chama para lermos juntos. Depois passa a limpo e dá-me para tirar uma xerox. E aí, racionalizou:
> — Quero que fique com você, porque aí serão duas pessoas a saber e com você é mais seguro que comigo, caso me aconteça alguma coisa (de saúde! pelo que entendi); e é preciso que eu tenha essa cópia, por algum tempo, por dois motivos: primeiro porque posso querer saber exatamente o que eu disse, com precisão, sem dar margem a discussões, para um segundo lance, em que eu precise fazer referências; segundo (e foi enfático), como defesa! Posso ter que me defender!
> Eu disse: Ao que entendo, o objetivo desse papel é influir no comportamento futuro do presidente, não é isso? Para que nestas próximas semanas as decisões dele levem em conta uma posição sua muito clara, não é isso?
> É.[52]

Não era. Prontas as cópias, Golbery perguntou qual seria a melhor hora para mandar o envelope e anotou o número do telefone capaz de ligá-lo

com o ajudante de ordens de Figueiredo, na granja do Torto.

No dia seguinte, um sábado, Heitor telefonou para o Torto e um capitão informou-o de que por volta das dez e meia da manhã chegara um documento confidencial, enviado por Golbery. O médico de Figueiredo confirmou que um agente de segurança entregara um papel do Golbery, "parece que manuscrito", enquanto o presidente era examinado pelo neurocirurgião Paulo Niemeyer. "A ver, amanhã, se o presidente diz algo a ele", anotou Heitor.[53]

Na carta, "estritamente pessoal — confidencial", Golbery foi duro ao comentar as conclusões do IPM do coronel Job: "Exagero, o seu tanto ridículo, foi a tentativa de apresentar os dois participantes como vítimas de criminosos desconhecidos e embuçados…". Lembrou "a convicção generalizada" do "envolvimento certo dos dois militares na prática de ação terrorista frustrada, mas altamente temerária". Até aí, podia haver um simples juízo. No parágrafo seguinte, o general tocou o nervo:

> Quem sabe, como nós, com base em informações de fonte altamente fidedigna (…), que tal convicção tem fundamento real mesmo — problema muito mais grave e que não é apenas um problema de consciência, exige decisão lastreada no conhecimento da verdade dos fatos.

(O general Medeiros dissera-lhe que "o Riocentro tinha sido coisa do Coelho Netto".)[54]

Golbery associou as "ações terroristas" saídas dos DOI a um "núcleo de governo paralelo", ligado a uma rede que se estendia "não se sabe até que níveis superiores dos escalões governamentais". Apontou para "órgãos mais vinculados à Presidência (…), de alguma forma envolvidos, uma vez que o simples saber ou mesmo desconfiar da intenção da prática de atos

delituosos (...) implica, em muitos casos, certa dose de responsabilidade pessoal".

Dizendo que "algo precisa e deve ser feito", propôs a extinção "dos chamados DOI-CODI", bem como uma "discreta remontagem" do CIE.[55] [*Veja o documento*]

Golbery não pretendia mais influir no governo. Isso fica claro na abertura e no fecho da carta. Nem "prezado", nem "caro", simplesmente "Presidente". Nem "atenciosamente", muito menos "cordialmente", apenas "Golbery". Era uma carta de rompimento.

O general não deu nenhuma pista a estranhos. Continuou cuidando de seu serviço e comparecendo ao Planalto. À saída de uma festa de casamento, divertiu jornalistas cantarolando uma música celebrizada por Chiquinha Gonzaga:

> *Tão longe de mim distante*
> *Onde irá?*
> *Onde irá?*
> *Meu pensamento.*

Despediu-se em francês: "*Je m'en vais*".[56]

Figueiredo e Medeiros estavam em formação de elefantes. Não só acobertariam a autoria do atentado, como mostrariam em que direção marchavam. Confirmando informações que já circulavam em Brasília, o general Coelho Netto foi nomeado para a chefia do gabinete do ministro Walter Pires. Essa escolha mostrou a Golbery que a opção estava feita e ele se demitiu no dia 5 de agosto, um mês depois da chegada de sua carta a Figueiredo. Dessa vez endereçou-lhe um texto sibilino no qual se referiu a "posições já expressamente referidas, consumando atos facilmente previsíveis em face dos antecedentes conhecidos", e a motivos de "foro

íntimo — objeto, na verdade, de confidência que me foi permitido fazer-lhe há muitos dias". Dirigiu-se ao "prezado chefe e amigo", despediu-se com "cordiais saudações", mas bateu a porta pedindo que fosse dispensado da transmissão do cargo. Nunca mais se veriam.

Golbery recolheu-se ao sítio que comprara em Luziânia, a cinquenta quilômetros de Brasília. Lá, pela primeira vez na vida, conseguiu arrumar direito sua biblioteca. Pouco depois, tornou-se diretor do Banco Cidade, de seu amigo Edmundo Safdiê, ocupando uma sala no primeiro andar de sua agência, no Plano Piloto.

* * *

Antes de chegar à metade de seu mandato de seis anos, o presidente que assumira com Golbery, Simonsen e Petrônio Portella formando o núcleo central do governo, perdera os três. Figueiredo levou para o Gabinete Civil o professor João Leitão de Abreu, que lá estivera durante o governo Médici. Leitão fora nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por Geisel e desaparecera no silêncio da Corte. Tinha 68 anos. Era um gaúcho discreto, taciturno mesmo. Não há notícia de que em Brasília alguém o tratasse por "João", ou mesmo "Leitão". Era o "Dr. Leitão", inclusive para Figueiredo.[57] Se Golbery era reservado mas apreciava a mitologia que se formara em torno de sua figura, Leitão nem isso. Um cultivava o silêncio por sua formação de oficial de informações. O outro tinha a inescrutabilidade dos juízes. Cunhado do general Lyra Tavares, fora o consultor jurídico da Junta Militar que reescrevera a Constituição durante a crise de 1969. Médici entregara-lhe o comando da administração civil num governo gerido por um triunvirato no qual Delfim comandara a economia e o general Orlando Geisel, os quartéis. Assim como sucedera em 1969, quando chegou ao Planalto depois de um período de desordem, retornava na crista de uma crise. Dele nunca saíram indiscrições, sequer reminiscências.

Nem do governo nem do Grêmio de Porto Alegre, clube de futebol que presidira em 1960. Fez poucas mudanças na burocracia, anunciou nenhuma.

Leitão de Abreu tornou-se a quilha que manteve o navio à tona. Transformou o Gabinete Civil e suas relações com Figueiredo numa fortaleza. Distanciou-se dos chamados "ministros da Casa", inclusive do chefe do SNI. A porta de seu gabinete era controlada pela agenda, ninguém entrava sem marcar hora.[58]

A primeira encrenca chegou-lhe um mês depois de seu retorno ao Planalto. Estava em Porto Alegre e Figueiredo fazia uma visita ao Rio, hospedado na residência da Gávea Pequena. Havia dias sentira dores no peito. Fazia muito calor, ficou indisposto, mas fez sua ginástica. Na hora do almoço as dores voltaram. Às 15h30, uma ambulância deixou Figueiredo no Hospital dos Servidores do Estado. Entrou de maca, com o rosto coberto.[59]

Às 18h30 o general Octavio Medeiros redigiu uma nota:

> 1 - Na tarde de hoje o Presidente sofreu pequena indisposição.
> 2 - Atendido por uma equipe do HSE, constatou-se ligeiro distúrbio cardiovascular.
> 3 - Está recolhido ao HSE, para observação, sob rigoroso controle.
> 4 - O caso clínico não apresenta gravidade.
> 5 - Não se pode precisar o número de dias que durará a internação (…).[60]

Salvo o quinto item, era tudo mentira. Duas horas depois, uma nova nota oficial admitiu que Figueiredo sofrera um "enfarte do miocárdio de parede diafragmática" e informou que ele ficaria internado por pelo menos quarenta dias. Nenhuma palavra sobre a sua substituição.

Ao chegar ao hospital, o porta-voz do Planalto descartou a necessidade de o vice-presidente, Aureliano Chaves, assumir.[61] Na mesma linha foi o ministro da Educação, general Rubem Ludwig, que estivera com Figueiredo

na Unidade de Terapia Intensiva.[62] Medeiros queria adiar a decisão por alguns dias.[63]

Enquanto a representação do general Walter Pires contra o deputado Genival Tourinho ecoara a provocação militar de 1968 diante do discurso de Marcio Moreira Alves, os momentos seguintes ao enfarte de Figueiredo ecoaram a trapaça de 1969 diante da isquemia cerebral de Costa e Silva, quando o vice-presidente, Pedro Aleixo, foi mandado para casa pelos ministros militares. O sistema circulatório do marechal explodira no 896º dia de governo; o de Figueiredo, no 918º.[64] Mas o país mudara.

Depois do Riocentro, não convinha mais ao general Pires discutir as insinuações de Genival Tourinho. Em 1969, protegido pela censura, o marechal entrevado fora escondido nos palácios da Alvorada e Laranjeiras; Figueiredo estava num hospital público e médicos do HSE já haviam contado que ele enfartara. Mesmo assim, Aureliano Chaves dormiu naquela noite sem saber seu futuro. O governo demorou 24 horas para informar que o vice-presidente assumiria nos dias seguintes. Leitão de Abreu retornara de Porto Alegre, reunira-se com a junta médica que assistia Figueiredo e com os ministros militares e anunciara a substituição. À saída, o general Pires foi categórico: “Assume porque é o vice-presidente. Isso de vice-presidente não assumir é uma tradição que tem de ser quebrada”.[65]

O “ligeiro distúrbio cardiovascular” mencionado inicialmente por Medeiros levou o presidente à Clínica Cleveland, nos Estados Unidos. Havia uma coronária inteiramente obstruída, mas, como as outras estavam limpas, ele regressou sem que fosse necessária uma cirurgia. Ao seu estilo, dizia que estava de coração novo e, portanto, “preciso de mulher nova”.[66] O general reassumiu a Presidência em novembro, depois de seis semanas de ausência.

A partir do dia em que Figueiredo enfartou, Ernesto Geisel passou a defender reservadamente sua renúncia.[67] Ele sabia que pusera um cardiopata na Presidência e acreditara que Aureliano na vice seria uma

salvaguarda eficaz. Enganara-se. Ao contrário do marechal Castello Branco, que, supondo ter sofrido um enfarte, dissera que nesse caso renunciaria no dia seguinte, Figueiredo jamais pensou em renunciar. Além disso, suas relações com o vice-presidente eram cordiais, porém tensas. Como o general, o engenheiro Aureliano Chaves tinha pavio curto. À diferença dele, tinha uma estampa imponente e era obsessivamente formal. Em dois anos, tornara-se um estranho no ninho e queixava-se por não ser ouvido.[68] Minúcias da política mineira, manobras eleitorais e a extinção dos velhos partidos afastaram-no de Golbery; os grandes números da economia, de Delfim; desconfianças palacianas, de Heitor Ferreira.[69] Figueiredo dera-lhe funções práticas entregando-lhe a direção de uma Comissão Nacional de Energia, onde deveria coordenar as políticas de dois ministérios, da Petrobras e dos militares do Conselho de Segurança. Tarefa impossível, definhou. Para militares radicais, Aureliano tinha uma cicatriz: em 1968, sendo do partido governista, votara na Câmara contra o pedido de licença para que se processasse o deputado Marcio Moreira Alves.

Na sua última semana de interinidade, o vice-presidente mandou-lhes um sinal. Havia dois padres franceses presos e o governo discutia sua expulsão do país.[70] Pela praxe, bastava seguir o procedimento administrativo do Ministério da Justiça, colocá-los no avião e estava encerrado o assunto. Aureliano pisou no freio. Despachou o caso reconhecendo a gravidade "em tese" do crime de subversão de que eram acusados, mas determinou que se esperasse pela "sentença definitiva".[71] A comunidade de informações tinha outra crise no forno, queimando-a.

1 Neste capítulo, registro minha dívida com o repórter José Casado, pesquisador do episódio e responsável pela elucidação de várias questões surgidas nos últimos 34 anos.

2 Para a hora, *Relatório do Show de 1º de Maio/81*, IPM de 1981, vol. 2, p. 380.

3 *Relatório do Show de 1º de Maio/81*, IPM de 1981, vol. 2, p. 386.

4 Depoimento de Sérgio Vallandro do Valle ao IPM de 1981, vol. 1, p. 171, e de Andrea Neves da Cunha, vol. 2, p. 324.

5 Depoimento do cabo Jomair de Oliveira, IPM 28/81, vol. 1, p. 148; *O Globo*, 6 de maio de 1981; *Veja*, 1o de maio de 1991; e *Folha de S.Paulo*, 21 de novembro de 1999.
6 Para a identificação de Perdigão, João Batista Natali em "Explosões escorregam para a história", *Folha de S.Paulo*, 21 de novembro de 1999, citando o IPM do general Sérgio Conforto.
7 Orlando Brito, "Os mortos não falam?", *Veja*, 12 de janeiro de 2000. Figueiredo revelou esses fatos seis anos depois do episódio.
8 Paulo Egydio Martins, junho de 1988.
9 Elio Gaspari, "O general que matou a ditadura", *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1995.
10 Joseph Conrad, *Lord Jim*, final do capítulo 7.
11 *Veja*, 20 de julho de 1977. Não há registro de que Figueiredo tenha contado essa história antes de 1977.
12 André G. Stumpf e Armando Salem, "Figueiredo candidato", *IstoÉ*, 20 de julho de 1977. Para o testemunho do ajudante de ordens, Raul Ryff, 1977.
13 Conversa de Figueiredo com o jornalista Orlando Brito, 5 de janeiro de 1991. Transcrição dada por Brito ao autor. Também não há registro anterior desse episódio.
14 Depoimento do general Octavio Medeiros ao IPM do general Sérgio Conforto; José Casado, "Riocentro: documentos revelam que Figueiredo encobriu atentado", *O Globo*, 30 de março de 2010.
15 Ofício do general Gentil Marcondes Filho, de 1o de maio de 1981, IPM 28/81, vol. 1, p. 5.
16 Chico Otávio e Alessandra Duarte, "Agenda do sargento que morreu no atentado do Riocentro revela, após 30 anos, rede de conspiradores do período", *O Globo*, 24 de abril de 2011; e *O Globo*, 24 de fevereiro de 2014.
17 *Zero Hora*, 24 de novembro de 2012, com as anotações e uma cronologia preparadas por Molinas e guardadas consigo durante 21 anos, até seu assassinato, por assaltantes, em sua casa de Porto Alegre.
18 Ofício do coronel Luiz Antonio do Prado Ribeiro ao comandante do I Exército, de 15 de maio de 1981, IPM de 1981, p. 176.
19 Ofício do coronel Job Lorena de Sant'Anna à Rede Globo, de 18 de maio de 1981, IPM de 1981, vol. 2, p. 187.
20 Maço de dezenove folhas intitulado *O IPM do Riocentro — Exposição aos Generais do I Exército*. APGCS/HF.
21 *Apreciação Semanal*, do SNI, de 19 de junho de 1981, anotada por Golbery. APGCS/HF.
22 Para Figueiredo, *O Globo*, 3 de janeiro de 2000, noticiando o teor de uma gravação de 1987 obtida pelo repórter Geneton Moraes Neto; e Orlando Brito, em "Os mortos não falam?", *Veja*, 12 de janeiro de 2000: "Até hoje não sei qual é a verdade". Para Medeiros ("Era um bando de malucos clandestinos no Exército, com minhocas na cabeça"), *O Globo*, 25 de julho de 1999. Para Coelho Netto (A investigação "não deu em nada, nem podia dar". Quando lhe foi perguntado se o atentado partira do Exército, respondeu com um seco "é"), Maria Celina d'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 203. Para Newton Cruz ("Ninguém acreditou nessa história, nem eu"), *Folha de S.Paulo*, 21 de outubro de 1999.

23 Entrevista do coronel Dickson Grael, de 2 de julho de 1981, apensa ao IPM de 1981, vol. 5.
24 *Relatório do Setor de Segurança do Riocentro*, IPM de 1981, vol. 2, pp. 390-1.
25 *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vol. 1, p. 72, citando "Bombas, versões e o silêncio", <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>, *IstoÉ*, 13 de maio de 1981, pp. 19-21.
26 Dickson Grael, *Aventura, corrupção, terrorismo*, p. 83.
27 Depoimentos do engenheiro do Riocentro Luis Eduardo de Almeida Fontes, Paulo Roberto de Almeida David, Maria Ângela Capobianco e do segurança Magno Braz Moreira ao MP. Fontes não viu portas fechadas. Paulo Roberto de Almeida David, que trabalhava na segurança do evento, viu que as portas estavam fechadas, mas não soube dizer ao MP se estavam fechadas com cadeados. Capobianco disse ao MP que havia três portas fechadas a cadeado. Magno viu uma porta de emergência fechada. O coronel Airton Quaresma, comandante interino da PM naquela noite, pois o general Cerqueira estava fora da cidade, revelou em 1999 que, ao saber da explosão, disse a Capobianco que fechasse as portas para isolar a cena do crime. *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1999. Quaresma servira durante cinco meses no DOI, em 1970.
28 Para o assalto ao QG, depoimento do general Cesar Montagna, em História Oral do Exército, t. 3, p. 44, <https://liciomaciel.wordpress.com/2013/08/13/historia-oral-do-exercito-31-de-marco-de-1964-e-o-o-r-v-i-l-duas-obras-fantasricas/>.
29 Heitor Ferreira, 3 de abril de 2012.
30 Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, p. 131.
31 Entrevista de Dickson Grael, de 2 de julho de 1981, apensa ao vol. 5 do IPM de 1981. No seu livro *Aventura, corrupção, terrorismo*, publicado em 1985, transcreveu essa entrevista (pp. 95-9), mas omitiu esse trecho do documento, que assinou e datou. Dickson fala em 18 mil jovens. Vali-me do *Relatório do Riocentro*, que informa que por suas catracas passaram 9.892 pessoas. Informa ainda que foram emitidos 10 mil tíquetes e 9.681 foram vendidos; 2.058 veículos pagaram para entrar no estacionamento.
32 Para o gerador, laudo pericial do Instituto Carlos Éboli, IPM 28/81, vol. 1, pp. 63-5; e depoimentos do engenheiro do Riocentro Luis Eduardo de Almeida Fontes, do eletricista Amaro Fernando dos Santos e do segurança Magno Braz Moreira ao MP.
33 Depoimento do engenheiro do Riocentro Luis Eduardo de Almeida Fontes ao MP.
34 Na maioria dos depoimentos tomados no primeiro IPM e nos trabalhos de 2014 do Ministério Público informa-se que a bomba da casa de força explodiu depois da do Puma. O segurança Magno Braz Moreira e o engenheiro Luis Eduardo de Almeida Fontes ofereceram ao MP testemunhos sólidos. O primeiro teria visto o carro danificado e presenciado a segunda explosão. O segundo presenciou a segunda explosão já sabendo da primeira. De acordo com o *Relatório do Riocentro*, a segunda explosão ocorreu cerca de trinta minutos depois da primeira.
35 A existência dessa granada foi registrada na ocasião pelo comandante do DOI, tenente-coronel Julio Molinas, em seu diário. José Casado, "Riocentro: documentos revelam que Figueiredo encobriu o atentado", *O Globo*, 30 de março de 2014.

36 Depoimento dos coronéis Edson Lovato, Leo Frederico Cinelli, do sargento da FAB Carlos Henrique de Melo ao MP e do soldado PM Hirohito Peres Ferreira ao primeiro IPM, de 1981. Para o filho de Cerqueira, Chico Otávio, *O Globo*, 30 de maio de 1999.
37 José Casado, *O Globo*, 30 de março de 2014. IPM do general Sérgio Conforto, pp. 783 e segs. Para "sacanear", entrevista do coronel Romeu Antonio Ferreira ao *Jornal do Brasil*, 3 de abril de 2004; e depoimento do coronel Romeu Antonio Ferreira, chefe de operações do DOI, ao Ministério Público, em 2014, <http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-riocentro-integra-de-audios-de-depoimentos-colhidos-pelo-mpf/depoimento-romeu-antonio-ferreira-1-2/view>.
38 Chico Otávio, "Agente do DOI foi responsável pela carta-bomba da OAB", *O Globo*, 11 de setembro de 2015.
39 Depoimento do coronel Wilson Machado ao MP.
40 Para a explosão do carro e a mão da militante, *Quedograma*. AA.
41 FoxNews: <http://www.foxnews.com/world/2014/07/22/baghdad-suicide-bombing/>.
42 Uma folha sem timbre, do SNI, de 9 de agosto de 1979, com a interceptação de uma conversa telefônica de Simonsen, provavelmente com Golbery. APGCS/HF.
43 *O Estado de S. Paulo*, 8 de novembro de 1980.
44 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de julho de 1981. APGCS/HF.
45 "N" é a abreviatura de "Nabuco", apelido dado a Figueiredo, havia anos, por Heitor. Nota de Heitor Ferreira, de 8 de abril de 1980. APGCS/HF.
46 Uma folha manuscrita de Heitor Ferreira, de 8 de abril de 1980. APGCS/HF.
47 Três folhas datilografadas com texto de Guilherme Figueiredo, de 28 de maio de 1980. APGCS/HF.
48 Recorte do artigo "O cerco", de Luis Alberto Bahia, *Folha de S.Paulo*, de 20 de maio de 1980, com anotação de Heitor Ferreira a Golbery. APGCS/HF.
49 Golbery do Couto e Silva, 1984.
50 Quatro folhas da reunião interpartidária com a OAB e a ABI, com anotações manuscritas de Sarney e Golbery. APGCS/HF. José Sarney, 1988 e 1991.
51 Carta de Luis Carlos Pirajá a Figueiredo, de 27 de junho de 1981. No entendimento do médium, "desencarnar" significava morrer. APGCS/HF.
52 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de julho de 1981. APGCS/HF.
53 Idem, 4 de julho de 1981. APGCS/HF.
54 Essa informação foi dada por Golbery em março de 1985. Sua frase completa foi a seguinte: "O Medeiros disse que o Riocentro foi coisa do Coelho Netto, mas hoje em dia não sei se ele realmente tinha elementos para dizer aquilo. O fato é que ele disse".
55 Cinco folhas manuscritas de Golbery a Figueiredo, de 4 de julho de 1981. Figueiredo jamais reconheceu ter recebido essa carta. A narrativa de Heitor Ferreira desmente essa possibilidade.
56 *Jornal de Brasília*, 7 de agosto de 1981.

57 Anotações de Figueiredo a Leitão de Abreu em: uma folha enviada por José Sarney; um pedido de audiência do deputado Joel Ferreira em 1982; uma carta de Paulo Lustosa, de 1o de março de 1983; um telex de Adroaldo Ferreira, de 20 de junho de 1983; e em telegramas do deputado Ademar Ghisi, de 12 de janeiro, de Jânio Quadros, de 26 de maio de 1982, e num telegrama da Pastoral da Terra, de 23 de setembro de 1983. APGCS/HF.
58 Carlos Chagas, "Planalto não se entende e governo para", *O Estado de S. Paulo*, 20 de fevereiro de 1983; e *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 15 de novembro de 1992.
59 *O Globo*, 19 de setembro de 1981; e *Veja*, 23 e 30 de setembro de 1981.
60 Manuscrito do general Octavio Medeiros. No original, o quinto item foi riscado, mas na versão pública foi mantido. APGCS/HF.
61 *O Estado de S. Paulo*, 18 de setembro de 1981.
62 *Veja*, 23 de setembro de 1981.
63 Idem, 30 de dezembro de 1981.
64 Costa e Silva assumiu no dia 15 de março de 1967 e teve o primeiro sinal de isquemia no dia 27 de agosto de 1969.
65 *Jornal do Brasil*, 20 de setembro de 1980; e *Veja*, 30 de setembro de 1980. A "tradição" ia na direção oposta desde 1891: sete vice-presidentes haviam assumido rotineiramente e João Goulart, depois de uma crise, com o regime mudado. Só Pedro Aleixo fora liminarmente impedido, em 1969.
66 *Veja*, 28 de outubro de 1981. Em 2012, a empresária Myrian Abicair revelou ao repórter Jorge Bastos Moreno que em 1982 começara um caso com Figueiredo que se estendeu por três anos. "Empresária relembra passado ao lado do general Figueiredo", *O Globo*, 4 de dezembro de 2012.
67 Humberto Barreto, 2014.
68 *O Estado de S. Paulo*, 17 de março de 1981.
69 Bilhete de Heitor Ferreira ao general Octavio Medeiros, de 17 de março de 1981: "Se sair briga de novo, um dia, com o vice, não será por minha causa, como da outra vez!". APGCS/HF.
70 Notas do general Octavio Medeiros das reuniões de 28 e 29 de setembro, de 5 e 6 de outubro e de 3 de novembro de 1981. APGCS/HF.
71 Xerox do despacho de Aureliano Chaves, de 5 de novembro de 1981. APGCS/HF. Os padres Aristides Camio e François Gouriou ficaram presos até dezembro de 1983, quando o Superior Tribunal Militar mandou soltá-los por terem cumprido uma pena imposta pela auditoria militar. O governo reabriu o processo sumário de expulsão e em seguida recuou. *Folha de S.Paulo*, 23 de dezembro de 1983.

Baumgarten

O mar deixou um corpo na praia da Macumba, no Recreio dos Bandeirantes, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Os documentos no bolso de sua bermuda informavam que era de Alexandre von Baumgarten, um jornalista de 52 anos mais conhecido por seu círculo de relações militares do que por seu desempenho profissional. Ele desaparecera no dia 13 de outubro de 1982. Saíra com a mulher para uma pescaria na altura das ilhas Cagarras e nunca mais foi visto. Nem a mulher, nem o barqueiro, nem a traineira *Mirimi*.

Baumgarten trabalhara na Rede Globo e fora diretor da VASP. O jornal clandestino *Venceremos*, da ALN, já o citara como um dos exemplos do "processo de acanalhamento da imprensa burguesa".[1] Golbery soubera que ele se apresentava como marido de uma sobrinha de Geisel.[2] Bicava, ora organizando bocas-livres de jornalistas franceses no Brasil, ora tentando ressuscitar publicações agonizantes.[3] Vivia acima de suas posses e ostentava o título de "superintendente das sucursais" da revista *Defesa Nacional*, que não tinha sucursais. Gentil no trato, era agressivo nos textos. Denunciava a infiltração comunista na imprensa, intermediava contatos com o SNI e havia anos tentava resgatar da falência a revista *O Cruzeiro*.[4] A ideia era banal: o governo botaria dinheiro na empresa e o Serviço torceria os braços de agências de publicidade conseguindo-lhe anúncios. O projeto fora detonado por Golbery, mas Baumgarten persistiu. Apoiado pelo Serviço, assumiu a direção da revista e a recolocou nas bancas em setembro de 1979.

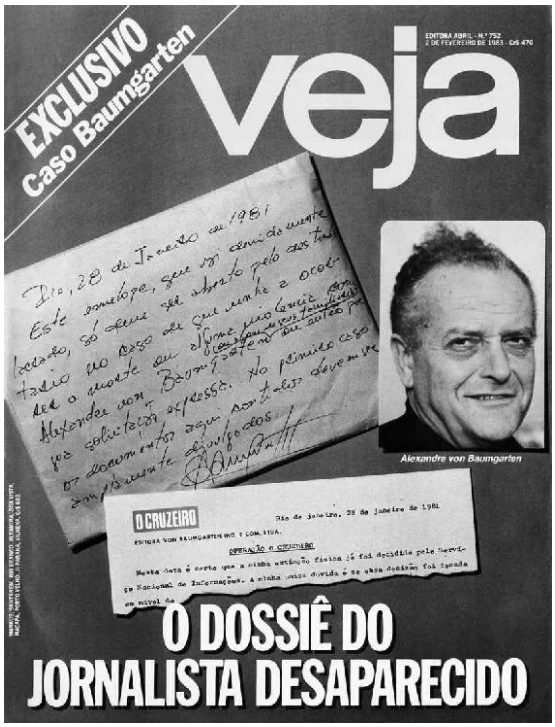
No dia 28 de janeiro de 1981, o jornalista datara dois textos. Um era um dossiê, sobre a *Operação O Cruzeiro*, com 21 documentos. A mão, sobrescrevera-o:

> Este envelope, que vai devidamente lacrado, só deve ser aberto pelo destinatário no caso de que venha a ocorrer a morte de Alexandre von Baumgarten (ou de algum de seus familiares), ou então por solicitação expressa. No primeiro caso, os documentos aqui contidos devem ser amplamente divulgados.[5]

O primeiro texto do dossiê informava:

> Nesta data é certo que a minha extinção física já foi decidida pelo Serviço Nacional de Informações. A minha única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro-chefe do SNI, general Octavio Aguiar de Medeiros, ou se ficou no nível do chefe da Agência Central do SNI, general Newton Araujo de Oliveira e Cruz.

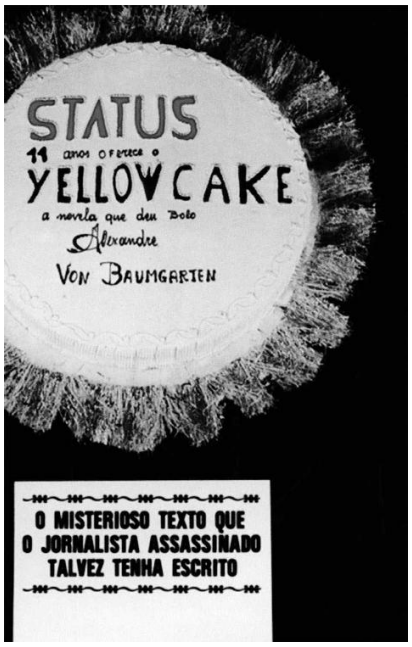
Baumgarten recebera 9 milhões de cruzeiros do SNI e 18 milhões de cruzeiros de três empreiteiras, mas acumulara cerca de 100 milhões de cruzeiros em dívidas. Fracassado, com três pedidos de falência ajuizados, enviou seu dossiê ao general Octavio Medeiros com um pedido de ajuda "para evitar o pior".[6] Era uma narrativa de uma operação comercial fracassada, conduzida em consórcio com o SNI.



O jornalista Alexandre von Baumgarten temia por sua vida e fez um dossiê acusando generais do SNI.

Se Figueiredo de fato mandou, o SNI não esclareceu coisa alguma.

O outro texto, datado na primeira página, era um *roman a clef* intitulado *Yellow cake*. Esse era o nome da pasta de urânio a partir da qual inicia-se o complexo e custoso processo de seu enriquecimento. Três semanas antes o governo brasileiro assinara um acordo de cooperação nuclear com o Iraque.[7] Citando Medeiros pelo nome, misturava suas tentativas de obter dinheiro para a revista com uma trama na qual o Serviço Secreto israelense utilizara o general na montagem de uma operação de fornecimento de pasta de urânio para o projeto de fabricação de uma bomba atômica pelo Iraque. A transação serviria de pretexto a Israel para bombardear o reator de Saddam Hussein.[8] Como esse ataque de fato ocorreu em junho, cinco meses depois do início da redação do romance, é certo que Baumgarten continuou trabalhando nele.[9]



Baumgarten estava escrevendo o romance *Yellow cake*, sobre tramas nucleares do SNI com o Iraque.

O programa nuclear paralelo era uma das meninas dos olhos do general Medeiros, e as relações com o Iraque haviam se transformado numa prioridade para o governo. O país fornecia 40% do petróleo importado pelo Brasil e era grande comprador de veículos, alimentos, serviços e armas,

inclusive blindados leves.[10] Entre 1971 e 1980, o intercâmbio entre os dois países saltara de 40,8 milhões para 4 bilhões de dólares.[11] Nas 474 papeletas que o chefe do SNI preencheu durante as reuniões de trabalho no Planalto, do início do governo ao fim de janeiro de 1983, há mais referências ao Iraque do que aos Estados Unidos. As menções a assuntos nucleares são cerca de 76. Pelo menos onze relacionavam-se com o Iraque e uma delas referia-se a um "acordo" por "canal não diplomático".[12] Para a embaixada do Brasil em Bagdá fora designado um general de exército.[13]

Saddam Hussein vinha desenvolvendo um ambicioso programa nuclear. Comprara um reator da França e fizera acordos com Índia, China e Itália.[14] Do Brasil, compraria vinte ou trinta toneladas de pasta de urânio (o *yellow cake*).[15] Havia megalomania no projeto. A certa altura, os iraquianos pensaram em construir uma usina de beneficiamento na Etiópia, país com boa reserva do mineral. Uma equipe brasileira chegou a cuidar desse assunto.[16] Na corrente, estava o empresário paulista José Luis Withaker, dono da Engesa, poderosa fabricante de armas. Numa reunião com Golbery, Heitor Ferreira registrou que o empresário estava "negociando artefato".[17] Numa conversa com o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, o próprio Saddam pedira calma: "Diga ao Sr. Whitaker para não vir nos oferecer algo que não tem".[18]

O jogo acabou em sessenta segundos, quando oito jatos israelenses destruíram o reator de Saddam. Por sorte, os técnicos brasileiros que lá trabalhavam estavam de folga.[19] Medeiros, que fora adido militar em Tel-Aviv, embarcou discretamente para Paris a fim de conversar com os israelenses. Em seguida, foi a Bagdá e garantiu a Saddam Hussein que a colaboração prosseguiria.[20]

O corpo achado na praia da Macumba foi para o Instituto Médico-Legal, onde foi reconhecido por um oficial do I Exército e pela filha. A *Folha de S.Paulo* noticiou que, segundo a autópsia, Alexandre von Baumgarten morrera afogado.[21] O jornalista entregara cópias de seu dossiê

a, pelo menos, três amigos. Além disso, fizera chegar ao Planalto um conjunto de documentos com suas queixas comerciais.

Três meses depois de seu sepultamento, o repórter Xico Vargas foi à delegacia da Barra da Tijuca e pediu a documentação relativa ao corpo achado na praia da Macumba. Num saquinho de plástico estavam duas balas de pistola automática.[22] Ele tomara dois tiros na cabeça e um no abdômen. Publicada a reportagem pela revista *Veja*, Xico recebeu um telefonema de um desconhecido, marcou encontro num restaurante e recebeu um envelope pardo. Sua reportagem "O dossiê do jornalista desaparecido" chegou às bancas no último domingo de março de 1983.

Não foi a *Operação O Cruzeiro* que provocou a morte de Baumgarten. A *Operação* seguira seu curso inexorável e o negócio faliu em 1981, um ano antes do assassinato do jornalista. Ele continuou trabalhando no texto do *Yellow cake*. Mais tarde, quando apareceu uma cópia, tinha 87 páginas. Baumgarten sabia muito, falava demais e estava escrevendo o livro.

A traineira *Mirimi* fora interceptada em mar aberto. Os passageiros do segundo barco, onde havia conhecidos do jornalista, fizeram o transbordo e fuzilaram Baumgarten, sua mulher e o barqueiro. Num lance imprevisto, ao ser atingido, Baumgarten caiu na água e afundou. Em 2014, o coronel Paulo Malhães, um veterano do CIE, chamou esse episódio de "combate das caravelas".[23] Segundo Malhães, o comandante da operação foi o coronel Freddie Perdigão, do SNI, com o general "Nini" "por trás".[24] (Newton Cruz, o "Nini", foi a júri por essa acusação, feita por um cidadão que dizia ter presenciado o sequestro do jornalista em terra firme e apresentava provas inverossímeis. Foi absolvido.)

* * *

No caso do Riocentro, houve na outra ponta uma organização de fachada do Partido Comunista. No de Baumgarten, a trama era endógena. O dossiê

alvejou a cúpula do SNI e a posição do general Octavio Medeiros nas muitas armações para a sucessão presidencial. Desde o predomínio da "tigrada" no episódio do Riocentro e no da demissão de Golbery, o nome de Medeiros surgira na imprensa como uma alternativa militar. Envolvido num escândalo de negócios impróprios e diante de um crime em que o chefe de sua Agência Central era acusado por um morto de ter encomendado seu assassinato, o discreto general ganhou a pior das publicidades.

Perdigão ficaria no SNI por mais cinco anos. Refletindo a decadência da máquina, associara-se a contraventores do Rio de Janeiro, abrira uma empresa de segurança, um supermercado, uma revendedora de automóveis e uma importadora. Fornecia espelhinhos para adereços de escolas de samba.[25]

* * *

O capitão Heitor Ferreira fizera um percurso diverso. Havia oito anos que, intitulando-se "peão do rei", era mais que um secretário particular do presidente. Na formação do ministério especulara-se sobre sua ida para o primeiro escalão e chegara-se a anunciar que ocuparia um novo cargo: a Secretaria-Geral da Presidência. Recebera onze telegramas de felicitações, inclusive de Paulo Maluf.[26] O lugar nunca foi criado. Heitor poderia ter sido nomeado ministro. Se Golbery tivesse sido remanejado, gostaria de ter ido para o seu lugar.[27] Mesmo continuando na secretaria particular, tinha as chaves de duas portas, a do presidente e a de Golbery. Costurava alianças políticas e aparava arestas entre ministros. Saíra da sombra, expondo-se nas articulações para eleger o deputado Nelson Marchezan presidente da Câmara na nova ordem partidária. Quando prevaleceu, o colunista Carlos Castello Branco deu-lhe um artigo intitulado "Ao vencedor as batatas".[28] Ajudara a abortar a primeira tentativa de Baumgarten para ressuscitar *O Cruzeiro* avisando a Golbery que "já deu bolo", e vira o bolo que deu

quando leu, no palácio, a cópia dos papéis do dossiê do jornalista, meses antes de seu assassinato.[29]

A carreira de Heitor estava no fim. Depois da saída de Golbery do palácio, sua permanência ofendia a lei da gravidade. Na chefia do Gabinete Civil, Leitão de Abreu mantinha-o a uma distância formal. Ostensivamente, não tratava de assuntos relevantes na sua presença.[30] Confinado aos trabalhos da secretaria particular, Heitor cuidava de cartas e banalidades. Chamava o chefe do Gabinete Civil de "Dino", versão compacta de "Dinossauro", e decidira que não pediria demissão. Se Figueiredo quisesse, deveria demiti-lo.[31] Suas relações com o velho amigo estavam destruídas, dissimuladas sob uma capa de fraternidade cerimonial, na qual o presidente ainda o homenageava pelo seu aniversário com um jantar no Alvorada em noite de "vestido longo" para senhoras.[32]

Com tempo livre, Heitor terminou a tradução de uma biografia do chanceler alemão Bismarck.[33] Quando o colunista Ibrahim Sued publicou que estava "crescendo capim" na porta de sua casa, mandou o recorte a Figueiredo com uma nota: "Não está não, as ovelhas que o senhor me deu comem-no".[34] Semanas depois perdeu o jardim e a moradia na granja do Riacho Fundo, onde os presidentes Médici e Geisel passavam os fins de semana, fugindo da fornalha do Alvorada.[35] Quando fora para lá, deixando seu apartamento funcional, sinalizara prestígio. A essa altura, Heitor e Golbery comunicavam-se por bilhetes.[36] O Serviço vigiava o escritório do general e interceptava o telefone do médico carioca Guilherme Romano, amigo e hóspede frequente no seu sítio.[37] [*Veja o documento*]

Figueiredo demitiu Heitor no dia 5 de outubro de 1983. Pouco antes dissera que "é melhor para ele e para mim… Ele é mais amigo do Golbery que meu", o que era verdade.[38] "Sentou ao lado do Maluf no almoço da Fiesp", o que também era verdade, pois Heitor, como Golbery, estava ostensivamente engajado na candidatura do ex-governador de São Paulo à Presidência da República, e o SNI plotara-o na casa de Maluf em pelo

menos uma ocasião.[39] Somados a esses motivos, havia outro, essencial. Um dos ajudantes de ordens de Figueiredo defendera a permanência de Heitor e ele respondera: “Então eu tenho que mandar o Leitão embora!”.[40] O chefe do Gabinete Civil colocara a questão em termos de “ele ou eu”. O presidente não chamou Heitor para uma despedida, nem voltaram a se ver.

Terminara a explosão do palácio do Planalto. Sem Simonsen, Golbery e Heitor, desapareceram os traços da equipe que Geisel levara para o palácio em 1974. Restava um grupo desconexo, pois Delfim desentendia-se com Leitão e detestava Medeiros, que o detestava. O chefe do SNI não conseguira entender-se com o chefe do Gabinete Civil. Nem Leitão com ele. Figueiredo, que poderia alinhá-los, explodia sem rumo. Ao final de 1983, um visitante do Planalto encontraria na secretária de Leitão de Abreu, atrás de uma pequena mesa na saída do elevador exclusivo dos hierarcas, o único traço de continuidade do governo. Maria de Lourdes Maciel, a “dona Lurdinha”, fora sua secretária durante o governo Médici, e Golbery preservara-a. E lá ela continuou.

1 *Venceremos*, jun-jul de 1971. AA.

2 Conversa de Golbery com Geisel, 3 de dezembro de 1973. APGCS/HF.

3 Para os jornalistas franceses, general Newton Cruz, 1º de junho de 1997.

4 *Apreciação Sumária*, do SNI, de 6 de outubro de 1975, citando um artigo de Baumgarten publicado no *Diário de Brasília*. APGCS/HF. José Papa Jr., 6 de dezembro de 1999; e *Defesa Nacional*, jan-fev de 1978.

5 *Veja*, 2 de fevereiro de 1983.

6 Idem; e carta de Baumgarten ao general Octavio Medeiros, de 14 de janeiro de 1981. Dessa carta seguiu uma cópia para o general Newton Cruz, chefe da Agência Central do SNI. Baumgarten guardou os recibos postais de remessa e entrega de ambas. AA.

7 Roberto Lopes, *Rede de intrigas*, p. 123.

8 *Veja*, 29 de maio de 1985.

9 O manuscrito de *Yellow cake* foi publicado pela editora Três em 1985 e pode ser encontrado no endereço <http://www.consciencia.org/docs/yellowcake.pdf>.

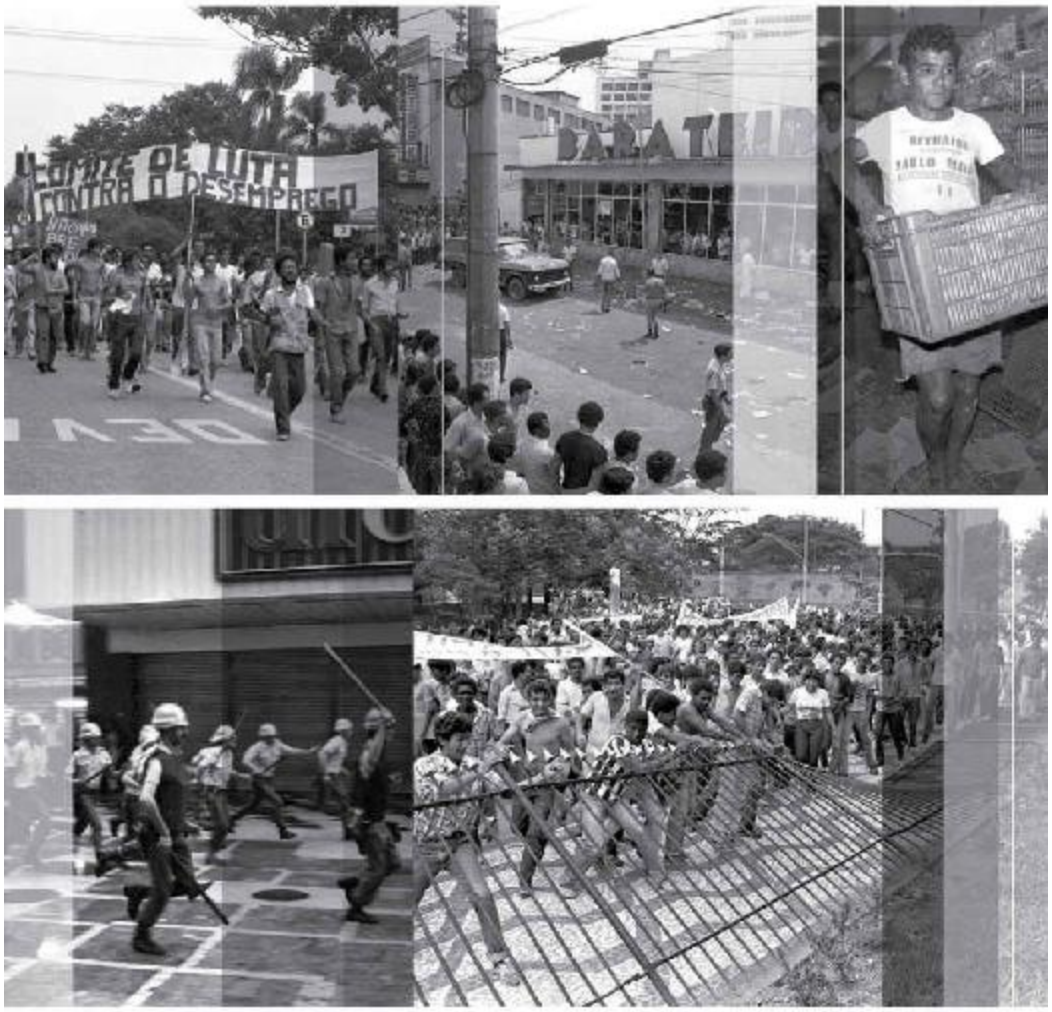
10 Sérgio Barcelos, agosto de 2014.

11 *Informação para o Presidente da República*, de 26 de agosto de 1982, do chanceler Ramiro Guerreiro, <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/assets/media_files/000/007/781/7781.pdf>.

12 Coleção de papeletas preenchidas pelo general Octavio Medeiros, de abril de 1979 a novembro de 1982, durante as reuniões das nove e das quinze horas no Planalto. A referência ao “acordo” por “canal não diplomático” é da reunião vespertina de 19 de julho de 1979. APGCS/HF.
13 General Samuel Alves Correa.
14 K.R. Timmerman, *The death lobby*, p. 58.
15 Depoimento do general Octavio Medeiros ao CPDoc. A negociação nuclear com os iraquianos está alinhavada num documento “secreto — exclusivo” do chanceler Ramiro Guerreiro a Figueiredo, de 19 de setembro de 1979, <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116869>. A conexão Brasil-Iraque nesse período está competentemente narrada por Roberto Lopes em seu livro *Rede de intrigas*, inclusive no aspecto do comércio de armas.
16 Paulo Nogueira Batista, março de 1990; e *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1990.
17 Seis folhas de bloco com notas da reunião ocorrida no dia 8 de outubro de 1979. APGCS/HF.
18 Paulo Tarso Flecha de Lima, 1985.
19 Roberto Lopes, *Rede de intrigas*, pp. 146-7.
20 *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1990.
21 Para a notícia do resgate, “Achado o corpo de Alexandre von Baumgarten”, *Folha de S.Paulo*, 28 de outubro de 1982. Para a identificação pela filha, Patrícia, *Folha de S.Paulo*, 26 de janeiro e 7 de fevereiro de 1983.
22 “Um envelope explosivo”, *Veja*, de 2 de fevereiro de 1983.
23 Para “combate das caravelas”, depoimento do coronel Paulo Malhães a Marcelo Auler e Nadine Borges, em 18 de fevereiro de 2014, para a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, disponível em <www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/05/depoimentomalhaes.pdf>. Para o transbordo, negando a presença de Perdigão na cena, general Newton Cruz, 19 de dezembro de 2003. Para o envolvimento de Perdigão, a narrativa de um oficial cujo nome fica preservado. Tanto o general Newton Cruz como esse oficial asseguraram que Baumgarten conhecia personagens do outro barco.
24 Depoimento de Paulo Malhães a Marcelo Auler e Nadine Borges, 18 de fevereiro de 2014, para a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, disponível em <www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/05/depoimentomalhaes.pdf>. Malhães fora colega de Perdigão no CIE e em seu depoimento mencionou várias vezes a amizade que os unia.
25 Para a empresa de segurança, depoimento do coronel Edson Lovato ao MP. Essa empresa servia à Viação Itapemirim, do empresário Camilo Cola. Chico Otávio e Aloy Jupiara, “Bicho cresceu no Rio com ajuda de torturadores”, *O Globo*, 6 de outubro de 2013.
26 Maço de telegramas recebidos por Heitor Ferreira. APGCS/HF.
27 Antonio Carlos Magalhães, início de 1979.
28 *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 28 de fevereiro de 1981.
29 Heitor Ferreira, fevereiro de 1985.
30 No dia seguinte ao enfarte de Figueiredo, Leitão de Abreu manteve-se calado na presença dos “ministros da Casa” até que Heitor deixasse o local. *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 15 de novembro de 1992.

31 Bilhete de Heitor Ferreira a Golbery, de 23 de janeiro; e anotação de Heitor Ferreira num documento do PDS, de 2 de agosto de 1983. APGCS/HF. Zózimo Barroso do Amaral, *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1983.
32 Para o jantar, convite de Figueiredo, de 21 de dezembro de 1981. APGCS/HF.
33 Alan Palmer, *Bismarck*.
34 Recorte da coluna de Ibrahim Sued, *O Globo*, 20 de novembro de 1981, anotado por Heitor Ferreira. APGCS/HF.
35 *Relatório Reservado*, de 14 de dezembro de 1981; bilhete de João Berutti Vargas a Heitor Ferreira, de 30 de dezembro de 1981; e *Jornal de Brasília*, 31 de dezembro de 1981. APGCS/HF.
36 Bilhete de Golbery para Heitor, combinando o que parece ter sido uma ida de ambos a Teresópolis, para visitar Geisel. Provavelmente de maio de 1982. APGCS/HF.
37 *Informe nos 01820 e 01824*, do SNI, de 22 de março de 1983. APGCS/HF.
38 *Diário de Heitor Ferreira*, 3 de outubro de 2013. APGCS/HF.
39 *Síntese dos Informes*, de 2 de maio de 1983. APGCS/HF.
40 *Diário de Heitor Ferreira*, 4 de outubro de 1983. Um ano depois, Roberto Médici, filho do ex-presidente, contou a Heitor que Leitão de Abreu dera a mesma informação a seu pai. *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de novembro de 1984. APGCS/HF.

PARTE IV
A EXPLOSÃO DA RUA


CONTRA O DESEMPREGO

NAS FOTOS ANTERIORES:
Passeatas e saques em São Paulo, março de 1983
Manifestantes derrubam as grades do palácio dos Bandeirantes

1982, a eleição que muda tudo

Em 1971, durante um seminário na Universidade Yale, as cabeças coroadas da academia internacional discutiram a situação do Brasil. No auge do Milagre e da repressão do governo Médici, falava-se em “mexicanização”, “portugalização”, “dependência” e “ideologia gerencial dos militares”. Todas as construções apontavam para um futuro de estabilidade do regime. O professor espanhol Juan Linz, respeitado estudioso de ditaduras que jamais pusera os pés no país, tomou um caminho diferente. Em primeiro lugar, não via no Brasil um “regime autoritário”, mas apenas uma “situação autoritária”: “Em termos práticos, um processo onde se misturam administração, manipulação, decisões arbitrárias, mistificações e mudanças frequentes de equipe só poderá ser bem-sucedido enquanto a economia for bem”.[1]

Passados doze anos, o Milagre se fora e, pior, a economia não podia ir. O país quebrara, chegando a ser necessário um telefonema de Figueiredo ao presidente Ronald Reagan, pedindo-lhe que o governo americano cobrisse a conta do Banco do Brasil em Nova York. Foi atendido e recebeu uma carta de Reagan, breve e direta: “Tenho a satisfação de lhe informar que conseguimos acomodar o assunto que discutimos recentemente. Isso foi conseguido no espírito de amizade que estou certo de que certamente será duradouro”. O general respondeu lembrando que “os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil tem conotações globais e (...) a cooperação internacional é o melhor instrumento para a salvaguarda de

interesses comuns".[2] [*Veja os documentos*] Parecia que fora Reagan quem telefonara pedindo socorro.

Nesses dias o jornalista Luis Fernando Verissimo criou um dos mais expressivos e divertidos personagens do período. Era a Velhinha de Taubaté, "que passa boa parte do seu tempo numa cadeira de balanço assistindo ao Brasil pela televisão" e "é o último bastião da credulidade nacional. Ninguém acredita mais em nada nem em ninguém no país, mas a velhinha acredita. Não dá para imaginar o que acontecerá no país depois que a Velhinha de Taubaté se for".[3]

A censura e a euforia haviam estimulado a credulidade nacional, mas em 1983 a Velhinha de Taubaté era o próprio Planalto. A terceira explosão do governo Figueiredo veio da rua.

O general cumprira sua principal meta política e realizara eleições livres em 1982. Durante a campanha, o governo renegara o coração da manobra do reordenamento partidário de Golbery. O general tirara uma costela do MDB, permitindo o surgimento do Partido Popular, liderado por Tancredo Neves. Num truque eleitoral, o Planalto mudara a legislação, vinculando os votos de alto a baixo. Quem votasse num candidato a governador deveria votar na chapa do mesmo partido para senador, deputado federal e deputado estadual. Pensava-se que os candidatos mais próximos das bases eleitorais atrairiam as preferências para as escolhas majoritárias. Em alguns estados isso funcionou, em outros teve efeito contrário — os governadores puxaram os deputados estaduais. No balanço, produziu um desastre que o Planalto não previra. Diante da mudança, o Partido Popular extinguiu-se fazendo uma fusão com o novo PMDB e, com isso, a ele retornou Tancredo Neves. Perdeu-se a origem da ideia. Pela lógica, teria partido do Gabinete Civil. Sucessivas inconfidências atribuíram-na ao SNI.

Olhando-se para os grandes números, o regime saiu derrotado do pleito. A oposição recebera 25,3 milhões de votos em disputas pelos governos estaduais, contra 17,9 milhões dados ao PDS. Graças às manipulações, das

eleições resultaram três situações. Na primeira, essencial para a manutenção do projeto de "conservarmos o poder efetivo até 1991",[4] o partido do governo preservou a maioria no Colégio Eleitoral que escolheria seu sucessor. Sozinho, teria a maioria dos 686 votos.[5] Na segunda, manteve-se próximo da maioria no Congresso, com 235 das 479 cadeiras na Câmara, assegurando também o controle do Senado.[6] Na terceira, pela primeira vez em dezoito anos, governadores de partidos da oposição assumiriam, em março de 1983, a administração de dez estados. Entre eles, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Das três novidades, essa era a única que mexia com o poder.

A eleição de dez governadores oposicionistas representou o fim do mais longo período de centralização administrativa da história republicana. Nesses estados concentravam-se 59% da população, 75% da produção nacional e 72% da arrecadação federal.[7] Uma oposição que estivera amarrada à miséria de discretas doações amigas passaria a administrar orçamentos bilionários, bancos estaduais e grandes empresas estatais de energia e telefone. Os bancos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais superavam em depósitos o Banco do Brasil. São Paulo era dono da VASP, a segunda maior empresa aérea do país. As verbas publicitárias controladas por esses governadores rompiam o monopólio da propaganda que ajudara a lustrar o regime.

A maior surpresa veio do Rio. Interessado em derrotar o deputado Miro Teixeira, do PMDB, favorecendo o candidato do PDS, o governo lançou-se numa operação que incluía fraude na computação eletrônica dos votos e inflou a campanha de Leonel Brizola. A manobra desandou, canalizando o sentimento oposicionista e elegeu-o. Ele seria o único dos exilados que retornaram com a anistia a governar um estado. Contudo, o inimigo de 1964 era um novo homem e a ameaça decorria de lembranças do passado. No Rio Grande do Sul, Brizola ajudou a vitória do PDS negando apoio ao candidato

do PMDB. Três outros governadores, o mineiro Tancredo Neves, o paulista Franco Montoro e o paranaense José Richa eram oposicionistas moderados.

No Congresso, o temor de uma explosão esquerdista revelara-se um tigre de papel. A anistia levara para a Câmara 36 ex-cassados, menos de 10% do plenário.[8] Os comunistas eram meia dúzia.[9] O Partido dos Trabalhadores, que pretendera sair da eleição como uma força política, teve um desempenho medíocre, formando uma bancada de oito deputados. Disputando o governo de São Paulo, Lula amargara um quarto lugar.[10]

Milhares de pessoas banidas de cargos de relevo no serviço público chegariam ao poder ou a ele retornariam. Darcy Ribeiro, último chefe da Casa Civil de João Goulart, eleito vice-governador do Rio, seria o seu virtual secretário de Educação; Mário Covas, cassado em 1968, prefeito de São Paulo; José Aparecido de Oliveira, cassado em 1964, viria a ser secretário de Cultura de Minas Gerais; o coronel PM Newton Borges Barbosa, que, como capitão, concluíra o curso do Centro de Estudos do Pessoal do Forte do Leme, onde o regime formava interrogadores, e se recusara a servir no DOI de São Paulo, foi nomeado por Montoro subcomandante da sua corporação.[11] No outro lado da equação, o Centro de Informações do Exército listou 49 colaboradores, procurando transferi-los para o serviço público federal. O delegado Romeu Tuma, diretor do DOPS, e o policial Laertes Calandra, identificado por vários presos como o *Capitão Ubirajara* do DOI, que requisitara a perícia do cadáver de Vladimir Herzog, transferiram-se para a Polícia Federal. O médico Harry Shibata, signatário da autópsia do jornalista, abrigou-se no Ministério do Trabalho.[12]

1 Juan J. Linz, “The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime”, em Alfred Stepan (org.), *Authoritarian Brazil*, pp. 233 e segs.

2 Carta de Ronald Reagan a Figueiredo, de 28 de fevereiro de 1983, e minuta da resposta de Figueiredo. APGCS/HF.

3 *Veja*, 9 de março de 1983.

4 Oito folhas datilografadas, intituladas *Considerações e Diretriz do Presidente para a Reforma Partidária*, anotadas por Golbery, de 21 de setembro de 1979. APGCS/HF.
5 O Colégio seria composto pelos parlamentares e 138 representantes das assembleias legislativas.
6 O PDS elegeu 235 deputados e o PTB, que formou com a base governista, treze.
7 Para a população e o PIB, *Folha de S.Paulo*, 13 de março de 1983.
8 Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 32.
9 Três do PCB e três do PC do B, Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 114.
10 Para o desempenho do PT, Margaret E. Keck, *The workers' party and democratization in Brazil*, pp. 149 e segs.
11 Marcelo Godoy, *A Casa da Vovó*, p. 139.
12 Thiago Herdy, "Ditadura militar brasileira atuou para proteger agentes", *O Globo*, 2 de fevereiro de 2014. Para a transferência de Shibata, *Folha de S.Paulo*, 19 de fevereiro de 1983; para a transferência de Calandra, Marcelo Godoy, *A Casa da Vovó*, p. 513.

Tancredo

Aos 72 anos, Tancredo era um homem miúdo, gentil e de fala pausada. Preferia ouvir. Ao telefone, nem isso. Na adolescência, tentara ser engenheiro, oficial da Marinha e médico, mas terminara advogado.[1] Vinha da elite política mineira e dela trazia lances do seu folclore.[2] Quando ouviu um amigo dizer que agiria de uma forma e "o resto", de outra, ensinou-lhe: "Nunca diga o resto, mas 'os demais'".[3] E quando um colega de partido telefonou à noite dizendo que, depois de uma reunião, haviam cortado um trecho de um documento e precisavam consultá-lo, respondeu: "Para cortar não precisa me consultar".[4]

Esse folclore era um verniz. Tancredo vivera uma parte da história do Brasil e a conhecia toda, como poucos. Despedira-se do Senado com um discurso magistral. Num sobrevoo pelo passado, referiu-se a dois grandes políticos do Império: "Vasconcelos e Paraná plantaram as nossas instituições livres para ordenar o caos e disciplinar a desordem".[5]

Eram palavras que saíam da alma, para consumo de poucos. Bernardo Pereira de Vasconcelos e o marquês de Paraná foram glórias do Partido Conservador. Um comandou o Regresso, movimento que freou a desordem da Regência, o outro fizera a política de conciliação que levou paz ao Segundo Reinado.

Tancredo estava na oposição desde 1964, mas de 1930 até a deposição de João Goulart passara apenas seis anos como oposicionista em Minas Gerais. Salvo no interregno de sete meses da Presidência de Jânio Quadros, sempre estivera no poder federal. Na sua vida pública vira divisões e

tragédias, aprendendo com elas o que há de fugaz nas paixões políticas. Dizia que “se o Maquiavel vivesse nos dias de hoje não passaria de um vereador”.[6] Durante a crise de agosto de 1954, defendera, como ministro da Justiça de Getulio Vargas, o enquadramento disciplinar dos oficiais que armavam um golpe contra o presidente e, na dramática reunião da noite do dia 23, propôs que se resistisse à rebelião militar. Na manhã do dia 24 ouviu o estampido e foi um dos primeiros a chegar ao quarto onde assistiu aos poucos instantes de agonia do presidente. No dia seguinte estava em São Borja (RJ), discursando diante de seu túmulo. Num cenário de traições, Tancredo manteve-se fiel a Getulio. Sete anos depois, com o país à beira da guerra civil, negociaria com o general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar do presidente interino, o retorno e a posse do vice-presidente João Goulart num regime parlamentarista. (Nenhum dos dois jamais contou o que conversaram. Geisel limitava-se a dizer que providenciara para que Tancredo fosse a Montevidéu no avião presidencial, o que não era pouca coisa.)[7]

Depois do suicídio de Vargas, Tancredo reassumiu seu mandato parlamentar com um discurso a um só tempo pacificador e cruel. A certa altura, mencionou “figuras corvinas de grandes líderes”. Tratava-se de Carlos Lacerda, o algoz de Vargas, com seu detestável apelido de “Corvo”. Denunciou a “influência desagregadora da Escola Superior de Guerra [que] se transformou num centro de exploração política e de atividades conspiratórias”.[8] Anos depois, como primeiro-ministro de João Goulart, foi à ESG e lá fez uma palestra intitulada “O panorama mundial e a segurança nacional”. Redigira-a o general Golbery do Couto e Silva, o escriba da ESG e de suas conspirações. Em 1954, Golbery escrevera o *Manifesto dos Coronéis*, que provocou a demissão de João Goulart do Ministério do Trabalho, e o *Manifesto dos Generais*, que exigia a saída de Vargas do palácio do Catete.[9]

Líder do governo na Câmara, Tancredo tentou evitar que Jango cometesse a imprudência de ir à assembleia de sargentos e suboficiais do Automóvel Clube na noite de 30 de março de 1964. Quarenta e oito horas depois, quando o presidente estava praticamente deposto, acompanhou-o à Base Aérea de Brasília, de onde embarcaria para Porto Alegre. De novo, num cenário de traições, manteve-se fiel ao presidente. Apesar de um pedido de Juscelino Kubitschek, recusara-se a votar em Castello Branco, de cuja filha fora padrinho de casamento. JK argumentou que Castello era um general de tintas civilistas, que lera muito. Tancredo respondeu-lhe: "Leu os livros errados".[10] Isso apesar de ter sido decisivo, anos antes, para conseguir a promoção de Castello a general de divisão.[11]

Em 1983, Tancredo era o político oposicionista com maior experiência administrativa. Como primeiro-ministro, tivera um gabinete de inédita qualidade. No Ministério da Fazenda ficara o banqueiro Walther Moreira Salles; no do Trabalho, Franco Montoro; no da Indústria e Comércio, Ulysses Guimarães; no Itamaraty, San Tiago Dantas. Somava a isso sólida experiência fiscal, pois fora diretor de um banco estadual e da carteira de redescontos do Banco do Brasil, além de ter dirigido a Secretaria de Finanças de Minas Gerais.[12] Levando-se em conta que dos cinco presidentes militares só Geisel ocupara cargos fora da caserna, a biografia de Tancredo era mais densa que a de todos os seus antecessores, desde Jânio Quadros.

Era um oposicionista que não cabia na moldura do regime do AI-5. Para a "tigrada" do CIE, era um aliado dos comunistas.[13] [*Veja o documento*] Para a ala mais combativa do MDB, um oposicionista em busca de uma negociação.

Durante a campanha eleitoral de 1974, a prudência afastara-o da disputa pelo Senado. Temendo uma derrota, preferira o conforto de uma reeleição para a Câmara e estimulara a candidatura do pouco conhecido Itamar Franco, prefeito de Juiz de Fora.[14] Foi excesso de cautela. Geisel achava

que se ele tentasse o Senado, venceria.[15] Quatro anos depois, Tancredo disputaria com êxito a cadeira de senador.

Em 1983, no dia seguinte à sua posse como governador de Minas Gerais, Tancredo juntou alguns convidados para um almoço. Na mistura via-se a marca do anfitrião. Numa mesa, Moreira Salles. Noutra, o almirante Faria Lima, ex-governador do Rio de Janeiro, amigo de Geisel. Entre os correligionários vindos de outros estados, o deputado pernambucano Fernando Lyra, que se elegera em 1970 com o apoio do Partido Comunista e do pai, próspero concessionário de ônibus de Caruaru. Lyra era um dos mais destacados parlamentares do grupo "autêntico" do MDB, adversário dos "moderados", que gravitavam em torno de Tancredo. Terminado o almoço, pediu uns instantes ao governador e disse-lhe que a partir daquele momento ele era seu candidato a presidente. Tancredo desconversou.[16]

1 Vera Alice Cardoso Silva e Lucília de Almeida Neves Delgado, *Tancredo Neves — A trajetória de um liberal*, pp. 71-2.

2 Um irmão e um cunhado de Tancredo eram generais da reserva. O cunhado era sobrinho de Getulio Vargas. Outro irmão, advogado, fora prefeito de São João del Rei. Outro, engenheiro, era diretor do poderoso Grupo Votorantim, em São Paulo. Uma irmã freira era a superiora da Ordem das Vicentinas, no Rio. Uma das filhas de Tancredo casara-se com um deputado do partido do governo e, posteriormente, com um dos herdeiros de uma família de banqueiros do estado. A eles somava-se um primo bispo, feito cardeal em 1988.

3 Marcelo Cerqueira, 1985.

4 Miro Teixeira, 2014.

5 Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *Tancredo Neves — Sua palavra na História*, p. 210.

6 Vera Alice Cardoso Silva e Lucília de Almeida Neves Delgado, *Tancredo Neves — A trajetória de um liberal*, p. 78.

7 Ernesto Geisel, 1994.

8 Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *Tancredo Neves — Sua palavra na História*, pp. 13 e 15.

9 Tancredo Neves, "O panorama mundial e a segurança nacional", C01-62, ESG, 1962. Maço de dezessete folhas manuscritas de Golbery. APGCS/HF. A conferência de Tancredo é *ipsis verbis* o texto manuscrito, salvo cinco parágrafos no final. O texto fora encomendado a Golbery pelo engenheiro Glycon de Paiva, *Diário de Heitor Ferreira*, 28 de abril de 1972. APGCS/HF.

10 Lira Neto, *Castello*, p. 263.
11 José Augusto Ribeiro, *Tancredo Neves — A noite do destino*, p. 187.
12 Ronaldo Costa Couto, *Tancredo vivo, casos e acasos*, pp. 317-8. A carteira de redescontos do BB tinha funções de controle da liquidez do sistema financeiro, hoje exercidas pelo Banco Central.
13 *Informação 0362-S-102-A5-CIE*, sobre participação do PCB no pleito de novembro de 1964. AA.
14 Franco Montoro, janeiro de 1998.
15 Conversa de Geisel com Petrônio Portella, 21 de janeiro de 1974. APGCS/HF.
16 Fernando Lyra, *Daquilo que eu sei*, p. 99.

Ulysses

Rivalidades fazem parte da vida e da política. Algumas são malignas, como a de Leonel Brizola com seu cunhado João Goulart, ou a de Carlos Lacerda com Jânio Quadros. A rivalidade de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves foi uma das mais belas e construtivas da história nacional. Tinham formação semelhante e origens diferentes. Um, mineiro, era produto do poder. O outro, paulista, estivera nele apenas no fugaz interlúdio parlamentarista. Seis anos mais moço, Ulysses fizera toda a sua carreira na Câmara dos Deputados. Era um conciliador de poucos votos, num partido inexpressivo em seu estado, e nunca disputara uma eleição majoritária. Magro, precocemente calvo, sempre pareceu ter alguns anos a mais. Lacerda apelidara-o de "Ramsés", pela semelhança que via na múmia do faraó.[1] Em 1963, Ulysses redigira uma emenda constitucional que permitia a imediata eleição indireta de um vice-presidente para acompanhar João Goulart pelo resto de seu mandato.[2] Era coisa de quem temia outra coisa.

Na crise dos primeiros meses de 1964, Ulysses estava no bloco parlamentar que a um só tempo apoiava Goulart e distanciava-se dele. Essa era também a posição de Juscelino Kubitschek. Em dois episódios, juntara-se à nova ordem. Nos dias seguintes à deposição de Goulart, participara da redação de um projeto de Ato Institucional a ser submetido aos ministros militares, para posterior aprovação pelo Congresso. Nele propunha-se que as cassações de direitos políticos durassem quinze anos.[3] Como JK, Ulysses votara em Castello Branco. Três anos depois, quando o MDB decidiu abster-se na votação que elegeria o sucessor do marechal, condenou a

posição, argumentando que a indicação de um candidato, mesmo sabendo-se que não poderia prevalecer, seria útil para mobilizar o partido.[4] Se tivesse havido uma conciliação com os oposicionistas moderados do MDB, ele poderia ter ido para o secretariado do governador de São Paulo.[5] A radicalização de 1968, contudo, levou-o para as portas do presídio Tiradentes, em São Paulo, pedindo a libertação dos jovens presos durante o congresso da UNE de Ibiúna.[6] Com o AI-5, seu nome esteve junto ao de Tancredo Neves e de Petrônio Portella numa lista de candidatos à cassação do mandato.[7]

Quando o Santos Futebol Clube ainda não tinha Pelé, Ulysses foi presidente de sua subsede paulistana. Em 1970, caiu-lhe no colo a presidência do MDB.[8] O titular, general Oscar Passos, um senador obscuro pelo Acre, não conseguiu reeleger-se e ele estava na vice. O partido era menor que o Santos de 1942. A bancada de sete senadores do MDB cabia num elevador, e a da Câmara, com 87 deputados, não alcançara o terço necessário para tomar iniciativas na rotina parlamentar. Caíra abaixo da exigência mínima estabelecida para a criação de novos partidos (21 senadores e 140 deputados). Como já existia, continuaria existindo.

Ulysses equilibrava-se entre a maioria moderada do MDB, que garantia a sobrevivência institucional do grupo, e a minoria aguerrida e autodenominada “autêntica”, que lhe garantia a sobrevivência eleitoral. Tornara-se uma figura nacional em 1973, quando aceitou ser candidato à Presidência da República na eleição que ungiria o general Ernesto Geisel. Na sua definição, era um “anticandidato”.

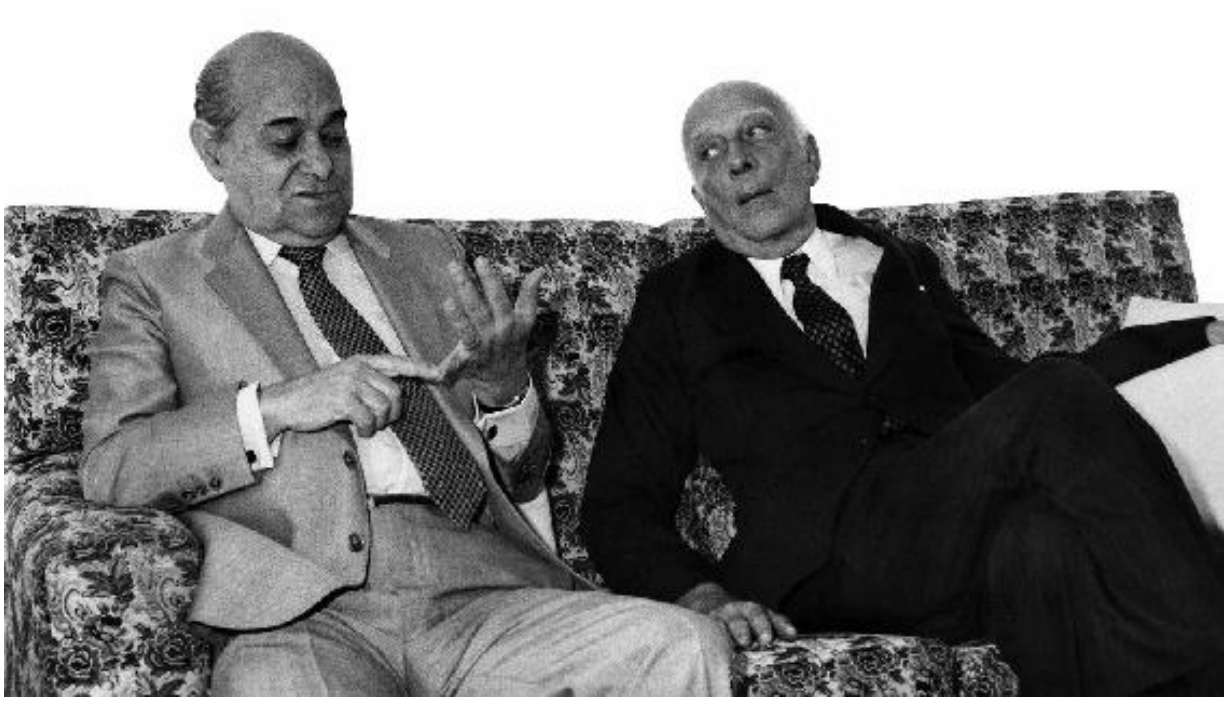
Em 1974 o MDB adquiriu a força do Santos, elegendo dezesseis senadores. Como Tancredo, Ulysses preferira disputar com segurança a reeleição como deputado. O desempenho dos candidatos superara suas melhores expectativas e o governo, sem o controle de dois terços do Congresso, perdera a autonomia para reformar a Constituição. Ademais, era certo que na eleição seguinte, em 1978, o MDB capturaria o controle do

Senado. Como tinha vinte senadores, bastaria que elegesse outros catorze num pleito em que seriam escolhidos 44, pois a disputa envolveria duas cadeiras em cada estado.

Essa situação fez com que em maio de 1975 Ulysses e o deputado Thales Ramalho, secretário-geral do MDB, fossem convidados para um encontro secreto com Golbery. A conversa durou várias horas. O general traçou um panorama no qual seriam feitas reformas políticas que resultariam no fim do AI-5. Acenou com a negociação de uma anistia e deixou implícita a ideia de uma reorganização partidária. Seu principal objetivo era abrir o canal de entendimento com o MDB, pois sem isso o projeto não poderia andar.[9]

De toda a conversa, sobrou para Ulysses a sua essência: a implosão do bipartidarismo. Em outras palavras, a destruição de sua liderança. Com três ou mais partidos, o governo rearticularia sua força parlamentar condenando o MDB a ser um grande partido, porém, mais um. O encontro foi mantido em sigilo, mas Ulysses detonou a iniciativa num episódio que pareceu inexplicável. Respondeu a um discurso de Geisel com uma nota na qual o chamava de “honrado”, para atingi-lo com uma acrobática referência ao ditador de Uganda, um sargentão balofo, larápio e exibicionista: “É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado do que governo baseado na força”.

Estava queimada a ponte.



A rivalidade benigna de Tancredo Neves (à esquerda) e Ulysses Guimarães ajudou a construir a conciliação da restauração democrática.

Com essa inflexão, Ulysses e Tancredo deixaram de percorrer caminhos paralelos. Não se pode dizer que fossem antagônicos, mas Ulysses seguia um curso que pressupunha o colapso da ditadura, enquanto Tancredo esperava que ela acabasse numa negociação. Quando, nenhum dos dois sabia.

Thales Ramalho, conhecedor da política nacional e fino observador das almas humanas, dizia que “Tancredo e Ulysses dançam de acordo com uma coreografia que só eles conhecem”. Foi com essa coreografia que os dois dançaram nos anos decisivos de 1983 e 1984. Haviam se separado, sem recriminações.

Quando organizou o Partido Popular, Tancredo dissera que “o meu PMDB não é o de Miguel Arraes”. Ulysses dizia que o PP seria um partido de banqueiros. Sem responder publicamente, Tancredo queixou-se por telefone. Lembrou ao amigo que um deputado resgatara o texto de um substitutivo que Ulysses apresentara em 1964 ao projeto de lei de greve,

prevendo penas de seis meses a um ano para quem promovesse, participasse ou insuflasse paralisações ilegais. Tranquilizou-o, informando que aplacara o deputado, mantendo a lembrança do substitutivo no silêncio do arquivo. Não existia deputado algum.[10]

Tancredo e Ulysses acabaram por aliar-se novamente, graças à desastrosa manobra do Planalto que vinculou os votos para o pleito de 1982. Ulysses, equilibrando-se à esquerda, mantinha o comando do partido e entregaria a Miguel Arraes uma de suas vice-presidências. Tancredo, aceitando a chapa do rival, colocou na secretaria-geral o paranaense Afonso Camargo, que, vindo do PDS era — heresia maior — "senador biônico", produto do "Pacote de Abril".[11] Um defendia a convocação de uma Constituinte. O outro também, mas cuidara sobretudo de sua campanha para o governo de Minas Gerais. Ambos denunciavam a essência ilegítima da candidatura de Figueiredo, mas nenhum dos dois arregimentara-se na campanha do general Euler Bentes.

Eleito governador de Minas, Tancredo não era mais um cardeal da oposição moderada, era o dono das chaves do segundo maior estado da Federação. Não há testemunho de que, aos 72 anos, planejasse fazer do palácio da Liberdade um trampolim para o Planalto. Uma candidatura à Presidência exigiria que renunciasse ao mandato para ir buscar aventurosamente a maioria num Colégio Eleitoral de maioria governista. Pelas regras do jogo, o próximo presidente sairia do PDS. Poderia ser Paulo Maluf, governador de São Paulo, Mário Andreazza, ministro do Interior, ou mesmo o vice-presidente Aureliano Chaves. Se as regras fossem outras, sabe-se lá quais, o PMDB teria seu candidato: Ulysses Guimarães.

1 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 71.

2 Pela legislação eleitoral da época, o vice-presidente era eleito com votação própria. Goulart fora candidato a vice na chapa do marechal Henrique Lott, derrotado por Jânio. Por sua vez, tivera mais votos que Milton Campos, o vice da chapa de Jânio Quadros. *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello",

“PSD quer eleger um vice agora”, 29 de maio de 1963. Como Jango assumira sendo vice-presidente, o cargo estava vago e, caso lhe acontecesse algo, seu substituto seria escolhido pelo Congresso.

3 Daniel Krieger, *Desde as missões*, p. 172. Esse documento, pedido pelo presidente interino Ranieri Mazzilli, foi discutido pelos deputados Pedro Aleixo, Martins Rodrigues, Ulysses Guimarães, Bilac Pinto, Adauto Lucio Cardoso, Paulo Sarasate, João Agripino e Daniel Krieger. Não se conhece seu texto. Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, pp. 181 e segs.

4 *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 19 de junho de 1966.

5 Idem, 17, 19 e 23 de maio de 1968.

6 “Vida e paixão de Honestino”, manuscrito de Betty Almeida. AA.

7 “Arquivos ampliam dimensão da caça às bruxas”, *O Estado de S. Paulo*, 8 de abril de 1998.

8 Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 106.

9 Thales Ramalho, junho de 1999. Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, pp. 145 e segs. Em 1999, Thales Ramalho deu um depoimento à revista *Época* (edição de 23 de setembro) no qual estimou a duração do encontro em cinco horas.

10 Para o telefonema, Miro Teixeira, março de 2014. Para a lei, artigo 29, parágrafo único, *Diário do Congresso Nacional*, 27 de maio de 1964.

11 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 72; e Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, pp. 324-5.

A rua vai ao palácio

Pelos costumes do regime, o presidente Figueiredo comandaria sua sucessão, assim como Geisel e Médici haviam comandado as deles. O ritual determinava que em 1984 o candidato do presidente fosse indicado pela convenção do PDS e, em seguida, sagrado pelo Colégio Eleitoral. Essa escrita fora espetacularmente rompida em São Paulo em 1978, quando Paulo Maluf venceu a convenção do PDS, derrotando o candidato do Planalto, e tomou o governo do estado. Maluf jamais escondeu que seria candidato a presidente. Na lista em que Heitor Ferreira especulava os nomes dos prováveis sucessores de Figueiredo, Maluf passou, em apenas um ano, do nono e último lugar para o segundo, atrás de Delfim Netto, que carregava nas costas a ruína econômica.[1]

Com um dos maiores orçamentos públicos do país e uma fortuna pessoal estimada em 100 milhões de dólares, Maluf era infatigável.[2] Em 38 meses de governo oferecera 251 banquetes, 51 dos quais para políticos.[3] Cooptara um pedaço da bancada do PMDB na Assembleia e entregara a Golbery o comando de seus deputados federais e senadores. Viajava pelo mundo num avião especial da VASP, encontrando-se com os presidentes da França e do Iraque e com o rei da Arábia Saudita. Criou a Paulipetro, uma estatal para explorar petróleo, e reinaugurou a ligação ferroviária entre Campinas e Brasília, chegando à capital do país no trem Bandeirante.[4] Nas greves do ABC botara a PM na rua com inédito aparato. Costumava cavalgar com seu coronel-comandante.[5] Convidou Roberto Campos para presidir o banco do estado.[6] Jogava bruto. Na noite em que Campos foi

esfaqueado por sua namorada num apartamento da Vila Nova Conceição, a polícia de Maluf prendeu trezentos suspeitos[7] em sua busca por uma dupla de assaltantes que o teria atacado quando caminhava pela avenida São Luís, no Centro da cidade, a quilômetros de distância do local onde ocorrera o episódio.[8] Maluf era um dos poucos políticos capazes de dizer que o país sentia saudades do governo Médici, "quando tínhamos otimismo, progresso e tranquilidade social". O general retribuía: "Se eu não encontrar outro melhor, será meu candidato".[9] Em tese, Maluf era marginalizado por Figueiredo, mas tinha o apoio de Golbery e de Heitor Ferreira.

Apesar da derrota de seu candidato ao governo de São Paulo em 1982, Maluf elegeu-se deputado federal com a maior votação já ocorrida no país (673 mil votos). Chegou a Brasília liderando uma bancada interestadual resultante dos mimos que aspergira pelo país afora. Mário Andreazza, seu rival, queixava-se: "Um parlamentar não precisa procurar o Banco do Estado de São Paulo, o Banespa vai a ele".[10] Na disputa pelo governo de Minas Gerais, por exemplo, o candidato do PDS e adversário de Tancredo Neves era Eliseu Resende, fiel escudeiro de Andreazza. Sua vitória daria ao ministro do Interior uma boa vantagem sobre Maluf. Quando Tancredo começou a sofrer com a falta de recursos para material de propaganda e veículos para fazer sua campanha, o sobrinho Francisco Dornelles levou seu desassossego a Golbery. O general cuidou do assunto e Maluf franqueou a Tancredo uma gráfica e uma frota de Kombis.[11] Para ele, era melhor ter um oposicionista no palácio da Liberdade do que um aliado de Andreazza.

Maluf chegou a Brasília como candidato a presidente. Ia pouco ao Congresso. Instalou-se num escritório de dois andares e nele recebia trinta visitas por dia. Alugou uma casa com cinco quartos e quadra de vôlei na Península dos Ministros.[12] Pelo menos numa de suas passagens pelo Rio o SNI monitorou sua agenda.[13] [*Veja o documento*] Tancredo avisava: "O candidato do presidente Figueiredo à sua sucessão deverá resultar do consenso interpartidário, porque do contrário o ex-governador Paulo Maluf

ganhará a convenção do PDS e terá boas chances de ser eleito pelo Colégio Eleitoral”.[14]

Do Planalto, vinham ecos de um veto de Figueiredo a seu nome. “O turco não sentará no meu lugar, de maneira nenhuma.”[15] Quem Figueiredo queria que sentasse, não se sabia. Com o tacape do AI-5 à mão, seus dois antecessores encaminharam as próprias sucessões, fixando-se numa escolha e fechando a porta para outras candidaturas. Sem o tacape, o general não fez uma coisa e não poderia fazer a outra, pois, se vozes vindas de Brasília não haviam impedido Maluf de disputar a indicação do partido para o governo de São Paulo, não haveria de ser agora que elas o dobrariam.

Diante da chegada espetaculosa de Maluf, apareceu uma nova proposta, também espetacular: o ministro Cesar Cals, de Minas e Energia, propunha a reeleição de Figueiredo para um mandato cuja duração poderia ser negociada, de forma a que fosse substituído por um presidente eleito diretamente.[16] Coronel da reserva do Exército e da ativa na política do Ceará, Cals tinha algo de folclórico e de palaciano. É pouco provável que tenha dado esse passo sem combinar com Figueiredo, e até mesmo só com ele. A ideia não era original, fora esboçada em 1972. À época pensou-se em admitir uma eleição direta, desde que o presidente Médici pudesse disputá-la.[17] O colunista Carlos Castello Branco captou a semelhança e recordou que na versão 1.0 ela tivera o patrocínio do professor Leitão de Abreu.[18] O modelo 2.0 moveu-se pela mão do deputado paulista José Camargo, que começou a coletar assinaturas para um projeto de emenda constitucional que permitisse a reeleição de Figueiredo. Assim, havia mais uma carta no baralho.

Andreazza acreditava que teria o apoio do presidente e tinha certeza de que o palácio viria junto.[19] Como ministro do Interior, tinha sob sua jurisdição as superintendências para o Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia e estendia sua rede de influência sobre o setor de transportes. Num governo parado, continuava a ser um tocador de obras. Sabia que

nunca teria o apoio de Golbery, mas o general estava no banco Cidade, de onde expunha sua malquerença com o tenente-coronel que fora seu subordinado em 1961: “Do Andreazza se prova o que se diz do Maluf”.[20] Se pesquisas de opinião pública valessem alguma coisa, Aureliano Chaves seria a melhor recomendação, com 19,8% das preferências, contra 12,3% para Andreazza e 10,9% para Maluf.[21]

* * *

Nos primeiros dias da sessão legislativa de 1983, um jovem engenheiro comprido e barbudo, saído da política de Mato Grosso e de uma militância no MR-8, terminou sua correria pelo Congresso. Chamava-se Dante de Oliveira e coletava endossos para a apresentação de uma emenda constitucional pelo restabelecimento imediato das eleições diretas para a Presidência da República. Pedia assinaturas a todo mundo, até a jornalistas, supondo que fossem parlamentares. Conseguiu o apoio regimental, protocolou-a e ganhou um breve registro na *Folha de S.Paulo*.[22] Para que essa emenda fosse aprovada seriam necessários os votos de dois terços da Câmara (320 dos 479 deputados) e do Senado (46 dos 69 senadores) em votações separadas. A oposição não os tinha.[23] Precisava de algo entre oitenta e 85 votos de deputados do governo e de mais vinte senadores.

Dante de Oliveira

A bandeira das diretas viera da esquerda do PMDB e Ulysses Guimarães decidira encampá-la, mas não sabia se já existia no Congresso um projeto de emenda constitucional. Seu secretário foi à biblioteca e achou aquela que viria a ser conhecida como emenda Dante de Oliveira, do deputado comprido que Ulysses apelidara de “Mosquito Elétrico”.[24]

Esse era o mundo em Brasília, onde o governo e a oposição conviviam com a bancarrota do Milagre, a maxidesvalorização da moeda e a inexorável tutela das contas públicas pelo Fundo Monetário Internacional. Em janeiro, o país tivera a maior taxa mensal de inflação de sua história.[25] São Paulo tinha 1 milhão de desempregados.[26]

* * *

Assim como ninguém dera muita importância ao “Mosquito Elétrico” catando assinaturas no Congresso, uma iniciativa de empresários de transportes públicos da capital paulista pareceu malandragem rotineira. Às vésperas da posse de Franco Montoro no palácio dos Bandeirantes, aproveitando-se do lusco-fusco que separa o governo que sai daquele que entra, 38 empresas de ônibus resolveram iniciar um *lockout* em busca de aumento de tarifas. Mantiveram nas garagens 1.800 dos 6 mil veículos de suas frotas.[27] Na manhã do terceiro dia do boicote, a população de dois bairros da Zona Sul (a mais pobre da cidade) depredou 21 ônibus e queimou dois.[28] Um deles era o bairro do Grajaú, onde anos antes a polícia fora impedida de destruir barracos erguidos em terrenos desocupados. Lá operavam dezoito comunidades eclesiais de base, organizações em que conviviam harmonicamente militantes da Igreja católica e do Partido Comunista do Brasil.[29]

Naquela semana, o semanário *Tribuna da Luta Operária*, órgão oficial do PC do B, comemorou: “O povo deu o troco à sabotagem das empresas”. Noutro texto, ao lado, informava: “Karl Marx homenageado em vários

estados brasileiros".[30] O regime habituara-se a ver nas adversidades políticas e sociais simples reflexos da ação de fontes manipuladoras. Essa visão burocrática da questão social já o impedira de perceber o tamanho da insatisfação que determinara o resultado eleitoral de 1974 e de entender a origem das greves de 1978. Em todos os casos, existiriam instituições ou grupos políticos influenciando as manifestações. Os quebra-quebras da Zona Sul, porém, mostravam algo maior. Embora sempre haja radicais querendo depredar ônibus, há momentos em que uma parte da população acha que deve depredá-los também.

Numa extensa *Apreciação* dos acontecimentos e do noticiário da imprensa naquela semana, o SNI encaminhou a Figueiredo sua análise de seis jornais, duas revistas, duas emissoras de TV e quatro rádios estrangeiras, inclusive a de Tirana, na Albânia. Nenhuma palavra sobre o quebra-quebra de São Paulo.[31]

Na manhã de segunda-feira, 4 de abril, trabalhadores e militantes do Movimento Contra o Desemprego e a Carestia, organização frentista do PC do B, juntaram-se no largo do Treze, tradicional ponto de encontro e de comércio ambulante do bairro de Santo Amaro. Durante doze horas a região transformou-se em algo que não se via há décadas. Seis supermercados e cinco padarias foram saqueados. Uma delegacia foi atacada a pedradas e uma viatura policial foi tombada. A PM nada conseguira fazer, nem mesmo socorrer uma pessoa baleada por um comerciante. À noite havia setenta pessoas presas e cem feridos. Em outros bairros populares depenaram-se caminhões de gás engarrafado e mercadinhos.[32] A *Folha de S.Paulo* circularia no dia seguinte com a manchete "Um dia de saques e pânico" e um aviso do coronel João Pessoa do Nascimento, chefe do policiamento da capital: "A dose não deve se repetir".[33]

Repetiu-se no dia seguinte, agravada. O SNI relatou ao Planalto o que aconteceu: [*Veja o documento*]

10:45: Manifestantes depredaram, no eixo de Santo Amaro/SP, um supermercado da rede Jumbo. Foram roubadas, inclusive, as máquinas registradoras.
- Cerca de 1.500 elementos encontram-se na avenida Morumbi. Dirigem-se para o Palácio do Governo.
- Um grupo esteve na cidade universitária convidando os estudantes a aderir à passeata e ao comício que será realizado em frente ao Palácio do Governo.

(O Movimento Contra o Desemprego e a Carestia marcara uma nova manifestação, que deveria ir até o palácio dos Bandeirantes.)[34]

11:29: Cerca de 3.000 manifestantes encontram-se em frente ao Palácio do Governo.
- Um grupo de deputados parlamenta com os desempregados concitando-os a formar uma comissão, para entrevistar-se com o governador.
- O Palácio do Governo está desguarnecido. As ruas, situadas nas proximidades, foram isoladas, com antecedência, para facilitar o acesso dos manifestantes.

(O governador Franco Montoro estava no palácio, almoçando com Tancredo Neves e Leonel Brizola.)

12:17: O governador paulista recusou-se a receber a comissão formada por 15 manifestantes. Determinou que o chefe da Casa Civil os recebesse. Determinou também que a turba fosse encaminhada para uma praça situada nas proximidades do Palácio.
- Deputados mais atuantes: Aurélio Peres, Irma Posoni.[35]

12:35: A multidão derrubou 10 metros de gradil e invadiu os jardins do Palácio. O choque que guarnece o Palácio teve que intervir, sendo apedrejado, revidando com bombas de gás lacrimogêneo.

(Os três governadores viram a cena de uma janela do palácio. Da multidão saía um grito novo: “O povo está a fim da cabeça do Delfim”.)

14:45: Rádio Bandeirantes — O governador manteve diálogo, no portão principal do Palácio, com uma comissão de manifestantes (total de 17 membros).
- Reivindicações:
1) Ônibus para levar o Comitê de Luta Contra o Desemprego a Brasília, a fim de conversar com o presidente Figueiredo.
2) Jornada de 40 horas semanais.
3) Estabilidade no emprego.
4) Salário-desemprego.
- Elementos conhecidos, presentes no local:
1) Deputado José Genoino Neto (PT/SP)
2) Presidente da UNE
- Pequeno grupo de manifestantes formou, na rua, um funil, chutando e molestando as pessoas e carros que passavam no local.

14:50: O secretário do Trabalho/SP mandou transportar, de ônibus, os manifestantes para Santo Amaro.

(O episódio parecia encerrado.)

16:00: Piquetes, de 200 a 300 agitadores, estão atuando em diversos pontos de SP — principalmente em Pinheiros, Penha e no centro da cidade. Formam inúmeros focos de agitação, quebram vitrines de casas comerciais e tentam saqueá-las.
- A PM não está intervindo.
- O comércio está fechando suas portas. Os piquetes estão atuando como se fossem movimentos organizados.

17:00: Continua o quebra-quebra no centro de SP.
- Na rua Pamplona, os arruaceiros estão se mobilizando para invadir o supermercado Eldorado.
- Um batalhão de choque está se deslocando para o local.

17:50: Tuma[36] — O comércio das Zonas Sul, Centro e Oeste de SP fechou suas portas.
- Em Osasco o comércio encerrou suas atividades.
- No centro de SP lojas e joalherias foram invadidas e depredadas.
- A PM/SP atua repressivamente nas áreas conflagradas.
- Afif,[37] presidente da Associação Comercial, deu um ultimato ao secretário de Segurança Pública do estado, para que este garanta a ordem pública, ou então o comércio fechará, a partir de amanhã.[38]

Sem que tivesse relação com a passeata saída do largo do Treze, a desordem espalhara-se pela cidade. Da praça da Sé chegara ao Pátio do Colégio e à rua Direita. Um supermercado foi saqueado três vezes e de uma padaria levaram até sacos de farinha. Catorze escolas e uma igreja fecharam suas portas. Era como se a passeata, vinda não se sabe de onde, estivesse chegando a todos os lugares. O dia terminou com o II Exército de prontidão, um morto e centenas de prisões.[39]

Só em São Paulo, foram saqueados duzentos estabelecimentos comerciais.[40] Saques repetiram-se em Santos, Ribeirão Preto, Campinas, Fortaleza e no subúrbio de Senador Camará, no Rio de Janeiro.[41] Semanas depois, um simples boato fecharia parte do comércio do Centro de São Paulo, onde funcionários de uma loja protegeram-na empunhando barras de ferro.[42] Distúrbios pontuais entraram para o cotidiano das grandes cidades. Em setembro deram-se 227 saques no país, 83 no Rio e cinquenta em São Paulo.[43]

Uma semana depois da explosão de São Paulo, o Diretório Nacional do PMDB encampou a tese das eleições diretas. Do ponto de vista prático, isso queria dizer pouca coisa. Afinal, o partido defendia há anos a convocação de uma Constituinte, para nada. A nova bandeira dependia do Congresso. Sua aprovação era improvável, porém possível. Já a Constituinte era simplesmente impossível, pois dependeria da vontade de Figueiredo de convocá-la. Havia uma diferença entre as duas propostas: seria mais fácil mobilizar gente pedindo direito ao voto direto que a ditadura confiscara do que a instalação de uma Constituinte.

A eleição direta era defendida pela Igreja católica, por organizações de trabalhadores e de estudantes. Na imprensa, só a *Folha de S.Paulo*. Antes mesmo dos distúrbios de abril, num editorial, informara que "somos favoráveis a eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República".[44] Parecia muito, mas era pouco. Ulysses sabia que vários governadores do PMDB costuravam outras soluções. A bancada do partido queria que a campanha tivesse um lançamento retumbante, em Brasília, com um ato público no Congresso prestigiado pelos governadores. Seria um espetáculo cenográfico, provavelmente inútil. Ulysses propôs outra tática: a campanha deveria começar em cidades médias. Essa foi uma das melhores ideias de sua vida.

Tancredo Neves, por exemplo, anunciara que apoiaria a campanha, mas, em função do cargo que ocupava, não poderia participar dela "com ações

marcantes". O governador mineiro defendia uma candidatura de consenso e explicava: "As ideias não colidem, nem são conflitantes, pois a eleição por consenso só deve ser viabilizada na absoluta impossibilidade de eleições".[45] Ia até mais longe: "A campanha das diretas é necessária, mas lírica".[46] Para quem fazia a conta dos votos necessários no Congresso, a impossibilidade parecia absoluta. Contudo, pela coreografia da dança de sua rivalidade com Ulysses, Tancredo não tinha por que buscar colisões ou conflitos.

1 Nota de Heitor Ferreira, de 7 de janeiro de 1979 e *circa* fevereiro de 1980. APGCS/HF.
2 Para a fortuna pessoal, *Veja*, 19 de maio de 1982.
3 *Folha de S.Paulo*, 28 de maio de 1983.
4 "Trem Bandeirante: Campinas-Brasília — A reinauguração", <http://doc.brazilia.jor.br/Ferrovia-Historia-Brasilia/1981-reinaugura-Trem-Bandeirante-Campinas-Brasilia.shtml>.
5 *Veja*, 28 de novembro de 1979.
6 Para o convite a Roberto Campos, Golbery na reunião de 24 de março de 1980, segundo resumo do general Octavio Medeiros. APGCS/HF.
7 *Veja*, 6 de maio de 1981.
8 Campos foi esfaqueado na noite de 28 de abril de 1981. Para a cena da casa e para o acobertamento, Mariza Tupinambá, *Eu fui testemunha*, pp. 76-7. Para o assalto na avenida São Luís, *O Estado de S. Paulo*, 30 de abril de 1981.
9 *Jornal do Brasil*, 14 de abril de 1980; e recorte do *Jornal de Brasília*, de abril de 1981. APGCS/HF. Para a declaração de Médici, *Folha de S.Paulo*, 9 de fevereiro de 1983.
10 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 24.
11 Francisco Dornelles, janeiro de 2012.
12 *Folha de S.Paulo*, 7 e 13 de janeiro de 1983.
13 Uma folha do SNI intitulada *Estada de Paulo Maluf no Rio de Janeiro*, de 29 de março de 1983. Nesse dia Maluf encontrou-se com Antonio Carlos Magalhães, almoçou no Copacabana Palace, visitou Afonso Arinos e jantou com o dono do *Jornal do Brasil*, Manuel Francisco do Nascimento Brito. APGCS/HF.
14 *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1983.
15 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 15; e *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 31 de agosto de 1983.
16 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 31 de março de 1983.
17 Idem, 10 de agosto de 1972.
18 Idem, 8 de maio de 1983.

19 Mário Andreazza, julho de 1982; e Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 23.
20 Golbery do Couto e Silva, 1984. Ao contrário de Maluf, Andreazza jamais sofreu condenação judicial por improbidade administrativa.
21 Pesquisa realizada em sete capitais, *Folha de S.Paulo*, 25 de setembro de 1983.
22 *Folha de S.Paulo*, 4 de março de 1983.
23 Idem, 26 de janeiro de 1984.
24 Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 36.
25 Para a inflação, *Folha de S.Paulo*, 4 de fevereiro de 1983. Com uma taxa de 9% no mês, a taxa anual chegou a 104,9%.
26 Para o número de desempregados, *Veja*, 13 de abril de 1983.
27 *Folha de S.Paulo*, 15 de março de 1983.
28 *Folha de S.Paulo* e *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1983.
29 Marcelo Auler, "O Grajaú sempre lutou por seus melhoramentos", *Folha de S.Paulo*, 20 de março de 1983.
30 *Tribuna da Luta Operária*, 21 a 27 de março de 1983.
31 *Apreciação Semanal*, do SNI, de 17 a 23 de março de 1983, rubricada por Figueiredo. APGCS/HF.
32 Para os saques em outros bairros, *Tribuna da Luta Operária*, de 11 a 17 de abril de 1983.
33 *Folha de S.Paulo*, 5 de abril de 1983.
34 Idem; e *Veja*, 13 de abril de 1983.
35 Aurélio Peres, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, elegera-se deputado federal pelo PC do B. Irma Passoni, ex-freira e militante das comunidades eclesiais de base, elegera-se pelo PT.
36 Romeu Tuma, delegado da Polícia Federal em São Paulo.
37 Guilherme Afif Domingos.
38 Duas folhas do SNI, de 5 de abril de 1983, intituladas *Manifestações de São Paulo — Últimos Registros*. APGCS/HF.
39 *Folha de S.Paulo*, 6 de abril de 1983.
40 Cálculo da Associação Comercial, *Folha de S.Paulo*, 10 de abril de 1983.
41 *Veja*, 13 de abril de 1983.
42 *Folha de S.Paulo*, 20 de abril de 1983.
43 *Veja*, 5 de outubro de 1983.
44 "Por eleições diretas", *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1983.
45 Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, pp. 88-9 e 125; e "Tancredo não faz campanha por eleição direta", *O Globo*, 16 de abril de 1983.
46 *Jornal do Brasil*, 6 de junho de 1983.

Figueiredo

O general ainda tinha dois anos de governo pela frente e voltava a sentir dores no peito. Sua pressão estava alta, as taxas de gordura no sangue mostravam-se elevadas. O cardiologista americano Floyd Loop, que o examinara depois do enfarte, voltara a vê-lo no Rio, reclamara de seu peso e avisara: “O senhor pode estar cavando sua sepultura com o talher”. Figueiredo prometeu-lhe emagrecer cinco quilos e “comer em pé, o que, pelo desconforto, diminui o apetite”.[1] À cardiopatia somavam-se padecimentos irritantes, como uma conjuntivite crônica, as dores na perna, que descrevia como “dor de dente na bunda”, mais uma inflação de 211%. A dívida externa batera os 90 bilhões de dólares, não havia dinheiro para pagar compromissos que estavam vencendo e o país entrara numa “moratória branca”.[2] Tendo sido o primeiro presidente em cujo mandato o Produto Interno Bruto sofrera uma contração (-4,25% em 1981), fechara o ano de 1983 com um novo desastre (-2,9%). Assim como não seguia as recomendações do cardiologista, seu governo não cumpria as metas a que se propunha. Figueiredo recebeu a carta de uma senhora cujo filho, que tinha uma pequena empresa de construção civil, se matara com um tiro no peito. Ela contava que no dia do enterro vira Delfim Netto na televisão “dizendo que está tudo bem. Bem? (…) Pense, por favor”. Figueiredo anotou: “!!! Não entendo mais nada!”.[3] [*Veja o documento*] Os números da economia mostravam que a senhora entendera tudo. A taxa de desemprego de 1983 chegaria ao pico de 4,72%, e a renda *per capita* dos brasileiros caíra de 987,00 cruzeiros em 1979 para 819,42 cruzeiros.[4]

Além da cardiopatia, Figueiredo padecia de dores na coluna e já se submetera a uma cirurgia em 1974. Dizia sentir “dor de dente na bunda”.

Diante da intensificação dos murmúrios de que sua cardiopatia recrudescera, o cavalariano atlético apareceu montado na pista da granja do Torto.[5] Enquanto isso, o deputado José Camargo percorria dez estados coletando assinaturas para a emenda da reeleição de Figueiredo, visitando até mesmo Tancredo Neves. Nesse encontro sinalizou que agia com o conhecimento do general. Ligou para o presidente e passou-lhe o aparelho para uma troca de amabilidades.[6] Com os endossos necessários, Camargo ganhou um aliado surpreendente. Leonel Brizola aceitava que Figueiredo fosse reeleito indiretamente para um mandato-tampão de dois anos (o

tempo necessário para que concluísse seu governo no Rio) sendo sucedido por um presidente, eleito pelo voto direto.[7] Outro sinal claro do interesse de Figueiredo em permanecer no governo veio de Nelson Marchezan, líder do governo na Câmara. Reproduzindo o que ouvira numa audiência, informou que o presidente só discutiria esse caminho diante de uma "crise insuperável (…) se não houver quem possa substituí-lo".[8] Numa visita a Natal, foi recebido por uma claque que cantava: "João, João, o candidato da nação".[9]

Dois meses depois, Figueiredo voltou à Clínica Cleveland. Dessa vez para o centro cirúrgico, onde, imediatamente, recebeu duas pontes de safena e uma mamária. A segunda interinidade de Aureliano durou 43 dias. Na primeira, os "ministros da Casa" haviam-no deixado às moscas. O professor Leitão, por exemplo, ficara fora do palácio vinte dias. Delfim Netto passara boa parte do tempo viajando pelo exterior.[10] Nenhuma das arestas anteriores fora retirada e havia outra, nova: Aureliano defendera a eleição direta, era candidato à Presidência da República e sabia que tinha o apoio de Geisel.[11]

Em 1984, o general atlético de 1978 passou por uma nova cirurgia na coluna e deixou-se fotografar, prostrado, no jardim da casa de saúde.

Mesmo dizendo que não ia “dar ao Figueiredo o mínimo motivo para briga”, os cuidados de Aureliano de nada adiantaram.[12] Talvez sua cautela tenha sido insuficiente, mas na história da República não havia precedente em que uma crise ou a substituição eventual do titular tivesse solidificado suas relações com o interino. Numa lista de 72 telefonemas recebidos pelos assistentes de Figueiredo em Cleveland durante dezesseis dias, nenhum veio do vice-presidente.[13] (O deputado José Camargo, autor da emenda que permitiria a reeleição, ligou duas vezes e visitou-o.)[14] Desde o enfarte de 1981, o general poupava-se com jornadas curtas, encerradas às dezoito horas.[15] O vice entrava pela noite e não escondia suas divergências com Delfim. Reunido com empresários, condenou o primeiro acordo firmado com o FMI: “Isso não está dando certo”.[16]

O governo descumprira todos os compromissos assumidos com o Fundo, a liberação de seus empréstimos havia sido congelada, uma

promissória de 400 milhões de dólares venceria naqueles dias e faltava caixa.[17] Aureliano estava na Presidência quando três representantes do cartel de credores desceram secretamente em Brasília, reuniram-se com Delfim, pediram mais apertos e combinaram que o Fundo mandaria periodicamente equipes de inspetores ao país.[18]

Durante uma surpreendente entrevista dada ao cineasta Julio Bressane, Golbery dissera: “Figueiredo é uma pessoa que não tem vontade de dirigir o país, não está interessado em dirigir o país. E não tem mais saúde para dirigir o país”. Adiante, expôs o problema: “Que grande paradoxo, este. Quanto mais cresce, mais o Aureliano cava sua sepultura”.[19] (Até então o general suspeitara que seus telefones estivessem controlados. Semanas depois, havia fotógrafos no estacionamento de seu escritório. Num exemplo dos métodos burocráticos do SNI, em pelo menos um caso não vigiaram a entrada de pedestres, por onde passara Heitor Ferreira.)[20]

Figueiredo reassumiu com coronárias novas e mais horror a Aureliano. Mostrava-se disposto a mais do mesmo. Manteve um regime de meio expediente no Planalto, mas deixou-se fotografar montando *Corsário* na pista do Torto.[21] Na noite de uma importante votação no Congresso que inviabilizaria os novos compromissos assumidos com o FMI, foi a um churrasco.[22] O general Medeiros resumiria a situação: “Tá tudo feio que tá danado”.[23] Há tempos o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, confidenciava que “o Figueiredo não manda em nada, não se interessa por nada, deixa tudo para o Leitão resolver. (…) De vez em quando dá um esporro, uns gritos para mostrar autoridade. É só”. Ele dizia que “o Delfim está fortíssimo. É o único sujeito com coragem no ministério”.[24] Nem tanto, pois o czar da economia também reclamava: “É lamentável, não temos presidente, não temos governo. Eu puxei várias vezes o assunto do acerto com os bancos estrangeiros, que está muito bom, e o Figueiredo só quer reclamar de bobagens”.[25]

O receituário do regime sugeria jogar a crise para o Congresso e o general deu a esse expediente um toque ridículo. Um deputado dissera que "todos os ministros são ladrões, os militares e o presidente também".[26] Na bem-sucedida provocação de 1968, Marcio Moreira Alves era um deputado vindo de uma prestigiosa carreira jornalística e saído da cepa dos Mello Franco. O deputado Mario Juruna, eleito pelo Rio de Janeiro, com 31 mil votos folclóricos, era um índio xavante que aprendera português aos dezessete anos.[27] Figueiredo resolveu pedir à Câmara a cassação de seu mandato. Queria que o governo o acompanhasse: "Até agora só onze ministros entraram com o ofício contra o Juruna. Eu quero todos! Quem não fizer, diz ao Leitão, pode entrar com o pedido de demissão. Eu demito!".[28] "Estou ficando sozinho… Não tenho mais amigos… Agora vê, o Pires não está dando importância a nada. Viajou para a Venezuela."[29] (O episódio terminou com um pedido de desculpas do deputado.)

Faltava-lhe também a solidariedade de Geisel. Desde o enfarte de 1981, o responsável por sua unção dizia que Figueiredo devia renunciar, mas essa opinião costumava ficar no seu fechado círculo familiar. A confidência, no entanto, transbordou. Uma conversa do ex-presidente com o deputado Marco Maciel chegou a Heitor Ferreira: "Seria muito bom, e é o que ele deveria fazer, que ele renunciasse à Presidência".[30]

A caminho do seu vigésimo aniversário, o regime perdera o rumo. Fechando 1983 com uma taxa de inflação de 211%, dobrara a marca de 80% de Jango em 1963, levara o país à bancarrota e estava sob um sistema de auditoria imposto pela banca internacional. Um dos pontos centrais de seus compromissos com o FMI era a aprovação de uma lei que comprimisse os reajustes salariais. A primeira tentativa deu-se com o Decreto nº 2.024. Foi rejeitado pelo Congresso. Seguiu-se o 2.045. O ministro da Justiça escreveu a Figueiredo, considerando "inevitável a sua rejeição" e propondo a sua retirada.[31] O general foi em frente. Para evitar manifestações populares em Brasília, valeu-se pela primeira vez do mecanismo

constitucional das medidas de emergência, suspendendo o direito de reunião e dando à tropa liberdade para realizar operações de busca e apreensão na capital. Os acessos à cidade foram patrulhados e revistavam-se passageiros no aeroporto, até que uma equipe de policiais invadiu a sede seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Diante da grita, o general Newton Cruz, comandante das operações militares, reconheceu: “Quebramos a cara”.[32] O Decreto nº 2.045 foi retirado e entrou o 2.064. Também capotou, substituído pelo 2.065, finalmente aprovado. Estava criada uma escala para os reajustes salariais. Quem ganhava até três salários mínimos recebia 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Daí em diante, sofria perdas progressivas. Acima de vinte salários mínimos, levava só 50% do que perdera com a inflação.[33] O sistema duraria apenas um ano, substituído por uma lei que criou duas faixas para os reajustes: 100% do INPC até três salários mínimos e 80% daí em diante.[34]

A escolha do general Cruz para executar as medidas de emergência resultara do fato de ele ser o comandante militar do Planalto. Colocando-o nessa função, Figueiredo juntava gasolina e fogo. “Nini”, assim como ele e Medeiros, chegara ao poder no SNI de Golbery. Ambos eram amigos e até pouco tempo atrás o general chefiara a Agência Central do Serviço. Nela, estivera no elenco dos dois episódios que desmoralizaram a “tigrada”: o atentado do Riocentro e o assassinato de Baumgarten. Vendo-o de capacete, montado num cavalo, Figueiredo dissera que era “o nosso Mussolini”. Sua escolha foi criticada pelo general Gustavo de Moraes Rego, ex-chefe do Gabinete Militar de Geisel, a quem visitava semanalmente.[35] Estava na reserva, mas tomou cinco dias de cadeia.[36] Foi essa a mais longa detenção provocada pelas medidas de emergência. Pouco depois, “Nini” meteu-se num incidente com um repórter, agarrando-o pelo braço e obrigando-o a pedir desculpas diante das câmeras por um comentário que considerou inconveniente. Diante do episódio, o general José Maria de Toledo Camargo (também da reserva), outro oficial que servira no palácio de

Geisel, escreveu um artigo condenando o “mau exemplo” dado por “um general irritado (…), descontrolado”.[37] Nada lhe aconteceu.

O PDS dera a Figueiredo uma delegação para que coordenasse a indicação de seu sucessor. Não se pode dizer que lhe faltasse vontade, mas o general fazia as coisas e seu contrário. Autorizou a candidatura de Andreazza, mas não a autorizou: “Eu não mandei, ele me disse que ia se lançar, me comunicou, e eu disse que era problema dele”.[38] Falava em vetar Maluf, mas dizia “não veto ninguém”.[39] Aceitava prorrogar seu mandato diante de “uma crise insuperável”, mas também não a aceitava.[40] Tentou criar uma crise a partir do discurso do deputado Juruna, mas recuou. Emenda das diretas? “Se dependesse do meu voto, aprovaria.”[41] No dia seguinte, explicou: “Jamais passou pela minha cabeça fazer eleições diretas agora”.[42] Disse que coordenaria a escolha de um candidato e, comparando esse trabalho a uma partida de futebol, prometeu jogar “até fazendo falta, se necessário”.[43] Essa partida deveria começar em 1984. No dia 29 de dezembro de 1983, Figueiredo anunciou que devolvia ao partido do governo a tarefa de escolher o nome do candidato.[44]

Ao saber da novidade, Antonio Carlos Magalhães, principal articulador político de Andreazza, concluiu que estava tudo perdido e telefonou para Marco Maciel, ex-governador de Pernambuco:

— E agora?
— Agora tudo é possível — respondeu Maciel.

Calim Eid, fiel escudeiro de Maluf, localizou-o em Nova York:

— Boa notícia, não, Paulo?
— Boa, não, excelente.

Maluf ligou para Heitor Ferreira, que estava em Paris, onde começara a trabalhar no escritório da Braspetro:

— Vamos ganhar, Heitor. Vamos ganhar![45]

Figueiredo teve dois rumos. Não queria Maluf e acreditava que fosse possível um acordo com a oposição para se chegar a um mandato-tampão, com ele ou sem ele, ao fim do qual seriam realizadas eleições diretas, talvez em 1991.[46]

Durante um jantar em Brasília, o professor João Leitão de Abreu ofereceu o caminho de um grande entendimento. O PDS e o PMDB sairiam do cadeado das diretas e iriam para o Colégio Eleitoral para escolher o novo presidente negociando a duração desse mandato. Numa frase, ele deu a chave: "A fidelidade partidária no tocante às eleições presidenciais será ineficaz. O voto infiel vale".[47] Marchezan, habitual interlocutor de Leitão, seria mais claro: "Se é possível ser infiel no PDS, também é possível ser infiel no PMDB. Afinal, o mesmo risco que corre o martelo, corre a bigorna".[48] Nessa hipótese, delegados do PMDB votariam num candidato do PDS. Talvez, desde que não fosse Paulo Maluf, pois Leitão dizia que ele podia até vencer a convenção do PDS, mas perderia no Colégio Eleitoral.[49]

1 Carta de Floyd Loop, de 24 de setembro de 1982, com a anotação da resposta de Figueiredo. APGCS/HF.

2 Para "moratória branca", Ernane Galvêas, em Claudia Safatle, "A mãe de todas as crises do Brasil", *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012.

3 Carta de Maria Gilda Rocha Machado a Figueiredo, de 10 de maio de 1983. APGCS/HF.

4 SAE/IPEA a partir de microdados do PNAD/IBGE.

5 Para a notícia do recrudescimento da cardiopatia, Jânio de Freitas, *Folha de S.Paulo*, 22 de junho de 1983.

6 Para as visitas nos estados, *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 22 de abril de 1983. Para o telefonema, Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto

Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 70.
7 Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 146, citando o *Jornal do Brasil* de 13 de maio de 1983.
8 *Folha de S.Paulo*, 12 de maio de 1983.
9 Idem, 20 de maio de 1983.
10 *Jornal do Brasil*, Coluna do Castello, "Se Aureliano assumir", 25 de junho de 1983.
11 Para Aureliano mostrando-se favorável às diretas, *Folha de S.Paulo*, 10 de julho de 1983.
12 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de setembro de 1983. APGCS/HF.
13 Três folhas manuscritas, intituladas *Telefonemas*, de julho de 1983. Nesse período Leitão de Abreu ligou nove vezes. APGCS/HF.
14 Três folhas manuscritas, intituladas *Telefonemas*, de julho de 1983. APGCS/HF.
15 *Folha de S.Paulo*, 24 de julho de 1983.
16 Idem, 10 e 11 de agosto de 1983.
17 William Rhodes, *Banker to the world*, p. 92.
18 Idem, p. 96.
19 *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1982. A entrevista fora publicada na véspera pelo *Correio Braziliense*.
20 *Diário de Heitor Ferreira*, 27 de setembro de 1983, registrando que foram fotografados Paulo Maluf, dois senadores e um jornalista num dia em que ele entrara no prédio a pé. APGCS/HF.
21 Para a montaria, *Folha de S.Paulo*, 12 de setembro de 1983. Figueiredo só voltaria ao regime de tempo integral uma semana depois.
22 *Diário de Heitor Ferreira*, 23 de setembro de 1983. APGCS/HF.
23 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 6 de setembro de 1983.
24 Para Antonio Carlos Magalhães em janeiro de 1983, Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 19.
25 *Diário de Heitor Ferreira*, 5 de outubro de 1983. APGCS/HF.
26 *Folha de S.Paulo*, 29 de setembro de 1983.
27 *Veja*, 5 de outubro de 1983.
28 *Diário de Heitor Ferreira*, 29 de setembro de 1983. APGCS/HF.
29 Idem, 3 de outubro de 1983. APGCS/HF.
30 Idem, 23 de setembro de 1983. APGCS/HF.
31 Carta do ministro Ibrahim Abi-Ackel a Figueiredo, de 4 de outubro de 1983. APGCS/HF.
32 *Folha de S.Paulo*, 25 de outubro de 1983.
33 Esse decreto, como os demais, criava uma escala para a relação entre os aumentos e a inflação. Quem ganhava até três salários mínimos, receberia o INPC integral. De quatro a sete, 80%; de oito a quinze, 60%; e acima dessa faixa, 50%. *Folha de S.Paulo*, 27 de outubro de 1983.
34 *Folha de S.Paulo*, 3 de outubro de 1984.
35 Gustavo de Moraes Rego, em Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 92.

36 *Folha de S.Paulo*, 8 de novembro de 1983.
37 *Veja*, seção “Ponto de Vista”, 28 de dezembro de 1983.
38 Para a autorização a Andreazza, *Diário de José Sarney*, 29 de abril de 1983, citado em Regina Echeverria, *Sarney, a biografia*, p. 271. Para Figueiredo, *Diário de Heitor Ferreira*, 26 de setembro de 1983. APGCS/HF.
39 *Folha de S.Paulo*, 7 de setembro de 1984.
40 Idem, 12 de maio de 1983.
41 Idem, 17 de novembro de 1983.
42 Idem, 21 de novembro de 1983.
43 Idem, 5 de maio de 1983.
44 Idem, 30 de dezembro de 1983.
45 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, pp. 12-3.
46 *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 29 de novembro de 1983; e *Folha de S.Paulo*, 29 de novembro de 1983.
47 *Folha de S.Paulo*, 3 de dezembro de 1983.
48 Idem, 6 de dezembro de 1983.
49 *Jornal do Brasil*, 5 de janeiro de 1984.

PARTE V
A CONSTRUÇÃO DE TANCREDO

JORNAL DO BRASIL
298 65 113
sim não ausentes
CONGRESSO REJEITA DIRETAS
"NÃO VAMOS NOS DISPERSAR"

NAS FOTOS ANTERIORES:
Comício no Anhangabaú e na Candelária pelas Diretas
Primeira página do *JB* com a derrota das Diretas
Cartaz pelo prosseguimento da mobilização popular
Tancredo Neves, o construtor da conciliação

Diretas Já

A caciquia da oposição paulista estava na sala VIP do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, a caminho de Maceió, onde seria sepultado o senador Teotônio Vilela. O “Menestrel das Alagoas” fora um quadro liberal dentro da ditadura, migrara para o PMDB e tornara-se um infatigável defensor da anistia, da moratória da dívida externa e da eleição direta. À sua simpatia pessoal somara uma comovente luta contra o câncer. Percorrera o país já sem cabelos, apoiado numa bengala, visitando presídios, até a morte, em novembro de 1983. Definia-se como “um doido manso que perdeu o rumo do hospício”.[1] Numa roda, estavam Lula e a cantora Fafá de Belém. Noutra, Ulysses Guimarães. Quando o governador Franco Montoro chegou, Lula estendeu-lhe a mão sem dirigir-lhe a palavra.[2] Dias antes, o presidente do PT tentara assumir a liderança da mobilização popular na campanha das diretas com um comício na praça fronteira ao estádio do Pacaembu, em São Paulo. Em outra ocasião, Lula reunira ali 100 mil pessoas.[3] Agora, juntara uma plateia de 15 mil. Na narrativa do repórter Ricardo Kotscho, “esperava-se chegar mais gente, não chegava”.[4] O PT mostrara a força de sua militância e também o limite de sua capacidade de mobilização. Convidado, Montoro não fora ao comício, preferindo ficar no Jockey Club para ver o páreo do prêmio Governador do Estado. Pudera. Pelo rádio era informado de que seu nome e o de seu partido eram sistematicamente vaiados.[5]

Se o Planalto e o PDS estavam estilhaçados e sem comando, o PMDB unira-se. Graças à coreografia da rivalidade de Ulysses com Tancredo, o

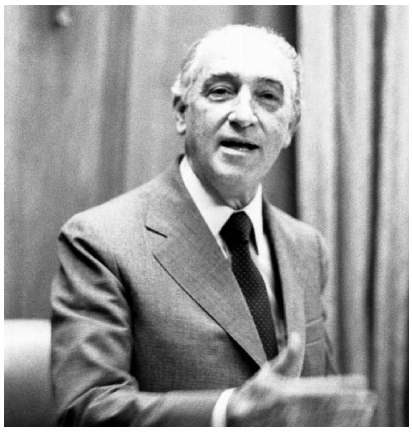
partido entrara na campanha pelas diretas com lideranças intercambiáveis. Ulysses acreditava que conseguiria aprovar a emenda Dante de Oliveira e, nesse caso, seria o candidato do partido à Presidência. Tancredo duvidava do futuro da emenda. Calculava que a oposição poderia contar com cinquenta votos da bancada do governo, mas precisava de pelo menos oitenta dissidentes para chegar aos dois terços exigidos às emendas constitucionais. Olhava adiante, para o Colégio Eleitoral de 686 votos, onde a maioria elegeria o próximo presidente.

O partido do governo tinha 361 cadeiras no Colégio, formando uma maioria de 17 votos. Para que um candidato da oposição prevalecesse, seria necessário quebrar o ferrolho da fidelidade partidária, unir o PMDB (273 votos), trazer os três pequenos partidos (52 votos) e buscar a dissidência do oficialismo.

O rolo compressor malufista partia de duas certezas: na primeira, a bancada governista seria alinhada pelo instituto da fidelidade partidária. Na segunda, o Planalto jogaria sua força no apoio ao candidato do PDS. Nenhuma das duas tinha a solidez imaginada.

As construções de gabinete subestimavam dois fatores essenciais para a construção de Tancredo: a rua e o tamanho da rejeição a Maluf.

Antonio Carlos Magalhães já detonara suas pontes em relação ao deputado paulista e tentara soldar uma chapa Andreazza-Aureliano. Não dera certo.[6] Tancredo precisava articular a dissidência governista, partindo de uma aliança com Aureliano. Diante da notícia de que eles negociavam um pacto, o vice-presidente foi vago: “Quando há uma convergência de pontos de vista, há uma tendência natural de os mineiros se unirem”.[7]



Franco Montoro

Na véspera do comício do Pacaembu, Franco Montoro reunira-se com seis governadores e lançara sua campanha pela eleição direta. Tivera um forte estímulo. A imprensa acompanhava a proposta com ceticismo em relação à sua viabilidade ou mesmo com desconfiança, pela possibilidade de uma vitória de Leonel Brizola. Essa armadura fora rompida em dezembro. Octavio Frias de Oliveira, dono da *Folha de S.Paulo*, decidiu jogá-la na campanha pelas diretas. O jornal já endossara a ideia havia alguns meses, com um editorial curto, quase rotineiro, na segunda página.[8] Na edição do domingo, 18 de dezembro (cerca de 250 mil exemplares de tiragem), publicou outro, no alto de sua capa. Perguntava: "Como explicar a letargia vergonhosa na qual afundam as oposições, paralisadas entre as ideias e as vantagens, incapazes de traduzir palavras em atos?".[9] A *Folha* lançara-se numa campanha que marcaria sua história. Não se tratava mais de noticiar os fatos do dia, mas de lutar pela ideia. Desde o dia 2 de dezembro, o jornal publicava no alto da primeira página um texto curto (com foto) de alguma personalidade defendendo a eleição direta. Começou com o jurista Gofredo da Silva Teles. Seguiram-se o cantor Gilberto Gil, a modelo Bruna Lombardi, o presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer, o escritor Gilberto Freyre, o cantor Erasmo Carlos, o palhaço Arrelia e até mesmo Plínio Correa de Oliveira, fundador da organização católica

Tradição, Família e Propriedade. Na edição de 24 de dezembro, um Papai Noel.[10] Em janeiro, a *Folha* deu outro passo, publicando com frequência o *Roteiro das Diretas*, um calendário de eventos da campanha, à semelhança das programações de cinemas e teatros. Num só dia, listou vinte eventos organizados para o mês em onze estados, indicando o nível de organização que o PMDB dera à campanha. Ulysses iria a oito capitais e Montoro compareceria a dez manifestações em municípios paulistas.[11] [*Veja o documento*]

O primeiro grande comício aconteceu em Curitiba. Juntou 50 mil pessoas (5% da população) em clima de festa.[12] Dos prédios do Centro da cidade caíam papéis picados. Antes do meio-dia, as barraquinhas que vendiam material de propaganda esgotaram o estoque de camisetas com o slogan da campanha: "Diretas Já". No palanque, Ulysses, Tancredo e o governador José Richa. Faltavam Lula e Brizola, mas lá estavam astros de novelas, como Raul Cortez e Dina Sfat, a linda atriz de *Macunaíma*. O apresentador do comício era Osmar Santos, cuja voz confundia-se com a narração das grandes partidas de futebol. Entre um discurso e outro, Carmen Costa cantou *Carinhoso*. O comício acabou e o festejo continuou.[13]

Tancredo dissera em Curitiba que "a oportunidade do consenso já passou há muito", mas de Porto Alegre telefonou para Aureliano Chaves cumprimentando-o por seu aniversário.[14] Naquele dia, conversara com Ulysses Guimarães no avião, informando-o de que se a emenda Dante de Oliveira não passasse iria para o Colégio Eleitoral, nem que fosse para ter só um voto.[15]

Em Salvador, Caetano Veloso e Gonzaguinha estiveram no palanque com Ulysses, Tancredo e o ex-governador Roberto Santos, do PDS. Seguiram-se manifestações em Vitória, Campinas e Rio Claro (SP). No Rio, realizou-se apenas uma passeata, pela orla da praia. Coisa pequena para a tradição da cidade.[16] O governador Leonel Brizola saudou-a da janela de seu apartamento, na avenida Atlântica, em Copacabana.

Leonel Brizola (à esquerda) e José Richa (à direita).

Atrás das manifestações funcionava também a máquina do PMDB. O governador José Richa levara a Curitiba 183 prefeitos do partido e 127 do PDS, quase todos acompanhados por delegações de suas cidades.[17] A manifestação do Paraná fora um ensaio para o comício da praça da Sé, marcado para 25 de janeiro, feriado pelo aniversário de São Paulo. A ousadia da programação de um comício no Centro da cidade colocava-o na dependência do seu nível de organização. Numa época em que tudo no país parecia dar errado, deu tudo certo.

O apoio da população, medido pelo Instituto Gallup numa pesquisa realizada em 185 cidades de 21 estados, chegara a 81%, contra 63% em 1980.[18] Desde as primeiras mobilizações, nove comícios e passeatas haviam reunido mais de 100 mil pessoas.[19] O comício de São Paulo foi organizado por uma comissão que coordenou uma equipe de sessenta pessoas, socorrida por cinco agências de publicidade que firmaram a cor da campanha (amarelo) e seu slogan (“Eu quero votar pra presidente”).[20] Um laboratório distribuíra adesivos e a rede de supermercados Carrefour anunciava suas “Diretas 84”, uma “linha direta com o preço baixo”.[21] O palácio dos Bandeirantes articulou a adesão de 514 prefeitos e a organização de caravanas.[22] Trens e metrô grátis, quatrocentos policiais para proteger os manifestantes.[23] A Paulistur instalou duzentos alto-falantes.[24] Foram espalhados pela cidade 1 milhão de cartazes e 5 milhões

de panfletos.[25] Pensou-se em tudo, até em evitar que os petistas vaiassem Montoro. Para isso, combinaram que o governador subiria ao proscênio ao lado de Lula.[26] Alguns grupos chegaram na noite anterior para ocupar os melhores lugares e o PC do B veio de madrugada, com trezentas bandeiras vermelhas.[27]

Faltavam duas horas para o início da manifestação e já havia 50 mil pessoas diante do palanque de 120 metros quadrados construído na escadaria da Sé.

Chico Buarque de Hollanda cantou *Apesar de você* acompanhado pela multidão. Fernanda Montenegro pediu a Figueiredo "anistia total para o povo através das diretas", entregou o microfone e foi chorar no fundo do palanque. Estava todo mundo lá: Leonel Brizola, que meses antes apoiara a reeleição do general Figueiredo, e alguns representantes do PDS. Moraes Moreira, com seu "Frevo das diretas", Milton Nascimento, Sonia Braga, Gilberto Gil e Regina Duarte. Pelos prefeitos do PT falou o de Diadema, Gilson Menezes. Sete anos antes, ele parara a Scania e no dia 1º de maio de 1968, naquela mesma praça, ajudara a destruir o palanque de um comício armado em condomínio com o Partido Comunista pelo governador Abreu Sodré. A esquerda brasileira, que se dividira naquela ocasião, unira-se na Sé e, pela primeira vez em décadas, juntara-se ao povo. Era a mesma praça onde, em 1975, um dispositivo da PM procurara intimidar quem ia ao culto ecumênico pela memória de Vladimir Herzog, assassinado no DOI do II Exército.

No meio da tarde começou a chover e cerca de 300 mil pessoas continuaram na Sé. Dois terços não ouviam nada do que se dizia.[28] Não tinha a menor importância. Numa esquina próxima, três jovens molhadas brincavam de roda, cantando:

Chora Figueiredo,
Figueiredo chora,
Chora Figueiredo

Que chegou a tua hora.[29]

Ulysses anunciara em seu discurso: “A Bastilha do Colégio Eleitoral caiu hoje”.[30] Faltara um personagem: Tancredo Neves, que acompanhava protocolarmente o presidente Figueiredo numa visita a Minas Gerais.[31]

O governo reagiu ao comício com naturalidade e encobriu sua surpresa com menoscabo, atribuindo o tamanho da manifestação à presença dos artistas. Ademais, o principal veículo de informação jornalística do país, a TV Globo, passara batido diante do episódio. Até o comício da Sé todos os outros haviam sido noticiados apenas nos telejornais de cada cidade. Às oito da noite do dia 25 de janeiro, o apresentador do *Jornal Nacional* anunciou: “Festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de quinhentas solenidades. A maior foi um comício na praça da Sé”. No segmento de 2min18s em que noticiou os festejos, o comício das diretas teve 1min03s.[32] Dois dias depois, em editorial, o jornal *O Globo* associou o comício às comemorações “do grito do Ipiranga, festividade que costuma reacender o entusiasmo e o orgulho do povo paulista”.[33] A Rede Bandeirantes pôs o final do comício no ar, ao vivo, com a multidão cantando o *Hino nacional*.[34]

Nos dias seguintes ao comício da Sé sucederam-se manifestações em João Pessoa, Santos, Olinda, Maceió, Fortaleza. Com o apoio de Ulysses, o PT, o PC do B e grupos de esquerda conceberam uma marcha sobre Brasília. Caravanas sairiam de diversos pontos do país, confluindo na capital em abril, no dia da votação da emenda Dante de Oliveira.[35] Aquilo que parecia apenas uma nova forma de manifestação, tornava-se uma temível mudança de qualidade na mobilização da rua. Enquanto os comícios tinham localização predeterminada e hora para começar e terminar, as marchas durariam dias. À festa da Sé, contrapunha-se o medo de uma repetição das passeatas de Santo Amaro, que terminaram com a derrubada das grades do palácio dos Bandeirantes e dois dias de saques.

O comício seguinte deu-se no Centro de Belo Horizonte, com mais de 300 mil pessoas. Com uma população menor que São Paulo, a cidade superou a marca da Sé. O ronco da rua e o poder da máquina dos governos do PMDB fizeram-se sentir de novo. À tarde, 114 linhas de ônibus tiveram seus roteiros remanejados e circularam com catracas livres. O palanque de Belo Horizonte, com onze metros de altura e 136 metros quadrados, tinha banheiros e camarins. Pela primeira vez aconteceram coisas estranhas na cidade. Um folheto de uma suposta Associação dos Trombadinhas avisava: "Não adianta o comércio fechar as portas, porque nós vamos saquear". Em 43 dias as diretas já haviam levado para a rua mais de 1 milhão de pessoas, e o comício de Belo Horizonte terminou sem que se registrasse qualquer incidente.[36] (Na Sé, a polícia prendera três punguistas e um bêbado, índice inferior ao da região do comício em qualquer dia, de qualquer época.)[37]

Alguém precisava de tumulto. Chamado por Figueiredo para uma reunião com os candidatos governistas, Paulo Maluf levara um maço de fotografias do comício de São Paulo nas quais tremulavam as bandeiras vermelhas do PC do B. Um documento do governo analisara a campanha das diretas e concluíra que ela estava sendo manipulada pela esquerda. Era natural que a esquerda estivesse no núcleo da campanha das diretas, mas essa mesma esquerda jamais conseguira botar tanta gente na rua.

Os militares temiam uma eleição direta até mesmo porque a ditadura argentina, humilhada por uma derrota imposta pelas tropas inglesas nas ilhas Malvinas, realizara uma eleição, entregara o poder ao moderado Raúl Alfonsín e já haviam sido presos três generais, três almirantes e dois brigadeiros. Entre eles, dois ex-presidentes.[38] No comício de Curitiba, um representante de Alfonsín estivera entre os oradores mais aplaudidos.[39]

A carta militar era curta para respaldar a escolha de Maluf ou Andreazza no Colégio Eleitoral. A começar por Figueiredo, havia generais que aceitavam Andreazza mas não queriam Maluf. Havia também os que não queriam nem um nem outro, como Geisel, que apoiava ostensivamente

Aureliano Chaves. O ex-presidente mantinha-se longe dos quartéis, mas tinha suas conexões. O general Wilberto Lima, chefe de gabinete do ministro Walter Pires, fora seu assessor especial no Planalto. Pelo menos quatro membros do Alto-Comando eram generais que comandara ou empenhara-se em promover.[40] Geisel acreditava que Aureliano poderia ter o apoio de Figueiredo e, com isso, vencer a convenção. Mantinha-se longe do noticiário, mas, nos bastidores, jogava bruto. Num telefonema ríspido, desentendera-se com Antonio Carlos Magalhães, que apoiava Andreazza.[41] Evitava contatos com Golbery, limitando-se a trocas de cartões de aniversário e de boas-festas: "Não o procuro porque eu quero preservar esta amizade".[42]

Reunido com os ministros militares, Figueiredo apresentou-lhes um documento que mostrava quatro caminhos: a aceitação das diretas; a eleição indireta, como mandava a Constituição; a prorrogação; ou um retrocesso institucional.

Prevaleceu a alternativa da eleição indireta, mas o problema retornava ao ponto de partida: quem? A opção definida nesse encontro excluíra a prorrogação, mas a ideia de um mandato-tampão indireto, em torno de um nome consensual, sobreviveu.[43] Numa carta a Heitor Ferreira, Benjamin Hadba, um amigo de Figueiredo e de Médici, deu-lhe a interpretação do ex-presidente, que se encontrara com Leitão de Abreu na véspera: "Segundo o Velho Médici, o 'Dino' pensa ser ele o homem do consenso".[44] [*Veja o documento*]

Tudo continuava na mesma. Figueiredo não se mexia, Maluf não recuava, Andreazza sinalizava que não o apoiaria e Aureliano não apoiaria nenhum dos dois. O Planalto costurava um impasse, mas Tancredo Neves costurava uma solução. No início de março de 1984 ele já dissera a Thales Ramalho que disputaria no Colégio Eleitoral. Para uma raposa como o deputado pernambucano, isso não era novidade, mas a clareza permitia-lhe

levar a confidência ao professor Leitão de Abreu, com quem conversava frequentemente. Daí a Figueiredo, bastava um passo.[45]

Se a emenda Dante de Oliveira fosse barrada, tanto Aureliano quanto os governistas que não aceitavam Maluf disporiam de um nome de consenso, o de Tancredo.[46] O secretário-geral do PMDB, Afonso Camargo, atravessou a praça dos Três Poderes e foi ao chefe do Gabinete Militar, general Rubem Ludwig. À saída, disse que a aprovação da emenda era "quase impossível", pois se passasse na Câmara, cairia no Senado. (Aritmeticamente, sua conta estava certa, mas a tradição ia na direção oposta.) Ulysses, ao saber do encontro, calou-se.[47] A esse movimento da mão direita de Tancredo correspondeu outro, com a esquerda. Encontrou-se com Miguel Arraes e, ao fim da conversa, ficou entendido que o PMDB voltara a ser o partido dos dois.

10 de abril de 1984: comício da Candelária no Rio de Janeiro, a maior manifestação política da história do Brasil até então.

No início da tarde de 10 de abril, quando os cariocas começaram a chegar aos fundos da igreja da Candelária, na embocadura da avenida Presidente Vargas, começou o terceiro grande comício. Os políticos eram tantos que foram necessários dois palanques (um para os dez governadores) e um pódio para os oradores. Os artistas ficaram reunidos num prédio próximo e chegavam em grupos, servidos por uma passarela.[48] Vieram todos: os de sempre, mais Chacrinha, Xuxa e Tony Ramos. Num de seus momentos mais emocionantes, o advogado Sobral Pinto pediu silêncio à multidão, e obteve-o. Em seguida, leu o primeiro artigo da Constituição: "Todo o poder emana do povo…". Na agenda musical, *Caminhando*, de Geraldo Vandré:

O povo faz a hora,
Não espera acontecer[49]

Depois, Chico Buarque de Hollanda:

Apesar de você,
Amanhã há de ser
Outro dia

Repetiu-se o clima de festa, com uma novidade: a TV Globo cobriu o comício com um segmento de nove minutos no *Jornal Nacional*. A emissora calculou a multidão em mais de 1 milhão de pessoas e informou: "Esta é a maior manifestação popular da história política do Brasil".[50]

Era. E na semana seguinte a marca foi superada em São Paulo. Num espetáculo que poderia ter sido concebido por Glauber Rocha de *Terra em transe* e dirigido por Francis Ford Coppola de *Apocalypse now*, passeatas que saíram de diversos pontos do Centro confluíram para o vale do Anhangabaú. A passarela inferior do viaduto do Chá transformou-se num palanque. Holofotes faziam uma dança de luzes na noite. A Orquestra Sinfônica de Campinas tocava a *Quinta*, de Beethoven, com as notas que a

BBC transmitira ao mundo durante a Segunda Guerra. Adiante, sabe-se lá por quê, uma banda tocou *Cisne branco*, o hino da Marinha. A multidão, na qual se distinguia um enorme boneco de Teotônio Vilela, comandava os espetáculos num coro onde se misturavam gritos pelas "Diretas Já" e insultos a qualquer menção ao nome de Figueiredo.

16 de abril de 1984: a campanha pelas Diretas acabou no feérico comício do vale do Anhangabaú, em São Paulo. Dias depois, a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada.

1 Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 53.

2 *Folha de S.Paulo*, seção "Painel", 29 de novembro de 1983.

3 Margaret E. Keck, *The workers' party and democratization in Brazil*, p. 142.

4 Ricardo Kotscho, *Folha de S.Paulo*, 28 de novembro de 1983.

5 Para uma visão da rivalidade que se criou na organização desse comício, Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, pp. 304 e segs.

6 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 14 de dezembro de 1983.

7 *Jornal do Brasil*, 26 de abril de 1984.
8 *Folha de S.Paulo*, 27 de março de 1983.
9 Idem, 18 de dezembro de 1983.
10 *Folha de S.Paulo*, 2 de dezembro de 1983 e edições seguintes, do mesmo mês.
11 Idem, 1º de janeiro de 1984.
12 Todas as estimativas de multidões noticiadas à época foram superestimadas. Assim como não havia 100 mil pessoas na passeata de 1968, até hoje conhecida como Passeata dos Cem Mil, nenhuma manifestação de 1994 deve ter conseguido reunir 1 milhão de pessoas. Em relação à presença no comício de Curitiba e todos os demais, vali-me dos números divulgados à época. Estavam inflados, mas refletiam uma mobilização maciça, a maior da história brasileira.
13 *Folha de S.Paulo*, 24 de janeiro e 13 de janeiro de 1984.
14 Idem, 13 de janeiro de 1984; e Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 357.
15 Depoimento de Mauro Santayana, em Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 357.
16 Ricardo Kotscho, *Explode um novo Brasil*, p. 132; e *Folha de S.Paulo*, 21 de janeiro de 1984.
17 *Folha de S.Paulo*, 13 de janeiro de 1983; e Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 339.
18 *Veja*, 1º de fevereiro de 1984; e *Folha de S.Paulo*, 24 de janeiro de 1984.
19 Ricardo Kotscho, *Explode um novo Brasil*, pp. 130-3. Esse minucioso levantamento lista comícios e passeatas em Goiânia, São Paulo, Ponta Grossa, Olinda, Curitiba, Rio de Janeiro, Rio Claro, Salvador, Vitória e Campinas, totalizando 127 mil pessoas. Admitindo-se que os números dessa campanha foram superestimados e levando-se em conta que manifestações menores escaparam aos registros, a marca dos 100 mil manifestantes parece razoável.
20 Para o tamanho da equipe, depoimento de Mauro Santayana a Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 360. Para as agências (Denison, DPZ, Companhia Brasileira de Publicidade, Adag e Exclam), Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 352.
21 *Folha de S.Paulo*, 24 de janeiro e 10 de janeiro de 1984.
22 Idem, 12 de janeiro de 1984.
23 Para os policiais, *Veja*, 1º de fevereiro de 1984.
24 *Veja*, 1º de fevereiro de 1984.
25 Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 351.
26 Marcio Thomaz Bastos, julho de 2014.
27 *Folha de S.Paulo*, 26 de janeiro de 1984.
28 Idem; e Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 360.
29 Cena testemunhada pelo autor.
30 *Folha de S.Paulo*, 26 de janeiro de 1983.
31 Para a ausência de Tancredo, Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 370.
32 Memória Globo, Diretas Já, <http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>.
33 "O comício da Sé", *O Globo*, 27 de janeiro de 1984.
34 Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, *Diretas Já*, p. 349.

35 Ricardo Kotscho e Galeno de Freitas, *Folha de S.Paulo*, 31 de janeiro de 1984.
36 *Folha de S.Paulo*, 25 de fevereiro de 1984.
37 Idem, 26 de janeiro de 1984.
38 *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro de 1983.
39 Ricardo Kotscho, *Explode um novo Brasil*, p. 132.
40 Estavam no Alto-Comando Leonidas Pires Gonçalves, Adhemar da Costa Machado, Jorge de Sá Pinho e Ivan de Souza Mendes.
41 Antonio Carlos Magalhães, 1984. Por iniciativa de Geisel, recompuseram-se um ano depois. Ernesto Geisel, 1985.
42 Ernesto Geisel, dezembro de 1984.
43 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 3 de março de 1984.
44 Carta de Benjamin Hadba a Heitor Ferreira, de 21 de fevereiro de 1984. APGCS/HF.
45 José Augusto Ribeiro, *Tancredo Neves – A noite do destino*, p. 446.
46 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 29 de março de 1984.
47 *Folha de S.Paulo*, 22 de março de 1984.
48 Idem, 8 de abril de 1984.
49 *Pra não dizer que não falei das flores (Caminhando)*, de Geraldo Vandré, foi lançada em compacto simples pela Som Maior em 1968.
50 Ver <http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>.

A hora de Tancredo

Tudo se acabou na quarta-feira, 26 de abril. Votada noite adentro, faltaram 22 votos à emenda Dante de Oliveira e ela foi ao arquivo. Tivera 298 votos, 54 deles vindos do PDS. Para evitar marchas e comícios em Brasília, Figueiredo colocara a Capital Federal sob medida de emergência, proibindo manifestações e censurando as transmissões de rádio e televisão a partir da cidade. Novamente, coube ao general Newton Cruz comandar a tropa.

Frustrando milhões de pessoas, a derrota da emenda somou-se à ruína econômica e às divisões irremediáveis ocorridas no arco de interesses formado em 1964. O projeto de "conservarmos o poder até 1991" estava condenado.[1] Essa circunstância podia ser percebida na reação do general Geisel diante da fotografia da multidão na Candelária: "Eu me rendo".[2] Tomadas ao pé da letra, as três palavras poderiam dar a impressão de que o ex-presidente aceitava a eleição direta. Não era o caso. Até o fim de seus dias ele foi um adversário renitente do sufrágio universal para a escolha dos governantes, em qualquer país, em qualquer época. Geisel capitulava em relação ao projeto de poder. Ele sabia que dificilmente Aureliano venceria a convenção do PDS e que a estação seguinte chamava-se Tancredo Neves. Não a apoiava, apenas a aceitava, rendendo-se.

A mesma aritmética que prenunciara a derrota da emenda apontava para a possibilidade de vitória de um candidato da oposição no Colégio Eleitoral. Lá, bastaria uma dissidência muito menor que aquela verificada na votação da Dante de Oliveira e Tancredo seria o novo presidente da República. Para isso, duas condições eram necessárias: o governo devia continuar dividido e

a oposição, unida. Aconteceram as duas. Na volta da viagem em que acompanhara o marido ao Marrocos e à Espanha, Dulce Figueiredo negou o cumprimento a Vivi Chaves, mulher do vice-presidente.[3] O distanciamento entre o general e seu vice tornara-se perigosamente pessoal. O apoio de Figueiredo a Aureliano ficava implausível e o de Aureliano a Maluf, impossível.

Restava, enfraquecida, a candidatura de Mário Andreazza. Antonio Carlos Magalhães, seu principal articulador, percorreu as poucas centenas de metros da avenida Atlântica que separavam seu hotel do edifício onde vivia Tancredo Neves. A agenda do encontro foi prática:

Tancredo: "Se eu contar com o apoio da Bahia, largo o governo e saio candidato à Presidência".

ACM: "Se Andreazza perder a convenção, você terá o meu apoio".[4]

Na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, Figueiredo dissera a um deputado que "Tancredo Neves é um nome confiável para a conciliação nacional".[5] Fiel ao seu estilo, o presidente patrocinava também uma emenda constitucional tornando direta uma eleição presidencial que seria realizada em 1988. Até lá, o país seria governado por um presidente eleito pelo Colégio. Para o senador José Sarney, presidente do PDS, a situação era clara: "O candidato do Figueiredo é ele mesmo. Ele brigou com Aureliano, não ajuda o Andreazza, tem horror ao Maluf. (…) Quem sobra? Ele".[6]

Ao saber que Tancredo emergia como o grande negociador de uma transição, Lula atacou a ideia: "A proposta de Tancredo não é de governo de transição coisa nenhuma. É uma proposta de transação".[7] Por coincidência, colocara no debate a palavra trazida para o léxico político nacional em 1855 pelo deputado e jornalista Justiniano José da Rocha (1811-1862), num panfleto intitulado "Ação; Reação; Transação". Ele exaltava a política de conciliação do marquês de Paraná, que tirava o Império do ferrolho das paixões da Regência: "Na luta eterna da autoridade com a liberdade, há

períodos de ação, períodos de reação, por fim períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização".[8]

Lula tinha razão, começara a transação. Tancredo era um admirador de Paraná e de sua conciliação, mas a transação dependia da divisão irremediável do governo. Sarney garantira a Heitor Ferreira que Aureliano romperia com o PDS, retirando sua candidatura.[9] [*Veja o documento*] Se isso acontecesse, o passo seguinte seria dar seu apoio a Tancredo.

Sarney tentou evitar que isso acontecesse propondo uma prévia dentro do PDS. Votariam dirigentes municipais, estaduais e federais, além de vereadores, prefeitos e parlamentares, algo como 80 mil pessoas.[10] Era provável que Aureliano prevalecesse. O presidente do PDS conversou com Leitão de Abreu e teve o sinal verde de Figueiredo.

> — Que molecagem é essa? — perguntou-lhe Antonio Carlos Magalhães.
> — Apoie a prévia — disse-lhe Sarney. — O Maluf se encarregará de torpedeá-la.[11]

Dito e feito, mas o primeiro tiro, inesperado, veio de Figueiredo. Ele se dissociou da iniciativa quando o SNI informou-o de que Aureliano venceria a prévia.[12] Essa foi a última oportunidade, perdida, de buscar a unidade do partido.

Sarney renunciou à presidência do PDS. Em seguida, renunciou também seu substituto, o catarinense Jorge Bornhausen, um veterano antimalufista. Encontrando-o em Brasília, Heitor Ferreira perguntou-lhe:

> — Será que eu vou ver você levantar no dia 15 de janeiro para votar em Tancredo Neves?

— Talvez — respondeu Bornhausen.
— E em Ulysses Guimarães?
— Também.[13]

Na conta de Antonio Carlos Magalhães, a dissidência disposta a qualquer coisa — menos a apoiar Maluf — somava oitenta deputados.[14] Admitindo-se que exagerasse, e fossem apenas vinte, era o que bastava.

Analisando o comportamento do presidente, Tancredo dizia: "Ninguém joga só embaralhando. Tem que dar carta a alguém e o Figueiredo não está dando carta alguma. Está com todas na mão".[15] Haviam lhe escapado quase todas. Aureliano tinha o apoio de Geisel, com sua autoridade militar. Em São Paulo, trabalhava por ele Olavo Setubal, grande acionista do banco Itaú. "Olavão" era a um só tempo um símbolo da plutocracia paulista e produto do Milagre. Através de sucessivas fusões, em menos de dez anos tornara-se o segundo maior banqueiro do país. Fora prefeito de São Paulo de 1975 a 1978 e, pela vontade de Geisel, teria sido governador do estado. Articulara a formação do Partido Popular e retraíra-se quando ele se fundiu com o PMDB. Havia poucos avalistas com tamanho peso no empresariado. Como Aureliano, Antonio Carlos e Bornhausen, iria para qualquer lado, menos o de Paulo Maluf.

As multidões precisavam voltar para casa ou voltar para a rua sob alguma forma de controle do PMDB. Foram neutralizadas as tentativas do PT e das organizações esquerdistas, com suas propostas de marchas e greves. Diluiu-se também a tentativa de ressurreição das grandes mobilizações da campanha das diretas. Um novo comício, realizado em Curitiba, levou à rua 40 mil pessoas, uma boa marca se comparada às 50 mil de janeiro. À praça da Sé e à Candelária voltaram 100 mil pessoas em cada comício. Das máquinas e multidões anteriores, nem sinal. Tancredo faltou a todos e Ulysses a dois.[16]

A transação de 1984 tornara-se a mais bem-sucedida da história nacional, a única conduzida por um oposicionista. Em 1822, a Independência fora proclamada pelo herdeiro da coroa dos Bragança e Paraná comandara a conciliação do Império como presidente do Conselho de Ministros. Mesmo o fim do Estado Novo, com uma anistia e a convocação de uma Constituinte, partira da iniciativa dos generais que haviam organizado e vivido a ditadura.

Como o grande meia-direita "Didi", Tancredo jogou parado: "Quem tem que correr é a bola". Para que sua candidatura ficasse de pé, precisava que a mobilização histórica da emenda Dante de Oliveira morresse na praia. Conseguiu. Também seria necessário que Figueiredo continuasse embaralhando. Conseguiu. Maluf precisava continuar imbatível na convenção do PDS. Conseguiu.

No dia 19 de junho, os nove governadores da oposição reuniram-se no palácio dos Bandeirantes e lançaram seu nome para disputar a Presidência no Colégio Eleitoral. Ele se disse desvanecido, mas pediu tempo. Faltava-lhe uma peça: Aureliano Chaves.

De volta a Belo Horizonte, Tancredo sentiu-se mal. Risoleta, sua mulher, telefonou ao médico Francisco Diomedes Garcia de Lima, amigo de Tancredo, dizendo que o marido estava febril e aceitava ser examinado.[17]

(Ver médicos, para Tancredo, era o mesmo que falar ao telefone. Poucas pessoas sabiam que, em 1977, um eletrocardiograma revelara que ele tivera um enfarte e uma cineangiocoronariografia apontara obstruções em suas artérias. Desde então, tomava vasodilatadores.[18] Desconfiava de remédios, no nível da superstição: "O Carlos Lacerda foi morto num hospital".)[19]

Tancredo estava febril havia uma semana. Quando Garcia de Lima o examinou, tinha uma temperatura de quarenta graus. Prescreveu-lhe uma injeção (aplicada por Risoleta) e combinaram que no dia seguinte ele faria alguns exames. O hemograma mostrou que sua taxa de leucócitos estava em 18 mil (o triplo do normal), com desvio para a esquerda, apontando para

uma infecção bacteriana. Tinha sangue e pus na urina e a ausência de cólicas indicou tratar-se de uma infecção urinária. O médico receitou-lhe oitenta miligramas de garamicina a cada oito horas.[20]

Na história nacional houve momentos em que atitudes individuais mal calculadas provocaram resultados imprevistos e desastrosos. Em maio de 1945, Getulio Vargas estimulou o "queremismo", que lhe permitiria ser candidato à própria sucessão, disputada por um general e um brigadeiro. Cinco meses depois foi deposto pela tropa. Em 1961, Jânio Quadros renunciou à Presidência julgando ser impossível que se desse posse ao vice-presidente, João Goulart. Aconteceu exatamente isso. A persistência com que Figueiredo permitiu que continuasse no baralho a carta de sua prorrogação repetiu esse tipo de comportamento. Ele queria ser a crise e seu remédio. Para isso não tinha a rua, que pedira a eleição direta, como não tinha a convenção do PDS, controlada por Maluf. Também não tinha a máquina. "Se tivéssemos um pouco de governo, ainda faríamos alguma coisa. Mas está a zero", dizia Delfim Netto.[21]

Talvez tivesse a tropa. Também não. Geisel encontrara-se com Aureliano Chaves no apartamento do ex-ministro Armando Falcão. Na cena, o ex-ministro da Justiça incluiu dois expressivos figurantes. Estavam lá, apenas para mostrar que lá estavam, Roberto Marinho, o dono das Organizações Globo, e o general Reynaldo Mello de Almeida. Velho amigo de Geisel, dos tempos de tenente, fora comandante do I Exército durante seu governo e operador militar nas horas tensas da queda do ministro Sylvio Frota, em 1977. Um emissário de Aureliano já procurara dois generais do Alto-Comando do Exército. Eram Leonidas Pires Gonçalves e Ivan de Souza Mendes. Um comandava o III Exército, a poderosa guarnição do Sul, cuja definição pela posse de Jango determinara o desfecho da crise de 1961; o outro estava numa diretoria burocrática de Brasília.

Leonidas tinha uma biografia típica da anarquia militar do século XX. Ainda tenente, em 1945, acompanhara o general Álcio Souto na cena final

da deposição de Getulio Vargas. Durante a crise da renúncia de Jânio, Leonidas e Ivan eram majores na Casa Militar, comandada por Geisel, de onde interceptavam ligações telefônicas para João Goulart.[22] Em 1964, dias antes da assembleia de sargentos no Automóvel Clube, ambos foram ao apartamento do general e propuseram-lhe um plano para impedir a reunião, bloqueando ruas e retendo militares nos quartéis. O general recusou a oferta, pois achava melhor que a reunião se realizasse e que Jango comparecesse.[23] Na nova ordem, Ivan viu-se nomeado prefeito de Brasília, cargo que logo abandonou, pois não queria se meter em política.[24] Diferiam no temperamento. Ivan era retraído, modesto, homem de gabinete. Leonidas era um general de filme. Num Exército onde a média faz a fama, ofendia-a pela estampa e pelo desembaraço. Era considerado um oficial vaidoso. Golbery justificava-o: "É um homem bonito, bem casado com uma mulher bonita. Se não fosse vaidoso seria burro".[25]

Ivan chefiara o gabinete de Geisel na Petrobras e de lá fora para o de seu irmão, Orlando Geisel, no Ministério do Exército. Em 1974, Leonidas comandara o Estado-Maior de Reynaldo Mello de Almeida. Ambos conviveram com a máquina repressiva. Ivan, no comando da Região Militar do Pará, assistira a operação de queima de arquivo da guerrilha do Araguaia. Leonidas, no Rio, tivera o DOI da Barão de Mesquita sob sua jurisdição. Ambos sabiam o que acontecia no porão e entendiam que os militares estavam numa batalha. Ivan diria que "ou a gente acabava com os comunistas ou eles acabavam com a gente".[26] Leonidas defenderia o aparelho repressivo lembrando que o surto terrorista das organizações armadas pretendia transformar o Brasil num "Cubão".[27]

A esses dois generais juntavam-se dois outros, virtuais desconhecidos fora do meio militar. Adhemar da Costa Machado, comandante da Amazônia, e Jorge de Sá Pinho, do IV Exército, com a tropa do Nordeste, Costa Machado estivera no Conselho de Segurança Nacional durante o governo Castello Branco, e em 1974 Geisel trouxera-o de volta. Avaro nos

elogios, chamava-o de “uma cabeça”, “vale ouro”.[28] Ao longo de seu governo, cuidara das promoções dos dois. Quando lhe foi perguntado quem era Sá Pinho, respondeu: “É um grande oficial e a prova disso está no fato de você não saber quem é”.[29]

Tancredo tinha a rua e o PMDB. Seis dos sete governadores do PDS já haviam anunciado que não apoiariam Maluf.[30] Nos cálculos de Aureliano, o partido do governo tinha sessenta dissidentes.[31] Haviam se fechado duas contas. Maluf mostrava-se imbatível na convenção do PDS e Tancredo tornara-se imbatível no Colégio Eleitoral. Em poucos meses, sem sair do lugar, o governador de Minas tornara-se o candidato de todos. Quando Aureliano encontrou-se com Geisel, tinha no bolso uma carta de Tancredo comprometendo-se a formar um governo com representação de todas as forças que o apoiassem.[32] O ex-presidente foi a Brasília, numa derradeira tentativa para conseguir uma definição de Figueiredo. Conversaram por três horas, e nada.[33] Informado por Leitão de Abreu que Maluf não desistiria, Aureliano telefonou para Tancredo: “Nossa aliança está selada. O vice em sua chapa será o Sarney”.[34]

Para quem combatera o regime, e mesmo para quem fora para a rua pelas diretas, a dose era cavalar. Tancredo colheria o vice no jardim da ditadura. A biografia de Sarney não tinha momentos de independência, como os do senador Daniel Krieger em 1968, mostrando a Costa e Silva que conduzia o país para um confronto institucional, nem de expresso abandono dos “escrúpulos de consciência”, como Jarbas Passarinho durante a reunião que baixou o AI-5. Chegara ao Congresso na década de 1950 com apenas 25 anos. Suave nos modos, culto, inesquecível pelos enormes bigodes. Por pouco não fora ministro da Educação de Jango.[35] Em 1965 elegera-se governador do Maranhão, encarnando um sentimento de renovação. (Sua posse foi filmada num documentário dirigido por Glauber Rocha.) Amigo de escritores, tinha uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e cometia seus próprios poemas e contos. (“De repente o tempo

estava podre e tinha cheiro de garapa", escreveu em *Marimbondos de fogo*.)[36] Quando prevalecia, orgulhava-se de ser um bom político; quando fracassava, atribuía a ruína ao poeta que tinha na alma. Em 1974 estivera praticamente escolhido para governar de novo o estado, mas fora abatido em voo pelo general Milton Tavares de Souza. Geisel não o estimava, Golbery não lhe dava importância, Petrônio Portella não lhe fazia confidências.

Sarney era um renitente coadjuvante. Jamais se afastara do governo, mas mantinha-se longe de suas crises. No dia 11 de outubro de 1977, quando estava claro que Geisel e o general Sylvio Frota iam para um choque, dizia apenas que "um dos dois vai ter que sair". Frota saiu no dia seguinte.

Mestre das pequenas gentilezas, operava na máquina do poder. No início do governo de Figueiredo, propusera que a presidência da Arena controlasse um banco de dados com todos os pedidos de parlamentares atendidos pelo governo.[37] Meses antes da eleição de 1982, a título de "lembrança", encaminhara a Leitão de Abreu uma proposta audaciosa: "Um congelamento de preços por determinado período, de modo efetivo e punitivo".[38] [*Veja o documento*]

Não havia motivo para malquerê-lo, mas também não havia motivo para querê-lo. Tinha uma panela em cada boca do fogão. Opusera-se à emenda das diretas, mas seu filho votara a favor.[39] O deputado malufista Edison Lobão, sua cria na política maranhense, contra. Enquanto Maluf crescia, não o hostilizava. Dias depois da sua unção para a vice, posou para a capa da revista *Veja* tendo ao fundo uma fotografia de Tancredo Neves ao estilo dos retratos oficiais que se veem em repartições públicas.[40] Anos antes, quando o senador Teotônio Vilela lhe disse que deixaria o partido do governo, indo para o PMDB, classificou o gesto de "um ato de boemia intelectual".[41] Deu o mesmo pulo, sem poesia. Considerando-se a desimportância do cargo, Sarney não incomodava. Representava como

ninguém a essência unificadora da candidatura de Tancredo: o ex-presidente do partido do governo na Vice-Presidência da chapa da oposição.

Paulo Maluf venceu a convenção do PDS derrotando Mário Andreazza por 493 votos contra 350.[42] (O deputado José Camargo, patrono da emenda que prorrogava Figueiredo, apoiara Andreazza e votara em Maluf.) Batido, o ministro quis cumprimentar o vencedor, mas Antonio Carlos Magalhães puxou-o: "Não tem cumprimento porra nenhuma. Vamos embora". No dia seguinte, Tancredo voltou a encontrar-se com ACM e ofereceu-lhe um lugar no ministério.[43]

A vitória de Maluf valia zero. Ele se tornara candidato de um regime fracassado num governo que não o apoiava. O arco de interesses formado em 1964 buscava proteção sob o guarda-chuva de Tancredo. Afinal, quem assegurava um governo com mandato de seis anos, eleito pelo Colégio Eleitoral? Tancredo. Quem condenava a moratória da dívida externa e defendia a continuidade da auditoria do FMI nas contas nacionais? Tancredo.[44] Quem manteria as multidões fora das praças? Tancredo. (Em agosto, um comício em Belo Horizonte teve 7 mil pessoas na praça. No palanque, no lugar dos artistas do primeiro semestre, estava Olavo Setubal. Setecentos policiais cuidaram para que não fossem erguidas bandeiras vermelhas.)[45]

Figueiredo aceitou contrafeito a vitória de Maluf: "A opção (…) não foi minha, foi do meu partido".[46] Leitão de Abreu continuou procurando fórmulas e nomes. Demorou menos de uma semana para que Heitor Ferreira, instalado no QG de Maluf, registrasse: "Se o quadro político não sofrer alteração, Tancredo está eleito".[47]

A mudança do quadro só poderia ocorrer com uma crise que devolvesse aos militares a arbitragem do processo. O ministro do Exército, general Walter Pires, chamou Antonio Carlos Magalhães ao seu gabinete e pediu-lhe que apoiasse Maluf. A raposa baiana não lhe contou que já estava no governo de Tancredo. O chefe do SNI, Octavio Medeiros, achava que ainda

havia espaço para a recuperação de Maluf no Colégio Eleitoral, mas, com o seu conhecimento, o chefe da Agência Central do Serviço, general Geraldo Araújo Ferreira Braga, reunira-se por quatro horas com Tancredo em Belo Horizonte.[48] Um documento do SNI indica que em setembro a recuperação de Maluf era um sonho. Considerando "definida a vitória da oposição", Medeiros cuidava do próprio futuro e pretendia consultar Tancredo sobre alguns aspectos operacionais. Temendo que ele se definisse "pelo respeito à lei", sugeria que o "controle telefônico" fosse desativado antes da eleição.[49]

1 Oito folhas datilografadas, intituladas *Considerações e Diretriz do Presidente para a Reforma Partidária*, anotadas por Golbery, de 21 de setembro de 1979. APGCS/HF.
2 Ernesto Geisel, abril de 1984.
3 Para o episódio do cumprimento, Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 94.
4 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 52.
5 *Folha de S.Paulo*, 25 de abril de 1984.
6 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 31.
7 *Folha de S.Paulo*, 25 de abril de 1984.
8 Justiniano José da Rocha, "Ação; Reação; Transação", em R. Magalhães Junior, *Três panfletários do Segundo Império*, p. 159, <http://www.academia.org.br/abl/media/Tres%20Panfletarios%20-%20R%20Magalhães%20Júnior%20-%20PARA%20INTERNET.pdf>.
9 Uma folha de bloco anotada por Heitor Ferreira, resumindo um telefonema de José Sarney em 15 de maio de 1984. APGCS/HF.
10 *Folha de S.Paulo*, 7 de junho de 1984.
11 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 46.
12 Idem, p. 47.
13 Idem, p. 98.
14 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 13 de junho de 1984.
15 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 83.
16 *Folha de S.Paulo*, 26, 27 e 28 de junho de 1984.
17 Luis Mir, *O paciente*, p. 77.
18 Idem, p. 84. O enfarte foi registrado na sua autópsia, Luis Mir, *O paciente*, p. 364.

19 Ronaldo Costa Couto, *Tancredo vivo, casos e acasos*, p. 294.
20 Luis Mir, *O paciente*, p. 70.
21 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 20.
22 Almirante Floriano Faria Lima, subchefe da Casa Militar à época, 15 de setembro de 1986. Em depoimento a Ronaldo Costa Couto, o general Ivan desmentiu essa informação. Leonidas negou que tenha ouvido telefonemas, mas confirmou que Ivan os ouviu. Geisel, em 13 de julho de 1993, confirmou que ambos ouviam.
23 Ernesto Geisel, 26 de julho de 1988. Em 1998, Leonidas assegurou que foi numa madrugada ao apartamento de Geisel, mas seu plano não era evitar a reunião e sim tomar o quartel-general no dia seguinte. Ele lembrava que Geisel recebera-os de pijama e revólver na mão.
24 Para Ivan, *Valor Econômico*, 25 de novembro de 2005.
25 Golbery do Couto e Silva, 1983.
26 *Valor Econômico*, 25 de novembro de 2005.
27 Depoimento do general Leonidas Pires Gonçalves à Câmara dos Deputados, em 16 de novembro de 2011, <www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/leonidas-pires-goncalves/texto>.
28 Conversa de Geisel com Heitor Ferreira e Moraes Rego, em 19 de fevereiro de 1974, e com Dilermando Gomes Monteiro, no mesmo dia. Conversa com Dale Coutinho, em 6 de março de 1974. APGCS/HF.
29 Ernesto Geisel, 1983.
30 *Folha de S.Paulo*, 22 de junho de 1984.
31 Anotação de Heitor Ferreira, de 16 de julho de 1984, em Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 103.
32 *Veja*, 16 de janeiro de 1985.
33 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 29.
34 Idem, p. 92.
35 Para a probabilidade de ter sido nomeado ministro da Educação em junho de 1963, *Jornal do Brasil*, “Coluna do Castello”, 14 de junho de 1963.
36 *Veja*, 8 de agosto de 1984.
37 Bilhete do coronel Paiva Chaves a Golbery, de 8 de maio de 1979. APGCS/HF.
38 Dezesseis folhas de um documento rubricado por Sarney, enviado a Leitão de Abreu, de 8 de abril de 1982. APGCS/HF.
39 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 92.
40 *Veja*, 8 de agosto de 1984.
41 Idem.

42 *Folha de S.Paulo*, 13 de agosto de 1984.
43 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, pp. 127-8 e 133; e Antonio Carlos Magalhães, *Política* é *paixão*, p. 114.
44 *Folha de S.Paulo*, 4 de agosto e 31 de julho de 1984.
45 Idem, 15 de agosto de 1984.
46 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 136.
47 Idem, p. 142.
48 *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1985.
49 Documento do SNI, com oito páginas, de 13 de setembro de 1984, em Edson Luiz, "Documentos do SNI mostram que militares monitoraram Tancredo Neves de perto", Fato Online, 20 de abril de 2015, <www.fatoonline.com.br/conteudo/1950/documentos-do-sni-mostram-que-militares-monitoraram-tancredo-neves-de-perto>.

Bruxarias militares

A crise precisava ser fabricada. Na madrugada do dia da convenção do PDS, quatro jovens faziam a segurança externa do pavilhão onde ela se realizaria. *Pudim*, *Marcão*, *Zé Gatão* e *Monstrengo* haviam sido recrutados em academias de musculação de Brasília. Por volta das duas e trinta da madrugada, foram avisados de que havia três comunistas no pedaço, colando cartazes vermelhos com uma imagem de Tancredo, foice, martelo e a inscrição "PCB — Chegaremos lá". Enxotaram-nos. Pouco depois, viram que a trinca colava cartazes mais adiante. Dessa vez, detiveram dois. O terceiro fugiu num Dodge que lhes dava cobertura. *Monstrengo* levou-os à 1ª Delegacia da Asa Sul. Ele ainda estava lá quando chegou um oficial, soltou os presos, anotou o nome dos policiais que estavam de plantão e disse-lhes que esquecessem o sucedido.[1] Era o tenente-coronel Arídio Mário de Souza Filho, chefe da seção de informações do Comando Militar do Planalto.

O general Newton Cruz, seu chefe, contaria o que aconteceu:

> Aquele negócio era uma operação de contrainformação do Centro de Informações do Exército, na qual eu sabia que estavam usando homens do Comando Militar do Planalto. Eu não sabia quais eram, mas sabia que eles estavam na coisa e deixei. Na hora que prenderam os sujeitos, o oficial do CIE que estava no carro por perto fugiu. Na prisão, com nomes falsos, os rapazes se amedrontaram. Deram o telefone do Arídio e ele foi decente. Era gente dele. Foi lá,

> puxou a carteira, disse que era contrainformação, tirou todo mundo e foi embora. No dia seguinte eu reuni os sujeitos que tinham participado da coisa. Eles ficavam numa seção de operações, perto da Polícia Federal. Fui lá e disse que eles podiam se considerar elogiados, que por razões óbvias eu não podia dar o elogio por escrito, mas que tinha satisfação pelo que fizeram. Comandado meu não fica em fria por ter cumprido ordens.[2]

O episódio de Brasília ficou abafado por algumas semanas. Quatro dias depois, foram presos pichadores em Goiânia. Eram um sargento, um cabo e um soldado do Exército. Lá, o governador Iris Rezende, do PMDB, soltou-os e procurou apagar o rastro do incidente.[3] Durante o comício em Belo Horizonte, o PC do B instruíra seus militantes a não levar bandeiras vermelhas. Apareceram duas, com pessoas que, detidas, identificaram-se como agentes da Polícia Federal. Tancredo mandou soltá-los, sinalizando a seus comandantes que a operação fora descoberta.[4]

Num gesto de hostilidade, o general Walter Pires mandou buscar de volta o convite expedido a Aureliano Chaves para a cerimônia do Dia do Soldado, 25 de agosto. Na ordem do dia condenou "a atitude daqueles que, desertando de seus compromissos com um passado tão próximo que até se afigura presente, apressam-se agora em tecer um futuro que lhes parece mais propício". Ao final, uma frase que não queria dizer nada mas que, há vinte anos, assustava quem a ouvia: "A força estará vigilante e não faltará à Nação".[5] Durante todo o seu governo, sempre que havia uma crise Figueiredo ameaçava "chamar o Pires". Era uma alusão ameaçadora, dando a entender que o ministro do Exército, com sua tropa, daria a última palavra.

Aureliano Chaves respondeu ao ministro dizendo que "quem toma uma posição decorrente de uma convicção está disposto a levá-la até as últimas consequências".[6] Isso poderia parecer uma troca de bravatas, mas já fora

noticiado que se articulava um encontro de Tancredo com Geisel.[7] Eles não estavam sozinhos.

Pires também não. Figueiredo fez um pronunciamento em rede oficial de rádio e televisão, denunciando "a presença acintosa" das bandeiras vermelhas nas ruas, e disse que se recusava a "assistir, impassível, à preocupante ameaça de ruptura" da ordem política.[8] Recebendo um deputado, queixara-se de que a candidatura de Tancredo "está cada vez mais comprometida com a esquerda radical". Dissera o mesmo ao ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger.[9] Maluf ecoava-o, denunciando que Tancredo tinha um "acordo secreto" com a esquerda.[10] Quando foi noticiado o caso dos militares que colavam cartazes atribuídos ao Partido Comunista, mostrou que sabia do episódio, e muito mais:

> — Tenho outras informações.
> — Quais seriam essas outras informações?
> — Ah… agora fica entre nós aqui.[11]

A anarquia militar estava em qualquer lugar e, novamente, em lugar nenhum. Na reunião do Alto-Comando, o general Eraldo Tavares de Lima, comandante do I Exército, sob cuja jurisdição estava a poderosa Vila Militar, interpelou Walter Pires sobre o episódio de Brasília e ele garantiu: "Gente do meu gabinete não foi". Newton Cruz, que estava na reunião, contaria: "Senti um frio na espinha". O CIE era um anexo do gabinete de Pires, e seu chefe, o general Iris Lustosa, ouvira-o calado. "Se não tinham sido eles, tinha sido eu."[12]

Uma semana depois da ameaça pública de Pires, Tancredo foi ao seu apartamento, na Barra da Tijuca. Não se conhece o teor da conversa, apenas o seu momento decisivo, aquele em que Tancredo teria exposto ao ministro o receio de que se tentasse um golpe militar: "Tenho que avisá-lo de que, se vier o golpe, virá resistência e haverá derramamento de sangue".[13] É

improvável que essa frase tenha sido dita com essas palavras, estranhas ao estilo do suave mineiro. Contudo, é certo que, à sua maneira, Tancredo disse a Walter Pires exatamente isso, e dele recebeu a informação de que nada havia a temer.

Geisel recebeu Tancredo em seu escritório do Rio. Não lhe deu apoio, mas deixou-se fotografar abraçando-o. Aconselhou-o a ficar longe dos quartéis.[14] Enquanto os dois conversavam, um assessor de Tancredo recebeu um telex com trechos do discurso que o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, fizera em Salvador, onde também haviam aparecido pichações ligando o PCB a Tancredo: "A História não fala bem dos covardes e, muito menos, dos traidores".[15] Aquele era o dia do aniversário de Antonio Carlos Magalhães. Tinha a casa cheia, trancou-se no escritório e redigiu uma nota respondendo a Délio: "Trair a Revolução de 1964 (…) é apoiar Maluf para presidente. Trair os propósitos de seriedade e dignidade da vida pública é fazer o jogo de um corrupto".[16] Pela primeira vez, um destacado político que apoiara a ditadura desde a primeira hora respondia com tamanha dureza a um ministro militar. Tancredo, a quem ACM lera a sua nota, assustou-se, mas não o demoveu.[17]

No dia seguinte, Heitor Ferreira foi ao Planalto e ouviu do general Octavio Medeiros que o brigadeiro Délio responderia ao ataque e que Antonio Carlos seria processado. Conhecendo o governo, Heitor achou que não aconteceria uma coisa nem outra.[18] Acertou. A contrariedade oficial limitou-se a uma constrangedora descortesia cenográfica. Durante o desfile de Sete de Setembro, Figueiredo não dirigiu a palavra a Aureliano e os ministros militares o deixaram isolado no palanque.[19]

A ação militar contra Tancredo viera exatamente de onde saíram as bombas que estouraram teatros em 1968: do CIE, o ninho de oficiais voluntaristas que no dia da demissão do general Frota sonharam atacar o palácio do Planalto com algumas dezenas de militares e coquetéis-molotovs. Na segunda semana de outubro, o general Lustosa reuniu

quatrocentos oficiais que serviam em Brasília, de tenente a general, para uma demorada palestra na qual o CIE mostrou a extensão de uma campanha comunista. Abriu os trabalhos lendo uma nota de Walter Pires, que alertava para o fato de o Brasil estar entrando numa situação "pré-revolucionária".[20] Seguiu-se um arrastão contra militantes do PC do B em quatro capitais, com a prisão de 39 pessoas.[21] Da Bahia, contudo, partiu um sinal: o deputado Luís Eduardo Magalhães, filho de ACM, foi ao DOPS para visitá-los.

Armava-se uma crise com o beneplácito do ministro do Exército e o estímulo verbal do presidente da República. No dia 21 de setembro, os Altos-Comandos de Exército, Marinha e Aeronáutica reuniram-se e soltaram três notas oficiais. Para quem planejara uma operação conjunta, destinada a mostrar unidade, deu errado. As notas do Exército e da Aeronáutica tinham fraseados idênticos, falavam em "preocupante radicalização política", campanha de "calúnias" e de "descrédito contra as autoridades civis e militares" e apontavam para os riscos que corriam a sucessão e "o próprio êxito do projeto de abertura política".[22] Na nota da Marinha, nem uma palavra. É verdade que desde o século XIX os golpes não dependiam da Armada, mas as notas expuseram uma divisão embaraçosa. De Teresópolis, Geisel desdenhava o risco de uma quartelada. Vira sete e ganhara em quatro.[23]

Todas as conspirações fracassadas acabam transformadas em episódios folclóricos, como se nunca tivessem tido chance de dar certo. Contudo, nem sempre foi assim. Na crise de 1965, entendeu-se que a Vila Militar rebelara-se, emparedando o marechal Castello Branco e obrigando-o a baixar o Ato Institucional nº 2, que cancelou as eleições diretas para presidente e governadores. Geisel, que chefiava o Gabinete Militar de Castello, sempre achou que o presidente cedera a um blefe. Em outro exemplo de sucesso, em 1969 os três ministros militares chamaram o vice-presidente Pedro Aleixo e informaram-no de que o presidente Costa e Silva tivera um acidente vascular cerebral e que assumiriam o poder no seu lugar. Aleixo,

conformado, foi para casa, e o CIE guarneceu a portaria de seu edifício para evitar que deixasse o Rio de Janeiro.

O episódio estava fresco na memória de Tancredo. Diversas teorias conspiratórias chegaram ao comando de sua campanha. Em todas, o sujeito da frase era Newton Cruz, comandante militar do Planalto. O próprio Tancredo disse, publicamente, que estava preocupado em evitar "o golpe, um gesto inconsequente desse general Newton Cruz".[24] O candidato deveria estar pronto para sumir de Brasília ao menor sinal de desordem.[25] Iria para Minas Gerais, ou talvez para o Paraná, cujo governo estava com José Richa e cuja tropa estava sob o comando do general Leonidas.

General Newton Cruz: “o nosso Mussolini”.

A ideia de uma intervenção militar contra Tancredo era uma fantasia radical e desesperada. O atentado do Riocentro e o assassinato de Alexandre Baumgarten haviam desmoralizado os DOI e o SNI entre o grosso da tropa. Durante o surto terrorista de 1966 a 1973, a maioria da oficialidade das Forças Armadas, se não toda, entendera que existia uma real ameaça subversiva. Nos anos 1980, essa mesma oficialidade via-se na

posição constrangedora de defender atentados, negociatas e manipulações fracassadas, como a tentativa de associação de Tancredo aos comunistas.

A tão temida "comunidade de informações" seguia o curso das convicções da burocracia. Dois oficiais do CIE receberam a missão de seguir o general Leonidas numa viagem a Angra dos Reis. Fizeram com que a informação chegasse a ele e o compromisso foi cancelado.[26] Em outubro, o SNI alimentou o escritório de Paulo Maluf com pelo menos quinze futricas, quase todas resultantes de interceptações telefônicas. Grampeavam a linha da casa de Brasília onde Antonio Carlos Magalhães se hospedava, o telefone do deputado Thales Ramalho e o do senador Afonso Camargo.[27] As interceptações continham irrelevâncias e eram entregues por um general do SNI a Heitor Ferreira. Numa ocasião, em novembro, Heitor foi recebido rapidamente pelo oficial na porta de casa. Tancredo Neves estava na sala de jantar. Foi o chefe da Agência Central do SNI, general Geraldo Ferreira Braga, quem comunicou a Tancredo que Newton Cruz seria afastado do comando militar do Planalto.[28] (Braga comandara o CIE antes de ir para o SNI. Dizia ser, por formação, um homem de "boca calada e ouvido grande".[29] Quando coronel, chefiara o IPM da Ação Libertadora Nacional, tendo o capitão Freddie Perdigão como escrivão.)[30]

Delfim Netto registraria: "É incrível o que aconteceu com os militares depois que Tancredo começou a mandar emissários ou a conversar com eles. Coisa inacreditável. Você via e não acreditava".[31]

1 *Veja*, 26 de setembro e 3 de outubro de 1984.

2 General Newton Cruz, 29 de março de 1988.

3 *Veja*, 3 e 17 de outubro de 1984.

4 Idem, 19 de setembro de 1984.

5 Idem, 16 de janeiro de 1985. Pires mandou pedir de volta o convite porque, como Figueiredo não comparecera à solenidade, não queria que Aureliano a presidisse. General Otavio Costa, em Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (orgs.), *A volta aos quartéis*, p. 126.

6 *Folha de S.Paulo*, 25 de agosto de 1984.

7 Idem, 14 de agosto de 1984.

8 Idem, 20 de setembro de 1984.
9 Nota de Paulo Rollo, intérprete da reunião de 19 de setembro de 1984 de Kissinger com Figueiredo. AA.
10 *Folha de S.Paulo*, 23 e 25 de agosto de 1984.
11 Idem, 20 de setembro de 1984.
12 General Newton Cruz, 29 de março de 1988. Lustosa era um veterano da "tigrada". Em 1969, como tenente-coronel, estivera na campana da casa onde se suspeitava que estivesse escondido o embaixador americano Charles Elbrick.
13 *Veja*, 16 de janeiro de 1985.
14 Ernesto Geisel, 1985.
15 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 138.
16 Idem.
17 Antonio Carlos Magalhães, 5 de setembro de 1984.
18 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 138.
19 *Folha de S.Paulo*, 8 de setembro de 1984.
20 *Veja*, 16 de outubro de 1984.
21 *Folha de S.Paulo*, 27 de outubro de 1984.
22 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, pp. 234-6.
23 1930, 1937, 1945, 1955, 1961, 1964 e 1965. Ganhara em 1930, 1937, 1945 e 1964.
24 Idem, p. 165. Em 2000, o general Newton Cruz contou a uma equipe da *Folha de S.Paulo* que, no dia 11 de agosto de 1984, Paulo Maluf procurou-o em casa e, numa conversa a dois, propôs-lhe o assassinato de Tancredo Neves. (*Folha de S.Paulo*, 3 de maio de 2000.) Maluf classificou a acusação de "invencionice mentirosa". O general já a mencionara ao autor (Newton Cruz, 29 de março de 1988). Não tendo havido testemunhas nem denúncia formal do comandante militar do Planalto às autoridades competentes, a verificação do fato torna-se impossível.
25 Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes, *O complô que elegeu Tancredo*, p. 179.
26 João Ribeiro Dantas, 31 de dezembro de 1985.
27 Lote de quinze documentos sem timbre. Um deles está datado por Heitor Ferreira como sendo de 17 de outubro. Outro, permite que se deduza ser da segunda quinzena desse mês. Pelo conteúdo, são todos dessa época. APGCS/HF.
28 Para a cena do jantar, Heitor Ferreira, 1985. Para o jantar com Tancredo, *Veja*, 16 de janeiro de 1985.
29 Depoimento do general Geraldo de Araujo Ferreira Braga, em História Oral do Exército, t. 2, p. 98, <https://liciomaciel.wordpress.com/2013/08/13/historia-oral-do-exercito-31-de-marco-de-1964-e-o-o-r-v-i-l-duas-obras-fantasricas/>.

30 Idem, p. 114.

31 Delfim Netto, novembro de 1985.

Uma festa e três problemas

Fechara-se o círculo. Na última noite de 1984, o empresário Antonio Gallotti, mola mestra do IPÊS na conspiração de 1964, discreto articulador do empresariado, estava com seu eterno sorriso na casa do jornalista Ibrahim Sued: “É uma sorte que depois de vinte anos a gente saia dessa com o Tancredo”. Nessas duas décadas ele dirigira o grupo Light, poderoso concessionário de serviços de eletricidade e telefonia no Rio e em São Paulo. Negociara a estatização dessas empresas e, num encontro recente com Tancredo, obtivera dele a garantia de que não entregaria seu controle ao governador Leonel Brizola.[1]

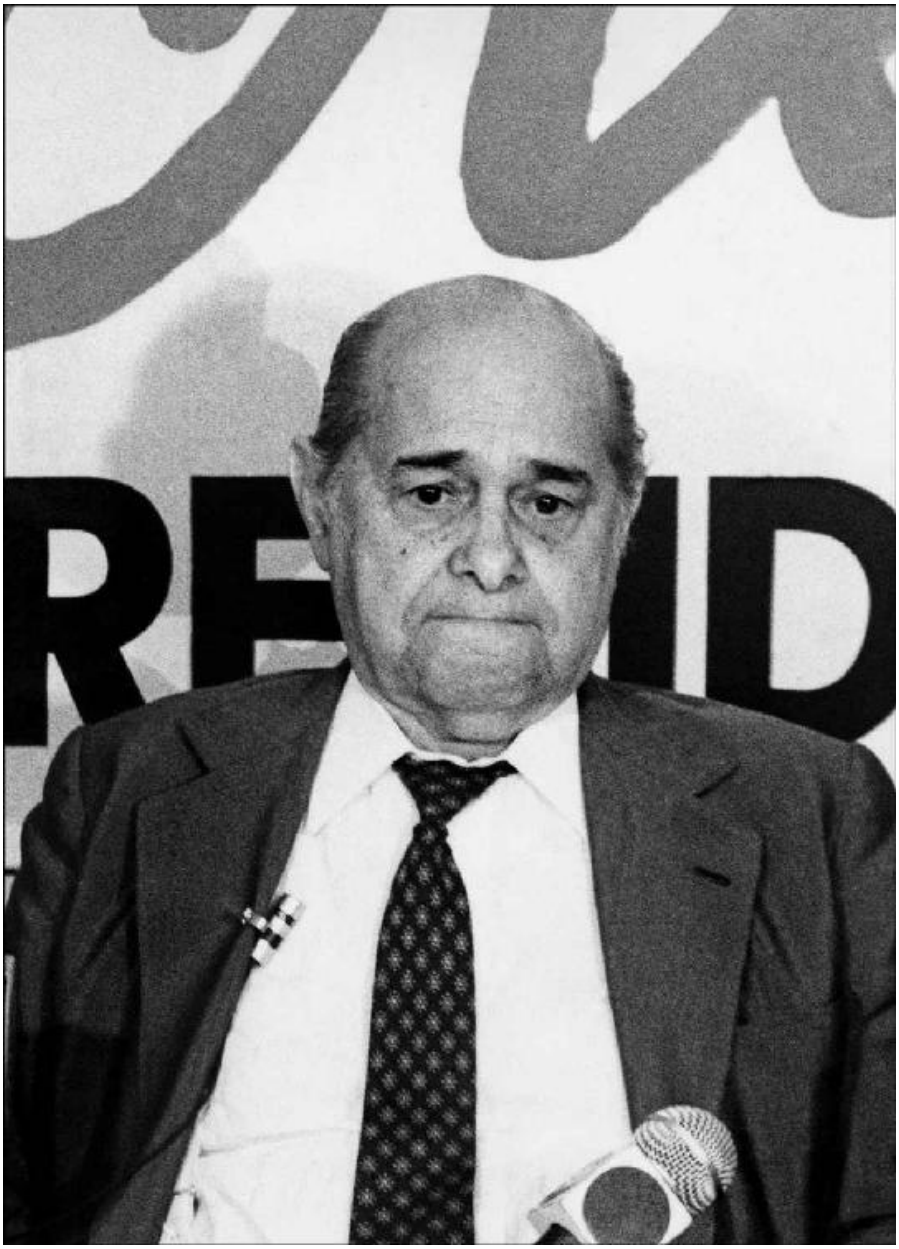
A eleição de Tancredo estava assegurada. Ele tinha três problemas: a crise econômica, com uma inflação que chegara a 224%; a dívida externa, de 91 bilhões de dólares; e o desconforto físico, o mesmo que sentira meses antes.

Da crise econômica, cuidaria pessoalmente. Para isso decidira colocar no Ministério da Fazenda seu sobrinho, Francisco Dornelles. Conhecia-o desde menino, nomeara-o para seu gabinete na Secretaria de Fazenda de Minas Gerais aos 24 anos e levara-o para Brasília como seu secretário particular quando se tornou primeiro-ministro. Dornelles chefiava a Receita Federal desde 1979 e fora mantido no cargo por Delfim Netto, mesmo depois que se tramou uma degola dos tancredistas em cargos importantes. Era o seu mais categorizado intermediário para quaisquer conversas, sobretudo com militares.

Na noite do Réveillon, Tancredo sentiu-se mal, e dias antes da eleição o desconforto físico voltou. Teve febre e telefonou para o médico Garcia de Lima, que lhe receitou o antibiótico Keflex por via oral. Dias depois, viu Tancredo em Brasília, mas não conseguiu examiná-lo direito. Nem ele nem o chefe do Departamento Médico da Câmara, Renault Mattos Ribeiro, que o atendia há anos, a quem se queixou de uma dor na região pubiana.[2]

Homem de poucos gestos, Tancredo sentava-se de maneira esquisita, como se estivesse reclinado. Agora mantinha a mão sobre a virilha direita, como se pressionasse a barriga. Numa viagem a Porto Alegre, subiu as escadarias do palácio Piratini amparado. No Rio, durante um breve percurso até o automóvel, a cena repetiu-se. Como tinha o hábito de caminhar de braço dado com outra pessoa, nada parecia haver de anormal. Paulo Maluf e o SNI sabiam que sua saúde não ia bem, mas não sabiam exatamente o que ele tinha.[3] Nem ele.

* * *



Tancredo só entrou no palácio do Planalto, morto, em abril de 1985: “Nosso progresso político deveu-se mais à força reivindicadora dos homens do povo do que à consciência das elites”.

No dia 15 de janeiro de 1985, em clima de comemorações semelhantes às das vitórias da Copa do Mundo, Tancredo de Almeida Neves foi eleito presidente da República. Derrotou Maluf por 480 votos contra 180. Depois de cinco generais e duas juntas militares, estava acabada a ditadura e um civil retornaria à Presidência da República. (O deputado José Camargo, que

apresentara uma emenda constitucional prorrogando o mandato de Figueiredo, apoiara a candidatura de Andreazza e se passara para o bloco malufista, votou em Tancredo.) Multidões foram às ruas e em Belo Horizonte, num episódio que talvez nunca tivesse acontecido, bisou-se uma cantoria do *Hino nacional*. Chovia em Brasília e centenas de pessoas abrigavam-se debaixo de uma bandeira brasileira de 250 metros quadrados.[4]

Faltavam exatos dois meses para a posse e Tancredo ocupou-se por duas semanas viajando pelo mundo. Viu o papa, o rei da Espanha, os presidentes de Itália, França, Estados Unidos e Argentina, mais o poeta argentino Jorge Luis Borges. Eram todas visitas ritualísticas. O choque veio no encontro com o secretário de Estado americano, o empresário George Shultz. Tancredo já o encontrara num amplo café da manhã realizado na embaixada brasileira. Também havia conversado por meia hora com o presidente Ronald Reagan, na Casa Branca. Até então, cumprira uma agenda banal. Reagan (74 anos dali a cinco dias) e Tancredo (75 anos dali a um mês) chegaram a trocar piadas sobre o presidente italiano Sandro Pertini (89 anos completos).[5]

No dia seguinte, George Shultz foi ao hotel de Tancredo. O secretário de Estado apresentou-se como emissário de má notícia: “Vim como simples portador ou intermediário de uma mensagem relacionada com um problema importante que está surgindo com o FMI”. Lembrou que a inflação de 120% no Brasil, prevista na última carta de intenção, chegaria a 300%, o que punha em questão “a realidade das metas estabelecidas”. O FMI não aceitaria novas mentiras:

> Portanto, se o Fundo não puder manter o acordo com o Brasil, outras consequências se seguirão em relação aos entendimentos com os bancos credores. (…) Caso se perca o acordo com o FMI, perde-se também o acordo com os bancos. (…) Não me agrada ser o

> portador desse tipo de notícias, mas não desejo que um amigo meu seja colhido de surpresa.[6]

Teatro. A trava nas negociações com o Fundo Monetário Internacional era notícia velha e pública. Uma parte da banca não queria referendar a nova carta de intenção mandada pelo governo.[7] (Era a sétima.) Tratava-se de renegociar o pagamento de 45,3 bilhões de dólares que venceriam entre 1985 e 1991. Antes mesmo que Tancredo chegasse a Washington, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, reconhecera o impasse, diagnosticando a situação: “Não há como pagar”.[8]

Aquilo que Shultz trazia não era o aviso de um problema novo, mas a demonstração de que, pela primeira vez desde a quebra de 1982, o governo americano punha seu peso ao lado da banca. Shultz era um republicano de quatro costados: veterano da Guerra do Pacífico, com um diploma de economia pelo Massachusetts Institute of Technology, já fora secretário do Trabalho e do Tesouro. A julgar por suas memórias, sua familiaridade com os problemas brasileiros e as negociações da dívida externa do Terceiro Mundo era nula. Contando sua passagem por Brasília anos antes, dedicou mais da metade do espaço à lembrança de que fora deixado a pé pela caravana da comitiva e virara-se perseguindo-a num táxi.[9]

Graças ao zelo do diplomata Rubens Ricupero, que acompanhava Tancredo e participou do encontro, seu conteúdo foi preservado. Tancredo mostrou ao secretário de Estado o limite de sua bonomia:

> Por ocasião da elaboração da última carta de intenção, todos sabiam perfeitamente que as metas não eram atingíveis. Não houve sinceridade da parte das autoridades brasileiras, nem da parte do FMI. (…) Se chegar ao governo com as negociações ainda não concluídas, as pressões não me darão condições de prossegui-las. (…) Será importante, assim, contar com a ajuda do governo dos

> Estados Unidos. (…) Minha intenção é dirigir a área monetária com homens de centro, conservadores; de lutar contra a inflação com medidas antipáticas, impopulares. Mas se as negociações não forem concluídas logo, o panorama será imprevisível.

Shultz sentiu o golpe: "Não se trata de matéria sob minha responsabilidade [*it's not my business*].[10] A informação chegou ao meu conhecimento e quis passá-la a Vossa Excelência".

Tancredo foi adiante:

> Se nos faltar o apoio necessário no início do governo, se tivermos que chegar à ruptura com o sistema financeiro internacional — o que, de maneira alguma, desejamos, pois é o pior que nos pode acontecer —, nesse caso haverá três consequências sérias: a redemocratização sofrerá um grave golpe, perder-se-á o controle da inflação e os problemas sociais se tornarão explosivos. Não posso, portanto, prescindir da influência de sua autoridade pública e pessoal para ajudar a atravessar essa conjuntura difícil que não foi criada por mim.

Combinaram que Tancredo mandaria um emissário para conversar com o diretor-geral do FMI, Jacques de Larosière. Francisco Dornelles encontrou-o em Paris e dias depois o francês enviou um telex aos bancos credores informando que o acordo com o Fundo continuava sendo negociado, mas pedia-lhes que mantivessem suas linhas de crédito para o Brasil.[11] As "consequências" mencionadas por Shultz foram afastadas.

Os outros dois problemas de Tancredo continuavam do mesmo tamanho. A inflação de fevereiro fechara em 10%, aproximando-se dos 300% mencionados por Shultz, e seus padecimentos físicos persistiam. O

menor deles foi a quebra de um dente de sua prótese durante o voo da Europa aos Estados Unidos, o que o impediu de comer, falar ou sorrir. Atendido por um dentista no hotel, o embaraço foi superado. Em Brasília, o professor Leitão de Abreu recebeu a notícia de que ele tivera um mal-estar e fora examinado por um médico.[12]

Tancredo formou um ministério no qual se percebiam três eixos. No primeiro, estavam os quatro ministros que, na sua maneira de ver, realmente contavam. Colocou o general Leonidas Pires Gonçalves no Exército; Francisco Dornelles na Fazenda; entregou o Gabinete Civil a seu amigo pessoal José Hugo Castello Branco; e o Ministério da Justiça ao deputado Fernando Lyra. No segundo eixo, pôs os aliados a quem devia o êxito da articulação que o elegera. Aureliano Chaves foi para o Ministério de Minas e Energia, Antonio Carlos Magalhães para o das Comunicações, o general Ivan de Souza Mendes para o SNI e Olavo Setubal para o Itamaraty (uma surpresa para quem esperava vê-lo no comando da economia). Compensou a escolha de ACM dando duas pastas ao PMDB baiano; e a do banqueiro paulista, entregando a pasta do Trabalho ao advogado Almir Pazzianotto, que surgira anos antes como defensor e negociador dos metalúrgicos do ABC. Roberto Gusmão, o secretário de Governo de Franco Montoro, que se tornara um de seus principais articuladores, foi para a Indústria e Comércio. Era uma equipe que tinha a marca das confianças e desconfianças de Tancredo. O senador Fernando Henrique Cardoso, presidente do PMDB paulista, foi colocado num lugar honroso, porém inexistente: o de líder do governo no Congresso.[13]

Em mais um movimento da coreografia de sua rivalidade com Ulysses Guimarães, Tancredo assegurou-lhe a presidência da Câmara dos Deputados e, consequentemente, a da Assembleia Nacional Constituinte, que logo seria convocada. Isso e mais a manutenção da presidência do PMDB. O “Senhor Diretas” tornava-se o político mais poderoso do país, depois dele.

A José Sarney coube apenas a Vice-Presidência. Ele absorveu sem reclamação a escolha de Renato Archer, seu rival na política maranhense, para a pasta de Ciência e Tecnologia. Absorveu até mais. No início de março, recebera sua cota de convites para a posse e pedira um reforço. Foi-lhe negado.[14]

Uma semana antes da festa da posse, sabia-se que Tancredo estava febril. Tinha dores no abdômen e sua mulher contaria que "a coisa vinha e ia…".[15] Como sempre, ele não falava de sua saúde, não se queixava e não tinha médico particular. Automedicava-se e, quando precisava, mantinha sua fé nos antibióticos receitados por Garcia de Lima. Na manhã de 12 de março, terça-feira, um colaborador viu que ele subia uma escada com alguma dificuldade.[16] À noite, Aécio Neves, secretário particular do avô, telefonou para Renault Mattos Ribeiro, chamando-o à granja do Riacho Fundo. Seria um resfriado, talvez gripe. Renault examinou Tancredo na manhã seguinte. Ao apalpar-lhe a barriga, ele reagiu.

Nesse momento começou a construção de uma tragédia. Tancredo sabia que o mal-estar, as febres ocasionais e as dores eram coisa velha e haviam sido controlados com uma medicação paliativa. Faltavam 48 horas para a sua posse e parecia razoável esperar. Segundo o depoimento de Renault, naquela manhã ele advertiu que o problema era sério e talvez Tancredo devesse ser internado.[17] Combinaram que ele iria a um centro radiológico e faria exames em segredo. Jornalistas perguntaram a Renault por que ele aparecera na granja; ele disse que Tancredo tinha uma faringite.[18] Era mentira. Horas depois, quando o repórter Antônio Britto, porta-voz do futuro governo, foi combinar a cobertura da reunião ministerial que deveria ocorrer no domingo, ouviu de Aécio: "Fica quieto, mas pode ser que essa reunião não aconteça". Além disso, começou-se a trabalhar no enxugamento do discurso que Tancredo faria ao ser empossado pelo Congresso.[19]

À noite, Tancredo e Renault saíram em segredo para os exames. A radiografia mostrou que na barriga de Tancredo havia uma área inflamada, com uma placa de pus.[20] Concluiu-se que podia ser apendicite ou qualquer outra coisa. Podia ser qualquer outra coisa, menos apendicite, pois Tancredo tivera o apêndice extraído havia cinquenta anos.[21]

Procurou-se manter a notícia entre os familiares. Com isso, começou também a blindagem do quadro clínico dentro do círculo de relações profissionais de Renault. Na manhã de quinta-feira, o médico chamou ao seu gabinete o cirurgião Pinheiro Rocha, seu colega de serviço. Mostrou-lhe o hemograma de Tancredo: 13.400 leucócitos (um mau número, porém melhor que os 18 mil de junho). Seguiram para o Riacho Fundo. O presidente eleito estava deitado e piorara. Pinheiro Rocha disse-lhe que precisava ser operado imediatamente, mas Tancredo insistia: só depois da posse.[22] Às 19h30, a taxa de leucócitos subiu para 15 mil. Por via das dúvidas, teve início uma operação destinada a isolar um dos centros cirúrgicos do Hospital de Base de Brasília.

Haviam se passado 48 horas desde o momento em que Aécio Neves telefonara a Renault informando-o de que o avô não se sentia bem. O presidente eleito, com um quadro abdominal grave, preservava o sigilo de seu estado mantendo-se sob os cuidados de um médico que o examinava com regularidade, mas a quem não confiava seus padecimentos (o mal-estar de junho só fora detalhado a Garcia de Lima, que, por sua vez, foi mantido fora dessa crise). Renault já havia contado o segredo a Ulysses Guimarães, que ficara em copas.[23] Até então, para todos os efeitos, Tancredo continuava com faringite. Guardadas as diferenças entre os dois casos clínicos, o sigilo e a blindagem da equipe médica replicavam agosto de 1969, quando também se passaram mais de 48 horas até que o marechal Costa e Silva, abatido por uma isquemia cerebral, fosse examinado por um neurologista, no Rio de Janeiro. Até o momento em que chegou ao Hospital

de Base, Tancredo foi o agente ativo da procrastinação que agravou seu estado. Costa e Silva, sem voz, foi um agente passivo.

A blindagem do quadro clínico de Tancredo tinha uma origem e embutia uma consequência. A origem estava na sua preocupação, ou de qualquer leigo que lidasse com o problema, de aguentar até o fim da noite de sexta-feira, quando já teria vestido a faixa presidencial. Ele aguentara as crises de junho e de janeiro, poderia aguentar mais essa. Não se consultaram outros especialistas e o cirurgião Pinheiro Rocha fez questão de escalar todos os profissionais que porventura viessem a ser chamados.[24]

Nessas 48 horas Tancredo poderia ter recebido assistência e aconselhamento de quaisquer médicos do país. Quanto ao sigilo, já se fora. Durante uma festa, o professor João Leitão de Abreu soube que Tancredo estava diante da possibilidade de uma "cirurgia iminente" e, ao voltar para casa, avisou o presidente Figueiredo.[25]

Na manhã de quinta-feira, véspera da posse, os leucócitos de Tancredo chegaram a 17 mil, mas manteve-se a sua programação oficial. Indo a uma missa, teve dificuldade para se levantar do banco da catedral. Parecia cansado. À sua esquerda, José Sarney observava-o e notou que ele se movia com dificuldade, sobretudo ao ajoelhar-se para a comunhão. O vice-presidente eleito fora avisado pouco antes por Renault de que Tancredo tomaria posse e seria internado logo depois: "Dentro de uma semana ele estará muito bem. É uma crise de apendicite". Hipocondríaco e depressivo, Sarney estava com a pressão a dezenove por dez e tomara um comprimido de Quinidine. Não contou o segredo nem a Marly, sua mulher.[26]

A centenas de metros de distância, o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, conversava com alguns jornalistas e revelou que Tancredo seria operado.[27] O descrédito com que essa informação foi recebida ficou resumido mais tarde num comentário de Antônio Britto:

> A fama dele de não ser um informante fidedigno (…) fez com que as pessoas não acreditassem muito. Além disso, a relação das pessoas com o dr. Tancredo e com sua posse era uma relação tão afetiva, tão firme que elas estavam bloqueadas psicologicamente, recusavam-se a admitir a hipótese.[28]

Às 20h30, Aécio Neves chamou Renault ao Riacho Fundo. O quadro mudara. Prostrado na cama, com pijama, roupão e cobertor, Tancredo tremia. Tivera uma crise de bacteremia. Noutra, poderia morrer. Duas horas depois, abriu-se a ficha do paciente Tancredo de Almeida Neves no serviço de Emergência do Hospital de Base. Profissão, "presidente"; endereço, "palácio do Planalto". Seus leucócitos estavam em 17.700, tinha febre, dores e calafrios. O motivo de sua internação era uma "possível apendicite aguda".[29]

O hospital transformou-se num pandemônio. Médicos desentenderam-se. Tancredo deveria ser operado no segundo andar, mas acabou indo para o centro cirúrgico do subsolo. O cirurgião teve que passar em casa porque esquecera os óculos.[30] A operação começou à 1h10 de sexta-feira e terminou às 2h45. Na sala da cirurgia a equipe de dez médicos coabitava com pelo menos seis curiosos, entre eles Antonio Carlos Magalhães, um senador e um deputado (todos diplomados em medicina).[31]

Ao final, os médicos Renault, Pinheiro e Gustavo Arantes emitiram o primeiro boletim oficial, anunciando que fora removido do intestino de Tancredo um divertículo de Meckel, "com abscesso em formação".[32] Seria um episódio menor, semelhante a uma apendicite, mas não era verdade. O relatório da cirurgia informa que essa era uma hipótese entre três: "Divertículo de Meckel? Leiomioma? Linfoma?". Linfoma seria um câncer. Leiomioma, um tumor benigno. Era um leiomioma, mas essa informação obrigaria os médicos a usarem a palavra maldita: "tumor". Ficou-se, assim, benignamente, com um diagnóstico falso.[33]

Às 7h25, os mesmos médicos informaram que desde as 5h30 Tancredo fora transferido para a sala de recuperação, “tendo conversado com os médicos que o estão atendendo”.[34] Nunca houvera faringite, não era possível que fosse apendicite e o divertículo de Meckel fora uma precipitação inofensiva. Dessa vez era uma mentira pior. Nas anteriores, mascarava-se um problema relacionado com o diagnóstico. Agora, mentia-se a respeito da situação do paciente no hospital.

Logo depois da cirurgia, Pinheiro e Renault estavam com a família de Tancredo quando foram chamados pelo anestesista. O paciente tivera uma parada respiratória. O relatório da Unidade de Terapia Intensiva informou que, ao ser extubado, Tancredo tivera um colapso, “necessitando ser ventilado por cerca de 30 minutos, quando voltou a respirar normalmente. (…) Deu entrada na UTI às 5h10”.[35] Essa seria a primeira complicação pós-operatória de Tancredo, acompanhada pela primeira falsificação de seu quadro. A freira Esther, sua irmã, madre superiora do Convento das Vicentinas do Rio e enfermeira-chefe do hospital da ordem, disse a Francisco Dornelles: “Tancredo morre”.[36]

* * *

Durante a madrugada de 15 de março de 1985, a restauração democrática brasileira viveu sua maior crise e superou-a de maneira exemplar. Ao contrário do que sucedera em agosto de 1969, quando o marechal Costa e Silva ficou incapacitado e o país foi jogado num período de anarquia militar, todos os personagens agiram buscando a normalidade, numa situação de inédita anormalidade. Quem foi dormir cedo esperava assistir à posse de Tancredo às nove da manhã, diante da nação em festa, da presença do vice-presidente dos Estados Unidos e de dezenas de delegações estrangeiras. Quem acordou tarde soube que José Sarney tomara posse. O país parou, acompanhando a agonia do arquiteto da transição.

Se na crise de 1969 manusearam-se cadernos de telefones, agora consultava-se a Constituição. Ela era clara: “Substituirá o presidente, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no de vaga, o vice-presidente”. São muitas as narrativas dessa madrugada, e todas confluem em três pontos:

1. Sarney não queria assumir: “Eu tinha medo. Na minha cabeça estavam milhões de brasileiros olhando-me e apupando-me como o injusto beneficiário”.[37]
2. Ulysses Guimarães foi o primeiro hierarca da nova ordem a dizer a Sarney: “É você”.[38]
3. Não partiu do governo que se acabava qualquer ato concreto de obstrução ou vacilo. Quando uma delegação foi à granja do Ipê para ouvir o professor Leitão de Abreu, ele mostrou que não havia outro caminho além da posse de Sarney.[39]

Na manhã de sexta-feira, deu-se o único contratempo irrelevante e simbólico. Figueiredo recusava-se a entregar a faixa a Sarney (que era o novo presidente) ou mesmo a Aureliano (que era seu vice). Enquanto se costurava uma solução, o general Ivan de Souza Mendes, novo chefe do SNI, soube de outro problema: “O Aureliano advertiu que se o Figueiredo fizesse qualquer desconsideração com ele, ia meter-lhe a mão na cara”.[40]

Meses antes, Figueiredo submetera-se a uma cirurgia da coluna no Rio de Janeiro e não houvera transmissão do cargo para Aureliano. O episódio transformou-se numa irrelevância diante do choque provocado por uma fotografia do presidente posando no jardim da casa de saúde, de roupão, sentado e abatido, ladeado por alguns de seus ministros. O general que chegara ao poder saltando obstáculos e levantando halteres, terminava seu governo com a imagem de um homem prostrado.

O quinto general do regime que começara em 1964 com uma posse ilegal, no meio da madrugada e num palácio vazio, deixou o Planalto pela

porta lateral, despercebido. Depois de 21 anos, acabara-se a ditadura. Seu governo foi desastroso. Deixou a maior inflação até então registrada na história nacional (224%) e a maior dívida externa do mundo (100,2 bilhões de dólares). Depois de dois anos de crescimento negativo, os brasileiros tinham uma renda *per capita* de 1.680 dólares. Quando Figueiredo assumiu, ela estava em 2 mil dólares.[41] Seu temperamento, que ajudara a destruir seu governo, arruinara-lhe também a cena final. Trocou o papel de personagem central de uma cena histórica por uma ausência mesquinha e simbolicamente ridícula.

Figueiredo detestava Sarney e Aureliano, mas isso não era suficiente para que se ausentasse do melhor momento de sua vida pública: a entrega do poder a um civil. Em diversos momentos, o cavalariano estourado tomou, ou deixou de tomar, decisões que corroeram sua biografia. Em sua última entrevista como presidente, expôs a profundidade de seu ressentimento, que ia muito além da malquerença a Sarney e Aureliano: "O povão que poderá me escutar será talvez os 70% dos brasileiros que estão apoiando o Tancredo. Então desejo que eles tenham razão, que o doutor Tancredo consiga fazer um bom governo para eles. (...) Que ele dê a eles o que não consegui. (...) E que me esqueçam".[42]

Sarney foi empossado com toda a pompa. Terminara o maior processo de conciliação da história nacional e na cena faltava Tancredo Neves, o sujeito da frase, seu arquiteto e moderador. Pensava-se que deixaria o hospital nos próximos dias. Até lá, o país seria dirigido por um presidente que não vivera, nem viveria, um só dia na oposição.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, fora o chefe da Receita Federal no governo que terminava. O das Relações Exteriores, Olavo Setubal, era um banqueiro que governara a cidade de São Paulo e por pouco não chegara a governador do estado. Os ministros de Minas e Energia (Aureliano Chaves), da Educação (Marco Maciel) e das Comunicações (Antonio Carlos Magalhães) haviam sido governadores de seus estados e

dissociaram-se do governo havia poucos meses. O dos Transportes, Afonso Camargo, há poucos anos.

Os mais poderosos ministros militares, Leonidas Pires Gonçalves (Exército) e Ivan de Souza Mendes (SNI), haviam sido oficiais diretamente envolvidos na deposição de João Goulart e generais que nunca deixaram de defender a máquina repressiva do regime. Um estudo do professor Ben Ross Schneider mostraria que, num universo de 125 cargos relevantes da administração federal, a taxa de sobrevivência dos quadros do governo de Figueiredo fora de 60%, a maior já registrada.[43]

A conciliação de Tancredo mudava o país quando era vista pelo outro lado, o dos que militavam na restauração democrática. O ministro da Justiça (Fernando Lyra) viera da ala mais combativa do MDB. Aluizio Alves (Administração), José Aparecido de Oliveira (Cultura) e Renato Archer (Ciência e Tecnologia) haviam sido cassados.

Voltava ao palácio do Planalto Waldir Pires, consultor-geral da República de João Goulart. Ele fora um dos últimos a deixar aquele prédio em 1964 e dos primeiros a ter seus direitos políticos suspensos. Querendo juntar-se à resistência de João Goulart, seguiria com Darcy Ribeiro para o Rio Grande do Sul, e o deputado Rubens Paiva encarregara-se da logística, pois corriam o risco de serem presos em Brasília. Paiva alugou um monomotor e a dupla deveria ficar escondida atrás de uma moita próxima da pista do Aeroporto de Brasília. O avião fez uma breve parada, Waldir e Darcy correram e embarcaram. Seguiram para uma fazenda e de lá decolaram para São Borja. Cada um levava no colo uma lata de vinte litros de combustível. Quando pousaram, souberam que Jango seguira para o Uruguai. Juntaram-se a ele no exílio e voltaram à política com a anistia. No dia 15 de março de 1985, Darcy era vice-governador do Rio de Janeiro e Waldir retornava pela primeira vez ao Planalto, para assumir o Ministério da Previdência Social.

Rubens Paiva continuou no Brasil, ganhando a vida como engenheiro. Foi preso em sua casa do Leblon, no dia 20 de janeiro de 1971, e levado para o DOI do I Exército. Seu corpo ainda não foi encontrado.

Freddie Perdigão Pereira fora o guardião de Rubens Paiva no DOI. O tenente dos tanques dos palácios de abril de 1964, capitão dos DOI do Rio e de São Paulo, o *Aloisio* da noite do atentado do Riocentro e personagem do "combate das caravelas", que resultara no assassinato de Alexandre von Baumgarten, continuava no SNI.

1 Antonio Gallotti, dezembro de 1984.

2 Para o mal-estar na noite do Réveillon, informação dada por Risoleta Neves ao jornalista José Augusto Ribeiro, em "Agonia e morte de Tancredo Neves", Observatório da Imprensa, <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/agonia-e-morte-de-tancredo-neves/>; Luis Mir, *O paciente*, p. 80. Para Renault Mattos Ribeiro, ver também seu depoimento dado a Glória Varela e Casimiro Pedro da Silva Neto em 12 de setembro de 2003, <www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historiaoral/memoriadoservidor/Contos%20da%20Camara%201%20e%202/RenaultMattosRibeiro.pdf>.

3 Heitor Ferreira, dezembro de 1985; e Delfim Netto, outubro de 2014.

4 *Veja*, 23 de janeiro de 1985.

5 Idem.

6 Todas as referências a esse encontro estão em Rubens Ricupero, *Diário de bordo*, pp. 168-77.

7 *Folha de S.Paulo*, 25 e 27 de dezembro de 1984.

8 *Veja*, 23 de janeiro de 1985.

9 George Shultz, *Turmoil and triumph*.

10 Diplomata, Ricupero deu um tom formal à expressão de Shultz, mas talvez a melhor tradução, ainda que vulgar, seja "não tenho nada a ver com isso".

11 Claudia Safatle, "A mãe de todas as crises do Brasil", *Valor Econômico*, 10 de agosto de 2012; e *Folha de S.Paulo*, 15 de fevereiro de 1985.

12 "A viagem da transição", *O Estado de S. Paulo*, 6 de março de 2010.

13 *Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 13 e 14 de março de 1985.

14 Paulo Tarso Flecha de Lima, março de 1985.

15 Antônio Britto, *Assim morreu Tancredo*, p. 20; e José Augusto Ribeiro, *Tancredo Neves — A noite do destino*, p. 744.

16 José Augusto Ribeiro, *Tancredo Neves — A noite do destino*, p. 741.

17 Depoimento de Renault Mattos Ribeiro a Luis Mir, *O paciente*, p. 86. Depoimento de Renault Mattos Ribeiro a Glória Varela e Casimiro Pedro da Silva Neto, de 12 de setembro de 2003,

<www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historiaoral/memoriadoservidor/Contos%20da%20Camara%201%20e%202/RenaultMattosRibeiro.pdf>. A ambos, Renault disse que nessa ocasião mencionou a possibilidade de uma cirurgia, p. 273. A Luis Mir disse, numa entrevista realizada entre 2009 e 2010, que nessa ocasião falou da necessidade de uma internação, mas não mencionou a necessidade de cirurgia, Luis Mir, *O paciente*, p. 86.

18 Depoimento de Renault Mattos Ribeiro a Glória Varela e Casimiro Pedro da Silva Neto, p. 274.

19 Antônio Britto, *Assim morreu Tancredo*, pp. 18-9.

20 Depoimento de Renault Mattos Ribeiro a Glória Varela e Casimiro Pedro da Silva Neto, p. 274.

21 Para o apêndice, informação dada ao deputado Miro Teixeira por Lucio Neves, sobrinho de Tancredo, em junho de 2015; e *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1985.

22 Antônio Britto, *Assim morreu Tancredo*, p. 21.

23 Luis Mir, *O paciente*, p. 87.

24 Antônio Britto, *Assim morreu Tancredo*, p. 24.

25 Idem, p. 20.

26 Regina Echeverria, *Sarney, a biografia*, p. 299.

27 Antônio Britto, *Assim morreu Tancredo*, p. 25.

28 Idem.

29 Laudo da internação e guia de atendimento de emergência, em Luis Mir, *O paciente*, pp. 267 e 270.

30 Antônio Britto, *Assim morreu Tancredo*, p. 35.

31 Nota do Conselho Regional de Medicina do DF; e Antônio Britto, *Assim morreu Tancredo*, pp. 38-9.

32 Boletim nº 1, das 4h32, do dia 15 de março de 1985.

33 Laudo de biópsia emitido pelo dr. Helcio Miziara, de 19 de março de 1985. Luis Mir, *O paciente*, p. 281.

34 Boletim nº 2, das 7h25, do dia 15 de março.

35 *Resumo do Atendimento Médico ao Dr. Tancredo de Almeida Neves no Hospital de Base de Brasília durante o Período de 14 de março de 1985, às 22 horas, a 26 de março de 1985, às 5h30*. Luis Mir, *O paciente*, pp. 260-1.

36 Depoimento de José Sarney, *O Globo*, 21 de abril de 2015.

37 Regina Echeverria, *Sarney, a biografia*, p. 317.

38 Idem, p. 301; e Luiz Gutemberg, *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*, p. 220.

39 Fernando Henrique Cardoso, novembro de 2015.

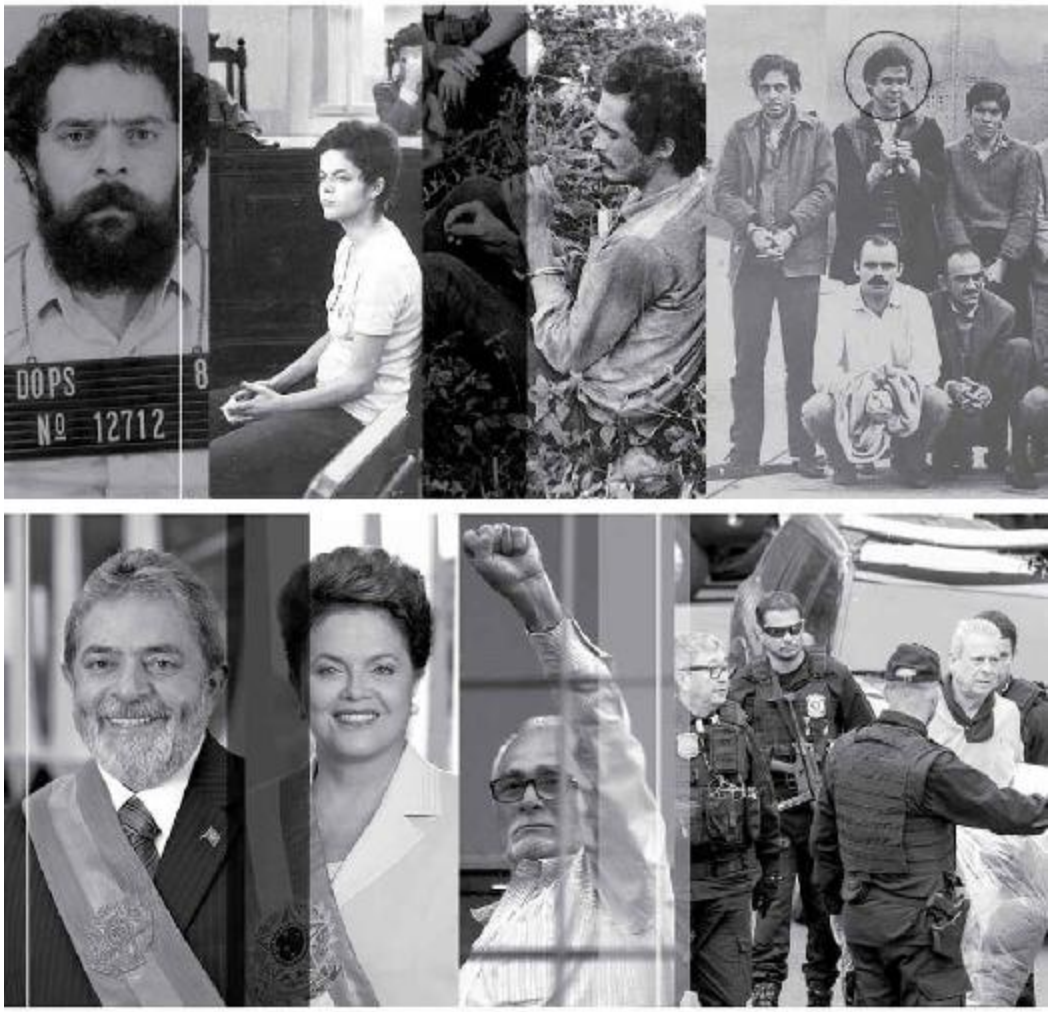
40 Ivan de Souza Mendes, 23 de julho de 1985.

41 *Veja*, 20 de março de 1985.

42 Entrevista de Figueiredo a Alexandre Garcia, da TV Manchete, *Folha de S.Paulo*, 25 de janeiro de 1985.

43 Ben Ross Schneider, *Politics within the State*, p. 31. Num universo de 87 quadros, Médici trocara 50% do plantel de Costa e Silva. Num universo de 118 quadros, Geisel mantivera 49%. Num universo de 148 quadros, Figueiredo mantivera 53% de burocratas do governo de Geisel.

EPÍLOGO
500 VIDAS


DOPS
Nº 12712
8

NAS FOTOS ANTERIORES:
Lula, Dilma Rousseff, José Genoino e José Dirceu: antes e depois

Sumário

Os presidentes
Os ministros
Os generais
Os expurgados de 1964
Os cassados de Geisel
Os empresários
A imprensa
Os governadores
A elite parlamentar
O ministério de Tancredo
Os diplomatas estrangeiros
Os diplomatas brasileiros
Os personagens da dívida
A universidade
A Igreja
SNI, CIE e DOI
A “Casa da Morte”
O CISA e o Cenimar
O porão
Os “cachorros”
Araguaia
A “Torre das Donzelas”
Exilados e banidos

500 vidas

Aqui vão contadas brevemente as trajetórias de quinhentas pessoas que sobreviveram ao fim da ditadura. Algumas, tendo feito parte dela. Outras, opondo-se, em muitos casos sofrendo-a. Com a redemocratização, alguns hierarcas do regime sobreviveram politicamente. A "tigrada" do aparelho repressivo ficou incólume e uns poucos continuaram aninhados na nova ordem.

A seleção dos personagens não obedeceu a um método preciso. A linha demarcatória fixou-se no 15 de março de 1985, a data em que Tancredo Neves deveria ter tomado posse. Por isso ficaram de fora o general Jayme Portella, personagem central da crise que desembocou no Ato Institucional nº 5 e na criação da Junta Militar de 1969, bem como o redator do Ato, professor Luiz Antonio da Gama e Silva. Portella morreu em outubro de 1984 e Gama e Silva, em fevereiro de 1979, enquanto almoçava no Automóvel Clube, em São Paulo.

Em 2011, durante as festas de sua posse na Presidência, Dilma Rousseff, a *Wanda* e a *Estela* do Colina e da VAR-Palmares, encontrou-se numa sala do Itamaraty com onze senhoras que, na juventude, estiveram presas, como ela, na "Torre das Donzelas" do presídio Tiradentes, em São Paulo. Os presos sem nome, os exilados sem passaporte e os cidadãos que viveram até 1979 sem direitos já estavam reintegrados à vida nacional, alguns deles com cicatrizes que nunca puderam esquecer.

Os presidentes

Tancredo Neves morreu no dia 21 de abril de 1985, depois de sete cirurgias. Sua agonia foi agravada por procedimentos médicos discutíveis e mentiras públicas que alimentaram a esperança do país. Os três principais jornais brasileiros noticiaram dez vezes que ele teria alta.[1] Depois da segunda cirurgia, a assessoria de Tancredo distribuiu fotografias nas quais ele aparecia sorridente, de robe e echarpe de seda, sentado num sofá ao lado da mulher, cercado por cinco médicos, todos felizes. O que parecia ser uma echarpe era um lenço de sua mulher, **Risoleta Neves**, usado para esconder os tubos que estavam no pescoço de Tancredo, conectados a frascos escondidos embaixo do sofá.[2]

Morto, Tancredo provocou um episódio simbólico da grande conciliação que conseguira: durante seu velório, no palácio do Planalto, Ernesto Geisel e Ulysses Guimarães cumprimentaram-se. Risoleta Neves morreu em 2003, aos 86 anos. O neto de Tancredo, Aécio, foi deputado, governador de Minas Gerais, senador e candidato à Presidência da República em 2014.

Com a eleição de Tancredo, o Brasil saiu do ciclo de governos militares que se impuseram na América Latina na segunda metade do século XX. Fez isso depois da Argentina e do Uruguai, antes do Chile e do Paraguai. Fechado o ciclo, haviam morrido no continente pelo menos 50 mil pessoas. No Brasil, em torno de quinhentas.

Dezenas de milhares de proscritos voltaram à política e aos palácios. No Brasil, o professor **Fernando Henrique Cardoso**, considerado um “destacado” comunista[3] em 1964, foi ministro das Relações Exteriores e da Fazenda. Em 1994 elegeu-se presidente da República, reconduzido em

1998. Foi sucedido por **Luiz Inácio Lula da Silva**, um ex-operário, preso por 32 dias em 1980. Em 2011 ele passou a Presidência a **Dilma Rousseff**, que militara em organizações armadas e cumprira uma sentença de dois anos de prisão. Em seu governo, Dilma criou a Comissão Nacional da Verdade para estudar os crimes da ditadura. Esse gesto estimulou a proliferação de comissões que voltaram aos porões do regime e esclareceram alguns de seus crimes. Dilma foi reeleita em 2014.

Dez dos ministros de Lula passaram por prisões, sete deles por militarem em organizações clandestinas. No ministério de Dilma entraram quatro ex-prisioneiros políticos, entre eles uma ex-companheira de cela.[4] Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou uma Comissão de Anistia para reparar danos causados a vítimas da ditadura. Em treze anos, ela aprovou 35 mil pedidos com indenizações que somaram 3,4 bilhões de reais.[5]

Na conciliação brasileira, ao contrário do que sucedeu em outros países do continente, nenhum militar ou civil foi responsabilizado por crimes ocorridos durante a ditadura. Dois signatários do AI-5 voltaram ao governo depois da redemocratização. **Jarbas Passarinho** foi ministro da Justiça durante o governo de Fernando Collor de Mello. **Hélio Beltrão**, outro signatário do AI-5, foi presidente da Petrobras no governo Sarney.

No Chile, o general **Augusto Pinochet**, que se tornou um símbolo da espécie, em 1990 entregou o poder ao civil **Patricio Aylwin**. Haviam se passado dezesseis anos da morte do presidente Salvador Allende. Em 1998 Pinochet foi preso em Londres, porém livrou-se de um pedido de extradição para a Espanha porque uma junta médica considerou-o incapaz. Voltou ao Chile e morreu em 2006, aos 91 anos. Viveu o suficiente para assistir à eleição de **Michelle Bachelet** para a Presidência do Chile. O pai de Bachelet, general da Força Aérea, morrera na prisão meses depois do golpe militar. Ligadas clandestinamente ao Partido Socialista, ela e a mãe foram

presas em 1975. Exilaram-se na Austrália e, depois, na Alemanha comunista.

A democracia voltou à Argentina em 1983, com a posse de **Raúl Alfonsín**, um advogado que defendera presos políticos e passara por uma breve prisão. O general **Juan Carlos Onganía**, que derrubou o presidente civil Arturo Illia em 1966, viu-se deposto por outro golpe quatro anos depois. Em fevereiro de 1995 foi posto em prisão domiciliar por duas semanas e morreu meses depois. O general **Jorge Rafael Videla**, que comandou, entre 1976 e 1981, a mais sangrenta das ditaduras do período, foi condenado à prisão perpétua em 2010 e morreu na cadeia três anos depois, aos 87 anos. Dois de seus sucessores, os generais **Leopoldo Galtieri** e **Reynaldo Bignone** também foram a julgamento. Galtieri morreu em prisão domiciliar, em 2003. Bignone foi condenado a 23 anos de cadeia em 2014.

No Uruguai, o general **Gregorio Álvarez**, ditador de 1981 a 1985, foi condenado a 25 anos de prisão em 2009. No ano seguinte, viu a ascensão à Presidência de seu país de **Jose Mujica**, o militante tupamaro *Pepe*, *Ulpiano* ou *Facundo*, que tomou seis tiros e conseguiu fugir da cadeia duas vezes. Recapturado, passou mais de dez anos no cárcere, onze deles numa solitária.

O general paraguaio **Alfredo Stroessner**, o mais longevo dos ditadores militares sul-americanos (1954-1989), foi deposto por seu braço direito e exilou-se no Brasil, onde viveu praticamente recluso numa mansão de Brasília. Morreu em 2006, aos 93 anos, e foi sepultado sem honras militares.

* * *

No Brasil, **José Sarney** concluiu seu mandato como presidente em 1990. Presidiu metade do que veio a se chamar de “a década perdida”. Durante

seu governo foi promulgada a Constituição de 1988. Depois de ter feito toda a sua vida política no Maranhão, em 1990 elegeu-se senador pelo Amapá e conseguiu mais dois mandatos. No segundo turno da eleição presidencial de 2014, foi à seção eleitoral com um adesivo de Dilma Rousseff, do PT, no paletó e votou em Aécio Neves, do PSDB. Explicou-se atribuindo o gesto à sua gratidão a Tancredo.

Salvo os marechais, Costa e Silva e Castello Branco, todos os generais que presidiram o Brasil viram o fim da ditadura.

João Baptista Figueiredo (1979-1985) morreu em 1999, aos 81 anos. Tendo pedido que o esquecessem, saiu da vida pública. Deu sucessivos depoimentos sobre episódios do seu governo. Geralmente foram contraditórios entre si e em relação aos fatos. Dividiu seu tempo entre um sítio em Nogueira, no estado do Rio, onde mantinha seus cavalos, e um apartamento em São Conrado. Em 2001, **Dulce**, sua viúva, vendeu em leilão 218 objetos que ele recebera enquanto governava o país. Arrecadou cerca de 1 milhão de reais. Ela morreu em 2011, aos 83 anos.

Ernesto Geisel (1974-1979) continuou na presidência do conselho da Norquisa, empresa controladora do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Vivia com a mulher, **Lucy**, e a filha, **Amália Lucy**, num apartamento na rua Barão da Torre, em Ipanema, e passava os fins de semana na casa de Teresópolis. Esteve praticamente rompido com Figueiredo. Depois de apoiar tacitamente a eleição de Tancredo, afastou-se da vida pública. Prestou um extenso depoimento aos professores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo.[6] Morreu em 1996, aos 89 anos. Sua mulher morreu em 2000, num acidente automobilístico. Amália Lucy, museóloga, doou ao CPDoc da Fundação Getulio Vargas o arquivo de seu pai, e ao Patrimônio Histórico, os presentes que ele recebeu durante a Presidência. Um precioso arcaz de sacristia colonial foi examinado por peritos e revelou-se falso.[7] Seu sobrinho, **Augusto**, morreu em 2000, aos 68 anos. Tendo sido filho do general Orlando Geisel, ministro do Exército

durante o governo Médici, e próximo ao tio presidente, foi um dos mais inconspícuos parentes de poderosos. Tinha um curso de inglês em Niterói e jamais se ouviu falar dele. **Humberto Barreto**, a quem Geisel estimava como se fosse um filho, tornou-se presidente da empresa aérea TransBrasil, extinta em 2002, e vive no Rio de Janeiro.

Ao deixar o governo, **Emílio Garrastazu Médici** (1969-1974) foi morar em Copacabana, na rua Júlio de Castilhos. Deu uma entrevista ao repórter Antonio Carlos Scartezini — transformada no livro *Segredos de Medici* — e nunca disse uma palavra a respeito da abertura política. Morreu em 1985, aos 79 anos, depois de ter sofrido um acidente vascular cerebral. Doou ao museu de Bagé alguns de seus objetos pessoais, inclusive uma pedra trazida da Lua por astronautas americanos. Sua viúva, **Scylla**, morreu em 2003, aos 95 anos. Em toda a vida deu apenas uma entrevista, afirmando que o marido queria revogar o AI-5. Seu filho **Roberto**, professor universitário aposentado, entregou o pequeno arquivo do pai à guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Morreu em 2015.

Nenhum filho ou parente dos cinco generais fez carreira política.

Os três membros da Junta Militar que governou o país de setembro a outubro de 1969 também assistiram ao fim da ditadura. Depois que deixou a embaixada do Brasil em Paris, o general **Aurélio de Lyra Tavares** limitou sua atividade pública às sessões da Academia Brasileira de Letras, para a qual se elegera em 1970: “O país não vai lucrar com nada que eu disser”. Morreu em 1998, aos 93 anos. O almirante **Augusto Rademaker** deixou a Vice-Presidência em 1974 e nunca mais falou de política. Morreu em 1985, aos oitenta anos. O brigadeiro **Márcio de Souza Mello** recolheu-se depois que saiu do Ministério da Aeronáutica. Morreu em 1991, aos 84 anos.

* * *

Em 2013, **Maria Thereza Goulart**, a viúva do presidente João Goulart, recebeu em Brasília os restos mortais do marido, que acompanhou para o exílio quando tinha 23 anos. O material foi examinado por uma comissão internacional de legistas para investigar as denúncias de que João Goulart teria sido envenenado. A suspeita não foi confirmada. O corpo de Jango chegou à Base Aérea e recebeu honras militares, com uma salva de 21 tiros de canhão, mais do que os disparos de armas pesadas ocorridos durante sua deposição. Seu filho, **João Vicente**, elegeu-se deputado estadual pelo PDT do Rio Grande do Sul. A filha, **Denise**, tornou-se historiadora.

Sarah Kubitschek, viúva de JK, morreu em 1996, aos 87 anos, tendo vivido o suficiente para inaugurar o memorial de seu marido em Brasília, a cidade que ele não pôde visitar durante vários anos da ditadura. **Márcia**, sua filha, foi constituinte de 1988 e vice-governadora da Capital Federal. Morreu em 2000, aos 56 anos. **Maristela**, a outra filha, disputou sem sucesso o cargo de vice-governadora do Rio de Janeiro em 2006.

Os ministros

Depois de sua demissão, em 1977, o general **Sylvio Frota** recolheu-se. Fez um pronunciamento público, no qual comparou a anistia a uma "capitulação". Morreu em 1996, aos 86 anos, deixando um manuscrito com suas memórias, posteriormente publicadas sob o título de *Ideais traídos*. Seu sucessor, **Fernando Bethlem**, foi nomeado embaixador no Paraguai e morreu em 2001. O general **Walter Pires** abandonou a vida pública e morreu em 1990, aos 75 anos, sem deixar reminiscências.

O general **Golbery do Couto e Silva** recolheu-se ao seu sítio de Luziânia, nas cercanias de Brasília, onde vivia com a mulher, Esmeralda. Finalmente conseguiu organizar sua biblioteca de 18 mil volumes.[8] Morreu em 1987, aos 76 anos. Os livros foram comprados pelo banqueiro Edmundo Safdiê e doados à Universidade Candido Mendes. O sítio, abandonado, tornou-se uma ruína.[9] A sucessão de Figueiredo distanciou-o de Geisel. **Heitor Ferreira**, fiel escudeiro de Golbery e secretário particular de Geisel e Figueiredo na Presidência, por alguns anos acompanhou as campanhas de Paulo Maluf. Tornou-se consultor editorial, coordenando traduções e publicações de livros. Nunca deu entrevistas.

O professor **João Leitão de Abreu**, chefe do Gabinete Civil durante todo o governo Médici e no governo Figueiredo a partir de 1981, morreu em 1992, aos 79 anos. Foi um dos hierarcas mais discretos de todo o regime. Sem ter deixado memórias, levou consigo as lembranças do tumulto da segunda metade do governo de Figueiredo e da eleição de Tancredo Neves. Até onde se sabe, nunca lhe pôs obstáculos.

Armando Falcão, o mais conspícuo dos ministros civis de Geisel, acompanhou-o no apoio tácito a Tancredo. Publicou um livro de memórias

intitulado *Tudo a declarar*, uma variante de seu bordão no Ministério da Justiça (“Nada a declarar”). Escreveu também uma biografia de Geisel. Produziu uns poucos artigos condenando a legalização dos partidos comunistas. Morreu em 2010, aos noventa anos.

Dois poderosos ministros civis da ditadura tornaram-se destacados parlamentares. **Roberto Campos** elegeu-se senador por Mato Grosso e deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 1994 publicou *A lanterna na popa — Memórias*. Até sua morte, em 2001, aos 84 anos, espicaçou os adversários políticos com juízos curtos e irônicos. Por exemplo: “O PT é o partido dos trabalhadores que não trabalham, dos estudantes que não estudam e dos intelectuais que não pensam”.

Antonio Delfim Netto, o czar da economia durante o Milagre dos anos 1970 e a bancarrota dos 80, elegeu-se deputado federal por São Paulo em 1986 e ficou na Câmara até 2007, quando não conseguiu manter a cadeira, disputando-a pelo PMDB. Criou uma empresa de consultoria e passou a escrever em jornais e revistas. Foi um discreto conselheiro dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. Nunca se arrependeu de ter assinado o AI-5 e jamais criticou a nova ordem democrática. Vive em São Paulo.

Octávio Gouvêa de Bulhões e **Mario Henrique Simonsen**, ministros da Fazenda de Castello Branco e Geisel, permaneceram na militância intelectual contra a inflação mas afastaram-se da vida política. Bulhões, com seu temperamento reservado, limitava sua atividade pública ao amparo que dava à Orquestra Sinfônica Brasileira. Morreu em 1990, aos 84 anos. Simonsen tornou-se crítico de música clássica da revista *Veja* e continuou dirigindo a escola de economia da Fundação Getulio Vargas. No plebiscito de 1993, que deveria decidir o regime de governo do país, declarou-se monarquista. Morreu em 1997, aos 61 anos. **João Paulo dos Reis Velloso**, ministro do Planejamento de Médici e Geisel, escreveu dezenas de livros, com suas memórias e sobre questões econômicas e religiosas. Vive no Rio

de Janeiro. O professor **Antônio Dias Leite**, ministro de Minas e Energia de Médici, publicou em 2011 *Brasil, país rico — O que ainda falta*.

Dez dos treze ocupantes de ministérios civis que participaram da reunião do Conselho de Segurança Nacional em que se aprovou a edição do AI-5 viram a eleição de Tancredo Neves e três apoiaram-no. **Mário Andreazza** (Transportes) liberou seus aliados para votar em Tancredo, abandonou a vida pública e morreu em 1988, aos 69 anos. Hélio Beltrão (Planejamento), ministro da Desburocratização e da Previdência de Figueiredo, deixou o cargo em 1983, apoiou a campanha das Diretas e ocupou a presidência da Petrobras de 1985 a 1986. Morreu em 1997. Pouco depois de votar em Tancredo, **Magalhães Pinto** (Relações Exteriores) sofreu um acidente vascular cerebral do qual não se recuperou. Dono do Banco Nacional, morreu em março de 1996, aos 86 anos. Um ano antes o banco deixara de existir.

Além de Delfim, que em 2006 seria candidato a deputado pelo PMDB, o tenente-coronel Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho de Costa e Silva e da Educação de Médici, elegeu-se senador pelo Pará para o mandato de 1987-1995, coligando-se ao PMDB. Veio a ser ministro da Justiça no governo Collor. Em 1994 concorreu sem sucesso ao governo do Pará e depois se retirou da vida política.

Rondon Pacheco (Casa Civil) elegeu-se deputado federal em 1982 e disputou o Senado em 1986. Derrotado, deixou a vida pública. Em 2003 publicou um depoimento com suas memórias políticas intitulado *Rondon Pacheco*.

Carlos Simas (Comunicações) morreu em 1978. **Leonel Miranda** (Saúde), em 1986, **Edmundo Macedo Soares** (Indústria e Comércio), em 1989, e **Ivo Arzua** (Agricultura), em 2012. O coronel **José Costa Cavalcanti** (Minas e Energia) dirigiu a construção da hidrelétrica de Itaipu e morreu em 1991. Todos os cinco se afastaram da vida pública.

Os generais

Três generais decisivos no levante que depôs João Goulart assistiram ao fim da ditadura. **Amaury Kruel**, comandante das tropas de São Paulo, foi marginalizado por Castello Branco, elegeu-se deputado federal pelo MDB em 1967 e exerceu um só mandato. Sem tropas nem ideias, morreu em 1996, aos 95 anos. **Justino Alves Bastos**, comandante das tropas do Nordeste, tentou ser escolhido governador do Rio Grande do Sul e morreu em 1990, aos 89 anos. **Antonio Carlos Muricy**, comandante das tropas do general Mourão Filho, entrou para os anais da medicina. Tendo enfartado quando tinha cerca de quarenta anos, uma parte do seu pericárdio ficara necrosada. Em 1979, durante um assalto à sua casa, no Rio, o ladrão deu-lhe um tiro, a bala alojou-se na área morta do músculo e lá ficou. Foi para a iniciativa privada e trabalhou na Companhia Docas da Bahia. Morreu em 2000, aos 93 anos.

O coronel **Cesar Montagna**, comandante da tomada cinematográfica do quartel da Artilharia de Costa, lindeiro do Forte de Copacabana, coordenou a censura à imprensa no Rio depois da edição do AI-5, chegou a general de divisão e morreu em 2007, aos 93 anos.

Dos chefes militares derrotados em 1964, o brigadeiro **Francisco Teixeira** continuou ativo na política, batalhando pela anistia e pelos interesses dos militares punidos. Prestou um extenso depoimento ao CPDoc e morreu em 1986, aos 74 anos. Luiz Carlos Prestes foi ao seu sepultamento.

O almirante **Candido Aragão**, comandante dos fuzileiros navais, chamado de “Almirante do Povo”, foi preso em 1964 e submetido a um tratamento humilhante. Asilou-se na embaixada do Uruguai e durante os

quinze anos de exílio procurou organizar movimentos armados para derrubar o governo. Passou por Cuba, China, Argélia, Vietnã, Venezuela e Chile, sempre vigiado pelos serviços de informações brasileiros. Retornou com a anistia de 1979. Tinha 72 anos e, mesmo assim, a Marinha prendeu-o por cerca de quarenta dias.[10] Morreu em 1998.

O marechal Henrique Lott, poderoso ministro da Guerra de JK, havia sido derrotado por Jânio Quadros na eleição presidencial de 1960. Em 1965, aceitou que o PTB lançasse seu nome como candidato ao governo da Guanabara, mas foi barrado pela Justiça. Morreu em 1984, aos 89 anos.

O capitão **Eduardo Chuahy**, que servia na Casa Militar de Jango e foi expurgado, elegeu-se deputado estadual e presidiu a Assembleia Legislativa do Rio. Em 1986, como governador interino, recebeu o presidente Sarney e os ministros militares numa das últimas cerimônias que relembraram o levante comunista de 1935.

Poucos chefes militares afastaram-se da ditadura. O general **Euler Bentes** abandonou a vida pública depois da posse de Figueiredo. Morreu em 2002, aos 85 anos. O general **Pery Bevilaqua**, cassado em 1968, tornou-se uma das destacadas personalidades na luta pela anistia. Faleceu em 1990, aos noventa anos. Suas condecorações militares, cassadas em 1968, só foram restabelecidas postumamente, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Durante o período mais duro da repressão política, contavam-se nos dedos os chefes militares que demonstravam publicamente algum desconforto com a situação. O mais graduado deles, general **João Bina Machado**, manifestou-se em 1971 e logo depois perdeu o comando do I Exército. Indo para a reserva, morreu em 2000, aos 92 anos.

Os generais **Adhemar da Costa Machado** e **Jorge de Sá Pinho**, peças importantes na neutralização das manobras militares contra a eleição de Tancredo, seguiram na carreira e pouco tempo depois passaram para a

reserva. Pinho morreu em 2001. Lia e cuidava de sua casa de praia em Búzios (RJ).

Os expurgados de 1964

Ao ser deposto, Jango tinha doze ministros civis. Muitos deles tiveram seus direitos políticos suspensos e alguns foram obrigados a exilar-se. A maioria afastou-se da política.

Darcy Ribeiro (Casa Civil) foi para o Uruguai, retornou ao Brasil em 1968 e acabou preso. Quando estava num quartel da Marinha, telefonou ao diretor do Instituto do Patrimônio Histórico pedindo que cuidasse da restauração de um portal do século XIX que via do camarote onde estava detido. Libertado, exilou-se no Chile, onde colaborou com o presidente Salvador Allende. Em 1974, com um câncer de pulmão, foi-lhe permitido retornar ao Brasil. Sobreviveu à doença e tornou-se vice-governador do Rio de Janeiro. Perdeu uma eleição para governador e elegeu-se senador. Morreu em 1997, aos 74 anos.

Celso Furtado (Planejamento) deixou o Brasil e viveu no Chile, nos Estados Unidos e na França. José Sarney nomeou-o embaixador da Comunidade Europeia e, posteriormente, ministro da Cultura. Elegeu-se para a Academia Brasileira de Letras e morreu em 2004, aos 84 anos.

Expedito Machado (Viação e Obras Públicas) e **Oswaldo Lima Filho** (Agricultura) elegeram-se deputados federais depois da anistia. **Wilson Fadul** (Saúde) disputou sem sucesso o governo de Mato Grosso do Sul e foi nomeado vice-presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro.

(Araújo Castro, das Relações Exteriores, foi o único ministro de João Goulart que permaneceu no serviço público, continuando uma bem-sucedida carreira. Salvou-o da cassação o chanceler Vasco Leitão da Cunha, que atenuou a fúria punitiva contra os quadros do Itamaraty. Foi discretamente removido para a embaixada do Brasil na Grécia e, em 1968,

tornou-se chefe da representação do Brasil nas Nações Unidas. Em seguida, foi nomeado embaixador em Washington, onde morreu em 1975, aos 56 anos. Estava no posto durante a visita do presidente Médici aos Estados Unidos.)

Raul Ryff, influente secretário de imprensa de Jango, viveu no exílio até 1968. Ao retornar ao Brasil, voltou ao jornalismo, trabalhando como redator na editoria Internacional do *Jornal do Brasil*. Nunca se afastou de João Goulart nem recriminou seu governo. Morreu em 1989, aos 77 anos.

Depois da anistia, dois ministros de Jango filiaram-se ao partido do governo. No governo Sarney, **Abelardo Jurema** (Justiça) foi diretor do BNDES e do Instituto do Açúcar e do Álcool. **Oliveira Brito** (Minas e Energia) foi colocado por Sarney na presidência da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

* * *

Para efeitos propagandísticos, em abril de 1964 a primeira lista punitiva da ditadura, com cem nomes, foi encabeçada por **Luiz Carlos Prestes**, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro. Durante a ditadura ele viveu um período na clandestinidade e a maior parte do tempo em Moscou. Voltou com a anistia, mas sua influência no PCB encolhera. Em 1980 desligou-se do partido. Morreu em 1990, aos 92 anos.

Dois cassados da primeira hora estavam na equipe formada por Tancredo em 1985: **José Aparecido de Oliveira** (governador do Distrito Federal) e **Waldir Pires** (ministro da Previdência). Posteriormente, Aparecido foi nomeado ministro da Cultura e embaixador do Brasil em Portugal. Morreu em 2007. Waldir Pires elegeu-se governador da Bahia. Lula nomeou-o chefe da Controladoria-Geral da União e, depois, ministro da Defesa.

Jânio Quadros elegeu-se prefeito de São Paulo em 1985 e morreu em 1992, aos 75 anos. **Paulo de Tarso Santos** e **Almino Afonso** tornaram-se secretários do governo de Franco Montoro, em São Paulo. Mais tarde, Almino foi eleito vice-governador do estado. **Plínio de Arruda Sampaio** foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e disputou, sem possibilidades de êxito, tanto o governo de São Paulo como a Presidência da República. Morreu em 2014.

Gilberto Mestrinho elegeu-se governador do Amazonas em 1982. **Francisco Julião**, o líder das Ligas Camponesas no Nordeste, asilou-se no México, voltou com a anistia e candidatou-se, sem sucesso, à Câmara pelo PDT de Pernambuco. Morreu no México em 1999, aos 84 anos.

Dois cassados de 1964 retornaram à Câmara e assinaram a Constituição de 1988: **Bocayuva Cunha** e **Fernando Santana**.

A primeira lista de punições de 1964 decapitou a liderança sindical do país. **Clodesmidt Riani**, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, apresentou-se ao Exército e foi condenado a dezessete anos de prisão. Libertado em 1968, voltou a ser preso por dois anos, cumprindo uma parte da pena na Ilha Grande (RJ). Em 1982 elegeu-se deputado estadual pelo PMDB de Minas Gerais. Em 2014 vivia modestamente em Juiz de Fora (MG), onde começara sua atividade sindical. Dante Pellacani, vice-presidente da CNTI, asilou-se no Uruguai, viveu algum tempo na Tchecoslováquia, retornou ao Brasil em 1969 e manteve discreta atividade sindical. Morreu em 1981, aos 58 anos. **Osvaldo Pacheco**, dirigente do Sindicato dos Estivadores de Santos, constituinte de 1946 na bancada do PCB e personagem de *Os subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado, asilou-se no México. Voltou clandestinamente ao Brasil. Membro do Comitê Central do PCB, articulava sua base sindical em São Paulo. Preso em 1975, foi visto em condições lastimáveis. Morreu em 1993. **Hércules Corrêa** perdeu o mandato de deputado estadual, exilou-se, passou por Moscou, viveu clandestinamente no Brasil. Rompeu com o PCB,

passou pelo PMDB e, finalmente, filiou-se ao PPS. Morreu em 2008, aos 78 anos. O comandante **Paulo de Mello Bastos**, proibido de pilotar aviões, asilou-se e retornou ao Brasil em 1967, tornando-se motorista de táxi por algum tempo. Publicou suas memórias no livro *Salvo-conduto — Um voo na história*.

Os cassados de Geisel

Durante seu governo, Geisel cassou os mandatos de um senador e de sete deputados federais. Além deles, o deputado **Francisco Pinto**, acusado de ter difamado o general chileno Augusto Pinochet, chamando-o de torturador, assassino, mentiroso e fascista, foi condenado a seis meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal. Cumpriu a pena, foi reeleito em 1978, 1982 e 1986. Foi um dos articuladores da candidatura de Euler Bentes à Presidência, em 1978. Morreu em 2008.

O primeiro parlamentar cassado por Geisel, em 1975, foi o senador **Wilson Campos**, da Arena. Acusado de corrupção por tentar extorquir propina de um empresário, viu-se absolvido por seus pares. Dias depois, o general cassou-o. Morreu em 2001. Seu filho, **Carlos Wilson**, elegeu-se vice-governador na chapa de Miguel Arraes e governou Pernambuco por onze meses até março de 1991. Lula nomeou-o presidente da Infraero. Filiado ao PT, elegeu-se deputado em 2006. Morreu em 2009.

Em 1976 o sindicalista **Marcelo Gato** perdeu o mandato e o emprego na Cosipa. Passou a advogar. Filiou-se ao PPS e concorreu, sem sucesso, ao cargo de vice-prefeito de Santos (SP). Morreu em 2012. Meses depois da cassação de Gato, foram atingidos os deputados gaúchos **Amaury Müller** e **Nadyr Rossetti**. Ambos filiaram-se ao PDT. Müller elegeu-se três vezes para a Câmara dos Deputados (1983, 1987 e 1991). Morreu em 2001. Rossetti elegeu-se deputado em 1982. Morreu em 1997. Dias depois dessas duas cassações, Geisel aplicou o AI-5 contra o deputado **Lysâneas Maciel**. Filiado ao PDT, elegeu-se duas vezes para a Câmara. Em 1996 disputou uma cadeira de vereador no Rio de Janeiro e morreu no exercício do mandato, em 1999. Quatro meses depois da cassação de Lysâneas, Geisel

voltou a usar o AI-5 contra políticos do partido do governo. Cassou o deputado federal **Ney Lopes**, do Rio Grande do Norte. Com a anistia, Ney Lopes elegeu-se suplente de senador e deputado federal por cinco mandatos consecutivos. **José Cortez Pereira**, governador do Rio Grande do Norte durante o governo Médici, teve seus direitos políticos suspensos em 1976. Mais tarde, filiou-se ao PTB e em 2000 elegeu-se prefeito de Serra do Mel. Morreu em 2004 no exercício do mandato.

Marcos Tito, cassado em 1977, foi suplente de deputado estadual em Minas Gerais de 1983 a 1987. A mais contundente das cassações de Geisel foi a do líder do MDB **Alencar Furtado**, em 1977. Com a anistia, Furtado elegeu-se deputado em 1982. Deixando o PMDB, disputou o governo do Paraná em 1986, sem sucesso.

Os empresários

Passado meio século, desfizeram-se alguns dos grandes grupos industriais e financeiros de 1964, inclusive aqueles que pertenciam aos empresários que organizaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPÊS, onde se agruparam empresários e militares que se opunham ao governo de João Goulart. Seu presidente, **João Baptista Leopoldo Figueiredo**, dirigiu inúmeras empresas, entre as quais a Scania, onde se deu a primeira grande greve operária de 1978. Participou dos conselhos do banco Itaú, da Pirelli e da Siemens. Morreu em 1989, aos 79 anos. (**Gilson Menezes**, o operário que desencadeou a greve da Scania, elegeu-se prefeito de Diadema em 1983, pelo PT, e em 1987, pelo PSB.)

Antonio Gallotti, o ativo presidente da Light, viu suas empresas serem estatizadas e, posteriormente, privatizadas. Redirecionou os interesses da companhia para o ramo de investimentos e continuou ativo nos bastidores do poder, mantendo sua influência e seu bom humor até a morte, em 1986, aos 78 anos.

Augusto Trajano de Azevedo Antunes, dono da Caemi, a maior mineradora privada do país, morreu em 1996, aos 89 anos. Suas empresas, administradas pelos netos, foram passadas à Vale. Durante a campanha das diretas, num telefonema a Golbery, Antunes disse-lhe que seria necessário rearticular as forças que haviam mobilizado em 1964. Depois de desligar, o general comentou: “Para quê? Para acabarmos chamando o Ulysses Guimarães?”.[11]

O aristocrático banqueiro **Cândido Guinle de Paula Machado** morreu em 2000, aos 82 anos. Do império de sua família, pouco restava. Sua

participação no Banco Boavista, que dirigia, fora vendida em 1997 por uma quantia simbólica.

O Banco Mercantil de São Paulo, de **Gastão Vidigal**, foi vendido ao Bradesco em 2002, e o Unibanco, de **Walther Moreira Salles**, incorporado ao Itaú, em 2007. Ambos morreram em 2001.

As três grandes empreiteiras da ditadura sobreviveram a ela até que, em 2014, foram apanhadas na Operação Lava-Jato. **Sebastião Camargo**, o "China", morreu em 1994, deixando seu império para três filhas. Com três anos de escolaridade, não falava em público e cultivava discretamente suas relações com o poder. A Camargo Corrêa foi a maior empreiteira do país de 1964 a 1985.[12] Chegou a ser a maior do mundo. Administrada por executivos e controlada pelos genros de Camargo, em 2014 seu presidente e seu vice-presidente foram encarcerados e passaram a colaborar com as investigações da Lava-Jato. Foram condenados a quinze anos de prisão, que cumpririam em casa, com tornozeleiras eletrônicas. **Roberto Andrade**, fundador da Andrade Gutierrez (Itaipu), morreu em 2006 e a empresa passou a ser dirigida por um de seus filhos. Seu presidente foi preso em 2015 e meses depois a empresa passou a colaborar com as autoridades. **Norberto Odebrecht**, fundador e mola mestra da empreiteira que suplantou todas as demais, morreu em julho de 2014, aos 93 anos, meses antes do envolvimento de sua empresa nas investigações da Lava-Jato. Seu neto Marcelo, que comandava o grupo, foi preso em junho de 2015. Como Sebastião Camargo, Andrade e Odebrecht raramente davam entrevistas, conduta que não foi seguida por seus herdeiros.[13]

Durante a ditadura, algumas empreiteiras tiveram êxitos estelares, mas revelaram-se cometas. **Olacyr de Moraes**, dono da Constran, tornou-se muitos anos depois o maior plantador individual de soja do mundo. Ficou famoso por circular acompanhado de lindas senhoras. Quebrou em 1996, vendeu sua empresa em 2010 e morreu em 2015. A Metropolitana, dos irmãos Alencar, arrendatária dos jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora*,

faliu em 1974. **Marcello Alencar** foi por duas vezes prefeito do Rio de Janeiro e governador do estado de 1995 a 1999. Morreu em 2014. A Mendes Júnior, comandada por **Murilo Mendes**, tropeçou com seus grandes negócios no Iraque e sobreviveu batalhando na Justiça. Em 2014 seu vice-presidente foi preso na Operação Lava-Jato, que desmontou a rede de corrupção armada pelas grandes empreiteiras em seus negócios com a Petrobras. Num julgamento de primeira instância, foi condenado a dezenove anos de prisão.

Os dois maiores bancos privados do país no século XXI, o Itaú, de **Olavo Setubal**, e o Bradesco, de **Amador Aguiar**, eram pequenas instituições na primeira metade do XX. Amador Aguiar morreu em 1991, aos 86 anos. Raramente falou em público. Ao contrário de Walther Moreira Salles (ministro da Fazenda do gabinete parlamentarista de 1961) e de Olavo Setubal (prefeito nomeado de São Paulo de 1975 a 1979), jamais ocupou cargo público. Sua marca pode ser percebida quando se vê que **Laudo Natel**, um dos diretores do Bradesco, governou São Paulo duas vezes (1966-1967 e 1971-1975) sem nunca ter recebido um voto.

Eugênio Gudin, o patriarca dos economistas brasileiros, viveu até 1986, tendo completado cem anos sempre evitando beber água. Só vinho. **Pery Igel**, principal acionista do grupo Ultra, que a ALN jurou de morte por ajudar o aparelho repressivo, morreu de causas naturais em 1998.

Ivan Hasslocher, o publicitário que adquiriu fama organizando o IBAD, deixou o país depois da deposição de Jango. Viveu entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a Suíça. Morreu em Houston, em 2000.[14] A Engesa, empresa de material bélico fundada pelo engenheiro **José Luiz Whitaker Ribeiro**, tornou-se exportadora de armas, com negócios no Iraque. Fabricava os blindados Urutu, famosos por sua presença em mobilizações militares contra manifestações políticas. Faliu em 1993.

Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, o interlocutor de Lula em 1977, presidiu a Federação das Indústrias de São Paulo de 1980 a 1986 e dá nome

ao seu edifício-sede, na avenida Paulista. Sua empresa, a Cobrasma, faliu em 1993.

José Papa Junior ficou na presidência da Federação do Comércio de São Paulo de 1969 a 1984**.** Em 2000 o Banco Lavra, de propriedade de sua família**,** entrou em liquidação extrajudicial. **Mario Garnero**, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores durante as greves de 1979, teve decretada a liquidação extrajudicial de seu banco, Brasilinvest, em 1985.

Dos signatários do *Manifesto dos Oito*, publicado pela *Gazeta Mercantil* em junho de 1978, defendendo o regime democrático e a livre-iniciativa, dois continuaram à frente de grupos industriais poderosos.

Antonio Ermírio de Moraes disputou sem sucesso o governo de São Paulo em 1986 e morreu em 2014, aos 86 anos. A fortuna de sua família foi estimada em 12,7 bilhões de dólares. **Jorge Gerdau**, cujo complexo siderúrgico tornou-se um dos maiores do país, foi colocado em 2011 por Dilma Rousseff à frente de uma Câmara de Gestão, que definhou. **Claudio Bardella** continuou na presidência do conselho de sua empresa. (O empresário **Paulo Francini**, que levou Lula ao escritório de Bardella para negociar o fim da primeira greve do ABC, é diretor da Fiesp.) **Paulo Villares**, comandante da indústria que leva o nome de sua família, administrou o desmembramento e a venda da empresa. O metalúrgico Luiz Inácio da Silva trabalhava na Villares quando se tornou dirigente sindical. **Severo Gomes** elegeu-se senador pelo PMDB em 1982. Sua empresa de têxteis quebrou. Morreu em 1992, com a mulher, Henriqueta, no helicóptero em que estava Ulysses Guimarães. **José Mindlin** vendeu o controle da indústria Metal Leve e dedicou-se a cuidar de sua biblioteca. Dela, cerca de 60 mil volumes foram doados à Universidade de São Paulo. Morreu em 2010, aos 95 anos.

Das lideranças de guildas empresariais da ditadura, só **Guilherme Afif Domingos** fez carreira. Presidiu a Associação Comercial de São Paulo de

1982 até 1987 e, novamente, de 2003 a 2007. Elegeu-se deputado federal e foi constituinte de 1988. Candidatou-se sem sucesso à Presidência da República e ao Senado. Em 2010 elegeu-se vice-governador de São Paulo e em 2013 foi nomeado para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

A imprensa

As poderosas famílias do setor de comunicações tiveram destinos diversos, quase sempre amargos. O *Correio da Manhã* desapareceu em 1974, depois que sua proprietária, **Niomar Moniz Sodré Bittencourt**, foi obrigada a vendê-lo a empreiteiros. Ela morreu em 2003. O *Jornal do Brasil* foi arrendado em 2001 e nove anos depois, com uma circulação de 20 mil exemplares, desapareceu das bancas. **Manoel Francisco do Nascimento Brito**, que o dirigiu na fase de esplendor, sofreu um acidente vascular cerebral em 1978, recuperou-se parcialmente e morreu em 2003. Os *Diários Associados*, o maior conglomerado de jornais, rádios e televisões de sua época, decaíram; e em 1980 a Rede Tupi de televisão perdeu sua concessão. As emissoras foram divididas entre os grupos Silvio Santos e Manchete. **Adolpho Bloch**, o criador da *Manchete*, morreu em 1995, quando a empresa já passava por dificuldades. Em 1999 o sinal de sua emissora de televisão saiu do ar. O matutino gaúcho *Correio do Povo* foi vendido em 1986. Seu dono, **Breno Caldas**, morreu em 1989.

Os dois grandes jornais paulistas sobreviveram. A *Folha de S.Paulo* foi dirigida por **Octavio Frias de Oliveira** até sua morte, em 2007, aos 94 anos, e permanece sob o controle da família. O *Estado de S. Paulo* continua sendo propriedade da família Mesquita.

Roberto Marinho, que em 1964 era dono de *O Globo*, um vespertino influente no Rio de Janeiro, criou um império de comunicações. Morreu em 2003, aos 98 anos, deixando-o para os três filhos.

Carlos Heitor Cony, o primeiro jornalista a denunciar as violências da ditadura, no *Correio da Manhã*, escreve na *Folha de S.Paulo*. Seu colega **Marcio Moreira Alves** exilou-se em 1968, voltou com a anistia e morreu

em 2009. Durante muitos anos foi colunista de *O Globo*. **Alberto Dines**, editor do *Jornal do Brasil* em 1968, foi demitido em 1973, trabalhou na *Folha de S.Paulo* e fundou o Observatório da Imprensa. **Walter Fontoura**, que o sucedeu no *JB*, deixou o cargo em 1984 e até 1998 trabalhou em *O Globo*. **Mino Carta**, criador das revistas *Quatro Rodas* e *Veja*, que dirigiu até 1976, fundou, depois, as revistas *IstoÉ* e *CartaCapital*. **Claudio Abramo** dirigiu a *Folha de S.Paulo* de 1973 a 1977. Em 1980, tornou-se correspondente no exterior e colunista do jornal até sua morte, em 1987. A ditadura destruiu a rede *Última Hora*, de Samuel Wainer. Ele viveu exilado em Paris até 1968. Morreu em 1980, como colunista da *Folha*.

Ênio Silveira, que em 1964 dirigia a mais influente editora do país (Civilização Brasileira), foi preso sete vezes e morreu em 1996. Sua casa editorial foi comprada pelo grupo Record. **Fernando Gasparian**, o empresário que fundou o semanário *Opinião*, que abrigava artigos de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, elegeu-se deputado federal, assinou a Constituição de 1988 e morreu em 2006. O semanário *O Pasquim*, que apareceu em 1969 e se tornou um marco na história do jornalismo brasileiro, deixou de existir em 1991.

Os governadores

Miguel Arraes, deposto do governo de Pernambuco em 1964, retornou ao palácio pelo voto. Depois de catorze anos de exílio vividos na Argélia, elegeu-se deputado federal em 1982. Em 1987, aos setenta anos, voltou ao palácio do Campo das Princesas, de onde os militares o tiraram na tarde de 1º de abril. Foi eleito novamente em 1994, pelo Partido Socialista. Morreu em 2005. Arraes foi o único político deposto em 1964 que deixou uma duradoura base política. Seu neto, Eduardo Campos, governou Pernambuco e disputava a Presidência da República em 2014 quando morreu num acidente aéreo. **Leonel Brizola**, que governara o Rio Grande do Sul e fora cassado quando era deputado pelo estado da Guanabara**,** elegeu-se governador do Rio de Janeiro em 1982 e em 1990. Candidato à Presidência da República em 1989, não conseguiu chegar ao segundo turno, derrotado por Fernando Collor e Lula, a quem chamaria de "sapo barbudo". Em 1994 foi candidato a presidente e ficou em quinto lugar. Quatro anos depois disputou a Vice-Presidência na chapa encabeçada por Lula e derrotada por Fernando Henrique Cardoso. Morreu em 2004, aos 82 anos.

Seixas Dória, **Mauro Borges** e **Badger Silveira**, governadores de Sergipe, Goiás e do Rio de Janeiro, também foram depostos em 1964. Dória foi preso e, como Arraes, mandado para Fernando de Noronha. Depois da anistia disputou uma cadeira de deputado, ficou numa suplência e chegou a assumir a cadeira. Disputando o Senado, não se elegeu. No governo de José Sarney foi seu assessor no Planalto. Morreu em 2012, aos 94 anos. Mauro Borges elegeu-se senador em 1982 e tentou voltar ao governo do estado, mas foi derrotado. Morreu em 2013, aos 93 anos. Badger Silveira deixou a vida pública. Morreu em 1999.

* * *

O gaúcho **Sinval Guazzelli** foi o único governador de um estado do Sul e do Sudeste durante a ditadura que conseguiu voltar ao palácio, mesmo assim, num ricochete. Assumiu em abril de 1990 porque se filiara ao PMDB e era o vice de Pedro Simon, que deixou o governo para concorrer, com sucesso, ao Senado. Manteve sua cadeira na Câmara, sempre pelo PMDB. Morreu aos 71 anos, em 2001. O ex-governador catarinense **Jorge Bornhausen**, peça importante no desmanche da candidatura de Maluf à Presidência e no apoio a Tancredo, foi nomeado ministro da Educação por Sarney, chefe da Casa Civil por Fernando Collor e embaixador em Lisboa por Fernando Henrique Cardoso. Vive em Santa Catarina.

Os ex-governadores paulistas **Abreu Sodré** e **Paulo Egydio Martins**, bem como o paranaense **Ney Braga**, apoiaram a candidatura de Tancredo. Abreu Sodré foi ministro das Relações Exteriores de Sarney e ficou no cargo até o fim do governo. Morreu em 1999, aos 81 anos. Paulo Egydio deu um longo depoimento ao CPDoc publicado em 2007 como livro de memórias intitulado *Paulo Egydio conta*. Vive em São Paulo. Ney Braga, que perdeu a eleição de 1982 para o Senado, foi escolhido por Tancredo para dirigir a hidrelétrica de Itaipu. Morreu em 2000.

Paulo Maluf disputou sem sucesso o governo de São Paulo em 1986 e elegeu-se prefeito da capital em 1992. Voltou quatro vezes para a Câmara Federal. Ficou preso durante 41 dias em 2005. Por solicitação do governo dos Estados Unidos, seu nome está entre os procurados pela Interpol. Um estudo do Banco Mundial listou-o como um exemplo de caso internacional de corrupção. Foi acusado de ter internado 200 milhões de dólares no paraíso fiscal da ilha de Jersey, no Canal da Mancha. É o mais destacado político civil formado na ditadura com assento no Congresso. Na eleição municipal de São Paulo de 2012 apoiou o candidato petista Fernando Haddad.

José Maria Marin, vice-governador eleito indiretamente na chapa de Maluf, governou São Paulo de maio de 1982 a março de 1983. Em 1986 e 2002 disputou sem sucesso uma cadeira de senador. Em 2012, tornou-se presidente da Confederação Brasileira de Futebol. Três anos depois, foi preso na Suíça e extraditado para os Estados Unidos, onde, em 2015, foi colocado em prisão domiciliar enquanto responde a um processo por corrupção e lavagem de dinheiro.

O almirante **Faria Lima**, que administrou a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, deixou a vida pública e morreu em 2011, aos 93 anos. Não se sabe o rumo que tomou a caixa em que guardava as interceptações telefônicas que coordenou na crise de 1961, quando servia com Geisel na Casa Militar da Presidência.

O ex-governador mineiro **Aureliano Chaves** ficou no Ministério de Minas e Energia durante o governo de Sarney. Foi candidato a presidente em 1989 e teve votação desprezível. Retirou-se da vida pública, mas, em 2002, como crítico das privatizações ocorridas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, apoiou a candidatura de Lula. Morreu aos 74 anos, em 2003.

* * *

No Nordeste, quatro governadores da ditadura, eleitos indiretamente pela Arena, retornaram aos palácios:

Antonio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações de Sarney, não conseguiu eleger seu candidato em 1986, mas prevaleceu quatro anos depois, voltando ao governo e restabelecendo o poder do “carlismo” no estado da Bahia. Em 1994 elegeu-se senador. Em 2001, renunciou ao mandato por ter violado o painel eletrônico de votações. Morreu em 2007, aos 79 anos. **Antonio Carlos Junior**, seu filho e suplente, assumiu a cadeira. **Luís Eduardo**, seu outro filho, chegou à presidência da Câmara e

era um possível candidato a presidente da República, quando morreu de enfarte, aos 43 anos, em 1998. Antonio Carlos Magalhães Neto (filho de Junior) tornou-se seu herdeiro político e por três vezes elegeu-se deputado federal. Em 2012 elegeu-se prefeito de Salvador.

Divaldo Suruagy retornou duas vezes ao governo de Alagoas, em 1983 e em 1995, dessa vez pelo PMDB. Morreu em 2015. **Tarcísio Burity** voltou ao governo da Paraíba em 1987. Morreu em 2003. No Piauí, **Alberto Silva** também retornou em 1987, pelo PMDB. Morreu em 2009.

No Maranhão, **Roseana Sarney**, filha do presidente, conseguiu quatro mandatos de governadora, dois pelo PMDB. Em Sergipe e no Ceará, elegeram-se **Albano Franco** e **Lúcio Alcântara**, filhos dos ex-governadores Augusto Franco e Waldemar Alcântara. No Rio Grande do Norte, **José Agripino Maia**, filho do governador Tarcísio Maia (1975-1979) e primo em segundo grau do governador Lavoisier Maia (1979-1983), elegeu-se em 1982 e 1990.

Marco Maciel, indicado governador de Pernambuco por Geisel em 1978, foi escolhido para o Ministério da Educação por Tancredo e remanejado por Sarney, um ano depois, para a chefia do Gabinete Civil. Elegeu-se três vezes para o Senado. Foi líder da bancada do governo de Fernando Collor e por duas vezes foi eleito para a Vice-Presidência da República na chapa de Fernando Henrique Cardoso.

A elite parlamentar

Uma parte da elite parlamentar que fazia oposição a João Goulart foi ao poder em 1964 e, aos poucos, viu-se alijada dele. A famosa “Banda de Música”, que reunia os mais influentes políticos da UDN, produziu três ministros do Supremo Tribunal Federal. Apenas um deles assistiu ao fim da ditadura. **Bilac Pinto**, que recebera a embaixada do Brasil na França durante o governo de Castello, foi para a Corte em 1970 e morreu em abril de 1985. Adaucto Lucio Cardoso, que renunciou à cadeira combatendo a censura, morrera em 1974.

O senador gaúcho **Daniel Krieger** ficou no Congresso até 1978 e publicou um livro de memórias (*Desde as Missões*). Morreu em 1990, aos 81 anos. **Luiz Viana Filho**, chefe da Casa Civil de Castello Branco, apoiou Paulo Maluf. Morreu em 1990 no exercício do mandato de senador, filiado ao PMDB da Bahia. **Juracy Magalhães** deixou a militância política em 1967, assumindo funções no Grupo Monteiro Aranha e na Ericsson. Como Luiz Viana, foi marginalizado pelo afilhado político Antonio Carlos Magalhães. Morreu em 2001.

* * *

Entre os dezesseis senadores eleitos pelo MDB em 1974, quatro conseguiram retornar à Casa.

O engenheiro **Itamar Franco** reelegeu-se em 1982, disputou o governo de Minas Gerais sem sucesso e aceitou a Vice-Presidência na chapa de Fernando Collor. Sucedeu-o em 1992. Depois de mais de uma década de tentativas fracassadas de estabilização econômica, em 1993 Itamar,

corajosamente, entregou o Ministério da Fazenda a Fernando Henrique Cardoso com carta branca. Ao final de 1991 a inflação estava em 472% e chegou a 2.477% em 1993. Em 1995, quando Itamar deixou o Planalto, ela estava controlada e com o real restabeleceu-se o valor da moeda do país. O ex-presidente foi embaixador em Portugal e junto à Organização dos Estados Americanos. Elegeu-se governador de Minas Gerais, desentendeu-se com seu sucessor e apoiou a candidatura de Lula em 2002. Morreu em 2011, aos 81 anos.

Roberto Saturnino reelegeu-se em 1982 e tornou-se prefeito do Rio de Janeiro quatro anos depois. Durante seu governo decretou a falência da cidade. Elegeu-se vereador em 1992 e voltou para mais um mandato no Senado em 1998.

Mauro Benevides perdeu uma eleição para o governo do Ceará, mas elegeu-se senador em 1986 e disputou cinco eleições para a Câmara. Perdeu a última, em 2014.

Leite Chaves, eleito pelo Paraná, foi nomeado procurador-geral da Justiça Militar por José Sarney. Assumindo, determinou a reabertura do caso do desaparecimento do deputado Rubens Paiva. Com a eleição de Álvaro Dias para o governo do Paraná, Leite Chaves, que era seu suplente, assumiu a cadeira de senador em 1987. Deixou a vida pública, passando a advogar em Londrina.

Orestes Quércia elegeu-se governador de São Paulo em 1986 e fez seu sucessor. Depois disso perdeu todas as eleições que disputou. Em 2010, quando morreu, tinha um patrimônio declarado de 117 milhões de reais.[15]

Paulo Brossard não conseguiu reeleger-se no Rio Grande do Sul e foi candidato a vice-presidente na chapa do general Euler Bentes Monteiro. José Sarney nomeou-o consultor-geral da República e ministro da Justiça. Em 1989 foi nomeado para o Supremo Tribunal Federal. Morreu em 2015, aos noventa anos.

Lázaro Barboza não se reelegeu senador por Goiás. Obteve uma cadeira de deputado federal e foi nomeado ministro da Agricultura por Itamar, que o demitiu meses depois. **Evelásio Vieira** tentou voltar ao Senado em 1986, perdeu e retirou-se da política catarinense. No Amazonas, **Evandro Carreira** candidatou-se ao Senado em duas eleições, pelo PT e pelo PV, sem êxito.

Marcos Freire não conseguiu se eleger para o governo de Pernambuco. Sarney nomeou-o presidente da Caixa Econômica Federal e ministro da Reforma Agrária. Morreu em 1987, num acidente aéreo, aos 56 anos. **Gilvan Rocha** disputou sem sucesso o governo de Sergipe, e Sarney nomeou-o presidente da Central de Medicamentos, a CEME. Morreu em 2002. **Dirceu Cardoso** deixou a atividade parlamentar e foi nomeado por Sarney para a presidência da Docas do Espírito Santo. Morreu em 2003. **Agenor Maria** elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Norte por um mandato. Morreu em 1997.

Danton Jobim, na Guanabara, Ruy Carneiro, na Paraíba, e Adalberto Sena, no Acre, morreram no exercício do mandato.

A política brasileira renovou-se decisivamente depois das eleições de 1982, que refletiram as consequências da anistia. **Franco Montoro** assumiu o governo de São Paulo e, deixando o cargo, elegeu-se deputado federal em 1994. Reeleito em 1998, morreu em 1999, no exercício do mandato.

Mário Covas, cassado em 1968, elegeu-se deputado federal, foi nomeado prefeito de São Paulo e tornou-se o senador mais votado da eleição de 1986. Governou o estado paulista com dois mandatos, de 1995 a 2001, quando um câncer afastou-o do cargo. Morreu em 2001. Rompidos com o então governador Orestes Quércia, Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Covas e José Serra abandonaram o PMDB, fundando o PSDB. O ciclo iniciado em 1983 com a posse de Montoro deu ao PMDB-PSDB de São Paulo 35 anos de poder, período só comparável ao do Partido Republicano durante a República Velha. **Geraldo Alckmin**, o vice-

governador que assumiu no lugar de Covas, tornou-se o paulista que por mais tempo ocupou o cargo.

José Serra, secretário de Planejamento de Montoro, elegeu-se deputado federal em 1986. O ex-presidente da UNE, que se exilara na Bolívia, no Chile e nos Estados Unidos, tornou-se ministro do Planejamento e da Saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi prefeito e governador de São Paulo. Elegeu-se duas vezes para o Senado, a última em 2014. Concorreu duas vezes à Presidência, sem sucesso.

José Richa governou o Paraná de 1983 a 1986, também deixou o PMDB e elegeu-se senador. Morreu em 2003. Seu filho, Carlos Alberto (“Beto”), elegeu-se governador em 2010, reelegendo-se quatro anos depois.

* * *

Ulysses Guimarães tornou-se por poucos anos o político mais influente do país. Promulgou a Constituição de 1988 e manteve uma forte e conflituosa ascendência sobre o governo de Sarney. Candidatou-se à Presidência da República em 1989, mas a associação de seu nome a um governo ruinoso deixou-o com apenas 4,7% dos votos na eleição vencida por Fernando Collor. Como deputado, juntou seu prestígio à campanha pelo impedimento do jovem presidente. Morreu em 1992, aos 76 anos, num desastre de helicóptero. Estava com a mulher, Mora. Seu corpo nunca foi encontrado.

O ministério de Tancredo

A banda civil do ministério de Tancredo durou pouco.

Francisco Dornelles deixou a Fazenda cinco meses depois. Mais tarde foi ministro da Indústria e Comércio e do Trabalho. Elegeu-se senador em 2007 e vice-governador do Rio de Janeiro em 2014. Olavo Setubal saiu do Itamaraty em 1986 e voltou a comandar o banco Itaú. Morreu em 2008, aos 85 anos. Sob a direção de seu filho Roberto, o Itaú tornou-se o maior banco privado do país.

Fernando Lyra ficou menos de um ano no Ministério da Justiça. Elegeu-se deputado federal. Publicou um livro de memórias (*Daquilo que eu sei — Tancredo e a transição democrática*) e morreu em 2013.

Waldir Pires deixou o Ministério da Previdência em 1986 para disputar o governo da Bahia. Venceu, mas renunciou ao cargo, candidatando-se à Vice-Presidência da República na chapa de Ulysses Guimarães, em 1989. Deixou o PMDB e disputou em 2002, sem sucesso, uma cadeira no Senado pelo PT. Com a eleição de Lula, em 2002, foi nomeado para a chefia da Controladoria-Geral da União e para o Ministério da Defesa.

Pedro Simon ficou no Ministério da Agricultura até 1986, quando disputou o governo gaúcho, com sucesso. Tornou-se um dos líderes do PMDB, elegendo-se quatro vezes senador. Deixou a vida parlamentar em 2015.

Roberto Gusmão, que fora um dos principais articuladores da campanha de Tancredo em São Paulo, deixou o Ministério da Indústria e Comércio em 1986 e voltou para São Paulo, onde passou a dividir seu tempo com a fazenda Santa Ignácia, em Ribeirão Preto.

O general **Leonidas Pires Gonçalves** permaneceu no Ministério do Exército durante todo o governo de Sarney. Manteve os quartéis em ordem, encerrando um período de anarquia militar iniciado com as revoltas do final do século XIX. Tornou-se o mais graduado defensor do aparelho repressivo da ditadura e, em 2014, encabeçou um manifesto de 27 generais de exército, todos da reserva, contra os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Morreu em 2015, aos 94 anos. Seu colega **Ivan de Souza Mendes** ficou na chefia do Serviço Nacional de Informações até 1990. Morreu em 2010, aos 87 anos. Numa de suas raras entrevistas, defendeu o governo de Lula. (O SNI foi extinto no início do governo Collor.)

Os diplomatas estrangeiros

Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil de 1961 a 1966, tornou-se secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, foi presidente da Universidade Johns Hopkins e depois ocupou uma posição na renomada Brookings Institution. Tornou-se um crítico moderado da ditadura. Em 2001 publicou o livro *A segunda chance do Brasil — A caminho do Primeiro Mundo*. Morreu aos 96 anos, em 2009.

Vernon Walters, o adido militar trazido por Gordon ao Brasil em 1963, fez uma destacada carreira na diplomacia americana e foi, de longe, a voz mais ouvida pela Casa Branca de Richard Nixon em relação a assuntos brasileiros. Como adido militar em Paris, ajudou o secretário de Estado Henry Kissinger em suas negociações secretas com os vietnamitas do Norte. Escreveu um revelador livro de memórias, *Missões silenciosas*. Nomeado vice-diretor da CIA, foi uma das travas que impediram a Casa Branca de acobertar o caso Watergate usando a capa da agência. Chefiou a delegação americana nas Nações Unidas e, em 1989, como embaixador em Bonn, na Alemanha, teve a satisfação de ver a queda do Muro de Berlim. Morreu em 2002, aos 85 anos. Seu adjunto, o coronel **Arthur Moura**, ocupou o cargo de adido militar no Brasil durante o auge do período repressivo e foi promovido a general com a interferência do presidente Médici. Na reserva, empregou-se na empreiteira Mendes Júnior. Morreu em 2008, aos 85 anos.

Frank Carlucci, conselheiro político da embaixada americana no Brasil de 1965 a 1969, tornou-se embaixador em Portugal, de 1974 a 1978, diretor da CIA e secretário de Defesa.

Praticamente esquecido, o diplomata **Frederic Chapin**, cônsul em São Paulo de 1972 a 1978, mandou dezenas de telegramas a Washington mencionando casos de torturas e restabeleceu as conexões com a imprensa censurada e a Igreja. Foi uma espécie de contraponto às posições do coronel Arthur Moura. Deixando o Brasil, tornou-se embaixador na Etiópia, em El Salvador e na Guatemala. Morreu em 1989, aos sessenta anos.

Em 1971, o senador democrata Frank Church constrangeu os governos dos Estados Unidos e do Brasil promovendo uma série de audiências na Comissão de Relações Exteriores para discutir a situação brasileira. Ele se tornara famoso pelas investigações em que expusera as atividades da CIA. Church chegou a tentar a indicação do Partido Democrata para disputar a Presidência dos Estados Unidos. Morreu em 1984, aos 59 anos.

O embaixador soviético Andrei Fomin deixou o Brasil em 1965 e mais tarde foi removido para Bangladesh, na Ásia. O cubano **Raul Roa Khoury** voltou a Havana depois do rompimento de relações entre os dois países. Em 2005, Fidel Castro nomeou-o embaixador na Santa Sé. **Miguel Brugueras**, o principal contato cubano com a esquerda brasileira até 1964, teve uma prestigiosa carreira como embaixador na Argentina, vice-ministro das Relações Exteriores e do Turismo. Morreu em 2006. Sua filha Tania é uma destacada militante da abertura democrática em Cuba, internacionalmente reconhecida como artista de vanguarda. **Manuel Piñeiro Losada**, o *Barbarroja*, criador do aparelho de segurança cubano e seu articulador com os movimentos revolucionários latino-americanos, morreu num acidente automobilístico em 1998.

Hafid Keramane, o diplomata argelino que recebeu 1 milhão de dólares do butim do roubo do cofre de Adhemar de Barros, veio a ser embaixador no Irã, na Polônia, no Japão e na Holanda. Morreu em 2012.[16]

Os diplomatas brasileiros

Três diplomatas de carreira que ocuparam o Ministério das Relações Exteriores durante a ditadura assistiram ao seu fim. **Mario Gibson Barboza** foi embaixador na Grécia e em Roma. Em 1992 publicou suas memórias (*Na diplomacia, o traço todo da vida*) e morreu em 2007. **Antonio Azeredo da Silveira** foi embaixador nos Estados Unidos e, até 1985, em Portugal. Morreu em 1990. Concedeu uma extensa entrevista ao CPDoc da Fundação Getulio Vargas, publicada em 2010 (*Azeredo da Silveira — Um depoimento*). **Ramiro Saraiva Guerreiro** deixou um livro de memórias que, pelo título, sinaliza seu temperamento reservado: *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. Morreu em 2011.

Pio Corrêa, nomeado embaixador no Uruguai logo depois da deposição de João Goulart, chegou a secretário-geral do ministério. Criou o Centro de Informações do Exterior, braço do SNI no serviço diplomático, migrou para a iniciativa privada e presidiu a empresa Siemens. Foi um radical no combate aos esquerdistas. Publicou suas memórias combativas e elitistas em *O mundo em que vivi*. Morreu em 2013. **Marcos Côrtes**, o chefe do Serviço de Informações do Itamaraty durante o governo Médici, passou o restante de sua carreira na Austrália. Aposentando-se, tornou-se conselheiro da Escola Superior de Guerra. Traduziu a biografia do Che Guevara escrita pelo jornalista americano Jon Lee Anderson.

Italo Zappa, responsável pela política de reconhecimento das ex-colônias portuguesas na África, foi embaixador em Moçambique, Pequim, Havana e Hanói, no Vietnã. Costumava dizer que nunca serviu em país onde houvesse creme de barbear à venda nos supermercados. Recusou a

embaixada no Irã do xá Reza Pahlevi porque achava ridícula a sua corte. Morreu em 1997.

Ovídio de Melo, diplomata que em 1974 trocou o consulado em Londres pelo de Luanda, onde houve época em que os supermercados não vendiam nada. Ele garantiu o apoio brasileiro ao MPLA, que governa o país até hoje. Foi preterido sessenta vezes nas promoções a embaixador e só saiu da geladeira no governo Sarney. A Casa de Cultura do Brasil em Luanda leva seu nome. Morreu em 2014.

Paulo Nogueira Batista, o artífice do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, de 1975, e primeiro presidente da Nuclebras, tornou-se chefe da Missão Permanente do Brasil em Genebra e embaixador do Brasil na ONU.[17] Morreu em 1994, aos 64 anos.

O diplomata **Octavio Eduardo Guinle**, que deu um passaporte brasileiro a José Serra, exilado no Chile, deixou a carreira em 1972.[18] Seu colega **Fernando Fontoura**, que, segundo Serra, tentou confiscar-lhe o documento, foi nomeado embaixador na República Dominicana por Fernando Henrique Cardoso.[19]

Miguel Darcy de Oliveira, preso em 1970 porque distribuía denúncias de tortura a partir de Genebra, onde servia, exilou-se no Chile e seguiu para a Suíça, onde viveu por dez anos. Trabalha no Instituto Fernando Henrique Cardoso. **Rosiska**, sua mulher, foi interrogada durante doze horas na embaixada em Genebra e teve seu passaporte apreendido. Escritora, foi eleita para a Academia Brasileira de Letras.[20] **Francisco Alvim**, um jovem secretário e poeta que teve seu apartamento de Paris varejado por agentes da ditadura, tornou-se embaixador na Costa Rica.

Rubens Ricupero assessorou Tancredo Neves em sua viagem ao exterior como presidente eleito e ficou no gabinete de Sarney, que o designou embaixador junto aos organismos da ONU em Genebra. Em 1991, Fernando Collor nomeou-o embaixador em Washington. Foi ministro da Fazenda de Itamar Franco. Demitido, seguiu para a embaixada em Roma e

elegeu-se secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. Dirige a Faculdade de Economia da Fundação Alvares Penteado, em São Paulo.

Celso Amorim, que presidia a Embrafilme e foi demitido por ter liberado financiamento para o filme *Pra frente Brasil*, onde são exibidas cenas de tortura na prisão durante a ditadura, tornou-se o mais longevo dos chanceleres brasileiros. Chefiou o Itamaraty de 1993 a 1995, no governo de Itamar Franco; e de 2003 a 2010, com Lula. De 2011 a 2014, foi ministro da Defesa.

Os personagens da dívida

Antony Gebauer, o primeiro chefe do comitê de bancos que negociou a dívida brasileira, deixou o Banco Morgan em 1985 e dois anos depois foi condenado a três anos e meio de prisão por ter desviado 4,3 milhões de dólares de depositantes brasileiros. Cumpriu a pena e recomeçou sua vida num modesto escritório em Nova York.[21] Seu sucessor, **William Rhodes**, do Citibank, coordenou a renegociação da dívida de seis outros países e chegou à presidência do Citicorp. Contou suas experiências no livro *O banqueiro do mundo — Lições de liderança do diplomata das finanças globais*.

Em 1989, sete anos depois do início da crise, o governo americano empurrou goela abaixo da banca a reestruturação das dívidas chamando-a de Plano Brady.

Os jovens economistas da PUC do Rio, que, em 1982, organizaram o seminário Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural, viriam a formar o núcleo orientador da política econômica brasileira em 1993. **Pedro Malan** tornou-se o negociador da dívida durante o governo Collor, presidiu o Banco Central e foi ministro da Fazenda de 1995 a 2002. Posteriormente, presidiu o conselho de administração do banco Itaú. **Persio Arida** e **Francisco Lopes** presidiram o Banco Central. **André Lara Resende**, **Edmar Bacha** e Arida presidiram o BNDES.

A universidade

Caio Prado Júnior, condenado a quatro anos de prisão por uma entrevista banal, passou 545 dias na cadeia e foi libertado em 1971. Morreu em 1990. O arquiteto **Oscar Niemeyer** demitiu-se da Universidade de Brasília, exilou-se por algum tempo, regressando periodicamente ao Brasil. Projetou o Memorial JK de Brasília e viu sua inauguração. Morreu em 2012, aos 104 anos. **Paulo Freire**, o educador que revolucionara os métodos de alfabetização, foi preso por setenta dias, exilou-se, lecionou no Chile e na Universidade Harvard. Regressou com a anistia e filiou-se ao PT. Morreu em 1997 e é o Patrono da Educação Brasileira. O professor **Florestan Fernandes**, preso em 1964 e expulso da Universidade de São Paulo em 1969, foi para o exterior e lecionou nas universidades Yale e Columbia. Foi um dos fundadores do PT e elegeu-se duas vezes deputado federal. Morreu em 1995. O historiador Sérgio Buarque de Holanda, que se afastou da USP como forma de protesto contra a aposentadoria compulsória de colegas, também participou da fundação do PT. Morreu em 1982, dizendo que se tornara "o pai do Chico". O sanitarista **Luiz Hildebrando Pereira da Silva** foi para o exílio e prosseguiu suas pesquisas de doenças tropicais no Instituto Pasteur de Paris. Em 1996 instalou-se em Rondônia, estudando a malária. Morreu em 2014. Proibido de trabalhar no Brasil, o parasitologista **Herman Lent**, do Instituto Oswaldo Cruz, foi para a Venezuela e para os Estados Unidos. Regressou em 1976 e passou a lecionar na Universidade Santa Úrsula (RJ). Morreu em 2004, aos 93 anos. **Maria Yedda Linhares**, presa três vezes e aposentada compulsoriamente na UFRJ, tornou-se professora da Universidade Federal Fluminense e ajudou Darcy Ribeiro a implantar os Centros Integrados de Educação Pública, o CIEPs, no Rio de

Janeiro. Morreu em 2011. **Gilberto Freyre**, o autor de *Casa grande & Senzala*, defensor do regime até o início dos anos 1970, quando atacava de d. Helder Câmara a Alceu Amoroso Lima, condenou o AI-5 e declarou-se a favor da anistia em 1977. Em 1983 recebeu Tancredo Neves em sua mansão do Recife. Tancredo classificou-o como seu "conselheiro da vida intelectual".[22] Morreu em 1987.

Eremildo Vianna, o ex-diretor da Faculdade Nacional de Filosofia que o jornalista Sérgio Porto transformou em símbolo dos professores que denunciavam colegas, morreu em 1998. Havia duas pessoas no funeral.[23]

A Igreja

Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, o mais destacado e popular dos religiosos brasileiros, viu o fim da ditadura que o detestava (a recíproca era verdadeira). Nunca foi feito cardeal e morreu em 1999, aos noventa anos. Seu caixão foi acompanhado por uma procissão que durou três horas.[24]

Quatro dos cinco cardeais brasileiros que foram à posse de Geisel viram o fim da ditadura. **Paulo Evaristo Arns** tornou-se o símbolo da luta da Igreja católica pelos direitos humanos, e em 1998 o papa João Paulo II aceitou sua renúncia à Arquidiocese de São Paulo por ter atingido a idade-limite. **Eugênio Sales** deixou a Arquidiocese do Rio de Janeiro em 2001 e morreu em 2012, aos 91 anos. Uma pomba branca pousou demoradamente sobre seu caixão durante a missa celebrada na catedral do Rio. **Vicente Scherer** morreu em 1996, aos 93 anos. Ele foi o primeiro e único cardeal do arcebispado de Porto Alegre. **Avelar Brandão** morreu em 1986, em Salvador.

Agnello Rossi, o cardeal-arcebispo de São Paulo transferido para Roma em 1970, depois de manifestações de desconforto de religiosos de sua diocese que o julgavam simpático ao regime, morreu em 1995. **Geraldo de Proença Sigaud** foi o bispo brasileiro que defendeu a ditadura com mais convicção (“confissões não se obtêm com bombons”), mas afastou-se da campanha do regime contra d. Helder (“ele é meu irmão em Cristo”).[25] Morreu em 1999.

Cláudio Hummes, o bispo de Santo André durante as greves do ABC, sucedeu Paulo Evaristo Arns na Arquidiocese de São Paulo em 1998 e foi elevado ao cardinalato em 2001. Anos depois, foi transferido para a

Congregação do Clero, em Roma. **Aloísio Lorscheider**, secretário-geral e depois presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de 1971 a 1978, assumiu a Arquidiocese de Fortaleza em 1973 e tornou-se cardeal três anos depois. Morreu em 2007. **Lucas Moreira Neves**, bispo auxiliar de Paulo Evaristo Arns em São Paulo, substituiu Avelar Brandão em Salvador e ganhou o barrete em 1988. Dez anos depois, o papa João Paulo II entregou-lhe a direção da Congregação dos Bispos. Morreu em Roma, em 2002, aos 76 anos.

Sebastiano Baggio, núncio apostólico no Brasil de 1964 a 1969, teve uma difícil relação com a ditadura. Regressou a Roma, foi feito cardeal e o papa Paulo VI nomeou-o chefe da Congregação dos Bispos. Morreu em 1993, aos 79 anos.

Waldyr Calheiros, o bispo de Volta Redonda que desmascarou o acobertamento do assassinato de soldados num quartel de sua diocese, denunciou novamente a violência militar em 1988, quando uma tropa do Exército invadiu a Companhia Siderúrgica Nacional e matou três grevistas. Aposentou-se em 1999 e morreu em 2013.

A ditadura não conseguiu remover **Pedro Casaldáliga** da diocese de São Félix do Araguaia (MT). Ele renunciou em 2005. Sete anos depois, sempre vivendo numa pequena casa no Araguaia, foi mais uma vez ameaçado de morte. Em 2014 estreou o filme *Descalço sobre a terra vermelha*, sobre sua trajetória de luta.[26] O padre **Francisco Lage**, preso em 1964, exilou-se no México e deixou a batina. Em 1988 contou sua vida em *O padre do diabo — A Igreja ausente na hora de mudar*. Voltou ao Brasil, elegeu-se vereador em Belo Horizonte e morreu em 1989.

Três dos quatro freis dominicanos presos em 1969 por suas ligações com Carlos Marighella foram libertados em 1973. Carlos Alberto Libânio Christo, o **Frei Betto**, continuou ligado à ordem como irmão e tornou-se um ativo militante político. Escreveu sessenta livros, traduzidos em 24 idiomas e publicados em 35 países. Em *Batismo de sangue — Os dominicanos e a*

morte de Carlos Marighella, contou os sofrimentos do grupo.[27] Assessorou Lula no início de seu primeiro mandato. **Frei Fernando de Brito** manteve-se na vida eclesiástica. Vive em Conde, no litoral da Bahia.[28] **Ivo Lesbaupin** deixou o hábito e tornou-se professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O quarto frei, Tito de Alencar Lima, foi libertado em 1970, depois do sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, matou-se quatro anos depois, no exílio.

Alípio de Freitas, que fora padre da Igreja católica e em 1966 ajudara a organizar o atentado do Aeroporto dos Guararapes, foi preso, libertado e publicou suas memórias no livro *Resistir é preciso — Memória do tempo da morte civil do Brasil*. A partir de 1981 viveu em Moçambique, retornando posteriormente a Portugal, país onde nasceu.[29]

O padre **Giulio Vicini** e a assistente social **Yara Spadini**, cuja prisão levou d. Paulo Evaristo Arns a confrontar-se com o governo em 1971, casaram-se em 1973.

SNI, CIE e DOI

Durante a ditadura o Serviço Nacional de Informações, fundado por Golbery, teve cinco chefes e produziu dois presidentes (Médici e Figueiredo). A CIA e a KGB não tiveram desempenho semelhante, pois cada uma só produziu um governante: George Bush, nos Estados Unidos, e Yuri Andropov, na União Soviética.

O general **Carlos Alberto da Fontoura**, que esteve na chefia do SNI de 1969 a 1974, foi designado embaixador do Brasil em Lisboa. Retornou ao país em 1978, sem se envolver em política até sua morte, em 1997, aos 84 anos. **Octavio Medeiros** retirou-se completamente da vida pública. Morreu em 2005, aos 82 anos.

Dos chefes da Agência Central do Serviço, só **Sebastião Ramos de Castro** chegou à quarta estrela, vindo a comandar o II Exército durante o governo de Figueiredo. Declarou-se um "surdo e mudo" em matéria política.

O general **Enio Pinheiro**, primeiro chefe da Agência Central de Brasília e fundador da Escola Nacional de Informações, passou para a reserva em 1979. Tornou-se presidente da Dersa — Desenvolvimento Rodoviário no governo de Paulo Maluf. **Newton Cruz**, chefe da Agência Central durante o governo de Figueiredo, foi preterido na primeira promoção a general de exército do novo regime e passou para a reserva. Perseguido pela fama que buscou, enfrentou processos pela morte do jornalista Alexandre von Baumgarten e pelo atentado do Riocentro. Jamais foi condenado. Concorreu sem sucesso à Câmara Federal e ao governo do Rio de Janeiro em 1994, quando conseguiu 14% dos votos.

Depois de ter chefiado o CIE de 1979 a 1981, o general **Geraldo Araújo Ferreira Braga** dirigiu a Agência Central no final do governo Figueiredo e foi mantido por Sarney até o fim de 1985.

Dois oficiais que serviram no aparelho repressivo tiveram destacada carreira nos governos da redemocratização. O major **José Antonio Nogueira Belham**, que comandava o DOI do Rio quando nele foi assassinado Rubens Paiva, chegou a general de divisão e comandou a 7ª Região Militar de maio de 1993 a setembro de 1994. Depois de passar para a reserva, foi nomeado vice-presidente da Fundação Habitacional do Exército em 1999, permanecendo durante o governo de Lula. Foi demitido depois de um desentendimento com viúvas de oficiais mortos durante o terremoto de 2010 no Haiti.

O major **Nilton Cerqueira**, que em 1971 estava na cena em que morreu Carlos Lamarca, na Bahia, comandou como coronel as tropas especiais do Exército que liquidaram os guerrilheiros do Araguaia no início de 1974. Comandou a Polícia Militar do Rio de Janeiro à época do atentado no Riocentro, presidiu o Clube Militar, elegeu-se deputado federal e em 1995 foi nomeado secretário de Segurança pelo governador Marcello Alencar, do PSDB. Em 1998 tentou voltar à Câmara, mas não se elegeu. Em 2014, contestando os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, perguntou: “Sou eu, que cumpri a lei, que violou os direitos humanos? E os terroristas? São o quê? Inclusive a terrorista que é presidente do país?”.

No topo da hierarquia do aparelho repressivo da ditadura esteve o Centro de Informações do Exército. Dos oito chefes do CIE, quatro chegaram à quarta estrela: Milton Tavares de Souza, **Edison Boscacci Guedes** (1977-1979), **Mario Orlando Ribeiro Sampaio** (1981-1983) e **Iris Lustosa** (1983-1985), que lá servira como major e era seu chefe durante as maquinações contra a candidatura de Tancredo Neves. Sampaio sucedeu Newton Cruz no Comando Militar do Planalto e até 1989 foi o comandante militar da Amazônia. Morreu em 2013. Boscacci foi nomeado

chefe do Comando Militar Sul em 1986 e morreu em 2006. Lustosa comandou a 7ª Região Militar de 1986 a 1988 e no ano seguinte, com a quarta estrela, assumiu a Diretoria Geral do Pessoal.

O primeiro comandante do CIE, o coronel **Adyr Fiúza de Castro**, foi caroneado numa promoção depois da demissão de seu amigo Sylvio Frota e passou para a reserva. Em 1983 tomou dois dias de prisão domiciliar por ter se metido em política. Morreu em 2009.

O general **Confucio Danton de Paula Avelino** perdeu a chefia do CIE em 1976. Passando para a reserva, presidiu a empresa de material bélico Avibras. Morreu em 2000. Seu sucessor no CIE, **Antonio da Silva Campos**, foi exonerado no dia seguinte à demissão do ministro Sylvio Frota. Comandou a 10ª Região Militar de 1980 a 1983.

O coronel **José Luiz Coelho Netto**, braço direito de Milton Tavares de Souza no CIE durante o governo Médici, passou para a reserva como general ainda durante o governo Figueiredo e morreu em 1996.

Depois de terminar o IPM que concluiu pelo suicídio do operário Manoel Fiel Filho, o coronel **Murilo Alexander** chegou ao generalato e comandou uma importante guarnição do vale do Paraíba. O coronel **Luiz Helvecio da Silveira Leite** passou pelo SNI e pelo grupo de oficiais que faziam panfletagens contra a abertura, revelou alguns atentados praticados por militares e morreu em 1995. Denunciou atos terroristas de que participou e entregou seu precioso arquivo ao jornalista Ayrton Baffa, que em 1989 publicou o livro *Nos porões do SNI — O retrato do monstro de cabeça oca*.

O capitão **José Brant Teixeira**, um dos quadros mais ativos do CIE, passou para a reserva como coronel e reconheceu em seu depoimento ao Ministério Público Federal que esteve no Araguaia.[30] Foi o *Doutor Cesar* no DOI do Rio. Dirigiu a Academia Nacional de Polícia de 1994 a 1995 e em 2001 era assessor especial da diretoria da ABIN.[31]

A “Casa da Morte”

Dos oficiais que passaram pelo aparelho clandestino do CIE montado numa casa de Petrópolis, o *Doutor Bruno*, major **Cyro Etchegoyen**, oficial da estrita confiança de Coelho Netto, serviu com o general Milton Tavares de Souza no comando do II Exército durante as greves de 1980 no ABC. Passou para a reserva como coronel. Morreu em 2012.

O capitão **Paulo Malhães**, *Doutor Pablo*, também passou para a reserva como coronel e em 2014 prestou um extenso depoimento à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Deve-se a ele o entendimento dos mecanismos que criaram e mantiveram o aparelho de Petrópolis. Malhães morreu semanas depois, durante um assalto ao sítio em que vivia, na Baixada Fluminense.

O major **Rubens Paim Sampaio**, o *Doutor Teixeira* do DOI do Rio, foi para a reserva como coronel, tentou negócios de garimpo na Amazônia e em 2014 conversou com pesquisadores do Ministério Público do Rio de Janeiro, mas pouco revelou.

O coronel **Freddie Perdigão Pereira** passou pelo CIE e foi transferido para o SNI. Em 1982 foi para a reserva, mas continuou por cinco anos no Serviço, como celetista. Fez amizades com banqueiros de bicho da Baixada Fluminense e em 1986 tinha interesses num supermercado, numa agência de automóveis, numa importadora e numa empresa de segurança. Em seu depoimento no livro *Memórias de uma guerra suja*, o policial capixaba Cláudio Guerra acusou-o de chefiar grupos de extermínio. Seu nome foi associado à prisão de Rubens Paiva, ao atentado no Riocentro e ao assassinato de Alexandre von Baumgarten. Perdigão morreu em 1996, aos sessenta anos.

O tenente-médico **Amilcar Lobo**, que atendeu a presa Inês Etienne Romeu no aparelho do CIE de Petrópolis e revelou que viu Rubens Paiva agonizando no DOI, publicou suas memórias, intituladas *A hora do lobo, a hora do carneiro*, e morreu em 1997, aos 58 anos.

O soldado **Antonio Waneir Pinheiro Lima**, o *Camarão*, que prestava serviço na casa, passou a trabalhar como guarda-costas do bicheiro Anísio Abraão David e foi localizado em 2014, em Araruama (RJ).

Por meio do DOI de São Paulo, o CIE controlava também três aparelhos em São Paulo. Seu principal operador foi o capitão **Ênio Pimentel da Silveira**, o *Doutor Ney*. Ele deixou o CIE semanas antes da data em que Tancredo seria empossado. Matou-se em 1986, quando comandava um Grupo de Artilharia de Costa Motorizada. Nos aparelhos do CIE paulista teriam sido mortos diversos dirigentes do Partido Comunista.

Inês Etienne Romeu, da VPR, a única presa que sabidamente saiu viva da casa de Petrópolis e foi responsável por sua localização, anos depois, teve um pedido de reconhecimento de sua prisão contestado pela Procuradoria da Fazenda, sob o argumento de que deveria identificar os soldados e oficiais que a mantiveram cativa. Em 2009 recebeu das mãos da presidente Dilma Rousseff o Prêmio Direitos Humanos. Morreu em 2015, aos 72 anos.

O CISA e o Cenimar

O brigadeiro **João Paulo Burnier**, criador do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, o CISA, morreu em 2000, sempre negando que tivesse planejado explosões e atentados com tropas de elite da FAB. Seu acusador, o capitão **Sérgio (Macaco) Miranda de Carvalho**, foi reformado pelo AI-5. Depois da anistia, elegeu-se suplente de deputado federal e ocupou brevemente a cadeira. Em 1992 o Supremo Tribunal Federal reintegrou-o na patente de brigadeiro. O cumprimento da decisão judicial foi protelado e ele morreu em 1994. Três anos depois sua família foi indenizada.

Dos onze chefes do Centro de Informações da Marinha, dois chegaram à patente de almirante de esquadra: **Álvaro de Rezende Rocha**, que ocupou o cargo por cinco meses, até fevereiro de 1967, e **Renato de Miranda Monteiro**, por onze meses, até fevereiro de 1980. O mais longevo dos chefes do Cenimar durante a ditadura, **Fernando Pessoa da Rocha Paranhos**, ficou na função de abril de 1968 a março de 1971. Esse foi o período de maior envolvimento da Marinha na repressão política. Ele passou para a reserva como capitão de mar e guerra.

O porão

Em 1972 o general Golbery recebeu um pequeno papel com o nome de seis torturadores. Eram todos do DOI do II Exército. Três deles, veteranos, haviam interrogado Dilma Rousseff.

O capitão **Benoni de Arruda Albernaz**, chefe da equipe A de interrogatórios, foi desligado do destacamento e passou para a reserva em 1977. Meteu-se com comércio de ouro no Pará e respondeu a vários processos, acusado de estelionato. Morreu em 1992.[32]

O capitão **Maurício Lopes Lima** foi processado pelo Ministério Público e exonerado pelo Tribunal Regional Federal de São Paulo em 2011. Tenente-coronel reformado, vivia numa praia em Guarujá (SP). Condenou a Comissão da Verdade: “O terrorista falou, é verdade. A direita falou, é mentira. É revanchismo total”.

Em 2014, como coronel reformado, o capitão **Homero Cesar Machado** depôs na CNV. Acusou-a de parcial e disse que as Forças Armadas é que deveriam explicar o que houve nos DOI: “Nós éramos agentes e delegados da instituição”. Vive em São Paulo. O capitão **Dalmo Lúcio Muniz Cirillo** morreu em 2002. Em 2010, seu colega **Innocencio Fabricio de Mattos Beltrão** vivia no Rio de Janeiro.

O DOI paulista era comandado pelo sexto nome da lista, o major **Carlos Alberto Brilhante Ustra**. *Doutor Tibiriçá* passou para a reserva como coronel, escreveu dois livros (*Rompendo o silêncio* e *A verdade sufocada — A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*). Foi processado por diversas vítimas de torturas. Em 2013, depondo na Comissão Nacional da Verdade, disse que “quem deveria estar sentado aqui é o Exército Brasileiro. Não eu”.[33] Morreu em 2015, aos 83 anos.

O general Ednardo D’Avila Mello, comandante do II Exército demitido pelo presidente Ernesto Geisel depois da morte do operário Manoel Fiel Filho em seu DOI, passou para a reserva e morreu em abril de 1984, dias depois do grande comício pelas Diretas na Candelária. Fez seu último comentário político meses depois da demissão: “Infelizmente, eu vou para a História como um torturador, como um homem de maus sentimentos”.[34] **Ernani Ayrosa da Silva**, o general que comandou a organização do DOI do II Exército, foi promovido à quarta estrela e publicou o livro *Memórias de um soldado*. Morreu em 1987. **Romeu Tuma**, diretor do DOPS paulista de 1977 a 1983, tornou-se chefe da Polícia Federal em 1986. Em 1994 elegeu-se senador por São Paulo. Morreu em 2010. O coronel **Erasmo Dias**, secretário de Segurança de São Paulo de 1974 a 1978, comandante da invasão da PUC em 1977, exerceu um mandato de deputado federal e três na Assembleia Legislativa. Morreu em 2010. Publicou suas memórias no livro *Reflexões de uma vida*. Quando o governo começou a indenizar vítimas da ditadura, pretendeu receber reparação: “Tenho mais direito a ela do que aqueles terroristas que fizeram guerrilha e agora posam de heróis”.

O tenente-coronel **Audir Santos Maciel**, o *Doutor Silva*, sucedeu a Ustra no DOI de São Paulo. Sob seu comando deram-se a liquidação dos dirigentes do PCB e o assassinato de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho. Passou pelo CIE onde, como Ustra, dirigiu a seção de operações. O Ministério Público moveu-lhe um processo, mas em 2010 a Justiça Federal arquivou-o.

O coronel **José de Barros Paes**, chefe da 2ª Seção do II Exército quando Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho morreram no DOI de São Paulo, passou para a reserva em 1981. Disse o seguinte em 2004, numa entrevista ao repórter Marcelo Godoy: “Vou morrer com essa pecha. O que é que vou fazer? Quando morrer, o necrológio vai aparecer com esse problema e ainda vão colocar a foto do Herzog pendurada… Ah, você vai ver”.[35]

O capitão **André Leite Pereira Filho**, do CIE, o *Doutor Edgar* do DOI paulista, identificado como o controlador da casa de Itapevi (SP), onde foram executados dirigentes do PCB, morreu em 2003, como coronel. O sargento **Roberto Artoni** serviu no DOI e no CIE e foi um dos controladores de outro aparelho clandestino, localizado no bairro de Parelheiros.[36] Depôs na CNV, disse que nunca presenciou torturas e morreu em 2014.

O delegado **David dos Santos Araújo**, o *Capitão Lisboa* do DOI de São Paulo, aposentou-se e abriu uma próspera empresa de segurança. Ele disse ao repórter Percival de Souza que "se eu soubesse que o Brasil resultaria nisso, não teria ido para lá. Hoje nossos adversários são excelências e nós não somos nada".[37]

Em 2003, o policial **Aparecido Laertes Calandra**, identificado como *Capitão Ubirajara*, tornou-se delegado-assistente do Departamento de Inteligência da Polícia Civil de São Paulo. Ele negou que estivesse de plantão no dia da morte de Vladimir Herzog. Outras informações dão conta de que estava lá e saiu para o almoço (uma feijoada) com seu colega **Pedro Mira Grancieri**, o *Capitão Ramiro*. Ambos aposentaram-se como delegados.

Harry Shibata, o médico que assinou o laudo da morte de Vladimir Herzog, tornou-se símbolo dos colegas de profissão que assinavam perícias falsas. Ganhou a Medalha do Pacificador, mas teve o seu registro profissional cassado pelo Conselho de Medicina em 1980. Num caso emblemático, o legista **Rubens Macuco Janini** assinou em 1969 a autópsia de Chael Schreier, indicando que o cadáver tinha pelo menos 53 marcas de violência, com dez costelas quebradas. Nos anos seguintes, assinou laudos fraudulentos e foi cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio. Em 2000, recusava-se a admitir que Chael fora torturado.

Antonio Saito, um dos interrogadores do DOI no dia da morte de Herzog, deixou a polícia e foi preso sob a acusação de estelionato.

Fantasiava-se de coronel para praticar extorsões. Dezessete anos depois da morte de Herzog, apareceu enforcado numa cela do 91º Distrito de São Paulo. Segundo a versão oficial, suicidou-se.[38]

O sargento do Exército **Marival Chaves do Canto** foi o primeiro militar a descrever a política de extermínio do CIE e as operações do DOI de São Paulo. Em 1992 deu um longo depoimento ao repórter Expedito Filho.[39] Nas décadas seguintes, manteve suas acusações, inclusive depondo na Comissão da Verdade, em 2012.

Julio Molinas, comandante do DOI do I Exército na noite do atentado no Riocentro, passou para a reserva e foi assassinado em Porto Alegre em 2012, aos 78 anos. Guardava consigo documentos esclarecedores sobre o atentado e, sobretudo, papéis que ajudaram a estabelecer a identidade de José Antonio Nogueira Belham como comandante do DOI do Rio no dia da prisão de Rubens Paiva.[40]

O capitão **Wilson Machado**, que estava com o sargento **Guilherme do Rosário** quando explodiu a bomba no Riocentro, jamais foi repreendido e seguiu sua carreira. Chegou a coronel, passou para a reserva e continuou trabalhando em instituições militares, como celetista. Em 2014 prestou um depoimento à Comissão da Verdade, repetindo, em linhas gerais, a versão que deu em 1981. **Sueli José do Rosário**, viúva do sargento, vive no Rio. Não recebeu qualquer indenização além da pensão deixada pelo marido. **Dickson Grael**, o coronel da reserva que denunciou a participação do DOI no atentado, morreu em 1988, aos 64 anos. Seus filhos, Torben e Lars, estão entre os maiores velejadores brasileiros, com sete medalhas olímpicas.

O sargento **Magno Cantarino**, o *Guarany* do DOI do I Exército, identificado como o portador da carta-bomba que matou a secretária do presidente da OAB em 1980, vive em Campinho (RJ).

Josias Quintal, oficial da PM do Rio e quadro do DOI do I Exército de 1976 a 1978, foi duas vezes secretário de Segurança do estado, nos governos de Anthony Garotinho e de sua mulher, Rosinha.[41]

Valter Jacarandá, que chegou a coronel do Corpo de Bombeiros, foi destacado para o DOI do Rio em 1970. Depôs na Comissão da Verdade em 2013 e reconheceu que participou de sessões de tortura.[42] **Riscala Corbage**, o *Doutor Nagib* do DOI carioca, foi para a reserva da PM como coronel. Em 2014, admitiu ter orientado sessões de torturas.[43]

O general **Waldir Muniz**, chefe da Agência Rio do SNI, ocupava a Secretaria de Segurança do estado à época do atentado no Riocentro. Morreu em 1996.

O capitão **Ailton Guimarães Jorge** ganhou fama no Rio de Janeiro como presidente da Liga Independente das Escolas de Samba. Ele passara pelo DOI do Rio de Janeiro e desligara-se do Exército, acusado de comandar uma quadrilha de contrabandistas. Tornou-se um poderoso banqueiro de bicho, conhecido como *Capitão Guimarães*. Como bicheiro, foi preso duas vezes.

O coronel **Ary Pereira de Carvalho** dirigiu o inquérito da Vanguarda Popular Revolucionária. Foi acusado de ter presenciado diversos interrogatórios. Numa ocasião chegou ao DOI à noite, vestindo smoking, com cravo na lapela, para interrogar a presa Maria do Carmo Brito. Como chefe da seção de operações do SNI, informou ao general Newton Cruz que haveria um atentado no Riocentro. Depois do assassinato de Alexandre von Baumgarten, foi mandado para Buenos Aires. Morreu em 2006 como membro da Irmandade Santa Cruz dos Militares, onde oravam pelo menos doze oficiais que passaram pelos porões.

O tenente **Ailton Joaquim**, que servia no quartel da PE da Vila Militar ao tempo da aula de tortura do “tenente Ailton”, usando presos como cobaias, meteu-se na quadrilha do *Capitão Guimarães* e deixou o Exército. Morreu em 2007.

O tenente **Antonio Fernando Hughes de Carvalho**, que foi visto espancando o ex-deputado Rubens Paiva, deixou o Exército, foi trabalhar nos Correios e morreu em 2005. Os sargentos **Jurandyr** e **Jacy**

Ochsendorf, que estariam com Rubens Paiva durante seu falso sequestro, jamais falaram sobre o episódio. Chamados a depor na Comissão da Verdade como capitães da reserva, mantiveram-se calados. O coronel **Raymundo Ronaldo Campos** listou-os como quadros do CIE, frequentadores da "Casa da Morte". Ele admitiu em depoimento à CNV que, como major, montou a farsa do sequestro de Paiva.

O capitão **José de Ribamar Zamith**, comandante do quartel da PE da Vila Militar e seguidamente acusado de ter participado de atentados e tortura de presos, em 1981 associou indiretamente os generais Octavio Medeiros e Coelho Netto ao atentado no Riocentro.[44] Como coronel, na reserva, deu diversos depoimentos, inclusive ao Ministério Público do Rio de Janeiro. Morreu em 2014.

O coronel **Átila Rohrsetzer**, organizador do DOI do Rio Grande do Sul e do "Dopinha", o centro clandestino de torturas de Porto Alegre, e acusado de ter participado da organização do sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz, vive em Florianópolis. Foi arrolado como um dos responsáveis pelo sequestro e desaparecimento de dois cidadãos argentinos capturados no Brasil. O delegado **Pedro Seelig**, equivalente gaúcho do paulista Sérgio Fleury, deixou a polícia e vive em Porto Alegre. Em 2014, manifestantes fizeram um protesto diante do prédio em que ele mora, na rua Barbedo. **Didi Pedalada**, o policial Orandir Portassi Lucas, que participara do sequestro de **Lilián Celiberti** e **Universindo Díaz**, jamais foi responsabilizado e morreu em 2005. (Lilián e Universindo foram libertados em 1984, com o fim da ditadura uruguaia. Ela contou sua experiência no livro *Meu quarto, minha cela*[45] e milita na Articulação de Organizações Feminista do Mercosul. Universindo morreu em 2012, aos sessenta anos.)

* * *

Aladino Felix, que usava os pseudônimos de *Sábado Dinotos*, *Dunatos Menorá* ou ainda *Dino Kraspedon*, o misterioso personagem que praticava atentados em 1968 na cidade de São Paulo, morreu em 1985. Hoje seu nome está associado a pesquisas ufológicas e esotéricas.

Os “cachorros”

A máquina repressiva contou com a ajuda de algumas dezenas de pessoas que, tendo sido presas, foram postas em liberdade, tornando-se “cachorros” no jargão policial.[46] Quatro deles reconheceram-se nessa condição. O mais famoso, o ex-marinheiro **José Anselmo dos Santos**, conhecido como *Cabo Anselmo*, sumiu em 1973, depois de provocar a morte de seis militantes da VPR. Reapareceu em 1984, com uma entrevista ao repórter Octávio Ribeiro. Requereu uma indenização à Comissão de Anistia como vítima da ditadura, mas não foi atendido. Em 2015, aos 74 anos, publicou o livro *Cabo Anselmo — Minha verdade*. O médico **João Henrique Ferreira de Carvalho**, o *Jair* da ALN até 1972 e o *Jota* do DOI daí em diante, prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade em 2013. **Maria Madalena Lacerda de Azevedo** e seu marido, **Gilberto Giovannetti**, ambos da VPR, foram identificados em 1992 e reconheceram a colaboração.

Araguaia

De todos os quadros do aparelho repressivo, quem fez a carreira mais espetacular foi o major **Sebastião Rodrigues de Moura**, nacionalmente conhecido como *Major Curió*. Ele participou da mobilização do CIE no combate e na extinção do foco guerrilheiro do PC do B nas matas do Araguaia e comandou a *Operação Sucuri*, que infiltrou militares na região, preparando a ofensiva iniciada em outubro de 1973. Terminada a ação militar, continuou na região e em 1982 elegeu-se deputado federal. Tornou-se presidente da Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada, a maior mina de ouro a céu aberto do mundo. Liderou a maior revolta popular já ocorrida na Amazônia, conseguindo que a extração do ouro continuasse sendo feita de forma artesanal. Em 1999, *Curió* filiou-se ao PMDB, elegendo-se prefeito do município de Curionópolis (PA). Ao longo dos anos, envolveu-se em casos de corrupção e homicídios. Sua vida está contada no livro *Mata! — O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*, do repórter Leonencio Nossa. O sargento **João Santa Cruz**, braço direito de *Curió*, permaneceu no Araguaia mesmo depois da extinção da guerrilha. Ele depôs na Comissão Nacional da Verdade em 2013.

Os militares que participaram do combate à guerrilha jamais tiveram seus nomes revelados pelo Exército. Passados mais de quarenta anos, livros de memórias e pesquisas da Comissão Nacional da Verdade permitiram que se resgatasse parte da história de alguns deles. Quatro oficiais combatentes narraram as operações de combate à guerrilha.

Em 2002, o coronel **Aluísio Madruga**, um dos militares infiltrados na região em 1973, publicou *Guerrilha do Araguaia — Revanchismo*. Ele chegou a chefe de gabinete do secretário nacional Antidrogas e em 2000 era

o coordenador-geral de operações da Secretaria, ligada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.[47]

O tenente-coronel **Licio Augusto Ribeiro Maciel**, o *Doutor Asdrúbal*, baleado no rosto em 1973, contou seu caso em *O coronel rompe o silêncio*, de 2004, numa entrevista ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, e em *Guerrilha do Araguaia — Relato de um combatente*, detalhou sua experiência no Araguaia.

O tenente **José Conegundes do Nascimento**, que serviu como sargento no Araguaia, foi um dos organizadores de uma narrativa das atividades da esquerda durante o surto terrorista que começou na segunda metade dos anos 1960, liquidado em poucos anos. Criado por oficiais do CIE sob a coordenação do general **Agnaldo Del Nero Augusto**, esse projeto resultou no livro *Orvil — Tentativas de tomada do poder*. Além de ter ajudado no *Orvil*, Del Nero publicou dois outros livros, *A grande mentira*, que trata da repressão aos movimentos de esquerda, e *Médici — A verdadeira história*. Morreu em 2009.

O coronel **Pedro Corrêa Cabral**, da FAB, contou que em 1975 participou, como capitão e piloto de helicóptero, de uma operação para exumar e incinerar os cadáveres de guerrilheiros mortos. Suas revelações foram publicadas em 1993 no livro *Xambioá — Guerrilha no Araguaia — Novela baseada em fatos reais*.

Antonio Bandeira, ex-diretor-geral da Polícia Federal e comandante de uma fase do combate à guerrilha, chegou a general de exército. Em 1998, quando vivia numa fazenda em Mulungo (PB), entregou ao repórter Amaury Ribeiro Jr. seu arquivo pessoal, que se tornou conhecido como “O Baú do General”.[48] Morreu em 2003, aos 86 anos.

Os coronéis **Carlos Sérgio Torres** e **Leo Frederico Cinelli** dirigiam as operações na “Casa Azul”, centro de operações do CIE no Araguaia, e sobreviveram à ditadura. Torres morreu em 1998. Cinelli chefiava a seção de informações do Estado-Maior do I Exército na noite do atentado no

Riocentro e passou para a reserva em 1986. Em 1991 foi nomeado coordenador-geral do Departamento de Desenvolvimento Regional da Secretaria do Desenvolvimento Regional. Anos depois, tornou-se coordenador-geral de Imigração do Ministério do Trabalho.

O major **Thaumaturgo Sotero Vaz**, *Doutor Sabino*, comandou o Centro de Instrução de Guerra na Selva e, como general, chefiou o estado-maior do Comando Militar da Amazônia. Em 2014, já na reserva, era assessor parlamentar do CMA.[49] Ele foi um dos oficiais enviados ao Chile para acompanhar o projeto de criação da *Operação Condor*.

O tenente **Álvaro Pinheiro**, ferido na primeira campanha do Araguaia, chegou a general e em 2013 depôs na Comissão da Verdade. Revelou que houve casos de guerrilheiros que se renderam aos militares em bases da tropa.[50] Não disse quais, nem o que lhes aconteceu. O major **Gilberto Zenkner**, o *Doutor Nunes*, quadro do CIE que ajudou a organizar a *Operação Sucuri*, foi para a reserva em 1981 e teria se tornado fazendeiro.

(Os tenentes Luiz Carlos Hallier e Siguimar Lacerda, comandantes das patrulhas que destruíram a Comissão Militar do PC do B no Natal de 1973, morreram em 1980 durante um exercício militar na Academia das Agulhas Negras. Hallier era major e Lacerda, capitão.[51] No chamado "Chafurdo do Natal", quando foi desbaratada a Comissão Militar da Guerrilha, morreu seu comandante, Maurício Grabois.)

Arlindo Vieira, o *Piauí*, mateiro que executou o guerrilheiro *Osvaldão* em 1974, morreu em 1993. Segundo sua viúva, o Exército dava-lhe uma pequena ajuda e pagou seu enterro.[52]

Dos 91 guerrilheiros que estavam no Araguaia em 1972, sobreviveram dezesseis.

José Genoino foi capturado na mata e Rioco Kayano, com quem viria a se casar, foi presa quando ia para a região. Foi libertado em 1977. Ajudou a fundar o PT e elegeu-se seis vezes para a Câmara. Chegou a presidente do partido e renunciou em 2005, no escândalo do mensalão. Condenado a

quatro anos e oito meses de prisão, foi para a penitenciária da Papuda (DF) e meses depois ganhou o benefício da prisão domiciliar.[53]

Danilo Carneiro e **Dower Cavalcante** foram presos nos primeiros dias da ação militar. Aos 69 anos, Danilo vive em Florianópolis.[54] Dower formou-se em medicina, trabalhou no Ministério da Saúde e morreu aos 41 anos, em 1992.

Luzia Reis, a *Baianinha*, foi presa em 1972. Libertada meses depois, recomeçou seus estudos, prestou concurso e empregou-se no Banco do Estado da Bahia. Aposentou-se e, com 66 anos, vive em Salvador.[55] **Regilena da Silva Carvalho** entregou-se e foi libertada em dezembro de 1972. Com o marido, Rubim Santos Leão de Aquino, publicou o livro *Araguaia — Da guerrilha ao genocídio*. **Crimeia Schmidt de Almeida** deixou a mata grávida, em agosto de 1972. Presa meses depois, foi libertada em abril de 1973.[56] Desligou-se do PC do B nos anos 1980 e dirige uma ONG que busca o paradeiro de desaparecidos políticos. **Lucia Regina Martins** deixou o Araguaia em 1971 e foi viver com a família em São Paulo. Foi presa em 1974, por pouco tempo. Dentista e professora universitária, mora em Taubaté (SP). Só falou sobre a guerrilha em 2002. **Pedro Albuquerque** e sua mulher, **Tereza Cristina Cavalcanti**, deixaram a mata no início de 1972. Meses depois ele foi preso em Fortaleza. Libertado, exilou-se com Tereza no Chile e no Canadá. Tornou-se professor universitário.[57]

Glênio Sá foi o último guerrilheiro capturado na mata que sobreviveu. Ficou dois anos preso e morreu aos quarenta anos, em 1990, num desastre de carro. Escreveu *Araguaia — Relato de um guerrilheiro*. **João Carlos Wisnesky** deixou o Araguaia em 1973 e só foi preso anos depois, por pouco tempo. Em 2010 era médico em Mossoró (RN). Mantém, com a jornalista Myrian Luiz Alves, o blog Araguaia, História e Movimento.[58] **Micheas Gomes de Almeida**, o *Zezinho*, deixou a mata em 1974, com Ângelo Arroyo, que viria a ser assassinado em São Paulo dois anos depois. *Zezinho*

viveu por mais de vinte anos com outra identidade, reapareceu e contou sua história ao professor Romualdo Campos Filho. Mora em Goiás e é a única testemunha do período final da guerrilha.

João Amazonas, secretário-geral do PC do B, e **Elza Monnerat** deixaram a região antes da primeira ofensiva do Exército. Em 1972 ela estava de volta quando soube que o Exército localizara a guerrilha. Foi para Anápolis (GO), onde encontrou Amazonas na rodoviária. Ambos regressaram para São Paulo. Amazonas morreu aos noventa anos, em 2002, e suas cinzas foram jogadas na região da guerrilha.[59] Elza morreu dois anos depois. Sua trajetória está contada no livro *Coração vermelho — A vida de Elza Monnerat*, de Verônica Bercht.

Familiares de militantes do PC do B e sobreviventes da guerrilha começaram a ser indenizados em 1996, quando a mãe de um deles recebeu 100 mil reais.[60] Em outros casos as indenizações variaram entre 3.900 e 39 mil reais.[61] Camponeses que foram presos entre 1972 e 1974, e em muitos casos tiveram propriedades destruídas, tiveram seus direitos reconhecidos entre 2009 e 2015.[62] Em geral, receberam pensões mensais de dois salários mínimos.[63]

A “Torre das Donzelas”

Em 1969, uma torre do presídio Tiradentes, em São Paulo, passou a abrigar presas políticas. Até sua demolição, em 1973, passaram por lá dezenas de mulheres, na maioria jovens estudantes. Umas ficaram algumas semanas, outras, vários anos. Ir para a “Torre das Donzelas” significava sair do circuito de torturas do DOI ou do DOPS. Quando um carcereiro perguntou a um preso comum de outra ala por que eles se comunicavam com “terroristas”, ouviu que elas eram “bandidas das ideias”.[64]

Ilda Martins da Silva, mulher de Virgílio, um dos sequestradores de Charles Elbrick assassinado no DOI, foi para a “Torre” em 1969. Libertada, seguiu para o exílio no Chile e de lá foi para Cuba, onde trabalhou como costureira e educou os filhos, que se formaram em engenharia. Só retornou ao Brasil em 1992.[65] **Tercina Dias de Oliveira**, banida com quatro crianças depois do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, viveu em Cuba e morreu em 2004 em São Paulo, aos 88 anos. **Samuel** foi exilado aos nove anos, **Luiz Carlos**, aos seis, **Zuleide**, aos quatro, e **Ernesto Carlos**, aos dois. “Ernesto Cubano” voltou ao Brasil em 1986 e foi candidato a vereador pelo PT de Guarulhos (SP).[66] Zuleide vive em São Paulo e trabalha como secretária.

Mais de uma dezena das presas da “Torre” se tornaram militantes da causa dos direitos humanos. Em 1975, **Therezinha Zerbini** fundou o Movimento Feminino pela Anistia, o primeiro grupo organizado a sair em defesa de uma palavra que, à época, era maldita. Morreu em 2015. A socióloga **Lenira Machado** denunciou publicamente seu torturador do DOI: chama-se **Dirceu Gravina** e se intitulava *JC*, de Jesus Cristo. (Em 2014, Gravina era delegado em Presidente Prudente, em São Paulo.) **Rita**

Sipahi formou-se em direito e é conselheira da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça. Ela juntou mais de trezentas obras artísticas de presos políticos e em 2013 expôs parte delas no Memorial da Resistência, em São Paulo. A jornalista **Rose Nogueira** participa do Grupo Tortura Nunca Mais e presidiu o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo. Nos anos 1980 criou o programa TV Mulher, da Rede Globo, onde surgiu a sexóloga Marta Suplicy. **Eva Teresa Skazufka** formou-se em medicina. Sanitarista e epidemiologista, em 2014 colaborou na redação do relatório *Instituto Médico-Legal de São Paulo: laudos falsos e fraudes praticadas por médicos legistas do IML*. **Ana Miranda** retomou os estudos de farmácia e começou a militar no Grupo Tortura Nunca Mais em 2004. Aposentou-se como professora da UERJ. **Guiomar da Silva Lopes** concluiu o curso de medicina, é professora da Unifesp e trabalha na coordenação de políticas para idosos da Secretaria de Direitos Humanos do município de São Paulo. **Robêni Baptista da Costa** formou-se em linguística, foi subprefeita de Barão Geraldo, um distrito de Campinas (SP), dedica-se à alfabetização de crianças e é porta-voz de moradores de bairros pobres da cidade. **Leslie Denise Beloque** é professora de economia da PUC e integra a Comissão da Verdade da escola. **Janice Theodoro**, professora de história da USP, aposentou-se e presidiu a Comissão da Verdade da instituição. **Vera Vital Brasil** exilou-se no Chile. É psicóloga do Fórum de Reparação e Memória do Estado do Rio de Janeiro, que há vinte anos atende familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e exilados. **Áurea Moretti** formou-se em enfermagem. Em liberdade condicional, sem conseguir emprego, mudou-se para o Acre. Voltou a São Paulo nos anos 1980, lecionou na PUC de Campinas e participou dos movimentos que resultaram na criação do SUS. **Nair Yumiko Kobashi** formou-se em jornalismo pela USP, onde se tornou professora. Vive em São Paulo. **Eleonora Menicucci** reorganizou sua vida em Belo Horizonte e mudou-se para a Paraíba. Formou-se em sociologia e doutorou-se na Itália. Militante

feminista desde os anos 1970, em 2012 foi nomeada ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

A professora **Emília Viotti da Costa**, expulsa da USP, foi para os Estados Unidos e tornou-se titular da cadeira de história da América Latina da Universidade Yale. **Nair Benedicto** é hoje uma das maiores fotógrafas brasileiras. Em 1980 publicou um ensaio sobre as greves do ABC. **Iara Prado**, historiadora, foi secretária do Ensino Fundamental do MEC durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. **Fanny**, mulher de Joaquim Seixas, assassinado em 1971, morreu em 1993. Suas duas filhas, **Iara** e **Ieda**, também estiveram na "Torre". Ieda aposentou-se e Iara trabalha como secretária.

A jornalista **Iza Salles** colaborou com os semanários *O Pasquim* e *Opini*ão, onde se assinava Iza Freaza. **Jessie Jane** foi libertada em 1979, depois de passar nove anos presa. É professora do Departamento de História da UFRJ. **Maria Luiza Belloque** é pedagoga. **Fátima Setúbal** é professora aposentada de história. **Maria Lucia Urban** formou-se em economia. Ingressou em 1973 no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, e em 2010 era sua presidente.

Guida Amaral foi presa aos dezoito anos. Exilou-se na França e retornou com a anistia. Vive em São Paulo e trabalha com mediação de conflitos. **Elza Lobo** exilou-se. Tornou-se secretária executiva do Conselho Estadual de Saúde e contribuiu para a implantação de ouvidorias em todas as unidades de saúde do estado. **Maria Aparecida Costa** tornou-se procuradora do estado de São Paulo e advogada de sindicatos. **Rosalba de Almeida Moledo** formou-se em sociologia e trabalhou como coordenadora da Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Iná Meireles** é médica. **Rioco Kayano** casou-se com José Genoino, guerrilheiro do Araguaia. Foi técnica de enfermagem no Centro de Saúde-Escola do Butantã. Vive em São Paulo. Integra um grupo que organiza oficinas de trabalhos manuais em

bairros da periferia da cidade. **Maria Cristina de Castro** trabalhou no Ministério de Minas e Energia.

Marcia Mafra tornou-se historiadora e socióloga. Trabalhou no Ministério de Minas e Energia e na Casa Civil da Presidência da República. Morreu em 2011, aos 63 anos.[67] **Diva Burnier**, economista, trabalhou na Secretaria de Agricultura de São Paulo e no IBGE. Morreu em 2013. A professora **Maria do Carmo Campello de Souza** retomou suas pesquisas e publicou *Estado e partidos políticos no Brasil* — 1930 *a* 1964. Morreu em 2006. **Estrella Bohadana** tornou-se professora de mestrado em educação e cultura contemporânea na Universidade Estácio de Sá e na UERJ. Morreu em 2015.

Quando uma presa deixava a "Torre", as demais cantavam a *Suíte do pescador*, de Dorival Caymmi: "Minha jangada vai sair pro mar". Em 2011, onze mulheres que estiveram na "Torre das Donzelas" reencontraram-se no Itamaraty com a colega Dilma Rousseff.

(**Claudio Galeno Linhares**, primeiro marido de Dilma, chegou a Cuba no avião que sequestrou no Uruguai. Morou no Chile, na Bélgica, na Itália e na França. Em 2013 vivia na Nicarágua.[68] Ele e **Carlos Franklin Paixão de Araújo**, o segundo marido da senhora, foram à posse da ex-mulher em 2011. Araújo, o *Max* da VAR, passou anos preso e também ajudou a fundar o PDT gaúcho. Vive em Porto Alegre.)

Exilados e banidos

Entre 1969 e 1970 foram sequestrados quatro diplomatas estrangeiros, trocados por 130 presos políticos e dez crianças.[69]

O embaixador americano Charles Elbrick, sequestrado em setembro de 1969, deixou o posto pouco depois e não recebeu outra embaixada. Morreu em 1983, aos 75 anos. **Nobuo Okuchi**, cônsul japonês em São Paulo capturado meses depois, permaneceu no posto e mais tarde voltou ao Brasil como embaixador. Aposentado, encontrou-se com um dos planejadores de seu sequestro e recebeu uma carta de um dos presos libertados, desculpando-se pelo incômodo que lhe provocou. Em 1992, aos 74 anos, trabalhava no banco Sumitomo.[70] Publicou suas lembranças no livro *O sequestro do diplomata — Memórias*. **Ehrenfried von Holleben**, embaixador da Alemanha, foi transferido para Lisboa e morreu na Baviera, em 1988, aos 79 anos. O suíço **Giovanni Enrico Bucher** foi embaixador no Japão e em Portugal. Morreu em 1992, aos 79 anos, em Bellaggio, na Itália, no grande hotel de sua família.[71]

* * *

Dos 130 brasileiros e dez crianças exilados depois dos sequestros, doze foram assassinados quando retornaram clandestinamente ao país.[72] Um morreu em outubro de 1973, quando estava preso no Estádio Nacional de Santiago, depois do golpe do general Pinochet. Dois suicidaram-se no exílio e outros três no Brasil, depois da anistia.[73]

Mais de uma dezena de presos e exilados escreveram suas memórias ou tiveram a vida contada em livros. **Jacob Gorender**, o dirigente comunista

que ajudou a fundar o PCBR e foi preso em 1970, publicou *Combate nas trevas — A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, obra fundamental para a compreensão da história da esquerda durante a ditadura. Morreu em 2013, aos noventa anos. O sequestro de Elbrick tornou-se um sucesso de bilheteria em 1997, com o filme *O que é isso, companheiro?*, de Bruno Barreto, baseado no livro do mesmo título com as memórias de Fernando Gabeira, trocado depois do sequestro de Ehrenfried von Holleben. Em 2006 o cineasta Silvio Da-Rin reuniu nove dos banidos e cinco dos organizadores do sequestro de Elbrick para a filmagem do documentário *Hércules* 56. **Franklin Martins**, que teve a ideia do sequestro, não foi preso. Exilou-se em Cuba, no Chile e na França e viveu como clandestino no Brasil. Depois da anistia, foi candidato a deputado federal mas não se elegeu. Recomeçou a vida como jornalista e passou pelas TVs Globo e Bandeirantes. No governo de Lula tornou-se ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. **Alfredo Sirkis** participou do sequestro de Von Holleben, deixou clandestinamente o Brasil, exilando-se em França, Chile, Argentina e Portugal. Retornou com a anistia e elegeu-se vereador e deputado federal pelo Rio de Janeiro. Escreveu *Os carbonários — Memórias da guerrilha perdida*. **Herbert Daniel**, um dos comandantes da VPR, esteve na cena do sequestro de Von Holleben e permaneceu na clandestinidade até 1974. Exilou-se e só retornou ao Brasil em 1981. Militou no PT e no Partido Verde. Em 1982 publicou suas comoventes memórias: *Passagem para o próximo sonho*. Morreu em 1992, aos 45 anos, em virtude de complicações da aids. Em 2014, a cineasta Emília Silveira dirigiu *Setenta*, com as memórias pessoais de dezoito presos trocados por Bucher.

Paulo de Tarso Venceslau, **Manoel Cyrillo de Oliveira Netto** e **Claudio Torres da Silva**, que participaram do sequestro de Elbrick, foram presos logo depois. Venceslau, libertado em 1974, ajudou a fundar o PT, tornou-se secretário de Finanças da prefeitura de São José dos Campos (SP)

e assessor do prefeito de São Bernardo (SP). Nos anos 1990 denunciou práticas corruptas do partido, foi expulso e passou a ser um de seus críticos. Quando José Dirceu foi condenado pelo escândalo do mensalão, comentou: "É triste ver um cara da minha geração envolvido num negócio desses".[74] Manoel Cyrillo ficou dez anos na prisão, tornou-se publicitário e em 2008 trabalhava no setor de comunicação da Petrobras. Claudio Torres da Silva foi libertado após sete anos e estudou ciências sociais na Unicamp.[75] Morreu em 2015, aos setenta anos.

* * *

Os banidos penaram uma década de angústias e vicissitudes. Não havia caviar no exílio. Quase todos formaram uma diáspora que passou por uma dezena de países. Depois do golpe chileno, aqueles que viviam na experiência socialista de Salvador Allende migraram para a Europa, espalhando-se sobretudo por França, Itália, Alemanha e Suécia. Com a queda da ditadura portuguesa, em 1974, muitos seguiram para Lisboa e sete foram trabalhar nos governos de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau.[76] Alguns estudaram no exterior, quase sempre dependendo de alguma ajuda da família ou da solidariedade política.

O desempenho posterior de poucos, como José Dirceu e Fernando Gabeira (motorneiro na Suécia), dá a falsa impressão de que o banimento lhes foi leve. Em muitos casos livrou-os de novas torturas, mas sempre lhes desordenou a vida.

Dois casos de presos que foram colocados em listas mas não foram banidos mostram a cruel essência do banimento. **Fernando Pimentel**, que participara em 1970 da tentativa de sequestro do cônsul americano em Porto Alegre, teve sua libertação vetada pelo governo na troca por Bucher. Solto em 1973, formou-se em economia, ajudou a fundar o PT, chegou a prefeito de Belo Horizonte e foi nomeado ministro do Desenvolvimento por Dilma

Rousseff. Em 2014 elegeu-se governador de Minas Gerais.[77] Quando se planejava o sequestro de Von Holleben, Dilma Rousseff foi incluída numa versão preliminar da lista de presos a serem libertados.[78] Posteriormente, excluíram-na. Presa em 1970, foi libertada em 1972.

Quatro banidos retornaram clandestinamente ao país e sobreviveram. **José Dirceu** tornou-se um dos principais articuladores políticos do PT, elegeu-se três vezes para a Câmara e tornou-se presidente do partido. Em 2003 assumiu a chefia da Casa Civil da Presidência da República, firmando-se como o político mais poderoso do governo de Lula. Envolvido no escândalo do mensalão em 2005, teve seu mandato cassado pela Câmara e em 2013 foi condenado a sete anos e onze meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal. Em outubro de 2014 passou a cumprir a pena em regime domiciliar. Foi detido novamente em 2015 na Operação Lava-Jato, que investigou a rede de corrupção montada por empreiteiras em negócios com a Petrobras. **Ricardo Zarattini** retornou em 1974 e teve seu banimento revogado cinco anos depois. Elegeu-se suplente de deputado federal e durante um breve período foi assessor da Casa Civil da Presidência, quando ela era dirigida por José Dirceu.[79] **Aluízio Ferreira Palmar** (trocado por Bucher) viveu na região do Alto Uruguai (RS). Reuniu um arquivo sobre a repressão durante a ditadura e criou o site Documentos Revelados.[80] Em 2005 publicou o livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, reconstituindo o assassinato de seis exilados que voltavam ao Brasil em junho de 1974. **Otavio Angelo** ficou pouco tempo em Cuba, voltou clandestinamente no grupo do Movimento de Libertação Popular e foi um dos seus poucos sobreviventes. Com outro nome, viveu em Belo Horizonte, trabalhou como pedreiro, casou-se, formou-se em história, tornou-se funcionário público e aposentou-se. Em 2001, 22 anos depois da anistia, habilitou-se para receber uma indenização do Estado e revelou sua verdadeira identidade. Mesmo assim, continuou vivendo como Antonio

Luiz Carneiro Rocha: “Minha mulher, meus filhos, meus netos não aceitam que eu volte para a identidade original”.[81]

Vladimir Palmeira (trocado por Elbrick) e **Fernando Gabeira** (trocado por Von Holleben) elegeram-se deputados federais. Vladimir ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e disputou sem sucesso uma cadeira de senador pelo Rio de Janeiro. Elegeu-se duas vezes deputado federal e liderou a bancada petista na Câmara. Homem de sorte, acertou uma Sena e doou 10% do prêmio ao partido. Por duas vezes tentou ser candidato a governador do Rio de Janeiro, mas foi preterido pela cúpula petista. Gabeira assinou a Constituição de 1988 e militou no Partido Verde e no PT. Escreveu quinze livros, alguns dos quais com suas memórias. Em 1989 foi candidato a presidente da República, com votação inexpressiva. Afastou-se do PT antes do estouro do caso do mensalão. Em 2008 candidatou-se à prefeitura do Rio de Janeiro, mas foi batido no segundo turno. Disputou duas vezes, sem sucesso, o governo do estado. Foi eleito para quatro mandatos de deputado federal, sempre com votações expressivas. Em 2014 voltou ao jornalismo.

José Ibrahim afastou-se do partido e nunca votou em Lula para a Presidência.[82] Morreu em 2013, aos 65 anos. **Agonalto Pacheco** continuou militando no PCB, em Sergipe, e morreu em 2007, aos oitenta anos. **Ricardo Vilas** viveu na França, tornou-se músico e gravou mais de vinte discos. Em 2015 era gerente de música da Empresa Brasil de Comunicação.[83] Durante o exílio, **Flávio Tavares** retomou o jornalismo. Foi preso no Uruguai e morou em Portugal. De volta ao Brasil, publicou *Memórias do esquecimento* e *O dia em que Getúlio matou Allende*. Vive em Búzios (RJ).

Damaris de Oliveira Lucena foi banida depois do sequestro de Okuchi com três filhos pequenos, **Denise** e **Adilson**, gêmeos de nove anos, e **Telma**, de três. A família viveu todo o tempo em Cuba.[84] Lá, adotou **Ñasaindy**, filha de Soledad Barrett Viedma e do marinheiro José Maria

Ferreira de Araújo, assassinados no Brasil.[85] A menina se formaria em pedagogia. Telma graduou-se em letras pela PUC-SP. Adilson é professor de espanhol; Denise tornou-se técnica de enfermagem.[86] **Ariston**, o filho mais velho de Damaris, continuou na militância clandestina, foi preso, passou nove anos na cadeia e morreu em 2013, aos 62 anos.[87]

Bruno e **Geny Piola** foram trocados por Bucher e banidos com suas três filhas, **Tatiana**, **Bruna** e **Katia**, que, à época, tinham, oito, três e quatro anos, e radicaram-se na Itália.[88]

Shizuo Osawa, o *Mário Japa*, razão de ser do sequestro de Nobuo Okuchi, foi para Cuba e depois viveu no Chile até o golpe de 1973, quando se exilou na Bélgica e em Portugal. Passou por Angola e de volta ao Brasil tornou-se jornalista.[89] **Diógenes Carvalho de Oliveira** viveu em Cuba, na Bélgica e na Guiné-Bissau, onde trabalhou no Ministério do Planejamento. De volta ao Brasil, filiou-se ao PT e foi secretário municipal de Transportes de Porto Alegre.[90]

Pelo menos sete jovens banidos diplomaram-se no exílio e tornaram-se professores universitários. **Daniel Aarão Reis** viveu no Chile e na França, onde se graduou em história. Lecionou em Moçambique, voltou ao Brasil e tornou-se professor titular da Universidade Federal Fluminense. Foi o primeiro militante de uma organização armada a explicitar uma visão crítica da esquerda armada: “As ações armadas da esquerda brasileira não devem ser mitificadas. Nem para um lado nem para o outro. Eu não compartilho a lenda de que no final dos anos 60 e no início dos 70 nós (inclusive eu) fomos o braço armado de uma resistência democrática. Acho isso um mito surgido durante a campanha da anistia. Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961 o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial”.[91] Autor de diversos livros, publicou em 2014 uma biografia de Luiz Carlos Prestes.

Ladislas Dowbor, o *Jamil*, considerado o teórico da VPR e da VAR-Palmares, estudou economia política na Suíça, doutorou-se na Polônia,

trabalhou no Ministério do Planejamento da Guiné-Bissau e tornou-se professor da PUC-SP. Ocupou uma secretaria da prefeitura de São Paulo e escreveu dezenas de livros. **Wilson Barbosa do Nascimento** tornou-se professor de história da USP. **Elinor Brito** fez mestrado em história econômica na França, foi professor universitário e diretor da Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro. **Nancy Mangabeira Unger** lecionou filosofia na Universidade Federal da Bahia, **Carlos Vainer** e **René de Carvalho**, na Federal do Rio de Janeiro. Vladimir Palmeira leciona economia numa universidade privada.

Apolonio de Carvalho, pai de René, dirigente do PCBR, também foi banido. Veterano militante comunista da década de 1930, combatente republicano da Guerra Civil Espanhola e *maquisard* da Resistência francesa, cavaleiro da Legião de Honra, ajudou a fundar o PT e morreu em 2005, aos 93 anos. Publicou suas memórias, intituladas *Vale a pena sonhar*. Em 2010 Lula lançou ao mar o navio-plataforma P-57, que leva seu nome. Gregorio Bezerra encabeçou a lista dos presos trocados por Elbrick. Quadro histórico do Partido Comunista, afastou-se da organização, que considerou "muito direitista". Candidatou-se à Câmara dos Deputados pelo PMDB, mas ficou numa suplência. Morreu em 1983, aos 83 anos.

O estudante de medicina **Mario Zanconato**, também trocado por Elbrick, diplomou-se em Cuba e lá viveu até 1993. Na volta trabalhou numa Unidade de Terapia Intensiva em Diadema (SP) e em 2015 trabalhava no Detran de São Paulo.[92] **Jorge Nahas** e sua mulher, **Maria José**, banidos depois do sequestro de Von Holleben, também se formaram em Cuba. Ele se tornou coordenador de gestão hospitalar do Ministério da Saúde e secretário de Políticas Sociais da prefeitura de Belo Horizonte.[93] Sem filiação partidária, Maria José clinicou num posto de saúde da cidade.[94] **Almir Dutton Ferreira**, o médico que levou Carlos Lamarca para fazer a plástica que lhe mudou as feições, tornou-se clínico no Rio de Janeiro. Sua vida foi contada no livro *A vida é o grande momento de todos* nós. **Carlos**

Eduardo Fayal de Lyra formou-se em odontologia e elegeu-se deputado estadual pelo PDT do Rio de Janeiro. **Jean Marc von der Weid** fez mestrado em desenvolvimento rural na Sorbonne, em Paris, trabalhou na África e fundou no Rio a ONG As-PTA, dedicada à agroecologia. **Cid Benjamin** tornou-se jornalista, militou no PT, migrou para o PSOL e candidatou-se, sem sucesso, a uma cadeira de deputado federal. Publicou *Gracias a la vida — Memórias de um militante*.

Carlos Minc e **Darcy Rodrigues**, que participaram do roubo do cofre da amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros, foram trocados por Von Holleben. Minc formou-se em economia na França e na volta ajudou a fundar o Partido Verde. Elegeu-se deputado estadual no Rio, migrou para o PT e foi ministro do Meio Ambiente de Lula. O sargento Darcy estudou economia em Cuba e vive em Bauru (SP).[95] **Liszt Vieira**, um dos organizadores do sequestro de Okuchi, ocupou a Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro e elegeu-se deputado estadual pelo PT. Tornou-se professor da PUC-Rio e dirigiu o Jardim Botânico do Rio durante dez anos, até 2013. Viúva aos 27 anos, depois do suicídio de seu marido, **Maria do Carmo Brito**, a *Lia*, cuja biografia foi publicada em *Uma tempestade como a sua memória — A história de Lia, Maria do Carmo Brito*, casou-se com Shizuo Osawa e viveu em Angola. Retornando ao Brasil, trabalhou no governo do estado do Rio. O capitão **Altair Lucchesi Campos**, que tinha contatos com Lamarca, veio a ser presidente da Companhia de Transportes Coletivos do Rio de Janeiro.[96] Em 2014, **Edmauro Gopfert** morava na Chapada Diamantina (BA).[97]

Os sargentos **José Araújo Nóbrega** e **Pedro Lobo de Oliveira** foram reintegrados às suas corporações como capitães. Nóbrega, dado por morto em 1969, escapara de um fuzilamento no Chile e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica acreditou que morrera. Ganhou o apelido de "Sete Vidas". Lobo publicou suas memórias, assinadas por João Roberto Laque (*Pedro e os Lobos — Os anos de chumbo na trajetória de um*

guerrilheiro urbano).[98] **Mauricio Paiva** foi professor de economia política na Universidade Nova de Lisboa. Publicou suas memórias em *O sonho exilado* e a história da vida de Carmela Pezzuti no livro *Companheira Carmela*. **Marco Antonio Meyer** tornou-se livreiro e editor. **Melcides Porcino da Costa** viveu no Chile, voltou ao Brasil e em 1998 teve a surpresa de ser impedido de sair do Aeroporto de Santiago, quando viajava como turista, com os filhos.[99] Em 2014 vivia em Jacutinga (MG).[100] **Reinaldo Guarany** viveu no Chile, na Alemanha e na Suécia. Escreveu *A fuga*, um dos melhores livros sobre a militância, as prisões e o exílio. **Bruno Dauster** ocupou cargos na prefeitura de Salvador, trabalhou na empreiteira OAS e em 2015 assumiu a Casa Civil do governo do estado. Sua mulher, **Vera Maria Rocha**, é publicitária.[101] **Umberto Trigueiros Lima** passou cinco anos em Cuba, onde foi locutor e voluntário em obras da construção civil. Seguiu para a Suécia.[102] Em 2009 foi eleito para uma das diretorias da Fiocruz.[103] **Ubiratan de Souza** formou-se em economia e foi um dos coordenadores do Orçamento Participativo nas administrações petistas do Rio Grande do Sul.[104] **Delci Fensterseifer**, tornou-se engenheiro-agrônomo e vive em São Paulo.[105]

Roberto Antonio de Fortini voltou ao Brasil com outro nome e viveu algum tempo na Argentina. Mais tarde reassumiu sua identidade.[106] **Pedro Paulo Bretas** foi para o Chile, esteve na Costa Rica e na Venezuela. Em 1996 estava em Barcelona.[107] **Ubiratan Borges Kertzscher** continuou vivendo na Suécia.[108]

Madre Maurina Borges da Silveira, diretora de um orfanato de Ribeirão Preto (SP), não tinha relações orgânicas com grupos armados. Colocada na lista do sequestro de Okuchi, não queria ir para o exílio. Viveu no México, onde trabalhou na livraria da congregação das Irmãs de São José de Lyon. Durante o governo Geisel, o ministro Armando Falcão vetou o seu pedido de regresso ao Brasil. Maurina retornou com a anistia e foi para o interior de São Paulo, juntando-se à Congregação das Irmãs

Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição.[109] Morreu em 2011, aos 86 anos.[110] **Carmela Pezzuti** e seus dois filhos adultos que militavam no Colina também foram banidos. Ela morreu em 2009, aos 82 anos, tendo sofrido a perda dos dois filhos: Angelo morreu em Paris, num acidente de motocicleta, antes da anistia; **Murilo Pinto da Silva** matou-se no Brasil em 1990. **Vera Silvia Magalhães**, que participara do planejamento do sequestro do embaixador americano, foi presa e trocada pelo alemão e passou por sete países. Retornando ao Brasil, trabalhou no governo do Rio de Janeiro e morreu em 2007, aos 59 anos. **Maria Augusta Carneiro**, a única mulher do grupo de quinze presos trocados por Elbrick, cumpriu o roteiro de dezenas de banidos. Foi para Cuba, seguiu para o Chile e posteriormente viveu na Europa. Na Suécia, formou-se em pedagogia. Retornando ao Brasil, trabalhou na Vale do Rio Doce e tornou-se ouvidora-geral da Petrobras. Morreu em 2009, aos 62 anos.

Ivens Marchetti viveu na Suécia e morreu em 2002. **Rolando Frati** morou na Itália, voltou ao Brasil e continuou fazendo política, sem vinculações partidárias. Morreu em 1991. **Gustavo Schiller**, que revelou a existência do cofre de Adhemar de Barros, regressou ao Brasil e matou-se no Rio em 1985. **Ronaldo Dutra Machado** militou no MIR chileno, foi para Portugal, trabalhou na Riotur e morreu em 1993, em Porto Velho.[111] Luis Travassos estudou economia em Berlim e retornou com a anistia. Durante o Carnaval de 1982, depois de reunir-se com amigos na praça da Cinelândia, de onde saiu a passeata de 1968, foi com o grupo para Copacabana. Bateram com o carro no Aterro do Flamengo e ele morreu, aos 37 anos.[112]

Antonio Expedito Carvalho Perera morreu na Itália em 1996, com o nome de Paulo Parra. Levou uma vida misteriosa e agitada, aproximando-se do famoso terrorista Carlos, o Chacal. Ela foi contada pelo jornalista Fernando Molica em *O homem que morreu três vezes — Uma reportagem sobre o Chacal brasileiro*.[113]

* * *

Theodomiro Romeiro dos Santos, que fora condenado à morte pelo assassinato de um sargento da FAB, fugiu da prisão em 1979, asilou-se na Nunciatura Apostólica e viveu na França. Em 1982, quando estava internado num hospital de Paris, militares planejaram matá-lo. Voltou em 1985 e tornou-se juiz do Trabalho. Vive em Recife.

Quatro dos artistas mais populares do país foram para o exílio durante a ditadura. **Gilberto Gil** e **Caetano Veloso** viram-se obrigados a expatriar-se depois de terem sido presos, logo após a edição do AI-5. Com as cabeças raspadas, seguiram para Londres. Ambos voltaram definitivamente em 1972. Em 1980, Gil elegeu-se para a Câmara de Vereadores de Salvador, e em 2003 o presidente Lula nomeou-o ministro da Cultura. Severamente perseguido pela censura, **Chico Buarque de Hollanda** foi para a Itália em 1969, onde viveu por mais de um ano. Para driblar a censura, compunha com o nome de Julinho da Adelaide. **Geraldo Vandré**, cuja canção *Caminhando* encantou as ruas em 1968 e foi proibida pelo governo, viu-se procurado pela polícia. Foi para o Uruguai, viveu no Chile, na França e na Alemanha. Regressou ao Brasil em 1973. Em 1999, compôs *Fabiana*, em homenagem à Força Aérea Brasileira.

O corpo de Rubens Paiva e os de mais de uma centena de brasileiros jamais foram encontrados.

Março de 2016.

1 *Folha de S.Paulo*, 22 de abril de 1985.

2 Depoimento de Carlos Marchi, em Edson Luiz, “Tancredo morre, e arapongas se preocupam com Fafá de Belém e com o PC do B”, Fato Online, 22 de abril de 2015, <http://www.fatoonline.com.br/conteudo/2098/tancredo-morre-e-arapongas-se-preocupam-com-fafa-de-belem-e-com-o-pcdob>.

3 Trecho do prontuário no DOPS de Fernando Henrique Cardoso, *O Estado de S. Paulo*, 5 de abril de 1998.

4 Ayrton Centeno, *Os vencedores*, pp. 19-20. A essa lista deve-se somar Persio Arida, militante da VPR e, depois, presidente do Banco Central durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.
5 Evandro Éboli, “O custo da reparação”, *O Globo*, 31 de março de 2014.
6 Ernesto Geisel, 1977.
7 Humberto Barreto, 2013.
8 *Veja*, 10 de junho de 1992.
9 *Veja*, 6 de dezembro de 2000.
10 Ver <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/1.perseuespecial.almeida.pdf>.
11 Golbery do Couto e Silva, 1984.
12 As relações das construtoras de obras públicas com o regime foram analisadas por Pedro Henrique Pereira Campos em sua tese *A ditadura dos empreiteiros*, defendida na UFF em 2012, publicada com o título *Estranhas catedrais*, p. 85.
13 Pedro Henrique Pereira Campos, *Estranhas catedrais*.
14 Ver <http://www.pagina64.com.br/noticia.php?id=348>; e *Veja*, 7 de julho de 1993.
15 *O Globo*, 21 de maio de 2010.
16 Wilson Tosta, “Ex-ativista conta saga do cofre de Adhemar”, *O Estado de S. Paulo*, 18 de julho de 2009.
17 Ver <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/JucaIrbr/pt-br/file/destaques/juca%204/Perfil_Paulo_Nogueira_Batista_JUCA_04_INTERNET.pdf>.
18 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1311200410.htm>.
19 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2609200404.htm>.
20 Ver <http://oglobo.globo.com/rio/o-tempo-particular-da-imortal-rosiska-darcy-de-oliveira-14923084>.
21 Ver <http://www.nytimes.com/1986/10/09/business/guilty-plea-in-morgan-case-seen.html>; e <http://www.icij.org/offshore/jpmorgan-chases-record-highlights-doubts-about-big-banks-devotion-fighting-dirty-money>.
22 *Jornal do Brasil*, 27 de março de 1983.
23 *O Globo*, 11 de agosto de 1998.
24 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=OaKXEaPQz-A>.
25 Elio Gaspari, *A ditadura escancarada*, pp. 22 e 298-9.
26 Ver <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/historia-de-dom-pedro-casaldaliga-e-retratada-em-filme>.
27 Ver <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/frei-betto-chega-aos-70-anos-somando-60-livros-escritos-de-infantis-religiosos-13688775>.
28 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=3eNl143eA98>.
29 Ver <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI64752-15228,00.html>.
30 Ver <http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-rubens-paiva-integra-dos-audios-dos-depoimentos/depoimento-de-jose-brant-teixeira/view>; e *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, capítulo do Araguaia.

31 Ver <http://www.dpf.gov.br/anp/institucional/direcao/ex-diretores/ex-diretores>; e Amaury Ribeiro Jr., “Como morreu Baumgarten”, *IstoÉ*, 24 de março de 2004.
32 *O Globo*, 30 de junho de 2012.
33 Idem, 10 de maio de 2013.
34 *Jornal do Brasil*, 22 de dezembro de 1977.
35 Marcelo Godoy, *A Casa da Vovó*, p. 511.
36 Idem, p. 257.
37 Percival de Souza, *Autópsia do medo*, p. 445.
38 Ver <http://www.os.intocaveis.com.br/352-1Saito-Ex-TorturadorMorre.html> e <http://www.gs1.com.br/Gs3/Herzog.htm>.
39 Expedito Filho, “Autópsia da sombra”, *Veja*, 18 de novembro de 1992.
40 *Folha de S.Paulo*, 20 de novembro de 2012.
41 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0305200009.htm>.
42 *Folha de S.Paulo*, 14 de agosto de 2013.
43 Ver <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pm-reformado-confessa-pratica-sistematica-de-tortura,1169244>.
44 *O Globo*, 25 de julho de 1999.
45 Lilián Celiberti e Lucy Garrido, *Meu quarto, minha cela*.
46 São muitos os militantes de esquerda acusados de terem se tornado colaboradores. Aqui entraram apenas pessoas que reconheceram publicamente suas atividades.
47 *Diário Oficial*, 23 de fevereiro de 2000, <http://www.radaroficial.com.br/d/1761365>. Para a chefia de gabinete, Madruga em *1964 — 31 de março*, t. 15, p. 351.
48 *O Globo*, 5 de abril de 1998; e *Diário Oficial*, 30 de maio de 2005.
49 Ver <http://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-general-do-exercito-no-amazonas-acusado-de-morte-e-tortura-chama-relatorio-de-ridiculo/>.
50 Ver <http://www.4shared.com/mp3/6uPTzn8y/Alvaro_Pinheiro.html>.
51 Para o combate, Blog do Licio Maciel, <http://liciomaciel.wordpress.com/2012/08/31/transcrito-do-site-a-verdade-sufocada/. Para o acidente, http://www.25bipqdt.eb.mil.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=49>.
52 *Época*, 1º de março de 2004.
53 Ver <http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/jose-genoino.shtml>.
54 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=Kd4DKAZGs6Q>.
55 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=jwMu2xyK47g>.
56 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=BM04VC_fd00>.
57 Ver <http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com.br/2011/05/comissao-anistia-ceara-informa.html>.
58 Ver <http://araguaiahistoriaemovimento.blogspot.com.br>.
59 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33076.shtml>.
60 *Folha de S.Paulo*, 13 de maio de 1996.

61 Idem, 2 de dezembro de 2002.
62 Ver <http://noticias.terra.com.br/brasil/justica-restabelece-anistia-de-44-camponeses-do-araguaia,5c0ddc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>.
63 Ver <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/04/vitimas-da-guerrilha-do-araguaia-no-pa-criticam-demora-em-julgamentos.html>.
64 Devo a pesquisa do destino das presas da “Torre das Donzelas” a Paula Sacchetta.
65 Ver <http://verdadeaberta.org/upload/audiencia-comissao-verdade-n11.pdf>; e Alipio Freire, Izaías Almada e J.A. de Granville Ponce (orgs.), *Tiradentes, um presídio da ditadura*, p. 144.
66 *Folha de S.Paulo*, 18 de novembro de 2012.
67 *Folha de S.Paulo*, 9 de julho de 2011.
68 Ver <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/os-fichados-do-dops-primeiro-marido-da-presidente-dilma-participou-de-sequestro-de-aviao-4156368.html>.
69 Quatro com Tercina, três com Damaris e três com Geny Piola.
70 *Veja*, 22 de julho de 1992.
71 Ver <http://www.altissimoceto.it/2013/06/20/grand-hotel-villa-serbelloni-–-bellagio-co-–-patron-famiglia-bucher/>.
72 João Leonardo da Silva Rocha, na Bahia; Onofre Pinto, José Lavechia, bem como os irmãos Joel e Daniel José de Carvalho, foram assassinados numa emboscada montada pelo CIE na região de Foz do Iguaçu; Aderval Coqueiro e Carlos Eduardo Pires Fleury foram fuzilados no Rio de Janeiro; Eudaldo Gomes da Silva, no Recife; Jeová Assis Gomes, no norte de Goiás, hoje Tocantins. O major Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita Pereda e Edmur Pericles de Camargo foram sequestrados na Argentina; os dois primeiros foram mortos no Rio de Janeiro.
73 Frei Tito de Alencar enforcou-se na França e Maria Auxiliadora Lara Barcelos jogou-se nos trilhos do metrô de Berlim.
74 Ver <http://poderonline.ig.com.br/index.php/tag/paulo-de-tarso-venceslau/>.
75 Ver <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/03/24/morre-claudio-torres-guerrilheiro-do-sequestro-do-embaixador-dos-eua-em-69/>.
76 Os sete: Maria do Carmo Brito, Shizuo Osawa, Ladislas Dowbor, Daniel Aarão Reis, Marco Maranhão, Jean Marc von der Weid e Diógenes Carvalho de Oliveira.
77 Ver <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI217639-15223,00-O+MINISTRO+E+SEU+QUASE+SEQUESTRO.html>.
78 Arquivo do presidente Médici (IHGB).
79 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u26259.shtml>.
80 Ver <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/claudio-tognolli/aluizio-palmar-amigo-lamarca-e-ex-guerrilheiro-mantém-172013170.html>.
81 Ver <http://www.averdadesufocada.com/index.php/textos-de-terceiros-site-34/390-0505-ltimo-clandestino-da-ditadura-revela-identidade>.
82 Ver <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/310836/noticia.htm?sequence=1>.
83 Juliana Castro, “Entre a memória e a perplexidade”, *O Globo*, 23 de agosto de 2015.

84 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=_vnrRBib7xg\>.
85 *Folha de S.Paulo*, 20 de maio de 2012. Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/43964-filha-de-guerrilheiros-quer-resgatar-memoria-dos-pais.shtml>.
86 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=_vnrRBib7xg>; <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/filhos-e-maes-de-vitimas-da-ditadura-militar-contam-suas-vidas-leia-trecho-1891.html>;e<http://www.comissaodaverdadesp.org.br/upload/files/documentos/InfanciaRoubada_2ª PARTE.pdf>.
87 Ver <http://blogdolaque.blogspot.com.br/2013/05/morreu-um-heroi.html>; e <http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=12070&topico=Mem%F3ria%20-%20Outras%20Mem%F3rias>.
88 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=Kw2VkI07Bhg>.
89 Ver <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI191040-15223,00.html>.
90 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u26259.shtml>.
91 *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, 23 de setembro de 2001.
92 Juliana Castro, "Entre a memória e a perplexidade", *O Globo*, 23 de agosto de 2015.
93 Ver <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/01/29/ha-45-anos-dilma-se-tornava-clandestina-locais-por-onde-ela-passou-vao-virar-roteiro-em-bh.htm>.
94 Ver <http://www.cedema.org/uploads/Isabel_Cristina_Leite.pdf>.
95 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429216-minha-historia-capitao-que-deixou-exercito-para-entrar-na-luta-armada-lembra-de-atritos-com-dilma.shtml>.
96 Ver <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8457/000055277.pdf?sequence=1>.
97 Ver <http://globotv.globo.com/rede-bahia/aprovado/v/entrevista-com-edmauro-gopfert-parte-1/3265465/>.
98 Ver <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=5898>; e <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/pedro-lobo/>.
99 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft04129806.htm>.
100 Ver <http://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=80196>.
101 Ver <http://www.casacivil.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=850:bruno-dauster-assume-a-casa-civil-da-bahia&catid=34:noticias-geral>.
102 Ver <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/umberto-lima-onze-anos-entre-os-poroes-o-exilio-12023654>.
103 Ver <http://www.controversia.com.br/blog/16650a-ditadura-nonao-foi-uma-loucura-feita-nos-quartis/>.
104 Ver <http://www.controversia.com.br/blog/16650>.
105 *Folha de S.Paulo*, 15 de janeiro de 1996.

106 José Mitchell, “O guerrilheiro que vive há 30 anos na clandestinidade”, *Jornal do Brasil*, 8 de abril de 2001.
107 Ver <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/07/08/interna_politica,304849/familiares-ainda-procuram-respostas-sobre-companheiro-de-dilma-desaparecido.shtml>.
108 *Folha de S.Paulo*, 15 de janeiro de 1996.
109 *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 2003.
110 *Folha de S.Paulo*, 8 de março de 2011.
111 Ver <http://laurocampos.org.br/2008/08/ronaldo-dutra-machado-presente/>.
112 Zuenir Ventura, *1968 – o ano que não terminou*, p. 70.
113 Ver <http://www.fernandomolica.com.br/blog/2008/06/a-ultima-morte-do-homem-que-mo.php>.

Agradecimentos

Este livro, como os quatro outros da série que comecei a escrever em 1982, não existiria sem a colaboração de três pessoas. Heitor Ferreira, o assistente do general Golbery do Couto e Silva e secretário particular dos presidentes Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo; Golbery, fundador do Serviço Nacional de Informações e chefe do Gabinete Civil de Geisel e Figueiredo; e Ernesto Geisel. Heitor deu-me acesso a boa parte do diário que manteve a partir de 1964. Golbery deu-me a guarda de seu enorme arquivo e Geisel, pacientemente, prestou dezenas de depoimentos gravados, sempre no seu apartamento da rua Barão da Torre, em Ipanema, interrompendo-os apenas quando adoeceu, em 1994. Todos os três sempre foram solícitos dirimidores de dúvidas.

Listei outras 48 pessoas que foram entrevistadas na coleta de informações para este volume. A todas vai aqui o agradecimento. Algumas, como os generais Leonidas Pires Gonçalves, Ivan de Souza Mendes e Newton Cruz ajudaram-me a reconstruir a política dos quartéis. Meu amigo Humberto Barreto, assessor de imprensa de Geisel, que o estimava como a um filho, ajudou-me a entender a posição do general diante do governo Figueiredo e seu posterior apoio tácito a Tancredo Neves.

Antonio Delfim Netto e Antony Gebauer mostraram-me aspectos da construção e do colapso da dívida externa que arruinou a economia do país. Antonio Carlos Magalhães e Thales Ramalho foram inestimáveis para a compreensão da cena política que permitiu a conciliação nacional conduzida por Tancredo Neves. Fernando Henrique Cardoso e José Sarney

foram decisivos para entender o que realmente aconteceu na noite em que Tancredo foi hospitalizado. Tive a ajuda de Claudio Bardella, Paulo Francini e Gilson Menezes para compreender as greves ocorridas entre 1978 e 1980. Therezinha Zerbini mostrou-me como a palavra “anistia” deixou de ser uma expressão maldita, tornando-se um movimento político nacional. José Casado, com seu rigor profissional, foi um guia na investigação do funcionamento da máquina terrorista que explodiu na noite do atentado no Riocentro. Claudio Haddad, José Diogo Bastos Neto e Antonio Agenor Briquet de Lemos leram a última versão do manuscrito com valiosas sugestões.

Durante seis meses, em 2005, beneficiei-me com uma bolsa de pesquisa no David Rockefeller Center for Latin American Studies, da Universidade Harvard, onde desfrutei da qualidade dos serviços de sua excepcional biblioteca Widener.

Este livro também deve à ajuda de pessoas que trabalham silenciosamente no processo de edição. É injusto que elas fiquem perdidas em letras miúdas, nomeadas burocraticamente nas páginas iniciais dos volumes. Jorge Oakim e sua editora Intrínseca forneceram os profissionais que expurgaram erros de português e de informação. (A sorte e a agente literária Lucia Riff levaram-me a ele.) Uma equipe checou todas as notas de pé de página e os dados do Epílogo. Outra buscou fotografias que pareciam perdidas e estão nos encartes. Ao todo, foram 27 pessoas.

Livia de Almeida coordenou a edição e Victor Burton cuidou do projeto gráfico, bem como dos encartes de fotografias. Kathia Ferreira defendeu a língua portuguesa e sua leitura minuciosa evitou erros, repetições e impropriedades. Rosana Agrella da Silveira encarregou-se da checagem das informações do Epílogo, lidando com quinhentos personagens, alguns deles perdidos no tempo. (Parece simples, mas uma grande empresa levou um mês para dizer quando morreu seu fundador.) Coube a Vinícius de Melo Justo a checagem de todas as notas de pé de página, conferindo as citações

nos livros e nos documentos do Arquivo Privado de Golbery e de Heitor Ferreira. Além disso, unificou todas as estatísticas econômicas.

O trabalho desses profissionais corrigiu dezenas de erros. Os que tiverem sobrado são de minha exclusiva responsabilidade.

A pesquisa fotográfica foi coordenada pelo incansável Vladimir Sacchetta, socorrido pelo profissionalismo de Elenice Ferrari e Rosangela Rodrigues no Dedoc da Editora Abril; Eliane Loss e Lucyanne Mano no CPDoc JB. Vladimir teve também a ajuda dos profissionais da Folhapress e do Conteúdo Estadão, bem como dos fotógrafos Nair Benedicto e Juca Martins.

Como sempre, Dorrit Harazim foi uma voz atenta, implacável e generosa.

APÊNDICE

Cronologia

1978

GEISEL, GOLBERY E FIGUEIREDO

JANEIRO Geisel indica o general Figueiredo para a Presidência, Aureliano Chaves para a vice e anuncia reformas que levarão ao fim do AI-5. Diz que ainda não é hora de se colocar um civil na Presidência.

FEVEREIRO Geisel decide forçar a promoção de Figueiredo à quarta estrela. Em março ele encabeça a lista mandada pelo Alto-Comando.

MARÇO Geisel vai à Alemanha. Diz que a abertura virá sem riscos de retrocesso.

ABRIL Geisel, Golbery e Figueiredo escolhem os futuros governadores da Arena.

Geisel recebe Raymundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Entrevista desastrosa de Figueiredo a Getúlio Bittencourt e Haroldo Cerqueira Lima, da *Folha de S.Paulo*.

Geisel sofre uma indisposição gástrica durante um almoço no Itamaraty.

MAIO A popularidade de Geisel está em 68% no Rio e 56% em São Paulo.

JUNHO Figueiredo deixa a chefia do SNI. Para seu lugar vai o general Octavio Medeiros.

Numa charge em que Geisel pergunta “com essas greves, onde iremos parar”, Golbery anota: “Fundamos um partido trabalhista”.

JULHO Golbery manda dizer a Brizola que ele não deve voltar ao Brasil: “Será cobrado pelo que deve”.

AGOSTO Figueiredo diz que prefere o cheiro de cavalo ao de povo.

SETEMBRO Geisel recusa a possibilidade de vir a ocupar a presidência do conselho da Petrobras.

OUTUBRO O senador Roberto Saturnino acusa Golbery de ter feito advocacia administrativa junto ao BNDE em 1973, beneficiando um projeto da Dow Chemical, da qual era presidente.

Figueiredo é eleito presidente da República, com mandato de seis anos. Discursa pedindo a conciliação nacional: “É para abrir mesmo. E quem não quiser que abra eu prendo e arrebento”.

NOVEMBRO Geisel durante a campanha eleitoral: “Eu sou ladrão, meus auxiliares são ladrões (...). Mas não apontam um fato, não têm condições de apontar nada de concreto que possa ser investigado e esclarecido pelo governo”.

Golbery sobre o futuro governo: “Só fico como ministro de Estado”.

DEZEMBRO Figueiredo convida Golbery para o Gabinete Civil.

POLÍTICA

No ano, explodem pelo menos 26 bombas em diversas cidades.

JANEIRO Contrariado com a indicação de Figueiredo para a Presidência, o general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar, pede demissão.

É preso em São Paulo Adilson Ferreira da Silva, ex-militante da VAR-Palmares, quando tentava assaltar um corretor de imóveis. Ele leva ao esconderijo do último dos fuzis roubados por Carlos Lamarca em 1969.

FEVEREIRO Tancredo Neves é eleito líder do MDB na Câmara.

Aureliano Chaves defende a anistia.

A revista *IstoÉ* põe Lula na capa e o chama de “antipelego”. Lula é reeleito para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

MARÇO Jimmy Carter visita o Brasil.

ABRIL Surge a candidatura do general Euler Bentes à Presidência pelo MDB.

MAIO Em Salvador, Ulysses Guimarães rompe uma barreira de PMs e cães para discursar na sede do MDB.

JUNHO Acaba a censura na *Tribuna da Imprensa*. O *Jornal do Brasil* publica todas as proibições expedidas desde 1969.

Geisel reúne o Conselho de Segurança Nacional e apresenta o seu projeto de reformas que levará ao fim do AI-5.

Lula divulga a ideia de se criar o Partido dos Trabalhadores.

O jornal *Em Tempo* publica uma lista com o nome de 233 civis e militares acusados de torturas.

AGOSTO A banida Maria Nazareth Cunha da Rocha, que vive em Paris, volta ao Brasil. É libertada semanas depois.

SETEMBRO Realizam-se as eleições indiretas para governadores. A Arena elege todos, salvo o do Rio de Janeiro.

Começa a circular o *Relatório Hugo Abreu*, atacando Figueiredo, Golbery e Heitor Ferreira. O general é preso.

OUTUBRO A Justiça Federal de São Paulo responsabiliza a União pela morte de Vladimir Herzog, em 1975.

NOVEMBRO Eleições para o Congresso. A Arena consegue quinze senadores e 231 deputados. O MDB elege oito senadores e 189 deputados.

DEZEMBRO Manchete do *Jornal do Brasil* na sua última edição do ano: “Regime do AI-5 acaba à meia-noite de hoje”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

A grande novela do ano é *Dancin’ Days*, com Sônia Braga.

JANEIRO O Brasil deve US$ 32 bilhões.

Uma nova equipe de professores reorganiza o Departamento de Economia da PUC-Rio.

Breve greve na fábrica Maxwell, em São Paulo, por atraso de pagamentos.

Pedro Malan torna-se o primeiro presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro.

FEVEREIRO D. Eugênio Sales, cardeal do Rio, revela que está hospedando e recebendo refugiados argentinos, uruguaios e chilenos.

O marechal Pery Bevilaqua lança o Comitê Brasileiro pela Anistia.

D. Aloisio Lorscheider, presidente da CNBB, defende uma anistia para crimes estritamente políticos.

MARÇO Surgem novas cédulas, com o barão do Rio Branco na nota de Cr$ 1 mil.

ABRIL A CNBB defende a anistia, excluindo os casos em que ocorreram crimes comuns.

MAIO Greve na Scania. O movimento se espalha pelo ABC e paralisa 50 mil trabalhadores.

JUNHO Paulo Maluf derrota o candidato oficial, Laudo Natel, e será o próximo governador de São Paulo.

JULHO Incêndio no MAM do Rio. Viram cinzas um retrato de Dora Maar, de Picasso, e quase toda a obra do uruguaio Joaquin Torres-Garcia.

A rede Carrefour é expulsa da Associação de Supermercados porque passou a aceitar cartões de crédito.

AGOSTO Mario Henrique Simonsen diz que a dívida externa está em US$ 40 bilhões. Cresceu 25% em um ano.

Cacá Diegues cunha a expressão “patrulhas ideológicas”.

OUTUBRO Greve de metalúrgicos em São Paulo.

Instalada a CPI do Acordo Nuclear, com fortes ataques à empreiteira Odebrecht.

NOVEMBRO Militares uruguaios, ajudados pela polícia brasileira, sequestram em Porto Alegre Universindo Díaz e Lilián Celiberti com seus dois filhos.

DEZEMBRO O governo informa que há 510 presos políticos no país.

O ano termina com a inflação (IGP-DI) em 40,8% e o PIB cresce 5%.

MUNDO

JANEIRO O general Pinochet consegue 75% dos votos num plebiscito chileno.

A polícia iraniana abre fogo contra uma manifestação de xiitas na cidade de Qom. Eles protestavam contra um ataque ao aiatolá Khomeini.

MARÇO Sequestrado na Itália o ex-primeiro ministro Aldo Moro. Matam-no em maio.

Os vereadores de San Francisco aprovam uma lei de direitos dos homossexuais.

JUNHO Em meio a desaparecimentos, torturas e assassinatos, realiza-se a Copa do Mundo de Futebol na Argentina. Ela fica com a taça.

Aprovada na Califórnia a *Proposition 13*, cortando impostos e recursos para programas sociais. É um marco na ascensão do conservadorismo americano.

JULHO Nasce Louise Brown, o primeiro bebê de proveta.

AGOSTO Morre o papa Paulo VI.

O cardeal Albino Luciano é eleito papa. Decide chamar-se João Paulo I. Morre 33 dias depois.

A princesa Ashraf, irmã gêmea do xá do Irã, visita o Brasil e é homenageada com um banquete pelo chanceler Azeredo da Silveira.

Com a colaboração do Centro de Informações do Exército, militares argentinos capturam no Rio de Janeiro o dirigente montonero Norberto Habegger. Ele desaparece.

SETEMBRO O primeiro-ministro de Israel, Menachem Begin, e o presidente do Egito, Anwar Al Sadat, reúnem-se em Camp David, nos EUA, com Jimmy Carter na busca de um compromisso no Oriente Médio.

OUTUBRO O Iraque expulsa o aiatolá Khomeini e ele vai para a França.

O cardeal polonês Karol Wojtyla é eleito papa e assume com o nome de João Paulo II.

DEZEMBRO Entra em vigor a Constituição democrática da Espanha.

O Partido Comunista da China aprova as reformas da virada econômica do país.

A crise política no Irã paralisa algumas de suas refinarias e provoca a alta do preço do petróleo. É o início do segundo choque.

1979

GEISEL, GOLBERY E FIGUEIREDO

JANEIRO Ao saber que Figueiredo colocaria Shigeaki Ueki, seu ministro de Minas e Energia, na presidência da Petrobras, Geisel comenta: “Não é adequado”.

O cardiologista de Figueiredo reclama que ele havia “fugido” de exames e estava com o colesterol aumentado.

Golbery falando da anistia: “Quem vai dar o bombom é o Figueiredo”.

FEVEREIRO Último contracheque integral de Geisel: ganhava Cr$ 36 mil e Cr$ 8.640 de representação. O Imposto de Renda ficava com Cr$ 5.522. Líquidos, sobravam Cr$ 39.107.

Heitor Ferreira lista os telefones úteis para Geisel em sua nova casa de Teresópolis. São 29. Quatro de parentes. Amigos sem cargos em Brasília, apenas sete.

MARÇO Figueiredo assume a Presidência prometendo abertura política e conciliação.

Geisel deixa Brasília e vai para Teresópolis, onde viverá com a mulher, a filha e a única irmã, Amália. Dividirá seu tempo entre a serra e um apartamento de quatro quartos em Ipanema, no Rio.

MAIO Aos 73 anos, morre em Brasília Orlando Geisel, irmão mais velho do ex-presidente. Desde 1974 pouco se falavam.

JULHO Figueiredo queixa-se de que “ninguém está vivendo a crise econômica brasileira com os pés no chão”.

AGOSTO Despedindo-se de Mario Henrique Simonsen, que está deixando o ministério, Figueiredo pergunta-lhe: “Você acha que meu governo está uma merda?”. Simonsen responde: “Eu estou indo embora”.

Geisel comemora seu 72º aniversário. Pula o 71º e retoma a idade real, alterada por seu pai quando era adolescente.

NOVEMBRO Durante uma visita a Florianópolis, Figueiredo vai para a rua e bate boca com manifestantes.

POLÍTICA

No ano, explodem pelo menos três bombas, uma na catedral de Santo Antônio, em Nova Iguaçu (RJ). Começam os atentados contra bancas de jornal.

No ano, um documento do SNI estima que os exilados sejam 2.692. Prevê uma “escalada revanchista”.

JANEIRO Figueiredo escolhe Delfim Netto para o Ministério da Agricultura e Mário Andreazza para o do Interior. Depois de relutar, Mario Henrique Simonsen aceita o do Planejamento. Petrônio Portella vai para o da Justiça.

Heitor Ferreira lista Golbery, Aureliano Chaves e Petrônio Portella com "máxima possibilidade" de sucederem Figueiredo.

O SNI prevê greves em São Paulo para março.

Numa reunião de metalúrgicos em Lins (SP) é aprovada a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores.

FEVEREIRO Combinada com Golbery, a deputada Ivete Vargas dribla Brizola e captura a sigla do PTB.

É solto o primeiro preso político do Rio. Rômulo Noronha de Albuquerque, da ALN, condenado a dezoito anos de prisão, cumpriu oito e teve a pena reduzida. Logo depois o STM liberta outros quatro.

MARÇO O general Hugo Abreu cai na expulsória e passa para a reserva. Semanas depois chega às livrarias seu livro *O outro lado do poder*. Seria preso.

Metalúrgicos do ABC entram em greve. Há 300 mil trabalhadores parados no Rio e em São Paulo. O sindicato de São Bernardo, presidido por Lula, é colocado sob intervenção.

MAIO Morre o delegado Sérgio Fleury.

AGOSTO Promulgada a anistia. A volta dos exilados transforma os aeroportos em local de festas.

É revogado o Decreto nº 477, que permitia a expulsão de estudantes das universidades por atividades políticas.

A PM de Minas espanca e provoca a morte do metalúrgico Benedito Gonçalves durante uma manifestação de grevistas.

OUTUBRO A PM de São Paulo mata o operário Santo Dias durante uma manifestação de grevistas.

NOVEMBRO O Congresso extingue o bipartidarismo. Tancredo Neves articula a criação do Partido Popular e Leonel Brizola, não tendo a sigla do PTB, fundará o PDT. A Arena vira PDS e o MDB, PMDB.

DEZEMBRO Morre o general Hugo Abreu.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Cacá Diegues lança o filme *Bye Bye Brasil*.

Jacques de Larosière, diretor-geral do FMI, pergunta se a dívida do Terceiro Mundo chegou a níveis arriscados. Os técnicos respondem que não.

JANEIRO Empossado o primeiro governador do estado de Mato Grosso do Sul.

FEVEREIRO O presidente do Banco Central revela que a dívida externa está em quase US$ 42 bilhões.

ABRIL Numa reunião do Planalto, Mario Henrique Simonsen reclama das divergências públicas de ministros em relação à política econômica.

JUNHO O banqueiro americano David Rockefeller diz que alguns países em desenvolvimento podem ter chegado ao limite de sua capacidade de endividamento.

A inflação americana chega a 10,9%.

Diante da alta do preço do petróleo, o SNI propõe medidas para prevenir uma crise de abastecimento de combustível.

JULHO A PM de Minas Gerais mata o operário da construção civil Orocílio Martins Gonçalves, que participava de uma manifestação de grevistas.

Jimmy Carter escolhe Paul Volcker para a presidência do Federal Reserve.

AGOSTO Jaime Wright expõe a d. Paulo Evaristo Arns o plano de pesquisa nos arquivos das auditorias militares. O cardeal de São Paulo aceita a ideia da qual resultarão o projeto e os livros da série *Brasil: nunca mais*.

Simonsen chama um caminhão de mudanças para tirar suas coisas de Brasília e deixa o Ministério do Planejamento. Para seu lugar vai Delfim Netto. A troca é aplaudida pelo empresariado.

SETEMBRO O governo lança-se numa ofensiva diplomática para estreitar as relações do Brasil com o Iraque, grande fornecedor de petróleo do país.

DEZEMBRO Os juros americanos vão a um pico de 15,2%. Esse movimento é considerado um marco na história financeira internacional. John Reed, presidente do Citibank, diria mais tarde: “Não era preciso ser um gênio financeiro para saber o que vinha por aí”.

O ano termina com a inflação (IGP-DI) em 77,2% e o PIB cresce 6,8%.

MUNDO

Francis Ford Coppola faz o filme *Apocalypse now*, com Marlon Brando no papel do coronel Kurtz.

JANEIRO O xá do Irã exila-se no Egito.

Visitando o México, o papa João Paulo II condena o marxismo.

Morre em Nova York o ex-vice-presidente americano Nelson Rockefeller.

FEVEREIRO O aiatolá Khomeini desembarca em Teerã e assume o poder de fato no país.

A China invade o Vietnã.

MARÇO O presidente Anwar Al Sadat, do Egito, e o primeiro-ministro Menachen Begin assinam um tratado de paz na Casa Branca.

ABRIL O Irã transforma-se numa República Islâmica.

MAIO Margaret Thatcher torna-se primeira-ministra da Inglaterra.

JULHO João Paulo II visita a Polônia.

Os sandinistas tomam o poder na Nicarágua. O ditador Anastasio Somoza foge para Miami.

AGOSTO Terroristas irlandeses explodem o barco em que passeava Lorde Mountbatten, ex-vice-rei da Índia e influente conselheiro da família real inglesa.

A Turquia renegocia sua dívida externa. O Peru já o havia feito.

Morre o presidente Agostinho Neto, de Angola. É substituído por José Eduardo dos Santos, que está lá até hoje.

OUTUBRO João Paulo II visita os EUA.

Madre Teresa de Calcutá ganha o prêmio Nobel da Paz.

Começa uma guerra civil em El Salvador. Durará treze anos, matando cerca de 75 mil pessoas.

NOVEMBRO A embaixada dos EUA em Teerã é invadida e 52 americanos são feitos reféns.

Ronald Reagan anuncia que será candidato à Presidência dos EUA na eleição de 1980.

DEZEMBRO A URSS invade o Afeganistão, envenenando suas relações com o Ocidente.

O ditador argentino Jorge Videla discute o desaparecimento de opositores: “Que é um desaparecido? (…) É uma incógnita, é um desaparecido, não tem entidade, não está nem morto nem vivo, é um desaparecido”.

Deng Xiaoping assume o comando do governo chinês.

A Arábia Saudita eleva o preço do barril de petróleo para US$ 24.

1980

GEISEL, GOLBERY E FIGUEIREDO

FEVEREIRO De Teresópolis, Geisel remete a Heitor Ferreira um documento que lhe foi enviado, com a observação: “Não sabem ainda que o Figueiredo é o presidente”.

Diante do boato de que o senador Paulo Brossard poderia ser nomeado para o STF, Golbery responde: “Eu, hein? Mas não seria tão ruim assim…”.

ABRIL Golbery, o general Octavio Medeiros e Heitor Ferreira acertam um plano para blindar Figueiredo e suas explosões emocionais.

O general Milton Tavares de Souza, comandante do II Exército, suspeita que Golbery e Lula tenham canais secretos de comunicação.

MAIO Guilherme Figueiredo briga com seu irmão. Ele insinua que o general Octavio Medeiros, chefe do SNI, é candidato a presidente.

Golbery e Octavio Medeiros distanciam-se.

JUNHO Geisel deixa seu retiro de Teresópolis e aceita a presidência da Norquisa, um conglomerado de empresas do setor petroquímico do Polo de Camaçari (BA).

JULHO Golbery faz uma palestra na Escola Superior de Guerra e expõe a estratégia da abertura, com pares de ações, ora contra a esquerda, ora contra a direita.

Chega a Golbery uma carta de um policial endereçada a Figueiredo identificando o automóvel do qual saiu a pessoa que botou uma bomba numa banca de jornal de Campinho, no Rio. O automóvel pertencia ao DOI do I Exército. A denúncia foi para o arquivo.

OUTUBRO Figueiredo vai ao Chile. Entre os assessores de Pinochet está o coronel Sergio Arredondo, que foi adido em Brasília e em 1973 participou da “Caravana da Morte”, assassinando presos políticos. Ambos tornaram-se amigos durante cavalgadas em Brasília.

DEZEMBRO A revista *O Cruzeiro*, dirigida por Alexandre von Baumgarten, traz um artigo acusando Golbery de ter desmontado a máquina partidária do governo. O general, que sabia das ligações de Baumgarten com o SNI, anota: “*Muy amigo*…”.

Comentando a operação de pontes de safena do ministro do Exército, general Walter Pires, Figueiredo diz: “Eu mesmo também estou todo entupido”.

POLÍTICA

No ano, explodem pelo menos 24 bombas em diversas cidades. Bancas de jornal continuam sendo atacadas.

JANEIRO Em sua primeira *Apreciação Semanal*, o SNI diz que o ano começa com uma "expectativa pessimista".

O governo anuncia que concluiu um acordo nuclear com o Iraque.

Morre Petrônio Portella.

FEVEREIRO Fundado o Partido dos Trabalhadores.

MARÇO Militares argentinos sequestram no Rio Horacio Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock. Têm a ajuda de oficiais do CIE.

O SNI faz uma *Apreciação Semanal* listando 63 problemas, quase todos insolúveis, e um assessor de Figueiredo comenta: "Esses caras estão com bosta na cabeça?".

ABRIL O chefe da seção de operações do DOI do Rio recebe uma proposta de atentado contra o show programado para o Riocentro no dia 1º de maio. Recusa-a.

Diante das dificuldades econômicas, Tancredo Neves propõe a formação de um "governo de união nacional". A proposta é repelida.

Greve no ABC. O governo intervém no Sindicato dos Metalúrgicos e prende Lula.

JUNHO O papa João Paulo II visita o Brasil.

Desaparecem em Uruguaiana (RS) os montoneros argentinos Lorenzo Viñas e Jorge Adur.

JULHO Um grupo de intelectuais reúne-se em São Bernardo com Lula. Formam-se duas correntes. Uma, liderada por Fernando Henrique Cardoso, quer ficar no PMDB. A de Lula segue com o PT.

AGOSTO Uma carta-bomba mata Lyda Monteiro da Silva, secretária do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. É o primeiro caso de atentado letal do surto terrorista de direita. Outra bomba mutila um funcionário da Câmara Municipal do Rio. Figueiredo discursa pedindo que joguem as bombas contra ele e promete investigar.

Ao perceber que seria preso, um casal de jovens argentinos toma cianureto e morre numa barca que ia de Porto Meira para Puerto Iguazú.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Hector Babenco lança o filme *Pixote*. O menino Fernando Ramos da Silva, que interpretou o papel-título, seria assassinado em 1987.

A banca internacional emprestou ao Terceiro Mundo US$ 400 bilhões, grande parte desses créditos está em bancos americanos.

A IBM encomenda aos jovens Bill Gates e Paul Allen um programa para seus computadores pessoais e lhes cede o direito de comercializar o sistema DOS.

JANEIRO Cai o ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter. Vai para o lugar Ernane Galvêas, que presidia o Banco Central.

FEVEREIRO Delfim Netto e Galvêas começam a viajar para tranquilizar a banca internacional.

William Rhodes, do Citibank, renegocia a dívida da Nicarágua.

MARÇO Morre aos 42 anos o artista plástico Hélio Oiticica.

A inflação americana vai a 15%.

JUNHO A dívida externa já ultrapassa US$ 50 bilhões e o Brasil paga um *spread* de 1,35% em seus novos empréstimos. É o triplo do que pagam a Argentina e as Filipinas.

Seguindo uma política de exportação de armas, o governo autoriza a venda de metralhadoras para a Líbia. Entre os clientes estão Iraque, Chile, Paraguai, Bulgária e Malásia.

JULHO A inflação brasileira chega a 100% pela primeira vez na história.

Desaparece a Rede Tupi de televisão, fundada em 1950.

AGOSTO O governo tenta controlar os altos salários nas empresas estatais.

SETEMBRO Os juros americanos vão a 13%.

Delfim Netto reúne-se com banqueiros em Londres. O clima entre eles é de pessimismo. De volta, relata que há pressões para que o Brasil recorra ao FMI.

DEZEMBRO Seis bancos americanos têm em suas carteiras mais de US$ 1 bilhão em empréstimos ao Brasil. O Citibank tem US$ 4 bilhões.

O governo manda uma equipe a Washington para começar a conversar com o FMI, mas minimiza a importância da negociação.

O ano termina com a inflação (IGP-DI) em 110,2% e o PIB cresce 9,2%.

MUNDO

No ano: erradicada a varíola. Estima-se que, só no século XX, ela tenha matado entre 300 e 500 milhões de pessoas.

JANEIRO Israel e Egito restabelecem relações diplomáticas.

É preso em Moscou e banido para a cidade de Gorki o físico Andrei Sakharov, prêmio Nobel da Paz de 1975.

FEVEREIRO Golpe no Suriname. O sargento Desi Bouterse torna-se o governante de fato do país. Está lá até hoje.

Robert Mugabe torna-se primeiro-ministro do Zimbábue. Aos poucos amplia seus poderes e governa o país até hoje.

MARÇO Por causa da invasão do Afeganistão, Jimmy Carter decide boicotar as Olimpíadas de Moscou e embarga as exportações de trigo para a Rússia.

ABRIL Fidel Castro permite que cubanos deixem sua ilha pelo Porto de Mariel. Em outubro, quando essa porta foi fechada, 125 mil pessoas tinham ido para os EUA.

Morre em Paris o filósofo Jean-Paul Sartre.

MAIO Morre o presidente iugoslavo Josip Tito, que governava o país desde 1944.

JUNHO Vai ao ar o canal de notícias CNN.

AGOSTO O operário polonês Lech Walesa lidera a primeira greve do estaleiro de Gdansk e consegue ver suas reivindicações atendidas.

SETEMBRO Começa a guerra Irã-Iraque. Durará oito anos, matando cerca de 2 milhões de pessoas.

Um comando sandinista mata em Assunção o ex-ditador Anastasio Somoza, da Nicarágua.

OUTUBRO O governo da Polônia reconhece o movimento Solidariedade, de Lech Walesa.

Morre no Rio Marcello Caetano, o último governante da ditadura portuguesa derrubada em 1974.

NOVEMBRO Começa em Pequim o julgamento da Gangue dos Quatro, que mandou no país durante a Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung. Sua viúva, Jiang Qing, é condenada à morte, tem a sentença comutada e mata-se na cadeia em 1991.

Ronald Reagan é eleito para a Presidência dos EUA. Com sua vitória, fecha-se o quarteto de grandes líderes mundiais do final do século XX: ele, nos EUA; Margaret Thatcher, na Inglaterra; João Paulo II, no Vaticano; e Deng Xiaoping, na China.

DEZEMBRO Assassinado em Nova York o ex-beatle John Lennon.

Nesse ano, um em cada sessenta uruguaios tinha sido preso.

1981

FIGUEIREDO, GOLBERY E GEISEL

JANEIRO Figueiredo: “O que falta ao povo brasileiro é vivência democrática”.

MARÇO Figueiredo dá a Silvio Santos e ao grupo Manchete duas concessões de redes de televisão. Na disputa, estavam o *Jornal do Brasil* e a Editora Abril.

MAIO Dias depois do atentado no Riocentro, Golbery ouve de Octavio Medeiros que o general José Luiz Coelho Netto estava envolvido no caso.

Golbery não encontra espaço na agenda para receber o economista Friedrich Hayek, expoente do pensamento liberal. Anos antes, Geisel não tivera agenda para receber Milton Friedman.

JULHO Figueiredo padece de dores na perna. É seu velho problema de coluna. A ele somam-se a cardiopatia e uma conjuntivite crônica.

Golbery escreve uma carta a Figueiredo denunciando um “núcleo de governo paralelo”. O presidente morreria sem admitir que a recebeu.

AGOSTO Golbery pede demissão da chefia do Gabinete Civil. Geisel, ao receber a notícia: “Eu estava com medo disso”.

Figueiredo coloca no lugar de Golbery o professor João Leitão de Abreu, que ocupara o cargo durante todo o governo Médici. Com a demissão de Simonsen em 1979 e a morte de Petrônio Portella em 1980, desaparece a influência do governo de Geisel sobre o de Figueiredo. No Planalto resta só Heitor Ferreira, secretário particular de Figueiredo, que é isolado por Leitão de Abreu.

SETEMBRO Golbery encontra-se com Geisel. Durante o governo Figueiredo viram-se poucas vezes.

Figueiredo enfarta. Viaja para exames na Clínica Cleveland. Depois de 24 horas de indefinição, Aureliano Chaves assume. O sistema circulatório do marechal Costa e Silva explodira em 1969, no 896º dia de governo. O de Figueiredo, no 918º.

Geisel passa a defender privadamente a renúncia de Figueiredo. Quando o indicou, sabia que o general era um cardiopata.

NOVEMBRO Figueiredo reassume a Presidência.

POLÍTICA

No ano, explodem pelo menos seis bombas, além daquelas que danificavam bancas de jornal.

JANEIRO O jornalista Alexandre von Baumgarten começa a escrever seu romance *Yellow cake*, tratando das transações nucleares com o Iraque.

FEVEREIRO Nelson Marchezan é eleito presidente da Câmara, derrotando o deputado Djalma Marinho. Heitor Ferreira lançara-se ostensivamente em sua campanha.

A ex-presa política Inês Etienne Romeu localiza a "Casa da Morte" de Petrópolis. O ministro do Exército solta uma nota oficial defendendo os militares que combateram o terrorismo, denunciando o que chama de "revanchismo".

MARÇO Chega ao general Octavio Medeiros a informação de que se planeja um atentado contra um show programado para o Riocentro.

ABRIL Noticiado um assalto em São Paulo no qual teria sido esfaqueado o ex-ministro Roberto Campos. A polícia do governador Paulo Maluf prende trezentos suspeitos. Ao ouvir a notícia, o general Medeiros diz: "Pra cima de mim?". (Campos fora atacado por uma namorada.)

Explode a bomba no Riocentro, matando um sargento e ferindo um capitão do DOI do I Exército. O Exército apresenta a versão de que eles foram vítimas. Passados mais de trinta anos, essa continua sendo a versão oficial. Todos os hierarcas da época reconheceram publicamente que ela é falsa.

NOVEMBRO Estudantes de Brasília jogam ovos contra o ex-secretário de Estado Henry Kissinger.

DEZEMBRO O governo altera as leis eleitorais e vincula os votos para o pleito de 1982. O eleitor será obrigado a escolher candidatos a deputado, senador e governador sempre de um mesmo partido. Diante disso, o Partido Popular de Tancredo Neves vai se juntar ao PMDB.

Heitor Ferreira deixa a residência oficial da granja do Riacho Fundo, onde vivia desde o início do governo Figueiredo. Os presidentes Médici e Geisel passavam ali os fins de semana.

ECONOMIA E SOCIEDADE

Durante o primeiro semestre, realizam-se dois embarques clandestinos de pasta de urânio para o Iraque.

MARÇO A Polônia suspende o pagamento de sua dívida externa.

ABRIL A agência do Banco do Brasil em Nova York começa a ter dificuldades para fechar seu caixa. Ouro extraído da mina de Serra Pelada será usado para garantir depósitos de emergência feitos pelo banco Morgan em Nova York.

MAIO Gesualdo Constanzo, vice-presidente do Citibank, diz que as preocupações com os empréstimos feitos ao Terceiro Mundo são "fantasias apocalípticas".

O bilionário americano Daniel Ludwig abandona o Projeto Jari, na Amazônia. Nos anos 1970, esse investimento era uma das joias do Milagre Econômico.

A censura brasileira veta uma série de shows da cantora americana Joan Baez. Ela era a musa das canções de protesto.

JULHO A economia americana entra em recessão.

O Brasil fica praticamente sem reservas em moedas estrangeiras.

A Costa Rica suspende o pagamento de sua dívida externa.

AGOSTO Morre Glauber Rocha. Tinha 42 anos.

Surge o canal de música MTV.

SETEMBRO Inaugurado em Brasília o Memorial JK. Oscar Niemeyer é acusado de tê-lo projetado com uma forma semelhante à da foice e do martelo.

Ronald Reagan, quando lhe perguntam onde conseguirá dinheiro para seu programa de armamentos: “Bem, não será do Brasil”.

OUTUBRO Walter Wriston, presidente do Citi, prevê que no futuro “o Brasil poderá tomar empréstimos ainda maiores”.

DEZEMBRO O Citibank lucrou US$ 555 milhões; 19% desse dinheiro veio de operações com o Brasil.

O ano termina com a inflação (IGP-DI) em 95,2% e o PIB contrai-se 4,3%.

MUNDO

JANEIRO Ronald Reagan toma posse.

São libertados os reféns da embaixada americana em Teerã.

O papa João Paulo II recebe no Vaticano uma delegação do movimento polonês Solidariedade.

FEVEREIRO Tentativa fracassada de golpe de Estado na Espanha.

O governo do Iraque reclama das vendas de metralhadoras brasileiras ao Irã, com quem está em guerra. O Brasil vendia armas aos dois.

MARÇO Atentado a bala contra Reagan. Apesar das informações divulgadas nos primeiros dias, sua vida correu perigo.

O general chileno Augusto Pinochet é empossado para mais um mandato de oito anos.

ABRIL A Coca-Cola abre sua primeira fábrica na China.

MAIO Atentado a bala em Roma contra João Paulo II.

O socialista François Mitterrand é eleito presidente da França.

Um júri internacional escolhe por unanimidade o projeto de Maya Lin para o Memorial aos americanos mortos na Guerra do Vietnã. São placas de mármore negro com 57.661 nomes de soldados mortos.

JUNHO Identificados em Los Angeles os cinco primeiros casos de aids.

Num ataque que durou um minuto, a aviação israelense bombardeia e destrói o reator nuclear iraquiano. Saddam Hussein fica quieto.

JULHO Reagan nomeia a primeira mulher para a Suprema Corte, Sandra O’Connor.

AGOSTO Reagan quebra a espinha do sindicalismo americano enfrentando e derrotando uma greve de controladores de voo.

SETEMBRO O mural *Guernica*, de Pablo Picasso, deixa o Museu de Arte Moderna de Nova York e vai para o Prado, em Madri.

OUTUBRO Durante um desfile militar, é assassinado o presidente do Egito, Anwar Al Sadat. Assume o general Hosni Mubarak.

DEZEMBRO Lei marcial na Polônia.

1982

GEISEL, GOLBERY E FIGUEIREDO

FEVEREIRO Figueiredo reclama das pessoas que lhe escrevem pedindo cavalos. Já deu dois.

MARÇO Figueiredo entra na segunda metade de seu mandato.

Num discurso de um deputado que condenava a eleição indireta, Figueiredo anota: “E se for eleito indiretamente um presidente pela oposição?”.

MAIO Figueiredo viaja aos EUA e se reúne com Ronald Reagan. Insinua que se houver um conflito militar com a Inglaterra na disputa pelas ilhas Malvinas, o Brasil poderá apoiar a Argentina.

Estreia na TV Globo o programa semanal *O povo e o presidente*. Dura pouco mais de um ano.

Golbery e Heitor Ferreira evitam falar por telefone. Comunicam-se por bilhetes.

JUNHO Figueiredo manda cassar as credenciais dos repórteres do *Jornal do Brasil* e da *Veja* no Planalto, mas em seguida recua.

Geisel representa Figueiredo no funeral do rei da Arábia Saudita.

Figueiredo reclama que seriam necessários três orçamentos para atender a todos os pedidos feitos em ano eleitoral.

JULHO Geisel e Figueiredo encontram-se em Teresópolis durante um grande almoço na casa do ex-ministro Armando Falcão. Os dois estão distantes. Desde que ligou para o Planalto e Figueiredo não devolveu a chamada, Geisel ficou em silêncio.

SETEMBRO Floyd Loop, o cardiologista que examinou Figueiredo em Cleveland, escreve-lhe: “O senhor pode estar cavando sua sepultura com o talher”. Figueiredo responde que passará a comer em pé, para reduzir o apetite.

DEZEMBRO Durante sua visita ao Brasil, o presidente Ronald Reagan encanta-se por *Gymnich*, um dos cavalos de Figueiredo. Ele o oferece de presente, mas as leis americanas proíbem mimos desse valor. Combinam que levará o bicho, emprestado. Muda seu nome para *Granjo*.

POLÍTICA

FEVEREIRO O Partido Popular de Tancredo anuncia sua fusão com o PMDB. O governo acha que pode impedi-la. Se ela se concretizar, significará o desmanche da manobra de Golbery, que pretendia tirar uma costela do PMDB.

O SNI diz que a fusão do Partido Popular de Tancredo com o PMDB é, acima de tudo, uma vitória da esquerda.

ABRIL José Sarney, presidente do PDS, propõe a Leitão de Abreu “um congelamento de preços” para ajudar o PDS na eleição daquele ano. Anos depois, na Presidência, Sarney faz o Plano Cruzado, congelando preços em ano eleitoral.

MAIO Leitão de Abreu e o general Medeiros afastam-se.

O governador Paulo Maluf movimenta-se ostensivamente como candidato à Presidência. Tem o apoio de Golbery.

OUTUBRO Desaparecem no Rio o jornalista Alexandre von Baumgarten, sua mulher e o barqueiro da traineira *Mirimi*, na qual haviam saído para passear. Dias depois ele é sepultado como vítima de afogamento.

NOVEMBRO Quarenta e oito milhões de eleitores vão às urnas. O PMDB elege os governadores de Minas Gerais (Tancredo Neves), São Paulo (Franco Montoro) e Paraná (José Richa). Pela primeira vez desde 1969, oposicionistas administrarão orçamentos milionários. O PMDB perde em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. No Rio de Janeiro elege-se Leonel Brizola pelo PDT.

Lula, candidato ao governo de São Paulo pelo PT, fica em quarto e último lugar. Teve 1,1 milhão de votos num pleito vencido por Franco Montoro com 19 milhões. Seu partido elege apenas oito deputados. Maluf, candidato a presidente, torna-se o deputado mais votado do país, com mais de 600 mil votos.

A eleição para o Congresso e para as Assembleias garante ao governo o controle do Colégio Eleitoral que indicará o próximo presidente da República em 1985, com mandato de seis anos, até 1991.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO Com a saída do bilionário Daniel Ludwig do Projeto Jari, o magnata Augusto de Azevedo Antunes oferece-se para resgatar o empreendimento, com ajuda do BNDE. Consegue o financiamento, mas o projeto definha.

MARÇO Depois da estreia do filme *Pra frente Brasil*, que mostrava cenas de tortura, o diplomata Celso Amorim é demitido da presidência da Embrafilme, que financiara o projeto.

O SNI monitora espetáculos com cenas “atentatórias à moral e aos bons costumes”; em Recife eles chegariam a 72,7% e em Brasília, a 58,3%.

JULHO Itália 3 x 2. O Brasil sai da Copa do Mundo sem chegar às semifinais.

Num documento sobre a economia brasileira, um técnico do FMI classifica o panorama de “sinistro”, mas sustenta que nada deveria ser feito antes da eleição de novembro.

AGOSTO Diante do colapso da dívida mexicana, no Brasil a diretoria do Banco Central prevê um desastre, mas seu presidente, Carlos Langoni, diz que a situação do país é “completamente diferente”.

SETEMBRO Delfim Netto, diante da crise mexicana: “Nosso negócio é pagar”.

O Brasil faz um saque de emergência no FMI. Logo depois, o Tesouro americano entra com um socorro de US$ 1,25 bilhão.

Pedro Malan, Persio Arida, André Lara Resende e Edmar Bacha organizam um seminário no Departamento de Economia da PUC, no Rio de Janeiro, mostrando a gravidade da crise da dívida

externa e a futilidade do discurso oficial. Eles argumentavam que a linha do “nosso negócio é pagar” não se sustentaria.

O ano termina com a inflação (IGP-DI) em 99,7% e o PIB cresce 0,8%.

MUNDO

No ano: o consumo de crack expande-se nas comunidades pobres das grandes cidades americanas.

JANEIRO Um garoto de quinze anos cria o primeiro vírus de computadores.

ABRIL Paul Volcker começa a socorrer secretamente o México. O país está quebrado e terá eleições presidenciais em julho.

O general argentino Leopoldo Galtieri manda ocupar as ilhas Malvinas. Contrariando as expectativas dos EUA e de quase todo mundo, a primeira-ministra inglesa, Margaret Thatcher, despacha uma frota para expulsar os invasores. Depois de alguns combates, eles se rendem em junho. Nas ruas de Buenos Aires, grita-se: “*Galtieri, borracho, mataste a los muchachos*”.

MAIO Com a incapacidade de Leonid Brejnev, Yuri Andropov, chefe da KGB, torna-se o governante de fato da URSS.

JUNHO Estreia nos Estados Unidos o filme *E.T.*, de Steven Spielberg.

Os militares argentinos depõem Leopoldo Galtieri e dias depois põem no lugar o general Reynaldo Bignone.

JULHO Eleições presidenciais no México. É eleito Miguel de la Madrid.

AGOSTO O ministro da Fazenda do México joga a toalha: o país quebrou e ele pede uma moratória para o pagamento de US$ 10 bilhões. Começa a Crise da Dívida do Terceiro Mundo.

SETEMBRO Morre a ex-atriz Grace Kelly, princesa de Mônaco.

OUTUBRO O Partido Socialista vence as eleições na Espanha. Felipe González será o próximo primeiro-ministro.

NOVEMBRO Morre Leonid Brejnev, de 75 anos. Para seu lugar sobe Yuri Andropov, de 68 e com saúde débil.

Surge o CD. Primeiro no Japão, meses depois na Europa e nos EUA.

DEZEMBRO O FMI empresta US$ 4,9 bilhões ao Brasil e o governo fecha um acordo provisório com a banca.

Ronald Reagan visita o Brasil. Num banquete saúda o “povo da Bolívia”. Ao perceber o erro, diz que a Bolívia seria o próximo país que visitaria. Não era.

Michael Jackson lança seu álbum *Thriller*, o maior sucesso comercial de todos os tempos.

A revista *Time* escolhe o computador pessoal como O Homem do Ano, chamando-o de A Máquina do Ano.

1983

GEISEL, GOLBERY E FIGUEIREDO

JANEIRO O PDS delega ao presidente o comando de sua sucessão.

Figueiredo diz que o país está em “economia de guerra”. Mostra-se abatido, lamentando que seu mandato dure seis anos. Restam-lhe dois.

O presidente da Câmara, Nelson Marchezan, lança a ideia da reeleição de Figueiredo.

FEVEREIRO Geisel e Figueiredo se reúnem em Porto Alegre.

Golbery encontra-se com Geisel.

MARÇO Diante da crise da economia, Figueiredo pede uma trégua política.

O SNI vigia Golbery e Maluf.

MAIO Figueiredo anota na carta de uma mãe que critica o otimismo de Delfim e conta que seu filho se matou por causa da crise econômica: “Não entendo mais nada!”.

Figueiredo admite sua reeleição, manobra que exigiria uma emenda constitucional.

Figueiredo diz que não quer a reeleição.

JULHO Figueiredo embarca para Cleveland, onde é operado imediatamente. Coloca uma ponte de safena e uma mamária. Aureliano Chaves assume e fica 43 dias na Presidência. Os longos expedientes que dava no Palácio envenenam suas relações com Figueiredo.

AGOSTO Golbery: “Figueiredo não tem vontade de dirigir o país, não está interessado em dirigir o país e não tem mais saúde para dirigir o país”.

Figueiredo reassume mas ainda não vai ao Planalto.

SETEMBRO Geisel sinaliza seu apoio a Aureliano Chaves. Numa conversa com Marco Maciel ele já defendera a renúncia de Figueiredo.

O SNI fotografa quem vai ao escritório de Golbery.

OUTUBRO Figueiredo demite Heitor Ferreira. Ele estava na secretaria particular do presidente desde 1974. Leitão de Abreu pusera a questão em termos de “ele ou eu”. Heitor nunca mais veria Figueiredo.

NOVEMBRO Durante uma viagem à África, Figueiredo diz que é a favor das eleições diretas, mas seu partido é contra. Depois corrige: “Continuo contra as diretas”.

DEZEMBRO Figueiredo desiste de coordenar a própria sucessão.

POLÍTICA

JANEIRO O deputado Paulo Maluf instala-se em Brasília numa mansão, com escritório na área comercial.

Leitão de Abreu diz privadamente que “Maluf é rejeitado pelo tecido da Nação”.

Heitor Ferreira incomoda-se com a expressão “governadores da oposição” e diz que assim “podemos chegar ao ponto de, um dia, chamar o Tancredo de ‘presidente da oposição’”.

A revista *Veja* mostra que Alexandre von Baumgarten não morreu afogado, mas de tiro. Na semana seguinte, divulga um dossiê que ele deixou, acusando o general Newton Cruz e o SNI de tramarem seu assassinato.

FEVEREIRO Lula diz que prefere um general a Maluf na Presidência.

MARÇO O deputado Dante de Oliveira apresenta o seu projeto de emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para a Presidência. Passa despercebido.

O vice-presidente Aureliano Chaves é candidato a presidente.

Empossados os novos governadores.

ABRIL O ministro do Interior, Mário Andreazza, admite ser candidato a presidente, mas acha “espetacular” a ideia da reeleição de Figueiredo.

Manifestantes derrubam as grades do palácio dos Bandeirantes. Seguem-se dias de medo em São Paulo, com duzentos saques. Os saques espalham-se por diversas cidades.

MAIO Tancredo e Ulysses se acertam: Tancredo apoia as diretas, mas deixa aberto o caminho para uma candidatura de consenso.

Brizola aceita a reeleição de Figueiredo para um mandato de dois anos.

JUNHO Aureliano defende as diretas.

Tancredo diz que a luta pelas diretas é “necessária, porém lírica”.

Primeiro comício pelas Diretas, em Goiânia, com 5 mil pessoas.

JULHO Maluf encontra-se com Médici e janta com Geisel, que no dia seguinte janta com Aureliano.

AGOSTO Newton Cruz assume o Comando Militar do Planalto.

NOVEMBRO Maluf garante que tem maioria no Colégio Eleitoral: “O jogo está encerrado”.

O PT realiza em São Paulo um comício pelas diretas.

A *Folha de S.Paulo* começa sua campanha pelas diretas.

DEZEMBRO Leitão de Abreu detona o Colégio Eleitoral ao dizer que nele não há obrigação de fidelidade partidária.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO A dívida externa está em US$ 70 bilhões.

O governo apresenta ao FMI uma carta de intenção e promete inflação de 78% no ano.

A Mercedes demite 2.900 operários.

Morre o jogador Garrincha.

O governo manda ao Congresso seu primeiro projeto de arrocho nos aumentos salariais, que estavam indexados pela taxa da inflação.

Anualizada, a inflação de janeiro vai a 104,9%, a maior de todos os tempos.

FEVEREIRO Delfim desvaloriza a moeda em 30%.

Ocupadas duas fábricas em São Paulo.

MARÇO Luis Fernando Verissimo cria a "Velhinha de Taubaté", uma senhora que acreditava em tudo o que o governo dizia.

Surge o slogan "o povo está a fim da cabeça do Delfim".

MAIO O governo manda ao Congresso um novo decreto para os reajustes salariais.

JUNHO Vai ao ar a Rede Manchete.

A banda Kiss toca no Maracanã para mais de 100 mil pessoas.

Criada uma nova comissão dos bancos para tratar da dívida. Na sua direção fica William Rhodes, do Citi.

Congresso rejeita decreto do governo sobre correção de salários.

JULHO Delfim: "A crise continua, e eu também".

O grupo Matarazzo pede concordata.

Greve geral com fortes adesões em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

A inflação do mês fica em 13,3%, outro recorde histórico.

AGOSTO Fundada a CUT.

SETEMBRO Onda de saques no país: 93 no Nordeste; 84 no Rio; 50 em São Paulo. Brizola diz que a CIA estaria "por trás".

Cai o presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

OUTUBRO Aos 31 anos, mata-se a poeta Ana Cristina Cesar.

O Congresso derruba mais uma lei de reajustes salariais.

Figueiredo coloca Brasília sob medidas de emergência para a votação da nova lei salarial.

O ano termina com a inflação (IGP-DI) em 211% e o PIB contrai-se 2,9%.

MUNDO

Os EUA têm 10 milhões de computadores.

A Motorola lança comercialmente o seu primeiro aparelho de telefonia celular.

JANEIRO Surge o relógio Swatch.

A Apple lança o computador pessoal Lisa.

MARÇO Ronald Reagan chama a URSS de "Império do Mal".

ABRIL Reagan manda o diretor da CIA a Brasília para informar que invadirá o Suriname. Pede apoio ao governo, mas não consegue. Desiste.

JUNHO O partido conservador de Margaret Thatcher vence as eleições inglesas por ampla margem.

JULHO Suspensa a lei marcial na Polônia. O governo concede anistia a alguns presos políticos.

SETEMBRO Caças soviéticos derrubam um avião comercial coreano que entrara inadvertidamente em seu espaço aéreo, matando 269 pessoas.

Vai ao ar o Disney Channel.

OUTUBRO Os EUA invadem a ilha caribenha de Granada, resgatam jovens americanos, encarceram o primeiro-ministro e capturam 638 soldados cubanos.

Duzentos e quarenta e um militares americanos e 58 franceses morrem num atentado a bomba em Beirute, no Líbano.

O polonês Lech Walesa ganha o prêmio Nobel da Paz.

Nelson Piquet é bicampeão mundial de Fórmula 1. Dias depois, aos 23 anos, o jovem Ayrton Senna ganha o campeonato inglês de Fórmula 3.

O advogado Raúl Alfonsín é eleito presidente da Argentina. É o fim da mais sangrenta das ditaduras sul-americanas.

NOVEMBRO A Chrysler lança a primeira minivan.

Reagan cria o feriado nacional pela memória de Martin Luther King.

DEZEMBRO Trinta países já refinanciaram a dívida externa, num montante de US$ 400 bilhões.

1984

GEISEL, GOLBERY E FIGUEIREDO

JANEIRO Geisel apoia publicamente Aureliano Chaves.

Golbery anuncia seu apoio a Maluf.

ABRIL Durante uma viagem ao Marrocos, Figueiredo diz a um deputado que se estivesse no Rio iria ao comício das Diretas. No dia seguinte, ambos corrigem o comentário.

Dulce, mulher de Figueiredo, ignora a presença de Vivi, mulher de Aureliano Chaves, numa cerimônia.

MAIO Golbery dá uma entrevista defendendo Maluf. Teme ser preso.

JUNHO O SNI informa que Mario Henrique Simonsen vem tentando marcar um encontro de Tancredo com Geisel.

Figueiredo diz ao deputado Marcondes Gadelha que aceita continuar, com um mandato de quatro anos. Gadelha acha que teve uma "alucinação auditiva".

Figueiredo aceita que José Sarney, presidente do PDS, faça uma prévia para escolher o candidato do partido. Dias depois recua, Sarney renuncia ao cargo, abandona o partido e se aproxima de Tancredo.

JULHO Geisel reúne-se com Figueiredo em Brasília. A conversa dura três horas e ele reclama da inação de Figueiredo. Foi a última tentativa de levar o presidente para a candidatura de Aureliano.

Encontram-se no Rio Geisel e Aureliano. O vice-presidente anuncia que apoiará Tancredo.

AGOSTO Diante da vitória de Maluf na convenção do PDS, Figueiredo diz que "a opção não foi minha, foi o meu partido".

SETEMBRO Antonio Carlos Magalhães desafia o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos. Nada lhe acontece.

Geisel recebe Tancredo em seu escritório e deixa-se fotografar abraçando-o. Recomenda-lhe ficar longe dos militares.

Figueiredo diz que uma vitória de Tancredo poderá resultar na esquerdização do país. Diz coisa parecida ao ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger.

Geisel diante da inquietação militar: "Quem promove aberturas políticas como o general Figueiredo promoveu, não pode ter medo de meia dúzia de bandeiras vermelhas".

DEZEMBRO Geisel: "O Golbery me mandou um cartão de Natal e eu respondi. Não o procuro porque eu quero preservar essa amizade".

POLÍTICA

JANEIRO A *Folha de S.Paulo* começa a publicar a programação da campanha das Diretas. Só para janeiro anuncia vinte eventos.

Leitão de Abreu prevê a derrota de Maluf no Colégio.

Comício das Diretas em Curitiba.

Grande comício das Diretas na praça da Sé, em São Paulo.

FEVEREIRO Comício em Belo Horizonte.

ABRIL Comício das Diretas no Rio. A multidão canta *Caminhando*, música proibida em 1968.

Comício no Anhangabaú, em São Paulo, o maior da história. No Brasil, estima-se que 4 milhões de pessoas já tenham ido às ruas pedindo eleições diretas.

Brasília é colocada sob o regime de medidas de emergência. Suspende-se o direito de reunião e impõe-se censura parcial à imprensa. O comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, bota sua tropa na rua e sai montando um cavalo branco.

Numa sessão que durou dezessete horas, a Câmara rejeita a emenda Dante de Oliveira. Tem 298 votos, mas faltam-lhe 22.

MAIO Antonio Carlos Magalhães diz a Tancredo que se Maluf ganhar a convenção do PDS ele o apoia no Colégio Eleitoral.

A campanha das Diretas-Já transforma-se em Tancredo-Já.

Tancredo anuncia que disputará a Presidência.

A convenção do PDS escolhe Paulo Maluf. Derrotado, Andreazza não o apoia, e Antonio Carlos Magalhães, seu principal articulador, embarca na candidatura de Tancredo.

SETEMBRO Tancredo encontra-se com o ministro do Exército, general Walter Pires.

OUTUBRO Tancredo diz que teme um golpe, “gesto inconsequente desse general Newton Cruz”.

NOVEMBRO Tancredo é avisado de que o general Newton Cruz perderá o comando da tropa de Brasília.

O Tribunal Superior Eleitoral decide que na eleição presidencial de janeiro os delegados não estarão presos à fidelidade partidária. É o fim de Maluf.

DEZEMBRO Novo comício na praça da Sé. Festeja-se antecipadamente a vitória de Tancredo. Na ponta do lápis, ele já tem maioria no Colégio Eleitoral.

O poderoso empresário Antonio Gallotti, um dos fundadores do IPÊS, na noite do Réveillon: “É uma sorte que depois de vinte anos a gente saia dessa com o Tancredo”.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO O empresariado afasta-se do regime. Olavo Setubal, do banco Itaú, e o empresário Antonio Ermírio de Moraes apoiam a candidatura de Aureliano Chaves e, mais tarde, a de Tancredo Neves.

FEVEREIRO Depois de dificuldades em suas negociações com o FMI, o governo prepara mais uma carta comprometendo-se com uma inflação de 105%. É a quinta carta com promessas.

Aureliano Chaves diz que o Brasil não tem condições para cumprir os compromissos que assume. Depois de ter sido demitido da presidência do Banco Central em 1983, Carlos Langoni diz a mesma coisa.

ABRIL O presidente argentino Raúl Alfonsín ameaça declarar moratória.

JUNHO Delfim Netto: “Se tivéssemos um pouco de governo, ainda faríamos alguma coisa. Mas está a zero, mesmo”.

JULHO Tancredo diz que romper com o FMI “é uma tolice”. Essa proposta da esquerda do PMDB e do PT vai aos poucos perdendo força.

AGOSTO Tancredo avisa que não aceita a ideia de moratória unilateral da dívida externa.

SETEMBRO Walter Wriston deixa a presidência do Citibank. É substituído por John Reed, que comandara o projeto de caixas eletrônicos.

DEZEMBRO O governo manda ao FMI sua sétima carta de promessas e o Fundo diz que só discutirá com o próximo governo, que assumirá em março.

O ano termina com a inflação (IGP-DI) em 223,8%, a maior de todos os tempos, e o PIB cresce 5,4%. Depois de vinte anos a ditadura vai para seu fim com resultados econômicos piores que os de João Goulart.

MUNDO

Em 1984, o ano em que o escritor inglês George Orwell fixou a época em que o mundo viveria sob um regime totalitário, as ditaduras comunistas estão na crise da qual não sobreviverão. O livro foi publicado em 1949.

JANEIRO A Apple lança o computador Macintosh, com seu célebre anúncio “1984”.

É preso na Argentina o primeiro general da ditadura. Semanas depois prende-se um ex-presidente.

FEVEREIRO Morre Yuri Andropov, Konstantin Chernenko assume o governo da URSS.

MARÇO O Irã mostra que o Iraque estava usando armas químicas na guerra entre os dois países.

ABRIL Identificado o vírus da aids.

JULHO Olimpíadas de Los Angeles. Como os EUA haviam boicotado os Jogos de Moscou, os países de regime socialista boicotam-na. A briga política mutilou a carreira de uma geração de atletas.

AGOSTO Num teste de transmissão radiofônica, Ronald Reagan diz o seguinte: “Compatriotas americanos, tenho o prazer de anunciar que assinei as ordens para acabar com a URSS. Começaremos a bombardeá-la em cinco minutos”.

SETEMBRO Terroristas explodem a embaixada americana em Beirute e matam 24 pessoas.

A Inglaterra concorda em devolver Hong Kong à China em 1997.

OUTUBRO O bispo negro sul-africano Desmon Tutu ganha o Nobel da Paz.

Assassinada Indira Gandhi, primeira-ministra da Índia.

NOVEMBRO Nos cinemas, *Os gritos do silêncio* (*Killing fields*), expondo os crimes da ditadura comunista no Camboja.

Julio María Sanguinetti é eleito presidente do Uruguai. Terminam doze anos de ditadura militar.

Ronald Reagan é reeleito.

É preso na Argentina José Alfredo Martínez de Hoz, o czar da economia da ditadura. É libertado 77 dias depois.

1985

GEISEL, GOLBERY E FIGUEIREDO

JANEIRO Figueiredo submete-se a uma cirurgia da coluna no Rio. Não passa o cargo a Aureliano Chaves. Restabelecendo-se, posa para uma fotografia no jardim da casa de saúde, prostrado. Tancredo vai visitá-lo. Geisel não vai.

Golbery diz que não procura Geisel. Argumenta que mesmo não tendo apoiado Tancredo abertamente, Geisel será responsável pelo que vier a acontecer: “Se der certo, muito bem, os louros irão para ele, mas se houver um desastre, não é justo que venha dizer que nada tinha a ver com isso”.

Numa entrevista, Figueiredo pede aos 70% dos brasileiros que apoiam Tancredo (“o povão”) “que me esqueçam”.

José Sarney, vice-presidente eleito, encontra-se com Geisel.

MARÇO Com Tancredo internado, Figueiredo recusa-se a passar a faixa presidencial a José Sarney, deixa o palácio por uma porta lateral, pega o avião e vai para o apartamento de um amigo no Rio.

Numa conversa, Figueiredo prevê que se Tancredo não resistir “Sarney não governa” e o desfecho seria o retorno dos militares ao poder.

ABRIL Durante o velório de Tancredo no palácio do Planalto, Geisel e Ulysses Guimarães cumprimentam-se. Figueiredo não comparece.

Com o fim da ditadura, Geisel, Golbery e Figueiredo afastam-se da vida pública.

POLÍTICA

JANEIRO Na madrugada da ceia do Réveillon, Tancredo sente-se mal. Sua irmã, a religiosa Esther, diz que ele precisa ver um médico. Ele responde: “O SNI vai saber e vão aproveitar”. Dias depois fica febril, liga para seu médico mineiro e pede um antibiótico oral.

Tancredo Neves é eleito presidente da República por 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. Cita o poeta francês Verlaine e diz que recebe a vitória “com êxtase e terror”. Realizam-se comícios-festas em várias cidades.

Tancredo diz ao médico Renault Mattos Ribeiro que sente dores na virilha.

Tancredo embarca para uma viagem para Itália, França, Portugal, EUA, México e Argentina. Durante sua passagem por Washington, tem uma dura conversa com o secretário de Estado, George Shultz. Diz que pretende fazer um governo de austeridade, honrando os compromissos do país, mas se os bancos se fecharem as consequências serão imprevisíveis.

MARÇO Tancredo Neves deverá tomar posse no dia 15, uma sexta-feira. No dia 12, seu estado de saúde se agrava. Na noite de 14, é levado às pressas para o Hospital de Base, em Brasília, e é submetido à primeira cirurgia.

José Sarney é empossado na Presidência da República, com o ministério de Tancredo.

No dia 20, Tancredo passa por uma nova cirurgia. Uma semana depois, posa para uma foto num cenário maquiado. No dia seguinte, é transferido para São Paulo e vai para a terceira cirurgia.

O Alto-Comando do Exército caroneia o general Newton Cruz na lista de promoções à quarta estrela e ele é transferido automaticamente para a reserva.

ABRIL No dia 2, ocorre a quarta cirurgia de Tancredo. Até o dia 12, mais três.

Em 21 de abril, Dia de Tiradentes, é anunciada a morte de Tancredo Neves. Depois de ser velado em Brasília e Belo Horizonte, ele é sepultado em São João del Rei (MG).

AGOSTO A deputada Bete Mendes acusa o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra de tê-la torturado no DOI de São Paulo. O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, informa que mantém sua confiança em Ustra.

OUTUBRO Morre o ex-presidente Médici.

ECONOMIA E SOCIEDADE

JANEIRO Realiza-se o primeiro show Rock in Rio.

O FMI diz que não discutirá com o governo brasileiro a sua sétima carta de intenção. Prometia 60% de inflação no ano.

Em sua primeira entrevista coletiva como presidente eleito, Tancredo diz que dívida “se paga com dinheiro, não se paga dinheiro com fome, miséria e desemprego”.

FEVEREIRO O diretor-geral do FMI congela os entendimentos com o Brasil.

Em visita ao Brasil, o banqueiro americano David Rockefeller visita Tancredo e responde à sua frase sobre a dívida externa: “Dívida é dívida e seu conceito não varia”.

MARÇO Num dos primeiros atos do novo governo, o Banco Central intervém no Grupo Brasilinvest, do paulista Mario Garnero. Ele fora um dos mais destacados líderes empresariais da ditadura.

ABRIL O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, reabre as negociações da dívida externa com o FMI e os bancos. Ela está em US$ 103 bilhões.

No circuito do Estoril, em Portugal, Ayrton Senna consegue sua primeira vitória na Fórmula 1.

JUNHO Estreia na TV Globo a novela *Roque Santeiro*, de Dias Gomes. Ela fora vetada pela Censura em 1975.

Identificados os restos mortais do criminoso nazista Josef Mengele. Ele morrera em 1979 em São Paulo e fora sepultado com a identidade falsa com que vivia.

JULHO O Peru decreta moratória de sua dívida externa.

AGOSTO Francisco Dornelles deixa o Ministério da Fazenda e Sarney coloca em seu lugar o empresário Dilson Funaro.

NOVEMBRO Jânio Quadros é eleito prefeito de São Paulo, derrotando Fernando Henrique Cardoso.

DEZEMBRO O ministro Dilson Funaro indica aos bancos credores que o Brasil pode entrar no caminho da decretação de uma moratória. Em fevereiro de 1986 cumpriria a promessa.

O ano termina com a inflação (IGP-DI) em 235% e o PIB cresce 7,85%.

MUNDO

FEVEREIRO Depois de passar um tempo sumido, o dirigente soviético Konstantin Chernenko é visto em público. Parece sonado.

Nelson Mandela rejeita o oferecimento de liberdade sob condições impostas pelo governo da África do Sul. Seria libertado em 1990, sem condições.

MARÇO A Food and Drug Administration libera o primeiro teste para detectar o vírus HIV.

Morre o pintor Marc Chagall.

Morre Chernenko. Mikhail Gorbachev vai para seu lugar.

ABRIL Boris Yeltsin é tirado da chefia de um governo provincial e levado para Moscou, onde cuidaria da construção civil. Em dezembro assumiria a administração de Moscou.

MAIO Cientistas ingleses detectam na Antártica um buraco na camada de ozônio da atmosfera.

Gorbachev faz um discurso em Leningrado e usa pela primeira vez a palavra *perestroika*, que significa “reestruturação”.

JUNHO Vai ao ar o Discovery Channel.

AGOSTO Aspen torna-se a primeira cidade americana a banir o fumo em restaurantes.

SETEMBRO Steve Jobs é afastado da diretoria da Apple, empresa que fundara. Voltaria em 1997. Com o iPhone e o iPad, transforma-se, mais tarde, em símbolo de empresário inovador americano.

NOVEMBRO A Microsoft lança seu sistema Windows.

DEZEMBRO A resistência afegã enfraquece o regime apoiado pela invasão soviética.

O general Jorge Rafael Videla, ex-ditador da Argentina, é condenado à prisão perpétua. Fica cinco anos preso, é solto, volta a ser encarcerado e morre na cadeia em 2013.

No ano, os EUA têm catorze bilionários. A China, nenhum. Em 2014 os bilionários americanos seriam 615 e os chineses, quatrocentos. Nos anos 1980, Jack Ma, hoje o homem mais rico da China, vivia como professor de inglês. Bill Gates, que hoje é o homem mais rico do mundo, faria seu primeiro bilhão em 1986, aos 31 anos.

Fontes e bibliografia citadas

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS

Arquivo de Ernesto Geisel/CPDoc
Arquivo do Autor
Arquivo do Departamento de Estado dos EUA
Arquivo Médici/IHGB
Arquivo Nacional
Arquivo Privado de Golbery do Couto e Silva/Heitor Ferreira
Arquivo Privado de Therezinha Zerbini
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Foreign Broadcast Information Service
National Security Archive (EUA)

INFORMANTES

Americo Mourão
Antonio Carlos Magalhães
Antonio Delfim Netto
Antonio Gallotti
Antony Gebauer
Bechara Jalkh
Carlos Alberto Brilhante Ustra
Carlos Augusto Santos Neves
Claudio Bardella
Ernesto Geisel
Fernando Henrique Cardoso
Francisco Dornelles
Franco Montoro
Gastão Vidigal
Gilson Menezes
Golbery do Couto e Silva
Heitor Ferreira
Hugo Perez

Humberto Barreto
Ivan de Souza Mendes
Jô Soares
João Baptista Figueiredo
João Ribeiro Dantas
John Reed
Jorge Bastos Moreno
José Papa Júnior
José Sarney
Leonidas Pires Gonçalves
Luiz Inácio Lula da Silva
Marcelo Cerqueira
Marcio Thomaz Bastos
Marcos Vianna
Mário Andreazza
Miro Teixeira
Newton Cruz
Paulo Castello Branco
Paulo Egydio Martins
Paulo Francini
Paulo Maluf
Paulo Nogueira Batista
Paulo Tarso Flecha de Lima
Pedro Paulo de Sena Madureira
Raimundo Rodrigues Pereira
Raul Ryff
Said Farhat
Sérgio Barcelos
Sonia Portella
Thales Ramalho
Therezinha Zerbini
Violeta Arraes
Yvan Bentes Monteiro

PERIÓDICOS

DIÁRIOS

Correio Braziliense
Diário de Brasília
Folha de S.Paulo

Gazeta do Povo
Gazeta Mercantil
Jornal de Brasília
Jornal do Brasil
O Estado de S. Paulo
O Globo
The New York Times
Tribuna da Luta Operária
Última Hora
Valor Econômico
Zero Hora

SEMANAIS

CartaCapital
Época
IstoÉ
Movimento
O Pasquim
Veja

OUTROS

A Defesa Nacional
Em Tempo
Playboy
Venceremos

SÉRIES DOCUMENTAIS, DOSSIÊS

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vols. 1 a 5. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDoc, 2001.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI — O retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

Brasil dia-a-dia. Edição especial do Almanaque Abril. São Paulo: Abril, 1990.

Projeto Brasil: nunca mais. Tomo I: *O regime militar*. Tomo II, vol. 1: *A pesquisa BNM*; vol. 2: *Os atingidos*; vol. 3: *Os funcionários*. Tomo III: *Perfil dos atingidos*. Tomo IV: *As leis repressivas*. Tomo V, vol. 1: *A tortura*; vol. 2: *As torturas*; vol. 3: *As torturas*; vol. 4: *Os mortos*. Tomo VI, vol. 1: *Índice dos anexos*; vol. 2: *Inventário dos anexos*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 6 tomos.

DEPOIMENTOS, ENTREVISTAS, DIÁRIOS, MEMÓRIAS

BENJAMIN, Cid. *Gracias a la vida — Memórias de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa — Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARTER, Jimmy. *White House Diary*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2010.

CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: LP&M, 1989.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro? — Depoimento*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção, terrorismo — À sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LYRA, Fernando. *Daquilo que eu sei — Tancredo e a transição democrática*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MACIEL, Licio. *Guerrilha do Araguaia — Relato de um combatente*. São Paulo: Schoba, 2008.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. *Política é paixão*. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, Luiz Inácio da. *Lula — Entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD-Sociedade Cultural, 1980.

FONTES SECUNDÁRIAS

BRASIL

ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade — Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. 4ª ed. Coleção Brasil — Século 20. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

_____. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho (O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80)*. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora Unicamp, 1988.

AQUINO, Rubim Leão de; CARVALHO, Regilena da Silva. *Araguaia — Da guerrilha ao genocídio*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Rondon Pacheco*. Coleção Memória Política de Minas, volume 5. Belo Horizonte, 2003.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

_____. *Médici: a verdadeira história*. Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato Ltda., 2011.

_____; MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes do (orgs.). *Orvil — Tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento — Uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BASTOS, Paulo de Mello. *Salvo-conduto — Um voo na história.* Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

BATISTA, Pedro César. *Gilson Menezes: o operário prefeito — Experiências e desafios*. Brasília: Brasil-Grafia, 2004.

BERCHT, Verônica. *Coração vermelho — A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue — A luta clandestina contra a ditadura militar — Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. 11ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

BITTENCOURT, Getúlio. *A quinta estrela — Como se tenta fazer um presidente no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

BRITTO, Antônio. *Assim morreu Tancredo*. Porto Alegre: LP&M, 1985.

CABRAL, Otávio. *Dirceu — A biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá — Guerrilha no Araguaia — Novela baseada em fatos reais*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMARGO, José Maria de Toledo. *A espada virgem — Os passos de um soldado*. São Paulo: Ícone, 1985.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Estranhas catedrais — As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CARVALHO, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio — Licio Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CENTENO, Ayrton. *Os vencedores — A volta por cima da reação esmagada pela ditadura de 1964*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia — Impedimento e morte de um presidente*. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Image, 1970.

_____. *A guerra das estrelas (1964/1984) — Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

COUTO, Ronaldo Costa. *Tancredo vivo, casos e acasos*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

CUNHA, Cláudio Luiz. *Operação Condor — O sequestro dos uruguaios*. Porto Alegre: LP&M, 2008.

D'AGUIAR, Hernani. *A revolução por dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Visões do golpe — A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis — A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DAFLON, Rogério. *Bons ventos — A trajetória vencedora da família Schimidt*. Rio de Janeiro: Senac, 2007.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *Tancredo Neves — Sua palavra na História*. Brasília: Editora Fundação Presidente Tancredo Neves, 1988.

DIAS, Erasmo. *Reflexões de uma vida*. S. l: Ind. Embal. Santa Inês, 1988.

DIMENSTEIN, Gilberto; NEGREIROS, José; NOBLAT, Ricardo; LOPES, Roberto; FERNANDES, Roberto. *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.

DULLES, John W.F. *Castello Branco — O presidente reformador*. Brasília: Editora UnB, 1983.

ECHEVERRIA, Regina. *Sarney — A biografia*. São Paulo: Leya, 2011.

EGYDIO, Paulo. *Paulo Egydio conta*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul — O caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

FREIRE, Alipio; ALMADA, Izaías; PONCE, J.A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura — Memória de presos políticos*. Rio de Janeiro: Scipione, 1997.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso — Memória do tempo da morte civil do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GARNERO, Mario. *Jogo duro — O caso Brasilinvest e outras histórias de velhas e novas Repúblicas*. São Paulo: Best Seller, 1988.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura encurralada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura envergonhada.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura escancarada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó — Uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014.

GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. Cantadas Literárias, nº 18. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

GUTEMBERG, Luiz. *O jogo da gata-parida*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

_____. *Moisés, codinome Ulysses Guimarães — Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INIMÁ, Simões. *Salas de cinema em São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1990.

JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog — Prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

Jornal Nacional — A notícia faz história. Memória Globo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. *Os porões da contravenção*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13 — Os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

KECK, Margaret E. *The workers' party and democratization in Brazil*. Connecticut: Yale University Press, 1995.

KINZO, Maria d'Alva Gil. *Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil — The case of the MDB, 1966-79*. Nova York: St. Martin's Press, 1988.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil — Diário da campanha das diretas*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões — Saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LAGE, Francisco. *O padre do diabo — A Igreja ausente na hora de mudar*. São Paulo: EMW, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar (org.). "O voto em São Paulo". In *Voto de desconfiança — Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos — Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010.

LEITE, Antonio Dias. *Brasil, país rico — O que ainda falta*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LEITE, Paulo Moreira. *A mulher que era o general da casa — Histórias da resistência civil à ditadura*. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já — 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIMA, Samarone. *Clamor — A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LOBO, Amilcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Coleção Memória dos Vencidos. Petrópolis: Vozes, 1989.

LOPES, Roberto. *Rede de intrigas — Os bastidores do fracasso da indústria bélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

LOPEZ, Emilio Mira (org.). *Almir Dutton Ferreira — A vida é o grande momento de todos nós*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira — 1968/1978*. São Paulo: Global, 1980.

MARKUN, Paulo. *O sapo e o príncipe — Personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. *Memórias de uma guerra suja — Cláudio Guerra em depoimento*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MELHEM, Celia Soibelmann; RUSSO, Sonia Morgenstern (orgs.). *Dr. Ulysses — O homem que pensou o Brasil*. São Paulo: Artemeios, 2004.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro — A anistia e suas consequências*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.

MIR, Luis. *O paciente — O caso Tancredo Neves*. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes — Uma reportagem sobre o Chacal brasileiro.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). *1964 — 31 de março*. Tomo 14. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 15 tomos.

NETO, Lira. *Castello — A marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

NOSSA, Leonencio. *Mata! — O major Curió e as guerrilhas no Araguaia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OKUCHI, Nobuo. *O sequestro do diplomata — Memórias*. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

PAIVA, Mauricio. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Mauad, 1986.

_____. *Companheira Carmela*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

PALMAR, Aluízio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PINTO, Almir Pazzianotto. *100 anos de sindicalismo*. São Paulo: LEX, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes — Um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo, 1977-1979*. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

RIBEIRO, José Augusto. *Tancredo Neves — A noite do destino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RICUPERO, Rubens. *Diário de bordo — A viagem presidencial de Tancredo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

SÁ, Glênio. *Araguaia — Relato de um guerrilheiro*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

SANTOS, José Anselmo dos. *Cabo Anselmo — Minha verdade*. São Paulo: Cultrix, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder & política — Crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SCARTEZINI, Antonio Carlos. *Segredos de Medici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

_____. *Dr. Ulysses — Uma biografia*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SCHNEIDER, Ben Ross. *Politics within the State — Elite bureaucrats & industrial growth in authoritarian Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993.

SILVA, Ernani Ayrosa da. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

SILVA, Vera Alice Cardoso; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Tancredo Neves — A trajetória de um liberal*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários — Memórias da guerrilha perdida*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SOUZA, Aluísio Madruga de M. *Guerrilha do Araguaia — Revanchismo*. Brasília: Edição do Autor, 2002.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil — 1930 a 1964*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo — Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira — Um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

_____. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Tempo de Congresso — Coletânea de discursos parlamentares de Petrônio Portella. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

TOURINHO, Genival. *Baioneta calada, baioneta falada — Episódios biográficos de Genival Tourinho*. Belo Horizonte: Solar, 2012.

TUPINAMBÁ, Mariza. *Eu fui testemunha*. Petrópolis: Vozes, 1984.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio — OBAN-DOI/CODI/29 SET. 70-23 JAN. 74*. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

_____. *A verdade sufocada — A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Ser, 2006.

VENTURA, Zuenir. *1968 — O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.

VIANNA, Helena Besserman. *Não conte a ninguém... — Contribuição à história das sociedades psicanalíticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória — A história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

VIEIRA, Liszt. *A busca — Memórias da resistência*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GERAL

ABREU, Marcelo de Paiva; FRITSCH, Winston. “As lições da história: 1929-33 e 1979-8?”. In ARIDA, Persio (org.). *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural — O Brasil diante da crise*. Coleção Estudos Brasileiros. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, [1954] 2011.

CARNEIRO, Dionísio Dias. “O terceiro choque: é possível evitar-se a depressão?”. In ARIDA, Persio (org.). *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural — O Brasil diante da crise*. Coleção Estudos Brasileiros. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CONGDON, Tim. *The debt threat — The dangers of high real interest rates for the world economy*. Nova York: Blackwell, 1988.

CONRAD, Joseph. *Lord Jim*. São Paulo: Abril Cultural, [1900] 1971.

DINGES, John. *The Condor years — How Pinochet and his allies brought terrorism to three continents*. Nova York: The New Press, 2004.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil — A caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas — A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GREIDER, William. *Secrets of the temple — How the Federal Reserve runs the country*. Nova York: Simon & Schuster, 1989.

Greve na voz dos trabalhadores, A — Da Scania a Itu. Col. História Imediata, nº 2 — Equipe Oboré. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

HACKET, Sir John. *The Third World War — August 1985*. Nova York: MacMillan, 1978.

HUMPHREY, John. *Capitalist control and worker's struggle in the Brazilian auto industry*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. *Os porões da contravenção*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. *Latin American debt*. Baltimore/Londres: Twentieth Century Fund/The Johns Hopkins University Press, 1988.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. "A programação do setor externo em 1983". In ARIDA, Persio (org.). *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural — O Brasil diante da crise*. Coleção Estudos Brasileiros. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LINZ, Juan J. "The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime". In STEPAN, Alfred (org.). *Authoritarian Brazil*. Connecticut: Yale University Press, 1973.

LOPES, Francisco. "A crise do endividamento externo: alguns números e suas consequências". In ARIDA, Persio (org.). *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural — O Brasil diante da crise*. Coleção Estudos Brasileiros. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

MALAN, Pedro. "Recessão e renegociação". In ARIDA, Persio (org.). *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural — O Brasil diante da crise*. Coleção Estudos Brasileiros. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

PALMER, Alan. *Bismarck*. Brasília: Editora UnB, 1982.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas — Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POWER, Timothy Joseph. "Brazil and the Carter human rights policy". Dissertação de mestrado apresentada à Graduate School da Universidade da Flórida, EUA, 1986.

RESENDE, André Lara. "A ruptura no mercado internacional de crédito". In ARIDA, Persio (org.). *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural — O Brasil diante da crise*. Coleção Estudos Brasileiros. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

RHODES, William R. *Banker to the world — Leadership lessons from the front lines of global finance*. Nova York: McGraw-Hill, 2011.

ROCHA, Justiniano José da. "Ação; Reação; Transação". In MAGALHÃES JUNIOR, R. *Três panfletários do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

ROGOFF, Kenneth; REINHART, Carmen. *This time is different*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

SACHS, Jeffrey (org.). *Developing country debt and the world economy*. Massachusetts: NBER, 1989.

SHULTZ, George. *Turmoil and triumph*. Nova York: Books on Tape, 1995.

SILBER, William L. *Volcker — The triumph of persistence*. Nova York: Bloomsbury Press, 2004.

SINCLAIR, David. *The land that never was — Sir Gregor Macgregor and the most audacious fraud in History*. Cambridge: Da Capo Press, 2004.

TIMMERMAN, K.R. *The death lobby.* Nova York: Bantam Books, 1992.

TREASTER, Joseph B. *Paul Volcker — The making of a financial legend*. Nova Jersey: Wiley, 2005.

VICTOR, J. *Confissões de um ex-torturador — Revelações*. São Paulo: Semente, 1980.

WALTERS, Vernon A. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Record, 1978.

YERGIN, Daniel. *The prize — The epic quest for oil, money & power*. Nova York: A Touchstone Book, 1992.

ZWEIG, Phillip L. *Wriston — Walter Wriston, Citibank, and the rise and fall of American financial supremacy*. Nova York: Crown, 1995.

INTERNET[1]

Arquivo Nacional — <http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013096_2729.pdf>

Colectivo Ex Presos Politicos y Sobrevivientes — <http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/g/goldenbergl/>

Comissão da Verdade do Rio — <http://www.cev-rio.org.br/institucional/>

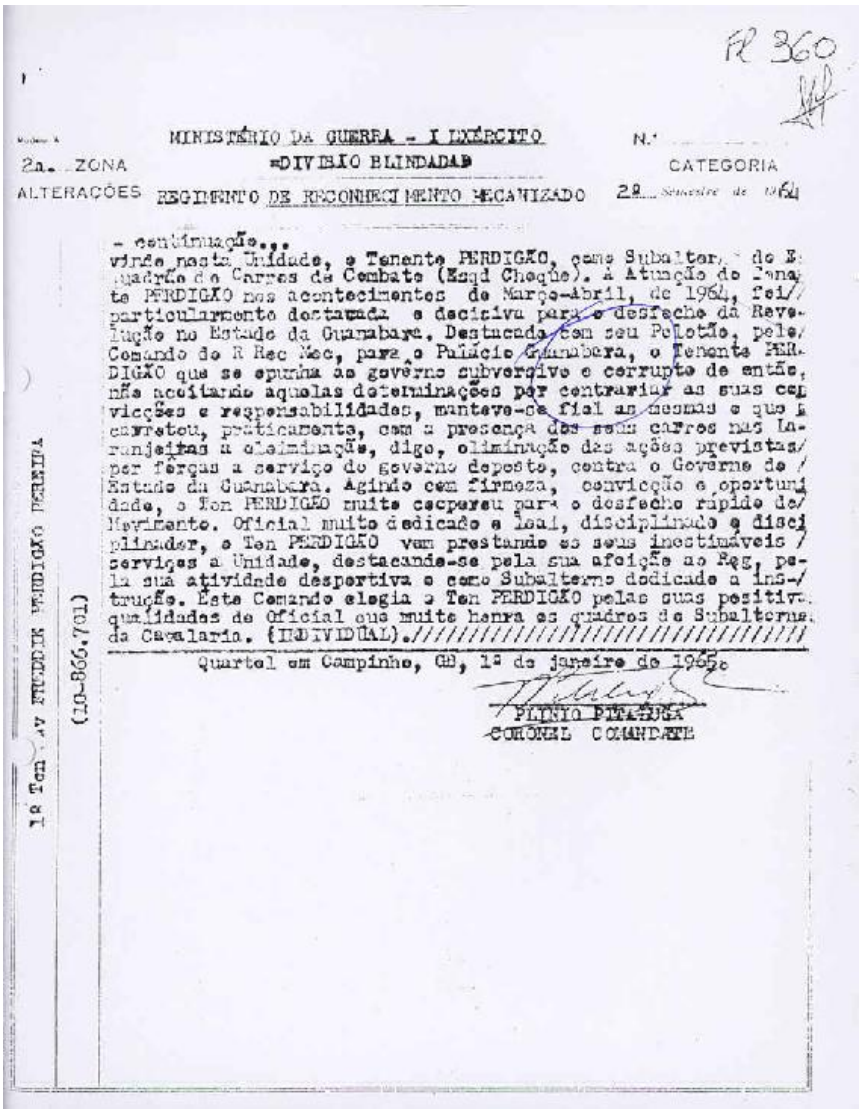
Comissão Nacional da Verdade — <http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1.html>

Digital Archive Wilson Center — <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/assets/media_files/000/007/781/7781.pdf>

Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos — <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/informes/investigacion-historica-sobre-detenidos-desaparecidos>

1 Até setembro de 2015 verificou-se o acesso aos sites mencionados.

Perdigão e seus tanques



R 360

MINISTÉRIO DA GUERRA - I EXÉRCITO N.º
2a. ZONA 4ª DIVISÃO BLINDADA CATEGORIA
ALTERAÇÕES REGIMENTO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO 2º Semestre de 1964

- continuação...
vindo nesta Unidade, o Tenente PERDIGÃO, como Subalterno do E. Quadro de Carros de Combate (Esqd Chaffee). A Atuação do Tenente PERDIGÃO nos acontecimentos de Março-Abril, de 1964, foi particularmente destacada e decisiva para o desfecho da Revolução no Estado da Guanabara. Destacado com seu Pelotão, pelo Comando do R Rec Mec, para a Polícia Guanabara, o Tenente PERDIGÃO que se opunha ao governo subversivo e corrupto de então, não aceitando aquelas determinações por contrariar as suas convicções e responsabilidades, manteve-se fiel as mesmas e que lhe custou, praticamente, com a presença dos seus carros nas laranjeiras a eliminação, digo, eliminação das ações previstas por forças a serviço do governo deposto, contra o Governo do Estado da Guanabara. Agindo com firmeza, convicção e oportunidade, o Ten PERDIGÃO muito cooperou para o desfecho rápido do Movimento. Oficial muito dedicado e leal, disciplinado e disciplinador, o Ten PERDIGÃO vem prestando os seus inestimáveis serviços a Unidade, destacando-se pela sua afeição ao Reg, pela sua atividade desportiva e como Subalterno dedicado a instrução. Este Comando elogia o Ten PERDIGÃO pelas suas positivas qualidades de Oficial que muito honra os quadros de Subalternos da Cavalaria. (INDIVIDUAL).////////////////////////////////

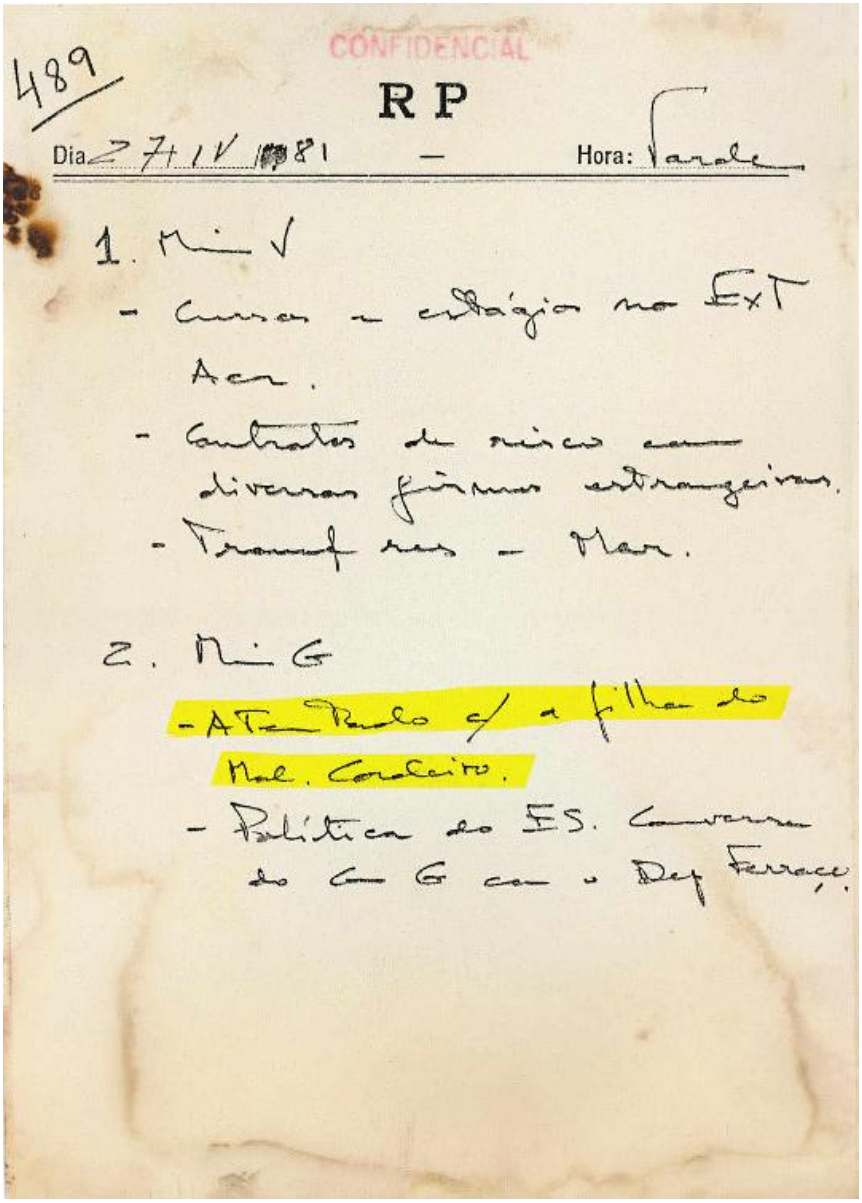
Quartel em Campinho, GB, 1º de janeiro de 1965.

PLÍNIO PITALUGA
CORONEL COMANDANTE

1º Ten AV PEDRO WANDERLEY PERDIGÃO (10-866.701)

[Voltar] | [Transcrição]

Golbery e um atentado


CONFIDENCIAL

489

RP

Dia 27/IV/1981 — Hora: Varal

1. Min √

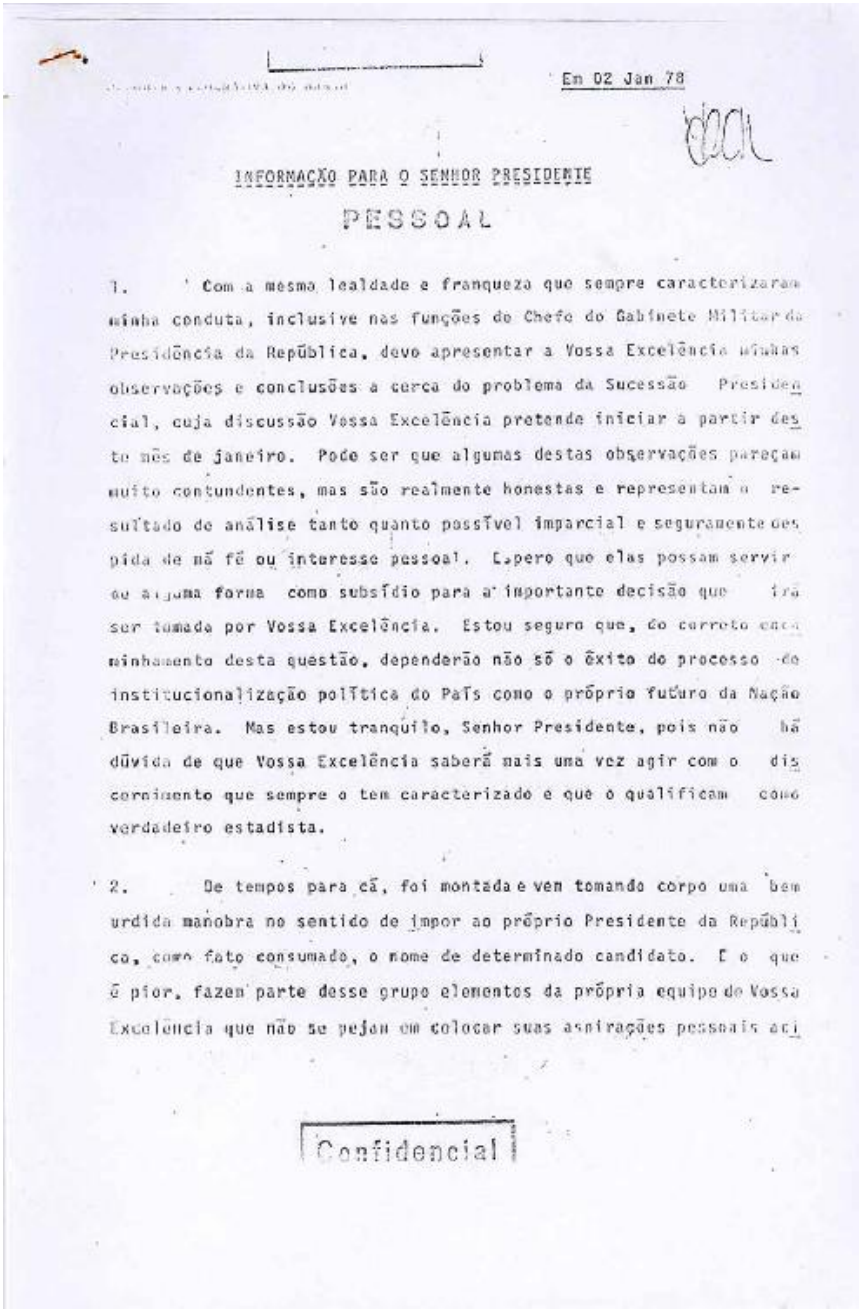
- Curso a cidadão no Ext Aer.
- Contratos de risco com diversas firmas estrangeiras.
- Transf res - Mar.

2. Min G

- ATC Rolo c/ a filha do Mal. Coutinho.
- Política do ES. Conversa do Cmt G com o Dep Ferraço.

[Voltar] | [Transcrição]

Os candidatos segundo Hugo



Em 02 Jan 78

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE

PESSOAL

1. Com a mesma lealdade e franqueza que sempre caracterizaram minha conduta, inclusive nas funções de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, devo apresentar a Vossa Excelência minhas observações e conclusões a cerca do problema da Sucessão Presidencial, cuja discussão Vossa Excelência pretende iniciar a partir deste mês de janeiro. Pode ser que algumas destas observações pareçam muito contundentes, mas são realmente honestas e representam o resultado de análise tanto quanto possível imparcial e seguramente destituída de má fé ou interesse pessoal. Espero que elas possam servir de alguma forma como subsídio para a importante decisão que virá ser tomada por Vossa Excelência. Estou seguro que, do correto encaminhamento desta questão, dependerão não só o êxito do processo de institucionalização política do País como o próprio futuro da Nação Brasileira. Mas estou tranquilo, Senhor Presidente, pois não há dúvida de que Vossa Excelência saberá mais uma vez agir com o discernimento que sempre o tem caracterizado e que o qualificam como verdadeiro estadista.

2. De tempos para cá, foi montada e vem tomando corpo uma bem urdida manobra no sentido de impor ao próprio Presidente da República, como fato consumado, o nome de determinado candidato. E o que é pior, fazem parte desse grupo elementos da própria equipe de Vossa Excelência que não se pejam em colocar suas aspirações pessoais aci

Confidencial

[Voltar] | [Transcrição]

ma da lealdade devida ao Chefe do Governo. Por ocasião do episódio da demissão do General Frota, tive oportunidade de informar a Vossa Excelência sobre algumas atitudes inconvenientes de membros de tal grupo, comprometendo inclusive a própria pessoa do Presidente da República. Tinha impressão, Senhor Presidente, de que após o trauma causado pelo episódio Frota, tais elementos compreendessem o mal que estavam fazendo ao País e sopitassem as manifestações de seus interesses pessoais. Tal não aconteceu porém e menos de um mês depois da substituição do Ministro do Exército, já voltavam a se manifestar. A notícia falsa de que teria havido um jantar de Vossa Excelência ao General Figueiredo, foi tão espantosamente desleal que, de início, me recusei a acreditar que pudesse ter partido do mesmo grupo. Cheguei mesmo a dizer a Vossa Excelência que só poderia ser manobra de outros candidatos. Tal falsidade, no entanto, realmente fora praticada e marcava o reinício das manifestações ostensivas do grupo.

Nos últimos dias, diante de informações sobre possíveis resistências no seio das Forças Armadas, procuraram lançar aos quatro ventos que o nome por eles escolhidos seria confirmado por Vossa Excelência nos primeiros dias de janeiro. Mais uma vez não se pejaram de comprometer o nome do Presidente dando-o como participante de uma grande farsa, assoalhando à boca pequena que todas as declarações de Vossa Excelência, no sentido de que só trataria do assunto a partir de janeiro, seriam apenas para mascarar a manobra da indicação do eleito já acertada anteriormente.

3. Senhor Presidente. Apesar da intensa campanha de propaganda nega que tem sido feita em torno da possível indicação do General

Figueiredo, a realidade é que ela se torna cada dia mais inviável. Entre os fatores desta inviabilidade posso salientar os seguintes:

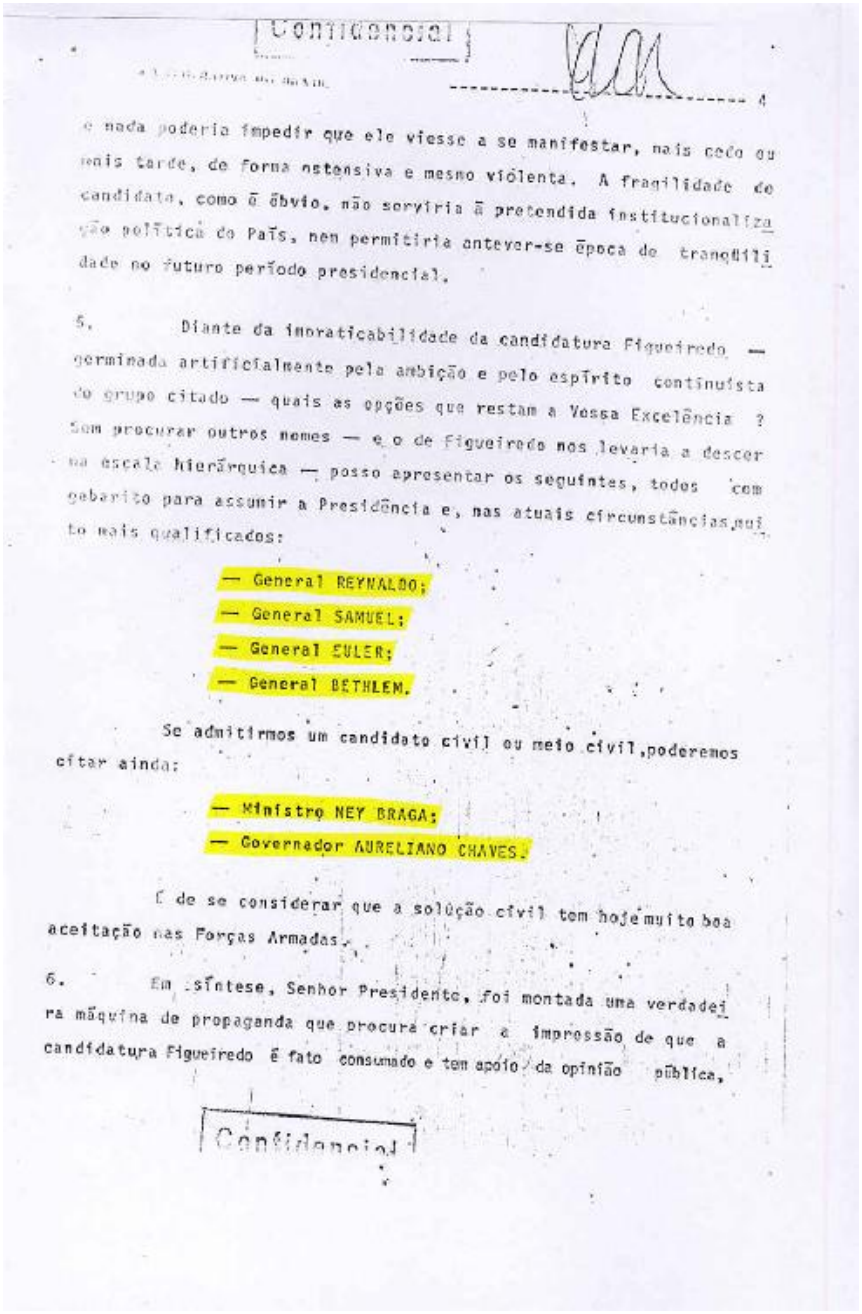
1º - Ela divide as Forças Armadas;

2º - Ela vem comprometida, de antemão, por ligações com grupos políticos e empresariais, com os quais tem compromissos pouco éticos;

3º - O procedimento do candidato grupo que o apoia comprometem o Presidente da República e deixá-lo-ia na situação de participante de uma farsa.

4. Informei mais de uma vez a Vossa Excelência que o Alto Comando do Exército acataria qualquer decisão do Presidente. Volto a confirmar: caso Vossa Excelência se decidisse pelo nome do General Figueiredo, apesar das restrições que muitos fazem a tal candidatura, o Alto Comando em conjunto permaneceria consigo. Isto deve ser entendido, porém, como prova de confiança e apoio em Vossa Excelência e não no candidato de que estamos tratando. A manifestação dos membros do Alto Comando teria particularmente um objetivo: evitar a divisão do Exército. A realidade, contudo seria outra. O Exército, com tal decisão, estaria já dividido e o que é pior, perderia a confiança que tem no seu Comandante Supremo, o Presidente da República.

Não estou querendo dizer, Senhor Presidente, que haveria no momento, uma reação das Forças Armadas. Não tenho nenhuma dúvida, por outro lado, de que o descontentamento entraria em gestação



Confidencial

- 4 -

e nada poderia impedir que ele viesse a se manifestar, mais cedo ou mais tarde, de forma ostensiva e mesmo violenta. A fragilidade do candidato, como é óbvio, não serviria à pretendida institucionalização política do País, nem permitiria antever-se época de tranqüilidade no futuro período presidencial.

5. Diante da impraticabilidade da candidatura Figueiredo — germinada artificialmente pela ambição e pelo espírito continuista do grupo citado — quais as opções que restam a Vossa Excelência ? Sem procurar outros nomes — e o de Figueiredo nos levaria a descer na escala hierárquica — posso apresentar os seguintes, todos com gabarito para assumir a Presidência e, nas atuais circunstâncias,muito mais qualificados:

— General REYNALDO;
— General SAMUEL;
— General EULER;
— General BETHLEM.

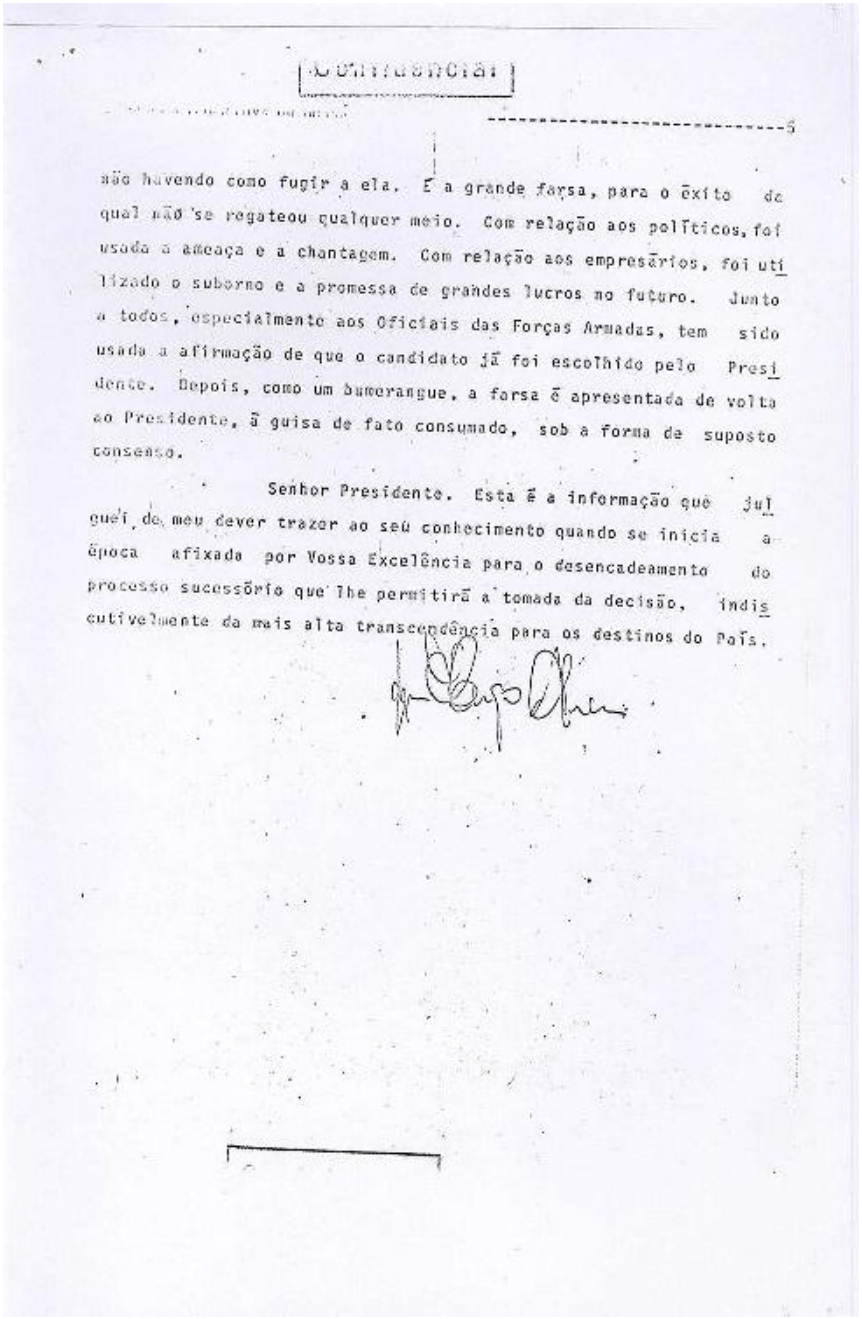
Se admitirmos um candidato civil ou meio civil,poderemos citar ainda:

— Ministro NEY BRAGA;
— Governador AURELIANO CHAVES.

É de se considerar que a solução civil tem hoje muito boa aceitação nas Forças Armadas.

6. Em síntese, Senhor Presidente, foi montada uma verdadeira máquina de propaganda que procura criar a impressão de que a candidatura Figueiredo é fato consumado e tem apoio da opinião pública,

Confidencial



[Confidencial]

-5-

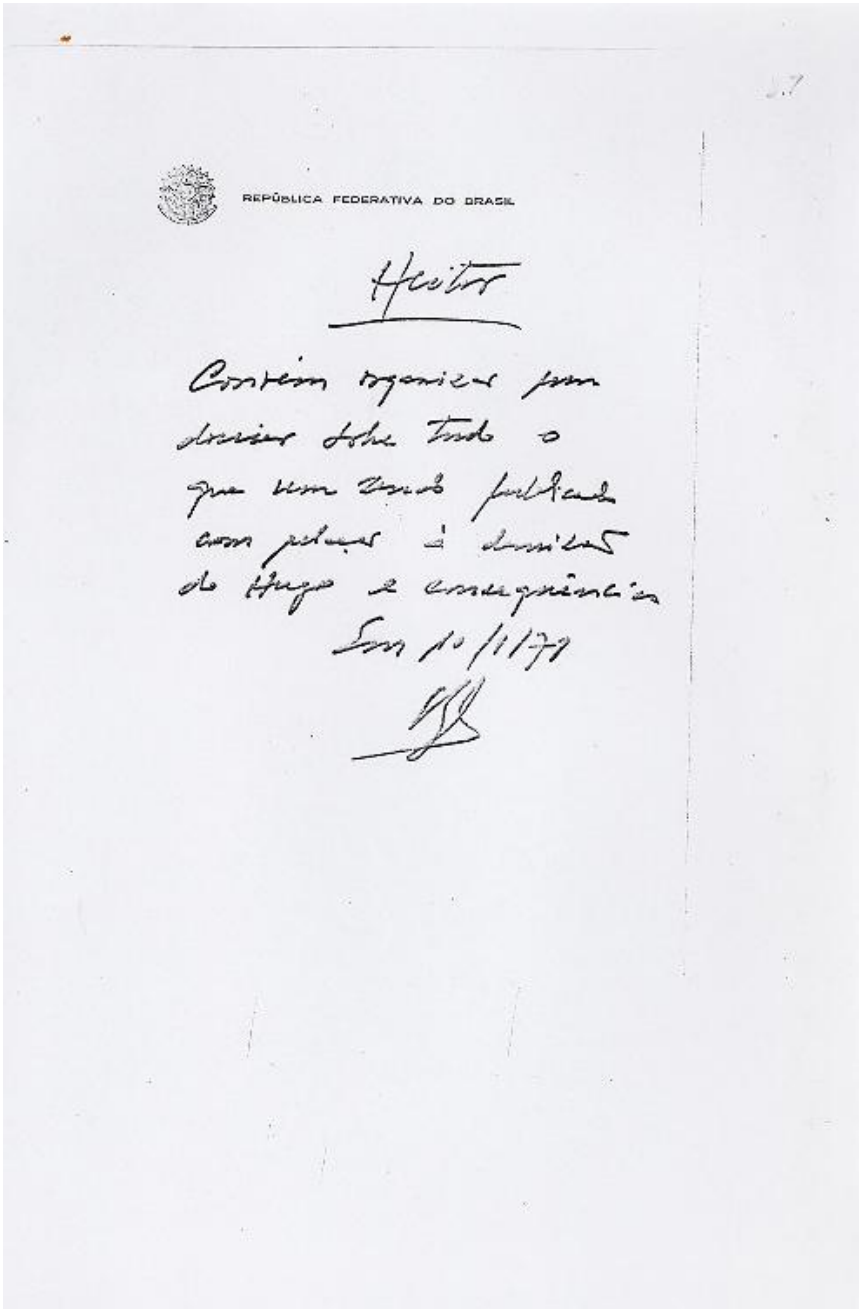
não havendo como fugir a ela. É a grande farsa, para o êxito da qual não se regateou qualquer meio. Com relação aos políticos, foi usada a ameaça e a chantagem. Com relação aos empresários, foi utilizado o suborno e a promessa de grandes lucros no futuro. Junto a todos, especialmente aos Oficiais das Forças Armadas, tem sido usada a afirmação de que o candidato já foi escolhido pelo Presidente. Depois, como um bumerangue, a farsa é apresentada de volta ao Presidente, à guisa de fato consumado, sob a forma de suposto consenso.

Senhor Presidente. Esta é a informação que julguei de meu dever trazer ao seu conhecimento quando se inicia a época afixada por Vossa Excelência para o desencadeamento do processo sucessório que lhe permitirá a tomada da decisão, indiscutivelmente da mais alta transcendência para os destinos do País.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Geisel de olho em Hugo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Heitor

Contem organizar pra
dossier sobre Tudo o
que um Cmdo publicar
com pleno à dentes
do Hugo e conseqüência

Bsb 10/11/79

[Voltar] | [Transcrição]

Golbery vigia Hugo

Página 1 de 4

[Voltar] | [Transcrição]

Em 13 Jun 77

INFORMAÇÃO PARA O SR PRESIDENTE

Atividades subversivas de deputados

1. Considerando os recentes episódios em que estiveram envolvidos os Dep Marcos Tito e mais três outros que participaram da agitação na UnB, parece que seria melhor solução a cassação do mandato dos 3 seguintes:

- MARCOS TITO
- AIRTON SOARES
- SANTILLI SOBRINHO.

2. Parece que tal solução justifica-se plenamente:

a) O Dep MARCOS TITO, leu na Câmara o Manifesto do PCB, com pequenas adaptações. Suas ligações anteriores com o Partido Comunista levam a concluir-se que ele estava cumprindo missão que lhe fora atribuída pelos comunistas.

b) Dep AIRTON SOARES - Seu "dossier" no SNI é bastante elucidativo. É geralmente considerado como o mais radical e agressivo de todos os radicais do MDB. Suas ligações com o PCB são notórias.

c) Dep SANTILLI SOBRINHO - Participou das agitações estudantis na UnB. Em 1968 esteve envolvido em agitações na mesma Universidade. O Encarregado do IPM então realizado pediu o seu enquadramento no AI/5.

3. Outros parlamentares envolvidos em ações subversivas:

a) Dep JOÃO GILBERTO - Participou das recentes agitações na UnB, contudo parece não haver muita coisa contra ele. Em 1966 chegou a ser julgado pela 3ª Auditoria/3ª RM, mas foi absolvido. Não tem tido ação destacada no Congresso. Não parece que haja motivos que justifiquem a cassação de seu mandato.

b) Dep JERÔNIMO SANTANA - Há motivos mais que suficientes que justifiquem a cassação de seu mandato. Não está envolvido, porém, nos últimos acontecimentos. Seu enquadramento ou não, depende apenas de se considerar as vantagens e inconvenientes de aproveitar a oportunidade.

c) Dep Estaduais EDISON KAIR (RJ) e ALBERTO GOLDMANN (SP) - Elementos notoriamente ligados ao Partido Comunista, participaram, também, das últimas agitações no meio universitário. O SNI possui vasto "dossier" sobre a atuação de ambos. Parece ser conveniente o enquadramento de ambos no AI/5.

4. Sugestão

Cassar o mandato e suspender, por 10 anos, os direitos

políticos dos seguintes Deputados:

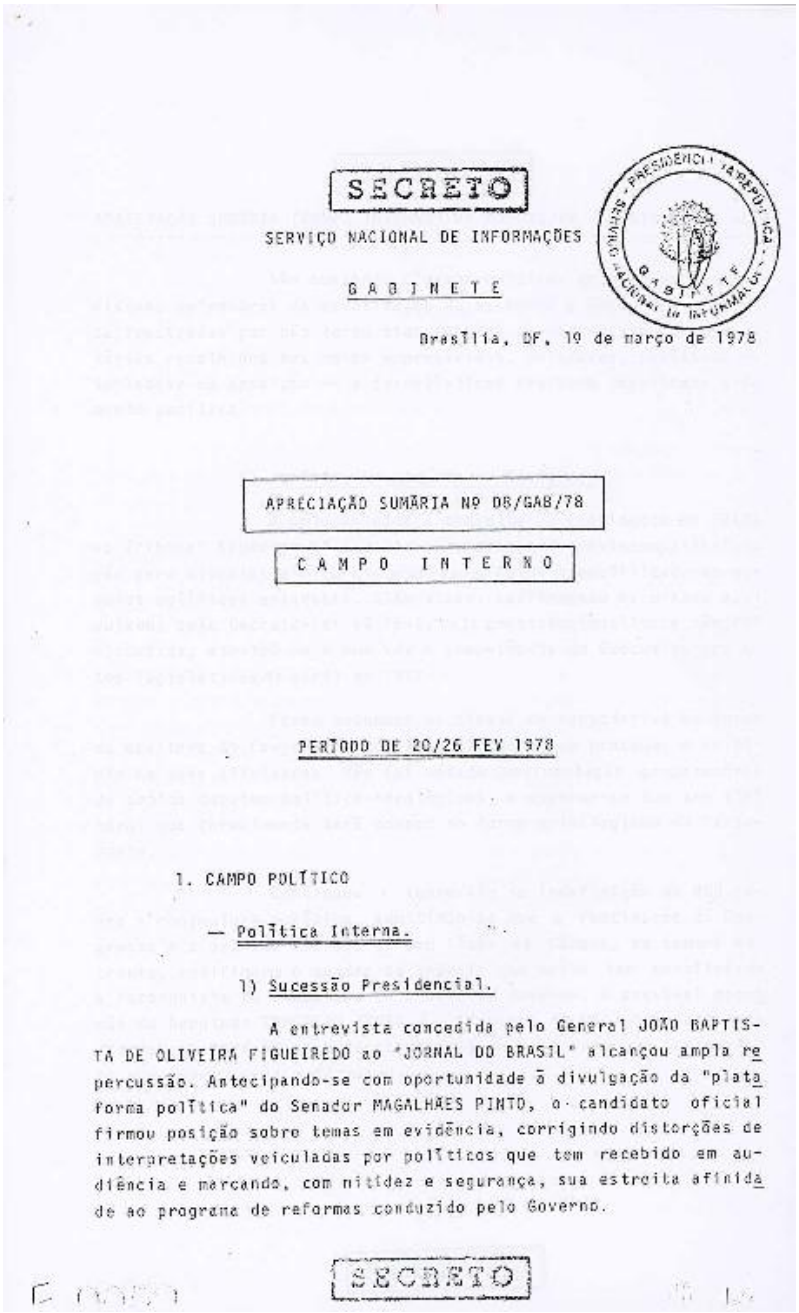
- AIRTON SOARES
- SANTILLI SOBRINHO
- MARCOS TITO
- EDISON KAIR
- ALBERTO GOLDMANN.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

O SNI e os contestadores

[Chico Buarque é citado na página 5]



SECRETO

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

GABINETE

Brasília, DF, 19 de março de 1978

APRECIAÇÃO SUMÁRIA Nº 08/GAB/78

CAMPO INTERNO

PERÍODO DE 20/26 FEV 1978

1. CAMPO POLÍTICO

— Política Interna.

1) Sucessão Presidencial.

A entrevista concedida pelo General JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO ao "JORNAL DO BRASIL" alcançou ampla repercussão. Antecipando-se com oportunidade à divulgação da "plataforma política" do Senador MAGALHÃES PINTO, o candidato oficial firmou posição sobre temas em evidência, corrigindo distorções de interpretações veiculadas por políticos que tem recebido em audiência e marcando, com nitidez e segurança, sua estreita afinidade ao programa de reformas conduzido pelo Governo.

SECRETO

Página 1 de 7

[Voltar] | [Transcrição]

SECRETO

Não obstante algumas críticas de setores esquerdistas, defensores da estatização da economia e órgãos de imprensa frustrados por não terem sido agentes da entrevista, os comentários recolhidos nos meios empresariais, militares, políticos — inclusive de oposição — e jornalísticos oferecem resultante altamente positiva.

2) Política Partidária — Eleições.

A solução dada à consulta do Presidente da ARENA ao Tribunal Superior Eleitoral sobre prazos de desincompatibilização para disputas eleitorais produziu efeitos tranqüilizadores nos meios políticos estaduais. Além disso, confirmando os prazos estipulados pelo Decreto-lei Nº 1542, cuja constitucionalidade não foi discutida, atestou mais uma vez a competência do Executivo nos atos legislativos de abril de 1977.

Foram pequenos os sinais de expectativa em torno da abertura do Congresso Nacional na semana que precedeu o reinício de suas atividades. Não foi notada movimentação preparatória de amplos debates político-ideológicos, a esperar-se num ano eleitoral que formalmente terá começo no forum privilegiado do Parlamento.

Continuou a impressão de indefinição do MDB sobre a conjuntura política, admitindo-se que a reativação do Congresso e a próxima eleição de seu líder na Câmara, na semana entrante, modifiquem o quadro de inércia que muito tem beneficiado a reconquista de simpatias pela ação do Governo. A provável ascenção do Deputado TANCREDO NEVES à liderança da Oposição alimenta esperanças de diálogo mais construtivo e moderado, em particular no que respeita às reformas.

F. DOC

SECRETO

2. CAMPO PSICOSSOCIAL

a. Trabalho.

— Evolução do Movimento Operário.

A reeleição de LUIZ INÁCIO DA SILVA para a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de SÃO BERNARDO e DIADEMA/SP, em chapa única e com o expressivo comparecimento de mais de 90% dos associados, confere ainda maior relevo à sua liderança e, por conseqüência, ao programa de reivindicações em que pretende se empenhar, definido em documento entregue ao Senador PETRÔNIO PORTELLA.

Pelo que tem sido possível recolher, é grande a aceitação de suas idéias no meio sindical brasileiro e mesmo em outros segmentos da sociedade não comprometidos diretamente com o confronto patrão—empregado. Suas postulações, para serem atendidos em sua totalidade, exigirão mudanças radicais na política trabalhística do Governo. Mas o exame progressivo de cada uma delas, alimentando um diálogo que transmita confiança na disposição de aperfeiçoar a legislação em benefício da força do trabalho, sem comprometer o desempenho da economia, parece ser a melhor maneira de evitar que outra componente de perturbação da tranqüilidade pública se insira na conjuntura delicada de transformações políticas que a Nação está vivendo.

b. Religião.

Alguns fatos chamaram atenção, no período, para posições assumidas por membros da Igreja Católica da "linha progressista".

D.IVO LORSCHEITER, Bispo de SANTA MARIA/RS e Secretário-Geral da CNBB, manifestou surpresa pelo resultado de pesquisa a que mandou proceder entre a população menos favorecida de sua diocese, que teria revelado um inaceitável "conformismo com a mi

sêlia". A conclusão que se pode tirar é de que os pesquisados estão mais confortados pela oração e pelos ensinamentos evangélicos do que influenciados pelo açulamento que seu Bispo pensava estar promovendo.

Na Diocese de GOIÂNIA/GO, de D.FERNANDO GOMES DOS SANTOS, foram confeccionados para a Quaresma quadros da Via Sacra em que CRISTO é figurado por um operário e seus algozes o são por soldados armados de fuzis, numa clara sugestão à afinidade dos personagens do Calvário com seus representados.

A vinda ao BRASIL de dois enviados vaticanos para participarem de reunião preparatória das "Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações", foi inicialmente apresentada como uma quase investigação — e portanto ingerência indébita — da SANTA SÉ sobre o respeito aos Direitos Humanos no País. Em realidade, teve objetivo oposto, como esclareceu de viva voz o Presidente da CNBB, D.ALOISIO LORSCHEIDER, a alta personalidade do Governo: esvaziar a iniciativa das "Jornadas", que não é vista com bons olhos pelo Santo Padre.

Apesar desses registros, vale arriscar a impressão, ainda pouco nítida, de que começa a diminuir a preponderância de minorias esquerdistas na atuação da CNBB, talvez por receptividade ao clima de distensão e às expectativas otimistas que, aos poucos, se difundem pela sociedade. A razão dessa avaliação mesmo apressada está na conveniência de se procurar confirmá-la para não deixar passar oportunidade que se apresente de aproveitar o indiscutível poder de influência da Igreja em proveito da consolidação institucional.

c. Opinião Pública.

— Anistia.

O tema continua em pauta, ocupando posição principal no noticiário. A inexequibilidade de adoção de medidas radicais, demonstrada por opiniões de personalidades insuspeitas em

seu ânimo liberalizante — juristas, políticos e até eclesiásticos de notórias posições contestadoras — vem levando a um esvaziamento dos defensores extremados da anistia ampla, sem entretanto desaquecer o debate. Considerada pacífica a revogação do artigo 185 da Constituição, a discussão se orienta agora para fórmulas que tornem factível uma revisão nas sanções revolucionárias aplicadas. As argumentações são ilustradas com casos considerados "clamorosamente injustos", como os dos cientistas de MANGUINHOS e, buscando sensibilizar as Forças Armadas, de militares cassados "por se negarem a cumprir ordens inaceitáveis".

A Nota do Ministro da Justiça sobre concessão de passaportes e retorno ao BRASIL de "exilados", explorada como dúbia ou pouco esclarecedora, teve, sem dúvida, um mérito, reconhecido mesmo por setores da oposição: dar um testemunho público do ânimo do Governo de eliminar temores injustificados de brasileiros que deixaram o País por se julgarem, de "motu próprio", ameaçados em sua liberdade.

Na moldura ampla da anistia, outros temas buscam condicionar a opinião pública para a censura à Revolução. A exploração em torno dos interrogatórios ao compositor "CHICO" BUARQUE aproveitou sua indiscutível popularidade, a inteligência com que o próprio vem tirando partido do evento em benefício de sua linha contestatória e os sumários esclarecimentos do Governo sobre as razões por que está sendo inquerido, para transformá-lo em vítima da repressão e obscurantismo cultural. Tem o mesmo espírito a ampla publicidade à prisão preventiva do Delegado PARANHOS FLEURY, ao perfil de truculência com que é apresentado e à cobertura que lhe dão as autoridades policiais e militares, por sua notória eficiência no combate à subversão.

3. CAMPO ECONÔMICO

Em conseqüência da reunião do CMN, a semana que passou foi pródiga de atos normativos baixados pelas autoridades monetárias.

SECRETO

APRECIAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 08/GAB/78 - CONTINUAÇÃO -6-

No que respeita ao controle da moeda, restabeleceu-se o mínimo de 180 dias para a emissão de certificados de depósito bancário e letras de câmbio, visando a inverter a tendência das aplicações, demasiadamente concentradas no "curtíssimo prazo". A partir do dia 30 de abril, toda aplicação de renda fixa, inferior a 90 dias, será onerada com dupla tributação.

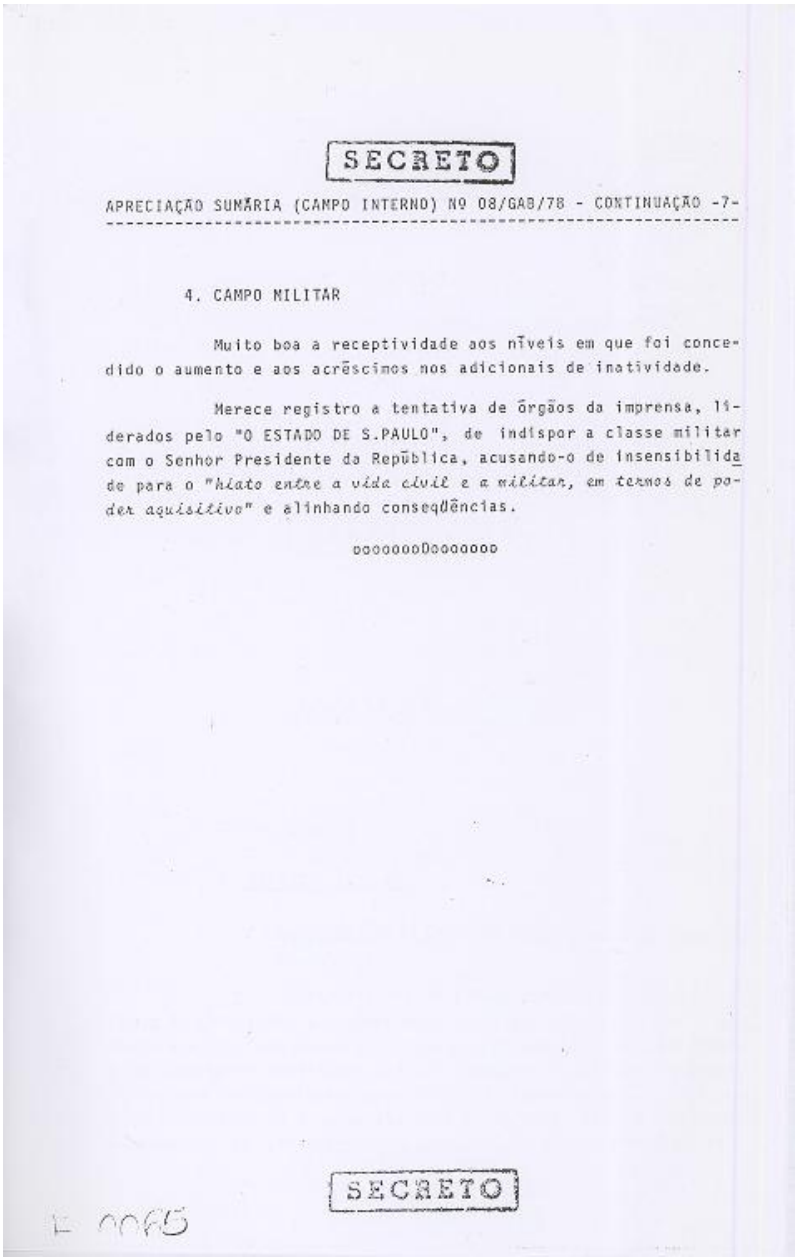
Entre os ativos financeiros, as cadernetas de poupança mereceram novos incentivos para atrair os investidores. Os outros segmentos do mercado não têm poupado críticas às medidas adotadas para restituir atratividade às cadernetas.

No setor agrícola, as medidas baixadas visam a disciplinar a distribuição do crédito e adequa-lo aos parâmetros fixados pelo CMN. Foram fixados juros uniformes, variáveis de 10 a 14% a.a., e limitados os adiantamentos para o "Programa de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste — PROTERRA", "Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO" e "Programa de Incentivos ao Uso de Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária — FATOR".

No mercado financeiro, a intervenção das autoridades monetárias propiciou boas condições de liquidez. Os resgates de LTN efetuados na quarta-feira permitiram reduzir a níveis bem baixos o redesconto, irrigando o mercado de dinheiro a custos acessíveis. Alguns bancos realizaram vendas de LTN com o objetivo de fazer caixa para manter o giro de fim-de-mês.

O comportamento tranqüilo das taxas de negociação das LTN refletiu a tendência de queda do custo do dinheiro, o que, sem dúvida, se reveste de peculiar significação para a colimação dos objetivos da política monetária. Essa tendência se deve acentuar mais ainda ante a ampliação dos prazos ora determinado para os títulos privados de renda fixa.

SECRETO



SECRETO

APRECIAÇÃO SUMÁRIA (CAMPO INTERNO) Nº 08/GAB/78 - CONTINUAÇÃO -7-

4. CAMPO MILITAR

Muito boa a receptividade aos níveis em que foi concedido o aumento e aos acréscimos nos adicionais de inatividade.

Merece registro a tentativa de órgãos da imprensa, liderados pelo "O ESTADO DE S.PAULO", de indispor a classe militar com o Senhor Presidente da República, acusando-o de insensibilidade para o *"hiato entre a vida civil e a militar, em termos de poder aquisitivo"* e alinhando conseqüências.

oooooooOoooooooo

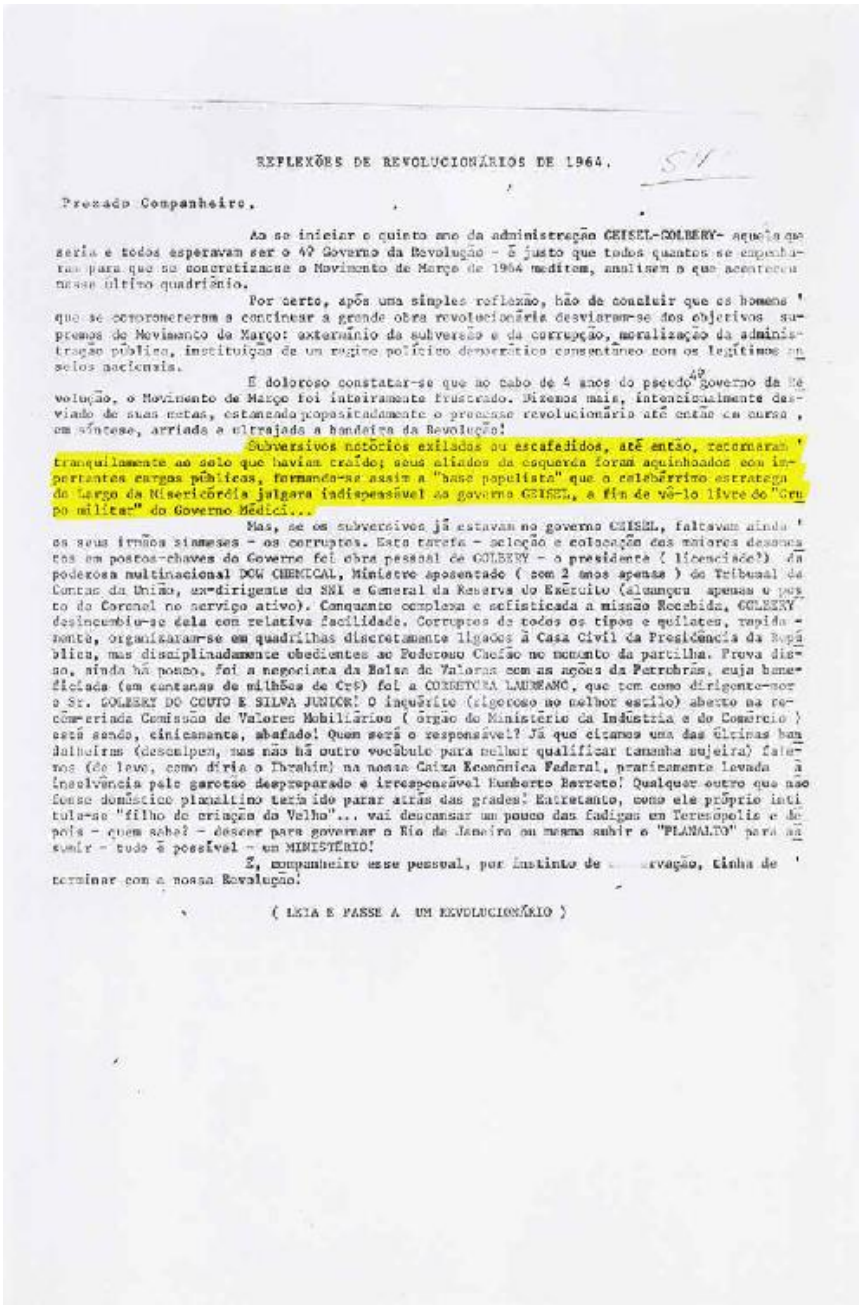
SECRETO

E 0065

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Geisel, Golbery e os “exilados escafedidos”



REFLEXÕES DE REVOLUCIONÁRIOS DE 1964.

Prezado Companheiro,

Ao se iniciar o quinto ano da administração GEISEL-GOLBERY- aquela que seria e todos esperavam ser o 4º Governo da Revolução - é justo que todos quantos se empenharam para que se concretizasse o Movimento de Março de 1964 meditem, analisem o que aconteceu nesse último quadriênio.

Por certo, após uma simples reflexão, hão de concluir que os homens que se comprometeram a continuar a grande obra revolucionária desviaram-se dos objetivos supremos do Movimento de Março: extermínio da subversão e da corrupção, moralização da administração pública, instituição de um regime político democrático consentâneo com os legítimos anseios nacionais.

É doloroso constatar-se que ao cabo de 4 anos do pseudo 4º governo da Revolução, o Movimento de Março foi inteiramente frustrado. Dizemos mais, intencionalmente desviado de suas metas, estancado propositadamente o processo revolucionário até então em curso, em síntese, arriada e ultrajada a bandeira da Revolução!

Subversivos notórios exilados ou escafedidos, até então, retornaram tranquilamente ao solo que haviam traído; seus aliados da esquerda foram aquinhoados com importantes cargos públicos, formando-se assim a "base populista" que o celebérrimo estrategista do Largo da Misericórdia julgara indispensável ao governo GEISEL, a fim de vê-lo livre do "Grupo militar" do Governo Médici...

Mas, se os subversivos já estavam no governo GEISEL, faltavam ainda os seus irmãos siameses - os corruptos. Esta tarefa - seleção e colocação dos maiores desonestos em postos-chaves do Governo foi obra pessoal de GOLBERY - o presidente (licenciado?) da poderosa multinacional DOW CHEMICAL, Ministro aposentado (com 2 anos apenas) do Tribunal de Contas da União, ex-dirigente do SNI e General da Reserva do Exército (alcançou apenas o posto de Coronel no serviço ativo). Conquanto complexa e sofisticada a missão recebida, GOLBERY desincumbiu-se dela com relativa facilidade. Corruptos de todos os tipos e quilates, rapidamente, organizaram-se em quadrilhas discretamente ligadas à Casa Civil da Presidência da República, mas disciplinadamente obedientes ao Poderoso Chefão no momento da partilha. Prova disso, ainda há pouco, foi a negociata da Bolsa de Valores com as ações da Petrobrás, cuja beneficiada (em centenas de milhões de Cr$) foi a CORRETORA LAUREANO, que tem como dirigente-mor o Sr. GOLBERY DO COUTO E SILVA JUNIOR! O inquérito (rigoroso no melhor estilo) aberto na recém-criada Comissão de Valores Mobiliários (órgão do Ministério da Indústria e do Comércio) está sendo, cinicamente, abafado! Quem será o responsável? Já que citamos uma das últimas bandalheiras (desculpem, mas não há outro vocábulo para melhor qualificar tamanha sujeira) falemos (de leve, como diria o Ibrahim) na nossa Caixa Econômica Federal, praticamente levada à insolvência pelo garotão despreparado e irresponsável Humberto Barreto! Qualquer outro que não fosse doméstico planaltino teria ido parar atrás das grades! Entretanto, como ele próprio intitula-se "filho de criação do Velho"... vai descansar um pouco das fadigas em Teresópolis e depois - quem sabe? - descer para governar o Rio de Janeiro ou mesmo subir o "PLANALTO" para assumir - tudo é possível - um MINISTÉRIO!

É, companheiro esse pessoal, por instinto de conservação, tinha de terminar com a nossa Revolução!

(LEIA E PASSE A UM REVOLUCIONÁRIO)

[Voltar] | [Transcrição]

Secreto – Exclusivo

TERCEIRA REUNIÃO - BRASÍLIA, 30 DE MARÇO DE 1978 -

PALÁCIO DO PLANALTO

Principais tópicos discutidos: Memorando de Entendimento - Cerrado
Relações EUA - URSS
Política Nuclear Brasileira
Contatos Futuros

Presentes: os mesmos interlocutores que participaram da primeira reunião

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

O Presidente Geisel, retomando a questão do Memorando de Entendimento e o desenvolvimento agrícola do país, discutida na véspera durante o banquete, teceu rápidas considerações sobre a política de aproveitamento do cerrado, dos excelentes resultados já observados nos Estados de Goiás e Mato Grosso e no próprio Distrito Federal, por iniciativa de seu Governador. Atualmente trabalham no Projeto do Cerrado vários agricultores do sul do país, dos Estados de Paraná e Rio Grande do Sul.

O Presidente Carter explicou a seus assessores que havia discutido, na véspera, a possibilidade de assistência mútua no âmbito da Comissão de Agricultura prevista pelo Memorando. O Brasil dispunha de reservas de fosfato e produzia nitrogênio, porém para corrigir o solo do cerrado era preciso contar ainda com calcáreo e potássio, recursos em parte existentes no país, porém não plenamente explorados.

O Presidente do Brasil referiu-se à importância fundamental da agricultura e da produção de alimentos, essencial para assegurar o futuro da humanidade e a base do processo de desenvolvimento econômico de seu país.

Concordando, o Presidente Carter disse que um dos mais importantes recursos de sua nação era a produtividade de suas propriedades agrícolas. Os EUA haviam, no entanto, em seu entender, alcançado o limite de sua capacidade, e acolheriam com satisfação o maior desenvolvimento possível do Brasil naquele setor. Não considerava tal desenvolvimento como um fator de concorrência a ser temido, mas sim como uma maneira de ajudar a suprir as crescentes necessidades da humanidade.

O Ministro Silveira comentou que os EUA eram o único país que equacionara o problema agrícola, frisando o atraso soviético naquele setor.

O Presidente Geisel referiu-se à situação observada em países europeus, onde, como nos EUA., já se esgotaram as terras para exploração agrícola e apenas inovações tecnológicas poderiam aumentar a produtividade. Lamentou o atraso com que o Brasil se engajava no setor; 50% de seu território se encontravam ainda ociosos, exigindo um esforço monumental de desenvolvimento. Considerava que a tarefa magna de homens de sua geração era a integração dessas áreas (entre as quais a Amazônia); a preocupação do Brasil era conquistar seu próprio território, contrariamente a quaisquer aspirações de hegemonia ou de imperialismo de que era às vezes acusado por outras nações, a exemplo, por sinal, do que se dizia dos EUA.

EUA/URSS

O Presidente Carter indagou se o Presidente estava interessado em ouvir breve relato sobre as relações entre os EUA e a União Soviética, sobretudo no que dizia respeito à limitação de armamentos estratégicos.

O Presidente Carter afirmou que considerava de grande interesse uma análise daquele problema, talvez o mais crucial até então vivido pela humanidade. Sabia que eram imensos os esforços envidados para tornar compatíveis sistemas diferentes. Indagava-se até que ponto era exequível uma compatibilização, por mais desejável que fosse. Reafirmou a posição brasileira, sempre favorável à paz e ao desarmamento.

Nas palavras do Presidente norte-americano, são várias as negociações ora em andamento entre os dois países. Havia reuniões praticamente diárias. As mais importantes se situam no âmbito SALT. Malgrado manifestações públicas de preocupação, de lado a lado, constatava-se, na realidade, em caráter privado, um progresso.

Dentro de algumas semanas o Secretário Vance iria a Moscou, após o que aguardava-se a ida do Senhor Gromyko aos EUA. Esperava-se, outrossim, que uma vez chegados os estágios finais de solução de problemas àquele nível, Brezhnev visitaria os EUA para a assinatura de um Acordo. Frisou que, no momento, não havia certeza, porém eram aquelas as expectativas. Pediu também que não fosse comentada a idade de Vance a Moscou, que ainda não havia sido anunciada.

Repetiu que um progresso fora constatado e que a maior parte dos problemas técnicos havia sido equacionada.

PROIBIÇÃO DE TESTES NUCLEARES (COMPREHENSIVE TEST BAN)

Continuando, o Presidente Carter informou que os EUA, juntamente com a URSS e a Grã-Bretanha estão em negociações para suspender todas as experiências nucleares, tanto de armas, como artefatos para fins pacíficos. Tal decisão teria efeito por um período de cinco anos. Durante esse período os três países citados tentariam persuadir outras potências nucleares (França e China) a se unirem à moratória. Declarou-se satisfeito com os resultados obtidos até o momento.

Disse ainda que foram iniciadas conversações com a URSS com vistas à uma limitação nas vendas de armas convencionais a outros países. Os EUA já tomaram a decisão unilateral de limitar a cada ano, a venda a terceiros de equipamento bélico convencional. Acrescentou que havia mencionado esse assunto durante suas conversações com o Presidente Perez.

Aguardava com interesse o início próximo da Conferência sobre Desarmamento, no quadro da ONU, esperando que levasse a entendimentos semelhantes aos expostos acima.

Estava também em negociação com a URSS sobre a limitação de forças militares no Oceano Índico e um acordo sobre a prevenção de ataques por Satélite, no Espaço Exterior.

Concluindo, disse que o que dissera não significava uma garantia de que os objetivos seriam alcançados, mas que,contrariamente ao que indicavam os pronunciamentos públicos, considerava importantes os resultados obtidos.

O Presidente Geisel classificou de encorajadoras as informações recebidas. Referiu-se em particular à Proibição Total de Testes Nucleares. Estava ciente de que os EUA realizavam testes, mas compreendia que, diante do perigo de um possível confronto com outros países, não poderiam renunciar à realização de explosões,de forma unilateral. A ameaça representada por ataques de satélites era outro fator que gerava uma terrível situação de insegurança. Compreendia que os esforços mencionados exigiam um esforço imenso,além de boa vontade e compreensão, e esperava que fossem coroado de êxito, pois o futuro da humanidade estava em jogo.

Perguntou se eram verdadeiras as conjeturas que ouvira sobre o estado de saúde de Brezhnev, muito precário, ao que se dizia, o que poderia acarretar uma mudança na Administração da URSS com consequências imprevisíveis.

O Presidente Carter disse que conversara a respeito com o Marechal Tito, que lhe dissera que tinha observado de perto o Senhor Brezhnev e que os rumores sobre sua saúde lhe pareceram exagerados. (O Ministro Silveira comentou que o Marechal Tito poderia de fato ser considerado um especialista em sobrevivência). Esperava que o estado de saúde do Premier soviético fosse bom. Não gostaria de ver instalada na URSS uma nova liderança, após os árduos esforços realizados para melhorar os entendimentos. Estavam em contato relativamente frequente através de cartas pessoais e Brezhnev tinha um convite permanente para visitar os EUA. Até o momento não o aceitara, e o Presidente Carter entendia que desejava realizar tal viagem apenas na eventualidade de concluir um acordo durante sua estada nos EUA.

POLÍTICA NUCLEAR BRASILEIRA

O Presidente Carter referiu-se à Conferência de Imprensa, onde lhe foram feitas perguntas sobre os dois pontos de divergência entre o Brasil e os EE.UU: energia nuclear e direitos humanos. Fora sincero em suas respostas, mas esperava que suas declarações fossem consideradas satisfatórias pelo Presidente Geisel. Acrescentou que considerava esses pontos de divergência de importância menor (of minor importance) em vista das áreas maiores de convergência.

O Presidente brasileiro disse ter compreendido perfeitamente que essas questões viessem à baila. Se fosse repórter, teria feitas as mesmas perguntas. Era óbvio que o Presidente Carter tinha o dever de responder com sinceridade e seria absurdo que se sentisse constrangido em suas declarações. Acreditava ainda que as diferenças não eram tão grandes como geralmente se supunha. Havia consenso sobre os princípios, divergindo-se apenas nos métodos e na maneira de se atingir os objetivos. Era importante que ambos concordavam no que dizia respeito aos aspectos básicos: ambos eram favoráveis ao respeito pelos direitos hu

humanos; ambos julgavam imprescindível a eliminação de quaisquer armas nucleares. Era natural que divergissem quanto à maneira de atingir as metas.

O Presidente Carter disse que queria fazer uma ou duas perguntas sobre o problema nuclear. Sabia que o Brasil assinara o Tratado de Tlatelolco (ratificara, também, acrescentou o Ministro Silveira). Sabia entretanto que o Brasil reconhecia sua aplicabilidade apenas após assinatura do Tratado por todos os países, inclusive alguns que talvez jamais o fizessem. Giscard d'Estaing, por exemplo, embora não se opusesse ao Tratado, julgava que a França não estava suficientemente envolvida no Hemisfério para justificar sua assinatura. A URSS jamais seria signatária, e por este motivo Cuba tampouco assinaria.

Perguntava, portanto, se, caso a Argentina firmasse o Tratado, o que significaria que praticamente todos os países da América Central e do Sul seriam signatárias, o Brasil consideraria o Tratado como passível de implementação.

O Presidente Geisel respondeu que o assunto necessitaria ser estudado. A Argentina não constituía a principal fonte de preocupação. Julgava importante que outras nações, detentoras de armas nucleares, como França e a URSS, assumissem o compromisso na América Latina. Que travassem suas guerras onde quisessem, mas não neste continente. Outrossim, o Tratado previa que essa região não fosse usada para armazenar ou usar armas nucleares, e nesse sentido julgava importante a adesão dos demais países. Ficara satisfeito de notar que o Presidente Carter aceitara o Protocolo em questão, mas desejava que a mesma atitude prevalecesse por parte dos russos, franceses, chineses e ingleses (o Ministro Silveira informou que os ingleses já o aceitaram).

Referiu-se,em seguida,a uma visita que lhe fizera o Embaixador da URSS que lhe entregara um Memorando em que seu país adotava uma posição contrária ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Tivera que ser bastante rude na resposta verbal que dera: dissera que a URSS não tinha o direito de tratar dessa matéria, já que não aceitara as obrigações impostas pelo Tratado de Tlatelolco.

O Ministro Silveira fez em seguida uma exposição sobre o Tratado de Tlatelolco, que se divide em três etapas: a assinatura, a ratificação e a aceitação do Tratado pelas potências nucleares. De acordo com os preceitos do Direito Internacional, basta que o Tratado seja firmado (embora a ratificação lhe confira mais força) para que exista o compromisso - no caso, de não se manufaturar armas nucleares. De acordo com a Convenção de Viena sobre Tratados, a assinatura de acordo equivale à sua entrada em vigor. Considerava, portanto, preenchido o requisito da proibição de fabricação de armas nucleares. Restava saber se os signatários iriam recuar diante dos problemas ocasionados pela fase adicional do Tratado. Não via o Ministro por que abandonar a pressão que estavam em condições de exercer.Considerava extremamente importante o compromisso das potências nucleares. Neste sentido lembrou a Crise de Cuba, um momento histórico, já que,a partir daquela data, e da posição assumida pelo Presidente Kennedy, diminuíra de forma marcante a pressão cubana sobre outras nações latino-americanas.

Reiterou a disposição brasileira, acrescentando que, nos termos do Acordo Tripartite o Brasil renunciaria até mesmo à fabricação de artefatos pacíficos que classificou de sonho - e o Brasil não se permite tais sonhos.

O Presidente Carter referiu-se em seguida às salvaguardas da AIEA, perguntando se o Brasil admitia a aplicabilidade de salvaguardas a instalações nucleares que não faziam parte

parte do Acordo Nuclear. Sabia que o Brasil aceitara tais salvaguardas para todas as instalações e serem erguidas no âmbito do Acordo.

O Presidente Geisel disse que até o momento o Brasil dipunha apenas de instações experimentais e de pesquisas, e o Ministro Silveira informou que nenhuma atividade era desenvolvido no Brasil sem a cooperação internacional entando, portanto, todas submetidas às salvaguardas.

O Presidente Geisel declarou que sua tese era de que a AIEA fosse fortalecida, talvez reorganizada, para que pudesse exercer sua atividade fiscalizadora e reguladora em toda e qualquer nação do mundo - era afinal, o órgão mais indicado para exercer tais funções, como instituição da ONU.

Presidente Carter: Quando assumi o Governo herdei um sistema de distribuição de combustível nuclear confuso e imprevisível, cujas regras variavam de ano a ano. A Nuclear Regulatory Agency opera como entidade autônoma - não tenho controle sobre suas atividades - embora tenha poder de veto. Agora foi aprovada pelo Congresso uma Lei regulamentando a matéria. Não inclui restrições desnecessárias ou onerosas; torna mais claras as diferentes modalidades de distribuição e as condições exigidas e futuras à remessas de combustível nuclear.

Talvez fosse oportuna uma visita ao Brasil do Embaixador Gerard Smith. Numa reunião com seus assessores, talvez fosse possível ter uma compreensão mais clara, uma determinação das necessidades brasileiras de combustível nuclear que seja compatível com os requisitos nessa legislação. Acredito que o Governo brasileiro verá que, com a nova legislação a situação ficou mais clara, e sobretudo deixará de haver a incerteza do "on-off" (variação cíclica) do passado.

O Presidente Geisel afirmou não ter tido oportunidade de examinar a lei na íntegra, porém estudado alguns trechos, particularmente no que tange à negociação de Acordos. O Brasil firmou um Acordo Nuclear com os EUA em 1972. Como sabe, temos Usina Nuclear-Angra I (Westinghouse), nos termos do acordo ser-nos-á remetido urânio enriquecido para a carga inicial e para suprir as necessidades adicionais por um período de 30 anos. Soubemos que os EUA autorizaram a remessa para a carga inicial. Não esperava que fosse outra a atitude do Presidente americano. Nossa preocupação diz respeito às necessidades adicionais. Estou satisfeito com a possibilidade vinda de um representante americano ao Brasil.

Desejaria que fique claro que o Brasil não desempenha qualquer atividade não sujeita a salvaguardas. O Ministro Silveira acrescentou que, enquanto o Brasil não mudar o status quo, não via razão para preocupações. Na prática, as salvaguardas internacionais se aplicam a todas as atividades brasileiras no campo nuclear.

O Presidente Carter fez considerações sobre o Acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o aproveitamento do tório. Reiterou a oferta de cooperação nesse campo, que os EUA já haviam feito ao Brasil. Notou que o único breeder reactor norte-americano se baseia na tecnologia do tório. Disse que, caso o Brasil considerasse que a cooperação com a RFA não era totalmente satisfatória, os EUA poderiam suprir as necessidades tecnológicas do Brasil nesse campo. Referindo-se, ainda, ao INFCE que classificou de uma boa maneira de os países apreenderem em conjunto, o Presidente Carter observou que o INFCE não visa a persuadir qualquer nação a agir contrariamente a seus interesses.

Respondeu o Presidente Geisel que o Brasil participa do INFCE na convicção de que seus interesses não serão contrariados. Com relação ao tório, esclareceu que a cooperação teuto-brasileira vem de longa data. Aludia à possibilidade de se trabalhar em conjunto nessa área.

Manifestou satisfação com o interesse norte-americ

americano em cooperar em outras áreas, em outros combustíveis, como álcool. Disse que o Brasil considera de seu interesse o aproveitamento desses combustíveis, inclusive por ter terras disponíveis. A cooperação nesse setor e no carvão, do qual novas jazidas foram descobertas no Sul do país, pode interessar ao Brasil. O Ministro Silveira lembrou a propósito, a possibilidade de produzir amônia, a partir do aproveitamento das diferenças de temperatura da água do mar.

CONTACTOS FUTUROS

O Presidente Carter disse que em complemento dessas visitas, que, espera sejam doravante mais frequentes, desejaria receber mensagens diretas sobre qualquer assunto de interesse geral, mencionando entre esses assuntos o Oriente Médio, a África, as relações entre os EUA e a URSS, ou específico, do Presidente Geisel.

Acrescentou esperar que essas consultas se tornassem rotina e que, assim, qualquer problema que surgir, no futuro, poderá ser equacionado imediatamente.

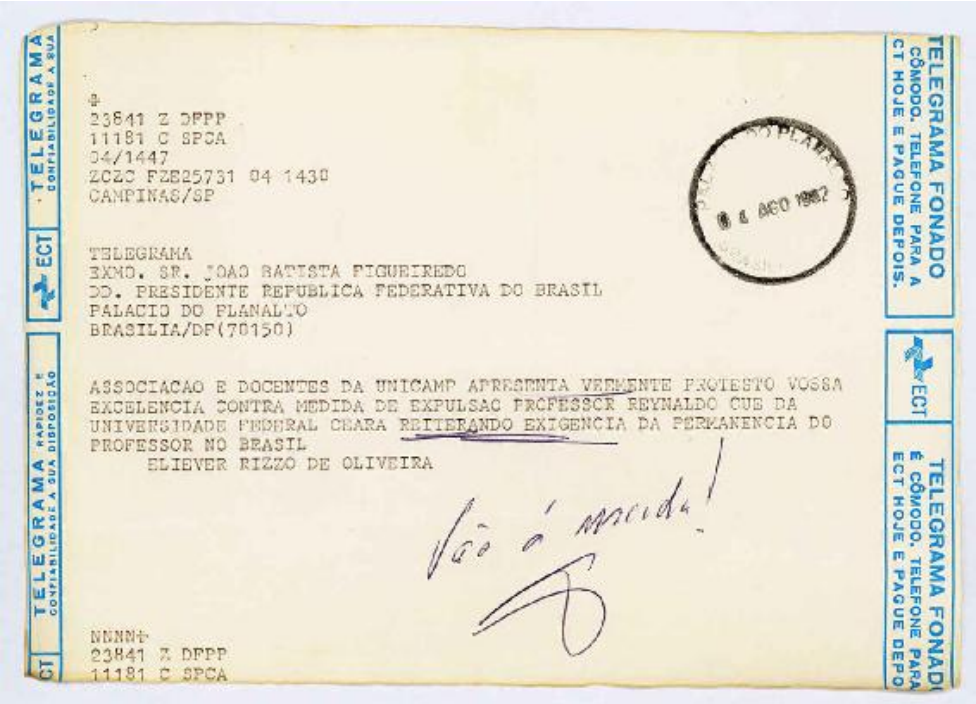
O Presidente Geisel aludiu a que, no passado, já havia mantido correspondência com o Presidente Carter, correspondência que qualificou de talvez um pouco formal. Disse esperar manter e intensificar essa prática no futuro, com o cuidado de não despertar ciúmes nos respectivos Ministros do Exterior. Manifestou disposição de escrever ao Presidente Carter sempre que necessário, sobretudo quando surgirem assuntos referentes às relações entre o Brasil e os EUA, favoráveis ou desfavoráveis.

Encerrou o encontro, agradecendo ao Presidente Carter suas palavras e dizendo que embora a agenda previsse outra reunião a mesma se tornara desnecessária diante dos resultados positivos já alcançados.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

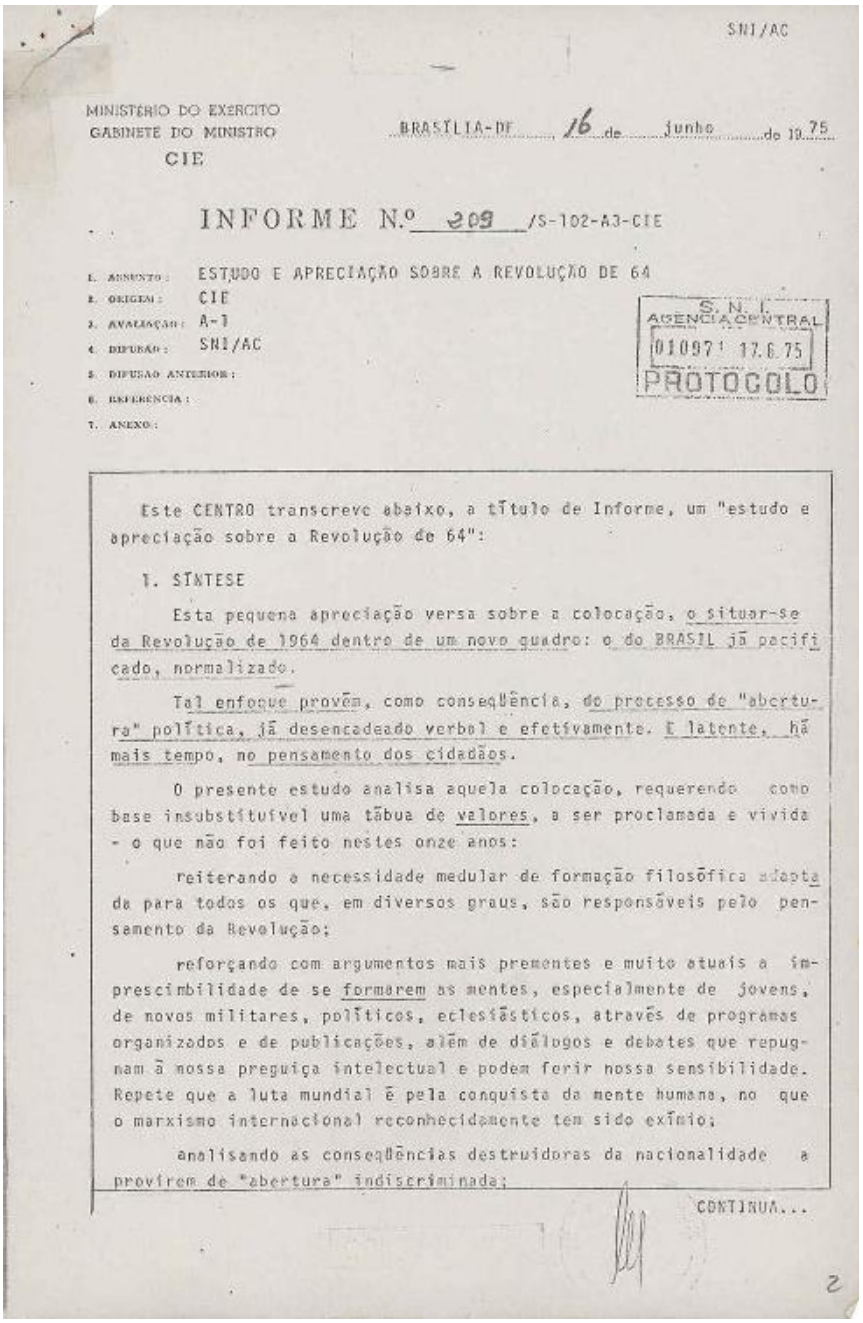
Vão à merda



Resposta de Figueiredo a um telegrama de professores da Unicamp.

[Voltar] | [Transcrição]

O CIE contra a abertura



SNI/AC

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA-DF 16 de junho de 19 75

INFORME N.º 209 /S-102-A3-CIE

1. ASSUNTO: ESTUDO E APRECIAÇÃO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 64
2. ORIGEM: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-1
4. DIFUSÃO: SNI/AC
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERÊNCIA:
7. ANEXO:

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
01097 17.6.75
PROTOCOLO

Este CENTRO transcreve abaixo, a título de Informe, um "estudo e apreciação sobre a Revolução de 64":

1. SÍNTESE

Esta pequena apreciação versa sobre a colocação, o situar-se da Revolução de 1964 dentro de um novo quadro: o do BRASIL já pacificado, normalizado.

Tal enfoque provém, como conseqüência, do processo de "abertura" política, já desencadeado verbal e efetivamente. É latente, há mais tempo, no pensamento dos cidadãos.

O presente estudo analisa aquela colocação, requerendo como base insubstituível uma tábua de valores, a ser proclamada e vivida - o que não foi feito nestes onze anos:

reiterando a necessidade medular de formação filosófica adaptada para todos os que, em diversos graus, são responsáveis pelo pensamento da Revolução;

reforçando com argumentos mais prementes e muito atuais a imprescindibilidade de se formarem as mentes, especialmente de jovens, de novos militares, políticos, eclesiásticos, através de programas organizados e de publicações, além de diálogos e debates que repugnam à nossa preguiça intelectual e podem ferir nossa sensibilidade. Repete que a luta mundial é pela conquista da mente humana, no que o marxismo internacional reconhecidamente tem sido exímio;

analisando as conseqüências destruidoras da nacionalidade a provirem de "abertura" indiscriminada;

CONTINUA...

2

sugerindo medidas para se aproveitar do que bom houver na "abertura" e conter o que há de nocivo, por falta de infra-estrutura. Isso, sem que se esqueça que movimentos como esse possuem dinâmica própria, que passa a agir independentemente, superando controles;

alvitrando opções para a manutenção do poder revolucionário, sua reafirmação patente e para o amortecimento da espiral da "abertura";

tocando, enfim, em problemas da imprensa e da justiça.

Este é o único tema aqui tratado e não engloba, portanto, a inteira situação nacional. Uma sua faceta, apenas.

2. MOMENTO ATUAL

a. Estado da questão

1º - Fatores externos influindo nos antecedentes do momento presente e diretamente nele mesmo:

Enquanto o Gen GEISEL, designado como futuro presidente, preparava seu governo, já era bem sensível o desmoronamento moral dos ESTADOS UNIDOS ao fim do governo MÉDICI. Depois disso, só se agravou o desmanchamento moral da potência que materialmente é a mais forte. A visita de NIXON a PEQUIM e MOSCOU; os malabarismos muito pessoais do Dr KISSINGER; a "distensão", consistindo em apertos de mão e recuo físico dos ESTADOS UNIDOS com avanço real do poder marxista; a "ostpolitik" do Vaticano, guardião moral da humanidade, com seus Cassaroli e jogos de cortezia, enganando multidões sobre aparente conciliação de duas doutrinas inconciliáveis; o taco de golf do Pres FORD, vibrando por uma semana, enquanto se fundia um país, cuja sobrevivência estava garantida por aval norte-americano posto em solene tratado. En uma palavra: a capitulação ante o comunismo. E é ponderável o influxo psicológico dessa realidade sobre o espírito nacional.

2º - Fatores internos:

O Gov GEISEL apresenta-se ante si próprio como continuação do Gov CASTELLO BRANCO. Propôs-se efetivar o que o extinto Marechal não pode conseguir; a "redemocratização" inclusive;

O Gov atual teve o mérito de sentir os anseios difusos pelo país. Havendo sucedido a governo que, por sua vez, herdara situação

CONTINUA...

(Cont d o INFORME n.º 209 / - /E 102 / A3 .CIE. de 16 Jun 75 - 03-)

difícil do final do de COSTA E SILVA, e que foi bem sucedido em pacificar a nação, a administração GEISEL encontrou um BRASIL mais tranqüilo; por isso, com tempo mental para focalizar problemas de âmbito maior. Sem rebeliões a controlar, reflexiona o povo de hoje sobre questões universais, inerentes ao homem. Sobre a própria revolução de 64 inclusive, seu significado, sua continuação. E formula difusamente inquietações que o atual governo recolheu com propriedade. Tomou o pulso da nação;

E não adotou carta de princípios, da qual emanaria consequente plano de ação. Só a este, o plano de ação. Essa já era uma falha fundamental da revolução de 64;

Devido à pesonalidade de seu chefe, o governo atual soube ampliá-la desmedidamente.

O método de ação escolhido é o velho e conhecido pragmatismo. Não o que provém da exata visão da eficiência, baseada em princípios morais, e que é bom, correto e necessário. Sim, o que se origina do sucesso imediatista, sem maiores perspectivas, despido de princípios. O que sempre termina por autodestruir-se, por sua própria dinâmica, como a História o ensina, e muitas vezes.

As conseqüências virão fluindo obrigatoriamente. Como a força de gravidade atua ou como a criança tem de nascer, ao término da gravidez. Mal grado as boas intenções, que ninguém nega, de pessoas mal preparadas para o dever - aceito de ser estadista.

3º - Algumas de caráter pessoal, universais outras, inevitáveis ainda outras - por essas forças convergentes desembocou-se na encruzilhada das decisões.

Note-se que o problema deveria ser enfrentado, mais cedo ou mais tarde. É algo de positivo ter visto sua inelutabilidade.

E a solução adotada, a opção feita, teria de ser a correta. - Erro, aqui, é sinônimo de desastre.

4º - Poderíamos resumir a dificuldade, que é complexa, em única pergunta: Como conciliar o movimento extraordinário de 1964 com a nação, que é algo de definitivo e estável?

CONTINUA...

4

Tal interrogação essencial pode ser desdobrada em aspectos diferentes, revelando setores de seu denso conteúdo. É o que passamos a fazer, limitando-nos ao principal.

5º - Assim:

1) Ficará o BRASIL sempre com duas leis fundamentais, uma constituição e um poder revolucionário? Até quando?

2) Havendo extinção do poder revolucionário, não se tornará comunista o país (Segurança)?

6º - Outra formulação: (partidos políticos)

- Se o MDB ganhar novas eleições, e, afinal, todas: poderá receber o governo?

- Se não assumir a direção do país, qual será a repercussão:

1) interna

2) externa?

Terá o poder militar força para manter-se à testa da nação,se esta o repudiar em eleições?

- Indo à questão de fundo ou de mérito; entregar o poder ao MDB não é mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?

- Ou será melhor liquidar, já, os partidos, a fim de extinguir as eleições em seu nascedouro? Ou arquitetar sistema à modo mexicano, com um "PRI" nacional, perpetuando-se no poder 40 ou mais anos?

7º - Ainda outra: (Justiça)

- Neste início da opção feita pelo governo - o começo da "abertura" - dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que solertes acusadores, nacionais ou não, lhe assacam; ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais, e outros abusos do poder?

E, avançando a "abertura", poderá alguém deter a marcha da Justiça reclamada?

Isso não viria desmoralizar a chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 64? Não viria provar ao menos o patrocínio efe-

CONTINUA...

tivo das Forças Armadas e governos à ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes?

- E poderia a Justiça, crescendo a "abertura", apurar também as faltas por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos pelos presidentes no regime revolucionário? Suportaria o povo o descrédito que isso lançaria ao próprio movimento de 64? Enfim, não seria, essa, mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional, contra o BRASIL?

8º - Ainda outra formulação:

A "abertura" inevitavelmente provocará cisão dentro das Forças Armadas: num momento internacional como o presente, isso pode ser suportável?

9º - Para resumir: Tudo isso não representaria a condenação, ou mesmo sem ela, o fim do movimento de 64? E destruindo, não estaríamos abandonando o país ao comunismo internacional?

b. "Abertura"

Histórico: O ponto essencial: a mente humana. Princípios a manter. A "abertura": de início, seu controle; depois: agir conforme puder ou não ficar contida. Possue lados bons. A "abertura" e casos peculiares. Preparar-lhe infra-estrutura. Firmeza e vigilância.

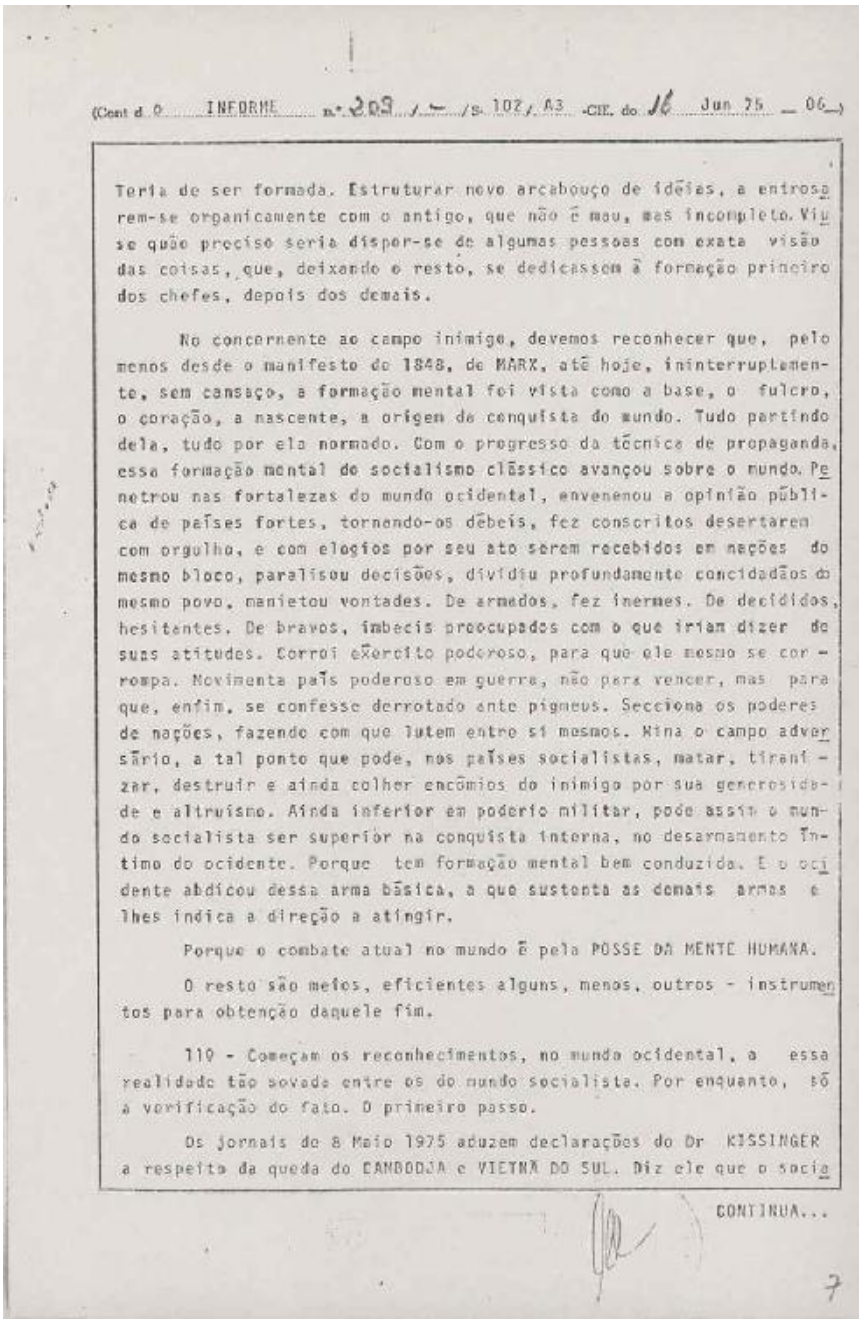
10º - Nestes últimos 12 anos, ainda em tempos do Gov GOULART, muito se escreveu sobre a necessidade de formação, em profundidade, dos espíritos. E o resultado tem sido diminuto. Em todos estes anos. Anos de idéias inúteis.

Uma e outra pessoa, mostrou-se sensível à persistente argumentação; mas, não se encontrava ao nível das decisões. Quanto aos demais, não encontraram nem tempo, nem disposição e não tinham o hábito de estudarem papeis sobre formação "mental" - algo sutil e aparentemente tão distanciado dos afazeres do momento, das lutas a vencer, das tarefas a executar. Principalmente, das preocupações que se apreciavam manter.

Planos de "mentalização" foram elaborados. Percebia-se com dura clareza a ausência de mentalidade preparada para nova realidade.

CONTINUA...

6



(Cont d O INFORME nº 209 /... /S. 102 / A3 -CIE. do 16 Jun 75 - 06-)

Teria de ser formada. Estruturar novo arcabouço de idéias, a entrosarem-se organicamente com o antigo, que não é mau, mas incompleto. Viu-se quão preciso seria dispor-se de algumas pessoas com exata visão das coisas, que, deixando o resto, se dedicassem à formação primeiro dos chefes, depois dos demais.

No concernente ao campo inimigo, devemos reconhecer que, pelo menos desde o manifesto de 1848, de MARX, até hoje, ininterruptamente, sem cansaço, a formação mental foi vista como a base, o fulcro, o coração, a nascente, a origem da conquista do mundo. Tudo partindo dela, tudo por ela normado. Com o progresso da técnica de propaganda, essa formação mental do socialismo clássico avançou sobre o mundo. Penetrou nas fortalezas do mundo ocidental, envenenou a opinião pública de países fortes, tornando-os débeis, fez conscritos desertarem com orgulho, e com elogios por seu ato serem recebidos em nações do mesmo bloco, paralisou decisões, dividiu profundamente concidadãos do mesmo povo, manietou vontades. De armados, fez inermes. De decididos, hesitantes. De bravos, imbecis preocupados com o que iriam dizer de suas atitudes. Corroi exército poderoso, para que ele mesmo se corrompa. Movimenta país poderoso em guerra, não para vencer, mas para que, enfim, se confesse derrotado ante pigmeus. Seciona os poderes de nações, fazendo com que lutem entre si mesmos. Mina o campo adversário, a tal ponto que pode, nos países socialistas, matar, tiranizar, destruir e ainda colher encômios do inimigo por sua generosidade e altruísmo. Ainda inferior em poderio militar, pode assim o mundo socialista ser superior na conquista interna, no desarmamento íntimo do ocidente. Porque tem formação mental bem conduzida. E o ocidente abdicou dessa arma básica, a que sustenta as demais armas e lhes indica a direção a atingir.

Porque o combate atual no mundo é pela POSSE DA MENTE HUMANA.

O resto são meios, eficientes alguns, menos, outros - instrumentos para obtenção daquele fim.

110 - Começam os reconhecimentos, no mundo ocidental, a essa realidade tão sovada entre os do mundo socialista. Por enquanto, só a verificação do fato. O primeiro passo.

Os jornais de 8 Maio 1975 aduzem declarações do Dr KISSINGER a respeito da queda do CAMBODJA e VIETNÃ DO SUL. Diz ele que o socia

CONTINUA...

7

[Voltar] | [Transcrição]

lismo comunista dentro de um máximo de 10 anos será "uma grande dificuldade interna para a mente americana". "Não sei", acrescentou, "que filosofias e doutrinas se anteporão a isso na ocasião; mas, terá que haver alguma coisa". É um primeiro olhar na velha realidade, antes não vista. O Secretário não falou em foguetes como ameaça; mas em idéias. Porque quem maneja e comanda os foguetes são as idéias.

Igualmente, general francês que combateu na antiga INDOCHINA, declarava, há dias, que os norte-americanos não poderiam vencer a arma, segundo ele, mais poderosa do mundo: a idéia nacionalista de que estavam tão impregnados vietcongs e vietnamitas do norte. Declaração que no articulista CARLOS CASTELLO BRANCO, entre outros, encontrou eco posterior: "Um exército que chegou a contar 550 mil homens, apoiados por bombardeiros que lançavam milhões de toneladas de bombas semanalmente sobre um pequeno país, mostrou-se impotente para liquidar a guerrilha ideológica, alimentada pelas armas soviéticas", (J.B., 2 Maio 75, p.2). Ressalvando-se o adjetivo "nacionalista" do Gen francês (porque não é só essa idéia que move, mas toda e qualquer idéia-força) e o fato de a guerra do Viet-Nam ter-se constituído algo de original, pois americanos não atacaram, excetuada alguma vez, o território inimigo - fica de certo o reconhecimento de que a idéia, bem elaborada e assimilada, é que colocou armas nas mãos inimigas, sustentou-as apesar da inferioridade material e fez derrubar colosso.

Essa é a mola do universo humano. Compreender isso é entender com objetividade o problema, em ordem a soluções eficazes.

129 - Posto isto, avancemos em nosso estudo.

Passaremos a tentar responder à pergunta sintética e a seus desdobramentos, enunciados mais acima.

Primeiro, focalizaremos soluções para o momento atual; depois, para programa de longo alcance, que compreenda presente e futuro.

139 - Iniciemos pela colocação dos princípios gerais. Os que manteremos a todo o custo.

1) O movimento de 1964 representou a Nação Brasileira na restauração de sua alma nacional, isto é, suas tradições fundamentais e comuns, e seus valores - o bem comum nacional, a pessoa humana na

CONTINUA...

8

(Cont d 0 INFORME nº 209 / - /s.102 / A3 CIE. de 16 Jun 75 00 -)

visão cristã, o apego à sua independência nacional, o direito de pensar, de ter religião, o respeito à propriedade privada, dentro da justiça social e como complemento do exercício da personalidade humana.

2) Por isso, conquanto vinculado a circunstâncias concretas do momento histórico, o Movimento de 64 transcende o instante e se insere no permanente nacional.

O que significa, entre outras coisas, que não pode ser negado. Tem de ser aceito. Disto não se pode abrir mão. É o terreno comum necessário para qualquer encontro de opiniões diversas.

Outra coisa é julgar os homens do Movimento. E alguns de seus atos. Se isso for efetuado, não se admita julgamento da questão em si. O Movimento foi a Nação realizando-se. E à Nação não se julga.

3) Enquanto contraposição, o Movimento de 64 nega qualquer submissão internacional, máxime ao socialismo marxista. Não se dobrará ante ele e o combaterá por todos os meios de que disponha o país. E, embora não unido a qualquer igreja como instituição, seja a maioritária sejam as de menor tradição nacional e número de adeptos - o BRASIL é cristão.

14º - Colocados os postulados principais em situação intangível, focalizemos um segundo estágio de considerações.

Questiona-se, hoje em dia, a continuação do Movimento de 1964. Mesmo entre os que pugnaram por ele, há os que atualmente duvidam. Alguns negam até a continuação do espírito de 64; outros, destes, rejeitam apenas a estrutura revolucionária - atos, escolha de governadores, indicação do presidente...

Nisso, vários da situação concordam com a oposição.

Nosso ponto de vista é claro: o espírito e as estruturas do Movimento Nacional de 64 devem continuar ainda. Aquele, sempre; estas, com melhorias, até que possam ser dispensadas sem que a Nação venha a sofrer pelo desaparecimento delas. O que está ainda longe de ser alcançado.

15º - No entanto, aí está o início da "abertura". Em ação lenta, mas insopitavelmente, caminha (achamos até que, após a entrevis-

CONTINUA...

9

ta do jurista TRIGUEIRO, já andou demais. É o momento de envolvê-la em hábil entorpecimento).

Pois pensamos que "aberturas" como essa sem infra-estrutura é fechamento do progresso institucional do país. É retrocesso. Retornar-se-á a 1964 antes de 31 Março, ou 1955, ou... 1922.

E não há infra-estrutura, porque ninguém a preparou. A primeira viga para ela teria sido a formação mental. A preparação de líderes. A condimentação da opinião pública. Ao contrário, deixou-se esse setor aos comunistas. Ainda há pouco, em artigo sobre "Inconsciência arenista" (Jornal da Tarde, SP, 28 Abr 75, p.4), articulista comentava como os intelectuais, estudantes, inclusive, foram drogados pela literatura marxista, não combatida eficazmente pela Revolução, e pelos meios de comunicação, clara, evidente, manifestamente infiltrados. "Muito mais importante do que as filas de insatisfeito (do INPS), é a constante lavagem cerebral da opinião pública, feita por poderosos meios de comunicação, e não apenas nos limitados horários de funcionamento do INPS nem somente diante de seus postos, mas durante as 24 horas do dia e até mesmo no interior dos lares, onde a televisão desempenha um poderoso trabalho de corrupção das mentes jovens, frequentemente via Embratel, ou seja, com sofisticados recursos postos à sua disposição pelos governos nascidos da Revolução". E aduz admirada verificação de SARTRE, após visita ao BRASIL: "Para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data; mas ainda, não deixou de se desenvolver daí por diante. Sua produção domina... existe uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país. É o que se pode constatar nas livrarias de SÃO PAULO e do RIO, cheias de publicações marxistas, nas estréias teatrais... na agitação dos estudantes ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa, a esquerda dá o tom".

Ora, se os governos da Revolução não fundaram departamento especializado para isso - o estudo intelectual da infiltração intelectual sobre o meio intelectual do país - mas pobre e nem sempre esclarecida censura, muito limitada e sem discernimento, no geral — se não forjaram homens que pudessem ser líderes; se não afastaram mentores intelectuais perniciosos - alguns, sim - que continuaram a pontificar até dentro de ministérios culturais; se não estabelecerem en

CONTINUA...

10

postos-chaves pessoas de absoluta confiança revolucionária; se não criaram novos esquemas orgânicos (não estamos falando aqui, nos Atos Institucionais): onde está a infra-estrutura para suportar o embate da "abertura"?

"Abertura" assim é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitiva, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as FFAA.

16º - Há mais. Um impulso como esse dado pela "abertura" possui dinâmica própria. Uma vez posto em movimento, avança por si mesmo e sofre contenções apenas como armazenamento de maior força. A soma de carga emotiva que aciona, os interesses que desata só crescem, não diminuem por si mesmos. Chega ao ponto em que ficam incontroláveis e seguem as leis de sua própria mecânica.

Assim, por muito que os líderes mais velhos e mais experimentados do MDB, como ULYSSES GUIMARÃES e FRANCO MONTORO, aconselhem calma a seus liderados, a irem por etapas, a "cooperarem com o governo que quer a abertura gradual", não conseguem sofrear o entusiasmo, com sabor de desafio, de alguns membros do partido. Na ARENA, obtem-se mais, porém há evidentes sinais de impaciência.

Essa sofreguidão também pode revestir-se de astúcia. E, então, é aceita com facilidade. O deputado JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, MDB-SERGIPE, propôs dia 7 Maio 75, em BRASÍLIA, o diálogo de seu partido com militares. Não obstante as cautelas que acha necessárias para o êxito de seu projeto, este, afinal, é uma tentativa de envolvimento para apressar a abertura maior. A idéia, em si, é boa e tais contatos, de vez em quando, seriam salutares, máxime em se tratando da hipótese que vamos expor em nosso nº 20, pag 15. Mas, de momento, o que se pretende é azeitar um pouco as roldanas lentas da abertura. A sugestão de TEIXEIRA foi encampada pelos líderes do partido, FRANCO MONTORO, THALES RAMALHO, ALCEU COLLARES. Pode ser fator de divisão entre as FFAA, pelo envolvimento astucioso que políticos sabem tecer.

No lado da jurisprudência, famoso jurista dá entrevista, afirmando que, legalmente, se o Congresso quiser, poderá suprimir, sem mais, o Ato 5 (OSWALDO TRIGUEIRO, há pouco aposentado do Supremo Tribunal Federal, em "O Estado de S.Paulo", 11 Maio 75, p. 5).

Isso, ao lado dos pertinazes defensores da "abertura", com me-

CONTINUA...

11

nor repercussão pela rotina em que caíram, como é o caso de TRISTÃO DE ATAIDE. No JB de 2 Maio 75, sob o título "A tecla indispensável" enumera os modos de "abertura", desde o que acha mais difícil até o que julga mais viável: "abolição imediata de todos os Atos Institucionais", "ampla anistia", "abolição do bipartidarismo", "abertura, honesta e ampla, de todos os canais publicitários".

Controlar, agora, a espiral da "abertura" é difícil, mas indispensável. Repetimos que possui ela dinamismo próprio, que rompe controles externos. Mas, temporiamente, poderá ficar refreada, contida. E o meio é solene declaração de que o Ato 5 será mantido até que a Nação possua estrutura para assegurar a sobrevivência e assimilação total do espírito de 1964. Dir-se-á claramente que não será abolido, mesmo com "aberturas". E, "data occasione", empregar-se-ia o Ato, mesmo que fosse só beneficamente, digamos em algum bom decreto-lei que desse alguma vantagem para classe ou categoria mais humilde ou não tão modesta, mas de simples assalariados; alegar-se-ia a urgência da medida, para justificar só formalmente o não uso da via ordinária, a saber, do envio de projeto do executivo ao Congresso.

Quando falamos em contar a "abertura", não estamos entendendo necessariamente que se proibisse de falar nisso. No momento, seria contraproducente. O debate da institucionalização, por exemplo, (parte da "abertura") tem sido provocado e dinamizado pelo próprio Pres da República; e um repentino silêncio imposto evidenciaria pressão sobre o Presidente, o que ampliaria setor de dissídio. O que se entende com conter a "abertura" é simplesmente, de início, a aludida declaração, feita de modo bem claro, de que o Ato 5 não será revogado; e, preferentemente, emprego do Ato, repetimos, mormente se se encontrar alguma medida simpática a ser obtida através dele. E, avançando muito celeremente, como está, a "abertura" deve ser contida também por, nos repetinos, hábil entorpecimento.

Evidentemente, surgirá a pergunta do até quando será mantido o referido Ato. A mesma declaração poderia, desde já, acrescentar que perseverará ainda por "longo período" ou "anos", até ser encontrado ou:

1) modo de institucionalizá-lo definitivamente; ou

2) o Ato será mantido até que haja infra-estrutura e pessoas preparadas para manter o espírito de 1964. Ou outra forma semelhante.

CONTINUA...

12

Claro está que tais fórmulas referentes ao término do Ato 5 são muito vagas e se prestam a diferentes interpretações. Não é mau que existam. Ficará, porém, claro e evidenciado de que o governo não abre mão do poder revolucionário; em segundo lugar, de que só o governo é juiz dessa questão.

Há outro aspecto a aprofundar.

Dissemos que o dinamismo da "abertura" contém força própria, que pode transcender qualquer controle. E isso acontecerá, apesar da requerida declaração da permanência dele, se se permitir que os debates em torno da questão atinjam clímax que toque ao paroxismo. Tornando-se como obsessão, não se conseguirá controlar o debate, a não ser por sucessivas aplicações do Ato, ainda que por outros motivos, cá e lá pelo BRASIL. É mister, portanto, que através de lideranças ou deputados "bem informados", "achegados ao Planalto", "das relações do Min da Justiça" se resfrie o ambiente toda vez que o excesso emocional arrisque galvanização nímia em torno da idéia. ("O Ministro está preocupado... Parece, consta que o presidente está achando demais... talvez haja a possibilidade de se suspender esse debate e reservá-lo só à área governamental... Por isso, melhor estabelecer um intervalo; há outros problemas urgentes...")

Quanto a nós: se a contenção da "abertura" do modo acima acabar, pelo crescendo emotivo, sendo inútil então só resta cerceá-la habilmente, se possível despercebidamente, medida após medida.

179 - A "abertura" pode realizar-se com o setor das comunicações, mas sempre sob controle (isso na 1a. hipótese: do sucesso).

Deve-se reconhecer que a censura, efetivamente exercida "in loco" por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação. Escolher as pessoas a dedo. Disto depende muito, na situação atual.

Achamos, pois, que a censura deva continuar. O modo é que seria diferente.

Para cada jornal de cidade grande, para cada grupo de publicações não muito empenhativas, haveria um censor. Assim também para cada canal de televisão; ou, onde houver pouco serviço, para cada cidade onde haja canais de televisão bastaria único censor. Não teriam

CONTINUA...

[Voltar] | [Transcrição]

sua sede no órgão de comunicação, a não ser que fosse impossível outro modo. E nem visitariam o órgão.

Designadas as pessoas, o chefe local ou o representante do Ministério da Justiça ou quem for, que tenha autoridade para isso, convocaria aos diretores dos órgãos de comunicação. Em entrevista quanto possível amena e sem exibições de autoritarismo, dir-se-ia claro a todos que competiria a cada órgão auto-censurar-se. Como critério básico, a segurança nacional. E como esse termo pode ser compreendido de múltiplas maneiras, dar-se-iam exemplos do que se entende, no caso, por segurança nacional. Assim mesmo, publicando o órgão algo que atente contra aquela exigência, caberia ao censor, "a posteriori", pois, prevenir ao diretor; na décima (quinta?) admoestação, o censor passaria a trabalhar dentro do órgão comunicador e fazendo censura prévia.

Havendo algum órgão comunicador que recuse colaborar e autocensurar-se (será talvez o caso de "O Estado de São Paulo"), a mecânica será a mesma. Na reunião dos diretores com o representante do Ministério, este responderia que confiava no patriotismo dos dirigentes da publicação (da TV...) e esperava que não fossem atentar contra o país; mas, que havendo alguma transgressão seriam feitas as advertências e, caso prosseguisse o atentado à segurança, igualmente um censor se instalaria outra vez dentro do órgão de comunicação. Como para os demais. Só que, garantia-se, seria censor inteligente e bem dotado, incapaz de mesquinharias, e culto.

18º - Por fim, não é demasiado observar a imensa importância dos órgãos de comunicação na formação de opinião pública. Se ficarem largados a si mesmos, podem destruir uma Nação. Podem também alimentar com novo dinamismo a força intrínseca da "abertura", a tal ponto que, afinal, ela supere qualquer controle e chegue a destruir governos, ante eleições livres convocadas expressamente, a julgar todo o Movimento de 1964 como ilegítimo.

"Abertura" vigiada dos meios de comunicação, sim.

19º - Ao mesmo tempo que se reorganiza esse setor, este seria o momento de impedir a publicação de jornais só de títulos e muitos crimes, vergonha nacional e energia para a imaginação de pessoas ignorantes ou mórbidas. - Um ultimatum: ou tais jornais mudam de sisto-

CONTINUA...

mática, ou serão supressos.

209 - A "abertura" ou, mesmo sem ela, a fase mental em que o país ora entra, exige estudo mais acurado sobre os partidos. Algumas vezes já redigimos alguma coisa sobre isso. Organizados a partir de cima para baixo, são conglomerados inorgânicos. Continuam polarizados por interesses, não por programas. Funcionam dentro deles os antigos partidos, tão vivos como dantes. Há dias, reporter carioca afirmava que na nova Assembléia Constituinte do novo Estado do RIO, desde a porta de entrada "cheira-se PTB".

O MDB renovou-se mais, devido as próprias cassações em maior número. E os novos nem sempre tem a velha mentalidade ou submissão aos usados caciques. Mas, esse partido, como o outro, é um ajuntamento heterogêneo de partidos. Só a oposição o cimenta, oposição ao governo. E a ARENA, núcleo de interesses, igualmente sem princípios básicos e programação a executar, vive atualmente situação difícil. Dona da situação por 10 anos, não está afeita ao combate, e nem o quer. Acostumada a obedecer, não tem iniciativa, deixando que o partido adverso empalme objetivos que deveriam ser dela. Assim, o MDB apresenta medidas que estão mais de acordo com os designios do atual governo. E a ARENA ou atrasa-se ou se cala.

Essa incômoda posição desencoraja o partido e o atenoriza. Examina ele a possibilidade de o partido da Revolução poder vir a ser... o MDB, excetuada a ala radical deste. Nesse caso, qual seria o papel dela, ARENA?

Tudo provém: da maneira porque foram formados os 2 partidos, praticamente sem intervalo algum após a Revolução. Teria sido necessário não só extinguir os antigos partidos, mas suspender por um pouco mais de tempo a atividade partidária. Nesse meio tempo, ver-se iam homens com idéias. E a Revolução apresentaria seu ideário (coisa que nunca fez). Daí partiria para a organização de 2 partidos verdadeiramente novos. O que houve foi mudança de rótulos e mistura de várias facções dentro de cada partido.

Nas, a situação sendo realmente assim, temos algumas opções a considerar:

- manter os 2 partidos, mas exigir reforma da ARENA:

com introdução de valores jovens, líderes em potencial ou já

CONTINUA...

15

(Cont. d... INFORME ... nº 209 /... /S-102 /83 ... -CIE, de 16 ... Jun 75 ... 15...)

realizados (JOSE BONIFÁCIO, por exemplo, foi constituinte em 1934); ideário e programação claros e exequíveis; tentar fusão das heterogeneidades excessivas; libertar a ARENA de tutela exagerada, fazendo-se com que se sinta maior de idade; dar pequenos cursos intensivos de formação político-partidária, criando-se assim não bem uma "mística", mas uma consciência comum entre arenistas; para o MDB: o que for aplicável - apelo a que formem bem seus membros, pois o BRASIL precisa de todos seus filhos; que se aglutinem mais homogeneamente, conservando, embora, as legítimas diferenças acidentais; ressaltar e quanto o governo espera da crítica construtiva e colaboração da oposição;

- deixar com que a ARENA se esfacele por debilidade, sem sobressaltos, que se "apague" lentamente. Neste caso, chegará o momento em que o governo terá que criar novo(s) partido(s). E apresentará tal criação como conseqüência necessária ante a liquescência da ARENA. Haveria a vantagem de que, assim, se sepultariam alguns dos velhos pegões, mas não se deve esquecer que lideranças não se improvisam e alguns têm de ser utilizados mesmo no nova organização.

Numa reorganização, o MDB também apresentaria mais evidentes seus aspectos de dissolução. Seria, então, preciso um novo "ordenamento" partidário no BRASIL; outra opção seria a de criar um 3º partido, ou deixar que ele apareça. Provavelmente seria um partido de tipo "socialista".

A propósito, este é o lugar para uma digressão. O vocábulo "socialismo" é hoje usado em sentido contraditório. Ora, como sinônimo de totalitarismo ideológico-econômico-político; ora como equivalente a democracia e a "justiça social". Esta última palavra foi usada pelo Código de Malines, há décadas, e nasceu diretamente da Igreja Católica, que vem orientando a solução da "questão social" desde 1891. Pois bem. Socialismo, de fato, é um sistema absolutamente, quer dizer, integralmente totalitário; compreende as fontes de produção, todas, na mão do Estado, e, enfim, o pensamento dos cidadãos. O comunismo é legítimo socialismo, diferindo dele só nos métodos, pois prefere a rápida tomada do poder, por qualquer meio. Mas, o ideário e o programa de ação é idêntico. Daí vem que o fraseário russo só fala em mundo socialista, repúblicas socialistas, implantar o socialismo. Porque realmente se refere ao genuino socialismo. MARX é socialista., marxismo é socialismo puro. A partir do conceito de " so-

CONTINUA...

16

(Cont d/a INFORME nº 209 /-/S 102/A3 -CIE, de 16 Jun 75 — 10—)

cial" e "sociedade", foi-se formando outro conteúdo para o vocábulo. Indicaria a melhor repartição de riquezas, a maior participação nos bens, a justiça social dentro de um país e no mundo. São significados contraditórios, pois este último não compreende o totalitarismo radical e absoluto do primeiro. E é uma lástima que se use de termo com dupla significação. Essa ambiguidade também é propaganda do socialismo verdadeiro, do qual a RÚSSIA e CHINA são baluartes. Daí vem o complexo de inferioridade do socialismo ante o comunismo: porque parece não ter a coragem de ser lógico e assumir os métodos do conunismo, que é o socialismo pleno.

Aqui, o 3º partido seria mais provavelmente do tipo "socialista", de um socialismo "democrático", em que pese o paradoxo evidente. Como nas monarquias nórdicas, ou na ALEMANHA OCIDENTAL, ou INGLATERRA. Um "socialismo" caboclo, com larga margem demagógica, dado o assunto e metas que se proporia. Também quereria monopolizar a luta pela justiça social, como se fosse só sua. Mas, seria uma opção a se considerar. E tornar-se-ia o maior partido nacional. Há um óbice, porém, a ser cuidadosamente estudado: dada sua ambiguidade e indecisão de contornos, tal partido seria o mais sujeito a infiltrações de vulto;

- salvo melhor juízo, parece que, de momento, a melhor opção seria conservar os 2 partidos existentes, e reformulando a ARENA,mais com auxílio de elementos capazes, escolhidos dentro dela mesma. Reforma de dentro para fora. Deverá, depois, passar a ter iniciativas. A convidar, ela mesma; cavalheirescamente, a Ministros de pastas digamos "indiferentes" a exporem seus planos, êxitos e dificuldades ao Congresso (não "convocação" obrigatória: convites). A crer naquilo que tiver de debater (formação!). A ser um tento ousado na disputa com o MDB. Firmando,pouco a pouco, sua nova imagem, poderia até convidar inclusive a outras autoridades do Executivo (excetuado sempre o Presidente, que deve ficar acima disso) a fazerem palestras (evitar sempre o debate) no Congresso sobre alguns pontos de interesse geral. No aniversário da Revolução, poderia ela promover, para o fim das sessões de trabalho, por uns 10 dias ou semana exposições sobre o Movimento de 1964 feitas por chefes militares da época. Coisas assim para colocar o Executivo e o governo com o tato com o Congresso e povo em geral. Portanto, também com o MDB.

Isso, feito em BRASÍLIA, poderia acontecer, em nível menor, por

CONTINUA....

17

todo o BRASIL. Por que não, um contacto direto de militares bem convictos dos princípios que vão expor e bem preparados para os comunicar, nas cidades onde residem? (Vir de fora, só ocasionalmente, pois provaria plano previamente arquitetado para todo o país). Não entrariam em política partidária, mas consequentemente se valorizaria o partido do governo, pela própria propaganda discreta ou ao menos, pela só presença de um membro de setor executivo do governo, informalmente;

- outra opção: fazer com os 2 partidos assinassem compromisso com o governo (à Revolução) e permitir que se alternassem no poder (não na Presidência). Acordo: no essencial; oposição acidental à vontade.

21º - Outro ponto é examinar como serão designados os futuros governadores. Em eleições diretas, como programado, há grande perigo. O povo geralmente vota contra, porque que deseja, com ou sem razão, tudo o que julga dever possuir e não tem; e atribui tal carência ao governo existente. Modificar o critério, já estabelecido, para a designação dos futuros governadores antes das eleições de 76, é perigoso, pois os eleitores iriam às urnas sob o impacto da frustração. Cremos melhor esperar para após 1976. Poderia aí parecer manobra do governo, máxime se perder as eleições de 78; mas se deve suportar esse risco, em face a um bem maior.

Talvez por falta de conhecimento das pessoas, as escolhas de governadores têm sido, em muitos casos, infelizes. Nem sempre as pessoas mais dóceis são as mais competentes. É mister que se aprimorem os critérios da escolha. Basta de fracassos nesse importante setor.

Realmente, a crise do material humano, não só para o preenchimento do cargo de governador, é intensa em nosso meio. Devemos reconhecê-lo. Só a formação do material humano pode fazer o BRASIL emergir da massa comum de pequenos países. Não há outra receita de elevação, de grandeza merecida.

22º - A "abertura" no tocante ao setor da Justiça poderá ainda manter-se sob relativo controle, nos casos mais agudos. No entanto, não haja ilusões: a Justiça permanece através de regimes. Ela julgará tais casos no futuro, seja quando for. Poderão ser explicados pelo ambiente de "guerra" do momento em que existiram, mas é de suma

CONTINUA...

18

conveniência que cessem totalmente abusos. As vezes o êxito rápido de uma investigação é urgente e necessário; mas, em outras, é a impaciência e até prepotência que não suportam delongas. É de todo preciso que se reformulem os métodos do setor. Por um dever moral, e por estratagema tático. - "Intellegentibus, pauca".

239 - Quanto ao momento presente, são estas as considerações que parecem mais urgentes. Há outras, não tão prementes, que oportunamente serão submetidas à apreciação. Em síntese, convém colocar a "abertura" sob controle. E a opinião das FFAA seria dada a conhecer ao Exmº Sr Presidente, Chefe da Revolução.

c. Para o futuro

249 - O essencial seria a já várias vezes aludida formação. Um ideário claro e substancioso, breve. Um método de ação, múltiplo e adaptável a circunstâncias diversas. E pessoas preparadas para isso. Com cursos intensivos de núcleos bem escolhidos. Ainda voltaremos a esse assunto, que é complexo. E prometedor.

259 - Para o futuro, mas já se iniciando o estudo, dever-se-ia examinar a hipótese de transformar o Ato 5 numa prerrogativa de um Poder Moderador a ser instituído. Já o tivemos, durante o Império, e em geral bem exercido pelo Imperador. Agora, seriam as FFAA, representadas pelo seu chefe, o Presidente. Esta idéia tem sido proposta por juristas (prof BUZAID, quando Ministro; Vice-Governador MANUEL FERREIRA...) e também é nossa há muito tempo. Merece também estudo mais prolongado. No entanto, pode-se ir examinando esse ponto relevante. Com o poder moderador, o NDB não inquietaria, se vencesse eleições: exerceria cargos e funções sob autoridade do Poder Moderador.

269 - Como o perigo maior, atual, é a infiltração intelectual; e como, hoje, marxistas ou pro marxistas não são, em geral, operários, como há 100 afirmava MARX que deveriam ser, mas intelectuais, entre eles também a classe estudantil, para o futuro imediato tem-se que estruturar perfeito plano de ação nesse setor, que a Revolução abandonou. É tarefa difícil e empenhativa, mas extremamente necessária.

Também este ponto tem de ser mais desenvolvido e o será, se tivermos tempo. Isto, de nossa parte. Outros, com mais competência e

CONTINUA...

19

(Cont d. 0 INFORME nº 209 / — /S-102 /A3 -CIE, de 16 Jun 75 — 19 —)

lazer, poderão fazê-lo já.

27º - Há também a examinar setor correlato ao de "formação" e ao "intelectual". É o da formação militar. Até há alguns anos era mais difícil a infiltração no área militar pela "base". Pela cúpula sempre foi possível. O jovem militar é um rapaz de sua época, com as virtudes e defeitos da juventude de hoje. Assim, possui problemas mais amplos, interrogações, comparações, além do eterno unilateralismo próprio dos jovens. Pois há que entender-se isso e estabelecer diálogos formativos, onde possam eles expor tudo o que os preocupa e verem solucionadas suas dúvidas sobre a escala de valores que devem abraçar. Embrenhar-se em tais diálogos pode ser algo de difícil para nossa mentalidade, formada sob outros moldes. Mas, é indispensável. Sem esse preciso sacrifício perderemos também a juventude militar. O mesmo se diga quanto a outros setores da juventude: estudantis, eclesiásticos, profissionais.

É assunto ao qual, sendo professor, pretendemos retornar.

28º - Concluindo por onde iniciamos, a saber, sobre a colocação do Movimento Revolucionário num BRASIL já pacificado, resumimos quanto dissemos:

- Por tática, não se deve ir frontalmente contra a "abertura", em público; pode-se aproveitar dela o que é positivo: maior liberdade ao poder legislativo (preparado para o futuro por "formação" específica, cursos, escolha de novos elementos bons...) maior liberdade à boa imprensa, menor distanciamento entre próceres governamentais e outros representantes do povo.

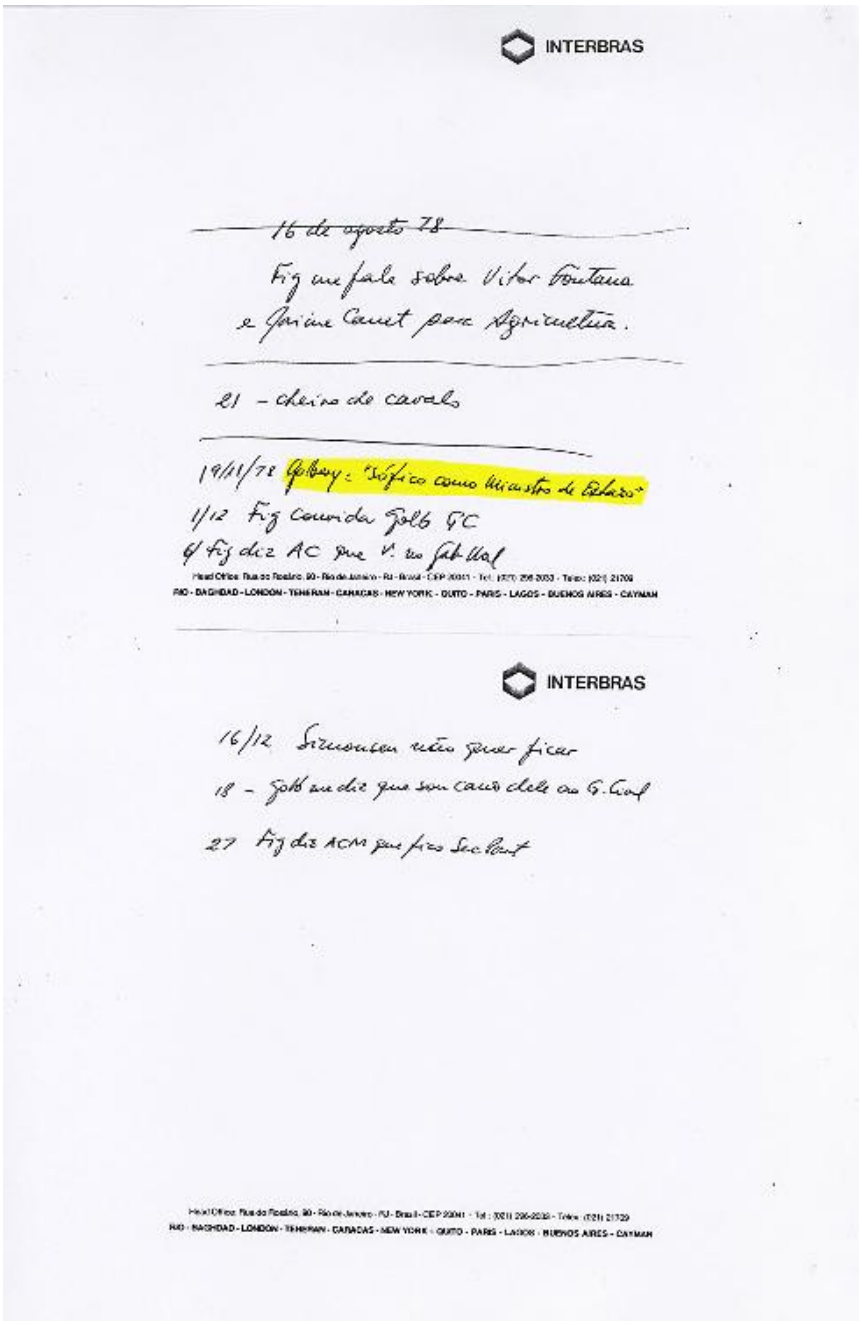
- Mas, deve-se cerceá-la para além disso, com habilidade. Primeiro, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas: o da justiça social (patrocinada pelo governo), o do custo de vida (enfoque para a questão do petróleo...) o do patriotismo inteligente. Depois, reafirmando-se a aplicação, máxime se benéfica (e não obstante a ARENA, que poderia ter apresentado o projeto...) do Ato 5; fazendo circular confidências reafirmadoras do Ato; mostrando que ainda não há infra-estrutura para sua abolição; estudando a possibilidade de enxertá-lo na Constituição (ver o que fica dito e ler a entrevista do Jurista C.MEDEIROS em "O Estado de São Paulo" de 18 Maio 1975, p. 7).

CONTINUA...

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Golbery: “Só fico como Ministro de Estado”



INTERBRAS

~~16 de agosto 78~~

Fiz um jale sobre Vitor Fontana
e Jaime Canet para Agricultura.

21 - cheiro de cavalo

19/11/78 Golbery: "Só fico como Ministro de Estado"
1/12 Fiz convite Golb GC
4 fiz diz AC que V. vai Golbery

Head Office: Rua do Rosário, 80 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20041 - Tel.: (021) 296 2033 - Telex: (021) 21709
RIO - BAGHDAD - LONDON - TEHERAN - CARACAS - NEW YORK - QUITO - PARIS - LAGOS - BUENOS AIRES - CAYMAN

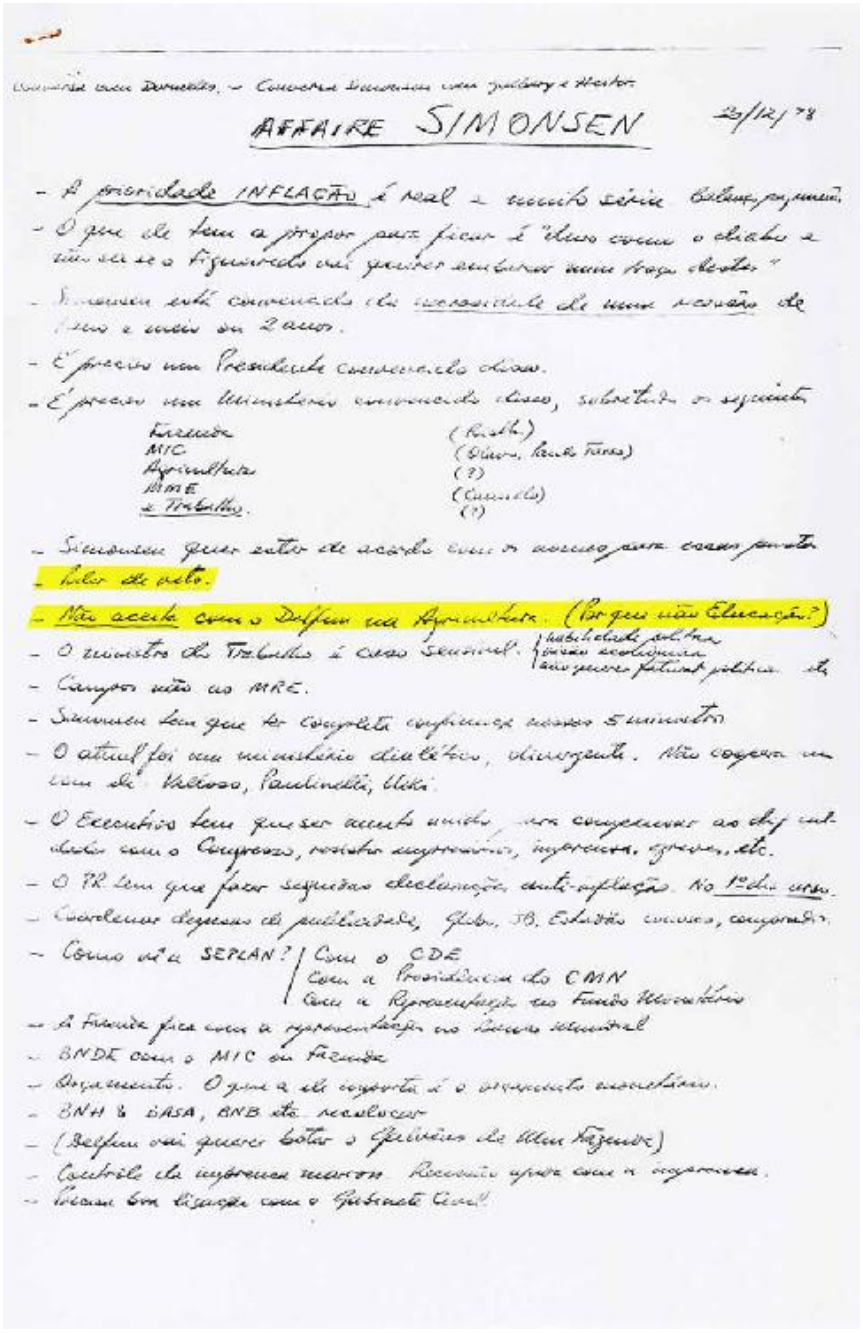
INTERBRAS

16/12 Simonsen não quer ficar
18 - Golb me diz que sem carro dele ou G. Geis
27 Fiz diz ACM que fico Sec Plan

Head Office: Rua do Rosário, 80 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20041 - Tel.: (021) 296-2033 - Telex: (021) 21709
RIO - BAGHDAD - LONDON - TEHERAN - CARACAS - NEW YORK - QUITO - PARIS - LAGOS - BUENOS AIRES - CAYMAN

[Voltar] | [Transcrição]

Simonsen X Delfim



Conversa com Dornelles. – Conversa Simonsen com Galloway e Heitor

AFFAIRE SIMONSEN 23/12/78

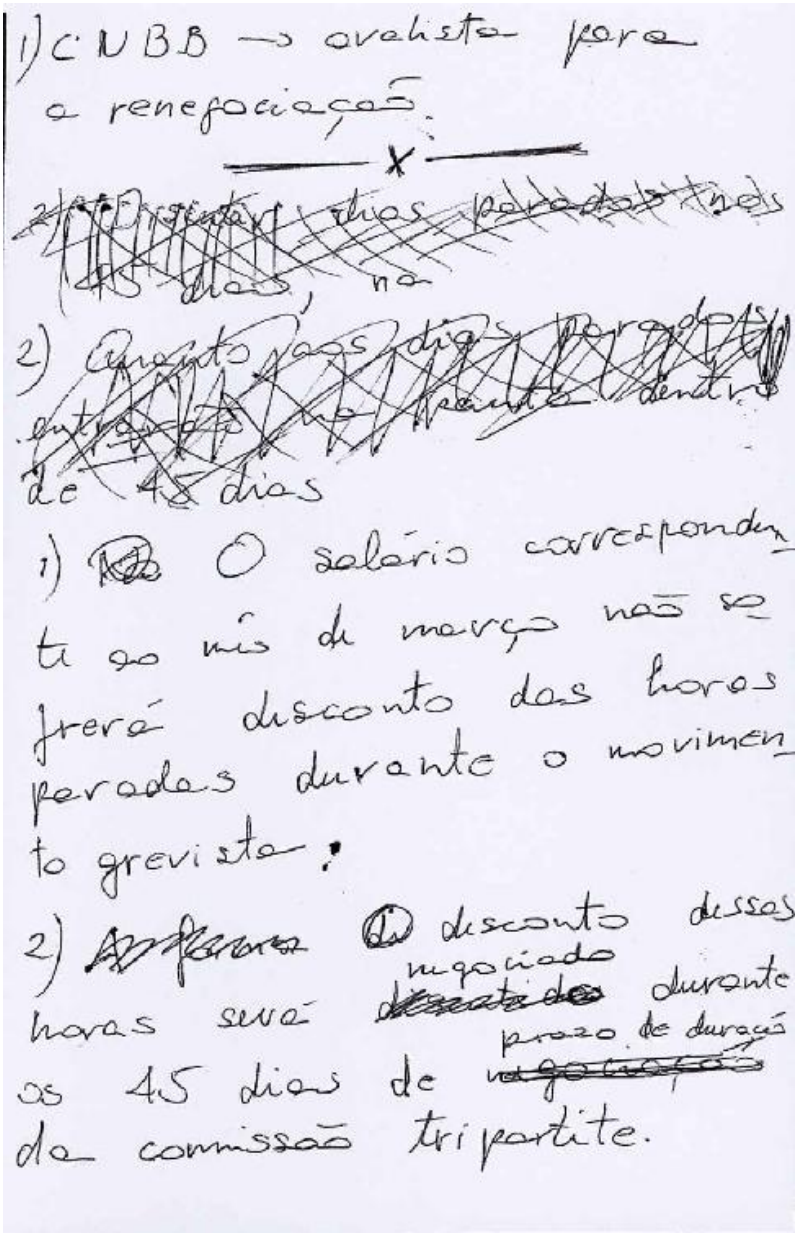
- A prioridade INFLAÇÃO é real e vamos atacar [illegible]
- O que ele tem a propor para ficar é "deixe comigo o diabo e não se preocupe que garanto em curto prazo [illegible]"
- Simonsen está convencido da necessidade de uma recessão de 1 ano e meio ou 2 anos.
- É preciso um Presidente convencido disso.
- É preciso um Ministério convencido disso, substituir os seguintes

Fazenda	(Reis?)
MIC	(Oliveira, Paulo Távora)
Agricultura	(?)
MME	(Connelly)
e Trabalho.	(?)

- Simonsen quer estar de acordo com o acordo para cada ponto e dar de voto.
- Não aceita com o Delfim na Agricultura. (Por que não Educação?)
- O ministro do Trabalho é caso secundário. (substituir pelos novos sindicalistas ou pequeno futurista político [illegible])
- Cunyos não ao MRE.
- Simonsen tem que ter completa confiança nesses 5 ministros.
- O atual foi um mecanismo dialético, divergente. Não coopera em coisa de Valtoso, Paulinelli, Ueki.
- O Executivo tem que ser ouvido antes, nos compromissos do dia [illegible] deste com o Congresso, reforço emprego, inflação, greves, etc.
- O PR tem que fazer seguidas declarações anti-inflação. No 1º dia útil.
- Coordenar despesas de publicidade, Globo, JB, Estados unidos, conjuntos.
- Como fica a SEPLAN? (Com o CDE / Com a Presidência do CMN / Com a Representação no Fundo Monetário)
- A Fazenda fica com a representação no Banco Mundial
- BNDE com o MIC ou Fazenda
- Orçamento. O que a ele compete é o dispêndio monetário.
- BNH & CASA, BNB etc. reduzir
- (Delfim não quer estar à frente do Ministério da Fazenda)
- Controle da inflação mensal. Recessão após com o compromisso.
- Vocês em ligação com o Gabinete Civil

[Voltar] | [Transcrição]

Lula faz acordo


1) CNBB → avalista para a renegociação.

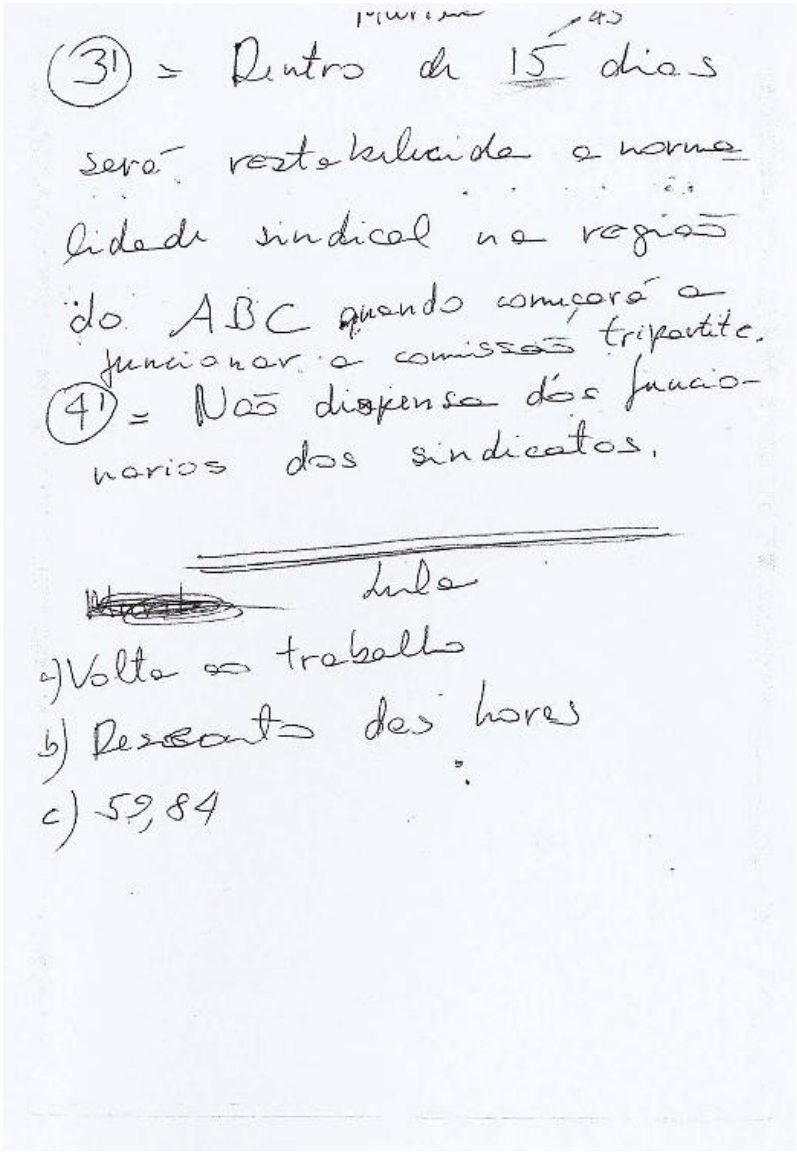
— X —

2) ~~[illegible] dias para [illegible] nos 45 dias,~~ na

2) ~~[illegible]~~ dentro de 45 dias

1) O salário correspondente ao mês de março não sofrerá desconto das horas paradas durante o movimento grevista;

2) O desconto dessas horas será ~~descontado~~ negociado durante os 45 dias de ~~negociação~~ prazo de duração da comissão tripartite.



(3!) = Dentro de 15 dias será restabelecida a normalidade sindical na região do ABC quando começará a funcionar a comissão tripartite.

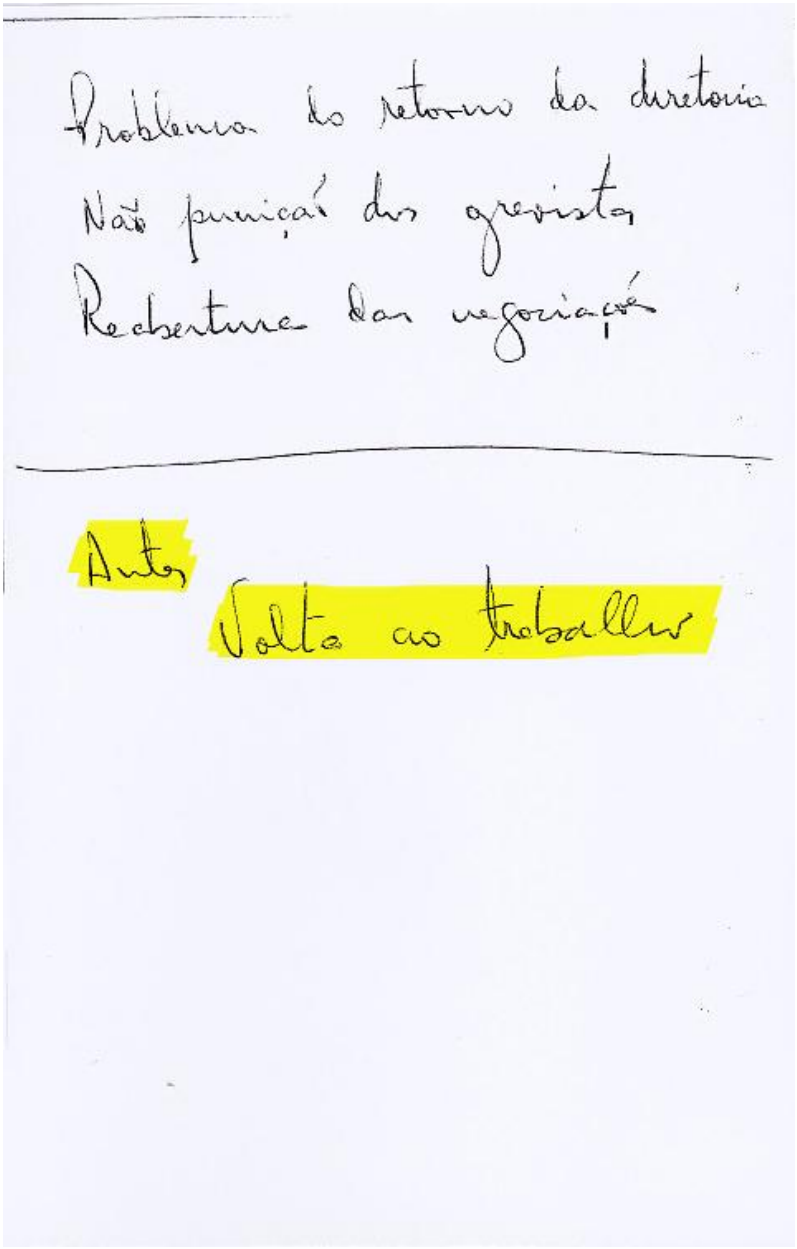
(4!) = Não dispensa dos funcionários dos sindicatos.

Lula

a) Volta ao trabalho

b) Desconto dos horas

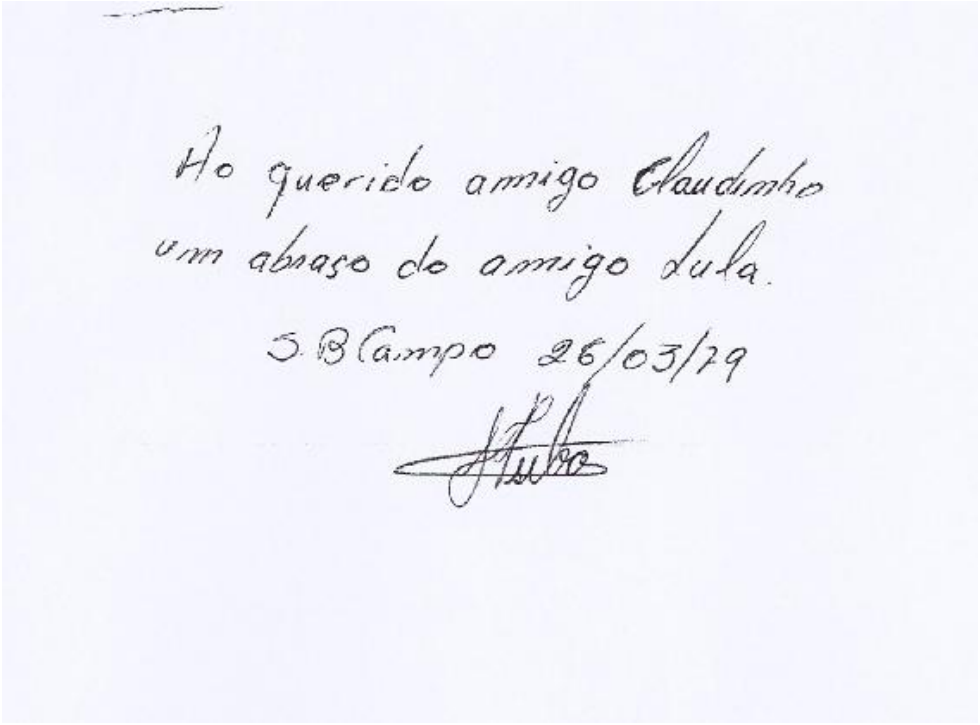
c) 59,84



[Fim do documento]

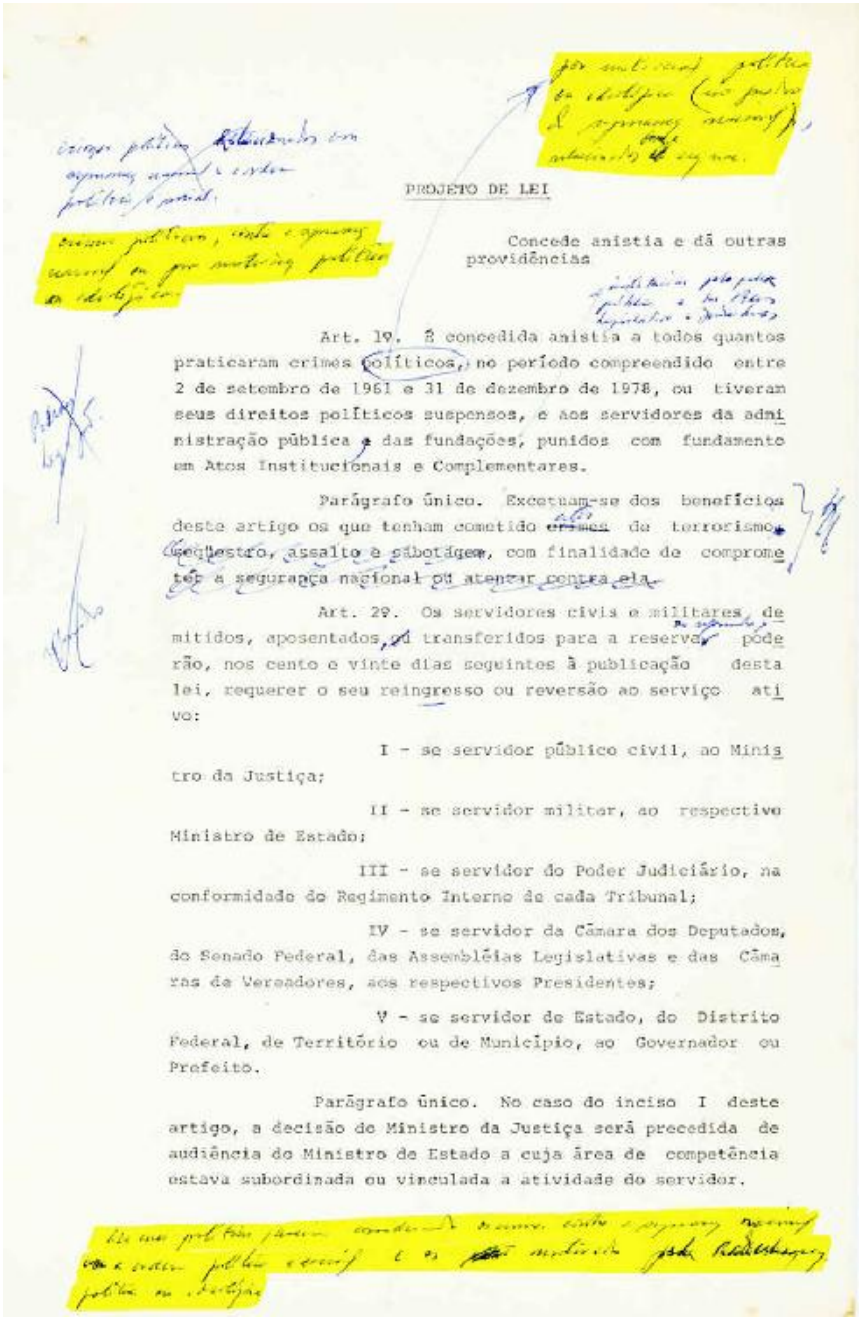
[Voltar] | [Transcrição]

Lula dá autógrafo



[Voltar] | [Transcrição]

O projeto da Lei de Anistia



PROJETO DE LEI

Concede anistia e dá outras providências

Art. 1º. É concedida anistia a todos quantos praticaram crimes políticos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, ou tiveram seus direitos políticos suspensos, e aos servidores da administração pública e das fundações, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

Parágrafo único. Excetuam-se dos benefícios deste artigo os que tenham cometido crimes de terrorismo, seqüestro, assalto e sabotagem, com finalidade de comprometer a segurança nacional ou atentar contra ela.

Art. 2º. Os servidores civis e militares demitidos, aposentados ou transferidos para a reserva poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu reingresso ou reversão ao serviço ativo:

I - se servidor público civil, ao Ministro da Justiça;

II - se servidor militar, ao respectivo Ministro de Estado;

III - se servidor do Poder Judiciário, na conformidade do Regimento Interno de cada Tribunal;

IV - se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, aos respectivos Presidentes;

V - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, a decisão do Ministro da Justiça será precedida de audiência do Ministro de Estado a cuja área de competência estava subordinada ou vinculada a atividade do servidor.

Art. 3º. O reingresso e a reversão somente serão deferidos para o cargo ou emprego anteriormente exercido, ou para outro equivalente, se se tratar de servidor civil; para o mesmo posto ou graduação, no caso de servidor militar.

§ 1º. O deferimento, em qualquer hipótese, dependerá da existência de vaga e do interesse da administração.

§ 2º. O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

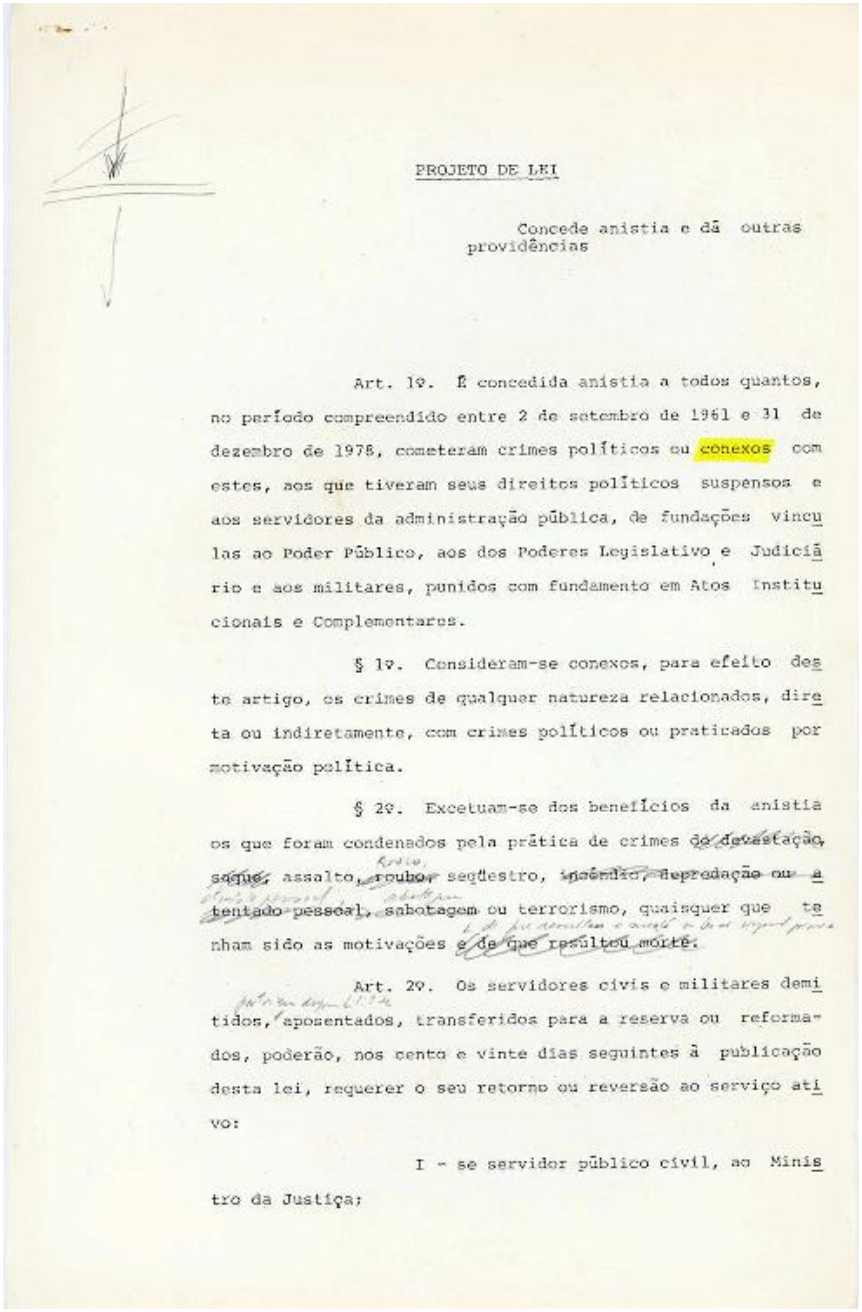
§ 3º. Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual caiba apreciá-los.

Art. 4º. Os servidores mencionados no art. 2º que não requererem o reingresso ou a reversão ao serviço ativo ou tiveram seu pedido indeferido serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se, para esse efeito, o tempo de afastamento do serviço ativo.

Art. 5º. Os servidores aposentados com base em Atos Institucionais e Complementares terão direito à revisão dos proventos da aposentadoria ou reforma, com a contagem do tempo de afastamento do serviço ativo.

Art. 6º. O tempo em que o servidor esteve afastado do serviço ativo não poderá gerar, em nenhuma hipótese, direito a vencimentos, soldos, salários ou proventos, restituição, indenização ou promoção.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



PROJETO DE LEI

Concede anistia e dá outras providências

Art. 1º. É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações vinculas ao Poder Público, aos dos Poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º. Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados, direta ou indiretamente, com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º. Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de ~~devastação, saque, assalto, roubo~~, seqüestro, ~~incêndio, depredação ou atentado pessoal, sabotagem~~ ou terrorismo, quaisquer que tenham sido as motivações e de que resultou morte.

Art. 2º. Os servidores civis e militares demitidos, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I - se servidor público civil, ao Ministro da Justiça;

II - se servidor militar, ao respectivo Ministro de Estado;

III - se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

IV - se servidor do Poder Judiciário, na conformidade do Regimento Interno de cada Tribunal;

V - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, a decisão do Ministro da Justiça será precedida de audiência do Ministro de Estado a cuja área de competência estava subordinada ou vinculada a atividade do servidor.

§ 2º. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º. O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento.

§ 1º. O deferimento dependerá necessariamente da existência de vaga e do interesse da administração, hipótese em que o servidor será incluído em quadro suplementar.

§ 2º. Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual caiba apreciá-los.

§ 3º. O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 4º. O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

Art. 4º. Os servidores que, no prazo fixado no artigo 2º, não requererem o retorno ou a reversão ao serviço ativo ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se, para esse efeito, o tempo de afastamento do serviço ativo.

Art. 5º. Os servidores civis e militares aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, com base em Atos Institucionais e Complementares, terão direito à revisão dos proventos da inatividade, com a contagem do tempo de afastamento do serviço ativo.

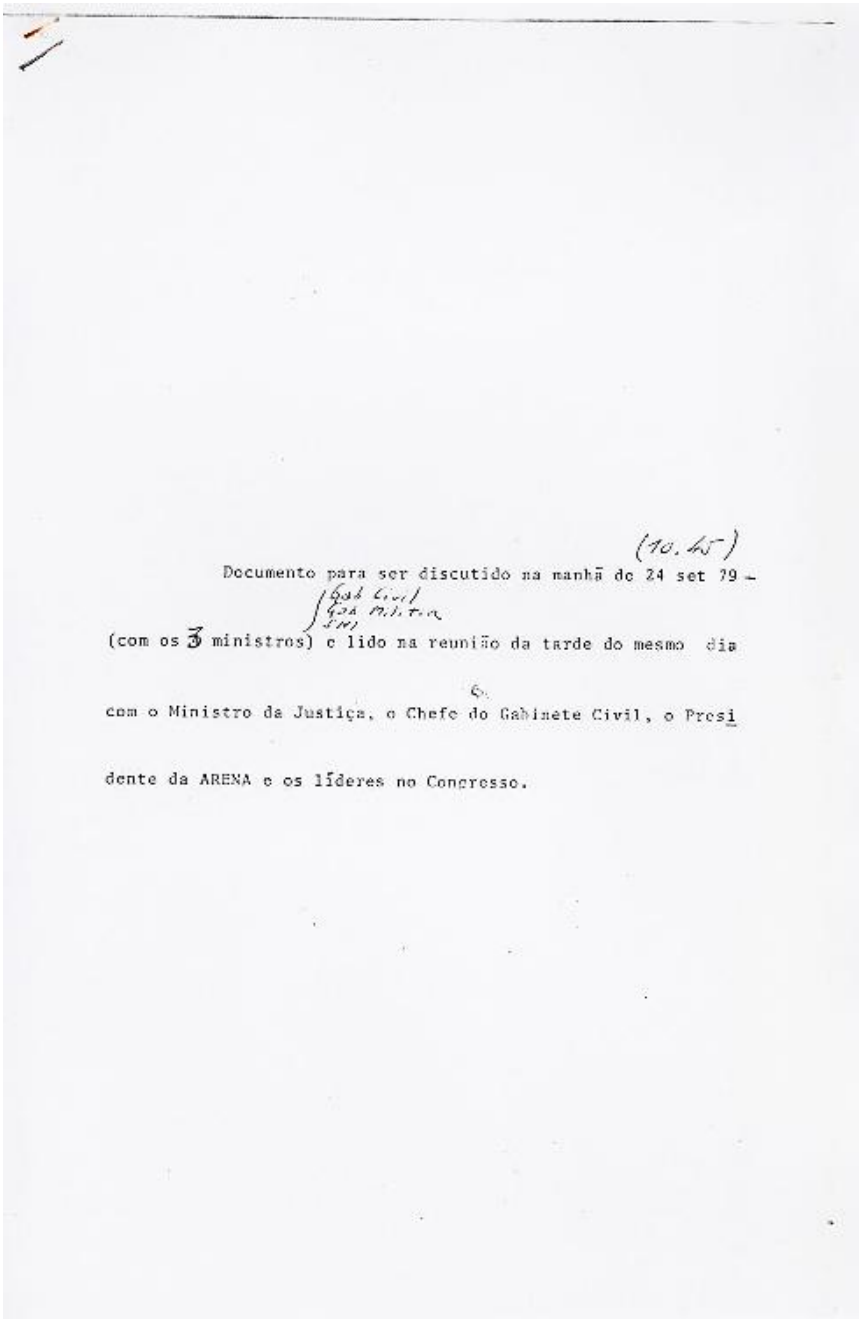
Art. 6º. ~~O tempo em que o servidor esteve afastado do serviço ativo~~ não ~~poderá~~ gerará direito a vencimentos, soldos, salários ou proventos, restituição, indenização, promoção ou ~~qualquer~~ forma de ressarcimento.

Art. 7º. O Ministro da Justiça, dentro de trinta dias e para fiel cumprimento desta lei, baixará instruções reguladoras dos trabalhos das comissões a que se refere o § 2º do artigo 3º.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]



(10.45)

Documento para ser discutido na manhã de 24 set 79 –

(com os 3 ministros) e lido na reunião da tarde do mesmo dia

com o Ministro da Justiça, o Chefe do Gabinete Civil, o Presi

dente da ARENA e os líderes no Congresso.

21 set 1979

Considerações e diretriz do Presidente

para a Reforma Partidária

Na política de abertura do regime, trata-se, agora, de reformar - ampliando - o quadro partidário.

Essa reforma objetiva:

- manter o controle pelo governo de maioria parlamentar; na Câmara, se possível - e necessariamente no Senado (34 a 40 senadores);

- aglutinar um partido de oposição democrática de moderados que se possa constituir em alternativa mais aceitável para o futuro; nos governos estaduais; em aliança federal por aproximação ideológica; e até, eventualmente, em alternativa de Poder (Presidência da República);

- confinar em um partido minoritário a esquerda radical, retirando-lhe maiores possibilidades de chegar ao poder.

No fundo de toda questão, não se perca de vista a eleição do próximo Presidente da República em 1984, indiretamente, pelo Colégio eleitoral que se elege em novembro de 1982.

As eleições gerais de 1982 constituem, então, o verdadeiro problema a resolver.

Não se conta mais com a instrumentação excepcional que o AI-5 dava ao governo, e isso limita a liberdade de ação para criar regras de garantia como fazíamos anteriormente.

O verdadeiro risco a evitar é o de perder as eleições de 1982. Com os dois partidos atuais, significaria uma vitória do MDB com seus radicais que o comandam e com seus moderados que se radicalizariam.

A possibilidade de vitória da ARENA diminui a cada eleição pelo desgaste que causam a situação econômica difícil crônica e a responsabilidade pelo governo federal e por 21 dos estados - e pelo natural cansaço de tantos anos de domínio político por um partido.

De qualquer forma, é uma vitória duvidosa e a alternativa de derrota ante o MDB não pode ser descartada, em 1982 e, em consequência, em 1984.

Concluída a etapa da anistia, o clima está criado e a necessidade é evidente de acertar-se o quadro partidário de maneira permanente e que aumente as possibilidades de conservarmos o poder efetivo até 1991, com mais um período presidencial assegurado para o partido do governo.

Descarto a idéia de adiar a reforma e desejo ter a lei aprovada nesta sessão legislativa.

São as seguintes as minhas diretrizes para essa reforma:

- Extinguir os atuais partidos. Sem extinção, não surgem novos, não se abre o quadro.

- O quadro partidário novo surgirá no Congresso Nacional.

- Devemos considerar o Senado como a casa-chave, com a exigência constitucional de 7 senadores para criação de um partido.

- Comandarei pessoalmente o processo, como Presidente da República e como chefe político.

- Caberá ao Ministro da Justiça o trabalho direto de, em primeira linha, executar os movimentos iniciais do processo da Reforma.

- Esse processo abrange duas frentes interligadas: a redação do anteprojeto de modificação da Lei Orgânica dos Partidos que mais convenha à criação do novo quadro e a transação com os parlamentares visando à criação dos novos partidos.

- A redação será submetida a mim e discutida e revista em reuniões restritas que convocarei, visando a encaminhar o projeto ao Congresso na primeira quinzena de outubro.

- Desejo assegurar a aprovação, enviando o projeto com prazo de 40 dias.

- Isso nos deixa a data da 20 de outubro como limite máximo de remessa, para ter aprovação em 30 de novembro, sexta-feira, cinco dias antes do encerramento da sessão.

- Desejo ficar como instância superior na questão das conversas com deputados e senadores - reservando-me para tratar dos casos difíceis que só eu possa resolver por meio de compromisso pessoal.

- O Governo terá um partido de apoio.

- Minha intenção é prover a criação de quatro partidos o partido do Governo (governadores, ministros, Senado), o partido de oposição ~~independente~~, o PTB, e a oposição de esquerda radical.

- Vejo o Senador Tancredo Neves como possível chefe do partido de oposição moderada e independente.

- Aceito ajudar - emprestando senadores, se necessário - a formação desses quatro partidos.

- Uma possível aliança com o partido moderado independente só se efetivará após as eleições. Esse partido deve ser de oposição e buscar votos no eleitorado oposicionista.

- Não considero a possibilidade de mudar a exigência de 10% da Emenda 11.

- Os senadores devem assinar, individualmente, compromisso prévio de adesão ao partido do Governo.

- Na formação da bancada de deputados federais, os governadores ajudarão.

- Desenvolver todo esforço para que Chagas Freitas constitua o partido do governo no Rio de Janeiro.

- Os partidos devem chamar-se "Partido".

- Admito a possibilidade, indesejada, de se formarem 3 partidos; nesse caso, nossa fórmula é: A - B > C.

- Devido à conveniência de criação do PTB, não desejo impedir o uso de siglas de antes de 1966.

- Quanto à denominação e sigla do nosso partido, estou de acordo, em princípio, com Partido Democrático Social, PDS.

- Considero que a criação dos novos partidos se deve efetivar entre 30 de novembro de 79 e 1º de março de 1980.

- Convém que o Congresso abra a sessão de 1980 com os novos partidos funcionando.

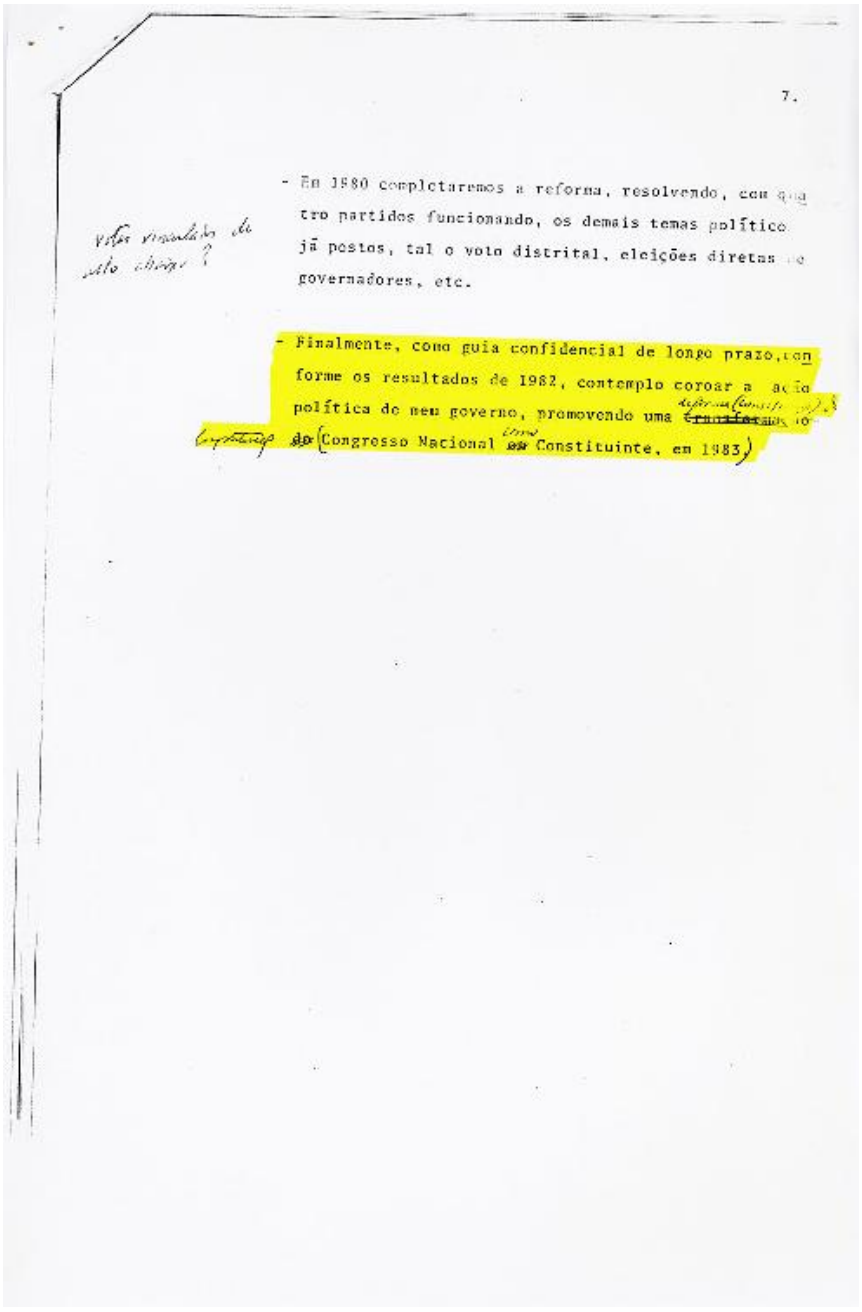
- Os prazos para as assembléias e câmaras de vereadores devem escalonar-se.

- Fixar prazo para a inscrição de todos os parlamentares num dos partidos.

- Abrir ~~Desejo~~ a manutenção de sublegendas no nível municipal.

- Considero regular a questão das coligações de forma diferenciada em regionais, proporcionais, majoritári[illegible], segundo convenha ao nosso partido.

- Desejo adiar as eleições municipais, para 1982.



7.

- Em 1980 completaremos a reforma, resolvendo, com quatro partidos funcionando, os demais temas políticos já postos, tal o voto distrital, eleições diretas para governadores, etc.

voto vinculado ou não vinculado?

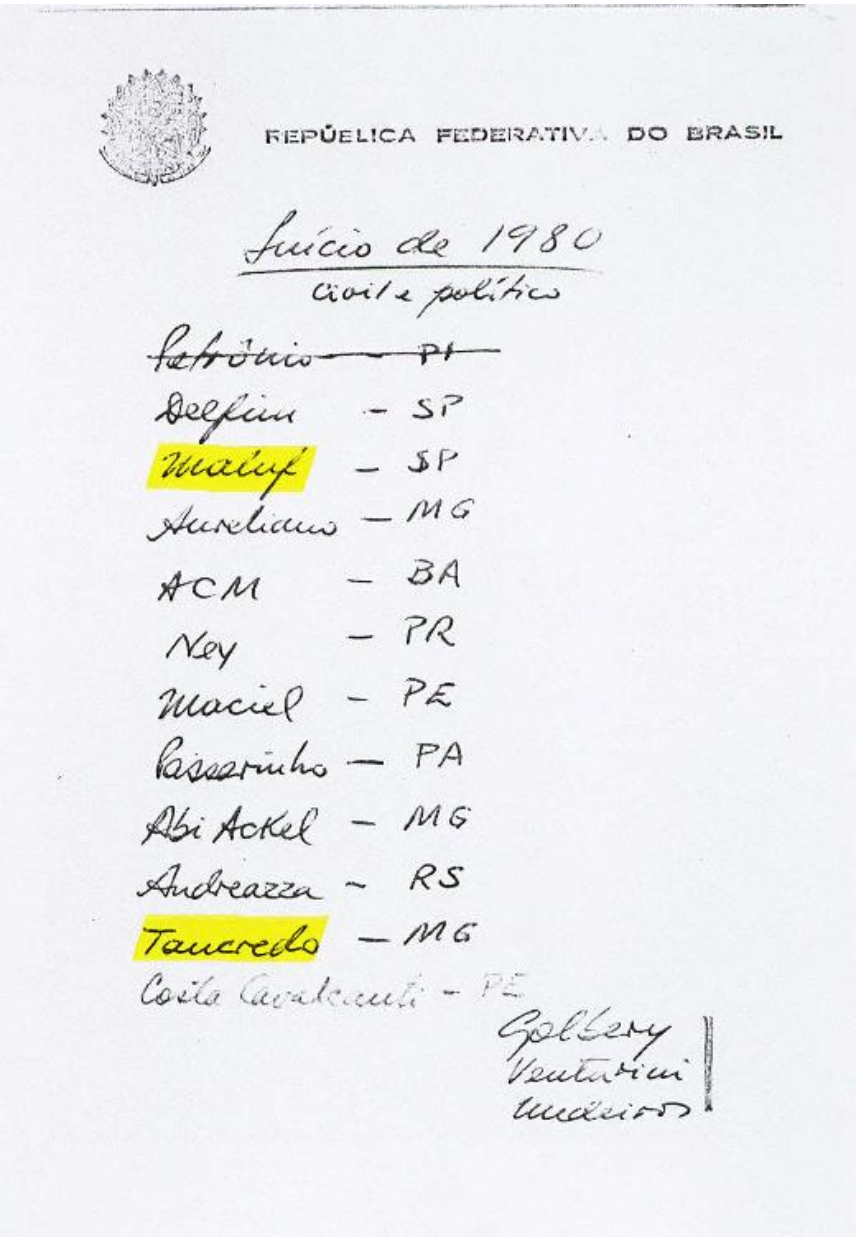
- Finalmente, como guia confidencial de longo prazo, conforme os resultados de 1982, contemplo coroar a ação política do meu governo, promovendo uma ~~transformação~~ reformulação do Congresso Nacional ~~em~~ como Constituinte, em 1983.

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

As listas de Heitor

[Heitor fez três listas sobre a sucessão.]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Início de 1980

civil e político

~~Setúbio — PI~~

Delfim — SP

Maluf — SP

Aureliano — MG

ACM — BA

Ney — PR

Maciel — PE

Passarinho — PA

Abi Ackel — MG

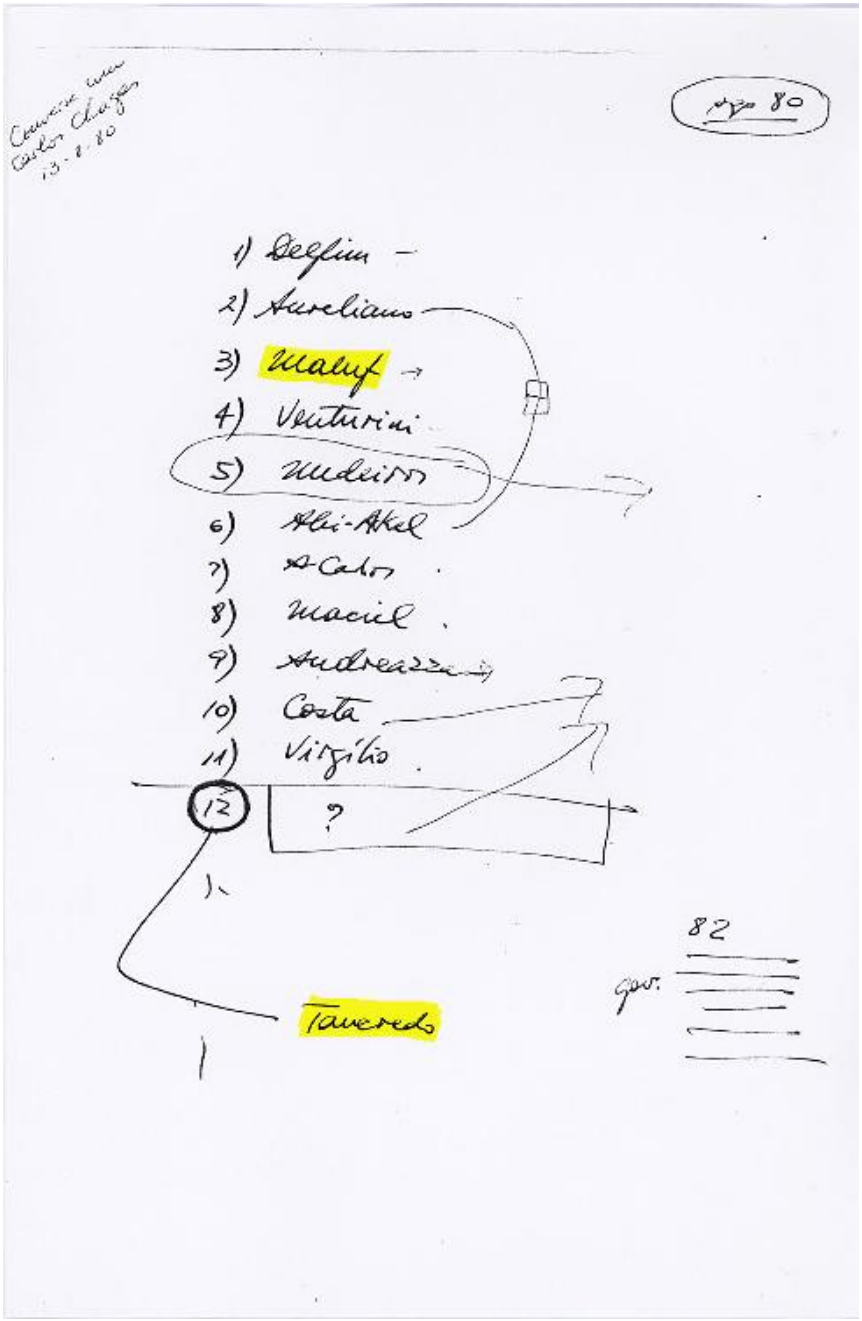
Andreazza — RS

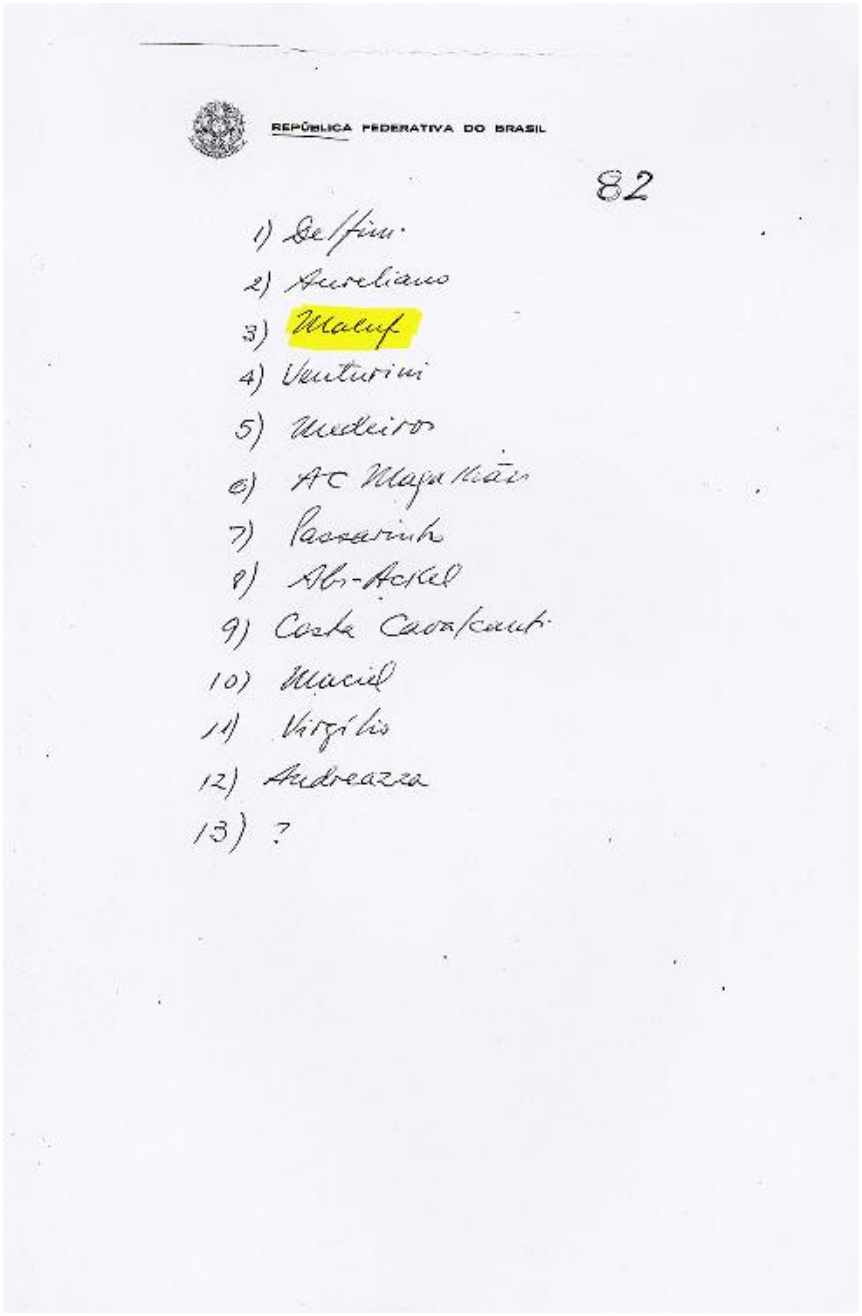
Tancredo — MG

Costa Cavalcanti — PE

Golbery
Ventura
Médicos

[Voltar] | [Transcrição]


1) Belfim
2) Aureliano
3) Maluf
4) Venturini
5) Medeiros
6) Abi-Akel
7) Calon
8) Macieil
9) Andreazza
10) Costa
11) Virgílio
12) ?
Tancredo
82
gov.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

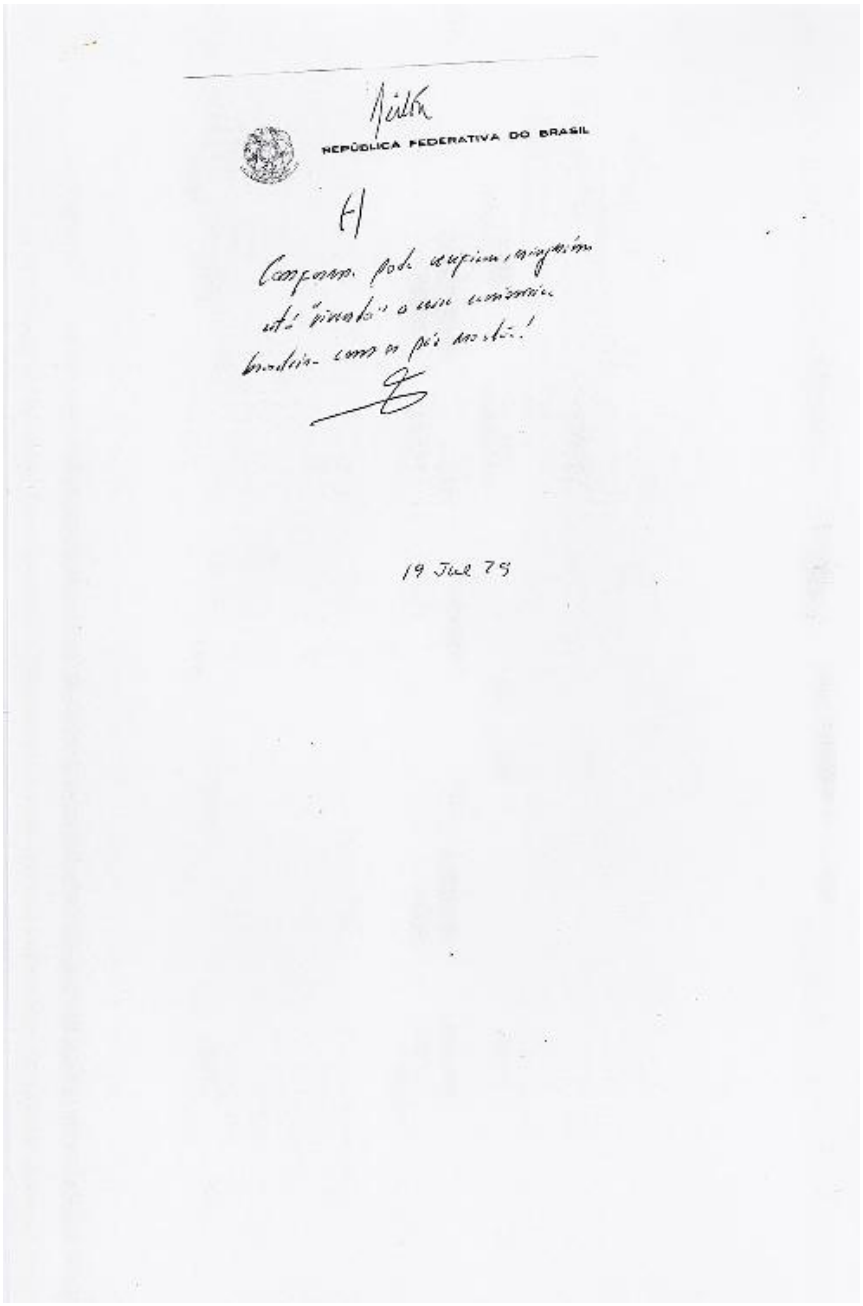
82

1) Delfim
2) Aureliano
3) Maluf
4) Venturini
5) Medeiros
6) AC Magalhães
7) Passarinho
8) Ab-Acker
9) Costa Cavalcanti
10) Maciel
11) Virgílio
12) Andreazza
13) ?

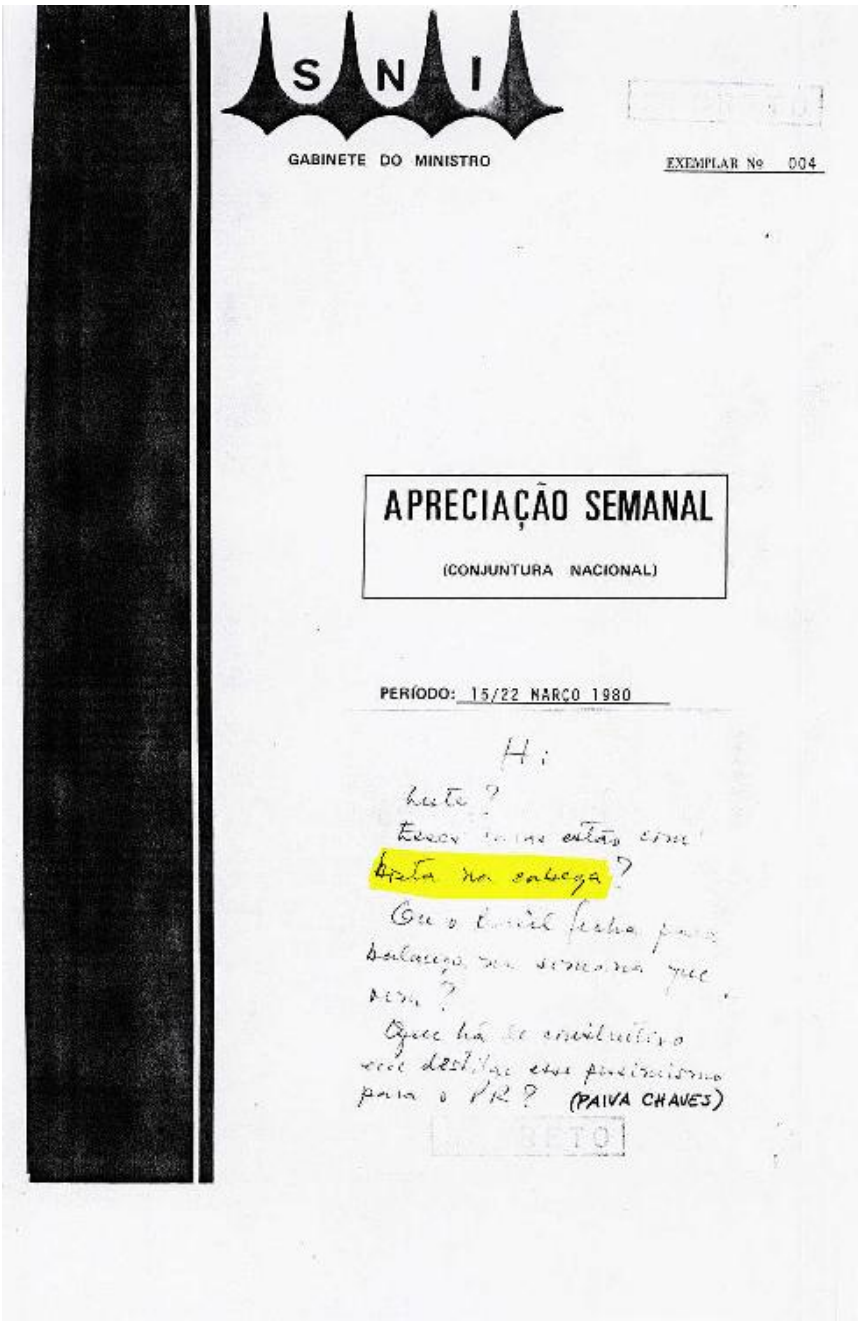
[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Figueiredo e a crise



[Voltar] | [Transcrição]



S N I

GABINETE DO MINISTRO

EXEMPLAR Nº 004

APRECIAÇÃO SEMANAL

(CONJUNTURA NACIONAL)

PERÍODO: 15/22 MARÇO 1980

Hi

tudo ?

Essa ... não estão com

dúvida na cabeça ?

Ou o dossiê ficha para

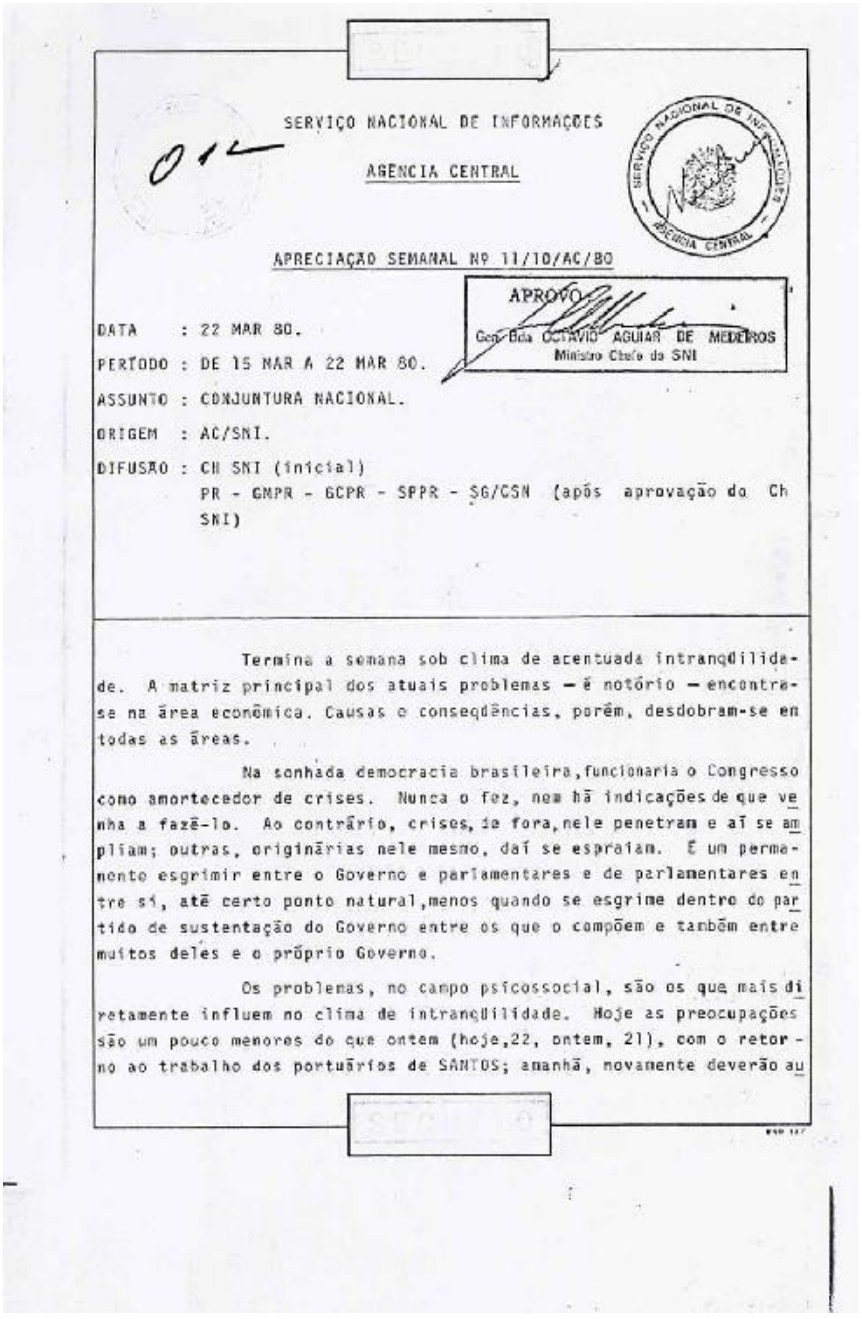
balanço da semana que

vem ?

Quer há de novidade

você destaca esse panorâmico

para o PR ? (PAIVA CHAVES)



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80

APROVO
Gen Bda OCTÁVIO AGUIAR DE MEDEIROS
Ministro Chefe do SNI

DATA : 22 MAR 80.
PERÍODO : DE 15 MAR A 22 MAR 80.
ASSUNTO : CONJUNTURA NACIONAL.
ORIGEM : AC/SNI.
DIFUSÃO : CH SNI (inicial)
PR - GMPR - GCPR - SPPR - SG/CSN (após aprovação do Ch SNI)

Termina a semana sob clima de acentuada intranqüilidade. A matriz principal dos atuais problemas — é notório — encontra-se na área econômica. Causas e conseqüências, porém, desdobram-se em todas as áreas.

Na sonhada democracia brasileira, funcionaria o Congresso como amortecedor de crises. Nunca o fez, nem há indicações de que venha a fazê-lo. Ao contrário, crises, de fora, nele penetram e aí se ampliam; outras, originárias nele mesmo, daí se espraiam. É um permanente esgrimir entre o Governo e parlamentares e de parlamentares entre si, até certo ponto natural, menos quando se esgrime dentro do partido de sustentação do Governo entre os que o compõem e também entre muitos deles e o próprio Governo.

Os problemas, no campo psicossocial, são os que mais diretamente influem no clima de intranqüilidade. Hoje as preocupações são um pouco menores do que ontem (hoje, 22, ontem, 21), com o retorno ao trabalho dos portuários de SANTOS; amanhã, novamente deverão au

mentar as preocupações, com os diversos movimentos que se articulam e, especificamente, com o agravamento da situação entre os metalúrgicos de SÃO PAULO. Se uma síntese fosse permitida, não deve estar muito errada a avaliação de que a principal componente das preocupações, na área social, localiza-se na aparente situação de uma "ilegalidade consentida".

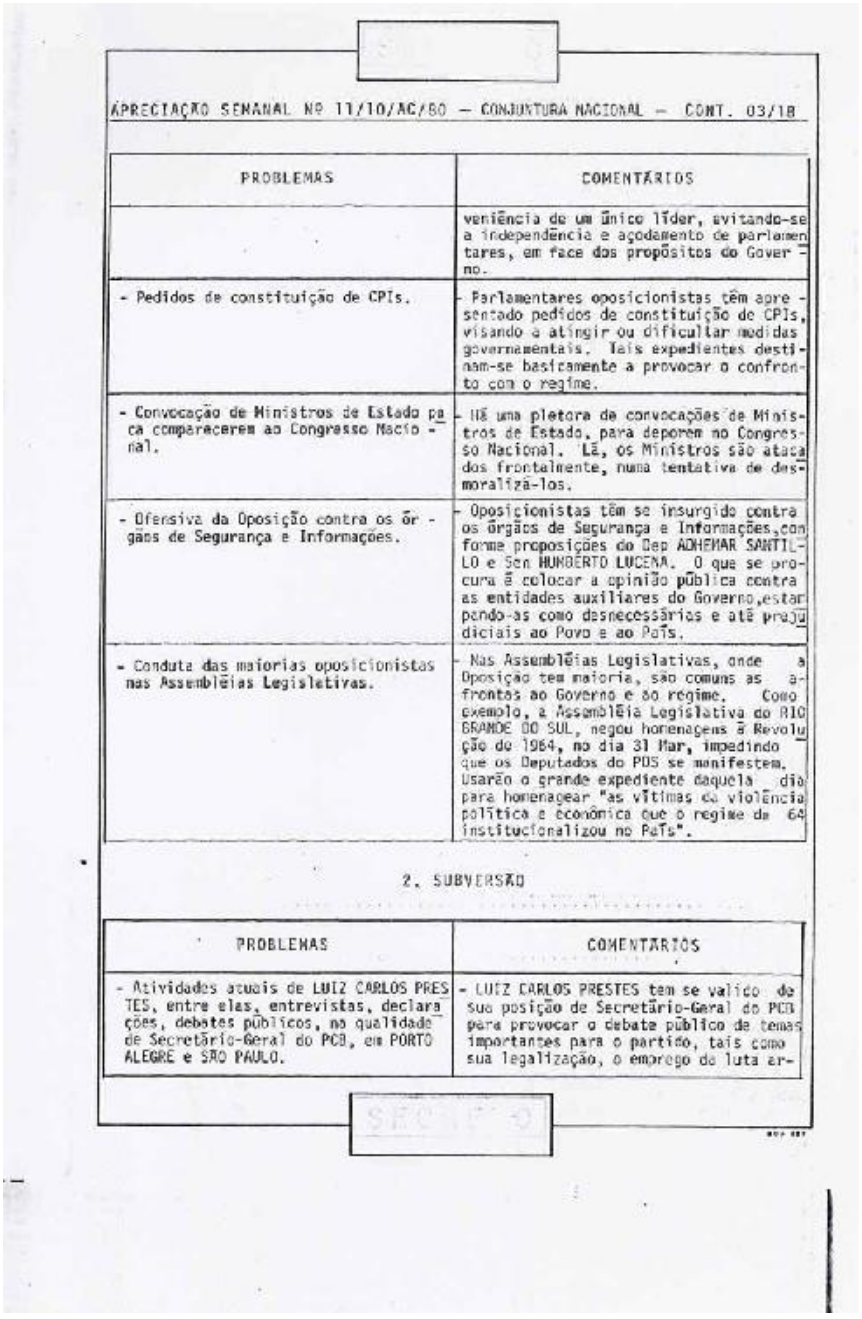
As Forças Armadas sofrem ataques constantes, a partir, em especial, de uma intensa orquestração da "imprensa nanica", que livremente circula. Criminosos de ontem são as vítimas de hoje, a cobrar punição pelas "injustiças" sofridos e "abusos" cometidos.

Nesse clima, que se pretende realista, parece oportuno, num golpe-de-vista e sem maior cuidado com a abrangência e aprofundamento da análise, tentar captar os principais problemas – gerais ou específicos – que o configuram.

1. POLÍTICA

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- Emenda constitucional do Dep EDISON LOBÃO, que propõe eleições diretas para Governadores dos Estados.	- A Emenda é inoportuna. Estimula os parlamentares governistas à apresentação de projetos sensacionalistas, precipita o lançamento de candidaturas aos governos de Estados e, com elas, disputas antecipadas ainda na fase de organização partidária.
- Emenda constitucional para devolução de prerrogativas ao Poder Legislativo, sob a inspiração do Dep FLÁVIO MARCÍLIO e apoio do Sen LUIZ VIANA FILHO e dos Deputados DJALMA MARINHO e CÉLIO BORJA (relator).	- No passado, as prerrogativas que se pretende reconquistar foram usadas como ariete contra o próprio Legislativo, desvalorizando-o no conceito popular. A possibilidade de o Parlamento votar aumentos de despesas e a eliminação do decurso de prazos, para a aprovação de projetos, restringem a ação do Executivo no controle das despesas públicas, submete-o à dependência do Legislativo na adoção de medidas necessárias, que podem ser procrastinadas por questões políticas.
- Coordenação política do Governo no Congresso Nacional.	- A coordenação política parece descentralizada, em mãos das lideranças, do Ministro da Justiça e do Presidente do Partido governista. Assinala-se a con-

[Voltar] | [Transcrição]

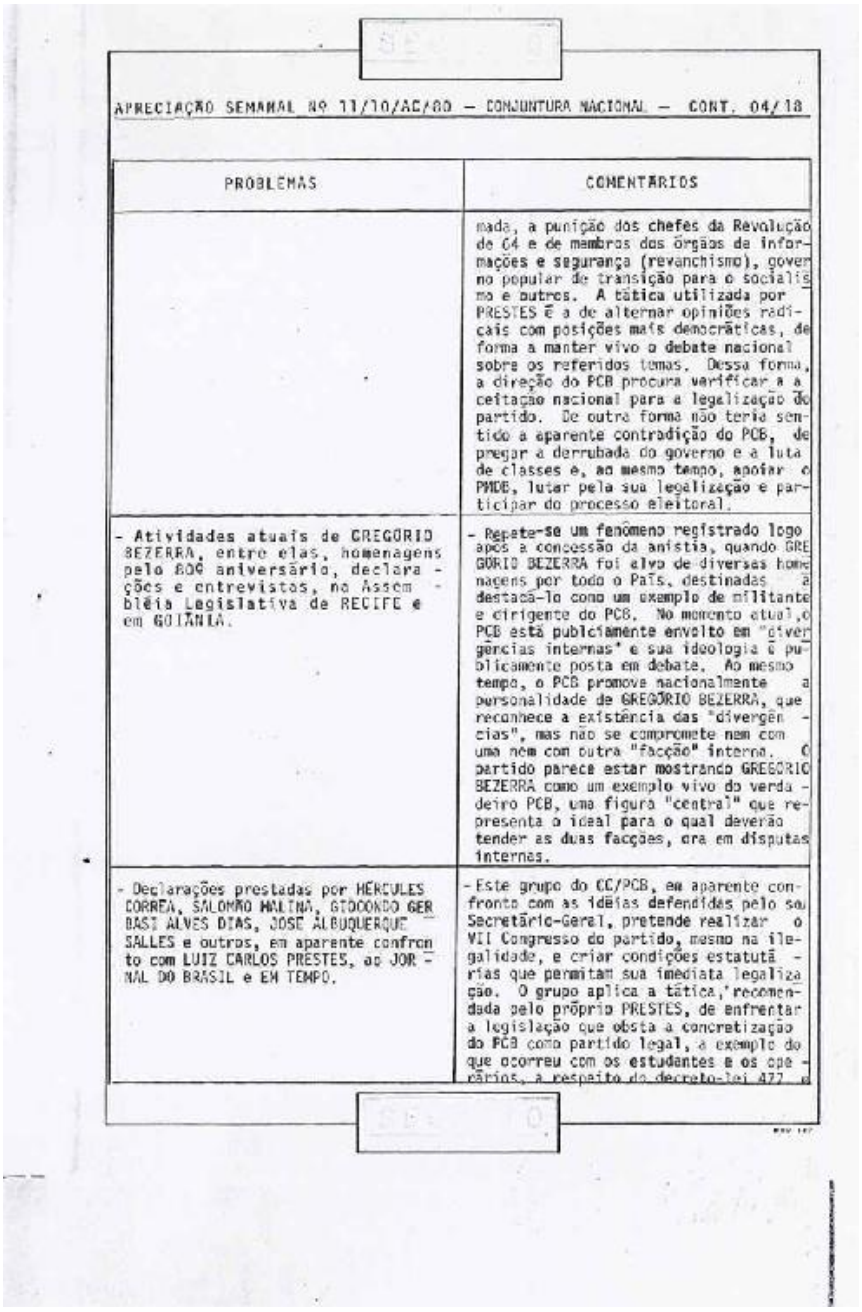


APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 — CONJUNTURA NACIONAL — CONT. 03/18

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
	veniência de um único líder, evitando-se a independência e açodamento de parlamentares, em face dos propósitos do Governo.
- Pedidos de constituição de CPIs.	- Parlamentares oposicionistas têm apresentado pedidos de constituição de CPIs, visando a atingir ou dificultar medidas governamentais. Tais expedientes destinam-se basicamente a provocar o confronto com o regime.
- Convocação de Ministros de Estado para comparecerem ao Congresso Nacional.	- Há uma pletora de convocações de Ministros de Estado, para deporem no Congresso Nacional. Lá, os Ministros são atacados frontalmente, numa tentativa de desmoralizá-los.
- Ofensiva da Oposição contra os órgãos de Segurança e Informações.	- Oposicionistas têm se insurgido contra os órgãos de Segurança e Informações, conforme proposições do Dep ADHEMAR SANTILLO e Sen HUMBERTO LUCENA. O que se procura é colocar a opinião pública contra as entidades auxiliares do Governo, estigmatizando-as como desnecessárias e até prejudiciais ao Povo e ao País.
- Conduta das maiorias oposicionistas nas Assembléias Legislativas.	- Nas Assembléias Legislativas, onde a Oposição tem maioria, são comuns as afrontas ao Governo e ao regime. Como exemplo, a Assembléia Legislativa do RIO GRANDE DO SUL, negou homenagens à Revolução de 1964, no dia 31 Mar, impedindo que os Deputados do PDS se manifestem. Usarão o grande expediente daquele dia para homenagear "as vítimas da violência política e econômica que o regime de 64 institucionalizou no País".

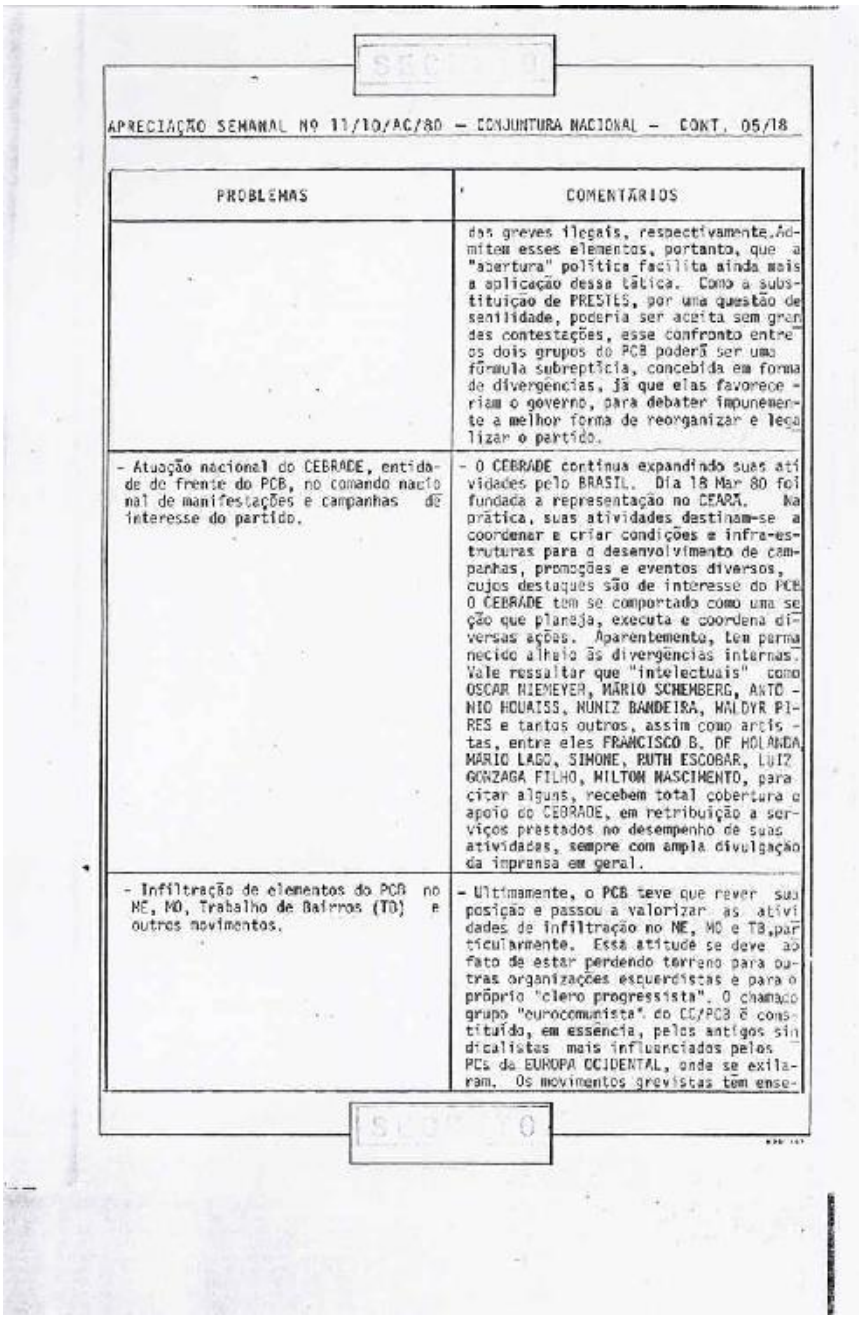
2. SUBVERSÃO

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- Atividades atuais de LUIZ CARLOS PRESTES, entre elas, entrevistas, declarações, debates públicos, na qualidade de Secretário-Geral do PCB, em PORTO ALEGRE e SÃO PAULO.	- LUIZ CARLOS PRESTES tem se valido de sua posição de Secretário-Geral do PCB para provocar o debate público de temas importantes para o partido, tais como sua legalização, o emprego da luta ar-



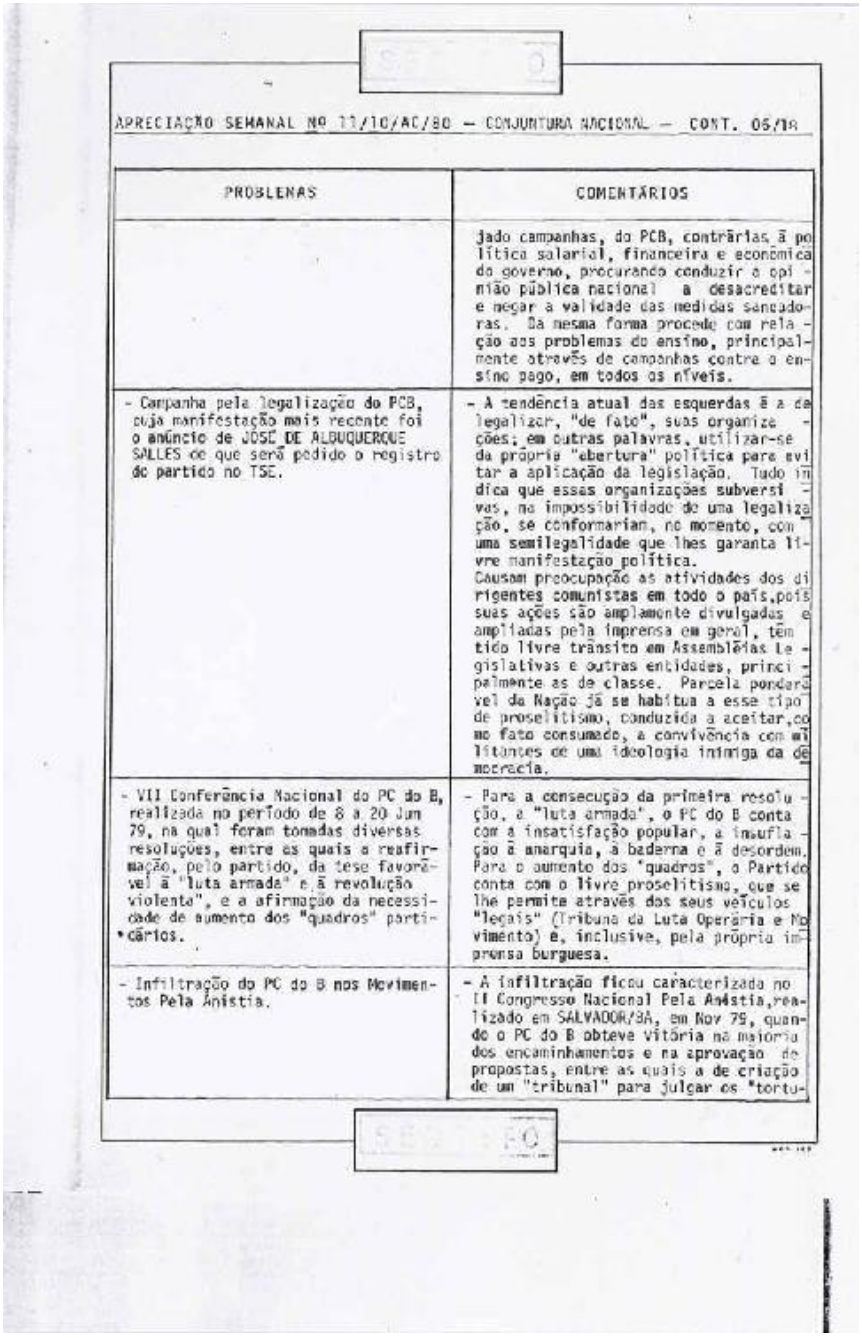
APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 04/18

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
	mada, a punição dos chefes da Revolução de 64 e de membros dos órgãos de informações e segurança (revanchismo), governo popular de transição para o socialismo e outros. A tática utilizada por PRESTES é a de alternar opiniões radicais com posições mais democráticas, de forma a manter vivo o debate nacional sobre os referidos temas. Dessa forma, a direção do PCB procura verificar a aceitação nacional para a legalização do partido. De outra forma não teria sentido a aparente contradição do PCB, de pregar a derrubada do governo e a luta de classes e, ao mesmo tempo, apoiar o PMDB, lutar pela sua legalização e participar do processo eleitoral.
- Atividades atuais de GREGÓRIO BEZERRA, entre elas, homenagens pelo 80º aniversário, declarações e entrevistas, na Assembléia Legislativa de RECIFE e em GOIÂNIA.	- Repete-se um fenômeno registrado logo após a concessão da anistia, quando GREGÓRIO BEZERRA foi alvo de diversas homenagens por todo o País, destinadas a destacá-lo como um exemplo de militante e dirigente do PCB. No momento atual, o PCB está publicamente envolto em "divergências internas" e sua ideologia é publicamente posta em debate. Ao mesmo tempo, o PCB promove nacionalmente a personalidade de GREGÓRIO BEZERRA, que reconhece a existência das "divergências", mas não se compromete nem com uma nem com outra "facção" interna. O partido parece estar mostrando GREGÓRIO BEZERRA como um exemplo vivo do verdadeiro PCB, uma figura "central" que representa o ideal para o qual deverão tender as duas facções, ora em disputas internas.
- Declarações prestadas por HERCULES CORREA, SALOMÃO MALINA, GIOCONDO GERBASI ALVES DIAS, JOSÉ ALBUQUERQUE SALLES e outros, em aparente confronto com LUIZ CARLOS PRESTES, ao JORNAL DO BRASIL e EM TEMPO.	- Este grupo do CC/PCB, em aparente confronto com as idéias defendidas pelo seu Secretário-Geral, pretende realizar o VII Congresso do partido, mesmo na ilegalidade, e criar condições estatutárias que permitam sua imediata legalização. O grupo aplica a tática, recomendada pelo próprio PRESTES, de enfrentar a legislação que obsta a concretização do PCB como partido legal, a exemplo do que ocorreu com os estudantes e os operários, a respeito do decreto-lei 477, a



APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 05/18

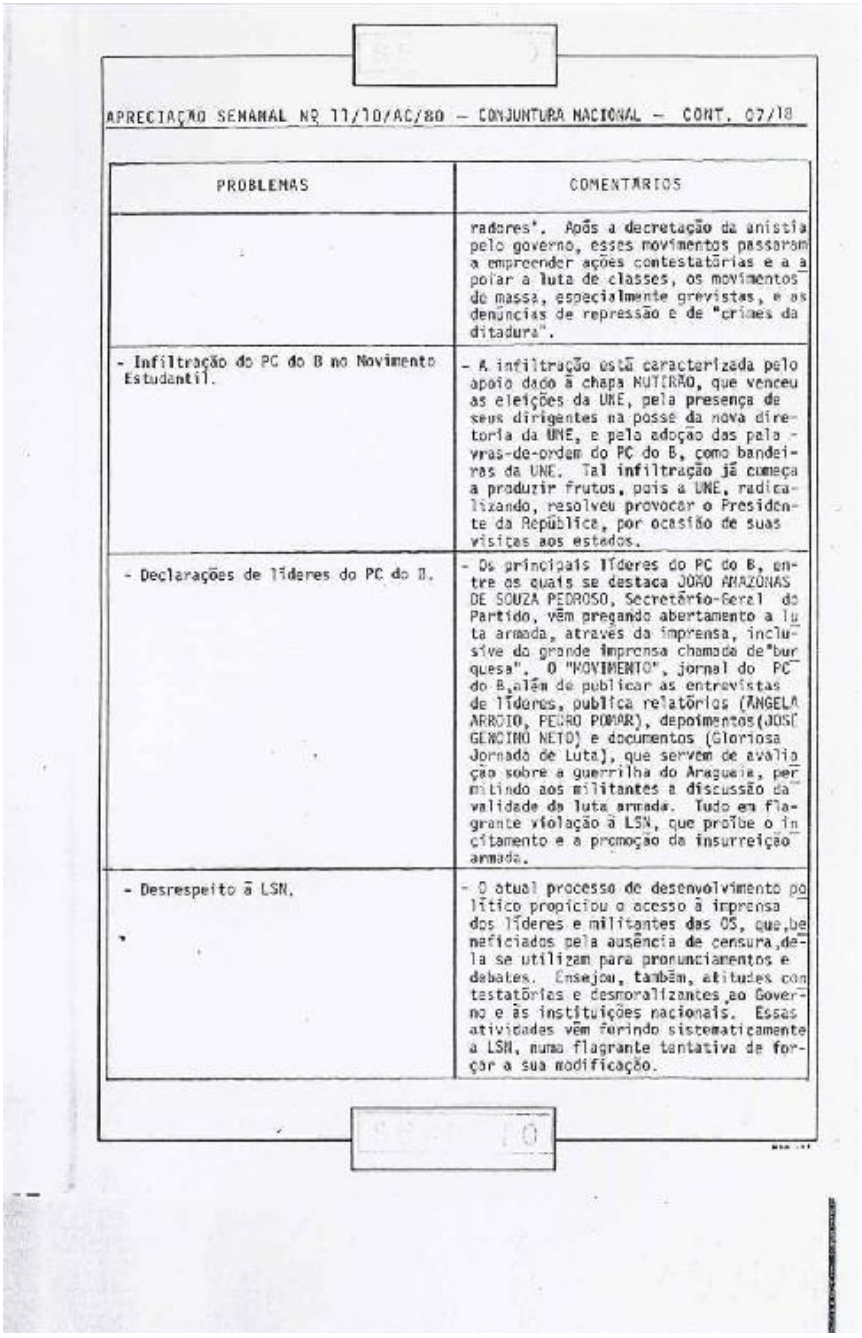
PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
	dos greves ilegais, respectivamente. Admitem esses elementos, portanto, que a "abertura" política facilita ainda mais a aplicação dessa tática. Como a substituição de PRESTES, por uma questão de senilidade, poderia ser aceita sem grandes contestações, esse confronto entre os dois grupos do PCB poderá ser uma fórmula subrepticia, concebida em forma de divergências, já que elas favoreceriam o governo, para debater impunemente a melhor forma de reorganizar e legalizar o partido.
- Atuação nacional do CEBRADE, entidade de frente do PCB, no comando nacional de manifestações e campanhas de interesse do partido.	- O CEBRADE continua expandindo suas atividades pelo BRASIL. Dia 18 Mar 80 foi fundada a representação no CEARÁ. Na prática, suas atividades destinam-se a coordenar e criar condições e infra-estruturas para o desenvolvimento de campanhas, promoções e eventos diversos, cujos destaques são de interesse do PCB. O CEBRADE tem se comportado como uma seção que planeja, executa e coordena diversas ações. Aparentemente, tem permanecido alheio às divergências internas. Vale ressaltar que "intelectuais" como OSCAR NIEMEYER, MÁRIO SCHEMBERG, ANTÔNIO HOUAISS, NUNIZ BANDEIRA, WALDYR PIRES e tantos outros, assim como artistas, entre eles FRANCISCO B. DE HOLANDA, MÁRIO LAGO, SIMONE, RUTH ESCOBAR, LUIZ GONZAGA FILHO, MILTON NASCIMENTO, para citar alguns, recebem total cobertura e apoio do CEBRADE, em retribuição a serviços prestados no desempenho de suas atividades, sempre com ampla divulgação da imprensa em geral.
- Infiltração de elementos do PCB no ME, MO, Trabalho de Bairros (TB) e outros movimentos.	- Ultimamente, o PCB teve que rever sua posição e passou a valorizar as atividades de infiltração no ME, MO e TB, particularmente. Essa atitude se deve ao fato de estar perdendo terreno para outras organizações esquerdistas e para o próprio "clero progressista". O chamado grupo "eurocomunista" do CC/PCB é constituído, em essência, pelos antigos sindicalistas mais influenciados pelos PCs da EUROPA OCIDENTAL, onde se exilaram. Os movimentos grevistas têm ense-



APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 05/19

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
	jado campanhas, do PCB, contrárias à política salarial, financeira e econômica do governo, procurando conduzir a opinião pública nacional a descreditar e negar a validade das medidas saneadoras. Da mesma forma procede com relação aos problemas do ensino, principalmente através de campanhas contra o ensino pago, em todos os níveis.
- Campanha pela legalização do PCB, cuja manifestação mais recente foi o anúncio de JOSÉ DE ALBUQUERQUE SALLES de que será pedido o registro do partido no TSE.	- A tendência atual das esquerdas é a de legalizar, "de fato", suas organizações; em outras palavras, utilizar-se da própria "abertura" política para evitar a aplicação da legislação. Tudo indica que essas organizações subversivas, na impossibilidade de uma legalização, se conformarian, no momento, com uma semilegalidade que lhes garanta livre manifestação política. Causam preocupação as atividades dos dirigentes comunistas em todo o país, pois suas ações são amplamente divulgadas e ampliadas pela imprensa em geral, têm tido livre trânsito em Assembléias Legislativas e outras entidades, principalmente as de classe. Parcela ponderável da Nação já se habitua a esse tipo de proselitismo, conduzida a aceitar, como fato consumado, a convivência com militantes de uma ideologia inimiga da democracia.
- VII Conferência Nacional do PC do B, realizada no período de 8 a 20 Jun 79, na qual foram tomadas diversas resoluções, entre as quais a reafirmação, pelo partido, da tese favorável à "luta armada" e à revolução violenta", e a afirmação da necessidade de aumento dos "quadros" partidários.	- Para a consecução da primeira resolução, a "luta armada", o PC do B conta com a insatisfação popular, a insuflação à anarquia, à baderna e à desordem. Para o aumento dos "quadros", o Partido conta com o livre proselitismo, que se lhe permite através dos seus veículos "legais" (Tribuna da Luta Operária e Movimento) e, inclusive, pela própria imprensa burguesa.
- Infiltração do PC do B nos Movimentos Pela Anistia.	- A infiltração ficou caracterizada no II Congresso Nacional Pela Anistia, realizado em SALVADOR/BA, em Nov 79, quando o PC do B obteve vitória na maioria dos encaminhamentos e na aprovação de propostas, entre as quais a de criação de um "tribunal" para julgar os "tortu-

[Voltar] | [Transcrição]



APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 07/10

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
	radores'. Após a decretação da anistia pelo governo, esses movimentos passaram a empreender ações contestatórias e a apoiar a luta de classes, os movimentos de massa, especialmente grevistas, e as denúncias de repressão e de "crimes da ditadura".
- Infiltração do PC do B no Movimento Estudantil.	- A infiltração está caracterizada pelo apoio dado à chapa MUTIRÃO, que venceu as eleições da UNE, pela presença de seus dirigentes na posse da nova diretoria da UNE, e pelo adoção das palavras-de-ordem do PC do B, como bandeiras da UNE. Tal infiltração já começa a produzir frutos, pois a UNE, radicalizando, resolveu provocar o Presidente da República, por ocasião de suas visitas aos estados.
- Declarações de líderes do PC do B.	- Os principais líderes do PC do B, entre os quais se destaca JOÃO AMAZONAS DE SOUZA PEDROSO, Secretário-Geral do Partido, vêm pregando abertamente a luta armada, através da imprensa, inclusive da grande imprensa chamada de "burguesa". O "MOVIMENTO", jornal do PC do B, além de publicar as entrevistas de líderes, publica relatórios (ANGELA ARROIO, PEDRO POMAR), depoimentos (JOSÉ GENOINO NETO) e documentos (Gloriosa Jornada de Luta), que servem de avaliação sobre a guerrilha do Araguaia, permitindo aos militantes a discussão da validade da luta armada. Tudo em flagrante violação à LSN, que proíbe o incitamento e a promoção da insurreição armada.
- Desrespeito à LSN.	- O atual processo de desenvolvimento político propiciou o acesso à imprensa dos líderes e militantes das OS, que, beneficiados pela ausência de censura, dela se utilizam para pronunciamentos e debates. Ensejou, também, atitudes contestatórias e desmoralizantes ao Governo e às instituições nacionais. Essas atividades vêm ferindo sistematicamente a LSN, numa flagrante tentativa de forçar a sua modificação.

[Voltar] | [Transcrição]

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- Infiltração das organizações sub - versivas nos Partidos Políticos.	- A reformulação partidária fez com que a maioria dos grupos radicais esquer - distas existentes no País se distri - buísse pelos Partidos Políticos de opo sição. Assim, os militates do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Co munista do Brasil(PC do B) e Movimen- to Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) infiltraram-se, principalmente, no Par tido do Movimento Democrático Brasilei ro (PMDB). Por sua vez, as organiza - ções trotskystas e o Movimento pela E- mancipação do proletariado (MEP) resol veram apoiar o Partido dos Trabalhado- res (PT). Esse infiltração permite que essas organizações subversivas se utilizem dos Partidos Políticos para o debate de suas idéias, programas e princípios marxistas, na busca constan te de seu objetivo principal: a cria - ção de condições favoráveis à destrui ção do sistema capitalista e implanta- ção da ditadura do proletariado.
- Órgãos legais de divulgação das orga nizações subversivas.	- Na legalidade, a imprensa alternati- va vem fazendo, sistemeticamente, pro paganda das palavras-de-ordem e táti- cas atuais de diversas organizações subversivas. Desta forma, apresentam se os seguintes jornais: "MOVIMENTO" e "TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA"(PC do B); jornal "HORA DO POVO" (MR-8); jornal "COMPANHEIRO" (MEP); e jornal "CONVER GÊNCIA SOCIALISTA" (PST). Procuram, ainda, desinformar a opinião pública, distorcendo os acontecimentos ocorri- dos no País e no exterior, sempre jus tificando as atitudes comunistas. Fa- zem o proselitismo da luta de classes e da luta armada, incentivam as greves e os movimentos contestatórios, difa - mam as autoridades e o sistema vigen - te, propõem-se a denunciar "os crimes políticos da ditadura" e a julgar os "torturadores".

[Voltar] | [Transcrição]

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- Superposição e indefinição de atribuições (órgãos setoriais e regionais).	- a) Na Política dos Transportes Urbanos Embora verbas volumosas tenham sido destacadas para o setor, a enorme gama de órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos em cada projeto tende a protelar a consecução dos mesmos, em virtude da diversidade de interesses envolvidos, causando prejuízos à comunidade e à própria política governamental de redução do consumo de combustíveis. - b) Na Política do Abastecimento Os órgãos modais do Ministério da Agricultura continuam agindo em desacordo e, não raras vezes, em conflito. A desmoralização da SUNAB como órgão fiscalizador e disciplinador é flagrante. As tentativas da SEAP/SEPLAN em manter acordos de cavalheiros continuam resultando infrutíferas. O apoio a "boicotes" populares contra os preços dos gêneros alimentícios representa aceitação tácita da inoperância dos controles. - c) Na Política da Energia A indefinição do papel da PETROBRÁS, em relação à questão do álcool, tem provocado declarações contraditórias da empresa e do MME. O MIC, por sua vez, está interferindo na questão, com tendências a apoiar a PETROBRÁS. - d) Na Política da Previdência e Saúde As medidas até agora tomadas pelo MPAS para melhorar a atuação da Previdência Social estão se mostrando insuficientes. A superposição de atribuições dos Ministérios da Saúde e Previdência Social e a participação das Secretarias Estaduais de Saúde geram dúvidas, indefinem responsabilidades, pulverizam

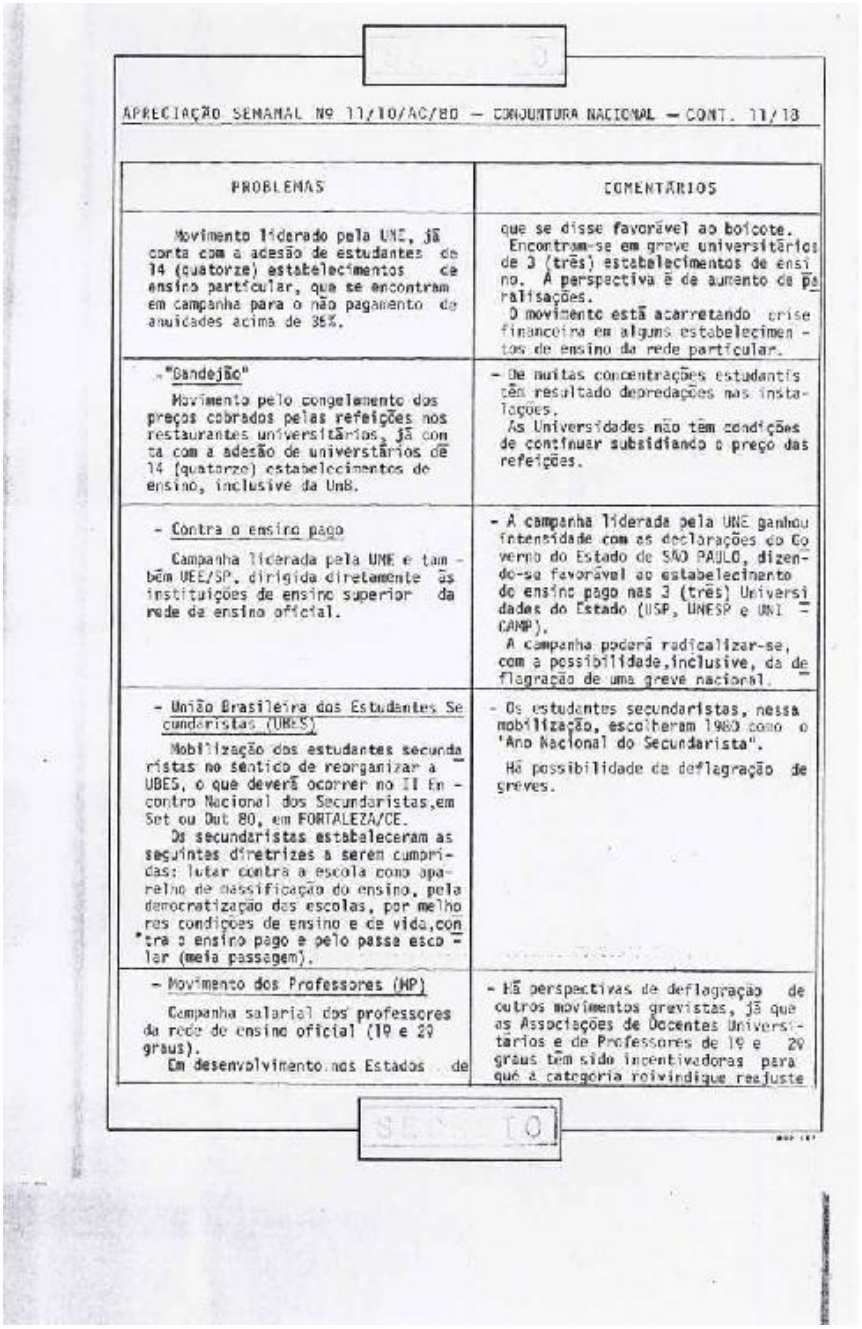
[Voltar] | [Transcrição]

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
	verbas e prejudicam o atendimento sanitário da população. - e) Na Política Fundiária A ocorrência de problemas específicos de competência da FUNAI e IBDF em áreas sob responsabilidade do INCRA, gera seguidos atritos entre esses órgãos, agravados muitas vezes pela atuação de entidades estaduais, e, ainda, pela morosidade da Justiça nos processos referentes à regularização fundiária.
- Descrédito no Sistema Policial-Judiciário.	- Os baixos salários, o despreparo profissional, os reduzidos efetivos, conflitos entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, e a morosidade da Justiça têm contribuído para prejudicar a atuação do Estado em defesa da integridade física dos cidadãos, nos grandes centros. Tal situação propicia o surgimento de personagens como "MÃO BRANCA" e outros, que, glorificados pela imprensa, depõem contra o sistema policial-judiciário.
- Possível atraso na construção da Hidrelétrica de TUCURUI.	- Uma área de 216.000 ha, necessária para comportar o lago a ser formado pela Usina de TUCURUI, ainda não teve seu desmatamento iniciado, apesar de o problema ter sido levantado no início de 19/9. As concorrências realizadas não atraíram candidatos. As peculiaridades climáticas da região tornam os prazos restantes exíguos em relação ao cronograma estabelecido para as obras de TUCURUI, com reflexos negativos para a política energética brasileira.

4. PSICOSSOCIAL

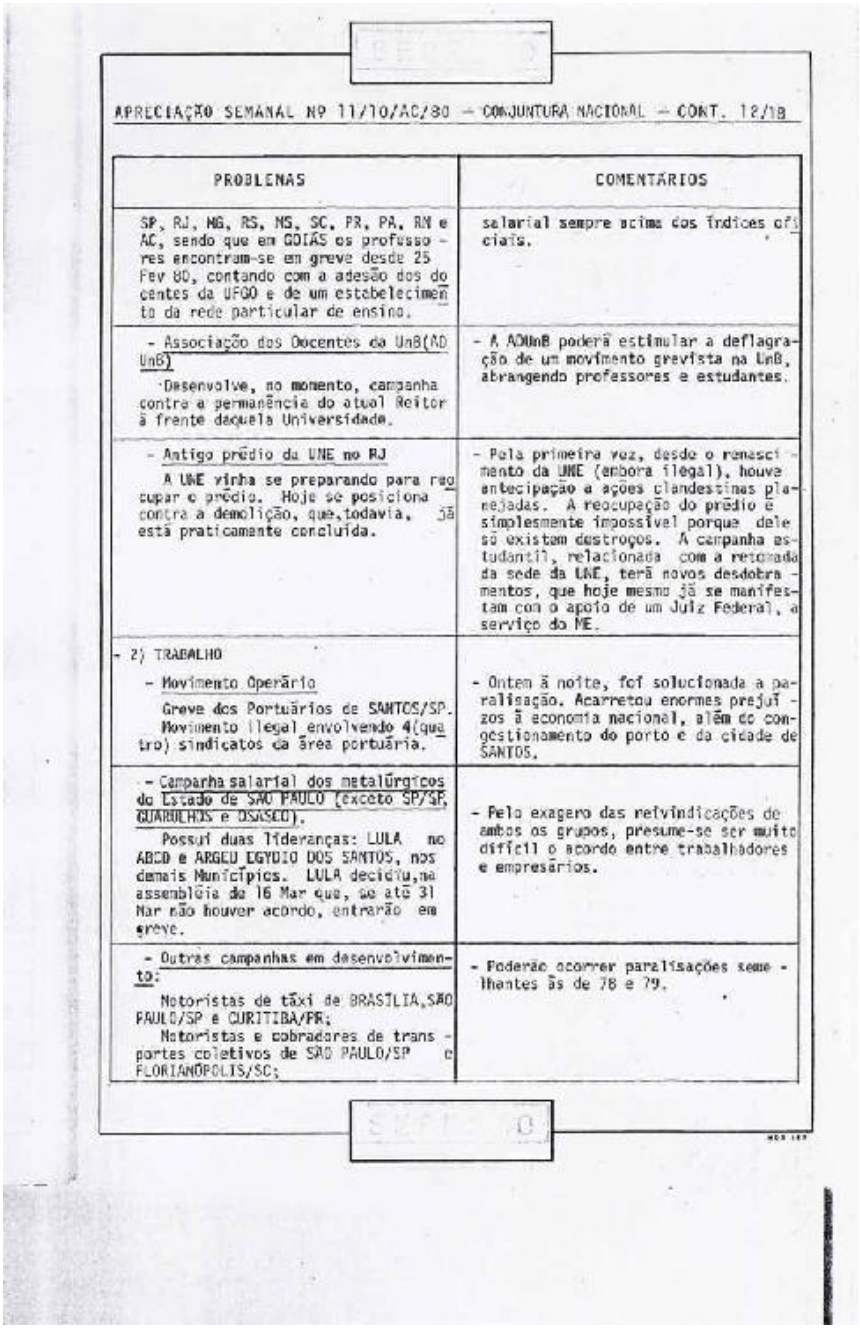
PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- 1) EDUCAÇÃO . Boicotes às anuidades	- O movimento ganhou intensidade com as declarações do Ministro da Educação, em

[Voltar] | [Transcrição]



APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 11/13

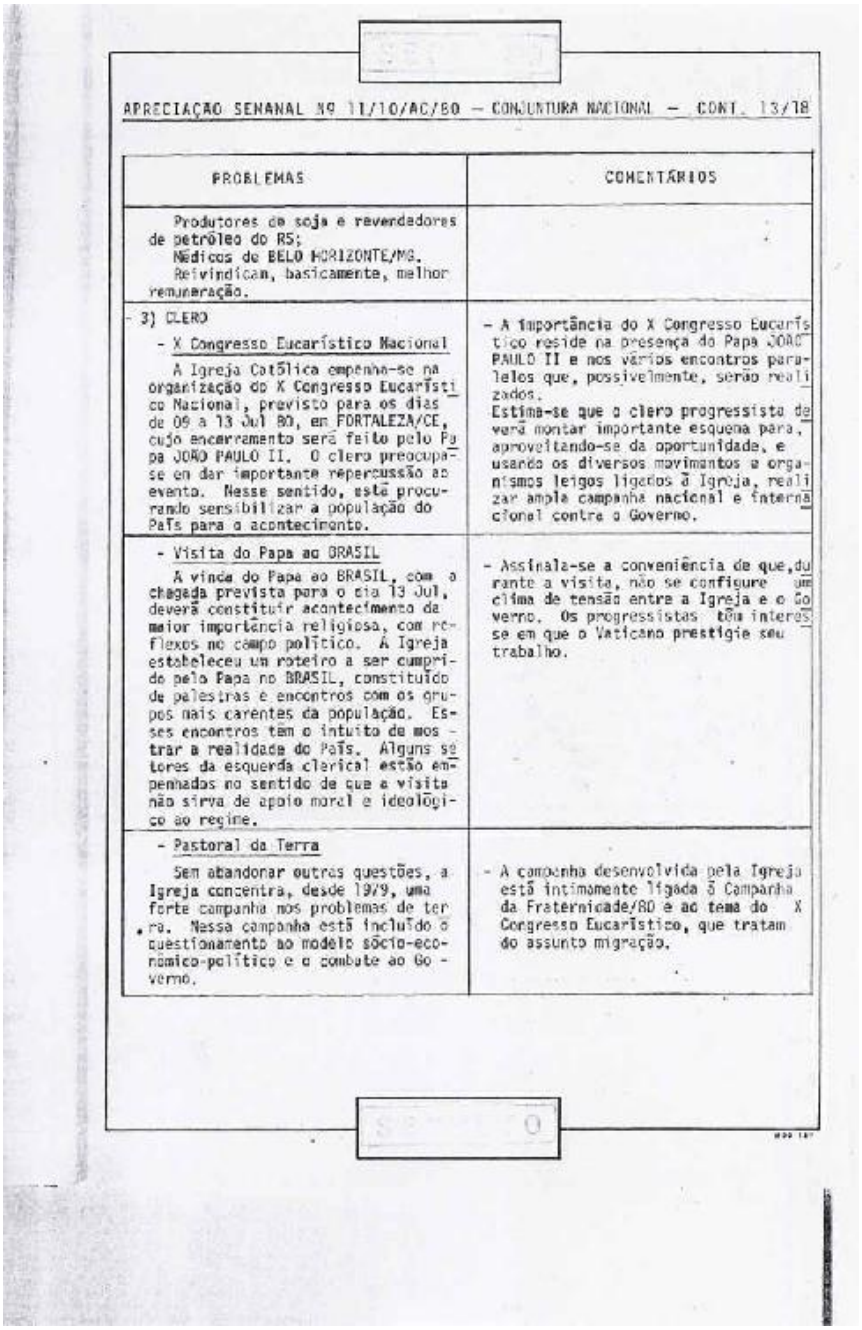
PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
Movimento liderado pela UNE, já conta com a adesão de estudantes de 14 (quatorze) estabelecimentos de ensino particular, que se encontram em campanha para o não pagamento de anuidades acima de 35%.	que se disse favorável ao boicote. Encontram-se em greve universitários de 3 (três) estabelecimentos de ensino. A perspectiva é de aumento de paralisações. O movimento está acarretando crise financeira em alguns estabelecimentos de ensino da rede particular.
- "Bandejão" Movimento pelo congelamento dos preços cobrados pelas refeições nos restaurantes universitários, já conta com a adesão de universitários de 14 (quatorze) estabelecimentos de ensino, inclusive da UnB.	- De muitas concentrações estudantis têm resultado depredações nas instalações. As Universidades não têm condições de continuar subsidiando o preço das refeições.
- Contra o ensino pago Campanha liderada pela UNE e também UEE/SP, dirigida diretamente às instituições de ensino superior da rede de ensino oficial.	- A campanha liderada pela UNE ganhou intensidade com as declarações do Governo do Estado de SÃO PAULO, dizendo-se favorável ao estabelecimento do ensino pago nas 3 (três) Universidades do Estado (USP, UNESP e UNI - CAMP). A campanha poderá radicalizar-se, com a possibilidade, inclusive, da deflagração de uma greve nacional.
- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) Mobilização dos estudantes secundaristas no sentido de reorganizar a UBES, o que deverá ocorrer no II Encontro Nacional dos Secundaristas, em Set ou Out 80, em FORTALEZA/CE. Os secundaristas estabeleceram as seguintes diretrizes a serem cumpridas: lutar contra a escola como aparelho de massificação do ensino, pela democratização das escolas, por melhores condições de ensino e de vida, contra o ensino pago e pelo passe escolar (meia passagem).	- Os estudantes secundaristas, nessa mobilização, escolheram 1980 como o "Ano Nacional do Secundarista". Há possibilidade de deflagração de greves.
- Movimento dos Professores (MP) Campanha salarial dos professores da rede de ensino oficial (1º e 2º graus). Em desenvolvimento nos Estados de	- Há perspectivas de deflagração de outros movimentos grevistas, já que as Associações de Docentes Universitários e de Professores de 1º e 2º graus têm sido incentivadoras para que a categoria reivindique reajuste



APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 - CONJUNTURA NACIONAL - CONT. 12/18

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
SP, RJ, MG, RS, MS, SC, PR, PA, RN e AC, sendo que em GOIÁS os professores encontram-se em greve desde 25 Fev 80, contando com a adesão dos docentes da UFGO e de um estabelecimento da rede particular de ensino.	salarial sempre acima dos índices oficiais.
- Associação dos Docentes da UnB(ADUnB) Desenvolve, no momento, campanha contra a permanência do atual Reitor à frente daquela Universidade.	- A ADUnB poderá estimular a deflagração de um movimento grevista na UnB, abrangendo professores e estudantes.
- Antigo prédio da UNE no RJ A UNE vinha se preparando para recupar o prédio. Hoje se posiciona contra a demolição, que,todavia, já está praticamente concluída.	- Pela primeira vez, desde o renascimento da UNE (embora ilegal), houve antecipação a ações clandestinas planejadas. A reocupação do prédio é simplesmente impossível porque dele só existem destroços. A campanha estudantil, relacionada com a retomada da sede da UNE, terá novos desdobramentos, que hoje mesmo já se manifestam com o apoio de um Juiz Federal, a serviço do ME.
- 2) TRABALHO - Movimento Operário Greve dos Portuários de SANTOS/SP. Movimento ilegal envolvendo 4(quatro) sindicatos da área portuária.	- Ontem à noite, foi solucionada a paralisação. Acarretou enormes prejuízos à economia nacional, além do congestionamento do porto e da cidade de SANTOS.
- Campanha salarial dos metalúrgicos do Estado de SÃO PAULO (exceto SP/SP, GUARULHOS e OSASCO). Possui duas lideranças: LULA no ABCD e ARGEU EGYDIO DOS SANTOS, nos demais Municípios. LULA decidiu,na assembléia de 16 Mar que, se até 31 Mar não houver acordo, entrarão em greve.	- Pelo exagero das reivindicações de ambos os grupos, presume-se ser muito difícil o acordo entre trabalhadores e empresários.
- Outras campanhas em desenvolvimento: Motoristas de táxi de BRASÍLIA,SÃO PAULO/SP e CURITIBA/PR; Motoristas e cobradores de transportes coletivos de SÃO PAULO/SP e FLORIANÓPOLIS/SC;	- Poderão ocorrer paralisações semelhantes às de 78 e 79.

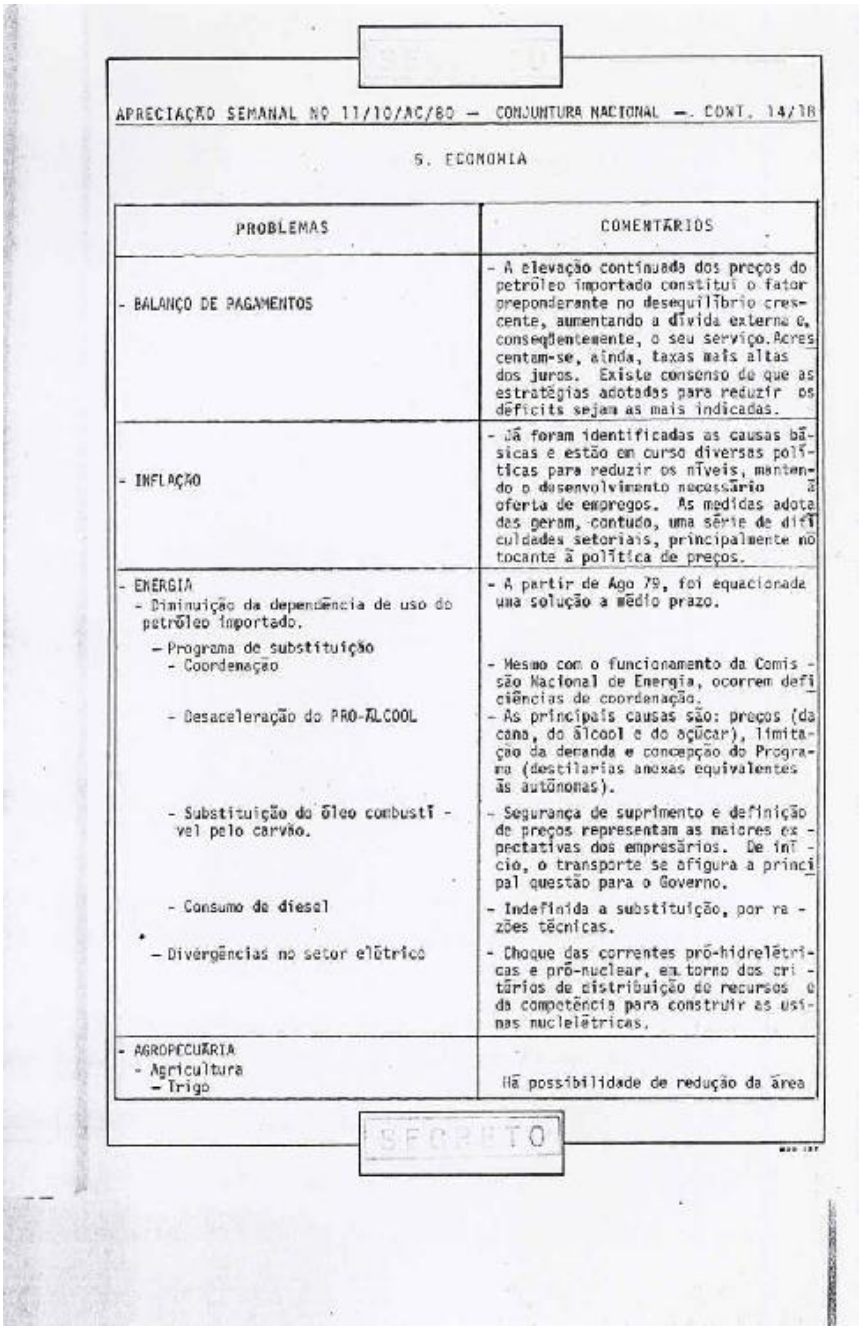
[Voltar] | [Transcrição]



APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 13/18

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
Produtores de soja e revendedores de petróleo do RS; Médicos de BELO HORIZONTE/MG. Reivindicam, basicamente, melhor remuneração.	
3) CLERO - X Congresso Eucarístico Nacional A Igreja Católica empenha-se na organização do X Congresso Eucarístico Nacional, previsto para os dias de 09 a 13 Jul 80, em FORTALEZA/CE, cujo encerramento será feito pelo Papa JOÃO PAULO II. O clero preocupa-se em dar importante repercussão ao evento. Nesse sentido, está procurando sensibilizar a população do País para o acontecimento.	- A importância do X Congresso Eucarístico reside na presença do Papa JOÃO PAULO II e nos vários encontros paralelos que, possivelmente, serão realizados. Estima-se que o clero progressista deverá montar importante esquema para, aproveitando-se da oportunidade, e usando os diversos movimentos e organismos leigos ligados à Igreja, realizar ampla campanha nacional e internacional contra o Governo.
- Visita do Papa ao BRASIL A vinda do Papa ao BRASIL, com a chegada prevista para o dia 13 Jul, deverá constituir acontecimento da maior importância religiosa, com reflexos no campo político. A Igreja estabeleceu um roteiro a ser cumprido pelo Papa no BRASIL, constituído de palestras e encontros com os grupos mais carentes da população. Esses encontros têm o intuito de mostrar a realidade do País. Alguns setores da esquerda clerical estão empenhados no sentido de que a visita não sirva de apoio moral e ideológico ao regime.	- Assinala-se a conveniência de que, durante a visita, não se configure um clima de tensão entre a Igreja e o Governo. Os progressistas têm interesse em que o Vaticano prestigie seu trabalho.
- Pastoral da Terra Sem abandonar outras questões, a Igreja concentra, desde 1979, uma forte campanha nos problemas de terra. Nessa campanha está incluído o questionamento ao modelo sócio-econômico-político e o combate ao Governo.	- A campanha desenvolvida pela Igreja está intimamente ligada à Campanha da Fraternidade/80 e ao tema do X Congresso Eucarístico, que tratam do assunto migração.

[Voltar] | [Transcrição]



SECRETO

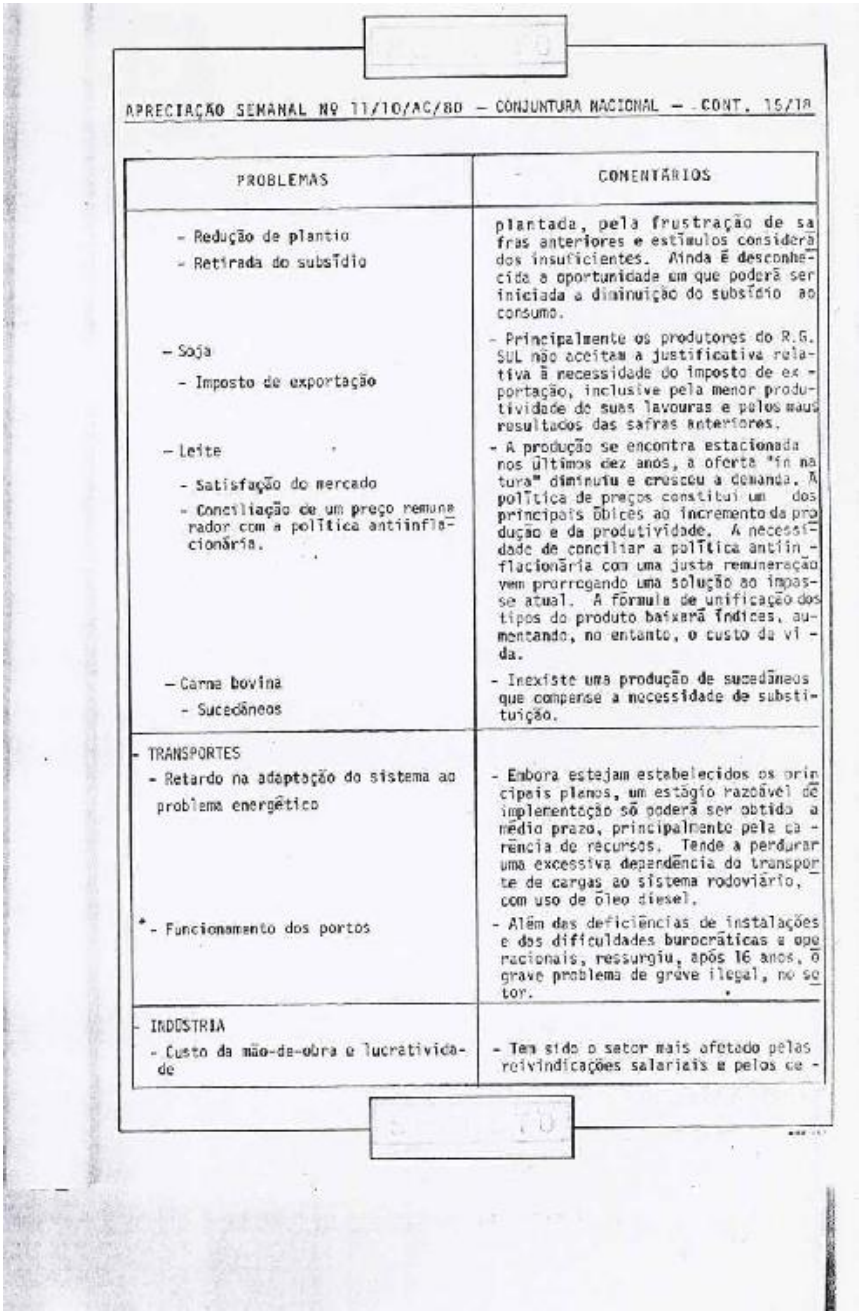
APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 — CONJUNTURA NACIONAL — CONT. 14/18

5. ECONOMIA

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- BALANÇO DE PAGAMENTOS	- A elevação continuada dos preços do petróleo importado constitui o fator preponderante no desequilíbrio crescente, aumentando a dívida externa e, conseqüentemente, o seu serviço. Acrescentam-se, ainda, taxas mais altas dos juros. Existe consenso de que as estratégias adotadas para reduzir os déficits sejam as mais indicadas.
- INFLAÇÃO	- Já foram identificadas as causas básicas e estão em curso diversas políticas para reduzir os níveis, mantendo o desenvolvimento necessário à oferta de empregos. As medidas adotadas geram, contudo, uma série de dificuldades setoriais, principalmente no tocante à política de preços.
- ENERGIA - Diminuição da dependência de uso do petróleo importado. – Programa de substituição - Coordenação	- A partir de Ago 79, foi equacionada uma solução a médio prazo. - Mesmo com o funcionamento da Comissão Nacional de Energia, ocorrem deficiências de coordenação.
- Desaceleração do PRO-ÁLCOOL	- As principais causas são: preços (da cana, do álcool e do açúcar), limitação da demanda e concepção do Programa (destilarias anexas equivalentes às autônomas).
- Substituição do óleo combustível pelo carvão.	- Segurança de suprimento e definição de preços representam as maiores expectativas dos empresários. De início, o transporte se afigura a principal questão para o Governo.
- Consumo de diesel	- Indefinida a substituição, por razões técnicas.
– Divergências no setor elétrico	- Choque das correntes pró-hidrelétricas e pró-nuclear, em torno dos critérios de distribuição de recursos e da competência para construir as usinas nucleelétricas.
- AGROPECUÁRIA - Agricultura – Trigo	Há possibilidade de redução da área

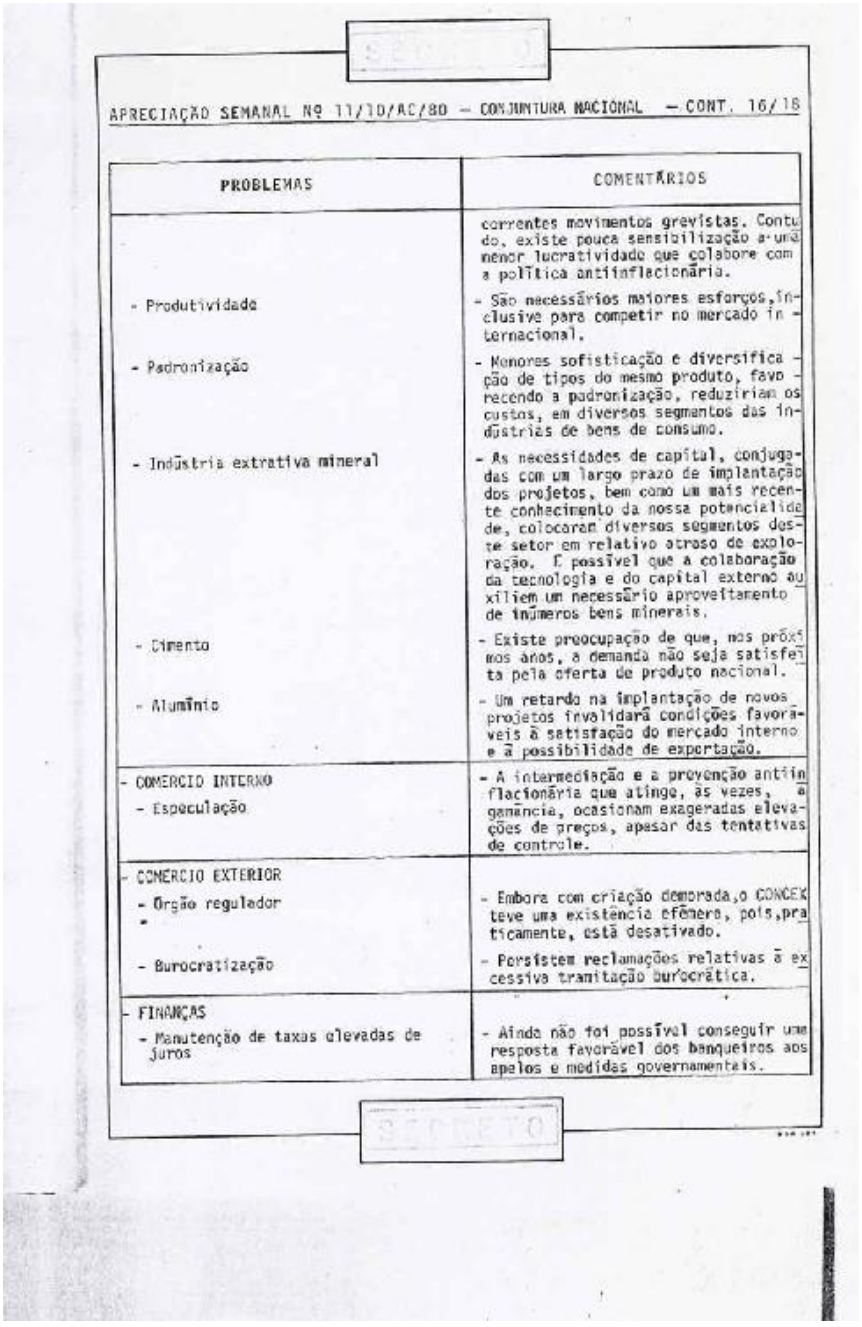
SECRETO

[Voltar] | [Transcrição]



APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 15/18

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- Redução de plantio - Retirada do subsídio	plantada, pela frustração de safras anteriores e estímulos considerados insuficientes. Ainda é desconhecida a oportunidade em que poderá ser iniciada a diminuição do subsídio ao consumo.
– Soja - Imposto de exportação	- Principalmente os produtores do R.G. SUL não aceitam a justificativa relativa à necessidade do imposto de exportação, inclusive pela menor produtividade de suas lavouras e pelos maus resultados das safras anteriores.
– Leite - Satisfação do mercado - Conciliação de um preço remunerador com a política antiinflacionária.	- A produção se encontra estacionada nos últimos dez anos, a oferta "in natura" diminuiu e cresceu a demanda. A política de preços constitui um dos principais óbices ao incremento da produção e da produtividade. A necessidade de conciliar a política antiinflacionária com uma justa remuneração vem prorrogando uma solução ao impasse atual. A fórmula de unificação dos tipos do produto baixará índices, aumentando, no entanto, o custo da vida.
– Carne bovina - Sucedâneos	- Inexiste uma produção de sucedâneos que compense a necessidade de substituição.
- TRANSPORTES - Retardo na adaptação do sistema ao problema energético	- Embora estejam estabelecidos os principais planos, um estágio razoável de implementação só poderá ser obtido a médio prazo, principalmente pela carência de recursos. Tende a perdurar uma excessiva dependência do transporte de cargas ao sistema rodoviário, com uso de óleo diesel.
*- Funcionamento dos portos	- Além das deficiências de instalações e dos dificuldades burocráticas e operacionais, ressurgiu, após 16 anos, o grave problema de greve ilegal, no setor.
- INDÚSTRIA - Custo da mão-de-obra e lucratividade	- Tem sido o setor mais afetado pelas reivindicações salariais e pelos ce -

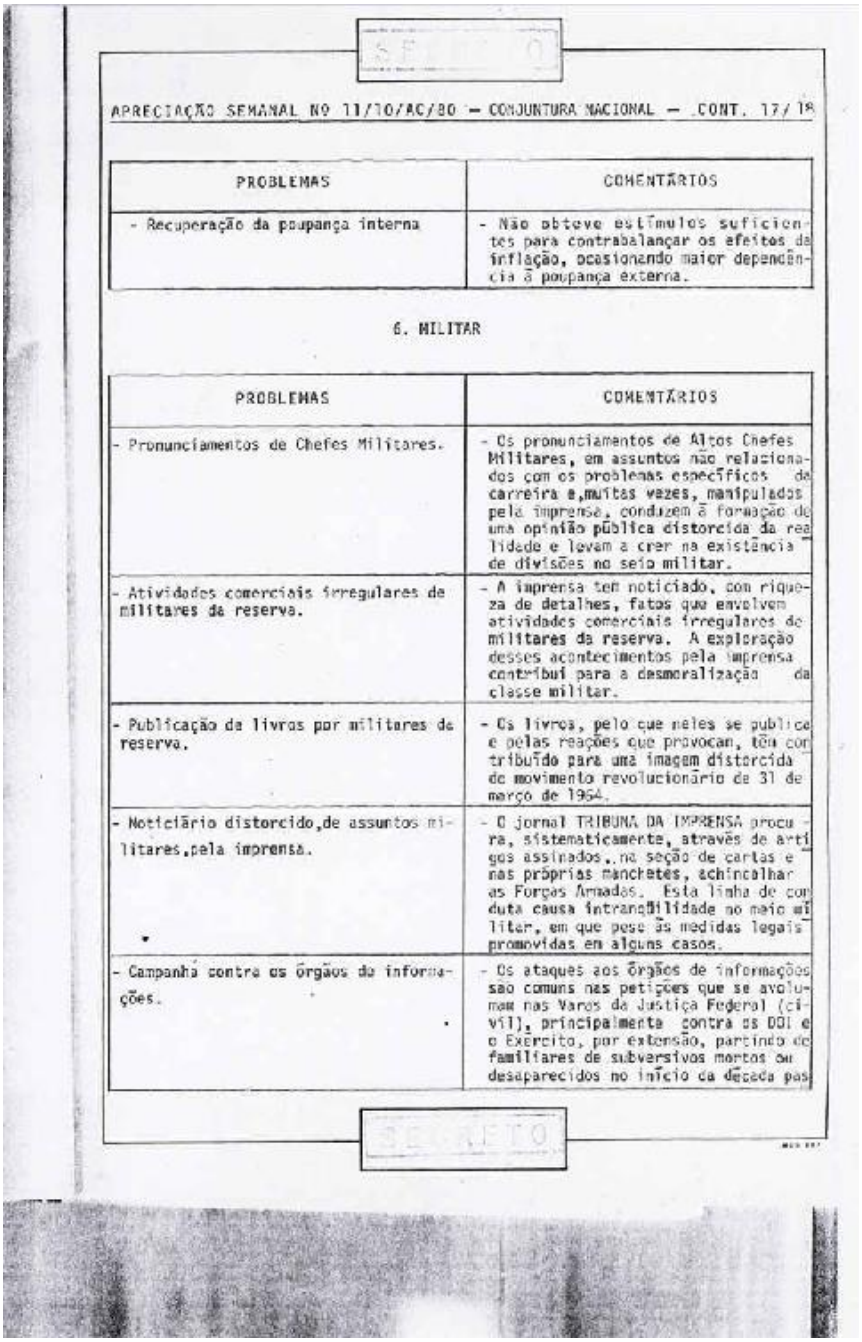


SECRETO

APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 16/18

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
	correntes movimentos grevistas. Contudo, existe pouca sensibilização a uma menor lucratividade que colabore com a política antiinflacionária.
- Produtividade	- São necessários maiores esforços, inclusive para competir no mercado internacional.
- Padronização	- Menores sofisticação e diversificação de tipos do mesmo produto, favorecendo a padronização, reduziriam os custos, em diversos segmentos das indústrias de bens de consumo.
- Indústria extrativa mineral	- As necessidades de capital, conjugadas com um largo prazo de implantação dos projetos, bem como um mais recente conhecimento da nossa potencialidade, colocaram diversos segmentos deste setor em relativo atraso de exploração. É possível que a colaboração da tecnologia e do capital externo auxiliem um necessário aproveitamento de inúmeros bens minerais.
- Cimento	- Existe preocupação de que, nos próximos anos, a demanda não seja satisfeita pela oferta de produto nacional.
- Alumínio	- Um retardo na implantação de novos projetos invalidará condições favoráveis à satisfação do mercado interno e à possibilidade de exportação.
- COMERCIO INTERNO - Especulação	- A intermediação e a provenção antiinflacionária que atinge, às vezes, a ganância, ocasionam exageradas elevações de preços, apesar das tentativas de controle.
- COMERCIO EXTERIOR - Orgão regulador	- Embora com criação demorada, o CONCEX teve uma existência efêmera, pois, praticamente, está desativado.
- Burocratização	- Persistem reclamações relativas à excessiva tramitação burocrática.
- FINANÇAS - Manutenção de taxas elevadas de juros	- Ainda não foi possível conseguir uma resposta favorável dos banqueiros aos apelos e medidas governamentais.

SECRETO



SECRETO

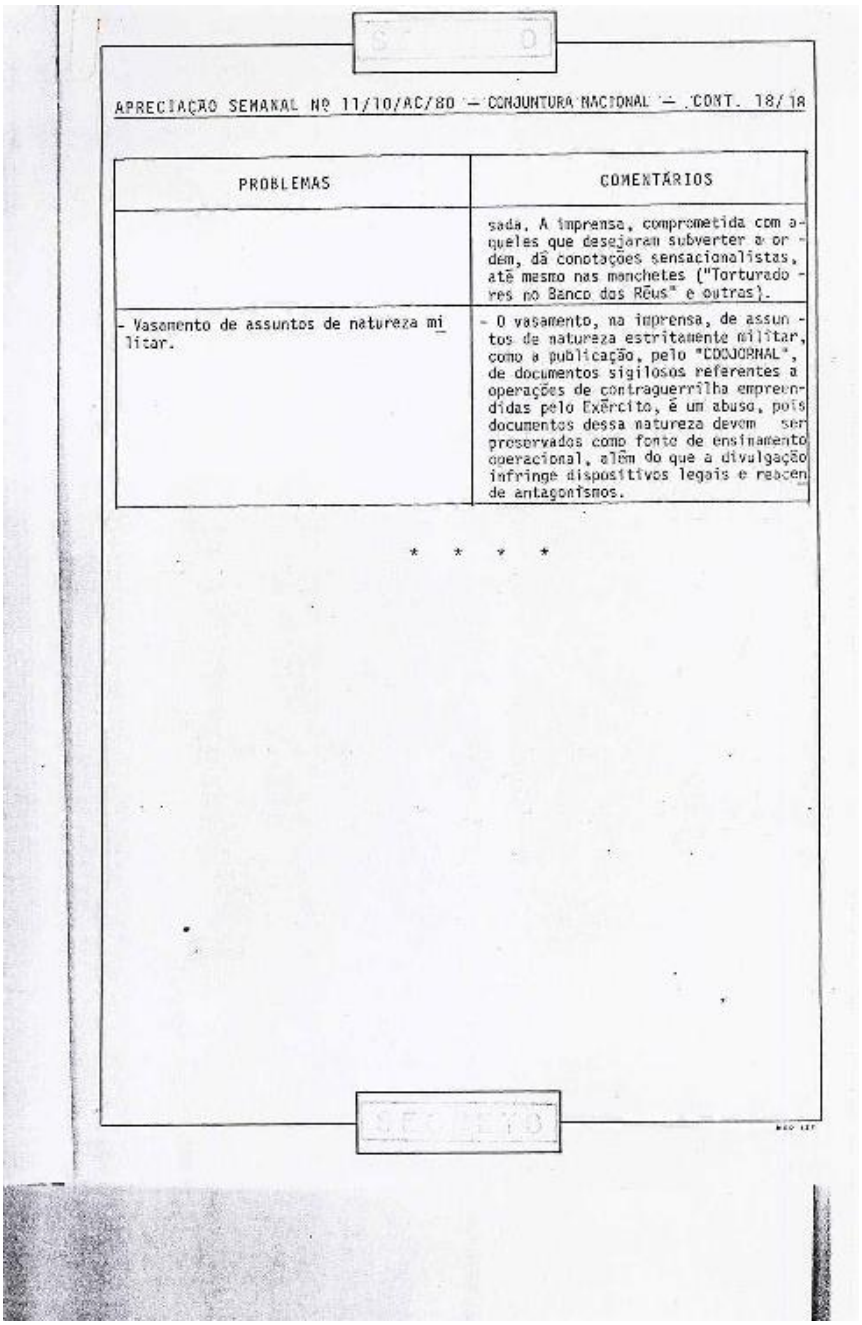
APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 – CONJUNTURA NACIONAL – CONT. 17/18

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- Recuperação da poupança interna	- Não obteve estímulos suficientes para contrabalançar os efeitos da inflação, ocasionando maior dependência à poupança externa.

6. MILITAR

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
- Pronunciamentos de Chefes Militares.	- Os pronunciamentos de Altos Chefes Militares, em assuntos não relacionados com os problemas específicos de carreira e, muitas vezes, manipulados pela imprensa, conduzem à formação de uma opinião pública distorcida da realidade e levam a crer na existência de divisões no seio militar.
- Atividades comerciais irregulares de militares da reserva.	- A imprensa tem noticiado, com riqueza de detalhes, fatos que envolvem atividades comerciais irregulares de militares da reserva. A exploração desses acontecimentos pela imprensa contribui para a desmoralização da classe militar.
- Publicação de livros por militares da reserva.	- Os livros, pelo que neles se publica e pelas reações que provocam, têm contribuído para uma imagem distorcida do movimento revolucionário de 31 de março de 1964.
- Noticiário distorcido, de assuntos militares, pela imprensa.	- O jornal TRIBUNA DA IMPRENSA procura, sistematicamente, através de artigos assinados, na seção de cartas e nas próprias manchetes, achincalhar as Forças Armadas. Esta linha de conduta causa intranqüilidade no meio militar, em que pese às medidas legais promovidas em alguns casos.
- Campanha contra os órgãos de informações.	- Os ataques aos órgãos de informações são comuns nas petições que se avolumam nas Varas da Justiça Federal (civil), principalmente contra os DOI e o Exército, por extensão, partindo de familiares de subversivos mortos ou desaparecidos no início da década pas

SECRETO



SECRETO

APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80 — CONJUNTURA NACIONAL — CONT. 18/18

PROBLEMAS	COMENTÁRIOS
	sada. A imprensa, comprometida com aqueles que desejaram subverter a ordem, dá conotações sensacionalistas, até mesmo nas manchetes ("Torturadores no Banco dos RÉus" e outras).
- Vasamento de assuntos de natureza militar.	- O vasamento, na imprensa, de assuntos de natureza estritamente militar, como a publicação, pelo "COJORNAL", de documentos sigilosos referentes a operações de contraguerrilha empreendidas pelo Exército, é um abuso, pois documentos dessa natureza devem ser preservados como fonte de ensinamento operacional, além do que a divulgação infringe dispositivos legais e rebcen de antagonismos.

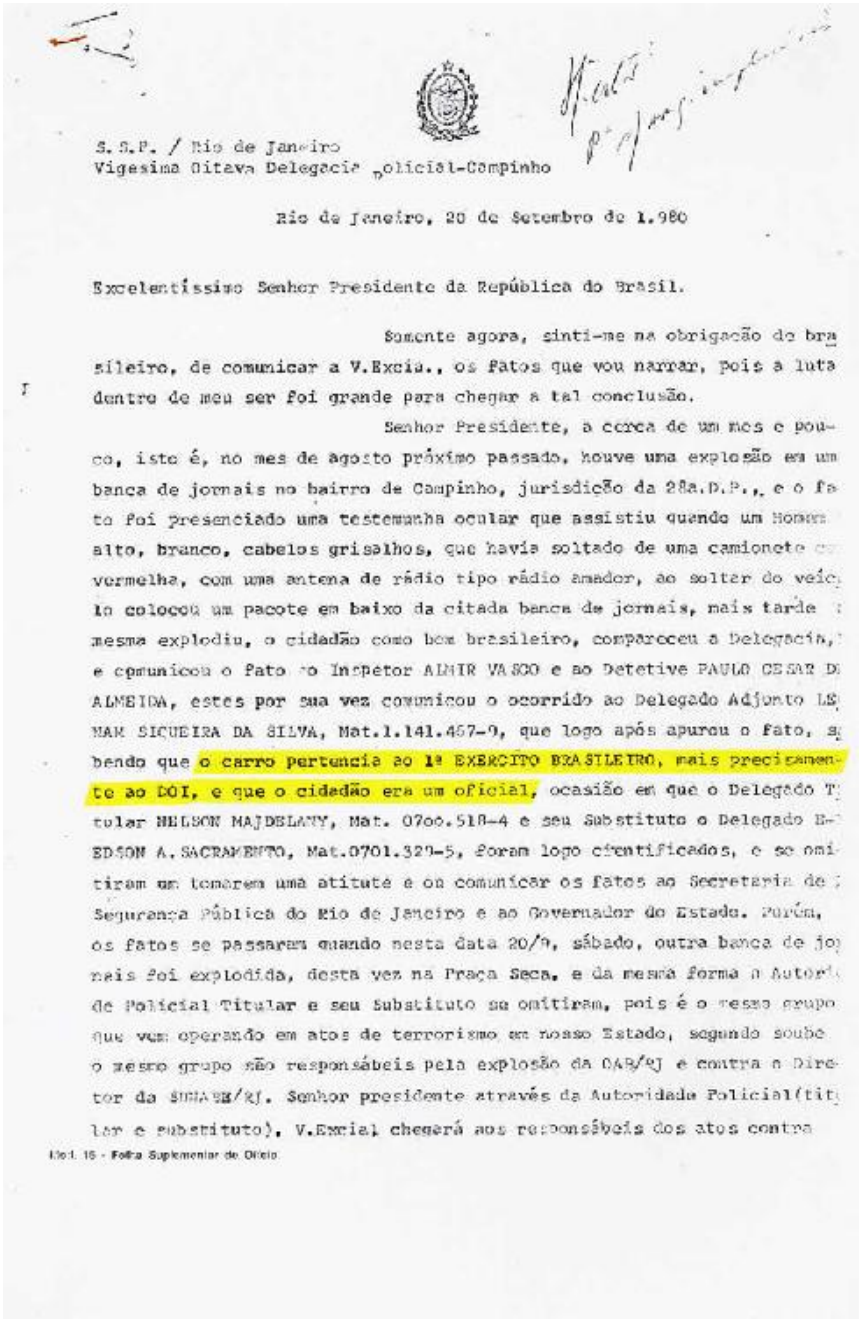
* * * *

SECRETO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Uma explosão de bomba chega ao Planalto



S.S.P. / Rio de Janeiro
Vigesima Oitava Delegacia Policial-Campinho

Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1.980

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil.

Somente agora, sinti-me na obrigação do brasileiro, de comunicar a V.Excia., os fatos que vou narrar, pois a luta dentro de meu ser foi grande para chegar a tal conclusão.

Senhor Presidente, a cerca de um mes e pouco, isto é, no mes de agosto próximo passado, houve uma explosão em uma banca de jornais no bairro de Campinho, jurisdição da 28a.D.P., e o fato foi presenciado uma testemunha ocular que assistiu quando um Homem alto, branco, cabelos grisalhos, que havia soltado de uma camioneta cor vermelha, com uma antena de rádio tipo rádio amador, ao soltar do veículo colocou um pacote em baixo da citada banca de jornais, mais tarde a mesma explodiu, o cidadão como bom brasileiro, compareceu a Delegacia, e comunicou o fato ao Inspetor ALMIR VASCO e ao Detetive PAULO CESAR DE ALMEIDA, estes por sua vez comunicou o ocorrido ao Delegado Adjunto LEMAM SIQUEIRA DA SILVA, Mat.1.141.467-9, que logo após apurou o fato, sabendo que o carro pertencia ao 1º EXERCITO BRASILEIRO, mais precisamente ao DOI, e que o cidadão era um oficial, ocasião em que o Delegado Titular NELSON MAJDBLANY, Mat. 0700.518-4 e seu Substituto o Delegado EDSON A. SACRAMENTO, Mat.0701.329-5, foram logo cientificados, e se omitiram em tomarem uma atitute e em comunicar os fatos ao Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e ao Governador do Estado. Porém, os fatos se passaram quando nesta data 20/9, sábado, outra banca de jornais foi explodida, desta vez na Praça Seca, e da mesma forma a Autoridade Policial Titular e seu Substituto se omitiram, pois é o mesmo grupo que vem operando em atos de terrorismo em nosso Estado, segundo soube o mesmo grupo são responsáveis pela explosão da OAB/RJ e contra o Diretor da ABI/RJ. Senhor presidente através da Autoridade Policial(titular e substituto), V.Excia. chegará aos responsáveis dos atos contra

Mod. 16 - Folha Suplementar de Ofício

Vossa Administração e ao nosso querido Brasil.

Desculpe não poder identificar-me, sou detetive inspetor, lotado nesta Delegacia e de confiança, e poderei sofrer com este relato, contra mesu superiores.

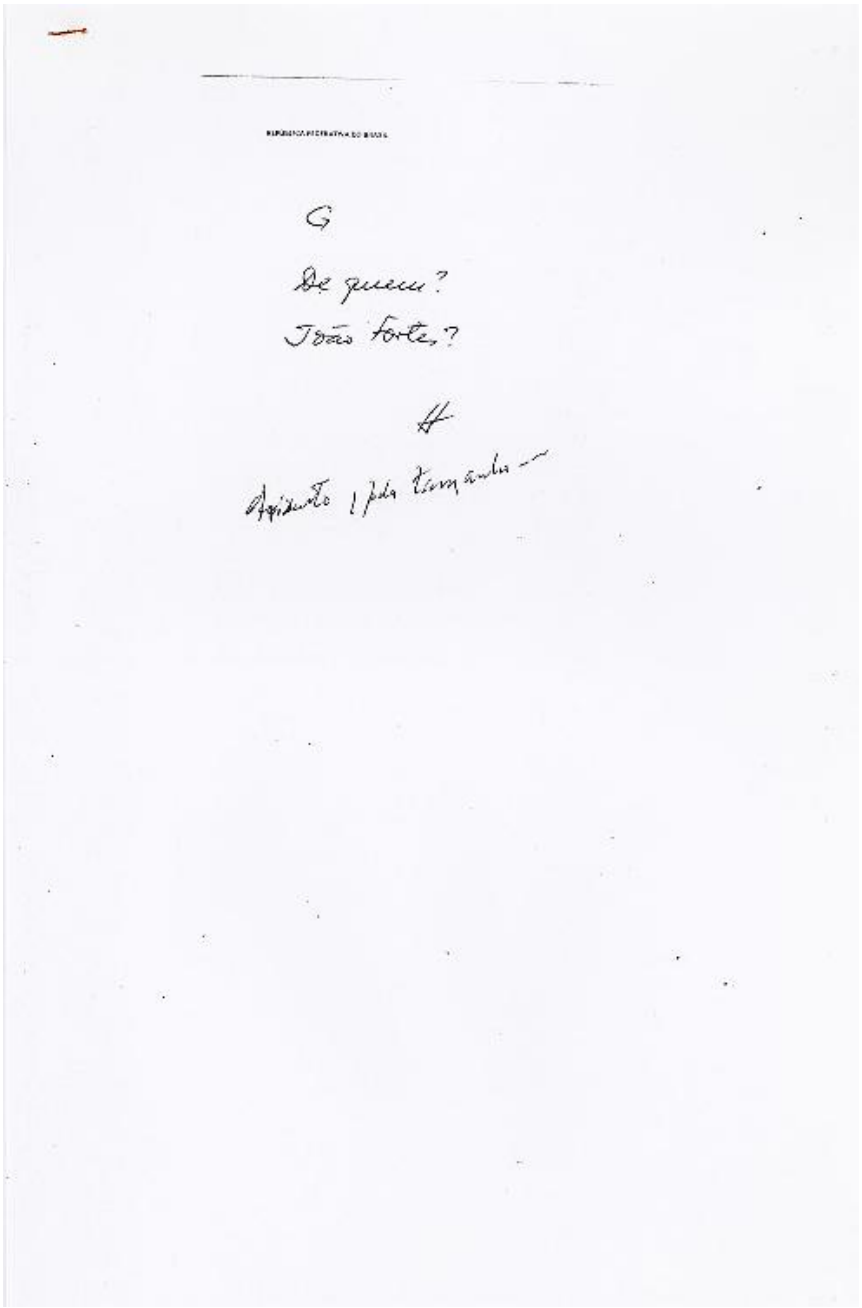
Atenciosamente,

Um Brasileiro, humilde e honesto.
que tem confiança na Vossa administração e no Brasil.

Mod. 15 - Folha Suplementar de Ofício

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

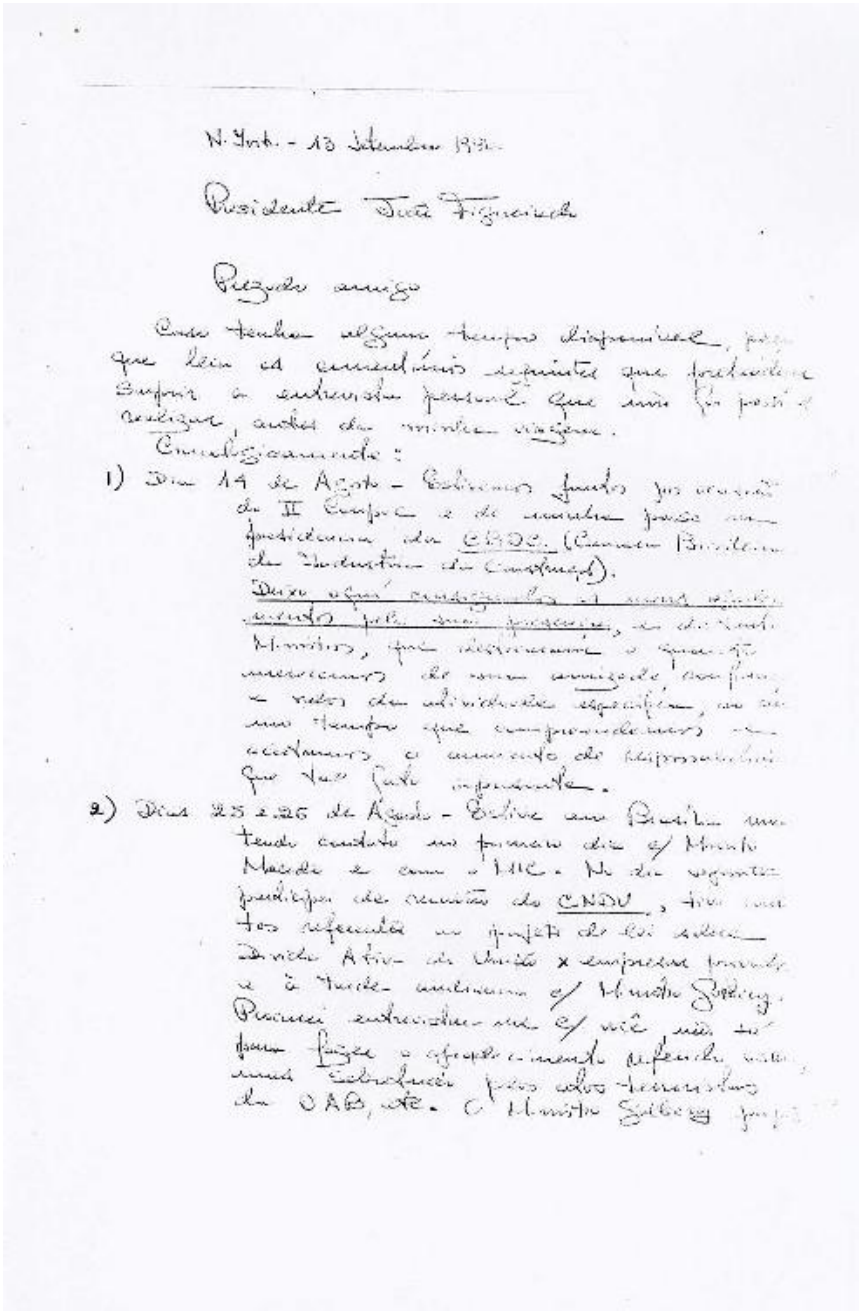


G

De quem?
João Forte?

H

Afirmativo! Pela Tempestade —



N. York. - 13 Setembro 1972.

Presidente Tasso Figueiredo

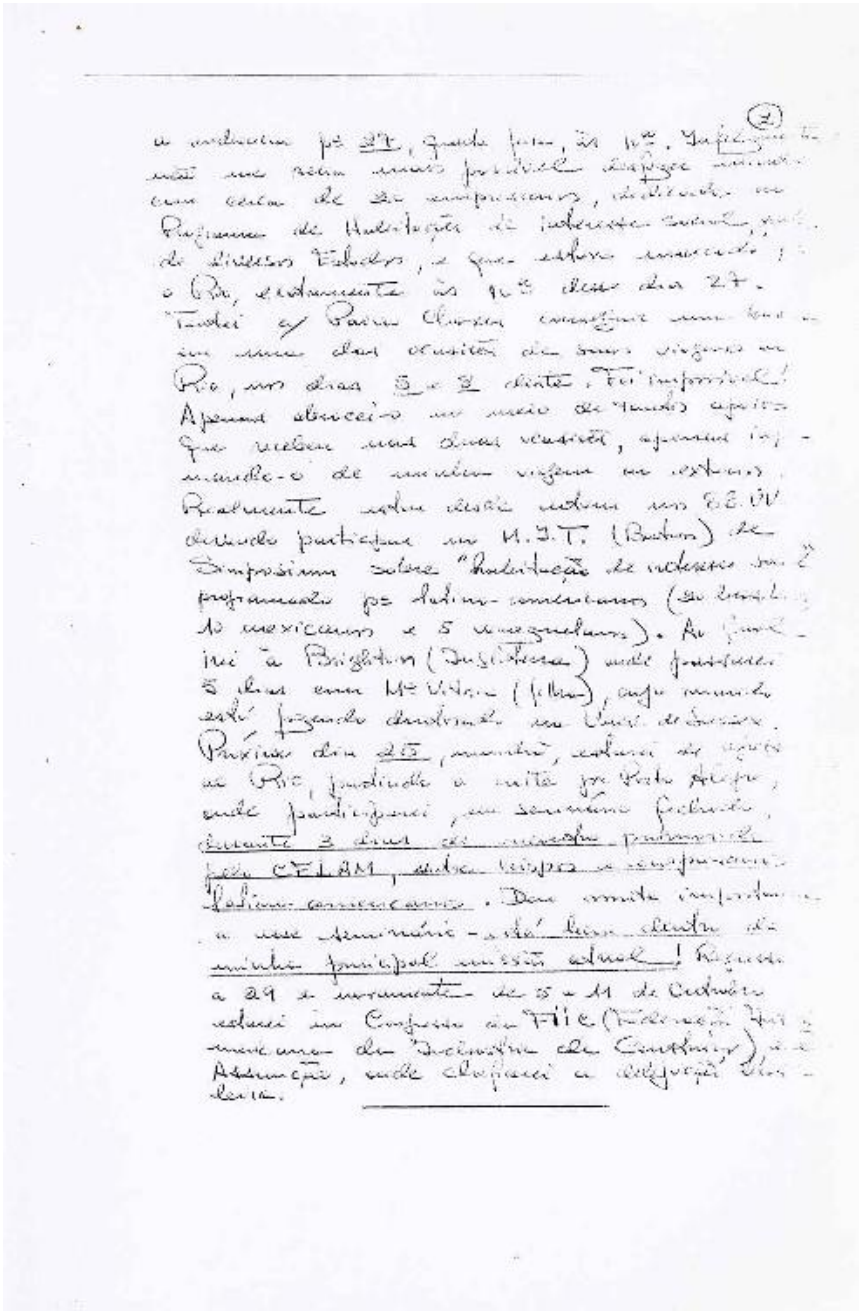
Prezado amigo

Creio haver algum tempo disponível, para que leia as anexadas despretensiosas notas sobre a entrevista pessoal que não foi possível realizar, antes de minha viagem.

Cronologicamente:

1) Dia 14 de Agosto - Estivemos juntos na reunião do II Conselho e de manhã pude assistir à presidência do CNDC. (Conselho Nacional de Desenvolvimento Comercial).
Deixo aqui consignados os meus elogios ao modo pelo qual presidiu, o Dr. Carlos Medeiros, que distinguiu o quanto merecemos de uma amizade confiança e valor das atividades específicas, no seu tempo que compromete com os acadêmicos o cumprimento de responsabilidade que vai cada vez mais pesando.

2) Dias 25 e 26 de Agosto - Estive em Brasília em tenaz contato em primeiro dia c/ Ministro Macedo e com o IAC. No dia seguinte participei da reunião do CNDU, tive com todos referendo ao projeto de lei sobre Direito Ativo da União x empresas privadas e à Nuclebrás anteriormente c/ Ministro Sodré. Procurei entrevistar-me c/ você mas não pude fazer o aproveitamento referido com uma Secretária pelos altos serviços da OAB, etc. O Ministro Sodré pediu



Página 3 de 4

[Voltar] | [Transcrição]

(3)

Os assuntos a ele apresentados, foram quase todos tratados c/ Gilberg, como segue:

a - Terrorismo. Procurei enfatizar a necessidade de conhecimento total contra essa atividade, assim o que você e o Governo já deram toda autoridade. Ele sentiu mais frustração, firmeza e decisão, demonstrando o processo de apoio, quase unanimidade de todos os brasileiros, com [illegible] em seus partidos. Manifestou-me [illegible] a qualquer nova lei, consoante c/ ponto de vista do Min. Gilberg. Na ocasião, apareceu nosso compatriota Délio, que ficou até o fim da reunião c/ Min. Gilberg.

Falso!

Nota do Autor: O desdobramento das ações do Governo parece estar indicando o conhecimento das fontes de resistência de três anos. Os discursos do Passarinho, entrevista do Min. da Marinha e o acontecimento de um [illegible] no [illegible], permitem prever avanço nessa linha. Faço votos que seja refletida, e que sua decisão seja firmemente, como em algumas outras ocasiões. Há grande [illegible] tive muito sucesso!

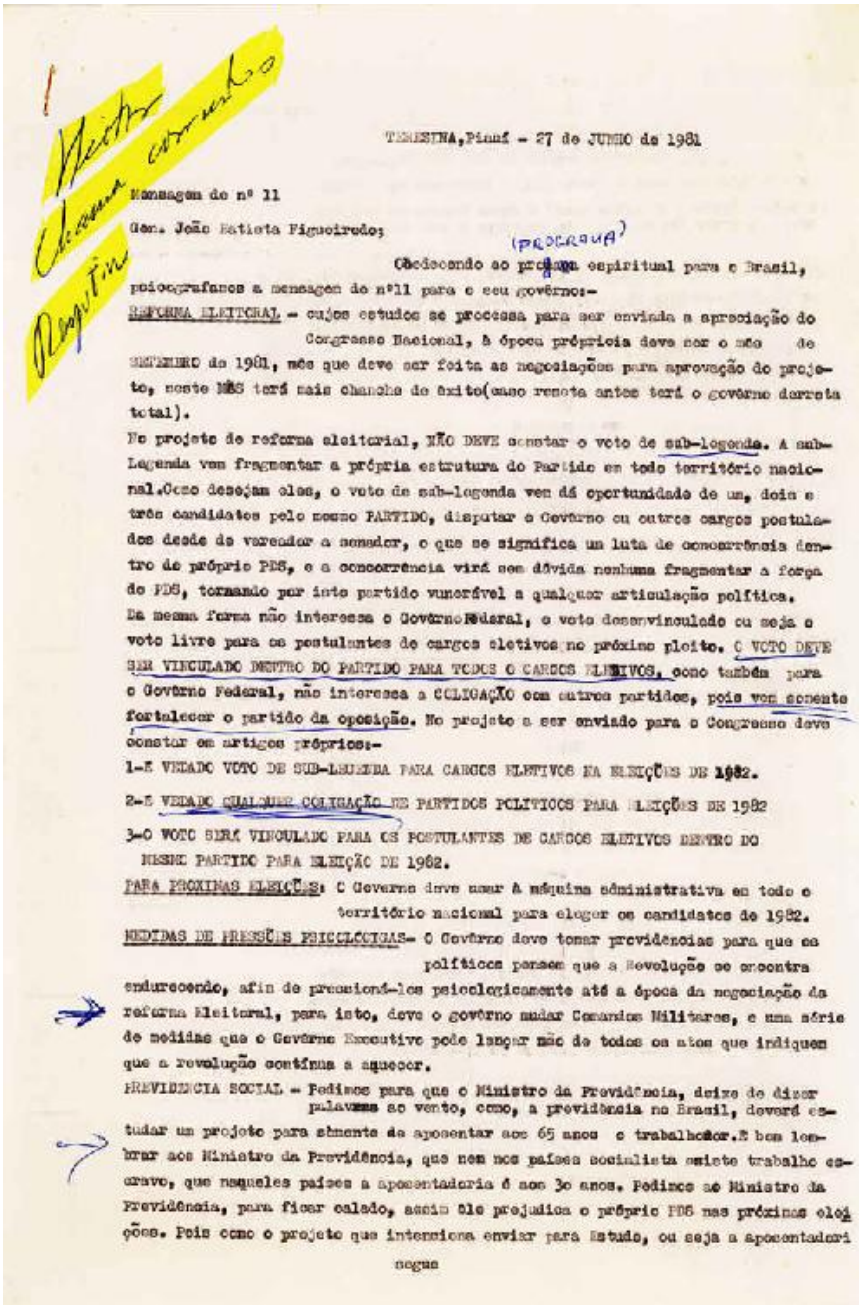
Nota: Após a longa [illegible] conjuntura, os movimentos, as medidas do Brasil deveriam [illegible]. O Min. Delfim [illegible] por aqui. Vamos ver o que [illegible].

b - Refinamento nos condutores - [illegible] de 2ª prioridade, para os outros muito [illegible]

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Golbery e Rasputin



TERESINA,Piauí - 27 de JUNHO de 1981

Mensagem de nº 11

Gen. João Batista Figueiredo;

Obedecendo ao programa espiritual para o Brasil, psicografamos a mensagem do nº11 para o seu governo:-

REFORMA ELEITORAL - cujos estudos se processa para ser enviada a apreciação do Congresso Nacional, à época própricia deve ser o mês de SETEMBRO de 1981, mês que deve ser feita as negociações para aprovação do projeto, neste MÊS terá mais chances de êxito(mais remota antes terá o governo derrota total).

No projeto de reforma eleitorial, NÃO DEVE constar o voto de sub-legenda. A sub-Legenda vem fragmentar a própria estrutura do Partido em todo território nacional.Como desejam eles, o voto de sub-legenda vem dá oportunidade de um, dois e três candidatos pelo mesmo PARTIDO, disputar o Governo ou outros cargos postulados desde de vereador a senador, o que se significa um luta de concorrência dentro do próprio PDS, e a concorrência virá sem dúvida nenhuma fragmentar a força do PDS, tornando por isto partido vunerável a qualquer articulação política.

Da mesma forma não interessa o Governo Federal, o voto desvinculado ou seja o voto livre para os postulantes de cargos eletivos no próximo pleito. O VOTO DEVE SER VINCULADO DENTRO DO PARTIDO PARA TODOS O CARGOS ELETIVOS, como também para o Governo Federal, não interessa a COLIGAÇÃO com outros partidos, pois vem somente fortalecer o partido da oposição. No projeto a ser enviado para o Congresso deve constar em artigos próprios:-

1-É VEDADO VOTO DE SUB-LEGENDA PARA CARGOS ELETIVOS NA ELEIÇÕES DE 1982.

2-É VEDADO QUALQUER COLIGAÇÃO DE PARTIDOS POLITICOS PARA ELEIÇÕES DE 1982

3-O VOTO SERÁ VINCULADO PARA OS POSTULANTES DE CARGOS ELETIVOS DENTRO DO MESMO PARTIDO PARA ELEIÇÃO DE 1982.

PARA PROXIMAS ELEIÇÕES: O Governo deve usar A máquina administrativa em todo o território nacional para eleger os candidatos de 1982.

MEDIDAS DE PRESSÕES PSICOLÓGICAS- O Governo deve tomar providências para que os políticos pensem que a Revolução se encontra endurecendo, afim de pressioná-los psicologicamente até a época da negociação da reforma Eleitoral, para isto, deve o governo mudar Comandos Militares, e uma série de medidas que o Governo Executivo pode lançar mão de todos os atos que indiquem que a revolução continua a aquecer.

PREVIDENCIA SOCIAL - Pedimos para que o Ministro da Previdência, deixe de dizer palavras ao vento, como, a previdência no Brasil, deverá estudar um projeto para simente de aposentar aos 65 anos o trabalhador.É bom lembrar ao Ministro da Previdência, que nem nos países socialista existe trabalho escravo, que naquele países a aposentadoria é aos 30 anos. Pedimos ao Ministro da Previdência, para ficar calado, assim Ele prejudica o próprio PDS nas próximas eleições. Pois como o projeto que intenciona enviar para Estudo, ou seja a aposentadori

negue

aos 65 anos, inevitàvelmente ele levantara as classes de trabalhadores contra o Governo Federal, através do voto dessa gente nas próximas eleições. O problema deficitário da Previdência, é estrutural e de estratégia no sistema arrecadador da própria previdência, que até hoje não acertou o passo com a evolução do tempo presente.

MINISTRO COUBERY DO COUTO E SILVA - Recentemente a nossa equipe espiritual esteve em Brasília, examinamos espiritualmente Coubery. Constatamos um processo inicial de desintegração de energias em seu PLEXO SOLAR CORONÁRIO, que se não for tratado levará inevitàvelmente a descarnar(morte), o que pode acontecer antes do término de seu mandato no Gabinete Civil. A Doença é de caracter espiritual e resulta de descargas do plexo solar coronário diretamente para o corpo material de grande quantidade de energias fluídicas no momento de STRESS corporal. Esta liberação de de energias se dá em grande quantidade devido ao excesso de trabalho e a idade avançada do paciente. Há pouco dias,idos passados, na Russia usamos a medium DJUNA na cidade de Moscou para curar do mesmo mau o dirigente soviético Leonid Brejnev. No Brasil, temos um medium com o mesmo equipe espiritual, que pode realizar o mesmo trabalho de Djuna, é o mesmo por quem estamos psicografando esta mensagem. O Brasil tem interesse que o Min. Coubery continue no corpo material, afim de cumprir a missão da qual foi incumbido aqui no mundo espiritual.

Mensagem do Monge Rasputin da Russia, recebido em Teresina, 27/junho/81
pelo medium Piraja

Nota do medium-

FLUIDO- elemento muito sutil,quintessenciado, impodervel, existente na natureza.

PERISPIRITO-invólucro, fluidico energetico, vaporoso, quintessenciado, semimaterial do espirito, com flexibilidade e expansibilidade.

PLEXO SOLAR CORONÁRIO- Parte espiritual situada no corpo humano à altura do coração,onde funciona um chacra. O corpo humano na parte espiritual tem sete chacras.

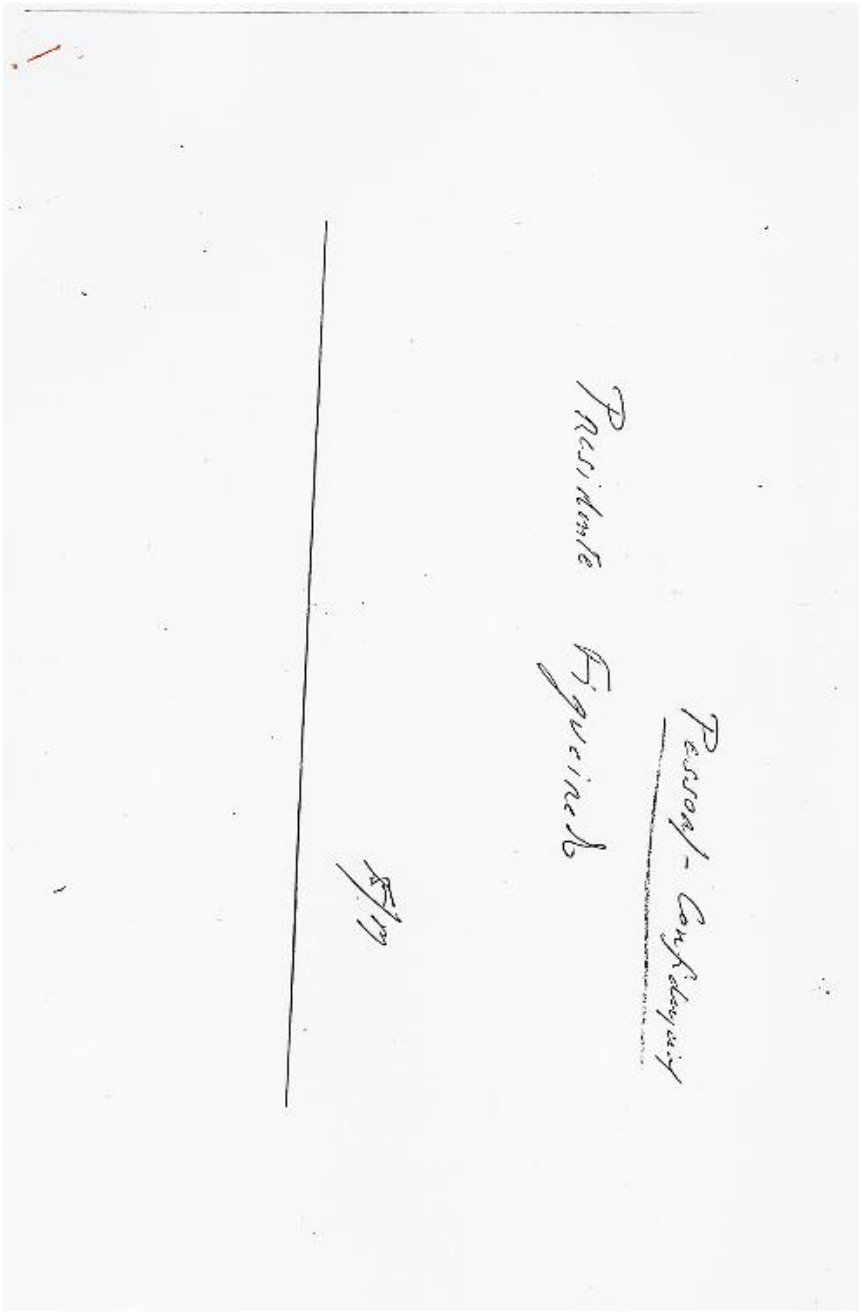
CHACRAS-São centros vitais de forças espirituais, que funcionam no sentido contrário dos ponteiros do relógio e produzem energias espirituais que alimentam o sistema nervoso central e periférico no corpo material do homem.

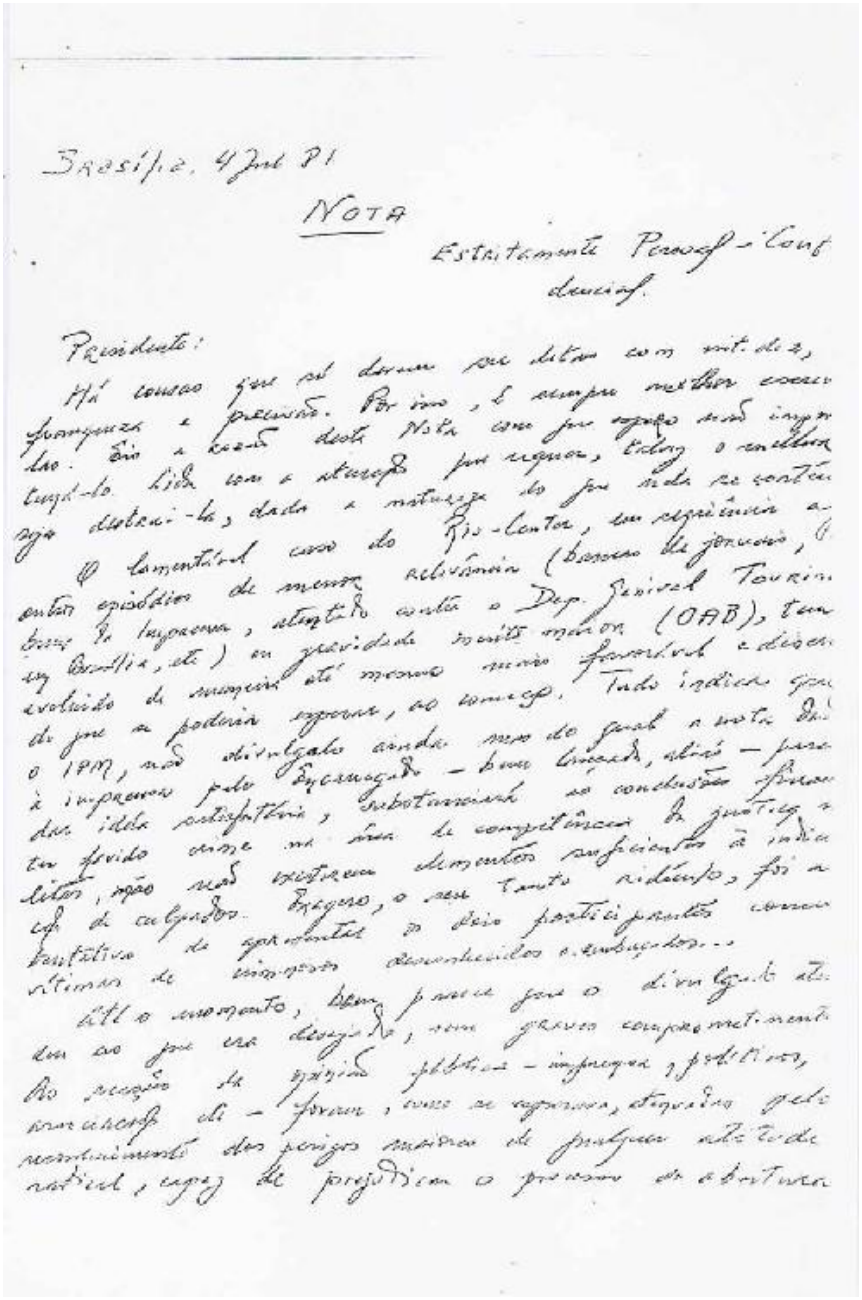
Luis Carlos Piraja
Av. N.S.Fátima, 1428 - B.Fátima
TERESINA - Pi CEP 64000

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

Golbery a Figueiredo: “Algo precisa ser feito”





Brasília, 4 jul 81

NOTA

Estritamente Pessoal - Confidencial

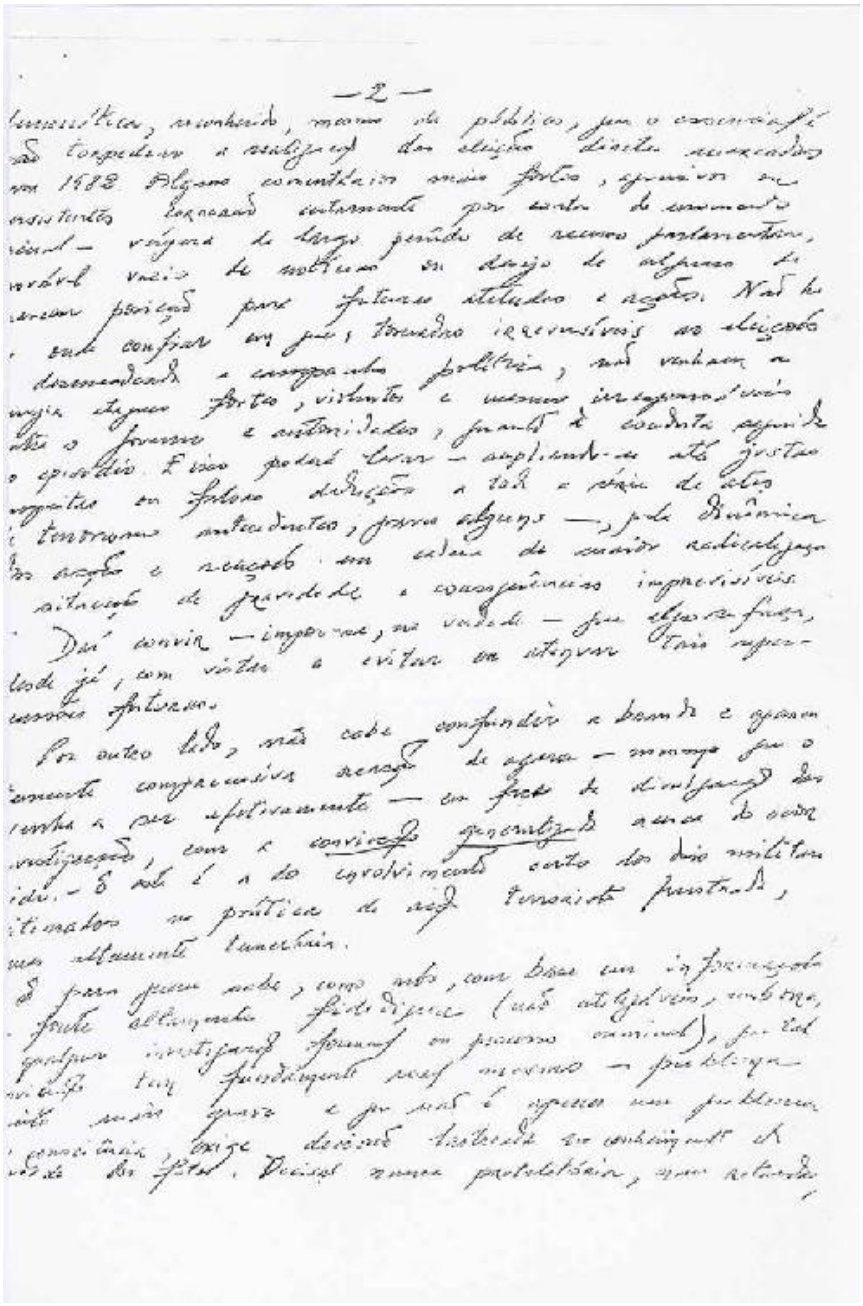
Presidente:

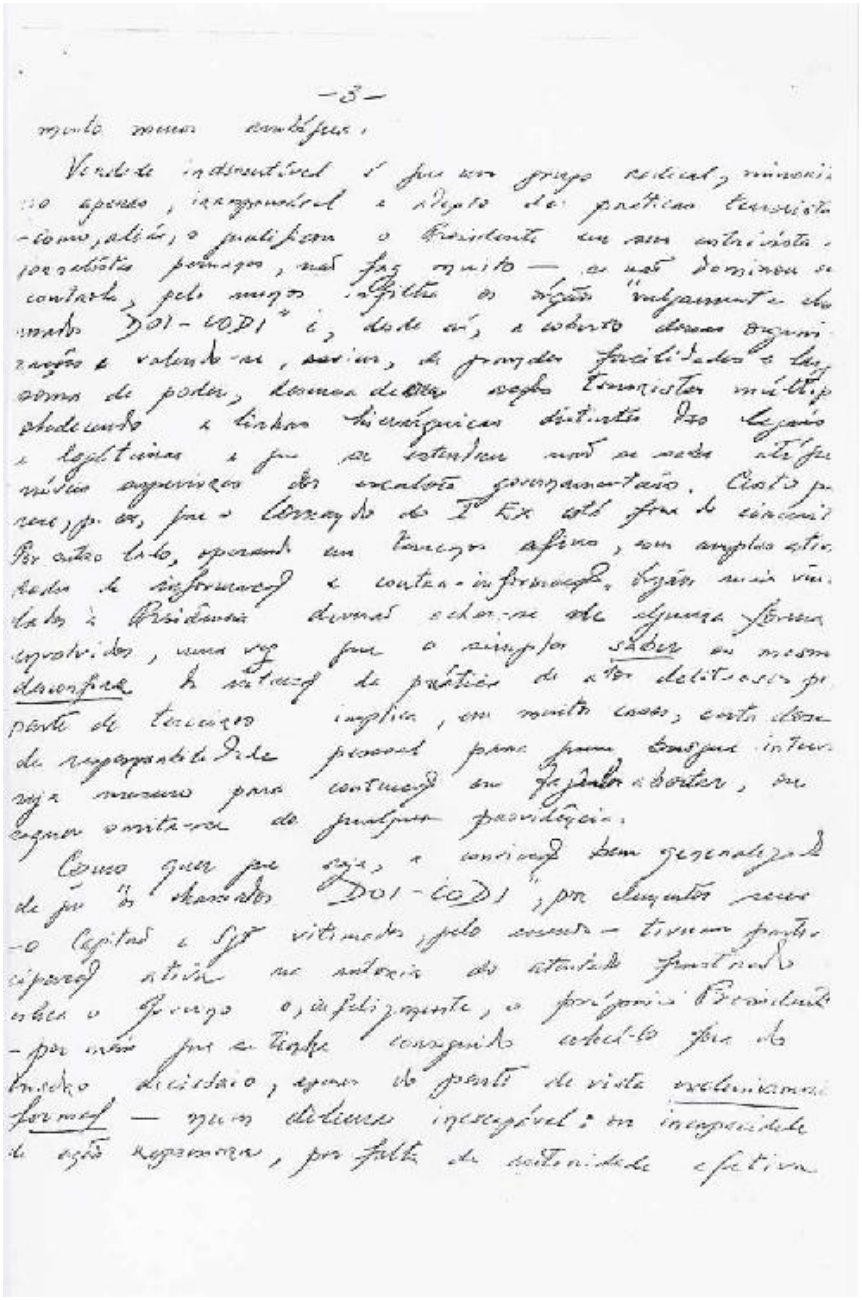
Há casos que só devem ser lidos com muita atenção, sempre e precisão. Por isso, é sempre melhor escrever do. É o caso desta Nota em que opto por usar linguagem tuga-la. Lida com atenção (que requer, todavia, o cuidado gia destrui-la, dada a natureza do que nela se contém).

O lamentável caso do Rio-Centro, em seguida a outro episódio de menor relevância (bomba na Livraria Bancas de jornais, em Brasília, etc) em gravidade mas muito maior (OAB), tem evolido de maneira até mesmo muito favorável e desde do que se poderia esperar, ao começo. Tudo indica que o IPM, não divulgado ainda mas do final a nota foi à imprensa pelo Encarregado - bem cedo, aliás - para dar idéia satisfatória, sabotando assim as conclusões [illegible] tendo sido crime na área de competência da justiça militar, não mais existem elementos suficientes à indiciamento de culpados. Segue, o seu tanto ridículo, foi a tentativa de [illegible] dois pastinhas [illegible] vítimas de [illegible] desconhecidos e [illegible]...

Até o momento, bem parece que o divulgado atendeu ao que era desejado, sem graves comprometimentos ao prestígio da [illegible] pública - imprensa, polícias, para-choque [illegible] - forum, como se esperava, dispondo pelo restabelecimento dos [illegible] meios de [illegible] até [illegible] natural, cujos [illegible] prejudicam o processo de abertura

[Voltar] | [Transcrição]



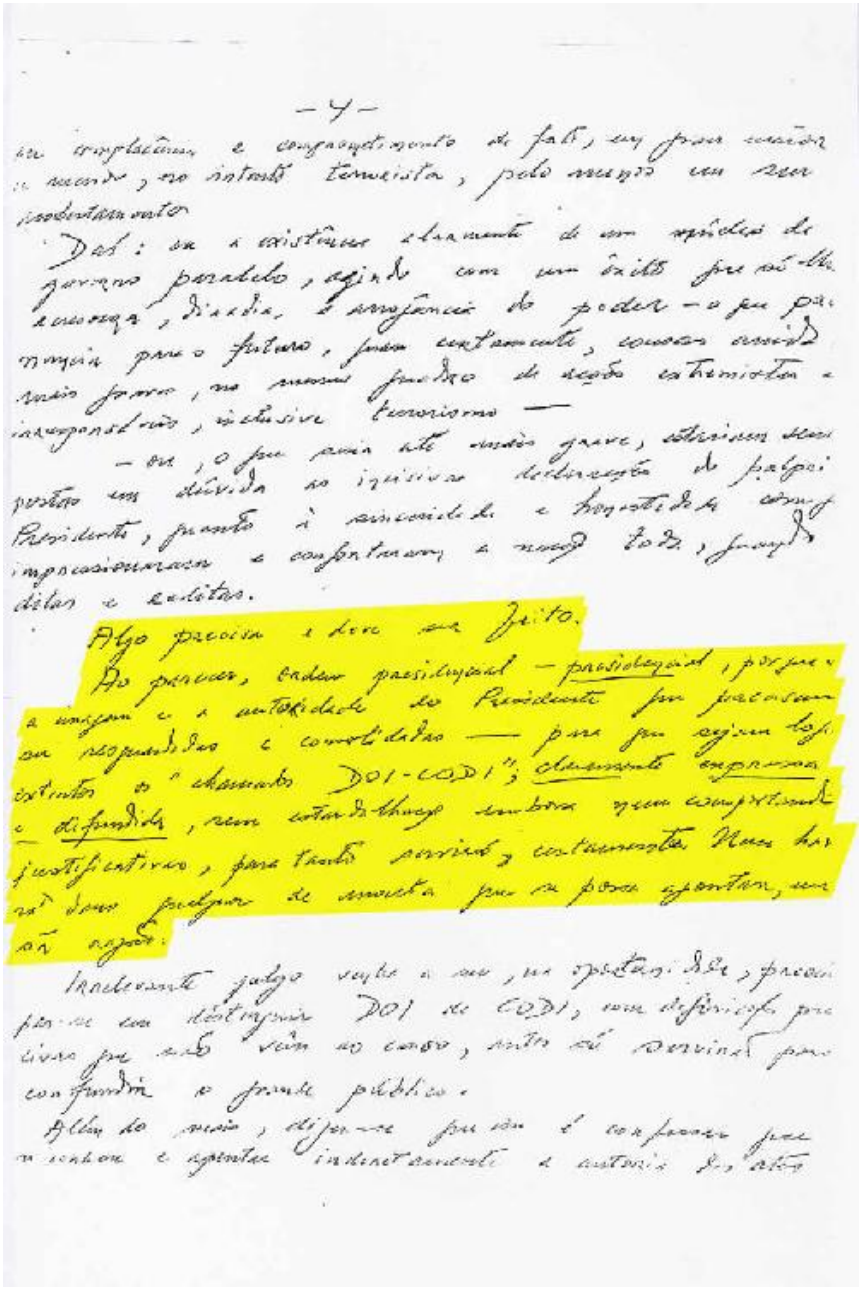


-3-

muito mesmo caro Ministro,

Verdade indiscutível é que um grupo radical, minoritário apenas, irresponsável e adepto de prática terrorista - como, aliás, o qualificam o Presidente em seu entrevista jornalística polonesa, mas faz muito — se vem dominou se contrata, pelo menos [illegible] o sigla "vulgarmente" de modo DOI-CODI" é, desde aí, à sobeito diversa organização e valendo-se, assim, da grande facilidade e lhe dama de poder, deveria deter vasto terrorista múltiplo obedecendo a linhas hierárquicas distintas dos legais e legítimas e que se estendem até as mais altas autoridades governamentais. Cito por exemplo, que o Comando do 1º Ex até fora do conhecimento. Por outro lado, operando em terreno aberto, com amplos atributos de informação e contra-informação, ligação direta à Presidência deveria colocar-se de alguma forma imprevistos, uma vez que o simples saber ou mesmo desconfiar da existência de práticas de atos delituosos por parte de terceiros implica, em muitos casos, certa dose de responsabilidade pessoal para quem consegue intervir mesmo para contenção ou fazê-los cessar, ou segura omissão de qualquer providência.

Como quer que seja, a conivência bem generalizada de que "o chamado DOI-CODI", por diversos seus - o Capitão e Sgt vitimados pelo acaso - tivemos parte ativa na autoria do atentado frustrado sobre o Riocentro e, felizmente, o pára-raios Presidente - por não que se tenha conseguido colocá-lo fora do trabalho decisório, apesar do ponto de vista exclusivamente formal — num distúrbio inexplicável: na inoperância de ação Repressiva, por falta de autoridade efetiva



— 4 —

... implantação e conhecimento de fato, em grau crescente ... mundo, no intuito terrorista, pelo menos um ... indenização.

Diz: ou a existência efetiva de um aparelho de governo paralelo, agindo com um índice de ... ameaça, direta, à manutenção do poder — o que pode ... mesmo para o futuro, pois certamente, causar ... não fosse, no mesmo padrão de ação terrorista e ... inconsequência, inclusive terrorismo —

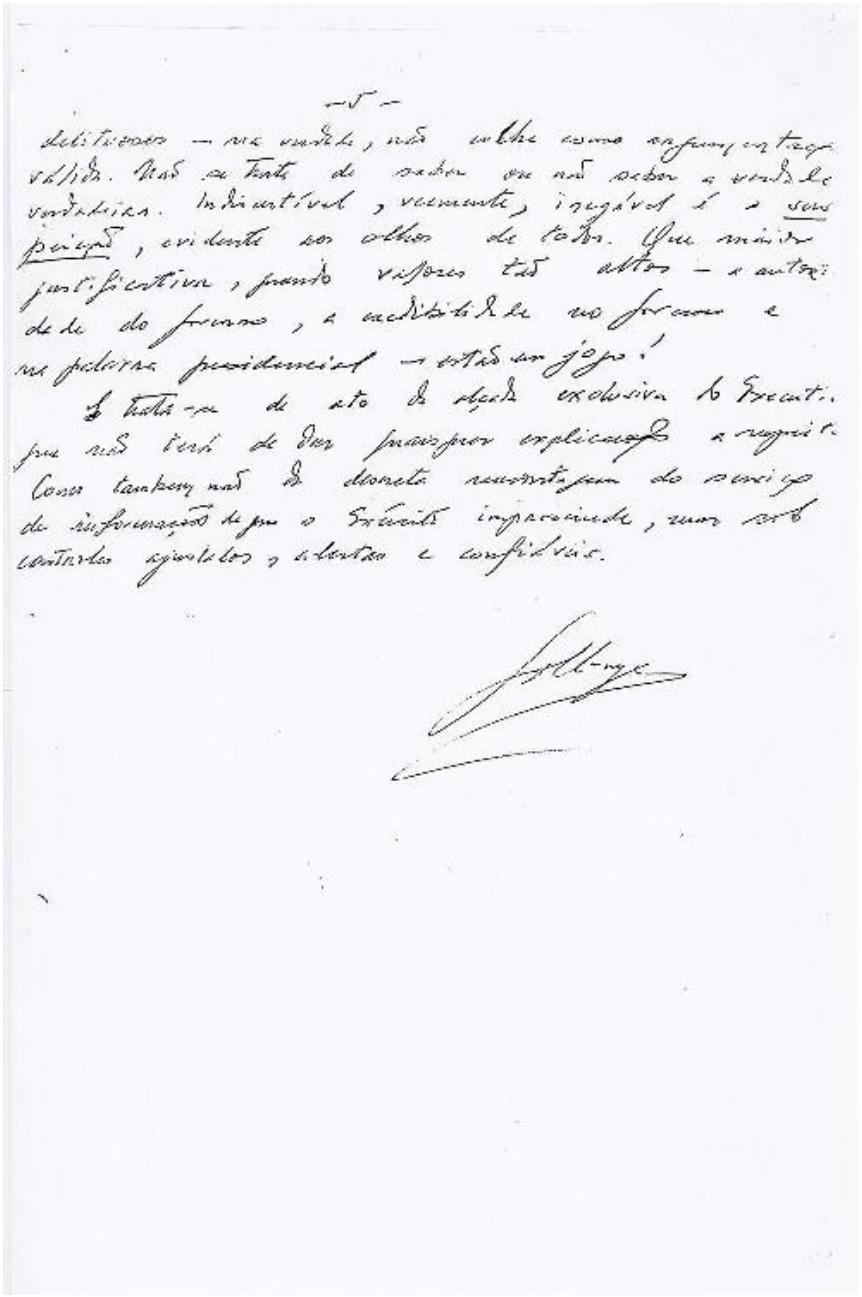
— ou, o que seria até muito grave, estariam sendo ... posto em dúvida as iniciativas deliberadas de ... Presidente, quanto à sinceridade e lhaneza de ... impressionaram e confortaram a nação toda, ... dela e exigidas.

Algo precisa e deve ser feito.

Do parecer, cabem providências — providências, porque a ... ordem e a autoridade do Presidente foram ... ou desprezadas e contrariadas — pois que agiram ... existência do "chamado DOI-CODI"; clandestina, ... e difundida, sem estar sabido sequer quem comprovará ... justificativas, para tanto servindo, costumeiramente. Nem ... só dum pedaço de muita fita em que possa apontar, ... só rapaz.

Irrelevante julgo saber a ... pessoas dele, precisa ... ou distinguir DOI de CODI, com disfarces ... civis que não vêm ao caso, antes só servindo para ... confundir o grande público.

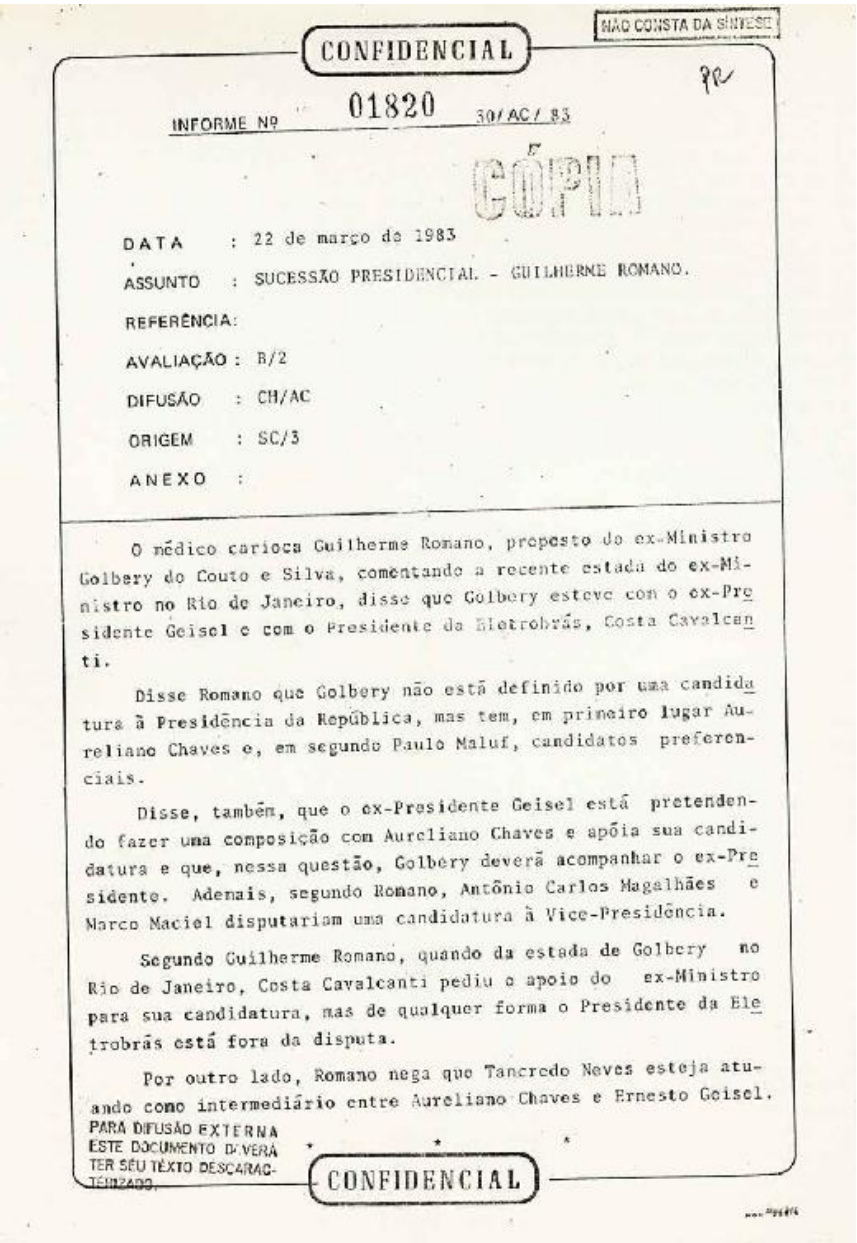
Além do mais, dispensa-se fundo é conhecer que ... violam e agridem indiretamente a autoria de ...



[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

O SNI ouve o amigo de Golbery



NÃO CONSTA DA SÍNTESE

CONFIDENCIAL

INFORME Nº 01820 30/AC/83

COPIA

DATA : 22 de março de 1983

ASSUNTO : SUCESSÃO PRESIDENCIAL - GUILHERME ROMANO.

REFERÊNCIA:

AVALIAÇÃO : B/2

DIFUSÃO : CH/AC

ORIGEM : SC/3

ANEXO :

O médico carioca Guilherme Romano, preposto do ex-Ministro Golbery do Couto e Silva, comentando a recente estada do ex-Ministro no Rio de Janeiro, disse que Golbery esteve com o ex-Presidente Geisel e com o Presidente da Eletrobrás, Costa Cavalcanti.

Disse Romano que Golbery não está definido por uma candidatura à Presidência da República, mas tem, em primeiro lugar Aureliano Chaves e, em segundo Paulo Maluf, candidatos preferenciais.

Disse, também, que o ex-Presidente Geisel está pretendendo fazer uma composição com Aureliano Chaves e apóia sua candidatura e que, nessa questão, Golbery deverá acompanhar o ex-Presidente. Ademais, segundo Romano, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel disputariam uma candidatura à Vice-Presidência.

Segundo Guilherme Romano, quando da estada de Golbery no Rio de Janeiro, Costa Cavalcanti pediu o apoio do ex-Ministro para sua candidatura, mas de qualquer forma o Presidente da Eletrobrás está fora da disputa.

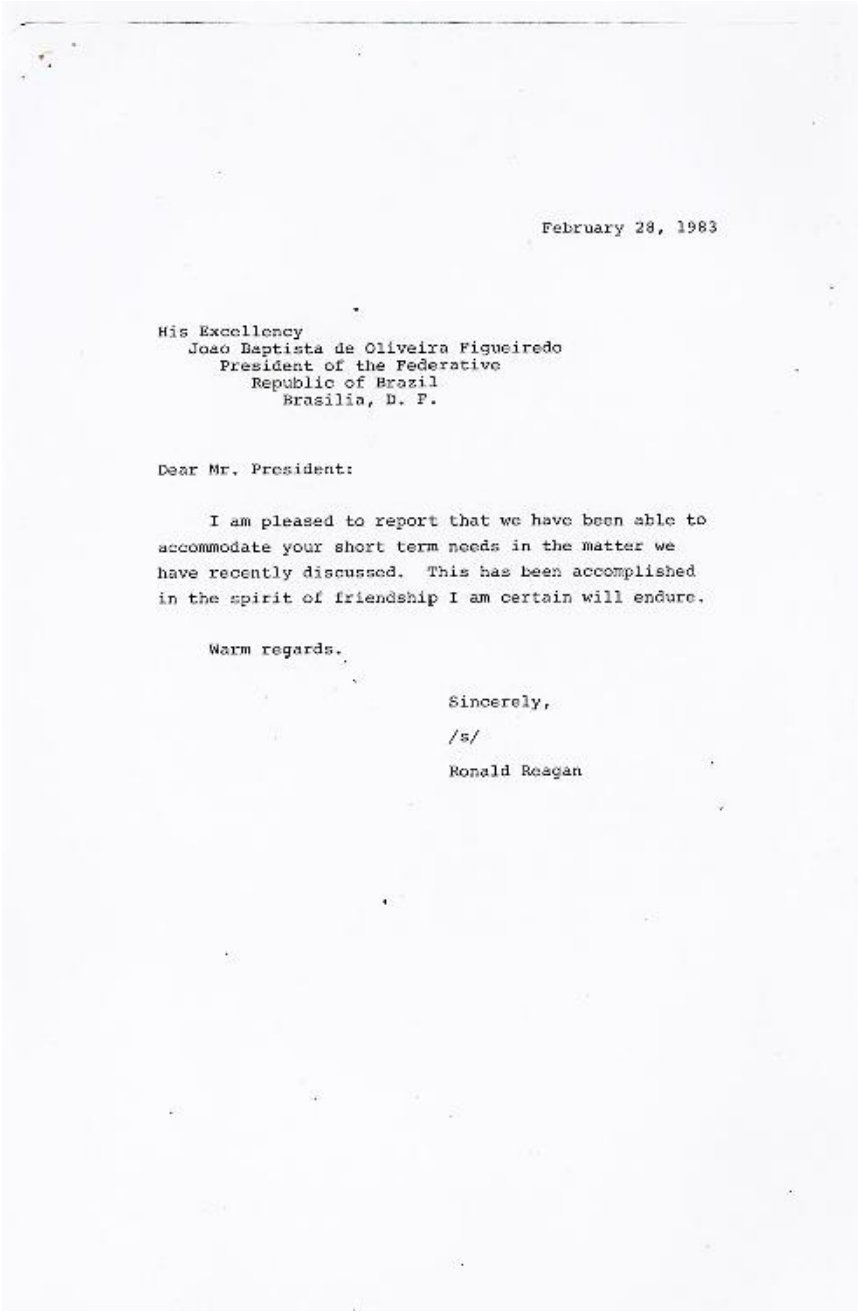
Por outro lado, Romano nega que Tancredo Neves esteja atuando como intermediário entre Aureliano Chaves e Ernesto Geisel.

PARA DIFUSÃO EXTERNA ESTE DOCUMENTO DEVERÁ TER SEU TEXTO DESCARACTERIZADO.

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição]

Reagan e Figueiredo



February 28, 1983

His Excellency
João Baptista de Oliveira Figueiredo
President of the Federative
Republic of Brazil
Brasilia, D. F.

Dear Mr. President:

I am pleased to report that we have been able to accommodate your short term needs in the matter we have recently discussed. This has been accomplished in the spirit of friendship I am certain will endure.

Warm regards.

Sincerely,

/s/

Ronald Reagan

MINISTÉRIO
DAS
RELAÇÕES EXTERIORES

30º Despacho
(indiretamente)
Item nº 02

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Data: 03 de fevereiro de 1983.

Índice: Brasil-EUA. Resposta a mensagem do Presidente Ronald Reagan.

067

Com relação à mensagem que o Presidente Ronald Reagan dirigiu a Vossa Excelência, no dia 28 de fevereiro último, que se encontra em anexo, sugiro o seguinte projeto de resposta, o qual se aprovado por Vossa Excelência, seria encaminhado, como de hábito, pela Embaixada do Brasil em Washington:

"Senhor Presidente,

Apraz-me acusar o recebimento da mensagem de Vossa Excelência com data de 28 de fevereiro último.

A pronta e positiva resposta de Vossa Excelência à minha solicitação demonstra, mais uma vez, a amizade que existe entre os nossos dois países e indica o claro entendimento de que os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil têm conotações globais e de que a cooperação internacional é o melhor instrumento para a proteção e salvaguarda de interesses comuns.

Sensibilizado, retribuo suas palavras de amizade.

Muito cordialmente, "

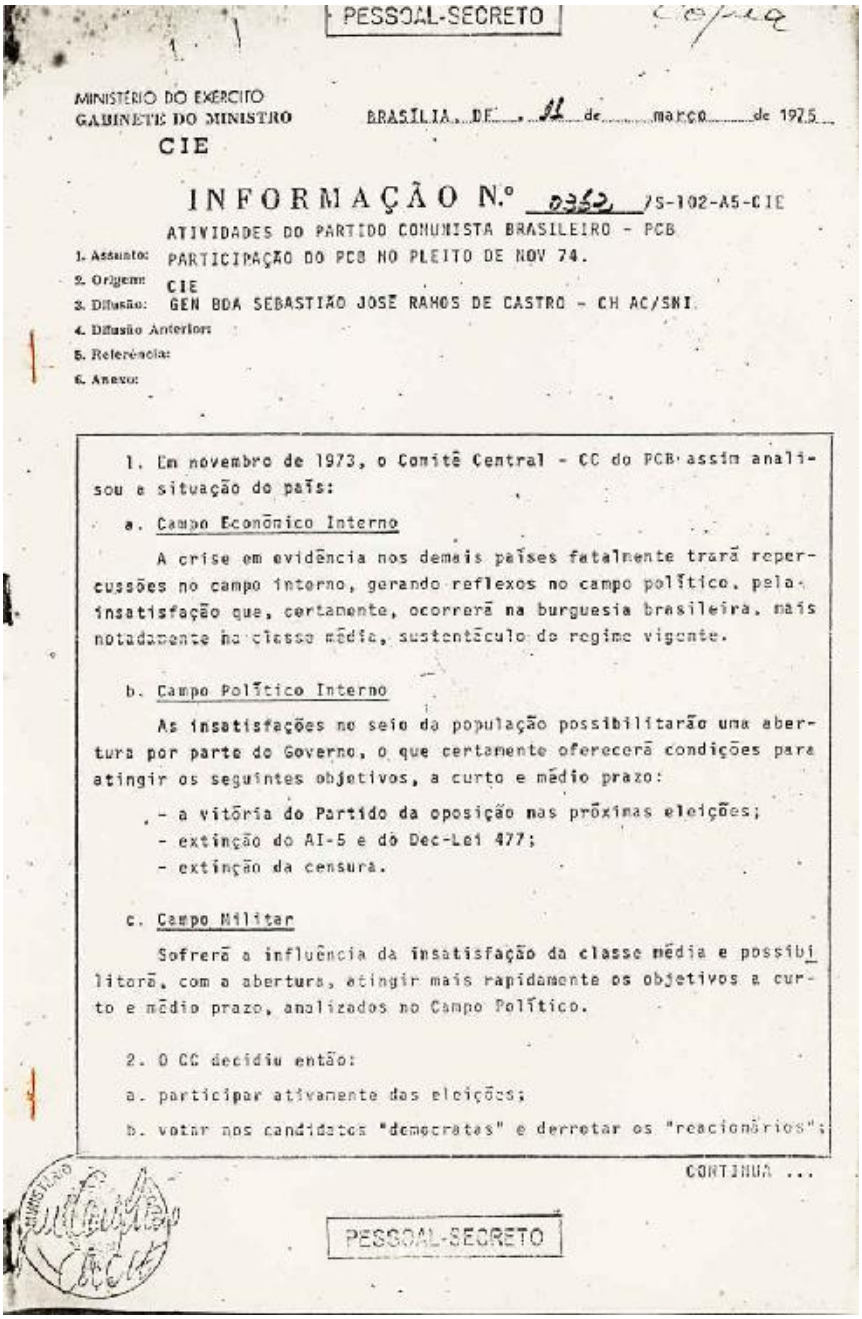
Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores

104-3310

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

O CIE associa Tancredo ao PCB



PESSOAL-SECRETO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA, DF, 11 de março de 1975

INFORMAÇÃO N.º 0352 /S-102-A5-CIE

ATIVIDADES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB

1. Assunto: PARTICIPAÇÃO DO PCB NO PLEITO DE NOV 74.
2. Origem: CIE
3. Difusão: GEN BDA SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO - CH AC/SNI
4. Difusão Anterior:
5. Referência:
6. Anexo:

1. Em novembro de 1973, o Comitê Central - CC do PCB assim analisou a situação do país:

a. Campo Econômico Interno

A crise em evidência nos demais países fatalmente trará repercussões no campo interno, gerando reflexos no campo político, pela insatisfação que, certamente, ocorrerá na burguesia brasileira, mais notadamente na classe média, sustentáculo do regime vigente.

b. Campo Político Interno

As insatisfações no seio da população possibilitarão uma abertura por parte do Governo, o que certamente oferecerá condições para atingir os seguintes objetivos, a curto e médio prazo:

- a vitória do Partido da oposição nas próximas eleições;
- extinção do AI-5 e do Dec-Lei 477;
- extinção da censura.

c. Campo Militar

Sofrerá a influência da insatisfação da classe média e possibilitará, com a abertura, atingir mais rapidamente os objetivos a curto e médio prazo, analizados no Campo Político.

2. O CC decidiu então:

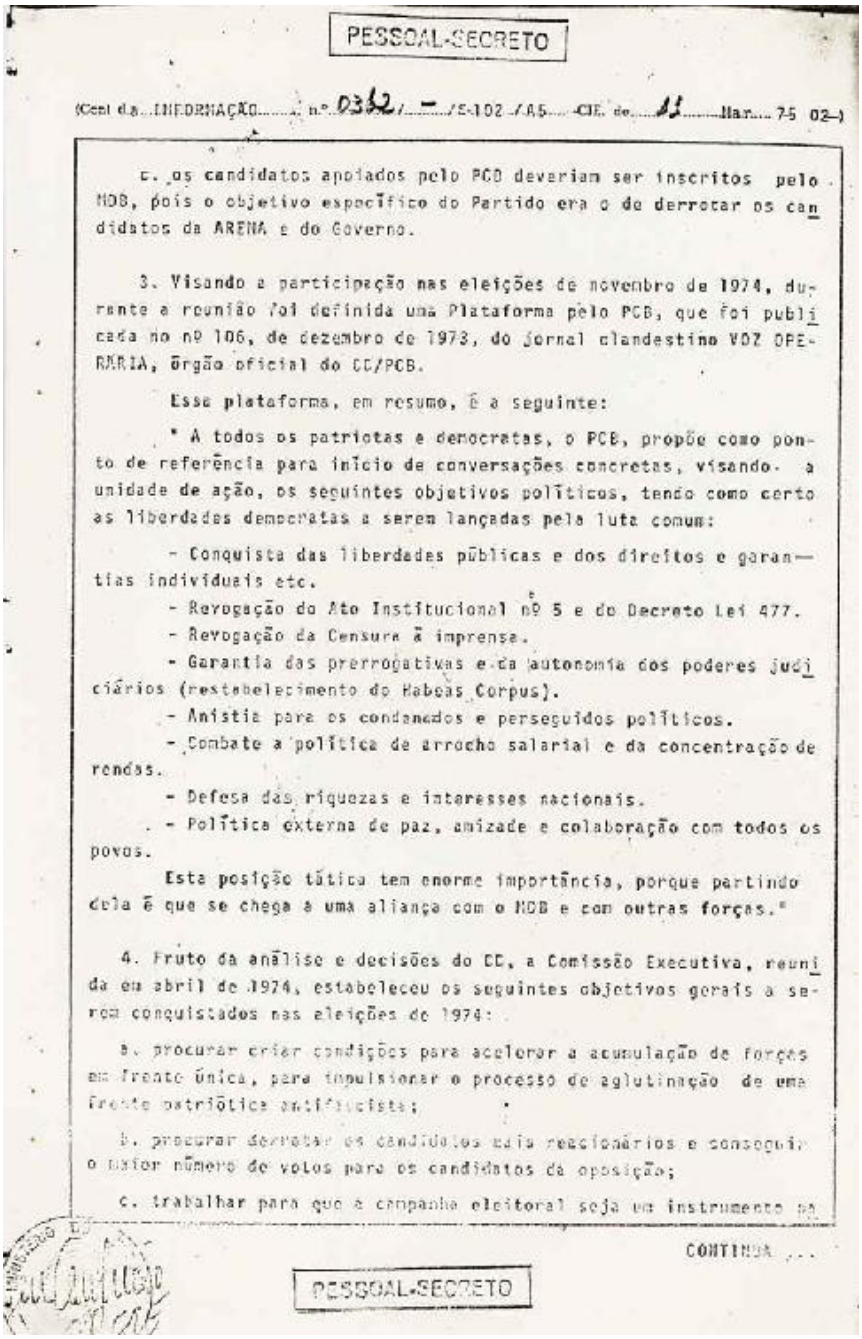
a. participar ativamente das eleições;

b. votar nos candidatos "democratas" e derrotar os "reacionários";

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO

[Voltar] | [Transcrição]



PESSOAL-SECRETO

(Cont da INFORMAÇÃO nº 0362/-/S-102/AS CIE de 11 Mar 75 02)

c. os candidatos apoiados pelo PCB deveriam ser inscritos pelo MDB, pois o objetivo específico do Partido era o de derrotar os candidatos da ARENA e do Governo.

3. Visando a participação nas eleições de novembro de 1974, durante a reunião foi definida uma Plataforma pelo PCB, que foi publicada no nº 106, de dezembro de 1973, do jornal clandestino VOZ OPERÁRIA, órgão oficial do CC/PCB.

Essa plataforma, em resumo, é a seguinte:

" A todos os patriotas e democratas, o PCB, propõe como ponto de referência para início de conversações concretas, visando a unidade de ação, os seguintes objetivos políticos, tendo como certo as liberdades democráticas a serem lançadas pela luta comum:

- Conquista das liberdades públicas e dos direitos e garantias individuais etc.
- Revogação do Ato Institucional nº 5 e do Decreto Lei 477.
- Revogação da Censura à imprensa.
- Garantia das prerrogativas e da autonomia dos poderes judiciários (restabelecimento do Habeas Corpus).
- Anistia para os condenados e perseguidos políticos.
- Combate à política de arrocho salarial e da concentração de rendas.
- Defesa das riquezas e interesses nacionais.
- Política externa de paz, amizade e colaboração com todos os povos.

Esta posição tática tem enorme importância, porque partindo dela é que se chega à uma aliança com o MDB e com outras forças."

4. Fruto da análise e decisões do CC, a Comissão Executiva, reunida em abril de 1974, estabeleceu os seguintes objetivos gerais a serem conquistados nas eleições de 1974:

a. procurar criar condições para acelerar a acumulação de forças em frente única, para impulsionar o processo de aglutinação de uma frente patriótica antifascista;

b. procurar derrotar os candidatos mais reacionários e conseguir o maior número de votos para os candidatos da oposição;

c. trabalhar para que a campanha eleitoral seja um instrumento na

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO

PESSOAL-SECRETO

(Cont da INFORMAÇÃO nº 0262/ - /S.102/ AS CIE, de 11 Mar 75 03)

ra a multiplicação das lutas de massas.

5. A orientação para o trabalho eleitoral foi publicada na VOZ OPERÁRIA, em números sucessivos, bem como editados panfletos com estas instruções. O Secretariado organizou a descida dessas resoluções para os comitês estaduais e centrou a discussão até o nível das direções estaduais, que foi muito bem recebido no conjunto do partido. Antes mesmo do comitê central chegar a esta decisão, a maioria dos comitês estaduais já tinham se movimentado em função das eleições.

Duas únicas dificuldades surgiram nas fileiras do PCB quanto às eleições. A primeira foi na GUANABARA, quando muitos comunistas resistiram ao apoio à candidatura ao senado de DANTON JOBIM, por ser ele ligado ao governador CHAGAS FREITAS. A segunda foi no MARANHÃO, onde os comunistas não lutavam para o que o MDB lançasse um candidato ao senado.

Os comitês estaduais, ao receberem esta orientação começaram a escolher os candidatos e a discutir com o MDB a participação do partido.

O PCB não criou frações dentro do MDB, ou em função da campanha eleitoral. Isto porque o trabalho era ainda muito restrito. Mas em cada secretariado dos comitês estaduais do PCB, um dos seus membros, ficou responsável pela campanha eleitoral, pelos contatos com os candidatos e com o MDB. Através desses contatos se acertaram os comícios, as reuniões e o resto era trabalho das organizações do partido.

As organizações do partido foram orientadas para diretamente procurar os comitês eleitorais para apanhar material de propaganda, nunca entretanto, se apresentando nos referidos comitês como comunista, por razão de segurança.

6. Atividades do PCB

Em consequência com a análise e as decisões do CC e com os objetivos gerais estabelecidos pela Comissão Executiva, o CC manteve entendimentos com o MDB, com o CLERO, com políticos insatisfeitos da ARENA e, até, com setores do próprio povo.

a. - Entendimentos com o MDB

MARCO ANTONIO COELHO, da Comissão Executiva -CEx/PCB, entrou

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO

[Voltar] | [Transcrição]

PESSOAL-SECRETO

(Cont.ª a INFORMAÇÃO nº 0362/-/S.102/AS-CIE, de 11 Mar 75 04)

em contato com o presidente do MDB, Sr ULISSES GUIMARÃES, a fim de transmitir as resoluções do CC. Nesta ocasião o PCB forneceu matérias para a orientação da campanha política do MDB. Como exemplo, MARCO ANTONIO cita que grande parte da matéria contida na cartilha de propaganda do MDB possui dados oferecidos pelo PCB.

Comparando-se esta cartilha com a resolução política adotada pelo VI Congresso do PCB, em dezembro de 1967, reformulada na reunião do CC de Novembro de 1973, verifica-se que as teses políticas defendidas pelo MDB são as mesmas preconizadas pelo PCB.

Além de ULISSES GUIMARÃES, entraram em contato com o representante da Comissão Executiva do CC:

- ANDRÉ FRANCO MONTORO;
- AMARAL PEIXOTO;
- TANCREDO NEVES;
- THALES RAMALHO.

b. - Entendimentos com políticos insatisfeitos da ARENA

Foram feitos com os seguintes deputados:
-- CANTÍDIO MOCUFIRA SAMPAIO - SP;
- JOSÉ ROBERTO FARIA LIMA - SP.

7. Candidatos que receberam o apoio do PCB nas eleições de 15 de novembro de 1974. Elementos responsáveis pelos contatos políticos:

Com base nas declarações de diversos comunistas presos por ocasião do desbaratamento das gráficas do PCB, na GUANABARA e em SÃO PAULO, podemos extrair o seguinte:

a. MARCO ANTONIO TAVARES COELHO cita:

1) Ligações políticas diretas entre o nominado e os políticos abaixo:

ARENA

- JOSÉ MARIA ALCKMIN (MG)

M D B

- PEDRO SIMON (presidente do [illegible] "RS")
- AÉY BRITO (suplente do senador PAULO BROSSARD "RS")
- MARCOS TITO (MG)
- OSCAR PEDROSO HORTA (SP)

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO

PESSOAL-SECRETO

(Cont d...a ...INFORMAÇÃO..... n.º 0362/...../S..102/..A5.. -CIE. de.....12.....Mar.....75 05)

- BARBOSA LIMA SOBRINHO (GB)
- FRANCISCO PINTO (BA)

2) Ligações políticas entre LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO com os seguintes políticos:

- FRANCO MONTORO (SP)
- ULISSES GUIMARÃES (SP)
- AMARAL PEIXOTO (RJ)
- TALES RAMALHO (PE)
- FRANCISCO PINTO (BA)
- PAES DE ANDRADE (CE)
- MARCOS FREIRE (PE)
- LYSÂNEAS MACIEL (GB)
- ALENCAR FURTADO (PR)

3) Ligações políticas entre os membros do comitê estadual de SÃO PAULO do PCB, "WALTER RIBEIRO" e "INÁCIO DE TAL" e os seguintes políticos:

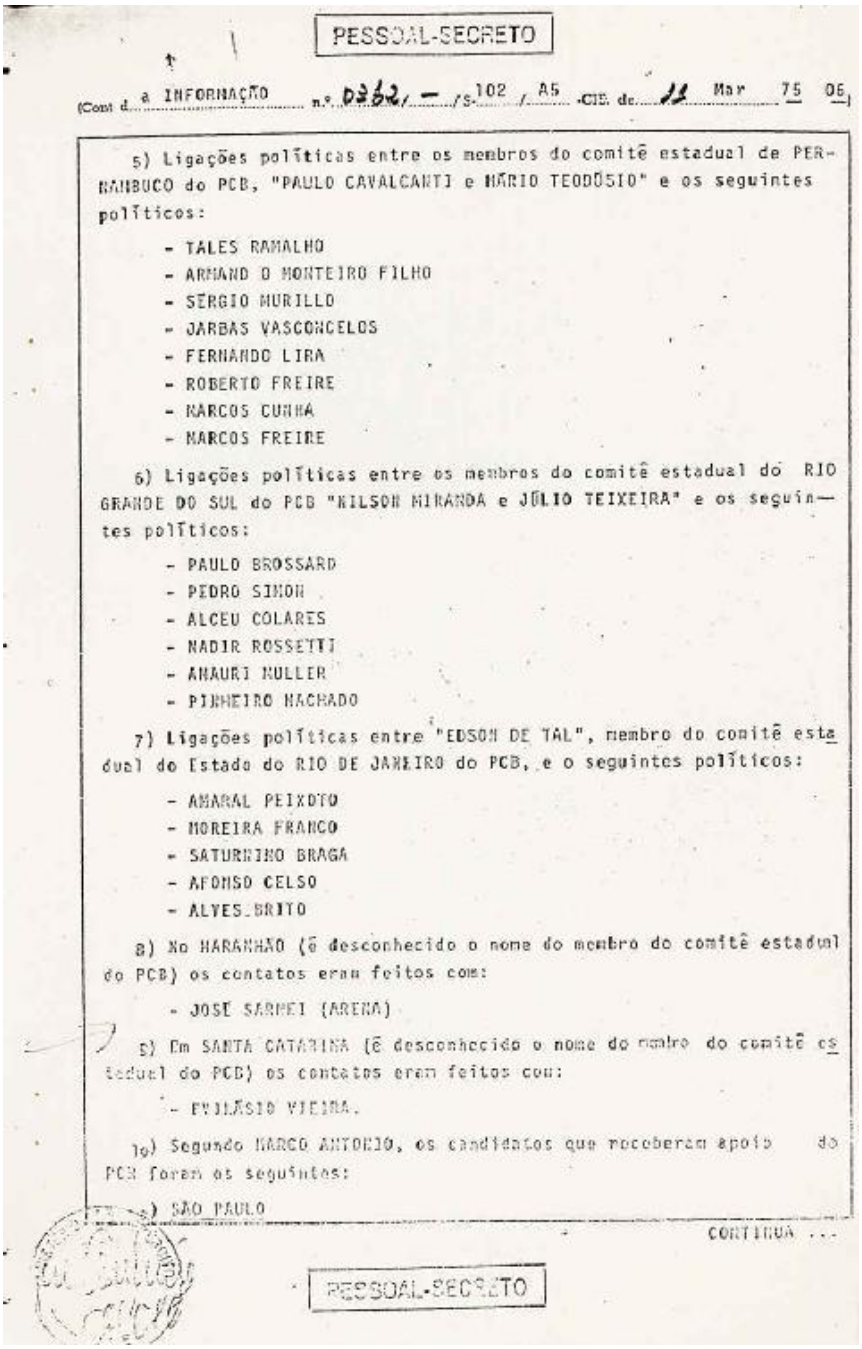
- DEL BOSCO DO AMARAL
- GUASSU PITERI
- FREDERICO BRANDÃO
- NELSON FABIANO
- MARCELO GATTO
- ALBERTO GOLDMAN
- LINO DE MATOS
- FRANCO MONTORO
- ORESTES QUÉRCIA
- FREITAS NOBRE
- DIAS MENEZES

4) Ligações políticas entre PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO, do comitê estadual da GB do PCB, e os seguintes políticos:

- DANTON JOBIM
- LYSÂNEAS MACIEL
- EDSON KAIR
- NELSON CARNEIRO
- DÉLIO DOS SANTOS
- JORGE MOURA
- HÉLIO DE ALMEIDA
- J. G. DE ARAÚJO JORGE

CONTINUA...

PESSOAL-SECRETO



PESSOAL-SECRETO

(Com d. a INFORMAÇÃO n.º 0362/ - /S-102 / A5 -CIE de 11 Mar 75 06)

5) Ligações políticas entre os membros do comitê estadual de PERNAMBUCO do PCB, "PAULO CAVALCANTI e MÁRIO TEODÓSIO" e os seguintes políticos:

- TALES RAMALHO
- ARMAND O MONTEIRO FILHO
- SÉRGIO MURILLO
- JARBAS VASCONCELOS
- FERNANDO LIRA
- ROBERTO FREIRE
- MARCOS CUNHA
- MARCOS FREIRE

6) Ligações políticas entre os membros do comitê estadual do RIO GRANDE DO SUL do PCB "NILSON MIRANDA e JÚLIO TEIXEIRA" e os seguintes políticos:

- PAULO BROSSARD
- PEDRO SIMON
- ALCEU COLARES
- NADIR ROSSETTI
- AHAURI MULLER
- PINHEIRO MACHADO

7) Ligações políticas entre "EDSON DE TAL", membro do comitê estadual do Estado do RIO DE JANEIRO do PCB, e o seguintes políticos:

- AMARAL PEIXOTO
- MOREIRA FRANCO
- SATURNINO BRAGA
- AFONSO CELSO
- ALVES BRITO

8) No MARANHÃO (é desconhecido o nome do membro do comitê estadual do PCB) os contatos eram feitos com:

- JOSÉ SARNEI (ARENA)

9) Em SANTA CATARINA (é desconhecido o nome do membro do comitê estadual do PCB) os contatos eram feitos com:

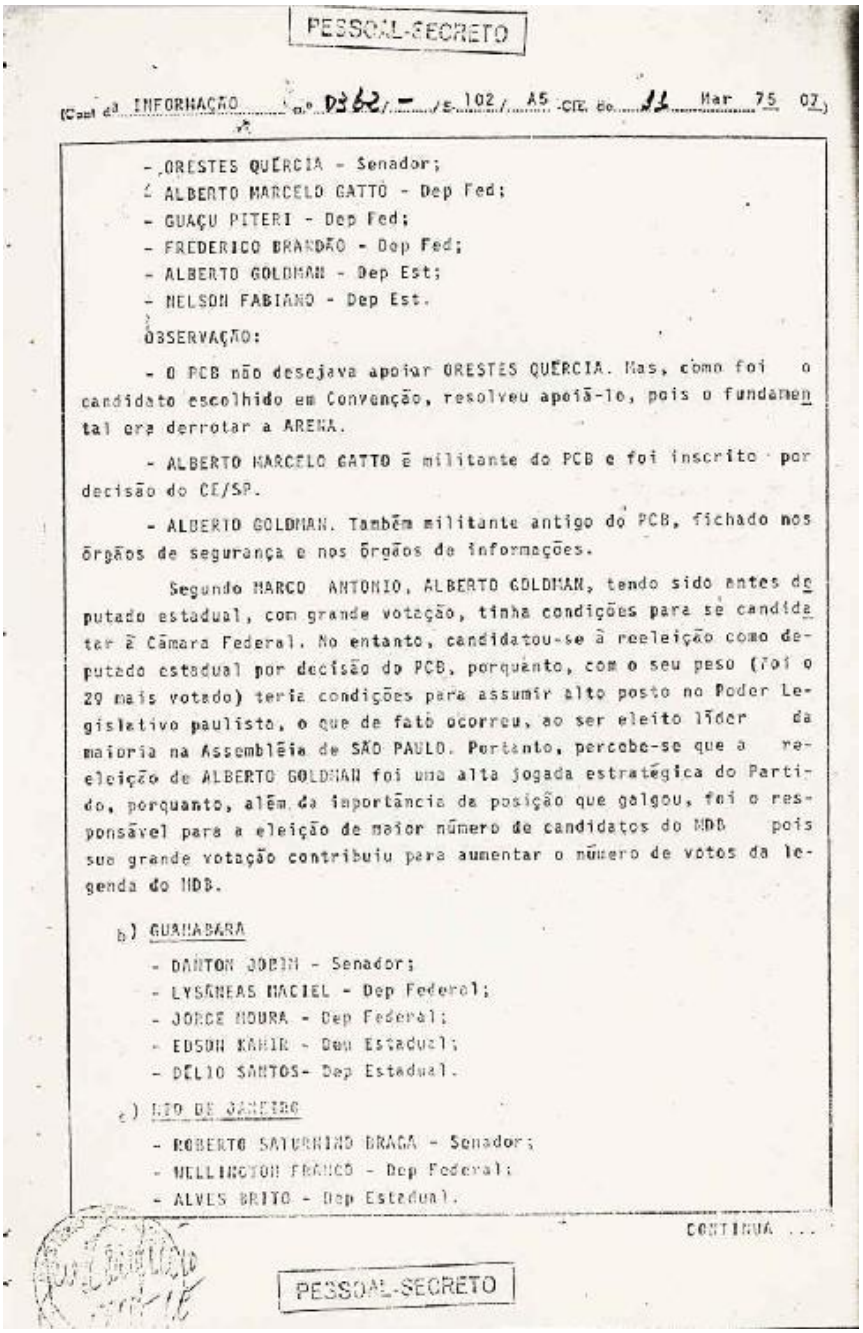
- EVILÁSIO VIEIRA.

10) Segundo MARCO ANTONIO, os candidatos que receberam apoio do PCB foram os seguintes:

-) SÃO PAULO

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO



PESSOAL-SECRETO

(Cont da INFORMAÇÃO nº 0362/- /S-102/ A5 -CIE de 12 Mar 75 02)

- ORESTES QUÉRCIA - Senador;
- ALBERTO MARCELO GATTO - Dep Fed;
- GUAÇU PITERI - Dep Fed;
- FREDERICO BRANDÃO - Dep Fed;
- ALBERTO GOLDMAN - Dep Est;
- NELSON FABIANO - Dep Est.

OBSERVAÇÃO:

- O PCB não desejava apoiar ORESTES QUÉRCIA. Mas, como foi o candidato escolhido em Convenção, resolveu apoiá-lo, pois o fundamental era derrotar a ARENA.

- ALBERTO MARCELO GATTO é militante do PCB e foi inscrito por decisão do CE/SP.

- ALBERTO GOLDMAN. Também militante antigo do PCB, fichado nos órgãos de segurança e nos órgãos de informações.

Segundo MARCO ANTONIO, ALBERTO GOLDMAN, tendo sido antes deputado estadual, com grande votação, tinha condições para se candidatar à Câmara Federal. No entanto, candidatou-se à reeleição como deputado estadual por decisão do PCB, porquanto, com o seu peso (foi o 29 mais votado) teria condições para assumir alto posto no Poder Legislativo paulista, o que de fato ocorreu, ao ser eleito líder da maioria na Assembléia de SÃO PAULO. Portanto, percebe-se que a reeleição de ALBERTO GOLDMAN foi uma alta jogada estratégica do Partido, porquanto, além da importância da posição que galgou, foi o responsável para a eleição de maior número de candidatos do MDB pois sua grande votação contribuiu para aumentar o número de votos da legenda do MDB.

b) GUANABARA

- DANTON JOBIM - Senador;
- LYSÂNEAS MACIEL - Dep Federal;
- JORGE MOURA - Dep Federal;
- EDSON KAHIR - Dep Estadual;
- DÉLIO SANTOS - Dep Estadual.

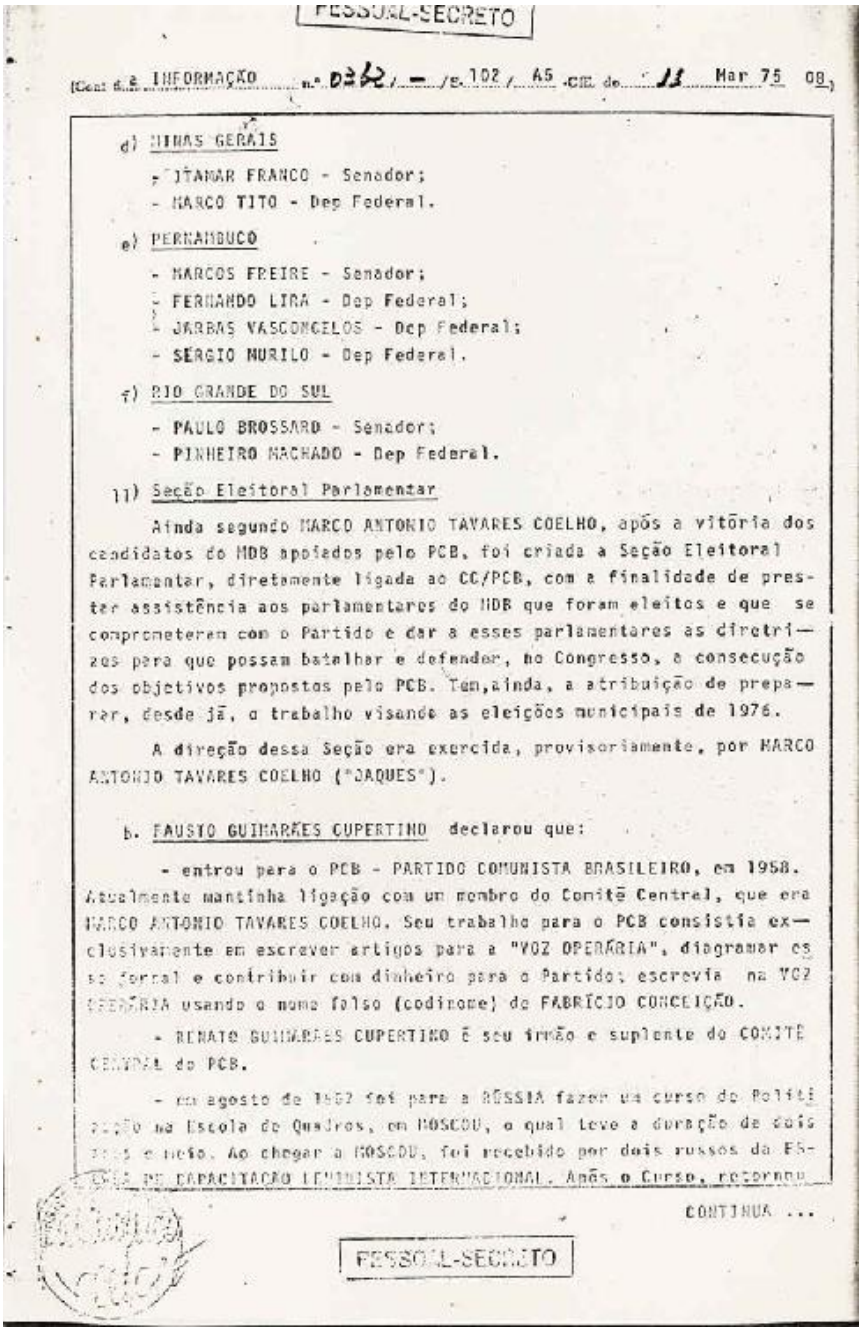
c) RIO DE JANEIRO

- ROBERTO SATURNINO BRAGA - Senador;
- NELLINGTON FRANCO - Dep Federal;
- ALVES BRITO - Dep Estadual.

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO

[Voltar] | [Transcrição]



PESSOAL-SECRETO

(Cont. à Z INFORMAÇÃO n.º 032/ - /S.102/ A5 -CIE. de 13 Mar 75 08)

d) MINAS GERAIS

- ITAMAR FRANCO - Senador;
- MARCO TITO - Dep Federal.

e) PERNAMBUCO

- MARCOS FREIRE - Senador;
- FERNANDO LIRA - Dep Federal;
- JARBAS VASCONCELOS - Dep Federal;
- SÉRGIO MURILO - Dep Federal.

f) RIO GRANDE DO SUL

- PAULO BROSSARD - Senador;
- PINHEIRO MACHADO - Dep Federal.

11) Seção Eleitoral Parlamentar

Ainda segundo MARCO ANTONIO TAVARES COELHO, após a vitória dos candidatos do MDB apoiados pelo PCB, foi criada a Seção Eleitoral Parlamentar, diretamente ligada ao CC/PCB, com a finalidade de prestar assistência aos parlamentares do MDB que foram eleitos e que se comprometeram com o Partido e dar a esses parlamentares as diretrizes para que possam batalhar e defender, no Congresso, a consecução dos objetivos propostos pelo PCB. Tem,ainda, a atribuição de preparar, desde já, o trabalho visando as eleições municipais de 1976.

A direção dessa Seção era exercida, provisoriamente, por MARCO ANTONIO TAVARES COELHO ("JAQUES").

b. FAUSTO GUIMARÃES CUPERTINO declarou que:

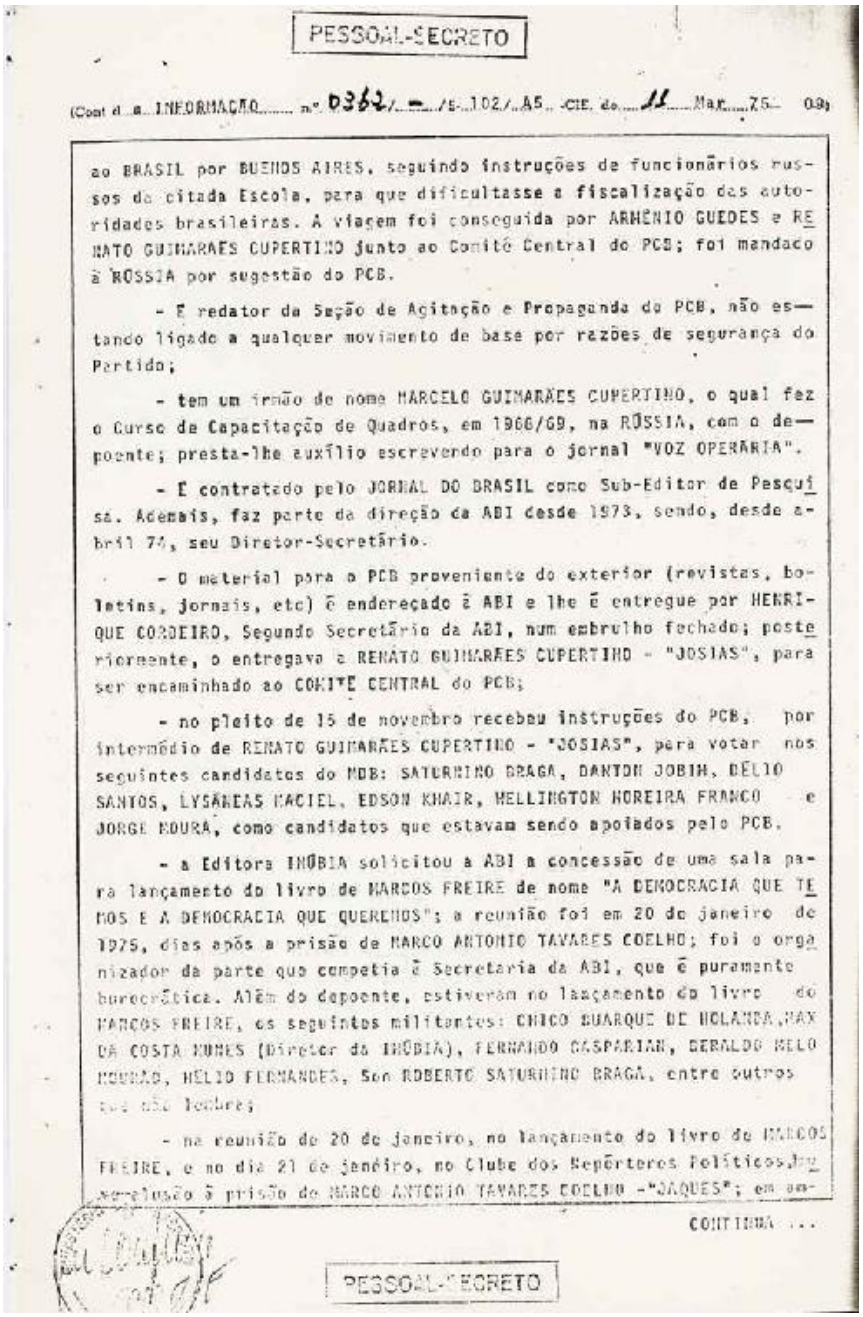
- entrou para o PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, em 1958. Atualmente mantinha ligação com um membro do Comitê Central, que era MARCO ANTONIO TAVARES COELHO. Seu trabalho para o PCB consistia exclusivamente em escrever artigos para a "VOZ OPERÁRIA", diagramar os ao jornal e contribuir com dinheiro para o Partido; escrevia na VOZ OPERÁRIA usando o nome falso (codinome) de FABRÍCIO CONCEIÇÃO.

- RENATO GUIMARÃES CUPERTINO é seu irmão e suplente do COMITÊ CENTRAL do PCB.

- em agosto de 1982 foi para a RÚSSIA fazer um curso de Política na Escola de Quadros, em MOSCOU, o qual teve a duração de dois anos e meio. Ao chegar a MOSCOU, foi recebido por dois russos da Escola de CAPACITAÇÃO FEMINISTA INTERNACIONAL. Após o Curso, retornou

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO



PESSOAL-SECRETO

(Cont d a INFORMAÇÃO nº 0362/ - /S-102/AS - CIE, de 11 Mar 75 - 09)

ao BRASIL por BUENOS AIRES, seguindo instruções de funcionários russos da citada Escola, para que dificultasse a fiscalização das autoridades brasileiras. A viagem foi conseguida por ARMÊNIO GUEDES e RENATO GUIMARÃES CUPERTINO junto ao Comitê Central do PCB; foi mandado à RÚSSIA por sugestão do PCB.

- É redator da Seção de Agitação e Propaganda do PCB, não estando ligado a qualquer movimento de base por razões de segurança do Partido;

- tem um irmão de nome MARCELO GUIMARÃES CUPERTINO, o qual fez o Curso de Capacitação de Quadros, em 1968/69, na RÚSSIA, com o depoente; presta-lhe auxílio escrevendo para o jornal "VOZ OPERÁRIA".

- É contratado pelo JORNAL DO BRASIL como Sub-Editor de Pesquisa. Ademais, faz parte da direção da ABI desde 1973, sendo, desde abril 74, seu Diretor-Secretário.

- O material para o PCB proveniente do exterior (revistas, boletins, jornais, etc) é endereçado à ABI e lhe é entregue por HENRIQUE CORDEIRO, Segundo Secretário da ABI, num embrulho fechado; posteriormente, o entregava a RENATO GUIMARÃES CUPERTINO - "JOSIAS", para ser encaminhado ao COMITÊ CENTRAL do PCB;

- no pleito de 15 de novembro recebeu instruções do PCB, por intermédio de RENATO GUIMARÃES CUPERTINO - "JOSIAS", para votar nos seguintes candidatos do MDB: SATURNINO BRAGA, DANTON JOBIM, BÉLIO SANTOS, LYSÂNEAS MACIEL, EDSON KHAIR, WELLINGTON MOREIRA FRANCO e JORGE MOURA, como candidatos que estavam sendo apoiados pelo PCB.

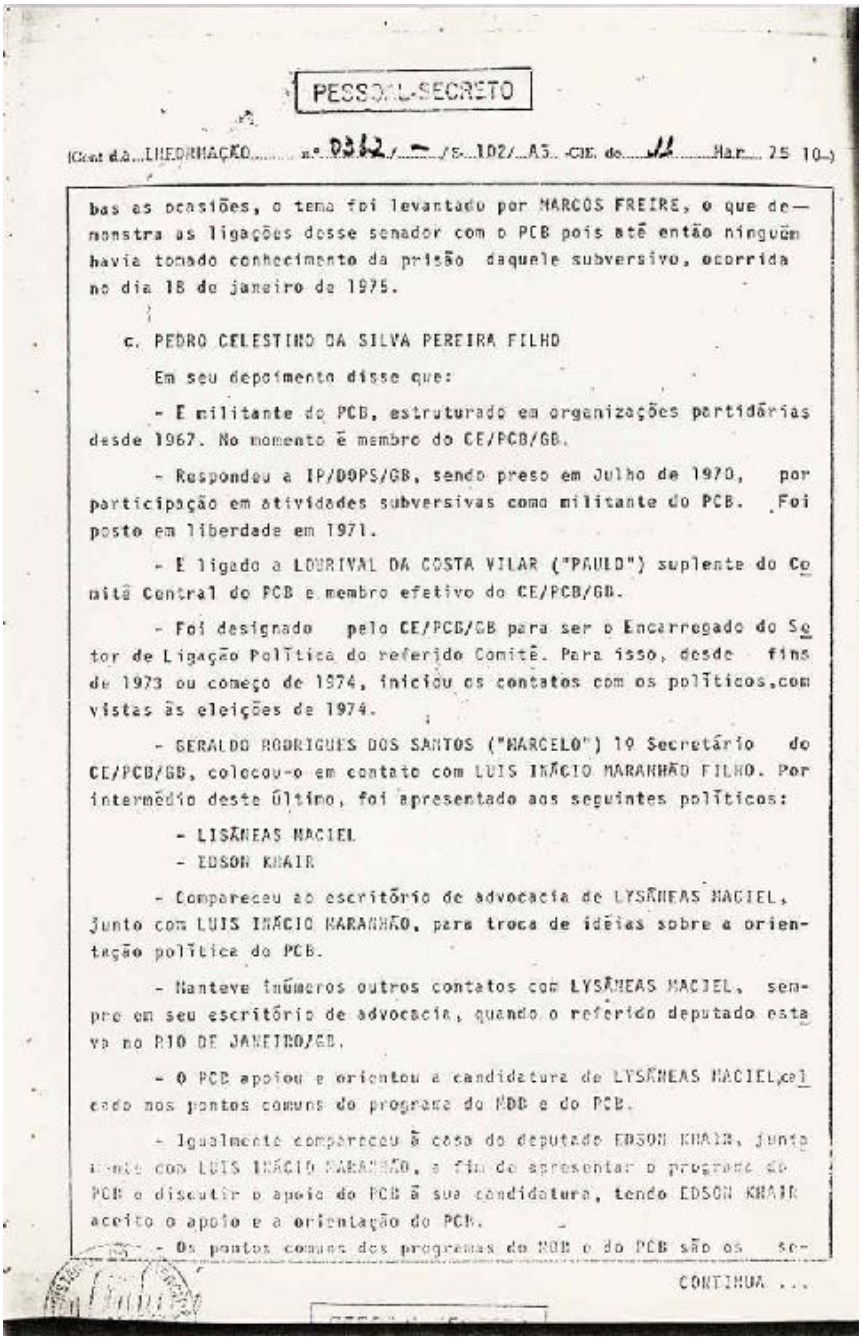
- a Editora INÔBIA solicitou a ABI a concessão de uma sala para lançamento do livro de MARCOS FREIRE de nome "A DEMOCRACIA QUE TEMOS E A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS"; a reunião foi em 20 de janeiro de 1975, dias após a prisão de MARCO ANTONIO TAVARES COELHO; foi o organizador da parte que competia à Secretaria da ABI, que é puramente burocrática. Além do depoente, estiveram no lançamento do livro do MARCOS FREIRE, os seguintes militantes: CHICO BUARQUE DE HOLANDA, MAX DA COSTA NUNES (Diretor da INÔBIA), FERNANDO GASPARIAN, GERALDO MELO MOURÃO, HÉLIO FERNANDES, Son ROBERTO SATURNINO BRAGA, entre outros cujos nomes

- na reunião de 20 de janeiro, no lançamento do livro de MARCOS FREIRE, e no dia 21 de janeiro, no Clube dos Repórteres Políticos, houve referência à prisão de MARCO ANTONIO TAVARES COELHO -"JAQUES"; em am-

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO

[Voltar] | [Transcrição]



PESSOAL-SECRETO

(Cont da INFORMAÇÃO nº 0342/-/S-102/AS-CIE de 11 Mar 75 10-)

bas as ocasiões, o tema foi levantado por MARCOS FREIRE, o que demonstra as ligações desse senador com o PCB pois até então ninguém havia tomado conhecimento da prisão daquele subversivo, ocorrida no dia 18 de janeiro de 1975.

c. PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO

Em seu depoimento disse que:

- É militante do PCB, estruturado em organizações partidárias desde 1967. No momento é membro do CE/PCB/GB.

- Respondeu a IP/DOPS/GB, sendo preso em Julho de 1970, por participação em atividades subversivas como militante do PCB. Foi posto em liberdade em 1971.

- É ligado a LOURIVAL DA COSTA VILAR ("PAULO") suplente do Comitê Central do PCB e membro efetivo do CE/PCB/GB.

- Foi designado pelo CE/PCB/GB para ser o Encarregado do Setor de Ligação Política do referido Comitê. Para isso, desde fins de 1973 ou começo de 1974, iniciou os contatos com os políticos, com vistas às eleições de 1974.

- GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS ("MARCELO") 1º Secretário do CE/PCB/GB, colocou-o em contato com LUIS INÁCIO MARANHÃO FILHO. Por intermédio deste último, foi apresentado aos seguintes políticos:

- LISÂNEAS MACIEL
- EDSON KHAIR

- Compareceu ao escritório de advocacia de LYSÂNEAS MACIEL, junto com LUIS INÁCIO MARANHÃO, para troca de idéias sobre a orientação política do PCB.

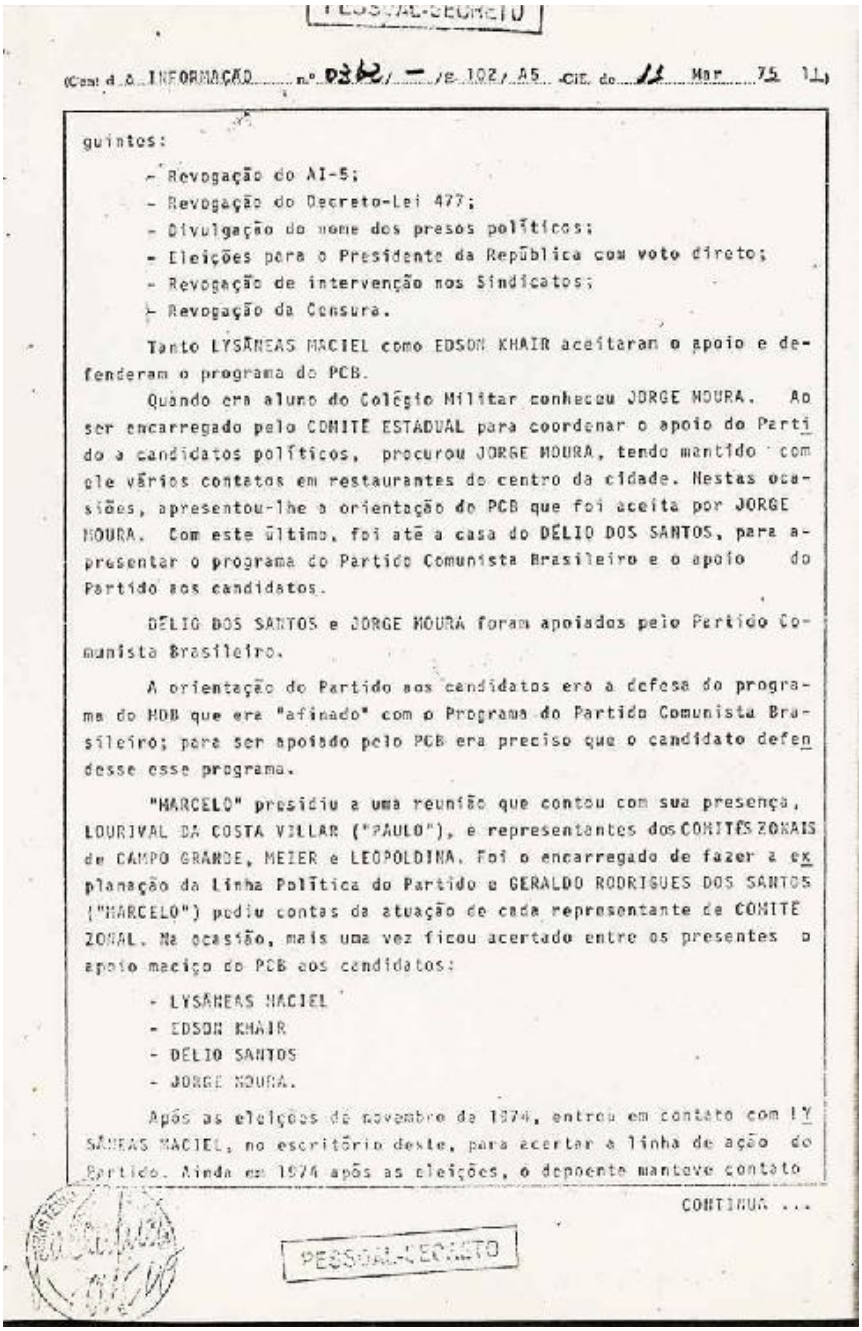
- Manteve inúmeros outros contatos com LYSÂNEAS MACIEL, sempre em seu escritório de advocacia, quando o referido deputado estava no RIO DE JANEIRO/GB.

- O PCB apoiou e orientou a candidatura de LYSÂNEAS MACIEL calcado nos pontos comuns do programa do MDB e do PCB.

- Igualmente compareceu à casa do deputado EDSON KHAIR, junto com LUIS INÁCIO MARANHÃO, a fim de apresentar o programa do PCB e discutir o apoio do PCB à sua candidatura, tendo EDSON KHAIR aceito o apoio e a orientação do PCB.

- Os pontos comuns dos programas do MDB e do PCB são os se-

CONTINUA ...



PESSOAL-SECRETO

(Cont d A INFORMAÇÃO nº 0382/ - /S 102/ A5 -CIE. de 11 Mar 75 11)

quintos:

- Revogação do AI-5;
- Revogação do Decreto-Lei 477;
- Divulgação do nome dos presos políticos;
- Eleições para o Presidente da República com voto direto;
- Revogação de intervenção nos Sindicatos;
- Revogação da Censura.

Tanto LYSÂNEAS MACIEL como EDSON KHAIR aceitaram o apoio e defenderam o programa do PCB.

Quando era aluno do Colégio Militar conheceu JORGE MOURA. Ao ser encarregado pelo COMITÊ ESTADUAL para coordenar o apoio do Partido a candidatos políticos, procurou JORGE MOURA, tendo mantido com ele vários contatos em restaurantes do centro da cidade. Nestas ocasiões, apresentou-lhe a orientação do PCB que foi aceita por JORGE MOURA. Com este último, foi até a casa do DÉLIO DOS SANTOS, para apresentar o programa do Partido Comunista Brasileiro e o apoio do Partido aos candidatos.

DÉLIO DOS SANTOS e JORGE MOURA foram apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro.

A orientação do Partido aos candidatos era a defesa do programa do MDB que era "afinado" com o Programa do Partido Comunista Brasileiro; para ser apoiado pelo PCB era preciso que o candidato defendesse esse programa.

"MARCELO" presidiu a uma reunião que contou com sua presença, LOURIVAL DA COSTA VILLAR ("PAULO"), e representantes dos COMITÊS ZONAIS de CAMPO GRANDE, MEIER e LEOPOLDINA. Foi o encarregado de fazer a explanação da linha Política do Partido e GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS ("MARCELO") pediu contas da atuação de cada representante de COMITÊ ZONAL. Na ocasião, mais uma vez ficou acertado entre os presentes o apoio maciço do PCB aos candidatos:

- LYSÂNEAS MACIEL
- EDSON KHAIR
- DÉLIO SANTOS
- JORGE MOURA.

Após as eleições de novembro de 1974, entrou em contato com LYSÂNEAS MACIEL, no escritório deste, para acertar a linha de ação do Partido. Ainda em 1974 após as eleições, o depoente manteve contato

CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO

com LYSÂNEAS MACIEL e JORGE MOURA em várias oportunidades.

Após a queda da gráfica do PCB manteve contato com EDSON KHAIR para acertar a linha de conduta desse deputado na Assembléia Constituinte.

E a seguinte a orientação do PCB para a Constituinte:

"-manter na Constituição do Estado a obrigatoriedade do ensino para todos;

-participação de elementos da oposição na direção das empresas".

O PCB transmitiu, por seu intermédio, a EDSON KHAIR e DÉLIO SANTOS a linha de ação acima.

O Partido resolveu também aguardar o anteprojeto da Constituição do Prof. CARLOS MEDEIROS SILVA, para ver o que muda e o que permanece na orientação do PCB.

Nos contatos que manteve com JORGE MOURA e LYSÂNEAS MACIEL, apresentou a linha que os deputados têm que defender no Congresso. Que os pontos básicos da orientação são:

" - CPI para apurar a desnacionalização da Economia;
- CPI dos Direitos Humanos."

Recebeu orientação de LOURIVAL DA COSTA VILLAR ("PAULO"), para se resguardar pois estava havendo muitas quedas.

d. IRUN SANT'ANA

Em depoimento disse que:

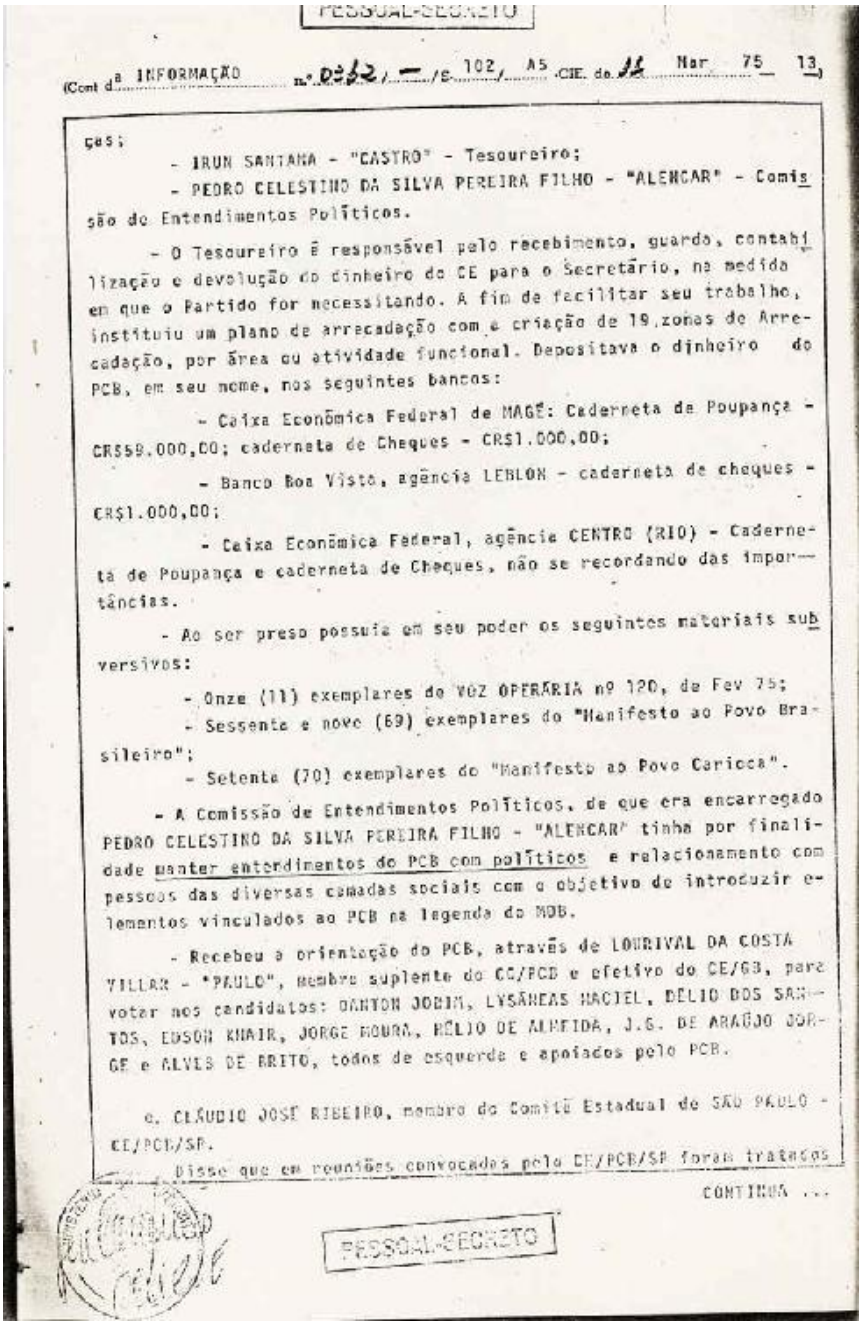
- Milita no Partido Comunista Brasileiro - PCB há mais de 30 anos. Atualmente exerce as funções de Tesoureiro do Comitê Estadual da GUANABARA-CE/GB.

- Tem ou teve contatos com diversos elementos do Comitê Central do PCB -CC/PCB, dentre eles: ANTÔNIO RIBEIRO GRANJA, ARMANDO ZILLER, JOÃO MASSENA de MELLO, MARCO ANTONIO TAVARES COELHO, LOURIVAL DA COSTA VILLAR e DAVID CAPISTRANO DA COSTA.

- A composição do CE/PCB/GB é a seguinte:

- GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS - "MARCELO" - 1º Secretário;
- AMARO VALENTIM DO NASCIMENTO - "NELSON " - secretário da organização;
- LOURIVAL DA COSTA VILLAR - "PAULO" - secretário de Finan—

CONTINUA ...



PESSOAL-SECRETO

(Cont da INFORMAÇÃO nº 0252/-/S 102/ A5 CIE. de 11 Mar 75 13)

ções;

- IRUN SANTANA - "CASTRO" - Tesoureiro;

- PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO - "ALENCAR" - Comissão de Entendimentos Políticos.

- O Tesoureiro é responsável pelo recebimento, guarda, contabilização e devolução do dinheiro do CE para o Secretário, na medida em que o Partido for necessitando. A fim de facilitar seu trabalho, instituiu um plano de arrecadação com a criação de 19 zonas de Arrecadação, por área ou atividade funcional. Depositava o dinheiro do PCB, em seu nome, nos seguintes bancos:

- Caixa Econômica Federal de MAGÉ: Caderneta de Poupança - CR$59.000,00; caderneta de Cheques - CR$1.000,00;

- Banco Boa Vista, agência LEBLON - caderneta de cheques - CR$1.000,00;

- Caixa Econômica Federal, agência CENTRO (RIO) - Caderneta de Poupança e caderneta de Cheques, não se recordando das importâncias.

- Ao ser preso possuia em seu poder os seguintes materiais subversivos:

- Onze (11) exemplares do VOZ OPERÁRIA nº 120, de Fev 75;

- Sessenta e nove (69) exemplares do "Manifesto ao Povo Brasileiro";

- Setenta (70) exemplares do "Manifesto ao Povo Carioca".

- A Comissão de Entendimentos Políticos, de que era encarregado PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO - "ALENCAR" tinha por finalidade manter entendimentos do PCB com políticos e relacionamento com pessoas das diversas camadas sociais com o objetivo de introduzir elementos vinculados ao PCB na legenda do MDB.

- Recebeu a orientação do PCB, através de LOURIVAL DA COSTA VILLAR - "PAULO", membro suplente do CC/PCB e efetivo do CE/GB, para votar nos candidatos: DANTON JOBIM, LYSÂNEAS MACIEL, DÉLIO DOS SANTOS, EDSON KHAIR, JORGE MOURA, HÉLIO DE ALMEIDA, J.G. DE ARAÚJO JORGE e ALVES DE BRITO, todos de esquerda e apoiados pelo PCB.

e. CLÁUDIO JOSÉ RIBEIRO, membro do Comitê Estadual de SÃO PAULO - CE/PCB/SP.

Disse que em reuniões convocadas pelo CE/PCB/SP foram tratados

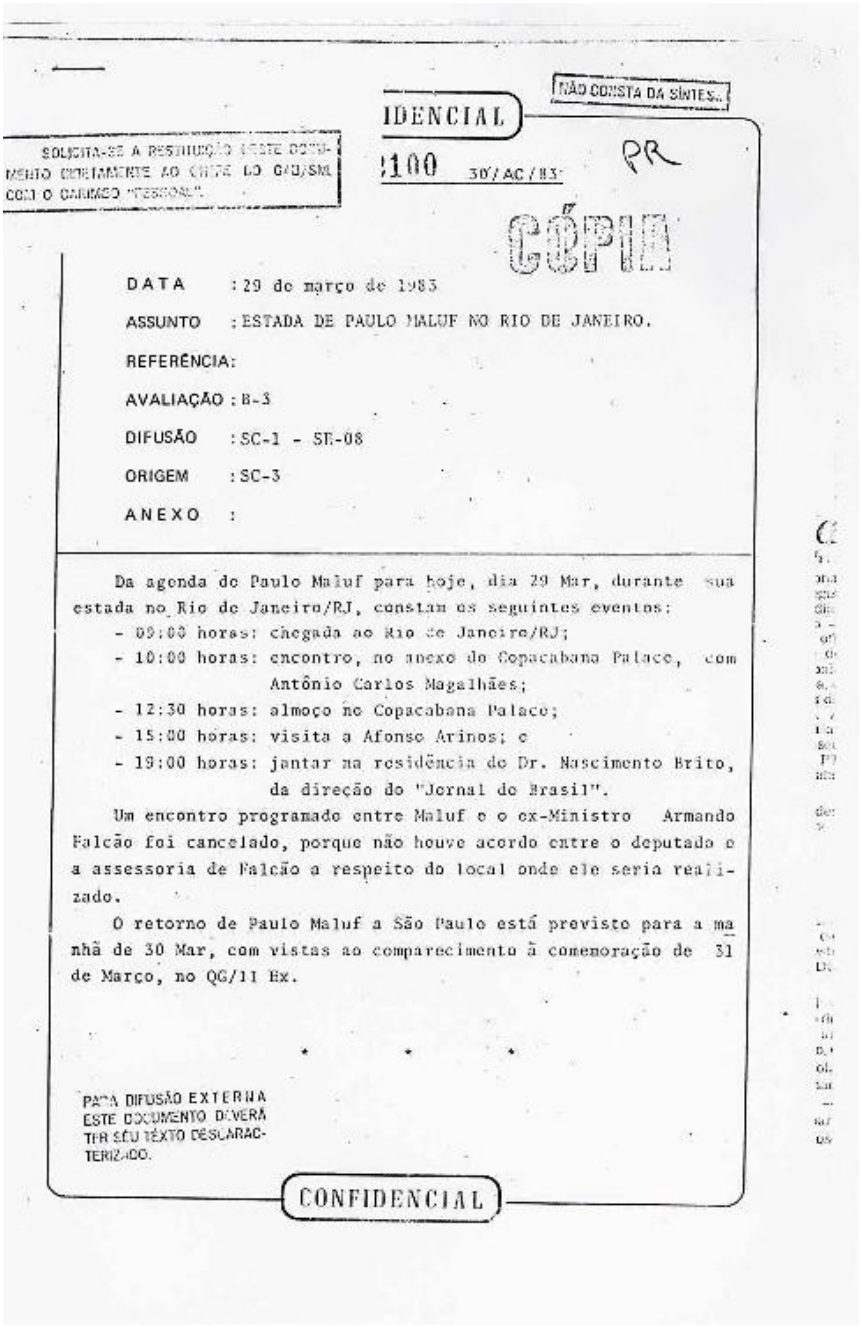
CONTINUA ...

PESSOAL-SECRETO

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

SNI vigia Maluf



NÃO CONSTA DA SÍNTES...

SOLICITA-SE A RESTITUIÇÃO DESTE DOCUMENTO OPORTUNAMENTE AO CHEFE DO GAB/SNI COM O CARIMBO "PESSOAL".

IDENCIAL

:100 30/AC/83

PR

CÓPIA

DATA : 29 de março de 1983

ASSUNTO : ESTADA DE PAULO MALUF NO RIO DE JANEIRO.

REFERÊNCIA:

AVALIAÇÃO : B-3

DIFUSÃO : SC-1 - SE-08

ORIGEM : SC-3

ANEXO :

Da agenda de Paulo Maluf para hoje, dia 29 Mar, durante sua estada no Rio de Janeiro/RJ, constam os seguintes eventos:

- 09:00 horas: chegada ao Rio de Janeiro/RJ;
- 10:00 horas: encontro, no anexo do Copacabana Palace, com Antônio Carlos Magalhães;
- 12:30 horas: almoço no Copacabana Palace;
- 15:00 horas: visita a Afonso Arinos; e
- 19:00 horas: jantar na residência do Dr. Nascimento Brito, da direção do "Jornal do Brasil".

Um encontro programado entre Maluf e o ex-Ministro Armando Falcão foi cancelado, porque não houve acordo entre o deputado e a assessoria de Falcão a respeito do local onde ele seria realizado.

O retorno de Paulo Maluf a São Paulo está previsto para a manhã de 30 Mar, com vistas ao comparecimento à comemoração de 31 de Março, no QG/11 Ex.

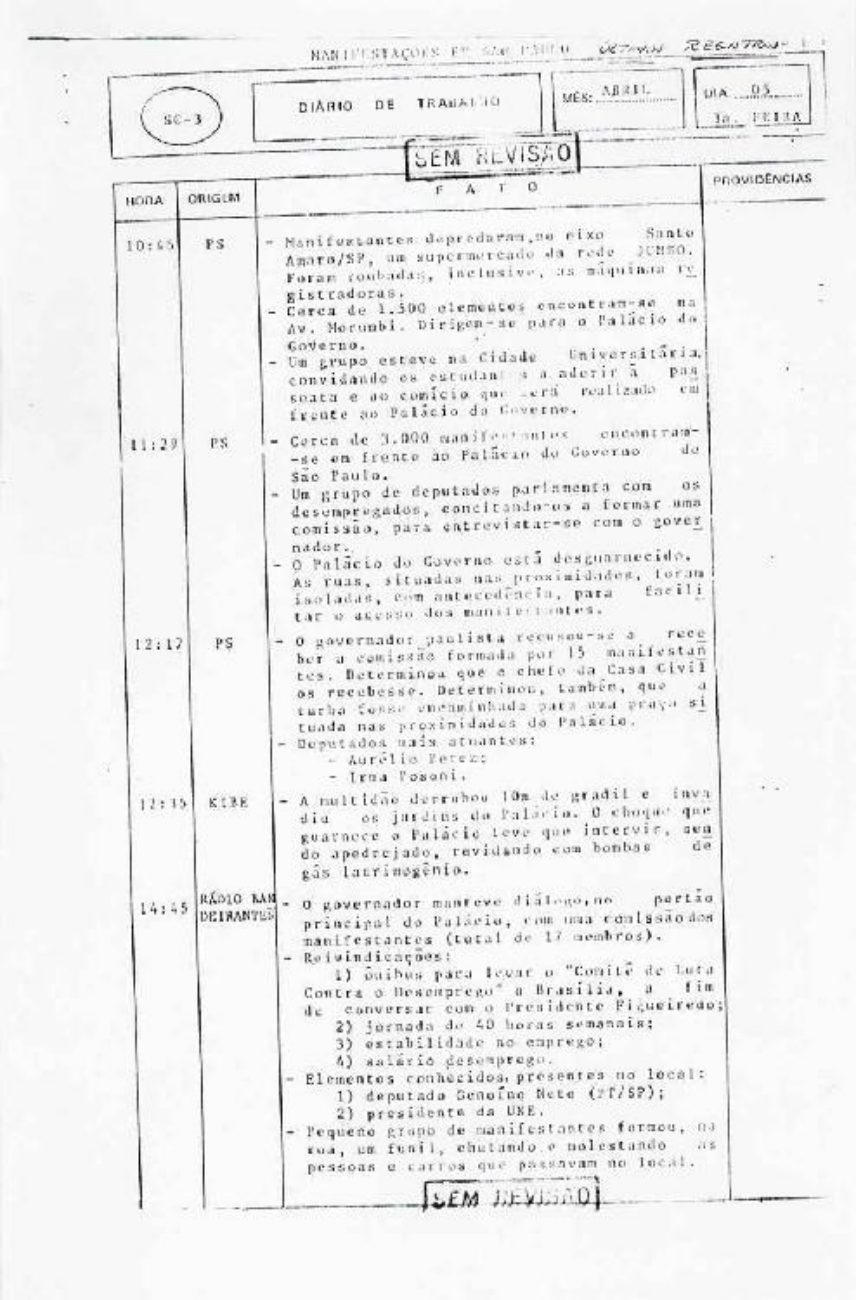
* * *

PARA DIFUSÃO EXTERNA ESTE DOCUMENTO DEVERÁ TER SEU TEXTO DESCARACTERIZADO.

CONFIDENCIAL

[Voltar] | [Transcrição]

O dia 5, pelo SNI



MANIFESTAÇÕES EM SÃO PAULO GETÚLIO RESENTE

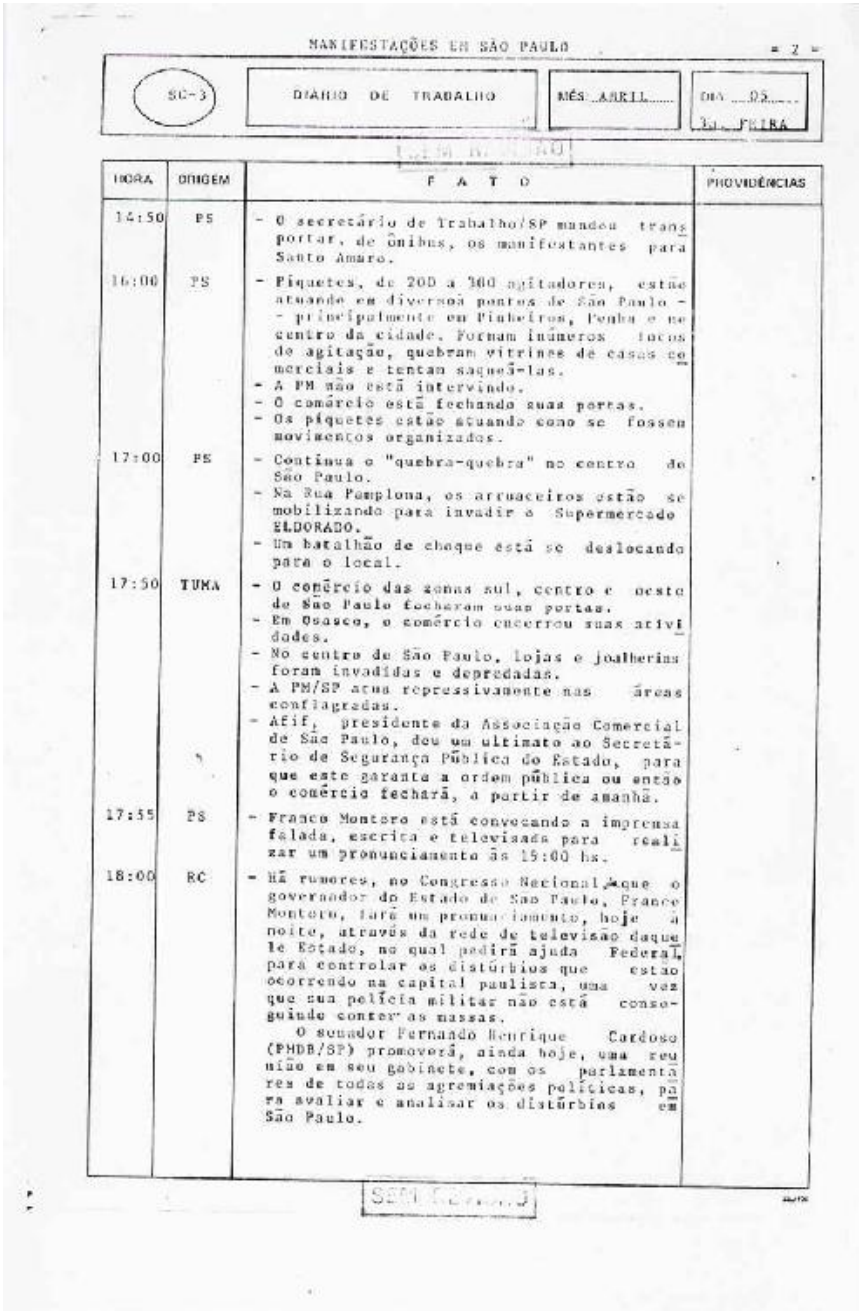
SC-3 DIÁRIO DE TRABALHO MÊS: ABRIL DIA 05 3a. FEIRA

SEM REVISÃO

HORA	ORIGEM	FATO	PROVIDÊNCIAS
10:45	PS	- Manifestantes depredaram,no eixo Santo Amaro/SP, um supermercado da rede JUMBO. Foram roubadas, inclusive, as máquinas registradoras. - Cerca de 1.500 elementos encontram-se na Av. Mercúmbi. Dirigem-se para o Palácio do Governo. - Um grupo esteve na Cidade Universitária, convidando os estudantes a aderir à passeata e ao comício que será realizado em frente ao Palácio do Governo.	
11:29	PS	- Cerca de 3.000 manifestantes encontram-se em frente ao Palácio do Governo de São Paulo. - Um grupo de deputados parlamenta com os desempregados, concitando-os a formar uma comissão, para entrevistar-se com o governador. - O Palácio do Governo está desguarnecido. As ruas, situadas nas proximidades, foram isoladas, com antecedência, para facilitar o acesso dos manifestantes.	
12:17	PS	- O governador paulista recusou-se a receber a comissão formada por 15 manifestantes. Determinou que o chefe da Casa Civil os recebesse. Determinou, também, que a tarba fosse encaminhada para uma praça situada nas proximidades do Palácio. - Deputados mais atuantes: - Aurélio Perez; - Irma Passoni.	
12:15	RÁDIO BAN DEIRANTES	- A multidão derrubou 10m de gradil e invadiu os jardins do Palácio. O choque que guarnece o Palácio teve que intervir, sendo apedrejado, revidando com bombas de gás lacrimogênio.	
14:45		- O governador manteve diálogo,no portão principal do Palácio, com uma comissão dos manifestantes (total de 17 membros). - Reivindicações: 1) ônibus para levar o "Comitê de Luta Contra o Desemprego" a Brasília, a fim de conversar com o Presidente Figueiredo; 2) jornada de 40 horas semanais; 3) estabilidade no emprego; 4) salário desemprego. - Elementos conhecidos presentes no local: 1) deputada Genoíno Neto (PT/SP); 2) presidente da UNE. - Pequeno grupo de manifestantes formou, na rua, um funil, chutando e molestando as pessoas e carros que passavam no local.	

SEM REVISÃO

[Voltar] | [Transcrição]



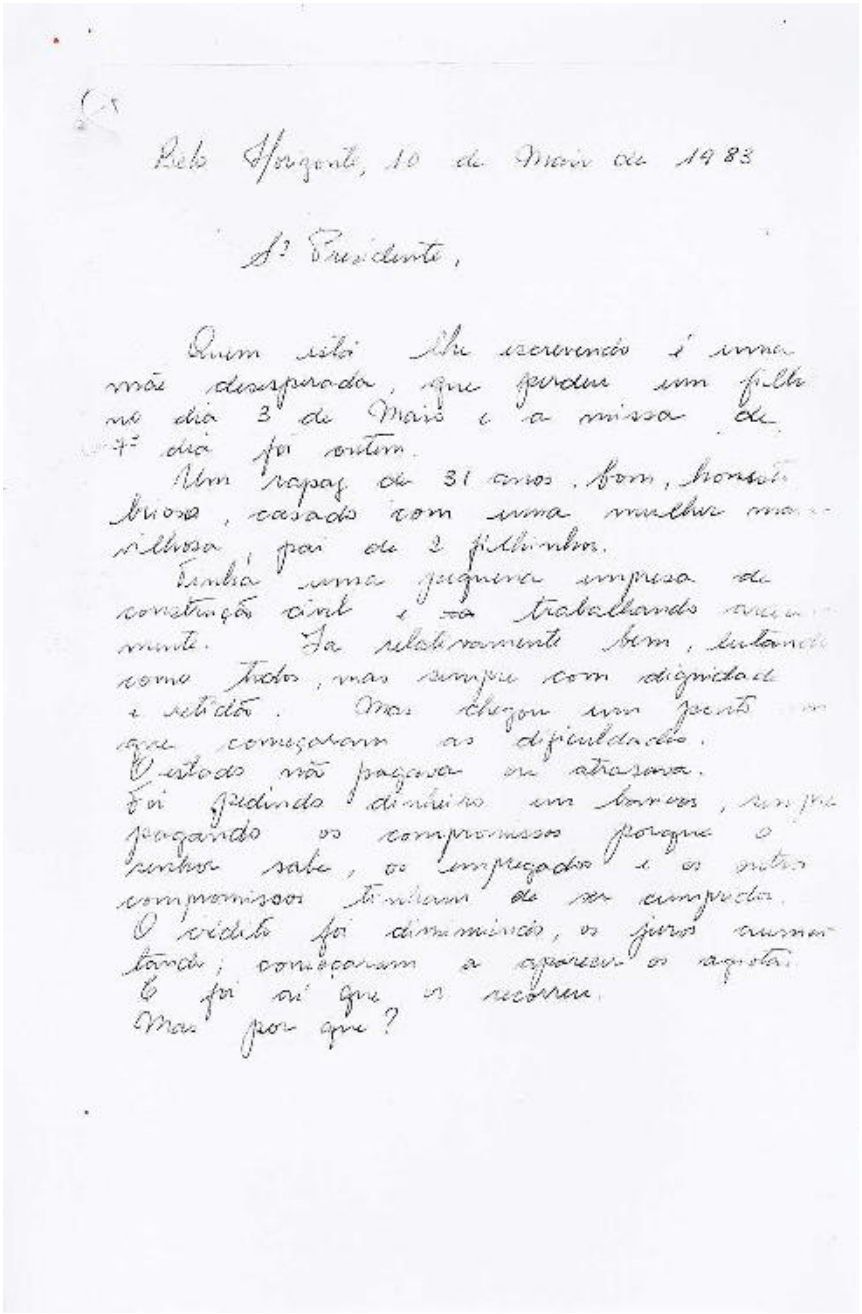
MANIFESTAÇÕES EM SÃO PAULO - 2 -

SC-3 | DIÁRIO DE TRABALHO | MÊS ABRIL | DIA 05 3a. FEIRA

HORA	ORIGEM	F A T O	PROVIDÊNCIAS
14:50	PS	- O secretário de Trabalho/SP mandou transportar, de ônibus, os manifestantes para Santo Amaro.	
16:00	PS	- Piquetes, de 200 a 300 agitadores, estão atuando em diversos pontos de São Paulo - - principalmente em Pinheiros, Penha e no centro da cidade. Formam inúmeros focos de agitação, quebram vitrines de casas comerciais e tentam saqueá-las. - A PM não está intervindo. - O comércio está fechando suas portas. - Os piquetes estão atuando como se fossem movimentos organizados.	
17:00	PS	- Continua o "quebra-quebra" no centro de São Paulo. - Na Rua Pamplona, os arruaceiros estão se mobilizando para invadir o Supermercado ELDORADO. - Um batalhão de choque está se deslocando para o local.	
17:50	TUMA	- O comércio das zonas sul, centro e oeste de São Paulo fecharam suas portas. - Em Osasco, o comércio encerrou suas atividades. - No centro de São Paulo, lojas e joalherias foram invadidas e depredadas. - A PM/SP atua repressivamente nas áreas conflagradas. - Afif, presidente da Associação Comercial de São Paulo, deu um ultimato ao Secretário de Segurança Pública do Estado, para que este garanta a ordem pública ou então o comércio fechará, a partir de amanhã.	
17:55	PS	- Franco Montoro está convocando a imprensa falada, escrita e televisada para realizar um pronunciamento às 19:00 hs.	
18:00	RC	- Há rumores, no Congresso Nacional, que o governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, fará um pronunciamento, hoje à noite, através da rede de televisão daquele Estado, no qual pedirá ajuda Federal, para controlar os distúrbios que estão ocorrendo na capital paulista, uma vez que sua polícia militar não está conseguindo conter as massas. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) promoverá, ainda hoje, uma reunião em seu gabinete, com os parlamentares de todas as agremiações políticas, para avaliar e analisar os distúrbios em São Paulo.	

[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]



Rio Vermelho, 10 de Maio de 1983

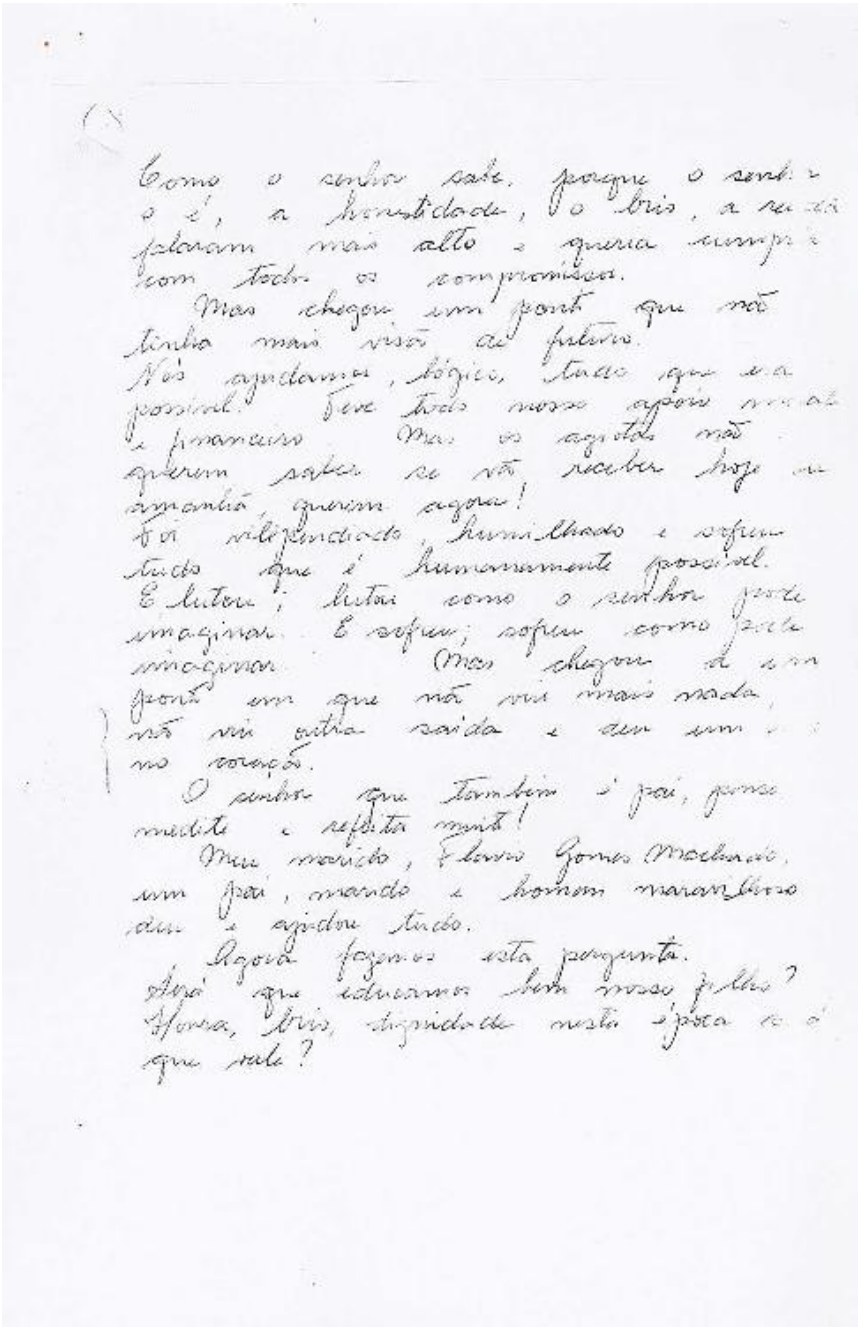
Sr. Presidente,

Quem isto lhe escrevendo é uma mãe desesperada, que perdeu um filho no dia 3 de Maio e a missa de 7º dia foi ontem.

Um rapaz de 31 anos. Bom, honesto, trabalhador, casado com uma mulher maravilhosa, pai de 2 filhinhos.

Tinha uma pequena empresa de construção civil e ia trabalhando razoavelmente. Ia relativamente bem, lutando como todos, mas sempre com dignidade e retidão. Mas chegou um ponto em que começaram as dificuldades. O estado não pagava ou atrasava. Foi pedindo dinheiro em bancos, sempre pagando os compromissos porque o pobre sabe, os empregados e os outros compromissos tinham de ser cumpridos. O crédito foi diminuindo, os juros aumentando; começaram a aparecer os agiotas. E foi aí que o recorreu.

Mas por que?



Como o senhor sabe, porque o senhor é, a honestidade, o brio, a retidão falaram mais alto e queria cumprir com todos os compromissos.

Mas chegou um ponto que não tinha mais visão de futuro.

Nós agradamos, lógico, tudo que era possível. Teve todo nosso apoio moral e financeiro. Mas os agiotas não querem saber se vão receber hoje ou amanhã, querem agora!

Fui vilipendiado, humilhado e sofri tudo que é humanamente possível.

E lutei, lutei como o senhor pode imaginar. E sofri, sofri como pode imaginar.

Mas chegou a um ponto em que não vi mais nada, não via outra saída e dei um tiro no coração.

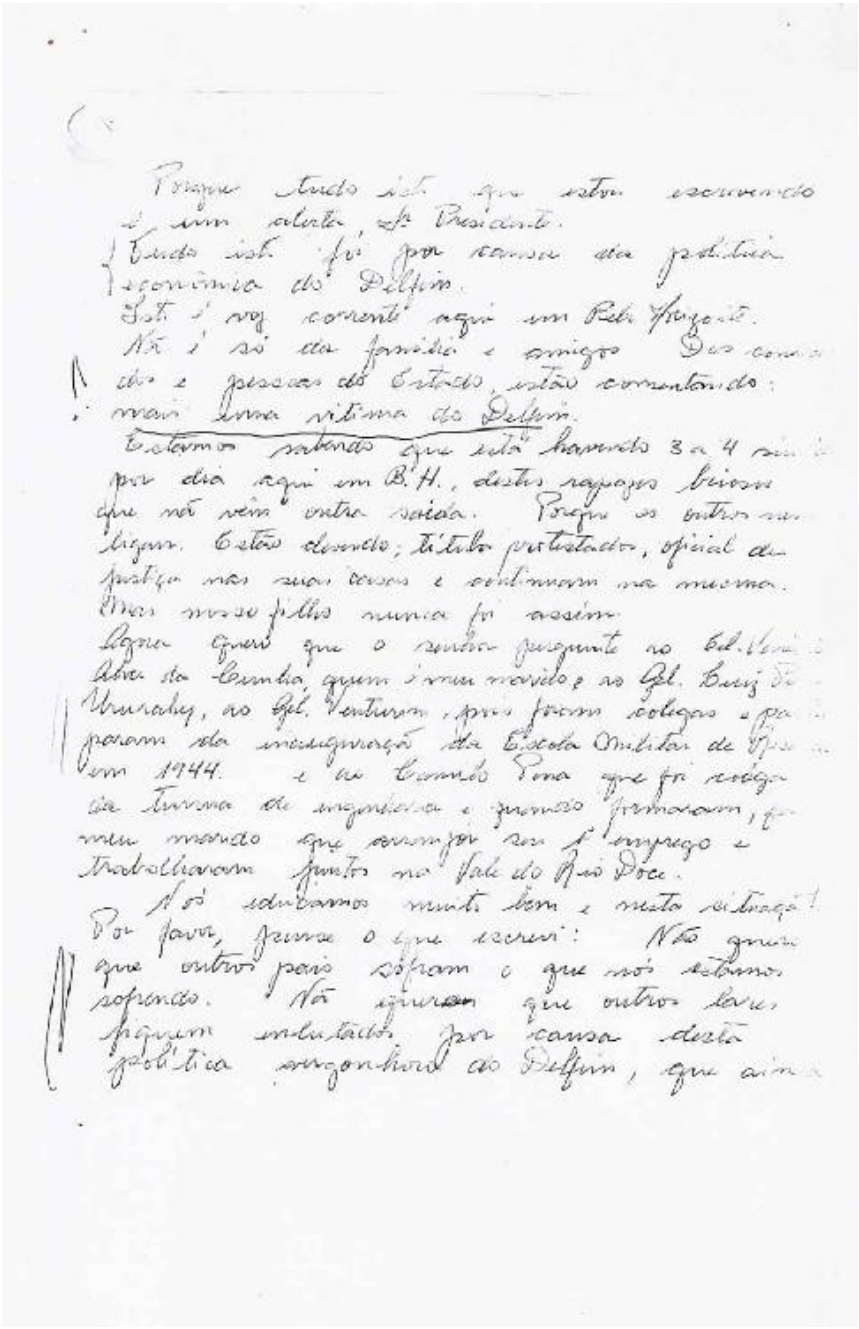
O senhor que também é pai, pense muito e reflita muito!

Meu marido, Flávio Gomes Machado, um pai, marido e homem maravilhoso deu a vida por tudo.

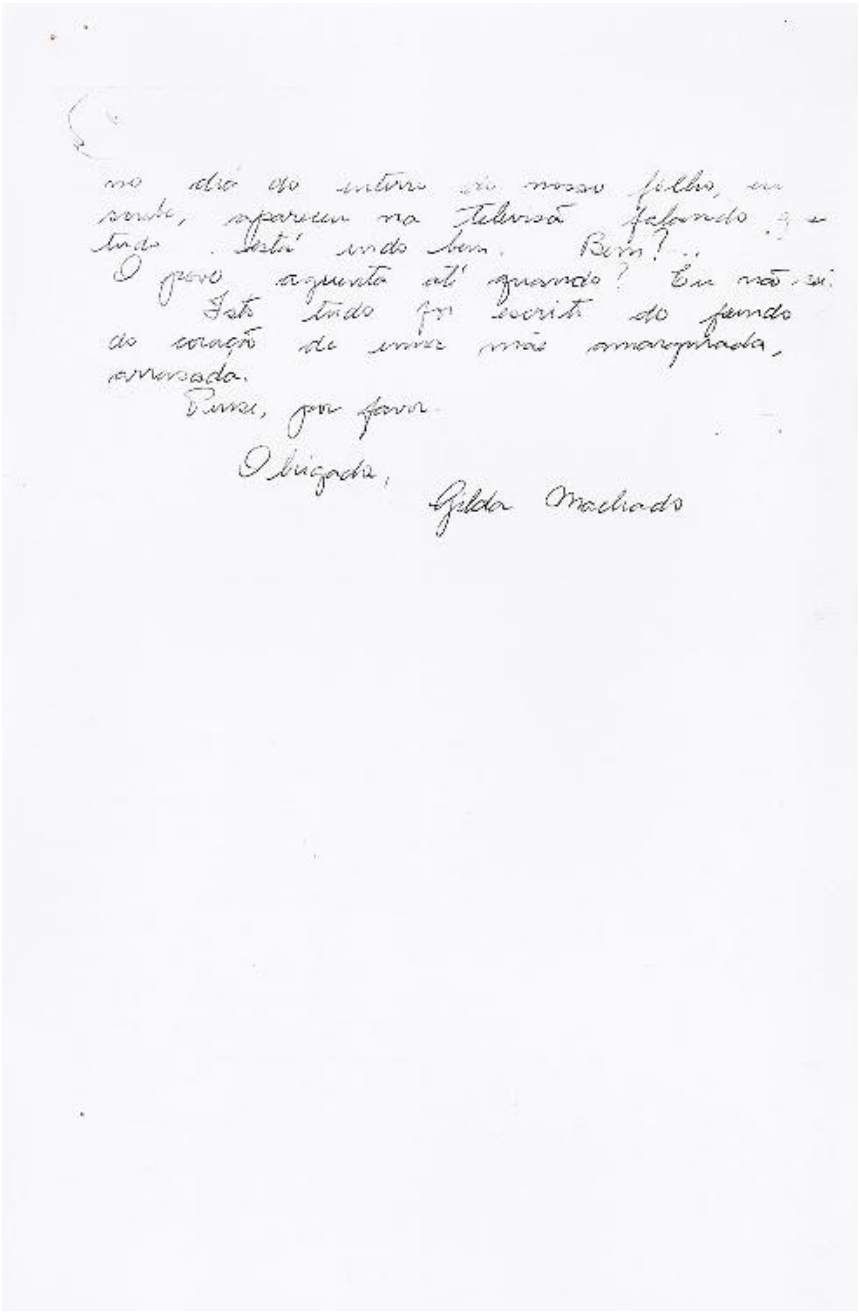
Agora fazemos esta pergunta.

Até que educamos bem nosso filho? Honra, brio, dignidade nesta época é o que vale?

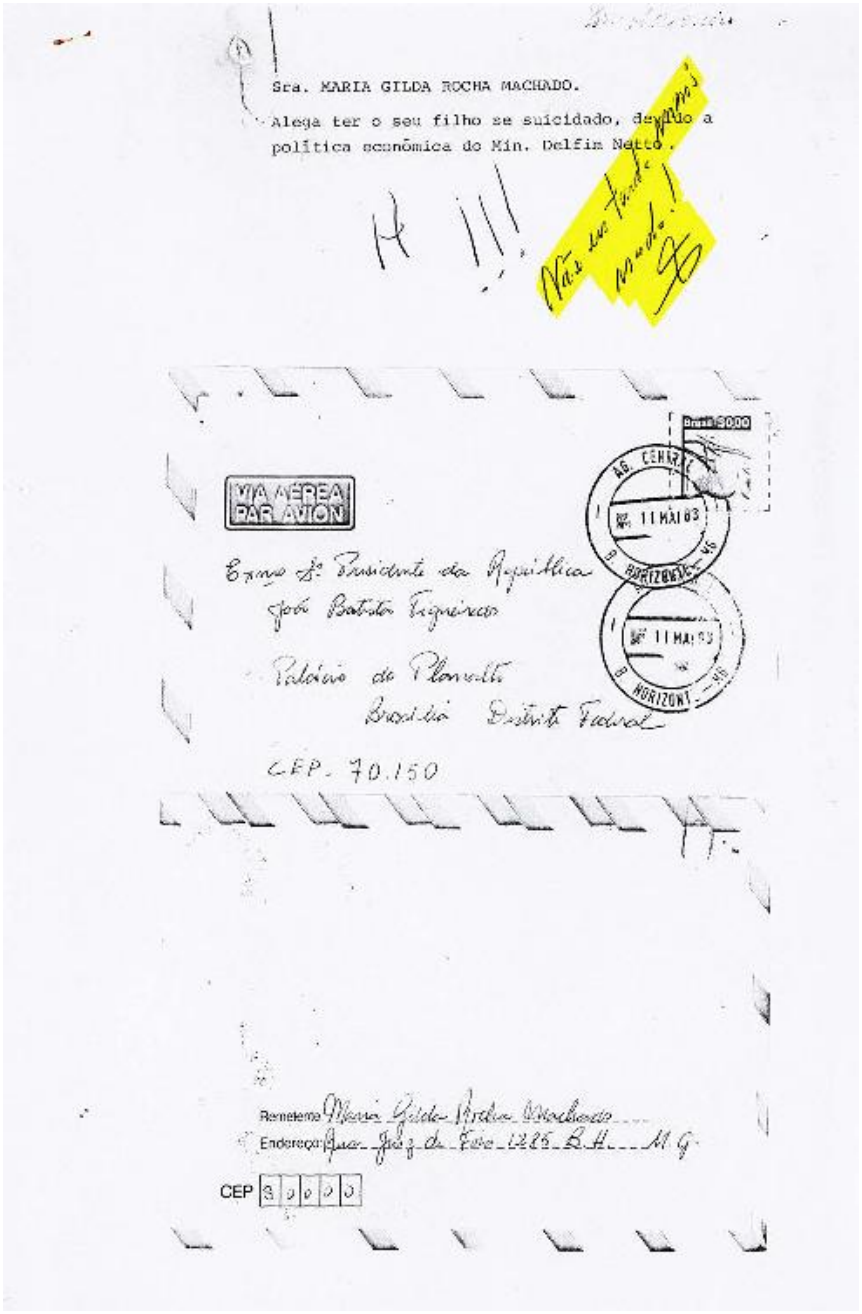
[Voltar] | [Transcrição]



Porque tudo isto que estou escrevendo é um alerta ao Presidente.
Tudo isto foi por causa da política econômica do Delfim.
Isto é voz corrente aqui em Belo Horizonte.
Não é só da família e amigos. Dos comerciantes e pessoas do Estado, estão comentando: mais uma vítima do Delfim.
Estamos sabendo que estão chamando 3 a 4 vezes por dia aqui em B.H., destes rapazes brigões que não vêm outra saída. Porque os outros não brigam. Estão demitidos, título protestado, oficial de justiça nas suas casas e continuam na mesma. Mas nosso filho nunca foi assim.
Agora quero que o senhor pergunte ao Gal. Médici, Adhemar da Cunha, quem é meu marido, ao Gal. Luiz de Araújo, ao Gal. Venturini, pois foram colegas e participaram da inauguração da Escola Militar de Resende em 1944. E ao Comte Lima que foi colega da turma de engenharia e juntos formaram, pois meu marido que começou sem ter emprego e trabalharam juntos na Vale do Rio Doce.
Nós educamos muito bem e muito distinção! Por favor, frise o que escrevi: Não quero que outros pais sofram o que nós estamos sofrendo. Não quero que outros lares fiquem infelizes por causa desta política arrogante do Delfim, que aim



no dia do enterro do nosso filho, eu sonhei, apareceu na Televisão falando q e tudo. Está indo bem. Bem?..
O povo segurou até quando? Eu não sei.
Este tudo foi escrito do fundo do coração de uma mãe amargurada, arrasada.
Perdão, por favor.
Obrigada,
Gilda Machado



[Fim do documento]

[Voltar] | [Transcrição]

O roteiro das Diretas na Folha

Roteiro das Diretas

Goiás

Dia 7 de janeiro, em Hidrolândia, ato público pelas eleições diretas, com a participação de representantes de 18 municípios do Estado.

Pernambuco

Dia 2 de janeiro, o Comitê Pró-Diretas de Pernambuco inaugura mural em Olinda, com os nomes dos políticos pernambucanos que são contra as eleições diretas.

Dia 20 de janeiro, caminhada pelas ruas do Recife, com comícios e apresentação de artistas.

Dia 26 de janeiro, em Recife, manifestação em favor das eleições diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Dia 27 de janeiro, em Olinda, ato público pró-diretas, no largo do Amparo, com a presença de líderes comunitários e personalidades nacionais da política e das artes.

Paraná

Dia 12 de janeiro, em Curitiba, manifestação pública pelas diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, e do governador de Minas Gerais Tancredo Neves. Na ocasião, Moraes Moreira lançará oficialmente o frevo "Quero votar no Presidente", composto por ele em parceria com o poeta Paulo Lemiraky.

São Paulo

Dia 13 de janeiro, às 19h30, em Sorocaba, manifestação pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Dia 14 de janeiro, em Bauru, às 10 horas, em Marília, às 15 horas, e em Presidente Prudente, às 19h30, manifestações pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Dia 15 de janeiro, em Araçatuba, às 10 horas em Barretos, às 15 horas, e em São José do Rio Preto, às 19h30, manifestações pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Dia 21 de janeiro, em Registro, às 10 horas, em Santos, às 15 horas, e em São José dos Campos, às 19h30, manifestações pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Dia 22 de janeiro, em Ribeirão Preto, às 10 horas, em Araraquara, às 15 horas, e em Campinas, às 19h30, manifestações pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Em Casa Branca, na primeira quinzena de janeiro, passeata pelas eleições diretas, promovida pelo diretório do PMDB.

Dia 22 de janeiro, em Campinas, ato público de lançamento da campanha "Eleições Diretas — Urgente", organizado por um comitê com participação dos partidos políticos de oposição, do Conselho das Sociedades de Amigos de Bairros, de entidades estudantis e de 18 dos 30 sindicatos existentes no Estado.

Dia 24 de janeiro, em Santos, ato público em favor das eleições diretas.

Santa Catarina

Dia [illegible] de janeiro, em Camboriú, manifestação pró-eleições diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Mato Grosso

Dia 20 de janeiro, em Rondonópolis, manifestação pública convocada pela Prefeitura Municipal, com apoio de todas as associações de moradores de bairros da cidade, das Comunidades Eclesiais de Base, núcleos de trabalhadores rurais e outras entidades.

Bahia

Dia 20 de janeiro, em Salvador, manifestação pelas eleições diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB.

Espírito Santo

Dia 21 de janeiro, em Vitória, manifestação pelas eleições diretas para presidente da República, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Paraíba

Dia 27 de janeiro, em João Pessoa, manifestação pelas eleições diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Ceará

Dia 28 de janeiro, em Fortaleza, manifestação pró-diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Alagoas

Dia 29 de janeiro, em Maceió, manifestação pelas diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Amapá

Dia 15 de fevereiro, em Macapá, manifestação pelas diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Pará

Dia 16 de fevereiro, em Belém, manifestação pelas diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Roraima

Dia 17 de fevereiro, manifestação pró-diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Amazonas

Dia 18 de fevereiro, em Manaus, manifestação pró-diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Acre

Dia 19 de fevereiro, manifestação pró-diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Minas Gerais

Dia 24 de fevereiro, em Belo Horizonte, manifestação pelas diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Sergipe

Dia 26 de fevereiro, em Aracaju, manifestação popular pelas diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Rio

No mês de março, em dia a ser ainda determinado, passeata pela volta da eleição direta para presidente da República.

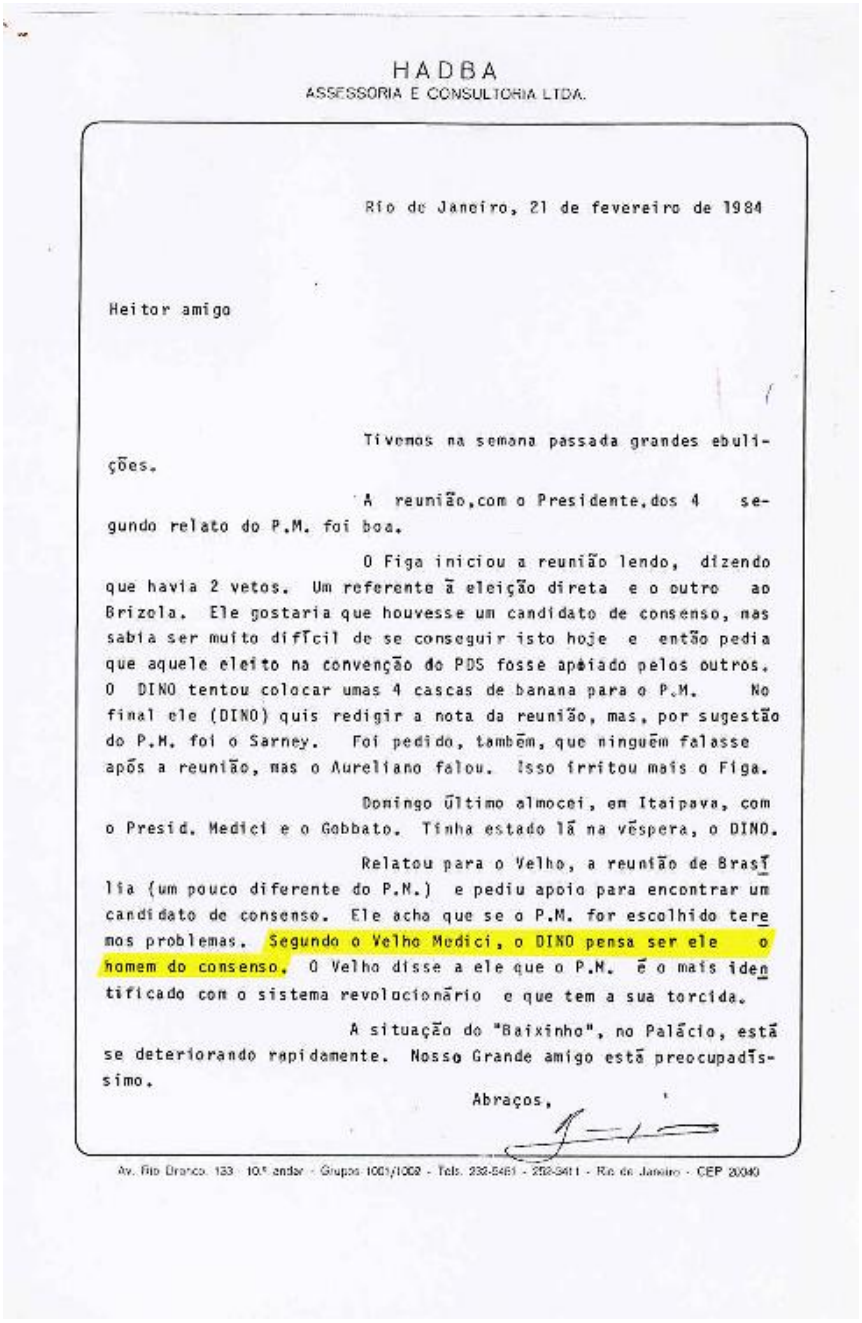
Brasília

Dia 11 de abril, votação pelo Congresso Nacional da proposta de emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para a Presidência da República, de autoria do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT).

Até 15 de abril, convenção extraordinária do PMDB, para definição da posição do partido sobre a sucessão presidencial.

[Voltar] | [Transcrição]

Médici acha que Leitão é candidato



HADBA
ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1984

Heitor amigo

Tivemos na semana passada grandes ebuli-
ções.

A reunião, com o Presidente, dos 4 se-
gundo relato do P.M. foi boa.

O Figa iniciou a reunião lendo, dizendo que havia 2 vetos. Um referente à eleição direta e o outro ao Brizola. Ele gostaria que houvesse um candidato de consenso, mas sabia ser muito difícil de se conseguir isto hoje e então pedia que aquele eleito na convenção do PDS fosse apoiado pelos outros. O DINO tentou colocar umas 4 cascas de banana para o P.M. No final ele (DINO) quis redigir a nota da reunião, mas, por sugestão do P.M. foi o Sarney. Foi pedido, também, que ninguém falasse após a reunião, mas o Aureliano falou. Isso irritou mais o Figa.

Domingo último almocei, em Itaipava, com o Presid. Medici e o Gobbato. Tinha estado lá na véspera, o DINO.

Relatou para o Velho, a reunião de Brasília (um pouco diferente do P.M.) e pediu apoio para encontrar um candidato de consenso. Ele acha que se o P.M. for escolhido teremos problemas. Segundo o Velho Medici, o DINO pensa ser ele o homem do consenso. O Velho disse a ele que o P.M. é o mais identificado com o sistema revolucionário e que tem a sua torcida.

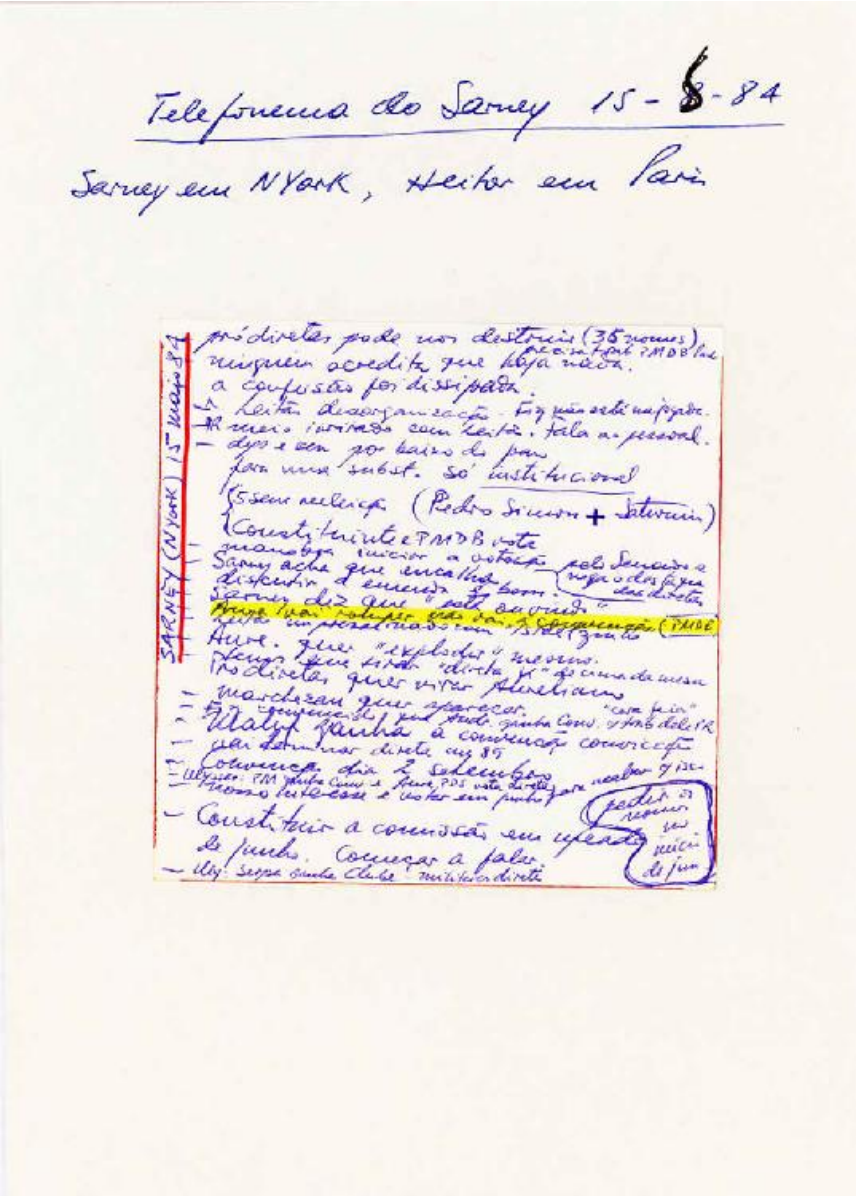
A situação do "Baixinho", no Palácio, está se deteriorando rapidamente. Nosso Grande amigo está preocupadíssimo.

Abraços,

Av. Rio Branco, 133 - 10.º andar - Grupos 1001/1002 - Tels. 232-5461 - 252-5411 - Rio de Janeiro - CEP 20040

[Voltar] | [Transcrição]

Sarney avisa que Aureliano vai romper


Telefonema do Sarney 15-8-84

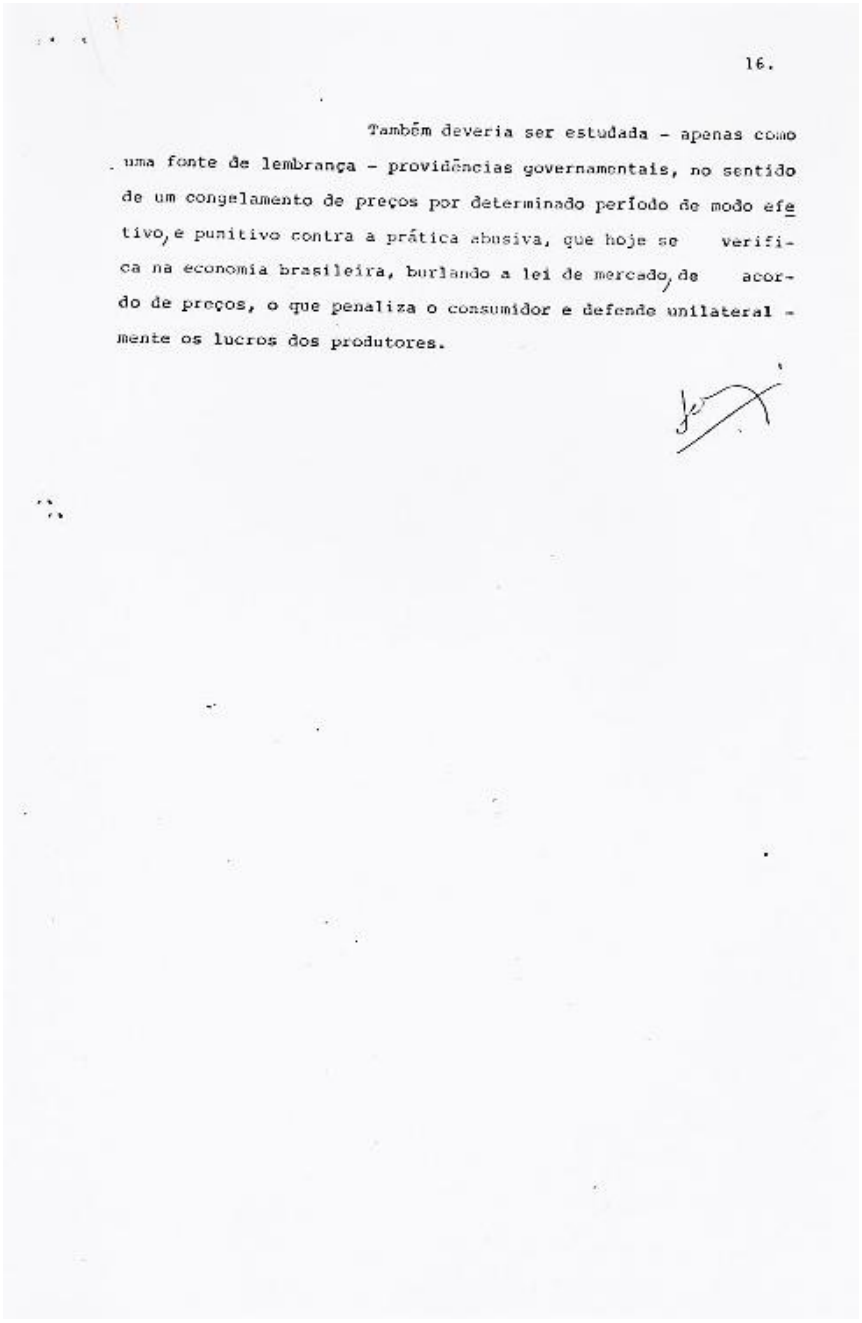
Sarney em NYork, Heitor em Paris

SARNEY (NYork) 15ª manhã 84

pró direta pode ser destruída (35 votos)
ninguém acredita que haja nada.
a confusão foi dissipada.
Leitão desorganização - Fig não acha viável
muito irritado com Leitão. Fala a pessoal.
- diz q vai por baixo da pau
para uma subst. só institucional
(5 sem reeleição (Pedro Simon + Jarbas)
Constituinte e PMDB vote
manobra tumultuar a votação
Sarney acha que encalha
dispensa a emenda
Sarney diz que "pelo ou vivo"
Aure. que "explodir" no povo.
Negou que tinha "dinheiro" de cima de mesa
Pró direta que virar Aureliano
- marcharam que aparecer
- "pergunta se já pode" Ulysses, Jarbas, PDS
- Waldyr Pugina à convenção convocação
- dar 5 minutos direto ao PT
Convenção dia 2 setembro
Ulysses PM Jarbas Cruz e Jarbas, PDS vota direto para acabar 7 de
Marco interesse é botar um ponto
- Constituir a comissão em operação
de ponto. Começar a falar
- Ulysses Sergio Bueno Chalita muito favor direto

[Voltar] | [Transcrição]

Sarney: congelamento de preços de 1982



16.

Também deveria ser estudada - apenas como uma fonte de lembrança - providências governamentais, no sentido de um congelamento de preços por determinado período de modo efetivo, e punitivo contra a prática abusiva, que hoje se verifica na economia brasileira, burlando a lei de mercado, de acordo de preços, o que penaliza o consumidor e defende unilateralmente os lucros dos produtores.

[Voltar] | [Transcrição]

[Voltar]

[À MÃO: Fl 360]
[ILEGÍVEL]
Modelo A
2ª. ZONA
ALTERAÇÕES

MINISTÉRIO DA GUERRA – I EXÉRCITO
DIVISÃO BLINDADA
REGIMENTO DE RECONHECIMENTO MECANIZADO

Nº
CATEGORIA
2º Semestre de 19*[À MÃO: 64]*

1º. TEN *[ILEGÍVEL]* FREDDIE PERDIGÃO PEREIRA
(10-866.701)

– continuação...
vindo nesta Unidade, e Tenente PERDIGÃO, como Subalterno do Esquadrão de Carros de Combate (Esqd Choque). A Atuação do Tenente PERDIGÃO nos acontecimentos de Março-Abril, de 1964, foi // particularmente destacada e decisiva para o desfecho da Revolução no Estado da Guanabara. Destacado com seu Pelotão, pelo/ Comando do R Rec Noc, para o Palácio Guanabara, o Tenente PERDIGÃO que se opunha ao govêrno **[TEXTO CIRCULADO: subversivo e corrupto]** de então, não aceitando aquelas determinações por contrariar as suas convicções e responsabilidades, manteve-se fiel as mesmas o que acarretou, praticamente, com a presença dos seus carros nas Laranjeiras a eleiminação, digo, eliminação das ações previstas/ por fôrças a serviço do governo deposto, contra o Governo do / Estado da Guanabara. Agindo com firmeza, convicção e oportunidade, o Ten PERDIGÃO muito cooperou para o desfecho rápido do/ Movimento. Oficial muito dedicado e leal, disciplinado e disciplinador, o Ten PERDIGÃO vem prestando os seus inestimáveis / serviços a Unidade, destacando-se pela sua afeição ao Reg, pela sua atividade despertiva o *[ILEGÍVEL]* Subalterno dedicado a instrução. Este Comando elogia o Ten PERDIGÃO pelas suas positivas qualidade de Oficial que muito honra os quadros de Subalterno da Cavalaria. (INDIVIDUAL)./ /

Quartel em Campinho, GB, 1º de janeiro de 1965.
[À MÃO, assinatura: PLÍNIO PITALUGA]

PLÍNIO PITALUGA
CORONEL COMANDATE

Transcrição: Bruna Cezário

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: 489]

[CARIMBO: CONFIDENCIAL]

RP

DIA *[À MÃO: 27/ IV/ [TRECHO RASURADO] 81]* – HORA: *[À MÃO: Tarde]*

1. Mi V
– Cursos ou estágios no ExT Acr.
– Contratos de risco com diversos firmas estrangeiras.
– Transf res – Mar.

2. Mi G
– Atentado c/ [contra] a filha do Mal. [Marechal] Cordeiro [de Farias].
– Política do ES. Conversa do Gen G com o Dep Ferraço.

Transcrição: Bruna Cezário

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

[CONFIDENCIAL]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Em 02 Jan 78
[ILEGÍVEL]

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE

[CARIMBO: PESSOAL]

1. Com a mesma lealdade e franqueza que sempre caracterizaram minha conduta, inclusive nas funções de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, devo apresentar a Vossa Excelência minhas observações e conclusões a cerca do problema da Sucessão Presidencial, cuja discussão Vossa Excelência pretende iniciar a partir deste mês de janeiro. Pode ser que algumas destas observações pareçam muito contundentes, mas são realmente honestas e representam o resultado de análise tanto quanto possível imparcial e seguramente despida de má fé ou interesse pessoal. Espero que elas possam servir de alguma forma como subsídio para a importante decisão que irá ser tomada por Vossa Excelência. Estou seguro que, do correto encaminhamento desta questão, dependerão não só o êxito do processo de institucionalização política do País como o próprio futuro da Nação Brasileira. Mas estou tranquilo, Senhor Presidente, pois não há dúvida de que Vossa Excelência saberá mais uma vez agir com o discernimento que sempre o tem caracterizado e que o qualificam como verdadeiro estadista.

2. De tempos para cá, foi montada e vem tomando corpo uma bem urdida manobra no sentido de impor ao próprio Presidente da República, como fato consumado, o nome de um determinado candidato. E o que é pior, fazem parte desse grupo elementos da própria equipe de Vossa Excelência que não se pejam em colocar suas aspirações pessoais acima da lealdade devida ao Chefe do Governo. Por ocasião do episódio da demissão do General Frota, tive oportunidade de informar a Vossa Excelência sobre algumas atitudes inconvenientes de membros de tal grupo, comprometendo inclusive a própria pessoa do Presidente da República. Tinha impressão, Senhor Presidente, de que após o trauma causado pelo episódio Frota, tais elementos compreendessem o mal que estavam fazendo ao País e sopitassem as manifestações de seus interesses pessoais. Tal não aconteceu porém e menos de um mês depois da substituição do Ministro do Exército, já voltaram a se manifestar. A

notícia falsa de que teria havido um jantar de Vossa Excelência ao General Figueiredo, foi tão espantosamente desleal que, de início, me recusei a acreditar que pudesse ter partido do mesmo grupo. Cheguei mesmo a dizer a Vossa Excelência que só poderia se manobra de outros candidatos. Tal falsidade, no entanto, realmente fora praticada e marcava o renício das manifestações ostensivas do grupo.

Nos últimos dias, diante de informações sobre possíveis resistências no seio das Forças Armadas, procuraram lançar aos quatro ventos que o nome por eles escolhidos seria confirmado por Vossa Excelência nos primeiros dias de janeiro. Mais uma vez não se pejaram de comprometer o nome do Presidente dando-o como participante de uma grande farsa, assolhando à boca pequena que, todas as declarações de Vossa Excelência, no sentido de que só trataria do assunto a partir de janeiro, seriam apenas para mascarar a manobra da indicação do eleito já acertada anteriormente.

3. Senhor Presidente. Apesar da intensa campanha de propaganda paga que tem sido feita em torno da possível indicação do General

Figueiredo, a realidade é que ela se torna cada dia mais inviável. Entre os fatores desta inviabilidade posso salientar os seguintes:

1º – Ela divide as Forças Armadas;

2º – Ela vem comprometida, de antemão, por ligações com grupos políticos e empresariais, com os quais tem compromissos pouco éticos;

3º – O procedimento do candidato *[ILEGÍVEL]* grupo que o apoia comprometem o Presidente da República e deixá-lo-ia na situação do participante de uma farsa.

4. Informei mais de uma vez Vossa Excelência que o Alto Comando do Exército acataria qualquer decisão do Presidente. Volto a confirmar: caso Vossa Excelência se dicidisse pelo nome do General Figueiredo, apesar das restrições que muitos fazem a tal candidatura, o Alto Comando em conjunto permaneceria consigo. Isto deve ser entendido, porém, como prova de confiança e apoio em Vossa Excelência e não no candidato de que estamos tratando. A manifestação dos membros do Alto Comando teria particularmente um objeto: evitar a divisão do Exército. A realidade, contudo seria outra. O Exército, com tal decisão, estaria já dividido e o que é pior, perderia a confiança que tem no seu Comandante Supremo, o Presidente da República.

Não estou querendo dizer, Senhor Presidente, que haveria no momento, uma reação das Forças Armadas. Não tenho nenhuma dúvida, por outro lado, de que o descontentamento entraria em gestação e nada poderia impedir que ele viesse a se manifestar, mais cedo ou mais tarde, de forma ostensiva e mesmo violenta. A fragilidade do candidato, como é óbvio, não serviria à pretendida institucionalização política do País, nem permitiria antever-se época de tranqüilidade no futuro período presidencial.

5. Diante da impraticabilidade da candidatura Figueiredo – germinada artificialmente pela ambição e pelo espírito continuista do grupo citado – quais as opções que restam a Vossa Excelência ? Sem procurar outros nomes – e o de Figueiredo nos levaria a descer na escala hierárquica – posso apresentar os seguintes, todos com gabarito para assumir a Presidência e, mas atuais circunstâncias, muito mais qualificados:

– General REYNALDO;

– General SAMUEL;

– General EULER;

– General BETHLEM.

Se admitirmos um candidato civil ou meio civil, poderemos citar ainda:

– Ministro NEY BRAGA;

– Governador AURELIANO CHAVES.

É de se considerar que a solução civil tem hoje muito boa aceitação nas Forças Armadas.

6. Em síntese, Senhor Presidente, foi montada uma verdadeira máquina de propaganda que procura criar a impressão de que a candidatura Figueiredo é fato consumado e tem apoio da opinião pública, não havendo como fugir a ela. É a grande farsa, para o êxito da qual não se regateou qualquer meio. Com relação aos políticos, foi usada a ameaça e a chantagem. Com relação aos empresários, foi utilizado o suborno e a promessa de grandes lucros no futuro. Junto a todos, especialmente aos Oficiais das Forças Armadas, tem sido usada a afirmação de que o candidato já foi escolhido pelo Presidente. Depois, como bumerangue, a farsa é apresentada de volta ao Presidente, à guisa de fato consumado, sob a forma de suposto consenso.

Senhor Presidente. Esta é a informação que julguei de meu dever trazer ao seu conhecimento quando se inicia a época afixada por Vossa Excelência para o desencadeamento do processo sucessório que lhe permitirá a tomada da decisão, indiscutivelmente da mais alta transcendência para os destinos do País.

[À MÃO: [ILEGÍVEL]]

[CONFIDENCIAL]

Transcrição: Bruna Cezário

[Voltar]

[Voltar]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Heitor

Convém organizar um dossier sobre tudo o que vem sendo publicado com relação à demissão do Hugo e consequências.

Em 10/1/71
[À MÃO, rubrica: Geisel]

Transcrição: Bruna Cezário

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

Heitor

O Hugo voltará à carga algum dia, com suas aleivosias
Convém preparar um arquivo com docs como este.
Anotar qual o resultado
(cassação de *[ILEGÍVEL]*)

[Manuscrito de Golbery]

[À MÃO: AO HUGO]
[CONFIDENCIAL]

Em 13 Jun 77

INFORMAÇÃO PARA O SR PRESIDENTE

Atividades subversivas de deputados

1. Considerando os recentes episódios em que estiveram envolvidos os Dep Marcos Tito e mais três outros que participaram da agitação na UnB, parece que seria melhor solução a cassação do mandato dos 3 seguintes:

- **MARCOS TITO [À MÃO: X]**
- **AIRTON SOARES**
- **SANTILLI SOBRINHO.**

2. Parece que tal solução justifica-se plenamente:

a. O Dep MARCOS TITO, leu na Câmara o Manifesto do PCB, com pequenas adaptações. Suas ligações anteriores com o Partido Comunista levam a concluir-se que ele estava cumprindo missão que lhe fora atribuída pelos comunistas.
b. Dep AIRTON SOARES – Seu "dossier" no SNI é bastante elucidativo. É geralmente considerado como o mais radical e agressivo de todos os radicais do MDB. Suas ligações com o PCB são notórias.
c. Dep SANTILLI SOBRINHO – Participou das agitações estudantis na UnB. Em 1968 esteve envolvido em agitações na mesma Universidade. O Encarregado do IPM então realizado pediu o seu enquadramento no AI/5.

3. Outros parlamentares envolvidos em ações subversivas:

a. Dep JOÃO GILBERTO – Participou das recentes agitações na UnB, contudo não parece haver muita coisa contra ele. Em 1966 chegou a ser julgado pela 3ª Auditoria/3ª RM, mas foi absolvido. Não tem tido ação destacada no Congresso. Não parece que haja motivos que justifiquem a cassação do mandato.
b. Dep JERÔNIMO SANTANA – Há motivos mais que suficientes que justifiquem a cassação de seu mandato. Não está envolvido, porém, nos últimos acontecimentos. Seu enquadramento ou não, depende apenas de se considerar as vantagens e inconvenientes de aproveitar a oportunidade.

c. Dep Estaduais EDSON KAIR (RJ) e ALBERTO GOLDMANN (SP) – Elementos notoriamente ligados ao Partido Comunista, participaram, também, das últimas agitações no meio universitário. O SNI possui vasto "dossier" sobre a atuação de ambos. Parece ser conveniente o enquadramento de ambos no AI/5.

4. Sugestão

Cassar o mandato e suspender, por 10 anos, os direitos políticos dos seguintes Deputados:

- **AIRTON SOARES**
- **SANTILLI SOBRINHO**
- **MARCOS TITO**
- **EDISON KAIR**
- **ALBERTO GOLDMANN.**

[CONFIDENCIAL]

Transcrição: Bruna Cezário

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

[CARIMBO: SECRETO]
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

[CARIMBO: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – GABINETE]

GABINETE
Brasília, DF, 1º de março de 1978

APRECIAÇÃO SUMÁRIA Nº 08/GAB/78
CAMPO INTERNO

PERÍODO DE 20/26 FEV 1978

1. CAMPO POLÍTICO

– Política Interna.

1) Sucessão Presidencial.

A entrevista concedida pelo General JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO ao "JORNAL DO BRASIL" alcançou ampla repercussão. Antecipando-se com oportunidade à divulgação da "plataforma política" do Senador MAGALHÃES PINTO, o candidato oficial firmou posição sobre temas em evidência, corrigindo distorções de interpretações veiculadas por políticos que tem recebido em audiência e marcando, com nitidez e segurança, sua estreita afinidade ao programa de reformas conduzido pelo Governo.

Não obstante algumas críticas de setores esquerdistas, defensores da estatização da economia e órgãos de imprensa frustrados por não terem sido agentes da entrevista, os comentários recolhidos nos meios empresariais, militares, políticos – inclusive de oposição – e jornalísticos oferecem resultante altamente positiva.

2) Política Partidária – Eleições.

A solução dada à consulta do Presidente da ARENA ao Tribunal Superior Eleitoral sobre prazos de desincompatibilização para disputas eleitorais produziu efeitos tranqüilizadores nos meios políticos estaduais. Além disso, confirmando os prazos estipulados pelo Decreto-lei Nº 1542, cuja constitucionalidade não foi discutida, atestou mais uma vez a competência do Executivo nos atos legislativos de abril de 1977.

Foram pequenos os sinais de expectativa em torno da abertura do Congresso Nacional na semana que precedeu o reinício de suas atividades. Não foi notada movimentação preparatória de amplos

debates político-ideológicos, a esperar-se num ano eleitoral que formalmente terá começo no forum privilegiado do Parlamento.

Continuou a impressão de indefinição do MDB sobre a conjuntura política, admitindo-se que a reativação do Congresso e a próxima eleição de seu líder na Câmara, na semana entrante, modifiquem o quadro de inércia que muito tem beneficiado a reconquista de simpatias pela ação do Governo. A provável ascensão do Deputado TANCREDO NEVES à liderança da Oposição alimenta esperanças de diálogo mais construtivo e moderado, em particular no que respeita às reformas.

2. CAMPO PSICOSSOCIAL

a. Trabalho.

– Evolução do Movimento Operário.

A reeleição de LUIZ INÁCIO DA SILVA para a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de SÃO BERNARDO e DIADEMA/SP, em chapa única e com o expressivo comparecimento de mais de 90% dos associados, confere ainda maior relevo à sua liderança e, por conseqüência, ao programa de reivindicações em que pretende se empenhar, definido em documento entregue ao Senador PETRÔNIO PORTELLA.

Pelo que tem sido possível recolher, é grande a aceitação de suas idéias no meio sindical brasileiro e mesmo em outros segmentos da sociedade não comprometidos diretamente com o confronto patrão–empregado. Suas postulações, para serem atendidas em sua totalidade, exigirão mudanças radicais na política trabalhística do Governo. Mas o exame progressivo de cada uma delas, alimentando um diálogo que transmita confiança na disposição de aperfeiçoar a legislação em benefício da força do trabalho, sem comprometer o desempenho da economia, parece ser a melhor maneira de evitar que outra componente de perturbação da tranqüilidade pública se insira na conjuntura delicada de transformações políticas que a Nação está vivendo.

b. Religião.

Alguns fatos chamaram atenção, no período, para posições assumidas por membros da Igreja Católica da "linha progressista".

D. IVO LORSCHEITER, Bispo de SANTA MARIA/RS e Secretário-Geral da CNBB, manifestou surpresa pelo resultado de pesquisa a que mandou proceder entre a população menos favorecida de sua diocese, que teria revelado um inaceitável "*conformismo com a miséria*". A conclusão que se pode tirar é de que os pesquisados estão mais confortados pela oração e pelos ensinamentos evangélicos do que influenciados pelo açulamento que seu Bispo pensava estar promovendo.

Na Diocese de GOIÂNIA/GO, de D. FERNANDO GOMES DOS SANTOS, foram confeccionados para a Quaresma quadros da Via Sacra em que CRISTO é figurado por um operário e seus algozes o são por soldados armados de fuzis, numa clara sugestão à afinidade dos personagens do Calvário com seus representados.

A vinda ao BRASIL de dois enviados vaticanos para participarem de reunião preparatória das "Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações", foi inicialmente apresentada como uma quase investigação – e portanto ingerência indébita – da SANTA SÉ sobre o respeito aos Direitos Humanos no País. Em realidade, teve objetivo oposto, como esclareceu de viva

voz o Presidente da CNBB, D. ALOISIO LORSCHEIDER, a alta personalidade do Governo: esvaziar a iniciativa das “Jornadas”, que não é vista com bons olhos pelo Santo Padre.

Apesar desses registros, vale arriscar a impressão, ainda pouco nítida, de que começa a diminuir a preponderância de minorias esquerdistas na atuação da CNBB, talvez por receptividade ao clima de distensão e às expectativas otimistas que, aos poucos, se difundem pela sociedade. A razão dessa avaliação mesmo apressada está na conveniência de se procurar confirmá-la para não deixar passar oportunidade que se apresente de aproveitar o indiscutível poder de influência da Igreja em proveito da consolidação institucional.

c. Opinião Pública.

– Anistia.

O tema continua em pauta, ocupando posição principal no noticiário. A inexeqüibilidade de adoção de medidas radicais, demonstrada por opiniões de personalidades insuspeitas em seu ânimo liberalizante – juristas, políticos e até eclesiásticos de notórias posições contestadoras – vem levando a um esvaziamento dos defensores extremados da anistia ampla, sem entretanto desaquecer o debate. Considerada pacífica a revogação do artigo 185 da Constituição, a discussão se orienta agora para fórmulas que tornem factível uma revisão nas sanções revolucionárias aplicadas. As argumentações são ilustradas com casos considerados “clamorosamente injustos”, como os dos cientistas de MANGUINHOS e, buscando sensibilizar as Forças Armadas, de militares cassados “por se negarem a cumprir ordens inaceitáveis”.

A Nota do Ministro da Justiça sobre concessão de passaportes e retorno ao BRASIL de “exilados”, explorada como dúbia ou pouco esclarecedora, teve, sem dúvida, um mérito, reconhecido mesmo por setores da oposição: dar um testemunho público do ânimo do Governo de eliminar temores injustificados de brasileiros que deixaram o País por se julgarem, de “motu próprio”, ameaçados em sua liberdade.

Na moldura ampla da anistia, outros temas buscam condicionar a opinião pública para a censura à Revolução. A exploração em torno dos interrogatórios ao compositor “CHICO” BUARQUE aproveitou sua indiscutível popularidade, a inteligência com que o próprio vem tirando partido do evento em benefício de sua linha contestatória e os sumários esclarecimentos do Governo sobre as razões por que está sendo inquerido, para transformá-lo em vítima da repressão e obscurantismo cultural. Tem o mesmo espírito a ampla publicidade à prisão preventiva do Delegado PARANHOS FLEURY, ao perfil de truculência com que é apresentado e à cobertura que lhe dão as autoridades policiais e militares, por sua notória eficiência no combate à subversão.

3. CAMPO ECONÔMICO

Em conseqüência da reunião do CMN, a semana que passou foi pródiga de atos normativos baixados pelas autoridades monetárias.

No que respeita ao controle da moeda, restabeleceu-se o mínimo de 180 dias para a emissão de certificados de depósito bancário e letras de câmbio, visando a inverter a tendência das aplicações, demasiadamente concentradas no “curtíssimo prazo”. A partir do dia 30 de abril, toda a aplicação de renda fixa, inferior a 90 dias, será onerada com dupla tributação.

Entre os ativos financeiros, as cadernetas de poupança mereceram novos incentivos para atrair os investidores. Os outros segmentos do mercado não têm poupado críticas às medidas adotadas para restituir atratividade às cadernetas.

No setor agrícola, as medidas baixadas visam a disciplinar a distribuição do crédito e adequa-lo aos parâmetros fixados pelo CMN. Foram fixados juros uniformes, variáveis de 10 a 14% a.a., e limitados os adiantamentos para o "Programa de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA", "Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO" e "Programa de Incentivos ao Uso de Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária – FATOR".

No mercado financeiro, a intervenção das autoridades monetárias propiciou boas condições de liquidez. Os resgates de LTN efetuados na quarta-feira permitiram reduzir a níveis bem baixos o redesconto, irrigando o mercado de dinheiro a custos acessíveis. Alguns bancos realizaram vendas de LTN com o objetivo de fazer caixa para manter o giro de fim-de-mês.

O comportamento tranqüilo das taxas de negociação das LTN refletiu a tendência de queda de custo do dinheiro, o que, sem dúvida, se reveste de peculiar significação para a colimação dos objetivos da política monetária. Essa tendência se deve acentuar mais ainda ante a ampliação dos prazos ora determinada para os títulos privados de renda fixa.

4. CAMPO MILITAR

Muito boa a receptividade aos níveis em que foi concedido o aumento e aos acréscimos nos adicionais de inatividade.

Merece registro a tentativa de órgãos da imprensa, liderados pelo "O ESTADO DE S.PAULO", de indispor a classe militar com o Senhor Presidente da República, acusando-o de insensibilidade para o "*hiato entre a vida civil e a militar, em termos de poder aquisitivo*" e alinhando conseqüências.

ooooooo0ooooooo

[SECRETO]

Transcrição: Carolina Ferreira

[Voltar]

[Voltar]

REFLEXÕES DE REVOLUCIONÁRIOS DE 1964.

[À MÃO: SNI]

Prezado Companheiro,

Ao se iniciar o quinto ano da administração GEISEL-GOLBERY – aquela que seria e todos esperavam ser o 4º Governo da Revolução – é justo que todos quantos se empenharam para que se concretizasse o Movimento de Março de 1964 meditem, analisem o que aconteceu nesse último quadriênio.

Por certo, após uma simples reflexão, hão de concluir que os homens que se comprometeram a continuar a grande obra revolucionária desviaram-se dos objetivos supremos do Movimento de Março: extermínio da subversão e da corrupção, moralização da administração pública, instituição de um regime político democrático consentâneo com os legítimos anseios nacionais.

É doloroso constatar-se que ao cabo de 4 anos do pseudo 4º governo da Revolução, o Movimento de Março foi inteiramente frustrado. Dizemos mais, intencionalmente desviado de suas metas, estancado propositadamente o processo revolucionário até então em curso, em síntese, arriada e ultrajada a bandeira da Revolução!

Subversivos notórios exilados ou escafedidos, até então, retornaram tranquilamente ao solo que haviam traído; seus aliados da esquerda foram aquinhoados com importantes cargos públicos, formando-se assim a "base populista" que o celebérrimo estratega do Largo da Misericórdia julgara indispensável ao governo GEISEL, a fim de vê-lo livre do "Grupo militar" do Governo Médici...

Mas, se os subversivos já estavam no governo GEISEL, faltavam ainda os seus irmãos siameses – os corruptos. Esta tarefa – seleção e colocação dos maiores desonestos em postos-chaves do Governo foi obra pessoal de GOLBERY – o presidente (licenciado?) da poderosa multinacional DOW CHEMICAL, Ministro aposentado (com 2 anos apenas) do Tribunal de Contas da União, ex-dirigente do SNI e General da Reserva do Exército (alcançou apenas o posto de Coronel no serviço ativo). Conquanto complexa e sofisticada a missão Recebida, GOLBERY desincumbiu-se dela com relativa facilidade. Corruptos de todos os tipos e quilates, rapidamente, organizaram-se em quadrilhas discretamente ligados à Casa Civil da Presidência da República, mas disciplinadamente obedientes ao Poderoso Chefão no momento da partilha. Prova disso, ainda há pouco, foi a negociata da Bolsa de Valores com as ações da Petrobrás, cuja beneficiada (em centenas de milhões de Cr$) foi a CORRETORA LAUREANO, que tem como dirigente-mor o Sr. GOLBERY DO COUTO E SILVA JUNIOR! O inquérito (rigoroso no melhor estilo) aberto na recém-criada Comissão de Valores Mobiliários (órgão do Ministério da Indústria e do Comércio) está sendo, cinicamente, abafado! Quem será o responsável? Já que citamos uma das últimas bandalheiras (desculpem, mas não há outro vocábulo para melhor qualificar tamanha sujeira) falemos (de leve, como diria o Ibrahim) na

nossa Caixa Econômica Federal, praticamente levada à insolvência pelo garotão despreparado e irresponsável Humberto Barreto! Qualquer outro que não fosse doméstico planaltino teria ido parar atrás das grades! Entretanto, como ele próprio intitula-se “filho de criação do Velho”... vai descansar um pouco das fadigas em Teresópolis e depois – quem sabe? – descer para governar o Rio de Janeiro ou mesmo subir o “PLANALTO” para assumir – tudo é possível – um MINISTÉRIO!

É, companheiro esse pessoal, por instinto de conservação, tinha de terminar com a nossa Revolução!

(LEIA E PASSE A UM REVOLUCIONÁRIO)

Transcrição: Carolina Ferreira

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

[CARIMBO: SECRETO – EXCLUSIVO]
TERCEIRA REUNIÃO – BRASÍLIA, 30 DE MARÇO DE 1978 –
PALÁCIO DO PLANALTO

Principais tópicos discutidos: Memorando de Entendimento – Cerrado
Relações EUA – URSS
Política Nuclear Brasileira
Contatos Futuros

Presentes: os mesmos interlocutores que participaram da primeira reunião

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

O Presidente Geisel, retomando a questão do Memorando de Entendimento e o desenvolvimento agrícola do país, discutida na véspera durante o banquete, teceu rápidas considerações sobre a política de aproveitamento do cerrado, dos excelentes resultados já observados nos Estados de Goiás e Mato Grosso e no próprio Distrito Federal, por iniciativa de seu Governador. Atualmente trabalham no Projeto do Cerrado vários agricultores do sul do país, dos Estados de Paraná e Rio Grande do Sul.

O Presidente Carter explicou a seus assessores que havia discutido, na véspera, a possibilidade de assistência mútua no âmbito da Comissão de Agricultura prevista pelo Memorando. O Brasil dispunha de reservas de fosfato e produzia nitrogênio, porém para corrigir o solo do cerrado era preciso contar ainda com calcáreo e potássio, recursos em parte existentes no país, porém não plenamente explorados.

O Presidente do Brasil referiu-se à importância fundamental da agricultura e da produção de alimentos, essencial para assegurar o futuro da humanidade e a base do processo de desenvolvimento econômico de seu país.

Concordando, o Presidente Carter disse que um dos mais importantes recursos de sua nação era a produtividade de suas propriedades agrícolas. Os EUA haviam, no entanto, em seu entender, alcançado o limite de sua capacidade, e acolheriam com satisfação o maior desenvolvimento possível do Brasil naquele setor. Não considerava tal desenvolvimento como um fator de concorrência a ser temido, mas sim como uma maneira de ajudar a suprir as crescentes necessidades da humanidade.

O Ministro Silveira comentou que os EUA eram o único país que equacionara o problema agrícola, frisando o atraso soviético naquele setor.

O Presidente Geisel referiu-se à situação observada em país europeus, onde, como nos EUA., já se esgotaram as terras para exploração agrícola e apenas inovações tecnológicas poderiam aumentar a produtividade. Lamentou o atraso com que o Brasil se engajava no setor; 50% de seu território se

encontravam ainda ociosos, exigindo um esforço monumental de desenvolvimento. Considerava que a tarefa magna de homens de sua geração era a integração dessas áreas (entre as quais a Amazônia); a preocupação do Brasil era conquistar seu próprio território, contrariamente a quaisquer aspirações de hegemonia ou de imperialismo de que era às vezes acusado por outras nações, a exemplo, por sinal, do que se dizia dos EUA.

EUA/URSS

O Presidente Carter indagou se o Presidente estava interessado em ouvir breve relato sobre as relações entre os EUA e a União Soviética, sobretudo no que dizia respeito à limitação de armamentos estratégicos.

O Presidente Carter afirmou que considerava de grande interesse uma análise daquele problema, talvez o mais crucial até então vivido pela humanidade. Sabia que eram imensos os esforços envidados para tornar compatíveis sistemas diferentes. Indagava-se até que ponto era exequível uma compatibilização, por mais desejável que fosse. Reafirmou a posição brasileira, sempre favorável à paz e ao desarmamento.

Nas palavras do Presidente norte-americano, são várias as negociações ora em andamento entre os dois países. Havia reuniões praticamente diárias. As mais importantes se situam no âmbito SALT. Malgrado manifestações públicas de preocupação, de lado a lado, constatava-se, na realidade, em caráter privado, um progresso.

Dentro de algumas semanas o Secretário Vance iria a Moscou, após o que aguardava-se a ida do Senhor Gromyko aos EUA. Esperava-se, outrossim, que uma vez chegados os estágios finais de solução de problemas àquele nível, **Brezhnev** visitaria os EUA para a assinatura de um Acordo. Frisou que, no momento, não havia certeza, porém eram aquelas as expectativas. Pediu também que não fosse comentada a idade de Vance a Moscou, que ainda não havia sido anunciada.

Repetiu que um progresso fora constatado e que a maior parte dos problemas técnicos havia sido equacionada.

PROIBIÇÃO DE TESTES NUCLEARES (COMPREHENSIVE TEST BAN)

Continuando, o Presidente Carter informou que os EUA, juntamente com a URSS e a Grã-Bretanha estão em negociações para suspender todas as experiências nucleares, tanto de armas, como artefatos para fins pacíficos. Tal decisão teria efeito por um período de cinco anos. Durante esse período os três países citados tentariam persuadir outras potências nucleares (França e China) a se unirem à moratória. Declarou-se satisfeito com os resultados obtidos até o momento.

Disse ainda que foram iniciadas conversações com a URSS com vistas a uma limitação nas vendas de armas convencionais a outros países. Os EUA já tomaram a decisão unilateral de limitar a cada ano, a venda a terceiros de equipamento bélico convencional. Acrescentou que havia mencionado esse assunto durante suas conversações com o Presidente Perez.

Aguardava com interesse o início próximo da Conferência sobre Desarmamento, no quadro da ONU, esperando que levasse a entendimentos semelhantes aos expostos acima.

Estava também em negociação com a URSS sobre a limitação de forças militares no Oceano Índico e um acordo sobre a prevenção de ataques por Satélite, no Espaço Exterior.

Concluindo, disse que o que dissera não significava uma garantia de que os objetivos seriam alcançados, mas que, contrariamente ao que indicavam os pronunciamentos públicos, considerava importantes os resultados obtidos.

O Presidente Geisel classificou de encorajadoras as informações recebidas. Referiu-se em particular à Proibição Total de Testes Nucleares. Estava ciente de que os EUA realizavam testes, mas compreendia que, diante do perigo de um possível confronto com outros países, não poderiam renunciar à realização de explosões, de forma unilateral. A ameaça representada por ataques de satélites era outro fator que gerava uma terrível situação de insegurança. Compreendia que os esforços mencionados exigiam um esforço imenso, além de boa vontade e compreensão, e esperava que fossem coroado de êxito, pois o futuro da humanidade estava em jogo.

Perguntou se eram verdadeiras as conjeturas que ouvira sobre o estado de saúde de Brezhnev, muito precário, ao que se dizia, o que poderia acarretar uma mudança na Administração da URSS com consequências imprevisíveis.

O Presidente Carter disse que conversara a respeito com o **Marechal Tito**, que lhe dissera que tinha observado de perto o Senhor Brezhnev e que os rumores sobre sua saúde lhe pareceram exagerados. (O Ministro Silveira comentou que o Marechal Tito poderia de fato ser considerado um especialista em sobrevivência). Esperava que o estado de saúde do Premier soviético fosse bom. Não gostaria de ver instalada na URSS uma nova liderança, após os árduos esforços realizados para melhorar os entendimentos. Estavam em contato relativamente frequente através de cartas pessoais e Brezhnev tinha um convite permanente para visitar os EUA. Até o momento não o aceitara, e o Presidente Carter entendia que desejava realizar tal viagem apenas na eventualidade de concluir um acordo durante sua estada nos EUA.

POLÍTICA NUCLEAR BRASILEIRA

O Presidente Carter referiu-se à Conferência de Imprensa, onde lhe foram feitas perguntas sobre os dois pontos de divergência entre o Brasil e os EE.UU: energia nuclear e direitos humanos. Fora sincero em suas respostas, mas esperava que suas declarações fossem consideradas satisfatórios pelo Presidente Geisel. Acrescentou que considerava esses pontos de divergência de importância menor (of minor importance) em vista das áreas maiores de convergência.

O Presidente brasileiro disse ter compreendido perfeitamente que essas questões viessem à baila. Se fosse repórter, teria feitas as mesmas perguntas. Era óbvio que o Presidente Carter tinha o dever de responder com sinceridade e seria absurdo que se sentisse constrangido em suas declarações. Acreditava ainda que as diferenças não eram tão grandes como geralmente se supunha. Havia consenso sobre os princípios, divergindo-se apenas nos métodos e na maneira de se atingir os objetivos. Era importante que ambos concordavam no que dizia respeito aos aspectos básicos: ambos eram favoráveis ao respeito pelos direitos humanos; ambos julgavam imprescindível a eliminação de quaisquer armas nucleares. Era natural que divergissem quanto à maneira de atingir metas.

O Presidente Carter disse que queria fazer uma ou duas perguntas sobre o problema nuclear. Sabia que o Brasil assinara o Tratado de Tlatelolco (ratificara, também, acrescentou o Ministro

Silveira). Sabia entretanto que o Brasil reconhecia sua aplicabilidade apenas após assinatura do Tratado por todos os países, inclusive alguns que talvez jamais o fizessem. Giscard d'Estaing, por exemplo, embora não se opusesse ao Tratado, julgava que a França não estava suficientemente envolvida no Hemisfério para justificar sua assinatura. A URSS jamais seria signatária, e por este motivo Cuba tampouco assinaria.

Perguntava, portanto, se, caso a Argentina firmasse o Tratado, o que significaria que praticamente todos os países da América Central e do Sul seriam signatárias, o Brasil consideraria o Tratado como passível de implementação.

O Presidente Geisel respondeu que o assunto necessitaria ser estudado. A Argentina não constituía a principal fonte de preocupação. Julgava importante que outras nações, detentoras de armas nucleares, como França e a URSS, assumissem o compromisso na América Latina. Que travassem suas guerras onde quisessem, mas não neste continente. Outrossim, o Tratado previa que essa região não fosse usada para armazenar ou usar armas nucleares, e nesse sentido julgava importante a adesão dos demais países. Ficara satisfeito de notar que o Presidente Carter aceitara o Protocolo em questão, mas desejava que a mesma atitude prevalecesse por parte dos russos, franceses, chineses e ingleses (o Ministro Silveira informou que os ingleses já o aceitaram).

Referiu-se, em seguida, a uma visita que lhe fizera o Embaixador da URSS que lhe entregara um Memorando em que seu país adotava uma posição contrária ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Tivera que ser bastante rude na resposta verbal que dera: dissera que a URSS não tinha o direito de tratar dessa matéria, já que não aceitara as obrigações impostas pelo Tratado de Tlatelolco.

O Ministro Silveira fez em seguida uma exposição sobre o Tratado de Tlatelolco, que se divide em três etapas: a assinatura, a ratificação e a aceitação do Tratado pelas potências nucleares. De acordo com os preceitos do Direito Internacional, basta que o Tratado seja firmado (embora a ratificação lhe confira mais força) para que exista o compromisso – no caso, de não se manufaturar armas nucleares. De acordo com a Convenção de Viena sobre Tratados, a assinatura de acordo equivale à sua entrada em vigor. Considerava, portanto, preenchido o requisito da proibição de fabricação de armas nucleares. Restava saber se os signatários iriam recuar diante dos problemas ocasionados pela fase adicional do Tratado. Não via o Ministro por que abandonar a pressão que estavam em condições de exercer. Considerava extremamente importante o compromisso das potências nucleares. Neste sentido lembrou a Crise de Cuba, um momento histórico, já que, a partir daquela data, e da posição assumida pelo Presidente Kennedy, diminuíra de forma marcante a pressão cubana sobre outras nações latino-americanas.

Reiterou a disposição brasileira, acrescentando que, nos termos do Acordo Tripartite o Brasil renunciaria até mesmo à fabricação de artefatos pacíficos que classificou de sonho – e o Brasil não se permite tais sonhos.

O Presidente Carter referiu-se em seguida às salvaguardas da AIEA, perguntando se o Brasil admitia a aplicabilidade de salvaguardas a instalações nucleares que não faziam parte do Acordo Nuclear. Sabia que o Brasil aceitara tais salvaguardas para todas as instalações e serem erguidas no âmbito do Acordo.

O Presidente Geisel disse que até o momento o Brasil dispunha apenas de instações experimentais e de pesquisas, e o Ministro Silveira informou que nenhuma atividade era

desenvolvido no Brasil sem a cooperação internacional estando, portanto, todas submetidas às salvaguardas.

O Presidente Geisel declarou que sua tese era de que a AIEA fosse fortalecida, talvez reorganizada, para que pudesse exercer sua atividade fiscalizadora e reguladora em toda e qualquer nação do mundo – era afinal, o órgão mais indicado para exercer tais funções, como instituição da ONU.

Presidente Carter: Quando assumi o Governo herdei um sistema de distribuição de combustível nuclear confuso e imprevisível, cujas regras variavam de ano a ano. A Nuclear Regulatory Agency opera como entidade autônoma – não tenho controle sobre suas atividades – embora tenha poder de veto. Agora foi aprovada pelo Congresso uma Lei regulamentando a matéria. Não inclui restrições desnecessárias ou onerosas; torna mais claras as diferentes modalidades de distribuição e as condições exigidas e futuras à remessas de combustível nuclear.

Talvez fosse oportuna uma visita ao Brasil do Embaixador Gerard Smith. Numa reunião com seus assessores, talvez fosse possível ter uma compreensão mais clara, uma determinação das necessidades brasileiras de combustível nuclear que seja compatível com os requisitos nessa legislação. Acredito que o Governo brasileiro verá que, com a nova legislação a situação ficou mais clara, e sobretudo deixará de haver a incerteza do "on-off" (variação cíclica) do passado.

O Presidente Geisel afirmou não ter tido oportunidade de examinar a Lei na íntegra, porém estudara alguns trechos, particularmente no que tange à negociação de Acordos. O Brasil firmou um Acordo Nuclear com os EUA em 1972. Como sabe, temos Usina Nuclear-Angra I (Westinghouse), nos termos do acordo ser-nos-à remetido urânio enriquecido para a carga inicial e para suprir as necessidades adicionais por um período de 30 anos. Soubemos que os EUA autorizaram a remessa para a carga inicial. Não esperava que fosse outra a atitude do Presidente americano. Nossa preocupação diz respeito às necessidades adicionais. Estou satisfeito com a possiblidade vinda de um representante americano ao Brasil.

Desejaria que fique claro que o Brasil não desempenha qualquer atividade não sujeita a salvaguardas. O Ministro Silveira acrescentou que, enquanto o Brasil não mudar o status quo, não via razão para preocupações. Na prática, as salvaguardas internacionais se aplicam a todas as atividades brasileiras no campo nuclear.

O Presidente Carter fez considerações sobre o Acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o aproveitamento do tório. Reiterou a oferta de cooperação nesse campo, que os EUA já haviam feito ao Brasil. Notou que o único breeder reactor norte-americano se baseia na tecnologia do tório. Disse que, caso o Brasil considerasse que a cooperação com a RFA não era totalmente satisfatória, os EUA poderiam suprir as necessidades tecnológicas do Brasil nesse campo. Referindo-se, ainda, ao INFCE que classificou de uma boa maneira de os países apreenderem em conjunto, o Presidente Carter observou que o INFCE não visa a persuadir qualquer nação a agir contrariamente a seus interesses.

Respondeu o Presidente Geisel que o Brasil participa do INFCE na convicção de que seus interesses não serão contrariados. Com relação ao tório, esclareceu que a cooperação teuto-brasileira vem de longa data. Aludia à possiblidade de se trabalhar em conjunto nessa área.

Manifestou satisfação com o interesse norte-americano em cooperar em outras áreas, em outros combustíveis, como álcool. Disse que o Brasil considera de seu interesse o aproveitamento desses

combustíveis, inclusive por ter terras disponíveis. A cooperação nesse setor e no carvão, do qual novas jazidas foram descobertas no Sul do país, pode interessar ao Brasil. O Ministro Silveira lembrou a propósito, a possibilidade de produzir amônia, a partir do aproveitamento das diferenças de temperatura da água do mar.

CONTACTOS FUTUROS

O Presidente Carter disse que em complemento dessas visitas, que, espera sejam doravante mais frequentes, desejaria receber mensagens diretas sobre qualquer assunto de interesse geral, mencionando entre esses assuntos o Oriente Médio, a África, as relações entre os EUA e a URSS, ou específico, do Presidente Geisel.

Acrescentou esperar que essas consultas se tornassem rotina e que, assim, qualquer problema que surgir, no futuro, poderá ser equacionado imediatamente.

O Presidente Geisel aludiu a que, no passado, já havia mantido correspondência com o Presidente Carter, correspondência que qualificou de talvez um pouco formal. Disse esperar manter e intensificar essa prática no futuro, com o cuidado de não despertar ciúmes nos respectivos Ministros do Exterior. Manifestou disposição de escrever ao Presidente Carter sempre que necessário, sobretudo quando surgirem assuntos referentes às relações entre o Brasil e os EUA, favoráveis ou desfavoráveis.

Encerrou o encontro, agradecendo ao Presidente Carter suas palavras e dizendo que embora a agenda previsse outra reunião a mesma se tornara desnecessária diante dos resultados positivos já alcançados.

Transcrição: Carolina Ferreira

[Voltar]

[Voltar]

+
23841 Z DFPP
11181 C SPCA
04/1447
ZCZC FZE25731 04 1430
CAMPINAS/SP

[CARIMBO: PALÁCIO DO PLANALTO – BRASÍLIA – [ILEGÍVEL] – 04 AGO 1982]

TELEGRAMA
EXMO. SR. JOAO BATISTA FIGUEIREDO
DD. PRESIDENTE REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PALACIO DO PLANALTO
BRASILIA/DF(70150)

ASSOCIACAO E DOCENTES DA UNICAMP APRESENTA VEEMENTE PROTESTO VOSSA EXCELENCIA CONTRA MEDIDA DE EXPULSAO PROFESSOR REYNALDO CUE DA UNIVERSIDADE FEDERAL CEARA REITERANDO EXIGENCIA DA PERMANENCIA DO PROFESSOR NO BRASIL
ELIEVER RIZZO DE OLIVEIRA

[À MÃO: Vão á merda!]
[À MÃO, rubrica: Figueiredo]

NNNN+
23841 Z DFPP
11181 C SPCA

Transcrição: Carolina Ferreira

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA-DF 16 de junho de 1975

INFORME N.º 209 S-102-A3-CIE

1. ASSUNTO: ESTUDO E APRECIAÇÃO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 64
2. ORIGEM: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-1
4. DIFUSÃO: SNI/AC
5. DIFUSÃO ANTERIOR:
6. REFERÊNCIA:
7. ANEXO:

Este CENTRO transcreve abaixo, a título de Informe, um "estudo e apreciação sobre a Revolução de 64":

1. SÍNTESE

Esta pequena apreciação versa sobre a colocação, o situar-se da Revolução de 1964 dentro de um novo quadro: o do BRASIL já pacificado, normalizado.

Tal enfoque provém, como consequência, do processo de "abertura" política, já desencadeado verbal e efetivamente. E latente, há mais tempo, no pensamento dos cidadãos.

O presente estudo analisa aquela colocação, requerendo como base insubstituível uma tábua de valores, a ser proclamada e vivida – o que não foi feito nestes onze anos:

reiterando a necessidade medular de formação filosófica adaptada para todos os que, em diversos graus, são responsáveis pelo pensamento da Revolução;

reforçando com argumentos mais prementes e muito atuais a imprescindibilidade de se formarem as mentes, especialmente de jovens, de novos militares, políticos, eclesiásticos, através de programas organizados e de publicações, além de diálogos e debates que repugnam à nossa preguiça intelectual e podem ferir nossa sensibilidade. Repete que a luta mundial é pela conquista da mente humana, no que o marxismo internacional reconhecidamente tem sido exímio;

analisando as consequências destruidoras da nacionalidade a provirem de “abertura” indiscriminada;

sugerindo medidas para se aproveitar do que de bom houver na “abertura” e conter o que há de nocivo, por falta de infraestrutura. Isso, sem que se esqueça que movimentos como esse possuem dinâmica própria, que passa a agir independentemente, superando controles;

alvitrando opções para a manutenção do poder revolucionário, sua reafirmação patente e para o amortecimento da espiral da “abertura”;

tocando, enfim, em problemas da imprensa e da justiça.

Este é o único tema aqui tratado e não engloba, portanto, a inteira situação nacional. Uma sua faceta, apenas.

2. MOMENTO ATUAL

a. Estado da questão

1º – Fatores externos influindo nos antecedentes do momento presente e diretamente nele mesmo:

Enquanto o Gen GEISEL, designado como futuro presidente, preparava seu governo, já era sensível o desmoronamento moral dos ESTADOS UNIDOS ao fim do governo MÉDICI. Depois disso, só se agravou o desmanchamento moral da potência que materialmente é a mais forte. A visita de NIXON a PEQUIM e MOSCOU; os malabarismos muito pessoais do Dr KISSINGER; a “distensão”, consistindo em apertos de mão e recuo físico dos ESTADOS UNIDOS com avanço real do poder marxista; a *ostpolitik* do Vaticano, guardião moral da humanidade, com seus Cassaroli e jogos de cortesia, enganando multidões sobre aparente conciliação de duas doutrinas inconciliáveis; o taco de golfe do Pres FORD, vibrando por uma semana, enquanto se fundia um país cuja sobrevivência estava garantida por aval norte-americano posto em solene tratado. Em uma palavra: a capitulação ante o comunismo. E é ponderável o influxo psicológico dessa realidade sobre o espírito nacional.

2º – Fatores internos:

O Gov GEISEL apresenta-se ante si próprio como continuação do Gov CASTELO BRANCO. Propôs-se efetivar o que o extinto Marechal não pôde conseguir; a “redemocratização” inclusive;

O Gov atual teve o mérito de sentir os anseios difusos pelo país. Havendo sucedido a governo que, por sua vez, herdara situação difícil do final do de COSTA E SILVA, e que foi bem-sucedido em pacificar a nação, a administração GEISEL encontrou um BRASIL mais tranquilo; por isso, com tempo mental para focalizar problemas de âmbito maior. Sem rebeliões a controlar, reflexiona o povo de hoje sobre questões universais, inerentes ao homem. Sobre a própria revolução de 64 inclusive, seu significado, sua continuação. E formula difusamente inquietações que o atual governo recolheu com propriedade. Tomou o pulso da nação;

E não adotou carta de princípios, da qual emanaria consequente plano de ação. Só a este, o plano de ação. Essa já era uma falha fundamental da revolução de 64;

Devido à personalidade de seu chefe, o governo atual soube ampliá-la desmedidamente.

O método de ação escolhido é o velho e conhecido pragmatismo. Não o que provém da exata visão da eficiência, baseada em princípios morais, e que é bom, correto e necessário. Sim, o que se origina do sucesso imediatista, sem maiores perspectivas, despido de princípios. O que sempre termina por autodestruir-se, por sua própria dinâmica, como a História o ensina, e muitas vezes.

As consequências virão fluindo obrigatoriamente. Como a força de gravidade atua ou como a criança tem de nascer, ao término da gravidez. Malgrado as boas intenções, que ninguém nega, de pessoas malpreparadas para o dever – aceito de ser estadista.

3º – Algumas de caráter pessoal, universais outras, inevitáveis ainda outras – por essas forças convergentes desembocou-se na encruzilhada das decisões.

Note-se que o problema deveria ser enfrentado, mais cedo ou mais tarde. É algo de positivo ter visto sua inelutabilidade.

E a solução adotada, a opção feita, teria de ser a correta. — Erro, aqui, é sinônimo de desastre.

4º – Poderíamos resumir a dificuldade, que é complexa, em única pergunta: Como conciliar o movimento extraordinário de 1964 com a nação, que é algo de definitivo e estável?

Tal interrogação essencial pode ser desdobrada em aspectos diferentes, revelando setores de seu denso conteúdo. É o que passamos a fazer, limitando-nos ao principal.

5º – Assim:

1) Ficará o BRASIL sempre com duas leis fundamentais, uma constituição e um poder revolucionário? Até quando?

2) Havendo extinção do poder revolucionário, não se tornará comunista o país (Segurança)?

6º – Outra formulação: (partidos políticos)

– Se o MDB ganhar novas eleições, e, afinal, todas: poderá receber o governo?

– Se não assumir a direção do país, qual será a repercussão:

1) interna

2) externa?

Terá o poder militar força para manter-se à testa da nação, se esta o repudiar em eleições?

– Indo à questão de fundo ou de mérito; entregar o poder ao MDB não é o mesmo que entregar o país ao comunismo internacional?

– Ou será melhor liquidar, já, os partidos, a fim de estancar as eleições em seu nascedouro? Ou arquitetar sistema a modo mexicano, com um “PRI” nacional, perpetuando-se no poder 40 ou mais anos?

7º – Ainda outra: (Justiça)

– Neste início da opção feita pelo governo – o começo da “abertura” – dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que solertes acusadores, nacionais ou não, lhe assacam; ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais, e outros abusos do poder?

E, avançando a “abertura”, poderá alguém deter a marcha da Justiça reclamada?

Isso não viria desmoralizar a chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 64? Não viria provar ao menos o patrocínio efetivo das Forças Armadas e governos a ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes?

– E poderia a Justiça, crescendo a “abertura”, apurar também as faltas por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos pelos presidentes no regime revolucionário? Suportaria o povo o descrédito que isso lançaria ao próprio movimento de 64? Enfim, não seria, essa, mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional, contra o BRASIL?

8º – Ainda outra formulação:

A “abertura” inevitavelmente provocará cisão dentro das Forças Armadas: num momento internacional como o presente, isso pode ser suportável?

9º – Para resumir: Tudo isso não representaria a condenação, ou mesmo sem ela, o fim do movimento de 64? E destruindo, não estaríamos abandonando o país ao comunismo internacional?

b. “Abertura”

Histórico: O ponto essencial: a mente humana. Princípios a manter. A “abertura”: de início, seu controle; depois: agir conforme puder ou não ficar contida. Possui lados bons. A “abertura” e casos peculiares. Preparar-lhe infraestrutura. Firmeza e vigilância.

10º – Nestes últimos 12 anos, ainda em tempos do Gov GOULART, muito se escreveu sobre a necessidade de formação, em profundidade, dos espíritos. E o resultado tem sido diminuto. Em todos estes anos. Anos de ideias inúteis.

Uma e outra pessoa, mostrou-se sensível à persistente argumentação; mas não se encontrava ao nível das decisões. Quanto aos demais, não encontraram nem tempo, nem disposição e não tinham o hábito de estudarem papéis sobre formação “mental” – algo sutil e aparentemente tão distanciado dos afazeres do momento, das lutas a vencer, das tarefas a executar. Principalmente, das preocupações que se apreciavam manter.

Planos de “mentalização” foram elaborados. Percebia-se com dura clareza a ausência de mentalidade preparada para nova realidade. Teria de ser formada. Estruturar novo arcabouço de ideias, a entrosarem-se organicamente com o antigo, que não é mau, mas incompleto. Viu-se quão preciso seria dispor-se de algumas pessoas com exata visão das coisas, que, deixando o resto, se dedicassem à formação primeiro dos chefes, depois dos demais.

No concernente ao campo inimigo, devemos reconhecer que, pelo menos desde o manifesto de 1848, de MARX, até hoje, ininterruptamente, sem cansaço, a formação mental foi vista como a base, o fulcro, o coração, a nascente, a origem da conquista do mundo. Tudo partindo dela, tudo por ela normado. Com o progresso da técnica de propaganda, essa formação mental do socialismo clássico avançou sobre o mundo. Penetrou nas fortalezas do mundo ocidental, envenenou a opinião pública de países fortes, tornando-os débeis, fez conscritos desertarem com orgulho, e com elogios por seu ato serem recebidos em nações do mesmo bloco, paralisou decisões, dividiu profundamente concidadãos do mesmo povo, manietou vontades. De armados, fez inermes. De decididos, hesitantes. De bravos, imbecis preocupados com o que iriam dizer de suas atitudes. Corrói exército poderoso, para que ele mesmo se corrompa. Movimenta país poderoso em guerra, não para vencer, mas para que, enfim, se confesse derrotado ante pigmeus. Secciona os poderes de nações, fazendo com que lutem entre si

mesmos. Mina o campo adversário, a tal ponto que pode, nos países socialistas, matar, tiranizar, destruir e ainda colher encômios do inimigo por sua generosidade e altruísmo. Ainda inferior em poderio militar, pode assim o mundo socialista ser superior na conquista interna, no desarmamento íntimo do ocidente. Porque tem formação mental bem-conduzida. E o ocidente abdicou dessa arma básica, a que sustenta as demais armas e lhes indica a direção a atingir.

Porque o combate atual no mundo é pela POSSE DA MENTE HUMANA.

O resto são meios, eficientes alguns, menos outros – instrumentos para obtenção daquele fim.

11º – Começam os reconhecimentos, no mundo ocidental, a essa realidade tão sovada entre os do mundo socialista. Por enquanto, só a verificação do fato. O primeiro passo.

Os jornais de 8 maio 1975 aduzem declarações do Dr KISSINGER a respeito da queda do CAMBOJA e VIETNÃ DO SUL. Diz ele que o socialismo comunista dentro de um máximo de 10 anos será "uma grande dificuldade interna para a mente americana". "Não sei", acrescentou, "que filosofias e doutrinas se anteporão a isso na ocasião; mas, terá que haver alguma coisa." É um primeiro olhar na velha realidade, antes não vista. O Secretário não falou em foguetes como ameaça; mas em ideias. Porque quem maneja e comanda os foguetes são as ideias.

Igualmente, general francês que combateu na antiga INDOCHINA, declarava, há dias, que os norte-americanos não poderiam vencer a arma, segundo ele, mais poderosa do mundo; a ideia nacionalista de que estavam tão impregnados vietcongues e vietnamitas do Norte. Declaração que no articulista CARLOS CASTELLO BRANCO, entre outros, encontrou eco posterior: "Um exército que chegou a contar 550 mil homens, apoiados por bombardeiros que lançavam milhões de toneladas de bombas semanalmente sobre um pequeno país, mostrou-se impotente para liquidar a guerrilha ideológica, alimentada pelas armas soviéticas" (*J. B.*, 2 maio 75, p.2). Ressalvando-se o adjetivo "nacionalista" do Gen. francês (porque não é só essa ideia que move, mas toda e qualquer ideia-força) e o fato de a guerra do Vietnam ter-se constituído algo de original, pois americanos não atacaram, excetuada alguma vez, o território inimigo – fica de certo o reconhecimento de que a ideia, bem-elaborada e assimilada, é que colocou armas nas mãos inimigas, sustentou-as apesar da inferioridade material e fez derrubar colosso.

Essa é a mola do universo humano. Compreender isso é enfrentar com objetividade o problema, em ordem a soluções eficazes.

12º – Posto isso, avancemos em nosso estudo.

Passaremos a tentar responder à pergunta sintética e a seus desdobramentos, enunciados mais acima.

Primeiro, focalizaremos soluções para o momento atual; depois, para programa de longo alcance, que compreenda presente e futuro.

13º – Iniciemos pela colocação dos princípios gerais. Os que manteremos a todo custo.

1) O movimento de 1964 representou a Nação brasileira na restauração de sua alma nacional, isto é, suas tradições fundamentais e comuns, e seus valores – o bem comum nacional, a pessoa humana

na visão cristã, o apego à sua independência nacional, o direito de pensar, de ter religião, o respeito à propriedade privada, dentro da justiça social e como complemento do exercício da personalidade humana.

2) Por isso, conquanto vinculado a circunstâncias concretas do momento histórico, o Movimento de 64 transcende o instante e se insere no permanente nacional.

O que significa, entre outras coisas, que não pode ser negado. Tem de ser aceito. Disso não se pode abrir mão. É o terreno comum necessário para qualquer encontro de opiniões diversas.

Outra coisa é julgar os homens do Movimento. E alguns de seus atos. Se isso for efetuado, não se admita julgamento da questão em si. O Movimento foi a Nação realizando-se. E à Nação não se julga.

3) Enquanto contraposição, o Movimento de 64 nega qualquer submissão internacional, máxime ao socialismo marxista. Não se dobrará ante ele e o combaterá por todos os meios de que disponha o país. É, embora não unido a qualquer Igreja como instituição, seja a majoritária, sejam as de menor tradição nacional e número de adeptos – o BRASIL é cristão.

14º – Colocados os postulados principais em situação intangível, focalizemos um segundo estágio de considerações.

Questiona-se, hoje em dia, a continuação do Movimento de 1964. Mesmo entre os que pugnaram por ele, há os que atualmente duvidam. Alguns negam até a continuação do espírito de 64; outros, destes, rejeitam apenas a estrutura revolucionária – atos, escolha de governadores, indicação do presidente...

Nisso, vários da situação concordam com a oposição.

Nosso ponto de vista é claro: o espírito e as estruturas do Movimento Nacional de 64 devem continuar ainda. Aquele, sempre; estas, com melhorias, até que possam ser dispensadas sem que a Nação venha a sofrer pelo desaparecimento delas. O que está ainda longe de ser alcançado.

15º – No entanto, aí está o início da “abertura”. Em ação. Lenta, mas insopitavelmente, caminha (achamos até que, após a entrevista do jurista TRIGUEIRO, já andou demais. É o momento de envolvê-la em hábil entorpecimento).

Pois pensamos que “aberturas” como essa sem infraestrutura é fechamento do progresso institucional do país. É retrocesso. Retornar-se-á a 1964 antes de 31 Março, ou 1955, ou... 1922.

E não há infraestrutura, porque ninguém a preparou. A primeira viga para ela teria sido a formação mental. A preparação de líderes. A condimentação da opinião pública. Ao contrário, deixou-se esse setor aos comunistas. Ainda há pouco, em artigo sobre “Inconsciência arenista” (*Jornal da Tarde*, SP, 28 Abr 75, p. 4), articulista comentava como os intelectuais, estudantes inclusive, foram drogados pela literatura marxista, não combatida eficazmente pela Revolução, e pelos meios de comunicação, clara, evidente, manifestamente infiltrados. “Muito mais importante do que as filas de insatisfeito (do INPS) é a constante lavagem cerebral da opinião pública, feita por poderosos meios de comunicação, e não apenas nos limitados horários de funcionamento do INPS

nem somente diante de seus postos, mas durante as 24 horas do dia e até mesmo no interior dos lares, onde a televisão desempenha um poderoso trabalho de corrupção das mentes jovens, frequentemente via Embratel, ou seja, com sofisticados recursos postos à sua disposição pelos governos nascidos da Revolução." E aduz admirada verificação de SARTRE, após visita ao BRASIL: "Para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data; mas ainda não deixou de se desenvolver daí por diante. Sua produção domina... existe uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país. É o que se pode constatar nas livrarias de SÃO PAULO e do RIO, cheias de publicações marxistas, nas estreias teatrais... na agitação dos estudantes ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa, a esquerda dá o tom."

Ora, se os governos da Revolução não fundaram departamento especializado para isso – o estudo intelectual da infiltração intelectual sobre o meio intelectual do país – mas pobre e nem sempre esclarecida censura, muito limitada e sem discernimento, no geral – se não forjaram homens que pudessem ser líderes; se não afastaram mentores intelectuais perniciosos – alguns, sim – que continuaram a pontificar até dentro de ministérios culturais; se não estabelecerem em postos-chave pessoas de absoluta confiança revolucionária; se não criaram novos esquemas orgânicos (não estamos falando, aqui, nos Atos Institucionais): onde está a infraestrutura para suportar o embate da "abertura"?

"Abertura" assim é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitivas, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as FFAA.

16º – Há mais. Um impulso como esse dado pela "abertura" possui dinâmica própria. Uma vez posto em movimento, avança por si mesmo e sofre contenções apenas como armazenamento de maior força. A soma de carga emotiva que aciona, os interesses que desata só crescem, não diminuem por si mesmos. Chega ao ponto em que ficam incontroláveis e seguem as leis de sua própria mecânica.

Assim, por muito que os líderes mais velhos e mais experimentados do MDB, como ULYSSES GUIMARÃES e FRANCO MONTORO, aconselhem calma a seus liderados, a irem por etapas, a "cooperarem com o governo que quer a abertura gradual", não conseguem sofrear o entusiasmo, com sabor de desafio, de alguns membros do partido. Na ARENA, obtém-se mais, porém há evidentes sinais de impaciência.

Essa sofreguidão também pode revestir-se de astúcia. E, então, é aceita com facilidade. O deputado JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, MDB-SERGIPE, propôs dia 7 Maio 75, em BRASÍLIA, o diálogo de seu partido com militares. Não obstante as cautelas que acha necessárias para o êxito de seu projeto, este, afinal, é uma tentativa de envolvimento para apressar a abertura maior. A ideia, em si, é boa, e tais contatos, de vez em quando, seriam salutares, máxime em se tratando da hipótese que vamos expor em nosso n.º 20, pág. 15. Mas, de momento, o que se pretende é azeitar um pouco as roldanas lentas da abertura. A sugestão de TEIXEIRA foi encampada pelos líderes do partido, FRANCO MONTORO, THALES RAMALHO, ALCEU COLLARES. Pode ser fator de divisão entre as FFAA, pelo envolvimento astucioso que políticos sabem tecer.

No lado da jurisprudência, famoso jurista dá entrevista, afirmando que, legalmente, se o Congresso quiser, poderá suprimir, sem mais, o Ato 5 (OSWALDO TRIGUEIRO, há pouco

aposentado do Supremo Tribunal Federal, em *O Estado de S. Paulo*, 11 Maio 75, p. 5).

Isso, ao lado dos pertinazes defensores de "abertura", com menor repercussão pela rotina em que caíram, como é o caso de TRISTÃO DE ATHAYDE. No *JB* de 2 Maio 75, sob o título "A tecla indispensável", enumera os modos de "abertura", desde o que acha mais difícil até o que julga mais viável: "abolição imediata de todos os Atos Institucionais", "ampla anistia", "abolição do bipartidarismo", "abertura, honesta e ampla, de todos os canais publicitários".

Controlar, agora, a espiral da "abertura" é difícil, mas indispensável. Repetimos que possui ela dinamismo próprio, que rompe controles externos. Mas, temporariamente, poderá ficar refreada, contida. E o meio é solene declaração de que o Ato 5 será mantido até que a Nação possua estrutura para assegurar a sobrevivência e assimilação total do espírito de 1964. Dir-se-á claramente que não será abolido, mesmo com "aberturas". E, *data occasione*, empregar-se-ia o Ato, mesmo que fosse só beneficamente, digamos em algum bom decreto-lei que desse alguma vantagem para classe ou categoria mais humilde ou não tão modesta, mas de simples assalariados; alegar-se-ia a urgência da medida, para justificar só formalmente o não uso da via ordinária, a saber, do envio de projeto do executivo ao Congresso.

Quando falamos em conter a "abertura", não estamos entendendo necessariamente que se proibisse de falar nisso. No momento, seria contraproducente. O debate da institucionalização, por exemplo (parte da "abertura"), tem sido provocado e dinamizado pelo próprio Pres. da República: e um repentino silêncio imposto evidenciaria pressão sobre o Presidente, o que ampliaria setor de dissídio. O que se entende com conter a "abertura" é simplesmente, de início, a aludida declaração, feita de modo bem claro, de que o Ato 5 não será revogado; e, preferentemente, emprego do Ato, repetimos, mormente se se encontrar alguma medida simpática a ser obtida através dele. E, avançando muito celeremente, como está, a "abertura" deve ser contida também por, nos repetimos, hábil entorpecimento.

Evidentemente, surgirá a pergunta do até quando será mantido o referido Ato. A mesma declaração poderia, desde já, acrescentar que perseverará ainda por "longo período" ou "anos", até ser encontrado ou:

1) modo de institucionalizá-lo definitivamente; ou

2) o Ato será mantido até que haja infraestrutura e pessoas preparadas para manter o espírito de 1964. Ou outra forma semelhante.

Claro está que tais fórmulas referentes ao término do Ato 5 são muito vagas e se prestam a diferentes interpretações. Não é mau que existem. Ficará, porém, claro e evidenciado que o governo não abre mão do poder revolucionário; em segundo lugar, que só o governo é juiz dessa questão.

Há outro aspecto a aprofundar.

Dissemos que o dinamismo da "abertura" contém força própria, que pode transcender qualquer controle. E isso acontecerá, apesar da requerida declaração da permanência dele, se se permitir que os debates em torno da questão atinjam clímax que toque ao paroxismo. Tornando-se como obsessão, não se conseguirá controlar o debate, a não ser por sucessivas aplicações do Ato, ainda que por outros motivos, cá e lá pelo BRASIL. É mister, portanto, que, através de lideranças ou deputados "bem- informados", "achegados ao Planalto", "das relações do Min da Justiça" se resfrie o ambiente

toda vez que o excesso emocional arrisque galvanização nímia em torno da ideia. (“O Ministro está preocupado... Parece, consta que o presidente está achando demais... talvez haja a possibilidade de se suspender esse debate e reservá-lo só à área governamental... Por isso, melhor estabelecer um intervalo; há outros problemas urgentes...”)

Quanto a nós: se a contenção da “abertura” do modo acima acabar, pelo crescendo emotivo, sendo inútil então só resta cerceá-la habilmente, se possível despercebidamente, medida após medida.

17º – A “abertura” pode realizar-se com o setor das comunicações, mas sempre sob controle (isso na 1.ª hipótese: do sucesso).

Deve-se reconhecer que a censura, efetivamente exercida *in loco* por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação. Escolher as pessoas a dedo. Disso depende muito, na situação atual.

Achamos, pois, que a censura deva continuar. O modo é que seria diferente.

Para cada jornal de cidade grande, para cada grupo de publicações não muito empenhativas, haveria um censor. Assim também para cada canal de televisão; ou, onde houver pouco serviço, para cada cidade onde haja canais de televisão bastaria único censor. Não teriam sua sede no órgão de comunicação, a não ser que fosse impossível outro modo. E nem visitariam o órgão.

Designadas as pessoas, o chefe local ou o representante do Ministério da Justiça ou quem for, que tenha autoridade para isso, convocaria os diretores dos órgãos de comunicação. Em entrevista quanto possível amena e sem exibições de autoritarismo, dir-se-ia claro a todos que competiria a cada órgão autocensurar-se. Como critério básico, asegurança nacional. E como esse termo pode ser compreendido de múltiplas maneiras, dar-se-iam exemplos do que se entende, no caso, por segurança nacional. Assim mesmo, publicando o órgão algo que atente contra aquela exigência, caberia ao censor, *a posteriori*, pois, prevenir ao diretor; na décima (quinta?) admoestação, o censor passaria a trabalhar dentro do órgão comunicador e fazendo censura prévia.

Havendo algum órgão comunicador que recuse colaborar e autocensurar-se (será talvez o caso de *O Estado de São Paulo*), a mecânica será a mesma. Na reunião dos diretores com o representante do Ministério, este responderia que confiava no patriotismo dos dirigentes da publicação (da TV...) e esperava que não fossem atentar contra o país; mas que, havendo alguma transgressão, seriam feitas as advertências, e, caso prosseguisse o atentado à segurança, igualmente um censor se instalaria outra vez dentro do órgão de comunicação. Como para os demais. Só que, garantia-se, seria censor inteligente e bem-dotado, incapaz de mesquinharias, e culto.

18º – Por fim, não é demasiado observar a imensa importância dos órgãos de comunicação na formação da opinião pública. Se ficarem largados a si mesmos, podem destruir uma Nação. Podem também alimentar com novo dinamismo a força intrínseca da “abertura”, a tal ponto que, afinal, ela supere qualquer controle e chegue a destruir governos, ante eleições livres convocadas expressamente, e julgar todo o Movimento de 1964 como ilegítimo.

“Abertura” vigiada dos meios de comunicação, sim.

19º – Ao mesmo tempo que se reorganiza esse setor, este seria o momento de impedir a publicação de jornais só de títulos e muitos crimes, vergonha nacional e energia para a imaginação de pessoas ignorantes ou mórbidas. – Um ultimato: ou tais jornais mudam de sistemática, ou serão supressos.

20º – A "abertura" ou, mesmo sem ela, a fase mental em que o país ora entra, exige estudo mais acurado sobre os partidos. Algumas vezes já redigimos alguma coisa sobre isso. Organizados a partir de cima para baixo, são conglomerados inorgânicos. Continuam polarizados por interesses, não por programas. Funcionam dentro deles os antigos partidos, tão vivos como dantes. Há dias, repórter carioca afirmava que na nova Assembleia Constituinte do novo Estado do RIO desde a porta de entrada "cheira-se PTB".

O MDB renovou-se mais, devido às próprias cassações em maior número. E os novos nem sempre têm a velha mentalidade ou submissão aos usados caciques. Mas esse partido, como o outro, é um ajuntamento heterogêneo de partidos. Só a oposição o cimenta, oposição ao governo. E a ARENA, núcleo de interesses, igualmente sem princípios básicos e programação a executar, vive atualmente situação difícil. Dona da situação por 10 anos, não estará afeita ao combate, e nem o quer. Acostumada a obedecer, não tem iniciativa, deixando que o partido adverso empalme objetivos que deveriam ser dela. Assim, o MDB apresenta medidas que estão mais de acordo com os desígnios do atual governo. E a ARENA ou atrasa-se ou se cala.

Essa incômoda posição desencoraja o partido e o atemoriza. Examina ele a possibilidade de o partido da Revolução poder vir a ser... o MDB, excetuada a ala radical deste. Nesse caso, qual seria o papel dela, ARENA?

Tudo provém: da maneira por que foram formados os dois partidos, praticamente sem intervalo algum após a Revolução. Teria sido necessário não só extinguir os antigos partidos, mas suspender por um pouco mais de tempo a atividade partidária. Nesse meio-tempo, ver-se-iam homens com ideias. E a Revolução apresentaria seu ideário (coisa que nunca fez). Daí partiria para a organização de dois partidos verdadeiramente novos. O que houve foi mudança de rótulos e mistura de várias facções dentro de cada partido.

Mas, a situação sendo realmente assim, temos algumas opções a considerar:

– manter osdois partidos, mas exigir reforma da ARENA:

com introdução de valores jovens, líderes em potencial ou já realizados (JOSÉ BONIFÁCIO, por exemplo, foi constituinte em 1934); ideário e programação claros e exequíveis; tentar fusão das heterogeneidades excessivas; libertar a ARENA de tutela exagerada, fazendo com que se sinta maior de idade; dar pequenos cursos intensivos de formação político-partidária, criando-se assim não bem uma "mística", mas uma consciência comum entre arenistas; para o MDB: o que for aplicável – apelo a que formem bem seus membros, pois o BRASIL precisa de todos os seus filhos; que se aglutinem mais homogeneamente, conservando, embora, as legítimas diferenças acidentais; ressaltar o quanto o governo espera da crítica construtiva e colaboração da oposição;

– deixar que a ARENA se esfacele por debilidade, sem sobressaltos, que se "apague" lentamente. Nesse caso, chegará o momento em que o governo terá que criar novo(s) partido(s). E apresentará tal criação como consequência necessária ante a liquescência da ARENA. Haveria a vantagem de que,

assim, se sepultariam alguns dos velhos pajés, mas não se deve esquecer que lideranças não se improvisam, e alguns têm de ser utilizados mesmo na nova organização.

Numa reorganização, o MDB também apresentaria mais evidentes seus aspectos de dissolução. Seria, então, preciso um novo "ordenamento" partidário no BRASIL; outra opção seria a de criar um terceiro partido, ou deixar que ele apareça. Provavelmente seria um partido de tipo "socialista".

A propósito, este é o lugar para uma digressão. O vocábulo "socialismo" é hoje usado em sentido contraditório. Ora como sinônimo de totalitarismo ideológico-econômico-político; ora como equivalente a democracia e a "justiça social". Esta última palavra foi usada pelo Código de Malines, há décadas, e nasceu diretamente da Igreja Católica, que vem orientando a solução da "questão social" desde 1891. Pois bem. Socialismo, de fato, é um sistema absolutamente, quer dizer, integralmente totalitário; compreende as fontes de produção, todas, na mão do Estado, e, enfim, o pensamento dos cidadãos. O comunismo é legítimo socialismo, diferindo dele só nos métodos, pois prefere a rápida tomada do poder, por qualquer meio. Mas, o ideário e o programa de ação são idênticos. Daí vem que o fraseário russo só fala em mundo socialista, repúblicas socialistas, implantar o socialismo. Porque realmente se refere ao genuíno socialismo. MARX é socialista, marxismo é socialismo puro. A partir do conceito de "social" e "sociedade", foi-se formando outro conteúdo para o vocábulo. Indicaria a melhor repartição de riquezas, a maior participação nos bens, a justiça social dentro de um país e no mundo. São significados contraditórios, pois este último não compreende o totalitarismo radical e absoluto do primeiro. E é uma lástima que se use de termo com dupla significação. Essa ambiguidade também é propaganda do socialismo verdadeiro, do qual RÚSSIA e CHINA são baluartes. Daí vem o complexo de inferioridade do socialismo ante o comunismo: porque parece não ter a coragem de ser lógico e assumir os métodos do comunismo, que é o socialismo pleno.

Aqui, o terceiro partido seria mais provavelmente do tipo "socialista", de um socialismo "democrático", em que pese o paradoxo evidente. Como nas monarquias nórdicas, ou na ALEMANHA OCIDENTAL, ou INGLATERRA. Um "socialismo" caboclo, com larga margem demagógica, dados o assunto e as metas a que se proporia. Também quereria monopolizar a luta pela justiça social, como se fosse só sua. Mas, seria uma opção a se considerar. E tornar-se-ia o maior partido nacional. Há um óbice, porém, a ser cuidadosamente estudado: dadas sua ambiguidade e indecisão de contornos, tal partido seria o mais sujeito a infiltrações de vulto:

– salvo melhor juízo, parece que, de momento, a melhor opção seria conservar os dois partidos existentes, e reformulando a ARENA, mais com o auxílio de elementos capazes, escolhidos dentro dela mesma. Reforma de dentro para fora. Deverá, depois, passar a ter iniciativas. A convidar, ela mesma; cavalheirescamente, ministros de pastas digamos "indiferentes" a exporem seus planos, êxitos e dificuldades ao Congresso (não "convocação" obrigatória: convites). A crer naquilo que tiver de debater (formação!). A ser um tanto ousada na disputa com o MDB. Firmando, pouco a pouco, sua nova imagem, poderia até convidar inclusive outras autoridades do Executivo (excetuado sempre o Presidente, que deve ficar acima disso) a fazerem palestras (evitar sempre o debate) no Congresso sobre alguns pontos de interesse geral. No aniversário da Revolução, poderia ela promover, para o fim das sessões de trabalho, por uns 10 dias ou semana exposições sobre o Movimento de 1964 feitas

por chefes militares da época. Coisas assim para colocar o Executivo e o governo com o tato com o Congresso e povo em geral. Portanto, também com o MDB.

Isso, feito em BRASÍLIA, poderia acontecer, em nível menor, por todo o BRASIL, Por que não, um contato direto de militares bem convictos dos princípios que vão expor e bem-preparados para os comunicar, nas cidades onde residem? (Vir de fora, só ocasionalmente, pois provaria plano previamente arquitetado para todo o país.) Não entrariam em política partidária, mas consequentemente se valorizaria o partido do governo, pela própria propaganda discreta ou, ao menos, pela só presença de um membro de setor executivo do governo, informalmente;

– outra opção: fazer com que os dois partidos assinassem compromisso com o governo (a Revolução) e permitir que se alternassem no poder (não na Presidência). Acordo: no essencial, oposição acidental à vontade.

21º – Outro ponto é examinar como serão designados os futuros governadores. Em eleições diretas, como programado, há grande perigo. O povo geralmente vota contra, porque deseja, com ou sem razão, tudo o que julga dever possuir e não tem; e atribui tal carência ao governo existente. Modificar o critério, já estabelecido, para a designação dos futuros governadores antes das eleições de 76, é perigoso, pois os eleitores iriam às urnas sob o impacto da frustração. Cremos melhor esperar para após 1976. Poderia aí parecer manobra do governo, máxime se perder as eleições de 76; mas se deve suportar esse risco, em face de um bem maior.

Talvez por falta de conhecimento das pessoas, as escolhas dos governadores têm sido, em muitos casos, infelizes. Nem sempre as pessoas mais dóceis são as mais competentes. É mister que se aprimorem os critérios da escolha. Basta de fracassos nesse importante setor.

Realmente, a crise do material humano, não só para o preenchimento do cargo de governador, é intensa em nosso meio. Devemos reconhecê-lo. Só a formação do material humano pode fazer o BRASIL emergir da massa comum de pequenos países. Não há outra receita de elevação, de grandeza merecida.

22º – A “abertura” no tocante ao setor da Justiça poderá ainda manter-se sob relativo controle, nos casos mais agudos. No entanto, não haja ilusões: a Justiça permanece através de regimes. Ela julgará tais casos no futuro, seja quando for. Poderão ser explicados pelo ambiente de “guerra” do momento em que existiram, mas é de suma conveniência que cessem totalmente abusos.Às vezes o êxito rápido de uma investigação é urgente e necessário; mas, em outras, é a impaciência e até prepotência que não suportam delongas. É de todo preciso que se reformulem os métodos do setor. Por um dever moral, e por estratagema tático. – “*Intelligentibus, pauca.*”

23º – Quanto ao momento presente, são estas as considerações que parecem mais urgentes. Há outras, não tão prementes, que oportunamente serão submetidas à apreciação. Em síntese, convém colocar a “abertura” sob controle. E a opinião das FFAA seria dada a conhecer ao Exm.º Sr. Presidente, Chefe da Revolução.

c. Para o futuro

24º O essencial seria a já várias vezes aludida formação. Um ideário claro e substancioso, breve. Um método de ação, múltiplo e adaptável a circunstâncias diversas. E pessoas preparadas para isso. Com cursos intensivos de núcleos bem-escolhidos. Ainda voltaremos a esse assunto, que é complexo. E prometedor.

25º – Para o futuro, mas já se iniciando o estudo, dever-se-ia examinar a hipótese de transformar o Ato 5 numa prerrogativa de um Poder Moderador a ser instituído. Já o tivemos, durante o Império, e em geral bem exercido pelo Imperador. Agora, seriam as FFAA, representadas pelo seu chefe, o Presidente. Essa ideia tem sido proposta por juristas (prof. BUZAID, quando Ministro; Vice-Governador MANUEL FERREIRA...), e também é nossa há muito tempo. Merece também estudo mais prolongado. No entanto, pode-se ir examinando esse ponto relevante. Com o poder moderador, o MDB não inquietaria, se vencesse eleições: exerceria cargos e funções sob autoridade do Poder Moderador.

26º – Como o perigo maior, atual, é a infiltração intelectual; e como, hoje, marxistas ou pró-marxistas não são, em geral, operários, como há 100 afirmava MARX que deveriam ser, mas intelectuais, entre eles também a classe estudantil, para o futuro imediato tem-se que estruturar perfeito plano de ação nesse setor, que a Revolução abandonou. É tarefa difícil e empenhativa, mas extremamente necessária.

Também este ponto tem de ser mais desenvolvido e o será, se tivermos tempo. Isto, de nossa parte. Outros, com mais competência e lazer, poderão fazê-lo já.

27º – Há também a examinar setor correlato ao de “formação” e ao “intelectual”. É o da formação militar. Até há alguns anos era mais difícil a infiltração na área militar pela “base”. Pela cúpula sempre foi possível. O jovem militar é um rapaz de sua época, com as virtudes e defeitos da juventude de hoje. Assim, possui problemas mais amplos, interrogações, comparações, além do eterno unilateralismo próprio dos jovens. Pois há que entender-se isso e estabelecer diálogos formativos, onde possam eles expor tudo o que os preocupa e verem solucionadas suas dúvidas sobre a escala de valores que devem abraçar. Embrenhar-se em tais diálogos pode ser algo de difícil para nossa mentalidade, formada sob outros moldes. Mas, é indispensável. Sem esse preciso sacrifício perderemos também a juventude militar. O mesmo se diga quanto a outros setores da juventude: estudantis, eclesiásticos, profissionais.

É assunto ao qual, sendo professor, pretendemos retornar.

28º – Concluindo por onde iniciamos, a saber, sobre a colocação do Movimento Revolucionário num BRASIL já pacificado, resumimos quanto dissemos:

– Por tática, não se deve ir frontalmente contra a “abertura”, em público; pode-se aproveitar dela o que é positivo: maior liberdade ao poder legislativo (preparado para o futuro por “formação” específica, cursos, escolha de novos elementos bons...) maior liberdade à boa imprensa, menor distanciamento entre próceres governamentais e outros representantes do povo.

– Mas, deve-se cerceá-la para além disso, com habilidade. Primeiro, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas: o da justiça social (patrocinada pelo governo), o do custo de vida (enfoque para a questão do petróleo...) o do patriotismo inteligente. Depois, reafirmando-se a aplicação, máxime se benéfica (e não obstante a ARENA, que poderia ter apresentado o projeto...) do Ato 5; fazendo circular confidências reafirmadoras do Ato; mostrando que ainda não há infraestrutura para sua abolição; estudando a possibilidade de enxertá-lo na Constituição (ver o que fica dito e ler a entrevista do Jurista C. MEDEIROS em “O Estado de São Paulo” de 18 Maio 1975, p. 7).

Transcrição: Camila Dias

[Voltar]

[Voltar]

INTERBRAS

[À MÃO: ~~16 de agosto 78~~
Fig me fala sobre Vitor Fontana e Jaime Canet para Agricultura.
21 – cheiro de cavalo
19/11/78 **Golbery: "Só fico como ministro de Estado"**
1/12 Fig convida Golb GC [Abreviação de Gabinete Civil]
6/ Fig diz AC que V. no Gab Civil]

_____

[À MÃO:
16/12 Simonsen não quer ficar
18 – Golb me diz que sou cand dele ao G. Civil [Abreviação de Gabinete Civil]
27 Fig diz ACM [Abreviação de Antonio Carlos Magalhães] que fico Sec Part [Abreviação de Secretário Particular]

Head Office: Rua do Rosário, 90 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 20041 – Tel.: (021) 296-2033 – Telex: (021) 21709
RIO – BAGHDAD – LONDON – TEHERAN – CARACAS – NEW YORK – QUITO – PARIS – LAGOS – BUENOS AIRES – CAYMAN

Transcrição: Carolina Ferreira

[Voltar]

[Voltar]

Conversa com Dornelles. – Conversa Simonsen com Golbery e Heitor.

AFFAIRE SIMONSEN 20/12/78

– A prioridade INFLAÇÃO é real e muito séria. Balanço pagamento.

– O que ele tem a propor para ficar é “duro como o diabo e não sei se o Figueiredo vai querer embarcar num troço destes.”

– Simonsen está convencido da necessidade de uma recessão de 1 ano e meio ou 2 anos.

– É preciso um Presidente convencido disso.

– É preciso um Ministério convencido disso, sobretudo os seguintes

Fazenda
MIC
Agricultura
MME
e Trabalho.

(Risch.)
(Olavo, Paulo Tarso)
(?)
(Camillo)
(?)

– Simonsen quer estar de acordo com os nomes para essas pastas

– Poder de veto.

– Não aceita com o Delfim na Agricultura. (Por que não Educação?)

– O ministro do Trabalho é caso sensível.

habilidade política
visão econômica
não querer faturar politicamente

– Campos não no MRE [Abreviação de Ministério dos Recursos Exteriores].

– Simonsen tem que ter completa confiança nesses 5 ministros

– O atual foi um ministério dialético, divergente. Não cooperavam com ele: Velloso, Paulinelli, Ueki.

– O executivo tem que ser muito unido para compensar as dificuldades com o Congresso, resistir empresários, imprensa, greves, etc.

– O P.R. [Abreviação Presidente da República] tem que fazer seguidas declarações anti-inflação. No 1º discurso.

– Coordenar despesas de publicidade, Globo, JB, Estadão conosco, comprados.

– Como vê a SEPLAN?

Com o CDE [Abreviação de Conselho de Defesa do Estado]

Com a presidência do CMN [Abreviação de Conselho Monetário Nacional]

Com a representação no Fundo Monetário

– A Fazenda fica com a representação no Banco Mundial

– BNDE com o MIC ou Fazenda

– Orçamento. O que a ele importa é o orçamento monetário.

– BNH [Abrev.: Banco Nacional da Habitação] & BASA [Abrev.: Banco da Amazônia S/A], BNB [Abrev: Banco do Nordeste do Brasil] etc. recolocar

– (Delfim vai querer botar o Galvêas de Min Fazenda)

– Contrôle da imprensa marrom. Recessão ajuda com a imprensa.

– Precisa boa ligação com o Gabinete Civil.

Transcrição: Carolina Ferreira

[Voltar]

[Voltar]

1) CNBB -> avalista para a renegociação.
---------- X ----------
~~2) Discutir dias parados nos 45 dias, na~~
2) ~~Quanto aos dias parados, entrarão na pauta dentro de 45 dias~~
1) O salário correspondente ao mês de março não sofrerá desconto das horas paradas durante o movimento grevista.
2) *[TRECHO RASURADO]* O desconto dessas horas será ~~descontado~~ negociado durante os 45 dias de ~~negociação~~ prazo de duração da comissão tripartite.

[ILEGÍVEL]

3') = Dentro de 15 *[EM CIMA DO NÚMERO 15: 45]* dias será restabelecida a normalidade sindical na região do ABC quando começará a funcionar a comissão tripartite.
4') = Não dispensa dos funcionários dos sindicatos.

_____

[TRECHO RASURADO] Lula

a) Volta ao trabalho
b) Desconto das horas
c) 59,84

_____

Problema do retorno da diretoria
Não punição dos grevista
Reabertura das negociações
_____

Antes
Volta ao trabalho

Transcrição: Rayana Faria

[Voltar]

[Voltar]

Ao querido amigo Claudinho
um abraço do amigo Lula.
S. B Campo 26/03/79
[À MÃO, assinatura: Lula]

Transcrição: Rayana Faria

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

[À MÃO, à margem esquerda:
~~Crimes políticos relacionados com segurança nacional e a ordem política e social.~~
Crimes políticos, contra a segurança nacional ou por motivação política ou ideológica]

[Manuscritos de Golbery]

PROJETO DE LEI

Concede anistia e dá outras providências

Art. 1º. É concedida anistia a todos quantos praticaram crimes políticos **[À MÃO: por motivação política ou ideológica no quadro da segurança nacional, relacionados com a seg. nac.]**, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, ou tiveram seus direitos políticos suspensos, e aos servidores da administração pública e das fundações *[À MÃO: instituídas pelo poder público e dos Poderes Legislativo e Judiciário,]*, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

[À MÃO, à margem esquerda, riscado com um X: Poderes Leg e Jud]

Parágrafo único. Excetuam-se dos benefícios deste artigo os que tenham cometido ~~crimes~~ *[À MÃO: atos]* de terrorismo~~, seqüestro, assalto e sabotagem~~, com finalidade de compromet~~er a segurança nacional ou atentar contra ela.~~

Art. 2º. Os servidores civis e militares demitidos, aposentados *[À MÃO: ,]* ~~ou~~ transferidos para a reserva *[À MÃO: ou reformados]*, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu reingresso ou reversão ao serviço ativo:

I – se servidor público civil, ao Ministro da Justiça;

II – se servidor militar, ao respectivo Ministro de Estado;

III – se servidor do Poder Judiciário, na conformidade do Regimento Interno de cada Tribunal;

IV – se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, aos respectivos Presidentes;

V – se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, a decisão do Ministro da Justiça será precedida de audiência do Ministro de Estado a cuja área de competência estava subordinada ou vinculada a atividade do servidor.

[À MÃO, à margem inferior: Crimes políticos, assim considerados os crimes contra a segurança nacional ou a ordem política e social e os [TRECHO RASURADO] motivados pela

radicalização política ou ideológica]

Art. 3º. O reingresso e a reversão somente serão deferidos para o cargo ou emprego anteriormente exercido, ou para outro equivalente, se se tratar de servidor civil; para o mesmo posto ou graduação, no caso de servidor militar. *[À MÃO, à margem esquerda: ?]*

§ 1º. O deferimento, em qualquer hipótese, dependerá da existência de vaga e do interesse da administração.

§ 2º. O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º. Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual caiba apreciá-los.

Art. 4º. Os servidores mencionados no Art. 2º que não requererem o reingresso ou a reversão ao serviço ativo ou tiveram seu pedido indeferido serão considerados aposentados, *[À MÃO: [ILEGÍVEL]]*, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se, para esse efeito, o tempo de afastamento do serviço ativo.

Art. 5º. Os servidores aposentados *[À MÃO: , transf para a reserva ou reformados,]* com base em Atos Institucionais e Complementares terão direito à revisão dos proventos da aposentadoria ou ~~reforma~~ *[À MÃO: inatividade]*, com a contagem do tempo de afastamento do serviço ativo. *[À MÃO, à margem esquerda: tranf reserva reformados]*

Art. 6º. O tempo em que o servidor esteve afastado do serviço ativo não poderá gerar, em nenhuma hipótese, direito a vencimentos, soldos, salários ou proventos, restituição, indenização ou promoção.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI

Concede anistia e dá outras providências

Art. 1º. É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou **conexos** com estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública, de fundações vinculadas ao Poder Público, aos dos Poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º. Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados, direta ou indiretamente, com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º. Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes ~~de devastação, saque,~~ assalto, ~~roubo~~ *[À MÃO: roubo]*, seqüestro, ~~incêndio, depredação ou atentado pessoal~~ *[À MÃO: atentado pessoal]*, ~~sabotagem~~ *[À MÃO: sabotagem]* ou terrorismo, quaisquer que tenham sido as motivações ~~e de que resultou morte.~~ *[À MÃO: e de que resultou a morte ou lesão corporal grave]*

Art. 2º. Os servidores civis e militares demitidos, *[À MÃO: postos em disponibilidade]* aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I – se servidor público civil, ao Ministro da Justiça;

II – se servidor militar, ao respectivo Ministro de Estado;

III – se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

IV – se servidor do Poder Judiciário, na conformidade do Regimento Interno de cada Tribunal;

V – se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

§ 1º. No caso do inciso I deste artigo, a decisão do Ministro da Justiça será precedida de audiência do Ministro de Estado a cuja área de competência estava subordinada ou vinculada a atividade do servidor.

§ 2º. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º. O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento.

§ 1º. O deferimento dependerá necessariamente da existência de vaga e do interesse da administração, hipótese em que o servidor será incluído em quadro suplementar.

§ 2º. Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade à qual caiba apreciá-los.

§ 3º. O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 4º. O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

Art. 4º. Os servidores que, no prazo fixado no Art. 2º, não requererem o retorno ou a reversão ao serviço ativo ou tiveram seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se, para esse efeito, o tempo de afastamento do serviço ativo.

Art. 5º. Os servidores civis e militares aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, com base em Atos Institucionais e Complementares, terão direito à revisão dos proventos da inatividade, com a contagem do tempo de afastamento do serviço ativo.

Art. 6º. ~~O tempo em que o servidor esteve afastado do serviço ativo~~ *[À MÃO: Esta lei com as ressalvas nela expressas]* não ~~poderá~~ gerar *[À MÃO: á (gerará) quaisquer]* direito *[À MÃO: s, (direitos) inclusive ajustes coletivos,]* a vencimentos, soldos, salários ou proventos, restituição, indenização, promoção ou ~~qualquer~~ *[À MÃO: outra]* forma de ressarcimento.

Art. 7º. O Ministro da Justiça, dentro de trinta dias e para fiel cumprimento desta lei, baixará instruções reguladoras dos trabalhos das comissões a que se refere o § 2º do artigo 3º.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Transcrição: Carolina Ferreira

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

Documento para ser discutido na manhã de 24 set 79 *[À MÃO: (10.45)]* (com os ~~4~~ *[À MÃO: 3]* ministros) *[À MÃO: Gab Civil, Gab Militar, SNI]* e lido na reunião da tarde do mesmo dia com o Ministro da Justiça, o Chefe do Gabinete Civil, o Presidente da ARENA e os líderes no Congresso.

[Manuscrito de Golbery]

21 set 1979

Considerações e diretriz do Presidente
para a Reforma Partidária

Na política de abertura do regime, trata-se, agora, de reformar – ampliando – o quadro partidário.
Essa reforma objetiva:

– manter o controle pelo governo de maioria parlamentar; na Câmara, se possível – e necessariamente no Senado (34 a 40 senadores); *[À MÃO: objetivo secundário, defensivo e provisório (até 1982). 34 + margem seg – [ILEGÍVEL] por [ILEGÍVEL] cima do prazo, propósito das iniciativas da oposição. Consideram que o Congresso, part. CD, não está já muito confiável.]*

– aglutinar um partido de oposição democrática de moderados que se possa constituir em alternativa mais aceitável para o futuro ~~nos~~ *[À MÃO: : em]* governos estaduais; *[À MÃO: seja nessa tática, seja bloco [ILEGÍVEL]]* em aliança federal por aproximação ideológica; e até, eventualmente, em alternativa de Poder (Presidência da República); *[À MÃO: importante [ILEGÍVEL] com essa possibilidade, dado seu poder de atração.]*

– confinar em um partido minoritário a esquerda radical, retirando-lhe maiores possibilidades de chegar ao poder. *[À MÃO: condição fundamental para o objetivo anterior e chave da necessária divisão do MDB esquerda + contestadores de todos os matizes]*

No fundo de toda *[À MÃO: a]* questão, não se perca de vista a eleição do próximo Presidente da República em 1984, indiretamente, pelo Colégio eleitoral que se elege em novembro de 1982.

As eleições gerais de 1982 constituem, então, o verdadeiro problema a resolver. *[À MÃO: obj. principal, positivo]*

Não se conta mais com a instrumentação excepcional que o AI-5 dava ao governo, e isso limita a liberdade de ação para criar regras de garantia como fazíamos anteriormente. *[À MÃO: cogitadas as manobras casuísticas, como biônicos, dimensões das bancadas dos Estados, população e não eleitores etc]*

O verdadeiro risco a evitar é o de perder as eleições de 1982. Com os dois partidos atuais, significaria uma vitória do MDB com seus radicais que o comandam e com seus moderados que se radicalizariam. *[À MÃO: Talvez em radicalização e possível retrocesso no avanço democrático (controle oficial da linha dura)]*

A possibilidade de vitória da ARENA diminui a cada eleição pelo desgaste que causam a situação econômica difícil crônica e a responsabilidade pelo governo federal e por 21 dos estados – e pelo natural cansaço de tantos anos de domínio político por um partido. *[À MÃO: Tb. urbanização muda pop. municipais, politicamente disponíveis e + vulneráveis à ação demagógica]*

De qualquer forma, é uma vitória duvidosa e a alternativa de derrota ante o MDB não pode ser *[À MÃO: inteiramente]* descartada, em 1982 e, em consequência, em 1984. *[À MÃO: Arrumação do plano partidário ajudará em algo a fortalecer um partido do governo, mais coeso e mais controlável (ação [ILEGÍVEL] direta sobre os senadores e ação através de governadores sobre os deputados)]*

Concluída a etapa da anistia, o clima está criado e a necessidade é evidente de acertar-se o quadro partidário de maneira permanente e que aumente as possibilidades de conservarmos o poder efetivo até 1991, com mais um período presidencial assegurado para o partido do governo. *[À MÃO: Em último caso, fazendo concessões e acordos (quem sabe, até união nacional) com um partido de oposição democrática confiável.]*

Descarto a idéia de adiar a reforma e desejo ter a lei aprovada nesta sessão legislativa.

São as seguintes as minhas diretrizes para essa reforma:

– Extingüir os atuais partidos. Sem extinção, não surgem novos, não se abre o quadro.

– O quadro partidário novo surgirá no Congresso Nacional.

– Devemos considerar o Senado como a casa-chave, com a exigência constitucional de 7 senadores para criação de um partido. *[À MÃO: Difícil para o 4º partido (ajudar, como dito abaixo)]*

– Comandarei pessoalmente o processo, como Presidente da República e como chefe político. *[À MÃO: Não comprometer prematuramente o PR (Ver abaixo)]*

– Caberá ao Ministro da Justiça o trabalho direto de, em primeira linha, executar os movimentos iniciais do processo da Reforma.

[À MÃO: Conhecendo[ILEGÍVEL]

– Pres. Arena

– 2 líderes

– Pres. SF e CD

– governadores (por ordem de prioridade)]

– Esse processo abrange duas frentes interligadas: a redação do anteprojeto de modificação da Lei Orgânica dos Partidos que mais convenha à criação do novo quadro e a transação com os parlamentares visando à criação dos novos partidos. *[À MÃO: ação individual s/ os Senadores. Sobre os Dep, apoio através dos governos]*

– A redação será submetida a mim e discutida e revista em reuniões restritas que convocarei, visando a encaminhar o projeto ao Congresso na primeira quinzena de outubro.

– Desejo assegurar a aprovação, enviando o projeto com prazo de 40 dias. *[À MÃO: Por declarações e inconfidências, deslanchar o processo antes, em face do ambiente de intranquilidade e açodamento.]*

– Isso nos deixa a data da 20 de outubro como limite máximo de remessa, para ter aprovação em 30 de novembro, sexta-feira, cinco dias antes do encerramento da sessão.

– Desejo ficar como instância superior na questão das conversas com deputados e senadores – reservando-me para tratar dos casos difíceis que só eu possa resolver por meio de compromisso pessoal.

– O Governo terá um partido de apoio. *[À MÃO: Um 2º partido virá competir c/ o 1º na mobilização da massa eleitoral, decrescente, favorável ao governo. É preciso que tenha ostensivamente posição que lhe permita atrair parte do eleitorado da oposição.]*

– Minha intenção é promover a criação de quatro partidos o partido do Governo (governadores, ministros, Senado), o partido de oposição *[À MÃO: moderada e democrática]* ~~independente~~, o PTB, e a oposição de esquerda radical. *[À MÃO: Não necessariamente todos os governadores. Poderá ser necessário dar preferência aos Senadores (e, talvez mesmo, deputados) – caso MG (?). A possibilidade a esta criação de 4 partidos [RASURADO] deve considerar o tamanho do partido governista (perigos das relações – Arenão; Partido dos governadores etc)]*

– Vejo o Senador Tancredo Neves como ~~o~~ *[À MÃO: possível]* chefe do partido de oposição moderada e independente.

– Aceito ajudar – emprestando senadores, se necessário – a formação desses quatro partidos. *[À MÃO: Acordo secreto individual]*

– Uma possível aliança com o partido moderado independente só se efetivará após as eleições. Esse partido deve ser de oposição e buscar votos no eleitorado oposicionista. *[À MÃO: Isso não impedirá acordos táticos no Congresso e ALs]*

– Não considero *[À MÃO: viável]* a possibilidade de mudar a exigência de 10% da Emenda 11. *[À MÃO: 10 70 (SF + CD) – difícil.]*

– Os senadores devem assinar, individualmente, compromisso prévio de adesão ao partido do Governo. *[À MÃO: Começar logo]*

– Na formação da bancada de deputados federais, os governadores ajudarão.

– Desenvolver todo esforço para que Chagas Freitas constitua o partido do governo no Rio de Janeiro. *[À MÃO: Muito importante (precisa de apoio financeiro). Há indícios de que será possível, acenando-lhe c/ influência decisiva na sucessão estadual. Com Maluf, Chagas Freitas não cria problemas junto a senadores.]*

– Os partidos devem chamar-se "Partido".

– Admito a possibilidade, indesejada, de se formarem 3 partidos; nesse caso, nossa fórmula é: A – B > C. *[À MÃO: Não haverá [ILEGÍVEL]. Neste caso, o reforço do Partido A será alcançado através da mobilização de maior número de governadores; inclusive dos que não têm Senadores na sua dependência, [RASURADO] como RJ. Importância ainda maior de CF neste caso.]*

– Devido à conveniência de criação do PTB, não desejo impedir o uso de siglas de antes de 1966. *[À MÃO: Estendeu também a posição de IV e seus aliados, condicionando a atitude de Brizola]*

– Quanto à denominação e sigla do nosso partido, estou de acordo, em princípio, com Partido Democrático Social, PDS. *[À MÃO: [ILEGÍVEL] Arenão]*

– Considero que a criação dos novos partidos se deve efetivar entre 30 de novembro de 79 e 1º de março de 1980. *[A MÃO: prazo de Sarney. Convenção MBD a 4/XI.]*

– Convém que o Congresso abra a sessão de 1980 com os novos partidos funcionando.

– Os prazos para as assembléias e câmaras de vereadores devem escalonar-se.

– Fixar prazo para a inscrição de todos os parlamentares num dos partidos.

– ~~Desejo~~ *[À MÃO: Admito]* a manutenção de sublegendas no nível municipal. *[À MÃO: Talvez não anunciar. Elemento de grande interesse para os governadores. Valer-se da lei atual, não*

revogando.

– ~~Considero regular a questão das coligações de forma diferenciada em regionais, proporcionais, majoritárias, segundo convenha ao nosso partido.~~ *[À MÃO: Não anunciar. Pode confundir.]*

– Desejo adiar as eleições municipais, para 1982. *[À MÃO: Fundamental, do pt de vista da pol. econômica. Como consequência da própria reestruturação partidária e prazos fixados.]*

– Em 1980 completaremos a reforma, resolvendo, com quatro partidos funcionando, os demais temas políticos já postos, tal o voto distrital, eleições diretas de governadores, etc. *[À MÃO: votos vinculados de alto abaixo?]*

– Finalmente, como guia confidencial de longo prazo, conforme os resultados de 1982, contemplo coroar a ação política de meu governo, promovendo uma ~~transformação do~~ [À MÃO: reforma (consolidação) da Constituição.] (Congresso Nacional ~~em~~ [À MÃO: como] Constituinte, em 1983.)

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Início de 1980
civil e político

~~Petrônio – PI~~
Delfim – SP
Maluf – SP
Aureliano – MG
ACM – BA
Ney – PR
Maciel – PE
Passarinho – PA
Abi Ackel – MG
Andreazza – RS
Tancredo – MG
Costa Cavalcanti – PE
[À DIREITA DA LISTA:
Golbery
Venturini
Medeiros]

Transcrição: Rayana Faria

[Voltar]

[Voltar]

Conversa com Carlos Chagas
13-8-80

Ago 80

1) Delfim –
2) Aureliano *[SETA COM CONEXÃO A ABI-ACKEL]*
3) **Maluf ->**
4) Venturini
5) *[TEXTO CIRCULADO: Medeiros] ->*
6) Abi-Ackel *[SETA COM CONEXÃO A AURELIANO]*
7) A Carlos
8) Maciel
9) Andreazza ->
10) Costa ->
11) Virgílio
12) *[TEXTO CIRCULADO: ?] ->*
Tancredo

82
Gov.

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]

1) Delfim
2) Aureliano
3) Maluf
4) Venturini
5) Medeiros
6) AC Magalhães
7) Passarinho
8) Abi-Ackel
9) Costa Cavalcanti
10) Maciel
11) Virgílio
12) Andreazza
13) ?

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]

Heitor

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

H

Conforme pode verificar, ninguém está “vivendo” a crise econômica brasileira com os pés no chão!

[À MÃO, rubrica: Figueiredo]

19 Jul 79

Transcrição: Rayana Faria

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

[SECRETO]

SNI
GABINETE DO MINISTRO

EXEMPLAR Nº 004

APRECIAÇÃO SEMANAL
(CONJUNTURA NACIONAL)

PERÍODO: 15/22 MARÇO 1980

[À MÃO: H:
Leste?
Esses caras estão com **bosta na cabeça?**
Ou o Brasil fecha para balanço na semana que vem?
O que há de construtivo em destilar esse pessimismo para o PR?
(PAIVA CHAVES)]

[SECRETO]

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

[CARIMBO, à esquerda: [ILEGÍVEL]] [À MÃO: 012]
[CARIMBO, à direita: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA CENTRAL] [À MÃO: [ILEGÍVEL]]

APRECIAÇÃO SEMANAL Nº 11/10/AC/80

[CARIMBO: APROVO
Gen. Bda. OCTÁVIO AGUIAR DE MEDEIROS

Ministro Chefe do SNI]
[À MÃO, assinatura: OCTÁVIO AGUIAR DE MEDEIROS]

DATA: 22 MAR 80.
PERÍODO: DE 15 MAR A 22 MAR 80.
ASSUNTO: CONJUNTURA NACIONAL.
ORIGEM: AC/SNI.
DIFUSÃO: CH SNI (inicial)
PR – GMPR – GCPR – SPPR – SG/CSN (após aprovação do Ch SNI)

Termina a semana sob clima de acentuada intranqüilidade. A matriz principal dos atuais problemas – é notório – encontra-se na área econômica. Causas e conseqüências, porém, desdobram-se em todas as áreas.

Na sonhada democracia brasileira, funcionaria o Congresso como amortecedor de crises. Nunca o fez, nem há indicações de que venha a fazê-lo. Ao contrário, crises, de fora, nele penetram e aí se ampliam; outras, originárias nele mesmo, daí se espraiam. E um permanente esgrimir entre o Governo e parlamentares e de parlamentares entre si, até certo ponto natural, menos quando se esgrime dentro do partido de sustentação do Governo entre os que o compõem e também entre muitos deles e o próprio Governo.

Os problemas, no campo psicossocial, são os que mais diretamente influem no clima de intranqüilidade. Hoje as preocupações são um pouco menores do que ontem (hoje, 22, ontem, 21), com o retorno ao trabalho dos portuários de SANTOS; amanhã, novamente deverão aumentar as preocupações, com os diversos movimentos que se articulam e, especificamente, com o agravamento da situação entre os matalúrgicos de SÃO PAULO. Se uma síntese fosse permitida, não deve estar muito errada a avaliação de que a principal componente das preocupações, na área social, localiza-se na aparente situação de uma "ilegalidade consentida".

As Forças Armadas sofrem ataques constantes, a partir, em especial, de uma intensa orquestração da "imprensa nanica", que livremente circula. Criminosos de ontem são as vítimas de hoje, a cobrar punição pelas "injustiças" sofridas e "abusos" cometidos.

Nesse clima, que se pretende realista, parece oportuno, num golpe-de-vista e sem maior cuidado com a abrangência e aprofundamento da análise, tentar captar principais problemas – gerais ou específicos – que o configuram.

1. POLÍTICA

PROBLEMAS

– Emenda constitucional do Dep EDISON LOBÃO, que propõe eleições diretas para Governadores dos Estados.

COMENTÁRIOS

– A Emenda é inoportuna. Estimula os parlamentares governistas à apresentação de projetos sensacionalistas, precipita o lançamento de candidaturas aos governos de Estados e, com elas, disputas antecipadas ainda na fase de organização partidária.

PROBLEMAS

– Emenda constitucional para devolução de prerrogativas ao Poder Legislativo, sob a inspiração do Dep FLÁVIO MARCÍLIO e apoio do Sen LUIZ VIANA FILHO e dos Deputados DJALMA MARINHO e CÉLIO BORJA (relator).

COMENTÁRIOS

– No passado, as prerrogativas que se pretende reconquistar foram usadas como aríete contra o próprio Legislativo, desvalorizando-o no conceito popular. A possibilidade de o Parlamento votar aumentos de despesas e a eliminação do decurso de prazos, para a aprovação de projetos, restringem a ação do Executivo no controle das despesas públicas, submete-o à dependência do Legislativo na adoção de medidas necessárias, que podem ser procrastinadas por questões políticas.

PROBLEMAS

– Coordenação política do Governo no Congresso Nacional.

COMENTÁRIOS

– A coordenação política parece descentralizada, em mãos das lideranças, do Ministro da Justiça e do Presidente do Partido governista. Assinala-se a conveniência de um único líder, evitando-se a independência e açodamento de parlamentares, em face dos propósitos do Governo.

PROBLEMAS

– Pedidos de constituição de CPIs.

COMENTÁRIOS

– Parlamentares oposicionistas têm apresentado pedidos de constituição de CPIs, visando a atingir ou dificultar medidas governamentais. Tais expedientes destinam-se basicamente a provocar o confronto com o regime.

PROBLEMAS

– Convocação de Ministros de Estado paca comparecerem ao Congresso Nacional.

COMENTÁRIOS

– Há uma pletora de convocações de Ministros de Estado, para deporem no Congresso Nacional. Lá, os Ministros são atacados frontalmente, numa tentativa de desmoralizá-los.

PROBLEMAS

– Ofensiva da Oposição contra os órgãos de Segurança e Informações.

COMENTÁRIOS

– Oposicionistas têm se insurgido contra os órgãos de Segurança e Informações, conforme proposições do Dep ADHEMAR SANTILLO e Sen HUMBERTO LUCENA. O que se procura é

colocar a opinião pública contra as entidades auxiliares do Governo, estampando-as como desnecessárias e até prejudiciais ao Povo e ao País.

PROBLEMAS

– Conduta das maiorias oposicionistas nas Assembléias Legislativas.

COMENTÁRIOS

– Nas Assembléias Legislativas, onde a Oposição tem maioria, são comuns as afrontas ao Governo e ao regime. Como exemplo, a Assembléia Legislativa do RIO GRANDE DO SUL, negou homenagens à Revolução de 1964, no dia 31 Mar, impedindo que os Deputados do PDS se manifestem.

Usarão o grande expediente daquela dia para homenagear "as vítimas da violência política e econômica que o regime de 64 institucionalizou no País".

2. SUBVERSÃO

PROBLEMAS

– Atividades atuais de LUIZ CARLOS PRESTES, entre elas, entrevistas, declarações, debates públicos, na qualidade de Secretário-Geral do PCB, em PORTO ALEGRE e SÃO PAULO.

COMENTÁRIOS

– LUIZ CARLOS PRESTES tem se valido de sua posição de Secretário-Geral do PCB para provocar o debate público de temas importantes para o partido, tais como sua legalização, o emprego da luta armada, a punição dos chefes da Revolução de 64 e de membros dos órgãos de informações e segurança (revanchismo), governo popular de transição para o socialismo e outros. A tática utilizada por PRESTES é a de alternar posições radicais com posições mais democráticas, de forma a manter vivo o debate nacional sobre os referidos temas. Dessa forma, a direção do PCB procura verificar a aceitação nacional para a legalização do partido. De outra forma não teria sentido a aparente contradição do PCB, de pregar a derrubada do governo e a luta de classes e, ao mesmo tempo, apoiar o PMDB, lutar pela sua legalização e participar do processo eleitoral.

PROBLEMAS

– Atividades atuais de GREGÓRIO BEZERRA, entre elas, homenagens pelo 80º aniversário, declarações e entrevistas, na Assembléia Legislativa de Recife e Goiânia.

COMENTÁRIOS

– Repete-se um fenômeno registrado logo após a concessão da anistia, quando GREGÓRIO BEZERRA foi alvo de diversas homenagens por todo o País, destinadas a destacá-lo como um exemplo de militante e dirigente do PCB. No momento atual, o PCB está publciamente envolto em "divergências internas" e sua ideologia é publicamente posta em debate. Ao mesmo tempo, o PCB promove nacionalmente a personalidade de GREGÓRIO BEZERRA, que reconhece a existência das "divergências", mas não se compromete nem com uma nem com outra "facção" interna. O partido

parece estar mostrando GREGÓRIO BEZERRA como um exemplo vivo do verdadeiro PCB, uma figura “central” que representa o ideal para o qual deverão tender as duas facções, ora em disputas internas.

PROBLEMAS

– Declarações prestadas por HÉRCULES CORRÊA, SALOMÃO MALINA, GIOCONDO GERBASI ALVES DIAS, JOSÉ ALBUQUERQUE SALLES e outros, em aparente confronto com LUIZ CARLOS PRESTES, ao JORNAL DO BRASIL e EM TEMPO.

COMENTÁRIOS

– Este grupo do CC/PCB, em aparente confronto com as idéias defendidas pelo seu Secretário-Geral, pretende realizar o VII Congresso do partido, mesmo na ilegalidade, e criar condições estatutárias que permitam sua imediata legalização. O grupo aplica a tática, recomendada pelo próprio PRESTES, de enfrentar a legislação que obsta a concretização do PCB como partido legal, a exemplo do que ocorreu com os estudantes e os operários, a respeito do decreto-lei 477 e das greves ilegais, respectivamente. Admitem esses elementos, portanto, que a “abertura” política facilita ainda mais a aplicação dessa tática. Como a substituição de PRESTES, por uma questão de senilidade, poderia ser aceita sem grandes contestações, esse confronto entre os dois grupos do PCB poderá ser uma fórmula subreptícia, concebida em forma de divergências, já que elas favoreceriam o governo, para debater impunemente a melhor forma de reorganizar e legalizar o partido.

PROBLEMAS

– Atuação nacional do CEBRADE, entidade de frente do PCB, no comando nacional de manifestações e campanhas de interesse do partido.

COMENTÁRIOS

– O CEBRADE continua expandindo suas atividades pelo BRASIL. Dia 18 MAR 80 foi fundada a representação no CEARÁ. Na prática, suas atividades destinam-se a coordenar e criar condições e infra-estruturas para o desenvolvimento de campanhas, promoções e eventos diversos, cujos destaques são de interesse do PCB. O CEBRADE tem se comportado como uma seção que planeja, executa e coordena diversas ações. Aparentemente, tem permanecido alheio às divergências internas. Vale ressaltar que “intelectuais” como OSCAR NIEMEYER, MÁRIO SCHEMBERG, ANTÔNIO HOUAISS, MUNIZ BANDEIRA, WALDYR PIRES e tantos outros, assim como artistas, entre eles FRANCISCO B. DE HOLANDA, MÁRIO LAGO, SIMONE, RUTH ESCOBAR, LUIZ GONZAGA FILHO, MILTON NASCIMENTO, para citar alguns, recebem total cobertura e apoio do CEBRADE, em retribuição a serviços prestados no desempenho de suas atividades, sempre com ampla divulgação da imprensa em geral.

PROBLEMAS

– Infiltração de elementos do PCB no ME, MO, Trabalho de Bairros (TB) e outros movimentos.

COMENTÁRIOS

– Ultimamente, o PCB teve que rever sua posição e passou a valorizar as atividades de infiltração no ME, MO e TB, particularmente. Essa atitude se deve ao fato de estar perdendo terreno para outras

organizações esquerdistas e para o próprio “clero progressista”. O chamado grupo “eurocomunista” do CC/PCB é constituído, em essência, pelos antigos sindicalistas mais influenciados pelos PCs da EUROPA OCIDENTAL, onde se exilaram. Os movimentos grevistas têm ensejado campanhas, do PCB, contrárias à política salarial, financeira e econômica do governo, procurando conduzir a opinião pública nacional a desacreditar e negar a validade das medidas saneadoras. Da mesma forma procede com relação aos problemas do ensino, principalmente através de campanhas contra o ensino pago, em todos os níveis.

PROBLEMAS

– Campanha pela legalização do PCB, cuja manifestação mais recente foi o anúncio de JOSÉ DE ALBUQUERQUE SALLES de que será pedido o registro do partido no TSE.

COMENTÁRIOS

– A tendência atual das esquerdas é a de legalizar, “ de fato”, suas organizações; em outras palavras, utilizar-se da própria “abertura” política para evitar a aplicação da legislação. Tudo indica que essas oganizações subversivas, na impossibilidade de uma legalização, se conformariam, no momento, com uma semilegalidade que lhes garanta livre manifestação política.

Causam preocupação as atividades dos dirigentes comunistas em todo o país, pois suas ações são amplamente divulgadas e ampliadas pela imprensa em geral, têm tido livre trânsito em Assembléias Legislativas e outras entidades, principalmente as de classe. Parcela ponderável da Nação já se habitua a esse tipo de proselitismo, conduzida a aceitar, como fato consumado, a convivência com militantes de uma ideologia inimiga da democracia.

PROBLEMAS

– VII Conferência Nacional do PC do B, realizada no período de 8 a 20 Jun 79, na qual foram tomadas diversas resoluções, entre as quais a reafirmação, pelo partido, da tese favorável à “luta armada” e à revolução violenta”, e a afirmação da necessidade de aumento dos “quadros” partidários.

COMENTÁRIOS

– Para a consecução da primeira resolução, a “luta armada”, o PC do B conta com a insatisfação popular, a insuflação à anarquia, à baderna e à desordem. Para o aumento dos “quadros”, o Partido conta com o livre proselitismo, que se lhe permite através dos seus veículos “legais” (Tribuna da Luta Operária e Movimento) e, inclusive, pela própria imprensa burguesa.

PROBLEMAS

– Infiltração do PC do B nos Movimentos Pela Anistia.

COMENTÁRIOS

– A infiltração ficou caracterizada no II Congresso Nacional Pela Anistia, realizado em SALVADOR/BA, em Nov 79, quando o PC do B obteve vitória na maioria dos encaminhamentos e na aprovação de propostas, entre as quais a de criação de um “tribunal” para julgar os “torturadores”. Após a decretação da anistia pelo governo, esses movimentos passaram a empreender ações contestatórias e a apoiar a luta de classes, os movimentos de massa, especialmente grevistas, e as denúncias de repressão e de “crimes da ditadura”.

PROBLEMAS

– Infiltração do PC do B no Movimento Estudantil.

COMENTÁRIOS

– A infiltração está caracterizada pelo apoio dado à chapa MUTIRÃO, que venceu as eleições da UNE, pela presença de seus dirigentes na posse da nova diretoria da UNE, e pela adoção das palavras-de-ordem do PC do B, como bandeiras da UNE. Tal infiltração já começa a produzir frutos, pois a UNE, radicalizando, resolveu provocar o Presidente da República, por ocasião de suas visitas aos estados.

PROBLEMAS

– Declarações de líderes do PC do B.

COMENTÁRIOS

– Os principais líderes do PC do B, entre os quais se destaca JOÃO AMAZONAS DE SOUZA PEDROSO, Secretário-Geral do Partido, vêm pregando abertamento a luta armada, através da imprensa, inclusive da grande imprensa chamada de "burguesa". O "MOVIMENTO", jornal do PC do B, além de publicar as entrevistas de líderes, publica relatórios (ÂNGELA ARROIO, PEDRO POMAR), depoimentos (JOSÉ GENOINO NETO) e documentos (Gloriosa Jornada de Luta), que servem de avaliação sobre a guerrilha do Araguaia, permitindo aos militantes a discussão da validade da luta armada. Tudo em flagrante violação à LSN, que proíbe o incitamento e a promoção da insurreição armada.

PROBLEMAS

– Desrespeito à LSN.

COMENTÁRIOS

– O atual processo de desenvolvimento político proporcionou o acesso à imprensa dos líderes e militantes das OS, que, beneficiados pela ausência de censura, dela se utilizam para pronunciamentos e debates. Ensejou, também, atitudes contestatórias e desmoralizantes ao Governo e às instituições nacionais. Essas atividades vêm ferindo sistematicamente a LSN, numa flagrante tentativa de forçar a sua modificação.

PROBLEMAS

– Infiltração das organizações subversivas nos Partidos Políticos.

COMENTÁRIOS

– A reformulação partidária fez com que a mairia dos grupos radicais esquerdistas existentes no País se distribuísse pelos Partidos Políticos de oposição. Assim, os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) infiltraram-se, principalmente, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Por sua vez, as organizações trotskystas e o Movimento pela Emancipação do proletariado (MEP) resolveram apoiar o Partido dos Trabalhadores (PT). Essa infiltração permite que essas organizações

subversivas se utilizem dos Partidos Políticos para o debate de suas idéias, programas e princípios marxistas, na busca constante de seu objetivo principal: a criação de condições favoráveis à destruição do sistema capitalista e implantação da ditadura do proletariado.

PROBLEMAS

– Órgãos legais de divulgação das organizações subversivas.

COMENTÁRIOS

– Na legalidade, a imprensa alternativa vem fazendo, sistematicamente, propaganda das palavras-de-ordem e táticas atuais de diversas organizações subversivas. Desta forma, apresentam-se os seguintes jornais: “MOVIMENTO” e “TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA” (PC do B); jornal “hora do povo” (MR-8); jornal “COMPANHEIRO” (MEP); e jornal “CONVERGÊNCIA SOCIALISTA” (PST). Procuram, ainda, desinformar a opinião pública, distorcendo os acontecimentos ocorridos no País e no exterior, sempre justificando as atitudes comunistas. Fazem o proselitismo da luta de classes e da luta armada, incentivam as greves e os movimentos contestatórios, difamam as autoridades e o sistema vigente, propõem-se a denunciar “os crimes políticos da ditadura” e a julgar os “torturadores”.

3. Administração Pública

PROBLEMAS

– Superposição e indefinição de atribuições (órgãos setoriais e regionais).

COMENTÁRIOS

– a) Na Política dos Transportes Urbanos

Embora verbas volumosas tenham sido destacadas para o setor, a enorme gama de órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos em cada projeto tende a protelar a consecução dos mesmos, em virtude da diversidade de interesses envolvidos, causando prejuízo à comunidade e à própria política governamental de redução do consumo de combustíveis.

– b) Na Política do Abastecimento

Os órgãos modais do Ministério da Agricultura continuam agindo em desacordo e, não raras vezes, em conflito.

A desmoralização da SUNAB como órgão fiscalizador e disciplinador é flagrante.

As tentativas da SEAP/SEPLAN em manter acordos de cavalheiros continuam resultando infrutíferas.

O apoio a “boicotes” populares contra os preços dos gêneros alimentícios representa aceitação tácita da inoperância dos controles.

– c) Na Política da Energia

A indefinição do papel da PETROBRÁS, em relação à questão do álcool, tem provocado declarações contraditórias da empresa e do MME.

O MIC, por sua vez, está interfefindo na questão, com tendências a apoiar a PETROBRÁS.

– d) Na Política da Previdência e Saúde

As medidas até agora tomadas pelo MPAS para melhorar a atuação da Previdência Social estão se mostrando insuficientes.

A superposição de atribuições dos Ministérios da Saúde e Previdência Social e a participação das Secretarias Estaduais de Saúde geram dúvidas, indefinem responsabilidades, pulverizam verbas e prejudicam o atendimento sanitário da população.

– e) Na Política Fundiária

A ocorrência de problemas específicos de competência da FUNAI e IBDF em áreas sob responsabilidade do INCRA, gera seguidos atritos entre esses órgãos, agravados muitas vezes pela atuação de entidades estaduais, e, ainda, pela morosidade da Justiça nos processos referentes à regularização fundiária.

PROBLEMAS

– Descrédito no Sistema Policial-Judiciário.

COMENTÁRIOS

– Os baixos salários, o despreparo profissional, os reduzidos efetivos, conflitos entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, e a morosidade da Justiça têm contribuído para prejudicar a atuação do Estado em defesa da integridade física dos cidadãos, nos grandes centros.

Tal situação propicia o surgimento de personagens como “MÃO BRANCA” e outros, que, glorificados pela imprensa, depõem contra o sistema policial-judiciário.

PROBLEMAS

– Possível atraso na construção da Hidrelétrica de TUCURUÍ.

COMENTÁRIOS

– Uma área de 216.000 ha, necessária para comportar o lago a ser formado pela Usina de TUCURUÍ, ainda não teve seu desmatamento iniciado, apesar de o problema ter sido levantado no início de 1979. As concorrências realizadas não atraíram candidatos. As peculiaridades climáticas da região tornam os prazos restantes exíguos em relação ao cronograma estabelecido para as obras de TUCURUÍ, com reflexos negativos para a política energética brasileira.

4. PSICOSSOCIAL

PROBLEMAS

– 1) EDUCAÇÃO

– Boicotes às anuidades

Movimento liderado pela UNE, já conta com a adesão de estudantes de 14 (quatorze) estabelecimentos de ensino particular, que se encontram em campanha para o não pagamento de anuidades acima de 35%.

COMENTÁRIOS

– O movimento ganhou intensidade com as declarações do Ministro da Educação, em que se disse favorável ao boicote.

Encontram-se em greve universitários de 3 (três) estabelecimentos de ensino. A perspectiva é de aumento de paralisações.

O movimento está acarretando crise financeira em alguns estabelecimentos de ensino da rede particular.

PROBLEMAS

– "Bandejão"

Movimento pelo congelamento dos preços cobrados pelas refeições nos restaurantes universitários, já conta com a adesão de universitários de 14 (quatorze) estabelecimentos de ensino, inclusive da UnB.

COMENTÁRIOS

– De muitas concentrações estudantis têm resultado depredações nas instalações.

As Universidades não têm condições de continuar subsidiando o preço das refeições.

PROBLEMAS

– Contra o ensino pago

Campanha liderada pela UNE e também UEE/SP, dirigida diretamente às instituições de ensino superior da rede de ensino oficial.

COMENTÁRIOS

– A campanha liderada pela UNE ganhou intensidade com as declarações do Governo do Estado de SÃO PAULO, dizendo-se favorável ao estabelecimento do ensino pago nas 3 (três) Universidades do Estado (USP, UNESP e UNICAMP).

A campanha poderá radicalizar-se, com a possibilidade, inclusive, da deflagração de uma greve nacional.

PROBLEMAS

– União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)

Mobilização dos estudantes secundaristas no sentido de reorganizar a UBES, o que deverá ocorrer no II Encontro Nacional dos Secundaristas, em Set ou Out 80, em FORTALEZA/CE.

Os secundaristas estabeleceram as seguintes diretrizes a serem cumpridas: lutar contra a escola como aparelho de massificação do ensino, pela democratização das escolas, por melhores condições de ensino e de vida, contra o ensino pago e pelo passe escolar (meia passagem).

COMENTÁRIOS

– Os estudantes secundaristas, nessa mobilização, escolheram 1980 como o "Ano Nacional do Secundarista".

Há possibilidade de deflagração de greves.

PROBLEMAS

– Movimentos dos professores (MP)

Campanha salarial dos professores da rede de ensino oficial (1^{o} e 2^{o} graus).

Em desenvolvimento nos Estados de SP, RJ, MG, RS, MS, SC, PR, PA, RN e AC, sendo que em GOIÁS os professores encontram-se em greve desde 25 Fev 80, contando com a adesão dos docentes da UFGO e de um estabelecimento da rede particular de ensino.

COMENTÁRIOS

– Há perspectivas de deflagração de outros movimentos grevistas, já que as Associações de Docentes Universitários e de Professores de 1^{o} e 2^{o} graus têm sido incentivadoras para que a categoria reivindique reajuste salarial sempre acima dos índices oficiais.

PROBLEMAS

– Associação dos Docentes da UnB (ADUnB)

Desenvolve, no momento, campanha contra a permanência do atual Reitor à frente daquela Universidade.

COMENTÁRIOS

– A ADUnB poderá estimular a deflagração de um movimento grevista na UnB, abrangendo professores e estudantes.

PROBLEMAS

– Antigo prédio da UNE no RJ

A UNE vinha se preparando para reocupar o prédio. Hoje se posiciona contra a demolição, que, todavia, já está praticamente concluída.

COMENTÁRIOS

– Pela primeira vez, desde o renascimento de UNE (embora ilegal), houve antecipação a ações clandestinas planejadas. A reocupação do prédio é simplesmente impossível porque dele só existem destroços. A campanha estudantil, relacionada com a retomada da sede da UNE, terá novos desdobramentos, que hoje mesmo já se manifestam com o apoio de um Juiz Federal, a serviço do ME.

PROBLEMAS

– 2) TRABALHO

– Movimento Operário

Greve dos Portuários de SANTOS/SP.

Movimento ilegal envolvendo 4 (quatro) sindicatos da área portuária.

COMENTÁRIOS

– Ontem à noite, foi solucionada a paralisação. Acarretou enormes prejuízos à economia nacional, além do congestionamento do porto e da cidade de SANTOS.

PROBLEMAS

– Campanha salarial dos metalúrgicos do Estado de SÃO PAULO (exceto SP/SP, GUARULHOS e OSASCO).

Possui duas lideranças: LULA no ABCD e ARGEU EGYDIO DOS SANTOS, nos demais Municípios. Lula decidiu, na assembléia de 16 Mar que, se até 31 Mar não houver acordo, entrarão em greve.

COMENTÁRIOS

– Pelo exagero das reivindicações de ambos os grupos, presume-se ser muito difícil o acordo entre trabalhadores e empresários.

PROBLEMAS

– Outras campanhas em desenvolvimento:

Motoristas de táxi de BRASÍLIA, SÃO PAULO/SP e CURITIBA/PR;

Motoristas e cobradores de transportes coletivos de SÃO PAULO/SP e FLORIANÓPOLIS/SC;

Produtores de soja e revendedores de petróleo do RS;

Médicos de Belo Horizonte/MG.

Reivindicam, basicamente, melhor remuneração.

COMENTÁRIOS

– Poderão ocorrer paralisações semelhantes às de 78 e 79.

PROBLEMAS

– 3) CLERO

– X Congresso Eucarístico Nacional

A Igreja Católica empenha-se na organização do X Congresso Eucarístico Nacional, previsto para os dias de 9 a 13 Jul 80, em FORTALEZA/CE, cujo encerramento será feito pelo Papa JOÃO PAULO II. O clero preocupa-se em dar importante repercussão ao evento. Nesse sentido, está procurando sensibilizar a população do País para o acontecimento.

COMENTÁRIOS

– A importância do X Congresso Eucarístico reside na presença do Papa JOÃO PAULO II e nos vários encontros paralelos que, possivelmente, serão realizados.

Estima-se que o clero progressista deverá montar importante esquema para, aproveitando-se da oportunidade, e usando os diversos movimentos e organismos leigos ligados à Igreja, realizar ampla campanha nacional e internacional contra o Governo.

PROBLEMAS

– Visita do Papa ao BRASIL

A vinda do Papa ao BRASIL, com a chegada prevista para o dia 13 Jul, deverá constituir acontecimento da maior importância religiosa, com reflexos no campo político. A Igreja estabeleceu um roteiro a ser cumprido pelo Papa no BRASIL, constituído de palestras e encontros com os grupos mais carentes da população. Esses encontros têm o intuito de mostrar a realidade do País. Alguns setores da esquerda clerical estão empenhados no sentido de que a visita não sirva de apoio moral e ideológico ao regime.

COMENTÁRIOS

– Assinala-se a conveniência de que, durante a visita, não se configure um clima de tensão entre a Igreja e o Governo. Os progressistas têm interesse em que o Vaticano prestigie seu trabalho.

PROBLEMAS

– Pastoral da Terra

Sem abandonar outras questões, a Igreja concentra, desde 1979, uma forte campanha nos problemas de terra. Nessa campanha está incluído o questionamento ao modelo sócio-econômico-político e o combate ao Governo.

COMENTÁRIOS

– A campanha desenvolvida pela Igreja está intimamente ligada à Campanha da Fraternidade/80 e ao tema do X Congresso Eucarístico, que tratam do assunto migração.

5. ECONOMIA

PROBLEMAS

– BALANÇO DE PAGAMENTOS

COMENTÁRIOS

– A elevação continuada dos preços do petróleo importado constitui o fator preponderante no desequilíbrio crescente, aumentando a dívida externa e, conseqüentemente, o seu serviço. Acrescentam-se, ainda, taxas mais altas dos juros. Existe consenso de que as estratégias adotadas para reduzir os déficits sejam as mais indicadas.

PROBLEMAS

– INFLAÇÃO

COMENTÁRIOS

– Já foram identificadas as causas básicas e estão em curso diversas políticas para reduzir os níveis, mantendo o desenvolvimento necessário à oferta de empregos. As medidas adotadas geram, contudo, uma série de dificuldades setoriais, principalmente no tocante à política de preços.

PROBLEMAS

– ENERGIA

– Diminuição da dependência de uso do petróleo importado.

– Programa de substituição

– Coordenação

– Desaceleração do PRO-ÁLCOOL

– Substituição do óleo combustível pelo carvão.

– Consumo de diesel

– Divergências no setor elétrico

COMENTÁRIOS

– A partir de Ago 79, foi equacionada uma solução a médio prazo.

– Mesmo com o funcionamento da Comissão Nacional de Energia, ocorrem deficiências de coordenação.

– As principais causas são: preços (da cana, do álcool e do açúcar), limitação da demanda e concepção do Programa (destilarias anexas equivalentes às autônomas).

– Segurança de suprimento e definição de preços representam as maiores expectativas dos empresários. De início, o transporte se afigura a principal questão para o Governo.

– Indefinida a substituição, por razões técnicas.

– Choque das correntes pró-hidrelétricas e pró-nuclear, em torno dos critérios de distribuição de recursos e da competência para construir as usinas nuclelétricas.

PROBLEMAS

– AGROPECUÁRIA

– Agricultura

– Trigo

– Redução de plantio

– Retirada do subsídio

– Soja

– Imposto de exportação

– Leite

– Satisfação do mercado

– Conciliação de um preço remunerador com a política antiinflacionária.

– Carne bovina

– Sucedâneos

COMENTÁRIOS

Há possibilidade de redução da área plantada, pela frustração de safras anteriores e estímulos considerados insuficientes. Ainda é desconhecida a oportunidade em que poderá ser iniciada a diminuição do subsídio ao consumo.

– Principalmente os produtores do R. G. SUL não aceitam a justificativa relativa à necessidade do imposto de exportação, inclusive pela menor produtividade de suas lavouras e pelos maus resultados das safras anteriores.

– A produção se encontra estacionada nos últimos dez anos, a oferta “in natura” diminuiu e cresceu a demanda. A política de preços constitui um dos principais óbices ao incremento da produção e da produtividade. A necessidade de conciliar a política antiinflacionária com uma justa remuneração vem prorrogrando uma solução ao impasse atual. A fórmula de unificação dos tipos do produto baixará índices, aumentando, no entanto, o custo de vida.

– Inexiste uma produção de sucedâneos que compense a necessidade de substituição.

PROBLEMAS

– TRANSPORTES

– Retardo na adaptação do sistema ao problema energético

– Funcionamento dos portos

COMENTÁRIOS

– Embora estejam estabelecidos os principais planos, um estágio razoável de implementação só poderá ser obtido a médio prazo, principalmente pela carência de recursos. Tende a perdurar uma excessiva dependência do transporte de cargas ao sistema rodoviário, com uso de óleo diesel.

– Além das deficiências de instalações e das dificuldades burocráticas e operacionais, ressurgiu, após 16 anos, o grave problema de greve ilegal, no setor.

PROBLEMAS

– INDÚSTRIA

– Custo da mão-de-obra e lucratividade

– Produtividade

– Padronização

– Indústria extrativa mineral

– Cimento

– Alumínio

COMENTÁRIOS

– Tem sido o setor mais afetado pelas reivindicações salariais e pelos decorrentes movimentos grevistas. Contudo, existe pouca sensibilização a uma menor lucratividade que colabore com a política antiinflacionária.

– São necessários maiores esforços, inclusive para competir no mercado internacional.

– Menores sofisticação e diversificação de tipos do mesmo produto, favorecendo a padronização, reduziriam os custos, em diversos segmentos das indústrias de bens de consumo.

– As necessidades de capital, conjugadas com um largo prazo de implantação dos projetos, bem como um mais recente conhecimento da nossa potencialidade, colocaram diversos segmentos deste setor em relativo atraso de exploração. É possível que a colaboração da tecnologia e do capital externo auxiliem um necessário aproveitamento de inúmeros bens minerais.

– Existe preocupação de que, nos próximos anos, a demanda não seja satisfeita pela oferta de produto nacional.

– Um retardo na implantação de novos projetos invalidará condições favoráveis à satisfação do mercado interno e à possibilidade de exportação.

PROBLEMAS

– COMÉRCIO INTERNO

– Especulação

COMENTÁRIOS

– A intermediação e a prevenção antiinflacionária que atinge, às vezes, a ganância, ocasionam exageradas elevacões de preços, apesar das tentativas de controle.

PROBLEMAS

– COMÉRCIO EXTERIOR

– Órgão regulador

– Burocratização

COMENTÁRIOS

– Embora com criação demorada, o CONCEX teve uma existência efêmera, pois, praticamente, está desativado.

– Persistem reclamações relativas à excessiva tramitação burocrática.

PROBLEMAS

– FINANÇAS

– Manutenção de taxas elevadas de juros

– Recuperação da poupança interna

COMENTÁRIOS

– Ainda não foi possível conseguir uma resposta favorável dos banqueiros aos apelos e medidas governamentais.

– Não obteve estímulos suficientes para contrabalançar os efeitos da inflação, ocasionando maior dependência à poupança externa.

6. MILITAR

PROBLEMAS

– Pronunciamento de chefes militares.

COMENTÁRIOS

– Os pronunciamentos de Altos Chefes Militares, em assuntos não relacionados com os problemas específicos da carreira e, muitas vezes, manipulados pela imprensa, conduzem à formação de uma opinião pública distorcida da realidade e levam a crer na existência de divisões no seio militar.

PROBLEMAS

– Atividades comerciais irregulares de militares da reserva.

COMENTÁRIOS

– A imprensa tem noticiado, com riqueza de detalhes, fatos que envolvem atividades comerciais irregulares de militares da reserva. A exploração desses acontecimentos pela imprensa contribui para a desmoralização da classe militar.

PROBLEMAS

– Publicação de livros por militares da reserva.

COMENTÁRIOS

– Os livros, pelo que neles se publica e pelas reações que provocam, têm contribuído para uma imagem distorcida do movimento revolucionário de 31 de março de 1964.

PROBLEMAS

– Noticiário distorcido, de assuntos militares, pela imprensa.

COMENTÁRIOS

– O jornal TRIBUNA DA IMPRENSA procura, sistematicamente, através de artigos assinados, na seção de cartas e nas próprias manchetes, achincalhar as Forças Armadas. Esta linha de conduta causa intranqüilidade no meio militar, em que pese às medidas legais promovidas em alguns casos.

PROBLEMAS

– Campanha contra os órgãos de informações.

COMENTÁRIOS

– Os ataques aos órgãos de informações são comuns nas petições que se avolumam nas Varas da Justiça Federal (civil), principalmente contra os DOI e o Exército, por extensão, partindo de familiares de subversivos mortos ou desaparecidos no início da década passada. A imprensa, comprometida com aqueles que desejaram subverter a ordem, dá conotações sensacionalistas, até mesmo nas manchetes (“Torturadores no Banco dos Réus” e outras).

PROBLEMAS

– Vasamento de assuntos de natureza militar.

COMENTÁRIOS

– O vasamento, na imprensa, de assuntos de natureza estritamente militar, como a publicação, pelo “COOJORNAL”, de documentos sigilosos referentes a operações de contraguerrilha empreendidas pelo Exército, é um abuso, pois documentos dessa natureza devem ser preservados como fonte de ensinamento operacional, além do que a divulgação infringe dispositivos legais e reacende antagonismos.

* * * *

[SECRETO]

Transcrição: Rayana Faria

[Voltar]

[Voltar]

S. S. P. / Rio de Janeiro

Vigesima Oitava Delegacia Policial-Campinho *[À MÃO: Heitor: p/ seus arq. implacáveis] [Manuscrito de Golbery]*

Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1.980

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil.

Somente agora, sinti-me na obrigação de brasileiro, de comunicar a V. Excia., os fatos que vou narrar, pois a luta dentro de meu ser foi grande para chegar a tal conclusão.

Senhor Presidente, a cerca de um mês e pouco, isto é, no mes de agosto próximo passado, houve uma explosão em uma banda de jornais no bairro de Campinho, jurisdição da 28a. D.P., e o fato foi presenciado uma testemunha ocular que assistiu quando um Homem alto, branco, cabelos grisalhos, que havia soltado de uma camionete cor vermelha, com uma antena de rádio tipo rádio amador, ao soltar do veículo colocou um pacote em baixo da citada banca de jornais, mais tarde a mesma explodiu, o cidadão como bom brasileiro, compareceu a Delegacia, e comunicou o fato ao Inspetor ALMIR VASCO e ao Detetive PAULO CESAR DE ALMEIDA, estes por sua vez comunicou o ocorrido ao Delegado Adjunto LEONAM SIQUEIRA DA SILVA, Mat. 1.141.467-9, que logo após apurou o fato, sabendo que **o carro pertencia ao 1º EXERCITO BRASILEIRO, mais precisamente ao DOI, e que o cidadão era um oficial**, ocasião em que o Delegado Titular NELSON MAJDELANY, Mat. 0700. 518-4 e seu Substituto o Delegado EDSON A. SACRAMENTO, Mat. 0701.329-5, foram logo cientificados, e se omitiram em tomarem uma atitude e ou comunicar os fatos ao Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e ao Governador do Estado. Porém, os fatos se passaram quando nesta data 20/9, sábado, outra banca de jornais foi explodida, desta vez na Praça Seca, e da mesma forma a Autoridade Policial Titular e seu Substituto se omitiram, pois é o mesmo grupo que vem operando em atos de terrorismo em nosso Estado, segundo soube o mesmo grupo são responsáveis pela explosão da OAB/RJ e contra o Diretor da SUNABE/RJ. Senhor presidente através da Autoridade Policial (titular e substituto), V.Excia chegará aos responsáveis dos atos contra Vossa Administração e ao nosso querido Brasil.

Desculpe não poder identificar-me, sou detetive inspetor, lotado nesta Delegacia e de confiança, e poderei sofrer com este relato, contra mesu superiores.

Atenciosamente,
Um Brasileiro, humilde e honesto.
que tem confiança na vossa
administração e no Brasil.

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

[À MÃO: G
De quem?
João Fortes?
H] [Manuscrito de Heitor Ferreira]

[ILEGÍVEL], pelo tamanho...]

N. York – 13 Setembro 1980.

Presidente João Figueiredo

Prezado amigo

Caso tenha algum tempo disponível, peço que leia os comentários seguintes que pretendem suprir a entrevista pessoal que não foi possível realizar, antes de minha viagem.

Cronologicamente:

1. Dia 14 de agosto – Estivemos juntos por ocasião do II Conpac e de minha posse na presidência da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção). Deixo aqui consignados os meus agradecimentos pela sua presença, e de seus Ministros, que destacaram o quanto merecemos de sua amizade, confiança e valor da atividade específica, ao mesmo tempo que compreendemos e aceitamos o aumento da responsabilidade que de fato representam.
2. Dias 25 e 26 de agosto – Estive em Brasília mantendo contato no primeiro dia c/ Murilo Macedo e com o MIC. No dia seguinte participei de reunião do CNDV, tive *[ILEGÍVEL]* referentes ao projeto de lei sobre Divida Ativa da União x empresas privadas e à tarde audiência c/ Ministro Golbery. Procurei entrevistar-me c/ você não só para fazer o agradecimento referido acima, mas sobretudo pelos terroristas da OAB, etc. O ministro Golbery propôs a audiencia pº. 27, quarta-feira, às 10h. Infelizmente não me seria mais possível desfazer encontro com cerca de 20 empresarios, dedicados ao Programa de

Habitações de interesse social, vindos de diversos Estados, e que estava anunciado para o Rio, exatamente às 10h desse dia 27.

Tentei c/ Paiva *[ILEGÍVEL]* conseguir um *[ILEGÍVEL]* em uma das ocasiões de suas viagens ao Rio, nos dias 5 e 8 deste. Foi impossível! Apenas abracei-o no meio de tantos apoios que recebeu nas duas ocasiões, apenas informando-o de minha viagem ao exterior. Realmente estou desde ontem uns 88.VV. devendo participar no M.I.T. (Boston) de Simposium sobre "habitação de interesse social" programado para latino-americanos (20 brasileiros, 10 mexicanos e 5 venezuelanos). Ao final irei à Brighton (Inglaterra) onde passarei 5 dias com Ma. Vitória (filha), cujo marido está fazendo doutorado na Univ. de Sussex. Próximo dia 25, amanhã, estarei de regresso ao Rio, partindo à noite para Porto Alegre, onde participarei, em seminário fechado, durante 3 dias de encontro promovido pelo CELAM, entre bispos e empresários latino-americanos. Dou muita importância a esse seminário – está bem dentro da minha principal missão afinal! Regresso a 29 e novamente de 5 a 11 de outubro estarei no Congresso da FIIC (Federação Interamericana de Indústria da Construção) em Assunção, onde chefiarei a delegação brasileira.

Os assuntos a lhe apresentar foram quase todos tratados c/ Golbery, como seguem:

a – Terrorismo. Procurei enfatizar a necessidade de endurecimento total contra essa atividade, sem o que você e o Governo perderão toda autoridade. As suas manifestações, firmes e decididas, desencadearam o processo de apoio, quase unânime, de todos os brasileiros, com partidos ou sem partidos. Manifestei-me contrário a qualquer nova lei, coincidente c/ ponto de vista do Min. Golbery.

Na ocasião, apareceu nosso companheiro Délio, que ficou até o fim do encontro c/ Min. Golbery.

Nota de hoje: O desdobramento das operações do Governo parece estar indicando conhecimento das fontes de inspiração de tais atos. Os discursos de [ILEGÍVEL], entrevista do Min. da Marinha e o cancelamento de sua viagem ao Norte, permitem prevêr avanço nessa busca. [À ESQUERDA: Falso!]

Faço votos que seja rápido, e que sua decisão seja fulminante, como em algumas outras ocasiões. Há grande expectativa nesse sentido!

Nota: Aqui de longe não acompanho mais os movimentos, as notícias do Brasil chegam atrasadas. O Min. Delfim apareceu por aqui. Vamos vêr o que consegue.

b – Pagamentos aos construtores – sendo assunto de 2ª prioridade, face a outros muito mais importantes,

[Manuscrito de Golbery]

Transcrição: Thadeu Santos

[Voltar]

[Voltar]

[À MÃO: Heitor chama correndo o Rasputin]
[Manuscrito de Golbery]

TERESINA, Piauí – 27 de JUNHO de 1981

Mensagem de nº 11
Gen. João Batista Figueiredo;

Obedecendo ao [RASURADO] *[À MÃO: programa]* espiritual para o Brasil, psicografamos a mensagem de nº 11 para o seu govêrno:−

REFORMA ELEITORAL − cujos estudos se processa para ser enviada a apreciação do Congresso Nacional, à época própricia deve ser o mês de SETEMBRO de 1981, mês que deve ser feita as negociações para aprovação do projeto, neste MÊS terá mais chance de êxito (caso remeta antes terá o govêrno derrota total).

No projeto de reforma eleitoral, NÃO DEVE constar o voto de sub-legenda. A sub-Legenda vem fragmentar a própria estrutura do Partido em todo território nacional. Como desejam eles, o voto de sub-legenda vem dá oportunidade de um, dois e três candidatos pelo mesmo PARTIDO, disputar o Govêrno ou outros cargos postulados desde de vereador a senador, o que se significa um luta de concorrência dentro do próprio PDS, e a concorrência virá sem dúvida nenhuma fragmentar a força do PDS, tornando por isto partido vunerável a qualquer articulação política.

Da mesma forma não interessa o Govêrno Federal, o voto desenvinculado ou seja o voto livre para os postulantes de cargos eletivos no próximo pleito. O VOTO DEVE SER VINCULADO DENTRO DO PARTIDO PARA TODOS O CARGOS ELETIVOS, como também para o Govêrno Federal, não interessa a COLIGAÇÃO com outros partidos, pois vem somente fortalecer o partido da oposição. No projeto a ser enviado para o Congresso deve constar em artigos próprios: −

1 − É VEDADO VOTO DE SUB-LEGENDA PARA CARGOS ELETIVOS NA ELEIÇÕES DE 1982.

2 − É VEDADO QUALQUER COLIGAÇÃO DE PARTIDOS POLITICOS PARA ELEIÇÕES DE 1982

3 − O VOTO SERÁ VINCULADO PARA OS POSTULANTES DE CARGOS ELETIVOS DENTRO DO MESMO PARTIDO PARA ELEIÇÃO DE 1982.

PARA PROXIMAS ELEIÇÕES: O Governo deve usar à máquina administrativa em todo o território nacional para eleger os candidatos de 1982.

MEDIDAS DE PRESSÕES PSICOLÓCIGAS− O Govêrno deve tomar providências para que os políticos pensem que a Revolução se encontra endurecendo, afim de pressioná-los psicologicamente até a época da negociação da reforma Eleitoral, *[À MÃO: seta]* para isto, deve o govêrno mudar Comandos Militares, e uma série de medidas que o Govêrno Executivo pode lançar mão de todos os atos que indiquem que a revolução continua a aquecer.

PREVIDENCIA SOCIAL − Pedimos para que o Ministro da Previdência, deixe de dizer palavras ao vento, como, a previdência no Brasil, deverá estudar um projeto para sòmente se aposentar aos 65 anos o trabalhador. E bom lembrar aos Ministro da Previdência *[À MÃO: seta]*, que nem nos países socialista existe trabalho escravo, que naqueles países a aposentadoria é aos 30 anos. Pedimos ao Ministro da Previdência, para ficar calado, assim êle prejudica o próprio PDS nas próximas eleições. Pois como o projeto que intenciona enviar para Estudo, ou seja a aposentadoria aos 65 anos, inevitávelmente ele levantara as classes de trabalharores contra o Govêrno Federal, através do voto dessa gente nas próximas eleições. O problema deficitário da Previdência, é estrutural e de estratégia no sistema arrecador da própria previdência, que até hoje não acertou o passo com a evolução do tempo presente.

MINISTRO COUBERY DO COUTO E SILVA − **Recentemente a nossa equipe espiritual esteve em Brasília, examinamos espiritualmente Coubery. Constatamos um processo inicial de desintegração de energias em seu PLEXO SOLAR [RASURADO] [À MÃO: (CORONARIO)] que se não for tratado levará inevitávelmente a desencarnar (morte), o que pode acontecer antes do término de seu mandato no Gabinete Civil. A Doença é de caracter espiritual e resulta de descargas do plexo solar coronário diretamente para o corpo material de grande quantidade de energias fluídicas no momento de STRESS corporal.**

Esta liberação de de energias se dá em grande quantidade devido ao excesso de trabalho e a idade avançada do paciente. Há pouco dias, idos passados, na Russia usamos a médium DJUNA na cidade de Moscou para curar do mesmo mau o dirigente sovietico Leonid Brejnev. No Brasil, temos um medium com o mesmo equipe espiritual, que pode realizar o mesmo trabalho de Djuna, é o mesmo por quem estamos psicografando esta mensagem. O Brasil tem interesse que o Min. Coubery continue no corpo material, afim de cumprir a missão da qual foi incumbido aqui no mundo espiritual.

Mensagem do Monge Rasputim da Russia *[À MÃO: seta]*, recebido em Teresina, 27/junho/81 pelo medium Pirajá

[À MÃO: Rasputin]

Nota do medium− *[À MÃO: seta]*

FLUÍDO = elemento muito sutil, quintessenciado, impoderável, existente na natureza.

PERISPIRITO = involucro, fludico energetico, vaporoso, quintessenciado, semimaterial do espirito, com flexibilidade e exponsibilidade.

PLEXO SOLAR CORONÁRIO = Parte espiritual situada no corpo humano à altura do coração, onde funciona um chacra. O corpo humano na parte espiritual tem sete chacras.

CHACRAS = São centros vitais de forças espirituais, que funcionam no sentido contrário dos poteiros do relógio e produzem energias espirituais que alimentam o sistema nervoso central e periférico no corpo material do homem.

Luiz Carlos Pirajá
Av. N.S.Fátima, 1428 − B.Fátima

TERESINA − PÍ CEP 64000

Remetente: Luiza Carlos Pirajá
Endereço: Av. N.S.Fátima, 1428 B.Fátima
Teresina – PI
CEP: 64000

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]
[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

Pessoal-Confidencial

Presidente Figueiredo

[À MÃO, rubrica: E/M]

Brasília, 4 jul 81

Nota

Estritamente Pessoal – Confidencial

Presidente:

Há cousas que só devem ser ditas com nitidez, franqueza e precisão. Por isso, é sempre melhor escrevê-las. Eis a razão desta Nota com que espero não importuná-lo. Lida com atenção que requer, talvez o melhor seja destrui-la, dada a natureza do que nela se contém.

O lamentável caso do Rio-Centro, em sequência a outros episódios de menor relevância (bancas de jornais, Tribuna da Imprensa, atentado contra o Dep. Genival Tourinho em Brasília, etc.) ou gravidade muito maior (OAB) tem evoluído de maneira até mesmo mais favorável e discreta do que se poderia esperar, ao começo. Tudo indica que o IPM, não divulgado ainda mas do qual a nota dada à imprensa pelo encarregado – bem lançado, aliás – parece dar idéia satisfatória, substanciará as conclusões finais de ter havido crime na área de competência da justiça militar, mas não existirem elementos suficientes à indicação dos culpados. Exagero, o seu tanto ridículo, foi a tentativa de apresentar os dois participantes como vítimas de criminosos desconhecidos e embuçados...

Até o momento, bem parece que o divulgado atendeu ao que era desejado, sem graves comprometimentos. As reações da opinião pública – imprensa, políticos, associações, etc – foram, como se esperava, atenuados pelo reconhecimento dos perigos maiores de qualquer atitude radical, capaz de prejudicar o processo de abertura democrática, reconhecido, mesmo de público, que o essencial é não torpedear a realização das eleições diretas marcadas para 1982. Alguns comentários mais fortes, agressivos ou persistentes correrão certamente por conta de momento especial – véspera de largo período de recesso parlamentar, provável vazio de notícias ou desejo de alguns de marcar

posição para futuras atitudes e ações. Não há por onde confiar em que, tornadas irreversíveis as eleições e desencadeada a campanha política, não venham a surgir ataques fortes, violentos e mesmo irresponsáveis contra o governo e autoridades quanto à conduta seguida no episódio. E isso poderá levar – ampliando-se até justas suspeitas ou falsas deduções a toda a série de atos de terrorismo antecedentes, graves alguns –, pela dinâmica das ações e reações em cadeia de maior radicalização a situações de gravidade e consequências imprevisíveis.

Daí convir – impor-se, na verdade – que algo se faça desde já, com vistas a evitar ou atenuar tais repercussões futuras.

Por outro lado, não cabe confundir a branda e aparentemente compreensiva reação de agora – mesmo que o venha a ser efetivamente – em face da divulgação das investigações, com a convicção generalizada acerca do ocorrido. E este é a do envolvimento certo dos dois militares vitimados na prática de ação terrorista frustrada, mas altamente temerária.

E para quem sabe, como nós, com base em informações de fonte altamente fidedigna (não utilizáveis, embora, em qualquer investigação formal ou processo criminal), que tal convicção tem fundamento real mesmo – problema muito mais grave e que não é apenas um problema de consciência, exige decisão lastreada no conhecimento da verdade dos fatos. Decisão nunca protelatória, nem retardada, muito menos ambíguo.

Verdade indiscutível é que um grupo radical, minoritário apenas, irresponsável e adepto de práticas terroristas – como aliás o qualificou o Presidente em sua entrevista a jornalistas peruanos, não faz muito – se não dominou ou controla, pelo menos infiltra os órgãos "vulgarmente chamados DOI-CODI" e, desde aí, a coberto dessas organizações e valendo-se, assim, de grandes facilidades e larga soma de poder, desencadeou ações terroristas múltiplas obedecendo a linhas hierárquicas distintas das legais e legítimas e que se estendem não se sabe até que níveis superiores dos escalões governamentais. Certo parece, por exemplo, que o Comando do I Exército está fora do circuito. Por outro lado, operando em terrenos afins, com amplas atividades de informação e contra-informações, órgãos mais vinculados à Presidência deverão achar-se de alguma forma envolvidos, uma vez que o simples saber ou mesmo desconfiar da intenção da prática de atos terroristas por parte de terceiros implica, em muitos casos, certa dose de responsabilidade pessoal para quem busque intervir, seja mesmo para contenção ou fazê-los abortar, ou sequer omitir-se de qualquer providência.

Como quer que seja, a convicção bem generalizada de que "os chamados DOI-CODI", por elementos como – o Capitão e Sargento vitimados, por exemplo, tiveram participação ativa na autoria do atentado frustrado coloca o Governo e, infelizmente, o próprio Presidente – por mais que se tenha conseguido colocá-lo fora do quadro decisório, apenas do ponto de vista exclusivamente formal – num dilema inescapável: ou incapacidade de ação repressora, por falta de autoridade efetiva, ou complacência e comprometimento de fato, em grau maior ou menor, no intento terrorista, pelo menos em seu acobertamento.

Daí: ou a existência alarmante de um núcleo de governo paralelo, agindo com um êxito que só lhe acrescerá, dia a dia, a arrogância do poder – o que prenuncia, para o futuro, quase certamente, cousas ainda mais graves, no mesmo quadro das ações extremistas e irresponsáveis, inclusive terrorismo;

– ou, o que seria até mais grave, estariam sendo postas em dúvida as incisivas declarações do próprio Presidente, quanto à sinceridade e honestidade com que impressionaram e confortaram a

Nação toda, quando ditas e reditas.

Algo precisa e deve ser feito.

Ao parecer, ordem presidencial – presidencial porque a imagem e a autoridade do Presidente, que precisam ser resguardadas e consolidadas – para que sejam logo extintos os "chamados DOI-CODI", claramente, expressa e difundida, sem estardalhaço embora nem comportando justificativas, para tanto servirá, certamente. Nem haverá dano maior de monta que se possa apontar em sã razão.

Irrelevante julgo venha a ser, na oportunidade, preocupar-se em distinguir DOI de CODI, com definições precisas que não vêm ao caso, antes só servirão para confundir o grande público.

Além do mais, dizer-se que isso é confessar que se conhece e apontar, indiretamente, a autoria dos atos delituosos – na verdade, não vale como argumentação válida. Não se trata de saber ou não saber a verdade verdadeira. Indiscutível, veemente, inegável é a suspeição, evidente aos olhos de todos. Que maior justificativa, quando valores tão altos – a autoridade do governo, a credibilidade no governo e na palavra presidencial – estão em jogo!

E trata-se de ato de alçada exclusiva do Executivo, que não terá de dar quaisquer explicações a respeito. Como também não da discreta remontagem do serviço de informações de que o Exército imprescinde, mas sob controles ajustados, alertas e confiáveis.

[À MÃO, assinatura: Golbery]

Transcrição: Thadeu Santos / Elio Gaspari

[Voltar]

[Voltar]

[CARIMBO: NÃO CONSTA DA SÍNTESE]

[CONFIDENCIAL]

INFORME Nº 01820 30/AC/83 *[À MÃO: PR]*

[CARIMBO: CÓPIA]

DATA: 22 de março de 1983
ASSUNTO: SUCESSÃO PRESIDENCIAL − GUILHERME ROMANO.
REFERÊNCIA:
AVALIAÇÃO: B/2
DIFUSÃO: CH/AC
ORIGEM: SC/3
ANEXO:

O médico carioca Guilherme Romano, preposto do ex-Ministro Golbery do Couto e Silva, comentando a recente estada do ex-Ministro no Rio de Janeiro, disse que Golbery esteve com o ex-Presidente Geisel e com o Presidente da Eletrobrás, Costa Cavalcanti.

Disse Romano que Golbery não está definido por uma candidatura à Presidência da República, mas tem, em primeiro lugar Aureliano Chaves e, em segundo Paulo Maluf, candidatos preferenciais.

Disse, também, que o ex-Presidente Geisel está pretendendo fazer uma composição com Aureliano Chaves e apóia sua candidatura e que, nessa questão, Golbery deverá acompanhar o ex-Presidente. Ademais, segundo Romano, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel disputariam uma candidatura à Vice-Presidência.

Segundo Guilherme Romano, quando da estada de Golbery no Rio de Janeiro, Costa Cavalcanti pediu o apoio do ex-Ministro para sua candidatura, mas de qualquer forma o Presidente da Eletrobrás está fora da disputa.

Por outro lado, Romano nega que Tancredo Neves esteja atuando como intermediário entre Aureliano Chaves e Ernesto Geisel.

* * *

[CARIMBO: PARA DIFUSÃO EXTERNA ESTE DOCUMENTO DEVERÁ TER SEU TEXTO DESCARACTERIZADO]

[CONFIDENCIAL]

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]

February 28, 1983

His Excellency
João Baptista de Oliveira Figueiredo
President of the Federative
Republic of Brazil
Brasilia, D. F.

Dear Mr. President:

I am pleased to report that we have been able to accommodate your short term needs in the matter we have recently discussed. This has been accomplished in the spirit of friendship I am certain will endure.

Warm regards.

Sincerely,
/s/
Ronald Reagan

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]

28 de fevereiro de 1983

Vossa excelência,
João Baptista de Oliveira Figueiredo
Presidente da República
Federativa do Brasil
Brasília, D.F.

Prezado Sr. Presidente,

Tenho a satisfação de lhe informar que conseguimos acomodar o assunto que discutimos recentemente. Isso foi conseguido no espírito de amizade que certamente será duradouro.

Cordialmente,
Ronald Regan

Tradução: Intrínseca

[Voltar]

[Voltar]

[SECRETO]
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
30º Despacho (indiretamente)
Item nº 2

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Data: 03 de fevereiro de 1983.
Índice: Brasil−EUA. Resposta a mensagem do Presidente Ronald Reagan.

[À MÃO: Sim.]
[À MÃO, rubrica: Figueiredo]

067

Com relação à mensagem que o Presidente Ronald Reagan dirigiu a Vossa Excelência, no dia 28 de fevereiro último, que se encontra em anexo, sugiro o seguinte projeto de resposta, o qual se aprovado por Vossa Excelência, seria encaminhado, como de hábito, pela Embaixada do Brasil em Washington:

“Senhor Presidente,

Apraz-me acusar o recebimento da mensagem de Vossa Excelência com data de 28 de fevereiro último.

A pronta e positiva resposta de Vossa Excelência à minha solicitação demonstra, mais uma vez, a amizade que existe entre os nossos dois países e indica o claro entendimento de que os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil têm conotações globais e de que a cooperação internacional é o melhor instrumento para a proteção e salvaguarda de interesses comuns.

Sensibilizado, retribuo suas palavras de amizade.

Muito cordialmente, ”

[À MÃO, assinatura: RSGuerreiro]
Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[SECRETO]

104-3310

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

[CARIMBO: PESSOAL-SECRETO]
[À MÃO: Cópia]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
BRASÍLIA, DF, *[À MÃO: 11]* de março de 1975
CIE

INFORMAÇÃO Nº *[À MÃO: 0362]*/S-102-A5-CIE

ATIVIDADES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB

1. Assunto: PARTICIPAÇÃO DO PCB NO PLEITO DE NOV 74.
2. Origem: CIE
3. Difusão: GEN BDA SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO – CH AC/SNI
4. Difusão anterior:
5. Referência:
6. Anexo:

1. Em novembro de 1973, o Cômite Central – CC do PCB assim analisou a situação do país:

a. Campo Econômico Interno

A crise em evidência nos demais países fatalmente trará repercussões no campo interno, gerando reflexos no campo político, pela insatisfação que, certamente, ocorrerá na burguesia brasileira, mais notadamente na classe média, sustentáculo do regime vigente.

b. Campo Político Interno

As insatisfações no seio da população possibilitarão uma abertura por parte do Governo, o que certamente oferecerá condições para atingir os seguintes objetivos, a curto e médio prazo:

– a vitória do Partido da oposição nas próximas eleições;
– extinção do AI-5 e do Dec-Lei 477;
– extinção da censura.

c. Campo Militar

Sofrerá a influência da insatisfação da classe média e possibilitará, com a abertura, atingir mais rapidamente os objetivos a curto e médio prazo, analizados no Campo Político.

2. O CC decidiu então:

a. participar ativamente das eleições;

b. votar nos candidatos “democratas” e derrotar os “reacionários”;

c. Os candidatos apoiados pelo PCB deveriam ser inscritos pelo MDB, pois o objetivo específico do Partido era o de derrotar os candidatos da ARENA e do Governo.

3. Visando a participação nas eleições de novembro de 1974, durante a reunião foi definida uma Plataforma pelo PCB, que foi publicada no nº 106, de dezembro de 1973, do jornal clandestino VOZ OPERÁRIA, órgão oficial do CC/PCB.

Essa plataforma, em resumo, é a seguinte:

“A todos os patriotas e democratas, o PCB, propõe como ponto de referência para início de conversações concretas, visando a unidade de ação, os seguintes objetivos políticos, tendo como certo as liberdades democratas a serem lançadas pela luta comum:

– Conquista das liberdades públicas e dos direitos e garantias individuais etc.

– Revogação do Ato Institucional nº 5 do Decreto Lei 477.

– Revogação da Censura à imprensa.

– Garantia das prerrogativas e da autonomia dos poderes judiciários (restabelecimento do Habeas Corpus).

– Anistia para os condenados e perseguidos políticos.

– Combate a política de arrocho salarial e da concentração de rendas.

– Defesa das riquezas e interesses nacionais.

– Política externa de paz, amizade e colaboração com todos os povos.

Esta posição tática tem enorme importância, porque partindo dela é que se chega a uma aliança com o MDB e com outras forças.”

4. Fruto de análise e decisões do CC, a Comissão Executiva, reunida em abril de 1974, estabeleceu os seguintes objetivos gerais a serem conquistados nas eleições de 1974:

a. procurar criar condições para acelerar a acumulação de forças em frente única, para impulsionar o processo de aglutinação de uma frente patriótica antifascista;

b. procurar derrotar os candidatos mais reacionários e conseguir o maior número de votos para os candidatos da oposição;

c. trabalhar para que a campanha eleitoral seja um instrumento para a multiplicação das lutas de massas.

5. A orientação para o trabalho eleitoral foi publicada na VOZ OPERÁRIA, em números sucessivos, bem como editados panfletos com estas instruções. O Secretariado organizou a descida dessas resoluções para os comitês estaduais e contratou a discussão até o nível das direções estaduais, que foi muito bem recebida no conjunto do partido. Antes mesmo do comitê central chegar a esta decisão, a maioria dos comitês estaduais já tinham se movimentado em função das eleições.

Duas únicas dificuldades surgiram nas fileiras do PCB quanto às eleições. A primeira foi na GUANABARA, quando muitos comunistas resistiram ao apoio à candidatura ao senado de DANTON JOBIM, por ser ele ligado ao governador CHAGAS FREITAS. A segunda foi no MARANHÃO, onde os comunistas não lutavam para o que o MDB lançasse um candidato ao senado.

Os comitês estaduais, ao receberem esta orientação começaram a escolher os candidatos e a discutir com o MDB a participação do partido.

O PCB não criou frações dentro do MDB, ou em função da campanha eleitoral. Isto porque o trabalho era ainda muito restrito. Mas em cada secretariado dos comitês estaduais do PCB, um dos seus membros, ficou responsável pela campanha eleitoral, pelos contatos com os candidatos e com o MDB. Através desses contatos se acertaram os comícios, as reuniões e o resto era trabalho das organizações do partido.

As organizações do partido foram orientadas para diretamente procurar os comitês eleitorais para apanhar material de propaganda, nunca entretanto, se apresentando nos referidos comitês como comunista, por razão de segurança.

6. Atividades do PCB

Em consonância com a análise e as decisões do CC e com os objetivos gerais estabelecidos pela Comissão Executiva, o CC manteve entendimentos com o MDB, com o CLERO, com políticos insatisfeitos da ARENA e, até, com setores do próprio povo.

a. – Entendimentos com o MDB

MARCO ANTONIO COELHO, da Comissão Executiva – CEx/PCB, entrou em contato com o presidente do MDB, Sr ULISSES GUIMARÃES, a fim de transmitir as resoluções do CC. Nesta ocasião o PCB forneceu matérias para a orientação da campanha política do MDB. Como exemplo, MARCO ANTONIO cita que grande parte da matéria contida na cartilha de propaganda do MDB possui dados oferecidos pelo PCB.

Comparando-se esta cartilha com a resolução política adotada pelo VI Congresso do PCB, em dezembro de 1967, reformulada na reunião do CC de Novembro de 1973, verifica-se que as teses políticas defendidas pelo MDB são as mesmas preconizadas pelo PCB.

Além de ULISSES GUIMARÃES, entraram em contato com o representante da Comissão Executiva do CC:

– ANDRÉ FRANCO MONTORO;

– AMARAL PEIXOTO;

– TANCREDO NEVES;

– THALES RAMALHO.

b. – Entendimento com políticos insatisfeitos da ARENA

Foram feitos com os seguintes deputados:

– CANTÍDIO NOGUEIRA SAMPAIO – SP;

– JOSÉ ROBERTO FARIA LIMA – SP.

7. Candidatos que receberam o apoio do PCB nas eleições de 15 de novembro de 1974. Elementos responsáveis pelos contatos políticos:

Com base nas declarações de diversos comunistas presos por ocasião do desbaratamento das gráficas do PCB, na GUANABARA e em SÃO PAULO, podemos extrair o seguinte:

a. MARCO ANTONIO TAVARES COELHO cita:

1) Ligações políticas diretas entre o nominado e os políticos abaixo:

ARENA

– JOSÉ MARIA ALCKIMIN (MG)

M D B

– PEDRO SIMON (presidente do MDB “RS”)
– NEY BRITO (suplente do senador PAULO BROSSARD “RS”)
– MARCOS TITO (MG)
– OSCAR PEDROSO HORTA (SP)
– BARBOSA LIMA SOBRINHO (GB)
– FRANCISCO PINTO (BA)

2) Ligações políticas entre LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO com os seguintes políticos:

– FRANCO MONTORO (SP)
– ULISSES GUIMARÃES (SP)
– AMARAL PEIXOTO (RJ)
– TALES RAMALHO (PE)
– FRANCISCO PINTO (BA)
– PAES DE ANDRADE (CE)
– MARCOS FREIRE (PE)
– LYSÂNEAS MACIEL (GB)
– ALENCAR FURTADO (PR)

3) Ligações políticas entre os membros do comitê estadual de SÃO PAULO do PCB, “WALTER RIBEIRO” e “INÁCIO DE TAL” e os seguintes políticos:

– DEL BOSCO DO AMARAL
– GUASSU PITERI
– FREDERICO BRANDÃO
– NELSON FABIANO
– MARCELO GATTO
– ALBERTO GOLDMAN
– LINO DE MATOS
– FRANCO MONTORO
– ORESTES QUÉRCIA
– FREITAS NOBRE
– DIAS MENEZES

4. Ligações políticas entre PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO, do comitê estadual da GB do PCB, e os seguintes políticos:

– DANTON JOBIM
– LYSÂNEAS MACIEL
– EDSON KAIR
– NELSON CARNEIRO
– DÉLIO DOS SANTOS
– JORGE MOURA
– HÉLIO DE ALMEIDA
– J. G. DE ARAÚJO JORGE

5) Ligações políticas entre os membros do comitê estadual de PERNAMBUCO do PCB, “PAULO CAVALCANTI e MÁRIO TEODÓSIO” e os seguintes políticos:

– TALES RAMALHO
– ARMANDO MONTEIRO FILHO
– SÉRGIO MURILLO
– JARBAS VASCONCELOS
– FERNANDO LIRA
– ROBERTO FREIRE
– MARCOS CUNHA
– MARCOS FREIRE

6) Ligações políticas entre os membros do comitê estadual do RIO GRANDE DO SUL do PCB “NILSON MIRANDA e JÚLIO TEIXEIRA” e os seguintes políticos:

– PAULO BROSSARD
– PEDRO SIMON
– ALCEU COLARES
– NADIR ROSSETTI
– AMAURI MULLER
– PINHEIRO MACHADO

7) Ligações políticas entre “EDSON DE TAL”, membro do comitê estadual do Estado do RIO DE JANEIRO do PCB, e os seguintes políticos:

– AMARAL PEIXOTO
– MOREIRA FRANCO
– SATURNINO BRAGA
– AFONSO CELSO
– ALVES BRITO

8) No MARANHÃO (é desconhecido o nome do membro do comitê estadual do PCB) os contatos eram feitos com:

– JOSÉ SARNEI (ARENA)

9) Em SANTA CATARINA (é desconhecido o nome do membro do comitê estadual do PCB) os contatos eram feitos com:

– EVILÁSIO VIEIRA.

10) Segundo MARCO ANTONIO, os candidatos que receberam apoio do PCB foram os seguintes:

a) SÃO PAULO

– ORESTES QUÉRCIA – Senador;

– ALBERTO MARCELO GATTO – Dep Fed;

– GUAÇU PITERI – Dep Fed;

– FREDERICO BRANDÃO – Dep Fed;

– ALBERTO GOLDMAN – Dep Est;

– NELSON FABIANO – Dep Est.

OBSERVAÇÃO:

– O PCB não desejava apoiar ORESTES QUÉRCIA. Mas, como foi o candidato escolhido em Convenção, resolveu apoiá-lo, pois o fundamental era derrotar a ARENA.

– ALBERTO MARCELO GATTO é militante do PCB e foi inscrito por decisão do CE/SP.

– ALBERTO GOLDMAN. Também militante antigo do PCB, fichado nos órgãos de segurança e nos órgãos de informações.

Segundo MARCO ANTONIO, ALBERTO GOLDMAN, tendo sido antes deputado estadual, com grande votacão, tinha condições para se candidatar à Câmara Federal. No entanto, candidatou-se à reeleição como deputado estadual por decisão do PCB, porquanto, com o seu peso (foi o 2^{o} mais votado) teria condições para assumir alto posto no Poder Legislativo paulista, o que de fato ocorreu, ao ser eleito líder da maioria na Assembléia de SÃO PAULO. Portanto, percebe-se que a reeleição de ALBERTO GOLDMAN foi uma alta jogada estratégica do Partido, porquanto, além da importância da posição que galgou, foi o responsável para a eleição de maior número de candidatos do MDB pois sua grande votação contribuiu para aumentar o número de votos da legenda do MDB.

b) <u>GUANABARA</u>

– DANTON JOBIM – Senador;

– LYSÂNEAS MACIEL – Dep Federal;

– JORGE MOURA – Dep Federal;

– EDSON KAHIR – Dep Estadual;

– DÉLIO SANTOS – Dep Estadual.

c) <u>RIO DE JANEIRO</u>

– ROBERTO SATURNINO BRAGA – Senador;

– WELLINGTON FRANCO – Dep Federal;
– ALVES BRITO – Dep Estadual.

d) MINAS GERAIS
– ITAMAR FRANCO – Senador;
– MARCO TITO – Dep Federal.

e) PERNAMBUCO
– MARCOS FREIRE – Senador;
– FERNANDO LIRA – Dep Federal;
– JARBAS VASCONCELOS – Dep Federal;
– SÉRGIO MURILO – Dep Federal.

f) RIO GRANDE DO SUL
– PAULO BROSSARD – Senador;
– PINHEIRO MACHADO – Dep Federal.

11) Seção Eleitoral Parlamentar

Ainda segundo MARCO ANTONIO TAVARES COELHO, após a vitória dos candidatos do MDB apoiados pelo PCB, foi criada a Seção Eleitoral Parlamentar, diretamente ligada ao CC/PCB, com a finalidade de prestar assistência aos parlamentares do MDB que foram eleitos e que se comprometeram com o Partido e dar a esses parlamentares as diretrizes para que possam batalhar e defender, no Congresso, a consecução dos objetivos propostos pelo PCB. Tem, ainda, a atribuição de preparar, desde já, o trabalho visando as eleições municipais de 1976.

A direção dessa Seção era exercida, provisoriamente, por MARCO ANTONIO TAVARES COELHO (“JAQUES”).

b. FAUSTO GUIMARÃES CUPERTINO declarou que:

– entrou para o PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, em 1958. Atualmente mantinha ligação com um membro do Comitê Central, que era MARCO ANTONIO TAVARES COELHO. Seu trabalho para o PCB consistia exclusivamente em escrever artigos para a “VOZ OPERÁRIA”, diagramar esse jornal e contribuir com dinheiro para o Partido; escrevia na VOZ OPERÁRIA usando o nome falso (codinome) de FABRÍCIO CONCEIÇÃO.

– RENATO GUIMARÃES CUPERTINO é seu irmão e suplente do COMITÊ CENTRAL do PCB.

– em agosto de 1967 foi para a RÚSSIA fazer um curso de Politização na Escola de Quadros, em MOSCOU, o qual teve a duração de dois anos e meio. Ao chegar a MOSCOU, foi recebido por dois russos da ESCOLA DE CAPACITAÇÃO LENINISTA INTERNACIONAL. Após o Curso, retornou ao BRASIL por BUENOS AIRES, seguindo instruções de funcionários russos da citada Escola, para que dificultasse a fiscalização das autoridades brasileiras. A viagem foi conseguida por ARMÊNIO

GUEDES e RENATO GUIMARÃES CUPERTINO junto ao Comitê Central do PCB; foi mandado à Rússia por sugestão do PCB.

– É redator da Seção de Agitação e Propaganda do PCB, não estando ligado a qualquer movimento de base por razões de segurança do Partido;

– tem um irmão de nome MARCELO GUIMARÃES CUPERTINO, o qual fez o Curso de Capacitação de Quadros, em 1968/69, na RÚSSIA, com o depoente; presta-lhe auxílio escrevendo para o jornal "VOZ OPERÁRIA".

– É contratado pelo JORNAL DO BRASIL como Sub-Editor de Pesquisa. Ademais, faz parte da direção da ABI desde 1973, sendo, desde abril de 74, seu Diretor-Secretário.

– O material para o PCB proveniente do exterior (revistas, boletins, jornais, etc) é endereçado à ABI e lhe é entregue por HENRIQUE CORDEIRO, Segundo Secretário da ABI, num embrulho fechado; posteriormente, o entregava a RENATO GUIMARÃES CUPERTINO – "JOSIAS", para ser encaminhado ao COMITÊ CENTRAL do PCB;

– no pleito de 15 de novembro recebeu instruções do PCB, por intermédio de RENATO GUIMARÃES CUPERTINO – "JOSIAS", para votar nos seguintes candidatos do MDB: SATURNINO BRAGA, DANTON JOBIM, DÉLIO SANTOS, LYSÂNEAS MACIEL, EDSON KHAIR, WELLINGTON MOREIRA FRANCO e JORGE MOURA, como candidatos que estavam sendo apoiados pelo PCB.

– a Editora INÚBIA solicitou a ABI a concessão de uma sala para lançamento do livro de MARCOS FREIRE de nome "A DEMOCRACIA QUE TEMOS E A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS"; a reunião foi em 20 de janeiro de 1975, dias após a prisão de MARCO ANTONIO TAVARES COELHO; foi o organizador da parte que competia à Secretaria da ABI, que é puramente burocrática. Além do depoente, estiveram no lançamento do livro do MARCOS FREIRE, os seguintes militantes: CHICO BUARQUE DE HOLANDA, MAX DA COSTA NUNES (Diretor da INÚBIA), FERNANDO GASPARIAN, GERALDO MELO MOURÃO, HÉLIO FERNANDES, Sen ROBERTO SATURNINO BRAGA, entre outros que não lembra;

– na reunião de 20 de janeiro, no lançamento do livro de MARCOS FREIRE, e no dia 21 de janeiro, no Clube dos Repórteres Políticos, houve alusão à prisão de MARCO ANTONIO TAVARES COELHO – "JAQUES"; em am bas as ocasiões, o tema foi levantado por MARCOS FREIRE, o que demonstra as ligações desse senador com o PCB pois até então ninguém havia tomado conhecimento da prisão daquele subversivo, ocorrida no dia 18 de janeiro de 1975.

c. PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO

Em seu depoimento disse que:

– É militante do PCB, estruturado em organizações partidárias desde 1967. No momento é membro do CE/PCB/GB.

– Respondeu a IP/DOPS/GB, sendo preso em Julho de 1970, por participação em atividades subversivas como militante do PCB. Foi posto em liberdade em 1971.

– É ligado a LOURIVAL DA COSTA VILAR ("PAULO") suplente do Comitê Central do PCB e membro efetivo do CE/PCB/GB.

– Foi designado pelo CE/PCB/GB para ser o Encarregado do Setor de Ligação Política do referido Comitê. Para isso, desde fins de 1973 ou começo de 1974, iniciou os contatos com os políticos, com vistas às eleições de 1974.

– GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS (“MARCELO”) 1º Secretário do CE/PCB/GB, colocou-o em contato com LUIS INÁCIO MARANHÃO FILHO. Por intermédio deste último, foi apresentado aos seguintes políticos:

– LISÂNEAS MACIEL

– EDSON KHAIR

– Compareceu ao escritório de advocacia de LYSÂNEAS MACIEL, junto com LUIS INÁCIO MARANHÃO, para troca de idéias sobre a orientação política do PCB.

– Manteve inúmeros outros contatos com LYSÂNEAS MACIEL, sempre em seu escritório de advocacia, quando o referido deputado estava no RIO DE JANEIRO/GB.

– O PCB apoiou e orientou a candidatura de LYSÂNEAS MACIEL, calcado nos pontos comuns do programa do MDB e do PCB.

– Igualmente compareceu à casa do deputado EDSON KHAIR, juntamente com LUIS INÁCIO MARANHÃO, a fim de apresentar o programa do PCB e discutir o apoio do PCB à candidatura, tendo EDSON KHAIR aceito o apoio e a orientação do PCB.

– Os pontos comuns dos programas do MDB e do PCB são os seguintes:

– Revogação do AI-5;

– Revogação do Decreto-Lei 477;

– Divulgação do nome dos presos políticos;

– Eleições para o Presidente da República com voto direto;

– Revogação de intervenção nos Sindicatos;

– Revogação da Censura.

Tanto LYSÂNEAS MACIEL como EDSON KHAIR aceitaram o apoio e defenderam o programa do PCB.

Quando era aluno do Colégio Militar conheceu Jorge Moura. Ao ser encarregado pelo COMITÊ ESTADUAL para coordenar o apoio do Partido a candidatos políticos, procurou JORGE MOURA, tendo mantido com ele vários contatos em restaurantes do centro da cidade. Nestas ocasiões, apresentou-lhe a orientação do PCB que foi aceita por JORGE MOURA. Com este último, foi até a casa do DÉLIO DOS SANTOS, para apresentar o programa do Partido Comunista Brasileiro e o apoio do Partido aos candidatos.

DÉLIO DOS SANTOS e JORGE MOURA foram apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro.

A orientação do Partido aos candidatos era a defesa do programa do MDB que era “afinado” com o Programa do Partido Comunista Brasileiro; para ser apoiado pelo PCB era preciso que o candidato defendesse esse programa.

“MARCELO” presidiu a uma reunião que contou com sua presença, LOURIVAL DA COSTA VILLAR (“PAULO”), e representantes dos COMITÊS ZONAIS de CAMPO GRANDE, MEIER e LEOPOLDINA. Foi o encarregado de fazer a explanação da Linha Política do Partido e GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS (“MARCELO”) pediu contas da atuação de cada representante de

COMITÊ ZONAL. Na ocasião, mais uma vez ficou acertado entre os presentes o apoio maciço do PCB aos candidatos:

– LYSÂNEAS MACIEL

– EDSON KHAIR

– DÉLIO SANTOS

– JORGE MOURA.

Após as eleições de novembro de 1974, entrou em contato com LYSÂNEAS MACIEL, no escritório deste, para acertar a linha de ação do Partido. Ainda em 1974 após as eleições, o depoente manteve contato com LYSANÊAS MACIEL e JORGE MOURA em várias oportunidades.

Após a queda da gráfica do PCB manteve contato com EDSON KHAIR para acertar a linha de conduta desse deputado na Assembléia Constituinte.

É a seguinte a orientação do PCB para a Constituinte:

"– manter na Constituição do Estado a obrigatoriedade do ensino para todos;

– participação de elementos da oposição na direção das empresas".

O PCB transmitiu, por seu intermédio, a EDSON KHAIR e DÉLIO SANTOS a linha de ação acima.

O Partido resolveu também aguardar o anteprojeto da Constituição do Prof. CARLOS MEDEIROS SILVA, para ver o que muda e o que permanece na orientação do PCB.

Nos contatos que manteve com JORGE MOURA e LYSÂNEAS MACIEL, apresentou a linha que os deputados têm que defender no Congresso. Que os pontos básicos da orientação são:

" – CPI para apurar a desnacionalização da Economia;

– CPI dos Direitos Humanos."

Recebeu orientação de LOURIVAL DA COSTA VILLAR ("PAULO"), para se resguardar pois estava havendo muitas quedas.

d. IRUN SANT'ANA

Em depoimento disse que:

– Milita no Partido Comunista Brasileiro – PCB há mais de 30 anos. Atualmente exerce as funções de Tesoureiro do Comitê Estadual da GUANABARA-CE/GB.

– Tem ou teve contatos com diversos elementos do Comitê Central do PCB – CC/PCB, dentre eles: ANTÔNIO RIBEIRO GRANJA, ARMANDO ZILLER, JOÃO MASSENA de MELLO, MARCO ANTONIO TAVARES COELHO, LOURIVAL DA COSTA VILLAR e DAVID CAPISTRANO DA COSTA.

– A composição do CE/PCB/GB é a seguinte:

– GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS – "MARCELO" – 1º Secretário;

– AMARO VALENTIM DO NASCIMENTO – "NELSON" – secretário da organização;

– LOURIVAL DA COSTA VILLAR – "PAULO" – secretário de Finanças.

– IRUN SANTANA – "CASTRO" – Tesoureiro;

– PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO – "ALENCAR" – Comissão de Entendimentos Políticos.

– O Tesoureiro é responsável pelo recebimento, guarda, contabilização e devolução do dinheiro do CE para o Secretário, na medida em que o Partido for necessitando. A fim de facilitar seu trabalho, instituiu um plano de arrecadação com a criação de 19 zonas de Arrecadação, por área ou atividade funcional. Depositava o dinheiro do PCB, em seu nome, nos seguintes bancos:

– Caixa Econômica Federal de MAGÉ: Caderneta de Poupança – CR$59.000,00; caderneta de Cheques – CR$1.000,00;

– Banco Boa Vista, agência LEBLON – caderneta de cheques – CR$1.000,00;

– Caixa Econômica Federal, agência CENTRO (RIO) – Caderneta de Poupança e caderneta de Cheques, não se recordando das importâncias.

– Ao ser preso possuia em seu poder os seguintes materiais subversivos:

– Onze (11) exemplares de VOZ OPERÁRIA nº 120, de Fev 75;

– Sessenta e nove (69) exemplares do “Manifesto ao Povo Brasileiro”;

– Setenta (70) exemplares do “Manifesto ao Povo Carioca”.

– A comissão de Entendimentos Políticos, de que era encarregado PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO – “ALENCAR” tinha por finalidade manter entendimentos do PCB com políticos e relacionamento com pessoas das diversas camadas sociais com o objetivo de introduzir elementos vinculados ao PCB na legenda do MDB.

– Recebeu a orientação do PCB, através de LOURIVAL DA COSTA VILLAR – “PAULO”, membro suplente do CC/PCB e efetivo do CE/GB, para votar nos candidatos: DANTON JOBIM, LYSÂNEAS MACIEL, DÉLIO DOS SANTOS, EDSON KHAIR, JORGE MOURA, HÉLIO DE ALMEIDA, J. G. DE ARAÚJO JORGE e ALVES DE BRITO, todos de esquerda e apoiados pelo PCB.

e. CLÁUDIO JOSÉ RIBEIRO, membro do Comitê Estadual de SÃO PAULO - CE/PCB/SP.
Disse que em reuniões convocadas pelo CE/PCB/SP foram tratados

[PESSOAL-SECRETO]

[CARIMBO: Ministério do Exército]

Transcrição: Rayana Faria

[Voltar]

[Voltar]

[CARIMBO: NÃO CONSTA DA SÍNTESE]
[CONFIDENCIAL]
[CARIMBO: SOLICITA-SE A RESTITUIÇÃO DESTE DOCUMENTO DIRETAMENTE AO CHEFE DO GAB/SNI, COM O CARIMBO "PESSOAL".]
[ILEGÍVEL] 100 30/AC/83
[À MÃO: PR]
[CARIMBO: CÓPIA]

DATA: 29 de março de 1983
ASSUNTO: ESTADA DE PAULO MALUF NO RIO DE JANEIRO.
REFERÊNCIA:
AVALIAÇÃO: B−3
DIFUSÃO: SC−1 - SE−08
ORIGEM: SC−3
ANEXO:

Da agenda de Paulo Maluf para hoje, dia 29 Mar, durante sua estrada no Rio de Janeiro/RJ, constam os seguintes eventos:

− 09:00 horas: chegada ao Rio de Janeiro/RJ;
− 10:00 horas: encontro, no anexo do Copacabana Palace, com Antônio Carlos Magalhães;
− 12:30 horas: almoço no Copacabana Palace;
− 15:00 horas: visita a Afonso Arinos; e
− 19:00 horas: jantar na residência do Dr. Nascimento Brito, da direção do "Jornal do Brasil".

Um encontro programado entre Maluf e o ex-Ministro Armando Falcão foi cancelado, porque não houve acordo entre o deputado e a assessoria de Falcão a respeito do local onde ele seria realizado.

O retorno de Paulo Maluf a São Paulo está previsto para a manhã de 30 Mar, com vistas ao comparecimento à comemoração de 31 de Março, no QG/II Ex.

* * *

[CARIMBO: PARA DIFUSÃO EXTERNA ESTE DOCUMENTO DEVERÁ TER SEU TEXTO DESCARACTERIZADO]
[CONFIDENCIAL]

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]

MANIFESTAÇÕES EM SÃO PAULO *[À MÃO: ÚLTIMOS REGISTROS]*

SC−3
DIÁRIO DE TRABALHO
MÊS: ABRIL
DIA: 05
3a. FEIRA

[CARIMBO: SEM REVISÃO]

HORA:
10:45

ORIGEM:
PS

FATO:
– Manifestantes depredaram, no eixo Santo Amaro/SP, um supermercado da rede JUMBO. Foram roubadas, inclusive, as máquinas registradoras.

– Cerca de 1.500 elementos encontram-se na Av. Morumbi. Dirigem-se para o Palácio do Governo.

– Um grupo esteve na Cidade Universitária, convidando os estudantes a aderir à passeata e ao comício que será realizado em frente ao Palácio do Governo

PROVIDÊNCIAS:
–

HORA:
11:29

ORIGEM:
PS

FATO:
– Cerca de 3.000 manifestantes encontram-se em frente ao Palácio do Governo de São Paulo.

– Um grupo de deputados parlamenta com os desempregados, concitando-os a formar uma comissão, para entrevistar-se com o governador.

– O Palácio do Governo está desguarnecido. As ruas, situadas nas proximidades, foram isoladas, com antecedência, para facilitar o acesso dos manifestantes.

PROVIDÊNCIAS:

–

HORA:
12:17

ORIGEM:
PS

FATO:

– O governador paulista recusou-se a receber a comissão formada por 15 manifestantes. Determinou que o chefe da Casa Civil os recebesse. Determinou, também, que a turba fosse encaminhada para uma praça situada nas proximidades do Palácio.

– Deputados mais atuantes:

– Aurélio Perez;

– Irma Posoni.

PROVIDÊNCIAS:

–

HORA:
12:35

ORIGEM:
KIBE

FATO:

– A multidão derrubou 10m de gradil e invadiu os jardins do Palácio. O choque que guarnece o Palácio teve que intervir, sendo apedrejado, revidando com bombas de gás lacrimogênio.

PROVIDÊNCIAS:

–

HORA:
14:45

ORIGEM:
RÁDIO BANDEIRANTES

FATO:
– O governador manteve diálogo, no portão principal do Palácio, com uma comissão dos manifestantes (total de 17 membros).
– Reivindicações:
1) ônibus para levar o “Comitê de Luta Contra o Desemprego” a Brasília, a fim de conversar com o Presidente Figueiredo;
2) jornada de 40 horas semanais;
3) estabilidade no emprego;
4) salário desemprego.
– Elementos conhecidos, presentes no local:
1) deputado Genoíno Neto (PT/SP);
2) presidente da UNE.
– Pequeno grupo de manifestantes formou, na rua, um funil, chutando e molestando as pessoas e carros que passavam no local.

PROVIDÊNCIAS:
–

HORA:
14:50

ORIGEM:
PS

FATO:
– O secretário de Trabalho/SP mandou transportar, de ônibus, os manifestantes para Santo Amaro.

PROVIDÊNCIAS:
–

HORA:
16:00

ORIGEM:
PS

FATO:
– Piquetes, de 200 a 300 agitadores, estão atuando em diversos pontos de São Paulo − principalmente em Pinheiros, Penha e no centro da cidade. Formam inúmeros focos de agitação, quebram vitrines de casas comerciais e tentam saqueá-las.
– A PM não está intervindo.
– O comércio está fechando suas portas.
– Os piquetes estão atuando como se fossem movimentos organizados.

PROVIDÊNCIAS:
–

HORA:
17:00

ORIGEM:
PS

FATO:
– Continua o “quebra-quebra” no centro de São Paulo.
– Na Rua Pamplona, os arruaceiros estão se mobilizando para invadir o Supermercado ELDORADO.
– Um batalhão de choque está se deslocando para o local.

PROVIDÊNCIAS:
–

HORA:
17:50

ORIGEM:
TUMA

FATO:
– O comércio das zonas sul, centro e oeste de São Paulo fecharam suas portas.
– Em Osasco, o comércio encerrou suas atividades.
– No centro de São Paulo, lojas e joalherias foram invadidas e depredadas.
– A PM/SP atua repressivamente nas áreas conflagradas.
– Afif, presidente da Associação Comercial de São Paulo, deu um ultimato ao Secretário de Segurança Pública do Estado, para que este garanta a ordem pública ou então o comércio fechará, a partir de amanhã.

PROVIDÊNCIAS:
–

HORA:
17:55

ORIGEM:
PS

FATO:
– Franco Montoro está convocando a imprensa falada, escrita e televisada para realizar um pronunciamento às 19:00 hs.

PROVIDÊNCIAS:
–

HORA:
18:00

ORIGEM:

RC

FATO:

– Há rumores, no Congresso Nacional, *[À MÃO: de]* que o governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, fará um pronunciamento, hoje à noite, através da rede de televisão daquele Estado, no qual pedirá ajuda Federal, para controlar os distúrbios que estão ocorrendo na capital paulista, uma vez que sua polícia militar não está conseguindo conter as massas.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMBS/SP) promoverá, ainda hoje, uma reunião em seu gabinete, com os parlamentares de todas as agremiações políticas, para avaliar e analisar os distúrbios em São Paulo.

PROVIDÊNCIAS:

–

[CARIMBO: SEM REVISÃO]

Transcrição: Thais Lima

[Voltar]

[Voltar]

[Caso você prossiga na leitura desta transcrição, poderá retornar ao documento tocando no link [Voltar] localizado aqui ou na última página do texto]

Belo Horizonte, 10 de maio de 1983

Sr. Presidente,

Quem está lhe escrevendo é uma mãe desesperada, que perdeu um filho no dia 3 de maio e a missa de 7º. dia foi ontem.

Um rapaz de 31 anos, bom, honesto, brioso, casado com uma mulher maravilhosa, pai de 2 filhinhos.

Tinha uma pequena empresa de construção civil e ia trabalhando arduamente. Ia relativamente bem, lutando como todos, mas sempre com dignidade e retidão. Mas chegou um ponto em que começaram as dificuldades.

O estado não pagava ou atrasava.

Foi pedindo dinheiro em bancos, sempre pagando os compromissos porque o senhor sabe, os empregados e dos outros compromissos tinham de ser cumpridos.

O crédito foi diminuindo, os juros aumentando; começaram a aparecer os agiotas.

E foi aí que os recorreu.

Mas por que?

Como o senhor sabe, porque o senhor o é, a honestidade, o brio, a *[ILEGÍVEL]* falaram mais alto e queria cumprir com todos os compromissos.

Mas chegou um ponto que não tinha mais visão de futuro.

Nós ajudamos, lógico, tudo que era possível. Teve todo nosso apoio moral e financeiro. Mas os agiotas não querem saber se vão receber hoje ou amanhã, querem agora!

Foi vilipendiado, humilhado e sofreu tudo que é humanamente possível.

E lutou; lutou como o senhor pode imaginar. E sofreu; sofreu como pode imaginar. Mas chegou a um ponto em que não viu mais nada, não viu outra saída e deu um tiro no coração.

O senhor que também é pai, pense, medite e reflita muito!

Meu marido, Flavio Gomes Machado, um pai, marido e homem maravilhoso deu e ajudou tudo.

Agora fazemos esta pergunta. Será que educamos bem nosso filho? Honra, brio, dignidade nesta época será que vale?

Porque tudo isto que estou escrevendo é um alerta, Sr. Presidente.

Tudo isto foi por causa da política econômica do Delfim.

Isto é voz corrente aqui em Belo Horizonte.

Não é só da família e amigos. Dos conhecidos e pessoas do Estado, estão comentando: <u>mais uma vítima do Delfim.</u> *[À MÃO: !!]*

Estamos sabendo que está havendo 3 a 4 suicídios por dia aqui em B.H., destes rapazes briosos que não vêm outra saída. Porque os outros nem ligam. Estão devendo; títulos protestados, oficial de

justiça nas suas casas e continuam na mesma. Mas nosso filho nunca foi assim.

Agora quero que o senhor pergunte ao Cel. Venicio Alves da Cunha quem é meu marido e ao gel. LuizPires Ururahy, ao gel. Venturini, pois foram colegas e participaram da inauguração da Escola Militar de Reserva em 1944 e ao Camilo Pena que foi colega da turma de engenharia e quando formaram, foi meu marido que arranjou seu 1º. emprego e trabalharam juntos na Vale do Rio Doce.

Nós educamos muito bem e nesta situação *[ILEGÍVEL]*. Por favor, pense o que escrevi: Não quero que outros pais sofram o que nós estamos sofrendo. Não quero que outros lares fiquem enlutados por causa desta política vergonhosa do Delfim, que ainda

no dia do enterro do nosso filho, eu soube, apareceu na televisão falando que tudo está indo bem. Bem?...O povo aguenta até quando? Eu não sei.

Isto tudo foi escrito do fundo do coração de uma mãe amargurada, arrasada.

Pense, por favor.

Obrigada,

Gilda Machado

[À MÃO: [ILEGÍVEL]]

Sra. MARIA GILDA ROCHA MACHADO.

Alega ter o seu filho se suicidado, devido a política econômica do min. Delfim Neto.

[À MÃO: H!!! Não entendo mais nada!]

[À MÃO, rubrica: Figueiredo]

Exmo. Sr. Presidente da República João Batista Figueiredo

Palácio do Planalto

Brasília Distrito Federal

CEP 70.150

Remetente: Maria Gilda Rocha Machado

Endereço: Rua Juiz de Fora 1285 BH MG

CEP 30.000

Transcrição: Thadeu Santos

[Voltar]

[Voltar]

Roteiro das Diretas

Goiás

Dia 7 de janeiro, em Hidrolândia, ato público pelas eleições diretas, com participação de representantes de 18 municípios do Estado.

Pernambuco

Dia 7 de janeiro, o Comitê Pró-Diretas de Pernambuco inaugura mural em Olinda, com os nomes dos políticos pernambucanos que são contra as eleições diretas.

Dia 20 de janeiro, caminhada pelas ruas do Recife, com comícios e apresentação de artistas.

Dia 26 de janeiro, em Recife, manifestação em favor das eleições diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Dia 27 de janeiro, em Olinda, ato público pró-diretas, no largo do Amparo, com a presença de líderes nacionais da política e das artes.

Paraná

Dia 12 de janeiro, em Curitiba, manifestação pública pelas diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, Ulisses Guimarães, e do governador de Minas Gerais Tancredo Neves. Na ocasião, Moraes Moreira lançará oficialmente o frevo "Quero votar no Presidente", composto em parceria com o poeta Paulo Leminsky.

São Paulo

Dia 13 de janeiro, às 19h30, em Sorocaba, manifestação pelas diretas, com presença do governador Franco Montoro.

Dia 14 de janeiro, em Bauru, às 10 horas, em Marília, às 15 horas, e em Presidente Prudente, às 19h30, manifestações pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Dia 15 de janeiro, em Araçatuba, às 10 horas em Barretos, às 15 horas, e em São José do Rio Preto, às 19h30, manifestações pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Dia 21 de janeiro, em Registro, às 10 horas, em Santos, às 15 horas, e em São José dos Campos, às 19h30, manifestações pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Dia 22 de janeiro, em Ribeirão Preto, às 10 horas, em Araraquara, às 15 horas, e em Campinas, às 19h30, manifestações pelas diretas, com a presença do governador Franco Montoro.

Em Casa Branca, na primeira quinzena de janeiro, passeata pelas eleições diretas, promovida pelo diretório do PMDB.

Dia 22 de janeiro, em Campinas, ato público de lançamento da campanha "Eleições Diretas – Urgente", organizado por um comitê com participação dos partidos políticos de oposição, do

Conselho das Sociedades de Amigos de Bairros, de entidades estudantis e 18 dos 30 sindicatos existentes na cidade.

Dia 26 de janeiro, em Santos, ato público em favor das eleições diretas.

Santa Catarina

Dia 11 de janeiro, em Camboriú, manifestação pró-eleições diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Mato Grosso

Dia 20 de janeiro, em Rondonópolis, manifestação pública convocada pela Prefeitura Municipal, com apoio de todas as associações de moradores de bairros da cidade, das Comunidades Eclesiais de Base, núcleos de trabalhadores rurais e outras entidades.

Bahia

Dia 20 de janeiro, em Salvador, manifestação pelas eleições diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB.

Espírito Santo

Dia 21 de janeiro, em Vitória, manifestação pelas eleições diretas para presidente da República, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Paraíba

Dia 27 de janeiro, em João Pessoa, manifestação pelas eleições diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Ceará

Dia 28 de janeiro, em Fortaleza, manifestação pró-diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Alagoas

Dia 29 de janeiro, em Maceió, manifestação pelas diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Amapá

Dia 15 de fevereiro, em Macapá, manifestação pelas diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Pará

Dia 16 de fevereiro, em Belém, manifestação pró-diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Roraima

Dia 17 de fevereiro, manifestação pró-diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Amazonas

Dia 18 de fevereiro, em Manaus, manifestação pró-diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Acre

Dia 19 de fevereiro, manifestação pró-diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Minas Gerais

Dia 24 de fevereiro, em Belo Horizonte, manifestação pelas diretas, com a presença do deputado Ulisses Guimarães.

Sergipe

Dia 26 de fevereiro, em Aracaju, manifestação popular pelas diretas, com a presença do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães.

Rio

No mês de março, em dia a ser ainda determinado, passeata pela volta da eleição direta para presidente da República.

Brasília

Dia 11 de abril, votação pelo Congresso Nacional da proposta de emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para a Presidência da República, de autoria do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT).

Até 15 de abril, convenção extraordinária do PMDB para definição da posição do partido sobre sucessão presidencial.

Transcrição: Thadeu Santos

[Voltar]

[Voltar]

HADBA
ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1984

Heitor amigo

Tivemos na semana passada grandes ebulições.

A reunião, com o Presidente, dos 4 segundo relato do P.M. foi boa.

O Figa iniciou a reunião lendo, dizendo que havia 2 vetos. Um referente à eleição direta e o outro ao Brizola. Ele gostaria que houvesse um candidato de consenso, mas sabia ser muito difícil de se conseguir isto hoje e então pedia que aquele eleito na convenção do PDS fosse apoiado pelos outros. O DINO tentou colocar umas 4 cascas de banana para o P.M. No final ele (DINO) quis redigir a nota da reunião, mas, por sugestão do P.M. foi o Sarney. Foi pedido, também, que ninguém falasse após a reunião, mas o Aureliano falou. Isso irritou mais o Figa.

Domingo último almocei, em Itaipava, com o Presid. Medici e o Gobbato. Tinha estado lá na véspera, o DINO.

Relatou para o Velho, a reunião de Brasília (um pouco diferente do P.M.) e pediu apoio para encontrar um candidato de consenso. Ele acha que se o P.M. for escolhido teremos problemas. **Segundo o Velho Medici, o DINO pensa ser ele o homem do consenso.** O Velho disse a ele que o P.M. é o mais identificado com o sistema revolucionário e que tem a sua torcida.

A situação do “Baixinho”, no Palácio, está se deteriorando rapidamente. Nosso Grande amigo está preocupadíssimo.

Abraços,

[À MÃO, assinatura: Benjamin Habda]

Av. Rio Branco, 133 – 10º. Andar – Grupos 1001/1002 – Tels. 232-5481 – 252-3411 - Rio de Janeiro - CEP 20040

Transcrição: Thadeu Santos

[Voltar]

[Voltar]

Telefonema do Sarney 15 – 8 *[TRECHO RASURADO: 5]* – 84
Sarney em N York, Heitor em Paris

SARNEY (N York) 15 maio 84
– pró diretas pode nos destruir (35 nomes) precisa trab PMDB Paulo
– ninguém acredita que haja nada.
– a confusão foi dissipada
– Leitão desorganização. Fig não está na jogada,
– R meio irritado com Leitão. Fala ao pessoal.
– deps e sen por baixo do pano
fora uma subst. só institucional
{5 sem reeleição (Pedro Simon + Saturnino)
{Constituinte e PMDB vota
– manobra iniciar a votação pelo Senado e negar o destaque das diretas
– Sarney acha que encalha
– discutir a emenda é bom.
– Sarney diz que "está ouvindo"
– **Aure vai romper não vai x conversão (PMDB)**
– Leitão impressionado com "Israelzinho"
– Aure. quer "explodir" mesmo.
– temos que tirar "direta já" de cima da mesa
pró-diretas quer virar Aureliano.
– Marchezan quer aparecer. "cara feia"
– Fig convencido que Audr. Ganha conv. c/ trabalho dele PR
– Maluf ganha a convenção convicção
– vai terminar direta em 89
– Convenção dia 2 setembro
– Ulysses: PM ganha conv e Aure PDS vota diretas
– nosso interesse é votar em junho para acabar c/ isso
– Constituir a comissão em meados de junho. Começar a falar.
[TEXTO CIRCULADO: pedir os nomes do início de jun]
– Uly: Serpa ganha Clube Militar direta

Transcrição: Thadeu Santos

[Voltar]

[Voltar]

16.

Também deveria ser estudada – apenas como um fonte de lembrança – providências governamentais, no sentido de um congelamento de preços por determinado período de modo efetivo e punitivo contra a prática abusiva, que hoje se verifica na economia brasileira, burlando a leia de mercado *[À MÃO: ,]* de acordo de preços, o que penaliza o consumidor e defende unilateralmente os lucros dos produtores.

[À MÃO, assinatura: Sarney]

Transcrição: Thadeu Santos

[Voltar]

Créditos das imagens

Todas as imagens contidas nesta obra são parte do acervo de Elio Gaspari, exceto:

Capa (da esquerda para a direita): J. Cardoso/CPDoc JB; Almir Veiga/CPDoc JB; Ybarra Jr./CPDoc JB.

ABERTURAS

Parte I: J.P. Guimarães/CPDoc JB; A. Dorgivan/CPDoc JB; Acervo Cedem/Unesp; Arquivo/Agência O Globo; Acervo Resistir É Preciso/Instituto Vladimir Herzog; Amiccuci Gallo/Abril.

Parte II: Sonja Rego/CPDoc JB; Salomon Cytrynowicz/Abril; Acervo Iconographia/Reprodução; Ricardo Malta/N Imagens; Bruno Barbey/Magnum/Magnum Photos/Latinstock.

Parte III: Amiccuci Gallo/Abril; Cynthia Brito/CPDoc JB; Ricardo Chaves/Abril; Reprodução/CPDoc JB; Anibal Philot/Agência O Globo; Acervo Fundação Maurício Grabois.

Parte IV: J.C. Brasil/CPDoc JB; I. Feitosa/CPDoc JB; F. Pereira/CPDoc JB; J.C. Brasil/CPDoc JB; J.C. Brasil/CPDoc JB.

Parte V: Ariovaldo dos Santos/CPDoc JB; Ari Gomes/CPDoc JB; Coleção Centenária/CPDoc JB; Acervo Cedem/Unesp; Iugo Koyama/Abril.

Epílogo: Fundo Deops/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Adi Mera/Fundo Última Hora/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Reprodução; Acervo Iconographia; Fotos Públicas/Acervo Histórico; Fotos Públicas/Acervo Histórico; Felipe Rau/Estadão Conteúdo; Rodrigo Félix Leal/Futura Press/Folhapress.

IMAGENS

Acervo Iconographia: 1;

Acervo Iconographia/Reprodução: 1 (à esquerda), 2 (à esquerda);

Acervo Resistir É Preciso/Instituto Vladimir Herzog: 1 (à direita);

Aguinaldo Ramos/CPDoc JB: 1 (à esquerda);

Anibal Philot/Agência O Globo: 1;

Almir Veiga/CPDoc JB : 1;

AP Photo: 1;

APGCS/HF: 1;

Armênio Abascal Meireles/Agência RBS: 1;

Arquivo do autor: 1;

Carlos Mesquita/CPDoc JB: 1;

Carlos Namba/Abril: 1, 2, 3, 4 (acima, à direita), 5, 6, 7 (à esquerda), 8;

Célio Apolinário/Abril: 1 (à direita);

Daniel de Andrade Simões: 1;

Eduardo Tavares/Abril: 1;

A. Dorgivan/CPDoc JB: 1;

Fernando Pereira/CPDoc JB: 1, 2;

Folhapress: 1;

Guilherme Romão/CPDoc JB: 1;

Isaias Feitosa/CPDoc JB: 1;

Ivan Cosenza de Souza (henfil@globo.com): 1;

Iugo Koyama/Abril: 1;

J. Cardoso/CPDoc JB: 1, 2;

Jorge Araújo/Folhapress: 1;

Jornal do Brasil, 31 de dezembro de 1978, 1ª página/CPDoc JB: 1;

Jornal do Brasil, 2 de fevereiro de 1983, 1ª página/CPDoc JB: 1;

Juca Martins: 1;

Kenji Honda/Estadão Conteúdo: 1;

Lemyr Martins/Estadão Conteúdo: 1;

Luciano Andrade/CPDoc JB: 1 (à direita);

Luciano Andrade/Estadão Conteúdo: 1;

Luciano Vicioni: 1, 2;

Luis Humberto/Abril: 1;

Luiz Morier/CPDoc JB: 1;

Messias A. Silva/Estadão Conteúdo: 1;

Nair Benedicto/N Imagens: 1;

Orestes Araújo/Abril: 1, 2;

Orlando Brito/Abril: 1 (abaixo, à direta), 2;

Renato dos Anjos/Abril: 1 (acima, à direita);

Revista Status/Reprodução do suplemento : 1;

Revista Veja/Abril: 1;

Ricardo Chaves/Abril: 1, 2, 3;

Ricardo Malta/N Imagens: 1;

Roberto Stuckert: 1, 2;

Rogério Reis/CPDoc JB: 1;

S. Hassad/Abril: 1 (abaixo, à esquerda);

Salomon Cytrynowicz/Abril: 1, 2;

Sebastião Marinho/Agência O Globo: 1;

Sonja Rego/CPDoc JB: 1, 2 (acima, à esquerda), 3 (abaixo, à direita);

Vidal Trindade/CPDoc JB: 1;

W. Santos/CPDoc JB: 1;

Walter Firmo: 1;

Ybarra Jr./CPDoc JB: 1, 2;

Sobre o autor

Jornalista, Elio Gaspari nasceu em 1944, na Itália, e chegou ao Brasil com cinco anos de idade. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro e, aos 19 anos, foi trabalhar no semanário *Novos Rumos*, editado pelo Partido Comunista Brasileiro e empastelado em 1964. Foi auxiliar do colunista social Ibrahim Sued, passando depois pelas redações de *A Notícia*, *Diário de São Paulo*, revista *Veja* e *Jornal do Brasil*. Retornou à *Veja* em 1979 como diretor adjunto e em 1988 tornou-se seu correspondente em Nova York.

Entre 2002 e 2004 lançou quatro livros sobre a ditadura brasileira. Dividida em duas partes, *As ilusões armadas* e *O Sacerdote e o Feiticeiro*, a série foi escrita a partir de entrevistas com dezenas de personagens da época e de pesquisas em documentos inéditos. *As ilusões armadas*, que ganhou o Prêmio Ensaio, Crítica e História Literária de 2003 da Academia Brasileira de Letras, é formada pelos livros *A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada*. *O Sacerdote e o Feiticeiro*, que conta a trajetória dos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, se compõe dos títulos *A ditadura derrotada* e *A ditadura encurralada*. Publicado em 2016, *A ditadura acabada* é o quinto volume e encerra a coleção sobre o regime militar.

Elio Gaspari é colunista da *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, e seus artigos são distribuídos para diversos jornais do país.

You
Tube

intrínseca

Sumário

Coleção Ditadura - Box Digital

A ditadura envergonhada

Créditos

Sumário

Abreviaturas e siglas

Apresentação da segunda edição (revista e ampliada)

Explicação

Introdução

Parte I
O Exército dormiu janguista
O Exército acordou revolucionário

Parte II
O mito do fragor da hora
Nasce o SNI
Pelas barbas de Fidel
A roda de Aquarius

Parte III
A esquerda se arma
A direita se arma
Costa e Silva: chega o barítono
Y el cielo se encuentra nublado

A provocação da anarquia
A missa negra
O fogo do foco urbano
O Exército aprende a torturar

Apêndice
Breve nomenclatura militar
Cronologia
Fontes e bibliografia citadas
Documentos
Transcrição dos documentos
Tradução dos documentos
Créditos das imagens
Agradecimentos da edição de 2002
Agradecimentos da edição de 2014

A ditadura escancarada

Créditos

Sumário

Abreviaturas e siglas

Explicação

Parte I
A praga
A dor
A “tigrada” dá o bote
A Operação Bandeirante, Oban
O barítono se cala
O grande golpe
Caos de estrelas

Milito, Médice, Médici

Parte II
Marighella, início e fim
A história dos mortos
DOI
A ratoeira
O Milagre e a mordaça

Parte III
Uma elite aniquilada
A soberba de Lúcifer
O Brasil difamado
Pra trás, Brasil
Nada a fazer
A marcha de Cirilo

Parte IV
A gangrena
A matança
A floresta dos homens sem alma

Apêndice
Breve nomenclatura militar
Cronologia
Fontes e bibliografia citadas
Documentos
Transcrição dos documentos
Tradução dos documentos
Créditos das imagens

A ditadura derrotada

Créditos

Sumário

Abreviaturas e siglas

Explicação

Parte I
Geisel, o sacerdote
Moita, é o Alemão
Uma dor que não acaba
O perigo vermelho
Um general da (i)legalidade
1964
O pijama togado
Golbery, o feiticeiro
Criptocomunista
O escriba
Pés de veludo
O paliteiro do IPÊS
No palácio

Parte II
A costura
O peso do irmão
A turma da Candelária
Um voto, o voto
Primeiras encrencas
A grande encrenca
O poder
A equipe
Jogo de fichas
“Esse troço de matar”

Parte III

O regime é implacável
A escolha essencial
Um mundo difícil
A costura da púrpura
O porão intocado
Interlúdio pessoal
O regime é implacável
O pé no acelerador

Parte IV
“É isso, e pronto”
A autonomia sepultada

Apêndice
Breve nomenclatura militar
Cronologia
Fontes e bibliografias consultadas
Documentos
Transcrição dos documentos
Tradução dos documentos
Créditos das imagens
Agradecimentos da edição de 2014
Agradecimentos da edição de 2003

A ditadura encurralada

Créditos

Sumário

Abreviações e siglas

Explicação

Parte I

Recuo rápido, gradual e seguro
A ópera de Salzburgo
O descolamento de Golbery
Uma zona de sombra
A comunidade da indisciplina
Com as tropas de Fidel
Mataram o Vlado
“Merda! Merda!”
Mágica besta

Parte II
Uma noite de cão
A campanha do regresso
O terror de casa
O buraco negro
Abaixo a ditadura

Parte III
A surpresa de Alice
A tortura da pessoa jurídica
Um país empacotado
Bye, bye, brother
A rachadura do Planalto
A geração de 1977 vai para a rua
O jogo da tensão

Parte IV
Figa mostra um rosto
Habeas Faoro
“Um dos dois vai ter que sair”
Um saiu

Apêndice
Breve nomenclatura militar

Cronologia
Fontes e bibliografia consultada
Documentos
Transcrição dos documentos
Tradução dos documentos
Créditos das imagens
Agradecimentos da edição de 2004
Agradecimentos da edição de 2014

A ditadura acabada

Créditos

Sumário

Abreviaturas e siglas

Introdução

Parte I
Uma nova divisão
O fator Jimmy Carter
Lula, o metalúrgico
Sete dias de maio
A costura de Petrônio
A missa de Geisel
O “futuro presidente”
A máquina de Figueiredo
A anistia
Maluf derrota dois presidentes
A demolição de Euler
O ronco da “tigrada”
O mar de lama
O vencedor

Parte II
O ministério “dialético”
Vila Euclides
Teerã e Washington
Um novo país

Parte III
Bombas na rua
Riocentro
Baumgarten

Parte IV
1982, a eleição que muda tudo
Tancredo
Ulysses
A rua vai ao palácio
Figueiredo

Parte V
Diretas Já
A hora de Tancredo
Bruxarias militares
Uma festa e três problemas

Epílogo
Sumário

Agradecimentos

Apêndice
Cronologia
Fontes e bibliografia citadas
Documentos
Transcrições dos documentos

Tradução do documento
Créditos das imagens

Sobre o autor

Mídias sociais

Visite o site

www.arquivosdaditadura.com.br